00100.003112/2022-16

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 216, QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021 8

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2021 53

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021 91

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2021 105

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2021 139

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2021 161

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2021 179

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 232

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2021 264

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2021 301

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2021 329

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021 358

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2021 359

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 383

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2021 431

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2021 447

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 485

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 514

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2021 527

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021 553

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 593

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2021 627

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2021 654

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2021 695

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021 734

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2021 777

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2021 816

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2021 868

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 923

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 1001

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2021 1049

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2021 1171

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021 1228

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2021 1298

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2021 1304

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2021 1327

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2021 1344

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2021 1363

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021 1394

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 1425

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2021 1467

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021 1518

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2021 1560

1.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2021 1567

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2021 1577

Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 de novembro de 2021 1607

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 4ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2021 1634

Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2021 1651

Ata da 6ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2021 1690

Ata da 7ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2021 1725

Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2021 1752

Ata da 9ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2021 1779

Ata da 10ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2021 1806

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 1820

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2021 1843

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2021 1852

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021 1866

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2021 1872

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 1953

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2021 1965

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021 1997

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2021 2001

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2021 2045

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2021 2073

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2021 2103

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2021 2104

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2021 2141

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2021 2142

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2021 2162

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2021 2163

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2021 2164

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2021 2192

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2021 2233

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021 2241

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021 2287

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2021 2288

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 2289

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2021 2310

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2021 2337

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 2366

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 2408

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de outubro de 2021 2409

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de outubro de 2021 2479

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2021 2525

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021 2537

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 2693

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2021 2810

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2021 2811

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021 2839

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2021 2878

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2021 2905

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2021 2950

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2021 2957

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021 2979

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2021 3000

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de dezembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 38ª reunião da CMA) 3028

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2021 3062

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2021 3079

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2021 3081

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2021 3120

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021 3151

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2021 3152

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2021 3168

1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 20ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2021 3199

Ata da 21ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2021 3238

Ata da 22ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2021 3255

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2021 3289

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2021 3348

Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de dezembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 27ª reunião da CRA)**(Vide item 1.10)**

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2021 3356

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2021 3368

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e onze minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, José Aníbal, Reguffe, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Paulo Paim, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Leila Barros e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Giordano, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Rogério Carvalho e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4199, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, na forma das oito emendas que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 14, 25, 26, 28, 31 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emenda nºs 2, 4, 13, 21, 22, 24, 27, 42 e 43; contrário às demais emendas; pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014, do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014, do Projeto de Lei nº 2.948, de 2019, e do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020; e, ainda, pela tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 422, de 2014. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1945, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, com 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2012, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3525, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 64, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/14

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada no dia 31 de agosto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos dois avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso 1.450 GP/TCU, que trata do acompanhamento da atuação dos bancos públicos federais – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste – na gestão de riscos advindos da covid-19 e na mitigação econômica e social dos seus efeitos; Aviso 1.452 GP/TCU, que trata da atuação do Banco Central do Brasil em sua regulação ao sistema financeiro nacional, em face da crise provocada pela pandemia da covid-19. Além desses avisos, foram encaminhados documentos de outras instituições públicas e privadas que tratam de assuntos variados. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, esses documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Explicação do sistema de votação. A reunião ocorre de modo semipresencial e, como ocorreu nas reuniões anteriores, contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominas e nas matérias terminativas. Quem estiver presente neste Plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis na bancada. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões". E, então, procurar a votação da CAE em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validar o voto. Aqueles que não conseguirem registrar o voto no aplicativo poderão declarar o voto nominalmente. Então, a Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votações. As instruções para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que estão no sistema remoto.

Vamos iniciar a deliberação das matérias da pauta divulgada.

A pauta da Comissão de Assuntos Econômicos tem hoje como item 1 da pauta o seguinte projeto.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4199, DE 2020
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Não apresentado.

Observações:

1. As matérias serão apreciadas pela CRA, CCJ e CI;

2. Foram apresentadas 43 emendas ao PL 4199/2020, 1 emenda ao PLS 421/2014, 3 emendas ao PLS 423/2014, 11 emendas ao PL 2948/2019 e 8 emendas ao PLS 422/2014.

O Relator, Senador Nelsinho Trad, vem fazendo um trabalho exaustivo, ouvindo vários setores interessados na matéria, Senadores e Senadoras. O Senador Nelsinho Trad tem procurado, da melhor forma, fazer um trabalho oriundo da composição desta Comissão e também do conjunto dos Senadores e Senadoras do Senado Federal.

Antes disso, eu gostaria de determinar e tomar a decisão a respeito da privatização dos Correios, do sistema postal no Brasil, que também está na Comissão de Assuntos Econômicos para deliberação. Nós consultamos alguns Senadores a respeito do tema para identificação ou buscar um Senador que pudesse relatar a matéria. Houve a iniciativa do MDB de indicar o Senador Marcio Bittar, que está aqui presente. Tenho até, inclusive, a requisição do Senador Marcio Bittar, que me encaminhou. O Senador Marcio Bittar já relatou matérias importantes, inclusive uma delas foi a acostada que eu estava relatando, da PEC dos fundos, que acostou à PEC emergencial, que foi debatida no Senado e aprovada. Então, eu estou indicando o Senador Marcio Bittar, do MDB, do Acre, para ser o Relator da privatização, da possível privatização dos Correios.

Cada um de nós tem a sua consciência, que será explicitada na hora do voto, tanto aqui, como no Plenário do Senado Federal, mas estou indicando e peço que faça o ofício para que eu possa assinar e indicar o Senador Marcio Bitar para discutir o Sistema Nacional de Serviços Postais.

Senador Nelsinho Trad, peço a V. Exa. que aguarde um pouco, porque pede a palavra, pelo sistema remoto, a minha estimada amiga Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas, dar o meu bom-dia.

Eu estou só me antecipando, Sr. Presidente, porque, no sistema remoto, a gente fica um pouco ansiosa sem saber se está sendo vista. Com relação ao projeto do Nelsinho Trad, já temos, inclusive, uma combinação. No momento oportuno, eu gostaria de pedir vista coletiva. Apesar de ele estar trabalhando há muito tempo, foi entregue o relatório hoje. E eu gostaria muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de poder olhar esse relatório com detalhes. É uma matéria da maior importância. Tenho certeza de que ele está dando toda a atenção.

Então, eu queria só me antecipar, porque eu gostaria de pedir vista coletiva – inclusive, já conversei com ele antecipadamente – quando for o momento oportuno.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

Antes disso, eu vou passar a palavra ao Senador Marcio Bittar e, em seguida, ao Senador Nelsinho Trad.

Ele vai fazer a leitura do texto, que ele trabalhou aqui com vários Senadores, inclusive, com a ajuda da Senadora Kátia Abreu, que conhece bem a matéria, que está exaustivamente discutida.

O Senador Lucas Barreto está aqui conosco também e conhece bem a matéria, ofereceu emendas.

O Senador Nelsinho Trad vai ler o relatório, e já houve o pedido de vista para debate e deliberação na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Pela ordem.) – Presidente Otto, Senador Nelsinho, muito obrigado pela possibilidade de falar antes. Eu vou ter que sair e vou acompanhar o resto da reunião no sistema remoto. Então, eu te agradeço, meu querido parceiro, amigo Nelsinho Trad.

Cumprimento o Presidente e agradeço.

Comprometo-me a, terça-feira da semana que vem, apresentar, conforme entendimento prévio de ontem, numa conversa entre mim e o Presidente, a proposta de trabalho que deve incluir duas sessões – vamos tentar fazer na mesma semana – para ouvir as duas versões básicas com relação ao assunto que prevê a possibilidade de concessão de uma parte do serviço essencial, que a Constituição garante que tem que ser monopólio da União, e de outra parte a privatização daquilo que pode ser feito. Como V. Exa. já adiantou, o juízo de valor sobre o mérito, não é agora. Cada um vai ter a oportunidade, mas vou me dedicar à matéria. Foi um pedido também do Líder Fernando Bezerra para que eu assumisse essa relatoria, e eu aceitei o desafio. Vou me debruçar sobre a matéria e procurar trazer para esta Comissão e para a sua presidência a maior quantidade de luz possível para ajudar aos colegas que ainda tenham alguma dúvida que possa ser esclarecida.

E, ao término, quero reconhecer e agradecer a ajuda que o Senador Otto deu fundamental para que nós, no começo deste ano, pudéssemos aprovar a PEC do auxílio emergencial.

V. Exa., quando abriu mão, colocando o seu projeto que relatava dentro da nossa PEC, possibilitou não apenas a aprovação, mas também a indicação de onde tirar recursos para garantir o auxílio emergencial, que até hoje ainda continua ajudando milhares de brasileiros pelo País afora.

Vou acompanhar o resto da sessão *online*, porque eu tenho agora um encontro com outro colega nosso, o ex-Presidente Davi Alcolumbre.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Marcio Bittar. Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, essa matéria que V. Exa. vai relatar merece discussão e audiência pública, para que nós possamos ouvir os segmentos que estão interessados.

Essa é a função aqui da Comissão e também será do Plenário do Senado Federal, discutir, deliberar, aprovar ou rejeitar qualquer matéria que seja encaminhada à Comissão ou, então, ao Plenário.

O Senador Nelsinho Trad, meu líder político, do nosso PSD, está aqui o Lucas Barreto, eu passo a palavra para que ele possa fazer a leitura do relatório. Já que tem vista, previamente pedida, coletiva, V. Exa., se desejar, pode, já que está publicado, ir à análise do projeto.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, antes da leitura do relatório, eu queria apenas informar, inclusive ao Senador Marcio Bittar, é importante observar essa informação, nós temos um membro do PSD, que não está com mandato atualmente, mas é do partido, que se dispôs a fazer para nós da bancada uma análise pormenorizada a respeito dessa questão da privatização dos Correios, que é o ex-Deputado Guilherme Campos. Ele foi Presidente dos Correios, é do PSD, já entrou em contato conosco e está aguardando uma data para que a gente possa, com a bancada, debater essa questão até para a gente poder ouvir os prós e os contras desse projeto, que, com certeza, será muito bem pormenorizado pelo nobre colega, quase conterrâneo, Senador Marcio Bittar.

Já entrando na questão da tarefa do dia de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Nelsinho, V. Exa. é o líder, acho que pode chamar uma reunião remota, como já tivemos. Já tivemos uma preliminar a respeito desse assunto, onde foi debatido o tema, e nós do PSD estaremos aí prontos para, discutir, ouvir...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Guilherme realmente trabalhou, foi Presidente lá dos Correios e Telégrafos, que inclusive é uma instituição que ano passado deu um lucro de R$1,530 bilhão, quer dizer, é uma empresa que é lucrativa, leva dividendos para o Estado brasileiro. Realmente, precisa ser discutido, não é?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Há os Correios social e há os Correios que levam as correspondências para o fundão do Amapá, para o Mato Grosso do Sul e para o meu Estado. Por isso, o debate deverá ser bem intenso nesse sentido para que aqui, da Comissão de Assuntos Econômicos, e também lá, do Plenário do Senado, possa haver uma deliberação que atenda, sobretudo, à área social que os serviços postais prestam ao País.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse é um projeto sensível, complexo, mas eu tenho a convicção de que o que eu pude fazer e continuarei fazendo para poder aparar as arestas desse projeto assim eu procederei.

Quanto à solicitação da nobre Senadora Kátia Abreu, assiste razão à solicitação de vista coletiva da nobre Senadora, até porque – isso foi surpresa para mim, que sou o Relator – tramitam em conjunto, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014; o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2014; o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014; o Projeto de Lei nº 2.948, de 2019; e o Projeto de Lei nº 3.129, de 2020. Todos os projetos são de autoria da Senadora Kátia Abreu. De tal sorte que não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém mais credenciado, legitimado para poder fazer uma análise pormenorizada dessa questão do que a nobre Senadora, que eu respeito muito, admiro e tenho o privilégio de ser o seu colega.

Então, já antecipando, eu encaminho aqui, antes de entrar na análise do mérito, a minha posição favorável a esse pedido de vista coletiva da Senadora.

Posso entrar direto na análise, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Relatório.

É importante citar alguns parágrafos do início do relatório; não vai tomar mais do que dez minutos.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar). O PL é divido em duas partes: a primeira trata da implantação do programa (arts. 1º a 17) e a segunda promove alterações na legislação correlata (arts. 18 a 27).

Os objetivos do Programa BR do Mar são: incrementar a oferta e a qualidade do transporte por cabotagem; incentivar a concorrência e a competitividade na prestação do serviço de transporte por cabotagem; ampliar a disponibilidade de frota no Território nacional; incentivar a formação, a capacitação e a qualificação de marítimos nacionais; estimular o desenvolvimento da indústria naval nacional de cabotagem; revisar a vinculação das políticas de navegação de cabotagem das políticas de construção naval; incentivar as operações especiais de cabotagem e os investimentos decorrentes em instalações portuárias para atendimento de cargas em tipo, rota ou mercado ainda não existentes ou consolidados na cabotagem brasileira; e otimizar o uso de recursos advindos da arrecadação do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante.

O PL nº 4.199, de 2020, era aguardado há algum tempo, com grande expectativa por todos. De acordo com a própria justificação do projeto, durante a fase de elaboração do texto, foram realizadas diferentes e várias reuniões e debates contando com a participação e a contribuição de todos os setores envolvidos nesse serviço, dos transportadores, de representantes do poder público e privado, de entidades representativas dos trabalhadores, da indústria naval, do Poder Legislativo, entre outros.

E eu gostaria de ressaltar aqui, Sr. Presidente, que nós não deixamos de ouvir nenhum colega Senador a respeito dessa matéria. Inclusive promovemos a vinda do Ministro da Infraestrutura aqui para o Senado da República, onde ele teve um dia inteiro – chegou às 8h e saiu às 5h da tarde –, atendendo um a um daqueles que tinham sugestões a dar no projeto.

Ainda de acordo com o Poder Executivo, como resultado dessas contribuições e a partir da análise de propostas parlamentares em tramitação e estudos técnicos e econômicos existentes sobre o mercado, o PL propõe ajustes na legislação atual para aprimorar a ordenação do transporte aquaviário e para conferir eficácia a instrumentos normativos já disponibilizados pelo legislador ordinário no que se refere à participação de embarcações estrangeiras no transporte de cargas pela cabotagem brasileira.

As diretrizes do BR do Mar são: segurança nacional; estabilidade regulatória; regularidade da prestação das operações de transporte; otimização do uso de embarcações afretadas; equilíbrio da matriz logística brasileira; incentivo ao investimento privado; promoção da livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência; otimização do uso de recursos públicos; contratação e qualificação profissional de marítimos nacionais; inovação, desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento sustentável; e transparência e integridade.

Uma das principais mudanças que o PL nº 4.199, de 2020, estabelece é facilitar a expansão das operações de cabotagem e a entrada de novos interessados nesse mercado. Aumenta-se a possibilidade de as Empresas Brasileiras de Navegação afretarem embarcações sem a obrigatoriedade de possuírem embarcações próprias, como exigido pela legislação vigente. Essa mudança, no entanto, vem acompanhada de incentivos para que as EBNs mantenham e aumentem a frota própria, o que contribui para um importante aspecto da navegação de cabotagem, que é a disponibilidade do serviço.

O PL altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário para atualizar a definição de termos como "Empresa Brasileira de Navegação" e "Embarcação Brasileira". Ademais, altera as regras para afretamento de embarcação a casco nu, que passará a ser livre quatro anos após a vigência da lei decorrente do projeto.

A segunda norma alterada é a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, e cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre outros órgãos.

As alterações ampliam as competências do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, que passa a ser responsável por executar, direta ou indiretamente, obras portuárias, especialmente dragagens.

Ainda no âmbito da Lei 10.233, de 2001, criam-se mais dois cargos na diretoria da Antaq, a exemplo do que acontece na Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O PL modifica também a Lei 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante. Entre as propostas, está a ampliação da incidência da alíquota do AFRMM, na navegação fluvial e lacustre, para todas as cargas transportadas no âmbito das Regiões Norte e Nordeste. Adicionalmente, o projeto iguala as alíquotas do AFRMM na navegação de longo curso, cabotagem, fluvial e lacustre, que passam de 25%, 10% e 40%, respectivamente, para 8%.

Ainda no âmbito da mesma lei, o PL altera dispositivos que tratam da destinação dos recursos do FMM, amplia as hipóteses para o uso e reserva parte dos recursos do fundo para usos específicos.

Por fim, o PL modifica a Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para prorrogar o prazo do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuário (Reporto), até 31 de dezembro de 2021.

No prazo regimental, foram apresentadas dezenas de emendas.

Tramitam em conjunto, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes projetos de lei: PLS 421, de 2014; PLS 422, de 2014; PLS 423, de 2014; PL 2.948, de 2019; PL 3.129, de 2020.

Todos esses projetos, como já disse anteriormente, são de autoria da Senadora Kátia Abreu, que é uma profunda estudiosa deste assunto.

O Projeto de Lei do Senado 421, de 2014, revoga os incisos II e III do art. 6º da Lei 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercante e o Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências, para desonerar a navegação de cabotagem. O inciso II do art. 6º, revogado pelo projeto, estabelece a alíquota de 10% para o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante na navegação de cabotagem. O inciso III do mesmo artigo, também revogado, estabelece a alíquota de 40% na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste.

O Projeto de Lei do Senado 422, de 2014, altera a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para modernizar o controle do tráfego marítimo no acesso às instalações portuárias.

O PL institui o serviço público de controle de tráfego marítimo, veda o estabelecimento de número máximo de práticos e atribui à Agência Nacional de Transportes Aquaviário a fixação de preço máximo do serviço de praticagem.

O Projeto de Lei do Senado 423, de 2014, isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos – fertilizantes – do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

O Projeto de Lei nº 2.948, de 2019, altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira.

Já o Projeto de Lei nº 3.129, de 2020, cria estímulos à navegação no Brasil. Propõe-se o fim das limitações para afretamento de embarcações a casco nu e a tempo; a redução escalonada da alíquota do AFRMM na navegação de longo curso; estabelece novas diretrizes para a navegação e novas competências para o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante.

Nos termos do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado, na tramitação em conjunto de projetos, terá precedência o projeto oriundo da Câmara sobre o do Senado. Portanto, o Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, tem precedência sobre os demais, conforme rege o nosso Regimento.

Análise.

Em relação à constitucionalidade das matérias, nada há a se opor, uma vez que a Constituição Federal determina que a competência exclusiva para legislar sobre direito marítimo (art. 22, I) e sobre regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial (art. 22, X) é da União. Compete, também, à União, legislar concorrentemente sobre Direito Tributário, nos termos do art. 24, inciso I, da Carta Magna.

Não identificamos quaisquer óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade dos projetos de lei aqui analisados. Frise-se que o PL nº 4.199, de 2020, é de iniciativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Com relação à juridicidade, da mesma forma, nada há a se opor, uma vez que o projeto, quando necessário, se reporta à legislação correlata, buscando modificá-la, em vez de produzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norma esparsa sobre a matéria. Além disso, atende aos necessários requisitos de abstração e generalidade inerentes às normas jurídicas.

Passamos a analisar o mérito dos projetos.

PLS nº 421, de 2014.

O PLS pretende retirar obstáculos que impedem o pleno uso da navegação de cabotagem, que é a cobrança do AFRMM. Como a matéria é tratada exaustivamente ao longo do PL nº 4.199, de 2020, votamos, conforme manda o Regimento, pela consequente prejudicialidade do PLS nº 421, de 2014.

PLS nº 422, de 2014.

O PLS propõe a modernização do controle de tráfego marítimo na área dos portos, por meio da alteração de uma série de dispositivos que interferem nos serviços de praticagem. A nosso ver, a matéria foge ao escopo do PLS nº 4.199, de 2020, que tem precedência sobre os demais.

Muito embora as regras hoje existentes para o serviço de praticagem mereçam aprimoramentos e alterações legislativas, entendemos que a matéria deve tramitar de forma autônoma, uma vez que o PL nº 4.199, de 2020, trata exclusivamente da navegação de cabotagem.

PLS nº 423, de 2014.

O PLS versa sobre a isenção de tributos na importação de embarcações e equipamentos, além de isentar o transporte de fertilizantes do pagamento do AFRMM.

O art. 13 do PL nº 4.199, de 2020, já estabelece a isenção do pagamento de tributos federais na importação de embarcações afretadas a tempo.

Da mesma forma, a discussão acerca do Afrmm ocorre no âmbito do PL nº 4.199, de 2020. Nesse sentido, votamos também pela prejudicialidade do PLS 423, de 2014. PL 2.948, de 2019.

O PL modifica dispositivos da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para, principalmente, eliminar qualquer restrição aos afretamentos a casco nu. O texto proposto assegura ainda às embarcações de bandeira brasileira a contratação de seguros no mercado internacional, cujo texto também está presente no PL 3.129, de 2020.

Concordamos com a necessidade de diminuir as restrições para afretamentos a casco nu, com o objetivo de aumentar a oferta de embarcações e diminuir custos. No entanto, em respeito às EBNs que investiram recentemente no País, é preciso haver um período de transição em que as restrições serão eliminadas progressivamente.

Em suma, acatamos o texto que trata dos seguros, na forma das emendas que apresentamos e, por questões regimentais, votamos também pela prejudicialidade do PL.

PL 3.129, de 2020.

O PL cria estímulos para a navegação no Brasil, por meio de alterações na Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997. Alguns dos dispositivos já contemplados no PL 4.199, de 2020, como, por exemplo, alterações propostas pelo art. 2º do PL, que modifica o §2º do art. 11 da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997:

> §2º É assegurada às empresas brasileiras de navegação a livre contratação, no mercado internacional ou doméstico, da cobertura de seguro e resseguro de cascos, máquinas e responsabilidade civil para suas embarcações registradas no REB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitamos ainda para acolher o teor do art. 3º do PL 3.129, de 2020, que altera os arts. 12, 20 e 27 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 (lei de criação da Antaq), para inserir dispositivos que enfatizam o papel da agência em promover a concorrência e evitar práticas anticompetitivas, além de incentivar a multimodalidade e estabelecer tratamentos isonômicos nos procedimentos de alfandegamento e das exportações.

Nesse sentido, acatamos diversos pontos do texto, na forma das emendas que apresentamos e, por questões regimentais, votamos pela consequente prejudicialidade do Projeto de Lei 3.129, de 2020.

PL 4.199, de 2020.

A navegação de cabotagem, quando comparada a outros modos de transporte, oferece inúmeras vantagens.

Trata-se de uma atividade que exige altíssimo investimento inicial e que opera com elevados custos fixos. Além dos custos intrínsecos à aquisição dos navios, há ainda outros fatores que impactam diretamente nos custos do setor, e consequentemente no frete, como preço do *bunker* – combustível utilizado na navegação –, custo da tripulação, taxas portuárias e de praticagem, impostos, tarifas, etc.

Entretanto, o principal aspecto a ser analisado *vis-à-vis* as mudanças propostas pelo BR do Mar é a proteção regulatória que confere prioridade e exclusividade às embarcações nacionais, com reflexo direto nos custos com aquisição de navios, contratação de tripulação, combustível, etc.

Uma importante semelhança entre a cabotagem no Brasil e nos demais países do mundo inclui o fato de invariavelmente ser um setor altamente regulamentado e protegido, algo que acontece sob diversos argumentos históricos, tais como: proteger a indústria naval doméstica da concorrência estrangeira; criar empregos; proteger o meio ambiente; preservar os ativos de transporte marítimo em mãos locais para fins de segurança nacional; maximizar a segurança em águas territoriais; e desenvolver a Marinha Mercante e a tecnologia nacional.

No Brasil, o marco regulatório do setor é definido principalmente pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que "dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências". Entre os dispositivos dessa lei, merecem destaque os que criam reservas de mercado para empresas brasileiras na navegação interior e na cabotagem, os que criam incentivos para as empresas brasileiras de navegação na aquisição de navios fabricados no Brasil e os que criam restrições ao afretamento de embarcações registradas no exterior. Normas infralegais criam outras restrições também para a aquisição de embarcações estrangeiras usadas.

Nesse sentido, a navegação de cabotagem brasileira está condicionada à aquisição de embarcações, novas e usadas, pelas Empresas Brasileiras de Navegação (EBN).

Para incentivar a indústria naval, o setor conta com o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que tem como principal fonte de recursos o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que incide na cabotagem, na navegação de longo curso e na navegação interior.

Trata-se de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), instituída pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e disciplinada pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de cumprir os objetivos do programa, a principal mudança que o PL nº 4.199, de 2020, propõe é facilitar a expansão das operações de cabotagem e a entrada de novos interessados no setor. Aumentam-se as possibilidades de as EBNs fazerem afretamentos a tempo e a casco nu, em alguns casos, sem a obrigatoriedade de possuírem embarcações próprias. Esta mudança representa uma grande inovação, que vai permitir o aumento da frota na costa brasileira.

O afretamento a tempo é aquele no qual o proprietário ou armador disponente coloca o navio completamente armado, equipado e em condição de navegabilidade, à disposição do afretador por tempo, o qual assume a posse e a gestão comercial mediante uma retribuição pagável em intervalos determinados durante o período do contrato. É um contrato de utilização dos serviços do navio.

Por outro lado, o afretamento a casco nu se caracteriza pela utilização – arrendamento – do navio, por um tempo determinado, no qual o proprietário "aluga" seu navio sem tripulação a um terceiro, o qual assume a posse e o controle – gestão náutica e comercial. O navio passa a arvorar o pavilhão nacional e submete-se a todas as regras trabalhistas e tributárias do País. É um contrato de utilização do navio.

Como o afretamento a tempo mantém os custos relacionados à operação da embarcação vinculados à bandeira do seu país de origem, é um afretamento mais barato se comparado ao afretamento a casco nu. Os armadores que prestam os serviços de afretamento a tempo costumam registrar suas embarcações em países onde os custos operacionais são diminutos.

Um grande desafio que a estruturação do programa BR do Mar enfrenta é aliar a redução de custos que o afretamento a tempo promove e, ao mesmo tempo, garantir que a cabotagem não fique à mercê da volatilidade do mercado. Qualquer variação na demanda e nos preços dos fretes pode retirar essas embarcações da costa brasileira. Para enfrentar essa dificuldade, o PL cria incentivos para que as EBNs tenham frota própria, garantindo assim a disponibilidade do serviço.

Embora o custo do frete seja um fator muito importante, o que vai permitir a criação de novos mercados para a navegação de cabotagem é, sem dúvida, a regularidade do serviço: o dono da carga precisa ter a confiança e a certeza de que ela será entregue no porto e chegará ao seu destino final no tempo esperado. Para isso é preciso haver oferta constante do serviço, qual seja, disponibilidade da embarcação, e previsibilidade nos preços dos fretes. Caso contrário, o embarcador não terá novos mercados como alternativa e manterá o transporte pelas rodovias que, apesar de mais oneroso, é confiável e estável.

Portanto, para equilibrar a redução de custos e a regularidade do serviço, o PL permite que a EBN constitua uma subsidiária integral estrangeira. Apesar de afretada a tempo, a operação será feita pela EBN, via subsidiária. As hipóteses para esses afretamentos são as seguintes:

– com base em uma proporção, a ser definida em decreto, dos navios de sua propriedade, esta hipótese cria incentivo à formação de frota nacional. Quanto maior a frota própria, maior o acesso a navios que operam com custo menor. Esta hipótese também equilibra a concorrência entre as empresas que já investiram no Brasil, e, portanto, têm custos superiores, e aquelas que poderão entrar no mercado sem investimento algum – afretamento a casco nu sem lastro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– em substituição de embarcação em construção no Brasil. Nesta hipótese, é mantido o incentivo à indústria brasileira de construção naval, uma vez que a construção de embarcação no Brasil permite à EBN afretar duas vezes a tonelagem que estiver em construção;

– em substituição de embarcação em construção no exterior. Neste caso, a EBN só poderá afretar a mesma tonelagem em construção;

– para atendimento exclusivo de contratos de transporte de longo prazo. Esta hipótese possibilita alternativa para usuários que possuam volume para utilizar toda a capacidade de uma embarcação; e

– para prestação de operações especiais de cabotagem, por até quatro anos. Na prática, funcionará como uma circularização de longo prazo. Se uma determinada operação ainda não é feita por EBN com navio brasileiro, então a empresa pode fazer um teste desse novo mercado, sem ter que investir primeiro em embarcação própria.

Muito embora o BR do Mar flexibilize a disponibilidade de embarcação estrangeira na costa brasileira, a indústria naval não fica esquecida. Além dos estímulos para que as EBNs construam suas embarcações no País, o projeto busca ainda alternativas de incentivo à indústria naval, através do Fundo da Marinha Mercante (FMM), onde as EBNs verão ampliadas as possibilidades de utilização dos recursos das suas contas vinculadas para docagem e manutenção das suas embarcações nos estaleiros brasileiros. Atualmente, a docagem de embarcações é realizada em outros países.

Adicionalmente, será permitido o acesso dos recursos do FMM para que empresas estrangeiras construam navios em estaleiros brasileiros e para a docagem de embarcações estrangeiras afretadas.

É preciso ressaltar que as flexibilizações propostas no BR do Mar não comprometem, de maneira nenhuma, a indústria naval. O cenário atual, em que há forte proteção para esta indústria, não é animador. O fato é que a indústria naval brasileira tem entregado poucas embarcações para a cabotagem brasileira. De acordo com o Ministério da Infraestrutura, nos últimos dez anos, apenas quatro navios foram construídos, excluídas as embarcações do setor de óleo e gás. Ou seja, embora o BR do Mar permita afretamentos de embarcações estrangeiras e possa desestimular, num primeiro momento, a construção de navios nos estaleiros brasileiros, a indústria de construção naval já não vinha entregando embarcações, de toda forma.

Com relação às operações especiais de cabotagem previstas como hipótese para afretamento a tempo, permite-se, por exemplo, que novos armadores iniciem suas operações no País em caráter experimental, por até quatro anos, sem a necessidade de vultosos investimentos, para verificar a viabilidade de determinado tipo, rota ou mercado ainda não existente ou consolidado na cabotagem brasileira. Um exemplo desse tipo de operação é o transporte de veículos nos navios ro-ro – *roll on/roll off*. Atualmente, não há nenhum navio desse tipo operando na cabotagem. Pela proposta do Governo, o interessado nesse tipo de transporte poderá afretar a tempo a embarcação para 'testar" o mercado.

Da mesma forma, os contratos de longo prazo poderão utilizar os afretamentos a tempo, uma vez que, dada a natureza e a duração desses contratos, não haverá preocupação quanto à disponibilidade da embarcação para executar o transporte.

Merece destaque ainda a criação da figura da Empresa Brasileira de Investimento na Navegação, que irá constituir frota e fretar as embarcações para as EBNs operarem. Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cria-se uma alternativa à principal barreira de entrada, que é o alto investimento inicial para adquirir embarcações.

É preciso ressaltar que a migração das cargas das rodovias para a navegação de cabotagem não retira o importante papel do transporte rodoviário, que pode ser mais bem aproveitado pela sua característica de transporte porta a porta, em distâncias menores. Ademais, o transporte de cargas na cabotagem é basicamente no sentido norte-sul. O transporte rodoviário continua sendo primordial no sentido leste-oeste. E, sobretudo, a migração de cargas esperada da rodovia para a cabotagem, embora importantíssima, não será de uma forma drástica. Trata-se apenas de um reequilíbrio da matriz de transporte de cargas brasileiras.

Os resultados esperados pelo Governo Federal com o Programa de Estímulos à Navegação de Cabotagem são: o incremento da oferta de embarcações em 40%; a ampliação do volume de contêineres transportados até 2022 em até 65%; e a promoção do crescimento da cabotagem a taxas de 30% ao ano. A aprovação do PL é um passo importante para alcançar um melhor equilíbrio da matriz de transporte de cargas do País e a redução do custo médio dos fretes.

Muito embora o PL em análise mereça elogios, identificamos algumas oportunidades de melhoria no texto, de maneira que os objetivos e diretrizes do Programa BR do Mar sejam melhor atendidos. E aqui eu abro um parêntese para a contribuição de diferentes Senadores – se não me engano, quase 40 – que participaram da elaboração desse texto.

Passamos a analisar as dezenas de emendas apresentadas ao projeto.

A Emenda 1, de autoria da Senadora Kátia Abreu, ao determinar que não haverá limite para o número de viagens nos afretamentos a tempo, restringe a possibilidade de regulação da prestação do serviço de transporte marítimo na costa brasileira, tendo como consequência a possibilidade de navios estrangeiros atuarem de forma desregulamentada. Na prática, tal medida abre o setor de navegação de cabotagem brasileira para os navios estrangeiros.

Esta abertura para os navios estrangeiros seria resultante da eliminação da regra de prioridade para as embarcações que arvoram a bandeira brasileira, pois qualquer empresa brasileira de navegação (EBN), mesmo sem ter a propriedade ou a posse de embarcações aptas a realizarem o transporte pretendido, poderiam circularizar o afretamento a tempo de uma embarcação por, por exemplo, dois anos. Em uma situação como esta não é razoável esperar que exista uma embarcação com bandeira brasileira disponível, pois tal ociosidade seria totalmente ineficiente. Assim, a EBN teria a autorização para fazer o afretamento pretendido, por dois anos, e, na realidade, executar quantas viagens tivesse interesse. Assim, a emenda impossibilita que a agência regulamente e dê efetividade à preferência de bandeira determinada em lei.

Como já tratamos anteriormente, o mercado de cabotagem não pode operar à mercê da volatilidade dos fretes e da falta de previsão quanto à disponibilidade de embarcações na costa brasileira. Ante o exposto, Sr. Presidente, com máxima *data venia*, votamos pela rejeição da emenda.

A Emenda 2, também da Senadora Kátia Abreu, suprime do PL os incisos I e III do §1º do art. 5º e o inciso III do art. 11. Ocorre que parte dos dispositivos são o principal incentivo para que as EBNs tenham frota própria, elemento fundamental para a mitigação da exposição do mercado nacional à volatilidade do mercado internacional. Este instrumento alia a redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo proporcionada pela operação de embarcação com bandeira estrangeira, com o fortalecimento da frota nacional, um dos objetivos da política pública. De maneira simples, pode-se dizer que é uma ponderação de custos: a política permite que uma empresa que carrega o ônus de ter frota própria, que tem alto custo, tenha o bônus de afretar embarcações a tempo, baixo custo, contribuindo para um custo médio que permita a maior competitividade da cabotagem.

A proposta de supressão do inciso I do §1º do art. 5º do PL tem o potencial de anular os efeitos pretendidos de uma das principais medidas para ampliação da frota de navios na cabotagem brasileira com menores custos operacionais.

O inciso III do §1º do art. 5º do PL promove as condições necessárias para que haja o imediato início da prestação de um novo serviço de transporte marítimo independentemente da disponibilidade de embarcação brasileira ou da contratação da construção de embarcação em um estaleiro nacional. Esta medida tem o potencial de proporcionar as condições de mercado mais atrativas para o início de operação de novas empresas de navegação, ampliando a contestabilidade do mercado e a possível concorrência no mesmo. Frise-se que o inciso II do mesmo §1º preocupa-se com a indústria naval brasileira por permitir que a ampliação da tonelagem de porte bruto da embarcação seja ainda maior, caso esta seja construída no Brasil.

Assim, suprimir o dispositivo, como pretende a emenda, significa oferecer barreiras aos novos entrantes, na medida em que as hipóteses de prestação imediata do serviço diminuiriam.

No entanto, entendemos que o inciso III do art. 11 pode ser suprimido. A estruturação do ordenamento do transporte aquaviário nacional vigente, entre outras medidas, tem como objetivo incentivar e valorizar a realização de investimentos realizados na constituição de frota genuinamente nacional, visando ampliar a oferta do serviço de transporte para os embarcadores.

Uma das formas para que isso ocorra é por meio da regulação do setor, possibilitando o afretamento de embarcações estrangeiras nos casos de indisponibilidade da embarcação demandada no mercado nacional, nos termos do art. 9º da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997. Ocorre que o programa BR do Mar deixa de reconhecer o incentivo em frota nacional para permitir que embarcações estrangeiras afretadas a tempo exerçam o poder de bloqueio.

Dessa forma, Sr. Presidente Otto Alencar, com o intuito de reconhecer os investimentos em frota nacional para atender a demanda do mercado nacional, acatamos parcialmente a Emenda 2, da nobre Senadora Kátia Abreu, na forma da Emenda 46, que apresentamos.

A Emenda nº 3, do Senador Lucas Barreto, suprime as alterações promovidas pelo PL nos arts. 4º, 6º e 52-A da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. Os citados dispositivos reduzem as alíquotas do AFRMM na navegação de longo curso (de 25% para 8%), na navegação de cabotagem (de 10% para 8%) e no transporte de granéis líquidos na navegação fluvial e lacustre (de 40% para 8%). Ademais, no âmbito da navegação fluvial e lacustre, o AFRMM passa a incidir também no transporte das demais cargas, incluindo-se os granéis sólidos.

O texto encaminhado pelo Poder Executivo não contemplou a discussão da redução das alíquotas do AFRMM. No entanto, a Câmara dos Deputados, de forma legítima, trouxe o assunto para discussão. O AFRMM contribui com a injeção de recursos no Fundo da Marinha Mercante, de fundamental importância para o setor.

A nosso ver, é preciso reduzir custos atrelados ao transporte de mercadorias, um dos grandes objetivos do BR do Mar. O Fundo da Marinha Mercante é financiado atualmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo, pela arrecadação do AFRMM na navegação de longo curso, cuja alíquota é de 25%. O FMM é superavitário e, portanto, tem espaço para que possamos reduzir esta arrecadação sem comprometer o fomento e o desenvolvimento de nossa Marinha Mercante. Ante o exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 3.

A Emenda nº 4, de autoria do Senador Plínio Valério, vai ao encontro dos anseios do setor produtivo e da sociedade, que buscam a redução de custos sem comprometer os incentivos fundamentais para a nossa Marinha Mercante. No entanto, embora a emenda aumente o teto de arrecadação do AFRMM, na forma que especifica, entendemos que não há razões para estabelecer limites de arrecadação, sob pena de comprometer o acesso das EBNs aos recursos que, como já tratamos, são de fundamental importância para o setor. As Emendas nºs 12 e 13, do Senador Eduardo Braga, possuem o mesmo espírito da emenda do Senador Plínio, sem, no entanto, estabelecer teto para a arrecadação do AFRMM. Assim, acolhemos parcialmente as Emendas nº 4 e nº 13 na forma da emenda que apresentamos.

É importante ressaltar que as reduções das alíquotas do AFRMM não ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente no seu art. 14. Não há qualquer tratamento diferenciado de tributos, uma vez que estamos tratando de modalidades de navegação distintas. Ademais, ao mantermos a alíquota de 40% para o transporte de granéis líquidos na navegação fluvial e lacustre e propormos a alíquota de 8% para o transporte das demais cargas, inclusive granéis sólidos, estamos elevando a arrecadação de tributos e, portanto, não há qualquer renúncia de receita nesse ponto que possa ser enquadrada entre as hipóteses previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Emenda nº 5, também do Senador Plínio Valério, pretende restringir as possibilidades de afretamento a tempo de embarcações estrangeiras para operar na navegação de cabotagem. Ora, o Programa BR do Mar tem como objetivo promover a redução de custos e o aumento da oferta de embarcações, sem com isso deixar o mercado exposto às flutuações e oscilações de fretes, tão maléficos à navegação de cabotagem. Para isso, é de fundamental importância que as embarcações afretadas a tempo sejam vinculadas, de alguma maneira, às empresas brasileiras de navegação. Portanto, votamos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 6, de autoria do Senador Jean Paul Prates, acrescenta dispositivo para proibir a possibilidade de contratação do transporte terrestre por armadores marítimos, empresas de cabotagem e EBNs. O texto proposto é semelhante à emenda que foi apresentada na Câmara dos Deputados, e acabou rejeitada na votação em Plenário. Embora entendamos a preocupação do Senador quanto ao transporte terrestre, não podemos concordar com medida tão drástica. Frise-se que o art. 170 da Constituição Federal estabelece que a ordem econômica é fundada na livre iniciativa, cujos princípios são a livre concorrência e a defesa do consumidor.

É inconstitucional, portanto, proibir o acesso de outros atores ao mercado de transporte terrestre. Ademais, o comando proposto na emenda fere a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas:

> Art. 2º Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A restrição à livre atuação dos agentes proposta pela Emenda nº 6, na realidade, produz mesmos efeitos anticompetitivos, ao limitar a variedade de oferta de serviços e reduzir a competição entre os diferentes modos de transporte.

Dessa forma, a emenda em questão vai no sentido contrário ao do PL nº 4.199, de 2020, que é justamente o de aumentar a concorrência no setor de transporte de cabotagem, atraindo novos agentes para esse mercado e, dessa forma, procurando diversificar a matriz de transporte, com impactos positivos significativos sobre o setor produtivo brasileiro. Por esse motivo, votamos pela rejeição da Emenda nº 6.

As Emendas nº 7 e nº 8 foram retiradas pelo autor.

A Emenda nº 9, de autoria do Senador Alvaro Dias, propõe inserir no texto do PL a informação de que as inovações do Programa BR do Mar não terão efeitos retroativos. Embora, via de regra, as inovações criadas em lei possuam efeito *ex nunc,* exceto quando disposto em contrário, para privilegiar a segurança jurídica do texto, acolhemos a emenda.

A Emenda nº 10, também do Senador Alvaro Dias, suprime o inciso II do art. 7º do PL para evitar que normas infralegais determinem o tipo de carga que poderá ser transportada no Programa BR do Mar. Concordamos com a argumentação do autor da emenda. Trata-se de dispositivo que pode gerar insegurança jurídica para os interessados em aderir ao programa. Considerando que a definição do tipo de carga é a espinha dorsal do programa, não podemos concordar que essa decisão fique a cargo de normas infralegais. Nesse sentido, acolhemos a Emenda nº 10.

As Emendas nºs 11 e 41, de lavra do Senador Marcos Rogério e do Senador Marcos do Val, respectivamente, modificam o art. 19 do PL para permitir o afretamento de embarcações a casco nu sem lastro de que trata o art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997. Propõe-se que o prazo seja alterado de quatro para 15 anos. De fato, é preciso reconhecer os investimentos feitos pelas EBNs em território brasileiro, que precisam ser respeitados. De outro lado, a abertura do setor contribui para os objetivos das políticas do Programa BR do Mar. Optamos, de forma equilibrada, por aumentar o prazo da abertura do mercado para seis anos. Isso posto, rejeitamos as referidas emendas.

A Emenda nº 12, do Senador Eduardo Braga, suprime as alterações propostas no art. 21 do PL para o art. 52-A da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. Concordamos que a restrição imposta pelo dispositivo provocará uma pulverização dos recursos e causará impactos como o aumento do frete e do desemprego. Como, além dos transportadores de granel líquido, todos os demais transportadores terão acesso aos recursos do AFRMM, a manutenção do teto de arrecadação atual resultará numa divisão de recursos baixa, que prejudicará principalmente os transportadores de granéis líquidos, que precisam de grandes investimentos na segurança da navegação, em razão do perigo que eventuais acidentes podem provocar ao meio ambiente. Acolhemos, portanto, a Emenda nº 12.

A Emenda nº 13, do Senador Eduardo Braga, altera o art. 21 do PL para propor nova redação ao art. 6º da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. Propõe-se, em relação ao texto do PL, a manutenção da alíquota de 40% para o transporte de granéis líquidos na navegação fluvial e lacustre nas Regiões Norte e Nordeste. A emenda anterior, combinada com a presente emenda, oferece o melhor caminho para promover a redução de custos (sobretudo na importação), manter o acesso das transportadoras aos recursos do AFRMM e permitir que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transportadoras dos demais tipos de carga também tenham acesso aos recursos do adicional de frete.

Embora a justificação da emenda trate da inclusão das embarcações que transportam passageiros, o texto proposto não os contemplou. Nesse sentido, acolhemos parcialmente a Emenda nº 13, na forma da Emenda nº 54 que apresentamos, para promover esta inclusão e algumas adequações à redação própria do texto.

A Emenda nº 14, da Senadora Rose, modifica o §4º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para evitar interpretações duvidosas quanto à possibilidade de afretamento de embarcações a casco nu. Concordamos integralmente com a justificação e, portanto, acolhemos a emenda.

A Emenda nº 15, do Senador Izalci Lucas suprime o §3º proposto para o art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para determinar que o afretamento a casco nu, sem lastro, será de no máximo quatro embarcações. A nosso ver, a abertura do mercado, ainda que lenta, deve ser enfrentada e atendida nesse projeto. Nesse sentido, rejeitamos a emenda.

As Emendas nºs 16 a 22 são de autoria do saudoso Senador Major Olimpio.

A Emenda nº 16 acresce dispositivo ao PL para retirar o setor de óleo e gás do alcance da futura lei. A preocupação quanto à salvaguarda energética nos parece atendida na medida em que a Transpetro, por exemplo, deverá afretar embarcações de sua própria subsidiária integral e, portanto, o controle das embarcações continuará nas mesmas mãos. Ademais, sabemos que as regras atuais podem levar a um gargalo no escoamento da produção de petróleo e derivados, com risco de impactar negativamente o aumento da produção e exploração do setor. A previsão é de que a produção nacional de petróleo deve dobrar até 2030 com a entrada em operação de novos projetos no pré-sal. Ante o exposto, votamos pela rejeição da emenda do nobre Senador, saudoso Major Olimpio.

A Emenda nº 17 altera dispositivo da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 para sugerir que as EBNs possam utilizar os recursos das contas vinculadas para pagamento dos salários dos trabalhadores marítimos enquanto perdurarem os efeitos do período de calamidade pública reconhecidos pelo Decreto nº 6, de 20 de março de 2020. Nada mais justo que permitir que as EBNs utilizem os recursos das suas respectivas contas vinculadas para manter o emprego dos seus trabalhadores, duramente impactados pela grave crise sanitária enfrentada, que dispensa comentários mais aprofundados. Portanto, acolhemos a emenda.

A Emenda nº 18 impede afretamentos a casco nu sem lastro. No entanto, tal medida vai de encontro a um dos principais objetivos do programa BR do Mar, que é a abertura gradual do mercado, respeitados os investimentos realizados pelas EBNs. Não podemos, portanto, acolher a emenda.

A Emenda nº 19 altera a definição de Empresa Brasileira de Navegação para exigir que a EBN deva ter pelo menos uma embarcação própria, relacionada à navegação pretendida.

Embora a justificativa seja no sentido de que o mercado de afretamento é muito volátil e vai fragilizar as rotas regulares de cabotagem, entendemos que o PL se preocupa com a disponibilidade e a regularidade dos serviços. O PL não deixa de incentivar a constituição de frota nacional. Há, no texto, mecanismos que incentivam a construção de embarcações, ainda que fora do País. Ademais, os afretamentos serão feitos por subsidiária integral de EBN, o que, de certa maneira, mantém o vínculo e o compromisso da prestação do serviço. É importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrar que a alternativa da subsidiária foi ventilada quando da elaboração da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997. Nesse sentido, votamos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 20 especifica uma série de regras a serem observadas quanto à regulamentação do Poder Executivo. Ora, é da natureza das normas infraconstitucionais tais especificações. À lei, cabe os atributos de generalidade. As alterações propostas não contribuem com a boa técnica legislativa, tampouco com a clareza que deve ter o texto da lei. Isso posto, deixamos de acolher a emenda.

As Emendas nºs 21 e 22 preocupam-se em evitar que o poder de bloqueio das embarcações seja estendido às operações especiais de cabotagem. Concordamos com a proposta e acatamos parcialmente as emendas, nos termos da Emenda nº 47, que detalharemos adiante e apresentamos ao PL.

A Emenda nº 23 foi retirada pelo autor.

A Emenda nº 24, de autoria do Senador Lucas Barreto, altera o inciso II do art. 11 para determinar que as embarcações estrangeiras terão o direito de usufruir das mesmas condições comerciais para a prestação dos serviços de apoio portuário, entre parênteses, (e não mais dos serviços de praticagem), fecho parêntese. É desnecessário manter o dispositivo no texto. Assim, acolhemos parcialmente a emenda e suprimimos o inciso II do art. 11.

A Emenda nº 25, também de lavra do Senador Lucas Barreto, trata de assuntos relacionados aos serviços de praticagem. Entendemos que a escala de rodízio único mantém a necessária segurança da navegação de cabotagem, razão pela qual acolhemos integralmente a emenda.

As Emendas nº 26 a 28 são de autoria do Senador Izalci.

A Emenda nº 26 propõe nova redação para o art. 26, I, "k", da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. Propõe-se que os recursos do AFRMM sejam utilizados no financiamento para a realização de obras de infraestrutura portuária e aquaviária e, adicionalmente, permite que os recursos sejam utilizados em empreendimentos prioritários que estejam de acordo com o planejamento do Poder Executivo federal. Não há dúvidas de que as medidas são meritórias, como bem esclarece a justificação da emenda. O texto anterior é detalhista e deixa de fora obras importantes, sobretudo as intervenções em hidrovias. Nesse sentido, acolhemos integralmente a Emenda nº 26.

A Emenda nº 27 e a Emenda nº 32, essa última de autoria do Senador Otto, modificam a redação do caput do art. 12 do PL e aperfeiçoam o texto, para evitar dúvidas quanto a sua interpretação. Embora ambas tenham o mesmo conteúdo, entendemos que a Emenda nº 32, do Senador Otto, apresenta uma redação mais simples e direta, razão pela qual acolhemos parcialmente a Emenda nº 27, na forma da Emenda nº 32.

A Emenda nº 28 modifica a exigência mínima de tripulantes brasileiros nas embarcações afretadas, de dois terços para um terço, no programa BR do Mar. As regras estabelecidas no PL objetivam trazer incentivos consistentes para que as EBNs decidam aderir ao BR do Mar, o que permitirá que o efeito da redução de custos seja atingido. De fato, a equalização do quantitativo de tripulantes é fator *sine qua non* para a efetividade do programa.

Concordamos que este número seja de um terço de tripulantes brasileiros, entre os quais o comandante e o chefe de máquinas, para as embarcações habilitadas no programa BR do Mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tal número teria o potencial de atrair a adesão das empresas de navegação, que teriam condições muito semelhantes às percebidas pelas embarcações estrangeiras.

Ao mesmo tempo, entendemos que o maior quantitativo de embarcações atraídas pelos incentivos do programa vai gerar maior demanda por marítimos nacionais, pois o um terço de tripulantes brasileiros será exigido já no início das operações das embarcações, o que não ocorre hoje. Na forma das regras vigentes (Resolução CNIG MJSP nº 42/2020), as embarcações estrangeiras na cabotagem devem operar com um quinto de tripulantes brasileiros após 90 dias de permanência no País e um terço de tripulantes brasileiros após 180 dias de permanência no País, enquanto as embarcações brasileiras devem ser guarnecidas por pelo menos dois terços de tripulantes brasileiros. Com essa alteração, tem-se maior segurança sobre a efetividade da política pública, o que trará mais embarcações ao País, com tripulantes nacionais desde o início de sua operação.

Os custos atrelados à contratação de marítimos nacionais, que representam em média 40% dos custos operacionais de uma embarcação brasileira, estão entre os fatores que levam as empresas de navegação a operarem com navios de outras bandeiras e, portanto, será um elemento decisivo para a adesão das empresas de navegação ao BR do Mar.

Nesse sentido, considerando o histórico de mercado e as experiências internacionais, é possível antever que não haverá relevante alteração do atual cenário de afretamento de embarcações e desenvolvimento de frota nacional caso o programa BR do Mar não proporcione equilíbrio em termos de quantitativos de tripulantes brasileiros, ou seja, a alteração proposta pela emenda permitirá o aumento da oferta de embarcações e, consequentemente, ampliará os postos de trabalhos para a tripulação brasileira.

Acolhemos, portanto, a emenda.

A Emenda nº 29, de lavra do Senador Otto Alencar, que preside esta reunião, obriga a construção de embarcações nos estaleiros brasileiros, salvo nos casos de falta de capacidade operacional. Entendemos a importância de se incentivar a indústria naval. No entanto, essa indústria entregou, na última década, apenas quatro embarcações para a navegação de cabotagem. De acordo com o Ministério da Infraestrutura, desconsideradas as embarcações para o transporte de petróleo e derivados, de 2010 até 2017, foram empregados apenas 2,85% dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante em embarcações graneleiras e porta-contêineres.

Os resultados da política de incentivo em termos de investimentos para a construção naval não proporcionaram o desenvolvimento de projetos de embarcações para o transporte de cabotagem de forma relevante. Embora seja desejável para a economia do País que as embarcações sejam construídas em território nacional, parece-nos que obrigar a construção dessas embarcações esbarra em alguns óbices, a citar.

O primeiro é de ordem econômica. A empresa brasileira de navegação que desejar adquirir uma embarcação só o fará se a transação for economicamente vantajosa para seu negócio. Caso contrário, as embarcações continuarão sendo afretadas a tempo sob o argumento de que não há embarcações próprias disponíveis no País para a navegação de cabotagem. Isso trará como consequência o desmonte da frota nacional. Para que os estaleiros brasileiros possam concorrer com os estaleiros estrangeiros, é preciso reduzir o chamado "custo Brasil", que onera sobremaneira o valor final do produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, não podemos deixar de ressaltar que a cabotagem vem crescendo a taxas importantes e qualquer mudança drástica de direção, principalmente no que se refere às regras e aos custos de aquisição de embarcações, pode frear esse crescimento. Não podemos nos esquecer de que a legislação atual e o PL oferecem benefícios e incentivos para a Empresa Brasileira de Navegação que tenha interesse em construir sua embarcação no País. Outrossim, ainda que as EBNs tenham em sua frota embarcações construídas em outros países, abrem-se novos mercados para os estaleiros nacionais, que poderão oferecer serviços como manutenção preventiva e corretiva, jumborização e docagem.

A emenda vai na contramão de todo o PL, que incentiva, na medida do possível, a constituição da frota nacional. Os benefícios de se ter uma frota nacional, independentemente do local de sua construção, são vários: proteção ao meio ambiente, criação de empregos, preservação dos ativos de transporte marítimo para fins de segurança nacional, soberania, entre outros.

O segundo e principal óbice que nos leva a rejeitar a emenda é de ordem constitucional. Nos termos do art. 170 da Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na livre iniciativa, tem como um dos seus princípios a livre concorrência e a defesa do consumidor. Portanto, a medida proposta, a nosso ver, esbarra na Constituição Federal, por impedir a livre concorrência, impedir o acesso a novas tecnologias, e impor ao consumidor preços maiores de frete, na medida em que se dificulta o acesso das empresas a outros mercados, em tese, mais competitivos.

A Emenda nº 30, também de autoria do nobre Senador que preside a reunião, Senador Otto Alencar, modifica o art. 1º do PL para transferir a responsabilidade de monitorar e avaliar o programa BR do Mar do Minfra para a Antaq. Ora, é da natureza do ministério formular as políticas públicas atreladas a sua área de atuação, avaliá-las e monitorá-las. Seguindo as melhores referências internacionais, as avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas, que envolve também o planejamento, a execução e o controle orçamentário e financeiro que, como se sabe, é atribuição do Poder Executivo, nesse caso representado pelo Ministério da Infraestrutura. À Antaq, caberá, no âmbito da sua área de atuação, implementar, regular e fiscalizar o programa BR do Mar. Ante o exposto, votamos pela rejeição da presente emenda.

A Emenda 31, também do Senador Otto Alencar, elimina a criação de novas diretorias no âmbito da Antaq. Concordamos com as justificativas apresentadas pelo Senador. É possível que a agência seja eficiente e competente sem a necessidade de aumentar o número de diretorias, que, ao final, significam mais burocracia e despesas para a sociedade. Acolhemos, assim, a Emenda 31.

As Emendas 33 a 42 são de autoria do Senador Marcos do Val.

A Emenda 33 modifica o art. 19 do PL para suprimir os §§ 1º ao 7º do art. 10 do PL da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que tratam das regras de afretamento a casco nu. Ora, como já vimos, a flexibilização dos afretamentos a casco nu permitirá a abertura gradual do mercado e a oferta de embarcações arvorando a bandeira brasileira. Portanto, deixamos de acolhê-la.

A Emenda 34 altera o art. 21 do PL para modificar a Lei 10.893, de 2004, para tratar da perda do direito de uso do AFRMM, que decairá em cinco anos, ao contrário dos três anos atuais. A ampliação de três para cinco anos permite melhor uso dos recursos, em especial para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

docagens, que devem acontecer a cada cinco anos. Ou seja, haverá um casamento entre a validade dos recursos e os financiamentos para docagem. Acolhemos, portanto, a emenda.

A Emenda 35 elimina o § 4º do art. 5º do PL para suprimir a possibilidade de que as EBNs possam afretar a tempo embarcações de subsidiárias de outras EBNs. Embora a emenda demonstre preocupação quanto à possibilidade da criação de atravessadores, o espírito do PL, ao possibilitar o afretamento de embarcações de subsidiárias estrangeiras, fica mantido. Ora, se uma EBN poderá afretar embarcações sem lastro em determinadas hipóteses, não faz diferença se essa embarcação será afretada de sua subsidiária ou da subsidiária de outra EBN. O importante é que o necessário vínculo com uma EBN seja mantido. Ademais, nas hipóteses em que se exige lastro para o afretamento, apenas a EBN com lastro poderá fazer uso desse direito. Assim, rejeitamos a emenda.

A Emenda nº 36 modifica o art. 9º do PL para determinar que, nos afretamentos de embarcações estrangeiras, haverá apenas a preferência (e não a obrigatoriedade) de que o comandante e o chefe de máquinas sejam brasileiros.

A sugestão para que o comandante e o chefe de máquinas sejam preferencialmente brasileiros em primeira análise parece adequada. Entretanto, no sentido estrito da lei, o termo "preferencialmente" abre a possibilidade para que a preferência da regra jamais seja respeitada. Os afretamentos certamente serão realizados nos países que desoneram os custos das embarcações. Nesses locais, via de regra, não há exigências para que tais postos sejam do pavilhão da embarcação. Assim, garanta-se que o comandante e o chefe de máquinas sejam brasileiros, preservando-se os empregos nacionais. Rejeitamos, portanto, a emenda

A Emenda nº 37 modifica a Lei 10.893, de 2004, para incluir os serviços de manutenção e revisão entre as hipóteses de uso dos recursos do AFRMM. Sugere-se ainda permitir que empresas especializadas possam realizar tais serviços (e não apenas os estaleiros). A sugestão é bem-vinda, na medida em que se abre a possibilidade do uso dos recursos da conta vinculada das EBNs para manutenções preventivas e corretivas. Ademais, as EBNs poderão utilizar empresas especializadas, além dos estaleiros, para efetuar os reparos.

Assim, acolhemos a Emenda nº 37.

A Emenda nº 38 pretende modificar o art. 19 do PL para suprimir o direito da Empresa Brasileira de Investimento na Navegação de afretar embarcações estrangeiras durante a construção de embarcação em estaleiro brasileiro.

A nosso ver, o direito da EBN-i de afretar embarcação estrangeira a tempo decorre do investimento, em solo nacional, na construção de embarcação. Não se trata, portanto, de "meros repassadores de embarcação". Esse é um dos dispositivos que permite o desenvolvimento da indústria naval brasileira e também a formação de frota nacional que, aliás, é uma das reivindicações de grande parte do mercado. Nesse sentido, deixamos de acolher a emenda.

A Emenda nº 39 altera o art. 19 do PL para propor nova definição para o termo "Empresa Brasileira de Navegação" para incluir que seja obrigatório que a EBN tenha, no mínimo, uma embarcação própria. O texto do PL permite que as empresas possam afretar embarcações, sob algumas condições, sem a necessidade de constituir frota própria.

Embora a argumentação da emenda seja no sentido de que o mercado de afretamento é muito volátil e vai fragilizar as rotas regulares de cabotagem, entendemos que o PL está muito bem estruturado de forma a garantir disponibilidade e regularidade dos serviços. O PL não deixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de incentivar a constituição de frota nacional. Há, no texto, mecanismos que incentivam a construção de embarcações, ainda que fora do País. Ademais, os afretamentos serão feitos por subsidiária integral de EBN, o que, de certa maneira, mantém o vínculo e o compromisso da prestação do serviço. É importante lembrar que a alternativa da subsidiária foi ventilada quando da elaboração da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Ademais, o PL não abre o mercado indiscriminadamente para embarcações estrangeiras. Existe um rol de hipóteses previstas no art. 5º do PL, entre elas contratos de longo prazo e operações especiais de cabotagem. Dessa maneira, rejeitamos a emenda. A Emenda 40 sugere que a Lei 10.893, de 13 de julho de 2004, seja alterada para determinar a isenção do pagamento da Taxa de Utilização do Mercante quando as cargas forem transportadas nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre, cuja origem ou destino final seja porto localizado nas Regiões Norte e Nordeste. De fato, o valor arrecadado com a TUM é irrisório, além de aumentar a burocracia, que tanto tentamos combater. Nesse sentido, acolhemos a presente emenda.

A Emenda 41 já foi analisada acima, juntamente com a Emenda 11.

A Emenda 42 sugere a redução da obrigatoriedade da tripulação brasileira, prevista no art. 9º do PL, de dois terços para um terço. Ato contínuo, propõe ainda modificar aspectos dos seguros marítimos.

De fato, a redução do número mínimo de tripulantes para um terço contribui com a redução dos custos. No entanto, à lei cabe estabelecer normas gerais. A exigência do “cartão mínimo de segurança”, se aplicável, deve ser regulada em normas infralegais.

Também entendemos que não há necessidade de se especificarem os postos a serem considerados para atingir o número mínimo de marítimos. O PL estabelece acertadamente a proporcionalidade, de maneira que cada um desses postos tenha profissionais brasileiros.

Por fim, as sugestões para alteração das características do seguro não respeitam a boa técnica legislativa. À lei cabe o atributo de generalidade. As sugestões quanto aos seguros podem ser incorporadas no âmbito das regulamentações que virão após a publicação da lei.

Em resumo, acolhemos parcialmente a emenda, nos termos da Emenda nº 28, cuja análise comentamos anteriormente.

A Emenda 43, de autoria do Senador Carlos Portinho, modifica o art. 5º do PL para conferir prioridade das embarcações brasileiras na circularização. De fato, é importante oferecer incentivos para a formação de frota nacional, razão pela qual a emenda é meritória. Sugerimos apenas pequenas modificações no texto, razão pela qual acolhemos a emenda parcialmente, nos termos da Emenda 47 que apresentamos.

A Emenda 44, do Senador Heinze, aniversariante de hoje, suprime o art. 7º do PL e dá nova redação ao inciso IV do § 1º do art. 5º. O Senador argumenta que não cabe ao Ministério da Infraestrutura tratar do assunto, uma vez que cabe à lei dispor sobre a ordenação do transporte. No entanto, o texto do PL determina algumas competências para o Minfra, que estão dentro do escopo da regulamentação do PL. À lei cabe o atributo da generalidade, qual seja, traçar linhas gerais sobre a matéria. A regulamentação das matérias compete ao Poder Executivo. Nesse sentido, rejeitamos a emenda.

Fica a análise das emendas apresentadas pelas Senadoras e pelos Senadores, na forma do regimento. Passamos a tratar das emendas de Relator que ora propomos. Para facilitar a compreensão e a remissão a uma ou outra emenda, seguimos com a numeração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 45 que apresentamos apenas aprimora a técnica legislativa do art. 5º, sem qualquer alteração de conteúdo. Eliminamos o §4º e reescrevemos o *caput* do art. 5º para determinar que a empresa habilitada no BR do Mar poderá afretar a tempo embarcações de sua subsidiária integral estrangeira ou de subsidiária integral de outra Empresa Brasileira de Navegação para operar a navegação de cabotagem.

A Emenda nº 46 é resultado do acolhimento parcial da Emenda nº 24.

A Emenda nº 47 trata da possibilidade de afretamento de embarcação estrangeira quando verificada a indisponibilidade de embarcação brasileira, nos termos do inciso I do art. 9º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997. O texto do PL, acertadamente, estabelece que as embarcações afretadas sob contrato de longo prazo não podem utilizar essa frota para comprovar a citada disponibilidade. Acrescentamos também, na mesma hipótese, as embarcações afretadas a tempo para operações especiais de cabotagem.

Ora, as operações especiais são utilizadas para o transporte de carga em tipo, rota, ou mercado não existente ou não consolidado. Ou seja, é da natureza dessa operação a incerteza quanto à quantidade de embarcações e o número de viagens a serem realizadas. A Antaq, no uso do seu poder regulador, terá dificuldades em controlar a atividade das operações especiais justamente pelo fato de que se trata de um mercado em estudo. Assim, nada impede que eventuais aproveitadores se utilizem dessas incertezas para afretar embarcações a tempo além do necessário e utilizá-las para outros tipos de fretes, concorrendo de forma desigual com outras empresas.

Inovamos, ainda, no mesmo dispositivo, para estabelecer uma ordem de prioridade no poder de bloqueio das embarcações no momento da circularização. Privilegiamos a frota nacional ao determinar que a embarcação de propriedade de uma EBN construída no País tenha a prioridade nesse bloqueio. Não havendo essa embarcação disponível, a EBN que tenha embarcação própria construída fora do País passa a ter a prioridade. Por fim, no terceiro nível de prioridade, estão as embarcações afretadas a tempo, nos termos dispostos no texto do PL, e as embarcações afretadas a casco nu, que concorrerão em pé de igualdade. Esperamos, com essa medida, demonstrar ainda mais nosso reconhecimento da necessidade de se incentivar a formação de frota nacional.

Ante o exposto, promovemos alterações no inciso III do art. 11, no § 2º do art. 7º e criamos novos dispositivos no art. 5º do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020.

A Emenda nº 48 é consequência da anterior e apenas compatibiliza o texto.

A Emenda nº 49 tem o propósito de adequar a redação do texto à melhor técnica legislativa possível e, principalmente, evitar que os prazos estabelecidos nas regras de afretamento a casco nu na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 não sejam considerados. Da forma como o texto original sugere, os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 10 da supracitada lei são atrelados à sua data de vigência, que é do ano de 1997. Do ponto de vista literal, o prazo de 48 meses estabelecido para o afretamento a casco nu, sem lastro, estaria permitido a partir de 8 de janeiro de 2001. Na prática, caso o texto seja mantido na sua forma original, o afretamento a casco nu sem lastro estará permitido no momento em que a lei decorrente do PL entrar em vigor.

Poderíamos emendar o PL e criar artigo específico para atrelar os prazos à data de publicação da lei resultante do projeto. No entanto, faríamos referências cruzadas em leis esparsas, o que, definitivamente, não é o melhor caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos, alternativamente, que o início da flexibilização se dê em 2024, culminando na abertura total para os afretamentos a casco nu a partir de 2027, de forma a garantir os investimentos já realizados no país pelas EBNs.

A Emenda nº 50 suprime o parágrafo único do art. 16 do PL, que isenta o Certificado de Livre Prática (CLP). A nosso ver, trata-se de matéria de natureza regulatória, que deve ser discutida e, se for o caso, aprimorada, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Emenda nº 51 suprime o §1º-A do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. A nosso ver, o acesso aos recursos da arrecadação do AFRMM deve ser franqueado a todos os beneficiários, sem estabelecer rubrica para atividades específicas. A proposta original retira recursos do FMM e os destina a investimentos que, se não utilizados, não retornam para o uso em outras atividades. Atualmente, verifica-se que há a aplicação de menos de 10% das destinações do FMM para fundos específicos por contingenciamento orçamentário, dadas as restrições fiscais por que passa o País. Essa dificuldade de uso dos recursos certamente será verificada na nova destinação.

A Emenda nº 52 modifica o §4º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, proposto pelo art. 19 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, para retirar a expressão "do mesmo grupo econômico". O termo pode provocar interpretações equivocadas e prejudicar o espírito do dispositivo, que é flexibilizar os afretamentos a casco nu.

A Emenda nº 53 é resultado do acolhimento parcial de dispositivos do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020, conforme já mencionamos na análise do mérito do PL.

A Emenda nº 54 é resultado do acolhimento parcial das Emendas nº 4- PLEN e nº 13-PLEN.

A Emenda nº 55 que propomos modifica dois importantes aspectos da redação sugerida para o art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004. O primeiro aspecto inclui a manutenção das embarcações entre as possibilidades de financiamento com os recursos do Fundo da Marinha Mercante. Nada mais justo que permitir que as empresas tenham acesso aos recursos do fundo para, entre outros fins, promover as manutenções necessárias, inclusive as preventivas. Ademais, permitimos que as empresas brasileiras de navegação possam definir como e onde empregar esses recursos, seja por meio de um estaleiro, seja por meio de uma empresa brasileira especializada na atividade.

O segundo ponto alterado diz respeito à possibilidade de uso dos recursos do FMM nas obras de infraestrutura portuária e aquaviária. Tornamos o comando do texto mais simples e direto. Embora a proposta seja importantíssima, o texto original é prolixo e detalhista, o que definitivamente não contribui para a melhor técnica legislativa e para o espírito do dispositivo, que é permitir que as obras do setor, sem distinção, sejam financiadas a partir dos recursos do fundo.

A Emenda nº 56 visa a aperfeiçoar a legislação do Fundo da Marinha Mercante para prever mecanismo que permita aos agentes financeiros que contratam as operações de crédito com recursos do FMM reescalonar financiamentos celebrados antes dos aumentos de custos operacionais trazidos pela pandemia da covid-19, que afetaram a capacidade de pagamento de determinados tomadores dentro dos prazos originalmente previstos, mas que pode ser viabilizada se o agente financeiro conceder maior prazo de amortização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a Emenda nº 57 prorroga o prazo dos benefícios conferidos pelo Reporto, que se encerrou no fim de 2020, para 31 de dezembro de 2023. O crescimento e o desenvolvimento da navegação de cabotagem impactam diretamente a movimentação nos portos, que precisarão promover investimentos para acompanhar a nova demanda. Neste sentido, é salutar, como política pública, diminuir as barreiras para aquisição de equipamentos para os portos.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, manifestamo-nos:

III.1 – pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito; pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, na forma das emendas que apresentamos; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 14, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emenda nºs 2, 4, 13, 21, 22, 24, 27, 42 e 43, na forma das emendas que apresentamos, rejeitadas as demais emendas;

III.2 – pela consequente prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014; do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014; do Projeto de Lei nº 2.948, de 2019; e do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020;

III.3 – pela tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 422, de 2014.

EMENDA Nº 45.

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 5º do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, e suprima-se o §4º do mesmo artigo:

“Art. 5º - A empresa habilitada no BR do Mar poderá afretar por tempo embarcações de sua subsidiária integral estrangeira ou de subsidiária integral estrangeira de outra Empresa Brasileira de Navegação para operar a navegação de cabotagem, desde que essas embarcações estejam:

.....”

EMENDA Nº 46.

Suprimam-se os incisos II e III do art. 11 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020.

Emenda Nº 47.

Substitua-se, no inciso III do art. 11 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a expressão “no inciso IV” por “nos incisos IV e V”, suprima-se o §2º do art. 7º do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, e insira-se, onde couber, os seguintes §§ ao art. 5º do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020:

“§ - A comprovação de existência ou disponibilidade de embarcação de bandeira brasileira para fins do disposto no inciso I do caput do art. 9º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

I – embarcação de propriedade de empresa brasileira de navegação construída no País;

II – embarcação de propriedade de empresa brasileira de navegação construída fora do País;

III – demais embarcações afretadas nos termos desta Lei.”

“§ - As embarcações afretadas na forma prevista nos incisos IV e V do §1º deste artigo não poderão ser utilizadas para comprovar existência ou disponibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embarcação de bandeira brasileira para fins do disposto no inciso I do *caput* do art. 9º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997."

EMENDA Nº 48.

Substitua-se, no inciso V do §1º do art. 5º do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a expressão "prestação" por "prestação exclusiva".

EMENDA Nº 49.

Dê-se a seguinte redação aos §§2º e 3º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, alterado pelo art. 19 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020:

"§2º - O limite de afretamento de que trata o §1º deste artigo será ampliado:

I – após 1º de janeiro de 2024, para duas embarcações;

II – após 1º de janeiro de 2025, para três embarcações;

III – após 1º de janeiro de 2026, para quatro embarcações.

§ 3º O afretamento a casco nu de embarcação estrangeira, com suspensão de bandeira, para a navegação de cabotagem, será livre a partir de 1º de janeiro de 2027, observadas as condições de segurança definidas em regulamento.".

EMENDA Nº 50

Suprima-se o parágrafo único do art. 16 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020.

EMENDA Nº 51

Suprima-se o §1º–A do art. 17 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, constante do art. 21 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020.

EMENDA Nº 52

Suprima-se, no §4º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, proposto pelo art. 19 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a expressão "do mesmo grupo econômico".

EMENDA Nº 53

Insira-se, no art. 20 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, as seguintes alterações aos arts. 12, 20 e 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001:

"Art. 12.

.....

.....

VIII – promover o tratamento isonômico nos procedimentos de alfandegamento e das exportações;

IX – promover a adoção de ações que facilitem a multimodalidade e implantação do documento único no desembaraço das mercadorias;

X – promover a implantação de sistema eletrônico para entrega e recebimento de mercadorias, contemplando a multimodalidade." (NR)

"Art. 20.

.....

.....

II –

.....

.....

b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita, práticas anticompetitivas ou formação de estruturas cartelizadas que constituam infração da ordem econômica.” (NR)

“Art. 27.

.....

.....

XXX – fomentar a competição e tomar as medidas necessárias para evitar práticas anticoncorrenciais, especialmente no tocante à má-fé na oferta de embarcações que não atendam adequadamente às necessidades dos afretadores quando da aplicação do direito previsto no inciso I do artigo 9º da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.”(NR)

EMENDA Nº 54

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º da Lei nº 10.893 de 13 de julho de 2004, alterado pelo art. 21 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020:

“Art. 6º O AFRMM será calculado sobre a remuneração do transporte aquaviário, aplicando-se as alíquotas de:

I – 8% (oito por cento) na navegação de longo curso;

II – 8% (oito por cento) na navegação de cabotagem; e

III – 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste;

IV – 8% (oito por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de passageiros e das demais cargas nas regiões Norte e Nordeste;

.....

§4º O Poder Executivo poderá estabelecer descontos às alíquotas de que tratam os incisos do caput, desde que não diferenciados de acordo com o tipo de carga, levando em consideração apenas o fluxo de caixa do FMM.” (NR)

EMENDA Nº 55 -

Dê-se ao art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, alterado pelo art. 21 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 26. .....

I – .....

a)

.....

.....

II - para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, inclusive preventiva, ou reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro ou por empresa brasileira especializada, podendo a empresa brasileira de navegação adquirir diretamente materiais e equipamentos, bem como contratar os serviços do estaleiro ou das empresas especializadas;

.....

.....

d) às empresas públicas não dependentes vinculadas ao Ministério da Defesa, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para construção e reparos, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, bem como de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo;
.....
.....
f) às empresas brasileiras, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, inclusive preventiva, ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro ou por empresa especializada, de qualquer tipo de embarcação própria ou afretada, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras;
.....
.....
k) para a realização de obras de infraestrutura portuária e aquaviária, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;
l) a outras aplicações em investimentos, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção naval brasileiras, cujos projetos obedecerão aos critérios de enquadramento na política nacional da Marinha Mercante e na indústria de construção e reparação naval brasileiras definidos em regulamento; e
m) às empresas estrangeiras, até 80% (oitenta por cento) do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, inclusive preventiva, ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro ou por empresa brasileira especializada, de qualquer tipo de embarcação própria ou afretada, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.
.....
.....
VII – na realização de obras de infraestrutura portuária e aquaviária exclusivamente em empreendimentos prioritários que estejam de acordo com o planejamento de longo prazo no âmbito do Governo federal, na forma definida em regulamento.
EMENDA 56
Insira-se no art. 21 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a seguinte alteração ao art. 29 da Lei nº 10.893, de 13 de junho de 2004:
Art. 29 -
.....
.....
§3º. Os agentes financeiros do fundo da marinha mercante ficam autorizados a reescalonar contratos vigentes de financiamentos com recursos do fundo da marinha mercante, desde que não ultrapasse prazo máximo de 72 meses de carência e de até 24 anos de amortização, quando necessário para viabilizar a recuperação do crédito, em razão dos efeitos da pandemia da covid-19.
EMENDA Nº 57.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no art. 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, alteradas pelo art. 25 do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, a expressão "até 31 de dezembro de 2021" por "de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023".

Sr. Presidente, demais colegas, esse é o extenso relatório que, com certeza, serviu para demonstrar que, além da paciência e a persistência que tivemos de ouvir todos os setores, eu não fiquei com nenhuma sequela do covid em função da contaminação que tive de quase 80% dos meus pulmões. (*Risos.*)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu quero agradecer e parabenizar o Senador Nelsinho Trad, que é o Líder do PSD.

Eu apresentei quatro emendas, ele acolheu duas emendas que foram apresentadas por meu intermédio. E o Senador Nelsinho Trad rejeitou a emenda em que minha intenção ao colocá-la foi para incentivar exatamente a produção nacional de navios de cabotagem, de plataforma, enfim... Sendo a costa brasileira uma costa muita extensa, a indústria nacional naval deixa muito a desejar por falta de incentivo e de investimento nesse setor. É o caso, por exemplo, Senador Nelsinho Trad, do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia, que tem um potencial muito grande, uma área enorme, que já gerou 6 mil empregos e que está quase desativado por falta de um projeto do Governo Federal de incentivo à indústria nacional. Nós temos todas as condições de produzir os nossos navios aqui, as nossas plataformas, dando condição de geração de emprego e renda. O que acontece? Na costa brasileira hoje, uma pequena parte dos navios tem bandeira nacional, a maioria são navios de outros países que têm permissão especial para explorar essa movimentação de cargas que nós temos no nosso País.

Então, a minha intenção quando eu coloquei a emenda, que V. Exa. rejeitou arguindo talvez inconstitucionalidade, foi exatamente chamar atenção do Governo para que ele possa tomar essa iniciativa, como foi tomada no passado. Nós podemos construir nossos navios, nossas plataformas, fazendo isso com mão de obra que nós temos no País, com capacidade, com instrução, com treinamento, já com uma experiência muito grande, sobretudo com a *expertise* que têm a Petrobras e todos aqueles que trabalham nessa área do setor naval e em outras atividades também, inclusive o setor privado. Por exemplo, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que já gerou 6 mil empregos, que absorvia mão de obra no Recôncavo Baiano, de Municípios como Salinas da Margarida, onde fizemos uma ponte na direção de Maragogipe, a ponte do Baetantã, exatamente para facilitar toda essa produção naval, está desativado. É outro setor em que o Governo não tem política absolutamente nenhuma para estimular a produção nacional! Nós temos um país que precisa disto: perder, pelo menos aos poucos ou até imediatamente, a dependência de outros países que mandam para cá os seus navios com bandeira internacional.

Essa foi a colocação que eu quis fazer. V. Exa. analisou. Eu concordo com o seu relatório, parabenizo-o, foi um trabalho exaustivo que nós também acompanhamos. Eu quero deixar clara uma posição nossa nesse sentido.

Está inscrito aqui para usar a palavra o nobre Senador Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra. Em seguida, será o nobre Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas.

Passo a palavra, pelo sistema remoto, ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente Otto Alencar, pela retomada dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos e, sobretudo, por ter pautado esta matéria tão relevante para o desenvolvimento nacional.

Esse projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, pelo Governo Federal, chegou à Câmara em 13 de agosto do ano passado e foi remetido ao Senado em 14 de dezembro do ano passado. No mês de abril, eu recebi diversos apelos de lideranças partidárias, inclusive do Presidente Rodrigo Pacheco, para que a gente pudesse retirar a urgência constitucional dessa matéria, para que a gente pudesse aprofundar o debate e a discussão. Assim nós fizemos com o compromisso de que a matéria seria aprofundada, mas teria prioridade para deliberação.

Eu quero cumprimentar, pelo trabalho feito, o Senador Nelsinho Trad. Ele se dedicou, de forma exaustiva, a ouvir todos os interessados, toda a indústria, a indústria de navegação, a indústria de construção. Todos os atores importantes nesse debate tiveram a oportunidade de dialogar e de trazer suas sugestões para o nosso querido Relator, o Senador Nelsinho Trad, assim como houve uma intensa participação através das muitas emendas que foram apresentadas pelos companheiros e companheiras do Senado Federal.

Portanto, eu quero me congratular com o relatório apresentado. Entendo que a vista coletiva foi dada. A matéria retorna na próxima semana para a deliberação final na CAE. Nessa matéria, será solicitada por parte da Liderança do Governo a urgência, para que ela possa ser apreciada em Plenário já na próxima semana. O Governo gostaria apenas de manifestar as suas preocupações em relação às alterações que foram feitas nas questões relativas à praticagem, no equilíbrio entre a Empresa Brasileira de Navegação e a abertura mais drástica para permitir o afretamento de longo prazo para embarcações estrangeiras. Esse relatório do Senador Nelsinho Trad procura fazer esse equilíbrio que possa permitir a abertura do mercado, para haver um maior volume de carga transportada através da cabotagem.

Quero aqui destacar os esforços do Ministro Tarcísio de Freitas, que está fazendo uma revolução no modal ferroviário. Com os investimentos feitos no setor ferroviário, nós deveremos transportar, através de ferrovias, mais de 30% das cargas brasileiras. E, certamente, esse projeto BR do Mar, o marco legal da cabotagem, vai impulsionar o volume de cargas a serem transportadas pela costa brasileira e também no transporte fluvial e lacustre no nosso País.

Portanto, quero aqui me congratular e dizer que vamos nos empenhar, com o apoio do Senador Otto, com o apoio do Senador Nelsinho, com o apoio decisivo do Presidente Rodrigo Pacheco, para que essa matéria, depois de dez meses, possa ter a manifestação final do Senado Federal e contribuir para impulsionar os investimentos no importante setor de infraestrutura do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra, pela inscrição, ao Senador Eduardo Braga; logo em seguida, ao Senador Jean Paul Prates, e, logo em seguida, ao Relator, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pela retomada dos trabalhos da CAE de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma semipresencial, saudando o amigo Otto Alencar, que passou pelo covid, como eu, o Senador Nelsinho Trad e outros tantos Senadores.

E passamos bem, lamentando aqui a perda de três colegas que tivemos, que, lamentavelmente, não conseguiram passar: Dr. Arolde de Oliveira, eminente Senador pelo Estado do Rio de Janeiro; meu companheiro de partido José Maranhão e o nosso Major Olímpio. Portanto, quero aqui cumprimentá-lo por esta reunião de hoje.

Em segundo lugar, quero cumprimentar o Senador Nelsinho Trad. Sr. Presidente, esta matéria que nós estamos deliberando hoje aqui trata de uma modernização legislativa que moderniza dados impressionantes: o Decreto-Lei 2.784 data de 20 de novembro de 1940; o Decreto do Poder Legislativo nº 123 data de 11 de novembro de 1892, e o Decreto 5.474 data de 18 de julho de 1968.

Presidente, eu cito essas três leis para dizer que, ao longo desses mais de cem anos, a navegação marítima foi completamente modernizada, modificada tecnologicamente, a competitividade mundial mudou, a competitividade intrarregional mudou e o Brasil lamentavelmente adormeceu por interesses difusos por mais de um século para poder construir uma modernização sobre o transporte de capotagem e sobre o transporte marítimo.

Quero aqui, portanto, cumprimentar efusivamente o Senador Nelsinho Trad. Esse relatório não foi um relatório simples de fazer. Por que não modificaram antes essa lei? Exatamente pelo confronto dos interesses difusos das mais diversas naturezas. E o Senador Nelsinho conseguiu, com a sua habilidade peculiar e com a sua transparência legislativa, construir dentro do limite do possível porque muitas vezes o ótimo é o inimigo do possível. No limite do possível, conseguiu construir uma legislação que moderniza a navegação de cabotagem, a navegação marítima e que mantém novas estruturas de possibilidade de financiamento.

Para que V. Exa. tenha ideia, na minha região, na Região Norte, na Amazônia brasileira, onde as principais estradas são os rios e as pessoas navegam exatamente em função da ausência até de outro tipo de transporte, seja aéreo, seja rodoviário, nós não podíamos restituir aos armadores de passageiro subsídio para construção de modernização de embarcações pelo Fundo da Marinha Mercante, pelo AFRMM. Agora, com essa modernização... E ainda há pouco havia aqui até uma discussão entre nós, Senadores da Região Norte, para termos certeza do que estávamos falando, porque até então era apenas para a carga e não para passageiros o investimento de navegações modernas.

Veja o quanto este relatório do Senador Nelsinho Trad traz de inovação e de ganhos para o setor, mantendo empregos, abrindo novas oportunidades, melhorando a competitividade, fazendo com que nós tenhamos um transporte marítimo mais eficiente.

Portanto, eu quero aqui cumprimentá-lo mais uma vez, cumprimentar V. Exa. e me manifestar favoravelmente à aprovação do requerimento apresentado pelo nobre Senador Nelsinho Trad, aproveitando para cumprimentar a Nação brasileira, que, finalmente, depois de um século, terá uma legislação que moderniza essa atividade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar o Relator Nelsinho Trad pelo trabalho, que nos ouviu, ouviu a todos, ouviu todo o setor.

Esse é um projeto difícil de relatar, é um projeto que trata da história da logística do transporte brasileiro, bem como, também, temos tratado do projeto das ferrovias. São projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se completam, são projetos necessários na história do Brasil, destravam gargalos históricos, introduzem novos instrumentos regulatórios, asseguram prerrogativas inovadoras, incentivos, definições técnicas que são necessárias para dar segurança jurídica também à norma infralegal e fazem mais uma tentativa também de novos tipos de outorga e de abertura desse setor.

É bom lembrar, no entanto, Presidente, que a maior parte dos países tem esse setor praticamente reservado aos seus operadores nacionais. Talvez o projeto, com todos os méritos que tem – e de fato tem inúmeros méritos –, mas o próprio Relator e nós todos sabemos que ele não é suficiente. É importantíssimo que o Governo brasileiro, seja este, seja o próximo ou qualquer, o Estado brasileiro como um todo, trate de incentivar, de ajudar o setor, porque o setor não consegue ir à frente – a escala que ele adquire, a importância que ele tem estratégica –, não consegue ir adiante sem esse apoio.

Cito, para dar esse exemplo, estaleiros que estão instalados hoje, e o Presidente já destacou isso na Bahia, que se estendem desde Pernambuco ao Rio Grande do Sul, 30 estaleiros de médio e grande porte todos ociosos – todos ociosos –, com estruturas prontas, preparadas justamente pela política de incentivos do Governo de Lula e do Governo de Dilma, em cima dos compromissos de compra local, principalmente do setor petrolífero, portanto, aproveitando o grande crescimento desse setor antes e depois da descoberta do pré-sal para alavancar. E veja que nós não estamos aqui falando de dinheiro público diretamente injetado como incentivo para a iniciativa privada; estamos falando de girar o próprio dinheiro da economia desses segmentos que são os demandadores, porque não existe frete sem produção, não existe frete sem carga. Para existir felicidade no setor de frete, tanto da ferrovia quanto da cabotagem, Senador Nelsinho, precisa haver o que carregar, a economia precisa estar girando. E, mais, alguns setores que a gente sempre reputa que são estratégicos por isso, são alavancadores importantes de todo o arranjo produtivo da construção de navio, da operação do setor de navipeças.

Só para dar um exemplo, entre 2000 e 2010, o setor de navipeças cresceu 10% ao ano. Nesse período, portanto, 110%. Dobrou de tamanho. Essa área já bombou.

Em dois ou três anos de demolição dessas políticas de contratação dos setores principais, esses estaleiros viraram estaleiros fantasmas e os trabalhadores, que é o mais importante, trabalhadores qualificados, capacitados, hoje são desempregados qualificados: desempregados qualificados no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo. Então, este projeto vem ao encontro de ajudar o fomento à segurança jurídica para o setor de frete, mas ele apenas inserta uma nova fase de retomada – retomada –, de reativação dessas políticas, sim, públicas de incentivo a esses setores que, de fato, compram o frete, que usam o frete e, principalmente, esses setores tratados como estratégicos.

Quero, então, elogiar e dizer o seguinte: o Fundo da Marinha Mercante, por exemplo, é um fundo de rotação, de giro de investimentos. Mais um exemplo: de 2002 a 2012, Senador Nelsinho, o Fundo da Marinha Mercante colocou 15 bilhões na indústria naval, e esses 15 bilhões foram os mesmos arrecadados. Então, ele arrecadou e redistribuiu. Esse papel é um papel do Estado brasileiro e é um papel que tem sido... Nos Estados Unidos é assim, na China é assim, enfim, em todos os espectros políticos que se possa imaginar, esses setores precisam desse tipo de dinâmica. É uma dinâmica muito complexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero parabenizá-lo, Nelsinho, pela relatoria, pela missão de recomeçar essa jornada que já foi tão bem-sucedida. Em três ou quatro anos acabou degringolando, essa que é a verdade, e agora vamos retomando esse processo, espero que com bases especificamente, solidamente destinadas ou designadas por esse projeto que você brilhantemente relatou hoje aqui para nós. Tem o nosso apoio, parabéns.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, que é o Relator. Em seguida, ao Senador José Aníbal.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Poderia inverter, Sr. Presidente, porque eu queria fazer um fechamento aqui, que vai ser didático e é importante para todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Com a palavra o nobre Senador José Aníbal, do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, demais Senadoras, Senadores, eu nasci em Guajará-Mirim, Nelsinho Trad, que é o ponto final da Estrada de Madeira-Mamoré, a estrada que o Barão do Rio Branco acertou construir e construiu como uma das formas de pagamento da incorporação do Acre ao Brasil.

O meu pai era comerciante lá em Guajará-Mirim, e eu conseguia ver, fascinado, chegarem caixas de sapato que embarcavam em Pelotas, davam a volta no Brasil inteiro... É o mais longo trecho de viagem por água, digamos, possível no Brasil: Pelotas a Porto Velho. Quer dizer, entrava lá na costa inteira do Brasil, depois entrava em Belém, aqui na região de Belém, Manaus, Porto Velho.

A partir de Porto Velho a Guajará-Mirim, os Rios Madeira e Mamoré não são navegáveis porque têm 14 cachoeiras. Mas o fato é que chegavam – era uma coisa extraordinária! –, depois de um mês de viagem. As mercadorias vinham lá de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, vinham de São Paulo, vinham do Rio, e era por navegação de cabotagem. E, ainda, adicionalmente, pegava-se carga em Belém, na região de Belém, de determinados produtos, enfim.

Evidentemente, um projeto dessa natureza, que estimula a nossa navegação de cabotagem, já está atrasado, não é? A logística de transporte marítimo no mundo hoje é quase um balé. Eu já fui ver a operação de alguns portos e é impressionante como a coisa funciona: é toda uma combinação ou toda uma agilidade que o Brasil já começa a ter, mas precisa ter também na navegação de cabotagem.

Eu acho que uma questão importante que foi colocada pelo Senador Jean Paul são os operadores nacionais nessa navegação de cabotagem. O espírito animal dos empresários, como gosta de falar o ex-Ministro Delfim Netto, deixado à sua própria sorte, é um espírito perigoso às vezes. Tem que normatizar, tem que regulamentar, tem que induzir.

Foi mostrado aqui já um investimento enorme feito na construção, enfim, em estaleiros, em toda a costa brasileira. Pode ser um projeto bem integrado, bem trabalhado, que estimule esse setor com competitividade, com capacidade de fornecer o melhor no mercado internacional.

Eu conversei com o Santos semana passada, que me pediu uma entrevista. Eu conheço muito detalhadamente o projeto, mas pude dizer: "Olha, qualquer que seja o desfecho, considerando quem está fazendo, o Relator da matéria, fato que está lá na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Econômicos, esse projeto vai ser importante, vai melhorar a logística do Brasil, porque os caminhoneiros estão preocupados, mas eles terão alternativas, terão outros caminhos". A carga, hoje, no mundo, os grandes navios de contêineres a descarregam em um porto só. E depois são aquelas centenas, aqueles milhares de caminhões para transportar aquilo que foi descarregado naquele porto, quando pode ser redistribuído pelo litoral inteiro.

Enfim, o Brasil precisa evoluir nessa direção. Nós estamos vendo o quanto é desafiador você reintroduzir a matriz ferroviária – nós estamos discutindo essa matéria aqui também – e ampliar a navegação de cabotagem. Combinadas essas duas mudanças, certamente o Brasil terá uma logística melhor, mais barata, mais competitiva, portanto, favorecendo o crescimento.

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, aqui venho novamente, para o desfecho da minha participação nesta manhã de trabalho, para ressaltar um resumo que eu pedi para fazer a quem me auxiliou nesse relatório – é uma folha e meia – que é importante estar na mente de todos os colegas Senadores.

E quero dizer que exercitei muito a capacidade de ouvir nessa matéria, e estou ainda dentro do que permite o Regimento, desde que não venha a desvirtuar o mérito principal da matéria e do relatório, pronto a ouvir as considerações ainda nesse pedido de vista. A gente sabe que alguns colegas, alguns Senadores, não tiveram as suas emendas completamente acatadas, mas isso não quer dizer que não seja possível novamente discutir, ouvir, para que essa matéria, após esse período de vista coletiva já concedida por V. Exa., possa ser devidamente apreciada aqui nesta Comissão.

Benefícios da aprovação do BR do Mar.

Garantia de mais empregos.

Um terço de tripulantes brasileiros será exigido já no início das operações das embarcações, o que não ocorre hoje. Na forma das regras vigentes – Resolução do Ministério da Justiça e Segurança Pública n° 42, de 2020 –, as embarcações estrangeiras na cabotagem devem operar com um quinto de tripulantes brasileiros após 90 dias de permanência no País e um terço de tripulantes brasileiros após 180 dias de permanência no País.

Ampliação do uso dos recursos da conta vinculada de três para cinco anos.

Essa ampliação irá permitir melhor uso dos recursos, em especial para as docagens, que devem acontecer a cada cinco anos.

Ampliação do uso dos recursos do Fundo da Marinha Mercante.

Permite que as empresas tenham acesso aos recursos do fundo, entre outros fins, para promover as manutenções necessárias, inclusive as preventivas; também permite que as empresas brasileiras de navegação possam definir como e onde empregar esses recursos, seja por meio de um estaleiro, seja por meio de uma empresa brasileira especializada na atividade; outra possibilidade de uso dos recursos do Fundo da Marinha Mercante é nas obras de infraestrutura portuária e aquaviária.

Novos investidores.

Criação da Empresa Brasileira de Investimentos na Navegação (EBN-i), que irá constituir frota e fretar as embarcações para as EBNs operarem, dispensando a necessidade de essas investirem em frota própria.

Reescalonamento de financiamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevê mecanismo que permita aos agentes financeiros que contratam as operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante reescalonarem financiamentos celebrados antes da pandemia da covid-19, desde que não ultrapassem os prazos máximos de 72 meses de carência e de até 24 anos de amortização.

Prorrogação do AFRMM (Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante), até 2027.

Posso destacar a relevância da prorrogação do AFRMM para a indústria salineira do Rio Grande do Norte, que é uma atividade antiga e que teve início na época da colonização. Essa iniciativa permitirá a sobrevivência da indústria salineira da Região Norte diante da concorrência com o sal do Chile, que não paga o adicional ao frete da Marinha Mercante pelo acordo bilateral com o Brasil. Ao permitir a cobrança do AFRMM no sal brasileiro, o sal do Chile entraria e extinguiria uma indústria que é centenária e que abastece indústrias do País todo.

Ressalto aqui a interlocução que tive, muito intensa, com os Senadores do Rio Grande do Norte, que vieram, nessa matéria, defender o Estado que os enviou para cá: Senador Jean Paul Prates, Senadora Zenaide e Senador Styvenson, e também fui provocado pelo ex-Senador Agripino Maia.

Prorrogação do Reporto até 31 de dezembro de 2023.

A ausência do Reporto, vigente desde 2004, está carregando enormes impactos negativos à logística e à indústria do País, que está em um momento crucial de investimentos vultosos pelos setores portuário e ferroviário. Tais prejuízos serão sentidos não apenas pelos operadores logísticos, mas por todos os usuários do sistema de transporte ferroviário e portuário, com reflexo negativo para o agronegócio.

É importante dizer que, sem o Reporto, toda a carteira de investimento já em andamento está sendo afetada, tendo em vista sua consideração nos atuais contratos e projetos, ensejando o reequilíbrio econômico-financeiro e fatalmente acarretando a redução significativa dos investimentos a serem realizados.

Por fim, mantive as alíquotas do AFRMM de 40% para a Região Norte e Nordeste, pois esses recursos auxiliam na segurança e renovação da frota de granéis líquidos.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de exercer o dom da gratidão neste momento.

Primeiramente, quero agradecer ao ex-Presidente Davi Alcolumbre, por ter confiado a mim uma matéria tão relevante, solicitado que foi pelo Senador Lucas Barreto; segundo, a todos os colegas que contribuíram para a concepção deste relatório. Na pessoa de V. Exa., saúdo a todos eles.

Ressalto aqui a forma clara, livre e transparente com que o Ministro Tarcísio se portou em relação a essa questão, me franqueando total liberdade para construir esse texto, respeitando o que, num projeto sensível como este, é muito importante: a harmonia política para poder vencer as dificuldades. Ninguém é dono da verdade, todo mundo contribuiu com uma parcela de suas sugestões.

E ressalto que, junto com o consultor Frederico Sérgio Lins de Castro Montenegro Filho, consultor legislativo, e os meus dois assessores José Luiz Mahon e Marianne Tosin, nós conseguimos acolher as emendas de todos os Senadores que apresentaram. Ao menos alguma sugestão foi acolhida. Se não deu para acolher 100%, ao menos alguma sugestão foi acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a peça final deste exaustivo relatório de que tive a honra e o privilégio de ser o protagonista.

E, como disse ainda V. Exa.: estou pronto, junto com esses assessores, para exaurir quaisquer dúvidas que V. Exas. tiverem. Respeito muito o trabalho de cada um aqui e creio que somente assim a gente consegue superar as dificuldades que um projeto como este tem.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelson Trad, também pelo detalhamento na audição de todos os Senadores que apresentaram emendas, inclusive essa referência ao Rio Grande do Norte, do nosso Senador Jean Paul Prates, defendendo lá a extração do sal marinho, que é uma das atividades econômica do nosso querido Estado do Nordeste.

E, como foi solicitada vista coletiva, eu concedo a solicitação para apreciação na próxima reunião, na próxima terça-feira da semana que vem.

O item 3 da pauta é um projeto de lei...

Pois não, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – É rápido. É uma menção, já que fomos mencionados como Estado.

Senador Nelsinho, quero agradecer-lhe pelo atendimento das nossas solicitações e aos Senadores citados: Senadora Zenaide, Senador Styvenson, o ex-Senador José Agripino, e nós também que solicitamos e discutimos esse assunto para que o Brasil conheça essa situação. De fato, esse incentivo é importantíssimo para a manutenção desta indústria do sal do Rio Grande do Norte, que é uma indústria de sal natural, sal orgânico, sal saudável. E esse frete é, na verdade, o principal componente, porque nós nos situamos lá na proa – já que estamos falando de navios – do Brasil. Portanto, os fretes marinhos e as cabotagens são a forma mais comum, principal de se chegar ao valor econômico final, tanto no uso industrial quanto no nosso habitual uso na alimentação, como também até para a exportação. O sal nosso é exportado inclusive para combater a neve nos Estados Unidos, enfim, há vários usos aí, mas o principal é esse industrial e o alimentício. Portanto, esse nosso sal é o melhor sal do mundo – é o sal natural, é o sal orgânico. Esse sal rosa, essas coisas todas são invenção.

Então, eu quero fazer aqui essa homenagem ao Relator. É extremamente importante que nós mantenhamos o nosso sal vivo. A nossa indústria do sal do Rio Grande do Norte agradece.

Obrigado, Relator; obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 1945, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos das instituições de ensino superior.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria foi analisada pela CE, com parecer favorável*

O nobre Relator está no sistema remoto desde o início da reunião. Eu passo a palavra para que ele possa relatar o projeto.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sob análise, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 1.945, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para vedar a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos das instituições de ensino superior.

Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das diversas proposições submetidas à deliberação da Câmara Alta do Parlamento brasileiro. Por se tratar de decisão terminativa, a CAE deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 1.945, de 2019.

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendemos que a matéria está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, inserindo-se entre as atribuições do Congresso Nacional, e não trata de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, não sendo necessária a realização de ajustes.

Quanto aos aspectos econômicos, o principal impacto do projeto consiste na eliminação de uma injustificável barreira de acesso aos cursos superiores de maior prestígio social por parte dos estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, sendo, portanto, uma proposta justa e merecedora de aprovação.

Sr. Presidente, o que o Senador Veneziano deseja é que não haja diferenciação. Por exemplo, em um curso de Medicina, a taxa ser mais alta que em um curso de Pedagogia. Esse comparativo ele realmente consegue expor no seu projeto.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.945, de 2019, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Confúcio.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o projeto.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Esta matéria é terminativa. Eu peço que se abra o painel, para que seja iniciada a votação nominal dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os Senadores estiverem de acordo com a matéria, votam "sim"; os que não concordam votam "não".

Já podem votar, com a abertura do painel.

São necessários os votos de 14 Senadores para a aprovação da matéria.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Logo em seguida, será apreciado, por inversão de pauta, o projeto de autoria do Senador Oriovisto e relatado pelo Senador Plínio Valério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, parece que ainda não se abriu o sistema para votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Agradeço a sua compreensão de ter feito a inversão da pauta, do item 3, para sermos agora contemplados com a discussão da matéria. Agradeço, desde já, também a sensibilidade do Senador Confúcio Moura, que, ao fazer a leitura, posicionou-se favoravelmente ao objeto desta proposta legislativa por nós encaminhada, para a qual eu queria pedir a sua compreensão para fazer um registro de agradecimento ao alcance singelo, mas extremamente, penso eu, oportuno, inclusive nascida de sugestões provenientes de diversos cidadãos que questionavam essas distorções em valores de taxas cobradas para alguns cursos universitários. E o nosso intento é exatamente evitar que isso continue. O Senador Confúcio abarca, alcançou, acolheu, sempre com a sua generosa atenção aos companheiros.

Eu peço o voto das e dos demais integrantes da CAE, pedindo a V. Exa. que pudesse registrar o meu voto favoravelmente, porque já saio da CAE diretamente à Comissão de Infraestrutura, na qual estou a relatar um projeto de autoria do Senador Esperidião Amin. Se V. Exa. assim me permitir, desde já voto "sim".

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, está fora o sistema.

O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Então, acolhidos os votos dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Confúcio Moura.

A Senadora Kátia Abreu vota "sim" também.

Como o painel não está funcionando, eu pediria aos Senadores que pudessem proferir o voto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para proferir o meu voto "sim" a favor do projeto de lei do Senador Veneziano e do relatório do Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Mecias de Jesus.

Senador Oriovisto, da mesma forma, vota "sim".

Os Srs. Senadores que estão no sistema remoto podem se pronunciar que os votos serão acolhidos aqui pela assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto do Senador Reguffe também é favorável.
O Senador Angelo Coronel, da mesma forma. (*Pausa.*)
A Senadora Kátia Abreu deseja usar a palavra? (*Pausa.*)
Não.
Ela apenas se manifestou a favor da aprovação da matéria, votando "sim".
Há outro Senador? Senadora Leila Barros, Senador Vanderlan, Senador Flávio Bolsonaro.
Senadora Leila Barros, a manifestação de V. Exa. (*Pausa.*)
Senador Esperidião Amin, Senador Zequinha Marinho, Senadora Eliane Nogueira. (*Pausa.*)
Senador Vanderlan declara o voto "sim". (*Pausa.*)
Senador Plínio. (*Pausa.*)
Logo em seguida, V. Exa. vai relatar o item 6.
Senador Plínio Valério.
O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.
A Senadora Leila já se manifestou.
Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)
Senador Esperidião Amin, V. Exa. pode declarar o voto pelo sistema remoto.
Senador Roberto Rocha.
Senador Paulo Paim.
Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O meu voto é "sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode contar comigo. Qualquer dúvida... Só não entrei no painel porque deu problema no aplicativo. Conte comigo!
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem. Está o.k.
A Senadora Kátia Abreu pede a palavra.
Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.
A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, a Mesa não registrou meu voto porque eu só fiz sinal com a mão e não falei. Meu voto é "sim".
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vai registrar agora.
A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Meu voto é "sim", com o meu mestre Confúcio Moura, por quem tenho grande admiração.
O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bem, obrigado, Senadora. Valeu! Obrigado.
A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Valeu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Faltam o Senador Esperidião Amin, a Senadora Eliane Nogueira, se quiserem fazer declaração de voto...

A Senadora Leila já declarou o voto? (*Pausa.*)

Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Senador Flávio Bolsonaro, que é membro da Comissão. (*Pausa.*)

Essa matéria é terminativa. (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

Peço que disponibilizem para ela falar.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente, o senhor está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou ouvindo bem.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É só para registrar o meu voto "sim", porque estou com dificuldade para registrar o voto no *mobile*. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De nada; obrigado a V. Exa., Senadora Leila.

Senador Roberto Rocha.

Senador Zequinha Marinho.

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin? (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha? (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes. Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes. Por favor. Entrou aqui agora. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes.

O que houve no painel? (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes, V. Exa. está com o áudio desligado, parece. Tem que ligar o áudio aí, Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes, pode falar agora. (*Pausa.*)

Então, o Senador Wellington Fagundes sinaliza o voto "sim".

Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha com a palavra. (*Pausa.*)

Foi computado o voto "sim" do Senador Wellington Fagundes.

Faltam o Senador Roberto Rocha, o Senador Zequinha Marinho, a Senadora Eliane Nogueira, o Senador Flávio...

Quem mais falta? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, Senador Zequinha Marinho, Senadora Eliane Nogueira... (*Pausa.*)

Tivemos um problema aqui no painel eletrônico para votação. Então, quero informar aos Srs. Senadores que podem declarar o voto pelo sistema remoto, manifestando "sim", pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, ou "não", pela rejeição. Falta o voto de alguns Senadores para complementar a matéria, que é matéria terminativa. (*Pausa.*)

Peço à Senadora Eliane Nogueira que possa fazer, pelo sistema remoto, a declaração de voto. (*Pausa.*)

A Senadora Eliane Nogueira vota "sim", pela aprovação da matéria.

Agradeço a V. Exa., Senadora Eliane Nogueira.

Faltam o Senador Esperidião Amin, o Senador Zequinha Marinho e o Senador Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

Completados os votos para a aprovação nominal da matéria terminativa.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A matéria está aprovada.

Foram 13 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Será encaminhada para a Mesa Diretora do Senado Federal e à publicação.

Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 64, DE 2019
- Não terminativo -

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação

Observações: *A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável*

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários – o que é superimportante para a situação que o Brasil vive no momento – e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.

Portanto, passo a palavra, para relatoria da matéria, ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Otto.

E é bom ler e eu pedi para ler assim que possível, até porque não é terminativo. E desse projeto já foi pedido vista e está de volta.

O senhor já leu a ementa: está na análise deste Colegiado o Projeto de Lei Complementar nº 64, de 2019, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães.

O projeto é composto por três artigos. O primeiro estende as sanções previstas no Novo Regime Fiscal, para o caso de violação do teto de gastos primários do Governo Federal, aos entes que registrem resultado primário negativo nos 12 meses encerrados em junho de cada exercício. O segundo artigo prevê que a União poderá destinar até 5% de eventual resultado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primário positivo aos servidores públicos federais na forma de bônus. O terceiro e último contém a cláusula de vigência, com a norma resultante entrando em vigor na data de sua publicação.

O objetivo do projeto, conforme o Senador Oriovisto, é implementar uma cultura de responsabilidade compartilhada entre todos os servidores e governantes. Assim, enquanto em situações de restrição fiscal restringem-se gastos, por outro lado, em situações de superávit, reconhece-se a importância da atuação dos servidores com a autorização para pagamento de bônus.

A proposição foi apresentada em 14 de março último e foi submetida às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e também de Assuntos Econômicos. Em 7 de agosto, a primeira Comissão aprovou relatório, elaborado pelo Senador Mecias de Jesus, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa da matéria e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Não foram apresentadas emendas.

Então, vou à análise, Presidente.

Cabe à nossa Comissão opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Em relação ao mérito, o PLP nº 64, de 2019, está baseado em duas premissas louváveis, no meu entendimento, quais sejam: (i) a gestão fiscal responsável requer que receitas e despesas primárias estejam em equilíbrio; e (ii) os servidores públicos podem desempenhar um papel ativo e significativo no reequilíbrio das contas públicas federais.

Com efeito, melhores técnicas gerenciais e equipes mais motivadas podem, sim, ter um impacto positivo no gerenciamento das despesas discricionárias, como o custeio e o investimento.

O autor, nosso Senador Oriovisto, apresenta um gráfico aqui muito convincente, mas que é muito técnico e eu vou me abster de ler.

Do ponto de vista orçamentário – isso é importante, Senadoras e Senadores –, o cálculo anterior satisfaz o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que requer que proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

A esse respeito, temos que o PLP impactará o Orçamento Geral da União somente após o transcurso do horizonte temporal de três exercícios contido na LDO e LRF. O anexo do Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 30, da Instituição Fiscal Independente, por exemplo, estima que o Governo Federal voltará a equilibrar o seu orçamento somente em 2026 – ou seja, quatro anos depois do horizonte temporal fixado nas regras gerais de finanças públicas.

Portanto, as novas despesas com pessoal, advindas de um comportamento virtuoso dos gastos globais, precisarão ser incorporadas à programação orçamentária somente em um futuro ainda distante.

Voto.

Em face do exposto, o vota é pela aprovação do Projeto do Senado nº 64, de 2019.

Esse é o nosso relatório, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Informo que essa matéria já foi apreciada e analisada na Comissão de Constituição e Justiça com parecer favorável.

A matéria será deliberada em votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero colocar em discussão.

Algum Senador ou Senadora que queira discutir tem a palavra.

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Senador Plínio Valério pelo excelente relatório e para frisar, como autor, as duas bases filosóficas desse projeto.

A primeira delas, Sr. Presidente, é que a administração pública não é feita por um único homem, ela nunca é feita só pelo Presidente ou só pelo Governador ou só pelo Prefeito. A administração pública é feita por uma equipe; isso é verdade tanto para a administração pública como para a empresa privada. Nunca é uma pessoa que realiza uma grande obra, sempre é uma equipe e essa equipe tem que ter princípios, tem que ter foco, tem que ter união e tem que ser responsável pelos resultados dessa administração, Responsável nos dois sentidos, no sentido de não ter vantagem alguma quando o resultado é ruim – na iniciativa privada isso muito claramente já é assim, quando os resultados são ruins, na iniciativa privada, a equipe toda acaba, muitos dos membros, perdendo o próprio emprego –, mas isso não é verdade na administração pública. Mas não pode uma empresa ou um ente federado, um Município, um Estado ou mesmo a União aumentar despesas indefinidamente, melhorar salários indefinidamente, contratar mais gente indefinidamente, fazendo sucessíveis déficits, déficits e déficits primários, antes de pagar o juro da dívida, então, é ainda mais grave. Esse é o primeiro pilar, ter esse reconhecimento de que o trabalho é coletivo, de que o trabalho não é obra de um único homem. Não adianta o Presidente da República, o Governador ou o Prefeito dizer: "Eu fiz". Melhor seria dizer: "Eu e a minha equipe fizemos. Tive grandes assessores, tive grandes colaboradores e por isso tive um bom resultado".

O segundo pilar filosófico que eu coloco, além dessa responsabilidade compartilhada, que é o reconhecimento do caráter coletivo desse trabalho, é o aspecto de que o déficit primário é o pai e a mãe de todos os males da economia. É do déficit primário que advém o aumento constante da dívida pública. Quando ele ocorre nos Municípios ou quando ele ocorre nos Estados, acaba caindo na União e, quando ocorre na União, acaba caindo, nós sabemos, em inflação. Inflação que é mais cruel com os mais humildes, porque basta o exemplo do que vivemos hoje, temos uma inflação de nove vírgula qualquer coisa, mas acontece que a inflação para os mais pobres, para aqueles que gastam praticamente todo o seu salário com alimentação, está na casa de mais de 30%. Então, esse índice médio da economia não reflete a realidade social. A inflação atinge muito mais pesadamente, é muito mais cruel com aqueles que ganham menos e o início da inflação está no déficit primário.

É claro que esse projeto pode ainda sofrer emendas, deverá sofrer emendas, pode ser aperfeiçoado, mas ele tem o mérito de reconhecer esses dois grandes pilares da economia: o trabalho é coletivo e o déficit primário é a mãe e é o pai de todos os nossos maiores problemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Concordo plenamente com o nobre Senador Oriovisto e coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e a Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que será encaminhada para votação no Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório será encaminhado de acordo com o que foi proferido aqui pelo nobre Senador Plínio Valério.

As matérias 2, 4 e 5, os relatores não estão presentes, vamos retirar de pauta para apreciação na nova reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, José Aníbal, Reguffe, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Flávio Arns, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Leila Barros, Acir Gurgacz, Izalci Lucas e Lucas Barreto, e ainda da Senadora não membro Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 712, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela baixa densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CI. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 a 5-CI-CAE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4199, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, na forma das treze emendas que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 13, 14, 17, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emenda nºs 1, 2, 3, 4, 21, 22, 24, 27, 42 e 43; contrário às demais emendas; pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014, do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014, do Projeto de Lei nº 2.948, de 2019 e do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020; e, ainda, pela tramitação autônoma do Projeto de Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado (PLS) nº 422, de 2014. **Resultado:** A comissão aprova o relatório. **Observação:** A matéria vai à CRA. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável à matéria, nos termos do substitutivo (Emenda nº 1-CAE). **Observação:** A matéria vai à CTFC. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2012, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, a discussão da matéria é encerrada e a votação adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3525, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à CAS. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 866, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PPS/SE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 23, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as mais recentes matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em especial, a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que institui os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, conhecida como PEC dos Precatórios." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renovação da concessão da FCA (Ferrovia Centro Atlântica S/A) e os impactos da conexão ferroviária do NE." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para instruir a tramitação do PL 591/2021." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 27, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para instruir a tramitação do PL 591/2021." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQE 23/2021, seja incluído mais um convidado com o objetivo de enriquecer o debate. Propõe a inclusão do Senhor Rodrigo Orair, técnico do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/21

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Nós temos aqui o primeiro item da pauta, de autoria do Senador Esperidião Amin, cujo Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Eu não sei se ele se encontra... (*Pausa.*)

Está *online.*

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que tem um projeto a ser apreciado, cujo Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 712, DE 2019
- Terminativo -

Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela baixa densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CI.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CI;

2. Relatório apresentado em 20/9/2021.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente Otto Alencar, meus cumprimentos, o meu bom-dia a V. Exa. e, igualmente, a todas e todos os demais integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu tenho a alegria de poder relatar o projeto de autoria de S. Exa. o Senador Esperidião Amin, cujo teor foi apreciado na semana passada e recebeu a aprovação unânime, de todos os companheiros, portanto, na Comissão de Infraestrutura. E, na semana passada, V. Exa., de uma forma atenciosa, atendendo-nos, até para que pudéssemos dar a devida dinamicidade à apreciação deste projeto, também assim o fez e quero, de já, lhe agradecer a deferência e a confiança, tanto sua quanto do Senador Esperidião Amin. Esse projeto é simples, é objetivo, mas ele tem um alcance que nós reputamos de grande importância.

Eu quero aqui sintetizá-lo, até por força de ele ter sido de conhecimento de alguns dos pares que dividem as mesmas Comissões, a Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos. É o caso nosso, é o caso do Senador Esperidião Amin, o caso do Senador Jean Paul. Aos que lá não estiveram para conhecer e debater, tenho a oportunidade de fazê-lo nesta manhã, na expectativa que temos nós da sua aprovação.

A ementa V. Exa. já o fez. O que pretende o Senador Esperidião Amin é garantir a essas pequenas distribuidoras a oportunidade de serem subvencionadas caso assim aprovemos. É isso o que ele põe, de forma direta, no seu Projeto de Lei nº 712.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço aqui uma abordagem rápida, pedindo a V. Exa. a compreensão para que nós passemos à análise.

O PL nº 712 amplia o rol de distribuidoras de energia elétrica que podem ser beneficiadas pela subvenção da qual eu falei, destinada, essa subvenção, a compensar os impactos tarifários da reduzida densidade de carga.

O PL possui quatro artigos apenas, Senador Oriovisto, que nos acompanha virtualmente.

Na análise, os quatro primeiros parágrafos dizem respeito aos aspectos formais e eu penso ser despiciendo fazer maior leitura, até para que nós avancemos. Apenas garanto a V. Exas., e tenho obrigação em fazê-lo, que o projeto de lei atende a todos os requisitos formais: constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa.

E não poderíamos pensar diferentemente, até porque tem como autor o Senador Esperidião Amin, sempre afeito ao processo de produção legislativa e muito cuidadoso, como também aos aspectos de adequação orçamentária.

Passo, em seguida, para o mérito. Em se tratando do mérito, Presidente Otto Alencar, o parecer aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ilustrou a importância da proposição, razão da retomada dos mesmos argumentos pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na Justificação do PL, o autor, Senador Esperidião Amin, menciona que as pequenas distribuidoras de energia elétrica, as quais eu mencionei, tiveram importante papel na oferta de eletricidade em áreas que não eram atendidas por aquelas de maior porte. Pondera o Senador Amin, entretanto, que muitas apresentam baixa densidade de carga em relação ao tamanho da rede elétrica que possuem, o que termina, por consequência óbvia, elevando as suas tarifas. O problema de tarifas elevadas resultante da falta de escala na prestação do serviço, conforme o autor da proposição reconhece, foi parcialmente resolvido com a subvenção concedida às cooperativas de eletrificação rural. Estas eram subvencionadas, benefício esse criado pela Lei nº 13.360, de 2016. Diante do fato de que o subsídio alcança somente cooperativas de eletrificação rural, o autor do PL que agora nós estamos a examinar deseja estendê-lo para as demais distribuidoras de pequeno porte.

O problema que fundamenta o PL nº 712 já poderia ter sido corrigido pelo Poder Executivo, através da Lei nº 12.783, de janeiro de 2013, em seu art. 7º, que permitiu que o Poder Executivo prorrogasse concessões de distribuição de energia elétrica com vistas a "assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica".

Com base nesse dispositivo, esperava-se que o Poder Executivo não prorrogasse as outorgas de empresas que não apresentassem escala na prestação do serviço, ou seja, cuja existência não fosse pautada na racionalidade econômica.

Entretanto, na regulamentação do art. 7º referido, de 2013, por meio do Decreto nº 8.461, o Poder Executivo interpretou o critério de racionalidade operacional e econômica a partir da comparação das empresas de pequeno porte com outras similares. É o que se nota na leitura do §6º do art. 1º desse decreto, que nós transcrevemos.

O efeito prático da opção feita pelo Poder Executivo foi a manutenção, por mais trinta anos, do funcionamento de distribuidoras de pequeno porte que não possuem economias de escala, ou seja, que são incapazes, por questões operacionais e econômicas, de prestar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de forma eficiente. Em consequência, consumidores dessas empresas são condenados a pagar tarifas muito superiores àquelas pagas por consumidores de distribuidoras maiores.

Diante desse cenário de ineficiência, Presidente Otto Alencar, a Lei nº 14.182, de 2021, alterou a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para criar um mecanismo com vistas a incentivar distribuidoras com economias de escala a comprar aquelas sem essa característica, que é exatamente a preocupação do Senador Esperidião Amin.

Essa solução estrutural endereça a questão, mas apenas no longo prazo, já que sua implementação depende, inclusive, da concordância dos acionistas das pequenas distribuidoras. Até lá, os seus consumidores, os consumidores das distribuidoras de pequeno porte, continuarão pagando tarifas mais altas. Além de prejudicar as famílias, distorção gerada pelo decreto que já mencionamos, causa danos às atividades econômicas desenvolvidas nos Municípios atendidos pelas pequenas distribuidoras, porque as empresas se deslocam para regiões vizinhas nas quais naturalmente o serviço é prestado com tarifas menores.

O PL do Senador Esperidião Amin, por sua vez, oferece uma forma de mitigar, no curto prazo, os danos causados por esse arranjo atual. Entretanto, conforme reconhecido pela Comissão de Infraestrutura, são necessários – esse foi um debate que nós mantivemos, com os cuidados devidos e necessários, no gabinete do Senador Amin, a própria equipe econômica e o nosso gabinete com a Consultoria do Senado – alguns ajustes para que ele atinja o objetivo inserido na solução estrutural.

Ademais, algumas pequenas distribuidoras, apesar de possuírem tarifas altíssimas, não se encaixam nos critérios adotados pela Aneel para definir o conceito de baixa densidade de carga, o que significa que elas não seriam alcançadas pela proposição em análise.

O primeiro aperfeiçoamento foi limitar a subvenção pretendida pelo projeto a distribuidoras com mercado inferior a 350GWh, inferior ou igual, o que reduz o montante do dispêndio a ser assumido pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esse ajuste é promovido por meio da alteração dos art. 1º e 2º da proposição.

O segundo aperfeiçoamento que ora propusemos e propomos foi utilizar, como parâmetro para o cálculo da subvenção e da tarifa a ser paga pelos consumidores, uma distribuidora vizinha com mercado superior a 700GWh e na mesma unidade federativa da distribuidora candidata à subvenção, que são essas pequenas distribuidoras.

O terceiro e último aperfeiçoamento foi submeter as distribuidoras alcançadas pelo Projeto de Lei nº 712, de 2019, ao arranjo estrutural que cria incentivos para que elas sejam adquiridas por aquelas empresas com economias de escala. Esse ajuste envolveu a inclusão de um novo artigo na proposição.

Ademais, Sr. Presidente Otto Alencar, senhoras e senhores integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, a ementa da proposição foi modificada de forma a ficar alinhada com os aperfeiçoamentos acima mencionados.

Nesse contexto, entendemos convictamente que o PL nº 712, de 2019, com as emendas aprovadas pela Comissão de Infraestrutura na semana passada à unanimidade, atenderá ao propósito que motivou a sua apresentação e a um custo relativamente pequeno, de cerca de R$47 milhões. Trata-se de um montante, reconheçamos, irrisório frente aos mais de R$20 bilhões de despesas da CDE. Considerando o peso da CDE nas tarifas de energia elétrica, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto provocado por esta correção de distorção – pretendida pelo Senador Esperidião Amin – que a proposição sana deve ser inferior a 0,05%; portanto, bastante pequeno.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do que nós expusemos, votamos pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela boa técnica legislativa, pela regimentalidade e adequação orçamentária e financeira do PL 712, de 2019, e de suas Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, todas da Comissão ou na Comissão de Infraestrutura pela aprovação do PL 712, com Emendas 01, 02, 03, 04, 05.

Este é o nosso parecer com análise e voto, Sr. Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador...

O Senador Oriovisto está inscrito para discutir?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Não, Sr. Presidente. Não, eu tinha um problema de internet, mas já resolvi. Pode cancelar a minha inscrição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está bom. Agradeço a V. Exa.

O Senador Nelsinho Trad é a respeito da BR do Mar, que daqui a pouco vai para votação e discussão.

Está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei 712, de 2019, nos termos do relatório apresentado pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 5 da Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria é terminativa.

A votação é nominal. Peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam proceder ao voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou comunicar aos Senadores, às Senadoras e ao Plenário do Senado Federal que recebo aqui uma solicitação do Senador Angelo Coronel, do meu Estado da Bahia, sobre a possibilidade de ser o Relator do Projeto de Lei 2.337, de 2021, da Presidência da República, que modifica a legislação relativa ao Imposto de Renda, proventos de qualquer natureza de pessoa física e jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Quero fazer uma observação crítica de que o projeto não é só para modificar o Imposto de Renda, sobretudo a Contribuição sobre o Lucro Líquido. O projeto traz no seu bojo alterações que retira benefícios fiscais de várias atividades importantes, inclusive do setor de fármacos, de gás canalizado e outros, e estabelece também aumento de contribuições dos *royalties* da mineração. Então, é um projeto que foi encaminhado de uma forma e foi muito alterado na Câmara dos Deputados – é claro que com toda autonomia e direito –, mas é importante que se observe que existem matérias estranhas àquilo que foi encaminhado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto de vista do Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido e também do imposto de renda sobre o lucro.

De forma que foi encaminhada a solicitação, que eu acato, e indico como Relator dessa matéria o Senador Angelo Coronel. Determino aqui à Secretaria que informe ao Sr. Senador.

Aproveito também para, logo depois dessa votação, colocar os requerimentos da lavra do Senador Marcio Bittar a respeito da privatização dos Correios e também do Senador Eduardo Braga, assim que tivermos condição de colocar em votação.

Estão escritos aqui o Senador Nelsinho Trad, que é para a BR do Mar, mas nessa matéria pede e eu concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, amigo Otto.

Estou aqui em Manaus ainda, continuo por aqui. Eu dei presença como suplente e não sei se eu posso ter o direito de votar. Se tiver, eu queria declarar o meu voto aqui pelo "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, agradeço a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Os Senadores que não estiverem em condições de votar, podem votar pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Vou direto à leitura das alterações realizadas no relatório último, lido na última sessão.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Nelsinho Trad, ainda não é o Projeto BR do Mar, nós estamos no projeto do Senador Esperidião Amin.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Então, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Logo depois dessa matéria, eu vou colocar dois requerimentos e passo a palavra a V. Exa. para apresentar as alterações.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, peço desculpas pelo mal-entendido.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O assunto é outro, mas se V. Exa. puder rapidamente ouvir-me, eu me dirijo com uma preocupação, enquanto estamos no processo de votação, e me dirijo a uma pessoa que, como nordestino, bem sabe que é um assunto bastante delicado.

Nós estamos como integrantes de uma Comissão na qual se encontram representantes do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste. Eu me refiro principalmente a essas três regiões porque hoje pautada está, Presidente, e V. Exa. bem o sabe, e sugiro que nós todos levemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em consideração a matéria, porque há pontos muito controversos que nos afligem diretamente por força de prejudicar, ao nosso ver, não sei se aos demais companheiros, e tenho absoluta certeza de que ciosos, entendendo a preocupação e o teor que a Medida Provisória 1.052, que está pautada, pode trazer aos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Presidente Otto Alencar, como eu sei que o senhor sempre assume de forma muito incisiva essas bandeiras, eu sugeriria que nós, em Plenário, requisitássemos e requerêssemos a retirada desta medida provisória, porque ela é extremamente prejudicial não apenas no aspecto da diminuição das taxas de administração destes fundos e dos bancos que os administram, mas também nos aspectos que dizem respeito às políticas que cada uma dessas instituições faz, que cada uma delas faz para a Região Nordeste, para a Região Norte e para a Região Centro-Oeste, Sr. Presidente.

É uma lembrança que eu ouso fazer, tomando este momento em que estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo, comungo com V. Exa. A análise dessa matéria está para o Plenário do Senado Federal hoje à tarde, não é isso? Está no Plenário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já votaram dez Senadores. É importante que votem mais quatro Senadores para complementar a votação da matéria.

Senador Vanderlan já votou?
Senadora Leila Barros.
Senador Luiz do Carmo.
Senador Vanderlan.
Senador Paulo Paim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já votou?
Senador Rogério Carvalho.
Senadora Eliane Nogueira.
Senador Flávio Arns.
Senador Luis Carlos Heinze.
Senador José Aníbal.
Senador Reguffe. (*Pausa.*)
Senador Vanderlan Cardoso.
Senadora Eliane Nogueira.
Senadora Leila Barros... Leila já votou.
Senador Tasso Jereissati.
Senador Reguffe.
Senador José Aníbal.
Senador Renan Calheiros.
Senador Fernando Bezerra Coelho.
Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio Bittar.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Peço ao Senador Vanderlan Cardoso que vote. (*Pausa.*)
Senador Vanderlan já votou, Nelsinho Trad votou.
Senador Omar Aziz.
Senador Antonio Anastasia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, mesmo sem o Senador Rogério, que está...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Completado o quórum de deliberação, eu peço à Secretaria que abra o painel para verificação dos votos dos Srs. Senadores e Senadoras.

O projeto está aprovado com o voto SIM de 13 Srs. Senadores; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 91, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Matéria aprovada da lavra do Senador Esperidião Amin, a quem eu passo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, se V. Exa. me permite, eu vou fazer uma brevíssima intervenção.

Primeiro, vou agradecer ao Senador Veneziano, que foi um habilidoso, competente e elucidativo Relator. Ele aprimorou muito e esclareceu muito o sentido do projeto.

Segundo, V. Exa., Senador Otto Alencar, é um homem afeiçoado a não se conformar com aquilo que vislumbra injusto. Eu vou lhe descrever uma cena da vida real. O senhor é Senador, já foi Governador, Vice-Governador, já salvou muitas vidas. Eu tenho a minha história, cada um de nós aqui tem a sua história. A Senadora Kátia tem uma história exuberante. O senhor imagine uma comunidade de pessoas trabalhadoras, numa região em que se trabalha muito, de um Município que recebe energia elétrica de três distribuidoras. No lado oeste, uma cooperativa fornece energia elétrica que compra da Celesc, no caso, a R$1. No lado oeste, outra cooperativa vende a energia que compra da mesma Celesc por R$1. E, no miolo do Município, porque houve essa prorrogação de contrato, temos uma pequena distribuidora, empresa privada, que fornece energia elétrica para 6 mil consumidores a R$1,40, às vezes, a R$1,50, e compra da Celesc também. Ou seja, essa pequena empresa é antieconômica estruturalmente.

O que eu tenho procurado fazer na Aneel é que, através de indicadores, esse tipo de tarifa não exista. Quer dizer, essa empresa só tem duas saídas – e eu tenho como lema de vida a prioridade ao pequeno –, mas, neste caso, não existe, porque o supridor é um só e o consumidor está pagando 40%, 50% a mais. E o que é pior: numa região que está crescendo 14%, a cidade cresce 2%, porque ninguém instala uma padaria sequer.

Qualquer demanda intensiva de energia elétrica é proibitiva. Uma metalúrgica já saiu da cidade, e a falta de indicadores na Aneel faz com que ela não tenha, no seu portfólio de ações, a aferição da injustiça da tarifa. E, por ironia do destino, essa empresa, contra a qual eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho nada, recebeu agora, em agosto, o prêmio de melhor pequena empresa do Brasil, porque ela presta bons serviços, mas a um preço exorbitante em relação à vizinhança.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A diferença é grande.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é um absurdo que nem os indicadores, nem os esforços que têm sido feitos aqui no Senado, especialmente pelo Senador Marcos Rogério, que conhece esse assunto profundamente, corrigiram.

Então, esse texto eu me conformei em fazê-lo – estou dizendo isto aqui publicamente –, porque não consegui outra solução junto à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia, a quem eu agradeço por terem concordado com o seguinte: reduzir, ao patamar mínimo, empresas que recebam esse benefício que as cooperativas já recebem.

Quero agradecer a V. Exa., que aquiesceu ao meu apelo para priorizar esse projeto e, de maneira muito especial, quero agradecer aos assessores da Aneel, ao Sr. Thiago, e, aqui no Senado, ao Rutelly, que é um *expert* no assunto, pois conseguiram conformar não o ideal, mas o necessário para reparar uma injustiça. Faremos agora a jornada na Câmara, e eu tenho certeza de que, pela sua boa vontade e pelo trabalho do Senador Veneziano, uma parte das nossas faltas com o maiorzão será abatida pela boa ação que nós estamos concretizando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Passo ao item 2, que é o item da BR do Mar.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 4199, DE 2020
- Não terminativo -

Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013 e 13.848, de 25 de junho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, na forma das treze emendas que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 13, 14, 17, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emenda nºs 1, 2, 3, 4, 21, 22, 24, 27, 42 e 43; contrário às demais emendas; pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014, do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014, do Projeto de Lei nº 2.948, de 2019 e do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020; e, ainda, pela tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 422, de 2014.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. As matérias serão apreciadas pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura;

2. Foram apresentadas 44 emendas ao PL 4199/2020, 1 emenda ao PLS 421/2014, 3 emendas ao PLS 423/2014, 11 emendas ao PL 2948/2019 e 8 emendas ao PLS 422/2014;

3. Concedida vista coletiva em 14/9/2021;

4. Novo relatório apresentado em 17/9/2021.

Esse relatório já foi lido pelo Senador Nelsinho Trad na sessão anterior, com a participação muito importante da Senadora Kátia Abreu.

O Senador Nelsinho Trad pede a palavra. Eu a concedo, porque me parece que ele fez uma pequena alteração no texto, mas ele discutiu bastante isso, atendeu a vários segmentos e interessados na aprovação dessa matéria. Portanto, eu passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad e, certamente, depois, à Senadora Kátia Abreu, que tem estudado, discutido e está muito senhora das alterações que foram feitas em benefício... através das próprias emendas que ela encaminhou.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no dia 14 de setembro, realizei a leitura do parecer ao PL 4.199, de 2020, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem.

O relatório contemplou muitas sugestões oferecidas pelos Parlamentares e atendeu a praticamente todos, de forma total ou parcial. Ao texto foi concedido vista coletiva, um instrumento legislativo legítimo de grande relevância para o aprimoramento da matéria, ainda mais em matéria complexa como esta.

Retomamos o debate sobre o projeto nestes últimos dias, ciente de que a aprovação de um programa dessa envergadura não é tarefa simples, exige a articulação e o diálogo dos setores, e a articulação e o diálogo são instrumentos dinâmicos e frequentes na política. Muitas vezes, os resultados colhidos hoje dependem de anos de estudos e convergências de interesses.

São muitos os obstáculos, porém, mesmo com todos os desafios, trata-se certamente de um campo em que compensa o incentivo. Vale lembrar que nossa costa se estende por cerca de 7,5 mil quilômetros, compreendendo quatro das cinco regiões do País. Esse imenso litoral está interligado a rios volumosos que formam sistemas hidroviários ainda pouco explorados.

O BR do Mar é um instrumento que, aprovado, permitirá maior abertura ao comércio internacional de bens e de serviços em favor do desenvolvimento da navegação de cabotagem. A expectativa é, em médio prazo, queda nos custos do frete dessa importante modalidade de transporte, com reflexo positivo nos preços finais de várias mercadorias. Isso, por sua vez, contribuirá para o aumento da produtividade geral do esforço econômico brasileiro. Produziremos mais, melhor e com menos custos, com o objetivo de enriquecer o conjunto da sociedade.

Sr. Presidente, com sua permissão, passamos às alterações devidamente aqui instituídas.

A Emenda nº 1, da Senadora Kátia Abreu, determina que não haverá limite para o número de viagens nos afretamentos a tempo... Na prática, tal medida abre o setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

navegação de cabotagem brasileira para os navios estrangeiros. É possível, no entanto, permitir o número ilimitado de viagens, desde que a autorização para o afretamento vincule uma embarcação específica. Essa prática evita a abertura indiscriminada para navios estrangeiros e, ao mesmo tempo, promove a competição, flexibiliza e desburocratiza os afretamentos a tempo, sem a necessidade de constantes e sucessivas circularizações. Portanto, acolhemos parcialmente a Emenda nº 1 na forma da Emenda 49 que apresentamos.

Já a Emenda nº 3, do Senador Lucas Barreto, foi aproveitada nos termos da Emenda 13, razão pela qual a acolhemos parcialmente. Essa Emenda nº 13, para esclarecer, é de autoria do Senador Eduardo Braga, que propõe a manutenção da alíquota de 40% para transporte de granéis líquidos na navegação fluvial e lacustre nas Regiões Norte e Nordeste. Assim, acolhemos a Emenda 13, na sua íntegra.

Já a Emenda 17, de autoria do saudoso Senador Major Olimpio, apesar de ter sido acatada conforme a análise dos textos, não foi contemplada no voto, porque devidamente já devidamente corrigida.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos:

III.1 – pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 4.199, de 2020, na forma das emendas que apresentamos; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 13, 14, 17, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 21, 22, 24, 27, 42 e 43, na forma das emendas que apresentamos; rejeitadas as demais emendas;

III.2 – pela consequente prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2014; do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014; do Projeto de Lei nº 2.948, de 2019; e do Projeto de Lei nº 3.129, de 2020;

III.3 – pela tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 422, de 2014.

São essas as considerações, Sr. Presidente.

Conforme prometi a V. Exa., três minutos de leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em discussão o relatório do Senador Nelsinho Trad.

Passo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Obrigada.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, Esperidião Amin, Senador Heinze...

Espero que você tenha visto, Heinze...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aceitei a determinação da Senadora Kátia Abreu e estou aqui muito atento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Esperidião.

Eu só espero que o Heinze tenha deixado o telefone pelo menos um minuto para ver a mensagem de aniversário tão carinhosa que eu mandei para ele, porque é colado ali, trabalhando pelo arroz 24 horas.

Mas eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Nelsinho Trad com toda a minha sinceridade e reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ter aqui alguns minutos, se V. Exa. permitir, para explicar, em linhas gerais, o princípio da BR do Mar e o risco que nós corremos se o Senador Nelsinho Trad não ajudar a melhorar a pior parte da BR do Mar. Ainda ficaram algumas coisas que nós poderemos corrigir no futuro, mas eu tenho certeza de que, em outras Comissões, nós poderemos e deveremos contribuir mais além do que o Nelsinho Trad já fez, e fez muito, de verdade.

Sr. Presidente, a cabotagem no Brasil é uma das mais ineficientes do mundo porque é a mais cara. Ela é concentradora e não permite que as empresas brasileiras possam prosperar.

Para o senhor ter uma ideia, nós temos sete grandes empresas internacionais que são responsáveis por 95% de toda a cabotagem nacional e temos 40 empresas nacionais que são responsáveis por 5% apenas do mercado de cabotagem. Eu acho que isso já é um panorama da desigualdade que nós estamos vivendo e que a BR do Mar pretendia continuar concentrando e piorando ainda mais a condição dos nacionais.

Sr. Presidente, a Resolução da Antaq nº 1, de 2015, legislou por seis anos em cima do Congresso Nacional arbitrariamente. Além do fato de que protocolei um decreto legislativo para derrubar essa resolução e não tive felicidade nem prosperidade nessa resolução, eles fizeram, por seis anos, o papel dos Deputados e Senadores e restringiram o transporte de cabotagem e sua eficiência. Logo a Antaq, que deveria, na verdade, proteger o contribuinte, proteger o cidadão, fazer, mais ou menos, o papel do Procon, na verdade, fez o contrário: atrapalhou o consumidor brasileiro, o contribuinte brasileiro durante esses seis anos com essa Resolução nº 1, que é imoral, que é ilegal e que só não engorda. Sr. Presidente, para ter uma transportadora de caminhões, eu não preciso ter um caminhão próprio. Nenhum. Eu posso ter um arrendado. Para eu ter um táxi aéreo, Sr. Presidente, eu não preciso ter nenhum avião. Eu posso operar com aviões alheios. E para ir mais ainda a fundo, e aqui não deixar de ter um pouco de humor negro, para vender passagem aérea, eu não preciso ter um avião; basta eu ter uma agência de viagens.

Aí, Sr. Presidente, o TCU colocou uma restrição... Aliás, eu tenho que ressaltar, já tenho feito isso aqui desde 2019, desde a regulação das ferrovias, que o TCU tem feito o papel de agência reguladora em muitas das vezes, protegendo o povo brasileiro em detrimento das agências. Então, o TCU proibiu que a Antaq legislasse e suspendeu duas normas imorais que eles pretendiam com a resolução, ou seja, a autorização ser limitada até o quádruplo da tonelagem por porte bruto. Então, se eu tenho cem, eu só posso afretar com o quádruplo a mais do que eu tenho. Engraçado, se a transportadora de caminhões e o táxi aéreo não exigem que eu tenha nenhum desse patrimônio, por que é que o transportador de cabotagem vai ter que ter o navio próprio e só poderá fretar a tempo o que for correspondente à sua carga?

E o segundo ponto que o TCU freou, meu decreto legislativo não conseguiu: a empresa nacional também deverá ser proprietária de ao menos uma embarcação do tipo semelhante pretendido. A Antaq disse isso; o TCU mandou suspender. Só que, descaradamente, a Lei da BR do Mar que foi enviada para o Congresso Nacional resgata essas duas imposições, Senador Esperidião, contrariando o que disse o TCU, porque o TCU não disse apenas que era irregular, ilegal legislar; disse também que esses dois pontos impediam a concorrência da cabotagem no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se não bastasse, Sr. Presidente, o próprio TCU, depois de a BR do Mar publicada, o TCU reiterou dizendo que não obstante o art. 5º do PL nº 4.199, de que o Nelsinho Trad é o Relator, pretende justamente ressuscitar esses problemáticos requisitos da alimentação de tonelagem e da obrigatória propriedade de embarcação semelhante, previstos originalmente na resolução da Antaq.

Também como se não bastasse, Sr. Presidente, o Cade fez uma nota espetacular, completa, depois da publicação da BR do Mar, também acusando a BR do Mar de ser contra a concorrência e de atacar os princípios básicos do Art. 178 da Constituição Federal, que prevê e impõe a livre concorrência de mercado.

Então, a BR do Mar vem contrariando o TCU e o Cade, dois órgãos de controle muito respeitados neste País.

Ele diz, o TCU, com relação à BR do Mar hoje:

"(...) restrição à competitividade e à livre iniciativa, o que favorece claramente as empresas de grande porte e contribui para acentuar a concentração do mercado no setor. Ao restringir a concorrência, não desenvolve a indústria naval brasileira. Ao contrário, deveremos prejudicá-la".

E há ainda, Sr. Presidente, um ponto que não foi corrigido no relatório do Nelsinho Trad, mas eu estou muito feliz com o acatamento das emendas que ele pode fazer. No entanto, nas outras Comissões – por isso é que sou contra ir ao Plenário direto – nós temos de corrigir mais distorções ainda, com o amadurecimento da matéria.

Não é que um Senador fez certo e o outro fez errado. À medida que o tempo passa e que os Senadores têm tempo para se debruçarem sobre um setor tão complexo como esse, que não está no nosso dia a dia, nós vamos corrigindo cada vez mais. O que está permanecendo aqui? O que o TCU disse? A BR do Mar ainda restringe e impede a entrada de novas empresas de cabotagem. Sabe por quê, Sr. Presidente? Esse trecho não foi corrigido. Ela exige que, se a Kátia Abreu ou o Otto Alencar quiserem ser transportadores de cabotagem, são obrigados a ter um navio estrangeiro com subsidiária no estrangeiro. Inclusive, pode ser no Panamá, pode ser nas Ilhas Cayman. Obrigam você a ter um navio, que pode ser usado. Sabe quanto ele custa? US$15 milhões. E obrigam você a ter um navio brasileiro, que, por um acaso, você vai ter que comprar novo, porque não existe navio nacional usado em boas condições. Só há cacareco. Se eu for e der a sorte de ter uma fábrica...Como se chama a fábrica de navio? Estaleiro. Os estaleiros, no Brasil, estão praticamente todos liquidados. Se eu tiver a sorte de, em um passe de mágica, poder comprar um navio para transformá-lo em bandeira nacional, ele vai custar, Sr. Presidente, em torno de US$45 milhões.

Então, o senhor fique sabendo e todos aqui que, se nós quisermos fazer transporte de cabotagem, no Brasil, você tem que ter, de cara, US$60 milhões para entrar nesse mercado. E isso continua. Essa exigência continua nesse relatório, no qual vou votar a favor, porque nós tivemos grandes ganhos e, repito, continuaremos a lutar adiante.

Qual foi a melhor coisa, entre tantas outras, que Nelsinho Trad acatou? Foi a minha emenda que suprime o inciso III do art. 11, que reforça o efeito concentrador do art. 5º, pois permite que embarcações estrangeiras afretadas a tempo... O que que é afretada a tempo, gente? É afretada lá fora. Ela não tem bandeira nacional; ela tem bandeira estrangeira. Não significa que, com a bandeira nacional, o navio tenha quer ser nacional. Não. Eu posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar um navio chinês e chegar aqui e o transformar em bandeira nacional. Tenho que contratar os funcionários com a legislação trabalhista brasileira, mas é considerado de bandeira nacional.

A minha emenda, que Nelsinho acatou, é extraordinária. Não porque é de minha autoria, mas porque o Cade falou, o TCU falou e eu fiz a emenda. Eu não tenho vantagem nenhuma nisso e não quero trazer para mim nenhuma vantagem. Ela proíbe, Sr. Presidente, que os navios afretados a tempo, estrangeiros, possam bloquear a circularização. Olhem o que que a BR do Mar queria! Eu explico em miúdos.

Quando eu recebo a encomenda de uma carga, qualquer que seja, para cabotagem, do Rio Grande do Sul para levar para Pernambuco, milho, por exemplo, para a criação de frangos e suínos em Pernambuco ou no Ceará, eu não tenho navio nacional, porque as 40 empresas nacionais não têm navios de porte grande. Zero! Elas possuem barcaças simples, mas seguras, e que são autorizadas a transitar na cabotagem. Apenas as sete empresas estrangeiras possuem 25 navios com bandeira nacional e 25 navios, mais ou menos, com bandeira estrangeira.

Então, eles têm por volta, Sr. Presidente, de 50 navios operando normalmente. Eu, que sou uma empresa nacional, não tenho navio, eu sou obrigada a circularizar. O que significa isso? Eu mando um *e-mail* para a plataforma da Antac e digo: "Eu tenho uma carga para três navios", Senador Esperidião Amin. A Antac vai mandar circularizar – o próprio nome já diz: "E aí, quem é que tem navio brasileiro por aí? Tem navio brasileiro por aí? Não, não tem navio brasileiro por aí. Então, D. Kátia, a senhora pode afretar um navio lá fora, com uma condição: a senhora tem carga para três navios, mas eu vou autorizar uma por uma". Olha o detalhe da desfaçatez: tira a minha competitividade, porque eu não sei o que acontecerá nas minhas segunda e terceira cargas.

O que que acontece na hora em que eu circularizo? As empresas grandes, que têm 25 navios nacionais, entram na fila da circularização e falam: "Eu tenho, eu tenho navio. Eu tenho navio". Então, ela fica com o mercado. Se, na segunda rodada, ela já me bloquear e já for no dono da carga – se forem pessoas pequenas e médias –, for lá e atravessar e disser: "Eu posso fazer um preço melhor para vocês"... Por isso, as 40 empresinhas brasileiras que só têm 5% do mercado, daqui a uns dias, não terão nem 1%, Presidente.

Agora, a desfaçatez, que a minha emenda impede e Nelsinho acatou, é porque eles queriam circularizar e bloquear também com navio estrangeiro, Sr. Presidente! Quer dizer, então, que os meus navios... Eu sou uma das sete grandes. Eu tenho navio de bandeira brasileira e navio de bandeira estrangeira. Qual era o objetivo do Ministério da Infraestrutura, Sr. Presidente, pelo amor de Jesus? Permitir que essas empresas pudessem bloquear a circularização do meu pedido de empresa nacional por um navio de bandeira estrangeira, Sr. Presidente! Qual o objetivo por trás disso? Eu não consigo entender e gostaria que o ministério viesse aqui.

O argumento do Ministro e de sua equipe é de que, na verdade, se nós não fizermos isso, essas empresas vão todas embora e a cabotagem brasileira ficará à mercê do nada. Sr. Presidente, o mercado na cabotagem brasileira... Na China ou no inferno da pedra, funciona do mesmo jeito o mercado. É preço e concorrência, Sr. Presidente. O Brasil não tem uma cabotagem diferente da do resto do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é imperdoável, e eu chamo a atenção e faço vocês perderem todo esse tempo porque essa matéria vai para outras Comissões ou direto para o Plenário. Se o Ministério da Infra fizer um trabalho duro – e pode –, reverter e derrubar esta emenda em Plenário que o Nelsinho Trad acatou, aí é o fim da cabotagem brasileira, é nós passarmos uma borracha em cima do TCU e em cima do CAD e nós seguirmos sem ajudar o Brasil.

Agora, eu pergunto para o senhor: o frete a distância, o afretamento custa 40% mais barato do que o afretamento com bandeira nacional. Por quê? Por conta, principalmente, das regras trabalhistas. Então, se você afreta o navio nacional, comparando com o navio internacional, é claro que eu vou preferir o navio internacional se eu sou o dono da carga. Por isso eles estão permitindo que eu bloqueie a fila com um navio estrangeiro. O que que vai sobrar para esses pequenos empresários? Absolutamente nada, Sr. Presidente!

Então, o que que ocorre? Se nós tirarmos os nacionais do jogo, vão sobrar só os estrangeiros, as sete empresas com os navios estrangeiros e nacionais. O senhor acha que vai ter a diferença de preço de 40% a mais? É claro que essas sete empresas vão absorver essa diferença de preço desse custo em favor da própria empresa, e quem vai perder é o custo Brasil!

Agora, Sr. Presidente, se a cabotagem ficar muito cara, quem o senhor acha que vai ganhar com isso aqui dentro do País? Vamos ver; vamos ver se alguém se lembra: quem que pode ganhar dentro do País se a cabotagem ficar inviabilizada? A empresa Rumo, dona da Ferrovia Norte-Sul e da Malha Paulista. Esse é o jogo, o grande jogo do mercado, certo?

A malha ferroviária brasileira está no nome de duas empresas: metade da Rumo; metade da VLI. É a concentração mais horrenda que o Brasil poderia ter. Ferrovias como a Norte-Sul e a Malha Paulista, construídas com recurso público. Não foi por autorização; não foi com o dinheiro dessas empresas.

Então, a Rumo e a VLI, dona da malha ferroviária nacional... Ela vai ganhar. Ela vai ganhar!

O Ministro dos Transportes, o Tarcísio... Com todo o respeito, Sr. presidente, não tenho nada contra ele. Ele foi meu colega, foi ministro junto comigo, no Governo Dilma. Ele era uma pessoa muito considerada pela Presidente Dilma. Ela tinha muita confiança nele, certo? Então, eu não tenho nada contra ele. Mas ele, no dia do edital da Ferrovia Norte-Sul, quando foi lançado o edital e houve um vencedor, sabe o que que ele disse? Que, agora, os combustíveis iriam ter uma nova estrada para poder entrar pelo Brasil afora, que seria a ferrovia.

Quer dizer que a cabotagem, que faz hoje o transporte de granel líquido, que são os combustíveis, é pior do que a ferrovia? Quem faz esse transportezinho são essas 40 aqui, que eu estou falando.

Então, ele estava elogiando e argumentando que o transporte de combustível agora iria ter um caminho mais barato pela Ferrovia Norte-Sul depois da concessão. Quer dizer que cabotagem não presta, não serve, é cara?

É claro que é muito mais barato, Senador Esperidião Amin, muito mais barato! Então, pelo elogio e pelo argumento que ele fez, eu imagino que ele está equivocado, Sr. Presidente. Não acredito em má-fé; acredito em equívoco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer essa impossibilidade da emenda que o Nelsinho acatou, de que navio estrangeiro, navio com bandeira internacional não pode bloquear a circularização.

Isso evitou, inclusive, a necessidade de outras emendas minhas, porque elas se tornam inócuas com essa do art. 11, inciso III, proibindo isso, porque aí, sim, os nossos empresários nacionais terão a oportunidade de entrar na circularização e continuar sua vida, fazendo os seus fretes, mesmo com dificuldade.

Então, eu encerro as minhas palavras, agradecendo a todos os colegas pelo interesse, pela atenção, especialmente o Heinze, o Lucas Barreto, o Nelsinho Trad, todos que nos acompanham e V. Exa. E quero dizer que eu vou votar a favor do relatório do Nelsinho Trad, pois teve muitos avanços, mas registro que, lá na frente, ainda vou continuar lutando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e destaco a capacidade de trabalho e de estudo de V. Exa. a respeito dessa matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu peço a palavra exatamente para começar por onde V. Exa. terminou, ou seja, vou pegar o relancim da sua prosa.

Eu acho que a Senadora Kátia presta um grande serviço ao Senado, primeiro porque ela foi a autora de quatro projetos, não é isso? De quatro projetos. A BR do Mar está ancorada, tem a sua bússola apoiada nesses quatro projetos, o que não diminui o esforço monumental do Senador Nelsinho Trad. Portanto, eu quero cumprimentar esses dois queridos amigos e fico feliz, porque, de todas as colocações da Senadora Kátia Abreu, o acordo entre ambos está ancorado no nº 11, que é o número do artigo da emenda crucial. O 11 sempre foi decisivo na minha vida, Senadora Kátia Abreu, e não estou sozinho aqui. O Heinze também...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós três.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós três. Então, fico feliz, porque é o ponto de encontro.

E eu só acrescentaria ao começo do seu raciocínio: por que que eu tenho que ser proprietário de um navio? Então, é proibido o Airbnb, no Brasil, que aluga todos os apartamentos que vocês quiserem e casas sem ser dono de nenhum?! Eu até recomendo um livro: *Uberização*, de Tem Slee, que faz a narrativa de como os serviços estão engolindo a indústria. A Mercedes-Benz já resolveu a sua vida. Ela não vai mais vender automóvel e está caminhando para prestar o serviço de deslocamento das pessoas. Os veículos, muito bem construídos lá, mas ela vai virar uma prestadora de serviço. Ninguém vai comprar mais automóvel para depois ficar com carro velho, que a senhora, equivocadamente, chamou de cacareco. Cacareco foi muito prestigiado quando atuou na política brasileira: fez 360 mil votos para Vereador em São Paulo.

Então, eu só queria concluir para dizer o seguinte: acho que o ponto de encontro, e eu usei o 11, é o que demarca o patrimonialismo. Então, quem é que fazia esse açambarcamento de navios ou, pelo menos, era acusado de? E quem sou eu para falar mal de um ilustre grego... Era o Onassis. Os mais antigos aqui todos sabem disso. Todos nós invejamos o Onassis pelas suas aventuras idílicas, mas ele era um grande operador de transporte marítimo. Se ele era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proprietário ou era alugado só não tinha a bandeira grega. Não era uma obrigação que o navio tivesse bandeira grega. Por isso que ele prosperou.

Então, o transporte é um serviço que está se libertando do patrimonialismo! A propriedade, o custo-benefício que um equipamento possa trazer está sendo derrubado. Essa relação positiva está sendo derrubada por alguma outra forma. E concluo para dizer o seguinte: tenho muito orgulho, porque, em Florianópolis, o *cluster* do navio autônomo – navio autônomo, assim como se projetam os carros autônomo... Houve um seminário, no final da semana passada, dois dias sobre este assunto. Eu participei de uma parte. O transpônder do navio autônomo está sendo desenvolvido no Sapiens Park, em Florianópolis.

Para quem não se lembra, o *transponder* foi aquele equipamento que, desligado no avião da Embraer, derrubou o avião da Gol lá na Amazônia. O *transponder* é o que informa.

O Coronel deve saber disso muito melhor do que nós, pois tem brevê de avião. Eu só tenho brevê de planador.

Então, o serviço de transporte é o que pode contribuir para a nossa competitividade. Por isso o nome "BR do Mar": é para a prestação de serviço tão assemelhado quanto possível ao caminhão, em que você pode ser dono de uma empresa, sim, se você tiver *expertise*, se você tiver um *software* – e concluo –, como, na década de 70, as centrais de informação de frete quiseram ser.

Naquela época, não havia nem celular. Então, uma central de informação de frete podia salvar o caminhoneiro, podia fazer com que ele tivesse um frete de retorno. E, aquela viagem, se ele viajar com o caminhão desocupado, ele nunca mais recupera, como um quarto de um hotel, uma cama de uma pousada.

Esse é o grau de inteligência do prestador de serviço que interessa.

Então, eu queria enaltecer a sua colocação.

Quero cumprimentar o meu querido amigo Nelsinho Trad pelo esforço hercúleo que ele fez e vou seguir o seu voto, na esperança de que não descartem o 11. Não descartem o 11! O 11 é o número da nossa segurança.

Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É o que me emocionou.

Sr. Presidente, só para um acréscimo, por gentileza, antes do Trad.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Nelsinho Trad está pedindo a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É só um acréscimo, porque eu me esqueci de uma emenda minha que ele acatou, por favor.

Eu também agradeço pela emenda acatada sobre a circularização por carga, por cada navio.

Então, se eu tenho uma carga para três navios, eu tinha que circularizar um, depois o outro, depois o outro, dando chance para os grandões virem e me bloquearem. Agora não; com o acatamento desta emenda pelo Nelsinho, eu vou circularizar a minha carga toda, por um ano. Não importa se eu vou levar três viagens, quatro viagens, cinco viagens. Isso foi da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro sonho, grandemente realizado para mim, de anos da minha vida, era zerar o Fundo da Marinha Mercante. Não foi possível, mas saiu de 25% por longo curso para 8%. Isso já ajudou demais. Eu pagava 25% em toda a importação de navio, de acordo com o valor da carga. Se o frete custasse R$1 milhão, 25% para o Fundo da Marinha Mercante. Agora, são 8%. Já diminuiu bastante.

E eu fico bastante contemplada. Quem sabe, num futuro próximo, a gente possa tentar melhorar o Fundo da Marinha Mercante, Sr. Presidente. Poderíamos abrir aqui uma discussão com as empresas brasileiras: por que não se consegue acessar o Fundo para ter navio próprio? É uma belíssima discussão que a CAE poderia empreender.

Mais uma vez, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Nelsinho Trad.

Depois, o Senador Heinze.

Há, aqui, a inscrição já do Senador Paim, do Senador Confúcio e do Senador Lucas Barreto.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, apenas para ressaltar aqui a minha alegria em poder ter dado uma contribuição, da forma mais equilibrada possível, a esse texto enviado pelo Executivo, através do Ministério da Infraestrutura.

Há que se respeitar um colega que estudou o assunto, que promoveu quatro projetos de lei a respeito dessa matéria e que sabe, como poucos aí dentro, debater com um conteúdo muito evidente essa questão.

É um assunto complexo, mas eu creio que esse relatório vai dar um grande avanço para o setor no nosso País, e não pelo 11, o art. 11, que une praticamente a todos deste Plenário, deste Colegiado. Mas eu digo que todas as emendas que por mim foram acatadas terão, na minha pessoa, uma defesa intransigente na hora que esse projeto for ao Plenário. Não fiz isso apenas para vencer uma etapa, fiz isso por convicção.

O que deu para acatar a gente acatou totalmente e o que não deu a gente acatou parcialmente, por entender que o jogo da composição de um projeto complexo é esse aí. Ninguém é dono da verdade sozinho. Há que se respeitar aquele que tem, instituído pelo voto democrático e popular, o mandato, e que estudou o assunto. E há que se considerar também as questões inerentes a cada região. E tudo isso foi por mim levado em conta, de modo que encaminho o meu voto favorável, conforme os votos da Senadora Kátia, do Senador Amin e do Senador Plínio Valério, já proferidos, e rogo a todos que possam, junto conosco, nas batalhas da Frente, formarmos uma frente pra vencer definitivamente essa questão, porque vai diminuir o custo Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e queria inclusive lembrar aos Senadores, sobretudo à Senadora Kátia, que o maior escritor, na minha opinião, do Brasil – não porque é baiano, sou um pouco bairrista – Jorge Amado... O último livro dele foi o livro sobre navegação de cabotagem, que eu li todo, e é interessante que traz alguns argumentos que V. Exa. trouxe aqui. Quer dizer, Jorge Amado, lá atrás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou ferir o seu orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou ferir o orgulho do meu amigo. O último livro do Jorge Amado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, um dos últimos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O último foi *A Descoberta da América pelos Turcos*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu estou falando sobre cabotagem. V. Exa. vem com turco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eles vieram de navio, califa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não falei da Turquia, não. Falei em cabotagem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor é fã dos bizantinos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um dos últimos livros escritos por Jorge Amado, eu até recomendo a V. Exa. que leia esse livro, a Senadora Kátia deveria ler também, o Senador Heinze, chama-se *Navegação de Cabotagem*, de Jorge Amado. Um dos últimos livros que ele escreveu. Agora V. Exa. vem com a Turquia, com os turcos, que exploraram a minha região, que foram para o centro da Bahia comprar os nossos diamantes e levaram para a Turquia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi patrocinado pela Loja P2, aquela da Itália.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Um momento de lazer da Comissão, Senador Otto. (*Risos.*)

Senador Otto, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Nelsinho Trad pelo belíssimo trabalho que ele fez em cima desse projeto. Quero agradecer também à Senadora Kátia Abreu, primeiro, pelo meu aniversário. E eu procurei aqui, Kátia, e não achei mensagem tua.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Você só fica no celular!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu não achei mensagem tua aqui no dia 14.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pelo amor de Deus, mensagem linda!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Mas eu recebi do Irajá. Já agradeci ao Irajá.

Quero aqui também cumprimentar... O Senador Esperidião me lembrava que a primeira Lei dos Portos, Senadora Kátia, em 1993, e o Dr. Carrion, que foi Deputado ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É nº 8.630.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, nº 8.630.

O Dr. Carrion, que hoje trabalha comigo, Senador Esperidião, e o segundo porto marítimo do Rio Grande do Sul, que era Torres e que agora é Arroio do Sal, então, agradecer a ele.

E principalmente agradeço a V. Exa., Senadora Kátia. Eu sei que é estudiosa. Como dizia o nosso amigo particular, o Senador Moka: mulherzinha antenada essa Kátia. Então, agradeço pelos quatro projetos que V. Exa. já fez e pela contribuição que está dando agora ao projeto do Senador que está apresentando o relatório.

É muito importante, é um avanço a questão das hidrovias. Eu tenho me empenhado muito no Rio Grande do Sul por um segundo porto marítimo, ajudando o Porto do Rio Grande, que é o quinto ou sexto maior porto do Brasil, hoje, grande porto que nós temos lá.

Amanhã, Senador Esperidião Amin, os uruguaios, o Embaixador do Uruguai, o Embaixador Guillermo, está no Rio Grande do Sul com uma delegação de empresários uruguaios. Vai visitar o Porto do Rio Grande. E também nós estamos fazendo lá, Senador Esperidião, uma ligação da Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos, norte e nordeste do Uruguai ligado com o sul do Rio Grande do Sul e o centro do Rio Grande do Sul. Isso é muito importante para eles. Eles querem chegar ao Porto do Rio Grande. Eu também tenho ajudado. É muito importante.

Em se tratando desse projeto da cabotagem, é extremamente importante porque nós vamos alavancar seguramente o transporte marítimo do Brasil.

Senadora Kátia, eu recordo que, no tempo da Comissão de Agricultura, Marcos Montes tinha também já um projeto sobre a questão da diminuição do frete da Marinha Mercante, o Fundo da Marinha Mercante. Então, essa diminuição é significativa. Acho que o projeto que está sendo apresentando nesse instante é fundamental e vai dar um avanço para a cabotagem no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo sistema remoto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto Alencar, eu sou suplente nesta Comissão, mas toda vez que vocês me convocam, eu estou aqui para colaborar, dar o quórum e participar dos debates. Confesso que quando eu estava vindo para cá, havia uma certa insegurança em relação ao voto que eu deveria dar aqui. Mas ouvindo, como sempre, a brilhante exposição da Senadora Kátia Abreu, o complemento também do grande Senador Esperidião Amin, e o Heinze agora, que dá informações, inclusive do Rio Grande, e o relatório desse grande amigo que é o Nelsinho Trad, que me lembra do projeto das patentes, o trabalho belíssimo que ele fez, e agora não foi diferente, e entendendo que havia algumas preocupações por parte do PT... Mas o projeto não é terminativo. O debate continua. E por isso eu faço questão de anunciar o meu voto "sim".

É isso, Presidente, cumprimentando o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Paim. Realmente, não é terminativo aqui na CAE. Esse projeto deve passar ainda pela Comissão de Infraestrutura, provavelmente, e depois para o Plenário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Se tem assinatura, vai direto para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É, pode ser que tenha que passar lá pela Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senadora Kátia Abreu e demais Senadoras presentes, Srs. Senadores, primeiro, eu quero parabenizar a Kátia por ser estudiosa, dedicada. Quando pega um assunto, ela vai a fundo, procura entender, procura discutir, procura conversar com todos os segmentos e traz aqui para todos nós, leigos, como eu, informações extremamente consistentes e, ao mesmo tempo, estarrecedoras.

Pelo dito, ela evidenciou que o Brasil é um País difícil, é um País com seus complexos eternos de inferioridade – como se dizia no passado, complexos de Jeca Tatu –, mostrando que na cabotagem a predominância absoluta é de navios estrangeiros. O Brasil fica com 5% ou menos desse mercado importantíssimo. E o que temos que fazer é sermos humildes, caros companheiros e companheiras, para conhecer o mundo e os segredos de países pequenos, como Singapura, e tradicionais, históricos, como Holanda, Bélgica e outros tantos, que têm estruturas portuárias modernas, dinâmicas, baratas, eficientes, abertas, pela competitividade com o mundo inteiro. Eles conseguem vencer porque têm a eficiência dos custos, da qualidade.

Eu digo mais para todos nós, presentes e ausentes: é muito difícil mudar as coisas no Brasil. Você vê que a estrutura é totalmente deficitária, é cara, é carcomida, é difícil, mas, na hora de mudar, há no subterrâneo de tudo uma força invisível manipulando para não se mudar. Essa força invisível penetra nas entranhas da estrutura do Governo e do Congresso, muitas vezes, para não deixar nada acontecer. Isso é profundamente entristecedor.

Mas eu quero aqui parabenizar a Senadora Kátia, que tem um vozeirão, tem um argumento rico, tem uma fluência absoluta, tem o domínio da coisa que ela relata. Isso aí é fundamental. Então, nós temos uma série de complexos, de atraso. Parece que a gente foi descoberto para ser atrasado. Não nos é permitido avançar em quase nada, não é? E ficamos, assim, nesse marche-marche eterno, nessa dificuldade absoluta em fazer mudanças tão necessárias, como ela evidenciou aqui hoje.

Mesmo eu sem entender nada de cabotagem, vou votar "sim". Estou convencido, convencido – além do mais, com a Katia e o Nelsinho Trad, dois pares maravilhosos.

Assim eu encerro as minhas palavras, para que a gente seja realmente mais atrevido, mais agressivo nas mudanças que o Brasil precisa fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Confúcio Moura e passo a palavra ao Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar o Senador Nelsinho Trad pela paciência que teve ao fazer esse relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive acatando duas emendas nossas – três, na verdade, mas uma era a mesma emenda do Senador Eduardo Braga.

O que se tem que falar nesta Comissão, no cenário, Senadora Kátia, é que existem muitas coisas em que o Brasil está falhando. Se nós tivéssemos assinado os protocolos de atualização da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição, como foi o caso do óleo na nossa costa, o País teria acesso imediato a uma compensação de US$1,4 bilhão para despesas de mitigação do desastre ambiental nas praias do Nordeste. E ninguém se preocupa com isso.

O Fundo da Marinha, como a senhora falou, tem R$15 bilhões que eram para investimento, mas o valor está se reduzindo porque o fundo não é aplicado. Só quem consegue acessar esse fundo são uma, duas ou três empresas ao longo do Rio Amazonas, empresas essas que são estaleiros pequenos que fazem os barcos de casco duplo para transporte de combustível. Os estaleiros que fazem barco de passageiro, muitas vezes, não conseguem ter acesso a esse fundo, que é um fundo para financiamento, Sr. Presidente.

Então, a Marinha faz a parte dela, o Ministério é que está segurando para não assinar isso. Por quê? Olha o caso que aconteceu com o navio que entrou no Maranhão sem prático e encalhou. Imagina se estivesse carregado!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Um navio encalhou no Canal do Panamá, e olha o prejuízo que foi. Agora, os senhores imaginam o porquê da nossa luta, lá no Amapá, para que não entrem no Rio Amazonas sem praticagem, sem quem conheça o Rio. Até mesmo, como Senador Esperidião Amin falou, com um GPS desses, com uma carta náutica dessas, lá a maré faz com que os bancos de areia mudem a cada maré! Aí, os senhores imaginam o Canal Norte, que vai escoar toda essa produção do nosso Centro-Oeste, que vai vir de barco para Mirituba, com o asfaltamento da BR-156; vai descer para o Amapá em balsa de 5 mil toneladas; e vai embarcar nos navios Super Panamax de 74 mil toneladas, que já entram no Canal Norte, porque Marinha e praticagem fizeram um levantamento, com satélite, com tudo, no Arco Lamoso, onde se aumentou em 60cm a profundidade do Canal Norte – o único canal que, há 50 anos, está ali, sem nenhuma mudança.

Então, nós do Amapá temos muita preocupação! Os senhores imaginam que, no canal de Breves, lá em cima, o navio desacelera, quando vem, com inércia, carregado? Quatro quilômetros antes se liga a ré para ele poder passar no canal! Imaginem os senhores o risco disso, porque lá é um estuário, é uma área entre o mar e o maior rio do mundo, o Amazonas, uma área onde a água fica circulando. Um desastre ambiental compromete toda a nossa população. E, só para os senhores terem uma ideia de como pode comprometer um desastre ambiental, no Arquipélago do Marajó, do lado do Amapá, há 2 mil ilhas e 1 milhão de habitantes, mais do que a população do nosso Estado, que vivem do extrativismo do açaí, da pesca e de outras atividades sustentáveis.

Então, fica aqui o meu cumprimento ao Senador Nelsinho.

Esse projeto ainda vai para a Comissão de Infraestrutura, antes para a CCJ, e nós vamos ter mais tempo de aprimorar esse projeto, que pode ser tão importante para o Brasil, lembrando que há um compromisso também do Ministro Tarcísio de fazer a BR dos Rios, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos avançar, principalmente no Rio Amazonas, que é o maior rio do Brasil e o maior do mundo em volume d'água.

Então, obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns à Senadora Kátia! Eu acho que contempla também o relatório do Nelsinho o seu projeto, em que a senhora teve a visão de fazer essa BR do Mar. Ficam aqui os meus cumprimentos ao Senador Nelsinho e à Senadora Kátia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Lucas Barreto, que conhece bem a matéria, preocupado com as coisas do seu Estado do Amapá e com a Região Norte, com os rios amazônicos. É importante essa colocação de V. Exa. sobre a BR dos Rios, que é fundamental até para dar condição de trafegabilidade no futuro, para que não se perca o calado e haja toda a estrutura para a navegação pelos rios brasileiros.

Agora, o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto Alencar, Senadoras, Senadores, eu quero aqui parabenizar o nosso Nelsinho Trad, nosso Líder, por esse brilhante trabalho que foi feito. Ele ouviu muitos Senadores e acatou diversas emendas, inclusive emendas da Senadora Kátia Abreu, com quem, pelo seu conhecimento, como disse o Senador Confúcio Moura, sendo uma estudiosa, aprendemos muito sobre cabotagem. Da mesma forma, a fala do Senador Lucas Barreto nos mostrou também um pouco sobre cabotagem, nos ensinou um pouco.

Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que, no Brasil, nós sempre queremos o perfeito, e, às vezes, conseguir o perfeito não é possível. Por isso, há muitos projetos no nosso País que se arrastam há muitos e muitos anos. A reforma tributária é uma delas. A reforma tributária perfeita não é possível; é possível se aprová-la e ir ajustando com o passar do tempo. A reforma administrativa, da mesma maneira. Veio aí a reforma da previdência, que precisa de mais ajustes.

Agora, é preocupante quando a gente vê esse custo Brasil, até mesmo pelo que falou a Senadora Kátia Abreu. O transporte marítimo, o transporte de cabotagem das empresas internacionais tem realmente um custo bem mais baixo, porque nós temos aqui, no nosso País, um custo que vai desde o tributário, as taxas, essa reserva de mercado absurda até também à questão trabalhista. Nós já estamos aí, ao longo dos últimos anos, trabalhando em alguns desses assuntos e já avançamos muito, mas nós precisamos ter a diminuição desse custo Brasil para não fechar portas, para que ninguém deixe de investir no nosso País, porque o custo Brasil é alto. Nós temos que baixar esse custo Brasil e nós temos que dar segurança, Presidente Otto, Confúcio, Nelsinho, todos que estão nos ouvindo, segurança jurídica para que essas empresas venham fazer seus investimentos.

Aqui eu soube, pelas palavras da Senadora Kátia, de alguns absurdos nessa reserva de mercado em que se dificultava para as empresas que quisessem entrar no mercado. Primeiro, elas tinham que provar que têm caixa suficiente e altíssimo para comprar navios ou embarcações, não podendo ser como na aviação comercial, fazer frete sem ter aviões, ou em outros também que a gente vê pelo País, como transporte terrestre e assim por diante.

Eu também queria fazer uma observação aqui, já terminando minhas palavras, Senador Nelsinho. Existem no nosso País algumas coisas ainda para consertar. Eu, estes dias atrás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tive o conhecimento da ANTT de que, mesmo dando autorizações para modernização de linhas de transporte de passageiros, por pressão política, volta-se atrás, criando dificuldades, para haver reserva de mercado, com ônibus velhos, caindo aos pedaços. Então, são coisas que realmente a gente no Senado Federal, Congresso Nacional tem como melhorar, como é o caso deste projeto de lei que, brilhantemente, com muita paciência, com muito diálogo, foi relatado pelo meu Líder Nelsinho Trad. Parabéns, Nelsinho!

Voto favoravelmente a este projeto. No que tiver que consertar, com certeza, todos nós estaremos dispostos a melhorar cada vez mais.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Vanderlan.

Passo a palavra ao Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu estudei bem este projeto no final de semana – aliás, este e o de transporte ferroviário. Eu cheguei a uma conclusão meio inusitada. Eu tenho vários questionamentos – em dois, inclusive, eu perdi o prazo aqui, vou apresentar no Plenário. Eu cheguei à conclusão de que este projeto ainda precisava de mais ajustes, ser mais bem ajustado. Muita gente me convenceu disso, eu fiz a minha própria reflexão, mas há, de outro lado, uma urgência nesta matéria, uma urgência no sentido de que realmente se precisa ampliar a navegação de cabotagem no Brasil e se precisa favorecer esse investimento, estimular esse investimento. Mas há gente da própria cabotagem que acha que não vai estimular. Eu, de qualquer maneira, imagino que sim, porque a carga existe e a necessidade é real. Vão encontrar dentro dessa legislação que está aqui os meios de avançar. Depois, talvez a gente tenha que rever, diferentemente do setor ferroviário.

Ali, o projeto original do Senador José Serra acabou recebendo jabutis que tiram a clareza do projeto. O projeto original é permitir a autorização para *short lines*. Ponto. Agora encheram ele de penduricalhos, o que levou esse Ministro Tarcísio a anunciar ontem, num discurso bem político, com nada de gestão, que ele já fez 12 e vai fazer mais 2, 14 autorizações, quando, no dia em que nós quisemos devolver a medida provisória, ele disse que tinha 5 para fazer. Já fez 14! Noventa e nove anos! Nenhuma das empresas, segundo todos os profissionais do setor que eu consultei, tem capacidade de fazer qualquer *short line* que recebeu de brinde do Governo. Vão esperar alguma coisa para negociar, para isso e aquilo outro... E o Ministro anuncia que são R$80 bilhões de investimento. Não tem um tostão ainda. É só intenção. Só conseguir a autorização. É o uso e abuso da autorização, que é o mecanismo principal proposto pelo Senador José Serra quando fez o projeto. Um desvirtuamento. Já foram 14! Até o dia de nós votarmos, então, ele põe mais umas 15. Enfim, ele vai distribuir todas as *short lines* do Brasil sem nenhuma efetividade do ponto de vista de realização, de construção, etc., etc.

Enfim, sobre essa matéria da cabotagem eu tenho reparos, mas acho que é urgente, e depois se fazem as correções necessárias com o correr do tempo, sem dúvida.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Esperidião Amin deseja falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Quero fazer um brevíssimo comentário, porque é um assunto *a latere,* mas é relacionado.

Primeiro, eu concordo com a fala do Senador José Aníbal de que a busca da perfeição pode nos levar a perder o razoável e o bom, o que já é uma coisa muito importante, quanto a este projeto. E ele ficou melhor ainda graças ao Senador Nelsinho Trad e à Senadora Kátia Abreu, conforme eu já abordei. Então, eu não vou castigá-los com mais nenhuma colocação a respeito, mas faço questão de reiterar: ambos foram muito importantes e decisivos para torná-lo entre razoável e bom, e é ótimo quando se consegue chegar ao bom. A perseguição do perfeito a gente, geralmente, deixa para a próxima geração.

Mas eu queria só, a respeito da sua observação, Senado José Aníbal, com o maior respeito, dizer o seguinte: se tem uma coisa que eu estou acompanhando é o tópico "autorização", o marco ferroviário. Eu quero dizer para o senhor que, no dia, na véspera da edição da medida provisória, o Ministro anunciou que tinha dez.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Para nós, na reunião, cinco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sabe por quê? Porque a décima era do nosso interesse, de Santa Catarina, que é a autorização para ligar Cascavel a Chapecó. Esta para nós é crucial: Maracaju-Cascavel. Cascavel-Foz do Iguaçu é outra questão, mas Cascavel-Chapecó é crucial para nossa agroindústria, porque nós dependemos da importação do insumo, fundamentalmente milho e soja. Então, isso eu estou acompanhando, que é a essência do projeto do Senador José Serra, essa pequena divergência estatística, que fica por conta do dia, da notícia, enfim, não é uma questão objetiva, no sentido estrito da palavra. Não coloca nuvem, não obnubila o conceito de que o projeto do Senador José Serra é um projeto de excelente qualidade, porque o que ele faz é criar as flexibilidades, os atendimentos complementares, como agora o Mato Grosso vai fazer, anunciou ontem essa contratação, e que, de certa forma, a própria Senadora Kátia Abreu criticou quando falou do monopólio ou do duopólio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, ela falou duopólio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Duo, ou três... Não, só há uma coisa com que nós vamos concordar: pior do que o monopólio público, só há uma coisa: é o monopólio privado. É a pior coisa, porque no público, você pode criticar os políticos, pode falar mal do governante e procurar uma solução. Agora, o monopólio privado, esse dói.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir parecer da CAE, favorável ao PL 4.199, de 2020, na forma das emendas apresentadas pelo Relator; pelo acolhimento das Emendas nºs 9, 10, 12, 13, 14, 17, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 37 e 40; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 21, 22, 24, 27, 42 e 43; contrário às demais emendas e pela prejudicialidade do PLS nº 421, de 2014, do PLS 423, de 2014, do PL 2.948, de 2019, e do PL 3.129, de 2020; pela tramitação autônoma do PLS 422, de 2014.

A matéria será apreciada provavelmente numa outra Comissão, certamente a Comissão de Infraestrutura, ou não, e eu considero aprovada a matéria BR do Mar, tão bem relatada pelo Senador Nelsinho Trad.

Vou colocar os requerimentos de autoria do Senador Marcio Bittar, sobre a privatização dos Correios.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, DE 2021

Requer realização de audiência pública para instruir a tramitação do PL 591/2021.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

Ele faz o requerimento baseado no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, para a realização de audiência pública com o fim de instruir o PL 591, de 2021.

Ele cita aqui todas as leis que serão alteradas e propõe, nesse requerimento, na audiência, a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria Inês Capelli, Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP); o Sr. José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares; e a Sra. Maria Salette Rodrigues de Melo, da Associação Nacional de Entidades Regionais de Agências de Franquias Postais.

Acrescento também, aqui, um requerimento para acostar ao requerimento do Senador Rogério Carvalho, convidando o Sr. Rodrigo Orair, técnico do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQE 23/2021, seja incluído mais um convidado com o objetivo de enriquecer o debate. Propõe a inclusão do Senhor Rodrigo Orair, técnico do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro requerimento, do Senador Marcio Bittar, vem na mesma linha, obedecendo ao que está preestatuído no Regimento Interno e na lei da alteração, que propõe audiência para a presença dos seguintes convidados: Sr. Fábio Farias, Ministro de Comunicações; Sra. Marta Seiler, Secretária Especial do Programa de Parceria e Investimento; Sr. Gustavo Montezano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social; Sr. Marcelo Silva, Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também requerimento da lavra do Senador Eduardo Braga.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 23, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as mais recentes matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em especial, a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que institui os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, conhecida como PEC dos Precatórios.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Audiência com a presença do Sr. Ministro Paulo Guedes.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento do nobre Senador Eduardo Braga permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento do Senador Eduardo Braga.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 24, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2.337, de 2021.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

É o projeto de lei do Imposto de Renda, com algumas alterações realizadas na Câmara.

Propõe a presença dos seguintes convidados: Sr. Felipe Salto, Diretor Executivo do Instituto Fiscal; representante do Ministério da Economia; represente do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Consefaz); representante do Confederação Nacional dos Municípios e também o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O requerimento do nobre Senador Eduardo Braga traz uma série de considerações e proposições para essa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item do projeto de lei da Senadora Rose de Freitas.

Projeto de Lei 1.905, de 2019, não terminativo, que tem como Relator o Senador Angelo Coronel. (*Pausa.*)

É o item 3.

O Senador Angelo Coronel não está presente.

O item 4, terminativo, de autoria do Senador Weverton, tem como Relator o Senador Vanderlan Cardoso, a quem passo a palavra. (*Pausa.*)

Voltando ao Item 3, projeto da Senadora Rose Freitas, não terminativo, nº 1.905, de 2019.

Senador Angelo Coronel é o Relator, a quem passo a palavra, se está presente pelo sistema remoto. (*Pausa.*)

Informa aqui o João Pedro que ele está com problema no login.

Quero aproveitar o momento para parabenizar o aniversariante do dia, João Pedro, que é nosso, aqui, assessor, uma pessoa competente.

Peço uma salva de palmas para ele, que é nosso amigo. (*Palmas.*)

Feliz aniversário! Deus lhe acompanhe e lhe guarde e que você possa continuar contribuindo na Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

O Senador Vanderlan também não está presente. (*Pausa.*)

Senador Vanderlan, V. Exa. para relatar o Projeto nº 2.012, de 2019, do Senador Weverton.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 2012, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto, agradeço a confiança de V. Exa. para que eu relatasse esse projeto tão importante do Senador Weverton.

Quero ressaltar aqui a importância dos nossos agentes comunitários de saúde e de endemias, Sr. Presidente, pelo trabalho bonito que realizam.

Também quero aqui, Sr. Presidente, dizer a esta Comissão, àqueles que estão aí presentes e aos que não estão, que eu fui o primeiro Prefeito pelo meu Estado de Goiás a efetivar a Agência de Saúde e de Endemias quando fui Prefeito da cidade de Senador Canedo.

Mas vamos lá, Sr. Presidente, ao nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 2.012, de 2019, do Senador Weverton, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto a direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias...

O Relatório, Sr. Presidente.

Chega para análise terminativa desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 2.012, de 2019, do Senador Weverton, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto a direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, composto de dois artigos.

Pelo art. 1º, altera-se a supracitada Lei, em seu art. 9º-H, para que seja concedida indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias que realizarem despesas com locomoção para o exercício de suas atividades conforme disposto em regulamento, ou fornecimento de transporte pelo ente federado a que ele estiver vinculado. Atualmente, prevê-se o fornecimento ou o custeio da locomoção necessária para o exercício das atividades, conforme regulamento do ente federativo, ou seja, uma norma mais geral.

No parágrafo único desse artigo, especifica-se que essa indenização deva ser feita ao agente que realizar despesas com utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo que ocupa, efetivo ou comissionado, atestados pela chefia imediata, desde que por opção própria, e condicionada ao interesse da Administração.

O art. 2º traz a cláusula de vigência que é imediata à publicação da lei.

Na justificação, o autor afirma que: "[...] há situações em que é mais vantajoso, tanto para o profissional, quanto para a Administração, que o Agente Comunitário de Saúde ou o Agente de Combate às Endemias utilize meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo, desde que lhe seja concedida indenização de transporte e que seja a sua vontade".

O projeto foi distribuído apenas a esta Comissão, em decisão terminativa.

Não houve a apresentação de emendas no prazo regimental, que terminou em 11 de abril de 2019.

Análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Também, em análise terminativa, devemos observar a constitucionalidade, a juridicidade, a boa técnica legislativa e a redação da proposição.

Com certeza, o PL nº 2.012, de 2019, é meritório. Devemos considerar que muitos dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias podem desejar utilizar veículos próprios para exercerem sua atividade e, a eles, deva ser concedida a indenização de transporte.

Julgamos não haver outros óbices quanto à constitucionalidade, posto que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, conforme o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, o art. 196 da Carta Magna assevera que: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Tampouco, observamos impedimentos à juridicidade.

Não há impacto orçamentário-financeiro à União. Como estabelecem a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, e o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, a União deve apenas prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o cumprimento do piso salarial dos agentes, bem como dar incentivo financeiro para o fortalecimento de políticas afetas à atuação de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. A União, portanto, não seria afetada por alterações na forma de fornecimento ou custeio de transporte.

No entanto, devemos observar a atual redação do art. 9º-H, que consideramos bem adequada, dada pela Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Para manter esse dispositivo, atender aos princípios de boa técnica legislativa e redação, bem como manter o que pretende a excelente proposição apresentada como uma possibilidade de custeio de locomoção de agente comunitário de saúde ou agente de combate às endemias, é necessário tão somente acrescentar parágrafo único ao art. 9º-H.

Com isso, também, precisamos ajustar a ementa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.012, de 2019, na forma do seguinte Substitutivo:

> Emenda nº - CAE (Substitutivo)
> (ao PL nº 2.012, de 2019)
> Acrescenta a indenização de transporte entre as formas de custeio de locomoção de agente comunitário de saúde ou agente de combate às endemias, conforme o art. 9º–H da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º- H da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 9º- H.

.....

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto no *caput* deste artigo, poder-se-á conceder indenização de transporte ao agente comunitário de saúde e ao agente de combate às endemias que, por ela, opte, como forma de ressarcimento de despesas com a locomoção por meio próprio para execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo que ocupa, efetivo ou comissionado, atestados pela chefia imediata".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Vanderlan Cardoso.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Percebo que nós não temos quórum para a deliberação desta matéria, que é terminativa.

Passamos, então, ao item do projeto da Senadora Rose de Freitas.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 1905, DE 2019
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

Essa é uma matéria não terminativa.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu o estou ouvindo bem.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – É que está dando um circuito aqui no gabinete e está a toda hora caindo a internet. Mas vamos ao que interessa.

Projeto da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei 1.905, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que altera as Leis 8.631, de 4 de março de 1993, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações.

Peço vênia, Excelência, para ir direto à análise do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. pode ir para a frente.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe sejam submetidas.

O projeto em análise tem como objetivo modernizar o marco legal de energia elétrica, saneamento básico e telecomunicações para prever a vedação à cobrança de tarifas mínimas pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mérito da proposição é inegável e atual. Se utilizarmos como exemplo o fornecimento de água, na maioria dos Municípios, uma parcela significativa dos usuários, principalmente de baixa renda, tem um consumo efetivo inferior ao estipulado na franquia mínima.

Essa existência de tarifa mínima implica subsídio cruzado entre a parcela da população de consumo inferior ao mínimo e os demais consumidores. Tudo o mais constante, quanto maior o consumo, maior tende a ser a renda. Logo, o grupo de consumidores que se beneficia mais, por ter tarifas médias mais baixas pelo atual sistema de tarifação, tende a ser composto por famílias de maior poder aquisitivo.

Nesse sentido, Sr. Presidente Otto Alencar, vários Estados adotaram legislações para proibir a cobrança de tarifas mínimas de água, como o próprio Distrito Federal e o Estado de Tocantins.

A cobrança de tarifas mínimas, em especial de parcelas da população de renda inferior, é injusta não somente sob o ponto de vista social, mas também fere frontalmente outra importante diretriz do sistema de precificação dos serviços de saneamento básico no País: a inibição do consumo do supérfluo e do desperdício de recursos (art. 29, §1º, IV, da Lei nº 11.445, de 2007).

Contudo, Sr. Presidente, no Distrito Federal, unidade federativa com maior renda *per capita* do País, cerca de 46% dos consumidores apresentam nível de consumo inferior a 10 metros cúbicos de água por mês (franquia mínima adotada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, a Caesb). Nesse caso, vedar as tarifas mínimas beneficiaria também uma parcela da população de alta renda.

Ademais, sob o ponto de vista econômico, cabe notar que as concessões de serviços públicos têm relevantes custos de distribuição, expansão e manutenção dos serviços. Para financiar tais custos, que refletem o esforço dos concessionários para disponibilizar os serviços aos usuários, os concessionários se utilizam das referidas tarifas mínimas para assegurar tarifas médias mais baixas a toda a população.

De modo a direcionar o benefício da extinção das tarifas mínimas aos dos consumidores de baixa renda e baixo consumo, mantendo a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico das concessionárias, propõe-se vedar a cobrança de tarifas mínimas aos consumidores que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

No setor elétrico, Sr. Presidente Otto Alencar, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2018, o custo de energia correspondeu a aproximadamente 43% da formação da tarifa, restando a maior parte aos custos relacionados à distribuição, transmissão, perdas e encargos.

Raciocínio semelhante pode ser utilizado para o setor de telecomunicações, cujos custos variáveis são parcelas menores da estrutura de custos. Portanto, uma característica importante do fornecimento de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações é o percentual referente ao custo da infraestrutura apenas para disponibilizar os serviços, com necessidade permanente de modernização, manutenção e expansão de investimentos.

É fundamental, Sr. Presidente, Dr. Otto Alencar, que as tarifas não somente garantam o equilíbrio econômico das empresas, mas o façam dentro de um sistema de precificação que induza a eficiência dos serviços prestados, contribua para a preservação do meio ambiente e, fundamentalmente, preserve a modicidade tarifária à população mais carente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo, entende-se que o mais justo é eliminar as tarifas mínimas somente para unidades consumidoras residenciais de baixa renda, mantendo as sanções previstas. Sugerimos, então, três emendas, que alteram o escopo da vedação proposta, mantendo a modicidade tarifária e concentrando seus benefícios nos consumidores atualmente mais prejudicados pelas cobranças mínimas, que são as famílias de baixa renda presentes no Cadastro Único, que devem ser o foco de políticas públicas.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente Otto Mendonça de Alencar, somos pela aprovação do projeto de Lei nº 1.905, de 2019, conforme o substitutivo anexo a este relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Se mais nenhum Senador ou Senadora quiser discutir, coloco em votação, porque é não terminativo.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ser encaminhada para outra Comissão porque ela é não terminativa aqui.

Passo ao Senador Angelo Coronel o item 5, que é o Projeto de Lei 3.525, de 2019, que estabelece diretrizes para o atendimento do Sistema Único de Saúde de pessoas cometidas com a Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 3525, DE 2019
- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: Favorável ao projeto
Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais*

É um projeto que veio da Câmara dos Deputados, da Deputada Érika Kokay e do Deputado Amaro Neto.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, por mais este espaço para relatar este importante projeto.

O relatório.

Encontra-se sob exame, na Comissão de Assuntos Econômicos, o PL 3525, de 2019 (PL 6858, de 2013, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

Com toda a vênia, Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Quanto ao mérito, concordarmos plenamente com o objetivo principal da proposta, no sentido de assegurar às pessoas atingidas pela fibromialgia ou Fadiga Crônica acesso a tratamento digno e efetivo.

De acordo, Sr. Presidente, Dr. Otto Alencar, com a Sociedade Brasileira de Reumatologia, a fibromialgia é uma síndrome de causas que ainda carecem de esclarecimento, caracterizada por dor muscular generalizada e crônica, podendo durar até mais de três meses, acompanhada ainda, Sr. Presidente, de sono não reparador e cansaço. A síndrome, em certos casos, acarreta ansiedade, depressão e alterações na concentração e na memória.

Estima-se que cerca de 2,5% da população mundial sofre da Síndrome de Fibromialgia, tendo incidência mais relevante em mulheres entre 30 e 50 anos.

Já a síndrome da Fadiga Crônica é identificada pelo cansaço intenso com atividade física ou mental, mas sem melhora com o repouso, podendo apresentar dores de cabeça, de garganta, musculares e nas juntas, nos gânglios e dificuldades na concentração. Dados da Sociedade Brasileira de Clínica Médica indicam que 1,5% da população mundial convive com esse cansaço crônico.

Destaca-se, Sr. Presidente, que o atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde à Síndrome de Fibromialgia ou à Fadiga Crônica, conforme art. 1º do projeto em tela, não resultará em impactos financeiros, visto que o ônus do atendimento obrigatório às pessoas acometidas por essas condições será repartido entre os entes.

Com efeito, Sr. Presidente Otto Alencar, o custo do tratamento poderá ser abarcado com a previsão orçamentária do Ministério da Saúde, por exemplo, com a atenção especializada por meio da ação de Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

De acordo, Sr. Presidente Otto Alencar, com o projeto de lei orçamentária para o exercício de 2021, são previstos quase R$65 bilhões para a referida ação, que podem ser alocados em diversos tratamentos, inclusive os relacionados à Síndrome da Fibromialgia e à Fadiga Crônica, respeitando tanto os ditames da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da LRF, como do novo regime fiscal do teto de gastos, regido pela Emenda Constitucional 95, de 2016.

Tendo em vista o relevante grau de penetração das doenças analisadas na sociedade e, principalmente, nas mulheres, entendemos a necessidade em contemplar a população com o tratamento gratuito.

Adicionalmente, ressalto, Sr. Presidente, que o projeto atende às condições de impacto econômico e financeiro afetos a esta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente Otto Alencar, manifesto voto pela aprovação do Projeto de Lei 3.525, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça para seguimento da sua tramitação.

Os Relatores das outras matérias não se encontram presentes.

Eu vou colocar o requerimento do Senador Jaques Wagner, que pede audiência pública, obedecendo ao Regimento Interno do Senado Federal, com o objetivo de discutir a renovação da concessão da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e os impactos da conexão ferroviária do Nordeste.

A Ferrovia Centro-Atlântica interessa muito ao Estado da Bahia e também a outros Estados do Nordeste. E é necessária uma discussão já que se formou a partir da desestatização da Rede Ferroviária Federal, ainda no ano de 1996, e encontra-se sob o controle da VLI desde 2011. A Ferrovia Centro-Atlântica é hoje a maior e mais importante ferrovia do Brasil e conecta sete Estados nas Regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste e Distrito Federal.

A atual concessão da FCA é válida até dia 31 de agosto de 2026. Entretanto, ainda em 2020, a ANTT apresentou consulta pública propondo a renovação antecipada dela.

A consulta pública da ANTT foi alvo de muitos questionamentos, pelos reflexos que tal renovação traz aos Estados interessados na ferrovia.

Assim sendo, essa antecipação da renovação carece de maior discussão e análise, principalmente no que diz respeito aos impactos que tal renovação pode trazer à conexão ferroviária do Nordeste brasileiro, propondo, para essa audiência, os seguintes convidados: um representante Ministério da Infraestrutura, o titular, Tarcísio Freitas; um representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Eu acato a subscrição desse requerimento ao nobre Senador Jean Paul Prates, do Estado do Rio Grande do Norte.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento dos Senadores Jaques Wagner e Jean Paul Prates.

(É o seguinte o item aprovado:)

(Matéria não lida:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 25, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir a renovação da concessão da FCA (Ferrovia Centro Atlântica S/A) e os impactos da conexão ferroviária do NE.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

Como não há nenhuma outra matéria para discutir, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 09 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Confúcio Moura, Flávio Bolsonaro, José Aníbal, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 866, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PPS/SE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2017 - Terminativo -** que: "Veda operações com cartões de crédito ou débito ou, ainda, em moeda eletrônica que tenham por finalidade a participação em jogos de azar em sítios eletrônicos hospedados em servidores localizados fora do País, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2012, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o substitutivo apresentado, com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 30, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 31, de 2021** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2337/21 na CAE" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 29, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021, seja incluído um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 32, de 2021** que: "Requer o aditamento dos RQE 26/2021 para incluir convidado em audiência pública." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 33, de 2021** que: "Requer o aditamento dos RQE 30 e 31/2021 para incluir convidado em audiência pública que irá debater o PL 2337/2021." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 34, de 2021** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 591/2021, seja incluído o seguinte convidado: Elias Cesário de Brito Junior, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT) e Presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo, grande São Paulo e zona postal de Sorocaba (SINTECT-SP)." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 35, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 36, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Manoel Vitório da Silva Filho, Secretário da Fazenda da Bahia; o Senhor Henrique Meirelles, Secretário da Fazenda de São Paulo e o Senhor Marco Aurelio Santos Cardoso, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 37, de 2021** que: "Requer a presença do Sr. Rodrigo Orair, Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), na audiência pública requerida pelo REQ 31/2021-CAE, do Senador Tasso Jereissati." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/28

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Eu solicito o encaminhamento dos requerimentos que foram encaminhados para apreciação nesta Comissão.

Há um requerimento do nobre Senador Oriovisto.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.337/2021.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

Altera diversas leis que estão aqui escritas no seu requerimento, propondo audiência com o Sr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; o Sr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal; o Sr. Breno Vasconcelos, advogado e professor de Direito; o Sr. Sérgio Gobetti, economista e pesquisador do Ipea e ex-Secretário Adjunto de Política Econômica; o Sr. Eduardo Fleury, economista e advogado; o Sr. Clóvis Panzarini.

Justificação.

O projeto promove profundas alterações na legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O texto aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados propõe atualizar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, reduzir a tributação sobre empresas e instituir a tributação sobre lucros e dividendos. Diante da relevância da proposição para toda a sociedade, apresentamos este requerimento, a fim de que esta Comissão realize audiência pública com representantes de entidades capazes de contribuir para o debate e para o aperfeiçoamento do PL nº 2.337, de 2021.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 31, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2.337/21 na CAE

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o mesmo projeto, o PL 2.337, de 2021, observando aqui as alterações das leis que seguem no requerimento e propondo os seguintes convidados: o Sr. José Roberto Afonso, economista, possui pós-doutorado em Administração Pública; a Sra. Vanessa Canado, professora do Insper e doutora em Direito; o Sr. Hamilton Dias de Souza, advogado e ex-professor de Direito da USP; o Sr. José Barroso Tostes Neto; o Sr. Alberto Macedo, Assessor Especial da Secretaria Municipal de Fazenda de São Paulo; o Sr. Eliseu Martins, professor da Faculdade de Economia; e o Sr. Ricardo Mariz de Oliveira, professor de Direito Tributário.

Justificação.

Discussão profunda a respeito do tema da alteração do Imposto de Renda para pessoa jurídica e pessoa física e também a alteração que será feita, a tributação sobre lucros e dividendos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto de lucros e dividendos é um projeto da minha autoria que já foi debatido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o qual estabelecia critérios para que isso pudesse acontecer. Foi até encaminhado para o Ministério da Economia, que nos deu a resposta a respeito do tema. Foi muito debatido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Tasso Jereissati permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outros requerimentos aqui.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 2.337/2021, seja incluído um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Não diz o nome da pessoa que seria convidada.

Há o nome aí ou não? (*Pausa.*)

É só um representante.

Vou pedir ao Senador Luis Carlos Heinze – vou colocar em votação – que, se aprovado, depois indique um nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento do Senador Marcio Bittar.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32, DE 2021

Requer o aditamento dos RQS 26/2021 para incluir convidado em audiência pública.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

Invoca o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal e requer que, na audiência pública com o objetivo de instruir o PL 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais e revoga algumas leis, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Elias Cesário, o Diviza, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Para esse projeto de privatização dos Correios, nós vamos estabelecer audiência pública, assim que forem viabilizadas as condições, para também discutirmos esse tema que é relevante e de importância do Senado Federal.

Eu, inclusive, determino aqui ao assessor da CAE, o João Pedro, que possa conversar com o Senador Marcio Bittar para ver a disponibilidade dele e, diante da sua disponibilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós marcaremos a audiência pública para debater o tema. Então, fica à disposição do Senador Marcio Bittar estabelecer datas para a discussão do tema "Privatização dos Correios". Eu me coloco à disposição do Senador Marcio Bittar para que possamos juntos estabelecer essas datas em que teremos essa discussão.

Há também o requerimento da Senadora Eliziane Gama.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, DE 2021

Requer o aditamento dos RQS 30 e 31/2021 para incluir convidado em audiência pública que irá debater o PL 2.337/2021.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na CAE para discutir o mesmo Projeto 2.337, de 2021, incluindo como convidado o Dr. Mauro Silva, Presidente da Unafisco.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E há um requerimento do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, DE 2021

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 591/2021, seja incluído o seguinte convidado: Elias Cesário de Brito Junior, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT) e Presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo, grande São Paulo e zona postal de Sorocaba (SINTECT-SP).

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E há também aqui esse que já foi votado, o requerimento do Senador Oriovisto. (*Pausa.*)

O requerimento do Senador Oriovisto foi aprovado, nós colocamos para aprovação. Ele acrescenta o nome de Daniel Loia, e eu aceito a indicação de S. Exa.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um último requerimento da minha lavra.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 36, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Manoel Vitório da Silva Filho, Secretário da Fazenda da Bahia; o Senhor Henrique Meirelles, Secretário da Fazenda de São Paulo e o Senhor Marco Aurelio Santos Cardoso, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Não há como deixar de ouvir representantes das secretárias de Fazenda dos diversos Estados do Brasil.

Eu tinha acrescentado também a convocação do Sr. Manoel Vitório da Silva Filho, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, para que se ouvissem as várias regiões do País a respeito do tema.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo item da pauta...

Senador Fernando Bezerra, V. Exa. é Líder do Governo e viu que eu coloquei aqui à disposição para que o Senador Marcio Bittar, que é o Relator, pudesse encaminhar a proposta das audiências públicas que ele pretende fazer a respeito do tema. Nós faremos fora, inclusive, do horário de funcionamento normal da Comissão Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

No item 1 da pauta, o Senador Marcos Rogério informa aqui que não está presente para relatar o projeto de iniciativa do Senador Alessandro Vieira. Vamos aguardar a manifestação do Senador Marcos Rogério.

Item 2, terminativo, do Senador Ciro Nogueira.

O Senador Angelo Coronel pede a palavra.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel, pelo sistema remoto.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Otto Alencar, só para deixar a Comissão bem informada, já que eu tive a honra de ser indicado Relator do 2.337: já marquei, a pedido, várias reuniões com segmentos do mundo empresarial, representantes de quase todos os segmentos industriais do Brasil, que vão começar, a partir de hoje, a trazer as suas sugestões a respeito desse tema tão complexo.

Queria também informar que ontem estive com o Ministro Paulo Guedes. Ele disponibilizou também a equipe econômica para qualquer dúvida a respeito dos números, porque há um certo desconforto por parte de inúmeros empresários brasileiros quanto aos números apresentados pelo Ministério da Economia e os números que eles têm em mãos. Então, nada como esse período para que a gente, de posse desses números, possa verificar se realmente vai haver aumento de tributo no Brasil, se vai haver redução de tributo, porque eu tenho aquela concepção, Presidente Otto, de que imposto bom é imposto velho, e reformar para aumentar, o povo brasileiro não está com esse interesse de querer aumento da sua base de impostos. Então, esse balanço eu teria que fazer para os membros da CAE. Tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrer e que eu ouvir vou encaminhar também para a CAE, para que todos os membros possam tomar conhecimento, fora essas audiências públicas, que eu acho de grande valia. É importante e esperamos que o Presidente Otto faça um calendário dentro desse mês, dessa quinzena de outubro que está por vir, para que a gente possa ouvir todos esses técnicos a que foi solicitado participar dessas audiências públicas.

É isso que eu tenho para falar. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Angelo Coronel. Inclusive quero dizer a V. Exa. que eu até vi uma entrevista do Ministro da Economia, Ministro Paulo Guedes, e eu já tive algumas reuniões com ele a respeito de outros temas, temas variados, e ele fala que o Senado teria que agilizar a apreciação dessa matéria, até falou que teria que pressionar o Senado. Acho que nenhum Senador ou Senadora aceitaria pressão. Com todo o respeito que eu tenho ao Ministro Paulo Guedes, nós temos que ter o tempo do Senado Federal para apreciar, como o Senador Angelo Coronel falou, uma matéria tão complexa.

Ontem mesmo eu estava em voo, nem participei da votação do PLN que estipula serem retirados do Imposto de Renda ou até dos precatórios recursos para financiamento de programas sociais, a que eu sou totalmente favorável. O Senado é favorável, até porque nós votamos aqui aqueles projetos todos que estabeleceram R$600 por quatro meses para o povo brasileiro que ficou à margem do processo de trabalho, com o desemprego, diante da gravidade da pandemia, depois mais R$300. Eu sou totalmente favorável, até porque todos são favoráveis a se socorrer aqueles que são economicamente mais fracos, e é uma parcela muito grande que surgiu, fruto da pandemia, como aconteceu no mundo inteiro, não foi só no Brasil. Mas o agravamento da crise social tem que ser estabelecido com critérios e recursos que não possam sequer de longe abalar o teto dos gastos, ou seja, aumentar mais e dar mais essa impressão para o mercado ou para os investidores de que a política fiscal do Governo vai se endividar mais, vai criar mais dificuldades fiscais e, consequentemente, levar àquilo que nós já conhecemos quando acontece isso: aumento dos juros, subida do dólar, queda da bolsa de valores.

Nós estamos num momento de crise; então, todos nós temos que ter responsabilidade com o País. Aqui não se trata de alguém que tenha posição contrária ao Governo, é posição compatível com aquilo que o Governo deseja. Esta vai ser minha prática aqui: discutir os temas, não postergar decisões deliberativas. Têm que deliberar tanto Comissão como Plenário, mas temos que discutir profundamente essas questões todas que envolvem este momento tão crítico da vida nacional.

Senador Oriovisto.

Depois, Senador Fernando.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, me solidarizar com as suas palavras e com a postura do Senador Angelo Coronel, que, no meu entender, é a postura correta. O Parlamento tem que ouvir a sociedade. Conversar com aqueles que vão pagar a conta é o mínimo que este Parlamento tem que fazer. Decidir soberanamente, como se fôssemos imperadores que não devem satisfação à população, é uma coisa que não combina com esta Casa, que não combina com a democracia. Então, o Senador Angelo Coronel está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente correto em não ter pressa, em ter muito cuidado e em realmente confrontar números, porque, da Constituição de 1988 para cá, todos os governos deste País, todos, só fizeram acrescentar mais impostos, mais impostos e mais impostos. E a fertilidade de imaginação para criar novos impostos é uma coisa impressionante.

Agora, vem mais um remendo que não é reforma tributária, é apenas e tão somente a criação de mais um imposto, o Imposto sobre Distribuição de Lucros e Dividendos, polêmico, que alguns entendem como bitributação. E, pasme, Sr. Presidente, usam aqueles que defendem esse imposto, notadamente o Ministro Paulo Guedes, o argumento de que, se o Senado não aprovar isso, o Senado estaria impedindo, proibindo o aumento do auxílio para os mais necessitados, o programa do novo Bolsa Família, que supostamente iria a R$300 por mês e beneficiaria milhões de brasileiros.

Ora, em qualquer exame mais sério, fica claro que essa forma de pressão ao Senado é totalmente inverídica e carece de fundamento.

A Constituição só exige, para a criação de um benefício permanente, uma nova receita, uma nova fonte arrecadatória, para cumprir aquela despesa, desde que o Governo – e está aqui o Senador Fernando Bezerra, que, tenho certeza, concordará comigo – crie esse novo Bolsa Família e diga que ele não é definitivo, mas que ele será revisto dentro de dois anos pelo Congresso, ele deixa de ser uma despesa permanente e pode ser criado. Então, o fato de nós aprovarmos este ano ou outro ano essa renovação no Imposto de Renda em nada impede a criação do novo Bolsa Família. Isso é uma colocação que não tem fundamento. O Governo está livre para criar o novo Bolsa Família desde que o faça de forma transitória e não definitiva. Cria e diga: "Olha, daqui a dois anos ele será revisto pelo Senado ou pelo Congresso, que decidirá se ele continuará ou será extinto". Ponto final. Não é mais uma despesa permanente, não tem que indicar uma nova fonte. Desde que ele tenha orçamento para isso, ele poderá fazê-lo.

Então, que fique muito claro, Senador Angelo Coronel e Senador Otto, o Senado pode, sim, analisar com calma e de forma coerente a criação desse novo imposto, sem prejudicar em nada a criação de um novo Bolsa Família. Isso é uma teoria que não tem fundamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Oriovisto, que está comigo aqui de forma presencial, e os demais colegas que acompanham de forma remota, eu queria, de igual forma, cumprimentar V. Exa., Senador Otto Alencar, pela sua sensibilidade, responsabilidade e seriedade com que sempre conduziu os trabalhos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

É evidente que, para deliberar sobre uma matéria tão importante como a revisão da legislação do Imposto de Renda, nós não podemos fazer isso de forma açodada. Temos que promover os debates e as audiências públicas que se fizerem necessários para que o tema possa ser aprofundado e para que todos tenham as informações necessárias para poder definir a sua melhor posição numa matéria que é importante e que também é urgente.

Eu, sem querer polemizar, também quero aqui cumprimentar o Senador Angelo Coronel, que tem tido uma postura de diálogo, de entendimento. Ontem, ele se reuniu com o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Guedes e certamente vai dar sequência a essas solicitações de audiência pública a fim de ouvir todos os segmentos produtivos, para que ele possa ter condições de balizar um relatório que certamente terá o reconhecimento e o apoio desta Comissão.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, dizer que a matéria, quando foi enviada para a Câmara dos Deputados, de fato ela foi uma bola quadrada, mas ao longo do debate na Câmara houve diversos aperfeiçoamentos, e eu gostaria de aqui, rapidamente, sem querer esgotar o tema, destacar os principais avanços nessa matéria do Imposto de Renda.

Em primeiro lugar, a ampliação da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda. Nós vamos ter praticamente dobrado o número de brasileiros que estarão isentos do pagamento do Imposto de Renda, que hoje é algo próximo a 8 milhões de brasileiros, e nós vamos chegar a quase 16 milhões. Todos aqueles que têm rendimentos de até R$20 mil por mês terão redução na carga do pagamento do Imposto de Renda.

Em relação às empresas, as empresas do Simples estão fora, as empresas com pagamento de lucro presumido até R$4,8 milhões também não terão qualquer elevação de carga e as empresas que têm lucro real e que distribuírem até 30% – todas elas, todas elas – terão redução de carga fiscal. Isso ficará muito evidente nos debates, nos números que serão aqui apresentados. Portanto, só terão aumento de carga tributária as empresas que não distribuam, as empresas que, de fato, não queiram reinvestir, não queiram promover novos empregos, novos investimentos, porque todas elas, com até 70% do lucro distribuído, terão uma carga reduzida do Imposto de Renda a pagar.

Agora, de outro lado, de fato, vai haver aumento de carga tributária para algumas faixas de empresas que trabalham com lucro real? Certamente, Sr. Presidente. As empresas que serão afetadas, sobretudo, são os bancos, as empresas do setor financeiro, que vão perder um instrumento que hoje é muito utilizado: o do Juros sobre Capital Próprio (JCP). Essa é uma coisa que vem lá do tempo da inflação alta, elevada, do tempo da introdução do Plano Real. Isso vai desaparecer, e, consequentemente, essas empresas vão ter que contribuir com o pagamento de Imposto de Renda a maior.

Por outro lado também, é importante que a gente traga aqui alguns números. Apenas 126 empresas no Brasil têm faturamento superior a R$10 bilhões – 126 empresas. Então, nós temos também muito poucas empresas com faturamentos expressivos na faixa de mais de R$5 bilhões ou até mesmo uma empresa com faturamento acima de R$1 bilhão. Então, essas empresas serão chamadas, sim, a poder participar, de forma mais equitativa, de forma equânime, no sentido de atender ao esforço fiscal que o País vive.

Então, eu acho que V. Exa. acertou. V. Exa. está organizando aqui um amplo debate no seio desta Comissão. É importante que a gente possa tirar essas dúvidas em relação à eventual bitributação, que, de fato, não ocorre. Evidentemente, se ainda for possível identificar distorções, que essas distorções possam ser corrigidas, porque o Senado tem que ter o seu protagonismo para poder aperfeiçoar as matérias que são encaminhadas da Câmara dos Deputados.

Eu queria, portanto, concluir essas minhas palavras sobre esse tema tão importante e dizer que me coloco à disposição para poder trazer aqui as explicações, as informações, as autoridades do Governo, notadamente do Ministério da Economia, para que possamos fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um bom debate que possa interessar a todos e que possamos votar essa matéria com pleno conhecimento de causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Fernando Bezerra. Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos, a V. Exa. reiterar os meus cumprimentos e me solidarizar com o atraso do coletivo que V. Exa. utilizou para se deslocar até aqui.

A propósito do que eu ouvi, tanto da fala do Senador Oriovisto, como sempre muito elucidativa, esclarecedora e didática, força dos seus mais de seis meses de magistério de grande sucesso, que ecoou muito no vizinho Estado, Santa Catarina, eu queria me dirigir, a propósito do que falou o Senador Fernando Bezerra. Como diria o Tasso Jereissati, eu queria ter um Líder assim. (*Risos.*)

No mais, ele tem algumas ressalvas contra o coordenador do Líder, mas ele também gostaria de ter um Líder assim. E o senhor soube focalizar muito bem os aspectos positivos.

Eu faço aqui uma reflexão em favor da sua causa.

Há um ator italiano, Pitigrilli, que escreveu crônicas, uma delas intitulada *O marido perfeito,* e a outra crônica é *A mulher ideal*. As duas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A sua esposa, muito inteligente, não quis subscrever.

Mas o que é o marido perfeito, o que é a mulher ideal? É a nossa imaginação, é o nosso sonho, que se desmoraliza ou na primeira crise hepática da mulher ideal ou na primeira bebedeira do marido perfeito. Aqui acaba esse sonho idílico.

A reforma tributária – eu escuto isso há tanto tempo... Quem já foi Governador escutou isso quantas vezes? Quem milita na política quantas vezes? – é o marido perfeito e a mulher ideal: todo mundo tem um no seu pensamento, mas, quando se defronta com a realidade, é difícil, muito difícil. Trechos, pedaços, tecnologias, como é o caso do nosso coestaduano lá, Miguel Abuhab, que é um especialista nessa questão de tecnologia, isso tudo reúne um grande aplauso, um numeroso aplauso. Mas, quando a gente começa a ver a consequência no ente federado que a gente representa, no Município, na forma econômica predominante numa região, a gente percebe que as diferenças vão aumentando.

De forma que...

Nós estamos em outubro já, de 2021. Eu gostaria muito que a gente terminasse essa legislatura com uma reforma tributária ampla, modernizadora, aprovada. Mas, no fundo, no fundo, nós sabemos que isso é muito difícil, quase impossível, terminando o último ano de possível deliberação isenta da eleição, mais ou menos isenta, com um pleito já antecipado. E não me cabe aqui dizer quem é culpado de ter antecipado. Mas o fato é ele que está antecipado. O viés político, partidário e eleitoral se sobrepõe a esse viés necessário da modernização do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos várias desculpas, não é? A pandemia desnorteou todo mundo. Então, eu acho que analisar os pontos positivos que estão colocados sobre a mesa é uma exigência do espírito público que cada um de nós tem.

Dessa forma, eu queria dizer que o senhor tem razão, vamos analisar o que temos, porque o que sonhamos está ficando mais longe, menos próximo.

Eu homenageio, portanto, o talento de Líder que V. Exa. mais uma vez exercita. E acho que, como brasileiro, se é isso que está posto, e eu não tenho forças para colocar mais do que isso, vamos discutir, ver até que ponto o nosso querido Oriovisto tem razão, mas vamos produzir alguma coisa, porque, se nada fizermos, o sentimento de frustração nossa – frustração de nós mesmos conosco – e daqueles que nos avaliam em relação ao nosso trabalho vai ser muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

Eu vou passar ao item 4, já que o Senador Vanderlan Cardoso está presente. Esse relatório é o do item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 2012, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, quanto à direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)
Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso
Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta
Observações: *1. Em 21/9/2021, foi lido o relatório e encerrada a discussão.*

Esse projeto já foi lido, foi discutido, foi encerrada a discussão na reunião anterior, e a matéria agora tem que ser deliberada em votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso, se assim o desejar, para que ele possa discorrer sobre a matéria. (*Pausa.*)

O Senador Vanderlan não vai se pronunciar a respeito do tema.

Então, eu peço à Secretaria da Mesa que possa abrir o painel para a votação do Projeto de Lei 11.350, do Senador Weverton, sobre os direitos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A votação está aberta. Os Senadores e as Senadoras já podem votar. Votação nominal do projeto lido na reunião anterior. É o item 4 da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos deste dia.

Peço que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se algum Senador não está conseguindo votar pelo sistema, S. Exa. poderá fazer declaração de voto, e o voto será recolhido aqui pela Secretaria da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim, Senador Giordano, Senadora Leila Barros, Senador Flávio Arns, Senador Angelo Coronel. (*Pausa.*)

Trata-se do projeto de iniciativa do Senador Weverton, que versa sobre garantias dos agentes comunitários de saúde e de endemias.

Com a palavra o Senador Paulo Paim. V. Exa. tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto Alencar, é com satisfação que eu acompanho, com certeza absoluta, o nobre Senador Weverton e o nobre Senador Vanderlan Cardoso. O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Paulo Paim vota "sim".

O painel está aberto para a manifestação ou a votação dos Srs. Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, enquanto votam, posso usar a palavra novamente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Oriovisto, a palavra está garantida a V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Senador Otto, apenas para lembrar um argumento do especialista em tributação do Instituto Fiscal Independente, Felipe Salto, em um artigo de hoje no *Estado de S. Paulo* muito bom, bem em cima do que estávamos discutindo aqui sobre a relatoria desse novo projeto do Angelo Coronel, em que ele diz, com todas as letras...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu li, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Você leu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu li.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Mas é importante registrar aqui. Ele diz, com todas as letras, que, se acabássemos com essas emendas de Relator, com esses "tratoraços", com essas despesas todas, haveria dinheiro mais que suficiente para pagar o novo Bolsa Família que querem, sem violentar o teto de gastos, sem haver necessidade de correria para a aprovação de projeto que garanta outra fonte de renda. Enfim, acho que isso faltou ser agregado na minha última fala. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não só isso, Senador Oriovisto. Ele fala também da fragilidade legal de se fazer isso, até porque pode ir de encontro à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando você projeta uma despesa, há fonte garantida para o cumprimento daquilo que está proposto.

Ainda não há projeto aprovado, não foi aprovado. E se faz uma projeção para o que pode ser arrecadado ou o que pode ser postergado de pagamento de precatório e do Imposto de Renda, para cumprimento desta proposta feita pelo Governo Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Desculpe-me, Presidente. Eu cheguei atrasado.

Existem uns requerimentos de audiência pública. Não sei se V. Exa., no início da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já foram aprovados.

O requerimento de iniciativa de V. Exa. já foi lido hoje e já foi aprovado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi aprovado.

Inclusive, eu falei aqui que vou disponibilizar as datas para que nós possamos fazer essas audiências públicas.

Neste momento, nós estamos ainda com dificuldades por causa da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem tomado esses horários, mas vamos estabelecer, de acordo com os Senadores que propuseram, que encaminharam os requerimentos deliberados e aprovados, havendo disponibilidade dos convidados de cada um dos Senadores, marcar essas audiências públicas e discutir a matéria.

Completada a votação, peço que se abra o painel para verificação das manifestações de voto.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aprovado o projeto de autoria do Senador Weverton, com 13 votos favoráveis.

A matéria está aprovada e será encaminhada para a apreciação da Secretaria da Mesa.

Quanto aos outros projetos constantes aqui, os Relatores pediram para adiar a votação: o Senador Jorginho, que está discutindo o projeto que ele relata com o Governo; e o Senador Marcos Rogério.

Portanto, o único requerimento que está aqui é extrapauta – e eu vou acolher —e é do Senador Rogério Carvalho, que pede, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, na audiência pública objeto do Requerimento 31, de 2021, seja incluído mais um convidado para a realização de debate eficiente. Propõe que, para essa audiência, seja convidado o Sr. Rodrigo Orair, pesquisador do Ipea, para participar.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do que pede o Senador Rogério.

Não havendo nenhuma outra matéria para ser analisada, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezenove minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Flávio Arns, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Cid Gomes, Leila Barros, Paulo Rocha, Marcelo Castro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, José Aníbal, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Giordano, Omar Aziz e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 39, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO II/BA”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o parecer, favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Observação:** 1. É aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 93, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o parecer, favorável ao projeto, com voto contrário do senador Oriovisto Guimarães. **Observação:** 1. É aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 866, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PPS/SE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o parecer, favorável ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2017 - Terminativo -** que: "Veda operações com cartões de crédito ou débito ou, ainda, em moeda eletrônica que tenham por finalidade a participação em jogos de azar em sítios eletrônicos hospedados em servidores localizados fora do País, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 38, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 33/2021. Propõe para a audiência pública os seguintes convidados: representante dos Estados, representante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e representante do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado o REQ 38/2021-CAE. **Observação:** 1. É aprovado, ainda, o REQ 42/2021-CAE, de aditamento à proposição. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 42, de 2021** que: "Requer inclusão de convidada no Requerimento 38/2021-CAE" **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Resultado:** Aprovado o REQ 42/2021-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 39, de 2021** que: "Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, para explicar as razões e circunstâncias de manutenção da offshore Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, bem como esclarecer a respeito da existência de outras empresas e/ou investimentos similares em instituições financeiras no exterior." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado o REQ 39/2021-CAE. **Observação:** 1. É aprovada a conversão da convocação para CONVITE. 2. É aprovado o aditamento para incluir o nome do Sr. Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil. 3. É aprovado, ainda, em globo, o REQ 41/2021-CAE, no mesmo teor. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 41, de 2021** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** É aprovado o REQ 41/2021-CAE. **Observação:** 1. É aprovada a conversão da convocação para CONVITE. 2. É aprovado o aditamento para incluir o nome do Sr. Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil. 3. É aprovado, ainda, em globo, o REQ 39/2021-CAE, no mesmo teor. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª, 11ª e 12ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Antes de passar à pauta da nossa reunião, eu gostaria de lembrar aos Senadores, cumprimentando aqui o Senador Jaques Wagner e o Senador Veneziano, que nós precisamos ainda da presença, para deliberar, de mais dois Senadores ou Senadoras. Então, nós temos os Senadores Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Marcos Rogério, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Leila Barros, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Omar Aziz, Irajá, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho.

O Senador Otto pede a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Otto Alencar remotamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Vanderlan Cardoso, eu quero agradecer a V. Exa., que preside hoje a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não pude estar presente, nesta manhã, em Brasília. Lamento muito, mas gostaria de estar para votarmos essas matérias, que são várias matérias de interesse do Brasil.

Eu acho que, com a presença aí do Senador Jaques Wagner, pelo menos poderíamos, como faço às vezes, iniciar lendo as matérias e aguardar o quórum necessário para deliberação daquelas matérias que são terminativas na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu só queria colocar essa posição para V. Exa., se, por acaso, V. Exa. a acatar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Posição aceita, Senador Otto.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, meus cumprimentos.

Bom dia a V. Exa. Bom dia ao Senador Governador Jaques Wagner, presente em Plenário.

Saúdo nosso Presidente, que remotamente participa, o nosso Senador Otto Alencar.

Cumprimento todas as nossas e todos os nossos distintos e competentes companheiros de trabalho.

Saúdo o povo brasileiro que nos acompanha pela TV Senado.

Eu queria pontuar, Sr. Presidente, duas questões.

A primeira delas é a de concordar com o Senador Otto Alencar, inclusive porque vejo que um dos itens, Senador Jaques Wagner, o item 3, está sob a relatoria do Senador Otto Alencar e é de suma importância, não desconhecendo o teor, o conteúdo dos demais itens. Já que o Senador Otto se apresentou e já está interligado, conectado conosco, esse item, que não é terminativo, altera a Lei 10.201, de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, para contemplar a atividade de segurança viária e também as atividades nas quais está inerente a presença dos agentes de trânsito, nos projetos a serem apoiados pelo fundo. Eu digo isso, porque tive a experiência como gestor municipal, durante oito anos, em Campina Grande, e sabemos muito bem, Senador Jaques Wagner – V. Exa. foi Governador e lidou com as relações diretas com os Municípios, conveniando também nessas áreas –, que falta no fundo a previsão para investimentos também para os agentes de trânsito, ou seja, para as atividades, os programas e as políticas de trânsito nos Municípios, em grande parte já municipalizados. Então, eu queria pedir a V. Exa., se for pertinente, que nós pudéssemos fazer a inversão e ter como item 1, já que o Senador Otto Alencar está entre nós, a leitura do seu relatório.

E o outro ponto, Sr. Presidente, diretamente "foge um pouco", entre aspas, mas estamos a tratar na Comissão que tem entre outras atribuições exatamente esta que trago a V. Exa., que não é uma preocupação particular, é uma preocupação de todos aqueles que são sabedores – não apenas adstritos à relação territorial, Governador Jaques Wagner, do Banco do Nordeste – dos últimos episódios que foram trazidos a conhecimento público de mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do seu corpo diretivo. E as manchetes mostram – não sei se a este ponto, Presidente Vanderlan – uma possível intervenção de natureza político-partidária. E isso também nos fez receber de algumas pessoas conhecedoras do próprio banco os receios, que um dos periódicos nacionais trouxe, numa entrevista concedida a este periódico, Senador Jaques Wagner, do desejo íntimo do Ministro Paulo Guedes de fazer um processo privativista no Banco do Nordeste. E nós somos sabedores do quão desastroso seria para todos nós os nove Estados nordestinos observarmos ou termos a consumação desse propósito. E é importante que nós tratemos disso, é importante que nós ouçamos, é importante que nós saibamos se são rumores ou se são suposições entregar – exemplifico – a carteira de Crediamigo, que o Banco do Nordeste tem cumprido rigorosamente, Senador Vanderlan. V. Exa. tem a cobertura de outro banco regional, mas eu posso aqui dizer, porque nós temos o dever e a obrigação de fazer esse acompanhamento: nestes últimos anos, o Banco do Nordeste tem cumprido rigorosamente, ou seja, cumprido e executado o orçamento que lhe é delegado.

São preocupações de um paraibano, de um nordestino, reconhecidamente identificado com aquilo que o Banco do Nordeste, ao longo das últimas décadas, tem se prestado a fazer por nós. E é de se ter o cuidado prévio, porque é exatamente ao lançar uma opinião, ao deixar uma semente posta, como tem demonstrado o Ministro Paulo Guedes, que no amanhã ganha força essa narrativa de se defender a privatização de um banco tão importante para o fomento, para a distribuição e para as concessões aos milhares de créditos, sem falar nas outras políticas, e que nós corremos esse risco. Então, eu quero dividir isso com V. Exa. – sei da sua preocupação –, porque isso pode ser extensivo às demais outras instituições regionais. E a gente precisa nesta Comissão, nós precisamos como Casa estar atentos a essa insidiosa e inaceitável tentativa. Se ela ficar no campo das suposições ou das opiniões, menos mal; mas que nós não deixemos que ela prospere.

Obrigado, Presidente Vanderlan.

Obrigado, Senador Jaques Wagner, pedindo desculpas pelas menções e citações tantas vezes, porque V. Exa. é uma referência para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Isso é a pura verdade, Senador Veneziano.

E essa preocupação de V. Exa. também é uma preocupação nossa aqui do Centro-Oeste: a maneira que se conduzem hoje principalmente os recursos oriundos dos fundos constitucionais. É uma preocupação como é que eles estão sendo conduzidos.

Para V. Exa. ter uma ideia, os recursos destinados ao FCO... Eu não sei se isso está acontecendo no Norte, no caso no Norte e no Nordeste, mas os investimentos, ou seja, os financiamentos feitos para indústria, comércio e serviço são pelo pós-fixado e para o agronegócio são pelo pré-fixado, que é um juro que, quando a pessoa contrata, já sabe o que que vai pagar, Governador e Senador Jaques Wagner. E, com o pós-fixado, a maioria das empresas hoje não sabe o que vai fazer com esse aumento de juros. No caso do FCO, chegou-se, neste mês, a ser quase 30% – quase 30% –, saindo aí de 7% a 8% para esse absurdo. Então, as empresas, tanto do comércio como do serviço, estão apavoradas.

E, no caso do FCO, a preocupação nossa é que ainda o do Centro-Oeste, ou seja, o FCO, dos fundos constitucionais, Governador Jaques, é o único que tem aí o IOF de 1,5% sobre todas as operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos um problema sério que deve estar acontecendo também... Haverá reunião amanhã com os Senadores, um de cada Estado – Brasília, do DF, aqui Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Estado de Goiás –, para discutir esses assuntos. Eu acho que é motivo também de preocupação de V. Exas. do Nordeste, no caso também os nossos companheiros aí do Norte, ver o sistema de financiamento que está sendo aplicado para essas empresas. Vejo com muita preocupação.

Senador Otto Alencar, com a palavra – Presidente Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Vanderlan, eu queria só pedir ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, como um grande amigo que tenho, também nordestino como eu – e defendo a tese dele e de V. Exa. –, para que o Senador Jaques Wagner pudesse relatar o empréstimo da Bahia para o Profisco. Ele está aí em outra Comissão e veio, como bom baiano, baiano que ajudou muito o nosso Estado, relatar; logo depois, eu faria a relatoria solicitada pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. Eu acho que ele vai me atender. Eu sei que é um apelo que eu faço pela Bahia. A Paraíba tem um pé na Bahia também, porque é Nordeste.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Vanderlan, eu já conversei aqui com o Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Já está... E até mesmo, Senador Jaques Wagner, a questão da Bahia já foi prejudicada ao longo de alguns tempos aí com relação aos financiamentos. Então, nós vamos passar ao item 1 da pauta, não terminativo. Mensagem 39, de 2021...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, antes... Presidente, por favor, desculpe-me, antes que os baianos fiquem com outra impressão minha. Eu não observei... Peço desculpas aos Senadores Otto e Jaques. Para o item 1, por favor, prevalência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Veneziano. Obrigado também pelas palavras de carinho.

Senador Vanderlan, é só para complementar o que V. Exa. colocou.

No Banco do Nordeste, o que acontece – V. Exa. que é um investidor no Nordeste, e lhe agradeço o investimento que tem na Bahia – é que o banco praticamente se transforma em banco comercial em vez de ser um banco de desenvolvimento, porque, na verdade, pede carta fiança, pede garantia bancária em vez de aceitar as garantias evolutivas que eram tradicionais no empréstimo do banco. E, muitas vezes, acaba onerando o valor das parcelas e do financiamento. Então, é preciso cuidar do que o Senador Veneziano falou. Eu não sei se o objetivo é vender, privatizar, mas, já que há suspeita – onde há fumaça há fogo –, então, é bom realmente esclarecer essa matéria.

Eu só queria, antes de ler o relatório, dizer que eu também tenho um requerimento, que eu deixarei aqui, de uma audiência pública de matéria de que eu sou o Relator, o PLP 33, de 2021.

Como eu estou também participando da audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente junto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu vou fazer, então, aqui a leitura do item 1...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador, já faço aqui e passo a palavra para o senhor.

Antes, eu gostaria de registrar aqui a presença honrosa nesta Comissão do Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos, Presidente do TRE de São Paulo – seja bem-vindo, Presidente –; também do Dr. José Wellington Bezerra da Costa Neto, que é juiz assessor da Presidência; da Dra. Denise Indig Pinheiro, assessora da Corregedoria; e do Dr. Claucio Cristiano Abreu Corrêa, Diretor-Geral.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 39, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO II/BA".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Jaques Wagner

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

A matéria será deliberada por votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Jaques Wagner, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a matéria.

Com a palavra, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado ao Senador Otto Alencar, que me deu o orgulho de relatar esta matéria, que beneficia o nosso Estado, o Estado da Bahia.

Eu vou direto à análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

A atual situação de endividamento do Estado da Bahia comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação deste novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 20.126 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, de 29 de dezembro de 2020, complementado pelo seu Parecer SEI nº 7.046, de 17 de maio de 2021, anexos à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado da Bahia atende os limites de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endividamento definidos nas Resoluções 40 e 43, de 2001, do Senado Federal – em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Estados.

Ademais, a operação de crédito pretendida reforça a capacidade de arrecadação do Estado e age para o aperfeiçoamento e qualificação de seu gasto, características intrínsecas ao programa Profisco, contribuindo, sem dúvida, para a melhoria da situação fiscal do Estado.

A despeito da situação de endividamento favorável do Estado da Bahia, cumpre destacar que a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, nos termos do inciso I do seu art. 7º, permite e determina que as operações de crédito contratadas junto a organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal, não se sujeitam aos limites de endividamento de que trata o mencionado art. 7º, em que se incluem os referidos limites que, como enfatizado, são cumpridos pelo Estado da Bahia.

Relativamente à concessão de garantia da União, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entende que o Estado da Bahia apresenta suficiência de contragarantias oferecidas para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado da Bahia, conforme os termos da Lei estadual nº 14.120, de 5 de setembro de 2019, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Estado. Nos termos dessa lei, é autorizada a formalização de contrato entre o Estado da Bahia e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155.

Com referência à classificação fiscal do Estado da Bahia, informa a STN, com base no inciso II do art. 12 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantida da União. Isso por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal; por apresentar custo efetivo favorável; e pelo fato de o Estado fornecer garantias consideradas suficientes, como já enfatizado.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado da Bahia não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos, inclusive no que diz respeito às garantias dela recebidas.

Ressalte-se que, em resposta à consulta formulada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a STN informou que o Estado da Bahia não consta mais da relação de mutuários bloqueados, tendo a Ação Cível Originária nº 3.430, de 30 de setembro de 2020, na qual o Supremo Tribunal Federal deferiu tutela provisória de urgência em relação à contratação dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito em exame, perdido seu objeto, conforme explicitado no Parecer nº 7.753, de 15 de junho de 2021, da própria PGFN, também anexo à mensagem em exame.

Assim, a pendência constante do Parecer SEI nº 20.126, de 2020, estaria superada. O Parecer SEI nº 7.046, de 2021, que o complementa, apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União, uma vez que o ente cumpre os requisitos para a concessão de garantia.

Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à administração pública federal e a suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução do Senado Federal 41, de 2009, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Relativamente às demais condições e exigências estipuladas pelas Resolução do Senado Federal 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas também atendidas pelo Estado da Bahia, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem.

O voto.

O pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado Federal...

Eu não sei se é necessária a leitura de todo o projeto, porque, na verdade, de tudo aquilo que eu relatei, ele só vem explicitar aquilo a que o voto é favorável, mas, se V. Exa. entender, lerei o projeto de resolução...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Não precisa ler. Está liberado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então, o voto, evidentemente... Evidentemente, não, eu sou suspeito por ser Senador da Bahia; não é evidentemente, mas efetivamente as condições foram atendidas. E o voto é favorável a este empréstimo, conforme o projeto de resolução que acompanha meu voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Muito obrigado, Sr. Relator, Senador Jaques Wagner.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, é claro que eu votarei favoravelmente ao projeto, e a minha observação não é outra se não no sentido de tentar ajudar numa eventual possível dificuldade que vocês terão mais à frente.

Lendo o projeto antes de vir para cá, eu observei que a análise do Tesouro está vencida. Ela venceu no dia 28 de agosto, porque ele retornou, teve mais um parecer favorável, mas eles não mexeram no prazo de maio, e, então, continuou o prazo anterior. Esse é um mero detalhe burocrático, técnico. Só estou preocupado se lá na frente isso não poderá causar algum problema para o Estado da Bahia. Se vocês acharem que não, para mim, tudo bem, eu votarei favoravelmente. É só no sentido de alertar para esse pequeno detalhe.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Não, eu agradeço, Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, se é algo burocrático, eu não sei se, após aprovado, já que o próprio STN concordou em retificar o que havia reprovado... Eu diria que é óbvio, mas precisa ser feito o ajuste que V. Exa. coloca. Então, eu não sei se alguém da consultoria técnica poderia dizer se ele ficaria prejudicado pelo fato de faltar esse detalhe. Senão, seria o caso de se dirigir à STN para mandar uma errata, vamos dizer, ou, pelo menos, para fazer a prorrogação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu realmente não sei.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu também não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu só chamei a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, Senador Oriovisto, a informação que nós temos aqui é de que, como veio já essa análise, então, ela passou em todos os requisitos, pela consultoria do Senado e tudo... E creio que, quanto a esses detalhes das certidões e tudo que tiver, se tiver algum que venceu no ato da contratação... Acho que tem que estar 100% legalizado; senão, não saem esses recursos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a atenção do Senador Oriovisto...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Muito boa observação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... porque, como se diz, o diabo mora nos detalhes. De qualquer forma, vou me dirigir ao Secretário de Fazenda do Estado da Bahia para que já comece a diligenciar isso frente à STN.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Minha observação é no sentido de ajudar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Observação pertinente, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Otto. (*Pausa.*)

Declinou da palavra?

Ainda em tempo, quero registrar a presença do Vice-Presidente/Corregedor do TRE de São Paulo, Desembargador Paulo Sérgio Brant.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jaques Wagner.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano, a pedido do Senador Jaques Wagner, que está participando de uma audiência pública e a deixou para vir aqui, vou passar à leitura de um requerimento feito pelo Senador Jaques Wagner para que a gente possa aprová-lo. Em seguida, Senador Veneziano...

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Vanderlan, quero agradecer a V. Exa.

Ouvi com atenção a ponderação feita pelo Senador Oriovisto. Eu acredito que esse é um problema burocrático que poderá ser perfeitamente pacificado, sem nenhum problema, mas eu pediria a V. Exa. que pudesse encaminhar à apreciação do Colegiado um requerimento de urgência para que a matéria pudesse ser apreciada ainda hoje no Plenário do Senado Federal, como é praxe acontecer nesses casos de empréstimo para os diversos Estados do Brasil. E, no caso da Bahia, eu pediria a V. Exa., se for viável, que pudesse, então, colocar essa posição para que pudesse, ainda hoje, o Presidente Rodrigo Pacheco colocar em votação no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Submeto ao Plenário o pedido do Senador Otto Alencar de regime de urgência para ir ao Plenário do Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 33/2021. Propõe para a audiência pública os seguintes convidados: representante dos Estados, representante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e representante do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Observações: *1. É aprovado, ainda, o REQ 42/2021-CAE, de aditamento à proposição.*

Em votação o requerimento.

Senador Jaques Wagner, quer usar da palavra?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – Não, apenas para dizer, Sr. Presidente, que eu sou Relator do PLP.

O PLP, evidentemente, modifica o sistema de arrecadação para os aderentes ao sistema do Simples Nacional na cobrança do Difal, e eu não gostaria de relatar o projeto sem ter aqui esses convidados, porque é do interesse dos Estados, é do interesse do Sebrae e dos micro e pequenos empresários, tanto que eu não cito nomes. Eu peço que a Comissão se dirija a esses entes e a um membro do Ministério da Economia, para que a gente possa ter esse debate e eu possa me aprofundar, porque é óbvio que há interesse do Estado na arrecadação, há interesse da micro e pequena empresa. Portanto, eu sou sempre de buscar o ponto de equilíbrio. Por isso, antes do relatório, eu gostaria dessa audiência pública.

É só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – E as audiências públicas, Senador Jaques Wagner, são de fundamental importância até mesmo para que nós Senadores e Senadoras possamos nos aprofundar mais nos projetos ora discutidos nesta Casa.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 38/2021 da CAE.

Convido para assumir a Presidência desta Comissão o Senador Veneziano Vital do Rêgo, devido ao item 2 ser de minha relatoria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, virtualmente, S. Exa. o Senador Cid Gomes pede a palavra.

Pois não, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Meu caro Presidente Veneziano, meu caro Presidente Vanderlan, após a aprovação do requerimento do nosso querido Senador Jaques Wagner, eu tenho um requerimento que solicita um representante do Confaz, que, por coincidência, mera coincidência, será a Secretária da Fazenda do Ceará, para também se fazer presente nesse requerimento.

Por isso, como é assunto correlato, eu peço a V. Exa. que inclua na Ordem do Dia a votação desse requerimento, se possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Cid Gomes, pela sua sugestão. Eu já ponho à apreciação do Plenário esse requerimento de inclusão de um representante do Confaz para essa audiência pública pleiteada por S. Exa. o Senador Jaques Wagner, que já teve a aprovação da CAE.

Em votação.

Aqueles que concordarem com a sugestão do Senador Cid Gomes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Cid Gomes para inclusão na audiência pública requerida pelo Senador Jaques Wagner.

Item 2 da pauta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se me permite, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, S. Exa. o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu apresentei e já está na mesa requerimento, do qual peço votação extrapauta, de convocação do Sr. Ministro Paulo Guedes, para que possa esclarecer melhor para o Senado da República, para esta Comissão e para o Brasil a situação denunciada pela imprensa de propriedades de empresas *offshore*, com eventual potencial conflito de interesses.

Já tive um diálogo com o Presidente Otto Alencar e, se for possível, solicito que seja votado de imediato para que se possa fazer o agendamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Alessandro, V. Exa. permite que nós o façamos, por força de já termos chamado anteriormente, logo em seguida à leitura do relatório do item 2 por S. Exa. o Senador Vanderlan? Nós colocaremos imediatamente esse assunto que, de fato, requer de nós atenção particularmente especial.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem – só um instante, Senador Vanderlan – o Senador Flávio Bolsonaro.

Por gentileza, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, sobre essa questão de ordem do Senador Alessandro, é óbvio que (*Falha no áudio.*)

... no Senado Federal, mas chega um momento em que é importante a gente focar no Senado as coisas que são importantes e parar de fazer palanque político as Comissões, as Permanentes, as Parlamentares de Inquérito. Não há absolutamente nada de equivocado com o patrimônio do Ministro Paulo Guedes.

O Senador Alessandro Vieira apresenta um requerimento para causar mais confusão, explicações já foram dadas exaustivamente, inclusive na imprensa. O próprio Ministério Público Federal já oficiou o Ministro para que ele dê as explicações. Então, eu sugiro a V. Exa. que não coloque em pauta esse requerimento extrapauta, sou contra a colocação desse requerimento extrapauta. Mas, caso o senhor entenda que vai pautar, da mesma forma eu quero que seja uma votação nominal, para que os Senadores possam um a um identificar os seus votos.

Está no momento de a gente se preocupar com o Brasil e parar de fazer palanque para 2022.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Ao seu tempo, nós haveremos de tomar essa decisão.

Eu passo a palavra, para que nós prossigamos com a nossa pauta, ao Senador Vanderlan Cardoso, que é o Relator do item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2017
- Não terminativo -

Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Vanderlan Cardoso
Relatório: Favorável ao projeto
Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo aprovada sem emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria foi encaminhada a esta Comissão nos termos do Requerimento nº 875, de 2017, onde teve parecer contrário ao projeto.

3. Em 07/08/2019 foi aprovado o Requerimento nº 651/2019, de pedido de reexame da matéria pela CAE.

O parecer foi vencedor no sentido de sua rejeição.

A matéria será deliberada por votação simbólica.

Concedemos a palavra a S. Exa. o Relator, Senador Vanderlan Cardoso, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a matéria.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eis o relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 93, de 2017 (nº 5.052, de 2016, na Casa de origem), que cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, é de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com cinco artigos, o PLC, pelo art. 1º, cria os cargos pretendidos pela proposição no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP) conforme anexo, quais sejam: a) 96 cargos de analista judiciário; b) 129 cargos de técnico judiciário; c) 24 cargos em comissão; e d) 121 funções comissionadas.

Pelo art. 2º, dispõe-se que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixará as instruções necessárias à aplicação da lei que o projeto vier a se tornar. Enquanto, no art. 3º, determina-se que as despesas decorrentes da execução da mesma correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRE-SP.

O art. 4º estabelece que sua eficácia e seus efeitos ficam condicionados aos limites orçamentários autorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual (LOA), nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal. A cláusula de vigência, que é imediata à publicação da lei, está no art. 5º do PLC.

Nos termos da justificação do projeto apresentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirma-se que:

> O projeto de lei está alinhado ao planejamento estratégico do TRE-SP (Resolução TRE-SP nº 367/2016) e, em especial, ao objetivo estratégico [de] instituir a governança judiciária, que pressupõe a adoção de medidas voltadas à eficiência operacional e jurisdicional, à transparência e comunicação institucional, bem como a adoção de melhores práticas de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos. [...]
>
> A implementação das providências sugeridas importa em acréscimo anual de despesa de R$31,3 milhões, representando um impacto orçamentário de 8,11% em relação ao montante da dotação de pessoal e encargos sociais, destinada ao pagamento de pessoal ativo, da ordem de [R$]385,5 milhões, consignado no orçamento de 2016 para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados sem alterações e, neste Senado Federal, despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que lhe emitiu parecer favorável. A esta CAE foi encaminhada, nos termos do Requerimento nº 875, de 2017, onde, em 4 de abril de 2018, teve parecer vencedor no sentido de sua rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC nº 93, de 2017, esteve incluído na Ordem do Dia do Plenário, e, com o Requerimento nº 651, de 2019, de autoria do Senador Major Olimpio, foi solicitado o adiamento da discussão para reexame da CAE.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), apreciar o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de Comissão, e ainda quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário.

Verifica-se que o PLC nº 93, de 2017, é adequado quanto ao mérito, pois é inegável o aumento da carga de trabalho do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, ocorrido em razão do considerável aumento do número de eleitores daquele Estado. É imprescindível que esta proposição tenha sua solução este ano. Foi encaminhada em 2016, já se passaram as eleições gerais de 2018 e as eleições municipais de 2020, e é urgente que seja aprovada antes das eleições gerais de 2022, quando cerca de 35 milhões de eleitores devem participar de eleições no Estado de São Paulo.

Observamos que o impacto orçamentário-financeiro estimado para a criação dos cargos ora propostos é modesto, comparado ao total do orçamento do TRE de São Paulo. De fato, haverá um incremento de menos de 10% na folha de pessoal, sendo criadas centenas de cargos que auxiliarão a Justiça Eleitoral a desempenhar seus trabalhos.

Além disso, desde a apresentação da proposição, houve previsão orçamentária para a criação e o provimento dos cargos de que trata o PL. A previsão está atualmente consignada no item 2.5.2 do Anexo V do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021 (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022). No Ploa de 2022, especifica-se que a proposição à qual se destinam os R$1.106.009, ou seja, o PLC em tela,

> trata da criação de 225 cargos efetivos e 145 funções e cargos comissionados no âmbito do TRE/SP, cuja inclusão na proposta orçamentária para 2022 foi pleiteada pelo Regional ao Tribunal Superior Eleitoral por meio do Ofício TRE/SP nº 909/2021, de 17 de junho de 2021.

Para 2022, continua o texto no Anexo do Ploa, foi proposta a implementação parcial da despesa com o provimento de nove cargos em comissão CJ-1. Dessa forma, consideramos atendidas as exigências do inciso I do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

Ainda que anterior à Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal), entendemos que o PLC cumpre a exigência do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ao apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro das medidas apresentadas; também segue as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (LDO 2022).

Por fim, não vemos óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade, bem como está lavrada conforme as regras da boa técnica legislativa e de redação.

Ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 93, sob a relatoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Para discutir, concedo a palavra a S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, com todo o respeito e consideração pelo parecer do Senador Vanderlan, eu temo, Senador, que nós não poderemos, pelo menos não de imediato, ser favoráveis a esse processo, nem tampouco aprová-lo.

Veja, esse processo tem uma história. Ele já passou pela CAE, foi votado na CAE no dia 04/04/2018, foi rejeitado, porque não atendia os pré-requisitos, e retorna agora, por força do requerimento, lá no Plenário do Senado, do saudoso Major Olimpio, nosso grande e meu, em particular, amigo.

A razão da rejeição era o não cumprimento da legislação orçamentária e financeira, na medida em que, entre outros requisitos, não existia dotação orçamentária suficiente para o gasto criado, não existia estimativa do impacto orçamentário e financeiro acompanhando a proposição e não existia demonstração da origem dos recursos para seu custeio, porque se trata de despesa contínua, que não é uma despesa temporária. O Relator argumenta que posteriormente houve previsão orçamentária. De acordo com o relatório da Ploa 2022, ela destina R$1.106.009 para tal fim. De acordo com o texto, esse valor seria para implementação parcial com provimento de nove cargos CJ-1.

O Relator cita ainda que o PLC cumpre a exigência de apresentar estimativa de impacto orçamentário e financeiro, apesar de não citar o seu valor.

Originalmente, na exposição de motivos do projeto, fala-se em acréscimo de despesa anual de R$31 milhões, ou seja, caso esses valores sejam corretos, o PLC não cumpre as formalidades legais. É muito fácil notar que a previsão orçamentária é completamente insuficiente para suprir o pagamento de todos os 370 cargos criados. Veja, a previsão da lei é para nove cargos CJ-1; nós estamos criando aqui 370 cargos. Ou seja, defende-se que a previsão orçamentária para o pagamento de apenas nove cargos em comissão é suficiente para que seja legalmente autorizada a criação de um número mais de 40 vezes superior de cargos.

Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige a demonstração da origem de recursos para o custeio dos atos que criarem ou aumentarem despesa; exige comprovação de que a despesa não comprometerá as metas do resultado fiscal; exige a demonstração de compensação dos efeitos financeiros nos períodos seguintes por aumento permanente da receita ou redução normalmente da despesa. E eu entendo que claramente não foram cumpridos tais requisitos.

Salvo melhor juízo, o presente PLC não cumpre os requisitos para ser aprovado do ponto de vista da legislação orçamentária e financeira.

Por fim, vale ressaltar que a justificativa utilizada para a defesa do projeto em torno das eleições argumenta com a proximidade das eleições de 2022. Eu quero dizer que, mesmo que esse projeto fosse aprovado – e eu acho que não poderia ser, Senador Vanderlan, aprovado –, ainda assim, se nós o aprovássemos, já não haveria mais tempo hábil para fazer concurso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinamento e tudo mais para que esse pessoal atuasse nas próximas eleições. Aliás, o argumento deles em 2018 era porque seria impossível fazer a eleição de 2019 sem esses cargos. Repete-se agora o mesmo argumento, e já passou aquela eleição, passou a eleição de Prefeito e não houve nenhum problema, o tribunal funcionou.

Eu acho, Sr. Presidente, que criar 370 cargos, sem cumprir os pré-requisitos legais, no momento de dificuldade por que o País passa, sinceramente eu acho que...

Não vou dizer que nós deveríamos rejeitar, Senador Vanderlan, mas pelo menos pedir um parecer formal da nossa consultoria tributária, se realmente esse projeto atende os pré-requisitos legais. Parece-me claramente que não atende.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Estamos em fase de discussão.

Agradeço a participação e intervenção de S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães.

Pede pela ordem S. Exa. Vanderlan Cardoso, para – não sei – contraditar as observações que foram trazidas pelo Senador Oriovisto.

Senador Vanderlan, como Relator.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Oriovisto, as suas observações são pertinentes, mas eu só quero aqui fazer algumas colocações.

Quando veio essa votação ainda, quando foi feito o pedido de vista pelo nosso saudoso amigo e companheiro Major Olimpio, à época, ele não tinha sido tão discutido como o foi agora. Para relatar esse projeto, Senador Oriovisto, nós procuramos dialogar, conversar com a equipe econômica, ver se havia validade na LDO e também no orçamento do TRE.

Esses recursos foram já destinados desde 2016. Eles já estão destinados para a contratação desses cargos.

Eu gosto de ser justo, e nós temos que observar e quero aqui ressaltar que eu sou contra, Presidente, a criação de cargos aleatórios. Já fui contra aqui vários. Mas, no caso do TRE de São Paulo, nós temos que ser justos. Há mais de dez anos é o mesmo número de pessoas que estão trabalhando no tribunal, e nesse período nós tivemos quase 6 ou 7 milhões a mais de eleitores e vários regionais do TRE foram abertos no Estado de São Paulo. Nós temos que levar em consideração que nesse período também houve as aposentadorias, Senador Alessandro. Então, quando se fazem as contas, realmente o número de servidores hoje não bate. Quando se fala desse um milhão cento e pouco para o ano de 2022, é para a criação desses nove cargos. E o pedido para os 370 cargos são ao tempo, eles não são contratados de uma vez só – pelo menos é o que está no relatório e é o pedido do TRE.

Portanto, Senador Oriovisto, é como no caso das seis universidades que V. Exas. lembram, das supernovas, consideradas, de Pernambuco, de Mato Grosso, de Goiás, do Tocantins e do Piauí em que se criaram as universidades, mas não havia os cargos. Criaram-se os reitores, mas não havia cargos ali de vice-reitor, corpo docente. Da mesma forma, nós fizemos essa correção aqui no Senado Federal, aprovando o projeto de lei do Senador Weverton, de Mato Grosso, criando esses cargos para que essas universidades pudessem dar um atendimento melhor, ou seja, prestar um trabalho melhor, um serviço melhor à comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, aqui, Senador Oriovisto, pedir a compreensão de V. Exa. Analisei esse caso profundamente e eu vejo que é justo hoje. Senadores e Senadoras, eu vejo que hoje nós estamos fazendo justiça ao que não foi feito no passado com relação ao TRE de São Paulo.

Essas são minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

O Senador Oriovisto pede a palavra pela ordem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, eu não discuto a justiça do pedido, não discuto a necessidade que o TRE de São Paulo possa ter desses servidores. Não. Contra isso, eu não tenho nenhum argumento, porque não conheço a situação de fato do TRE. O que eu discuto é o fato de que o pedido não está embasado na legislação. Ele não cumpre os pré-requisitos de indicar fontes de receita. A receita que é indicada na Ploa aqui, de R$1.106.000, não é suficiente pra se criar 370 cargos. Então, claramente falta base legal para o seu prosseguimento.

Então, nada contra a criação dos cargos, nada contra essa questão de justiça que o senhor tão bem levanta, mas, se queremos fazer essa justiça, temos que fazer dentro da lei. Não podemos aprovar algo que não cumpre seus pré-requisitos. Há tanta coisa que seria de justiça e que nós não conseguimos aprovar por impedimento legal, não é?

Então, essa é a questão que eu coloco. Por isso é que eu sugiro que, em vez de votarmos, Senador, pedíssemos um parecer que nos deixasse mais confortáveis junto a uma das nossas comissões de orçamento que servem ao Senado, para que se resolvessem esses problemas que eu levanto e, quem sabe, em mais uma reunião, eles indicassem um caminho que nos deixasse mais confortáveis para votar favoravelmente.

Eu, agora, neste momento, não tenho como votar favoravelmente da forma como está o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Oriovisto, na verdade, esse um milhão cento e poucos são para a contratação dos nove cargos para o ano de 2022, mas o impacto que já foi colocado no orçamento do TRE, que é o orçamento próprio do TRE, é da ordem de R$41 milhões, para quando forem contratados os 370 cargos. E isso no decorrer do tempo, isso não será feito nem em 2023 nem em 2024 pelo que a gente observou. O impacto já está no orçamento do TRE, nada mais vai ser retirado do Tesouro ou do contribuinte porque eles vão usar o orçamento próprio do TRE.

Então, eu não vejo, Sr. Presidente, por que deixarmos de votar, respeitando aqui a posição do Senador Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito.

Indago aos presentes se há algum companheiro que ainda deseja participar das discussões ou se há algum companheiro ou alguma companheira que remotamente encontre-se participando e que também queira, porventura, expor as suas opiniões. (*Pausa.*)

Não há mais nenhum Senador ou Senadora desejoso de discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Em votação o relatório apresentado por S. Exa. Senador Vanderlan Cardoso.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Há um voto contrário de S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães, conforme expôs nas suas motivações.

Algum outro companheiro se opõe ao relatório do Senador Vanderlan? (*Pausa.*)

Não.

A matéria foi aprovada.

O relatório foi aprovado com o voto dissonante do Senador Oriovisto Guimarães e passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Meus agradecimentos, Sr. Presidente, assim como aos demais Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, eu tenho um requerimento em minhas mãos que gostaria de ler para que fosse apreciado.

Sr. Presidente, requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 93, de 2017, que cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Sala das Comissões.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Em apreciação o requerimento apresentado por S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, que diz respeito exatamente à matéria há poucos instantes aprovada, para que o Plenário já faça a sua apreciação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordarem com o requerimento de S. Exa. Vanderlan Cardoso permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso. (*Pausa.*)

Convidamos S. Exa. o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para reassumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Item 3 da pauta, não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 49, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva de redação apresentada.

A matéria constou das pautas desta Comissão em 07/05/2019 e 17/03/2020.

O projeto será analisado pela CCJ.

A matéria será deliberada por votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator, Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Senador Otto Alencar com a palavra

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Presidente.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esta matéria é, na origem, da Câmara dos Deputados, da lavra do Deputado Federal Efraim Filho. É o Projeto de Lei nº 1.027, de 2015, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria é fruto de aprovação desse projeto em 2015.

O PLC nº 49, de 2018, apresenta três artigos. O art. 1º da proposição apresenta o seu escopo, qual seja incluir na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), a possibilidade de que os recursos do fundo também apoiem projetos referentes à atividade de segurança viária e aos agentes de trânsito.

O art. 2º promove as cinco seguintes alterações na Lei nº 10.201, de 2001:

1ª alteração – modificação do inciso I do *caput* do art. 4º para permitir que o apoio financeiro do Fundo Nacional de Segurança Pública abranja o reequipamento, o treinamento e a qualificação não somente das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais, mas também dos agentes de trânsito municipais;

2ª alteração – mudança do inciso III do *caput* do art. 4º para possibilitar que o FNSP apoie a estruturação e modernização de órgãos que exerçam funções de perícia técnica e científica, em vez de apenas as polícias técnica e científica;

3ª alteração – inclusão no inciso III do §2º do art. 4º, da determinação de que o Conselho Gestor do FNSP fundo priorize os projetos dos entes federados que se comprometam com a qualificação dos agentes de trânsito dos órgãos executivos de trânsito e rodoviários;

4ª alteração – acréscimo do inciso VII ao §2º do art. 4º para estabelecer que o Conselho Gestor do FNSP priorizará os projetos dos entes que se obriguem com a manutenção da ordem pública e preservação da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas; e 5ª alteração – inclusão do inciso IV ao §3º do art. 4º para determinar que também terão acesso aos recursos do fundo os Municípios que criem e mantenham órgão responsável pela segurança viária com seus agentes de trânsito organizados em carreira.

Por sua vez, o art. 3º do PLC nº 49, de 2018, trata da cláusula de vigência, com a lei entrando em vigor na data de sua publicação.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE possui completa competência para opinar sobre matéria dessa natureza.

No mérito, concordo com a preocupação do PLC nº 49, de 2018, de assegurar esses recursos para as atividades de segurança viária. Essa medida dará cumprimento efetivo ao objetivo constitucional do art. 144.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de os agentes de trânsito não figurarem no rol dos órgãos de segurança pública, relacionados no art. 144 da Constituição, o §10 do mesmo artigo trata da segurança viária e dos agentes de trânsito como atores centrais da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas.

Ao direcionar recursos desse fundo aos órgãos responsáveis pela segurança viária, o projeto acertadamente fortalece a segurança pública.

Infelizmente, o Brasil, de acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde, ocupa o quinto lugar na lista dos países recordistas em mortes no trânsito, sobretudo nas áreas urbanas. Estamos atrás apenas da Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Em 2017, foram registrados 5.773 óbitos no trânsito das capitais e 37.345 no País inteiro. Do total de óbitos, cerca de 1.300 correspondem a crianças na faixa etária de 10 a 14 anos, de acordo com dados da ONG Criança Segura.

A bem da verdade, esses números indicam uma redução do número de mortes na comparação com 2010, quando 7.952 e 40.610 óbitos foram registrados nas capitais e em todo Território nacional, na devida ordem.

Ainda assim, o Brasil está distante da meta estipulada pela Organização das Nações Unidas de redução de 50% no número de vítimas fatais em 10 anos, a contar de 2011. A meta nacional é de que, em 2020, haja no máximo 19 mil óbitos no trânsito.

Nesse sentido, a destinação de nova fonte de recursos aos órgãos dos entes subnacionais que cuidam da segurança viária, para a aquisição de equipamentos e a qualificação dos agentes de trânsito, é oportuna para a redução posterior de gastos na área da saúde com o tratamento de vítimas de acidentes de trânsito, a redução de gastos com pensões por morte e a não destruição da renda futura gerada pelo trabalho.

A reformulação do Fundo Nacional de Segurança Pública, por meio da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, assegurou a esse fundo parcela dos recursos decorrentes da exploração de loterias. Agora, o Fundo Nacional de Segurança Pública dispõe de fontes regulares e expressivas de recursos à sua disposição. Inclusive, a sua execução orçamentária e financeira está livre da limitação de empenho e movimentação financeira, mais conhecida como contingenciamento. Desta forma, entendo que a ampliação no leque de projetos passíveis de apoio financeiro pelo fundo não acarretará maiores complicações para o alcance dos objetivos do fundo.

Como a Lei nº 10.201, de 2001, que o PLC pretende alterar, foi revogada pela Lei nº 13.756, de 2018, é necessário promover adequações no PLC nº 49, de 2018. Essas dizem respeito à incorporação de algumas inovações da matéria ora proposta na Lei nº 13.756, de 2018.

Em primeiro lugar, alteramos a ementa do PLC, para que as inovações sejam promovidas na lei em vigor. Em segundo lugar, há a incorporação do conteúdo do inciso I do *caput* do art. 4º da Lei nº 10.201 na forma da redação dada pelo PLC nos incisos I, II e VI do art. 5º da Lei nº 13.756. Em terceiro lugar, o conteúdo do inciso IV do §3º do art. 4º da Lei nº 10.201, com a redação dada pelo PLC, é acrescido como inciso III ao art. 9º da Lei nº 13.756.

Ademais, não é conveniente aproveitar as outras disposições da proposição pelas seguintes razões:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 1ª razão: os incisos I e IV do art. 5º da Lei nº 13.756 já incluem o conteúdo do inciso III do *caput* do art. 4º da Lei nº 10.201, pretendido pelo PLC, relativo à estruturação dos órgãos de perícia técnica e científica; e

- 2ª razão: não mais existe na Lei nº 13.756 a concessão de prioridade quanto ao recebimento de recursos para os entes que se comprometerem com certos resultados na área da segurança pública, pois o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem competência para estabelecer periodicamente os critérios dos repasses aos Estados e ao Distrito Federal a título de transferência obrigatória, bem como as regras para os repasses por meio de convênios ou contratos de repasse aos entes subnacionais.

O voto, então, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLC nº 49, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva de redação:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2018

> Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

> "Art. 5º
> .....
> I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares, de guardas municipais e de agentes de trânsito;
> II – aquisição de materiais, de equipamentos e de veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública com a segurança viária;
> .....
> VI – capacitação de profissionais da segurança pública, de perícia técnico-científica e dos agentes de trânsito;
> ....." (NR)
> "Art. 9º .....
> .....
> III – comprovação de que o Estado, Distrito Federal ou Município criou e mantém seu órgão ou entidade executiva responsável pela segurança viária com seus agentes de trânsito estruturados em carreira."

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Acho que o projeto de iniciativa do Deputado Federal Efraim Filho é importante e é condizente com o que acontece hoje com a segurança viária, sobretudo nas capitais, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes cidades e nos Municípios, que são também muito responsáveis pela segurança no trânsito.

Eu observo, Sr. Presidente – conheço bem essa matéria –, que esses acidentes hoje causam muitos danos físicos a todos aqueles que transitam nas grandes cidades, não só os veículos, como também as motos, que hoje são responsáveis por quase 42% de todos os pacientes que são atendidos nos hospitais com fraturas e com lesões gravíssimas.

Portanto, esses recursos, sendo aplicados no treinamento e na capacitação de todos os agentes de trânsitos, vão contribuir muito com os bombeiros e também com todo o setor de segurança promovido pelo Estado. Acho que essa união, essa articulação e esse investimento, sobretudo para treinamento, capacitação e educação no trânsito, são fundamentais.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

E quero destacar a iniciativa do Deputado Federal Efraim Filho, para que essa matéria, tramitando aqui, aprovada na CAE, possa seguir para a Comissão de Constituição e Justiça, ser aprovada e virar lei, sendo sancionada em favor da segurança no trânsito.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Otto Alencar, parabéns pelo seu relatório, que é, acima de tudo, justo com os nossos agentes de segurança viária e também com os de trânsito.

É justo o seu relatório pela aprovação.

Em discussão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou solicitar vista desse projeto. Há um apelo do Ministério da Justiça, que está me juntando notas e algumas manifestações técnicas em relação a essa matéria. E, pelos argumentos inicialmente apresentados a mim, acho adequado fazer essa análise e, num momento seguinte, trazer aqui as contribuições e as ponderações que de repente forem necessárias – ou não – ou apenas a confirmação dos termos do voto do Relator.

Mas eu queria ter esse tempo para poder fazer essa análise dos argumentos apresentados pelo Ministério da Justiça.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Não desconheço, obviamente, Sr. Presidente, aquilo que nos cabe como integrantes desta Comissão e da Casa: o nos esmerar na discussão para que cheguemos à decisão mais próxima possível do ideal e de acordo com as nossas convicções. É por isso que, ao pedido de vista, proclamado regimentalmente, não tenho absolutamente nada a opor, até porque já me vali do mesmo.

Eu só queria, com o reconhecimento que todos nós temos da carga de obrigações e da agenda do meu estimado e querido Senador Marcos Rogério, que nós pudéssemos apreciar a matéria o mais brevemente possível – obviamente com estudo, com dedicação e levando em consideração algumas dúvidas que foram apresentadas a ele, S. Exa. o Senador Marcos Rogério, pelo Ministério da Justiça –, que nós não deixemos que esse lapso seja maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se por força de uma experiência própria de quem foi gestor público municipal em uma cidade de porte médio – para mim, grande –, que é Campina Grande, com mais de 400 mil habitantes, eu sei exatamente – nós sabemos, quem foi gestor municipal sabe exatamente –, mas é possível aquilatar e dimensionar a importância das superintendências com os seus agentes de trânsito.

É possível, inclusive, que nós devêssemos já analisar e rediscutir aquilo que na Constituição está escrito, prevendo alguns órgãos que são, de fato, relacionados à segurança pública, excepcionando-se – porque à época poucas, e eu acredito que nenhuma existia, Presidente Vanderlan Cardoso – a presença de superintendências de trânsito. Hoje há um número considerável, até em face das suas respectivas municipalizações. E elas precisam, porque também há de se reconhecer a limitação que esses Municípios têm, com recursos próprios, para provê-las na formação, que bem citou o nosso Relator Otto Alencar, na estruturação física, na aquisição de equipamentos. Não desconheçamos que o trabalho dos agentes de trânsito está relacionado diretamente à segurança, com as guardas municipais, com o corpo de bombeiros, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, enfim, é todo um arranjo que precisa ter esse olhar que foi proposto pelo meu conterrâneo, querido Deputado Federal integrante do Democratas, Efraim Morais Filho.

Então, meu Senador Marcos Rogério, se V. Exa. puder, com a sua competente equipe consultiva, trazer-nos à apreciação num lapso menor de tempo, eu muito agradeceria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço, obviamente, as ponderações absolutamente justas e carinhosas do Senador Veneziano, nosso Vice-Presidente do Senado Federal. Eu não sei se nós temos reunião da CAE na quinta-feira, mas, da minha parte, se quiser já na próxima sessão da CAE trazer o tema, eu me comprometo... Já até comuniquei aqui à equipe do Ministério que vou fazer essa análise do que eles estão me apresentando, mas sem qualquer objeção a que se paute a matéria na próxima sessão da CAE. Se for na próxima quinta, da minha parte, estará já com as manifestações devidamente juntadas. Mas, se for na semana seguinte, tem o meu compromisso de inclusive ajudar no encaminhamento dessa matéria.

Conforme os argumentos já esposados aqui pelo Senador Veneziano, é uma matéria que tem sensibilidade e é de um colega meu, o Deputado Efraim, que é o Líder do Democratas lá na Câmara dos Deputados, por quem tenho profundo respeito e admiração.

Só estou fazendo esse pedido em razão do apelo que recebi do Ministério da Justiça, mas me comprometo a, já na próxima semana, colocá-lo em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Marcos, o pedido de vista coletivo está concedido.

Eu queria fazer também algumas colocações a partir da experiência que tive, semelhante àquela que teve o Senador Veneziano Vital do Rêgo como Prefeito de Campina Grande.

A participação nesse fundo dos agentes de segurança viária e também dos agentes de trânsito é fundamental, é premente a necessidade que os Municípios têm, principalmente os menores, de ter acesso a esses recursos para trabalhar com relação ao trânsito. É muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que V. Exa. fez esse compromisso, gostaria que avaliasse colocarmos na próxima pauta e que visse com muito carinho a questão dos nossos agentes de trânsito, dos agentes viários, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Farei isso com o maior esmero, Sr. Presidente.

Até consultei aqui a representante do ministério se o conteúdo dizia respeito a aspectos de constitucionalidade ou se seria de mérito. Ela disse que é de mérito, porque, se fosse de constitucionalidade, nós poderíamos até aprovar aqui e, na CCJ, fazer esse enfrentamento.

Mas eu faço o compromisso de, na próxima reunião, já ter a matéria absolutamente pronta para votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Pois não, Senador Eduardo, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, primeiro cumprimento V. Exa. e todos os colegas Senadores e Senadoras.

Como ainda há pouco falava com V. Exa., tenho certeza de que já estão, na Secretaria da Mesa, dois requerimentos para serem pautados extrapauta acerca de um tema sobre o qual todos os brasileiros querem um esclarecimento, e um esclarecimento absolutamente devido, porque, se um político aparece com uma conta *offshore*, todos, todos estarão apontando o dedo e, muito provavelmente, entrando no Conselho de Ética contra ele. Agora, quando as autoridades monetárias aparecem com contas em *offshore,* é mais do que necessário que haja todos os esclarecimentos.

Aqui eu não quero fazer nenhum prejulgamento, não quero fazer nenhum prejulgamento. Na minha opinião, todos são inocentes até que se prove o contrário. No entanto, é absolutamente necessário – e o fórum é exatamente a Comissão de Assuntos Econômicos – que nós possamos abordar a questão da convocação ou do convite. Eu até admito que seja um convite e falava ao Líder do Governo: desde que tanto o Ministro da Economia quanto o Presidente do Banco Central estabeleçam as datas em que virão à Comissão de Assuntos Econômicos para fazer os esclarecimentos.

Veja: não é pouca coisa, Senador Alessandro, trata-se do Ministro da Economia e do Presidente do Banco Central! Nós queremos transparência e esclarecimentos para que todos possamos ter as informações.

Não quero fazer nenhum prejulgamento, não estou aqui fazendo nenhuma acusação, estou apenas querendo a transparência devida para o fato, para que a população brasileira e os mercados possam compreender e para que as autoridades fiscalizem, entre elas nós, no Senado. E a Comissão de Assuntos Econômicos é uma das autoridades que fiscaliza, inclusive, o mandato do Presidente do Banco Central, que agora tem mandato.

Portanto, eu queria fazer essa colocação a V. Exa. porque creio que este tema é um tema importantíssimo. Que esses requerimentos possam ser, por uma inversão de pauta, colocados em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ouviríamos nosso Líder do Governo, porque, tenho certeza, já conversou com o Presidente do Banco Central e com o Ministro da Economia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Pela ordem, remotamente, Senador Otto Alencar, com a palavra.

Em seguida, Líder Fernando Bezerra.

Depois, Marcos Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu concordo plenamente com a colocação feita pelo Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

A Lei Complementar 105 estabelece, claramente, no seu art. 4º, que as autoridades monetárias, neste caso específico, precisam dar satisfação desta questão de contas em paraísos fiscais *offshore*.

Eu acho que o agravamento maior da questão é, inclusive, esse projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos que retira, desta reforma, a tributação desses recursos em paraísos fiscais. Isso agrava muito. Por que não cobrar imposto de pessoas ricas, milionárias que aplicam em paraísos fiscais quando o imposto, hoje, está sendo cobrado de pessoas de menor poder aquisitivo, sobretudo incidindo muito em cima da classe média no Brasil, até muito perverso, porque é muito em cima do consumo? E o consumo do mercado interno é de pessoas de classe média, média baixa, de pessoas, inclusive, que vivem de salário mínimo.

Portanto, não entendo por que foi retirada a cobrança de imposto quando, hoje, se sabe que esses recursos que estão em paraísos fiscais de brasileiros estão alcançando quase a monta de R$170 bilhões. Não há como, nesta questão do Imposto de Renda, não se taxarem esses recursos que estão sendo aplicados.

Isso agrava muito a situação.

Quanto ao Ministro Paulo Guedes, tenho uma relação pessoal respeitosa – sempre tive – com ele, entendo o seu trabalho, reconheço o seu esforço à frente do Ministério da Economia, mas seria importante que comparecesse à Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Exa., que está presidindo a Comissão, sabe também, como eu sei, dessa necessidade.

Portanto, eu concordo plenamente com a colocação feita pelo Senador Eduardo Braga.

E também há os requerimentos que foram encaminhados, inclusive pelo próprio Senador Alessandro Vieira.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

Com a palavra, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, aproveitando a oportunidade em que este tema é introduzido à Comissão, fazer uma ponderação na mesma direção em que fez o Senador Líder Eduardo Braga.

A Comissão de Assuntos Econômicos tem, por tradição, convocar, seja a autoridade do Banco Central, seja o Ministro da Economia, para estar na Comissão e prestar esclarecimentos, seja para prestar contas regularmente – esta é a Comissão, é o foro apropriado, é o foro próprio para essa finalidade –, seja para dar satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, neste caso, reputo necessária a vinda tanto do Ministro da Economia quanto do Presidente do Banco Central, porque, num vazamento em que várias autoridades mundo afora aparecem, apareceu também as do Brasil. Não apenas o Ministro da Economia Paulo Guedes e o Presidente do Banco Central, apareceram outras figuras também, inclusive Eike Batista. Mas os dois são as nossas maiores autoridades em matéria econômica. Então, eu penso que é necessário.

Mas o apelo que faço é para que nós transformemos o requerimento de convocação, em convite, o Líder do Governo já está aqui, com o compromisso de ambos comparecerem à CAE. Será uma boa oportunidade para falar desse tema, que é objeto desse requerimento, e para aclarar outros que a Comissão de Assuntos Econômicos julgar apropriados. Mas penso que seja importante virem aqui, mas não pelo instrumento da convocação.

O Ministro nunca se negou a comparecer à CAE e não seria esta a primeira ocasião. Apenas transformar em convite para que, com o compromisso, compareçam aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só concordando com o nosso eminente Senador Marcos Rogério, mas os dois requerimentos foram no sentido de convocar o Ministro Paulo Guedes. Eu pergunto a V. Exa., podemos aditar, em pedido ao autor, o Presidente do Banco Central, o Presidente Roberto Campos Neto? E aí não precisaríamos apresentar outro requerimento. Aproveitaríamos o mesmo requerimento fazendo o convite ao Ministro Paulo Guedes e ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Eu consulto ao Senadores em Plenário, e virtualmente, se concordam. (*Pausa.*)

Então, está aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Fernando Bezerra, Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que nós chegamos aqui à construção de um entendimento, a partir da iniciativa do Senador Alessandro Vieira, que pede a convocação e que aquiesceu com o convite para a presença do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, no sentido de prestarem esclarecimentos sobre a matéria que foi amplamente divulgada pelo *site* de notícias Poder 360, a respeito da existência de contas no exterior, em paraísos fiscais.

É importante que a gente possa aqui trazer informações, que já foram prestadas nas notas oficiais veiculadas pelo Ministério da Economia e pela Presidência do Banco Central, de que essas contas foram devidamente informadas a esta Comissão de Assuntos Econômicos, quando da sabatina do Presidente Roberto Campos Neto. Da mesma forma, o Ministro Paulo Guedes informou à Comissão de Ética da Presidência da República a existência dessas contas, quando da sua posse como Ministro da Economia. Ambos reiteram que, desde a posse nos respectivos cargos, não fizeram qualquer movimentação ou transferência de recursos para essas contas no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, compreendemos que é um assunto que merece maiores esclarecimentos e os dois, tanto o Ministro Paulo Guedes quanto o Presidente Roberto Campos Neto, estão dispostos a prestar essas informações, esses esclarecimentos, e sugerem a data do dia 19. Na próxima semana, terça-feira, teremos feriado, seria, portanto, na primeira data útil da Comissão de Assuntos Econômicos para que eles aqui possam se fazer presentes e prestar os devidos esclarecimentos.

Eu até sugeriria, sem prejuízo dos esclarecimentos que serão prestados, que nós aproveitemos a presença do Ministro Paulo Guedes para que possamos tirar dúvidas sobre um projeto que está em exame aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a reforma do Imposto de Renda.

Esses são os esclarecimentos e as informações que gostaria de prestar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Veneziano, com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Bem, Sr. Presidente, o entendimento, e é muito bom, porque afinal o objetivo fulcral é que nós consigamos, tentemos, pelo menos, a convergência de propósitos, e conseguimos, neste instante, quando convertemos a convocação requerida por S. Exa., Senador Alessandro Vieira, juntamente com companheiros do PT, para que o Ministro Paulo Guedes entre nós estivesse, como também agora, na conversão a convite, sugerido e acatado, acolhido, de forma muito sensível, pelo Senador Alessandro Vieira, para também inserir este convite, direcionando-o ao Presidente do Banco Central.

Eu até, Senador Fernando Bezerra e Senador Marcos Rogério, acho que seriam despiciendas, ou seriam despiciendos esses convites, se comprovado estivesse que ambos poderiam tanto ser nomeados, como continuar nas condições que ambos têm, inclusive um agora, com mandato, com a condição de proprietários de empresas *offshore* em paraíso fiscal.

Essa é a grande dúvida, porque ninguém está desconhecendo que o que eles falaram nesses últimos quatro dias, e tiveram tempo suficiente para que não restasse dúvida para o Senador Alessandro Vieira e para a população de maneira geral, é se eles poderiam, na condição de indicados a ocupar o Ministério da Economia e a Presidência do Banco Central, manterem-se, como integrantes, proprietários, acionistas, enfim, de empresas *off shore*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Me permita.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Essa é a grande dúvida, Senador Eduardo Braga, para que, até a presença dos mesmos, retiremos, sob o ponto de vista e a abordagem legal. Se há ou não impedimento? Se não houver impedimentos ficaremos no campo da moral, ficaremos no campo daquilo que não deveria ter-se mantido e não no campo da ilegalidade.

Então, eu quero louvar aqui a sugestão feita pelos Senadores Eduardo Braga, Senador Fernando Bezerra, que compreendeu, Senador Marcos Rogério e, mais ainda, a sensibilidade de anuir, como subscritor e autor de um dos requerimentos, do Senador Alessandro Vieira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o mesmo cá entre nós esteja, inclusive para falar sobre a questão referente ao Imposto de Renda, falar sobre essas menções, e aí tratando diretamente a um nordestino, que foram feitas pelo Ministro Paulo Guedes, de que o que gostaria realmente era de privatizar o Banco do Nordeste do Brasil, falar sobre a quase intervenção político-partidária feita no Banco do Nordeste do Brasil... Isso me diz respeito, como paraibano, e diz respeito a V. Exa., como pernambucano, porque nos toca sensivelmente à realidade regional.

Mas, enfim, eu quero parabenizar a todos que participaram, a partir da sua Presidência, dessa convergência que tivemos em relação ao convite.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. É apenas para registrar a concordância com a posição apresentada pelo Governo, a conversão da convocação em convite, e reforçar a importância disso.

Imaginem vocês que o brasileiro acorda com a manchete de que o Presidente da Petrobras é dono de posto de gasolina? É mais ou menos isso. A política econômica deste Governo fez com que o patrimônio, no exterior, do Ministro da Economia, mais do que dobrasse. Talvez você não tenha aí uma ilegalidade. Talvez! Mas seguramente nós temos um conflito de interesses, e é importante que isso seja expresso, de uma forma equilibrada, através do diálogo. E o Senado certamente saberá fazer esses questionamentos. Então enalteço o esforço de todos, agradeço, e vamos à convocação, aliás, ao convite.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de V. Exa. deliberar sobre o convite, quero prestar mais uma informação, a de que casos como esse que nós estamos aqui solicitando mais informações verificou-se no passado. Por exemplo, o Ministro da Fazenda do Governo Michel Temer, Dr. Henrique Meirelles, também tinha recursos no exterior, devidamente declarados, tomou todas as cautelas. E eu acho que é natural que nós tenhamos todas as informações, se todas as cautelas foram também formalizadas pelo titular da Presidência do Banco Central e pelo titular do Ministério da Economia. O Governo está absolutamente tranquilo de que não houve a transgressão de nenhum dispositivo legal e de que as informações serão prestadas e os esclarecimentos serão oferecidos à opinião pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Líder Fernando.

Senador Flávio Bolsonaro, remotamente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito rapidamente... Eu, inicialmente, estava contra a convocação do Ministro Paulo Guedes, porque, repito, são acusações que são feitas e que já foram rebatidas publicamente, como colocou muito bem o Senador que me antecedeu, tudo declarado, nada a esconder. Então, eu acho muito ruim quando se tenta usar um palanque importante, como a Comissão de Assuntos Econômicos, para desgastar o Governo, porque isso aí tem impacto na cotação do dólar, tem impacto em Bolsa de Valores, tem impacto na confiança de investidores internacionais, que ficam preocupados com a instabilidade política que a oposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constantemente mantém, mantém aceso esse fogo apenas pelo desgaste e não pensa no Brasil. Estão pensando já em 2022.

Contudo, em função da sábia intervenção do Líder Fernando Bezerra, como eu havia dito também anteriormente, o Ministro vir ao Senado para aprofundar a discussão sobre esse projeto importante que está aí em nossa Casa, que trata do Imposto de Renda, que trata do aumento da taxa de isenção do Imposto de Renda, da importância disso para que nós possamos financiar projetos sociais que são fundamentais para aqueles mais pobres, os mais vulneráveis, aqueles que mais sofreram com a pandemia, como é o caso do Auxílio Brasil, aí, sim, acho que é uma pauta positiva, uma pauta importante, porque isso vai ajudar muitos Senadores a formarem o seu juízo de valor e compreenderem a importância de se aprovar um projeto como esse, com os ajustes que qualquer processo legislativo impõe ao que foi originalmente encaminhado ao Senado. Mas, aí, sim, algo de útil para que o Ministro possa comparecer à Comissão e dar os seus esclarecimentos.

Então, em função dessa transformação em convite e com o adendo de que ele virá para tratar de algo útil, algo que realmente é importante ser esclarecido, diferente de contas no exterior, porque parecem que demonizam a pessoa ter contas no exterior... A pessoa ter dinheiro virou um problema preventivo, uma pessoa que tem que provar a sua inocência, como se isso tudo já não tivesse declarado no seu Imposto de Renda, isso tudo, inclusive, encaminhado ao Senado por ocasião da sua sabatina para ida ao Banco Central. Então, essa parte, eu confesso, se fosse só por isso eu continuaria mantendo a minha posição contra, por mais que o Ministro e o próprio Presidente do Banco Central já tenham se colocado à disposição para prestar esclarecimentos, que já foram prestados. Vão ser repetidos aí na Comissão, mas agora com uma pauta útil.

Então, parabéns aí ao Senador Fernando Bezerra.

Em função disso, eu também estou apoiando o convite ao Ministro e ao Presidente do Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

É apenas para solicitar a V. Exa., primeiro, porque aqui não se trata de questão de situação ou oposição. Eu acho que aqui se trata da Comissão de Assuntos Econômicos, responsável, inclusive, pela fiscalização do Banco Central. Somos nós que somos responsáveis pela fiscalização do mandato do Banco Central. Nós aprovamos este ano a questão... Ano passado ou este ano? Nem me lembro mais. Nós aprovamos a autonomia do Banco Central dando-lhe competência.

Agora, já que vamos fazer esse debate e já que o Líder ainda há pouco informou que foi apresentada à Comissão, quando da indicação, a questão dessas contas, seria importante pedir à Secretaria da Mesa que providenciasse essas documentações para distribuir aos membros da Comissão para que quando da vinda do ilustre Ministro e do Presidente do Banco Central nós estivéssemos de posse desses documentos que eles apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Acatado, Senador Eduardo.

Gostaria de falar pela ordem, Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Só para fazer um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O convite para o Sr. Presidente do Banco Central e para o Sr. Ministro da Economia é para tratar desse assunto. Qualquer outro assunto que eles desejem tratar evidentemente será muito bem recebido. Mas não há convocação para assunto diverso do que esse do escândalo dos chamados The Panama Papers.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, para cumprimentar a todos os membros da Comissão, em especial, o Senador Fernando Bezerra, V. Exa., presidindo a reunião, ao próprio Senador Flávio Bolsonaro também, que acaba de declarar apoio a essa conversão em convite, e esclarecer a quem nos ouve que o interesse nessa oitiva advém não apenas da reportagem, dos estudos que foram feitos que, aliás, não foi a oposição que cavou, é bom que se diga, isso é um estudo global que envolve centenas de jornalistas que buscaram apontar conflito de interesse e situações estranhas na declaração ou não dessas contas em *offshore* de celebridades, ministros, autoridades no mundo todo. Portanto, não está aqui ninguém fazendo palanque. É uma questão que foi levantada, a opinião pública está apreensiva para olhar aquilo. Começam reportagens resultantes da principal a respeito disso, e é necessário que se esclareça a opinião pública a respeito do potencial conflito de interesses em relação a esses dois dirigentes. Mas é mais amplo do que isso, é a oportunidade de esclarecer ao público não financista, especialmente aquele que não necessariamente milita no mercado financeiro, conhece todas as regras e eclusas desses processos, os potenciais conflitos de interesses em geral. É a própria porta giratória a que se refere o mercado e os analistas entre dirigentes de banco central, dirigentes de política monetária em relação aos seus ex-bancos ou futuros bancos, empregos, trabalhos, interesses defendidos, etc. Em especial porque estamos em plena discussão transitória da independência do Banco Central. Então, como é que se pode dar independência a uma entidade que eventualmente esteja contaminada de pessoas com conflito de interesses?

E quero aduzir aqui também, corroborar a sugestão do Senador Veneziano para que a gente aproveite, sim, já que vamos ouvir o Ministro da Fazenda, na Comissão de Assuntos Econômicos, para aventar outras proposições, principalmente a viabilidade de propostas que ele fez no início do mandato, que não se realizaram, explicações sobre promessas e metas não atingidas, absolutamente, o resultado foi diametralmente oposto ao que foi falando, a exemplo do preço do gás, entre outras coisas. E é a oportunidade de falar aos Senadores sobre isso. Então, não haverá nenhum desvio de finalidade caso venhamos a aventar também outras perguntas a que o Ministro Paulo Guedes tem muita proficiência de responder. Então, certamente não terá problema em enfrentar essas questões.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez à Comissão.

A importância da vinda do ministro, independentemente do motivo, é essencial neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Eu vou pedir ao Senador Alessandro que assuma esta Presidência, em seguida à leitura do relatório, por cinco ou dez minutos. Vou ter que me retirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu indago... Eu vim para cá para fazer a leitura de um relatório. Parece que era o próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, mas como foi pedido extra pauta, a gente já liquida esse assunto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – São os requerimentos nºs 39 e 41, de 2021.

> Nos termos dos incisos III e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 50 e com o inciso V do §2º do art. 58 e com o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, requeiro seja convocado o Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para explicar as razões e circunstâncias de manutenção da *offshore* Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, bem como esclarecer a respeito da existência de outras empresas e/ou investimentos similares em instituições financeiras no exterior.

O autor é o Senador Alessandro Vieira e o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39, DE 2021

Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, para explicar as razões e circunstâncias de manutenção da offshore Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, bem como esclarecer a respeito da existência de outras empresas e/ou investimentos similares em instituições financeiras no exterior.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Alterado para convite.

Requerimento nº 41, de 2021.

> Requeremos, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, inciso II e III da Constituição Federal, e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de prestar informações sobre uma *offshore* que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas, conforme revelação feita pelo consórcio internacional de jornalismo investigativo que apura do conteúdo dos Pandora Papers, que investiga paraísos fiscais.

Autores: Senadores Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho e Humberto Costa, com aditamento do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e convertido em convite no dia 19/10, por entendimento desta Comissão.

EXTRAPAUTA
ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 41, DE 2021

Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Alterado para convite.

Consulto a Comissão se podemos proceder à votação em globo dos requerimentos.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Convido o Senador Alessandro para assumir esta Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Chamamos aqui o Senador Marcos Rogério para a relatoria do Projeto nº 866, de 2019, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 866, DE 2019

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PPS/SE)

Relatoria: Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O relatório foi pela aprovação.

Sr. Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para agilizar a apreciação do tema, vou direto à análise da matéria.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

Quanto a esses aspectos, salientamos que nada temos a observar, pois o Projeto de Lei nº 866, de 2019, não implica a renúncia de receitas e nem geração de despesas, mas trata da possibilidade de *clawback* ou recuperação de incentivo financeiro dos executivos que tenha como base um ato fraudulento. Assim, entendemos que não é necessária a apresentação de estimativa do impacto econômico do projeto, como determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Quanto ao mérito, compartilho com o autor da proposta em seu nobre propósito de modificar nosso País; pela defesa do interesse público, da valorização da ética e integridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm faltado a parte dos gestores públicos do Brasil. Desta forma, a inclusão do mecanismo de *clawback* traz uma maior responsabilidade à tomada de decisão dos executivos, fazendo com que seja possível recuperar incentivos financeiros alcançados com base em resultados contaminados por atos ilícitos praticados contra a administração pública.

Como mencionado na justificação do projeto, pesquisas nos Estados Unidos apontam que o simples anúncio da implementação de mecanismos de *clawback* demonstra reação favorável do mercado, o que certamente também será observado no Brasil, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e que possa atender os anseios de nossa população.

Como dito no relatório, após exame da CAE, a matéria tramitará em decisão terminativa na CCJ, que analisará, dentre outros aspectos, a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

Voto.

Diante do exposto, manifesto voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 866, de 2019.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ para seguimento da tramitação.

Registro que é importante o projeto para acabar com o estímulo perverso a profissionais da gestão de grandes empresas, particularmente executivos, que hoje têm ganhos com a prática de crime. Este projeto tenta encerrar esse ciclo.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação das Atas da 10ª, da 11ª e da 12ª Reuniões, realizadas nos dias 14, 21 e 28 de setembro.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Lembro aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que está marcada para amanhã, dia 6 de outubro, às 14 horas, a audiência pública para instruir a tramitação do PL 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e onze minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Flávio Arns, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jean Paul Prates, Paulo Paim e Alessandro Vieira, e ainda da Senadora não membro Daniella Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, José Aníbal, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 591/2021, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 26/2021 - CAE, de autoria Senador Marcio Bittar (MDB/AC), REQ 32/2021 - CAE, de autoria Senador Marcio Bittar (MDB/AC), e REQ 34/2021 - CAE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir a tramitação do PL 591/2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946. **Participantes:** Sr. Marcos César Silva Alves, Vice-Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (representante de: Sra. Maria Inês Capelli Fulgitini, Presidente da ADCAP); Sr. José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares; e Sr. Elias Cesário de Brito Junior, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT) e Presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo, grande São Paulo e zona postal de Sorocaba – SINTECT-SP. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/06

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número legal, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a tramitação do PL 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

A audiência atende aos Requerimentos 26, 32 e 34, aprovados por esta Comissão em 21 e 28 de setembro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Perguntas e comentários podem ser enviados pelo Portal e-Cidadania ou registrados pelo telefone 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição; os Parlamentares aqui presentes podem se inscrever junto à Secretaria da Comissão; a inscrição dos Parlamentares que estiverem participando remotamente deve ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" no aplicativo; os interpelantes irão dispor de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Daremos início ao debate com a palavra ao Sr. Marcos César Alves, Vice-Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios; depois, ao Sr. José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação dos Correios; e, em seguida, ao Sr. Elias Cesário de Brito Junior, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores (Findect).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a todos os trabalhadores dos Correios e Telégrafos que aqui se encontram.

Passo a palavra ao Sr. Marcos César, que está por via remota. Com a palavra o Sr. Marcos César.

V. Sa. dispõe do tempo de dez minutos, mas pode se exceder que eu terei toda a tolerância para com V. Sa.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Otto Alencar e demais Senadores; José Rivaldo, da Fentect; Elias Cesário, o Divisa, da Findect, e audiência que nos assiste no momento, para a Adcap é uma imensa satisfação poder participar hoje desta audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, contribuindo para os debates a respeito do PL 591, de 2021.

De início, nós consideramos importante apontar alguns fatos de contexto a respeito do setor postal e dos correios. Primeiro, em todos os 20 maiores países do mundo em extensão territorial, os correios são públicos e não, privados. Além disso, nos quase 200 países que há hoje no mundo, em apenas oito os correios são totalmente privados, como intenta fazer no Brasil o Governo. A soma das áreas desses oito países que têm correios privados é inferior à área do Estado de Mato Grosso. São eles: Aruba, Singapura, Grã-Bretanha, Líbano, Malásia, Malta, Países Baixos e Portugal.

No que se refere à predominância de modelo, com o PL 591/2021, nós estamos na contramão do mundo, onde o correio é público na imensa maioria dos países, notadamente nos de maior extensão territorial, como o Brasil, que é o quinto maior país do mundo.

Sobre os nossos Correios, Senadores, nós temos fatos importantes a considerar para compreender o porte e a importância da organização em questão.

Primeiro, os Correios é uma instituição com 358 anos de existência. Ela faz parte da história do próprio País. É a terceira instituição pública em que os brasileiros mais confiam, logo depois da família e dos bombeiros e antes de todas as demais. Ela está presente com suas agências em praticamente todos os 5,5 mil Municípios brasileiros, integrando, de fato, o País, apesar de só alcançar superávit em 324 desses 5.570 Municípios.

Os Correios praticam uma das menores tarifas postais do mundo, bem abaixo da média mundial, apesar de o País ser um dos maiores em extensão territorial.

Os Correios são a principal infraestrutura do comércio eletrônico brasileiro, única que cobre regularmente o País todo e de fato, com preços que viabilizam efetivamente os pequenos empreendimentos. A imensa maioria das empresas do comércio eletrônico usa os Correios e muitas delas, apenas os Correios.

Os Correios não dependem de recursos do Tesouro Nacional. Ele custeia todas as suas despesas com a sua receita própria e custeia também a infraestrutura que viabiliza a universalização do serviço postal no Brasil. O Estado não banca essa universalização, e isso custa para os Correios atualmente em torno de R$6 bilhões.

Os Correios registraram lucro de R$1,53 bilhão, em 2020, e sinaliza, por falas do próprio Presidente da República, que esse lucro deve dobrar em 2021.

Os Correios adquiriram, de setembro de 2020 até hoje, mais de 9,2 mil veículos, renovando 40% da frota da empresa, o que significa que os Correios têm hoje uma das mais modernas frotas do setor no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Correios estão investindo 140 milhões somente na parte de informática e têm uma infraestrutura nacional montada e plenamente operacional, funcionando de forma harmônica no Brasil todo.

Os Correios são um dos maiores empregadores do País. A empresa tem 95 mil empregos diretos espalhados pelo País inteiro, e, além desses empregos diretos, há ainda cerca de 10 mil empregos indiretos nas franquias e dezenas de milhares de empregos nas transportadoras e em outros fornecedores que atendem aos Correios.

É, portanto, muito mais que uma estatal isolada, é um ecossistema empresarial sustentável, que garante empregos, gera renda e viabiliza os negócios de milhares de empresas que usam intensivamente os serviços postais.

Os Correios são o braço logístico do Governo Federal, capaz de desenvolver com segurança e baixo custo grandes operações de interesse do Estado, como, por exemplo, a distribuição de urna eletrônica, de medicamentos, de provas do Enem e de livros didáticos – o maior programa de distribuição de livro didático do mundo é brasileiro e é operado pelos Correios.

Os Correios são uma organização muito importante e valiosa para o Brasil. Em qualquer outro país do mundo, Senadores, os Correios seriam vistos com orgulho como um bem público a ser preservado e protegido e não, como algo a ser desmontado.

Quanto ao projeto que chega agora ao Senado, nós temos algumas observações centrais para registrar.

Primeiro, o projeto é inconstitucional. O art. 21 da Constituição Federal é muito claro ao estabelecer que compete à União manter o serviço postal. Para desobrigar a União dessa missão constitucional, seria necessária a aprovação de uma emenda constitucional, e isso não foi feito. Um projeto de lei não tem como fazer isso. Isso já foi apontado formalmente ao Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.635, na qual já temos, inclusive, o pronunciamento da Procuradoria-Geral da República reconhecendo a inconstitucionalidade desse movimento.

É importante registrar ainda que, no atropelado processo legislativo que ocorreu na Câmara, o PL não passou sequer pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A nossa expectativa, Senadores, é de que isso seja diferente no Senado, já que essa questão de constitucionalidade é fundamental, não pode ser ignorada.

Essa não é, porém, a única falha grave que fere de morte o Projeto de Lei nº 591/2021. Entre outras questões, nós enumeraríamos ainda: o projeto cria despesas de vulto para a União, sem apontar fonte de recursos. Como será custeada a estrutura de fiscalização e controle da agência reguladora? O projeto fala que não haverá aumento de gastos para a União.

Mais grave ainda, como será garantida a tarifa social, um artifício incluído no projeto para mascarar o evidente aumento de tarifas e de preços que virá se o projeto for aprovado? Podemos estar tratando aqui de bilhões de reais que terão que ser retirados da saúde, da educação ou de outras áreas para bancar um repasse de recursos públicos a um operador privado de correios. São novas e expressivas despesas para a União, sem fonte de recursos indicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto cria tarifas diferenciadas para cartas. Essa é uma jabuticaba, não é? No Brasil, aprovado o projeto, nós vamos ter tarifa de carta que vai depender da origem e destino dos objetos, uma prática que não é usual no mundo postal para o segmento de correspondências. E traz um enorme risco de servir de mecanismo de aumento de tarifas ou de agravamento de assimetrias entre as cidades e regiões. Esse é outro passo na contramão do mundo trazido nesse projeto.

O projeto é fraco e vago no que se refere às garantias de universalização. O PL, no mínimo, deveria garantir que os brasileiros continuarão contando com o que já possuem, ou seja, atendimento em todos os Municípios brasileiros e distribuição domiciliária nos distritos com mais de 500 habitantes, que é o que os Correios já fazem hoje. Em vez disso, o PL apenas fala, genericamente, em manutenção de serviços em áreas remotas, que serão definidas em regulação. Ora, dependendo do que for entendido como área remota no processo futuro de regulação, o operador privado vai poder ficar desobrigado de manter agências em milhares de Municípios brasileiros.

No sentido exatamente oposto ao que era pregado por membros do Governo, o PL cria um monopólio privado por tempo indeterminado, o que levanta outro flanco de inconstitucionalidade a ser enfrentado.

O PL não traz garantias, também, quanto à responsabilidade pelos passivos trabalhistas e previdenciários dos Correios, possibilitando um calote bilionário nos trabalhadores, caso os Correios sejam vendidos para uma empresa inidônea ou que não tenha lastro real para arcar com esses passivos. Senadores, quando a gente fala do passivo trabalhista aqui, nós estamos falando de uma cifra, seguramente, superior a R$10 bilhões e pode ser muito superior a isso, porque só o passivo previdenciário está entre R$6 bilhões e R$8 bilhões, e o passivo trabalhista pode ser maior que isso. E isso vem sendo tratado pelos Correios ao longo do tempo. No momento de privatização, quem for comprar os Correios tem que ter garantia, tem que ter condição de pagar esse passivo, senão o calote vai para os trabalhadores.

Nós temos, então, que o PL nº 591 é inconstitucional, é lesivo aos brasileiros, que acabarão pagando mais caro pelo serviço e tendo atendimento mais restrito, como aconteceu, por exemplo, em Portugal. Coloca em risco o comércio eletrônico, especialmente o atendimento das pequenas e médias empresas, mas também dos grandes *players*. Prejudica centenas de milhares de trabalhadores nos empregos diretos e indiretos gerados pela empresa. Só beneficia os intermediários e operadores do negócio, consultorias, especuladores e banqueiros, em detrimento de todos os demais.

Por essas razões, Senadores, nossa expectativa é de que o Senado Federal não aprove esse projeto, sepultando, de vez, essa má ideia e que os Correios e seus trabalhadores possam seguir em frente com o seu trabalho em prol do País. A Adcap estará à disposição para aprofundar qualquer questão relacionada ao tema junto aos Senadores ou suas assessorias.

Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: quais são as empresas privadas que utilizam os Correios nas suas necessidades de trabalho? Você pode pontuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – Senador, praticamente todas as empresas privadas brasileiras, em maior ou menor escala, utilizam os Correios. As que usam, em maior escala, são as empresas que operam o comércio eletrônico, e o comércio eletrônico, com a pandemia, ficou muito estendido. Hoje, quase todas as empresas de comércio têm alguma operação de comércio eletrônico. Então, o espectro do efeito da privatização é muito grande, atinge a economia como um todo, notadamente, as empresas de comércio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Mercado Livre utiliza os Correios?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – O Mercado Livre é o maior cliente dos Correios, ele tem, como outros *marketplaces*, estrutura própria, mas eles usam, intensivamente, os Correios para as inúmeras, as milhares de localidades que são atendidas, exclusivamente, pelos Correios. Mercado Livre, Shopee, Magazine Luiza, todos os grandes *marketplaces* brasileiros são grandes clientes dos Correios, que gastam bilhões de reais com os Correios anualmente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Qual é o passivo que o senhor falou que existe? O passivo trabalhista?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – O passivo previdenciário que está quantificado, Senador, está entre R$6 bilhões e R$8 bilhões. O passivo trabalhista está sendo objeto de uma análise pela consultoria contratada, o grupo de empresas que o está analisando, e esse número não foi divulgado, mas a nossa sensibilidade para o assunto é de que o número é, inclusive, maior do que o passivo previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Passo a palavra agora ao Sr. José Rivaldo da Silva.

Rivaldo, com a palavra.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Quero cumprimentar o Senador Marcio Bittar e todos que assistem à reunião, quero cumprimentar todos os nossos companheiros e colegas trabalhadores dos Correios que estão aqui presentes, aqueles que estão assistindo à reunião, toda a população brasileira, agradecer, desde já, esse processo de debate em relação ao Projeto 591, que privatiza os Correios.

É importante dizer aqui que esse projeto é inconstitucional. Então, nós temos uma expectativa muito grande de que haja um debate maior, mais qualificado, dentro do Senado, por ser uma Casa tão importante para o nosso País, de um projeto cuja inconstitucionalidade o próprio PGR já declarou. É importante que ele tramite na Casa por mais de uma Comissão. A Comissão de Constituição e Justiça é importante para nós também, como é a gente ter o parecer do que pensa esta Comissão aqui. E quero dizer a todos que existe uma expectativa muito grande dos trabalhadores, que, a todo momento, nos perguntam o que vai acontecer com eles, com quem está trabalhando na empresa hoje, com quem está gerando esse lucro de mais de R$1 bilhão. E, ao longo desses 20 anos, foram R$12 bilhões, R$7 bilhões passados ao Tesouro Nacional. É uma empresa lucrativa, uma empresa essencial para o nosso País, uma empresa que defende e é a representação do Governo Federal em todos os Municípios do nosso País, que poderia ser mais bem aproveitada pelo próprio Governo Federal para ser seu operador logístico. Poderíamos estar fazendo a entrega das vacinas, como operador logístico, como fazemos na questão do Enem, como fazemos na questão da operação do FNDE, com a entrega de livros... Já fizemos campanhas sociais do aleitamento materno, poderíamos, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores que passam todos os dias nos Municípios, nas ruas do nosso País, também ser aqueles que fazem a prova de vida do INSS, porque o Correio está presente em todos os Municípios, está presente na vida dos brasileiros.

Então, quando a gente fala de privatização, e os Correios só são privatizados em oito países do mundo... A gente acompanhou de perto e pôde entender a privatização do Correio português. Hoje, há um clamor da sociedade portuguesa para que ele volte a ser público, porque essa questão de dizer que ele vai estar presente ou que vai haver Correios em todos os Municípios... Em Portugal, o atendimento mudou. Há cidades em que é uma vez por mês que passa o serviço de correios e de entrega. Há cidades em que passa só duas vezes, há cidades em que só passa três vezes... Então, as pequenas cidades acabaram sendo prejudicadas. E o nosso Correio brasileiro é muito parecido com o Correio português. Então, o que pode acontecer com a privatização dos Correios ou com a forma de cheque em branco que o Governo Federal quer passar através do Projeto 591 é que vai ser prejudicada a grande maioria das pequenas cidades do nosso País. Como a gente viu aqui, só 324 cidades realmente dão lucro para os Correios, mas o subsídio cruzado é que garante essa questão da universalização dos serviços postais.

Então, nós trabalhadores queremos dizer para a sociedade da importância de essa empresa se manter pública. Já existem leis suficientes para que o Correio possa ter parcerias público-privadas que agreguem valor à marca, que façam com que a empresa cresça. A própria Lei 12.490 garante isso. A gente viu experiências, em direções anteriores da empresa, em que se tentou fazer parcerias, e acabou não saindo do papel por consequência das questões políticas. Mas, por exemplo, nós poderíamos muito bem ter uma parceria nessa parte do transporte com a empresa aérea, para agilizar ainda mais.

O Governo Federal poderia muito bem ampliar a contratação de pessoas, porque com os PDIs, com os processos de demissão incentivada, saíram mais de 30 mil trabalhadores da empresa. Então isso tem um reflexo direto na qualidade. E mesmo assim, a gente ainda mantém um padrão de 95%, nas entregas, de pontualidade.

Se a gente for ver os índices de reclamações de várias empresas, o Correio não é campeão de reclamações. Na pandemia, nós conseguimos trabalhar, do ponto de vista da entrega, e aproximar as pessoas, melhorar o desenvolvimento de várias localidades, porque, ao produzir naquela cidade pequena, eu tenho a certeza de poder mandar pelos Correios e ter um preço que o cidadão que está comprando lá no comércio eletrônico pode pagar, e com a garantia de ser entregue.

Então, para nós que vivemos a vida nos Correios, ao longo desses 25 anos – eu tenho 25 anos de Correios, sou carteiro, outros trabalhadores têm 30, 40 anos –, nós temos uma preocupação muito grande. O Projeto 591 aponta 18 meses de estabilidade e 180 dias para você pedir para sair num plano de demissão incentivada. Então se percebe que o clima nosso, na produção, nós ficamos pensando o que é que vai acontecer.

O Governo diz que vai privatizar os Correios até março, que já vai estar privatizado. E não há um debate amplo com a sociedade, porque o que temos visto... E nós nunca vimos isso ao longo da história, pelo menos eu tenho 48 anos de idade e nunca vi, nos processos de privatizações que aconteceram no País, o Governo pegar dinheiro público e gastar com propaganda, dizendo que se privatizar, vai melhorar o serviço dos Correios, vai ampliar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento, quando, na verdade, nós sabemos que na privatização, quem compra só visa o lucro e não tem como fazer a universalização dos serviços postais.

A universalização de serviços postais é feita pelo Governo Federal, pela empresa pública, que tem mais de 358 anos e que já está com a logística toda montada. Nós passamos por um processo de grande transição. Embora o foco do debate aqui seja o monopólio postal, os Correios hoje são uma grande empresa de logística, que já disputa mercado com Mercado Livre, com DHL, com FedEx, com várias empresas que usam os Correios para entregar nos rincões do nosso País. Atua no filé, ganha dinheiro, e quem faz toda essa outra parte somos nós trabalhadores dos Correios.

E essa empresa dá lucro, essa empresa não depende do Governo Federal. Essa é uma empresa que já passou por dificuldades do ponto de vista de processos políticos, mas os seus trabalhadores sempre trabalharam com muito afinco, com muito amor para fazer dessa empresa grande e fazer dessa empresa o que ela é hoje.

Então, o que a gente pede aqui na CAE hoje, aos Senadores que nos escutam, é que a gente possa ter um olhar melhor para essa empresa e que a gente possa garantir um debate maior com a sociedade, não é? O Senado hoje tem um olhar da sociedade para toda essa conjuntura por que o nosso País está passando, e a gente não pode ter um debate de uma empresa tão importante acelerado, não é?

A gente está vendo o processo, o modelo de privatizações que está acontecendo em nosso País. Com a privatização da Eletrobras você tem o quê? O aumento da conta de luz, que o brasileiro não pode mais pagar; o botijão de gás está lá em cima com a questão da Petrobras; a gasolina que está lá em cima. De repente, a gente vai ter um aumento nos Correios com a privatização, e a gente não terá mais esse direito de morar lá em Logradouros – que é uma cidade bem pequena do interior da Paraíba, e distante –, e poder comprar, porque o frete é mais caro do que o que a gente está comprando. Então, o que os Correios trazem para todos nós é cidadania, é integração dos povos.

Aprovar esse projeto da forma como ele está é dar um cheque em branco ao Governo Federal. É entregar uma empresa importante para o nosso País, é não ter um olhar para as mais de 400 mil famílias que representam, hoje, os Correios, por causa do seu tamanho. Sem dúvida nenhuma é não pensar um Brasil melhor para a sociedade, porque os Correios ajudaram no desenvolvimento do nosso País e podem ajudar muito mais. A gente está vendo vários processos que estão acontecendo. Eu digo que os Correios são um agente social, os Correios... Nas catástrofes, quem chega primeiro? Quem chega primeiro com a boa-fé do brasileiro, com a doação dos brasileiros? São os Correios. A gente viu catástrofes como a Mariana. E os Correios estavam lá presentes. Nessas grandes enchentes, quando acontecem, os Correios estão lá levando os donativos. Essa logística integrada dos Correios é importante para o nosso País. A gente não pode abrir mão dessa soberania.

A gente vê o Correio americano, que é parâmetro para muitos. O Correio americano é totalmente público. O Governo americano põe milhares de dólares lá para garantir essa soberania dos Correios americanos. E nós precisamos garantir essa soberania do Correio brasileiro, que é tão importante para o nosso País, para o desenvolvimento. Por isso é que a gente insiste que o debate seja bem mais amplo dentro do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos. A gente espera que a gente consiga vencer esse debate, que esse projeto não vá adiante e que a gente tenha um Brasil melhor, um Correio melhor para atender melhor todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Sr. José Rivaldo da Silva. É paraibano?

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Sou paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é, estão vendo! O Nordeste está aqui presente nos Correios.

No e-Cidadania há manifestações de vários brasileiros: de Minas Gerais, a Katharine Fortunato está se manifestando contra a privatização; o Bruno Pires, de São Paulo; o Marcos Vinícius, de Minas Gerais; o Marcelo Baumann, do Distrito Federal. O Geová Chagas, de Minas Gerais: "Os Correios brasileiros são de vital importância, por isso vamos torcer pela sua organização e manutenção". O Rogério da Silva, do Rio de Janeiro, opinando: "A privatização é o melhor caminho para os Correios. Hoje o serviço é ineficiente. A privatização e a concorrência trarão fôlego ao setor". Patrícia Maciel, de Minas Gerais: " Os Correios têm que ser vistos como uma empresa estratégica de grande importância social, num País continental e de muitas desigualdades", se manifestando contra a privatização.

Passo a palavra, agora, pelo sistema remoto, ao Sr. Elias Cesário de Brito Junior, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo, da Grande São Paulo e Zona Postal de Sorocaba.

O Sr. Elias Cesário tem a palavra.

O SR. ELIAS CESÁRIO DE BRITO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde ao Senador Otto Alencar.

Quero parabenizar os companheiros Rivaldo, Marcos César, porque foram muito felizes no que disseram sobre a questão dos Correios e quero parabenizar aí por este grande debate que nós estamos tendo no Senado.

Eu vou procurar ser bem sucinto, porque os dois companheiros foram muito felizes no que disseram sobre a questão dos Correios, mas eu quero deixar bem claro aqui, para todos que estão nos assistindo, aos Senadores e a todos aí da Casa, que os Correios não são só uma empresa. O Correios são um patrimônio brasileiro. Disso já estão cansados de saber, já sabem muito bem sobre isso, mas eu gostaria que esse Senado analisasse o que o Governo quer fazer com os Correios, que é do povo brasileiro, porque os Correios são de vocês, do Senado, são meus. Os Correios somos nós. Os Correios não são meia dúzia.

E aí eu quero dizer o seguinte: façam uma análise dos Correios. Muitos, desde que nasceram, desde que se conheceram por gente, sabem o que são os Correios. Então, como disse o companheiro Rivaldo e outros, nas grandes catástrofes que nós tivemos no Brasil, os Correios estavam lá, naquele momento, representando o Estado e, logo após, é lógico, os Bombeiros, o Exército, mas os trabalhadores, a Empresa Brasileira de Correios estava lá, mostrando que o Estado estava junto à população brasileira.

E pergunto: muitos dos senhores que estão aí devem conhecer um trabalhador, uma trabalhadora dos Correios e sabe a importância dos trabalhadores e desta empresa para a população. O próprio *e-commerce*, se amanhã privatizarem os Correios, nós sabemos que os pequenos vendedores, os pequenos produtores irão ficar reféns e não terão uma concorrência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livre como temos hoje pelos Correios, que trazem um preço acessível a todos os brasileiros e brasileiras.

E, mais uma, eu gostaria de saber, assim... saber não, falar a todos e todas sobre a extensão, as dimensões continentais que o nosso País tem, o Brasil. Nós fazemos parte de 48% do território da América do Sul, e os Correios brasileiros cobrem toda essa extensão, esses 5.570 Municípios. Nós os Correios – eu digo nós os Correios, os brasileiros – ensinamos outros países a terem os seus Correios. Nós levamos o nosso conhecimento de Correios para fora. E aí vemos o Governo querendo entregar este ouro, um ouro brasileiro, um ouro nacional para meia dúzia ou dois ou três empresários. E o que fica na mão de nós brasileiros e brasileiras?

Nós já temos os exemplos aí das privatizações que nós tivemos nas nossas estatais brasileiras, como Vale do Rio Doce e outras que foram entregues, e hoje nós vimos a importância dessas estatais, qual seria a sua importância se elas estivessem hoje aqui nas mãos do povo brasileiro.

Entregar os Correios hoje é um crime! É uma falta de inteligência, é uma desinteligência.

Então, o que eu quero deixar aqui bem claro? A questão não é só dos trabalhadores dos Correios. É a questão nacional, é a questão do espírito nacional brasileiro. O que é ser brasileiro? É preservar o que é seu. Preservar os Correios, que fazem parte desse povo que, há mais de 358 anos, está aqui, servindo ao povo, aos brasileiros e às brasileiras.

Então, eu quero deixar bem claro aqui que nós, da Findect, da Fentect, representantes dos sindicatos, bem como todos os trabalhadores e grande maioria dos Senadores com quem conversamos, somos favoráveis a que os Correios permaneçam estatais, que permaneçam nas mãos dos brasileiros e brasileiras, porque será um crime e uma desinteligência vender essa grande empresa que nós temos, chamada Correios.

E, para terminar aqui a minha fala sobre a questão dos Correios – sou muito suspeito, porque tenho 29 anos de Correios –, eu disse no começo da minha fala e dizendo isto: eu sou Correios, o Senado é Correios, o Brasil é Correios, todos os brasileiros e brasileiras são Correios, porque é a única empresa que chega da classe A à classe B. Indiferentemente se você tem dinheiro ou não, todos são tratados de igual modo. Então, os Correios significam o quê? A igualidade brasileira, a igualidade humana e a igualidade financeira.

Quero agradecer ao Senador Otto e ao Senado por esta chance de poder explanar o que são os Correios, qual o sentimento do cidadão brasileiro e do trabalhador brasileiro sobre esse PL nº 591, que, acredito, se passar e se o Governo conseguir fazer, será uma desinteligência. Acredito na luta dos trabalhadores, na luta do cidadão brasileiro e acredito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Elias Cesário de Brito Junior pelas colocações, inclusive, na defesa dos interesses, e passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, com a palavra pelo sistema remoto.

Estou ouvindo V. Exa., Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – O.k.

É uma satisfação enorme participar desta audiência pública presidida por esse gigante, o Senador Otto Alencar. Eu estou dizendo isso aqui, mas ele sabe que essa posição em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ele eu falo também no privado, então, para ele, não é nenhuma novidade, não é "rasgação" de seda. É um grande Senador da República.

Cumprimento também o Vice-Presidente da CAE, Senador Vanderlan Cardoso, com quem temos construído algumas propostas em conjunto, com muita parceria. Então, o meu abraço carinhoso ao Presidente e ao Vice.

E cumprimento também o Sr. Marcos César Silva Alves. Acompanhei do início ao fim a sua fala. Muitos dos seus dados eu tenho aqui comigo também, e V. Sa. ampliou os dados, mostrando conhecimento e profundidade no tema, ou seja, não há necessidade dessa privatização.

Eu vou deixar algumas perguntas para o final, daí vocês vão poder responder, no meu entendimento... Ao fazer as perguntas, vocês vão perceber.

Cumprimento também o José Rivaldo da Silva, que também foi muito bem na sua exposição. Eu já tinha participado de algumas reuniões com vocês, e cada um, com muita precisão, deixa muito claro a quem interessa privatizar os Correios.

Sabe que, numa hora dessas, eu me lembro até da questão das vacinas – o Senador Otto Alencar participou ativamente conosco do PL nº 12 –, isto é, a quem não interessava fazer com que fossem quebradas ou que não fosse garantida, de uma vez por todas, a quebra compulsória das patentes das vacinas? Só às grandes farmacêuticas, aos grandes laboratórios, que estão ganhando bilhões e bilhões com a morte de 600 mil brasileiros e milhões no mundo todo.

Aqui, nesse caso, de novo, somente ao lucro da iniciativa privada é que interessa, e teremos aí um mau atendimento ao público com certeza absoluta! Lucram mais e o público paga a conta com um serviço de baixa qualidade.

Eu tinha visto aqui – e aí, Otto, eu quero te cumprimentar – que estava inscrita para falar a Maria Salette Rodrigues de Melo. Ela não veio, não está, não pôde, porque está havendo, Otto – e aqui eu cumprimento já o Otto –, que nas audiências públicas as mulheres têm cobrado muito a participação de mulheres. Então, estava aqui, estava indicada a Maria Salette Rodrigues de Melo, Presidente da Associação Nacional das Entidades Regionais de Agências de Franquias Postais. Então, nós teríamos aqui uma mulher também no debate. Eu até defendo que em toda audiência pública tem que ter, pelo menos, representação também do sexo feminino.

E quero cumprimentar o Elias, já tinha visto fala do Elias também, que vai na mesma linha.

Eu vou fazer uma fala, meu Presidente, muito mais porque todos os argumentos que vocês usaram são argumentos que eu também tenho aqui no papel parecidos, não tão qualificado, claro, como vocês, que são especialistas.

Então, eu vou mais na linha de algumas perguntas que eu elaborei aqui para que vocês possam discorrer ainda mais sobre o tema. E, no final, eu darei o meu ponto de vista sobre em que eu acho que poderíamos avançar. Então, não vou aqui discorrer sobre o tema porque vocês, com a maior competência e qualidade, o fizeram com muita tranquilidade.

Eu vou para algumas perguntas e os três poderiam responder.

1) Qual o impacto da privatização nas agências de franquias postais? Se puderem tomar nota – e escolham quem vai responder –, eu faço diversas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) Caso a privatização ocorra, quais as dificuldades a serem enfrentadas na entrega de correspondência nas cidades pequenas, nas menores, no interior, lá, por exemplo, na Região Amazônica ou mesmo no interior do Nordeste ou do meu próprio Rio Grande?

3) Qual a previsão do número de desempregados, de forma direta e indireta, caso o projeto venha a ser aprovado?

4) Na visão dos trabalhadores, a exploração pela iniciativa privada de todos os serviços postais poderá provocar o aumento nas tarifas, como estamos vendo na luz e na água? Diziam que não, e está aí o resultado: luz e água disparando. Existe algum estudo nesse sentido?

5) Nos Estados Unidos, embora eles sejam adeptos das privatizações, e é um direito legítimo, mas o serviço postal lá – eu vou ler aqui com o meu o meu inglês –, o United States Postal Service, é um serviço público, é um serviço público! Eles defendem a privatização, mas, na questão específica do serviço postal, o serviço lá é público.

Então, vai de novo a pergunta: se, num país como os Estados Unidos, que são adeptos altamente conhecidos das privatizações, não se admite que o serviço postal seja privatizado, por que o Brasil tem que privatizar?

Sobre os patrocinadores do fundo de pensão Postalis, da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), como ficará a situação dos segurados aposentados, pensionistas e os empregados que estão na ativa que contribuíram e contribuem com o fundo? É um outro problema para o qual eles teriam que ver qual seria a alternativa.

Mas essas perguntas que eu fiz – foram seis perguntas –, são três convidados, se cada um quiser escolher duas ou uma para responder, fique bem à vontade ou se alguém quiser responder a todas também. Presidente, era isso.

Presidente, se me permitir, depois da fala deles, eu pediria um minuto ou dois minutos para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Quem... Pode ser o Rivaldo ou podia ser o que falou primeiro. (*Pausa.*)

O Marcos César.

Sr. Marcos César, com a palavra. Eu vou lembrar ao senhor as perguntas do Senador Paulo Paim.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – Eu anotei todas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hein?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – Eu anotei as questões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Anotou?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES – Anotei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, pode responder. É o impacto nos desempregados, o aumento de tarifa, o serviço postal público no Brasil e a situação dos segurados e dos aposentados.

Pode responder.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Otto, Senador Paulo Paim, obrigado pelas perguntas aí, Senador Paulo Paim. Eu vou tentar responder rapidamente a cada uma delas, porque os demais colegas podem complementar e podem ter uma visão diferente, está bem, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, o impacto nas franquias postais. Eu acho que vai ser muito forte, porque o ente privado vai entrar numa empresa como os Correios, numa empresa grande, buscando onde economizar, onde cortar custos. Então, seguramente, vai cortar a remuneração dos franqueados, vai fechar agências, vai diminuir a estrutura, porque é isso que os operadores privados fazem quando compram Correios. A maneira mais fácil de aumentar o lucro é diminuir a estrutura e concentrar atendimentos. E vão fazer isso, com certeza. E isso vai afetar as franquias, apesar de o Governo dizer o contrário. O Governo tenta dizer que as franquias são grande parte da receita da empresa e tudo. Mas, na verdade, no momento em que a coisa for colocada em marcha, se acontecer isso, vai haver um grande enxugamento na rede de franquias.

Segundo, dificuldade de entrega nas cidades menores. Ora, se em apenas 324 Municípios os Correios têm lucro, e nos outros cinco mil duzentos e qualquer coisa tem prejuízo, é claro que o operador privado vai fazer de tudo para poder diminuir a área de distribuição e deixar de entregar. Vai ser difícil o operador privado colocar na lógica privada o gastar dez para faturar um. Em muitas agências nossas a realidade é essa. Então, vai haver problema aqui.

Previsão de desemprego, de forma direta e indireta. Sobre isso aqui, Senador Paulo Paim, nós achamos que estamos diante do maior risco trabalhista já vivido no País, em termos de efeito sobre os trabalhadores, muito mais do que o fechamento, por exemplo, de uma fábrica de automóveis, porque aqui nós temos 95 mil empregos em risco. Mesmo que alguns empregos sejam repostos posteriormente, o risco trabalhista, o risco para a classe trabalhadora é gigantesco, é uma coisa que não tem precedente na história brasileira.

Atividade privada pode aumentar tarifa. Nós não temos dúvida de que isso vai acontecer, porque isso aconteceu em Portugal, que é do tamanho de Santa Catarina. Aqui no Brasil, onde a tarifa postal é uma das menores do mundo, apesar de o Brasil ser o quinto maior País em território, não vai acontecer nunca de diminuir a tarifa. É exatamente o contrário. E nós não estamos falando aqui de um aumento discreto de tarifa, mas de um aumento gigantesco de tarifa postal. E também não só de carta; nós estamos falando de encomenda, estamos falando de um efeito drástico para o comércio eletrônico.

Com relação aos Estados Unidos, em 2020, os Estados Unidos tiveram US$9,2 bilhões de prejuízo – o correio americano. O Estado americano bancou esse prejuízo e, em nenhum momento, cogitou privatizar o Correio, porque lá está sedimentado o entendimento de que a atividade postal é uma atividade pública, como está na nossa Constituição: é uma missão do Estado. Então, não se discute isso. Pode haver FedEx, DHL, como existe lá e há aqui também, com operadores privados atuando, mas não deixa de haver o Correio público. Então, no berço do liberalismo, não se fala em privatização de Correio.

E o patrocínio a fundos de pensão, Senador Paulo Paim, mostra maior preocupação nesse assunto, porque nós estamos falando, no caso do Postalis, de alguma coisa em torno de R$8 bilhões. Se a gente somar o que está contabilizado com uma discussão que existe sobre uma parcela que os Correios deixaram de pagar e que está sendo discutida na Justiça, nós chegamos a R$8 bilhões. Que empresa vai comprar os Correios e vai ter a garantia real para pagar R$8 bilhões para o fundo de previdência? Então, é essa a preocupação. Se uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa qualquer e sem lastro comprar os Correios, o calote não vai ser no Governo, vai ser nos trabalhadores.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, para complementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria complementar, se V. Exa. me permitir – eu nem sei qual é a posição dos convidados de hoje –, porque eu acho importante... Nós temos hoje, nesta Comissão, que é uma das mais importantes do Senado, do Congresso porque trata da economia, uma audiência pública com os representante da sociedade que não admitem a privatização. Teremos, depois, uma outra com os representantes daqueles que, respeitosamente eu digo, querem a privatização.

Eu acho, Sr. Presidente, se me permitir, que nós teríamos que ter uma terceira audiência pública nesta Comissão para que houvesse o debate no confronto das ideias, o que é bom, é legítimo e é democrático. As duas partes que fizeram exposições corretamente, como estamos fazendo agora, expuseram seu ponto de vista, mas fazer um debate seria muito bom para que as duas partes pudessem, então, expor seu ponto de vista com o contraditório, como a gente faz historicamente em outras Comissões, mesmo na reforma da previdência. Todo mundo sabe que eu trabalhei muito na reforma trabalhista: perdemos, ganhamos – ganhamos algumas, perdemos outras –, mas sempre fazíamos também o contraditório. Se V. Exa. assim entender, eu apresentaria um requerimento para que houvesse, depois, uma outra reunião, da qual eu participaria também, com aqueles que pensam diferentemente e que querem a privatização, ou seja, que a gente fizesse uma terceira reunião em que três de cada parte pudessem fazer um debate direto no campo das ideias. Isso nos ajudaria muito mais do que ouvir, de forma isolada, cada uma das partes, porque cada uma coloca seu ponto de vista e pode ficar o dito pelo não dito, pois não há o contraditório.

É essa a minha fala no sentido de contribuir, porque eu quero um esclarecimento total mesmo desse debate. Eu tenho certeza de que, se for tudo esclarecido, não haverá privatização.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Meu estimado amigo e Senador Paulo Paim, esses requerimentos das audiências públicas foram encaminhados em reunião deliberativa pelo Senador Marcio Bittar.

V. Exa. pode encaminhar o requerimento para, numa reunião deliberativa, ser apreciado e votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim o farei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não posso colocar em votação agora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me sinto contemplado com a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... porque se trata de uma audiência pública, e o Regimento Interno do Senado Federal, assim, não me concede o direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de atender V. Exa., mas, na oportunidade de uma próxima deliberativa, V. Exa. apresenta, vai a voto e, com a deliberação, poderá ser feita ou não, de acordo com aqueles que participarem da reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. entende perfeitamente que nós temos que seguir o Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinto-me contemplado com o seu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o nobre Senador do Rio Grande do Norte, meu estimado amigo, Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Estimadíssimo amigo, Presidente Otto Alencar, também estimadíssimo Relator Marcio Bittar, que está conosco.

Aos Srs. Marcos César, Rivaldo, que estão aqui conosco, Salette, Cesário, meus respeitos, minhas homenagens. Muito obrigado por estarem aqui conosco, discutindo este importante assunto.

Eu quero iniciar, aproveitando a presença do Relator e todos os que nos ouvem em casa e que, às vezes, não acompanham tanto ou tão detidamente como é o processo de deliberação de uma Casa como o Senado, dizendo que o Relator não precisa necessariamente aprovar o projeto que ele relata, não precisa necessariamente concordar com 100% dele. Ao contrário, na maior parte das vezes, nós, Senadores, mudamos os projetos, nós cortamos pedaços, adicionamos dispositivos, aprimoramos projetos que chegam a esta Casa. É rara, mas ultimamente tem sido muito recorrente, a ocasião em que nós acabamos ficando impedidos de fazer isso, eventualmente por uma alegada pressa e para não voltar à Câmara dos Deputados, etc., etc.

Mas, neste caso, felizmente, não teremos isso. Teremos toda a calma, toda a tranquilidade. O Relator, com toda a disponibilidade para ouvir todas as partes, como nós também fizemos no caso do marco das ferrovias, que ontem entregamos ao Plenário, que foi aprovado à unanimidade dos Senadores, mesmo com sete destaques, que deliberamos na hora, ali.

Então, este é o processo de qualquer projeto de lei que mexa com um setor importante, estratégico. É assim: precisa haver muita audiência pública, muita discussão, todo mundo ouvindo, e o Relator atento, porque fará modificações ou mesmo rejeitará o projeto. Não é o caso, mas, provavelmente, aqui merece muitos reparos.

Este é um projeto que é muito polêmico, porque ele parte de um pressuposto de venda de empresas públicas com o qual, partidariamente, ideologicamente, não concordamos, obviamente. Isso é bem claro.

Mas eu queria deixar aqui algumas impressões sobre os Correios em si, Relator.

Em primeiro lugar, trago a público a informação de que o monopólio postal não alcança mais o serviço logístico e de encomendas. Há muita desinformação que circula também no sentido que se estaria quebrando o monopólio dos Correios, etc. Hoje, já existe concorrência nestas áreas de serviço de logística, de encomendas. O monopólio postal ainda se restringe a cartas, telegramas, correspondências agrupadas, os chamados "malotes".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei não quebra o monopólio. Ele repassa esse monopólio para a iniciativa privada. Isso está dito claramente num dos artigos do projeto. Então, este é um primeiro assunto bem delicado aqui: transferência de um monopólio para a iniciativa privada.

E o que é esse monopólio? O que é essa estrutura que, hoje, existe e que pratica, que exerce esse monopólio em nome do Estado brasileiro? Mesmo não sendo monopólio postal, os Correios, hoje, são uma das maiores empresas logísticas do mundo!

Deve já ter sido dito aqui: grande integrador nacional, presente em mais de 5,5 mil Municípios, portanto, com uma capilaridade enorme; mensalmente movimentando mais de R$0,5 bilhão de objetos postais, 25 milhões de encomendas; possui mais de 25 mil veículos, 1,5 mil linhas terrestres, 11 linhas aéreas em operação e quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, 87% dos quais são funções operacionais e apenas 13% são funções administrativas.

É o serviço, por ser estatal, que garante a universalização dos serviços postais, pelo menos a perseguição desse objetivo, que é um direito constitucional inabalável.

Em relação aos trabalhos, a exemplos de trabalhos que os Correios desempenham, livros e materiais didáticos, são 200 milhões de livros didáticos entregues em 5.570 Municípios, todos os anos. No dia do Enem, em menos de três horas, essas provas, que não podem vazar, são entregues, competentemente, a mais de 15 mil locais. Medicamentos do SUS, equipamentos de reposição em repartições e unidades do serviço público em todo o País, tudo isso são os Correios que entregam.

Eles também são um regulador concorrencial, Presidente Otto, no mercado de encomendas, porque eles têm preços que variam em torno de dois terços do preço da concorrência. Então, eles mantêm os preços baixos. Ajudam a manter. Eles concorrem, mas concorrem sempre com o preço abaixo.

E os Correios têm as taxas postais mais baratas do mundo! As tarifas postais brasileiras, com algumas exceções, estão entre as mais baratas do mundo. Isso é justamente porque têm a estrutura e a capilaridade do Estado brasileiro, embora não sejam dependentes dele para serem custeados.

Os Correios, em 2010, tinham R$6 bilhões em caixa. A lei que implementou a possibilidade de coligadas, atuação no exterior, atuação em serviços financeiros, que é a Lei 12.490, de 2011, flexibilizou muita coisa e permitiu que os Correios pudessem crescer.

Por que isso não aconteceu? Porque sucessivos Ministros da Fazenda "austericidas", como a gente chama, impediram esses investimentos, sugaram os dividendos e não possibilitaram que a empresa pública fizesse os investimentos que lhe foram permitidos fazer para justamente evoluir para o cenário que alguns ainda criticam aqui, dizendo "os Correios não chegaram nisso, os Correios não fizeram isso, não fizeram aquilo, não atuam em banco, não atuam no exterior, não têm coligada". Eles podem fazer isso! Foi-lhes dada essa possibilidade por lei.

Então, vender os Correios, pura e simplesmente, por questão de "preciso vender os Correios", "preciso vender alguma coisa", "preciso entregar alguma coisa ao mercado", para mim, não faz muito sentido, Senador Otto. É vender uma estrutura e uma capilaridade inédita, que só os Correios têm no Brasil, na xepa, que eu chamo de "xepa da ressaca da pandemia", que são os investidores começando a voltar, a girar em torno, principalmente, de fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abutres e pessoal... Cogita-se também que algumas cadeias grandes de produtores de eletrodomésticos e de comercialização seriam compradores potenciais.

Agora vejam que curioso: o dono da Amazon, o Bezos, lá, quando Trump falou que ia privatizar os correios americanos, declarou que era contra. Ele declarou que era contra, porque a Amazon vive em cima dos correios americanos e das tarifas que eles praticam. Quem já, enfim, viveu um pedaço da vida qualquer estudando no exterior ou lá trabalhou, quem teve a felicidade de poder fazer isso sabe perfeitamente que lá, entre Estados, há uma tarifa que é muito menor nos correios estatais do que no UPS, no Federal Express, na DHL etc., etc. E para a Amazon... Quem compra do grande império do Bezos, que é a Amazon, sabe também que ali há uma tarifa, que sempre há uma tarifa e que pode levar mais dois dias, mas chega, e ela é cinco vezes mais baixa do que a outra tarifa em que chega em 48 horas.

Outro assunto importante, que parece ser uma reincidência – desculpem-me por dizer – do Governo, porque faz a mesma coisa com a Eletrobras, é esta coisa de colocar a empresa para vender sem haver estimativas, sem haver estudos. Não se sabe nem qual é o valor. As estimativas que pululam por aí são de R$15 bilhões – R$15 bilhões! Lembrem-se de que falei aqui daquele patrimônio todo, daqueles ativos todos, e, mais que isso, há marca, há atuação, há o próprio *know-how* da coisa toda. R$15 bilhões, fazendo uma conta muito grosseira, são US$5 bilhões. É uma conta muito grosseira, fazendo uma média de dólar muito otimista para frente. Aliás, R$15 bilhões... Os correios de Portugal foram vendidos por US$5 bilhões. Os R$15 bilhões dão US$3 bilhões, multiplicando por cinco, não é? Dão US$3 bilhões. A gente está vendendo por US$3 bilhões o Correio brasileiro, e olhem que estou pegando o dólar barato, com o patrimônio subestimado. E os correios de Portugal, quando foram vendidos em 2013, coisa da qual estão arrependidos agora, porque estão regredindo, foram vendidos por US$5 bilhões. Então, também há essa questão. Lembrem-se de que eu falei que, em 2010, os Correios tinham R$6 bilhões em caixa!

Então, assim, eu não vejo exatamente por que razão faríamos isso. Agora o Relator tem uma oportunidade muito boa, como eu a tive também no marco das ferrovias. Nós podemos sempre fazer do limão uma limonada. Há coisas que podem ser inseridas nessa lei, Relator Marcio, e que podem ser boas para os Correios. Podemos, até do ponto de vista liberal... Eu não tiro o mérito de um governo ter sido eleito e fazer o que reza a sua própria cartilha, como também me dou o direito de, se viermos a assumir o Governo de novo, propor coisas segundo o que nós pensamos que o Brasil precisa. Então, isso é legítimo. Eu acho, por exemplo, que pode ser feito um trabalho de capitalização, que pode ser revisto todo este caminho de os Correios entrarem em outras atividades, aproveitando sua capilaridade. Enfim, pode-se fazer uso dessa estrutura de forma eficiente. Mas vender diretamente assim do nada?

Vejam os processos que eu tenho aqui da Alemanha, por exemplo, na fase 1. Foi uma oferta progressiva. A Alemanha só conseguiu terminar de privatizar os correios dela depois que ela garantiu que a DHL – pouca gente sabe desta grande empresa DHL, que é dos correios alemães – já estivesse presente em 220 países, quer dizer não só eles já tinham contentado o alemão com a universalização do serviço em toda a Alemanha, como já estavam vendendo o serviço operando logisticamente em 220 países. Poxa, é completamente diferente você comparar os Correios e sair vendendo, dizendo que na Alemanha venderam. E levou anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse processo, e foi apoiado por um banco público, que é o KfW, durante muitos anos. Desde o início da década de 90 que essa privatização foi ocorrendo.

Na Inglaterra, a mesma coisa. A inversão de controle foi finalizada em 2013, com arrependimentos já registrados, mas os correios dos ingleses sobreviveram às privatizações de Thatcher, que privatizou a British Telecom, a British Petroleum, e somente em 2010 começou um processo de regulação do setor. Dez por cento das ações foram doadas para trabalhadores, porque 96% dos trabalhadores eram contra, 100 mil empregados – também mais ou menos o mesmo número nosso. O Governo ficou com 30% e, em 2015, vendeu a sua parte. Em 2019, 2020, as ações já estavam sendo negociadas abaixo do preço de lançamento, quer dizer, foi um mau negócio porque é um serviço eminentemente público, ou pelo menos dominado pelo interesse público: a tal universalidade, que na Inglaterra só foi garantida até 2021 – a garantia é até 2021, esse ano acaba.

E nos Estados Unidos ela nunca foi aprovada, como eu disse. O Trump propôs, depois virou inimigo do cara da Amazon, e, enfim, acabou morrendo na origem esse processo.

Portanto, é dizer que esse é um processo que tem que ter uma maturação. A lei pode inclusive indicar isto, caminhos de médio, longo prazo, metas, atividades em que os Correios possam combinar o interesse público com o interesse privado e fazer aquele famoso subsídio cruzado, para chegar na Amazônia direito, para chegar no Acre direito, para buscar um mero objeto de artesanato que alguma comunidade da Amazônia ou do Rio Grande do Norte produza e queira vender e que vá parar em Paris. Nós temos o caso, eu sempre dou esse exemplo, das rendeiras de Timbaúba dos Batistas, lá do Rio Grande do Norte: é uma cidadezinha pequena, estão lá as rendas do maior nível imaginável, e estão vendendo para o mercado internacional. Quem é que busca, dessas rendeiras, essas redes e essas rendas em Timbaúba dos Batistas hoje? Os Correios. Não é só entregar lá, não; é estar lá para buscar quando ela produz e quer mandar para um cliente na Europa. Quem vai fazer isso? Quem vai atender Xapuri?

Então, essas são as grandes dúvidas que a gente coloca aqui, e a gente está sempre aqui à disposição para contribuir para que o projeto não simplesmente morra, mas que possa ser transformado de um limão numa limonada. Porque digo ao Relator e ao Presidente: pelo que eu confiro aqui no Senado, esse projeto está longe de ter maioria. Então, ou ele vai para a gaveta ou ele tem que sofrer muitas mudanças para ser positivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates.

Passo a palavra ao Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Para interpelar.) – Boa tarde a todos os colegas presentes.

Quero inicialmente cumprimentar o Senador Otto Alencar, sempre muito gentil, muito solícito. Muito obrigado, Otto.

Assim que fui designado, procurei o Senador Otto para estabelecer essas audiências públicas para poder ouvir...

Eu vou preferir me ater à fala em alguns poucos pontos, porque, como disse o colega Jean Paul Prates, você pode ter uma tese com que você se perfila mais, o que não significa dizer que você não possa aprimorar, alterar, modificar alguns dos itens. Eu sou aliado das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideias e não de pessoas. De pessoas, eu sou aliado da minha família. Agora, das ideias eu sou aliado, sim, a outras pessoas, mas não sou aliado incondicional de ninguém. Eu sou aliado das ideias.

Eu queria apenas fazer algumas ponderações para quem nos ouve. Primeiro, já foi até esclarecido pelo Senador Jean Paul Prates, que é verdade que você tem dez países que privatizaram tudo, mas também é verdade que há outros vários países em processo de privatização. É verdade que os correios norte-americanos são um patrimônio norte-americano, público, mas também é verdade que não existe estabilidade no emprego como existe no Brasil. Os trabalhadores dos correios norte-americanos estão, como todos os trabalhadores do setor privado, sujeitos às mesmas normas; não há estabilidade.

É verdade também, e o próprio convidado – desculpe, eu sou péssimo... Eu tenho que ler aqui. José Rivaldo, não é? – mencionou isso com clareza: o subsídio cruzado. Quer dizer, há uma clara retirada de alguns lugares que têm muitos recursos para algumas regiões que não têm. Algum lugar dá lucro e cobre outro canto. E, basicamente, os serviços postais, notadamente esse que é monopólio do Estado... E por isso tem de continuar sendo monopólio, porque senão ele teria que ser uma alteração constitucional, não poderia ser um PL. Está garantido na Constituição o monopólio e, por isso, se for aprovado o PL, a empresa que vencer o leilão vai ter que manter o monopólio, porque é uma decisão da lei brasileira.

E a questão é que todos nós sabemos que, em relação a esse setor que já vem recebendo subsídio cruzado, a tendência dele é diminuir mais ainda. Nós tivemos na pandemia lucro, mas o lucro não corresponde à realidade dos últimos 20 anos. A realidade dos últimos 20 anos é que os Correios não deram lucro. O subsídio cruzado pode chegar a um ponto... Eu comentava aqui com o Presidente Otto Alencar que houve um momento em que 100% dos malotes, que é o que dá recursos, estavam nas mãos dos Correios; hoje, são menos de 50%. Hoje mais de 40% estão na mão... Desculpa, hoje mais de 50% estão nas mãos do setor privado, e a tendência é que isso cresça. Se crescer, nós poderemos chegar, Senador Jean Paul Prates, daqui a mais um ano, dois, três, a concluir pela possibilidade, mas de uma empresa que já vai estar sem valor no mercado.

Então, o que eu deixo como pergunta... E depois a gente vai para uma coisa que acho que é mais fé do que razão: "Eu acredito que na mão de uma empresa pública os lugares longínquos serão atendidos; eu não acredito que na mão do setor privado isso acontecerá". Eu acho que isso é mais profissão ideológica, porque não há outra razão. O Estado brasileiro garante o monopólio. Agora não dá para você colocar na lei o contrato que a empresa, se for aprovado, vai ter que celebrar com o Estado através da Anatel. Não dá para você colocar na lei o que um contrato tem que firmar.

O poder do Estado você não tira, é como o Município. Quer dizer, o fato de você conceder serviços públicos ao setor privado não tira do Prefeito o poder de desapropriação, por exemplo, ou de desfazer o contrato se alguma das partes não cumprir aquilo que foi publicamente defendido. Um leilão é uma coisa pública, que vai chamar atenção não só do Brasil, mas, enfim, do mundo inteiro.

O fato é que há um problema Otto – meu querido Senador Otto Alencar –, o problema é: o setor que dá lucro está cada vez mais indo para a mão do setor privado. E, quanto mais tempo passar, a lógica é que isso continue aumentando. Se não fizermos nada – e aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordo que nós não temos que ter pressa –, se nós também, sob o pretexto de ampliar o debate, postergarmos demais a discussão e se houver por trás disso apenas a intenção de procrastinar, nós podemos chegar a um ponto em que uma discussão se perde com o tempo, porque a tendência de aumentar o setor privado naquilo que dá renda é muito grande, já está acontecendo isso. E dizer que não há subsídio também não corresponde 100% à verdade. Nós sabemos que mais de 2 bilhões anuais a empresa estatal deixa de arrecadar porque há alguns tributos que ela não paga, que é um dinheiro que falta a Municípios e ao Estado. E essa crença de que estando numa empresa estatal é melhor é uma crença que não corresponde muito à realidade. No Postalis, por exemplo – e nós sabemos disso –, hoje, quem está aposentado como carteiro está tendo que recolher uma parte a mais – correto? – do seu salário para poder cobrir o rombo que, segundo as informações que eu tenho, chega a R$13 bilhões. Assim como o passivo trabalhista.

Quer dizer, se o projeto for aprovado é claro que esse passivo tem que ir com a empresa para a empresa vencedora e não para o Estado. Porque se o Estado ficar com o passivo trabalhista, ele resolver todos os problemas para depois passar para o setor privado... Não, o setor privado vai ter o direito, se for aprovado o projeto... Se ele vai ter o direito de explorar esse serviço, ele vai ter que assumir esses passivos, não só o trabalhista como o previdenciário.

Então eu queria deixar uma pergunta. Primeiro, se o projeto avança e vai à votação, há uma determinação no projeto de garantir pelo menos 18 meses... Só para terminar, quando eu escuto muito a coisa de que o serviço público é o mais barato e tal, é preciso tomar cuidado. Porque se ele for mais barato à custa de subsídio, quem está pagando é o povo brasileiro e o mais pobre. É preciso a gente sempre lembrar que subsídio, quando há subsídio, quem mais paga é o pobre. Por quê? Porque a carga tributária no Brasil incide mais sobre o pobre: a cesta básica, o gás, enfim, o gênero de primeira necessidade pesa mais para quem ganha menos. Então, quando é subsídio, é o povo brasileiro que está pagando, não é uma entidade fora do planeta.

Então a indagação e a pergunta – como Relator que não tem o relatório fechado, e não tem mesmo, tanto que eu fiz questão de dizer aqui que existe um alinhamento com ideias, agora, ele está aberto –, se há sugestões no sentido de garantir mais... Há insegurança – e aí eu quero aqui dizer que eu nunca fui servidor público, eu vivi a minha vida inteira tendo que vencer uma eleição ou no setor privado, senão quebra, e a gente passa por muita insegurança –, então eu imagino e entendo como absolutamente legítima a insegurança e a busca dos trabalhadores e dos seus sindicatos por uma condição que, se não for total, mas que seja de maior tranquilidade e de maior segurança.

Há alguma sugestão... Porque eu escutei, de pessoas que foram ao meu gabinete, que essas garantias seriam frágeis. Então, há alguma sugestão de que essas garantias que estão contidas no PL sejam mais sólidas, mais reais, mais concretas? – porque, se for aprovado e for a leilão, isso vai aí por, pelo menos, dois anos e meio. Se for aprovado este ano, daqui que vai para um leilão... Então, são dois anos e meio. Mas a pergunta é: existe alguma sugestão neste sentido de se garantir mais esse item que está no projeto?

E a outra questão é que todos dizem que a preocupação é com os Municípios mais longínquos, não é? A Amazônia é o caso talvez mais emblemático. Recebi pessoas também no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete dizendo isso. Então, há sugestão para que também estejam no projeto mais garantias de que, de fato, se for aprovado e for a leilão, a empresa vencedora teria que cumprir o que está dizendo no PL?

São essas duas indagações.

E, no mais, quero dizer que o meu gabinete, não apenas eu, mas os meus assessores, está todo dia lá para receber pessoas, para ouvir.

Na semana que vem nós teremos outra audiência ou, então, será na outra, a do dia 20, não é?

Enfim, são essas duas perguntas, se há sugestão para tentar... Porque são as duas preocupações maiores que eu venho ouvindo, tá?

Mas, mais uma vez, muito obrigado àqueles que aceitaram o convite.

O Senador Paim mencionou que é sempre importante que, numa audiência pública, esteja representante das mulheres. Ela foi convidada, não é? Ela não pôde vir. Eu faria uma vírgula: quando elas quiserem. A gente convida, e, quando elas puderem ou quiserem, que venham.

Enfim, eram só essas observações.

Muito obrigado, Senador Otto, muito obrigado a vocês que participaram e que estão aqui ainda participando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A colocação do Senador Marcio Bittar é da indagação que foi feita, não é? Pergunto se o Zé Rivaldo quer usar a palavra. Você dispõe aí de três minutos para a resposta.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador Otto.

Primeiro é importante dizer que, de 2002 a 2020, os Correios deram lucro de R$12 bilhões, repassando R$7 bilhões para o Governo Federal. Então, assim, os Correios não têm dado prejuízo.

Segundo ata da própria e estudo da própria e atual gestão dos Correios, a projeção até 2030 é de R$16 bilhões. O serviço vai crescer. É uma fala quando se diz que em três anos os Correios não vão valer nada, e será preço de banana, porque, se você pegar os números e os documentos da própria ECT, eles dizem o contrário. Está registrado em ata do Conselho de Administração dos Correios que a projeção até 2030 é projeção de lucro. O serviço de *e-commerce* tende a crescer, e a gente consegue ter uma parcela muito grande desse serviço. O problema é que está faltando para isso, para a gente conseguir isso, é investimento, é contratação. Os Correios têm investido, trocaram frota, mas, por exemplo, vários trabalhadores foram demitidos no processo de planos de demissões incentivadas. Então, havia 128 mil trabalhadores em 2012 e agora há 95 mil: caiu, um número significativo, e não houve reposição dessas vagas, não é?

Assim, ao ponto em que os Correios investiram R$200 milhões em frota este ano, estão contratando, em parcerias privadas locais, centros de logística, como no Maranhão e em outros Estados, ou seja, você está preparando uma empresa para depois vendê-la barato, como o Governo está.

Respondendo ao Senador, em relação aos processos de estabilidade, nesses oito países em que aconteceram a privatização, a transição foi de cinco a dez anos, e não de 18 meses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com seis meses para o trabalhador pedir para sair no Plano de Demissão Incentivada, como está no PL. Então, não há segurança nenhuma para quem está na empresa.

Então, não defendo isso, mas a lógica do que aconteceu – e a gente teve a oportunidade de participar de outros debates com o pessoal de Portugal, com outras pessoas –, a lógica de transição é totalmente diferente daquilo que o Governo está fazendo aqui. Aqui o Governo dá um cheque em branco para quem comprar a empresa, e a gente fica, entre aspas... Se for privatizado, quem vai regulamentar o setor é a Anatel, mas, em contrapartida, não vai fiscalizar nem vai regulamentar as empresas privadas que já atuam no Brasil só no filé, só no lucro, e não conseguem cumprir essa parte de universalização de serviços postais que é feita pelos Correios. Então, não é dizer assim: "Ó, lá no Município...". Como é que vai ficar? No Município menor, o cidadão daquele Município tem o direito de ter o atendimento. E só faz isso o setor público, o serviço público.

A gente está no debate aqui de setor público e o público. O Estado tem que ser fomentador de serviços públicos para a sociedade, porque é natural que, pelo meu imposto, tudo volte em benefício para a sociedade. Então, esse é um ponto.

Espero ter respondido à pergunta do Senador.

A gente, da federação, está à disposição. A gente tem material com o contraponto. É superimportante este debate aqui para todos nós e para a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria só informar ao Senador Marcio Bittar e aos representantes dos Correios que nós teríamos, na outra semana, uma audiência pública, mas é feriado dia 12 e, no dia 19, Senador Marcio Bittar, o Senador Renan Calheiros vai ler o relatório na Comissão Parlamentar de Inquérito para votar no dia 20. Então, estou marcando a outra audiência para o dia 21, uma quinta-feira, às 9h da manhã. Acho que não tem problema. Pode ser, não é? (*Pausa.*)

Então, está bom.

Os convidados serão avisados para comparecerem aqui.

Eu queria agradecer a presença de todos e me colocar à inteira disposição.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Jaques Wagner, Izalci Lucas e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Aníbal, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 40, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até USD 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** É aprovado o REQ 50/2021-CAE, de audiência pública para instrução da matéria. A apreciação da matéria é adiada e fica suspensa até a realização da audiência pública. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 41, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até € 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de euros), entre a República Federativa do Brasil (Ministérios da Economia e da Cidadania) e o KfW Entwicklungsbank, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável à matéria nos termos do PRS apresentado. **Observação:** 1. É aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 42, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 27,500,000.00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Cascavel, no Estado do Paraná e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel - PDU Cascavel”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável à matéria nos termos do PRS apresentado. **Observação:** 1. É aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 50, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para instrução da MSF 40/2021" **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado o REQ 50/2021-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 51, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o PLP 123/2021." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado o REQ 51/2021-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 13ª e 14ª reuniões, que são aprovadas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/19

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão diversos documentos de instituições públicas e privadas que tratam de variados assuntos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Esses documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro do Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras que o requerimento do nobre Senador Oriovisto Guimarães, que foi pautado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e versa sobre a reforma do Imposto de Renda, que altera diversas leis e que tramita aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, propôs uma audiência pública e nominou os seguintes convidados: Sr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; Sr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal;Sr. Breno Vasconcelos, advogado e professor de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Sergio Gobetti, economista, pesquisador do Ipea e ex-Secretário Adjunto de Política Econômica; Sr. Eduardo Fleury, economista e advogado; e Sr. Clovis Panzarini, ex-Secretário de Fazenda de São Paulo.

Essa primeira audiência pública, de outros requerimentos que constam aqui de outros Senadores, será realizada na próxima quarta-feira, dia 27 de outubro, desta quarta agora a oito dias. Então, será realizada e determino que a Mesa sobre ela possa informar ao nobre Senador Oriovisto Guimarães, aos componentes da Comissão de Assuntos Econômicos e também a todos os que foram nominados e que devam ser convidados para essa audiência pública no dia 27 de outubro, às 9 horas da manhã, no ambiente da Comissão de Assuntos Econômicos.

De igual forma, tenho aqui o requerimento do Senador Marcio Bittar, que é o Relator do projeto que chegou a esta Comissão para a privatização dos Correios, dos serviços postais no Brasil. Ele solicitou audiência pública, fizemos a primeira e faremos a segunda no dia 26 de outubro, terça-feira próxima, e estão convidados: Sr. Fabio Faria, Ministro de Estado das Comunicações; Sra. Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos; Sr. Gustavo Montezano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e Sr. Marcelo Silva, Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo.

Essa audiência será na próxima terça-feira, também às 9 horas da manhã. Peço à Mesa que sobre isso possa informar ao autor do requerimento, o nobre Senador Marcio Bittar, e também aos senhores e senhoras que foram aqui nominados para o comparecimento e debate nessa audiência pública a respeito da privatização dos serviços postais no Brasil.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até USD 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI".

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Não apresentado

O relatório é favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Não sei se o Senador Wellington Fagundes está presente no sistema remoto para apresentar o seu relatório... (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, que é o Relator desse empréstimo de US$1 bilhão dos Estados Unidos da América para o Brasil.

V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Passo, então, para o último empréstimo, cujo Relator está presente, o Senador Oriovisto Guimarães.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 27,500,000.00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Cascavel, no Estado do Paraná, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel - PDU Cascavel".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Oriovisto Guimarães

Relatório: Não apresentado

Eu passo a palavra ao nobre Senador Oriovisto Guimarães para que ele possa proceder à apresentação de seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouve-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ouço bem V. Exa., Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o relatório, se me permite, vou fazê-lo de forma abreviada, pois se trata de assunto bastante simples e de um projeto muito fácil de ser analisado.

Leio a súmula: a Mensagem 42, de 2021, da Presidência da República, solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$27,5 milhões, entre o Município de Cascavel, no Estado do Paraná, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel.

No relatório, eu faço uma apreciação descrevendo que o recurso dessa operação de crédito externo destina-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano de Cascavel, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população da cidade de Cascavel, por meio de investimentos em saneamento urbano, mobilidade urbana e em ações socioambientais.

A operação de crédito externo pretendida foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), por meio da Resolução Cofiex n° 05/0137, de 17/09/2019, e encontra-se devidamente incluída no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil.

A operação será contratada com base na taxa de juros LIBOR semestral, acrescida de margem fixa a ser definida na data de assinatura do contrato. Isso é normal, uma vez que esse pedido já está há quase um ano para ser apreciado. Então, essa última taxa é fixada mesmo na assinatura do contrato.

O custo estimado da União é compatível com o custo de *duration* de 8,94 anos da operação de Cascavel.

Nessa operação – já está previsto no art. 7.05 das Disposições Especiais –, há vedação da possibilidade de securitização da operação, ou seja, Cascavel vai receber na medida em que for executando o seu programa.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e tem como objetivo verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

A atual situação de endividamento do Município de Cascavel comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Por outro lado, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de Cascavel apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse empréstimo.

Apenas, vamos dizer assim, extrarrelatório, eu gostaria de acrescentar uma informação aos colegas Senadores: pelo o IBGE, com dados ainda de 2018, Cascavel é uma cidade que tem 336 mil habitantes, tem IDH de 0,782 – é o quarto IDH do Paraná –, tem um PIB – ainda com o IBGE atrasado, mas é o último que temos – de 12,243 bilhões, tem renda *per capita* de R$37.733 e é a quarta cidade do Brasil em saneamento e sustentabilidade. Então, Cascavel é um Município que tem todas as condições de assumir esse empréstimo e de melhorar ainda mais as condições do Município.

Vale enfatizar que, nos termos da Lei nº 7.080, de 16 de dezembro de 2019, alterada pela Lei nº 7.145, de 19 de agosto de 2020, ambas municipais, ficou o Município de Cascavel autorizado a contratar a presente operação de crédito e a oferecer contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

De acordo com a Coordenação de Relações Financeiras Intergovernamentais, da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota Técnica SEI nº 24.678, de 24 de junho de 2020,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Município possui capacidade de pagamento "A", ou seja, a melhor, uma capacidade de pagamento muito boa, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa capacidade de pagamento, a suficiência das contragarantias oferecidas e o seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Cascavel não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à administração pública federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos do §4º do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, na redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, e em acordo com o apontado na Exposição de Motivos nº 00160-ME, de 29 de junho de 2021, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Cascavel-PR encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos de projeto de resolução, Sr. Presidente, que peço vênia para não ler, como é de praxe nesta Comissão. Ele segue o padrão normal.

O voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Oriovisto e o parabenizo pelo relatório.

Parabéns também aos dirigentes do Município de Cascavel pelos bons indicadores que foram citados no relatório do Senador Oriovisto.

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, pede a palavra o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que estou sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está sendo bem ouvido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar todos os nossos Senadores que eu vislumbro aqui, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, querido amigo, e igualmente o Wellington Fagundes, e fazer dois comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho informações sobre Cascavel e região há bastante tempo. Minha mãe morou no Paraná antes de vir para Santa Catarina, quer dizer, ela subiu alguns degraus naturalmente, mesmo que o Senador Oriovisto não concorde. Ele também está tentando galgar, com as suas visitas frequentes ao nosso litoral.

Eu acompanho o desenvolvimento extraordinário daquela região onde o Município de Cascavel tem uma liderança ímpar e quero me congratular com o relatório do meu querido amigo Senador Oriovisto, porque ele falou sobre sanidade financeira. Sanidade financeira e vitalidade econômica são méritos que, mesmo que a natureza facilite, têm que ser concretizados pela gestão. E eu conheço o gestor, o atual Prefeito de Cascavel, as lideranças – passamos por lá em fevereiro deste ano.

Queria me congratular com o parecer e naturalmente anunciar que vou seguir o voto lúcido e exemplar do Senador Oriovisto.

Muito obrigado, Presidente, grande califa, nosso califa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muito obrigado, Senador! Fico muito feliz de vê-lo até no remoto.

Encerrada a discussão, não havendo nenhum outro Senador que queira discutir, coloco em votação, desde que há número regimental para deliberação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Passo, então, já que o Senador Wellington Fagundes está presente... (*Pausa.*)

O Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sim, Sr. Presidente, muito obrigado.

É apenas para agradecer o voto de todos os colegas Senadores, agradecer as palavras do Senador Esperidião Amin, mandar um abraço ao Prefeito Paranhos, lá de Cascavel, com quem eu tenho conversado, e pedir, Sr. Presidente, para que seja incluído o pedido de urgência para que, se possível, possamos votar este empréstimo na Plenária de hoje à tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acolho, como pede o Senador Oriovisto, o requerimento de urgência para que esta matéria, sendo aqui aprovado o requerimento, seja submetida ainda hoje ao Plenário do Senado Federal.

O requerimento está em minhas mãos.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do nobre Senador Oriovisto Guimarães.

A matéria está pronta para deliberação no Plenário do Senado Federal.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até USD 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI".

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Wellington Fagundes
Relatório: Não apresentado

O Senador Wellington Fagundes foi designado Relator, e ao Senador Wellington Fagundes eu passo a palavra para que ele possa apresentar o seu relatório.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente e todos os companheiros Senadores, ontem, eu tive uma reunião bastante longa com os técnicos do BNDES, dos quais posso até citar o técnico Fernando Garrido, do Tesouro Nacional; o Luis Felipe Vital, que é o Coordenador-Geral de Operação da Dívida Pública; também o Fernando Dias, que é consultor; e o Cesar Guimarães, por parte do BNDES. Nós entendemos, Sr. Presidente – e eu gostaria aqui de pedir a aprovação de um requerimento que apresentei –, sugerir fazermos uma audiência pública, já que se trata de um impresso muito vultoso: US$1 bilhão.

É claro que esse recurso é para o FGI, e eu não acredito até que teremos ninguém em contrário, mas seria uma boa alternativa para que o BNDES e também o Ministério da Economia esclarecessem como funcionam e como funcionarão esses recursos, até porque há muitos Senadores que também defendem esse programa como um programa permanente.

Eu gostaria de apresentar o Requerimento nº 50, em que requeiro, nos termos do art. 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a MSF 40/21, que solicita, nos termos do art. 22, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de US$1 bilhão entre a República Federativa do Brasil e o New Development Bank, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI.

Proponho essa audiência com a presença dos seguintes convidados: representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e representante do Ministério da Economia.

E poderíamos fazer, Sr. Presidente, em data... Pode ser marcada logo a próxima terça-feira, para, em seguida, se for o caso, a gente poder votar, se V. Exa. assim concordar e o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Wellington Fagundes. Atenderei a V. Exa. como encaminhou e como pede, com o Requerimento nº 50, de 2021, para realizar uma audiência pública para instrução da MSF 40/21, com a presença dos seguintes convidados: representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e representante do Ministério da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 50, DE 2021

Requer realização de audiência pública para instrução da MSF 40/2021

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Eu coloco em votação o requerimento extrapauta, como já aconteceu em outras oportunidades.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Wellington Fagundes para oportunamente se realizar audiência pública, com o nome do BNDES, que será definido pelo Presidente, e o representante do Ministério da Economia, que será definido e encaminhado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto Alencar, eu queria solicitar a V. Exa. também, na mesma linha do Senador Wellington Fagundes, a aprovação do Requerimento 49, de 2021, que vai na linha de um debate que nós já começamos aí, que é a questão dos Correios. Eu sei que esse é um tema longo. Eu estaria propondo, indicando três representantes daqueles que têm a visão da privatização e três que têm uma posição diferente, que a gente faça uma audiência pública em data a ser combinada com o Relator e com o Governo, enfim, com as partes envolvidas.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Paulo Paim, agradeço a intervenção de V. Exa.

Nós tínhamos programado, Senador Paulo Paim, a primeira audiência, que foi feita, inclusive, com a participação de V. Exa., e a segunda audiência, que será feita amanhã, às 9h. Então, tínhamos programado duas audiências públicas. O Relator, o Senador Marcio Bittar, que não está presente... E eu pergunto a V. Exa. se seria, então, realizada amanhã uma audiência pública com representantes também que já foram ouvidos aqui ou se seria outra, a terceira audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não... Eu participei da primeira – foi uma boa audiência, cumprimentei, inclusive, V. Exa. e o Relator – e vou participar amanhã, mas eu acho que, Presidente, pela grandeza desse debate, nós poderíamos realizar uma terceira que seria, veja, no momento em que o Relator, V. Exa. e esta Comissão entenderem adequado. Então, nós aprovaríamos o requerimento, sabendo que teríamos um terceiro momento em que as partes fariam o debate presencial, aqui na Comissão, sobre o tema privatização dos Correios. Só isso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, V. Exa. está propondo uma terceira reunião, que não...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Paulo Paim, não estava programada essa terceira reunião. Eu não estou aqui com nenhum representante... Inclusive, não estou aqui com o Senador Marcio Bittar, que é o Relator do projeto. Poderemos até, com a presença dele, amanhã, quando vai haver essa audiência pública, convocar uma reunião extraordinária para debater o assunto, porque deliberar aqui sem a presença do Relator eu acredito que não seria uma posição ética, uma vez que ele está ausente. Eu já tentei a presença e não consegui.

Eu até quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, porque é um hábito da minha vida sempre chegar no horário certinho, 9h, todos os dias, e isso vai acontecer permanentemente. E V. Exa. é um assíduo trabalhador aqui da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não estou me referindo nem a V. Exa. nem a nenhum dos outros Senadores, estou apenas dizendo que é um procedimento... Aqui no Senado Federal, com as atribuições que nós temos, com poucos Senadores para tantas Comissões, para tantas matérias, se começássemos mais cedo o dia, a gente terminaria produzindo mais. Daqui mesmo, quando encerrar, vou participar da Comissão Parlamentar de Inquérito, na oitiva, hoje, em que se vai ouvir um dos representantes do Conitec.

Eu não posso colocar em deliberação, agora, sem a presença do Relator, o Senador Marcio Bittar, mas terei boa vontade com V. Exa. para apreciar isso quando ele tomar conhecimento – ele não está aqui presente neste momento. Peço desculpas, V. Exa. sabe que eu não tenho absolutamente nenhuma posição a não ser a de ouvir as partes para que a deliberação seja bem explicitada, com os lados todos sendo ouvidos. Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... eu vou aguardar para ver o que... Quando eu conversar com o Marcio Bittar, a partir daí, poderemos fazer uma reunião para deliberar esse requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, quem seria eu para me contrapor a uma decisão de V. Exa.? Eu não vejo problema nenhum em V. Exa., como propôs, conversar com o Relator para que ele tome, então, ciência do requerimento que eu apresentei, para que a gente possa fazer uma reunião, como já fizemos muitas e muitas vezes aqui, não é nenhuma novidade. Eu acho que já tivemos mais de cem reuniões como essa que eu estou propondo, em que, num tema polêmico, as duas partes são convidadas a debater com um número igual de participantes, ou seja, três favoráveis e três contra, enfim. E aí nós vamos, assim, construindo o nosso juízo de valor sobre a privatização dos Correios, que é uma grande preocupação do povo brasileiro. Pela abrangência, como assim eu falei desde o início, eu não vejo problema nenhum de V. Exa. consultar também o Relator, até porque ele poderá até mudar os nomes se assim entender – e eu também, claro –, trocando ideias ambos sobre a importância da audiência pública que poderíamos fazer depois dessa de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

E passo ao item 2, cujo Relator é o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo no valor de até € 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de euros), entre a República Federativa do Brasil (Ministérios da Economia e da Cidadania) e o KfW Entwicklungsbank, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Veneziano Vital do Rêgo

Esse é um empréstimo de alta importância, sem dúvida nenhuma, no momento em que o País vive, com as grandes dificuldades da população economicamente mais fraca e vulnerável, para que ele seja votado, aprovado e aplicado em favor desses que hoje Brasil afora passam grande necessidade, inclusive com a desnutrição, com a falta de atenção à saúde. Inclusive, há mais de 20 milhões de brasileiros passando fome, disputando as migalhas de ossos que os açougues liberam. Também houve uma cena muito triste ontem na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, quando várias pessoas famintas disputavam um caminhão de lixo para pegar restos de comida. O Brasil não poderia chegar aonde chegou neste momento, com essas dificuldades todas impostas não só pela crise sanitária gerada pela pandemia, mas muito também pela falta de políticas públicas do Governo Federal no enfrentamento das dificuldades sociais, das dores do povo brasileiro com a falta de emprego, em relação a um mínimo de renda que pudesse atender às necessidades das famílias. E não só ontem ficou muito marcado aqui pela presença das vítimas da covid-19, mas também fica marcado todos os dias quando temos as informações mais difíceis de serem encaradas num País que talvez seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, que exporta milhões e bilhões de dólares em alimentos, e o povo, dentro deste País, tendo dificuldade na sua alimentação, até porque a política econômica do Governo não poderia dolarizar como dolarizou o petróleo e também dolarizar tantos alimentos hoje da cesta básica, que estão correndo com a dolarização, o que é um absurdo! Produtos nossos aqui dentro que poderiam ter o seu custo em real passam, por falta de uma previsão, por falta, inclusive, de determinação do Governo, a ter uma correlação com o dólar americano.

Eu tenho certeza absoluta, com a sensibilidade que tem o Senador Vital do Rêgo, do nosso Estado querido da Paraíba, de que ele vai apresentar um relatório e também eu sei que ele vai encaminhar um requerimento de urgência para que possamos aprovar ainda hoje, no Plenário do Senado Federal, que esses recursos sejam aplicados em favor daqueles que apenas querem uma coisa muito simples: não ficar na miséria em que se encontram hoje no nosso País.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, tenha as minhas saudações, os meus cumprimentos a V. Exa.

Bom dia a todos os companheiros presentes remota e presencialmente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu devo agradecer a sua gentileza, o seu gesto de confiança, que é um gesto de confiança que V. Exa. tem para com todos os integrantes desta tão importante Comissão, a nossa CAE, ao reservar-me a condição de relatar este projeto, que, como bem salientou, antecipando o sentimento, que é um sentimento humano, cristão, que todos nós devemos ter, e que muitas vezes termina rareando, de poder colaborar, e colaborar desta forma, com a participação do Senado Federal, cabendo-lhe, como constitucionalmente previsto é, a análise desta iniciativa, para que a nossa República possa contrair, nos patamares de €350 milhões, recursos, um empréstimo, a fim de que sejam aplicados às camadas mais vulneráveis.

V. Exa. diz, de forma muito sentida, mas diz tudo com muita competência, faz expor aquilo que os seus olhos, os nossos olhos têm visto e o que os nossos corações têm permanentemente sentido de dores dos milhões de brasileiros que, nestes momentos em que associadas estão as circunstâncias mais gravosas do País, que estava em meio a um crescente número de desempregados, vem a pandemia, e, aí, terminamos por ter que enxergar e ter que desenvolver iniciativas que abrandem, Presidente, ou pelo menos amainem esta realidade.

V. Exa. mencionou um fato indizível, doloroso, algo que nos choca a não mais poder: o fato ocorrido ontem, a que eu também assisti, uma cena dantesca no nosso querido Estado do Ceará, que tem se repetido em diversos outros Estados. Nós, que somos de uma região, sabidamente, com as suas limitações, como a Região Nordeste e a Região Norte, bem entendemos, sabemos e alcançamos.

Como V. Exa. bem falou, é um projeto que está à apreciação para que nós contraiamos €350 milhões junto à Instituição KfW, instituição bancária, a fim de que sejam atendidos propósitos nos programas emergenciais de apoio à renda de populações vulneráveis afetadas pela covid-19 em nosso País.

No relatório, nós mencionamos em alguns parágrafos, fazemos o relato exatamente do que significa. É um programa de apoio a essas populações. Foi considerado como passível a obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 1, do ano de 2020.

A operação de crédito externo de que trata esta Mensagem foi ainda credenciada pelo Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras, em 18 de novembro de 2020, TB060592.

Vou à análise, Presidente e queridos e estimados companheiros e companheiras.

O art. 52 prevê, no seu inciso V, da Constituição Federal, que confere ao Senado esta competência para a autorização, como estamos a fazê-lo. Cabe também a esta Casa dispor sobre os limites globais e as condições para estas operações de créditos externos, como é o caso em tela. A Resolução do Senado Federal atende a essa última determinação constitucional.

No Parecer 18296, de 2020, complementado pelo Parecer nº 7040, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia presta as devidas informações sobre a União, na condição de mutuária da operação de crédito de que trata a Mensagem nº 41.

A operação de crédito está amparada, sim, Presidente, na Lei nº 13.971, de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Ademais, para o exercício financeiro de 2021, a estimativa de saldo da fonte de recursos 148 (Operações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crédito Externas em Moeda) é superior ao montante a ser desembolsado pela União em todas as operações de crédito, indicando a existência de excesso de arrecadação disponível para créditos adicionais, no caso.

Além disso, por meio do Parecer 10245, a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da Secretaria do Tesouro Nacional informa que, em 30 de junho de 2021, com prazo de validade de 90 dias, a União observava os limites e as condições necessárias para essa contratação.

Em razão disso, com fulcro no §6º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, entendo que a Secretaria do Tesouro Nacional precisará, e haverá, sim, de atender, antes da contratação – com certeza terá essa celeridade para antes da contratação – da operação de crédito em tela, proceder a essa nova análise ou à prorrogação, o que é cabível, da validade da análise original por mais 180 dias,

Por sua parte, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer nº 7565, de 2021, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implicasse compensação automática de débitos e créditos, isto é, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, são devidamente observadas.

Pois bem, Sr. Presidente, na linha do que o senhor bem ponderou, sinalizou, o nosso voto, diante de todo o exposto, diante de todas as conhecidas e reconhecidas razões que nos cercam, ao nosso País, notadamente aos milhões de brasileiros que desventurosamente passam por essas vicissitudes que se estendem ao longo desses últimos meses e anos, apresentamos um voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem de nº 41, de 2021, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que V. Exa. e os demais outros integrantes da CAE têm já, decerto, lido.

Esse é o nosso voto e a nossa modesta colaboração, Presidente, já, mais uma vez, agradecendo a V. Exa. pela atenção distinguida para conosco, a fim de que nós participássemos deste momento que, queremos crer, haverá de minimizar, sim, situações, repitamos aqui, extremamente delicadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Votamos favoravelmente à Mensagem de nº 41, na forma do Projeto de Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo relatório, bem consciente, e por seu compromisso social com o povo da Paraíba, o povo do Brasil.

Coloco o relatório de V. Exa. em discussão.

Não há nenhum Senador... Senador Paulo Rocha, quer discutir o projeto? (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Há sobre a mesa um requerimento da autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo pedindo que se aprecie também a possibilidade de votação para que esse projeto possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitar em regime de urgência, de acordo com os termos do art. 52, incisos V e VI, da Constituição Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria aprovada vai à deliberação hoje no Plenário do Senado Federal, se assim desejar e colocar em votação o Presidente Rodrigo Pacheco.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando eu cheguei aqui, V. Exa. estava fazendo uma intervenção e também, na relatoria do Veneziano, ele fez a mesma intervenção na justificativa do seu relatório, que eu também tomo para mim.

Eu acho que nós teríamos que fazer, que transformar o Senado Federal, quer seja as Comissões, quer seja o Plenário do Senado, exatamente em um órgão sintonizado com os problemas que vive o nosso País. Acho que a Câmara Federal tem um papel, mas o papel maior cabe a nós Senadores, que é enfrentar a crise a que levaram o nosso País, não só a crise econômica, mas a crise social, a crise política, a crise de cidadania e de dignidade do nosso povo. Não é possível que as pessoas não se indignem com a fila da compra do osso e agora com essa cena dos famintos correndo atrás do carro do lixo em Fortaleza.

Eu acho que a nossa geração – nós estamos aqui nos arvorando representar o povo, mas também a nossa Federação brasileira –, o Senado tem que chamar para si essa questão, já que esse Governo que está aí parece que foi colocado para desestruturar tudo aquilo que o Brasil já tinha conseguido como estruturação na sua economia, em políticas públicas que chegavam para o povo, em fortalecimento dos órgãos regionais, tudo o que nós conquistamos na Constituição, e que, ao longo dos anos pós-Constituição, os governos e o Parlamento foram, vamos dizer, reestruturando no nosso País e na nossa economia. Por exemplo, o negócio dos fundos constitucionais, eles foram criados à época da Constituição – e foi um debate intenso – para resolver o problema das diferenças regionais. A criação de verdadeiras agências ou bancos regionais, como BNB, Basa, Sudene, Sudam, Sudeco, era exatamente a estrutura do Estado brasileiro para resolver esse problema das diferenças regionais. Enfim, ao longo do tempo, o Parlamento, os governos estaduais e o próprio Governo Federal foram estruturando isso com políticas. Com algumas a gente não concordava, mas esse é o processo da democracia no nosso País.

Nós estamos num estágio em que está sendo destruído tudo isso. Como é que não se estrutura um SUS – o senhor que é da área médica? E já estava estruturado para enfrentar essas grandes questões, como a pandemia agora, etc., ou seja, o Estado brasileiro já tinha estruturado tudo nas áreas, nas grandes universidades, a interiorização das universidades, o SUS, os órgãos de agência de desenvolvimento regional, etc. Tudo está sendo destruído. E, à medida que a economia cai, quem sofre mais? Exatamente as regiões que estavam se estruturando. A Região Amazônica, por exemplo, deveria ser pensada como uma grande produtora de alimentos para o Brasil e para o mundo até, dadas as condições ali de biodiversidade, de água, de floresta, de áreas para produzir alimento, a partir da água, o peixe, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu acho que, com a sua Presidência, nós deveríamos transformar a CAE num grande centro de debate do Senado Federal para buscarmos saída. Todas as forças políticas, todos os partidos aqui representados deveriam se voltar para aprofundar e buscar saídas, solução para o nosso País. Nós não podemos ficar apenas observando isso que está acontecendo no nosso País. O nosso País é um país rico, é um dos países mais ricos do mundo. Tudo o que a humanidade precisa nós temos em abundância aqui: água, floresta, terras, minérios. Tudo o que o mundo precisa nós temos aqui. E como que a gente não aproveita esse potencial não só para poder fazer o nosso País ser respeitado lá fora, inclusive com essas riquezas, mas, ao mesmo tempo, também para dar solução para os problemas internos do nosso País?

Então, eu queria me somar a essas preocupações e ser um militante dessas causas aqui junto com a sua Presidência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Paulo Rocha, eu agradeço a V. Exa. Sei do compromisso de V. Exa., do que construiu ao longo da sua história em favor da atenção a todas as áreas sociais, que são tão sensíveis no País. Associo-me à sua fala. Tinha me dirigido antes aqui, falando com o Senador Vital do Rêgo a respeito desse tema. Eu acho que, com o aprofundamento da crise que vive o Brasil hoje, sobretudo no quesito desemprego, pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, como V. Exa. falou, e outras questões que são importantes, neste momento, para o País – a fragilidade fiscal do Brasil, a economia, a situação em que nos encontramos, com todos os indicadores mostrando a gravidade da situação –, não é para se fazer política. É preciso tomar decisões para resolver o Brasil, não para resolver o que pensa o Palácio do Planalto ou o que pensam aqueles que são apoiadores do Governo. Quando eu vejo... Por exemplo, o dólar, ontem, disparou, subiu; os juros sobem; a inflação sobe; a bolsa oscila; e as crises intermitentes que poderiam ser previstas, antes, para não acontecer como aconteceu agora, não é de agora...

A crise da energia, a crise energética por que passa o Brasil, essa crise está levando a uma situação, inclusive, de uma gravidade muito grande os Estados do Nordeste, sobretudo os Estados que estão recebendo as águas de transposição do Rio São Francisco.

Ao longo desse período, eu sei que o Operador do Sistema Elétrico, que observa isso, a ANA (Agência Nacional de Águas), enfim, os ministérios todos, o Ministério de Minas e Energia não fizeram previsão de saber o que pode acontecer neste País ainda.

Eu vou só citar o caso das hidrelétricas do Rio São Francisco. As hidrelétricas do Rio São Francisco são nove hidrelétricas ao longo do Rio São Francisco – algumas da Chesf; outra, a Barragem de Três Marias, do Estado de Minas Gerais, da Cemig. Nesse rio, que é o único manancial que pode dar suprimento de água para consumo humano, consumo animal, industrial, produção de alimentos e geração de energia, nessa situação, a determinação do Governo é de que a vazão defluente, que é a vazão que solta a Barragem de Sobradinho, que é a primeira barragem, lá no Estado da Bahia... A vazão defluente de ontem estava de 1.650m^3/s; e a vazão afluente, que é o que o Rio São Francisco, fracamente hoje, está levando à Barragem de Sobradinho, é de 500m^3/s. Então, está soltando três vezes mais água do que está entrando na barragem. Isso para quê? Para que as hidrelétricas do Rio São Francisco, todas elas da Chesf, possam gerar mais energia para suprimento dos erros que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causados em outras localidades: a não previsão de ampliar a energia eólica, a energia fotovoltaica, de estruturar as outras hidrelétricas do Centro-Oeste, do Sul, do Sudeste.

Portanto, essa é uma situação em que se vê que o Governo não tem planejamento, praticamente, em nenhuma área. Além da crise econômica, fiscal, política – e essa crise política é intermitente e recorrente –, nunca um Presidente da República criou tantas crises, geradas e gestadas por ele mesmo, pelo próprio Presidente da República e alguns dos seus seguidores, como agora.

Então, todas essas crises chegam em um momento em que você vê que o Brasil precisa de alguém que pense no Brasil. Por exemplo, o discurso do "Mais Brasil, menos Brasília" não está acontecendo, está centralizando. Todas as matérias, inclusive, estão chegando aqui, chegam aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, para retirar de Estados e Municípios recursos, como se os Estados e os Municípios fossem culpados pela crise que nós estamos vivendo, neste momento, e, na verdade, não são.

Portanto, eu quero me associar a V. Exa. A minha preocupação é muito grande. É importante que o Governo, que, nesses dois anos e nove meses, criou crises intermitentes, que fez muito mais política partidária – aliás, não é nem partidária, porque o Presidente não tem partido; é política mesmo, viagens e política –, faça mais, tome mais decisões em favor do povo brasileiro, que não pode ficar com 20 milhões abaixo da linha da pobreza – isso não acontecia há muito tempo – e com 104 milhões de brasileiros tendo uma renda mensal em torno de R$500, o que é um absurdo, uma situação que deixa todos nós preocupados com o que estamos vivendo. E essas cenas todas que têm acontecido, como a de Fortaleza e aquela do açougue lá no Estado de Goiás, nos trazem o Brasil real desse período de desgoverno que nós estamos vivendo.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Bom dia, Senador!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela oportunidade.

Eu quero, aqui, apresentar o Requerimento de nº 51, de nossa lavra.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2021, e proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; Sr. Josué Alfredo Pellegrini, Consultor do Senado Federal; e representante do Comsefaz.

Minha justificativa, Presidente, é a seguinte: o Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2021, tem por objetivo ampliar a possibilidade de gasto dos Estados que celebraram acordo com a União no âmbito das Leis Complementares nºs 156, de 2016, e 159, de 2017.

Nesse contexto, 18 Estados solicitaram adesão à renegociação das dívidas com a União e o BNDES com o montante, naquela época, de R$458,9 bilhões, um montante interessante. Esses Estados são Acre, Alagoas, Ceará, Espirito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Presidente, caso aprovado pelo Congresso, o PLP 123, de 2021, vai permitir que os Estados deduzam dos tetos de gasto as transferências vinculadas a despesas específicas como, por exemplo, transferência fundo a fundo, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o salário-educação e as relativas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o antigo Pronatec.

Isso posto, Presidente, diante do montante de recursos envolvidos, a quantidade de Estados afetados e considerando a dificuldade que tanto os Estados quanto a União enfrentam no cenário pandêmico atual ainda, necessária é uma audiência pública para debater com profundidade os impactos desse projeto nas contas públicas.

Eu sugiro e solicito a V. Exa. um extrapauta para que a gente possa discutir e aprovar esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará, e atendo, como pede V. Exa., de acordo com as normas regimentais e constitucionais do Senado Federal, para apreciação do requerimento extrapauta.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Zequinha Marinho para que seja estabelecida uma data de audiência pública, quando nós vamos ouvir aqui os senhores citados pelo Senador Zequinha Marinho: Bruno Funchal, do Tesouro e Orçamento; Felipe Salto, da IFI; Josué Pellegrini, Consultor do Senado Federal; e representante do Comsefaz.

Portanto, está aprovado o requerimento, e retornarei a V. Exa. para estipular a data oportuna para a realização da audiência pública, porque nós temos já audiência pública marcada, Senador Zequinha Marinho, para apreciar a privatização dos Correios, a primeira audiência pública da apreciação do projeto de reforma do Imposto de Renda e outras matérias que estão com preferência aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas terei a maior boa vontade para pautar e atender o que pede V. Exa. Agradeço.

E, antes de encerrarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 13 e 14, das reuniões realizadas nos dias 5 e 6 de outubro respectivamente.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as atas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

E lembro aos Srs. Senadores e Senadoras que está marcada para amanhã, dia 20 de outubro, às 9h, audiência pública para instruir a tramitação do PL 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eliane Nogueira, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Izalci Lucas e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Aníbal, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Giordano, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2021 - CAE, de autoria Senador Marcio Bittar (MDB/AC), e PL 591/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir a tramitação do PL 591/2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946. **Participantes:** Sr. Fábio Faria, Ministro de Estado das Comunicações; Sra. Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Sr. Diogo Mac Cord de Faria, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério de Economia; Sr. Fabio Almeida Abrahão, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (representante de: Sr. Gustavo Montezano); e Sr. Marcelo Silva, Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo - IDV. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/20

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir tramitação do Projeto de Lei 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Esta audiência atende ao Requerimento nº 27/2021, aprovado por esta Comissão em 21 de setembro. A audiência pública foi solicitada pelo Relator, o Senador Marcio Bittar, que está aqui ao nosso lado.

As autoridades convidadas: Ministro Fábio Faria, Sra. Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, Diogo Faria, Fábio Abrahão e Marcelo Silva.

Antes de solicitar a entrada dos convidados para esta audiência pública, eu quero informar a todos os Srs. Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos que recebi, encaminhadas pelo Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto, e encaminhadas também pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, as razões que eles demonstram a respeito da denúncia que foi feita de contas em paraísos fiscais, *offshore*, enfim, para que pudessem ter acesso os Senadores que participam desta Comissão de Assuntos Econômicos. No entanto, esse acesso será dado com cada Senador procurando aqui a Secretaria da Mesa, o nosso Secretário aqui, o João, para que, pegando esse documento, que é um documento sigiloso, possa assinar com a sua responsabilidade de manter... porque é uma coisa de ordem pessoal. Eu até destaco aqui a iniciativa do Ministro Guedes e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Banco Central de tomar essa decisão, certamente mostrando e esclarecendo à Comissão de Assuntos Econômicos a postura e as condições que foram feitas, certamente de acordo com a lei – esse é o meu juízo, é o meu sentir. Então, todos os Senadores que desejam conhecer as razões de ordem legal que foram apresentadas pelos dois agentes públicos do Governo, o Ministro Guedes e o Dr. Roberto Campos, venham se dirigir à Mesa para que, a partir dela, tenham as condições de analisar esse encaminhamento que foi feito. A partir de hoje, isso já está disponível aqui na Secretaria da Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que ficou claro para todos aqueles que estão nos ouvindo agora.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero louvar a sua manifestação a respeito deste assunto – acho que todos nós compreendemos a responsabilidade que toca a cada um de nós –, louvar também a iniciativa tanto do Ministro quanto do Presidente do Banco Central, que são agentes públicos de uma área muito sensível, e manifestar também o meu aplauso à atitude deles de zelo pela transparência.

Eu queria ocupar o menor tempo possível para antecipar a V. Exa. e aos membros da Comissão que eu estou dando entrada num requerimento, sem indicar as pessoas que participariam da audiência, que eu considero imprescindível para o Brasil, independente de momento de governo. Eu já tenho essa convicção há bastante tempo. E hoje, ouvindo as palavras do ex-Ministro Luiz Bresser-Pereira, isso apenas se consolidou. Teto de gastos de custeio é uma coisa, teto de gastos que abranja investimentos é outra, e esta pandemia nos deu essa lição.

Os gastos emergenciais da pandemia... V. Exa. lembra-se das nossas discussões, até pessoais, sobre o auxílio emergencial? O auxílio emergencial foi fundamental para manter, inclusive, a paz social. Aliás, estamos, hoje, ressentindo-nos da falta, digamos, da sua continuidade ou, talvez, do excessivo prolongamento desta pandemia em todo o Brasil, em todo o mundo, não é? A Inglaterra está registrando, agora, os maiores índices de casos, então, a pandemia é muito duradoura.

Agora, bloquear investimentos é uma contradição. Só vou dar um exemplo, o nosso Senador Jaques Wagner já me explicou, historiou as iniciativas que a Bahia desenvolveu no campo do saneamento básico. O Marco Legal do Saneamento Básico quer o quê? Trazer investimentos privados para uma questão crucial, para a saúde. Mas como é que fica o subsídio nas áreas socialmente mais carentes em um país em que a proporção de construções clandestinas na área urbana anda ao redor de 50%? O nosso crescimento urbano se baseou nisso. Então, como é que nós vamos deixar essa população de fora? Quem é que vai subsidiar isso? Então, esse subsídio que deve acompanhar o investimento, no caso, o saneamento, em um país com as desigualdades do nosso, faz parte do investimento, e, sem ele, o investimento será iníquo, porque vai atender quem pode pagar, que, por sua vez, já pode conseguir outras soluções.

Então, o que eu queria antecipar é o requerimento, para que todos compreendessem que eu não quero resolver o problema da eleição ou o problema de um governo. Nós precisamos de investimento privado, sim, mas o Governo Federal, nem por isso, vai ficar omisso, como já não era – e aí eu concluo – na Lei das Parcerias Público-Privadas, que é do Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula! É de 31 de dezembro de 2004, ou seja, aquela já previa que o Governo Federal teria que ter uma participação sob a forma de garantia ou de subsídio. Isso é de 2004! Isso significa investimento, isso significa favorecer o investimento de que o Brasil tanto precisa em obras que são efetivamente prioritárias para o desenvolvimento nacional.

Então, eu queria agradecer pela tolerância de V. Exa. e antecipar que vou apresentar esse requerimento. E não vou sugerir nome de ninguém, mas acho que um debate na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a avaliação do que é que representou de bem a emenda constitucional do teto de gastos e o que é que falta fazer para aprimorá-la é o mínimo que nós devemos, depois dessa experiência que nós queremos ver sendo encerrada da pandemia.

Queria contar com o seu entusiasmo em favor deste evento, porque eu acho que nós não podemos fechar este ano sem termos esse debate e chegarmos a uma conclusão racional de interesse do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Concordo plenamente com V. Exa. O requerimento encaminhado será votado numa reunião deliberativa – esta não é uma reunião deliberativa, mas para audiência pública. Pode encaminhar que na próxima reunião nós vamos ler e aprovar. Eu acho que é importante discutir, até porque é por esse caminho que o País pode, com investimentos, com parceria público-privada, sair da situação do desemprego em que se encontra e gerar empregos. Quando o dinheiro circula pouco no investimento, a queda da possibilidade de oferta de emprego é muito grande. Por isso, concordo plenamente com V. Exa., que tem uma experiência muito grande, pois foi Governador, é Senador e tem sensibilidade e sempre teve, ao longo da sua história, compromisso social, e não há compromisso social maior do que a geração de emprego para as pessoas, através de seu trabalho, poderem manter suas famílias.

Os convidados todos vão trabalhar no sistema remoto. Eu esperava até que eles pudessem comparecer.

Pede a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Senador Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...quero cumprimentar V. Exa. e todos os nossos convidados – todos são bem-vindos –, como fizemos também na reunião anterior.

Eu queria, na verdade, fazer uma questão de ordem, mas V. Exa., pelo que me informaram por telefone, já resolveu. Eu iria fazer um apelo a V. Exa. para que permitisse que servidores dos Correios que estão no corredor pudessem entrar, mas já me informaram que, respeitando a distância e todas as normas, V. Exa. já liberou. Eu só posso cumprimentar V. Exa. pela decisão já tomada. Não seria diferente. Quando me perguntaram, eu disse que tinha certeza de que o Senador Otto Alencar iria liberar um número "x", claro, dentro do possível, para que acompanhassem o debate.

Mas aproveito, Presidente, para dizer que lamentei, lamentei muito – e aqui termino, é só uma frase, porque quero também ouvir nossos convidados – a decisão do Governo de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuado nos R$400. Havia sido criada uma expectativa muito grande na população. V. Exa. me conhece muito bem e sabe que eu sou daqueles que querem que a melhor causa vá em frente. Criou-se a expectativa de que todos ganhariam mais R$400, claro que aqueles vulneráveis. E me parece que, no último minuto, o Governo recuou. Espero que o Governo volte atrás e mantenha pelo menos R$400, já que todos nós gostaríamos que fosse mais.

Só isto, Presidente. Estou aqui para ouvi-los. E parabéns a todos os convidados que estão aqui conosco neste momento!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Eu permiti a entrada dos líderes dos Correios, que já estão aqui nas suas cadeiras. Se houver oportunidade e espaço, desde que não haja aglomeração, como está prevista a orientação para a contenção da doença, será feito o posicionamento dos trabalhadores e seus representantes.

Peço desculpas ao Relator. Hoje, o Senador Renan vai ler o relatório. Eu estou na CAE, mas sou membro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu solicitei ao meu estimado amigo Vanderlan, grande Senador pelo Estado de Goiás, que assumisse a Presidência e comandasse esta audiência pública, pelo que agradeço muito.

Obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Bem, nosso Presidente Otto Alencar já fez a abertura, dando as saudações aos nossos amigos dos Correios presentes, também aos nossos convidados presentes. E já está aí virtualmente aguardando.

Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Paulo Rocha, do Pará, e também o Esperidião Amin e o Relator e autor do pedido desta audiência pública, nosso Senador Marcio Bittar.

Bom, já para ganhar tempo, já que houve um atraso, vamos passar ao primeiro convidado. Com a palavra o Sr. Fábio Faria, Ministro de Estado das Comunicações. O tempo destinado ao Ministro é dez minutos. (*Pausa.*)

Ministro Fábio Faria?

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Vanderlan, bom dia a todos os membros Senadores da CAE, dessa Comissão tão importante no Senado Federal. Agradeço aí a oportunidade de falar para os senhores. Cumprimento os representantes dessas associações dos Correios que estão também nos assistindo, a todos os convidados – Martha, Marcelo – e a todos que vão participar desta audiência pública.

Quero começar falando um pouco sobre os Correios, essa empresa que orgulha tanto os nossos brasileiros, que é uma empresa centenária. Os Correios foram fundados em 25 de janeiro de 1663. Já são 358 anos. Depois, a Empresa de Correios e Telégrafos, fundada em 20 de março de 1969, 52 anos que nós brasileiros somos acostumados a ver um carteiro chegar à nossa casa, vestindo azul e amarelo, e que orgulha tanto a nós brasileiros.

É a única empresa hoje que está presente nos 5.568 Municípios brasileiros, entregando cartas e encomendas nas regiões mais remotas do País, principalmente na Região Amazônica, onde nós temos dificuldade de logística, e os Correios estão presentes. Nas 31 mil lojas virtuais que existem no Brasil, 88,6%, 27,5 mil utilizam os Correios. São 2,5 milhões de pequenos negócios, o que faz com que a cada quatro encomendas, três são entregues pelos Correios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos pequenos negócios. Então nós vemos aí a capilaridade, a importância que essa empresa tem para o nosso País.

Eu queria falar um pouco sobre os casos de privatizações que ocorreram no Brasil e fora do Brasil, que foram bem-sucedidos, porque nós temos uma preocupação muito grande, principalmente pela quantidade de funcionários que nós temos nos Correios, e fica muito temor em relação ao que vai acontecer com os funcionários. E nós temos o maior interesse, tanto o Governo, como o Congresso, a Câmara, o Senado Federal, de atuar de forma que a gente possa garantir aos funcionários uma estabilidade, para que eles não tenham tanto temor do que está para vir. Aí, eu queria citar alguns exemplos, até para tranquilizar.

A Embraer foi privatizada em 1994. Naquele momento, nós tínhamos na Embraer nove mil funcionários; hoje são 20 mil. A Embraer faturava R$324 milhões negativos. Era o lucro; o lucro não, o prejuízo da Embraer. Hoje ela tem um lucro anual de 19,6 bilhões. Então ela saiu de 300 negativos para quase 20 bilhões positivos, o número da Embraer.

A Vale do Rio Doce, que foi privatizada em 1996, na época tinha 15 mil funcionários. Hoje, na Vale do Rio Doce, são 74 mil funcionários. O faturamento da Vale naquele momento, em 1996, era de R$362 milhões e o faturamento da Vale hoje é de R$288 bilhões.

A DHL, por exemplo, alemã, empresa similar aos Correios, hoje já emprega mais de 500 mil funcionários e o faturamento saiu de US$32 bilhões e, depois de privatizada, foi para US$63 bilhões. Então, nós temos aí o número da DHL, que mais do que dobrou.

Queria falar um pouco dos Estados Unidos, porque que nós temos lá a USPS, que nunca foi privatizada e, ao longo dos anos, perdeu muito espaço em relação a encomendas, como está acontecendo aqui com os Correios. Hoje os americanos, o Governo americano praticamente só ficou com o osso. Os filés estão todos com as empresas privadas americanas. Eu queria falar um pouco aqui sobre o que está acontecendo nos Estados Unidos.

O prejuízo acumulado de 2006 até agora da empresa USPS, os Correios americanos, está em R$460 bilhões, são US$82 bilhões. O prejuízo que foi dado no ano passado, 2020, que foi um ano em que a maioria das empresas no mundo inteiro aumentaram o seu faturamento devido à pandemia, as empresas de *delivery*, de entrega, de logística, só no ano passado, o prejuízo foi de US$9,2 bilhões.

O Governo americano arcou com R$51 bilhões para manter a USPS nos Estados Unidos. E isso porque o Governo americano perdeu o *timing* e, hoje, a empresa que tinha tanto a entrega de encomendas, como entregas também de cartas, serviços postais, já que os americanos são acostumados a pagar boletos, a pagar boletos de água e de luz com papel, utilizam papel, e hoje nós temos aí o Governo americano bancando 50 bilhões por ano para manutenção dos Correios.

Nos Estados Unidos, a maior parte de encomendas, quase a sua totalidade, são realizadas pelas empresas privadas.

No PL, no projeto de lei que nós encaminhamos, nós tivemos um cuidado muito grande de manter alguns pontos que nós consideramos cruciais. Por exemplo, a manutenção da exclusividade da empresa para serviço de carta, criação de uma tarifa social para atender usuários que não tenham condições financeiras. Nós asseguramos a garantia da universalização e acesso a todos os brasileiros; a vedação do fechamento das agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais nas áreas remotas do País – isso tudo está assegurado no PL –; a estabilidade dos empregados por 18 meses.

Isso é bom deixar claro, Senador Paulo Paim, porque é um ponto bastante relevante. Caso venha a ser aprovado o projeto, o PL, no Senado Federal, ele vai para uma consulta pública; depois, o Governo demora em torno de 30 dias para encaminhar para o TCU; depois, o TCU deve também demorar algo em torno de 30, 60 ou 90 dias; depois, volta para o Governo realizar a privatização, em mais 90 dias. Então, essa estabilidade dos funcionários começa a contar após toda a realização desse processo. Então, estamos falando em algo para o meio do ano que vem, julho. Portanto, nós mantivemos a estabilidade até dezembro, até o final de 2023; estabilidade de 18 meses em todo o quadro de funcionários, que tem um custo para a empresa entrante de R$3,4 bilhões por ano.

Prossigo: a abertura de um plano de demissão voluntária por 180 dias; garantir a manutenção total do serviço postal.

A última oportunidade... Daqui a três anos, talvez, a gente não possa conseguir. Por isso, eu quero falar um pouco agora o porquê de a gente estar citando esse tema. (*Pausa.*)

O que está acontecendo hoje com os Correios no Brasil?

Nós estamos, como eu vinha falando, tendo uma queda acentuada de correspondências. Nós temos uma redução de 57,6% desde 2015. A queda da receita dos Correios, desde 2015, é de 43%. A receita cresceu bem menos que a inflação.

Os outros *players* do mercado investem três vezes mais do que os Correios. Nós fizemos um estudo, por exemplo, com o BNDES. O BNDES contratou a empresa Accenture, que fala que, para os Correios se manterem competitivos, eles teriam que investir R$2,5 bilhões por ano para não perder *market share* em relação às empresas globais e às empresas nacionais também. Outros *players* do mercado investem de três a quatro vezes mais do que os Correios. Então, nós tivemos uma queda acentuada muito grande de *market share* dos Correios em encomendas desde 2015.

Eu queria destacar um dos pontos que eu considero relevantes de por que chegamos a esse ponto.

Primeiro, é a modernização, são as novas empresas. Nós temos aqui um gráfico – não sei se vai dar para os senhores verem. De 2002 a 2012, nós tivemos um crescimento muito grande: em 2002, cresceu 7%, 5%, 4%, 6%, 7%, 11% em 2007, 10% em 2008. De 2012 para cá, os Correios começaram a ter uma grande perda de receita, com prejuízos acumulados que chegam a R$3 bilhões nos últimos anos. Nós tivemos uma queda de 6% por cento em 2013, de 2% em 2014, de 14% em 2015, de 5% em 2016, aumentamos 4% em 2017, zero em 2018 e 1% de 2019.

Aqui, falando em prejuízos nos Correios, nós tivemos, em 2011, 888 milhões de lucro; 1,1 bilhão em 2012, que foi o último ano em que nós tivemos aquela janela em que os Correios eram praticamente imbatíveis e não perdiam *market share* para nenhuma empresa de fora. E, de 2013 para cá, chegaram as grandes empresas no Brasil: a FedEx entrou, a DHL, a Magalu, o próprio Mercado Livre, a Amazon.

E nós temos um problema que eu considero de extrema relevância. O que é que acontece? O filé dos Correios é a entrega de encomendas, e a entrega de encomendas faz com que a gente preserve o que manda o art. 21, inciso X, da Constituição, que diz que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compete à União manter os serviços postais, que são considerados o osso. São os Correios que fazem essa parte e garantem a universalização para os brasileiros.

Nos últimos dez anos, nós tivemos 12 paralisações, 12 greves. Só no ano passado, que foi um ano pandêmico, um ano de pandemia, em 2021, houve uma paralisação de 35 dias. E, nessa paralisação, empresas como o Mercado Livre, por exemplo... Se você hoje faz qualquer compra, enfim, uma bateria de telefone, no Mercado Livre, lá há a opção: vai receber em 48 horas; se você quiser pagar mais, vai receber em 36 horas; ou, se quiser pagar um pouco mais, em 24 horas. Essas empresas todas utilizavam os Correios. O Mercado Livre chegou a utilizar mais do que 90% das suas atividades com os Correios, quando veio para o Brasil. Hoje, o Mercado Livre reduziu para 10%. Em apenas dois anos, ele praticamente zerou toda a parceria com os Correios. A Magalu, a mesma coisa. Acabei de falar com a dona da Magalu, Luiza Trajano, que fala a mesma coisa.

Hoje, as empresas de logística e as empresas de entrega que utilizam o *delivery* precisam garantir a entrega. Então, como uma empresa, por exemplo, chega no mês de setembro... No ano passado, quando entrou em greve ali, 35 dias – não sei o mês exato –, essas empresas não podiam parar de uma hora para outra e dizer: "olha, não vou entregar mais em 24 horas na sua casa, vou demorar agora 36 dias". Essas empresas adquiriram empresas de logística, elas adquiriram caminhões, elas adquiriram aviões, elas adquiriram vans, elas adquiriram *motoboys*, elas compraram outras empresas para garantir a entrega durante o período de greve. Só que, quando passa a greve, quando a greve volta, essas empresas não retornam para os Correios. Elas, a partir daquele momento, ficam com o temor de que venha outra greve, e elas continuam fazendo o seu serviço logístico.

Então, a gente tem acompanhado que, nos últimos anos, todo ano os Correios têm perdido em torno de 20% a 30% do *market share* de encomendas. Por exemplo, no ano passado, os Correios aumentaram o faturamento – todas as empresas aumentaram. Nós tivemos um lucro no ano passado nos Correios, até também devido ao ano de pandemia, também houve aplicações financeiras que foram importantes e relevantes, também a administração foi muito bem executada, mas ali, mesmo assim, nós tivemos uma queda de *market share* em relação a encomendas.

E qual é o sinal amarelo, eu diria, o sinal vermelho que nós temos hoje? A ideia de todos nós... Nenhum aqui quer prejudicar nenhuma empresa; muito pelo contrário, a gente quer fazer com que os Correios sobrevivam aí por muitos anos e virem uma empresa referência na América Latina. Eu tenho certeza de que a gente, o Brasil, pela sua... É o maior país da América Latina, um país próximo à África, próximo à Europa; quase todos os outros países da América Latina seguem o Brasil. Nós temos como fazer com que os Correios brasileiros sejam a maior empresa da América Latina e sejam um grande *player* global.

A nossa preocupação, Senador Vanderlan, Presidente da Comissão, e demais membros... A nossa grande preocupação é com essa queda acentuada que nós estamos tendo em relação a encomendas por parte das outras empresas. A Magalu vem crescendo muito, o seu setor logístico, de *delivery*, o Mercado Livre, a Amazon, todas essas que eu citei. A cada ano que passa os Correios vêm perdendo grande parte da sua receita de encomendas. E vai chegar um momento, acredito que em pouco tempo, em que nenhuma empresa mais vai se interessar pelos Correios. Hoje existe um interesse muito grande porque a empresa ainda tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um grande volume de entrega de encomendas que faz com que a empresa possa comprar o filé e o osso. Com isso, nós garantimos a universalização: nenhum brasileiro, nenhuma cidade dos quase 5.570 Municípios do Brasil deixará de receber a sua carta, o seu boleto, a sua encomenda. Isso a gente garantiu para qualquer entrante que venha para o País, mas hoje ainda nós temos empresas que têm interesse, Senador Paulo Paim. E o meu temor é que, daqui a três anos, aconteça com os Correios o que aconteceu com os Estados Unidos, com a empresa americana, por exemplo, porque lá a empresa... Qual é a empresa que vai ter interesse em adquirir uma empresa que dá US$10 bilhões de prejuízo? Por exemplo, os Correios custam aos cofres brasileiros 20 bilhões. Ele deu uma receita no ano passado de 1 bilhão positivo, 1,5 bilhão. Por quê? Porque a gente teve uma receita muito grande em encomendas.

Então, fica aqui essa minha fala inicial, porque nós iremos ter um debate em que espero que a gente possa conseguir responder a todas as dúvidas de todos os Senadores, todas as Senadoras. Aqui ninguém está querendo abandonar os Correios. Aqui não existe quem é por parte do Governo, quem é por parte da oposição. Esse é um tema que, desde quando eu cheguei ao ministério, eu estudei muito, é bastante relevante. Estamos lidando com 98 mil famílias brasileiras. Nós temos que ter responsabilidade. É um tema bastante sensível.

O PL foi executado aqui com um grupo de trabalho que ficou pensando e conversando, dialogando diariamente. Nós passamos esse projeto para a Câmara dos Deputados. O Deputado Gil Cutrim também passou por todos os Líderes, todos os partidos, também foi amplamente debatido. Agora chega ao Senado Federal, e fizemos questão de que houvesse essas audiências públicas para ouvir os contrários, ouvir os favoráveis. A nossa ideia é ouvir a experiência de V. Exas. para poder nos ajudar a formar um projeto que seja mais justo, para que a gente possa fazer com que essa empresa, que orgulha tanto o nosso País, possa crescer, desenvolver, sair de 98 mil funcionários para 200 mil, 300 mil, 400 mil funcionários, até porque a empresa que entrar vai investir muito, vai investir de 2 bilhões a 3 bilhões por ano, para modernizar e ganhar espaço, ganhar *market share* em relação aos outros *players*. Porém, se não fizermos isso hoje, corremos um grande risco; um grande risco de, daqui a dois, três anos, nós termos que fazer com que o art. 21, inciso X, que garante que a União tenha que manter a entrega de serviços postais, seja mais um artigo obsoleto da nossa Constituição, porque eu tenho certeza de que, diferentemente dos Estados Unidos, o Governo brasileiro não tem condições de bancar 20 bilhões por ano de empresa para que se mantenha a entrega dos serviços postais. Isso não cabe nas contas da União, dos cofres brasileiros. E isso aí seria desastroso para todos os funcionários, para a empresa dos Correios.

Eu sei que existe um temor, existe uma assombração muito grande, existe uma dúvida. No dia de amanhã, quando vem algo que a gente não sabe o que vai ocorrer, existe esse temor por parte de todos, é normal – eu quero aqui me associar a todos os funcionários dos Correios –, mas tenho certeza de que o que a gente está fazendo é o melhor para a companhia. Nós acreditamos muito que, caso passe, aprove no Senado, a privatização será um sucesso. A empresa que for adquirir – tenho certeza de que várias irão lidar –, é uma empresa que vai querer conquistar o mercado da América Latina, não vai entrar... até porque ela não pode, até final de dezembro de 2023, demitir nenhum funcionário; ela vai precisar ampliar. Todos os *cases* que nós tivemos de privatizações, como eu citei aqui – Embraer, Vale do Rio Doce e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DHL – são empresas que cresceram em quatro, cinco vezes o número de funcionários, que dobraram e triplicaram seus faturamentos.

Então, eu queria aqui me colocar à disposição de todos os pares e agradecer a oportunidade.

Aqui eu acabei de receber o último dado da Luiza Trajano. Ela me disse que, quando começou, utilizava 95% dos Correios, e hoje está em menos de 50%, mas vai cair muito mais: vai cair de 95% para 30% ano que vem. Então, aí mais um *case* da Magalu, que utilizava 95% dos Correios, caiu para 50% e vai reduzir para 30%, e, provavelmente, vai reduzir para zero daqui a três anos.

Então, nós tínhamos grandes *players* no Brasil cujo principal parceiro eram os Correios, e isso vai deixar de ocorrer. É por isso que estamos tratando desse tema. Não é um tema bom para o Governo, é um tema muito sensível. Não estamos querendo aqui fazer política com isso; muito pelo contrário, é um tema que gera desgaste, é um tema que gera discussão. Muitos contrários falam como se a gente estivesse jogando incertezas na mão de várias famílias brasileiras, mas não é. Com certeza, estou totalmente convencido, posso aqui dar garantia aos senhores que a melhor opção que nós temos é fazer um bom projeto, aprová-lo e conseguir trazer um grande investidor, uma grande empresa para que possamos continuar orgulhando a todos os brasileiros, mantendo a universalização.

Obrigado a todos.

Obrigado, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Ministro Fábio Faria, pelas suas colocações. Que o senhor permaneça conosco aí nesta audiência pública.

Há tempo eu quero registrar aqui a presença conosco da assessoria...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Ele vai continuar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, acho que todos que...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – O Ministro vai continuar ou ele já vai embora?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Paulo, sim, ele vai. Creio que todos os que vêm trazer a palavra vão estar participando, para responder a algumas perguntas e algumas dúvidas, tanto de nós Senadores, como da internet aqui, do e-Cidadania, que tem várias perguntas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Ele vai...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, nós vamos sim. Ele vai participar, não é?

Antes de passar a palavra ao Senador Oriovisto e ao Ministro, eu queria registrar, há tempo ainda, que esteve nos visitando aqui a assessoria parlamentar do gabinete do Comandante do Exército, o Coronel Reinaldo Calderaro e Coronel Augusto Pompeu Perez, que vieram nos trazer um convite, aos Senadores desta Comissão, aqui da CAE, do Comandante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar do Planalto, o General de Divisão Rui Yutaka Matsuda, que é uma visita ao Comando de Artilharia do Exército em Formosa, de Goiás.

Também em tempo, quero agradecer a presença aqui – eu a convidei, um convite especial hoje, ouviu, Senador Paulo? – da minha esposa, que nesses quase três anos tinha vontade de conhecer aqui a Comissão e ver como são os nossos trabalhos. Seja bem-vinda, Izaura Cardoso!

Com a palavra o Senador Oriovisto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – Presidente, é só para uma questão de encaminhamento.

Presidente, é uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Pois não, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Pela ordem.) – É só uma pergunta: se vai ser essa dinâmica de falar um dos convidados e abrir para perguntas, ou se nós vamos agir como foi na reunião passada, ou seja, falam os convidados... Até porque, de repente, alguma dúvida um dos convidados pode sanar antes, e a gente vai ganhar tempo. Então, eu sugiro que seja do jeito da vez passada: que a gente ouça todos os convidados que a Comissão chamou – e eles estão *online* –, para que, de repente, com a fala de uns, a gente possa ganhar tempo; senão, nós vamos abrir para perguntas e debates agora, diferentemente do que foi na vez passada, e nós vamos prolongar, talvez em excesso, a audiência, sem necessidade.

Então, eu proponho que ouçamos os convidados e, em seguida – eles vão estar presentes, embora *online* –, cada um de nós faremos as perguntas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Consulto o Senador Oriovisto, que pediu a palavra, se, devido ao tempo, por ter atrasado bastante a Comissão, podemos atender ao pedido do Relator e deixarmos as nossas perguntas ou dúvidas aos nossos convidados para o final da nossa audiência, quando for aberto tempo para perguntas aos Senadores e às Senadoras e também ao pessoal na internet, através do e-Cidadania.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. *Fora do microfone*.) – Foi esse o procedimento passado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Está o.k.? Não estou ouvindo aqui o Senador... (*Pausa.*)

Ele deu o o.k.

Então, vamos para o segundo convidado.

Com a palavra o Sr. Diogo Mac Cord de Faria, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia. (*Pausa.*)

O SR. DIOGO MAC CORD DE FARIA – Alô? Funciona agora?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim. Estamos te ouvindo bem, Diogo.

O SR. DIOGO MAC CORD DE FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Então, bom dia, Senadores, Ministro Fábio, Martha, Fábio Abrahão. Agradeço pelo convite e pelo espaço para a gente poder discutir esse assunto tão importante que é realmente a privatização dos Correios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que aqui, senhores, nós temos a oportunidade de debater novamente, após muitas décadas, serviços que podem, sim, transformar a vida do cidadão brasileiro, para que o Estado possa ter o foco naquilo que realmente transforma a vida do cidadão.

Como foram essas privatizações na década de 90? O que aconteceu ali atrás que foi tão importante? Ora, atividades econômicas que eram exercidas pelo Estado até aquele momento foram transferidas para a iniciativa privada, não de qualquer forma, mas mediante regulação. Serviços como energia elétrica, telefonia, as siderúrgicas, a Embraer, que o Ministro Fábio comentou também na fala dele, todas essas empresas, depois de terem sido passadas à iniciativa privada, entregaram muito mais empregos, qualidade de serviço e abriram espaço para que o Estado pudesse se dedicar àquelas atividades que eram realmente mais importantes para o cotidiano do cidadão.

O interessante é que, quando a gente fala em serviços públicos regulados, não só a qualidade aumenta, mas a gente consegue ter uma transparência muito maior quanto àqueles serviços que estão sendo prestados. Então, por exemplo, se hoje nós temos uma interrupção de energia elétrica na nossa casa, a gente consegue saber exatamente quanto tempo nós ficamos sem energia elétrica, quantas vezes nós ficamos sem energia elétrica ao longo do ano, tudo isso não só monitorado pela Aneel, como disponibilizado no *site* da agência para que qualquer cidadão, para que a imprensa, para que o Congresso, para que toda a sociedade brasileira saiba exatamente qual qualidade do serviço aquela concessionária está entregando. Inclusive o contrato de concessão dela pode ser cancelado caso ela não entregue aquela qualidade que foi acordada.

A mesma coisa acontece agora com o saneamento básico. O Senador Esperidião Amin comentou do novo marco do saneamento básico. Ele é transformador justamente porque, com décadas de atraso, ele traz para o cidadão brasileiro a possibilidade de ter acesso a esse serviço que é tão importante, porque hoje, senhores, o pobre no Brasil tem um telefone celular, tem energia elétrica, mas ele não tem saneamento básico, justamente porque esse serviço ficou para trás. Fábio Abrahão está aqui com a gente: o BNDES tem feito um trabalho transformador na privatização de várias empresas de saneamento básico no Brasil, o que possibilita agora, do Amapá ao Rio de Janeiro, um serviço que universaliza para todo cidadão, seja ele pobre ou rico, com subsídios cruzados, o que popularmente se chama de "filé com osso", mas em que o concessionário tem, sim, a obrigação de garantir um serviço de qualidade – isso inclusive é previsto em lei, um serviço de qualidade – para que, caso contrário, caso essa qualidade não seja entregue, aquele contrato simplesmente seja cancelado.

Então, o que a gente discute agora com o novo marco postal, que os senhores debatem, que, por sua vez, possibilitará a privatização dos Correios, é justamente um serviço que, apesar de ser passado à iniciativa privada com muito mais eficiência, com muito mais velocidade, também será regulado pela Anatel, ou seja, nós saberemos com precisão se esse operador privado está ou não está entregando um serviço para o cidadão brasileiro, algo que hoje não acontece.

A gente não consegue saber exatamente quanto tempo demora uma correspondência para chegar, quantas residências no Brasil, de fato, recebem essa correspondência em casa e de quantas o morador precisa ir até a agência para retirar a sua correspondência. Nós não sabemos. Esse número não é público, esse número não é monitorado. A empresa não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penalizada caso não atinja aqueles parâmetros de qualidade que o Governo acha que são razoáveis. Isso não existe, mas passará a existir. Ou seja, não há a menor dúvida de que o serviço vai, sim, melhorar a partir desse momento.

É interessante, quando a gente observa os argumentos contrários que existem, que o mais recorrente é que os Correios hoje dão lucro. Por que a gente vai privatizar uma empresa que dá lucro? Ora, em 2015, os Correios deram um prejuízo de R$2,1 bilhões; em 2016, foi de R$1,5 bilhão o prejuízo. E no ano passado? Foi 1,5 bilhão de lucro.

Então, por conta desse resultado que é fruto de uma transformação na gestão dos Correios, será que isso seria um impeditivo para a privatização ou será que é exatamente graças a esse movimento que a gente consegue extrair agora um maior valor para a sociedade e, agora que a casa está arrumada, a gente consegue, sim, levar essa operação para a iniciativa privada, garantindo uma melhoria constante dessa qualidade de atendimento?

E, vejam, a imunidade tributária que os Correios têm hoje, da ordem de R$2,5 bilhões por ano, é maior do que o maior lucro histórico que registraram no ano passado. Ou seja, essa imunidade tributária, que é quanto à União, os Estados e os Municípios arrecadaram em imposto por conta do monopólio dos Correios e por ser uma empresa estatal, de R$2 bilhões, caso não existisse, e isso acontece quando a empresa for privatizada, seria suficiente para que a gente garantisse mais 500 mil crianças, por ano, nas escolas – 500 mil crianças por ano nas escolas –; seria suficiente para a gente garantir casa, dentro do programa Casa Verde e Amarela, do Faixa 1, para 30 mil famílias por ano; seria suficiente para a gente garantir 400 Unidades Básicas de Saúde todos os anos totalmente equipadas para a população brasileira, só com os impostos que a gente deixar de arrecadar pelo fato de os Correios serem uma empresa estatal.

Então, tudo isso vai acontecer a partir do momento em que a gente reformar o marco postal, a partir do momento em que a gente garantir que os Correios terão uma operação privada eficiente, com aumento de qualidade e retorno para o cidadão brasileiro. Então, não só pela melhoria dos serviços, mas, como eu disse, por todo esse retorno em termos tributários que hoje não existe, e vai passar a existir.

Eram esses meus comentários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós que agradecemos, Diogo Mac, pelas suas colocações e suas explicações.

O Ministro Fábio Faria pediu a palavra só para fazer duas correções na sua fala.

Com a palavra o Ministro Fábio Faria.

O SR. FÁBIO FARIA – Sr. Presidente, depois das suas palavras que ouvi, quero dizer que reservei toda a manhã para que a gente possa responder a todos. Ficarei presente em toda a audiência devido à importância do tema.

Quero cumprimentar o nosso Senador e Relator Marcio Bittar, porque eu não o tinha visto sentado ao seu lado.

Eu estarei aqui ouvindo todo o debate e disponível para qualquer pergunta que seja.

Abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Ministro Fábio Faria. Em um projeto tão importante como este, o senhor reservar a manhã para nós é motivo de alegria e satisfação.

Em tempo, eu quero registrar a presença do José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Fentect, Sindicato dos Trabalhadores dos Correios; Shirlene Souza, Vice-Presidente dos Correios da Bahia, a nossa querida Bahia; Amanda Corsino, Presidente do Sindicato dos Correios de Brasília e Secretária de Mulheres da Fentect; também a Suzy Cristiny Amim, Presidente do Sindicado dos Correios do Acre; Paulo André Silva, Diretor da Fentect e do Sindicato dos Correios do Pará.

Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra a Sra. Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com o tempo de 10 minutos, se achar necessário.

A SRA. MARTHA SEILLIER – Bom dia a todos!

Me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Ótimo!

A SRA. MARTHA SEILLIER (Para expor.) – Quero agradecer o convite, cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, o Vice-Presidente Senador Vanderlan e os Senadores que estão aqui presentes: o Senador Esperidião Amin, que já se manifestou anteriormente; o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, aqui conosco também; o Senador Paim, com o qual eu já tive oportunidade de debater temas importantes, como a reforma da previdência, sempre debates bem construtivos. Cumprimento os demais Senadores que estão aqui conosco hoje *online*, os trabalhadores dos Correios – estou tendo a oportunidade de ver alguns presencialmente na tela –, aqueles que nos assistem de casa, os meus colegas aqui do Ministério da Economia, do BNDES, e principalmente o nosso Ministro Fábio Faria, que fez uma exposição aqui que demonstra não só o seu compromisso com essa agenda, a sua coragem, mas também o seu profundo conhecimento.

V. Exa. mergulhou nessa agenda junto conosco, junto com as equipes técnicas, Ministro, e isso tem ajudado muito a construir estudos robustos e avançar com esse projeto de lei tão importante para o nosso País.

A gente está falando hoje de um projeto de desestatização fundamental para a gente modernizar o País, modernizar o setor postal, possibilitar o crescimento desse setor no País, possibilitar que a gente traga investimentos privados vultosos, que a gente faça o que o mundo tem feito em termos de avanços com tecnologia, com modernização. E a gente acredita que o caminho para isso se dá via transferência do controle dessa companhia, via atração de investimentos privados, para que a gente tenha todos os benefícios do setor privado agora atuando também no setor postal brasileiro. Mas isso com muita responsabilidade e com regras claras que estão previstas aqui neste projeto de lei, que eu acho que são importantes de serem destacadas.

O Ministro Fábio bem mencionou as vantagens que empresas estatais no Brasil tiveram depois de serem privatizadas, em termos de ampliação dos seus investimentos, consequentemente também volume de trabalhadores que atuam nessas estatais. Citou números da Embraer, falou da Vale e trouxe exemplos também do próprio setor postal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esses exemplos são importantes porque o Ministro Fábio foi cirúrgico ao mostrar dois caminhos. A gente tem o caminho alemão, que viu a necessidade de atrair mais investimentos, de tornar a empresa mais competitiva e avançou com a privatização da sua estatal e, ali no ano de 2002, conclui a compra da DHL e hoje tem uma empresa com mais de 500 mil colaboradores, com mais de R$300 bilhões de faturamento e que não depende de recurso público para ser moderna, para ser eficiente, para conseguir atender a população não só da Alemanha, mas a população dos mais de 220 países nos quais a empresa atua hoje.

Então, é a solução próspera do investimento privado que não depende de recurso público para fazer o que tem que ser feito com eficiência e regulação por parte do Estado, enquanto a gente percebe outras estatais no mundo – e o Ministro citou o exemplo americano que é emblemático pelos valores de recursos públicos que têm que ser aportados para que a empresa possa levar as correspondências em todo o país – em que se optou por deixar o mercado privado avançar naquilo que lhe interessasse unicamente e manteve a estatal para garantir a universalização dos serviços a um alto custo para o pagador de impostos nos Estados Unidos, o que o Ministro mencionou, com gastos de mais de US$9 bilhões por ano.

Então, por que, no Brasil, sabendo e tendo a oportunidade de fazer esse debate depois de vários exemplos que já aconteceram no mundo, nós optaríamos pelo caminho de deixar a iniciativa privada atuar apenas no setor que hoje já é aberto para a concorrência e manteríamos uma estatal para avançar com essa parte que é monopolística, vamos dizer assim, das atividades, que é a entrega da carta etc.? O que a gente tem que entender da evolução desse mercado?

O setor de cartas não só no Brasil, mas no mundo todo, diminuiu muito a demanda por esse tipo de serviço, porque a gente cada vez mais está usando celular e outros instrumentos de comunicação, cada vez menos estamos enviando cartas e demandando esse tipo de serviço, e desse tipo de serviço o Correio hoje detém monopólio.

Por outro lado, as encomendas no Brasil e no mundo todo crescem. O *e-commerce* cresce, as pessoas querem cada vez mais ser atendidas mais rapidamente nas suas casas e terem oportunidade de pesquisar preços e comprar não só na sua cidade, no seu bairro, mas em todo o País e, às vezes, em todo o mundo, inclusive com encomendas internacionais.

Se o setor de encomendas, que não é monopólio dos Correios, cresce, e o setor de cartas, que é monopólio dos Correios, decresce, o que vai acontecer com essa estatal se nós não trouxermos os investimentos privados na hora certa para modernizar essa companhia? Vai correr o risco, como o Ministro mencionou, de as grandes empresas de logística do País cada vez dependerem menos dos Correios, cada vez investirem mais, cada vez se dissociarem mais da estatal, conseguirem prestar os seus serviços em cada vez mais cidades sem precisar dos Correios e o faturamento dos Correios necessariamente, com isso, tende à queda.

"Ah, mas os Correios tiveram um lucro este ano de R$1,5 bi", fruto da excepcional gestão do Presidente Floriano, da sua equipe de diretores e dos trabalhadores dos Correios, que fazem, sim, um excelente trabalho, mas que, durante muitos anos, muitos anos, assistiram à dilapidação da companhia, assistiram aos interesses da diretoria não estarem alinhados com os melhores interesses da empresa e do País. Isso tem que acabar! Os Correios não podem ficar sujeitos a flutuações, ciclos políticos e ciclos de boas gestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Floriano foi um nome adequado para lidar com um momento muito difícil do setor, trouxe grandes resultados, mas não muda o fato de que a participação dos Correios no mercado de encomendas está diminuindo. E aí a gente vê os números caindo em uma velocidade muito rápida. Eu levantei aqui o último relatório de junho de 2021 dos Correios que diz que, em 2019, a empresa era responsável por 43,6% dos serviços postais prestados no Brasil. Já em 2020, esse número cai para 32%.

Então, a gente está perdendo dez, onze pontos percentuais por ano de participação de mercado. É isto o que a gente quer? Permanecer como a estatal dependente de recursos do Tesouro? E aí o Diogo Mac Cord, o secretário, bem mencionou a relevância desses recursos, ou seja, quando você deixa de usar recurso público para educação, para saúde, para aquilo que é mais importante para a população para investir numa estatal na qual nós poderíamos ter perfeitamente investimentos privados, por que fazer essa escolha?

Então, nós temos exemplos no mundo, nós sabemos a nossa trajetória fiscal, nós temos exemplos em outros setores. E aqui a gente falou de saneamento básico que eu acho que é um comparativo interessante, porque, quando nós discutimos saneamento básico na Câmara e no Senado, no Congresso Nacional, qual era o principal argumento contrário? Se nós tivermos o setor privado atuando no saneamento básico, ele vai querer atuar apenas nas grandes cidades, não vai querer atuar nas pequenas cidades. Esse era o argumento.

E hoje o que a gente percebe no setor de saneamento básico, uma vez o novo marco aprovado, possibilitando a concessão dos serviços para a iniciativa privada, possibilitando a privatização das companhias de água e esgoto? A gente teve no Amapá – veja, no Amapá! – um leilão de saneamento básico, com sucesso, que contratou R$3 bilhões – R$3 bilhões –, sendo R$1 bilhão obrigação de investimento nos cinco primeiros anos de contrato para levar os serviços de água e esgoto para todos os Municípios do Estado, todos – cidades grandes, pequenas, em todos os bairros –, ou seja, é a universalização do serviço por meio do investimento privado, graças a um leilão que já aconteceu, graças a uma mudança de marco legal que este Congresso Nacional aprovou.

Então, nós demos a chance ao saneamento básico, acreditando nesse modelo, e nós já estamos colhendo os frutos. Os senhores sabem quanto era e quanto é hoje ainda o atendimento de serviços de coleta e tratamento de esgoto no Estado do Amapá? Sete por cento. Sete por cento da população do Estado têm a coleta do seu esgoto devidamente tratado. Olha o impacto que isso tem na vida das pessoas, no meio ambiente. E quem vai transformar essa realidade? O setor privado. Mas o Amapá não seria o último Estado? Ou aquelas cidades menores não seriam as últimas a serem atendidas porque o setor privado, afinal de contas, visa ao lucro e só quer estar nas grandes cidades? Não. Basta você ter um contrato com obrigações adequadamente colocadas, com regulação e com taxa de retorno interessante. E tudo isso se traduz em maior eficiência para todos. Se isso aconteceu no Amapá, isso vai acontecer no Brasil todo.

Então, acho que vale a pena destacar alguns pontos desse projeto de lei que a gente está discutindo aqui hoje que garantem justamente que nós não teremos cidades desatendidas, nós não teremos piora dos níveis de serviço, pelo contrário. Então, a gente está falando aqui de uma modelagem em que você não só privatiza a companhia e sai desse setor – o Estado vira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as costas e vai embora –, até porque não poderíamos fazê-lo. A Constituição Federal é categórica: cabe à União manter o serviço postal.

E qual é a defesa da manutenção do serviço postal que está sendo feita aqui? Para eu garantir que todos os Municípios brasileiros consigam receber os serviços postais com qualidade e celeridade, eu preciso de mais investimentos, e eu apenas vou conseguir fazer isso com atração muito relevante de investimentos privados. Por isso, a privatização é fundamental, somada a um contrato de concessão.

Então, entendam isto: não é só uma privatização, é a venda da companhia, e quem compra os Correios tem a obrigação de assinar um contrato com o Governo, um contrato de concessão com várias obrigações. Dentro dessas obrigações: manter os colaboradores dos Correios com um ano e meio de estabilidade, para que os investidores possam conhecer esses profissionais e avançar, depois, com novas contratações, porque é isso que a gente espera, e foi isto que a gente viu em todos esses setores que foram privatizados: um grande aumento de contratações. Então, temos a estabilidade dos colaboradores por um ano e meio, temos a obrigação de atender todos os Municípios brasileiros, temos a Anatel, como agência reguladora, checando a qualidade dos serviços, possibilizando que ela mude, que ela penalize esse investidor, possibilitando que o próprio usuário avalie a qualidade desse serviço, trazendo métricas concretas e objetivas de avaliação da qualidade dos serviços prestados, que hoje nós não temos nos Correios; obrigação de melhoria nos níveis de serviços, de investimentos em tecnologias. Estamos falando de um contrato que, provavelmente, vai agregar mais de R$2 bilhões de investimento/ano no setor, enquanto a estatal não está conseguindo investir mais de R$300 milhões; e prevê também o fim da imunidade tributária, que vai ter um efeito importante no setor postal, para que nós tenhamos uma competição mais justa para aquelas empresas que atuam já nesse setor e competem com os Correios, mas não competem em igualdade de condições.

E aí as pessoas perguntam: "Como é possível a gente garantir que os serviços vão chegar em todas as cidades, que essa empresa vai ter que passar a pagar impostos, alguns que hoje os Correios não pagam, e os preços não vão aumentar para a população, para o usuário, no fim das contas?". Porque existe uma regulação tarifária nesse contrato que vai estabelecer um preço máximo com base nos preços já praticados pelos Correios hoje.

E essa matemática, qual é essa mágica? A mágica tem um nome: eficiência e seriedade. Então, deixa-se de haver casos de corrupção, de escândalos nos Correios, como se viu muito em gestões passadas, e passa-se a ter o máximo de eficiência nessa companhia e seriedade com o fim do desvio de recursos de estatal, levando à possibilidade de a gente fechar essa matemática, essa conta.

Então, nós defendemos muito esse projeto. Vimos marcos importantíssimos serem aprovados nesta Casa recentemente, que abriram as portas para a transformação do Brasil em vários setores – destaquei aqui o setor do saneamento básico. Temos a esperança de ver, no Senado Federal, nesta Comissão e também no Plenário, a aprovação desse marco, porque a gente vai, daqui a dez anos, olhar para trás e ver a diferença que foi, a transformação que houve no setor postal no Brasil depois de aprovado esse novo marco.

Então, peço o apoio de todos os Senadores que aqui estão e nos escutam, para que a gente transforme esse setor, modernize-o e para que a gente abrace o trabalhador dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correios, para que ele possa trabalhar numa empresa que cresce, e não em uma empresa que decresce, que vai depender de orçamento público e que vai enfrentar sérios problemas pela frente se não for modernizada.

Agradeço a todos e fico também aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Sra. Martha Seillier, que é a Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos.

Com a palavra o Sr. Fábio Almeida Abrahão, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por um período de até dez minutos.

O SR. FÁBIO ALMEIDA ABRAHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a oportunidade especificamente ao Senador Vanderlan, Senador Marcio Bittar, demais Senadores, Secretário Diogo, Secretária Martha e demais participantes. Esse momento é muito importante, porque é justamente um momento de diálogo e é um momento de podermos ouvir mais uma vez e podermos dividir pensamentos.

Eu queria, antes mais nada, explicar qual é o papel do banco nesse processo. Há dois anos, nós criamos o que convencionamos chamar de banco de serviços dentro do BNDES, cuja função principal é identificar oportunidades de atração de investimentos para Municípios, Estados e Governo Federal. E essa atração de investimentos, de diversas formas: através de PPPs, concessões ou mesmo privatizações. Isso feito em conjunto, evidentemente, com os Estados, com PPI, com SEDDM, enfim, várias frentes.

Hoje essa carteira é uma carteira muito expressiva, uma das maiores carteiras do mundo. Nós calculamos aqui os investimentos que a gente chama de capital mobilizado na ordem de entre R$300 bilhões e R$350 bilhões. Nós temos algo em torno de 160 projetos simultâneos.

E por que eu destaco isso? Os Correios e a equipe que nós destacamos no banco para o projeto Correios, junto com a da Eletrobras, são as maiores equipes de toda essa carteira gigantesca. Junto com esse time, nós temos um conjunto expressivo de consultorias com experiência internacional. Até o momento, nós temos quase 14 meses de trabalho. Nosso plano é finalizar todos os trabalhos no primeiro trimestre do ano que vem, ou seja, vai ser algo em torno de 18 meses de trabalho muito intenso, com uma das maiores equipes do banco e, como eu disse, com um suporte muito expressivo de várias outras empresas especialistas.

E é sobre esse esforço que o banco tem a missão, de um lado, de olhar, entender o ambiente no qual a companhia está inserida – essa foi a primeira etapa do trabalho; o segundo é mergulhar na companhia, e aí entra o que nós chamamos *due diligence*, ou seja, olhamos os passivos, os ativos, os números da companhia – isso está em curso; e partimos para o desenho de qual é a recomendação para que o processo de desestatização ocorra. Essa é a finalização planejada para o primeiro trimestre do ano que vem.

Dentro dessa lógica, nós temos alguns pilares. O primeiro pilar é garantir a universalização do que nós chamamos de serviço postal universal – ou seja, as cartas, os telegramas, as encomendas não urgentes –, portanto, no Brasil inteiro, nas menores localidades, com o maior nível de capilaridade possível, a preços módicos e com qualidade. Essa é uma primeira vertical, um primeiro pilar desse processo de estruturação.

O segundo é garantir que os Correios sejam capazes de competir num ambiente em uma transformação talvez das mais intensas que a gente possa identificar no passado recente dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores econômicos. Depois eu vou falar um pouquinho mais disso, mas é basicamente garantir que os Correios consigam investir e se manter atualizados, numa mudança estrutural que passa até por padrões de consumo, padrões de exigência de nível de serviço pela população em geral.

O terceiro pilar é o maior conforto possível para funcionários e também no respeito aos contratos. Evidentemente, entram aí os franqueados.

Então esses são os três fundamentos que nos levam ao desenho que o banco está executando, que está em curso, que está dentro do prazo. Vou entrar rapidamente em cada um desses três.

Do lado da universalização dos serviços, é importante termos em mente que esse processo de desestatização dos Correios, de privatização, não é somente a venda da companhia. Há um processo de venda da companhia associado a um contrato de concessão. Por que isso é importante? Porque, dentro de um contrato de concessão, colocam-se as obrigações dessa companhia, como, por exemplo, a de que companhia estará impedida de fechar agências em regiões remotas. Esse é um exemplo concreto de obrigações que nós já colocamos nesse modelo de concessão. O outro é: a companhia não vai poder livremente aumentar preços, por exemplo, dos itens do serviço postal universal. O terceiro é: vai ser necessário... A companhia vai ser obrigada a ter a tarifa social. Essas regras entram dentro do contrato de concessão, que é associado ao processo de venda.

E aí há uma mudança importante: diferentemente do que nós temos hoje, como o Secretário Diogo Mac Cord mencionou, quando o processo de concessão é executado, a relação entre a empresa e o usuário passa a ser regulada e controlada, nesse caso, pela agência, que, no caso, é a Anatel. Esse processo muda a relação entre o consumidor e a empresa, porque o consumidor passa a ter a quem reclamar. Então, se hoje, por acaso, alguma conta de luz, de água etc. chega atrasada, e aí o consumidor tem que pagar multa, mora etc., o processo de reclamação para, enfim, se obter reparação por parte dos Correios é extremamente complexo e, na prática, inexiste. Em um processo em que você tem um contrato de concessão, existe não só a figura da agência que controla o desempenho, mas também a da que pune.

Portanto, esse pilar tem um foco muito importante em, novamente, garantir a universalização com preços módicos e, inclusive, com o controle desses preços, em garantir que o Brasil todo seja atendido e em garantir que a companhia possa ser, sim, punida caso não cumpra as suas metas, e, evidentemente, haverá as metas também definidas.

O segundo pilar que eu mencionei é a capacidade de a companhia se adaptar aos novos tempos. Isso é muito importante. É um momento muito particular o que nós vivemos. Vou mencionar três nomes aqui de que os senhores irão se lembrar perfeitamente: Kodak, Xerox, Blockbuster. Todas foram líderes em seus segmentos – todas! E todas passaram pelo que a gente chama de ruptura tecnológica, por uma transformação abrupta e irreversível na forma como os negócios são executados e na forma como o consumidor demanda e exige o serviço.

Este é o momento em que nós vivemos hoje: de um lado, há a parte de mensagens, através da tecnologia de mensagens instantâneas, e, de outro lado, a das encomendas, que vai desde o uso massivo de dados – as companhias passam, cada vez mais, a processar dados de consumo, a entender o comportamento do consumidor e a antecipar como será esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento, e isso se reflete na forma como a operação é realizada – até o uso de economia compartilhada, com, portanto, mais flexibilidade, e o uso de sistemas analíticos muito avançados. Esse processo de evolução abrupta tecnológica é o que nós vemos no lado das encomendas. Então, do lado das mensagens, de cartas e telegramas etc., você tem uma ruptura tecnológica no uso da mensagem; e, do outro, uma ruptura tecnológica, uma transformação tecnológica e como é a relação do processo de consumo, de entrega de encomendas e como o consumidor se entende bem atendido.

Portanto, esse processo todo de adaptação exige não só acesso a capital – acesso a capital é importantíssimo –, mas, do outro lado, não adianta ter acesso a capital se a companhia não tem, por exemplo, flexibilidade para contratar *experts* para desenvolvimento de sistemas próprios e poder competir criando seus sistemas, criando seus *apps* e assim por diante.

Eu estou dando alguns exemplos, mas isso é muito extensivo. A parte dos *apps* etc. a gente percebe como o consumidor. Atrás disso, existe um arcabouço tecnológico de altíssima complexidade; só para dar exemplos, uso de inteligência artificial, por exemplo, para prever qual é o comportamento do consumidor e, portanto, como é que deve ser feita a logística de entrega de materiais.

Portanto, o processo de privatização associado à concessão também tem que garantir a capacidade dos Correios de reagir neste momento, porque o momento não vai voltar atrás, e esse é um pilar importantíssimo.

O terceiro é garantir o máximo de conforto no processo de respeito aos contratos, como eu disse – e isso entra no modelo de concessão –, ou seja, a companhia que assumir vai absorver os contratos, ela, portanto, terá que cumprir os seus contratos com fornecedores e com a rede de franqueados, que é uma vantagem dos Correios – a rede de franqueados hoje tem a maior parte das operações dos Correios e é uma força, portanto, pelo que nossos estudos indicam.

E, do lado dos funcionários, eu vou puxar aqui o que o Secretário Diogo Mac Cord e a própria Martha Seillier lembraram do lado do saneamento.

O saneamento hoje é uma parte importante da carteira que eu mencionei no início – a nossa carteira. Nós temos o orgulho de ter quase que a totalidade dos projetos de concessão, ou de PPP, ou de privatização de saneamento hoje no Brasil, o que atinge algo em torno de 40 milhões de brasileiros. Nós já fizemos alguns leilões bem mencionados: Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá. No Amapá, o total de capital mobilizado foi de 5 bilhões – há a parte de 3 bilhões de investimentos, há outra parte de 2 bilhões de outorga. E o que é interessante nesse processo? O primeiro é que existe um momento de contratação de profissionais. Os profissionais estão sendo disputados por essas companhias. Por quê? Porque são os profissionais que entendem do negócio. Essa é a realidade que nós estamos observando. Em Alagoas, as companhias privadas já abriram 2,3 mil posições, isso vai subir até o final do ano para 2,5 mil pelo menos; o Rio de Janeiro está só no início da curva, já abriu 6 mil posições – empregos diretos. E foi o que a gente viu também no setor de telecom, tanto o lado do aumento de emprego quanto o lado evidentemente da questão tecnológica.

Então, esse processo de saneamento tem sido interessante porque não só ele mostra que o funcionário, por ser um *expert* – e é o caso dos Correios – no que ele faz – e é por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto, porque os Correios detêm o maior volume, e isso tende a mudar ao longo do tempo, como foi mencionado diversas vezes aqui –, é um funcionário altamente desejável pela iniciativa privada.

Além disso, a companhia vai precisar manter evidentemente as operações e disputar e aumentar o volume, e tem capacidade para isso. Não obstante nossa preocupação de manter o processo mais suave possível, nós acrescentamos uma proibição de demissões sem justa causa por 18 meses a partir do leilão, ou seja, nós estamos falando a partir do segundo semestre do ano que vem, mais uma indenização PDV, uma indenização de 12 meses, ou seja, estamos falando de um processo que abarca algo em torno de três anos. Isso é muito importante.

Nós acreditamos... Os Correios têm um quadro de funcionários que nós entendemos que são especialistas. Hoje novamente detêm a maior parte do volume das operações, então têm muito valor. Nós acreditamos que o mesmo fenômeno que nós vimos no saneamento será visto no caso dos Correios, ou seja, eles serão disputados pela iniciativa privada, terão a opção de escolher, mas também garantimos um sistema de conforto e segurança.

Bom, então esses eram os pontos que eu gostaria de destacar, sem me estender mais. Quero me colocar à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Fábio Almeida Abrahão, que é o Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com a palavra o Sr. Marcelo Silva, Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV).

O SR. MARCELO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Vanderlan, Relator Senador Marcio Bittar, Senador Esperidião Amin, Senador Paulo Paim, representantes dos funcionários dos Correios e todos que participarem desta audiência. Eu agradeço muito a oportunidade de falar sobre esse processo de privatização dos Correios.

Eu sou Presidente do IDV, um instituto que congrega 76 empresas do varejo do Brasil nos mais diversos negócios. Estamos em todo o País. Fomos criados em 2004 com este objetivo: fomentar a automação do varejo, técnicas, tecnologias novas e a legalização, de um modo geral, do varejo do Brasil – isso em 2004. E aí, ao criarmos o instituto, nós nos deparamos com temas muito importantes do ponto de vista tributário, trabalhista, previdenciário, meios de pagamento e um dos temas muito importantes é o tema logístico. E, por conta do tema logístico, que diz respeito fundamental para o varejo receber os produtos e depois fazer chegar até as mãos do consumidor, nós tivemos a oportunidade de ter algumas reuniões plenárias dos nossos associados com presidentes, na época com o Vice-Presidente dos Correios, porque nós já sentíamos naquela ocasião algumas dificuldades, em termos logísticos, para as nossas empresas e, consequentemente, para os nossos consumidores.

De lá para cá, as coisas não evoluíram tão bem. E, como foi dito anteriormente pelo Ministro Fábio Faria e pelos demais apresentadores que me precederam, não se evoluiu muito por falta de investimento. Pelo fato de ser uma empresa pública e estatal, a gente reconhece que é menos ágil nas decisões e nos investimentos. Pautando no que o Senador Esperidião Amin falou antes, o Estado brasileiro tem uma série de despesas prioritárias e tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos importantes a serem feitos nos direitos constitucionais do cidadão brasileiro – saúde, educação, saneamento básico, moradia, etc. – e tem sobrado muito pouco para outros investimentos, como por exemplo serviços postais básicos.

Nós nos preocupamos com alguns pontos que já foram cobertos pelos meus predecessores, da proteção dos colaboradores, funcionários, algo que nos diz muito respeito, para nós que temos quase 800 mil pessoas diretamente nas 76 empresas de varejo. Para nós é importantíssimo. E também os 5.570 Municípios terem o seu serviço postal preservado através de agência reguladora e tudo mais, vamos dizer, como a gente reconhece na Anvisa, na Anatel e tantas outras agências de Estado que protegem os consumidores.

Mas voltando ao assunto da logística, nós percebemos que não podíamos esperar, dado o avanço de tecnologia lá fora e aqui também no País, consequentemente, então as grandes empresas de varejo começaram a investir mais fortemente em logística. E aí significa fazer centros de distribuição, significa investir em tecnologia pesada, em inteligência artificial, em processos automatizados, porque nós precisávamos fazer chegar nas mãos do consumidor de uma maneira adequada e o mais rápido possível. E essa condição veio em seguida com empresas multinacionais. Então, nós temos grandes empresas internacionais aqui no Brasil investindo em CDs regionais em todo o País, em alta tecnologia, em meios de transportes cada vez mais rápidos.

Então, o que se quer dizer é que logística passou a ser um ponto crítico absolutamente fundamental para o sucesso do varejo e a gente percebe que há dificuldades de contar com os Correios nesse aspecto, por conta de investimentos que nós entendemos a disponibilidade de recursos do País como um todo para se investir. A gente reconhece os déficits públicos e as demandas mais críticas ainda para a população brasileira.

Com a pandemia, aconteceu exatamente uma aceleração das empresas de varejo de investir em centros de distribuição, investir em tecnologia, em processos, porque muitas dessas empresas passaram a ser plataformas digitais para atender também as pequenas e médias empresas em torno dela, para quê? Para os consumidores terem acessos via super *apps* e quererem receber os produtos da maneira mais rápida possível. Então, a competição agora é assim: você entrega em 24 horas, ou você entrega em 12 horas ou você entrega até em uma hora, se for no mesmo local onde você reside. Há muitas empresas que estão transformando as suas lojas espalhadas em todo o Brasil em minicentros de distribuição, inclusive para pequenas e médias empresas de varejo e para também fornecedores entregarem direto através das lojas e através dos centros de distribuição das empresas.

Vários dos que se apresentaram antes de mim colocaram essas questões que, de fato, correspondem à realidade. Nós tivemos que investir e continuamos a investir fortemente em logística e vemos com muito interesse, muita atenção essa possibilidade de os nossos Correios se preservarem, ao invés de perderem valor em relação a essa competição, a essa automação, digitalização. Há empresas de fora entrando com muita força aqui no País e através de meios de comunicação muito rápidos e intensos, de tal maneira que nós vimos com bons olhos, nós apoiamos a iniciativa e queremos que os Correios sejam preservados, os seus funcionários, como foi colocado, também sejam preservados, e atendendo basicamente... No final da história, o que o varejo e a logística pretendem fazer é atender cada vez melhor e mais rápido os seus consumidores, os 213 milhões de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos continuar nos 5.570 Municípios do País, 213 milhões de brasileiros. E estaremos juntos, a iniciativa privada junto com os Correios, transformando-o em uma grande empresa e, provavelmente, multiplicando o número de funcionários, como a gente tem visto em outros países e em outras empresas aqui do Brasil que foram privatizadas.

Essas plataformas têm crescido fortemente o número de funcionários, porque em cada centro de distribuição que é aberto são 500, 700, 800 pessoas a mais, e com o uso da tecnologia, para podermos competir em pé de igualdade com qualquer país e com qualquer empresa internacional.

Estou falando aqui de uma maneira conceitual do que os nossos associados falam nas nossas reuniões. Nós entendemos que aquilo que é essencial do serviço público deve ser preservado, mas aquilo que pode ser feito através de iniciativas privadas com regulamentação, como é o caso de comunicações, de energia, do direito do consumidor, que seja feito através das agências reguladoras do País.

Era isso que eu queria colocar aqui para os senhores membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Esta Comissão, Sr. Marcelo, agradece pelas suas colocações, explicações.

O Sr. Marcelo Silva é o Presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV).

Vou passar a palavra ao nosso Relator da matéria e autor do requerimento, Senador Marcio Bittar.

Em seguida, Senador Oriovisto, remotamente, e o Senador Paulo Rocha, que está presencialmente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Para discursar.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar os presentes e parabenizar todos aqueles que foram convidados na audiência passada para esta audiência. Todos comparecerem. Aliás, houve uma pessoa na audiência passada que não pôde, se justificou – plenamente justificável.

Quero cumprimentar os presentes e, particularmente, cumprimentar o Ministro Fábio Faria.

Eu tenho orgulho quando eu vejo um político defendendo aquilo em que ele acredita, em que pese enfrentar possíveis desgastes. Eu disse, talvez na época da primeira proposta de criação da CPI da Lava Toga, que, aliás, foi um momento em que o Relator, um colega do PT e eu convergimos – vocês vejam que o Parlamento tem essa dinâmica –, que não era a hora de criar aquela CPI. Eu dizia naquele momento que aquele político ou aquela pessoa que vai conforme a maré ou como folha seca ao vento é um surfista. Como exemplo, eu cito a previdência. Na previdência, houve um momento em que muitos políticos que concordavam com ela sabiam que havia alguma coisa errada, que precisava ser corrigida, mas tinham receio de defender isso porque a mídia, as corporações faziam ali um cerco. E devagar, ao longo de anos de debate, a população brasileira foi percebendo que algo estava errado, e que tinha que ser corrigido: notadamente, pessoas que se aposentavam precocemente, e com supersalários. Acho que avançamos nisso.

Então, quero cumprimentar o Fábio, Deputado Federal, hoje Ministro, por ter aquilo que eu considero que é vital. Para mim, um grande exemplo da humanidade foi Nelson Mandela. Quando a esmagadora maioria dos sul-africanos queriam ir para a revanche com os brancos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em momento histórico, inclusive, relatado em livro e em filme, ele foi a público dizer para aquela esmagadora maioria que eles estavam errados e que o único caminho para a paz na África do Sul era o caminho da democracia. Isto, para mim, que é líder: aquele que, em que pese passar por adversidade, defende o interesse que a razão aponta que está correto.

Com esse cumprimento, eu quero rapidamente dizer que a mim parece que está claro – acho que qualquer pessoa em sã consciência não haverá de discordar – o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Nós temos um serviço que está caindo cada vez mais, isso em função das descobertas humanas, que sempre provocam esse tipo de coisa: empresas falem de uma hora para a outra porque detém um conhecimento, um serviço, uma tecnologia que, em função de alguma descoberta, se torna obsoleta; se ela não acompanha, quebra e outra surge. Isso vem acontecendo cada vez mais. E é um dado parece que irretocável que a parte que o Brasil tem que garantir, que é a dos serviços postais, cada vez mais diminui.

Eu represento o Acre com muito orgulho e honra. Quando você vai a Santa Rosa do Purus e Jordão, vê que há pessoas lá com celular na mão passando mensagens. Já não usam... Há jovens, inclusive, que acho que talvez nunca usaram a forma de comunicação que é uma carta.

Então, esse serviço, que é um serviço oneroso, cai cada vez mais em desuso e aquele serviço que é lucrativo cada vez mais vai para o setor privado. Parece que é uma conta de que, pensando de forma honesta, não há como voltar atrás. Se não fizermos nada, vai chegar a um momento em que todo setor de entrega, de encomenda estará no setor privado, e a nós brasileiros restará o ônus de, a cada ano, pedir 10, 15, 20 bilhões de subsídio para manter um serviço que não dá lucro, como disse o Ministro, serviço que é o osso, já que o filé vai – está indo cada vez mais – para o setor privado.

Por falar em subsídio, quando o Brasil prevê na Constituição que tem que garantir os serviços postais básicos, claro que ele vai ter que ter subsídio. Agora, há uma diferença entre você bancar o subsídio através dos cofres públicos – como está sendo feito hoje, através, inclusive, de isenções fiscais – ou do setor privado. Quer dizer, se você banca o subsídio com o orçamento do País, com o orçamento dos setores públicos, você está pesando nas costas dos que ganham menos, porque a carga tributária no Brasil pesa mais – isso é uma realidade – proporcionalmente em cima de quem ganha mais.

Então, toda vez em que uma prefeitura, um governo do Estado ou a União bancam um subsídio universal, embora seja um serviço importante – e eu não estou dizendo que sou contra, tem que ver qual é o subsídio, para o que é, e se é eterno ou é temporal –, o fato é que o subsídio público está incidindo, se não houver regras claras, em cima daqueles que ganham menos. Se você for colocar quanto pesa para um trabalhador de um, dois, três, quatro salários mínimos, a carga tributária proporcionalmente será muito maior para o que ele vai pagar de energia, de cesta básica. Então, quando se fala em subsídio público, é preciso tomar cuidado, porque geralmente quem acaba bancando esse subsídio público são os milhões de brasileiros – pesa mais sobre eles – que ganham pouco.

Agora, se você transfere esse subsídio para a atividade econômica, então aqueles que têm mais poder aquisitivo, que são aqueles que usam, compram celulares, aparelhos, e vão usar as encomendas e querem usar aquelas, inclusive, que entregam mais rapidamente, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que podem mais serão os que vão subsidiar os Municípios e aquelas pessoas que precisam e precisarão ainda dos serviços postais.

Então, para mim, essa é uma questão que está clara tanto no Brasil quanto no mundo. E uso o exemplo norte-americano, lembrando que nos Estados Unidos é uma empresa estatal, mas em que não têm os trabalhadores a estabilidade no emprego, como acabou havendo aqui; era diferente no começo, mas na prática, com duas decisões – a segunda do Supremo Tribunal Federal –, acabou ficando igual aos funcionários da educação e da saúde.

Então, essa para mim é uma conta que, repito, quem pensar honestamente sobre o tema sabe que ela não tem como voltar. Cada vez mais vai ficar na estatal aquilo que não dá lucro, ela vai ter que pedir subsídio ao Governo cada vez mais, e a parte que dá lucro, a cada dia que passa, a cada ano que passa, vai mais para o setor privado.

Então, ficam algumas preocupações. A primeira, eu gostaria que principalmente o Ministro Fábio e a Sra. Martha – mas, claro, aberta a qualquer um dos convidados que queira se posicionar – se aprofundassem um pouco mais sobre três itens que eu considero que são fundamentais, já que a introdução, ao meu ver, é uma realidade que não vai mudar.

Uma, a questão dos trabalhadores: há e tem que haver por parte dos Senadores, do Congresso Nacional, essa preocupação. É claro que ninguém está aqui para tampar o sol com a peneira, é claro que vai haver troca de servidores, troca de trabalhadores, mas talvez o que mais interesse ao País é a afirmação ou a convicção de que, ao invés de 100 mil pessoas envolvidas nessa empresa, nós provavelmente passaremos a aumentar a oferta de trabalho – não só para aqueles profissionais que hoje já estão na empresa estatal e que detêm conhecimento para ficar na empresa que ganhar o leilão –, como a abertura de novos postos de trabalho, que eu acho que essa também é uma preocupação que temos que ter, porque o Brasil tem hoje 13%, 14% de homens e mulheres no tempo de trabalho que estão desempregados.

Então, a perspectiva mencionada pelo Ministro, mencionada pela Sra. Martha, eu gostaria que eles aprofundassem um pouco mais, quer dizer, a perspectiva de aumentar a quantidade de pessoas que vão para essa empresa uma vez feito o leilão. E uma empresa privada poder, com a sua agilidade... Porque é um contraponto que não tem como se resolver: a agilidade do setor privado com a burocracia do setor público.

A outra questão: o preço, quer dizer, parece-me que a questão do saneamento pode ser um bom exemplo. De fato, eu participei do debate favorável ao novo marco do saneamento básico no Brasil – alguns dos convidados têm uma experiência nessa área – e havia, sim, essa preocupação: você vai passar o setor de esgoto e água para a possibilidade de uma empresa privada, e isso vai aumentar o preço. E me parece que não é isso que está acontecendo. O Amapá é o menor Estado em termos populacionais do Brasil e um dos mais pobres, e a informação que eu tenho – gostaria que fosse confirmada ou não – é que... Por duas razões: primeiro, o combate ao desperdício, que é monumental – o desperdício de água e de esgoto no Brasil, principalmente no Norte e Nordeste, é monumental –, e, ao mesmo tempo, o aumento da escala – você tem uma estrutura que, proporcionalmente, atende uma escala pequenininha, então você aumenta a escala. E parece que, por esses dois fatores, os contratos que estão sendo feitos apontam para uma redução do preço, além de resolver um problema gravíssimo, que é o maior problema ambiental do Norte do País – não é de derrubada, não é florestal, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é na área rural; o maior problema ambiental do Norte do país, da Amazônia brasileira é saneamento. Nós temos algo em torno de 7% do Norte do País apenas com coleta de esgoto. Imagina o que isso afeta o setor de saúde pública no Brasil.

Então, gostaria que principalmente o Ministro Fábio e a Sra. Martha aprofundassem um pouco esses dois temas e o terceiro: sobre a preocupação com a entrega nos Municípios mais longínquos.

Eu sou daqueles que entendem que, particularmente na Amazônia, em função de tudo que nos impuseram de leis draconianas, que praticamente nos impedem de utilizar recursos naturais que poderiam, como em outros lugares do Brasil e do mundo, nos criar prosperidade – nós temos 23 a 25 milhões de brasileiros amazônidas, que praticamente são impossibilitados de acessar recursos naturais –, por isso eu penso que qualquer subsídio que a União tenha que fazer para compensar essa abstinência única no Brasil e no planeta, de uma região que não pode extrair petróleo, não pode extrair gás ou pode, mas a burocracia praticamente impede...

Então, eu queria agradecer e mencionar isso, para pedir que os nossos convidados aprofundassem um pouco mais esses três itens: a questão da quantidade de trabalhadores envolvidos na empresa, a perspectiva de que não reduza, ao contrário, aumente. Aprofundassem um pouco a questão do preço, como é que nós podemos imaginar que esse preço não vai ser levado, até o contrário, pode abaixar; e a garantia também de que os Municípios mais longínquos, aí particularmente na Amazônia, que é o a região mais inóspita do País, não vão sofrer algum tipo de apagão com a possibilidade da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Relator.

Dando prosseguimento ao nosso debate, passaremos... A ideia é fazer bloco de três Parlamentares, Senadores para depois retomar aos convidados que responderiam aos três. E, depois, segue assim através de blocos.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães. (*Pausa.*)

Som! Som! Seu som, Senador. (*Pausa.*)

Agora, Senador. (*Pausa.*)

Ainda não o estamos ouvindo, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Oriovisto, está me ouvindo, Senador? Tem que liberar a sua máquina aí, Senador. Não o estamos ouvindo. Seu microfone. (*Pausa.*)

O problema não está lá com ele, o problema está aqui.

Senador Oriovisto, ainda não o estamos ouvindo. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto, enquanto se organiza a questão técnica, vou pedir permissão a V. Exa. e passar para o Senador Paulo Rocha. Depois, nós retornaremos ao senhor.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – É muito importante este debate, mas, no entanto, eu quero começar com uma reclamação à Mesa, porque, neste tipo de debate, principalmente, de um tema tão polarizado no País como é a questão da privatização, uma audiência pública desta deve ter como convidados gente com posições favoráveis e gente com posições que se contrapõem nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão. Senão, fica um debate meio desigual. Quatro ou cinco convidados que falaram são todos favoráveis, e não há na mesa um contraponto das questões.

Dito isso, Presidente, nós vamos pedir – acho que já há um requerimento do Senador Paulo Paim – para fazer outra audiência pública levando em consideração essa questão de convidados com posições diferenciadas, para fazer exatamente o contraponto. Senão, a gente vai fazer uma legislação que não leva a realidade do conjunto das visões que estão aqui dentro do Congresso Nacional, representadas...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Paulo Rocha, a informação que eu tenho aqui do João é a de que a primeira audiência pública que houve foi ao contrário: todos os participantes foram...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está errado também! Está errado também!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Nesse ponto, eu concordo com V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Audiência pública é... Estamos falando aqui simultaneamente para vários... Tem que aparecer aqui nos vários debates... Se fez só essa favorável, também está errado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Será registrada aqui a sua fala.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não vou fazer nenhuma indagação, só vou, exatamente pela ausência do contraponto, tentar fazer o contraponto nas falas dos nossos convidados.

Primeiro, Sr. Ministro, prazer em dialogar aqui. Gostaríamos que o senhor estivesse aqui presente para poder fazer um debate mais acalorado, digamos assim, olhando um para o outro, mas vamos ver se dá para provocarmos o debate nas suas afirmações.

Primeiro, eu já quero pegar uma contradição sua, que fala bem dos Correios, vestidos de amarelo e não sei o que, o maior orgulho; porém, se a gente vender, é melhor. Vender também o amarelo nosso é melhor, é um orgulho também a gente vender, até usando o argumento do nosso Relator, para provocar também o nosso Relator: todo serviço público que vai gerando lucro é melhor passar para o setor privado.

Bom, então, depois os exemplos que foram usados aqui, como os Estados ricos, os Estados Unidos, a Alemanha, etc., não valem para o Brasil, gente. Estados Unidos e Alemanha já resolveram o problema de toda a infraestrutura do seu país, investimentos de infraestrutura, de logística. Então, aqui, num país como este, que é pobre de logística, pobre de infraestrutura, lá nos rincões do nosso País, como é que o serviço privado vai dar conta de resolver esses problemas? Usar, em contraponto, que quem não defende a Alemanha e os Estados Unidos é porque não é moderno, etc., que nós somos contra a modernização... Não é isso. A preocupação aqui é que o Estado ainda cumpre um papel fundamental para poder gerar cidadãos também lá nos rincões. Não só queremos cidadãos nas regiões metropolitanas, nas regiões já com estrutura, mas também temos preocupação com o cidadão que mora lá dentro da floresta, lá nos rincões, para chegar a modernidade, a dignidade, a cidadania também para ele. Quem é responsável por isso é o Estado brasileiro, são os serviços públicos.

O próprio Ministro usa os exemplos da Embraer, da Vale, etc. Claro, a Vale e a Embraer não faziam serviços públicos diretos para a população. Agora, vamos usar o da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicação, de onde o Ministro é titular. Até hoje, com as privatizações das telecomunicações, melhorou, modernizou. Beleza! Mas, lá no interior, nós estamos precisando de serviço de internet para chegar para as escolas.

Num Estado como o do Pará... E eu, como rodo todo o Estado, tenho que andar com três aparelhos, porque uma só empresa não cumpre o trabalho; tiveram que dividir o tal do mercado em várias empresas para poder ver se chegava e, mesmo assim, não chega. Aqui mesmo, há essa discussão, nós já fizemos essa discussão, Senador Vanderlan, de que tem que resolver o problema da banda larga, da internet lá daquele cidadão. Por isso é que lá, naquela época, se levantava isso que o Relator provocou aqui, a questão do filé e do osso.

Então, as empresas, já que, conforme a concepção dele, só vão aonde há lucratividade, aonde não há lucratividade a grande empresa não vai. Ou, se ela investir, ela vai buscar, em algum momento, o seu retorno. E sabe como é o retorno? É isso que vai acontecer no saneamento. Cadê a Secretária Martha? Ela pegou o exemplo de que está já universalizando lá no Amapá. Não vale, porque o Amapá é um Estado pequenino, com poucas cidades. Quero ver resolver o problema lá no Pará, no Amazonas, etc., nos grandes, e atender, por exemplo, o saneamento lá num municipiozinho na beira do rio, onde, para chegar, tem que se passar o dia todo viajando. Quero ver chegar essa universalização lá, e, se chegar, daqui a pouco, sabe como é que eles vão transferir o investimento? É através das tarifas.

Eu quero me encontrar daqui a pouco com a Martha, daqui a uns cinco, seis anos, para ver se a tarifa do saneamento lá, que ela disse que está chegando ao Amapá, se não vai haver reclamação lá do consumidor. Porque, é claro, ele vai querer o retorno do investimento dele. Como é que ele retorna? Aumentando a tarifa.

Então, nós temos preocupação com esse processo de privatização. Depois, os exemplos que o Ministro usa da Alemanha não são o que está colocado na questão do mundo, porque, nos Correios daqui, 70% são serviço de encomenda e 30% são serviço postal. Então, é uma combinação. Cresceu, lá nos Estados Unidos e na Alemanha, a questão só da encomenda, porque trata de logística, trata de cargas.

Então, ademais, também nessa questão de lucro e prejuízos, a própria administração dos Correios tem uma avaliação, nos seus documentos internos, de que a empresa tem, ainda por dez anos, uma solidez de bancar esse modelo que está aí. Então, não vale o cálculo do Diogo, que disse que vai ter que investir mais na educação, mais na saúde, etc.

Esse Governo não pensa assim. *Vide* o exemplo da Petrobras. Repito: *vide* o exemplo da Petrobras. Foram concedendo os postos, estão vendendo também as refinarias, etc., etc., etc. E aí o que está acontecendo? O aumento do combustível, o aumento do gás. E o aumento do combustível ainda tem isso a que se referiu o nosso Relator. Na região metropolitana, o litro é R$6, R$6,49, etc., mas, lá nos rincões, já é R$7,50, R$8. O preço do gás, se aqui ainda é R$100, lá no interiorzão já é R$130, ou seja, transfere-se para os mais pobres, as tarifas vão para os mais pobres, vão para aqueles com poder aquisitivo menor. Esse modelo sinceramente não serve para o País.

Por outro lado, eu queria dizer o seguinte: por que não pegaram outros exemplos? Por que não pegaram o exemplo da Argentina? Por que não pegaram o exemplo italiano? Aliás, para aqueles que estão usando o saneamento, eu quero dar um dado também aqui que não apareceu: há, em plena Europa, cidades que privatizaram o saneamento e depois tiveram que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reestatizar. Dou exemplo de Paris e de Berlim, duas cidades ultramodernas. E sabem por que reestatizaram? Por causa da tarifa, que estava alta.

Eu só queria fazer esses comentários para exatamente provocar o debate quanto às privatizações. Nós não somos contra, para não levar esse debate para a questão ideológica, mas há outros modelos com que vai se processando essa coisa, como o caso da PPP, parceria público-privada. Vai se buscando, como nós buscamos no próprio investimento na infraestrutura, como o caso de algumas rodovias importantes, em que foi feita uma mediação para buscar os investimentos privados, porque também há o interesse privado no investimento na questão do transporte, na logística e na infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Senador Oriovisto. (*Pausa.*)

Saiu da reunião?

Bom, o Senador Paim pede a palavra.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, primeiro, mais uma vez, como sempre faço em relação a V. Exa., quero cumprimentá-lo pela forma brilhante com que vem coordenando os debates, Presidente Vanderlan Cardoso. O nosso também querido Presidente Otto Alencar teve que se retirar.

São inúmeros convidados, eu queria cumprimentar a todos pelo equilíbrio, pela tranquilidade, pela exposição que fizeram, não querendo ser donos da verdade, mas colocando seu ponto de vista. E por isso vocês foram convidados e assim fizeram, cada um, a sua exposição.

Eu queria, Presidente, começar exatamente pela linha que o nosso querido Líder Paulo Rocha iniciou. Eu sou o autor desse requerimento, Presidente, porque eu também entendo assim, um tema emblemático como esse, um tema que é um debate complicado em todo o mundo, não podemos simplesmente... Vêm quatro ou cinco convidados, expõem o seu ponto de vista, depois de um tempo vem um outro grupo e expõe uma visão como se estivéssemos em dois mundos.

Na verdade, é isto. Eu tenho tomado nota aqui, porque eu participei da outra também: é um confronto de distância de quilômetros. Um diz que a forma que está sendo proposta é totalmente inviável em todo sentido e dá exemplos de inúmeros países no mundo. O outro grupo vem e diz exatamente o contrário: que a forma é viável e também busca exemplos em nível internacional.

Então, a única saída, Presidente... Eu já fiz esse pedido para o Senador Otto Alencar... Se me permitir, eu vou só ler a justificativa que fizemos. "Esta Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Requerimentos para elaboração de duas audiências públicas [...]". Vou resumir a justificativa. Os requerimentos apresentados pelo nobre Relator, pelo qual eu tenho enorme respeito, propõem a exposição do tema de forma segmentada, ouvindo, separadamente, os argumentos de cada uma das partes. Participei da primeira audiência pública, no dia 6 de outubro, com aqueles, como eu já relatei, que são contra a forma que está sendo posta nesse projeto. A segunda audiência é outra, aí vem um outro grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, Sr. Presidente, e quero ouvir também... E por que eu estou lendo? Porque eu quero ouvir a opinião dos convidados; é democrático vocês também darem a sua opinião. "Entendemos pertinente que haja um terceiro encontro, com convidados dos dois segmentos", permitindo, aí sim, o verdadeiro debate, o contraditório. Bom, vocês podem dizer: "Isso não é bem assim". O outro lado dirá: "Isso não é bem assim". Isso é bom para todo mundo, vocês podem crer, é bom para quem quer a privatização, mas é bom para quem não quer, nos moldes em que foi proposta. Porque nesse debate é que nós Senadores vamos formando o nosso juízo, independentemente de agora termos posições diferentes. Eu sempre digo, e me socorro daquela música: nós somos eternos aprendizes e, como eternos aprendizes, nós temos que saber ouvir os que pensam de forma diferente.

Devido a isso é que eu insisto – e quero ouvir a opinião de vocês – sobre essa possibilidade. Eu indiquei seis nomes, casualmente três estão na mesa aqui, mas eu não vou nem citar, porque eu acho que vocês é que têm que dizer quem serão os três, quem vocês acham que deve representar os três. Então, eu botei de forma aleatória aqui, com todo o respeito, três que estão na mesa e coloquei outros três que estiveram na outra Comissão. Mas esse requerimento eu apresentei já há um bom tempo. Então, essa é a primeira pergunta.

E, rapidamente, eu queria fazer algumas ponderações só para ajudar o debate que estamos fazendo nesse momento. Eu também, como sabem, porque eu participo das reuniões, recebo muito material de todo lado. Vocês vão olhar aqui, ó, é página para cá, é página para lá, há uma seção que só vai me passando isso. É tanta contribuição que não vai ter como, naturalmente, eu usar todo esse tempo, mas algumas eu vou pegar aqui. Eu acho que é importante também... Depois eu tenho certeza de que o Presidente vai ler as perguntas do e-Cidadania, mas algumas, como essa aqui que chegou para mim... Aí vocês poderão, claro, dar o ponto de vista e depois, na outra audiência, podemos ouvir o outro lado também.

"Em apenas oito países no mundo [no mundo], os Correios são totalmente privatizados como quer o [...] [projeto atual]".

"Os países [eu recebi aqui o documento; claro que vocês falarão e depois também ouviremos o outro lado lá mais na frente] onde [...] [isso acontece são de pequena extensão territorial]: Aruba, Singapura, Grã-Bretanha, Líbano, Malásia, Malta, Países Baixos e Portugal". Ponto.

"Somadas as áreas desses oito países [...] [na linha que falou o Paulo Rocha aí], temos uma área inferior à do Estado do Mato Grosso". Não estou eu aqui medindo, naturalmente, mas estão dizendo que é uma extensão muito pequena.

"[...] em nenhum [um outro dado que me chegou] dos vinte maiores países do mundo em extensão territorial, o serviço postal é [totalmente] privatizado".

"[...] defender a ideia de que há uma tendência de privatização no setor" não representa a situação mundial. Os dados aqui... Não estou dizendo que os dados são precisos; são documentos que eu recebi e estou aqui, como eu diria, socializando com vocês.

"Até julho deste ano [como vocês mesmo falaram; aí veio aqui no documento, mas vocês também já falaram], os Correios já acumularam mais de R$1 bilhão de lucro", sinalizando a possibilidade de o lucro para 2021 chegar a 3 bilhões.

Aí eu ouvi de um dos convidados: "Nós botamos a casa em dia". Muito bem. Parabéns. Ah, botou a casa em dia e agora é hora de vender? Então, vendesse lá atrás. Estou dando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo. Foi botada a casa em dia. Botou em dia? Vamos agora lucrar. Lucrar para quem? Para o nosso País. Está dando lucro, começou a melhorar. Não estou fazendo julgamento de governo nenhum anterior – nem do atual, nem do de ontem, nem do de anteontem. Bom, se começamos a lucrar, é hora de faturar e avançar na política dos Correios.

E diz mais aqui: é considerado esse resultado um resultado muito positivo, que pouquíssimas empresas poderão ostentar.

Em relação à qualidade do serviço, o *ranking* do Procon-SP, que é o maior do Brasil, mostra no topo das reclamações quem? As empresas privatizadas. Agora, eu confirmo ali, eu estou recebendo o dado. Nós podemos conferir no *ranking* do Procon-SP onde há mais reclamação. É estatal ou privado? Aqui diz que o topo é das empresas privatizadas.

Aí vai, aqui há uma série de argumentações que vão muito longe. Eu naturalmente não vou chegar a ponto de, digamos, passar para vocês todas essas questões, mas há outra aqui que eu achei interessante.

O Governo americano assume riscos e prejuízo nos serviços postais, porque entende... Até mesmo nisso, olha como o Governo americano... Vejam bem, o Governo americano sempre foi símbolo para todos aqueles que defendem as privatizações. Nesse caso, ele é criticado, porque ele não privatizou. Por que ele não privatizou? É porque eles são burros, não são inteligentes, são incompetentes, são despreparados? Pelo amor de Deus, eu posso ter minhas posições, mas conheço bem os Estados Unidos. Tenho até uma filha que mora lá e vai muito bem, obrigado, viu? Vai muito bem, obrigado, e mora lá. Mas por que daquilo que deu certo para o Governo americano – e neste momento ele entende que é um setor estratégico, ele não quer abrir mão – nós vamos abrir mão? Será que ele estaria errado?

Claro que há aqui mais perguntas que eu gostaria de fazer num outro momento, não gostaria de fazer agora, mas eu deixo para vocês essas indagações primeiras. Eu recebi aqui uma série de perguntas – são, na verdade, umas dez perguntas –, mas eu queria que vocês centralizassem, se pudessem, principalmente, na minha primeira pergunta: se os senhores gostariam de que houvesse uma reunião em que houvesse três de um lado e três do outro para debater esse tema. Porque vocês são especialistas, nós não somos especialistas. Eu sempre digo que o Parlamentar, no conjunto da obra, é um generalista, então ele recebe documentos, comenta, fala, discute. Mas é importante ver o debate no campo das ideias, como fala o nosso querido Paulo Rocha – e aqui eu termino –, para que a gente esclareça claramente esses dados. São reais? Não são? O mundo caminha na contramão do que nós queremos fazer agora?

Sabe por que eu afirmo isso, para terminar? Porque, no debate, como foi dito aí, da reforma da previdência, da trabalhista – ouçam essa partezinha só, que eu jamais vou esquecer –, sabe o que eu ouvia de parte daqueles que defendiam aquelas reformas? Que iam gerar 10 milhões de empregos. Eu tenho isto gravado, está aí na TV Senado: 10 milhões. Não é 1 milhão, não são 2 milhões – e isso de representantes do Governo que vieram para o debate conosco. Quantos empregos geraram? Nenhum. Aumentou o desemprego, e hoje nós vemos uma faixa de desempregados, entre o que a gente chama de desempregados e desalentados, que chega a mais de 20 milhões e que, naquela época, chegou, eu acho, a 11 milhões.

Nos tempos anteriores, em que não havia essa onda de privatização, nós tínhamos uma época em que tivemos 5% de desemprego, o salário mínimo estava em US$350. Vocês devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrar essa época, não preciso falar aqui, porque eu não quero levar para esse campo. E hoje o salário mínimo vale menos que US$200 e nós chegamos a esse patamar da fome e da miséria que vocês estão acompanhando. Eu tenho certeza de que qualquer um de vocês, quando veem as imagens na TV, devem até chorar, e me parece que alguns não se sensibilizam com o ponto a que nós chegamos neste País.

Independentemente dessa minha preocupação maior, eu quero aqui dizer que, como eu iniciei a minha primeira pergunta ainda quando estava o Presidente Otto Alencar, eu espero que o Governo volte atrás, que os R$400 virem um auxílio de emergência para o nosso povo sofredor, que está passando tanta, tanta fome. Mais de 100 milhões de pessoas no Brasil – os dados são oficiais – que não têm alimentação decente, mais de 100 milhões. Então, esses R$400 pelo menos, já que termina agora o auxílio, são uma forma de as pessoas pelo menos sobreviverem. Estão no desespero e assaltando caminhões de lixo, como a gente está vendo; olha bem: assaltando caminhões de lixo para comer. Aí o caminhão abre, joga no meio rua e as pessoas retiram. Essa é a realidade que nós estamos dizendo.

E vocês todos sabem – não precisa ninguém dizer aqui, como o Paulinho colocou muito bem – dos combustíveis, e fizeram com a luz também: quando foi a onda ali de querer aprovar a privatização da Eletrobras, venderam a imagem de que ia tudo resolver a questão da luz. Tanto não ia como não resolveu! Vocês poderão dizer: "Mas isso é a longo prazo". Tudo bem, aí até eu entendo, mas o peixe que venderam na hora foi que, se acontecesse aquilo, iria baixar o preço da luz.

Quem está nos ouvindo pelo sistema da TV Senado e da Rádio Senado sabe a loucura que virou a luz e todos os outros tipos de combustíveis e a alimentação neste País. Somos o país que mais produz alimentos no mundo, que mais exporta e que mais passa fome! São essas contradições que nós temos que analisar com calma e com o tempo necessário.

Mas eu quero também dizer – agora eu encerro mesmo, Presidente – que achei muito, muito interessante a fala de cada um dos convidados.

Fica aqui o meu cumprimento ao Fábio. Parabéns pela fala, Fábio! De forma muito equilibrada e muito tranquila, você se dirigiu a uma casa que é sua, o Congresso, colocou seu ponto de vista, e é assim que a gente vai construindo a história de todos nós.

Parabéns também à Dra. Martha, ao Dr. Diogo, ao Dr. Fábio Almeida e ao Sr. Marcelo, que encerrou. Todos falaram com muita tranquilidade, e é com essa tranquilidade que eu tenho certeza de que a gente pode promover uma sessão de debates entre aqueles que pensam de forma diferente e com a participação, com certeza, até de mais Senadores.

Parabéns, Presidente! Parabéns, Relator, por essa rodada para ouvir as duas partes!

Vamos torcer para que possamos ter uma terceira ainda aqui nesta mesma Comissão.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

Um abraço, mais uma vez, Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Senador Paulo Paim, por sua participação, por suas colocações.

Hoje esta reunião, Senador Paulo Paim, não é deliberativa e também nós não temos quórum para aprovar requerimentos. Nesta Comissão, tenho certeza de que, na próxima reunião, o Presidente Otto Alencar colocará o seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar às perguntas do Relator, já que o Senador Paulo Paim não fez perguntas, falou mais para questionar a audiência pública, para que fossem mesclados três e três, das duas audiências... O Senador Paulo Rocha também, pelo que entendi, não apresentou perguntas – não é, Senador Paulo Rocha?

Então, nós temos três perguntas aqui do Relator, que foram endereçadas ao Ministro Fábio Faria e também à Martha.

Eu vou ler as perguntas, mas antes quero, em respeito ao pessoal que participa pelo e-Cidadania... E é comum, nesta Comissão, a gente ler aqui algumas perguntas que nos são endereçadas. A maioria delas já foi respondida aqui por todos os que usaram da palavra, pelos cinco, mas eu faço questão de mencionar os nomes.

Sr. Alberto Max, do Rio de Janeiro: "Por que não transformam a empresa em sociedade de economia mista, 51% do governo, 49% privado? Ficaria bom para todo mundo".

Marco Aurélio, de Minas Gerais: "Houve erros nas gestões anteriores, mas hoje voltou a dar lucro. Qual o sentido de privatizar uma empresa com resultados positivos?".

Ricardo Santos, de São Paulo: "Por que privatização e não a modernização da empresa para buscar melhorar o serviço para a população brasileira?".

Vinícius, de Minas Gerais: "Baseado em qual estudo o Governo prevê que os Correios serão inviáveis? Quanto de subsídio o Governo teria que repassar para a empresa privada que comprasse os Correios?". Essa é uma das que já foram respondidas.

Plínio dos Santos, de São Paulo – aqui é um comentário, vou ler dois comentários –: "Os governos devem se ocupar de educação, saúde e segurança pública. Os demais serviços devem ser privatizados".

Átila Santos, da Bahia: "Os Correios deveriam abrir o capital, assim como o Banco do Brasil, em vez de vender. O Brasil já privatizou a Vale e se arrependeu".

Bem, são muitos. Devido ao nosso tempo, vou passar aqui às perguntas do Relator, que foram encaminhadas ao Ministro Fábio Faria. São três perguntas para que ele responda juntamente com a Sra. Martha Seillier.

Primeira pergunta, sobre a quantidade de trabalhadores: quer saber se não será reduzida.

Segunda: como garantir que a tarifa dos serviços não será elevada?

A terceira: como fazer para os Municípios longínquos não serem afetados?

Com a palavra o Ministro Fábio Faria e a Sra. Martha Seillier.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA (*Por videoconferência.*) – Eu queria perguntar se a Secretária Martha poderia responder. Eu responderia na sequência, ou vice-versa.

A SRA. MARTHA SEILLIER (*Por videoconferência.*) – É o senhor que manda!

O SR. FÁBIO FARIA – Então pode iniciar, Martha, eu complemento.

A SRA. MARTHA SEILLIER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Eu vou começar, Senador, para responder essa questão dos trabalhadores, lendo um relatório do Deputado José Guimarães, do PT, de 2007, que faz uma avaliação sobre uma proposta de retomada do controle da Companhia Vale. O próprio Deputado do PT escreveu aqui, e eu achei muito interessante, por isso eu quis trazer, um reconhecimento de que a Vale,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em função da privatização, viu seu lucro anual subir de cerca de US$500 milhões, em 1996, para aproximadamente US$12 bilhões em 2006. E o número de empregos gerados pela companhia também aumentou desde a privatização: em 1996, eram 13 mil trabalhadores; em 2006, já superavam mais de 41 mil trabalhadores. Além disso, a União viu a sua arrecadação tributária com a empresa crescer substancialmente: em 2005, a empresa pagou R$2 bilhões de impostos ao Brasil, valor superior em dólares ao próprio lucro que a empresa tinha antes de sua privatização – conclui o Relator, o então Deputado pelo PT, Deputado José Guimarães.

Assim, é difícil a sustentação econômica com o argumento de que houve perdas para a União com a privatização da Vale. Houve ganhos patrimoniais, dado o extraordinário crescimento do valor da empresa, houve ganhos arrecadatórios significativos, além de ganhos econômicos indiretos com a geração de empregos e com o crescimento expressivo das exportações. A União se desfez do controle da empresa em favor de uma estrutura de governança mais ágil, mais moderna, adaptando a empresa à forte concorrência internacional, mantendo expressiva participação nos ganhos econômicos da empresa com a sua própria administração. E tal processo foi, inegavelmente, bem-sucedido.

Eu tenho muita esperança, Senador, de que, daqui a alguns anos, a gente vai ter um relatório desse de outro Senador ou de outro Deputado, hoje posição ou oposição, reconhecendo as vantagens dessa desestatização dos Correios em relação ao enorme potencial de geração de empregos.

A gente hoje, nos Correios, tem mais de 91 mil colaboradores, numa empresa que atua unicamente no Brasil. Nós vimos que a DHL na Alemanha, país muito menor, ganhou espaço, ultrapassando fronteiras, então passou a atuar em 220 países e hoje tem mais de 550 mil colaboradores. São esses exemplos que nos fazem acreditar no crescimento da empresa depois da sua privatização, com um contrato de concessão na direção certa, trazendo as obrigações corretas para que a gente tenha ainda mais contratações.

Os trabalhadores de hoje estão preservados com uma regra prevista no próprio projeto de lei. E, aí, vou ler aqui o art. 30 do projeto de lei, que diz: "A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos poderá ser desestatizada observadas as seguintes diretrizes", aí há a sequência de diretrizes. Prestação de serviços com abrangência nacional está na lei como diretriz, celebração de contrato de concessão de modo contínuo e com modicidade tarifária dos serviços postais universais, ou seja, já traz a modelagem de que a gente vai ter que ter uma concessão.

E isso já responde à pergunta: por que as privatizações que deram certo estão em países menores territorialmente que o Brasil, e a nossa vai dar certo? Claro que nós temos essa bênção de sermos grandes. Isso traz desafios também para a nossa logística. E é por conta desses desafios que nós temos uma modelagem que também é diferenciada do que o resto do mundo está fazendo. Não é apenas uma privatização, privatização total; é assinatura de um contrato de concessão de serviços públicos, ou seja, uma parceria entre o Governo e a iniciativa privada para garantir os serviços que estão previstos na nossa Constituição. Então, é diferente do que o resto do mundo fez e é adaptado à nossa realidade territorial.

Seguindo aqui, também no art. 30 do projeto de lei que nós estaremos votando nesta Comissão nos próximos dias: "vedação de dispensa sem justa causa aos empregados dos Correios durante os 18 meses subsequentes à sua desestatização". Ou seja, está aqui na lei o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Ministro Fábio falou. Está no projeto de lei essa continuidade dos trabalhadores por 18 meses. E por que não mais que 18 meses? Porque a tendência dessa empresa é de crescimento, a tendência é de contratações. Todos os trabalhadores dos Correios que vestem a camisa e se dedicam vão ser reconhecidos nesses 18 meses, vão ter o seu trabalho demonstrado e, com certeza, vão ter o convite para continuar na empresa e conhecer novos colaboradores que também serão contratados, na expectativa que a gente tem do que a gente viu acontecer na privatização da empresa alemã e em tantas outras privatizações.

O projeto também trata, no inciso seguinte, do programa de demissão voluntária incentivada, pagando 12 meses de salário para aqueles que quiserem, de fato, se desligar, então, um programa voluntário de demissão, e traz a vedação do fechamento de agências essenciais para a prestação de serviço postal, tudo isso nesse mesmo art. 30.

Então, acho que a gente tem aqui argumentos suficientes históricos para demonstrar o potencial de crescimento das nossas empresas quando a privatização é bem conduzida, quando a lei que regula o setor dá as diretrizes corretas, que é o que a gente acredita que esse projeto de lei está fazendo, para que a gente possa ter o incremento dos investimentos dos Correios e, portanto, mais contratações, para que a gente possa ter o incremento do *market share* que os Correios têm hoje no setor postal, que hoje está diminuindo muito. Que ele consiga retomar essa participação de mercado por meio de investimentos e, consequentemente, possa ter ainda mais contratações! Que ele possa ultrapassar as fronteiras do Brasil! Por que não atender também os nossos vizinhos e outros continentes? Que a gente possa ter um exemplo de empresa que deixe de ser apenas brasileira e vire uma empresa conhecida no mundo todo! A gente acredita no nosso potencial em função do próprio crescimento do setor de encomendas no Brasil.

Eu termino, fazendo um pouco uma provocação aqui ao nosso Senador Paim, que falou das reclamações no Procon no Estado de São Paulo, que há mais reclamação de serviços privados do que de serviços públicos.

Mas, Senador, há mais prestação de serviços privados do que de serviços públicos. Se a nossa telefonia ainda fosse pública, teríamos muito menos reclamações porque tínhamos muito menos usuários, que tinham que fazer uma fila para conseguirem adquirir uma linha de telefonia por um valor exorbitante. E hoje nós democratizamos a telefonia no Brasil por meio de investimentos privados. Então, é natural que a gente tenha muito mais serviços no setor privado, não só serviços que foram privatizados, mas serviços como um todo, que são prestados por empresas.

Quando a gente fala de serviços privados, é também o micro e pequeno empreendedor, é o João da padaria, é a D. Maria que está vendendo bolo. Todos eles são privados, todos eles estão gerando empregos, todos eles estão dinamizando a nossa economia. A gente admira muito o setor privado. E, em todos eles, a gente tem espaço também para melhorias nos serviços, principalmente aqueles que são regulados pelo setor público, em que a gente tem a obrigação, sim, de melhorar a fiscalização, de melhorar os níveis de exigência, para que os usuários se sintam, a cada vez, mais bem atendidos por aqueles serviços que continuam sendo uma parceria com o setor público.

Eu finalizo, citando os volumes enormes de investimentos privados que nós estamos atraindo para o País e que nós nunca teríamos se contássemos apenas com serviços públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos eles decorrentes de contratos de concessão, assim como a gente está tentando aqui com os Correios ter uma concessão dos serviços postais. As concessões rodoviárias, só em dois anos e meio, com os leilões que já foram feitos pelo Ministro Tarcísio, atraíram um volume de investimento que ultrapassa R$23 bilhões. Nas concessões aeroportuárias, a gente está com R$10 bilhões de investimentos contratados em 34 aeroportos que foram leiloados. Os R$31 bilhões decorrentes das concessões ferroviárias, mais os R$80 bilhões decorrentes das autorizações que nós esperamos, tudo isso é investimento privado. No setor de energia, nós já contratamos, em dois anos e meio, R$21 bilhões de investimentos privados de geração; de transmissão, são mais R$13 bilhões de investimentos privados. Agora, no saneamento, são mais R$60 bilhões.

Então, é o setor privado que está transformando o nosso País, é o setor privado que vai transformar e modernizar o setor postal. E o nosso papel é fazer uma boa regulação, aprovar um projeto de lei adequado e ter um contrato adequado, para conseguir prestar serviços sempre melhores para a população.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Marcio Bittar, todas as perguntas foram respondidas. O senhor tem mais alguma dúvida?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – Não, estou satisfeito, mas eu gostaria ainda de ouvir o Ministro Fábio sobre essas inquietações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Ministro Fábio Faria.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado! Obrigado, Senador Presidente Vanderlan.

Acho que a Secretária Martha respondeu às perguntas. Só queria fazer alguns complementos em relação ao aumento do número de trabalhadores.

Nós já citamos algumas experiências que aumentaram, como a Embraer, Vale, DHL, por exemplo, tudo que ela falou da Vale do Rio Doce, inclusive a leitura feita pelo Deputado José Guimarães na época, ressaltando a forma como foi feita a privatização da Vale e o seu sucesso incontestável. Aqui vale a pena só relembrar: a Vale saiu de 15 mil empregados para 74 mil colaboradores. Então, é um aumento de cinco vezes. Se conseguirmos isso nos Correios, estamos falando que vamos sair de 98 mil para 500 mil. Espero que tenhamos o mesmo sucesso que a Vale teve.

Em relação ao aumento do número de trabalhos, nós temos expectativa de que aconteça igual aconteceu com todas as empresas que foram privatizadas. Aumentaram seu faturamento, aumentaram muito o número de seus funcionários.

Em relação ao aumento de tarifas, a privatização combate o desperdício e aumenta muito o ganho de escala. Então, isso ajuda muito a empresa a se manter competitiva no mercado. Nós teremos a Anatel, que é uma agência. As tarifas todas serão reguladas também pela agência, pela Anatel. Nós criamos uma tarifa social que está num projeto de lei que contempla isso.

Em relação aos Municípios mais distantes, o mais importante, acho que foi o ponto um do projeto, foi a manutenção da universalização. A gente começou com isso. Então, nenhuma empresa que vier a adquirir os Correios vai poder deixar de entregar um documento sequer, uma carta sequer, em nenhum local, em nenhuma casa onde hoje já é entregue pelos Correios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí está garantido no projeto. É totalmente *fake news* qualquer frase que vá no sentido contrário a isso. A universalização está garantida e mantida.

Nós não sabemos até quando nós iremos entregar cartas, entregar boletos devido à modernização que está chegando a muitas empresas. Foi muito bem citado pelo Fábio, que trouxe o exemplo da Kodak, da Xerox, da Blockbuster, porque são empresas que não conseguiram se adaptar à nova realidade, à modernização. Você vê o serviço de Uber, que chegou. Muita gente tentou proibir isso, o Congresso praticamente, a lei dividida e hoje chegou a realidade ao mundo todo. Nem por isso acabaram os táxis. Os táxis continuam tendo a sua parcela de clientes. Então, a gente não tem como segurar a modernização. Essas empresas estão chegando com uma tecnologia muito grande, elas estão com *expertise* muito forte em relação à logística.

Mas, por exemplo, os Correios entraram em greve, nos últimos dez anos, doze vezes. O único ano em que os Correios não entraram em greve foi este ano, coincidentemente, que é um ano em que está sendo discutido o projeto de privatização. Eu tenho certeza de que se não tivéssemos com esse projeto em pauta, poderíamos estar neste momento agora com os Correios paralisados, que não é bom para os funcionários, que não é bom para o País, que não é bom para a manutenção da empresa, que é muito ruim, porque durante essas paralisações, nós perdemos muitos clientes que têm saído ano a ano e nós temos a certeza de que, se esse projeto, por um acaso, sair de pauta e não for aprovado, no ano que vem voltaremos a ter as greves anuais que temos todos os anos.

Então, em empresa privada, a gente faz com que isso não ocorra. A gente garante a produtividade. Como a Secretária Martha falou, com a garantia de que os funcionários permanecerão por 18 meses e com a certeza absoluta que nós temos de que a empresa entrante, a que vai adquirir, vai investir, vai querer aumentar a sua capilaridade, vai querer abranger as suas entregas para toda a região do Brasil e também para América Latina, nós temos certeza de que nós iremos saltar de 98 mil e, quem sabe, seremos uma Vale dentro dos Correios e possamos ir a 500 mil funcionários?!

Então, eu tenho certeza que nós estamos no caminho certo. Respeito todas as opiniões contrárias. Eu acho que é relevante, muito importante esse debate. O Congresso é isso. Nós nos sentamos numa mesa com Deputados da extrema direita, da extrema esquerda e, no final, sempre saímos com consenso. Quando não existe um consenso, a maioria vota e a minoria tem que aceitar o resultado.

Então, o mais importante desse processo é fazer com que a gente possa colocar em votação, fazer com que a gente realmente assuma a responsabilidade de votar, porque é a última janela que nós temos. Eu tenho certeza do que eu estou falando. Nós não temos condições nenhuma de voltar a discutir privatização dos Correios daqui a três, quatro anos. Ninguém vai ter interesse. Os Correios, continuando como tem feito nos últimos dez anos, com as paralisações...

Eu vi aqui uma pergunta de alguém da internet que falou sobre o lucro que foi dado esse ano. Realmente, uma ótima gestão que foi feita: não temos mais o que ocorreu, por exemplo, no escândalo do Postales; neste Governo, não houve nenhuma indicação de Vice-Presidente de partido, que era loteada... Então, isso ajudou muito a combater a corrupção dentro dos Correios. Mas foi um ano atípico, foi um ano de coronavírus, um ano de pandemia, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as empresas de *delivery,* de entrega cresceram. Os Correios entregaram medicamentos, os Correios fecharam novos contratos. Houve também um lucro de aplicação financeira que foi feito. Mas, mesmo assim, totalmente ineficiente para que os Correios, com esse lucro, conseguissem se manter competitivos.

Um estudo no BNDES, um estudo da Accenture, um estudo muito sério, mostra que, para os Correios se manterem competitivos, precisariam de um investimento de 2,5 bilhões por ano, só para se manterem competitivos em relação aos outros *players*. O lucro foi de 1,5 bilhão. Nós temos um investimento anual nos Correios de 300 milhões. Então, é praticamente 10% do que é necessário para que a gente possa continuar ganhando mercado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu estava ali com a CPI, por isso cheguei agora. Mas estava acompanhando também pela televisão antes, lá no gabinete, e preciso fazer aqui, mais uma vez, uma fala, como fiz da primeira vez que tivemos a audiência pública, mas em cima dos depoimentos e das colocações que foram feitas aqui, e claro respeitosamente, sobre a questão da venda dos Correios.

É preciso alertar que aqui nós estamos falando da venda de patrimônio. Nós estamos falando de abertura de um setor para a iniciativa privada operar. Nós estamos falando da venda do grande integrador nacional, presente em mais de 5,5 mil Municípios, mensalmente entregando mais de 0,5 bilhão de objetos postais, 25 milhões de encomendas. Tem mais de 25 mil veículos no seu patrimônio, 1,5 mil linhas terrestres, 11 linhas aéreas em operação, quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, cuja vida depende, cujo trabalho depende desta empresa pública. Oitenta e sete por cento desses são funções operacionais. Portanto, não há um inchaço na área administrativa, que ocupa no máximo 13%.

É um serviço que, mesmo havendo deficiências e tendo implementações a se fazerem para aprimoramento – sempre, qualquer empresa privada ou pública tem isso, porque tem que estar constantemente atualizada, mormente nesta área da comunicação dos Correios, da logística, do *e-commerce* etc. –, esta empresa, hoje, garante a universalização dos serviços postais, que é um direito constitucional dos brasileiros e brasileiras.

Para ter algum exemplo de serviços e atividades que os Correios desenvolvem, que são importantes estrategicamente para o Brasil, são entregues 200 milhões de livros e materiais didáticos em 5,57 mil Municípios pelos Correios.

No dia do Enem, em três horas apenas, provas são entregues em 15 mil locais diferentes; medicamentos, atendimentos do SUS, equipamentos de reposição a repartições, a unidades de serviço público, em todo País.

Ele também é um grande regulador concorrencial do mercado de encomendas, que está aberto. Para quem, às vezes, desavisadamente não sabe, este mercado está aberto. Hoje, empresas podem operar no mercado de encomendas. Os Correios praticam preço dois terços dessa concorrência. Portanto, tarifas postais brasileiras acabam se refletindo entre as mais baratas do mundo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vender os Correios é vender a sua estrutura. Não é abrir ao capital apenas. Não é apenas a ode ao mercado e ao investimento privado. É vender essa estrutura, neste momento, e a sua capilaridade, que chega a todos esses Municípios, num momento em que nós nos encontramos que eu chamo da ressaca da pandemia, da xepa da pandemia.

Eu não sei exatamente, quando o Ministro se refere à última janela, não fecha, para mim, este raciocínio de que nós temos assim que, desesperadamente, vender os Correios agora, porque, senão, daqui a dois anos, ele não terá mais valor. Foi o que eu ouvi aqui.

O Ministro talvez possa esclarecer qual é este raciocínio que diz ou eu vendo agora ou os Correios, com – de novo – seus 1,5 bilhão de objetos postais transportados, 25 mil veículos, 1,5 mil linhas terrestres, 11 linhas áreas, não terão mais valor em dois anos. Como isso? Não consigo entender!

É uma frase de efeito que soa assustadora, mas que eu não entendo, da mesma forma que eu não entendo a venda das refinarias da Petrobras, da mesma forma que eu não entendo a venda do controle da principal empresa, *holding* das *holdings,* do setor elétrico, a Eletrobras, neste momento.

Quer dizer, parece que é uma sangria desatada para vender tudo porque o Governo vai acabar, provavelmente não vai renovar o mandato, e nós temos que fazer tudo isto, ao mesmo tempo, agora, num momento péssimo para isso, em que cada país está se recuperando da crise da pandemia, cada país está se ocupando de se reorganizar internamente.

As empresas maiores e mais bem-sucedidas e as que poderiam ser até bons parceiros para as nossas empresas estatais, em projetos específicos – essa também é uma forma de trazer investimento privado –, não estão olhando para nós. Quem está olhando para nós é fundo abutre, é gente que compra coisa na xepa. Então, qual é a pressa de se fazer isso?

E aí eu faço a digressão em relação a esse processo da Alemanha, que é muito utilizado, mas ele também é utilizado do lado de quem defende os Correios. Esse processo começou na década de 90. O Governo alemão decidiu pulverizar a venda em fases, fazer uma liberalização regulada do mercado, para garantir que a nova empresa se tornasse competitiva e que a oferta de serviços fosse mantida em todo o país e em mais uma centena de países. Então, o correio alemão se tornou uma multinacional postal de carga, não tem absolutamente comparação com o processo que se está propondo aqui.

Esses cinco anos que se alardeiam como suposto período de transição do setor público para o setor privado, nesta proposta dos Correios, além de ser um período ínfimo, próximo dos 22 anos que levou esse processo na Alemanha, não é período de transição nenhum, é apenas um período de exclusividade no serviço do concessionário do setor privado que abocanhar, de primeira, o patrimônio dos Correios. Ele vai ganhar uma exclusividade de cinco anos, é só isso; não há transição nenhuma.

No caso da Deutsche Post, a primeira discussão era justamente como melhorar o serviço postal, garantir que a capilaridade do serviço fosse mantida em todo o país. Nós já discutimos aqui sobre a possibilidade de investimento e crescimento dos Correios a partir da Lei 12.490, que era de 2011, essa que tinha a citação ao Deputado José Guimarães.

Ora, por que não aconteceram todos esses investimentos e essas melhorias? Porque justamente os ministros da Fazenda, inclusive os dos nossos governos – é preciso fazer o mea-culpa em relação a isso –, impediram os dividendos destinados ao avanço dos Correios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os investimentos e, agora, escolhem vender como parte de uma cartilha de vender por vender, essa política do Governo Federal atual: "Não dá certo. Não conseguimos administrar, não conseguimos melhorar, não conseguimos fazer investimentos; vamos botar para vender".

Outra preocupação que eu tenho, já finalizando, é quanto à regulação. Nós não temos o sistema regulatório preparado para essa venda. A agência reguladora passa a ser a Anatel, mas quem define, pelo texto, as regras é o Poder Executivo. Como é possível isso? Está escrito lá: "A essencialidade dos serviços públicos será determinada pelo Poder Executivo", ou seja, cada governo é que vai determinar se os recantos e comunidades afastadas do País terão direito ou não à prestação de serviços de correios como essencial. Não se trata de política pública de regulação, mas é desmonte mesmo, é não chegar. Vai ficar a critério objetivo isso aí.

O Governo alemão, voltando, vendeu 50% da Deutsche Post para um banco público; no ano seguinte, vendeu um lote de 29% das ações; em 2005 foi que vendeu as suas ações remanescentes – isso começou em 1999 –; por fim, o lote mais recente foi vendido em 2012; e, hoje, 20,5% das ações da companhia ainda pertencem ao banco público alemão.

Então, a verdade é que nós temos que pautar esse debate público; como em qualquer serviço público universalizado, é preciso que alcance socialmente, economicamente todos os públicos distintos.

É muito bem-vindo o capital privado e o investimento privado, não há problema nenhum nisso, é possível conciliar, mas, como primeiro passo, "passar nos cobres", como dizem, os Correios integralmente, assim, de chofre é extremamente assustador.

A gente não sabe nem quanto valem os Correios. Não há um valor definido, não há um estudo concreto dizendo quanto é que vale isso. E não são só os carros, não são só as linhas aéreas; é a marca, é a universalidade, é exatamente tudo o que compõe uma empresa estatal construída ao longo de tanto tempo.

Portanto, a minha proposta é reforçar o pedido do Senador Paulo Paim para mais uma audiência. Por quê, Presidente? Nós tivemos duas audiências aqui, praticamente uma de um lado e outra de outro, assim: uma defende uma tese e a outra, independentemente, defendendo a outra tese. Precisamos de um embate final, um embate final onde componentes da Mesa de hoje e componentes da Mesa passada – ou variantes próximas disso – debatam, em frente a nós, com as suas ideias e seus conceitos, podendo ter contraditas, porque, senão, o pessoal que assistiu à primeira audiência fica pensando "olha, está tudo errado, não tem que vender", porque nós tínhamos cinco pessoas defendendo a não venda dos Correios. Agora, tivemos quatro ou cinco, e o Ministro com toda – claro – a legitimidade também proponente disso, defendendo a venda. Precisamos agora do embate final, que são três, quatro de um lado; três, quatro do outro – ou dois ou três de cada lado –, para dizer: "Olha, vamos aqui vê-los num embate direto". Alguém diz uma coisa e o outro diz: "Não, não é verdade isso que você está dizendo; o que o senhor está dizendo na verdade foi de outra forma".

E uma segunda colocação que eu quero sugerir, aproveitando a presença do Ministro, refere-se ao nosso Estado. Lá, na época, cinco ou seis anos atrás, houve uma cogitação muito forte, e o projeto chegou a ficar pronto, de um chamado *hub* dos Correios, que seria o nosso Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o Aeroporto Internacional de Natal. Ele foi construído com o propósito inicial de ser um aeroporto de carga, a função dele era ser um *hub* de cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todo o norte da América Latina ou inicialmente apenas o norte do Nordeste, a região do Nordeste setentrional.

Isso acabou se deteriorando ali com o tempo. Com a Copa do Mundo, enfim, acabou-se optando por eliminar o aeroporto de Natal e levar tudo para essa operação em São Gonçalo do Amarante, até porque o concessionário que o arrematou também fez isso como exigência, para haver um aeroporto apenas e garantir o retorno do seu investimento. Tudo bem até aí, a discussão foi atropelada, mas, enfim, aconteceu.

E, a um certo momento, houve essa discussão do *hub* dos Correios, de se reservar uma área desse grande aeroporto, que, segundo consta, é o maior aeroporto em superfície livre do Brasil – tem muita área livre –, para um futuro *hub* dos Correios. O que seria um *hub*? Basicamente consiste num lugar aonde chegam as encomendas em grosso e são distribuídas ali, e ali elas são empacotadas, colocadas nos envelopes etc. para serem levadas. Isso atrairia outros *hubs* também, dos grupos como Amazon, Netshoes, esses grupos todos, para o entorno do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Isso, sim, seria uma grande solução e resgataria a intenção original do projeto, que era um grande aeroporto de cargas, inclusive com a pista mais larga do Brasil, para A380, enfim, todas as grandes qualidades que o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante tem.

E o Ministro tem uma oportunidade, independentemente da privatização ou não, de colocar a privatizar, de compor com o Ministro Tarcísio, porque o edital do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante está sendo agora reorganizado para um novo concessionário. O concessionário que estava lá, que é a Inframérica, o mesmo aqui de Brasília, devolve a concessão, e ele vai ser relicitado. Então, Senador Marcio, também que tem bom trânsito no Governo, eu queria fazer esse apelo até ao próprio Ministro, ao Ministro Tarcísio – com quem a gente tratou muito, durante o período, da ferrovia –, de uma proposta conciliatória para, em nome e em benefício do nosso Estado do Rio Grande do Norte, a gente assegurar... Isso é independentemente de privatizar ou não. Isso é uma questão de reservar área no edital da relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante para que os Correios – quer quem sejam eles no futuro, em dois anos, em três anos, independentemente desse processo aqui – tenham, de fato, assegurada uma área para estabelecer esse *hub* de cargas, esse *hub* de reorganização de cargas, *shipping and handling*, como a gente chama, e a gente tenha isso como vantagem, pelo menos, para oferecer à empresa Correios, esteja ou não já finalizado esse processo.

Espero que não aconteça esse processo – eu sou realmente adversário disso –, mas, independentemente disso, ao largo desse processo, gostaria de deixar esta proposta aqui: que a gente recuperasse a ideia do *hub* dos Correios, que será aproveitada, inclusive, no próprio processo de vendas, se for vista por esse prisma. Será uma empresa que terá já uma área reservada, no principal aeroporto de cargas do Brasil, pelo menos pretensamente, para instalar o seu *hub* no futuro.

É isso.

Muito obrigado a todos.

Parabéns pela discussão!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jean Paul, eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pelo seu brilhante relatório no marco legal das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferrovias, pela condução, pela negociação, até aquela aprovação foi impecável, e o País, com certeza, vai saber reconhecer – e, principalmente, o seu Estado – esse esforço, esse trabalho. Isso mostra que um bom projeto, conduzido com democracia, olhando a questão de lado ideológico e tudo o mais, é independente no Senado Federal, teve a aprovação praticamente por unanimidade. Parabéns a V. Exa.!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Esta é a nossa forma de trabalhar: realmente vendo os instrumentais para o País, para o Estado brasileiro, claro que com o nosso viés evidentemente de importância do papel do Estado na economia, mas, realmente, foi o que fizemos ao longo de dois anos. Claro que fomos interpelados aí pela pandemia, não era para durar tanto tempo assim, mas, de qualquer forma, todos notaram que foi um trabalho coletivo, inclusive com o Ministério da Infraestrutura e com os ministérios da área econômica, respeitando as nossas posições e conciliando os interesses de todos – usuários, operadores.

Enfim, eu acho que, agora, sim, a gente vai, de fato, propiciar novas ferramentas, não só as autorizações como os trechos abandonados que nós inserimos, a possibilidade de migração de regime, vários instrumentos complexos. Porém, como eu disse ao Ministro Tarcísio: "Está entregue aqui uma caixa de ferramentas para você, como Ministro, usar e qualquer outro ministro à frente também poder dar o viés que quiser com as mesmas ferramentas regulatórias evoluídas e modernas".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jean Paul, esta Presidência entendeu que V. Exa. fez duas perguntas ao Ministro: sobre a regulação e sobre também por que tem que ser agora, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A regulação e o *hub* dos Correios. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Certo.

Eu vou dar a palavra ao Senador Paulo Paim, porque, às vezes, ele ainda tem alguma pergunta a ser feita ao Ministro, e o Ministro já responde aos dois nobres Senadores.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu vou ser bem rápido, não vou fazer nenhuma réplica aqui, embora a Martha tenha feito uma distorção do que eu falei. Martha, eu sou muito fiel a quem me manda o encaminhamento. Em nenhum momento, ele falou do setor privado, ele falou o seguinte, aqui, que, com relação à qualidade do serviço... Aí deu do Procon, o maior do Brasil, mostra que no topo das reclamações estão quem? As empresas privadas. Ponto. Foi isso que ele estava falando. As empresas que foram privatizadas, que foram privatizadas! Só esse esclarecimento, para não ficar dúvida.

Mas eu tenho certeza, Martha e todos os convidados, que vocês vão responder uma única perguntinha que eu fiz, uma única; espero que o Ministro me responda. Eu só fiz uma. Eu tinha dez perguntas aqui dos que me mandaram: "Poxa, Paim, mas você não fez nenhuma das nossas perguntas?". Eu digo que só uma me interessa. Vocês aceitam o bom desafio de um debate com quem pensa diferente? Vocês que estão aqui? Vocês recomendam que a Comissão faça uma outra audiência pública para ouvir o contraditório das duas posições? Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só fiz essa pergunta para vocês e ninguém me respondeu. Doze convidados. Vários Senadores vão decidir na reunião. Agora, seria importante saber se os convidados que defendem com tanta convicção a privatização dos Correios concordam com um debate com aqueles que são contra a forma pela qual está dado esse debate.

Era só isso, Presidente. Mais uma vez, muito obrigado. E muito obrigado a todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Paulo Paim, os convidados terão a oportunidade de responder em suas considerações finais, em que cada um deles terá cerca de um minuto para suas considerações.

Ainda existem aqui, chegaram para nós, algumas perguntas, na internet, no nosso portal e-Cidadania.

Paulo Fernando, de São Paulo: "Quais serão os critérios para a aplicação...". Essas perguntas aqui podem ter quaisquer dos convidados a respondê-las.

Paulo Fernando, de São Paulo: "Quais serão os critérios para aplicação de tarifa social? Por que o monopólio postal será mantido em regime de concessão?". É uma pergunta.

Alexsander Soares, do Paraná: "Qual a relação entre eficiência e *compliance* com privatização?". E alguns outros comentários aqui.

Eu quero passar a palavra ao Ministro para responder e tirar as dúvidas do nosso nobre Senador Jean Paul.

Com a palavra o Ministro Fábio Faria.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Senador Jean Paul, vou responder aqui as suas perguntas.

O Senador estava lá na audiência do Senado Federal e pode ser que tenha perdido algum ponto importante. Eu queria aqui... O Senador pergunta sobre uma frase de efeito, que seria "a última janela". E eu quero citar aqui alguns pontos por que cheguei a essa conclusão.

Por exemplo, nos Estados Unidos, Senador, o Serviço Postal americano, USPS, nunca foi privatizado, foi perdendo espaço de encomendas ao longo dos anos e hoje praticamente só tem o osso; o filé, falando em um termo mais popular, está com as empresas privadas. Então, é subsidiado pelo governo americano. O prejuízo acumulado de 2006 para cá é de US$82 bilhões, que são R$460 bilhões. Mas vamos para o ano de 2020. No ano de 2020, os correios americanos deram um prejuízo de R$51 bilhões, US$9,2 bilhões. Então é isso que pode acontecer com o Brasil.

O que é que os Estados Unidos... Eles perderam o *time*, no momento em que essa empresa poderia ter algo a oferecer que seria interessante para eles. E, assim, a gente não pode ter a União como uma mãe, a gente não pode, todos os anos, achar que a União pode bancar 50 bilhões, 30 bilhões, 10 bilhões de prejuízo dos Correios, porque vai chegar um momento...

Hoje existe ainda... Ao longo dos anos, Senador Jean, sei que o senhor tem um grande conhecimento em relação a isso e observa o mercado, a gente vem perdendo, nos Correios, de 20 a 30% de *market share* de encomendas.

Eu li aqui, a Luiza Trajano, por exemplo, me mandou aqui um whatsapp hoje. Ela tinha, há pouco tempo, 95% da Magalu que utilizava os Correios, hoje está em 50% e caminhando para 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Mercado Livre chegou a ter quase 100%. Hoje tem 10%.

Essas empresas de logística, essas empresas de *delivery,* todas elas, quando os Correios entram em greve – e, nos últimos dez anos, foram 12 paralisações, mais de duzentos dias de greve; no ano passado, 35 –, buscam outras soluções, elas buscam outras empresas, elas vão adquirindo empresas logísticas, elas desenvolvem a sua própria logística de entrega. E isso tem ocorrido de forma muito volumosa nos últimos anos.

Isso já aconteceu nos Estados Unidos. Ninguém mais, praticamente, nenhuma grande, nenhuma dessas *bigs* mais está trabalhando com os Correios americanos, e aqui no Brasil é a mesma coisa. Então, se hoje ainda existe um interesse, é por quê? Porque os Correios ainda detêm uma certa parcela de entrega de encomendas. Daqui a três anos, não teremos mais isso. A cada ano que passa, todas essas grandes empresas estão deixando de fazer, de realizar entregas com os Correios.

E quem é o entrante? Eu queria fazer essa pergunta, devolver essa pergunta para o senhor, para V. Exa. Quem é a empresa, de grande porte, nacional ou internacional, que vai querer adquirir uma empresa só para manter a universalização da entrega de cartas e serviços postais? Nós vamos aprendendo, ao longo do tempo, com as concessões e com os nossos erros. Por exemplo, na concessão da Oi, o Congresso estipulou que, até 2025, a empresa teria que manter a manutenção de orelhões. E hoje a Oi gasta R$300 milhões, por ano, em manutenção de orelhões.

Então, quem garante que, daqui a dez anos, a gente vai estar entregando carta, a pessoa pagando boleto, e não vai ser via telefone? A gente não tem como garantir que empresas consigam sobreviver por muitos anos. Será que hoje algum entrante tem interesse em comprar a Kodak, ou em comprar a Xerox, ou em comprar a Blockbuster? Será que não houve um momento, há dez, há oito anos, em que essas empresas valiam muito, e eles perderam ali a janela de oportunidade de vender?

Então, os Correios estão ficando. Está chegando um momento em que os Correios não conseguem competir com as empresas globais. Elas estão ganhando espaço. As pessoas estão, cada vez mais, conseguindo entregar em 12 horas, 24 horas, 48 horas. E isso a gente não tem como segurar.

É muito importante que a gente possa entender que os Correios são uma empresa que orgulha o País, mas não pode servir de cabide de emprego! A gente não tem como preservar os Correios e não fazer privatização para ficar nomeando Vice-Presidente, para ficar nomeando Diretores, para ficar nomeando nos Estados e fazer política. Não pode. A gente tem que preservar os empregos dos funcionários dos Correios. A gente só vai conseguir preservar se colocarmos uma empresa que invista anualmente R$2,5 bilhões, consiga recuperar o que eles perderam de *market share*, que essa empresa se torne uma grande empresa global.

Eu garanto para V. Exa. que, de acordo com todos os estudos feitos pela Accenture, feitos pelo BNDES, com essa perda de *market share* que tem acontecido, não haverá nenhuma empresa interessada nos Correios depois de perder tudo. Não vai entrar! Ninguém vai comprar só o osso. Como a gente garante a universalização? A gente entrega o ativo importante dos Correios, que ainda é essa grande receita de encomendas, para que banque o osso, para que banque e garanta a universalização de entregar nos 5.568 Municípios brasileiros, para as pessoas que recebem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao aeroporto lá do Estado, primeiro, foi um grande erro. Nós perdemos turismo no Rio Grande do Norte. Nós tínhamos um aeroporto dentro de Natal, em Parnamirim; fizemos um grande aeroporto em São Gonçalo para nada, porque as pessoas hoje demoram uma hora e meia no trânsito para chegar a Natal, muitas estão indo por João Pessoa. Nós perdemos uma grande oportunidade. É uma cidade turística brilhante que nós temos com várias praias maravilhosas, turismo religioso, enfim. Eu não quero entrar no mérito, eu não estava nessa decisão, mas acredito que ficou um grande elefante branco. Tentamos levar o *hub* da TAM, não foi possível; tentamos levar o *hub* dos Correios, não foi possível.

Seria bem interessante que a Governadora do Estado pudesse também continuar essas tratativas, apesar de o Governo Federal não ser o Governo do mesmo partido... Mas os Estados e Municípios estão muito bem assistidos. Eles aumentaram o superávit no ano passado, enfim, com o que foi feito no Congresso Nacional e no Governo Federal. Esse diálogo é importante, então, poderiam tentar... Não acredito que tenhamos espaço para isso.

Em relação a isso, nós poderíamos juntar a bancada do Estado para conversar com o Ministro Aroldo Cedraz. O processo de relicitação do Aeroporto de São Gonçalo está paralisado no TCU. Então, seria importante, em relação a isso.

E a Anatel vai fiscalizar o cumprimento do contrato, porque nós iremos fazer o contrato. A Anatel realmente fiscaliza sem aumento nenhum dos funcionários. A Anatel será a agência reguladora, vai regular os Correios para fazer cumprir todos os contratos que estão estabelecidos por nós.

E, em relação à terceira audiência, eu não quero me meter, eu sou do Congresso, eu sou colega de vocês. Esse é um assunto que cabe a vocês da Comissão decidir. Só acho que ninguém vai mudar voto por causa disso.

Nós sabemos que o Senador Jean Paul já tem o seu voto, o Senador Paulo Paim já tem o seu voto, o Senador Marcio Bittar já tem o voto dele. Nós ouvimos todos os contrários, estamos ouvindo agora os favoráveis. Vai ser muito mais do mesmo. Nós, se formos convocados, obviamente estaremos aí, de forma remota ou presencial. Eu tenho o maior interesse de estar no Congresso Nacional, que é a minha casa, em que eu estou há 15 anos e de que muito me orgulho. Mas isso é uma decisão interna. Não acredito que, dentro desse processo, será produtivo. Eu acho que isso é mais um fato para postergarmos esse assunto e postergarmos essa tratativa, e levarmos esse assunto para o ano eleitoral não resolve nada.

Nós precisamos, sim, cumprir esse *deadline* que foi estabelecido, que foi combinado com o Senado Federal, foi combinado com o Presidente Pacheco, sem compromisso de mérito. Se for votado na Comissão, depois for votado no Plenário e esse processo de privatização for derrotado, paciência, cada um vai colocar lá sua digital e, daqui a uns anos, a gente vai conversar. Se for privatizar, a gente vai, se Deus quiser, poder mostrar uma empresa como é hoje a Vale do Rio Doce e todas essas outras; e, se não for, a gente vai poder virar um grande problema, como é nos Estados Unidos. A gente vai pedir todos os anos para deixar uma receita de 20 bilhões por ano para manter os Correios funcionando.

Então, é uma decisão que não cabe a nós. Espero que a gente mantenha esse debate ocorrendo. Acredito que o Plenário do Senado Federal é soberano. Depois de passar na Comissão, os senhores terão oportunidade de fazer todas as ponderações, os partidos irão se reunir, irão ouvir os contrários, os favoráveis e os Líderes irão nos convocar, do jeito que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito na Câmara. Então, acredito que a gente pode continuar esse debate antes da votação no Senado Federal.

Esse aqui é o meu pedido, mas, Senador Paulo Paim, respeitando totalmente a decisão do Senado Federal. Só acho que não vai alterar o voto de ninguém porque todos nós sabemos que as posições políticas – infelizmente, quanto mais próximo da eleição – ficam acima das posições particulares de cada um. Então, quanto mais distantes do processo eleitoral, a gente despolitiza o debate. Acredito que será mais producente.

Nós votamos a Eletrobras, foi uma votação bastante apertada, bastante disputada. E eu acho de bom senso, de bom grado, que a gente pode também dar o direito de colocar em Plenário a votação para que os Srs. Senadores possam decidir o que é melhor para o Brasil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Apenas para replicar rapidamente, com todo respeito ao Ministro.

Em relação ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, a minha proposta é muito simples, ela não depende da Governadora – a Governadora não é ministro. O ministro pode perfeitamente articular, o que eu estou pedindo é meramente isto: que se articule com o Ministério da Infraestrutura e com o ministério que está à frente da relicitação do aeroporto para que se assegure um espaço, para que fique claro para o novo concessionário que ali existe uma área dedicada a um futuro *hub* dos Correios. Não aconteceu não foi porque ele é inviável ou ele é ruim, não; não aconteceu porque morreram as políticas, os governos acabaram, foi sucedido... O próprio Governador Robinson, pai do Ministro, esteve lá lutando por isso também, lutou por esse mesmo *hub* dos Correios, juntamente com a então Senadora Fátima.

Então, é o interesse de todos e é uma proposta aqui uníssona que eu faço, já que o Ministro é o Ministro das Comunicações. Esse é o caso em que, sim, se nós deixarmos essa janela passar... Porque há uma coincidência entre o fato de o concessionário estar devolvendo o aeroporto e ele ser relicitado, nós temos a oportunidade de refazer o edital, e o Ministro ser do Rio Grande do Norte. Então, se nós deixarmos passar esta janela, essa, sim, é premente, essa, sim, não voltará.

Em relação à questão da estatal e à questão do valor, eu acho que o que difere... E esse é o defeito, ultimamente se tem falado muito em deixar a ideologia de lado, deixar a política de lado. Eu não gosto muito – confesso, Presidente – dessa expressão, porque nós somos da política, e a política está em tudo, principalmente no setor público, na discussão sobre o setor público, mesmo quando é para vender.

Então, me permita dizer, Ministro, mas essa visão... A função objetiva de uma estatal não é e nunca foi, no Brasil nem em lugar nenhum do mundo, ser preparada para ser vendida apetitosamente a quem quer que seja. A função de uma estatal é cumprir papéis onde o mercado falha, onde o investimento privado não chega, enquanto ele não chega – essa é a função de uma empresa estatal –, ou ajudar a controlar ou abrir caminhos em atividades estruturantes onde os privados não conseguem, seja por escala, seja por incipiência de mercado, investir inicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos inúmeros, inúmeros exemplos no Brasil e no mundo todo, inclusive na Alemanha, na França, até nos Estados Unidos, onde, inclusive, o correio é público até hoje porque não sentiram necessidade de privatizar. Há concorrência de empresas privadas, mas acham necessário ter um serviço que, mesmo eventualmente demorando mais, é mais barato, acessível e chega a todos os cantões do país, inclusive ao Alasca, ao Havaí, aonde que for, pela mesma tarifa postal, em caso de algumas encomendas essenciais. Então, eles acham que é necessário.

Não é necessariamente para dar lucro sempre, está errado esse conceito. É porque nós mergulhamos numa sanha desde os anos 90, num discurso sucessivamente, cada vez mais, no sentido de que todas as empresas estatais têm que ser iguais às empresas privadas, o que está errado, e nós temos que rever isso. Se os Correios dão prejuízo aqui e acolá, um ano ou outro, claro que não por questões de desperdício de dinheiro ou desvio, porque isso está errado sempre... Se ele tiver que dar prejuízo para atender a uma comunidade distante, ou várias, ou abrir caminhos em novas áreas, ou fazer investimentos que os outros não querem fazer primeiro, ele terá que fazer, sim, e ele será apenas um instrumento do investimento público, porque aquele prejuízo será justamente um investimento que o Estado brasileiro estará fazendo, deixando de ganhar, deixando de eventualmente ter lucro igual ao de uma empresa privada, para abrir caminhos em regiões ou áreas em que o privado não opere ou não queira investir inicialmente, até para servir de gancho para puxar investimentos privados.

Então, a diferença entre nós é que a sua preocupação está em criar valor para vender a empresa, e a minha está em garantir a universalização, que ainda não chegou no Brasil todo. Eu falo isso porque o meu colega Senador Marcio é de lá do Acre e, certamente, o Acre e o nosso Rio Grande do Norte, que são dois extremos do País com escala pequena, serão os primeiros atingidos por essa questão.

Eu não vejo nenhum problema no fato de a empresa estatal não ser mais necessária e não necessariamente ser vendida, ser extinta. Qual é o problema, se ela cumpriu a sua função, universalizou tudo, tornou o mercado realmente competitivo e atendeu ao Brasil todo? Chega lá na frente, daqui a 30 anos, e diz: "Olha, Correios, não precisa mais ser estatal, não tem valor para vender porque vocês ficaram aqui com o mercado incipiente, pequeno." Extingue, apaga, acabou. Qual o problema? Por que é obrigado a criar esse valor para vender? A função dela não é crescer para vender, a função dela é cobrir lacunas.

Kodak e Blockbuster são péssimos exemplos. Aquilo foi por conta de tecnologia disruptiva que retirou delas o mercado de uma coisa que elas fabricavam. Não se pode comparar uma empresa que fazia filme e câmera fotográfica com os Correios brasileiros, muito menos com uma cadeia de aluguel de fita de videocassete! É claro que essas empresas estavam sujeitas a esse risco, isso se analisa no mercado em qualquer lugar. Aqui nós não estamos falando disso.

E outra, se os Correios... E, que eu saiba, os Correios não estão ficando obsoletos, isso é um outro conceito falso. Os conceitos estão se aprimorando. Se a empresa não está se aprimorando mais ou se não está havendo investimento maior, a culpa é do próprio Governo que a administra. Então, a gente está andando em círculos aqui.

Para finalizar: eu não estou preocupado em agradar quem quer que seja que queira comprar os Correios. Quem quer comprar um patrimônio desse tem que ralar, tem que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar útil, tem que mostrar investimento. Mesmo que eu topasse uma venda dessa, ela seria muito, muito, muito mais exigente do que está sendo. Vender na xepa e ainda alegar que os Correios daqui a dois anos não vão ter valor? Isso não faz o menor sentido! Qualquer especialista de qualquer lugar do mundo acharia isso integralmente equivocado. Não faz o menor sentido! E, se faltam 2 bilhões para investir, que se invistam, mesmo com o capital privado. O capital privado vai ter interesse de ser sócio dos Correios, no chamado filé. Ele investe no filé e, com o lucro do filé junto com o capital privado, nós vamos continuar atendendo ao que não é filé. Aliás, está muito delicado falar em osso ultimamente, porque pode lembrar cenas terríveis que a gente tem vivido por aí.

Então, eu acho que esse processo está equivocado na sua essência e na sua falta de discussão, sim, de aprimoramento de modelo, e, na origem, pelo jeito, agora descobrimos por quê: porque o interesse não é aprimorar a universalidade, não é aprimorar o atendimento ao brasileiro, é simplesmente construir um ativo, como se nós aqui, o Estado brasileiro, fôssemos uma incubadora de empresas estatais para depois vender para os outros. Esse conceito está completamente equivocado, me desculpe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Eu consulto a Sra. Martha se ela quer usar um minuto para as suas considerações, para falar na condição de Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A SRA. MARTHA SEILLIER (*Por videoconferência*.) – O Ministro Fábio está com a mão levantada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Ministro Fábio, com a palavra. Como nós já...

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só para concluir aqui, Presidente. Não vou passar de um minuto.

Eu ouvi aqui mais uma vez o Senador Jean Paul. O bom do debate é que a gente discorda, mas com o maior respeito um com o outro, como a gente sempre conviveu aqui no Congresso Nacional.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso mesmo.

O SR. FÁBIO FARIA – Mas o TCU é um órgão autônomo, por isso que eu falei: é independente e autônomo. Então, não está no Poder Executivo, muito pelo contrário, o TCU é do Poder Legislativo. Então, essa questão do aeroporto de São Gonçalo está com o Ministro Aroldo Cedraz. Tanto eu como o Ministro Tarcísio já tivemos algumas reuniões em relação a esse assunto. Esse assunto está no *spotlight* do Governo e ele tem interesse total em resolver isso. Eu acho que ajudaria muito o restante da bancada e a Governadora também marcarem audiência com o Ministro Aroldo Cedraz para tentar resolver esse tema.

Volto a falar aqui, Senador – eu me preocupei muito com a sua fala –, porque acho até que o senhor pode ter se equivocado, porque acha que estatal não tem que dar lucro e que ela pode, sim, dar prejuízo e, se der errado, aí sim, se extingue e fecha. Aí a gente está realmente cometendo um crime com 98 mil famílias. A gente precisa cuidar dela agora, para que a gente tenha uma empresa saudável, para que essa empresa centenária possa continuar. Com o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensamento de que a União tem que ficar bancando e, ao chegar ao momento em que não queira mais bancar, extinguir e fechar, a gente vai fechar a porta na cara de 98 mil funcionários.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É em 30 anos, Ministro, é em 30 anos! É claro que é *fade out*, não é uma coisa abrupta, são 30 anos para fazer isso. Se não houver mais a função, a empresa perde sua função, porque terá passado para o mercado.

Só para não ficar mal entendido: eu não estou preconizando aqui a extinção da empresa amanhã, estou dizendo que é um processo gradual. Quando o aporte estatal não for mais necessário, aí sim, ela pode ser extinta, mas pode também ser vendida pelo valor residual. É apenas uma inversão de prioridades. Na nossa mentalidade, não cabe montar estatais só para vender, é só isso.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – Presidente, com todo o respeito ao Senador nosso colega...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe aí.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – ... mas ele está interrompendo o Ministro com a fala dele quando o Ministro não interrompeu o Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não, desculpe aí. É simplesmente para não ficar com essa impressão errada. E o bom debate está sendo colocado aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Eu pediria ao Ministro Fábio Faria que terminasse o seu raciocínio.

O SR. FÁBIO FARIA – Eu encerrei, Presidente. Eu encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – A Sra. Martha não vai usar da palavra? É isso que eu entendi? Ela passou ao Ministro?

A SRA. MARTHA SEILLIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só um breve comentário aqui para aproveitar esse minuto final e agradecer a oportunidade, o convite de debater esse tema tão importante com os Senadores.

Quero me colocar aqui 100% à disposição, com o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) do Ministério da Economia, para dialogar com cada um dos senhores, com seus assessores, com seus gabinetes, para esclarecer qualquer dúvida e receber também qualquer sugestão em relação aos estudos que estão sendo estruturados pelo BNDES, aqui com a nossa coordenação, com a fortíssima e importantíssima participação do Ministério das Comunicações nesse processo.

E quero dizer, complementando aqui o que o Ministro Fábio falou, que a gente acredita nessa empresa gigante daqui a alguns anos. Diferentemente da fala do Senador Jean Paul, de que daqui a 30 anos nós poderemos liquidar, fechar, a gente quer, daqui a 30 anos, olhar os números dessa companhia e ver milhares e milhares de brasileiros contratados com salários dignos, realizando um trabalho com tecnologia, um trabalho valorizado. A gente não acredita no fechamento da estatal, nem que ela se deteriore, nem que ela nunca mais seja necessária. A gente acredita realmente que os Correios têm condições de receber investimentos vultosos, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescer, de ultrapassar fronteiras, de contratar mais, de entregar mais, porque o *e-commerce* vai crescer, cada vez mais as pessoas vão querer entregas em casa, cada vez mais vai haver mercado para esse tipo de empresa. E a nossa estatal não pode ficar perdendo participação de mercado por ser estatal. Ela tem que conseguir competir com as empresas privadas em igualdade de condições, receber os investimentos necessários para competir em igualdade de condições. Assim, sim, nós vamos estar honrando o trabalhador dos Correios e os muitos outros trabalhadores brasileiros que vão ter a oportunidade de trabalhar nessa empresa no futuro.

São minhas palavras finais.

Agradeço novamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, apenas para que não fique a impressão errada aqui, porque essa estratégia eu já conheço. Amanhã vão sair aí dizendo que eu estou preconizando o encerramento das atividades dos Correios. Não foi isso que eu disse. Eu dei um exemplo genérico, geral, da teoria geral das estatais, de que a preocupação não deve ser construir ativos para vender, mas, sim, atender a universalização do serviço para os cidadãos do país, qualquer que seja ele, Brasil, Austrália, qualquer um.

Ao final dessa missão, uma vez cumprida, se não for possível vender, o que é muito raro, porque qualquer empresa dessa tem ativos, aí sim se pode fazer uma privatização, uma composição, uma *joint venture*, etc., como último recurso. Mesmo que ela acabe, que ela feneça, que ela termine a sua missão, não há problemas, porque a universalização estará completada e a competitividade de mercado estará garantida.

O que eu acho equivocado é inverter isso, é o rabo abanar o cachorro, que é dizer que agora todas as estatais brasileiras têm que ser administradas com vistas a ter valor para venda. Elas não estão aí para serem vendidas, elas estão aí para servirem ao Brasil. É isso que eu quero deixar claro.

Eu dei um exemplo de teoria da gestão das estatais e da natureza delas. Em momento nenhum aqui eu preconizei que, daqui a 30 anos, se fechem os Correios, absolutamente não. Meu futuro para os Correios é, com gestão estatal, atender os brasileiros e as brasileiras, crescer, atender com cada vez mais eficiência, manter-se como paradigma de mercado para um mercado competitivo nas encomendas e em tudo mais, e cumprir sua missão. E, se ele tiver que ter parceiros privados, que tenha. Só não façamos isso agora virar uma feira.

É só esse o ponto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sr. Diogo Mac Cord, um minuto.

O SR. DIOGO MAC CORD DE FARIA – Os senhores me ouvem? Funciona bem o áudio?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Estamos ouvindo, Diogo.

O SR. DIOGO MAC CORD DE FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu gostaria apenas de agradecer pelo espaço.

Eu acho que são naturais e fazem parte posições divergentes. Eu acho que a gente teve, sim, um debate interessante. Apesar de os pontos de vista aqui dos painelistas serem obviamente similares, eu acho que o Senador Paim e o Senador Jean Paul trouxeram, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos que são importantes para a controvérsia, para o debate. Eu acho que é assim que a gente consegue, de fato, evoluir.

Tenho, obviamente, a convicção de que esse é o melhor caminho. Eu acho que as experiências anteriores das privatizações que ocorreram no Brasil mostram, como o Ministro Fábio colocou, como a Secretária Martha colocou, que realmente a gente consegue potencializar empregos, a gente consegue melhorar qualidade. Tudo isso pode, sim, ser comprovado com experiências anteriores.

Foi questionado aqui qual seria o estudo ou o impacto calculado para a afirmação de que os Correios precisariam, num futuro breve, de recursos públicos. Os Correios estavam na iminência de se tornarem uma empresa estatal dependente. Se não fosse o choque de gestão observado nessa última administração, os Correios poderiam se tornar uma estatal dependente, porque o patrimônio líquido foi corroído em mais de R$4 bilhões nos últimos anos, chegou a apenas R$100 milhões num ativo de mais de R$14 bilhões. E o resultado, depois de anos de prejuízos bilionários – como eu comentei, R$ 2,1 bilhões em 2015, mais R$1,5 bilhão em 2016, e assim por diante –, estava na eminência... Fechou-se o último exercício de 2019 com cerca de R$100 milhões a R$140 milhões de resultado, ou seja, mais um ano com aquele mesmo tipo de gestão anterior teria tornado os Correios uma estatal dependente.

Qual é o efeito disso? Entrar no orçamento público federal e, no ano seguinte, já consumir R$18 bilhões do orçamento público, que é o custo total da empresa. Então, essa era a urgência. Por isso é que a gente precisa realmente fazer esse movimento, fora todas as outras vantagens que eu acho que já se tornaram bastante claras e evidentes aqui ao longo do nosso debate.

Então, novamente eu agradeço muito pelo espaço e pelo tempo.

Eu tenho convicção de que estamos no caminho correto.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Fábio Almeida Abrahão, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (*Pausa.*)

O Sr. Fábio vai usar da palavra? (*Pausa.*)

Já saiu.

O Sr. Marcelo Silva pediu desculpas, mas teve que se retirar.

Sr. Fábio, com a palavra.

O SR. FÁBIO ALMEIDA ABRAHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Houve um problema tecnológico aqui.

Bom, pra concluir: o banco se coloca à disposição. O nosso entendimento é que, de fato, esta reunião foi extremamente interessante; houve, sim, o contraditório.

Voltando aqui, o nosso papel, como eu disse no início, é olhar a empresa na realidade atual dela e olhar a realidade na qual está inserida, ou seja, no mercado. A conclusão é que, do ponto de vista do mercado, essa fase de estudos já finalizou e que, de fato, o mercado passa por um momento de mudança estrutural. Portanto, as comparações que o Ministro Fábio Faria colocou sobre os efeitos de não se preparar para uma mudança estrutural de mercado realmente são pertinentes.

Do ponto de vista interno, ou seja, avaliação interna da companhia, nós não terminamos ainda, mas eu corroboro a visão do Secretário Diogo Mac Cord de que os passivos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correios são gigantescos. Nós estamos em processo de finalizar apurações, mas existe um contingente passivo trabalhista previdenciário importante, e isso tem que ser levado em consideração, ou seja, nós estamos estruturando um modelo em que a empresa vencedora se responsabilizará e, portanto, deverá demonstrar essa capacidade de se responsabilizar por esse passivo expressivo e, em paralelo, sim, garantir a universalização com a tarifa social e com o controle de preços para o serviço postal universal. Esses são fundamentos da modelagem, que eu queria deixar em destaque.

Novamente agradeço a oportunidade de ter ouvido o contraditório e ter participado do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Pede a palavra o Senador Paulo Paim; em seguida, encerraremos esta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só um minutinho, não há intenção nenhuma de criar polêmica no último minuto, porque nós, Senadores, claro... V. Exa. gentilmente me passa a palavra. Então, não farei perguntas; farei só um esclarecimento, Presidente.

O nosso querido amigo Ministro, Parlamentar, também ficou preocupado com a demora. Eu queria evitar, Presidente, o que aconteceu na Câmara dos Deputados, porque lá esse projeto não passou nem pela CCJ, o que resultou numa Adin, que se encontra agora em apreciação no Supremo Tribunal Federal e conta com o parecer da Procuradoria-Geral da República asseverando que não é constitucional privatizar os serviços postais que a União presta em regime de correspondência.

Então, a nossa intenção é aprofundar o debate, ouvir a opinião da própria CCJ para que o que for decidido... Eu sempre digo, pela minha experiência no Parlamento de quase 40 anos: quem tem voto leva. E, neste ano ou no ano que vem, quem tem voto ganha. Se a proposta é boa, naturalmente, um lado ou outro vai encaminhar para fazer a defesa.

É só isso, Presidente, só fazer este esclarecimento, para dizer que a nossa intenção não é só demorar para votar, mas votar com conhecimento profundo de causa da parte de todos os Senadores. Por isso estamos aqui agora. É isso.

Agradeço muito ao Relator, agradeço a V. Exa. e a todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Relator da matéria e autor do requerimento, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Como Relator.) – Eu quero apenas agradecer aos debatedores da audiência passada e desta audiência, aos colegas Senadores que participaram presencialmente, *online* e também concordar com uma linha de raciocínio.

Mesmo os meus queridos colegas – respeito todos, porque todos aqui foram eleitos e estão aqui representando os seus Estados e o Brasil – que acham que ainda seria necessária outra audiência entre as partes demonstram nas suas próprias falas que já têm um pensamento formado e não vão mudar. Portanto, eu sou daqueles que entendem, como disse o Senador Paulo Paim, com quem fui Deputado Federal e agora tenho o privilégio de ser Senador da República, que nós temos uma opinião igual, quer dizer, vamos a Plenário. Eu entendo que a pior posição que o Congresso Nacional pode ter é a omissão. Ele vota, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discute e vai haver opinião... Eu, por exemplo, como Relator, tenho o maior cuidado de palmilhar as etapas, ir vencendo as etapas. A hora do debate mais público, do contraditório, vai estar no Salão Nobre, que é o Plenário do Senado da República.

Dito isso, eu acho que nós não podemos, sob nenhum pretexto, não votar a matéria. Nesta altura do campeonato acharmos que há Senador da República que não está familiarizado com a matéria ou é um equívoco ou é uma tentativa de procrastinação ou, se for verdadeiro, é um deslize de algum colega que não parou para estudar uma matéria que diz respeito ao nosso dia a dia.

Mas termino, Presidente, agradecendo-lhe, parabenizando-o e, mais uma vez, parabenizando todos que estão atentos a este debate. Para mim, o que deve prevalecer, ao final e ao cabo de tudo isso, é o interesse não de uma pessoa ou de um grupo, por mais legítima que seja a preocupação, mas o interesse nacional.

Um abraço! Fiquem com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Agradeço ao Relator, Senador Marcio Bittar.

Bem, gente, estamos encerrando aqui a nossa audiência pública, que foi um sucesso. O Senador Jean Paul, o Senador Marcio Bittar... Aprendi muito, tirei algumas dúvidas, talvez não a totalidade delas, com alguns dos nossos colegas Senadores e Senadoras que participaram desta audiência pública. Não tive a oportunidade de participar da primeira, mas obtive aqui um pouco mais de conhecimento sobre a privatização dos nossos Correios.

Para que esta audiência pública fosse realizada, Senador Jean, nós tivemos a participação e a ajuda dos nossos servidores da Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, que eu quero aqui ressaltar: Sr. João Pedro Caetano, que é o Secretário; Daniel Marcio Andrade, Secretário Adjunto; Erika Barbacena, Analista de Processo Legislativo; Anderson Gonçalves, Técnico de Processo Legislativo; Irisvanda Almeida Cunha, Assessora Parlamentar. É esse pessoal que faz com que a nossa Comissão seja um sucesso. E tem sido assim com o Senador Otto Alencar na Presidência, e conosco, hoje, porque eu tive o prazer de presidir esta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Alessandro Vieira, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, José Aníbal, Lasier Martins, Omar Aziz, Marcos Rogério, Fernando Collor, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 15ª e 16ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 591, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 5. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a destinação de parcela das prestações mensais devidas pelos Estados e pelo Distrito Federal à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a programas estaduais de financiamento imobiliário." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementar n° 188, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2966, de 2019 - Terminativo -** que: "Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com a emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª e 16ª Reuniões realizadas nos dias 19 e 20 de outubro.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicação de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos diversos documentos de cidadãos e de instituições públicas e privadas, incluindo câmaras municipais e o Tribunal de Contas da União. Os documentos tratam de diversos temas, e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Item 1 da pauta, não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 591, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 5.

Observações:

1. Em 28/9/2021, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do senador Angelo Coronel.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Marcio Bittar, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas Senadores que estão participando da reunião.

Eu vou à análise, já que o texto está à disposição de todos os colegas e da sociedade.

Da análise.

A matéria sob apreciação desta Comissão trata, como se depreende do conteúdo apresentado, da revisão do marco regulatório do setor postal e da desestatização da empresa pública Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), responsável por explorar os serviços postais no País, algumas das modalidades em regime de monopólio, nos termos dos arts. 9º e 15 da Lei nº 6.538, de 1978.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ECT foi instituída meses após a edição da referida lei, pelo Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, como sucessora do Departamento dos Correios e Telégrafos. Desde então, tem sido responsável por operar, em todo o Território nacional, o recebimento, a expedição, o transporte e a entrega de correspondências, valores e encomendas. As normas fazem distinção entre as correspondências (simples ou agrupadas) e os demais objetos postais porque os regimes de exploração das variadas modalidades de serviço postal são diferenciados.

Os objetos postais hoje classificados como correspondências são as cartas, os cartões-postais, os impressos, os cecogramas (correspondência impressa em relevo, para uso dos deficientes visuais) e a chamada pequena encomenda, objeto com ou sem valor mercantil, com peso limitado e remetido sem fins comerciais. Um subconjunto dessas modalidades costuma compor o que se entende globalmente como serviços postais básicos, tema de tratados dos quais o Brasil é signatário.

Quero cumprimentar o Líder, meu querido amigo, Fernando Bezerra, Líder do Governo no Senado da República.

A ECT explora com exclusividade, nos termos de legislação recepcionada pela Constituição Federal, as seguintes atividades postais e acessórias: cartas, cartões-postais e correspondências agrupadas A remuneração pelos serviços prestados provém das tarifas aplicáveis às modalidades exploradas com exclusividade, dos preços cobrados para o transporte de encomendas e de valores, e de prêmios fixados em função do valor declarado nos objetos postais. O controle tarifário está sob responsabilidade do Ministério das Comunicações.

A atividade postal é considerada serviço público essencial não apenas doutrinariamente, mas, também, nos termos do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. E, nessa condição, cumpre ao Estado garantir sua universalização a valores módicos, bem como a continuidade e um nível mínimo de qualidade na sua oferta à população.

Entende-se que a preocupação central em torno do PL nº 591, de 2021, que motivou o envio de moções de repúdio à privatização da ECT por parte de duas assembleias legislativas – Santa Catarina e Amazonas –, de 62 Câmaras Municipais e da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação, é em função da restrição do acesso a serviços postais essenciais, caso sua oferta passe a ser responsabilidade de uma empresa privada.

A exclusividade conferida à empresa pública para execução de serviços postais básicos é percebida como necessária para assegurar a viabilidade econômica da atividade em todo o Território nacional. Sob o mesmo fundamento, a legislação infraconstitucional concedeu à ECT não apenas os ganhos de escala derivados da exclusividade na prestação de determinadas atividades postais, mas também isenção tributária para serviços postais não exclusivos.

Antes de desenvolver a análise de mérito da proposição, contudo, cabe apreciar sua constitucionalidade, tendo em conta, inclusive, ações judiciais que questionam a possibilidade de delegar à iniciativa privada a exploração da atividade postal.

Essa análise de constitucionalidade requer uma breve contextualização das ações governamentais dirigidas aos Correios. Em 21 de agosto de 2019, a Resolução do Conselho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) nº 68 submeteu à deliberação do Presidente da República a qualificação dos Correios como empresa a ser analisada com o objetivo de se buscar alternativas de parceria com a iniciativa privada que gerassem ganhos de eficiência e resultado à ECT, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.

Em 15 de outubro de 2019, o Decreto nº 10.066, ratificou a qualificação dos Correios no âmbito do PPI, possibilitando, assim, a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada. Por meio da Resolução CPPI nº 89, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), foi incumbido de contratar estudos especializados relativos ao setor postal e de encomendas no Brasil, nos termos do art. 6º, II, alínea "f", da Lei nº 9.491, de 1997 (Lei do Programa Nacional de Desestatização).

Vale lembrar que a desestatização de atividades econômicas e de serviços públicos encontra amparo na Lei nº 9.491, de 1997, que estabelece os objetivos e as diretrizes do PND. À exceção das empresas públicas e sociedades de economia mista a que se refere o art. 3º da referida lei – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por exemplo, cuja privatização exigiria autorização legislativa específica –, o PND oferece suporte legal para que se inicie um processo de privatização de qualquer empresa estatal, mediante aprovação do Presidente da República.

No caso específico da ECT, a fundamentação usada pelo Poder Executivo para motivar a realização de estudos e a busca por alternativas de parceria com o setor privado – garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e, assim, a continuidade na oferta universal dos serviços – tem respaldo direto no art. 1º, III, da Lei do PND, *in verbis:*

> Art. 1º O Programa Nacional de Desestatização – PND tem como objetivos fundamentais:
> .....
> III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
> .....

A inclusão da ECT no Programa Nacional de Desestatização foi formalizada por meio do Decreto nº 10.674, de 13 de abril de 2021, que estabeleceu diretrizes específicas para essa desestatização:

> Art. 1º Fica incluída, no Programa Nacional de Desestatização - PND, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.
> §1º A desestatização de que trata o *caput* observará as seguintes diretrizes:
> I - alienação de controle societário em conjunto com a concessão dos serviços postais universais de que trata o inciso IV;
> II - prestação concomitante dos serviços de correspondências e objetos postais e prestação integrada dos serviços de atendimento, tratamento, transportes e distribuição;
> III - prestação dos serviços com abrangência nacional; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> IV - celebração de contrato de concessão, de modo contínuo e com modicidade de preços, dos seguintes serviços postais universais:
> a) carta, simples ou registrada;
> b) impresso, simples ou registrado;
> c) objeto postal sujeito à universalização, com dimensões e peso definidos pelo órgão regulador; e
> d) serviço de telegrama, onde houver a infraestrutura de telecomunicações necessária para a sua execução.
> §2º O contrato de concessão de que trata o inciso IV do §1º disporá sobre a prestação de serviços de interesse social.
> §3º A publicação do edital para a alienação de que trata o inciso I do §1º e a celebração do contrato de concessão de que trata o inciso IV do §1º ficam condicionadas à aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco legal dos serviços postais.

Destaque-se que a eventual alienação de controle societário da ECT foi previamente condicionada: (i) à aprovação do marco legal dos serviços postais, objeto da proposição em análise; e (ii) à contratualização da relação entre poder concedente e a empresa que, então sob gestão privada, será responsável pela oferta dos serviços.

Quando se questiona a constitucionalidade do Decreto nº 10.674, de 2021, e a privatização da ECT, por fragilizar a oferta adequada e universal de serviços essenciais, é preciso que se contraste o grau de institucionalização da situação atual com a proposta apresentada pelo Poder Executivo e já aprovada na Câmara dos Deputados.

A empresa pública que opera os serviços postais não se submete, de fato, a planos de metas que determinem obrigações de cobertura e de qualidade do serviço prestado. O órgão estatal incumbido de regulamentar e fiscalizar a operação da ECT não dispõe de estrutura para acompanhar e fiscalizar o efetivo cumprimento de metas que venham a ser estabelecidas. A falta de recursos orçamentários, associada a uma operação incapaz de gerar recursos próprios para cobrir os investimentos necessários, tem sido justificativa suficiente para que o serviço postal não atinja a qualidade esperada pelos cidadãos. Por fim, o usuário do serviço prestado pela ECT não dispõe de uma estrutura para recepcionar e tratar suas reclamações. Essa situação resulta da falta de contratualização e de um adequado grau de institucionalização na relação entre a entidade estatal que elabora a política e suas metas e aquela responsável por executá-la.

O PL nº 591, de 2021, aperfeiçoa esse precário aparato de regulação e fiscalização da atividade postal, definindo instrumentos e responsabilidades para que se garanta uma oferta adequada e universal dos serviços postais essenciais, e impõe, por meio de uma concessão, a contratualização na relação entre a empresa e o poder público.

Não obstante, o Poder Judiciário foi provocado a se manifestar sobre a autorização legislativa para alienação do controle acionário da ECT, conforme se visualiza no bojo da ADI 6.635, proposta pela Associação dos Profissionais dos Correios, contra o inciso I do art. 2º e a alínea "f" do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.491, de 1997; contra a alínea "c" do inciso V do art. 7º da Lei nº 13.334, de 2016 e, por consequência, contra os Decretos nºs 10.066, de 2019, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.674, de 2021, e as Resoluções nºs 89, de 2019, e 168, de 2021, do Conselho de Parcerias e Investimentos, todos por alegada contrariedade ao art. 1º, ao inciso X do art. 21 e aos §§2º e 3º do inciso II do art. 60 da Constituição Federal.

No entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR), o inciso X da Constituição Federal não possibilitaria a prestação indireta, isto é, por meio de concessão, dos serviços postais e do correio aéreo nacional, sendo possível apenas a "desestatização da parte da empresa que exerce atividade econômica" – fecham-se aspas. Nesse paradigma, caso o STF viesse a declarar a inconstitucionalidade parcial do inciso I do art. 2º da Lei 9.491, de 1997, que contém autorização genérica para desestatização dos Correios, também haveria de ser declarada a inconstitucionalidade, por arrastamento, do Decreto 10.674, de 2021. Consideramos que o entendimento da PGR se baseia em concepção equivocada sobre a titularidade da prestação de serviços postais por meio de concessão, à luz do disposto no inciso X do art. 21 da Constituição Federal, conforme explicamos a seguir.

Desde a Constituição de 1934, em seu art. 5º, inciso VII, fixou-se o entendimento de que cabe privativamente à União manter os serviços postais, o que se repetiu em cada uma das Constituições que se seguiram: na de 1937, no art. 15, inciso VI; na de 1946, no art. 5º, inciso XI; na de 1967, no art. 8º, inciso XI. No entanto, com o passar dos anos, o campo fático e semântico associado ao verbo "manter" e à ideia de "manutenção dos serviços postais", entre aspas, mudou significativamente. Hoje, numa perspectiva de retirada do Estado da prestação direta de serviços públicos, a delegação – mediante concessão, permissão ou autorização –, tende a suplantar a prestação direta de serviços, notadamente aquela que ocorre mediante empresas estatais.

Esta relatoria se alinha à doutrina majoritária brasileira e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para quem os serviços postais são serviços públicos, hoje prestados exclusivamente pelo Estado, por meio da ECT.

O privilégio da exclusividade da prestação foi concedido à União, em contraposição aos demais entes federativos, nos termos da Carta Magna e da Lei nº 6.538, de 1978, anterior à Constituição de 1988. Se fosse o caso de atividade econômica e de monopólio, o Constituinte teria situado os serviços postais no art. 177 da Constituição, o que não fez, bem como aplicar-se-iam à análise os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

Há 12 anos, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 46, o STF se manifestou acerca da natureza de serviço público dos serviços postais contidos na Lei nº 6.538, de 1978. No amplo debate promovido pela Corte, venceu a tese de que tal diploma foi sim recepcionado pela Constituição Federal de 1988, reforçando a exclusividade da União quanto à prestação das atividades do rol do art. 9º da Lei, apesar da incorreção terminológica contida naquele dispositivo, pois não se trata de "monopólio", entre aspas, no sentido do art. 177 da Constituição Federal de 1988, e sim de "exclusividade", entre aspas, na prestação do serviço.

Desse antigo debate restou evidente a urgência de se delimitar, em lei e em conformidade com o plano fático contemporâneo, a abrangência do serviço postal. É exatamente o que se propõe no PL em análise. Vale lembrar, afinal, que a concessão dos serviços públicos postais não implica a perda de titularidade, que sempre será da União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável por sua supervisão e regulação, sem qualquer ofensa ao previsto no art. 21, X, da Constituição Federal.

Havendo sucesso em transferir o controle societário da ECT ao setor privado, a partir da autorização legislativa contida no PL em comento ou mesmo da autorização genérica do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, a empresa firmará um contrato de concessão, sujeitando-se às revisões e reajustes tarifários (art. 10) e à regulamentação, fiscalização e sancionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (que incorporará os Serviços Postais em sua atuação como órgão regulador) no que se refere ao serviço postal universal, que é delimitado ao longo da proposição em análise.

Doravante, dedica-se a sequência deste relatório à avaliação do mérito da proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Como fonte de informações, utilizam-se as demonstrações contábeis da ECT e os estudos conduzidos pelo BNDES em resposta à missão que lhe foi incumbida pelo CPPI. O trabalho encomendado pelo BNDES foi desenvolvido por um consórcio formado pela empresa de consultoria Accenture e pela banca de advocacia Machado Meyer, Sendacz, Opice e Falcão, que procurou levantar as tendências e desafios do setor postal no mundo, as experiências de outros países com a privatização de seus operadores postais, a situação dos Correios e as alternativas de parcerias com a iniciativa privada.

Foram selecionados diversos mercados para constituir a amostra da qual se procuraria identificar tendências, desafios e o próprio desempenho dos operadores postais tradicionais e de seus principais concorrentes. Foram estudados Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Alemanha, Áustria, Dinamarca e Suécia (onde o operador é único), Espanha, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido e Suíça.

Essa amostra revela os efeitos nos serviços postais da aceleração da digitalização da economia, que impactou o volume de correspondências em todo o mundo. Houve queda na receita de serviços postais, entre 2014 e 2019, de 12% em média, variando de quase -10% na Áustria a -37% na Suécia e Dinamarca. Nesse último, a redução no volume de correspondências, desde 2007, foi superior a 70%. E essa queda de receita ocorreu a despeito do incremento observado na receita unitária dos serviços de correspondência (aumento mediano de 9,8%, chegando a 24% na Itália). Isso significa que os usuários que ainda precisam do serviço têm arcado com custos unitários maiores ao longo do tempo.

No segmento de encomendas, observa-se um movimento oposto. Registrou-se aumento mediano de 54,4% em volume no mesmo período, atribuído ao forte crescimento do comércio eletrônico no varejo (22% ao ano, de 2017 a 2019). Para enfrentar a concorrência nesse segmento, a receita unitária dos operadores postais diminuiu, mas todos conseguiram algum incremento na receita total com encomendas (embora tenha havido perda de participação de mercado em alguns casos).

De fato, o estudo mostra que, na amostra selecionada, a receita agregada dos chamados “integradores” (Fedex, Aramex, UPS e DPDHL), menos dependentes de correspondências, cresceu mais rapidamente do que a dos operadores postais. A despeito dos esforços desses operadores em diversificar seus portfólios, com vendas diretas no varejo e prestação de serviços financeiros, indo além do segmento de encomendas, estimou-se que a proporção dos serviços de correspondência na receita ainda é relevante, em torno de 40% do total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a maioria dos atores analisados – aqueles países citados –, incluindo os integradores, as operações registraram redução de margem operacional: 70% dos operadores tiveram redução de margens entre 2016 e 2019. Como exceção destacaram-se os operadores da Itália, cujo aumento de margem deve-se à redução de despesas operacionais, sem registro de aumento nas receitas, e da Espanha, que teria conseguido reverter perdas com o crescimento do comércio eletrônico e aumentar sua receita em cerca de 8% entre 2016 e 2020.

As reduções de margem chegaram a mais de 15% no referido período.

Quero cumprimentar o meu colega Flávio Bolsonaro. Bom dia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Bom dia!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – Prazer revê-lo. Seja bem-vindo sempre!

Como explicação para a queda na rentabilidade operacional, o estudo destaca o despreparo dos operadores postais para lidar com o crescimento acelerado das encomendas provocado pelo comércio eletrônico, que demandou gastos adicionais com terceirização de serviços de transporte e de aluguel de espaços para armazenagem.

Para proteger e aumentar a participação de mercado no segmento de encomendas, preservando rentabilidade e retomando o crescimento nas receitas, os operadores postais precisam ser capazes de realizar investimentos que reduzam seus custos operacionais médios e, ao mesmo tempo, gerem satisfação nos usuários em relação ao serviço oferecido pela concorrência: expansão de capacidade, automação dos armazéns, eficiência na rede de transporte e de última milha e inovação tecnológica (rastreabilidade de objetos, inteligência artificial, entrega automatizada por *drones*, entre outras linhas que já estão sendo desenvolvidas pelas gigantes do comércio eletrônico global, pelas redes varejistas locais e até por *startups* do ramo logístico).

Os operadores postais de capital aberto tiveram um retorno negativo de 14% para seus acionistas entre 2016 e 2020. O estudo identificou que o maior ofensor da remuneração oferecida aos acionistas nos últimos anos foi mesmo a perda de margem operacional. E essa rentabilidade perdida só será recuperada, em médio prazo, com novos investimentos que alterem a estrutura de custos dessas empresas e, assim, as tornem novamente competitivas e com capacidade de rivalizar com a concorrência nos segmentos mais promissores da logística nacional.

Os investimentos em 2019 naqueles mercados representaram quase 7% das receitas, o maior nível desde 2013, o que indica a existência de fontes de financiamento dispostas a apostar no segmento logístico, desde que encontrem nos operadores que pretendam tomar os recursos uma visão estratégica alinhada com as tendências setoriais e, sobretudo, capacidade gerencial para executar essa visão.

O estudo identifica as principais tendências setoriais. Destaca-se, primeiramente, a continuidade do crescimento do comércio eletrônico. A frequência com que as pessoas têm comprado pela internet deve continuar crescendo, com reflexos positivos sobre a demanda por encomendas. As restrições causadas pelo covid-19 impulsionaram as pessoas a comprar a partir de suas casas, e esse hábito deve se consolidar definitivamente, sobretudo em razão da confiabilidade, da agilidade e da facilidade na devolução e na troca das mercadorias entregues em domicílios, se necessário. Esse é o papel do operador logístico, função que passou a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerenciada diretamente por varejistas e plataformas de comércio eletrônico exatamente por sua criatividade no posicionamento da marca e na lealdade dos clientes.

Bom dia, caro colega! Tudo bem, Rogério?

Nesse sentido, as preferências de consumo mudaram e o consumidor tem se acostumado com determinadas facilidades, em qualquer lugar e a baixo custo. Segundo o estudo, 75% querem ser capazes de selecionar a janela de entrega; 66% dos usuários querem dispor de entrega no mesmo dia; 82% valorizam a capacidade de rastrear as remessas em tempo real; 63% valorizam devoluções fáceis de mercadoria; e 86% consideram selecionar a marca que oferece gratuitamente o frete. São atributos cada vez mais comuns na oferta feita por plataformas digitais (Amazon, Alibaba, Mercado Livre), grandes varejistas (Magalu, Americanas.com) e *startups* (Rappi, Loggi, iFood), sendo, portanto, essenciais à capacidade de rivalizar no segmento de encomendas.

Sabe-se, entretanto, que os operadores postais – sobretudo os operadores públicos – carecem de recursos humanos e financeiros para implementar esses atributos nas suas operações em curto prazo. Quando analisamos essas tendências em contraste com a capacidade operacional da ECT, o quadro parece ainda mais preocupante, diante das restrições fiscais para novos aportes na companhia e da sua incapacidade de gerar recursos próprios em volume suficiente para custear suas despesas e reinvestir.

Com base nas demonstrações contábeis da ECT, investigou-se o desempenho econômico-financeiro do operador postal brasileiro ao longo de uma janela temporal ampliada (2011 a 2020), com vistas a tentar capturar o impacto na variação das tendências setoriais. Vale destacar que, ao retroagir até 2011, resgata-se um cenário tecnológico anterior à oferta do serviço 4G no Brasil, que finalmente habilitou mais de 90% da população a acessar à internet realmente em banda larga e, assim, fazer parte da revolução digital.

A penetração de serviços móveis de telecomunicações no País, de fato, impulsionou a digitalização das atividades econômicas no País, processo que ainda recebeu novo impulso, no último biênio, das restrições causadas pela pandemia da Covid-19.

Se a ECT estivesse em boas condições operacionais e de gestão, seria razoável esperar, em anos mais recentes, diante da explosão do comércio eletrônico, que as receitas estivessem em franco crescimento, contribuindo para um melhor desempenho operacional da empresa. O que se observa, contudo, é que os Correios faturaram, em 2020, o mesmo montante nominal – cerca de R$ 17 bilhões – que já havia sido alcançado em 2015 (Gráfico 1). Desde então, as taxas de crescimento das receitas, que entre 2011 e 2015 flutuavam entre 6% e 9% ao ano, passaram a oscilar entre -6% e 5%. Se considerarmos o crescimento no volume de encomendas, sobretudo nos anos da pandemia, a perda de participação da ECT no mercado mais rentável é evidente.

Aí mostramos um gráfico que cada um pode ver em sua folha.

O Gráfico 2, por sua vez, contrasta a margem bruta com a proporção da receita líquida da ECT consumida pelas despesas administrativas e comerciais no mesmo período, sendo bastante revelador do desafio a ser superado pela empresa. Ambos os indicadores são apresentados como proporção da receita operacional líquida (ROL). A margem bruta de uma empresa é a razão entre seu lucro bruto e a ROL, sendo o lucro bruto obtido pela diferença entre a ROL e o custo dos serviços prestados (CSP). No CSP, por sua vez, contabilizam-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas os custos diretamente associados a coleta, armazenagem, transporte e distribuição dos objetos postais, não sendo incluídas nem as despesas administrativas e comerciais incorridas na operação regular da companhia, nem as despesas financeiras associadas ao financiamento da operação.

Em nenhum exercício, desde 2011, a rentabilidade bruta da ECT, decorrente da exploração de serviços postais (correspondências e encomendas), foi capaz de cobrir plenamente suas despesas operacionais. Ainda pior: em oito dos últimos dez anos, as despesas comerciais e administrativas da ECT foram superiores ao lucro bruto auferido com a prestação dos serviços postais, gerando margem operacional negativa antes das despesas financeiras.

Eventualmente, com a ocorrência de eventos extraordinários, como a recuperação de passivos trabalhistas ou tributários, determinado exercício contabilizou margem operacional positiva. Foi o que ocorreu em 2020, ano em que o resultado líquido da ECT foi positivo em R$ 1,5 bilhão, fato que tem sido usado recorrentemente como argumento para desqualificar a necessidade de privatização dos Correios. Explica-se: em 2020, a ECT obteve uma reversão parcial de obrigação associada a benefícios trabalhistas referentes à saúde dos funcionários e, com isso, contabilizou, excepcionalmente, R$1,12 bilhão na conta “outras receitas operacionais".

Além disso, amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a ECT, imune ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, apura apenas a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas. No exercício de 2020, a ECT apresentou lucro fiscal. O tributo diferido foi representado por um saldo credor de 396 milhões que diz respeito, em sua maior parte, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, cujo detalhamento pode ser obtido nas notas explicativas do RE de 2020.

Quando se ajusta o lucro operacional antes do resultado financeiro, retirando-se o valor de 1.12 bilhão, associado à reversão do passivo trabalhista, a margem operacional da ECT cai de 5,9 para menos 0,6. E o resultado líquido da empresa, que incorpora o resultado financeiro positivo em 2020, quando se desconsidera também o cenário de lucro fiscal excepcionalmente obtido, no ano, cai de 1,5 bilhão para 45 milhões. Nesse sentido, não é válido analisar o desempenho operacional da ECT pelo resultado líquido de apenas um ano, do ano passado.

A conclusão mais adequada quando se analisam as contas da empresa é que a operação da ECT não tem sido capaz de pagar suas próprias despesas, nos últimos dez anos. Logo, é pouco crível um cenário no qual a empresa recupere sua capacidade de rivalizar, dado o atraso que acumulou em investimentos que poderiam lhe oferecer uma estrutura de custos competitiva e um atendimento condizente com as atuais expectativas dos usuários.

O portfólio de serviços ofertados pelos Correios apresenta margem estreita e declinante no tempo, sobrando cada vez menos recursos para custear, ainda que parcialmente, o funcionamento da empresa. Para sair dessa situação, a empresa precisaria empregar novas tecnologias para alcançar ganhos de escala que lhe ajudassem a elevar sua margem bruta. Mas esse movimento requer novos aportes da empresa, que a União será incapaz de fazer em médio prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ilustrar o argumento, registre-se que até 2012 a ECT extraía cerca de 30% de lucro bruto. Esse patamar se reduziu em cerca de 10 pontos percentuais, nos anos seguintes. A empresa chegou a operar com 7% de margem bruta, em 2017. Essa diferença entre a receita auferida e o curso dos serviços prestados pode estar associada a tetos tarifários inapropriadamente baixos, mas provavelmente se deve à tecnologia e aos processos operacionais empregados, intensivos em mão de obra.

Desde 2018, a ECT obteve êxito em reduzir custos e despesas operacionais. As despesas comerciais e administrativas que até 2016 representavam em média 27% da *roll* foram reduzidos em 16% em média, entre 2018 e 2020. Infelizmente, esse esforço não foi e nem será capaz de equacionar a insustentabilidade da ECT. A margem operacional ajustada da empresa continuou insatisfatória, flutuando entre menos 0,6 e 1%, nos últimos três anos.

O Gráfico 3 apresenta a margem operacional da ECT ajustada com a exclusão de resultados operacionais extraordinários, como decisões judiciais trabalhistas favoráveis ou ganhos tributários circunstanciais, revelando apropriadamente o desempenho econômico dos Correios na última década. Esse indicador, recorrentemente negativo, deixa clara a incapacidade da ECT em custear suas despesas correntes.

Sem a entrada de novos investidores e diante das restrições fiscais permanentes do Estado brasileiro, não haverá recursos para que o operador postal responsável pela oferta de serviços essenciais em todo o Território nacional realize os investimentos de que necessita em modernização de tecnologias e processos. E essa incapacidade de investir, se não resolvida, agravará a ineficiência operacional da empresa, deteriorando ainda mais sua capacidade de rivalizar no mercado mais rentável de encomendas.

É preciso considerar também, nessa equação, o peso do serviço universal, proporcionalmente maior em países de baixa renda e grande extensão territorial. A ECT tem presença em 5.558 Municípios do País e, na qualidade do Operador Postal Designado, terá de atender às metas de cobertura e qualidade estabelecidas pelo Poder Executivo e pelo órgão regulador. A empresa terá de ser capaz de transformar o atendimento dos Municípios mais remotos e de baixa renda em uma operação equilibrada, e isso também dependerá de investimentos em modernização tecnológica, que adéquem os custos de atendimento dessas localidades às receitas que nelas possam ser geradas.

O equacionamento entre receitas e despesas em localidades que se aproximam mais de obrigações de universalização do que de mercados rentáveis dependerá do apoio do Poder Público, na forma de contratações para prestação de serviços de interesse social, conforme previsão contida neste PL nº 591, de 2021. Além de suportar a execução de políticas públicas e o trabalho da Justiça Eleitoral, os serviços de interesse social serviriam como uma espécie de mecanismo de compensação para que o Operador Postal Designado consiga concorrer em condições justas com os demais agentes de mercado.

Em relação aos demais agentes de mercado, que operam em regime privado, o PL nº 591, de 2021, propõe mínima intervenção na oferta de serviços postais. Os agentes estão dispensados inclusive de atos formais de outorga, devendo apenas se credenciarem previamente junto à Anatel, e compartilhar informações básicas sobre suas operações. Segundo o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que alterou a proposta encaminhada pelo Governo Federal, o órgão regulador sequer teria poder sancionatório sobre os operadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em regime privado, que estariam sujeitos apenas a restrições comportamentais que fossem consideradas práticas anticoncorrenciais.

Para nivelar o campo de jogo, o órgão regulador e os formuladores da política postal, que determinarão as metas de qualidade e cobertura do serviço universal prestado em regime público, precisarão ser coerentes com a capacidade de investimento da empresa ao longo do tempo. E para que possam dosar as obrigações do Operador Postal Designado, precisam de informações sobre os custos do serviço universal. Nessa questão, o PL nº 591, de 2021, acerta ao determinar a contabilização segregada dos custos e despesas com a prestação do serviço universal pela futura Correios do Brasil. Se essas informações contábeis estiverem à disposição do Poder Executivo e da Anatel, será possível propor obrigações adequadas à realidade operacional da empresa, sem prejudicar a recuperação de sua capacidade de investir em novas oportunidades de negócio.

Todos esses gastos adicionais em relação a um operador que explora a atividade em regime privado e, assim, pode escolher em que localidades e serviços atuará serão devidamente precificados pelos potenciais investidores, quando analisarem a oferta pública de ações que deve ser conduzida pelo BNDES, em 2022, para alienar o controle societário da empresa. Nesse conjunto de passivos pode ser incluída a questão do fundo de pensão dos empregados da ECT, o Postalis, que tem enfrentado sérias dificuldades atuariais e exigido novos aportes dos futuros beneficiários.

Em um cenário de indisponibilidade total de recursos orçamentários, o Governo Federal optou por não assumir os passivos previdenciários e trabalhistas da empresa a ser privatizada. Sua opção, que nos parece a mais adequada neste momento, foi transferir para a precificação da participação societária da União a ser alienada o equacionamento definitivo desses passivos.

O PL nº 591, de 2020, em sua versão aprovada na Câmara dos Deputados, tratou de resguardar o interesse dos empregados da ECT ao longo do processo de ajuste de custos que provavelmente terá de ocorrer sobre a folha de pagamentos da empresa. A proposição veda a demissão, mediante estabilidade provisória, pelo período de 18 meses após a desestatização. Garante também a oferta aos empregados da ECT de Plano de Demissão Voluntária (PDV), com período de adesão de 180 dias, indenização correspondente a 12 meses de remuneração, manutenção do plano de saúde por 12 meses e oferecimento de plano de requalificação profissional àqueles que aderirem ao PDV. Frise-se, novamente, que essas condições inevitavelmente serão precificadas pelos potenciais investidores. A viabilidade do processo de privatização dependerá do potencial de geração de caixa em longo prazo da empresa, depois de equacionadas as despesas de transição do modelo previsto no PL nº 591, de 2021.

Outro aspecto com potencial de gerar custos adicionais para a ECT foi a vedação ao fechamento de agências em áreas remotas, conforme vier a ser definido na minuta de contrato de concessão, nos termos do art. 30, parágrafo único, do projeto. Algumas dessas localidades são atendidas com agências próprias, outras por meio de contratos de franquia postal com terceiros. A vedação ao fechamento de agências deve ser interpretada de forma extensiva (ou indiscriminada) aos contratos com franqueadores, e representará uma limitação ao esforço de redução de custos operacionais que precisará ser empreendido pelos futuros controladores da ECT, tendo em vista os indicadores de desempenho anteriormente apresentados. Trata-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro aspecto do serviço adequado e universal, cujos custos deverão ser considerados pelo Poder concedente ao estabelecer as metas de cobertura.

Diante de todos esses desafios, o PL nº 591, de 2021, deve ser percebido como uma proposta de equilíbrio tênue entre a migração para um cenário de maior robustez institucional e de contratualização das condições de prestação de serviços postais básicos em todo o País, por meio de uma empresa privada com melhores condições de investir, e a permanência do *status quo*, com uma empresa pública deficitária e cujas condições de competir e agregar valor para a sociedade continuarão se deteriorando.

Entende-se que a reformulação do marco regulatório proposta pelo PL nº 591, de 2021, é essencial para criar a segurança jurídica de que os investidores privados precisam para decidir pelo aporte de recursos no setor postal. Há mecanismos previstos de proteção aos empregados da ECT na fase de transição, que servirão para alocar de forma mais justa o valor da empresa durante a privatização.

Ante a fundamentação exposta, que traduz nossa compreensão acerca da importância do PL nº 591, de 2021, para a recuperação do setor postal brasileiro, e considerando o tênue equilíbrio que se estabeleceu a partir do texto aprovado na Câmara dos Deputados, propomos não acolher as emendas formuladas pelo Senador Angelo Coronel, a despeito da certamente nobre intenção que as motivaram.

A Emenda nº 1 se preocupa, de forma legítima, com o custeio das metas de universalização que vierem a ser estabelecidas para o serviço postal universal, de forma que a oferta esteja realmente disponível em todo o Território nacional. Para solucionar esse problema, propõe-se que a parcela do custo atribuível ao cumprimento de obrigações de universalização, que não possa ser recuperada apenas com a exploração do serviço, seja coberta com recursos de mais um fundo contábil de destinação específica integrante do Orçamento Geral da União, o Fundo de Universalização dos Serviços Postais (Fusp). Como fontes de receita do Fusp, a emenda desloca parte da atual arrecadação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, além de destinar 1% da receita operacional líquida associada à exploração de serviços postais e de encomendas comerciais.

Depois de duas décadas de baixa efetividade na aplicação de fundos setoriais, em função de um quadro recorrente de crises fiscais, sabe-se que essa solução apenas aumentará a carga tributária sobre a atividade postal, com efeitos perversos sobre preços e tarifas, sem proporcionar à população reais benefícios em termos de expansão da oferta. O projeto em exame já instituiu ferramentas para que o poder público e o operador postal designado manejem, com responsabilidade fiscal, a expansão da oferta do serviço universal. É preciso que essa expansão seja conduzida de forma coerente com as necessidades de investimento da empresa, com as oportunidades de mercado e com as necessidades da população. A instituição do Fusp apenas aumentará os custos a serem cobertos pelos Correios e pelos demais atores privados.

A Emenda nº 2 propõe que o Poder Executivo elabore uma proposta de política postal, mas submeta sua aprovação ao Poder Legislativo. Sabe-se que qualquer política pública tem uma parcela concebida em lei, que estabelece princípios, diretrizes e eventualmente restrições ao Poder Executivo, exatamente como o PL nº 591, de 2021, está a formular para o setor postal. O Poder Executivo, por sua vez, se incumbe, dentro da lógica de divisão de poderes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalmente estabelecida, de detalhar, na forma de indicadores, metas e atribuições, os objetivos a serem atingidos em curto prazo, mantendo corpo técnico especializado e em número adequado para fiscalizar o cumprimento da política.

Entendemos, portanto, que a Emenda nº 2 aumentará a ineficiência do processo de revisão e implementação da política postal, distorcendo as atribuições de ambos os Poderes, razão pela qual não a acolhemos.

A Emenda nº 3 propõe aumentar as restrições impostas aos futuros controladores da ECT em relação à demissão de empregados e ao fechamento de agências. Nessa linha, propõe-se vedar a dispensa sem justa causa dos empregados da ECT durante os dez anos subsequentes à sua desestatização; aumentar o período de adesão ao PDV, de 6 para 12 meses; e manter pelo menos uma agência física para prestação do serviço postal universal em cada Município brasileiro.

Conforme se demonstrou por meio de uma análise das demonstrações contábeis da ECT, não houve, pelo menos na última década, geração de caixa suficiente para que a empresa sequer pagasse suas despesas operacionais. Logo, a amortização dos esperados e necessários investimentos em modernização tecnológica e de processos que se espera ocorrerem após a desestatização da ECT só será possível se houver uma profunda transformação dos custos e despesas operacionais. Se não houver flexibilidade legal para que as mudanças na estrutura de custos da empresa sejam implementadas em algum momento, não haverá investimentos privados. Vale lembrar que a população que precisa do serviço é que sairá prejudicada nesse cenário, o que explica o não acolhimento da Emenda nº 3.

A Emenda nº 4 propõe inserir, na lista de serviços de interesse social prevista em lei, a prestação de serviços bancários pelo Operador Postal Designado. Vale lembrar que a ECT opera, há anos, um banco postal, em parceria com bancos privados, sem necessitar que esse serviço seja custeado com recursos orçamentários, como deverão ser todos os serviços de interesse social que venham a ser oferecidos pelo OPD. Considerando ainda que o art. 15 do projeto autoriza a criação de qualquer serviço de interesse social por decreto, não se vislumbra qualquer vantagem no acolhimento, portanto, da alteração proposta pela Emenda nº 4.

A Emenda nº 5, por fim, impede que, ao ser transformada em sociedade de economia mista, a ECT venha a ter seu controle societário efetivamente transferido à iniciativa privada. Diante de análise contida neste Relatório, entendemos que a diluição do controle estatal na ECT é medida indispensável à recuperação da empresa e da qualidade do serviço postal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2021, nos termos aprovados pela Câmara Federal.

Sr. Presidente, acho que a leitura do relatório deixa clara a minha compreensão e o meu voto favorável para que o Brasil pense, em primeiro lugar e mais do que tudo, no interesse nacional. E, para mim, está claro que o interesse nacional em salvar a empresa, a ECT, está em promover a desestatização dela, sob pena de não realizarmos essa operação agora e vê-la, ao longo dos anos, perder, cada vez mais, o interesse do setor privado, a ponto de termos que subsidiá-la com algo em torno de 20 bilhões anuais, o que o Estado brasileiro não tem para oferecer. Acho que os cuidados necessários com a universalização do serviço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – ... estão, nesse projeto, garantidos.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, antes de abrir para o debate, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Está com a palavra Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, com a minha questão de ordem também vem uma proposta de acordo para o nosso Líder do Governo. Não tem nenhuma justificativa essa pressa, embora o Relator tenha baseado todo o relatório dele em que é deficitária, que não sei o quê, essas coisas aí são meia verdade. Ele não analisa uma empresa como essa que já é patrimônio público do País; não é só patrimônio estatal, é patrimônio público e cultural do nosso povo e da nossa gente. Uma empresa de 300 anos, Sr. Presidente! Então, essa pressa do Governo de privatizar também não vai resolver os problemas do Governo, até porque não tem um plano econômico e de desenvolvimento esse Governo para poder, digamos assim, ao vender uma empresa dessas, aplicar em que e salvar o quê.

Então, sinceramente, o debate aqui é muito aberto e franco, até para poder fugir – fugir não, sair – daquela polarização entre os privativistas e os estatistas. O mundo todo já mudou isso. Há experiências dos partidos estatistas que não deram certo, mas também há experiências dos Estados que tudo privatizam que não deram certo, alguns serviços, alguns setores, é só estudar aí. Aqui não é o debate ideológico; aqui é o debate de interesse nacional de uma país desse tamanho que ainda é carente de serviços públicos e que, conforme os territórios, mesmo colocando uma empresa privada com toda sua competência, com todo seu modernismo, não vai resolver os problemas do público lá nos rincões. E, se resolver via privatização, a lucratividade, que é o objetivo principal do setor privado, é repassada ao público através dos aumentos das tarifas, é lógico isso. Há experiências inclusive mundiais.

O Governo agora usa como bom exemplo de privatização o saneamento. Quero encontrar daqui a dez anos uma empresa que vai investir em saneamento lá no interiorzinho, para o público que precisa de saneamento, eu quero ver se a empresa não vai repassar no preço da tarifa para o consumidor pagar a sua lucratividade.

Por outro lado, também, o que nós queremos é aprofundar para ver qual o melhor modelo de uma empresa como essa, qual é o modelo. Na época da privatização da comunicação, eu estava aqui já como Deputado, e a gente discutia muito isso e fazia até uns exemplos, que nós já discutimos na reunião passada, entre o filé e o osso. É óbvio que o setor privado só vai investir onde houver filé; o osso está aí no modelo na comunicação. Agora está todo mundo correndo atrás do serviço público do Estado brasileiro para resolver o problema da internet no interior, que sequer chegou às escolas porque o setor privado não investiu nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, quando eu cheguei aqui no Senado já havia... V. Exa. presidia esta Comissão na época quando veio aquela proposta para repassar para o setor de comunicação todo o patrimônio que ainda existia na mão do Estado brasileiro e da União, as torres, alguns prédios... Reivindicavam passá-lo para o setor de comunicação, inclusive a isenção de impostos que eles deviam, de 20 bilhões.

Então, o que nós queremos é aprofundar. Nós temos claro, isso eu digo para o Governo e já disse para o Relator, nós somos contra. Nós vamos votar contra.

Agora, nós não queremos só, como me disse o Relator, "vocês querem procrastinar, vocês querem não sei o quê". Não, nós queremos criar condições de debate político, para que nós criemos as condições... Claro que eu quero ganhar mais posição para a gente votar contra. Agora, nós queremos discutir, aprofundar essa questão.

Esse debate entre estatistas e privatistas é simplificar o debate. Já foi buscar, o próprio País já buscou mediações. A questão do PPP, estão aí as mediações na questão dos aeroportos e que está avançando. Está aí a questão das estradas. Então, o que nós queremos é aprofundar.

Qual é a proposta, bem concreta, para o Líder do Governo? Vamos pedir vista coletiva. A gente adia por uma semana ou dez dias, e, nesse ínterim, faz-se uma audiência pública, mais uma. Porque, Sr. Presidente, foram feitas duas audiências públicas aqui: uma fizeram só com o pessoal que defendia uma posição; a outra fizeram só com quem defendia a outra posição. O que é que nós queremos? Uma audiência pública que chame três de cada lado, para a gente fazer essa checagem dessas informações de países em que deu certo e países em que não deu certo, das questões internas. É esta a proposta concreta para o Governo: nós queremos pedir vista agora e, nesse ínterim, fazer mais uma audiência pública para consolidar as nossas posições políticas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, Sr. Relator, Senador Marcio Bittar, eu queria iniciar as minhas palavras, primeiro cumprimentando o Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar. O Senador Otto Alencar foi muito diligente para que essa matéria pudesse ser debatida, discutida, aprofundada. Pautou as audiências públicas com visões distintas em relação a essa matéria. Foram realizadas duas grandes audiências públicas, sempre com a participação do Relator, participando, abrindo para as contribuições e as sugestões. E portanto, eu quero agradecer ao Senador Otto Alencar, que foi muito correto, no sentido de que a matéria pudesse tramitar dentro do prazo correto, do *timing* correto, para que todos os Senadores pudessem ter as informações necessárias para definir o seu voto.

Eu queria responder ao Senador Paulo Rocha. Eu queria responder ao meu amigo Senador Paulo Rocha, dizendo que o Governo concorda em parte com a proposta dele. Nós estaremos ao lado dele, pedindo vista coletiva, porque, na realidade, o relatório foi feito hoje. É importante que todos os membros desta Comissão possam ter acesso ao relatório, possam refletir sobre o relatório e a gente aguarda a decisão do nosso Presidente Vanderlan Cardoso, ou do Presidente Otto Alencar, sobre qual a data que vai ser estabelecida para apreciação dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo gostaria muito que ela fosse apreciada já na próxima semana. A gente entende que há um feriado na terça-feira, que é o dia de realização da Comissão de Assuntos Econômicos, mas, de forma extraordinária, se poderia fazer a reunião para apreciação da matéria na quarta-feira, para que ela pudesse ir já para apreciação do Plenário, porque estamos confiantes de que a maioria da Comissão deverá apoiar o relatório do Senador Marcio Bittar.

Então, a nossa posição, meu caro amigo Senador Paulo Rocha, é um meio acordo. Estamos juntos no pedido de vista para que haja mais tempo para a reflexão sobre o relatório do Senador Marcio Bittar, e, por outro lado, acho desnecessárias novas audiências públicas, tendo em vista que o relatório já foi produzido e, agora, o que cabe é os Senadores deliberaram sobre o assunto.

Queria aqui, também, parabenizar o Senador Marcio Bittar. Não é uma tarefa fácil. O Senador Marcio Bittar se dedicou com afinco, inclusive, ele, que é representante da Região Norte do Brasil, aqui no Senado Federal, representante do Estado do Acre, bem sabe da necessidade nas localidades remotas da presença do serviço postal. Ele fez todo um aprofundamento em relação a essas questões para que no texto que nós vamos deliberar pudéssemos assegurar a manutenção desses serviços postais nas comunidades remotas do País, predominantemente no Norte, mas também presentes no Nordeste e no Centro-Oeste do Brasil, para que possamos ter preservado o serviço postal em todas as localidades do Brasil.

Quero lembrar que é natural que surjam resistências ou visões contrárias em relação a essa iniciativa do Governo Federal, mas aqui dois exemplos foram citados pelo Senador Paulo Rocha. A privatização do setor de telecomunicações eu acho que é um grande exemplo que a gente pode trazer quando da apreciação da privatização dos Correios. O Brasil ganhou muito com a privatização do setor de telecomunicações. Hoje é outro País. Quem se lembra, lá atrás, de que uma linha telefônica você declarava no imposto de renda! O acesso aos serviços de telefonia do Brasil era muito precário. Hoje não. Hoje o Brasil é um dos países mais avançados neste setor.

É verdade, como disse o Senador Paulo Rocha, precisamos avançar ainda mais, sobretudo no acesso à banda larga, mas isso é um outro capítulo de que, agora, nós estamos cuidando. O Presidente Bolsonaro, com o leilão do 5G que se aproxima, vai fazer a maior revolução no setor de telecomunicações, o que vai permitir o acesso à banda larga em todas as cidades brasileiras. É óbvio que isso não vai ser do dia para a noite, mas, ao longo dos próximos cinco, seis anos, essa vai ser a grande revolução que nós vamos experimentar no nosso País.

E o outro exemplo que o Senador Paulo Rocha trouxe, que é um exemplo também muito feliz, é o do setor de saneamento. O setor de saneamento investia algo como R$7 bilhões por ano. Mais ou menos, 60% da população brasileira pisa na lama, o esgoto corre em frente à porta da casa das pessoas, sobretudo na periferia, sobretudo nas cidades do interior.

Recentemente, com a aprovação do marco legal, nós temos já dois exemplos: um, no Rio de Janeiro; o outro, no Estado de Alagoas. No Estado do Rio de Janeiro, foram feitas as macrorregiões, cobrindo todo o Estado do Rio. E nós vemos o sucesso da privatização da Cedae, que continua como empresa pública, gerando água bruta para aquele que vai distribuir a água, fazer a coleta de esgoto e o tratamento do esgoto. Em Alagoas, a mesma coisa. Foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feitas as macrorregiões da Região Metropolitana de Maceió e de todo o interior do Estado de Alagoas, com um enorme sucesso.

E o resultado é um só: para os próximos anos, os investimentos em saneamento básico apontam já para sair de R$7 bilhões para R$70 bilhões anuais, com uma série de Estados já fazendo os seus processos de criação das macrorregiões. O Amapá, mais recentemente, na Região Norte. Isso mostra, portanto, que esses marcos regulatórios são importantes para que a gente possa abrir o investimento para o capital privado e, com isso, atender o cidadão brasileiro, porque o que nos move aqui é melhorar a qualidade de vida. Independentemente dos modelos que sejam escolhidos, o que nós queremos é que a qualidade de vida do brasileiro avance, melhore.

Então, eu estou muito convencido de que esse projeto de lei relatado pelo Senador Marcio Bittar inaugura também o marco legal do setor de serviço postal e permite a abertura da nossa ECT para o capital privado, no sentido de ela ser perpetuada, uma grande empresa, uma tradição, uma instituição brasileira. Como foi no caso da Companhia Vale do Rio Doce, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através dessa iniciativa, está sendo fortalecida, está sendo perpetuada para ser a nossa principal empresa no setor de serviço postal do nosso País.

Portanto, Senador Marcio Bittar, os meus cumprimentos pelo seu relatório, pela sua dedicação, pela sua paixão quando agarra uma determinada tarefa, e V. Exa. fez sempre com muita presteza, com muita inteligência, com muita capacidade, com muito talento. Eu o parabenizo pelo relatório e peço, portanto, ao Senador Vanderlan Cardoso que possa definir a pauta de apreciação desse projeto, que é muito importante.

Por fim, para encerrar, uma outra matéria, que é muito importante para o Governo, é a deliberação do Imposto de Renda. Nós temos que pautar, seja para aprovar, seja para reprovar. O Governo quer aprovar, está aberto ao diálogo no sentido de promover algumas alterações no texto que veio da Câmara. O Senador Otto Alencar me falou da necessidade de realizar mais uma audiência pública e que essa seja marcada para que a gente possa, até o dia 15 de novembro, deliberar a matéria do Imposto de Renda aqui no Senado Federal, sobretudo, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Por quê? Porque o Presidente Arthur Lira condiciona a apreciação do Refis, que foi a matéria já votada pelo Senado Federal, que é muito importante para todos os setores da economia que foram afetados pela pandemia, para que o Refis, votado pelo Senado, possa ser pautado e votado pela Câmara.

Mas ele pede a compreensão do Senado Federal, das nossas Lideranças, para que a matéria do Imposto de Renda possa ser apreciada o quanto antes, para que a gente possa votar o Refis na Câmara dos Deputados.

Portanto, deixo essa colocação em relação à data para a apreciação do relatório do Senador Angelo Coronel, para que possamos ter o relatório aqui apresentado e possamos tentar construir, quem sabe, se possível, um texto de acordo para que essa matéria também possa avançar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero ler aqui para todos os inscritos a lista de inscritos: Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Flávio Arns, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho e Senador Oriovisto.

Senador Fernando Bezerra, pelo que eu entendi do acordo proposto aqui pelo Senador Paulo Rocha, Líder do PT, quanto ao pedido de vista coletiva, houve o acordo.

Com relação à audiência pública, eu gostaria também de ouvir o Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Como Relator.) – Com todo respeito ao Senador Paulo Rocha, com quem fui Deputado Federal, pela primeira vez, aqui neste Parlamento, mas eu comungo dos argumentos do Líder do Governo.

Eu acho que nós já tivemos a oportunidade de debater e de escutar, de ouvir as posições, a favor e contra, em audiências sem pressa, e isso não vai mudar o meu relatório mais, Sr. Presidente, relatório que está pronto e apresentado.

Portanto, eu acho que o pedido de vista coletiva é tranquilo, legal, mas para mais uma audiência eu não vejo finalidade. O relatório está pronto, eu estou entregando oficialmente, ele não vai ser mais alterado. Eu estou absolutamente convencido de assinar esse relatório.

Portanto, eu não vejo necessidade de outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Quero também comunicar que esse é o posicionamento do Presidente desta Comissão – eu sou o Vice-Presidente –, Senador Otto Alencar, para que não seja, novamente, feita uma audiência pública.

Quero passar a palavra, pela ordem, ao Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Espero que estejam me ouvindo, sim.

Eu quero corroborar a solicitação do Senador Paulo Rocha e aduzir uma preocupação com relação a essa questão de ir direto ao Plenário.

Nós estamos deliberando esse projeto praticamente às sombras. As audiências públicas foram praticamente esvaziadas. Estávamos no meio, no auge da questão da CPI da Pandemia, com coincidência de horários e em meio à própria situação do País, uma situação em que nós estamos saindo de uma pandemia sem protocolos sanitários. Inclusive, há um projeto meu sobre esse assunto que foi retirado de pauta também no Plenário na semana passada, misteriosamente; ninguém sequer me telefonou para dizer por que retiraram de pauta isso.

Estamos vacinando, porém não decidimos a questão do passaporte vacinal, que é o que prova que as pessoas, de fato, foram vacinadas, e é necessário para a economia rodar com segurança. Estamos falando de programas sociais de recreação, redenominação, programas sociais absolutamente sem lastro, absolutamente eleitoreiros, casuísticos, que vão extirpar o programa que funciona de fato. Vamos cair numa insegurança brutal, em dois anos, em função da extinção do Bolsa Família; e, como já dissemos várias vezes, não se trata de uma questão ideológica e partidária. Se quiser trocar nome, não há problema nenhum, mas a troca é da natureza do próprio programa.

Portanto, em meio a tudo isso, estamos colocando os Correios à venda. Qual é a pressa disso? O argumento que o Ministro nos deu na última audiência pública é completamente sem sentido – e o Relator me parece que repetiu um pouco isto: de que os Correios, daqui a dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, não valeriam um centavo. Isso é absolutamente falso. Isso é absolutamente falso. Como é que uma empresa que tem 35 mil veículos na frota, que tem 11 linhas aéreas e mais de 100 mil empregados, universaliza o serviço postal, como é que essa empresa pode não valer nada em dois anos? Isso não existe! Isso é um argumento absolutamente sem sentido. E aí essa pressa faz com que nós estejamos, de fato, deliberando assuntos. O próprio Presidente da Comissão, o Presidente Otto Alencar, não está aí sequer presente – está lá na CPI da covid – e certamente não quer associar a sua imagem de candidato à reeleição na Bahia a essa venda dos Correios, feita dessa forma.

Então, esse relatório também considero incipiente, incompleto; fala o tempo todo em terminologias financeiras: é margem operacional para cá, lucro líquido para lá, margem bruta. Não fala da importância operacional, da manutenção e das garantias de universalização. O Relator tem, de fato, Líder Fernando, uma missão muito difícil, e eu o parabenizo pela capacidade de advocacia dele, porque vai ter que justificar no seu Estado longínquo, o Acre, quando o serviço postal começar a falhar e finalmente quando acabar em cinco anos. E outros que estão aqui, outros Senadores que têm mandato pelos seus Estados sofrerão igual consequência. Por isso é que todo mundo se esconde. Ninguém está aí nas cadeiras, ninguém veio às audiências públicas, apenas dois ou três, ninguém quer discutir o assunto. O que é governista quer ir de acordo com o Governo, mesmo sabendo que isso é ruim, e quem está na oposição está ocupado com tanta coisa – e essa pauta vem praticamente na sombra, como eu digo – que tem pouco tempo para se dedicar a isso.

Portanto, esse assunto não pode ser discutido com essa pressa. Não há a menor justificativa para isso. Nessa questão da Telecom, é claro que nós do Partido dos Trabalhadores não somos contra capital privado, capitalização, parceria com investimento privado. Os exemplos da Telecom e do saneamento são batidos, mas são equivocados, Líder Fernando Bezerra.

A Telecom se modificou porque houve tecnologia disruptiva, porque apareceu a telefonia celular. Essa coisa de dizer que às vezes a gente botava telefone fixo no Imposto de Renda é um engodo. O que transformou evidentemente foi a abertura também ao mercado, regulada, com agência reguladora correta, mas não foi necessariamente a venda de patrimônio nacional, que não era tão importante assim; foi a abertura ao mercado, abertura a investimento e nova tecnologia. Em relação ao serviço postal, isso está aberto. Não há nenhum empecilho para que empresas invistam em logística de encomenda no Brasil.

Agora, qual é a necessidade de se vender o que o Estado tem, neste momento, e que é o que garante a universalidade? Essa empresa não pode só falar em margem operacional, em lucro, nisso, naquilo; ela tem que falar como ela atende as pequenas cidadezinhas que não vão ter como escoar a sua miserável produção local, porque hoje, pelo *e-commerce*, um artesão, numa cidade longínqua, pode mandar a sua encomenda para a França. Quem garante que isso vai continuar? Esse projeto não garante. Pode até funcionar com um pouco de atraso, pode até funcionar, não tão bem quanto alguns canais gostariam de ver quando vão a Miami, com três ou quatro empresas de encomenda na sua porta. Pode até não ser isso, mas, nos Estados Unidos, também não é assim, não. Há lugares a que só o correio americano chega, e o correio americano chega porque é estatal nos Estados Unidos. Na maior economia mundial capitalista, os Correios são estatais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se compara isso com a abertura da telecomunicação. Não se compara isso também com o saneamento, que, inclusive, é outro engodo. Esse tal Marco do Saneamento não tem nada de marco novo. O setor já estava aberto. Em Manaus, são 20 anos de saneamento privado, e 27% da população, mais de 600 mil pessoas, não têm acesso à água, estando do lado do Rio Amazonas. Esses são dogmas falsos. Se o setor privado funciona, o setor público também pode ajudar. A virtude está no meio: quando nós temos uma Petrobras para ancorar o setor do petróleo; quando nós temos uma Eletrobras para ancorar o setor elétrico; quando nós temos os Correios para ancorarem o setor de serviço postal e encomendas, com competição, sem problema nenhum.

Mas por que vender este patrimônio? Por que neste momento? Está muito errado isso. É vergonhoso o que está acontecendo. Agora, vão botar também a Petrobras para privatizar. Isso é factoide, que acaba virando um fato péssimo para a história do País. Nós vamos ter que desfazer tudo isso algum dia.

Então, não é hora de se discutir essa privatização desta forma. Nós queremos aduzir modificações, nós queremos que esse projeto vá à CCJ, porque há contestações sérias, inclusive na Justiça, sobre a constitucionalidade desse projeto, um projeto, inclusive, que era bom inicialmente, era um marco realmente de modernização para os Correios e para o setor postal, mas ao qual simplesmente se acrescentou um artigo dizendo: "Vamos vender a empresa". Este Governo não tem moral mais para fazer nenhuma mudança radical como essa – não tem mais, acabou! É um pato manco pelas declarações que o Presidente dá em relação à vacina, pela péssima gestão da pandemia que fez. Enfim, não vou me demorar aqui para repetir todo o caos que nós estamos vivendo. Todos os brasileiros sabem disso, tanto que o Governo teve que pagar milhões para fazer campanha publicitária para justificar a privatização dos Correios. Onde já se viu isso? Mesmo assim, mais da metade dos brasileiros são contra essa venda. Não há necessidade de se vender a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para se ter competitividade desse setor. Por outro lado, se ela for vendida, é batata, é certo que nós não teremos mais universalização no Brasil.

Por isso é que nós queremos adiar essa votação – que seja concedida vista –; garantir que a matéria vá à CCJ, porque, se não for, vai haver muito problema; e ganhar um pouco mais de tempo. Queremos procrastinar, sim! É isso mesmo. Porque tem que ser pensado, tem que ser discutido.

Portanto, eu quero pedir que seja decidido isso logo e que o Presidente Otto volte a participar dessa discussão. Que não se faça tudo isto aí com a ausência dele! Eu acredito que a presença dele é muito importante. Ele tem que mostrar a cara e fazer com que este processo termine na CAE com a sua presença!

Com todo respeito ao Senador Vanderlan, que conduziu muito bem as audiências públicas, mas é tudo do mesmo lado. Nós sabemos que os dois, o Relator e o Presidente, são governistas: querem vender porque querem, enfim, cumprir as ordens do Governo. Isso está desequilibrado.

É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jean, com todo respeito a V. Exa., eu ainda não manifestei o meu voto com relação a este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero comunicar também um questionamento levantado aqui, Senador Oriovisto, pelo Líder Fernando Bezerra com relação à audiência pública do Projeto 2.337, com relação a Imposto de Renda.

A audiência pública está marcada para o dia de amanhã.

Pela ordem, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, no intuito de contribuir com o Senador Marcio Bittar, lhe fazer uma pergunta, Senador Marcio Bittar.

Eu tenho estudado este projeto de privatização dos Correios, e há um ponto que me preocupa.

Aliás, eu quero parabenizá-lo pelo seu relatório. Certamente, eu votarei favoravelmente.

Mas, para mim, há um certo mistério no que diz respeito ao Postalis. O Postalis está intimamente ligado aos Correios. É um fundo de previdência para os funcionários dos Correios que apresenta vários rombos. Em 2015, ele apresentou um rombo de R$5,6 bilhões. Mais recentemente, ele tem mais um outro rombo muito forte. E sempre a União acaba bancando a metade. Pela regra do jogo, a União paga metade desses rombos. E os funcionários pagam a outra metade. Depois, há processo no Supremo, que manda devolver, uma confusão sem fim.

É claro que, até pensando nesses funcionários, nesses quase 100 mil funcionários que têm os Correios, é importante a gente saber como é que vai ficar esse Postalis, que fim vai ter isso, porque é um buraco sem fundo. É um buraco sem fundo, que a União tem bancado. E, se fôssemos fazer as contas do que os Correios deram de lucro, nos últimos 10 ou 20 anos, e subtrair o que eles colocaram no Postalis e mais o que a União teve que complementar no Postalis, o resultado seria alguma coisa absurda.

Então, eu pergunto: neste projeto de privatização, o que está previsto com relação ao Postalis?

Qual é a sua visão sobre isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Como Relator.) – Senador Oriovisto, quero aproveitar para cumprimentá-lo, parabenizá-lo e dizer, de público, o que eu lhe disse aqui, em particular. O orçamento do País não foi possível ser aprovado ano passado; entramos para este ano com o orçamento do País; atrasamos quatro meses praticamente a promulgação; houve outras relatorias importantes, a PEC Emergencial. E eu disse aqui no particular e quero reconhecer publicamente a sua importância para construirmos aquele acordo, que acabou sendo votado, com aquelas duas relatorias, que acabaram ficando em minhas mãos. Uma delas permitiu ao Presidente reeditar o Auxílio Emergencial e aprovar o orçamento.

Contei, desde o segundo semestre do ano passado e no começo deste ano, com a sua contribuição ímpar para que a gente chegasse a um consenso. E o consenso sempre é o possível.

Então, quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo.

Com relação ao Postalis, a avaliação de V. Exa. está correta. O Postalis hoje tem um prejuízo acumulado R$13 bilhões. De fato, hoje, o carteiro aposentado está pagando 25% do prejuízo, e a União, mais 25%, totalizando 50%. E, na proposta do projeto que o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviou para cá, eu tive o cuidado de esmiuçar com a equipe do Governo, está claríssimo: o Postalis e a obrigação vão passar para o setor privado.

A aposta do Governo e o estudo, com o que está acontecendo no mundo inteiro, apontam para uma explosão, cada vez maior, da parte lucrativa, que são as encomendas. Portanto, quem herdar essa potência vai herdar também a questão do Postalis. Vai passar, vai sair das costas do poder público, portanto, do contribuinte brasileiro, que acaba arcando com parte, com pelo menos a metade do prejuízo arcado, como V. Exa. mencionou, pelo Governo Federal. Portanto, o povo brasileiro pagador de imposto é que está arcando com isso. Sai das costas do Orçamento do País e vai para aquela empresa que, no leilão, ganhar o direito, a concessão da ECT.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Quer usar da palavra, Senador?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Marcio Bittar, eu agradeço as suas palavras, mas a gente sabe que o Postalis, até algum pouco tempo atrás, era um plano de previdência muito generoso com os funcionários. Inclusive parentes próximos, como pai e mãe, de funcionários tinham direito a benefício de saúde e coisas do gênero, que são coisas incomuns. Os Correios serviam muito bem à corporação, serviam muito bem aos cem mil que estavam lá, à custa, é claro, de dinheiro público.

Se isso passar à empresa privada, a empresa privada que comprar os Correios vai ter que tirar o dinheiro para dar para o Postalis de algum lugar, ou seja, nós vamos ter um aumento do preço dos serviços, e talvez ela não consiga sequer concorrer com outras empresas, por exemplo, que estão fazendo o transporte de mercadorias, como é o caso do Magazine Luiza e de outras empresas privadas, que não vão ter esse ônus e, obviamente, poderão fazer isso por um preço inferior.

Então eu tenho essa preocupação, Senador Marcio Bittar. Eu não sei como isso será resolvido, porque de algum lugar vai ter que sair o dinheiro para cobrir esses rombos. Se isso ficar à custa do ente privado que comprar, ele vai ter que onerar preço, não há outro caminho.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC) – Provavelmente, Senador, ela vai estar na precificação do leilão, e, provavelmente, a empresa vencedora vai pagar uma outorga menor do que poderia pagar, porque vai ter que levar em conta o que ela vai herdar não só de lucro para o futuro, como também dos prejuízos que estão aí colocados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Eu só quero aqui fazer justiça ao Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar, que se tem dedicado muito a esta Comissão. Nas reuniões, nas audiências públicas com relação a esse projeto de privatização dos Correios... Ele presidiu aqui a primeira audiência pública que foi feita com os contrários à privatização. A última reunião, com os favoráveis, eu presidi, porque o Presidente Otto Alencar faz parte da Comissão da Covid-19, é um dos membros e não pôde participar, porque foi realizada no mesmo horário. E, hoje, da mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma... Hoje é o relatório daquela Comissão, mas ele está acompanhando atentamente e está a par de tudo que está acontecendo nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Senador Zequinha, o seu microfone está...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Agora, sim, Senador!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente. Só quero lembrar – nós estamos aqui em Belém hoje, e eu queria muito poder estar aí, porque o assunto é extremamente importante – que V. Exa. é Senador por Goiás, mas também tem um pedaço paraense, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – É verdade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Por videoconferência*.) – V. Exa. sabe das dificuldades da Amazônia, já morou em Roraima, tem familiares por lá.

A minha preocupação... Eu queria que o nosso Relator nos desse... Eu não tive a oportunidade, pois estou numa correria danada, de participar e fazer o debate nas audiências públicas, mas queria ouvir o nosso Relator com relação a uma preocupação que paira desde o começo quando se trata desse assunto.

Todo mundo sabe que mais ou menos 350 agências dos Correios são lucrativas, têm retorno positivo; o restante é negativo, opera no vermelho. Esse é um parâmetro que se discute há muito tempo. Como ficaria, na possível privatização, a região de rios, a Região Amazônica, em que as agências não dão saldo positivo, não são lucrativas, são deficitárias? Quem é que garante a entrega das encomendas, enfim, aquilo que os Correios fazem nessa Região Amazônica, com toda a dificuldade que ela tem, com a questão do acesso, enfim, com tudo? Foi pensada alguma coisa? De que forma o Governo está trabalhando isso para que amanhã a gente não tenha um problema maior do que o que se tem hoje? Correto?

Por favor, então, eu queria que o nosso Relator pudesse nos dar um pouco de tranquilidade com relação a este tema: como ficaria essa região? Quais são as condições a que a empresa privada tem que obedecer para poder continuar cobrindo uma região de tão difícil acesso, maior que a metade do Brasil, e assim sucessivamente?

Relator Marcio Bittar, por favor...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - AC. Como Relator.) – Bom dia, querido colega Zequinha! É um prazer vê-lo novamente!

O projeto propõe a privatização de todos os serviços, e há exclusividade, inclusive, por muito tempo, o que significa dizer, Zequinha – o art. 31 deixa claríssima a vedação, inclusive, ao fechamento de agências –, que vai ter que haver um prazo depois, uma regulamentação do Poder Executivo. Mas, em princípio, nós vamos fazer um leilão, e a empresa vencedora vai estar proibida de fechar qualquer agência. Inclusive, vão acontecer casos de agências que estarão inoperantes, e, mesmo assim, será proibido fechá-las. No passado recente, na privatização de algumas outras companhias estatais, obrigaram a manter o orelhão, e até hoje há milhares de orelhões esparramados pelo País dando prejuízo, porque a lei estava mandando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, o projeto, para ser aprovado na Câmara e aqui no Senado, prevê isto: o fechamento de qualquer agência não será possível. E a ECT continuará tendo a exclusividade na prestação dos serviços postais – atendimento, coleta, triagem, transporte e distribuição no Território nacional e expedição para o exterior de carta e cartão-postal, serviço público de telegrama, atendimento, coleta, triagem, transporte –, ou seja, Zequinha, o pacote vai inteiro, e o subsídio trocado vai continuar existindo, quer dizer, nós temos... Você representa a Amazônia, e eu também. O Acre tem 22 Municípios. É um Estado que é maior do que alguns Estados do Nordeste e tem apenas 22 Municípios. É uma situação dificílima.

Então, o projeto garante que quem ganhar uma parte que dá lucro vai ter que arcar com a outra, que é o que acontece hoje. O subsídio trocado vai continuar existindo. A diferença é que o subsídio trocado hoje é bancado muito pelo poder público. O subsídio trocado, a partir do vencimento de um leilão, vai ser bancado, fundamentalmente, pelas pessoas que utilizam as encomendas, que compram celulares, tênis, roupas, enfim, e utilizam esse serviço, quer dizer, a empresa vencedora vai continuar sendo obrigada, como é hoje, a fazer o subsídio das agências nas localidades que não rendem, que não dão lucro.

Então, Zequinha, eu tenho certeza de que o nobre colega vai ter a oportunidade de esmiuçar o relatório e vai notar como está claríssima a obrigatoriedade: quem vencer o pacote vai continuar tendo que fazer o subsídio trocado, que, diferentemente, não vai ser tirado do poder público, mas, sim, tirado daqueles que utilizam o serviço que dá lucro nas agências.

O perigo de não acontecer esse movimento agora é que, com o passar do tempo, você vai perdendo cada vez mais, como já aconteceu... Os Correios tinham, há 10, 15 anos, o monopólio quase exclusivo do setor de encomendas, que caiu mais de 50%. Se não tomarmos uma atitude, isso vai se dilapidando cada vez mais. E aí a parte do subsídio teria que, obrigatoriamente, aumentar para garantir o que está na Constituição. Então, claramente é o chamado do investidor privado, mas, pelo PL que eu li, que o Governo mandou, está claramente garantida a manutenção dos serviços nas nossas regiões.

Eu, que penso no Brasil, mas represento o Acre, com muito orgulho, jamais assinaria o texto se eu tivesse dúvida de que os Municípios da Amazônia e, particularmente, os do meu Estado do Acre estariam desassistidos. Portanto, eu assino com a certeza absoluta de que a nossa região, o Estado que V. Exa. representa, o Estado que eu tenho o prazer e a honra de representar, que é o Estado do Acre, não sofrerão. Ao contrário, a modernização e a potencialização de uma empresa – e foram citadas aqui pelo Líder Fernando Bezerra várias empresas que foram privatizadas e que aumentaram, inclusive, o contingente de funcionários – vão chegar com maior facilidade e com maior rapidez aos Municípios também da Amazônia brasileira. Eu estou muito tranquilo, como representante do Acre, ao assinar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Zequinha Marinho, quanto ao PL 2.966, do qual o senhor é Relator, aqui consta que o senhor pediu para retirar para reexame.

Senador Zequinha Marinho... (*Pausa.*)

Abra o microfone, Senador, por favor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Por videoconferência.*) – Abriu?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Desculpa. Estou usando um telefone aqui que não é muito legal de entender.

Presidente, com o objetivo de fazer, a pedido do Governo, uma reanálise do nosso relatório e voto, nós solicitamos a retirada de pauta desse PL, a fim de que se possa atender à Liderança do Governo com relação a essa reanálise.

Portanto, requeiro aqui a V. Exa. que, por favor, retire de pauta esse item.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Zequinha...

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Cumprimento o Presidente Senador Vanderlan Cardoso, que está presidindo esta reunião.

Cumprimento também o Presidente Otto Alencar, que está, neste momento, na CPI.

Cumprimento também o Relator, o Senador Marcio Bittar.

Presidente, eu não poderia deixar de falar até porque é de minha autoria o requerimento de uma audiência pública para ouvirmos as duas partes, para ouvirmos, em um debate no campo das ideias, quem defende uma posição e quem defende a outra. Lamentavelmente, pelo que percebi, já na última reunião, os que defendem a privatização não queriam o debate, tanto que deixaram isso bem claro. Eles deixaram claro que eles... Entenderam eles que as posições estão dadas e que não precisariam do debate. Ora, por que o medo do debate para aquele que tem confiança de que a sua posição é a melhor para o Brasil e para o povo brasileiro e que não vai ser o consumidor que vai pagar a conta?

Quem está ouvindo o debate aqui – não vou polemizar com ninguém – está ouvindo muito bem quem vai pagar! Se o Estado não vai pagar, se a empresa que está privatizando não vai ter prejuízo e não vai pagar, quem vai pagar? Há uma varinha mágica aí de algum mago? Está claro para quem está ouvindo o debate! O Brasil está ouvindo o debate! Quem vai pagar a conta é a população brasileira.

Presidente, o Líder Paulo Rocha me ligou aqui e me informou que ele fechou um acordo com o Líder do Governo, o nosso também querido Fernando Bezerra, para que a votação seja no dia 9 ou dia 10, e que hoje haveria esse pedido de vista coletivo. E não foi aceito, então, o meu requerimento de uma audiência pública. Eu vou respeitar, naturalmente, o acordo feito pelos Líderes, o Líder Paulo Rocha e o Líder do Governo, mas quero dizer, Presidente, que é bom lembrar que eu vi a insegurança do Líder Zequinha – e digo da insegurança com tranquilidade –, porque ele não podia adivinhar o relatório que foi divulgado ontem às 15h.

Calculem se votássemos hoje! Quem leu esse relatório na íntegra? Não tem como, não tem como! Com um tema tão complexo como esse, não aceitar debate entre as duas partes, para mim, é um equívoco. É um equívoco! E os Senadores têm que votar com segurança, seja a favor ou contra. É só isso o que eu estou pedindo!

Presidente, eu vou avançar, para esclarecimento. Todos sabem que tramita no Supremo uma ação declaratória de inconstitucionalidade sobre o projeto que sustenta a privatização dos Correios. Olha, a ação foi proposta pela Associação dos Profissionais dos Correios. Agora, o dado importante é este, Presidente: o Procurador-Geral da República, que não é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda.... Ou alguém tem dúvida de que ele não é de esquerda? Quando se vai para um debate, eles querem levar para o campo ideológico! O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, em seu parecer, é claro ao defender a inconstitucionalidade da privatização dos serviços postais e do Correio Aéreo Nacional. Foi indicado pelo Governo, ninguém tem dúvida. Eu votei nele, não há problema nenhum.

Sr. Presidente, eu vou insistir aqui, confesso que vou insistir, respeitando o acordo firmado: por que o medo da CCJ? Na Câmara, fizeram uma manobra, e não foi também para a CCJ. E aqui o Relator – meus cumprimentos ao Relator – faz quase uma ginástica para provar que não é inconstitucional. Mas por que não discutir na CCJ, então? Qual o problema de irmos para a CCJ, para que a CCJ se posicione e diga, na visão do Senado, se é constitucional ou não é constitucional? Eu não vejo por que esta pressa em querer votar um relatório apresentado ontem à tarde. E queriam já votar hoje!

Vamos construir um acordo e abrir mão para não votar no momento em que estão discutindo a CPI. Todo mundo sabe que o foco hoje, no Brasil todo, não está aqui na nossa reunião. Eu sei disso, mas estou aqui defendendo uma causa e não estou preocupado com holofote. O foco está lá na CPI, e é neste dia que marcaram a votação aqui.

É um tema tão complexo, tão grandioso para nós todos! É uma empresa estatal que tem 350 anos! Passou pela ditadura, passou por tudo, e ninguém meteu a mão da forma como estão colocando agora ao querer privatizar. Meter a mão, quero deixar bem claro, é no aspecto de puxar para privatizar de um momento para outro.

Sr. Presidente, eu vou ficar no termo da Constituição. A Constituição é clara. Já que não querem passar pela CCJ, embora eu vá fazer o pedido de que vá para lá... A Constituição é clara ao determinar que compete à União manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional. Se querem privatizar, mudem a Constituição!

Sr. Presidente, estamos falando de uma empresa – no último debate, ficou claro isso, e eu participei de todos, Presidente – que, como eles mesmos reconhecem, já está com um lucro de R$1,25 bilhão. E você vê hoje uma notícia do próprio conselho de que, daqui para frente, só vai dar lucro. É notícia do conselho, não é minha! É só pegar o... Se quiserem, eu trago ou mando para quem de direito entender as notícias do conselho.

Presidente, eu quero, por fim, terminar, porque o debate do mérito não é feito hoje; nós temos ainda o encaminhamento. Mas, se fosse tão ruim os correios ficarem na mão do Estado... Eu disse outro dia e repito: os Estados Unidos são o símbolo da privatização, e eles o mantêm na mão do Estado. Eu dei outro dado, e ninguém me contestou: em apenas oito países do mundo, os correios são totalmente privatizados. Posso citar os países rapidamente? São só oito: Aruba, Singapura, Grã-Bretanha, Líbano, Malásia, Malta, Países Baixos e Portugal.

Sr. Presidente, para concluir, eu poderia lembrar aqui que, na França, é um exemplo que se está dando muito bem, obrigado, com milhares e milhares e milhares de empregados, e não é privatizado.

Eu queria só dizer isto, para concluir, Presidente: se são 350 anos de história, seria muito eu dizer para nós esperarmos um mês ou dois para votarmos essa matéria ou mesmo para votarmos no ano que vem? Qual é o problema? Se é tão bom para o País, qual é o problema de votar em um ano eleitoral? Tudo aquilo que é bom... Está aí, por exemplo, o debate dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$400. Perguntaram para mim o que é que eu acho. Eu sou favorável aos R$400, aos R$500, aos R$600, sem problema nenhum. E acho que é uma proposta, de fato, interessante no momento em que não há mais o auxílio de emergência.

Agora, se essa proposta da privatização é tão boa para a população, por que o receio? E sempre dizem: "Não, todo mundo já sabe". Sabe coisa nenhuma! É só ver o debate. E, como foi dito aqui, nas duas audiências públicas, não havia meia dúzia de Senadores em cada uma. Não havia meia dúzia de Senadores em cada uma! Porque eles já conheciam tudo? Não, não conheciam. Eles sabem que é um tema delicado e querem, na minha avaliação, ter mais conhecimento.

Por isso, eu concordo com o adiamento, sem sombra de dúvida, e vamos cumprir o acordo. Agora, só espero que depois vá para a CCJ.

E aí eu me pergunto, Presidente, já para encerrar: com um tema tão grandioso para a nossa Pátria, para o País, como é esse, será que, se eu apresentar, depois da CCJ, uma sessão temática de debate no Plenário, teremos o apoio dos nossos pares, ou terão também medo do debate no Plenário, onde estarão todos os Senadores e as duas partes na Mesa falando sobre a questão de privatizar os Correios ou não?

Eu espero, Sr. Presidente, que vá para a CCJ, se for aprovado nesta Comissão, e que depois a gente tenha um debate no Plenário, aberto, o dia todo, convidando as partes para falarem abertamente, dando exemplo, história. Aí, sim, nós vamos, então, poder apontar para a data da votação.

Era essa a minha fala, Presidente. Não havia como eu deixar de falar, porque foi de minha autoria o requerimento para uma sessão de debate, ouvindo as duas partes.

Obrigado, Presidente.

Obrigado pela paciência dos Senadores e do Relator.

Ficam também meus cumprimentos ao Presidente Otto Alencar – participei de reuniões com ele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em tempo, eu queria registrar aqui a presença nesta Comissão de Érico Alexandro Passos, do Sindicato dos Correios de Santa Catarina; de Mauro Aparecido Ramos, do Sindicato de Campinas, São Paulo; de Francisco José Nunes, de Santos, São Paulo; de Paulo André Silva, do Sindicato do Pará; e de Marcos Aurélio do Nascimento, do Sindicato de São José do Rio Preto.

Os itens...

Pede a palavra, por um minuto, o Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador. (*Pausa.*)

Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Só um minutinho, porque eu estou habilitando o vídeo aqui. (*Pausa.*)

Presidente, obrigado pela palavra.

Muito rapidamente, quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo seu grande relatório, não só em extensão, mas em qualidade, Senador.

Eu acho que há uma percepção equivocada por parte de alguns Senadores quando o assunto é privatização ou desestatização, como se isso sempre representasse uma ameaça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos empregados ou uma tentativa de salvar a empresa. Então, muito acertadamente, o Relator coloca em seu relatório as provas de que é exatamente o contrário disso. É a possibilidade de capitalização de uma empresa como os Correios, o que trará, muito certamente, benefícios, exatamente a possibilidade de investimento em tecnologia, de investimento em inovação, de ampliação do seu espectro de atuação, que pode resultar, sim, inclusive, em mais contratações e em pagamentos de melhores salários.

Se existe uma coisa que o Governo Bolsonaro fez nesses dois anos e dez meses de Governo, foi exatamente resgatar as estatais, a exemplo do que aconteceu com os Correios, um órgão que sempre foi deficitário, dando um superávit de R$1,5 bilhão apenas com uma gestão de mais qualidade, com seriedade e com transparência, diferentemente do que acontecia em governos passados.

A Postalis, por exemplo, é um símbolo de como se tratar mal os servidores dos Correios que são aposentados e os seus pensionistas. Isso só aconteceu, porque o Governo passado tinha, sim, uma ingerência direta política na instituição e em benefício de terceiros, de todos aqueles que, certamente, se enriqueceram ao saquear a empresa, em detrimento dos interesses dos funcionários, dos inativos e dos pensionistas.

Então, certamente, essa possibilidade de privatização dos Correios, essa pauta, por exemplo, vai ser tratada com muito mais seriedade, com muito mais transparência, com *compliance*, porque, se hoje os Correios não têm capacidade de investimento e o Governo Federal também não, em função de todo o cenário de pandemia que nós temos, em especial – se não fosse ela, certamente, as contas públicas estariam muito melhores do que estão hoje –, estamos conseguindo resultados, em plena pandemia, melhores do que os Governos do PT em situação de normalidade.

Então, lembra-me muito, Senador Marcio Bittar, essa resistência em privatizar os Correios aquele exemplo clássico da empresa Kodak. Nós somos dessa época em que se imprimiam as fotos que eram tiradas com as máquinas. Exatamente por não se investir em inovação, por não se investir em tecnologia, pela dificuldade de capacidade financeira de alavancar e dar prioridade a esses projetos, o que aconteceu com a Kodak? Ela foi ultrapassada por outras empresas que invadiram, no sentido de *market share* e de visão de mercado, esse espaço que ela ocupava com produtos melhores, com aquilo que atendia, realmente, à necessidade dos clientes da Kodak. Então, com os Correios, se não acontecer isso neste momento, o que pode acontecer é exatamente a mesma coisa, perder espaço no mercado para as empresas que prestem o serviço com mais tecnologia, com mais inovação, com mais efetividade.

Então, essa iniciativa do Governo, que tem que ser apreciada o quanto antes – parece que já ficou o acordo aí para que ocorra na terça-feira após o feriado do dia 2 de novembro –, é fundamental que se faça logo, exatamente para evitar que entrem numa situação quase falimentar os Correios, para que se tire a interferência política deles, independentemente de quem seja o Presidente. Isso é muito importante, é um legado importante que fica para os brasileiros, que vão poder dispor de um serviço de maior qualidade e que tenha a mesma capilaridade que têm os Correios hoje. Ninguém vai comprar os Correios para perder, para deixar de atender um brasileiro onde quer que ele esteja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, Senador Marcio Bittar! Fica aqui a minha antecipação de voto também favorável ao projeto. E concordo com V. Exa. quando diz que não tem mais o que ser discutido. Já foram feitas audiências públicas. É um tema conhecido por todo mundo. Então, não precisa mais ficar protelando. É importante que os Senadores se convençam da importância de se dar esse passo no tocante aos Correios, para que possamos aprovar o quanto antes e possamos resgatar essa empresa e devolvê-la aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Ainda em tempo, registro a presença do Sr. Elias Cesário, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo e Vice-Presidente da Findect.

Seja bem-vindo!

Esta Presidência comunica que os itens 2, 3 e 4 serão retirados de pauta e transferidos para a próxima reunião. O item 5 teve o pedido de retirada para reexame pelo Relator, Senador Zequinha Marinho.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 49, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Otto Alencar
Relatório: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
2. Em 5/10/2021 foi concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 3
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 135, DE 2019
- Não terminativo -

Autoriza a destinação de parcela das prestações mensais devidas pelos Estados e pelo Distrito Federal à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a programas estaduais de financiamento imobiliário.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Relatoria: Otto Alencar
Relatório: favorável ao projeto.

ITEM 4
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 188, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Jorginho Mello

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 3/3/2020 foi concedida vista coletiva da matéria.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2966, DE 2019

- Terminativo -

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Zequinha Marinho

Relatório: pela aprovação da matéria, com a emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

Comunicado de reunião do dia 27/11 (PL nº 2.337).

Amanhã, dia 27/11, às 13h30, será realizada a primeira audiência pública para a instrução do PL nº 2.337, de 2021, em atendimento aos Requerimentos n°s 30 e 35, de 2021, do Senador Oriovisto Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Cid Gomes e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Aníbal, Flávio Arns, Lasier Martins, Giordano, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 2337/2021, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 30/2021 - CAE, de autoria Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), e REQ 35/2021 - CAE, de autoria Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 2337/2021, que "Altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.892, de 13 de julho de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.482, de 31 de maio de 2007, 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.685, de 20 de julho de 1993, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 12.213, de 20 de janeiro de 2010, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.001, de 13 de março de 1990, e 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para modificar a legislação relativa ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); revoga a Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.506, de 30 de novembro de 1964, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.431, de 24 de junho de 2011, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.". **Participantes:** Sr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal; Sr. Everardo Maciel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ex-Secretário da Receita Federal; Sr. Breno Vasconcelos, Advogado e Professor de Direito Tributário da FGV-SP; Sr. Sergio Gobetti, Economista, Pesquisador do IPEA e Ex-Secretário-Adjunto de Política Econômica; Sr. Eduardo Fleury, Economista e Advogado; e Sr. Daniel Loria, Advogado e pesquisador do Insper. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/27

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à realização de audiência pública para instruir a tramitação do Projeto 2.337, de 2021, que modifica a legislação relativa ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de pessoas físicas e de pessoas jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A audiência atende aos Requerimentos nºs 30 e 35, aprovados por esta Comissão no dia 28 de setembro.

Foram convidados, por esses requerimentos, Dr. Everardo Maciel, que já está presente pelo sistema remoto, ex-Secretário da Receita Federal; Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, também presente pelo sistema remoto; Breno Vasconcelos, advogado e professor de Direito na Fundação Getúlio Vargas, e está presente também; Sergio Gobetti,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economista e pesquisador do Ipea – está presente também o Dr. Sergio? –; Dr. Eduardo Fleury; Dr. Clóvis Panzarini; e Daniel Lisboa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Daniel Loria – está aqui como Lisboa.

Então, eu passo a palavra, para discutir esse tema...

Gostaria de que o Senador Oriovisto e o Senador Cid Gomes, meu prezado amigo do Estado do Ceará, pudessem dar presença para... Nós só temos duas presenças registradas no painel.

Então, eu passaria a palavra, pela ordem que foi colocada aqui, ao Sr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, para que ele possa externar as suas razões e opiniões a respeito do projeto em tela. (*Pausa.*)

Peço a V. Sa. que libere o seu microfone, que está fechado. (*Pausa.*)

Agora, sim.

O SR. BERNARD APPY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. eu não estava conseguindo liberar. Estava travado.

Eu queria agradecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado o convite para participar desta audiência sobre um tema extremamente importante.

Cumprimento o Presidente, Senador Otto Alencar. Cumprimento os demais Senadores – Senador Cid Gomes, Oriovisto. Cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só para informar a V. Sa. que o tempo é de dez minutos para cada debatedor.

O SR. BERNARD APPY – Está bom. O.k.

Eu queria dizer que entendo que a reforma do Imposto de Renda é uma reforma muito necessária, mas também extremamente complexa.

O projeto que está sendo analisado por esta Comissão e que foi aprovado pela Câmara dos Deputados tem alguns aspectos positivos – é preciso que a gente reconheça isso. A correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas era necessária, porque estava com uma grande defasagem. Obviamente, o tamanho da correção da tabela depende do espaço fiscal disponível e da definição de prioridades entre a correção da tabela *versus* outras alocações de recursos públicos, assim como as mudanças propostas para a tributação das aplicações financeiras eu entendo que são, no geral, também positivas, como, por exemplo, a adoção de come-cotas para os fundos fechados de investimento, a monetização da tributação das aplicações em renda variável. No geral, são mudanças positivas.

No entanto, eu entendo que o projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e que está sendo analisado agora por esta Comissão é um projeto que tem muitos problemas. Queria deixar claro aqui que eu não sou contra a ideia de reduzir alíquota na empresa e tributar a distribuição de dividendos. Acho que isso pode ser feito de uma forma positiva, no entanto o projeto que está sendo analisado por esta Comissão, na forma como veio da Câmara dos Deputados, é um projeto que tem problemas bastante sérios, eu diria, cinco categorias de problemas.

A primeira categoria de problemas diz respeito ao efeito que o projeto tem sobre a composição da tributação no Brasil. Há um consenso de que o Brasil tributa muito duas bases,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são consumo e folha de salários, e tributa menos do que poderia duas bases, que são renda e patrimônio.

E, no entanto, o que o projeto faz é reduzir a tributação da renda, em cerca, segundo os cálculos da Instituição Fiscal Independente, de R$37,5 bilhões, em 2023, e aumenta a tributação do consumo em cerca de R$15 bilhões, R$16 bilhões, sobretudo através da eliminação de benefícios de PIS/Cofins para medicamentos e produtos hospitalares.

Portanto, na verdade, o projeto tem um problema estrutural. Ele vai na contramão da mudança que seria necessária na composição da tributação no Brasil, que seria aumentar a tributação da renda e reduzir a tributação do consumo. Então ele tem, do meu ponto de vista, um problema estrutural, de início.

Segundo, argumenta-se que uma das razões pelas quais se propõe a redução da alíquota na empresa e a tributação na distribuição de dividendos seja uma razão distributiva. De fato, como a distribuição de dividendos é isenta no Brasil, quando você olha as estatísticas do Imposto de Renda da Pessoa Física, há pessoas de alta renda que aparecem como sendo muito pouco tributadas, porque uma parcela grande da renda delas são dividendos distribuídos. No entanto, eu acho que isso é um equívoco. Você tem que considerar a tributação do acionista, na soma da tributação da empresa, com a tributação da distribuição. O que vale é a soma dos dois.

E aí você pode ter... Se você disser "olha a pessoa foi tributada em 34% na empresa, e não pagou o imposto de 27,5% na pessoa física", a rigor, não existe uma grande distorção. Essa distorção existe, sim, quando a tributação na empresa é muito baixa, quando a alíquota efetiva na empresa, ou seja, o imposto devido pela empresa, comparado com lucro contábil, é muito baixo. E a legislação brasileira abre muitos espaços para que a alíquota efetiva seja muito baixa, não só no regime do lucro real, mas, sobretudo, em regimes simplificados, como o lucro presumido, em que muitas vezes um profissional liberal, cujo lucro corresponde a 80% da receita e, no entanto, ele está... (*Falha no áudio.*)

... da receita. Aí a alíquota efetiva passa a ser muito baixa. Ou seja, existem, sim, distorções, mesmo no modelo atual, que resultam de formas de reduzir o lucro, o imposto devido na empresa, nas empresas de lucro real, e distorções nos regimes simplificados.

Então, desse ponto de vista, é preciso tomar cuidado com o efeito distributivo da proposta. Quando a gente analisa o que foi aprovado na Câmara, com cuidado, o que nós vemos é, primeiro, que tem uma distorção absolutamente injustificável, que é a manutenção da isenção na distribuição de dividendos por empresas do Simples, e empresas do lucro presumido que faturam até R$4,8 milhões, por ano.

Só para dar um exemplo, se eu tiver um profissional liberal, um advogado, um consultor, um economista, cuja empresa é basicamente o trabalho dele, que fatura R$125 mil por mês e o lucro dele é R$100 mil, por mês, é a renda dele, R$100 mil, por mês, essa pessoa, hoje, já está pagando uma alíquota extremamente baixa de 11,9% sobre o lucro dele na soma do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e passaria a pagar 8,7%. A título de comparação, o empregado formal, que tem a mesma renda, de R$100 mil, paga, já descontados os benefícios que ele recebe, 37% de imposto sobre a renda dele, ou seja, nós já temos uma distorção absurda hoje entre a tributação do empregado formal que, se tiver uma renda de R$100 mil, por mês, paga 37% de imposto, e a situação de um sócio de uma empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lucro presumido, no exemplo que eu dei, que paga 11,9%. E o projeto amplia essa distorção por conta dessa isenção na distribuição de dividendos.

Segundo, no caso de grandes acionistas de grandes empresas, o projeto não garante que eles serão tributados. Grandes acionistas se organizam através de *holdings,* e a distribuição para *holdings* não será tributada. Só a distribuição da *holding* para consumo do acionista, que é uma parcela pequena da renda dele, é que seria tributada. E, portanto, grandes acionistas de grandes empresas talvez paguem até menos imposto do que pagam hoje em função da redução da alíquota na empresa. No fundo, quem é alcançado por essa mudança que está sendo proposta no PL 2.337 são os pequenos e médios acionistas das grandes empresas. Esses, sim, são aqueles que estão na bolsa e que vão pagar mais imposto do que pagam hoje. E o efeito distributivo disso no agregado, considerando esses três fatores que eu mencionei, está longe de ser claro.

Outro ponto, terceiro ponto, efeito da proposta sobre o crescimento econômico. Uma boa mudança no sistema tributário deveria beneficiar o crescimento econômico. É verdade que a redução da tributação na empresa e a tributação na distribuição, principalmente no caso de empresas menores, que têm mais dificuldade de acesso ao crédito, pode ter um impacto positivo, sim, no nível de investimento, e há estudos que mostram que isso tende a acontecer.

No entanto, o projeto tem muitos efeitos negativos do ponto de vista da eficiência econômica, da organização eficiente da economia que mais do que compensam esse efeito potencialmente positivo sobre o investimento. Quais são essas distorções?

Primeira distorção: o projeto torna o financiamento via capital próprio – ou seja, ações – mais oneroso do que o financiamento via capital de terceiros – ou seja, dívida em relação ao que existe hoje –, e isso gera uma distorção que favorece o endividamento das empresas.

Segundo ponto, esse exemplo que eu já dei, esse caso que eu já dei de isenção na distribuição de lucros por empresas com faturamento do lucro presumido do Simples, com faturamento até R$4,8 milhões, vai induzir empresas a se fragmentarem artificialmente ou vai levar empresas que tenham faturamento um pouco acima desse limite a não venderem ou sonegarem as suas vendas para poderem ficar dentro do limite. Essa mudança na tributação de uma forma drástica quando se alcança determinado nível é um erro clássico, um erro claro de desenho de política tributária.

Em terceiro lugar, a tributação em duas etapas, na empresa e na distribuição, gera complexidades, gera, por exemplo, a necessidade de acompanhar se a distribuição é disfarçada de lucros. E isso tem, sim, um efeito de piora da essência econômica.

No agregado, portanto, a minha avaliação é que o projeto tem um efeito negativo do ponto de vista do crescimento econômico, via criação de distorções ou ampliação de distorções que existem hoje.

O projeto ainda tem alguns problemas que eu acho que vão ser comentados depois de insegurança jurídica em função da tributação dos lucros auferidos até 2021. Não vou me estender sobre esse ponto. E tem, do meu ponto de vista, alguns dispositivos que são claramente uma pedalada fiscal, claramente um caso de pedalada fiscal, que são a redução da alíquota para tributação de ganho de capital na atualização do valor de ativos no exterior ou na atualização do valor dos imóveis. Por que eu entendo que isso é pedalada fiscal? Essas duas mudanças não têm efeito positivo nenhum para a economia – nenhum, nenhum efeito positivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a economia! É apenas uma redução: as pessoas vão fazer conta, já considerando o custo do capital, a taxa de juros, etc. e tal, e quem achar que sai ganhando, se pagar antecipado com uma alíquota mais baixa, vai antecipar e pagar com uma alíquota mais baixa, ou seja, é simplesmente trazer uma arrecadação futura, que poderia ser mais elevada, para um valor presente menor, perdendo receita, sem nenhum ganho positivo para a economia. Isso do meu ponto de vista não tem outro nome a não ser pedalada fiscal. Eu acho que esse é um dos problemas do projeto.

Eu queria, então, encerrar aqui a minha fala dizendo que definir mudanças na tributação da renda não é fácil, é um tema complexo. Ao contrário da tributação do consumo em que existe um padrão mundial bem definido – há consenso sobre qual a melhor forma de tributar o consumo –, não há consenso sobre qual é a melhor forma de tributar a renda; há, sim, experiências de vários países com vantagens e desvantagens.

Mudanças sobre como mudar a tributação da renda exigem escolhas e, muitas vezes, exigem escolhas de natureza política: vou privilegiar mais o impacto distributivo ou o efeito sobre o crescimento econômico? Qual deles vou privilegiar? Existe, sim, um *trade-off*, a necessidade de uma escolha que tem que ser feita no desenho das mudanças na tributação da renda.

No caso do PL 2.337, no entanto, a minha avaliação é que os efeitos no agregado são negativos. Não há ganho relevante do ponto de vista distributivo – há, inclusive, ampliação de distorções, em alguns casos, do ponto de vista distributivo – e há um efeito, provavelmente, negativo do ponto de vista do crescimento econômico.

Eu acho que seria necessário aqui no Brasil que a gente abrisse uma discussão muito mais ampla, muito mais abrangente sobre quais são as alternativas possíveis de mudança no sistema de tributação da renda que procurem conciliar da melhor forma possível o objetivo de melhorar o impacto distributivo com o objetivo de prejudicar o mínimo possível o crescimento econômico. Certamente, não é esse projeto que está aí.

Muito obrigado pelo tempo que me foi disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dr. Bernard Appy, parabenizo-o, inclusive, pela explanação que foi feita.

O segundo convidado é o meu prezado amigo Dr. Everardo Maciel.

V. Exa. quer discutir agora ou quer deixar para depois?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu queria fazer uma rápida pergunta ao nosso primeiro convidado, Bernard Appy.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador.

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Eu queria perguntar ao nosso primeiro convidado, Bernard Appy...

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo pela brilhante exposição, excelente, didática, clara, muito boa mesmo, deixando claras as falhas desse projeto.

Como estudioso que é da matéria, Bernard, o Instituto Fiscal Independente divulgou uma nota afirmando que esse projeto pode trazer um prejuízo para a arrecadação do Governo Federal na ordem que vai de R$30 bilhões a R$50 bilhões, dependendo do planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributário das empresas. Você tem algum comentário a respeito dessa perda de receita que o projeto provocaria? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ligue o microfone.

O SR. BERNARD APPY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu estava, de novo, aqui no mudo e não estava conseguindo sair.

Senador, como eu falei antes, eu acho um absurdo no Brasil, que é um País que tributa menos do que poderia tributar renda, você fazer um projeto que reduza a tributação da renda, que é o que o PL 2.337, na forma atual, faz.

Eu acho que temos espaço, sim, para, corrigindo distorções que melhoram a tributação no Brasil do ponto de vista distributivo e não têm impacto negativo sobre o crescimento, aumentar a tributação da renda no Brasil. Então, eu acho um absurdo que um projeto tenha esse efeito. É importante também a gente entender que o grosso desse custo recai sobre os Estados e os Municípios, porque o grosso da redução se dá no Imposto de Renda, e cerca de 46% do Imposto de Renda são distribuídos para Estados e Municípios através do FPE e do FPM.

Portanto, de fato, esse projeto, do ponto de vista do desenho geral da composição da carga tributária, é um projeto desequilibrado. Ele não só reduz a tributação da renda, como ele aumenta a tributação do consumo, sobretudo de remédios.

Eu não sou a favor de benefícios fiscais. Acho que os benefícios fiscais têm que ser suprimidos, mas, se a supressão dos benefícios fiscais se der no âmbito de uma reforma da tributação do consumo, o ganho de arrecadação que você tem com a supressão dos benefícios reflete numa menor alíquota da tributação do consumo.

Portanto, eliminar benefícios para reduzir alíquota do consumo faz sentido; eliminar benefícios que existem no consumo, aumentando a tributação do consumo para reduzir a tributação da renda, de fato, não faz o menor sentido.

Então, desse ponto de vista, eu acho um projeto bastante desequilibrado, inclusive, não só do ponto de vista fiscal como um todo, como do ponto de vista da composição da carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Bernard Appy.

Passo a palavra ao Dr. Everardo Maciel.

O SR. EVERARDO MACIEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, agradeço o convite para participar desta audiência pública e o faço na pessoa do Presidente da CAE, Senador Otto Alencar; do Senador Oriovisto Guimarães, que fez o requerimento de convite para esta audiência; e também do eminente Senador Angelo Coronel, Relator deste projeto de lei. E, ao cumprimentá-los, por intermédio de V. Exas., eu peço licença para cumprimentar todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras aqui presentes.

Eu vou abordar esse projeto sob três prismas.

O primeiro é o da inoportunidade. É um projeto que, em circunstância muito adversa, produz uma enorme e desnecessária repercussão sobre o ambiente de negócio do País. Segundo, a despeito dos sinais de recuperação na fase crítica da pandemia no Brasil, há, no curto prazo, uma perversa combinação de preocupantes riscos fiscais e cambiais, com inflação alta, crises energética e hídrica, tendência à elevação das taxas de juros, desabastecimento de produtos essenciais, aumento da população em condições de pobreza e extrema pobreza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desemprego elevado e instabilidade no cenário externo. Além disso, a pandemia está acelerando discussões em torno de profundas mudanças nos sistemas tributários em todo o mundo, notadamente em relação à tributação da renda, cujos princípios de mudança já foram sancionados por 130 países do mundo, a partir de uma iniciativa tomada pelo Presidente Joe Biden.

O segundo aspecto é o da insubsistência. E, para falar de insubsistência, eu devo dizer que o modelo de tributação da renda brasileira é, seguramente, um dos mais eficientes, simples e funcionais do mundo, o que vem, inclusive, a ser reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional. E, na essência, ele está inspirado pelo princípio chamado da praticabilidade, que Casalta Nabais, o grande tributarista português, em *O Dever Fundamental de Pagar Impostos*, dizia:

> Dominado por fenômenos de massa, o direito dos impostos está particularmente condicionado pelo princípio da praticabilidade, donde decorre que os limites materiais da tributação não possam ser levados tão longe quanto, *prima facie*, seria defensável.

Para compreender, ao apontar a insubsistência, eu dou a volta no tempo e falo da reforma do Imposto de Renda por real, no caso particular das pessoas jurídicas, assentado na Lei 9.249, de 1995, que produziu inúmeras mudanças na legislação. Eu não vou aqui mencionar todas elas, vou apenas destacar algumas delas.

A primeira delas, que foi a mudança que, talvez, eu diga mais fundamental, que permitiu todas as outras mudanças, foi a vedação à correção monetária das demonstrações financeiras, inclusive para fins societários. É o que consta do art. 4º do parágrafo único da lei que acabei de mencionar. Esse instituto, que foi concebido para prevenir, como dizia Otávio Gouveia de Bulhões, a tributação dos lucros ilusórios tinha alguns defeitos fundamentais.

Esta debitabilidade era tanto maior quanto fosse maior fosse o patrimônio líquido, era tanto maior quanto maior fosse a inflação, e, portanto, da combinação disso, em circunstância de hiperinflação, empresas com grande patrimônio líquido recolhiam nada de imposto. Além disso, torna a valorização extremamente complexa. Esse foi um ponto crucial dessa reforma de 1995. E, em decorrência da eliminação da vedação dessa correção monetária, é que foram instituídos os juros remuneratórios de capital próprio, que constam do art. 9º, a prevenção da tributação dos lucros ilusórios como sucedâneo da então existente debitabilidade da correção monetária do patrimônio líquido.

Segundo, também isso produzia uma relativa, não exatamente igual, mas, pelo menos, mitigava as diferenças no tratamento dispensado ao investimento de risco e aos investimentos mediante empréstimos. A adoção desse instituto, inclusive em virtude da existência de uma retenção na fonte de 15%, teve um sucesso arrecadatório. Entre 1996 e 2000, ela produziu uma arrecadação a preço, valores da época, de R$5,8 bilhões.

Além disso, era uma iniciativa pioneira no mundo inteiro. Nós, como disse o Professor Eliseu Martins, estávamos na liderança do mundo. À pretensão de tirar ou de evitar esses juros remuneratórios de capital próprio, nós passamos, agora, por uma situação justamente inversa, e o que é curioso, como bem lembrou, também, o Professor Luis Eduardo Schoueri, justamente quando a União Europeia, no dia 18 de maio de 2021, recomendou aos países membros a adoção de instituto em tudo semelhante aos juros remuneratórios do capital próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é a integração na tributação da renda da pessoa jurídica e da pessoa física, mediante a não incidência na distribuição de dividendos. Aqui eu quero acentuar o que eu falei: não se trata de isenção, trata-se de não incidência, que é um instituto de natureza completamente diferente da isenção, mesmo porque a não incidência significa dizer que já houve a incidência, é apenas o reconhecimento disso. Antes havia até uma isenção parcial da distribuição de dividendos, que foi extinta com a adoção desse modelo. É evidente que a materialização dos retornos do investimento se dá por ocasião da distribuição dos dividendos.

Portanto, há três formas de tributar: ou se tributa nos rendimentos ou se tributa apenas nos lucros ou se tributa apenas nos dividendos. E existem países que adotam uma dessas três formas, não sendo específico de um país. Portanto, significa dizer que escolher uma das formas de tributação está assentado em critérios estritamente técnicos. Por exemplo, prevenção da sonegação. Prevenção da sonegação pela via da distribuição disfarçada de lucros. Hoje se pode dizer que o Brasil é um dos raros países do mundo onde esse fenômeno de sonegação de dificílimo controle não existe, é desprezível o que acontece, é zero. Segundo, a prevenção do planejamento tributário, que, no limite, se converte em abusivo, que é eleger o momento em que se faz a distribuição. Terceiro, a menor vulnerabilidade a fatores externos que possam incidir na distribuição de dividendos. Por exemplo, no ano passado, por razões obviamente não tributárias, o Banco Central decidiu que as instituições financeiras só poderiam distribuir o mínimo exigido estatutariamente. Ora, é evidente que, isso assim acontecendo, haveria uma repercussão, pelo menos naquele momento, sobre a arrecadação, porque não poderia haver a distribuição de dividendos. Quarto, a questão da liberdade em investir. Com a liberdade de investir, alguém diz, "olha, se os dividendos são distribuídos, nós estimulamos o reinvestimento na empresa". Imaginem V. Exas. se essa empresa fosse fabricante de VHS, nós estaríamos estimulando o reinvestimento em VHS, que não serve para absolutamente nada. Ao passo que, se não há incidência sobre os dividendos, os dividendos podem ser aplicados na própria empresa, ou em outra empresa, ou no mercado financeiro, ou por que não consumir, ou uma combinação disso. Portanto, ele tem graus de liberdade muito mais elevados do que a situação anterior.

Bom, resultados desse modelo, inclusive disso, o que aconteceu? Entre 1996 e 2002, houve um crescimento real da arrecadação do IRPJ de 117%, e a participação do IRPJ como proporção do PIB teve um crescimento, nesse período, de 50%. Duvido que isso tenha ocorrido em qualquer outro país. Bom, e além disso, porque a coisa é mais curiosa, houve boa acolhida por parte dos contribuintes. Aumento de arrecadação e boa acolhida dos contribuintes: é uma difícil combinação, que efetivamente aconteceu. E é justamente por isso que não existe contribuinte postulando a modificação desse modelo de tributação.

Há outro prisma, afora a inoportunidade e a insubsistência. É o prisma da inconsequência, e vamos mostrar por quê. As motivações são pífias. A primeira motivação que foi dada para fazer essa modificação seria a elevação da isenção do Imposto de Renda, hoje de R$1.903,98, para R$2.500. Nada contra essa mudança. Agora, é preciso também qualificar que mudança é essa. É preciso entender que nessa mudança, quem se encontra na faixa de renda entre R$1.903 e R$2.500 tem um ganho, no estudo da mudança, não maior que R$7,20 por mês, o que não lhe dá o direito de comprar sequer 1kg de pão. Esse é o tamanho da mudança, ainda que eu não tenha nada contra ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, se faz também com a redução da trava nominal do desconto padrão, que hoje é de R$16.154,34 e seria reduzida para R$10.563,60. É preciso dizer que um número significativo de contribuintes da chamada classe C serão onerados por essa restrição que é imposta ao desconto padrão.

Bom, e se diz também que, em função disso, seria, pois, justificado como uma fonte de financiamento para a expansão de programas de transferência de renda. Eu digo a V. Exa. que, todos os dias, eu vejo no jornal alguém se queixando de por que o projeto não tem prosperado no Senado, o que dificulta o auxílio, a expansão dos programas de transferência aos mais vulneráveis. Ora, não preciso dizer que já a Constituição vedaria qualquer tipo de vinculação dessa natureza – isso, desde a Constituição de 1946 – e está no art. 167, inciso IV da Constituição, que veda a vinculação de impostos a fundo, despesa ou órgão, ainda que seja uma vinculação branca, digamos assim, não uma vinculação no sentido formal.

Agora, todas as estimativas que são apresentadas mostram que haveria uma queda de arrecadação. Dados produzidos pela Secretaria da Receita Federal a que tive acesso mostram que haveria, no ano de 2022, uma perda de arrecadação de R$47 bilhões, dos quais R$23 bilhões para a União, R$11,2 bilhões para os Estados e R$12,8 bilhões para os Municípios. Então é algo que é completamente incompreensível. Como é que uma perda de arrecadação vai financiar uma expansão? Mas não é apenas uma perda, não: é uma enorme perda. Como é que uma enorme perda vai financiar uma expansão? É algo absolutamente sem sentido, sem nenhum nexo. E é claro que, acontecendo isso, há um impacto severo nas finanças dos entes subnacionais, especialmente os Estados mais pobres, especialmente o grande número de Municípios de pequeno porte.

Portanto, como conclusões, eu gostaria de registrar.

A versão original do projeto conseguiu uma proeza que eu, que lido com esta matéria há 49 anos, jamais vi, que foi a unanimidade dos contribuintes contrários. Todos contra. Aí, houve uma mudança, o substitutivo. Realmente, alguns contribuintes deixaram de ficar contra – é aquilo que, me permitindo dizer, bem-humoradamente, Roberto Campos chamava de violinista de campo de concentração: "Eu vou poupar estes".

Entretanto, conseguiu outra proeza também inacreditável: desagradou a todos os Estados e a todos os Municípios, por óbvia razão, por perda de arrecadação. E é claro que as perdas da União elevam riscos fiscais – nem vou falar até de perdas muito pontuais, mas é bom que não esqueçamos: perdas associadas à redução da base de financiamento dos programas culturais, nomeadamente Lei Rouanet e do Audiovisual, diminuem a base possível de financiamento a esses programas e também – não podemos esquecer – a base dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que tem também repercussão negativa.

Portanto, para concluir, ressalvada a elevação do limite de isenção de Imposto de Renda e a incompreensível supressão no projeto original, no substitutivo, da tributação – inadmissível a situação hoje – de investimentos em paraísos fiscais, inclusive nos casos de ganhos de capital indiretos – porque isso era, realmente, algo bem interessante no projeto e que, por razões incompreensíveis, desapareceu, sumiu, desde o projeto original até o substitutivo –, ressalvadas essas condições, eu diria, para concluir, que o projeto, por ser inoportuno, insubsistente e inconsequente, é também, no meu modo de entender, com a devida vênia, imprestável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu quero agradecer ao meu estimado amigo Everardo Maciel e concordar com as colocações que foram feitas por ele, com a sua experiência, capacidade, sempre estudando e entendendo exatamente o momento que o Brasil vive.

E essa questão da perda de arrecadação parece que é uma obsessão que vem do Ministério da Fazenda na direção de Estados e Municípios. Em alguns projetos, inclusive a própria PEC lá dos precatórios, que está tramitando na Câmara, para não pagar os precatórios, sobretudo, vai em cima, diretamente em cima... Eu estava vendo hoje, passando os olhos em um pequeno relatório, e, em relação aos Estados que têm precatórios para receber do antigo Fundef, querem parcelar para que esses Estados não tenham direito a receber esses recursos. É o caso aqui do Imposto de Renda e também dessa PEC que está tramitando na Câmara dos Deputados.

O segundo convidado é o Dr. Breno Vasconcelos, Advogado e Professor de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas.

Passo a palavra a V. Sa., Dr. Breno Vasconcelos.

O senhor pode expor as suas razões.

O SR. BRENO VASCONCELOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exmo. Senador Presidente Otto Alencar, na pessoa de quem eu cumprimento o Senador Oriovisto Guimarães, que é responsável também por esse honroso convite; e cumprimento também todos os demais Senadores e Senadoras, bem como os meus colegas de audiência.

Boa tarde a todos!

Queria, primeiramente, dizer que é uma honra participar de uma audiência como esta para poder contribuir com um debate tão técnico, tão difícil e, muitas vezes, tão árido. Fico muito feliz de poder fazê-lo depois de duas apresentações, especialmente do meu amigo Bernard Appy, que consegue traduzir o mundo da economia com tanta facilidade para nós que não somos desse mundo.

Eu tenho uma apresentação, mas eu queria, antes de tudo, fazer só uma consideração introdutória, e eu farei isso nas palavras de um Nobel de economia, Douglass North, que dizia que "instituições importam". Essa frase sintetiza uma vasta literatura sobre a relação entre regras e desenvolvimento econômico.

As instituições são as regras do jogo, e o jogo é a nossa vida em sociedade. Regras bem desenhadas, regras bem concebidas são capazes de gerar prosperidade, de facilitar as atividades econômicas. Regras mal concebidas podem gerar comportamentos predatórios, podem ser compreendidas como privilégios para um determinado grupo em detrimento de outros grupos, e isso gera dificuldade de coesão social e tendem, portanto, a produzir sociedades mais pobres e mais desiguais.

O Parlamento, então, é, por excelência, a Casa das regras do jogo. É aqui, então, que decisões podem ser tomadas e facilitar a vida das pessoas, ou torná-las mais difíceis. É aqui que serão decididas a possibilidade de distribuir ou de concentrar mais riqueza.

Agora, por que a importância dessa digressão? E aqui eu inicio a minha apresentação com a ligação entre o que eu acabo de dizer sobre a importância de se desenhar regras bem desenhadas, regras inteligentes, regras bem debatidas e a ausência de dados que possam nos ajudar a compreender as regras desse PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL, como o Bernard Appy disse agora há pouco, tem algumas regras positivas – eu concordo com ele em relação a todas elas –, mas eu queria também dizer, antes, como esse PL foi trazido ao Congresso.

No final de junho deste ano, o Governo Federal, o Poder Executivo, encaminhou um texto de lei, o texto de um projeto de lei ao Congresso, e, menos de duas semanas depois, a Receita Federal publicou uma nota executiva tratando de quais seriam os impactos decorrentes daquele projeto de lei.

Como os números presentes nessa nota estavam diferentes dos números indicados no Item nº 33 da exposição de motivos do PL, nós buscamos investigar essas informações e, por meio da Lei de Acesso à Informação, que, em breve, fará dez anos no País, nós obtivemos uma resposta do Ministério da Economia dizendo que os dados estavam desatualizados, que os dados constantes da exposição de motivos estavam desatualizados em relação ao texto do projeto de lei.

Isso é de altíssima relevância, porque, para se debater um tema dessa importância com a sociedade, é preciso que sejam expostos, de forma transparente e republicana, à sociedade quais serão os impactos gerais, os impactos setoriais, quem serão os perdedores e ganhadores de uma futura mudança e em que medida essas mudanças serão feitas; e, mais importante ainda, como tem sido dito aqui, como essas mudanças poderão impactar a capacidade de arrecadação do Estado *lato sensu*, União, Estados e Municípios.

Estávamos aqui debatendo, ouvindo o debate entre V. Exas., sobre o quanto de perda de arrecadação esse projeto poderá causar. Então, esse é um primeiro ponto, uma crítica bem pontual à forma como o projeto foi encaminhado e à forma como se fazem, muitas vezes, as leis no Brasil.

Um segundo ponto – e ele se conecta com as outras duas questões que eu pretendo apresentar – é o risco de aumento dos litígios tributários em decorrência desse projeto de lei em relação a dois pontos específicos – há outros, claro, aumento de complexidade em relação a outras normas, mas esse pode ser o *trade-off*, por uma política fiscal melhor.

O que importa, o que eu queria dizer, é que, em primeiro lugar, contextualizando, há alguns anos, nós, no Núcleo de Tributação do Insper, estamos fazendo um monitoramento do tamanho do contencioso tributário no Brasil. Os dados de 2019 mostram que o contencioso tributário brasileiro alcançou a marca equivalente a 75% do PIB. Especificamente em relação aos três tributos discutidos apresentados no PL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica, CSL e Imposto de Renda Pessoa Física, os dados mostram que, por exemplo, no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o estoque de contencioso tributário relativo a esse tributo é de 813% da arrecadação anual do tributo. Então, essas são medidas para se mostrar o quanto que o tributo causa... Hoje, já gera complexidade e gera contencioso.

Estou dizendo isso, porque, especificamente em relação a um ponto do PL, certamente isso gerará contencioso e, muito provavelmente, gerará um impacto futuro quando, lá na frente, isso for julgado pelo Supremo Tribunal Federal, e repercutirá sobre futuros governos uma regra como essa.

A que regra eu me refiro? No *caput* do art. 10-A, proposto pela inserção do art. 2º do PL, uma inclusão de um artigo à Lei 9.249, está prevista a possibilidade de tributar os lucros acumulados que forem distribuídos a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Então, os lucros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apurados até 31 de dezembro de 2021, se distribuídos a partir de 1º de janeiro, poderão ser tributados conforme a nova regra, tributados à alíquota de 15% de IR Fonte.

Qual é o problema disso? Esses lucros estão sendo apurados, e serão apurados até 31 de dezembro, conforme as regras mencionadas pelo ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, conforme aquela política fiscal estabelecida pela Lei 9.249, que concentrou toda a tributação da renda na camada corporativa a uma alíquota de 34%, com isenção na distribuição de dividendos. E esses lucros estão sendo tributados... Os resultados apurados até dezembro de 2021 serão tributados conforme essa regra.

Alterar a regra para janeiro do ano que vem e fazê-la incidir sobre os lucros distribuídos no ano que vem faz com que a regra retroaja, e isso é vedado pelo ordenamento jurídico em duas normas, se não bastasse apenas a Constituição Federal: a Constituição Federal, art. 150, inciso III, alínea "a", e o art. 105 do Código Tributário Nacional, que proíbe a retroatividade das normas. Isso viola a segurança jurídica nas suas três vertentes, previsibilidade, confiabilidade e estabilidade na mudança, afinal empresas e seus sócios se organizaram e se planejaram de acordo com aquela regra até 31 de dezembro de 2021. E isso, como eu disse, pode gerar um contencioso.

Trago aqui o exemplo de um contencioso muito semelhante – é claro que não é igual, mas é muito semelhante –, o de uma regra prevista em 2001 de tributação dos lucros auferidos no exterior. Doze anos depois, ou seja, depois de um longo período de discussão, de formação de contencioso e de custo para a sociedade brasileira, o STF, na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 2.588, declarou inconstitucional uma regra que previa a retroatividade em relação a lucros acumulados até dezembro de 2001.

Esse mesmo problema que estou aqui apontando pode ser apontado também em relação ao art. 30 do PL, que prevê a tributação dos lucros acumulados ou dos rendimentos dos fundos fechados, dos fundos de investimentos fechados, o que seria equivalente à tributação do patrimônio desses fundos na virada.

A terceira questão – já realmente me encaminhando para a conclusão – é o risco de antinomia, de conflito entre o art. 10-A da Lei 9.249, conforme proposto pelo PL... Lá no seu §1º, não há nenhuma menção à existência de tratados firmados pelo Brasil com outros países para evitar a dupla tributação. Existem tratados já firmados, compromissos internacionais assumidos pelo País, que preveem que a tributação dos dividendos não pode exceder a 10%. É claro que, em alguns tratados, existem algumas condições e, em outros, não. Por exemplo, o tratado com a Finlândia e com a Coreia do Sul não tem essas condições. Então, há um limite objetivo de tributação de até 10% dos dividendos remetidos a empresas no exterior. Esse conflito não foi considerado no texto original e também não foi considerado na Câmara dos Deputados. Seria importante, caso avance o PL, que seja pensada uma regra que proteja a redação, que proteja esses compromissos firmados pelo País no cenário internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu quero agradecer a V. Sa., Dr. Breno Vasconcelos, e parabenizá-lo pela sua explanação, bem didática. Aliás, o nosso Relator, o Senador Angelo Coronel, já tinha discorrido mais ou menos sobre esse assunto conosco.

Passo a palavra agora ao Dr. Sergio Gobetti.

O Dr. Sergio Gobetti tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO GOBETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos!

Eu agradeço o convite do Senado.

Cumprimento os demais debatedores da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou ouvindo o senhor com dificuldade, doutor.

O SR. SERGIO GOBETTI – Não está me ouvindo adequadamente? Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora melhorou um pouco.

O SR. SERGIO GOBETTI – Então agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora sim!

O SR. SERGIO GOBETTI – Em primeiro lugar, eu queria destacar que é curioso ver como o Brasil foi um país extremamente ousado e rápido quando aprovou, em 1995, no primeiro ano do Governo FHC, uma reforma do Imposto de Renda que introduzia, então, a isenção sobre os dividendos e as chamadas deduções de juros sobre capital próprio, algo que, naquele momento, só existia em um país chamado Croácia, e que, hoje, esse mesmo País, o Brasil, é tão conservador e reticente em corrigir as grandes distorções que estão presentes no nosso modelo de tributação da renda à luz das novas tendências internacionais, ou seja, eu começo dizendo que é contraditório que a gente tenha sido tão rápido em aprovar uma reforma que, no passado, beneficiava a parcela mais rica da população brasileira e que hoje haja uma vacilação em fazer uma reforma, um atraso tão grande em fazer uma reforma que deve proporcionar um pouco mais de equilíbrio ao sistema tributário, corrigindo distorções do ponto de vista tanto da eficiência quanto da equidade do nosso modelo tributário.

Por isso, eu começo a minha intervenção dizendo que, nessa discussão das reformas da renda como também do consumo, é preciso, antes de mais nada, separar o joio do trigo, ou seja, separar o debate político e técnico necessário para o aprimoramento das propostas em tramitação, separar esse debate do mero *lobby* de interesses, do posicionamento contrário de grupos de interesse que, sistematicamente, se opõem às mudanças no modelo tributário porque não querem perder.

Aí eu digo: não existe reforma estrutural sem algum tipo de efeito redistributivo. E a política é justamente a arte de escolher quem são os ganhadores e quem são os perdedores. A gente pode adotar regras de transição para atenuar no tempo os efeitos das mudanças, mas a gente não pode deixar de enfrentar as graves distorções que existem no nosso sistema tributário, das quais alguns grupos e pessoas se beneficiam claramente.

Dito isso, eu antecipo que, na minha opinião, o projeto original de reforma do Imposto de Renda elaborado pela Receita Federal tinha méritos. Esse projeto era um projeto bom, um projeto razoável, mas o texto final aprovado pela Câmara foi muito ruim e praticamente anulou esses méritos do projeto original. Antes de tratar dos graves problemas contidos no texto aprovado, eu queria dizer por que eu acho que o PL original caminhava na direção correta ao reintroduzir a tributação de dividendos e, ao mesmo tempo, reduzir as alíquotas de IRPJ.

Bom, tributar o lucro na pessoa física é correto porque, antes de mais nada, esse é o caminho que 99% dos países do mundo estão adotando hoje. Se o modelo brasileiro de tributar o lucro apenas na empresa poderia talvez se justificar 30 anos atrás, hoje não se justifica mais. Não é mais viável o Brasil conviver com uma alíquota combinada de IRPJ e CSLL de 34%, embora a carga tributária efetiva seja bem menor do que isso, seja de 24%. Então, é inviável a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente ter, de qualquer forma, uma alíquota nominal de 34% sobre o lucro das empresas e, ao mesmo tempo, isentar dividendos distribuídos. Devido à competição tributária internacional, é preciso fazer justamente o contrário, a gente precisa tributar menos lucro na empresa e de modo mais amplo, com menos margem de dedução de planejamento tributário, e tributar também mais a renda e o lucro distribuído no nível da pessoa física.

Há várias outras razões de natureza econômica que também justificam este movimento no sentido de tributar menos a PJ e mais a PF, mas eu vou me ater a apenas uma delas, pelo tempo aqui disponível.

O primeiro ponto é que nem sempre a incidência econômica efetiva de um imposto equivale à sua incidência legal. No caso do IRPJ, por exemplo, há estudos da OCDE indicando que o imposto, muitas vezes, é repassado para os consumidores ou para os trabalhadores da empresa, o que não ocorre com a tributação direta dos dividendos recebidos pelas pessoas físicas. Isto aqui não é, evidentemente, uma regra. Os estudos apontam que há uma tendência, que em muitos casos ocorre, e, por isso, não se pode automaticamente afirmar, necessariamente, quando a gente está tributando o lucro da empresa em 34%, em 24% ou em 20%, que, de fato, a incidência efetiva seja sobre o acionista.

Por isso, mas não só por essa razão, por outras também, a taxação dos dividendos pode permitir que a gente amplie a progressividade do imposto e também o que a gente chama de equidade horizontal do sistema tributário. A taxação dos dividendos pode proporcionar uma maior progressividade e uma maior equidade, desde que ela seja bem feita, o que não foi o caso do texto final aprovado pela Câmara, ou seja, a tributação de dividendos permite alcançar de modo, eu diria, mais efetivo a renda dos muito ricos, dos milionários, e também corrigir as distorções advindas da chamada pejotização.

Por exemplo, não há o menor sentido em a gente manter um sistema tributário em que – até o Bernard citou alguns exemplos, e eu cito também aqui alguns exemplos – o profissional especializado que preste serviço como assalariado seja tributado em 27,5% só pelo Imposto de Renda de Pessoa Física e em que, se esse profissional criar uma empresa do Simples ou do Lucro Presumido, ele passa a ser submetido a uma carga tributária total que varia de 6% a, no máximo, 16%. Mesmo quando a gente considera todas as deduções que se aplicam ao Imposto de Renda de Pessoa Física, as deduções de educação ou a dedução simplificada, hoje, em média, um assalariado que ganha R$300 mil no ano, por exemplo, está submetido a uma alíquota efetiva de 22% de Imposto de Renda, segundo os dados divulgados pela Receita Federal. Já um profissional liberal que tenha uma empresa no lucro presumido e fature no ano R$2 milhões, esse profissional paga, em média, 16% de imposto, ou seja, o assalariado de R$300 mil paga 22% de Imposto de Renda, e o profissional que ganha R$2 milhões, que tem uma PJ de lucro presumido, paga 16%, e não só de IRPJ e CSLL, mas, incluindo nesses 16%, PIS/Cofins e Imposto sobre Serviços Municipais.

Por isso eu diria que um dos poucos consensos que existem entre os especialistas do tema na discussão de reforma do Imposto de Renda é de que algo deve ser feito para corrigir a subtributação da renda auferida pelos sócios do Simples e do lucro presumido.

Contudo, o que o Relator da Câmara fez foi justamente o contrário. Ele reduziu o IRPJ e a CSLL desses profissionais e manteve esses profissionais isentos da tributação sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dividendos, ou seja, é um caso clássico de dupla não tributação dos lucros: são profissionais que pagam muito pouco na PJ e não pagam nada na pessoa física.

Bem, além de injusta, essa isenção, do modo como foi aprovada pela Câmara, vai incentivar empresas que estiverem próximas do limiar de R$4,8 milhões anuais a se dividirem para não sofrerem aumento da carga tributária, como mencionou Bernard Appy. Há modos mais inteligentes de proporcionar algum tipo de isenção e progressividade na tributação dos dividendos. A isenção por retorno normal do capital, por exemplo, como é aplicado na Noruega, é o modo, eu diria, mais sofisticado de fazer isso. É um modo defendido, inclusive, por um ex-Prêmio Nobel de Economia, o James Mirrlees.

E outra opção, se a gente quisesse caminhos e opções mais simples, seria uma isenção mais baixa, mais baixa inclusive do que a do projeto original, que previa, para R$240 mil anuais, uma isenção de R$100 mil anuais universal para todos os recebedores de dividendos, estejam ou não no Simples ou no lucro presumido.

Por fim, outro problema do texto aprovado é a isenção irrestrita para qualquer pagamento de dividendos entre empresas. Esse dispositivo cria uma iniquidade entre um dividendo recebido por um reles mortal, acionista de uma empresa, e os acionistas majoritários que possuem as *holdings* familiares. A tendência, aliás, como já foi destacado aqui, é de que haja uma multiplicação de *holdings* familiares com o objetivo precisamente de fugir da tributação de dividendos.

Bem, todos esses problemas foram levados ao Relator no processo de discussão na Câmara e foram simplesmente desconsiderados. Além disso, também foi apresentada ao Relator a ideia de reduzir a alíquota adicional do IRPJ em vez da alíquota básica.

Como os senhores sabem, o IRPJ tem uma alíquota básica de 15% e uma alíquota adicional de 10%, que se aplica apenas aos lucros superiores a R$240 mil. Então, foi apresentada esta proposta, que teria um custo fiscal menor e seria mais racional: em vez de reduzir a alíquota básica, reduzir a alíquota adicional, principalmente porque o projeto original já previa o nível de isenção de até R$240 mil, para sócio que recebesse até R$240 mil, ou seja, não havia sentido em desonerar de IRPJ, reduzir a alíquota básica para empresários que sequer seriam atingidos pela tributação de dividendos. No entanto, foi o que a Câmara fez: manteve a isenção para esses profissionais e ainda reduziu o IRPJ, com um enorme custo fiscal injustificado.

Bem, para finalizar, eu queria dizer que o Senado tem dois caminhos: repetir os erros da Câmara e desidratar ainda mais o projeto, como sinalizam, infelizmente, algumas declarações públicas que eu ouvi; ou recuperar os méritos do PL original, enviado pelo Governo, e aprimorar o modelo proposto em termos de equidade. Isso passa por rever as isenções concedidas, fechar as brechas para elisão fiscal, incluindo a questão das *holdings* familiares, e talvez, inclusive, criar uma alíquota mais alta para o Imposto de Renda da Pessoa Física, acima dos 27,5%, como fazem outros países. E a gente não precisa ir à Suécia, à Dinamarca, nem nada: basta a gente ir ao México ou ao Chile que a gente vai ver alíquotas mais altas no imposto de renda de pessoas físicas.

Essas mudanças, evidentemente, exigem provavelmente mais tempo de discussão, mas eu diria que é melhor a gente prorrogar esse debate do que aprovar de forma açodada um texto igual ou ainda pior do que aquele que veio da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Assim, eu encerro a minha fala.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pergunto se algum Senador quer fazer algum questionamento.

Agradeço a V. Sa., Dr. Sergio Gobetti, pela sua explanação.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Fleury, economista e advogado.

V. Sa. tem a palavra, Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou só pedindo para que eu possa liberar a minha apresentação.

Enquanto isso, eu aproveito para agradecer o convite. Agradeço ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Dr. Otto Alencar e, na sua pessoa, cumprimento todos os outros Senadores que estão presentes. Agradeço muito o convite.

Pronto. Já está liberada aqui a apresentação.

Estão aparecendo dois eslaides aí.

Um minutinho. (*Pausa.*)

Bom, antes de tudo, também cumprimento todos os meus parceiros, companheiros de audiência, todos eles fazendo apresentações muito importantes, lembrando coisas importantes. Sabendo já da capacidade de cada um deles de esclarecer pontos diferentes, eu procurei centrar um pouco mais a minha apresentação no uso de dados.

Eu tenho duas grandes preocupações quando eu falo em Imposto de Renda. Uma primeira preocupação é competitividade. Através da competitividade, eu tenho crescimento econômico, e o crescimento econômico, obviamente, tem como consequência o aumento na renda de todos, ainda que, muitas vezes, a gente não consiga resolver o problema da desigualdade, que é a segunda preocupação que eu tenho.

Então, eu vim trazer aqui alguns dados muitos esparsos na verdade, alguns dados que eu calculei, inclusive, trabalhando pelo Banco Mundial como consultor, para atentar jogar um pouquinho de luz nesta discussão, sem que necessariamente esteja colocando aqui uma posição sobre um ou outro ponto do projeto, mas tentando jogar luz, jogar informações para que isso possa ser mais bem debatido.

O primeiro ponto que eu coloco aqui diz respeito às alíquotas do Imposto de Renda. Olhando competitividade, eu sinto que as médias da OCDE da alíquota de imposto de renda de pessoa jurídica e de tributação sobre o lucro vêm caindo substancialmente ao longo do tempo. Desde 2000, nós tivemos uma média de 31,71% e, hoje, nós estamos trabalhando com uma média – essa é uma média de 2018 – de 23,83%. Aí a gente traz alguns exemplos de outros países de alíquotas de imposto de renda sobre o lucro das empresas.

Claramente, tributar o lucro da pessoa jurídica, unicamente na pessoa jurídica como faz o atual sistema, pode ser uma solução, mas repercute na questão da competitividade da empresa brasileira.

A gente mostra também, nessa curva, desde 2000, a carga tributária, que são as alíquotas que vão caindo ao longo do tempo, a média das alíquotas caindo, e a gente vê que, embora exista, essa curva aqui embaixo mostra queda de arrecadação. Ela não é muito diferente. Você vê que, no final do ano de 2016, nós temos uma alíquota média dos países da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OCDE em 24,4%; e a participação da arrecadação do imposto de renda no PIB cai de 3,2% para 2,8% – até há outros movimentos aqui, que são explicados pela crise de 2008. Então, quer dizer, a queda na alíquota, necessariamente, não representa diretamente uma queda na arrecadação se você consegue gerar competitividade.

Eu posso apoiar, lógico, todo mundo que fala que essa guerra fiscal que existe no mundo envolvendo redução de alíquotas é um problema e deve ser combatida, como está sendo combatida na OCDE pelo projeto BEPS, pela questão, agora, da alíquota mínima, apoiada pelo Presidente Biden. Concordo, sem dúvida nenhuma, mas, enquanto isso, enquanto tudo isso não começa a funcionar, se é que algum dia vai funcionar, nós temos aspectos de competitividade que devem ser atacados.

Então, a redução de alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e o CSLL somados nas empresas talvez seja um ponto importante para gerar mais competitividade. Não é o único motivo pelo qual o Brasil é menos ou mais competitivo, eu concordo com isso, mas a gente tem que imaginar que, quando a gente estava falando de 2000... Em 2000, a alíquota média da OCDE era 32%; hoje, ela é 24%. Então, a competitividade é muito maior. Repito: eu não sou a favor da guerra fiscal, mas a gente tem que saber que precisamos cuidar da economia também.

As consequências disso, como a gente viu: muitas vezes, há perda de investimento estrangeiro ao longo do tempo; há perda de competitividade das multinacionais brasileiras no exterior com essa alíquota muito alta; e há perda de competitividade das empresas brasileiras também no comércio exterior, já que Imposto de Renda também é custo. Então, é uma coisa bastante importante.

Por fim, nesta questão de competitividade, eu lembro que o peso da arrecadação do Imposto de Renda e da CSLL no PIB já vem caindo. A gente fica preocupado com a queda da arrecadação, mas, em 2008 por exemplo, nós tínhamos 3,11% de participação do IRPJ no total do PIB e, em 2017, já há um valor próximo de 2%, quer dizer, já está havendo um pouco de queda.

E também quem trabalha muito com as empresas, principalmente nós advogados, verifica que, cada vez mais, as multinacionais vêm importando bens e insumos com valor adicionado maior, deixando cada vez menos lucros no País. Então, talvez, seja esse um dos motivos, e, portanto, a competitividade do Brasil acaba sendo perdida, repito, não só por isso, não só pelo Imposto de Renda, pela alíquota do Imposto de Renda, mas, sem dúvida, esse é um ponto bastante importante aí.

Na sequência, vou para outro problema que, como eu falei para vocês, também me aflige, que é a desigualdade. Então, repito: estou tentando fazer aqui um balanço desses dois pontos.

A desigualdade brasileira é extremamente conhecida. A gente coloca aí uma sequência dos vários países. O Brasil está, entre esses países que eu selecionei, muito próximo da África do Sul, que seria o pior na escala, lembrando que, quanto maior o Índice de Gini, é mais concentrada a renda. Então, o do Brasil está alto, inclusive para padrões sul-americanos.

Do ponto de vista da distribuição de renda, a gente trabalhou com uma tabela da Pnad, misturada com os dados da Receita Federal, porque a Receita Federal tem dados mais confiáveis para as faixas mais altas de renda. E aí nós concluímos que 26%, por exemplo, da... Só lembro que essa é a renda *per capita*. É só para se entender que não é renda familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhando isso, você vê que 26% da renda brasileira estão concentrados, estão sendo recebidos por 1% da população brasileira. Se você pegar os 10% mais ricos do Brasil, eles concentram cerca de 60% da renda recebida. O Brasil, portanto, é um país fortemente desigual. Esse é um ponto que a gente não pode negar. E o quanto o imposto, o Imposto de Renda pode ajudar nisso... É por isso que nós estamos discutindo a questão do Imposto de Renda.

Há uma coisa para a qual eu chamo a atenção: a gente precisa tomar cuidado em achar que vamos atacar os ricos. Normalmente, em outros países, quando se fala de ricos, fala-se, muitas vezes, de 1% ou de 0,5% de toda a pirâmide. Só lembro que, no Brasil... Você vê o primeiro número que está aqui, que são R$16.952, ou seja, R$17 mil. A gente vai dizer que 99% da população ganham menos que R$17 mil. Nós vamos dizer que 99,8% da população ganham menos que R$42 mil. Esses são dados vindos diretamente da Receita Federal. Esses R$42 mil são a renda máxima de cada uma das faixas. São dados obtidos, nesse caso, diretamente da Receita Federal.

Então, veja que, quando falamos daquela imagem que se tem de milionários, nós estamos falando praticamente dos últimos percentis ali, porque, de resto, a base é pequena. Não é à toa que o Brasil, por ter uma renda *per capita* muito baixa, tem, portanto, uma arrecadação de Imposto de Renda muito baixa. Por isso, a gente acaba tributando mais o consumo e tributando menos a renda, a despeito de eu achar que a gente precisa começar a mudar isso aí. Um projeto que tributasse o Imposto de Renda sobre dividendos poderia ajudar bastante.

Aí eu só coloco como é a distribuição do imposto hoje nas faixas de renda. A gente tem, neste caso aqui, o Imposto de Renda devido, mas esse é aquele que é calculado na declaração. Mas, se a gente juntar o Imposto de Renda devido mais o Imposto de Renda retido exclusivamente na fonte, assumindo uma tributação de 15% exclusivamente na fonte, vocês podem verificar que, ainda assim, a nossa distribuição do Imposto de Renda cobrado das pessoas ainda é desigual, ainda é regressiva. Veja que as últimas duas faixas que ganham mais pagam bem menos do que faixas que estão aqui.

É lógico que, como a gente está dizendo, quem paga Imposto de Renda no Brasil são poucas pessoas. O número de declarações que se recebem no Brasil é de cerca de 30 milhões de declarações e boa parte delas se refere apenas à restituição – muitas vezes a carga tributária final é zero, o Imposto de Renda devido é zero. Então, a gente tem um pequeno público, vamos dizer assim, um pequeno número de contribuintes de quem a gente pode cobrar. O que a gente precisa tentar fazer, se a gente quiser ousar, é essa simulação que eu coloquei aqui.

E não estou discutindo sobre a tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, como foi colocado tanto pelo Secretário Everardo como pelo Bernard. A gente sabe que existe uma carga tributária lá, mas, vamos dizer assim, mantido tudo mais constante, se a gente colocasse, vamos supor, 15% de Imposto de Renda sobre os dividendos, sem isenções, e supondo que não haverá um comportamento adverso – que a gente sabe que vai haver – dos contribuintes, a gente teria uma suavização dessa curva. Nós teríamos um sistema menos regressivo, quer dizer, progressivo não totalmente, porque as últimas faixas não estão pagando mais como deveriam, mas a gente já melhoraria um pouco isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como a gente sabe, com o projeto atual, a questão da isenção na distribuição para coligadas e da isenção para a distribuição para as controladas... E, obviamente, vão se reduzir muito essas últimas duas faixas aqui, esses 99,9% e esses 100%, esses dois últimos formando o 0,1% dos mais ricos, provavelmente vão constituir *holdings* e vão deixar de recolher imposto. Não acho que o regime de *holding* ou de isenção assim proposto estaria errado, ele tem o seu papel importante na alocação econômica dos investimentos. Mas, por outro lado, quando a gente olha esses valores, vê que o total arrecadado é de cerca de 48 bilhões, mas se a gente não tivesse nenhuma isenção e nenhum comportamento adverso por parte dos contribuintes. A gente sabe que isso não vai acontecer, e a gente sabe que, com as isenções colocadas sobre o lucro presumido e sobre empresas do Simples com faturamento até 4,8, obviamente a gente vai ter uma queda de arrecadação se a gente considerar o global, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Imposto de Renda sobre dividendos. Então, esse é um problema bastante...

E a gente coloca aqui que o sistema tributário brasileiro, para a gente finalizar, é mais regressivo ainda se você olha o consumo. No trabalho que a gente fez para o Banco Mundial, pegando agora a POF e não mais a Pnad, a gente pega as dez faixas de renda aqui e verifica que, num cálculo ajustado – porque a gente vai usar o ajustado aqui para explicar para vocês – , a faixa mais baixa de renda, o primeiro decil da população, sofre uma tributação de 21%. Quando você vai na faixa mais rica, na décima, no item dez, você vai verificar que a carga tributária do imposto sobre o consumo é de 12%. Então, claramente, aqui você continua vendo um processo de regressividade do sistema, que ataca mais ainda as classes mais baixas. O Imposto de Renda até não mexe muito, porque poucas pessoas estão sujeitas ao Imposto de Renda no Brasil.

E aqui há um resultado muito mais eficiente e, na minha opinião, muito mais simples. Se a gente faz uma reforma do imposto sobre o consumo colocando uma alíquota única, qualquer que seja ela – e nesse caso a gente está trabalhando com o número do Professor Sérgio Gobetti, de 26,9% –, nós verificamos aqui que, na distribuição do valor arrecadado, as classes mais baixas pagam menos e a classe mais alta, o último decil aqui, os últimos 10% da população de mais alta renda, é que vai pagar mais imposto. Então, isso seria muito mais eficiente e mais rápido, um projeto que já estaria bastante discutido, na minha opinião, e que tem efeitos muito melhores para a distribuição de renda do que a tributação dos dividendos, que, como a gente vê, não consegue gerar, digamos assim, não consegue melhorar muito a questão da distribuição de renda.

Então, basicamente, eram esses os pontos que a gente tinha que colocar.

Mais uma vez, quero agradecer pela oportunidade e, havendo questionamentos, me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Sr. Eduardo Fleury.

Algum dos Senadores aí, Senador Tasso, Senador Oriovisto, tem alguma pergunta para o Eduardo Fleury? (*Pausa.*)

Com a palavra o Sr. Daniel Loria, advogado e pesquisador do Insper, que está presencialmente aqui conosco.

Seja sempre bem-vindo a esta Comissão, Daniel.

Com a palavra.

O SR. DANIEL LORIA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão ouvindo bem? O microfone está bom? (*Pausa.*)

Agradeço o convite na pessoa do Senador Vanderlan, Vice-Presidente desta Comissão. Agradeço o convite do Relator Angelo Coronel, que tem feito um trabalho hercúleo aí de análises do projeto de lei, por todo o empenho. Cumprimento o Senador Oriovisto, o Senador Tasso e todos os demais aí que estão nos acompanhando virtualmente.

Eu preparei uma apresentação que eu gostaria de projetar, por gentileza. (*Pausa.*)

Obrigado.

Eu queria contextualizar, primeiro, esse assunto do Imposto de Renda, porque eu creio que é um assunto bastante árido, como foi falado aqui, e às vezes a gente fala de muita coisa ao mesmo tempo. Então, quando a gente está falando de Imposto de Renda, a gente está falando de duas coisas ao mesmo tempo: a gente está falando de indivíduos, de pessoas físicas, de pobres e ricos, de desigualdades; e estamos falando de empresas. E, quando a gente fala de empresas, a gente olha muito mais para crescimento econômico e menos para equidade e progressividade.

Então, falando de pessoas físicas, qual é a principal preocupação na literatura? É progressividade: quem ganha menos tem que pagar menos, como proporção da sua renda, e quem ganha mais tem que pagar mais, como proporção da sua renda – isso internacionalmente e há previsão constitucional aqui no Brasil. E quem ganha a mesma coisa tem que pagar a mesma coisa. Então, o Bernard falou de um profissional liberal que se organiza numa empresa *versus* um que é CLT. Eles têm que pagar a mesma coisa. Não faz sentido um pagar 6% numa empresa no Simples ou no presumido, e outro pagar 27,5% só de Imposto de Renda se ele é CLT, se é um empregado contratado na pessoa física.

E, aqui no Brasil, como já foi dito, a gente tributa muito o consumo de fato, o que tem um caráter regressivo, porque todo mundo paga igual. Então, se eu compro um saco de arroz no mercado, eu pago o mesmo imposto do que uma pessoa mais pobre, do que uma pessoa que ganha menos renda. Todo mundo paga o mesmo imposto sobre consumo. E a gente tributa pouco essa base de renda e de patrimônio.

Então, alguns dos pontos que foram comentados aqui: nossa alíquota máxima de 27,5% é bastante inferior à média mundial, então é inferior ao Chile, que é de 35, a todos os nossos países... E essa alíquota máxima já se aplica para toda a renda acima de R$5 mil por mês. Então, a partir de R$5 mil por mês – que é uma renda um pouco acima da média no Brasil, claro –, a gente já não tem mais progressividade. Então, a nossa progressividade para aí. Então, falando de faixa de isenção, é evidente que precisamos melhorar essa faixa de isenção. Temos que trabalhar essa tabela, mas podemos trabalhar a tabela como um todo, não precisa ficar restrito ao paupérrimo, àquele que ganha R$1.900. Teria que se ajustar tudo, inclusive o topo, inclusive nós aqui.

E a gente tem as distorções dependendo da natureza da renda, como foi falado. Então, a renda do trabalho até 27,5%, a tabela progressiva; a renda financeira, 15%, então já há uma distorção aí; e a renda do setor produtivo, pelo projeto de lei, iria para 37,1%. Isso é o quê? É a soma dos tributos corporativos e do tributo que seria cobrado sobre o dividendo. Então, a gente já percebe, de uma forma bastante evidente, essa distorção. Dependendo de como você se organiza, você pode ter uma alíquota maior ou menor; dependendo da sua fonte de renda, você tem uma alíquota maior ou menor. São distorções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, dentre as aplicações financeiras, a gente tem o problema do diferimento da tributação dos fundos de investimento fechados, que precisa ser combatido mesmo, a gente tem que ter a mesma regra para o fundo fechado e para o fundo aberto. Há algumas isenções, algumas regras diferenciadas de tributação que distorcem quando a gente vai colocar nosso dinheiro no banco, onde a gente aplica. Hoje em dia, a gente decide que vai aplicar num fundo imobiliário, numa debênture de infraestrutura, num CDB, e a gente leva em consideração a carga tributária de cada aplicação. O ideal seria uniformizar, como era feito na primeira versão do projeto de lei.

Ainda falando de pessoas físicas, aqui é a alíquota média de pessoa física no mundo *versus* a alíquota brasileira. A linha de cima, que é a verde, é uma pessoa solteira auferindo 100% da renda média do País. Então, a gente vê aí que, na OCDE, essa alíquota média fica entre 35% e 40%, na faixa de 37%. Para casado cai um pouquinho, para 35%. E as duas linhas de baixo são quem ganha dois terços ou menos da renda média dos países, aí é bem mais baixo. Isso dá uma conotação da progressividade que a gente poderia pensar para o Brasil numa reforma de Imposto de Renda que atendesse esse caráter.

Podemos passar, por favor.

Da mesma forma, aqui é uma outra forma de expressar alíquotas máximas de Imposto de Renda pelo mundo. Então, a gente pega OCDE, 40%; a grande maioria dos países aí, acima de 30%; e o Brasil, com 27,5%.

Podemos passar.

Falando da empresa: hoje a gente tem um problema no Brasil porque a gente tributa muito a empresa e não tributa a pessoa física. No meu modo de ver, isso é também uma distorção, porque a nossa alíquota empresarial hoje é de 34%, e a média da OCDE, como foi dito, é de 23%. Então, a gente precisa ajustar isso em nome da competitividade internacional. Então, se, na pessoa física, a gente olha para a progressividade, na empresa a gente precisa olhar para a competitividade internacional, redução dessa alíquota corporativa e adequação ao padrão mundial de tributação, que é tributar a parte da empresa e a parte da pessoa física, como dividendo.

Com essa alíquota muito alta do Brasil, o que tem acontecido na vida real? A gente está estimulando as empresas a mudarem as sedes para o exterior. Então, a gente vê empresa que quer se internacionalizar, não quer usar o Brasil como grande *holding* do mundo. Por quê? Porque vai tributar todo mundo a 34% aqui, o que não faz sentido. Então, essas empresas mudam a sede para fora e se internacionalizam a partir do exterior, e não do Brasil, com essa alíquota tão alta, porque ninguém quer capturar todo esse lucro, que é tributado a 20%, 25%, 24% em outros países do mundo. Subir e tributar 34% no Brasil não faz sentido. Preferem estar no exterior e não ter uma carga, ou uma sobrecarga, sobre esse lucro produzido fora. Então, a gente tem visto esse problema da inversão da sede para o exterior.

Junto com isso, a tabela que o meu amigo Fleury já projetou para os senhores, que é a alíquota média de Imposto de Renda corporativo aqui no mundo. Então, aqui a gente está falando de empresa. Essa queda constante lá nos anos 2000, mais perto de 30%, e hoje aí, se a gente olha para a linha azul, é a média da OCDE, que está 23,3% hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns países têm uma leve tendência de ajuste agora, mas a gente está trabalhando com 23% como alíquota média na OCDE, que seria uma alíquota média desejável para o Brasil se a gente quiser ser competitivo no nível das empresas.

Por favor.

Sobre o problema que já foi falado e repetido – não vou ser muito repetitivo – da isenção para a empresa que fatura até 4,8 milhões por ano, tratando aí de um ponto específico do projeto de lei, qual é o modo de enxergar aqui? É claro que a gente tem que incentivar o pequeno empreendedor. É claro, ele é o motor de crescimento do Brasil, mas a gente tem que olhar para ele, não para a empresa, a gente tem que olhar para o sócio. Então, a gente teve milhões de CPFs que entraram na Bolsa de gente pequena. Você não pode querer tributar, como se fosse um sócio grande, o cara que é pequeno. Esta turma, como o Bernard aqui comentou, é quem vai ser mais prejudicado: é o sócio pequeno de empresa grande. Então, dentro da minha atuação profissional – eu lido com muitas companhias abertas, eu lidero o grupo de trabalho na Abrasca (Associação das Companhias Abertas) –, a gente tem visto esse impacto muito forte. Todos os acionistas que entraram na Bolsa recentemente vão sofrer com essa tributação de dividendos, e eles não têm isenção. Eles, que, na pessoa física, a gente poderia conversar sobre a pertinência de uma isenção, não têm. Quem tem? Quem tem empresa de 4,8 milhões por ano. Isso pode gerar essas distorções, como o Appy comentou, de um advogado, como eu, ou um economista ou um médico que ganhe R$100 mil por mês pagando 6% de imposto. Não é justo. Não é justo.

Simples e lucro presumido é o mesmo tema.

Esse risco da pejotização, que foi comentado, é um problema grande para o Brasil, tanto por tributar menos a renda desses profissionais que se organizam em empresas, quanto por precarizar o trabalho. Isso tem acontecido em todas as classes sociais. Antigamente, era PJ só quem ganhava muito. Hoje em dia, você tem analista de sistema que é PJ para pagar menos Imposto de Renda e não pagar INSS. Então, isso é um problemaço que a gente precisa enfrentar aqui no País.

Por favor.

Como é que o Projeto de Lei 2.337 se encaixa nesse contexto? Em primeiro lugar, ele é um projeto importante. Vale a pena reformar o Imposto de Renda. A gente quer mais competitividade para a empresa, a gente quer crescimento econômico, a gente também quer progressividade, a gente também quer equidade e justiça fiscal. Então, direcionalmente, eu acho que o projeto está correto. A minha avaliação é que o projeto está correto direcionalmente. E, quando eu falo direcionalmente, o que eu quero dizer com isso?

Redução da alíquota corporativa para um padrão mundial, então 23% por exemplo – o projeto fala em 26%. Eu concordo com as palavras do Relator: eu acho que deveria estar mais próximo de 23%.

Quanto à tributação de dividendos: o projeto tributa 15%. Poderia tributar de uma forma diferente? Poderia integrar na tabela, por exemplo, mas, o.k., acho correto tributar dividendos, passar um pouco dessa carga para a pessoa física e tirar da empresa, aliviar investimento, incentivar investimento, incentivar crescimento a partir disso.

Há o que a gente chama de come-cotas dos fundos fechados. O que é isso? É aquele fundo de investimentos, que muitas vezes é um fundo familiar, em que as pessoas aplicam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos e que não tem tributação até o momento do resgate. A pessoa tem um diferimento da tributação para sempre. Isso é um problema também. Quando eu coloco o meu dinheiro do Itaú lá no meu fundo DI, eu sou tributado anualmente, tenho come-cotas, agora, o fundo fechado não tem essa mesma regra. Então, a gente poderia colocar a mesma regra – acho essa parte pertinente –, com uma ressalva de que não dá para tratar todo fundo como sendo igual; há fundos líquidos e ilíquidos. Se a gente fala de um fundo de aplicação financeira, um fundo de caixa, de dinheiro, a gente tem que aplicar, sim. Agora, esta ressalva é bastante importante: se a gente fala de um fundo sem liquidez – e aí a gente pode falar de fundo de investimento creditório, fundo de investimento em participações, mesmo dentro dos multimercados, fundos muito carregados em títulos ilíquidos –, esses a gente não deveria tributar pelo come-cotas.

E, como eu já falei, a ampliação da faixa de isenção para as pessoas físicas é muito bem-vinda. Está muito defasado isso. A gente tem que fazer isso. Não sei se é preciso ser nesse projeto – não é, Relator? –, mas a gente tem que fazer essa atualização da tabela progressiva. Isso passou da hora, ainda mais com essa inflação no nível em que está hoje.

Aqui, rapidamente, alguns pontos bem específicos do projeto de lei – o material está à disposição dos senhores, então não vou falar em detalhes, sobretudo em razão do tempo.

Pessoa física. Como já falamos, a ampliação da faixa de isenção é positiva. Poderíamos trabalhar mais ainda essa progressividade nas outras faixas também e no topo da tabela.

A redução da alíquota corporativa é positiva – também já falamos. Deveríamos fazer um pouco mais, ser mais corajosos nisso, na minha opinião, e nos aproximar da média da OCDE para sermos mais competitivos e buscar – por que não? – aumento de arrecadação via crescimento. Apesar de as evidências serem ambíguas, como foi colocado por alguém que eu não lembro agora, é possível chegar a esse objetivo, deixando as nossas empresas mais competitivas. Mas aí é um ajuste mais fino em alíquota.

A distorção de tributação que eu comentei em relação à carga que vai recair sobre o setor produtivo *versus*... Digamos que eu queira investir no setor produtivo, comprar ações de empresas: eu vou ter essa tributação total de 37,1%. Então, seria preciso ajustar a alíquota para cair um pouco isso. Se eu decido comprar títulos de dívidas, ser um rentista, como a gente fala, eu vou ser tributado só a 15%. Então, já há uma distorção grande aí. Por que eu vou querer colocar o dinheiro em ação, ser tributado a 37%, se eu posso colocar em dívida, com essa taxa de juros lá em cima, e ser tributado em 15%? Para mim é muito melhor estar em dívida. Então, a gente está jogando contra o nosso empreendedorismo aqui. E 27,5% da renda do trabalho, o que também é algo... A gente tem uma distorção: é o mesmo volume de renda auferido de três formas, com três cargas diferentes. Isso aí a gente precisa corrigir.

O ideal, no meu modo de ver – só para fazer uma contribuição –, seria a gente ter uma integração maior entre a pessoa jurídica e a pessoa física. A gente até poderia colocar na tabela progressiva o dividendo, desde que a gente desse crédito sobre o imposto pago pela empresa. Então, daí tanto faz se eu trabalho na física, se eu trabalho na jurídica, se eu coloco dinheiro em outra coisa; eu vou ser tributado na tabela progressiva ali, conforme a minha renda, e acabou. Simplifica a vida, não há pejotização. Seria uma alternativa superinteressante para a gente pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não está no projeto de lei, tá? Isso aqui está num estudo que a gente fez no Insper. Depois os senhores podem ter acesso também; é público.

Podemos descer mais, por favor.

Olhando para as empresas: lucros acumulados – aquele tema de que o Breno aqui já falou largamente. O projeto de lei, um dos seus grandes defeitos, na minha opinião, é o momento em que ele está sendo colocado. A gente está no final de outubro, e eles querem tributar a partir de janeiro por uma regra que a gente não sabe qual é. Então, as empresas estão com a corda no pescoço, sem saber o que fazem, sem se planejar, segurando investimento, dada a insegurança e a incerteza que esse projeto de lei nos traz. E, dentre essas inseguranças e incertezas, talvez a maior delas seja o tema dos lucros acumulados.

O que é esse tema? É o lucro que está no sistema atual, em que eu tenho uma tributação alta na empresa, 34%, e não tenho tributação do dividendo. O que o PL faz é o seguinte: se você não distribuir esse lucro até o fim do ano, você vai ser tributado a partir de janeiro quando você distribuir. Então, além dos 34% que você pagou, você vai tributar mais 15%, ou seja, todo mundo, vamos correr para tirar dinheiro das empresas, subir dinheiro para os acionistas – vai para o exterior, vai sei lá para onde, para onde estão os acionistas –; tira dinheiro das empresas, toma dívida no banco para fazer isso. Os bancos – perdão, meus amigos banqueiros – estão felizes, porque há um monte de banco já compromissado, da dívida. Olha o nível da loucura: a empresa paga para o banco, "deixa reservado R$1 bilhão para mim, que eu vou usar em dezembro se eu precisar; eu te pago para isso". Aí o banco reserva o dinheiro, está reservando o dinheiro por conta dessa insegurança. Então, olhem o nível da agressividade desse projeto de lei com as empresas brasileiras. É isso que o empresário brasileiro está tendo que fazer, porque vai ter que distribuir, e para distribuir vai ter que se endividar. Ninguém vai ficar com esse lucro parado lá esperando o tributo vir. Ninguém joga contra si mesmo.

O tema do grupo econômico foi comentado aqui, e aqui eu discordo dos meus amigos Sergio Gobetti e Bernard. A isenção para *holding* foi uma isenção bem-vinda, porque eu não posso tributar dentro do grupo econômico esses dividendos. O projeto de lei previa uma tributação em cascata, com compensação, mas engessava totalmente, porque as empresas têm muitos CNPJs, elas são organizadas em cadeia. Então, às vezes, você toma uma dívida aqui, coloca o dinheiro aqui; se esse sobe para cá e tem o IR Fonte, quando esta aqui vai pagar a dívida, não tem como desovar aquele IR Fonte – IR Fonte é o Imposto de Renda na Fonte. Então, no meu modo de ver, essa técnica de não tributar as *holdings* foi uma técnica bem vista e alinhada com os padrões mundiais. A gente deveria tributar o sócio pessoa física. E as nossas grandes empresas estão se pulverizando. Então, 10% de patamar na *holding* é um percentual razoável para não ser tributado. É realmente o grupo econômico, é o controle, é a coligada... Não é qualquer um que tem essa isenção, não.

Agora, se a gente quiser realmente internacionalizar, estar na fronteira com a OCDE, a gente poderia pensar em uma opção de tributação consolidada dos grupos. Isso seria uma inovação incrível para o Brasil. Assim como a gente tem contabilidade consolidada, a tributação consolidada seria uma oportunidade incrível para a gente de ser mais eficiente, de interferir menos na vida do empresário dentro do seu grupo econômico, dentro das suas controladas, de viabilizar créditos e débitos. Isso, sim, seria uma oportunidade de avanço, de ir para frente.

Prometo que já estou próximo ao encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos descer.

Por fim, um ponto importante que foi trazido aqui – eu gostaria de dedicar alguns minutos a ele – é como esse projeto influencia nas decisões de captação de investimentos pelas empresas.

O Professor Everardo comentou que, em 1995, a gente criou essa figura dos juros sobre capital próprio. O que é isso? Quando a empresa capta recursos com os sócios, ela pode aplicar uma taxa de juros em cima desses valores, do seu patrimônio líquido, e deduzir essa despesa na apuração do Imposto de Renda corporativo. Por quê? Para dar o mesmo tratamento tributário que ela teria se, em vez de captar com sócios, ela captasse no banco. Quando ela capta no banco, ela tem os juros que ela paga para o banco, e ela deduz essa despesa. Então, nada mais justo do que, quando ela captar com o sócio, ela ter direito à mesma coisa, à mesma dedução. A gente tira esse viés tributário da escolha da fonte de captação pela empresa.

E o instituto dos juros sobre capital próprio foi importante no Brasil, ele reduziu a alavancagem. Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas recentíssimo, deste ano, encomendado pela Abrasca, que mostra isso, a importância dos juros sobre capital próprio para a redução da alavancagem das empresas. E ele não deveria ser revogado, na minha opinião, como faz o projeto de lei, que simplesmente revoga esse instituto, tratando como se fosse um benefício fiscal. Não é um benefício fiscal; ele é um instrumento de equiparação no tratamento tributário das diferentes fontes de financiamento. Ele não quer incentivar as empresas a se endividarem no mercado. Então, se a gente quiser manter essa figura, esse incentivo para as empresas não se endividarem no mercado, a gente precisa ter algum instrumento – não precisa ser o JCP, pode ser uma alternativa – para atacar essa questão, como a Europa está estudando.

Um dos palestrantes comentou a iniciativa na Comissão Europeia. Há algumas iniciativas interessantes. Vamos evoluir, vamos para frente! A Europa vai implementar isso. Vai implementar, já está em fase avançada o estudo. Recebeu audiência pública; ano que vem a Europa propõe algo.

Então, de novo: se a gente revogar o JCP, a gente vai ficar para trás. A gente tem como melhorar. O JCP tem problemas – é pouco utilizado, tem algumas questões –, mas a gente deveria ter algum instrumento no lugar dele. Não dá para ficar sem, simplesmente, e incentivar as empresas a se endividarem. E a gente vê esse incentivo para as empresas se endividarem em vários momento do projeto: é o lucro acumulado, que vai forçar dívida; é o fim dos juros sobre capital próprio; é a tributação do dividendo. Então, vai haver uma mudança de comportamento das empresas, sim, se a gente mantiver esse projeto do jeito que está, forçando o endividamento.

E só uma curiosidade – o Senador Oriovisto perguntou dos cálculos –: eu não vi nenhum cálculo, Senador, que leve em consideração mudança de comportamento das empresas. Ninguém vai tomar tanto dinheiro com sócio como toma hoje, vai ser mais no banco. Vai haver uma mudança de comportamento que vai influenciar na arrecadação. Então, quando o projeto de lei fala que a revogação do JCP vai aumentar muito a arrecadação, não necessariamente isso é verdadeiro. Por quê? Sem JCP, a empresa vai buscar uma outra fonte de financiamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tomar a dedução da despesa de juros: vai ao banco; em vez de tomar capital com sócio, vai tomar dívida com sócio. A empresa vai se mexer. Então, há impacto de comportamento.

E aí a gente tem uma carência de dados, realmente, carência de estudos. A gente tem que estudar mais, o assunto é complexo. Olha quanta coisa a gente está falando aqui, não é?

Último eslaide, por favor.

Meu tempo está estourado. Só alguns últimos pontos de que já falei.

Voltando a falar de pessoas físicas, o ponto de que o come-cotas dos fundos fechados deveriam possuir liquidez para serem tributados; você não pode tributar ativos ilíquidos, forçar a venda de ativos para pagar imposto. Isso não faz sentido.

Os fundos no exterior, vulgarmente conhecidos como *offshore*, poderiam, sim, ser tributados igualmente ao fundo no Brasil. Por que não? Porque, se a gente vai tributar o fundo no Brasil, o que eu vou fazer? Se eu sou tributado, não tenho mais o fundo fechado, eu vou mandar meu dinheiro para fora, para onde eu legalmente, licitamente, posso investir com o diferimento da tributação.

Então, poxa, deveria haver uma regra uniforme de tributação do meu dinheiro aqui ou lá fora. Isso aí é normal. Não há nada de outro mundo nisso.

Uniformização da alíquota sobre investimentos financeiros; essas distorções alocativas... Acho que há coisas para a gente trabalhar aqui, com tempo, com calma, com estudo, com prazo, e não de uma forma atropelada.

E o projeto de lei em si ainda tem umas outras questões problemáticas – eu não vou entrar no detalhe, é só para os senhores saberem. Há uma série de artigos ali em que caberiam melhorias.

Há uma questão de reestruturação societária, em que o projeto de lei força a tributação de valor de mercado. Quando eu quero entregar um ativo para o meu sócio... Se eu quero tirar um imóvel da minha empresa, porque eu quero vender a minha empresa; se quero tirar meu barco da empresa, quero tirar qualquer coisa, eu tenho que fazer a valor de mercado. Poxa, mas eu estou transferindo para o meu sócio; ele não vai vender, a casa é dele, por acaso está na empresa, e eu quero tirar. Não, tem que fazer a valor de mercado tributário pelo projeto de lei. Isso é ruim, isso engessa a vida das empresas, as reestruturações. Uma sugestão que foi feita é: faz isso se o cara quiser fazer para vender. Quer coibir o planejamento tributário de venda? A gente coíbe o planejamento tributário de venda, mas não dá para atirar uma bala de canhão para matar um mosquito.

Da mesma forma, há outros temas sensíveis, como os pagamentos baseados em ações, que estão muito pouco regulados. Há um artigo de uma frase ali muito confuso, que a gente deveria regular, aproveitar a oportunidade para regular. Decisões. Como vamos regular? "Ah, vamos tributar assim, deduzir assim." Está bom, vamos lá! Do jeito que está, está-se restringindo a dedução sem falar de tributação. Está muito frágil esse artigo, muito simplório.

Ativos intangíveis...

E o ponto aí que o Bernard comentou, desse pagamento de tributo descontado para poder reavaliar ativos imobiliários e *offshore* das pessoas físicas residentes no Brasil. É uma decisão política realmente se eu quero antecipar esse tributo numa alíquota muito mais baixa ou se eu quero deixar para arrecadar lá na frente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa porque estourei um pouquinho o tempo.

Estou à disposição para debates e conversas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Daniel.

Senadores, nosso Relator, pergunto: há alguma dúvida?

Senador Tasso...

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, nós já esgotamos todos os convidados?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Já ouvimos todos.

Então, eu queria, Sr. Presidente, a título de uma conclusão, repartir aqui com o meu colega Angelo Coronel, com o senhor, com os demais que estão nos ouvindo, com o Senador Tasso, que eu me assusto com as loucuras que estão acontecendo neste País. É inacreditável! Quando eu vejo um homem do calibre do Everardo Maciel, com a experiência que tem, vir aqui e dizer com todas as letras que esse projeto traz um prejuízo de R$47 bilhões e que isso se distribui entre União, Estados e Municípios, eu fico sem saber o que pensar. O que estamos fazendo? O que está acontecendo no nosso País? Perdemos a capacidade de raciocinar?

Olha, o Governo Dilma provocou a maior recessão que este País já teve, e o provocou por lambança fiscal, provocou por pedalada. O PIB se retraiu, no Governo Dilma, em dois anos, 7,2%. Em dois anos de pandemia, com todas as confusões que houve da pandemia, de segurar, etc. e tal, o PIB vai terminar no zero a zero, ou quase. Então, é só para mostrar que a lambança fiscal, o descontrole fiscal pode ser incrivelmente pior do que uma pandemia. E é por esse caminho que nós estamos brincando.

Todas as nossas âncoras fiscais estão sendo desrespeitadas, absurdamente desrespeitadas! Regra de ouro: nós sempre damos um jeitinho nela. Lei de Responsabilidade Fiscal: nós ignoramos. Teto fiscal, que era a principal âncora que dava alguma confiança aos investidores nacionais e internacionais: está sendo arrombado e está sendo arrombado na maior desfaçatez.

Uma reforma como essa saiu do Ministério da Economia, vamos dizer assim, ruim – acho que o projeto originalmente já era ruim –, mas ficou horrorosa na Câmara dos Deputados. Não precisa ser muito gênio para entender uma coisa. Eliminam-se juros sobre capital próprio... Meu Deus do céu! Eu tenho a empresa X, eu ia colocar nessa empresa 1 milhão, a empresa ia poder deduzir juros sobre capital próprio e, de alguma maneira, me pagar isso. "Ah, agora, não pode mais." O que eu faço? Eu pego 1 milhão, vou a um banco qualquer, aplico 1 milhão, vou receber juros desse banco, e a empresa empresta 1 milhão do banco e paga os juros para o banco. Simples, simples! Qualquer criança enxerga isso! No entanto, está escrito num projeto assinado embaixo pelo Ministro da Economia. O que está acontecendo no nosso País?! Essa reforma no Imposto de Renda não tem pé nem cabeça, ela é um frankenstein, já saiu torta do Ministério da Economia e acabou de entortar de vez na Câmara dos Deputados!

Este Senado tem uma responsabilidade enorme, porque, se devolver isto para a Câmara, a gente sabe o que vai acontecer: eles vão voltar a colocar as mesmas loucuras de novo, por mais que a gente corrija tudo! Nós já temos experiência nisso. Acho que é um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórico este em que o Senado tem realmente que usar os cabelos brancos dos Senadores de experiência política para poder ter atitude política de forma a impedir que barbaridades como esta aconteçam e outras barbaridades que estão vindo aí, como a PEC dos precatórios, como o fim do teto...

Meu Deus, toda hora, há artigos claríssimos nos jornais mostrando que o auxílio emergencial, que todos nós queremos – todos nós queremos ajudar quem tem fome –, poderia ter sido feito respeitando o teto – poderia ter sido feito respeitando o teto! Não respeitaram o teto. Só de fundo eleitoral e de emendas de Relator, vai para mais de 20 bilhões a brincadeira, que já estão colocando por conta da quebra do teto, quer dizer, lambança fiscal! Isso pode dar uma festa em 2022, pode ser que ajude a eleger o atual Presidente, mas o País vai pagar a conta, vai pagar a conta em forma de dólar mais alto, de combustível mais alto, de inflação mais alta, de comida mais alta, de desemprego, de juros nas alturas. Essa é a consequência da irresponsabilidade fiscal! Já vivemos isso agora, recentemente, no Governo Dilma! Foi a maior recessão da história do País! Foi um dia deste, mas parece que esquecemos tudo! Nós perdemos a memória com uma facilidade incrível!

Eu quero dizer ao grande Senador Angelo Coronel: o senhor tem uma responsabilidade na mão que é incrível, que vai afetar as futuras gerações de uma maneira incrível, mas eu tenho confiança de que o senhor saberá se desempenhar bem dessa missão muito complicada – muito complicada.

Às vezes, Senador, a melhor sabedoria reside em não fazer e deixar que o tempo esclareça a cabeça das pessoas que, por alguma razão, não querem entender o óbvio, como é o caso das inúmeras incoerências que apontaram aqui. Os juros sobre capital próprio é apenas uma delas. A pejotização é outro absurdo! Como é que um advogado que ganha 100 mil paga 8% de imposto e um sujeito que ganha isso, contratado, vai pagar 27%?! Aumenta a desigualdade, aumenta a complexidade, não simplifica nada! Querem que a gente ande com isso para frente, colocam na imprensa como se fôssemos os responsáveis por eles furarem o teto, porque não aprovamos o Imposto de Renda! Pelo amor de Deus! É só analisar um pouco que as saídas estão claras, como elas poderiam ser feitas, sem essa monstruosidade deste projeto e muito menos sem quebrar o teto de gastos.

Eu só queria fazer esse resumo, porque, depois de tudo que nós ouvimos hoje, ficou muito claro que nós estamos vivendo um momento muito estranho neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Senador Tasso, com a palavra.

Em seguida, há uma pergunta aqui do Senador Roberto Rocha, que nós vamos ler.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – Presidente Vanderlan; nosso Relator, Senador Coronel; Srs. Senadores; senhores palestrantes; eu não tenho mais muito a acrescentar por tudo que nós ouvimos aqui de todos os palestrantes.

Faço as palavras do Senador Oriovisto as minhas palavras, acrescentando apenas, em cima dos meus anos de Senado, de vida pública, de Governo, que esse conjunto dessas duas propostas que chegam ao Congresso Nacional – esta proposta de mudança de Imposto de Renda somada à dos precatórios, em que, nos precatórios, se junta o calote aos beneficiários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos precatórios, dando outro aspecto a tudo isso de que nós falamos aqui que é a insegurança jurídica, à quebra do teto de gastos... Essas duas propostas conjuntas – e eu não vou ensinar Padre Nosso ao vigário, Senador Coronel – são talvez o conjunto de maior gravidade e extravagância que eu tenho vivido aqui, nesta Casa, nos últimos anos. Se essas duas propostas viessem a ser aprovadas – e, com certeza, nas mãos em que estão, tenho dúvidas de que elas venham a ser aprovadas, pelo menos esta da reforma do Imposto de Renda –, nós estaremos causando um mal imenso para a economia do País e, sem dúvida nenhuma, poderíamos já retratar recessão para o ano que vem, desemprego aumentando, inflação aumentando, enfim, um cenário que este País não merece.

Confesso que tenho muita confiança no relatório do Senador Angelo Coronel, competente como é, para que esse desastre não venha a acontecer por causa deste projeto que aí está.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Tasso.

A pergunta seguinte aqui é do Senador Roberto Rocha, que faz uma pergunta, Senador Angelo Coronel, para os especialistas, os nossos convidados. Como são muitos, eu vou dar aí, para eles serem bem breves na resposta... E estou vendo aqui todos os que participaram presentes ainda. A pergunta é a seguinte: "Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: na opinião dos especialistas, em que ordem os principais projetos sobre matéria tributária, PEC 110, de 2019, PL 2.337, de 2021, e PL 3.887, de 2020, deveriam ser apreciados?".

Vamos começar com o Daniel, que está aqui presente. Vejo aqui também o Everardo Pastore ou Everardo Maciel, desculpe; o Bernard Appy; o Sergio Gobetti... Estão todos participando aqui.

Com a palavra o Daniel.

O SR. DANIEL LORIA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Você entendeu a pergunta, não é?

O SR. DANIEL LORIA (Para expor.) – Entendi, sim. Entendi, sim.

A pergunta do Senador está relacionada a que a gente deveria focar primeiro, quando a gente fala de reforma tributária. A gente deveria focar nos tributos sobre o consumo, que é a PEC 110 – que é o ICMS, é o IPI, é o ISS –, ou a gente deveria focar no Imposto de Renda, que é este Projeto de Lei 2.337, que é objeto da nossa audiência aqui? Acredito que haja consenso ou quase consenso de que a tributação sobre consumo é mais problemática no Brasil do que a tributação sobre a renda. Não é que a tributação da renda seja linda, sem problemas – ela tem distorções, que precisam ser corrigidas –, mas, quando o Senador pede para elencar as prioridades, no meu modo de ver, a tributação sobre o consumo seria prioritária. Se a gente resolve ICMS, ISS, essa confusão, guerra fiscal, existe um ganho de produtividade muito relevante para o Brasil, que deve se reverter em crescimento de uma forma muito mais certeira do que uma mexida na tributação da renda, em que as evidências são mais ambíguas, têm menos consenso. Então, no meu modo de ver, a prioridade deveria ser a PEC 110 e, em segundo lugar, o Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Everardo Maciel. (*Pausa.*)

Abra o seu microfone, por favor. (*Pausa.*)

Aí, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVERARDO MACIEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não.

São situações muito diferentes. O PL 3.887 está na Câmara; os dois outros projetos, a PEC 110 e o PL 2.337, se encontram no Senado. Então, não há como estabelecer um ordenamento entre eles, porque são coisas distintas.

Eu acho que se deve apreciar tudo. Aí quem vai ditar a oportunidade é a política. Eu acho que o debate está aberto para qualquer coisa, não se pode existir nenhuma preferência de uma coisa sobre outra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sr. Breno Vasconcelos. (*Pausa.*)

Está presente?

O SR. BRENO VASCONCELOS – Sim, estou aqui.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Boa tarde.

O SR. BRENO VASCONCELOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu entendi a consideração, e a dúvida é, portanto, discutirmos tributação sobre consumo ou tributação sobre a renda.

A meu ver, do ponto de vista da academia, eu entendo que o debate sobre a tributação sobre o consumo no Brasil está muito mais maduro, muito mais avançado. Nós temos muito mais estudos sobre o tema. Já foram promovidos mais eventos, já há debates, inclusive, do Parlamento mais avançados sobre a tributação do consumo, que aí, enfim, estão bem colocados já na PEC 110 e no projeto de lei que ainda está na Câmara, que é o PL 3.887, que trata da transformação do PIS e da Cofins em uma contribuição sobre bens e serviços. Eu diria que me parece que essa é uma reforma hoje mais avançada.

Esta é a minha consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado.

Bernard Appy. (*Pausa.*)

O Sr. Bernard está presente?

O SR. BERNARD APPY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou presente, sim.

Obrigado, Senador.

Eu, na verdade, acho que a ordem... Eu concordo aqui com o Breno: acho que a discussão sobre a tributação do consumo está muito mais madura. O ponto de chegada da PEC 110 é basicamente o padrão mundial recomendado por praticamente todos os especialistas em tributação do consumo do mundo. Eu acho que ela é prioritária. Eu acho, inclusive, que, entre a PEC 110 e o PL 3.887, que é a reforma do PIS e da Cofins, que, de fato, ainda está na Câmara, a PEC 110 deveria vir primeiro, porque, na forma como ela está redigida, dá base jurídica para dar mais segurança para a criação da contribuição sobre bens e serviços, que é o que faz o PL 3.887. E eu concordo também que a reforma do consumo tem um impacto muito positivo sobre o crescimento do País.

Já com relação à reforma da tributação da renda, eu acho que o tema é importante – eu acho que o tema é mais importante do ponto de vista de correção de distorções distributivas do que propriamente do crescimento econômico, acho que o efeito sobre o crescimento, se houver e se for bem feito, tende a ser relativamente pequeno e que, se for mal feito, ele pode ser negativo –, mas eu acho que esse tema está muito pouco maduro ainda no Brasil. Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso me pareceu ser um consenso entre todos que estão participando deste debate aqui hoje. Eu acho que é importante fazer, mas é importante fazer bem feito, e para isso a gente precisaria ter uma avaliação muito mais aprofundada sobre as vantagens e desvantagens do ponto de vista distributivo e do ponto de vista de eficiência econômica de diferentes desenhos, de diferentes mudanças na tributação da renda.

Para mim, a ordem é muito clara: PEC 110, PL 3.887 e PL 2.337, que não é pouco relevante, mas que precisa ser mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Bernard.

O Sr. Sergio Gobetti com a palavra.

O SR. SERGIO GOBETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu concordo com os demais debatedores, com o Bernard, com o Breno, com o Daniel, em relação à ordem de prioridade.

Entendo também que a PEC 110 e a questão da tributação do consumo estejam num estágio de discussão mais amadurecido, mais pronto do que a discussão do Imposto de Renda, mas entendo que justamente o diferencial que há entre um tema e outro, entre um projeto e outro é que, no caso da tributação do consumo, nós tivemos um projeto tecnicamente construído cuja estrutura técnica tem sido respeitada pelo Parlamento. A verdade é que os pareceres da Câmara em relação à PEC 45 e os pareceres sobre a PEC 110 no âmbito do Senado mostram respeito, digamos, às proposições técnicas do que é mais recomendado do ponto de vista internacional. Infelizmente, o que aconteceu na Câmara com o projeto de tributação do Imposto de Renda foi o contrário. É como se disse aqui. O projeto até tinha alguns problemas, mas eu entendo que havia méritos na proposta original do Governo.

Repito: não há como a gente imaginar que nós vamos continuar isentando dividendos com uma alíquota de IRPJ de 34%. Por quanto tempo isso? Em que mundo nós estamos hoje? É impossível! Mas tem que haver uma boa proposta construída tecnicamente. Existem algumas formas alternativas de se lidar com essa questão. E eu creio que o segredo é como é que a gente tenta construir um calendário de discussão, uma agenda de discussão em torno disso, e daí se resolver esse problema. Eu acho que, se o Parlamento souber adequadamente respeitar esses limites técnicos, a gente consegue avançar numa boa reforma do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Sr. Eduardo Fleury.

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a maior parte já foi dita, eu queria só... Eu concordo com a maioria das pessoas que já se pronunciaram. Realmente o debate sobre o IBS, sobre o imposto sobre o consumo já está muito maduro, já foi muito debatido. A gente tem projetos com relatórios da Câmara, do Senado, enfim, as coisas estão muito mais avançadas. E eu digo ainda que o imposto sobre o consumo deve ter preferência não só porque ele estimula o crescimento, mas também porque ele ajuda na distribuição de renda, como a gente mostrou no nosso último gráfico. Quer dizer, ele trabalha nos dois sentidos: melhora o crescimento e melhora a distribuição de renda. Então, eu acho que realmente é o projeto que deveria correr. Obviamente que, quando se fala que tudo poderia correr ao mesmo tempo, a gente sabe que nem sempre é fácil assim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É comum não somente aqui na nossa Comissão, na CAE, mas em todas as Comissões, nós lermos aqui algumas perguntas, sugestões e opiniões dos participantes via internet, através do e-Cidadania.

Então aqui, nosso Relator Angelo Coronel:

Elinadja Targino, de Alagoas, faz a pergunta seguinte: “Esse projeto de lei precisa de uma revisão. Diante das bases de cálculos em que terá aumento a parte média da população, como irão proceder?”. É uma pergunta.

O Sr. Renan Torres, do Paraná: “Haverá alguma mudança nas regras já para 2022?”.

E os comentários da Renata Yukie, de São Paulo: “Deveriam tirar as isenções dos dividendos e cobrar individualmente – simplificar. Exemplo: recebe mais do que 10 mil por mês, paga 15% no excedente”. Esses são os comentários e sugestões dela, da Renata Yukie.

E o Walter Nazareno, do Pará: “Essa tabela de isenção do IR já está defasada há muito tempo”.

Atila Conceição, da Bahia: “O Brasil tributa a classe média com 27,5% e deixa os ricos isentos de tributo nos barcos. Tributar quem pode mais para alimentar os pobres".

Geová Chagas, de Minas Gerais: “Que estas alterações não prejudiquem os menos favorecidos”.

Virgínia Marchezani, de São Paulo: “Essa pauta é muito importante para os brasileiros. A tabela de desconto do IR está muito defasada. Espero que os Senadores votem favoravelmente”.

É muito importante essa participação aqui conosco, na nossa Comissão, com perguntas e sugestões.

Com a palavra o nosso Relator.

Antes de o senhor usar a palavra, Sr. Relator, queria aqui fazer justiça, Senador Oriovisto, com o trabalho que o Senador Angelo Coronel vem fazendo à frente dessa relatoria. O que ele já fez de reuniões, eu creio que, vou chutar aqui, porque só o que eu já passei para ele de alguns segmentos que me procuraram para falar com o Relator, para uma reunião com o Relator, devido a essa amizade, foram vários, mas eu acho que já foram mais de 40 reuniões já feitas, ouvindo.

No Senado Federal aqui, nós somos a Casa revisora. Não adianta, muitas vezes projetos aprovados, sem muita discussão na Câmara, chegarem aqui para aprovar no açodamento, sem discussão, um projeto tão importante como esse que mexe com a vida de milhões e milhões de brasileiros.

Então, eu só queria fazer essa observação aqui, Senador Angelo, porque às vezes o senhor está dormindo até de madrugada para dar conta dessa agenda, tirar dúvidas e ouvir sugestões nesse projeto.

Com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Quero cumprimentar o nosso colega Senador Oriovisto, um dos mais entendidos de economia aqui da nossa Casa, todos nossos palestrantes, em especial o que está presencialmente, Dr. Daniel Loria. Quero cumprimentar todos os demais que estão nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escutando neste momento, em especial também, ratificando os nossos professores que deram também aqui os seus pareceres.

Ao longo de 30 anos de vida pública, eu nunca tive a oportunidade de ter uma peça tão odiada no Brasil – tão odiada no Brasil. Eu tenho viajado vários Estados, me reunido com várias entidades de classe, instituições fortes deste País e sempre eu pergunto: a quem interessa essa reforma? Porque, Senador Oriovisto, até então, em nenhum segmento deste País, no qual eu tive oportunidade de debater, recebi uma voz dizendo que esse projeto é bom para o País.

Então, eu tenho aquela concepção de que, quando os pagadores não estão satisfeitos, não adianta só o recebedor estar satisfeito. Se este Brasil anda é porque a economia bota o Brasil para andar. O combustível dos entes federados sai de onde? Sai das empresas que geram impostos e que geram emprego neste Brasil. Se eles não foram ouvidos, como me disseram em diversas reuniões, nós não podemos deliberar uma matéria nesse açodamento como estão pressionando para que o meu relatório saia.

Eu tenho dito que não trabalho com pressa e muito menos sob pressão. Não adianta pressão, porque quanto mais pressão, eu não sei o que eu tenho, mas minha mão endurece e eu não consigo assinar o relatório.

Então, eu quero dizer aos senhores que nos escutam neste momento, que nos assistem, que o projeto veio verde, demanda um tempo para amadurecer e esse tempo quem vai dizer é o mercado. Não sou de ter decisões unilaterais. Após o meu relatório, ele será discutido nesta Comissão, depois ainda pelo Plenário da Casa e, posteriormente, reenviado para a Câmara dos Deputados.

Eu digo aos senhores que eu pedi à nossa assessoria para fazer uma consulta, se houvesse supressão de algumas cláusulas e artigos, se esse projeto precisaria voltar à Câmara. Eu estou aguardando até essa resposta, porque eu digo aos senhores, eu acho que 99% merecia ser suprimido.

Mas há um item que é muito importante, que é a questão da tabela do Imposto de Renda. Nós tivemos a última correção em 2015, se não me falha a memória, e, corrigindo até o mês de setembro, estamos com uma defasagem de 41%.

Senador Oriovisto, Senador Vanderlan, quando o cidadão vai ao mercado comprar, ele está ali diminuindo o seu poder de compra, porque a inflação está corroendo o seu salário. Quando ele vai pagar a luz, a água, o IPTU, da mesma forma. Eu não sei por que cargas d'água esta nova tabela, que sofreu um pequeno reajuste, não acompanhou também os índices da inflação.

Em reunião com o Ministro Guedes, ele disse que se perderiam 50 bilhões no primeiro ano, 30 no segundo, mais 30 no terceiro, mas que o País iria ganhar estruturalmente. Bonito, gostei da palavra "estruturalmente", mas ninguém pode fazer projeções futurísticas sem dados reais. Eu não consigo, sou engenheiro, não consigo fazer essa conta, porque, para mim, matemática é uma ciência exata, dois e dois são quatro, dois e dois nunca serão cinco.

Então, essa tabela do Imposto de Renda, Presidente Vanderlan, Senador Oriovisto e demais Senadores que nos escutam, precisa sofrer um reajuste que venha melhorar – melhorar – o poder de compra da sociedade brasileira, em torno de 32 milhões de contribuintes do Imposto de Renda da pessoa física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou pensando – vou trazer isso à apreciação desta Comissão e vou consultar também outros colegas que tenham algum entendimento sobre a matéria – em fazermos um projeto autônomo só para a tabela do Imposto de Renda e deixar o projeto que cuida das PJs para ir amadurecendo, discutindo, ouvindo, como eu estou ouvindo. Já ouvi tributaristas, já ouvi ex-Secretários da Receita, tentando sempre aprender mais, porque de um projeto dessa natureza a gente nunca pode dizer que já está literalmente sabendo de tudo. Eu continuo dizendo que sou um bom aluno e quero aprender mais e, como a gente não aprende com muita rapidez, nós temos que realmente ir deixando a coisa amadurecer.

A questão da tabela do Imposto de Renda, eu espero que, se nós resolvermos fazer esse projeto autônomo... Eu quero, inclusive, pegar a subscrição, se possível, de todos os 81 Senadores, eu não quero que o projeto seja de Angelo Coronel, quero que seja um projeto do Senado para que ele seja aprovado por unanimidade, que vá para a Câmara e que a Câmara também o aprove com a mesma celeridade que aprovou o 2.337, para que a gente possa corrigir essas distorções das pessoas físicas.

Pincelando rápido sobre a questão das pessoas jurídicas, para não ser redundante, já que foi falado à exaustão e tenho falado muito na imprensa, não dá para tributar estoque de lucro e dividendo. Isso é um absurdo, isso é uma bitributação! Nós vamos ter um contencioso futuro astronômico, por que quem é que vai esperar para distribuir em janeiro? Se deixar para janeiro, não vai distribuir e vai ajuizar. Ou, então, aquele que não quer correr esse risco, vai distribuir até dezembro e acabou.

Eu estive recentemente em São Paulo com algumas entidades do segmento financeiro, já estão abrindo linha de crédito para financiar a distribuição de dividendos. Então, não vai ter, vai ser uma frustração de receita incomensurável, porque eu não sei, até então, Senador Oriovisto, Senador Vanderlan, Dr. Loria, de onde partiu, do seio do Ministério da Economia, uma peça tão maravilhosa como essa. Não sei, não é possível que lá, em que há vários técnicos, evidentemente técnicos bons e ruins... Como em todo segmento, há os bons e os ruins, ninguém pode achar que a igreja só tem padre bom, nem que os pastores todos são bons, nem que na economia todos os economistas são bons. Então, isso é normal em todos os segmentos das nossas vidas.

Aí vem reduzir o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de 15% para 8%. Ótimo, mas conversaram com os Estados e Municípios que vão perder receita com a redução? E ainda com a condicionante, para fazer isso tem que aumentar 1,5% na Cfem. Quem se beneficia com a Cfem? Quatro ou cinco Estados produtores. Você sabe o que é que vai gerar de receita? Seis bilhões que entram, enquanto saem 55. Uma conta muito bonita, você perde 55, recebe 6 e beneficia somente cinco ou seis Estados e Municípios produtores de mineração. Quer dizer, é só uma coisa interessante.

Inclusive, eu pedi aos nossos técnicos, aos nossos expertos, que até ratifiquem realmente se há essa defasagem tributando a Cfem em 1,5%, porque condicionaram, para cair de 15% para 8% tem que aumentar 1,5% na Cfem. Até para ver se a gente consegue um parecer mais abalizado sobre isso. Não sei se o Senador Oriovisto até já estudou sobre isso, mas para cair de 15% para 8% tem que aumentar 1,5% da Cfem, é condicionante. Pelo menos está escrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos para a questão, a CSLL quer cair um ponto. Ótimo, louvável, mas tem que tirar incentivo de medicamento, de alguns medicamentos da lista positiva, de produtos hospitalares, de gás, numa crise energética batendo na nossa porta. Quer dizer, você pega tira 1% da CSLL, cai o PIS e Cofins, você vai mudar todos os acordos feitos no passado, você vai aumentar essa lista de remédio, estimado, em 30% na prateleira. Então, o que acontece? Você está tirando daqui, botando aqui e, no fim, só quem está pronto para receber essa bomba vai ser a sociedade brasileira, não tenho a menor dúvida.

E não falo aqui porque não sou nenhum piegas para ficar aqui querendo fazer populismo. É a verdade. É a verdade que eu ouvi de inúmeros segmentos que eu visitei e de vários técnicos com quem eu tenho discutido. Não estou aqui inventando a pólvora, estou aqui falando o que eu ouvi e, se eu ouvi, é porque eles também têm algum conhecimento para passar para a gente.

Então, eu quero encerrar, Senador Vanderlan, dizendo que uma reforma de Imposto de Renda deficitária como é, só para repetir, 50 bilhões, Senador Oriovisto, no primeiro ano, 30 no segundo e 30 no terceiro. Então, é uma reforma literalmente deficitária. Faz sentido, doutores, esse déficit que vai gerar essa reforma? Isso é um absurdo! Isso é um absurdo que não dá para a gente entender.

E vem o Imposto de Renda também. Você reduz a dedução simplificada de 16% para 10%. Quer dizer, você tira daqui, bota aqui, sem nenhuma justificativa. Eu queria também que a economia me desse uma justificativa, tecnicamente, por que reduziu 16,8% da dedução da declaração simplificada para 10% e somente acresceu 31% na primeira faixa e 13% nas demais? Vai beneficiar, talvez, os da primeira faixa, segundo um especialista, R$7,20 por mês, é o que vai ser a economia do cidadão na primeira faixa. É uma economia bastante... Talvez dê para comprar um saco de pão e um pacote de bolacha *cream cracker* – talvez. A verdade é essa.

Eu queria dizer a todos os senhores que fazem parte desta Comissão que nós estamos trabalhando incansavelmente nesta matéria. Ainda tenho muita gente para ouvir, hoje foram mais quatro rodadas. Amanhã, na sexta-feira, estarei no Rio Grande do Sul, num encontro com várias empresas de contabilidade que vão se reunir para também ouvir os contadores, porque os contadores são responsáveis pelas escritas fiscais, nada como ouvi-los também para que a gente possa começar a lavrar um texto preliminar para ser apreciado, colocar para que todos os Senadores opinem, colocar para o mercado opinar, para que a gente possa ter uma peça que venha atender as expectativas tanto das pessoas físicas como jurídicas.

Nós estamos mexendo com milhões de pessoas. Nós não podemos fazer uma peça, um arremedo de brincadeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – O Senador Angelo Coronel já deve ser um dos que conhece bem mais dessa matéria com todas essas reuniões.

Antes de encerrar esta...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Tentando, tentando...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Antes de encerrar esta audiência pública, um comunicado sobre as emendas à LOA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que esta Comissão irá abrir prazo para o recebimento de emendas à LOA, PLN 19, de 2021, no próximo dia 3/11, quarta-feira, até o dia 8/11, segunda-feira, prazo curto.

As emendas deverão ser encaminhadas à Secretaria da Comissão por meio do Sistema Lexor.

A reunião para apreciação das emendas se dará no dia 9/11, terça-feira.

Informo ainda que o Presidente desta Comissão, Senador Otto Alencar, avocou a relatoria das emendas na CAE.

Quero aqui agradecer ao nosso Senador Oriovisto, que foi o autor do requerimento pedindo esta audiência pública. Senador Oriovisto, quero dizer a V. Exa. que essas audiências públicas têm agradado a todos, porque nessas audiências públicas é que a gente tira muitas dúvidas. Eu mesmo, nesta audiência pública aqui, hoje, aprendi muito, tirei muitas dúvidas, porque aqui nós temos os melhores que foram convidados aqui. Temos muitos, mas os bons foram convidados aqui para falar sobre esse projeto, tirando algumas dúvidas, mostrando seus pontos de vista e, por mais que a gente entenda um pouquinho da questão tributária, aqui neste País, para você ser um empresário, você tem que aprender na marra sobre a questão tributária com esse emaranhado de leis que existem em nosso País. Então, parabéns, Senador Oriovisto.

Eu quero agradecer também ao Bernard Appy – estão todos aqui presentes, esperaram desde 13h30 da tarde, vocês que estão conosco, esta Comissão é muito grata por essa participação, sei que vocês têm muitos afazeres e estão conosco até agora, já são 4h da tarde –, com quem eu já tive o prazer de estar pessoalmente, sempre nos atendendo; ao Sr. Everaldo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal – estou cumprimentando dessa forma quem eu estou vendo aqui na tela –, muito obrigado pelo carinho de estar aqui conosco, por passar de uma forma que o senhor passou com muito conhecimento; ao Sr. Breno Vasconcelos, nossos agradecimentos pela participação; também ao Sr. Sergio Gobetti, obrigado pela sua participação; ao Eduardo Fleury, muito obrigado pela participação e por estar conosco até agora; e o ao Sr. Daniel Loria, que está aqui conosco presencialmente. Obrigado a todos.

Senador Angelo Coronel, talvez nós não fiquemos só nesta audiência pública. Talvez possa haver mais audiências públicas para a gente ter mais esclarecimentos como os que tivemos hoje, não é?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 13 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quatorze minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, José Aníbal, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Roberto Rocha, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Cid Gomes e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Kátia Abreu, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Marcos Rogério, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 17ª e 18ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CAE ao PLOA 2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLN 19/2021, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022". Relator na CAE: Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovada a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) de Emenda no valor de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), para a ação “20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas”; Emenda no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para a ação “20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas”; Emenda no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para a ação “0556 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas”; e Emenda no valor de R$ 300.000.0000,00 (trezentos milhões de reais), para a ação “210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato”. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 591, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 5. **Resultado:** É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedida vista coletiva à complementação de voto apresentada pelo relator, senador Marcio Bittar. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 57, de 2021** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis, as pessoas abaixo:• o Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia;• o Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. Em 2021, a Petrobras aumentou os preços da gasolina 11 vezes e9 vezes, os preços do diesel. No ano, a gasolina subiu 74% e o diesel, 64,7%. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 57/2021-CAE, na forma de convite, com a inclusão do nome do Exmo. Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 61, de 2021** que: "Homenagem de pesar pelo falecimento de Iris Rezende Machado." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/09

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Peço aos Srs. Senadores que deem presença para termos condições de deliberação.

Quero informar aos Srs. Senadores e às Senadoras que o Senador Marcio Bittar, do MDB, Relator do processo de privatização dos serviços postais, dos Correios, procedeu a uma alteração no seu relatório e, como tal, fica suspensa a votação no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para outra oportunidade, inclusive com a participação do Líder do Governo Senador Fernando Bezerra Coelho. Depois dessa análise, será marcada outra data para apreciação da matéria, com as alterações que forem pré-estatuídas, estabelecidas no novo relatório do Senador Marcio Bittar. Portanto, informo aos Srs. Senadores que não será votado hoje o projeto de privatização dos serviços postais, dos Correios.

Senador Fernando Bezerra Coelho, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Quero agradecer, Sr. Presidente, a compreensão de V. Exa. De fato, o Senador Marcio Bittar hoje pela manhã me informava da alteração do seu relatório em relação à preservação das agências dos Correios em cidades com menos de 10 mil habitantes da Amazônia Legal. Isso vai merecer uma nova avaliação por parte dos membros desta Comissão. Portanto, concordo com o encaminhamento que V. Exa. está fazendo, de conceder nova vista ao novo relatório, ao relatório editado, para que, oportunamente, V. Exa. possa pautar a matéria para deliberação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Peço aos Srs. Senadores e às Senadores para dar a presença, porque nós temos hoje a votação, como item da pauta, das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos para encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra, Senador Jean Paul Prates, que pediu a palavra. Com a palavra, Senador. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul, nós não estamos ouvindo, não estamos entendendo. O senhor está usando da palavra? (*Pausa.*)

Senador Jean Paul, o seu microfone está aberto. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul, está prejudicado o seu microfone; além de estar fechado, nós não o estamos entendendo.

Vamos passar à próxima – enquanto se corrige esse pequeno problema –, vamos passar à próxima pauta.

Deliberação das emendas da CAE ao Ploa 2022.

Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLN 19/2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Relator na CAE, Senador Otto Alencar.

Foram apresentadas 85 emendas a esta Comissão.

Com a palavra o Relator das emendas, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa. e passo à leitura do relatório da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a indicação de emendas desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão ao Projeto de Lei nº 19/2021, do Congresso Nacional, que estima receitas e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2022. (*Pausa.*)

Peço a V. Exa...

Está incomodando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Pessoal que está mais ao fundo aí, por favor, o Relator, Senador Otto Alencar, está fazendo a leitura e está atrapalhando não é um pouco, não, mas bastante, a fala um pouco alta de vocês. Por favor, pediria a compreensão de todos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 31/08/2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, Projeto de Lei nº 19/2021, que foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006-CN, a CMO fixou o prazo de 25/10/2021 a 16/11/2021 para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária.

A Resolução nº 1, de 2006, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Cabe ressaltar que a CMO aprovou, em 27/10/2021, o relatório de atividades de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, firmando diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições. As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob o risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da comissão permanente.

Nesse contexto, esta Comissão de Assuntos Econômicos delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária 2022.

Sob a análise deste Plenário, encontram-se 85 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Alessandro Vieira, Antonio Anastasia, Eliziane Gama, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Arns, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Lasier Martins, Luiz do Carmo, Marcio Bittar, Maria Eliza, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Omar Aziz, Otto Alencar, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta CAE, tipo de emenda, ementa, programa, ação orçamentária, produto, acréscimo de meta, valor e autor.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando à região ou localidade específica. Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção consistiram em programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

No Ministério do Desenvolvimento Regional foi escolhida a ação "20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas". Acreditamos na importância da ação para a promoção e apoio às atividades de conservação, recuperação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais. As dotações orçamentárias a serem aprovadas são importantes para a implementação de atividades socioambientais e de revitalização ambiental, tais como o reflorestamento, a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a conservação da biodiversidade, a promoção da educação ambiental, a mobilização e a capacitação socioambiental. Objetiva-se, com isso, preservar, conservar e recuperar os recursos naturais das bacias hidrográficas, visando à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos. A ação guarda afinidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No Ministério da Economia, administração direta, foi selecionada a ação "0556 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas", respeitada instituição com atuação nacional e reconhecida pela qualidade do seu trabalho e pelas oportunidades de profissionalização.

No Ministério da Economia, optou-se pela ação "210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato". A ação tem destaque na formulação e execução de atividades de apoio, assessoramento, simplificação e incentivo ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, potenciais empreendedores e do artesanato, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos. Nessa questão da ação "20VR", a emenda de bancada que relato aqui vem, diretamente, na direção da recuperação das bacias hidrográficas, como é o caso de uma das principais bacias hidrográficas do Brasil, que é a que serve ao Nordeste brasileiro, a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que vem lá de Minas Gerais e vai até o Oceano Atlântico. Concorda comigo ali o Senador Fernando Bezerra, que é um grande defensor da revitalização do Rio São Francisco, da sua recuperação, do seu assoreamento, que é evidente hoje, da destruição que foi dada às suas matas ciliares e sobretudo às nascentes, que produzem água suficiente e substancial para a vida do povo nordestino, sobretudo do povo da Bahia, do oeste da Bahia, uma coisa fundamental, incluindo-se aí o Canal do Sertão, que é uma derivação do Rio São Francisco para o atendimento ao nordeste do Estado da Bahia, que é região central, e também a região do nordeste da Bahia, incluindo aí as áreas do Rio Vaza-Barris e outros rios baianos que realmente precisam de suprimento da água saudável e boa do Rio São Francisco, o nosso Velho Chico, aquele que eu defendo tanto aqui no Senado Federal desde que assumi meu mandato, em 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, essa é uma ação que deve ser de Governo Federal. O próprio Estado de V. Exa., o Estado de Goiás, já tem seus rios com dificuldades de suprimento de água, com diminuição do volume médio, todos os rios do nosso País. Essa é uma estratégia que deveria ser adotada como estratégia de Governo, do Governo Federal, do Presidente da República que tivesse uma visão de preservação das águas para dar condições às futuras gerações de terem acesso a esse bem tão precioso e tão importante para vida das pessoas.

Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela apresentação ao Projeto de Lei Orçamentária 2022, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Emenda nº 43, no valor de R$16 milhões, para a ação "20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas", de nossa indicação (Emendas 10 e 43); no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, uma outra emenda, no valor de R$300 milhões, para a ação "20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas", também emenda da minha autoria, visando à recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; no âmbito do Ministério da Economia – Administração Direta, a Emenda nº 5, no valor de R$40 milhões, para a ação "0556 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas", com indicações dos Senadores Antonio Anastasia, Esperidião Amin, Marcio Bittar e Fernando Bezerra Coelho; no âmbito do Ministério da Economia – Administração Direta, a Emenda nº 40, no valor de R$300 milhões, para a ação "210C – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato, com indicações dos Senadores Flávio Arns, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho, acolhendo, assim, as da maioria dos Senadores que fizeram essas indicações.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – As emendas estão em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senador Otto, quero parabenizá-lo pelo seu relatório e dizer a V. Exa., Senador Fávaro, que o Senador Otto é referência para nós, porque ele é um dos maiores defensores do Rio São Francisco, e nós temos que pegá-lo como exemplo e trabalhar até mais ali pela preservação do nosso Rio Araguaia, que faz a divisa entre o nosso Mato Grosso e o Estado de Goiás – preservar mais e pegá-lo como exemplo. É difícil aqui uma reunião na CAE ou mesmo lá no Plenário, Senador Fernando, Senador Eduardo, em que o Senador Otto não esteja falando do Velho Chico, já até nos acostumamos com essa fala, que nós estamos pegando como referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1, não terminativo. Esse foi adiado para a próxima reunião.

(É a seguinte a matéria retirada:

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 591, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 5.

Observações:

1. Em 28/9/2021, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do senador Angelo Coronel.

2. Em 26/10/2021 foi concedida vista coletiva da matéria.

3. Em 8/11/2021, foram apresentados votos em separado do senador Eduardo Braga e do senador Rogério Carvalho.)

Senador Jean Paul, com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Pois não, Senador Vanderlan, muito obrigado. Eu pedi a palavra pela ordem, porque estou nessa missão internacional aqui – estou neste momento em Stavanger, que é a capital do petróleo aqui da Noruega, na sede da empresa chamada Equinor – e queria dar esse depoimento justamente deste local, capital do petróleo e da energia da Noruega, Stavanger, sede da empresa Equinor.

A empresa Equinor é a antiga estatal do petróleo da Noruega, que não deixou de ser estatal, apenas deixou de ser uma empresa apenas de petróleo. A empresa permanece com o controle do Governo norueguês. Hoje, chama-se a Equinor; antigamente, chamava-se Statoil. Foi sócia e é sócia da Petrobras, a nossa estatal do petróleo, em muitos projetos, não só no Mar do Norte, quando eu tive a oportunidade de participar desses contratos na década de 90, como agora também é no Brasil é um dos maiores investidores do setor energético brasileiro.

Estou, Senador Vanderlan e Senador Otto, exatamente trazendo esse depoimento daqui, porque acabamos de ter uma reunião com a cúpula da empresa, ouvindo mais uma vez a história de sucesso dessa empresa estatal de petróleo, que agora se transforma numa empresa estatal de energia, de transição energética, mostrando para todo mundo que é possível, sim, ter empresas estatais eficientes que trabalham com transparência, com governança e sobretudo com parcerias com as empresas privadas nacionais ou estrangeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui se trata de preservar e garantir estatais eficientes, que são necessárias para a universalização de serviços essenciais, como são os Correios, a respeito de cuja simples venda nós vamos deliberar oportunamente – hoje, não, mas oportunamente –, sem absolutamente nenhum propósito, sem absolutamente nenhuma urgência; é absolutamente impertinente essa proposta de privatização dos Correios.

Aqui se trata também de harmonizar a iniciativa privada com os interesses das políticas setoriais de países, setores importantes como petróleo, energia, setores como os Correios, como justamente a logística de embalagens e a logística de postal. São setores importantes que podem ser, sim, eficientizados através de uma estrutura com a governança e com o controle do Estado, sem absolutamente descartar, pelo contrário, ajudando a fomentar parcerias importantes com o setor privado.

Portanto, eu queria deixar registrado este exemplo da nossa parceira, a empresa Equinor, empresa parceira do Brasil no petróleo e na energia, aqui diretamente de Stavanger. Estamos, então, continuando aqui as reuniões com a cúpula dessa empresa, que deixo registrada justamente como exemplo, como um bom exemplo para seguirmos, justamente como disse o Senador Otto.

Uma das coisas que o Estado brasileiro deveria ter como política de Estado, Senador Otto, é justamente preservar essas estatais e garantir o seu funcionamento com transparência, com governança, com metas e parcerias com o setor privado.

Obrigado, Senador Vanderlan.

Obrigado, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Jean Paul, nós nos sentimos bem representados por V. Exa. nessas reuniões.

Eu vou ler aqui, Senador Paulo Paim, o item 2 da pauta, para liberar o nosso Presidente Otto, e, em seguida, passarei a palavra para V. Exa.

Item 2, não terminativo, Requerimento nº 57, de 2021: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas a esta Comissão, a fim de prestarem informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis, as pessoas abaixo: o Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia; o Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. Em 2021, a Petrobras aumentou os preços da gasolina 11 vezes e 9 vezes os preços do diesel. No ano, a gasolina subiu 74%, e o diesel, 64,7%. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis".

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 57, DE 2021
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis, as pessoas abaixo: o Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia; o Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. Em 2021, a Petrobras aumentou os preços da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasolina 11 vezes e 9 vezes os preços do diesel. No ano, a gasolina subiu 74%, e o diesel, 64,7%. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA).

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento nº 57, de 2021, da CAE.

O Senador Otto quer usar da palavra?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso.

Esse convite seria uma convocação do Presidente da Petrobras, Silva e Luna, e do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, mas, a pedido do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, a quem dou fé pública, ele foi transformado em convite. Mas, quanto a esse convite, sem dúvida alguma, nós vamos marcar data para que aqui compareçam os dois representantes do Governo, o Sr. Presidente da Petrobras e o Ministro de Minas e Energia, para prestarem esclarecimento a respeito dos sucessivos aumentos do preço dos combustíveis.

A gasolina já está em R$7,70. Em alguns lugares, o preço é mais alto ainda. E não há uma explicação por parte do Governo. O Senhor Presidente da República, quando esteve recentemente no exterior, apenas disse que a Petrobras é um problema. Na minha opinião, não é um problema.

A Petrobras tem sido uma solução desde que o ex-Presidente da República Getúlio Vargas instituiu a estatal do petróleo, porque a necessidade é de que a Petrobras possa trabalhar com transparência e mostrar a equalização e a composição dos preços dos combustíveis. Não aceitamos em hipótese nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a Petrobras possa fazer o preço de paridade internacional quando 70% do custo de extração e refino do petróleo no Brasil é em real. Os funcionários são pagos em real, a energia é paga em real, a água é em real, o custo operacional da máquina é em real, tudo é pago em real dentro do País. Portanto, não há como se aceitar esse preço de paridade internacional todo baseado no dólar e no aumento do dólar. Portanto, a nossa posição é de esclarecimento para que o Brasil possa ter um custo de petróleo condizente com a nossa moeda, com o custo da nossa moeda na extração e no refino de petróleo.

Diante disso, o Senador Rogério Carvalho, inclusive, já está apresentando um projeto – V. Exa. está presidindo e vai receber esse projeto –, que é um projeto que vem exatamente na direção de haver um fundo de compensação dos custos dos combustíveis aqui no Brasil, tanto da gasolina quanto do óleo diesel. E estamos vivendo uma situação agora muito grave. O Senador Carlos Fávaro sabe disso, porque ele é do agronegócio. E o agronegócio hoje está impactado pelo alto preço do diesel, que aumenta constantemente, e pelas dificuldades agora impostas pela falta de fertilizantes. O Brasil só produz 20% dos fertilizantes e dos defensivos agrícolas que utiliza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, essa é minha indignação com este momento, como deve ser de todo o País e do Colegiado principal que deve apreciar essa situação, que é o Congresso Nacional e, sobretudo, o Senado Federal.

Obrigado a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador Otto Alencar pelas palavras precisas e muito adequadas nesse debate.

Os petroleiros ganham em real, o custo de extração do nosso petróleo é em real, a nossa economia é em real, o povo brasileiro ganha em real e essa dolarização tem gerado dificuldades. As pessoas de diversas classes sociais estão passando dificuldades. Aqueles que produzem e precisam de combustíveis fósseis estão passando dificuldades, porque os custos aumentaram, e têm dificuldade de repassar o preço, porque não há quem consiga comprar os seus produtos manufaturados, porque, se aumentar o preço, não há quem compre. Então, a população está passando dificuldade, porque o aumento de 74% num ano no preço da gasolina, por exemplo, em média 60% no preço de todos os derivados de petróleo – gás de cozinha, do botijão, da gasolina, do óleo diesel –, vai direto para inflação. E, quando aumenta a inflação, a consequência é o aumento da taxa de juros.

Então, em nome de um ganho de uma pequena parcela de acionistas privados da Petrobras e da demonstração de um balanço positivo, que a gente sabe que é possível quando você faz essa dolarização, você está colocando o País inteiro ajoelhado diante de interesses de uma dúzia, duas dúzias de maiores acionistas privados da Petrobras, e isso está sendo transmitido para a taxa de inflação e para a taxa de juros, o que prejudica principalmente a população de baixa renda.

Imagine uma inflação de 12% para quem ganha um salário mínimo: 12% para quem ganha um salário mínimo são R$120, é uma feira! Isso não é concebível. No Brasil, mais da metade da população, das famílias do Brasil vive com menos de R$2 mil, e 12% disso são R$240. Imagine você o impacto disso na vida das famílias, as dificuldades que isso gera na sobrevivência, na insegurança das famílias, no endividamento das famílias, em função de uma política que não tem lei, porque o Presidente disse que existe uma lei, mas não há uma lei que estabelece diretrizes para definir a composição, o modo de composição de preços dos derivados de petróleo. Nós não temos nenhum interesse de controlar preço, mas é importante que exista uma política para a definição de preços compatível com o funcionamento da economia, com o funcionamento do País como um todo. Não é possível nós brasileiros pagarmos uma taxa de juros exorbitante – porque nós voltamos a ter uma das taxas de juros mais altas do mundo de novo –, por conta da inflação decorrente principalmente da falta de política na área de petróleo e gás, na área de energia, na área de estoques reguladores de uma maneira geral, ou seja, isso é uma situação que precisa...

Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão pela iniciativa de a gente poder fazer esse debate neste momento. O Brasil espera esse debate e espera essa posição de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Eduardo Braga.

Em seguida, Senador Fávaro, é o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, e cumprimentar o Senador Rogério Carvalho.

Eu quero dizer que concordo com tudo que foi dito pelo Senador Otto e pelo Senador Rogério Carvalho, mas eu quero ir além.

Veja, Senador Otto, o preço na distribuidora da gasolina, portanto, o preço do custo de produção, V. Exa. há de convir comigo que é aquele que chega ao preço da distribuidora... O senhor sabe quanto está o preço na distribuidora do litro da gasolina? R$3,40. Portanto, a discussão sobre a questão da dolarização, da referência do dólar, do custo dolarizado, etc. impacta até a refinaria. E o custo de um litro de gasolina, Senador Carlos Fávaro, na distribuidora está R$3,40. O que justifica estar na bomba o preço, aqui em Brasília, de R$7,20? Impostos. Impostos.

Portanto, nesta Comissão, meu caro Otto, nós não poderemos deixar de discutir, além da questão do custo de produção e da forma do cálculo do custo de produção pela referência dolarizada, a questão dos impostos, sejam eles federais, sejam eles estaduais, sejam eles municipais, porque o custo da gasolina na distribuidora é de R$3,40. O que acontece com o preço da gasolina para chegar a R$7,20? É que, em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, por exemplo, o Governo cobra 34% de ICMS. No meu Estado e do Senador Omar Aziz, cobram-se 25% de ICMS. Aí vem o PIS e Cofins, aí vem a Contribuição Social sobre o Lucro, aí vem a Cide, aí vêm uma série de impostos que fazem com que o preço da gasolina saia de R$3,40 para R$7,20 na Capital, no Distrito Federal. Lá no interior do meu Estado, a gasolina já está a mais de R$8 o litro; portanto, impactando sob todos os aspectos a inflação.

Então, eu quero aqui aditar a tudo o que V. Exas. disseram, e eu concordo e assino embaixo em tudo que V. Exas. disseram, o seguinte: é preciso que aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, nós também possamos fazer a discussão sobre a questão dos impostos. Por quê? Nós vamos reestruturar a questão dos custos, do cálculo da gasolina? O.k. Ela vai voltar para R$3,20 na distribuidora. E vai valer quanto na bomba? Vai valer R$7. Por quê? Por causa dos impostos. Nós vamos reestruturar o cálculo do óleo diesel. Ele vai valer quanto na distribuidora? R$2,60. Quanto é que ele vai valer na bomba? Mais de R$6. Ou seja, uma coisa só não vai resolver, mas, se não atacarmos a questão da tributação em cima não só dos combustíveis...

E aqui eu quero aditar, porque nós estamos convidando, e espero que o mais rápido possível, o Ministro Bento, a questão da tributação também sobre a energia elétrica. Meu caro Presidente Otto Alencar, nós estamos cobrando impostos sobre a bandeira vermelha extraordinária. No meu Estado, 25% de ICMS sobre bandeira vermelha extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – No Estado do Amazonas, fizeram até pior, Senador Omar. No Estado do Amazonas, fizeram até pior: criaram agora a tributação do substituto arrecadador no produtor independente de energia, no interior do Estado do Amazonas. E isso vai aumentar a taxa de energia no Amazonas!

Parabéns a V. Exa. A vinda do Ministro Bento Albuquerque aqui será extremamente importante, e eu espero que a vinda dele seja para nós discutirmos a composição do cálculo do custo de produção do combustível, para a discussão da tributação.

E aí, talvez, seja até interessante ampliar, e vem a sugestão, e aditar um convite para o Ministro Paulo Guedes para que ele venha aqui também explicar essa tributação absurda que não é só dos Estados, é também da União, e que se discuta também a tributação sobre energia elétrica e gás de cozinha, porque esses quatro itens, na minha opinião, estão efetivamente impactando na inflação do povo brasileiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Senador Fávaro e, em seguida, o Senador Omar Aziz.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Eu vou conceder um aparte ao Senador Rogério para que ele conclua o seu raciocínio.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Eu queria só aqui concordar com todos, mas o nosso pessoal da assessoria fez um cálculo. Se a Petrobras não utilizasse a paridade do preço de importação, o preço médio da gasolina na bomba poderia ser hoje de R$5, considerando uma margem de lucro de 50% sobre os custos da Petrobras. Neste valor, além do custo final da Petrobras para produzir a gasolina com uma margem de lucro de 50%, já estão incluídos os tributos federais, o ICMS, as margens de distribuição e revenda e o custo do etanol anidro, que é misturado na gasolina. Portanto, sem o PPI, a paridade de preço internacional, a Petrobras poderia vender a gasolina a um valor bem mais baixo e, ainda assim, garantir um lucro elevado para os seus acionistas.

Há a questão dos tributos, mas há a questão da paridade, que é algo que a gente precisa ver.

Agora, veja, de 7 para 5, quantos por cento são? Você fazendo o mesmo com o óleo diesel, quanto seria o óleo diesel? De 6 cairia para 4,50, certo?

Então, é possível que a gente possa encontrar um caminho que seja melhor para o Brasil.

Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Rogério também e todos os colegas Senadores.

Quero parabenizar a iniciativa do Senador Otto Alencar, concordar com todos os colegas e parabenizar esta Comissão que promove este debate.

Eu concordo plenamente que nós temos que discutir, Senador Eduardo Braga, temos que discutir, sim. É uma reforma tributária neste País que está onerando e chega a ser pornográfica a carga tributária deste País. É um absurdo nós tributarmos, termos Estados tributando 35% de energia elétrica, de combustíveis, de comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora também nós temos que levar em conta a formação de preços que a Petrobras, a política de formação de preços que a Petrobras está utilizando. Essa carga tributária já era vigente há outros anos, mas não havia um reajuste absurdo de 74% ao ano, o que está acontecendo com os combustíveis no Brasil e, excepcionalmente, neste momento de pandemia em que as pessoas estão desempregadas e nós deveríamos ter uma política pública de Estado, já que o Brasil tem uma grande formação, como foi dito aqui, na formação dos preços de produção de petróleo em reais, precisamos da paridade para dar dividendos aos acionistas da Petrobras.

Nós estamos falando de uma empresa dos brasileiros e nós temos que exigir uma política pública da Petrobras e discutir, sim, uma reforma tributária que desonere cada vez mais a população brasileira. Por isso, a iniciativa é louvável e nós vamos debater, sim, tenho certeza, com o Ministro Bento e, se possível também, o Ministro Paulo Guedes virá a esta Comissão para que nós possamos ampliar esse debate.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu só queria um esclarecimento – quando eu cheguei já havia começado a reunião – com relação a um dos principais itens da pauta hoje, o PL 591, de 2021. Recebi em minhas mãos agora um voto em separado do Senador Eduardo Braga e eu queria só o esclarecimento de como será a leitura deste voto em separado para que nós possamos preparar a deliberação desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Fávaro, foi adiado para a semana que entra e será lido na próxima reunião.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Vanderlan e o Senador Otto Alencar.

Essa questão do preço do combustível, isso aí... Com a dolarização, que não dá para entender... Porque eu quero saber se os trabalhadores da Petrobras recebem em dólar os seus salários. Toda vez que aumenta a produção ou aumenta o custo, se os trabalhadores também têm o seu salário dolarizado. Eu quero saber se os outros custos são dolarizados.

Vejam bem, nós temos uma produção de petróleo muito grande, uma das maiores do mundo. O Brasil é um, tem uma... Na Amazônia, por exemplo, lá no nosso Estado – o Eduardo falou há pouco –, é porque a Petrobras não investiu, mas nós sabemos que tem muito petróleo e gás lá, e tem muito! Só para vocês terem uma ideia, nós conseguimos da Agência Nacional de Petróleo 17 campos diferentes de gás para serem explorados e estão lá em leilão. Três já foram arrematados. Isso gera desenvolvimento no interior do Amazonas.

Quando o Eduardo foi Governador e eu fui Governador, nós zeramos o ICMS da energia elétrica no interior do Amazonas. Por quê? Por entendermos que era impossível você produzir alguma coisa com o custo elevado da energia. Agora, não sei como está, sinceramente eu não sei.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Pois é. Mas quando eu fui... E quem teve essa iniciativa primeiro foi, na época, o Eduardo, e eu mantive isso. Nós entendíamos que, para a gente interiorizar o desenvolvimento, um dos custos mais altos para qualquer tipo de produção é a energia elétrica – e é um bem necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o aumento do Luz para Todos, que infelizmente parou... Não houve de forma nenhuma essa continuidade, porque era um programa importante para a Amazônia, principalmente, e para o Nordeste, nós sabemos disso, para onde temos dificuldade de levar energia...

Mas o que não dá para compreender, Senador Vanderlan, é que se nós pagamos em real os trabalhadores da Petrobras, nós pagamos em real todos os custos da produção de um litro de combustível, por que dolarizar? Porque hoje quem está levando lucro são os acionistas, só dividendos. No final do ano, esse pessoal ganha dinheiro, e o povo brasileiro está pagando essa conta.

Aí vem o discurso do Governo. O Governo, quando em campanha, esse Presidente aí, que é um Presidente falastrão, fala pelos cotovelos, é um Presidente que perdeu o respeito por si próprio, ele não consegue... Sinceramente, eu não vejo o Bolsonaro olhar para o espelho e ter respeito por ele, porque, a partir do momento em que você não tem respeito pelos outros, você não tem respeito pela morte! Um Presidente que não tem respeito pela fome, pela miséria que está assolando o Brasil, um Presidente que não tem respeito pelo cargo e pela liturgia que o cargo tem... Nós estamos sendo governados por isso.

E aí me vem um outro falastrão que é o Ministro da Economia, Paulo Guedes, dizendo que a Zona Franca é obsoleta. Obsoleto é o cérebro dele! O cérebro do Paulo Guedes é obsoleto. Aliás, ele tem que vir aqui se explicar. Ele precisa vir aqui dizer cadê o dinheiro para a vacina do ano que vem. Ele precisa vir aqui dizer... Desde quando ele começou, é só conversa fiada, o País empobreceu! O Brasil se tornou ridículo perante o mundo. O Brasil hoje, na COP, não faz parte do grupo de elite para discutir o meio ambiente. Nós temos um Presidente que acha bonito ir para a rua falar besteira. É o macaco guariba da Amazônia, por onde passa vai lançando fezes.

Presidente, Vossa Excelência tinha que se dar o respeito. Para a gente respeitá-lo, você primeiro precisa se respeitar. Não adiante você achar que é mais honesto, que a sua família é melhor do que a família dos outros. A sua família não é melhor do que a família de ninguém, você não é melhor do que ninguém. Você colocou o Brasil na bancarrota. Se o preço da gasolina está neste preço, é porque você não tem uma política... Aliás, a sua equipe é uma equipe medíocre nessa área. Você não tem um quadro com quem a gente possa discutir tema relevante, com conteúdo.

E nós estamos aqui debatendo, Senador Eduardo Braga.

Eu acho justo estipular um valor de ICMS, estipular PIS/Cofins, mas eu não acho justo dolarizar, e os trabalhadores que produzem o petróleo, que produzem a gasolina continuarem recebendo em real – não é dolarizado. Não é justo servidores públicos brasileiros estarem na situação em que estão, e a população nos Estados brasileiros mendigando. No meu Estado havia pobreza, sempre havia pobreza no Brasil todo, mas, infelizmente, estamos em outra pandemia: a pandemia da fome e da miséria. Eu não via no meu Estado, e principalmente na cidade de Manaus, pessoas pedindo no meio da rua como há hoje.

É uma pena a gente ver isso e é uma pena você não ter a solidariedade de quem tinha de ter solidariedade. Você não tem uma palavra de carinho para a população brasileira, você não tem uma palavra de amor. Em um momento de dor, você estender a mão é um ato cristão. Então, não adianta falar em Deus, em Cristo, se você age como verdadeiro cão do inferno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você acha que, quanto pior, melhor a sua situação, com discurso roto, com discurso pequeno, sem conteúdo, com o discurso que está colocando o Brasil na situação em que está. Vergonhoso!

Vergonhosa a participação do Brasil em Roma! Vergonhosa a participação do Brasil! A que ponto nós chegamos! O Brasil é um país continental, não é republiqueta! O Brasil é um país que foi sempre respeitado pelo mundo, independentemente de quem estava na Presidência da República. Eu quero dizer aqui que o Brasil é maior do que o que temos na Presidência hoje, o Brasil é muito maior do que o Presidente que nós temos, o Brasil não é isso.

Aí colocam aqui para privatizar... Sabem a importância dos Correios para o Brasil, que atende a mais de 5,5 mil Municípios? Sabem quem distribui o Enem lá no Município de Tapauá, lá no Município de Ipixuna? É distribuído pelos Correios. Sabem o lucro dos Correios nos últimos anos? E nós estamos vendendo aquilo que dá lucro para o Brasil.

Nós não estamos discutindo o Brasil macro. O Brasil não é o Sul do País. O Brasil tem diversidade, e a diversidade constitucionalmente tem que ser garantida pelo Governo Federal.

Infelizmente, nós perdemos hoje a guerra contra o tráfico. Os nossos Municípios, os nossos Estados estão tomados por facções, por grupo que hoje, ao invés de o Estado estar atendendo, estão atendendo. Sabem o que os traficantes estão fazendo em bairros e Municípios? São eles que estão dando rancho, eles é que estão gerando emprego, só que é o emprego do mal, e o Brasil não se põe nessa situação.

Discute-se a Amazônia. O maior problema da Amazônia é a entrada de droga. Nós temos uma fronteira extensa. O Brasil não produz droga, o Brasil não produz cocaína, não produz maconha, o Brasil importa! E importa dos países que nós sabemos quais são, e o Brasil não toma providências. Então, o Governo falhou na área social, o Governo falhou na área de segurança, que era uma bandeira desse Presidente, falhou na covid e está aí o resultado. Ontem, felizmente, São Paulo, que é o maior Estado, não teve uma morte, sabe por quê? Vacina, que esse Presidente não quis comprar. O Brasil falhou na saúde e está falhando na educação. Você viu a revoada ontem de pessoas que estavam lá no Enem, profissionais concursados que saíram por não aceitarem uma política medíocre na educação? Em que País nós estamos vivendo? O que nós estamos tendo com esse Presidente? Absolutamente nada!

Presidente, em vez de falar besteira, trabalhe; Presidente, em vez de estar arrotando "abacaba" – você é um "abacabeiro" –, vá trabalhar, rapaz! Procure ter respeito; procure ter vergonha na sua cara lavada. Presidente. Você é uma decepção para muitos. Infelizmente há poucos ainda que acreditam na sua verborragia, porque você usa a palavra na liturgia do cargo não é para construir, é para tentar destruir. Acabou esse tempo, Presidente, vá trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, já lhe agradecendo, Senador Paulo Paim, pela paciência aí na espera.

Em seguida, o Senador Paulo Rocha.

Senador Eduardo, se V. Exa. puder permanecer mais um pouco para a gente continuar um pouco o debate sobre os combustíveis...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É porque eu vou para a CCJ e posso ficar só mais um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes do Senador Eduardo Braga, uma explicação para aqueles que não estavam no início da reunião: a continuidade do debate sobre a lei que envolve a questão dos Correios: o que pensa, o planejamento da Presidência da CAE em relação a esse debate? Depois da apresentação do voto em separado, o voto divergente do Senador Eduardo Braga, qual é o planejamento do debate? Como é que está previsto isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Paulo, ele não foi lido ainda, vai ser na próxima semana.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Já foi oficializado à Mesa isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, já foi oficializado à Mesa, e foi feito um acordo. O Presidente Otto, que está aqui ao meu lado, fez um acordo para ser lido na próxima semana e em votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque nós também temos um voto em separado, mas, conforme o debate aqui, a gente pode fluir num só voto em separado. Eu acho que é interesse de vários Senadores aqui, para percebermos e nos prepararmos para os próximos passos aqui na CAE dessa matéria tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – O.k.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Vanderlan, Presidente Otto Alencar – ambos estão na Mesa, estamos aí com os dois Presidentes –, eu queria primeiramente cumprimentar a iniciativa do Presidente Otto Alencar nesse debate sobre os combustíveis.

É inegável: hoje o Brasil todo está assustado, preocupado com a situação. Há cidades em que se fala em R$10 por litro de gasolina! Vimos aí um debate muito qualificado mostrando a posição quase unânime dos Senadores em relação ao preço dos combustíveis.

Mas, Presidente, eu estava inscrito desde o primeiro momento para discutir a questão dos Correios.

Quero insistir, Presidente Otto Alencar, demonstrando que a nossa posição, de inúmeros Senadores, estava correta. Nós entendemos que esse tema não pode ser votado sem um debate profundo, sem ser discutido na CCJ por exemplo. Olhem que, na CCJ... O próprio Procurador-Geral da República Augusto Aras deu parecer, que foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal numa ação direta de inconstitucionalidade, no sentido de que essa proposta é inconstitucional. Eu tenho ouvido muitos Senadores: ninguém está tranquilo para votar essa matéria.

Veja, nós já estamos com dois votos em separado – dois votos em separado! – e uma complementação de voto. Ninguém sabe ainda claramente onde é que nós estamos pisando. Trezentos e cinquenta anos de história...

Por isso, Presidente... Claro que eu concordo com o adiamento, vamos adiar ao máximo, e vamos continuar o debate. Por que não debater ouvindo os dois lados, como nós estamos propondo há dias e dias? E parece que há um medo de que aqueles que defendem a privatização e os que têm uma posição diferente possam, num único evento, debater as duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posições, para que os Senadores, então, façam um juízo mais aprimorado, já que os campos de argumentos são bem distantes um do outro.

Insisto muito nisso e insisto também na CCJ, Presidente. Esse projeto não pode ser votado sem que a CCJ se posicione. É constitucional? Não é constitucional? A Câmara já não votou, eles atropelaram a Comissão de Justiça da Câmara e jogaram direto para votação sem que ela se posicionasse. É por isso o apelo que eu faço mais uma vez neste momento, vendo já que há no mínimo três novos relatórios, porque o voto complementar é um outro parecer, e há outros dois relatórios em votos em separado.

Eu queria que a gente não votasse de forma açodada esse projeto. Vamos ouvir aí a opinião de um dos Senadores mais respeitados da Casa, que é o Senador Omar Aziz. Ele foi muito claro na fala dele também, muito claro, e há muitos outros Senadores com a mesma posição. Por isso, Presidente...

Era só essa ponderação, porque sei que a matéria não será votada hoje. Que a gente tenha paciência, e que se faça um debate à altura dos 350 anos de história dos Correios. Já disse uma outra vez: nem a ditadura fez um gesto como esse que querem fazer agora.

Era isso, Presidente, cumprimentando V. Exa. pela matéria não ter sido colocada em pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria pedir ao Senador Vanderlan, que ainda vai usar da palavra, só para rebater aqui o Senador Paulo Paim, sempre defensor dos Correios.

Essa matéria já está aqui na CAE há mais de três meses. Nós já tivemos duas audiências públicas, e o Senador Paulo Paim participou das duas audiências públicas, que foram programadas para serem realizadas.

Essa iniciativa de não se votar hoje é porque o Relator, Senador Paulo Paim, alterou o relatório que já tinha sido lido para ser votado hoje. Então, ele fez uma alteração e, inclusive, segundo me falou aqui o Líder do MDB, o Senador Fernando Bezerra, após uma reunião com os Senadores do MDB, que fizeram a sugestão para uma modificação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... no relatório que veio da Câmara dos Deputados. Seria uma proposição...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para dizer que o Fernando Bezerra, por enquanto, é Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Do Governo, do Governo. Me perdoe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não me destitua ainda da Liderança do MDB. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu já ia consertar, mas V. Exa. não deixou que eu consertasse.

O Líder do Governo me disse que houve uma reunião e ele ouviu o Líder do MDB – era isso o que eu queria dizer –, o Senador Eduardo Braga, que fez outra sugestão a respeito da matéria.

Eu apenas quero dizer ao meu amigo que eu estimo tanto e por quem tenho admiração maior ainda, o Senador Paulo Paim, pela luta dele, pela defesa dos interesses dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, defesa também que eu tenho feito permanentemente aqui no Senado Federal ao longo dos seis anos que estou presente... Inclusive, eu tenho uma posição. Sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e ela precisa deliberar. Eu sigo aqui um rito para colocar matérias que estão prontas para deliberação.

V. Exa. sabe que a minha posição pessoal que será manifestada no Plenário do Senado é contrária à privatização dos serviços postais, mas eu tenho, como Presidente, que tomar decisões aqui com isenção, com imparcialidade, e seguir o que está estatuído no Regimento do Senado Federal, colocando as matérias para deliberação, como acontece em qualquer Casa Legislativa: coloca-se em votação, a maioria aprova, infelizmente, com a perda dos votos da minoria. Eu não conheço a consciência e o que pensa cada Senador a respeito dessa matéria.

Eu vou me manifestar... V. Exa. me forçou a me manifestar agora, mas eu o faria e vou fazê-lo tranquilamente no Plenário do Senado Federal, como decisão minha. Vou pedir ao meu Líder, o Senador Nelsinho Trad, porque essa é uma matéria que, do jeito que está, não tem condição de ser aprovada com o meu voto – não sei do voto dos outros Senadores e Senadoras, que têm toda a liberdade de votar de acordo com as suas consciências.

Então, não cabe dizer que não foi debatido. Foi debatido, ouvimos, primeiro, os representantes dos trabalhadores, das associações e, depois, os representantes do Governo, aqueles que dirigem a estatal de serviços postais, os Correios. Portanto, eu queria fazer essa colocação para deixar bem clara a minha posição.

O Senador Marcio Bittar deverá ter, segundo me informou o Líder do Governo, uma reunião com os outros Senadores na busca de outra letra de lei que seja mais condizente com a realidade do Brasil, inclusive com a sugestão do Líder do MDB de que o fundão do Brasil, do Amazonas, do Pará, do meu Estado da Bahia não possa ficar sem os Correios sociais, que levam as informações ao povo dessas regiões mais adversas, mais distantes dos centros comerciais.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Otto. Quero parabenizar V. Exa. pela condução desta Comissão de uma forma muito democrática.

Eu pedi aqui, Senador Eduardo, que o senhor tivesse paciência, um pouquinho, e permanecesse conosco, sabendo que o senhor tem uma relatoria, porque estou vendo aqui, Senador Otto, Senador Paulo, um dia, uma manhã histórica para nós, com essa discussão do seu requerimento.

No ano passado, nós debatemos muito no Senado Federal, buscando soluções para a questão dos impostos, que é o que V. Exa. trouxe e com que eu concordo em número, gênero e grau. Nós não podemos mais ter essa política, Senador, de um litro de combustível sair da refinaria por um valor "x" e os impostos em cascata virem de cima para baixo, ou seja, uma pauta dos Estados, que hoje, com o litro em torno de quase R$6,00 ou R$7,00, cobram de 28%, dependendo do Estado, a até 32%; ou seja, só o ICMS fica mais caro do que o preço da gasolina. Então, é essa a defesa que V. Exa. fez.

Ao contrário do que muitos pensam, Senador Otto, quando nós levantamos essa questão, no ano passado ainda, muitos – e eu digo alguns da equipe econômica – acharam que aqui, neste Senado Federal, não havia pessoas que pensavam, que não sabíamos fazer conta. E nós sabemos fazer conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos puxar essa discussão agora, resolver o problema, chamar os Prefeitos, chamar os Governadores para essa discussão, Senador Eduardo, e não deixar mais que venham esses impostos sob cascata – PIS, Cofins – em cima de frete, em cima de margem de posto, já que é um produto, como foi dito aqui pelo Senador Rogério, produzido pelo nosso País.

Eu lembro que, no final dos anos 90, nós fazíamos campanha de oração nas praças públicas para que o Brasil fosse autossuficiente em petróleo, Senador. E o Brasil é autossuficiente em petróleo – é autossuficiente em petróleo. Só que, depois de ser autossuficiente em petróleo, por essa política de dolarização... Como foi dito aqui pelo Senador Omar, não há condições de nós pegarmos a questão da dolarização em cima de salário, em cima do custo nosso aqui, que, muitas vezes, é muito menor do que o custo para explorar petróleo nos Estados Unidos, na Europa ou em outros países.

Então, essa discussão, já que o preço chegou agora a esse absurdo, é para sabermos o que a Petrobras, de fato, vai fazer agora para colocar em construção as refinarias de que o País está precisando. Porque, agora, com essa retomada, não temos gasolina, não temos diesel, estamos importando.

Por que foram distribuídos, Senador, sessenta e tantos bilhões de rendimento aos acionistas? Essa distribuição tem que ser feita. Sabem por quê? Porque não há investimento sendo feito na Petrobras. Se sobra dinheiro, têm que doar – aliás, têm que distribuir.

Nós somos o País do agro, Senador Otto, mas nós fechamos aqui a nossa produção de fertilizantes. No seu Estado, a Bahia, foi fechada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Na Bahia e em Sergipe.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Em quantos foi fechada? Este ano, quem comprou fertilizante comprou; para quem não comprou, já está 300% mais caro – e, no ano que vem, nós vamos sentir –, porque a Lituânia, a Rússia e a China fecharam as suas exportações de fertilizantes. O que os nossos produtores, Senador Otto, vão fazer no próximo ano?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Importam 80% dos fertilizantes de que precisam. Pois bem, e foram fechadas duas fábricas de fertilizantes. Esse é o Brasil do Bolsonaro.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Então, nós não podemos, Senadores, aqueles que estão nos ouvindo, deixar a maldição do petróleo, que já está chegando – aliás, já chegou com esses preços absurdos –, atingir o nosso País.

Do petróleo, no nosso País nós somos autossuficientes, e há essa reserva astronômica de petróleo. Tem que ser bênção; não tem que ser maldição. E o que está acontecendo hoje? A Petrobras está sendo uma maldição com essa política de preços, e há os impostos sendo praticados pelos governos. Nós temos que rever isso.

Parabenizo a sua fala. É tudo o que eu defendi desde o início, buscando a discussão, desde que cheguei ao Senado Federal, da questão do petróleo no nosso País, desde a produção até mesmo aos impostos, que eu defendo que sejam feitos na origem, lá na refinaria, Senador. Se são 30%, não há problema, o Estado cobra 30%, como meu Estado de Goiás, mas base-refinaria, não 30% em cima de frete, em cima de PIS, de Cofins, de Cide, em cima de margem de postos de gasolina. Nós vamos ter aí aquela conta que V. Exa. fez, entre R$5,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$5,20 para 1 litro de gasolina, o que já é muito caro para um país que é autossuficiente de petróleo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Parabéns, Senador Vanderlan, pela sua explanação, bem condizente com o que falou o Líder do MDB, o Senador Eduardo Braga, que é um Senador que talvez mais conheça esse setor de petróleo e gás e foi um grande Ministro das Minas e Energia.

Cabe perfeitamente essa discussão para se chegar a um valor que seja compatível com aquilo que o povo brasileiro tem hoje de condições de se locomover no Brasil.

V. Exa. falou uma coisa superimportante, que é a questão da ameaça ao agronegócio, que é uma ameaça real. Primeiro, o custo do diesel subiu; segundo, não há fertilizante suficiente, os preços dispararam; e, além disso, o defensivo agrícola, cuja maioria também é importada, também não há. Então, acendeu a luz amarela para o setor que sustentou o Brasil na pandemia, inclusive na balança comercial, que foi o setor do agronegócio.

Isso é de uma gravidade muito grande, e o País, o Governo precisa tomar uma providência neste sentido de encontrar uma saída para não deixar parar a mola propulsora hoje do Brasil, que é o agronegócio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Luiz do Carmo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Luiz do Carmo, logo depois será V. Exa. O Senador Eduardo Braga vai fazer só uma intervenção.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É só uma intervenção, é só para lembrar V. Exa. da sugestão que creio que o Vanderlan e eu fazemos ao requerimento de V. Exa.: para convidar o Ministro Paulo Guedes para a gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acolho a sugestão de V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... debater a questão tributária.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que inclua o Ministro Paulo Guedes, para que ele compareça como convidado para debater esse tema de aumento dos combustíveis no País.

Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente; bom dia a todos os Senadores desta Comissão.

Eu estou achando importante esse debate do petróleo, que é muito importante. Eu só queria lembrar a todos que, lá atrás, para fazer um investimento, nós temos que buscar dinheiro lá fora, concordam? Então, a matemática não é muito simples, não. Quem investiu lá fora quer o lucro do dinheiro dele. Então, essa matemática não é muito fácil de fechar.

Agora, o Senador Eduardo Braga falou uma coisa certinha: se o petróleo sai a R$3,40 da refinaria e chega à distribuidora, onde está o defeito? Está daí para frente! Os impostos do Brasil são muito caros, são muito caros, realmente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este debate é importante. Realmente, está começando a faltar diesel no Brasil. Eu sou testemunha disso. Concorda? Por quê? Quando o Vanderlan fala que o País é autossuficiente, eu acho que não é, não! Em 70% do petróleo, o.k.! Mas os outros 30% nós temos de comprar lá fora! O que vai acontecer? Vamos ficar desabastecidos?

Essa política da Petrobras, a gente a está vendo agora, mas ela foi feita, Sr. Presidente, muito tempo atrás! Essa política da Petrobras não pode ser política do Presidente do passado nem do Presidente do futuro! Tem de ser uma política da Nação, dos próximos 50 anos! Certo?

Então, esse debate é importante, muito importante. Eu não quero pôr a culpa só nesse Presidente atual, não! Eu acho que ele está tentando... Ele falou do problema da Petrobras. Eu acho que ele está sendo até... Está falando de um jeito que não podia falar da Petrobras, mas o problema está na Petrobras, realmente! Concordo com ele. Mas não é só da Petrobras.

Quando o Eduardo fala dos impostos, ele está certinho. Em Goiás, agora, travou aqui em pouco mais de R$6 o preço do combustível. Olhem aqui como eu estou! Travou lá atrás o ICMS. Será que é tão importante o ICMS do petróleo?

Essa discussão é muito importante, e esta Comissão tem uma envergadura muito grande para debater esse assunto econômico. Então, nós temos que pensar no Brasil, parar de falar do Governo atual, parar de falar do Governo passado. O Governo passado cometeu muitos erros, inclusive com muitos desvios na Petrobras. Mas não vamos falar nisso! Certo? Esse Governo os cometeu, talvez os tenha cometido, mas está tentando acertar!

Então, nós da Comissão, no Senado Federal, todo mundo com a cabeça branca, temos de pensar em um Brasil melhor, porque, se faltar alimento no Brasil e no mundo, aí a coisa se complica muito.

E veio a pandemia! Essa pandemia trouxe muitos problemas para o Brasil, e um deles é o petróleo! Está faltando muita coisa. Máquina? Você compra uma máquina agora para ela ser entregue só daqui a seis meses. Trator vem só daqui a seis meses! Então, o Brasil está vivendo uma época difícil, pós-pandemia, mas a Comissão tem todo o direito de debater e de achar a solução certa para o Brasil.

Eu acho que nós começamos isso aí... Essa reforma tributária que nós estamos fazendo... Não dá tempo, não! Nós temos que fazer isso para ontem! Temos que chamar os Governadores para conversar: "Governador, você, realmente, precisa desse dinheiro?". A maioria de vocês é de Governadores. Será que não tem... Vamos fazer um sacrifício por seis meses? Não há como? Ou vamos bancar esse combustível para o agricultor ou para os caminhoneiros? Hoje, o caminhoneiro que sai de Goiás e que vai para o Nordeste... Ninguém quer ir mais, porque o prejuízo é muito grande! Ele não dá conta! A despesa dele fica só no petróleo, na despesa de viagem.

Esta Comissão está trabalhando certinho. Eu espero que nós tenhamos juízo e pensemos no Brasil, esquecendo o Governo passado, esquecendo o Governo atual. Vamos fazer uma política para os próximos 50 anos. Acho que essa é a função principal dos nossos Senadores desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Luiz do Carmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan, logo depois que... Há um inscrito aqui. V. Exa. quer falar agora logo? Pode falar. Pois não!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Não estou inscrito, mas há uma nota de pesar, Sr. Presidente, que eu gostaria de ler, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, eu passarei a palavra a V. Exa.

O próximo inscrito... Quem é o próximo inscrito? (*Pausa.*)

É o Senador Flávio Bolsonaro. É o Senador Flávio Bolsonaro e, depois, o Senador Paulo Rocha. Nós vamos encerrar com a nota de pesar que será lida pelo Senador Vanderlan Cardoso.

Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia! Bom dia a todos. Só para parabenizar a iniciativa da Comissão de convidar o Ministro de Minas Energia, Ministro Bento.

É vital que a população acompanhe este momento em que se discute o porquê que a gasolina e os combustíveis de um modo geral estão num valor tão elevado. Nada melhor do que dentro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, ouvindo as pessoas qualificadas, num debate técnico, de alto nível, sem paixões ideológicas e todos com o mesmo norte, Presidente: diminuir, amenizar as dificuldades daqueles que precisam dos combustíveis para trabalhar; os combustíveis que impactam essa inflação elevada em toda a sua cadeia produtiva. E, como disse o Senador Eduardo Braga, é fundamental que todos acompanhem por que é que a gente não vê o Estados, em sua grande maioria, fazerem um esforço, como o Governo Federal tem feito, para diminuir o preço dos combustíveis na ponta da linha, nas bombas. Se o valor do combustível do Brasil está atrelado ao dólar... E tem que ser assim. Infelizmente tem que ser assim, porque dentro de toda a cadeia produtiva, desde a exploração no fundo do mar até a chegada na bomba do posto de combustível, em toda essa cadeia produtiva, há empresas estrangeiras que compram e vendem em dólar. Se numa canetada o Governo passasse a não mais equiparar o preço barril do petróleo praticado aqui no Brasil ao preço que é praticado lá fora, simplesmente faltariam insumos aqui em todo o Brasil. Aí, sim, seria falta de combustíveis como um todo: gasolina, diesel.

Então, quando se aumenta o valor do barril do petróleo lá fora e como não se muda a alíquota do ICMS aqui, há um aumento estrondoso na arrecadação também. O valor do ICMS é o mesmo em qualquer Estado, seja o barril de petróleo a US$30 seja a US$160. Então há, sim, uma grande margem de gordura com que os Estados podem colaborar de uma forma mais direta e mais forte e mais pesada para reduzir o preço do combustível no posto de gasolina. É fundamental que o Ministro Bento venha até o Senado, sim, – ou o Ministro Paulo Guedes ou, se for o caso, o Ministro da Petrobras, como já foi recentemente –, para que possamos, mais uma vez, fazer um debate de alto nível, porque todos nós estamos preocupados com os grandes impactos negativos pós-covid na inflação, no preço dos combustíveis, nos preços dos alimentos.

Para muitos daqueles que criticavam o Presidente Bolsonaro quando ele dizia que dava para equilibrar melhor o combate ao vírus e a questão do desemprego ao mesmo tempo e pediam às pessoas que ficassem em casa, trancadas, sem produzir, sem trabalhar, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aqueles que tinham saúde plena, os efeitos estão aí. Esses mesmos doidos são os que estão criticando o Governo, acusando mentirosamente de não fazer nada para que esses impactos sejam amenizados. Então é importante a audiência pública aqui na CAE, para que possamos restabelecer a verdade.

E o Governo Federal tem feito sua parte, por exemplo, no gás de cozinha. Sabe quanto há de imposto federal no gás de cozinha? Zero. O Presidente Bolsonaro zerou os impostos federais sobre o gás de cozinha. No entanto, o valor continua altíssimo. Muito em função do ICMS. Então temos, sim, que discutir o papel da Petrobras em equilibrar melhor – honrar com seus acionistas, mas também cumprir, em parte, o seu papel social. Isso é uma discussão que precisa ser feita, mas sem canetada, com toda a transparência.

E só para concluir, Presidente, eu acho que algumas pessoas ainda não desapegaram e não entenderam que a CPI da Covid acabou. As narrativas mentirosas vão ter cada vez menos espaço. Então, acusar o Presidente Bolsonaro de não ser sensível a quem estar sofrendo, de não ter trabalhado diuturnamente, o Presidente e toda a sua equipe, para amenizar os impactos da covid? O Brasil é um dos países que melhor tem se recuperado da covid no mundo. Já foram mais de 3 milhões de empregos diretos gerados em plena pandemia. Se compararmos com Dilma, do PT, em 2015 e 2016, foram menos 3 milhões de vagas de empregos em plena normalidade, ou seja, Dilma para a economia foi mais danosa do que a covid. Como é que acusam o Presidente Bolsonaro de não fazer nada se já foram distribuídas mais de 338 milhões de doses de vacina em todo o Brasil, meu Deus do céu? Já foram aplicadas mais de 279 milhões de doses. Todo mundo que tomou vacina no País tomou porque o Governo Bolsonaro viabilizou a compra dessas vacinas. Então, a falsa narrativa de que houve alguma omissão, de que houve atraso, de que houve um descaso... Essas narrativas são mentirosas.

Então, é só para estabelecer a verdade no tocante à covid e concordar aqui com a vinda de qualquer autoridade que possa contribuir com o Congresso Nacional, seja com alterações na legislação, seja com ações junto à Agência Nacional do Petróleo, para que os preços dos combustíveis se reduza aqui no Brasil, mas sem sustos, sem causar danos ainda maiores à nossa economia ao querer impor uma verdade que, na prática, não consegue prevalecer porque toda a cadeia produtiva do petróleo está atrelada ao dólar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, caros colegas, eu quero parabenizar aqui a CAE e a sua Presidência, Senador Otto, e a mesa toda da CAE por chamar para si esses grandes debates de que o nosso Brasil precisa.

Não obstante todo o esforço do Senador Bolsonaro, não há peneira que esconda o retrocesso, o caos que virou o nosso País a partir da falta de planejamento, pela inconsequência, pela irresponsabilidade até com que o Governo Bolsonaro tratou o nosso País. É só ver os números do PIB, da inflação dos produtos de primeira necessidade, o preço dos combustíveis etc. etc. Não é possível esconder isso!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Paulo Rocha, V. Exa. me dá um apartezinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não.

O Sr. Oriovisto Guimarães (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para apartear.) – É só para lembrar que o dólar é a base do preço da gasolina, a base do preço do petróleo. Como disse o Senador Flávio Bolsonaro, tem que ser ligado ao dólar. Acontece que o dólar, no México, na Índia, em todos esses outros países similares ao Brasil, cresceu 5% sobre a moeda local; aqui no Brasil cresceu quase 30% ou mais durante a pandemia. Então, tudo começa aí, com um governo que não consegue controlar o câmbio como os outros países. A partir daí, tudo é consequência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso. Bom, eu não sou economista, mas eu vejo, eu analiso a economia, as consequências que tem para o País, para o povo. Retrocesso total de tudo! Como é que outros governos conseguiram fazer isso, equilibrar? E estava o Brasil num caminho de processo de desenvolvimento, distribuição de renda, da geração de emprego etc. etc. Perdemos tudo isso!

Então, eu queria dizer o seguinte: eu estou me sentindo muito orgulhoso, sinceramente. Já estou aqui no Congresso Nacional há algum tempo. Fui por cinco mandatos Deputado Federal; agora, estou aqui no Senado Federal. Mas é um dos grandes momentos que o Congresso brasileiro, a partir do Senado, está protagonizando no País.

E nesse sentido eu fiz uma sugestão ao Presidente, no Colégio de Líderes passado, ao Presidente Rodrigo, de que, ao ele voltar da COP, ele chamasse uma reunião do Colégio de Líderes presencial para a gente debater e planejar as últimas pautas de final de ano, que é o Congresso Nacional debater, principalmente o Senado Federal. Aqui há temas, como o que vai chegar pra cá, o tema do precatório lá, da PEC, que fala da questão dos precatórios, que envolve a questão da renda mínima, do Bolsa Família, do Auxílio Brasil, que agora o Governo muda o nome. Tem a questão da concertação – estou chamando concertação, porque também o nosso Orçamento da União foi desconcertado, e não vêm no programa do Governo, no projeto do Governo do Orçamento as saídas para resolver os problemas do nosso País, de todos os setores, do Auxílio Brasil que agora... E temas que estão aqui, inclusive o próprio comentário ao fazer a sugestão do Presidente, que tem aqui uma matéria muito importante da infraestrutura, que é a questão da BR do Marques, apelidaram o projeto lá que envolve cabotagem do interior etc. etc., envolve a infraestrutura, a logística do nosso País.

Eu acho, Presidente, que V. Exa., na sua iniciativa de chamar para a CAE esse debate que envolve a questão da Petrobras, dos preços dos combustíveis etc. valoriza muito mais ainda o papel que hoje o Senado Federal tem para resolver esses problemas. Aqui é só ver, para todos nós, a experiência e os homens preparados para isto. Já que não tem projeto, programa de governo, eu acho que o Senado Federal, esta Casa tem que chamar pra si as saídas do País.

É só ver aqui. Agora nós tínhamos aqui dois Governadores, o Omar e o Eduardo Braga. Aqui há grandes empresários de todas as áreas, aqui dois, não é? Há homens públicos experimentados como próprio Presidente, não é? Há setores aqui representados por mim e pelo Paim que vêm da organização dos trabalhadores. Então, este Senado está preparado e qualificado para propor para o País saídas para essa crise que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a sua iniciativa de discutir o papel da Petrobras... Aqui nós não estamos só discutindo, e essa é sua intenção, o preço do combustível, o que já é uma grande questão, mas o papel da Petrobras na economia e no desenvolvimento do nosso País, o que ela sempre cumpriu.

Não é à toa que lá atrás, na década de 50, o Brasil todo se movimentou e todas as posições políticas sobre a questão do "petróleo é nosso", porque já percebiam o papel que tinha uma Petrobras e os combustíveis no desenvolvimento de um país. Então, não soube o Governo enfrentar isso, inclusive na questão do mercado internacional.

O que está claro, qualquer que seja a justificativa, se for dolarização ou não dolarização, é que os preços dos combustíveis foram repassados para o consumidor e o consumidor está repassando a renda, o Governo está repassando a renda através de dividendos para os sócios da Petrobras. É isso o que está colocado.

O País fica cada vez mais pobre e os donos da Petrobras, aqueles que têm acesso aos dividendos, estão ficando cada vez mais ricos porque está clara essa transferência através do preço dos combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, vivemos dias muito tristes em nosso Estado de Goiás.

Nós, goianos, ainda nem nos refizemos da perda da cantora instrumentista e compositora Marília Mendonça e tivemos mais uma grande perda, o ex-Ministro, o ex-Governador e ex-Prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado, nos deixou na madrugada dessa terça, 9 de novembro.

Eu, minha família e toda a população do Estado de Goiás, nós recebemos com imensa tristeza essa notícia. Eles deixam um legado político inestimável a toda população goiana e brasileira.

Nos seus 60 anos de vida pública, construiu grandes marcas em obras e serviços que estão registrados na história de Goiás e do Brasil.

Sempre foi um homem público dedicado à boa gestão, à boa prática política e o resultado foi uma folha de serviços inalcançável.

Na vida privada também é exemplo de pai, cônjuge e avô.

Peço a Deus que console os corações de Dona Iris, sua esposa, das filhas, Ana Paula e Adriana, do filho, Cristiano, do genro, Frederico, e de seus netos e de milhões de goianos que choram sua perda.

Iris Rezende sempre foi parte de nossas vidas, mas quem teve o privilégio de conhecê-lo de perto o admirava ainda mais. Disputei com ele a eleição de 2010, no cargo de Governador do Estado, e, depois, o apoiei no segundo turno. Nos aproximamos muito e aprendi com ele, um homem que respirava política 24 horas. Enfrentei Iris nas urnas em 2014 e 2016, e meu respeito e admiração só aumentaram em cada disputa. Sempre vi nele uma inspiração para a política do bem.

Iris Rezende nasceu em Cristianópolis – que por sinal é a mesma cidade em que nasceu Marília Mendonça – em 1933. Mudou-se para Goiânia no final da década de 40, cidade onde realizou os seus estudos. Formou-se em Direito e ingressou na política aos 16 anos de idade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio de grêmios estudantis. Ocupou as funções de Vereador, Deputado Estadual, Prefeito, Senador e Governador. Foi Ministro da Agricultura no Governo de José Sarney, de 1986 a 1990, e da Justiça, no Governo Fernando Henrique Cardoso, de 1997 a 1998.

Lutou pela redemocratização do País, sendo um dos grandes líderes do movimento Diretas Já. Foi sem dúvida o Prefeito mais querido de Goiânia e deixa uma rica e extensa trajetória escrita nos livros de história e nas nossas mentes e corações.

Presto aqui, Sr. Presidente, minhas homenagens a esse grande líder.

Quero aqui só fazer mais uma observação, Sr. Presidente. Iris tinha um respeito por todos, por toda população, inclusive por seus adversários. Eu fui adversário do Iris em três eleições, duas para o Governo do Estado e uma para Prefeito de Goiânia. E o respeito que ele tinha, desde os debates, em todas as discussões, era enorme, não somente por mim, mas por todos os seus ora adversários e aliados em outro tempo.

Então, aqui quero dizer a V. Exa. e a todos aqueles que estão nos assistindo que nós perdemos um grande político, um grande administrador, um grande pai de família e um grande companheiro: Iris Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Vanderlan Cardoso.

Vou colocar em votação o requerimento do voto de pesar pelo passamento do ex-Governador, ex-Ministro, ex-Prefeito Iris Rezende. Cada um de nós constrói a própria história de vida e sem dúvida ele construiu uma belíssima história de vida no plano político, prestando grandes serviços não só ao Estado de Goiás como também à nação brasileira.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, aproveitando o que o Senador Vanderlan estava comentando sobre o Iris, eu quero informar a todos... Eu entrei na política, no MDB, abonado por esse grande líder Iris Rezende Machado. Sempre admirei o Iris. Então, entrei através dele no meu Partido MDB. E sou Senador da República hoje porque fui Deputado por dois mandatos e ele me indicou pelo partido para suplente do Senador Ronaldo Caiado.

O Iris é um homem diferenciado. O Iris lutou contra a ditadura. O Iris Rezende merece o respeito de todos os goianos e de todo o povo brasileiro. O Iris Rezende! Eu acho que o que mais acelerou a morte dele foi quando ele tinha 90% de chance de ganhar a prefeitura, mas as filhas dele – a família – disseram: "Meu pai, não mexa com política, dê uma folga na política, para ter um tempo para o senhor".

Ele ganhava, sem sair de casa, a prefeitura de Goiânia. E ele realmente não quis disputar. Isso aí eu acho que acelerou muito, na vida do Iris, essa morte dele. O Iris viveu política por 60 anos. Foram 60 anos de vida pública. Não teve um desvio, não teve um processo de desvio na vida dele. O Iris foi um homem exemplar. Hoje eu sou Senador da República e quero agradecer ao Iris Rezende Machado por ter me colocado na política. E hoje, Senador da República, com muito orgulho faço parte do Senado Federal, onde há esses grandes debates, como agora, que estamos tratando do petróleo do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, à família do Iris Rezende, muito obrigado a vocês! E ao povo goiano, lamento essa grande perda do nosso líder Iris Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Luiz do Carmo.

Eu o parabenizo por sua manifestação de gratidão e reconhecimento ao trabalho do ex-Governador e ex-Prefeito Iris Rezende.

Eu queria apenas colocar que, como política pública, as campanhas todas de vacinação... O Senador Flávio Bolsonaro se referiu à vacinação contra a covid-19 como uma coisa do Presidente da República. É uma política pública, é uma política de Estado, é uma política de Governo. Desde 1988, quando aprovamos o Sistema Único de Saúde, isso está muito claro na Constituição Federal e nas constituições estaduais. As vacinações, as campanhas de vacinação foram de todos os Presidentes da República com recursos do Estado. Então, a vacinação contra a covid também se deve a uma política pública que está na Constituição e que deve ser seguida por todos os Presidentes da República, qualquer um que esteja ocupando o cargo.

A nossa posição na Comissão Parlamentar de Inquérito foi apenas colocando que se atrasou muito a vacinação no Brasil. A CoronaVac ficou disponível em dezembro de 2020, e a Pfizer em janeiro de 2021. Se tivéssemos feito o procedimento de antecipar a vacinação, consequentemente a imunização – está comprovado que só a vacina reduz as mortes; as viroses só são redutíveis por vacina –, nós teríamos hoje muito menos óbitos do que tivemos. Pessoas que perderam a vida, se estivessem vacinadas, claro, não teriam tido a desventura de falecer por uma virose que pode ser controlada por vacina.

Por isso, esta é uma política pública de todos os Presidentes da República. Não se deve a quem está no cargo a política de efetivar uma obra, uma vacina. Deve-se à instituição Governo, com recursos públicos; não são recursos oriundos da pessoa física que está ocupando o cargo de Presidente da República, de Governador ou de Prefeito. Isso é uma coisa que eu prego muito, até porque eu ocupei todos os cargos no meu Estado e sempre rejeitei autoelogio. Naturalmente, qualquer servidor público, em qualquer instância de Governo, está fazendo uma política pública, e se deve avaliar isso pelos resultados obtidos depois da prática dessa política pública em favor do povo que ele representa.

Antes de encerrarmos, solicito a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada pela maioria dos Senadores e será publicada no Diário do Senado Federal.

Também solicito a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 17ª e 18ª Reuniões, realizadas nos dias 26 e 27 de outubro.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Declaro encerrada a sessão da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Carlos Fávaro, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Cid Gomes, Eliziane Gama e Chico Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Simone Tebet e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, José Aníbal, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Fernando Collor e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 63, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 28,000,000.00 (vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - PROMOJUD”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1472, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

135, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza a destinação de parcela das prestações mensais devidas pelos Estados e pelo Distrito Federal à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a programas estaduais de financiamento imobiliário." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 188, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece alíquota mínima de 0% para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de duas rodas de até 150 cilindradas, nos termos do art. 155, § 6º, incisos I e II." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/16

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de várias matérias que já estão pautadas, inclusive no sistema.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos diversos documentos de cidadãos e de instituições públicas e privadas, incluindo câmaras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais e o Tribunal de Contas da União. Os documentos tratam de diversos temas e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Informo ainda que esta Comissão recebeu do Tribunal de Contas da União documentação de caráter sigiloso, contendo o código de despacho exarado nos autos do Tribunal de Contas 017470/2016-1, com o objetivo de analisar as operações de financiamentos concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar a exportação de serviços de engenharia relacionados à construção de portos e estaleiros em entes públicos estrangeiros. A documentação ficará na Secretaria da Comissão à disposição dos membros desta Comissão para a retirada pessoalmente sob o caráter sigiloso e mediante a assinatura do termo de compromisso.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 63, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 28,000,000.00 (vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - PROMOJUD".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Cid Gomes

Relatório: Não apresentado

O Senador Cid Gomes com...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se V. Exa. desejar, eu posso ser o Relator *ad hoc*, porque essa é uma matéria consensual.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. O Senador Cid Gomes não está presente. De pronto eu já agradeço e passo a V. Exa. a relatoria desse empréstimo, de autoria da Presidência da República.

Senador Fernando Bezerra, com a sua contribuição, para o andamento dos trabalhos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço a leitura desse parecer do Senador Cid Gomes com muita alegria, por se trata de um empréstimo internacional contratado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Estamos no aguardo da documentação do relatório do Senador Cid Gomes, apenas para trazer os dados em relação às condições do empréstimo, prazos, juros e o parecer, evidentemente favorável, da Secretaria do Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A atual situação de endividamento do Estado do Ceará comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 11301 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, de 29 de julho de 2021, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado do Ceará atende os limites de endividamento definidos nas Resoluções nºs 40 e 43.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Ceará, conforme os termos da Lei Estadual nº 17.274, de 4 de setembro de 2020, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Estado. Nos termos dessa lei, é autorizada a formalização de contrato entre o Estado do Ceará e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155.

Dessa forma, dada essa capacidade de pagamento, a suficiência das contragarantias oferecidas e o seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado do Ceará não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos, inclusive no que diz respeito às garantias dela recebidas.

O voto, Sr. Presidente.

O pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução, de que eu me dispenso a leitura, porque já está no sistema e é do conhecimento de todos os Srs. e Sras. Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O relatório lido pelo Senador Fernando Bezerra, e preparado, e encaminhado pelo nobre Senador Cid Gomes está em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Cid Gomes. (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, precisa abrir o microfone, porque não abriu ainda. (*Pausa.*)

Agora, agora, agora...

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de qualquer coisa, agradecer a V. Exa. por ter me designado como Relator dessa importante matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fernando Bezerra já fez a leitura de um relatório que havíamos entregado antecipadamente, em função da importância que essa operação tem para o Estado do Ceará, por ser simbólica. Eu acho que são poucos os Estados brasileiros... E, quando eu me refiro ao Estado, quero me referir precisamente a Executivos de Estados brasileiros que "abrem mão", entre aspas, da sua margem de endividamento para atender outros Poderes. O comum – a gente tem aprovado nesta Casa, com muita frequência – é que Executivos de Estados e Municípios consigam viabilizar financiamentos, no caso aqui, com a aprovação desta Casa, financiamentos internacionais para o próprio Executivo.

Nesse caso específico, o Estado Ceará, o Executivo – que é quem responde pelo Estado... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tivemos um problema com a internet...

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – ... bastante ampliação dos quadros...

Está ruim?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Agora, eu estou ouvindo, estou ouvindo bem!

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Bom, então, o que eu queria deixar claro, Sr. Presidente, é que o Executivo do Estado do Ceará, o Governador Camilo Santana, permite e assume naturalmente a dívida para que o Poder Judiciário do Estado possa implementar um programa de modernização. Serão mais de R$100 milhões aplicados em diversas iniciativas que têm por objetivo modernizar, aperfeiçoar, tornar mais próximo, mais ágil o Poder Judiciário no nosso Estado.

Então, queria destacar essa iniciativa e queria solicitar o apoio e agradecer a V. Exa., mais uma vez, e ao Senador Fernando Bezerra pela leitura do relatório que, com muita honra, preparamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queiram discutir, encerro a discussão.

Em votação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Presidente, é apenas para reiterar a importância desse projeto, desse item para o Estado vizinho ao nosso, o Ceará, para o nosso Governador Camilo Santana, que é do Partido dos Trabalhadores, junto-me aqui ao Senador Cid e ao Senador Fernando, que também relatou aqui, e, se possível, solicito urgência para este item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da resolução do Senado Federal apresentada.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes disso, o Senador Jean Paul Prates apresenta um requerimento para que a matéria possa tramitar em regime de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai tramitar em regime de urgência, podendo ser votada até hoje mesmo no Plenário do Senado Federal.

O item 2 é o projeto do Senador Rogério Carvalho.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 1472, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Jean Paul Prates

Relatório: Não apresentado

O Relator, o Senador Jean Paul Prates, tinha disponibilizado no sistema o seu relatório e, inclusive, me encaminhou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas foi hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hein?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Na realidade, Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever antes da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... apreciação dessa matéria para fazer algumas considerações, mas não queria interromper V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu estou apenas colocando a matéria para apreciação, mas, antes disso, posso conceder a palavra a V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... para que V. Exa. possa apresentar as suas razões. No entanto, eu acho que ele me encaminhou o relatório e ficou disponibilizado no sistema...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... para a apreciação dos Srs. Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só, de fato, ocorreu como V. Exa. está comentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A disponibilização do relatório se deu agora, pela manhã, embora tendo sido encaminhado à Presidência da Comissão no dia de ontem. Os Srs. Senadores tiveram acesso ao relatório um pouco antes desta reunião.

Eu queria fazer uma ponderação. Já fiz a V. Exa. e fiz aqui também antes do início da reunião, para o próprio Relator, o Senador Jean Paul. Entendo que houve uma compreensão. É uma matéria que está dominando todas as atenções do Brasil inteiro, desta Casa em particular, do Senado Federal, do Congresso Nacional, que é como enfrentar a volatilidade dos preços dos combustíveis, notadamente do diesel e da gasolina.

A proposta sugerida, através do projeto do Senador Marcos Rogério, procura instituir um imposto de exportação sobre...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É Rogério Carvalho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa. Rogério Carvalho, corrigindo.

A proposta do Senador Rogério Carvalho procura criar um fundo de estabilização para enfrentar essa volatilidade através da criação de um posto de exportação sobre a produção de petróleo bruto nos contratos em curso pelos investidores, sobretudo na área do *offshore* brasileiro.

Eu, então, peço, digamos assim, a cautela de a gente não avançar na leitura já do relatório do Senador Jean Paul sem antes, Sr. Presidente...

Essa é uma matéria muito importante, muito delicada, tem repercussões do ponto de vista dos investimentos e das concessões, que se avizinham, tendo, inclusive, já uma rodada de concessão marcada para o mês de dezembro. Eu acredito que uma matéria como essa, pela sensibilidade dela, deveria ser precedida da realização de, pelo menos, duas audiências públicas, para que a gente pudesse trazer os que apoiam a sugestão da criação desse fundo de estabilização, inclusive para esgotarmos se o melhor caminho para a criação desse fundo de estabilização é, de fato, adotando um imposto sobre exportação de petróleo bruto, que na visão do Governo não é... Quero lembrar que o nosso sistema tributário não permite a colocação de nenhum imposto sobre exportação. Isso termina tirando competitividade do produto aqui do Brasil. Na realidade, todos os sistemas tributários procuram não onerar o fluxo de exportação. Então, no particular nós estamos nos colocando contra a forma, mas achamos que o fundo de estabilização é um instrumento que pode ser analisado, que pode ser discutido no sentido de que a gente possa dar uma resposta à volatilidade dos preços dos combustíveis.

Por outro lado, Sr. Presidente, essa indústria do petróleo e gás, os que aqui estão no Congresso Nacional desde 2015 como eu estou – cheguei aqui em 2014, como V. Exa. –, nós encontramos uma indústria de petróleo e gás praticamente destruída: os investimentos desapareceram, o Estado do Rio quebrou, os preços do petróleo caíram a níveis nunca vistos, houve muito desemprego, e, depois de muita luta e muito trabalho, se fez todo um novo marco legal para esse setor, e o resultado concreto é que essa indústria hoje é responsável pelos maiores investimentos no setor de indústria do nosso País. A indústria do petróleo e gás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobiliza bilhões de reais de investimento. Ela terminou recuperando o Estado do Rio de Janeiro, que foi à insolvência por diversas vezes.

Portanto, eu acho que, antes de dar qualquer passo, nós precisaríamos ter o cuidado de ouvir as autoridades do Rio de Janeiro, de São Paulo, onde está concentrado o *offshore* brasileiro, ouvir a indústria brasileira do petróleo, ouvir os investidores, ouvir o Ministério de Minas e Energia e também ouvir aqueles que têm uma visão mais positiva sobre a adoção de mecanismos extraordinários para a criação desse fundo de estabilização.

Então, eu queria pedir a compreensão de V. Exa. e do Relator para que a gente, antes de iniciar, digamos assim, a leitura ou a formalização da leitura do relatório do Senador Jean Paul, que tem sido um Parlamentar que tem colaborado no debate aqui desta Casa em muitas outras matérias... Recentemente, o Senador Jean Paul construiu um entendimento com o Governo em relação ao marco de ferrovias, sobretudo no instrumento da autorização que permitiu a retomada de importantes investimentos no setor ferroviário brasileiro, e esse marco de ferrovias foi precedido por um amplo debate, inclusive o próprio Senador Jean Paul se dedicou a isso, por meses a fio, para chegar a um texto que pudesse merecer a aprovação da nossa Casa.

Portanto, eu peço apenas esta compreensão. É uma matéria importante, mas é uma matéria sensível que vai exigir o aprofundamento do debate antes de iniciarmos qualquer processo de deliberação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Presidente Otto, Líder Fernando, obrigado pelas menções.

Eu evidentemente quero aqui fazer duas colocações: uma com relação especificamente ao episódio de lermos ou votarmos hoje e outra mais genérica em relação a essa iniciativa.

Evidentemente que a urgência que nós quisemos dar agora, ao longo dessas últimas duas semanas, vem da preocupação original do autor, Senador Rogério Carvalho, que, já há algum tempo, propôs pelo menos um item que seja possível para trabalharmos em relação a essa questão do preço do combustível.

Eu acho que nós todos aqui – inclusive Governo, mas também nós – talvez tenhamos apostado que isso seria alguma coisa circunstancial e passaria. Como nós estávamos também entretidos com CPI, fim da pandemia, crise energética, várias preocupações que nos assolam, acabamos deixando para que o Governo talvez tomasse essa iniciativa, só que não há essa iniciativa, Presidente Otto.

Problema nosso – e nós conversamos isso essa semana e fim de semana com o autor também, Senador Rogério – é que já se vai para um lado de quase indignação sobre a apatia, a inércia. Esses dias vi matérias já apontando um problema comezinho de como é que iam mudar os *counters* das bombas de gasolina para caber mais um dígito, porque o preço da gasolina chega a R$10. Aí o cara lá tranquilizando o pessoal: "Não, não precisa trocar não, que a gente vai dar um jeito aqui de caber". Olha aqui, quando chegar esse ponto, a gente diz: "Mas onde é que estão as pessoas que podem tomar uma atitude em relação a isso?", porque isso está penalizando a economia brasileira e aí, por mais insensível que alguém seja em relação a quem usa o gás de cozinha como fonte para cocção – esse nem se fala – e às pessoas que precisam de seu automóvel por exemplo para ir trabalhar, mesmo que não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a base da pirâmide social e econômica, você está afetando o frete e a inflação de tudo, dos alimentos, de todo esse processo, basicamente nos entregando, Senador Fernando – e eu peço a sua compreensão para isso –, como país autossuficiente em petróleo. V. Exa. também fez parte de vários governos que lutaram por essa autossuficiência. Eu quero que alguém me explique para que serve a autossuficiência em petróleo, se você tem que ter um combustível com preço internacional, com combustível – não é preço do petróleo, não; combustível – refinado aqui, produzido com petróleo daqui, com pelo menos dois terços de componentes desse custo todo aí em reais, porque há uma boa parte que é externa. Então, expliquem a Getúlio Vargas, a Juscelino Kubitschek, a todos os generais militares, a Sarney, a Itamar, pega aí o Presidente Collor agora; expliquem por que eles e a Petrobras como instrumento lutaram esses anos todos, essas décadas todas para ser autossuficiente, para ficar, a partir de 2017, sujeitos integralmente à oscilação dos preços internacionais de petróleo, inclusive em relação aos combustíveis que consome o frete rodoviário e ferroviário das nossas exportações e da nossa comida de todos os dias.

Isso para não falar de novo, para ser totalmente insensível em relação a quem mais é atingido, que é a família, a dona de casa e o dono de casa que estão utilizando gás de cozinha ou não o estão utilizando e queimando lenha. Enfim, todas essas agruras por que nós estamos passando. Então, essa pressa repentina, que não é absolutamente o que a gente quer que aconteça, decorre dessa indignação com essa apatia. As pessoas nos param na rua e perguntam: "O que vocês estão fazendo lá?". Nas redes sociais, na sua, na minha, na sua, todos perguntam: "E vocês o que estão fazendo lá? O Governo não sabe o que fazer? Façam vocês, proponham alguma coisa!".

Então, a ideia aqui, Senador Fernando, Senador Esperidião, Presidente Otto, foi cutucar o assunto, colocar a coisa para ser discutida. Evidentemente, a gente sabe que as soluções não são apenas no *upstream*, não são apenas na... Pelo contrário, não deveriam nem atingi-lo, porque o concessionário ou o contratante de partilha deveria estar, digamos, imune a esse tipo de interferência agora, mas, infelizmente, não nos resta outra alternativa para bancar não um fundo, porque, como Relator, já alterei, porque criar um fundo poderia conter um vício de iniciativa; criamos um sistema de banda, e quem vai fazer a compensação é o próprio Governo através de uma conta separada. Essa conta separada poderá ser alimentada pelo Imposto de Exportação, mas não apenas ele; estamos dando por este projeto a possibilidade... Inclusive, em relação às alíquotas, ela é móvel. É totalmente uma caixa de ferramentas, mesmo conceito que usei no projeto das ferrovias, para que o ministério, como responsável principal pela política setorial e pela política de preço de combustíveis, exerça essa gestão, colocando nessa conta – não é um fundo; é uma conta – a compensação para o sistema de bandas funcionar.

O que é principal nesse projeto é a instalação de um sistema de bandas para o ajuste. E por que isso? Porque nós não estamos nem ousando... Veja como nós somos uma oposição construtiva, sabedora e reconhecedora do direito que um governo tem de colocar seus princípios ultraneoliberais lá, embora a gente proteste muito. Para ser construtivo em uma hora dessas, se eu propusesse o fim do PPI, não sairia da Comissão. É verdade ou não? Então, vamos propor alguma coisa dentro do conceito do contexto de quer aplicar um PPI: vamos educar esse PPI, pelo menos, em bandas? É isso que nós estamos propondo aqui. Agora, o ideal não é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos que a nossa proposta, sempre como especialista na área de petróleo, lá atrás, sempre como lutador pela nossa autossuficiência em petróleo, justamente com o objetivo de nos desvincular um pouco, não totalmente – não é desgarramento total, como a Venezuela e outros países fazem –, mas pelo menos com um pouco mais de flexibilidade para que nós administremos justamente a competitividade dos nossos produtos, em função de produzir nosso próprio diesel, era abandonar o PPI e trazer uma fórmula, por mais complexa que fosse, mesmo que tivesse 50 parâmetros no numerador e 30 no denominador, que incorporasse os custos brasileiros, as inflações brasileiras, os juros brasileiros mais todos os mesmos componentes internacionais e ponderasse isso de acordo com o que é produzido no Brasil *versus* o que é importado. Essa é a fórmula ideal.

Já que não vamos à ideal, porque ela não teria viabilidade política, vamos aqui tentar educar o PPI, pelo menos "comportamentar" esse PPI nesse período para, mais adiante, fazer a mudança que é ideal, inclusive no que tange ao papel da Petrobras em relação à sociedade brasileira, que mudou completamente. Uma Petrobras que se preocupa só em pagar bilionários dividendos a poucos acionistas em vez de fazer o seu papel de estatal que ajuda o País a manter preços estáveis no Brasil não é mais a Petrobras. Eu não reconheço mais a Petrobras como uma empresa estatal que serve ao povo brasileiro. Não reconheço. Ela serve aos seus acionistas e sequer pode ser comandada pelo acionista controlador, porque, cada vez que o acionista controlador quer dar uma ordem na Petrobras, é interferência. Então, o acionista controlador não só não controla como se deixa trabalhar, se deixa governar pelo chamado mercado. E, nesse caso, é mercado específico, é *stricto sensu*, é mercado financeiro, mercado especulativo; mercado que não compra mais ação da Petrobras para deixar para o seu filho, para o seu neto, como meu pai fazia. Fundador da bolsa de valores do Rio, ele me dizia: "Petrobras, Eletrobras, Vale, Paranapanema são *blue chips* do mercado financeiro brasileiro. Essa você compra e segura, porque essa é uma empresa em que você é sócio do governo, uma empresa que não quebra". É uma empresa que, claro, não vai lhe dar os dividendos nem os retornos de uma *startup* de garagem, de um inventor que torna um aplicativo superfamoso, superconhecido, mas não é isso que se espera de uma empresa como essa. "Essa é uma empresa estável; vai lhe assegurar retorno menor, porém, seguro. Investimento conservador". Essa empresa hoje não está mais atuando dessa forma; ela está atuando ao sabor do "daytradismo" – ao sabor do "daytradismo".

Enfim, eu tinha preparado uma fala aqui, que vou deixar para a ocasião em que nós formos ler, mas quero dizer, Senador Fernando Bezerra, que eu estou integralmente aberto para dialogarmos, compormos uma situação de debates, não sei se numa sessão de debates, numa sessão de audiências. Considero importantíssimo que, já na terça-feira que vem, tendo em vista a nossa pressa... Eu só não queria abrir mão da nossa indignação e da nossa pressa, que eu acho que é sua também.

Nós precisamos, Senador Otto, abrir uma solução. Nós estamos há 120 dias ou 90 dias desse tormento para o brasileiro, e nós não atuamos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exato, o ano inteiro. O ano inteiro com aumento de combustíveis.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Então, se o Governo não atua, me desculpem, mas nós temos que fazer alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ajudar o Governo, como ajudamos no auxílio emergencial – levou quatro meses para se mexer. Então, a gente vai cutucar lá. Vamos cutucar aqui!

E com isso, com os debates, aí sim, acho fundamental, Senador Otto, que os dois ministros venham já na terça que vem aqui tratar desse projeto. Temos uma proposta: Srs. Ministros da Economia e de Minas e Energia. O que os senhores acham? Claro, não precisamos ficar circunscritos à questão do *upstream*, da exploração e produção. O Imposto de Importação é uma das fontes do processo. O fundamental é: sistema de bandas. Como alimentá-lo? "Ah, eu prefiro tirar da participação especial das concessões"; "Ah, eu prefiro tirar lá dos *royalties* 'não sei o quê'". Tudo bem, vamos discutir, mas o sistema de bandas é necessário. Não é possível mais a gente ficar olhando isso parado, e as pessoas nos cobrando! Vamos tomar uma atitude, e tem que ser rápido.

Então, troca aqui... O.k., vamos ler mais à frente, mas vamos debater o quanto antes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria concordar com V. Exa., Senador Jean Paul Prates. Essa política da Petrobras de exportar o óleo cru para o exterior, para refino lá fora, desestimula. Inclusive é o que está acontecendo no Brasil: as refinarias estão com a capacidade diminuída. Nós temos hoje 13 refinarias que poderiam, com a sua capacidade total instalada, refinar 2,3 milhões de barris de petróleo por dia. Estão muito aquém da capacidade, inclusive a refinaria do meu Estado, que funciona hoje com só 50% da sua capacidade instalada. Então, o que que faz a Petrobras? Ganha dinheiro sim, exporta o petróleo, fica na zona de conforto, não reinveste, e deveria reinvestir aqui nas refinarias, aumentar a capacidade de refino, para ter... Já que temos o petróleo, por que não refinar aqui o petróleo? Qual é o país do mundo – o Senador Jean Paul Prates deve saber – que exporta petróleo sem cobrar imposto? Acho que nenhum. Os produtores todos, os grandes produtores cobram imposto na exportação. Então tem que se encontrar uma saída, como o próprio Senador Jean Paul Prates falou a respeito dessa PPI, da empresa de paridade internacional.

E eu pergunto aqui: o funcionário da Petrobras é pago em dólar? É em real. O custeio operacional da máquina Petrobras é pago em dólar? É em real. A energia consumida é paga em real. A água é paga é real. De toda a parte aqui de refino e de extração, 70% são pagos em real. Só 30% são em dólar, importação de equipamentos e tal. Então, tem que se fazer uma paridade dentro do real e do dólar, encontrar um meio-termo nisso aí, porque não dá mais para o Congresso Nacional, sobretudo o Senado Federal, ficar aqui tomando a iniciativa de não proteger o principal interessado nisso, que é quem? O consumidor. Não é o investidor, o grande investidor, como falou o Senador Jean Paul Prates, que tiveram agora, num trimestre, se não me engano, R$31 bilhões de lucro. Eu estou falando que, em três meses, os investidores tiveram R$31 bilhões de lucro. É muito lucro, e quem está pagando isso é o consumidor, que não suporta mais. E isso influencia em todas as atividades do Brasil.

Quantos desempregados estão aí hoje que não podem mais movimentar o seu Uber, que era a forma de sustentar suas famílias? Por quê? Porque aumentou o preço da gasolina de uma forma insuportável. Então, preço de paridade internacional ao dólar, na minha opinião, a Petrobras está completamente equivocada. E está na zona de conforto: vou exportar o óleo, vou ganhar dinheiro, não vou refinar, vou deixar as 13 refinarias que estão hoje no Brasil em atividade funcionando abaixo da sua capacidade instalada, quase todas as...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E ainda botou à venda as refinarias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ainda botou à venda as refinarias.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O cara que assumir vai só dobrar a produção, em um dia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente, ainda botou à venda nas refinarias. A da Bahia, Mataripe, foi vendida e está funcionando com 50% da sua capacidade instalada.

Então eu pergunto: a Petrobras, que é uma estatal criada por Getúlio, que funcionou por muito tempo dando condição ao Brasil de ter um combustível razoável para a aquisição do seu consumidor, hoje funciona atrelada ao dólar. A nossa moeda não é o dólar. Desvalorizou sim. Por que desvalorizou? Desvalorizou porque a política econômica do Governo fez o dólar desvalorizar, como mesmo disse o Ministro da Economia Paulo Guedes, numa declaração muito infeliz: "O que é que tem? Qual o problema que tem o dólar subir?". Tem, sim. Influencia em todos os setores da economia, inclusive na própria cesta básica, porque esse Brasil é movido por caminhão transportando as suas riquezas, sobretudo os produtos da cesta básica.

Portanto, Senador Fernando, não há mais como esperar essa situação. Isso é angustiante, é uma coisa que deixa todo o País numa situação de perguntar... Amanheceu o dia e pergunta: aumentou o preço? Algumas regiões do Brasil estão com a gasolina a R$9.

E digo mais, Senador Fernando Bezerra: o setor do agronegócio está muito impactado por isso. Primeiro, porque o aumento do preço do diesel aumenta também o preparo da terra, o plantio da semente, a colheita do produto... Certo? E isso vai se montando com outros problemas que estão acontecendo agora no agronegócio, que foi quem sustentou o Brasil na pandemia. Não tem como comprar fertilizantes mais. Não tem fertilizante: a procura está muito alta e a oferta está pequena.

O Governo Federal, Senador Fernando Bezerra, desativou a Fafen no meu Estado da Bahia e também no Estado de Sergipe, que produziu ureia, amônios, os fertilizantes todos. O Brasil ainda importa quase 70% de todos os fertilizantes que precisa para a sua produção agrícola; importa 80% dos herbicidas, dos defensivos agrícolas. Pode esse mercado, pode esse setor continuar dependente do exterior porque o Governo não investe aqui no nosso País, com todas as condições que tem, com toda a matéria-prima que tem para produzir os seus fertilizantes, os herbicidas, para refinar o seu petróleo?

Essa não é a política que eu possa dizer que é liberal; é uma política entreguista, uma política que está entregando o ouro, que é o ouro negro, o petróleo, para ser refinado fora e comprar aqui com preço de paridade internacional, lamentavelmente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas tem aqui pela ordem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós estamos...

Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa... É porque o autor do projeto, o Senador Rogério Carvalho, pediu; depois, o Senador Esperidião Amin; depois, eu passo para V. Exa., pode ser?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Otto, só uma observação sobre o que falou do fertilizante. Nós estamos queimando gás do pré-sal e não estamos produzindo fertilizantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente. Agora, Senador Jean Paul Prates, o Governador da Bahia, Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores, que é um grande Governador, reativou a Fafen dando incentivos do Governo do Estado. Vai produzir amônia e ureia a partir de janeiro! Este Governo Federal, que é todo-poderoso, fechou uma fábrica de fertilizantes dizendo que não podia continuar; o Governo do meu Estado reabriu agora a Fafen, dando incentivos fiscais do Estado da Bahia para a produção de fertilizantes.

Então, essa política de dizer, assim, "olha, o que é bom é o que vem de fora, mesmo com o preço que quiser" não dá para funcionar no Brasil, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu peço a sua compreensão, eu vou fazer uma breve intervenção, porque eu estou com uma reunião sobre o tema da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Peço aí a paciência dos Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – ... PEC dos precatórios e os Senadores estão me aguardando.

Eu apenas quero agradecer a V. Exa., quero agradecer ao Senador Jean Paul Prates pela compreensão, no sentido de a gente realizar, quem sabe, duas audiências públicas ainda agora, no mês de novembro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está marcada uma dia 23...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dia 23 com o Presidente. Eu ia me referir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com o Presidente, com o Ministro Guedes...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com o Presidente da Petrobras...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... o Ministro Guedes...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e o Ministro de Minas e Energia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pronto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Do Presidente da Petrobras parece que tem um requerimento seu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É... O Presidente da Petrobras já foi, inclusive, muito cordial e muito disposto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Exato. Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele vem, disse que vem. Eu espero que o Ministro Guedes venha para explicar essa questão do dólar, do preço de paridade internacional, e o Ministro de Minas e Energia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De Minas e Energia. São, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Era uma convocação... Senador Fernando, era uma convocação. V. Exa. queria encaminhar por convite. Então, nós esperamos que... Se fosse convocação, viria de qualquer jeito. O convite eu espero que eles confirmem e que não deixem de vir aqui explicar as razões deles para o povo brasileiro e o Senado Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente Otto, de forma rápida, eu acho que todos nós estamos de acordo que é preciso ter uma iniciativa no sentido de enfrentar a volatilidade dos preços de combustíveis, sobretudo do diesel e da gasolina. A gente pode divergir é sobre a forma como alcançar isso.

Eu quero aqui lembrar que a Petrobras, nos últimos quatro, cinco anos, reduziu uma dívida de mais de US$200 bilhões. Ela passou por um forte programa de desinvestimento, para que a empresa pudesse voltar a se reencontrar com a sua lucratividade, pudesse se reencontrar com fluxo de caixa positivo e voltar a ser uma empresa estratégica, como o é, para o Brasil e para todos nós brasileiros.

Quero também trazer uma informação, que a Petrobras e o Itaúsa são as empresas brasileiras que têm mais acionistas privados no Brasil. Estima-se que o número de brasileiros com ações na Petrobras ultrapasse 800 mil. Então, quando a gente fala sobre a Petrobras ter lucro, quem está tendo lucro é o Governo brasileiro, que é seu acionista controlador, e mais de 800 mil brasileiros que têm ações da Petrobras.

Então, é importante que a gente possa ter sempre uma atenção voltada para a Petrobras, para que possa ser competitiva. Não adianta a gente criar instrumentos que vão engessar a empresa e ocorrer o que está ocorrendo na Venezuela. A Venezuela é quem tem as maiores reservas de petróleo mundo, mas está tirando muito pouco. O Brasil tem possibilidade de chegar a 4 milhões de barris de petróleo por dia. A Petrobras vai produzir dois terços disso. Um terço vai ser dos parceiros que estão vindo para investir na área de *offshore* para poder produzir aqui. Nós precisamos lembrar que o grande debate na COP foi para eliminar o combustível fóssil. Depois da pressão da China e da Índia, colocou-se a expressão "redução gradativa". Esse combustível fóssil precisa sair do nosso subsolo, senão de nada vai adiantar. Nós temos que ter cuidado com o nosso programa de exploração do petróleo para que essa seja uma riqueza que possa chegar a todos os brasileiros.

Portanto, eu quero agradecer a V. Exa.

E quero apenas antecipar a posição do Governo em relação aos demais itens da pauta, porque eu vou estar ausente. O Governo vai apoiar o item 3, que é relatado pelo Senador Otto Alencar, e vai apoiar o item 6, que é relatado pelo Senador Messias de Jesus. Agora, em relação ao item 4 e ao item 5, eu gostaria de poder informar que, infelizmente, a posição do Governo é contrária a essas duas iniciativas. Na realidade, o Governo já deu muita flexibilização ao pagamento da dívida da União, e agora se cria um outro mecanismo de redução do pagamento dessa dívida, para estimular programas de financiamento de construção ou aquisição de imóveis. O Governo acha que uma série de princípios não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo respeitados no texto que foi apresentado, como também em relação ao recolhimento de impostos na forma do Simples para as empresas que realizam atividade de locação de imóveis próprios. Então, deixo aqui apenas a manifestação contrária, porque as matérias... Não sei se as matérias são terminativas – acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. São não terminativas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não são terminativas, irão para o Plenário oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Acho que, sendo não terminativas, poderiam ser apreciadas. Inclusive, V. Exa. poderia até conversar com o Líder do meu Partido, o Senador Nelsinho Trad, que é o autor do Projeto de Lei Complementar 135, de 2019.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, vou ligar para ele, para ver se consigo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Posso retirá-lo de pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se V. Exa. conversa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vou ligar para ele e vou pedir isso a ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. conversa com o Senador Nelsinho Trad para ver isso.

Agora, no meu ponto de vista, Senador Fernando Bezerra, é um projeto meritório, porque é reinvestimento em setor imobiliário, onde hoje a carência no Brasil é muito grande. O Programa Minha Casa, Minha Vida praticamente estancou. Então, isso seria interessante. A ideia é muito boa. Agora é bom que V. Exa. converse com o Senador Nelsinho Trad para ver...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... o termo a que se pode chegar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou tomar essa iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agora eu pergunto ao Senador Jean Paul Prates... Também passo a palavra ao autor do projeto, que está inscrito, o Senador Rogério Carvalho. Quero saber se eles concordam, por exemplo, que se faça a audiência pública no dia 23 e que se vote, na terça seguinte, o projeto do Senador. Se eles concordarem, tudo bem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, vamos votar no esforço concentrado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não posso tomar a decisão sem ouvir... Senador Fernando Bezerra, vou ouvir o Senador Rogério Carvalho.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... durante o esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, para apresentar suas razões a respeito do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Otto.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, todos que acompanham os trabalhos do Senado pela TV Senado.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso Relator, o Senador Jean Paul Prates, que ampliou a ideia, deu mais consistência ao projeto, na forma do substitutivo.

Quero cumprimentar o Senador Otto pela sua clareza, pela premência, pela urgência de a gente debater esse tema.

Quando o Senador Fernando Bezerra coloca que a Petrobras tinha uma dívida de R$200 bilhões e que agora a pagou etc., é preciso a gente recolocar a questão da história, do que houve com o preço do barril de petróleo.

O barril de petróleo chegou a US$35 no final de 2014, e aí houve, sim, um problema para todas as empresas que investiram, e a Petrobras era uma das empresas que mais investiram, investiu, inclusive, na prospecção e no desenvolvimento de tecnologia, o que hoje nos dá a possibilidade de produzir 4 milhões de barris de petróleo por dia com o pré-sal. Então, é importante dizer que esse recurso que a Petrobras investiu foi investido na descoberta da maior ou de uma das maiores províncias petrolíferas do mundo. E, se cai o preço do petróleo, obviamente o balanço da empresa fica comprometido, mas isso é temporário, como a gente sabe que é o preço do petróleo.

Também quero aqui reafirmar o que disse o Senador Otto Alencar. O Governo fechou... No País que é produtor agrícola, o que é muito importante para a sua pauta de exportação, o Governo fechou as três fábricas de fertilizantes, as três fábricas de nitrogenados do País, a da Bahia, a de Sergipe e a do Paraná, sendo que, no Brasil, a fábrica do Paraná era a única que produzia ureia para a produção de ração animal.

Portanto, é uma falta de perspectiva estratégica, considerando a nossa indústria e a nossa atividade produtiva, sem precedentes. Um Governo absolutamente desorientado e orientado, basicamente, por aumentar a lucratividade da Petrobras no sentido de garantir distribuição de dividendos para os acionistas.

É fato que a Petrobras tem esses 800 mil acionistas, mas o grosso das ações privadas está concentrado em poucos acionistas e isso tem gerado uma pressão muito grande, inclusive para definir, como disse o Senador Jean Paul Prates, quem dirige a Petrobras no momento.

Agora, como disse o Senador Otto Alencar – eu vou complementar –, o petroleiro recebe em real, os custos de produção, a maior parte deles, são em real, mas, acima de tudo, o povo brasileiro não recebe em dólar, o povo brasileiro ganha em real, o salário é em real, a rentabilidade do comércio brasileiro funciona em real, as empresas funcionam na nossa moeda. Então, a dolarização da nossa economia e a indexação da nossa economia, que está sendo reintroduzida por uma política de definição de preços de gasolina, diesel e gás de cozinha, é um desserviço ao Brasil.

Nós passamos, do Governo Fernando Henrique para cá, trabalhando, e o Brasil trabalhou, para fazer a desindexação da economia e este Governo reindexa a economia quando faz a paridade do preço internacional do petróleo e dos derivados aqui internamente. Isso impacta na inflação, impacta em algo que o Senador Fernando Bezerra não revelou, na taxa de inflação, ou seja, são 12% de previsão de inflação no acumulado dos 12 meses. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significa que um trabalhador que ganha R$1.100 tem menos R$120 para consumir, isso significa um impacto em toda a economia. Isso significa que a nossa agricultura, que o nosso transporte... Como é que um caminhoneiro que sai para levar uma carga, entre sair com a carga e entregá-la, tem dois aumentos no óleo diesel? Como é que uma dona de casa, um dono de casa, vai conseguir alimentar seus filhos, cuidar da família com um botijão a R$130, como se paga, por exemplo, em Brasília? Como está se pagando aqui na cidade de Aracaju?

Portanto, Presidente, apesar de achar que nós deveríamos ler, eu concordo com o encaminhamento dado pelo Jean Paul no sentido de a gente abrir o debate, mas nós temos que ter uma data para votar esse tema. O Senado da República não pode ficar calado. O Brasil não pode reindexar a economia e estão reindexando, estão dolarizando a economia.

O Presidente Lula acabou com a dívida em dólar em nosso País. Nós tiramos a nossa fragilidade por termos uma economia dolarizada e acabamos com praticamente tudo que indexava a nossa economia. Agora, vem o Governo com essa PPI, essa paridade de preço internacional do petróleo, faz uma reindexação e traz para dentro do País uma inflação que não é real na perspectiva dos custos internos que o nosso País está vivendo, porque não tem aumento de salário, não teve aumento de vários componentes.

O que está aumentando fora poderia, sim, numa equação ponderada...

E não é imposto. Nós estamos propondo um imposto como um fator para equilibrar importação e exportação; o que pode ser exportado; quando há vantagem em exportar e, quando se exporta mais, paga-se um pouco para poder criar um fundo de estabilização.

Portanto, fica aí a nossa indignação com o Governo, que não quer resolver e que não está preocupado com os R$8, com os R$10 que estamos pagando pela gasolina; com os caminhoneiros que o apoiaram, que estão pagando quase R$5 ou mais de R$5 pelo litro de óleo diesel; e com as donas de casa e donos de casa que estão cozinhando com graveto, com madeira porque não podem comprar um botijão de gás.

Sr. Presidente, muito obrigado por ter pautado esse projeto, que eu acho que é da maior relevância para a gente abrir o debate e essa caixa preta do PPI da Petrobras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Rogério Carvalho. Nós teremos audiência pública dia 23, e dia 30 será votado esse projeto aqui na Comissão de Assuntos Econômicos; depois da audiência pública.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu não posso perder a oportunidade de trazer uma modesta contribuição a esse debate. Eu vou extrair aqui do relatório, da data do relatório, porque acho que já foi modificada essa performance. Até o relatório, Senador Jean Paul, houve onze modificações no preço do combustível na bomba – isso se a sua pesquisa está certa, como eu acredito, mas não está atual –, representando uma elevação da gasolina de 73% e do óleo diesel em 65%. O que eu acho mais curioso – para não dizer dramático – é que, durante o ano passado – o senhor lembra, o senhor que é um estudioso do petróleo –, houve um momento em que o barril do petróleo valia nominalmente zero, confere? Porque não havia comprador e não havia onde depositar. Não dá recolocar de onde ele saiu, então o petróleo passou a viajar nesses grandes navios petroleiros porque não tinha comprador. Mas nós não fomos beneficiados por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstância econômica. Ninguém comprou gasolina ou óleo diesel por um preço menor. Então, é um mercado muito perverso.

Permitir essa transmissão direta deste mercado com a bomba ou, melhor dizendo, com o consumidor é uma loucura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Em tempo real.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em tempo real. E não acontece em nenhum país civilizado do mundo! Não acontece na Argentina, não acontece nos Estados Unidos, não acontece na Alemanha. Então, este fundo começou a ser discutido em emergência, na greve dos caminhoneiros de 2018.

O Presidente Michel Temer procurou uma solução conciliada com o teto de gastos. Todos devem se lembrar disso, foi um exercício de coleta pontual de recursos para cobrir, para fazer o *hedge*, esse regime de bandas com garantidor, com fundo garantidor, com fundo equalizador, por um prazo muito curto. Este foi o erro, inclusive, do Congresso. Nós deveríamos ter aproveitado aquela lição junto com o Governo – e aí não interessa se é do Presidente Temer ou do Bolsonaro – para criar esse fundo que outros países têm.

Então, nesse encontro do dia 23 – eu já percebo o que vai acontecer –, todos os grandes beneficiários de *royalties* vão se sentir ameaçados. Tome nota: todos os entes federados que recebem participação expressiva em *royalties* do petróleo no fundo são naturalmente torcedores do aumento do preço, como são os governos estaduais. Independentemente da alíquota – se é o meu Estado, que é a menor alíquota do Brasil, ou se é a Bahia, ou se é o Rio Grande do Norte –, todos são beneficiados por essa elevação. Isso me faz lembrar aquela época da poupança, em que o sujeito, no final do mês com alta inflação, ficava torcendo para a correção da poupança, na frente da televisão: "Tomara que dê um número grande!". O número grande era corrosivo para todos, e quem mais perdia sempre era o que mais precisava.

Então, eu acho que essa reunião do dia 23 é necessária, porque deve haver uma forma – viu, Senador Jean Paul? – de haver outros *fundings*. Eu acho imposto de exportação muito pouco.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – E é insuficiente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E é insuficiente.

Então – viu, Senador? –, nós podemos construir uma forma. Estou falando só do petróleo, combustível; só de combustível derivado de petróleo. Eu acho essa reunião fundamental; vai ser incompleta, mas esse projeto tem que tramitar. Existe um provérbio, até nos grandes transportadores de gado, nas comitivas de gado – não é, o senhor conhece? –: "A mutuca tira boi do mato". É uma mosquinha desse tamanho, e ela faz aquele bicho de 900kg disparar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É, uma pulga faz um leão levantar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente, ou seja, esse projeto é um alerta necessário para esta solução, que significa colocar uma barreira de proteção entre o mercado e o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos outros assuntos que o Senador Otto Alencar aqui levantou, em boa hora, sobre NPK, ou seja, fertilizantes, defensivos e a nossa dependência, queria dizer que nós tivemos duas reuniões muito importantes sobre isso na Comissão de Agricultura, e realmente a vulnerabilidade do Brasil, não bastasse o comodismo de não produzir aquilo que nós temos como matéria-prima, está sendo agravada, Senador Otto Alencar, por políticas internacionais.

Por exemplo, a União Europeia, os Estados Unidos decretam sanções contra a Belarus, que responde por 25% das exportações de fertilizantes para o Brasil, que depende 80%, como o senhor mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, não basta o Irã, que é um grande exportador de Ureia... Então, o nosso comodismo nos levou a essa dependência, e essa dependência flutua, seja pelo coronavírus, que exibiu a nossa dependência industrial, seja por sanções internacionais, especialmente dos Estados Unidos e da Europa, sobre países que apresentam uma distorção, segundo a ótica ocidental.

Então, acho esta reunião importante. Só lhe pediria, Senador Jean Paul, objetivamente, ao senhor que estuda esse assunto: traga informações sobre como outros países, especialmente Estados Unidos e Alemanha, suportaram até aqui. No caso da Alemanha, houve até exaustão das reservas, a ponto de haver uma inflação no preço do combustível de 4,6%, o que, para a Alemanha, é um absurdo, porque ela tem mecanismos de proteção da sociedade contra a inflação, especialmente depois de 1930, quando a Alemanha vivenciou um drama terrível de hiperinflação.

Então, o que eu lhe peço é isto: que o senhor traga um portfólio de alternativas, sem medo de ferir essa questão do *royalty*. Eu acho que é uma questão de solidariedade nacional que nós temos que abordar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem dúvida, Senador Esperidião Amin. Agradeço a contribuição de V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Apenas algumas colocações aqui, para quem nos assiste, aos Senadores que também prestam atenção a este tema. É sobre alguns pontos que foram trazidos aqui, apenas para nós já, a partir deles, elaborarmos a pauta de debates, começando, evidentemente, pelos Ministros, o Presidente da Petrobras, mas a gente trazendo, aduzindo aqui esse processo. Por exemplo, o Senador Esperidião acaba de se referir à Alemanha. Existem dois grandes sistemas em relação a combustíveis no mundo, e nós estamos no meio deles – a gente não está nem em um, nem em outro.

Os países europeus consideram combustíveis fósseis como uma coisa a ser fracionada para o não uso, ou seja, diminuída. Então, eles tributam pesadamente, Senador Otto, os combustíveis. Então, você vai à Alemanha, na Alemanha, por exemplo, é 78% de imposto. Então, mais de dois terços – vamos fazer uma regra geral aqui para botar a França, a Dinamarca, tudo no meio – mais de dois terços de tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hoje eu acho que o jornal *Valor* coloca que a energia fotovoltaica já está próxima de produzir a energia que produz a Itaipu Binacional – fotovoltaica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é: mundo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a capacidade que tem o Brasil de energia fotovoltaica e eólica, se o Governo voltasse as vistas para isso, nós estaríamos menos dependentes dessa situação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, é claro que esses são passos... Há dois tipos de medida de governo: o Governo também do governo a curto prazo e o do governo a longo prazo. É preciso olhar lá na frente e já começar a trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É interessante que – só o interrompendo – o Senador Fernando Bezerra falou que essa questão da Petrobras vem de governos anteriores. Nós estamos com dois anos e meio de Temer e três anos de Bolsonaro, são cinco anos e seis meses.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bem longe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, não há que se queixar de governo anterior, até porque Juscelino Kubitschek fez 50 anos em 5 e realizou todas as metas que ele programou no seu programa de governo. Então, ficar se queixando do passado não é coisa que vá me convencer absolutamente. O Governo está aí é para resolver o que ele tinha que resolver como meta e não resolveu.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá, vou tentar organizar aqui o raciocínio em relação a isso.

No mundo existem dois grandes sistemas. Vamos pegar aqui dois grandes times: o time que pesadamente tributa combustíveis fósseis porque acha que ele tem que ser realmente "fasionado"; e o time que é basicamente os Estados Unidos, onde você não tira uma carteira de identidade, mas você tira uma *driver licence,* ou seja, todo americano depende do carro para ir até a esquina comprar pão. Então, essa é culturalmente uma questão deles, é uma questão específica deles. Lá você tem em termo de 30%, 35%...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Impulsionando o consumo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há 35%, 35% de tributação. Então, o Estado não quer ganhar com uma coisa que ele considera essencial para o cidadão americano, que é o carro. Isso anda mudando, viu? Isso já não é tão visível assim. Os movimentos lá já trabalham em descarbonização e tudo isso, já trabalham nesse processo; talvez o que os salve seja o veículo elétrico, os carros à profusão dos veículos elétricos – mas isso é outra discussão. Na Europa, se a gente pegar só o modelo europeu, a gente vai se deparar com países que tributam à razão de 78%, 80% o combustível. Tanto é que, na época da crise – isso não é de hoje, não – do petróleo, se dizia que os governos europeus eram sócios duas vezes dos xeiques árabes, porque quando subia o preço lá no campo de petróleo na Arábia Saudita ou no Iraque, duas vezes mais ganhava o governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

europeu porque ele tributava dois terços. Então, um terço era produto, dois terços eram imposto.

Portanto, esse é um primeiro dogma que a gente tem que enfrentar aqui, porque até pouco tempo atrás, dentro dessa confusão que foi gerada da inércia de trabalhar essa questão do combustível, chegou-se ao absurdo de haver gente defendendo zerar imposto na gasolina, Senador Otto – que os Governadores zerassem imposto! –, e o Governo Federal fez isso com os impostos, que são pouquinhos, mas fez lá. Isto eu disse na época e isto é um direcionamento péssimo para quem está indo para a COP 26: defende descarbonização e está tirando os tributos todos do imposto da gasolina. Isso é um contrassenso total do ponto de vista ambiental, do ponto de vista... É como se você não desse nenhum valor àquele produto que a natureza colocou ali, que não é renovável.

Então, onde é que o Brasil está? Não está nem num lado nem noutro. Ele está ali no meio desse cadafalso: nem tributa pouco para popularizar o uso e ganhar a competitividade com isso, nem tributa o suficiente para que isso gere uma transição energética em que o Estado possa até subsidiar e ajudar o País a sair desse mecanismo todo da dependência do carbono.

Aí, lá para 2006, aparece o pré-sal, que nos torna ainda mais dependentes dessa subida, porque o Brasil, não é que tenha chegado atrasado, mas, digamos assim, quando o mundo começa a discutir sair do petróleo o Brasil resolve ou consegue ser um grande país produtor de petróleo. Isso é ruim? Não, claro que não, isso é ótimo, mas isso requer, Senador Amin, uma inteligência estratégica ainda maior do que a dos países que lá atrás viraram exportadores, como o México, que era um grande importador e virou de repente um exportador, a Noruega, a Nigéria, a Angola, países que fizeram o seu salto de desenvolvimento de alguma forma, mesmo dentro das limitações de cada um e dentro das possibilidades de outros, e tiveram ganhos com a exportação de petróleo e com a produção de petróleo. Mas eles tiveram décadas aí para trabalhar isso; nós não vamos ter não, nós vamos ter que trabalhar um grande volume de petróleo e de gás, que é o que eu estou dizendo aqui que queima-se hoje. Em vez de fazer fertilizante, importam-se fertilizantes lá de caixa-prego, quando a gente tem gás sobrando a ponto de queimá-lo aqui. E agora vamos fazer termoelétrica com aquela MP da Eletrobras e, num outro *nonsense*, levar gás daqui para o meio do nada para trazer energia de volta para o Sudeste.

A gente às vezes olha a política energética do Governo atual, com todo o respeito absolutamente que eu tenho aos profissionais e ao próprio Ministro, que é um cara bacana, que conversa com a gente e tal, e parece um caos total: parece que cada um chegou lá, pediu o seu quinhão, a sua coisa, fez a sua pressão, convenceu alguém e sai medida totalmente incongruente uma com a outra. Essa do gás não dá nem para detalhar aqui, precisa de uma hora aqui para expor. Mas tudo isso tem uma e somente uma origem, Senador Otto: a necessidade de criar um ambiente privado para navegação da nova Petrobras que esse pessoal imaginou. A nova Petrobras que esse pessoal imaginou é uma Petrobras ultraenxuta, ultralucrativa e superseletiva nas suas áreas de atuação. É como se ela tivesse realmente sido privatizada e alguém dissesse: "Eu, por minha vontade, quero reinvestir apenas nas reservas do pré-sal e nas refinarias do Sudeste. Eu não quero saber de Nordeste", e é o que ela fez. Vendeu todos ou pôs à venda – e eu vou fazer uma observação sobre essa questão de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendido ou não – todos os ativos do Nordeste em exploração e produção, em refino, em transporte – em distribuição, já foi porque a BR foi toda junto. Saiu de toda a Amazônia. Aquela operação de Urucu, que é uma operação premiadíssima, única operação de referência em operações selva do mundo – e nós temos muita selva explorando petróleo ainda, desde Papua-Nova Guiné e Indonésia, passando pela África até o Brasil. A experiência mais bem-sucedida em *showcase* mundial era Urucu da Petrobras. Pois a Petrobras vendeu essa operação, hoje está vendendo. A Refinaria de Manaus vai junto. Então, ela sai do Norte, sai do Nordeste, sai do Sul, Senador Esperidião, porque vende as refinarias, as duas refinarias estão à venda. O Petrosix, lá do Paraná, que é uma é uma patente específica da Petrobras, diferente daquela lá do Canadá, dos *oil sands*, de que as outras empresas foram atrás, está cheio de empresa lá explorando areias betuminosas – nós, na Bacia do Paraná, que é a maior bacia sedimentada terrestre brasileira, totalmente inexplorada ainda por causa da camada de basalto que há lá, 1km de basalto, temos uma tecnologia própria que a Petrobras desenvolveu para a situação da Bacia do Paraná para explorar areias e xisto betuminoso do Paraná –, está à venda com a patente por uma cocada e uma mariola.

Então, esta visão de Petrobras como "Petrosudeste", para dar lucros, como uma máquina de fazer lucro, e para gerar dividendo para acionista, é o objetivo da gestão atual. E, para essa gestão dar certo, você precisa ter preço internacional no mercado interno, Senador Otto, porque a maior parte do mercado, a maior parte dos produtos que a Petrobras vende, a maior parte – eu arrisco dizer mais de 90% da receita dela – é de produtos vendidos no mercado brasileiro. Ora, se o mercado brasileiro pratica preço de venda internacional, ela então estaria passando a mensagem para o mercado que ela está deixando de ganhar quando atuando no Brasil. É a lógica completamente oposta da visão de uma empresa estatal necessária para o Brasil, em cima dela, construir a sua competitividade, porque aí ela precisa trabalhar em bandas, ela precisa ganhar e uma hora perder, na hora que perde, ela compensa lá na frente. "Ah, mas o acionista vai embora!" Mentira, não vai embora. Como ele não ia antes de 2017? Como havia acionista da Petrobras antes? Então, os acionistas da Petrobras passaram a existir só em 2017, com o PPI?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O mercado fica nervoso...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fica nervoso? Que fique nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Psiquiatra para o mercado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nunca ficou nervoso com o aumento absurdo do preço do gás de cozinha, que prejudica as pessoas mais humildes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não fica nervoso, porque ganha com isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não fica nervoso, não entra em transe.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não entra, porque isso é o ganho do mercado. Esse mercado aí não é um mercado *lato sensu*. Mercado *lato sensu* é o mercado da esquina, é o mercado das maçãs, do arroz, do feijão; esse é o mercado brasileiro de qualquer coisa. Esse mercado de que a gente ouve esse povo falar é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mercado *stricto sensu*, é o mercado financeiro, é a ciranda financeira, é botar dinheiro para tirar amanhã, é o nosso novo *overnight*, é o *day trader.* Trocaram a noite pelo dia. Antes era o *overnight* – lembra disso? –; agora é *day trader.*

O *day trader*, amiguinho que está ouvindo em casa, dessas corretoras de aplicativos, usa as notícias. Uma declaração do Ministro Paulo Guedes ou uma declaração dos Ministro de Minas e Energia é usada contra a manada, porque eles sabem antes o que vai acontecer, e você é apenas a manada que vai seguir depois, comprando ou vendendo ação de acordo com a expectativa que o mercado *stricto sensu* tem daquilo.

Então, ficar nervoso faz parte, e a Petrobras fazer o que ela tem que fazer como missão nacional, desde, claro que não seja... Não estamos aqui preconizando interferência direta para fazer coisa que só dá prejuízo, absolutamente não. Mas estatais... Eu disse isto ao Ministro Fábio Faria outro dia, com relação aos Correios: imaginar que os Correios têm de dar dinheiro igual ao Mercado Livre ou à Magalu é uma distorção completa. Uma estatal não existe para, acima de tudo no resto, dar o mesmo lucro que empresas privadas, porque senão não teria sentido ser estatal. Qual é o princípio? Ela existe para atender, dar capilaridade, dar atendimento universal, dar garantia – no caso da Petrobras, até hoje não faltou combustível nem em Xapuri, no Acre, nem na ponta de Roraima –, dar essa segurança, obviamente não ganhar a mesma coisa que as outras, mas ganhar seguramente aquilo ali, e, ao mesmo tempo, dar algum lucro aos seus acionistas sim, sem problema nenhum. Agora, essa não é a primeira função; a primeira função é atender ao País. Se ela atender dando lucro, beleza. Se em algum lugar, em um cantão do País onde ninguém chega com gasolina ou diesel, ela precisar cumprir aquela função e ali deixar de ganhar porque teve de chegar àquele lugar, é a função dela. Senão não tem sentido ser estatal. Vende logo!

Só para fechar, esse é raciocínio que leva a esse PPI. Entendeu, Senador Otto? É o raciocínio de dizer, como a Petrobras tem de ser igual a todas as outras, ela não pode ter uma receita limitada pelo ônus de ter de atender lugares que não dão lucro. É a mesma razão que o Governo alega para vender os Correios correndo. Esses dias me disseram: "Tem que vender os Correios logo porque ano que vem ele já não vai valer nada". Olha que coisa mais embusteira! Olha que embuste, Senador Amin! Dizer que os Correios têm que ser vendidos hoje, às pressas, porque ano que vem já não vale nada, porque ninguém mais entrega carta? Isso é fazer o povo de idiota. É a gente não saber que os Correios já estão se transformando na principal empresa logística de entrega de encomendas e *e-commerce* do Brasil e que é importante que eles estejam em todos os Municípios em que eles estão. A universalização não será atingida com outra empresa privada, porque vai fazer o mesmo que a Petrobras está fazendo: vai vender tudo e vai ficar só com o filé. Então, essa é a ideia.

E – para terminar mesmo –, antes que venha alguém dizer que o PT não tem autoridade para falar de Petrobras, eu quero fazer esta observação de uma vez por todas: não venham com essa história de interditar o Partido dos Trabalhadores para falar sobre Petrobras, porque Lava Jato isso e aquilo, porque quebrou a Petrobras. Nós não temos medo de debater Petrobras nem efeitos, distorções causadas pela Lava Jato, que levaram, sim, todos sabem – e quem está nessas empresas sabe –, à quebra da engenharia nacional, dos estaleiros, das prestadoras de serviços; engenheiros, geólogos, geofísicos, trabalhadores que ficaram sem emprego. O setor encolheu porque a Lava Jato não soube conduzir uma mera investigação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos, de malfeitos quaisquer que sejam dentro da empresa, envolvendo ou não políticos, restringindo aquele objeto de investigação à empresa e à punição de quem fosse responsável; levou isso para o campo político, levou isso para o campo da perseguição e tudo isso que vocês já conhecem, o que depois foi desvendado claramente e hoje está passado a limpo. Então, não estamos interditados, Senador Otto, de fazer isso. E, por isso, está aqui o Senador Rogério propondo uma solução e eu relatando, porque nós não consideramos, absolutamente, que estejamos interditados para voltar a defender a Petrobras que o Brasil precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Eu pediria ao Senador Esperidião Amin que pudesse presidir aqui para que eu possa relatar um projeto não terminativo, do qual sou Relator, inclusive já com o apoio do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu percebi. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Trata-se, portanto, do item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 49, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. Em 5/10/2021 foi concedida vista coletiva da matéria.

O Relator é o prezado amigo, o nosso califa – ouviram, Chico e Messias: califa? –, Senador Otto Alencar, a quem concedo a palavra com muita honra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Esse projeto do Efraim Filho foi, inclusive, aqui lido. Foi pedida vista coletiva, e ele volta agora.

Perguntaria a V. Exa. se me permite que eu possa ir à análise do projeto, já que é um projeto conhecido por todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE possui competência para opinar sobre projetos dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, concordo com a preocupação do PLC nº 49, de 2018, de assegurar parte dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para as atividades de segurança viária. Essa medida dará cumprimento efetivo ao objetivo constitucional insculpido no art. 144.

Apesar de os agentes de trânsito não figurarem no rol dos órgãos de segurança pública, relacionados no art. 144 da Constituição, o §10 do mesmo artigo trata da segurança viária e dos agentes de trânsito, como atores centrais da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas. Direcionar recursos desse fundo para essa atividade parece-me correto.

Infelizmente, o Brasil, de acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde, ocupa o quinto lugar na lista dos países recordistas em mortes no trânsito. Estamos atrás apenas da Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Em 2016, houve 5.773 óbitos no trânsito das capitais e 37.345 no País inteiro. Do total de óbitos, cerca de 1,3 mil correspondem a crianças na faixa etária de 10 a 14 anos, portanto, é uma coisa muito grave.

A bem da verdade, esses números indicam uma redução do número de mortes na comparação com 2010, quando 7.952 e 40.610 óbitos foram registrados nas capitais e em todo o Território nacional, na devida ordem. Ainda assim, o Brasil está distante da meta estipulada pela Organização das Nações Unidas de redução de 50% no número de vítimas fatais em dez anos, a contar de 2011.

Nesse sentido, a destinação de nova fonte de recursos aos órgãos dos entes subnacionais que cuidam da segurança viária, para a aquisição de equipamentos e a qualificação dos agentes de trânsito, é oportuna para a redução posterior de gastos na área da saúde com o tratamento de vítimas de acidentes de trânsito.

Hoje, Sr. Presidente... Eu, que sou da área de ortopedia, tenho muitos ex-alunos, e inclusive meu próprio filho, que trabalha em hospital de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E muito citado pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente, muito obrigado. Hoje, quase 40% de todos os internamentos com trauma são causados por acidente de motocicleta, sobretudo, por incrível que pareça, nas áreas rurais, no interior do Brasil, porque não têm o trânsito regulamentado, não têm um agente de trânsito...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pouca habilitação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E pouca habilitação. E esses usuários acham que estão sozinhos na pista. Encontram com um obstáculo, com um animal ou com outro veículo, mesmo outra moto, e causam, assim, os acidentes. Portanto, é importante que se possa investir nisso para diminuir esses acidentes, preservar a vida e também, como nós citamos, reduzir os internamentos, hoje com um custo muito alto.

Como a Lei nº 10.201, de 2001, que o PLC pretende alterar, foi revogada pela Lei nº 13.756, de 2018, é necessário promover adequações no PLC nº 49, de 2018. Elas dizem respeito à incorporação de algumas inovações da matéria proposta na Lei nº 13.756, de 2018.

Em primeiro lugar, alteramos a ementa do PLC, para que as inovações sejam promovidas na lei em vigor. Em segundo lugar, há a incorporação do conteúdo do inciso I do *caput* do art. 4º da Lei nº 10.201, na forma da redação dada pelo PLC nos incisos I, II e VI do art. 5º da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 13.756. Em terceiro lugar, o conteúdo do inciso IV do §3º do art. 4º da Lei nº 10.201, com a redação dada pelo PLC, é acrescido como inciso III ao art. 9º da Lei nº 13.756.

Ademais, não é conveniente aproveitar as outras disposições da proposição pelas seguintes razões:

- 1ª razão: os incisos I e IV do art. 5º da Lei nº 13.756 já incluem o conteúdo do inciso III do caput do art. 4º da Lei nº 10.201, pretendido pelo PLC, relativo à estruturação dos órgãos de perícia técnica e científica; e

- 2ª razão: não mais existe na Lei nº 13.756 a concessão de prioridade quanto ao recebimento de recursos para os entes que se comprometerem com certos resultados na área da segurança pública, pois o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem competência para estabelecer periodicamente os critérios dos repasses aos Estados e ao Distrito Federal a título de transferência obrigatória, bem como as regras para os repasses por meio de convênios ou contratos de repasse aos entes subnacionais.

Voto, Sr. Presidente.

Diante disso, é pela aprovação do PLC nº 49, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva de redação...

O projeto de lei e as alterações que foram feitas são do conhecimento dos Srs. Senadores e Senadoras, portanto, peço a V. Exa. a dispensa da leitura, já que, inclusive, é de total conhecimento. O nosso voto é pela aprovação, com as alterações que estão aqui contidas no nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já tendo sido lido o relatório e já tendo sido concedida vista coletiva, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1, substitutivo. A matéria vai à CCJ.

O próximo item da pauta é o item 6, uma vez que foram retirados o 4 e o 5 – o Relator, Senador Jorginho Mello, não se encontra presente. Então, antes de passar de devolver a Presidência ao Senador Otto Alencar, eu anuncio o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 3, DE 2019
- Não terminativo -

Estabelece alíquota mínima de 0% para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de duas rodas de até 150 cilindradas, nos termos do art. 155, § 6º, incisos I e II.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto.

Devolvo a Presidência ao nobre Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin, amigo querido, Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de pedir vênia a V. Exas. para, Sr. Presidente, ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – A competência da CAE para analisar a proposição que trata de tributo e matéria econômica advém dos incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta encontra fundamento na Constituição Federal, nos incisos I e II do §6º do art. 155, incluídos pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. O inciso primeiro dá legitimidade ao Senado Federal para a fixação de alíquotas mínimas do IPVA. O segundo permite o estabelecimento de alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo.

Quanto ao mérito, estamos de acordo com os fundamentos destacados pelo autor do projeto, Senador Chico Rodrigues. Vale ressaltar que, na Constituição Federal, o IPVA encontra-se no âmbito da competência estadual. Cada um dos entes federativos tem a sua própria legislação sobre o imposto, sem que exista lei complementar que defina as regras gerais a que o legislador estadual deverá se submeter. O Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) não contém disposições específicas sobre o tributo, porque sua edição precedeu à criação do imposto. Tampouco foi aprovada lei complementar nos moldes do prescrito pelo art. 146, III, da Constituição Federal de 1988.

Como consequência dessa liberdade, podem ocorrer diferenças quanto às alíquotas e bases de cálculo do imposto a ser cobrado nos diferentes entes federativos, resultando em uma carga tributária diferente, o que cria condições para o estabelecimento de concorrência entre os Estados.

Com isso, a carga tributária menos onerosa em um determinado ente atrai artificialmente contribuintes para nele registrarem seus veículos, aumentando a sua arrecadação em detrimento dos outros, fenômeno conhecido por “guerra fiscal”. A prática de reduzir alíquotas para captar o registro de automóveis que transitam majoritariamente em outros Estados passou a ser uma preocupação, sobretudo em relação às locadoras de veículos, por uma questão de escala.

Além de reduzir a média de arrecadação do IPVA em termos nacionais, ela priva de recursos os Estados que naturalmente seriam os sujeitos ativos do tributo e os Municípios que participariam da partilha dos recursos gerados.

A fixação, pelo Senado Federal (considerada a Casa da Federação), de alíquota mínima para o IPVA, inserida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, visa, justamente, a prevenir e a inibir possível “guerra fiscal” entre os Estados. No caso específico, ainda que a existência da resolução não substitua a lei de cada Estado no estabelecimento de alíquotas e que a sua fixação em zero para as motocicletas de até 150 cilindradas funcione apenas como piso para a incidência, não sendo obrigatória para os entes subnacionais, entendemos que a sua fixação pelo Senado Federal estimula a sua unificação e adoção pelos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, em especial no cenário municipal, sabemos que há grande dificuldade de locomoção em áreas rurais e com dificuldades econômicas. Nessas regiões a motocicleta é veículo de fundamental importância para locomoção da população, inclusive para movimentação da economia.

Desta forma, o PL alcança os fins sociais almejados pela Constituição Federal, além de propiciar melhoria dos serviços essenciais à população brasileira, *verbi gratia*, acompanhamento e serviços de saúde nesses locais.

Quanto à responsabilidade fiscal, nenhum óbice à regular tramitação da matéria, visto que a medida, em si, por ser autorizativa, não dá causa à renúncia de receitas.

No que tange a cláusula de vigência constante do PL, entendemos necessária a apresentação de emenda desta relatoria para fins de adequação do período de *vacatio legis* com as disposições do art. 150, §1º, da Constituição Federal prevendo que as disposições legais possam ser implementadas no exercício financeiro subsequente ao da publicação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 3, de 2019, de autoria do Senador Chico Rodrigues, com emenda apresentada por esta relatoria.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues para discutir a matéria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, mesmo não sendo membro titular ou suplente desta Comissão, a CAE, eu gostaria de pedir a V. Exa. para me manifestar como autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, V. Exa. pode se manifestar, sem problema.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que esse projeto foi estudado com extremo detalhe, com precisão, ouvindo pessoas do segmento, o pessoal da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, o pessoal do Estado e da área federal, e o que nós percebemos exatamente, Sr. Presidente, é que praticamente as classes mais beneficiadas por esse projeto são as classes C, D e E, que detêm praticamente 80% dessas motos que são adquiridas para o serviço, para auxiliar na sua renda familiar especificamente. Aí nós vamos nos referir aos motoboys, aos que conduzem esses veículos como instrumento exclusivo de trabalho.

É um verdadeiro veículo popular, porque, obviamente, facilita o deslocamento. Nós vemos hoje, pelo número de motos fabricadas no Brasil... Neste ano, por exemplo, deve-se chegar a 1,2 milhão de motos fabricadas, ou seja, aquela demanda reprimida com a pandemia se acentuou agora, obviamente, pela necessidade do brasileiro, do cidadão que tem menores posses e que tem a necessidade de se deslocar com mobilidade para o seu trabalho. Que ele possa realmente ter esse benefício!

Entendo que não é uma decisão do Congresso. Essa cobrança deste imposto, o IPVA, sobre as motos fica a critério dos Estados. No entanto, entendemos que uma moto que custa em torno de R$10 mil a R$15 mil, nessa faixa de até 150 cilindradas, tem uma redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente R$400 no IPVA. E, praticamente, 85% dessas motos adquiridas são financiadas. Portanto, R$400, em média, já é um dispêndio extremamente representativo para aqueles que têm, exclusivamente para uso do seu trabalho, a aquisição desse bem.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Mecias de Jesus pela compreensão, pela relatoria claríssima, dada a importância e alcance social de que se reveste esse projeto e, tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Plenário do Senado Federal haverá de compreender a dimensão que nós vivemos em termos de dificuldades para a população brasileira e esse instrumento, como sendo um instrumento de fácil deslocamento e fácil aquisição, porque não dizer também em função do preço, possa realmente ser aprovado pelo conjunto dos Srs. e Sras. Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório apresentado pelo nobre Senador Mecias de Jesus.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Não há nenhum outro...

Como não há nenhum outro...

Na próxima terça-feira, às 9h, será realizada audiência pública destinada para que sejam prestadas informações sobre os excessivos aumentos dos combustíveis, em atendimento a requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 57. Seria um requerimento de convocação, mas, por solicitação do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, aceitamos que fosse formulado um convite para o Presidente da Petrobras, que já se manifestou como presença garantida aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Foram convidados também o Ministro da Economia, Ministro Paulo Guedes, e o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Então, esperamos na próxima terça-feira, dia 23/11, essa audiência pública para debater um tema que é muito caro para todo o povo brasileiro, a questão dos aumentos excessivos, em nossa opinião, e sucessivos dos combustíveis no Brasil, inviabilizando praticamente todo o setor e comprometendo a economia do Brasil, sobretudo os produtos de consumo do povo brasileiro no seu dia a dia, inclusive cestas básicas.

Portanto, não havendo nenhuma outra matéria a ser apreciada, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Roberto Rocha, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Simone Tebet e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, José Aníbal, Lasier Martins, Marcos Rogério, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2021 - CAE, de autoria Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Finalidade:** Para que se prestem informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis. **Participantes:** Sr. Marcelo Guaranys, Secretário Executivo (representante de: Ministério da Economia); Sr. Rafael Bastos da Silva, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. (representante de: Ministério de Minas e Energia); e Sr. Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Giordano, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Cid Gomes, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, José Aníbal, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLP 123/2021, de autoria Câmara dos Deputados, e REQ 51/2021 - CAE, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Instrução do PLP 123/2021. **Participantes:** Sra. Pricilla Santana, Subsecretária Especial do Tesouro e Orçamento (representante de: Esteves Colnago - Secretário Especial do Tesouro e Orçamento); Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente; Sr. Josué Alfredo Pellegrini, Consultor Legislativo do Senado Federal; e Sra. Cristiane Shimidt, Secretária de Fazenda do Estado de Goiás (representante de: Representante do COMSEFAZ). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/24

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2021.

Esta audiência atende ao Requerimento nº 51, de 2021, aprovado por esta Comissão em 19 de outubro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, o que abre a possibilidade de participação popular. Perguntas e comentários podem ser enviados pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou registradas pelo telefone 0800-0612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por até dez minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição.

Os Parlamentares aqui presentes podem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. A inscrição dos Parlamentares que estiverem participando remotamente deve ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" do aplicativo. Os interpelantes irão dispor de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu convido o nosso Senador Zequinha Marinho, paraense, quase da gema, porque ele é goiano – viram, Secretaria Cristiane e Felipe? –, para assumir esta Presidência como autor do requerimento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado.

Bom dia a todos!

Quero agradecer a presença de cada um aqui e daqueles que nos acompanham remotamente. Agradeço à Presidência desta Comissão, na pessoa do Senador Vanderlan, agradeço pela oportunidade de realizarmos esta reunião em que a gente vai procurar debater um tema de extrema relevância para o País, que é exatamente o Projeto de Lei nº 123, de 2021, que permite, do meu ponto de vista, de uma forma um tanto complicada, a expansão das despesas dos Estados, retirando do cômputo geral os repasses da União que nós entendemos, de repente, trazer, em vez de benefício, mais problemas no futuro.

É importante aqui observar que, em que pese a reconhecida dificuldade dos Estados de se ajustarem, é necessário o comprometimento político com a responsabilidade fiscal. A União, tradicionalmente, socorre Estados e Municípios financeiramente. No ano passado, ano de 2020, todo mundo viu isso de forma muito contundente, quando o Governo Federal, em plena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade da pandemia, encaminhou recursos não só para a saúde, mas também para promover obras de desenvolvimento, e assim por diante.

Aumento de gasto por parte dos Estados, consequentemente, reduz a capacidade de pagamento das dívidas e acabará, por certo, em refletir em aumento da dívida da União. O mercado, muitas vezes, também se antecipa e passa a exigir taxa de juros mais altas ou buscar alternativas com referência ao dólar e outros ativos reais, inflacionando seus valores.

O projeto proporciona para o Brasil forte endividamento público, implicando aumento da taxa de juros, de tributação e/ou inflação no futuro, deprimindo a capacidade de investimentos e taxas de crescimento medíocres.

Destaca-se que todas as transferências da União, voluntárias ou não, vinculadas ou não, devem passar pelo orçamento e essas transferências representam um elevado percentual das despesas primárias.

Convidamos para expor sobre esse tema vários profissionais da área, e eu quero aqui registrar: Pricilla Santana, Felipe Salto, Josué Alfredo Pellegrini e a Dra. Cristiane Schmidt, que é a atual Secretária de Fazenda do Estado de Goiás, nosso vizinho, representante aqui do Comsefaz.

Eu gostaria de solicitar à Cristiane que tome lugar...

Fique aí mesmo, Cristiane. Ele já colocou uma plaquinha. Concedo-lhe a palavra para fazer a sua exposição. Muito obrigado pela presença.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui, Senador Zequinha Marinho, que é goiano então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu sempre brinco, Secretária, que já fui goiano. Quando eu saí do Goiás, o que era da Região Norte virou Estado do Tocantins depois, não é?

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Se eu voltar lá, não é mais Goiás – e eu não eu não nasci no Tocantins, portanto, uma situação difícil –, mas sou goiano de qualquer forma.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Também gostaria de cumprimentar aqui o meu Senador Vanderlan Cardoso, que tem realmente ajudado muito não só o Estado de Goiás, mas todos os Estados, um Senador, realmente, muito republicano, que eu tenho tido a oportunidade de conhecer cada vez mais, e só me orgulha tê-lo como Senador do Estado de Goiás, um verdadeiro parceiro.

Então, Senador Zequinha, essa introdução sua foi muito pertinente, muito oportuna, porque, de fato, sem responsabilidade fiscal a gente jamais vai ter uma responsabilidade social e também a responsabilidade com o servidor público. Quando nós pegamos o Estado de Goiás, nós tínhamos uma Ploa de 2019 com um déficit de R$6 bilhões, e no nosso caixa tínhamos apenas R$11 milhões. Viemos melhorando ao longo do tempo, com um déficit de -4, -3,5, e tenho agora a satisfação de comunicar que o Ploa de 2022 está devidamente equilibrada e computando, ainda, várias coisas ali, vários aumentos, já todos eles dentro da LOA e do teto de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O teto de gastos é fundamental para que a gente possa ter uma responsabilidade fiscal. Então, aqui não se trata de se falar que não devemos ter um teto, mas devemos entender o que é esse teto, especialmente para os Estados, que não podem nem emitir moeda e nem emitir títulos públicos. No nosso caso em particular, é um pouco diferente da lógica do teto da União, que também, Felipe, que é o meu colega – aqui também gostaria de cumprimentá-lo; desculpe, porque não o cumprimentei –, é diferente do teto dos Estados.

Dito isso, Senador, a que se refere o PLP 123? Para falar sobre o PLP 123, eu vou voltar um pouquinho só, porque ele vai modificar duas leis complementares: a Lei Complementar 156 e a Lei Complementar 159. Então, eu vou voltar um pouquinho no tempo para falar um pouquinho da Lei Complementar 156 e depois, então, eu vou falar do PLP 123, que é o assunto para que estamos aqui, no dia de hoje.

Quanto à Lei Complementar 156, lá em 2017, os Estados fizeram um acordo com a União, um refinanciamento da dívida. E ali, naquela ocasião, se colocou um teto para 2018, teto esse que mais de 18 Estados não conseguiram cumprir. Então, o que a gente conversou com a União? Desde aquela ocasião, com a Secretaria do Tesouro Nacional – e a minha colega Priscila Santana também fez parte desse extenso debate –, que nós iríamos ter uma multa, uma multa alta, expressiva. Então, no Estado de Goiás, por exemplo, era uma multa que representava 5% da sua RCL, mais de R$1 bilhão. Isso, para a gente, era muita coisa, assim como era para todos os Estados que haviam rompido esse teto de gastos.

Então, nós fizemos um acordo com a União, da seguinte forma: "Olha, vamos colocar um novo teto [e a LC 178 criou essa possibilidade], vocês não vão pagar a multa, mas vocês terão que cumprir o teto". Havia algumas opções. No caso de Goiás, por exemplo, nós optamos por, durante três anos consecutivos, ter o teto de gastos. Então, eu estou sob a égide do teto de gastos da LC 156, que foi modificada pela LC 178, do ano passado, e eu tenho que cumprir o teto de gastos este ano, ano que vem e no próximo ano, independentemente de eu ter um teto de gastos estadual – o que, aliás, temos, porque somos responsáveis fiscalmente. Então, assim, temos um teto de gastos por dez anos, no Estado de Goiás.

Mas, então, o que acontece? Dentro desse teto de gastos... Reparem: Estados não podem nem emitir moeda nem emitir dívida. Responsabilidade fiscal quer dizer o quê? Eu tenho minha receita e tenho que ter minhas despesas condizentes com essas minhas receitas. Quando a gente está falando de transferências federais, acaba sendo um desserviço eu tê-las dentro do meu teto. Por quê? Vamos supor que haja aqui Deputados e Senadores que consigam emendas parlamentares, tanto impositivas quanto voluntárias, para os Estados, para os seus Estados, e que eu diga: "Não, não pode, não quero emenda nenhuma. Você não pode fazer nada aqui no Estado, porque eu tenho que colocar isso dentro do teto de gastos". Isso não é do meu orçamento. Esse é um dinheiro, uma transferência que está vindo da União.

Então, a que veio o PLP 123? Ele veio apenas para alterar duas coisas das exceções do teto de gastos. Uma delas é: em vez de haver somente emendas impositivas individuais – seria o art. 166-A da Constituição Federal –, a gente está englobando um conjunto maior, que são emendas parlamentares. Isso nada tem a ver com violação de responsabilidade fiscal estadual. Não é porque o Senador vai conseguir emendas para o meu Estado que isso vai me fazer ser menos responsável fiscal. Não vai! Ele vai ajudar a termos mais investimentos, a que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios possam ter acesso a coisas que são essenciais em saúde, na área de segurança pública, na área de educação.

Outro ponto seriam as transferências da União com aplicações vinculadas, como, por exemplo, a Lei Pelé, a Lei Aldir Blanc. Então, haver uma transferência federal do Ministério da Cultura para o Estado de Goiás, para o Estado de Pernambuco, para o Estado do Rio de Janeiro ou para qualquer Estado que seja não vai fazer o Estado ser mais ou menos responsável fiscal, porque é uma emenda federal, é uma transferência federal.

Então, são esses dois quesitos de que o PLP 123 está tratando. Ele está colocando uma exclusão dentro do teto, mas não é uma exclusão para nós sermos mais irresponsáveis, de jeito nenhum! Nenhum dos Secretários de Fazenda hoje, no Brasil, quer isso. A gente preza a responsabilidade fiscal sim! Agora, quando vêm transferências voluntárias ou fundo a fundo, por exemplo, ou emendas parlamentares não só impositivas, por que não tê-las como exclusão do teto?

E, mais ainda, só para complementar minha fala – aqui termino –, isso tudo foi construído com a Pricilla Santana, com o grupo do Tesouro Nacional. A Pricilla pode colocar isso aqui. Isso tudo foi construído com eles, justamente porque a gente não quer ferir, de jeito nenhum, premissas que o Ministério da Economia, porventura, venha a ter. Então, tudo foi uma construção; foi uma construção conjunta dos Estados com a União, justamente para a gente poder ter e garantir a responsabilidade fiscal, sim, mas para a gente poder receber qualquer coisa que a União entenda que os Estados mereçam receber, mas que não entra na minha receita, que, então, não entra no meu dispositivo de receitas com despesas, porque eu tenho que me preocupar, o tempo inteiro, se eu estou no equilíbrio, e o equilíbrio não abrange só a parte de gastos, mas receitas e gastos. Então, por aqui fico, Presidente Zequinha Marinho, Senador Vanderlan, e fico aqui à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem. Nós agradecemos à Dra. Cristiane pela exposição.

Já convidamos aqui o Dr. Felipe Salto, que é Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente, para que possa também trazer seu ponto de vista na exposição, que começa a partir de agora.

O SR. FELIPE SALTO (Para expor.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Zequinha Marinho, o Senador Vanderlan e, na pessoa deles também, esta egrégia Comissão; a Secretária Cristiane Schmidt e os demais membros aqui que estão também em modo virtual, meu ex-colega de IFI Josué Pellegrini; Pricilla Santana, que faz um trabalho importantíssimo lá no Tesouro Nacional, na área de governos e entes subnacionais.

Quero também dizer que esse tema é fundamental, porque nós estamos vivendo uma crise fiscal neste momento. Não é uma crise fiscal trivial. Ela é muito diferente daquela pela qual o País já passou, por exemplo nos anos 80, em que havia um componente externo muito importante. A nossa dívida pública dependia de financiamento externo, dependia de volumes e de recursos importantes vindos de fora. Hoje, o problema é eminentemente doméstico. Nós estamos com uma proposta de emenda à Constituição, que é a chamada PEC dos precatórios, que tem causado uma pequena revolução nos indicadores de mercado, com as taxas de juros previstas para o ano que vem já em 12%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outro lado, há uma certa exaltação de resultados fiscais que derivaram de inflação alta. Nós estamos com uma inflação, pelo INPC, de 11,08%, acumulada em 12 meses; e pelo IPCA de 10,67%. Essa inflação, como nós conhecemos da própria história do nosso País, colabora para o ajuste fiscal porque aumenta a receita e infla o PIB nominal, o Produto Interno Bruto, simplesmente pelo efeito preço, derrubando assim a dívida PIB e dando uma impressão de que as coisas estão melhorando, quando, na verdade, essa melhora aparente da situação fiscal já começa a ser revertida pelo lado financeiro: a taxa de juros aumentando; a dívida bruta do Governo geral, de agosto para setembro, já aumentou de 82,7% para 83% do PIB; o pagamento de juros do setor público consolidado já está em R$55 bilhões – um crescimento de 36% em relação ao mesmo mês do ano passado. E, por outro lado, os Estados, os governos subnacionais, incluindo também os Municípios, apresentam nos resultados divulgados pelo Banco Central, chamado abaixo da linha, um superávit bastante expressivo, que também tem um componente importante da inflação dos preços das *commodities* e da taxa de câmbio, ajudando nesse resultado positivo.

É falsa a avaliação de que isso teria simplesmente resolvido a situação fiscal dos Estados. Passada essa maré alta de inflação, nós vamos ver que os mesmos problemas estruturais – e são dois, basicamente, previdência e pessoal – continuam presentes.

Essa ampliação das transferências no ano passado, que foi necessária, e o aumento das receitas ensejam discussão sobre reajustes salariais, sobre aumento de gastos com o custeio e gastos de toda natureza.

O teto de gastos é como uma espécie de contrapartida no regime de recuperação fiscal. Ainda com o Ministro Henrique Meirelles e, depois, nas outras renegociações – a mais recente é de 2021 –, a ideia era que o teto fosse uma espécie de contrapartida. Só que o teto estadual, assim como o teto para a União, tem um pecado original: ele é uma espécie de placa de trânsito, um limite de velocidade máxima, que não necessariamente faz com que quem está dirigindo o carro tire o pé do acelerador a ponto de respeitar aquela velocidade máxima. Isto é, ele depende da aprovação de reformas, de ajuste fiscal, de uma série de medidas, o que o Estado de Goiás, por exemplo, sob a liderança, no caso da Fazenda, da Cristiane, vem fazendo, assim como outros Estados – Alagoas também é outro exemplo de boa gestão fiscal; Rio Grande do Sul, que historicamente tem problemas de endividamento e de desajuste, também tem conseguido aprovar algumas coisas interessantes –, mas, em geral, nós temos um quadro em que você tem a necessidade de se cumprir esse teto, assim como a União o tem, mas com uma diferença, como a própria Cristiane já falou: a União pode emitir moeda e pode emitir dívida; os Estados não podem fazer isso, têm uma limitação muito maior.

A grande preocupação que eu vejo, do ponto de vista da Instituição Fiscal Independente, ao ler o PLP 123, é que nós podemos ter um risco de começar a retirar coisas do teto e, de repente, o teto perder a sua função precípua, que era justamente motivar o controle das despesas, o ajuste fiscal. Veja, o volume de gastos dos Estados é da ordem de R$800 bilhões a R$900 bilhões. Desse volume, pegando aí o total dos Estados – há Estados que dependem muito mais de transferências, não é? –, são gastos com transferências algo como R$300 bilhões. É claro que, como a Cristiane explicou, há aí uma limitação, não são todas as transferências que estão sendo liberadas, mas o que me preocupa – eu coloco isso para nós discutirmos, a título de debate, e os outros expositores também vão falar certamente a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito – é que se pode abrir a caixa de Pandora. Quer dizer, se o teto é uma boa medida, é preciso preservá-lo. O projeto não necessariamente significaria acabar com o teto ou coisa do tipo, mas ele abre uma brecha importante, num momento em que nós estamos também à véspera de um ano eleitoral.

E há Estados e Estados. Há gestões e gestões. Há Estados muito mais responsáveis do que outros. Há Estados que ouvem muito mais o canto das sereias, quando chega perto de um ano eleitoral, do que outros. Isso é natural da política, não é? A literatura de ciclos políticos e de como os ciclos políticos afetam o gasto público, a política fiscal é bastante vasta. Então, qual é o papel das regras fiscais? É amarrar as mãos de Ulisses ao mastro do navio, para que ele não se encante pelo canto das sereias e morra afogado. Só que a regra não basta; é preciso ter o *commitment*, o compromisso político com a regra.

Então, é claro que é muito diferente a situação da União da situação dos Estados e dos Municípios, mas, do ponto de vista da Instituição Fiscal Independente, uma função importante que nós temos é o zelo pelas regras fiscais. Ah, então não pode haver mudança? Não pode haver aprimoramento de regra? Pode, sim, quer dizer, muitas vezes não existe uma regra perfeita, então ela pode ser aprimorada, como a gente já fez com o próprio teto de gastos, agora, com a Emenda 109, a chamada PEC emergencial, que introduziu elementos novos no teto. A PEC dos precatórios vai abrir de novo – ou já abriu – essa discussão sobre a regra fiscal da União. A mesma coisa para os Estados.

O ponto fundamental é que nós precisamos ter um compromisso claro com a responsabilidade fiscal. Não há essa contraposição entre responsabilidade fiscal e expansão de gastos importantes, ao contrário, é a responsabilidade fiscal que permite ao Estado, *lato sensu*, ter as condições necessárias para financiar de modo sustentável as políticas públicas desejadas, ansiadas pela sociedade, previstas nas leis e na Constituição.

Essas são minhas observações iniciais.

Quero cumprimentar mais uma vez o Senador Vanderlan, o Senador Zequinha, agradecendo pelo convite. Um grande prazer poder estar aqui também com a Cristiane presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

Eu quero registrar que já logaram aqui com a reunião o Senador Cid Gomes, o Senador Paulo Paim, o Senador Flávio Arns, o Senador Luiz do Carmo, goiano também; o Senador Wellington Fagundes, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Angelo Coronel, o Senador Giordano, o Senador Mecias de Jesus, a Senadora Maria Eliza.

Dos nossos palestrantes, há dois que estão remotamente.

Eu quero, nesse momento, conceder a palavra à Dra. Pricilla Santana, Subsecretária Especial do Tesouro e Orçamento. Por gentileza, Dra. Pricilla com a palavra para sua exposição.

A SRA. PRICILLA SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Muito obrigada, Senador Vanderlan. Já tivemos oportunidade de conversar algumas vezes sobre esse projeto de lei.

Cumprimento, em nome dos dois Senadores, os demais Senadores que acompanham essa audiência. Agradeço demais o convite para essa oportunidade de explicar a lógica e a necessidade de observância das regras fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Felipe Salto foi muito pertinente nas colocações que ele fez acerca da necessidade de a gente ter um compromisso, um *commitment* com as regras fiscais, que embora se apresentem como regras limitadoras, elas são regras de futuro, precursoras de um futuro melhor. Hoje a gente enfrenta alguns limites para que a gente seja capaz de entregar melhores serviços, melhores condições para o nosso pessoal, para o nosso povo. Então, essa é a lógica de uma regra fiscal.

É bom lembrar – e a Secretária Cristiane trouxe isso – qual foi o contexto em que a gente trabalhou isso: Lei Complementar nº 156 e Lei Complementar nº 159, duas grandes renegociações. A Lei Complementar nº 156 foi uma renegociação... Foi a primeira renegociação depois do finalzinho da década de 90, depois da LRF, e ela foi muito provocada pela visão dos Estados de que a gente teria um problema com o pagamento da dívida. Os Estados entendem que a cobrança da dívida pela União estaria prejudicando e tornando insustentável a situação fiscal dos Estados.

Naquele momento, a gente sentou para conversar. Eu participei dos debates. Sempre fiz questão de ponderar o seguinte, gente... E os números mostravam. Eu tenho condições de mostrar para vocês que a dívida, claro que exige um sacrifício, mas não é hoje o seu principal problema estrutural, diferente dos anos 90, como muito bem colocou o Dr. Felipe Salto. Hoje, o que a gente tem realmente é uma grande rigidez do ponto de vista de gastos, rigidez orçamentária gigantesca, você tem dois itens que são fundamentais, que é pessoal e previdência, que são problemas estruturais e precisam ser encarados, precisam ser resolvidos, e a dívida por si só não vai atacar essas questões.

Então, dentro do processo de composição... Aí essa composição acontece também dentro do Supremo Tribunal Federal. A Lei Complementar nº 156 nasce de um acordo junto ao STF. A gente mostra e: "Olha, tudo bem, se vocês entendem que o ponto de vocês é a dívida, vamos pensar em uma solução. Mas, vocês aceitam também que a gente possa trazer as nossas preocupações, os nossos diagnósticos?" O nosso diagnóstico hoje é que vocês têm dois problemas estruturais e esse problema estrutural se chama controle de despesa, vocês precisam controlar a despesa. Aí surge a regra de ter um teto, é dessa lógica que você tem um teto, ao mesmo tempo em que... É para isso que se presta o teto. Qual é a lógica dele? Eu quero que você tenha um aumento de arrecadação, que as suas receitas cresçam mais do que as suas despesas, daí o teto segura de tal sorte que, no frigir dos ovos, a gente tenha um efeito líquido positivo, um resultado fiscal positivo e, portanto, seja permitida a retomada dos pagamentos de compromissos regulares de Estados e Municípios. Essa é a grande lógica de um teto.

Evidentemente que, nesse processo de composição, alguns elementos são trazidos para a gente: "Ah, não, espera aí, tem algumas despesas que são absolutamente...", falam para mim. O meu problema é rigidez orçamentária, então, você reconhece que eu tenho um problema de gasto e gasto que eu não consigo cortar, são os gastos vinculados. Se eu não consigo cortar, não adianta você me pedir um esforço fiscal sobre-humano, se não está na minha ferramenta de trabalho cortar esses gastos. A gente entende e começa a trabalhar num conjunto de flexibilizações, sim, o Dr. Felipe está certo, é uma flexibilização, mas eu gostaria de ponderar que essa é uma flexibilização que eu entendo como responsável para atender esses pleitos específicos de Estados, quais sejam: tirar dessa conta pagamento de precatório, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso já está respaldado por um decreto; tirar dessa conta os recursos de aplicação absolutamente vinculada, que são as emendas impositivas; tirar dessa conta agora, com essa proposta, as emendas e os recursos vinculados de natureza de convênio. Poxa, isso é muito dinheiro, isso é um valor significativo? O Dr. Felipe ponderou bem: dos 300 bilhões que a gente faz de transferência, o que nós estamos tirando agora não chega a 5%, porque o grosso das transferências é mais do que transferência, é a regra federativa de partição de recursos. Então, é o FPE, FPM, complementação de Fundeb, SUS, enfim, são os outros, o jogo federativo que a gente lastreou na nossa Constituição e que permite partilha de recursos. Então, essa é a lógica. Esse valor – particularmente aí eu concordo com o Dr. Felipe – implica uma flexibilização? Implica, mas é uma flexibilização, vamos dizer assim, delimitada, controlada, cuja estimativa foi mensurada.

No processo de composição e diálogo com os Estados, a STN sempre tem uma posição muito dura. Eu costumo brincar com o Ministro Guedes: "Ministro, todo dia chega um Governador lá falando mal de mim. No dia em que tiver um elogio, o senhor me avisa que eu tenho que sair, porque estou no papel errado, estou falando errado. Se tiver um elogio o senhor me avisa". Então, é natural que a gente tenha esses embates nesses processos de composição. Nesse sentido, quando a gente começa a desenhar uma lei como essa, os pedidos são os mais diversos, e eu ponderei isso com o Senador. A princípio, quando vieram os pedidos de exclusão do teto, eram exatamente aquilo que o Dr. Felipe Salto estava falando: ruptura completa. O trato seria simplesmente: não vai, seria pró-forma. Aí eu falei: "Não, Senador, vamos deixar umas portinhas, se o senhor acha que é pertinente".

Qual é a lógica olhando pela ótica da União? Se a União – e aí é a União lato sensu, entendida como nós, do Poder Executivo, os senhores, Congresso Nacional, Senado e Câmara –, entende que existe um conjunto de serviços, um conjunto de utilidades que precisam ser transferidas para Estados e Municípios para melhorar a qualidade do nosso povo, porque é lá na ponta que nosso povo está, então faz sentido, sim, eu retirar isso da base, porque são esses recursos que eu entendo que são importantes, são vinculados e que devem ser aplicados.

Então, daí a gente avançou, depois de um longo debate, a gente avançou sobremaneira com o Senador, para falar: "Olha, de tudo que o senhor está pedindo, eu consigo entregar 5%, porque eu preciso dessa regra fiscal.". Essa é a regra fiscal que vai assegurar o quê? O fechamento do meu diagnóstico, que é controle de despesa.

O Dr. Felipe está coberto de razão quando ele fala, e a gente tem acompanhado muito as finanças dos subnacionais e tem observado resultados maravilhosos, tanto abaixo, quanto acima da linha, do ponto de vista de superávit. Mas eu tenho dito, e eu já participei de outros encontros: não acredite nesses resultados.

A inflação tem um poder, um encanto, um canto de sereia, como o Dr. Felipe ponderou, de mascarar os números, distorcer os preços. O primeiro efeito da inflação é esse que a gente está vendo agora. Associado isso, com o *boom* de *commodities* e câmbio, explode a arrecadação.

O efeito seguinte é expandir as despesas, por intermédio de pressão de reajustes de servidor, por intermédio de recomposição de preços relativos de contratos administrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente está na primeira onda. A segunda onda, que é quando vão crescer as despesas fruto da inflação, chega ano que vem.

Então, assim, acreditar que a gente está com um problema de Estados, de subnacionais equacionados, do ponto de vista fiscal, adoraria, de verdade. Depois de cinco anos militando na área, eu queria dizer assim: "Poxa, está bom, está ficando legal.". Mas não está. Na verdade, o que está havendo agora é só um grande mascaramento, e, no ano que vem, como diz o outro, quando a maré baixar, a gente vai ver quem está ou não com caução. E haver essas âncoras, essas medidas, essas ferramentas, como o teto de gastos, vai ser fundamental para a gente lidar com o ano que vem.

Então, assim, o que eu acho, o que a STN acha dessa proposta? Realmente é desejável que haja mais flexibilização do teto? Não, não é desejável. Mas faz sentido? Faz, faz sentido, sim. É um valor descomunal, implica a ruptura e a absoluta flexibilização do teto? Não. Como eu disse, é um valor que responde por 5% de tudo aquilo que a gente está manejando e está tentando controlar com essa variável.

Agora, evidentemente foi esse o meu compromisso com o Senador. Assim: "Senador, eu preciso da ajuda do senhor para que fiquemos limitados a esse ajuste, que não façamos mais nenhum ajuste, sob pena de prejudicar as finanças de Estados e Municípios, sob pena de perder essa ferramenta tão importante como o teto de gastos". O teto de gastos é importante para Estados, Municípios e também para a União.

A gente está travando, o Dr. Felipe Salto ponderou muitíssimo bem, a gente está travando um debate acerca do teto de gastos. A posição do Ministério da Economia é conhecida. A gente está tentando, na medida do possível, entregar, ao mesmo tempo, políticas públicas e responsabilidade fiscal. Esse é um embate que a gente vive diuturnamente: reconhecemos o aspecto político, as decisões e as escolhas representadas pelo Congresso Nacional.

Por outro lado, a gente também tem aqui o nosso papel de ficar puxando para a realidade, puxando, puxando. Com isso, às vezes, pode parecer que há um tensionamento de visões, e não há. Todo mundo quer o bem comum, todo mundo. O Congresso e a STN, todos nós queremos o melhor para o nosso povo E é nessa composição, nesse debate que a gente pode entregar esse melhor. É claro que o melhor não é o melhor infinito, a gente lida com escassez, com limites, e o teto é um limite importante que precisa ser valorado, que precisa ser medido.

Para encerrar essa minha fala, eu queria só fazer uma pequena correção, Cris. Lá em 2016, na Lei Complementar 156, 18 Estados aderiram ao teto. Desses 18, 11 não cumpriram, mas 7 cumpriram direitinho o teto, já estão livres das amarras e das sanções impostas pela Lei Complementar 156. E para esses 11 remanescentes, a proposta que a gente está colocando é – de forma nenhuma se trata de dar *waiver*, de se dar um perdão, mas sim de estender um pouco mais o horizonte temporal para se aferir efetivamente o cumprimento do teto. Então, vai ter teto, vai ter sanção, não se trata de um *waiver*, de forma alguma. Mas nesse momento a gente entendeu que podia, sim...E ai eu reconheço de plano, de imediato, a ruptura do teto, do ponto de vista de aplicação de sanção – a Secretária Cristiane tem razão – é muito elevada. Ela mencionou o caso de Goiás onde a multa seria de R$1 milhão, mas eu tenho Estados onde a multa é de R$17 bilhões. Ficou descalibrado. Então, a precisa recompor essa multa porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela não é crível. Uma multa de R$17 bilhões não é crível. Nenhum Estado da Federação brasileira consegue pagar R$17 bilhões em 12 meses. Então, a gente está calibrando, está fazendo esses ajustes.

Mas aí, repito e concluo: preciso muito do apoio de vocês para que a gente mantenha circunscrita essa alteração. Do contrário, a gente vai fazer exatamente o que o Dr. Felipe está mencionando, vamos prejudicar sobremaneira uma importante ferramenta fiscal. O teto tem que ser capaz de trazer disciplina fiscal, senão não faz muito sentido.

Obrigada a todos. Estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Dra. Priscilla Santana, Subsecretária Especial do Tesouro e Orçamento.

Antes de ouvirmos o Dr. José Alfredo Pellegrini gostaria de, com alegria, registrar a presença de uma turma boa do Comsefaz, André Horta, Diretor institucional, Jorgina Guimarães, assessora parlamentar do Comsefaz, Mussoline Guedes, também assessor de comunicação do Comsefaz. Muito obrigado pela presença dos senhores, neste momento, aqui.

Quero agora chamar para fazer a sua exposição o Dr. Josué Alfredo Pellegrini, Consultor Legislativo aqui da Casa, aqui do Senado Federal, por favor, para a sua exposição.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Bom dia Felipe, bom dia Pricilla, bom dia, Secretária Cristiane.

Gostaria de agradecer ao Senador Zequinha e ao Senador Vanderlan pelo convite para discutirmos esse tema, esse projeto, o PLP 123, de 2021, que traz essa questão complexa que é a questão do teto de gastos nos Estados. A questão da gestão fiscal nos Estados é uma questão complexa, evidentemente, assim como é a da União. A gente percebe a complexidade.

Eu tive aqui o privilégio de ser o último a falar. Reduzo a quantidade de assuntos que ainda não foram ditos, por outro lado, possibilita-me ter tido o privilégio de ter ouvido os três anteriores falando. E a gente vê a complexidade do assunto quando vê, por exemplo, a posição da Secretária Cristiane e a posição do Felipe Salto. São duas posições, cada uma na sua perspectiva.

A Secretária Cristiane tem essa árdua tarefa de presidir a Secretária de Fazenda de Goiás, um Estado que veio com uma situação de desequilíbrio muito grande. Ela citou o déficit de R$6 bilhões, se não me engano, em 2018, e que, agora, está sendo entregue um orçamento com equilíbrio, se eu não me engano é isso. Foi um trabalho extraordinário.

Mas também existe a perspectiva da questão do equilíbrio fiscal, que é mais trazida pelo Felipe. O equilíbrio fiscal do conjunto e da União, inclusive, porque há um importante reflexo da situação dos Estados na situação fiscal da União também.

E essa questão fiscal está muito presente no Brasil hoje. A gente vê isso no debate que está tendo da modificação do teto de gastos do Governo Federal, a implicação grande que ela está tendo em termos de desempenho da economia, com efeito sobre a curva de juros e taxa de câmbio. Então, é um assunto muito sensível essa questão do teto gastos da União e, por consequência, também, não na mesma proporção, é lógico, na questão do teto de gastos dos Estados.

Então, essa preocupação sobre a questão fiscal e os efeitos dela sobre a economia, a estabilidade macroeconômica, a possibilidade de estar crescendo a taxas mais elevadas, também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, até por ter acabado de encerrar o meu mandato como Diretor da IFI, ainda tenho muito presente essa perspectiva e essa preocupação... Talvez com o tempo, trabalhando com outras coisas, eventualmente tendo a experiência de trabalhar em algum Estado, coisa que eu não tive, eu, talvez, consiga balancear melhor, mas, no momento, as minhas preocupações ainda vão muito na linha das preocupações trazidas pelo Felipe Salto.

Não vou tratar da questão fiscal mais ampla, que ele já tratou, mas o que eu tenho observado, e isso me preocupa um pouco, por conta justamente dos impactos da situação fiscal do País de forma geral, é que tem havido uma recorrente mudança nas regras da relação dos Estados com a União.

A gente teve a Lei Complementa nº 148, lá de 2014, que eu entendo absolutamente correta, que mudou lá de IGP mais 6% para IPCA mais 4%. Eu acho que foi um ajuste correto dada a mudança da situação. E isso acabou sendo bastante benéfico para os Estados, vide o... É só imaginar 2020. A Selic a 2% e o IGP explodindo. Imaginem, se não fosse essa alteração, feita lá com a Lei Complementar n° 148, o impacto que isso não teria na dívida dos Estados agora.

O problema eu acho que foi mais as modificações que foram feitas posteriormente. Nós tivemos quais leis, gente? Nós tivemos a Lei Complementar n° 156, nós tivemos a Lei Complementar n° 159, nós tivemos a Lei Complementar n° 173, nós tivemos a Lei Complementar n° 178 e nós tivemos a Lei Complementar n° 181, e, agora, está em tramitação uma nova mudança. O que que ocorre? São sucessivas mudanças nas regras. A minha preocupação aí é que isso crie... Eu acho que, provavelmente, cria um incentivo a uma gestão fiscal menos prudente por parte dos Estados.

Não se trata aí da questão de ser bom gestor fiscal ou de não ser um bom gestor fiscal. Eu acredito que é até uma reação normal: se as leis complementares estão mudando constantemente, você cria um incentivo a uma gestão menos prudente; porque, assim, qual é o incentivo que eu tenho para cumprir regras, limites se a lei pode ser alterada mais para frente, fazendo um ajuste?

Essa é uma preocupação grande, é um incentivo que pode estar causando isso. A gente sabe, evidentemente, que em gestões comprometidas com o equilíbrio fiscal, como a gestão de Goiás, como a gestão do Rio Grande do Sul, as ótimas gestões também feitas em outros Estados, como em Alagoas, no Paraná, a gente sabe que elas não vão mudar o comportamento por conta de uma lei a mais ou não que tenha flexibilizado.

Mas não se trata disso, não se trata do gestor atual, trata-se... o Governo pode continuar, pode mudar a partir de 2023. Trata-se, simplesmente, de ter ou não ter um incentivo. As regras e os limites não são feitos para os gestores excepcionais, eles são feitos para os gestores normais, e é normal que eles, dado o que eles percebem que há uma constante mudança das regras, que eles possam ter uma postura menos prudente.

Veja, por exemplo, o que aconteceu aí: a Lei Complementar 156 fez o teto de gastos, está certo? Dezoito Estados aderiram à mudança lá para obter o benefício do abatimento da prestação e alongamento do prazo. Onze não cumpriram e sete cumpriram. Ora, esses sete cumpriram, com as regras que foram estabelecidas lá. Foi essa a condição para dar o benefício do incentivo do abatimento da prestação e o do alongamento do prazo. Onze não cumpriram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, veio a Lei Complementar 178 e o que ela fez? Ela deu uma nova oportunidade de cumprir de 2021 a 2023 e ampliou, aumentou a flexibilidade, está certo?

Aí, como é que fica, por exemplo, o incentivo para aqueles sete que cumpriram a regra naquela primeira oportunidade e com aquele grau de restrição, com a flexibilidade apenas da exclusão das transferências dos Municípios e do Pasep? Aí eu falo: "Poxa, eu cumpri naquelas condições, agora foi dada uma nova oportunidade e com uma flexibilização maior do teto de gastos ainda".

Então, isso evidentemente não é bom. Não é um incentivo adequado para as regras fiscais. O ideal é que se estabeleçam as regras dos limites e se procure atender da forma como foi definido inicialmente, não é? Até porque os benefícios que foram dados naquela Lei Complementar 156 foram dados em função do cumprimento do teto de gastos, da forma como foi definida na 156. Agora, ela já foi alterada pela 178 e se pretende alterar de novo. Então, eu acho que isso é uma coisa preocupante. Pelo incentivo, tá?

Novamente, não pelos gestores, que a gente sabe, os gestores fiscais que a gente sabe... esses Estados que eu citei, que o Felipe citou. Não! A gente sabe que esses não vão mudar em função de uma flexibilização, mas, infelizmente, as regras e os limites servem para todos: aos que estão agora gerindo; aos que vão gerir nos próximos governos; àqueles que vão ser rigorosos no controle das contas, independentemente de regras e limites; e àqueles que não vão ser – servem para todos! Então, é essa a minha preocupação que ocorre com relação a esse projeto de lei complementar, não só pelo conteúdo dele em si – talvez isso não seja até o mais importante –, mas por ele ser mais um numa sucessão de leis complementares que alteraram as regras.

E essa sucessão de regras, também – este é um outro ponto que eu colocaria –, causa impactos importantes na situação das contas da União. A União pode emitir moeda? Sim. Pode emitir dívidas? Sim, pode – "pode" entre aspas. Ela não pode ficar emitindo moeda – é lógico que não. Há um financiamento inflacionário, e os efeitos disso sobre a economia são muito ruins. A dívida ela pode emitir? Pode, enquanto os investidores permitirem condições favoráveis.

A gente sabe que nós estamos... A gente não sabe muito bem qual é o limite, mas ele existe. E o agravamento das condições de financiamento da União, que a gente percebe pela curva de juros, está nos dando uma indicação de que nós deveríamos estar, digamos, mais preocupados com a dinâmica da dívida da União. Em parte, ela é afetada pelas decisões, principalmente pelas decisões que são tomadas no âmbito federal, mas também ela é afetada pelas relações financeiras dos Estados com a União. Por exemplo, quando a União tem que honrar as garantias de alguns Estados, ela está tendo uma despesa de capital. Quando ela não está recebendo juros e amortizações da dívida junto aos Estados, ela está deixando de ter uma receita de capital. Isso afeta o resultado nominal da União; não afeta o resultado primário. Não tem a ver com o teto de gastos, porque o gasto é primário, e, portanto, não há um impacto tão grande na mídia, mas o efeito sobre a dívida é exatamente o mesmo. A única diferença é que, em vez de impactar o primário, ela impacta o nominal, que vai rebater na dívida do mesmo modo, porque a dívida financia o déficit primário e o déficit nominal.

Então, essas são as considerações mais gerais sobre esse projeto. Aliás, são considerações mais gerais sobre como têm evoluído e como têm mudado as regras relativas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação da União com os Estados. E esse projeto, por ser mais uma mudança, por pretender mais uma mudança, tem que ser compreendido nesse contexto, que é o dos incentivos que cria.

Com relação ao projeto especificamente, com relação ao seu texto, eu tenho algumas observações também. A primeira observação é que houve a mudança de transferências voluntárias para transferências vinculadas. Eu confesso que não sei muito bem qual é a implicação disso. Eu creio que é uma ampliação da flexibilização, porque eu entendo que a transferência vinculada é um conjunto maior do que transferência voluntária, porque a transferência voluntária é vinculada. Mas a transferência vinculada é sempre voluntária? Não. Eu acho que nós estamos mudando para um conceito mais amplo.

Eu confesso que não sei qual é o impacto que isso tem em termos de ampliação da flexibilização. Se há alguma estimativa, se alguém fez estimativa, acho que seria interessante saber.

Então, acho que este é um ponto: houve uma ampliação da flexibilização.

E o fato de ser transferência e justificar a exclusão do teto, eu não sei se é um argumento assim inquestionável. Por exemplo, a União é obrigada a cumprir o teto com um percentual enorme de despesas obrigatórias. Noventa por cento das despesas são obrigatórias. E a União é obrigada a cumprir o teto. Faz parte do cumprimento da regra.

Então, eu não tenho clareza que, por exemplo, despesas financiadas com transferências que vieram da União tenham necessariamente que ser excluídas do teto. Eu acho que é uma questão de definição de prioridades. Se as despesas que não são financiadas por transferências são mais prioritárias do que as que são, é o caso de escolher. Esta é uma das razões do teto: introduzir a restrição fiscal, introduzir a definição de prioridades, escolher os gastos que são mais prioritários em relação a outros.

Para mim, não está clara essa mudança. Parece-me ser uma ampliação passar de transferência voluntária para vinculada. E a própria razão de se tirar transferência, seja vinculada ou voluntária, para mim, não está clara.

Um outro ponto que me chama atenção do projeto é a referência ao art. 166 da Constituição. Essa referência não havia antes, da forma como foi feita na Lei Complementar 178. Eu confesso que não entendo essa referência.

O art. 166 da Constituição é um artigo gigantesco. Ele deve ser um dos maiores da Constituição. Ele tem 20 parágrafos. Eu acho que não é adequado fazer uma referência a um artigo tão grande sem especificar qual é o dispositivo que se está procurando extrair do teto de gastos dos Estados lá.

A preocupação é o quê? É a emenda de bancada? Então, coloca-se a referência expressa ao § 12 do art. 166. Eu acho que ficaria mais claro.

A referência ao art. 166 é o quê, exatamente? Há tudo lá dentro. Há regras para tramitação das três leis orçamentárias – o PPA, a Lei Orçamentária e a LDO. Há uma série de regras lá dentro. O que exatamente nós estamos excluindo?

Se for para ser aprovado, pelo menos alguns ajustes talvez fossem convenientes. Essa referência ao art. 166 precisaria ser mais bem aproveitada. Eu não sei se algum dispositivo se perdeu na redação, se faltou o parágrafo, alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também outro comando que me chama a atenção é: para fins de aferição das despesas excluídas, não se vão considerar despesas; vai-se considerar a transferência feita pela União. Ora, qual é a implicação disso? Eu não tenho muita clareza. Eu acho que é um ponto que deveria ser melhor discutido. Se a transferência é feita a cem e a despesa é feita a 80, porque não foi gasto tudo o que foi transferido, eu vou abater do teto cem e não 80? Eu não vou estar criando um espaço para esses 20 de despesa?

Eu confesso que não tenho clareza com relação a isso, mas esse dispositivo me chamou a atenção também, por considerar, no abatimento da despesa, sujeita ao teto, considerar as transferências, independentemente de elas terem sido utilizadas em despesa ou não.

Então, em síntese, é isso.

Há essas observações de caráter mais geral, dos incentivos que isso pode estar, e que está criando, em termos de prudência na gestão fiscal dos Estados, essas sucessivas mudanças das relações previstas nas leis, o impacto que essas mudanças causam na situação fiscal da União e no desempenho geral da economia e esses pontos mais específicos que eu citei, que estão relacionados com a própria redação desse projeto de lei. É isso que eu tinha a dizer por enquanto.

Agradeço a todos pela atenção. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... pela exposição. Nós agora vamos ouvir o Relator do projeto, trazendo também os seus pontos de vista. Acho que ele está preparando esse relatório e o seu voto para apresentar nos próximos dias.

Eu quero registrar aqui a presença da Senadora Maria Eliza, de Rondônia, que esteve conosco remotamente e agora está aqui.

Deseja fazer uso da palavra?

Por enquanto, não?

Então, com a palavra, o Senador Vanderlan, Relator do PL 123, para que ele possa, logo após, formalizar aqui pelo menos um pequeno debate.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente Zequinha, cumprimento V. Exa., já parabenizando-o pelo requerimento, para estar em discussão e podermos entender um pouco mais o PLP 123.

Quero cumprimentar aqui a Sra. Pricilla Santana.

Presidente Zequinha, a Pricilla Santana, tive reunião com ela, é preparadíssima. Aliás, é tanta gente preparada, que todas as vezes em que a gente anda nesses Ministério — viu, Felipe? — a gente pensa assim: que vontade de dá de levar esse pessoal para nos ajudar a entender melhor alguns projetos.

Então, quero agradecer à Pricilla pela sua explicação aqui. De uma forma muito simples, ela falou pra nós. É Subsecretária Especial do Tesouro e Orçamento.

O Felipe Salto, que nunca vi, Felipe, você se negar a vir a uma audiência pública aqui no Senado Federal. É esse braço nosso aqui do Senado Federal. E também, de uma forma muito simples, nos explica aí o seu ponto de vista.

O Felipe aqui é disputado, Cristiane. Ontem mesmo, nós tivemos reunião com o Felipe. Nós estamos discutindo agora a PEC 23, chamada de PEC dos Precatórios, e tivemos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião ali, com a nossa bancada, o PSD, e ele presente nos explicando junto com o ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

Josué Alfredo Pellegrini, meus cumprimentos também e obrigado por estar aqui participando conosco; e a minha Secretária, ali do nosso Estado de Goiás, atuante. E, se o Estado está hoje na situação em que está, Cristiane... O Governador Ronaldo Caiado, lógico, soube muito bem escolher V. Exa. Mas, com o seu pulso firme, hoje, o Estado está nessas condições de a senhora chegar aqui e dizer: "Olha, para 2022, nós já estamos mais tranquilos". Então, cumprimento V. Exa., que é a nossa Secretária de Fazenda do Estado de Goiás.

Nossa Senadora, Maria Eliza, é uma honra ter V. Exa. aqui. E seja bem-vinda ao Senado Federal. Todos nós aqui temos esse diálogo, e as mulheres, quero falar para V. Exa., é que comandam a gente aqui. Elas que dão as normas aqui e colocam para nós – não é, Zequinha? – o que que nós devemos fazer. Então, a senhora está com uma responsabilidade, primeiro, em estar aqui como suplente do nosso Senador Confúcio, o Professor Confúcio, ex-Governador de Rondônia, e a senhora está aqui representando-o. Seja sempre bem-vinda. Estamos aqui e esta Comissão tem o prazer de ter a senhora como parte dela.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, muito obrigada, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Quero dizer aos demais convidados que estão aqui participando e que já foram todos enumerados que as audiências públicas servem não somente para uma mera formalidade. As audiências públicas servem para nós, Senadores, para a equipe técnica nossa estar avaliando. E nós, nessas audiências públicas, aprendemos muito. E o Relator, então, nem se fala, porque a gente tem aqui o privilégio de ouvir pessoas como vocês, convidados, dizer para nós, explicar os pontos de vista para nós, os Senadores – vários Senadores estão participando virtualmente –, para que a gente possa fazer um relatório consistente e justo.

Há várias matérias que são discutidas aqui no Senado Federal, inclusive matérias muito polêmicas, e, quando se envolve e que se fala "ah, isso aqui é quebra de teto de gastos e isso e aquilo", é mais polêmico ainda, mais polêmico ainda.

Mas todo projeto bom, quando ele é lançado, quando ele é aprovado, com o tempo passa por alguns ajustes. Nós temos feito aqui... Eu vou fazer três anos agora aqui no Senado Federal, e em vários projetos nós tivemos alguns ajustes, porque, à época em que foram feitos, com boas intenções e tudo mais, porque todos eles são feitos com boas intenções, depois vêm os problemas. E os problemas vão surgindo.

Quando foi feito o teto de gastos... Se eu não me engano foi em 2017, não é Presidente? Acho que foi em 2017. O Felipe disse que foi feito pelo ex-Presidente do Banco Central e ex-Secretário da Fazenda Henrique Meirelles, que participava do governo. Foi no Governo Michel Temer, não é isso? Foi no Governo do Michel Temer, não é?

Então, ninguém pensava que nós teríamos uma pandemia em 2020, que está se estendendo, que se iniciou em 2020 para valer e que está se estendendo. E já tive algumas reuniões para discutir esse projeto, o PLP 123, os pontos de vista.

Então, nós temos aí, como foi colocado e muito bem dito aqui pela Secretária Cristiane, há as nossas emendas, que vão para o Estado, e há alguns outros repasses. Até mesmo os precatórios, que, na discussão nossa da PEC 23, é humanamente impossível para quem está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no orçamento, e, às vezes, colocam-se ali, como estava previsto para 2022 – não é Felipe? –, quarenta e poucos bilhões – eu estou falando com relação à União – dos precatórios, e, de repente, foram para quase 90 bilhões! Então, isso bagunça tudo.

Então, tem que haver alguns ajustes – e até mesmo aqueles que defendem, como o Senador Oriovisto e o Senador Alessandro, que têm propostas para que se resolva a questão do Auxílio Brasil – e se excluam do teto de gastos os precatórios. Também aqui foi dito por alguns de vocês – eu nem lembro quem, não sei se foi o Sr. Josué – sobre essa exclusão. Da mesma forma, pelo entendimento e pelo o que eu ouvi aqui, alguns repasses que são feitos aos Estados podem ser também tirados do teto de gastos.

Então, eu já tive aqui muita... Foi mais uma reunião muito proveitosa com esses técnicos, Presidente Zequinha, que nos deram mais um horizonte para que a gente possa elaborar um bom relatório. E como é que a gente trabalha aqui? Nós temos as nossas emendas – com certeza, vai haver as emendas e vão ser analisadas com todo o carinho –, e eu procuro fazer como eu sempre fiz.

Eu estava olhando aqui no resumo do PLP 101, de 2020, de que eu fui o Relator, e ele foi muito em cima da hora, porque teria que ser aprovado ainda no ano de 2020. Então, foram várias as discussões. E ali eu procurei fazer um relatório justo, e dali tiramos alguns repasses, até mesmo excluindo do teto de gastos dos Estados. Então, já foi feito um pequeno ajuste no PLP 101. E agora há uma nova condição, que vai ser analisada com muito carinho por esta Comissão e, principalmente, pela nossa relatoria.

Presidente, são essas as minhas colocações, agradecendo a todos os palestrantes que estiveram aqui conosco nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Eu quero, mais uma vez, agradecendo aos nossos expositores, voltar a palavra, para as considerações finais, acrescentando aquilo que, de repente, achar necessário, à Dra. Cristiane, Secretária de Estado da Secretaria de Fazenda de Goiás.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Minha primeira consideração é o que eu comecei a falar na minha fala anterior, que não só o Estado de Goiás – e eu falo aqui pelo Comsefaz –, nós entendemos que responsabilidade fiscal é algo que veio para ficar, que temos que ter. Por quê? Porque, se nós não tivermos responsabilidade fiscal, não teremos responsabilidade social e tampouco responsabilidade com o servidor. No caso dos Estados, o Estado de Goiás, em 2019, estava com duas folhas sem serem pagas, duas folhas sem serem pagas. É assim que a gente pegou o Estado de Goiás. E hoje a gente paga o servidor no último dia útil trabalhado, não é nem no mês seguinte, é no último dia útil trabalhado. Isso a gente conseguiu com reformas, reformas estruturais muito importantes, a começar pela da previdência. O primeiro Estado, inclusive, a fazer a sua reforma no Brasil foi o Estado de Goiás.

Então, o primeiro ponto a ressaltar aqui é que eu concordo com as falas do meu colega Felipe Salto, do meu colega Josué Pellegrini e da minha colega e amiga Pricilla, que é realmente uma fiscalista de primeira ordem, que a gente tem imbuído no nosso discurso sempre que a responsabilidade fiscal é importante para que a gente possa devolver à sociedade o que ela realmente merece. Esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que o PLP 123 faz uma flexibilização responsável, uma expressão que Pricilla utilizou, com a qual concordo. Por quê? Porque – e aí eu vou fazer um comentário ao questionamento do Josué – aqui nós estamos falando, Josué, de emendas parlamentares no seu contexto geral. Então, o art. 166, corretamente colocado, fala não só de emendas individuais impositivas, como era o que estava no texto, que era o 166-A, para o 166, que você fala do contexto geral de qualquer emenda parlamentar: de relator, individual, voluntária, impositiva... Então, a gente está falando do contexto geral. Por quê? Porque, se os Srs. Parlamentares conseguem uma determinada verba para os seus Estados e Municípios, como é que isso aí vai realmente entrar dentro de um teto de gastos? O teto de gastos, a responsabilidade fiscal está muito relacionada ao quanto você recebe e ao quanto você gasta.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – O quanto você gasta tem que estar dentro...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Doutora, permita-me rapidamente. Eu não deveria ainda... Nós temos três participantes.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Ah tá. Desculpa. Então, eu vou terminar aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu vou ler os questionamentos, e a senhora já dá uma observada e dá uma passada.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Então, está bom. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – E isso aí vale não só para a senhora, mas para todos.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A Debora Azevedo, de Alagoas, pergunta: "Quais os impactos futuros para a dívida da União?".

O Jonnez Pereira, de Pernambuco, diz: "Esta ação beneficiará somente os Estados ou implicará também em retornos positivos à União!?".

A Elinadja Targino, de Alagoas, de novo, pergunta: "Quais os impactos com essa ampliação de gastos? Como será realizada a fiscalização perante os Estados?".

Pode continuar.

Se a senhora puder...

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Então, respondo as três aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O.k.

A SRA. CRISTIANE ALKIMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Então, o primeiro ponto, para responder, inclusive, as três em conjunto, é o seguinte: a gente está falando do Brasil. Então, a gente tem os entes federativos, a gente tem a União, os Estados e os Municípios. Se a União e os Municípios vão mal, obviamente que o Brasil vai mal. Nossa produtividade está no pé há trocentos anos, há 20 anos, porque a gente está completamente desequilibrado. Na hora em que os Estados, como a Pricilla bem colocou, a gente já começa a resolver a parte da dívida consolidada, a gente já tem um primeiro passo, que foi lá em 2016, 2017. No momento – e eu acho que o Felipe também concorda comigo –, é um problema de fluxo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse PLP, em particular, o impacto que tem para a dívida da União não é alto, conforme a própria Pricilla colocou. Agora, se, por exemplo, se, porventura, a União não quiser transferir nenhuma aplicação vinculada, ela não transfere, ela não precisa transferir. Isso são transferências vinculadas. Eu vou explicar ao Pellegrini o seguinte: transferência voluntária, meu amigo, são convênios e acordos dos Estados com a União; e transferências de aplicações vinculadas, a gente está falando de fundo a fundo, e a gente está falando de transferências legais, como a Lei Pelé e outras leis, em que, se o Estado não gastou, ela devolve, ela devolve; não gastou, devolve; não conseguiu executar, devolve.

Então, aqui, a gente está falando de uma ingerência melhor para os Estados, justamente para que eles possam se equilibrar, para justamente não criar conflito ou não criar um problema para a União. Então, quanto menos problema fiscal os Estados têm, menos problema é levado para a União.

Então, o que a gente está tentando, aqui, é fazer uma flexibilização de exceções do teto de maneira responsável. Assim como a União, corretamente, retira as vinculações de saúde e educação do seu teto, também é correto que, nos Estados, isso seja feito. Por quê? Porque o nosso teto, a regra dele é pelo IPCA, enquanto que as vinculações de saúde e educação são pela RCL. Então, obviamente, se a sua RCL cresce muito e o seu IPCA está baixo, você vai acabar não cumprindo com o teto, não porque foi uma escolha do Governador, ou do Prefeito, ou do Presidente, mas, simplesmente, porque a sua RCL aumentou muito mais do que aumentou a inflação, por exemplo.

Não é o caso deste ano agora, em que a gente está com uma inflação de 10%, mas, em geral, o Brasil estabilizou monetariamente a sua inflação; a gente estava com uma inflação aí, vamos supor, de 4% ou 4,5%, que é para onde a gente deve ir no ano que vem, inclusive, a gente acha que deve.

Então, assim, o impacto monetário para a União não é relevante, em primeiro lugar. Em segundo lugar, essa alteração, essa exclusão faz com que os Estados possam, de fato, ter o seu equilíbrio e correr atrás, endereçar as suas questões locais, e, se o Parlamentar, ou se a União, ou se o Ministério A ou B quiserem fazer uma transferência fundo a fundo – Aldir Blanc é um exemplo, Lei Pelé – e se o Estado não usar, o Estado devolve esse dinheiro, conforme a lei obriga.

Então, o que a gente está falando aqui é de uma pequena flexibilização que não vai fazer com que o Estado seja menos ou mais responsável fiscalmente. A responsabilidade fiscal vem de mudanças estruturais e não de emendas parlamentares que vão chegar para você ou arrumar uma igreja, ou um ônibus que vem para a escola, ou, enfim, algo do gênero, ou um campo de futebol que vai ser colocado lá. Então, não são nem essas emendas nem essas transferências com aplicações vinculadas que vão fazer com que o Estado perca a sua responsabilidade fiscal. Ainda mais, agora falando de um contexto macro, e aqui eu acabo, ainda mais num momento em que a gente tem muitas incertezas com as nossas receitas, no ano que vem, nos Estados. Não sei se os senhores souberam disso, mas houve uma decisão, ontem, do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário RE 714.139, de Santa Catarina, em que é possível que a gente retire dos Estados R$27 bilhões. Repito: R$27 bilhões! Isso é seriíssimo, porque qualquer ajuste fiscal – aí, vamos ao ajuste fiscal – que qualquer Estado esteja tentando fazer vai ladeira abaixo, ladeira abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui este registro, este importante registro de que, se o STF entendeu que assim deveria ser, então, uma modulação, ao menos uma modulação, baseada no PPA deveria ser colocada.

Enfim, aqui termino minha fala.

Muito obrigada por esta oportunidade de estar aqui conversando sobre o PLP 123, e me coloco à disposição, Presidente, para fazer outras discussões e sobre outros temas também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nós é que agradecemos.

Aproveitando este momento, acabo de saber que o Supremo Tribunal Federal, ontem, numa ação, parece-me, das Lojas Americanas, deu uma regulada na taxa do ICMS cobrado sobre consumo de energia...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Energia e comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... e telefonia, comunicação.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – É isso que estou falando agora aqui. Foi essa decisão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Exato.

Então, por exemplo, o meu Estado...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Vinte e sete bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... cobra 25%, mas só que cobra sobre o total da conta, que bota tudo dentro.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Quer dizer, vai para 37%, não é verdade? E todo mundo, pelo Supremo, agora, vai ter que cobrar 17%...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – É, modal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... que é a taxa do consumo...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Tarifa modal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... daquilo que todo mundo paga no consumo das coisas.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – É, alíquota modal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Então, é preciso realmente saber como se cuidar, porque não vai ser...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Não vai ser fácil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... pequeno o baque, não.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Tem a questão da inflação, como meu colega Salto comentou, que, de fato, você teve, além das transferências da covid, que foram essenciais para os Estados, você teve um efeito inflacionário que inflou as receitas dos Estados, mas a gente vai ter aí também as nossas despesas sendo elevadas, principalmente no ano que vem. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção civil já está aumentando. Se você quer fazer uma ponte, uma estrada, isso já está aumentando os custos de maneira extraordinária. Mas, enfim, isso vai ser um grande desafio, Felipe. Eu entendo que vai ser um grande desafio para o ano que vem, sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Verdade.

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT – Então, mais uma vez, é essencial que esse PLP seja aprovado aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, doutora, pela sua contribuição.

Dr. Felipe, deixe-me chamar, então, a Dra. Pricilla Santana. Depois, os homens entram em campo.

Dra. Pricilla, se ainda estiver conosco...

A SRA. PRICILLA SANTANA – Estou, sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... na sala, por gentileza, para suas considerações finais sobre o tema de hoje.

A SRA. PRICILLA SANTANA (Para expor.) – Eu vou aproveitar as considerações finais para tranquilizar o Josué.

Às demais dúvidas a Secretária Cristiane já respondeu, mas a tecnicalidade acerca de por que a gente está transferindo, está deduzindo a transferência, e não a despesa. É, basicamente, por isso que a Cris acabou de comentar. Porque, como são despesas, são transferências absolutamente vinculadas, se elas não são gastas, elas têm que ser devolvidas para a União. Então, a gente pode... Ou a transferência é igual à despesa, ou a transferência vai ser menor, por isso os valores transferidos efetivamente apurados no período subsequente. Então, por isso essa tecnicalidade dos valores transferidos.

Em relação às perguntas dos nossos ouvintes, eu digo que, de novo, há uma estimativa, sim, individualizada, para cada um deles. A STN fez esse trabalho junto com o Samuel, que é o assessor do Senador Vanderlan. Está à disposição de vocês. Foram encaminhadas ao Senador planilhas mostrando o impacto de cada uma, a estimativa do impacto dessa alteração. Para a dívida da União, de novo, isso não afeta, é um outro conceito. A gente está falando de coisas de teto de Estados. Se ele gasta, eu não vou ter que pagar. Então, eu não vou me endividar para repassar isso. Essas transferências vão acontecer. Se ele não gastar, ele vai me devolver e vai ficar líquido. Do ponto de vista de dívida, de DBGG, não afeta a da União.

Por fim, de novo, eu só queria fechar e pedir, na verdade – eu sou uma grande pedinte; Josué está coberto de razão: a gente tem que ser mais comedido nas alterações das regras fiscais. Eu já estou na minha quinta alteração de regra fiscal – Josué enumerou todas elas. Isso não é bom, isso traz instabilidade. A gente precisa... Então, que a gente seja, na medida do possível – sempre na medida do possível –, respeitando todos os interesses que estão sempre envolvidos, mais comedido, mais ponderado nas alterações, para deixar as regras fiscais amadurecerem o suficiente para darem resultado. A gente não está deixando a regra amadurecer. A gente mal termina o RRF e já está fazendo outro RRF. A gente não deixa nem respirar, nem dar resultado. Então, esse é um pedido que eu faço ao Congresso, mas eu respeito, eu sei como funciona, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me à disposição. Para o que vocês precisarem de esclarecimento, produção de informação para a Comissão, a gente está às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Dra. Pricilla, pela sua contribuição aqui.

Agora, eu chamo o Dr. Felipe Salto para as suas considerações finais.

O SR. FELIPE SALTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, Presidente Zequinha Marinho, e cumprimentar, mais uma vez, o Senador Vanderlan; a Secretária Cristiane; a Pricilla Santana, Secretária também do Tesouro Nacional; e o Josué Pellegrini, Consultor do Senado, que também foi colega no Conselho Diretor da Instituição Fiscal Independente.

Eu acho que foi muito interessante o debate, porque a Pricilla e a Cristiane trouxeram um elemento importante, que é uma mudança feita sob controle, como se fosse um experimento com todos os fatores controlados. O risco sempre há, porque, ao longo da tramitação, o projeto pode ser expandido, as alterações podem levar a outros tipos de exceção, mas eu acho que, se ele ficar circunscrito ao que a Pricilla explicou bem, aos R$300 bilhões de despesas que são feitas pelos Estados, sendo que 5% equivaleriam a essas transferências que estão sendo excepcionalizadas, não me parece que isso vá produzir uma deterioração do quadro fiscal.

Agora, é fundamental, Senador, que a gente tenha presente um ponto que a Pricilla trouxe e que eu faço questão de reforçar, que é a questão do zelo pelo arcabouço e pelas regras fiscais. O Brasil, na verdade, nunca descumpriu regra fiscal, porque, na iminência de descumprir, ele muda. É o que vai acontecer agora com o teto de gastos, muito provavelmente – o Senado vai ter um papel importante para tentar minimizar aquilo que foi aprovado na Câmara, no âmbito da PEC 23 –, e é o que aconteceu em muitos casos, desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a espécie de cooptação que aconteceu, em muitos casos, entre os Tribunais de Contas dos Estados e os próprios governos de suas épocas.

Existe até uma tese de doutoramento da Selene Peres Nunes, pela Universidade de Brasília, que foi uma das redatoras da Lei de Responsabilidade Fiscal...

A SRA. CRISTIANE SHIMIDT (*Fora do microfone*.) – E ela é Subsecretária da Receita.

O SR. FELIPE SALTO – Isso. Ela também é lá de Goiás, junto com a Cristiane, e traz um apanhado muito importante a este respeito de como nós fazemos regras e nos baseamos na experiência internacional, etc., e, depois, na prática, as regras não são observadas ou são modificadas ou são interpretadas de modos distintos para facilitar uma certa lassidão fiscal.

Então, esse era o recado que eu gostaria de deixar.

Quero agradecer, mais uma vez, e cumprimentar a todos os colegas aqui, dizendo que o fundamental é que nós tenhamos presente essa necessidade de preservar as regras do jogo. Isso é importante não só do ponto de vista fiscalista, mas para que a gente tenha um ambiente propício ao crescimento econômico, com taxas de juros mais baixas, favoráveis ao crescimento. Então, a responsabilidade fiscal é o passo zero.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nós que agradecemos, Dr. Felipe Salto, Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente.

Agora, sim, eu chamo, para fazer as suas considerações finais, o último expositor, o Dr. Josué Alfredo Pellegrini, Consultor Legislativo aqui da Casa, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

São algumas observações finais, rapidamente. Eu reforço o ponto que a Pricilla e o Felipe colocaram agora: a importância e a necessidade de respeitar as regras fiscais e os limites. Esse projeto especificamente é...

Aparentemente, eu fico até mais tranquilo de ouvir a Pricilla e a Secretária Cristiane falando, pela credibilidade que elas têm, mas, assim, o efeito que existe não é direto, não é quantitativo, não é, talvez, nem significativo, é mais uma questão do tipo de incentivos que se criam, não especificamente, mas a sucessiva mudança de projetos. Ela cria a percepção de que não precisa cumprir a regra porque virá uma mudança lá na frente que vai contornar tudo. Então, é mais nesse sentido. Então, é um impacto mais sutil e mais indireto, não é uma coisa quantitativa e direta, e, desse ponto de vista, acaba afetando a União também, porque, se um conjunto pode ter uma postura fiscal menos prudente, inevitavelmente, mais hora, menos hora, vai acabar batendo lá na União de algum modo: ou com uma ajuda direta ou com uma redução dos encargos da dívida ou honrando garantias. É algo muito indireto, vai acontecendo... É uma questão cumulativa, um conjunto de acontecimentos que vai criando um determinado ambiente com um determinado conjunto de incentivos. Então, foi mais nesse sentido que eu falei, não especificamente com relação ao projeto.

No mais, eu quero agradecer a todos. Foi realmente um debate muito rico sobre o projeto. Eu espero que tenha ajudado o Senador Zequinha nesse árduo trabalho que o senhor tem aí de... Desculpe, no caso, o Senador Vanderlan, que é o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Exato.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Mas eu creio que esta audiência vai contribuir bastante.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Com certeza.

Obrigado, Dr. Josué.

Quero também agradecer aos Senadores que estiveram remotamente conosco – Senador Cid Gomes, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senador Luiz do Carmo, Senador Wellington Fagundes, Senador Antonio Anastasia, Senador Angelo Coronel, Senador Giordano, Senador Mecias de Jesus – e, presencialmente, à Senadora Maria Elisa. Obrigado pela presença. Agradeço ainda à turma do Comsefaz, com certeza aqui prestigiando a nossa Secretária: André Horta, Jorgina Guimarães e Mussoline Guedes. A todos vocês que vieram aqui colaborar, remota ou presencialmente – Dra. Pricilla, Dra. Cristiane, Dr. Felipe Salto, Dr. Josué Alfredo –, muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, José Aníbal, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Paulo Rocha e Irajá, e ainda dos Senadores não membros Rodrigo Cunha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Marcos Rogério, Fernando Collor, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 20ª, 21ª e 22ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1472, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo apresentado, contrário à Emenda nº 1 e com o acolhimento parcial da Emenda nº 2. **Resultado:** Após a leitura do relatório, é concedida vista coletiva para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 188, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4396, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 - CAE. **Observação:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5093, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa com Deficiência, para prever novos mecanismos de acessibilidade em favor das pessoas com deficiência visual." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 764, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o projeto com 15 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3825, de 2019 - Terminativo -** que: "Disciplina os serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 3949, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre transações com moedas virtuais e estabelece condições para o funcionamento das exchanges de criptoativos; e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de capitais, e a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 4207, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre os ativos virtuais e sobre as pessoas jurídicas que exerçam as atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão desses ativos virtuais, sobre crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais, bem como sobre o aumento de pena para o crime de "pirâmide financeira", e altera a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3825 de 2019, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 3949 de 2019 e 4207 de 2020. **Resultado:** Após a leitura do relatório, é concedida vista coletiva para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 6579, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, para incluir o Município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o projeto com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 63, de 2021** que: "Requer acesso aos autos do TC 028.391/2020-9, que trata da relicitação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN, para que se obtenham as informações necessárias ao acompanhamento do assunto por parte desta Casa." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 63/2021-CAE. **Observação:** O Requerimento segue para o Plenário para prosseguimento da tramitação. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 64, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública na CAE para debater solução tecnológica que permitirá o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recolhimento automático de impostos, combatendo sonegação e aliviando a carga fiscal sobre o consumo." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 64/2021-CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 67, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 4495, de 2020" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 67/2021-CAE. **ITEM 11 - Mensagem (SF) n° 72, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Curitiba, no Estado do Paraná e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 12 - Mensagem (SF) n° 73, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Saneamento e Recursos Hídricos de Indaiatuba/SP - RIO JUNDIAÍ LIMPO”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador José Aníbal. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o relatório, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 14, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Finanças Islâmicas" ." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 14/2021-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, a fim de que sejam prestadas informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis. Esta audiência atende ao Requerimento nº 57, de 2009, aprovado por esta Comissão em 9 de novembro.

Queria destacar a presença do Dr. Marcelo Guaranys, que veio representando o Ministro Paulo Guedes, da Economia; do Sr. Rafael Bastos da Silva, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representando o Ministro de Minas e Energia. Pediria que eles pudessem se sentar aqui e que fossem colocadas as placas nominando cada um dos representantes, por favor.

O Sr. Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras, está no sistema remoto para participar. Já participam, também, a Senadora Maria Eliza, o Senador Vanderlan Cardoso. Está no sistema remoto, também, o Sr. Rafael Bastos da Silva.

Vamos iniciar dando àqueles que foram convidados o tempo de 15 minutos para que possam fazer sua exposição. Claro que 15 minutos com tolerância. Nós temos aqui, por norma, sempre aceitar as razões daqueles que, não tendo explicado em 15, podem explicar com um tempo maior, sem nenhum problema, para que possam fazer as suas explanações a respeito desse tema, que é um tema hoje muito caro para a sociedade brasileira, para todos aqueles que vivem neste País e que têm dificuldades enormes, hoje, com o aumento dos combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma queixa geral da sociedade, não só dos caminhoneiros, dos que trabalham no dia a dia de Uber ou táxi, dos usuários, tanto de gasolina quanto de outros combustíveis, do álcool da mesma forma, que é um produto brasileiro.

Portanto, vou começar agradecendo a disponibilidade do Presidente da Petrobras, o General Joaquim Silva e Luna. Que ele possa fazer a sua explanação a respeito do tema. Como eu falei, Presidente Silva e Luna, são 15 minutos, mas, claro, teremos sempre a tolerância para ouvir as razões que serão colocadas por V. Sa.

Com a palavra o Presidente da Petrobras.

Os Parlamentares podem buscar inscrição. Serão inscritos por ordem de iniciativa de cada um deles.

General Silva e Luna.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e autor do requerimento, a quem me antecipo em agradecer pela oportunidade que V. Exa. nos oferece, oferece à Petrobras para falar de tema tão sensível, tão importante, como V. Exa. destacou, para a nossa sociedade, particularmente neste momento; Exmo. Sr. Vanderlan Cardoso, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Senado; Exmo. Sr. Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso; Exmo. Sr. Eduardo Braga, ex-Ministro de Minas e Energia e Governador na época em que eu era Comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé, em nome de quem saúdo a todos os excelentíssimos senhores membros da CAE, Comissão de alta relevância para o Senado Federal, particularmente nesse contexto que estamos vivendo. Cumprimento também os demais convidados a esta audiência pública: Sr. Marcelo Guaranys, Secretário Executivo do Ministério da Economia; e Rafael Bastos, Secretário de Petróleo e Gás Natural do nosso Ministério de Minas e Energia. (*Pausa.*)

Estamos batalhando aqui, Senador, para a projeção... (*Pausa.*)

Conforme nosso Presidente destacou, a ideia é prestar informações sobre o preço de combustíveis, atendendo ao requerimento da CAE.

Começo fazendo um contexto muito rápido, colocando o ano de 2021, em que nós sabemos que o mundo está globalizado, mas está também interconectado e interdependente. Vivemos um contexto, nos anos de 2020 e 2021, em que a pandemia e o combate a ela nos colocou numa posição diferenciada no corrente ano. Tivemos aí, como consequência, um choque de demanda elevada, com uma oferta inferior à demanda no ano de 2021.

A consequência é uma escalada de preço muito grande das commodities, particularmente do petróleo, uma inflação elevada, uma crise hídrica, que foi um caso especial do Brasil, embora os outros fenômenos tenham afetado o mundo inteiro; a desvalorização do dólar em relação praticamente aos mercados emergentes e, no Brasil, isso ficou muito bem caracterizado.

Então, dentro desse mesmo contexto, a venda de refinarias, em que pega um processo de transição, onde a Petrobras está concluindo a venda de três delas: uma no Amazonas, outra no Paraná e outra na Bahia, passando, trocando de mãos, aumentando a competitividade dentro do nosso País na parte de refino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todo o assunto que nós vamos tratar nos próximos 15 eslaides, Sr. Presidente, trata desse contexto. Então, é nesse contexto que a gente vai situar a nossa argumentação.

Começamos por mostrar o que era a Petrobras de ontem, a que uma parte da sociedade ainda está presa, e a Petrobras de hoje. Houve uma evolução muito grande para a abertura do mercado. Até 1997, antes da Lei do Petróleo, a Petrobras executava pesquisa, exploração, refino, transporte, importação e monopólio... era um monopólio total da União, sem concorrência no setor.

A partir de 1997, a União permite que se licite a concessão de áreas petrolíferas para o mercado, fica estabelecido o regime de livre concorrência no mercado. Em consequência, o fim da autorização legal para que a União estabelecesse as diretrizes de reajustes de preços, que passam a ser determinadas pelo mercado. Ou seja, há 24 anos não existe monopólio. Então, a afirmação de que a Petrobras é um monopólio não está correta. A Petrobras compete livremente com outros atores do mercado.

Uma segunda ideia que seria importante repassar é que a Petrobras é uma empresa estatal, de administração indireta, classificada como sociedade de economia mista, já que ela está no mercado de ações. A legislação que suporta a postura que a Petrobras tem hoje poderia se caracterizar aí em quatro leis: a própria Constituição Federal, através do seu art. 173; a Lei do Petróleo, de 1997; a Lei das Estatais, de 2016 e a própria Lei da Sociedade Anônima, de 1976.

Ela gera imposições legais que a Petrobras tem que cumprir. A Petrobras tem que atuar como uma empresa privada, a Petrobras tem que praticar preços de mercado e a aplicação artificial, ou seja, de políticas públicas, só pode ocorrer mediante prévio contrato com o acionista controlador. E no caso de isso acontecer – a aplicação de preço artificial –, a Petrobras tem que ser ressarcida, conforme o contrato que fizer com o acionista do controlador.

Quero lembrar que, em 2018, isso aconteceu. No período da greve dos caminhoneiros, ainda no Governo Temer, isso foi feito. A Petrobras foi ressarcida num valor da ordem de R$6,8 bilhões por ter praticado um preço controlado.

Ela tem o seu capital aberto: 37% desse capital pertence à União e 63% são de acionistas minoritários.

Vale destacar que, na B3, nossa bolsa de valores, da ordem de 750 mil desses acionistas minoritários são pessoas físicas que depositam lá seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e as suas esperanças. São esses acionistas, além da União, que são beneficiados quando a empresa tem, no seu balanço, condições de pagar dividendos, o que já ocorre neste ano, com melhores condições ainda.

Temos muitos órgãos de controle, mais de 20 órgãos de controle, considerando que a empresa é estatal e de economia mista. Então, temos aí – só citando alguns – o STF; o TCU; a CGU; o próprio Conselho Nacional, como estamos fazendo agora; a Comissão de Valores Mobiliários; a SEC, que é a Comissão de Valores Mobiliários americana (Securities and Exchange Commission); o Departamento de Justiça americano e também o brasileiro; temos a KPMG, que controla nossas contas; o Cade; a ANP; o Ibama; a Antaq; o CNPE; a Abicom; a Abegás; a própria mídia, que nos acompanha diariamente; a Assembleia Geral de Acionistas; o nosso Conselho de Administração; os comitês desse controle; a Diretoria Executiva; e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma Diretoria de Governança e Conformidade, que atua, independentemente, dentro da nossa Diretoria Executiva.

A Petrobras acompanha preços de mercado, e preço de mercado, como sabemos, é o resultado do equilíbrio entre oferta e demanda.

O Brasil é importador de combustível, de derivado de petróleo. A PPI é apenas uma referência – é bom que isso fique bem claro. O preço é uma equação em que a PPI é uma das suas variáveis, é um dos termos dessa equação. E os fatores que determinam os preços dos combustíveis dependem, como já dissemos, de várias variáveis. A Petrobras reajusta os preços dos combustíveis observando estas variáveis: o mercado externo e o mercado interno, como eles se comportam – no caso do mercado externo, observamos, particularmente, três grandes mercados, que são os Estados Unidos, a Europa e a Ásia –; a competição entre produtores e importadores; e a variação também do preço do Brent no mercado mundial, observando se se trata de um fenômeno conjuntural ou estrutural.

Quando se trata de uma avaliação conjuntural, a gente não faz essa alteração. Chegamos a ficar 95 dias sem alterar preço de combustível – desde que eu estou aqui, na Presidência da Petrobras, ou seja, nesses últimos sete meses –, sem alterar preço do GLP, e ficamos 85 dias sem alterar preço de diesel e 56 dias sem alterar preço de gasolina.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Significa que não repassamos essa volatilidade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O Presidente da Petrobras falou, com ênfase, que ficaram 90 dias sem alterar o preço do combustível?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – O preço do GLP, corrijo.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Noventa dias?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Noventa e dois dias.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mas eu acho que não tinha que ser alterado o preço em 90 dias. O salário do trabalhador brasileiro não é alterado a cada 90 dias, como é aumentado o preço do combustível hoje quase que diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar, deixe-o concluir.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não. É porque se fala com uma ênfase que "passamos 92 dias sem alterar o preço", como se fosse algo sobrenatural, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não é nada de sobrenatural 90 dias! É uma brincadeira a pessoa achar que está fazendo um grande favor aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concordo com V. Exa. Vamos esperar que o Presidente possa concluir. Depois...

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Eu concluo já dizendo o seguinte: ela tem que praticar preço de mercado. A Petrobras tem que praticar preço de mercado, ou seja, a gente atua naquelas mudanças que são estruturais e que são conjunturais. Quando se trata de uma mudança estrutural, não repassamos esse preço de imediato. Temos competitividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma série de ações da Abicom, da Abegás em que eles fazem cotação. Então, os importadores precisam ter um preço competitivo dentro do Brasil, senão eles não conseguem fazer importação para cá.

Comecei dizendo que parte dos combustíveis nossos são importados. Nós vamos chegar mais adiante, e, talvez, essa resposta seja dada ao longo da apresentação. A apresentação é breve. (*Pausa.*)

Estou com dificuldade aqui na nossa apresentação.

Então, os bons resultados da Petrobras retornam para a sociedade através de investimentos, através de dividendos e como uma empresa forte. Através de investimentos, com a demanda para a indústria nacional, geração de empregos – a gente tem um levantamento feito: para cada R$1 milhão colocados, há a ordem de 10 mil empregos criados –; arrecadação de impostos da cadeia de suprimentos; e um avanço muito grande na área tecnológica.

A Petrobras é referência mundial na área de exploração em águas profundas. Possui 955 patentes ativas – é o maior número no País – e já ganhou quatro prêmios internacionais. Estive há dois meses nos Estados Unidos para receber um dos prêmios, como empresa de melhor performance em exploração em águas profundas, pela OTC.

A parte de dividendos são recursos para investimentos em políticas públicas e para projetos em desenvolvimento no País. A Petrobras não pode fazer política pública, mas, gerando dividendos, ela passa recursos para a União, que poderá fazer isto: construir pontes, fazer aeroportos, distribuir água. Pode fazer tudo isso através de recursos gerados pela Petrobras.

Como uma empresa forte, ela tem arrecadação de impostos e de tributos para a União e para os Municípios.

Sobre questões conjunturais e estruturais, tratamos de problemas diferentes com soluções diferentes.

Tivemos uma forte crise de pandemia em 2020, que nós acompanhamos, em que o preço nos Estados Unidos do diesel foi abaixo de zero. Pagava-se para se depositar combustível nos tanques.

Em 2021, temos um preço também, com informações dos Estados Unidos, acima de US$80. A variação é desse tamanho. E como a Petrobras está inserida no mercado mundial e o petróleo é uma *commodity*, ele sofre as consequências disso.

À época, foram tomadas algumas ações conjunturais pelo Brasil, acertadamente, mais do que acertadas: eliminação de tributos federais, do GLP e do diesel – a do GLP continua –; redução da percentual do biodiesel, do diesel, saindo de 13% para 10%; auxílio para famílias de baixa renda, com a aquisição do vale-gás, agora, do GLP – logicamente, todos nós ficamos felizes com a celeridade que foi dada a esse tema, com o resultado já alcançado –; e propostas para a redução do ICMS, que está em estudo, dentro desta Casa, praticamente do nosso Senado.

Em termos de ações estruturais, temos a visão do Plano Brasil, com a abertura do mercado, tornando-o cada vez mais competitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos o nosso CNP, delineando planejamento de políticas estratégicas, e o Cade, que firmou com a Petrobras, ou a Petrobras firmou com ele, um termo de compromisso, para a abertura do segmento de refino, para aumentar exatamente a competição de novos agentes.

Temos três refinarias, oito estão sendo vendidas e, dessas oito, três já estão com o seu processo na fase de conclusão. Então, mais investidores, sabemos, mais investimentos, maior competição, maior oferta, menor preço. Essa é a equação que se segue.

A Petrobras vai do poço aos postos de distribuição. Para que esse combustível chegue ao posto, investimentos de bilhões de dólares são feitos e começam dez anos antes de uma molécula de gás, de gasolina, chegar ao posto, para chegar ao consumidor.

Temos uma fase de exploração, em que a Petrobras participa, com outras empresas do mundo, de um processo de licitação para adquirir campos, e aí correr o risco de encontrar ou não petróleo nesses campos. A percentagem de acerto é variável, mas varia de 30% a 50% a possibilidade de êxito. Muitas vezes se investem bilhões de reais perfurando poço e ele dá seco, sem combustível.

E depois é feito todo esse percurso. Os investimentos são bilionários. Temos mais de 67 plataformas, mais de 5 mil postos, mais de 130 navios, participando desse afretamento, e quilômetros e quilômetros de oleodutos e gasodutos, até chegarmos a esse refino.

Não há monopólio – reforçamos isto: não há monopólio. A Petrobras não é a única supridora do mercado. Atribuir à Petrobras preço de combustível não é correto.

Vamos colocar um exemplo que, possivelmente, muitos no País não sabem. O consumidor tem opção. Pegamos o exemplo dos veículos leves: 80% da frota de veículos leves hoje no Brasil são *flex*. Vocês têm opções de escolha para abastecer. A gasolina produzida pela Petrobras representa apenas 40%; 9% é GNV; 23% é etanol hidratado, aquele que se coloca diretamente no carro; e 19% é o etanol anidro, aquele que é misturado à gasolina, que está em 27% esse percentual; e a outra parte, 13%, é gasolina que vem de importações de outras empresas.

Com relação ao diesel, esse percentual é maior. A contribuição da Petrobras é de 62%, 11% de biodiesel e as importações chegam a 27%. Então, a Petrobras não é a única supridora do mercado.

Quais são, hoje, as grandes importadoras de diesel e gasolina no Brasil? Estou citando como exemplo aí quatro: a Vibra, a Ipiranga, a Raízen, a Atem. A Vibra é aquela que antes era a BR, a BR Petrobras. Essa não pertence mais à Petrobras. A Petrobras responde por apenas uma fração nos preços de combustíveis no Brasil.

Aí temos um gráfico que é conhecido de V. Exas., em que a contribuição da Petrobras, no preço da gasolina, é de R$2,33. A outra parte é etanol, é distribuição, é revendas, tributos e ICMS.

Olhando para o diesel, é um pouco maior a contribuição no preço da Petrobras, de R$3,2; e outra parte também se refere aos itens que eu já nominei.

Olhando para reajuste de preço da gasolina, que foi o motivo desse requerimento, então, vamos analisar aqui alguns itens:

– total de reajustes: parcela da Petrobras, 15 reajustes; parcela feita na bomba, que chega ao consumidor, 38 reajustes – então, nem todos os reajustes que aparecem na bomba de combustível têm a ver com a Petrobras;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– aumentos realizados: 11 pela Petrobras; 34 feitos na bomba – estou falando do ano de 2021. Desses aí, dados da ANP, foram considerados apenas aqueles que são superiores a um centavo;

– variação do preço na bomba: parcela da Petrobras foi de 0,98 por litro; parcela na bomba, 2,24 por litro. Então, esse aumento não corresponde à Petrobras e está sendo colocado na conta dela.

Preços artificiais fragilizam o mercado – sabemos disso –; preços de mercado fortalecem o Brasil e fortalecem qualquer país. Temos questões judiciais por causa de preço de derivados. Temos 31 ações judiciais do passado contra a Petrobras. Estima-se que esse valor atual discutido gire em torno de bilhões de reais. Logicamente, corresponde a outro período; não é desse período presente que nós estamos falando.

Risco de desabastecimento. Como o Brasil importa 30% da sua demanda de derivados, preço artificialmente baixo pode desestimular importações e atendimento da nossa demanda. E a estabilidade regulatória sobre preços sabemos que afasta novos investidores e gera dificuldades para novos investimentos e para aumentar a capacidade de produção de combustível no País.

Há perseguições na mídia, bem recentes, e, com isso, têm-se perdido oportunidades de investimento. Recentemente, a ANP colocou 92 locais de exploração de petróleo e apenas 5 foram vendidos. E foi dado como causa disso aí uma insegurança momentânea. Recentemente também, o Ministério da Infraestrutura colocou num terminal de Alemoa, em Santos, duas áreas para serem leiloadas: apenas uma foi leiloada e somente houve um concorrente. Foi a Petrobras que ganhou essa concorrência, o que demonstra que qualquer instabilidade gera uma apreensão nos nossos investidores.

Aspectos que consideramos relevantes para análise conjuntural. O atual momento pode ser a última janela de oportunidades para investimentos de combustíveis fósseis, considerando a transição energética. Investimento em combustível fóssil demanda em torno de 30 anos e, se nós colocarmos hoje uma exploração, o resultado vai durar pelo menos mais 30 anos. E o Brasil precisa ser competitivo em nível mundial. Hoje corresponde a 3% da produção mundial e, se houver uma redução e o Brasil for competitivo, outras empresas virão explorar, particularmente, no nosso pré-sal, que é uma riqueza, aliás, que é uma reserva bastante grande, e precisa haver uma pressa nessa situação no pré-sal. Então, se for competitivo, em termos de qualidade desse petróleo, que é de qualidade, com baixo teor de enxofre, e também de grande eficiência, vamos ser competitivos, passando de três para quatro, para cinco a nossa participação no mercado mundial.

A eventual taxa de exportação de óleo bruto pode trazer insegurança jurídica e desestimular investimentos no Brasil, investimentos novos e aqueles que já estão sendo feito atualmente. Isso são percepções nossas.

Os leilões dos campos de Sépia e Atapu, que estão previstos agora para o dia 17 de dezembro, daqui mais um mês, podem se tornar menos atrativos, com risco de perdas de 11 bilhões daquela participação inicial, em que 7,7 bilhões são para os Estados. Então, achamos que uma insegurança pode gerar um risco desse.

E a criação de um fundo de estabilização é decisão de política pública. Entendemos que os dividendos da Petrobras podem contribuir muito para essa decisão, que é muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisada, neste momento, pelo nosso Senado, pelo nosso Governo Federal, pela nossa Câmara, pelo nosso Congresso.

Uma Petrobras forte – eu estou caminhando para o final – contribui ainda mais para o Brasil nesses tempos desafiadores. Sabiam que uma empresa forte contribui? E uma empresa é uma organização social. O que impacta a sociedade impacta a empresa.

Olhando para o ano de 2021, nós temos: pagamento de tributos previstos na ordem de R$201 bilhões, só no ano em curso; investimentos previstos na ordem de R$37,4 bilhões; dividendos pagos e já anunciados, somente para a União, na ordem de R$27,1 bilhões; pagamento de dívidas realizado este ano, R$161 bilhões. A Petrobras responde por 4% do PIB do Brasil, uma empresa sozinha responde por 4% do PIB do Brasil.

Petrobras: investimentos responsáveis – e destaco, qualifico responsável, porque tivemos muitos investimentos que não foram responsáveis e trouxeram prejuízo muito grande para a empresa, passando, durante um período, a ser a empresa mais endividada do planeta –, transformando recursos em riqueza. A Petrobras trabalha para que o abastecimento do mercado brasileiro deixe de ser uma preocupação e passe a ser uma oportunidade para todos os que quiserem participar.

E, concluindo, afirmo que a Petrobras não exerce monopólio e tem que praticar preços de mercado, conforme a legislação vigente. A prática de preços de mercado garante o abastecimento nacional de combustíveis e estimula a atração de investimentos. A empresa é fiscalizada por mais de uma dezena de órgãos e instituições de controle e possui uma robusta estrutura de governança e conformidade. A Petrobras retorna para a sociedade, em forma de investimentos, *royalties*, tributos e dividendos, todos os seus bons resultados.

Era isso aqui, Srs. Senadores, o que gostaríamos de apresentar nesta primeira apresentação inicial.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Presidente da Petrobras, General Joaquim Silva e Luna.

Nós temos, aqui, a inscrição dos Senadores Jean Paul Prates, Omar Aziz, Angelo Coronel e Esperidião Amin. Eu pergunto a V. Exas. se querem fazer a interpelação, agora, ao Presidente da Petrobras ou após as falas do Dr. Rafael Bastos da Silva e do Dr. Marcelo Guaranys.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, acho que é interessante fazer uma intercalação, porque os assuntos diferem um pouco. A Petrobras é uma empresa especial, e nós temos perguntas específicas direcionadas ao Presidente sobre o papel da empresa. Se não for muito incômodo, uma ou duas perguntas rápidas, para que ele responda, para que a gente não se estique demais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Perguntei a V. Exa., e V. Exa. decide fazer a pergunta imediatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu concedo a oportunidade, pela ordem de inscrição, ao Senador Jean Paul Prates; em seguida, o Senador Omar Aziz, o Senador Angelo Coronel e o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador. Dez minutos... (*Pausa.*)

Cinco minutos ou dez para perguntas?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acho que até para perguntas pode ser menos. O importante é que ele responda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como fui tolerante, aqui, com o Presidente da Petrobras, serei com V. Exa., é claro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. É importante ter tempo mais para a resposta do que para a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para a resposta, está bom.

Vamos lá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Vou ser objetivo, aqui não é lugar para a gente ficar fazendo discurso, e vocês já conhecem a minha opinião a respeito de muita coisa.

O Presidente da Petrobras, a quem agradeço, aqui, pela presença virtual entre nós, Presidente General Luna; também aos Secretários que estão, aqui, presentes conosco. Vê-se que ele tem uma formação militar nacionalista, certamente, que lhe ensinou que a Petrobras foi criada, justamente, com o objetivo de construir uma soberania nacional em energia, petróleo e gás, particularmente, e, também, buscando atingir autossuficiência em petróleo e gás, que, justamente, tinha o objetivo de fazer o País depender menos das importações e de proteger o País das oscilações internacionais.

A primeira pergunta seria saber se ele é consciente desses objetivos e se acha que a autossuficiência, realmente, é algo útil para o País e que pode ser usada em favor da competitividade dos nossos produtores industriais, agrícolas e, principalmente, do nosso povo brasileiro, que usa, inclusive, o gás de cozinha à farta. Então, a primeira pergunta é isto: qual a importância da autossuficiência e como ela pode ser exercida em favor do País?

O outro componente da existência da Petrobras é garantir o abastecimento em todo o Território nacional. Esse foi o objetivo e é esse o objetivo que nos faz manter a Petrobras como estatal. Se ela não tiver esses dois objetivos em mente, não faz sentido continuar existindo como estatal. Queria saber o que o General acha disso.

Em relação ao monopólio, concordo plenamente com o General. Acho fantástico que ele tenha vindo dizer que a Petrobras não é mais um monopólio e que – palavras dele – a Petrobras não é a única supridora do mercado, e o consumidor tem opção. Queria saber porquê, Presidente, a Petrobras não disse isso ao Cade, quando o Cade a acusou, justamente, de ser um monopólio do refino, palavras do próprio Cade. A meu ver, não existe monopólio de refino, mas existe monopólio em cima de algum mercado, monopólio do diesel no mercado tal, monopólio da gasolina no mercado "x" tal... Não existe monopólio do refino. Mas foi acusada de ser um monopólio do refino e, por isso, mandada vender oito refinarias, Senador Amin.

A Petrobras não se defendeu. Eu fui parte da equipe jurídica da Petrobras, e a ordem, na época dos anos 80 e 90, era que o jurídico da Petrobras apelasse até a última instância, a não ser que fosse autorizado pelo Presidente a fazer um acordo que seja benéfico para a empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem prevaricou na Petrobras ao não dizer a ela o que o Presidente acabou de dizer aqui, que a Petrobras não exerce hegemonia de mercado a ponto de ter que ser forçada a vender oito refinarias pelo Cade? *A contrario sensu*, se não foi o Cade ou se não foi por ordem do Cade, quem decidiu isso: a gestão da Petrobras ou o Governo Federal, como acionista controlador? Quem decidiu que a Petrobras tem que vender oito refinarias, e já o está fazendo, Senador Otto, no seu Estado, com a refinaria da Bahia? Quem decidiu isso e por quê? Estas são, por enquanto, as duas perguntas que eu tenho aqui para o Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – General Silva e Luna, V. Exa. está com a palavra.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Senador Jean Paul Prates. Excelente pergunta. Vou tentar ser bastante breve com as minhas respostas.

Primeiro, a importância da autossuficiência, não tenha dúvida. E nós terminamos nossa apresentação colocando que a Petrobras trabalha nesse sentido, para que haja mais investimento, mais investidores e, em vez de ser um problema a autossuficiência do País, como acontece em quase todo o mundo, passe a ser uma oportunidade para aqueles que queiram investir no nosso País. A garantia da autossuficiência da Petrobras na sua criação original fazia parte, inclusive, do seu corpo de responsabilidades. Atualmente, essa responsabilidade já foi retirada na atualização da missão da própria Petrobras como responsabilidade social, mas a Petrobras continua atenta a tudo isso, tanto é que colocamos como uma das nossas condições de variação de preço, quando há mudança, verificar exatamente a parte do mercado interno e o mercado externo, como está a capacidade de importação para manter esse abastecimento.

Nesse problema da crise hídrica que nós passamos mais recentemente, onde houve a necessidade de despachar uma quantidade grande de termelétricas que não estavam no mérito do Operador Nacional do Sistema, tivemos que dar uma contribuição muito grande importando bastante gás natural. Saímos de uma média de 44 navios para 101 navios, no sentido de preservar, de considerar a relevância de manter nosso mercado abastecido. Então, isso continua acontecendo.

Com relação ao monopólio, como está bem caracterizado, ele não existe desde 1997, e ele terminou, vamos dizer, de fato na parte de exploração e produção. Hoje, temos a ordem de 86 empresas explorando e produzindo petróleo no Brasil. Recentemente, observando na ANP, havia 56 que apresentaram resultados. No entanto, essa mesma quantidade de empresas não se manifestou na área de refino, então, o refino ficou restrito a muito poucas refinarias.

Em termos de construção de novas refinarias, considerando que é um investimento longo, de rendimento de longo prazo, e é incremental e depende do preço do petróleo adquirido pela refinaria, me pareceu que não houve incentivo. Então, a partir de uma série de denúncias de que a Petrobras praticava um preço que gerava dificuldades, o Cade estabeleceu um termo de compromisso de conduta com a Petrobras e isso foi definido para ela se desfazer, inclusive o prazo terminaria agora no final deste ano. Não foi possível cumprir esse prazo tendo em vista a atratividade do preço. Foram vendidas três delas, concluída agora a venda; três tiveram seus valores aquém daquilo que foi proposto; as outras duas ainda estão em processo, num momento bastante avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o Brasil é grande demais para ficar dependendo de uma só empresa, embora seja uma grande empresa. E a diretriz do nosso Conselho Nacional de Política Energética é muito clara com relação à participação, no mercado aberto, com muitos participadores. Então, entendemos que a Petrobras está seguindo a lei. Já dizia Ruy Barbosa: "Com a lei, pela lei e dentro da lei, porque, fora da lei não há salvação". Então, estamos cumprindo a lei.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Presidente da Petrobras, infelizmente eu não compreendi nada da sua resposta. Não entendi onde está a vantagem da autossuficiência, me desculpe. Quando o senhor diz que autossuficiência é uma oportunidade e que a Petrobras está importando cada vez mais, eu não vejo absolutamente nenhuma conexão com a vantagem da autossuficiência.

O que eu queria ouvir é que a autossuficiência em petróleo, Senador Oriovisto, aproveitasse ao agronegócio brasileiro baixando o preço do frete para nós, porque produzimos a maior parte do nosso petróleo e refinamos a maior parte do nosso diesel em Território nacional, com boa parte dos componentes dessa cadeia produtiva pagos em reais. Se autossuficiência é jogada fora por um PPI em que a gente pratica internamente, Presidente Otto, um preço internacional de todos os combustíveis dentro do Território nacional, onde está a vantagem, onde está o amortecimento das oscilações dos preços internacionais, das guerras, das intempéries, dos furacões, etc., etc.? Onde estão atendidos os objetivos de Getúlio Vargas, de José Sarney, de Artur da Costa e Silva, de qualquer desses Presidentes?

Eu pergunto sempre: qual é o ponto de conexão na história entre Artur da Costa e Silva e Lula? É porque ambos perseguiram a autossuficiência do Brasil através da Petrobras. Entre Getúlio Vargas e Collor? Entre Itamar Franco e Juscelino Kubitschek, fora ter nascido em Minas? Todos os militares, civis, democratas ou não, Presidente, desde Getúlio, desde a criação da Petrobras, perseguiram a autossuficiência através da Petrobras. Para quê? Para conquistar a possibilidade de ter um preço diferenciado eventualmente, não totalmente desgarrado do mercado internacional, é bom que se diga, para não virar uma Venezuela, não é isso que se preconiza aqui, mas pelo menos manejar um pouco do componente do preço internacional do petróleo aqui dentro. Então, não entendi absolutamente.

Entendi menos ainda a resposta sobre o refino, porque, como eu disse, não há monopólio de refino; há monopólio do mercado de diesel em um determinado lugar, ou que seja, o Brasil todo.

Mas o diesel, a gasolina e o GLP têm duas origens pelo menos: as refinarias, e se quisesse dividir, refinaria Petrobras e refinaria não Petrobras, e os importadores. Se o Presidente da Petrobras acaba de reconhecer que a Petrobras, no mercado de gasolina, tem só 40% do *market share*, como é que ele está dizendo que ela é dominante a ponto de fazer preço? Onde as acusações de quem quer que seja levaram a Petrobras a vender refinarias? Lá no Maranhão, um ponto eventual, num eventual episódio.

Mas veja a falta de lógica, Presidente Otto: se o preço do mercado brasileiro é o preço internacional, Senador Eduardo, lá em Manaus, se o preço é o preço internacional, como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Petrobras estaria exercendo dominância de mercado, se o preço é o preço internacional? Não faz o menor sentido essa alegação do Cade, e menos sentido faz ainda a Petrobras se escudar numa decisão do Cade que jamais foi estudada e jamais foi contestada. Não houve estudo de mercado para sustentar essa decisão. Foi uma impressão que o Cade teve. O Cade acordou e disse, "eu tenho a impressão de que a Petrobras é dominante no diesel e na gasolina. Manda vender refinaria." A Petrobras foi lá e disse, "ok, eu vou vender". Não contestou nada.

E eu estou frisando esse ponto, pessoal, porque esse ponto está na base desse processo do PPI. É a venda das refinarias que faz o Governo lutar tanto para manter esse PPI, em detrimento do preço nacional e da população brasileira. Ele quer manter a possibilidade totalmente aberta, sem ter nenhum trabalho para fazer, o complexo trabalho de coadunar preço interno com interesse de investidor numa refinaria. Pode até querer vender uma refinaria ou outra, nem sou contra; mas criar um ambiente disso não requer necessariamente penalizar a dona de casa, para ela não ter gás de cozinha para cozinhar e ter que cozinhar com lenha.

Não é preciso fazer esse esforço todo. Isso é preguiça e incompetência. Preguiça e incompetência desse Governo. Desculpem-me usar essas palavras fortes, mas é que há muito tempo isso está em voga e tem origem nesse processo do Cade, de mandar vender refinarias, que não faz o menor sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Pergunto ao Presidente Silva e Luna se ele deseja ainda falar sobre as colocações do Senador Jean Paul Prates.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, eu acho que o nosso Senador foi bastante explícito na sua percepção.

O nosso entendimento é de que a autossuficiência é estimulada por novos investidores. Com novos investidores, vai vir.

E a Petrobras é autossuficiente em produção de diesel, aliás, em produção de petróleo, mas não é em refino, exatamente porque parte da produção são 13 refinarias, e as 13 refinarias não refinam a quantidade necessária para o consumo do Brasil. A ideia de aumentar a quantidade, permitir que outros investidores façam investimento em refino é exatamente para aumentar essa capacidade, ou construção de novas refinarias, ou ampliar as existentes. E aí, sim, abastecer todo o mercado.

A Petrobras pretende ficar, nesse acordo feito, com cinco refinarias aqui no Sul, as quatro de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

Mas eu tenho a impressão de que a manifestação do nosso Senador está colocada, e a Petrobras apenas considera isso, que essa autossuficiência virá de novos investimentos, com novos investidores. E é isso que, de alguma forma, a nossa política energética está buscando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Presidente, eu perguntaria a V.Sa. só um dado que não sei se V.Sa. pode informar.

São 13 refinarias. O senhor sabe como estão funcionando? Com a capacidade instalada total? Qual o percentual que está funcionando? Por exemplo, o caso da refinaria de Mataripe, na Bahia, funciona hoje só com 60% da sua capacidade instalada. As outras também estão da mesma forma?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o que nós chamamos de Fut, o nosso Fator de Utilização da Refinaria, na média das 13 refinarias, é em torno de 90%. Nós tivemos essas paradas, que são programadas, e que estavam atrasadas por causa do problema da covid. Se atrasou um pouco isso aí, tivemos de fazer uma quantidade grande de paradas este ano, mas isso já retornou. Então, a média é em torno disso. Uma parada dessas é em torno de 30 dias e, depois, ela volta. Não foi feita durante a covid, porque uma parada dessa implica acrescentar uma ordem de três mil pessoas, colocando em risco a saúde dessas pessoas. Isso já foi concluído. Hoje, a média geral está em torno disso, desse fator de utilização da empresa. Pode ser que, momentaneamente, por um problema qualquer, um dia ou dois, ela tenha essa redução, mas em seguida se retoma. Então, nós estamos vivendo hoje um momento de capacidade máxima e com todas as refinarias funcionando.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – No caso específico da refinaria de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Omar com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – No caso específico, General e Presidente da Petrobras, da refinaria da cidade de Manaus. Nós temos ali um...Na área de fazer uma ampliação e uma reformulação direta, porque há muito tempo não se faz investimentos nesse sentido.

Mas o que me chama a atenção, General e Presidente, é que o senhor colocou que a União tem 37% das ações da Petrobras e de acionistas tem 63%. É correto o que estou lhe falando?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Correto.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Aí vamos aqui a uma coisa que me chama muita a atenção. Por isso é que a gente tem que ver qual é a política de Petrobras em relação aos brasileiros. E aí, General, o senhor me desculpe: Rui Barbosa disse que a lei tem que ser cumprida. Mas uma lei que prejudique a população brasileira, sendo nacionalista como o senhor é....Se a lei está prejudicando o povo brasileiro, é obrigação sua pedir para que se mude a lei para não prejudicar o brasileiro. Essa é a primeira questão. Então, não adianta a gente, aqui, citar frases se, na prática, o nacionalismo não funciona, funciona para os acionistas. Vou mostrar isso aqui. Veja bem: tributos previstos, Senador Otto, 201 bilhões, entre tributos estaduais, municipais, federais e outras coisas mais. Está previsto investimento da ordem de 37 bilhões. Correto, General?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Previsão. Não execução. Está bom? Agora, se o pagamento de dividendos para a União é de 27 bilhões, que obtém somente 37% do capital da Petrobras, a gente tem 63% de acionistas. Isso deve, praticamente, dobrar. De 27 vai para quase 50 bilhões de dividendos.

Então, de 50 bilhões de dividendos para acionistas e mais R$27 bilhões para o Governo dá mais de R$70 bilhões – e isso não é previsão, isso são os dividendos que são distribuídos no final do ano –, enquanto a previsão é somente de R$37 bilhões para investimentos.

Existe, na Petrobras, uma clara política de beneficiar acionistas e o próprio Governo, em detrimento dos investimentos que eram necessários para que a gente tivesse modernizado as nossas plantas, principalmente da refinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a questão ambiental é muito importante. O Maranhão, por exemplo, não produz petróleo, mas tem uma refinaria moderna lá. O Amazonas produz petróleo, é um dos maiores produtores de petróleo em terra firme, tem 17 campos de gás para serem explorados. A Agência Nacional do Petróleo colocou em leilão, somente três foram comprados. Nós podemos ter autossuficiência, sim, se a gente investir, mas não há investimento.

Vejam só: a nossa autossuficiência, Senador Jean, é porque os dividendos são duas ou três vezes maiores para os acionistas e para a Petrobras do que investimento. É lógico! É só lucro, lucro e lucro!

Essa política, general, é uma política anti Brasil, é uma política antinacional, é uma política contra o povo brasileiro. Era necessário – e aí eu estou dizendo a previsão, Senador Otto –, era importante os técnicos da Petrobras dizerem aqui, em números reais, qual foi o investimento da Petrobras em 2021. Previsão, R$37 bilhões; já os dividendos, R$70 bilhões entre Petrobras e acionistas. Essa política é uma política contra os brasileiros, a favor do lucro.

A Petrobras é uma estatal com investimento particular, mas ela tem uma razão de existir desde Getúlio Vargas: é a autonomia. E isso aí, como dito pelo Senador Jean, em todos os governos, inclusive os governos militares que lutaram por isso.

E nós, que somos de uma região... E o general, que tem todo o nosso respeito, assim como aqueles que serviram na Amazônia, que contribuíram para desenvolver a Amazônia, tenho certeza absoluta de que sabe do potencial de gás e petróleo da Amazônia, principalmente no Estado do Amazonas. Então, não dá para se discutir, Senador Otto, enquanto os dividendos da Petrobras forem duas vezes, quiçá mais, do que os investimentos que são feitos anualmente, de previsão.

Então, eu espero que o Presidente da Petrobras possa me encaminhar e a esta Comissão o valor exato de investimentos em 2021, porque o valor exato, que não é previsão, nós já temos dos dividendos da Petrobras.

Sem essa discussão, sem aprofundar essa discussão entre investimentos e dividendos, qual é a política... As leis são feitas, mas, quando estão erradas, elas podem ser modificadas. E eu proponho ao general, que agora diz que está cumprindo a lei, que faça uma proposta para esta Comissão de qual é a lei que nós temos que mudar para que a gente possa realmente ter uma Petrobras a serviço do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Obrigado a V. Exa.

O Presidente Silva e Luna deseja fazer alguma...

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Senador Omar Aziz. O senhor é de uma região onde eu vivi 30 anos da minha vida.

Então, passei em todos os postos da minha carreira construindo estrada na Amazônia: 364, 174, em Rondônia, em Roraima. Eu conheço bastante a região, meus filhos foram nascidos no Território Federal de Rondônia, no Território Federal de Roraima. Então, conheço bastante a região, sou apaixonado por ela.

Hoje, eu sou um executivo de uma empresa estatal, uma empresa de administração indireta e uma sociedade anônima. Então, tenho que estar imbuído disso. Antes disso, lembro que eu era Ministro da Defesa; antes disso, eu era Diretor-Geral da Itaipu Binacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executando diferentes encargos e, em cada um eles, me amoldando às normas vigentes nessas entidades.

O Presidente da Petrobras, como eu estou vivendo nesse momento, no ano de 2021 está entregando ao Estado brasileiro 230 bilhões em tributos e dividendos. O que fazer com esse recurso... A Casa é a Casa da lei, ela vai definir como utilizar esse recurso.

Lembro que esse é o investimento deste ano. No entanto, o nosso planejamento estratégico, novamente, se coloca em cinco anos. Há muitos recursos que já estão comprometidos de anos anteriores, na contratação de uma plataforma, em atividades que já estão em andamento. Então, já há comprometimento de outros recursos.

Todo recurso da Petrobras ou está sendo investido para a parte de investimento, ou está pagando dívida ou está pagando dividendo. Ele não tem um outro caminho. Lembrar que até recentemente esses investimentos tiveram que ser menores porque estavam pagando dívidas. Dívidas de um momento infeliz que a Petrobras viveu, já superado – completamente superado – e, agora, pode, com orgulho, dizer que pode investir e cada vez mais contribuir com a sociedade brasileira.

Em termos de mudança de legislação, se houver o caso, entendo que quem melhor poderia fazer esse encaminhamento, se assim se entender, seria o nosso Ministério das Minas e Energia, que tem todos os seus órgãos capazes de fazer essas mudanças.

Mas eu agradeço a colocação feita pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor fala de investimentos previstos em anos anteriores, mas o que está previsto de investimento aqui concretamente são 37 bilhões, ou tem mais algum recurso que não está aqui para fazer investimento?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Não, tem investimento direto da Petrobras, que ela está fazendo.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mas está aqui, o senhor colocou 37 bilhões, correto?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Sim, mas...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Além desses 37, há alguma coisa a mais para investimento?

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Tudo aquilo que a Petrobras entrega para União, Estados e Municípios pode ser feito investimentos com ele, em diferentes áreas. O que a Petrobras investe direto é na sua atividade, na produção e exploração de petróleo...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – General, General, o que eu estou colocando é uma pergunta objetiva, não tem "se entrega para Município ou para Estado". Eu estou colocando aqui é o seguinte: a previsão de investimento para 2021, previsão... Eu não creio... Por isso que eu estou pedindo para que o senhor mande para cá, ou alguém da sua equipe mande e nos diga realmente qual foi o investimento feito em 2021. Não creio que foi de 37 bilhões, porque é previsão isso.

O que tem de concreto são os dividendos, isso não é previsão, isso é real, é real. E quando a gente fala em dolarização, é a política econômica do Governo que faz o dólar ficar mais alto, e aí quem sofre é a população brasileira: vem inflação, vem o aumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não dá para se vangloriar, dizendo que passou 90 dias sem reajuste nos combustíveis. Isso aí não é uma coisa que a gente tem que comemorar, pelo contrário, nós temos é que mudar essa política em que estamos hoje embrenhados, e não há uma política econômica que satisfaça a população brasileira.

Fala-se muito do combustível. Nós não temos autossuficiência ainda. Vamos ter? Não sei. Agora, tudo bem. O Governo diz que o ICMS – aqui não estou defendendo, pode reduzir, pode fazer o que quiser, o importante é que chegue ao consumidor mais barato – dos Estados tem aumentado. Agora, me explique. A equipe econômica tem me que explicar se o ICMS também aumenta o feijão, o arroz, a carne, porque esses bens, que são necessários diariamente para a população, também estão aumentando diariamente. Não é só o combustível. O combustível é uma coisa que reflete em outras produções importantes para o Brasil.

Mas volto a repetir: eu solicito ao General Presidente da Petrobras que peça à sua equipe que encaminhe a esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... se são realmente R$37 bilhões, se foram investidos R$37 bilhões e em que foram investidos esses R$37 bilhões.

E volto a repetir, para que fique muito claro aqui, nesta Comissão: os dividendos são praticamente o dobro dos investimentos hoje pela Petrobras. É uma brincadeira com um produto que é finito! O petróleo é finito, não é infinito! Então, hoje, R$70 bilhões de dividendos, por ano, a Petrobras dá ao Governo e aos acionistas, enquanto o povo brasileiro está sofrendo aí com a miséria, a fome e a desesperança. Isso é que nos preocupa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a petroleira mais lucrativa do mundo hoje em dia, além, inclusive, das privadas.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O melhor negócio do mundo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Otto, permita-me só um pequeno aparte ao Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Omar encerrou a participação dele.

Pela ordem... Eu vou seguir a ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vamos seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O próximo inscrito é o Senador Angelo Coronel.

Eu peço ao Presidente da Petrobras, o General Silva e Luna – os Senadores vão fazer as perguntas –, que vá anotando para depois responder.

Eu vou dar a oportunidade para todos falarem pela ordem de inscrição. Agora, o Senador Angelo Coronel e, depois, o Senador Esperidião Amin, o Senador Fernando Bezerra Coelho e o Senador Eduardo Braga. Se o Senador Oriovisto desejar, eu o inscrevo aqui, agora.

Então, Senador Angelo Coronel, por cinco minutos, para formular a pergunta.

O Presidente anota e, depois, vem e apresenta as razões que foram provocadas pelos Senadores.

Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ao final.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Bom dia.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu vou direto ao assunto.

Já que vi que, hoje, a reunião está concorrida; aliás, toda reunião da CAE é concorrida, sendo tão bem presidida pelo nosso nobre Presidente Otto Alencar.

Sr. Presidente Joaquim Luna, o abastecimento nacional de combustível é considerado atividade de utilidade pública – está no art. 1º da Lei nº 9.847, de outubro de 1999. Assim sendo, a produção e o refino não podem ser tratados como simples negócios privados, ainda mais no caso dos derivados de petróleo, Sr. Presidente, em que os preços apresentam altíssima volatilidade no mercado internacional e no caso de países como o Brasil, onde há alta volatilidade na taxa de câmbio. É a primeira pergunta, Presidente Joaquim.

A Petrobras tem adotado uma política de preço de paridade de importação. Desta forma, a estatal cobra preços pelo derivado como se todo ele fosse importado.

O Brasil é praticamente autossuficiente em derivados como óleo diesel e gasolina. Assim sendo, não faz sentido a Petrobras praticar a paridade de importação que tanto prejuízo traz à sociedade brasileira ao cobrar das distribuidoras um preço maior do que o do mercado internacional.

V. Exa. falou e eu concordo que, com o pré-sal, nós seremos praticamente autossuficientes. Se não me falha a memória, hoje, do pré-sal, já se extrai 68% do nosso consumo.

O custo de produção do pré-sal está em torno de US$6. Com os preços elevados já de outros campos, de outras províncias, vamos chegar a um preço médio de US$20. E olha que hoje estamos importando em torno de US$60, US$70 o barril.

O custo do diesel, segundo cálculos de especialistas, se nós praticamos o custo da nossa exploração, chegaríamos a R$1,41.

V. Exa. disse, Sr. Presidente Joaquim, que o preço que sai da Petrobras, até chegar às bombas dos postos de combustíveis, sofre praticamente uma alta aviltante. E, realmente, pela conta que V. Exa. fez, o preço fica bastante elevado. Então, o senhor quis dizer, na minha ótica, que os postos de combustíveis são os algozes do aumento de combustíveis.

Já vi que precisamos fazer uma CPI no Senado para investigar realmente onde está, quem é o algoz do preço de combustível para o consumidor brasileiro: se é a Petrobras, se são as distribuidoras ou se são os revendedores. É importante, Presidente Otto, que V. Exa. atenda logo este requerimento oral, para que a gente possa chegar a uma conclusão sobre quem realmente é o algoz do preço de combustível para o consumidor brasileiro.

Sr. Presidente Joaquim Luna, o senhor informou também que o Brasil importa 30% dos derivados. Eu vejo nisso uma certa contradição. Mas a minha proposta aqui – e o senhor na sua apresentação já foi contrário – é a criação de um imposto de exportação, que, a meu ver, seria uma das soluções para esse problema da alta do combustível nas bombas. Seria o ideal, porque, se cobrássemos o imposto de exportação para as empresas exportadoras do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óleo bruto, criaríamos um fundo de estabilização que talvez desse para fazer frente a essas altas quando realmente o dólar estourasse, como vem estourando, ou quando o preço do petróleo, consequentemente, acompanhasse o dólar, já que se trata de um *commoditie*.

Então, o senhor disse que o imposto de exportação, se for criado, vai causar uma insegurança jurídica. Eu não vejo o porquê da insegurança jurídica, porque, se uma empresa como a Shell faz uma exportação do óleo bruto hoje, já que ele é um grande exportador, se ele paga uma alíquota final em torno de 10%, o que vai acontecer com esse imposto? Ela pode dizer: "eu não posso pagar esse imposto". Mas também, se ela importa, vai fazer o *del credere*: ela vai abater o crédito da importação dos derivados contra o teto da importação do óleo bruto. Com essa diferença, se criaria um fundo, e com esse fundo, Presidente Otto Alencar, com certeza, a gente iria amenizar o preço que os consumidores têm pago nas bombas.

Então, eu fiz a pergunta ao Presidente da Petrobras: por que a insegurança jurídica que o senhor disse na criação dessa taxação do imposto de exportação do óleo bruto?

E também queria V. Exa. discorresse um pouco sobre quem é o algoz: Petrobras, distribuidor ou os postos de combustível para que esse preço do combustível chegue aviltante para os nossos consumidores brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está inscrito o Senador Esperidião Amin.

O Presidente vai anotando as perguntas e depois nós daremos a palavra para que ele possa responder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu vou procurar me ater ao tempo prescrito, mas não posso deixar de homenagear aqui o Senador Jean Paul.

Qual é a fonte especificada para o fundo de equilíbrio, no projeto de que o senhor é o Relator? É o Imposto de Exportação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por enquanto, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A única fonte que está explicitada. As outras são outras.

O tema desta reunião não se circunscreve ao que nós ouvimos do Presidente da Petrobras. O tema aqui é o reflexo social e econômico desta instabilidade do preço internacional. E eu queria me fixar a um número, que eu já mencionei em outra ocasião. No ano passado, o valor de um barril de petróleo era menos do que zero. Prestem atenção: menos de zero dólar, um barril de petróleo, porque não havia onde botar. Os navios estavam circulando e não tinham onde depositar o petróleo, porque não havia consumo, e a bomba lá estava sugando o petróleo do fundo da terra ou do mar. E agora chega a US$80. Então, se você não tiver um fundo de equilíbrio, e jogar isso para a bomba, vai acontecer isso que está acontecendo no Brasil, e a culpa não é da Petrobras. É culpa da política pública, de que nós somos responsáveis.

Quero lembrar que, na greve dos caminhoneiros de 2018, o Governo chegou perto de uma solução. Quando o Presidente Temer anunciou subsídio, Senador Fernando Bezerra, eu não estava aqui no Senado. O senhor estava? Chegou-se perto da solução. Nós temos que ter um fundo de equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a fonte? Eu não vou nem citar quais são as alternativas, mas a primeira delas é o *royalty* do petróleo. Ou nós vamos querer ver cidades, uma cidade receber R$1 bilhão, por ano – 1 bilhão, por ano, para uma cidade; eu não vou dar o nome –, porque ganhou na loteria? Confina com o mar e ali na frente tem uma boa safra. Uma cidade! Então, o fundo de equilíbrio é uma questão de política pública.

Quanto à Petrobras, eu quero aqui dizer o seguinte: para quem se lembra das manchetes da Petrobras, nos últimos oito anos, ou dez anos, eu acho que o General merece o meu aplauso, porque está fazendo, do ponto de vista de gestão, uma empresa que não é apenas uma estatal, é uma empresa que tem ações na bolsa de valores de Nova York, e isso já nos custou algum trocado, inclusive com decisões judiciais lá havidas.

Eu acho que a gestão da Petrobras está sendo aqui analisada com mais aspectos positivos do que negativos. Agora, a política pública – e isso é de responsabilidade nossa e do Governo, do Executivo – está falhando, especialmente pela falta de um fundo de equilíbrio que impeça essa oscilação doida de especulação e guerra, ameaças, especialmente dos países que detêm as maiores reservas. Basta dar um espirro, e o barril de petróleo vai lá para cima – e o Senador Jean Paul bem abordou isso em outras ocasiões. Isso tem que ter um amortecedor, e esse amortecedor nós não temos. É nosso dever prioritariamente criá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente fazer dois registros.

Primeiro, quero cumprimentar o Presidente, Senador Otto Alencar, que em boa hora tomou essa iniciativa de colocar esse debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Essa é uma preocupação hoje em todo o País, em função da pressão inflacionária em relação aos combustíveis, notadamente o diesel e a gasolina. Isso tem encarecido uma série de setores produtivos da nossa economia. E o Senador Otto, pela sua sensibilidade, recolhendo as apreensões de todos os Senadores membros desta Comissão, inaugurou em boa hora esse debate. Portanto, o primeiro registro é a iniciativa do Presidente da CAE, Senador Otto Alencar.

O segundo registro é ao Presidente da Petrobras, Silva e Luna. Na realidade, todos nós sabemos que o Presidente da Petrobras, por ser uma companhia mista, com ações listadas em bolsa, não está obrigado a aceitar eventuais convocações das Comissões técnicas do Senado Federal. Mas o Presidente da Petrobras se colocou à disposição para poder participar desse debate e, de fato, aqui está hoje, por via remota, trazendo informações sobre a Petrobras, sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Queria, Sr. Presidente, iniciar dizendo que, por tudo que aqui ouvi, pela exposição que foi feita, é importante que a gente possa fazer um registro do trabalho que foi feito pelo ex-Presidente Castello Branco e pelo atual Presidente Silva e Luna.

Na realidade, a Petrobras, na gestão do Governo do Presidente Bolsonaro, se desincumbiu de uma tarefa muito desafiadora: que foi reduzir dívida daquela empresa estatal. Os números eram astronômicos. Eu acabei de ouvir agora que a Petrobras é a mais lucrativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa do setor de petróleo do mundo! Que coisa boa! Porque, há quatro anos, a Petrobras era a empresa mais endividada do setor de petróleo. Na realidade, hoje, através de um plano bem definido de desmobilização de ativos, a Petrobras, com mais eficiência, com controle dos seus custos, retoma a sua capacidade de voltar a investir e de remunerar os seus acionistas.

Eu queria aqui trazer uma informação que já trouxe na reunião passada. A Petrobras tem 800 mil acionistas privados no Brasil. É a empresa que tem, ao lado do Banco Itaú, o maior número de acionistas privados. E é positivo a gente poder aqui estar testemunhando a capacidade financeira da Petrobras ser retomada para novos investimentos.

E queria, Sr. Presidente, dizer que acho que o Senador Jean Paul Prates tem diante de si um grande desafio, que é, de fato, tentar colocar de pé um fundo de estabilização que possa não desarrumar todo o marco legal que foi construído nos últimos anos para viabilizar os investimentos expressivos no setor de petróleo e gás neste País. Quem não se lembra? Há cinco, seis anos, o Estado do Rio de Janeiro estava quebrado, absolutamente quebrado. O desemprego grassava no setor da indústria de petróleo e gás no Rio de Janeiro e também em setores do Espírito Santo e de São Paulo. É importante, portanto, que a gente possa reconhecer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... as medidas legislativas tomadas tiveram como foco retomar os investimentos. E os investimentos foram retomados.

Portanto, eu queria, aqui nessa fase inicial, me pronunciar, me colocar contra a ideia de se criar esse fundo de estabilização a partir da criação do imposto sobre a exportação de óleo bruto, porque isso desarruma todo o marco legal que foi produzido.

E temos que voltar à COP 26, que acabou de ser encerrada. A pressão na COP 26 é para que se definisse que iria se encerrar a produção de energia tendo como fonte petróleo e carvão. Por causa da pressão da China e da Índia é que se colocou redução gradativa da produção de petróleo e carvão. Nós precisamos manter o Brasil como uma área atrativa para investimento na área de petróleo e gás para a gente tirar essa riqueza do chão, porque, se não, de nada adianta, o Brasil não vai se beneficiar, os *royalties* não serão pagos aos Estados e aos Municípios, os empregos não serão gerados.

Portanto, eu quero pedir a compreensão dos membros desta Comissão, sobretudo o cuidado, o zelo com que eu sei que o Senador Jean Paul Prates haverá de se dedicar, como assim fez no marco de ferrovias, procurando ouvir todas as opiniões, porque eu acho, Senador Otto Alencar, que a sua iniciativa é oportuna e, através do aprofundamento do debate, nós poderemos, sim, identificar outras formas de viabilizar esse fundo de estabilização.

Quero chamar a atenção: todo movimento de interferir em preços no mercado livre e competitivo termina trazendo distorções. Isso não foi neutro no passado, quando se tentou segurar o preço de combustíveis no Brasil. Nós quebramos a indústria sucroalcooleira. Diversas usinas em São Paulo, em Goiás, em Minas Gerais, em Pernambuco, em Alagoas entraram em processo de falência, de demissão, de desemprego porque se mexeu de forma artificial nos preços e desestimulou um combustível que é competitivo e que concorre com a gasolina, que é o álcool, que é o etanol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é preciso que a gente faça as reflexões todas com muito cuidado para que a gente possa responder a essa volatilidade, que exige uma resposta de uma política pública que seja eficaz e eficiente, mas que a gente evite promover distorções que só possam agravar e, em vez de serem solução, trazer desalento, desemprego e falência para setores da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, primeiramente, eu quero cumprimentá-lo e pedir permissão para tirar a máscara, tendo em vista que o microfone está higienizado.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar todas as autoridades, aqui, federais, na figura do Guaranys, que representa o Ministério da Economia, e do General Luna, Presidente da Petrobras.

Eu queria dizer que eu estou vindo do Alto Solimões, Presidente Otto, e, lá no Alto Solimões, um litro de gasolina está a R$8; uma botija de gás está a R$145; um litro de óleo diesel está a mais de R$7; etanol nem chega lá. Então, antes de falar em *royalty*, antes de falar em dividendo, vamos falar da fome, que tem pressa; vamos falar da inflação nas classes E, D, F, C, porque A e B se defendem. E não há nada que possa justificar a escalada que a tributação está fazendo sobre o preço do combustível.

Existem problemas de refino no Brasil? Existem. Por quê? Por falta de investimento. O Brasil é exportador de petróleo bruto e importador de derivado de combustível. O fundo de equalização – Senador Jean Paul Prates, eu pediria a atenção de V. Exa. – é necessário. Talvez a ideia de tributar a exportação, realmente, não seja a melhor, porque traria dificuldades internacionais.

Mas de que adianta o Brasil ter uma reserva cambial monstruosa se o povo está passando fome e a gasolina chega a R$8? Para que adianta nós termos quase US$400 bilhões de reserva cambial? Para que adianta nós termos criado a PPSA, que tem, hoje, o contrato de excedente de petróleo do pré-sal? O Governo sentado em cima deste patrimônio que vale mais de R$500 bilhões, e o povo passando fome, Presidente?

O principal acionista e o acionista majoritário da Petrobras é o povo brasileiro, representado pelo Governo brasileiro. Portanto, seja na Assembleia Geral, seja no Conselho de Administração da Empresa, é o povo brasileiro, representado pelo acionista majoritário, que é a União, que deve estabelecer políticas que garantam, de um lado, a rentabilidade da empresa – ninguém quer que a Petrobras quebre –, mas, de outro lado, o equilíbrio social, porque o preço da gasolina, Guaranys, impacta a todos! Lá no Alto Solimões, um índio que mora em Belém do Solimões precisa de 40 litros de gasolina por mês. A R$8, ele gasta R$320 por mês. O Bolsa Família hoje paga R$220. Ele ainda tem que arrumar mais R$100. Se o Auxílio Brasil passar, dos R$400 sobram R$80. Não dá para ele comprar botija de gás.

Então, vamos começar a entender que essa tal de PPI precisa ter uma neutralização. E a neutralização, se não pode ser pela tributação da importação, ela pode ser, por exemplo, com parte dos recursos da PPSA. Por que não? Consulta o povo brasileiro para perguntar se ele não quer a neutralidade da paridade cambial. Quer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, uma outra coisa, Guaranys: não dá mais para ter o efeito cascata de tributação, seja dos Estados, seja da União, em cima da gasolina, em cima do óleo diesel, em cima do gás de cozinha e em cima da energia elétrica. Presidente Otto, nós estamos pagando imposto sob a bandeira vermelha extraordinária. Esse é outro escândalo neste País.

Portanto, a minha proposta é no sentido de que tenhamos, sim, o fundo de equalização, talvez não com imposto sobre exportação, mas, sim, com recursos da PPSA, ou com uma parte dos recursos da nossa reserva cambial, porque isso é um fundo para equalizar. Esse não é um fundo para gastar, é um fundo para equalizar. Não é um fundo para gastar! Entende, Guaranys? Não é um fundo para gastar, mas isso é para acabar com o que está acontecendo de fome e de desespero! Isso impacta o preço do feijão, do arroz, do sal, do açúcar, a cesta básica. O óleo diesel impacta tudo, a gasolina impacta tudo e o GLP é fundamental. O gás de cozinha é fundamental. Ainda ontem o Presidente sancionou de volta um projeto que eu apresentei e foi apensado ao projeto do Carlos Zarattini. O Paulo Paim apresentou um outro. Os três projetos foram apensados e o Presidente sancionou de volta o vale-gás.

Só para concluir, Presidente, eu quero apenas dizer que, se nós fizéssemos a tributação com o mesmo percentual que existe hoje, monofásica – monofásica – no preço da distribuidora, nós estabilizaríamos o preço, com uma redução de no mínimo 30% para o consumidor. Se estabelecêssemos o fundo de equalização, nós equalizaríamos a paridade cambial e com isso nós voltaríamos a ter uma redução da inflação, e o preço do combustível não impactaria da forma dramática, desesperadora com que está impactando a todos, desde o motorista de Uber, que não está podendo... Eu conversei semana passada com lideranças de aplicativos, Ministro Guaranys, e sabe o que eles me disseram? Que há corrida em que eles recebem R$13, Presidente Otto, e que custa R$14 de combustível para fazer. Há algo de muito errado nisso, e o que está errado é não haver uma equalização para a política de paridade de preço internacional e, de outro lado, acabar o efeito cascata de tributação que existe, hoje, sobre os combustíveis, o gás de cozinha e também a energia elétrica.

Portanto, eu creio que a CAE prestará um grande serviço ao País se conseguirmos endereçar a solução desta vergonha nacional que é ter gasolina, nos lugares mais pobres do Brasil, a R$8.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Presidente da Petrobras, cumprimentar os demais colegas que me antecederam.

E quero trazer, neste debate, alguns dados que me parecem importantes. Falou-se muito aqui sobre o quanto a Petrobras investe, o quanto a Petrobras distribui. Eu acessei, há pouco, alguns dados e gostaria só de dar uma sequência de números, o que eu acho que vai ajudar o nosso debate.

Em 2017, a Petrobras não distribuiu nenhum centavo de lucro, pela simples e boa razão de que não teve lucro, o lucro dela foi zero. A Lei das S.As. obriga que pelo menos 25% do lucro nas ações PN sejam pagos. Isso acaba sendo uma imposição legal para todas as S.As.; não só para a Petrobras, para todas!

Então, em 2018, a Petrobras fez um lucro de 25,8 bilhões, distribuiu 7 bilhões; isso deu um pouco mais do que a obrigação legal, 27,19%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, ela fez 40 bilhões de lucro, distribuiu 10,57 bilhões, 26%, pouca coisa a mais que obrigação legal.

Em 2020, ela teve apenas 7 bilhões de lucro, distribuiu 10,2 bilhões, distribuiu 144,51% sobre o lucro, distribuiu mais que o lucro; usou caixa de anos anteriores, por óbvio.

Em 2021, ela está realmente com uma previsão de lucro muito interessante; ela deve fazer 75 bilhões de lucro, e está falando em distribuir 63,4 bilhões ou 84%.

Olha, a Petrobras tem um sócio majoritário, pelo menos com relação às ações que dão o comando, que nomeiam o Presidente, que é o Governo central. Ele tem 50,25, ou 25%, 80% das ações ordinárias, das ON, que são as que dão o controle, mas, como diz o Senador Bezerra, 64% do capital da Petrobras hoje é privado. Se a Petrobras não paga dividendos, esse capital privado simplesmente vende essas ações. Ninguém que compra ação da Petrobras compra por patriotismo; esqueçam isso! É uma empresa, trata-se de lucro. Se eu vou colocar – eu e qualquer um dos senhores –, se eu vou comprar R$1 milhão em ações da Petrobras, eu espero um retorno desse dinheiro, sob pena de eu pegar meu dinheiro e colocar em outro lugar ou em outras ações, ou na Caixa Econômica Federal, para ganhar o mínimo que seja, ou em títulos do Tesouro Nacional, sem interferência do banco, Tesouro Direto, para que não se comece a discutir banco aqui.

Esse acionista que tem o poder de mando, mas não tem a maioria do capital, gosta muito de dividendo, precisa muito de dinheiro. Então, é muito natural que a Petrobras seja pressionada a distribuir dividendos para o Governo Federal. Se ela não pagar os dividendos ao acionista majoritário, o acionista que tem poder de mando, o acionista majoritário pode simplesmente trocar o presidente, fazer o que bem entender. E, ela pagando ao acionista majoritário, obviamente terá que pagar a todos. Então, eu acho que o grande problema não está na Petrobras, o grande problema não está na Petrobras! O grande problema está na nossa política macro, nas interferências que sofre, nas exigências que deve obedecer do seu acionista majoritário.

E o grande problema que antecede... Todo mundo fala que o petróleo afeta tudo! Tudo bem, eu concordo isso. O petróleo afeta tudo! Afeta transporte, portanto, afeta quase tudo. Só que o que afeta o preço do petróleo? O dólar afeta o preço do petróleo. Só do petróleo? Não. O Brasil é autossuficiente em soja há muito tempo. O Brasil não só é autossuficiente em soja, como exporta soja para o mundo inteiro. E a soja para os brasileiros sofre influência do preço do dólar, porque a bolsa de Chicago acaba dando o preço internacional da soja.

"Ah, mas o petróleo é diferente, o petróleo tem a Opep, é um verdadeiro cartel, eles manipulam o preço. O preço da soja, não; é livre concorrência, etc. e tal". Tudo bem. Eu concordo com tudo isso, mas nós vivemos no mundo real. O Governo tem 28,67% do capital da Petrobras e tem o poder de mando nela. O BNDES tem 8% e os privados têm 64%. Se a Petrobras deixar essas ações caírem, ela terá um prejuízo enorme, terá um prejuízo enorme! O valor dela se esvai. Ela tem, sim, que pagar dividendos, não tem como escapar disso.

Então, tudo bem, temos que pensar em macroeconomia, temos que pensar em resolver os problemas nacionais, temos que pensar – talvez o Senador Jean Paul Prates esteja certo – num fundo de compensação. Também concordo com o Eduardo Braga que o imposto não é a melhor ideia, há outros recursos para isso. Mas simplesmente fazer da Petrobras um bode expiatório e achar que todos os problemas estão na Petrobras, desculpem, é uma análise muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superficial. A questão é muito mais profunda, e nós precisamos analisar isso com mais cuidado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muito bem.

Com a palavra o Presidente da Petrobras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, pela ordem aqui, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu queria apenas ter a oportunidade, como fui citado várias vezes aqui, não para mal, pelo contrário, mas apenas para construir a ideia e acatar sugestões e... Parece que estava desligado, não é? Então, já que fui citado algumas vezes aqui para bem, não para mal, felizmente, apenas para primeiro me conciliar aqui com as sugestões dos Senadores em relação à questão do fundo.

Nós, de fato, começamos a discussão – inclusive, Presidente, falamos a respeito disso – com a questão do imposto de exportação, mas absolutamente sem fechar a possibilidade de haver outras fontes ou até de substituí-lo por outro. Acho que é extremamente construtivo. Temos analisado a questão de o imposto de exportação ser uma faixa mais alta, de ser *royalty*, de participação especial, que é aquela que incide sobre campos altamente rentáveis, dividendos da Petrobras ou parte desses dividendos que o Governo aufere como acionista, a PPSA, a questão das reservas internacionais.

Então, vamos analisar isso juntos. Quero deixá-los tranquilos de que também, claro, sou consciente de que nós não devemos contaminar a cadeia produtiva da exploração e produção com um problema que, como bem disse o Senador Oriovisto, não se restringe à Petrobras. A Petrobras não é bode expiatório. E as minhas colocações iniciais tiveram também como objetivo analisar a própria decisão da Petrobras quanto a ela mesma, mas não culpá-la, necessariamente, pela questão do combustível. Evidentemente que quem manda na política de combustíveis, felizmente, ainda é o Governo Federal. O Governo Federal é o grande responsável por essa equação.

E também quero comentar um pouquinho sobre alguns dogmas que foram falados aqui e ali, porque é bom sempre esclarecer à pessoa que está nos ouvindo. Lucratividade e nível de endividamento não é uma matemática simples. Não é toda empresa que está tendo lucro que está sem dívida. Então, o nível de endividamento da Petrobras, em 2014, um pouco antes da Operação Lava Jato, era exatamente o nível equivalente aos grandes investimentos que ela tinha que fazer, uma vez que, em 2006, ela tinha acabado de anunciar grandes descobertas. Esta foi a empresa que mais teve que investir em desenvolvimento da produção para que hoje estivesse justamente produzindo 70% da produção nacional, através do pré-sal. Então, o que eu estou dizendo? Naquele momento, era necessário se endividar e não foi por causa de desvio, contrato, etc. Aquilo é uma parcela que deveria ser investigada, e foi, só que depois exacerbou e levou a toda essa questão da quebradeira aí, porque não soubemos preservar as empresas, os trabalhadores, os estaleiros, enfim, toda aquela situação que todos vimos. Poderíamos ter investigado e punido todas as eventuais operações daquela época sem, absolutamente, fazer nenhuma quebradeira, como aconteceu, mas aconteceu e temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lidar com isso agora. Mas o fato é que a lucratividade atual também tem a ver, principalmente, com a venda e a participação do óleo cru, justamente resultado daquele nível de investimento e endividamento necessário àquela época. Não foi a venda de ativos. Se você pegar a proporção da venda de ativos que a Petrobras promoveu, não dá quase nada em relação à contribuição para isso.

O que eu quero dizer com isso? É que a Petrobras está altamente lucrativa, porque, um, é uma das principais produtoras de uma reserva gigante que ela descobriu e que é uma das maiores descobertas no mundo nos últimos 40 anos; dois, porque está, sim, praticando preços no mercado brasileiro, que é cativo dela, acima do que ela poderia praticar. Então, ela hoje é muito lucrativa, porque ela está praticando preço. Inclusive quando está na baixa do preço do petróleo, ela continua subindo preço. O Senador Amin mencionou que o petróleo chegou a quase zero. Naquele dia, por exemplo, continuava subindo o preço no mercado interno. Então, ela está tirando o atraso em cima do povo brasileiro. É isso, Senador Eduardo, que está acontecendo.

Nós podíamos fazer... Quando eu disse que o Governo é preguiçoso e incompetente ao fazer isso, é porque cabe a ele criar essa solução conciliadora. Nós não precisamos deixar de pagar dividendo. A Petrobras precisa realmente pagar dividendo. Mas tem que ser esse dividendo tão alto assim neste momento em que o pessoal não está conseguindo comprar gás de cozinha? Tem que haver um meio-termo – essa é a nossa defesa –, tem que haver um meio-termo entre pagar dividendos altíssimos e a gente ter a pauperização do mercado de combustível, como a gente está tendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Jean Paul, só um apartezinho aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só um apartezinho.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O dividendo pode ser pago. Agora, a parte da União é que pode ser destinada...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... a benefícios sociais, ou seja, nós não temos que penalizar o minoritário; o minoritário não tem que ser penalizado! A União é que tem que pegar os seus R$26 bilhões, e em vez de fazer superávit primário...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E devolver...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... devolver para os verdadeiros donos, que é o povo brasileiro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Chegamos ao consenso exatamente em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente. Senador Jean Paul...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos justamente que isso aconteça e essa é uma tarefa do Governo, porque é o acionista... Não é a Petrobras que vai fazer voluntariamente isso. Eu critiquei a decisão do Cade porque para mim foi estranha até hoje a decisão de entregar oito refinarias, mas a Petrobras também não vai chegar lá e dizer: "olha, vou entregar meus dividendos aqui voluntariamente para vocês". Não faz muito sentido. Então, se ela não for conduzida a isso, não o fará. Era isso que eu tinha a dizer aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu passo a palavra ao Presidente Silva Luna.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. foi questionado aqui pelo Senador Angelo Coronel, Esperidião Amin, Fernando Bezerra, Eduardo Braga, Oriovisto e Jean Paul.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Vou tentar ser conciso na minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria só acrescentar ao senhor uma pergunta, que está no seu relatório, de que está colocado aqui reajuste do preço da gasolina em 2021. Itens analisados, parcela da Petrobras. Total de reajuste: 15; reflexo no consumidor: 38. Queria que V. Exa. pudesse explicar essa diferença aqui de total de reajuste da Petrobras, 15, e reflexo para o consumidor, 38. Então, nesse meio tem alguém faturando muito alto. Quando eu vejo aqui que a composição do preço da gasolina e do diesel entra de lucro R$0,77 para distribuição e revenda, é um número bem maior até do que cobra de PIS/Cofins o Governo Federal. Então, há alguma coisa errada na distribuição também, que é um monopólio aqui, do que eu vejo aqui, de quatro ou cinco empresas: a Shell, a Única....

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A BR Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hein? A BR foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A BR Distribuidora, que é a Vibra...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem a Vibra. Tem aqui um monopólio de cinco ou seis que dominam completamente o mercado. Então eu queria saber do Presidente da Petrobras se ele tem conhecimento disso, dessas empresas: Ipiranga, Vibra, Raízen, Atem, Única. Queria também que V. Sa. pudesse dar uma explicação nesse sentido, porque eu acho que R$0,77 dentro da composição do litro de óleo diesel e de gasolina para revenda e distribuição é um preço elevado.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Senador Presidente. Tivemos uma quantidade grande de Senadores cujas percepções, eu diria, convergem com o que a Petrobras pensa, pratica e tem feito. Percebi que a discussão foi em torno das próprias percepções sobre as quais o nosso Senado, através da sua Comissão de Assuntos Econômicos, está se debruçando e buscando caminhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo, então, fazendo uma explanação rápida sobre a pergunta de V. Exa., Presidente. Nós informamos o reajuste que a Petrobras fez ao longo deste ano e a maioria deles foi feita no início, naquela fase de transição que estava havendo do Presidente da companhia.

Depois, nós procuramos evitar a volatilidade, exatamente analisando essa passagem de volatilidade quando se caracterizava o movimento estrutural, e não conjuntural; seguramos todos os movimentos conjunturais. Nós estamos chegando agora a quase 30 dias – depois de amanhã se completam 30 dias – em que não há reajuste nenhum de preço de nenhum derivado de combustível, porque temos analisado essa alteração um pouco para cima, um pouco para baixo; vamos tentando equilibrar essa percepção. Tão logo se torne necessário, esse ajuste será feito.

Mas essa diferença pode ocorrer de 15 para 38 por várias razões. V. Exa. apresentou algumas delas com relação à revenda. Nós temos aí alguns componentes que integram esse preço que é o próprio etanol, o próprio biocombustível, que tiveram aumentos elevados. Mostramos que a sociedade tem opção, em termos de veículo leve, de abastecer com etanol, por exemplo, ou, então, abastecer com gasolina. Eu pessoalmente tenho um carro flex e, há quase um ano, eu não abasteço com etanol, porque não compensa, essa relação não compensa! Significa que, como é uma *commodity*, está sujeita a preço de mercado, lei de oferta e procura. Produzir açúcar, produzir etanol é uma decisão que cabe ao proprietário. Então, eu diria que há vários outros fatores; a Petrobras responde, no caso específico da gasolina, com esses R$2,83.

Agora, voltando aos nossos demais Senadores que nos honraram com suas perguntas, as exposições estão alinhadas com as nossas percepções, com relação a dividendo, com relação a lucro, com relação a investimentos, mas eu vou pontuar algumas respostas. Justamente como o Senador Angelo Coronel fez uma exposição sobre a venda das refinarias, quero lembrar que elas foram orientadas pelo CNPE, essa orientação veio do CNPE! Então, ela foi determinada por um termo de conduta que foi firmado com o Cade e ela foi validada, essa, pelo STF e pelo Tribunal de Contas da União. Então, temos que seguir as orientações do Estado brasileiro. A Petrobras, nesse aspecto, não tem outro tipo de opção, a não ser criar as condições para que aquilo que está definido como uma política organizada, em termos de uma... Isso foi muito bem destacado. Temos uma preocupação com o arcabouço jurídico que foi construído ao longo desse período, desde a criação da Petrobras até esse momento.

Para conforto dos senhores, eu diria que a Petrobras, com os seus 68 anos de existência, tem um aprendizado muito grande na área de exploração e produção, na área de refino, naquilo que ela produz e particularmente nos seus quadros, um aperfeiçoamento constante, tudo que há de desenvolvimento tecnológico, é um somatório de experiência e de vivência, a maior parte dela desenvolvida na própria Petrobras ou com parceria que faz com outras empresas que investem no Brasil, na área de exploração e produção.

Afianço que ela vive o seu melhor momento. Não tem nada a ver com a pessoa do Presidente, mas com um conjunto de ações que foram feitas no sentido de colocá-la no estado de governança e de conformidade que permite que ela possa dar lucro e ser, como foi dito – eu não sei, esse fato eu não tenho como checar –, a empresa de petróleo mais rentável do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se for, é um orgulho para todos nós. Significa que aquele item do art. 37 da Constituição Federal que fala de legalidade, impessoalidade, moralidade, cumplicidade e eficiência... A gente está cumprindo eficiência com qualidade. Estamos honrando a nossa Constituição. Então, estamos felizes com isso.

A venda das refinarias está alinhada com uma decisão. Reforçamos que parte do refino nós importamos. A Petrobras é autossuficiente há um bom tempo já na parte de produção de petróleo e ela exporta parte disso. Hoje, da ordem de 2,7 milhões de metros cúbicos... De metros cúbicos não, de barris de petróleo por dia são por ela produzidos e mais um milhão por outras empresas. Então, ela é autossuficiente, mas em derivados não é. E parte de derivados ela importa.

O Senador Angelo Coronel perguntou sobre que insegurança jurídica traria isso? Qualquer taxação, qualquer ação que fira a lei de mercado... Primeiro, ela vai de encontro à nossa legislação, ao nosso arcabouço jurídico. Ela assusta. Temos, agora pela frente, agora no dia 17 de dezembro, o leilão do excedente da produção incerta e acabou. Temos hoje 11 empresas das maiores do mundo querendo participar desse leilão, mas elas vão se basear nessa segurança jurídica que acreditam que exista. Elas podem participar junto à Petrobras. Eu cito aqui a Chevron, a Exxon, a Shell, a Total... Eu vou aos Estados Unidos, a Exxon também é nos Estados Unidos; a Shell, na Holanda; a Total, da França; a Equinor, da Noruega; a Qatar Petroleum, do Catar; as Petronas, da Malásia; a Galp, de Portugal; a Ecopetrol, da Colômbia; e a Qatar Petroleum. Estão todos concorrendo.

Se houver segurança jurídica, eles vão continuar; se não, vai acontecer com aconteceu com o leilão, semana passada, na praia de Santos, onde ninguém compareceu. Um investimento de alto valor e ninguém compareceu. Compareceu somente a própria Petrobras, que comprou uma das áreas e a outra não comprou. Vai acontecer como aconteceu com o leilão, quando apresentaram 92 áreas e foram vendidas cinco, as outras tiveram sobreprecificação. Então, o temor é pela segurança jurídica de qualquer tipo de taxação de exportação, de importação, qualquer coisa desse tipo. Então, entendemos que a lei do mercado é a melhor lei para cuidar desse tema.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin pela sua experiência, o conhecimento que ele demonstrou ali e sua perfeita percepção do que é a nossa Petrobras. A subida de preços atingiu todos os países do mundo.

A criação de um fundo de estabilização é uma iniciativa do Estado e logicamente uma iniciativa do nosso Congresso. Está em tramitação, está em estudo a forma de como colocar recurso nesse fundo. Entendo que a Petrobras contribui até com a lei dos *royalties*, debêntures, participações especiais, a forma como julgar interessante. Mas esse é um tema que cabe ao nosso Ministério da Economia e ao nosso próprio Congresso.

Nós entendemos que essa, no momento de dificuldade, é uma solução interessante. Alguns países já usaram, mas somente naqueles momentos necessários e para atender aquela parte da sociedade que é muito mais atingida, que são as famílias mais carentes, ou aqueles caminhoneiros que não têm contratos firmados, os caminhoneiros autônomos. Nós vimos que essa seria uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A colocação de subsídio – vivemos a experiência em 2018 –, naquele momento, era necessária, e o Governo depois teve que restituir da ordem de 7 bilhões a Petrobras, por um período curto, por ter subsidiado o preço de combustível.

Neste ano, temos dividendos a entregar. Passamos muito tempo, como também já foi analisado, sem pagar dividendos, porque estávamos pagando dívida. Esse recurso que hoje vai para a sociedade ia para pagar bancos, pagar dívidas.

Quero agradecer também ao nosso Líder Senador Fernando Bezerra pela sua colocação. A minha vinda a esta Comissão, Senador, é um orgulho para mim. O senhor disse que eu fui convidado a estar presente. Estou e estarei todas as vezes em que houver necessidade de informar para a Petrobras. Entendo que neste momento a Petrobras tem muita contribuição para dar aos grupos de trabalho que foram constituídos nesta Comissão ou onde julgar conveniente; nós colocaremos pessoas nossas para darem pareceres técnicos, ajudando na construção de uma solução. O nosso compromisso é com o Brasil. Entendemos que ganhamos todos nós. Ninguém deveria estar mais preocupado com esse tema do que a Petrobras, já que ela vive o dia a dia dessa dificuldade.

O senhor comentou sobre o imposto sobre exportação, o que seria uma preocupação. Nós concordamos com isto, que é um risco que podemos evitar de correr, particularmente, porque temos agora um leilão decerto que já está pouco...

Nosso Senador Eduardo Braga também, o senhor é um construtor de soluções – eu o conheço de outras jornadas –, e entendemos que as indicações que o senhor colocou aí estão perfeitas.

Com relação a preço, quero lembrar que o País é um continente. O senhor citou o caso lá de determinadas regiões mais bem ao norte do nosso País. E eu me lembro de que, numa ida ao Congresso, mas à Câmara, me foi colocado por um Deputado o preço do diesel lá numa área bem extremada do nosso País, em Marechal Bitencourt, em Costa Marques e em outras áreas da nossa região. Conheci tudo aquilo e rodei por todo o tempo. À época, como foi dito, 1 litro de gasolina estava R$8. Eu comprei ovo nessas regiões a R$5 e nunca achei que a responsabilidade era da galinha, mas comprei ovo nessa área a R$5, a unidade. Comprei ovo no Território Federal de Roraima também a R$3, R$4 à época. Então, o País é continental, tem uma logística muito complexa e chegar a esses determinados locais com combustível barato é difícil. O preço da Petrobras é o mesmo, e nós sabemos que toda essa logística, todo aquele que investe em transporte paga um preço muito caro para isso aqui. A Petrobras busca devolver aos Estado tudo aquilo que ela recebe. Este ano estão falando em 230 bilhões de dividendos para serem investidos, para a União investir.

Fizemos, recentemente, e estamos fazendo, em termos de GLP, dentro do nosso espaço de responsabilidade social, a colocação de 300 milhões para poder reforçar o vale-gás para as famílias carentes, o que demonstra a nossa preocupação com essa parte da sociedade que realmente está passando bastante dificuldade, dentro do nosso contexto de responsabilidade social.

Nosso Senador Oriovisto Guimarães, hoje, a Petrobras paga mais dividendos para retornar ao Estado brasileiro. Quando se pagam dividendos à União, está-se pagando a toda a sociedade, a todos os brasileiros. Mostramos que aqueles 750 mil, hoje, são pessoas físicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são brasileiros que também recebem esses dividendos através daquilo que repassam para o serviço mesmo que eles fazem.

Quero lembrar que, como foi bem colocado, durante um bom tempo, não houve o pagamento de dividendo, porque a Petrobras estava pagando dívidas, mas fazendo um investimento baixo.

O senhor tem toda razão quando diz que a Petrobras deve pagar os dividendos. Além de isso estar no seu estatuto na parte legal, ela tem que gerar lucro para poder pagar esses dividendos.

Entendo que há um alinhamento muito grande. E tem havido um esforço desta Casa. O vale-gás, aprovado, demonstra a sensibilidade do nosso Congresso, particularmente do nosso Senado, em encontrar uma solução, em curtíssimo prazo, para atender a esse momento.

Sabemos que essa crise atinge o mundo inteiro. Se olharmos a comparação dos preços da gasolina, particularmente no Brasil e em outra parte do mundo, nós estamos numa parte bem menor. Em termos de valor, em termos de relação, estamos abaixo desse perfil.

Entendemos que essa seja uma situação conjuntural. Então, talvez medidas estruturais não sejam necessárias ainda. Essas para mitigar o momento, sim.

Acompanhamos o mercado internacional. Há uma série de informações de que há tendência de que o mercado internacional seja mais bem abastecido num prazo relativamente curto.

É isso que eu gostaria de dizer.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Queria apenas acrescentar, Sr. Presidente da Petrobras – eu ouvi com muita atenção –, que discordo apenas da comparação que V. Sa. fez entre o ovo e o litro de combustível, porque não existe monopólio da galinha no Brasil. Então, todo mundo produz galinha e produz ovo. Então, é uma comparação que não é muito feliz, mas que, de qualquer sorte, foi feita por V. Sa.

O que eu quero também colocar, Presidente, é que, das 13 refinarias que V. Sa. citou – são refinarias instaladas no Brasil –, a de Mataripe está funcionando só com 60% da sua capacidade instalada.

Segundo a política do Governo – aí já não é a política da Petrobras, mas ela é uma estatal e pertence ao Governo –, nós temos produção de óleo cru e somos autossuficientes nessa produção, mas não no refino. O que deveria acontecer aqui seria o estímulo para a instalação de novas refinarias para a produção da gasolina, do óleo diesel, para manter as nossas refinarias e fazer a atração de outras tantas que pudessem refinar o petróleo bruto aqui no nosso País. A política é completamente equivocada do ponto de vista daqueles que acham que um país autossuficiente na produção não pode ser autossuficiente do petróleo, produzindo sua gasolina aqui, seu óleo diesel aqui.

Outra coisa mais errada que a Petrobras fez – não foi na gestão de V. Sa. – foi fechar as fábricas de fertilizantes, em 2019, na Bahia e em Sergipe. Sabe por quê, Presidente? Porque, hoje, o agronegócio brasileiro importa 80% do que precisa de fertilizante e poderia estar produzindo seu fertilizante aqui no Brasil. O Governo da Bahia, agora, reabriu a fábrica da Bahia, dando incentivos do Governo do Estado para produzir ureia, amônia, todos os fertilizantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O agronegócio está ameaçado de não ter uma produção competitiva, porque está importando 80% dos fertilizantes de que precisa, e a Petrobras poderia estar nesse mercado incentivando a produção dos fertilizantes aqui no próprio Brasil. Importa também 80% de herbicidas, de defensivos agrícolas. Com o aumento do óleo diesel, V. Sa. pode ter certeza absoluta de que o preço da soja no mercado internacional, do algodão e de todos os produtos do agronegócio vai ter uma competitividade bem menor.

Então, eu acredito que um país em desenvolvimento como o nosso não pode prescindir de uma política de desenvolvimento de refino no próprio País. Não é uma política que alguém, de forma obtusa, vá colocar como uma política de esquerda ou de centro-esquerda; é uma política nacionalista, brasileira, patriótica, para produzir no Brasil a gasolina e o diesel necessários. E essa não é uma política praticada pelo Governo Jair Bolsonaro – não estou me referindo nem a V. Exa. como Presidente da Petrobras –, uma política que praticamente dolarizou absolutamente tudo, por isso a inflação da cesta básica já bate 15%, 17%. Essa é uma crítica que não o leva em consideração – V. Sa. está há seis, sete meses à frente da Petrobras, tem um período em que não pode ser responsabilizado pelos equívocos todos nesse tempo em que o povo brasileiro paga gasolina, como falou o Senador Eduardo Braga, em torno de R$8, o óleo diesel lá em cima, com possibilidade e com a queixa, não sei se V. Sa. pode confirmar ou não isso, de desabastecimento na área do Centro-Oeste.

No meu Estado da Bahia, a região oeste produz soja, produz algodão, produz milho, já existe uma procura muito maior do que a oferta pelo óleo diesel. Eu perguntaria, inclusive, a V. Sa. se existe alguma política de fazer um trabalho de estocagem de diesel, de combustível, para não haver essa ameaça que ficou rondando algum tempo, na imprensa, de que poderia haver desabastecimento. É o que eu perguntaria a V. Sa.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu iniciaria sobre as fábricas de fertilizante, a Fafen, no caso de Sergipe e Bahia, estão arrendadas e estão funcionando. Logicamente, ao arrendatário cabe fazer esses...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi agora, Presidente, há 15 dias. A Unigel, a Proquigel, que, através de incentivos do Governo, reabriu a Fafen da Bahia.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (*Por videoconferência*.) – Da Bahia. Então, tem investimentos aí, porque imaginamos que esse é o caminho para aumentar. Agora, o problema de fertilizante é mundial e há, a gente sabe, uma pressão feita pela China com relação a fertilizantes.

Quando V. Exa. falava, eu chequei, com relação à refinaria, a informação que eu tenho agora é que está com 91% funcionando. Talvez o senhor esteja com a informação com um pouco de retardo. Pode ser que tenha parado em algum momento para fazer algum tipo de manutenção, mas ela está hoje com essa capacidade de processamento de 91%, seu fator de utilização.

E não temos nenhuma informação de risco de desabastecimento.

A Petrobras mantém contrato mesmo se tratando de áreas, caso aí da Bahia, refinarias que estão em processo de conclusão de venda, ela acompanha. Acompanha, e não temos essa informação de risco de desabastecimento. Até poderia afirmar para V. Exa. que não há.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem contratos com relação a gás natural que estão sendo encerrados, mas já está em negociação para que quem não fez esses contratos ainda volte a fazer, ou com a Petrobras, ou com qualquer outra empresa com que elas tenham interesse de fazer.

É um tipo de combustível que teve um aumento muito grande, da ordem de 600% em seis meses. Então as possibilidades tornaram complexa a renovação de contratos, novos contratos. Isso aí está colocado, mas não tem havido nenhum conflito, uma relação de entendimento, e a forma de fazer diferimento para que faça o contrato, ou com a Petrobras, ou com outra empresa. Isso aqui, o próprio Ministério de Minas e Energia tem acompanhado conosco, encaminhando essa solução sem nenhum conflito.

É isso que eu diria para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Angelo Coronel pede uma tréplica.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Joaquim Luna, eu fico feliz de morar em um País, de ser brasileiro, onde somos campeões praticamente na exportação de minerais, principalmente o ferro, estamos aí bombando no agronegócio e agora também praticamente autossuficientes no petróleo. E quando eu vejo o senhor declarar que várias empresas querem se instalar no Brasil, participar de leilões, significa que o Brasil é um País promissor nessa área do petróleo.

Mas tudo isso é bom, é importante, é bonito para o nosso discurso e para falarmos e elevarmos o nosso ego de sermos brasileiros, mas teremos que ter política, Sr. Presidente Otto Alencar e Presidente Joaquim, para que essa pujança nesses produtos brasileiros chegue à ponta, chegue ao nosso consumidor. Não adianta sermos autossuficientes no petróleo, extraindo um petróleo a US$6,00, e hoje comprando o petróleo a US$70,00, ou seja, nós poderíamos estar produzindo a nossa gasolina, o nosso óleo diesel por um preço muito mais reduzido do que o importado, para que chegasse à ponta, e o consumidor brasileiro ficasse satisfeito. E hoje não está havendo isso.

Então, quando eu falei, no início, da taxação da exportação, é para fazer com que essas multinacionais que estão exportando os produtos, ou que querem também se sediar no Brasil para serem exportadores, incentivar a criarem novas refinarias. Porque novas refinarias vão gerar emprego para o povo brasileiro.

Então, Presidente Joaquim Luna, não adianta, repito, batermos no peito e dizermos, temos orgulho de ser brasileiros, e o brasileiro, lá na ponta, passando fome, e a gente tendo as ferramentas na mão e não ter políticas adequadas para que o povo brasileiro possa viver melhor e ter um poder de compra melhor.

Muito obrigado pela participação e parabéns pela sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Angelo Coronel, eu quero inclusive comunicar a todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos e de outras Comissões que queiram ter acesso às informações que foram dadas pelo Presidente Silva e Luna que estarão disponibilizadas todas as informações no *site* da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Marcelo Guaranys. Ele vai fazer a explanação dele, com o tempo de 15 minutos, com tolerância, se assim desejar, sem nenhum problema.

V. Exa. sobretudo deve falar sobre essa questão do dólar, dessa variação, dessa valorização do dólar frente ao real. O nosso Ministro Paulo Guedes, lá atrás, deu uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração – tem tempo já – de que não fazia mal o dólar subir um pouco, mas o dólar subiu muito e isso compromete sobretudo o custo da nossa cesta básica. Esses R$400 do Auxílio Brasil que nós vamos aprovar poderia ser um pouco maior, pois quando ele chegar às pessoas mais fracas economicamente já vai chegar corroído pela inflação, que já avança bastante.

Com a palavra o Dr. Marcelo Guaranys.

O SR. MARCELO GUARANYS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, pela honra de estar aqui.

Quero cumprimentar o senhor, o Senador Jean Paul, demais Senadores presentes e os que estão remotamente participando da audiência. De novo, é uma honra estar aqui no lugar do Ministro Paulo Guedes, que infelizmente está também numa audiência na Câmara, então, não conseguiu participar das duas ao mesmo tempo, mas mandou cumprimentos ao senhor pelo respeito que tem pelo senhor e pelo trabalho desta Comissão tão importante para a nossa área da economia.

Foi bom ouvir a explanação do Presidente Silva e Luna, a quem cumprimento também – e cumprimento meu colega Rafael, do Ministério de Minas e Energia –, para justamente a gente ter uma noção das informações trazidas pela Petrobras e já receber as informações e as perguntas que os Senadores têm sobre o assunto.

Então, a minha explanação, que já não era, eu não preparei uma apresentação, mas iria fazer uma fala geral sobre a nossa participação, o que temos feito de acompanhamento, em quais medidas entendemos que podemos continuar avançando, eu vou tentar já tangenciar os comentários feitos pelos Senadores. Eu tentei anotar todos, há inclusive o que o senhor pediu agora, para ver se a gente consegue cobrir todos os pontos aqui levantados.

Nós temos, obviamente, como Ministério da Economia, acompanhado muito atentamente a elevação dos preços dos combustíveis. Infelizmente, é um fenômeno mundial, a gente tem percebido isso acontecer no mundo inteiro e em intensidade parecida. Quando se vai a outros países, quando se conversa com pessoas de outros países, vemos também os efeitos sobre a população e a reação que a população tem tido também sobre o efeito dos combustíveis. Não só o aumento do preço dos combustíveis como também a inflação, que também tem sido um fenômeno mundial decorrente ainda da pandemia. Vou abordar isso um pouco mais para frente.

No Ministério da Economia, especificamente sobre inflação, nós temos hoje diversas competências, não só o que era Ministério da Fazenda, mas também todas as competências que eram do Ministério do Planejamento, do Ministério da Indústria e Comércio. Hoje cuidamos de toda a parte de gasto público, toda a parte de ambiente de negócios, competitividade, produtividade. Então, essas são as nossas frentes. O Ministro Paulo Guedes, quando criou esse Ministério com o Presidente Bolsonaro, a intenção era poder atacar todos os problemas da economia de uma vez, de forma coordenada. Ciente de que gastamos muitos recursos públicos com muitas coisas que não necessariamente são aquelas que a população mais precisa, e por isso o constante debate com o Senado, com a Câmara, para que, sim, possamos melhorar as políticas públicas, melhorar o gasto, focar naquilo de que a população precisa, como o Senador acabou de mencionar sobre o Auxílio Brasil, sem, por outro lado, onerar mais a população com mais tributos. É difícil administrar, é difícil, mas temos que fazer essas escolhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro lado, gastos públicos muito grandes, não necessariamente com aquilo que a população precisa, que precisa ser ajustado, e aí começamos a trabalhar numa frente de reformas.

Num segundo lado, entendemos que nosso ambiente de negócio é muito complexo, temos baixa produtividade, baixa competitividade, e isso dito pelos diversos indicadores mundiais de competitividade, de ambiente de negócios a que nós temos acesso, que comparam países e mostram que o País realmente está numa situação de competitividade e produtividade muito aquém do que poderia estar, não é?

Podemos melhorar muito. Diminuir a regulação, melhorar a concorrência, trazer novos competidores para os mercados, sejam competidores domésticos, competidores internacionais, permitir que mais empresas, mais pessoas criem novas empresas, contratem pessoas. Isso é uma grande preocupação que temos. Pessoas brasileiras mesmo. Que cada um possa usar seu direito da livre iniciativa e da livre concorrência para ganhar o seu sustento.

Então, com esses dois diagnósticos – precisamos melhorar gastos, precisamos melhorar ambiente de negócios –, nós criamos um ministério para poder atacar todas as frentes ao mesmo tempo, de forma coordenada. Por isso fizemos uma reforma previdenciária, com a ajuda dos senhores, no primeiro ano de Governo, de uma forma tão magistral. Avançamos, estamos avançando com uma reforma administrativa, de novo, para atacar os gastos, que entendemos que podem ser melhor conduzidos e melhor focalizados no que a população precisa.

Pelo lado do ambiente de negócios, temos trabalhado numa reforma tributária, o que os senhores também acompanham bastante. O nosso sistema tributário é grande, complexo, caótico, e temos uma carga tributária elevada. E por isso é importante a gente rever, reduzir isso, permitir que as pessoas possam investir e ter seus benefícios e seus investimentos.

Estamos trabalhando em várias frentes de desregulação, de desburocratização, de deixar o Estado mais leve e rever marcos regulatórios também, com a ajuda do Congresso, não é? Eu pontuaria aqui, eu acho que o marco relatório do saneamento, para mim, é um dos mais revolucionários que nós trabalhamos nos últimos anos, Senador, porque foi uma conversa muito longa, de um serviço que é muito difícil a população sentir, não é? Não é visível o saneamento, o esgoto, o fornecimento de água, mas tem um impacto muito grande sobre a população. Depois de muitos anos, avançamos bem. Temos avançado em diversos outros.

Então temos essas duas frentes, e o nosso ministério foi feito para cuidar disso de uma forma coordenada. Não podemos fazer uma abertura de mercado se não melhoramos o nosso sistema tributário. Então as coisas têm que ser coordenadas, concatenadas, trabalhadas ao mesmo tempo. Não conseguimos reduzir a carga tributária se não melhorarmos nossos gastos. Então, de novo, as coisas têm que ser coordenadas.

Então, no ministério, nós temos diversas frentes para fazer o acompanhamento. Então citaria aqui a nossa Secretaria de Política Econômica, que acompanha a inflação, faz a previsão, vê quais são os efeitos, as coisas que estão impactando. Tem acompanhado muito de perto a situação do aumento dos preços de combustíveis.

A nossa Receita Federal: uma parte do custo do combustível é feita por tributos – tributos federais equivalem, na gasolina, a 13% só –, mas é importante a gente entender, como o Senador Eduardo Braga colocou, quais são os efeitos que a gente tem no sistema tributário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pioram. O que é o efeito em cascata, que ele mencionou. Vou comentar um pouquinho mais para frente.

E pelo nosso lado de produtividade e competitividade, nós estamos sempre observando os setores para verificar o que a gente pode aprimorar, com mais concorrência, com melhoria na regulação. Nesse caso aí, Senador Jean Paul, o senhor comentou até sobre o monopólio do refino, não é? Nessa área, por acaso, eu trabalhei bastante na parte de concorrência, tanto regulação quanto concorrência são minha formação. Sei que é a do senhor também, na parte de petróleo.

Acompanhando um pouco a situação do que o Cade fez e as análises que são feitas, eu acho que o Presidente Silva e Luna foi muito feliz em explicar como não temos mais um monopólio de direito no País. Desde a década de 90, com a abertura do mercado, nós permitimos que outras empresas entrem, permitimos que legalmente não haja nenhuma barreira. A intenção aqui é nós termos investimentos suficientes, capacidade de produção suficiente para, como foi mencionado pelo Senador Fernando Bezerra, o Senador Oriovisto e Eduardo Braga, podermos tirar o petróleo da terra de uma forma eficiente e que seja útil para a população.

Quanto mais tempo demorarmos, mais tempo demoramos para dar benefícios para a população, mais tempo demoramos para poder dar essa riqueza para a população e maior a possibilidade de termos fontes alternativas de combustível que não vão utilizar esse petróleo. Daqui há 30 anos é provável que tenhamos uma dependência muito menor de petróleo. Então, temos de tirar o recurso, de fato, logo. Ter capacidade para tirar isso é muito importante.

Quando encontramos o pré-sal e entendemos o valor que tinha, esse era o problema: como dotar a Petrobras de capacidade para fazer os investimentos necessários? Precisamos fazer a cessão onerosa para capitalizá-la. Ao mesmo tempo, houve um marco regulatório novo, que foi o do pré-sal, para poder fazer aquela exploração. A criação de novas regras, de novas restrições, de novas limitações ou condicionantes para a exploração acaba atrasando um pouco até a exploração do próprio pré-sal. Isso tudo é um benefício para a sociedade que se acaba atrasando. É muito importante que a gente continue avançando para permitir que o petróleo possa ser revertido para a sociedade, para aquilo que ela precisa, para os benefícios para o nosso País, da forma mais rápida possível.

Então, ao analisarmos as coisas do ponto de vista concorrencial – não tenho a intenção aqui de explicar a teoria, mas a gente...Até o Cade faz uma análise de mercado relevante do produto e do mercado relevante geográfico. Então, tenho de fazer essa separação: qual é o produto com que eu estou trabalhando, se é o petróleo, se é a gasolina, se é o diesel, se é o gás natural e qual é o elo da cadeia que eu estou observando. Eu posso ter concentrações de mercado diferentes para cada elo da cadeia. Então, de fato, não é um monopólio de direito, mas de fato há uma participação muito grande da Petrobras, ainda, no mercado inteiro. E dá um poder de mercado grande, que é diferente de você ter um monopólio.

Há concorrentes entrando. Acho que todo marco regulatório é feito para isso, para mais concorrentes entrarem na produção de petróleo, para mais concorrentes entrarem no transporte de petróleo, mais concorrentes entrarem na distribuição do petróleo e no refino. Mas essa capacidade de entrada ainda varia muito de acordo com o elo da cadeira, por isso a definição dos mercados. Então, o Cade, tecnicamente, quando faz o termo de cessação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conduta ele não diz "estou condenando alguém por alguma coisa", mas ele está ali investigando, de fato, se há uma posição dominante e um exercício abusivo desse poder dominante sobre o refino, sobre determinados elos da cadeia. Ao conversar com a Petrobras, a Petrobras, ao sentar e entender os pontos do Cade, chegou à conclusão de que: "Olha, realmente eu pode abrir mão dessa parte de refino."

Para nós, do ponto de vista concorrencial, isso é importante. Permitir que mais empresas entrem significa permitir que mais gente tenha capacidade de tirar o petróleo do solo do País e distribuir, refinar, petróleo para o Brasil inteiro. Então, esse movimento da Petrobras, auxiliado pelo Cade – nessa investigação que o Cade fez –, nos abre espaço para que, de fato, mais empresas entrem no refino. Como o senhor mencionou, Senador, temos refinaria, temos capacidade, mas precisamos de mais, nós não somos autossuficientes em refino. Somos autossuficientes em produção nominal de petróleo, mas precisamos refinar, precisamos importar muito petróleo de qualidade, precisamos aumentar essa capacidade. Hoje, com uma empresa só, realmente fica muito difícil. E, se a gente deixa na mão de uma empresa só, a gente acaba ficando na mão de um monopolista de fato. Então, a intenção da Petrobras e do Cade é ir abrindo mão do refino. Isso permite que novas empresas entrem, que a gente aumente a nossa capacidade de refinar e aumente a nossa capacidade de ser autossuficiente em refino, no País.

Outros movimentos são muito importantes também para a distribuição, para o transporte. Como vimos na apresentação da Petrobras, uma parte grande da formação do preço não é só o combustível, é como o combustível chega à ponta. Distribuir, transportar, é uma parte importante. Quanto mais concorrência tivermos, menor fica esse custo. Com mais pressão para diminuir o custo, a gente consegue.

Então, são movimentos muito importantes em que nós temos que continuar avançando no setor de petróleo e gás para que o caminho que já temos tido de aumento de concorrência continue crescendo. Isso não resolve o preço do petróleo, que, como eu disse, está crescendo no mundo inteiro.

Foi muito bem citado aqui que, ano passado, o preço estava baixíssimo. Realmente, ninguém queria comprar. Este ano, o preço aumentou muito, porque todo mundo passou a querer comprar bastante.

E, no setor de petróleo, diferentemente do de soja, como o senhor mencionou e acho que o Senador Oriovisto também, nós não temos um mercado completamente livre de produção. Temos uma grande organização internacional que define níveis de produção, e o mundo inteiro pede também que se amplie a capacidade de produção. Temos um nível oligopolista de produção mundial do petróleo. Então, temos que continuar trabalhando nisso para que a gente possa melhorar as condições concorrenciais do mercado.

Nesse sentido, então, permitir mais investimentos em refinarias de outras empresas, que não só a Petrobras, permitir mais investimentos em transporte e distribuição nos permite assegurar combustíveis com preços menores e de maior qualidade para a população inteira. Isso vai no sentido de a gente ter uma autossuficiência maior de combustíveis, de fato, no País.

Mencionando aqui especificamente os pontos que foram colocados pelos Senadores, o que não significa que eu não possa voltar a qualquer ponto que eu tiver deixado, cito primeiramente o Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, tenho acompanhado a luta e a dificuldade que o senhor tem tido para poder criar, pensar num fundo de estabilização. De novo, essa parte concorrencial estrutural do mercado tem um efeito de potencializar a concorrência e diminuir o custo, mas não adianta a gente continuar tendo um preço crescendo, e o preço crescendo é o que está puxando hoje, e o preço cresce mundialmente.

Nós temos também, no ministério, algumas iniciativas para tentar trabalhar na forma de alguma coisa de atenuação do preço, de algo com o que a gente consiga fazer um colchão. Essas iniciativas já foram trabalhadas pelo MME e por nós algumas vezes.

Qual é sempre a nossa dificuldade? O tamanho do mercado de combustíveis no Brasil. São R$600 bilhões/ano. Então, qualquer coisa para se atenuar R$600 bilhões/ano é muito dinheiro. Então, podemos pensar em fontes, e aí eu entendo o esforço que o senhor está tendo com o pensamento do imposto sobre exportação. Acho que tem efeitos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Esse é o mercado de gás e todos os combustíveis?

O SR. MARCELO GUARANYS – De combustíveis em geral.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De gás também?

O SR. MARCELO GUARANYS – Entendo que sim, mas vou confirmar a informação aqui e retorno para o senhor.

O tamanho é grande. De qualquer forma... Vamos separar, mas as dimensões são importantes para a gente entender qual é a nossa capacidade de, de fato, fazer a diferença. Porque, às vezes, a gente cria um fundo de estabilização, cria um imposto, gasta muito dinheiro e o efeito é muito baixo, porque a gente precisa de muito mais dinheiro para atenuar essa elevação mundial. E essa elevação mundial não tem jeito; ela vai... Entendermos que, no futuro, ela vá se ajustando de novo. Estamos num momento de alta. Precisamos trabalhar para tentar atenuar os efeitos da alta, mas é difícil.

Por isso até que, com os senhores trabalhando nisso, é muito importante a gente sentar junto para discutir quais são os efeitos possíveis que nós temos.

O imposto sobre exportação pode ser uma fonte, como levantado pelo Senador, mas traz as preocupações que foram aqui apresentadas até pelo General Silva e Luna. Nós estamos criando uma insegurança, estamos criando um novo custo para todos aqueles que querem investir no País.

Se precisamos trazer mais investidores para tirar o petróleo rapidamente, porque a Petrobras não tem capacidade sozinha de fazer isso, nós precisamos ter uma regra que permita a eles tirarem o petróleo e exportarem o petróleo, comercializarem o petróleo. Se nós colocamos o imposto, nós diminuímos essa atratividade. Pode ser uma decisão, mas é importante que a gente entenda os efeitos.

Então, podemos pensar em diversas outras fontes, temos tentado pensar nisso. E aqui foram citados pelo Senador Eduardo Braga até os recursos que a PPSA recebe, os recursos destinados ao pré-sal.

Lembro que na lei todos eles já têm destinação. Os 100% que vem do pré-sal já têm destinação, colocada na própria Lei do Pré-Sal, na lei da PPSA. Eu não vou saber de cabeça, mas 22% para o Município, 25% para educação, há várias destinações já definidas e tirar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um outro fim significa desabastecer essa fonte, essa vinculação que já existe para um fim de amortização. De novo, é importante saber se vai causar o efeito necessário.

E aí um outro problema sobre o que nós nos debruçamos ao pensar nisso também é que não é necessariamente um problema de fonte, de onde eu estou tirando recurso para poder atenuar. Mas vai ser um problema de teto, porque eu vou ter uma despesa nova. Imagine, para eu poder atenuar, a cada dez centavos de subvenção, eu preciso – no preço da gasolina, salvo engano – de R$6 bilhões, para reduzir os dez centavos. Eu posso até fazer um esforço para poder reduzir, vou gastar bastante dinheiro, mas não significa que com isso, de fato, o preço vai ser reduzido. E se eu quiser 20 centavos, 30 centavos, 40 centavos eu vou multiplicando isso por seis bilhões.

Então, de novo, é muito grande o tamanho da coisa que a gente está fazendo, nós não temos solução – entendo que é isso que os senhores estão trabalhando. Estamos à disposição para continuar conversando, Senador, mas a preocupação aqui é justamente esta: a eficácia da política pública, para que a gente não crie um gasto que não vá gerar um efeito que nós esperamos que gere, e não oneremos mais o nosso País com carga tributária.

Estamos trabalhando no sentido contrário, nossa discussão de reforma tributária é justamente para diminuir a carga, para permitir que mais gente pague menos imposto, para que todos possam ter uma carga menor. Esse é o princípio que o Ministro tem defendido nas duas etapas da reforma tributária que nós estamos encaminhando para cá.

Bom, o Senador Omar Aziz comentou sobre o ICMS também aumentando o preço dos elementos. Entendi isso com a preocupação que nós temos ao citar que o ICMS acaba aumentando ainda mais o preço do combustível, e, de fato, isso acontece, é uma alíquota. Então, se o preço do combustível está aumentando, o ICMS, a arrecadação de ICMS está aumentando também.

Então, ele potencializa o aumento do combustível hoje nos Estados, é algo que os Estados mesmos estão tentando rever, entendo que estão trabalhando para... congelaram recentemente a pesquisa de preço que é feita para poder definir a base de cálculo para isso. É um esforço, mas a preocupação é esta: no meio de uma alta de preço não dá para todo mundo estar arrecadando mais, prejudicando o consumidor.

Esse impacto do ICMS também acontece nos alimentos. Provavelmente, o aumento do preço dos alimentos é também dado a uma inflação mundial; dado ao aumento do preço de todos os produtos no mundo, a gente percebe que isso também tem um efeito, vai ter um efeito pra população; ou seja, o ICMS teria o mesmo efeito para lá.

O Senador Ângelo Coronel explicou sobre a questão, salve engano, d, Imposto de Exportação, também ele comentou sobre o Imposto de Exportação, ainda debatendo proposta do Senador Jean Paul.

O Senador Fernando Bezerra explicou muito sobre a lógica que está por trás do mercado da regulação do petróleo hoje. Precisamos deixar o País atrativo para investimentos, senão não tiraremos o petróleo do solo antes de termos combustíveis alternativos. Então, perderemos essa riqueza, perderemos a oportunidade de o País melhorar, da população melhorar a qualidade de vida, retirando esse petróleo do solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são muito tênues, são muito sensíveis sempre as mudanças de regulação e a gente acaba atrapalhando; por uma boa intenção, a gente acaba atrapalhando, por uma boa intenção, esse funcionamento.

É importante que a gente deixe o País atrativo para se investir aqui, para que a gente permita que mais petróleo saia, para que mais gente invista em refinaria, para que mais gente invista em distribuição e transporte, para que a gente possa, sim, atender bem a população.

O Senador Eduardo Braga comentou sobre o aumento de preço no impacto da inflação, sobre o problema de refino por falta de investimento. Comentou sobre o fundo, com boa intenção, mas difícil operação, e comentou sobre o efeito cascata dos tributos sobre os combustíveis. Eu fiquei um pouco na dúvida do que ele perguntou, para a gente entender exatamente o que era a preocupação dele.

A cascata é classicamente entendida como incidência cumulativa em várias etapas. No setor de combustíveis, isso acontece no álcool. Nos demais, não. Mas eu precisaria entender um pouco melhor com ele qual é o ponto. E a gente está à disposição para discutir com ele e ver como podemos fazer.

Pode ser o fato de ter PIS/Cofins e ICMS. O PIS/Cofins compõe a base do ICMS, e isso pode gerar uma cascata. Mas eu preciso entender um pouco melhor os pontos que ele trouxe, para que a gente possa discutir.

Ele falou, de novo, sobre a PPSA, sobre destinar os recursos que são hoje do pré-sal para fazer esse fundo de amortização, esse colchão de preço. Aí, de novo, eu volto ao ponto da destinação: já existe, hoje, legalmente para todos esses recursos. E para o fato de isso ter de entrar no teto. Vai ser uma nova despesa que a gente vai precisar executar. Então, temos de pensar numa solução conjunta.

Ele citou também o fato de que a tributação sobre a distribuidora geraria uma redução do custo. Eu também não entendi. Peço até, depois, para que o pessoal passe a informação para a gente, para a gente entender quais são os efeitos, porque a gente tem tentado até trabalhar na possibilidade da venda direta, para reduzir os elos da cadeia, reduzir essa cumulatividade e permitir que haja mais concorrência. O foco aqui é sempre concorrência.

Então, acho que esse é um ponto importante para a gente complementar.

E o Senador Oriovisto comentou, depois, sobre o lucro da Petrobras e comentou também sobre para que serve a questão do investimento, como atraímos investimento; sobre a importância de a gente permitir que a exploração de combustíveis no País seja algo saudável dentro do marco regulatório, para que a gente continue atraindo os investimentos. E comentou como podemos ter mais atratividade para refino.

Aí é o trabalho que o Cade fez junto da Petrobras. Na determinação para que se vendam refinarias, como o General Silva Luna colocou, houve algumas que não tiveram atratividade para venda. Precisamos entender o que está acontecendo para não haver atratividade, por que as empresas não estão vendo atratividade dentro do País para entrar na parte de refino, porque entendemos que é uma atividade lucrativa, é uma atividade de que precisamos, e precisamos avançar.

Então, talvez, outras medidas tenham de vir junto, como melhorar a capacidade de transporte, o acesso a essas empresas que comprariam novas refinarias, a distribuição. Precisamos entender o que é para sugerir as medidas estruturais mesmo de concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, são esses os meus comentários iniciais.

Estou totalmente à disposição para qualquer pergunta que os senhores tiverem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Apenas para fazer, mais uma vez, o retrato do que estamos discutindo aqui para quem está nos assistindo, porque estes números ninguém trouxe aqui, Senador Otto, e eu quero enfatizar: de janeiro a setembro de 2021, o diesel subiu 28%; a gasolina, 32%; e o gás de cozinha, 27%.

Desde a instituição do PPI, porque isso é o que importa, porque o que está na raiz da discussão é a instituição do preço internacional em dólar mais as despesas colocadas no Brasil, o preço do diesel subiu 91%; a gasolina subiu 116% e o gás de cozinha subiu 284%.

Na bomba: diesel, 81%; gasolina, 75%, e gás de cozinha, com todos esses esforços que a gente faz para diminuí-lo e amenizar, suavizar esse preço, esse impacto, 79%, quase 80%. Isso desde outubro de 2016, num país que tem autossuficiência em petróleo e toma decisão estratégica de Governo, nacional, de passar a ser um exportador de óleo cru; que tem refinarias, à capacidade parcial, mesmo que agora esteja a 90%, mas estiveram a 60%, sim, durante os últimos quatro, cinco anos. Agora, porque está retomando o crescimento mundial e a Petrobras está aperreada para abastecer as distribuidoras, se não vai faltar, sim, combustível, porque os importadores não vão dar conta da recuperação, ainda mais com esse lucro alto que está dando.

A Petrobras, reconhecidamente aqui, na voz do seu Presidente, tem 40% do mercado de gasolina e 62% do abastecimento de diesel do País, portanto não é um monopólio dominante e, mesmo assim, aceitou uma indicação do Cade, e eu digo que é uma indicação, porque não houve, Secretário, estudo, absolutamente nenhum... Eu não vi. Se tem, eu gostaria de conhecer. O estudo que eu conheço é do Brasilcon. Não há absolutamente nenhum estudo do Cade por mercados, como V. Exa. colocou, perfeitamente, que é assim que tem que ser estudada a concorrência. O mercado de refinaria da Bahia está dominado pela Petrobras? A área de influência dela está, para diesel, gasolina, GLP? É assim que se faz a análise. Não é simplesmente dizer ao vento que a Petrobras é um monopólio de refino, de fato, essa lenga-lenga, porque a gente sabe que esse mercado está aberto para investimento desde 1997, Senador Otto. Desde 1997, por uma mera autorização da ANP, não é sequer concessão, não tem que fazer concorrência, nada. Qualquer indivíduo, estrangeiro ou nacional, empresa nacional ou estrangeira, vai à ANP, solicita uma autorização para construir uma refinaria, constrói e opera tranquilamente, desde 1997. Por que ninguém investiu em refino? Querem comprar as refinarias da Petrobras? Por que a Petrobras teria realmente tendência à dominância? Porque ela foi a que investiu até hoje, por conta do monopólio ou não, mas essa é uma realidade. Mas, pelo fato de ter construído essa hegemonia no mercado, isso significa que ela é inatacável, na sua hegemonia? Não. O mercado poderia ter atacado essa hegemonia, tranquilamente, ainda mais, agora sim, desde outubro de 2016, com preço internacional no mercado interno.

Então, nem a desculpa mais de que o cara que comprasse uma refinaria aqui teria que produzir e vender abaixo do preço, eventualmente, como foi em alguns lapsos dos Governos anteriores, todos, inclusive: Fernando Henrique, Lula, Collor, Itamar, Dilma, todos, ajuste por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patamares. Nem isso podem alegar hoje, porque desde outubro... Apareceu alguma autorização na ANP? O nosso Gustavo está aqui, e depois pode dizer, porque estava lá, apareceu alguma autorização para refino na ANP, de grande porte, no Brasil? Não.

Então nós estamos enganados com esse dogma aqui. Nós precisamos, sim, que a estrutura da Petrobras ficasse integrada, organizada, para cumprir a sua função principal de atendimento do mercado e não de lucratividade extraordinária, com base no dogma de que o preço internacional tem que ser o preço interno, atingindo todos os brasileiros. Isso gerou inflação interna, isso gerou esses percentuais que eu mencionei aqui e é isso que se está falando aqui hoje. E o Cade não fez estudo nenhum para respaldar essa decisão.

E o Presidente da Petrobras acabou de declarar, e eu acho que você cometeu também, pois, como Secretário, acabou falando realmente o que é. A Petrobras decidiu ajudada pelo Cade, foram as suas palavras. O Cade não tem essa missão de ajudar ninguém a fazer o que ela quer. O Cade tem que indicar se realmente é necessária a venda de oito refinarias, obrigatoriamente, como foi num termo de cessação de conduta, não sei lá como é o nome, estava aqui. Mas não é função dele ajudar ninguém a tomar decisão. Eu volto àquela pergunta, ou alguém prevaricou na Petrobras, porque deixou o Cade dizer o que queria sem nenhum substrato, sem nenhuma base técnica e aceitou, voluntariamente, imolar oito refinarias apenas pelo senso que o Cade teve de que isso melhoraria o mercado. E está aí o resultado: não melhorou nada. E está aí o resultando também de que os processos das vendas das refinarias estão todos encalacrados. Sabe por que, Senador Otto? Cadê a Shell para comprar refinarias? Cadê as empresas de petróleo? Cadê a empresa da Noruega, a Equinor? Todas estão fazendo a transição energética e a Petrobras é a única que, no balanço e no plano plurianual, não colocou investimentos em transição de energia. Está-se aproveitando da situação apenas e tão somente dessa situação esporádica de ser o único e principal operador desse sistemão de preços de combustível dolarizados no País.

A Petrobras se transformou numa empresa como daqueles países que só exportam petróleo e não se incomodam com mais nada – Nigéria, Angola. A política deste Governo é exportar cru, não investir em refinarias e ainda por cima vender as que temos para... Basicamente, os compradores que apareceram são fundos de países exportadores de petróleo, legitimamente, procurando mercado para refinar o seu petróleo, como de Abu Dhabi, e fundos abutres, fundos especulativos, de curto prazo, que vão pegar refinarias menores e vão descer a qualidade de operação que a Petrobras hoje impõe para ter lucro rápido e sair ou transforar essas refinarias em meros terminais de importação de combustível. Aguardem, porque é isso que vai acontecer se nós não revertermos ou impedirmos essas vendas a tempo.

O mercado, para terminar, o mercado do petróleo é diferente da soja e da galinha e do ovo, por inúmeras razões, todos nós conhecemos, Senador Otto, mas uma eu vou lhe dizer, porque às vezes passa despercebida. A exploração e produção de petróleo não é uma atividade normal. Ela é sempre regida e fortemente regida pelos Estados nacionais. E nos contratos, sejam eles de concessão, sejam eles de partilha ou modelos mistos, há uma obrigação constante de produzir. Não dá para parar de produzir. Não é tipo assim: Ah o petróleo chegou a US$30, não compensa produzir; governo, eu vou parar de produzir um pouquinho, tá? Eu vou guardar o petróleo para produzir mais à frente quando o preço estiver mais alto. Não existe essa possibilidade que existe em qualquer outra fábrica ou unidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrial. Você para de produzir, você dosa o ritmo da sua produção de acordo com a demanda que você tem. No petróleo não tem isso. Sabe o que dita o ritmo da produção de um campo de petróleo? O próprio campo de petróleo. O fator de recuperação, chamado fator de recuperação do óleo ideal, aquele que você tem que manter o ritmo, senão, lá na frente, você vai deixar mais óleo no reservatório do que deveria. Portanto, desperdiçar petróleo que é um valor não renovável.

Então, por essa razão básica o mercado de petróleo não é igual aos outros. Além disso, a questão do cartel dos produtores não é mais assim. O cartel da Opep perdeu muito poder, porque, hoje, quem manda, principalmente, é a demanda, são os países demandadores. Mas, mesmo que ainda fosse, que ainda vivêssemos o período do cartel das estatais, são estatais!

Imaginem se as empresas dos países da Opep fossem todas de mercado; todas iriam produzir sem parar, o máximo que pudessem, as cotas não ajudariam em nada. Aliás, elas, mesmo como estatais, acabaram furando as cotas durante muito tempo. Por isso que é tão difícil ao cartel, hoje, impor suas cotas no cartel da Opep. Então, quem manda, hoje, é China, Índia, Estados Unidos, Europa, são os indicadores de demanda que mandam nesse mercado de petróleo.

Por isso, para fechar, é que é tão importante que países produtores autossuficientes e com potencial de exportação de petróleo e de derivados, dependendo do tipo de produto, dominem, controlem, organizem e planejem direito a sua postura, porque têm mercado interno; os que têm mercado interno, ainda mais; os que são meramente exportadores, também, mas, no Brasil, nós temos as duas situações.

Somos um grande produtor mundial de petróleo hoje; já somos um exportador, portanto, já estamos na autossuficiência. Isso é outra coisa que eu queria deixar claro aqui, porque ficou uma dúvida: vamos alcançar a autossuficiência. "Precisamos de um leilão tal e tal para a autossuficiência..." Não! Nós já estamos no limiar, portanto, oscilando, acima e abaixo, da curva de autossuficiência, dependendo da nossa própria demanda, porque a autossuficiência tem dois componentes: a demanda interna e a oferta de petróleo. Então, nós já estamos na autossuficiência, só que nós temos um mercado cativo gigantesco que somos nós mesmos, e nós lutamos fechando, todos esses anos, todas essas décadas, para conquistar a autossuficiência, justamente para tirar proveito dela e não para jogá-la fora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou perguntar ao Dr. Marcelo se ele quer fazer alguma colocação.

O SR. MARCELO GUARANYS (Para expor.) – Acho que só complementar o esclarecimento que o Senador comentou de eu comentar sobre o Cade, sobre ter ajudado.

Longe de mim fazer as vezes do Cade, Senador. Eu trabalhava na elaboração dos pareceres até 2007. Depois, até outra lei de Cade... Então, a Fazenda e a Economia não mais fazem os pareceres; hoje, é só o Cade, mas a gente acompanha. Inclusive, no termo de compromisso de cessação, eu, por acaso, sou até uma das testemunhas assinando, porque eu estava presente na audiência em que isso foi assinado.

Então, quando eu digo que foi ajudado pelo Cade, o que eu estou querendo dizer é que, sim, eles estão vendendo refino, e o Cade, foi o termo de cessação que faz, determina que isso seja feito. Então, ajuda na venda, é isso que eu estou mencionando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que a venda só está sendo feita porque o Cade determinou. A ordem está invertida.

O SR. MARCELO GUARANYS – Determinou no termo de cessação. Perfeito. Deixa eu...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que foi vendido para a sociedade foi que o Cade mandou vender, a Petrobras foi lá e entregou as refinarias. O que eu estou dizendo é que o Cade não estudou o suficiente, não podia dar essa ordem, e mais: a Petrobras prevaricou ao não se defender, porque, em todas as vezes que eu estive no júri da Petrobras, disseram-me: "Reaja a todas as acusações que a Petrobras sofrer". E isso não aconteceu.

O SR. MARCELO GUARANYS – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela simplesmente entregou. Parece até que foi um acordo de comadre. Um mandou: "Olha, manda aí para mim, para eu não ter o ônus de dizer que sou eu mesmo que estou vendendo". Por isso que eu perguntei ao Presidente da Petrobras, e ele não respondeu.

O SR. MARCELO GUARANYS – Qual foi a decisão?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem deu a ordem de vender as refinarias? Até hoje, nós não sabemos.

O SR. MARCELO GUARANYS – Do ponto de vista do processo, até com o Cade, eu pedi até para levantar, aqui, se tinha um processo, se tinha parecer feito. Mas como é que funciona no TCC? Você está tendo uma infração que está sendo investigada, então, no meio dessa infração, os pareceres e as investigações estão sendo feitas, e, em algum momento, se propõe: "Não, eu quero parar a investigação". Por isso eu proponho o TCC. Então, o TCC, até pela legislação, o art. 85 da Lei do Cade deixa clara a possibilidade de ele ser feito nos procedimentos administrativos: "... o Cade poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentado, entender que atende aos interesses protegidos por lei".

E, por isso, não há a conclusão da investigação, porque o TCC é justamente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, Secretário, você se lembra – participou disso –, lembra qual era a infração?

O SR. MARCELO GUARANYS – Eu acho que abuso de poder dominante...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Abuso de poder dominante...

O SR. MARCELO GUARANYS – ... mas não tenho certeza. Não estou com o processo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... alegado no Estado do Maranhão por uns dias em que a Petrobras baixou um preço lá, porque chegou um carregamento, um carregamento, de produto importado, e a Abicom, autora da ação, alegou que a Petrobras tinha feito *dumping*. Chegou um navio de produto importado, e a Petrobras, naquele mercado, baixou um pouquinho o preço e inviabilizou ou dificultou a venda daquele produto importado. Aí, por causa desse rabo de cachorro, abanaram o cachorro todo. Venderam oito refinarias, inclusive Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Manaus, a Refinaria Potiguar, lá do Rio Grande do Norte, Fortaleza... Todas elas foram vendidas porque um gerente deu uma ordem de baixar produto lá no Maranhão durante um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mês ou dois para evitar que um navio de combustíveis entrasse e tomasse o mercado. Esse foi o processo do Cade, e isso vai fundo. Nós não vamos parar com isso não. Isso pode estar lá tranquilo agora, mas a gente vai até o fundo nisso aí. Isso aí está erradíssimo. Tem coisa aí, e é coisa muito grave, porque vender oito refinarias por causa de um rabo de cachorro desse não está certo. E essa história toda do combustível aqui tem a ver com esse negócio de vender refinaria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Como não há nenhum outro Senador que queira se manifestar, cabe-me apenas agradecer ao Presidente da Petrobras, General Silva e Luna, por seu comparecimento, ao Dr. Marcelo Guaranys e todos os assessores que aqui vieram e dizer da nossa expectativa de que este debate possa continuar.

Na próxima terça-feira, teremos aqui reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos para apreciar outras matérias que estarão na pauta, inclusive o projeto de lei apresentado pelo Senador Rogério Carvalho e relatado pelo Senador Jean Paul Prates. Será um debate rico a respeito de uma saída para encontrar uma solução em que o consumidor brasileiro não fique tão exposto ao aumento abusivo de preço de combustível no Brasil, inclusive do gás de cozinha, da gasolina, do diesel e também do etanol, que, lamentavelmente, é um produto nosso que também tem tido aumento quase que constantemente nos postos de combustível. Mas este debate vai continuar, inclusive naquilo que eu falei a respeito do domínio dessas distribuidoras. Cinco ou seis distribuidoras no Brasil dominam esse mercado, e é bom se observar o preço da refinaria e o caminho que ela vai até a bomba de gasolina, ao posto de gasolina, para venda ao consumidor. Vamos continuar, inclusive, se for o caso, até aprofundando a investigação a respeito dessas distribuidoras.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente, acho que é uma questão de ordem também em relação à declaração do Presidente da Petrobras de que a refinaria da Bahia estaria operando hoje a 90%. Chegou a nós aqui a informação de que essa declaração é falsa.

Então, para dirimir a alegação da falsidade *versus* a palavra do Presidente da Petrobras, eu gostaria de solicitar que ele nos mandasse, tão imediatamente quanto possível, a informação do fator de utilização e capacidade da refinaria em utilização hoje da refinaria da Bahia neste momento ou, pelo menos, próximo desta semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Presidente da Petrobras está ouvindo V. Exa. – está no sistema remoto o General Silva e Luna.

Peço a V. Sa. que possa encaminhar para a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É melhor. Às vezes, isso também ninguém sabe de cabeça. Pode ser que seja um lapso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... possa encaminhar, oficialmente, para a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... como está produzindo essa refinaria no Brasil hoje, sobretudo aquela questionada aqui, que é a do meu Estado. A informação que eu tive ontem foi de que não era 90%, era 60%, mas V. Exa., é claro, pode encaminhar para dirimir essa dúvida. Eu não estou aqui questionando a fala de V. Exa., mas seria bom que, oficialmente, encaminhasse à Comissão de Assuntos Econômicos a produção, a produtividade das 13 refinarias no Brasil. Eu estarei aqui amanhã e posso receber e encaminhar para os Srs. Senadores aquilo que realmente está acontecendo a respeito do refino no nosso País.

Não sei se o senhor deseja falar, General.

O SR. JOAQUIM SILVA E LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Otto Alencar.

Primeiro, atenderemos a essa demanda. Confirmo a V. Exa. que o fator de utilização é de 90%. Nós temos a informação em tempo real e de fonte fidedigna, que é a nossa fonte. Estou, nesses sete meses, com dedicação exclusiva e disponibilidade permanente aos assuntos da Petrobras. Fico aqui na empresa *full time*, de domingo a domingo. Então, não tenho informação de terceiros, recebo da própria fonte. Mas mandarei esse dado para V. Exa., não só dessa refinaria, como também das 13 refinarias.

Como não sei se vou ter outra oportunidade, aproveito para agradecer a oportunidade que o senhor está dando, nesta Comissão, com uma audiência pública, de discutir, num momento tão sensível para toda a sociedade, um tema para o qual todos nós convergimos, que é um tema de interesse comum, Presidente. Nós queremos todos encontrar a melhor solução para o Brasil, uma forma de reduzir custos, preços do abastecimento de combustível, tudo isso feito dentro de um clima de normalidade. Entendemos que é um momento conjuntural e, num curto prazo, teremos superado tudo isso.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade que está sendo dada à Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras, de todos os convidados, do Presidente da Petrobras e do Dr. Marcelo Guaranys.

Não havendo nenhuma outra manifestação, declaro encerrada a reunião de audiência pública para o questionamento do preço dos combustíveis.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e seis minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, José Aníbal, Irajá, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 79, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, 9 (nove) votos contrários e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/01

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômica da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Reunião realizada em caráter semipresencial. Destina-se à deliberação sobre a indicação de autoridades. No entanto, a votação para a escolha de autoridades será feita de forma presencial, com votação secreta no ambiente da Comissão de Assuntos Econômicos, é importante que se frise isso.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 30 de novembro.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Visto que os relatórios das mensagens já foram publicados, indago às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores se podemos, logo depois da leitura do relatório, iniciar a oportunidade em que o Dr. Gustavo terá direito à fala. Os Senadores o indagarão de acordo com o que está previsto.

Passo a palavra ao Relator, nobre Senador Mecias de Jesus, para que possa ler o seu relatório.

Agradeço a V. Exa. Sei que estamos em duas salas, hoje, na CCJ e CAE, e não é tão fácil...

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 79, DE 2021
- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mauricio Oscar Bandeira Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Mecias de Jesus
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório e à arguição pública do indicado ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – CCJ e CAE. E a CCJ está muito competitiva hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No nosso caso aqui estamos sempre fazendo cooper, andando para um canto e para outro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Otto, cumprimento V. Exa. Também cumprimento o Dr. Gustavo, o sabatinado, indicado para o cargo do conselho. Vou pedir vênia a V. Exa. para ir direto ao relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – O Presidente da República, por meio da Mensagem n° 327, de 5 de julho de 2021, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gustavo Augusto Freitas de Lima para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consoante disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, em arguição pública e voto secreto, os conselheiros do Cade.

Em seu art. 6º, a Lei nº 12.259, de 2011, disciplina que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica tem como membros um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, sendo vedada a recondução.

Gustavo Augusto Freitas de Lima é cidadão brasileiro, graduado em Ciências Navais pela Escola Naval (1995) e Direito pela Universidade Estácio de Sá (2004), com pós-graduação em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá (2009) e mestrado em Direito pelo UniCEUB/Brasília (2012).

Em sua vida profissional, o indicado é Procurador Federal da Advocacia-Geral da União desde 2006, tendo sido Diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atualmente desempenha a função de Subchefe Adjunto de Política Econômica na Secretaria-Geral da Presidência da República.

Fez parte do Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e foi professor de cursos de graduação e pós-graduação nas cadeiras de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário

O *curriculum vitae d*o indicado evidencia uma formação acadêmica e um histórico profissional que fornece as credenciais necessárias para o desempenho das atividades de Conselheiro do Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou, além do *curriculum vitae*, os seguintes documentos, que foram entregues na Comissão dentro do prazo exigido:

- Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas vinculadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

- Declaração de que está em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, e certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, certidão de regularidade fiscal.

- Declaração de que nada consta referente a processo, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e do Poder Judiciário do Distrito Federal.

- Declaração de que atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2021, como Conselheiro da empresa EPL – Empresa de Planejamento e Logística, empresa estatal dependente controlada pela União, tendo sido membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração entre 2018 e 2019; atuou como representante das agências reguladoras, autarquias e fundações federais, na qualidade de Procurador Federal perante o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores até outubro de 2016;

- Declaração de que não atuou, em qualquer tempo, como sócio administrador ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Em declaração assinada e datada de 6/7/2021 do corrente ano, afirma que possui qualificação técnica e experiência profissional, bem como afinidade intelectual e moral para o pleno exercício da função de Conselheiro do Cade.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Gustavo Augusto Freitas de Lima para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mantado de Maurício Oscar Bandeira Maia.

Sr. Presidente, esse é o nosso parecer, o nosso relatório.

Tenho a satisfação de dizer que conheci o Dr. Gustavo. Conversei com ele por duas vezes e entendo que ele tem a capacidade intelectual para assumir o cargo proposto pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, eu agradeço a V. Exa., Senador Mecias de Jesus, e concedo a palavra ao Sr. Gustavo Augusto Freitas de Lima, indicado para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo Econômica (Cade), que poderá fazer a sua exposição pelo tempo de dez minutos. Depois, cederemos a palavra aos Senadores que desejarem, por inscrição, fazer as perguntas ao indicado.

Temos aqui também perguntas que vieram do e-Cidadania, que, após a explanação do Dr. Gustavo, poderemos passar também para que ele possa responder.

Com a palavra, pelo tempo de dez minutos, o Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA (Para expor.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem tolerância, viu? Não precisa ficar pressionado pelo tempo, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É da minha natureza ser tolerante, sobretudo, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA – Muito obrigado, Presidente. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, eu queria saudar, primeiro, o Senador Otto Alencar, que teve essa gentileza de marcar rapidamente a mensagem e marcar a sessão exclusivamente para isso.

Quero agradecer ao Relator, Senador Mecias de Jesus, que fez um relatório muito completo, em pouco tempo. Então, agradeço enormemente.

Senador Otto, não sei se o senhor sabe, mas o senhor marcou a sabatina em um dia muito especial para mim: 1º de dezembro é uma data simbólica. O meu avô era coronel da Polícia Militar, ele é falecido e foi fundador da escola...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA – ... olá, Senador, boa tarde –; foi fundador da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar e, na data de hoje, faz 25 anos a turma dele, a turma que foi criada em nome dele.

Então, é uma data especial, eu agradeço novamente, Senador.

Aos 14 anos entrei na Marinha, estive por sete anos num internato militar, primeiro fazendo Colégio Naval; depois, Escola Naval – agradeço enormemente, inclusive, a presença da Assessoria Parlamentar da Marinha, que está aqui hoje nessa deferência –; fui oficial de carreira do Corpo de Fuzileiros Navais, com muito orgulho, tendo chegado ao posto de capitão-tenente.

Nessa minha passagem, tive várias funções ligadas à área de tecnologia, de telecomunicações. A minha primeira formação foi habilitação em eletrônica. Com o posto de capitão-tenente, eu já estava formado bacharel em Direito e tive a oportunidade de ser o Assessor Jurídico do Comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, o que foi minha última função no serviço ativo.

Em 2006, fui aprovado em concurso para Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, carreira que eu integro até hoje e da qual tenho muito orgulho, e agradeço aos colegas e aos amigos da Advocacia-Geral da União que me saudaram e estão aqui presentes.

Nesta minha passagem na Advocacia-Geral da União consegui desafios, Senador Otto, já muito cedo na carreira. Recém-empossado, eu fui o chefe da Seccional de Volta Redonda, que era uma seccional que respondia por todo o Rio de Janeiro, e pegamos a parte da fusão da seccional, onde começamos a absorver questões ambientais, que é um tema muito forte ali em Angra dos Reis.

Tive a oportunidade depois de vir aqui para Brasília, onde comecei atuando nos tribunais superiores, num núcleo de atuação prioritária. Nesse núcleo, eu fiz a defesa de agências reguladoras no STJ, no STF, então, atuei também na defesa do Cade e na defesa judicial do Cade e de outras autarquias. Posteriormente, fui o diretor do departamento, com muito orgulho, coordenando toda a atuação de 159 autarquias na época. Era o número que nós tínhamos.

Depois disso, fui chamado para trabalhar com a equipe jurídica da Presidência da República. Trabalhei com o Secretário Gustavo Rocha, hoje no GDF; com o Ministro Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oliveira, hoje no TCU, a quem também tenho que registrar aqui um agradecimento pelos ensinamentos de vida e, ao longo de cinco anos, que é o período que estou lá, tenho atuado especificamente na parte de política econômica.

A minha área de pesquisa, como acadêmico, sempre foi a parte de regulação econômica. Eu tenho livro escrito na área sobre agências reguladoras. Tenho uma dissertação também especificamente sobre o poder normativo de agências reguladoras.

Tenho curso na Harvard Law School de liderança e negociação e também na Fundação Getúlio Vargas, de técnicas de negociação, que é uma função, uma habilidade extremamente importante no Cade.

O Cade, mais do que simplesmente julgar os problemas, é uma entidade que tem que conciliar, que tem que chamar os advogados e buscar soluções criativas e, neste ponto, fico muito feliz de contar com isso no meu currículo. Sou inclusive um dos autores do Manual de Negociação da AGU, o manual oficial, que é baseado na teoria de Harvard, e que foi uma coautoria com vários colegas na época.

Logo que retornei do meu curso em Harvard, de negociação, eu tive o desafio de participar das negociações do desastre em Mariana. Um desastre muito triste, trágico, uma negociação muito difícil, em várias frentes. Então, tínhamos a negociação dos aspectos sociais, tínhamos a negociação dos aspectos ambientais. Eu, particularmente, participei das negociações da área econômica e da reconstrução econômica de Mariana. Acho – até onde eu tenho notícia – que foi o maior acordo judicial existente até a época. É uma situação muito difícil, não tem como você recompor um desastre desse, mas participei pela AGU e espero ter feito um bom trabalho de garantir os interesses do Estado brasileiro e da população atingida.

Dentro dos desafios da minha carreira, eu também fui coordenador do GAJ-Olimpíadas, o Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas, que foi uma iniciativa do Governo Federal de se concentrar todo o auxílio jurídico. Havia toda uma preocupação, no evento das Olimpíadas, de se uniformizar, de se padronizar a posição da AGU. Então, na época, fui chamado para esse grupo, uma função que eu fazia em paralelo à minha atuação nos tribunais superiores. Foi uma grande honra, inclusive tendo sido designado como observador dos jogos, na verdade, das Olimpíadas de Inverno da Rússia, em Sochi, justamente nesse compromisso internacional do Brasil.

Na minha passagem pela Presidência, atuei em vários momentos com o Congresso, com o Senado, em vários atos importantes, por exemplo a Lei de Liberdade Econômica, a Lei de Ambiente de Negócios, o projeto de lei das *startups,* todo o trabalho que nós tivemos da covid, em conjunto com esta Casa legislativa, das soluções. Então, o Pronampe, os programas de crédito, o Coronavoucher foram projetos de que eu tive a honra de participar, claro com a equipe da economia, com a equipe do Legislativo. Em muitos deles, houve participação fundamental do Legislativo na busca da solução. Na medida da minha disponibilidade, da possibilidade do meu trabalho, tentei, da melhor forma, ajudar.

Sou filho de dois professores da rede pública. Meu pai, um sobrevivente do câncer, está vivo até hoje, 80 anos. Sobreviveu ao câncer, sobreviveu a uma cirurgia cerebral de hidrocefalia, e fico muito feliz de ele estar vivo até hoje, ele e minha mãe, podendo ver este dia. Uma pessoa que sempre me ensinou humildade, resiliência e a lutar pelos meus desafios e seguir em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cade é uma instituição nova, Senador. Foi criada em 1962.

Houve uma visita do Presidente Nixon à China em que os chineses diziam: "Olha, a revolução francesa é muito nova, a gente ainda tem que esperar um tempo para entender."

O Cade é uma instituição nova.

Nos últimos 25 anos, principalmente depois da Lei 8.884, ele começou a ter um papel mais significativo. Começou a haver os casos mais desafiadores, como o da Nestlé-Garoto, a fusão da Colgate-Kolynos, resultando na marca Sorriso. Mais recentemente, o grande desafio da Disney, com a fusão com a Fox, uma fusão mundial. E, no Brasil e no México, as agências colocaram condições de uma forma muito independente, de uma forma muito corajosa, e, mesmo numa fusão dessa, de interesses internacionais, soube o nosso Cade se impor e fazer valer a defesa da concorrência.

É uma instituição de referência internacional. Nos últimos anos, sempre tem estado entre as dez melhores agências reguladoras do mundo, em avaliação internacional. Já foi nomeada como a melhor agência reguladora das Américas por três vezes. Então, há um reconhecimento muito grande da nossa instituição.

São exigidas, para participar do Tribunal Administrativo, como conselheiro, a capacidade jurídica e a capacidade econômica. Eu me considero, humildemente, preenchedor das duas, pela minha formação na área jurídica e pela minha formação, durante um bom tempo, durante uma boa ocorrida, na parte econômica, inclusive tendo tido oportunidade de acompanhar a parte empresarial, como claramente representante do Governo, no Conselho Administrativo da EPL, Empresa de Planejamento e Logística, junto com o hoje Ministro Tarcísio. Trata-se de uma interface muito interessante, porque nós podemos ver, junto à EPL, o que acontece nos projetos de infraestrutura de rodovias, de portos, de ferrovias, toda a dificuldade de fazerem os modelos, as licitações.

Então, para mim, foram dois anos de grande aprendizado, que eu espero, se o Senado me der essa oportunidade, poder levar para o Cade.

Agradeço enormemente, mais uma vez, não só pela celeridade da leitura da Mensagem e a marcação, pela CAE, de uma sessão extraordinária somente para esse nome, mas por ter sido uma data especial para mim. Sinto-me muito honrado. Especial para mim e especial também para esta Casa, porque também temos uma sabatina de Ministros do Supremo.

Agradeço enormemente ao Senador Relator, o Senador Mecias de Jesus, pelas palavras, pelo relatório, e me coloco aqui humildemente à disposição das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Gustavo pela sua explanação e pergunto se o Senador Fernando Bezerra ou algum outro Senador quer fazer uma interpelação, uma pergunta.

Senador Mecias de Jesus.

Eu, inclusive, já vou ler aqui, pelo *e-Cidadania*, Dr. Gustavo, o Sr. Calixto Santos do Distrito Federal e a Sra. Elinadja Nascimento, de Alagoas, que perguntam: "A partir de seu ponto de vista, o que precisa mudar e/ou permanecer para estimular e disseminar a cultura da livre concorrência no País? e " Qual a sua perspectiva para o cargo?"

Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu tenho apenas uma pergunta para fazer ao nosso indicado.

Dr. Gustavo, em decisão recente, o órgão regulador de concorrência do Reino Unido barrou a compra da plataforma de imagens animadas GIF, pelo Facebook, para proteger o mercado britânico.

V. Sa. acha que atos de concentração, envolvendo as redes sociais, como o Facebook e o Twitter, devem ser enfrentados pelo Cade, em razão do monopólio?

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA (Para expor.) – Senador, agradeço enormemente a pergunta.

É um tema novo, um tema muito envolvente, que é a questão... Nós estamos falando de condutas, de atos infracionais e de abusos de posição dominante.

Em alguns casos, o monopólio pode ser favorável. A gente chama às vezes de poder de rede. Então, claro que quando a gente quer uma rede social, nós não queremos ter dez redes sociais. Cada uma vai falar, uma parte com a minha família, com meus amigos... Então acabamos todos nós sendo beneficiados e, de certa forma, reféns de termos uma pequena quantidade de *players* no mercado de redes sociais.

A simples concentração, por si só, não é um problema para o mercado concorrencial. O que nós temos, o problema que tem que ser enfrentado pelo Cade é o abuso de uma posição dominante.

Então, uma empresa conseguir aumentar, criar emprego, criar rendimentos, se tornar maior, pela qualidade dela profissional, pelos méritos dela, é o que o Cade tem que incentivar e, como agência reguladora, como agência fiscalizadora do setor, tem que tentar dar a oportunidade para as empresas crescerem.

O papel do Cade não é de açodamento, nem de tentar deixar ninguém pequeno. Porém, há que se reconhecer uma realidade. Quando você tem um poder de mercado, quando você tem um poder econômico, esse poder pode ser abusado, principalmente para se tirar outros *players*, outras empresas do negócio.

Então, essa decisão muito recente, muito atual, do caso do Facebook, é um exemplo clássico de barreiras de entrada. Claro que o Brasil não fez esse julgamento, então me sinto até mais à vontade de falar. Não é algo que nós estejamos julgando no momento, é algo que está sendo discutido na Comissão Europeia, que é a questão das grandes redes sociais se associarem a produtos e fazerem vendas casadas, em alguns casos, e às vezes incentivarem ou fazerem uma propulsão de determinados produtos da mesma marca.

Nós tivemos um caso relativamente recente da Google, também pela Comissão Europeia, em que a Google estava sendo acusada de utilizada o buscador deles para beneficiar produtos da marca. É um caso em que também se chamou a articulação, a intervenção do órgão regulador.

Então, Senador, imagine, por exemplo, o Facebook ou o Google ou qualquer outra rede social, se, ao se colocar no nome de uma pessoa, no nome de determinado produto, as matérias que venham sejam negativas, e aqueles nos nomes de determinado concorrente sejam todas positivas. Então, imagina se há um produto, por exemplo, para um contrato associativo, se alguma *joint venture* se associa à marca, faz algum contrato de propaganda e, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir daí, toda vez que se coloca o nome daquele produto num grande buscador as matérias sejam de defeitos do produto? E quando se coloca o nome do concorrente, as matérias sejam elogiando o produto? Se isso for um processo natural do sistema econômico, porque aquele produto é melhor do que o outro, o.k., é do mercado, o Cade não tem que fazer nada. Agora, se isso é uma conduta deliberada – isso é algo que tem que se ver no caso concreto –, isso chama uma atuação, chama uma fiscalização, uma atenção especial do Cade, porque nesse caso pode ocorrer um abuso de uma posição dominante e isso é uma conduta infracional. Está prevista na legislação do Cade e o Cade tem que, sim, parece-me que em termos de redes sociais, de novas tecnologias, que estar muito atento.

A única especificidade que eu tenho em relação a redes sociais é que nesse caso é importantíssimo a atuação concertada do Cade com os demais órgãos reguladores do mundo. Então, o nosso mundo hoje é globalizado. Com relação a essas redes, não tem como cada país ter medidas, restrições individualizadas que não conversem. Nesse caso, mais do que nunca, cabe ao Cade estar antenado, estar conversando com os órgãos reguladores europeus, com o FTC, órgão regulador americano e tentar buscar soluções e verificar se há ou não efetivamente algum tipo de abuso.

Senador, brilhante pergunta.

Agradeço enormemente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A pergunta que foi feita...

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA (Para expor.) – Perfeito. Do e-Cidadania.

A pergunta é o que precisa mudar para se aumentar a mentalidade de livre concorrência e qual é minha posição para o setor, se eu consegui captar bem.

Então, um dos papeis do Cade, que é um papel fundamental, é chamado de *advocacy*. A gente fala muito do papel do Cade no cartel, no controle de concentração e esquece que um dos papeis do Cade é o papel de criar a mentalidade para o setor. É um papel didático dele. Então, esse é um papel que o Cade pode ter. O Cade pode ter esse papel de fomentar nas universidades, nos cursos, uma visão de livre concorrência. Inclusive, nos seus julgados, os julgados podem ser didáticos. Então, é um papel do qual o Cade não pode abrir mão e que vem sendo feito com maestria. O Presidente Alexandre Cordeiro tem feito um trabalho primoroso no Cade, mas é um trabalho que eu entendo que nós podemos alargar, podemos nos aproximar das empresas, dos escritórios de advocacia e utilizar isso como multiplicadores. Às vezes são julgamentos difíceis, julgamentos na área econômica, na área tributária. São julgamentos árduos. Às vezes afastam os alunos de Direito, afastam os acadêmicos. Isso é natural. É um setor que às vezes gera certa resistência para quem está aprendendo, mas é o papel do Cade tentar ser transparente, tentar se comunicar bem com a população. Inclusive, Senador, eu, na Advocacia-Geral da União, fui criador de um programa chamado AGU Explica. O AGU Explica é uma das plataformas mais vistas do Direito, em que nós pegamos procuradores federais e advogados da União, e eles explicam, em um ou dois minutos, no YouTube e nas redes sociais, conceitos jurídicos. São milhares de visualizações, o programa como um todo tem mais de 1 milhão de visualizações. Eu tive a honra de ser um dos primeiros apresentadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é algo que o Cade pode fazer: trazer uma linguagem moderna, não ficar só na linguagem do "juridiquês" e só na linguagem da jurisprudência, trazer uma linguagem mais próxima do acadêmico do Direito, porque é ali que se muda a mentalidade. A mentalidade não se muda no momento do cartel; a mentalidade se muda nos bancos, no pequeno empresário, no empresário que está começando, no acadêmico, e isso vai criar uma cultura de livre concorrência ao longo do tempo. Eu acho que é o caminho do Cade é este: ser mais aberto, transparente e ter uma linguagem mais moderna.

Sobre a minha visão para o setor, o Brasil, como eu falei, tem uma agência reguladora num padrão internacional reconhecido. O Cade não é uma agência reguladora com problema, ele é uma agência reguladora muito bem conduzida, com um colegiado muito bem composto – inclusive queria saudar o Conselheiro Sérgio Ravagnani, Conselheiro do Cade, que veio participar da sabatina –, com um colegiado que tem mostrado resultados para a sociedade. Como eu falei, no julgamento, por exemplo, da Fox e da Disney, teve-se uma ótima solução, chegou-se a uma solução de padrão internacional.

O que nós podemos melhorar no Cade, talvez, é a comunicação. O Cade ainda é uma instituição que talvez não tenha conseguido conversar com a grande comunidade, com a grande sociedade. Talvez esse lado do *advocacy*, de poder conversar com as pessoas e explicar o que está sendo feito, mostrar o que está sendo feito, mostrar sua jurisprudência, explicar a sua jurisprudência num termo mais simples seja o grande caminho. É a minha visão para o Cade e gostaria de contribuir muito com a aproximação do Cade tanto com a academia como com os escritórios de advocacia e com as empresas que tenham, obviamente, necessidade de ter um certo conhecimento da área.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Dr. Gustavo, o senhor tem conhecimento de se as sessões do Cade são transmitidas ou são abertas? Porque ainda há quase que um total desconhecimento de muitas empresas, até da própria sociedade, a respeito de qual seria a função do Cade, como funciona. O senhor já tem algum conhecimento a respeito desse tema?

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA (Para expor.) – Tenho, Senador.

Há julgamentos do Cade que costumam se dividir em dois momentos: um é o momento dos seminários internos, que, normalmente, é um momento mais reservado aos conselheiros, em que há as primeiras conversas sobre o setor; e, depois, há sessões públicas, há julgamentos públicos que estão, até em função da pandemia, sendo feitos remotamente, mas são abertos, nesse momento, para a população. E acho que é um bom caminho, é um bom veículo. Claro que é muito difícil, às vezes, para alguém acompanhar um julgamento sem ter os autos, acompanhar oralmente esse julgamento. Então, parece-me que há alguns mecanismos que podemos fazer para tornar isso mais fácil de as pessoas acompanharem, tornar isso mais didático. Mas os julgamentos do Cade hoje já têm estes mecanismos: sessão aberta e publicação da jurisprudência e dos extratos dos julgamentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

As perguntas serão do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra. Passo-lhe a palavra para que ele possa fazer as perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria dizer da minha alegria, da minha satisfação de poder participar da sabatina do Dr. Gustavo Lima, que tem prestado relevantes serviços na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Posso dar esse testemunho pela convivência que tivemos ao longo desses últimos anos. Trata-se de uma pessoa preparada, como nós estamos aqui testemunhando nesta sabatina, com sólida formação acadêmica, com conhecimentos específicos sobre o desafio que, certamente, irá enfrentar, caso o Senado confirme a indicação do Presidente da República. Portanto, quero, inicialmente, dar esse testemunho da dedicação, do zelo, da responsabilidade do Dr. Gustavo Lima.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, chamo atenção para a rápida apreciação e deliberação dessa indicação. O Cade, como todos nós sabemos, é uma agência reguladora da mais alta importância no nosso País. Existem pautas que estão no Cade aguardando a completa formação do seu Conselho Diretor, em decisões muito sensíveis, decisões que interessam à economia, interessam à população, interessam a todos que desejam solução de litígios, de conflitos, de dúvidas e, por isso, eu quero fazer um apelo àqueles que estão participando, por via remota, para que possam se deslocar até a Comissão, para poder participar do processo de confirmação, exercendo o seu direito de voto, para que, ainda no dia de hoje, a gente possa apreciar no Plenário, se possível, a indicação do Dr. Gustavo.

Um dos temas que eu vou pedir ao Dr. Gustavo, se ele puder trazer aqui algumas informações, para mostrar a importância desse processo de indicação, diz respeito a um setor muito sensível e muito importante para a nossa economia, que é o setor de telecomunicações. Nós temos um processo que ainda não tem uma conclusão, no âmbito do Cade, que trata sobre a questão da operadora Oi, e essa é uma decisão que, por ter muitos interesses envolvidos e muitas visões envolvidas na questão, para termos uma decisão consolidada, plena, se faz necessário o preenchimento de todo o Conselho do Cade.

É importante chamar atenção porque, conforme seja a decisão, a gente pode estar dando um passo na direção de melhorar as condições de mercado, de melhorar as condições para novos investimentos, de oferecer uma saída saudável para a operadora Oi, ou nós poderemos estar criando imensas dificuldades, que poderão levar a uma concentração ainda maior no setor de telecomunicações.

Portanto, eu trago esse exemplo e deixo o Dr. Gustavo à vontade, se ele quiser discorrer sobre esse tema, mas mostrando a urgência da apreciação do nome, para que o Cade possa cumprir com a sua responsabilidade, e esse setor que é tão caro e tão importante para a economia e para a população brasileira poder ter uma deliberação, em caráter final, por parte do Cade, que, no meu modo de ver, vai desencadear importantes e novos investimentos no setor de telecomunicações.

Portanto, parabenizo o Dr. Gustavo pela indicação, pela confiança que mereceu do Presidente da República, e renovo aqui o meu testemunho da capacidade do Dr. Gustavo para bem desempenhar suas funções como diretor desse importante colegiado.

Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA (Para expor.) – Senador Fernando Bezerra, agradeço muitíssimo as palavras e a bela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse, de fato, possivelmente será um dos grandes julgamentos do ano que vem. Claro que, por função de poder julgar o caso, eu não posso entrar em detalhes, não poderei adiantar aqui minha posição, sob pena de, depois, me tornar impedido para o julgamento, mas posso, sim, falar do ato de concentração, que é do que nós estamos falando, uma previsão do art. 88 da Lei do Cade, e um dos papéis que, quando a gente olha os números do Cade, é a grande atuação.

Então, quando se fala de Cade, de cartel, o que vem muito à cabeça é esse papel punitivo do Cade, mas a grande atuação do Cade na prática não é o papel punitivo, mas o papel preventivo, e os atos de concentração revelam isso, a atuação do Cade antes de se criar uma situação que pode gerar um abuso do poder econômico.

O ato de concentração é um tema extremamente complexo. O fato de simplesmente você ter uma empresa grande e ela ser concentrada, uma empresa que tem uma grande fatia de mercado, não pode ser visto, por si só, como um problema, um problema *per se*, não pode ser encarado dessa forma. Nós temos que analisar um conceito da utilidade líquida, que é um conceito muito claro para quem é da área, mas, às vezes, difícil de explicar para o leigo. O conceito de utilidade líquida assume que uma concentração poderá, sim, ter algumas externalidades negativas, ter alguns pontos negativos, porém, ele gerará benefícios ao consumidor. Esse é o ponto que o Cade tem que administrar, tentar ser o fiel da balança e descobrir o ponto de equilíbrio onde ele permite que as empresas possam ter medidas que façam sentido, medidas que preservem o mercado, preservem a competitividade e, ainda assim, transfiram parte dos ganhos para o consumidor.

Então, a economia não existe por si só. A economia é feita de pessoas e para pessoas. Ninguém abre uma empresa por si só. Uma empresa emprega pessoas, uma empresa gera produtos para pessoas, e esse é o caso do setor de telefonia. Quando se deixa uma empresa quebrar, quando se deixa uma empresa ficar numa situação extremamente difícil e não se permite soluções de mercado, isso pode ter prejuízos ao consumidor que são incontornáveis. O Cade tem que agir com isso com muita responsabilidade, e tem feito. É muito comum o Cade, no lugar de simplesmente reprovar ou aprovar, propor remédios. Esses remédios podem ser comportamentais ou estruturais. Um remédio estrutural é, por exemplo, determinar que se venda parte do negócio, que se tire uma área geográfica, que se permita que parte do setor seja vendida para um terceiro. E você tem remédios que são comportamentais. Então, você vai estabelecer limites, certas regras, como, por exemplo, separar parte da administração, impedir que se façam novas aquisições.

Eu não quero me adiantar no julgamento da Oi. Já tenho lido a posição dos conselheiros, alguns conselheiros já têm conversado sobre o tema. Parece-me que, no caso da Oi, nós temos que realmente analisar se é possível esse remédio, se há remédios que viabilizem, e aí, sem adentrar no caso concreto, mas conversando de modo geral sobre os atos de concentração do art. 88, parece-me que o papel do Cade tem que ser, sempre que possível, viabilizar o negócio econômico.

Então, o Cade não pode ser um obstáculo, o Cade tem que ser um facilitador do crescimento econômico com um foco no consumidor. Então, não é o crescimento econômico por si só, mas tem que estar preocupado com o usuário, com o consumidor, com os empregos das pessoas. E me parece que o que tem que ser buscado nesses atos de concentração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, é se é possível o acordo. Eu não sou daqueles que defendem o mau acordo, eu acho que acordo ruim é ruim por si só, não defendo aquela máxima de que um acordo ruim é melhor do que nenhum acordo. O acordo tem que ser bom, mas, para isso, é preciso ter ferramentas criativas, é preciso que os conselheiros tenham a capacidade de sentar com o setor, discutir, analisar friamente o problema, ver se é possível chegar a um acordo para viabilizar esse ato ou, se não é possível, quais os remédios a serem colocados, e apenas em *ultima ratio* deve ser feita uma negativa de um ato de concentração, principalmente num setor como telecomunicações.

A gente sabe que telecomunicações são um setor naturalmente concentrado, é da natureza do negócio, e em muitos casos é benéfico. Por exemplo, ter um colega seu que está na mesma operadora facilita, é mais barato o custo de comunicação.

Agradeço muito a pergunta. Tenho certeza de que será um grande caso no ano que vem. O caso da Oi já é conhecido no mercado. Não posso adiantar minha posição, mas posso conversar sobre atos de concentração e essa minha visão do Cade como viabilizador do crescimento econômico, mas de proteção às pessoas, e verificando se, no fim, há uma utilidade líquida ao consumidor, ou seja, se os prejuízos ou eventuais externalidades negativas vão ser compensados pelo ganho que tem que ser repassado para o consumidor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma consulta, tendo em vista o quórum já mais elevado, se poderíamos iniciar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Fernando Bezerra, nós precisamos de 14 presenciais para começar a votação. Estou percebendo aqui que nós temos seis, com a minha presença. Nós precisamos de 14 presenciais.

O voto é secreto. Já tentei acionar aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quando começa a votar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e já mandei mensagem para todos os membros. Eu estava no celular exatamente mandando mensagens. Então, vamos aguardar um pouco. Se não houver quórum para votar, vou ter que suspender para votar depois.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Eu creio que, se V. Exa. abrir o processo de votação, os Senadores estão entre a CCJ e a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas eu temo que não haja votação, sempre espero o presencial para abrir.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Se nós formos esperar os 14 presenciais aqui, dificilmente nós vamos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu já acionei aqui praticamente todos os membros, para ver se eles vêm para votar e aí dá quórum. Votar cinco ou seis e parar a votação é que é ruim. Como a Comissão de Constituição e Justiça está em andamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, sem querer contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou aguardar, eu não estou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sem querer contraditar, é porque, como...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O que está acontecendo, Senador, é que nós não estamos na TV Senado agora; é a Comissão de Constituição e Justiça que está na TV Senado. Então, eu aqui, pelo meu celular, já mandei mensagem para quase todos os membros, os que são mais frequentes, que vêm mais à Comissão. Há alguns que são membros e vêm pouco. Então eu já mandei aqui, e até agora não surtiu efeito. Então podemos aguardar para ver se realmente há condição de chegar ou não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu renovo meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ah, bom, mas acontece que eu não posso ficar aqui *ad eternum*, esperando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, não, nem quero isso. Eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós vamos ter agora...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É que os Senadores, sendo informados de que o processo de votação foi iniciado, rapidamente vão se apresentar para poder registrar o seu voto, porque não haveria prejuízo. Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas por quanto tempo eu posso aguardar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pode marcar uma hora. Durante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Uma hora?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma hora, para dar tempo de o pessoal vir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu tenho um compromisso aqui às...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou falando porque nós temos aqui ainda Senadores a fazerem perguntas, certamente o Dr. Gustavo terá a oportunidade de expor mais...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, se o Senador Vanderlan, o Senador Heinze querem fazer alguma pergunta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Vanderlan, o Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. quer fazer alguma pergunta? Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, é que o Presidente Davi está marcando a abertura da sessão para as 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Presidente Davi só vai abrir a votação lá às 16h30. Então nós temos um tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós estamos aqui quase 16 horas, não é? Então eu posso aguardar um tempo, mas não *ad eternum* ficar aqui aguardando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, a minha sugestão é abrir, e o senhor encerrar às 17h. Se não houver quórum...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Às 17h não dá, porque eu vou, eu tenho um compromisso também na minha bancada agora às 16h. Está marcado, não é, Vanderlan? A respeito inclusive do tema que V. Exa. está nos provocando, que é a questão da PEC dos Precatórios.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Verdade. Nós estamos indo lá. Mas estou indo antes ao Ministério da Educação. Eu estou falando é porque senão não damos conta de cumprir com todas as nossas obrigações. Se abrir, eu acho que não vejo prejuízo nenhum, porque se não alcançar o quórum, V. Exa. vai...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, vou aguardar até as 16h30.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com o painel aberto para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com painel aberto até as 16h30.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, pois não. Está perfeito, está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então eu determino a abertura do painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente Otto, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Eu queria, não sei se pela ordem de inscritos aí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não há ninguém inscrito, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Não há ninguém?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, pode perguntar a ele.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Mas eu quero cumprimentá-lo, Gustavo Augusto Freitas de Lima. Cumprimentá-lo e, pelo pouco que eu já percebi, quando o senhor foi indagado aqui, em uma pergunta, o seu vasto conhecimento nessa área, o senhor como indicado ao Conselho do Cade.

Eu tive o prazer, meu Presidente Otto, de recebê-lo ali no meu gabinete. E conversamos longamente, e inclusive V.Sa. me tirou aí algumas dúvidas com relação ao Cade, a função do Cade e algumas questões que eu lhe questionei, lhe perguntei, o senhor não deixou de responder a nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui reafirmar nosso indicado aí pelo Presidente para o conselho. O compromisso que fiz com V. Sa. lá no meu gabinete, em apoiá-lo na indicação para o Cade. Pode contar aí com nosso voto, tá?

Obrigado.

O SR. GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA – Agradeço muito, Senador Vanderlan, pelo apoio, pelas gentis palavras, e fico muito tocado pela sua observação e pelo apoio público do senhor. Agradeço novamente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Bom, acho que um quórum de 25 Senadores preenche os pré-requisitos do Regimento do Senado Federal.

Quero agradecer a participação do Dr. Gustavo.

Determino à Secretaria da Mesa que abra o painel. Queria até esclarecer que, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eu poderia exercer o direito do voto, mas, como já há quórum suficiente e de todo Presidente se prevê neutralidade, eu não votarei. (*Pausa.*)

Resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Votaram SIM 16 Srs. Senadores; 09 Senadores votaram NÃO.

Portanto, está aprovada a indicação do Dr. Gustavo para o Conselho do Cade.

Solicito à Secretaria da Mesa que notifique sobre a votação. O Dr. Gustavo é encaminhado para exercer o cargo de conselheiro. Será encaminhado, naturalmente, ao Plenário do Senado Federal, de acordo com a determinação do Presidente Rodrigo Pacheco.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Maria Eliza, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, José Aníbal, Flávio Arns, Lasier Martins, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Otto Alencar, Omar Aziz, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner e Cid Gomes, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Chiquinho Feitosa, Oriovisto Guimarães, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1472, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo apresentado, Emenda nº 8, contrário às Emendas nºs 1, 5 e 7, e com o acolhimento parcial das Emendas nºs 2 a 4 e 6. **Resultado:** Aprovado o relatório na forma do substitutivo. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 123, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Favorável com uma emenda de redação de sua autoria Emenda nº 2 - CAE e contrário à Emenda nº 1 - CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório com a Emenda nº 2 de redação e pela rejeição da Emenda nº 1. Aprovada, também, a solicitação de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1676, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos federais em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, a matéria vai à CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 188, de 2019 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional por pessoas jurídicas que realizem atividade de locação de imóveis próprios." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Adiado para a próxima reunião. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 141, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5093, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para prever novos mecanismos de acessibilidade em favor das pessoas com deficiência visual." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4890, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 329, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização." **Autoria:** Senadora Ana Amélia (PP/RS). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 69, de 2021** que: "Requer Audiência pública Criptomoedas" **Autoria:** Senadora Maria Eliza (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 70, de 2021** que: "Requer aditamento de requerimento de audiência pública nos termos do que especifica" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 71, de 2021** que: "Requer aditamento ao RQS nº 69/2021 - CRIPTOATIVOS" **Autoria:** Senadora Maria Eliza (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 72, de 2021** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública para discutir os projetos de Lei n° 3825, de 2019, n° 3949, de 2019 e n° 4207, de 2020: "os impactos das moedas virtuais, serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação, condições para o funcionamento das exchanges de criptoativos na economia brasileira, bem como, os crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais", objeto do requerimento nº 69/2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 73, de 2021** que: "Requer Audiência pública - criptoativos" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Obs: Ata pendente de aprovação

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/07

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada no dia 1º de dezembro.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicação de documentos recebidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos diversos documentos de cidadãos e de instituições públicas e privadas, incluindo Câmaras Municipais e o Tribunal de Contas da União. Os documentos tratam de diversos temas e, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a atuação nesse período.

Primeiro item da pauta, não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 1472, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Jean Paul Prates

Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado, Emenda nº 8, contrário às Emendas nºs 1, 5 e 7, e com o acolhimento parcial das Emendas nºs 2 a 4 e 6.

Observações:

1. Em 23/11/2021, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador José Aníbal.

2. Em 30/11/2021, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Eduardo Braga.

3. Em 30/11/2021, foi concedida vista coletiva da matéria.

4. Em 06/12/2021, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Jaques Wagner.

5. Em 06/12/2021, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria da Senadora Maria Eliza.

6. Em 06/12/2021, foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria do Senador Jaques Wagner.

7. Em 06/12/2021, foi apresentada a Emenda substitutiva nº 7, de autoria do Senador José Aníbal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jean Paul Prates, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

Com a palavra, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Mais uma vez estamos trazendo aqui a relatoria, espero que final, do Projeto 1.472, de 2021. Eu vou ler a complementação de voto, lembrando que se trata da proposta original, que estabelece um tripé, não é a instituição de um imposto, como ficou parecendo ser só a intenção do projeto. Ao contrário: nós arrefecemos isso, estamos trabalhando com um tripé, que é o estabelecimento de uma política de preços de combustíveis no mercado interno, mercado brasileiro, com diretrizes principais colocadas na lei do petróleo, aquela de 1997. Então estamos alterando a lei do petróleo, ela mesma, para incorporar princípios e diretrizes a serem aplicados por todos os governos, não só por este, na política de preço de combustíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internos, principalmente levando em conta as conquistas que o Brasil tem, como, por exemplo, o fato de ser autossuficiente em petróleo.

A segunda parte desse tripé é a criação de um mecanismo de bandas para amortecimento da volatilidade do preço internacional quando ela ocorrer. Ela ocorre sempre, mas há momentos mais agudos, como esse – classicamente, acaba virando um exemplo histórico – momento da recuperação da economia mundial durante a pandemia, congeminada com a sazonalidade típica e normal do período de inverno no Hemisfério Norte.

E, por fim, a apresentação de fontes de recursos aptas a suplementar os saldos desta conta de compensação do combustível.

Vou agora, então, ler o complemento de voto, que justamente faz jus às emendas apresentadas durante o pedido de vista.

Após a apresentação do relatório, foram sugeridas, na busca pelo aprimoramento intrínseca ao processo legislativo, algumas mudanças no texto do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que "dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto".

Foram recebidas mais quatro emendas sobre a matéria em exame.

A Emenda 4-CAE e Emenda 6-CAE, ambas de autoria do Senador Jaques Wagner, sugerindo ajustes nas alíquotas do Imposto de Exportação, de modo a torná-lo mais efetivo, especialmente como mecanismo de natureza parafiscal, apto a assegurar o abastecimento interno.

A Emenda 5-CAE, de lavra da Senadora Maria Eliza, propondo o estabelecimento de incentivos fiscais para a instalação e ampliação de refinarias de petróleo em Território nacional.

A Emenda 7-CAE, de autoria do Senador José Aníbal, que propõe diversas alterações no substitutivo, mormente visando a suprimir a utilização de recursos advindos do Imposto de Exportação e dos saldos positivos do Banco Central na gestão das reservas cambiais do Brasil, inovando ainda ao sugerir mecanismos específicos de controle dos recursos provenientes do Programa de Estabilização que se intenciona criar, lembrando que também foi acolhida, na outra audiência, a emenda do Senador Eduardo Braga.

Análise.

Como proposto originalmente pelo Senador Rogério Carvalho e reforçado por relatório apresentado perante esta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei nº 1.472, de 2021 está assentado em um tripé: i) o estabelecimento de uma política de preços para os derivados do petróleo; ii) a criação de um mecanismo de bandas para amortecimento da volatilidade temporária dos preços desses derivados; e, iii) apresentação de fontes de recursos aptas a suplementar extraordinariamente o mecanismo supracitado, de modo a assegurar o cumprimento de seus objetivos.

Ao longo de debates públicos e reuniões técnicas realizadas no âmbito desta relatoria, estabeleceu-se certo consenso em relação aos dois primeiros vértices desse tripé, restando especial celeuma no atinente ao último, que é o mecanismo adicional de financiamento do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impõe-se a este Relator, por dever de ofício de relatoria e em compromisso com a transparência no debate público, repisar uma vez mais que analisamos esta matéria sob a perspectiva de um Parlamentar de oposição, Líder da Minoria no Senado Federal, crítico ferrenho e contumaz da gestão do Governo Federal em sua política energética, fatos esses todos de conhecimento público. Contudo, opina-se, neste relatório, assim como propõe a proposição que ora se avalia, em substituição à omissão do Poder Executivo, que, se desempenhasse a justo termo sua função e responsabilidade, tornaria desnecessário este relatório, bem como o próprio Projeto de Lei 1.472, de 2021.

Refaço a advertência premido pela realidade de que trabalhamos aqui no deserto da omissão, encarando e buscando remediar as consequências de um governo que opta por não agir e não se dá ao trabalho de prestar contas ao povo brasileiro sobre sua omissão.

O Senado Federal não tem o direito de ser cúmplice dessa omissão, porém, ao atuar, deve fazê-lo dentro das balizas institucionais alicerçadas por nossa Constituição Cidadã, sem invadir a competência do Poder Executivo, apenas municiando-o de instrumentos para que desempenhe seu papel.

Esse é exatamente o espírito do projeto de lei que buscamos replicar no substitutivo anteriormente apresentado, de forma a corrigir vícios e aprimorar seus mecanismos, enrobustecendo uma caixa de ferramentas a partir do debate público.

Nesse sentido e espírito, avaliamos as emendas apresentadas, visando a melhorar o substitutivo.

Entendemos que as emendas propostas pelo Senador Jaques Wagner trazem meritória advertência sobre as alíquotas do Imposto de Exportação contidas em nosso último substitutivo, que, de certa forma, limitavam sobremaneira a sua aplicabilidade – fato inclusive reconhecido pela justificação da Emenda 7, do Senador José Aníbal, ainda que se posicione com denodo e eloquência em rechaço à aplicabilidade do referido imposto.

Diante de contribuições diametralmente opostas, cabe-nos recordar que a Constituição Federal prevê expressamente, em seu art. 153, inciso II, a competência da União para instituir impostos sobre a exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados, ou seja, a Constituição prevê a competência da União para instituir esse imposto. Trata-se de imposto revestido pela característica da parafiscalidade, sem intuito arrecadatório, cuja flexibilidade está assegurada pelo §1º, que faculta ao Poder Executivo alterar as alíquotas, observadas as balizas previstas em lei.

Dessa forma e em estrito cumprimento aos comandos constitucionais, entendemos ser necessário ajustar uma vez mais as alíquotas propostas no Imposto de Exportação, de modo a garantir seu funcionamento como mecanismo regulatório. Reconhecemos, contudo, a importância de assegurar previsibilidade aos investidores, por isso propomos aqui valores mínimos e máximos a serem cobrados, disponíveis para ajuste do Poder Executivo, buscando aliar a efetividade regulatória de um lado e a proteção de investimentos de outro.

Sugerimos, portanto, as seguintes faixas do Imposto de Exportação:

I - 0% para o valor do petróleo bruto até US$45 por barril, Senador Amin;

II – no mínimo 2,5% e no máximo 7,5% aplicados apenas sobre a parcela do valor do valor do petróleo bruto acima de US$45 por barril e abaixo ou igual a US$85 por barril – portanto, 2,5% a 7,5% entre US$45 e US$85;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – no mínimo 7,5% e no máximo 12,5% aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US$85 por barril e abaixo ou igual a US$100 por barril – portanto, entre 7,5% a 12,5% entre US$85 3 US$100.

IV – no mínimo 12,5% e no máximo 20% – lembrando que a primeira versão do projeto aplicava 50% acima de US$100 – aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US$100.

Lembrando que, por ser de aplicabilidade marginal, a alíquota não incidirá sobre a totalidade dos valores, mas sim apenas sobre a parcela de preço que exceder os valores mencionados. À guisa de exemplo, fiz aqui um caso com o preço atualizado de US$75. Um carregamento eventualmente exportado a US$75 resultaria no pagamento de US$0,5 a US$1,5 por barril, ou seja, 0,6% a 2% do valor faturado. Esse percentual é bem inferior, por exemplo, à própria diferença entre as cotações do petróleo Brent, que é a referência para nós na maior parte das vezes, e a maioria dos petróleos exportados precificados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) no Brasil. A avaliação entre o Brent e os nossos petróleos é, na maioria das vezes, bem maior do que esta alíquota aqui.

Adicionalmente, o texto prevê que pessoas jurídicas que destinem parte da produção para refino no mercado interno possam receber alíquotas diferenciadas na exportação.

Senador Portinho, que acaba de chegar, há casos em que se exportam volumes, mas também se suprem pedaço dessa produção para o mercado interno. Esses personagens podem ter, a critério do Executivo, alíquotas diferenciadas, porque ao mesmo tempo em que exportam também abastecem refinarias brasileiras, não somente exportam.

Finalmente, entendemos que a Emenda 5 – CAE, de autoria da Senadora Maria Eliza, que está aqui conosco, aponta corretamente para a necessidade de fortalecer o parque de refino nacional, de modo a fortalecer o abastecimento doméstico e mesmo a exportação de refinados. Todavia, impõe-se sobre o proposto na emenda restrições de ordem orçamentária e fiscal, para além do juízo de conveniência. O art. 113 do ADCT da Constituição Federal exige que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, dispõe não apenas sobre estimativa de impacto da renúncia, mas também que ela deve atender à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e ser acompanhada de demonstração pelo proponente de que ela foi considerada na Lei Orçamentária Anual ou estar acompanhada de medidas de compensação.

Por esses motivos, não podemos acolhê-la, registrando, contudo, nosso apoio em seu mérito, que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional em uma avaliação mais ampla das perspectivas de nossa infraestrutura energética. A realidade atual é o inverso: a alienação de ativos estruturantes do parque de refino brasileiro tem sido necessariamente feita à burla da competência do Poder Legislativo. Nós temos defendido, como todos sabem, que a venda das refinarias da Petrobras pelo Poder Executivo, que está em curso atualmente, seja feita com autorização do Congresso Nacional, já que são partes da *holding* de petróleo nacional, e não subsidiárias.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, na forma da seguinte emenda substitutiva, com rejeição da Emenda 1-CAE, Emenda 5-CAE e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda 7-CAE, e acolhimento parcial da Emendas 2-CAE à Emenda 4-CAE e da Emenda 6-CAE.

Não vou ler a integridade aqui do substitutivo, todos já o têm aí no sistema, basicamente o mesmo com as alterações que colocamos agora, mas quero simplesmente finalizar dizendo que esse é um trabalho, Senador e Presidente Vanderlan, Senadores presentes, de muita conciliação, porque essa é uma matéria complexa, difícil e que não só é complexa e difícil pela sua própria natureza, mas também pelos interesses que estão em jogo.

Nós estamos entre duas coisas, entre o preço totalmente livre – totalmente livre –, mercado internacional aplicado a quem produz derivados e quem importa e também ao povo brasileiro indiscriminadamente. E aí queremos colocar, no meio desse processo, um sistema de amortecimento, para que o País, com a sua força e condição de país produtor de petróleo, grande produtor de petróleo, possa, de fato, estabelecer um mecanismo de abastecimento para que você assegure ao investidor a receita que ele espera, de fato, mas, ao mesmo tempo, amorteça esses efeitos voláteis do mercado internacional para o comprador do gás de cozinha, para a dona de casa, o dono de casa, o usuário do gás de cozinha que está queimando lenha, para o diesel dos motores das nossas ferrovias e rodovias nacionais, que acaba encarecendo todos os produtos que chegam a qualquer lugar deste País via rodoviária com diesel, e para a gasolina de quem pode ter carro ou precisa do veículo para se locomover.

Então, é de fato um exercício aqui de conciliação absoluta, não só política como econômica, financeira e estrutural para o País.

Não é a solução ideal – volto a dizer, não é a solução ideal. Porém, é a solução possível, diante dos impasses que temos hoje de natureza mais orgânica do processo de análise da política setorial de petróleo e gás no País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Parabéns pelo relatório.

Em discussão o relatório.

Senador Amin; em seguida, Senador Zequinha e o Senador Carlos Portinho, que é o terceiro.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por presidir a nossa reunião e cumprimentar o Senador Jean Paul pelo seu esforço competente. Ele é uma pessoa, como Parlamentar e como especialista, absolutamente credenciado a relatar e conduzir esse projeto, e ele sintetizou muito bem o objetivo.

Eu quero focalizar exatamente a questão estrutural do fundo de estabilização de preços...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Virou a ponta, não é mais a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ou seja, nós não podemos deixar que toda a vulnerabilidade da economia, como ele bem descreveu, desde o gás de cozinha até o combustível que movimenta a nossa economia, fique à mercê da especulação internacional. Do ano passado para este já oscilou de menos... Ou seja, o petróleo, o barril do petróleo já valeu menos do que zero, já teve valor negativo em agosto do ano passado, quando a pandemia chegou a praticamente reduzir drasticamente a atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica. Não tinha onde estocar, porque o petróleo é bombeado e sai. É mais ou menos como estocar o ovo, não é? Como é que você vai estocar ovo, se não houver consumidor? Como é que se vai fazer? – e com tudo mais que tem um ciclo contínuo. E isso aconteceu na economia mundial, muita desestruturação. Então, de menos zero, quer dizer, de negativo, menos do que zero, até US$80, US$100, vai para bomba e cai aqui, e com reações histriônicas do mercado. O mercado é muito "sensível", entre aspas: não se sensibiliza com a pessoa que está usando vela para esquentar o prato, mas se sensibiliza e abre investigação porque o Presidente da República disse: "Olha, vai baixar o preço da gasolina". Abre um processo, vazamento, informação privilegiada – isso está acontecendo agora. Quer dizer, essa "sensibilidade", entre aspas, do mercado é até um deboche em relação à sensibilidade das pessoas, não é? O Governo chegou a criar o vale-gás, que é um vale variável.

Então, está provado que tem que haver um colchão de amortecimento entre a flutuação do preço, que é coisa do mercado, e a sensibilidade humana e econômica da coisa, de sorte que nós, na primeira apresentação do Senador Jean Paul, focalizamos o imposto de exportação, que eu não acho que é a grande fonte para isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não é mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não pode ser, até porque nós temos uma regra insatisfatória para distribuir *royalties.* Ela não satisfaz nem aos maiores beneficiados, nem aos excluídos, não é?

Nós temos uma lide com o vizinho Estado do Paraná sobre distribuição de *royalties* de petróleo que completou neste ano 30 anos – Ação Cível Originária nº 444 – e vencemos, mas não recebemos. Ou seja, também não estamos satisfeitos com as delimitações do IBGE sobre a quem pertence o direito. É uma lide, Senador Vanderlan, de trinta anos no Supremo Tribunal Federal, fora os cinco anos de discussão administrativa com o IBGE.

O tema é muito complexo. Eu queria dizer o seguinte: eu voto a favor, acho que é pouco e acho que o Senador Jean Paul enriqueceu o projeto, mas eu entendo que o Governo tem que colocar aqui não a sua impressão digital, mas o seu espírito para guarnecer... Nada a ver com a Petrobras. A Petrobras é uma grande empresa, isso já foi explicado aqui para nós pelo Presidente, ela é uma empresa com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, o que a torna mais vulnerável em termos de mercado, mas o Governo não pode ficar omisso. E eu sinto que até aqui nós navegamos, o Congresso navegou, está faltando uma participação ativa do Governo. Faço um apelo ao Ministro que esteve aqui, ao Ministro da Economia, ao Presidente da República, que é sensível a isso, tanto é que tem falado – de vez em quando, é censurado pelo que fala –, porque percebe a gravidade da situação e é um chefe político. Então, eu acho que eu votarei a favor não por considerar, Senador Jean Paul, que o projeto esteja perfeito, mas por ele ser absolutamente necessário, absolutamente necessário. E nós, com as limitações do Legislativo, temos que aprovar no mínimo para dizer que nós não estamos omissos. Ninguém pode dizer que o projeto é desnecessário. Pode dizer que deveria ser outra coisa, que não deveria ser só em cima do imposto de exportação, como já disseram, o que já foi corrigido...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Agora são sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já foi corrigido. Em vez de uma fonte, teoricamente temos sete.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sete fontes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se acharem pouco, criem mais! Vamos ampliar essa fonte de recursos. Para quê? Para evitar essa desgraceira do impacto social e econômico que avilta a política no Brasil.

Eu voto a favor.

E quem quiser que aprimore.

Obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Zequinha, com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, o projeto é tudo de que a gente precisa neste momento de uma loucura de preços em que não dá para sobreviver... A grande maioria da população não ganha tão bem para comprar combustível como está. Ele é extremamente meritório, importante, oportuno, mas é muito profundo, muito polêmico, e eu quero fazer minhas as palavras do Senador Esperidião: nós temos que trazer o Governo e fazer uma audiência pública entre as partes.

Concordo plenamente: o Legislativo está avançando, o Senado está discutindo, está criando alternativas, ferramentas, mas isso aqui mexe até numa linha de pensamento de Governo, para se ter uma noção: Governo de economia liberal, de livre mercado, etc., e, de repente, você puxa para outra banda, outra concepção de governança.

Eu quero ajudar, eu quero votar, porque acho necessário, está passando da hora de a gente ter segurança, mas também ter equilíbrio nesses preços. Diante disso, eu defendo que a gente possa ter uma robusta audiência pública nesta Comissão com os ministros envolvidos, com o Governo aqui presente, para que a gente possa dar um xeque-mate e chegar a um consenso com relação a isso, porque todo mundo aqui, com certeza, é favorável à ideia do projeto, mas precisa estar seguro de que tudo isso vai acontecer de forma muito tranquila.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Zequinha.

Senador Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Bom dia a todos os meus colegas!

O Senador Jean Paul Prates traz, como disse o Senador Esperidião Amin, um tema que nos mobiliza, que coloca o Senado, o Congresso, nesta discussão que o Governo não iniciou. O Governo assiste passivamente, fato, às altas – não posso nem dizer altas e baixas, porque a gente só vê altas – no preço do combustível.

Lembro-me ainda, e aí faço justiça, Senador Jean Paul, de que, na época da Presidente Dilma, ela disse que, se baixasse, baixaria – ela falou isso, falou que, se o dólar caísse, se o petróleo caísse... –, mas nunca aconteceu também. Então, isso daí, deixando claro, não é um problema deste Governo, é um problema sistêmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sou especialista em mercado, Senador Esperidião Amin, mas eu acho que há algumas medidas que são básicas. A primeira delas é o Governo criar um fundo. Se esse fundo de amortecimento, essa cesta... Inclusive, o Senador Jean Paul não traz só – e isto me preocupa, sim, já tinha dito a ele – a questão de tributar, mas ele traz outras, ele traz alternativas e deixa um leque de opções à mão do Governo, meio que empurrando o Governo: "Olhe, nessa lógica de um colchão de amortecimento, faça alguma coisa; estou dando as ferramentas aqui". Aqui me preocupa – e preciso pensar um pouquinho mais – a questão do imposto de exportação, se isso não afeta a nossa competitividade. É apenas por essa questão, porque a gente sabe que esse petróleo vai e volta, e, aí, pode ser que ele volte mais caro por conta do imposto também. Eu não sei, Senador Jean Paul, não tenho a mesma destreza que V. Exa., mas queria pensar um pouquinho mais.

Por isso, eu queria me filiar ao pensamento do Senador Zequinha, porque sou favorável a que o Senado se manifeste – e elogio a iniciativa do Senador Jean Paul –, sou favorável à lógica de que deva haver um colchão, um fundo – o que vai constituir esse fundo, além dos instrumentos, das alternativas que o Senador Jean Paul dá, acho que gente pode aprofundar mais – e, por isso, acho que seria bom a gente, numa audiência pública, ouvir, sim, o Governo. Se ele é contra, a gente precisa saber qual é a alternativa, então. Além do fundo, Senador Esperidião, o mercado deveria funcionar, na baixa do petróleo, comprando e, na alta, segurando. São instrumentos de mercado que eu também não vejo a Petrobras exercitar: nem um fundo, nem as opções de compra na baixa e de *hedge*, enfim, instrumentos aí do mercado. Então, eu sou favorável, mas eu queria me filiar ao pensamento do Senador Zequinha. Acho que é importante a gente trazer o Governo aqui, até para que a gente possa ouvi-lo sobre o projeto ou sobre as alternativas que ele possa ter. Não sei se é um requerimento, Senador Zequinha, mas eu gostaria de apoiá-lo nesse pedido, que vai, certamente, ajudar a esclarecer, a nos dar mais elementos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Correto. Só verbalmente neste momento e depois faremos fisicamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor permite? Eu acho que deveria ser um requerimento aprazado, com data.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Zequinha, Senador Esperidião, eu fui comunicado aqui, Senador Portinho, de que as audiências públicas já foram realizadas e com a participação do Governo: Petrobras, Ministérios de Minas e Energia e da Economia. Audiência pública...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me, Presidente, rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra, Relator.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – As audiências foram realizadas, e o Ministério da Economia, Senador Portinho, declarou claramente que não tinha uma solução, que esperava de nós a nossa sugestão – isso está gravado aí na nota taquigráfica, estava sentado nessa cadeirinha aqui. Ele nos pediu isto: "Por favor, nos ajudem", porque não chegaram à conclusão, entre as sugestões do Ministério de Minas e Energia... E muito louváveis, inclusive, eu estive com o Ministro várias vezes, com a equipe do Ministro, em peso, no meu gabinete, até agradeço esse trabalho, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deferência que recebi do Ministério de Minas e Energia, do Ministro Almirante Bento, dedicado a esse processo. Agora, há uma dicotomia que já é conhecida – e é natural até num Governo como este – entre o que propõe o Ministério da Energia e o que propõe o Ministério da Economia, porque aí começa: "Não, isso aqui não pode, isso aqui não pode usar, aquilo não pode". Então, ele nos insta diretamente – não indiretamente, diretamente – aqui a dar a solução. E aí, com todo o respeito ao Senador Jorginho e à proposição, o Governo sequer, Senador Vanderlan, trouxe alguma sugestão a este processo de discussão e ao Relator – Senador Zequinha, desculpe.

E aí é aquela máxima do Direito, Senador Amin: o Governo não pode se beneficiar da própria omissão, quer dizer, ele se omite de mandar as informações ou as sugestões e aí vai adiando esse processo. E aí eu quero aqui usar expressão que toda hora usam e eu ouço o tempo todo para votar coisas com urgência até bem menor do que esta: isto aqui não pode esperar. Há dois anos, sistematicamente, a gente encara aumentos de combustíveis a proporções absurdas. Eu já não tenho nem mais os números atualizados aqui, mas todos já ouviram esses números ao longo desses anos aqui, do período desde 2017/2018.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Este ano, onze vezes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só este ano, onze vezes, mas o percentual é descomunal. Nós estamos numa situação de inflação estrutural!

Gente, quem está falando aqui é o Líder da Minoria, portanto, da oposição. Estou tentando ajudar o processo para esse negócio parar, porque isso é ruim agora para este Governo e é ruim para o Brasil em geral, dali para frente. Isso é uma inflação estrutural, Senador Vanderlan. Nós temos que frear isso!

E tudo que nós estamos propondo aqui não é uma solução mágica: "Pá! Cria um imposto e paga". Não! Nós alteramos esse processo para uma cesta de ferramentas, sete ferramentas, em que a gente dá, numa delas, o mínimo e máximo. Portanto, para o investidor está assegurado... Eu fiz, a minha vida inteira, como consultor, cenários econômicos. E eu coloquei isso consciente disso. Eu falei: "Coitado do cara que for fazer um cenário econômico que vai ter uma alíquota mínima e não vai ter uma máxima ou vai ter uma máxima e não vai ter uma mínima. Eu preciso botar uma banda aqui, mínima e máxima, para ele fazer o pior cenário e o melhor cenário".

Eu dei um exemplo numérico aqui, Senador Portinho, o senhor não estava aqui antes, que era: se a gente fizer um carregamento exportado hoje a US$75 o preço, isso vai resultar no pagamento de US$0,5 a US$1,5 por barril, ou seja, de 0,6% a 2% do valor faturado, porque é em cima de camadas de preço, não é em cima do valor total, então, ele vai se agregando marginalmente às camadas de preço. Como não chega a US$100 e não chega a US$80 – US$75 é o preço que está sendo praticado –, ele vai pagar isso. Em outros casos, vai ser a 3,5%, no máximo. E, no outro cenário que eu fiz aqui, vai chegar a – é um cenário bem radical o que eu vou fazer aqui – US$120 o barril, nem chegou ainda. Imagine que se chegasse a US$120 o barril. Um carregamento pagaria de 3,85% a 7,4% do valor, na pior das hipóteses, com as alíquotas máximas e mínimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esta é a visão que a gente está tendo aqui: além do imposto de exportação, porque ele não será suficiente nessas alíquotas para cobrir a conta, nós colocamos mais seis ferramentas e, com essas ferramentas, nós teremos que ter a habilidade, o Governo é que vai administrar. Nós só estamos dando a licença a ele de usar sete ferramentas diferentes para, com urgência, atacar esse problema.

Nós não podemos esperar mais. Acho que a gente pode discutir isso aqui. O Governo deu as suas sugestões ou falou sobre o assunto, mas não deu sugestão mais concreta do que isso e chegou a afirmar aqui perante nós, numa audiência pública, que esperava de nós essa contribuição. Portanto, dê-mo-la, essa contribuição ao Governo, com toda a tranquilidade do mundo, sem absolutamente nenhuma expectativa de retribuição, de agradecimento. Nada disso! É por nós mesmos, por nós todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

Em seguida, o Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom dia, Presidente; bom dia, colegas Senadores; bom dia, Senador Jean Paul, Relator.

Eu queria fazer uma ponderação para os colegas que demandam mais uma audiência pública.

Eu queria lembrar que este projeto não é terminativo nesta Comissão. Portanto, o Governo terá prazo para eventualmente pedir outra.

Segundo, já houve uma audiência pública no âmbito desta Comissão, o que não impede que haja outra no âmbito de outra Comissão.

Terceiro, é óbvio que ninguém gosta de falar de imposto, mas, como se diz, não há pior imposto que o imposto da inflação, cuja subida... E reparem que não é só subida, Presidente, porque o problema é que para quem trabalha com transporte, e, por acaso, eu vim da Bahia com o presidente do sindicato dos ônibus interestaduais, que veio para uma reunião, está impossível planilhar. Ninguém consegue planilhar nada! Se a cada subida e descida do dólar, que não está aos nossos cuidados e que, eventualmente, está aos cuidados até de especulação, nós acabamos com a planilha de transportadora, de logística de transporte urbano e interestadual, não há quem se projete! Isso prejudica profundamente a economia.

Eu acho que o Senador Jean Paul, que é um profundo conhecedor da matéria e já demonstrou isso aqui, que conhece muito mais do que eu – apesar de eu ter trabalhado na área, ele é um homem aprofundado nessa matéria, trabalhou na ANP... Ninguém quer fazer aqui salto triplo sem cama elástica embaixo. Estamos querendo dar uma solução, porque o Governo, na minha opinião, está entre a cruz e a caldeirinha, porque, de um lado, quer apresentar a Petrobras como absolutamente alinhada ao mercado e "então, façam o preço"; de outro lado, há os importadores de combustível, que também têm interesse em trazer combustível aqui já processado e mais barato para disputar com a própria Petrobras. Então, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um lado, alguém não quer, porque... Eu ouvi o argumento de que eventualmente isso poderá, do Senador Portinho... É real que, se eu botar algum tipo de taxação, pode subir, mas, se subir na ida e na volta, a briga continua entre os mesmos, entre os fornecedores internos e o fornecedor externo, ou seja, são os mesmos dois operadores: são os que têm combustível aqui dentro e os que importam.

Eu queria pedir vênia. Eu já falei com o Senador Zequinha aqui muito rapidamente e com o Senador Portinho. Eu acho que é de bom-tom o posicionamento. Acho que é um posicionamento sensato, é um posicionamento pelo qual a sociedade está gritando.

Ontem, a gente ouviu, naquela cena, talvez por perceber a impopularidade da subida constante de combustível, o Presidente dizer: "Vai baixar"; depois alguém da Petrobras disse: "Não vai baixar". É melhor se ter uma regra, então, mais perene – repito –, até para que os empresários que dependem, e muitos dependem, possam fazer planilha de custo minimamente razoável sabendo quanto é que é o custo de um insumo tão importante como o combustível.

Era só a contribuição que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Otto Alencar, nosso Presidente, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Pois não. Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, ouvindo muito bem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero me associar às ponderações...

Primeiro, quero saudar V. Exa., presidindo aí nossa Comissão de Assuntos Econômicos, os Senadores, as Senadoras.

Eu quero me associar às ponderações do Senador Jean Paul Prates, do Senador Jaques Wagner, até porque sobre este projeto, antes da leitura feita na reunião anterior, pelo Senador Jean Paul Prates, para o qual foi dada vista, nós tínhamos feito audiência pública com a participação do Presidente da Petrobras; do representante do Ministério da Economia, o Dr. Marcelo Guaranys, que se pronunciou; e esteve também o representante do Ministério de Minas e Energia, mas ele não chegou até a falar, porque se retirou antes do fim da reunião, que eu presidi com muita tranquilidade, muita calma.

Isso que o Jean Paul falou – e o relatório dele é um relatório de quem conhece esta situação e esta matéria – é importante para dar um caminho, um norte ao Governo Federal. Não pode ficar o Governo Federal imobilizado sem dar uma resposta à população, com o preço da gasolina e o preço do diesel aumentando, com o preço do gás de cozinha no nível que está, 10% do salário mínimo. É quase inaceitável que o Congresso Nacional, esta Comissão e o Senado não deem uma resposta à população.

Presidente, com as informações recentes e a declaração do Presidente da República de que iria abaixar, ele fala até com a informação talvez de que o barril do petróleo – parece-me que estava a US$84 – caiu um pouco para US$70, US$69. Então, se caiu, podia cair também o preço aqui no mercado interno. E isso não aconteceu, continua da mesma forma.

E eu achei que, pela declaração do Presidente da Petrobras, uma declaração que ele deu aí, parece que não existe Agência Nacional de Petróleo, não existe a ANP. Como ele falou, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe, porque a agência não toma conhecimento da declaração forte que deu o Presidente da Petrobras. Ele disse textualmente: "Este ano, a Petrobras deu 15 aumentos no preço dos combustíveis que aumentou, na bomba, 38 vezes". A declaração não é minha, a declaração é do Presidente da Petrobras, ele disse isso textualmente. Eu até questionei: "Será que não existe fiscalização?". Quem está comandando esse setor na verdade são as empresas distribuidoras que fazem aquilo que desejam fazer, sob os olhos complacentes do Governo Federal. Não há agência para regular, para fiscalizar isso. Como é que o Presidente da Petrobras disse isto: a Petrobras deu 15 aumentos, e, na bomba, foram 38 aumentos?! Então, não há Governo para tomar providência a respeito da defesa do consumidor brasileiro, porque não há mais como suportar esta situação.

Esta matéria, que não é terminativa aqui, como falou o Senador Jaques Wagner, pode ser votada hoje, certamente vai ser apreciada em outra Comissão, mas tem que seguir como uma orientação, ou seja, como um norte.

O Governo até tem feito isso. Na própria relatoria da matéria relatada pelo Senador Jean Paul Prates com o Marco Regulatório das Ferrovias, que estava tramitando aqui, o Governo copiou, plagiou e mandou uma medida provisória. Quem sabe se o Governo, com a gente aprovando isto agora, também não vai tomar um caminho! Já que ele não tem competência para fazê-lo, que faça a Comissão de Assuntos Econômicos, e o Governo pode plagiar e mandar uma medida provisória para regulamentar isso, para dar uma condição, para criar esse fundo de equalização dos preços no mercado interno. Tomara que aconteça isso, como já aconteceu em outras oportunidades. No Senado, nasceu o Pronampe, através do Senador Jorginho Mello; e houve tantas outras coisas que nasceram aqui, que foram criadas aqui, que o Governo copiou ou plagiou, como queiram. Que faça e tome uma providência para defender os interesses do consumidor brasileiro. E esses preços impactam, sim, a inflação, sobretudo a inflação da cesta básica que atinge as pessoas economicamente mais fracas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há coisas que incomodam, há coisas que não incomodam.

Eu não estou incomodado pelo fato de o Senador Jean Paul Prates ser o Relator deste projeto e nem do seguinte, que autoriza gastos, que amplia gastos nos Estados, desde que se tenha assinado, celebrado um acordo de refinanciamento de dívidas, e que é relatado pelo Senador Jaques Wagner, quer dizer, são dois Parlamentares do PT, um tentando segurar e o outro tentando soltar – quer dizer, não é tentando, há um lastro nisso aí, há uma ideia nisso aí, com a qual eu concordo.

Eu tentei colaborar com o Senador Jean Paul dando quase que uma condição exclusiva para esse colchão de amortecimento: recursos oriundos dos dividendos recebidos pelo Governo da Petrobras. O Senador não acatou, mas acatou isso também como um dos procedimentos que o Governo pode adotar, sendo o primeiro deles o imposto.

Eu tenho uma certa dificuldade. A gente consegue, aqui no Brasil, há anos – mas faz anos isso aí –, fugir de uma reforma tributária, mas mexe em imposto como mexe em qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa assim do dia a dia – ou tenta pelo menos. É alíquota para cá; reduz alíquota de lá; incentiva mais aquilo ali; desincentiva aquilo ali, porque agora já não importa; cria imposto; põe uma taxa a mais; ou seja... E, de outro lado, você tem no Governo – aí o Senador Otto Alencar disse muito bem – uma empresa que deveria ser totalmente fiscalizada por uma agência e não é. Trinta e oito aumentos dos derivados de petróleo ao longo de um ano? Ela está ensaiando aquilo que existia na época da inflação, quando os reajustes eram quase diários, quer dizer, está colocando o País diante de uma síndrome do aumento exponencial dos derivados de petróleo.

O pior deles, do ponto de vista prático, é o do gás, porque o gás afeta milhões de famílias brasileiras – põe milhões de famílias brasileiras, dezenas, 50 milhões de famílias, vamos imaginar. Nas áreas, quer dizer... Do ponto de vista da renda média do brasileiro, um botijão de gás de R$120 é 6% da renda média de uma família brasileira, de R$2 mil – 6%, Presidente! Não é para comprar feijão, é para cozinhar o feijão.

Eu já até perguntei para muita gente que está em situação de pobreza como é que eles fazem. Alguns estão usando realmente madeira: cata aqui e acolá e cozinha com madeira. Agora, alguns continuam conseguindo cozinhar com gás, mas agora cozinham tudo junto. Sabia disso? Tudo é junto: é o feijão, depois joga o arroz, depois joga alguma coisa que tiver mais e, por último, se tiver uma mistura, põe a mistura; se não tiver, põe dois ovos em cima e estamos resolvidos.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É a verdadeira gororoba.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pronto, mas uma gororoba que – eu sei que o Senador Aziz pensa isso também – não é aquela gororoba que você come e é até prazerosa, em que às vezes você pega sobra de comida daqui e dali, faz uma mistura e dá um resultado. É uma gororoba compulsória, porque você não tem mais nem direito a ter o alimento cozinhado separadamente.

Então, nesse sentido – e como um alerta, inclusive, para o Governo –, eu vou concordar com o Senador Jean Paul, com todas essas dificuldades que tenho aí. A inércia do Brasil é enorme. Você veja os americanos o que fizeram agora: para derrubar preço, soltaram as suas reservas, que não são pequenas! Tanto é que derrubaram. Os do lado de lá vão ver como é que se mexem. Aí é briga de gente grande. E o Governo brasileiro, através da Petrobras, é gente grande nesse mundo do petróleo, mas se souber tocar sua política e não se isolar. A Argentina colocou tributação em cima do gás e se isolou. Perdeu espaço. O Brasil tem que fazer isso. Com essa cesta de oportunidades fornecida pelo Senador Jean Paul – duas delas: uma, o imposto; e o outro, os dividendos recebidos pelo Governo provenientes da Petrobras e outras mais –, talvez a gente consiga um bom resultado.

Sem desdenhar da proposta do Senador Zequinha – sempre gosto de aprofundar debates, e fizemos isso muito agora há pouco com essa questão dos precatórios; e o resultado é bom, embora estejam querendo mexer, e nós estejamos muito atentos a isso –, acho que nessa questão aqui realmente a discussão havida foi suficiente e eu me manifesto totalmente favorável, com ressalva à questão do imposto, ao projeto apresentado pelo Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, Senador Vanderlan. Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu sou totalmente favorável a votarmos esse parecer do Senador Jean Paul. Eu vou aqui colocar as razões.

Acho que nós estamos apresentando uma proposta – haverá outras Comissões para debater –, e, principalmente, a partir do momento em que a gente votar aqui na CAE, o Governo vai se mobilizar para dar as suas sugestões, e serão muito bem-vindas essas sugestões.

No nosso entendimento, Senador Lasier, veja só: o Brasil começou a importar gás dos Estados Unidos, e só no meu Estado há 17 campos de gás inexplorados. O Amazonas é riquíssimo em gás; nós temos uma quantidade muito grande. As usinas termelétricas a diesel, hoje, poderiam todas ter sido transformadas para que fosse utilizado o gás que nós temos em quantidade. Esse é um ponto.

Você veja bem, na minha região, por exemplo, uma região – eu falei há pouco com o Senador Zequinha – que o Senador Aníbal conhece porque é de lá, o caboclo do meu Estado que tem uma rabetinha, que é à gasolina, e que produz a farinha, a mandioca, produz alguma coisa para sobreviver, ou o pescador que precisa, porque é um bem, do diesel ou da gasolina para pescar, está numa situação em que esse produto que ele está produzindo ou está pescando, o próprio extrativismo, quando chega lá ao consumidor, está chegando muito mais caro pelo preço e pela instabilidade.

E o Senado não pode se furtar a discutir uma questão de que o Senador Jaques Wagner falou há pouco e que eu ouvia lá no meu gabinete. Ano que vem, no início do ano, em janeiro e fevereiro, todas as empresas de ônibus começam a discutir o transporte coletivo. Numa planilha, para quem já se debruçou sobre uma planilha – e eu já tive essa oportunidade, porque já cuidei dessa área como Vice-Prefeito, Secretário de Obras que fui no Município de Manaus –, a maior incidência no preço, na tarifa de ônibus é o combustível. Veja bem, isso vai estourar na mão de quem? Do usuário. O usuário está desempregado, está ganhando mal. Há uma série de coisas em que, hoje, o combustível afeta diretamente o dia a dia principalmente do mais pobre. Ora, o cara que tem uma Ferrari, que tem uma BMW não está preocupado com quanto custa a gasolina, mas o taxista, por exemplo... Há um projeto que nós temos que aprovar semana que vem que trata da questão do IPI da compra de táxi. É um projeto da Mara Gabrilli que fala sobre deficiente, mas em que está incluída essa questão também, e só falta a gente discutir de onde vem o fundo – o Senador Romário, com quem eu conversei ontem, é o Relator. Nós não podemos nos desvincular do problema, que será gravíssimo se nós não estabilizarmos e as pessoas não tiverem noção do que vai acontecer. Essa preocupação não tem que ser nossa – nós temos que fazer o nosso papel –, essa preocupação tem que ser do Governo. Após a gente votar, nas próximas Comissões, independentemente de audiência pública ou não, serão muito bem-vindos o Senador Fernando Bezerra, o Senador Eduardo Gomes se vierem com proposta do Governo; se o Ministério da Economia disser: "Olha, vamos tratar desse assunto".

Um exemplo claro: nós sabemos muito bem que a exportação de petróleo, quando nós votamos aqui no Senado, em 2017, para abrir – e o Serra foi uma das pessoas que mais defendeu essa questão, José Serra –, nós votamos na perspectiva de que nós teríamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustível barato no Brasil porque nós íamos aumentar nossa produção e ficaríamos autossuficientes em relação a outros países. O que aconteceu? Nas nossas refinarias, as plantas não foram aumentadas, não houve a modernização, houve o sucateamento, e a gente está importando gasolina. Nós estamos cometendo o mesmo erro que a gente comete nos *commodities* de ferro. A gente exporta o ferro e importa o aço. Nós não temos capacidade de produzir o aço aqui. O Pará é um dos maiores exportadores de ferro, assim como Minas Gerais. E, se você for ver as nossas usinas de produção de aço, elas não dão para a demanda do País. É um absurdo o que nós fazemos com as nossas riquezas, que são finitas.

E o Brasil passa por esse momento em que nós temos obrigação – não é favor, não –, o Senado tem obrigação de ter uma proposta, encaminhar essa proposta e votar essa proposta, independentemente de quem apoia o Governo ou não apoia o Governo. Essa não é uma luta contra o Presidente Bolsonaro. Eu fiquei até feliz quando o Presidente disse que ia reduzir o preço do combustível. É lógico que tenho que ficar feliz! Aí depois a Petrobras já vem com "não, não é bem assim".

O problema é que o Brasil, a Petrobras hoje trabalha para ver os dividendos no final do ano para quem tem ações dentro da Petrobras. O trabalho não é mais pela população. O petróleo não é mais nosso. Quando foi criada por Getúlio Vargas, que era militar, que entendia o que era ser nacionalista – hoje eu vejo que não há esse entendimento mais –, ele trabalhava... Quando falava "o petróleo é nosso", é nosso mesmo. Foi uma luta que a União Nacional dos Estudantes teve, foi uma luta que os sindicatos tiveram, para que a gente tivesse uma Petrobras forte, independentemente dos problemas. O fortalecimento da Petrobras...

A proposta relatada pelo Senador Jean Paul é uma proposta que é factível e que nós precisamos aprovar na CAE, fazer o nosso papel, Senador Vanderlan, e por isso eu faço um apelo para que a gente vote e aprove essa proposta. Nas próximas Comissões, quem tiver que dar contribuição, serão bem-vindas essas contribuições. Nós queremos uma contribuição do Ministro Paulo Guedes, do Ministro de Minas e Energia, dos ministros que quiserem dar contribuição, mas nós precisamos dar uma estabilidade para o pequeno trabalhador, para o extrativista, para o caboclo que precisa do combustível para se locomover.

Quem conhece a Amazônia, principalmente o meu Estado, sabe das diferenças. Para você entrar e navegar naqueles rios, depende de uma rabetinha, e a gasolina para ela está R$10 o litro hoje. E muitas vezes precisa sair com um doente de uma comunidade para levar para a sede e não tem dinheiro para comprar gasolina. E ela não é subsidiada lá, não.

Precisamos, sim, dar um passo. Esse passo é em cima do relatório do Senador Jean Paul. Damos esse primeiro passo. Quanto aos outros passos, àqueles que quiserem contribuir, será bem-vinda a contribuição. Em vez de a gente, só a CAE, dar esse passo, nós queremos que todos caminhem com a gente, para a gente achar uma solução.

Por isso, eu faço esse apelo, Senador Vanderlan, para a gente votar, dar o exemplo, e fazer esse encaminhamento.

Então, eu espero que a gente possa votar o relatório do Senador Jean Paul, e aí, a partir desse momento, as contribuições que vierem serão muito bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Eu consulto o Plenário. Houve aqui uma proposta do Senador Portinho e do Senador Zequinha, com o pedido da Liderança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – ... de uma nova audiência.

Consulto o Relator e o Plenário sobre se há esse acordo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me fazer só um esclarecimento, que, logo depois...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só pela ordem, só uma coisinha rápida, porque tem a ver com o mérito, para que não paire...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Como eu não li o projeto, como ele ficou, eu gostaria apenas, para quem está nos assistindo e para quem está agora à beira de votar, de dar a certeza de como é que ficou isso aqui.

As alterações que eu mencionei sobre a lei do petróleo, que são as principais, a Lei 9.478, de 1997, que não fala só de petróleo, fala de política energética, estabelece o Conselho Nacional de Política Energética etc., e com esta lei eu tenho muito cuidado, porque eu participei da coautoria dessa lei lá atrás... Nós alteramos o art. 68 e dizemos o seguinte na nossa alteração:

> Art. 68-E. A política de preços internos de venda para agentes distribuidores e empresas comercializadoras de derivados do petróleo produzidos no Brasil e importados deve se pautar pelos seguintes princípios:
> I – proteção dos interesses do consumidor;
> II – redução da vulnerabilidade externa;
> III – estímulo à utilização da capacidade instalada das refinarias e à ampliação do parque de refino nacional;
> IV – modicidade de preços internos;
> V – redução da volatilidade de preços internos.
> Art. 68-F. [Outro que acrescentamos.] Os preços internos praticados por produtores e importadores de derivados [...] deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, [mas também] os custos internos de produção e os custos de importação, [...] [conforme] aplicáveis.

Isso é diferente do atual PPI. O PPI atual é paridade de preços internacionais, ou seja, é o preço de Rotterdam colocado no Brasil com todas as despesas de frete e importação. Então, nós estamos pagando hoje na bomba – é isso que a que se referiu Senador Omar, o Senador Jaques e todos os demais – numa paridade de preço internacional: é o preço de lá mais as despesas de colocar aqui. Nós estamos pagando até mais do que Rotterdam. Então, nós estamos proporcionalizando isso ao que nós temos de participação interna no refino e na produção de petróleo nacional.

Outra colocação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 68-G. O Poder Executivo regulamentará a utilização de bandas móveis de preços com a finalidade de estabelecer limites para variação de preços dos derivados de petróleo [...].

Portanto, fica a critério do Poder Executivo definir a frequência dos reajustes e mecanismo de compensação. O Senador Jaques Wagner colocou bem: nós estamos dando ferramentas, e o Poder Executivo vai manipular essas ferramentas.

E, por fim, quais são as fontes que nós criamos para o Programa de Estabilização, que não é mais um fundo, porque seria vício de iniciativa, mas uma conta que o Governo vai administrar?

> §1º O Programa será regulamentado por ato do Poder Executivo [Senador Vanderlan], que definirá a forma de utilização dos recursos e os parâmetros para redução da volatilidade de preços.
> §2º O Programa poderá utilizar como instrumento para o alcance de seu objetivo [...] e considerar como fonte adicional de receita [...] [além do próprio saldo da conta, que hoje é zero, porque ela não existe; ao longo da história, serão criados saldos, mas, quando faltar – quando faltar! –, acrescem-se]:
> I – Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto [a essas alíquotas bem minoradas em relação ao projeto original];
> II – Dividendos da Petrobras devidos à União [ou seja, dividendos pagos pela Petrobras por lucros auferidos justamente em função do preço alto pagos à União; não dos minoritários. Não se toca em nada de ninguém, só o do povo brasileiro, que é acionista da Petrobras também, através do Governo];
> III – Participações governamentais destinadas à União, [...] tanto do regime de concessão quanto do regime de partilha de produção [portanto, *royalties*, bônus, participação especial, etc.]; e
> IV – Resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil da gestão das reservas cambiais [...].

E, ainda, no §3º colocamos uma quinta opção:

> §3º O Programa poderá, extraordinariamente, utilizar como fonte adicional de receita o superávit financeiro de fontes de livre aplicação disponíveis no Balanço da União.

Portanto, temos aí claramente caracterizadas e tranquilamente administráveis seis diferentes fontes para a conta de compensação.

Era isso que eu queria deixar claro para a gente ficar tranquilo de poder votar isso aqui hoje, discutir eventualmente no Plenário, alterar eventualmente uma coisa e outra, sem problemas, mas imediatamente disponibilizar essas ferramentas para o Governo. Ele precisa disso e não pode... É preciso reconhecer também isso, apesar da pouca participação nesse processo de discussão, mas o Governo talvez nem possa, nem consiga, talvez, dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificativa, da armadilha, Senador Jaques, que o próprio Governo criou no discurso ultraneoliberal – e aí faço aqui a minha ressalva da minha crítica geral, de tudo, do PPI –, mas nós estamos substituindo um PPI por outro, Senador Portinho. O PPI da tal paridade de preço internacional vai passar a ser o PPI da política de preços interna do Brasil autossuficiente em petróleo e com capacidade, pelo menos majoritária, de refinar o seu próprio petróleo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Jean Paul, as seis fontes últimas que V. Exa. cita poderiam ser até suficientes. Eu acho que, como o Senador José Aníbal também manifestou preocupação, a gente está com uma preocupação só na questão do imposto. É muito caro neste País a gente falar em aumentar imposto. Já existe o imposto. Então, na verdade, é aumentar a alíquota, porque hoje ela está zerada, se não me engano, Jean Paul. Então, eu acho que é muito cara essa discussão.

E, como a primeira pública que houve não foi em cima desse projeto que na sua essência é logico, é válido, está correto, a minha sugestão é de uma audiência pública para que o Governo possa comparecer aqui, Jean, com o Ministério da Economia, Ministério de Minas e Energia, Petrobras e ANP, principalmente, para que ele possa se manifestar sobre esse projeto especificamente e, em particular, sobre a questão que mais me preocupa, que é um item dessa cesta, a questão da alíquota do imposto, porque a gente sabe que esse imposto alguém paga e geralmente é o consumidor. Então, se o preço do petróleo está alto hoje e está volátil, com o imposto, pode... A gente aqui no País tem que tomar cuidado sempre com o que vem depois, porque a ideia pode ser boa, Jean Paul, mas, se o Governo, por exemplo, abrir mão dos seis outros instrumentos que V. Exa. dá e ficar só no imposto, no final quem vai pagar é o consumidor, porque isso volta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas aí, pelo amor de Deus, o próprio consumidor é eleitor, ele vai criticar o Governo através da eleição. Se ele fizer isso, é uma burrice!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou só querendo provocar a participação do Governo, Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei... É o cenário máximo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque eu acho que a audiência pública – eu não estava presente, não era membro da CAS –, quando se realizou, não foi sobre esse projeto, foi sobre um projeto anterior, que foi muito aperfeiçoado na relatoria do Jean Paul.

Então, até para a gente poder entender melhor esse impacto, Senador José Aníbal, sobre principalmente a questão que nos preocupa e que é comum, a questão da alíquota, que possa ser, como disse o Senador Esperidião Amin, aprazada já essa reunião, para que a gente não perca tempo e possa levá-la o quanto antes a Plenário. Porque, Senador Jaques Wagner, daqui ele não vai a outra Comissão, ele vai direto ao Plenário. Então, acho que há margem para essa discussão em cima de um bom relatório, de uma boa proposição que faz o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul, e justificaria uma última audiência pública em cima de algo concreto que é o relatório.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Estão conosco virtualmente o Senador Otto Alencar, o Senador Esperidião, o Senador Heinze, o Senador Cid, o Senador Luiz do Carmo, o Senador Flávio Arns...

E pede a palavra pela ordem o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Quero só esclarecer ao...

V. Exa. está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim. Bem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Quero esclarecer ao nobre Senador Portinho que o debate naquela audiência pública foi sobre esse tema: discutiu-se o custo do petróleo, dos derivados do petróleo... Enfim, só se debateu sobre esse assunto; é o que está praticamente no relatório do Senador Jean Paul Prates.

Senador Portinho, não há como se dizer que existe um imposto maior do que a inflação gerada pelo preço dos combustíveis. Quem está pagando esse imposto maior é o pobre, a pessoa de menor poder aquisitivo. Está incidindo sobre a cesta básica. Não há imposto no Brasil maior do que o novo imposto criado por esse Governo, que é o imposto da inflação galopante que hoje afeta diretamente as pessoas economicamente mais fracas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Omar... Pediu a palavra, Senador? Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a verdade é que, se a gente ainda for fazer uma audiência aqui ou outras audiências, nós vamos estar feito o cachorro correndo atrás do rabo. Ou a gente avança e o Governo vem debater ou, senão, isso é o que o Governo quer neste momento: que a gente não avance.

Por isso, eu faço este apelo: coloque para votar se a gente deve ou não deve votar o relatório do Senador Jean Paul. Porque nós que queremos agilizar essa questão – e nós temos aí até o final do recesso mais uma semana no máximo de trabalho – vamos fazer a nossa parte aqui. Se tiver que haver outras audiências públicas em relação a isso, e o Governo vier debater... Agora, o Governo sabe que nós estamos debatendo esse assunto, até porque, no dia da presença do Presidente da Petrobras, que esteve aqui na Comissão – não esteve presencialmente, mas esteve de forma semipresencial –, o Governo estava todo aqui. Sabe que nós estamos debatendo esse projeto. Houve pedido para ser adiado, foi pedida vista conjunta, e muitas pessoas deram opinião e fizeram emendas. Então, é de conhecimento do Senado Federal esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Bem, não havendo acordo com relação à audiência pública...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Apenas para fortalecer o argumento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Sim, Sr. Relator.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... da maioria dos Senadores que estão se posicionando aqui, eu considero, Presidente, que a sugestão do debate adicional, a esta altura e depois de todo esse esforço de consenso, mata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este projeto de lei – mata o projeto de lei! É para quem não quer dar a solução. Desculpem-me, com todo o respeito a quem quer debater – eu sei que o Senador Portinho quer simplesmente debater. Mas, talvez pela questão maior que é a urgência e a premência que nós temos de dar uma solução, de dar ao Governo essas ferramentas para que ele possa trabalhar, sem isso ele fica amarrado pela própria armadilha que eu mencionei aqui, a armadilha retórica: "Ah, vou mandar a Petrobras baixar". "Opa, Presidente, não pode mandar porque o mercado não deixa." Então, fica esse jogo, vai ficar esse jogo de empurra até março, abril, para a gente voltar e votar aqui.

A outra coisa que eu quero dizer é que o impacto desse imposto de exportação – Senador Portinho, mais uma vez, Senador Jorginho, também, e Senador Zequinha, que pediu aqui também – está mais do que exemplificado. Dá para se fazerem dez contas aqui aplicando a mesma fórmula, mas eu peguei um exemplo bem típico – bem típico –, a US$75, Senador Jaques Wagner, que é o preço mais ou menos que está sendo praticado agora: se um navio sair agora exportando óleo a US$75, vai pagar de 0,6% a 2% do valor faturado. Isso é praticamente uma multa, isso é um acréscimo às outras seis fontes que nós colocamos aqui. Não pode, não vai segurar sozinho. Então, é praticamente a diferença de uma cotação do *brent*, que varia de US$1, de US$0,5. É exatamente esse....

Esse impacto está plenamente dentro da capacidade dos operadores de petróleo, que eu conheço, de absorver. A questão do bate e volta nem sequer interfere, porque o petróleo que a gente manda para lá é misturado com outras refinarias; vai se trazer o derivado para cá, nem é do mesmo petróleo. Então, isso vai ser diluído, US$0,5 na cotação do *brent* acontece todo dia. Então, ficou um impacto muito baixo. E a gente fez isso de forma inteligente, inclusive contrariamente à própria posição do autor. Eu tive que argumentar, estou argumentando até agora dentro do meu próprio partido. Por que reduziu tanto a alíquota? Porque a gente reconhece também que não pode ir nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Então, nós estamos aqui fazendo um exercício enorme de conciliação.

Por isso é que eu acho que a gente... Bom, quem quer; quem acha que tem um impacto que vai prejudicar demais os investidores de exploração e produção etc. a ponto de votar contra que vote contra. Agora, eu acho que é "o rabo abanando o cachorro". A gente precisa votar "o cachorro"; do resto a gente discute os detalhes, dentro de toda a flexibilidade que a gente deu aqui ao Governo de usar: seis instrumentos a seu critério.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Obrigado.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, Sr. Presidente, eu quero tentar fazer uma mediação, porque eu acho realmente extremamente importante que a Comissão de Assuntos Econômicos deste Senado se posicione sobre um drama nacional. E aí quero ponderar com o Senador Portinho... Longe de mim achar que V. Exa. está querendo procrastinar, mas não é seu perfil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não é mesmo. Ao contrário, V. Exa. tem sido sempre muito direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só ponderar. Eu estava errado porque ele é não terminativo, mas vai para o Plenário. Mas a ponderação... Na minha cabeça ainda poderia estar em outra Comissão. Então, peço vênia pelo equívoco.

Mas aí eu quero fazer a ponderação. Vai sair daqui e tem que ir para o Plenário, Sr. Presidente. Se houver emenda no Plenário, ele volta para discussão aqui. Mas, mesmo antes da emenda – e eu assinaria junto com V. Exa. e imagino que o Jean Paul também –, nós podemos fazer uma sessão no Plenário de debate do tema que, portanto, é um assunto para lá de nacional.

Se o Presidente da Petrobras quiser vir mais uma vez para esclarecer, como deseja V. Exa., para mim tudo bem. Vamos amassar barro. Eu sou daqueles que tenho brigado pelo funcionamento pleno das Comissões, porque essa coisa de pegar projeto e jogar no Plenário... Eu continuo dizendo: a rapidez no processo legislativo não é sinônimo de boa coisa; ao contrário, muitas vezes é sinônimo de uma coisa ruim. Então, só para ponderar com V. Exa...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pressa é inimiga da Constituição.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, então eu quero ponderar isso que V. Exa. pode pedir. Eu me comprometo, assinarei junto com V. Exa. o pedido de sessão no Plenário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como o meu interesse é exclusivamente no debate, Senador Jaques Wagner, aceito sua proposta e, sem querer prejudicar o andamento, porque assim levamos o assunto para o Plenário, e lá fazemos uma sessão. O IBP, por exemplo, não participou – não ouvi, tive a informação – da audiência pública, não. Mas a sugestão do Senador Jaques Wagner me atende, sabendo que assinará comigo, tenho certeza, Aníbal também. Fico satisfeito.

Parabéns, Jean Paul, por provocar essa discussão, que é o principal do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Havendo acordo e não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jean Paul Prates.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 8 da CAE, substitutivo contrário às Emendas nºs 1, 5 e 7, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 3, 4 e 6.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Vencido o Relator, designo... Desculpe. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul, como eu sou o Relator do próximo item, se V. Exa. puder presidir aqui, para que eu leia o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, enquanto isso, pela ordem, quando julgar oportuno, peço para colocar o item 8, porque as partes interessadas vieram de várias partes para assistir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senador Lasier, nós temos aqui mais uns itens que são não terminativos, até o item 3; e o terminativo precisa de quórum de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação. Então, pode ser que complique um pouco por falta de quórum, mas nós vamos até o terceiro item.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, pela ordem.

É que começou a reunião de Líderes sobre os vetos que vão ser apreciados ainda hoje na sessão do Congresso Nacional e eu preciso estar lá. E, realmente, no próximo projeto, como eu havia adiantado a V. Exa., eu gostaria de pedir vista. Eu tenho uma emenda – V. Exa. sabe – que é muito cara para o meu Estado do Rio de Janeiro. Então, se nós pudéssemos... Eu não sei, eu gostaria até de orientação. Eu tenho que ir lá no Eduardo Gomes, na reunião de veto, e queria pedir vista nesse.

Não sei se mais alguém no 1, 2 ou 3 vai pedir vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Portinho, será que a gente poderia adiantar? Esse projeto é importante aqui. O Senador Vanderlan está relatando e hoje a gente tinha programado de fato ir adiante. Como ele ainda vai à CCJ, poderíamos fazer isso na CCJ?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso. Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, antes de V. Exa. começar a leitura, para concluir o meu pedido, pelo menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente Vanderlan, peço que pelo menos deixe lido o item 8 de hoje. (*Pausa.*)

Presidente Jean Paul, meu pedido: pelo menos deixar lido o item 8, quando possível. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, pronto, conforme o pedido do Senador Lasier Martins, vamos fazer a inversão da pauta e incluir o item 8 neste momento.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2018
- Terminativo -

Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização.

Autoria: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relatoria: Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lasier Martins tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado pela gentileza de V. Exa.

Trata-se do projeto que atende os interesses das APAEs, e está presente, entre outros interessados, o Presidente da Federação das APAEs do Rio Grande do Sul.

Vou ler alguns trechos do relatório, aqueles mais essenciais.

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado 329, de 2018, da Senadora Ana Amélia, que objetiva autorizar entidades beneficentes de assistência social a continuarem utilizando títulos de capitalização na modalidade Incentivo.

Para tanto, o PLS autoriza, em seu art. 1º, as entidades beneficentes de assistência social a subscreverem títulos de capitalização na modalidade Incentivo. Em seu art. 2º, dispõe que, além das quotas destinadas a sorteios e ao carregamento, a distribuição do título de capitalização deve destinar um mínimo de 10% para a constituição de capital. Em seu art. 3º, estabelece que os custos operacionais da entidade beneficente com a promoção e divulgação do título de capitalização integram as despesas gerais com colocação do plano, podendo ser abatidos na quota de carregamento. O art. 4º dispõe que os sorteios dos títulos de capitalização poderão utilizar os resultados de sistemas oficiais de premiação, bem como os obtidos através de processos próprios. Por fim, o art. 5º estabelece a cláusula de vigência, que é imediata.

Leio mais adiante.

Entretanto, a modalidade Filantropia Premiável afasta a entidade filantrópica da administração do negócio, que passa a ser de encargo somente da sociedade de capitalização. À entidade filantrópica restaria apenas a função de receber os recursos para aplicar em sua função social. Os custos operacionais das entidades filantrópicas com a promoção e propaganda dos títulos de capitalização também não poderão mais ser ressarcidos dentro da quota de carregamento, passando a ser custeados apenas pela quota de capitalização.

A matéria foi distribuída a esta Comissão.

Nos aspectos formais, nenhum óbice, e não se identifica vício de origem na matéria, já que não adentra na esfera privativa da competência do Presidente da República, prevista nos arts. 61 e 84 da Carta Magna.

Também cabe considerar que a Constituição concedeu tratamento diferenciado a entidades beneficentes de assistência social, reconhecendo a importância de seu trabalho desenvolvido em complementação às ações públicas no âmbito da assistência social, que, por sua vez, promove o direito social à saúde, entre outros, insculpido em seu art. 6º. A Constituição é protetora de tais entidades beneficentes, expressamente isentando-as da contribuição para a previdência social, conforme o art. 195, §7º.

Bom, mais adiante.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não há reparo a fazer, já foi dito.

Como apontado na audiência pública ocorrida em fevereiro do ano de 2020, o poder público deve estabelecer regras claras e transparentes que não atrapalhem o financiamento das entidades filantrópicas. Quaisquer medidas que visem a burocratizar ou dificultar esse financiamento devem ser evitadas, mesmo com o nobre objetivo de impedir condutas inapropriadas ou fraudulentas. Tais condutas devem levar a processos administrativos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminais, sem que acarretem a proibição ou larga diminuição do uso dos títulos de capitalização para financiamento de entidades filantrópicas.

Devemos observar que o PLS em análise foi elaborado e apresentado em um contexto de insegurança quanto aos efeitos da mudança da utilização dos títulos de capitalização na modalidade Incentivo para a modalidade Incentivo Premiável pelas entidades beneficentes. Havia um temor de que houvesse uma grande queda no financiamento das entidades filantrópicas. Conforme dados apresentados pelo representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e ressaltados pelo Presidente da Federação Nacional de Capitalização (Fenacap), a modalidade Incentivo Premiável já representa o mesmo percentual da modalidade Incentivo.

Todavia, conforme destacado pelos representantes das entidades filantrópicas, há determinadas exigências cadastrais infralegais que dificultam o aumento da captação de recursos pelas entidades filantrópicas por meio de títulos de capitalização na modalidade Incentivo Premiável.

Leio mais adiante.

Cabe considerar que, embora a comparação não seja de todo adequada, o título de capitalização é um misto de poupança e de bilhete lotérico em que os rendimentos são inferiores aos da caderneta de poupança e as probabilidades multiplicadas pelos retornos são inferiores aos das loterias.

O PLS nº 329, de 2018, prevê um mínimo de 10% para a quota de capitalização. Dessa forma, até 90% podem ser destinados para a quota de sorteio e para a quota de carregamento. Observe-se que nos custos de carregamento estão contabilizados os lucros das sociedades de capitalização. Segundo a autora do PLS em análise, seria essa a questão a inviabilizar a modalidade Filantropia Premiável. Como dito, o PLS prevê um mínimo de 10% para a quota de capitalização. Dessa forma, o projeto de lei se sobrepõe em relação ao percentual da quota de capitalização prevista na Circular Susep nº 569, de 2018.

Vale ressaltar que a referida circular foi revogada pela Resolução 384, de 2019, do Conselho Nacional de Seguros Privados, porém, com a mesma redação da circular supracitada. Tal ajuste legal foi necessário devido ao reconhecimento do Judiciário de que a Susep não possuía competência para editar tal norma.

O objetivo da norma não foi, obviamente, impedir o financiamento das entidades filantrópicas com a nova modalidade Filantropia Premiável, mas foi praticamente o que ocorreu. A nova modalidade engessa as operações de tal forma que dificulta o pagamento de custos operacionais da promoção, tornando as campanhas menos rentáveis e mais difíceis de serem iniciadas e continuadas, em comparação com os programas de arrecadação que estavam em vigor.

Além disso, é forçoso reconhecer que a situação financeira dessas entidades, que já era de dependência de doações e convênios com o poder público, foi duramente impactada durante a pandemia da covid-19. Portanto, é ainda mais essencial que não haja qualquer embaraço legal para que elas possam buscar sua manutenção também por meio desses sorteios.

Dessa forma, achamos por bem apresentar um substitutivo que mantenha a transparência nos custos de carregamentos e, ao mesmo tempo, facilite a adesão pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedades de capitalização e o aumento da captação de recursos pelas entidades filantrópicas.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2018, conforme a emenda substitutiva.

É o relatório, Presidente.

Agradecemos a generosidade da colocação em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Lasier.

Lido o relatório relativo ao item 8, PLS 329, de 2018, da Senadora Ana Amélia, relatado pelo Senador Lasier Martins, a matéria voltará à pauta da Comissão na próxima reunião.

Concorda?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jean Paul...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos dois pedidos de ordem aqui, de fala pela ordem: Senador Jaques e Senador Flávio Arns, que está no remoto e falará em seguida.

Senador Jaques, por favor, rapidamente. Senador Jaques...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sou eu?

Era só para pedir inversão de pauta para o projeto de relatoria do Senador Vanderlan. É só por uma necessidade minha de atender um...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Senador Vanderlan, concorda com a inversão?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E é um projeto simples.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sim, Sr. Presidente. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Está feita a inversão da ordem.

Item 3, Senador Jaques Wagner, PL 1.676, após a palavra, na sequência, do Senador Flávio Arns, que pede a palavra no remoto.

Senador Flávio Arns, com a palavra, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senador Jean Paul, e só dizer que o Senador Lasier fez um relatório muito importante, necessário para o terceiro setor. Tive a oportunidade de participar da audiência pública no início de 2019, inclusive o Presidente da Federação das APAEs do Rio Grande do Sul, que está presente hoje, também esteve naquela ocasião, assim como a representação de entidades nacionais. Então, eu quero dizer que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceiro setor deve muito ao Senador Lasier Martins pela qualidade, competência e encaminhamento desse relatório que será discutido e votado numa próxima reunião.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Flávio.

O próximo item, portanto, é o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 1676, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos federais em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Presidente Vanderlan.

É sobre o Projeto de Lei nº 1.676, de 2020, do Deputado Federal Professor Israel Batista, que altera a Lei Complementar nº 173, de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos federais em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei 1.676, de 2020, com a ementa em epígrafe.

A matéria conta com dois artigos.

O art. 1º modifica o art. 10 da Lei Complementar nº 173, diploma legal que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Presentemente, o dispositivo alterado suspende, em todo o Território nacional, os prazos de validade dos concursos públicos até o término da vigência do estado de calamidade pública decretado pela União, o que ocorreu em 31 de dezembro de 2020. No entanto, o inciso V do art. 8º da mesma norma proibiu a admissão ou a contratação de pessoal pelos três níveis de governo até 31 de dezembro de 2021, ressalvadas, entre outras, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios. A nova redação harmoniza os dois prazos, estabelecendo que essa última data, ou seja, 31 de dezembro de 2021, também valerá para a suspensão da validade dos concursos. Ademais, a comunicação da suspensão em comento deixa de caber aos organizadores dos concursos e passa para os órgãos contratantes.

O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência e estabelece que a norma resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

A proposição foi recebida por esta Casa em 24 de novembro último e será apreciada por esta Comissão e pela CCJ antes de ser submetida ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas.

Cabe a esta Comissão, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Do ponto de vista orçamentário, o PL em tela tão somente resguarda os direitos dos aprovados em concursos. Tanto é assim que a proposta não contém qualquer determinação no sentido de que esses aprovados sejam efetivamente admitidos. Na ausência de semelhante determinação, não cabem quaisquer considerações acerca de eventual elevação dos gastos públicos.

Com efeito, a incorporação da presente proposição ao nosso ordenamento legal evitará uma quase certa judicialização por parte dos candidatos aprovados.

Atualmente, mesmo na vigência da Lei Complementar 173, são admitidas, como apontado anteriormente, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios. Na prática, portanto, somente aquelas admissões ou contratações que representem aumento do quadro de servidores estão proibidas pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

No entanto, mesmo o aumento em questão contava, antes da eclosão da pandemia ainda em curso, com as dotações orçamentárias legalmente requeridas. É razoável que a transferência desse aumento para uma data futura, já em um contexto pós-pandemia, com a normalização da situação financeira dos três níveis de governo, preserve os direitos dos concursados. Evidentemente, o aumento aventado somente ocorrerá após a atualização das programações orçamentárias de cada ente.

Cabe ainda acrescentar, acerca da disparidade entre as datas fixadas nos arts. 8º e 10 da Lei Complementar 173, que o parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aponta o seguinte:

> Este 'erro', em aspas, de datas se deu porque no momento da votação do destaque, que garantiu a suspensão do prazo dos concursos, foi destacada uma emenda com a redação, aspas, 'enquanto perdurar a calamidade pública', e não 'enquanto perdurarem os efeitos da Lei Complementar 173'.
>
> Desta forma, aquelas instituições que, por conta própria, via ato infralegal, não suspenderam os prazos de seus concursos neste ano 'perderão' um ano da validade, o que certamente significa, inclusive, prejuízo ao princípio da economicidade.
>
> Neste cenário de incertezas e inseguranças vivenciado pelo povo brasileiro a partir de tão impactante epidemia, não é razoável permitir que os concursos públicos percam os prazos de validade, gerando um gasto desnecessário de recursos públicos com a realização de novos certames que garantam a continuidade dos serviços públicos garantidos pelo Estado.

Destaco, ainda, que proposta similar à ora analisada consta do PL nº 4.109, de 2020, de autoria do Senador Weverton, do Maranhão.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.676, de 2020.

É apenas, Sr. Presidente, uma adequação. É muito simples o projeto. Na verdade, foram duas datas porque as referências foram fim da emergência e fim da 173, e, por isso, houve uma desconexão. E, para poupar inclusive os cofres públicos de fazer novos concursos, o projeto veio acertadamente corrigir esse erro e, portanto, acho que merece a nossa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Jaques Wagner.

Em discussão o relatório do item 3, não terminativo, Projeto de Lei 1.676, de 2020. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jaques Wagner.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicito que seja colocado em pauta agora o Requerimento nº 9. O item 9, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora Maria Eliza.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O item 9, que se refere ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O item 9 é o requerimento...

Senador Vanderlan, de acordo? (*Pausa.*)

Perfeito.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigada, agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 69, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência pública Criptomoedas

Autoria: Senadora Maria Eliza (MDB/RO)

Já com os aditamentos.

Votação em globo dos Requerimentos 69, 70, 71 e 72, Senadores Maria Elisa, Jean Paul Prates, Maria Elisa, Alessandro Vieira e também o 73, Jean Paul Prates.

São todos aduzindo nomes ao requerimento de audiência pública sobre criptomoedas.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 123, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável com uma emenda de redação de sua autoria Emenda nº 2 - CAE e contrário à Emenda nº 1 - CAE.

Observações:

Em 6/12/2021, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Portinho.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Vanderlan Cardoso, para que proceda a leitura do seu relatório sobre a matéria.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Jean Paul.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em boa hora esta Comissão de Assuntos Econômicos se reúne para analisar o Projeto de Lei Complementar 123, de 2021, que chegou ao Senado Federal em outubro do corrente ano, afinal, o escopo do PLP enseja discussões que transcendem a mera concessão de novas prerrogativas a entes federados. Como veremos, o que está em jogo é um conjunto de valores e compromissos com os quais o Brasil não deve transigir, a exemplo do respeito aos contratos firmados e da sobriedade fiscal.

Creio caber ao Parlamento e a CAE, em especial, mediar interesses e construir soluções que compartilhem a inegociável responsabilidade fiscal com o necessário aumento da capacidade de investimento dos mais diversos entes.

De acordo com o texto do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, as unidades da Federação que celebram acordos junto à União lastreados nas Leis Complementares 156, de 2016, e 169, de 2017, poderão deduzir do teto de gastos algumas despesas específicas, tais como: as transferências fundo a fundo, contribuição de intervenção no domínio econômico, o salário educação.

Inicialmente, com vistas a facilitar a compreensão daquilo que o PLP está propugnando, sugere-se dividi-lo em dois segmentos. A primeira parte da proposta visa a alterar a Lei Complementar nº 156, de 2016, que estabeleceu plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal. Basicamente, ela consiste em excluir da limitação de crescimento das despesas primárias correntes, no âmbito dos contratos de refinanciamento de dívida de que trata a lei, as despesas custeadas com recurso de transferência da União cujas aplicações são vinculadas. A segunda mudança pretende excluir essas mesmas despesas do limite de crescimento anual das despesas primárias no âmbito do plano de recuperação fiscal instituído pela Lei Complementar 159, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caros colegas, não se pode desconhecer as dificuldades acumuladas pelos entes federados ao cabo de uma década inteira de baixo crescimento econômico, tampouco devemos esquecer os terríveis impactos que a pandemia da covid-19 impingiu à gestão pública e que foram notados em todos os cantos do nosso País. A soma desses fatores faz com que estejamos falando de um momento especialmente tormentoso para todos os Governos dos mais diversos matizes ideológicos ou posições políticas.

Admito que, no que tange ao equilíbrio das contas públicas, tal estado de coisas requer alguma condescendência e flexibilidade por parte dos legisladores. Aliás, este Congresso Nacional já deu prova de que entende a complexidade do atual momento histórico. Demonstramos humildade e senso de oportunidade para adotar, nos últimos anos, medidas emergenciais e por vezes heterodoxas, destinadas a atenuar o sofrimento da sociedade e a aliviar os cofres de Estados e Municípios. E estou seguro de que fizemos o certo naqueles dramáticos momentos.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, finalizo minha intervenção afirmando que todas as contribuições trazidas durante a audiência pública foram consideradas quando da confecção do relatório final.

Passo à leitura, Sr. Presidente, do relatório.

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 123, de 2021, com a ementa em epígrafe. A matéria conta com três artigos.

O art. 1º altera o art. 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 2016. Trata-se da norma que *estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal*.

Mais especificamente, com relação aos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados tendo como base a Lei nº 9.496, de 1997, e de abertura de crédito amparados na Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, o art. 4º-A, introduzido pela Lei Complementar nº 178, de 2021, faculta aos Estados e ao Distrito Federal firmar termos aditivos para modificar, inclusive retroativamente, as penalidades decorrentes do descumprimento da limitação de despesas acordada com a União. O inciso III desse mesmo artigo exclui da citada limitação os gastos a seguir: (i) as transferências de recursos federais decorrentes de emendas parlamentares impositivas; e (ii) as parcelas dos dispêndios mínimos com saúde e educação que superem a variação do nível de preços.

A nova redação amplia o rol das despesas não consideradas na limitação do gasto. Passam a não ser consideradas as transferências de recursos federais com aplicações vinculadas, assim como as emendas de bancada e individuais, inclusive as transferências especiais.

O art. 2º altera o §4º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017. Trata-se da norma que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Os incisos II e III do recém-mencionado §4º excluem da limitação de despesas acordada com a União aquelas decorrentes de emendas parlamentares impositivas e aquelas custeadas com doações e transferências voluntárias.

Novamente, a nova redação estende a exclusão a quaisquer transferências de recursos federais com aplicações vinculadas, o que torna supérflua a alusão às transferências voluntárias, resultando na revogação do dispositivo correspondente. São também excluídas, tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como no caso anterior, as emendas de bancada e individuais, inclusive as transferências especiais.

Nas duas situações, as deduções correspondentes poderão ser realizadas de acordo com o valor transferido a cada exercício e caberá à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) definir o que sejam transferências com aplicações vinculadas.

O art. 3º, por fim, contém a cláusula de vigência e estabelece que a norma resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, o autor ressaltou o seguinte: "O presente projeto de lei complementar tem por objetivo aperfeiçoar a legislação federal com vistas a salvaguardar as prerrogativas orçamentárias do Congresso Nacional em benefício de Estados, fortalecendo o pacto federativo. Não podem as transferências da União aos Estados decorrentes de emendas parlamentares, sejam elas impositivas ou voluntárias, serem limitadas pelo teto de gastos".

A proposição foi recebida por esta Casa em 4 de outubro de 2021 e será apreciada por esta Comissão antes de ser submetida ao Plenário.

Em 24 de novembro último, em atenção ao Requerimento nº 51, de 2021 (CAE), do Senador Zequinha Marinho, foi realizada audiência pública com a presença da Sra. Cristiane Schmidt, Secretária de Fazenda do Estado de Goiás, representando o Consefaz; da Sra. Pricilla Santana, Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais do Ministério da Economia; do Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), e do Sr. Josué Alfredo Pellegrini, Consultor Legislativo do Senado Federal. Em 6 de dezembro, o Senador Carlos Portinho apresentou a Emenda nº 1 nesta Comissão.

Análise, Sr. Presidente.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame. De acordo com o inciso II do art. 48 da Constituição Federal, o Congresso Nacional dispõe de competência para dispor sobre a dívida pública, tema da presente proposição. Destaque-se que a espécie legislativa adotada condiz com o disposto no inciso II do art. 163 da Carta Magna, que estabelece que a dívida pública externa e interna devem ser disciplinadas por lei complementar.

A matéria é equipada de atributos como inovação, abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade. Consequentemente, possui juridicidade.

Ademais, cumpre quase todas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O único reparo a ser feito é a ausência de linha pontilhada após alínea "a" do inciso III do art. 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 2016, o que poderia suscitar a interpretação de que a alínea subsequente estaria sendo revogada. Assim, proporei uma emenda de redação para sanar essa lacuna.

Convém frisar que a Lei Complementar nº 156, de 2016, permitiu aos Estados renegociar as dívidas junto à União firmadas no âmbito da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, por meio de assinatura de termo aditivo aos respectivos contratos.

Entre os diversos benefícios propostos pela renegociação, incluem-se a ampliação do prazo para pagamento da dívida em 240 meses e a redução emergencial do valor devido nas prestações durante 18 meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida a essas benesses, o art. 4º dessa norma estabeleceu um teto de gastos: durante os dois exercícios subsequentes à assinatura do termo aditivo, o crescimento das despesas primárias correntes deveria ficar limitado à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O não atendimento desse teto revogaria o prazo adicional e a redução extraordinária do valor das prestações, bem como anteciparia o ressarcimento do valor pago a menor.

Em face da dificuldade de vários Estados em honrar o compromisso assumido, a Lei Complementar nº 178, de 2021, adicionou o art. 4º-A à norma anterior, para relaxar o recém-citado limite de gastos.

O PLP nº 123, 2021, pretende ampliar o limite em questão, passando a incluir todos os recursos transferidos pela União com aplicações vinculadas, bem como todas as transferências previstas nas leis orçamentárias e nos créditos suplementares, o mesmo valendo para o Regime de Recuperação Fiscal, disciplinado pela Lei Complementar nº 159, de 2017.

O mérito da presente proposição é indiscutível. Como salientado na justificação do Requerimento nº 51, de 2021-CAE, 18 Estados solicitaram, com base nas Leis Complementares nºs 156, de 2016, e 159, de 2017, a renegociação das dívidas com a União e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), perfazendo um montante de R$458,9 bilhões. São eles: Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O PLP nº 123, de 2021, permitirá que aqueles Estados que não conseguirem cumprir as regras preestabelecidas deduzam dos tetos de gastos as transferências vinculadas a despesas específicas, como, por exemplo, transferências fundo a fundo e transferências relativas ao salário-educação e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Estará, assim, plenamente resguardada a competência do Congresso Nacional para proporcionar apoios financeiros aos entes subnacionais sem que isso comprometa os respectivos limites de despesas. O PLP nº 123, de 2021, em suma, é bastante oportuno e muito contribuirá para o aprimoramento do modelo brasileiro de federalismo fiscal.

A Emenda nº 1-CAE, a seu tempo, acrescenta novo inciso ao §4º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017. Como apontado anteriormente, o dispositivo em comento trata das rubricas não computadas nos tetos de gastos dos governos estaduais. A modificação pretendida acrescenta ao rol preexistente as despesas de capital. O autor sustenta que os investimentos públicos são gastos necessários para alavancar o crescimento e o bem-estar de uma região. Em que pese o caráter meritório da proposta, é importante lembrar que os governos beneficiados pelo Regime de Recuperação Fiscal são entes que não estão conseguindo arcar com as suas obrigações mais básicas com credores, fornecedores e servidores. Por esse motivo, precisam obter recursos adicionais junto ao Governo Federal. Para que isso não resulte em um círculo vicioso com mais recursos gerando novas despesas e, posteriormente, novos pedidos de auxílio, os entes em situação crítica do ponto de vista financeiro devem rever as suas prioridades, ajustando os seus gastos, inclusive os de capital, às suas reais possibilidades. Por essa razão, proporei o não acatamento da presente emenda.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2021, com a emenda de redação a seguir, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE:

> EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CAE
> Insira-se linha pontilhada após a alínea "a" do inciso III do art. 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, na forma do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2021.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Vanderlan. Parabéns pelo relatório!

Em discussão o relatório do item 2, não terminativo, Projeto de Lei 123, de 2021. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir...

O Senador Flávio Arns levantou a mão pelo sistema remoto. É a respeito da discussão do Projeto 123, de 2021?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Não. A minha questão de ter levantado a mão é em relação ao item 9. Na ocasião, eu havia até solicitado a palavra por três vezes, mas houve um problema na Secretaria da Mesa de não ter visto...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perdão, Senador Flávio. Sem problemas. Vamos apenas concluir a votação aqui, e, em seguida, eu lhe dou a palavra, rapidamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Certo. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CAE, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, agora há pouco, foi votado o item 9 da pauta, um requerimento para audiência pública em relação ao projeto de lei das criptomoedas, dos criptoativos, assinado pela Senadora Maria Eliza e, por tanto quanto me consta, por V. Exa. também. Na verdade, já foram feitas duas audiências públicas, mas há um acordo, ao que me consta e que quero confirmar com V. Exa. O acordo teria sido feito também com as assessorias dos dois gabinetes para que essa audiência pública pudesse acontecer na próxima quinta-feira e para que o projeto que está sendo relatado pelo Senador Irajá, aliás, muito bem relatado, também pudesse entrar na pauta também da Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana. Indago a V. Exa. nessa questão se, de fato, há esse acordo com as assessorias tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de V. Exa. quanto da Senadora Maria Eliza para que essa audiência pública pudesse acontecer na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Flávio, procede a sua preocupação.

De fato, estou aqui discutindo também com o Presidente Vanderlan, e deveremos discutir com o Presidente Otto, mas, em princípio, há uma vaga para quinta-feira, dia 9. Nós poderíamos já iniciar... São 12 nomes que foram indicados pelos Senadores, pelas entidades. Inclusive, o Senador Alessandro Vieira também participa dessas indicações, assim como o Senador Flávio Arns e os dois autores do requerimento, Senadora Maria Eliza e eu. Então, temos 12 nomes. Deveríamos racionalizar aqui um pouco esses nomes, mas, de qualquer forma, talvez precisemos de duas datas. A primeira, de fato, já podemos, Senador Vanderlan, indicar aqui para esta quinta-feira, dia 9. Acho que a assessoria já disse que poderia ser feito. A outra data indicativa seria quarta-feira, dia 15, mas aí teríamos que ver com o Senador Vanderlan e com o Senador Otto também a respeito dessa segunda audiência.

Gostaria de passar de volta a Presidência ao Senador Vanderlan...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sr. Presidente, antes de passar a Presidência...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem, Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. Obrigado, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Vanderlan, com a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero agradecer aos Senadores e Senadoras pela aprovação deste PLP 123, mas eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que seja aprovada a urgência desta matéria, do PLP 123, para que ela seja levada ainda hoje para apreciação no Plenário. Então, faço essa solicitação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Vanderlan. Vamos colocar em votação, então, o requerimento de urgência.

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei nº 123, de 2021-Complementar, que altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência do Projeto de Lei 123, de 2021-Complementar.

E eu devolvo aqui a Presidência honrosamente ao Senador Vanderlan Cardoso.

Obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Comunico que, nos próximos itens da pauta, os itens 4, 5, 6 e 7, os Relatores não se encontram presentes. Então, nós os transferimos para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Irajá, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Maria Eliza, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Giordano, Plínio Valério, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Jaques Wagner e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, José Aníbal, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Omar Aziz, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 69/2021 - CAE, de autoria Senadora Maria Eliza (MDB/RO), REQ 70/2021 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), REQ 71/2021 - CAE, de autoria Senadora Maria Eliza (MDB/RO), REQ 72/2021 - CAE, de autoria Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), e REQ 73/2021 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Debater os Projetos de Lei n°s 3825/2019, 3949/2019 e 4207/2020 - Criptomoedas. **Participantes:** Sr. Thiago Paiva Chaves, Superintendente de Relações Institucionais da CVM (representante de: Comissão de Valores Mobiliários - CVM); Sra. Juliana Facklmann, Representante do Mercado Bitcoin (representante de: Gustavo Chameti - Fundador do Mercado Bitcoin); Sra. Juliana Mozachi, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (Direc) (representante de: Banco Central); Sr. Oswaldo Assis, Diretor-executivo do BTG Pactual (representante de: BTG Pactual); Sr. Vicente de Chiara, Diretor de Assuntos de Jurídicos da FEBRABAN (representante de: FEBRABAN); Sr. Bruno Balduccini, Sócio do Pinheiro Neto Advogados, especialista em mercado financeiro.; Sr. Igor Luna, Representante da Camara-e.net (representante de: camara-e.net); Sr. André Luiz Carneiro Ortegal, Assessor da Presidência (representante de: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)); Sr. Daniel Steinberg, Head Brasil de Estratégia Regulatória (representante de: Bitso); Sra. Lígia Ennes Jesi, Coordenadora de Sistemas Financeiros - Ministério da Economia (representante de: Daniel Gersten Reiss - Coordenador-Geral de Sistemas Financeiros e Acompanhamento Setorial - ME); e Sr. Antônio Inácio da Silva Neto, Especialista em BLOCKCHAIN. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Irajá

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Obs: Ata pendente de aprovação

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a debater os Projetos de Leis nºs 3.825, 3.949 e 4.207, de 2020, relacionados ao tema da criptomoeda.

Esta audiência atende aos Requerimentos nºs 69 a 73, de 2021, aprovados por esta Comissão em 7 de dezembro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, o que abre a possibilidade de participação popular. Perguntas e comentários podem ser enviados pelo portal e-Cidadania ou registradas pelo telefone do 0800.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por até dez minutos e, em seguida, abriremos fase de interpelação pela Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os Parlamentares aqui presentes podem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. A inscrição dos Parlamentares que estiverem participando remotamente deve ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" no aplicativo. Os interpelantes irão dispor de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra a Sra. Juliana Mozachi, que está remotamente, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (Direc), representante do nosso Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Juliana, com a palavra por dez minutos.

A SRA. JULIANA MOZACHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Bom, houve um problema acho que de ordem técnica.

Para gente dar prosseguimento – depois nós voltamos então para a Sra. Juliana –, eu vou seguir e passo a palavra para o Sr. Thiago Paiva Chaves, Superintendente de Relações Institucionais, representando a Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

O SR. THIAGO PAIVA CHAVES (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Vocês me ouvem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Sim, ouvimos.

O SR. THIAGO PAIVA CHAVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Bom dia a todos! Agradeço, em nome da CVM, o convite de participar desta audiência pública.

Cumprimento, então, o Senador Relator Irajá, novamente agradecendo-lhe por poder participar deste debate. Também cumprimento os demais colegas, a colega do Banco Central Juliana, e os demais presentes e ouvintes.

Pretendo ser bastante breve aqui, Senador, e obviamente depois fico completamente à disposição para, enfim, tentar contribuir com os debates.

O substitutivo ao PL 3.825, que tramita conjuntamente também com os outros dois PLs, o PL 3.949 e o PL 4.207, apresentado na semana passada por V. Exa., propõe dar um encaminhamento – inclusive é uma demanda internacional –, por um marco regulatório, para as prestadoras de serviços na prestação de serviços de ativos virtuais e também, obviamente, ao atendimento aí das recomendações do Gafi.

Aqui pela CVM concordamos com o racional do substitutivo apresentado, que tem caráter mais principiológico, direcionando parte da regulamentação para ato infralegal do Executivo, que depois complementará esse marco regulatório.

Entendemos também que S. Exa. o Relator Senador Irajá se preocupou em dar segurança jurídica a esse marco legal, como, por exemplo, ao apresentar harmonização entre essa futura lei e aquelas em vigor, como a Lei 6.385, que dispõe sobre o mercado de valor imobiliário e cria a CVM, inclusive pelo fato de que boa parte da regulamentação e escolha do regulador em si vai ficar para uma segunda etapa para o Executivo, conforme o parecer apresentado na semana passada.

Então, é importante, a nosso ver, já tirar qualquer insegurança sobre ativos que se enquadram em determinadas situações do valor mobiliário. A isso o Senador Irajá, no nosso entender, deu o devido encaminhamento. Assim, concordamos com a proposta, ou seja, a lei nova vem justamente para tratar do que não está coberto ou tratado por lei ainda.

Também concordamos com a proposta do Senador Irajá, Relator, em utilizar o mesmo termo usado pelo Gafi para denominar o local onde os ativos virtuais são negociados, parece-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos que é um termo mais apropriado. No inglês, é conhecido como VASPs; traduzindo aqui para o português, são as prestadoras de serviços de ativos virtuais.

Concluindo, Senador, tentando ser bem breve e objetivo, esses são os principais pontos que gostaríamos de destacar de início, tentando focar aqui naquilo que obviamente nos cabe comentar, uma vez que a proposta afeta outros participantes do Governo brasileiro.

De toda forma, eu fico aqui à disposição para eventuais esclarecimentos.

Assim como o meu colega, como eu fui bastante breve aqui nessa minha fala inicial, eu aproveito – há um colega aqui também da CVM, o Marcus Vinícius – e pergunto a ele se tem algo a acrescentar ao assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Agradeço à CVM.

Dando prosseguimento, encaminho, então, a palavra para a Sra. Juliana Facklmann, representante do fundador do Mercado Bitcoin, Gustavo Chamati.

Com a palavra a Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA FACKLMANN (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer primeiro o convite para participação desta audiência para debater esses projetos de lei que são tão importantes para nós e para o nosso setor.

Meu nome é Juliana Facklmann e eu estou aqui representando o Mercado Bitcoin, que hoje é a maior plataforma de criptoativos da América Latina e faz parte do Grupo 2TM. Nós operamos no Brasil desde 2013 e hoje temos mais de 700 colaboradores e 3,2 milhões de clientes na nossa plataforma. Movimentamos, só nesse ano, R$40 bilhões na plataforma, o que demonstra a relevância desse setor.

Nós do Mercado Bitcoin acreditamos na adoção de melhores práticas desde o começo, desde o início das nossas atividades em 2013, sendo que, naquela época, já contávamos com nota fiscal aos clientes e adotávamos critérios de "conheça seu cliente", além de manter um canal de atendimento.

Em 2018, tivemos um outro marco na nossa história que foi o momento em que nos credenciamos ao Coaf, que é a autoridade responsável por monitorar as operações financeiras, para reportar operações suspeitas com criptomoedas, já em linha com as diretrizes do Gafi.

Em 2019, passamos a reportar para a Receita Federal todas as operações de criptomoedas em nossa plataforma, em atendimento à Instrução Normativa 1.888.

Em 2020, de forma ainda a dar mais robustez nesse mercado, nós lideramos na ABCripto a criação de uma autorregulação para o setor. E essa autorregulação também previa a questão de autorregulação para prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Diante desse cenário, fica claro que existe regulação hoje para todas as empresas que operam em cripto no Brasil, sendo que nós já estamos sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, à lei de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, que é a Lei nº 9.613, e a outras regras.

Não obstante, fica clara a necessidade de termos uma legislação específica para o setor, de forma a aumentar o perímetro regulatório e a eficácia regulatória sobre todos os entes dessa indústria.

Inovação, segurança e proteção dos clientes são pilares do Mercado Bitcoin que vimos adotando desde o nosso início, em 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aproveitamos aqui para elogiar todas as iniciativas de projetos de lei, que estão bastante alinhadas com todas as práticas internacionais e trazem também, de forma principiológica, todas as diretrizes para esse novo mercado, que entendemos ser bastante relevante e que permite, ainda, a inovação no mercado cripto.

A nosso ver também, essa regulamentação está alinhada com regulamentações como MiCA, *Markets in Crypto-Assets*, da União Europeia, além de permitir que, posteriormente, seja regulada por um regulador específico para esse setor, trazendo flexibilidade e agilidade.

Ressaltamos aqui, também, desafios específicos trazidos pelo criptoativo, que tem essa potencialidade de ser negociado globalmente. Hoje, nos deparamos com um cenário que conta com competição internacional em razão da simplicidade de se ofertar criptoativos a clientes de outras jurisdições. Aqui, o desafio é proteger o consumidor brasileiro em todos os casos e também garantir a observância às regras de prevenção à lavagem de dinheiro, a despeito de onde se encontre a atividade prestadora de serviços.

Assim, a questão da proteção do consumidor, que consta no texto do projeto de lei deveria, a nosso ver, também atentar a essa competição internacional, de forma a proteger o consumidor, assegurar processos de prevenção à lavagem de dinheiro e promover a competição equânime entre os participantes desse mercado que se direcionem a clientes brasileiros, tendo ou não presença física no País.

Sobre esse ponto, nós entendemos importante destacar também a criação de um regime legal de segregação de ativos e recursos de clientes, à semelhança do que temos hoje no mercado financeiro.

Mencionamos também a necessidade, cada vez maior, de se investir em educação financeira do consumidor brasileiro, para que o consumidor tenha, cada vez mais, condições de avaliar as oportunidades de investimento em criptoativos. Nisso, o Mercado Bitcoin já participou de diversas iniciativas de educação financeira, como a Semana Enef e a própria Semana Mundial do Investidor, da Comissão de Valores Mobiliários, tendo, ainda, dentro do grupo, um braço educacional, que é a *Blockchain* Academy.

Outro desafio que se coloca é a relevância de que o projeto de lei seja abrangente o suficiente para permitir o uso de criptoativo em diversas indústrias, sempre com a observância da competência específica de cada regulador, como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados.

Essa ampla gama de usos vem da própria flexibilidade do criptoativo, que se trata, na verdade, de um documento que permite diversos conteúdos; ou seja, um criptoativo pode ser usado como instrumento de pagamento, ainda que não seja moeda, como forma de investir em um ativo existente, como precatório, utilizando nosso próprio caso, como, também, forma de acessar uma plataforma ou um serviço, podendo ser usado como ingresso a um cinema, entre outros usos. Toda essa flexibilidade permite a aplicação em diversos mercados, como o próprio mercado financeiro de capitais.

O uso de criptoativos em mercados financeiros de capitais já foi, inclusive, objeto de estudo pela OCDE, que destacou a eficiência em se utilizar criptoativos nesses mercados.

Com isso, trazemos outro ponto relevante, na nossa análise, que merece destaque dentro do projeto de lei: o conceito de criptoativos. Aqui, optamos por utilizar a nomenclatura "criptoativos" ao invés de ativos virtuais por entender que ativos virtuais abarcam todos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quaisquer ativos eletrônicos ou desmaterializados, ao passo que o criptoativo, até mesmo internacionalmente, tem um conceito claro de utilização de um conceito tecnológico específico, que é a tecnologia de registro distribuído. Esse conceito aqui é o cerne do que é um criptoativo em qualquer lugar do mundo. Essa tecnologia de registro distribuído não é uma tecnologia específica. Ela é, na verdade, de um conceito tecnológico, uma tecnologia que, por si, é descentralizada.

Essa ideia se contrapõe ao que a gente tem hoje de ativos desmaterializados e de sistemas centralizados. É como comparar o meu computador em casa, em que eu posso colocar dados, alterar dados, excluir dados, com o meu comando, com uma rede como a rede da internet, em que eu não posso fazer alterações sozinha.

Esse conceito de tecnologia é importante porque é imutável, tem uma base de dados que é compartilhada por todos os entes, é distribuído ou descentralizado, e, por causa dessa distribuição, tem a característica da criptografia, e é rastreável, contem sempre todo o histórico da operação.

Esse conceito, além de definir esse documento, que é o criptoativo, também pode evitar insegurança jurídica, visto que convivemos no Brasil com ativos que são eletrônicos, virtuais, escriturais ou desmaterializados. É importante a criação dessa nova classe de ativos que se integra aos demais ativos sem criar conflitos ou sobreposições na regulamentação e na legislação, em linha com o que está acontecendo hoje no mercado internacional.

Em resumo, as propostas do Mercado Bitcoin para esse projeto de lei são: repensar na definição de ativos virtuais... O que propomos aqui é que seja ajustada para criptoativos, a fim de se alinhar com as práticas internacionais e evitar a criação de insegurança jurídica, utilizando como cerne desse conceito o próprio conceito dessa tecnologia de registro distribuído. E, no que tange à proteção dos consumidores e garantias de práticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, nós entendemos que devemos deixar clara a questão da segregação dos ativos e recursos dos clientes daqueles da entidade prestadora de serviços e também estabelecer, de forma expressa, a aplicação das regras previstas a qualquer entidade que preste serviços para brasileiros, independentemente de sua localização.

Com isso, o Mercado Bitcoin reitera a importância desse projeto de lei e parabeniza pela iniciativa, que visa a fortalecer a segurança e proteção do consumidor, permitindo ainda a inovação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, Sra. Juliana Facklmann.

Eu gostaria, agora, de voltar a palavra à Sra. Juliana Mozachi, Chefe de Gabinete da Direc.

Mas, antes de transferir a palavra, eu queria registrar a presença dos Senadores que estão participando remotamente da nossa audiência pública: Senador Angelo Coronel, Senador Anastasia, Senadora Eliane Nogueira, Senador Esperidião Amin, Senador Flávio Arns, Senador Giordano, Senadora Maria Eliza, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Paim, Senador Plínio Valério, Senador Vanderlan Cardoso e também o Senador Wellington Fagundes.

Obrigado pela participação.

Com a palavra a Sra. Juliana Mozachi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIANA MOZACHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Em nome do Banco Central eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de falar nesta audiência pública. De fato, o assunto é muito meritório, então, há essa questão de legislar esse assunto, que vem ganhando corpo mundialmente e não apenas no Brasil.

Da parte do Banco Central, nós temos algumas considerações sobre o assunto.

Primeiro, seria a importância de ter uma lei mais principiológica, que permita a inovação, mas que, ao mesmo tempo, traga a proteção necessária, por meio de uma regulação. É importante que a lei traga os conceitos, os princípios, as diretrizes e responsabilidades, mas deixe para o infralegal as ferramentas para fazer a regulação adequada, à medida que esse assunto avance. É um assunto inovador e, em todas as jurisdições do mundo, ainda não há um consenso de tratamento. Então, unir a flexibilidade com a correta proteção é um passo muito importante.

O segundo ponto seria um alinhamento às recomendações do Gafi, como já foi mencionado aqui, e às boas práticas internacionais que já vêm sendo observadas. Dentre elas, eu ressalto todas as questões da prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e proliferação em massa, que são todos os conceitos que lá estão, como identificação do cliente, conheça seu cliente, a correta possibilidade de sancionar, por exemplo, a questão de regular as provedoras de serviços de ativos virtuais e não a tecnologia. A tecnologia avança, a tecnologia muda, por isso que é importante regular a atividade, a prestação de serviço, e adotar os conceitos já estabelecidos pelo Gafi, entre eles o próprio conceito de artigo virtual e de prestadora de serviço virtual.

Um terceiro ponto, trazido pelo colega da CVM, é não afetar as competências já existentes que já estão definidas em outras leis. Tanto a CVM quanto o Coaf quanto o Banco Central já possuem competências definidas, inclusive com relação à regulação e supervisão de alguns ativos, independente da sua tecnologia. Mexer nisso traria insegurança jurídica para o mercado de ativos virtuais, então, é muito importante preservar o que já está estabelecido.

Um quarto ponto seria dar condições para o regulador e para o supervisor de efetivamente atuar. À medida que nós temos uma boa legislação, que é principiológica, é importante que o regulador, o supervisor tenha condições de colocar regras flexíveis que se adaptem, permitindo a inovação, mas, ao mesmo tempo, permitindo a proteção do cidadão. Aqui nós estamos falando da previsibilidade, da possibilidade de que seja exigida autorização, de que sejam impostas sanções, inclusive com a retirada do mercado. Então, o regulador precisa ter essa ferramenta e precisa poder utilizá-la de acordo com o risco trazido por essas novas prestadoras de serviços virtuais.

Por fim, uma questão que não está diretamente ligada ao Banco Central, mas que nós entendemos que é conveniente para todo o sistema financeiro, que é a questão penal, tanto no que tange aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional quanto ao próprio Código Penal.

Esses cinco pontos de ponderação do Banco Central, nós entendemos que o texto substitutivo apresentado bem atende a essas preocupações. No que nos compete ao Banco Central, na medida em que vimos acompanhando o assunto, entendemos que o texto substitutivo está adequado, endereça a esses principais pontos. Portanto, estamos de acordo.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado pela participação, Sra. Juliana Mozachi, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (Direc).

Eu queria também agradecer a presença da nossa Senadora Maria Eliza, que está nos prestigiando, autora do requerimento apresentado aqui à Mesa.

Dando prosseguimento aos trabalhos, eu passo a palavra para o Sr. Oswaldo Assis, Diretor-Executivo e representante do BTG Pactual, por dez minutos.

O SR. OSWALDO ASSIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador Irajá, Presidente desta audiência pública, Exmos. Congressistas participantes e ouvintes desta audiência pública, primeiramente, eu gostaria de agradecer o honroso convite para participar desta audiência e poder contribuir com a discussão de tão importante tema da atualidade.

Apoiamos a iniciativa do Legislativo em prover o Brasil de um marco regulatório com foco sobre os participantes do ecossistema de ativos virtuais, em consonância com outros países, mesmo porque o mercado no Brasil já existe e tem crescido muito ao longo destes últimos anos. Por exemplo, o total de declarações, junto à Receita Federal de CPFs que operam nesse mercado, de 2019 para agora, aumentou seis vezes. Aproximadamente R$5 bilhões de importação de cripto neste ano, foi divulgado pela estatística do Banco Central. O mercado regulado de cripto no Brasil e TS de fundos já tem um estoque da ordem de R$7 bilhões. Além disso, até o final de novembro, o investimento global em *startups* de cripto foi de US$27 bilhões, de acordo com o PitchBook.

Eu faço essa menção a esse volume de investimentos no desenvolvimento do mercado para que, quando fizer o comentário lá na frente, a gente possa concluir que a alocação de recursos, quer financeiros, quer de cérebros, com certeza, irá prover muitas soluções e muitas inovações. Nós, que somos um ente regulado, o Banco BTG Pactual, sabemos da importância de uma regulação adequada para o desenvolvimento de um mercado seguro, profundo e sem assimetrias regulatórias.

Dentro desse contexto, isso pode ensejar que o Brasil venha a ser um polo regional desse mercado, atraindo investimentos.

A regulação é adequada, no sentido de que além de endereçar as questões básicas – segurança da poupança popular, prevenção à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo, prevenções aos crimes contra o sistema financeiro –, ela, a regulação não deve cercear o desenvolvimento da tecnologia, com as consequentes inovações advindas de sua utilização. Por exemplo, imaginemos que voltamos no tempo, que estivéssemos discutindo a regulamentação da internet décadas atrás, e por infelicidade, tivéssemos restringido sua operação tão somente a permitir a troca de *emails*. É fácil imaginar o quanto de valor para a sociedade teríamos destruído. Por exemplo, o *e-commerce* não existiria.

Nesse sentido, consideramos que o mais adequado, neste momento, é que a regulação vise às atividades das instituições prestadoras de serviços no ambiente dos ativos virtuais, e não dos ativos em si. Afinal, não temos como prever os usos futuros das tecnologias envolvidas no tempo.

De uma maneira geral, consideramos que o PL está bem estruturado. Mas para ficar consistente com os princípios listados acima, apontamos algumas observações bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas. Por exemplo, no art. 1º, seríamos favoráveis à exclusão do parágrafo único. O que nos parece mais (*Falha no áudio.*)

... do parágrafo único do art. 1º, porque um ativo virtual pode ser enquadrado enquanto valor mobiliário se trouxer as características previstas para valores mobiliários, conforme redação já consagrada no âmbito da Lei 6.385.

Ainda como foi divulgado semanas atrás, a CVM aceitou, no âmbito do primeiro ciclo do seu *sandbox* regulatório, projetos que têm como premissa principal a possibilidade de valores mobiliários passarem a ser estruturados por meio de ativos virtuais, na chamada "tokenização" de valores mobiliários.

No art. 2º, consideramos que a exclusão final do *caput* ensejaria o fato de que ao colocar especificamente "e realização de pagamentos com propósito de investimento", limitaria um eventual uso da tecnologia. Caso a preocupação seja de que o regulador a ser definido não tenha competência para outros ativos que não aqueles que serão utilizados para a realização de pagamentos ou com propósito de investimento, entendemos que essa limitação possa ser prevista na futura regulamentação.

Ainda assim, regras gerais previstas no presente projeto de lei continuariam sendo incidentes para um espectro maior de ativos virtuais.

Ainda no art. 2º, inciso III, enxergamos uma possibilidade de risco de se limitar o uso, por exemplo, dos *utility tokens*.

Uma alternativa seria excluir expressamente, e não exemplificativamente, os ativos provenientes de pontos e recompensas de programas de fidelidade.

E por último, no art. 2º, inciso IV, a exclusão se faz necessária para ficar consistente com o que acima foi dito, pelos motivos tratados anteriormente, em relação à possibilidade de ativos virtuais também representarem cumulativamente valores mobiliários, ou então ativos já atualmente regulamentados pelo Banco Central, como aprovado no primeiro ciclo de *sandbox* no Banco Central para CCBCs especificamente.

Quero agradecer mais uma vez. Muito obrigado e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Agradeço a participação do Sr. Oswaldo Assis, do Banco BTG Pactual, e as suas considerações.

Estava acompanhando aqui atentamente, e a gente, junto com a equipe aqui, vai tomar nota dessas sugestões do artigo que foi recomendado, sugerido, para a gente poder aperfeiçoar o texto.

Dando seguimento, eu encaminho então a palavra para o Sr. Vicente de Chiara – é a pronúncia correta? – Diretor de Assuntos Jurídicos, representante da Febraban. Com a palavra.

O SR. VICENTE DE CHIARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar as demais autoridades e colegas presentes.

Inicialmente gostaria de agradecer também a oportunidade de trazer aqui a palavra do setor sobre essa relevante matéria, enfim, acho que para o País como um todo, para se ter um novo marco legal.

Indo direto realmente aos pontos aqui colocados, a gente tem realmente conhecimento – todos aqui acho que acompanham – do crescimento relacionado a esses ativos virtuais ou criptoativos, como são colocados aqui. É um mercado que vem se desenvolvendo de maneira estrondosa, e realmente, vimos, nos últimos anos, só para dar também uma grandiosidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que ele tem feito o crescimento, são R$276 bilhões transacionados no último período. Já é o terceiro principal investimento aqui dentro do território brasileiro.

Então, realmente aqui é um momento muito oportuno para que haja um marco legal, para dar uma solidez e segurança a todos, como outros países já também o realizaram.

Na visão do setor, e aqui a visão propriamente da Febraban, o marco legal deveria ter quatro pilares: um pilar ligado à proteção do consumidor e à proteção da economia popular, dado que são recursos que serão entregues a um terceiro para que fiquem ali à disposição, e obviamente há que haver a segurança de que esses recursos retornem ao consumidor; do outro lado, também aqui na questão de segurança, uma segurança do sistema como um todo, dado que os volumes que estão sendo transacionados são crescentes e serão cada vez mais crescentes à frente. Então realmente há que garantir uma segurança sistêmica das transações relacionadas a essas questões.

Na outra ponta, também como já foi muito mencionado, é extremamente importante que a gente tenha aqui regras de prevenção a crimes e prevenção à lavagem de dinheiro, quer dizer, a gente não pode permitir que um mecanismo, uma tecnologia, um negócio, sejam utilizados para fins ilícitos. Então um marco legal que efetivamente aperfeiçoe toda a questão criminal e de prevenção a lavagem de dinheiro e de conheça seus clientes é fundamental para que a gente consiga inclusive estar uniforme com os principais *guides* internacionais.

E, por último – e eu acho que já foi dito aqui pelas pessoas que me antecederam – , não é factível que a gente regule de maneira a obstar a inovação ou obstar a evolução tecnológica. Então, você tem que, na verdade, tomar o cuidado de que a regulação seja aberta e principiológica para permitir que as tecnologias em si sejam inseridas dentro dessa regulação, permitindo, obviamente, a evolução.

Nesse cenário é fundamental que o que seja regulado, como também já foi dito, sejam os prestadores de serviço relacionados à gestão de ativos virtuais e não o ativo propriamente dito. A pessoa que me antecedeu foi uma clara na funcionalidade, por exemplo, da internet relacionada a *e-mail*. É fundamental que a gente saia da típica questão mais minuciosa e entre na questão, na verdade, da função, da empresa que, na verdade, vai fazer a gestão, que vai transacionar, que vamos ter aqui trabalhando, realmente, com essa nova tecnologia, com esse novo ativo.

Dentro desse contexto, a federação entende que o PL, com os seus aperfeiçoamentos e com o último relatório que foi apresentado, está em linha com esses pilares que foram trazidos, está em linha porque é uma legislação principiológica, está em linha porque o foco é para regular as prestadoras de serviço, está em linha porque altera o regime criminal, ou seja, o crime propriamente dito de utilizar isso para fins ilícitos, seja para fins de prevenção à lavagem de dinheiro... Inclusive, colocando todas as corretores embaixo dessa égide regulatória, o que é fundamental para a solidez e segurança do País.

Obviamente, trata também – é um ponto fundamental – de uma segregação patrimonial. Isso acho que foi dito pela colega do Mercado Bitcoin. Mas é fundamental que fique claro que o patrimônio que é colocado pelo consumidor, pelo cliente, junto a essa gestora ou a essa corretora, à empresa que vai fazer a administração do ativo virtual, não se confunda com o próprio patrimônio da empresa, exatamente para você ter uma segurança de que, em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer problema com a empresa, esse patrimônio que é do consumidor, que é do investidor, retorne para o próprio investidor.

Dentro desses caracteres aqui a gente entende, então, que o PL, que o projeto de lei, no seu relatório substitutivo, endereça essas questões e que seria fundamental, obviamente, o País avançar nessa questão regulatória para, realmente, dar segurança jurídica e, consequentemente, segurança financeira e econômica para que o País continue se desenvolvendo, em todos os aspectos, e evoluindo nessa questão relacionada ao criptoativo.

Muito obrigado aqui pelo espaço. Permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, Sr. Vicente, que é o Diretor de Assuntos Jurídicos da nossa Febraban.

Quero, então, encaminhar a palavra ao Sr. Bruno Balduccini, sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados, especialista em mercado financeiro, por até 10 minutos.

O SR. BRUNO BALDUCCINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Senador, muito obrigado pela oportunidade, ao Senado, à Casa e aos participantes. É um prazer estar aqui com vocês hoje.

Acho que a minha fala é muito parecida com as demais. Primeiramente, acho que é importante notar que o trem do criptoativo e da tecnologia *blockchain* já saiu. Você já percebe vários casos, hoje, em andamento.

Recentemente, uma notícia aí nos jornais mostra uma instituição de pagamentos fazendo uma parceria com uma empresa estrangeira em que ele oferece a compra de criptoativos para os seus clientes.

Então, é um mercado que já está em pleno crescimento. Seria inevitável não o regulamentar ou simplesmente o deixar sem qualquer proteção para o consumidor. Então, acho que o primeiro ponto é que se faz necessária uma regra para a proteção do consumidor, como disse a Juliana, e também para trazer a segurança jurídica necessária.

É muito comum no escritório, não é? Você percebe que quando você tem um mercado bem regulamentado, você atrai bons investidores; quando você tem pouca regulamentação, você atrai o tipo de investidor que quer usar as brechas da regra para investir num país com boa regulamentação. Então, é fundamental a existência, aqui, de uma regulamentação.

O segundo comentário que eu faço é que a norma, a proposta do projeto, é muito bem pensada no sentido de ser uma norma principiológica. Nesse sentido, acho que vale mencionar que nós já temos algumas experiências – mais uma muito recente que foi um grande sucesso - em que esse modelo foi adotado. Eu me refiro à Lei 12.865, a lei dos meios de pagamento, em que foram estabelecidos os principais princípios. Foi, então, delegada a competência para regulamentação infralegal para um órgão específico que, nesse caso, foi o Banco Central. Nessa regulamentação, o Banco Central, especificamente, teve o cuidado de criar uma regra que fosse proporcional e que fosse adequada para o crescimento da indústria. Então, a norma iniciou que você poderia começar a operar uma instituição de pagamento, por exemplo, na modalidade de *wallets*, daquelas que recebem a carteira digital com reais, sem qualquer regulamentação. A partir de um determinado volume com que essa empresa atuava, teria que solicitar uma autorização para o Banco Central se tornando uma instituição de pagamento. A norma foi alterada. Hoje, qualquer novo entrante precisa de uma autorização prévia para a oferta de *wallets.* Isso mostra, portanto, que o Banco Central começou o mercado, criou-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição, e foi adequando a norma. Então, é muito importante que o regulador – no caso concreto desse projeto, na minha convicção pessoal, parece ser o Banco Central o mais adequado – siga essa mesma linha de sucesso. E aí, se nós olharmos hoje o mercado de linhas de pagamento... Ontem, nos jornais, aparece uma notícia da Nubank fazendo *uphold*, valorização. Não estou discutindo se o valor é correto ou não, simplesmente mostrando como esse mercado evoluiu e quanta competição se criou nesse mercado, o que gerou benefícios para os usuários finais, transparência, redução de preços e assim vai. Então, parece-me que o conceito de uma norma principiológica com delegação de poderes é a melhor solução. Já temos experiências concretas, de sucesso, em casos similares, então me parece que é a linha correta desse projeto de lei.

O único ponto que me chama um pouco a atenção – e, de fato, não é algo unânime, vamos dizer assim, no mercado, de que é a melhor solução, como foi mencionado por alguns participantes – seria, de fato, a criação de um patrimônio segregado para ativos mantidos em custódia. Se fizermos um paralelo, por exemplo, com corretoras e distribuidoras que hoje fazem custódia dos valores mobiliários, existe, de fato, o entendimento de que, no caso de uma intervenção, liquidação, de uma instituição financeira distribuidora ou corretora, que a custódia desses ativos deve ser transferida para uma outra entidade para que o mercado continue operando, ou seja, o ato da custódia em si não se confunde com o patrimônio da própria instituição.

Parece-me que existe hoje, então, uma base legal que daria para criar uma interpretação de que os ativos mantidos em custódia por uma *exchange* ou por um prestador de serviço não lhe pertencem, são meramente guarda e deveriam ser passados para um terceiro que vai assumir essas funções ou, pelo menos, mantidos à disposição dos usuários.

O problema desse tipo de interpretação é que, apesar de o brasileiro ser um povo simpático e agradável, ele é beligerante nos tribunais. Então, nos casos em que ocorreram quebras, falências, você percebe que houve sempre uma briga muito grande, judicializada, de grupo de credores, tentando recuperar os seus ativos e, claramente, ativos mantidos em custódias poderiam entrar nessa discussão.

Então, na linha de dar maior clareza, talvez, eu consideraria criar este conceito, mais evidente, de que os ativos mantidos em custódias não se comunicam com os ativos do prestador de serviço. Poderíamos criar regras específicas de segregação patrimonial, na linha da própria 12.865, que transforma os recursos mantidos em conta de pagamento como patrimônio segregado, inclusive determinando onde guardá-los enquanto não movimentados. Algo nessa linha, talvez, trouxesse maior segurança jurídica, que se traduz, na verdade, em benefício para os usuários no caso de uma eventual intervenção de uma liquidação de um prestador de serviço, ou seja, essa clareza fez com que esses ativos fossem rapidamente transferidos para um outro prestador de serviço sem prejudicar o consumidor final e evitando brigas judiciais muito longas, que, na verdade, representam o famoso custo Brasil.

Então, acho que aqui o único comentário que eu faria nessa linha seria este.

Eu parabenizo a iniciativa, entendo que ela foi muito bem pensada e escrita e fico à disposição dos demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Eu gostaria, dando seguimento à nossa audiência pública, após a exposição do Sr. Bruno, de encaminhar, então, para o Sr. Igor Luna, representante da camara-e.net, até dez minutos.

O SR. IGOR LUNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Agradeço pelo convite feito pela Casa.

Meu nome é Igor Luna. Eu falo em nome da Câmara Brasileira da Economia Digital e, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Relator pela última versão do substitutivo. É uma versão pragmática, pé no chão, que reconhece o papel do Poder Legislativo e o papel dos entes, das autoridades monetárias do País que tenham competência e times qualificados para fazer regulação desse tipo de assunto, mas eu entendo aqui que nós temos espaço para fazer alguns avanços nesse projeto.

Tenho quatro pontos específicos para trazer aqui e o primeiro deles envolve a discussão de uma premissa sobre o que nós estamos regulando. Hoje, nós conhecemos alguns ativos virtuais e o meu receio é de que nós façamos uma regulação, uma legislação com base nos ativos que conhecemos, mas, ao mesmo tempo, que possa gerar uma restrição ao desenvolvimento de novos ativos e de novas tecnologias que hoje nós não conhecemos. O conceito de ativo virtual disposto no art. 2º é amplo o bastante para que isso possa acontecer.

Um exemplo de iniciativas que a lei pode deixar de contemplar, ou não contemplar da forma como deveria, são os *stablecoins*. Os *stablecoins*, embora sejam ativos virtuais, eles têm premissas e ideias diferentes dos criptoativos que nós conhecemos tradicionalmente. Os stablecoins estão vinculados hoje a *commodities*, a moedas soberanas, a ativos que têm uma certa previsibilidade sobre a sua volatilidade e sobre a sua natureza.

Então, hoje eles não servem como fonte de investimento, como são os bitcoins, que são difundidos no mercado, que hoje contam com quase três milhões de pessoas neles investindo. Eles são lastreados, então, numa economia real que torna esse tipo de ativo mais estável e menos sujeito a variações abruptas. Hoje, se se fizer uma comparação entre os ativos que têm uma camada significativa de investidores e os stablecoins, vai-se perceber que o número de investidores em stablecoins é, eventualmente, inexistente. Portanto, não faz sentido que se estabeleça uma regulação que é moldada pelos criptoativos que nós já conhecemos para aqueles que ainda estão em franco desenvolvimento. E os stablecoins foram desenhados para funcionarem como meios de pagamento, e não para investimento, como eu disse, justamente em função da estabilidade que eles oferecem àquele que utiliza esse tipo de ativo para fazer transação. Os stablecoins têm vocação, inclusive, para revolucionar os meios de pagamento, oferecendo as mesmas vantagens de velocidade e baixo custo e, inclusive, melhorando a inclusão financeira daqueles que hoje estão à margem do sistema financeiro nacional não só no Brasil como no mundo todo.

Hoje, como eu disse, não existe uma escala significativa de uso de stablecoins para merecer um regime regulatório em separado e compulsório tal como vem definido no texto. A nossa ideia é que esse tipo de ativo que nós já conhecemos e que ainda não se desenvolveu e ativos que ainda não conhecemos e, portanto, ainda não se desenvolveram sejam tratados de uma maneira diferenciada dentro do texto para que a gente não se precipite e não inviabilize esse tipo de tecnologia no Brasil, ao contrário do que acontece em outros países do mundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm tido muito cuidado ao regularem esse tipo de ativo e de iniciativas, como eu disse, que ainda não conhecemos. Uma regulação generalista, aberta, aplicável a qualquer ativo virtual pode não ser capaz de levar em consideração as especificidades desses ativos e acabar sufocando o desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias que podem trazer efeitos bastante positivos para a sociedade em geral.

Então, o primeiro ponto, sendo bastante objetivo, é que nós entendemos a necessidade e a importância de se trazer uma regulação para esse mercado. Ele precisa existir, mas, ao mesmo tempo, ele não pode sufocar o desenvolvimento de ativos e de produtos que ainda não conhecemos. Essa é a grande preocupação, de não colocar o Brasil em uma posição de desvantagem em relação a outros países do mundo, que têm uma regulação mais aberta e mais convidativa a investidores e ao desenvolvimento desse tipo de tecnologia.

O segundo ponto, também relacionado ao momento regulatório e ao que estamos regulando e como vamos regular, é a necessidade de nós considerarmos os custodiantes como inseridos dentro do escopo da lei. O parágrafo único do art. 3º, por exemplo, traz a redação no sentido de que o Poder Executivo poderá autorizar a realização de outros serviços que estejam direta ou indiretamente relacionados a atividades prestadoras de serviços de ativos virtuais. Esse texto, da forma como colocado, dá a impressão de que o Banco Central vai ter que autorizar qualquer serviço relacionado a esse mercado antes do início da sua operação. Então, se há exigência de autorização prévia para funcionamento, qualquer serviço desse mercado está proibido, de antemão, até que o Banco Central ou a autoridade indicada pelo Poder Executivo autorize o funcionamento. Esse é um dos principais motivos pelos quais a gente traz a preocupação de não sufocar novas iniciativas, porque, se qualquer serviço direta ou indiretamente relacionado a esse mercado vai precisar ser previamente autorizado pelo Banco Central, você, na origem, já impede o desenvolvimento ou coloca uma barreira de entrada a serviços que ainda não conhecemos. Então, talvez, uma alteração pertinente nesse texto seria: "Olha, o Banco Central poderá regulamentar novos serviços", e não necessariamente impor a necessidade de uma prévia autorização.

Um terceiro ponto, que aqui é uma proposta mais acessória em relação aos pontos anteriores que nós trouxemos, se relaciona à necessidade de se estabelecer critérios objetivos para a aplicação de sanções. O art. 7º, no inciso IV, traz ali a possibilidade de cancelamento da autorização das empresas que operam nesse mercado. E a gente está falando ali de direito administrativo sancionador, direito punitivo, e pode haver uma discussão sobre a necessidade de reserva legal quanto a esse assunto.

É importante, portanto, que o texto tenha condições de endereçar quais são os critérios objetivos para a aplicação de sanções, ainda que isso venha posteriormente a ser detalhado e regulamentado pelas autoridades monetárias. É preciso que a lei dê as diretrizes para que essas autoridades façam a regulamentação posterior, e não delegue essa parte punitiva integralmente às autoridades que o Poder Executivo vai indicar.

O último ponto que eu gostaria de trazer é a respeito de uma possibilidade de endereçar, desde já, inclusive aproveitando a experiência em outros segmentos do mercado, que é a possibilidade de estabelecer a portabilidade de ativos entre as *exchanges*, sem custos, parametrizando o mercado de criptoativos ao mercado financeiro de capitais. Isso traz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, benefícios concorrenciais, traz benefícios ao consumidor e é uma questão que já pode ser endereçada no projeto de lei.

Aqui, eu concordo com a premissa básica que é a de se ter um projeto principiológico, um projeto que seja orientativo, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de dizer o que vai ser regulado pelo Poder Executivo e como vai ser regulado, trazendo essa mensagem principal – e aqui eu fecho, Senador – de que nós temos que ter uma preocupação muito cuidadosa, muito temperada com as exceções trazidas ali no art. 2°, sobretudo para que nós possamos contemplar ativos que nós ainda não conhecemos e que estão em pleno desenvolvimento, de forma a não deixar o Brasil numa posição de desvantagem em relação a outros países do mundo.

Então, fechando a minha fala, Senador, agradeço pela oportunidade em nome da camara-e.net.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado também ao Igor pelas contribuições.

Passo, então, a palavra para o nosso inscrito, o Sr. André Luiz Carneiro Ortegal, assessor, representando o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, por até dez minutos.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARNEIRO ORTEGAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Irajá. Quero expressar a V. Exa. os cumprimentos e render a V. Exa. as homenagens do Coaf e, na sua pessoa, estender aos demais Parlamentares, aos colegas representantes que compõem essa Mesa e às demais pessoas que estão nos acompanhando as saudações do Coaf.

Eu buscarei ser bastante conciso, Senador, tendo em vista a fala de todos que já me antecederam, para dizer, inicialmente, que, em termos gerais, no que tange a aspectos gerais do substitutivo apresentado por V. Exa., do ponto de vista do Coaf, trata-se de um texto absolutamente meritório, que merece, sim, avançar e que, a exemplo do que já disseram Banco Central e CVM, além de atender a anseios do mercado de proporcionar segurança jurídica, também e sobretudo satisfaz exigências de paradigmas internacionais, Senador.

E, nesse ponto, eu gostaria, então, de entrar no que eu quero chamar aqui do tema de unidade de inteligência financeira, ou seja, da perspectiva que o Coaf teria em relação a esse fenômeno, que, como ficou muito claro nas falas que me antecederam, é um fenômeno complexo, multifacetário, atinge diferentes disciplinas do ordenamento jurídico e exige tratamento de pontos de vista múltiplos.

Mas, centrando-me aqui, limitando-me à perspectiva de uma unidade de inteligência financeira, eu acho que o que mereceria ser destacado do projeto substitutivo apresentado por V. Exa., para denotar o quanto ele é meritório, seriam basicamente sete temas, sete pontos que eu enfatizaria aqui.

Eu iniciaria dizendo que, no que tange à opção conceitual adotada pelo substitutivo aqui, no que se refere ao conceito de ativos virtuais, da forma como plasmado na proposta de V. Exa., o texto adotado corresponde ao conceito que prosperou no âmbito do Gafi. Então, isso é, certamente, um ponto favorável. Ou seja, não se trata, em absoluto, de uma moeda, mas corresponde e se correlaciona mais proximamente com conceitos de fundos e bem sujeitos, portanto, a medidas constritivas em investigações criminais ou em processos cíveis também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda nessa temática conceitual, eu destacaria o conceito adotado, também no projeto, para as provedoras de serviços de ativos virtuais. Uma vez mais, o projeto se alinha a definições que já se consolidaram no âmbito internacional, particularmente no âmbito do Gafi. Isso também é um ponto elogiável da proposta de V. Exa.

Avançando para um terceiro ponto, Senador, que mereceria, talvez aqui, a nossa ênfase, gostaria de destacar a necessidade de autorização para o desempenho dessas atividades. Essa é uma exigência particularmente relevante do Gafi, sobretudo, porque se entende que se trata de uma atividade, a prestação de serviços de ativos virtuais, que merece uma regulação no seu todo, não apenas especificamente nos deveres de prevenção e combate à lavagem dinheiro ou financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de distribuição em massa. Da forma como o projeto adveio, satisfaz-se, assim, uma expectativa, uma exigência do Gafi e, também por essa razão, o projeto se revela bastante meritório.

Isso nos leva aqui a um quarto ponto, que diz respeito mais proximamente à necessidade de supervisão dessa atividade. A supervisão exercida por um órgão autorregulatório não bastaria. Então, são fundamentais as disposições que conferem ao Poder Executivo a prerrogativa de identificar esse órgão, essa entidade que irá exercer essa supervisão. Ou seja, trata-se, portanto, de uma autoridade estatal, uma autoridade competente que irá desempenhar essas funções e com mecanismos de supervisão intrusivos ao ponto de permitirem a esse supervisor extirpar do mercado ou prevenir essas provedoras do acesso, do assédio da criminalidade. Dessa forma, órgãos contratuais, órgãos estatutários dessas empresas precisariam, portanto, estar sujeitos a esses mecanismos de supervisão, para que não fossem infiltrados obviamente pela criminalidade, assim como os eventuais beneficiários finais dessas atividades não fossem, tampouco, o próprio crime organizado.

Então, daí a relevância de uma supervisão, e uma supervisão com o instrumental adequado, compatível para exercer essa relevante função. E, do ponto de vista do Coaf, a forma como se tratou do assunto no projeto substitutivo, essas exigências do Gafi e essa expectativa se encontram supridas. Inclusive, com a possibilidade de adoção da Lei 13.506, que é a lei que hoje regula justamente o processo administrativo sancionador no âmbito do Banco Central e da CVM.

Ainda na temática da supervisão, eu destacaria uma exigência que nos é feita por essas recomendações do Gafi, que diz respeito à abordagem baseada nos riscos da atividade a ser regulada, a ser supervisionada.

Essa é uma exigência que se encontra literalmente contemplada no projeto, ou seja, não há... é inequívoco que se encontra atendido e também por essa razão se revela um projeto absolutamente meritório e que merece avançar.

Uma vez mais, ainda nesse tema da supervisão, eu destacaria que a exigência de devida diligência no trato da identificação de clientes, no registro de operações e na eventual necessidade de comunicações de operações suspeitas ao Coaf, trata-se de um tema que se encontra disposto projeto de lei de forma adequada e, do ponto de vista do Coaf, em sintonia com o que se espera no âmbito do Gafi.

E finalmente, Senador, tentando cumprir minha promessa de ser sucinto, o último ponto que eu destacaria, à luz da perspectiva de uma unidade de inteligência financeira, seria a previsão de sanção penal que se encontra lá, disposta no substitutivo apresentado por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das exigências do Gafi consiste justamente na possibilidade... na previsão de sanções que sejam adequadas, compatíveis com o tipo de irregularidade e, sobretudo, dissuasórias.

Então, a previsão de sanção criminal para o exercício dessa atividade sem a devida supervisão atende a exigências do Gafi.

Em termos gerais, Senador, como eu disse, do ponto de vista da unidade de inteligência financeira brasileira, o substitutivo, como ele se encontra disposto no tema, circunscrito aqui no tema de ativos virtuais, ele atende a essas exigências e se encontra... e é absolutamente meritório e merece, sim... espera-se que avance no âmbito do Congresso Nacional.

Eu agradeço muito a oportunidade, em nome do Coaf, de poder ter prestado alguns esclarecimentos, na expectativa de ter colaborado um pouco para os debates, e fico aqui à disposição de todos para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, Sr. André Luiz, representando aqui o nosso Coaf.

Sob o ponto de vista das atividades financeiras, suas contribuições serão bem-vindas e encaminho, então, para o nosso orador, o Sr. Daniel Steinberg, que é o Executivo Brasil de Estratégia Regulatória, representante da Bitso.

Com a palavra por até dez minutos.

O SR. DANIEL STEINBERG (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer imensamente o convite feito pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa do Senador de Irajá. Eu gostaria também de saudar os demais Senadores e Senadoras presentes, assim como os ilustres convidados da Mesa.

Meu nome é Daniel Steinberg, sou gerente regulatório da Bitso. É uma honra e um prazer poder discutir esse tema tão fundamental para a economia brasileira em uma arena privilegiada que é o Senado.

Esse tema não é só relevante do ponto de vista econômico, mas também social. Essa iniciativa é importante, sobretudo para posicionar o Brasil na vanguarda da criptoeconomia.

Pensamos que essa oportunidade também é apropriada para apresentar a experiência da Bitso em diferentes ambientes em contextos regulatórios, considerando que somos uma empresa presente em diversos países da América Latina.

Para contextualizar, a Bitso foi fundada em 2014, no México, e atualmente conta com mais de 3,5 milhões de clientes no México, Brasil, Argentina e recentemente começamos a operar na Colômbia também. Além disso, contamos com mais de 600 funcionários, o que nos torna a maior plataforma de ativos virtuais da região latino-americana, sempre seguindo os padrões internacionais do Gafi, do KYC (Know Your Customer) e PLD. Para citar um exemplo, a Recomendação 15 do Gafi, mas também sempre aderentes às regras locais de todas essas jurisdições em que a gente atua.

Estamos no Brasil desde o final do ano passado e a nossa operação aqui é prioridade número um para a Bitso em todos os aspectos. A Bitso acredita que a nossa experiência internacional, sobretudo na construção de soluções em conjunto com os outros órgãos reguladores de outros países, pode ser relevante para a discussão desse tema no Brasil.

Nesse sentido, com base nessa experiência mencionada, é fundamental que a legislação estabeleça padrões *standards* adequados de segurança para os consumidores, mecanismos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de prevenção à lavagem de dinheiro e transparência, mas, ao mesmo tempo, que garanta uma flexibilidade para o setor altamente inovador.

Acreditamos que, com o ângulo correto, com a regulação adequada e com mecanismos de segurança de segurança, ativos virtuais e a *blockchain* podem criar um ambiente altamente inclusivo do ponto de vista financeiro para os brasileiros. E é por essas razões que acreditamos que o substitutivo ao PL 3.825 é um marco regulatório adequado e endereça princípios sólidos e importantes para a criptoeconomia, ainda que haja uma regulamentação que ocorrerá posteriormente, por normas infralegais.

Além disso, acreditamos que o PL cria critérios mínimos de funcionamento para empresas que prestam serviços com ativos virtuais e também determina a comunicação de operações suspeitas por meio da alteração da Lei 9.613, de 1998, o que é extremamente salutar.

Sugestões específicas ao PL seriam, como já foi mencionado por muitos dos convidados, definir melhor a segregação de ativos, dar contornos mais definidos, embora já exista a redação do art. 4º, inciso II; e também acrescentar ao art. 5º, inciso V, que trata de câmbio, que a legislação infralegal deveria observar a finalidade e as funções desses ativos em cada operação.

Para finalizar, é importante deixar uma mensagem de que a Bitso se coloca evidentemente à disposição do Congresso, do Senado e também dos demais reguladores para a discussão desse tema.

Esse é o nosso jeito de desenvolver soluções inovadoras para os nossos clientes, sempre com segurança, seguindo padrões internacionais de KYC/PLD, em interlocução com os órgãos públicos.

Eu me coloco à disposição para perguntas adicionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, Daniel.

Com a palavra a Sra. Lígia Ennes, Coordenadora-geral de Sistemas Financeiros, representante da Daniel Reiss, do Ministério da Economia.

Daniel Reiss – é isso mesmo?

Acho que está na reportagem já.

A SRA. LÍGIA ENNES JESI (*Por videoconferência*.) – Bom dia! Na verdade, é da Secretaria de Política Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Ah, ótimo!

Com a palavra por dez minutos.

A SRA. LÍGIA ENNES JESI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente, bom dia, Senador Irajá, demais Senadores, convidados e ouvintes da audiência.

Falo aqui em nome do Ministério da Economia. Agradecemos o convite para debater esse projeto, já deixando aqui o nosso parabéns ao Senador e ao Senado pelo esforço e pelo trabalho efetuado, tão bem-feito junto ao Executivo e também a toda a sociedade.

Esse aperfeiçoamento do substitutivo foi relevante aos olhos do Ministério da Economia, porque a gente entende que a proposta tem um mérito relevante para o mercado, esse mercado que vem crescendo nos últimos anos. Então, é um projeto realmente de relevância, que precisa ser endereçado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente gostaria de enfatizar basicamente dois pontos. Primeiro é o tratamento direcionado à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, como falado pelo Coaf, e aos crimes financeiros. A gente acredita que é um endereçamento importante e que foi alcançado pelo projeto de lei, o objetivo sub desse tema, a fim de dirimir a utilização desses ativos para ações ilícitas e crimes organizados, que é o que a gente não quer. O Ministério da Economia e a sociedade querem que ele seja bem utilizado, na medida em que ele vai crescendo e se desenvolvendo em prol da sociedade, em prol do mercado, enfim.

E o segundo ponto que a gente avalia como essencial é a diretriz que vem já no projeto de lei, da livre iniciativa para esse mercado. Por ser um projeto que apresenta um caráter principiológico e orientativo, a gente entende que isso deve ser feito, uma vez que é um mercado que merece adequações tempestivas e é um mercado dinâmico, em constante mudança.

Nesse ponto, a gente gostaria de deixar claro que a posição do ministério em relação à autorização de prestadores de serviços de ativos virtuais, para funcionar no País, ela deve ser feita quando se entender necessário, em razão do risco sistêmico para o sistema financeiro.

Então, a autorização é importante, mas quando realmente for sistemicamente relevante para o sistema financeiro, justamente para priorizar e defender essa livre iniciativa e a concorrência e desburocratizar o mercado, como eu falei, tão dinâmico.

Por essas razões, a gente entende que poderia ser aperfeiçoado o texto para não tornar um mercado em desenvolvimento excessivamente rígido e favorecer a sua livre iniciativa, sem obrigações de autorizações setoriais, por exemplo, ou de autorizações muito rígidas e desnecessárias.

Dentro desse panorama, a gente vê que existe um papel fundamental do Conselho Monetário Nacional na regulação do sistema financeiro, justamente para essas adaptações ao longo do tempo, como a gente vê, para que não haja nem excessos nem escassez de regulação e que esse mercado possa ir se ajustando e a regulação junto com ele, aos poucos, e, na medida em que ele for se desenvolvendo, amadurecendo, a própria regulação também o faça.

E aí a gente entende que o projeto de lei...

Por isso que trazer esse caráter principiológico e orientativo é tão importante para esse tipo de dinâmica, porque ele necessita, assim como o mercado financeiro, de ações céleres de regulação, a fim de não causar nenhum distúrbio nesse mercado e para a sociedade, até para as inovações que venham a ocorrer e que a gente ainda não consegue prever, dado este tipo de mercado, de tecnologias, de novas tecnologias que vêm à frente.

Então, basicamente são esses pontos que a gente gostaria de endereçar – a fala é breve – e, mais uma vez, de parabenizar pelo projeto. A gente entende que é um projeto realmente que vai trazer um desenvolvimento para o mercado e uma melhoria nessa parte de legislação e de regulação. E fico à disposição para sanar eventuais dúvidas dos demais presentes.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Agradeço a Sra. Lígia também pela participação, aqui representando o Ministério da Economia. Nós encerramos, então, esse ciclo de participações, de palestrantes, que representam diversas entidades e instituições do mercado privado, como também representantes aqui de autarquias e do setor público, que, junto com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa equipe, desenvolveram a redação, a construção de um relatório que pudesse ser compatível com as demandas do mercado.

O objetivo dessa relatoria foi tentar reunir os projetos apresentados no Senado pelos Senadores Styvenson, pelo Senador Flávio Arns e também pela Senadora Soraya. Eu quero aqui pessoalmente registrar o meu agradecimento pela propositura de cada um desses colegas Senadores, que foram fundamentais para que nós pudéssemos reunir, em torno de um substitutivo, um texto que fosse comum, já que havia também muita semelhança entre os três projetos apresentados à Casa.

Sempre houve a ideia – e isso foi deixado muito claro a todos que nos procuraram com sugestões, com críticas construtivas, com ideias – de que a nossa intenção, desde o princípio, seria de poder criar um marco regulatório, que pudesse gerar ambiente de negócio no País, dentro dos criptoativos, das criptomoedas, que pudesse, claro, também dar transparência a esse mercado. Muitas vezes, a gente tem notado, através da própria imprensa, a notícia, infelizmente, da criação de pirâmides financeiras, que têm causado prejuízos a muitos investidores, pessoas físicas, pessoas jurídicas.

Obviamente, a ideia do ativo criptomoeda não é essa. Ele pode ser utilizado como método de pagamento. Cresceu muito no mercado brasileiro. Houve um aumento de 6% em relação ao ano de 2019 para 2020. Mas dobrou de tamanho quando você considera o ativo criptomoeda como um objeto de investimento, seja por profissionais liberais, seja por autônomos, seja por pessoas jurídicas de diversos segmentos.

Então, a ideia nesta relatoria sempre foi construir um relatório que pudesse ser compatível com esta realidade, que pudesse fomentar o mercado privado, que pudesse estimular a iniciativa privada, para que este mercado pudesse continuar crescente no País e para que o Brasil pudesse, inclusive, ter um papel de vanguarda no mundo, podendo criar um marco regulatório decente, moderno, transparente, mas que pudesse superar também essas dificuldades que a gente tem vivenciado, de pirâmides financeiras, de evasão de divisas, de sonegação fiscal e de uma série de outros crimes tributários que, infelizmente, acontecem. Mas essas são as exceções. A gente precisa também fazer justiça, porque a grande maioria das pessoas envolvidas nesse setor são pessoas de boa-fé, pessoas competentes, profissionais bem-intencionados.

Infelizmente, como em qualquer outra atividade econômica, há uma pequena minoria que pratica crimes de ordem tributária, de ordem financeira. E a ideia do projeto é, obviamente, minimizar esse tipo de prejuízo para que o mercado possa crescer cada vez mais no Brasil.

Nessa direção, nós teremos um encaminhamento para que, na semana que vem, a gente possa retomar a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. O Presidente Otto Alencar já se mostrou favorável a que a gente possa voltar a esta matéria, obviamente, deliberando entre a maioria dos colegas Senadores que possam entender que esta matéria é relevante, importante e que nós precisamos votá-la aqui no Senado, uma vez que ela já é terminativa. Então, há essa vantagem de a gente conseguir ter uma maior celeridade na aprovação deste substitutivo.

Já está na pauta, conforme foi informado à Mesa, de quarta-feira. Portanto, a gente poderá ter a perspectiva da votação na quarta, em caráter terminativo. Uma vez aprovado, ele será endereçado à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve também, no dia de ontem, uma matéria semelhante, que foi aprovada em regime de urgência na Câmara. Da mesma forma, vem para o Senado e deverá ser apreciada, avaliada aqui. São matérias correlatas. Em algum momento poderá ser apensado um projeto ao outro, àquele projeto que a maioria entender ser o mais amadurecido e que possa contribuir para as atividades dos criptoativos ou das criptomoedas, como é chamado por alguns.

Antes de encerrar, eu gostaria de encaminhar a palavra à nossa Senadora Maria Eliza, que apresentou também o Requerimento nº 69, de 2021, para que ela faça as suas considerações e possa também apresentar algumas contribuições para que a gente aproveite neste substitutivo.

Sr. Presidente, muito obrigada pela gentileza.

Penso que a aflição que eu sinto seja também de muitas pessoas, seja compartilhada com muitas pessoas. Eu tenho algumas preocupações ainda que eu não consegui dirimir. E eu gostaria que sair convencida ou achar um caminho para que nós conseguíssemos fazer uma legislação moderna, justa, que garantisse efetivamente que esses ativos das pessoas que investem sejam garantidos.

Hoje, eles investem num lugar e tiram, lá nos Estados Unidos ou em outro lugar, o ativo sem problema. Talvez a gente não consiga ter controle sobre isso.

Como vai ser o fundo garantidor dessas moedas?

Todos os bancos, o dinheiro que eles emprestam, o dinheiro que eles têm dos seus correntistas, têm um fundo garantidor no Banco Central, que garante, no caso de quebradeira. Eu não consigo imaginar como se pode fazer um fundo garantidor, sem que o dinheiro, os ativos do patrimônio da empresa não sejam misturados com os ativos dos seus aplicadores, das pessoas que aplicam. Eu não consigo ver como que nós podemos regular ou podemos dar segurança jurídica nisso. Não consigo enxergar isso daí.

Posso continuar?

Quais são os principais problemas existentes nas transações que ocorrem neste mercado?

Quais os principais riscos que a desregulamentação traz para o País?

Esses dados discutidos aqui poderiam nos dar...

Eu penso que, principalmente, o Banco Pactual, que já tem operado, pode nos dar subsídios sobre isso. Ele já tem alguma experiência sobre isso.

O que os bancos efetivamente darão como garantia? Como eles vão entrar? Vai-se aumentar o fundo garantidor deles? Essa é uma moeda que eu não...

Isso me parece, acho muito próximo de uma pirâmide. Tenho medo do que aconteceu com a Nasdaq, com o Presidente da Nasdaq, com o cara que fundou a Nasdaq, que deu um calote até em bancos mundiais. Então, não sei como nós vamos prever ou prevenir esse grande calote, mas eu acho que nós temos de evoluir, sim, e rapidamente, porque, se nós não fizermos a regulamentação ou legislação sobre isso, vai continuar sendo um campo aberto para todo mundo, para operações ilícitas, principalmente para operações ilícitas. Mas eu não consigo enxergar, vislumbrar como regular e impedir que essas operações ilícitas ocorram.

Essas são as minhas dúvidas e as minhas agonias.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Senadora, eu já até anotei essas observações. É importante que os participantes que estão aqui presentes, tanto fisicamente, quanto também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no remoto, que a gente possa interagir dentro da audiência pública, porque é essa a ideia, a gente fazer um ambiente de perguntas e respostas, de esclarecimentos, para que, diante dessas dúvidas que existem, e são inúmeras, inclusive essa que é muito pertinente, a gente possa também endereçar soluções. Esse é o grande propósito da audiência pública, para que a gente possa construir um relatório que contemple, entre outras preocupações, essa da liquidez do mercado.

Assim como existe – a Senadora Maria Eliza lembrou bem – o Fundo Garantidor, em caso de um banco simplesmente quebrar, cada correntista, pessoa física, tem a garantia de um recebimento mínimo, salvo engano, até onde me constava, de cento e poucos mil reais, é isso? R$250 mil.

E há também o compulsório, que é um outro instrumento muito eficaz que o Banco Central implementou para que as instituições financeiras possam operar no Brasil. Então, são alguns mecanismos que já funcionam no sistema financeiro tradicional e que servem inclusive de parâmetro também, de repente, para a gente poder aproveitar algo neste marco regulatório que nós estamos discutindo aqui, da criptomoeda.

Mas, para poder contribuir com o debate, eu queria abrir a palavra ao Sr. Antônio Inácio da Silva Neto, especialista em *blockchain*, que chegou há pouco, e terá até dez minutos para as suas contribuições.

O SR. ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA NETO (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Quero agradecer o convite, parabenizar a todos e saudar a Mesa.

Essa iniciativa para o Brasil é de suma importância. Em se tratando de um mercado extremamente inovador e disruptivo, essa preocupação legislativa, dos órgãos, dos representantes políticos, se faz necessária, mediante o crescimento que esse mercado tem tido.

O entendimento jurídico desse mercado vai trazer transparência e, consequentemente, segurança para os seus usuários e assim também para a nossa nação. O grande fator, e o mais importante fator, é entendermos o mecanismo de funcionamento da tecnologia *blockchain*, tecnologia esta que tem se mostrado uma tecnologia útil, inviolável, imutável e transparente.

Os órgãos, os legisladores, precisam entender como adaptar a *blockchain* em seu sistema de acompanhamento e controle para então dirimirem as dúvidas referentes à liquidez, à usabilidade, a transações, operações e custódias.

E o mais importante ressaltar neste momento é que, com o uso das *exchanges* e com a integração com o sistema bancário nacional, as *exchanges* hoje, sem sombra de dúvida, como foi colocado nos projetos de lei, têm a obrigatoriedade, e essa é a nossa visão, de informar os órgãos competentes, seja Receita Federal, Coaf, e todos os outros que regulam os bancos, das transações feitas, de liquidez e compra, visto que, Senadora, e inclusive aproveitando, toda operação hoje para a compra de cripto mediante a operação com exchange precisa ser feita através do sistema bancário, ou seja, esse dinheiro precisa estar bancalizado. Consequentemente, já existe uma comunicação com os órgãos competentes. Realizada a compra, esse valor vai para a custódia da exchange, onde então o seu usuário compra o seu ativo, seja ele Bitcoin, Ethereum, ou qualquer uma das 15 mil opções que existem hoje no mercado. E a cada dia surgem mais criptomoedas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que, no momento da liquidação, no momento de realizar esses ativos, ele retorna para o Sistema Financeiro Nacional através de um banco. Então esse é o ponto.

Anteriormente, isso em 2017, 2018, o volume de compra *peer-to-peer*, ou seja, em dinheiro, em espécie, era gigante, visto que as exchanges eram inexistentes. E, com a vinda de grandes exchanges, como o próprio mercado Bitcoin, que está aqui presente, a Binance e diversas outras, deu-se ao usuário a possibilidade de comprar os seus ativos através de suas plataformas.

Então, é de suma importância essa comunicação e essa transparência – exchanges, bancos e órgãos reguladores –, porque, mediante isso é que se vão acompanhar os ganhos de capital, em que entra agora a preocupação sobre tributação.

Como qualquer outro mercado, acho de suma importância a tributação, isso é um fato, e o acompanhamento se dará mediante as liquidações: as exchanges comunicarão aos órgãos competentes assim como um banco comunica as operações.

Acho também de grande importância o entendimento de que, enquanto se está em cripto, em criptoativos, está-se em um mundo, em um universo, em um ecossistema, descentralizado.

Então para uma Nação inteligente, como o Brasil e como algumas outras, que têm entendido esse funcionamento, tem que haver incentivo. Tem que haver incentivo em que ponto? Num ponto de um ganho de capital maior, de forma equalizada, de se ter a progressão de aumento de capital e, consequentemente, a progressão dos seus impostos.

Como usuário do universo cripto é da tecnologia *blockchain*, a integração com o sistema bancário e órgãos competentes é fácil, desde que se entenda a transparência da blockchain, a usabilidade da *blockchain*.

Como implantar a *blockchain*, com um órgão regulador, com uma comissão regulatória de acompanhamento constante dessas operações, visto que o entendimento de criptoativos, de forma majoritária, tem sido de que não é valor mobiliário? E eu confirmo que assim seja, em se tratando de um ativo digital, que tem liquidez real, isso é fato, é um ativo digital que tem liquidez real, entra a dúvida e pode-se permear em questionamentos: o que é que garante a liquidez? Esse é o ponto. E quando perguntamos o que garante a liquidez de algo, nós precisamos entender qual é o princípio da economia global. E esse princípio chama-se aceitação, Presidente. Aceitação.

A partir do momento em que uma comunidade aceita algo como valor, esse algo se torna líquido. A partir do momento em que uma comunidade não aceite isso, ela não tem liquidez.

Quanto a lastro, o lastro não está pareado com liquidez. Lastro é segurança. Liquidez é aceitação. Se eu, em uma determinada comunidade, vendo esse copo e eles aceitam, eles compram; mas, se para eles não faz sentido, esse copo não tem liquidez alguma.

O lastro, a preocupação sobre o lastro é fundamental, visto que é uma garantia, fora aceitação e liquidez, que os usuários daquela economia têm. Porém, sabemos que hoje o mundo mudou e o lastro de muitas nações ou de quase todas as nações passou a ser incipiente mediante a emissão de suas moedas. O fato que hoje é realidade no mundo é que a tecnologia, a inovação, a informação e a informática têm levado à liquidez de ativos que até então não imaginaríamos que alguém pagasse por, como, por exemplo, a tecnologia de NFTs, tokens digitais de um arquivo digital como uma obra de arte e que alguém paga milhões por isso. Na minha concepção, mesmo sendo um entusiasta desse mercado, isso me leva a pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no que de fato tem valor no mundo atual, porque outrora, alguns séculos atrás, pessoas pagavam por ouro, por cobre, por prata, por diamantes. Hoje as pessoas não querem mais ter isso. Eu falo da nova comunidade global. Elas preferem ter sua riqueza em um ambiente digital, onde elas têm disponibilidade, mobilidade, poder de transação numa maior velocidade, consequentemente, acelerando, assim, a sua real liquidez, que é o poder de compra. E, ao mesmo tempo, que ele queira realizar a sua venda, ele consegue realizar nessa comunidade, nesse ecossistema.

Dessa forma, devemos pensar não no micro, não em cima do que já vivemos, mas pensar em como esse novo pode se enquadrar no que já vivemos. É uma transformação. Eu falo que o mercado financeiro tem passado por uma transformação tecnológica, onde os bancos, onde as instituições, onde as grandes corretoras, onde os grandes *players* de mercado entenderam que não têm como voltar atrás.

Como eu sempre falo, uma solução tecnológica que traz benefícios para a sociedade e gera lucro não pode ser parada. Porém, precisa ser regulamentada. Ela precisa ter normativas e padrões para que os órgãos, a nação e os próprios usuários estejam amparados. Quando, inteligentemente, colocou-se a aplicação do Código do Consumidor dentro do projeto de lei, sem sombra de dúvida tem que haver... É mais um serviço, tem que ser aplicado. Quando se colocou, de forma inteligente, a integração e a prestação de informação junto aos órgãos competentes, tem que haver, isso é indiscutível... Quando se fala na tributação de ganho de capital, isso tem que haver. Agora, o ponto principal para que haja uma consciência é que esse mercado está acontecendo, está movimentando muito valor e tem como ser acompanhado na sua compra e na sua liquidez. O que se torna impossível, impossível, falo isso porque acontece em milhares e milhares de transações diárias dentro desse ecossistema de forma descentralizada, diferentemente do mercado de ações, em que se tem uma nota de corretagem, é que o mercado cripto gera *hashes,* e essas *hashes* nada mais são do que um código onde se consegue acompanhar, via *blockchain*, o que aconteceu naquela transação. Então, consegue-se provar, através das *hashes,* algo que já tem comprovada a sua veracidade e sua transparência de que houve aquela transação, que houve aquela certificação. Por isso, então, entrando agora contratos, *smart contracts*, registros, diplomas gerados através da tecnologia *blockchain.*

Por fim, os usuários de criptomoedas já entenderam o poder desse mercado. A volatilidade desse mercado na verdade tem sido o grande chamariz e o grande diferencial para quem quer ter uma possível rentabilização. Sabendo que a volatilidade apresenta risco – e a preocupação está acertadíssima –, esses usuários estão dispostos a isso. Porém, com a regulamentação, com a transparência e com mentes pensantes, podemos encontrar um formato vencedor para esse mercado, principalmente para a nossa Nação.

E eu me coloco aqui à total disposição dos entes, dos representantes para qualquer dúvida e qualquer ajuda para trazer a cristalização desse mercado. Eu me coloco aqui à total disposição e a minha empresa também, a Braiscompany, para que possamos juntos traçar esse planejamento e essa regulamentação desse mercado que cresce a cada dia.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, Antônio, pela presença e também pelas informações que foram esclarecedoras em relação ao nosso debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar também para contribuir com a Senadora Maria Eliza. No art. 4º do relatório, se a senhora tiver uma cópia em mãos, para acompanhar, nós temos aqui no substitutivo um dispositivo importante que corrobora com essa questão da transparência e da segurança, ao mesmo tempo, e questão do lastro, como explicou o Antônio anteriormente. Uma coisa é a liquidez. Uma coisa é você estar sujeito às leis do mercado, que é a lei de oferta e procura, como qualquer serviço, produto. Isso não muda no mundo digital, é a mesma coisa. Outra coisa é o lastro. E nesse sentido, nós construímos uma redação no art. 4º que diz o seguinte:

> Art. 4º A prestação de serviço de ativos virtuais deve observar as seguintes diretrizes, segundo parâmetros a serem estabelecidos pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública Federal definido em ato do Poder Executivo:
> I - .....
> II - boas práticas de governança e abordagem baseada em riscos;

O que isso significa? O que vem ocorrendo de uma maneira até recorrente, que é a questão das pirâmides, que é um exemplo mais conhecido, é que você ter um investidor, um profissional liberal, um autônomo, uma pessoa jurídica que aporta um capital, um volume de recursos dentro de uma corretora e ele passa a ser sócio dessa corretora, porque ele adquire na verdade ações desse negócio. E aí ele fica sujeito a tudo, ao bônus e ao ônus, inclusive, aos golpes, porque ele passa a ser um sócio. Outra coisa é a obrigação dessa corretora de poder abrir uma conta pessoa física em nome desse cliente, desse correntista. Esse dinheiro será depositado nessa conta como uma conta bancária normal, tradicional. E ali todo o histórico das transações e operações acontecerão. E aí ele fica no guarda-chuva de uma conta corrente comum, como a questão do fundo garantidor e outros dispositivos de segurança que são importantes no sistema financeiro brasileiro.

Então, eu acho que isso é avanço importante, porque dá transparência acima de tudo e segurança a esse investidor, seja ele pequeno, médio ou grande, para coibir esse tipo de prática ilegal das pirâmides. Lembramos que a gente não pode generalizar. Existem também modelos bem-sucedidos, de empresas sérias, idôneas que devem e merecem ser reconhecidas por nós, por todos nós.

Outro fato importante que eu queria dividir com você é que ontem, conversando longamente com o Presidente do Banco Central, o Presidente Roberto Campos, e quero agradecer-lhe de público, porque a equipe do Banco Central foi importantíssima, foi fundamental na construção desse relatório, desse substitutivo, foi um trabalho feito a quatro mãos com o Banco Central... E ontem, a gente conversando, eu percebi o entusiasmo dele em relação ao anúncio da moeda virtual do Banco Central para 2022. E ele me falou uma coisa que me chamou muito a atenção, que o Pix já foi um sucesso absoluto, popularizou-se, superando os métodos tradicionais de cartão e de dinheiro em espécie, etc. Acho que mais de 50 milhões de brasileiros já utilizam o Pix com frequência no dia a dia. E ele acha que essa moeda virtual pode ser o novo *pixel* do Brasil.

Então, realmente é um mercado com um potencial de crescimento fantástico e é mais um instrumento que poderá ser utilizado para transacionar qualquer tipo de negócio, seja compra, venda, investimento, método de pagamento. Essa matéria até saiu agora, recentemente –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salvo engano, não sei se foi no *Estadão* ou se foi no *Valor Econômico* –, e é uma matéria muito interessante. Depois eu vou dividi-la com os senhores, porque explica um pouco mais a respeito.

Mas é um tema novo. Eu confesso, com toda humildade, que tenho aprendido muito, Senadora Maria Eliza, com esse assunto. Nunca tive a oportunidade, na pessoa física, de poder testar e até experimentar como cidadão, como brasileiro, mas eu tenho aprendido demais a respeito e vejo com bons olhos a regulamentação desse mercado, garantindo transparência e segurança aos brasileiros e às brasileiras e, acima de tudo, estimulando o mercado, porque a grande ideia da regulamentação é gerar ambiente de negócio para o País, para gerar recursos, gerar renda, gerar impostos. Portanto, eu acho que isso vai contribuir muito para a retomada do crescimento econômico do País.

De modo que eu gostaria de encerrar as minhas contribuições abrindo a palavra para algum outro membro da nossa audiência pública que queira também dar as suas contribuições finais, seja aqui, no modelo presencial, ou mesmo os nossos participantes que estão acompanhando também remotamente.

Senadora Maria Eliza, V. Exa. quer fazer alguma consideração?

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, eu acho que isso me envolve muito, eu acho que é um tema muito envolvente, e é uma disrupção, e "disruptar" não é fácil, fazer a disrupção não é fácil.

O SR. ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA NETO – Presidente, só a título de...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Já lhe volto a palavra, Antônio.

O SR. ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA NETO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Pela inscrição, Sra. Juliana Mozachi, que é da Direc, representante do Banco Central. Eu lhe passo a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. JULIANA MOZACHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada a V. Exa.

Gostaria de, por fim, me dirigir até à preocupação da Senadora e reforçar um dos argumentos que foram apresentados lá no início, que é a questão da importância da regulação, e daí, nesse caso, o regulador que vier a ser designado pelo Poder Executivo ter todas as ferramentas para poder fazer essa regulação.

De fato, é uma preocupação, mas, como investimentos, como ativos virtuais, eles estão suscetíveis aos ganhos e às perdas como investimento. Entretanto, no ambiente da regulação infralegal, é possível trazer a segurança, que o Exmo. Senador falou que estava escrito no art. 4º, com relação a manter de forma segregada os recursos aportados pelos clientes. Isso foi feito com a Lei 12.865. Houve uma lei principiológica e foi dada a competência para o Banco Central fazer a regulação, e esses recursos foram tratados, no âmbito dessa lei, que, no caso, são das instituições de pagamento, como uma conta pré-paga. Então, a mesma coisa já foi feita com relação às corretoras de valores mobiliários e é possível trazer essa mesma proteção para a questão dos ativos virtuais. Uma vez no âmbito da regulação, no caso aqui, se ficar mesmo e se for entendimento, do Banco Central, no infralegal nós podemos fazer essa proteção dos recursos de clientes.

Por isso que eu aqui encerro reforçando a importância de termos, ficando com o Banco Central, todas as ferramentas necessárias, seja a autorização, porque uma forma de registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não nos permite fazer essa fiscalização e trazer essa sanção e essa proteção da forma mais adequada, seja para ter o regulador a competência para regular, então deixando, de fato, na lei as questões mais principiológicas, mas deixando para o regulador as questões de regulação.

São esses pontos que eu gostaria de colocar. Agradeço a oportunidade novamente e também fico à disposição para mais esclarecimentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Obrigado, D. Juliana Mozachi.

Pela inscrição, Sr. Thiago Paiva, da CVM.

O SR. THIAGO PAIVA CHAVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Agradeço o convite para a CVM poder participar e contribuir com essa Comissão.

Só um comentário final muito rápido – e até em concordância com a fala do colega anterior, especialista em ativos virtuais – sobre a importância de não se confundir e não se tentar enquadrar todos os ativos virtuais como valor mobiliário. Ele concorda com isso também, e a gente também poderia concordar mais com esse argumento.

Por isso mesmo, pegando um gancho da fala de um colega anterior do mercado privado, que entendeu talvez pela retirada de alguns dispositivos, então aqui a gente entende, justamente pela fala do colega anterior também, que é imprescindível realizar expressamente a harmonização de leis, que se pretende com aquela proposta do parágrafo único no art. 1º do relatório do Senador Irajá, como, de fato, foi feito e bem encaminhado no parecer atual.

A gente entende que, se o Congresso não tratar especificamente desse tema da harmonização entre a lei nova e a lei ora em vigor, no caso a Lei 6.385, que trata de valor mobiliário, por ele mesmo editada, e considerando, então, a redação dos demais dispositivos propostos, certamente, no nosso entendimento, existirá dúvida e mesmo confusão no âmbito da sociedade em geral e dos participantes do mercado regulado sobre o que é ativo virtual como tal, nos termos propostos, e o que, apenas em determinados e específicos casos, se caracteriza como um valor mobiliário, bem como sobre as competências de reguladores em cada caso.

Então, com isso, reforçando, a lei nova, no nosso entendimento, vem justamente para tratar do que não está coberto ou tratado por lei ainda, e, se não deixar clara essa harmonia, então não conseguirão entender que o que ela pretende é um avanço e não qualquer espécie de retrocesso e, evidentemente, poderá ensejar críticas variadas e bem fundamentadas.

Então, novamente, Senador Irajá, enfim, ratificamos aqui a nossa concordância, nos termos do parecer apresentado na semana passada, porque, nosso entender, foi muito bem encaminhada essa harmonização entre leis.

Novamente, agradeço aqui a participação.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Muito bem, Thiago, pela participação e pelos comentários.

Seguindo aqui a nossa lista de inscrições, o Sr. Antônio Inácio.

O SR. ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA NETO (Para expor.) – Irei só colaborar com um ponto que eu acho de suma importância, também, em se tratando de licitude de mercado, uma preocupação que tem que ser eminente, de fato, sobre pirâmides financeiras, tanto no esquema de captação, de onde vem a preocupação com o lastro, com a segurança, assim como o entendimento da ilicitude de práticas de pseudo-operadores de cripto que captam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos em moeda fiduciária, sem licença para isso. Dessa forma, concretiza-se um crime. A partir do momento em que uma gestora ou uma pseudo-operadora fala que vai ficar em custódia de ativos digitais e recebe moeda fiduciária, ou seja, real, do seu cliente sem ser um *exchange*, obedecendo as normativas de Coaf, Banco Central, Receita Federal, isso é um crime claro, aí é onde se inicia a clareza de uma pirâmide financeira. Como? Um operador capta recurso em moeda fiduciária, diz operar em cripto e, depois, paga o seu cliente em cripto, sem ter licença da CVM. Nesse caso, ele está operando com valor mobiliário, ele captou recurso em valor mobiliário que, então, transformou-se em cripto, quem sabe? Caso opere, de fato, em cripto, ele teria que pagar em cripto, porque aí obedeceria ao sistema financeiro com transparência. Esse é um ponto muito importante.

A *exchange*, por sua vez, capta o recurso sendo um ente, sendo uma instituição que já tem as suas regulamentações e suas obrigatoriedades. Então, quanto à pirâmide financeira, Presidente, eu acredito que é muito fácil ser tipificado um crime contra a economia popular ou contra a economia financeira do nosso País. A captação de recursos em moeda fiduciária é um indício muito forte, e é o que vem acontecendo no Brasil, nos últimos anos, de forma triste, porque a nossa população acaba sendo lesada, vinculando esse dano, esse dolo a um mercado altamente lícito, líquido e lucrativo.

Então, não é o mercado, são os seus gestores ou os seus operadores que acabam manchando um mercado que tem uma tecnologia tão transparente e tão eficaz.

Essa seria a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Ótimo.

Com a palavra o nosso último inscrito, Daniel Steinberg.

O SR. DANIEL STEINBERG (Para expor.) – Reagindo apenas a um ponto que a Senadora Maria Eliza levantou, que são pontos excelentes sobre a segregação. No nosso entendimento, o art. 4º, no inciso II, endereça muito bem a segregação de fundos, acho que poderia ir mais no detalhe ainda, mas o princípio está ali e isso é excelente. A Bitso já faz isso, há muitos anos, a segrega fundos dos clientes da própria empresa, o que garante, elimina ou mitiga totalmente o risco jurídico. Então, acho que o PL vai muito bem em captar essa questão e endereçá-la logo no inciso II do parágrafo 4º.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Mais alguém?

A Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA FACKLMANN (Para expor.) – Aproveitando a fala dos colegas e de V. Exa. a Senadora, eu acho que existem dois pontos importantes: um, sobre o qual V. Exa. o Senador Irajá já tinha comentado, sobre a segregação dos recursos e ativos; o outro ponto é a custódia desses ativos, como que você custodia essas criptomoedas, esses criptoativos, de forma a ter certeza de que eles existem. Esse é um ponto importante, já foi endereçado, inclusive, em autorregulação da ABCripto e é, também, uma das razões pelas quais nós, no Mercado Bitcoin, temos uma empresa específica só para custódia de criptoativos, por entender a importância de ter algo lastreado.

Então, eu só gostaria de complementar com esse ponto. Além dessas questões, há outras possibilidades para deixar o mercado mais seguro também já endereçados nas legislações internacionais, como a questão de capitais regulatórios mínimos que são requeridos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a depender da atividade que será performada. Era o único ponto para complementar e compartilhar a posição do Mercado Bitcoin.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Irajá, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Giordano, Plínio Valério, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes, Jaques Wagner e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Kátia Abreu, José Aníbal, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 67/2021 - CAE, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), e PL 4495/2020, de autoria Senador Irajá (PSD/TO). **Finalidade:** Audiência pública, com o objetivo de discutir a implantação de resorts integrados em todo o território nacional, conforme disposto no Projeto de Lei nº 4495/2020. **Participantes:** Sr. Vinícius Lummertz, Secretário de Turismo de São Paulo e ex-Ministro do Turismo; Sr. José Odécio Rodrigues Júnior, Diretor Financeiro (representante de: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)); e Sr. António Lobo Vilela, Advogado representante da Comissão de Direito dos Jogos da OAB/DF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Irajá

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Obs: Ata pendente de aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 27º Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a implantação de *resorts* integrados em todo o Território nacional, conforme o disposto no Projeto de Lei nº 4.495, de 2020.

Esta audiência pública atende ao Requerimento nº 67, de 2021, aprovado por esta Comissão em 30 de novembro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, o que abre a possibilidade de participação popular. Perguntas e comentários podem ser enviados pelo Portal e-Cidadania ou registrados pelo telefone 0800.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por até dez minutos, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os Parlamentares aqui presentes podem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. A inscrição dos Parlamentares que estiverem participando remotamente deve ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" do aplicativo. Os interpelantes disporão de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Daremos início ao debate.

Com a palavra o Sr. Waldir Eustáquio, Subsecretário de Prêmios e Sorteios do Ministério da Economia. (*Pausa.*)

Seguindo, passo então a palavra para o Sr. Vinicius Lummertz, Secretário de Turismo de São Paulo e ex-Ministro do Turismo.

Seja bem-vindo, Vinicius, à nossa audiência pública. É um prazer contar com a sua presença neste evento.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Está com a palavra, Vinicius.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Irajá, meu boa-tarde. Peço desculpas porque estou em trânsito entre o Município de Bragança Paulista e São Paulo.

Saúdo com alegria neste momento porque sou entusiasta da sua proposta, uma proposta que tem toda a dinâmica e a lógica do turismo. Mesmo antes da condição de Ministro ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Embratur, eu tive condições de conhecer bem os vários modelos de implementação de *resorts* integrados com cassinos. Inclusive em 2018 eu fui palestrante no maior evento, na China, em Macau, de turismo daquela região, convidado pelo grupo da família Ho, que são os principais concessionários, dos seis concessionários que há em Macau.

Eu conheci Macau aos 20 anos de idade, quando eu morava lá, em Hong Kong, do lado. Era uma vila de pescadores e hoje é uma potência (*Falha no áudio.*)

... mundial do turismo, porque o turismo, sabidamente – e esse é o raciocínio –, deu... extremamente desenvolvidos, que fomentaram muito mais hotéis, muito mais negócios, e as viagens, de forma geral, vêm fomentando a área dos negócios. O turismo é uma plataforma econômica de desenvolvimento, que vai além do seu campo tradicional e abarca outros campos de atividade.

Nesse caso em especial, eu queria saudar esse modelo, porque esse é o modelo que garante investimentos em turismo, porque, nesse caso, há limitação física de 10% da área consagrada ao jogo, sendo 90% consagrados a infraestrutura mais voltada às artes, aos espetáculos, o chamado segmento do setor de MICE, que é o setor de congressos, feiras e eventos e incentivos.

De fato, no final das contas, o que nós temos é um reposicionamento do Brasil nesses segmentos perante o Hemisfério Norte, porque a grande maioria, mais de 90% dos eventos relevantes em todo esse conjunto de artes, espetáculos, congressos e feiras, ocorre no Hemisfério Norte, não no Hemisfério Sul. E a única alternativa para quebrar, de forma definitiva, num prazo curto, buscando investimentos de US$2, 3, 4, 5, 6 bilhões (*Falha no áudio.*)

... num empreendimento que é esse que está sendo colocado aqui (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Está havendo uma interrupção.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ (*Por videoconferência.*) – .... com a limitação de um por Estado, e depois (*Falha no áudio.*)

... muito bem pensado. (*Falha no áudio.*)

... escrevi artigos sobre esse assunto.

Eu gostaria de singularizar o nosso apoio a esse projeto, que é um projeto de turismo, que é a maior vocação do nosso País. A maior vocação do Brasil, ao lado do *agribusiness*, é o turismo. Mas sem infraestrutura e sem uma política adequada, nós não chegamos lá.

A minha conclusão – eu gostaria de fazer um comentário de caráter mais filosófico – é que o Brasil não deve e não pode ter medo do turismo; não deve e não pode ter medo de marinas; não deve e não pode ter medo de concessão de parques, instalação de hotéis, quer seja no Jalapão, (*Falha no áudio.*)

... nos Lençóis Maranhenses, com responsabilidade. E não tem e não pode ter medo também de voltar a ter cassinos aqui... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Acho que a conexão teve algum problema técnico. Vinicius, nos ouve? (*Pausa.*)

O áudio... Não está sendo possível ouvi-lo, Vinicius. Não sei se você nos escuta. Você tem que ativar o áudio. (*Pausa.*)

É, agora o áudio está desativado. (*Pausa.*)

Estão tentando ali compatibilizar, mas está havendo algum conflito ali no áudio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou dar sequência aqui com o nosso próximo orador, até o Secretário Vinicius restabelecer a conexão. Aí nós voltamos a fala novamente ao Vinicius, para que ele possa dar continuidade.

Então, dando seguimento aqui aos trabalhos, eu passo a palavra para o Sr. José Odécio, que é o Diretor Financeiro da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABI).

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ODÉCIO RODRIGUES JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Boa tarde, Senador! Boa tarde a Todos! Só corrigindo: é ABIH.

Veja só, eu acho que esse projeto é muito importante para o desenvolvimento da atividade do turismo no Brasil. Acho que é um tema bastante polêmico, mas o setor hoteleiro vê com bons olhos. A única ressalva que a gente faz é que se permita que o próprio investidor brasileiro, o hoteleiro nacional, possa também ter condições de participar desses investimentos, que não seja feito um projeto que, evidentemente, possa excluir o investidor nacional da participação desse segmento de mercado. Portanto, a ABIH apoia a iniciativa, mas faz essa ressalva.

Acho que, sinteticamente, é isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Perfeito.

Obrigado, José Odécio, representando a nossa ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis). É um segmento estratégico da nossa economia, extremamente importante na discussão desse tema.

Agradeço o apoio ao projeto, levando em conta, obviamente, a condição de que os nossos empresários possam ser contemplados dentro desse projeto, até porque o nosso objetivo é fomentar a indústria de turismo nacional.

Claro que investidores de fora serão, também, bem-vindos, mas a gente podendo estimular e fortalecer os empresários já estabelecidos aqui no País, os nossos empresários brasileiros, sem dúvida nenhuma, é muito mais importante que a gente tenha uma indústria fortalecida no processo dos *resorts* integrados.

Bom, dando seguimento, encaminho a palavra, então, para o Sr. António Lobo Vilela, advogado, representando a Comissão de Direito dos Jogos da OAB/DF.

O SR. ANTÓNIO LOBO VILELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades, gostaria de começar, em nome da Comissão de Direito dos Jogos da Ordem dos Advogados do Brasil – Distrito Federal e em meu nome próprio, agradecendo o convite que muito nos honra para aqui estar presente hoje e me dirigir a este Senado de tão longe, de Macau, na China, onde me encontro.

Os comentários que tenho a fazer sobre o projeto de implantação dos *resorts* integrados no Território nacional são os seguintes.

Primeiro, o projeto circunscreve ou parece circunscrever o jogo aos jogos de cassino, definidos como aqueles em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente de um evento futuro, aleatório e reduz ou parece reduzir a possibilidade de, nos *resorts* integrados, apenas poderem ser explorados jogos de cassino, também conhecidos como jogos de chance ou jogos de fortuna ou azar.

Ora, o jogo em si é uma realidade mais vasta e mais alargada do que os jogos em cassino. Estes são apenas um tipo de jogo. De fato, e usando uma tipologia básica, o jogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferece, também, os jogos de perícia, as apostas mútuas ou simples, as loterias e os jogos de aposta à distância.

De fato, o jogo é um privilégio dos Estados e, como tal, a sua exploração é absolutamente proibida, exceto mediante autorização do Estado, dado por ato legítimo e ação específica, com uma condição, num quadro legal e regulatório definido e dentro de uma apertada fiscalização.

Assim, ao mesmo tempo em que se regulamentam os jogos de cassino, é necessário regulamentar todos os demais tipos de jogos, ou seja, organizar o mercado de jogo, estabelecer os princípios aplicáveis à indústria, as regras de acesso, de funcionamento, de supervisão do setor, sob pena de o jogo ilegal canibalizar o jogo legal. Ao estar à margem do ambiente regulatório que se encontra em vigor, o jogo ilegal compete com o jogo legal em condições mais favoráveis, porquanto, por exemplo, opera com custos de operação e regulatórios significativamente inferiores.

Duas relações podem retirar-se do que acabo de referir. A primeira é que os *resorts* integrados não devem ficar circunscritos apenas à exploração de jogos de cassino. Por outro lado, que os jogos de cassino não se devem circunscrever aos *resorts* integrados. Estou pensando, por exemplo, naqueles Estados menores ou mais remotos geograficamente que podem não ter condições, seja por que razão for, de atrair investidores de *resorts* integrados.

A segunda consideração refere-se à regulamentação do jogo. A regulamentação do jogo não é uma regulamentação econômica típica. Segundo o Professor Anthony Cabot, Distinguished Fellow in Gaming Law da Universidade de Nevada, Las Vegas, a regulamentação do jogo é, em certas jurisdições, mais detalhada do que a regulamentação aplicável a uma central nuclear. Essa regulamentação está intimamente ligada às políticas públicas do governo, àquilo que os governos pretendem alcançar com a regulamentação de um jogo.

O projeto em análise anuncia e individualiza algumas dessas políticas, como é o caso do desenvolvimento econômico e social, como é o caso do fomento e do fortalecimento do turismo, da diversificação econômica regional etc. Estabelece, entre outras, um modelo que será de monopólio, pelo menos durante dez anos, e a concessão é dada por 35 anos, ou a concessão é dada por meio de licitação. A pergunta que me surge é: que estudos prévios foram feitos nomeadamente para saber se esta é a melhor estrutura do mercado? Foram estudadas as jurisdições de jogo em que a estrutura é a oligopolista, por exemplo, como é o caso de Macau ou Singapura? Apuraram-se quais as externalidades que esses *resorts* integrados criam? Consideraram-se as externalidades negativas? Em particular, por que 35 e não 20 anos para a duração da concessão? Ou por que 35 anos e não até 35 anos? Além de não parecer fazer sentido cristalizar o prazo da concessão, pois supõe-se que esse prazo esteja intimamente ligado ao investimento e ao retorno do investimento, devendo ser em número de anos suficiente para que o concessionário possa comprar o investimento e ter lucro, como se chega a tal duração?

Trinta e cinco anos parece, em qualquer dos casos, um período demasiado dilatado. Nem os casamentos hoje em dia duram tantos anos. Para pôr em perspectiva, em Macau, no ano de 2001, quando a liberalização do setor foi feita, e relembro que foram apenas jogos de chance, o prazo das concessões era de 20 anos e, nos termos da lei, tal como se encontra redigida, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo apenas pode ser prorrogado por até cinco anos. E o mínimo do investimento que ficou acordado com todas as operadoras foi de cerca de US$500 milhões. Ora, tal prazo de 20 anos, prorrogável por mais cinco, por exemplo, não impediu a Venetian, que é uma subsidiária da Las Vegas Sands, de investir qualquer coisa como – e os dados são de 2016 – US$6,687 bilhões, ou seja, 12 vezes mais do que o valor com que se comprometeu.

Até recentemente, seis dos onze *resorts* integrados do mundo estão em Macau. Os mais caros *resorts* do mundo, integrados, estão em Macau. E, quanto à cota de uma concessão para o Estado, que objetivo ou preocupação traduz? Os Estados de maior dimensão territorial ou os mais ricos ou aqueles que têm um maior índice de turismo, por exemplo, devem ficar limitados a uma concessão? Por que não duas ou mesmo três? No caso concreto de Macau, a lei fixou em três o número de concessões. Porém, há, neste momento, seis operadoras. Em Macau, como se sabe, o território tem pouco mais do que 34km².

O que quero demonstrar com tudo a que referi é que a regulamentação do setor do jogo deve ser conseguida para cumprir objetivos do governo clara e inequivocamente articulados. Há todo um iter legislativo, que deve ser seguido, que culmina com a aprovação da legislação. É ele: primeiro, determinar as políticas públicas e os objetivos a alcançar; segundo, determinar as opções regulatórias para atingir os objetivos a alcançar; terceiro, determinar as melhores práticas; quarto, estabelecer as prioridades das melhores práticas; quinto, considerar se os recursos são suficientes para atingir os objetivos a alcançar – se não forem, será necessário voltar atrás e restabelecer as prioridades das melhores práticas; sexto, aferir se existem competências internas suficientes; depois, é necessário criar competências regulatórias dentro e fora do governo e, só então, deve ser preparada a legislação. E, depois, deve-se envolver a comunidade, pondo a legislação à consulta pública, circunscrita ou não a determinados setores da atividade. E, se não houver a necessidade de alterar a legislação, então, aí sim, deve ser aprovada a legislação.

O terceiro ponto que gostaria de referir refere-se a outras opções, umas puramente políticas e outras político-legislativas revestidas no projeto. A primeira refere-se ao valor da oferta da outorga de concessão. A questão que tenho é se faz sentido impor uma barreira à entrada como esta. Não há, de fato, no mundo, muitos operadores que saibam operar com sucesso *resorts* integrados e cassinos ao mesmo tempo. A arrecadação não deve, a meu ver, dominar a escolha de um "parceiro", entre aspas, para uma relação de 35 anos. Mais importante é decidir se o concorrente vencedor tem experiência, idoneidade, capacidade técnica e financeira, e se o projeto de *resort* integrado que apresenta considera todas as externalidades positivas que possa trazer para a economia, para o bem-estar da população, para o desenvolvimento da área onde se implantar.

Um outro ponto é saber qual é, afinal, a carga tributária total que implica para o operador a abertura de um *resort* integrado com um cassino. Há algum estudo para determinar se o Brasil é, nessa matéria, um mercado competitivo? Não deveria equacionar-se um imposto específico para essa atividade?

Depois, um terceiro ponto respeita à definição de receita líquida que consta do art. 31, §1°. Refere-se – e cito – que corresponde ao montante do valor total das apostas efetuadas, incluindo créditos concedidos a clientes, subtraído o valor total dos prêmios pagos aos clientes, sob qualquer forma, como resultado das apostas. Ora, essa definição é a definição de receita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bruta, e não de receita líquida. O valor da alíquota de 5% prevista para as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico é consideravelmente diferente se incidir sobre a receita bruta.

Por fim, reparei que os lucros decorrentes dos prêmios obtidos em cassinos serão pagos – e também volto a citar –, deduzidos do Imposto de Renda exclusivamente na fonte à alíquota de 30%. Como é que se processa isso? Numa mesa de *blackjack*, entre cada jogada, o crupiê interrompe o jogo para fazer as contas relativamente ao imposto que tem de reter? Imagine-se o tempo que demorará uma mão num jogo de roleta se houver dezenas de vencedores. O jogo para serem pagas as apostas? Haverá fichas de denominações menores de forma a fazer os trocos?

São todas as considerações que eu tenho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Fechou? Encerrou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Bom, agradeço a participação do Sr. António Lobo Vilela, advogado, representante da Comissão de Direitos dos Jogos da nossa OAB, aqui do DF.

Eu vou, então, retornar a palavra para o Vinicius Lummertz, que é o Secretário de Turismo de São Paulo. Ele teve uma interrupção da comunicação durante a sua fala. Acho que já está restabelecido o sinal. Então, volto a palavra ao Vinicius.

Pode falar, Vinicius. (*Falha no áudio.*)

Entrou e saiu o áudio. (*Pausa.*)

Agora, entrou. O.k., agora está o.k.

O SR. VINICIUS LUMMERTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu peço desculpas, na descida da serra teve uma queda.

Eu enfatizava, na minha defesa, primeiro, a minha conformidade, em regra geral, com o projeto do Relator. Neste momento, o que nós precisamos no Brasil é de uma ruptura, o que não impede que daqui a três anos ou mais, ao futuro, se pense em alternativas.

Isso aconteceu em Macau, por exemplo. Houve círculos de aprovações sucessivas, mas houve a consolidação de um megamodelo turístico, como é o caso de Singapura.

Nós estamos precisando desse posicionamento global para capturar, captar essas grandes indústrias ligadas ao entretenimento, ao lazer e criar alternativas no Brasil.

No caso de parques temáticos, apenas a título de comentário, nós criamos aqui a política dos distritos turísticos, a exemplo do que tem em Orlando. No caso dos parques naturais aqui em São Paulo, já havia começado na época do Governo Temer a concessão dos parques naturais. Em São Paulo também já tem isso há algum tempo, e nós aceleramos, porque essas são as grandes âncoras.

E a minha ênfase aqui, quando fiz a digressão sobre do que temos medo... Senador Irajá, o último hotel e parque natural no Brasil foi inaugurado na época, se eu não me engano, do Juscelino, é um hotel nas cataratas. E nessa época nós tínhamos cassino também no Brasil, tanto hotel em parques naturais quanto cassinos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: nós estamos involuindo? Porque todos os países desenvolvidos do mundo – à exceção de Cuba e de alguns países islâmicos mais radicais – não têm os cassinos. Então, a primeira discussão é se nós estamos involuindo nessas matérias, e eu acho que aí é preciso criar uma ruptura, e a ruptura é esse modelo que eu, de forma muito contundente, defendo para este momento.

Poderá haver outros modelos futuros? Sim, mas neste momento é cobrar a entrada cara – cara no sentido de que sejam feitos grandes investimentos e mesmo empreendedores e hoteleiros brasileiros têm condições... Nós estamos vendo isso em Olímpia. Olímpia, hoje, tem dois bilhões de investimentos de fundos imobiliários. Está acontecendo também na área de propriedade compartilhada, em Gramado; aconteceu em Minas Gerais, em vários segmentos.

No Brasil, nós já temos hoje cotas de fundos imobiliários sendo comercializadas em bolsa de valor, na B3. Então, é uma nova etapa e, para uma nova etapa, um novo projeto.

Sucintamente, eu quero dizer que acompanho com muito entusiasmo a aprovação desse projeto, e que nós ancoraremos um por Estado nesse momento. Talvez alguns Estados tivessem condição de ter mais de um, é uma discussão que cabe à Comissão e à Plenária do Senado, enfim, ao Congresso Nacional definir. Mas nós temos pressa. E eu aqui citei outros casos. Só para você ter ideia, até o Governo Temer, nós cobrávamos impostos de importação de equipamentos para parques temáticos. Durante 20 anos não houve desenvolvimento de parques temáticos no Brasil. E o parque temático é coirmão dos *resorts* integrados.

Por essas razões, por esse conservadorismo e esse atraso que eu fiz a referência que nós não temos que ter medo de marinas, nós não temos que ter medo de hotéis e parques naturais nos lugares adequados, com capacidade correta, porque é isso que fazem nações adultas. No Brasil, nós temos condições e capacidade de controle. O Brasil é um país muito controlado desde a Fazenda Nacional às Fazendas estaduais. O Brasil tem um sistema financeiro seguro, moderno e avançado. Então, não há mais por que não avançarmos.

Correções futuras, aprimoramentos futuros poderão ser feitos. Mas eu quero saudar o Senador Irajá e todos que defendem esse projeto, porque ele poderá trazer bilhões em investimentos para o Brasil e trazer para dentro da economia formal o jogo que já existe, só que, dessa vez, o jogo passará de 10% da área para 90% da área dedicada às economias da cultura, do lazer, do *show business*, de congressos, feiras, ancorando inclusive a natureza brasileira, a nossa grande capacidade de posicionamento mundial nesse que é o País número um do potencial turístico global e um dos dez potenciais do turismo cultural no planeta.

Muito obrigado pela oportunidade.

E contem conosco! A posição de São Paulo, o Partido do Governador, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Muito obrigado, Vinicius, pelo esforço aí de participar da nossa audiência pública, você que tem uma experiência aí fantástica no turismo brasileiro e esteve à frente do nosso Ministério do Turismo durante a então gestão do ex-Presidente Michel Temer e é Secretário atualmente em São Paulo, que é um dos grandes *players* no País, um dos grandes mercados no País do turismo nacional e certamente pode contribuir muito aqui com o debate, com a discussão, com sugestões, críticas. Elas são sempre bem-vindas vindas de você.

Muito obrigado pelo empenho e pela participação aqui na nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar também a participação remota dos Senadores Izalci Lucas, do PSDB; do Senador Anastasia, de Minas Gerais, PSD; da Senadora Eliane Nogueira, do Estado do Piauí, PP; do Senador Flávio Arns, do Podemos, do Estado do Paraná; do Senador Giordano também, do MDB, do Estado de São Paulo; do Senador Wellington Fagundes, do PL, do Estado do Mato Grosso, e Senador Luiz do Carmo, do MDB, Estado de Goiás.

Nós encerramos o ciclo agora dos palestrantes que participaram com as suas falas. Nós abriremos aí o espaço para que aquelas pessoas que estejam tanto no modo remoto quanto aqui também, no modo presencial, e queiram fazer mais alguma contribuição possam fazê-lo – eu queria abrir esse espaço.

O Senador Veneziano, que é o nosso Relator da matéria, está em uma agenda oficial, representando o Congresso, o Senado Federal, em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, em uma audiência fora aqui da Casa, e poderá entrar, de forma remota, a qualquer momento, para que ele também tenha oportunidade de fazer as suas colocações, as suas considerações, ele que tem a responsabilidade de conduzir este projeto aqui no Senado Federal, como Relator. É uma indicação com a qual eu fiquei, particularmente, muito honrado, pelo equilíbrio, pela serenidade com que o Relator Senador Veneziano sempre tem na condução das suas relatorias.

Tivemos, recentemente, uma ótima parceria num projeto de minha autoria, de que o Senador Veneziano também foi o Relator, sobre o primeiro emprego. Trata-se da lei a que nós demos o nome em homenagem ao ex-Prefeito Bruno Covas, que foi aprovada por unanimidade nesta Casa e que está tramitando, neste momento, lá na Câmara dos Deputados, esperando a pauta, para que também seja votada lá e possa estimular a contratação de jovens entre 16 e 29 para o primeiro emprego.

Essa experiência da relatoria do Senador Veneziano é uma experiência muito exitosa. Eu espero que a gente repita agora, na relatoria deste projeto dos *resorts* integrados. É um projeto extremamente importante para o turismo brasileiro.

Bom, eu gostaria também de fazer aqui algumas considerações. Eu tive o privilégio de poder apresentar este projeto ainda no ano de 2020, há dois anos. Um pouco antes do início da pandemia, nós fizemos o protocolo deste projeto porque, naquela ocasião, nós tínhamos o convencimento de que este projeto seria um grande divisor de águas no turismo brasileiro. O Brasil poderia dar um grande salto no estímulo ao turismo nacional.

É importante ressaltar, para aquelas pessoas que estão nos acompanhando pela TV Senado e que estão participando pela internet e da nossa conferência, que os *resorts* integrados são grandes complexos hoteleiros formados não apenas pela hotelaria tradicional, que são os quartos, as suítes que todo hotel tem. Além da hotelaria, os complexos chamados *resorts* integrados também oferecem vários outros serviços, como *shopping centers*, centro de convenções para a realização de grandes eventos. Também há áreas de entretenimento para a realização de *shows*, de espetáculos musicais, teatrais, enfim, de toda ordem. Existe também um complexo gastronômico, restaurantes, que geralmente são instalados dentro desses *resorts,* oferecendo comidas das mais diversas. Há a realização de eventos de modo geral, eventos de lazer, de entretenimento, eventos também empresariais.

E há também o cassino. O cassino é apenas um dos itens que compõem um complexo chamado *resorts* integrados. Ele passa a ser um atrativo para que turistas estrangeiros possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair dos seus países, a milhares de quilômetros de distância, sejam da Europa, sejam da Ásia, sejam da América Latina, sejam da América do Norte, e visitar esse grande complexo.

Então, é importante esclarecer isso, porque muitos confundem o que é um *resort* integrado, que é um grande investimento, da ordem de US$3 bilhões a US$5 bilhões. É o que demanda de volume de investimentos na construção de um *resort*. Portanto, qualquer Estado ou cidade que receba um empreendimento dessa envergadura, esse dinheiro será injetado na economia local, gerando emprego, renda, circulando em todo o Estado e, principalmente, no Município. Então, eu queria, num primeiro momento, fazer aqui esse registro.

Outro ponto que merece também a nossa atenção é a posição que o Brasil hoje ocupa no turismo internacional. Por incrível que pareça, desde 2000, ou seja, há 21 anos, o Brasil ficou estagnado numa posição, no *ranking* mundial, em que recebe em média 6 milhões de turistas ao ano, uma participação extremamente tímida, para não dizer pífia, porque comparativamente a outros países, como a Argentina e o Uruguai... O território do Uruguai é menor do que o nosso menor Estado da Federação, dos 27 Estados. E, ainda assim, o Uruguai e a Argentina recebem, em média, 7 a 8 milhões de turistas, por ano, enquanto o Brasil recebe apenas 6,5.

Se a gente comparar com a Torre Eiffel, em Paris, só a Torre Eiffel, em Paris – não é a cidade – recebe em torno de 7,5 milhões de turistas por ano. Então, com toda a nossa dimensão, com todas as nossas riquezas, as belas praias do Nordeste, com o nosso Bioma Amazônico, a nossa Floresta Amazônica maravilhosa, o nosso Pantanal, o Rio de Janeiro, as Cataratas do Iguaçu, na Região Sul, com todas essas diversidades, nós conseguimos receber menos turistas do que a Torre Eiffel, em Paris, durante o ano inteiro. Menos do que a Argentina e menos do que Uruguai. Se compararmos então com Cancún, por exemplo, que é um destino muito visitado por brasileiros, só Cancún recebe 30 milhões de turistas por ano, enquanto o Brasil recebe seis, ou seja, cinco vezes menos.

Então, esse projeto pode levar o Brasil a um outro patamar, a um outro nível de participação no turismo internacional.

É importante também a gente ressaltar que a questão dos jogos, que são temas polêmicos, e eu confesso que, do ponto de vista pessoal, eu não tenho nenhuma simpatia por jogos de azar, muito menos por uma legislação que possa proporcionar um libera geral no País, que possa autorizar a legalização de bingo, de caça níquel, de jogos pela internet, que é uma coisa muito comum... Quantos milhões de brasileiros estão aqui nos seus computadores ou nos seus *smartphones* jogando em *sites* que estão fora do Brasil? É uma prática comum, e é um fato que nós não podemos fazer de conta que não existe, mas eu não entro nesse debate. O que nós estamos discutindo nesse projeto é, única e exclusivamente, um modelo específico, restrito, chamado *resorts* integrados, que são esses grandes complexos hoteleiros, e que têm um apelo social muito forte, porque, na medida em que há um volume de recursos aplicados na nossa economia, nós temos efeitos sociais fantásticos, que são a geração de emprego, de renda, esse dinheiro que está circulando dentro do País.

Então é importante esclarecer isto: no Brasil existe, sim, uma autorização restrita para jogos de azar, que é de exclusividade da Caixa Econômica Federal, que promove os mais diversos tipos de jogos, de loterias, como a Quina, a Sena, a Mega-Sena, a Lotofácil, entre outras modalidades que existem no País. Não é nada inovador para o Brasil estar discutindo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualmente, esse modelo de *resorts* integrados, embora nós tenhamos mais de 60 anos que o Brasil criou essa restrição de cassinos, especificamente, no Brasil, na década de 50.

O que nós precisamos encarar e enfrentar neste momento é que o turismo brasileiro, como em todo o planeta, foi o segmento mais prejudicado da economia nessa fase triste da nossa pandemia. Se há um setor da economia em todo o mundo que foi extremamente prejudicado, se a gente puder destacar entre os três primeiros, certamente será o turismo. Quantos restaurantes foram fechados, quantas pousadas, quanto hotéis, quantos profissionais liberais da cadeia do turismo foram prejudicados com o fechamento do comércio, da economia de um modo geral?

Então, nós devemos, até por uma questão de justiça econômica, uma solução ou um direcionamento de um marco regulatório que possa gerar um novo ambiente de negócios no Brasil. É o que nós estamos discutindo aqui, um modelo exitoso em todo o planeta. E nós temos vários exemplos bem-sucedidos, como aconteceu em Las Vegas, há muitas décadas; como também aconteceu mais recentemente em Singapura, com um resort que foi implantado lá; em Macau, como foi citado também pelo Sr. António Lobo Vilela. E esses bons exemplos nós precisamos claramente segui-los, adaptá-los à nossa realidade, à nossa cultura, à nossa legislação. Mas nós precisamos copiar esses bons exemplos.

Se você pegar os números oficiais, só para a gente ter como referência: Singapura, onde foi instalado um *resort* integrado, em 2010 recebia 9,7 milhões de turistas. Quando esse *resort* entrou em operação, aproximadamente em 2011, de lá para cá já foram dez anos e eles deram um salto de 9,7 milhões de turistas para 19 milhões de turistas, mais do que dobrou o número de visitantes internacionais. E apenas isso aconteceu de novo naquele país. Então, é um exemplo que nós precisamos ver com atenção.

Macau, em 2002, recebia 7,5 milhões de turistas por ano. Agora em 2019, de acordo com os últimos dados oficiais – praticamente 17 anos depois –, Macau recebe 35 milhões de turistas. O que existiu de fato novo nesse período foi apenas a implantação dos *resorts* integrados nesses dois países.

Então, não é possível que está o mundo inteiro errado e está só o Brasil certo em proibir. Não é possível que só o Brasil está com a razão e todos os outros países do mundo em desenvolvimento, emergentes, estão errados ao adotarem esse modelo de *resorts* integrados que, repito, é um modelo inteligente, moderno, responsável, em que há toda uma política de *compliance*, toda uma política de transparência. São geralmente empresas listadas em bolsas de valores. Portanto, todos preconizam ações com responsabilidade social, ações que possam coibir lavagem de dinheiro. O vício, infelizmente, é um problema dos jogos que são utilizados em todo o mundo. Mas são empresas extremamente sérias, idôneas, comprometidas com a sustentabilidade e também com o jogo responsável.

Portanto, eu queria ressaltar a relevância dessa matéria. Nós precisamos, urgentemente, enfrentar esse debate, respeitando as divergências, as opiniões contrárias, mas não podemos mais nos dar ao luxo de esperar que aconteça um milagre no Brasil e que o turismo dê um grande salto de desenvolvimento.

Se a gente não fizer o dever de casa, se a gente não aprovar um marco regulatório de um ambiente novo de negócio no turismo nacional, esse milagre, infelizmente, não vai acontecer. E, pelos modelos que estudamos em todo o planeta que funcionaram e que deram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivos resultados, o *resort* integrado é, indiscutivelmente, o modelo exitoso, e o Brasil está preparado e maduro para poder enfrentá-lo, e o Senado Federal precisa fazer esse debate aqui na Casa para que a gente possa votar essa matéria com urgência.

Não há nesse projeto nenhum tipo de incentivo à liberação dos jogos de azar, que é o chamado "libera geral"; pelo contrário, é um modelo extremamente restritivo, exclusivo e único e que funciona bem nos outros países, e nós demos aqui alguns exemplos.

Para vocês terem uma ideia, nesse modelo apresentado no projeto, que prevê a concessão de apenas um *resort* integrado por Estado, nós estamos aqui falando de investimentos na ordem de R$44 bilhões injetados na nossa economia, ao longo de, praticamente, cinco anos.

Nós temos uma perspectiva, nessas concessões, de arrecadar quase R$5 bilhões nas concessões onerosas, que são modelos semelhantes aos que foram feitos nos aeroportos brasileiros – e foram modelos também bem-sucedidos –, em que a empresa que ganha a concessão por 30, 35 anos tem que pagar uma luva para explorar esses *resorts* durante esse período.

Com relação à arrecadação, que é do que nós estamos aqui falando, há uma expectativa de a União arrecadar R$5 bilhões, e há a previsão de que esse recurso arrecadado com as concessões seja integralmente investido na construção de casas populares no Brasil. Portanto, tem um apelo social fantástico. Esses R$5 bilhões de recursos arrecadados com as concessões dariam para construir em torno hoje entre 50 a 60 mil casas populares em todo o Brasil, só para vocês terem uma dimensão do impacto dessa arrecadação com a concessão onerosa dos 27 *resorts* em todo o País, um por Estado.

De tributos federais, estaduais e municipais, nós estamos falando aqui de R$16 bilhões de novos recursos, frutos de arrecadação de impostos. Se a gente multiplicar isso por 35 anos, que é o prazo de uma concessão, nós estamos falando aqui de quase meio trilhão de reais de novos impostos para a nossa economia. Então, tem um alcance tributário também fantástico.

Há a previsão da incidência da Cide, ou seja, de 5%. Além de todos os tributos obrigatórios nos Estados, nos Municípios e na União, há também a previsão no projeto da inclusão de uma Cide de 5%, o que daria uma arrecadação de mais R$73 bilhões, e isso seria dividido entre Estados e Municípios, ou seja, é dinheiro na veia para ajudar os Municípios brasileiros e os Estados brasileiros com infraestrutura, com ações sociais, com mais dinheiro na saúde, com mais dinheiro na educação, sem contar que há uma previsão da geração de quase 200 mil empregos no País com a construção desses 27 *resorts* em todo o País, em todo o Brasil.

A expectativa é de que a gente possa saltar de algo em torno de 6 milhões, 6,5 milhões de turistas, que nós recebemos já atualmente, para 12 milhões de turistas em cinco anos. É uma estimativa que foi feita num estudo muito sério, que fez todo o apanhado desses números da arrecadação de impostos, das concessões, das construções de casas, enfim, do dinheiro arrecadado com a Cide para Estados e Municípios brasileiros.

Portanto, eu queria, mais uma vez, pedir o apoio dos colegas Senadores, Senadoras, da opinião pública, da imprensa, que nos acompanha, porque é, sem dúvida nenhuma, um projeto estratégico para a nossa economia. Isso vai ser um divisor de águas na história do turismo brasileiro, e nós precisamos enfrentar esse debate com maturidade, com responsabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós precisamos dar uma sinalização ao turismo nacional, para que a gente saia desta condição tão difícil em que se encontra hoje o País, principalmente o setor do turismo, que tem enfrentado esses dois anos da pandemia e, a duras penas, tem se mantido erguido, de cabeça em pé, e enfrentado, com dificuldade, essa crise econômica e sanitária que nós estamos vivendo.

Portanto, eu quero encerrar a minha participação agradecendo a presença, novamente, dos nossos palestrantes. Agradeço a presença do Sr. Vinicius Lummertz, que é o nosso Secretário de Turismo de São Paulo; do José Odécio Rodrigues Júnior, que é o nosso Diretor Financeiro da ABIH; e também a fala do Sr. António Lobo, que é advogado e representante da Comissão de Direito dos Jogos da nossa OAB.

É um trabalho desafiador esse projeto, mas eu estou bastante confiante e animado que nós iremos aprová-lo agora, logo na virada do recesso, no início do ano que vem. O Presidente Rodrigo Pacheco tem uma posição pessoal muito favorável ao projeto e tem toda a disposição de poder pautar esse projeto, para que a Casa, de forma democrática, os Senadores possam discutir o tema, e a gente possa avançar.

Mas eu agradeço, mais uma vez, a equipe aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, pelo apoio, pela ajuda e a todos que estão acompanhando a nossa audiência pública pela TV Senado e, também, pelo sistema de informática de tecnologia da conferência. Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, José Aníbal, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Otto Alencar, Omar Aziz, Irajá, Marcos Rogério, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2021 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Finanças Islâmicas" . **Participantes:** Doutora Ângela Martins, Representante-chefe para América Latina do First Abu Dhabi Bank; Sr. Mohamed Hussein El Zoghbi, Presidente da FAMBRAS; Sr. CLAUDIO GONÇALVES MAES, Gerente da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e Sr. Renato Kyiotaka Uema, Chefe Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (representante de: Banco Central do Brasil). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Obs: Ata pendente de aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/13

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema Finanças Islâmicas. Esta audiência atende ao Requerimento nº 14, de 2021, aprovado por esta Comissão de Assuntos Econômicos em 30 de novembro.

Esta reunião se realizará em caráter interativo, o que abre a possibilidade de participação popular. Já temos aqui algumas perguntas e comentários, que podem ser enviados pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou registradas pelo telefone 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por até dez minutos, haverá um sinal sonoro aos 15 segundos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição.

Temos pelo sistema remoto – e já os saúdo – os Líderes Izalci Lucas, Senador Angelo Coronel, Senador Antonio Anastasia, Senador Flávio Arns, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Wellington Fagundes. Os Parlamentares podem se inscrever junto à Secretaria da Comissão ou usando os mecanismos do acesso remoto.

A inscrição dos Parlamentares que estiverem participando remotamente pode ser solicitada pelo recurso "levantar a mão" do aplicativo.

Os interpelantes irão dispor de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado. (*Pausa.*)

Antes de convocar aqui a palavra dos nossos participantes, eu queria contextualizar um pouco o processo que está em curso.

Nós estamos trabalhando desde 2019, pelo Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, juntamente com os demais grupos parlamentares que envolvem relações bilaterais com países árabes e países islâmicos também – as duas coisas não são necessariamente convergentes, mas às vezes incluem países não árabes e islâmicos.

Portanto, nós temos trabalhado nessa questão das finanças islâmicas, que têm diferenças de concepção. O genérico, na verdade, é justamente que as finanças são encaradas como um meio, e não como um fim. Então há várias diferenciações, inclusive de instrumentos, normas, formas de atuação que são admitidas em vários países, através de adaptações, aprimoramentos das leis locais.

E nós estamos justamente empreendendo um estudo mais completo, mais dedicado à nossa legislação. Estamos trabalhando também – e estive com o Presidente do Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na semana passada, mais uma vez, com quem temos falado várias vezes sobre isso, o Banco Central também está presente nesta audiência – justamente para vasculhar, no bom sentido, todas as nossas normas e encontrar ali, com o auxílio dos nossos especialistas e de todos que puderem acorrer a esse trabalho, lacunas, ou legais ou regulatórias, que impedem ou dificultam o exercício das operações financeiras dentro do contexto islâmico e da *sharia*. Vamos ouvir mais sobre isso com os palestrantes que se seguem.

Eu queria iniciar. Quero declinar aqui os quatro e depois dar a palavra pela ordem, mas a convidada inicial é a Sra. Ângela Martins, que é a representante chefe para América Latina do First Abu Dhabi Bank; o Sr. Mohamed Hussein El Zoghbi, que é Presidente da Fambras Halal Certificação; o Sr. Cláudio Gonçalves Maes, que é gerente da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e o Sr. Renato Kiyotaka Uema, que é Chefe Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil.

Então, sem mais delongas, queria saudar a presença da Sra. Ângela e passar a palavra à Sra. Ângela Martins, representante chefe para a América Latina do First Abu Dhabi Bank.

Com a palavra, Ângela, por favor. E obrigado por comparecer aqui e nos ajudar neste trabalho.

A SRA. ÂNGELA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Estão me ouvindo perfeitamente? Espero que sim. Estão me ouvindo?

Bom, eu sou Ângela Martins, como já fui apresentada. Eu sou CEO para a América Latina do First Abu Dhabi Bank.

O First Abu Dhabi Bank não é um banco islâmico, é um banco convencional, mas obviamente, como a maioria dos bancos árabes, também tem atividade bastante atuante em finanças islâmicas.

Eu trabalhei por 15 anos numa outra instituição também árabe. Já atuo com esse tipo de instituição há mais de 20 anos. E no começo dos anos 90, no meio, mais ou menos, dos anos 90, fui introduzida às finanças islâmicas e até, em 2004, escrevi o primeiro livro em português sobre o assunto.

Tenho feito operações islâmicas, mas um dos grandes desafios é exatamente o fato de não ser possível esse tipo de operação dentro do Brasil. Então, a maioria das operações, quando elas ocorrem, têm que acontecer fora do País. E por que isso? Porque existe um detalhe que é muito importante nas operações financeiras islâmicas: é que, na maioria dos casos, existe compra e venda de algum ativo. Essa compra e venda do ativo acontece duas vezes. Por que isso? Para dar uma explicação muito simples, por exemplo, quando você faz um financiamento, numa banca convencional, você simplesmente vai ao banco, pede um financiamento e esse financiamento é concedido. No caso de uma operação financeira islâmica, normalmente, a instituição financeira compra aquele ativo que você precisa à vista e vende, para quem está precisando, a prazo e nessa transação ela faz um lucro. Então, esse lucro é permitido. Porém, você tem duas pernas de compra e venda – e aí é que está o grande problema, o grande desafio, quando essa operação é praticada nos países não islâmicos: não havendo o entendimento da estrutura, acaba havendo uma incidência fiscal dupla, o que mata a operação no seu nascedouro, dado que fica uma operação muito cara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os países não islâmicos que hoje praticam as finanças islâmicas – e são inúmeros: o Reino Único, obviamente, é sempre o primeiro exemplo que nos vem à cabeça, dado que eles acabaram, inclusive, estabelecendo instituições financeiras islâmicas e são muito atuantes, mas há outros países, também, hoje que já praticam – a primeira coisa que têm que fazer é alguma adaptação na questão fiscal, porque a grande maioria dos países têm essa mesma situação em que você cobra duplamente.

O que nós temos feito até então, até para capturar esses recursos que são tão volumosos e tão importantes, é fazer essas operações ou a maioria delas fora do Brasil, porém ela acaba só privilegiando aquelas instituições brasileiras que têm presença fora do País.

Esse é um bolsão de liquidez muito representativo. Estima-se que hoje mais de US$1 trilhão seja administrado pelas instituições financeiras islâmicas. Então, o grande interesse é exatamente poder fazer com que essas empresas brasileiras, não apenas aquelas produtoras de alimento *halal,* mas mesmo para questões, por exemplo, para investimentos em infraestrutura ou até outro tipo de investimento que tenha no Brasil, possam acessar esse bolsão de liquidez. Mas, para isso, como já disse, haverá necessidade de conseguirmos endereçar essa questão fiscal, fazendo com que, quando se estiver praticando uma operação islâmica, haja uma possibilidade de se entender que, nessa operação específica, apenas uma perna será taxada.

Existe também uma outra coisa muito importante, que é acessar o mercado de capitais islâmicos. Então, os bondes islâmicos, que são conhecidos como *sukuks*, normalmente também têm a mesma estrutura. Então, qualquer empresa brasileira que queira acessar o mercado de capitais islâmicos bem provavelmente terá que usar uma estrutura em que uma empresa de propósitos específicos será utilizada, e nessa empresa de propósitos específicos haverá a compra de um ativo que irá para dentro dessa empresa de propósito específico, e esse ativo é que vai gerar algum tipo de renda, que será distribuída para os investidores, mas, no final, esse ativo é passado de volta para o dono do ativo, que seria o emissor daquele bonde. E, mais uma vez, nesse tipo de estrutura, haverá duas pernas, na compra inicial do ativo e na venda subsequente. E aí, mais uma vez, se inviabiliza, pelo fato de não existir uma legislação específica. Então, desde o início dos anos 90, eu tenho tentado envolver outros atores importantes no conhecimento do que sejam as finanças islâmicas para atrair esses investimentos, mas sempre esbarramos nessa questão fiscal.

A ideia de estarmos aí participando desse estudo é exatamente conseguirmos envolver não apenas o Banco Central do Brasil, como mencionado anteriormente, mas também eu acho que, de uma forma muito importante, a Receita Federal e, obviamente, os Srs. Parlamentares, que são os que podem propor algum tipo de alteração na legislação no que tange às questões fiscais e, com isso, podermos ter algum tipo de aprovação de uma legislação específica que permita e que deixe claro que, quando uma operação islâmica estiver em curso, ela possa sofrer uma incidência de imposto de uma forma diferenciada.

Então, eu entendo que haverá necessidade de se adaptar alguma legislação que já exista e, com isso, podermos, realmente, endereçar a questão e ter a possibilidade de fazer operações financeiras islâmicas no mercado nacional.

Obviamente, existirão perguntas – e a gente vai poder entrar um pouco mais detalhadamente nessas questões –, mas, assim, em linhas gerais, o que eu quero deixar claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é exatamente isto: em 90% das vezes nas operações financeiras islâmicas, haverá a necessidade de se fazer uma compra e venda de um ativo para que não sejam cobrados juros, para que, na verdade, haja lucro nessa operação. Muitas vezes, as pessoas podem entender como "ah, mais ou menos, no frigir dos ovos, temos alguma coisa parecida com a cobrança de juros", mas não é. Na verdade, a estruturação é para que fique muito claro que haverá a geração de valor, será gerado algum valor agregado à sociedade.

Então, esse é o princípio básico das finanças islâmicas. Por isso que é tão importante que haja a compra e a venda de um ativo, porque não existe nenhum tipo de especulação financeira, nem pode haver nenhum tipo de especulação financeira, mas todas as operações são estruturadas de forma que o banco que estiver viabilizando a operação possa fazer o lucro, mas que esse lucro seja compartido entre todos os participantes da operação. E, nesse sentido, a operação só será viável se não houver uma taxação dupla, o que deixaria a operação excessivamente cara.

Do meu lado, como uma especialista apenas no assunto, eu pararia por aqui e passaria a palavra para o Sr. Zoghbi, que, além do fato de ter interesse nas operações financeiras islâmicas, também já é uma pessoa que apoia grandemente a produção de alimentos *halal,* e, para essa indústria em particular, o fato de podermos ter também o financiamento islâmico vai agregar muito valor. Vai ser uma coisa muito importante, porque existirá a possibilidade da atração desses recursos também para a produção de alimentos *halal* para além das operações já existentes de frango e carne, mas outros tipos de produto que hoje também já começam a ser produzidos. E o Brasil, que já é hoje um importante ator nessa indústria, vai poder contar com esses recursos para o financiamento de plantas, expansão de plantas existentes e o início de plantas de outro tipo de produto, como cosméticos ou produtos farmacêuticos e outras coisas dessa natureza.

Então, em princípio, é isso que eu gostaria de trazer e fico à disposição para perguntas, para entrar em maiores detalhes sobre como são estruturadas essas operações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Ângela.

Antes de passar ao meu querido amigo Mohamed Zoghbi, quero informar a todos que temos também a participação do Sr. Fabiano Jantalia, que está conosco aqui. Nós temos muito prazer em trazê-lo aqui, porque ele é Consultor Legislativo da Câmara, advogado, doutor e mestre em Direito pela Universidade de Brasília e autor de uma tese de doutorado justamente sobre finanças islâmicas. Muito bem-vindo aqui também, Fabiano, que está aqui presencialmente conosco!

Quero também informar que a Receita Federal recebeu o nosso convite e enviou uma gentil mensagem aqui dizendo, basicamente, que: "Informar, com a devida vênia, que o objeto da referida audiência pública não trata de matéria da competência Receita Federal. Por oportuno, o Brasil possui acordo para evitar a dupla tributação com países árabes em vigor, além de outros dois acordos que se encontram em fase de negociação, destacando-se que o mencionado tema não foi levantado". Aí, nesse caso, eu preciso fazer a ressalva de que, sim, o tema finanças islâmicas engloba justamente a tributação, como a própria Ângela deixou claro aqui na primeira participação. Justamente o grande problema é a tributação e, eventualmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a dupla tributação, não necessariamente entre países, mas na compra e na venda dos títulos aqui que são comprados e vendidos justamente para cumprir com a regra islâmica, e não necessariamente por obrigação, por querer comprar e vender, pelo que eu entendi.

Então, esse é um tema que faz parte, mas isso justamente mostra como a gente ainda tem uma certa superficialidade ao conhecer esse tema de finanças islâmicas, que é exatamente o tema que nos traz aqui a esta audiência.

Com a palavra o Sr. Mohamed Hussein El Zoghbi, que é Presidente da Fambras Halal Certificação.

Salaam alaikum, meu amigo!

O SR. MOHAMED HUSSEIN EL ZOGHBI (Para expor. *Por videoconferência*.) – *Aleikum essalam*! Que a paz de Deus esteja com todos!

É um grande prazer estar aqui com vocês. Primeiramente, queria agradecer, em nome Fambras, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pelo honroso convite para abordar um assunto que merece atenção de todos, que são as finanças islâmicas.

Exmo. Senador Jean Paul, queria, na sua pessoa, agradecer ao Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes; agradecer ao Vice-Presidente, aqui presente, da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Vanderlan Cardoso; à minha querida amiga Ângela Martins. Corroboro tudo aquilo que você colocou e agradeço o seu apoio e a sua contribuição nesse trabalho maravilhoso.

Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes, de antemão, eu queria apresentar brevemente a Fambras Halal. Trata-se da primeira certificadora *halal* do Brasil, fundada há 42 anos por meu falecido pai. Ele foi um visionário, porque enxergou esse potencial do Brasil no que tange à exportação de alimentos e à sua capacidade de enquadrar-se no que era exigido conforme a lei islâmica.

Temos muito orgulho de ter aberto esse mercado para o nosso País. E, mesmo ocupando um lugar de destaque entre os maiores exportadores *halal* do mundo, o Brasil sabemos que temos muito mais a oferecer.

Antes de entrar no tema finanças islâmicas, penso ser importante fazer uma ressalva. Quando falamos no mercado *halal*, é inestimável pensar, num primeiro momento, que se trata de algo exclusivo aos muçulmanos. Chamamos de *halal* os produtos e serviços permitidos para o consumo de acordo com a lei islâmica. Mas o certificado *halal* hoje é muito mais, é um selo mundial de qualidade, valorizado por veganos e todos aqueles que adotam como valor o consumo consciente.

A razão é simples: para conquistar a certificação *halal* é preciso atestar que esse produto em questão, em todo o seu processo produtivo, contou com matérias-primas, processo, mão de obra, embalagem, armazenamento e até logística que não trazem qualquer prejuízo à saúde e à segurança das pessoas. Existem no mundo aproximadamente 2 bilhões de muçulmanos, que movimentam, aproximadamente, US$5 trilhões por ano e milhares de outras pessoas que querem consumir produtos seguros, por isso procuram o selo *halal.*

Em tempos como os atuais, os investimentos estrangeiros são uma das melhores opções para contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, e há fundos trilionários inexplorados pelo Brasil, com enorme potencial para aplicações em áreas como o agronegócio, a infraestrutura, reestruturação de dívida, entre outros. Somente no mundo islâmico, há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante de mais de US$2 trilhões... Que acreditam que a religião e a economia não se alinham e desconhecem o sistema financeiro muçulmano, que segue rigorosos padrões e princípios éticos aplicados aos aspectos de vida.

Em linhas gerais, as operações financeiras islâmicas são uma forma ética de financiar e investir na qual as partes são parceiras, não concorrentes. São operações que prezam por serem justas para ambas as partes e não podem oferecer riscos desnecessários. Trabalhar na base da incerteza ou conter especulações não é admitido. Precisam ser claras, transparentes e simples. Não é possível cobrar juros, o que significa que não sejam operações lucrativas, porque nem sempre é a questão dos juros nesses casos. Como a base das finanças islâmicas tem outro tipo de patamar, não necessariamente os juros, os ganhos e isso são compartilhados, ou seja, o banco não usa seus recursos por favorecer qualquer movimentação financeira e também precisa fomentar oportunidades e agregar valor à sociedade.

Vejam, Sras. e Srs. Parlamentares, que as finanças islâmicas são atraentes para todos, muçulmanos e não muçulmanos, naturalmente ligadas à atividade econômica real e permite otimizar os recursos internos. Há países não muçulmanos, como o Reino Unido, que já foi dito pela minha amiga, no qual existem cinco bancos islâmicos que já emitem obrigações financeiras em conformidade com a Sharia, a lei islâmica. E o volume total dessas obrigações no mundo já ultrapassou os US$120 bilhões. Além do Reino Unido, podemos citar casos de sucesso nos quais existem bancos islâmicos: Luxemburgo, Hong Kong, África do Sul, Nigéria, entre outros exemplos.

Esse sistema ainda não tem legislação aqui no Brasil, razão pela qual estamos reunidos. O primeiro ponto a ser debatido consiste na construção ou no aprimoramento de tratados internacionais de comércio, de investimentos e de tributação. Por isso, acho que todos que foram convidados poderiam e podem contribuir para este trabalho. E mais: é preciso que os entraves para a aplicação das finanças islâmicas no Brasil, como a dupla tributação sobre produtos como sukuks, sejam superados. Os sukuks são títulos ou bônus muito mais usados por bancos islâmicos. Pensamos ainda numa regulamentação que fosse construída e aplicada aos exportadores e não encontraria qualquer oposição estrutural no direito brasileiro contemporâneo. Entendo como os primeiros passos e que todos compreendam o que são as finanças islâmicas: algo atraente para todos – muçulmanos e não muçulmanos, como já disse – , sob pena de perdermos muitas oportunidades, tanto em se tratando de exportação como atração de investimento, reforçando que as finanças islâmicas podem financiar o setor; primeiro o setor produtivo e, por que não dizer que poderá estar presente, de forma pujante, no setor de infraestrutura, que é tão importante para o futuro do nosso País.

Notem, senhoras e senhores, que o Brasil é um parceiro comercial importante e pode se tornar um eixo estratégico para emissão de produtos islâmicos no âmbito da América Latina, sobretudo pela experiência bem-sucedida no comércio. Vejam que, do ponto de vista econômico, o mercado Halal é de extrema importância para o Brasil. Somos líderes mundiais em exportação de proteína animal e nos destacamos também nas exportações de açúcar, minério de ferro, milho e muitos outros itens. Essa indústria já gera cerca de 1,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Na semana passada, em parceria com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, promovemos a primeira edição do Fórum de Negócios Global Halal-Brazil. Dedicamos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

painel a este tema, com a participação de convidados – inclusive a Professora Ângela estava presente e muito nos honrou –, que muito agregaram a todos os participantes.

Os especialistas defenderam, de forma unânime, que o Brasil – especialistas a que me refiro são especialistas internacionais, pessoas que estavam fora do Brasil, que estão fora do Brasil – é um terreno muito propício para as finanças islâmicas por ser um dos maiores produtores e exportadores de produto halal no mundo, reforçando que, por meio delas, é possível financiar ou apoiar a indústria local, atraindo investimentos de países islâmicos.

Nas palavras do Diretor-Geral da Cambridge Institute of Islamic Finance, da Inglaterra, Humayon Dar, trouxe a experiência do Reino Unido, que participa há muito tempo da indústria de finanças islâmicas. Nessa região, há, como dito anteriormente, cinco bancos islâmicos, com grande fluxo de capital de países do Conselho de Cooperação do Golfo e Malásia, e o tema "finanças islâmicas" é ensinado em universidades, o que nos levou a concluir que a difusão do conhecimento foi importante para que todos compreendessem esse sistema e que essa é uma necessidade aqui no Brasil.

Um amplo movimento educativo deve ser planejado e desenvolvido para o melhor entendimento do conceito básico das finanças islâmicas. O esclarecimento é a medida mais importante a ser tomada de imediato. Deve nortear estratégias de construção de arranjos institucionais que resultem medidas legislativas que atendam às demandas do mercado islâmico. Para que isso aconteça, a Fambras Halal, com o seu conhecimento e experiência, estará sempre à disposição.

Eu agradeço imensamente às V. Exas. a atenção e o convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Mohamed Zoghbi.

Temos, de fato, trabalhado juntos neste período, desde 2019, e juntado esforços através do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes como também dos demais grupos, das embaixadas, de vocês, da Fambras e da Câmara de Comércio. É um trabalho lento, às vezes, mas consistente. Tivemos a pandemia, que nos deixou um pouco afastados. Espero que retomemos, então, com esta audiência, o ritmo que queríamos desde o início de trabalho, para os nossos resultados ainda nesta Legislatura.

Queria passar ao Claudio Gonçalves Maes, da CVM, Gerente da Superintendência de Desenvolvimento de Mercado. Dou as boas-vindas a você, Claudio. Obrigado por nos ajudar neste trabalho que estamos construindo aos poucos aqui. Obrigado pela sua presença.

O SR. CLAUDIO GONÇALVES MAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Imagina. É um prazer.

Boa tarde a todos.

Fico muito honrado pelo convite. Sem dúvida, é uma matéria relevante. Tudo o que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil é relevante também para CVM. Não tenham dúvidas.

O mercado de capitais, que é o mercado no qual a poupança pública, os recursos poupados financiam diretamente as atividades produtivas, os empreendimentos das companhias, é uma fonte de *fundings* importante para a economia brasileira, cada vez mais significativa, e, naturalmente, isso vai conversar com diversas demandas de diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos econômicos nossos, dentre os quais o que foi relatado aqui, a conexão que existe entre o parque produtivo brasileiro, a necessidade de financiamento dele e demandas de outros países, de outras nações, de outras culturas, no caso mesmo, porque aqui a gente está falando de um pouco mais do que países e nações, estamos falando de cultura.

E eu vou começar as minhas considerações pegando uma carona no que foi dito pela Professora Ângela Martins, porque ela pontua muito claramente que, inicialmente, o desafio que se mostra é uma questão fiscal, um entendimento de como funcionam as particularidades dessas operações e, portanto, uma maneira mais eficiente e correta, por assim dizer, de como o direito tributário deve incidir sobre elas. E aí realmente foge muito da nossa competência, do que a gente faz. No caso, a participação do mercado seria absolutamente incidental no debate.

Mas há outro aspecto que também chama muito a atenção, que foi a estrutura descrita para, hoje em dia, eventualmente, viabilizar determinadas operações nas quais são criadas SPEs, Sociedades de Propósito Específico, porque essa solução, por outro lado, é uma solução tradicionalíssima, muito comum, muito utilizada em diferentes veículos, em diferentes produtos do mercado, notadamente veículos de securitização, veículos nos quais determinado patrimônio tem que ser separado do patrimônio da companhia que efetivamente está conduzindo a operação.

E isso talvez podia ser algo tradicional, que conte com infraestrutura, com expertise técnica no mercado brasileiro, que facilite a adoção de determinadas estruturas que efetivamente observem os valores de quem efetivamente vai financiar a operação, porque aqui...

Na verdade, antes de falar de s*uitability*, ou seja, da aderência de determinadas operações, de produtos, ao perfil das pessoas que delas participam, eu vou pegar um ponto do Sr. Mohamed, que é muito interessante, que é a questão da necessidade de a operação, mais do que gerar lucros ou juros, ou seja, recursos, rendimentos financeiros, ter uma geração de valor para a sociedade, ou seja, o foco na geração de valor para a sociedade, porque isso é muito próximo do movimento que hoje atinge todos os mercados financeiros, que é o movimento ASG, que é o movimento no sentido de que, aos mercados, em geral, financeiros, cabe também a geração de adicionalidades socioambientais positivas, ou seja, em última análise, um bem para toda a coletividade, para toda a humanidade.

E isso daí, quando a gente olha para mercado de capitais, remete imediatamente para dois pontos. O primeiro deles, o que eu já adiantei, o que em inglês se chama, e me perdoem pelo anglicismo, porque é força do hábito, *suitability*, ou seja, decorrente da palavra *suitable*, aderente. As operações têm que ser em tal medida... os intermediários que têm que distribuir produtos e vendem produtos do mercado, necessariamente, têm que fazer com que as soluções e produtos do mercado sejam aderentes ao perfil de quem está comprando, de quem está financiando, de quem está participando de alguma maneira daquela operação.

E, quando a gente fala em perfil, numa primeira leitura, na leitura ordinária mais comum, a gente está pensando em perfil de risco-retorno, quanto o sujeito está disposto a tomar de risco, quanto ele está esperando, qual a expectativa do retorno financeiro para ele em função desse risco adotado. Mas aqui essa questão do perfil adquire uma característica diferente, assim como no investimento em produtos que levam esse selo de sustentabilidade que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aderência a determinados valores, ideias, crenças, no caso das pessoas que estão participando da operação.

Então, sob a nossa perspectiva de reguladores de mercado, é algo que está incorporado ao modelo. O que os agentes de mercado precisariam, na hora de distribuir esses produtos, é se certificar de que as pessoas que estão comprando finanças islâmicas, por assim dizer, são aderentes àquela cultura, àquela necessidade. E aí, como foi dito, dado esse caráter de ser algo que no fim do dia não diz respeito somente a quem pratica a religião, mas algo que diz respeito ao bem comum, não deve ser muito difícil de estruturar para os outros.

E o outro ponto é a profundidade de mercado. Quando a gente fala em algo efetivamente ocorrendo no mercado financeiro, tem que ser algo que tenha volume, volume em termos de recursos e volume em termos de investidores e agentes participando. Tem que adquirir escala. E profundidade requer determinada comparabilidade. Então, se dentro desse conceito de finanças islâmicas... Aí, uma opinião absolutamente pessoal, pois nada do que eu estou falando aqui reflete a posição da CBN, eu estou falando livremente. Mas, para mim, numa primeira leitura de quem já trabalha com isso há muito tempo, existia uma taxonomia, ou seja, que todo mundo compreenda de maneira igual do que se trata finanças islâmicas para fins do mercado brasileiro, que essas conceituações sejam unânimes e possam ser usadas por diferentes agentes de mercado seria um passo muito, muito importante em nome de comparabilidade, que gera profundidade de mercado. E seria especialmente bom se o primeiro movimento fosse feito por autorreguladores, pelos próprios agentes de mercado que lidam com isso, e não exatamente pelo Estado, que tende a engessar demais a conceituação, a taxonomia.

Então, o que chama a atenção em termos de mercado de capitais seria isto – uma nova fronteira a ser explorada, uma fronteira em que existe interesse em explorar. O mercado brasileiro é sofisticado, profundo o bastante para assimilar essas soluções. Num primeiro momento, a gente não vê muito dever de casa para ser feito no âmbito de regulamentação de mercado. Como foi indicado, as preocupações são eminentemente fiscais. Mas a gente teria especial curiosidade para lidar com as questões de... O.k., quem está dando esse selo? Por que isso aqui está sendo chamado de finanças islâmicas? Esse selo está aderente à operação? E teremos muito interesse também em acompanhar a evolução do perfil do investidor que participa desse mercado.

Então, estou aqui à disposição e eu desejo toda sorte nessa iniciativa. Não tenha a menor dúvida de que nós colaboraremos no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Cláudio, mais uma vez, também por participar aqui conosco.

Eu estou acelerando aqui a apresentação de vocês para a gente poder ter tempo depois de fazer um debate. Há algumas perguntas do e-Cidadania chegando aqui.

Por isso é que vou passar logo, sem mais delongas, ao Sr. Renato Kyiotaka Uema, que é Chefe-Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil.

E, Renato, aproveito para agradecer a você também, ao Presidente Roberto Campos Neto, com quem estivemos na semana passada falando diretamente sobre isso e outros temas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas particularmente pela preocupação que vocês têm tido em nos ajudar também nessa discussão.

Obrigado.

Renato, com a palavra.

O SR. RENATO KYIOTAKA UEMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exmo. Senador Jean Paul Prates. Boa tarde aos demais membros da Comissão e aos demais participantes desta audiência.

Eu vou procurar ser bastante breve, Senador.

Em primeiro lugar, agradeço, novamente, a oportunidade de estar conversando com vocês sobre o tema. O Diretor Otávio e o Presidente se mostraram bastante atentos em relação à conversa que vocês tiveram previamente sobre o assunto, e ele me pediu para passar alguns recados aqui na Comissão.

O primeiro deles – e talvez seja o mais importante – é que iniciativas que fomentem a competitividade, que fomentem a diminuição do custo do crédito e o maior acesso aos que mais necessitem de crédito, que fomentem a entrada de investimentos diretos no Brasil e também que agreguem valor à sociedade, esse é um ponto muito importante, *vide* aí que o Sistema Financeiro Brasileiro foi pioneiro em regulamentar uma política de responsabilidade socioambiental para as instituições financeiras. Então, o recado é que iniciativas que fomentem esses valores são sempre bem-vindas e vão ser analisadas com bastante carinho aqui no escopo da competência do Banco Central.

Um outro recado é que esse é um assunto muito novo. Se nós falarmos aqui que, desde a 495, lá em 1964, a gente está falando de bancos tradicionais, a gente falar de finanças islâmicas não deixa de ser uma revolução em termos de sistema financeiro. Então, eu diria, assim, que nós não temos nenhuma vergonha de confessar isto: nenhum tipo de estudo em curso aqui, no Banco Central, em relação ao assunto. Algumas questões em relação a finanças islâmicas já foram objeto principalmente de questões acadêmicas, mas, do ponto de vista da regulação, elas nunca foram objeto de um estudo mais aprofundado de inserção desse tipo de estrutura no Sistema Financeiro Brasileiro.

Então, esse é um primeiro ponto, que eu acho que é o suporte e a base das discussões que vamos colocar aqui. Então, vamos aprender junto com vocês. Esse é um primeiro ponto.

Até porque, quando a gente está falando de bancos tradicionais, a primeira coisa que já vem à cabeça é a cobrança de juros numa operação de crédito e, quando a gente está falando de finanças islâmicas, elas meio que invertem essa lógica de agregar valor e de receber remuneração não pelo juro, mas, sim, pelo compartilhamento daquela agregação de valor que houve na ponta com quem está oferecendo um crédito. Então, isso é um ponto bastante delicado nessa questão do arcabouço legal e regulamentar que trata do assunto.

Nesse ponto, então, é importante a gente colocar que, talvez, do ponto de vista do Banco Central, a questão regulatória seja o último passo nesse processo como um todo. Por que eu digo isso? Como bem colocado pela Sra. Ângela, existem outros entraves aí que me parecem ser mais relevantes em termos de possibilitar esse tipo de estruturação no Sistema Financeiro Brasileiro. Quando eu estou falando de Sistema Financeiro Brasileiro aqui, eu não gostaria de me limitar somente aos bancos ou ao Sistema Financeiro, eu gostaria de ver isso como um ambiente maior, digamos assim, e a fala anterior à minha do representante da CVM foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante nesse sentido de a gente colocar isso não como uma coisa de banco, mas também como um aspecto importante para o mercado de capitais.

Então, a gente não estaria falando simplesmente de uma regulação do Banco Central. A gente estaria falando também de uma regulação da CVM em relação a esse tipo de atividade. E acredito que a regulação da CVM também seria neste sentido de que ele seria a última ponta ali, vencidos alguns entraves, do ponto de vista legal. E eu poderia citar vários aí. Então, o primeiro, que a própria Sra. Ângela colocou, são questões de dificuldades na lei tributária. Eu agregaria aqui, talvez, também outras questões a serem vistas, como as questões societárias, da lei societária. Como essas instituições podem ser estruturadas? Ela seria um banco? Poderia ser estruturada como SPE eventualmente? Como um fundo de investimento em direitos creditórios? Então, isso aqui eu estou falando como um *brainstorming* aqui. Existe necessidade de alteração na Lei 4.595, que trata das competências do Conselho Monetário e do Banco Central naquilo que tange à regulação? E nesse ponto, talvez, um ex-colega aqui do Banco Central que está com vocês aí, o Dr. Fabiano, que já foi Procurador do Banco Central aqui, talvez possa, inclusive, aí no trabalho acadêmico que ele fez, ter analisado essas questões também.

Então, eu diria, assim, que, para que haja um envolvimento mais efetivo do Banco Central em relação a ações regulatórias, superados todos esses entraves legais – caso haja, porque pode ser realmente que não sejam tão insuperáveis assim –, caso eles de fato existam, aí, sim, iriam vir para o escopo do Banco Central as questões regulatórias. Estou falando regulatória como um todo, não é? Podemos falar de questões prudenciais, questões de evidenciação. Como se compara um banco que pratica finanças islâmicas com um banco tradicional? Como é que eu vou comparar o desempenho dessas duas instituições? Questões de supervisão: como um supervisor do Banco Central vai entrar num banco que pratica finanças islâmicas e fiscalizar? Obviamente, caso a lei traga para a competência do Conselho Monetário e do Banco Central a questão da regulamentação e da supervisão... Então, são todos esses pontos aí que a gente teria que analisar, obviamente depois de todas essas discussões de questões legais.

Então, eu não queria me alongar muito, até porque a gente não tem nenhuma solução a oferecer neste momento. A gente está aqui, neste momento, muito mais para escutar e aprender também. Eu diria que esta audiência é um primeiro passo. E um recado que eu queria passar aqui na Comissão: todos os recados que forem colocados aqui e as experiências vão ser levados, primeiramente, para o Diretor Otávio, como Diretor de Regulação, e também para o Presidente Roberto Campos Neto, um *feedback* do que foi feito e que foi discutido nesta audiência na Comissão.

Dito isso, eu encerro minha participação, agradecendo novamente a possibilidade de estar aqui com o Poder Legislativo, podendo trocar ideias, e me coloco à disposição para posteriores dúvidas e discussões que houver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado a você, Renato. Exato, o papel nosso aqui é exatamente esse. Temos tentado desde o início.

O tema é um pouco, sem usar o trocadilho, árido. É árido o tema mais ainda, justamente, pela nossa superficialidade até hoje exercida em relação a esse outro ambiente, que, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês todos disseram, mais do que um ambiente de religião, é um ambiente cultural diferente, que precisa ser, digamos assim, recepcionado pela nossa legislação, pela nossa regulação. E, de fato, certamente, isso há de começar por alguma lei ou algum guarda-chuva, alguma coisa mais genérica, principiológica, que pelo menos permita movimentos na área da tributação, da taxonomia, da terminologia, que foi mencionada aqui, com a criação de um ambiente de operações, de princípios e competências. Enfim, há a seara legal, a seara regulatória e também a seara, como você mencionou, Renato, da própria gestão administrativa das entidades e da supervisão, dos índices de desempenho etc.

Eu queria passar a palavra também ao Fabiano Jantalia, que – o currículo, eu já o li rapidamente –, além de ser autor de uma tese de doutorado sobre finanças islâmicas e de estudar o assunto profundamente, também foi Procurador do Banco Central. Eu me esqueci de mencionar isso aqui, mas isso é importante, porque tem conexão com esse processo de vigilância, de monitoramento, de supervisão, de fiscalização das operações que o Banco Central, como agência reguladora do sistema financeiro, acaba exercendo.

Então, você traz a visão de quem estuda o ambiente externo, mas já com um conhecimento profundo do nosso funcionamento. Agora, antes até, Fabiano, permita-me ler... Eu já sei, mais ou menos, que você vai nos dar aqui uma aulinha sobre o assunto também e queria aproveitar para transmitir logo três questões que nos chegaram.

Thais Herneque, de Minas Gerais, pergunta: "Por que, para o Estado islâmico [não é aquele Estado Islâmico, não, mas os países islâmicos], cobrar juros não é uma opção?".

Daniel Viana, de Tocantins, na mesma linha, diz que não está de acordo com que alguns cidadãos não paguem juros, porque isso seria uma discriminação com outros cidadãos.

Na verdade, você vai explicar – outros também estão conversando aqui – que não é exatamente assim. Não é que uns deixam de pagar juros e outros pagam. É um sistema diferente que acaba compensando a questão de cobrar juros.

Lauro Cesar, do Rio Grande do Sul, pergunta: "[...] Como funcionam os bancos nos países muçulmanos se não podem ter lucro com o empréstimo de dinheiro, cobrando juros?". É justamente essa a base da nossa discussão.

Então, eu passo a palavra aqui a Fabiano Jantalia, Consultor Legislativo da Câmara.

O SR. FABIANO JANTALIA BARBOSA (Para expor.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço a gentileza do convite, a honra do convite. Ser ouvido no Senado Federal é, realmente, uma honra para qualquer profissional, para qualquer pessoa.

Eu queria fazer alguns registros aqui. Em primeiro lugar, quero dizer que, apesar de ser membro da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a minha opinião aqui absolutamente é dada como a de um acadêmico profissional e, portanto, não representa, necessariamente, a opinião da Consultoria ou de qualquer órgão oficial da Câmara dos Deputados que eu integre ou possa vir a integrar.

Em segundo lugar, faço um segundo *disclaimer*: eu não sou adepto da religião islâmica, e isso me coloca em uma condição muito tranquila inclusive para defender os meus pontos de vista, porque não tenho aquilo que a gente chama de paixão pelo objeto da pesquisa, que, normalmente, os pesquisadores acabam tendo, e, se o fiz, eu o fiz de maneira absolutamente técnica. Então, falo muito à vontade em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em terceiro lugar, quero deixar aqui meu agradecimento, porque tudo que sei de finanças islâmicas eu devo, em primeiro lugar, à sociedade brasileira, que financiou, por meio do programa de pesquisa e pós-graduação do Banco Central, e pagou meu salário integralmente durante quase dois anos para que eu pudesse me dedicar a esse tema, agradecendo, em seguida, à diretoria do Banco Central, que, à época, já no ano de 2015, permitiu... Nós tínhamos um programa lá. Eu sempre falo "nós" porque quem foi do Banco Central nunca deixa de ter isso no sangue. Nós tínhamos um programa de pós-graduação de incentivo. Eu me candidatei. Meu primeiro esforço foi para convencer da importância do tema, porque, como o Renato colocou, é um tema bastante novo. Então, eu tive a honra de ser agraciado e fiquei lá esse tempo todo, viajei pelo mundo, por alguns países, para poder pesquisar isso, esse assunto.

Foi muito importante também para os meus estudos não só a Fambras, mas também a querida Ângela Martins, que é a pioneira das pioneiras aqui, sem dúvida nenhuma. Se falou em finanças islâmicas, é obrigatório ler o livrinho dela, e eu cumpri essa missão. Ouviu, Ângela? Você sabe bem disso, a gente já conversou algumas vezes. E a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira foi de uma receptividade impressionante e proveu dados sobre isso.

Feitos estes esclarecimentos e agradecimentos, eu queria contribuir aqui de uma maneira um pouco mais acadêmica, para a gente até tirar algumas dúvidas das pessoas acerca desse assunto.

Primeiro, nós estamos falando sobre finanças islâmicas, operações financeiras islâmicas. Então, eu queria responder, basicamente, a três perguntas nesses dez minutos que tenho: o que são finanças, o que são islâmicas e o que são operações financeiras islâmicas?

Primeiro, eu vou pegar um gancho aqui. Não sei se foi o Renato ou o nosso colega representante da CVM que falou, mas eu acho que os dois tocaram nesse assunto. Primeiro, quando nós estamos falando de operações financeiras, nós não estamos falando só de bancos. Aliás, nem o sistema financeiro está restrito a bancos; há várias outras instituições financeiras que não são bancos, como a sociedade de arrendamento mercantil, por exemplo. Então, quando a gente fala em finanças, nós estamos falando aqui em operações dos mercados financeiros de capitais e também, como todos poderão ver em seguida, de seguros. Nós temos um modelo específico que emula uma espécie de seguro, que é o Takaful, que é um tipo de contrato específico, que é muito utilizado no mundo islâmico, por assim dizer.

Então, a primeira coisa é que a gente precisa entender isso com uma visão ampla. Muitas vezes, aquilo que a gente chama de finanças islâmicas vai englobar o uso de contratos e de instrumentos contratuais também do Direito Civil, que servem como se fossem anteparos, como se fossem uma estrutura de alvenaria que sustenta todo o sistema financeiro islâmico, assim como nós temos, no Brasil, os contratos, as notas promissórias, os *commercial papers*, enfim, que são objetos de negociação com instituições financeiras.

Respondida a primeira pergunta sobre o que são finanças, vamos ao que é islâmico. Primeiro, é importante, e faço questão aqui... Peço licença ao Professor Mohamed Zoghbi, porque ele é o nosso catedrático e grande especialista no assunto. Nós precisamos separar o que é islâmico do que é árabe. Árabe é aquilo que está na Península Arábica, em uma região geográfica específica do país; islã é um grupo, no sentido weberiano do termo, é um grande grupo religioso que tem um conceito de preceitos próprios e que tem, basicamente, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras tantas, duas principais fontes, as chamadas fontes primárias, que são o Corão, o livro sagrado... Todo mundo fala Alcorão, mas Alcorão, na verdade, é uma corruptela, como a gente chama, que é *al-Qur'an*. *Al*, em árabe, é um artigo definido, que é "o" ou "a". Mas, então, a tradução correta seria o Corão, e não o Alcorão. O Corão é um livro em que Deus teria ditado, o Anjo Gabriel teria ditado uma série de preceitos, e Muhammad, ou Maomé, como chamamos no Brasil, então, teria colocado... Isso foi sendo, ao longo do tempo, compilado e deu origem ao Corão. Digo isso em uma síntese muito, muito apertada. Peço desculpas ao Professor Mohamed Zoghbi se cometo alguma impropriedade aqui.

Já a Suna é o conjunto de práticas do profeta; na verdade, são práticas ou questões a que o profeta respondia. O profeta Muhammad respondia sempre que era perguntado, e alguns então o buscavam: "Se não há no Corão uma fonte, se não há no Corão uma regra, qual seria, então, a regra aplicável aqui? Como é que o profeta Muhammad poderia nos orientar nesse sentido?". Então, a Suna foi sendo compilada ao longo de vários séculos.

Essas são as duas principais fontes.

Aí nós temos um problema, um problema que, na verdade, o Ocidente tem muita dificuldade de resolver, mas que a religião islâmica, com toda a sua teologia vasta e muito aprofundada, consegue resolver de uma maneira bastante simples ou, melhor dizendo, com um esforço de muitos séculos, mas que acabou hoje se tornando aparentemente simples, que é justamente este: como fazer para adequar uma fonte ou fontes que são estáticas, ou seja, que foram escritas e posicionadas em determinado momento da história, a tempos modernos, quando se fala em internet, bitcoin etc?

Aí há toda uma ciência jurídica, e essa ciência jurídica, esse conjunto de regras é a Sharia. A Sharia, apesar de a gente chamar de lei islâmica, não é uma lei específica, com artigo, com número. Não! A Sharia é um sistema jurídico que tem no Corão e na Suna as suas duas principais fontes, além de várias outras. Pela exiguidade do tempo e até pelo foco da nossa observação, da nossa intervenção aqui, não convém que entremos em muitos detalhes.

Aí nós entramos em uma questão que foi abordada aqui – eu acho que foi o nosso colega representante da CVM que colocou isso –, que é a questão da taxonomia. Não existe um islã; existem vários islãs. Na verdade, é como os adeptos da religião islâmica falam: é a unidade na diversidade.

Como o Corão e a Suna, apesar de serem documentos produzidos e consolidados de certa maneira, se aplicam a pessoas localizadas em regiões geográficas muito diferentes e com culturas estruturalmente diferentes, nós temos, ao longo dos séculos, pelo menos, cinco grandes escolas de interpretação. Então, um mesmo dispositivo, um mesmo versículo, por assim dizer, do Corão – a gente chama de sura –, uma mesma sura do Corão pode ser interpretada na Arábia Saudita de uma maneira e, na Malásia, de outra. É claro que há uma grande convergência e um grande esforço para a convergência entre essas escolas jurídicas diferentes, mas esse desafio, no âmbito das finanças islâmicas, é superado por algumas entidades que foram concebidas ao longo do tempo e que, especificamente na área de finanças islâmicas, ajudam muito na uniformização e no estabelecimento de preceitos. Então, assim como nós temos, digamos, a ISO, que é uma organização internacional que padroniza vários procedimentos em vários campos do conhecimento, nós temos algumas no mundo islâmico, por assim dizer, que também consolidam isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu respondi o que eram finanças, o que são islâmicas e, agora, vou dizer o que são operações financeiras islâmicas. Esse é o terço final da minha observação inicial aqui.

A primeira coisa é que nós temos basicamente dois elementos, Sr. Presidente, que definem e, ao mesmo tempo, distinguem as finanças islâmicas das operações financeiras tradicionais. O primeiro deles é que elas precisam se adequar aos preceitos da fé islâmica. É muito fácil, mas, por outro lado, muito reducionista e chega até a ser um tanto quanto ofensivo dizer que as finanças islâmicas são apenas um conjunto de operações e que não se cobram juros. Há toda uma teologia por trás disso de séculos e séculos. Eu levei, como pesquisador, quase seis meses para poder entender minimamente sobre isso, Sr. Presidente.

Basicamente, o que a gente encontra aqui são três princípios que a gente chama de os três princípios fundamentais das finanças islâmicas. O primeiro deles é a proibição, a riba, que a gente chama de riba, e há o *gharar* – escreve-se com "g", mas a pronúncia correta é com "r". Então, a gente tem a proibição do ganho excessivo, a proibição da riba, que é o segundo grande preceito.

Basicamente, há muita coisa para falar aqui, mas o que eu poderia dizer é que o dinheiro na fé islâmica cumpre uma funcionalidade, ele é um instrumento, o que, aliás, não é muito distante daquilo que autores como Arthur Nussbaum, que é um grande autor de Direito Monetário, falam: a moeda cumpre uma função instrumental. Só que, no Ocidente, essa função instrumental acabou ficando, digamos assim, diminuta, porque o que vale é o dinheiro pelo dinheiro, e não vai aqui nenhuma consideração, vamos dizer assim, filosófica. Mas, na fé islâmica, isso tem uma centralidade muito grande.

Então, quando nós falamos aqui de proibição à vedação excessiva, de permissão, de proibição ao risco elevado, como eu chamei... Há a vantagem excessiva, que é a riba, a proibição da incerteza excessiva, que é o *gharar*, que é a especulação, como a gente costuma dizer, e a proibição do *maizir*, e esta, sim, é a especulação propriamente dita. Então, esses três princípios vão nos dizer o seguinte: "Olha, o dinheiro existe". Há uma frase muito conhecida no Islã: "O dinheiro existe para o desenvolvimento do mundo". Então, o que a fé islâmica na verdade não concebe é a ideia de que seja o dinheiro pelo dinheiro e a frutificação do dinheiro pela frutificação do dinheiro. Então, os juros são apenas uma parte muito pequena de toda essa discussão. Certo?

Eu dizia, então, que temos duas características. A primeira é a adequação aos princípios da fé islâmica, e eu acabei de declinar, de uma maneira muito resumida aqui, os três grandes princípios fundamentais e a visão diferente do dinheiro. E a segunda característica é a visão, dentro dessa lógica, que nós temos diferenciada sobre os intermediários financeiros. Os intermediários financeiros no Islã não são apenas provedores de recursos. Eles são, por força de aplicação de todos esses princípios, partícipes do negócio. Eles participam e tomam o risco do negócio. De maneira muito simples, eu poderia dizer que, enquanto um banco ocidental, um banco tradicional apenas provê o risco e, se a operação for a pique, se a operação quebrar, se o negócio quebrar, enfim, continua como credor, dentro da lógica de operação financeira islâmica isso não acontece, pois o banco toma prejuízo na proporção dos recursos que colocou naquele negócio. Então, nós temos aqui uma diferença substancial.

Essas são as duas grandes diferenças, Sr. Presidente, em relação a isso. Agora, nós temos tipos contratuais específicos. Eu vou fazer um convite a quem nos está assistindo. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou colocar aqui, disponibilizar o *link*. A minha tese de doutorado tem mais de 340 páginas, com vários capítulos, inclusive, sobre todas essas questões que eu estou colocando aqui. Então, para aqueles que quiserem olhar, é gratuito. Está no repositório institucional da Universidade de Brasília. Então, todo mundo pode acessar, inclusive, agora, se quiser.

Mas o que nós temos aqui são grandes tipos contratuais. Então, nós temos aqui tipos contratuais que vão considerar não só contratos baseados em venda, contratos baseados em arrendamento, contratos baseados em parceria, contratos baseados em depósitos e outras espécies contratuais, e, como eu falei, o seguro Takaful é uma delas.

Conjugando tudo isso, a gente tem os chamados bondes islâmicos, que são, digamos, espécies de títulos de dívida islâmicos, que, na verdade, são o grande veículo e, na minha visão, representam uma grande oportunidade para um primeiro *approach*, para uma primeira oportunidade no Brasil sobre essa matéria.

Encerrando aqui, eu diria o seguinte: é possível entender ou ver proveito ou algum tipo de benefício que a gente poderia ter em um país em que a grande maioria das pessoas professam uma fé que não é a fé islâmica? Hoje nós devemos ter, talvez... No último levantamento que eu fiz, eram 35 mil muçulmanos ou declaradamente muçulmanos, no Censo de 2010. Como nós não tivemos o Censo de 2020 ainda, eu estimo alguma coisa na faixa de uns 50 mil declaradamente muçulmanos, isso numa população de, sei lá, 200 milhões de habitantes que temos hoje. Será que teremos essa possibilidade?

Bom, em primeiro lugar, o Professor Mohamed colocou um detalhe muito importante: o Brasil tem um histórico, sobretudo mais recente, de boas relações comerciais, boas relações de comércio internacional, principalmente na área de proteína e na de alimentação, com os países árabes. Nós temos alguns bons bilhões aí todos os anos em comércio internacional, e isso pode nos ajudar bastante.

Nós encontramos, basicamente, três modelos de países no mundo: modelos de islamização integral do sistema financeiro, ou seja, o sistema financeiro todo roda dentro de uma lógica de sistema islâmico – são poucos casos, como o Sudão e o Irã –; nós temos o modelo que eu chamo de islamização dual, que é aquele em que você tem nos países a legislação bancária que aceita e compatibiliza com a *sharia*, mas, ao mesmo tempo, mantém as suas regras específicas – nós temos a Arábia Saudita e vários outros países assim, a Malásia um deles, é um exemplo –; e os modelos de atuação marginal, em que nós temos apenas algumas disposições específicas que podem ser aplicadas ao segmento islâmico – e aí está o setor tradicional que queira enveredar por essa área de operações financeiras islâmicas.

Eu cito o caso do Reino Unido, Sr. Presidente. Pouca gente sabe, mas a Vila Olímpica das Olimpíadas de Londres foi construída com recursos oriundos das finanças islâmicas, recursos captados por meio de bondes islâmicos, os *sukuks*. Várias estações do metrô de Londres foram reformadas ou construídas com recursos oriundos desses bondes. Ora, por que não ver o Reino Unido? Muito embora o Reino Unido seja a nossa meca, vamos dizer assim, a nossa praça de maior avanço em termos de estruturação de produtos financeiros, está sempre na vanguarda, mas eu acho que é um país... E veja: nós temos 2,5 milhões de professantes da fé islâmica no Reino Unido.

Então, nós temos aqui várias possibilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, o que eu devo, então, dizer? Nós temos oportunidades e desafios, e as oportunidades, sobretudo por meio de... Se desenvolvermos um sistema jurídico e, principalmente, tributário mais amigável, quero dizer, mais compatível ou que permita uma maior fluidez no curso dessas operações financeiras islâmicas, nós vamos ter, nos fundos soberanos, que hoje já têm uma estratégia de diversificação – eles não estão focados só mais em petróleo, eles querem outras fontes –, uma fonte de financiamento da nossa dívida pública em potencial.

Segundo lugar: agronegócio. Nós temos uma potencial fonte gigantesca de financiamento da atividade empresarial. E aí a nossa querida Ângela Martins pode até falar um pouco mais sobre isso; estruturas que viabilizem, sobretudo no agronegócio. Por que no agronegócio? Porque a gente tem ativos reais que podem ser utilizados como garantia de operações e que dão curso a essas operações. E, por fim, seguros. Nós temos modelos e arranjos alternativos de seguros que podem ser desenvolvidos.

E os desafios? Temos alguns desafios, e não vou entrar em detalhes aqui porque a minha observação inicial, embora já um pouco longa, se propunha a ser panorâmica. Temos alguns desafios de adaptação da legislação comercial, pequenas coisinhas em relação a títulos de crédito, e temos desafios na legislação do sistema financeiro. E aí, Renato, permita-me, se a gente avança nessa questão da legislação do sistema financeiro, nós precisamos ter muito cuidado sobretudo com questões relacionadas à contabilidade bancária, porque nós temos questões relacionadas aos ativos e às constituições de garantia, etc., etc., que precisarão ser revisadas ou revisitadas ou adaptadas de alguma maneira.

Nós precisamos também rever ou pelo menos discutir a adaptação de padrões contábeis. Nós temos o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), ligado ao Conselho Federal de Contabilidade, que precisará entrar nessa discussão.

E, por fim, mas não menos importante, aliás eu diria até mais importante, há a questão da legislação tributária. Temos dois estudos muito interessantes feitos pela Consultoria Legislativa aqui do Senado em que vale a pena depois dar uma analisada. Eles tratam justamente dessa questão tributária. Por quê? Usando o linguajar do mercado financeiro, as operações financeiras islâmicas são muito *asset-based*, quer dizer, são muito baseadas em ativos e em *real asset*, em ativos reais. Então, essa translação de recursos, essa compra e venda, às vezes, pode se tornar muito burocrática e muito onerosa. Portanto, acho que é preciso desenvolver, sim, mecanismos nessa área.

Sr. Presidente, desculpe-me se extrapolei o tempo, mas o tema é vasto, é gigantesco. Eu tentei aqui apenas colocar alguns pilares sob uma perspectiva um pouco mais acadêmica para que a gente possa avançar nessa discussão.

Mais uma vez, muito obrigado a V. Exa. e a sua assessoria pelo honroso convite. Eu me coloco à disposição para aquilo que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Fabiano. Nós é que temos que agradecer a você pela sua disponibilidade e parabenizá-lo pelo interesse nesse tema. De certa forma, isso é visionário, porque nós estamos aqui todos buscando justamente conhecimento sobre essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área. Desde já fica aqui o convite para que você se junte ao nosso grupo de trabalho sobre finanças islâmicas.

Quero render homenagem aqui também ao seu companheiro, nosso Consultor Legislativo no Senado, o Cesar van der Laan, que é quem tem feito algumas notas para nós a respeito desse assunto e também tem se debruçado sobre essa questão.

De minha parte, como não tenho problemas profissionalmente com isso, embora entenda os do Fabiano, particularmente tenho de fato o que você chamou de paixão pelo instrumento de pesquisa e de trabalho. De fato, eu tenho bastante paixão pela cultura islâmica, pelo processo e pelas operações, inclusive essas do mundo financeiro, por ter vivido por algum tempo nesses países e ter compreendido e, enfim, convivido aí com essas práticas. E procuro, sempre que posso – todos os membros do grupo parlamentar são testemunhas disso –, trazer essa experiência para nós aqui do Brasil.

Nós, de fato, temos, apesar de termos uma ligação de migrações de países situados no Oriente Médio, muitos também não são islâmicos necessariamente, principalmente os grupos, e, portanto, temos uma pequena exposição à questão do islamismo como cultura em geral. E, por isso, sempre é bem-vinda qualquer inserção dessas, ainda mais de alguém que se debruça, em nível de doutorado, sobre esse tema. Portanto, parabéns, e vamos continuar trabalhando juntos!

São bem-vindos esses princípios islâmicos de solidariedade, de acolhimento em tudo para nós – Mohamed é um dos grandes bastiões, uma grande referência para nós nisso –, porque nós temos países clientes, bastantes já, mas temos a perspectiva de ter países investidores, com muito mais vigor aí, e até – por que não? – países fornecedores também para o Brasil. Mas o contingente dessas nações islâmicas investidoras ou das trocas que é possível fazer dentro do mundo financeiro é muito importante para nós.

E aí é como se a gente falasse uma língua, e o outro não falasse aquela nossa língua, porque os instrumentos, os procedimentos, os princípios não são bem conhecidos, então você fica com aquele receio de não ter fluência para acolher ou, eventualmente, até ser acolhido em determinados ambientes. E aí acaba que não se faz aquela integração, não é?

Eu queria fazer a minha fala rapidamente aqui, com base justamente na nota – e aí deixo aqui já abertas as inscrições para quem queira comentar as falas. Quero dizer que, de partida, é preciso reconhecer a relevância e a inovação dessa matéria. Ela, nesta audiência pública, vem a ser discutida pela primeira vez aqui no Senado Federal, mas nós temos trabalhado, como eu disse, desde 2019, no Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, sobre esse tema. Eu tenho reconhecido muito essa importância de mantermos um arcabouço regulatório sólido, capaz de proporcionar, ao mesmo tempo, segurança jurídica e flexibilidade para nos preparar para os futuros desafios dos brasileiros e brasileiras no Estado, na iniciativa privada. E, ao debatermos com profundidade o sistema financeiro islâmico e as relações comerciais com o Brasil, nós acabamos atraindo investimento e modernização para o nosso sistema.

A lei islâmica, ou a *sharia*, que sabidamente e não suficientemente, como você bem salientou, Fabiano, proíbe a cobrança e o pagamento de juros, não considera o dinheiro como uma mercadoria a ser transacionada como um bem entre os praticantes do islamismo. Além disso, o Islã proíbe o investimento em empresas que são consideradas ilegais ou contrárias aos ensinamentos e valores islâmicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da ausência de taxas de juros, o conceito-chave das finanças islâmicas é o compartilhamento de riscos entre as partes em todas as operações. Caso essa adequação seja comprovada, emite-se um certificado de observância, o chamado Certificate of *S*haria Compliance. E, dentro dessa perspectiva, em 2018, a emissão de *sukuks* globais atingiu US$32,9 bilhões, tendo um recorde de US$37,64 bilhões sido registrado em 2017, segundo dados consolidados pela International Islamic Financial Market, em seu último relatório anual de 2019 – provavelmente já há um de 2020; isso veio da nota que nós solicitamos em 2019.

Só quero assinalar que o *sukuk* é um meio usual de captação de recursos islâmicos por países não islâmicos. É o modelo mais utilizado, desde 2015, e responsável por mais de 75% das emissões hoje. A tipo de exemplo, esse tipo de negócio islâmico se consubstancia em criar uma empresa com patrimônio específico ou propósito específico, a SPE (*special purpose company ou special purpose enterprise*), para, em seguida, vender o ativo para o investidor islâmico e já o alugar de volta em um modelo comum de *sukuk* e constituir operação de arrendamento mercantil, o chamado *lease-back*.

Além disso, outro modelo de negócios essenciais são os bondes islâmicos, que diferem desses títulos por não serem representativos de um mero direito de crédito, mas sim da fração de domínio de ativos subjacentes que podem ser bens móveis, como ações ou *commodities*, ou imóveis, como casas, apartamentos, prédios etc.

Dentre os países não islâmicos, além do Reino Unido e da Turquia, Luxemburgo e Hong Kong também se destacam na emissão de *sukuks*. Uma das primeiras emissões ocorreu justamente – o Fabiano mencionou – em outubro de 2014, quando o Reino Unido captou recursos em uma operação de US$200 milhões. Foi seguido, no mesmo ano, por Luxemburgo e pelo banco norte-americano Goldman Sachs, e captaram US$500 milhões em outra emissão de *sukuk*. No Oriente Médio, a Jordânia entrou nesse mercado, em 2016, com duas emissões. Hong Kong emitiu, em setembro de 2014, também, seus primeiros *sukuks* soberanos, que resultaram na captação de US$1 bilhão a um prazo de cinco anos. Em maio de 2015, foi feita a segunda emissão, pelo Governo local, capitando outro bilhão de dólares também pelo prazo de cinco anos.

Nós entendemos que esta audiência pública pode elucidar o debate e o aprofundamento quanto aos desafios que a questão tributária do ITBI, que foi levantada também aqui, envolve na concepção desse foco regulatório orientado para se adaptar ao sistema financeiro islâmico. Um dos caminhos seria a imprescindibilidade de avaliar a criação da figura da venda temporária de propriedade atrelada ao *sukuk*, por exemplo com um parágrafo adicional no art. 156 da Constituição Federal, justamente para prever esse caso.

No curto prazo, o agronegócio pode ser uma porta de entrada para o dinheiro islâmico, sobretudo nas atividades ligadas à exportação. Os bancos e grandes empresas nacionais podem captar diretamente do exterior, dependendo de sua inserção internacional. Nesse sentido, visualiza-se uma abertura e consolidação de mercado no âmbito da produção *halal,* alimentos permitidos pela lei islâmica, já que os recursos captados são direcionados para a compra de *commodities* ou de outros ativos móveis de fornecedores, sendo, posteriormente, vendidos a um preço que inclui a remuneração pela intermediação.

Assim, por trabalhar com *commodities* e ativos reais com exportação certificada, por exemplo, de proteínas para o Oriente Médio, empresários do setor podem contar com bancos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muçulmanos no exterior para financiar a atividade comercial com países do Oriente Médio a partir da relação direta com o importador estrangeiro. Um dos exemplos de como o Brasil pode se beneficiar consiste no seguinte modelo negocial em que o dinheiro islâmico também já teria sido aportado ao Brasil por meio de uma corretora registrada nas Ilhas Cayman, em 2014, que financiou US$25 milhões para a criação de gado em fazendas de Goiás e São Paulo.

Outro exemplo de sucesso é que há notícias de que uma corretora do Banco do Brasil em Singapura, em parceria com o Islamic Bank of Asia, na certificação dos papéis negociados, já teria aberto um fundo de investimento islâmico específico, voltado para investimento em ações de empresas brasileiras de *commodities*, energia, petróleo e gás, mineração e varejo, listadas na Bolsa de Valores brasileira para captar US$500 milhões em mercados da Ásia e Oriente Médio. O total de 20 companhias brasileiras já teriam sido aprovadas para terem suas ações negociadas pelo Fundo Islâmico. Para o Oriente Médio, os países teriam sido vendidos pela BB Securities de Londres.

Sob esse prisma, referenda-se a importância de debatermos conjuntamente o foco regulatório ilegal para os investimentos e relações comerciais do setor, reafirmando a proeminência deste Senado Federal enquanto Casa Legislativa, que acompanha as mutações e avanços tanto sociais, quanto comerciais no âmbito do Direito Cambial doméstico. Portanto, vamos dar continuidade a esse trabalho regularmente – esse é um trabalho contínuo, uma construção coletiva –, no sentido de recepcionar tanto os princípios, a visão, quanto os instrumentos, eles mesmos, do mundo islâmico das finanças.

Eu queria checar aqui se há ainda alguma intervenção, alguma pergunta ou alguma participação aqui do e-Cidadania.

Do e-Cidadania, já tivemos três aqui. Acho que não chegou mais nada.

Perfeitamente. (*Pausa.*)

Se houver alguma inscrição... (*Pausa.*)

Se não, eu queria conceder a palavra aqui para cada um de vocês fechar em três minutos. Acho que é possível a gente fazer aqui um *wrap up* de toda a situação e, é claro, manter aqui o nosso grupo de trabalho unido para que a gente consiga, tão cedo quanto possível, apresentar uma lista.

O que eu sugeriria era uma lista distribuída, Fabiano, em três grandes grupos de possíveis sugestões ou providências: uma, no nível legal, legislativo, portanto, da Casa, na proposição de uma lei genérica, principiológica e alterações, eventualmente, à Constituição; um segundo grupo no nível regulatório, que o Banco Central e as entidades poderão desenvolver, mas apenas as indicações do que sobra do processo legislativo; e, por fim, alguma coisa em relação a procedimentos administrativos que aí também se juntam a essa seara regulatória de menor papel para o Senado, mas a gente já adiantaria ou já passaria... Ao fazer uma lei genérica, é isso que se faz. Vai-se jogando coisas para a regulação, mas já vai anotando, porque, se não, o pessoal pode levar mais tempo do que o necessário para atacar aquele problema.

Então, eu acho que essa é uma primeira ideia aqui de árvore, de árvore lógica de trabalho, mas gostaria de voltar aqui à Ângela, ao Mohamed e aos demais que já se pronunciaram: o Claudio, o Renato, se estiverem por aí, e o Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ângela, por favor, as suas palavras finais e a sua ponte aí para a continuidade do trabalho.

A SRA. ÂNGELA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigada, Senador. Adorei ouvir as considerações dos meus colegas. Eu acho que nós temos aqui um início muito importante para discussões, assim, de forma mais efetiva.

Eu quero dizer que, em alguns momentos, me pareceu que há o entendimento de que a gente precise apenas dos investidores islâmicos, mas não. A experiência mostra que, nas emissões, por exemplo, de *sukuk*, existe um grande contingente de investidores do mundo inteiro. Hoje, há um interesse pela questão ética de todas as formas; então, o fato de, eventualmente, amanhã, termos uma entidade brasileira emitindo não significa que essa emissão em *sukuks* atrairá apenas investidores dos bancos. Então, ela se viabiliza por si só – a primeira coisa.

A segunda coisa é que já existe operação islâmica envolvendo contrapartes brasileiras – eu mesma já fiz muitas –, mas a grande diferença de agora para o que era feito no passado é o fato de ser feito tudo fora do Brasil. O que a gente pretende fazer são operações que possam ser feitas dentro do Brasil. Então, contratos *murabaha* mesmo eu tive a felicidade de fazer inúmeros lá no começo dos anos 2000; fiz, inclusive, quando passei por um outro banco médio brasileiro e, inclusive, ajudei nas operações do Banco do Brasil. Mas eram todas operações feitas fora do Brasil.

Então, é extremamente importante uma discussão como esta, onde se passem a buscar formas de se praticarem operações financeiras islâmicas dentro do Brasil, o que não necessariamente está correlacionado com a população islâmica no País. O que acho que a gente está querendo fazer é atrair investimentos islâmicos de investidores que estão fora do País para dentro do País.

Então, eu estou totalmente em linha com o senhor quando se diz que as questões legais, regulatórias e os procedimentos administrativos são preponderantes. Eu acho que o que deveria acontecer é haver um grupo de trabalho – inclusive, Fabiano, queria lembrá-lo do Ahmed El Khatib, que é uma pessoa que tem as suas teses de doutorado com relação à questão contábil e que eu acho que também poderia ser convidada para se juntar a esse grupo de trabalho – para onde se pudessem endereçar todas essas questões.

Então, eu entendo que, realmente, o próximo passo poderia ser um grupo de trabalho, onde se colocassem de forma mais prática essas questões, para que se pudesse evoluir nas discussões e eventuais aprovações e assessoramento aí aos senhores, no Senado, para que se pudesse realmente construir a base sobre a qual poderemos realmente seguir.

Então, eu acho que *in a nutshell* é mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Ângela, mais uma vez. Você já tem sido uma parceira regular aqui dos trabalhos do grupo do Senado. Então, eu lhe agradeço muito pelo tempo, pela disponibilidade, pela paciência também, porque quem entende muito do assunto, às vezes, quando confronta quem não entende, tem que ter muita paciência. Mas nós todos aqui estamos aprendendo com vocês.

Mohamed Zoghbi, meu companheiro querido, por favor, suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOHAMED HUSSEIN EL ZOGHBI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado aos participantes.

Queria salientar que a palavra do Sr. Claudio foi extremamente positiva; a do Sr. Renato, da mesma forma; a do Professor Fabiano, então, sem comentários. Eu fiquei muito surpreso e acho que a gente tem que juntar essas vontades positivas que todos têm de criar e formatar alguma coisa sustentável no Brasil.

Nós sabemos que, hoje, a palavra de ordem em qualquer fundo soberano ou em países islâmicos é a segurança alimentar. Então, uma das pontes que nós temos que explorar é que eles têm interesse, têm fundos prontos, como a Professora Ângela acabou de citar, não necessariamente esse investimento seria feito no setor produtivo, o que não esbarra com as questões islâmicas, quer dizer, aquilo que... Quando você produz alimento de forma sustentável, sem risco... É lógico que isso não existe, mas é um investimento em algo real, e não em algo que não é palpável. Essa é a grande diferença.

Então, eu vejo com muito bons olhos a gente aproveitar esse ensejo, tentar fazer esse trabalho tanto no marco legal, regulatório, na questão dos procedimentos administrativos, criarmos uma comissão de trabalho... Quer dizer, já existe, mas eu acho que cada um fazendo o seu trabalho... Nós criamos recentemente uma academia halal, e essa academia tem o propósito de dar suporte ao conhecimento, exatamente aquilo que a gente precisa fazer, que é mostrar o que são as finanças islâmicas, através de um setor de educação, de formação, seja lá como nós vamos chamar isso, mas através do setor educacional a gente vai poder fazer com que os brasileiros conheçam um pouco mais desse trabalho importante, que são as finanças de islâmicas.

Obrigado, Senador.

Estou à inteira disposição – continuo –, sempre que precisarem estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, meu amigo. Sei que você está sempre aí, bem disposto e animado para os nossos trabalhos aqui, não só nessa área, como em tudo que fazem as relações de países árabes como o Brasil.

Claudio Gonçalves Maes, nosso querido amigo e companheiro da CVM, obrigado por, mais uma vez, estar conosco. Suas palavras finais, Claudio.

Obrigado.

O SR. CLAUDIO GONÇALVES MAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na verdade, eu é que agradeço. Agradeço e me permito cometer a impertinência de parabenizar essa iniciativa parlamentar, uma iniciativa voltada para algo que claramente tem um objeto próprio, material, que possui méritos e quero agradecer também aos meus colegas. Foi muito instrutivo, foi muito agradável aprender mais sobre esse assunto, notadamente com o Dr. Fabiano, um especialista, trazendo alguns aspectos que são bastante interessantes, especialmente para quem, como meu, trabalha com desenvolvimento de mercado.

Fica claro para nós que a gente tem desafios a serem enfrentados. Parecem-me desafios muito mais formais do que materiais, ou seja, algo que pode ser enfrentado por articulação política, por convencimento. E certamente estaremos à disposição, caso se identifique algum ponto de atenção aí que a regulamentação de mercado deva dedicar à matéria.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Claudio.

Renato Uema, do Banco Central, por favor, se puder aí nos brindar com as suas palavras finais.

Não sei se ele ainda está aí.

O SR. RENATO KYIOTAKA UEMA – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, está aí. O.k.

Perfeito, Renato.

Obrigado, mais uma vez.

O SR. RENATO KYIOTAKA UEMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nós aqui é que agradecemos em nome do Banco Central, da diretoria colegiada, principalmente do Presidente Roberto Campos, poder discutir sobre uma iniciativa tão diferente, digamos assim, mas com objetivos muito nobres para o sistema financeiro, em particular, e para o País como um todo.

Eu só gostaria de pontuar uma coisa que foi colocada pelo Professor Doutor Fabiano, nosso ex-colega aqui do banco, quando ele colocou a questão de mudanças na contabilidade. Interessante que o único contato que eu tive com um curso específico de finanças islâmicas foi em um evento de contabilidade lá na Basileia, exatamente discutindo essa questão de como as finanças islâmicas estariam circunscritas aí nas normas internacionais de contabilidade. Então, isso é um ponto. E eu gostaria de chamar atenção primeiramente para a gente não confundir, nessa discussão, contabilidade com tributação, porque, muitas vezes, quando nós estamos falando de contabilidade, a gente coloca isso para um viés tributário, ou seja, a maneira como está contabilizada definindo a maneira como vai haver a tributação. Então, esse é um ponto aí que eu gostaria que fosse colocado quando os estudos começassem a ser realizados aí por parte do Legislativo. Mas é só uma chamada de atenção para esse ponto específico. De fato, é um ponto sensível, porque toda a cadeia de ativos e passivos é alterada, toda cadeia de receitas e despesas é alterada e, de fato, é um ponto sensível.

Uma última coisa que eu queria colocar é que finalizamos agora, no final deste ano, a nossa convergência das normas de contabilidade das instituições financeiras para o padrão internacional. Então, estamos plenamente, digamos assim, em *compliance* com as normas internacionais. E essa questão das finanças islâmicas, quando vierem aqui para a questão do regulador, a questão contábil também será avaliada do ponto de vista da contabilidade, não do ponto de vista de uma coisa um pouco maior que seria da tributação.

Então, mais uma vez, muito obrigado. Imaginamos que isso é um primeiro passo de um caminho que esperamos não seja tão longo, em termos temporais, para que a gente possa introduzir essa filosofia aí dentro do arcabouço financeiro brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Renato. Mais uma vez, nossas felicitações ao trabalho de vocês. E um abraço aí ao Presidente Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado também ao Fabiano, ao Dr. Fabiano, que está conosco. Também para as suas palavras finais e a disponibilidade com que eu sei que você nos brindará para trabalharmos juntos aí no futuro.

O SR. FABIANO JANTALIA BARBOSA (Para expor.) – Presidente, mais uma vez, obrigado. Foi uma honra poder participar aqui desse debate, dessa discussão. Agradecemos as perguntas. Eu espero ter respondido às perguntas que V. Exa. colocou. Não foi de uma maneira analítica, biunívoca, aquela coisa de: pergunta "a", resposta "a", mas procurei enfrentar essas questões.

Agradeço pela oportunidade de trocar aqui impressões e reflexões com os representantes do Banco Central, CVM; com a Ângela, que, eu repito, é a nossa pioneira do tema de finanças islâmicas aqui; com o Professor Mohamed El Zoghbi, que é o nosso pioneiro, o nosso grande líder aqui da comunidade muçulmana aqui no Brasil, um dos grandes expoentes dessa questão, enfim...

Queria dizer a todos, como mensagem final, que as finanças islâmicas não são só uma forma disfarçada de fazer a mesma coisa. Só uma forma disfarçada, como eu já ouvi: "Isso é cobrança de juros disfarçada". Não. Isso é muita superficialidade.

As finanças islâmicas bebem de uma teoria que embasa a própria interpretação da Sharia, que eu convido todos que leiam. Existe uma teoria chamada Maqasid Al-Sharia, que é como se fossem os objetivos da Sharia, uma teoria que busca construir elementos para interpretação da Sharia e da sua aplicação aos tempos modernos. É uma teoria que tem alguma coisa em torno de 15 séculos, considerando o nascimento do Profeta Muhammad, que foi acho que em 570 d.c. Então, nós estamos falando de alguma que foi desenvolvida ao longo de 15 séculos. Então, 15 séculos impõem algum tipo de respeito. É um cabelo branco, que impõe algum respeito.

Eu convido todos, principalmente aqueles que estudam a matéria do sistema financeiro, os profissionais, os advogados, os estudantes, enfim... Nós precisamos de gente para dialogar, precisamos de gente para conversar. Talvez hoje, se a gente fosse falar em especialistas neste assunto no Brasil, a gente não conseguiria encher uma sala de 30 pessoas. Então, é muito difícil. A gente, às vezes, se sente muito solitário. Imagino a solidão da Ângela lá no início, lá atrás, quando ela começou a falar sobre isso. Eu também me sinto assim às vezes, sei lá, tendo chegado dez anos depois dela.

E felicito, por fim, justamente por todo este contexto de informações, V. Exa. pela iniciativa de capitanear este debate, de trazer este debate para a pauta política, para a pauta do Senado, de sinalizar, com a importância da representação política que lhe foi investida, a relevância deste assunto não apenas para a economia, mas também para o desenvolvimento social, porque investimento traz geração de emprego, que traz desenvolvimento social para o País.

Então, ao mesmo tempo em que o parabenizo, agradeço a V. Exa. por esta iniciativa e iluminar este tema, que acaba ficando um pouco de lado, porque as pessoas acabam ficando dentro de um contexto de discussão religiosa.

Muito obrigado e me coloco à disposição para as próximas oportunidades, se necessário e se assim entenderem cabível e adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fabiano. Mais uma vez, é muito bom para nós poder contar com você, que trouxe aqui uma visão realmente importante, inclusive atendendo às perguntas dos nossos internautas, que são perguntas aparentemente superficiais, mas de pessoas a quem o assunto intriga. Mas não cobra juros? Como faz?

Na verdade, é todo um processo cultural. Além da própria religião, é um processo cultural. E nós, lembro – para alguns não preciso lembrar isso –, que nós temos, nossos portugueses e espanhóis, ibéricos, oito séculos de ocupação árabe. Então, mesmo que não tenhamos hoje tanta proximidade em termos de emigrantes do mundo árabe em si, temos toda essa questão, por que não dizer, no sangue.

Então, temos que estudar e abraçar realmente todas as perspectivas, as possibilidades e os aprimoramentos que o sistema de finanças islâmicas traz até hoje, modernamente, inclusive.

Eu queria, finalmente, propor, como resultado desta audiência que nós oficializássemos, pelo Grupo Parlamentar – vou fazer isso na qualidade de Presidente –, a formação desses dois grupos de trabalho que nós já tínhamos alinhavado em 2019, antes da questão da pandemia, em 2020, que são o grupo de trabalho, entre os Parlamentares, e também o grupo auxiliar, que seria o grupo de consultoria, o grupo consultivo, de pessoas que poderão nos ajudar, as quais, cada um de vocês, receberão esse convite formal para participar das discussões e nos ajudar nessa concepção, digamos assim, da parte legislativa, eventualmente, do guarda-chuva e de adaptações legais e constitucionais e, a seguir, então, uma espécie de *sandbox* regulatório, que a gente pode gerar e passar para as pessoas, para as entidades, como o Banco Central, CVM e outros, que poderão, então, fazer uso dessa contribuição nossa.

É isso.

Acho que, não havendo mais ninguém inscrito aqui e mais nenhum assunto a tratar nesta primeira etapa, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos e a todas pela participação, e lembrando que tivemos aqui, na sessão remota, os Senadores Izalci Lucas, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes.

Muito obrigado e boa tarde.

(*Iniciada às 15 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e três minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Maria Eliza, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Kátia Abreu, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, José Aníbal, Flávio Arns, Chiquinho Feitosa, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Eliziane Gama e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Carlos Fávaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, Irajá e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 90, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 97,000,000.00 (noventa e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (Corredor Aricanduva)”" **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovada também a urgência para apreciação da matéria. **2ª Parte - Análise para a indicação do Senado Federal à vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1118, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Escolhe o Senhor Antonio Augusto Junho Anastasia para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993." **Autoria:** Líder do PSD Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1120, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Escolhe o Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992." **Autoria:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1119, de 2021 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Escolhe a Exma. Sra. Senadora Katia Regina Abreu para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do art.73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art.105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992." **Autoria:** Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Obs: Ata pendente de aprovação

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/14

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – Havendo número regimental para abertura da reunião, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de mensagem de operação de crédito e análise de indicações para cargos de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas de nºs 26, 27 e 28, reuniões realizadas nos dias 9 e 13 de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Queria, antes de começar a reunião, prestar minha solidariedade ao povo mineiro pelas fortes enchentes que aconteceram sobre todo o norte de Minas e no meu Estado também – solidariedade ao meu povo do extremo sul da Bahia, em que 21 Municípios foram atingidos pelas enchentes, que causaram muitos danos materiais, ceifaram vidas e deixaram várias cidades isoladas. Tiveram o Governo do Estado e o Governador Rui Costa que agir rapidamente para recompor as pontes que foram destruídas e as estradas. A Secretaria de Infraestrutura do Estado agiu rapidamente– inclusive Fernando, que conhece bem isso, sabe –, usando bueiros térmicos para recompor as pontes que foram levadas. No atendimento às pessoas, o Governador Rui Costa abriu crédito na Desenbahia para todos aqueles que tiveram bens materiais perdidos. Esse crédito terá carência, terá prazo estendido para pagamento e não terá cobrança de juros, porque as perdas materiais dos comerciantes, das indústrias, das pessoas foram muito grandes, como também as perdas no setor da agricultura familiar, que atingiu também a região da Chapada Diamantina, vários Municípios da minha região, da região onde eu nasci, lá em Mundo Novo, Baixa Grande, a simbólica Lençóis, Mucugê; enfim, a Bahia teve, como nunca teve na sua história, chuvas localizadas com tanta intensidade, com chuvas de até 130mm em 12 horas, com alagamentos, com os rios transbordando. Portanto, a minha solidariedade aqui no Senado Federal.

Devo dizer que tanto eu como todos os Senadores – aqui o Senador Fernando Bezerra, o Senador Anastasia – estamos aqui prontos para, se o Governo Federal – e o Presidente da República visitou o Município de Eunápolis – tiver qualquer iniciativa de encaminhar suplementação orçamentária para o Ministério de Desenvolvimento Regional, estamos prontos para aprovar esses recursos. Foram destinados poucos recursos para o extremo sul, algo em torno de R$5 milhões, que não são suficientes. Só no Município de Itamaraju, as perdas proclamadas pelo Prefeito vão em torno de R$50 milhões, além de toda a estrutura física das estradas, das pontes, que serão recuperadas. E já está em andamento o trabalho feito pelo Governador Rui Costa, que, inclusive, vai colocar a estrutura do secretariado dessa área de defesa civil, infraestrutura e o setor de saúde também no extremo sul para atendimento às vítimas dessa situação. Como eu falei, não existe ainda, na história do nosso Estado, um momento em que houvesse uma precipitação tão grande dessas chuvas no Estado da Bahia, tanto é que aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, estaremos prontos para colaborar.

Eu sei que é o sentimento do Presidente Rodrigo Pacheco e de todos os Senadores e Senadoras socorrer o nosso Estado, o Estado da Bahia, o Estado de Minas, como já socorreram também outros Estados em que aconteceram essas chuvas que trazem realmente grande dificuldade. E o saldo pior de tudo isso é que nós perdemos 11 irmãos baianos nessa tromba d'água que aconteceu no extremo sul da Bahia.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Otto Alencar.

Eu quero agradecer a V. Exa., cumprimentando os meus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa menção é muito oportuna dessa tragédia que se abateu sobre os Estados da Bahia, de Minas Gerais e, parece, parte do meio do Espírito Santo. Chuvas torrenciais, lamentavelmente, ceifando vidas, que é o que temos sempre de lamentar, mas também perdas econômicas, perdas materiais... Eu queria agradecer a menção ao meu Estado, de Minas Gerais, e que nossa solidariedade seja ampla.

O Senador Fernando Bezerra, que está aqui ao nosso lado, foi Ministro de Estado da Integração Nacional e, ao seu tempo também, enfrentou dificuldades. Lembro-me, quando Governador de Minas, enfrentamos chuvas fortíssimas, e o Ministro da Integração à época, Senador Bezerra, sempre colaborou de maneira muito efetiva.

E quero, Senador Otto, também prestar solidariedade ao povo da Bahia, no qual o número de mortes infelizmente foi maior, mas também perdemos vidas em Minas Gerais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto Alencar, de igual forma, eu queria trazer a minha solidariedade ao povo baiano, ao povo mineiro e ao povo capixaba em função desse evento que ocorreu de fortes ventos, caracterizando até a formação de tornados e chuvas torrenciais de forma extraordinária num espaço muito curto de tempo, provocando prejuízos imensos e, infelizmente, a perda de vidas.

Como V. Exa. registrou, a presença do Presidente Jair Bolsonaro para visitar *in loco* os danos causados por esse evento e a imediata liberação de recursos de FGTS para atender às famílias num primeiro momento, mas vamos nos mobilizar e me coloco à disposição de V. Exa. para a necessidade de novas liberações de créditos extraordinários para poder fazer face a todo o esforço de reconstrução que deve ser iniciado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Antonio Anastasia e ao Senador Fernando Bezerra.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Passo a palavra para o Senador do Estado de São Paulo, Senador Giordano, para que ele possa relatar a Mensagem nº 90, de 2021.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 90, DE 2021
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 97,000,000.00 (noventa e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (Corredor Aricanduva)"

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Giordano

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, V. Exa. tem a palavra para fazer a relatoria dessa mensagem de empréstimo em favor da capital do Estado de V. Exa.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia Sras. e Srs. Senadores, é uma honra relatar esse empréstimo muito importante para a cidade de São Paulo, ainda num momento em que o combustível se encontra em alta e nós temos que dar praticidade e tecnologia na forma de condução dos veículos de transportes urbanos.

Submeto à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São Paulo, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (Corredor Aricanduva), que objetiva (i) melhorar a mobilidade e a acessibilidade a empregos para usuários de transporte público socialmente vulneráveis na área de influência do corredor de Aricanduva; e (ii) aumentar a eficiência operacional do sistema de ônibus do Município.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o número TB045575.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread* fixo, a ser determinado no momento da assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 2,67% a.a., inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 3,87% a.a., ambas para uma *duration* de 8,18 anos.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas normas regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis do Governo.

Ressalte-se, de imediato, que a atual situação de endividamento do Município de São Paulo comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 11598 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, de 4 de agosto de 2021, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de São Paulo atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Por seu turno, relativamente à garantia solicitada, entende-se que o Município de São Paulo apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, sendo as margens disponíveis apuradas suficientes para cobrir eventual obrigação financeira que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 189720, de 19 de julho de 2021, de sua Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi). Destaca ainda que não há ações judiciais em vigor que obstem a execução das contragarantias oferecidas pelo Município nem registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de São Paulo nos últimos anos.

A propósito, o oferecimento de contragarantias da parte do Município de São Paulo, conforme os termos da Lei Municipal nº 16.985, de 27 de setembro de 2018, autorizativa da presente operação de crédito, se dará mediante a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal e outras em direito admitidas.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem), da STN, em sua Nota SEI nº 35.292, de 29 de julho de 2021, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Município possui capacidade de pagamento "B", atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Dessa forma, dada essa capacidade de pagamento, as contragarantias suficientes oferecidas, ao lado do seu custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de São Paulo não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos, sendo que a contratação da operação não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à administração pública federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame, pois:

i) estão sendo observadas as exigências e condições definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal para a prestação de garantia por parte da União; e

ii) a operação de crédito em exame atende, também, como enfatizado no referido parecer da STN, aos requisitos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43 e na Resolução nº 40, ambas de 2001, observando, assim, os limites de endividamento e demais condições nelas estabelecidos, bem como as determinações contidas na LRF.

O pleito encaminhado pelo Município de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pergunto a V. Exa. se concluiu o parecer.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. *Fora do microfone*.) – Concluído, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muito obrigado.

Em discussão.

Passo a palavra, para discutir, ao Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, em primeiro lugar, bom dia!

Esse projeto relatado pelo Senador Giordano atende à Zona Leste de São Paulo. A Zona Leste de São Paulo, Presidente, tem 5 milhões de habitantes. Aqui estão o Senador Anastasia, Senador Fernando Bezerra, Senador Oriovisto: a Zona Leste de São Paulo – não é medida de grandeza, mas só para dar uma dimensão – é duas vezes maior que algumas das capitais dos Estados de vocês. A Zona Leste é conhecida, quer dizer, é uma referência geográfica. São dezenas de bairros, distritos, etc.

Existem duas linhas de trem que vão para a Zona Leste, uma delas, metrô mesmo. Existe uma outra linha de metrô de superfície, que é o metrô de superfície com maior capacidade de carregamento de passageiros, que vai até São Mateus e depois até a cidade de Tiradentes, aonde esse BRT vai. Quer dizer, esse BRT, no início não muito, mas, à medida que ele evolui, vai se tornando cada vez mais paralelo à linha de metrô já existente, esse metrô de superfície, fora a outra linha de metrô subterrânea e a outra linha de trens de superfície também, mas aí não elevada. Uma é elevada, e a outra não é elevada. E esses trens, por exemplo, vão além da cidade de São Paulo, eles vão a outros Municípios contíguos. Se você somar esses Municípios contíguos à Zona Leste, a população vai a 7, 8 milhões de pessoas.

Portanto, esse projeto desengarrafa, digamos assim, a pressão que já existe nesses meios de transporte de massa que já estão à disposição dos paulistanos. Essa nova intervenção vai atingir mais diretamente – vai atingir não, vai beneficiar mais diretamente – 1,2 milhão de pessoas. E por ser, digamos assim, um corredor de ônibus, tem um custo muito razoável. Claro que vai haver desapropriações, mas que vão permitir também a urbanização em todo o trajeto, com ciclovias e outros equipamentos urbanos.

Portanto, queria, associando-me aí ao Senador Giordano, dizer aos Senadores que é um projeto muito bom para a cidade de São Paulo e que vai beneficiar muito paranaenses, mineiros, pernambucanos, baianos, amazonenses, cearenses e paulistas que vivem nessa região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador José Aníbal, conhecedor não só da capital, mas do Estado de São Paulo. Realmente é um empréstimo importante para a capital do Estado de São Paulo.

Pergunto se algum outro Senador deseja discutir a matéria. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador que queira discuti-la, encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Giordano.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o empréstimo, no valor de US$97 milhões americanos.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito que vá ao Plenário com urgência essa matéria.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Isso, Presidente. Eu ia solicitar exatamente a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... favorável ao projeto.

Nos termos da resolução do Senado Federal, a presente matéria vai ao Plenário do Senado Federal, com solicitação de pedido de urgência para apreciação, ainda hoje, lá no Plenário.

Consta aqui um requerimento, e nós vamos colocar esse requerimento em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência para o Plenário do Senado Federal permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora à segunda etapa da reunião, que trata da indicação do novo membro do Tribunal de Contas da União.

Cumpre destacar que esta Comissão vai avaliar, em caráter descritivo, os requisitos exigidos no art. 73 da Constituição Federal para esse cargo de Ministro Tribunal de Contas da União. Caberá ao Plenário do Senado Federal deliberar, de forma conclusiva, em votação secreta, a indicação. Acrescento e esclareço que não haverá votação no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, a votação será uma votação no Plenário do Senado Federal.

São dois Srs. Senadores, Senador Antonio Anastasia, do Estado de Minas, e Senador Fernando Bezerra, do Estado de Pernambuco, e a Senadora Kátia Abreu. Do Senador Anastasia, eu indiquei para a relatoria o Senador Cid Gomes, nosso conterrâneo do Nordeste. Do Senador Fernando Bezerra, o Senador Eduardo Gomes. Da Senadora Kátia Abreu, o Senador do Paraná, estimado amigo, Senador Oriovisto Guimarães.

Então, iniciamos pela ordem alfabética, como acontece no Plenário do Senado e foi adotado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Os relatores vão se pronunciar a respeito do relatório de cada um dos Senadores, Senador Anastasia, Senador Fernando Bezerra e Senadora Kátia. Posteriormente, será dada a palavra aos Senadores Anastasia, Fernando Bezerra e Kátia Abreu, por 20 minutos, com tolerância, claro, da parte aqui da Presidência.

Iniciamos com o Senador Cid Gomes, para que ele possa fazer a leitura do seu relatório sobre a indicação do nobre Senador Antonio Anastasia para o Tribunal de Contas da União.

Senador Cid Gomes, V. Exa. tem o tempo necessário para a leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, solicitar permissão para, em função aqui do distanciamento regulamentar, poder tirar a máscara.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Como Relator.) – Bom, quero, antes de fazer a leitura aqui do relatório, Sr. Presidente, agradecer a indicação por V. Exa. para ser Relator daquele que eu considero o Senador mais preparado desta Casa, mais preparado para todas as funções desta Casa e notadamente para a indicação que o Partido Social Democrático fez do seu nome para compor a vaga do Tribunal de Contas da União, sem demérito e, naturalmente, registrando aqui a indicação do nosso querido Senador Fernando Bezerra e da Senadora Kátia Abreu.

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.118, de 2021, de iniciativa do Senador Nelsinho Trad, Líder do Partido Social Democrático (PSD), que escolhe o Senador Antonio Augusto Junho Anastasia – é Junho apesar de ter nascido em maio! – para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 – é Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União –, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, que regulamenta a escolha de Ministros do TCU pelo Congresso Nacional.

Conforme o art. 1º da proposição, a escolha do ilustre indicado decorre da vacância do cargo ocupado pelo Ministro Raimundo Carreiro Silva e consoante o inciso II, do § 2º, do art. 73 da nossa Constituição (e também de acordo com o seu art. 49, XIII), cumpre ao Congresso Nacional escolher dois terços dos Ministros do TCU. Nos termos da alternância estabelecida no art. 105 da Lei nº 8.443, de 1992, cabe a esta Comissão iniciar o processo de escolha, em face da alternância estabelecida no art. 2º, *caput*, do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Após apreciado pela CAE e uma vez aprovado, conforme previsto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o parecer referente à escolha de indicado para o cargo de Ministro do TCU segue para o Plenário do Senado Federal, que decidirá sobre a matéria, consoante estabelece o art. 3º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

O § 1º do art. 73 da Constituição Federal combinado com o art. 1º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, estabelece que os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos supra mencionados, enfim, requisitos que o ilustre indicado pelo presente projeto de decreto legislativo satisfaz e contempla plenamente, como veremos a seguir.

Em observância ao disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, a presente indicação está instruída com o extenso *curriculum vitae* do ilustre indicado, que passamos a relatar, resumidamente.

O Senador Antonio Anastasia é natural do Município de Belo Horizonte, onde nasceu a 9 de maio de 1961.

Com relação à sua formação acadêmica, obteve o título de Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1983, tendo recebido diversos prêmios durante a sua graduação, inclusive o de melhor aluno da turma, além do Prêmio Professor Messias Pereira Donato, conferido ao bacharel que mais se destacou na matéria Direito Civil, através das notas obtidas durante o curso; e também o Prêmio Raphael Magalhães e Cândido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naves, atribuído ao bacharel que obteve melhor nota em prova específica, entre aqueles que se destacaram, com as médias mais elevadas, na matéria de Direito Processual Civil.

Também na Universidade Federal de Minas Gerais, alcançou o título de Mestre em Direito, tendo defendido a sua dissertação em 1990, dedicada ao Direito Administrativo, sobre o tema Regime Jurídico Único do Servidor Público, sendo orientador o Professor Paulo Neves de Carvalho.

Cumpre, ademais, registrar que o ilustre indicado obteve o – desculpe o francês – Certificat d'Études Pratiques de l'Alliance Française (Cepal), Alliance Française au Brésil, quanto ao idioma francês, e o First Certificate in English, University of Cambridge, quanto ao idioma inglês.

Quanto às suas expressivas atuações, profissional e vida pública, devemos inicialmente registrar a participação do ilustre indicado, então jovem Mestre em Direito, como Assessor Jurídico do Deputado Bonifácio Mourão, Relator da Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais, que elaborou a atual Constituição do Estado.

Cabe também recordar a extensa e atuante participação do Senador Antonio Anastasia no Governo do Estado de Minas Gerais, onde exerceu com proficiência a titularidade de diversas secretarias de Estado, inclusive a de Recursos Humanos, a de Administração e a de Planejamento e Gestão. No ano de 2006, foi eleito pelo povo mineiro Vice-Governador, tendo assumido o cargo de Governador do Estado no ano de 2010, sendo reeleito pelo voto popular naquele mesmo ano. Quanto ao Governo de Minas Gerais, impõe-se fazer o registro da atuação determinante do ilustre indicado, como formulador e coordenador, ainda como Secretário de Planejamento e Gestão e depois na titularidade do Governo do Estado, no processo de racionalização e modernização da administração do Estado que ficou conhecido como Choque de Gestão, com a melhoria dos serviços prestados à população e que serviu de exemplo e modelo de políticas públicas eficientes e de sinergia entre o setor público e o setor privado.

Por outro lado, cumpre também anotar que o ilustre indicado exerceu importantes funções no Governo Federal, como as de Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, nas gestões dos Ministros Paulo Paiva, Edward Amadeo e Francisco Dornelles, tendo também ocupado interinamente o cargo de Ministro do Trabalho, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, ainda, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, nas gestões dos Ministros José Carlos Dias e José Gregori, igualmente durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Nas eleições de 2014, o ilustre indicado foi eleito Senador para representar o seu Estado de Minas Gerais nas 55ª (2019-2021) e 56ª Legislaturas (2021-2023), e, desde a posse, em 2015, vem exercendo o mandato com a competência técnica e o equilíbrio político reconhecidos por todos. Assim, no desempenho do seu mandato, o Senador Antonio Anastasia vem exercendo relevantes funções e ofertando significante contribuição aos trabalhos do Senado Federal, tal como quando exerceu a Primeira Vice-Presidência da Casa, no biênio 2019-2021. Ainda na sua primeira Legislatura, foi também Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, função que ora volta a exercer na presente Legislatura.

Ademais, cabe anotar a participação perene do ilustre indicado como participante, autor e relator de proposições em Comissões da mais alta relevância. Apenas para exemplificar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpre o registro da sua participação como membro titular da Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, da atuação no Parlamento Latinoamericano, do qual ocupou a Vice-Presidência e a Presidência do Grupo Brasileiro, e também a atuação no Inter-Parliamentary Union (União Interparlamentar), organização composta por representantes de Parlamentos de todo o Mundo, da qual foi Vice-Presidente do Grupo Brasileiro. Cabe ainda destacar a sua atuação como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, como Coordenador no Senado da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo e como membro da Comissão de Transparência das Eleições, instituída por meio da Portaria nº 578, de 2021, do Tribunal Superior Eleitoral, entre outras.

Entre diversas proposições de que foi autor e que se tornaram diploma legal, destacamos, pela especial importância: a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, com destinação de R$125 bilhões para Estados e Municípios durante a pandemia; a Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público; a Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019, que regulamenta o contrato referido no §8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais; a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado no período da pandemia do coronavírus.

E, entre as diversas proposições relevantes em que teve atuação destacada como Relator, lembramos a Emenda Constitucional nº 105, de 2019, que acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual; a Emenda Constitucional nº 106, de 2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia; a Lei Complementar nº 176 , de 29 de dezembro de 2020, que institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado, declara atendida a regra de cessação contida no §2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019 – regulamenta o pagamento de compensações da União a Estados e Municípios devido às perdas de receita provocadas pela Lei Kandir; o valor destinado aos entes federativos chegará a R$65,6 bilhões até o ano 2037 –; e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A propósito da atuação parlamentar do Senador Antonio Anastasia, devemos ainda pontuar que ele tem sido reiteradamente destacado pelas entidades e instituições que acompanham e avaliam o Congresso Nacional como um dos Congressistas mais atuantes e influentes do Parlamento.

Cumpre, ademais, igualmente consignar que o Senador Antonio Anastasia, ao longo de sua vida profissional e pública, tem exercido também atividades de docência e pesquisa. Assim, desde o ano de 1993, é Professor Assistente de Direito Administrativo e Direito Público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Privado, na Universidade Federal de Minas Gerais, ora licenciado para o exercício de mandato eletivo; na Universidade Federal de Minas Gerais, também exerceu a função de Diretor-Adjunto do Departamento de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito. É também, desde 1984, Pesquisador Pleno, hoje aposentado, da Fundação João Pinheiro, tendo sido professor de diversas disciplinas e também exercido outras funções nessa prestigiosa fundação, da qual inclusive foi Presidente. Ademais, foi também Professor Adjunto de Direito Administrativo e Direito Constitucional da Faculdade de Direito Professor Milton Campos. É também, desde 1997, Membro do Conselho Editorial da reconhecida Livraria Del Rey Editora, Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Membro Titular Acadêmico da Academia Nacional de Economia.

De outra parte, devemos fazer referência à expressiva produção bibliográfica do ilustre indicado. Não vamos aqui arrolar as dezenas de artigos e trabalhos publicados, mas registramos as seguintes publicações:

Livros: ANASTASIA, A. A. J.; TOFFOLI, Dias; TEBET, Simone (org.). *Comentários ao RJET (Lei 14.010/2020) pelos autores do anteprojeto*. São Paulo: Thomson Reuters, 2020 (sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado); PEREIRA, Flávio Henrique Unes (org.). *Segurança Jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática:* estudos sobre o Projeto de Lei nº 349/2015, que inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, disposições para aumentar a segurança jurídica e a eficiência na aplicação do direito público. Brasília: Senado Federal, 2015; ANASTASIA, A. A. J. *Regime Jurídico Único do Servidor Público*. Belo Horizonte: Editora Livraria Del Rey, 1990, v.1, p.240.

Capítulos de Livros: ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. In: MARTINO JR, Rodolpho. *Gestão da saúde e eficiência dos gastos públicos: uma abordagem à luz do princípio da máxima efetividade da norma constitucional*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021; ANASTASIA, A. A. J.; PIRES, Maria Coeli Simões. *O papel do Federalismo na Execução das Políticas Públicas: impactos na distribuição de receita pública e nas responsabilidades dos Entes Federados*. In: MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo (Org.). *Políticas Públicas no Brasil, uma abordagem institucional*. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 1, p. 49-74; ANASTASIA, A. A. J. Apresentação. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes. *Regulação, fiscalização e sanção: fundamentos e requisitos da delegação do exercício do poder de polícia administrativa a particulares*. Belo Horizonte: Fórum, 2013; *A Reforma Administrativa*. Data Venia, Brasília, v. 1, n. 2, p. 12-13, ago. 2021; ANASTASIA, A. A. J. *A nova lei de licitações e contratos administrativos*. Data Venia, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-9, jun. 2021; ANASTASIA, A. A. J. *Controle e transparência*. Hoje em Dia. Belo Horizonte, 06 set. 2015.

Impõe-se, ainda, consignar que o Senador Antonio Anastasia, ao longo de sua carreira, tem sido agraciado com diversas honrarias. Assim, cumpre anotar que, no seu Estado natal, foi agraciado, entre outras homenagens, com as seguintes distinções: Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmin, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Título de Sócio Efetivo e Presidente de Honra, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Grande Colar da Medalha da Inconfidência, Governo do Estado de Minas Gerais; Medalha Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais (Grau Grande Mérito), Assembleia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa do Estado de Minas Gerias; Título de Cidadão Honorário de dezenas de Municípios mineiros.

Em nível nacional, cabe destacar as seguintes honrarias: Comenda Ordem do Mérito da Advocacia Pública (Grau Órion), Associação Brasileira de Advogados Públicos; Medalha da Ordem do Mérito Naval (Grau Grande Oficial), Presidência da República; Medalha da Ordem do Rio Branco (Grau Grã-Cruz), Ministério das Relações Exteriores; Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União – Grã-Cruz, Advocacia-Geral da União; Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas (Grau Grande Oficial), Ministério do Trabalho; Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro; Prêmio Machado de Assis, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Devemos ainda destacar que o ilustre indicado também teve a honra de ser agraciado com a Medalha da Ordine Della Stella d'Italia, pela Presidência da República italiana, e com o título Socio D'Onore da Associazione Cilentani nel Mondo, Vallo della Lucania, de Salerno, igualmente na Itália.

Cumpre, por fim, registrar que, atendendo ao disposto no art. 383, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre indicado apresentou declarações, a saber:

a) nos termos do art. 383, I, "b", 1, do Regimento Interno, declaração de que não há parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

b) nos termos do art. 383, I, "b", 2 e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, declaração que não participa nem nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, ressalvadas a sociedade PLS – Salgado Advogados, baixada em 02/03/2010, e a Antonio Augusto Junho Anastasia Sociedade Individual de Advocacia, atualmente ativa e inscrita sob o CNPJ 44.188.482/0001-20;

c) nos termos do art. 383, I, "b", 3, e §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, declaração de que se encontra em situação de regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, tendo anexado certidões correspondentes;

d) nos termos do art. 383, I, "b", 4, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, declaração de que não existem ações penais nas quais figura como autor ou réu, conforme certidões anexadas; de que, civilmente, é autor de ação de indenização por danos morais, na 2ª Vara da Comarca de Oliveira/MG, no processo número... vencida em 1ª e 2ª instâncias, aguardando o trânsito em julgado; que, também civilmente, figura no polo passivo no procedimento comum cível – número longo – na 15ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte (com sentença de 1ª instância pela improcedência); e no pedido de interpelação número... na 16ª Vara da Justiça Federal em Brasília (indeferida petição inicial em 1ª instância);

e) nos termos do art. 383, I, "b", 5, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, declaração de que nos últimos cinco anos não atuou, como magistrado, em juízos e tribunais, nem foi membro de conselhos de administração de empresas estatais ou exerceu cargos de direção de agências reguladoras.

O ilustre indicado apresentou ainda certidão negativa de débitos trabalhistas e certidão negativa criminal eleitoral.

Também consta da documentação que instrui a presente iniciativa a apresentação, de forma sucinta, da trajetória da vida profissional e pública do Senador Antonio Anastasia, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fica evidenciado que S. Exa. tem experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual foi indicado, consoante previsto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em vista de todo o exposto, consideramos que o ilustre indicado satisfaz todos os requisitos constitucionais e legais exigidos para ocupar o elevado cargo de que se trata, bem como consideramos que os elementos informativos ora expendidos são suficientes para que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão possam deliberar sobre a presente indicação.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Cid Gomes.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1120, DE 2021
- Não terminativo -

Escolhe o Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

Autoria: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, Relator da indicação ao TCU do Senador Fernando Bezerra.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, cumprimento o Senador Cid Gomes pela leitura do relatório referente ao Senador Anastasia, nosso colega, e cumprimento, Sr. Presidente, todos os Parlamentares desta Comissão.

Primeiro quero fazer um registro oportuno do momento que vive o Senado Federal, em apresentar à sociedade brasileira três carreiras absolutamente consagradas: a do Senador Anastasia, a da Senadora Kátia Abreu e a do Senador Fernando Bezerra.

Quero agradecer ao Líder Eduardo Braga pela designação em nome do MDB para a apresentação deste relatório e a V. Exa., Senador Otto Alencar, como Presidente desta Comissão. Farei a leitura do relatório agora, brevemente, mas cumprimentando todos os Senadores e Senadoras e dando ao Brasil essa informação de que o Senado apresenta três dos seus melhores quadros a essa importante função.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.120, de 2021, de autoria da Liderança do MDB, que escolhe o Sr. Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A vaga para a qual foi escolhido o Sr. Fernando Bezerra Coelho decorre da vacância do cargo ocupado pelo Ministro Raimundo Carreiro, a quem cumprimento, agora Embaixador do Brasil em Portugal, indicado que foi para exercer esse cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

A proposição é acompanhada do *curriculum vitae* do escolhido, que reúne informações indicativas do preenchimento dos requisitos constitucionais e legais exigidos para o ocupante de cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Análise.

O Tribunal de Contas da União detém atribuições essenciais para o exercício da atividade de controle externo da administração pública, cumprindo a relevantíssima função de auxiliar o Congresso Nacional nesse mister.

A Constituição Federal reserva ao Tribunal de Contas da União competências específicas de suma importância e estabelece os requisitos para o cargo de Ministro do TCU, a saber: 1) ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; 2) idoneidade moral e reputação ilibada; 3) possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e 4) ter exercido, por mais de dez anos, função ou atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior.

O *curriculum* e anexos ao projeto de decreto legislativo evidenciam que o Sr. Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho preenche todos os requisitos objetivos e subjetivos para o cargo de Ministro do TCU, segundo os critérios estabelecidos na Constituição Federal e legislações esparsas.

O ilustre indicado nasceu em 7 de dezembro de 1957, no Município de Petrolina, no sertão do Estado de Pernambuco. Filho de Paulo de Souza Coelho e Lizete Muniz Bezerra Coelho tornou-se ao longo de sua vida administrador, Parlamentar e um homem público de exitosa carreira como gestor. Seus 64 anos de idade cumprem o primeiro requisito exigido na Constituição.

No que se refere ao segundo requisito, sua idoneidade moral e reputação ilibada também podem ser aferidas de forma clara e cristalina, pela análise de forma objetiva da sua vida funcional e pessoal, resultado de uma trajetória pública marcada pela retidão e pelo trabalho incansável em prol da sociedade.

No que tange ao terceiro requisito constitucional, a necessidade de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, imposição que engrandece o nível de conhecimento institucional da Corte, o Sr. Fernando Bezerra Coelho possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e possui curso de extensão em Comércio Internacional pela Universidade George Washington, nos Estados Unidos.

Quanto ao último requisito, mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no parágrafo anterior, o indicado tem em seu itinerário profissional – com mais de 39 anos de serviços dedicados à vida pública –, não reforçam apenas um testemunho de sua idoneidade, mas também são fonte de um cabedal extraordinário de conhecimentos em temas jurídicos, econômico-financeiros e de administração pública, que o capacitam conforme os ditames constitucionais para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocacionado ao serviço público, o Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho cumpriu três mandatos como Prefeito da vibrante cidade de Petrolina, que já seriam mais que suficientes para atestar que o indicado detém os conhecimentos e a experiência prática necessários para o posto almejado.

Ademais, o indicado exerceu, também, cargos executivos relevantes no Governo do Estado de Pernambuco, como Secretário Chefe da Casa Civil, Secretário da Agricultura e Secretário de Desenvolvimento Econômico, além de ter se destacado, no plano federal, como Ministro de Estado da Integração Nacional.

No Poder Legislativo, exerceu diversos mandatos eletivos como Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. No exercício desses mandatos, há de se destacar sua participação ativa e racional na Assembleia Nacional Constituinte e a participação em diversas Comissões temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como na relatoria de matérias importantes para o desenvolvimento do País. Em seu mandato nesta Casa, exerce a titularidade das Comissões de Constituição e Justiça; de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infraestrutura e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O ponto central que podemos destacar no brilhante percurso do indicado é a sua postura firme e resoluta na condução das atribuições dos cargos que exerceu, sempre orientado pelo dever de atender os interesses da população que representa, na esfera municipal, estadual ou federal, proporcionando ao poder público a estabilidade e a governabilidade indispensáveis para bem servir aos cidadãos.

Por todo o exposto, constata-se, de modo incontroverso, mediante seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, o nível de qualificação profissional, bem como a formação acadêmica e técnica do indicado.

Dessa forma, acreditamos que os nobres colegas dispõem de informações suficientes para ratificar a indicação do Sr. Fernando Bezerra Coelho para ser conduzido ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Faço um adendo, Sr. Presidente, também com o conhecimento, ao ter chegado a esta Casa como seu Vice-Líder na Liderança do Governo, da sua capacidade de interlocução, de diálogo, principalmente no exercício da gentileza, da inteligência emocional e na condução de parte importante desta Casa nas reformas estruturantes, nas reformas incontestáveis que o Estado brasileiro, junto ao Parlamento, vem realizando nestes últimos três anos. Posso citar previdência, saneamento, Lei do Gás, Auxílio Brasil, ferrovias, cessão onerosa, medidas mitigatórias da pandemia do covid-19. Portanto, tenho certeza de que, neste relatório, constata-se ou fica evidente, neste dia de hoje, que são três dos melhores nomes desta Casa, da Casa Alta, da Casa dos Estados, do Senado Federal para escolha, deliberação democrática do nosso Plenário para compor o Tribunal de Contas da União.

É este o relatório.

Parabéns aos indicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Gomes, pelo seu relatório a respeito da trajetória do Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Oriovisto Guimarães, Relator da indicação ao TCU da Senadora Kátia Abreu.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1119, DE 2021
- Não terminativo -

Escolhe a Exma. Sra. Senadora Katia Regina Abreu para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do art.73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art.105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

Autoria: Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Oriovisto Guimarães

Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exa., cumprimento os demais colegas presentes nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

As minhas primeiras palavras são de homenagem aos três candidatos, que estão ao meu lado: Senador Fernando Bezerra, Senador Antonio Anastasia e Senadora Kátia Abreu, de quem tenho a grande satisfação de ser o Relator.

O Senado Federal terá uma difícil, dificílima missão de escolher entre três Senadores tão conceituados, com tão bons currículos que eu tenho certeza de que, na nossa votação, que vai eleger, obviamente, um dos três, a diferença de votos entre eles será pequena. É justo que seja pequena: os três são muito bons, os três são muito qualificados.

Cabe-me relatar a candidata Kátia Abreu à vaga no Tribunal de Contas da União. Eu iniciaria, Sr. Presidente, chamando atenção para um detalhe importante na vida de Kátia Abreu: ela foi a primeira mulher que ocupou a Presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foi a primeira mulher eleita Deputada Federal pelo Tocantins, foi também a primeira mulher eleita Senadora pelo Tocantins, foi a primeira mulher a ser Ministra do Ministério da Agricultura, e foi a primeira mulher Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Eu ouso dizer que, se a indução continuar, provavelmente ela será também a primeira mulher indicada pelo Senado Federal para o cargo de Ministra do TCU. Tudo me leva a essa conclusão.

Mas vamos ao relatório. Cumprindo as formalidades que a indicação nos obriga, eu farei, então, a leitura completa do relatório da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.119, de 2021, que escolhe a Exma. Sra. Senadora Kátia Regina Abreu para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art.105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

O presente relatório se destina a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.119, de 2021, que escolhe a Senadora Kátia Regina de Abreu para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do §2º do art. 73 da Constituição Federal; do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências; e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1993, que regulamenta a escolha de ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

Trata-se de indicação decorrente da vacância do cargo ocupado pelo Ministro Raimundo Carreiro Silva, nomeado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa, removendo-o, *ex officio*, para a Embaixada do Brasil em Lisboa.

Em face do regramento constitucional e legal acima referido, e especificamente em atendimento ao disposto no art. 2º, §1º, do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, a Líder do Partido Progressista (PP), a Senadora Daniella Ribeiro, indicou o nome de Kátia Regina de Abreu para ocupar o cargo em questão.

Nos termos da alínea "b" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, por sua vez, compete ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de ministros daquela Corte de Contas, os quais, devem ser nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os requisitos enumerados no §1º do art. 73 de nossa Lei Maior.

Nesse contexto, incumbe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a arguição pública da indicada, com fundamento no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal e do §3º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Assim, para subsidiar o presente relatório, em atendimento ao que determina o art. 2º, §2º, do referido decreto legislativo, a indicação está instruída com o *curriculum vitae* da indicada, do qual extraímos as seguintes informações.

Kátia Regina de Abreu nasceu em Goiânia (GO) em 2 de fevereiro de 1962.

Após a sua formação superior, pela Universidade Católica de Goiás, a indicada dedicou-se profissionalmente ao agronegócio, especialmente à pecuária, área em que seguiu trajetória brilhante.

O primeiro grande reconhecimento de sua atuação nesse setor da economia foi a eleição como Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (Faet), em 1996.

Ainda em virtude de sua atuação relevante na pecuária, a indicada foi eleita Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cargo que exerceu entre 2009 e 2014. Cabe destacar que a CNA é uma entidade que recebe contribuição parafiscal e presta serviço de interesse público, sendo considerada jurisdicionada do TCU, na forma do art. 5º da Lei nº 8.443/1992, exigindo-se, do seu titular, notórios conhecimentos de gestão pública.

Sua trajetória política também é admirável. A indicada comprovou o exercício de funções e de atividades profissionais plenamente compatíveis com o cargo pleiteado.

No ano de 1998, concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados, ocasião em que foi eleita primeira suplente. Cumpre observar que, em uma das oportunidades de exercer a titularidade do mandato, foi escolhida para presidir a Bancada Ruralista do Congresso Nacional, sendo a primeira mulher a comandar essa importante aliança parlamentar.

Nas eleições de 2002, pleiteou novamente uma vaga naquela mesma Casa Legislativa, obtendo a melhor votação entre os candidatos a Deputado Federal pelo Estado de Tocantins.

Dando sequência a essa trajetória, em 2006 tornou-se a primeira mulher eleita Senadora da República pelo Estado do Tocantins, cargo que exerceu com êxito, o que a levou a ser reeleita em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com destacada atuação no Congresso Nacional, foi autora de mais de 170 proposições legislativas em diversas áreas, dentre as quais as de tributação, agropecuária, economia, educação, violência contra a mulher, empreendedorismo, *compliance*, infraestrutura. Foi ainda Relatora de mais de 100 matérias legislativas nos mais distintos temas.

Adicionalmente, exerceu a titularidade de diversos colegiados do Senado Federal. Além de várias Comissões permanentes, participou de missões no Brasil e no exterior, bem como de grupos e frentes parlamentares de relevo. Dentre essas participações, assinalamos que atualmente a indicada exerce a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo sido a primeira mulher eleita para a função.

Cumpre sublinhar, ainda, que a indicada sempre teve ação diligente em relação à Administração Pública. Exemplo disso foi sua indicação, em 2016, nesta Câmara Alta, como Relatora da Comissão Especial do Extrateto, para regulamentar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal. Seu relatório final, aprovado por unanimidade pelos Senadores, propôs acabar com o efeito cascata nos vencimentos do setor público, conferir maior transparência aos portais de acesso à informação e penalizar agentes que autorizam o pagamento acima do limite constitucional.

Destaca-se também que a indicada foi Relatora na Comissão Especial criada para promover as alterações na Lei de Licitações (8.666/1993), de que resultou a edição da Lei nº 14.133/2021. Essa é a norma vigente que regulamenta as licitações e os contratos públicos no País. Nela foram também aglutinadas a Lei do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e a Lei do Pregão, o que refletiu diretamente na jurisprudência consolidada do TCU e nos aprimoramentos necessários à gestão das compras públicas. É, possivelmente, a norma mais utilizada como instrumento de fiscalização pelo TCU.

É inquestionável, portanto, que, no exercício dos mandatos no Congresso Nacional, a Senadora atuou na análise de diversas matérias de conteúdos econômicos, fiscais, tributários, sociais e de administração pública, muitas delas relacionadas à atuação de controle externo, exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A indicada também foi a primeira mulher a exercer o cargo de Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, permanecendo na função até 12 de maio de 2016. Durante esse período, foram geridos mais de R$25 bilhões provenientes de recursos públicos, e todas as contas da indicada foram aprovadas pelo TCU.

No ano de 2018, candidatou-se ao cargo de Vice-Presidente da República, na chapa que foi a terceira mais bem votada do País no primeiro turno.

A indicada demonstra, portanto, extensa e qualificada trajetória técnica e política, com destaque para o exame de matérias jurídico-legislativas no Congresso Nacional, bem como experiência exitosa na gestão pública nacional.

Por fim, a ilustre Parlamentar apresentou a documentação comprobatória exigida pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, todos com a finalidade de verificar o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais exigidos para ocupar o cargo em questão.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação da Sra. Kátia Regina de Abreu para exercer o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Oriovisto Guimarães.

Como está previsto, pela ordem alfabética, passarei a palavra a um dos indicados, ao Senador Antonio Anastasia.

Ele pode usar a cadeira ao lado, como usarão todos, para fazer o seu pronunciamento com o tempo de 20 minutos, com a tolerância devida ao Senador e que também será destinada ao Senador Bezerra e à Senadora Kátia Abreu.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Otto Alencar.

Eu quero cumprimentar a todos, de modo especial aos nossos companheiros neste procedimento, eminente Senador Fernando Bezerra e eminente Senadora Kátia Abreu; quero cumprimentar a todos os presentes e fazer um agradecimento especial ao meu Relator, eminente Senador Cid Gomes, pelo relatório feito e, da mesma forma, cumprimentar os demais Relatores pelo trabalho aqui apresentado.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores que nos acompanham, a minha apresentação, dentro do prazo de 20 minutos que me foi destinado, nós vamos distribuir em quatro partes.

A primeira, de maneira sintética, já que foi adiantado aqui pelo eminente Relator, Senador Cid Gomes, refere-se à minha trajetória para chegar a essa pretensão de ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Como sabem, sou de uma família de servidores públicos; filho e neto de professoras, irmão de professores e também sou professor. E a minha formação acadêmica se deu na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde eu tive a honra de receber a medalha Rio Branco, destinada ao melhor aluno, e onde também fiz o mestrado em Direito Administrativo, defendendo o meu trabalho exatamente sobre o tema do regime jurídico do servidor público, ainda na década de 90, logo após a Constituição. Essa minha experiência acadêmica se desdobrou, naturalmente, em diversas atividades de magistério, em que obtive, por concurso, o cargo de professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde sou professor licenciado, e de outras faculdades, de outros cursos que tenho ministrado ao longo dessas décadas de trabalho e de empenho. A formação acadêmica, naturalmente, dentro do objeto da administração pública e do direito administrativo, refere-se a temas atinentes ao desempenho e às funções próprias do nosso colendo Tribunal de Contas da União.

No âmbito profissional, a par do magistério, eu tive a oportunidade de ser servidor da Fundação João Pinheiro, uma entidade de pesquisa do Estado de Minas Gerais, onde ocupei inclusive a presidência e diversas funções dedicadas à realização de projetos e programas de desenvolvimento e planejamento no Estado e também no âmbito nacional. E, naquela oportunidade, igualmente lecionei vários cursos que a fundação permitia e tive ali uma oportunidade singular de conhecer a realidade do nosso Estado em diversas áreas de atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das ciências, porque ali nós tínhamos profissionais de arquitetura, economia, administração, direito, sociologia, todos trabalhando de maneira integrada, de maneira holística.

Posteriormente fui convidado, como aqui foi dito também pelo eminente Relator, Senador Cid Gomes, para ser o assessor pessoal e jurídico do Relator da Constituinte mineira, o Deputado Bonifácio Mourão, em 1989. Foi aquele período, eminente Senador Bezerra, que foi a Constituinte federal, um período de intensa atividade. Trabalhávamos 12, 14 horas por dia, durante mais de um ano, para termos condições de oferecer a Minas Gerais uma Constituição muito moderna e muito avançada. Essa Constituição foi promulgada em 1989, e me permitiu naquele momento um trabalho muito interno ao Poder Legislativo.

Depois fui convidado, logo em seguida, pelo Governador Hélio Garcia, a integrar o seu Governo, ainda no início da década de 90. Muito jovem ainda, fui Secretário da Administração, Secretário Adjunto de Planejamento, Secretário da Cultura, e, em razão disso, vim para o Governo Federal no Governo Fernando Henrique, em que atuei como Secretário-Executivo das pastas do Trabalho e da Justiça, realizando também um trabalho muito intenso nessas duas áreas que são tão relevantes para o desenvolvimento nacional.

De volta a Minas Gerais, eu fui convidado pelo então eleito Governador Aécio Neves para ser o Secretário de Planejamento. Naquele momento trabalhamos um programa que foi muito conhecido, muito exitoso, que foi o Choque de Gestão. Fui ainda Secretário de Defesa Social, no seu primeiro mandato, e depois eleito Vice-Governador. Como Vice-Governador assumi o Governo e me reelegi Governador de Minas em 2010, administrando o Estado até 2014, quando então fui eleito para o Senado e aqui estou já há sete anos.

No Senado Federal, as senhoras e os senhores, eminentes colegas, me conhecem bem – o meu empenho, meu trabalho, minha dedicação e meu esmero na realização dos projetos e programas que aqui desempenho especialmente vocacionados a temas relativos à administração pública como um todo, à economia, ao controle da administração e a temas que são próprios do nosso conhecimento e da formação.

É sempre bom lembrar às senhoras e aos senhores, caros colegas, eminente Presidente, as atribuições do Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União é, na realidade, um órgão constitucional que integra o Poder Legislativo como responsável pelo controle externo. Nós temos um controle interno na administração, que cuida, é claro, nos ministérios, no Poder Executivo, mas há o controle externo, que é de responsabilidade primeira do Legislativo e competência, portanto, do Congresso Nacional, mas que tem no Tribunal de Contas da União um órgão extremamente técnico, ali colocado para o desenvolvimento de seus trabalhos e para fornecer o apoio às atividades do Congresso Nacional. As competências, portanto, se desdobram no acompanhamento das atividades financeiras da administração pública, mas também das questões relativas a servidores, a concessões, a todo tipo de despesa, e também, é claro, ao princípio da economicidade, tão importante nos dias de hoje, para balançar entre aquilo que se gasta e aquilo que se apresenta como resultados ao administrado e ao cidadão, que é algo com que devemos nos importar muito.

É interessante observar, eminentes Senadores, caro Senador Lasier, que o patrono do Tribunal de Contas da União é o mesmo do Senado, Ruy Barbosa, pois foi também sua inspiração, há mais de cem anos, a criação do Tribunal de Contas da União, inspirado no modelo norte-americano e também nas cortes de contas europeias, especialmente a corte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

francesa. E a composição, como nós sabemos, se dá entre os nove membros, um terço indicado pelo Senado, um terço pela Câmara e um terço pelo Presidente, sendo que desses três do Presidente, um necessariamente entre os auditores, um dentre os procuradores e um da sua livre escolha. Estamos aqui optando, discutindo e escolhendo uma das vagas destinadas ao Senado.

Indaga-se agora, eminente Presidente, caro Senador Oriovisto, qual é o perfil adequado de um Ministro para a Corte de Contas. Parece que esse seria o cerne dessa discussão e dessa sabatina. Na minha opinião, nós devemos ter, é claro, alguns critérios de algumas qualidades necessárias. A primeira delas é, como a própria Constituição exige, o conhecimento, um conhecimento destinado a ter condições na avaliação dos diversos processos e procedimentos que são colocados sob avaliação e análise daquela Corte de Contas, o conhecimento necessário para apurar se houve ou não houve o equívoco, se nós tivemos ou não tivemos ali o procedimento adequado e saber quais são as consequências daquele ato. Portanto, o conhecimento, que é uma exigência constitucional, deve ser sempre arguido e indagado dos membros indicados para essa corte, um conhecimento, portanto, abrangente, que envolva a administração, a economia, as ciências contábeis. Também necessariamente assuntos afetos às políticas públicas são muito importantes para termos, de fato, quanto mais possível, um Ministro que conheça a vida, o dia a dia da administração e que tenha de fato essa experiência, essa trajetória.

Todavia, não basta o conhecimento – isso é muito importante ser reiterado e repisado. É fundamental que o titular do cargo de Ministro do egrégio Tribunal de Contas da União tenha também a chamada sensibilidade para a gestão. Por que motivo? O Tribunal de Contas já tem o seu corpo técnico, como eu disse, muito apurado, mas cabe aos Ministros em especial essa sensibilidade de sopesar, no caso concreto, diante daquelas circunstâncias que são apresentadas, quais são os desdobramentos daquela sua decisão, quais as consequências de seu ato, como seriam as repercussões da sua decisão na vida das pessoas, na vida dos usuários e dos administrados no serviço público. Uma decisão de um Ministro do Tribunal de Contas da União, eminentes Senadoras e eminentes Senadores, repercute, por exemplo, em uma concessão de um serviço público, uma concessão rodoviária, uma concessão de aeroporto, na vida cotidiana diária e na faina permanente de milhões de pessoas. Então, essa responsabilidade e essa sensibilidade devem ser muito aguçadas para a boa gestão pública.

Por isso também a exigência constitucional – e foi sábio o Constituinte em exigir – dessa experiência nessa trajetória, de que tenha o conhecimento próprio da administração pública. Ainda mais me parece que o perfil adequado levaria para uma capacidade para o diálogo e para identificar soluções. Não basta tão somente, eminente Senador Rogério Carvalho, o conhecimento e a sensibilidade se ele não for capaz de apresentar soluções concretas àquele caso que lhe é sugerido e é colocado, desafiando a sua inteligência e a sua criatividade. Dentro das normas, dentro da moldura constitucional, dentro do aparato normativo e da jurisprudência colocados, caberá ao ministro conduzir – sempre com denodo, com firmeza, com ética, mas sobretudo com conhecimento e com essa criatividade, essa capacidade para o diálogo –, ouvir as partes e, ao mesmo tempo, identificar a solução adequada ao interesse público, que é sempre o norte maior a ser procurado no seio da administração. O interesse público, portanto, sempre será a meta fundamental do exercício dessas funções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também se exige, e me parece muito adequado, que uma pessoa que exercerá essa quase magistratura – não pertence ao Poder Judiciário, mas é um chamado magistrado da administração, é uma junção administrativa – tenha equilíbrio, tenha a capacidade de ter equilíbrio, paciência, tenacidade, saiba que ser um órgão julgador significa de fato a capacidade de ouvir as partes e, de maneira serena e equilibrada, apresente a melhor solução. Devemos, ainda, ter a disposição para o trabalho. Não pode haver, de fato, ali qualquer tipo de ausência de empenho, ao contrário, a dedicação deve ser absoluta. Devemos nos desdobrar para apresentar solução a dezenas, centenas e até milhares de processos que desafiam o cotidiano da administração.

E ainda acresço mais uma, eminente Presidente, eminente Senador Eduardo Gomes, que me parece fundamental, que é a autoridade intelectual para liderar equipes. Como eu disse há pouco, o corpo técnico da Corte de Contas é formado de servidores de carreira muito preparados. Por isso é fundamental que nós tenhamos ministros com o conhecimento adequado e com a autoridade para liderar essas equipes, apontando as soluções e indicando, com a sensibilidade necessária ao caso concreto, como nós teremos melhores soluções que atendam e que respondam ao interesse público.

Portanto, isso me parece, senhoras e senhores, eminente Presidente, um perfil, digamos assim, adequado, ideal para o ministro do Tribunal de Contas da União. E aí vamos indagar de maneira muito objetiva: quais são os meus motivos pessoais, eminente Senadora Kátia Abreu, para postular essa vaga, da mesma forma que, legitimamente, V. Exa. e o eminente Senador Fernando Bezerra também o fazem? Em primeiro lugar, a minha dedicação ao tema. Ao longo da minha vida profissional, como aqui foi visto pelo relatório – e aqui agradeço mais uma vez ao Senador Cid Gomes, Senador Giordano –, durante quase 40 anos de vida pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – ...eu me dediquei à administração pública, eu me dediquei, de fato, de maneira muito realista, a esses temas, não só sob o ponto de vista acadêmico, Senador Oriovisto, sob o ponto de vista doutrinário e do conhecimento, mas na prática, no dia a dia, como secretário, como Governador, como secretário geral de ministério, respondendo pelo ministério, e aqui no Senado, atendendo às angústias dos Prefeitos, secretários, daqueles que querem realizar e muitas vezes não conseguem fazê-lo, por desconhecimento das normas e pelo desdobramento, de fato, de alguns equívocos que podem acontecer.

Então, essa dedicação ao tema me estimula e me entusiasma, porque eu me vejo hoje, aos 60 anos de idade, ainda como aquele jovem aluno de mestrado, do meu saudoso Professor Paulo Neves Carvalho, que sempre dizia: "O interesse público deve ser, fundamentalmente, a bússola maior de nossa vida". Então, de fato, eu tenho essa formação e essa dedicação ao tema.

Acredito que tenha, humildemente, um perfil de magistrado: serenidade, equilíbrio, muita paciência, tenho bom senso – acho que o bom senso é algo muito importante nos dias de hoje. Então, esse perfil do magistrado da jurisdição administrativa, acredito, de maneira humilde, reitero, que eu apresento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho essa sensibilidade, como disse há pouco, para as dificuldades do gestor. Aliás, esta tem sido a bandeira do meu mandato ao longo de sete anos: o meu empenho extraordinário em conseguir apresentar à sociedade brasileira o que eu chamo de segurança jurídica, o que pode nos permitir, de fato, que o gestor tenha condições... Ele que é correto, ele que é idôneo, ele que quer acertar, muitas vezes desconhece o desdobramento daquele detalhe da norma e acaba sendo iludido por uma mera irregularidade formal, e essa irregularidade o leva, infelizmente, a uma consequência muito grave. É com tristeza, Presidente Otto, que nós percebemos e acompanhamos até carreiras políticas positivas serem malogradas em razão de acusações indevidas nesse caso.

Então, é fundamental que nós tenhamos essa sensibilidade para as dificuldades do gestor e, para isso, a minha experiência nos governos que realizei, inclusive como Governador de meu Estado de Minas Gerais e também nas diversas outras funções e até mesmo nos exemplos do magistério, me permite esse empenho.

Quero tomar a liberdade de dizer aqui, como disse há pouco, como foi bandeira de meu mandato, da dedicação muito grande a essa matéria. Arrolei – mas não vou cansá-los com isso – diversas proposições de lei e algumas tornadas leis – e nós Senadores sabemos como é difícil um projeto virar lei. Eu citaria, já como lei, a Lei 13.655, a Lei de Segurança Jurídica, votada aqui por todos nós à unanimidade no Senado; a Lei 14.210, sobre a decisão coordenada; a 13.934, que dispõe sobre o contrato de desempenho; a 13.867, da arbitragem na gestão pública; a Lei Complementar 173, de recursos para Estados; e outros tantos e tantos projetos.

Pincei, de todas essas normas, um exemplo concreto e claro daquilo que considero uma solução, Senador Paulo Rocha, para os problemas concretos que temos. Na Lei 13.655, que é de minha autoria, para meu orgulho, há o art. 22, cuja leitura eu me permito aqui, Presidente, que é curta:

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
> §1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Esse dispositivo legal, que foi de minha autoria e transformado em lei com o apoio de todas as senhoras e senhores, é para mim, de fato, um corolário do meu mandato e da minha vida na gestão pública. Nós devemos imaginar o gestor como aquele que enfrenta dificuldades. Não estou citando aqui, reitero, pessoas que ajam de má-fé ou com dolo, mas o gestor de 99% do dia a dia da administração, aquele que quer acertar, mas que, lamentavelmente, tem as circunstâncias da dificuldade.

Lembro-me, Senador Otto, das minhas aulas antigas, quando aluno ainda, do Professor Paulo Neves citando a vida do Prefeito, e de V. Exa., com o convívio de que falava há pouco com os Prefeitos na situação difícil que aconteceu na Bahia, com o cidadão batendo à porta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clamando e solicitando uma solução para seu problema: o Prefeito municipal, tolhido no impedimento legal, sem saber o que fazer, mas diante da necessidade, Senador Fernando Bezerra, se vê na obrigação de tomar uma decisão e, por causa daquela decisão, muitas vezes emocional, mas sábia e atendendo o interesse público, ele pode vir a ser sancionado, porque o julgador, o magistrado, o ministro do Tribunal de Contas da União tem que se valer dessa lei e dizer: "Eu me coloco no lugar dele. Quais as condições, as circunstâncias práticas que exigiram aquela decisão? Quais as dificuldades reais do gestor?".

Eu dou esse exemplo, com muita ênfase, para demonstrar que exatamente este é meu empenho, esta é minha dedicação, este é meu esforço: aliança entre o conhecimento e, sobretudo, sensibilidade para permitir a governança e a governabilidade do Brasil, permitindo o progresso e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, dentro dessa minha pretensão, eu gostaria muito de contribuir para aperfeiçoar a legislação administrativa e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Tenho falado à exaustão que a segurança jurídica, Senador Cid, meu ilustre Relator, tem sido uma necessidade imperiosa no Brasil. Nós temos dificuldades de obter investimentos internacionais, de sermos um porto seguro para o desenvolvimento e a alocação de recursos na medida em que há insegurança jurídica. O gestor não sabe, infelizmente, como vai ser a decisão administrativa. O empreendedor e o empresário, Senador Oriovisto, receiam a alocação dos seus recursos, porque a mudança do comportamento da administração e da interpretação das normas flutua como uma maré, como uma rolha que se coloca no oceano. Isso causa instabilidade, é gravíssimo! E nós sabemos que uma nação desenvolvida dentro do padrão da OCDE precisa necessariamente de forte e robusta segurança jurídica. E o papel do Tribunal de Contas da União nesse mister é imprescindível e é essencial. Portanto, acredito que tenho condições de lá também levantar essa bandeira e batalhar de modo veemente para que a segurança jurídica no âmbito não só do gestor, mas também do empreendedor particular e igualmente do usuário cidadão do serviço público possa ser sempre considerada nas decisões daquele órgão julgador de natureza administrativa.

Já concluindo, no meu minuto derradeiro, Senador Otto, porque serei rigoroso como sempre fui com o horário, em respeito aos nossos pares e aos meus eminentes companheiros de jornada nessa candidatura, eu quero dizer que o serviço público sempre foi a minha vocação, Senador Rogério, desde criança, talvez em razão e mercê de minha família. E, serviço público, que é uma expressão abrangente, que envolve a política, envolve administração, envolve a magistratura, a diplomacia, a defesa nacional e a segurança, eu tive a oportunidade de estudá-lo profundamente nos meios acadêmicos, de ser dele professor. E me orgulho muito de, ao longo de minha vida como professor, ter sido escolhido, Senador Eduardo, continuamente e sempre como professor patrono ou paraninfo das turmas em que tive a oportunidade de ministrar aulas.

Quero dizer que, durante esse período todo, coletando esse conhecimento, eu fui beneficiado, eu fui abençoado tendo governado o meu Estado, Minas Gerais, porque é, de fato, sempre a grande meta daqueles que atuam na política governar o seu próprio Estado. Ainda mais, tive também a felicidade de atuar, aqui no Senado da República, com meus nobres pares, trabalhando ombro a ombro com cada qual, de maneira integrada, com muita equipe, com muita solidariedade, sabendo das agruras, das dificuldades de cada um, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurando soluções e evitando problemas ao atender os projetos e identificar pontos positivos em cada qual.

Por fim, sendo possível exercer, se houver a confiança e o apoio de meus nobres pares, a magistratura administrativa do Tribunal de Contas da União, que não é o Poder Judiciário, mas é uma magistratura administrativa, permitindo, portanto, palmilhar todos esses segmentos, aí sim eu teria condições de continuar me dedicando àquilo a que, de fato, empenhei minha vida, que é a vocação ao serviço público.

E é com esse, de fato, pedido de apoio e de voto de cada qual, na consciência, que agradeço a posição de todos, Sr. Presidente, e a oportunidade que me dá de apresentar este meu relatório, cravado nos 20 minutos.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quero parabenizar V. Exa., Senador Antonio Anastasia, sempre conhecedor do tema. Fez uma exposição dentro daquilo que está pré-estatuído na legislação que cumpre exercer um Ministro do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

Pode ocupar o local em que estava o Senador Antonio Anastasia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, igualmente, iniciar as minhas palavras cumprimentando os Relatores das três indicações. Agradeço ao meu Relator, o meu amigo Senador Eduardo Gomes. Queria também agradecer a participação do meu amigo Governador do Ceará e hoje Senador por aquele Estado, Senador Cid Gomes, e cumprimentar também o Relator Senador Oriovisto Guimarães.

Quero saudar, com muita alegria, nesse processo de escolha – eu não digo de disputa, mas de escolha – entre três companheiros aqui do Senado, a figura do Senador Antonio Anastasia, figura essa de quem me aproximei. Quando ele era então Governador de Minas Gerais e eu, Ministro da Integração Nacional, pudemos desenvolver parcerias que resultaram em benefícios para o povo mineiro e para o povo brasileiro. E quero também cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e dizer à Senadora que, quando fui Constituinte, tive a alegria de criar o seu Estado. Fui um dos Parlamentares Constituintes que viabilizou a fundação do Estado do Tocantins. E, hoje, vejo a senhora representar com tanto brilho esse Estado da Federação, tendo uma trajetória tão exitosa e tão bonita. Portanto, cumprimento a todos e todas.

Meu caro Presidente Otto, como é do conhecimento de V. Exa. e de todos os nobres colegas aqui do Senado, todos sabem que eu nasci em Petrolina, no sertão de Pernambuco, bem ali na divisa com a nossa querida Bahia, às margens do Velho Chico, o nosso Rio São Francisco. Eu faço esse registro, Sr. Presidente, pois muitos laços me conectam à vossa terra. Foi em Salvador que passei boa parte de minha adolescência, onde iniciei e completei meus estudos, à época, conhecidos como ginásio e científico. Foi nesse período que pude conhecer as contribuições de um grande baiano como V. Exa., Senador Otto, o Patrono do Senado Federal, Ruy Barbosa. Ruy Barbosa foi um dos mais brilhantes homens públicos deste País. Suas atuações como jurista, orador e diplomata são lendárias. Não bastasse isso, ele ainda foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Senador da República e Ministro da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse gigante baiano tem lugar assegurado na história deste País e, se lhe tirassem quase todos os méritos, ainda lhe restaria um feito importantíssimo em prol do Brasil: a criação do Tribunal de Contas da União.

Durante a sua gestão à frente do Ministério da Fazenda, em 1890, quando a República recém-nascida ainda aprendia a caminhar, Rui Barbosa propôs a criação da Corte de Contas, como forma de evitar o descalabro com o dinheiro público. O Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República, atendeu ao pedido de seu Ministro, instituindo o Tribunal de Contas em novembro daquele ano.

Nos seus mais de 130 anos de existência, o TCU vem se destacando pela vigilância dos recursos públicos.

Já na proposta de Rui Barbosa, delineava-se a necessidade não só de controlar o volume das despesas, no sentido de não se gastar mais do que se dispõe, mas também de cuidar de sua correta aplicação, prevenindo o uso incorreto dos recursos do Tesouro.

Desde o seu nascimento, o Tribunal de Contas da União cumpre com maestria as suas funções. Graças ao caráter técnico do seu trabalho, além de sua independência operacional, aquele órgão tem contribuído sobremaneira para o melhor funcionamento da República. Sua importância é inquestionável. Seu lastro constitucional mostra isso: desde 1891, todas as seis Constituições brasileiras consagraram o papel fiscalizador do Tribunal de Contas.

Nós, que fomos Constituintes de 1988, mantivemos o Tribunal de Contas da União como responsável por auxiliar o Congresso na fiscalização do Executivo, além de apreciar as ações de administradores de recursos públicos, determinando sanções, quando necessário, dentre outras responsabilidades.

Evidentemente, o Brasil do século XXI mostra-se muito mais complexo do que o do século XIX. O País cresceu em população, ampliou sua economia e aumentou em desafios. Todo esse crescimento requer ações governamentais. Recursos precisam ser investidos em educação, infraestrutura, saúde e uma série de outros setores, com o intuito de fazer o País deslanchar, despesas cada vez maiores, espalhadas por todos os pontos do nosso Território. Dada a multiplicidade das ações e o volume de dinheiro envolvido, as possibilidades de usos incorretos de recursos ampliam-se de modo gigantesco. Fiscalizar a vasta rede de iniciativa do poder público é tarefa hercúlea, com a qual o Tribunal de Contas da União vem lidando de maneira exemplar.

Vale lembrar que as competências do TCU ampliaram-se para também avaliar o desempenho dos gestores públicos, bem como acompanhar os resultados das políticas públicas adotadas pelo Governo. Não basta aos administradores executar corretamente as despesas, mas fazê-lo de forma eficaz.

Por tudo isso, o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União é um dos mais importantes na área pública. Ele requer conhecimento técnico, experiência em gestão e, acima de tudo, sensibilidade para bem fiscalizar os usos do dinheiro público. Requer, igualmente, capacidade de interlocução não apenas com os gestores, mas com todos os cidadãos e organizações impactados pelas ações fiscalizadas. Ouvir diversos posicionamentos sobre determinado tema é imprescindível ao bom exercício do julgador de contas.

Humildemente, creio reunir as qualidades necessárias à ocupação desse cargo e venho pedir o apoio de V. Exas. a essa minha pretensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formei-me em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. E, aqui, abro um parêntese: tive a alegria de ter como professores expoentes como Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Yoshiaki Nakano, que foram figuras que depois se destacaram na vida pública nacional.

Terminei o meu curso de Administração de Empresas e voltei para a minha cidade, Petrolina, onde fui dirigir uma atividade privada do grupo familiar Curtume Moderno. Eu me orgulho muito de tê-la constituído, de tê-la implantado. É uma atividade voltada para peles de carneiro e de cabra, que exporta também, além de atender à demanda do mercado calçadista do Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Franca.

E ainda, antes de ingressar na política, eu tive a alegria de ser Presidente da Autarquia Educacional do Município de Petrolina, que era a mantenedora da nossa querida Facape, a faculdade de Administração de Petrolina, que hoje já tem diversos outros cursos e tem mais de 3 mil alunos. É uma passagem que me orgulha e que fiz questão de expressar nesta reunião de hoje.

Além do título de administrador de empresas, fiz um curso de extensão na Universidade George Washington, em Comércio Internacional, nos Estados Unidos.

Eu estou na vida pública há quase 39 anos. Elegi-me Deputado Estadual de Pernambuco em 1982. Desde então, tenho me dedicado a atuar em prol de meus conterrâneos e de todos os brasileiros.

Entre 1985 e 1986, tornei-me, com muita honra, Secretário da Casa Civil do Governo de Pernambuco, na administração de Roberto Magalhães.

Com menos de 30 anos, lancei-me ao desafio de navegar os meandros administrativos e políticos de uma grande unidade da Federação. O povo pernambucano me escolheu Deputado Federal constituinte em 1986. Durante aquela assembleia, fui Relator da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Quero aqui fazer um destaque: eu atuei ao lado do grande Senador, agora licenciado, José Serra, que foi o Relator dessa Comissão, cujo Presidente foi também Senador nesta Casa, o Senador Francisco Dornelles.

Esse período durante a Assembleia Nacional Constituinte me permitiu conviver com figuras expressivas da política nacional. Aqui vou destacar apenas dois: Ulysses Guimarães e Nelson Jobim, uma convivência quase que diária durante todos quase dois anos de elaboração do novo texto constitucional. Aquele foi um dos períodos mais ricos de minha carreira, contribuindo para reconstruir a lei básica de nosso País. Tive a oportunidade de conviver com grandes expoentes da política nacional num período de imenso aprendizado.

Fui reeleito à Câmara Federal em 1990, atuando como Relator da CPI Mista sobre Fuga de Capital e Evasão de Divisas.

Em 1992, escutei o chamado do povo da minha terra, Petrolina, e concorri à prefeitura. Venci a eleição e passei os quatro anos seguintes dando o melhor de mim àquela cidade.

Em 1997, fui Secretário da Agricultura do Governador Miguel Arraes. Dois anos depois, voltei à Prefeitura de Petrolina, lá permanecendo até 2007.

No Governo de Eduardo Campos, entre 2007 e 2010, acumulei as funções de Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e Presidente do Complexo Industrial Portuário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Suape, dois desafios imensos para qualquer gestor. Com muito trabalho e empenho, conseguimos atrair uma centena de empresas para Suape, impulsionando não só a economia de Pernambuco, mas também a economia do Nordeste.

Entre 2011 e 2013, tornei-me Ministro da Integração Nacional no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Novamente problemas complexos me aguardavam. Trabalhei com afinco em grandes obras de infraestrutura hídrica para o País, na formulação e condução de políticas públicas de irrigação, defesa civil, entre tantos outros desafios.

Em 2014, mais de 2,5 milhões de pernambucanos depositaram sua confiança em mim para representá-los no Senado Federal. Desde então, tenho me empenhado ao máximo na defesa dos interesses do meu Estado e do Brasil.

Minha trajetória de gestor público e de Parlamentar demonstrada nos diversos cargos que ocupei nos três níveis federativos, na Câmara dos Deputados e nesta Casa, me habilitam para o desafio de compor a Corte de Contas do nosso País.

Fui gestor de grandes empreendimentos públicos, mas tive também a oportunidade de executar obras mais singelas, mas de igual responsabilidade e importância, como aquela pracinha para o encontro das famílias, o posto de saúde, a escola e tantas outras tão necessárias para as comunidades beneficiadas. Conheço as dificuldades de administrar os recursos do Erário. Sei que quaisquer dessas atividades, de maior ou menor vulto, estão sujeitas a riscos e incertezas.

Disponho de conhecimentos suficientes para entender os desafios a que estão sujeitos os gestores, diante da crença de que estes procuram direcionar suas ações conforme o direito e a boa-fé.

Aprendi bastante nos bancos de escola, porém, infinitamente mais em todos os postos administrativos que ocupei. Da esfera municipal à federal, lidei com toda escala de problemas: dos dramas cotidianos de um indivíduo a decisões afetando milhões de pessoas. Da mesma forma, sei das dificuldades normativas enfrentadas pelos bons administradores para fazer seu trabalho.

A ação do TCU tem como objetivo proteger os brasileiros dos maus gestores públicos, orientando e informando acerca de procedimentos e melhores práticas de gestão, além da prerrogativa para a aplicação de sanções e multas. O tribunal trabalha como parceiro da administração pública. Por outro lado, não podemos deixar de refletir sobre o que se conceituou chamar de "apagão das canetas", no qual os administradores públicos temem assinar quaisquer documentos por medo do crivo dos órgãos de controle. Isso tem provocado atrasos em decisões administrativas, emperrando o funcionamento da máquina estatal. As recentes mudanças na legislação podem trazer algum alívio a esse cenário, tendo em vista a necessidade de comprovação de dolo para que um agente público seja condenado. Contudo, creio ser possível obter aperfeiçoamentos maiores no tocante ao conceito supracitado, e isso passa por um reforço no enfoque pedagógico da atuação do Tribunal de Contas da União. Ademais, hoje, sem prejuízo ao atendimento das normas legais, devemos priorizar o trabalho da Corte de Contas nos resultados, ou seja, na análise do gasto público sob o prisma de como a política pública executada melhorou e impactou a vida do cidadão, tendo em conta a eficácia e a eficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tribunal pode ampliar seu papel educativo em relação aos administradores, orientar mais, garantindo aos gestores uma linha de ação mais clara em suas atividades. Não quero dizer com isso que a Corte de Contas deva abdicar do seu papel sancionador, mas sim reforçar seu papel referencial para os agentes públicos. Para isso, é fundamental um processo de interlocução com a sociedade, os servidores públicos e os agentes políticos. Somente por meio de um diálogo permanente poderemos aprimorar a atuação do Estado, oferecendo os melhores serviços à população.

Nesse sentido, eu creio que posso contribuir para a construção dos necessários canais de comunicação, interagindo com o Congresso Nacional de forma a buscar soluções legislativas, com vistas a melhor atender às demandas da sociedade. Décadas de atividade política aliadas à minha experiência como gestor qualificam-me para concretizar esse objetivo no papel de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos os Líderes desta Casa, aos Líderes da base do Governo, aos Líderes da Oposição, aos Líderes dos partidos que atuam de forma independente, pela colaboração, pela contribuição durante o exercício em que estou à frente da Liderança do Governo nesta Casa.

Agradeço de igual forma a atenção dos Presidentes que me apoiaram nesse mister, o Presidente Davi Alcolumbre e o Presidente Rodrigo Pacheco, que, através da sua generosidade, compreensão e abertura, me permitiram ter um papel ainda mais destacado na defesa e no encaminhamento da agenda do Governo, que também é uma agenda de interesse da Nação brasileira. Portanto, quero aqui fazer esses registros de agradecimento à colaboração, à compreensão e ao apoio de todos e todas as Senadoras, mas, de forma particular, aos Líderes e aos Presidentes Davi Alcolumbre e Rodrigo Pacheco.

Encerro pedindo, mais uma vez, o apoio de V. Exas. à minha candidatura ao Tribunal de Contas da União, para que, cumprindo a Constituição e as leis deste País, possa empenhar todo o meu esforço, conhecimento e experiência na busca de garantir uma boa administração pública à altura dos anseios da nossa sociedade. Nesse sentido, Presidente Otto, buscarei realizar um trabalho à altura da Corte idealizada por Ruy Barbosa há 130 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra e o parabenizo pela sua exposição. E, na sequência, concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, para que, de igual forma, também proceda à sua exposição de motivos na tentativa de ir ao Tribunal de Contas da União.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para expor.) – Bom dia a todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, os que estão aqui neste momento presentes nesta reunião, mas também os colegas que estão acompanhando remotamente dos seus gabinetes por conta das regras com relação à covid – mas estão todos atentos nas sabatinas para fazer a melhor escolha para o País.

Quero cumprimentar os Relatores Cid Gomes, do Ceará, Eduardo Gomes, do Estado do Tocantins. E, de modo especial, quero dizer que o meu Relator... Foi-me dada a prerrogativa por Otto Alencar de que eu pudesse escolher o meu Relator. E, entre tantos membros da CAE, eu sinceramente em dúvida com tanta competência, com tanta amizade, mas o Senador Oriovisto, apesar de breve convivência, significa para mim muito – uma pessoa especial, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que tem espírito público, uma pessoa obstinada, que tem uma experiência enorme de vida. E eu me espelho nele em vários momentos aqui nas minhas decisões, mesmo sem expor ou externar. Muito obrigada por ter aceito. Sou muito privilegiada de tê-lo como Relator.

Quero cumprimentar os meus colegas que estão aqui também na disputa, concorrendo por esta vaga ao TCU, legitimamente: Senador Antonio Anastasia e Senador Fernando Bezerra – que dispensa apresentação, é conhecido de todos nós e do Brasil.

Espero que os nossos Senadores, iluminados pelo Espírito Santo de Deus, possam fazer a grande escolha não para o Senado Federal apenas, mas principalmente a melhor escolha para o nosso País.

Cumprimento os Presidentes de partidos, de todos os partidos do Brasil. Um abraço especial. Obrigada pela confiança de tantos Presidentes de partidos que estão me apoiando. Agradeço sinceramente.

Registro a presença do Senador Vicentinho, do meu Estado do Tocantins, que aqui está presente, bem como a do Deputado Vicente Júnior e a do meu filho também, do Estado do Tocantins, o Senador Irajá.

De forma especial, eu gostaria de, cumprimentando-a, agradecer à D. Veroca, à minha mãe, Veroca, que veio especialmente do Rio de Janeiro, onde ela mora, para assistir a esta reunião – já pedi para ela não chorar.

Quero agradecer aos meus sete irmãos. Sou de uma família em que sou filha única, com sete irmãos, homens. Eu fui criada já em um ambiente de luta, em um ambiente de desafio. Todos os meus sete irmãos estão presentes aqui, nesta reunião ou no meu gabinete. Dois dos meus irmãos são auditores do Tribunal de Contas da União, concursados, com louvor, há muitos anos.

Cumprimento os meus netos, que também estão no meu gabinete, e os meus três filhos.

Infelizmente, meu pai não está aqui, porque, há alguns anos, ele faleceu, mas, com certeza, o mineiro das Minas Gerais, de Três Pontas aqui estaria, ao meu lado, neste momento tão importante.

Eu ouvi aqui exposições muito apropriadas, muito importantes, com muito conteúdo. E eu quero confessar a todos que estão aqui, neste momento, como o meu amigo Senador Marco Antonio Costa, ex-Senador, meu suplente, que eu fui mais ou menos atropelada pela vida no que diz respeito aos estudos, no que diz respeito a uma carreira acadêmica. A minha mãe é psicóloga, psicanalista, que começou o curso de Psicologia depois que se separou, que se desquitou, como era naquela época ainda. Eu tinha dez anos de idade, e morávamos num bairro de classe média baixa no Estado de Goiás, em Goiânia, o Bairro Feliz, de onde tenho grandes lembranças, onde tenho grandes amigos até hoje.

Foi lá no Bairro Feliz que eu aprendi a lutar, espelhada na D. Veroca. Ela fez de tudo, só não deu mau exemplo para seus filhos: costurou, fez doce, fez bolo, fez tudo que podia para sustentar os três filhos e o casal de pai e mãe idosos que moravam conosco. E ali aprendi a lutar, e nós juntas lutamos juntas. Aos 15 anos de idade, nós criamos uma escola de crianças especiais, sem um real. Nós éramos a diretora, a professora, a merendeira, a faxineira e a porteira – nós duas. Salário zero, mas foi um dos melhores momentos da minha vida. Convivi com crianças especiais, crianças excepcionais que foram para mim uma aula de vida sem precisar frequentar nenhuma escola. Depois, aos 17 anos de idade, a D. Veroca quis fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu mestrado, e, naquele tempo, não havia mestrado em todos os lugares e ela teve que ir para o Rio de Janeiro atrás da Fundação Getúlio Vargas. E eu, aos 17 anos de idade, assumi a Escola de Ensino Especial Pirilampo, dois anos depois com 270 alunos, e eu dirigi essa escola aos 17 anos de idade sem ter oportunidade ainda de nenhuma formação técnica, mas apenas com o amor, com a paixão, com a garra e a vontade de vencer.

E a minha mãe fez o mestrado dela. Ela fez o doutorado dela depois nos Estados Unidos, com bolsas conseguidas a luta a pau e pedra para se formar. Passou, formou-se com louvor na Universidade Católica e já se transformou, sem concurso, automaticamente em professora daquela faculdade. Lecionou por 30 anos. Então, eu tive a oportunidade de ter a bolsa de estudos porque era filha de professora. Pude cursar Psicologia. E, quando digo que fui atropelada pelo destino, é porque eu queria ser igual a ela, eu queria ser uma psicanalista, mas, no último ano de Psicologia, em que eu estava terminando o meu curso, imaginando o meu consultório, o meu divã, apaixonada por Freud, por todas as tuas teorias – eu já tinha me casado aos 20 anos –, aos 25 anos, no último ano de Psicologia, eu fiquei viúva com três filhos – o Senador Irajá, com quatro anos de idade; o Iratã, que está ali atrás, meu filho, com 1 ano de idade; e a minha filha, que está ali sentada hoje, formada em Relações Internacionais, dois meses de gravidez.

Deus impôs, a minha vida inteira, luta – luta! Por isso é que muitos amigos perguntam para mim: "De onde é o remédio que você toma? Que vitamina você bebe para ter tanto vigor, tanta garra e tanto trabalho?". A minha vitamina é a minha história, é o exemplo da minha mãe e a minha fé no Espírito Santo de Deus. É isso que me move.

Lembro-me de que, num acidente aéreo, o pai do Senador Irajá faleceu tragicamente, e aquele foi o primeiro desafio. Eu queria ser uma psicóloga, e o ex-marido falece e deixa uma propriedade rural. Eu não sabia o que era a diferença de um boi para uma vaca. Eu não sabia a diferença do arroz com a soja plantada. Eu não entendia absolutamente nada. Eu não conhecia sequer as divisas da fazenda. Meus irmãos, meus tios, todos homens, se reuniram e disseram: "Você vai vender a fazenda e vai vir embora para Goiânia criar seus filhos aqui, junto de nós". E eu, mais uma vez teimosa, tinhosa, falei: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira".

Formei a duras penas porque a minha mãe praticamente me obrigou, que eu tirasse o meu diploma. Eu não tinha diploma de veterinária, de agrônoma, de técnica em ciências agrárias, nada, absolutamente nada, era uma aprendiz de psicóloga.

Eu disse para mim mesma e disse à minha família, tomei uma decisão e eu vou ser fazendeira, vou ser produtora rural e vou ser uma das melhores do País. Ninguém vai passar na porta da minha propriedade rural e vai dizer que é uma fazenda de viúva, porque esse é o termo que se usa quando passa na porta de uma fazenda qualquer, de homem ou de mulher, e se for desleixada o apelido é fazenda de viúva. É o preconceito que se tem contra a mulher há muitos anos.

Eu disse aos meus funcionários: "Aqui não vai levar essa pecha de fazenda de viúva, porque eu vou ser uma grande gestora, vou aprender na marra". E foram meses afinco de estudo, grávida, sem sair da propriedade rural, sem poder montar um cavalo, sem poder ajudar na lida, no meio de uma vacina do gado, uma chuva que Deus mandava, lama para todo lado e eu não sabia se chorava ou se trabalhava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu venci, gente, a minha fazenda nunca teve fama de fazenda de viúva. Seis anos depois, uma ilustre desconhecida, a esposa do Irajá, que era assim que o meu nome era. Eu não tinha nome, era a viúva do Irajá, que era o nome do pai do Irajá. E eu falei: "Vou resgatar o meu nome de volta". Tenho admiração pelo meu ex-marido, mas eu quero ter o meu nome e vai ser Kátia Abreu.

Nunca imaginei política na minha vida, pura sensibilidade. Quando as pessoas me ligavam ao telefone: "Quem está falando?" "Kátia Abreu". Não titubeava e dali em diante sem saber a diferença de um boi com uma vaca, sem saber pilotar um trator, que aprendi na marra por causa da gravidez, eu não podia montar a cavalo, eu não podia montar na carreta, tive que aprender a pilotar um trator para poder rodar a minha fazenda, para cuidar do que o meu marido tinha deixado com sacrifício e fome que ele passou na juventude para deixar esse patrimônio para os seus filhos.

Quando ele era vivo, ele dizia para mim: "Se eu morrer – estou falando de gestão –, Kátia, nós devemos isso, você paga com isso e você deixa a fazenda quieta porque você não vai dar conta, mas os meninos quando crescerem vão lá e arrumam tudo de novo". Eu nem dava importância para essa fala, mas, quando ele morreu, eu me lembrei dela. Falei: "Você está enganado – disse para ele em silêncio –, eu vou dar conta dessa fazenda, eu vou administrá-la com excelência, eu vou trazer tecnologia, inovação e vou provar que sou capaz".

Seis anos depois, eu me transformei na primeira mulher a presidir um sindicato rural da segunda maior cidade do Estado do Tocantins. Uma disputa avassaladora, dificílima entre um grupo político muito tradicional, e eu venci. Dali em diante, Deus me abençoou para o resto da vida; nunca mais vacilei, titubeei, depois desses episódios tão difíceis na minha vida.

Não tenho tradição política, não tenho pai político, avós políticos, nada, nem filhos, meus filhos pequenos, hoje eu tenho os meus filhos políticos e hoje eles podem dizer que têm uma mãe política, mas eu não tive essa mesma sorte.

Entrei na carreira política a convite e por resultado de um trabalho de eficiência no sindicato rural, na minha propriedade rural, na federação da agricultura do Estado, fazendo revoluções e transformações, as minhas pequenas revoluções, as minhas pequenas transformações que, aos olhos dos outros, podem ser pequenas, mas que, para mim, foram grandes revoluções que eu fiz por onde passei, focada na gestão, na organização, nos mínimos detalhes desde criança.

Nós éramos muito pobres e humildes, e a minha juntava as caixinhas para eu guardar os brincos, para guardar os anéis, porque eu tinha mania de organização, como tenho até hoje. E aprendi muito com o pai dos meus filhos. Era um homem obcecado por gestão e administração. Eu o agradeço até hoje pelos ensinamentos que me deu.

Por onde passei, administrei alguns milhões e bilhões de reais e, graças a Deus, eu não tenho um processo que duvide da minha idoneidade. Eu sei que muitos são processados injustamente e vão provar a sua inocência, mas eu, graças a Deus, fui abençoada por não ter nenhum processo.

Passei anos administrando o Sistema S, auditado pela CGU, auditado pelo Tribunal de Contas da União... Quantas vezes o Tribunal de Contas da União me passou raiva! Quantas vezes esses auditores nos passam raiva, às vezes, mas estão fazendo o seu trabalho! E, graças a Deus, o trabalho deles corrigia o meu. Eu dizia à minha equipe: "O que eles indicarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos fazer. Eles estudaram para isso". E isso fez com que eu chegasse até aqui, meus amigos, com muita organização, obstinação, obcecada pela administração, pela gestão, mesmo sem ter frequentado nenhuma universidade na área.

Tenho muita inveja daqueles que puderam fazê-lo, admiro todos aqueles que frequentam a universidade, que vão para as pós-graduações, que vão para os doutorados e mestrados da vida. Eles têm todo o meu aplauso. Um trabalho que nós precisamos perseguir são os nossos jovens não perderem as suas vidas no ensino médio, abandonando a escola e abandonando o seu futuro. Na verdade, a universidade dá, sim, o pensamento lógico, mas é na prática da vida que se testam as teorias das universidades. Para mim, que não tive essa oportunidade de ir para as grandes universidades, os grandes estudos, estudar fora, conhecer Lacan, conhecer Freud na França, em Viena... Quanto eu sonhei com isso! Mas Deus fez com que eu fizesse de um limão uma limonada, uma limonada suíça, uma limonada maravilhosa e doce com a minha vida, que eu pratico até hoje.

Na realidade, amigos, colegas e todos que me ouvem aqui, todos os 81 Senadores da República têm todas as condições de pleitear uma vaga no Tribunal de Contas da União. Não estou aqui porque sou melhor do que nenhum de vocês; apenas uma oportunidade e um desejo surgiram. Qualquer Senador da República, qualquer Deputado Federal pode. Não se exige, inclusive, obrigatoriedade de curso superior para vaga do Tribunal de Contas da União. Isso significa que a experiência vale muito, que a experiência vale bastante.

E foi essa experiência da vida pública, onde iniciei minha carreira como Deputada Federal, a primeira vez, como suplente, que me amadureceu, me deu humildade, me ensinou tanta coisa. Depois, um mandato glorioso, a mais votada do Tocantins. Fiz a minha legenda própria, um dos 23 Deputados à época que conseguiram fazer a sua legenda; ninguém no Tocantins ainda conseguiu bater o meu recorde. Fui a terceira, proporcionalmente, no País, depois de apenas dois anos como suplente, a oportunidade que o Governador Siqueira Campos me deu de ficar na Câmara dos Deputados. Fui imediatamente convidada para a bancada ruralista. Trabalhamos um exército a favor desse grande setor que eu tenho um orgulho enorme de representar, o setor que sustenta a economia nacional, que apoia a economia brasileira. Quantas transformações a Frente Parlamentar da Agricultura trouxe ao País de benefícios, lutando com dignidade, com transparência, com espírito público, sem nenhum ato não republicano? Essa é a bancada ruralista que eu conheço, com a qual eu convivi na Câmara dos Deputados e que fui a primeira mulher a presidi-la – uma bancada de 230 Deputados Federais.

E foi assim, caro Presidente, que eu cheguei até aqui, à CNA, ao Ministério da Agricultura. Eu sempre digo que o Ministério da Agricultura, Senador Oriovisto... A agricultura não me deu trabalho no Ministério da Agricultura, o que me deu trabalho no Ministério da Agricultura foi a burocracia infernal. Nós tínhamos um ministério de papel, nós não tínhamos nada digitalizado, nada, processo algum, nem do passado e nem do presente. Em 90 dias – em 90 dias de Ministra –, eu fiz a automatização do Ministério da Agricultura. Só não tive tempo, pelo período curto que lá fiquei, de digitalizar o passado. Salas e salas alugadas armazenando documentos. Um dia eu fui negociar com a União Europeia, com o negociador europeu, pedi ao ministério: "Dê-me tudo que eles já pediram de negociações conosco". Trouxeram-me meia dúzia de coisa. Eu falei: "Só isso?". "Só." "Vou atender tudo e nós vamos chegar lá e vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistar tudo que queremos." Quando eu sentei na frente do negociador, ele disse: "Nós temos 60 processos de pedido de autorização de abertura de mercado do Brasil e vocês nunca nos deram nem satisfação". Voltei envergonhada. Cheguei ao Ministério da Agricultura e fiz uma carta para ele: "Por gentileza, diga quais são os processos para que eu confira". Mas era mentira, eu não sabia dos processos. Não havia números, não havia nada naquele ministério. E aí então a União Europeia me enviou os 60 processos e nós então pudemos encontrá-los. Em 90 dias, nós conseguimos... Através do quê? Sem uma licitação, com o mecanismo do Ministério do Planejamento, que há de graça para quem quiser, esqueci o nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O SEI. Gratuitamente do Ministério do Planejamento.

Moisés, meu marido... Eu me casei pela segunda vez, tenho seis anos de casamento. Fiquei um período de 28 anos solteira, viúva, sem nenhum relacionamento dentro de casa, criando os meus filhos e vencendo na vida – era o que eu queria. Não sabia direito nem o que era o vencer que eu queria, mas eu queria vencer. E o meu marido, Moisés, que é um grande gestor, eu devo muito a ele os ensinamentos, porque, mesmo antes de casar, nós trabalhamos juntos. Ele é um gestor de excelência, e eu quero aqui fazer esse reconhecimento de público.

O Ministério da Agricultura pretendia fazer as exportações, e encontrei lá dentro um cartel que decidia se o frigorífico A exportava, se o frigorífico B ficava aberto, se o frigorífico C ia fechar. Fizemos uma limpa com autorização expressa da Presidente da República. Tiramos todas as influências negativas que seguravam e amarravam o País.

Numa regulamentação que não passou de cinco linhas, eu autorizei imediatamente a todas as indústrias agroalimentares do País que, se tivessem o SIF, já estavam automaticamente autorizadas a exportar. Não! Lá havia uma segunda época, o SIF não era suficiente. O SIF é suficiente só para brasileiro comer, mas se for lá para fora, tem que ter ainda um nível mais elevado. Eu falei: "Tinha; não tem mais". Se serve para o brasileiro comer, tem que servir para o estrangeiro também. E a partir daí, quantas empresas frigoríficas, Jayme Campos, de frango, de suínos, de bovinos puderam exportar apenas com o seu SIF! O problema da empresa é fazer negócio lá fora; isso não é problema do ministério. E fizemos um dos grandes feitos.

Além de que, em um ano e meio de gestão no Ministério da Agricultura, nós tínhamos uma amarra com as pequenas agroindústrias do País, que não podiam vender de uma cidade para outra, não podiam vender de Minas Gerais para São Paulo, não podiam vender do Paraná para Santa Catarina os produtos feitos das pequenas cooperativas. Está aqui a Eva, que sabe disso. Foi um trabalho hercúleo, e descentralizamos isso para todo o País. Para as prefeituras, criamos um sistema exemplar, e hoje quem não tem os seus sistemas municipalizados é porque não quer, mas o sistema existe, para poder atender as micro e pequenas indústrias do País. Com o ato – um ato feito –, 2,3 mil microagroindústrias do Brasil ficaram libertas para vender nos Estados vizinhos, do dia para a noite.

E é disso que eu quero falar com vocês, para finalizar.

O meu tempo é aquele lá, Presidente, onze minutos? (*Pausa.*)

Já acabou meu tempo? Eu vou encerrar. Desculpa, Presidente, eu vou encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero fazer no Tribunal de Contas? Lá há técnicos, os melhores servidores públicos do País... Não vou dizer que são os melhores para não ofender ninguém, mas se houver um *top* dez, os servidores do Tribunal de Contas estão aqui no *top* dez. São assessores de excelência, de grande qualidade. Qual é o grande problema hoje do Tribunal de Contas, o Congresso Nacional e os nossos gestores? São mais de 5 mil Prefeitos espalhados por esse Brasil e no meu Tocantins, principalmente Prefeitos 0.6, que são os Prefeitos das microcidades, que não têm recurso para contratar gente eficiente e capaz para poder organizar suas licitações, para organizar suas contas, não têm capacidade própria e nem de contratação de pessoas que possam ajudá-los. O que eu quero levar para o Tribunal de Contas é o fortalecimento desse elo extraordinário que se chama TCU e Congresso Nacional. Nós não somos inimigos, nós somos é parceiros, e se o Tribunal de Contas está fazendo alguma coisa que está incomodando o Congresso Nacional, cabe a nós fazermos as leis, reformulá-las para eles cumprirem. Eles estão lá, ávidos, esperando-nos, para que soluções sejam levadas.

Eu, desde agosto, tomo aula com vários auditores, aula de caderno em punho e caneta, entendendo por dentro e por fora, mesmo sem saber se vou ser eleita pelos meus colegas Senadores, mas seguro morreu de velho. Não quero fazer o que eu fiz lá atrás, em 30 dias ter que aprender o que que era um boi e uma vaca. Quero estar sempre preparada para tudo. E se os meus colegas não me escolherem, eu não perdi meu tempo. Eu ganhei, aprendendo o que é o Tribunal de Contas e usufruindo, explorando o Tribunal de Contas muito mais do que faço hoje, com dois mandatos de Senadora da República. Quantos ministros vêm aqui? Banco Central, Ministro da Fazenda, e nós não chamamos o Tribunal para nos ajudar, antes disso, a questionar, a sabatinar, a ver as contas. Eles estão prontos, eles são os nossos servidores. Então, essa interlocução é fundamental.

Outra interlocução muito importante é do Tribunal com Judiciário, com a modernização e a mudança nas leis. Há muitas decisões e súmulas do TCU que já não estão compatíveis mais com a Justiça. Isto não é bom: a desmoralização de nenhuma instituição brasileira. Todas têm que ser fortes. Precisa é de articulação. E nisso, gente, modestamente, a Kátia Abreu da roça, lá do Tocantins, minimamente sabe fazer: articular, conversar, debater, encontrar solução, trazer a realidade desse Brasil gigante – realidade de Axixá, de Esperantina, de Talismã, de Formoso do Araguaia, das cidades da Amazônia inteira, do Nordeste – para dentro do TCU, a nossa realidade, do Brasil de verdade, do Brasil que vive e fervilha e quer participar e trabalhar.

E encerro, Presidente, dizendo que, além de ser essa interlocutora, essa pessoa habilidosa e obstinada, detalhista – dentro de casa, inclusive, modestamente, sou uma boa dona de casa, meu marido fala –, eu quero lutar, com bravura, pela eficiência do Estado brasileiro, pela desburocratização deste País. Não há mais possibilidade. O Brasil chega, chega, chega, perto, perto, perto. Quando nós pensamos que tudo vai acontecer, parece que uma força – o Confúcio disse isso ontem – negativa puxa para trás. Não sai a reforma administrativa, não sai a reforma tributária, não saem as reformas por que o Brasil clama, grita e chora. Como se explica um negócio desse, com um Congresso, gente, que trabalha 24 horas? Pensem o que pensam lá fora. Eu sou testemunha ocular do trabalho desta Casa. Um tribunal que trabalha sem cessar. As cortes superiores que trabalham sem cessar. O Executivo que trabalha e noite, os Governadores, os Prefeitos, os Deputados Federais, estaduais, um povo inteligente igual ao brasileiro. O que está acontecendo conosco? Por que não crescemos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que não evoluímos na competitividade? Pegue o *ranking* da competitividade mundial: em que lugar o Brasil está? É a décima economia do mundo. Em nenhum lugar nós somos excelência. Nós somos inferiorizados em todos os níveis da competitividade mundial eleitos pelo Banco Mundial. Não é aqui deste Governo do Presidente Bolsonaro não. É de décadas, e nós não conseguimos avançar. Nós temos que unir as cabeças e as forças e passar por cima de tudo isso e dar condições de trabalho ao povo brasileiro, aos empresários, às micro e pequenas empresas, aos médios, aos grandes, aos produtores rurais, aos trabalhadores, que vivem assombrados, com medo de perder seus empregos.

Na minha concepção, meus colegas, a grande excelência deste País não somos nós, Senadores e Deputados. A grande excelência, verdadeira, deste País é o contribuinte brasileiro. Essa é a nossa excelência, a quem nós devemos nos curvar. Não é o contribuinte banqueiro, o contribuinte rico, o industrial. São todos, aquele, na hora em que compra o pão com manteiga, o açúcar, o café, cujo imposto fica lá dentro.

Ele também é excelência, o senhor contribuinte. Esse deve ser o foco. O contribuinte não pode ficar do lado de lá do balcão, o contribuinte tem de ficar é de cá, porque ele é que é o patrão, e nós temos que nos curvar e fazer o que ele quer. Quando eu digo fazer o que ele quer, me refiro a trabalhar, a dar condições pra trabalhar, é só isso que esse contribuinte quer.

Eu poderia ficar aqui, Sr. Presidente, horas e horas, horas e horas. Eu sou uma apaixonada por este Brasil, eu sou apaixonada por este País, eu amo este País, eu amo o meu Estado de Tocantins, eu sou alucinada por tudo o que nós temos, eu tenho um orgulho fabuloso de todas as regiões do Brasil, uma vontade de ver a infraestrutura progredir, as nossas agências reguladoras protegerem de fato o contribuinte, porque não fazem esse papel de excelência. E, no TCU, esta é uma das metas que eu quero levar pra lá: a fiscalização presente, rente com as agências reguladoras, fortalecendo as agências, dando-lhes poder de trabalho e de apoio a quem trabalha neste País.

Quero agradecer a todos mais uma vez, mas, em primeiríssimo lugar, agradecer a Deus. Eu tenho uma fé inabalável. Eu sou católica apostólica romana praticante e respeito todos os cristãos, respeito todo ser humano, com suas crenças, os que não tem crenças, cada um tem as suas opções. Eu tenho paixão por Cristo, eu tenho paixão pela Santíssima Trindade. É essa fé que me move, é essa vontade de vencer. Não quero ir para o TCU para me aposentar, não quero glórias em currículo, não quero glórias no meu currículo, eu não quero um final de currículo, eu quero um final de história, de caminhada, para olhar pra trás, com os meus filhos e os meus netos, e dizer: valeu a pena.

Obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Encerrada a participação da Senadora Kátia Abreu, pergunto se algum Senador deseja usar da palavra ou discutir a indicação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não há nenhum Senador que queira discutir ou fazer a interpelação dos indicados que aqui usaram da palavra.

Senador Rogério Carvalho?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu ainda tenho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, Senador, eu encerrei tão emocionada...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora Kátia, V. Exa. ultrapassou os dez minutos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu não pedi voto!

Por favor, amigos, colegas Senadores e Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. falou por 30 minutos!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... eu gostaria de pedir o voto a todos vocês se for possível. Aos que não puderem me dar o voto, eu agradeço da mesma forma.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar o Senador Anastasia, o Senador Fernando Bezerra e a Senadora Kátia Abreu por suas histórias de vida, cada um dos três com suas histórias repletas de acumulações que os qualificam ao exercício desta função de ser Conselheiro do Tribunal de Contas da União.

Eu creio que, na Constituição de 1988, quando se estabeleceu o papel do Tribunal de Contas... Sabendo que é um órgão assessório do Congresso Nacional, me chama a atenção que nós votamos e elegemos dois membros, as Casas Legislativas elegem dois membros para o Tribunal de Contas, e a gente não consegue dar àquela casa o papel de assessoria ao Legislativo.

Não cumpre esse papel, cumpre a função de um organismo com muita força, quase um poder paralelo, que interfere, às vezes de forma indevida, no trabalho das administrações do Executivo ou de outros – principalmente do Executivo –, interrompendo obras, ou seja, criando regras que, às vezes, são mais importantes e relevantes do que a própria lei. Isso é absurdo. Eu nunca vi uma norma infralegal ter mais força do que a lei; e, muitas vezes, as normas infralegais do Tribunal de Contas da União se sobrepõem à legislação, à lei emanada desta Casa e da outra Casa do Congresso Nacional, que têm a legitimidade do voto.

Veja, Sr. Presidente, quando a gente pensa na democracia, a gente pensa que todo o poder emana do povo e a vontade soberana do povo deveria prevalecer, a vontade do legislador deveria prevalecer, mas nós temos criado máquinas de morte da democracia brasileira. Entre elas está a forma como determinados organismos de Estado que deveriam assessorar, que deveriam contribuir para reforçar a democracia, para garantir a isonomia e uma certa qualidade na atuação acabam tendo um papel político – como tudo é político, e eu não estou questionando isso – de interferência na opção que o voto estabeleceu para quem governa e que é interrompido por um ato, às vezes, de alguém que não tem nenhuma envergadura e nenhuma delegação popular para definir aquela posição.

O que eu espero de qualquer um dos três que sejam escolhidos por nós Senadores é que lá façam a diferença, é que lá chamem o feito à ordem e ajudem a consolidar a democracia, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não mais uma instituição que auxilia, que envenena a nossa democracia, porque retira do poder das nossas leis a referência que deve ser seguida na administração pública e que, às vezes, faz a subsunção, ou seja, empacota tudo debaixo de um acórdão, faz a substituição da própria lei por uma norma infralegal.

Então, nós precisamos, de fato, de pessoas que tenham esse compromisso. E espero que esta Casa consiga escolher aquele ou aquela que tenha as melhores condições de cumprir um papel... Eu já vi, Sr. Presidente, como presidente de sindicato no interior de São Paulo, numa disputa política de cooperativa de médicos, a crítica que faziam à Unimed de uma determinada cidade que era base do sindicato que eu presidia pela forma como aquela direção tocava... A oposição fazia uma crítica ao modo como aquela direção tocava a cooperativa de médicos, mas, assim que ganhou a eleição, a cultura institucional subsumiu, abduziu toda a crítica e a existência daquela oposição. Era como se não fosse oposição, como se fosse uma seita institucional.

Quem sair desta Casa não pode se submeter à posição de que aquilo é uma casa intocável, de que aquilo é uma organização que não pode ser questionada. Deve ser questionada.

Por exemplo, quando a gente questiona, como Senador, como membro do Parlamento, ao qual aquela casa está subordinada, por que não há revisão dos preços, tabelamento do lucro e de outras coisas que não cabem: "Não, é muito trabalhoso; não, é muito dificultoso". Nós não temos, emanada daquela casa, referências de preços para ajudar os Municípios, os Estados, a União, para que façam a coisa certa. Mas a gente tem uma vaidade enorme na hora de interferir, de parar, de querer ser estrela, como se ali fosse uma casa política. Não é. É uma casa assessora ou acessória de um Poder, porque só existem três Poderes nesta República: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e, que emanam do povo, verdadeiros poderes democráticos são o Legislativo e o Executivo, porque deles vêm ou neles está manifesta a vontade do povo.

Então, é preciso, para concluir, que nós tenhamos esta consciência ao chegarmos lá: que ali é um órgão acessório, para assessorar um Poder a cumprir uma das suas funções, que é fiscalizar o orçamento, fiscalizar o funcionamento da nossa institucionalidade, o funcionamento do Executivo, o funcionamento do Legislativo, da execução e principalmente da aplicação do recurso público.

Então, outra questão que eu queria trazer: chega, não é? O Tribunal de Contas, Sr. Presidente, mesmo nas transferências voluntárias, que são recursos dos Estados e dos Municípios, quer interferir, mesmo havendo tribunais de contas estaduais e, em alguns casos, tribunais de contas municipais. Virou dinheiro de transferências que não são voluntárias, involuntárias, que é recurso dos Estados e dos Municípios, dos entes federados. É preciso respeitar o que diz a Constituição, que nós somos uma República Federativa trina, com três entes federados com autonomia entre si, e que não cabe ao Tribunal de Contas cumprir tarefa nessas... Tem que transferir, tem que acreditar. "Ah, não, mas não faz direito. Não faz direito". Então, acabe, proponha acabar, centralize tudo, mas essa interferência o tempo todo, essa confusão institucional a gente precisa sanar para o bem da democracia e para o bem do funcionamento da nossa institucionalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como não há nenhum outro Senador ou Senadora que queira discutir, a Comissão de Assuntos Econômicos considera que a Senadora Kátia Abreu, que o Senador Antonio Anastasia, que o Senador Fernando Bezerra, indicados para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, preenchem todos os pré-requisitos necessários de acordo com a legislação, a Constituição Federal, para ocupar o cargo de tão relevância e importância naquela corte.

Portanto, não haverá votação nominal; a votação será simbólica.

Os Senadores e Senadoras que aprovam os nomes dos indicados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os projetos de decreto legislativo seguirão, com as indicações aprovadas, ao Plenário do Senado Federal, onde será a votação nominal e secreta para a escolha dos nomes.

A reunião está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezoito minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Davi Alcolumbre. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 172, de 2014 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 19/2021-CAS, para realização de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 256, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2868, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 172/2014, que “modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria”." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (CASPDI), com o objetivo de discutir a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que entrará em vigência em 2022, no que diga respeito à substituição do código R54 (senilidade) pelo código MG21 (“old age” ou velhice)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (CASPDI), providencie a inserção em ata de voto de solidariedade às entidades, organizações e movimentos de defesa dos direitos da pessoa idosa, para propor à Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil que reavalie o uso do termo “velhice” na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), com a adoção de critérios mais adequados para a classificação de doenças relacionadas à pessoa idosa." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas para as Pessoas com Doenças Raras (CASSPPDR), com o objetivo de discutir o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2) - Doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura (alfacerilipase), aprovado pela Anvisa, e única medicação disponível indicada para esta doença." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Estamos na semana em que celebramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que ocorre no dia 3 de dezembro.

Eles pedem que nós possamos fazer aqui – achei isto interessante – um relato de como está a situação aqui, no Plenário da nossa Comissão, da CAS.

Eu diria aos amigos que estão nos acompanhando que eu estou de terno azul, uma gravata, muito bonita, azul, o *bottom* do Senado do lado esquerdo... Temos aqui bastantes pessoas participando da nossa reunião. Há dois *laptops* aqui na minha frente. E é isso.

É um prazer saber que vocês estão nos acompanhando.

Esse foi um pedido que nos fizeram aqui, da nossa assessoria da Mesa, e nós estamos mostrando como está funcionando a nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais.

Temos bastantes Senadores *online*. Vejo aqui a Senadora Maria do Carmo, vejo o Senador Paulo Paim, o nosso querido Senador Flávio Arns, a nossa Vice-Presidente Zenaide Maia, também a Senadora Mara Gabrilli... Com certeza, daqui a pouquinho, vamos ter mais Senadores participando da nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– cópia do Ofício nº 14.857, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, o qual encaminha cópia da decisão exarada no ADPF nº 131, que trata do exercício da profissão de optometrista;

– cópia do Ofício nº 881, de 2021, do Conselho Nacional de Saúde, o qual encaminha a Recomendação nº 30, de 2021, que recomenda medidas relativas ao debate sobre os critérios de precificação de medicamentos no Brasil;

– Ofício nº 97/2021, do Conselho Nacional de Assistência Social, o qual manifesta preocupação em relação aos rumos dos atendimentos aos usuários da assistência social com a redução orçamentária de 2022 e encaminha o Manual de Emendas Parlamentares do Conselho;

– cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades contendo considerações sobre FGTS, temas relacionados à saúde, assistência social, saneamento básico e emprego.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo colegiado.

Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio de aplicativo do Senado Digital nas deliberações normais, como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O nosso Senador Flávio Arns pediu a palavra. Logo em seguida, falará a nossa querida Vice-Presidente desta Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Zenaide, você pediu também? Não? (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero só lembrar, como V. Exa. já fez, que o dia 3 de dezembro, como foi dito, é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. E quero lembrar também que o dia 5 de dezembro é o Dia Nacional da Pastoral da Criança.

V. Exa. fez uma autodescrição para as pessoas cegas saberem qual o contexto do ambiente, e eu faço a mesma coisa também, dizendo para as pessoas que nos acompanham que estou falando com camisa esporte, barba branca já, um pouquinho escura, já meio careca também, com uma estante de vidro com livros atrás de mim.

É um dia importante para nós discutirmos direitos, necessidades, chances, oportunidades para uma parcela significativa da nossa população. São, pelo menos, aqui no Brasil, 30, 40 milhões – depende da estimativa – de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, e nessas deficiências estão incluídas a cegueira, resíduos visuais, surdez. Aprovamos outro dia educação bilíngue de surdos, projeto de lei sobre isso, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, múltiplas, enfim, todas as áreas de deficiências. E um dia internacional é muito importante para que o mundo inteiro debata as necessidades, os anseios, as dificuldades, os desafios, para que haja a inclusão dessas pessoas na família, na sociedade, no trabalho, enfim, em todos os setores.

Eu quero lembrar que a CAS, nossa Comissão de Assuntos Sociais, tem a Subcomissão da Pessoa com Deficiência e, ao mesmo tempo, a Subcomissão das Pessoas com Doenças Raras, porque muitas pessoas que apresentam quadro de doença rara acabam, muitas vezes, também tendo a deficiência na sequência.

Há dois temas importantes que foram, inclusive, objeto de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, iniciativa da Senadora Mara Gabrilli e também do Senador Fabiano Contarato, no sentido de que o desafio grande nosso é discutirmos avaliação biopsicossocial, prevista na lei brasileira de inclusão. Inclusive, no ano 2019, antes da pandemia, esse foi o tema da CAS de políticas públicas, e temos um relatório bastante bom e interessante, da Senadora Soraya Thronicke. Outro tema debatido ontem que é importante e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na pauta é a instalação novamente do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), com a participação, a discussão ampla da sociedade, como foi debatido ontem na audiência pública. Então, são dois desafios importantes.

Eu só quero lembrar, Sr. Presidente, que nós sempre tivemos, até o início da pandemia, as pessoas, os profissionais intérpretes de libras na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Agora nós já temos na TV Senado, o que foi um avanço importante nos 25 anos da TV Senado, porém, eles não estão mais na CAS. Então, as pessoas que porventura tenham a necessidade de se utilizar da libras (língua brasileira de sinais) não estão podendo acompanhar a nossa reunião. E, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, nada mais adequado do que nós cumprirmos a lei.

Então, eu faço um apelo a V. Exa., Senador Sérgio Petecão, como Presidente, à Senadora Zenaide Maia também, como Vice, a todos nós, afinal, membros da Comissão, para que se recomece o trabalho de transmissão das nossas reuniões com a participação dos intérpretes de libras. Essa seria uma iniciativa concreta na antevéspera, praticamente, desse dia nosso, quer dizer, é um sinal concreto para dizer: olha, vamos fazer com que isso, na nossa Comissão, porque temos a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, inclusive, seja realidade. É o apelo que eu faço a V. Exa., que já foi da Mesa do Senado inclusive, que fez um trabalho importante nesse sentido, para que a secretaria, a Mesa, enfim, possibilite isso para a Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Nós é que agradecemos, Senador Flávio Arns.

Eu já pedi para a nossa assessoria aqui e nos comunicaram que no YouTube a nossa audiência está sendo transmitida e lá nós temos o pessoal se comunicando em libras, só para tranquilizá-lo. A sua reivindicação é muito justa e da maior importância. Quero parabenizá-lo pela sua sensibilidade.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, parabéns por essa sensibilidade. Temos uma Comissão sem pauta atrasada.

Queria também fazer minha autodescrição. Estou aqui num birô com a bandeira do meu Estado do Rio Grande do Norte, vestido azul-marinho, *blazer* branco e de máscara, olhos com aros vermelhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, porque dia 3 de dezembro é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, ressaltar as palavras do nosso Senador Flávio Arns. Eu costumo dizer que a maioria das deficiências das pessoas podem, sim, praticamente deixar de existir se a sociedade não criar barreiras. O exemplo é justamente intérprete de libras. Se houver intérprete de libras em todos os meios de comunicação, esta deficiência auditiva praticamente deixa de existir. E se nós estamos fazendo nossa autodescrição, com certeza, a maioria das pessoas que têm deficiência visual estão praticamente vendo.

Presidente Petecão, colegas, como ele já falou da Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), que desde abril está sem funcionar, e tenho certeza de que a gente cobrando isso aqui, num país que tem mais de um quarto da sua população com algum tipo de deficiência, se esse Estado brasileiro, se este País não acolhe as suas pessoas com deficiência...

Eu citaria outro exemplo: se eu sou um cadeirante, mas aonde eu vou tem acessibilidade, aquilo deixou de ser uma barreira para mim. Se eu tenho deficiência auditiva, mas todos os programas de televisão têm intérprete de libras, aquilo deixou de ser, sim, uma deficiência para a grande maioria.

Então, se a sociedade ou o Estado como um todo não abraça suas pessoas com deficiência, eu digo que quem está deficiente, na verdade, é esse Estado que não está abraçando a maioria da sua população. Se a gente der o suporte, ela, com certeza, vai ter autonomia, vai ter condições de trabalhar e também de dar lucro à sociedade.

Era o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos começar os nossos trabalhos pelos requerimentos não terminativos.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (CASPDI), com o objetivo de discutir a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que entrará em vigência em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022, no que diga respeito à substituição do código R54 (senilidade) pelo código MG21 (“old age” ou velhice).

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador para leitura do requerimento.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço.

O requerimento pede a participação da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, que é também da nossa Comissão, com o objetivo de discutir a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), da Organização Mundial da Saúde, que entrará em vigência em 2022, no que diga respeito à substituição do código R54 (senilidade) pelo código MG21 (*old age* ou velhice).

Por considerarmos que o envelhecimento em si não seja uma doença, há que se discutir critérios mais adequados para a classificação de doenças relacionadas com a pessoa idosa. Se alguém diz que a pessoa morreu, morreu de que, com 70, 80, 90 anos? "Morreu por ser velha ou idosa." Não tem cabimento isso, tem que dizer que morreu em função de AVC, derrame, inclusive para termos políticas públicas adequadas para o atendimento com qualidade da pessoa idosa. Então, é uma preocupação muito grande que, diante da possibilidade, caso prospere a alteração proposta na CID-11, possa haver acentuado mascaramento, com consequente menosprezo das reais causas de adoecimento das pessoas idosas.

Então, temos que discutir isso muito bem com representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil; do Ministério da Saúde; da Pastoral da Pessoa Idosa, porque tenho a honra de dizer que a minha tia, Dra. Zilda, quando faleceu, era Coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, que acompanha milhares de pessoas idosas pelo Brasil; o Sr. Alexandre Kalache, representante do Centro Internacional de Longevidade Brasil; o Sr. Sérgio Paschoal, médico geriatra do grupo de pesquisa PrevQuedas e do grupo O que Rola na Geronto; a Sra. Yeda Duarte, representante do Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento, da Universidade de São Paulo (USP).

É uma discussão interessante e preocupante ao mesmo tempo, porque é fundamental que a gente tenha clareza nesse assunto no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (CASPDI), providencie a inserção em ata de voto de solidariedade às entidades, organizações e movimentos de defesa dos direitos da pessoa idosa, para propor à Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil que reavalie o uso do termo "velhice" na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), com a adoção de critérios mais adequados para a classificação de doenças relacionadas à pessoa idosa.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao nobre Senador para leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento, que a Comissão de Assuntos Sociais, a nossa Comissão, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, providencie a inserção em ata de voto de solidariedade às entidades, organizações e movimentos de defesa dos direitos da pessoa idosa, para propor à Organização Mundial da Saúde no Brasil que reavalie o uso do termo "velhice" na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, com a adoção de critérios mais adequados para a classificação de doenças relacionadas à pessoa idosa.

Então, é enaltecer o trabalho de todas essas entidades nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas para as Pessoas com Doenças Raras (CASSPPDR), com o objetivo de discutir o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2) - Doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura (alfacerliponase), aprovado pela Anvisa, e única medicação disponível indicada para esta doença.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) e outros

Requerimento do Senador Flávio Arns e Senadora Mara Gabrilli.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – A Senadora Mara Gabrilli, com muita honra, é Presidente da Subcomissão das Pessoas com Doenças Raras da nossa Comissão. Eu tenho a alegria de vice-presidir os trabalhos da Senadora Mara.

Propõe-se aqui audiência pública com a participação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas para as Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de discutir o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde aos pacientes acometidos pela lipofuscinose ceroide neuronal tipo 2 (CLN2), ou doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura, aprovado pela Anvisa e única medicação disponível indicada para essa doença.

Eu quero destacar que inclusive participei do evento nacional promovido pela Federação de Doenças Raras do Norte e Nordeste do Brasil, discutindo justamente a doença de Batten.

São 15 crianças identificadas no Brasil. E, de acordo com todos os relatos médicos, quando o pai recebe a notícia, a mãe, da identificação do problema com o filho ou filha, o médico diz: "Olhe, você tem essa doença, e essa doença vai, na verdade, conduzir a muitas dificuldades, a criança para de andar, para de falar, para uma série de atitudes e desenvolvimentos já adquiridos, e isso vai conduzir à morte". Só que você tem um medicamento. Quinze crianças no Brasil identificadas, doença de Batten, vocês têm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento, só que o medicamento não é acessível. A Conitec inclusive está fazendo um levantamento com a sociedade, que já se encerrou, já tinha tomado a decisão de não incorporar o medicamento, mas está fazendo essa consulta para a sociedade. Então é um absurdo, e há uma mobilização dessas 15 pessoas no Brasil, e nós temos a Subcomissão para discutir isso, para ajudarmos as famílias, os pais, as crianças.

E inclusive, aqui em Curitiba, o Hospital Pediátrico Pequeno Príncipe pode perfeitamente, vai participar do debate para explicar que a ciência já demonstra os bons resultados com a medicação. Só que tem que ser aplicada imediatamente, não é? E as pessoas estão na Justiça, judicializando. E, se perde um ano, perde um pedaço, vamos dizer assim, do cérebro; dois anos, outro pedaço. Então não dá para esperar.

Tratamos aqui de uma ação de política pública endereçada, na atualidade, a 15 crianças brasileiras, que, se tratadas com essa medicação, terão significativa redução de internações, aumento no bem-estar geral, com maior qualidade de vida e menos angústias para as famílias. É o custo-benefício. Sai muito mais caro, do ponto de vista econômico, não tratar do que tratar, porque, a todo instante, as crianças estarão internadas, o pai angustiado, a mãe também, a família toda, inclusive com a preocupação permanente quanto à obtenção do remédio por liminar da Justiça.

Essa é uma iniciativa que vai ao encontro do preceito constitucional que afirma ser a saúde um direito de todos e dever do Estado.

Então, estão sendo convidados a Sra. Cremilda de Sena Silva, representante dos pacientes da doença de Batten e suas famílias; a Dra. Mara Lúcia Schmitz Ferreira Santos, extraordinária pesquisadora, neuropediatra do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba, especialista na doença; representante do Ministério da Saúde, que discorrerá acerca do estado mais atual da análise pela Conitec quanto à dispensação do medicamento Brineura pelo SUS, em face de sua aprovação pela Anvisa – não estamos falando de medicamento não aprovado para aquisição privada –; e representante do Ministério Público Federal, que discorrerá acerca do fornecimento da Brineura mediante judicialização.

Então, esse é um dos grandes objetivos da Subcomissão, Senador Sérgio Petecão, que procura dar visibilidade, voz, debate para a sociedade, para as famílias e para as próprias pessoas com doenças raras nesta nossa Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 793, DE 2015

- Terminativo -

Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 21/09/2021, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Este é terminativo. Os Parlamentares aí que possam ajudar no quórum são importantes.

Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão.

Já vamos abrir o painel para que os Senadores e as Senadoras que queiram votar já possam ir se manifestando através do voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Paim, Senador Flávio Arns, que são o autor e o Relator, se quiserem fazer uso da palavra, fiquem à vontade. Nós estamos aqui aguardando alguns Parlamentares para que possamos ter o quórum necessário para a votação.

Aqueles que estão presentes já podem ir votando, já temos aí vários Parlamentares votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar de V. Exa.: essa votação aqui, quem vota com o Relator vota "sim" ou vota "não"? Como é que é? (*Pausa.*)

Feito o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tá. A nossa assessoria aqui já nos informa, e você, votando com o Relator, que é o Senador Flávio Arns, tem que votar "sim".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Votar "sim".

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas, se quiser fazer diferente, Senador Jayme, V. Exa. poderia fazer como fez o Senador Esperidião Amin ontem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que ele fez?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fez um discurso contrário à resolução e votou a favor dela. Às vezes, a gente tem uma estratégia. V. Exa. pode adotar o que quiser.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito boa essa sua informação. Fico muito grato.

Está liberada a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já, já pode votar. Vários Senadores já votaram.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – V. Exa. já pode votar.

Os Senadores aí... Nós temos aí, já votou a Senadora Nilda.

Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Meu microfone...

Eu quero votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., o.k., Senadora Zenaide. Eu acho que a Senadora deve estar com um problema lá. Ela já registrou o voto dela "sim", "sim".

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, como autor da matéria, não poderia deixar de homenagear o Senador Flávio Arns.

V. Exa., Presidente, merece aqui o meu respeito, porque tem pautado todas as matérias, não importa se é de esquerda, de direita, de centro, se é de situação, de oposição. Matéria pronta vai para a pauta.

Inclusive V. Exa. me cobrou até uns dois projetos que estão comigo. Já me comprometi com a assessoria de mandar para lá. Manda o relatório, e o Senador Sérgio Petecão, que está presidindo aquela Comissão com muita sabedoria, vai saber colocar na pauta. E, claro, nós estando presentes.

Senador Flávio Arns, eu quero cumprimentá-lo, com muito carinho, pelo seu relatório. Nós ajudaremos aqui, como V. Exa. colocou com muita tranquilidade, o trabalhador rural. Antes de 1991, o trabalhador rural era um trabalhador facultativo, ou seja, não tinha obrigação legal de contribuir para a previdência. Com a nova legislação, a 8.212 e a 8.213, logo após a Constituinte, para o reconhecimento do tempo de serviço de atividade rural, a previdência exige o pagamento da indenização pelo salário de contribuição do período pretendido, acrescido de juros e multa.

O projeto só pretende, por questão de justiça, excluir essa multa, porque não havia obrigação de contribuição na época, ou seja, não existe qualquer quebra de obrigação legal ou contratual que exija a imposição de multa.

Portanto, o seu relatório é perfeito, aprimorou a redação. Com isso, a contagem desse tempo de trabalho depende tão somente da vontade, portanto, da parte que estava sendo prejudicada.

O projeto pretende, assim, sanar essa injustiça, qual seja, a cobrança de uma multa sem que houvesse obrigatoriedade do recolhimento e conhecimento na época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, Senador, é cumprimentar V. Exa. Seu relatório, como sempre, perfeito. V. Exa. tem sido um dos Senadores, na minha avaliação, com mais destaque na Casa, sempre com coerência, sempre procurando ajudar os que mais precisam.

Então, fica aqui meu carinho, meu abraço e meus cumprimentos, Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Mecias de Jesus, V. Exa. está *online*, mas ainda não votou. Mecias de Jesus.

Nossa Senadora querida, Eliane Nogueira, está *online* e ainda não votou. Eliane Nogueira.

Senadora Leila Barros, já votou? Ela está *online* também. Senadora Leila Barros, V. Exa. está *online,* mas ainda não votou.

Estamos precisando de votos.

Mecias de Jesus vai votar agora. Mecias, você está pedindo a palavra ou vai votar? Não entendi. (*Pausa.*)

Mecias? Ah, está votando. (*Pausa.*)

Votou? Votou.

Mecias, o.k., Mecias.

Leila? (*Pausa.*)

Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Só para falar que eu estou entrando aqui no aplicativo, eu estou acompanhando e estou votando, Sr. Presidente. Se eu tiver dificuldade, eu sinalizo aí para o senhor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Leila. Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu vou votar "sim". Se não quiser computar, não tem problema, mas o meu voto é "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estamos tendo o prazer de receber aqui o nosso Presidente Davi Alcolumbre. O voto dele vai ficar registrado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O senhor veja como é a minha solidariedade com V. Exa. Eu vi. Eu estava na CCJ e eu vi a angústia de V. Exa. chamando os Senadores para virem votar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Esta Comissão foi a Comissão que mais trabalhou este ano.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E eu, em solidariedade, vim aqui dar uma força grande.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Esta Comissão limpou todos os seus projetos pendentes.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu via que ninguém era sensível aos apelos de V. Exa. e disse: "Eu vou lá, porque eu não posso deixar o meu irmão Petecão sozinho neste momento de dificuldade".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Se há uma Comissão que não tem problema, é esta.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A gente não pode mostrar fraqueza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Esta Comissão é atuante...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós estamos firmes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... e trabalhou muito, Presidente Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas eu via que... Porque eu via aqueles apelos ensurdecedores e eu via que ninguém vinha. Eu digo: "Eu não vou deixar o Petecão sozinho lá, vou para lá".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está todo mundo aí: o Senador Paim, a Senadora Leila, o Senador Flávio Arns, a Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O quê?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Como se não bastasse o Senador Jayme Campos estar como guardião de V. Exa. aqui também. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Jayme está ali tentando conter o Davi, mas ele está impossível hoje.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É porque esse espírito da solidariedade queria que contagiasse os nossos irmãos e colegas Senadores.

Eu não poderia deixar V. Exa. aqui na labuta diária da Comissão que mais trabalhou no período da covid e em outros períodos, sob a liderança de V. Exa., que é um entusiasta e que tem o nosso respeito e a nossa admiração, um grande Líder do Norte do Brasil, um estadista que faz da Presidência da Comissão uma tribuna da sociedade brasileira. Eu pensava: "Será que eu vou? Será que eu não vou?". Eu via que ninguém vinha e eu disse: "Eu vou". Estou aqui solidário e voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador Davi. Esse santo quer reza!

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Só para agradecer ao Senador Davi. O autor, que sou eu, e o Relator – que fez um belo trabalho, que melhorou a redação, que não deixou dúvidas com as três emendas –, o Senador Flávio Arns, também agradecemos. Não é, Senador? Aqui estamos ajudando os trabalhadores rurais.

Um abraço a todos que votaram e àqueles que estão concluindo a votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador Paim.

Quem não votou ainda? Volte o painel, por favor. A Senadora Eliane já votou? (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode fazer condução coercitiva. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já que tivemos o quórum necessário, vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Votação.

Tivemos 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Foram 11 votos.

Resultado: aprovado o projeto e as Emendas nº 1 da CAS, nº 2 da CAS e nº 3 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 172, DE 2014

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a reunião de 19/10/2021.*

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço de novo ao Sr. Presidente.

O projeto é do nosso colega, amigo e grande batalhador na área social, Paulo Paim.

Passo à análise diretamente.

Consideramos justo e adequado pugnar pela aprovação do projeto, dada a sua relevância jurídica e social. Eu leio, inclusive, o texto porque acho que é muito importante e interessante.

A questão da desaposentação – a suspensão da aposentadoria para retorno à atividade, para ulterior retorno à inatividade com a incidência as contribuições recolhidas durante esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período – é uma polêmica de longa duração e que não parece haver se encerrado, a despeito de decisão do Supremo Tribunal Federal.

A polêmica decorrente da desaposentação advém de três pontos principais: 1) o aposentado voluntário (excluídos, portanto, os aposentados compulsórios por idade ou invalidez) pode abrir mão de sua aposentadoria e voltar a contribuir, na qualidade de ativo? 2) Se sim, será obrigado a devolver os valores recebidos a título de aposentadoria? 3) Ao retornar à aposentadoria, os recolhimentos previdenciários efetuados durante o período de desaposentação serão considerados para feito de cálculo do valor do novo benefício a ser recebido?

Inicialmente, destaque-se que essas são questões de natureza fundamentalmente atuarial e financeira, que possuem reflexos jurídicos. Não existem, ao menos de forma direta, impedimentos constitucionais ou legais à adoção de lei que permita a desaposentação.

Isso acontece porque, sendo a matéria de seguridade social de competência do Congresso Nacional, inexiste, como dissemos, reserva de iniciativa para sua apresentação.

Afastada essa questão formal, resta a questão de fundo: todos os governos foram contrários à admissibilidade da desaposentação, sustentando que a concessão de aposentadoria voluntária – a pedido do segurado, portanto – deve ser considerada irretratável.

A resistência da administração baseia-se nos seguintes pontos: 1) a possibilidade de reverter a aposentadoria incentiva o trabalhador a se aposentar precocemente, e, assim, onerar mais cedo e por mais tempo a Previdência; 2) o tempo em que o segurado esteve aposentado representa uma perda para a Previdência, dado que o valor recebido não será devolvido; 3) o tempo de contribuição decorrido entre a desaposentação e a nova aposentadoria, se computado para o efeito de contagem de tempo de serviço e da média das contribuições para cálculo do benefício, poderá dar ensejo a um aumento do valor do salário de benefício, sem que haja suficiente equilíbrio atuarial para tanto.

A questão foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26 de agosto de 2016, que reverteu a orientação majoritária que até então fora adotada pelo STJ. O STF decidiu contrariamente à possibilidade de desaposentação, com fundamento no fato de que, por se tratar indiretamente de uma ampliação de direito, não pode ser admitida por ausência completa de permissivo legal, dada a aplicação do princípio da estrita legalidade que deve nortear a aplicação do direito previdenciário.

Esse projeto do Senador Paulo Paim, portanto, teria o mérito de abordar o impedimento apontado pelo STF. Trata-se, portanto, de análise de caráter atuarial e político.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem embargo da administração previdenciária, entendemos que a matéria merece aprovação. O momento de se aposentar voluntariamente – cumpridos os requisitos legais – é uma escolha exclusiva do trabalhador, que pode se decidir por isso a qualquer momento, não dependendo, para tanto, da anuência de seu empregador ou do Estado.

Por analogia, devemos entender que o trabalhador aposentado – que ainda não tenha alcançado o limite da aposentadoria compulsória – pode retornar ao trabalho e se inclinar pela suspensão do benefício.

Essa impressão é reforçada pelo fato de que já se admite, hoje, que o trabalhador aposentado volte a trabalhar e acumule seu emprego com a percepção da aposentadoria. Outro ponto a se considerar é a existência, no serviço público, do instituto da reversão, que permite o retorno do aposentado ao trabalho e o cancelamento do benefício – sem devolução dos valores recebidos.

Entendemos, assim, que limitar o exercício desse direito que nos parece tão claro, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, parece configurar tratamento injusto.

A presente proposição do Senador Paim aborda justamente a questão apontada pelo STF para desconstituir o exercício da desaposentação: ausência do permissivo legal, que é o que o projeto de lei pretende oferecer para a sociedade.

Além disso, não observamos os efeitos atuariais alegados pela administração. O trabalhador desaposentado deixa de receber o benefício e passa, exclusivamente, a contribuir para a Previdência, representando, antes, um pequeno alívio, inclusive para as contas da Previdência. E, se é verdade que o trabalho durante o período de desaposentadoria pode representar um aumento no valor final do benefício, também é real que isso nem sempre vai acontecer, dado o tempo da desaposentação e o valor do salário de contribuição do trabalhador ainda serem, muitas vezes, baixos.

Assim, a medida não se configura, a rigor, como extensão ou majoração de benefício, sendo que o próprio tempo adicional de contribuição já representará uma fonte de financiamento proporcional.

Portanto, diante de toda a argumentação, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 172, de 2014.

Quero dar os parabéns, novamente, ao Senador Paulo Paim e a V. Exa. por pautar esse projeto.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco a matéria em discussão.

Senadora Eliane Nogueira. (*Pausa.*)

V. Exa. está sem áudio...

Ah, parece que agora normalizou.

Ótimo! Veja aí, Eliane.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Gomes apresentou o Requerimento n° 19/2021, para a instrução do PLS n° 172, de 2014. Gostaria de subscrever esse requerimento para que possamos, antes de votar esta matéria, fazer uma audiência pública sobre isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós temos dois Senadores que pediram a palavra, a Senadora Zenaide e o Senador Paim, mas temos aqui o pedido da Senadora... Na verdade, o pedido aqui era do Eduardo Gomes, mas, como ela subscreveu, vou ler aqui o pedido.

Registro a apresentação do Requerimento nº 19, de 2021, na CAS, de autoria do Senador Eduardo Gomes, para a realização de audiência pública para instrução da matéria, com base no art. 93, inciso I, do Regimento Interno.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 19, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 172/2014, que "modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria".

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Ressalto que a deliberação do requerimento, incidental ao projeto e prejudicial à discussão do mérito, é obrigatória.

A votação é simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao autor do requerimento para a sua leitura ou eventuais considerações a respeito.

Como o Senador Eduardo não está presente, a Senadora o subscreveu, e coloco o requerimento... (*Pausa.*)

Senadora, a senhora pode fazer a leitura do requerimento.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS n° 172/2014, que modifica a Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Previdência; e

- Representante do INSS.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Concedo a palavra à Senadora Zenaide e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, era para falar sobre esse projeto, mas, como não está em discussão, porque foi pedida uma audiência pública, apenas chamo a atenção para a situação das pessoas que querem se desaposentar, porque, quando se aposentam, perdem valores, recursos e, muitas vezes, não conseguem sobreviver. Por isso o pedido.

Mas, tudo bem, como a Senadora Eliane pediu, a gente sabe que não vai discutir, porque vai ter a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, esse projeto, se as Senadoras e os Senadores perceberem, é ainda de 2014; ele passou já por debates, e esperamos, inclusive, uma decisão do Supremo, como o Relator colocou muito bem. E, quando vimos qual era o problema no Supremo, nós entramos com o projeto. O Supremo, na verdade, diz que o Congresso é que tinha de deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto possibilita ao trabalhador aposentado o direito à desaposentadoria, ou seja, ele renuncia ao direito. Isso já é assegurado para o servidor público hoje. O servidor público que quiser renunciar volta à atividade.

Quando eu renuncio ao direito, eu volto a pagar. Eu não recebo mais nada e passo a pagar. Eu diria que são poucos os casos em que, efetivamente, o trabalhador vai ter um benefício além. O que nós damos aqui é a oportunidade a eles de voltar à atividade. Ele pode voltar à atividade e, ali na frente, ele faz o cálculo.

Ora, se considerarmos as reformas da previdência que aconteceram de 2014 para cá, nós vamos ver que, hoje, o ganho do trabalhador que vai se aposentar, se ele renunciar pelo novo método, será muito pequeno, quando for ao caso, mas deixamos para o livre arbítrio dele.

Por isso, Presidente, como a matéria está há muito tempo e sempre, infelizmente – entendo a posição da Senadora –, quando se vai votar, há um pedido de audiência, eu faria, então, o seguinte encaminhamento, como fizemos agora na CAE.

O que aconteceu? O Jean Prates faz o pedido de uma audiência pública. O Senador Otto Alencar ponderou ao Senador Irajá, que era o autor do projeto, se caberia uma audiência pública. Construiu-se lá um entendimento – estou só dando um exemplo... Não; audiência pública? Tantos anos em debate, já tem decisão do Supremo e da Casa, enfim, e poderíamos, então – eu entendo que é legítimo –, se não foi pedida vista ainda, que haja o pedido de vista e nós deliberamos na próxima reunião.

Essa é a proposta que eu faço para mediar a situação, como fizemos recentemente, na CAE, com o Senador Irajá. O PT, então, abriu mão da audiência pública e entendeu que o pedido de vista era legítimo. Que se faça o pedido de vista, e a gente volta, então, para deliberar no momento mais adequado.

Esse é o apelo que eu faço à Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, entendemos perfeitamente o seu questionamento, perfeitamente, mas nós temos também aqui o requerimento da Senadora, que é regimental. Então, eu quero aqui lhe fazer um apelo, inclusive se o senhor tiver alguém que o senhor queira indicar para participar dessa audiência pública, se o senhor quiser presidir a audiência pública, mas nós temos que cumprir o que está no Regimento, uma vez que a colega aqui apresentou o requerimento.

Nós vamos agora... (*Pausa.*)

Mais alguém quer discutir o requerimento? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O que o Senador Paulo Paim colocou, de fato, aconteceu hoje na CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos. Estava se discutindo o projeto de lei dos criptoativos, que estava sendo relatado pelo Senador Irajá, e o Senador Jean Paul Prates queria, na verdade, fazer uma audiência pública, que, inclusive, já tinha sido realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática. Então, já há um certo consenso em relação àquele projeto de lei. Só que, numa deferência importante, o Senador Jean Paul concordou em pedir vista – e, daí, ele pediu vista – ao invés de fazer a audiência pública.

Não temos aqui presente, infelizmente, nem o Senador Eduardo Gomes, a quem a gente poderia fazer esse apelo, nem a Senadora Eliane Nogueira, que parece não estar, ao que me parece, para poder, assim, concordar com isso, o que seria bem regimental, conforme o Senador Sérgio Petecão coloca. A não ser, claro, que a Senadora Eliane Nogueira esteja nos acompanhando.

Agora, é um projeto, como foi ressaltado, de 2014. Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2016, que diz que a desaposentação ou a desaposentadoria é uma questão atuarial; não é uma questão de impossibilidade legal, só que tem que haver o instrumento legal permissivo, que permita que isso aconteça. E é simplesmente isso que está sendo feito pelo projeto de lei apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Aliás, eu, muitas vezes, fui procurado por pessoas que perguntaram se isso seria possível. Antes, não; agora, estamos dando um encaminhamento para a situação.

Como a Senadora Eliane Nogueira não está presente também, eu até perguntaria a V. Exa. se é regimental a gente votar na ausência do Relator e do propositor. Se for legal... Ela apresentou o requerimento, mas não está presente para dizer se concorda com o pedido de vista. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Flávio Arns, a Senadora...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, não; ela está presente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está muito presente; ela acabou de falar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ela está presente agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu até repito para a Senadora Eliane que o Senador Paulo Paim se reportou a uma situação, hoje, na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), na análise do projeto dos criptoativos, em que o Senador Jean Paul Prates também queria fazer uma audiência pública. E, conversando com o Relator, que lá era o Senador Irajá, chegaram à conclusão de fazer um pedido de vista e não uma audiência pública. Eu estava acabando de dizer que seria importante ter a presença de V. Exa. para concordar ou não.

O que acontece com esse projeto de lei da desaposentação é que é uma iniciativa já de 2014; portanto, de sete anos atrás, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2016, simplesmente dizendo que falta o permissivo legal, que é uma questão atuarial e não legal de não se permitir.

Então, a indagação que nós fazemos a V. Exa., Senadora Eliane, é se é possível, ao invés de pedir uma audiência pública – V. Exa., que é autora, juntamente com o Senador Eduardo Gomes, que, inclusive, é Presidente da Subcomissão da Pessoa Idosa –, ao invés de fazermos isso, fazermos um pedido de vista para ver se existe algum entendimento nesse sentido com o Senador Eduardo Gomes, que, como Líder do Governo, trouxe essa preocupação também.

Não sei o que V. Exa. acha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos conceder a palavra à Senadora Eliane para que ela possa fazer algumas considerações e, depois, nós temos que decidir.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente e demais colegas, gostaria de manter o pedido de audiência pública. A intenção não é protelar, mas, sim, discutir melhor a matéria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Diante da decisão da Senadora... (*Pausa*.)

Vamos ouvir o Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – V. Exa. sabe que, ao longo desses períodos todos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paim, eu me comprometo com V. Exa. a dar a maior celeridade possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso, Presidente! É nesse aspecto que eu queria conversar com V. Exa., e vi que há boa vontade também da Senadora Eliane Nogueira, a quem eu respeito muito.

Nesta semana, lá na Comissão de Direitos Humanos, eu aprovei um projeto, como Relator, do Ciro Nogueira. Um belíssimo projeto! Então, ficam aqui os meus elogios também para o hoje Ministro Ciro Nogueira.

Que nós acordássemos aqui, com a mediação de V. Exa., de a gente se comprometer em fazer a audiência pública na semana que vem – em qualquer dia me disponho – para que na outra semana, então, a gente vote, porque eu percebi que a intenção da Senadora e de V. Exa. é das melhores: é votar a matéria, não é protelar.

Então, se V. Exa. entender... Eu me disponho a presidir, em qualquer dia da semana que vem, e na outra semana a matéria voltaria à pauta. E votamos simbolicamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Senador Flávio, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Não, eu estou satisfeito, Sr. Presidente, porque era o mesmo ponto do...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... que eu ia destacar, que o Senador Paulo Paim já fez também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu tenho uma proposta. Conversei aqui com a minha assessoria da Comissão.

Senadora Eliane, que é a autora do requerimento... Quarta-feira, na próxima quarta... Na terça teremos sessão, não é isso? (*Pausa.*)

Teremos sessão na terça, e na quarta nós faríamos essa audiência.

Senadora Eliane, quarta-feira? Senador Paulo Paim, quarta-feira? Senador Flávio Arns... Porque não tem sentido também marcarmos para daqui... Vamos dar a maior celeridade possível, precisamos avançar. Marca registrada desta Comissão: correr contra o tempo.

Senadora Eliane, quarta-feira que vem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Por videoconferência*.) – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que votam a favor do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 26/10/2021, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

3- A votação será nominal.

Coloco a matéria em discussão.

Consulto se algum Senador tem alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – (*Fora do microfone.*) ... a proposta de V. Exa., que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, no requerimento anterior – e V. Exa. propôs que eu poderia também indicar o mesmo número de representantes, numa linha de equilíbrio a favor e contra; vai ser virtual –, que eu possa indicar hoje à tarde ainda. Eu me comprometo de mandar à Mesa número não maior do que o número que a Senadora indicou, como V. Exa. propôs.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paim, cumprindo o ritual aqui da Comissão, V. Exa. apresentaria hoje, nós votaríamos na terça-feira, na nossa sessão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Certo? E na quarta faríamos a nossa audiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Perfeito? Valeu, Paim. Obrigado.

Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero já parabenizar o Presidente Sérgio Petecão, porque é isso mesmo: nesta Comissão nós não temos projetos parados.

Eu queria dizer que eu fiz a leitura, foi pedida vista coletiva, e eu queria falar, argumentar aqui o seguinte: isso aqui é para a gente proteger as crianças da obesidade infantil, como se mostra que, de cada dez crianças, três, entre cinco e nove anos ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Se a senhora me permitir, eu já gostaria de abrir o painel para começarmos a votação, e V. Exa. vai ter o tempo necessário, como outros Parlamentares, que irão fazer uso da palavra.

Então, nós já vamos abrir o painel, tá?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senadora, pode continuar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu vou votar... (*Pausa.*)

Não, aí... Sou eu que vou falar, Presidente, ou os colegas vão?

Eu queria dizer os meus argumentos para esse projeto, que é de 2017, do Senador Randolfe. Esse projeto... já havia um, quando eu era Deputada, que foi aprovado na Comissão de Educação e na CAS também.

Quero mostrar que os produtores de bebidas açucaradas e de refrigerantes, é claro, com esse projeto de lei, não vão reduzir as vendas, nem os lucros, nem vão diminuir os empregos no nosso País.

Segundo, as cantinas. Também era outro argumento o de que poderiam os cantineiros ter prejuízo nas escolas de ensino básico e fundamental. Não é isso, porque os cantineiros já fazem, a grande maioria... inclusive, nas escolas privadas já não há mais a venda de refrigerante em ensino básico e fundamental. É a fruta, que a gente chama no interior, da época, da safra.

Terceiro, na verdade, o refrigerante não é um alimento em si, gente.

E, quarto, que muitos dizem: quem tem que educar os filhos – dizem assim, Senador Petecão, dizem a mim – para não tomar refrigerantes são os pais, mas não é tão simples assim. A grande maioria dos pais trabalha, e nós temos uma propaganda maciça do uso de refrigerante para as crianças e para os adolescentes.

Finalizando: não vai reduzir empregos e também não vai falir as cantinas das escolas de ensino básico e fundamental. E, nas escolas privadas, os nossos filhos e netos já não têm, já é proibido isso. Só no ensino básico, gente.

Por isso, eu queria fazer um apelo aqui aos colegas para a gente votar. Isso não vai prejudicar a produção de refrigerantes no País, eu não tenho nem dúvida disso. Ao mesmo tempo, nós vamos tirar o hábito e passar a fazer uma alimentação mais saudável com as nossas crianças.

Este é meu apelo aos colegas Senadores: vamos proteger as crianças! Aqui a lei é para público e privado, mas, nas privadas, já têm esse privilégio as crianças. Vamos proteger 70% das crianças deste País que estudam em escolas públicas!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Concluiu, Senadora? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais algum colega? (*Pausa.*)

Senador Paim, o senhor pediu a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Só dizendo que o meu voto é "sim", quero cumprimentar a Relatora da matéria, a Senadora Zenaide Maia, pelo brilhante relatório, mais uma vez.

Eu acho, Presidente, muito importante esse projeto até porque, no passado, eu tinha um projeto semelhante, então eu estudei essa questão – depois, ele acabou sendo arquivado. Então, vem em boa hora esse projeto agora, porque a obesidade das nossas crianças é algo assim muito, muito grave, muito, muito grave, não é? E o projeto do Randolfe vem nesse sentido, de nós termos uma alimentação saudável nas cantinas, inclusive, das escolas. Muitos não concordam: na cantina, se deixar, vendem até droga, como diz o outro, não é? E nós, todos nós somos contra a droga e qualquer tipo de refrigerante que venha a contribuir para a obesidade.

Eu, que não sou muito magrinho – acho que um dos culpados foi isso, viu?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então, eu queria cumprimentar a Relatora e o autor, Senadora Zenaide Maia, pela brilhante proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Flávio Arns, V. Exa. pediu a palavra? (*Pausa.*)

A votação está aberta. Repito: a votação está aberta.

Senador Flávio Arns, V. Exa. pode continuar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Desculpe, Sr. Presidente.

Eu quero também enaltecer o relatório da Senadora Zenaide Maia, associar-me a todas as palavras do colega Paulo Paim e enaltecer o autor.

Essa é uma das coisas, assim, mais importantes que a gente pode ter. Eu já fui Secretário de Educação no Paraná também e posso dizer que a gente tem que tomar muito cuidado com aquilo que se oferece nas cantinas dos colégios: a rotulagem também dos alimentos, o açúcar que é colocado, os produtos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do lucro... Eu nem menciono a questão do lucro. A gente tem que pensar na saúde – na saúde da criança, do adolescente, da comunidade – e em o pessoal ter direito a todas as informações possíveis.

Então, nesse sentido, o meu voto é "sim" também, junto com a Relatora Zenaide Maia, Vice-Presidente, que está nos ajudando muito também em todo esse debate de educação na pandemia na Subcomissão da Comissão de Educação.

Então, parabéns! Estamos juntos. Será um grande avanço para a saúde das crianças e adolescentes em nosso País, para serem mais saudáveis, porque muitas vezes o que elas ingerem está totalmente na direção contrária do que significa promoção da vida e da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador Flávio Arns.

Algum colega aí está com problema para votar? Está com dificuldade para declarar o voto? (*Pausa.*)

Leila... Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Senador Presidente Sérgio Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Oi, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Só também para registrar o meu voto favorável ao projeto relatado pela Senadora Zenaide Maia.

Quero dizer as mesmas palavras do Senador Flávio Arns. A gente tem que realmente estabelecer critérios com relação à alimentação dos nossos jovens, das nossas crianças na escola. Eu acho que é um grande passo que esta Comissão está dando no intuito de proteger a saúde dos nossos pequenos.

Então, parabenizo a Senadora Zenaide e quero dizer que o meu voto é favorável à relatoria, ao texto dela.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Leila. Obrigado.

Quem mais? Assessoria, vamos ver quem falta votar. (*Pausa.*)

Mecias de Jesus – Mecias de Jesus, cadê você, homem? (*Pausa.*)

Mara Gabrilli, está *online*? Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Nilda Gondim, com a palavra V. Exa.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente – acho que é bom dia ainda, não é?

Bom dia, meu Presidente, hoje eu não estou com você porque...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Lá no Acre é bom dia. Aqui, já é boa tarde. Lá no Acre vai 11h. (*Risos.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Hoje, eu não estou com você presencialmente, porque tinha outras tarefas, e tinha a CRE, que eu precisava relatar, mas estou pelo menos agora, remotamente... (*Pausa.*)

Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Boa tarde, querida. Estou lhe ouvindo, Senadora Nilda.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Pois é, eu não estou presencialmente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estou lhe ouvindo, o som está chegando perfeitamente.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – O.k.

Não estou presencialmente com o senhor, como sempre faço com muita satisfação, porque admiro o seu trabalho, mas hoje eu tinha que relatar na CRE, e por isso estou remotamente aqui para dar os parabéns à nossa querida Senadora Zenaide Maia, porque esse projeto é altamente importante. Inclusive, já é adotado aqui em Brasília desde 2013. Na Paraíba, também é adotado: evitar calorias, guaraná, refrigerantes, doces e tudo, porque isso é questão de saúde, saúde das crianças.

Parabéns, minha amiga! Um grande projeto, louvável projeto.

Obrigada, meu Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Nilda Gondim, é lógico, estou sentindo sua falta, porque sua presença aqui é da maior importância, mas entendemos. Nós estamos fechando os trabalhos, está todo mundo correndo nas Comissões. Mas, nesta Comissão, a senhora cumpriu sua missão com certeza. Sou muito grato ao apoio que V. Exa. tem dado aqui à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora querida.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero só fazer um apelo aos colegas que ainda não votaram para votarem. Vamos votar a favor de uma alimentação saudável para as nossas crianças e adolescentes. Só isso. Queria fazer esse apelo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Senador Lucas pediu para segurar, para ele votar, mas já temos o quórum necessário – há 11 Parlamentares.

Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Foram 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS, substitutivo.

Fica dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agradecemos a participação de todos os Senadores.

Hoje tivemos um dia bastante produtivo.

Convoco, para o dia 7 de dezembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez agradecendo a participação de todos os colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Alessandro Vieira, Leila Barros e Esperidião Amin, e ainda do Senador não membro Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Eduardo Girão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 80, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da posse do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho no cargo de Diretor-Presidente da ANS." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha da Senhora Eliane Aparecida de Castro Medeiros, indicada para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 10 votos favoráveis e 1 contrário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 81, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rogério Scarabel Barbosa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Francisco Antonio Barreira de Araújo, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 10 votos favoráveis e 1 contrário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 82, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor MAURÍCIO NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Rodrigo Rodrigues de Aguiar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Maurício Nunes da Silva, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 10 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 83, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ALEXANDRE FIORANELLI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato de Simone Sanches Freire." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Alexandre Fioranelli, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com 10 votos favoráveis e 1 contrário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/01

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão pela Ouvidoria, através do telefone 08000612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg/br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos indicados via internet.

Então, as pessoas que estão *online* poderão ter oportunidade de perguntar aos indicados.

Informo que a presente reunião destina-se à leitura dos relatórios das Mensagens nºs 80, 81, 82 e 83, de 2021, e à arguição e votação da Sra. Eliane Aparecida de Castro Medeiros e dos Srs. Francisco Antonio Barreira de Araújo, Maurício Nunes da Silva e Alexandre Fioranelli para exercerem o cargo de Diretores da ANS.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência, para a leitura e o debate dos relatórios. Entretanto, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de pontos de votação secreta, instalados para esse fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para melhor organização da reunião, inicialmente, o relator fará a leitura dos relatórios e em seguida será concedida a palavra aos indicados, para as suas exposições iniciais.

Por fim, será aberta a fase de arguição.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos poderão usar da palavra, por até dez minutos cada, assegurado ao interpelado igual prazo para a resposta, e facultada a réplica e a tréplica por cinco minutos.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores diretamente envolvidos na reunião, no estrito exercício de suas atribuições.

Passo a Presidência ao nosso querido Senador Jayme Campos, para que possa relatar as mensagens.

Por favor, Senador Jayme Campos. E já agradeço a sua presença, sempre, aqui nesta Comissão.

Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, companheiro e amigo Senador Petecão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 80, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da posse do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho no cargo de Diretor-Presidente da ANS.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a arguição da indicada, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Convido a Sra. Eliane Aparecida de Castro Medeiros, por favor, a participar da Mesa.

Sra. Eliane, por favor.

Da mesma forma, eu convido para sentar à Mesa o Sr. Antonio Barreira de Araújo, também indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional.

Convido também, o Sr. Maurício Nunes da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde.

O Sr. Alexandre Fioranelli, para exercer também o cargo de Diretor, por favor. V. Sa. está convidado. V. Sa. se encontra no recinto, daqui a pouco, imagino...

O Sr. Francisco está on-line.

Inicialmente, a palavra ao ilustre Relator da matéria, prezado amigo, Senador Petecão.

V. Exa. está com a palavra assegurada para fazer o relatório dos indicados para a diretoria da ANS.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Como Relator.) – Agradeço a participação do nosso querido Senador Jayme Campos.

Temos aí presente a Senadora Mara Gabrilli, temos a Senadora Eliane Nogueira, a querida Senadora Zenaide Maia. E gostaríamos que os colegas Parlamentares pudessem participar desta reunião, porque é de fundamental importância para que nós possamos sabatinar os nossos indicados que estão presentes aqui na Comissão.

Eu consulto os Senadores e as Senadores se eu posso dar como lido aqui os relatórios para que nós possamos avançar nos trabalhos da Comissão.

Então, eu vou dar como lido o relatório, viu, Senador Jayme Campos? Vamos dar como lidos os relatórios e já vamos dar continuidade aqui para que nós possamos ouvir os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Indago aos Srs. e Sras. Senadores, conforme pleito feito aqui pelo nosso Relator, se aqueles que estão acompanhando a reunião, concordam. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação, a Presidência, acolhe o pleito feito pelo Sr. Relator Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito isso aí, concluídos os relatórios, já que foram disponibilizados desde ontem à noite, imagino que estão aptos já para falarem os indicados.

Eu consulto a Dra. Eliane se, na ordem aqui, V. Exa. está preparada já para fazer com certeza alguns esclarecimentos à Mesa Diretora desses trabalhos.

V. Exa. foi muito generoso e bondoso, dez minutos.

V. Exa. tem cinco minutos para sermos aqui muito céleres com essa votação. Caso contrário, teremos dificuldade para que a votação seja concluída pelo fato de ter que ser de forma presencial e teriam que estar presentes aqui os ilustres Senadores e Senadoras.

V. Exa. tem cinco minutos, para ser bem breve, tendo em vista que as Comissões estão funcionando aqui na Casa e há pouca presença dentro do Plenário desta Comissão.

V. Sa. está com a palavra, Dra. Eliane.

A SRA. ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS (Para expor.) – Com muita honra cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão.

E vou fazer aqui um parêntesis, Senador. A primeira vez que eu estive aqui nesta Casa, numa comitiva de defensores públicos do Brasil, a minha presidenta das defensoras e dos defensores públicos, ao passar pelo gabinete de V. Exa., disse que o senhor era amigo da Defensoria, porque o gabinete do senhor estava aberto para acolher o defensor para um café, para uma água, para verificar a agenda. Então, eu quero agradecer ao Sr. Presidente e eu não poderia perder esta oportunidade. Eu tenho certeza de que toda a classe é agradecida a V. Exa.

Com honra e emoção também cumprimento todas as ilustres Senadoras e todos os ilustres Senadores que integram esta Comissão. Cumprimento ainda todas e todos os presentes que aqui se encontram. Honra por ter chegado aqui nesta Casa e está sendo sabatinada por V. Exas. Quanta emoção vem da alma por estar atendendo a um chamado para servir o meu País, e esta filha não foge à luta.

Minha formação é na área do Direito com vários cursos, tendo me aposentado, depois de 31 anos de serviço público, como Defensora do Estado de Minas Gerais. Muito me orgulha a arte defensorial e por ter estado na trincheira ao lado do cidadão hipossuficiente e vulnerável.

A experiência profissional vem desde os 17 anos, mas o tema saúde permeou a minha vida profissional por muitas vezes quando estive à frente da gestão da saúde pública, definindo e avaliando políticas públicas, exercendo as funções de coordenação, articulação, regulação, negociação, planejamento e fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que os processos de trabalho devem ser continuamente aprimorados, e o que trago com a minha humilde experiência é uma visão humanista, consumerista, de vivência na área da saúde pública, de transparência e de eficiência, apreendida ao longo do total de 36 anos no serviço público.

A pandemia do covid-19 causou uma grande instabilidade em diversos setores do mercado, e não foi diferente com a saúde suplementar, que perdeu adesões e viu crescer a inadimplência. Contudo, penso que o momento também foi de aprendizado para todos os lados, trazendo consciência sobre a relevância da medicina preventiva, a percepção da sociedade quanto à higiene básica, a importância de se ter um plano de saúde, a adoção da telemedicina com a realização de consultas *online* e a mudança de postura dos pacientes, trocando a exposição a hospitais pelo atendimento *home care. S*ó em 2020, para V. Exas. terem uma ideia, o setor registrou crescimento de 35%.

Acredito em inovações que poderão ser oferecidas pelas operadoras de saúde com produtos de atenção primária focando na prevenção e no cuidado, além do aperfeiçoamento de outras tendências, como a telemedicina e o uso de novas ferramentas tecnológicas para ajudar a equilibrar as despesas e os custos, sempre com um olhar voltado para o consumidor, elo mais vulnerável nessa relação. Um dos principais desafios da saúde suplementar é encontrar o equilíbrio entre a remuneração adequada para as operadoras dos serviços e para os prestadores e o preço justo para os consumidores; esse é o "x" da questão.

Os valores que norteiam a minha vida são o comprometimento com o trabalho a ser desenvolvido em prol do interesse público, pautado pela retidão, senso de justiça, transparência e eficiência.

O art. 37 da Constituição Federal traz expressos princípios da administração pública, que, como bem sabemos, são: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Mas as Minas de ouro e das montanhas Gerais, na sua Constituição estadual, consigna mais um princípio, que é o da razoabilidade, que é o poder de ponderação, de cautela, e o que eu posso falar para V. Exas. é que, entre os talentos dos mineiros, está o poder da pacificação, da acolhida e do afeto. Permito-me finalizar com uma citação da goiana Cora Coralina, no seu texto Colcha de Retalhos, quando diz:

> Sou feita de retalhos [...] e penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados [...] Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Firmo aqui o meu compromisso de dar o meu sangue, suor e lágrima pelo meu País, para contribuir com a saúde suplementar, caso passe no crivo de V. Exas. Coloco-me à disposição dos ilustres Senadores e das ilustres Senadoras, e que Deus nos conduza.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Parabéns a V. Exa., a Sra. Eliane.

Antes de mais nada, aproveitando a oportunidade, aqui, na condição de Presidente em exercício, para convidar e convocar os Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão para que façam um pacto. A minha pretensão, Sr. Presidente, querido amigo Petecão, é abrir, daqui a pouco, o painel, para o bom andamento dos trabalhos aqui desta Comissão.

Eu solicito ao ilustre Alexandre Fioranelli, que, por favor, V. Exa. tem cinco minutos para ser célere, para esta votação ocorrer, ainda no período da manhã, para que V. Sas. sejam encaminhadas, em regime de urgência urgentíssima, para o Plenário da Casa, e aconteça a votação da indicação no Plenário, que é soberano na indicação dos senhores.

Com a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FIORANELLI (Para expor.) – Primeiramente, bom dia aos senhores. Gostaria de dizer da honra de poder estar nesta respeitada Casa. Eu recebi o convite para poder participar da Diretoria da ANS como uma honra. É desafio, um estímulo, um incentivo para a minha carreira médica e para a minha continuação.

Eu tenho 25 anos trabalhando como médico, como cirurgião vascular e endovascular no serviço público de saúde de São Paulo, na Santa Casa de Paulo, e, também, trabalhando, na mesma instituição, na área de pesquisa acadêmica e na área científica. Nesse período, também tive a oportunidade de estar trabalhando na saúde suplementar do Brasil.

Eu gostaria de trazer, aqui, para essa agência, esses 25 anos de experiência vividos, tendo ciência da dor, tendo ciência da necessidade, dos ensejos dos usuários, referentes à saúde suplementar. Quero trazer, para essa agência, e, junto com todos os colegas, contribuir, junto com a Diretoria Colegiada e junto com todos que compõem esta agência, a ANS, contribuir no sentido de aperfeiçoar o sistema de saúde suplementar, para que a população brasileira seja beneficiada.

Eu acredito que esse aperfeiçoamento deva ser o foco relacionado a aumentar a acessibilidade da população brasileira frente à saúde suplementar através de ofertas de novos produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de trazer uma discussão ampla não em relação a custo, mas, sim, em relação a valor de saúde, e, nesse quesito relacionado a valor de saúde, acho que é muito importante ter essa discussão baseada na prevenção, na promoção, no cuidado da saúde baseado em índices e resultados. Tudo isso vai levar a uma diminuição de custo e uma diminuição de desperdício na saúde suplementar, o que vai beneficiar os usuários para que, cada vez mais, eles possam ter uma maior acessibilidade, para, cada vez mais, eles terem uma quantidade de tecnologias associadas à saúde cada vez maior e se beneficiar na resultante saúde.

Além disso, acho que é importante a discussão, e vai ser o foco do nosso esforço, do empoderamento por parte da população para que, cada vez mais, eles tenham acessibilidade em relação a resultados, a transparência e resultados relacionados a cuidado na saúde.

Eu gostaria, por fim, de dizer que, ao longo dessa minha carreira de 25 anos e trabalhando em grupo, coordenando, inclusive, grupos na Santa Casa de São Paulo, eu gostaria de trazer – vivemos num país democrático – todas as pessoas que constituem e que estão associadas a esse importante sistema de saúde suplementar à mesa de discussão, para que todos possamos, juntos, numa discussão clara, ampla e sem objetivos pessoais, aperfeiçoar esse sistema, aumentar a acessibilidade e empoderar a população brasileira.

Com isso, também como trabalhador do Sistema Único de Saúde, como médico na Santa Casa de São Paulo, sei que isso vai beneficiar indiretamente o Sistema Único de Saúde do Brasil.

Eu gostaria de dizer que as decisões da minha parte sempre vão ser transparentes, baseadas em ética, tecnologia, baseadas em resultados, para que a gente possa definir as ações e as condutas com números reais e manter a sustentação e a inovação do sistema de saúde suplementar, que, cada vez mais, precisa se aperfeiçoar para o benefício de toda a população.

Eu me encontro à disposição dos senhores para quaisquer perguntas relacionadas à minha vida pessoal e também aos objetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FIORANELLI – ... que eu tenho junto com essa importante agência de saúde suplementar do Brasil.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Maurício Nunes da Silva.

Eu vou...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. está pedindo pela ordem?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem, ilustre Senador Nelsinho Trad, antes das palavras do companheiro Maurício Nunes.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Senhores colegas Senadores Jayme Campos e Sérgio Petecão, eu gostaria, aqui, de saudar todos os indicados para a Agência Nacional de Saúde, a Dra. Eliane Aparecida, o Dr. Alexandre Fioranelli, o Dr. Maurício Nunes da Silva...

Teria mais um, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Ele está *online*.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – É o Francisco.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Barreira.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E o Dr. Francisco Barreira, e quero dizer que é uma missão muito honrosa, é um privilégio para vocês, caso saiam daqui com a aprovação desta Comissão e do Plenário. São atividades em que realmente a sociedade brasileira precisa de uma postura que possa vir a fazer a diferença e eu entendo que vocês têm tudo para isso.

Eu sou médico, atuo muito nessa área. Na minha vida pública, nos mandatos que tive, sempre fui muito demandado nas questões da saúde.

Eu solicitaria, Presidente da reunião, que se possa abrir o painel, vez que a gente já recebeu o currículo de cada um, e quem se sentir à vontade já pode promover a votação, até para otimizar e ver se a gente consegue levar o nome dos quatro para o Plenário, porque arrumar outro esforço concentrado este ano eu não acredito mais. Então, nós temos que fazer de forma prática, cirúrgica, como é da minha natureza, por ser cirurgião, essa ação, sem pedir muito exame complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço as palavras do ilustre Senador Nelsinho Trad.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Senador Jayme...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não. Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Eu preciso fazer um registro. Nós temos que registrar a presença do Diretor-Presidente da ANS, nosso querido Paulo Roberto.

Seja bem-vindo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Solicito à Secretaria desta Comissão que abra o painel de votação. E os Sras. e Srs. Senadores se encontrem à vontade, mesmo antes de discorrerem os sabatinados, V. Exas. já poderão começar a votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com a palavra o Sr. Maurício Nunes.

Já abrimos o painel, eminente Senador Nelsinho Trad. V. Exa. fique muito à vontade para votar, se possível "sim" para os nossos indicados aqui.

Com a palavra o Sr. Maurício Nunes da Silva.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA (Para expor.) – Sras. e Srs. Senadores, bom dia.

Inicialmente eu gostaria de agradecer a Deus por permitir mais esta conquista na minha trajetória profissional; à minha família, Monique e Júlia, amores da minha vida, ao meu irmão; à minha querida mãe, que me deixou ano passado, mas hoje seu espírito de luz se irradia de alegria; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela indicação; a todos os Senadores aqui presentes, em especial o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e Relator da minha indicação, Senador Sérgio Petecão; ao Diretor-Presidente da ANS, Dr. Paulo Rebello; e também ao ex-Diretor, ex-Presidente da agência, Dr. Rogério Scarabel, com quem tive oportunidade de trabalhar nesses últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Maurício, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido para assumir aqui a Presidência o ilustre Senador Nelsinho Trad, tendo em vista que eu vou votar. V. Exa. fica aqui enquanto os sabatinados aguardam o Maurício, apenas o Francisco, que é o derradeiro, ou seja, o último. V. Exa. pode assumir os trabalhos a partir deste momento.

Muito obrigado.

Parabéns e sucesso aos senhores indicados.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – Obrigado, Senador.

Parabéns também aos demais indicados, Eliane Aparecida, Alexandre Fioranelli, Francisco Antonio, aos demais servidores e colaboradores da agência, deixando aqui o meu agradecimento aos servidores e diretores substitutos, César Serra, Bruno Martins, que desenvolveram um brilhante trabalho durante esse período na Diretoria Colegiada da agência. E também a todos os profissionais da saúde, pelo árduo e incansável trabalho na linha de frente do combate à pandemia do novo coronavírus.

Por fim, o meu respeito e sentimento de pesar a todos aqueles que perderam algum ente querido ou amigo próximo vítimas dessa terrível doença.

Exmas. e Exmos. Srs. Senadores, honro-me em apresentar argumentação perante esta respeitável Comissão de Assuntos Sociais para a avaliação de V. Exas. acerca das minhas qualificações para o exercício do cargo de Diretor da ANS.

Para melhor detalhar meus atributos, que demonstro os requisitos necessários para assumir o cargo de diretor da agência, recorro inicialmente às próprias competências do órgão regulador, assim como sua missão institucional, conforme disposto em sua lei de criação, a Lei 9.961, de 2000. A ANS é órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a assistência suplementar à saúde, tendo por finalidade institucional a promoção da defesa do interesse público, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Durante esses 16 anos, exerci atividades relevantes enquanto servidor concursado da ANS e respondi, na condição de ocupante de cargos de direção e assessoramento superiores, por áreas estratégicas da agência. Desde 26 de maio de 2000, por exemplo, respondo como Diretor Substituto da Diretoria de Fiscalização, sendo designado para compor a lista de substituição da Diretoria Colegiada da agência, em razão do Decreto de 16 de março de 2000, da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na condição de Diretor Substituto, participei da deliberação de importantes medidas para o setor de saúde suplementar, entre as quais destaco, de forma exemplificativa, a incorporação dos testes sorológicos IGG anticorpos totais para a detecção da covid-19; aprovação de resolução normativa que dispõe sobre procedimentos para funcionamento do processo administrativo eletrônico da agência, da norma que estabelece novo rol de procedimentos e eventos em saúde, da resolução que dispôs sobre o novo rito processual de atualização e tecnologias no rol da agência; prorrogação e aprovação de diversos acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Honro-me também em dizer que durante esse período em que venho respondendo pela Diretoria de Fiscalização, a ANS atingiu o maior índice de resolução de reclamações de consumidores desde 2013. Em 2020, a agência solucionou 91,6% das queixas registradas em seus canais de atendimento. Quanto às demandas relacionadas à covid-19, o índice de resolutividade das queixas gerais atingiu 90,8%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – Em setembro de 2018, fui designado para responder como Diretor Adjunto da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. Enquanto Diretor Adjunto, participei de processo de edição de algumas normas de relevância para o setor de saúde suplementar: a RN 438, que dispõe sobre a portabilidade de carência; a RN 439, que dispõe sobre o processo de atualização periódica do rol de procedimentos; a RN 441, que estabelece critérios de cálculo de reajuste para os planos de assistência individual ou familiares.

Na minha trajetória, também ocupei diversos outros cargos: Gerente-Geral de Administração e Finanças, Coordenador de Avaliação de Riscos. Além dos já citados cargos, também exerci outros cargos e funções de confiança durante esses anos na agência. É importante ressaltar também que enquanto Diretor Adjunto de Normas e Habilitação dos Produtos, assim como na condição de Diretor Substituto de Fiscalização, participei de várias medidas regulatórias para o enfrentamento do novo coronavírus.

Resumindo, é importante destacar que entre as cinco diretorias que compõem a Diretoria Colegiada da agência, atuei diretamente na Diretoria de Gestão, na Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, na Diretoria de Fiscalização, além de ter atuado também na Presidência da ANS.

Desse modo, durante os meus 16 anos de agência, atuei diretamente no processo de regulação, normatização, controle e fiscalização, em ações com foco no relacionamento com consumidores, prestadores de serviço, especialmente com foco na garantia de assistência aos beneficiários, abarcando, assim, as macro competências e finalidade institucional da ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à formação técnica para o exercício do cargo, tenho ampla experiência em gestão pública, com mestrado em Administração Pública, especialização em Finanças Públicas e graduação em Administração. Além disso, durante a minha trajetória profissional na agência, participei de vários congressos, seminários e cursos que constam detalhados no meu currículo e ajudaram a moldar a minha formação para assumir uma posição de tamanha responsabilidade como a de diretor de uma agência reguladora.

Ressalto a minha reputação ilibada, não tendo respondido a qualquer processo administrativo ou disciplinar durante esses 16 anos, tanto quanto servidor público federal como na condição de ocupante de cargo comissionado, e o meu notório saber para assumir uma das cadeiras colegiadas.

Por fim, trago a convicção de que a minha trajetória profissional, em especial durante esses 16 anos trabalhando na agência, e a minha formação acadêmica me habilitam para o desempenho do cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podendo assim contribuir ainda mais para um sistema de saúde melhor para a nossa sociedade.

Muito obrigado e coloco-me à disposição para responder às perguntas das Sras. e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Dr. Maurício.

Ao mesmo tempo, solicito ao Sr. Francisco Antonio Barreira de Araújo, indicado, para que, remotamente, também possa fazer a sua narrativa.

Solicito à Secretaria que abra o painel para o Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador, Senadores, para mim é uma honra enorme estar presente e ter chegado até aqui, por intermédio de indicação para tão honroso cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde.

Trago comigo o principal título de médico de trincheira, de médico que iniciou a sua vida em consultório.

Eu me formei pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1974. Em 76, fiz a primeira prova, à época, para médico do nosso antigo Inamps. Ao passar, fui colocado numa cidade do interior do Rio de Janeiro, o que me permitiu a mais profícua experiência de minha vida: médico de interior. Não vou falar da minha pós-graduação em Cardiologia, em Administração Hospitalar, das minhas residências médicas na Cardiologia, feitas todas no Estado do Rio de Janeiro. Orgulha-me sobremaneira o que aprendi como médico de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital de uma cidade do interior. Essa foi a minha grande escola. Tenho certeza de que foi a minha grande universidade de vida profissional.

Honra-me sobremaneira poder participar e propor, com toda a humildade que adquiri durante o exercício de minha profissão, de uma agência já consagrada, já lapidada, ao longo das últimas administrações, que prevê proteger o tripé que é o consumidor, o tomador do serviço médico, as instituições que ensejam o atendimento de 48 milhões de pessoas, o atendimento médico, o que significa um quarto da população do Brasil, e também pretende proteger o prestador de serviço, aquele que é a chave e o viabilizador de qualquer plano de saúde.

É fácil observar que, ao nascimento de uma criança, aquilo que hoje é colocado como mais importante quanto ao futuro desse novo ser, no sentido social, pela família que o recebe é um plano de saúde. Na verdade, hoje, afora qualquer bem material, moradia ou qualquer que seja, é sonho de toda família ter um bom plano de saúde, que possa abrigar e proteger seus familiares nas horas de maior dificuldade no que tange à sua saúde.

Isso o Brasil soube desenvolver. Nós temos um sistema nacional, que é o SUS, que tem nos dado inequívocos exemplos da sua capacidade de atender à sua tão difícil demanda, mas a ANS tem conquistado tanto, que, inclusive, conquistou o direito de ressarcimento dos atendimentos feitos pelos que têm plano de saúde junto ao INSS. Os planos de saúde contribuem para que toda pessoa que é possuidora de um plano de saúde, em sendo atendida no sistema nacional de saúde, no SUS, os planos de saúde ressarçam o INPS, o SUS, quanto a esse tipo de atendimento.

Venho aqui, com muita humildade, apenas e mais para escutar, para ouvir, para colaborar, para tentar me inserir no contexto das propostas dos que me antecederam e que, certamente, passando pelo crivo de V. Exas., comporão, junto ao Dr. Paulo Rebello, com quem tive a oportunidade de conversar ontem, a direção dessa agência.

Creio que essa é uma agência singular, é uma agência incomparável, na medida em que sua matéria-prima é a vida humana, é a saúde humana, é a dignidade de atendimento de todos que procuram saúde neste País.

Estou à disposição dos senhores para responder ao que for necessário, tanto quanto à minha, posso afirmar, ilibada vida profissional, eminentemente ligada ao exercício diuturno da medicina. Eu sou um médico que atendo ainda dia e noite, atendo em residências, atendo em consultório 24 horas por dia. Acho que isso é o que vai me ajudar nesse novo desafio.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Concluída aqui as sabatinas dos indicados, esta Presidência convoca, uma vez mais, as Sras. e os Srs. Senadores para que compareçam a esta Comissão para que a votação seja concluída.

Após, Presidente, amigo Petecão, a sabatina feita aos quatro indicados, comunico também ao Plenário desta Comissão que todos os Srs. e Sras. Senadoras também poderão fazer as indagações que, certamente, são pertinentes em relação às indicações.

Presidente Petecão, cumpri a minha missão, fiz a minha parte e devolvo a Presidência a V. Exa..

Muito obrigado, senhores, parabéns e que Deus abençoe os senhores nessa nova missão em que, certamente, estarão cumprindo uma missão muito importante. As agências no Brasil precisam funcionar, funcionar de acordo com o que manda o regimento, como manda o final que tem com certeza não só a ANS, a Anvisa, a Antac, a Anac e assim por diante.

Espero que V. Exas. cumpram, com certeza, com muita galhardia, mas, acima de tudo, com muita responsabilidade, esse papel preponderante para o bom andamento e o bom trabalho da nossa agência.

Que Deus abençoe os senhores.

Com a palavra o ilustre Presidente Petecão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Jayme Campos, é muito importante a sua contribuição aqui nesta Comissão. Parabéns e muito grato.

Há uma pergunta aqui pelo nosso e-Cidadania. Como ele não nominou a quem deveria ser a pergunta, eu vou fazer a pergunta aos nossos quatro indicados. Quem achar que poderá responder fique à vontade.

É o Sr. Bertrand Guedes, lá de Pernambuco: "[...]pretende regular os reajustes dos planos coletivos por adesão? Pois não existe mais no mercado plano individual".

Vou repetir: "[...]pretende regular os reajustes dos planos coletivos por adesão? Pois não existe mais no mercado plano individual".

Os senhores fiquem à vontade, quem achar que pode responder aqui ao nosso amigo Bertrand... E eu já agradeço a participação do Sr. Bertrand, lá do nosso querido Pernambuco. Eu não sei qual é o Município, mas acho que deve ser deve ser de Recife. Ele não se identificou.

Está feita a pergunta. Eu gostaria que algum dos senhores respondesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA (Para expor.) – Senador, eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos lá, Maurício.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – Vou agradecer a pergunta do participante, do Sr. Guedes, lá de Pernambuco.

Vou esclarecer um ponto importante, porque a agência regula também os reajustes coletivos. Ela não define o reajuste como é definido no caso dos reajustes dos planos coletivos individuais, mas, no caso dos reajustes dos planos coletivos, seja por adesão ou empresarial, a agência também regula.

Hoje, a gente tem uma regra, que é a regra do *pool*, que é uma regra de agrupamento de contratos com até 29 vidas, que tem o intuito de diluir risco desses contratos como uma forma até, de alguma forma direta, impactar no reajuste. Então, a agência já tem normas que tratam do reajuste coletivo, até 29 vidas, que é o *pool*.

Todos esses dados de percentuais aplicados hoje estão disponíveis no portal da agência, sejam contratos que estejam no *pool*, até 29 vidas, assim como aqueles contratos com 30 vidas ou mais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mais alguém gostaria de responder a essa pergunta? Senhores, gostariam de complementar ou responder? O Sr. Bertrand Guedes está contemplado com a resposta do nosso sabatinado, o Sr. Maurício Nunes da Silva. É importante a participação de todos, de toda a sociedade, através do nosso e-Cidadania.

Estamos aguardando, estamos num processo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide, nossa querida Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente.

Eu quero fazer aqui umas perguntas, qualquer um dos sabatinados pode responder. Por exemplo, tendo em vista esse novo modelo de negócio amplamente difundido no setor de saúde suplementar, como a Agência Nacional de Saúde entende seu papel regulatório? Eu queria dizer qual é o modelo que a gente vê... que operadoras de planos de saúde verticalizadas vêm se difundindo no setor suplementar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que este mecanismo possa ser visto como um ativador de redução de custo, diminuindo assim a média dos valores das contraprestações, bem como até mesmo incidir numa melhora para o resultado do cuidado integral e efetivo dos beneficiários, podendo agilizar agendamentos e conseguindo unificar as informações e o beneficiário, mas isso teria que ser feito sob forte e qualificada regulação pública para evitar que, muitas vezes, gere descalabros, por isso essa pergunta.

Por exemplo, um antigo dilema apontado pelo setor – eu estou fazendo essa pergunta – de que a Agência Nacional de Saúde Suplementar não atua diretamente sobre os prestadores apenas na relação contratual nos parece superado quando se trata das operadoras verticalizadas – quando já verticaliza os outros serviços. O caso da Prevent Senior e de outras empresas verticalizadas mostrou a necessidade de uma regulação efetiva da ANS, em especial porque a agência é responsável por exercer o controle e avaliação dos aspectos concernentes à garantia.

Então, tendo em vista este novo modelo a ANS entende o seu papel regulatório? Como a ANS vem atuando nessas situações? E, terceiro, em que pese não haver uma regulação da rede verticalizada de prestadores, o que os senhores avaliam que a ANS deve implementar para regular esse processo?

Essas são minhas perguntas. Pode qualquer um responder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Passo a palavra aos nossos sabatinados.

Pediu a palavra aqui a Sra. Eliane.

Por favor, Eliane.

A SRA. ELIANE APARECIDA DE CASTRO MEDEIROS (Para expor.) – Presidente, primeiro eu queria cumprimentar a Senadora Zenaide pela atenção, pela preocupação dela, eu a acompanho... E a preocupação que ela tem, em todas as sabatinas, de fazer perguntas, de destrinchar e buscar uma Agência Nacional de Saúde Suplementar mais comprometida com o consumidor.

Então, eu penso que a pessoa mais qualificada para responder seria o meu colega, mas eu quero, de antemão, fazer um registro aqui de que essa pluralidade de pessoas, de ideias, de currículo, isso só enriquece as tomadas de decisões que são de uma diretoria colegiada na ANS.

Então, tenho certeza de que a ANS se preocupa com isso, com essa questão levantada pela Senadora, mas, com essa nova diretoria, se nós passarmos pelo crivo de V. Exas., eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza de que isso só somará e melhorará a transparência e a atuação da agência na questão da saúde suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir, agora, o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FIORANELLI (Para expor.) – Também queria agradecer à Exma. Senadora Zenaide.

Em relação às suas perguntas, eu queria ponderar sobre a necessidade que o sistema de saúde suplementar tem de discutir não mais em relação a preço, mas, sim, ao que é valor em saúde. Eu acho que é importante que a gente leve isso à discussão para que a gente possa ter uma saúde com prevenção, com promoção, com cuidado, tudo isso baseado em índices de resultado, para que possa haver um estímulo e um incentivo correto relacionado a essa promoção de saúde e, com isso, diminuir custos e aumentar a acessibilidade da população brasileira.

Em relação às verticalizadas, que têm o seu papel no sistema de saúde suplementar, eu acho que é um ponto de discussão com o Congresso Nacional se a Agência Nacional de Saúde vai aumentar o seu poder de regulação e fiscalização não só com a operadora em si e, sim, com o prestador, que, no caso, são pessoas semelhantes.

Então, eu acho que é uma discussão, é uma brecha que se abriu, sim, para ser levada em discussão. E eu acho muito importante isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Sr. Maurício também gostaria de se manifestar.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer a pergunta da Senadora Zenaide. É uma pergunta importante.

Destaco que o setor, em grande parte, em algum grau, praticamente a grande maioria do setor, tem algum grau de verticalização, seja operadoras da área de medicina de grupos, seja as filantropias, que, inclusive, eram hospitais que viraram operadoras, seja as próprias autogestões, seja o Sistema Unimed, com as Unimeds Singulares, porque é muito comum toda Unimed ter um hospital próprio, ter um pronto... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide, o seu microfone está aberto. Fique tranquila.

Maurício, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Unimed tem hospitais próprios, pronto atendimento.

Mas eu acho que o ponto central que a Senadora trouxe é a discussão da qualidade do atendimento hospitalar. E a Agência, neste momento, está iniciando um trabalho.

É um trabalho que vem sendo discutido há algum tempo, mas a gente está caminhando na direção de divulgação de indicadores hospitalares. Inclusive, neste momento, a gente está com um formulário aberto para a participação dos hospitais, que atuam na saúde suplementar, para que a gente possa ter esses dados de qualidade, fazer a análise, e dar a devida publicidade e transparência à sociedade.

São indicadores voltados para critérios de efetividade, de eficácia e de segurança. Por exemplo, verificar a taxa de infecção, a taxa de mortalidade. No caso de eficiência, tempo de atendimento em pontos de atendimento, em urgência.

Então, eu acho que a agência está caminhando, acredito, sim, por um caminho importante para focar qualidade dos serviços prestados pelos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu gostaria de pedir aos nobres Senadores e às Senadoras que se dirigissem ou aqui, à nossa Comissão, ou a algum ponto de votação, porque esta votação tem que ser presencial e nós estamos precisando de quatro votos ainda.

Então, eu peço aos Senadores e às Senadoras que possam colaborar, porque nós estamos num processo de votação. (*Pausa.*)

O Sr. Francisco Barreira está pedindo a palavra.

Vamos ouvi-lo.

O SR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ainda em complementação e resposta à pertinente pergunta da ilustre Senadora, é preciso, sim, no meu entender, que a Agência Nacional de Saúde interfira em todo momento que qualquer instituição tente obrigar o médico a abdicar da soberania de suas decisões.

A decisão, no que tange a tratamento, é balizada, é norteada, é fiscalizada, pelos Conselhos Regionais de Medicina e pelas diversas instituições pertinentes a cada uma das especialidades. Mas a Agência Nacional de Saúde não pode fugir à sua responsabilidade de agência fiscalizadora dos planos de saúde e de estar, acima de tudo, defendendo o interesse do consumidor e protegendo para que o profissional exerça o seu trabalho, o seu exercício de atendimento médico ou hospitalar, de acordo com a sua consciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas pedir permissão ao Senador Petecão, para fazer uma referência de cunho pessoal, de cunho individual, porque houve – e eu sei que o senhor vem do Acre – uma pessoa na minha vida, médico e ex-Senador do Acre, a quem eu gostaria de aproveitar este minuto e prestar uma homenagem. Era o Senador Adalberto Sena, que saiu do Rio de Janeiro e, por 18 anos, foi Senador no Acre.

As minhas primeiras idas a Brasília foram sempre ciceroneadas pelo Senador de quem eu guardo uma grande lembrança e que era uma pessoa tão ligada à minha família que família ficou.

Então, apenas me desculpe, mas eu não poderia deixar de lembrar do médico, Senador do Acre, Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Francisco Barreira, nosso sabatinado de hoje, realmente o Senador Adalberto Sena tem relevantes serviços prestados ao nosso Estado e é uma pessoa a quem com certeza o Estado do Acre deve muito. Então, muito justa a sua homenagem. Valeu, Barreira!

Temos aí oito votos. Precisamos ainda de mais três votos.

Só quero reforçar aqui o pedido para que os Senadores e Senadoras que se encontram na Casa procurem um ponto de votação ou, então, aqui na Comissão, para que nós possamos finalizar essa votação.

Estamos no aguardo.

E os nossos internautas que queiram participar, fazer perguntas aos nossos sabatinados que estão aqui de pronto, já responderam várias perguntas de Senadores e dos nossos internautas, fiquem à vontade. Nós estamos aqui à disposição.

Quero registrar aqui a presença do nosso querido amigo, Senador Lucas Barreto, grande liderança lá do Estado do Amapá, amigo, parceiro. (*Pausa.*)

Quero aproveitar para fazer um registro aqui.

Ao Sr. Francisco Antonio Barreira, trago aqui uma mensagem de um grande amigo seu, conhecedor da sua carreira, que é o Desembargador William Douglas, que está mandando um abraço e desejando todo sucesso a V. Exa.

O senhor deve conhecê-lo com certeza, não é?

O SR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO – Com certeza, conheço-o e o admiro muito. Agradeço ao Desembargador Douglas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos passar a palavra à nossa querida, e já lhe agradecendo a presença, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão. Cumprimento o senhor, todas as Senadoras, todos os Senadores e os que nos acompanham nesta sabatina.

Eu gostaria de fazer duas perguntas aos indicados, aqui, apesar de já ter votado. Procurei saber do currículo, do histórico de cada um, mas eu tenho perguntas que, para mim, são fundamentais.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou o PL 6.330, de 2019, que obriga os planos de saúde a cobrir os gastos com a quimioterapia oral, o que permite o tratamento domiciliar do câncer. Lamentavelmente, o Presidente da República vetou esse projeto. Eu pergunto a V. Sas.: como avaliam o veto e qual seria a recomendação em relação à matéria caso fossem chamados a se posicionar na condição de representantes da Anvisa? Bom, está Anvisa aqui. Anvisa, ANS...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É só essa pergunta, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, tenho outra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Seria interessante, se vocês permitirem, ela fazer as perguntas e, depois, os senhores vejam quem gostaria de responder.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – São duas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Dentre os temas investigados pela CPI da Covid, aqui, nesta Casa, causaram perplexidade a esta Casa e ao País as práticas e a conduta do grupo Prevent Senior, durante a pandemia, no atendimento a seus usuários: inúmeras irregularidades e todo tipo de absurdo foram praticados com pacientes atendidos pelo plano de saúde. Muitos deles, inclusive – e nós acompanhamos aqui –, levados a óbito, através da adoção de tratamento paliativo, sem que houvesse razão para tanto.

Ficaram evidentes, a meu juízo, além das ilegalidades e da monstruosidade praticada pela empresa, a falha e a negligência da ANS em relação a essa questão. Afinal, o que V. Sas. pensam do caso Prevent Senior e o que pode ser feito pela ANS, daqui para a frente, para garantirmos que, nunca mais, uma atrocidade como aquela se repita no nosso País? Até porque a pandemia ainda não acabou e, se Deus quiser, nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... vencer.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vai acabar.

Então, eu gostaria de saber a resposta dos indicados para essas duas perguntas. Eu tenho mais, mas eu entendo que essas são as mais relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Nós agradecemos a presença, aqui, na nossa Comissão, da nossa Senadora Leila, e já agradecemos a ela, que tem dado uma contribuição grande, aqui, na Comissão. É uma Senadora presente a esta Comissão, que fez duas perguntas. Aí os senhores, os três, os quatro – porque temos o Barreira, que está *online* –, se quiserem responder, fiquem à vontade.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA (Para expor.) – Posso começar?

Primeiro, agradeço a pergunta, Senadora, sobre o PL 6.330, que foi vetado, como a senhora informou. A agência já tem um processo de atualização de rol de procedimentos, é um rito bem maduro. A gente faz todo um processo de avaliação de tecnologia em saúde, e o projeto indicava que seriam incorporações automáticas: no momento em que houvesse o registro na Anvisa, os planos teriam que cobrir.

O processo de trabalho da agência envolve toda uma avaliação de tecnologia em saúde, para verificar as evidências científicas; custo e efetividade, se é um tipo de droga custo-efetiva; impactos, inclusive, para os próprios beneficiários, porque, de uma forma muito direta, toda e qualquer incorporação, não só incorporação de medicamentos antineoplásicos, mas qualquer procedimento impacta em preço, impacta em reajuste. Por isso, a agência faz esse processo de avaliação.

A posição da agência é de que haja uma avaliação de tecnologia em saúde. Esse processo é fundamental, principalmente para os beneficiários. Uma incorporação automática sem que haja uma avaliação de tecnologia em saúde pode acabar, de alguma forma, também gerando impactos aos próprios beneficiários.

Sobre o caso da Prevent Senior que V. Exa. indicou, a agência tem vários monitoramentos de risco assistencial, já tem processos apuratórios em andamento, e hoje a operadora está num regime de direção técnica. A partir desses monitoramentos, a agência tem uma série de ações. Pode fazer visitas técnicas, colocar em regimes especiais, como está hoje, em direção técnica, e, numa situação até mais extrema, ser um caso de liquidação, o que não é o nosso intuito, até porque é uma operadora que tem uma carteira muito grande, com mais de 550 mil vidas e um público muito idoso. Então, isso, de alguma forma, impacta. Mas a agência já tem todas essas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agência não regula as prestadoras. A gente não tem competência legal para regular os hospitais, os serviços de SADT, os médicos, e algumas das situações que a senhora até citou foram situações que ocorreram dentro dos próprios hospitais. E hoje já há uma série de ações do próprio Cremesp, que abriu algumas sindicâncias, as vigilâncias sanitárias locais, e está sendo investigado. Mas, no âmbito da agência, a gente tem uma série de monitoramentos que podem colocar a operadora num processo fiscalizatório, sancioná-la, multá-la, e, nesse momento, a gente tem um agente público dentro da operadora que está acompanhando de perto o que ocorreu lá.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo. Mas e daqui para a frente? Nós estamos falando do caso específico da Prevent Senior, mas o que a agência, pensando justamente numa situação como essa que aconteceu no nosso Pais na pandemia, pode traçar como plano para que não aconteça mais isso no nosso País? Se, nesse sentido, já está no radar de vocês essa preocupação, porque ficou muito clara essa negligência e tudo que a gente acompanhou durante a CPI. Então, pergunto, com relação à Agência, se ela pensa com relação ao futuro para que não aconteça mais esse tipo de situação.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – Eu vou até aproveitar a resposta que eu dei para a Senadora Zenaide...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo.

O SR. MAURÍCIO NUNES DA SILVA – ... que o foco ali é a qualidade do atendimento prestado. A agência hoje tem um programa de indicadores de qualidade separado de indicadores de efetividade, eficiência e segurança. Então, esses indicadores... Eu verifico, por exemplo, a taxa de mortalidade dentro de um hospital, a taxa de infecção, tempo de atendimento desde a chegada do paciente numa urgência até o atendimento de fato, entre outros indicadores. Então, esses indicadores... A gente vai começar a coletar esses dados agora, em janeiro; a cada semestre, a gente vai fazer a avaliação do resultado desses hospitais que participaram desse processo; e, anualmente, a gente vai soltar um relatório para demonstrar a qualidade da transparência à sociedade da qualidade de cada um desses hospitais. Então, é um processo que está bem maduro na agência e que eu acredito que ele vai dar resultados importantes para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir o Sr. Alexandre Fioranelli.

O SR. ALEXANDRE FIORANELLI (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila, pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como médico, eu sempre vou ser favorável à incorporação de tecnologia em saúde do rol e sei da importância, como o Maurício disse, de manter também a sustentabilidade do setor. Eu acho que, como proposta e projeto, como a senhora está preocupada, tem que começar a criar mecanismos para aperfeiçoar esse sistema de saúde suplementar, para que comecem a diminuir os desperdícios. Quer dizer, 33% da saúde suplementar estão relacionados ao desperdício. Então, acho que a gente tem que tentar levar e ampliar essa discussão para que diminuam esses desperdícios, para que a gente comece a ter – e não só falar em relação a valor em reais, e sim valor em saúde, como prevenção, promoção de cuidado da saúde, com índices, como o Maurício disse agora também –, e isso tudo vai diminuir, desperdícios vão diminuir, custos da operadora e, com isso, criar mecanismos para que essa diminuição de custo retorne para o beneficiário, para o usuário final, através de aumento de tecnologia, ou seja, que ele receba cada vez mais tecnologia e saúde, que vai desde o quimioterápico oral até outros tipos de tecnologia, beneficiando sempre o usuário final.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Quando eu fiz a pergunta sobre a quimioterapia, vocês falaram que deveria haver um estudo. Esse é um projeto que está na Casa desde 2019. Certamente a própria agência deveria monitorar a possibilidade de aprovação de um projeto com tamanho impacto como esse. Isso às vezes é o meu questionamento com relação à atuação das agências. Quando há algum projeto aqui na Casa, e a gente sabe que a Casa reflete muito o apelo da população, do povo, e essa questão da quimioterapia oral é uma demanda que está há anos dentro da Casa. E quando o senhor fala, o Dr. Maurício falou que tem que se estudar o impacto disso, eu fico meio de cara. Não estou dizendo que seja o caso, vocês estão entrando agora, mas não haver um estudo nem da própria agência vindo à Casa? A gente teve momentos em que convocou sobre esses questionamentos das pautas na Casa, sobre os quais a própria Anvisa poderia se posicionar e muitas vezes não se posiciona. Existe uma expectativa com relação a isso aqui, existe um veto presidencial que a gente não sabe pautado em quê, se houve uma conversa com o ministério, com a Anvisa, e nós ficamos aqui todos nessa tensão, nessa expectativa, sabendo que também existe o outro lado, como o senhor falou, que é o lado dos planos de saúde.

Mas eu agradeço a resposta dos dois.

Eram esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Sr. Barreiras gostaria de fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO ANTONIO BARREIRA DE ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria apenas dizer novamente, como médico que sou, que a questão da Prevent Senior nos ensinou bastante, assim como toda essa pandemia nos ensinou bastante. Tenho certeza de que a Agência Nacional de Saúde está alerta para que desvios desse tipo não aconteçam mais.

Quanto à químio oral, é óbvio que uma família já onerada pelo aumento de custo de vida, já onerada com as despesas oriundas... ninguém usa a quimioterapia se não for por uma doença muito grave, e todos nós sabemos quais são.

É óbvio que nós temos que, de alguma maneira, encontrar uma solução para que os planos de saúde possam ajudar essas famílias aflitas, ou pela impossibilidade, às vezes, de comprar e acessar quimioterápico oral. A Agência Nacional de Saúde há que se debruçar sobre isso e arranjar uma solução, provavelmente a partir da própria agência, que seja apresentada novamente em conjunto com o nosso Parlamento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu agradeço, Dr. Francisco, já adiantando que esta Casa vai provocar muito a ANS nesse sentido, não é? Acredito que não só a ANS, mas todos nós aprendemos muito com essa tragédia que o mundo encarou, que foi a pandemia da covid.

Obrigada pelas respostas de todos aí, dos sabatinados. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado à Senadora Leila pela sua participação, sempre colaborando aqui para engrandecer o trabalho desta Comissão tão importante e que lida com a saúde do povo brasileiro. Obrigado, Leila.

Já temos aí 11 votos. Eu vou encerrar a votação.

Solicito à Secretaria da Mesa que proceda à apuração da votação, por favor. Vamos à votação. Vamos à votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Temos aí... (*Pausa.*)

Vamos aos votos.

A Eliane Aparecida recebeu 10 votos SIM, 1 voto NÃO, zero abstenção.

Esse serve para todos os nossos sabatinados, é isso? 10 votos SIM, 1 voto NÃO e nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já agradecemos aqui a participação dos nossos sabatinados, dos que estão aqui presencialmente, e do Sr. Francisco Barreiras, que está *online* aqui participando. Participou tão bem também aqui da nossa sabatina.

Agradeço aqui, mais uma vez, a presença do Diretor-Presidente da ANS, o nosso amigo Paulo. Obrigado, Paulo. E aos servidores também da ANS, que estão, com certeza, presentes. Obrigado aí pela participação de vocês.

Nós agradecemos e parabenizamos a todos os sabatinados pela votação e pela participação, respondendo a todos os questionamentos dos Senadores e dos nossos participantes *online* do e-Cidadania desta Comissão.

Vou encerrar a nossa reunião.

Convoco para o dia 7 de dezembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Mais uma vez, muito obrigado e parabéns a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatro minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Nilda Gondim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Kátia Abreu, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Leila Barros e Jean Paul Prates, e ainda do Senador não membro Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2058, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3525, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2868, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 33, de 2021-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 540, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 256, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão, e adiada a votação. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1057, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2761, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender ao trabalhador recorrente a isenção de depósito recursal." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1403, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos onde se aplicam vacinas humanas e sobre os direitos dos usuários destes serviços." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 58, de 2014** que: "Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

19/2021 sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Tiago Beck Kidricki, Advogado especialista em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS e da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA; Doutora Thaís Riedel, Advogada, Mestre e Professora em Direito Previdenciário e Presidente do IBDPREV - Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e da Associação Brasileira de Advogados Previdenciários; o Doutor Luiz Alberto Santos, Advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, Doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a assistência à saúde prestada à população negra, indígena e do campo durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2021, de “realização de audiência pública com o objetivo de discutir a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que entrará em vigência em 2022, no que diga respeito à substituição do código R54 (senilidade) pelo código MG21 (“old age” ou velhice)”, com vistas a incluir na referida audiência pública Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2021, de “realização de audiência pública com o objetivo de discutir o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2) - Doença de Batten”, com vistas a incluir na referida audiência pública Representante da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FEDRANN)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 33, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2868/2019, que “altera a Lei nº 7.853,de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 28/2021 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; representante Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; representante Coordenação Nacional de Articulação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Nilda Gondim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/07

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Bom dia, Senadoras e Senadores presentes e remotamente.

Estou aqui a pedido do nosso Presidente Sérgio Petecão, que não pôde comparecer – está ausente, está em sua terra – e que me pediu para representá-lo. Vou fazer o possível para tentar ser um pouquinho do que ele é, porque a habilidade ainda me falta, mas muito obrigada pela presença de todos, e vamos lá.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado de pauta o item nº 8, Projeto de Lei nº 2.761, de 2019, a pedido do Relator, o Senador Eduardo Girão.

Eu chamo, convoco a Senadora Kátia Abreu para falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, minha querida amiga Nilda. É um prazer ver você aí à frente desta Comissão, tão graciosa, tão competente. Para mim, é um orgulho e uma alegria, admiração profunda.

Eu também gostaria de lhe pedir... Eu vou relatar o projeto da nossa querida amiga Maria do Carmo, e eu não sei qual é o item da pauta, mas... (*Pausa.*)

É o sexto item. Não, então, está tudo bem. Eu vou a um compromisso, e dará tempo, então, de eu voltar. É o sexto, não é isso, Nilda?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É o sexto, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – O da Maria do Carmo, o do artesanato.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É o sexto, é o sexto.

Quando for terminativo, vai para o seu, a não ser que você... (*Pausa.*)

Não há quórum ainda.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Ah, não há quórum.

Não há problema. Eu vou estar atenta no celular, vou estar com o computador. Assim que chegar, eu faço questão de relatar ainda hoje, que é um projeto muito importante para mim, para o que nós estamos fazendo na CRE, e a Senadora Maria do Carmo teve uma visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégica, uma ideia extraordinária. Então, eu agradeço e fico atenta no celular para, assim que chegar a oportunidade e houver quórum, eu estar pronta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com certeza, minha amiga Senadora. Com certeza, quando houver quorum, você será chamada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – O.k.

Obrigada, Nilda. Bom trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2058, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Favorável ao Projeto. Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Nilda Gondim; Sr. Senador Paulo Paim, que estou vendo aqui agora na tela...

Tu estas em Porto Alegre? Eu também estou em Porto Alegre, Paulo. Um abração para você aí também!

Sra. Presidente, está em análise, nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei 2058, de 2021, do Deputado Tiago Dimas, que trata da disciplina das atividades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho à distância das empregadas gestantes, durante a pandemia de coronavírus.

Com esse objetivo, o autor propôs alterações na Lei 14.151, de 12 de maio de 2021. No entendimento do proponente, a referida norma apresenta um problema fundamental ao atribuir aos empregadores os custos pela manutenção das gestantes que não podem realizar trabalhos de forma remota, em domicílio ou à distância.

Consta da justificação da proposta que, dado o encargo adicional, os empregadores podem optar pela não contratação de empregadas, evitando esses possíveis afastamentos, dilatados e remunerados. A própria Convenção 103 da OIT recomenda que o salário-maternidade seja assumido pelo Estado para evitar discriminações e desigualdade de tratamento entre homens e mulheres.

A ideia inicial seria remunerar as trabalhadoras grávidas sem condições de realizar trabalho à distância através do Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda. Dessa forma, não haveria impacto financeiro-orçamentário e necessidade de apontar fontes de compensação orçamentária, nos termos dos arts. 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 113 do ADCT da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi amplamente discutida, recebeu emendas e foi relatada pela Deputada Paula Belmonte. Em parecer de Plenário, em substituição às Comissões de Direitos da Mulher; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a Relatora conclui pela adoção do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sendo este o texto aprovado e submetido a nossa apreciação.

É o seguinte o seu conteúdo.

Eu vou pular isso aqui, Sra. Presidente, porque são várias emendas de redação, e vamos passar para a análise final.

O PL 2.058, de 2021, introduz mudanças provisórias, destinadas aos tempos de pandemia de coronavírus, nas normas que regem as relações trabalhistas, entre empregadas gestantes e empregadores, e em disposições que tratam do salário maternidade e, indiretamente, concedem uma licença-maternidade especial. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre os temas – trabalhista e previdenciário – nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Essas alterações inserem-se no campo das atribuições legislativas da União, nos termos do art. 22, inciso I; e art. 24, XII, da Constituição Federal. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada a lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada está adequada para a disciplina da matéria em exame.

No que se refere à conformidade legislativa, a proposição atende às regras estabelecidas na Lei Complementar 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, inciso III. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da matéria na forma da redação aprovada na Câmara dos Deputados. Na realidade, a Lei 14.151, de 12 de maio de 2021, tentou resolver de forma simples questões que são de alta complexidade no mundo do trabalho. A diversidade é imensa, de domésticas a altas executivas. Há mulheres trabalhando em diversos espaços, atividades que não são transferíveis para o domicílio, o teletrabalho, trabalho à distância ou outras modalidades de trabalho não presencial.

A pandemia gerou insegurança jurídica, além de mortes, sequelas físicas e mentais, danos econômicos e sociais. Muitas normas foram aprovadas com urgência e análises apressadas e outras ingressaram no ordenamento nacional com algum atraso.

A legislação beneficiou muitos e a outros prejudicou.

Talvez seja o caso da Lei 14.151, de 12 de maio de 2021 – com vigência um ano e alguns meses após o início da pandemia. Quem nos garante que, durante a tramitação da proposta, empregadores, preventivamente, deixaram de contratar mulheres, iniciando um processo de discriminação? Muitos empregadores, certamente, sentiram-se inseguros no momento da aplicação de normas tão resumidas e tão negativas para aqueles que possuem, em seus quadros, elevados números de mulheres jovens. Muitas empregadas, por outro lado, devem ter sentido medo de perder o emprego ao utilizar a prerrogativa legal.

Muito nos sensibilizou a presença de grávidas entre as vítimas da pandemia, vidas insubstituíveis e incontáveis. Vivemos momentos de incerteza, e as soluções nem sempre foram fáceis. Entretanto, em se tratando de pandemia, a responsabilidade principal é do Estado, e, acreditamos, o avanço da vacinação e do conhecimento a respeito dos efeitos e tratamentos eficazes contra o coronavírus estão nos levando, ainda que lentamente, para tempos mais serenos.

A confusão inicial não pode perdurar indefinidamente. Nada mais razoável que as trabalhadoras devidamente vacinadas voltem ao trabalho. Também é justo que voltem ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho aquelas que, por motivos íntimos, religiosos ou pessoais, se recusaram à imunização. Nesses casos, nem os empregadores nem o Estado devem arcar com os custos da ausência no trabalho.

Registre-se, além disso, que a pandemia está nos ensinando que o teletrabalho, o trabalho em domicílio, trabalho remoto, à distância ou outras modalidades de trabalho não presencial podem ser uma alternativa altamente positiva para as mães e mulheres grávidas. Apesar da tragédia, precisamos tirar as lições positivas dela.

Precisamos de normas claras, que reduzam as inseguranças. Só assim conseguiremos reduzir as discriminações e os desentendimentos. Na nossa visão, a proposta em análise traz definições aceitáveis e não oferece ilusões. A empregabilidade da mulher e da mulher grávida, em especial, precisam ser objeto de atenção.

Voto.

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.058, de 2021, do Deputado Tiago Dimas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Sr. Senador Luis Carlos Heinze – acertei o nome agora.

Coloco a matéria em discussão.

Senador Paulo Paim, meu amigo querido. Fique à vontade, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Senadora Nilda Gondim, acho que é uma alegria hoje de todo esse Plenário, e não só do seu Estado, ter V. Exa. na Presidência, tranquila, serena e com a competência de sempre, que tem demonstrado no Plenário e nas Comissões.

Meu querido gaúcho, Senador Luis Carlos Heinze, primeiro quero dizer do seu relatório, que entendo muito bem-intencionado e que vai na linha, entendo eu, de buscar uma alternativa. Quero aproveitar, Luis Carlos, para cumprimentá-lo – não tive oportunidade – por você ter devolvido aquele projeto – eu disse: "Se devolveu, é porque não concordou, como eu também concordava" – que simplesmente transferia para o trabalhador todos os gastos com a perícia. Fica aqui meu cumprimento.

Esse é um projeto complexo. Eu entendo que V. Exa., dentro do possível, deu o seu parecer com espírito republicano. Agora, algumas entidades de caráter nacional e também a bancada – não é que eu vou protelar, não é essa minha intenção – me pediram que eu pedisse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista. E aí pode ser pedida a vista coletiva, e a gente vota na outra semana, como já fizemos inclusive com muitos projetos de minha autoria. E eu concordei com a vista coletiva, para que aqueles que tenham alguma dúvida possam aproveitar o seu relatório.

Veja, esse projeto vem da Câmara, e sua origem – só para dizer que não é nenhuma posição ideológica – é o PL 3.932, da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, e o Relator, lá na Câmara, acatou, inclusive, algumas emendas do Deputado Bohn Gass, que é o Líder do PT lá na Câmara, mas nós entendemos, Senador, que poderemos, tendo mais uma semaninha aí, votar semana que vem. Se V. Exa. assim entender, pedimos vista e vamos votar semana que vem. Quando se pede vista coletiva, na outra semana se tem que votar – isso o senhor sabe, mas eu estou aqui falando para os telespectadores. Assim, nós teríamos mais uma semana para olhar, talvez, algum pequeno ajuste, se assim necessário for.

Seria isso o meu pedido de vista, Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com a palavra a nossa querida Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Olha, eu queria concordar com o Paulo Paim. O projeto tem os méritos, mas eu acho que é necessário um pedido de vista para a gente ter um olhar diferenciado sobre essa questão de a mulher definir, a grávida, vacinar-se ou não se vacinar. É importante que a gente peça essa vista e tenha um tempo a mais; ficaria para próxima semana. O Senador Luiz Carlos Heinze iria entender e todos que estão nos assistindo.

Vista coletiva eu sugeriria.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente Nilda, eu também entendo que essa questão da vacinação – eu, pessoalmente, sem adentrar no mérito da questão... Vale lembrar que o STF está prestes a decidir sobre o tema, que, diga-se de passagem, é muito controverso. O STF eu acredito que há de considerar o direito dos demais trabalhadores, que compartilham o mesmo ambiente, o mesmo espaço com as gestantes que decidem não se vacinar. Então, para mim, dentro do projeto, o tema que a gente tem que debater na Casa, fora as questões levantadas pelo Senador Paim, que são legítimas, é a questão de desobrigar a gestante de estar vacinada se, por questões pessoais, ela não se vacinar e ocupar o mesmo ambiente dos demais trabalhadores. Então, é um tema que a gente tem que realmente debater para a aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o mérito do projeto é importante – entendemos isso –, mas, por esses pontos elencados tanto pelo Senador Paim como pela Senadora Zenaide, acho que é importante a gente abrir esse debate dentro da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu volto a palavra ao Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

O Paim pediu, e eu iria enfrentar o Paim. Agora, enfrentar a Leila e enfrentar a Zenaide é complicado. Ele ganhou, porque são três a um aqui. Tenho que me dobrar ao Paim, à Leila e também à Senadora Zenaide.

Nós conversamos na sequência – Paim, Leila e Zenaide – para ajustarmos um texto que, seguramente, na semana que vem, se possa votar.

Muito obrigado, Senadora Nilda.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Concedo vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2868, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 30/11/2021.

O Senador Lucas Barreto está aqui presente, e eu cumprimento o Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Nilda Gondim, que preside esta reunião da CAS. Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras.

A Comissão de Assuntos Sociais passa agora a analisar o Projeto de Lei 2.868, de 2019, que altera a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, para determinar a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais para atendimentos terapêuticos multidisciplinares a pessoas com deficiência.

A proposição acrescenta a alínea "g" ao inciso II do parágrafo único do art. 2º da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre apoio a pessoas com deficiência e sobre sua integração social.

Para tanto, institui a realização periódica de mutirões, com a finalidade de aumentar a assistência prestada pelo Estado a pessoas com deficiência. Os mutirões, a terem lugar em espaços públicos, devem aumentar o desenvolvimento pessoal e as respostas clínicas das pessoas com deficiência a seus tratamentos regulares.

A proposição foi distribuída à CAS. Não foram apresentadas emendas, Sra. Presidente.

Análise.

Conforme o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre seguridade, previdência e assistência social, o que torna pertinente o seu exame do Projeto de Lei nº 2.868, de 2019. No mesmo sentido, não se deixam observar problemas quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição.

A proposição persegue os objetivos estratégicos da Carta Magna, que comandam a promoção de igualdade para as pessoas com deficiência. Vale-se da ideia de mutirão, que chega até nós vinda das origens da nossa sociedade. A prática foi introduzida já no século XVI, e nunca mais deixou de ser utilizada pelas populações cuja pobreza não inibiu suas ambições de vida melhor. Desde então, o expediente jamais foi abandonado, seja na zona rural, de onde provém, para os tratos necessários a terras extensas, seja nas cidades, onde as populações suburbanas dele se valem constantemente para a solução de problemas pontuais de membros da comunidade de vizinhança.

Observamos que a proposição, embora se junte às fileiras das normas que lutam contra a desigualdade cristalizada na maioria de nossos costumes, teve a sabedoria de fazer-se apoiar sobre uma classe de costumes que, inobstante sua origem vetusta, mostra perfeita afinidade com o projeto de modernização do Brasil. A lei porventura dela resultante contará com dupla garantia de eficácia: a cogência da lei somada à dos costumes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, apreciamos a iniciativa, a forma e os meios eleitos pela proposição para lograr seus objetivos, ao somar antiga tradição cultural ao ideal modernizante de oferta de boas condições de vida às pessoas com deficiência. Tal soma ainda responde pelos custos baixíssimos ou mesmo inexistentes a serem gerados pela eventual nova lei.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.868, de 2019.

Lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Parabéns, Sr. Relator.

Eu coloco a matéria em discussão.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – A Senadora me ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tem a palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Querida Senadora, eu quero também, na mesma linha, cumprimentar o querido Deputado Fábio Faria, do PSD, e o Senador Lucas Barreto e dizer que a nossa assessoria fez uma análise profunda.

Eu vou destacar rapidamente, na linha do projeto: promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, assistência integral à saúde das pessoas com deficiência, prevenção de deficiências, ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação, organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência, capacitação dos recursos humanos e por vai.

Mediante tudo isso, a recomendação nossa é pela aprovação do projeto, elogiando o autor e o Relator, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito bem, Paulo Paim.

Tem a palavra a nossa Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, colegas Senadores e quem está nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistindo, eu quero parabenizar logo o nosso Senador Lucas Barreto por essa sensibilidade, aproveitando, colegas e senhores que estão nos assistindo, para falar da importância de um projeto desse, Paulo Paim, Senadora Nilda.

Eu estive no oeste do Rio Grande do Norte, na cidade de Apodi, médio oeste, e aquilo que a gente vem denunciando de filas de pessoas com deficiência que não conseguem adquirir seu benefício de prestação continuada... Mas o que eu estou vendo, Presidente Nilda, são pessoas que perderam...

Numa reunião em que eu estive lá, estava uma jovem de 16 anos, a Ana Júlia, cadeirante, que perdeu recentemente, já faz quase oito meses. Eu acho que todos lembram daquela medida provisória que se chamava pente-fino. Nesse pente-fino, tiraram, suspenderam recursos, Sérgio, e esse povo faz seis meses, oito meses, que não consegue voltar a ter acesso ao benefício de prestação continuada.

É uma coisa tão cruel que, quando a gente chega perto e vê Ana Júlia, uma menina inteligente, que está fazendo o segundo grau, mas a mãe e o pai desesperados... Quer dizer, esse pessoal tem que recorrer à Justiça, ficar numa fila de previdência. O que me chamou a atenção, na época daquela medida provisória do pente-fino, era isso, porque eles não olhavam, eles cancelavam e as pessoas com deficiência que conseguissem provar. Entram numa fila da previdência para ter um direito, que estão aí mostrando. Há 1,8 milhão de brasileiras e brasileiros numa fila para conseguir um direito que eles têm.

Então, parabéns ao Senador por essa relatoria, parabéns à nossa Presidente e ao Paulo Paim.

Nós temos que ter um olhar diferenciado para essa população.

Isso foi no dia 3 agora, que eu estava, no dia em que se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e a gente vê isso aqui no Brasil e, eu tenho certeza, de que em todos os Estados. Quando a gente se aproxima mais, vê, porque esse pessoal não tem, muitas vezes, voz, ele não tem como chegar a gente.

Obrigada.

Sou a favor.

Parabéns, mais uma vez, ao autor e ao Relator!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero parabenizá-lo, Senador, por esse grande projeto, muito louvável e merecido.

O senhor tem a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Na verdade, eu quero parabenizar também o Deputado Fábio Faria, hoje Ministro, pelo projeto, agradecer as palavras da Senadora Zenaide e do Senador Paulo Paim e requerer a V. Exa. urgência para que esse projeto possa ser apreciado pelo Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado pelo Senador Lucas Barreto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais de autoria do Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Como eu tenho três requerimentos, Presidenta, eu vou ler o item 12, o Requerimento nº 26?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 26, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2021 sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Tiago Beck Kidricki, Advogado especialista em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS e da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA; Doutora Thaís Riedel, Advogada, Mestre e Professora em Direito Previdenciário e Presidente do IBDPREV - Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e da Associação Brasileira de Advogados Previdenciários; o Doutor Luiz Alberto Santos, Advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, Doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Isso, conforme combinamos com o Presidente na última reunião.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 19, sejam incluídos os seguintes convidados: o Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS e da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA; a Dra. Thais Riedel, advogada, Mestre e Professora em Direito Previdenciário e Presidente do IBDPrev (Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário) e da Associação Brasileira de Advogados Previdenciários; e também o Dr. Luiz Alberto Santos, advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, Doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

O objetivo desse requerimento, Presidente, para situar a todos, é fazer o debate sobre a desaposentadoria, conforme entendimento feito, por unanimidade, na última reunião desta Comissão. Será, então, já de imediato, na data marcada, esta audiência pública, para não haver nenhuma dúvida.

Quando houve o debate da desaposentadoria, o Supremo decidiu que o Senado é que tem que fazer uma lei para ficar claro. Como é permitida hoje a desaposentadoria para o servidor público, que fosse também, no caso, para o trabalhador do Regime Geral da Previdência. Ele deixaria de receber – essa é a intenção – porque voltou a trabalhar. Bom, quando ele resolvesse se aposentar, ele poderia, então, computar o último período, conforme fosse do interesse da parte que está pleiteando a sua aposentadoria. Mas o debate é que vai clarear toda essa questão.

Teremos o debate agora e posteriormente, mediante o acordo feito, já teremos a votação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E amanhã é realmente a audiência pública, não é, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Às 10h30. É bom lembrar ao público em geral que amanhã, às 10h30, vai ser debatido em audiência pública.

Eu concedo a palavra ao nosso Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa., que está presidindo a nossa Comissão, Senadora Nilda Gondim. É uma alegria vê-la aí na Presidência.

Concordo inteiramente com o Senador Paulo Paim em relação à solicitação de incorporação de nomes, adição de nomes.

Agora, eu só fiquei na dúvida... Esse item era o item nº 12 da pauta?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Item 12.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Porque, ao que me consta, eu tenho um requerimento aqui que é de minha autoria também sobre educação da população negra e indígena e que também me parece que era o item 12.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador (*Falha no áudio.*)

... item 14 – não é isso? – e 15. Os três são seus. O próximo... É porque foi republicada...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, então está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... essa audiência. Tá?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, foi republicada. Está ótimo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 13, de autoria do Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – O Senador Paulo Paim tem mais algum requerimento? Porque, enquanto isso, eu busco aqui os requerimentos, os textos dos meus requerimentos. Se houver outros na pauta...

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Há um extrapauta, outro requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 32, de 2021, apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 32, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 28/2021 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; representante Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; representante Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Querida Presidenta Nilda, é só um complemento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 28, de 2021, da CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); representante da Articulação dos Povos Indígenas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil (Apib); representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

É só um complemento – o requerimento já foi aprovado – para que esses que postularam a possibilidade de estar nessa audiência sejam também convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador.

E agora volto...

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto a palavra ao Senador Flávio Arns.

Trata-se do item 12 antigo.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a assistência à saúde prestada à população negra, indígena e do campo durante a pandemia de covid-19.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Muito bem! Então, um dos requerimentos é o item 12 antigo. Exato.

Nós estamos com a Subcomissão de Educação na pandemia e tivemos – sabem, Senador Paulo Paim e Senadora Zenaide Maia, que também vice-preside aquela Comissão – a participação de representantes da educação indígena e também da educação da Educafro, o Padre – o Frei, aliás... Qual é o nome mesmo, Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – É o Frei Davi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Frei Davi, exatamente!

O Frei Davi e também os representantes da educação indígena trouxeram denúncias importantes do que teria acontecido durante a pandemia (*Falha no áudio.*)... negras. Então, nesse sentido estamos requerendo a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a assistência à saúde prestada à população negra, indígena e do campo durante a pandemia.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; representante da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; representante dos povos indígenas e representante da Educafro.

Eu acho que esse debate é muito interessante, muito importante, e temos que, na verdade, discutir isso.

Eu agradeço.

Esse é o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14...

Senador Paulo Paim... Desculpa, Senador, só vi agora sua mão levantada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, Presidenta Nilda, V. Exa. é sempre muito carinhosa, muito respeitosa com todos os Senadores e Senadoras, então, com V. Exa. a gente toma um pouquinho mais de liberdade, porque eu levantei a mão atrasado, mas a senhora assim mesmo me abriu a possibilidade de falar.

Eu quero só agradecer ao nosso querido e grande Senador Flávio Arns por essa iniciativa, pelo olhar para o povo quilombola, o olhar para a comunidade indígena, levantando as suas preocupações. De fato, nós todos estaremos, Senador Flávio Arns, e faço questão de estar, nessa audiência com V. Exa. E tanto a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) tem um papel fundamental, como também, como V. Exa. indicou agora, o Frei David, que é um guerreiro das boas causas. Onde há boa causa, pode saber que o Frei David está junto. E essa inclusão que o Senador Flávio Arns faz nesse momento só merece aqui nossos elogios. Então, a Conaq, a Apib e a Educafro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço as palavras do Senador Paulo Paim e quero dizer que a audiência pública em que se discutiu a educação indígena, a educação das populações negras e também do campo, na Subcomissão, foi uma audiência das mais importantes. E, como o assunto trazido foi relacionado à saúde, por esta razão é que a audiência pública está sendo solicitada na CAS.

No item 14, Sra. Presidente, requeiro também aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2021, que já foi aprovado, com objetivo de discutir a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde, que entrará em vigência em 2022, no que diga respeito à substituição do código R54 (senilidade) pelo código MG21 (*"old age"* ou velhice), com vistas a incluir na referida audiência pública representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Então, o requerimento já foi aprovado.

É um absurdo, eu diria, isso que está acontecendo, porque nós vamos deixar inclusive de conhecer as causas que acometem as pessoas com mais idade em termos de doença, porque, se passar a vigorar isso que está sendo proposto, a causa será velhice, e nós não saberemos mais os dados de diabetes, de coração, de AVC e de tantas coisas, que inclusive vão preparar o sistema de saúde para atender melhor às pessoas com mais idade.

Então, acrescentar o representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia é muito importante.

Esse é o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito justa, Senador Flávio Arns, essa inclusão, muito justa.

Então, os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 30, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 24, de 2021, de "realização de audiência pública com o objetivo de discutir o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2) - Doença de Batten", com vistas a incluir na referida audiência pública Representante da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FEDRANN).

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Nós participamos de uma reunião muito interessante na área de doenças raras, as pessoas vêm se mobilizando muito pelo Brasil. Tivemos, então, uma reunião boa também com a Fedrann, que é a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, e o último debate foi sobre a doença de Batten, que tem o nome também de lipofuscinose ceroide neuronal tipo 2 (CLN2) – doença de Batten. São 15 crianças identificadas no Brasil.

Esse diagnóstico precoce tem que acontecer, e existem todas as condições em nosso País para que essa doença seja identificada, porém, infelizmente, as famílias estão tendo que judicializar para ter acesso ao medicamento para fazer o tratamento da doença, e o medicamento já é autorizado pela Anvisa em nosso País. Isso fará com que a criança possa ter um desenvolvimento muito mais normal.

O que acontece com essas crianças? São crianças com desenvolvimento normal até dois anos, três anos, e aí param de andar, param de falar e vão a óbito. Se o tratamento acontecer um ano depois, por causa da judicialização, todo o sistema neurológico já estará comprometido.

Então, essa audiência pública já aprovada pela Comissão objetiva que esta federação, que trata especificamente disso e que está situada no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso País, a Fedrann, tenha também a oportunidade de participar.

Então, é um aditamento ao requerimento já aprovado.

É isso, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 58, DE 2014

- Não terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Rogério Carvalho

Relatório: Contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN.

Eis aí, Senador! Nosso Senador querido Rogério Carvalho, meu ex-colega!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fomos Deputados Federais juntos com muita honra.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tenho saudades daquele tempo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço licença para retirar a máscara. Estamos praticamente todos...

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Fique à vontade! Eu já tirei a minha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Quero cumprimentar a Senadora Nilda Gondim, que é uma grande amiga, e pedir autorização a V. Exa. para ir direto à análise, uma vez que já foi feito o enunciado do projeto por V. Exa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não detectamos aspectos inconstitucionais, injurídicos ou contrários às normas regimentais nos textos das emendas apresentadas. A técnica legislativa também foi observada.

No mérito, consideramos que o texto, com a emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, está dotado de mais qualidades. Senão vejamos: a Emenda nº 2, de Plenário, abre exceção para as hipóteses em que os equipamentos possam neutralizar, eliminar ou reduzir os agentes nocivos à saúde até o limite de tolerância permitido. No entanto, é preciso considerar o todo, o conjunto da vida funcional, outros fatores ambientais e a elaboração do perfil profissiográfico. Os EPIs, por si sós, não podem ser definidores do direito ou não a aposentadorias especiais.

Na mesma linha, está a Emenda nº 3. Nesse caso, para todos os que estão nos assistindo, uma pessoa que usa equipamento de proteção individual, como um mergulhador ou um mineiro, independentemente de estarem ou não com equipamentos de proteção individual, não deixam de existir as condições de sobrecarga à saúde e à vida desses profissionais. Portanto, não se justifica de fato querer enquadrar se têm ou não equipamento de proteção individual com o direito à aposentadoria especial.

Na mesma linha está a Emenda nº 3, de Plenário, ao condicionar o direito à aposentadoria especial às hipóteses em que, a despeito do fornecimento de EPIs, os riscos não forem eliminados ou reduzidos a níveis legais de tolerância.

Em suma, o uso e fornecimento de equipamentos de proteção Individual não podem, em hipótese alguma, ser considerados o único fator de avaliação para definir se a saúde foi ou não prejudicada, a ponto de ensejar aposentadoria especial.

Imaginem um mineiro que, só por usar equipamento de proteção individual, não tenha direito à aposentadoria especial. O perfil profissiográfico, ou seja, as condições do exercício de determinada profissão, a localidade e todo o conjunto é que devem definir se esse trabalhador deve ou não ter direito à aposentadoria especial.

O voto.

Em face dessas razões, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, apresentadas em Plenário.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Coloco a matéria em discussão.

A Senadora Zenaide Maia, primeiro; e, depois, o nosso Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, nossa querida Nilda Gondim, minha vizinha aqui, do Rio Grande do Norte, Paraíba, eu quero parabenizar o Senador Rogério Carvalho e o autor, porque a gente tem que mostrar, Rogério, o quão a maioria da população brasileira não sabe que, com a reforma da previdência, como eles chamaram, este é um País que não tem aposentadoria especial, gente. Inclusive, prometeram à gente que ia haver um projeto de lei que está desde 2019, projeto de lei complementar – nem mineiro, nem profissionais de saúde que trabalhem em laboratórios, como cientistas, médicos, enfermeiros...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mergulhadores, não é, Senadora Zenaide? Mergulhadores, pessoas que estão submetidas a um risco enorme de morte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não tem lógica isso. Por exemplo... E quem criou essas aposentadorias foi a ciência, que provou que esses seres humanos não têm condições – vou citar aqui os mineiros – de permanecer mais do que 15 anos no subsolo, sob pena de não sair com pulmão. Aí você vê os cientistas que passam horas dentro do laboratório, lidando com bactérias e vírus poderosos, tentando descobrir um antibiótico ou uma vacina, um medicamento para a cura disso aí, deles também foi extinta a aposentadoria especial. Ainda pense nos eletricitários, que trabalham com alta tensão, ou então quem trabalha na indústria petroquímica, que eu citaria aqui dez produtos, mais o benzeno, altamente tóxico.

Então, esse projeto de lei já vem amenizar. E eu quero que a gente se una aqui... Eu não estou com o número do projeto de lei complementar, mas vou pegar para a gente estar lá em Plenário.

Vamos repor as aposentadorias que foram dadas pela ciência, pelos estudos que comprovaram que esses seres humanos não podem permanecer num ambiente insalubre desse sem se aposentar antes, um pouco antes de quem trabalha num escritório com riscos menores.

Então, pela aprovação, parabenizando o autor e o Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria...

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tem a palavra Paulo Paim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Antes do Senador Paulo Paim, já que a Senadora Zenaide está conectada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não. Pois não, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Há um projeto de nossa autoria que trata do Estatuto do Paciente, e eu solicitei à Presidência da Comissão a possibilidade de a Senadora Zenaide Maia ser a nossa Relatora.

É um projeto de grande relevância, depois de tudo que nós passamos com a pandemia e do que a gente viu na Prevent Senior, não é? O Estatuto do Paciente é uma garantia de como vai se dar a relação entre o estabelecimento de saúde e o paciente, os familiares. Isso regula essa relação. O Brasil não tem uma regulamentação específica sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Já foi, Rogério, distribuído à Senadora Zenaide Maia. Ela está estudando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, está em excelentes mãos!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Excelentes! Concordo com você, com certeza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Paulo Paim, muito obrigado pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tem a palavra, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu lhe agradeço, grande Líder e meu querido Senador, que é o Relator desta matéria, Rogério Carvalho, que tem – permita-me que eu diga – se destacado e muito. No último debate no Plenário, a sua contribuição nas emendas foi o que me moveu com muita segurança para eu votar naquele debate sobre os precatórios. Eu não só votei como votaria assim de novo, o que defendi com muita segurança às pessoas que me perguntaram. Seu trabalho foi brilhante lá – o de V. Exa. e, claro, o de outros Senadores.

Eu queria cumprimentá-lo pelo relatório. E, na linha da defesa que V. Exa. fez... Veja que este projeto tem quase sete anos e não tinha sido votado. Ele faz um equilíbrio para os dois lados. Calculem o seguinte: se um cara não tem EPI, tem aposentadoria especial e, se tem EPI, não tem?! Ora, depende do empregador o equipamento de segurança! Então, aqueles que não recebem têm direito a especial, e os que recebem EPI não têm?! Não tem nada a ver uma coisa com a outra na questão da aposentadoria especial. São outros fatores tantos. Eu sei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu trabalhei em fundição, trabalhei em forjaria, trabalhei até um período em minas e sei muito bem. Não é aquela mascarazinha ali... É que nem nós agora, que estamos usando máscaras. A partir disso, temos direito ou não? Tem nada a ver. É uma proteção a mais que nós usamos... Eu só não estou de máscara agora, Rogério, porque eu estou em casa; estou isolado aqui no Rio Grande do Sul. Então, os meus cumprimentos ao meu querido amigo e Líder Senador Rogério Carvalho, que, como médico, entendeu tudo e sintetizou este relatório em dois minutos – e teve o apoio da médica também querida Senadora Zenaide Maia.

O fornecimento do EPI é uma obrigação. Ele não pode ser considerado para se vai ter ou não especial. É uma obrigação. Eu fui técnico de segurança no trabalho – e pertenço até hoje ao grupo Tramontina, sou funcionário do grupo Tramontina. E nos davam o equipamento de segurança e continuam dando, mas não tinha nada a ver dizer se era insalubre, se era penosa, se era periculosa, todos aqueles componentes que apontam para a especial.

Por isso, parabéns a V. Exa.! O seu parecer vai ajudar, com certeza, milhares – para não dizer milhões – de trabalhadores neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário às Emendas nºs 2 e 3.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1403, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos onde se aplicam vacinas humanas e sobre os direitos dos usuários destes serviços.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, mais uma vez, eu peço para dispensar a parte inicial do voto e vou direto à análise.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, o PL nº 1.403, de 2019, por versar sobre matéria que diz respeito à proteção e defesa da saúde, será apreciado pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

Como se trata de decisão terminativa, também cabe a este Colegiado analisar os aspectos formais da matéria.

Não observamos inconformidades de juridicidade e de regimentalidade na proposição e sua tramitação. Todavia, encontramos óbices de natureza constitucional e de técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade, observa-se que o projeto em comento pretende regulamentar todos os serviços de vacinação, o que inclui os públicos, pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assim, seus efeitos alcançariam a organização e o funcionamento da administração pública, notadamente prerrogativas do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde dos entes subnacionais. Nesse caso, cumpre lembrar que, ao impor obrigações a órgão do Poder Executivo federal, a proposição em tela pode ser glosada por vício de iniciativa, haja vista contrariar os termos dos incisos II e VI do art. 84 da Constituição Federal, segundo os quais compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal e dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal. Ademais, considerando que se pretende regulamentar ações no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios – haja vista que os efeitos da proposta atingem todas as esferas de Governo –, pode-se arguir que esse tipo de imposição a outro ente da Federação vai de encontro ao princípio federativo inserido no art. 1º, *caput*, da Constituição Federal, comprometendo a autonomia desses entes, assegurada pelo art. 18, *caput*, da Carta Magna.

No que tange à técnica legislativa, o art. 2º desdobra-se em apenas um inciso, o que contraria princípio da articulação de textos legais, consignado na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Da mesma forma, a redação da cláusula de vigência não corresponde à forma escorreita, preconizada no referido diploma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, cumpre destacar que vacinas são grandes conquistas da saúde pública, haja vista serem instrumentos de prevenção, controle e erradicação de doenças potencialmente letais. Isso nunca esteve tão evidente quanto na atual pandemia, quando ficou claro que a vacinação em massa é a ação mais eficaz de controle da covid-19.

Nesse contexto, consideramos meritório o projeto em comento, que pretende aperfeiçoar processos nas salas de vacinação para aumentar a segurança dos usuários, tanto no que se refere às condições técnicas de aplicação de imunizantes, quanto no acompanhamento pós-vacinal para a detecção de eventuais eventos adversos. Essas medidas são importantes para garantir maior segurança não somente aos usuários, mas também aos profissionais que atuam nas salas de vacinação.

Assim, a despeito de reconhecermos o mérito da regulamentação infralegal do funcionamento das salas de vacinação efetuada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ao mesmo tempo, julgamos que a iniciativa sob análise tem o condão de não somente aperfeiçoá-la, mas de também aumentar sua força normativa, dando maior respaldo legal à matéria. Todavia, em que pese sermos favoráveis à iniciativa, observamos alguns dispositivos que merecem reparos.

Inicialmente, o projeto restringe à Anvisa o papel de autorizar o funcionamento dos referidos serviços em todo o País, ignorando a atuação dos serviços de vigilância sanitária dos demais entes da Federação. Essa centralização não é factível do ponto de vista administrativo, haja vista a impossibilidade de gerenciar diretamente o grande número de serviços de vacinação (mais de 37 mil) espalhados no Território brasileiro. Por esse motivo, as licenças de funcionamento dos serviços de vacinação processam-se de forma descentralizada, em geral, sob responsabilidade das autoridades sanitárias municipais.

Do mesmo modo, é impróprio estabelecer aos CRMs e aos CORENs a atribuição de autorizar o funcionamento de serviços de vacinação, haja vista que, *grosso modo*, a função essencial desses conselhos é a fiscalização da respectiva atividade profissional. Além disso, cumpre informar que tais conselhos profissionais, assim como as demais entidades homólogas, exercem função pública delegada pelo poder público, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, pois a fiscalização do exercício profissional, por ser atividade típica de Estado, por força das disposições constantes dos arts. 21, inciso XXIV, e 22, inciso XVI, da Constituição Federal, não comporta delegação a ente de direito privado. Esse reconhecimento do caráter público dos conselhos profissionais tornou evidente que é da competência privativa da Presidência da República a iniciativa de leis que pretendam modificar a organização e o funcionamento dos conselhos de fiscalização profissional.

Observa-se ainda que o projeto pretende dar poder de polícia a uma entidade privada, já que confere à Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) a prerrogativa de também conceder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização de funcionamento dos serviços de vacinação. Essa iniciativa poderia dar origem a situações que configurem conflito de interesses, envolvendo a referida entidade privada e o setor regulado. Além disso, a concepção predominante na doutrina é que o poder de polícia tem como característica a exclusividade do Estado.

Por fim, julgamos desarrazoado o comando de que a aplicação da vacina deva ser, obrigatoriamente, realizada apenas por profissional com formação técnica ou superior em Enfermagem. Do mesmo modo, julgamos injustificável a exigência de manter um psicólogo entre os profissionais que atuam nas clínicas de vacinação. Isso só aumentaria os custos operacionais dos serviços de vacinação, sem a contrapartida de oferecer melhorias nos processos de administração de vacinas e de investigação e acompanhamento de eventos adversos pós-vacinação.

Dessa forma, apresentamos um substitutivo com a intenção de regulamentar apenas os serviços privados e corrigir as demais inconformidades apontadas neste relatório. Sugerimos ainda a ampliação do escopo do projeto com o objetivo de fixar em lei os requisitos dos serviços privados de vacinação humana, por exemplo, dispor de instalações físicas adequadas, realizar o gerenciamento de tecnologias e processos para preservar a qualidade e a integridade das vacinas e a segurança do usuário e notificar a autoridade sanitária sobre eventos adversos relacionados à vacinação, entre outros.

O voto.

Eu queria fazer um comentário. Numa sala de imunização, geralmente no sistema público, que é quem tem e detém o maior número de salas de imunização no País – são quase 37 mil pontos de vacinação –, quem aplica a vacina, geralmente, é um técnico de enfermagem. O responsável técnico, geralmente, é alguém de nível superior: um profissional de enfermagem ou um médico ou um farmacêutico – este último, no caso de uma clínica de vacina, também poderia. Nós vamos ver isso no voto, mas há alguns requisitos que é preciso que sejam observados nas clínicas privadas, de que nós vamos tratar agora no voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.403, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº -CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 1.403, DE 2019
> Dispõe sobre o funcionamento dos serviços de vacinação humana privados.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Os estabelecimentos privados que realizam o serviço de vacinação serão licenciados para esta atividade pela autoridade sanitária competente [geralmente a autoridade sanitária competente é a vigilância sanitária estadual ou municipal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo do tamanho do Município e da competência que cada vigilância municipal ou estadual esteja habilitada, porque há um pacto entre os governos municipais, estaduais e nacional sobre que tipo de competência cada vigilância pode ter].

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei terão um responsável técnico obrigatoriamente com formação médica, farmacêutica ou de enfermagem.

Art. 3º O serviço de vacinação contará com profissional legalmente habilitado para desenvolver as atividades de vacinação durante todo o período em que o serviço for oferecido.

Art. 4º Os profissionais envolvidos nos processos de vacinação serão periodicamente capacitados pelo serviço, na forma do regulamento [essa capacitação de que trata o art. 4º é porque cada imunizante tem sua temperatura, tem seu controle de temperatura, tem uma periodicidade, um tempo de validade em uma ou outra temperatura, tem um conjunto de regras que precisam ser seguidas à risca para que o imunizante não perca a sua eficácia e produza o efeito esperado, que é proteger a vida].

Parágrafo único. Serão mantidos registros das capacitações de que trata o *caput*.

Art. 5º Compete obrigatoriamente aos serviços de vacinação de que trata esta Lei:

I – dispor de instalações físicas, equipamentos e insumos adequados, na forma do regulamento [que deve ser desenvolvido posteriormente];

II – gerenciar tecnologias, processos e procedimentos, conforme as normas sanitárias aplicáveis, para preservar a segurança e a saúde do usuário;

III – adotar procedimentos para manter a qualidade e a integridade das vacinas na rede de frio, inclusive durante o transporte;

IV – registrar as seguintes informações no comprovante de vacinação, de forma legível, e nos sistemas de informação definidos pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS):

a) identificação do estabelecimento;

b) identificação da pessoa vacinada e do vacinador;

c) dados da vacina: nome, fabricante, número do lote e dose [isso em função da farmacovigilância, que é um processo posterior, destinado à avaliação de efeitos adversos];

d) data da vacinação;

e) data da próxima dose, quando aplicável;

f) outras informações previstas em regulamento;

V – manter prontuário individual com registro de todas as vacinas aplicadas, acessível ao usuário e à autoridade sanitária, respeitadas as normas de confidencialidade;

VI – conservar à disposição da autoridade sanitária documentos que comprovem a origem das vacinas utilizadas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – notificar a ocorrência de eventos adversos pós-vacinação [...] [por isso, está previsto lá na alínea anterior, alínea "c" do inciso IV: "dados da vacina: nome, fabricante, número do lote e dose", que é para garantir isso que estamos falando aqui];
VIII – colaborar na investigação de incidentes e falhas em seus processos e de eventos adversos pós-vacinação [também previsto na alínea "c"];
IX – expor, em local visível, os calendários oficiais de vacinações do Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos estabelecidos pelo art. 8º desta Lei.
Art. 6º É autorizada a realização de vacinação extramuros pelos serviços de que trata esta Lei, na forma do regulamento.
Parágrafo único. Considera-se vacinação extramuros aquela realizada fora do estabelecimento no qual se situa o serviço de vacinação, em local e população determinados.
Art. 7º As vacinações realizadas pelos serviços de que trata esta Lei serão consideradas válidas, para fins legais, em todo o território nacional.
Art. 8º São direitos do usuário de serviços de vacinação:
I – acompanhar a retirada do material a ser aplicado do seu local de refrigeração ou armazenamento;
II – conferir o nome e a validade do produto que será aplicado;
III – receber informações relativas a contraindicações;
IV – receber orientações relativas à conduta no caso de eventos adversos pós-vacinação;
V – ser esclarecido sobre todos os procedimentos realizados durante a vacinação.
Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei constitui infração sanitária nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Pela aprovação, na forma do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Coloco a matéria em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu não quero atrasar, não. Um minuto.

Primeiro, quero dizer que é um fato inédito a Senadora Nilda Gondim na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, colocando em votação um projeto, um grandioso projeto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Vice-Presidente desta Casa, mas, em primeiro lugar, seu filho. Permita que eu diga isto: filho é filho.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Senador. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então, meu cumprimento à mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada pelo registro carinhoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Um fato inédito.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Senador Rogério Carvalho. Por isso, ele é o autor – ele anunciou a uns 15 minutos atrás – do estatuto do paciente. Ele fez uma análise criteriosa, aprova o projeto com as devidas adequações. Então, meus cumprimentos ao Senador Rogério Carvalho, pelo seu excepcional trabalho e relatório, e ao competente Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor da matéria.

Pronto. Encerrei. Parabéns, Presidenta!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal. Votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Estamos aguardando. A votação está em curso. Vamos aguardar o número de votos – precisamos de 11 votos. (*Pausa.*)

Senador Heinze, fique à vontade. (*Pausa.*)

Senadora Kátia, fique à vontade – entendi Heinze. Desculpa, Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Era só para avisar, Nildinha, que eu já estou aqui a postos. (*Pausa.*)

Como você vota?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Já votei.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Já votou. Ótimo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Já. Eu votei "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Beleza. (*Pausa.*)

Senador Rogério, deixe-me dizer: antes de falar sobre o décimo item, a Senadora Kátia tinha vindo aqui pedir para entrar. Então, eu gostaria da sua compreensão para a gente ouvir a Senadora Kátia depois da votação. Está bom?

Obrigada pela compreensão, Senador. (*Pausa.*)

Senador Paim, falta V. Exa. votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu já votei aqui no eletrônico, mas, caso dê algum tipo de problema, eu quero dizer que, com muita segurança, meu voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Está processando, Senador. Um minutinho – atrasou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O meu voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O voto é "sim". (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – V. Exa. tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidenta, eu só quero assegurar se o meu voto está computado, o meu voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Está sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em homenagem ao autor, ao Relator e a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sim, Senador. Não poderia perder esse voto, não. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns... Está faltando votar, Senador. (*Pausa.*)

Senadora Mara Gabrilli, eu sei que V. Exa. está numa reunião muito importante, de que eu também participei antes de vir para cá...

Ah, já votou.

Obrigada, Senadora Mara. Obrigada – já votou. (*Pausa.*)

Eu tenho que fazer um apelo ao Senador Veneziano, que está precisando votar. Cadê ele, que eu não sei?

Veneziano, votar! (*Pausa.*)

Senador Renan... Está faltando votar, Senador Renan.

Veneziano, está faltando votar.

Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Irajá, Otto Alencar, Paulo Rocha... Cadê Paulo Rocha? (*Pausa.*)

Senadora Kátia, eu pediria à senhora para começar a leitura, para ver se alguns dos Senadores que foram chamados votam, para que a gente não perca essa grande oportunidade de aprovar esse projeto.

Fique à vontade, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – O.k., Nilda!

A minha pergunta é: esse outro projeto também precisa de votação nominal, esse que eu bolei agora?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Precisa, sim. Você aí é quem decide se quer...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência.*) – Não, é porque eu acho – e pergunto ao assessor da Mesa – que, se não der quórum nesse primeiro, não dará no segundo – eu acho.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Faltam três votos para esse que nós estamos no momento esperando. Agora, a senhora pode ler o seu relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Está bem!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... e, se não der quórum, a gente vota na próxima semana. Não é isso?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – O.k.! Eu vou ler, então, com muito prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tá. Fique à vontade!

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 256, DE 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Relatoria: Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- A matéria recebeu Pareceres favoráveis da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 25/08/2015, e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 21/08/2019.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 30/11/2021.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2015, da Senadora Maria do Carmo Alves, que dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro.

Espere aí, que eu vou mudar do celular para o computador aqui. (*Pausa.*)

O.k.? Estão me ouvindo?

Eu estou vendo o Paim, aqui, de camisa verde água, bonito...

Estão todos me ouvindo, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k. Então, vamos lá.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 256, de 2015, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, do Estado de Sergipe, que tem por finalidade dispor sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro. Só poderia vir dela!

No art. 1º, a iniciativa propõe que o poder público institua programa de certificação do artesanato brasileiro, abrangendo suas diversas modalidades desenvolvidas no País. E, em parágrafo único, o dispositivo define os objetivos gerais do referido programa: valorização do artesanato brasileiro, ampliação de sua presença no mercado nacional e internacional, garantia de maior reconhecimento, renda e qualidade de vida aos artesãos, estímulo à competência técnica e empresarial dos artesãos e de suas unidades produtivas e o desenvolvimento da consciência dos artesãos sobre os valores culturais, estético-formais e socioambientais relacionados à sua atividade. É pura economia criativa que nós estamos realizando aí no Senado Federal.

O art. 2º estabelece os aspectos dos produtos artesanais que deverão ser considerados para a concessão dos certificados: autenticidade e qualidade técnica, qualidade formal e estética, representatividade da cultura regional em que se inserem, seu caráter criativo e inovador e adequação ambiental e social de seu processo de produção.

Em sua justificação, a autora da matéria argumenta que a instituição de um programa de certificação mostra-se como meio relevante para valorizar os produtos do artesanato brasileiro, atestando, em primeiro lugar, sua origem e sua efetiva condição de produto artesanal.

A proposta já foi aprovada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a esta Comissão a análise em sede de decisão terminativa.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais.

No mérito, não há reparos a fazer. A proposição, no que se refere à geração de emprego e renda, é vantajosa para os trabalhadores, estimula a criação de novos postos de trabalho, tendo em vista ser o artesanato relevante opção para os segmentos sociais menos favorecidos economicamente e para as regiões menos desenvolvidas. Ademais, a criação de postos de trabalho na atividade artesanal, tanto no âmbito individual ou familiar quanto no trabalho organizado em pequenas unidades produtivas, exige investimentos consideravelmente menores do que na indústria ou outro segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o crescimento da economia criativa, o artesanato brasileiro tem se desenvolvido com robustez. O mercado movimenta hoje cerca de R$100 bilhões por ano e dá trabalho e renda para um contingente de 8,5 milhões a 10 milhões de brasileiros, espalhados nos 27 Estados do Brasil, segundo pesquisa do IBGE. De acordo com pesquisa do Sebrae, a grande maioria é de mulheres, com 70% do total dos artesãos. Por outro lado, há um baixo grau de formalidade da atividade, dado que três em cada cinco artesãos ainda não possuem CNPJ e são considerados informais, 60% não recolhem para a previdência, não terão essa oportunidade e esse direito no futuro, estando à mercê da própria sorte.

O artesanato pode ser considerado como a grande expressão cultural popular de um povo, uma expressão de arte e de cultura que interfere em todos os segmentos da sociedade. A instituição de um programa de certificação é importante instrumento para valorizar os produtos do artesanato brasileiro.

Em tempos de crise econômica e baixa oferta de postos de trabalho, temos hoje mais de 14 milhões de pessoas desempregadas – aquelas que ainda estão procurando emprego. Se nós somarmos com aqueles que não estão procurando mais porque desistiram, nós poderemos colocar aqui mais um exército de quase 8 milhões de pessoas. E muitos estão optando pelo artesanato, uma solução rápida para se gerar um complemento de renda.

Ações de incremento do mercado artesanal são bem-vindas e são imprescindíveis no combate ao desemprego, pois constituem importantes mecanismos de inclusão social, de aumento de renda, de manutenção de ofícios, de valorização cultural e de suporte ao incremento de outros setores, como o de turismo.

Por isso, durante este semestre, na CRE, nós fizemos eventos em agosto, setembro, outubro e novembro, expondo a economia criativa de todos os Estados do Brasil, não só o artesanato, mas também a gastronomia, com a apresentação de palestras excepcionais para erguer a economia criativa. Nosso objetivo na CRE, que é a Comissão de Relações Exteriores – e a Senadora Nilda esteve presente quase que todo o tempo –, foi no sentido de internacionalizar essa cultura, porque acabou o tempo em que só ricos exportam. Nós precisamos fazer com que também os pequenos empresários, os pequenos empreendedores do artesanato e da economia criativa se sintam tranquilamente à vontade para vender para o exterior os seus produtos, que são maravilhosos.

Então, essa certificação vai dar para o consumidor, para aquele que vai consumir, comprar um produto para dar de presente ou para si próprio a certeza de que é um produto que vai durar. Há muito tempo, o artesanato eram coisas que duravam pouco. Eu sempre usei muito artesanato: não durava mais do que seis meses, estragava rápido; e hoje, não, eu tenho peças de artesanato, principalmente do Tocantins, que eu tenho há mais de quatro anos, cinco anos e eu uso até hoje com alta qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu ressalto aqui o trabalho do Sebrae em todos os Estados, que tem sido um baluarte, tem sido uma mão muito forte para os artesãos de todo o Brasil, inclusive contratando *designers* durante o ano para que eles possam fazer as suas coleções.

Então, a emoção que os artesãos tiveram em participar desses eventos do Senado não tem preço, como também a alegria, o prestígio que eles sentiram de estar na Casa Alta do Brasil, do Congresso Nacional, colocando a sua amostra como uma vitrine. Já levamos para Portugal.

E, na nossa Comissão, Senador Paim, nós aprovamos uma emenda de Comissão da CRE de R$22 milhões. É pouco dinheiro? É, mas o maior dinheiro que já foi aprovado na CRE foi, três anos atrás, R$2 milhões. Então, R$22 milhões, o objetivo exclusivo desse dinheiro é para o MRE, para o Itamaraty mandar para as embaixadas do Brasil no mundo, para que nós possamos fazer eventos durante todo o ano nas principais embaixadas e capitais da Europa, da Ásia, dos Estados Unidos, da América do Norte, enfim, para que nós possamos ter regularidade nessa demonstração, nessas mostras de artesanato, de gastronomia, da agricultura sustentável, mostrar como é que é a nossa floresta, mostrar a nossa natureza e dizer que nós somos contra o desmatamento ilegal das nossas florestas. Nós vamos fazer uma mistura, mas bastante seletiva, bastante útil, para aproveitar os eventos e dar economicidade no gasto público.

Então, eu fico feliz com esse projeto da Maria do Carmo. Ele é de 2015, antes inclusive de nós fazermos os eventos, e ela já teve essa sensibilidade, porque ela lida, há anos, há décadas, com pessoas humildes, com pessoas mais pobres.

E quantos novos artesãos surgiram por conta da pandemia? Até eu quase viro artesã fazendo coisas em casa na prisão da pandemia.

Então, diante do exposto, eu encerro dizendo que o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2015.

Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados aprovará com louvor.

Muito obrigada, colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito obrigada, Senadora Kátia.

Eu coloco a matéria, uma matéria louvável, meritória, justíssima, em discussão.

O nosso Paulo Paim, como sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Querida Presidente Nilda Gondim, vou fazer um comentário rápido, para ganharmos tempo, do brilhante trabalho da Relatora, que é a Presidente da nossa CRE e está fazendo lá um belíssimo trabalho, trabalho em que ela tem viajado os Estados – viu que eu acompanho, Senadora? – nessa área inclusive. Ontem fez uma até uma apresentação no Plenário com esse segmento.

O relatório dela é preciso: é um projeto da nossa querida também Maria do Carmo Alves, valoriza a atividade, amplia a sua presença no mercado nacional e internacional. Como ela disse, gera emprego, maior reconhecimento, renda, qualidade de vida dos artesãos, estimula a competência técnica e empresarial dos artesãos e, resumindo, desenvolve a consciência dos artesãos sobre os valores culturais, estético-formais e socioambientais, o que é importantíssimo, relacionada à sua atividade.

Para concluir, Senadora Kátia, Senadora Nilda e Senadora Maria do Carmo Alves, alguém já disse aqui hoje: quer arrumar confusão, fale qualquer coisa contra a Bancada Feminina. Além de competentes, elas são corajosas e são sensíveis.

Kátia, permita que eu diga aqui – está me ouvindo? – que, há muitos anos, eu sem querer disse, usei uma expressão, diria, inadequada em um projeto, e você mandou o recado para mim: "Diga para o Paim que amanhã eu vou lá". Faz muitos anos isso. Eu disse "Bah! Me meti com a Kátia!" Felizmente você não foi e, no outro dia, você falou comigo no Plenário em altíssimo nível: "Paim, isso aqui está equivocado devido a isso e àquilo". Eu disse: "Sim, senhora!" Foi isso.

Obrigado, Kátia.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Paulo Paim é ímpar, único para mim.

Parabéns, Maria do Carmo Alves! Estou vendo você aí. Parabéns por esse projeto maravilhoso! Parabéns à nossa Relatora, que está tão envolvida com o artesanato brasileiro! Eu fico com muita vontade de falar sobre isso, porque eu sempre amei o artesanato paraibano, sempre enalteci, em nossos eventos na Paraíba, o artesanato paraibano e todos os artesanatos do Brasil. Então, a Kátia está dando um verdadeiro *show* mesmo.

Agora, deixe-me dizer, Kátia: nós vamos deixar a votação... Você fez o relatório, que já foi discutido; recebeu o elogio de Paulo Paim, essa figura que eu sempre achei ímpar que eu sempre admirei, a esse relatório do projeto da Maria do Carmo Alves que chegou mesmo em hora oportuníssima. Então, deixemos para só votar na próxima... Não é preciso você nem estar aqui que ele vai ser votado, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de quórum.

Está bem, querida? (*Pausa.*)

Agora o item 9.

Nós conseguimos, graças a Deus, votos suficientes para aprovar esse projeto tão importante. Então, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS, substitutivo.

Fica dispensado o turno suplementar nos termos do art. 14, do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Despeço-me de vocês, convocando para o dia 14 de dezembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária, semipresencial, desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h30min, teremos reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2014, que modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à aposentadoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada pela presença de vocês.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Remota, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano e Angelo Coronel, e ainda do Senador não membro Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2021 - CAS, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), e REQ 26/2021 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2014, que "modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria". **Participantes:** Tiago Beck Kidricki, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS; Thaís Riedel, Presidente da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária; Luiz Alberto dos Santos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social; e Rogério Nagamine, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Olá, meus amigos e minhas amigas! Como a gente gosta de iniciar sempre no horário, agora já são 9h35. Peço desculpas pelos cinco minutos de atraso. Vamos lá. Agora é que vamos iniciar.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende os Requerimentos nºs 19, de 2021, da CAS, de autoria do Senador Eduardo Gomes e da Senadora Eliane Nogueira, e 26, de 2021, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 172, de 2014, que modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou ao seu pensionista o direito à desaposentadoria.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão (Ouvidoria), através do telefone: 0800-0612211, e e-Cidadania, por meio do portal: www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Destaco que esse projeto é de nossa autoria, vem de outros tempos já e depois reapresentamos, e o nobre Relator é o Senador Flávio Arns.

Já queria cumprimentar também a Senadora Mara Gabrilli, que se encontra aqui conosco.

Naturalmente – depois eu vou dar uma lida no pequeno currículo –, já agradeço à Dra. Thais Riedel; ao meu querido amigo aqui do Rio, Tiago Beck Kidricki – a pronuncia depois você acerta, viu, Tiago? –; e ao meu também querido amigo gaúcho, consultor do Congresso, que tem nos auxiliado muito também, o também advogado – como é o Dr. Tiago – Luiz Alberto dos Santos.

Eu vou fazer uma pequena introdução do tema e, em seguida, passarei para os nossos convidados. Não vejo na tela... Há mais convidados, mas os senhores é que estão na tela. Bom, eu farei a leitura, em seguida, de todos os nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu dizia, esse projeto tem como Relator o Senador Flávio Arns, a quem faço referências pelo belo trabalho que vem realizando e pelo exemplar relatório já apresentado. Fizemos um acordo, na semana passada, de que o relatório não seria votado. Passa por esta audiência pública, mas fica ajustado já que será votado na semana que vem.

Então, bom dia a todos e a todas, Senadores, Senadoras, os que estão nos assistindo, nossos convidados e a todos que estão com a gente aqui pelo sistema de comunicação do Senado! Quero dizer que, como sempre digo na abertura dos trabalhos, é uma satisfação enorme estar aqui com vocês debatendo esse tema tão importante que é a desaposentadoria.

Somente para esclarecimento: a desaposentadoria é a possibilidade de revisão dos benefícios de aposentadoria já concedidos com base nas contribuições realizadas pelos segurados que continuaram trabalhando após se aposentarem. É claro que vocês que vão explicar detalhadamente, alguns fazem confusão. No momento em que é concedida a ele a desaposentadoria, ele para de receber lá, continua recebendo do local de trabalho, mas não como empresa. E, no momento que ele entender adequado, ele vai encaminhar o pedido de aposentadoria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é uma netinha chorando, que vocês estão ouvindo aí, viu? Mas, ela já foi com o filho ali, para a outra sala.

Bom, significa que, com o direito a desaposentação, o contribuinte poderá utilizar as contribuições feitas depois da aposentadoria para cálculo do benefício.

Esse é um tema de grande relevância e interesse do Direito previdenciário, porque poderá beneficiar milhares e milhares de aposentados que decidiram retornar ao mercado de trabalho, principalmente devido – como dizia o Chico Anysio, não é? – ao seu benefício, que é deste tamanhinho... A volta ao trabalho ocorre, na grande maioria das vezes, para garantir a própria subsistência ou a da família, ou ainda como forma de complementar a renda.

Sedentos pelo direito à desaposentadoria, o debate foi parar nos tribunais, e muitas ações obtiveram êxito; outras não tiveram a mesma sorte. E o assunto chega, então, às cortes superiores. O Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, que vocês aqui vão apontar porque é a do projeto agora: no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, a previsão legal de direito a desaposentação ou reaposentação. Dessa forma, é urgente a necessidade de aprovarmos o PLS 172, que tramita nesta Casa Legislativa desde 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhamos com temas previdenciários, todos nós, há muito tempo. Em 1996, quando Deputado Federal, apresentei o PL 2.286 que trata da desaposentação. A matéria está aqui, no momento, em debate na Casa, esperando a devida votação na Comissão que suscitou, então, esta audiência pública. Tive a satisfação de participar da aprovação da reaposentação nesta Comissão, que teve como Relator naquele momento um outro defensor das grandes causas, o amigo Senador Fabiano Contarato. Então, para não dizerem que a gente não vem debatendo, nós viemos debatendo esse tema desde 1996. Lá atrás era um projeto meu, depois houve outro, depois houve a relatoria, e agora, então, voltamos, novamente.

O presente debate irá aprofundar o tema e esclarecer aos Senadores e às Senadoras que porventura não tenham ainda se debruçado sobre esse projeto a importância e a relevância do projeto, que fará justiça social.

Sou daqueles que defendem sempre o debate e valorizam a reflexão. Acredito que somente assim seremos capazes de exercer o pensamento crítico e evoluir em nossas teses. Como disse o famoso filósofo grego Sócrates: uma vida sem reflexão não vale a pena ser vivida.

Desejo a todos um excelente debate.

De imediato, vou começar a passar a palavra aos convidados, dizendo que a nossa intenção vai na seguinte linha: cada convidado terá dez minutos; depois da exposição deles, eu já tenho aqui uma pilha de perguntas que vieram pelo e-Cidadania, e eu farei algumas perguntas do e-Cidadania; depois, vocês terão cinco minutos para comentar; e, se necessário ainda, as considerações finais.

Então, vou à apresentação que estou fazendo agora.

É com muito orgulho que estão conosco aqui os seguintes convidados. São seis, se algum deles, por ventura, não tiver entrado, eu vou fazer a leitura, se as cadeiras estiverem vazias, é porque eles suscitaram...

É bom dizer que esse bloco, que eu não estou vendo ainda aqui no Plenário, pelo menos não está visual para mim, que foram eles que pediram esta audiência pública e eu concordei de imediato.

Eu sempre disse que nós não temos preocupação com o debate e que vençam os melhores argumentos.

Então, vamos lá.

Primeiro convidado: Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência; segundo, Dra. Márcia Donata de Souza Câmara, Diretora de benefício substituta do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); ainda, Allan Barros, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); também, agora, mais outros convidados, Dr. Tiago Kidricki – essa pronúncia, eu já disse, que depois ele faz – Tiago Beck Kidricki,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado especialista em direito previdenciário, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB, Rio Grande do Sul, e da Comissão Nacional de Seguridade Social da OAB; Dra. Thais Riedel, advogada, mestre e professora em direito previdenciário e Presidente do IBDPrev, Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária.

Faço aqui uma retificação que o pessoal me mandou aqui em nome da associação, porque, no requerimento, a minha assessoria não incluiu a expressão "confederativa".

Muito bem, está feita.

Dr. Luiz Alberto Santos, advogado, consultor legislativo do Senado Federal, doutor em ciências sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

Aqui chegou um outro comunicado, que eu recebo com uma enorme satisfação, porque não vejo problema nenhum. Às vezes, as pessoas não vêm, não mandam representantes ou coisa parecida, mas o Secretário Leonardo Rolim, o qual eu conheço, pediu para representá-lo neste debate o Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, Dr. Rogério Nagamine.

Seja bem-vindo, Dr. Rogério, já o vejo na tela.

Então, pela minha fala aqui, eu vou seguir a orientação e, se alguém faltar, nós vamos continuar chamando os nossos convidados para fazerem suas falas.

O primeiro que eu tenho aqui é o Dr. Leonardo José Rolim, que pediu para que o Subsecretário do Regime Geral da Previdência, Dr. Rogério Nagamine, o substitua.

Passo a palavra, neste momento, para o Dr. Rogério Nagamine.

V. Exa. tem dez minutos para falar sobre o tema.

Todos terão dez minutos, mais cinco nas respostas e mais três no encerramento.

Dr. Rogério, é com V. Exa.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos e todas! Bom dia Senador Paulo Paim, bom dia Senadora Mara Gabrilli. Em nome de vocês dois, eu cumprimento todos os demais, Luiz Alberto também, que eu conheço há muito tempo.

Primeiro, eu só queria começar ressaltando a questão da decisão do Supremo, que definiu que a vedação à desaposentação, prevista no §2º do art. 18 da Lei nº 8.213 é constitucional; mas acima de tudo eu queria chamar atenção para que a desaposentação é fortemente incompatível com a questão principalmente do fator previdenciário. Cria situações realmente complicadas, quando eu penso na questão do fator, porque na verdade, se a gente pensar... Eu vou primeiro começar a falar antes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma, mas eu acho que mesmo com a reforma, ainda há possibilidade de situações que geram um impacto muito grande.

Primeiro, tinha a questão de você voltar a pedir aposentadoria, pedir a desaposentadoria lá para frente e, mesmo que você não tivesse um grande volume de contribuição adicional, ainda assim, por conta de ter uma idade maior, você teria um fator previdenciário muito maior, inclusive a possibilidade de um fator previdenciário até acima de um, só pela questão da mudança da idade. Só para ter uma ideia, aí eu estou pegando a tabela de 2019, se eu supor as idades médias naquela época, que era um homem com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, a gente estaria falando aí de um desconto acima de 30% no valor do benefício, e se eu falar numa mulher, naquela época a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição era 52 anos, com 30 anos de contribuição, era quase um desconto de 38%. Então, toda essa alteração no valor do benefício tende a ser – vamos dizer assim – eliminada com a questão da desaposentação.

Mesmo com a reforma, vejam bem... Porque claramente o fator previdenciário, quando foi criado lá em 2000, era um substituto imperfeito à idade mínima. Você não conseguiu colocar a idade mínima em 1998 e você colocou o fator, mas ele era um substituto imperfeito da idade mínima. Com a reforma, em 2019, praticamente das quatro regras da aposentadoria por tempo de contribuição, três delas não aplicam o fator; só aquela em que a mulher tinha 28 anos de contribuição ou o homem 33 anos de contribuição, lá em novembro de 2019, podem usá-la. Então, é uma regra que nem deve ser muito utilizada daqui para frente.

Então, praticamente, todas as regras de transição daqui para frente não usam o fator. Então, em princípio, a pessoa vai poder pedir a desaposentação e por uma regra de cálculo em que o fator não é aplicado. Então, de certa forma, é como se eu estivesse eliminando essa questão do fator para trás. Outra interpretação é que, mais do que isso, ela vai poder continuar, por questão de direito adquirido, e querer usar o fator e poder, até pela questão da idade, do aumento da idade, inclusive ter um fator maior do que um, quando na verdade ela tinha um fator ali na casa de 0,60 ou 0,70. Então, tem um impacto realmente... A gente tem uma preocupação muito grande, porque a nossa crença e as nossas estimativas são de que o impacto da desaposentação no regime geral é um impacto efetivamente bilionário.

A gente pode discutir isso, aprofundar os cálculos, mas só para trazer um dado, a estimativa é de que, de 2000 a 2014, o fator previdenciário gerou uma redução da despesa da ordem de R$104 bilhões – isso a preços de dezembro de 2020. Mas, se eu jogar aí uma inflação de 11%, agora em dois 2021, eu estou falando de uma redução da despesa da ordem de R$113 bilhões. Eu acho que esse número, por si só, já dá a clareza do risco ou do impacto do que a gente está falando. É claro que isso aqui... Repito: isso não é um impacto em um ano; a gente está falando de impactos a médio e longo prazo. Mas a gente não tem dúvida de que os impactos, a médio e longo prazo, nas contas do Regime Geral de Previdência Social são extremamente significativos. Essa conta que eu trouxe aqui de R$113 bilhões eu acho que serve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem para dar uma ordem de grandeza do impacto do que a gente está falando. Repito, não é em um ano; é a médio e longo prazo. Tem que ficar claro isso, porque, às vezes, as pessoas distorcem esse dado.

Outra coisa que eu...

Senador, quando o tempo estiver terminando, se puder me avisar... Eu não sou bom para controlar o tempo aqui, não.

Outro ponto que eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para que...

Alô! Dr. Rogério...

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE – Oi, oi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos controlar o tempo, mas eu quero também dizer que, como ressalto em todas as minhas audiências públicas, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos. Então, você abriu aqui, mas você será o último a falar depois. Só para tranquilizá-lo e dar equilíbrio. Os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos, o.k.? Fique tranquilo que está dentro do tempo. A Mesa deve avisar – eu estou à distância, estou no Rio Grande do Sul – quando chegar aos seus dez minutos. Eles botarão um sinal de 15 segundos na tela.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE – Está bem.

Outra coisa para a qual eu gostaria de também chamar atenção é que eu acho que a gente tem que discutir mais profundamente quem é o público que vai ser beneficiado com a desaposentação, porque, primeiro, vedar a desaposentação, na minha visão, é completamente compatível com uma visão do Regime Geral, de um regime de repartição de solidariedade. A gente está falando de um regime que está calcado na questão da solidariedade. Então, vedar a desaposentação é compatível com a questão da solidariedade.

Mas o que eu acho que a gente tem que discutir, muitas vezes, é que o público que vai ser beneficiado com a desaposentação não vai ser aquele cara que se aposentou por idade aos 65 anos, que é o cara que mais sofre com a informalidade, mas é o público que se aposentou aos 50 anos, porque tem mais estabilidade no mercado formal de trabalho; é aquele cara mais educado, que tem uma estabilidade maior no mercado formal de trabalho; é aquele cara que consegue juntar 35, 30 anos de contribuição aos 50 anos. E, normalmente, quando ele ainda tem capacidade de trabalho, ele continua trabalhando. É com esse público que a gente vai estar trabalhando. Muitas vezes, usa-se este argumento: "Ah, o cara que é pobre começa a trabalhar mais cedo". Ele realmente começa a trabalhar mais cedo, só que ele realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa a trabalhar não no mercado formal, mas no mercado informal de trabalho. Acho que esse ponto me parece fundamental. Se você for olhar o público e comparar, por exemplo, o perfil do público que se aposenta com idade por tempo de contribuição, o público mais frágil no mercado de trabalho é o que se aposenta por idade com menos tempo de contribuição. O público... A elite do mercado formal de trabalho tende a se aposentar por tempo de contribuição, e esse é o público que tende a ser beneficiado com a desaposentação. Então, a gente também tem que olhar essa questão.

E, se você olhar o valor de benefício, o valor de benefício médio da aposentadoria por tempo de contribuição é praticamente o dobro do da aposentadoria por idade. Então, isso também é um bom indicador de quem seria o público beneficiado com a questão da desaposentação. Eu acho que esses pontos realmente a gente precisa enfatizar.

Então, repito, acho que essas seriam minhas considerações iniciais em relação à questão da desaposentação, enfatizando que me parece que a desaposentação é completamente incompatível com a questão do fator previdenciário. Acho que esse é um ponto que precisa ser muito enfatizado. E a gente não vai estar beneficiando os segurados com maior instabilidade no mercado formal de trabalho. Ao contrário, vai estar beneficiando os segurados que justamente tiveram maior estabilidade no mercado formal de trabalho. Esse é outro ponto que precisa ser enfatizado também.

E repito, para terminar: o impacto é a médio e longo prazo e, sim, tende a ser bilionário. Esse dado que eu trouxe aqui da redução da despesa com o fator previdenciário, de 2000 a 2014, estimado em R$113 bilhões, reajustados pela inflação, acho que serve muito claramente como indício do tamanho do impacto que a gente pode gerar nas contas do Regime Geral de Previdência Social. Eu acho que esse é um impacto que coloca em risco, inclusive, a sustentabilidade. Certamente, será preciso aumentar a carga tributária para dar conta de um impacto tão grande como esse.

Muito obrigado. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Rogério Nagamine, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social.

Eu vou seguir a ordem que estava aqui, mas, depois...

A informação que eu recebi é que os outros dois convidados – três têm uma visão, e três têm outra visão – estão com problema para conseguir entrar no circuito. Então, eu vou seguir aqui, mas, se depois voltarem, não esqueçam que, no encerramento, eu inverto tudo – eu inverto tudo no momento final.

Agora seria Márcia Donata de Souza Câmara, Diretora de Benefícios Substituta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Não sei se ela conseguiu entrar, pois estava com dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também digo que, como sou o autor do projeto, ou seja, parte interessada diretamente, eu não farei comentários. Eu vou assistir ao debate, como o Relator também está assistindo. Eu simplesmente vou passar a palavra, e vamos debater. Os Senadores também poderão ter acesso a essa audiência tranquilamente, para podermos votar, então, na semana que vem.

A Dra. Márcia não se encontra. Está bem.

Agora, Dr. Allan Barros, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Para a segurança do telespectador, a Comissão buscou o equilíbrio: três com uma posição e três com outra. Acontece que dois não estão conseguindo entrar. Se eles conseguirem, naturalmente nós vamos assegurar o tempo a eles.

Agora, então, o segundo será o senhor, Dr. Tiago.

Dr. Tiago Beck, advogado especialista em Direito Previdenciário e Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS e da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA, por dez minutos.

O SR. TIAGO BECK KIDRICKI (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim, querido amigo, a quem cumprimento de forma calorosa. Cumprimento também os demais Senadores presentes.

Quero fazer um cumprimento especial à Dra. Thais Riedel, essa grande lutadora da advocacia, da advocacia previdenciária, que nós admiramos muito; ao Dr. Luiz Alberto, igualmente, que muitas contribuições fez no Senado Federal e que já veio aqui, à OAB, para palestrar em diversas oportunidades – um abraço fraterno –; bem como ao Rogério Nagamine, que está representando o INSS, a quem cumprimento. Cumprimento toda a Secretaria, o Secretário Rolim e os demais convidados.

Inicio, Senador Paim, indo direto ao ponto. Vou compartilhar aqui alguma coisa para facilitar a visualização da minha fala. E já começo trazendo aqui o que eu imaginei que seria o discurso em relação à desaposentação: um recorte de 1956 dizendo que a nossa previdência social ia falir. Então, nós estamos acostumados a ter esse tipo de abordagem, historicamente, no Brasil, em relação à seguridade social. Vejam, estamos falando aqui de muito tempo atrás, em que essa previsão de falir a previdência social é colocada como argumento.

Porém, nós vivemos aqui uma outra realidade também, pois a Constituição Federal diz que nenhum benefício será criado, majorado, estendido sem a fonte de custeio. Eu achei que isso também seria trazido por aqueles que não defendem a desaposentação. Para fins de rebater esse argumento, quero dizer que nós não estamos criando, na desaposentação e neste projeto, nenhum outro tipo de benefício. Os benefícios da previdência social já estão arrolados no texto da Lei de Benefícios, Lei 8.213. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desaposentação não se cria nada novo, os benefícios são os mesmos do sistema; apenas se permite a renúncia, a liberdade de o cidadão renunciar um benefício que ele já recebe. Não é criado um benefício novo. Por isso, não se aplica o art. 195 a este projeto de lei.

O próprio Supremo Tribunal Federal...

Caiu a minha apresentação aqui. Vou retomar.

O próprio Supremo Tribunal Federal indica que seria necessária uma lei para possibilitar a desaposentação, mas não veda essa possibilidade de forma constitucional. Então, existe fonte de custeio para a desaposentação, porque são os próprios benefícios já existentes, e o segurado está pagando, está contribuindo pelo novo benefício. Eu simplesmente renuncio a um benefício e continuo contribuindo como qualquer segurado contribui. Então, a fonte de custeio é a contribuição do segurado, é a contribuição da empresa, é a contribuição de todo o sistema. Há fonte de custeio, porque se trata simplesmente de uma renúncia ao benefício.

Diante disso, a OAB do Estado do Rio Grande do Sul elaborou um parecer favorável, que vou encaminhar a esta Comissão, à constitucionalidade deste PL, com o aval da nossa OAB do Estado do Rio Grande do Sul através da Comissão de Seguridade Social.

O Supremo Tribunal Federal, portanto, disse que a lei é que deve autorizar a desaposentação – somente a lei poderá criar – e disse que é constitucional a regra do art. 18, §2º, aqui citada pelo Dr. Rogério, que nada mais diz, Senador Paim – o art. 18, §2º –, do que isto: o aposentado do regime geral não terá outros benefícios se ele continuar laborando ou contribuindo. Ora, essa regra visa a proibir a acumulação de benefícios de um aposentado, alguém que queira duas aposentadorias. Por isso, eu repito: nós estamos tentando, nesse projeto, permitir ao indivíduo que ele renuncie à aposentadoria. Ele não vai ser mais aposentado. Ele renuncia à aposentadoria, deixa de ser aposentado. E é por isso que não se aplicará, aprovado esse projeto, o §2º. E é por isso que esse projeto não precisa alterar o §2º no seu texto e, corretamente, não o altera. O Projeto 172 apenas acrescenta a possibilidade de renúncia. Está correto. A nossa avaliação jurídica é de que está correto: não é preciso alterar o §2º a nosso ver, porque aqui se fala de aposentado, e o projeto irá possibilitar a renúncia; não se tratará mais de aposentar. Então, isto já expliquei: que volta a essa condição de segurado simplesmente.

A renúncia, então, é o centro de tudo. Nós advogados entendemos que se deve dar a liberdade ao indivíduo de renunciar a um bem que é patrimonial e que foi vedado simplesmente por um decreto. A renúncia do benefício foi vedada pelo art. 181-B do Decreto 3.048. Está abaixo da lei. Um simples decreto proibindo essa renúncia. Não existe previsão legal da impossibilidade de renúncia, mas, pela lacuna, o Supremo entendeu que nós devíamos fazer um projeto de lei para possibilitar a desaposentação. Esse decreto deverá ser modificado na aprovação do Projeto 172. Faço apenas essa consideração sobre o decreto, que está abaixo na hierarquia das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, então, possui toda a legitimidade para tramitar, constitucionalidade, e o decreto, depois, deve se adaptar a ele. Já falei aqui que estamos tratando de um direito personalíssimo, patrimonial, e que temos que garantir, sim, ao segurado: o de renunciar a essa aposentadoria se ele entender pertinente.

Eu preparei mais coisa, mas antes, para dar tempo, eu quero fazer uma resposta aqui ao Rogério, a quem respeito muito.

Respeito seus argumentos, Rogério, mas é importante a gente dizer que não será aplicado o fator previdenciário nas novas aposentadorias se esse projeto for aprovado. Se esse projeto for aprovado, somente se aplicará a partir da aprovação do projeto, porque hoje a desaposentação é vedada pelo Supremo Tribunal Federal. Então, o projeto não poderá retroagir. O segurado não poderá dizer que hoje tinha direito adquirido, pelas regras atuais; somente a partir do projeto. Esse é o nosso entendimento. Se é verdade isso – e é a verdade porque hoje o Supremo diz que não cabe a desaposentação, então não podemos ter direito adquirido, e além disso esse é o mesmo entendimento do INSS no Comunicado 02, na portaria que envolve o pagamento em atraso, de que somente a partir do fato gerador é que incidem os direitos –, esse cálculo falado pelo Dr. Rogério, feito com a desaposentação antiga, porque é um caso que vem de muitos debates, não se aplica. Somente temos que fazer um cálculo a partir da publicação, da aprovação desse projeto. E será incidido... Então, não haverá fator previdenciário, será somente a nova previdência, sem retroação. O cálculo antigo não vale para essa desaposentação. E este é o momento certo de discutirmos a desaposentação, porque estamos diante de uma nova previdência.

E aqui já faço um *link* com o que já foi falado do público da desaposentação. O público, então, não será o aposentado por tempo de contribuição, a aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade; será a aposentadoria programável, a aposentadoria programada. Serão os dois públicos misturados, como na nova previdência foi feito entre aposentadoria por idade e tempo de contribuição. Ou seja, um aposentado por idade vai poder continuar contribuindo para melhorar a sua aposentadoria e renunciar, se assim for o seu entendimento.

Então, os três argumentos trazidos pelo Dr. Rogério: fator previdenciário; o cálculo, que fica invalidado porque nós nem temos ideia de como calcular ainda, pois não sabemos quando será aprovado o projeto; e o público será também o público da nova previdência, um público que vai se sujeitar aos novos termos – não é pertinente dizer que será retroativo a essa lei. Faço somente este comentário antes de eu continuar aqui na não devolução de valores.

Acredito que o projeto está certo ao dizer que não é necessária a devolução de valores, porque nós estamos tratando de renúncia, e não de anulação do benefício. O benefício anterior é um benefício legítimo, então ele irrepetível por ter sido recebido de boa-fé. E o projeto vem nesse mesmo sentido: não há necessidade da devolução para que a pessoa possa fazer a desaposentação. É correto no ponto o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o mais importante de tudo – o mais importante de tudo –, Senador Paim, é essa mudança de entendimento. Nós estamos criando aí, tirando dinheiro dos precatórios para financiar o benefício assistencial, pois a dificuldade da cidadania brasileira em obter recursos está sendo reconhecida. Com a desaposentação, nós vamos estimular a contribuição, estimular aposentados a contribuírem, movimentar a atividade econômica, vamos aumentar a arrecadação. E isso favorece a nova previdência, favorece a arrecadação. E acho que nós temos que investir em pessoas. Todo esse esforço que o Governo está fazendo, então, tirando dos precatórios para pagar o Auxílio Brasil... Nós precisaríamos de menos benefício assistencial se tivéssemos maiores benefícios previdenciários. Há aposentados recebendo R$1 mil, R$2 mil, R$3 mil. Com a possibilidade que a desaposentação dará, com a sua devida contribuição, de voltarem a pagar, isso vai fazer com que as famílias tenham mais recursos. Isso vai injetar dinheiro nos Municípios e será bom para o sistema previdenciário.

Nós temos que inverter a lógica, a lógica da escassez. Nós temos que investir no nosso contribuinte previdenciário, nas famílias, nos aposentados que irão consumir, e esse valor todo irá retornar para a economia brasileira, porque senão nós estaremos sempre, desde aquele meu primeiro recorte, como nós estávamos lá em 1950, reclamando da escassez da previdência. Ou a gente investe nas pessoas – e a desaposentação é um investimento na pessoa, na liberdade, é uma inversão de lógica – ou nós vamos estar sempre reclamando de escassez; cortando, cortando até não poder mais.

É financiável pelas próprias contribuições. É interessante para o País. É para o bem da cidadania, dos aposentados e da sociedade brasileira. É pelo bem da liberdade e tem um aval jurídico, sim; basta a leitura do julgado do Supremo que orienta a criação dessa lei. Valorizar o segurado que contribuir: isso é questão de justiça, e hoje é dia 8 de dezembro, o Dia da Justiça.

Nós opinamos pela aprovação do projeto. Seguridade social é dignidade da pessoa humana, sim. Vamos inverter essa lógica! Vamos fazer um esforço em prol do nosso contribuinte previdenciário!

Muito obrigado, Senador Paim e a todos que assistiram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agradeço ao Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário e Presidente da Comissão da Seguridade Social da OAB do Rio Grande do Sul e da Comissão Nacional de Seguridade Social.

Como percebi que não entraram na tela os outros dois convidados, aguardaremos assim mesmo e daremos a oportunidade de eles entrarem, mas agradeço já a presença do Líder Mecias de Jesus, do Republicanos, que está acompanhando o debate, também do Relator e da nossa querida Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Dra. Thais Riedel, advogada, Mestre e Professora de Direito Previdenciário e Presidente do IBDPrev (Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário) e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária.

A SRA. THAIS RIEDEL – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. THAIS RIEDEL (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite; dizer que é uma honra poder estar aqui, mais uma vez, nesta Casa, tratando de um tema tão relevante, que é a desaposentação; cumprimentar os demais Parlamentares que estão aqui e chamar sua atenção para a importância desse tema; também cumprimentar o Dr. Rogério Nagamine, representando o INSS; os colegas Tiago e Luiz Alberto, parceiros nas lutas de Direito Previdenciário, grandes juristas. É uma honra poder estar com vocês aqui.

Esse tema da desaposentação é um tema que já está muito maduro em relação à sua discussão, é um tema que foi exaustivamente analisado pelo Poder Judiciário brasileiro.

Ele surge dentro de uma lacuna. A doutrina identifica que, pelo fato de a natureza da aposentadoria ser contributiva, portanto um direito previdenciário, na situação de o indivíduo se aposentar, continuar trabalhando e, portanto, ser obrigado a continuar vertendo contribuições para o sistema, para ele, dentro da lógica contributiva, sendo o instituto da aposentadoria um benefício renunciável, haveria total coerência jurídica no fato de poder pedir a renúncia, a desaposentação, e, a partir dali, optar por uma nova aposentadoria, já que existiram novas contribuições para o sistema. Então, ele vem de uma lógica que traz todo o arcabouço jurídico dentro de uma lacuna existente, e é essa lacuna que esse projeto de lei vem resolver. É um projeto de lei que atende exatamente ao que falta no mundo jurídico para que esse instituto possa trazer um resultado no dia a dia dos segurados.

Então, quando há essa discussão pelos tribunais, e essa discussão foi feita em todos os tribunais regionais do País, chegou ao STJ e, por fim, ao STF...

Havia três posições sobre o tema. Uma era no sentido de que não seria possível esse instituto exatamente pelo fato de a legislação não o prever – nós estamos em Direito Público, e haveria essa necessidade – e pelo princípio da solidariedade – como bem disse o Dr. Rogério Nagamine, sendo o sistema contributivo, você não contribui necessariamente para a sua aposentadoria, mas, sim, para o sistema.

Tivemos a posição no sentido de que sim, seria possível essa desaposentação, haja vista a natureza contributiva e tudo que a gente entende: já que a aposentadoria é renunciável, a gente pode, então, já que existiram novas contribuições, ter um benefício mais vantajoso. E aí surgiram duas posições: uma no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de que seria possível, mas as pessoas teriam que devolver aquilo que elas já haviam contribuído; e outra no sentido de que não, não haveria necessidade dessa devolução.

Então, foi um tema discutido à minúcia pelo Poder Judiciário, tratando todos esses reflexos, sejam eles jurídicos, sejam eles inclusive financeiros.

Embora o STJ tenha decidido pela possibilidade do instituto, haja vista toda a caracterização – a possibilidade de o segurado renunciar à aposentadoria, sem, inclusive, a devolução dos valores recebidos –, o STF acabou decidindo que haveria a necessidade de uma regulamentação.

Então, é um tema que tem já todo um arcabouço jurídico, toda uma discussão que foi feita em torno dele e que necessita exatamente desse passo por parte do Poder Legislativo, que é o que se está aqui discutindo. E o Senador Paulo Paim muito bem trouxe: é um tema que já tem sido exaustivamente discutido inclusive na Casa e que tem um impacto muito importante no dia a dia das pessoas.

E aqui entram alguns pontos interessantes.

O Dr. Tiago Kidricki ressaltou em relação a esse impacto financeiro, embora seja algo a que sempre tenhamos que dar atenção, que ele será ali medido dentro de um contexto da publicação da lei para frente.

Nós tivemos recentemente uma reforma da previdência que trouxe uma nova metodologia de cálculo, reduzindo drasticamente os valores das aposentadorias de uma forma geral, dos benefícios e das pensões. Então, essa redução dos valores dos benefícios foi a tônica na reforma da previdência. E, nesse sentido, pessoas que já tinham benefícios muito baixos, porque a média dos valores dos benefícios do INSS já é muito baixa, ficam se sentindo obviamente injustiçadas, pois poderiam receber mais, haja vista as novas contribuições vertidas, mas, por uma ausência de legislação, não têm essa possibilidade.

Então, o projeto atende todos os requisitos necessários, haja vista a premente necessidade da legislação, porque foi esse o principal óbice que o STF trouxe na sua decisão – ele tratou tanto da desaposentação, como, depois, falou da reaposentação, da necessidade dessa legislação.

Aquela pessoa que optou pela desaposentação – aqui é uma liberdade da pessoa, ela pode optar ou não por isso – efetuou outras contribuições, então o caráter contributivo necessário no benefício previdenciário está respeitado.

E o fator previdenciário, como falou o Dr. Rogério, é o principal ponto mesmo, porque foi o fator previdenciário que gerou, no cálculo dos valores das aposentadorias, uma drástica redução. Então: eu trabalhei durante anos, me aposentei numa regra que era possível, entretanto o fator previdenciário reduziu o valor do meu cálculo. Ora, se eu trabalho mais, verto novas contribuições, e o meu fator previdenciário agora tem um novo cálculo porque eu tive novas contribuições, não há óbice para que eu possa ter o novo benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fator previdenciário praticamente foi extinto com a reforma da previdência. Nós temos uma regrinha de transição e, agora, com a idade mínima, essa figura da desaposentação vai tendo um novo contorno, porque necessariamente as pessoas que estarão na nova regra precisarão da idade mínima e não terão o fator previdenciário. Então, é esse instituto que essa legislação muito bem virá atender; ela vai apenas corrigir uma injustiça para um quadro de pessoas que tiveram, sim, um prejuízo real na sua aposentadoria por conta do fator previdenciário.

E, nesse ponto, o impacto econômico vai ser obviamente cada vez menor daqui para frente, porque as novas pessoas estarão em novas regras de aposentadoria com idade mínima. A idade mínima vai trazer um novo patamar em termos de requisito, que efetivamente não traz mais essa situação de redução pelo fator previdenciário.

Então, há, sim, a necessidade de se mostrar que o sistema é contributivo e que aqui as pessoas que fizerem jus à desaposentação efetivamente contribuíram para ter esse direito. Nesse sentido é que entendemos – nós aqui, grande parte dos juristas da área previdenciária – que esse projeto de lei atende totalmente aos institutos jurídicos pertinentes ao direito previdenciário, porque ele respeita o caráter contributivo e ele também traz reflexos inerentes à liberdade, à característica também do instituto da aposentadoria, que é de ser renunciável.

Entendemos que é, sim, um projeto importante, inclusive é urgente neste atual cenário do País, em que as aposentadorias estão em valores muito aquém do necessário para atender às pessoas. E, já que elas contribuíram, nada mais justo do que terem a possibilidade de uma aposentadoria melhor. Isso vai voltar para a economia, e o Brasil, sim, vai mostrar que aqui a gente valoriza quem contribui para o sistema.

Muito obrigada e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, depois teremos as perguntas.

Essa foi a Dra. Thais Riedel, advogada, Mestre e Professora em Direito Previdenciário, Presidente do IBDPrev (Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário) e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária.

Repito para todos que estão ouvindo: o pessoal sempre sabe que eu faço comentário entre um e outro, mas, nesse caso, como eu sou o autor do projeto... E já aqui homenageio o Presidente da Comissão, que é o Senador Sérgio Petecão, e também a nossa Vice-Presidente, Senadora Zenaide Maia, que sabem desse meu equilíbrio – e, claro, que todos também têm – e que disseram: "Não, você mesmo preside, sem problema nenhum". Então, obrigado ao Senador Sérgio Petecão e à nossa Vice-Presidente desta Comissão – Sérgio Petecão é o Presidente –, Senadora Zenaide Maia. Então, não farei comentários porque sou o autor do projeto em debate, que será votado na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, percebendo que os outros dois convidados que têm uma visão diferente não chegaram ainda ao nosso painel, eu passo a palavra para o Dr. Luiz Alberto Santos, advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, Doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Paulo Paim, autor do Projeto de Lei 172, de 2014, que preside esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais!

Muito bom dia, Dra. Thais Riedel e Dr. Tiago, colegas que têm se dedicado em profundidade ao tema e à defesa da seguridade social!

Meus cumprimentos também ao Dr. Rogério Nagamine, meu amigo, e ao Secretário Leonardo Rolim também, que se faz representar.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de contribuir para os trabalhos desta Comissão do Senado Federal e do Congresso Nacional num tema que é da mais absoluta relevância.

O Senador Paim lembrava aqui que foi autor de uma proposição em sentido similar ao do Projeto de Lei 172 no ano de 1996. É necessário resgatar que o Projeto de Lei 2.286, de 1996, que foi aprovado já pela Câmara dos Deputados em 2015, trata precisamente da renúncia de aposentadoria por tempo de contribuição, exatamente para proporcionar que o tempo de contribuição adicional, depois de renunciada esta aposentadoria, possa ser computado para um novo benefício futuro em outras condições.

E por que surge essa discussão lá em 1996? Exatamente em função do fato de estarmos já vivenciando um processo de reforma previdenciária, mas que se materializava, além da tramitação de proposta de emenda à Constituição no Congresso, na extinção de direitos já consolidados na legislação previdenciária, como era o caso do pecúlio, que era um direito assegurado pelo art. 81 da própria Lei 8.213 e que permitia que quem, aposentado, continuasse ou voltasse a exercer atividade abrangida pela Previdência Social recebesse um pagamento único no valor correspondente àquilo que contribuiu nesse intervalo de tempo, corrigido pela inflação. O que era o pecúlio? Era, portanto, o reconhecimento de um direito pecuniário a uma contribuição que não gerou novo benefício. Foi extinto em 1994.

Na mesma ocasião também foi extinto, no âmbito do Regime Geral, o abono de permanência, que permitia àquele aposentado que continuasse trabalhando, que optasse pelo prosseguimento da atividade, receber 25% do valor da aposentadoria por tempo de contribuição a que faria jus. E esse benefício também reconhecia, portanto, o ressarcimento por algo que não geraria, naquele contexto, um novo benefício.

O Supremo Tribunal Federal, posteriormente, veio a reconhecer, na mesma linha do art. 122 da Lei nº 8.213, o direito adquirido ao melhor benefício, ou seja, uma vez que o cidadão tivesse direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirido, ele poderia exercer o melhor direito adquirido caso continuasse contribuindo para a previdência, e não aquele direito congelado no momento em que cumpriu os requisitos. E esse princípio é o mais importante para que nós entendamos a natureza do que está em discussão, ou seja, a necessidade de se reconhecer o direito ao melhor benefício, obviamente decorrente de um acréscimo contributivo, que é precisamente o objetivo da desaposentação ou da desaposentadoria: permitir que aquele cidadão que renuncia a um benefício que já vinha recebendo, voltando a contribuir, continuando a contribuir, possa requerer, posteriormente, o melhor direito, um direito aperfeiçoado, um direito mais extenso.

Nós temos absoluta clareza de que a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, provocou uma ruptura em todo esse debate, em todo esse processo, na medida em que estabeleceu para o futuro, ou seja, a partir de 2019, já não é tão para o futuro assim, direitos menores no cálculo do benefício previdenciário e nas próprias regras de concessão. Então, aprovado o Projeto de Lei nº 142, o novo benefício que venha a ser concedido a partir do momento em que se reconheça o direito ao cancelamento da aposentadoria se regerá pelas novas regras, ou seja, regras que poderão até mesmo resultar em um benefício desvantajoso. E aí precisamos ter sempre o reconhecimento do melhor direito adquirido: o direito já adquirido ou o direito que vier a ser adquirido. Então, nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 103 de certa maneira reduziu os benefícios ou os ganhos que poderiam advir em função do quê? Do fato de que ela trouxe sérias limitações e restrições ao gozo de benefícios previdenciários.

Temos regras de transição, na Emenda Constitucional nº 103, que preservam algumas situações que já foram contempladas na legislação do Regime Próprio de Previdência Social e que precisamos levar em consideração também, ou seja, quando nós falamos da igualdade que deve haver entre os regimes previdenciários, regimes próprios e regime geral, e essa foi uma tendência da própria Emenda 103, nós temos que nos lembrar de que no âmbito do serviço público existem dois institutos que podem nos orientar no sentido da isonomia entre os regimes.

O primeiro deles é o princípio ou instituto da reversão. O servidor aposentado pode requerer o retorno à atividade até cinco anos após a sua aposentadoria – isso cancela a aposentadoria anteriormente concedida – e vai fazer jus a uma nova aposentadoria com o benefício calculado com base nas regras vigentes quando vier a requerer esse benefício se mais vantajosas, assegurado aquele direito originário que foi renunciado. E esse princípio da reversão visava exatamente dar ao servidor um direito, digamos, de arrependimento, em função do quê? Da necessidade de voltar a contribuir e recolher contribuições sobre parcelas remuneratórias que não estavam antes consideradas e que não foram estendidas ao aposentado.

Além disso, nós temos, no serviço público, o instituto do abono de permanência, que permite que o servidor pare de contribuir, ainda sem ter se aposentado, receba de volta a contribuição que verteria ao regime, exatamente porque já consolidou um direito e não tem sentido continuar contribuindo se ele já poderia estar aposentado. Então, dessa forma, nós temos regras no regime próprio que inspiram a justiça necessária no que se refere aos direitos vinculados ao princípio da desaposentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito bem lembrada aqui a questão da solidariedade. De fato, o Supremo Tribunal Federal, quando julgou essa matéria, de certa maneira colocou a questão da solidariedade no debate sobre a desaposentação como um fator crítico para o convencimento de vários dos ministros que entenderam pela necessidade de previsão legal expressa para o instituto da desaposentação. Mas também reconheceu o Supremo Tribunal Federal que não está vedada constitucionalmente a desaposentação, ou seja, não é inconstitucional a desaposentação. Ela pode ser objeto de legislação, e é neste sentido que as proposições legislativas estão trabalhando: suprir essa lacuna legal e dar soluções para esse problema que sejam razoáveis, que sejam racionais.

Também sabemos que o Governo se utilizou muito do cálculo financeiro decorrente desse problema gerado aí pela mudança de regras e apresentou em vários momentos, inclusive, números diferentes, exorbitantes. Por exemplo, em 2011, num trabalho elaborado pelo próprio Rogério Nagamine Costanzi, apontavam-se R$69 bilhões como resultado da desaposentação, o que poderia alcançar até 1 milhão de beneficiários. Em 2012, esse número já era um pouco diferente, está lá no anexo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias: R$49 bilhões, ou seja, já baixou R$20 bilhões de um cálculo para o outro, não é? Posteriormente, em 2015, o Ministério da Previdência Social apresentou o cálculo de que essa despesa poderia alcançar, num período de 30 anos, R$181 bilhões, um cálculo de R$7,6 bilhões por ano a mais na despesa previdenciária, argumentando que isso estimularia aposentadorias precoces, ofenderia o princípio da solidariedade, que incentivaria benefícios de pessoas com maior renda e que geraria, por fim, uma imprevisibilidade na despesa com benefícios.

Na verdade, são argumentos que qualquer governo usa sempre no sentido exatamente de evitar o aumento da despesa. Mas, como foi bem lembrado, inclusive em memoriais que foram apresentados ao Supremo Tribunal Federal, esse volume de pessoas que foram consideradas jamais se efetivará. Por quê? Porque nós temos um problema concreto, que é o da empregabilidade das pessoas a partir de uma determinada idade, além, é óbvio, da enorme quantidade de pessoas que se aposentam recebendo apenas um salário mínimo no Regime Geral de Previdência Social. Então, nós temos aqui um universo que é bem reduzido até, comparativamente ao universo de pessoas que atuam no mercado de trabalho, em virtude precisamente das dificuldades de empregabilidade das pessoas a partir de uma certa idade. Além disso, nós temos visto que a experiência internacional mostra que é muito difícil, mesmo países desenvolvidos, que pessoas que atinjam os requisitos para a aposentadoria continuem no mercado de trabalho, e não porque elas não queiram muitas vezes, mas simplesmente porque o mercado não as absorve, não nos oferece essas oportunidades. Mas, para aqueles que tiverem a capacidade de se manterem no mercado de trabalho mais até do que a própria necessidade, certamente ter direito a esse benefício será uma questão de justiça.

Finalmente, eu gostaria de registrar que, quando examinou essa matéria, o Ministro Luís Roberto Barroso foi muito correto ao dizer, no Recurso Extraordinário 661256, precisamente que os direitos decorrentes do sistema não podem ser simplesmente postos de lado a partir do cálculo utilitário de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novos encargos devem ser editados a qualquer custo. E é nesse sentido que nós precisamos buscar atender ao pressuposto de legalidade que o Supremo Tribunal estabeleceu, criando regras. O próprio Ministro Barroso sugeriu algumas dessas regras, como, por exemplo, em relação à forma de cálculo do benefício para evitar certas distorções decorrentes da aplicação do fator previdenciário, que podem orientar ou subsidiar o debate no Senado Federal e construir uma legislação que realmente atenda à expectativa da sociedade, mas, obviamente, também evite certos comportamentos oportunistas.

Nesse sentido, eu acredito que esse debate que o Senado está fazendo neste momento – e não é só um projeto, temos vários projetos, mas o Projeto 172, de 2014, é o que neste momento tem maior destaque – certamente vai ser uma grande contribuição para que nós possamos restabelecer direitos e garantir direitos que não são direitos efetivamente novos, mas, sim, direitos que foram solapados ao longo das sucessivas reformas, que foram orientadas precisamente pela ótica fiscalista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luiz Alberto dos Santos, advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, Doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência.

Os nossos outros dois convidados...

Eu vou repetir também uma coisa – eu tenho que repetir por obrigação, porque eu estou há muitos anos presidindo audiências públicas. Dizem: "Paim, tu convidas só um lado". Não é verdade. Nós convidamos três com uma oposição e três com outra posição. Reconhecendo isso, eu quero fazer justiça, a Dra. Márcia Donata de Souza Câmara, Diretora de Benefícios substituta do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foi contatada, e ela justificou que teve problema de saúde e, por isso, ela acabou não entrando.

O Dr. Allan Barros, que teria a mesma posição do Dr. Rogério Nagamine, também confirmou que viria, mas o Coordenador Geral de Matéria de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), disse que, dentro do possível, iria retornar, mas não tinha segurança, porque não estava conseguindo entrar.

Bom, fica aqui a justificativa que cada um deu, não é? Vai retornar, mas não sabe quando. A secretaria está entrando em contato permanente com ele.

Então, eu apenas justifiquei que nós tínhamos convidado, conforme combinado, inclusive, com os outros autores do requerimento.

Então, neste momento, como eu havia já anunciado, nós vamos entrar no espaço das perguntas do e-Cidadania e de algumas que eu recebo por aqui, por esse aparelhozinho aqui, que está na mão de todos nós 24 horas por dia, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá! Eu vou ler bem devagar as perguntas para que vocês possam anotar. Respondam, fiquem bem à vontade para responder. Nós teremos cinco minutos agora para responder e, depois, teremos cinco minutos de considerações finais. Depois disso, nós encerramos a nossa audiência.

Karen Cunha, São Paulo. Ela pergunta quais benefícios a desaposentadoria irá proporcionar.

Valldileny Silva, da Paraíba: "Quais serão os processos e políticas para que as pessoas possam requerer a desaponsetadoria?" Ela quer informação sobre como é que ela se habilita, se ela assim entender, para a sua desaposentadoria.

João Victor, DF: "Quais são os motivos que levariam uma pessoa a requerer esse direito?". "Se eu já estou aposentado, por que que eu quero renunciar?", é isso que ele está dizendo. Mas tem toda uma lógica, não é? Ele está perguntando, então: se eu abandono a minha, paro de receber e começo a pagar, que benefício eu tenho? Está no eixo do que foi debatido.

Angela Bonani, de Minas Gerais, quer saber: a desaposentadoria interessa a quem? Somente aos grandes salários? É a pergunta que ela deixa: somente aos grandes salários ou não? Fica a pergunta.

Há só mais três perguntas. Fizeram muitas indagações aqui, mas são todas no mesmo sentido. Então, algumas nós resumimos. Então, temos mais três.

Todo segurado que solicitar a desaposentação terá um benefício maior? Acredito que não, mas vocês é que vão falar. Nem todos que pedirem vão voltar a trabalhar.

Dois: que tipo de aposentadoria poderá ser mais vantajosa, ou seja, a desaposentação ou ficar onde se encontra?

Homens e mulheres terão vantagens iguais em relação à desaposentação? Tem aquela diferença de idade lá, não é? Os senhores vão explicar aí. Então, a dúvida é de uma senhora e ela pergunta: homens e mulheres terão vantagens quanto à desaposentação?

Essas são as perguntas. Se precisarem, por um motivo ou outro, que eu repita alguma delas, eu o farei no momento. E, como eu tinha dito que os últimos seriam os primeiros, Luiz Alberto, sobrou para ti agora. É o primeiro a responder as perguntas. Você tem cinco minutos, mas, como faltaram dois, eu não serei tão rígido. Então, eu peço que exatamente nos cinco minutos toquem os quinze segundos e daí você tem mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Eu achei que era o Rogério que ia ser o primeiro dessa vez... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você foi o último a falar. Aí, o Rogério vai ser o último.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Ah, é verdade. Está certo, fiz confusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu inverti. Você foi o último a falar, e o primeiro nesse ciclo, e o Rogério vai lá para o final.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom, na verdade, essa é uma questão que envolve o próprio conceito de desaposentadoria e para que esse direito estará sendo reconhecido. Hoje a legislação considera – o Dr. Tiago foi muito claro ao esclarecer – que, uma vez desaposentado, o segurado deixa de ser aposentado, portanto, a regra do art. 18, §2º, não se aplicaria, mas temos um decreto que efetivamente diz que o direito é irrenunciável.

Então, o que que a lei fará? A lei reconhecerá o direito, e não a obrigatoriedade, de que essa pessoa renuncie a um benefício que ela já está recebendo. Ela vai parar de receber esse benefício e vai continuar trabalhando. Se ela já estava trabalhando, não muda nada, ela vai continuar trabalhando. Se ela não estava trabalhando, ela volta ao mercado de trabalho ou tem a perspectiva disso. E, a partir dali, contribuirá por algum tempo, e a legislação vai ter que dizer qual será esse tempo, se é que vai ter algum tempo mínimo, de modo a poder, então, requerer um novo benefício.

Mas por que que ela vai fazer isso? Obviamente, por ter a perspectiva de, computando mais tempo de contribuição, ter um benefício mais elevado. E aí eu olho necessariamente com base nas regras estabelecidas pela Emenda Constitucional 103, que prevê como regra de transição a aplicação ainda do fator previdenciário, mas prevê como regra definitiva um cálculo que leva em conta a vida toda de contribuição a partir de julho de 94, não mais 80% do tempo de contribuição. E, a partir daí, corrigidos esses benefícios mês a mês, se aplica um percentual que dependerá do tempo de contribuição. E, nesse sentido, essa pessoa vai ter que fazer um cálculo objetivo para saber se ela terá ou não, efetivamente, vantagem em voltar a contribuir, para, na frente, receber esse novo benefício.

Beneficia os maiores salários? Certamente, beneficiará, se a pessoa tiver a perspectiva de um bom salário que lhe permita um benefício maior do que aquele que ela já esteja recebendo, calculado pela média dos seus salários de contribuição. No entanto, pode ocorrer que esse acréscimo de contribuição não traga, mesmo com um salário acima do teto, benefício. Se ela já estiver no teto, ela não vai ter benefício. Então, é preciso que ela esteja entre o piso e o teto e saber se, a partir dessas novas contribuições, ela vai ter ou não acréscimo no seu benefício. Então, é uma decisão de caráter estritamente individual. Obviamente, ele não garante benefício maior; essa é uma possibilidade, e cada caso será examinado particularmente, a partir do histórico de vida e das perspectivas profissionais.

Quanto a homens e mulheres terem ou não vantagens iguais, é a mesma regra. Se o homem e a mulher tiverem um histórico de contribuição passada que lhe geraram uma perda no momento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentadoria, mas se tiverem a possibilidade de voltar a contribuir e com isso melhorar o seu benefício, terão vantagens iguais, iguais no sentido do direito, mas proporcionais ao tempo de contribuição que terão e a como se constituirá esse cálculo de benefício a partir, inclusive, das regras de transição e das novas regras da Emenda Constitucional nº 103. E, obviamente, é um benefício ou um direito que está apensado à perspectiva da aposentadoria por tempo de contribuição. Com a Emenda Constitucional nº 103, na verdade, passou a haver para os novos segurados, mesmo nas regras de transição, limitações objetivas em termos de idade mínima. Então, o segurado, para fazer jus a um novo benefício, terá que cumprir uma idade mínima. Então, nesse sentido, pode ser um empecilho ao exercício do direito, a depender, obviamente, também da história de vida de cada um.

Então, não dá para caracterizar esse novo direito que a legislação poderá reconhecer como um privilégio para os grandes salários ou como algo que vai beneficiar mais homens do que mulheres. Não, tudo é muito vinculado a questões individuais, mas o que se faz é reconhecer que, uma vez o aposentado retornando ao mercado de trabalho ou nele permanecendo, não pode haver enriquecimento sem causa para a previdência social. E, sim, a solidariedade, embora seja um princípio, não é o único princípio que precisa ser observado para que os critérios de equilíbrio financeiro e atuarial e os direitos dos segurados sejam correspondentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já respondeu, no mínimo, a duas ou três perguntas, pela forma sintética, absoluta e clara com que colocou o tema.

Agora, na sequência, dos últimos para os primeiros, fala a Dra. Thais Riedel.

Faço questão de ler... São todos minicurrículos. Se eu fosse ler o currículo inteiro de cada um, inclusive o seu, Rogério, eu teria que falar por meia hora só para ler os currículos. Então, eu vou só resumir.

A Dra. Thais Riedel é advogada, Mestre e Professora de Direito Previdenciário. É a Presidente do IBDPrev (Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário) e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária. Ela vai responder as perguntas em cinco minutos, com a tolerância adequada.

A SRA. THAIS RIEDEL (Para expor.) – Essas perguntas são importantes, porque, efetivamente, quem nos está assistindo fica sem saber até que ponto isso vai atingi-lo individualmente e o que fazer. Então, vou tentar responder aqui de forma a abranger os principais pontos.

A desaposentação, o que ela é? Consiste no ato de o segurado renunciar à aposentadoria que ele já recebe, a fim de que ele possa requerer uma nova aposentadoria. É claro que ele só vai fazer isso se, na hora do cálculo, ele verificar que ela é mais vantajosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão, às vezes, acontece dentro do Regime Geral e, às vezes, pode ser de um regime para outro regime. Então, se eu me aposentei no INSS e agora sou servidora pública, eu também poderia pegar esse tempo, me desaposentar e usar o tempo na nova aposentadoria no serviço público? Então, é uma discussão que pode atingir vários universos. Aí eu vou computar as contribuições realizadas após a primeira aposentadoria.

Então, dentro desta lógica de que há uma obrigatoriedade de contribuição para o sistema... Isto acontece tanto para quem trabalha na iniciativa privada e contribui para o Regime Geral de Previdência Social quanto para quem trabalha como servidor público. O sistema obriga... Todo mundo que trabalha é obrigado a contribuir para o sistema. Aquelas pessoas que já se aposentaram com base em regras anteriores, com o cálculo de aposentadoria proporcional ou integral, mas em que houve redução no valor por conta da regra de cálculo... Na medida em que ela verte novas contribuições, o novo cálculo, se ela for se aposentar em um segundo momento, traria uma vantagem. Isso tem que ser visto caso a caso.

O INSS nunca aceitou esse instituto administrativamente. Pessoas do Brasil inteiro ingressaram nos tribunais. Então, isso trouxe uma grande discussão. Porém, foi sedimentada no STF a necessidade da legislação pertinente ao instituto. Então, hoje... Alguém perguntou aqui o que ele poderia fazer. Fica impossibilitado, porque o Judiciário já se manifestou. Então, o que ele pode fazer? Tem que aguardar a legislação, que é o que a gente está discutindo aqui. Antes de a decisão ser sedimentada pelo STF, a gente ia ao Judiciário, e isso estava sendo discutido por lá.

Há a necessidade de se verificar isso individualmente. Então, agora, neste momento, temos que dar celeridade ao projeto de lei, para que ele possa novamente possibilitar essa análise, que é uma análise individual. Nem sempre isso será vantajoso. Tem que procurar um especialista, tem que se consultar com pessoas que saibam do tema e fazer conta.

No direito previdenciário, a gente tem que ver o que e quanto, quais são os requisitos que eu necessito para uma aposentadoria – e a gente tem algumas modalidades de aposentadoria e requisitos distintos para cada uma – e com quanto que eu irei me aposentar em cada modalidade. Então, esse "quanto" é o fator principal aqui. É preciso identificar que... Olha, eu me aposentei em determinado momento e continuei contribuindo. Então, se eu tiver um retorno, no meu cálculo, daquelas novas contribuições vertidas, eu conseguirei um benefício mais vantajoso. Então, não necessariamente todo segurando terá um valor maior, mas, normalmente, quando a gente faz isso dentro de uma progressão contributiva, isso tem um resultado. Aí tanto homens quanto mulheres terão, dentro das suas regras, a possibilidade de fazer esse novo cálculo.

Isso envolve as aposentadorias. Nós temos a aposentadoria... Nós tínhamos a aposentadoria por tempo de contribuição, que agora vai ser por tempo de contribuição e idade – a gente tem agora essa questão da idade mínima. De qualquer forma, a gente vai ter que ver, e aí há uma complexidade que virá depois com o tempo, exatamente porque houve uma mudança das regras de cálculo. Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdenciário, como que a gente vê? A gente vai ver se tem direito adquirido ou não a determinada regra; se, na época da alteração dessa regra, eu já tinha ou não os requisitos anteriores. Isso envolve também um cálculo.

Como já foi dito aqui pelo Professor Luiz Alberto, nós agora temos uma nova regra de cálculo, que é uma outra situação também. Quando eu atinjo esse direito à desaposentação, eu tenho que ver a respectiva regra de cálculo daquele momento. Então, necessariamente, tem que fazer conta, tem que analisar e, claro, por enquanto estamos engessados sem poder usufruir dessa situação da desaposentação porque o Judiciário já analisou e disse: "Olha, eu tenho que esperar o Legislativo ter a iniciativa de editar uma norma que me autorize, porque o instituto eu posso fazer". Ele já analisou que é possível, mas para não ter o atropelo de um Poder sobre o outro, houve essa decisão majoritária de que havia a necessidade de aguardar o Legislativo.

Finalizo aqui mais uma vez ressaltando a importância deste momento em que nós estamos agora nesta audiência pública, de falarmos de um tema tão sensível, tão importante. A sociedade de forma geral, os contribuintes, está aguardando há muitos anos essa medida, que vai, obviamente, uma vez editada, corrigir essa injustiça que várias pessoas têm sofrido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Thais Riedel, que é, resumidamente, advogada, Mestre em Direito Previdenciário e Presidente do IBDPrev.

Foi exatamente nessa linha, doutora, que eu apresentei o projeto. Eu vinha com essa história há muitos e muitos anos. Quando houve a decisão do Supremo, eu perguntei para os especialistas: "Perdemos ou ganhamos?" Eles disseram: "Nem perdemos, nem ganhamos. Você tem que apresentar uma lei rapidamente baseada nessa decisão." Essa foi a recomendação do Supremo. Isso nós fizemos e, por isso, nós estamos hoje aqui neste debate.

Agora, eu passo a palavra para o Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário e Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB, Rio Grande do Sul, e da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA.

O tempo é seu.

O SR. TIAGO BECK KIDRICKI (Para expor.) – Senador Paim, acredito que este é o momento ideal de a gente discutir esse projeto, que pode dar uma renda maior a pessoas que estão aposentadas recebendo há muito tempo R$1,5 mil, R$2 mil e valorizar pessoas que estão contribuindo para o sistema. Precisamos, sim, de uma decisão, de vontade política para que esse projeto também venha à tona, mas para pessoas que realmente merecem esse tipo de tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi feita uma pergunta: se será benéfico para os maiores benefícios, para os grandes salários. Como a Dra. Thais Riedel disse, é caso a caso que vão ser calculados os benefícios que vão ser favorecidos pela renúncia. Eu acredito que a maioria... Eu falei, na minha fala inicial, que esses cálculos mencionados têm a ver com a antiga previdência, e nós teríamos que calcular a partir do projeto, já com a nova previdência. Nós ainda estamos nas regras de transição da nova previdência, mas a regra geral é aposentadoria com 65 anos para homem e 62 anos para mulheres.

Hoje não se pode dizer que a pessoa vai ter direito adquirido porque nós não temos a lei da desaposentadoria, então nós não podemos calcular com os benefícios de hoje, falar de resgatar fator previdenciário ou algo nesse sentido, nós estaríamos fazendo a lei de forma retroativa e isso não irá ocorrer.

Nós vamos tratar das pessoas na nova previdência, então serão poucas pessoas – respondo também ao ouvinte – que, no universo de beneficiários da seguridade social, vão se beneficiar da desaposentação. Muitos vão fazer o cálculo, e o descarte de 20% dos menores salários não existe mais, o que também vai contribuir para que muitas vezes o cálculo seja desvantajoso. Então, é caso a caso – esta é a expressão: caso a caso.

Os maiores benefícios podem não vir a se tornar um valor novo maior, um valor menor pode ter alguma vantagem, e isso é imprevisível neste momento. Nós temos aí um universo pequeno, acredito, de pessoas que irão se beneficiar, mas, muito importante, pessoas que estão contribuindo, pessoas pobres que cada vez tem a sua renda diminuída, os aposentados do nosso Brasil do Regime Geral de Previdência Social, com essa média que nós temos dos benefícios previdenciários no Brasil, que é muito baixa, é uma média de pobreza.

Então, é uma forma de, fazendo justiça, a gente conseguir que essas pessoas pobres tenham uma pequena elevação da sua capacidade financeira. É algo muito justo, apropriado para o momento; agora, com a nova previdência, o cenário, como estou ressaltando desde o início da minha fala, mudou completamente. Mudou completamente, nós temos regras mais rígidas, mais difíceis de obtenção com menores benefícios, e a desaposentação será para um universo menor de pessoas.

Eu peço ao Dr. Rogério... Eu sei que esse é um tema difícil para o Governo, mas pode ser uma política de remuneração e de valorização muito importante tratar bem os segurados com a desaposentação. Pode ser feito um novo cálculo, uma tentativa de novo cálculo para isso, mas não o cálculo antigo, lá desse debate que já vem de muitos e muitos anos.

Então, acredito que o voto do Ministro Barroso foi muito positivo, no sentido do Supremo Tribunal Federal, como o Luiz Alberto disse ressaltando todos esses pontos. Ele até criou uma regra pela inexistência da legislação, mas a forma de estabelecermos como vai ser a desaposentação é pelo atual projeto, é este projeto que vai ser o norte e, aí, o decreto vai se adaptar a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a homens e mulheres, repito novamente: caso a caso é que se verá quem vai ter uma possibilidade de melhorar o seu benefício, mas, ressalvo, são apenas pessoas que continuam contribuindo para o sistema e, inclusive, outras pessoas vão se ver estimuladas a contribuir para o sistema para tentar fazer a desaposentação.

A nossa lógica tem que ser a lógica de aumentar o número de contribuintes e aumentar o valor dos benefícios previdenciários. É este o ponto que eu ressalto, Senador Paim: valorização do nosso segurado. Vamos inverter a lógica e nós podemos fazer uma política pública vantajosa para todo o Brasil se nos adaptarmos isso.

Esse projeto vem em momento certo, importante, justo e constitucionalmente aceito, tanto é que o Supremo direcionou para uma legislação infraconstitucional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Tiago Beck, advogado especialista em Direito Previdenciário e Presidente da Comissão de Seguridade da OAB/RS. Parabéns pela sua avaliação!

E agora, fechando o ciclo de respostas às perguntas, eu passo a palavra ao Subsecretário de Regime Geral de Previdência Social, Dr. Rogério Nagamine. E lembro que, depois da fala dele, cada um de vocês terá cinco minutos para considerações finais.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE (Para expor.) – Bom, primeiro quero fazer um esclarecimento porque acho que talvez tenha havido alguma distorção do que eu falei. Em relação à questão do fator, tem que ficar claro que, primeiro, o impacto ainda realmente é expressivo, porque embora a nova previdência tenha colocado quatro regras de transição, das quais três não aplicam o fator, mas uma aplica... Primeiro, essa regra que aplica, aquela das pessoas que estavam mais próximas à aposentadoria, com 28 ou 33 anos de tempo de contribuição: em 2020, por exemplo, ela foi a regra de transição mais utilizada, pois 60% das pessoas que usaram alguma regra de transição utilizaram essa regra. Daqui para frente ela vai efetivamente tender a ser menos utilizada, mas em 2020, por exemplo, 60% dos que usaram regra de transição utilizaram essa que aplica o fator e que tinha um valor muito menor do que as outras três regras de transição. É isto que tem que ficar claro: que as outras regras de transição, exatamente por não aplicarem o fator previdenciário, estão gerando um valor de benefício muito superior à regra que aplica o fator previdenciário. Então, eu abro, sim, a possibilidade de revisão e, a partir do momento em que vai ser uma regra que não aplica o fator previdenciário, eu tenho, sim, um impacto grande.

Vamos ser diretos aqui: a discussão da possibilidade de desaposentação, de renúncia, no final das contas o objetivo principal é trocar um benefício de aposentadoria de menor valor por uma de valor muito maior. E, se há muita gente pedindo isso judicialmente, se havia muita gente, é claro que realmente há muita gente que vai ser beneficiada. E, a partir do momento em que eu troco uma regra de cálculo em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu apliquei o fator por uma em que eu vou aplicar o fator, parece lógico que o impacto, em termos de benefício, é grande e, em termos agregados, também é muito grande.

O que eu peço a vocês é que a gente tenha muito cuidado, que a gente tenha muita responsabilidade na hora de fazer esses cálculos e fazer essas estimativas de impacto. A gente tem que ter muito cuidado.

Esse era um primeiro ponto que eu queria falar.

De qualquer forma, repito: o impacto é grande.

Luiz Alberto, você trouxe estimativas diferentes. Eu não me lembro dessa de 49, mas, assim, 69 bilhões, se você jogar uma inflação... Foi feito lá pra trás, eu não lembro nem em que ano, mas certamente foi muito pra trás. Se eu jogar a inflação aí, certamente vai bater nos 100 bilhões, que é o valor que eu já tinha citado ali. Então, vamos... Parece-me óbvio que, realmente, o impacto é grande. A gente não está falando de impacto pequeno não. Mas, assim, a gente fica completamente à disposição para fazer esses cálculos, com transparência, discutindo com vocês, sem problema nenhum, mas a gente precisa fazer esses cálculos, e com muito cuidado. De toda forma, parece ser claro que a gente está falando, sim, de um impacto grande. E 69 bilhões, Luiz Alberto, não é um valor pequeno de qualquer forma. Mas repito: se você só jogar a inflação, vai bater em 100 bilhões, de qualquer forma.

Repito: mesmo com a nova previdência – é para isso que estou chamando atenção –, as três regras de transição não aplicam. Então, só de eu não aplicar o fator, vai haver um valor de benefício maior. E qual é a lógica? Se eu passo a ter uma idade mínima, eu posso... Como eu vou pagar um tempo menor, eu posso pagar um benefício maior. Eu acho que essa é a lógica. Então, se você pegar as regras de transição que não usam o fator e comparar com a que usa o fator, verá que a que usa o fator tem o menor valor; as outras têm um valor significativamente superior. Então, já mostra que não é porque a nova previdência... Usou-se muito este argumento: "Ah, mas a nova previdência jogou pra baixo os valores". Não. Quando eu não aplico o fator, porque eu tenho uma idade mínima, eu posso pagar um benefício maior. Então, é fundamental a gente ter claro esse ponto.

E há mais. Você falou: "Ah, eu fazia o cálculo com 80, agora eu faço o cálculo com 100, eu não tenho mais o descarte de 20%". Na verdade, eu tenho a possibilidade de descartar contribuição sim. O §6º do art. 26 me dá a garantia de, se eu puder descartar e aumentar o valor do benefício, poder fazer o descarte sim, inclusive não limitado a 80%. Então, com o descarte que está previsto lá no §6º do art. 26, ele pode ir pra baixo dos 80%. Também vamos ser francos com isso. Inclusive, na verdade, isso, gerada a não aplicação do divisor, está até gerando aquela que a gente tem falado aí, a questão do milagre da contribuição única.

Só para terminar: eu acho que a gente não pode perder o quadro geral dessa discussão. Eu acho que a gente tem que pagar o melhor valor, mas primeiro: os aposentados por tempo de contribuição são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles, sim, que têm o maior valor de benefício dentro do regime geral. Isso tem que ficar claro. Não estou falando que eles são ricos, não é isso, mas é o de maior valor.

Outra coisa: o argumento... Desde a década de 50 que se fala que vai quebrar a previdência, e não quebrou. Não quebrou, mas, assim, eu gastava 3% do PIB só com o regime geral lá na década de 90; hoje eu gasto 9%. Isso aí certamente contribuiu para eu ter um aumento da carga tributária de 20% para 30%. O que eu quero dizer é o seguinte: a gente tem que estar preocupado em pagar esse benefício, mas, assim, eu tenho que ter equilíbrio entre quem está recebendo o benefício e quem está pagando a conta. A gente tem que ter preocupação com a conta que a gente vai deixar para as gerações futuras. Comparem a alíquota que eu tenho hoje com a alíquota que eu tinha em 1950. Acho que... Repito: temos que buscar esse equilíbrio.

A previdência é um contrato social entre gerações, entre as gerações atuais e as gerações futuras. A gente tem que pensar nesse contrato social entre gerações em que está implícita a previdência.

Então, isso me preocupa, e me preocupa, por exemplo, só para terminar... Às vezes as pessoas não olham, mas eu me preocupo muito com a situação fiscal em que o País se encontra, porque, desde que a situação fiscal começou a se agravar fortemente, principalmente a partir de 2004, a gente tinha uma dívida bruta do Governo que batia 50% do PIB; hoje ela está em 80. Isso significa gastar mais com juros no futuro. Isso me preocupa, porque gastar mais com juros no futuro, num mundo real de recursos finitos, pode significar ter menos espaço para gasto social. Isso é uma coisa com a qual a gente tem que se preocupar também.

Então, fortaleço principalmente essa questão de enxergar a previdência como um contrato social entre gerações. A gente tem que estar preocupado tanto com quem recebe o benefício como com quem está pagando a conta, a conta que a gente vai deixar para as gerações futuras.

Obrigado. Desculpem se eu me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou dentro do tempo, tranquilamente.

Esse foi o Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, Rogério Nagamine, que explicitou o ponto de vista do ministério, representando também o Dr. Leonardo Rolim.

Agora vamos para as considerações finais.

Como eu vou ter que deixar, por uma questão de justiça na minha visão, que o Dr. Rogério seja o último... Ele vai ser o último a fazer as considerações finais porque nós ficamos num número desequilibrado em função de os outros não se terem feito presentes. Todo mundo sabe que eu adoto sempre essa forma, e não seria diferente hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, vamos destacar as mulheres, que sejam elas as primeiras a fazerem as considerações finais.

Dra. Thaís Riedel, advogada, Mestre e Professora de Direito Previdenciário e Presidente do IBDPrev, Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária.

Cinco minutos para as considerações finais.

A SRA. THAÍS RIEDEL (Para expor.) – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui com essas ilustres personalidades do Direito Previdenciário e dizer que é um tema muito importante, é um tema que já movimentou o Brasil inteiro, é um tema que está maduro para a gente poder dar esse passo agora.

Claro que toda mudança na legislação previdenciária acaba tendo impactos positivos e negativos, inclusive impactos financeiros, mas penso que o impacto financeiro não pode ser óbice para a criação desse direito. Nós temos aqui claro que a previdência tem que buscar um equilíbrio financeiro atuarial, isso tem que ser sempre o nosso norte, mas, especificamente sobre a desaposentação, as pessoas que terão direito a esse benefício contribuíram para tanto. Então, estamos respeitando o conceito máximo da previdência, que é o caráter contributivo. E é em função desse caráter contributivo que é importante que a gente tenha, na legislação, mecanismos que estimulem as pessoas a contribuírem mais e melhor, de modo a terem um retorno do sistema refletido no seu benefício.

Infelizmente, nós temos avançado, com as alterações, para reduções cada vez maiores do patamar remuneratório dos benefícios, e as pessoas não têm visto a previdência como algo que lhes traga um retorno justo de suas contribuições. Esse projeto visa corrigir, pontualmente – e eu digo pontualmente porque serão apenas para aquelas pessoas que efetivamente contribuíram e que, no seu caso concreto, se adaptem à tese –, dentro de um cenário que, para frente, não trará os mesmos impactos, uma vez que tivemos a alteração da legislação com a reforma da previdência.

Então, concluo, afirmando mais uma vez que o projeto de lei atende os requisitos formais e atende também os requisitos do Direito Previdenciário. Ele tem, inclusive, o seu conteúdo validado pelo Poder Judiciário brasileiro, restando apenas a iniciativa parlamentar, que é exatamente do que nós estamos tratando aqui.

Quero parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim pela iniciativa e dizer que S. Exa. tem sido um grande legislador, preocupado, sim, com essa questão dos direitos sociais, que têm sido muito sacrificados em nome desse pacto de gerações, que, sim, tem sua importância. Temos que ter esse olhar financeiro, mas também temos que ter o olhar social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto muito à vontade para dizer que o projeto atende, inclusive, a questão do prévio custeio, que é um requisito necessário para isso, uma vez que só terá direito quem efetivamente contribuiu. Então, ele atende perfeitamente, dentro dos institutos jurídicos e dentro do ordenamento brasileiro, os requisitos de constitucionalidade e atende também os requisitos formais. Penso, sim – e é um apelo aqui aos Parlamentares –, que se deva dar atenção a esse projeto e a devida celeridade, porque, com certeza, isso trará um reflexo muito importante na vida desses segurados que fizerem jus ao benefício.

E, como são valores muito baixos... E aqui, com todo o respeito, não me coaduno com o argumento de que o beneficiário vai ser aquele que tem os melhores valores, porque, se ele tem um valor melhor de aposentadoria, ele contribuiu mais para isso. Esse é um argumento que, para mim, é indiferente. Na verdade, é o contrário, nós vamos dar o devido reflexo financeiro no benefício daquele que contribuiu mais. Então, entendo que a argumentação aqui é nesse sentido.

Dentro do pacto de gerações, aqui são aquelas pessoas que contribuíram mais. Só que, pelo princípio da solidariedade, elas têm contribuído para nada e, agora, vão ter um pequeno retorno pelas suas contribuições. O pacto de gerações continua, o princípio da solidariedade continua, porque tudo aquilo que foi contribuído já foi usado pelo sistema.

Então, penso que andou muito bem o projeto de lei ao tratar desse tema e deve, sim, com urgência, ser validado e editado para que a gente possa, dentro desse cenário que nós temos hoje no Direito Previdenciário, que é de caráter contributivo, valorizar aquelas pessoas que contribuíram para o sistema e que, de uma forma justa, merecem ter o reflexo correspondente na sua aposentadoria. O óbice, que era a idade mínima, não existe mais, e essas pessoas têm agora novos requisitos, novos cálculos, e tudo isso será respeitado. Apenas serão atendidas pontualmente aquelas pessoas que se enquadrarem.

Então, mais uma vez, agradeço e parabenizo todos aqui que falaram tanto em nome do INSS como em nome dos advogados, dos profissionais do Direito Previdenciário. E digo que, sim, esse é um tema muito importante, é um tema muito rico, porque traz diferentes nuances e merece, sim, todo o nosso cuidado e toda a nossa atenção e, com certeza, reparará uma injustiça para vários brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço muito, muito, Dra. Thais Riedel.

Permita que eu, neste momento, fugindo um pouquinho da linha que eu tracei para coordenar esta reunião, peça que você leve um grande abraço ao meu grande e querido amigo que me ajudou na Constituinte Ulisses Riedel. Diga a ele que eu disse aqui que tenho por ele um carinho de amigos para sempre – amigos para sempre. Leve o meu abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora passo a palavra ao Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário.

O SR. TIAGO BECK KIDRICKI (Para expor.) – Senador Paim, demais participantes, eu acho importantes as considerações do Rogério também para a gente ver o porquê da resistência ao projeto.

Quero dizer, Rogério, que a regra de transição 28/33 não será aplicada para esse tipo de benefício novo obtido pela desaposentação, porque era para pessoas que tinham 28 anos, mulheres, e 33 anos de contribuição na publicação da Emenda Constitucional 103. Então, nós estamos diante de um quadro de nova previdência, e uma regra de transição, como foi dito pelo Rogério, está avançando e não tem mais fator previdenciário, mas tem uma idade mínima cada vez maior. Então, a cada ano que passa, menor número de pessoas poderá utilizar essa ferramenta da desaposentadoria, com uma média salarial de aposentados por tempo de contribuição que não paga as necessidades básicas de um indivíduo.

Assim como estamos investindo agora no Auxílio Brasil para a assistência social, será que não vale a pena nós investirmos nos aposentados que estão contribuindo, como a Dra. Thais disse, pessoas que estão vertendo recursos? Será que não vale a pena a gente fazer esse novo cálculo sobre os novos parâmetros cada vez menores?

A falha na reforma da previdência, com o fim do mínimo divisor, é algo que eu acho que vai ser reparado em breve pelo sistema previdenciário. E eu acho que isso não pode ser considerado para a gente inviabilizar a desaposentadoria. Essas questões secundárias não podem ser utilizadas, acredito eu, questões que estão em vias de correção, para a gente inviabilizar um direito de renúncia, uma nova aposentadoria que é interessante para a sociedade. Eu vou insistir nesse ponto.

A perda do poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas brasileiros foi muito grande. Nós vivemos um quadro inflacionário. Eu acho que nós, permitindo essa renúncia, permitindo essa lei, estamos investindo em quem nós devemos investir, com uma parte pequena do orçamento, muito menor do que foi falado aqui em cálculos anteriores. E, quando terminarem as regras de transição, teremos só 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres, restringindo muito quem poderá utilizar isso, sabendo ainda que, apesar de não haver o fator previdenciário, nós temos valores proporcionais que dependem do tempo vertido à previdência para melhorar essa aposentadoria. Então, tudo isso em conjunto é que me faz dizer que nós temos o momento adequado para este debate.

Ao Senador Paim dirijo os mais sinceros agradecimentos por ter feito este projeto, pelo convite e pela luta em defesa daqueles que não só necessitam, mas que merecem este projeto, que formam o conjunto do povo brasileiro, o conjunto da cidadania. Senador Paim, faço aqui este agradecimento e este reconhecimento.

Acredito que todos nós estamos preocupados com o endividamento do País, com a questão fiscal. A Dra. Thais falou com muita propriedade, o Rogério também colocou: nós não queremos um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endividado, com inflação alta, mas aqui nós temos uma pequena possibilidade de uma reparação necessária, como eu disse, a pessoas que, na sua média de aposentadoria, mesmo nas aposentadorias por tempo de contribuição, na sua média, segundo o Dieese, sequer pagam as necessidades básicas para o bom sustento de um ser humano. Vale a pena este investimento, vale a pena este reconhecimento, vale a pena esta valorização!

E eu peço aqui aos aposentados, pensionistas, conjunto da advocacia, Parlamentares, a todos que estão assistindo, para que a gente realmente faça uma discussão, a partir desta audiência pública, com o Governo Federal, a fim de que a gente torne possível a aprovação desse projeto, com correções ou sem correções, Rogério. Estamos aí à disposição para contribuir no que for preciso, sempre visando o bem do nosso País, com responsabilidade. Aqui não se trata de irresponsabilidade, mas de algo que tem fonte de custeio, tem limite e tem o mais importante: um papel social verdadeiramente justo.

Obrigado.

Parabéns, Dra. Thais, Dr. Luiz Alberto, Dr. Rogério! Parabéns, Senador Paim e a todos os que participaram! Meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço ao Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS, pela sua bela contribuição. Toda vez também em que é convidado, de imediato, atende o pedido do Senado, como também a Thais e como também o Luiz Alberto, que é quem eu chamo neste momento.

Dr. Luiz Alberto dos Santos, Advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, doutor em Ciências Sociais, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência, que tem colaborado muito, muito também com o meu mandato! Eu sempre digo aqui de público: os três que estão na tela, toda vez em que eu pedi uma ajuda para elaborar um projeto, não demoraram 30 minutos... Eu ia dizer 30 minutos, mas não demorou uma manhã, e o projeto estava na minha mesa. Muito obrigado, Thais; muito obrigado, Tiago; e muito obrigado, Luiz Alberto, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu queria resgatar um aspecto desta discussão que me parece da maior relevância.

A necessidade objetiva de que o Congresso Nacional legisle decorre de uma reviravolta que ocorreu na esfera do Poder Judiciário. Até 2016, nós tínhamos uma jurisprudência que se orientava favoravelmente ao reconhecimento do direito à desaposentação, isso tanto nos Tribunais Regionais Federais quanto no próprio Superior Tribunal de Justiça, ou seja, o direito estava sendo reconhecido, ainda que ausente a lei. É óbvio que o legislador não pode ficar esperando que o Judiciário decida; ele tem autonomia, legitimidade e prerrogativa de apresentar proposição legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Senador Paim apresentou uma proporção em 1996, como eu mencionei, que foi aprovada, em 2015, pela Câmara dos Deputados; está no Senado. Temos aqui um projeto de lei do Senado que vai para a Câmara dos Deputados, caso aprovado.

Mas infelizmente o Supremo Tribunal Federal decidiu em sentido oposto, ou seja, invalidou essa tendência da jurisprudência numa leitura extremamente restritiva que, para a surpresa de todos, ignorou o parecer dos dois Relatores em dois recursos extraordinários, o Ministro Marco Aurélio e o Ministro Luís Roberto Barroso, que reconheciam a constitucionalidade do direito e a validade de o Judiciário dispor sobre ele. Infelizmente, um voto vista reverteu esse entendimento e, por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal delimitou que o Judiciário não tinha essa capacidade, mas não disse que o Legislativo não poderia.

E é muito interessante – eu mencionei isso e o Dr. Tiago também – que o voto do Ministro Barroso, inclusive, apontava caminhos alternativos, soluções normativas que poderiam até mesmo ser incorporadas a esse processo de debate, exatamente para que a legislação venha a se aperfeiçoar, no sentido precisamente de evitar desvios ou dificuldades operacionais que poderiam trazer até impactos indesejados da aprovação da desaposentação.

Quando o Dr. Rogério trouxe aqui algumas questões relacionadas a cálculo de impacto, é importante sempre levar em conta que o cidadão que nos assiste e até mesmo muitos Parlamentares não têm muita clareza dos conceitos, em termos de dívida pública, déficit público, impacto fiscal, etc. Todo mundo sabe que existe aí um teto de gastos, uma PEC que foi aprovada. Hoje, todo mundo parece que já se deu conta de que essa PEC foi uma tragédia para o País, que foi a Emenda Constitucional nº 95. E, aí, tentam-se encontrar saídas para o teto de gastos, e a imprensa cai de pau: "Estão furando o teto!", como se o teto fosse algo realmente sagrado, necessário e sagrado, quando, na verdade, é um engessamento, inclusive, para o reconhecimento de direitos, com uma perspectiva estritamente fiscalista que vem orientando essas discussões desde 2016.

Para o cidadão que nos vê em casa é muito importante saber que nós temos uma distorção na estrutura dos nossos gastos públicos que é insuperável – nas atuais circunstâncias, é insuperável! Nós temos uma despesa que, em 2020, com juros e encargos da dívida, alcançou quase 40% do gasto total, quase o dobro de tudo o que foi gasto com Previdência Social, e nós ficamos chorando por migalhas, por impactos na Previdência Social decorrentes do reconhecimento de direitos, quando vemos, ali do outro lado da esquina, o Banco Central decidindo a taxa de juros da economia, e uma variação mínima dessa taxa de juros aumenta esse bolo de 40% da despesa pública, com juros e amortização da dívida. É uma despesa que não traz para o cidadão nenhum ganho imediato. A princípio, é uma política regulatória em relação ao mercado, à economia e ao fluxo da moeda, mas que, na verdade, impacta diretamente a despesa pública de forma absolutamente desproporcional e irrazoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala da dívida pública brasileira: "Ai, meu Deus do céu, a dívida pública brasileira está 80% do PIB!", só que é a dívida pública bruta. Quando nós trazemos um número mais correto para o debate, que é a dívida pública líquida, diminui quase pela metade: 40%, mais ou menos, é a nossa dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto. E a nossa dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto é menor do que a média da dos países do G20, bem menor do que essa média, e muito menor do que a de países, como Reino Unido, Itália, Estados Unidos, Japão, etc., que têm dívidas públicas enormes, comparativamente com a nossa. Eu não estou dizendo com isso que se deva ser irresponsável no sentido de gerar maior endividamento público, mas as circunstâncias que nós estamos vivendo hoje já levaram, inclusive, a isso na medida em que tivemos que recorrer à realização de operações financeiras para custeio de despesas correntes, como no caso do enfrentamento à pandemia covid-19.

O fato é que nós não podemos – e, nesse sentido, retorno uma vez mais ao que disse o Ministro Luís Roberto Barroso – sacrificar os direitos e o reconhecimento de direitos em função desta leitura estritamente fiscalista. O efeito fiscal não pode afastar o direito. E, nesse sentido, foi muito claro o Ministro Roberto Barroso ao dizer que a lei é legítima para estabelecer novas regras, inclusive quanto ao cálculo do benefício, considerando o fator previdenciário, que teve a sua fixação exatamente em função de não se dar carta branca para legitimar o esvaziamento seletivo de direitos, imputando ônus excessivos ou desproporcionais a determinados segmentos, em razão dessas perspectivas de impacto, que, mais uma vez ressalto, não estão corretamente calculadas.

E eu digo isso, porque os números que foram apresentados não apenas divergem entre si, e divergem profundamente... Os números que o Dr. Rogério apresentou em um estudo feito lá atrás e os números que foram apresentados pelo próprio Governo, quando encaminhou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 ao Congresso Nacional, ou seja, cinco anos depois, são completamente diferentes – depois disso ainda, no próprio Supremo Tribunal Federal. Assim, parece que as metodologias não estão dialogando entre si. E, quando nós observamos aquilo que foi dito em relação às mudanças de regras, certamente esses impactos estão superestimados. Daí a necessidade de legislarmos com um olho mais no Direito do que nas finanças públicas, particularmente no contexto a que, como muito bem disse o Dr. Tiago, não se aplica o art. 195 da Constituição.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de compartilhar aqui as minhas impressões, as minhas análises e informações a respeito deste tema tão importante, de ouvir e de aprender com os colegas, a Dra. Thais Riedel, o Dr. Tiago e também o Dr. Rogério.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Paulo Paim não apenas por esta iniciativa, mas pelo conjunto da obra, ou seja, por tudo que ele tem feito ao longo de tantos anos, desde a Assembleia Nacional Constituinte, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, das pessoas com deficiência, na sua luta pela igualdade racial, pela enorme contribuição que vem dando no aperfeiçoamento da nossa legislação social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto dos Santos, advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

O Dr. Luiz Alberto fala, com muita propriedade também, como eu falei...

E eu não a citei – viu, Thais? –, porque, na hora, eu fiquei na dúvida... E eu falo o que eu sinto mesmo: "Meu Deus, é filha ou é neta?". Aí fui consultar aqui: neta, neta. E me perguntaram, e eu disse: "Eu não citei, porque, na hora, me deu um branco". É neta do nosso inesquecível, sempre amigo, presente, Ulisses Riedel, com tudo que ele representou ao longo destes anos, desde que ele criou o Diap, só como exemplo.

O Luiz Alberto, de forma permanente ainda hoje, é o assessor que está diretamente ligado ao nosso trabalho. Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto, pelas considerações.

E obrigado também ao Tiago, que está sempre presente toda vez que é convocado.

Inclusive, tivemos uma bela reunião com o próprio Tasso Jereissati, no debate da previdência, em que vocês todos estavam presentes.

Agora, eu passo a palavra, agradecendo, de antemão, ao Dr. Rogério Nagamine, que esteve aqui e representou o Governo na pasta dele, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social. A palavra é sua.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu só queria começar agradecendo ao Senador Paulo Paim pelo convite. É um prazer estar aqui debatendo um tema tão importante para os nossos aposentados e, acho, até para o País. Então, agradeço o convite.

Agradeço também o debate com o Luiz Alberto – a gente se conhece há muito tempo, não é, Luiz Alberto?

Também agradeço à Thais e ao Tiago.

Em relação à questão da estimativa de impacto, Luiz Alberto, é tudo uma questão... Você falou da minha conta lá de 69 bilhões, você falou de outras contas aí que dão até mais do que isso. É tudo uma questão de metodologia, mas também do período em que foi feita. Esta conta de 69 bilhões, repito, não lembro nem em que ano foi feita, mas tenho certeza de que foi bem lá para trás. Indiferentemente se é 69 bilhões – e eu falei aqui da economia do fator de 113 –, eu tenho realmente uma crença bem fundamentada de que a gente está falando de um impacto grande. Então, o que eu pediria aqui para vocês... Acho que o ponto fundamental é que, sim, o impacto é grande. Independentemente se é 69 bilhões ou 100 bilhões, a gente está falando de um impacto grande. Então, acho que é fundamental que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, de qualquer forma, na hora de debater o projeto de lei, faça uma conta bem embasada. O Governo fica à disposição para discutir essa conta, Luiz Alberto, Senador. Não há problema nenhum, a gente faz essa conta com vocês, de forma transparente, não há problema nenhum. Agora, repito: tudo indica que o impacto realmente é grande, relevante, independentemente de diferenças para lá ou para cá. Eu acho que não é essa a questão.

E, como você mesmo falou, esta conta de 69 bilhões estava em cima de um dado de aposentados que, naquele momento, estavam trabalhando, porque uma coisa são os aposentados que naquele momento estavam trabalhando; outra coisa são os aposentadores que, depois que se aposentaram, tiveram contribuições. É um universo muito maior. Então, é para isso que eu chamo atenção. Se você faz essa conta considerando todos que tiveram contribuição depois, certamente, a gente está falando de um universo que não é pequeno. No momento do tempo, era 1 bilhão; se eu pegar de todo mundo que, depois da aposentadoria, teve alguma... Aí, certamente, eu estou falando de um universo bem maior do que 1 bilhão. Então, esse é um ponto para o qual eu queria chamar a atenção.

Outra coisa que foi muito colocada aqui – a primeira que eu queria reforçar –: "Ah, mas a nova Previdência baixou os valores...". Eu acho que, para a aposentadoria, repito, quando eu não aplico fator naquelas três das quatro regras de transição, eu estou pagando um benefício bem maior do que se eu não aplicasse esse fator. Então, quando eu mudo de um cálculo em que eu apliquei o fator para outro em que não estou aplicando o fator, a tendência natural, sim, é ter aumento do valor do benefício. Mas mais do que isso: eu tendo a enxergar que aquela conta do fator tinha uma lógica atuarial, foi criada dentro do preceito constitucional de equilíbrio financeiro e atuarial e vou partir para uma outra que não necessariamente vai preservar essa questão do equilíbrio financeiro e atuarial. Acho que esse também é um ponto que a gente tem que debater com maior profundidade em relação a este tema.

Sem querer me alongar mais, eu queria terminar novamente agradecendo ao Senador pelo convite. É um prazer estar aqui. Agradeço aos demais convidados.

A gente fica à disposição para discutir o impacto, mas repito: a gente tem que ser bem cuidadoso na hora de fazer esses cálculos. A gente fica à disposição para fazê-lo, conversando com vocês, da forma mais transparente possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado pela sua participação, Dr. Rogério Nagamine, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, que aqui representou o Secretário Leonardo Rolim.

Agradeço ao Dr. Tiago Beck Kidricki, advogado especialista em Direito Previdenciário e Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Dra. Thais Riedel, advogada, mestre, Professora em Direito Previdenciário e Presidente do IBDPrev (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária.

E agradeço ao Dr. Luiz Alberto dos Santos, advogado, Consultor Legislativo do Senado Federal, doutor em Ciências Sociais e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

Eu vou fazer o meu encerramento e serei muito breve, mas quero dividir com vocês uma preocupação muito grande, que são as sessões do Congresso. Eu entendo que isto faz parte do processo democrático: aprovam Câmara e Senado, vai para o Presidente, o Presidente veta ou não, e vem para a Casa. Agora, o Congresso não pode se omitir em temas que ele já votou quase que por unanimidade. Eu sei que alguns acordos houve, mas vou destacar três pontos em que não houve acordo – tenho certeza de que não houve acordo, não é? – e sobre os quais vou aqui falar rápida e especialmente: o Veto 48, da quebra de patente; o Veto 33, do lúpus e da epilepsia; e o Veto 44, dos agentes comunitários, aqueles que estão lá na linha de frente, lutando contra o covid.

A garantia da vida e a saúde são invioláveis. Saúde não tem preço. Não dá para a gente aceitar, como a última informação que eu recebi, que os laboratórios – olhem, eu estou falando dos laboratórios! –, os grupos farmacêuticos estejam faturando milhares de dólares por segundo – por segundo! – de lucro com a pandemia. Olhem, se são milhares de dólares por segundo, calculem no final. E eles não querem, de jeito nenhum, permitir que haja a quebra de patente.

A Câmara já votou, o Senado votou – o Aécio Neves foi o Relator na Câmara, e o Nelsinho Trad foi o Relator no Senado –, e foi esmagadora a diferença. Não tem sentido, agora, o Senado não manter a posição de que a gente garanta que esses vetos sejam derrubados e de que a gente vá contribuir para salvar não só as 615 mil vidas no Brasil, mas as vidas do mundo. Sabe-se que os países mais pobres não vacinaram nem 10%, enquanto os países chamados ricos estão com estoque que daria para triplicar o número de vacinados. Não dá para entender! Quem tem mais dinheiro compra, e quem não tem recebe a morte como resposta. O poder econômico não pode ser maior que as vidas.

Termino isso aqui porque é um assunto extra. Eu ia falar tudo isso no Plenário ontem, mas, de repente, suspenderam a discussão no Plenário sobre os vetos. É claro que vai haver a sessão do Senado, mas eu falarei também no Plenário.

Mas, enfim, derrubar alguns vetos, entre eles esses três, eu diria que é um gesto de amor, de solidariedade, de humanidade e de reconhecimento de que a vida está em primeiro lugar – e não as fortunas.

Eu queria também, para concluir agora, agradecer muito a todos vocês pela presença aqui – já citei um por um –, deixando o meu ponto de vista quanto ao tema em duas frases somente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero agradecer ao Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão, que foi muito firme e muito tranquilo ao acatar a posição do Governo de provocar uma audiência pública. Ele disse: "Tudo bem, mas não pensem que vão ser aquelas audiências públicas que são jogadas lá para a frente. Vamos fazer já na semana que vem e votar na outra". Essa foi a decisão de toda a Comissão, e com a qual, inclusive, os representantes do Governo concordaram. Então, um abraço carinhoso, respeitoso, ao Senador Sérgio Petecão e à Senadora Zenaide Maia, que é Vice.

Termino dizendo que agradeço muito a todos e todas que participaram. Vieram aqui dezenas e dezenas – para não dizer centenas – de perguntas. Eu as fui resumindo em poucas. Foi um bom debate, e lamento a não presença dos outros dois convidados, mas eu entendo que o Rogério respondeu à altura, num debate qualificado no mais alto nível.

Ficou evidente a necessidade, na minha avaliação, de aprovarmos o PLS 172, de 2014. Mas, como disse aqui o Luiz Alberto – e também o Tiago e a Thais –, é um debate que vem desde a Constituinte, não é? Desde a Constituinte até hoje, com o projeto que apresentei lá atrás; e outros, em outros momentos. E também reafirmo que, no meu entendimento, não existe qualquer proibição na Constituição Federal de se consignar em lei o direito à desaposentação. Por tudo que foi dito aqui, ao contrário, o Supremo cobrou do Congresso. O Congresso não pode se omitir, e o momento é este. Essa é uma mudança válida, apropriada e que trará justiça àqueles que retornaram ao mercado de trabalho, contribuindo para o sistema previdenciário.

Deixo aqui – e aqui eu termino – um apelo por apoio, faço um apelo para o apoio dos Senadores e Senadoras. Esse projeto eu entendo que é bom para todos, porque quem optar pela desaposentação para de receber e vai continuar contribuindo até o momento em que ele resolver... Existem pessoas que entendem que devem ficar trabalhando um tempo maior das suas vidas. Eu acho que todos ganham com a aprovação desse projeto.

Termino com uma frase de Martin Luther King, que disse: "Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo". São esses passos que nós estamos dando aqui para que o projeto da desaposentação se torne realidade ali na frente. Passaram-se sete anos para que chegássemos a este momento. Espero em breve conquistarmos o topo da escalada, com sucesso.

Assim, eu declaro encerrada a presente reunião, mas lembrando, antes, que teremos, no dia 14 de dezembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Antes de encerrar, eu ainda faço um apelo: não deixem para o ano que vem; a morte não espera. Nós estamos neste momento numa situação muito delicada: os que defendem a vida e os que têm lucro com a morte. Eu fico com aqueles que defendem a vida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vacina para todos!

Um abraço a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Nilda Gondim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Irajá, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Girão e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2058, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda n° 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda n° 1. **Observação:** 1- Votam contrários os Senadores Flávio Arns, Paulo Paim e Fabiano Contarato, e as Senadoras Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Zenaide Maia e Leila Barros. 2- Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 34, de 2021-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3525, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 36, de 2021-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 256, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 172, de 2014 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei do Senado n° 540, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1057, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2761, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender ao trabalhador recorrente a isenção de depósito recursal." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3921, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 35, de 2021-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 34, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2058/2021, que "altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **Observação:** Votam contrários os Senadores Flávio Arns, Paulo Paim e Fabiano Contarato, e as Senadoras Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Zenaide Maia e Leila Barros. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 35, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3921/2020, que "institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 36, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 336,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3525/2019, que “estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Em seguida, o senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. A presente Ata, assinada pelo senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/14

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 638, de 2020, da Câmara Municipal de Dourados, o qual encaminha cópia da Indicação nº 3.328, de 2020, que trata sobre a equiparação de valores cobrados na contratação de plano de saúde, independentemente de faixa etária;

- Cópia de ofício e moções de Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais contendo considerações sobre FGTS, questões trabalhistas e temas relacionados à saúde.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como também nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado, no final, no painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2058, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 07/12/2021, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 14/12/2021, a Senadora Zenaide Maia apresentou a Emenda nº 1 (pendente de relatório).

O Senador Luis Carlos Heinze já está presente aqui na nossa Comissão.

Colocando a matéria em discussão, consulto se algum Senador tem alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, eu queria aqui – eu botei até uma emenda – fazer um apelo aos colegas Senadores.

Olha, esse Senado tem se desdobrado para manter empregos, ajudar os setores, como a gente aprovou a desoneração da folha até 2023 das empresas que mais empregavam – 17 setores. A gente sabe que isso é um cálculo altíssimo, mas não vem aqui ao caso essa desoneração.

Agora, eu queria fazer aqui um apelo: por favor, não vamos... A pandemia não terminou, Sérgio Petecão. Nós vamos punir com essa lei as grávidas – as grávidas, gente. A gente sabe que existe essa variante Ômicron, que nem a ciência ainda sabe o dano que pode causar. A gente sabe que, quanto às mulheres grávidas, qualquer variação da covid leva 17 vezes mais à morte as gestantes do que as mulheres não gestantes. Mesmo que ela, até porque a gente sabe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi o relatório do meu colega Heinze, mas eu acho que não é o momento. O momento de a gente pensar nessa volta é quando não for mais pandemia. Como podemos expor as grávidas, gente? O risco não é só dela; é de uma criança. Qualquer vírus, quando a mulher tem uma virose, pode causar dano ao feto, ao bebê, e esse dano pode ser morte intrauterina e também nascer com sequelas, ser uma criança que vai ter uma deficiência.

A própria ciência está mostrando que não é hora de recuar.

Por favor, neste Senado a gente pode, sim, ajudar as empresas e quem emprega. Agora, por favor, não em troca da vida, do risco de vida para as mulheres grávidas deste País.

Eu queria pedir aqui que a gente tivesse um olhar diferenciado e não votasse a favor. Isso não é uma urgência. Tudo o que foi pedido aqui pelas empresas brasileiras, mesmo para santas casas, todos os empregadores, a gente nunca se negou aqui a votar. Agora, votar um projeto de lei que obriga a mulher grávida... (*Falha no áudio.*) ... vai ser sabe de quem, gente? Das grávidas pobres, daquelas que não têm condição de abrir mão, muitas vezes ganhando um salário mínimo, porque quem tem condições não vai deixar correr o risco de perder a mãe e seu filho para um vírus de que nem a ciência consegue ver o dano. Eu estava vendo: já se descobriu, Senador Petecão, que ele pode levar à pancreatite. Houve gente que ficou diabética porque ele destruiu parte do pâncreas onde é formada a insulina. Então, não vamos botar em risco as nossas mulheres grávidas não, por favor. É uma mãe, é um filho que está lá.

A emenda teve o apoio de Leila, de Eliziane, mas, se a gente pudesse... É um apelo que eu estou fazendo aos colegas: não vamos fazer isso. A pandemia não acabou. E eu conheço grávidas que não podem tomar nenhum tipo de vacina também. E não é justo... Eu acho que a gente não tem o direito de botar em risco as grávidas. Nós temos aqui o direito – e aprovamos – de ajudar as empresas, sejam do comércio, sejam da indústria, mas não às custas de arriscar a vida das mulheres grávidas deste País e dos bebês que elas estão carregando na barriga.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, e fazer um apelo aos colegas Senadores: por favor, não vamos ser responsáveis por isso! Vamos esperar essa pandemia acabar mesmo, porque ela não acabou. E a Ômicron – eu sou médica infectologista e fico em contato com todos –, ninguém ainda sabe a dimensão do que ela pode causar no ser humano como um todo e num filho que está na barriga da mãe e na própria mãe. Eu acho, assim, que a gente tinha que ter esse olhar diferenciado.

Tragam para a gente projetos para ajudar quem gera emprego e renda, que a gente ajuda, agora vamos proteger as mães, as mulheres gestantes deste País, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos aí a participação de vários Senadores, e inclusive o nosso Senador Paulo Paim já pede a palavra, mas aqui, pelo rito da Comissão, eu vou encaminhar a palavra ao Relator, Senador Heinze, para que ele se manifeste a respeito da emenda da nobre Senadora...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... que acabou de fazer uso da palavra, a nossa Vice-Presidente Zenaide.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, eu posso ouvir o Senador Paim, sem problema – meu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Olha, o nosso Relator, como um grande democrata, está fazendo um gesto... Ele está cedendo a sua fala ao Senador Paim, facultando a palavra ao Paim, para que o Paim se manifeste, e em seguida ele fará uso da palavra.

Pode, sim, Relator.

Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sem problema, meu querido Presidente Sérgio Petecão e meu querido Relator, Senador Luis Carlos Heinze.

Eu vou iniciar, Presidente, na linha da Senadora, mas fazendo um apelo ao Relator. Se nós acatarmos a emenda das mulheres... Eu sei que essa emenda foi costurada com as mulheres, as mulheres dialogaram muito. Eu pude dar minha opinião, naturalmente, mas foram as mulheres que escreveram essa emenda. Eu faria um apelo, e vou dizer o porquê de eu estar com elas, mas não estou contra também o trabalho sério que o Relator sempre tem feito, na minha visão. Então, eu gostaria de levantar alguns questionamentos, fazendo o apelo ao Relator de que poderíamos até votar por unanimidade o projeto. Uns queriam que nós derrubássemos o projeto. Pô, pessoal, é muito fácil só derrubar. O difícil é construir, e é isso que as mulheres querem, é uma construção, e não fica mal para ninguém. Então, eu só vou dar alguns argumentos que me foram assegurados, inclusive, pela Senadora Zenaide Maia.

Especialistas afirmam que gestantes com covid-19 têm risco de morte aumentado em 17 vezes quando comparado a gestantes sem a doença e que a imunização completa não garante proteção total ao indivíduo, qualquer que seja a vacina utilizada na imunização. Portanto, ainda que a gestante complete o ciclo de imunização, persiste o risco à sua saúde e à do bebê. Enquanto não atingirmos a imunização de 80% de toda a população, haverá risco à saúde. A nossa Constituição e a legislação brasileira garantem proteção integral ao nascituro, às crianças e aos adolescentes – a vida em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos falando aqui, neste momento, liderados pelas mulheres, não é? Mas claro que nós, homens, somos responsáveis também. Estamos falando da proteção da mãe e dos futuros bebês, ou seja, de uma pessoa que sequer nasceu e não possui o direito de escolha e nem de se defender. A emenda apresentada pela querida Senadora Zenaide Maia traz correção ao texto aprimorando o projeto – aprimorando o projeto. Remete à possibilidade do retorno ao trabalho desde que em conformidade com quem? Com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde, ouvindo antecipadamente o Conselho Nacional de Saúde. Suprime o dispositivo do projeto que trata do retorno ao trabalho em caso de recusa da gestante a se submeter à vacinação para preservar a vida do nascituro. Aí termina, Presidente: é dever de toda a sociedade resguardar os direitos do nascituro e proteger a vida em todos os sentidos.

Por esse motivo é que eu apoio integralmente a emenda apresentada pela Senadora Zenaide, que tem o apoio das mulheres. E quero aqui cumprimentar a todos. Este é um momento histórico nesta Comissão e o apelo que eu faço ao Relator... Porque eu sempre aprendi também... E quem sou eu para dar conselho, não é? Mas eu acho que a idade me dá esse direito. Depois de uma certa idade, a gente fala aquilo que quer; aí, se o outro lado gostou ou não... Mas eu aprendi que o bom projeto é o projeto aprovado. Sabe quem que me disse isso, Heinze? Você conheceu: Floriceno Paixão. Quando eu cheguei aqui, com trinta e poucos anos, ele já era aqui veterano na Casa. Ele disse: "Paim, não é aquele projeto que tu sonhas que é somente bom. O bom é quando vai haver avanços, embora não os que tu sonhaste, mas que tu aprovaste". Eu fui sempre nessa linha. E, por isso, Presidente Petecão, eu tenho tantos projetos aprovados, mas tenho mesmo! Um dia, eu vou... Depois, porque agora não concorro mais, estou encerrando meu mandato neste último período agora – nós nos elegemos, eu e o Luis Carlos. Essa vontade de aprovar bons projetos é que dá o Norte para minha vida. Eu ainda vou escrever a biografia – tenho que arrumar dinheiro para escrever, não é? – e falarei da importância de projetos quando são ajustados.

É isso que as mulheres estão fazendo neste momento e o apelo que eu faço ao Relator Luis Carlos Heinze: que a gente acate a emenda e, com isso, o projeto vai tramitar com tranquilidade, com apoio de homens e mulheres.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Relator.

Parabéns, Zenaide Maia. Parabéns, Leila e todas as outras mulheres que assinam também esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A Senadora Leila está pedindo aqui a palavra, mas posso liberar para a Leila também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Esse é que é um Senador democrata. Na verdade, quem ia fazer uso da palavra era o Relator, mas ele está cedendo também para a nossa Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente Sérgio Petecão.

Eu aproveito para cumprimentar o senhor; o Relator da matéria, o Senador Luis Carlos Heinze; e os colegas desta Comissão.

Sr. Presidente, sobre a emenda que a bancada subscreveu, nós estivemos – alguns Parlamentares estiveram também – com o Ministério Público do Trabalho, com as assessorias. E, na verdade, a emenda que foi subscrita por nós apenas confere maior segurança às gestantes do País, que a gente sabe que, em determinados momentos desta pandemia, sofreram muito.

Nós reconhecemos que o projeto tem méritos ao buscar regulamentar a volta ao trabalho das gestantes e, sobretudo, ao disciplinar a possibilidade do pagamento do salário-maternidade às grávidas que estejam afastadas do trabalho em decorrência da pandemia. Isso era uma preocupação que nós tínhamos quando da aprovação pelo Senado do projeto de lei em que se originou a lei.

A emenda que nós defendemos busca definir condições mais seguras no desempenho das atividades e dos serviços de gestantes e lactantes no retorno ao trabalho presencial durante ainda a pandemia; estabelece que as condições de retorno devem ser decididas pelo Ministério da Saúde após a oitiva do Conselho Nacional de Saúde. Nós entendemos que isso é primordial. Acho que, dentro deste cenário, é importante que a gente faça este debate aqui na Casa, mas nós temos que ter posicionamento e critérios que estejam estipulados pelo Ministério da Saúde. Então, a gente pretende ainda resguardar o retorno ao trabalho presencial das gestantes, principalmente as que tenham comorbidades prévias e as que sejam do grupo de risco, assim qualificadas pelo plano nacional de imunização.

E essa questão de suprimir a possibilidade de a gestante retornar ao trabalho sem ter se vacinado nós entendemos que é de suma importância, até porque ela está ali com mais outras pessoas, com outros trabalhadores. Então, é uma forma também de resguardar aquele ambiente, não só resguardar a saúde das gestantes, mas resguardar a saúde dos demais trabalhadores que estão naquele ambiente.

Então, a gente pede para que o Senador Luis Carlos Heinze veja com carinho essa demanda da nossa bancada. Entendemos que o projeto é meritório, mas são importantes a participação e a adoção desses critérios para que, de forma gradativa, essas gestantes e as lactantes possam voltar ao trabalho, mas com segurança, ainda mais que nós temos uma outra variante aí que está aterrorizando não só o nosso País, mas o mundo inteiro. Então é importante que sejam estabelecidos esses critérios para esse retorno das mulheres gestantes e lactantes ao trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso pleito, Sr. Presidente.

Muito obrigado. E agradeço aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir agora o Relator, o nobre Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores – presentes aqui a Senadora Nilda, o Senador Lasier e agora o Senador Jayme Campos –, a grande preocupação é com relação ao desemprego.

Senador Jayme, em 2020 e 2021, essa questão da pandemia, Senador Petecão, de fecha e abre, de bandeira preta, essas bandeiras todas que foram... Hoje nós temos quase 15 milhões de desempregados no Brasil, e só nos últimos quatro meses, ainda agora, 484 mil empresas fechadas no Brasil. Isto é um problema: elas estão fechando porque não estão aguentando os problemas que estão acontecendo. E, na questão específica, eu trago aqui um dado, Senadora Nilda, da Associação Brasileira de Farmácias. A Abrafarma tem mais de 70% da sua força de trabalho feminina e cerca de 70% em idade fértil, e 2.649 gestantes afastadas com salário médio de R$3.349 por mês. Então, as empresas não aguentam tanto... Aqui está o número de empresas fechadas.

Senador Jayme e Senador Petecão, eu estive agora na minha cidade, São Borja, cheguei no final da tarde de sábado. Na frente da minha casa existe uma farmácia, Panvel. Eu cheguei e, não sei como, uma senhora que me atendeu veio me perguntar sobre esse projeto, assim: "Vote, por favor, o seu relatório porque isso ajuda". Ela não estava grávida, mas ela sente de grávidas que estão afastadas do serviço – uma farmácia. Em supermercado é um outro problema sério: os caixas supermercadistas já estão trocando para homens e tirando mulheres, porque não aguentam esse processo aqui. Então, a preocupação que eu tenho é essa, Senadora Nilda. Isso eu ouvi, estive agora no final de semana na minha cidade e ouvi de gente que trabalha numa farmácia, uma mulher: "Vote esse projeto, porque isso aí nos prejudica, nós estamos perdendo empregos". As pessoas estão demitindo, não aceitando mulheres justamente por essas... Estão pegando homens para isso.

Então, essa é a nossa preocupação, Sr. Presidente da nossa Comissão.

E eu não posso aceitar também a emenda, apesar do mérito da Senadora Zenaide – e a Senadora Nilda, inclusive, faz a sua arguição sobre a necessidade de aceitar – por quê? Se nós aceitarmos, esse projeto volta para a Câmara dos Deputados. Não sei quando é que será votado. Então, neste instante, o que eu vejo é que nós temos que aceitar o relatório que eu fiz, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Paim, à Senadora Leila e à própria Senadora Nilda e à Zenaide, que pediram vista na semana passada. Eu ouvi mais gente nesse período. Com esse exemplo, eu senti, quando estive na minha cidade, eu vi a necessidade de votação dessa matéria, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou rejeitar a emenda da Senadora Zenaide de ofício e peço que V. Exa. coloque em votação.

Temos que tentar ainda votar no Plenário esta matéria, então, depois, vou pedir até que a gente possa ter urgência nessa matéria para votarmos. Primeiro, temos que votar a matéria aqui na Comissão e, depois, nós poderíamos fazer essa matéria chegar ao Plenário.

É o que eu peço às colegas Senadoras e aos Senadores que estão presentes ou que estão virtuais, que nos ajudem. Isso aqui é para ajudar as mulheres.

Na questão da pandemia, quero lembrar que eu tinha trazido na sexta-feira, Sr. Presidente, que o Governo brasileiro havia distribuído 382 milhões de doses de vacina.

O que é isso? A população vacinal brasileira é de 158 milhões de pessoas acima de 18 anos e, de 18 anos abaixo, de 12 a 18 anos, dá 176 milhões de brasileiros vacináveis. Já há mais de duas doses para cada cidadão em qualquer canto do Brasil.

As vacinas já foram distribuídas, há mais vacinas para a terceira dose e quarta dose, se precisar, então, as vacinas estão compradas. Esses são dados do Ministério da Saúde.

Portanto, há vacinas, isso já tranquiliza a população. Já há vacinas para o ano que vem, que estão sendo adquiridas também. Então, isso tranquiliza o comércio, tranquiliza a indústria, tranquiliza a agricultura, tranquiliza todo mundo que precisa trabalhar.

Quem tiver condições de fazer trabalho a distância, tudo bem, mas nesses casos, supermercados, farmácias e outras tantas empresas, as pessoas não têm como aguentar e suportar. Está aqui o número de empresas fechadas, Senadora Nilda.

Então, eu peço ao Senador Paim, à Senadora Nilda, à Senadora Leila também, à própria Senadora Zenaide, autora da emenda, que entendam esse lado das empresas que fecharam, que fecharam e demitiram gente. Aqui não é grávida ou não grávida, fechadas as empresas, com gente demitida.

Nós perdemos milhões de empregos em 2020 e também em 2021. Está aqui o número de quase 15 milhões de desempregados, isso é grave.

O meu empenho, Sr. Presidente, é que nós votemos essa matéria pelo bem do emprego, de grávidas ou não.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Colaborando aqui com o Relator, nós também recebemos várias ligações de várias empresas, de vários sindicatos, de várias associações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedindo que nós pudéssemos votar com o Relator, que a preocupação era exatamente essa que V. Exa. acaba de relatar.

Acho que a Senadora Zenaide pediu a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Pedi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, meu colega desde a Câmara dos Deputados, Senador Heinze, com todo o respeito, sei disso, mas eu queria dizer, Heinze, que a gente não pode culpar as grávidas deste País, as mulheres grávidas, pelos 15 milhões de desempregos.

A gente sabe que essa queda de emprego, claro que a pandemia acelerou, mas, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. Não acredito que vá resolver o problema do desemprego colocando em risco as grávidas com os seus filhos numa pandemia que nem a ciência sabe até que ponto vai chegar.

Não vai devolver o emprego e acho que o setor da indústria farmacêutica, com todo o respeito, porque eu sou médica, eu sei da importância disso, não pode estar reclamando dessa pandemia, porque eles tiveram muito lucro. É um dos poucos setores que tiveram lucro, Heinze. No caso aqui de não aceitar, tudo bem, isso é uma democracia, acho que se vai votar, o senhor é o Relator. Agora, com o que eu fico assim é achar que culpar grávida por mais 15 milhões desempregados neste País é um peso muito grande, uma carga muito grande para essas mulheres grávidas.

Eu também recebi apelo dos setores e sei que não recebi mais das grávidas porque as que serão mais punidas serão aquelas vulneráveis que não têm nem acesso a isso para pedir o apoio da gente.

Então, é uma compreensão que eu tinha pedido pelo número de mulheres e fico triste porque a indústria farmacêutica ou as farmácias queiram dizer que não vão mais empregar, que as mulheres vão perder emprego porque podem engravidar. Isso é um retrocesso muito grande que a gente já tinha ultrapassado.

E ainda faço um apelo aos colegas Senadores e às colegas Senadoras que votem contra. Não podemos responsabilizar as grávidas deste País pelos mais de 15 milhões de pessoas desempregadas.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu não estou culpando as grávidas. É que é mais um agravante, só nesse sentido. Não estou dizendo que elas são as responsáveis. A economia, como um todo, o mundo sofreu isso. Não é o Brasil, o mundo sofreu. A pandemia ocorreu no mundo inteiro. Então, estou dizendo que as grávidas agravam ainda mais a questão do desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Como complemento, primeiro, claro, vou querer que V. Exa. deixe claro ao Plenário como vai ser a votação no primeiro momento e como vai ser, depois, a da emenda, porque a emenda deverá também ser apreciada.

Mas o que eu queria comentar, Presidente...

Só vou esperar a orientação.

Argumentando sobre o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vou tentar explicar.

A nossa assessoria orienta que a emenda foi rejeitada pelo Relator, certo? É isso, Heinze? A emenda foi rejeitada. (*Pausa.*)

Paim, ouviu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ouvi. Mas ela pode ser votada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos votar o relatório e, no relatório, consta exatamente a rejeição da emenda. Nós vamos votar o relatório do Heinze, não é isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Me permita um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Claro, sou mestre, o senhor e o Paulo Paim. Na verdade, foi proposta uma emenda, e o Relator rejeitou. Vamos votar o relatório do Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a rejeição da emenda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito. Ele pode ganhar, ele pode perder. Mas nós temos de votar o relatório proferido pelo Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não se tem que discutir a questão da emenda proposta. É isso que fala o Regimento. Com certeza, o rito é esse.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Essa é a orientação da nossa assessoria. É uma votação só. Na verdade, nós vamos votar o relatório, no qual consta a não aceitação da emenda.

Paim, quer complementar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Quero complementar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Primeiro, Presidente, quero dizer, claro, do nosso descontentamento com essa posição colocada, mas temos que respeitar.

Eu me lembro, Presidente, de que fui Constituinte. E, na Assembleia Nacional Constituinte, quando as mulheres, com o nosso apoio, propuseram a ampliação do prazo para gestantes, criou-se um escândalo no País como se fosse gerar desemprego em massa para as mulheres, quase que numa posição, eu diria, que diz respeito aos empregadores. Não houve um desemprego; pelo contrário, aumentou. Se você analisar hoje, o número de mulheres empregadas aumentou. Agora nesse momento querer mais uma vez jogar a conta para cima da gestante é, para mim, uma falta, eu diria, de solidariedade. Nós que somos pais...

Neste momento, nós temos dois caminhos somente pelo que orientam o Presidente e o Regimento: quem é favorável à emenda que vai proteger a mulher gestante vota "não" – vota "não" –, para a gente poder depois então, no outro projeto, avançar com essa redação; quem for favorável a que a gestante seja penalizada nesse momento vota "sim". Eu quero fazer só esse esclarecimento. Quem quiser – porque o projeto é isso, Presidente, traz uma penalidade para ela – que a gestante seja penalizada vota "sim"; quem quer que prevaleça o substitutivo da Relatora votará "não". Esse é o debate que teremos então numa única votação...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... do substitutivo da emenda apresentada pela Senadora Zenaide.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para esclarecer: as gestantes não perdem os seus direitos. Os quatro meses, seis meses todas as empresas pagam sem problema, ninguém perde esse direito que a gestante tem naturalmente. O que eu estou falando é só no afastamento direto de uma caixa de supermercado, de uma farmácia, de uma frentista, enfim, porque elas estão afastadas trabalhando em *home office*. Não é um escritório; uma farmácia é uma farmácia, um supermercado é um supermercado. Paim, entenda esse lado. Nós estamos prejudicando mulheres grávidas. Então, nesse sentido, elas querem trabalhar, elas querem voltar a trabalhar. Quando chegar aos quatro meses antes do parto, elas vão sair sem problema nenhum, seis meses. Cada empresa tem suas regras. Ninguém tira direito das grávidas. É bom que nós esclareçamos esse ponto aqui também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Senadora Leila.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... o direito num contexto global. Não estou falando dos seis meses, estamos falando do debate aqui apresentado e muito bem defendido pela Senadora Zenaide. Onde que as grávidas são prejudicadas? Nesse projeto elas são, sim, prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu estou ouvindo o debate, ouvindo as posições dos meus colegas, mas aqui no Senado é o seguinte, a gente vive um tremendo terrorismo, porque chegam os projetos aqui: "Ah, não pode alterar, tem que passar logo". Bom, eu estou Procuradora da Mulher, Procuradora Especial da Mulher, do Senado, eu faço parte da Bancada Feminina, da qual eu tenho muito orgulho, e eu não posso simplesmente colocar minha digital num projeto em que eu não posso debater, eu posso não aprimorar, eu não posso colocar minha posição como mulher, porque eu também já fui gestante, e a gente está vivendo uma situação em que chegam os projetos aqui, e a gente tem que resolver, e resolver correndo porque não pode haver alteração. Na hora que se quer fazer alteração aqui nesta Casa se corre lá para a Câmara e rapidamente se fazem os acordos e se têm as alterações e se ajusta e se aprova rapidamente.

Nós estamos falando aqui de um grupo muito restrito, de gestantes e lactantes. Nós estamos vindo aí com uma outra variante, a Ômicron, que é altamente contagiosa, mesmo estando vacinado. E o que a gente está exigindo aqui é que simplesmente o Ministério da Saúde se posicione, que ele crie critérios para o retorno dessa mulher. É um absurdo o que nós estamos fazendo aqui agora. Nós vamos aprovar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto em que a gente está chancelando a volta dessas mulheres sem o principal órgão executivo do País criar critérios para esse retorno, observando o cenário, porque estamos nos comportando como se a pandemia tivesse acabado, e ela não acabou e há uma outra variante chegando ao País, mesmo com todo mundo vacinado, que é altamente contagiosa. Pelo amor de Deus! Eu peço bom senso aos nossos pares aqui.

Eu lamento, eu lamento... Eu sempre estou a favor, eu voto com o setor produtivo, eu voto subsídio, eu voto tudo, eu entro nos acordos, mas como mulher, como Procuradora da Mulher nesta Casa, eu não posso defender um projeto que a gente não tem nem a possibilidade de debater e fazer as nossas alterações, e que siga para a Câmara de forma ágil. Como acontece aqui no Senado muitas vezes, quando chegam com pressa e a gente aprova para dar celeridade, a Câmara também pode sim... Nós temos líderes desta Casa, nós temos líderes desta Comissão que têm influência dentro da Câmara e que podem resolver isso rapidamente se quiserem. Então, eu não tenho como me calar diante disso. Se essa votação for nesse momento assim, eu lamento, eu vou ter que votar contra, mesmo sabendo que elas serão prejudicadas, serão perseguidas, nessa justificativa de que precisam voltar de forma açodada e de forma irresponsável. Nós não podemos chancelar isso aqui dentro da Casa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só quero tentar fazer um esclarecimento aqui, Senador Heinze e colegas: o projeto não é terminativo aqui na Comissão. A proposta vai ao Plenário, nós vamos ter votação em Plenário, porque, da forma como estão colocando, é como se nós fôssemos matar o projeto aqui na Comissão. Não é isso. Todos aqui vão ter o direito de debater aqui na Comissão, lá no Plenário da mesma forma, e aí lá nós iremos votar.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero falar aqui, como Leila, que a gente não pode... É como eu falei aqui, quando chega o projeto, ninguém defende mais a geração de emprego e renda do que eu aqui, quando vêm projetos aqui... Eu cito o mais recente: a desoneração da folha de 17 setores, mesmo sem ter a obrigação de manter os empregos, a gente votou. Agora, a gente querer culpar... Porque, por mais que se fale, infelizmente, é o que a gente está dizendo, que as grávidas estão contribuindo com o número de desemprego e que vai cair o emprego das mulheres grávidas, vão deixar de contratar mulheres porque, se ela engravidar, pode ser... A gente só está pedindo que se ouça isso, porque ainda não terminou a pandemia, Sr. Presidente. Ainda não terminou. E temos uma variante nova, de que ninguém tem nem ideia. Só se sabe que ela contamina mais do que as outras que estiveram aqui. Mas os danos que vai causar à grávida e ao seu filho são um risco muito grande. Por que nós vamos arriscar a vida das mulheres grávidas, principalmente a das mais carentes e vulneráveis? Porque aquela que tem condições financeiras, se não puder trabalhar a distância, com certeza ela vai poder se dar ao direito de não botar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco o filho. E mesmo que não seja terminativa, o senhor vai botar... Essa votação não é nominal não? Eu acho que deveria ser nominal, já que tem uma emenda também que a gente poderia votar.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente, eu gostaria de dar uma palavrinha também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Desculpa, Senadora Nilda, eu estava aqui pegando uma orientação da nossa assessoria, mas V. Exa. está com a palavra. Fique à vontade. E já lhe agradeço e lhe parabenizo pela sua presença aqui nesta Comissão.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu fiz o possível para substitui-lo, com certeza.

Sr. Presidente, Sr. Senador Heinze, eu sinto muito, mas infelizmente eu não posso votar no projeto do jeito que está. Eu poderia votar nesse projeto se tivesse sido acatada a emenda da nossa Senadora Zenaide Maia. Eu, inclusive, fico muito à vontade de falar sobre esse projeto, Senador, porque eu fui Relatora do Projeto 3.932 – em que o senhor votou também –, pedindo o afastamento das mulheres grávidas do trabalho, o qual foi aprovado por unanimidade no Senado da República. Esse projeto foi altamente enaltecido e aprovado por unanimidade. Eu fui a Relatora da Deputada Perpétua, que o apresentou na Câmara. Então, eu me sinto à vontade de dizer ao senhor, porque eu sempre lutei para isso, que eu sou a favor da emenda. Se não tiver a emenda, infelizmente eu vou votar contra.

É isso aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Paim? Não é o Arns? (*Pausa.*)

O Arns está pedindo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É porque nós temos aqui uma ficha de inscrição.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Senador Paim está com a palavra; depois, o Flávio Arns; em seguida, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O Senador Flávio Arns se inscreveu antes de mim e não falou nenhuma vez ainda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Pois é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu cedo a oportunidade para ele falar e eu falo depois, porque eu quero falar mais no encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Grato, Paim, pela sua gentileza.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero também cumprimentar V. Exa., os colegas Senadores e Senadoras e dizer que concordo integralmente com os argumentos da Senadora Leila, da Senadora Nilda, da Senadora Zenaide, do Senador Paulo Paim. Nós temos que ter a preocupação com a saúde da gestante e a saúde do filho ou filha que essa gestante está gerando. Isso é essencial, não é? A vida da gestante é o que importa muito mais, assim como o bem-estar do filho, do que qualquer outro debate. E ninguém está se furtando ao debate também. Existem sugestões que foram apresentadas, as mulheres se reuniram e discutiram isso, o Senador Paulo Paim leu os argumentos todos. Também a Procuradora da Mulher no Senado Federal, a Senadora Leila, está fazendo esse apelo a favor das mulheres. Então, nós teríamos que nos colocar até no lugar dessas famílias. Será que nós permitiríamos que as nossas esposas, os nossos filhos, as nossas filhas e as nossas netas se expusessem a essa dificuldade? É uma dificuldade da pandemia, então nós temos que nos debruçar sobre uma solução, sobre um caminho. Não é nesse sentido...

Até eu faço um apelo para o Senador Luis Carlos Heinze no sentido de aceitar o que as mulheres todas, inclusive a Procuradoria do Senado, estão propondo: que seja uma coisa debatida. Ninguém falou em rejeitar o projeto, mas em modificar o projeto. Agora, caso ele não seja modificado, o voto, naturalmente, tem de ser contrário por parte de todos nós. Na verdade, a gente espera que haja essa compreensão por parte do Relator, pois ter o risco 17 vezes aumentado de a mulher grávida... Estar num ambiente, com uma variante nova inclusive, e o filho ou a filha que está sendo gerado correr o risco de ter uma deficiência que pode ser evitada... Não tem cabimento isso, não é?

Acho que, como foi colocado muito bem, o desemprego já era altíssimo em 2019 e, infelizmente, aumentou, mas não é por culpa, como foi colocado, das mulheres grávidas também. Então, no fundo, o apelo que eu faço é para que o nosso Relator do Rio Grande do Sul se sensibilize com a emenda e veja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que há um consenso entre as mulheres, particularmente com o apoio nosso também, porque é uma questão de direitos humanos, de promoção da vida, de promoção da saúde, e isso tem de ser uma preocupação dos homens, das mulheres e de toda a sociedade. Então, o apelo que eu faço é nesse sentido, mas, se não houver compreensão, sem dúvida alguma, o nosso argumento e o nosso voto serão contrários a tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo, só um pouquinho.

Senador Paim; em seguida, Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, o meu, eu repito, vai ser... Se o Luis Carlos não se sensibilizar com todos esses argumentos usados pelas mulheres e pelos homens, inclusive pela Procuradoria-Geral da Casa, do Senado da República...

Eu quero só fazer um apelo no sentido de que a votação seja nominal, daí nós vamos ser obrigados a votar contra o projeto, do que não gostaríamos. Embora a vontade de muitos setores das mulheres pudesse ser "Vote contra esse projeto, Paim!", as mulheres, de forma muito inteligente, competente e sensível, apresentaram uma emenda que resolve o problema. Se ele acatar a emenda, votamos simbolicamente "sim"; se não acatar, nós temos apoiadores suficientes para votarmos e, aí, eu vou fazer o apelo para que todos votem "não".

É só essa, Presidente, a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse é o tipo de projeto que precisa de grandes discussões até se esgotarem as questões que estão postas.

Por um lado, nós somos pressionados por causa do emprego, da geração de emprego e, por outro lado, há essa questão do risco. A mulher gestante já tem, nas próprias leis normais, um diferenciamento, e o objetivo dessa emenda e dessas questões é exatamente proteger mais, inclusive, os dois, a mãe e o ser que está sendo gestado por ela. Então, além de proteção à mulher, é também a proteção contra o risco que ela corre, como gestante, numa situação dessa, de pandemia, de vírus, etc.

Então, a nossa posição, do Partido dos Trabalhadores, é essa anunciada pelo companheiro Paulo Paim. Nós vamos votar contra o projeto embora nós tenhamos dado soluções e oportunidades de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar o projeto. Mas estamos levando em consideração essa questão do risco que a mulher gestante corre nesse ambiente de coronavírus. Por isso, a nossa emenda.

Como o Relator não a acatou, nós vamos encaminhar contra esse projeto.

E eu já anuncio o meu apoio ao pedido de voto nominal do companheiro Paulo Paim e contra o relatório do Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Na emenda apresentada pela Senadora Zenaide, ela coloca assim: "... após sua vacinação contra o vírus SARS-CoV-2, a partir do dia em que as autoridades sanitárias considerem completa a imunização e nas condições e critérios definidos pelo Ministério da Saúde, ouvido antecipadamente o Conselho Nacional de Saúde". Isso aqui é do Ministério do Trabalho e Previdência, não tem nada a ver com o Ministério da Saúde. É essa a questão que ele fala no Conselho Nacional de Saúde. É apenas esse esclarecimento

A Senadora Nilda falou... Eu votei "sim", Senadora Nilda, mas foi no ano passado. Nós estávamos em plena pandemia, não havia vacinação ainda, estávamos iniciando o processo de vacinação, e aí todo mundo votou. Votei favoravelmente, sim. Todos os que estão aqui presentes na sala votaram o seu relatório naquela ocasião, porque nós entendíamos essa posição. Hoje é diferente. Já há 382 milhões de doses distribuídas, já há mais de duas doses para cada cidadão em idade vacinal, mais de duas doses em qualquer canto do Brasil. Alguns ainda não terminaram a vacinação, mas as vacinas já estão nos Municípios, nos governos estaduais.

Então, quero dizer que estamos trabalhando pela normalidade. E eu ouço grávidas me pedindo porque querem voltar ao trabalho, porque estão perdendo o emprego. Então, nesse sentido, peço a atenção dos colegas Senadoras e Senadores para que nós possamos votar essa matéria.

Senador Petecão, para mim não é problema. Se perdermos, perderemos. Eu assino a minha digital, porque estou consciente daquilo que estou falando, porque pessoas me dizem... Na minha cidade, citei o caso agora de uma farmácia em que as pessoas acham que estão perdendo emprego porque essa lei prejudica uma empresa, um supermercado, uma farmácia e outras tantas lojas em que as pessoas não têm condições de manter esse empregado com a crise que se abateu no mundo inteiro.

Peço a consideração dos colegas Senadoras e Senadores, que nós possamos então votar essa matéria, Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar pelo relatório. É lógico que todos nós defendemos as gestantes, e eu, de forma especial, afinal de contas, só estou aqui porque minha mãe ficou gestante. Então, temos que ter todo carinho, todo respeito, atenção, mas os pequenos e microempresários, que respondem por 80% dos empregos do Brasil, não têm condição de assumir esse ônus. A única saída é a previdência assumir isso. Não há como o empresário, o pequeno empresário, o que tem dois funcionários, assumir essa responsabilidade.

Então, eu sei que é meritório, é importante, mas, se você pega as pequenas escolas, em que 90% são mulheres, ou qualquer empresa, micro e pequena empresa, se realmente houver essa definição de que é a previdência que pagaria para a gestante esse período de afastamento, aí, é compreensível: todo mundo vai pagar por isso, mas o pequeno empresário e a pequena empresária não têm condição. Isso está sendo muito ruim mesmo. É pela manutenção do emprego da mulher, que a gente quer expandir.

Então, eu tenho o maior respeito e carinho, mas não dá para jogar na conta do pequeno empresário, que mal está conseguindo sobreviver para pagar as suas contas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, mais uma vez, reiterando aqui, nós não estamos querendo colocar também nas costas do pequeno, do médio, do microempresário. Nós entendemos que os méritos do projeto, quando busca regulamentar a volta ao trabalho da gestante e, sobretudo, disciplinar a possibilidade de pagamento de salário-maternidade às grávidas que estejam afastadas do trabalho em decorrência da pandemia, são legítimos. Todos nós aqui não estamos discutindo o mérito. O que nós estamos tentando fazer é melhorar esse projeto, é dialogar com o Relator, pedindo a ele que, neste momento de retorno dessa gestante, sejam estabelecidos os critérios – apenas os critérios – pelo ministério após a oitiva do Conselho Nacional de Saúde. Nós estamos querendo estabelecer esses critérios, entendendo o mérito do projeto, mas, acima de tudo, como Bancada Feminina, como mulheres, tentando garantir esse retorno tranquilo, protegendo essa gestante, o seu filho e também as lactantes. É apenas isso.

Eu não entendo por que nós não podemos fazer essas alterações. Existe uma necessidade de se atropelar as coisas aqui dentro desta Casa. Nós podemos muito bem fazer essas alterações de uma forma muito tranquila, dando essa segurança para o retorno às gestantes, às lactantes, trazendo o Ministério da Saúde, trazendo o Conselho Nacional de Saúde, conversando com a Câmara para que veja com celeridade essas nossas alterações, para que seja bom para todo mundo. Eu não entendo a dificuldade. Quando nós queremos aqui votar PEC de precatório, orçamento secreto, tudo aqui é muito rápido. Quando a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tratar de vidas, temos essa responsabilidade, a gente só fala em economia – economia! –, simplesmente renega o que é mais importante.

Quantas mães morreram? Quantos órfãos? Quantas crianças nasceram órfãs nessa pandemia? O que nós temos que ter nesta Comissão de Assuntos Sociais é responsabilidade com a vida das pessoas.

Então, nós não somos contra o mérito, não queremos penalizar micro e pequeno empresário; queremos, sim, melhorar o projeto, trazendo critérios para esse retorno das gestantes e lactantes.

Por favor, não distorçam aqui o que a Bancada está propondo. Eu não vou aceitar aqui esse tipo de comportamento dos colegas de querer dizer que nós somos contra o mérito do projeto. Não somos. Queremos melhorar o projeto. É um direito nosso como Parlamentares que ouvimos, sim, várias áreas do setor produtivo. Aprovamos aqui a desoneração de folha. Aqui todo mundo é responsável, mas também somos responsáveis pela vida dessas gestantes.

Então, eu peço por favor respeito com os Parlamentares desta Casa e, acima de tudo, com o nosso propósito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu, como a Senadora Leila, queria deixar claro aqui que é claro que a gente não quer botar na conta de pequenos empresários, como foi falado, mas a gente também não pode botar na conta – como se é de falar em conta, porque eu acho que quando se fala de vida , é muito precário – das grávidas e de seus filhos que ainda não tiveram o direito nem de nascer, a maioria. Por favor. E outra coisa: não era nem para a gente estar apresentando um projeto desse, porque, na hora em que se encerra a pandemia, é claro que essas mulheres podem voltar. E essa questão do Senador Luis Carlos Heinze: com todo o respeito, a gente tem vacina, mas essa nova variante... Tanto é que a Organização Mundial da Saúde ainda considera pandemia, gente. Alguém acredita que a Alemanha, Itália, Inglaterra estariam preocupadas com a Ômicron, se ela realmente não tivesse... E, se perguntar a quaisquer cientistas qual o dano que vai causar nesse bebê e nessa gestante, eles não têm ideia, mas com certeza vai haver, vai sim.

Por favor, nós estamos falando aqui não só de uma vida. Como falou o Senador Flávio Arns: são as nossas filhas – quem já tem filhas casadas e que podem estar grávidas – que a gente pode tirar.

Eu não tenho dúvida de que quem tem condições não vai deixar uma gestante de sua família ficar correndo risco. No fim, quem vai pagar o preço por isso são justamente aquelas que têm que optar entre a própria vida e a do seu filho ou então ficarem desempregadas e ficarem com fome. É isso, por mais que se diga...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente quis aqui, como Leila falou, foi aprimorar, mostrar, e isso tem tudo a ver com o Ministério da Saúde, gente. É saúde. Quando se fala em pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Esse assunto de a gestante trabalhar a distância é só durante a pandemia – antes nunca ninguém cobrou isso –, e a pandemia não acabou, gente. A variante Ômicron está aqui. Por isso que eu faço um apelo ao Senado: por favor, gente, nós não podemos, independentemente do que possa acontecer, deslocar a saída para os micro e pequenos empresários, porque tudo que apresentou aqui a gente aprovou. Olha aqui o exemplo da desoneração da folha e da previdência. Poderia ter dito: essa desoneração podia cobrar 10%, e não 1,5% até 4,5%, para poder cobrir.

Temos que pensar na vida, gente. Nós não podemos deixar as grávidas brasileiras em uma saia justa, as grávidas pobres, que vão ter que optar entre botar em risco a vida dela e a do seu bebê, que ainda não teve o direito de nascer, ou ficar desempregada e não poder alimentar a sua família.

É esse o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.!

Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Se me permitir, será só um segundo!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir o Paim.

É que todos os colegas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas é só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Todos os colegas fizeram uso da palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu me comprometo. Não vai chegar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... por três ou quatro vezes, por duas ou três vezes, sei lá! E aí nós vamos ter que avançar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu estou recebendo aqui – está na tela aqui – a Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Sra. Gláucia Morelli. Ela está ouvindo o debate, como o Brasil todo o está ouvindo, e pede, com muito carinho e com muito respeito a todos, que acatem a emenda da Senadora Zenaide Maia. Está aqui, Presidente, o áudio dela. Se quiser, eu o coloco no ar. Ela disse que eu podia gravar. O que ela está pedindo é só isso, Presidente. É só isso! Pronto! V. Exa. sabe que, se eu falei, é verdade. Nem precisa botar o áudio no ar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.! Mas a emenda já foi rejeitada, Paim. Você sabe que nós estamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas, agora, o que ela está fazendo é um apelo ao Relator. Se o Relator não acatar, ela está pedindo que o Plenário vote "não" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas nós já estamos discutindo isso há mais de uma hora. O debate era esse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então, vamos votar, Presidente! Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Se ela está nos assistindo, a gente agradece a participação dela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós recebemos aqui o pedido de vários Senadores para que eu colocasse a votação nominal. Vários Senadores aqui pediram isso. Acho que foram três ou quatro Senadores. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu quero levantar uma questão de ordem: existe um requerimento pedindo para que a votação seja nominal, por escrito?

Se nós vamos botar a regra, porque vale o Regimento Interno, são duas situações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, porque ninguém tinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um grupo de Senadores pediu de forma...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – V. Exa. está se manifestando agora, usando o Regimento. A Senadora Zenaide tinha pedido a votação nominal. Realmente, ela não o encaminhou de ofício. V. Exa. tem razão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tem que haver o requerimento, até para se fazer a leitura. O senhor faz a leitura e o apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos fazer isso aqui conforme o Regimento, para que não paire nenhuma dúvida. A votação vai ser simbólica. As pessoas vão entrar com um requerimento e pedir a votação nominal. É isso? (*Pausa.*)

É a verificação nominal!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vou fazer um freio de arrumação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Embora!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não estou em defesa de ninguém aqui, mas, se é para se cumprir o que fala, o que estabelece o Regimento, tinha que haver o requerimento, que poderia ter sido proposto pela Zenaide ou pelo ilustre Senador Paulo Paim. Não existe isso aqui. Neste caso, particularmente, a votação seria simbólica. É isso? Caso contrário, aqui há uma formatação que seria também saudável, democrática: essa discussão também pode ir para o Plenário da Casa, porque ela é meritória. Aí nós até ampliamos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Inclusive, eu já disse: não se encerra o debate aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exato!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos levá-lo ao...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se nós vamos cumprir o Regimento Interno, nós temos que votar o que está no relatório do Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, e a nossa Comissão aqui... A nossa assessoria acaba de informar: nenhum Parlamentar, ninguém procurou esta Comissão encaminhando qualquer tipo de questionamento – nenhum. Acabei de ser informado aqui. E aqui a gente tem procurado trabalhar dentro da maior transparência possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os senhores são testemunhas disso.

Então, nós vamos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agora nós temos três Parlamentares.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo Rocha.

Temos mais três Parlamentares aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Ao se falar de Regimento... Se vem um relatório que está em debate e surge uma divergência em nível de a gente não conseguir convencer o Relator, e aqui, na hora, a Liderança decide encaminhar contra e com voto nominal, o Regimento não pode prejudicar isso. Não pode prejudicar isso. O Regimento... Claro, se tiver apoiamento de mais Senadores – e, no caso aqui, Parlamentares... Nós estamos fazendo exatamente isso. Quando a Zenaide pediu, veio logo o apoiamento de três outros Senadores. Então, o Regimento... Não pode ser prejudicado em função de não haver um requerimento escrito sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas em momento algum foi dito isso. Eu disse que nós iremos fazer a votação simbólica. Se os senhores quiserem votação nominal, pedem a verificação. Foi isso que foi dito aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu sei, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide; em seguida, Senador Paim; e, depois, Flávio Arns.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Vou querer a nominal...

Senador Petecão, estou aguardando...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide, nós estamos ouvindo V. Exa., inclusive vendo a sua torcida aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero muito aprovar a emenda. Eu quero muito, eu não nego isso. Eu acho que, como eu pedi, tem que ser nominal; porque eu pedi e foi apoiado. Eu já vi, no próprio Plenário, a gente fazer...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, permita que eu diga, Presidente: eu vou para 40 anos nesta Casa e nunca vi, com o número de apoiadores suficiente, no plenário de uma Comissão, nem na Constituinte, nem no Plenário do Senado, nem no Plenário da Câmara... Quando a maioria levanta o braço e pede votação nominal, o Presidente da Casa, de pronto, decide. Se há apoio da maioria – ora, vamos ser francos –, ele conta, inclusive, no Plenário. Há apoio? Há. Então vamos à votação nominal. Não sei por que o medo da votação nominal. Por que o medo? Isso é democracia.

Então, o senhor bota em votação; tendo apoiamento, vai para votação nominal; e ganhou, ganhou; perdeu, perdeu. A vida é assim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, ninguém foi contra a votação nominal. Em momento algum foi dito aqui... Nós precisamos cumprir o rito da Comissão. Vai ser uma votação simbólica e, em seguida, vamos fazer a votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k., Presidente. Respondeu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em momento algum foi dito que não haveria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k. Estou convencido de que V. Exa. fará exatamente o que disse agora. Isso me atende.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Arns. Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu só quero dizer que concordo com tudo o que os Senadores falaram, inclusive com o que V. Exa. colocou. E eu quero dizer que, da minha parte, também apoio o requerimento de votação nominal. Depois da votação simbólica, então, que a gente possa ter a votação nominal. Muito provavelmente, na própria votação simbólica, há que se contar bem os votos, porque eu quero já me manifestar, a distância, contrariamente ao projeto, infelizmente. Nós poderíamos estar num acordo, num entendimento para aprovar por unanimidade tudo isso, mas, de qualquer forma, eu já quero me manifestar contrariamente na simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Diante do questionamento de várias Sras. e Srs. Senadores, nós já vamos acatar direto e vamos à votação nominal. Seria uma votação simbólica, mas, como já há aqui o pedido de votação nominal por cinco, seis Senadores, nós iremos à votação nominal.

Já está aberto... (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator – para que fique bem claro – vota "sim"; quem for contrário ao projeto vota "não", está bom?

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só para dar mais autoridade à sua decisão, Presidente, o Regimento Interno traz, no seu art. 214: "O requerimento poderá ser oral ou escrito".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agora foi oral. Acatamos. (*Pausa.*)

Flávio Arns; em seguida, o Paim.

Nós estamos em votação, viu?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sim, eu estou com alguma dificuldade para colocar o voto. Queria que V. Exa. fizesse constar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Voto "não".

Peço à nossa assessoria da Mesa, por favor...

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É a mesma situação, Presidente. Eu estava no Sul; hoje eu estou aqui e estou com dificuldade no celular, aqui dentro do Senado – não estou indo às Comissões devido à pandemia, naturalmente. É só para dizer que o meu voto é "não". Queria que constasse o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Peço que a assessoria aqui da Mesa compute o voto do Senador Paim: voto "não".

Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu estou na mesma situação: não estou conseguindo votar. É só para registrar o meu voto "não" e apelar aos colegas para que votem "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Voto "não" da Senadora Zenaide.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Já votei, Sr. Presidente. Tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Graças a Deus, o computador da Leila está funcionando. (*Pausa.*)

Eu vou esperar mais cinco minutos, ouviu, Paulo Rocha? Tu, que estás atrás de voto aí, te vira. Serão cinco minutos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É para isso que o Presidente está aqui. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação. Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável.

A matéria vai ao Plenário.

Resultado: 11 votos SIM; 07 votos NÃO; e nenhuma abstenção.

Fiscalizada aqui pelo Senador Paulo Rocha, em cima.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sim, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Só para nós pedirmos urgência para colocar em Plenário e seguimos o debate em Plenário também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado aos Senadores e Senadoras que nos acompanharam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco em votação o requerimento de urgência da matéria apresentado pelo Senador Relator, Senador Heinze.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A apresentação do requerimento vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 10.

Paim, desculpa. V. Exa. está com a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Voto é voto, mas só que V. Exa. considerasse que vai ao Plenário o requerimento de urgência com o voto contrário daqueles que se manifestarem no Plenário, só isso. Sei que perderemos, mas dizer que eu votei contra a urgência desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. O Senador Paulo Paim foi contrário à urgência. Está registrado.

E o Senador Paulo Rocha também, que está aqui na minha frente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – E a Zenaide e a Leila.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A Leila, a Zenaide e a Senadora Nilda. Quem mais?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Isso! A Bancada Feminina. Estamos no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os sete que votaram ali, com voto contrário, mas respeitaram o resultado. Democracia é isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Irajá, chegou um pouquinho atrasado, mas pode falar.

Senador Irajá, encerramos a votação agorinha, meu amigo. Vá atrás de voto para a Kátia Abreu, que você faz mais negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Sérgio Petecão, obrigado pela tolerância, mas era só para registrar presença. Eu estou tendo dificuldade no sistema, e registrar meu voto "sim", sob orientação do Senador Jayme Campos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

A gente pede desculpa aí por conta da falha dos nossos equipamentos. O seu celular com certeza está ultrapassado, mas a gente entende e agradece.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3921, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto.

Relatoria do Senador Lasier Martins, que está aqui desde o começo da reunião, e nós já agradecemos a sua presença.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – É obrigação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Sérgio Petecão.

É não terminativo.

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 3.291, de 2020, de autoria do Deputado Bibo Nunes, que Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.

Eu vou direto para o art. 3º da proposição, que é bastante elucidativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O artigo terceiro enumera os objetivos da política em nove incisos: integrar à política nacional de atenção à oncologia pediátrica a política nacional para a prevenção e controle do câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde, o SUS., inclusive em seu planejamento estratégico, com a finalidade de dar atenção ao câncer infanto-juvenil nas ações e nos programas de combate ao câncer (inciso I); contemplar a oncologia pediátrica nos serviços e nas ações previstas no plano de atenção para o diagnóstico e o tratamento do câncer, pactuado, integrado e aprovado nas instâncias colegiadas de gestão do SUS, de forma a assegurar a resolubilidade do atendimento em oncologia pediátrica (inciso II); implantar os planos estaduais de atenção em oncologia pediátrica (inciso III); instituir linha de cuidados em oncologia pediátrica (inciso IV); fomentar a formação de centros regionais integrados às redes local e macrorregional de atenção à saúde pública para diagnóstico precoce de câncer infantil no SUS, de forma a garantir acesso aos exames de patologia clínica, anatomia patológica, citometria de fluxo, imuno-histoquímica, biologia molecular, pesquisa de marcadores e exames de imagem (inciso V); fortalecer os processos de regulação como garantia de acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento integral, à reabilitação e aos cuidados centrados na família (inciso VI); aprimorar a habilitação e a contratualização dos serviços de referência, de forma a garantir o acesso da população referenciada a serviços assistenciais de qualidade, conforme legislação vigente do Ministério da Saúde (inciso VII); atualizar os centros habilitados em oncologia pediátrica (inciso VIII); e implantar serviços de teleconsultoria para facilitar o diagnóstico precoce e o seguimento clínico adequado (inciso IX).

Então, Presidente, esse artigo é esclarecedor do que se pretende. Então, passo diretamente para a análise.

Aspectos formais sem qualquer reparo.

O projeto dispõe sobre a defesa da saúde, inserindo-se na competência da União, conforme art. 23 e incisos, da Constituição. Cabe, ademais, ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria.

No mérito, o PL 3.921, de 2020, tem o elevado propósito de buscar a melhoria da assistência oncológica pediátrica oferecida pelo SUS, diante das tristes informações disponibilizadas na matéria jornalística "Taxa de morte por câncer infantil no Brasil é duas vezes a dos Estados Unidos", publicada na *Folha de S.Paulo* em 20 de agosto deste ano de 2021.

Os números apresentados na matéria abrangem o período até o ano de 2019 e foram obtidos a partir de levantamento inédito do Panorama brasileiro da Oncologia Pediátrica realizado pelo instituto Desiderata, com o apoio técnico de profissionais da Fundação do Câncer, do Instituto Nacional de Câncer e da Iniciativa Global da Organização Mundial da Saúde para o Câncer Infantil na América Latina e Caribe.

Enquanto a média brasileira permanece estagnada há 20 anos no patamar de 43,4 mortes por milhão – e com grandes disparidades relacionadas à distribuição regional e também à raça ou à cor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pele dos doentes –, a média americana é de 22 mortes por milhão. Não bastasse essa média lamentável, entre crianças e adolescentes indígenas a taxa de mortes chega a ser 58% acima da média nacional, alcançando o índice de 67,7 mortes por milhão.

Além disso, os dados disponíveis evidenciam uma enorme disparidade regional: enquanto na Região Sudeste há serviços oncológicos com taxas de sobrevida, no período de cinco anos, compatíveis com as de países desenvolvidos – 80% ou mais –, nas Regiões Centro-Oeste e Norte existem serviços cujas taxas de sobrevida são menores que 50%.

A matéria lança luz sobre os vários problemas relacionados à assistência prestada pelo SUS, ressaltando que 43% dos pacientes entre 15 e 19 anos foram tratados em hospitais sem habilitação em oncologia pediátrica.

É inadmissível que esse tema não receba a devida importância por parte dos gestores do SUS, pois, apesar de o câncer infantil representar apenas de 2% a 3% do total dos casos de tumores diagnosticados no Brasil, ele é a principal doença causadora de mortes na faixa entre zero e 19 anos, com 8.500 novos casos anuais, só perdendo para as mortes violentas no quadro geral de mortalidade infantil.

Embora esteja em vigor a Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013, que institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tal normativo não contempla a complexidade e as especificidades que o câncer infantil traz para o sistema público, o que representa grave negligência com a saúde das crianças com câncer ou com risco de desenvolver a doença.

Nesse contexto, é meritório o objetivo de reforçar o tratamento do câncer infantil. Defendemos, portanto, a aprovação da proposta, com o objetivo de imprimir maior efetividade, qualidade, universalidade, integralidade e resolutividade às ações e aos serviços oferecidos pelo SUS na seara da oncologia pediátrica.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.921, de 2020.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Item três.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 07/12/2021, o Relatório foi lido, a discussão foi encerrada, e a votação, adiada.

2- A matéria recebeu Pareceres favoráveis da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 25/08/2015, e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 21/08/2019.

Vamos... (*Pausa.*)

Chamo a atenção dos Senadores, iremos ter votação nominal novamente.

Lembrando que a discussão foi encerrada, coloco em votação o projeto, a votação é nominal.

Vamos votar mais esse projeto aqui.

Votação nominal.

V. Exas. já podem se manifestar.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

Projeto da Senadora Maria do Carmo, relatoria da Senadora Kátia Abreu.

Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria falar sobre o projeto porque o acho de suma importância, voto favorável.

Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ouvindo bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Esse projeto da Senadora Kátia Abreu, em que ela está como Relatora, é um projeto, Presidente, no meu entendimento, de suma importância.

Eu acompanhei o relatório por ela apresentado, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, Senadora Kátia Abreu, Relatora, que dispõe sobre a importância do artesanato brasileiro.

Esse pessoal, muitos deles perderam o emprego, está hoje no trabalho artesanal e com esse projeto eles são fortalecidos.

Como eu estou com um problema aqui, na forma de votar aqui pelo celular, eu quero anunciar que o meu voto foi "sim", com aplausos à autora e à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Já peço à nossa competente assessoria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... que faça a computação do voto "sim" do Senador Paim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, ainda em tempo, quero agradecer a gentileza de V. Exa., que deu prioridade ao item 10.

Eu queria também, ainda em tempo, pedir urgência para o encaminhamento ao Plenário deste projeto da oncologia pediátrica.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco em votação o requerimento de urgência da matéria apresentada pelo Senador Lasier.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O resultado... Vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paim novamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu estava com o braço levantado para discutir o requerimento do Senador Lasier Martins, mas já adianto a V. Exa. que bom que o senhor já votou, pois o meu parecer é totalmente favorável pela importância do projeto e quero cumprimentar o Senador Lasier para fortalecer esse projeto nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, só para parabenizar o relatório do Senador Lasier também, reforçar também o requerimento de urgência para pautar o projeto e também dizer que o meu voto é favorável ao projeto da Senadora Maria do Carmo, com a relatoria da nossa Kátia Abreu, da nossa Senadora Kátia Abreu.

Se eu puder registrar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Leila.

Estamos em votação nominal, um projeto importante da Senadora Maria do Carmo.

Temos ainda um quórum baixo, com nove votos. Precisamos de mais Parlamentares.

Senador Flávio Arns, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero também enaltecer o relatório do Senador Lasier Martins. Também a oncologia pediátrica tem que receber todo o apoio de todos nós, termos uma política pública adequada para essa área. Eu sou a favor da urgência também.

Eu só quero enaltecer tanto o projeto de lei como o relatório apresentado.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Temos dez votos. Estamos precisando que alguns... (*Pausa.*)

Como já atingimos o quórum necessário e temos aqui um projeto importante de autoria do Senador Paim, vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Resultado: 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2014

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- Em 30/11/2021, o Relatório foi lido e, durante a discussão, foi aprovado o Requerimento nº 19, de 2021-CAS, para realização de audiência pública para instrução da matéria.

2- Em 08/12/2021, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Agora vamos à votação nominal, lembrando os Srs. Parlamentares que o relatório já foi lido e a discussão, iniciada.

Consulto se alguém Senador ainda quer discutir o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o projeto.

Lembro que a votação é nominal.

Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, está com problema no telefone?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa. pela brevidade e importância de votarmos esse projeto. Como o meu não está funcionando, eu quero dizer que voto "sim".

Cumprimento esse grande Relator, Senador Flávio Arns, que tem feito um trabalho em todas as áreas, e cumprimento V. Exa. também, que hoje democraticamente encaminhou a votação, e o resultado é aquele que todos nós respeitamos. Esperamos que esse projeto seja votado. O meu voto é "sim".

Eu só pedi a palavra, Presidente, porque o meu celular não está conseguindo conectar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor está no Rio Grande ou está em Brasília?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estou aqui no gabinete, Presidente. Do Rio Grande, eu votava tranquilamente, mas aqui do gabinete estou com dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já vamos... (*Pausa.*)

A equipe técnica desta Comissão já vai tomar as providências para que este celular volte a funcionar 100%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Zenaide, Senadora Leila, precisamos de um voto para encerrar. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, estamos no seu aguardo. (*Pausa.*)

Senadora Leila, seu voto, Senadora Leila. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, meu voto é "sim". Perdão, é que... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Obrigado, Leila.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação... (*Pausa.*)

Estamos aguardando o Senador Contarato. (*Pausa.*)

Senador Contarato, grande líder do Espírito Santo. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dez votos SIM; 1 voto NÃO.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O último.

Passo a Presidência à nossa querida Senadora Nilda Gondim.

O projeto é de minha relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3525, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 07/12/2021.

2- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos em 21/09/2021.

Concedo a palavra ao nosso Presidente, Senador Sérgio Petecão, para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Eu vou direto à análise do projeto, se a senhora me permite.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com certeza, Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Como Relator.) – Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do Sistema Único de Saúde (SUS), que são os temas centrais do PL nº 3.525, de 2019.

De início, ressaltamos que não se vislumbram óbices de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa à proposição em análise.

Quanto ao mérito, elogiamos o propósito dos autores do PL nº 3.535 de assegurar às pessoas acometidas pela fibromialgia e fadiga crônica o acesso ao tratamento integral de suas condições no âmbito do SUS.

Sobre a fibromialgia, inicialmente, cabe observar que ela é uma doença de causa ainda desconhecida e que se caracteriza por dor generalizada, rigidez muscular, fadiga, ansiedade e distúrbios do sono. Já foram identificados, em pacientes com fibromialgia, dezoito pontos sensíveis na região do pescoço, ombros, nádegas, cotovelos, posterior dos joelhos e membros inferiores, o que ajuda no diagnóstico da doença.

É alta a prevalência de fibromialgia na população adulta.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Reumatologia, a doença se manifesta em cerca de 2% a 12% da população adulta no Brasil. Acomete preferencialmente mulheres entre 30 e 55 anos de idade, embora, com menor frequência, possa também ser diagnosticada em crianças, adolescentes e idosos.

O diagnóstico é clínico, mas exames complementares são eventualmente utilizados para auxiliar no diagnóstico diferencial, incluindo-se testes dermatológicos e radiológicos, densitometria óssea, exames de sangue para checar perda de determinadas enzimas, como a CPK dos músculos, e, em alguns casos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biópsia muscular. Como é uma doença complexa e polissintomática, o diagnóstico geralmente é feito por exclusão de outros problemas com sintomas parecidos, como artrite reumatoide, artrose e doença muscular inflamatória.

O PCDT não recomenda tratamento medicamentoso específico para a doença, por considerar que inexiste tratamento medicamentoso significativamente eficaz para fibromialgia, apenas atividade física regular. No entanto, entendemos que os pacientes com fibromialgia podem obter benefícios do tratamento farmacológico de seus sintomas, para os quais o médico poderá prescrever fármacos analgésicos, anti-inflamatórios e antidepressivos.

Por essa razão, é pertinente, na proposição em análise, a previsão de que a assistência farmacêutica seja um dos componentes da assistência integral aos doentes.

Dessa forma, entendemos que o PL nº 3.525, de 2019, é meritório e irá contribuir para o tratamento, no âmbito do SUS, dos pacientes que sofrem com as dores crônicas dessa doença.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.525, de 2019.

Lido, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la, minha querida Senadora Nilda Gondim, que está presidindo os trabalhos neste momento. O Senador Petecão, como sempre, num gesto de grandeza, passou para a senhora, com a sua liderança, um projeto tão importante como este.

O projeto de fato é meritório. Meus cumprimentos à Deputada Erika Kokay, autora na Câmara, e meus cumprimentos ao Relator, o nosso Presidente Sérgio Petecão.

O projeto de fato é importante, porque ele vai garantir uma maior atenção multiprofissional para o tratamento da síndrome às pessoas acometidas pela fibromialgia, e eu conheço muita gente lá no meu Estado nessa condição, pessoas que me pediram que desse um pequeno depoimento, o que eu faço agora, para fortalecer a luta em relação à fibromialgia e à síndrome da fadiga.

Assim o tratamento será mais digno e efetivo. Parabéns, Sérgio Petecão! Parabéns, Deputada Erika Kokay! Parabéns à nossa querida Presidenta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Primeiro eu quero agradecer ao nosso Paulo Paim, como sempre altamente delicado, atencioso. Mas eu quero, sim, é parabenizar o nosso Presidente Sérgio Petecão. Por quê? Porque essa doença eu conheço de perto: é horrível. Eu tenho uma parente que sofre dessa doença e sofre muito. E tudo isso que o senhor apresenta aqui no seu excelente relatório é exatamente o que os portadores de fibromialgia sentem, e sofrem profundamente.

Então, parabéns! É muito meritório e louvável esse seu projeto, Sr. Presidente!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Devolvo a Presidência ao nosso querido Líder Presidente Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senadora. (*Pausa.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu quero pedir, junto ao nosso Presidente Sérgio Petecão, urgência para esse projeto. Quanto mais celeremente ele for aprovado, melhor para todos os pacientes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Acatamos o pedido da nossa Senadora.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O resultado foi: aprovado.

Foi aprovada a apresentação do requerimento... Vai ao Plenário do Senado.

Encerramento.

Antes de encerrar a reunião, aprovo a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que, nesta quinta-feira, às 10h30, teremos reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o tema Medicina e Espiritualidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos os Senadores.

Hoje tivemos aqui um quórum maravilhoso e votamos matérias importantíssimas.

Obrigado pela participação de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, José Aníbal, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Marcelo Castro, Izalci Lucas e Rodrigo Cunha, e ainda da Senadora não membro Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Eliziane Gama e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2021 - CCJ, de autoria Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), REQ 2/2021 - CCJ, de autoria Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), e PL 5343/2020, de autoria Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). **Finalidade:** Instruir o PL 5343/2020, que "institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências". **Participantes:** Sra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Economista, Ex-Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, Ex-Senador e Vereador do Município de São Paulo; Sr. Erik Alencar de Figueiredo, Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (representante de: Ministério da Economia); Sr. Marcos Mendes, Doutor em Economia e Pesquisador Associado do INSPER.; Sr. Vinícius Botelho, Mestre em Economia e Ex-Secretário dos Ministérios da Cidadania e Desenvolvimento Social; Sr. Luis Henrique Paiva, Coordenador de Estudos em Seguridade Social da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA; Sr. Danyel Iório de Lima, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial (representante de: Ministério da Cidadania); e Sr. André Rodrigues Veras, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais (representante de: Ministério da Cidadania). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/23

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores. Com grande honra, damos início a esta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei 5.343, de 2020, que "institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências", conforme os Requerimentos nºs 1 e 2, de 2021, da CCJ, de minha iniciativa.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, aos convidados, aos servidores da Secretaria da Comissão e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal, no que couber e estando de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7, 8 e 9, de 2020, e o art. 24 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021; com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e 2, de 2021, que altera o Ato nº 3, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020; e com o Ato da Diretoria nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

São convidados a esta conferência: Sr. Marcos Mendes, economista; Sr. Vinícius Botelho, economista; Sra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, economista, ex-Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Luis Henrique Paiva, Coordenador de Estudos em Seguridade Social da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea; Sr. Erik de Figueiredo, Subsecretário de Política Fiscal, representante do Ministério da Economia; S. Exa. Dr. Eduardo Matarazzo Suplicy, ex-Senador da República, atualmente Vereador do Município de São Paulo, que se encontra presencialmente nesta sala – a quem cumprimento, como também ao Dr. Erik de Figueiredo, que também se encontra presencialmente –; e os representantes do Ministério da Cidadania que estão sendo indicados, Sr. Adeildo Nogueira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social; Sr. Danyel Iório, Diretor Substituto do Departamento de Proteção Social Especial; e Marcos Maia Antunes, Coordenador-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial.

Justificou a sua ausência a Sra. Monica Baumgarten de Bolle, economista.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas. Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrições. Os Senadores interpelantes dispõem três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Então, nós vamos dar início a esta reunião. Eu agradeço sobremaneira a presença distinta dos eminentes professores, economistas, representantes do Governo, a emitente ex-Ministra Tereza Campello, cumprimento, mais uma vez, o eminente Senador Eduardo Suplicy, cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores que se encontram remotamente, acompanhando a reunião, de modo especial, a Senadora Rose de Freitas.

Nós vamos dar início, portanto, a essas apresentações, pelo eminente economista Professor Marcos Mendes. Por solicitação do Senador Tasso Jereissati, autor do projeto, a quem também rendo aqui as minhas homenagens e o cumprimento pela iniciativa e por sua sugestão por nós acatada, nós vamos dar início, naturalmente, por aqueles que colaboraram com o Senador Tasso na elaboração da proposta. Por isso, os Professores Marcos Mendes e Vinícius Botelho serão os primeiros a fazerem as suas apresentações. Desse modo, nós vamos permitir que cada qual faça sua exposição por até 10 minutos, 12 minutos, e, posteriormente, nós faremos as indagações, caso surjam, das Sras. e Srs. Senadores.

Eu vou, no momento oportuno, quando o tempo estiver se esgotando, fazer o sinal, mas conto com a colaboração, a objetividade e a cooperação de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando início, portanto, aos trabalhos, convido o eminente Professor Marcos Mendes, a quem revejo, ainda que virtualmente, pelo painel daqui, do nosso computador, para tecer as suas considerações sobre o projeto, no qual tem grande participação.

Com a palavra V. Sa. Professor Marcos Mendes.

O SR. MARCOS MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador e Presidente! Bom dia a todos os Senadores, Senadoras, participantes desta audiência!

Bom, Senador Anastasia, eu gostaria de começar os meus comentários chamando a atenção para o ponto central de que redução de pobreza, no longo prazo, depende de uma economia robusta, de uma economia que cresça e da capacidade de controlar a inflação. Por isso, eu saúdo esse projeto, por ele ser um projeto que tem uma forte preocupação com a responsabilidade fiscal, casada com a responsabilidade social.

É importante a gente lembrar o que aconteceu logo no começo da pandemia, quando diversos economistas vieram a público dizer que seria importante gastar o quanto fosse, sem limites, porque a inflação estava morta, e haveria um novo modelo econômico surgindo no mundo, em que os governos poderiam gastar à vontade, que não haveria mais aumento de inflação. Pouco mais de um ano depois, nós estamos vendo a inflação explodir no Brasil e em vários países do mundo. Sobretudo, no Brasil a inflação está sendo bem mais forte na cesta de consumo da população mais pobre.

Então, não é possível simplesmente enxugar gelo, a gente querer ter um padrão de gastos públicos que seja incompatível com a estabilidade fiscal, que é condição necessária, ainda que não suficiente, para que tenhamos condições para um crescimento econômico consistente ao longo do tempo, com controle de inflação. Sem crescimento e sem controle de inflação nós não chegamos à nossa meta de reduzir a pobreza.

O tempo todo em que a gente desenha um programa social, a gente tem, portanto, de estar preocupado com os efeitos colaterais. Não adianta dizer que eu vou fazer uma expansão acelerada e significativa dos gastos sociais se eu não tiver suporte para ter uma estabilidade macroeconômica.

Existe também uma argumentação de que a gente pode aumentar significativamente os programas sociais e financiar isso com a tributação dos mais ricos. É sempre muito importante a gente ter uma estrutura tributária progressiva em que os mais ricos efetivamente paguem uma carga maior no custo fiscal do Estado, mas temos que estar conscientes de que não é simples, em termos políticos, chegar a esse desenho. A gente está vendo a discussão da reforma do Imposto de Renda, em que a maioria das propostas que teriam impactos progressivos sobre a renda estão sendo debulhadas do projeto, e o efeito final dessa reforma do Imposto de Renda provavelmente será neutro ou regressivo, e, em vez de aumentar a receita, derrubará a receita. Então, a gente não pode contar, desenhar um programa muito ambicioso de transferência de renda e redução da pobreza contando que, no futuro, a gente vai conseguir receita para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiar isso tributando os mais ricos, porque a gente sabe da dificuldade que existe para efetivamente conseguir atingir esse ponto.

Minha outra consideração é a de que o Brasil já gasta muito com assistência social. Se nós pegarmos aqui um dado do Tesouro Nacional, o Brasil, em 2018 – dado mais recente –, gastou 12,8% do PIB com despesas de proteção social. A média dos países emergentes é de 4,3%, praticamente três vezes menos do que o Brasil. Em saúde e educação nós gastamos em linha ou acima do que gastam os demais países emergentes. Eu tenho uma conta que eu gosto de fazer, que é a seguinte: se nós pegarmos tudo o que é gasto com política social no Brasil, somando abono salarial, benefício de prestação continuada, seguro defeso, aposentadoria rural e bolsa família, se todo esse dinheiro fosse para os 40% mais pobres da população, nós teríamos 237 bilhões para dividir entre 28 milhões de famílias, o que dá aproximadamente R$700 por mês por família, o que seria um impulso, um aumento de 80% na renda do trabalho que essas famílias conseguem obter. Se a gente tirar a aposentadoria rural da conta, dizendo "olha, a aposentadoria rural é um pouco previdência, um pouco assistência social", mesmo assim, daria para aumentar em R$350 ou em 40% a renda das famílias mais pobres. Por que nós não conseguimos isso? Porque boa parte dos programas sociais que existem não chegam aos mais pobres: o abono salarial não chega aos mais pobres; o benefício de prestação continuada tem muita distorção e é, em boa parte, capturado pela chamada classe média baixa; o seguro defeso tem muitas fraudes e distorções; e aí o dinheiro se perde.

Bom, levando em consideração esses pontos iniciais, eu tenho como considerações a respeito especificamente do projeto... Sou suspeito para dizer, porque, como o Senador Anastasia falou, ajudei a construir parte desse projeto – e o colega Vinícius Botelho vai descrever melhor os seus detalhes –, mas me parece que ele é muito importante no sentido em que, se, por um lado, ele respeita, ele tem a flexibilidade para respeitar as restrições fiscais – então, os valores dos diferentes benefícios podem ser aumentados à medida que for havendo maior espaço fiscal dentro do orçamento, e há um estímulo no projeto para que as emendas parlamentares sejam direcionadas para robustecer o orçamento do projeto, certamente dando uso melhor aos recursos do que o que acontece hoje com as emendas parlamentares, que são uma dispersão de dinheiro do orçamento em projetos muitas vezes de baixo impacto e de baixa relação custo-benefício –, ao mesmo tempo, o projeto tem a capacidade de atingir dois públicos diferentes. Ele atinge não só as pessoas de muito baixa renda e que não têm capacidade de gerar renda suficiente para garantir a sua sobrevivência – então essas pessoas vão receber uma espécie de um benefício similar ao Bolsa Família, uma transferência direta de renda –, mas também aquele outro público que consegue obter renda, mas tem muita volatilidade na sua renda, que são basicamente os informais, as pessoas que não têm seguro saúde, que não estão protegidas pelos mecanismos de FGTS e outros mecanismos dos trabalhadores formais – para essas pessoas, haveria uma poupança, que poderia ser sacada em momentos de queda abrupta da sua renda. Com isso, é possível conciliar um orçamento mais enxuto, atendendo um contingente maior de pessoas, focalizando no tipo de ajuda que cada um precisa: transferência de renda para quem não consegue gerar renda e seguro para quem consegue gerar renda, mas tem muita volatilidade nos seus benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de concluir com alguns pontos, fazendo algumas observações sobre detalhes que me parecem muito importantes.

Há sempre uma tendência em querer tornar o pagamento desse tipo de transferência de renda um pagamento obrigatório, a que todos têm direito, extinguindo a fila – como existe hoje a fila do Bolsa Família, haveria a fila desse novo benefício. Isso tem um grande efeito colateral negativo de gerar uma judicialização similar ao que acontece no benefício de prestação continuada. Uma vez que você diz que todos que preenchem os requisitos têm direito imediato a receber o benefício, a tendência é que ocorra o que aconteceu com o BPC, que haja interpretações criativas do que é preencher os requisitos e levar à Justiça indicadores adicionais de pobreza que não estão definidos na legislação, o que força a condição de elegibilidade e aumenta o público do programa, fora do controle do governo.

Outra ideia que é muito comum é indexar o benefício ao salário mínimo. Isso gera dois problemas. Primeiro, aumenta a rigidez orçamentária, deteriora as condições macroeconômicas e aí mina aquilo que eu falei no começo, que é a necessidade de a gente ter uma economia com equilíbrio fiscal intertemporal, com capacidade de controlar a inflação, para efetivamente reduzir a pobreza. E o segundo ponto é que enfraquece o salário mínimo como instrumento de política de trabalho. Começa-se a segurar o salário mínimo por uma questão de finanças públicas, embora possa haver, do ponto de vista do mercado de trabalho, razões para aumentar o salário mínimo.

E, por fim, nos meus últimos dois minutos, eu gostaria de fazer uma consideração entre benefício universal *versus* benefício focalizado.

Esse programa, que está sendo proposto aqui, assim como o Bolsa Família, são benefícios que tentam focalizar nos mais pobres, e existe uma tendência a pessoas que preferem benefício universal. O problema do benefício universal é que ele é muito caro. Se eu pagar R$200 para 211 milhões de pessoas no Brasil, isso vai me dar uma conta de R$506 bilhões por ano, o que é claramente impagável. Por outro lado, se eu restrinjo o orçamento a, digamos, R$60 bilhões e quero pagar um benefício universal, se eu dividir R$60 bilhões por 211 milhões de pessoas vai dar R$24 por mês por família, o que não tira ninguém da pobreza.

Há muita gente que diz que não, você faz o benefício universal e recolhe de volta de quem não precisa através do imposto de renda. O problema é que o imposto de renda no Brasil incide sobre uma quantidade muito pequena de pessoas, você só tem 32 milhões de declarações entregues. Se você supuser que há dois dependentes em cada declaração, três pessoas em cada declaração, você irá obter de volta R$230 bilhões, e a conta ainda ficaria em R$276 bilhões, o que continua sendo impagável.

Então, como nós já temos no Brasil uma tradição muito grande de focalizar políticas, eu acho que a gente deve continuar nessa trilha, que é o que propõe esse projeto. O Brasil tem capacidade institucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, não podemos jogar fora essa capacidade institucional, daí a opção desse projeto por continuar na trilha de um benefício focalizado.

Eu esgotei os meus doze minutos.

Agradeço o convite para participação e fico à disposição para o momento do debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Professor Marcos Mendes.

Cumprimento V. Sa. que, de maneira tão didática e pedagógica, como grande professor que é, nos expôs de modo muito brilhante as suas posições.

Agradeço muito a sua gentileza e convido agora o Professor Doutor Vinícius Botelho, que também já exerceu, na Secretaria dos Ministérios da Cidadania e Desenvolvimento Social, atividades relativas ao tema.

Então, convido, para a sua exposição, o Dr. Vinícius Botelho, por gentileza.

O SR. VINÍCIUS BOTELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Agradeço o convite para poder expor o trabalho que fizemos e que, em grande medida, subsidiou o projeto de lei do Senador Tasso Jereissati.

Trago alguns pontos que foram caros para nós na elaboração do projeto.

Nós desenhamos esse conjunto de benefícios, que são, basicamente, o benefício de renda mínima, o benefício de poupança de seguro família, que é uma poupança voltada para os trabalhadores informais, e um benefício de poupança voltado para os jovens que estão em fase de conclusão do ensino médio. A motivação foi a de, justamente, oferecer uma reformulação, uma atualização da estrutura de proteção social brasileira durante o período de grande discussão a respeito desse tema no início da pandemia, no começo do ano passado.

Naquele momento havia uma grande comoção por conta de um fato que já é histórico da realidade brasileira, que é o fato de que existe um contingente de trabalhadores informais que não constam em nenhum tipo de registro administrativo, contingente que é da ordem de dezenas de milhões de pessoas. A gente tem mais ou menos uns 35% da população trabalhadora que está nesta condição: não tem proteção, não tem acesso aos mecanismos de proteção de transferência de renda, mas também não tem acesso à seguridade social tradicional. De modo que, de um lado, a gente tem os trabalhadores que são protegidos pelos programas geridos no INSS e, do outro lado, a gente tem o Bolsa Família e os programas associados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Cadastro Único. No meio, temos esse grupo de trabalhadores que não têm proteção nem de um lado nem de outro.

Várias vezes ao longo da história, ao longo da evolução das políticas públicas brasileiras, tentou-se criar estratégias de formalização para poder abarcar esse público e permitir que fosse alcançado por políticas de proteção. No entanto, a maior parte dessas estratégias teve uma efetividade muito baixa. A capacidade desses programas de efetivamente formalizar trabalhadores e oferecer benefícios foi muito pequena, o que ficou evidente com o fato de que ainda existia um conjunto enorme de pessoas em situação de vulnerabilidade e que não estavam identificadas em nenhum registro no início da pandemia. Por isso, precisou-se de estratégias complementares ao Cadastro Único para se identificar trabalhadores de baixa renda e transferir benefício para eles.

Então, no nosso projeto, a gente tenta uma abordagem diferente. Em vez de fazer expansão da rede de benefícios formais para abarcar os trabalhadores que estão na informalidade, nós desenhamos um conjunto de benefícios que poderiam ser complementados ao Cadastro Único, mais próximo da assistência social, de modo que essa estrutura de benefícios poderia ser mais plástica e, portanto, se adaptar melhor à realidade dos trabalhadores. Nas simulações que fizemos, teríamos um conjunto de benefícios: benefício de renda mínima, que basicamente é uma atualização – como a gente chamou a atenção em algumas apresentações, é um aperto de parafuso ou outro dentro do Bolsa Família, com ajustes mínimos –, seria o componente de transferência de renda; a gente teria, em complemento a isso, um benefício que nós chamamos de Seguro Família, que foi incorporado ao projeto do Senador Tasso, que basicamente oferece uma poupança depositada mensalmente a partir do valor de renda declarado pela família no Cadastro Único – hoje o Bolsa Família é composto de benefícios voltados para a família, para crianças e jovens dentro da família –; e um terceiro benefício, que é o Benefício de Superação da Extrema Pobreza, que basicamente completa a renda familiar até o patamar da extrema pobreza, o que significa que, se a renda declarada pela família inicialmente mais a renda associada aos outros benefícios não for o suficiente para atingir, nos valores de hoje, R$89 *per capita*, esse Benefício de Superação da Extrema Pobreza entra em ação e completa a renda da família até esse ponto.

Isso é extremamente positivo do ponto de vista do combate à pobreza e, nesse sentido, a gente propõe uma reformulação do Programa Bolsa Família para fortalecer esse mecanismo de complementação – hiato de pobreza, como a gente chama. Então, haveria esse complemento da renda familiar até o patamar de R$125 *per capita*. Por outro lado, nesse tipo de mecanismo também, a cada real a mais que a família recebe, você tem a redução de um real no valor do benefício. Existe uma compensação de um para um. Se a família tiver um real a mais de renda declarado, um real a mais de renda do trabalho, o valor do benefício cai em função disso, e hoje não existe nenhum programa que seja voltado para essas famílias que declaram algum tipo de rendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso estudo, que está disponível do *site* do Centro de Debates de Políticas Públicas, a gente mostra que existe um contingente muito grande de famílias que já declaram uma renda informal que não está presente em outros registros administrativos. Então, existe um contingente grande de famílias declarando algum tipo de rendimento e que poderiam ter algum tipo de política pública voltada para elas. E o que nós fizemos? O desenho do Seguro Família, que basicamente é entender essa declaração de renda feita pela família no Cadastro Único como uma forma de contribuição a um sistema de proteção social.

Então, quando as famílias declaram um rendimento dentro do Cadastro Único, elas, por um lado, hoje já abrem mão de uma parte do Benefício de Superação da Extrema Pobreza, caso elas estejam em situação de extrema pobreza – hoje aproximadamente metade das famílias é beneficiária do Benefício de Superação da Extrema Pobreza especificamente. Essas famílias passariam a ter um direito adicional, uma poupança, um valor que vai sendo acumulado mensalmente e que pode ser resgatado uma vez que essa família tenha uma queda no seu rendimento declarado.

Então, é uma mudança de lógica no sistema: a gente sai de uma situação em que todos os benefícios são exclusivamente voltados para as famílias mais vulneráveis para criar um benefício que tem uma natureza de transição, porque é um benefício justamente voltado para as famílias que declararam algum tipo de atividade, que declararam algum tipo de rendimento, estão tendo redução nos valores dos benefícios assistenciais por conta disso, mas passam a ter acesso a um benefício trabalhista voltado para trabalhadores, independentemente do seu vínculo de emprego, seja esse vínculo formal, seja informal.

Nesse sentido, a gente consegue estabelecer uma camada adicional de proteção para as famílias que estejam com algum tipo de vínculo informal e que tenham a perda desse vínculo. Além do reforço no valor e nas linhas de elegibilidade das famílias de extrema pobreza propostas pelo projeto, a gente tem uma segunda camada que, basicamente, oferece um colchão adicional de proteção às famílias que declararam rendimento no passado e, por algum motivo, tiveram uma queda no valor desse rendimento, segundo o declarado pelo Cadastro Único. Na verdade, é uma contrapartida à informação prestada espontaneamente pelas famílias.

Nesse sentido, a gente entende que a proteção social como um todo fica mais completa, com essa emulação dos sistemas de seguro social dentro da lógica assistencial. Então, a gente tem os benefícios de natureza assistencial e os benefícios de natureza trabalhista, em que tipicamente mais renda implica um aumento no valor dos benefícios, e a gente cria esse híbrido que permite a conexão entre os dois mundos, que é justamente a Poupança Seguro Família.

Em paralelo a isso, a gente propõe também a criação de uma poupança que a gente chama de Programa Mais Educação, que é uma poupança voltada para os jovens que estão em idade escolar e podem terminar o ensino médio. O objetivo dessa poupança é reduzir a evasão do ensino médio, foi baseada em um programa que já funcionou no Rio de Janeiro e em algumas experiências internacionais também que foram exitosas e avaliadas academicamente. Nesse programa, basicamente, se acumula uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poupança durante o ciclo escolar do jovem e, no momento em que ele se forma no ensino médio, ele pode sacar esse valor. O objetivo desse programa é justamente combater a evasão do ensino médio, que é um dos grandes gargalos da estrutura de formação dos jovens hoje.

A gente tem um problema grave de evasão do ensino médio, particularmente voltado para as escolas públicas. Houve um programa similar no Rio de Janeiro que teve uma avaliação mostrando que o impacto do programa foi no sentido de reduzir a evasão e sem nenhum tipo de redução no nível de aprendizado dos alunos, ou seja, eles ficaram mais na escola e, ao mesmo tempo, aprenderam ficando na escola e tiveram o seu diploma de conclusão no ensino médio, que é essencial para a inclusão no mercado de trabalho posteriormente.

Então, com esses três eixos, nós temos a estrutura principal de benefícios do projeto. Além disso, nós temos algumas outras iniciativas paralelas voltadas à promoção do desenvolvimento infantil, editais que permitam a identificação e o apoio de jovens que tenham talentos específicos evidenciados por meio de olimpíadas e outras iniciativas científicas similares. A gente propõe também que uma parte dos recursos seja voltada para o desenvolvimento infantil, que é um dos grandes gargalos do desenvolvimento no longo prazo, basicamente porque, quando a gente olha a literatura acadêmica a respeito de quais são os programas que efetivamente promovem a emancipação da pobreza no longo prazo, a gente tem muita dificuldade de identificar uma única resposta.

Tipicamente, os programas têm, quando a gente olha a superação da pobreza no longo prazo, um impacto limitado, que varia muito de acordo com o contexto; às vezes é identificado impacto, às vezes não é. Então, a resposta que se tem hoje para como fazer as famílias efetivamente se emanciparem da condição de pobreza é muito limitada. Nesse sentido, a gente precisa dessa diversidade de estratégias que envolvem, por um lado, o desenvolvimento infantil, que teve evidências positivas em uma série de contextos em experimentos. Então, a gente precisa expandir esse tipo de iniciativa. E, por outro lado, a promoção, a identificação de talentos e habilidades em jovens em idade escolar e o apoio a esses jovens por meio de bolsas de estudos, iniciativas afins, para que esses jovens possam se desenvolver, ser identificados e fazer a sua inclusão produtiva.

Quando nós trabalhamos no financiamento da proposta, como o Marcos colocou, nós sugerimos um dispositivo por meio do qual os valores associados aos benefícios e as linhas de elegibilidade do programa possam ser alterados, de acordo com a disponibilidade orçamentária, justamente para dar espaço para que uma eventual revisão de programas de outra natureza, um espaço orçamentário no futuro, venha aumentar esse programa social. E o nosso objetivo com esse dispositivo é justamente trazer ao debate as melhores formas de se fazer a transferência de renda e a poupança independentemente de financiamento.

No nosso estudo original, nós, inclusive, simulamos a nossa proposta e propostas alternativas de reformulação da estrutura de política social, assim como o sistema atual, que é muito competitivo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos de eliminação da pobreza. O sistema atual já, pelos relatórios do Safety Nets do Banco Mundial de 2015 e 2018, é um dos sistemas com maior capacidade de chegar aos 20% mais pobres e, ao mesmo tempo, um dos sistemas mais capazes de eliminar pobreza extrema.

Só que o nosso programa tem não só uma capacidade maior de eliminação da pobreza nesse público, em torno de 14% da pobreza residual, como também uma possibilidade de cobertura maior da população vulnerável, porque o instrumento de poupança com valor menor de contrapartida pela declaração de renda informada no Cadastro Único nos permite atender um universo de pessoas com até mais de R$750 *per capita*, o que dá mais ou menos 45% da população brasileira.

Então, nesse sentido, a nossa estratégia combina, dentro de um arcabouço fiscal, dentro do teto de gastos, outras iniciativas que têm impacto na pobreza muito menor: abono salarial, salário-família, que foram criados, inclusive, em outro contexto de capacidade de formação de política. No tempo em que as políticas foram feitas, a mais baixa renda a que se poderia chegar eram os trabalhadores de baixos salários e hoje, com o Cadastro Único, é possível chegar à população efetivamente de baixa renda, à população informal, à população que não tem rendimento nenhum. Então, aqueles programas têm condições de ser atualizados para a realidade de hoje.

Nesse sentido, naquela proposta original, houve algumas alterações na transferência da proposta original para o projeto de lei, mas, de qualquer forma, a nossa ideia era justamente a de criação de um benefício de natureza trabalhista para se complementar a estrutura social, e isso foi preservado no projeto, para que a gente pudesse fazer essa transição do trabalhador entre a assistência e o mundo da seguridade social.

Com isso eu finalizo a minha fala ao final do tempo e agradeço mais uma vez a oportunidade e o convite para expor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Vinícius Botelho. Agradeço a V. Sa. a exposição feita igualmente com muito profissionalismo e muito preparo. Quero cumprimentá-lo. Permita-me...

Já está aqui conosco o eminente autor da proposição, Senador Tasso Jereissati, a quem igualmente cumprimento e saúdo.

Queria, Dr. Vinícius, abusando da minha condição de Presidente desta reunião, fazer tão somente uma pequena referência à exposição de V. Sa. O primeiro programa no Brasil relativo a uma poupança destinada a recursos para alunos do ensino médio, chamado exatamente Poupança Jovem, foi feito em Minas Gerais, ao tempo do Governo do PSDB, quando era Governador Aécio Neves e eu, Vice-Governador; depois eu continuei, como Governador. Outros Estados seguiram, inspirados no modelo mexicano. Foi o modelo mexicano o primeiro modelo que funcionou muito exitosamente. Nós só não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos universalizar. E agora veio, recentemente, uma notícia do Governo de São Paulo: o Governo Doria também lançou um mecanismo parecido em seu Estado.

Mas o cumprimento pela exposição e agradeço muito as excelentes ideias colocadas.

Dando sequência à nossa audiência pública, eu tenho a honra de convidar – está conosco presencialmente e agradeço muito, portanto – o eminente representante do Ministério da Economia, Dr. Erik Figueiredo, Subsecretário de Política Fiscal daquela pasta.

Com a palavra, portanto, o Dr. Erik, por gentileza, para suas manifestações.

O SR. ERIK ALENCAR DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer o convite para participar deste debate, que contribui para a consolidação do Brasil como uma Nação que preza pelo bem-estar da sua população, em especial pelo desenvolvimento humano da parcela mais vulnerável.

Quando o Ministério da Economia é chamado a falar sobre esse tema, ele sempre tem um viés fiscal sobre espaço no orçamento, teto de gastos, coisas do tipo. Eu vou aproveitar o meu tempo aqui para falar um pouco sobre desenho econômico, os possíveis impactos econômicos da proposta em si. Eu vou passar uma visão geral sobre política social, que já foi destacada na fala do Professor Marcos Mendes, e depois vou, em alguns pontos, lógico, no limite do tempo, da proposta em si.

Por favor.

Bem, o primeiro ponto que eu quero destacar é justamente a relevância desse tema. A pobreza é reconhecida como um dos principais fatores de transmissão intertemporal dos choques. O que isso quer dizer? Quando você tem um choque adverso – e agora nós estamos vivendo a emergência do covid-19 –, esse choque tende a se propagar para as gerações futuras; e o principal canal de transmissão é justamente a pobreza. Então, uma família que hoje é atingida por um choque econômico tende a transmitir para os seus descendentes ou via uma educação não apropriada ou condições de saúde piores. Então, você transmite de uma geração para outra a pobreza ou o choque ou o resultado do choque. Isso é muito grave.

Então, primeiro, quero parabenizar pela iniciativa, porque de fato é um tema relevante para o bem-estar social da população.

Só que aqui nós temos que destacar a questão da política social em si, do desenho da política social. O Professor Marcos Mendes já destacou que uma política social que efetivamente combate a pobreza de longo prazo ou a pobreza estrutural necessita de um arcabouço fiscal, estar equilibrada nas contas públicas, obedecer às regras fiscais. Esse é o primeiro passo. Só que aqui eu acrescento um ponto adicional: que uma política social bem desenhada também pode contribuir para uma menor pressão no futuro sobre o orçamento, porque aí nós teremos menos necessidade de política social no futuro. Por isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu chamei de equilíbrio fiscal (t) e equilíbrio fiscal (t+1). Então, nesse ponto, nós fazemos uma conexão entre esse lado mais frio, o fiscal, e o lado do desenvolvimento humano.

Então, inicio aqui a minha fala sobre a proposta em si com uma tecnicalidade – na verdade, não é um tema que nem se deve estender muito; nem vou me estender muito nesse ponto –: a proposta possui metas de redução da pobreza. É louvável a existência de metas, mas, do jeito que ela está, ela tem reduções, entre aspas, "muito modestas": de 12% para 11%. Então, eu alerto aqui para uma tecnicalidade estatística. A própria mensuração da pobreza é um estimador estatístico com variação, com intervalos de confiança. Então, na verdade, a variação de 12% para 11% pode não configurar uma redução de fato na pobreza, e, sim, apenas uma variação estocástica. Então, eu acho que a proposta poderia atentar para esses indicadores.

Por favor, só mais um.

Aqui eu chego ao eixo principal da proposta, que já foi destacado. São três pontos: Benefício de Renda Mínima, Poupança Seguro Família e Poupança Mais Educação.

Aqui eu coloco um comentário bem geral e eu tenho que colocar aspas nisso: uma proposta não pode se dar apenas na "mera" – e as aspas estão na "mera" – transferência de renda. "Mera" porque transferir renda para parcela mais pobre não é algo que possa ser taxado com essa palavra. Mas a proposta é carregada de um conceito chamado igualdade de oportunidades. Esse conceito é usado em diversas passagens do texto.

E, só para esclarecer aqui rapidamente, a igualdade de oportunidades considera que a renda, o resultado econômico do indivíduo é fruto de duas grandezas, de dois conjuntos de variáveis. A primeira variável é associada ao seu esforço – eu vou traduzir como esforço –, que seria a educação, a capacidade de inserção no mercado de trabalho. E um outro conjunto de variáveis, que é associado às circunstâncias, ou seja, o indivíduo nasce numa região menos desenvolvida do País, com um pior acesso às escolas ou escolas de baixa qualidade, mas, o fato de ele ter nascido nessa região não é de responsabilidade dele, então, ele herda essa condição. E aqui a gente está trazendo diversas dimensões, como gênero, raça ou outras variáveis.

Então, na verdade, o filósofo John Roemer, o norte-americano John Roemer, quando desenvolve essa teoria, diz que a desigualdade que deve ser combatida ou o conceito de igualdade de oportunidades é fazer com que essas variáveis que são herdadas não interfiram no resultado econômico. É como se vocês colocassem todas as pessoas num mesmo ponto e deixassem que elas "competissem", entre aspas, no mercado de trabalho, mas sem que os seus fatores de origem interfiram nesse resultado. Esse é o grande ponto dessa teoria. E aqui eu trago novamente um ponto levantado, acredito, pelo Vinícius: ele disse que é muito difícil você identificar quais são essas variáveis, quais são as variáveis que, de fato, combatem essa desigualdade de oportunidades. A educação é uma delas. Num texto de 2008, até o próprio John

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roemer tenta analisar qual o papel da desigualdade nesse ponto, na redução desses fatores de oportunidades.

Aqui eu trago um ponto que merece reflexão, que é um texto do Gonçalves, que diz que, no caso brasileiro, cerca de 70% das famílias pobres permanecem nessa condição dez anos depois. Então, será que, de fato, nossa política social está conseguindo combater a pobreza estrutural? As pessoas vão conseguir, a partir dos seus esforços, superar a condição de pobreza? Então, essa é a pergunta que eu deixo nesse eslaide.

Por favor.

Mais um.

Então, isso contribui para a criação do que eu chamo de "círculo vicioso da pobreza": você é pobre, tem um acesso pior às escolas, seus filhos também, provavelmente com a alta probabilidade de que o seu filho também será pobre. Nós temos que quebrar esse círculo vicioso da pobreza. E isso traz à discussão – e é o ponto que eu quero destacar com mais veemência – que a superação da pobreza envolve "n" dimensões. Se uma pessoa mora numa região sem acesso a esgoto, ela não tem acesso a segurança, não tem acesso a renda, a distribuição de renda em si não ataca essas outras dimensões, e o Brasil tem "n" dimensões que devem ser atacadas, então, na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERIK ALENCAR DE FIGUEIREDO – Não, não, não é uma novidade, Senador, mas é um ponto que eu acho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERIK ALENCAR DE FIGUEIREDO – Então, por favor, só para ilustrar, o próximo eslaide.

Aqui nós temos a população atendida por esgotos em 2018, com base no Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento. A gente observa que existe uma correlação muito forte entre pobreza e acesso a esgoto, mas nós sabemos também os efeitos deletérios da rede de esgoto na perpetuação da pobreza. Uma criança que é exposta a um ambiente sem esgoto, sem uma rede de esgoto, está muito mais propensa a desenvolver doenças que vão contribuir ou, digamos assim, vão reduzir as suas chances de, no futuro, ter um desempenho melhor no mercado de trabalho.

Então, esse ponto, na verdade... O grande ponto da discussão é que – pode passar, por favor – esse programa tem que ter uma conexão. Geralmente, no debate acadêmico relacionado à política social, você tem a política social sendo avaliada como algo independente do restante da economia, sem conexão com o mercado de trabalho, sem conexão com o ambiente econômico, sem conexão com as condições de vida dos trabalhadores em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero destacar aqui é que a gente tem que trazer um pouco dessas dimensões, além da iniciativa louvável do projeto, e tentar criar uma agenda de desenvolvimento que discuta temas fora dessa rede de proteção social. E aqui o "fora" eu falo de novo entre aspas, porque, para mim, na minha visão, todos esses processos são conectados. Ao melhorar o mercado de trabalho, você tem impacto sobre a pobreza; ao melhorar as condições de vida, via saneamento ou qualidade da educação, você tem impacto sobre a pobreza.

Então, o meu papel aqui é discutir que existem várias outras iniciativas – de fato, muitas delas estão caminhando no Congresso Nacional – que também contribuem e, às vezes, são até pouco exploradas. Por exemplo, essa parte que eu coloquei do marco do saneamento foi discutida. No ano passado, foi discutido esse tema, foi aprovado esse tema, mas não se explorou o impacto de longo prazo sobre a pobreza. Então, às vezes, essas coisas passam despercebidas. Nós teremos que ter, em cada projeto discutido e aprovado no Congresso Nacional, também uma conexão, ou seja, um impacto social desse projeto. Então, essa é a parte que eu quero destacar.

É evidente que eu tive que fazer um resumo. Aparentemente a minha ideia não era trazer e fazer disso algo muito grande e que torne inviável a proposta; muito pelo contrário, eu desenvolvi até um documento analisando a proposta, que eu posso disponibilizar para os Senadores, mas, dado o limite de tempo, eu vou, na verdade, alertar para esses temas fora da proposta em si, mas que são muito importantes para a superação da pobreza.

Esse é um tema muito caro para o Ministério da Economia e para mim, em especial, que estudo esse tema desde 2006, quando fazia minha tese de doutorado. Então, para mim, é uma satisfação poder participar, porque é algo que, quando eu estava fora do Governo, tomava muito tempo da minha vida de pesquisa.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Dr. Erik, muito agradecido pela gentileza da sua exposição. Eu o cumprimento e fico satisfeito em sabê-lo, inclusive, dedicado ao tema. Eu queria lhe agradecer.

O senhor fez uma menção especial ao marco do saneamento e, por dever de justiça, eu quero referenciar, mais uma vez, que o Senador Tasso Jereissati foi o grande Relator e impulsionador do tema. Aliás, se não fosse o empenho pessoal do Senador Tasso Jereissati – eu sou testemunha –, essa matéria tão importante para o Brasil não teria sido aprovada no Congresso Nacional. V. Sa. tem razão, é um tema que tem desdobramentos em vários segmentos, não só na economia, como também na saúde, no investimento etc.

Agradeço a V. Sa. e o cumprimento pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência à representação governamental, eu tenho a honra agora de convidar os representantes do Ministério da Cidadania. Indicaram dois que vão, portanto, repartir o seu tempo. Por isso, peço que cada qual fique entre cinco, seis, sete minutos.

Convido, em primeiro lugar, o Dr. Danyel Iório, Diretor Substituto do Departamento de Proteção Social Especial daquela pasta.

O SR. DANYEL IÓRIO DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos!

Muito obrigado, Senador Anastasia. Na sua pessoa, cumprimento todos os que estão presentes aqui na nossa reunião. É bom rever o Dr. Vinícius Botelho, que foi colega de ministério, aqui como Secretário da Sagi. Obrigado a todos pela exposição.

Bem, estamos aqui eu e o Diretor André Veras. Vamos fazer uma rápida explanação principalmente focada em torno do BPC e dos efeitos que o projeto pode ter sobre o benefício como ele está estabelecido hoje. Mas antes eu gostaria de fazer uma rápida fala primeiramente sobre o mérito do projeto, que é muito importante. De fato, o direcionamento do enfrentamento à pobreza do Estado brasileiro é consenso. É necessário que a gente avance, que a gente melhore. Nisso eu acho que a proposta tem diversos méritos. No entanto, em que pese o objetivo do projeto de lei, as políticas públicas que hoje existem para a superação da pobreza, como foi muito explicado pelo colega da economia, devem levar em conta a multissetorialidade, a multifacetalidade da pobreza; isso é algo muito caro às políticas públicas. Então, imagino que a gente precise ter um pouco mais de integração dessa dimensão de renda com outros aspectos. Esse é um primeiro comentário que eu trago necessariamente aqui, para que a gente o integre ao debate.

Em segundo lugar, há o impacto que a gente precisa dimensionar sobre o que já existe hoje. A gente tem uma convergência de objetivos, com relação ao enfrentamento da pobreza, da pobreza extrema, mas temos algumas divergências na forma de fazer isso, na implementação de como fazer isso. Então, isso eu trago muito em linha com a atual proposta do Auxílio Brasil, consubstanciado na Medida Provisória 1.061. Nós não estamos aqui para falar sobre essa proposta, não estamos aqui para falar sobre o PL, mas é importante dizer que existem divergências em como fazer, e acho que é importante que a gente sublinhe isso.

Enfim, aqui, fiz minha fala inicial, só para trazer rápidos elementos de introdução.

E, André, você poderia, então, por favor, pegar a fala?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Danyel Iório, agradeço a V. Sa.

E convido o Dr. André Rodrigues Veras, que é Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Cidadania, para a sua palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Anastasia! Bom dia, Senador Tasso, todos os Senadores presentes, todos os Parlamentares presentes nesta Comissão! Agradeço também, em nome do Ministério da Cidadania, a oportunidade de estar aqui conversando com vocês a respeito de tão importante tema para a sociedade brasileira.

Em linhas gerais, eu gostaria de dizer, de início, que nós temos a satisfação de ter uma atuação conjunta de todos os membros, de todos os que nos antecederam, que visa à redução das desigualdades, ao combate à pobreza. Esse tema é bastante meritório. Então, eu faço essa primeira menção honrosa à intencionalidade do PL.

Mas eu queria trazer aqui, de forma muito sintética, alguns pontos que nos chamaram a atenção em relação à proposta apresentada. O primeiro deles é o que se refere à avaliação da pobreza e da situação de desigualdade em um olhar muito específico para a questão da transferência de renda. Nós, do Ministério da Cidadania, sobretudo da Secretaria Nacional de Assistência Social, temos que ter um olhar multidimensional para o enfrentamento da pobreza, considerando, além das questões relativas à renda, todas as demais privações que compõem o contexto da pobreza. Nesse sentido, como disse o nosso colega Danyel, que nos antecedeu, a gente entende que temos aí uma proposta bastante construtiva em relação ao enfrentamento, que é algo que consiste no Auxílio Brasil.

Além disso, em relação às questões do Cadastro Único, Senador, nós entendemos que são trazidas algumas alterações de atuação do Cadastro Único que podem, digamos assim, desvirtuar aquelas inicialmente propostas e aquelas que vêm sendo desenhadas para que a gente tenha uma adequada focalização do processo, isso porque o Cadastro Único, apesar de todas as dificuldades relacionadas a não identificação de uma parte da população, é uma ferramenta de inclusão social, é uma ferramenta que identifica milhares de pessoas e que é utilizado pela rede de assistência social. Então, ele não é apenas uma base de dados. Ele é um instrumento pelo qual os programas usuários do Cadastro Único podem e devem fazer a avaliação de elegibilidade dos beneficiários que são usuários do Cadastro Único para programas sociais.

Enfim, o processo de cadastramento, de inclusão cadastral, altera substancialmente a dinâmica atual do modelo de gestão e execução compartilhada do Cadastro Único pelos três entes da Federação ao possibilitar o cadastramento das famílias por outros órgãos que não sejam os postos do Cadastro Único e outros equipamentos no âmbito da assistência social municipal. Em que pese a gestão do Cadastro Único ser realizada de forma compartilhada, sua execução é realizada, sobretudo, de forma descentralizada nas estruturas municipais do Sistema Único de Assistência Social.

Estudo sobre o histórico do Cadastro Único e do então Programa Bolsa Família indica que esse modelo teve como objetivo responder à diretriz de descentralização político-administrativa prevista na Constituição de 1988 para a área de assistência social, uma vez que, para o Governo Federal, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos estaduais e principalmente os municipais o conjunto de ações seria primordial para o êxito da implantação, por esses entes estarem mais próximos da realidade social.

Então, a lógica do PL altera um pouco essa gestão descentralizada nesse modelo, à luz do que nós entendemos previsto na Constituição.

Para além disso, o PL também traz algumas alterações em relação ao benefício de prestação continuada (BPC). E aí eu queria destacar que as principais alterações que eles trazem em relação ao benefício de prestação continuada são três: a adoção do conceito de família para operacionalização do cálculo da renda *per capita* familiar para acesso ao benefício; a retirada da impossibilidade de acumulação do BPC com outros benefícios no âmbito da seguridade social; e a exclusão de outros benefícios de prestação continuada ou de benefícios previdenciários para fins de concessão do BPC no mesmo grupo familiar.

E aí, em relação ao primeiro ponto dito aqui, o conceito de família adotado pelo Cadastro Único e até mesmo adotado num tempo remoto no início da operacionalização do benefício de prestação continuada, ele é constante de objetos de estudo, de pesquisa e também de proposições legislativas, mas nós ainda não temos uma segurança completa no sentido de que a adoção do conceito de família hoje adotado pelo Cadastro Único, que é a adoção do conceito de família do PL, isso vá trazer, de fato, benefícios.

Então, pensando nessa constante demanda da sociedade, de uma forma geral, e até seguindo recomendações do Tribunal de Contas da União, nós aqui da Secretaria Nacional de Assistência Social estamos desenvolvendo um ciclo de estudos ao longo deste ano, com contribuições de diversos atores, de diversas instituições. E deixo aqui já o convite para aqueles que nos antecederam para participar dessa construção, inclusive equipes do Ipea, enfim – Luis Henrique Paiva e Vinícius Botelho acho que já foram convidados –, para fazer essa avaliação de quanto isso vai afetar não só ao benefício de prestação continuada, mas também a todos os impactos em relação à rede socioassistencial de proteção social, uma vez que a gente tem um olhar, como eu disse, mais ampliado, numa avaliação multidimensional para as questões de enfrentamento à pobreza.

Para além disso, observa-se que a proposição traz ali a instituição de acumulação do BPC com outros benefícios de seguridade social. E aí nós estamos falando de pagamentos destinados à mesma pessoa que poderiam ocasionar redundância na proteção. E aí, fazendo o *link* com falas que me antecederam aqui em relação ao orçamento público, isso é uma medida que não racionaliza bem ou adequadamente os recursos públicos, entregando uma proteção ou mais de uma proteção de renda para aquela mesma pessoa.

Por fim, em relação à proposta, nós temos que observar que ela traz, em seu bojo, uma descontabilização dos benefícios de prestação continuada e benefícios previdenciários para até um salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, no cálculo da renda *per capita*, para fins de concessão de um novo benefício de prestação continuada.

Então, eu quero fazer frente aqui à grande judicialização que existe no benefício de prestação continuada, de tal sorte que essa matéria já foi julgada pelo nosso Supremo Tribunal Federal, já no sentido de que devam ser desconsiderados esses benefícios para o cálculo da renda. Então, na medida em que nós temos uma proposição que vai em sentido contrário à consolidação e à pacificação do tema no âmbito do Judiciário, nós entendemos que ela pode trazer dificuldades operacionais e pode trazer algum cenário de desproteção.

Senador Anastasia, essas eram as nossas breves considerações a respeito do PL. O Ministério da Cidadania se encontra à disposição para o diálogo e para as contribuições desse tema que também nos é tão caro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. André Veras. Agradeço a V. Sa. a gentileza da participação. Certamente outros encontros e reuniões teremos ainda na tramitação do projeto com o Ministério da Cidadania, que é tão importante para esse mister. Agradeço, portanto, a participação dessa representação governamental.

Dando sequência aos convidados desta audiência pública, eu convido o Dr. Luis Henrique Paiva, Coordenador de Estudos em Seguridade Social da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, para sua participação, ele que foi convidado por sugestão do Senador Alessandro Vieira.

Dr. Luis Henrique Paiva, por gentileza, a palavra é de V. Sa., igualmente pelo prazo de até 12 minutos.

O SR. LUIS HENRIQUE PAIVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento especialmente o Senador Tasso Jereissati, cujos projetos são tão importantes e, muitos deles, aprovados, contribuem para mudar para melhor a cara do Brasil e a maneira como a população brasileira vive. Queria também cumprimentar o Senador Suplicy, na pessoa do qual eu saúde meus colegas painelistas.

Deixe-me ver se eu consigo... Será que poderiam permitir que eu compartilhasse a minha tela? Eu tenho uma apresentação para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Já fiz a solicitação aqui, à Secretaria da CCJ, para fazê-lo, Dr. Luis Henrique.

O SR. LUIS HENRIQUE PAIVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, muito obrigado.

Eu acho que a propositura de uma Lei de Responsabilidade Social é algo muito importante. O nome me chamou muito a atenção, e o que me pareceu mais interessante é que ele faz clara referência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se nós temos uma Lei de Responsabilidade Social, isso significa que a responsabilidade fiscal não é a única responsabilidade que nós temos, e eu acho que isso é um ponto muito importante, porque isso traz para quem olha para o projeto de lei a clara sensação, que eu acho absolutamente correta, de que a gente tem outras responsabilidades além da responsabilidade fiscal, e isso não é nenhum demérito para a responsabilidade fiscal. Eu acho que todos nós concordamos o quão importante ela é, mas ela aponta que existem outras responsabilidades, e uma delas é com os mais pobres.

Eu acho que, de alguma maneira, ela sugere que programas sociais, especialmente aqueles voltados para os mais pobres, devem ser vistos como garantias de direitos. Se nós temos responsabilidades em relação aos mais pobres, então nós temos que garantir direitos que essas pessoas mais pobres têm. Mas, na verdade, eu talvez iria para uma linha razoavelmente diferente da proposta no projeto e eu vou tentar explorar isso aqui um pouco.

O ponto fundamental é o seguinte: se a gente quisesse fazer uma lei de responsabilidade social ou um programa de transferência de renda que desse base sólida para uma postura de responsabilidade social por parte do Governo Federal, a minha pergunta foi: quais seriam as características mínimas que deveriam compor um programa como esse? Então, eu tracei três características mínimas. Isso não significa que sejam todas as características; outras características poderiam também compor esse programa, mas seriam características mínimas, na minha opinião.

Em primeiro lugar, a linha de elegibilidade teria que estar prevista em lei, assim como o critério de ajuste periódico. Isso teria que estar sendo definido em lei. E eu já adianto um ponto que eu vou tentar demonstrar um pouco à frente, que linhas muito baixas de elegibilidade, como a linha de 1,90 por dia por paridade de poder de compra do Banco Mundial, a linha de extrema pobreza do Banco Mundial para o mundo, ela não é adequada para o Brasil, e eu vou tentar demonstrar isso logo à frente.

A segunda característica é que os benefícios deveriam ser simples, bem desenhados, com valores e também critérios de ajustes periódicos definidos em lei. O ponto fundamental, até onde eu consigo ver, é que, se a gente propõe uma postura, por parte do Governo Federal, de responsabilidade social, nós não podemos perder para a inflação. Os benefícios dos mais pobres não podem perder para a inflação, especialmente a inflação dos alimentos. Do contrário, nós estamos faltando com a responsabilidade que a gente deveria ter com relação a essa população.

E uma terceira característica é que o número de beneficiários não pode ser limitado pelo orçamento existente. Isso é uma característica até hoje do Bolsa Família, infelizmente. Isso leva à existência de fila, e o fato é que, se a gente tem responsabilidade social com os mais pobres, o ponto que me parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental é que não pode haver fila. Se há pobres precisando do benefício, e nós não atendemos por falta de orçamento, então há fila e nós estamos faltando com a nossa responsabilidade com relação a eles.

Obviamente nada disso é pacífico, e eu vou tentar demonstrar alguns pontos aqui do que eu defendo como características mínimas, e a primeira é por que que linhas baixas como R$160 por mês para linhas de extrema pobreza... E a linha do Banco Mundial de extrema pobreza, de 160, já é mais alta do que a adotada para o Brasil, que é de R$89, do Bolsa Família. E por que que eu acho que ela não é adequada para o Brasil? Eu acho que vale a pena a gente olhar um pouquinho como o Banco Mundial escolheu essa linha de 1,90 por dia ou de aproximadamente R$160 por pessoa por mês.

O Banco Mundial pegou uma série de países de renda baixa e média e fez um graficozinho muito simples, que é este gráfico que eu estou mostrando para vocês. Ele, basicamente, pega uma medida que é parecida com a medida de renda, uma medida de consumo muito parecida com a medida de renda. E aqui as linhas de pobreza que cada país escolheu. Então, aqui é basicamente... O Banco Mundial chegou à seguinte conclusão: para um conjunto bem limitado de países muito pobres, praticamente não existe elasticidade de renda da linha de pobreza, ou seja, há países que vão ganhando renda aqui, um pouquinho, mas a linha praticamente não muda.

Então, o Banco Mundial falou assim: "Realmente esse grupo de países, para o qual a elasticidade é muito próxima de zero, são os países mais pobres do mundo". No caso, os 15 países mais pobres do mundo. Aí, não há nenhuma dúvida de que a linha de pobreza média deles é uma linha de extrema pobreza para o mundo todo, porque nós estamos falando dos mais pobres desses países. E de que países nós estamos falando, então? Aí, surgiu a linha de US$1,25 por dia, que depois foi ajustada para US$1,90, em função da inflação. Basicamente, a questão é: quais são esses países? São países como Malauí, Serra Leoa, Níger, Uganda, Ruanda, Gana. São países muito mais pobres que o Brasil.

Então, essa linha de 160 é uma linha absolutamente inadequada para o Brasil, sem nenhum demérito para esses países – são países de renda realmente baixa. O Brasil não é um país de renda baixa; o Brasil é um país de renda média-alta. Para países de renda média, o Banco Mundial sugere linhas muito superiores, ou linhas de 3,20, que é de aproximadamente R$250, alguma coisa em torno de R$270 talvez, hoje em dia, e 5,50, alguma coisa em torno de R$450 por dia.

Eu não imagino que a gente possa adotar uma linha dessas imediatamente, mas são linhas que a gente tem que ter no horizonte, porque é isso que o Brasil é, é assim que o Brasil deveria medir a sua pobreza e é assim que o Brasil deveria buscar complementar renda para os mais pobres, pensando-se que é um país de renda média-alta, e não um país extremamente pobre, de renda muito baixa, como Malauí ou Serra Leoa. O Brasil não é Malauí, o Brasil não é Serra Leoa, o Brasil não é Ruanda. Então, a gente tem que trabalhar com linhas mais altas do que essas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que a gente deveria manter atualizados os benefícios. Não pode haver perda para a inflação e não pode haver fila. Aí, muita gente, obviamente, vai lá advogar que isso não pode acontecer com programas tipo o Bolsa Família, porque isso, obviamente, implica impactos fiscais.

Eu contesto esse argumento, mostrando que, se a gente pegar em 2018 – o quadro provavelmente piorou desde então –, o Brasil gasta 15,4% do PIB com transferências. Quinze vírgula quatro por cento do PIB não é pouca coisa, eu concordo inteiramente com o que já foi dito antes – o Brasil gasta muito com as transferências. Curiosamente, 15% do PIB é protegido contra a inflação e 15% do PIB é voltado para programas que são garantidos como direitos.

O programa que gasta apenas 0,4% do PIB, o Bolsa Família, é o único que não tem reajuste previsto em lei, ele é o único que pode ter fila. Quer dizer, é como se a gente falasse o seguinte: vamos garantir para todo mundo, toda a população brasileira, inclusive nós, bastante ricos. Se que estivesse garantido, como direito, valores do benefício corrigidos, no mínimo, pela inflação, talvez por cifras mais generosas. O Bolsa Família, que encontra e alcança, de fato, os mais pobres, esse, não; para esse, a gente tem que estabelecer um orçamento e, se não der, a gente vai ter que trabalhar com fila. Obviamente, isso não se encaixa com a ideia de responsabilidade social. Obviamente eu acho que a gente tem que ter responsabilidade fiscal também, mas, se é para discutir, eu acho que a gente tem que olhar para o orçamento como um todo, e não simplesmente olhar o 0,4% do PIB do Bolsa Família e falar: o ajuste tem que ser feito aqui. É basicamente falar: o ajuste vai ser feito em cima dos mais pobres. Então, vamos olhar para tudo, vamos olhar para as aposentadorias dos servidores públicos, vamos olhar para as aposentadorias de gente como eu, servidor público de carreira de elite.

E falo assim: sinto muito, se der algum problema aqui, o seu Bolsa Família vai ter o valor garantido; a sua aposentadoria, não. Coisas desse tipo. A gente tem que ter, então, uma... Se a gente quer ter um compromisso com a responsabilidade fiscal, a gente tem que olhar para o orçamento como um todo e não achar que a gente tem que fazer um ajuste em cima do orçamento dos mais pobres.

O outro argumento é que o Bolsa Família poderia ser muito mais bem focalizado do que é. Se a gente faz uma abordagem comparativa – e aqui eu fiz uma abordagem comparativa no estudo que nós publicamos no Ipea –, o Programa brasileiro Bolsa Família está no topo das melhores focalizações observadas na América Latina, é um programa muito bem focalizado. É um pouco ingênuo a gente achar que ele vai melhorar da água para o vinho; não vai. Ele vem melhorando ao longo dos anos de forma muito consistente e ele não vai dar saltos de melhoria de focalização. Não vai não existe uma mágica para isso.

Então, quais lições que a gente já aprendeu e que eu acho que a gente deveria levar em conta? A primeira delas é que não existe solução mágica para melhorar substantivamente a focalização de programas como o Bolsa Família. O Bolsa Família já é muito bem focalizado. Qualquer um que olha para o quadro geral na América Latina vê que o Bolsa Família é um dos melhores, um dos mais bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

focalizados programas na região. Então, é um programa que eu acho que é muito sólido, muito bem avaliado, muito. A gente deveria ter um cuidado enorme para sugerir alterações num programa tão bem avaliado assim. O segundo ponto é que o orçamento importa, e não adianta a gente falar assim: "Ah, não há orçamento nenhum, mas nós vamos conseguir resultados muito melhores". Impactos melhores na redução da pobreza só pela via de transferência de renda e só ocorrerão com um aumento substancial do orçamento. Não adianta a gente criar ilusões a esse respeito. E o terceiro ponto é que simplicidade importa. Eu acho que o Bolsa Família hoje já é complexo demais. Querer que ele resolva também problemas como desemprego informal, a tutoria educacional dos mais jovens, sirva de garantia para microcrédito é criar um programa que quer resolver todos os problemas que afeta os mais pobres. Transferência de renda faz transferência de renda. É isso que ela faz. Outros programas de governo podem se juntar ao Bolsa Família e fazer, mas querer resolver isso tudo via transferência de renda é cometer um erro. É um erro achar que esses programas são soluções mágicas; esses programas não são soluções mágicas.

E aí o que fazer? Obviamente eu estou aqui no reino já da sugestão. Eu acho que é o seguinte: o que a gente vai fazer depende muito do orçamento existente. Se o orçamento for o orçamento atual, eu sugeriria manter o Bolsa Família como está. Ele tem um bom impacto na redução da pobreza, quando a gente considera o orçamento que ele tem; ele tem uma excelente focalização dos mais pobres; ele tem impactos educacionais; ele tem impactos na área de saúde; ele é reconhecido internacionalmente. Mudar um programa desses para manter o orçamento acho que faz muito pouco sentido. É um programa que já evoluiu muito e apresenta bons resultados. Se a gente tiver um orçamento um pouco maior, acima de R$35 bilhões/ano e menor do que R$60 bilhões/ano, eu sugeriria que a gente caminhasse na direção de adotar as características mínimas que eu apresentei anteriormente e fizesse alguma expansão do programa. Agora, se nós conseguíssemos mobilizar um orçamento substantivamente maior, acima de R$60 bilhões/ano, eu acho que a gente realmente poderia dar um passo na direção de uma maior universalidade. Agora, se nós conseguíssemos mobilizar um orçamento substantivamente maior, acima de R$60 bilhões/ano, eu acho que a gente realmente poderia dar um passo na direção de uma maior universalidade; não pagar benefício idêntico para todos os brasileiros, porque isso de fato não faz sentido, mas avaliar a criação de um benefício infantil universal, que tem também no Senador Tasso um dos campeões, um dos grandes defensores, e combinar essa transferência infantil universal com o benefício focalizado para os adultos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu é que agradeço a gentileza da exposição do eminente Dr. Luis Henrique Paiva, representante do Ipea, pela riqueza da sua manifestação e da contribuição dada a esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo, portanto, ao Dr. Luis Henrique, que também cumpriu o prazo que lhe foi solicitado, eu convido agora, com muita satisfação, a presença da Sra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Economista, ex-Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Convido, portanto, a eminente Ministra Tereza Campello para as suas observações.

Com a palavra V. Exa., eminente Dra. Tereza Campello.

A SRA. TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO CAMPELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Anastasia! Bom dia a todos!

É uma honra estar aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Também agradeço muito a oportunidade de poder participar deste debate e fazer meus comentários sobre o projeto de lei.

Cumprimento o Senador Tasso Jereissati, os demais Senadores presentes, meus colegas aqui de Mesa e, com carinho muito grande, cumprimento também nosso sempre Senador e atual Vereador Suplicy.

Também agradeço muito a condução dos trabalhos.

Senador, o projeto é muito amplo. Eu vou me limitar a algumas considerações que acho que podem contribuir de forma diferenciada para o debate – infelizmente, com esse tempo, nós não conseguimos tratar de uma matéria tão ampla.

Eu inicio parabenizando o Senador Tasso Jereissati por trazer esse tema da responsabilidade social para o centro do debate. Eu imagino que o nome do projeto de lei, o título, o conceito, a ideia de discutir responsabilidade social soa praticamente como uma matéria óbvia. A gente vem, sob o império e a supremacia do debate do fiscal, trazer esta discussão: vamos discutir responsabilidade social. Isso é absolutamente fundamental e importante. Então, eu saúdo essa iniciativa de colocar o tema na agenda.

Nós atualmente, por exemplo, estamos discutindo a Medida Provisória nº 1.061, que extinguiu o Programa Bolsa Família, um programa de 18 anos, um programa reconhecido no mundo todo como o melhor e maior programa de transferência de renda do mundo, mais eficiente e sustentável, que nunca deixou de ser pago, custando menos de 0,5% do PIB. O Bolsa Família já foi extinto pela medida provisória, e o debate que vem sendo feito é um debate que não discute a responsabilidade social de extinguir um programa como esse, substituí-lo às vésperas das eleições, ferindo praticamente o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocar no seu lugar outro projeto de lei. E o que o Parlamento vem discutindo? Se vai ter dinheiro no ano que vem, ou não, para pagar esse substituto do Programa Bolsa Família, quando, na verdade, o fundamental hoje seria exatamente discutir a responsabilidade social e qual o fundamento, se esse projeto vai ou não cumprir seu objetivo e substituir com eficiência um programa de Estado, como é o Bolsa Família. Então, o debate fiscal tem imperado e subordinado todo o debate social e, nesse sentido, acho que a iniciativa do Senador Tasso Jereissati, de colocar esse tema na mesa, é absolutamente fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, eu acho que o projeto, como ele foi apresentado, tem três problemas básicos, dos quais eu acho que qualquer Lei de Responsabilidade Social deveria tratar.

O primeiro é que agenda social não é só uma agenda de pobreza, é mais que isso. A agenda social, necessariamente, teria que envolver um conjunto de áreas, que é o que a gente trata no social: a educação, a saúde, o conjunto da assistência social, a própria previdência, segurança alimentar e nutricional. Todas essas são questões afetas ao social e deveríamos, quando a gente discute responsabilidade social, tratar desse conjunto de questões, mas, na verdade, o projeto de lei não trata da assistência social, trata de uma fração da área de assistência social, que são os programas de transferência de renda voltados para a população mais pobre. Então, nesse sentido, eu acho que a gente deveria agregar ao debate uma discussão importante sobre o conjunto da agenda social. Esse é o primeiro ponto que eu trago aqui como sugestão.

A segunda questão, que eu acho ainda mais relevante, é que nós temos, como eu disse já, o império e a supremacia do debate da questão fiscal, inclusive estabelecida na Constituição com um teto, o que, aliás, vem se mostrando absolutamente ineficiente na medida em que a cada dia a gente tira mais coisas do teto e deixa debaixo do teto somente aquilo que afeta a maioria da população que é pobre, que é o Sistema Único de Saúde e os programas de transferência de renda, o resto está saindo geral do teto.

O que, na minha avaliação, um programa de responsabilidade como previsto na Lei de Responsabilidade Social deveria colocar na ordem do dia? Trata-se de saber quais são os mínimos, porque sob o teto nós já vivemos. Qual é o mínimo que deve ser garantido para o conjunto da população para garantir, aí sim, a responsabilidade social? Portanto, se temos um teto, vamos garantir um piso? Quais são os mínimos constitucionais, que a própria Constituição já estabeleceu, e como nós vamos garantir que a população os acesse? É que, se for para garantir o debate fiscal, que é o que me parece que continua imperando na proposta do Senador Tasso Jereissati – se me permite, Senador –, continuará imperando a agenda fiscal. Não se pode discutir sob a agenda fiscal, inclusive, a agenda que chega aos mais pobres, dos pobres, e fazê-la flutuar, que é o que o projeto de lei faz: os benefícios vão flutuar segundo a agenda fiscal.

Se é para fazer isso, nós já temos o teto, já há a própria Lei de Responsabilidade Fiscal e, então, não precisaríamos de mais uma camada criando um conjunto de condicionantes para conduzir a agenda, quando é para ela chegar, como disse o Luis Henrique, para o mais pobre dos pobres. Então, eu acho que já temos leis suficientes tratando de responsabilidade fiscal e de condicionantes fiscais. O que eu acho que deveríamos discutir é qual é o mínimo suportável e como nós podemos avançar para garantir que se opere e se chegue, de fato, aos mais pobres.

Há uma terceira questão, que eu trago também como uma sugestão – e inclusive nem é uma sugestão minha, é uma sugestão da nossa ex-Secretária Nacional de Orçamento Esther Dweck, Professora da UFRJ. O que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece? Uma das questões que ela estabelece é que qualquer medida tenha que avaliar impacto orçamentário e fiscal de curto e de longo prazo. Por que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propor que qualquer medida, qualquer política pública tenha que avaliar, tenha que trazer a justificativa e tenha que trazer as informações de quais são os impactos de curto, médio e longo prazo no social, ou seja, na desigualdade, na pobreza, na fome? Esta seria, talvez, uma medida absolutamente necessária: para qualquer ação que se vá implementar em políticas públicas no Brasil, que se traga essa informação para que o conjunto do Parlamento e da população brasileira consigam avaliar o que essa medida trará de efeitos a longo prazo para a redução da pobreza, para a redução das desigualdades e para o avanço da agenda de justiça e de direitos sociais.

Eu acho que essa seria uma medida iluminadora da agenda, para que a gente não discuta e fique preso somente na discussão de curto prazo, que é hoje o que opera a agenda fiscal. A agenda, o debate fiscal e orçamentário no Brasil é um debate de curtíssimo prazo: qualquer discussão é feita olhando-se qual é o impacto que nós vamos ter na relação dívida-PIB, qual é o impacto que nós vamos ter no orçamento e nas metas fiscais neste ano e no ano que vem, quando, na verdade, para discutir o social, o que nós tínhamos que levantar, a pergunta que teríamos de fazer não é quanto custará esse gasto no curto prazo – o que é uma discussão, inclusive, ineficiente e curta –, seria quanto custa não fazer; quanto custa, por exemplo, não enfrentar a questão da fome no Brasil imediatamente.

A fome voltou ao Brasil. O Brasil tinha saído do mapa da fome em 2014 e voltou ao mapa da fome. Quanto custa ao Brasil hoje não enfrentar a fome? Custa mortalidade infantil, custa voltar a índices de desnutrição para as crianças. E esse custo tem que ser avaliado; implicará custos na saúde no médio e no longo prazo; implicará inclusive, Senador Anastasia, impactos na produtividade do trabalho no médio e no longo prazo. Então, o debate sobre o social tinha que ser o debate de quanto custa não fazer, olhando no médio e no longo prazo os impactos sociais que a não execução de políticas públicas com garantias mínimas de direito podem trazer, inclusive do ponto de vista do custo, como eu disse: o custo que nós vamos ter no Sistema Único de Saúde com o aumento da pobreza, com o aumento da desnutrição infantil e assim por diante.

Bom, há um segundo aspecto – vou tentar me ater aqui ao meu tempo. Eu trouxe algumas sugestões aqui sobre o que eu acho que uma lei de responsabilidade social deveria conter, que são esses três pontos que eu listei agora, e há um segundo aspecto, pelo qual vou passar rapidamente, que diz respeito às metas de pobreza.

Eu acho também meritório que se discutam metas de pobreza. Obviamente, não se reduz pobreza no Brasil olhando somente política de transferência de renda. Fundamentalmente, para enfrentar a pobreza, o País tem que voltar a crescer, e esse projeto não é um projeto que deva estar restrito à agenda social, mas ele não pode estar restrito a cumprir metas fiscais. Precisamos voltar a ter política industrial, precisamos voltar a ter um modelo de desenvolvimento econômico para este País, ou a pobreza não será reduzida. Nós podemos mitigar a pobreza, mas, para enfrentá-la de fato e reduzir desigualdade e pobreza neste País, nós precisamos de medidas estruturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a linha de pobreza que foi estabelecida – o Luis já tratou disso, então eu também vou passar muito rapidamente – é incompatível hoje inclusive com as metas estabelecidas, que são metas – concordo com o que o Luis colocou –, parâmetros insuficientes para discutir países de média renda, como o Brasil, ou países em desenvolvimento, como o Brasil. Então, sequer parâmetros baixos internacionais para países pobres nós estamos propondo nesse projeto, com valores fixos. Portanto, é absolutamente insuficiente, não só para olhar o Brasil hoje, mas para olhar países em desenvolvimento, e é incompatível com qualquer parâmetro internacional que se discuta hoje para o que seria uma linha de extrema pobreza e de pobreza minimamente adequadas. Então, eu acho que esse ponto é um ponto que tem que ser enfrentado, o projeto de lei é bastante inadequado nesse sentido.

Há um terceiro ponto. Esse me preocupa muito no curto prazo e eu realmente gostaria de fazer um apelo aos senhores. Eu sei que esse projeto de lei está sendo discutido agora e foi apresentado já há praticamente um ano. Portanto, talvez, se a gente o estivesse discutindo há um ano, a gente pudesse discutir com outra folga. Nós estamos discutindo mudar, extinguir o Bolsa Família, extinguir um programa que funciona há 18 anos, que é reconhecidamente um programa eficiente, reconhecidamente um programa sustentável, um programa que funciona. Ele exige aperfeiçoamento, sempre pode ser aperfeiçoado; eu inclusive listaria alguns aperfeiçoamentos, acho que os valores são insuficientes, também acho que ele deveria chegar a um número maior de famílias. No entanto, como extingui-lo hoje, às vésperas das eleições, com um Governo completamente descomprometido com a melhor qualidade da execução de políticas públicas, em especial na área social? Fazer isso agora, Senador Tasso Jereissati, Senador Anastasia, conjunto de Senadores que estão aqui nos assistindo hoje, é absolutamente temerário. Por que nós vamos, às vésperas das eleições, mudar algo que funciona e colocar no seu lugar um programa... Esse projeto, em especial, é um projeto que piora o desenho do Bolsa Família porque o torna mais complexo. É incompreensível, com um conjunto de equações acadêmicas, ser proposto sem discussão nenhuma com a área social. No mínimo nós tínhamos que discutir, Senador Anastasia, com o Congemas, com o conjunto dos gestores na área de assistência social, com a rede de assistência social que conhece a população pobre, para tentar avaliar os impactos de extinguir o Bolsa Família e colocar no lugar algo completamente complexo, cheio de equações. O que nós temos que fazer, na verdade, é simplificar mais o Bolsa Família e não torná-lo mais complexo.

Não é verdade que essa proposta aperfeiçoa o Bolsa Família: ela extingue o Bolsa Família como ele é hoje e coloca no lugar uma outra coisa. Então, vamos assumir: "Queremos extinguir o Bolsa Família e botar outra coisa no lugar". Não é só mudar o nome – assim como o projeto que está sendo discutido, do Auxílio Brasil, não é só mudar o nome –, é botar abaixo aquilo que existe de melhor no Bolsa Família e colocar outra coisa no lugar. Fazer isso hoje, às vésperas das eleições, é inclusive temerário do ponto de vista do que era o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dizia o quê? "Não vamos mudar a coisa num ano eleitoral", pois é um ano em que as coisas não funcionam bem, é um ano em que quem está no comando da máquina está preocupado em se reeleger – e é o que nós estamos vivendo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é muito risco a gente jogar tudo que funciona na lata do lixo e colocar uma outra coisa no lugar feita na academia. Nós temos que chamar gestores municipais para fazer esse debate.

Então, desculpem a minha empolgação, mas eu me coloco à disposição para a gente fazer essa discussão com outro vagar. Eu acho que é possível a gente avançar e fazer esse debate, mas eu não acho que nós estamos num momento que seja um momento calmo, tranquilo e que permita que a gente avance na construção de política de transferência de renda. Eu acho que o programa, para ser uma lei de responsabilidade social, teria que agregar esses outros aspectos que eu havia levantado anteriormente e, em especial, exigir que a gente pense quais são os impactos que cada uma das leis, daqui para a frente, vão ter no curto, no médio e no longo prazo, porque curto prazo é a Lei de Responsabilidade Fiscal, é olhar só o fiscal. Para olhar o social... Não se avalia o social olhando o curto prazo. Para avaliar o social, nós temos que fazer avaliação de médio e de longo prazo: quais os impactos na educação, quais os impactos na saúde e assim por diante.

Então, agradeço muito a oportunidade e fico à disposição para continuar o debate, se for adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Ministra Tereza Campello. Agradeço muito a gentileza de sua participação. Cumprimento-a por sua experiência, seu conhecimento, que certamente sempre enriquecem.

E eu vou, antes de convidar o Senador Suplicy para tomar assento, por gentileza, à bancada, passar a palavra ao Senador Tasso Jereissati, que gostaria de fazer umas observações sobre o que foi dito pela Ministra Tereza; e ele também vai justificar que terá de se ausentar.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu querido amigo, grande Senador e homem público Eduardo Suplicy, senhoras e senhores palestrantes, eu queria apenas pedir uma intervenção rápida, dizendo que, a meu ver, há duas interpretações equivocadas que eu preciso esclarecer, até em função – o Senador Suplicy conhece estes funcionamentos do Senado – de que eu estou com uma reunião na CRE e outra na CPI paralelas a esta, e eu vou ter o maior interesse em ouvir a sua explanação, mas preciso dizer que, em determinado momento, eu tenho esse problema.

Essa lei de responsabilidade social, que nós estamos assim chamando e que tem como principal coração do projeto justamente o atendimento de uma renda mínima para aquelas populações que vou chamar de mais vulneráveis, tem historicamente, sem dúvida nenhuma, o nascimento dessa discussão no Brasil através da sua palavra, através da sua atuação, através da sua insistência no tema.

E queria dizer que, se essa discussão hoje tem alguma inspiração, com certeza vem das discussões que V. Exa. promoveu aqui – não só aqui, mas fora do Senado também – durante anos. Mas queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecer alguns pontos equivocados, a meu ver, de interpretação equivocada: não extingue a Bolsa Família, não muda o nome da Bolsa Família e não é focado na questão fiscal. Ele apenas tenta ter um equilíbrio entre aquilo que se pretende gastar a mais neste programa, tendo parâmetros de responsabilidade fiscal, como o senhor sabe bem, porque nós sabemos e V. Exa., que foi meu professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas – sabia disso? – sabe muito bem que o desequilíbrio fiscal leva à inflação, leva a um descontrole, e que nenhuma política social funciona sem que haja um controle da moeda, uma estabilidade econômica.

Eu gostaria de deixar esse esclarecimento, agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Tasso Jereissati, autor desse importante projeto.

Eu convido agora, para a sua palavra, o eminente economista, Professor, Senador, atualmente membro da Câmara Municipal do Município de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Senador Suplicy tem, como todos sabemos e como disse o Senador Tasso, uma ligação mais que histórica com esse tema, e exatamente em razão disso eu vou me permitir aqui subverter um pouco as regras, e ainda que tenhamos outro compromisso em breve, vou conceder ao Senador Suplicy 30 minutos, que acho que é um tempo adequado, até 30 minutos para a sua exposição, para depois darmos o encerramento com as conclusões e seguirmos para as outras Comissões.

Agradeço muito a presença do Senador Suplicy, que gentilmente se dispôs a estar aqui presencialmente.

Com a palavra S. Exa. o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (Para expor.) – Caro Presidente desta reunião e Relator dessa matéria, Senador Antonio Anastasia, agradeço muito o convite que me formulou.

Cumprimento também o Senador Tasso Jereissati, que tem representado tão bem o povo do Ceará e com quem muitas vezes dialoguei aqui durante os meus 24 anos de Senador. Tivemos às vezes divergências, mas, na maioria das vezes, pontos de apoio a proposições no interesse da Nação brasileira.

Cumprimento os economistas Marcos Mendes e Vinícius Botelho, que ajudaram a elaborar esse projeto; a querida Ministra Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, que tanto tem se distinguido na área, primeiro, do desenvolvimento social e combate à fome, ela, que foi uma das responsáveis pelas racionalização e unificação dos programas que havia anteriormente no Bolsa Família e que fez com que, desde 2003, esse programa viesse a ser aperfeiçoado e reconhecido nos mais diversos países do mundo como um exemplo. Cumprimento também Luis Henrique Paiva, do Ipea, que está estudando este assunto; o Erik Figueiredo, que aqui representa o Ministério da Economia e trouxe inúmeras reflexões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes; e também os representantes do Ministério da Cidadania Danyel Iório e André Rodrigues Veras, que aqui colocaram o ponto de vista do Ministério da Economia.

Permita que eu faça uma breve recordação. Quando aqui cheguei, ao Senado, apresentei, em primeiro lugar, Antonio Anastasia e Tasso Jereissati, meus caros amigos, um primeiro projeto de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo. Toda pessoa adulta que não recebesse ao menos 45 mil cruzeiros à época passaria a ter o direito de receber 50% da diferença entre aquele patamar e o nível de renda da pessoa.

Recebeu o parecer entusiástico do então Senador Líder do PDT Maurício Corrêa, depois Ministro da Justiça, Ministro e Presidente do STF. E ele disse: "Olha, vamos fazê-lo gradualmente ao longo de oito anos. No primeiro ano, de 60 anos ou mais; no segundo ano, de 55 anos ou mais". E também propôs que o Poder Executivo pudesse estabelecer 30% ou 50% como a taxa do imposto de renda negativo. E eu aceitei.

E, em 16 de dezembro de 1991, após quatro horas e meia de debate, José Paulo Bisol fez um discurso maravilhoso e convenceu a todos. Inclusive, depois, o então Senador, falando em nome do PSDB, Fernando Henrique Cardoso disse: "Olha, trata-se de uma proposta de uma utopia realista, o PSDB vai votar a favor". Houve só quatro abstenções, e assim aconteceu. Foi para a Câmara dos Deputados. Germano Rigotto, o Relator, deu parecer favorável.

Acontece que, em agosto de 1991, então, o coordenador do programa paralelo de Lula, que havia perdido a eleição para Collor de Mello em 1989, Walter Barelli, convidou economistas simpatizantes do PT para um diálogo sobre propostas. Quando eu e Antonio Maria da Silveira explicamos, eis que José Márcio Camargo, professor até hoje da PUC do Rio de Janeiro, ponderou que seria ótimo começar a garantia de uma renda, mas começando pelas famílias carentes, desde que as suas crianças estivessem indo à escola, de tal maneira a cortar um dos principais elos do círculo vicioso da pobreza. E escreveu sobre isso em 1991, 1993, na *Folha de S.Paulo.* Em 1994 para 1995, Cristovam Buarque, então Governador eleito pelo PT aqui, no Distrito Federal, e José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito de Campinas, ambos iniciaram programas de renda mínima associados à educação que logo depois repercutiram positivamente, inúmeros Municípios adotaram, e, no Congresso Nacional, surgiram seis propostas, três na Câmara e três no Senado.

Em 1996, quando Philippe Van Parijs, o criador da Rede Mundial da Renda Básica, visitou o Brasil já pela segunda vez, eu pedi uma audiência com Fernando Henrique Cardoso, Presidente, e o Ministro Paulo Renato Souza, da Educação, e Nelson Marchezan, um dos proponentes. Eis que Philippe Van Parijs disse: "Olha, o objetivo maior é alcançarmos a renda básica universal, mas iniciar relacionando-as às oportunidades de educação é muito positivo". E o Presidente deu sinal verde para que o Congresso Nacional, com meu apoio e de todos os partidos, votasse a Lei 9.573, que instituía o programa relacionado à educação; os primeiros 20% de Municípios de menor *per capita* teriam 50% das suas despesas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele programa. Mas, logo em 2001, o Presidente, por medida provisória, adotou o que veio a ser a lei aprovada por todos, Lei 10.216, pela qual a União financiaria 100% dos gastos de todos Municípios que adotassem programas naquela direção. E eis que, seis meses depois, veio o Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás.

Veio o Governo do Presidente Lula em 2002 com o Programa Fome Zero, o Cartão-Alimentação e, em outubro de 2003, o Presidente Lula racionalizou e ficou tudo no Bolsa Família, que teve o desenvolvimento de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para 14,2 milhões em 2014-2015, o que fez diminuir significativa tanto a desigualdade quanto a pobreza extrema. Como Tereza Campello ressaltou, foi um programa de formidável sucesso.

Nesses últimos cinco anos, com a recessão, desemprego e o não ajuste adequado dos valores, não houve tanto progresso, mas o programa ainda continua e só agora, surpreendentemente, houve essa extinção por uma medida provisória que não respeita decisão importante do Supremo Tribunal Federal.

Estudando esse assunto com todos aqueles filósofos, economistas, cientistas sociais, mais e mais fiquei persuadido de que melhor seria nós termos uma renda básica de cidadania que um dia passará a ser universal e incondicional. Eis que, em dezembro de 2001, apresentei esse novo projeto. Foi designado Relator o nosso colega Francelino Pereira, ex-Governador de Minas, famoso por dizer "que país é este?", ex-Presidente da Arena, do PFL, me disse: "Eduardo, estou com 81 anos, não serei candidato outra vez, quero estudar seriamente a sua proposta".

Eu dei a ele meu livro *Renda de cidadania – a saída é pela porta*, cuja primeira edição foi publicada em fevereiro de 2002, no Fórum Social Mundial. Ele estudou seriamente e disse: "Eduardo, ótima ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal: para cada despesa, a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados", portanto como fazia o Bolsa Família. Eu achei de bom senso. Lembrei das lições do grande Prêmio Nobel de Economia James Edward Meade, que diz, em *Agathotopia*, que por uma longa jornada esteve em busca de Utopia; por mais que navegasse...

Como vai, querido amigo José Aníbal, de São Paulo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Se convém tirar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Ah, está bom. Então, um pouquinho assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Ah, não convém por causa das regras aqui. Tudo bem.

Então, eis que eu lembrei que James Edward Meade, em *Agathotopia*, diz: "Por um longo tempo, eu estive em busca de Utopia. Por mais que navegasse, não conseguir encontrá-la. No caminho de volta, deparei-me com Agathotopia. Agathotopia, em grego, é um bom lugar. Lá um economista me disse: 'Os agathotopianos sabem onde é que fica Utopia, mas não vão te dizer, porque eles são seres humanos perfeitos, que vivem no lugar perfeito, enquanto nós temos uma diferença grande com eles, porque somos seres humanos imperfeitos, que cometemos nossas bobagens repetidas'".

Às vezes eu cometo alguma bobagem, sabe? Todos nós.

Eis que: "Entretanto, conseguimos construir um bom lugar". Ele estudou as instituições e verificou que eram as melhores que até então havia encontrado para simultaneamente obter o maior padrão de vida possível, muito maior a igualdade e a erradicação da pobreza e muita interação entre trabalho e capital.

Quais eram as instituições? Primeiro, muita flexibilidade de preços e salários para a boa alocação de recurso e ter o maior padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigente. Segundo, muita internação entre capital e trabalho, empresários e trabalhadores, de tal forma que pudessem os trabalhadores ser contratados por cotas de participação nos resultados e, assim, haver melhor distribuição. E, em terceiro lugar, a renda básica de cidadania universal para de fato se chegar à boa dignidade para todas as pessoas e maior igualdade.

Mas ele, no capítulo final, diz que o importante é você caminhar firmemente naquela direção porque, se você quiser tudo ao mesmo tempo, aí vêm as grandes instabilidades. Ele, James Meade, que nasceu em 1907 e faleceu em 1995, assistiu à Primeira Guerra Mundial, à Segunda Guerra Mundial, às revoluções comunistas, aos golpes de Estado, tudo. Então, eu me lembrei disso e falei para o Francelino: "Eu aceito de bom senso".

Graças a isso, o Senado, por consenso, votou, na Comissão de Justiça, na Comissão de Assuntos Econômicos, e ninguém questionou, em dezembro de 2002, e foi para a Câmara. Em novembro de 2003, era suplente, na Comissão de Constituição e Justiça, o atual Presidente Jair Bolsonaro, como Deputado Federal, que nada falou contra e, portanto, votou a favor. Foi para o Presidente Lula sancionar ou não em janeiro de 2004.

Eu conversei com o Ministro da Fazenda Antonio Palocci, que disse ao Presidente: "Como é para ser instituído gradualmente, é factível, pode sancionar".

O Presidente, numa linda cerimônia, convidou o Philippe Van Parijs para estar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela oportunidade, estava na França, lecionando na Sorbonne, aquele que é considerado por muitos como o maior economista brasileiro. Ele, então, mandou e foi lida, na sessão, a seguinte mensagem:

> Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
> Celso Furtado, 8 de janeiro de 2004.
> Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei da Renda Básica de Cidadania, quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso País coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência, o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora, com esse ato que é fruto do civismo, da ampla visão social do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes do seu povo.

Certo dia, eu fui fazer uma palestra – era maio de 2013 –, com o querido Professor Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, lá na Secretaria da Receita Federal, para 600 pessoas, estudantes, professores, funcionários da Receita Federal. Das 8h às 10h, Paul Singer falou da história da economia solidária das cooperativas. Daí ele disse: "Agora vocês vão ouvir a palavra do Senador Professor Eduardo Matarazzo Suplicy, que vai lhes falar da renda básica de cidadania".

Quando o Presidente Lula a sancionou, eu pensei que ele iria formar um grupo de trabalho, de eu queria ter feito parte, para estudar as etapas. E me veio a ideia: "Eu vou escrever para a Presidenta Dilma". Escrevi 34 cartas para ela, mas só consegui ser recebido quando ela já estava, no Palácio Alvorada, aguardando a decisão que infelizmente a retirou do Governo. Mas eu continuo batalhando.

E, felizmente, eis que, no ano passado, em nome do morador de rua Alexandre da Silva Portuguez, de 51 anos, de Porto Alegre, epilético, a Defensoria Pública da União do Rio Grande do Sul ingressou com um mandado de injunção para que o Alexandre da Silva Portuguez passasse a receber a renda básica de cidadania, conforme está na lei já aprovada e sancionada há 17 anos. E eis que o mandado de injunção foi impetrado.

Dessa maneira, o Presidente Jair Bolsonaro precisa regulamentar essa lei. Eu queria dizer isso ao Erik, porque a obrigação do Governo Bolsonaro é a de regulamentar a Lei 10.835 agora, para que obedeça à determinação do Supremo Tribunal Federal, que diz que, a partir de 2022, deverá o Governo regulamentar, para começar... Todas aquelas pessoas que estejam em condição de pobreza extrema e de pobreza absoluta, no ano que vem, deverão passar a receber a renda básica de cidadania, cujo valor precisa ser definido em diálogo com o Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Aqui está, Presidente Davi Alcolumbre, o resumo da decisão do Supremo Tribunal Federal:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] não obstante o legislador tenha determinado a implementação progressiva do benefício, com priorização das camadas mais necessitadas da população, passados mais de 17 anos da promulgação da Lei [...], o Programa [...] ainda não foi regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo Federal.
> [...]
> A renda básica [...] deve ser suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, o que reforça a sua vinculação indissociável à cidadania. [...] o valor a ser fixado deve ser o suficiente para [...] à existência minimamente digna.
> [...] omitir a implementação da renda básica – que assume a envergadura da própria cidadania sob o viés monetário – representa, sim, a violação de um dever constitucional de normatizar.

Eis que o Supremo Tribunal Federal, por seus 11 Ministros, conforme o voto do Relator Gilmar Mendes, reconheceu a omissão do poder público na regulamentação do benefício e determinou ao Presidente da República que, nos termos do art. 8º, I, da Lei 13.300, de 2016, implemente, em 18 meses, a fixação do valor disposto no art. 2º para o estrato da população brasileira em vulnerabilidade socioeconômica, em extrema pobreza e em pobreza absoluta, R$89 e R$178.

Pessoalmente, eu encaminho a síntese.

Mas por que a renda básica de cidadania universal será melhor, Presidente Antonio Anastasia, querido Tasso Jereissati? Primeiro, eliminamos inteiramente qualquer burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal, na carteira de trabalho assinada, ou qualquer atividade que façamos. Se uma mãe toma conta das crianças da vizinha e, no dia seguinte, recebe um trocado, não precisa declarar. Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de uma pessoa precisar dizer: "Olha, eu só recebo tanto, por isso mereço tal complemento de renda". Eliminamos o chamado fenômeno da dependência, que acontece, quando há um sistema que diz: "Quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber tal complemento". E a pessoa está por decidir: "Vou ou não realizar essa atividade que vai me render esse tanto, mas, se eu conseguir, obtiver esse tanto, aí vem o Governo e me retira o que eu estava recebendo naquele programa, eu talvez desista e entre na armadilha da pobreza ou do desemprego. Mas todos vamos, então, passar a receber renda básica em diante, sempre haverá o estímulo ao progresso. Será que não vai estimular a ociosidade? O que é que vamos fazer com aquelas pessoas que têm uma tendência na vagabundagem? Será mesmo?".

Vamos pensar em nós seres humanos, nas mulheres e em nós homens. Todos nós amamos realizar uma série de atividades, porque queremos ser úteis para a comunidade; as mães, quando estão amamentando seus bebês, qualquer dia, hora da noite, da madrugada, com todo o amor e carinho; nós pais e mães, quando estamos cuidando da alimentação, do desenvolvimento de nossas crianças; quando nossos pais e avós são mais idosos, ali estamos para atendê-los com todo o carinho; nas associações de bairros, nas igrejas de todas as denominações, nos centros e diretórios acadêmicos, quantos de nós não realizamos uma série de atividades, porque nos sentimos úteis para a comunidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição brasileira assegura o direito à propriedade privada. O que significa que aquela pessoa que detém a propriedade de uma fábrica, de um banco, de um restaurante, de um hotel, propriedade imobiliária ou títulos financeiros pode receber juros, lucros, alugueis, rendimentos do capital. E eu lhes pergunto: por acaso a nossa Constituição diz que, para receber tais rendimentos do capital, essa pessoa precisa comprovar que está trabalhando, que está com suas crianças e adolescentes na escola? Não!

Portanto, se asseguramos aos mais ricos o direito de receber tais rendimentos, por que não estendermos a todos, ricos e pobres, o direito de todos participarmos, pelo menos um pouco, da riqueza comum de nossa Nação, ainda mais quando percebemos certos aspectos da nossa história? Por mais de três séculos, milhões de pessoas foram arrancadas de sua terra natal na África, para aqui colaborarem para o enriquecimento de tantas famílias, sem que lhes fosse dada a oportunidade, senão a de viver numa senzala e ter uma alimentação que fazia com que os escravos tivessem uma expectativa de vida pouco superior a 30 anos de idade. É uma questão de bom senso.

Mas qual é, querido Senador Tasso Jereissati, querido Antonio Anastasia, José Aníbal, todos que estejam nos ouvindo, qual é a maior vantagem da renda básica, que eu ainda não falei? É do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, de que nos fala o grande economista da Universidade de Harvard e Prêmio Nobel Amartya Sen quando diz que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade.

Ele conta que, quando menino, morava em Bangladesh, em Daca – capital de Bangladesh hoje, mas era Índia na época. Seu pai era um ótimo professor, e eles moravam numa boa casa. Certo dia, ele estava brincando no jardim de sua casa quando, de repente, entrou um homem gritando por socorro, esfaqueado nas costas. Ele chamou por seu pai, que logo veio, e acompanhou seu pai levando-o para o hospital. No caminho ele disse: "Bem que minha mulher tinha me avisado para não vir a este lugar tão perigoso, mas eu não tive outra alternativa senão a de primeiro aqui, neste bairro, caracterizado por lutas étnicas, encontrar um trabalho que pudesse dar o sustento da minha família". Mas, ao chegar ao hospital, teve uma forte hemorragia e veio a falecer. Conclui Amartya Sen: tipicamente, esse homem, Kader Mia, não tinha liberdade real; precisou colocar a sua saúde e vida em risco para conseguir um trabalho que pudesse dar o sustento da sua família.

Para aquela mulher, mãe, que às vezes, lá em São Paulo ou na praia de Fortaleza ou onde estiver, em qualquer cidade do Brasil, não tendo como dar de comer para as suas crianças e para a sua avó, resolve vender o seu corpo, como lá no Parque da Luz – eu estive lá conversando com elas, e me deram toda a razão –; ou para aquele rapaz que, não podendo colaborar no orçamento da sua família, resolve se tornar um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, como o personagem do Homem na Estrada, do Mano Brown, dos Racionais Mc's...

Um homem na estrada recomeça sua vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sua finalidade: A sua liberdade
> Que foi perdida, subtraída
> E quer provar a si mesmo que realmente mudou
> Que se recuperou e quer viver em paz
> [...], dizer ao crime: Nunca mais

No dia em que tiver para si e para cada membro da sua família uma renda suficiente para atender as suas necessidades vitais, essa pessoa vai ganhar o direito de dizer: "Não; agora eu não preciso aceitar essa única alternativa que me surge pela frente, mas que vai ferir a minha dignidade, colocar a minha saúde e vida em risco. Agora eu posso aguardar um tempo, quem sabe fazer um curso aqui numa instituição na minha cidade, até que surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vocação, com a minha vontade". É nesse sentido que a renda básica universal vai elevar o grau de dignidade e liberdade real para todos. "Ah, mas como assim?" Outro dia aqui o Ministro Paulo Guedes – diga a ele por favor – falou: "Imagine! Vamos pagar para todo mundo? Para os Senadores, para os Deputados, para os mais bem-sucedidos empresários brasileiros, para mim, Ministro, para o Eduardo Suplicy, para o Erick?" Sim, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, todos vamos receber – José Aníbal também –, mas, obviamente, os que temos mais vamos colaborar para que nós mesmos e todas as demais pessoas venham a receber. Acontece que hoje um grande número de laureados com o Prêmio Nobel, com o Prêmio Nobel de Economia e da Paz, como James Tobin, Desmond Tutu, Muhammad Yunus, Amartya Sen – são dezenas! –, todos estão recomendando a renda básica universal.

E fico pensando: quem sabe o Presidente Jair Bolsonaro só recomende e coloque em prática se algum pastor evangélico resolver recomendar. Eu trouxe um amigo meu aqui que é pastor evangélico. Se me permitem, vai dar um abraço em vocês. Aqui está: ele, em 29 de agosto de 1963, fez um dos mais belos discursos da história da humanidade, "I Have a Dream". "Eu tenho um sonho de que um dia [...] todas as pessoas, os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-donos de escravos, serão capazes de se sentarem juntos na mesa da fraternidade". E, em 1997, para onde nós vamos daqui para frente, causa ou comunidade? Ele diz: "Agora está na hora de colocarmos em prática a renda garantida como melhor maneira de erradicar de vez a pobreza".

Bem, além dum pastor evangélico, eu gostaria de lhes mostrar algo. Permitam-me ler... Já leram o último livro do Papa Francisco, Antonio Anastasia e Tasso Jereissati? Posso lhes mostrar: *Vamos Sonhar Juntos*, Intrínseca, 2020. Na p. 143, eis o que diz o Papa Francisco:

> Reconhecer o valor do trabalho não remunerado para a sociedade é vital para repensarmos o mundo pós-pandemia. Por isso, acredito que seja hora de explorar conceitos como o de renda básica universal, também conhecido como imposto de renda negativo: um pagamento fixo incondicional a todos os cidadãos, que poderia ser distribuído através do sistema tributário. A renda básica universal poderia redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza. Daria aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> indivíduos a segurança básica de que precisam, eliminando o estigma do seguro-desemprego, facilitaria a mudança de um trabalho para outro, como cada vez mais os imperativos tecnológicos no mundo trabalhista exigem. Políticas como essa também podem ajudar as pessoas a combinar tempo dedicado a trabalho remunerado com tempo para a comunidade.

Alguns dos economistas que expuseram hoje aqui disseram: "Imagine, como é que vamos avançar para pagar a todos?" Há exemplos, vamos visitá-los.

Antonio Anastasia, já esteve nos lugares onde se paga uma renda para todos? Posso lhe convidar a ir? Eu estive lá. Tasso Jereissati, já foi?

No Alasca, no início dos anos 60, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, Bristol Bay, observou que de lá saía uma grande riqueza em forma da pesca, como de tantas vilas de pescadores no Brasil, mas muitas pessoas eram pobres. Então, ele disse: "Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para fazer um fundo que pertencerá a todos". "Mais um imposto?" "Sou contra!" Foi enorme a resistência, mas, cinco anos depois, deu tão certo que tornou-se governador do Estado do Alasca.

Em 1976, tendo o Alasca descoberto, como nós, na camada do pré-sal do Atlântico, enorme reserva petrolífera, na Baía de Prudhoe, ao norte do Alasca, ele então disse aos seus 300 mil, hoje 750 mil habitantes: "Nós precisamos considerar não apenas a geração presente, mas a vindoura, porque o petróleo não é renovável. Vamos separar pelo menos 25% dos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo para formar um fundo que a todos pertencerá". Pediu que todos votassem; 76 mil disseram "sim", 38 mil, "não"; dois para um, venceu.

Uma vez restituídos, os recursos passaram a ser investidos em fundo permanente do Alasca em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, dos Estados Unidos, internacionais, inclusive da Petrobras, Bradesco, Itaú, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil – mais de duzentas empresas brasileiras, nós contribuímos para que isso exista lá –, empreendimentos imobiliários. O fundo passou de US$1 bilhão, no início dos anos 80, para, hoje, US$80 bilhões.

Vamos supor, Antonio Anastasia, viver no Alasca um ano mais. Resido em tal endereço; se viajei no ano passado, qual motivo; tenho tantos filhos até dezoito anos – por eles recebe igual para todos –; trabalho em tal instituição, Senado Federal – não precisa dizer qual a sua remuneração, nem o patrimônio acumulado. Tasso Jereissati e os amigos testemunham, duas pessoas: essa declaração é verdadeira. Se tivesse assim agido desde 1982, teria recebido 300, 400, 500. Em 2000, o preço do petróleo foi lá para cima, três mil duzentos e tantos dólares...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – ... no ano passado cerca de 3 mil, cerca de mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequência: Alasca, 1980, o mais desigual dos 50 Estados norte-americanos; hoje, junto com Utah, é um dos dois mais igualitários. Constitui suicídio político para qualquer liderança no Alasca propor o fim desse sistema.

Portanto, querido Antonio Anastasia, eu acredito muito nessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu queria...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Quero dedicar a minha energia e a minha vida até ver instituída, para valer, a renda básica de cidadania.

Agradeço muito por ter me dado um certo tempo para aqui expor as razões pelas quais tanto acredito nisso, e quero muito colaborar para que, inclusive, a decisão do Supremo Tribunal Federal agora seja respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Suplicy, eu queria, em primeiro lugar, fazer aqui o registro do nosso agradecimento profundo pela dedicação, pelo empenho, pelo vigor que o senhor demonstra na defesa dessa tese. Aliás, o Brasil inteiro conhece a bandeira que V. Exa. levantou já há algumas décadas, não é de hoje. E, a despeito de uma trajetória culminada de sucesso e reconhecimento, o senhor continua firme, como um cruzado, e certamente foi esse esforço que inspirou igualmente o Senador Tasso Jereissati na apresentação do seu projeto, assim como os economistas que o assessoraram.

Todos nós somos aliados nessa tentativa, e eu queria, portanto, agradecer muito a V. Exa. pela sua predisposição de vir aqui à sua Casa para apresentar novamente esse seu repto em favor desse tema tão importante que é a Renda Cidadã, que o senhor coloca de maneira tão feliz.

Nós não temos oradores inscritos, mas eu indago ao Senador José Aníbal se ele gostaria de fazer alguma manifestação. Ele sinaliza que não, e o Senador Tasso tem de seguir para a CPI, que já o convocou.

Eu queria, portanto, agradecer muito a presença de todos os convidados e dizer que audiência cumpriu a sua missão. Nós vamos agora fazer as reuniões técnicas para fazer a conclusão do parecer, evidentemente com a participação dos consultores.

Portanto, mais uma vez agradecendo muito a presença de todos os convidados, saúdo todos, os que estão remotamente e aqueles que estão presencialmente. Dr. Erik, agradeço também a presença de V. Sa., representante aqui do Ministério da Economia. Saúdo o Senador José Aníbal. Ao Senador Tasso, o meu respeito profundo e permanente como autor desse importante projeto.

Encerro com uma homenagem ao Senador Suplicy, pela sua dedicação e pelo seu esforço, conquistando aliados a cada dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos encerrar a reunião.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – V. Exa. me proporcionou um dos dias mais felizes da minha vida e da minha vida no Senado Federal.

Muitíssimo obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Nós é que agradecemos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Agradeço a presença de Edwiges de Oliveira Cardoso, que foi minha chefe de gabinete por 24 anos. Antes ela trabalhava com o Severo Gomes, que era o meu antecessor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito bem! E ela está muito bem disposta também. Parabéns pela dedicação!

Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Alvaro Dias, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Carlos Portinho, Paulo Paim, Izalci Lucas e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Eliziane Gama e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2021 - CCJ, de autoria Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), e PL 2505/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2505, de 2021, que "altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa". **Participantes:** Sr. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Sr. Roberto Livianu, Procurador de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção (INAC); Sr. Manoel Galdino, Economista e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e Diretor-Executivo da organização Transparência Brasil; Sr. Marçal Justen Filho, Advogado e Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Sr. Izaías José de Santana, Prefeito Municipal de Jacareí, São Paulo, e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo; e Sr. Lucas de Castro Rivas, Advogado e Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/28

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre a improbidade administrativa, conforme o Requerimento nº 3, de 2021, da CCJ, de iniciativa do ilustre Senador Alvaro Dias.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, aos convidados, aos servidores da Secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reunião para atender demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19, no âmbito do Senado Federal e no que couber, estando de acordo com as normas exaradas pela Casa, já conhecidas. Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que querem encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria: 0800-0612211.

São convidados desta reunião: o eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça, professor Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin; o eminente Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Dr. Roberto Livianu; o eminente Dr. Manoel Galdino, economista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Diretor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo da Organização Transparência Brasil; o eminente Prefeito Municipal de Jacareí, Sr. Izaías José de Santana, do Estado de São Paulo, Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo; Dr. Lucas de Castro Rivas, advogado; e o Professor Dr. Marçal Justen Filho, advogado e doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Peço aos convidados que irão participar presencialmente desta audiência pública para tomarem seus lugares, por gentileza, na bancada.

Senador Alvaro Dias, por gentileza, com a palavra V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente Anastasia, enquanto V. Exa. organiza o início da reunião, eu gostaria de fazer um apelo e um registro. V. Exa. não preside a Comissão, mas é o Vice-Presidente e obviamente tem grande influência nas decisões desta Comissão de Constituição e Justiça, especialmente no que diz respeito à sua condução.

Primeiramente, nós fazemos uma indagação: se há já definição da data para a sabatina a fim de que possamos cumprir o rito, cumprir o nosso dever constitucional e sabatinar o indicado pelo Presidente da República para o preenchimento da vaga existente no Supremo Tribunal Federal desde a aposentadoria do ministro Marco Aurélio, que se deu no dia 12 de julho. Portanto, já tivemos tempo suficiente, aliás, exageradamente suficiente para deliberarmos sobre a indicação do Presidente da República. É bom sempre lembrar que é prerrogativa exclusiva do Presidente da República, no sistema vigente, fazer a indicação e que nos compete apenas sabatinar o indicado e deliberar em Plenário sobre essa indicação. A gaveta não é o melhor lugar neste momento, até porque criamos um impasse no Supremo. Eventualmente é possível o empate nas decisões importantes da Suprema Corte.

Eu sei, Presidente, que muitos de nós – e eu me incluo entre eles – não concordamos mais com esse sistema, que é o sistema da indicação política, do chamado apadrinhamento político, e que nós queremos substituí-lo pelo sistema da meritocracia. V. Exa. é Relator de um desses projetos aqui no Senado Federal e apresentou um substitutivo. Está chegando neste momento, inclusive, o autor desse projeto, Senador Lasier Martins. Esse projeto, com o substitutivo de V. Exa., com as alterações que o aprimoram, certamente nos conduziria a um sistema de meritocracia que valorizaria o Supremo Tribunal Federal, restabelecendo o seu conceito diante da sociedade. Que há desgaste, todos nós sabemos; que a Suprema Corte sofre tremendo desgaste neste momento, todos nós sabemos. Evidentemente, as razões também são sobejamente conhecidas. A suspeição que pesa sobre decisões do Supremo Tribunal Federal tem origem nesse sistema da indicação política. Se nós queremos eliminar ou minimizar a suspeição, devemos mudar o sistema.

E é preciso, para aqueles que nos acompanham, destacar que a proposta fala em eleição: a magistratura elegeria um, o Ministério Público outro, a advocacia outro, teríamos uma lista tríplice submetida ao Presidente da República, ele escolheria o da sua preferência e submeteria a esta Comissão e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriormente, ao Plenário do Senado Federal. Certamente a suspeição que vigora hoje seria eliminada, uma vez que não haverá apadrinhamento, e apenas a valorização do talento, do preparo, da qualificação técnica e profissional. Esse é o caminho, Presidente.

Hoje nós estamos sob a égide de um sistema diferente, que é o da indicação política, e só nos cabe sabatinar e deliberar. Por essa razão, o nosso apelo a V. Exa. de que é preciso determinar a data da sabatina do Dr. André Mendonça. Esperar que o Presidente da República retire esta indicação eu creio que é exagerar em relação ao conceito que se tem do Presidente da República. Não imagino o Presidente da República retirando o nome do Dr. André Mendonça, que ele escolheu, por certo, cuidadosamente. E, de outro lado, esperar que o Dr. André Mendonça renuncie a essa indicação também seria esperar demais, seria desacreditar do indicado de forma definitiva. Nós não pensamos assim, Presidente, e queremos cumprir o nosso dever, queremos deliberar sobre essa indicação. Por isso o nosso desejo de que V. Exa. e o Presidente Davi Alcolumbre, que não está presente, possam determinar uma data para a sabatina.

Esse é o apelo, Presidente Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Líder Senador Alvaro Dias. Cumprimento V. Exa., que tem sempre o coração generoso e atribui a este Vice-Presidente mais força do que ele tem. Eu já indaguei do Presidente Davi também sobre a questão da data, em coro com o que V. Exa. coloca, e ele me disse que fará a marcação. Mas, como V. Exa. sabe, a minha função de Vice é tão somente substituí-lo no momento da sua ausência.

Com referência à proposta de emenda à Constituição de autoria do eminente Senador Lasier Martins, que aqui se encontra, e da qual eu sou Relator, eu também já pedi ao Senador Presidente Davi que paute a matéria. Acho, de fato, que nós avançamos bem. E, se me permite V. Exa., eu acresço, além da exposição que V. Exa. coloca, que também na proposta há a figura do mandato, o mandato de dez anos. Nós fizemos um estudo muito detalhado do Direito comparado, das estruturas comparadas, e acolhemos o modelo europeu, que se dá exatamente pelo processo de indicações de organismos, como V. Exa. aqui, de maneira muito clara, arrolou; e, ao mesmo tempo, o mandato, claro, com vigência futura e não afetando os atuais Ministros do Supremo. Então, estou aguardando também essa votação, porque fiz o parecer com muito gosto e tenho muito entusiasmo, igualmente, como V. Exa., por essa proposta.

Vou reiterar ao Presidente Davi, que se encontra no seu Estado natal, essa ponderação de V. Exa., que registro com muito gosto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É porque, Presidente, vai ficando muito mal para o Senado, como instituição, essa omissão. Lamento a ausência do Presidente Davi Alcolumbre, mas é preciso preservar esta instituição de desgastes dessa natureza. Nós não podemos pedir para apanhar da sociedade nestas circunstâncias. Temos o dever de trabalhar para recuperar o conceito de uma instituição que é essencial ao Estado de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu que agradeço, eminente Senador Alvaro Dias.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência informa que adotará as seguintes normas. Os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A palavra a Senadoras e Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Eu queria agradecer muito a presença dos convidados. Nós temos aqui a ilustre presença física – presencialmente, como se diz atualmente – do Dr. Manoel Galdino, do Dr. Izaías José de Santana, do Dr. Roberto Livianu e do Dr. Lucas de Castro Rivas. Remotamente, estão presentes o eminente Ministro Herman Benjamin e o eminente Professor Marçal Justen Filho, que vejo aqui, virtualmente. Agradeço muito a presença de todos os senhores, como também dos eminentes Senadores que aqui se encontram presencialmente – já saudei o Senador Alvaro Dias, o Senador Lasier e o Senador Oriovisto – e também daqueles que se encontram remotamente presentes.

Nós vamos começar e adotaremos aqui um critério, alternando entre os convidados apresentados pelo Senador Alvaro Dias e pelo eminente Senador Weverton, que é o Relator. Então, convidaremos, em primeiro lugar, para sua exposição, remotamente, o eminente Ministro Herman Benjamin, em seguida, o Prefeito Izaías José de Santana; depois, o Dr. Manoel Galdino, em seguida, o Dr. Lucas de Castro; depois o Dr. Roberto Livianu e, ao final, o Professor Marçal Justen Filho.

Chegou o Relator. (*Pausa.*)

Tome assento onde V. Exa. achar melhor. Caso queira ficar aqui, terá o prazer desta Presidência.

Então, com a presença do Relator, vamos dar início a nossa audiência pública.

Eu convido para a sua exposição... Nós vamos fixar o prazo de até 15 minutos, e eu peço de fato a compreensão, porque certamente teremos muitas perguntas, os Senadores já se inscreveram e nós temos os prazos a serem cumpridos. Então, eu convido, remotamente, o eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin para sua fala, não sem antes cumprimentar a presença da Ministra Eliana Calmon, que vejo aqui que se encontra na nossa audiência.

Ministro Herman, a palavra está com V. Exa. Mais uma vez agradeço a gentileza da sua participação.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia. Eu queria inicialmente agradecer, Senador Antonio Anastasia, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de retornar ao Senado virtualmente. Pelas minhas contas, eu já participei de mais de cem audiências públicas desde o período imediatamente após a Constituição de 1988, no Senado e na Câmara dos Deputados, sempre para discutir projetos de lei e iniciativas as mais diversas dos eminentes Parlamentares das duas Casas.

Saúdo, inicialmente, V. Exa., que é uma das referências jurídicas e éticas do nosso País e do nosso Parlamento; saúdo o nosso Relator, Senador Weverton Rocha, das terras de Imperatriz, no Maranhão, e que certamente vai fazer um trabalho extraordinário no seu relatório; o Senador Alvaro Dias; o Senador Lasier Martins. Vejo aqui o Senador Nelsinho Trad, das terras do Pantanal, também o Senador Luiz do Carmo, Senadora Rose de Freitas, o Senador Lucas Barreto e o Senador Marcos do Val.

E eu peço desculpas porque eu não consigo enxergar os eminentes Senadores que estão fisicamente no Plenário da CCJ. Queria também saudar os meus colegas de Mesa que serão expositores hoje e muito especialmente, se me permitem, V. Exa., Presidente, e o eminente Relator Weverton Rocha, saudar a Ministra Eliana Calmon, que é uma referência no nosso País no que se refere à ética, à probidade, e uma vida dedicada efetivamente à Justiça. Ela fez escola e deixou muitos alunos.

Presidente, eminente Relator, eminentes Senadores, toda lei, quando é promulgada, naquele dia começa o seu envelhecimento. E, a partir daí, evidentemente que se impõe o processo parlamentar de fiscalização da sua implementação e, a partir daí, busca-se a sua atualização, principalmente numa área tão cambiante como é a da improbidade administrativa e do combate à corrupção.

Eu queria já adiantar que eu vou fazer os meus comentários apenas com os olhos postos no texto que chegou da Câmara, porque o eminente Senador Weverton Rocha ainda está trabalhando com a sua assessoria e com sua larguíssima experiência no texto que S. Exa. finalmente apresentará ao Senado e ao País.

Queria também mencionar que, normalmente, diante de um projeto legislativo, a minha postura é a seguinte: primeiro, tentar identificar o espírito e os objetivos da proposição; segundo, verificar se os dispositivos que lá estão apostos alcançam aqueles objetivos – às vezes, alcançam, mas vão muito além. Existe aquilo que na linguagem militar se chama de efeitos colaterais. Não são efeitos intencionais; são efeitos que ocorrem, às vezes, por faltar uma vírgula, uma palavra a mais, para delimitar aquele dispositivo –; e, finalmente, buscar colocar este projeto de lei ou proposição legislativa na lógica do ordenamento jurídico brasileiro.

Eu começo exatamente pela lógica do ordenamento jurídico brasileiro, que é: os tipos penais e as sanções penais recebem a maior constrição possível prevista no ordenamento jurídico. Em segundo lugar, vêm os tipos sancionatórios e as sanções de natureza civil e administrativa. E, em terceiro lugar, os negócios jurídicos, os contratos etc. Ou seja, na lógica do ordenamento, considerando que o combate à corrupção é uma prioridade absoluta, não parece lógico que as normas de combate não penal à improbidade administrativa e à corrupção possam ser mais protetórias do investigado, do réu, do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquelas que se aplicam no processo penal. E o que eu vou aqui levantar são alguns exemplos em que isso aqui, certamente por efeitos colaterais, está ocorrendo, ou seja, algo será crime e poderá propiciar que alguém seja preso, mas não permitirá que, no âmbito não penal, essa mesma pessoa possa eventualmente ser processada e, se for o caso, condenada pelo mesmo fato, ou seja, cria-se um regime jurídico mais estrito para o combate não penal da improbidade administrativa do que aquele previsto na própria legislação penal.

E eu começo com a questão da transformação de todos os ilícitos da Lei da Improbidade Administrativa em ilícitos dolosos. A lógica aqui do ordenamento, e é legítima, e da própria proposição que chegou da Câmara é que a Lei da Improbidade Administrativa juntava alhos com bugalhos, e é correto isso, ou seja, é correto que a lei o fez de forma incorreta. É verdade, mas no sistema que nós temos agora e de que certamente, eu não tenho dúvida, o eminente Relator, o Senador Weverton Rocha, terá já feito seus estudos e as suas proposições a respeito, o que nós temos é que certas condutas continuarão sendo crime de forma culposa e não serão improbidade administrativa ou atos de corrupção. Então, aqui é a quebra da lógica. De novo, não retira a justiça da proposição inicial, de que a Lei da Improbidade não separava condutas mais graves de condutas mais leves.

E eu dou o exemplo com o art. 312, §2º, do Código Penal, que é o peculato culposo: "Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem" e aí vem a sanção penal. Pois bem, essa mesma conduta que é apenada com restrição de liberdade, prisão, de maneira culposa, não será admitida como *causa petendi,* como fundamento para ação de improbidade administrativa. E eu poderia citar vários outros exemplos em que, para mandar o acusado de improbidade ou de corrupção para a cadeia, é possível a forma culposa, mas, para processá-lo ou processá-la com base na Lei da Improbidade Administrativa, só de maneira dolosa e, mais ainda, com dolo específico; não é dolo genérico. São inúmeros os tipos penais que, embora não prevendo a forma culposa, preveem o dolo genérico.

Essa, então, a primeira observação que deixo.

Poderia também mencionar tipos penais que não são estritamente relacionados à administração pública ou ao combate à corrupção e à improbidade administrativa. Por exemplo, o médico que resolve fazer experimentos com novos tratamentos no hospital público, sem informar aos seus pacientes, contrariando as regras da Organização Mundial da Saúde e dos seus pares, se há uma lesão grave, a pessoa fica, por hipótese, paralisada, ou vem a morrer, esse médico poderá ser processado por homicídio ou lesão corporal culposa, mas não poderá ser processado com base na Lei de Improbidade Administrativa. Tudo isso tem solução e, certamente, repito, o eminente Relator Weverton Rocha encontrará a fórmula correta, basta separar o joio do trigo e deixar exatamente para essas hipóteses em que é possível a culpa, no âmbito penal, que elas permaneçam por equiparação também por formas culposas e outras que sejam extremamente graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passemos agora ao art. 11, que, de novo, é um dispositivo que foi muito criticado e creio que havia mesmo a necessidade de se encontrar formas e fórmulas de fechamento ou de redução da abertura do dispositivo como nós temos hoje na Lei de Improbidade Administrativa. O que ocorre, no entanto, é que esse dispositivo hoje, em que permaneceu o texto vindo da Câmara dos Deputados, inviabiliza o combate à corrupção e à improbidade administrativa em hipóteses que são gravíssimas.

Em vez de aqui se apresentarem figuras teóricas, cerebrinas, eu vou trazer precedentes do Superior Tribunal de Justiça de vários Relatores. E são precedentes que os meus colegas de Mesa todos conhecem, inclusive o Professor Marçal Justen Filho, que tem uma prática muito intensa de advocacia no nosso tribunal nessa matéria.

Bem, desaparece o inciso I, na versão que veio da Câmara, e o inciso II do art. 11. O que diz o inciso I? "Praticar ato visando a fim proibido em lei ou regulamento, ou diverso daquilo previsto na regra de competência". É fazer algo que é proibido na lei ou então que vai além da competência estabelecida. E o inciso II? "Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício". E nós sabemos que há figuras penais para essas duas hipóteses que desaparecem.

Então, vamos ver alguns exemplos de condutas que foram confirmadas como de improbidade administrativa, pelo Superior Tribunal de Justiça, com base no art. 11, e que eu não vejo como, ou dificilmente, se encaixarem, seja no atual art. 11 como veio da Câmara dos Deputados, ou nos artigos 9º e 11.

Primeiro, a prática, por agentes policiais, de tortura, prisão manifestamente ilegal e justiçamento. Há três precedentes no Superior Tribunal de Justiça nesta matéria. Eu não vejo como nós vamos encaixar – eu digo nós, coletivamente, a comunidade jurídica – a prática de tortura aqui, nesses dispositivos como eles chegaram da Câmara dos Deputados.

A prática da rachadinha. Há precedentes aqui, mais de um, em que um Parlamentar, Vereador, neste caso, obrigou os seus servidores a repassarem uma parte dos seus salários para o próprio. Vejam, os servidores trabalhavam; então, nós não vamos poder encaixar nas outras categorias. Era uma apropriação indevida dos valores desses pobres servidores. Há precedentes tanto da Primeira Turma quanto da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Policiais que se deslocam a um *show* e disparam com armas de fogo sete vezes, sendo que um dos disparos atingiu uma criança, que veio a óbito. Esse é um precedente da Segunda Turma, e eu não sei como se encaixará nas hipóteses que remanescem do art. 11. Todos esses casos que eu estou mencionando são do art. 11.

Nomeação pelo Parlamentar de seu caseiro, cuja qualificação profissional é de pescador, para o exercício de cargo de assessor de informática na Assembleia Legislativa do seu Estado. Esse é um precedente da Primeira Turma. Há, inclusive, um dispositivo novo, acrescentado na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, dizendo que simplesmente nomear não caracteriza improbidade administrativa, mesmo que faltem as qualificações. Esse é um exemplo que ficará, a meu juízo, sem uma resposta com base no art. 11.

Conselheira titular que mantém contato telefônico com o namorado preso através de telefone clandestino, inclusive durante o horário de trabalho. Procurou testemunhas e jurados que participaram da sessão do júri que seria na comarca, além de passar ao réu informações sobre os jurados. Esse é um precedente da Segunda Turma, que também ficará sem fundamento ou base, parece-me, nesse novo art. 11.

Médico pertencente ao SUS que cobra honorários de pessoas pobres. Isso é feito com base no art. 11 também. É um precedente da Primeira Turma.

Servidor público, ou melhor, auditor fiscal, que, ciente de que a empresa interessada tinha sua esposa e o sobrinho dela como sócios, atua no processo fiscal, encaminhando o caso para o reconhecimento de prescrição fiscal. Outro precedente.

Serventuário da Justiça entrou como ocupante do cargo de Diretor do Serviço de 1ª Vara Judicial de uma cidade do interior de São Paulo fazendo advocacia administrativa, precedente daqui, da relatoria de uma eminente Ministra que vem do Estado do eminente Senador Antonio Anastasia.

Prefeito que, além de não prestar contas dos recursos recebidos do Ministério da Saúde, em quatro anos do exercício do seu mandato, deixe de entregar ao seu sucessor a documentação necessária para viabilizar a prestação de contas do exercício. Os dois eminentes Senadores que estão sentados à mesa sabem que quem assume um novo mandato precisa ter a regularidade ou pelo menos a documentação, mesmo que não finalizada, para poder continuar recebendo recursos federais da educação e da saúde. Sumiu com os livros. E o Município com o novo administrador vai ficar negativado, sem condições... E são os mais pobres do País.

São exemplos que eu trago, e outros tantos, que eu passarei às mãos de V. Exa., eminente Presidente desta reunião, Antonio Anastasia, e do eminente Relator, não menos eminente, o Senador Weverton Rocha.

Eu termino com a questão das sanções. E aqui a preocupação e, se quiserem, a perplexidade é muito grande, porque os cientistas políticos – e acho que nenhum cientista político vai falar hoje – certamente têm uma visão diferente de nós da área do direito. É que o corruptor pode ter um comportamento muito mais grave do que o, aspas, "corrompido", que, não raras vezes, herdam o sistema podre. Nós temos visto isso no decorrer da história do nosso Brasil, especialmente com as empreiteiras.

Então, aqui nós não podemos, ao estabelecer mecanismos de proteção do administrador que não tem apoio técnico, que desconhece a legislação, simplesmente criar uma superproteção para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreiteiras, que são historicamente as mães, as avós e avôs, os pais da corrupção no nosso País. E são muitos os dispositivos aqui – eu vou passar às mãos dos eminentes Senadores – que têm o intuito não de proteger este coitado do administrador que está perdido nos confins de um Catolé do Rocha da vida, mas de proteger as grandes empreiteiras, que têm uma história de ataque aos cofres públicos e aos administradores do nosso País.

Os administradores têm um processo eleitoral a cada quatro anos; no caso dos Senadores, a cada oito anos. Passam pelo novo crivo das eleições. As grandes empresas não; mudam os administradores, e as práticas continuam. E onde que há as dificuldades aqui? Primeiro com a criação – e é para essas grandes empreiteiras, não é para o pequeno administrador – da chamada improbidade continuada. Isso está no art. 18-A, que diz o seguinte:

> Art. 18-A. A requerimento do réu, na fase de cumprimento da sentença, o juiz unificará eventuais sanções aplicadas com outras já impostas em outros processos, tendo em vista a eventual continuidade de ilícito ou a prática de diversas ilicitudes, observado o seguinte:
> I – no caso de continuidade de ilícito, o juiz promoverá a maior sanção aplicada, aumentada de 1/3 (um terço) [...]

Em várias dessas investigações, na época em que eu estava no Tribunal Superior Eleitoral, o que se viu, o que eu vi eram empresas que dedicaram a sua existência à prática de ilícitos. Então, a continuidade é permanente, os contratos não são de dois anos, de seis meses, são contratos de quinze anos, de dez anos, de vinte anos. Então, essas grandes empresas praticarão todo tipo possível de ilicitude no Brasil e, a partir da pena maior e um terço, todo o resto é grátis. Então, eu entendo o que se quis aqui colocar, que foi proteger o Vereador que não tem conhecimento jurídico, o Presidente da Câmara, o Prefeito municipal, mas nós não podemos criar para esses pais e mães da corrupção no nosso País nenhum benefício que não existe no Direito Comparado.

Eu termino com a questão da absolvição criminal e da indisponibilidade.

Na indisponibilidade de terceiro, veja, nós estamos aplicando aqui, cuidando fundamentalmente de pessoas jurídicas. A indisponibilidade para essas empresas se torna praticamente impossível. E, ainda no caso de fusão e incorporação, o que surge depois, ou seja, a soma do podre com o não podre, é que o podre acaba absolvido. Isso está dito expressamente no texto que veio da Câmara dos Deputados.

Minha última consideração é sobre a absolvição criminal, art. 21, §4º. Isto está na folha 29 do texto que veio da Câmara dos Deputados: "A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no artigo 386...". Então, agora, será o único caso do ordenamento jurídico brasileiro em que alguém – isso vale para as pessoas jurídicas ou para os integrantes de pessoas jurídicas – é absolvido por falta de prova, e uma prova que é analisada com muito mais rigor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no processo penal, é absolvido no âmbito criminal e não é absolvido por negativa do fato ou negativa da autoria. Isso se transplanta para o juízo cível e não se permite um aprofundamento das investigações, que, muitas vezes, envolvem contas no exterior, bancos criados no exterior, sistemas extremamente complexos de informática que estão também no exterior. Como nós podemos ver em vários episódios, não é de um governo, mas de muitos governos, de muitas administrações do nosso País, sobretudo, no que se refere às grandes corporações.

Minha última palavra, Presidente, eminente Senador Weverton Rocha, é a de que, e eu não tive tempo aqui de analisar outros dispositivos, a serem mantidos, como estão, esses dispositivos, os mais críticos do texto que veio da Câmara dos Deputados, nós teremos pessoas ímprobas e corruptas punidas no crime, mas não passíveis de punição no âmbito não penal, no âmbito da Lei da Improbidade Administrativa.

Segundo, nós teremos pessoas punidas no exterior, com base, por exemplo, na legislação norte-americana do Foreign Corrupt Practices Act – eu acho que troquei as palavras aí, mas, enfim, é a lei de combate à corrupção federal nos Estados Unidos –, mas que não poderão ser processadas aqui com base na Lei da Improbidade Administrativa.

E, terceiro, se nós analisarmos o sistema dos países da OECD – e o Brasil quer fazer parte da OECD, e as missões da OECD vêm ao Brasil –, nós não vamos encontrar precedentes naquilo que está sendo colocado aqui, em alguns casos com o intuito louvável de evitar punições rigorosas para um administrador que é simplesmente relapso, que não tem conhecimento, mas que nós temos, no texto, como resultado direto ou indireto, a construção de uma superproteção não para o corrupto, mas para o corruptor, em particular para as grandes empresas que usam e continuam a usar, mesmo no período de pandemia, como se investiga hoje no Senado Federal, de práticas condenáveis de improbidade administrativa e também de corrupção.

Agradeço mais uma vez o convite que me foi feito.

Desejo ao eminente Relator, Senador Weverton Rocha, muito sucesso no seu trabalho, que certamente trará benefícios para o Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado eminente Ministro Herman Benjamin. Agradeço muito a V. Exa. pela colaboração a esta Comissão de Constituição e Justiça, certamente faço o agradecimento também em nome do eminente Relator, Senador Weverton.

Extrapolou um pouquinho o prazo, sete minutos, eu controlei aqui, mas o Ministro falando remotamente, a campainha é dada aqui na sala, então, a tolerância sempre se dá e é sempre bom ouvir o Ministro Herman.

Mas, de todo modo, eu encareceria aos nossos convidados que pudessem ficar no prazo, porque são seis os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito, portanto, a participação do Ministro Herman Benjamin, certamente muito elucidativa, e convido, agora, o próximo convidado, o próximo interlocutor, que será o Prefeito Izaías José de Santana, Prefeito de Jacareí, do Estado de São Paulo, que também é doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Indago ao Dr. Izaías se ele prefere falar da bancada ou se desejaria falar aqui de frente? Está bem aí?

Então, por gentileza, Prefeito Izaías, com a palavra V. Exa.

O SR. IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Antonio Anastasia, Exmo. Sr. Senador Weverton, Exmo. Sr. Senador Alvaro Dias, que convocou esta audiência pública, em nome dos quais cumprimento todos os Senadores da República, quero aqui citar, primeiro, a minha gratidão ao nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Prefeito Edvaldo, pela confiança a mim delegada de estar aqui representando os Prefeitos da frente e dizer das nossas angústias.

A primeira grande questão sobre a qual precisamos refletir é quanto ao núcleo da Lei de Improbidade e as sanções da Lei de Improbidade.

A Lei de Improbidade não é a única legislação que combate a corrupção. Ela não revoga nem substitui o Código Penal, ela não revoga nem substitui a legislação de combate à corrupção, ela não afasta a aplicação da lei de responsabilidade, ela não afasta os diversos estatutos que regem a vida funcional, mas ela tem um núcleo essencial: ela quer afastar da vida pública o ímprobo, o desonesto, o corrupto, e ela atinge direitos fundamentais. Ela atinge a soberania popular, porque ela afasta do mandato, impõe a perda do cargo para quem foi eleito pelo povo, ela exclui da vida pública quem prestou concursos, ela suspende direitos políticos – que são direitos fundamentais –, ela coloca em disponibilidade o patrimônio, seja ele adquirido pela prática de ato ilícito ou seja ele anterior, e, mais do que isso, ela atinge de forma mortal quem tem honra e é acusado injustamente.

Então, é nesse prisma que nós devemos pensar que uma lei com essa gravidade precisa ser o mais específica possível. E, se nós já avançamos em nível de civilidade no Direito Penal, no Direito Tributário, garantindo princípios fundamentais, como, por exemplo, a individualização da responsabilidade, a lei de responsabilidade, a Lei de Improbidade, hoje em vigor, não garante a individualidade da responsabilidade. Se nós já avançamos no Direito Tributário inclusive, para impedir a retroatividade, a lei de responsabilidade, de improbidade administrativa, hoje, como interpretada e aplicada, não garante a irretroatividade sancionatória. Porque uma tese jurídica que se desenvolve, uma tese jurídica que é construída na doutrina ou na jurisprudência pode alcançar fatos e atos que, quando praticaram, sobre eles não havia nenhum questionamento.

E eu vou citar aqui o exemplo mais claro: nós ficamos 30 anos discutindo, neste País, o nepotismo. Não há legislação; há uma súmula. E até hoje nós temos Prefeitos que são cassados, à luz da Lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Improbidade Administrativa, por nepotismo. Mas, se nós digitarmos o sistema mais simples de busca, a jurisprudência do Brasil, o STJ, o Tribunal de Justiça de Minas, o Tribunal de Justiça de São Paulo, nós vamos encontrar: ora nepotismo é improbidade, ora nepotismo não é improbidade; ora a súmula vinculante se aplica a agentes políticos de primeiro escalão, ora não se aplica. E, enquanto as teses, as discussões, os conceitos jurídicos indeterminados, os princípios imprecisos – cujo rol sequer conhecemos – alimentam a vaidade de alguns juristas, alimentam a teses e mais teses de doutorados, os Prefeitos e agentes municipais, secretários em especial, ficam nessa incerteza.

Pode ser que, daqui a cinco anos ou daqui a dez anos, quem hoje praticou um ato sobre o qual não há nenhuma discussão jurisprudencial ou doutrinária de sua ilicitude... Por exemplo, amanhã, alguém pode construir uma tese de que se ofende o princípio da eficiência. O que é o princípio da eficiência?!

Se nós avançamos na legislação penal e na legislação tributária para garantir previsibilidade de conduta, para garantir que a pessoa saiba, com antecedência, do que poderá vir a ser acusada, até para lhe assegurar o direito de defesa e do contraditório, isso é negado na Lei de Improbidade Administrativa, como praticada hoje nos nossos tribunais. Sem a individualização subjetiva da conduta, sem a definição clara e precisa dos fatos e dos negócios do mundo jurídico, sem a segurança jurídica definindo os conceitos, definindo com precisão esses conceitos, a legislação delega aos acusadores e ao Poder Judiciário a função de construir o Direito no caso concreto. Isso é o que é mais absurdo no mundo das inseguranças jurídicas, porque, a pretexto de se combater a corrupção, abre-se, escancara-se uma discricionariedade criativa dos órgãos judiciais. É praticamente uma negação da função legislativa. Normas sancionatórias: ou as fazemos com precisão fática, ou as fazemos com elementos que permitam ao seu destinatário saber, de antemão, do que ele pode vir a ser acusado, ou caímos na barbárie da discricionariedade, da incerteza jurídica, da loteria jurídica.

Quantos Prefeitos deste País não foram acusados de improbidade por nomearem parentes de primeiro grau para cargos de agentes políticos? A súmula é expressa ao dizer que aos agentes políticos isso não se aplica, mas os tribunais se avocam o direito de perquirir se o caso concreto é ou não nepotismo. E alguns dizem que nepotismo é improbidade, outros dizem que nepotismo não é improbidade por falta de previsão legal.

Eu não vou pegar apenas o caso do nepotismo para convidar os senhores à reflexão. E o décimo terceiro de agentes políticos? Ficamos dez anos discutindo se Prefeitos e secretários, depois da mudança da emenda administrativa que transformou os vencimentos deles em subsídios, teriam direito ou não ao décimo terceiro. E, finalmente, a jurisprudência pacificou no sentido de que, se havia lei estabelecendo, eles podiam recebê-lo, mas o que a gente faz com a honra daqueles que foram afastados dos seus cargos e tiveram seus direitos políticos suspensos por terem recebido décimo terceiro? O que a gente faz com aqueles que foram acusados injustamente de se apropriarem de recursos públicos – e aí estamos no art. 9º –, porque se discutia a tese jurídica de que subsídio é incompatível com o décimo terceiro salário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprofundando mais as discussões, discutimos o conceito de culpa grave. O que é culpa grave? Qual é a régua? Quais os critérios? Quais os parâmetros? É o efeito sobre o orçamento? É o grau de conhecimento do agente político? É a consciência da ilicitude da conduta? Culpa grave, no mundo que é a administração pública, em que os gestores públicos – Prefeitos, secretários municipais, Governadores, secretários estaduais – precisam tomar decisões sobre todas as áreas de conhecimento afetas à administração pública... E deles é exigido que se conheçam planilha de custo e método construtivo de engenharia; e deles é exigido que conheçam questões técnicas de eletrônica, de internet, de serviços complexos. Em uma concessão, em uma licitação de uma concessão, como é que eu posso dizer para os servidores concursados, efetivos, que ocupam comissões de licitação neste País, que são ordenadores de despesa: "Fiquem tranquilos; se a sua culpa for leve, vocês não serão ímprobos"? O que é isso? É novamente a insegurança; é novamente legislar com conceitos indeterminados; é novamente legislar sem precisão capaz de garantir segurança jurídica, previsibilidade da conduta e, mais do que isso, capacidade de o cidadão comum que se aventura a ser Prefeito, que se aventura a disputar um mandato eletivo saber do que pode vir a ser acusado.

E aí nós temos dois elementos que resolvem: o dolo e o fato objetivo, descrito no art. 9º. Ninguém neste mundo, ninguém neste País pode se desculpar de ter enriquecido ilicitamente. Ninguém! É um fato objetivo: todos sabem quanto merecem, quanto ganham e qual é o seu salário; se recebeu a mais, não há desculpa. E não há desculpa também se agiu dolosamente. Agora, quando eu trago para o conceito a culpa, eu estou exigindo que o Prefeito, que o Governador seja onisciente, seja onipotente, porque, a título de culpa, ele vai responder pela improbidade de um funcionário de terceiro escalão. O Governador de Estado vai responder por improbidade cometida por um dirigente de uma sociedade de economia mista, porque ele foi culposo, agiu com culpa, foi negligente, foi imprudente e deveria saber que aquele cidadão que ele escolheu e nomeou era corrupto – nós não temos esse dom!

Além disso, no art. 10, nós também estamos resolvendo: é dano efetivo. E aí se postula que se volte a consagrar o que se está tornando realidade na jurisprudência: dano presumido, presunção de dano ao Erário. Como é que eu posso presumir um dano?! Presumir um dano ou acatar a tese do dano presumido é dispensar o órgão acusador do ônus de acusar, do ônus de demonstrar qual é o dano; é colocar no art. 10 o direito de o Poder Judiciário fazer escolhas políticas menos danosas ao Erário, porque, se o dano é presumido, basta alegar.

E aí a Lei de Improbidade fica com menos garantia que o Código Penal. Ela já é hoje, porque, pelo menos no Código Penal, existe suspensão da pena. Às vezes, é até melhor ir para o inferno – porque, pelo menos, tem chance de ir para o purgatório – do que quem tem honra responder por improbidade administrativa, pois acabou sua carreira política!

O art. 11 era um desafio para todos que se debruçavam. Poucos defendiam ou defendem a manutenção do art. 11 tal como hoje está em vigor, porque ele é simplesmente um leque para todo e qualquer abuso. Todo e qualquer ato administrativo, negócio e contrato que se praticam no dia a dia das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrações pública cabem no art. 11. Se o Ministério Público requisita uma informação que o Prefeito atrasa, ofendeu o princípio da publicidade e deixou de cumprir um dever legal, e será improbidade no dia seguinte. E aqueles que só se interessam pela manchete? E aqueles que só se interessam pela denúncia? Ou não há? Ou o cargo coloca sobre seres humanos uma auréola de santos?

Quando nós conseguimos minimamente que se restrinja a aplicação do art. 11 às hipóteses taxativamente fixadas, nós estamos reduzindo esta avenida da discricionariedade que é o atual art. 11...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA – ... esta avenida da irresponsabilidade de se acusarem pessoas de bem.

Em todo ordenamento jurídico – os negócios jurídicos, os vícios dos atos, os vícios dos negócios – se corrige o negócio. O atual art. 11 é o único caso em que um vício de forma, um vício de procedimento ou uma diferença na execução orçamentária atinge direitos políticos indisponíveis, soberania popular, indisponibilidade de bens e patrimônio e, mais grave, a honra e a dignidade de quem não tem...

Se nós podemos legislar com objetividade fática, com precisão, não podemos sancionar, porque, se quisermos permanecer com legislações sancionatórias, com conceitos jurídicos indeterminados e normas abertas, nós estamos delegando ao aplicador da lei o poder de criar o Direito. Isso é insegurança jurídica em seu grau máximo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Izaías Santana. Agradeço muito a gentileza da participação de V. Exa. Igualmente a Comissão lhe agradece os insumos trazidos pelos conhecimentos como Prefeito e como doutor em Direito, que certamente serão sempre úteis ao nosso eminente Relator. Agradeço muito a participação de V. Exa., que se enquadrou no tempo que lhe foi destinado, o que agradeço também, portanto.

Dando sequência ao rol dos expositores, convido agora o nosso Dr. Manoel Galdino, economista, doutor em Ciência Política na Universidade de São Paulo, Diretor-Executivo da organização Transparência Brasil. Agradecendo também a sua presença, passo a palavra a V. Sa.

Dr. Manoel Galdino, por gentileza.

O SR. MANOEL GALDINO (Para expor.) – Bom dia!

Queria cumprimentar o Senador Anastasia, Vice-Presidente da Comissão; o Exmo. Senador Weverton Rocha, Relator do projeto aqui no Senado; os demais presentes; e todas e todos que estão assistindo à audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar aqui hoje – tentar apontar – sobre o que na nossa visão são alguns dos principais retrocessos na Lei de Improbidade Administrativa, do que está presente no relatório do Senador Weverton.

A gente entende completamente a necessidade de modernizar a lei, há vários pontos positivos, e eu acho que é uma questão de ajustar alguns pontos específicos que têm solução, uma solução já apresentada na forma de emenda que pode virar destaque. Então, vou passar para alguns pontos para dizer o nosso pleito: façam esses reajustes que a lei irá deixar de cometer alguns erros muito grandes, muito graves, e vai caminhar numa direção muito melhor.

Próximo eslaide, por favor.

Eu, como Diretor-Executivo da Transparência Brasil... Nós somos uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2000, com o propósito de combater a corrupção e promover a transparência. Então, eu falo aqui na condição de alguém que não é servidor público, não é político, não é do Ministério Público, não é do Judiciário, que é da sociedade civil e que trabalha com controle social. Então, se o fundamento da democracia brasileira é o povo e a soberania popular, eu não sou representante do povo – vocês que são Senadores são –, mas eu sou alguém da sociedade civil que não tem cargo. Então, é uma perspectiva que eu creio que vale a pena considerar.

Próximo eslaide.

O que a gente faz, fundamentalmente? Revelar as falhas no sistema público que desencadeiam a corrupção. Então, é isto que eu vou fazer aqui hoje: revelar quais são as falhas no projeto de lei que está sendo apresentado aqui no Senado que vão desencadear mais corrupção, que vão desencadear problemas que a gente pode corrigir facilmente.

Por favor, próximo eslaide.

O primeiro ponto que eu queria destacar é a transparência. Todos sabem e todas sabem que a transparência é um pilar fundamental da democracia. Sem transparência, não há como ter democracia, porque a gente não vai conseguir fiscalizar o poder público, não vai ter informação sobre o que o poder público faz. E a Lei de Acesso à Informação – uma lei pela qual a Transparência Brasil lutou muito para que fosse aprovada, nós redigimos a minuta do que viria a ser a Lei de Acesso à Informação, ela é muito cara para nós, e tenho certeza de que é muito cara para o Congresso, para o Senado, vocês têm defendido a Lei de Acesso à Informação de uma maneira muito aguerrida – é muito clara. O art. 32 da LAI diz que poderá o agente público responder por improbidade administrativa, com uma série de situações, de que eu destaco uma: quando se recusar a fornecer informação requerida nos termos dessa lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la de forma incorreta, incompleta ou imprecisa. Então, a Lei de Acesso à Informação tipifica com segurança jurídica quais são as condutas em que cabe improbidade administrativa. Só que qual é o problema? A Lei de Improbidade Administrativa, no seu art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11, §§1º e 2º, vai dizer que, nos tipos em leis especiais, em leis específicas, que falem de improbidade administrativa, vai se aplicar o que está exposto no §1º e no §2º. E o que diz lá? Você só vai poder processar alguém por improbidade administrativa se você comprovar que foi para obter um benefício indevido ou vantagem indevida para si ou para outrem. Então, se você faz um pedido dessa informação e fica seis meses sendo ignorado, é descumprimento claríssimo da Lei de Acesso à Informação, o que hoje se coíbe com a improbidade administrativa. É a nossa guardiã da transparência. Não vai poder mais ser assim.

Próximo eslaide, por favor.

Isso é um grave retrocesso na transparência. Uma solução muito simples: supressão dos §§1º e 2º do art. 11. Voltamos a poder aplicar a improbidade administrativa para quem descumpre a Lei de Acesso à Informação. Vamos garantir a transparência no Brasil sem... Não cabe o argumento de segurança jurídica, são coisas tipificadas na LAI. É só isso que a gente está pedindo. E hoje não vai mais poder.

Próximo eslaide.

O segundo ponto que a gente pede: isonomia entre os partidos políticos e a sociedade civil. A lógica da Lei de Improbidade Administrativa é permitir que a improbidade alcance entes privados, como, por exemplo, ONGs e organizações sociais que recebam recursos públicos, ainda que possuam regime jurídico próprio, como é o caso do Mrosc. Só que a nova proposta que está aí na mesa vai excluir os partidos políticos da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa no que tange aos recursos públicos que eles recebem do fundo partidário e do fundo eleitoral. Só que os partidos são de elevado interesse público, e a gente precisa promover a integridade do sistema político. A gente vai passar um péssimo sinal para a sociedade se, em nome da segurança jurídica, em nome de modernizar a Lei de Improbidade – o que é preciso, a gente está de acordo –, sem fundamento, sem justificativa, destacar os partidos políticos e dizer: "O que vale para ONGs, o que vale para organizações sociais que recebem recursos públicos não vale para os partidos políticos". Por quê? "Ah, porque eles têm lei específica." As ONGs também têm. Então, isonomia. Não vamos passar uma mensagem de que o sistema político não tem que ser dirigido de acordo com as regras da Lei de Improbidade Administrativa. Vai ser um péssimo sinal para a sociedade. Ninguém vai acreditar que o propósito é modernizar e trazer segurança jurídica; o propósito vai ser isentar o sistema político da Lei de Improbidade Administrativa.

Próximo eslaide.

Há uma emenda também, a Emenda 39, que exclui as verbas dos partidos políticos da Lei de Improbidade. A gente resolve o nosso problema nesse ponto específico.

Próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perda de função pública. O Exmo. Izaías, Prefeito, falou sobre muitos pontos importantes, mas, por exemplo, não endereça essa questão aqui, que é uma solução simples também. Então, queremos punir os casos mais graves e aí condenamos na nova legislação só o dolo, sei lá o quê, etc. Por exemplo, em relação a alguém que não pode mais ser Secretário de Educação, porque desviou recursos da merenda escolar, as crianças ficaram sem comida na creche e na escola, pelo projeto de lei proposto aqui no Senado, essa pessoa vai poder ser Prefeito. Ela perde o cargo de Secretário, mas pode ser Prefeito, porque a lei vai dizer que só da mesma natureza e da mesma qualidade, o §1º do art. 12. Se a gente quer punir os casos mais graves, se a gente quer garantir segurança jurídica, a gente quer previsibilidade para o cidadão, se a gente quer que o cidadão tenha confiança no sistema político, como é que a gente vai dizer que uma pessoa que desviou a merenda escolar não está apta a ser Secretário de Educação, está proibida, está vedada pela lei, mas pode ser Prefeito, pode ser Governador, pode ser Deputado? Eu não vejo lógica.

Próximo eslaide.

Também há uma solução simples. Há duas emendas que suprimem o §1º do art. 12. Vejam que não estamos falando de revogar e impedir a aprovação da Lei de Improbidade Administrativa. São correções pontuais que vão sanar alguns dos seus maiores vícios na forma com que está sendo tramitado.

Próximo eslaide, por favor.

Prazo para inquérito do Ministério Público. O Exmo. Izaías falou aqui – e eu estou me referindo, porque foram bons exemplos... Não queremos acusar pessoas por coisas muito pequenas, por erros bobos, por questões formais. Improbidade é uma coisa grave. Então, vamos caracterizá-la para aqueles casos em que mais realmente vale a pena aplicarmos, vamos direcionar os esforços para isso. E existe uma limitação para que o Ministério Púbico tenha 180 dias para encerrar o seu inquérito, renovável por uma vez mais, mediante justificativa. Agora, vamos ponderar: quando vai ser possível concluir uma investigação em 180 dias? Nos casos mais simples, pequenos, os irrelevantes, que a gente não quer que se faça, ou nos casos graves, nos casos em que a gente tem que fazer cooperação internacional para obter documentos, que você tem que tentar informações em paraísos fiscais, como a gente sabe que foram os casos envolvendo, por exemplo, a Odebrecht e coirmãs? E mais: não existe mais força-tarefa no Ministério Público Federal no Brasil, ou seja, procuradores dedicados exclusivamente a um caso; eles vão fazer vários casos de muitas coisas e também aquela investigação complexa. E a gente, que está dizendo que tem que punir os casos mais graves, que a palavra "ímprobo" tem que ser para corrupção, para as coisas graves, etc., vai limitar em 180 dias?! Como a gente concilia uma coisa com a outra? O que a gente vai estar fazendo é inviabilizar o trabalho do Ministério Público para os casos mais graves. Os incentivos que vocês estão dando são para o Ministério Público... Se ele quer manchete, como não vai dar manchete nos casos graves, vai para os pequenos – é o contrário do que vocês estão querendo. Vai ser ruim para a gente da sociedade civil e ruim para vocês políticos.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há uma solução, a Emenda 23, do Senador Telmário Mota, que dá uma nova redação para o §2º. Vamos dar um prazo, para haver segurança jurídica? Vamos dar um prazo, mas um prazo razoável de um ano, renovável por mais um, mediante justificativa.

Próximo eslaide.

Eu vou já encerrando.

O eminente Relator propôs uma emenda em que o art. 4º vai ter a seguinte redação: "Em benefício dos réus [aqui há grifos meus] aplicam-se, desde logo, as disposições desta lei aos processos em andamento". Assim, muda-se a lei – tudo bem – e vai se aplicar retroativamente. Onde está a segurança jurídica e a previsibilidade desse dispositivo? Quais são as consequências que a gente pode esperar? Primeiro, uma enxurrada de ações no Judiciário, que vão exigir resposta do MP.

Vão alegar mudança na prescrição, porque a gente está alterando os prazos prescricionais: "então, o meu caso está prescrito, a lei se aplica para mim", o que já isenta aquela pessoa.

A questão de que o Ministério Público fez uma denúncia por algum caso que não envolvia dolo. Vão pedir uma anulação ou a absolvição, porque isso vai se aplicar. Os casos de violação da Lei de Acesso à Informação, de que eu falei, todos eles – sabe-se que isso vai gerar impunidade.

Inquéritos em andamento com prazo superior a 180 dias. O Ministério Público se planejou, porque não existia esse prazo, está trabalhando, está ali há um ano e dois meses, mas, com mais três meses de trabalho, vai conseguir concluir o trabalho, ou daqui a seis meses. Porém, o prazo é de 180 dias. Ele não cumpriu o prazo. E aí? Vai haver discussão até pacificar se pode ou se não pode, se é dali para frente ou se não é...

E os partidos políticos? Todos os casos de improbidade administrativa?

E, nos casos de tortura policial, todos os policiais vão entrar com ação na Justiça.

Perda de função pública: "Ah, eu era Secretário, a Agora eu só estou impedido como Prefeito" ou "Perdi o cargo como Prefeito, perdi o cargo como Governador, mas agora não é a mesma qualidade, e eu quero voltar ao cargo em que eu estava antes". Vai acontecer!

Absolvição por falta de provas em casos penais: "Ah, mas faltou prova, eu fui absolvido". Aí aplica para cá agora.

Olhem o tamanho! Vão paralisar os processos de improbidade administrativa só para rever tudo que estava andando. Não se inicia mais nada. O Ministério Público vai ficar completamente tomado por isso, porque vai ser uma enxurrada de ações, vai ser o caos. E isso não é uma mensagem boa que a gente quer passar neste momento para o País. Falo isso enquanto representante da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito ruim também que a gente possa pensar em ter retrocesso na questão do nepotismo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL GALDINO – Muito ruim mesmo. Os casos que foram ajuizados pela Advocacia-Geral, por exemplo, vão aplicar para trás? Vai ser anulado tudo isso? Todos esses casos? Todos, todos, todos, todos? Você vai beneficiar réus que, às vezes, cometeram atos e que vão ser julgados daqui a pouco, e não havia isso antes. Como que você vai passar essa mensagem para a sociedade brasileira? Vamos aplicar a impunidade?

Eu acho que a gente pode também não aprovar essa emenda do Exmo. Senador Weverton, que fez um trabalho fantástico, realmente concordo com o Ministro Herman Benjamin. São pedidos da sociedade civil para que a gente corrija esses pequenos erros. São coisas muito pontuais – eu já vou encerrar a minha fala – para que a gente não passe uma mensagem de impunidade na reforma da Lei de Improbidade Administrativa.

E eu queria finalizar parabenizando o Senado brasileiro, porque, desde que o substitutivo do Deputado Zarattini foi apresentado na Câmara dos Deputados, não houve uma audiência pública a que entidades da sociedade civil fossem convidadas para debater e dar nossa opinião. Nós somos uma parte especial, porque a gente está na sociedade civil. Então, hoje a gente está aqui com esta oportunidade. Queria parabenizar muito a iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça, seguro de que vocês estão nos ouvindo, de que, com esta oportunidade de debate, a gente vai conseguir corrigir esses erros e de que a lei que vai ser aprovada vai ser uma lei boa para o País. Pode haver discordância aqui e ali, pode haver controvérsia aqui e ali, mas a gente vai poli-la para que fique redonda – minimamente redonda – e a gente possa dizer que não houve retrocessos à Lei de Improbidade Administrativa que desconfigurem as possibilidades de punir todas essas questões graves, que são de imensa preocupação para a sociedade civil brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Manoel Galdino. Agradeço muito a participação de V. Sa., que representa uma instituição respeitada, séria, conhecida de todos nós. Parabenizo-o. E certamente também as ponderações trazidas a lume por V. Sa. vão sempre colaborar com o eminente Relator e com esta Comissão. Muito obrigado pela presença de V. Sa.

Dando sequência ao nosso rol de convidados, tenho o prazer de passar a palavra agora ao Dr. Lucas de Casto Rivas, eminente advogado, que tem, portanto, a palavra pelo tempo consignado. Por gentileza.

O SR. LUCAS DE CASTRO RIVAS (Para expor.) – Senador Anastasia, Sr. Relator, Srs. Senadores, colegas participantes do debate, a minha missão aqui é menos de dar uma contribuição propositiva para o debate e mais para, talvez, fazer alguns esclarecimentos para sanar alguns *quid pro quo*, algumas confusões que parecem ocorrer, decorrentes do texto da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas, sobre a qual eu queria ponderar, considerando as alegações do colega da Transparência, diz respeito à emenda do Senador Dário Berger, Senador Anastasia, que foi acolhida pelo Relator, a emenda que diz que as disposições serão aplicadas imediatamente. Nesse sentido, Senador Anastasia, V. Exa. sabe muito bem que as disposições de Direito material, quando são benéficas ao réu, por força constitucional, se aplicam retroativamente, e as disposições de matéria processual regem-se pela regra do *tempus regit actum*, que é a regra, inclusive, do Código de Processo Civil, de maneira que, em última análise, a emenda acolhida pelo Relator é uma mera redundância legislativa, inclusive para sanar qualquer dúvida com relação à aplicação da lei.

Há outros pontos que também são importantes de consideração.

O primeiro é desfazer uma confusão, que, inclusive, é objeto de emenda do ilustre Senador Lasier Martins, que diz respeito ao nepotismo. Tecnicamente, a Lei de Improbidade torna mais rígido o controle do nepotismo. Por quê? Porque ela simplesmente reproduziu a redação da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, no corpo da lei. Não obstante, a própria jurisprudência do Supremo tem superado a súmula em casos em que não há ascendência ou projeção funcional. Então, a jurisprudência tem sido, com a devida vênia, mais leniente do que o que a lei está fazendo. E o dispositivo que trata das indicações políticas, por sua vez, obviamente não se aplica nas hipóteses em que o suporte fático de incidência da regra jurídica é a regra do nepotismo. É muito importante fazer essa ponderação, inclusive com relação à projeção funcional. A jurisprudência do Supremo tem evoluído nesse sentido, e a lei se torna mais rígida com relação a isso.

Com relação a algumas ponderações que o Ministro Herman Benjamin fez, com todas as vênias, com toda deferência, veiculando todas as homenagens, é importante dizer que, com relação a todas as condutas descritas pelo Ministro Herman – tortura, "rachadinha", disparo de arma de fogo, excesso de exação –, todas as condutas descritas pelo Ministro Herman com base na jurisprudência tratam de condutas que já são sancionadas pelo Direito Penal. E, nesse caso, de fato, não faz sentido, pelo menos pela melhor doutrina, tipificar essas condutas como improbidade administrativa se já estão sendo tipificadas como matéria criminal – como peculato, disparo de arma de fogo, crime de responsabilidade de Prefeito, prevaricação –, sob pena de se esvaziar o próprio conteúdo normativo do Direito Penal, que é o que o Professor Bernd Schünemann – o Dr. Roberto Livianu deve conhecer – chama de caráter de *overkill* do Direito Penal. Então, se tudo que é matéria penal é também de improbidade, não faz sentido ter improbidade e penal ao mesmo tempo.

Além disso, também é importante ponderar, o que foi uma preocupação que o Ministro Herman externou – acredito que ele ainda esteja no debate virtualmente – e que também tem sido objeto de outras preocupações, com relação ao fechamento do rol do art. 11, de violações a princípios. É objeto de várias emendas, acredito que do Senador Lasier também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, na verdade, é possível argumentar que hoje nós já vivemos um grave quadro de estado de inconstitucionalidade que, como o Prefeito Izaías colocou, doutor pela USP também, hoje não se sabe exatamente qual é a conduta que será responsabilizada pelo art. 11, porque não existe densificação normativa dos princípios que podem ser increpados como responsabilidade... como improbidade administrativa – perdão. E isso acaba gerando hoje verdadeiras sanções do que se conhece na doutrina americana como sanções *ex post facto*, ou seja, são sanções que surgem depois da ocorrência do fato.

Outro ponto relevante também diz respeito à questão que foi suscitada pelo colega da Transparência Brasil com relação à perda do cargo alargada, vamos dizer assim. É importante colocar que a legislação como está... melhor dizendo, que o projeto da Câmara como está colocado prevê a possibilidade de alargamento da perda do cargo, mas na hipótese de enriquecimento ilícito. Por quê? O que o legislador da Câmara fez? Fez um juízo de ponderação. Não é adequado se fazer a perda do cargo automática e afastar imediatamente o agente público de qualquer função pública, em determinadas hipóteses, sendo possível em outras. Então, é realmente uma questão de individualização da pena, que é direito fundamental, inclusive.

Nesse sentido, é importante ponderar uma questão de constitucionalidade. A Constituição trata a demissão e a perda do cargo de maneira igual, de sorte que essa distinção, Senador Anastasia, entre perda do cargo e demissão que foi feita pela jurisprudência está na liberdade de conformação do legislador ordinário. De fato, foi uma opção política e que parece sem dúvida razoável quando faz esse juízo de proporcionalidade acerca da aplicação da sanção.

Outro ponto muito importante que merece uma consideração mais profunda e questão também foi abordado pelo Ministro Herman Benjamim diz respeito à questão da culpa grave. O próprio STJ hoje só considera hipótese de culpa grave no caso do art. 10, ou seja, de prejuízo ao Erário. E, nas hipóteses de violação a princípios e de enriquecimento ilícito, por conta da própria natureza do ato ímprobo, é necessária a configuração do dolo. Então, o projeto não está, como se tem falado, criando algo tão novo ou simplesmente acabando com as ponderações de culpa.

Além disso, é preciso considerar que a própria jurisprudência tem vacilado com relação à descrição da culpa. Ora se fala em má-fé, ora se fala em erro, em erro crasso, erro grave, ora se fala em culpa grave, ora se fala em violação da boa-fé. Então, o projeto, quando transforma todas as condutas puníveis como dolosas, realmente ultrapassa esse tipo de problema, de vício legislativo.

É importante colocar também que essa consideração veio da Comissão de Juristas. Então, o próprio Ministro Mauro Campbell Marques e os demais juristas, o Dr. Rodrigo Mudrovitsch, o próprio Professor Marçal Justen Filho, fizeram essa proposta de que a improbidade passasse a ser punida apenas pelo dolo, e não pela culpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a mais outro ponto relevante a ser colocado, diz respeito ao que foi abordado pelo Ministro Herman Benjamin, à indisponibilidade de bens. O que o Ministro Herman Benjamin está colocando – com a devida vênia, posso estar absolutamente equivocado na interpretação das suas palavras – diz respeito à limitação do confisco com relação ao patrimônio que é ou não é, teoricamente, objeto de ato ímprobo. E, nesse caso, nós estaríamos nos aproximando mais ou menos da ideia de confisco alargado, que existe no Direito Penal, de inspiração americana, o *for feature*, nos Estados Unidos.

Então, nesse caso não parece muito adequado – e essa é a ponderação que talvez precise ser feita – que, em processo de improbidade administrativa, dadas as limitações de natureza cível, do próprio processo civil, que se avance essa faixa realmente, ao contrário do que propõe o substitutivo da Câmara, que limita ao capital que foi efetivamente produto de ato ímprobo.

Outra consideração também muito importante a ser colocada, Senador Anastasia, diz respeito – e isso foi ponderado diversas vezes, inclusive pelo colega da Transparência Internacional – à questão da interdependência das instâncias.

Em primeiro lugar, eu acredito que é preciso ter um juízo de proporcionalidade para compreender o texto, porque, se hoje se defende prisão em segunda instância, se a Lei da Ficha Limpa considera inelegibilidade em segunda instância, e todas essas são decisões condenatórias, por que não estabelecer a absolvição como objeto de produção de efeitos para a improbidade administrativa quando há uma absolvição criminal de segunda instância?

Então, realmente é preciso talvez um juízo de coerência mais forte para defender esse tipo de racionalidade da legislação. Na verdade, o que se demonstra por isso é que a tendência da legislação é justamente essa, se se pretende implantar execução da pena em segunda instância e considerando o exemplo da ficha limpa também.

Além disso, não há problema de inconstitucionalidade nisso. Isso está sujeito à opção política do legislador, porque o que a Constituição proíbe, no §4º do art. 37, é que as ações de improbidade prejudiquem as ações penais, e, nesse caso, o que está acontecendo – e aqui falo de prejudicialidade, Senador Anastasia, no sentido técnico – é que as ações penais é que prejudicam as ações de improbidade. Portanto isso está plenamente no âmbito de liberdade de conformação do legislador ordinário.

E, com relação mais especificamente à falta de provas, à absolvição por outros elementos do art. 386 do Código de Processo Penal, como falta de provas, ausência de provas suficientes para condenação, isso é um juízo do legislador, que está sujeito à discricionariedade legislativa, mas que faz parte de uma racionalidade. Tanto, que, por exemplo, a própria jurisprudência, em alguns casos o Superior Tribunal de Justiça, embora de maneira muito constrangida não reconheça a interdependência entre as instâncias, acaba em última análise reconhecendo, por exemplo, a ausência de dolo, porque o Tribunal de Contas não promoveu a condenação do Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato, hoje já existe um sistema de vasos comunicantes realmente na jurisprudência, que pode ser aproveitado para a legislação, como tem feito o projeto da Câmara.

Outros dois pontos polêmicos, que foram tratados, talvez pela limitação de tempo, com alguma brevidade, dizem respeito, primeiro, à prescrição retroativa, que é objeto de inúmeras emendas, e também à questão do prazo do inquérito.

A questão do prazo do inquérito foi abordada. Vou, por conta de limitações temporais, me restringir à questão da prescrição retroativa.

O Professor Roberto Livianu costuma citar o Professor Kai Ambos, que diz que o Brasil é o único País do mundo que tem prescrição retroativa, mas o Professor Kai Ambos mora em Göttingen, e nós temos a nossa realidade brasileira, que é a de convivência com o que a doutrina chama de *strepitus judicii* – os professores devem se lembrar disso –, que é o escândalo da acusação.

Então, na verdade, o que se constata é que as ações de improbidade andam de dois em dois anos, nos períodos eleitorais, de maneira que a solução do legislador de estabelecer uma prescrição retroativa – o Professor Livianu fala sempre muito bem – e não uma prescrição intercorrente, como o Dr. Moro falou em artigo recente, porque não se trata de inação do Ministério Público, mas realmente de uma prescrição no curso do processo de improbidade, é uma medida que o legislador adota para atender, primeiramente, as prescrições constitucionais da razoável duração do processo e também tutelar a própria presunção de inocência, para que aquela pessoa não seja sujeita a um processo de improbidade administrativa escandaloso.

Em última análise, é importante ponderar também que essa alteração do legislador é uma medida que atende, na verdade – embora passe uma impressão à primeira vista de que se trata de uma medida de impunidade, como tem a preocupação o colega da transparência –, na verdade, o interesse público. Por quê? Porque o interesse público não é que as ações de improbidade passem oito, dez anos ou prazo indeterminado, como acontece hoje, sendo processadas. Na verdade, o interesse público é que o gestor ímprobo seja rapidamente investigado e punido – por isso, o prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 180 – em tempo hábil, que é o prazo de quatro anos. É importante colocar que não é o prazo de quatro anos para toda a ação, é o prazo de quatro anos para cada instância atuar, o que é um prazo... Se o Ministério Público se adequar, o CNJ adotar medidas de prioridade de metas, os tribunais se organizarem e realmente o processamento de improbidade for uma prioridade das instituições brasileiras, realmente é possível se fazer uma condenação de improbidade em quatro anos.

Aliás, são muito citados os números do Conselho Nacional de Justiça de que as ações de improbidade duram em média quatro anos e meio, Senador Anastasia. É um estudo desatualizado de uma pesquisa entre 2010 e 2013...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS DE CASTRO RIVAS – ... mas que serve de parâmetro – para concluir, Senador Anastasia. De maneira que, se hoje, com todas as dificuldades, fazem em quatro anos e meio, por que não fazer em quatro anos? Este é o interesse da sociedade: ver condenações de improbidade administrativa devidamente processadas e julgadas.

Senador Anastasia, o tempo realmente é muito curto, mas eu acredito que essas eram as ponderações técnicas com as quais acredito que eu possa contribuir para esclarecer algumas confusões que realmente existem na própria interpretação e na leitura do texto.

Agradeço, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Lucas de Castro Rivas, pelas contribuições e por aquiescer ao convite desta Comissão. Certamente, como disse aos seus colegas, são observações sempre muito lúcidas, fruto de seu trabalho, que o Relator certamente levará em consideração. Muito obrigado pela participação de V. Sa.

Dando sequência à nossa audiência, eu tenho o prazer de convidar agora o Dr. Roberto Livianu, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção. Agradeço também a presença do Dr. Livianu. Convido V. Sa. para a sua exposição, também na atenção do tempo que lhe é destinado, agradecendo de antemão a presença física do Dr. Livianu.

Por gentileza, com a palavra V. Sa.

O SR. ROBERTO LIVIANU (Para expor.) – Muito obrigado.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Anastasia pela condução dos trabalhos, pela Presidência serena, republicana, democrática, sempre um traço que marca V. Exa. aqui nesta Comissão. Obrigado pelo convite desta Comissão e parabéns por realizar esta audiência.

Quero cumprimentar o Senador Weverton pela relatoria e quero dizer que tenho absoluta fé de que, de hoje para os próximos dias, será possível construir uma solução positiva para essa discussão. Tenho certeza absoluta de que aqui no Senado se encontrará uma boa solução para a proteção do patrimônio público e se encontrará um bom caminho para que a Constituição seja respeitada, porque, afinal de contas, o grande e principal princípio é o da prevalência do interesse público, e tenho certeza absoluta de que esse é o principal norte do caminho de V. Exa. Eu o respeito muito e tenho certeza de que esse é o principal norte que conduz V. Exa.

Quero saudar também a Ministra Eliana Calmon, que está presente nesta reunião, símbolo maiúsculo de coragem e integridade da Justiça do nosso País, assim como o Deputado Roberto de Lucena, autor do projeto que estamos debatendo hoje aqui, inicialmente de nº 10.887, de 2018, assim como os demais Parlamentares, o Senador Alvaro Dias, autor do requerimento que resultou nesta audiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier, autor do magnífico voto que também é objeto desse debate, e todos os demais que estão aqui presentes.

Há muita matéria para nós discutirmos e pouco tempo, não é?

Nós não podemos deixar de levar em conta, caros Senadores, que hoje é o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, e o Brasil, infelizmente, não tem tantos motivos para comemorar. Nós precisamos construir motivos doravante, para que possamos comemorar o acesso universal à informação. E como nós construímos isso? Modernizando a Lei de Improbidade, não enfraquecendo a Lei de Improbidade, porque o Datafolha acaba de divulgar uma pesquisa segundo a qual, para 61% dos brasileiros, a corrupção vai aumentar, e, com essa percepção, nós precisamos estar atentos.

Eu tenho certeza absoluta dos bons propósitos do Prefeito Izaías Santana na condução de Jacareí porque conheço a sua caminhada como administrador público, sei da sua boa intenção, mas nós não podemos, Prefeito Izaías, jamais, jogar fora a água do banho e o bebê junto. Alguns promotores às vezes exageram no manejo da Lei de Improbidade, e eu digo isso com a experiência de quem está no Ministério Público há quase 30 anos. Eu estou afirmando isto: há promotores que exageram no manejo da lei. E não é porque os promotores exageram que nós vamos esmagar a Lei de Improbidade. Existem erros no projeto aprovado na Câmara e neste que está aqui.

Caro Lucas, o senhor falou: "Isso que veio da Comissão de Juristas...". Não, me desculpe, caro Lucas, não é o que nós estamos debatendo aqui. Isso que nós estamos debatendo aqui não é o que veio proposto pelo Deputado Roberto de Lucena, é outra coisa.

Caro Senador Weverton, que eu tenho certeza de que pretende construir uma melhoria na Lei de Improbidade, não houve 14 audiências públicas em relação ao projeto Roberto de Lucena, desculpe-me, com todo o respeito: 14 audiências foram realizadas em relação ao projeto Roberto de Lucena, nenhuma audiência se realizou em relação ao projeto aprovado na Câmara. Aquele projeto teve urgência de votação aprovada em 8 minutos e um substitutivo que foi apresentado aos 45 minutos do segundo tempo e que foi aprovado por 408 votos. Esta versão, Senador, não tem nada a ver com aquela que veio da Comissão de Juristas, caro Lucas, que foi desfigurada. Essa que chegou aqui é uma outra versão, que contém uma série de problemas.

Schünemann, eu conheço Schünemann. A realidade da Alemanha de Schünemann e de Kai Ambos é diferente da nossa. Aqui no Brasil, 5% dos crimes se punem. Quando Herman Benjamim fala de tortura, fala de tantos crimes, ele se preocupa de maneira justa, caro Lucas, porque, nesse Direito Penal do qual ele diz, no Brasil os crimes não se punem. Então preocupar-se que a Lei de Improbidade também alcance certas condutas é uma preocupação justa. Aqui não é a Noruega, não é a Dinamarca, não é a Finlândia, não é a Islândia, não é a Nova Zelândia, aqui é o Brasil da impunidade, caro Lucas. Por isso que a preocupação de Herman Benjamin é justa e devida. Que tenhamos proteção jurídica ampla para todas as condutas. Aqui é o Brasil da impunidade, em que as mulheres são desrespeitadas todos os dias e todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas, inclusive aqui, dentro deste Parlamento. Infelizmente, o Brasil é o País da impunidade. Por isso a preocupação de que a Lei de Improbidade seja uma lei que seja um instrumento jurídico amplo, também para punir situações que criminalmente são relevantes. A preocupação dele é justa, sim.

Quando se fala em meio-termo em relação às improbidades culposas, Senador Weverton, em passar a régua e não punir mais improbidades culposas porque promotores exageram, promotores agem com abuso de poder, o Congresso, em 2019, aprovou a Lei de Abuso de Autoridade para punir os promotores que exageram, que agem com abuso de poder. Já há um instrumento para isso. Então, uma boa solução pode ser subir a régua e punir com culpa grave. Houve culpa grave, exige-se ao menos a culpa grave. Essa pode ser uma boa solução, a solução do meio-termo, culpa grave, e assim você encontra o meio caminho, a justiça salomônica, e você não fica nem no extremo de não punir, nem na situação de ter o exagero, as situações abusivas que nós temos hoje e que nós não queremos.

Em segundo lugar, uma questão que não se falou aqui: sucumbência, caro Senador Weverton. O que é a sucumbência? É um instrumento jurídico que existe no ordenamento para coibir propositura de ações temerárias, descabidas.

Vamos imaginar que um vizinho seu... O senhor é palmeirense e o seu vizinho é corintiano.

O SR. LUCAS DE CASTRO RIVAS (*Fora do microfone.*) – Corintiano.

O SR. ROBERTO LIVIANU – Vamos supor, por hipótese – eu não sei qual é o seu time. E ele resolve azucrinar a sua vida e propõe uma ação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele já se defendeu e disse que é corintiano, então o senhor não o acuse de novo.

O SR. ROBERTO LIVIANU – ... propõe uma ação sem pé nem cabeça contra o senhor, está certo? Para isso existem os honorários de sucumbência. O juiz o condena para justamente ter um seguro. É uma punição para as ações que não têm pé nem cabeça. O juiz manda pagarem sucumbência particulares que propõem ações temerárias. Não tem o menor sentido condenar uma instituição pública a pagar sucumbência. Por que quem vai pagar isso, no fim das contas, é o contribuinte. Se você condena o Ministério Público a pagar sucumbência, quem paga essa conta é o contribuinte. Não tem sentido condenar o Ministério Público a pagar sucumbência. Isso precisa ser retirado.

Com todo o respeito, Senador Weverton – com todo o respeito –, não se pode condenar o Ministério Público a pagar sucumbência. Isso é instrumento para prevenir ações temerárias. Não se pode condenar o Ministério Público a pagar sucumbência. Isso é instrumento para particulares. Isso tem que ser retirado do relatório. Não faz sentido isso. É injusto, é indevido, assim como o prazo, como bem colocou o Manoel, que, aliás, foi promovido a transparência internacional. Tamanho é o relevo dos argumentos do Manoel, que o caro Lucas elevou-o à condição de transparência internacional. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumentos foram internacionais – parabéns, Manoel! Tamanho é o peso da sua argumentação, que o Lucas já o elevou ao parâmetro internacional. Tamanhos são os argumentos do Manoel, que falou que 180 dias são totalmente inviáveis... E são mesmo, porque como é que o Ministério Público, Lucas, pode investigar 50 suspeitos, colher prova em 50 países, quebrar sigilo bancário, fiscal, telemático, tributário, em 180 dias? Fica a impressão de que se está querendo garantir a impunidade por lei. E não é isso que o Senador Weverton pretende. É um homem justo. Está procurando melhorar a Lei de Improbidade.

Portanto, o que é razoável? A emenda Telmário: um ano, prorrogável sucessivamente, desde que o membro do Ministério Público justifique a necessidade de prorrogações por escrito com a chancela do Conselho Superior do Ministério Público. Se ele mentir, pratica crime. Se o Conselho Superior não chancelar, não há motivo de prorrogar essa continuidade da investigação, ou seja, tudo tem que ser devidamente justificado. Não há como você falar em apenas seis meses para uma investigação.

Prescrição, caro Lucas. É um instrumento, Lucas... Para você ter a espada, tem que haver um limite para o exercício do poder do Estado. A prescrição não pode ser um instrumento que gere impunidade. Kai Ambos, que é um dos juristas mais respeitados do mundo, esteve no Brasil e disse: "não é um país sério". O Brasil é o único do mundo que tem prescrição retroativa. Só existem dois tipos: a prescrição da pretensão punitiva e a prescrição da pretensão executória. Retroativa ou intercorrente só o Brasil tem. Por isso é que leva de 7 a 1 da Alemanha, Senador Esperidião Amin. Por isso é que o Brasil não pode ser levado a sério. Um país que tem prescrição retroativa... Por isso é que leva de 7 a 1 da Alemanha. Aí se coloca no projeto estender a prescrição retroativa ao campo da improbidade. Nós vamos ser motivo de piada, por quê? Por quê? "Ah, não, porque tem que ser razoável...".

Isso me parece... Acabou de terminar a Olimpíada de Tóquio. Existe aquela prova de 110m com barreiras, em que você tem mais chão e menos obstáculo. Parece que se está colocando um monte de obstáculo, tornando a prova impossível. É tanto obstáculo que a prova fica impossível de ser completada. Não é possível!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LIVIANU – Prescrição... Não dá para você punir ninguém!

Senador Weverton, o senhor é um jovem e brilhante político. É perfeitamente possível melhorar a Lei de Improbidade, modernizar. O espírito do Deputado Roberto de Lucena foi bom, positivo, modernizante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LIVIANU – Incluir os acordos de não persecução, modernizar aos novos tempos, mas não é plausível que a lei seja um instrumento de aumentar essa expectativa, esse pensamento da sociedade no sentido de que a impunidade prevalece. Não é isso que se quer; que a prescrição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevaleça, que a não punição prevaleça. Então, eu penso que tem que se encontrar o caminho do meio-termo: culpa grave, prorrogação das investigações no tempo necessário...

Nessa questão do art. 11, com todo o respeito ao Lucas, veja, eu acho que tem que se encontrar... Eu entendo a queixa, a preocupação em relação ao art. 11, mas será que não se encontra uma maneira de prever essas condutas para não se ter essa sensação de impunidade? Todas as carteiradas, os desvios de vacinas... O Manoel apontou com muita propriedade a questão da transparência pública. Do jeito que está colocada ali, a transparência pública fica desprotegida. Hoje é o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação. Que leitura nós vamos fazer disso? Desprotege-se a transparência pública? Que leitura se faz para o mundo? Em vez de o Brasil proteger a transparência pública, nós simplesmente passamos a faca: "Não, não, o art. 11...".

Eu entendo a reclamação de que "não, tem uns promotores que exageram". Eu sou promotor e estou criticando. Eu não tenho problema com isso. Quando se criou o Conselho Nacional do Ministério Público, eu vim a público e defendi que quem tem poder tem que ser controlado; promotor tem que ser controlado. Não tem sentido ter poder e não ser controlado. Agora, vamos ter o cuidado de não sermos injustos.

A Lei de Improbidade, Senador Weverton, é a mais importante lei anticorrupção em vigor no Brasil; não se pode mudar sem cuidado, tem que haver cuidado. Está aqui um representante legítimo da sociedade civil com apontamentos muito cuidadosos sobre isso, dados públicos. O Brasil é signatário do Pacto dos Governos Abertos – acabamos de fazer dez anos do pacto –, o Brasil assumiu compromissos internacionais de ser o difusor dos dados abertos. Que exemplo nós estamos dando para o mundo ao agir dessa maneira? Hoje é o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação. Que exemplo nós vamos passar agindo desta forma?

Eu tenho certeza absoluta, o senhor é um homem inteligente, é um político da nova geração, inteligente: vamos construir uma solução adequada para isso, justa, correta, que dê a prevalência do interesse público, e fazer uma construção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LIVIANU – ... justa, democrática e cidadã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Roberto Livianu. Agradeço igualmente a V. Exa., o cumprimento pela participação rica. V. Exa. tem sido um cruzado nesse tema há tanto tempo e certamente também colabora muito com esta douta Comissão.

Eu quero agora convidar o nosso derradeiro convidado – e é com imensa alegria e satisfação pessoal, dada a estima que tenho pelo convidado –, o Professor Marçal Justen Filho, meu Professor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito Administrativo, um grande nome da área com que eu tenho também a felicidade de atuar, que é o sexto e derradeiro convidado desta nossa palestra.

Então, convido S. Exa. o Professor Marçal Justen Filho, para a sua exposição remotamente.

É um prazer revê-lo, ainda que virtualmente, Professor Marçal.

O SR. MARÇAL JUSTEN FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Eu saúdo a todos. Na pessoa do ilustre Senador Antonio Anastasia, eu saúdo todos os integrantes do Parlamento brasileiro e todos os membros deste debate. Reitero, de minha parte, também reciprocamente, a satisfação que é estabelecer contato, estar nesses tempos com V. Exa.

Eu vou compartilhar uma apresentação relativamente ao tema objeto da minha exposição.

A esmagadora maioria dos casos de punição e de processamento por improbidade administrativa é de agentes públicos, de agentes públicos do Poder Executivo que nem ocupam cargos de maior hierarquia. Isso no setor é normal, eis que não cabe à Lei de Improbidade Administrativa como função primordial promover a punição de empresas privadas. A corrupção das empresas privadas é objeto de uma legislação específica; a punição por corrupção praticada por empresas privadas, no âmbito da improbidade administrativa, é algo decorrente, é acessório.

A Lei de Improbidade Administrativa destina-se a punir, também no âmbito extrapenal, as condutas que são ofensivas e basicamente violadoras da corrupção.

O que é corrupção? Corrupção é uma conduta desviada praticada por um agente público que envolve necessariamente um elemento subjetivo inafastável, que é a consciência da ilicitude e a vontade de praticar um ato infringente do Direito. Ou seja, em termos de definição de corrupção, não existe corrupção culposa. A conduta imprudente, negligente ou imperita pode gerar danos, acarreta a eventual punição do sujeito em diferentes órbitas, mas não configura a corrupção. O sujeito que dirigiu um automóvel descuidadamente, colide contra outro, sendo ele um agente público, obviamente isso não tem como ser tratado como corrupção à medida que haja uma ausência do elemento subjetivo reprovável orientado a uma obtenção de uma vantagem indevida, à lesão dos cofres públicos ou, afinal, a uma violação sobre valores fundamentais.

Portanto, há um primeiro equívoco insuperável na afirmativa de que a eliminação do sancionamento por improbidade à conduta culposa favorece a corrupção, porque há uma violação à adequação. Somente condutas dolosas configuram corrupção. Portanto, eliminar a punição por conduta dolosa nunca teria o efeito lógico de produzir o favorecimento à corrupção.

E vai se dizer, então: "Não, mas, se nós eliminarmos os dados subjetivos culposos, vai haver uma impunidade no Brasil". Argumentação é, *data venia*, defeituosa, porque existe um conjunto muito amplo, muito significativo no Direito brasileiro de institutos orientados a promover o combate à corrupção, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei de Improbidade é apenas um desses instrumentos. Há a repressão penal, crimes contra a administração pública; a repressão administrativa, infrações administrativas e seus sancionamentos, inclusive a perda do cargo público; a repressão civil, indenização por perdas e danos; e a Lei Anticorrupção, que tem a responsabilização objetiva, objetivada, dos sujeitos privados que atuam no campo da corrupção. Com o devido respeito, não é possível se dizer que, eliminando a figura culposa no âmbito da Lei Anticorrupção, determinadas condutas praticadas pelas grandes empreiteiras, pequenas empreiteiras ou qualquer sujeito privado, seriam puníveis no exterior, e não no Brasil. A Lei 12.846, de 2013, a Lei Anticorrupção, assegura uma punição talvez tão severa e tão ampla quanto aquela prevista na legislação de Direito comparado. Portanto, o sujeito vai ser punido no estrangeiro, e vai ser punido no Brasil, e eventualmente, tal como está previsto no tocante à Lei Anticorrupção, pode ser punido no Brasil por condutas praticadas de corrupção contra a administrativo pública estrangeira. Ou seja, o Brasil tem uma legislação extremamente severa, que foi aprovada depois, muito depois da Lei de Improbidade Administrativa e que é um dos motivos pelos quais a argumentação de que o sujeito privado será beneficiado por essa alteração é absolutamente improcedente, porque quem afirma isso ignora a existência da Lei Anticorrupção.

E existem mecanismos específicos para combater os danos acarretados pela atuação culposa do agente. Se o sujeito promove um dano ao patrimônio público ou se ele obtém e colabora de algum modo para práticas defeituosas, há outros mecanismos que não a Lei de Improbidade: há a repressão administrativa, há a repressão civil. Em última análise, a eliminação do sancionamento por conduta culposa não impede a punição penal, administrativa ou civil, promovidas fora de uma ação de improbidade.

Portanto, há um outro equívoco insuperável, a eliminação do sancionamento por improbidade à conduta culposa impede a punição do administrador negligente, tem sido dito. Não, não impede! Impede a punição por improbidade, mas não impede a punição mediante todos os mecanismos que existem no Direito brasileiro. E isso envolve, em última análise, uma discussão sobre qual é o conteúdo essencial da punição por improbidade.

O conteúdo essencial da punição por improbidade não é a repressão penal, não é a repressão administrativa propriamente dita e não é a repressão civil por indenização por perdas e danos. O núcleo essencial da improbidade é a execração pública a que é submetido um sujeito por ter cometido, como agente público, uma conduta infringente violadora, reprovável e isso acarreta uma sanção extremamente grave, que é a sua expulsão da vida pública. Trata-se de restringir o exercício do mandato eletivo, outros direitos políticos, excluir o sujeito, enfim, da comunidade civil política.

Por questão de eficiência, utiliza-se a ação de improbidade também para promover outros sancionamentos, não apenas o político. Se você verifica que o sujeito infringiu os seus deveres de cidadania, e esse é o núcleo da improbidade, ele infringiu os seus deveres de cidadania atuando de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a produzir dano ou violar os seus deveres administrativos, pune-se tudo dentro do mesmo processo, mas a finalidade essencial da improbidade é reprimir esta conduta, que é execrável. E, por isso, é o risco de instaurar um processo por ação de improbidade de alguém que possa ter infringido alguns deveres de convivência, seja no âmbito civil, seja no âmbito administrativo, mas não merece essa execração, não merece essa restrição de direitos fundamentais, porque não atuou dolosamente, ou seja, a consagração da improbidade culposa gera, inclusive, efeitos negativos porque produz uma sanção muito grave dissociada na prática de corrupção. Nós não estamos punindo quem praticou corrupção, nós estamos punindo o sujeito que infringiu eventualmente um dever que não é punível no âmbito político, mas que vai acabar sendo punido por isso. E, mais ainda, há uma generalização de sancionamento muito severo para condutas dotadas de graus distintos de gravidade.

Qual é a questão concreta? Por que todo esse debate sobre culpa e dolo? Porque é muito difícil e trabalhoso provar o dolo, esta é a questão essencial. Como é fácil você imputar ao indivíduo uma conduta objetiva dizendo: "De algum modo isso refletiu a sua vontade?" Eu não preciso, se existir improbidade culposa, verificar se o sujeito efetivamente é culpado mesmo por dolo, basta a negligência, a imperícia ou a imprudência, é simples provar a culpa.

E qual o resultado prático? A multiplicação dos processos de improbidade, a ausência de descrição precisa e exata das condutas reprováveis, a desnecessidade de um mínimo de prova da reprovabilidade dolosa da conduta do sujeito para que seja instaurado o processo, para que seja iniciada uma ação que, muitas vezes, permanece no trâmite do Poder Judiciário por longas décadas.

Logo, alguém diria: "Não, isso é um exagero de sua parte". Não é um exagero, porque é comprovado pela simplificação crescente que vem sendo verificada na aplicação do próprio art. 10 da Lei de Improbidade, que é a eliminação da prova efetiva quanto ao dano.

Não se trata simplesmente da consagração de uma presunção, trata-se da consagração de uma ficção. E por quê? Porque imputada ao particular, ao agente público, a prática do ato de improbidade, é lhe negada a faculdade de produzir prova da sua inocência, ou seja, não se trata apenas de inverter o ônus da prova, trata-se de proibir que o sujeito mostre que a sua conduta não produziu dano algum para a administração.

O resultado é muito simples e muito fácil. O resultado da improbidade culposa, tal como previsto na lei de hoje, e uma quantidade gigantesca de sujeitos conhece isso de um modo muito intenso na sua vida pessoal, é a instauração de um processo, o prosseguimento desse processo por décadas e, eventualmente, a sua condenação sem produção de prova, sem que lhe seja facultado o direito de produzir prova porque existe a ficção do dano. É muito simples e é muito fácil. O que gera, invocando-se a supremacia do interesse público, o sacrifício dos direitos fundamentais que são garantidos pela Constituição e que se constituem em um obstáculo ao argumento de que o interesse público pode gerar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruição individual de um único sujeito no Brasil. A partir da Constituição de 1988, essa interpretação é absolutamente descabida, ela poderia existir no cenário anterior, num Estado totalitário.

O descabimento de reprodução do sancionamento penal e da punição por improbidade é outro ângulo, ou seja, se, porventura, todo o caso de Direito Penal, toda a hipótese de infração justificaria a condenação por improbidade, então, bastaria acrescentar no Código Penal a sanção de improbidade para os crimes contra a administração pública. Não é assim! Ou seja, todos os exemplos referidos usualmente como hipótese de impunidade são punidos por outra lei, especialmente pelo Código Penal. Tortura!

Existe a Lei de Abuso de Autoridade, e dizem: "Mas a Lei de Abuso de Autoridade é uma lei ineficiente, ineficaz". Ora, este é um outro problema. Se as leis brasileiras são ineficientes e ineficazes, obviamente isso se aplica também à Lei de Improbidade e nós temos uma situação que deve ser resolvida por outra via.

E a violação dos princípios? A violação dos princípios importa, implica uma indeterminação da conduta infracional. Os incisos I e II da atual Lei de Improbidade, que são objetos de retirada, envolvem normalmente condutas que não são dotadas de relevância significativa no âmbito da improbidade e que são objeto de repressão relativamente a outros ramos do Direito, especialmente do Direito Penal, mas do Direito Administrativo também.

Em último caso, a grande dificuldade é a indeterminação que impede a definição precisa e que acarreta a multiplicação dos processos de improbidade. Como não existe uma descrição precisa e exata das condutas reprováveis, o Poder Judiciário está cheio de processos que são exercitados com base nessa solução.

Em conclusão – eu ficarei dentro dos meus 15 minutos, Exmo. Senador Anastasia –, a disciplina legislativa da improbidade precisa de aperfeiçoamento. É necessário que se reduza a quantidade gigantesca de processos de improbidade que levam dezenas de anos para conclusão. E mais ainda, o combate à corrupção, que é algo que se constitui em tema essencial da preocupação da Nação brasileira, exige a definição precisa e exata do que seja a corrupção. Não é possível que nós estejamos atacando a todos os agentes públicos com uma ameaça de punição por condutas que somente são reveladas como reprováveis num momento posterior por uma avaliação, por uma escolha, em última análise criando uma figura de crime de hermenêutica. Ou seja, é indispensável aprovar a reforma proposta, ainda que alguns temas possam merecer discussão.

Eu agradeço à Comissão e manifesto a minha permanente disposição de colaborar com o aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

Era o que eu tinha para falar. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Professor Marçal Justen Filho. É um prazer revê-lo, ainda que virtualmente, e ouvi-lo. Meus cumprimentos. Agradeço muito a presença também de V. Sa., a participação, o enriquecimento. Certamente contribuirá muito para o nosso Relator.

Encerradas as exposições, eu quero mais uma vez agradecer a presença voluntária, graciosa, cívica dos nossos convidados num tema que é complexo. É um tema importante e que tem sido objeto dessas discussões. Eu fico muito feliz de poder presidir esta reunião, porque vou aprendendo e vejo como o Direito é rico nos seus desdobramentos e nas suas várias vertentes.

Muito bem. Nós vamos dar a palavra primeiro, conforme o regimento, ao autor do requerimento, pelo prazo de três minutos. Eminente Líder Senador Alvaro Dias, com a palavra.

Depois daremos a palavra ao Relator e à lista de inscritos. Já estão inscritos, para conhecimento, o Senador Lasier Martins e o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Obrigado Presidente. O objetivo da minha participação neste momento é mais para o agradecimento a todos os que, atendendo o convite, compareceram. Agradeço ao Ministro Herman Benjamin, ao Manoel Galdino, ao Roberto Livianu, ao Izaías Santana, ao Lucas Rivas e ao Dr. Marçal Justen Filho, que certamente não perderam o tempo aqui, porque o nosso Relator Weverton, muito atencioso e certamente muito interessado em oferecer à sociedade um projeto de lei que possa atender às suas expectativas e não passar a impressão de que estamos abrindo as portas para a impunidade, para a corrupção impune.

O objetivo da modernização, que foi a razão da apresentação do projeto pelo Deputado Roberto Lucena, nosso companheiro de partido, não pode ser desvirtuado. A modernização da legislação não implica, não pode implicar retrocesso. Aliás, nós estamos vivendo alguns retrocessos no combate à corrupção. A percepção que há na sociedade – Roberto Livianu falou em pesquisa, 61% têm a percepção de que a corrupção se alargará – é exatamente em razão dos retrocessos que nós estamos vivenciando a partir de 2019, quando geramos uma expectativa extraordinária de avanços em 2018, no pleito eleitoral. Por isso, Sr. Presidente, nós temos que cuidar da imagem do Congresso Nacional, deste Parlamento. Muitas vezes, somos acusados de legislar mal. Por isso, essa estratégia de partilharmos a responsabilidade com especialistas é o melhor caminho que se pode caminhar na direção dos objetivos maiores, do avanço na legislação que se propõe.

Eu imagino, Senador Weverton, que esta audiência pública, que veio tardiamente, obviamente, porque há uma pressa, nós estamos verificando. Mesmo antes da hora, já se estava prevendo a votação na tarde de amanhã no Plenário do Senado Federal. A matéria ainda não estava instruída, mas ela já estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pautada. Antes da instrução da matéria, ela já estava na Ordem do Dia anunciada para votação amanhã à tarde no Plenário do Senado.

É por essa razão que esta audiência pública é fundamental. Eu tenho convicção de que o Senador Weverton... Eu faço referência a ele porque certamente o seu relatório será essencial para a finalização desse processo.

Eu poderia fazer um resumo das principais preocupações. Sei que o Senador Relator também deve estar atento para esses itens. A proposta, da forma como está elaborada, dificulta a condenação; gera insegurança jurídica; aumenta o risco de prescrição da punição; extingue a ação administrativa; reduz para 360 dias o prazo para a investigação; exclui os partidos políticos e suas fundações de responder por improbidade, mesmo que desviem recursos públicos; impede o afastamento por mais de 180 dias do acusado de improbidade no cargo. Portanto, esses são alguns dos pontos que eu acho que merecem uma atenção especial do nosso Relator.

Para fazer uma pergunta apenas, já que o primeiro a falar foi o Ministro Herman Benjamin, eu faria então uma indagação a ele. Grande parte dos avanços da Lei de Improbidade Administrativa no combate à corrupção se deu por consolidação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Eu cito alguns pontos: aplicação da lei para responsabilização de agentes políticos sem prejuízo das sanções políticas e criminais; o julgamento nas instâncias ordinárias, independentemente do foro privilegiado; a possibilidade de quebra de sigilo bancário e a suficiência do dolo genérico para a condenação por atentado contra os princípios da administração. Considerando inclusive o tempo que leva até se sedimentar a jurisprudência, como o Ministro Herman Benjamin vê a proposta de mudança da lei vinda da Câmara em confronto com essa jurisprudência do Tribunal de Justiça? A indagação é sobre a existência de harmonia ou desarmonia entre a jurisprudência já conhecida e a proposta que nós estamos discutindo hoje e que provavelmente terá deliberação no dia de amanhã.

Essa é a indagação então, Sr. Presidente, que eu faço ao Ministro Herman Benjamin, mais uma vez agradecendo a participação de todos que vieram para esta audiência pública.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu mais uma vez cumprimento a iniciativa de V. Exa. na realização desta audiência. Aliás, eu já disse, mais reitero: uma audiência muito rica no seu conteúdo, com a participação brilhante dos seis convidados, uma audiência de fato sólida no conhecimento aqui apresentado.

Eu vou dar a palavra ao eminente Relator, antes de pedir ao Ministro Herman que responda à indagação de V. Exa., porque depois colocaremos em bloco os três inscritos.

Com a palavra S. Exa., o Relator, Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, senhores convidados, imprensa e toda a sociedade que está acompanhando esta audiência pública, eu queria primeiramente só agradecer a todos os palestrantes e parabenizá-los, que, sem dúvida, ajudaram a dar contribuição, fazer esclarecimentos e dar seus pontos de vista. Eu vou aprendendo e a cada dia que passa nós vamos aprendendo que sempre nosso ponto de vista deve ser respeitado, mas ele não pode ser apenas a única referência que você o tenha como a verdade absoluta. Então, obviamente, quando você vai tendo a opção de ter outros pontos e outras análises, você vai amadurecendo e você vai construindo para que a gente possa chegar num objetivo comum.

O mais importante: percebo que todos que são a favor integralmente ou que não são a favor integralmente da discussão desse projeto, desse relatório, todos têm aqui um ponto comum – a gente já parte aqui para um grande avanço, Presidente –, que é a necessidade de modernização da lei. Isso é muito importante porque essa autoculpa, ou a definição que é dada aqui para muitas injustiças que foram cometidas ao longo dos últimos anos com os ex-gestores e com os atuais gestores é preciso, sim, ser levada muito a sério porque nós temos aqui vários exemplos de que não dá para a gente levar simplesmente para o rol da culpabilidade, para o rol da improbidade, gestores. Nós temos exemplos de vários que se dedicaram ou se dedicam a tentar dar sua contribuição na vida pública e muitas das vezes são manchados, muitas das vezes são desonrados por um mero erro formal administrativo que não levou nenhum tipo de prejuízo ao Erário, nenhum tipo de prejuízo à administração pública. Dezenas são os casos que nós levamos aqui para a leitura aqui do nosso relatório no diálogo aqui com os Líderes. Amanhã também o faremos.

Não é possível imaginar na atual legislação, por exemplo, você pegar um ex-gestor que recebeu dinheiro para fazer uma ponte de madeira na sua cidade, ele pega aquele dinheiro, aproveita para fazer uma de concreto, melhor, maior do que ele recebeu, e o promotor vai lá e o processa por improbidade, porque ele tinha que ter feito a de madeira.

Não tem razoabilidade um negócio desse, imaginar que um gestor teve que contratar seis médicos na sua cidade e aí lá o Prefeito depois contratou os seis. Ele fez de forma errada a contratação, mas os médicos estavam lá, estavam trabalhando, então ele jamais pegou aquele dinheiro para se locupletar, e aí esse gestor hoje responde e está prestes a perder os seus direitos políticos.

Eu tenho aqui o caso de uma pessoa do nosso partido, concreto. Quem conhece aqui no Pernambuco o Queiroz, ex-Prefeito de Caruaru, pai do Deputado Wolney Queiroz. Um empresário respeitado no Pernambuco, probo, foi ser Prefeito da sua cidade. Ele inaugurou a sua obra e colocou durante 24 horas um *outdoor*: "promessa cumprida". Ele não sabia que aquilo era ato improbo. Na hora em que o Ministério Público o acionou, ele, na mesma hora ele mandou derrubar o *outdoor*. Está lá. Perdeu lá na primeira instância, perdeu na segunda e está aqui no STJ. Um homem desse é improbo porque colocou um *outdoor* dizendo que cumpriu uma promessa de campanha? Então, assim, o objetivo maior é que é preciso que a gente coloque... Eu fiz questão aqui de pegar os dados ponto a ponto, só para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar esclarecida essa questão da tramitação legislativa, porque eu já vivi isso em outros momentos, Dr. Roberto, e nós vamos estar... Eu já combinei aqui com V. Sa. para à tarde a gente voltar a conversar. E se o Manoel Galdino quiser participar, não vai ter problema nenhum. Eu sou do diálogo e nós vamos conversando, e a gente vai, se Deus quiser, evoluindo, e vamos aí avançando em alguns pontos, que eu acredito que dá sim para a gente construir. Mas é importante que essa questão da tramitação legislativa seja esclarecida, porque eu já vi esse filme acontecer aqui na Casa.

Quando chegou aquela... O projeto do combate à corrupção, as dez medidas, ela chegou como sugestão. A tramitação e a votação são do Poder Legislativo. É Deputado e Senador que votam. Quando já chegou e você dá sugestões a ela – e eu me lembro muito bem porque participei diretamente do debate do abuso de autoridade – naquele momento, o Ministério Público Judiciário veio para cima da gente, com tudo. Por quê? Porque disseram que nós queríamos desfigurar, ou tínhamos desfigurado um projeto no qual se incluía também a responsabilização de que vocês falaram aqui, dos juízes e promotores, dizendo: "Tem poder, tem que responder, tem que ter mais controle".

E naquele momento, o argumento que eles utilizavam, o maior, era justamente que em um dos artigos que tratavam o abuso de autoridade, falava-se que ficava muito aberto. Eles não podiam... E ficava temerário o seu trabalho, porque estava muito aberto quanto às tipificações sobre do que se tratava, o que era abuso ou não de autoridade. E pediram que fechasse. Tanto que houve esse diálogo e depois se fechou e colocou claramente o que era abuso de autoridade. Quando vai para o gestor, para o Prefeito, para o Governador e se coloca lá fechado para saberem o que é um ato improbo, aí não, está errado porque tem que ficar aberto, porque há outras tipificações que devem ser discutidas. O problema é que o chicote muda de mão.

Quando é para um, uma corporação ou um grupo que interessa, aí é muito boa aquela leitura. Quando é para o outro lado, não é. E nós não podemos fazer com que a pretexto de dizer que não se quer punir os ímprobos, não se quer combater a corrupção no Brasil, nós vamos desestimular as pessoas de bem, do bem, a entrar na boa política e na política. Por quê: Porque do jeito que está hoje, ninguém mais vai querer entrar, porque a pessoa que tem o seu nome a zelar vai dizer: Eu vou entrar, porque sei que devo sair da minha gestão com no mínimo 30 a 50 processos de improbidade. Está aqui o estudo, o CNJ... No STJ, 85% das ações de improbidade que chegam aqui, a maioria não tinha razão de ser e são extintas ou são arquivadas, ou não andam para frente, porque nasceram já de forma equivocada.

Então, é só essa ponderação e essa análise que eu queria fazer sobre essa questão da tramitação legislativa, quando se fala que se votou em oito minutos na Câmara. Vejam só. Oito minutos o projeto de urgência, o pedido de urgência. A sessão que tratou da Lei de Improbidade na Câmara dos Deputados... Vamos deixar aqui bastante claro que isso aqui... Eu pedi para puxar todo o trâmite que estava lá dentro e foram três horas e meia de deliberação. Vamos deixar claro isso para não acharem que foi assim: Pá! Oito minutos. Aprovou e manda para o Senado. Você pede urgência, inclui na pauta, em três horas e meia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você discute o projeto. E 408 Deputados votaram a favor. Então, não dá para dizer que foi um projeto atropelado e a toque de caixa.

E essa alegação de que o substitutivo não foi discutido em audiência pública, repito, essa deliberação é dos Deputados, ela não é da sociedade civil. Então, você colhe as informações, você prepara seu substitutivo e leva para os Deputados, no caso da Casa de origem, de onde iniciou o projeto. Nessa Comissão de Juristas, do que foi proposto nessas audiências públicas, porque houve 14 audiências públicas, três em Porto Alegre, três em São Paulo, em Recife, além da sessão de debates que foi presidida aqui pelo Nelsinho Trad, foram ouvidas cerca de 70 autoridades desses especialistas, dentre professores, pesquisadores, profissionais de Direito. O Ministro Mauro Campbell presidiu essa comissão, o Desembargador Ney Bello foi o Relator dela. Fiz questão de ligar para eles, para pegar mais informações e ouvisse algumas impressões que eles tiveram.

Então, assim, é só para a gente não desconstruir. Nós vamos melhorar, vamos avançar, mas para não desmerecer, porque: "Ah, não é do meu jeito, então não presta, foi desfigurado e foi feito para atender improbo e corrupto". Não é verdade! Eu não vou desacreditar no trabalho desses juristas de quem eu acabei de falar o nome e no trabalho de 408 Deputados, e todos nós que estamos construindo aqui, para utilizar apenas argumento que desmereça tudo isso que foi construído, detalhe, ao longo dos anos, porque todos sabem que isso não foi construído da noite para o dia.

Então, eu tenho certeza, volto a repetir... Hoje, às três e meia, vou sentar com vocês novamente, já vamos sentar para avaliar alguns pontos. O Senador Alvaro já me deu ali algumas sugestões. Estava olhando ali algumas sugestões do Telmário e do Lasier, e a gente vai avançar. No que nós não avançarmos, e isso faz parte da democracia, a gente vai ter aqui oportunidade, na CCJ, de votar esses destaques e ver os pontos de vista, o Senador Esperidião vai nos ajudar na construção, e ainda temos... Meu colega e dileto amigo Styvenson, ainda temos o Plenário. Então, assim, haverá todo o processo legislativo para que a gente possa evoluir e ter o sentimento da Casa.

No caso, a maioria vai dar a sua opinião e claro vai dar a sua posição, lembrando, e isso eu quero fazer de forma clara, como vou falar hoje, que nós estamos aqui apenas na condição de revisores. Então, também, nós estamos sempre tendo esse cuidado de dialogar lá na Câmara, porque não adianta nada, colega Senador Lasier, a gente fazer um novo substituto, mudar tudo, e aí quando voltar, eles têm a opção de voltar para o seu texto original. Ou seja, nem melhoramos e ficamos no zero de novo, porque se já veio criticado o texto de lá, você tem que dar pelo menos uma arrumada para que também a gente não rompa essa possibilidade de manter o que for votado aqui no Senado. Não sei se vocês estão me compreendendo.

Então, eu estou tendo esse cuidado, porque nós estamos revisando. Se tivesse saído daqui e lá as alterações não tivessem sido de acordo com o que nós queríamos, nós teríamos a opção, dileta e sempre aqui reconhecida por esta Casa e por todos que acompanham essa luta do combate à corrupção no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra Eliana Calmon... Se tivesse saído daqui da Casa originária o projeto, nós teríamos até mais condições de trabalhar e mais condições de propor. Agora, nessa questão de revisão, vocês sabem, na hora da votação da Câmara, vai ser texto da Câmara ou do Senado. Eles não vão aproveitar artigos nossos. Ou vão aproveitar o que a gente mandar, ou não. Então, eu estou tendo esse cuidado, para a gente não prejudicar tudo e ficar só o que veio de lá.

Eram essas as minhas considerações, Presidente Anastasia. Agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Alvaro e a todos que fizeram aqui a sugestão da realização desta audiência, que eu tenho certeza de que só fez enriquecer ainda mais essa possibilidade, esse sentimento que nós temos de melhorar essa legislação e dar aos Prefeitos, ex-Prefeitos, Governadores, todos os gestores a garantia de que eles, se tiverem boa-fé, vão poder, sim, se dedicar à vida pública e ajudar este País, que está precisando, e muito.

Todos sabem aqui a minha posição, a minha história de luta, que não foi fácil. E aqui a nossa realidade na vida real... Quem se elegeu a primeira vez na vida pública e já veio para o Senado ainda não está no mundo real, mas eu já fui lá debaixo, da ponta, já fui gestor e quero dizer a vocês que, diferentemente aqui do Ministério Público, quando se passa no concurso, vira-se ali a corporação, eles brigam entre eles, mas a gente sabe como funciona, é um time. Juiz, a mesma coisa: eles não têm mais disputa entre si da forma como têm os políticos.

Prefeitos, Deputados, você que milita na política, nós acumulamos adversários, nós acumulamos até inimigos lá na ponta. Então, é um trabalhando todo o tempo contra o outro para desconstruir, para tentar fazer de tudo para derrubar o seu adversário. Basta ver que a maioria das confusões, dos escândalos que saíram aqui no Brasil – não digo nem escândalos, mas as confusões políticas – foram autodestrutivas, foram de políticos contra políticos. Do *impeachment* da Dilma para cá, quem foi para cima de verdade foi um outro partido político que era contra, e começou essa confusão toda no Brasil. Agora, está aí do mesmo jeito.

Então, assim, não é outra corporação brigando com os políticos. São, na verdade, eles que têm essa capacidade de se autodestruir, de sempre se autodenegrir. E isso é ruim, porque, no final, a gente acaba ficando dessa forma totalmente aberta e vulnerável, e não é o que a sociedade quer, até porque a boa política, ela sendo praticada, é garantia de boas ações e política pública acontecendo na ponta.

Eram essas as considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Weverton. Eu cumprimento V. Exa. pelas ponderações muito lúcidas e equilibradas. E temos certeza de que o tirocínio de V. Exa. como Relator levará a bom termo o tema, que não é um tema fácil. Como sabemos, V. Exa. está empenhado, dedicado, estudando a matéria, com sua experiência, ouvindo várias partes e, certamente, esta audiência, juntamente com os seus desdobramentos, vai facilitar o seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de dar início à ordem dos inscritos, eu solicito, então, a gentileza do Ministro Herman Benjamin, a quem peço escusas, que está ali nos acompanhando virtualmente já desde as 9h, e já é quase meio-dia, para, se ele puder, declinar a resposta à indagação do Senador Alvaro Dias. Eu só peço ao eminente Ministro a gentileza de se pautar ao tempo previsto de três minutos para a resposta, que temos quatro inscritos ainda aqui para formular indagações.

Com a palavra o Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Presidente Anastasia, em primeiro lugar, eu peço desculpas, porque deste lado de cá nós não escutamos a campainha. Então, eu estava me fiando em que a campainha ia funcionar. Pelo menos eu não a ouvi aqui. E, por isso, me estendi por sete minutos a mais do meu tempo, como V. Exa. generosamente e com muita elegância apontou. Então, as minhas desculpas, porque eu não consegui ouvir, e não se ouve.

Agradeço as observações do Senador Alvaro Dias. E o que eu tenho a dizer é o óbvio: juiz cumpre a lei aprovada pelo Parlamento, a Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte e as emendas constitucionais. Claro que o STJ tem um papel – e está aí a Ministra Eliana Calmon, que é uma das precursoras desses leading cases que nós estamos aqui... vários deles, inclusive, eu mencionei –, o STJ foi construindo uma jurisprudência diante da lei que tinha diante de si, mas é verdade que vários dos dispositivos colocados nesse texto que veio da Câmara dos Deputados desfazem e negam frontalmente precedentes, e precedentes já pacificados, vamos dizer assim, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Mas isso é muito próprio do Estado democrático de direito, que o legislador diga: "Não estou satisfeito com a jurisprudência; vamos mudar a lei".

Mas há dois pontos que eu gostaria aqui de realçar desta jurisprudência. O primeiro... E aqui é muito mais como um cidadão do que evidentemente como estudioso da matéria. Eu não posso conceber uma Lei de Improbidade Administrativa, que cuida do bolso do contribuinte, dos recursos do Erário, e se ponha fora desta lei a proteção dos direitos humanos. Para mim, isso é incompatível com o Estado de direito que nós temos no Brasil e no mundo. Direitos humanos vêm antes. Tortura é inadmissível! É mais do que improbidade administrativa, mas também é improbidade administrativa. E o fato de ser prevista como crime, se for esta a régua, boa parte dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa podem sair, e esses dispositivos podem sair, porque várias dessas condutas estão previstas como crime, seja no Código Penal, seja na legislação especial.

Finalmente, depois eu posso dizer alguma coisa, mas não nesse momento, sobre a segurança jurídica dos textos normativos, o Direito Penal está cheio de normas, ou normas penais em branco ou conceitos jurídicos indeterminados, mas eu não tenho tempo neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha última observação no contexto da pergunta do Senador Alvaro Dias tem a ver com as empresas. Da mesma forma que o Estado de direito não pode conceber uma lei de combate à corrupção e de combate à improbidade sem colocar os direitos humanos na frente do patrimônio econômico, também não pode ser uma lei de improbidade administrativa que olhe o pequeno Prefeito, olhe o pequeno Vereador e deixe de fora os agentes principais que são as grandes empresas que historicamente vêm sendo protagonistas – e aí, sim, isso é um escândalo – dos maiores escândalos de corrupção no nosso País.

Eu cito um único exemplo. Foi mencionada aqui a Lei Anticorrupção. E a Lei Anticorrupção tem um dispositivo expresso, é o art. 27... Aliás, eu estou aqui, e não consigo encontrar o dispositivo, mas há um dispositivo expresso dizendo que as sanções e o sistema daquela Lei de Improbidade, Anticorrupção não impedem a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa. Pois bem, aqui se cria um novo art. 3ª, §2º, que diz o seguinte, e para mim é um dos dispositivos mais graves de toda a lei, o texto vindo da Câmara dos Deputados: "As sanções desta lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei 12.846", a chamada Lei Anticorrupção.

Ou seja, nós estamos revogando um dos principais dispositivos da Lei Anticorrupção em favor de quem? Dos Prefeitos? Não, porque os Prefeitos nem os Vereadores são objeto dessa Lei Anticorrupção. Nós estamos aqui com um dispositivo na Lei de Improbidade Administrativa que só tem um objetivo, que é proteger as grandes empresas, sobretudo as empreiteiras, da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa. É há outros dispositivos que só têm esse objetivo; não é ponte de madeira que se transformou em ponte de concreto ou aquelas situações mencionadas pelo Prefeito Izaías, é não. Nós estamos tratando aqui das grandes empresas, das grandes empreiteiras, aquelas que levaram o Brasil à situação que nós enfrentamos hoje e que vimos enfrentando historicamente. É uma corrupção histórica que passa de avô para pai e para filho e, por isso, nós não podemos permitir, como cidadãos – e aqui é a opinião de um cidadão –, que objetivos legítimos sejam apropriados para enfraquecer aplicação da Lei de Improbidade Administrativa perante essas grandes empresas.

A Lei de Improbidade Administrativa não pode ser uma lei saci-pererê, só de uma perna, olhando para o pequeno administrador público e deixando de fora as grandes questões de direitos humanos e deixando de fora os grandes corruptores privados do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin. V. Exa. não tem nada a desculpar. Nós que sempre agradecemos a colaboração que V. Exa. dá a este Senado em várias audiências. Cumprimento-o e agradeço a resposta dada ao Senador Alvaro Dias.

Nós temos quatro Senadores inscritos: Senador Lasier Martins, Senador Esperidião Amin, Senador Styvenson e Senador Vanderlan. Se todos estiverem de acordo, os quatro fazem as suas indagações, são três minutos cada, e depois as respostas, caso sejam dirigidas a cada convidado da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, o primeiro orador inscrito para suas indagações, Senador Lasier Martins.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente Anastasia, eu queria primeiro ponderar que, sendo o tema tão amplo como é, é muito escasso o tempo de três minutos. Como somos apenas quatro inscritos, eu quero apelar a V. Exa. que amplie para cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Cinco minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Muito bem. Agradeço muito a compreensão do Presidente dos trabalhos, ilustre Antonio Anastasia.

Saúdo o Senador Weverton, que já me tranquilizou bastante quando disse que está disponível para uma reunião hoje com o Dr. Galdino e com o Senador Alvaro, o que já pressupõe que será sensível para algumas mudanças neste projeto que veio da Câmara e que, perdoe a dureza da palavra, mas é muito ruim; ele atenta contra os princípios constitucionais.

Quero saudar também a Ministra Eliana Calmon, que pacientemente acompanha esta reunião, Senador Anastasia, e a sua presença sinaliza a sua permanente preocupação com ordem jurídica do País. Ela que foi uma brilhante Ministra do STJ, Corregedora do Conselho de Justiça, uma patriota na verdadeira acepção da palavra e que está aqui vigilante, porque, se não houvesse questionamentos a esta lei, ela não estaria aqui; ela está porque ela sabe que esta lei não pode prosperar.

Eu quero, primeiro, fazer uma lembrança com relação à definição de improbidade. Podemos recorrer a uma definição gramatical: improbidade administrativa é todo ato que atenta contra os princípios da administração pública. Ora, o que diz a administração pública no mais importante preceito da nossa Constituição?

> Art. 37 A administração pública [...] [em qualquer de suas áreas ou instâncias] obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

Ora, se nós seguíssemos os princípios da Constituição, o Brasil seria outro. E essa Lei de Improbidade precisa se cingir a esses princípios. Isso é elementar.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Herman Benjamin, se ele ainda estiver conectado, porque me chamou a atenção quando o Dr. Herman, brilhante Ministro, falou no dolo específico, porque esse me parece, com todo respeito ao nosso prezadíssimo Senador Weverton, o cerne da questão. Ele é o problema crucial dessa matéria que veio para nós e que precisamos corrigir, porque limita a improbidade ao dolo específico, isto é, é preciso, quando houver uma representação, demonstrar a materialidade do dolo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico, e isso elimina as hipóteses de culpa grave, do dolo genérico. Então, restringe tudo, abre inúmeros caminhos para todo tipo de infração.

O Senador lembrou o caso da ponte de madeira. Eu quero usar a mesma figura de uma ponte. Se um prefeito ou um governador for advertido de que determinada ponte, numa rodovia municipal ou estadual, está por cair e ele não liga para isso, não toma providências e o tempo passa e aquela ponte cai, morre gente e há danos materiais, etc., o que é isso? Isso é dolo? Não. Isso é culpa grave, isso é negligência, indolência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Então, eu quero perguntar ao Dr. Herman Benjamin uma palavra a mais sobre essa restrição perigosa que diminuiu demais a Lei de Improbidade, tachando no seu art. 1º, §1º, contra o qual eu me insurjo quando apresento o voto em separado e proponho que se admita a culpa grave. Dr. Benjamin, poderia me responder um pouquinho mais sobre esse perigo, sobre a inconveniência dessa limitação ao dolo específico?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Lasier, as respostas serão dadas em conjunto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Perdão, me desculpe.

O que mais eu precisava dizer aqui?

Na minha fala na semana passada, no Plenário do Senado, eu falei em muitas facilidades dessa lei, e fico tranquilo quando o Senador Weverton está disposto. Por que tem muitas facilidades? Já o Senador Alvaro mencionou alguns itens, e eu me permito repetir ou acrescentar mais alguns.

Por exemplo, a negação a processo civil quando houver absolvição no criminal. Isso é um absurdo. O ressarcimento pode e deve ser buscado na ação cível, não é?

A questão da prescrição retroativa; isso vai absolver um monte de infratores.

O prazo de inquérito de 180 dias; isso é um absurdo, mesmo que se dobre para 360, conforme discorreu muito tem o Dr. Roberto Livianu, há certas circunstâncias, número de testemunhas, localização, quebra de sigilo, e isso demanda muito tempo. É impossível fazer uma instrução em 180 dias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Outro item: restringe a competência, deixando tudo ao Ministério Público. Nós temos de admitir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advocacia pública, que tem direito de participar, e obrigação e necessidade, para que haja uma vigilância mais assídua às infrações.

A exclusão aos princípios de prestar satisfação quando os partidos trabalham com dinheiro público; é um absurdo essa exclusão, não é?

Permitir o retorno a uma função: o funcionário público que foi afastado em processo de culpa ou processo de responsabilização sai daquele cargo e pode entrar em outro; isso não é coerente.

E eu poderia discorrer muito mais, mas, como apresentei, Sr. Presidente, o voto em separado – e peço encarecidamente que o eminente Senador Weverton considere –, ali eu apresento nove retrocessos, eu deixo uma pergunta, para finalizar, que depois será respondida pelo Dr. Livianu, com relação à imprescritibilidade da ação e omissão nessas ações de improbidade.

É a minha participação. Agradeço a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Lasier Martins. Eu o cumprimento. As respostas serão feitas ao final.

Nesse meio tempo, antes de dar a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é o próximo orador inscrito, eu tomo a liberdade de passar a Presidência ao Senador Weverton, conforme havia combinado com ele, para conclusão desta audiência pública.

Quero pedir escusas pela minha ausência, mas cumprimento muito todos os convidados e agradeço.

Depois, teremos Amin, Senador Styvenson Valentim, Senador Vanderlan e as respostas. Agradeço muito. Com licença.

Senador Amin, me desculpe. Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu serei tão breve quanto possível, mas quero celebrar, Senador Alvaro Dias, o fato de termos realizado esta reunião. Portanto, ela não teve caráter procrastinador, ela teve caráter esclarecedor. Todos nós sabemos um pouco mais hoje do que sabíamos na semana passada.

E essa deliberação de V. Exa., Senador Weverton, de se reunir com pessoas que se preocuparam com a realização dessa reunião é um grande gesto que eu quero cumprimentar de público, porque ouvir razões como foram expressas aqui, todas fundamentadas, algumas talvez até apaixonadas, como, por exemplo, as do Dr. Roberto, que quase ofendeu a nós todos corintianos ao impor a torcida – desculpe a expressão – "aos porcão"... Mas isso é um outro gênero. A nossa busca de esclarecimento aqui acho que foi objetiva. Os exemplos contestados ou não também foram objetivos. Eu acho que todos contribuíram aqui presencialmente, e o Ministro Benjamin remotamente, mas com muita dedicação. O fato de a Dra. Eliana Calmon estar acompanhando é uma demonstração de preocupação. Eu não estou tranquilo, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou certo de que fizemos o certo. Agora, o que vai acontecer doravante faz parte do processo legiferante. Agora, que ele está mais iluminado do que estava eu não tenho dúvida.

Finalmente, Presidente, só vou informar à Mesa que eu estou apresentando um requerimento, que será lido provavelmente amanhã, no sentido de informar a Comissão de Constituição e Justiça acerca de um outro tema. É o tema centralização do cômputo de votos. Ontem eu tive a honra de presidir uma sessão de debates temáticos a respeito deste assunto.

Todos se lembram de que, no dia 18 de novembro, ainda dois dias depois do primeiro turno das eleições, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou o seu apoio e solidariedade ao povo brasileiro por aquele retardamento – lembram? – na apuração dos votos do primeiro turno da eleição municipal, atraso este que se deveu à centralização.

Este processo de centralização está contrariando, pelo menos, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que ontem participou da reunião. Eu acho que esse assunto é meu dever trazer ao conhecimento da Comissão de Constituição e Justiça, como já veio à nossa colação no ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Obrigado, querido amigo Senador Esperidião Amin.

Eu concedo a palavra ao Senador Styvenson por três minutos, prorrogável para cinco.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, Senador Weverton, eu não acho justo e nem pela ordem sequencial eu tomar o lugar do Senador que é titular – eu não sou membro. Então, o Senador Vanderlan fala; eu falo após a fala dele. Pode ser? Porque ele é titular.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Senador Vanderlan, o Senador Styvenson, com a sua sempre gentileza, passou a palavra a V. Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, nosso Relator. Cumprimento os meus pares aqui presentes.

Quero cumprimentar os nossos convidados: Sr. Antonio Herman de Vasconcellos, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Roberto Livianu, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sr. Manoel Galdino, economista e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; economista e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Marçal Justen Filho, advogado e Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Izaías José de Santana, Prefeito Municipal de Jacareí, São Paulo, e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito atual?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Certo. Então, já quero comunicar a V. Exa. que o senhor vai sair da prefeitura e a prefeitura não vai sair do senhor, viu? O senhor já está sabendo.

E cumprimento também Lucas de Castro Rivas, advogado e Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado atentamente esse projeto e as discussões. Acho que todo projeto, quando ele vem, vem primeiro ao debate, às discussões e vem para aperfeiçoar. Foi assim com o projeto de improbidade administrativa à época. Nós pensávamos que iríamos atingir o objetivo de pegar quem? Aqueles corruptos; punir aqueles que não aplicavam bem o recurso público, que desviavam. E o que nós vimos, ao longo desses anos, foi que essas pessoas que têm esse pensamento de usufruir da coisa pública foram se aperfeiçoando bem mais do que a lei – bem mais do que a lei. Tanto é que... Veja só como é interessante. Eu fui Prefeito, por dois mandatos, da cidade de Senador Canedo. Para você fazer um convênio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Para você fazer um convênio, primeiro você tem o parecer da procuradoria do Município. O parecer foi favorável, Senador Styvenson, vai para a Câmara Municipal para dar autorização. A Câmara autoriza. Onde houver Tribunal de Contas dos Municípios, que é o caso de Goiás, o tribunal aprova também. Depois de tudo isso feito, se o Ministério Público entender que não é correto, ele tem direito ali a colocar um processo de improbidade, e nada disso vale. Mas os excessos por essa lei são com relação aos administradores públicos bons. Quero citar aqui... Eu não tenho pergunta para ninguém, mas eu quero dar esse testemunho aqui como Prefeito que fui, Styvenson e Oriovisto.

Nas nossas empresas no Município de Senador Canedo, todo ano nós fazíamos ali a festa do Dia das Mães. Chamávamos todas as mães. E numa dessas, se eu não me engano no ano de 2006, sobrou ali umas 50... E ali a minha esposa, que fazia essa festa, dava um botão de rosa com chocolatezinho. E sobraram uns 50, 60 desses botões de rosa. E ali ela tinha um evento da prefeitura com as mães idosas e levou, Sr. Presidente, e distribuiu para as mães. Resumindo: processo de improbidade administrativa, perda de direitos políticos, mais condenação disso... Onze anos – onze anos! Veio acabar agora, esses dias, esse processo. Ao passo que aqueles que destroem, que roubam o dinheiro público, que têm processos, que são cassados, que recebem ali as penalidades, esses – infelizmente isto acontece – conseguem eliminar nos tribunais superiores e vão disputar as eleições. Vão de novo, como é o caso que aconteceu, na cidade que eu citei, do ex-Prefeito que está supercondenado e voltou com a liminar e destruiu novamente o Município. Então, acho que nós temos que rever esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão aqui... Eu quero parabenizar o Senador Alvaro por essa iniciativa.

Sr. Presidente, eu tenho aprendido tanto aqui no Senado Federal, no meu primeiro mandato, através das audiências públicas. Foi assim quando eu fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, quando a gente debateu ali assuntos importantes. E quanto nós aprendemos.

Então, eu creio que esse ajuste que está sendo feito, esse aperfeiçoamento venha a corrigir esses absurdos e essas distorções.

E, já finalizando minhas palavras, eu quero falar para V. Exas. que estão aqui: os homens de bem, aqueles que prezam compromisso com a moralidade e com a coisa pública, não querem mais disputar a eleição para o Executivo, porque a lei hoje infelizmente está punindo os bons administradores. Porque os ruins administradores, os péssimos administradores não têm compromisso com nada, não têm nada no nome deles, não têm família, não querem saber de nada. Essa é a realidade.

Então, Sr. Presidente, passei meu tempo. Obrigado pela oportunidade.

Só queria também aqui, Sr. Presidente, agradecer à Eliana Calmon, que está aqui presente. A Eliana Calmon, quando fui Prefeito da minha cidade e houve uma injustiça tão grande cometida com os Município do Estado de Goiás, estava ali Corregedora do CNJ. Levamos o problema para ela. Imediatamente ela detectou o problema, viu que ali tinha coisa errada e mandou corrigir. Estou dando esse testemunho aqui, porque pessoas como essa senhora têm que ser exaltadas por este País inteiro, aonde ela for, porque é uma pessoa de bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Sem dúvida. As palavras do Senador Vanderlan, Ministra Eliana Calmon, são de toda a Casa, de todos os nossos colegas, pares, Senadores.

Senador Styvenson, V. Exa. está com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Agora sim, Sr. Presidente, estabelecida a ordem das coisas.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Alvaro, agradecer por essa audiência não só de interesse dos Senadores, mas de interesse da população. O dado já foi dito: 61% acreditam que haverá uma fragilização no combate à corrupção neste País.

Mas eu fico seguro, Senador Weverton, e fico feliz com o que o senhor manifestou, porque eu sei que está em boas mãos. O senhor não é uma pessoa injusta. Sei que o senhor vai se aproximar o máximo possível de fazer uma boa relatoria para que Senadores como eu, como outros que querem um País melhor, votem com segurança, sem a gente ter aquela incerteza do que está voltando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi atentamente todos os palestrantes. Agradeço a presença de todos. Como o senhor disse, eu não tenho experiência de gestão pública. Não fui Prefeito, não fui Governador. O primeiro cargo político que eu assumi foi este de Senador da República. Mas eu venho de uma sociedade que está cansada, Senador Vanderlan, cansada mesmo de ser roubada, cansada de não ter obras concretizadas, cansada de não ver nem a ponte de madeira, nem a de concreto, cansada de ver rua esburacada.

É difícil o nosso sistema de fiscalização... Através da transparência, qualquer brasileiro que queira entrar... Quanto a isso eu parabenizo o Senado Federal, porque o nosso Portal da Transparência é claro, é transparente de verdade: mostra, em tempo real, tudo que nós gastamos, fazemos aqui. Ele deveria ser um modelo, Senador Weverton, para todos os outros, já que existe esse Portal da Transparência, ao qual eu faço tanta referência e elogios, porque eu tento entrar no portal do meu Estado e não consigo. Não consigo entender. Não sei nem por onde entrar. Eu peço a gente que trabalha com isso, assessoria especializada nisso, e não consegue ter informação dos gastos públicos, com o que se gasta.

Se a gente for para qualquer Município, Sr. Prefeito Izaías José de Santana, é a mesma situação. E eu tenho certeza de que, para combater a corrupção, Senador Vanderlan, a melhor arma é a transparência. É como está sendo feita esta audiência aqui, em que um projeto, como o senhor explicou claramente, acho que de forma bem didática, pedagógica, como é que funciona o processo legislativo, tem que ter acompanhamento público, porque depois a gente vai ter que explicar o voto.

E eu não quero acreditar que essa mudança da Lei de Improbidade venha a servir só aos ruins, Senador Vanderlan, porque eu não acredito. Eu estou pegando aqui uma analogia do Roberto Livianu, da bacia, a água e o bebê: fora o sabão e a sujeira, joga tudo fora.

Eu acredito que, neste País, há muita gente queira fazer a coisa boa e a coisa certa. Agora, não dá para a gente pegar uma lei e apenas privilegiar aqueles que fazem ou que são, como o senhor explicou e disse claramente em alguns casos, o do *outdoor* e o da ponte... Esses, que são injustiçados; esses, que estão realmente sendo perseguidos, aí, sim, parece ser uma minoria. Parece. É o meu ponto de vista. É só um ponto de vista meu, porque parece que o que prevalece no nosso País, Senador Weverton, e o senhor é Relator, são os maus mesmo, são os que desviam, são os que roubam, são os que levam a gente para o mesmo rol deles. E eu sei que o senhor não compactua com isso. Sei que o senhor não tolera isso e não vai aceitar isso, mas chega ao ponto, hoje, de o político ter até vergonha de ser político neste País, pelo nível a que chegou a política brasileira. Parece que todos que entram aqui ou que passam por aqui querem o enriquecimento; querem, através do nepotismo... Aí eu não fui Prefeito, não fui secretário, não fui nada, porque as pessoas alegam que o nepotismo seria um cargo de confiança, e quem melhor de confiar do que a família? Mas talvez não sejam competentes para ocupar aquele cargo. É uma coisa que eu combato também.

Então, só falando isso e dizendo para o senhor que eu estou mais tranquilo, mais calmo por estar na mão do senhor essa relatoria. Sei que o senhor é uma pessoa que ouviu e está aqui até agora e vai ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta no momento de apresentar esse relatório. Não é que agrade, é que faça o justo. O agradar talvez não seja o justo para todos os Senadores ou para todos os políticos ou para a população brasileira, mas que se aproxime disso.

Eu tenho uma pergunta específica ao Dr. Roberto Livianu. Gostei da explanação dele. Fiquei curioso para saber, na visão dele, qual seria o aproveitamento da absolvição criminal para o campo da improbidade.

Hoje eu perguntei um dado estatístico, acho que o Alvaro me mostrou aqui, não sei se o senhor tem... Quantos políticos, vamos dizer gestores – como o senhor já foi –, passam por esse processo? Mesmo que sejam... Acho que o senhor falou 85%, mas quantos são condenados de fato? Quantos realmente chegam a ser punidos pelo que fizeram ou pela omissão ou pelo desejo de realmente não concretizar?

Eu tenho certeza, Senador Weverton, de que, se nós evoluirmos nessa legislação e desmotivarmos os políticos ruins, os que querem se elucubrar, os que querem tirar proveito dos cargos que ocupam, a gente vai estar dando uma grande contribuição para a população para baixar para muito menos esse número de 61% de confiabilidade em nossos políticos brasileiros.

Então, eu tenho certeza de que o senhor vai fazer esse bom trabalho. Por isso é que vim e eu estou aqui calmo. Não sou membro desta Comissão, mas gostei do posicionamento de todos aqui. A gente tem que olhar para todos os lados para poder avaliar e medir.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Obrigado, Senador Styvenson.

Eu vou passar aqui a palavra ao Ministro Herman Benjamin. Foi feita uma pergunta a ele. Dos que estão remotamente, foi apenas para ele; dos que estão aqui, para o Dr. Roberto Livianu.

O Dr. Herman Benjamin está com a palavra.

Logo em seguida, o Dr. Roberto Livianu, e nós partiremos para o encerramento dos trabalhos.

O SR. ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Presidente.

Eu agradeço todas as observações feitas pelos eminentes Senadores.

Especificamente à pergunta emergida pelo Senador Lasier quanto à culpa, eu repito o que eu afirmei no início da minha apresentação de hoje, da minha contribuição. Nós vamos, a prevalecer o texto que veio da Câmara dos Deputados, terminar com uma lei de improbidade que não prevê culpa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutas que são consideradas, por exemplo, de corrupção, enquanto o Código Penal, que manda para a cadeia, prevê culpa. E eu cito o peculato:

> Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio [...]
> .....
> .....
> §2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem [...]

Então, veja, não é nem culpa na sua própria conduta, é culpa em relação à conduta do terceiro. Então, penso que é possível encontrar alguma fórmula que excepcione as condutas em que, no Direito Penal – inclusive no exercício da própria Medicina existem tipos específicos –, a figura culposa esteja prevista.

Termino insistindo com a observação a respeito desse dispositivo que eu não vi ninguém mencionar e que, para mim, é um dos mais graves incluídos na lei – talvez tenha passado despercebido –, que é o art. 3º, §2º, que revoga o art. 30 da Lei Anticorrupção, ou seja, nós não estamos apenas alterando a Lei de Improbidade Administrativa, estamos alterando também a Lei Anticorrupção.

O dispositivo art. 3º, §2º, diz o seguinte: "As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846...", que é a Lei Anticorrupção. E o artigo da lei, que aqui não está sendo revogado expressamente, mas implicitamente, ou seja, não há transparência, diz o seguinte...

O art. 30 da Lei Anticorrupção, que é a lei que se aplica às pessoas jurídicas e, sobretudo, às grandes empresas... Não é ao Prefeito, não é ao Vereador, não é ao Deputado, ao Senador, ao juiz, ao membro do Ministério Público, é às grandes empresas principalmente.

> Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei [Lei Anticorrupção] não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:
> I - ato de improbidade administrativa [...];
> II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666 [...].

Esta aqui é a tese que está sendo, neste momento, advogada nos tribunais: de que uma lei afasta a outra. Evidentemente aqui não é dispositivo que vem para fortalecer a lei; pelo contrário, é para criar uma blindagem, como se não bastasse a blindagem de fato que essas grandes empresas e, sobretudo, as empreiteiras tinham e ainda têm perante a corrupção, e transformar, juntamente com a exclusão das graves ofensas a direitos humanos, como a tortura, a Lei de Improbidade Administrativa em, como eu chamo, uma lei Saci-Pererê, é só uma perna. E é uma perna para olhar o administrador público, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que estão por trás desses grandes atos de corrupção e que se beneficiam, repito, de avô para pai, de pai para filho, com os benefícios econômicos dessas práticas que são odiosas.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Livianu.

O SR. ROBERTO LIVIANU (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Houve duas questões, uma feita pelo Senador Lasier e outra pelo Senador Styvenson.

Primeiro, eu queria cumprimentar todos os Senadores que fizeram intervenções: Senador Alvaro Dias, Senador Lasier, Senador Esperidião Amin, que não está mais aqui, e Senador Vanderlan também.

Todo o espírito desse debate, Senador Weverton, com certeza, contribuiu muito, aperfeiçoou muito essa discussão em relação a esse projeto.

Quero dizer, dar meu testemunho do quanto eu acredito na política e na importância da política, do quanto eu não integro o grupo daqueles que criminalizam a política, do quanto eu não penso na generalização da criminalização da política. Não penso que esse seja um bom caminho. Eu respeito a legitimidade dos políticos no seu campo e penso que todos podemos construir essa solução, que é o que nós estamos fazendo hoje aqui. E isso é extremamente positivo e importante.

Em relação a essas questões específicas que foram colocadas – primeiro, a questão do dolo específico que o Senador Lasier levantou e o Ministro Herman começou a responder –, eu quero trazer uma contribuição. Parece-me importante deixar claro um ponto. No projeto, do jeito que está, Senador Weverton, está se exigindo um elemento subjetivo para responsabilizar pelos atos dolosos por improbidade. Ou seja, não basta simplesmente comprovar que houve dano ao patrimônio público. Não, tem que se comprovar que houve intenção de querer produzir aquele ato doloso. Se o indivíduo diz: "Não, não, eu quis ajudar um irmão, um primo que estava com dificuldades, ele estava passando necessidades, ou ele não viajava para Miami fazia dois anos, estava deprimido". "Está absolvido." "Ele estava triste." "Está absolvido." Nós não podemos dar margem a esse tipo de coisa, Dr. Lucas. Não podemos exigir dolo específico para punir por ato doloso contra a administração pública. Esse tipo de brecha não é razoável, não é admissível. Nós queremos esse tipo de capricho legislativo da lei... Não é razoável.

A questão da reparação que o Senador Lasier colocou, segundo a informação que o senhor me dá, é necessária uma leitura atenta, mas de fato, só com emenda à Constituição, nós podemos desfazer uma construção que já está consolidada no Supremo, no sentido de que ações reparatórias por dano ao patrimônio são imprescritíveis; é uma construção referente ao art. 37, §5º, é um entendimento consolidado, e o projeto aprovado na Câmara desrespeita isto. Segundo o que o senhor me informa, o relatório consolida isso. Ainda bem, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do Senador Styvenson, eu acho muito importante ficar claro isso. Acho saudável que decisões absolutórias criminais que adentram o mérito e consagram a inocência do acusado – examinei o mérito, ele foi inocentado –, isso seja aproveitado no campo da improbidade, desde que o mérito seja enfrentado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LIVIANU – Quando a absolvição foi por insuficiência de provas, não tem sentido aproveitar, isso é improbidade. E, se as provas apareceram um mês depois, como é que eu vou aproveitar isso no campo da improbidade? Isso é você consagrar a insegurança jurídica. Com todo respeito, Senador Weverton, não é possível.

E, só para fechar a minha intervenção, o senhor comparou com a questão da Lei de Abuso de Autoridade, me permita, a Lei de Abuso de Autoridade, Senador Wellington, é uma lei de caráter criminal. Tipos abertos são inadmissíveis em leis penais. Esta não é penal; esta é administrativa. A estrutura legislativa é totalmente diferente. Não se pode ter tipos abertos em leis penais. O Direito Administrativo trabalha com tipos exemplificativos. No Direito Penal, não é possível enumeração exemplificativa. A tipificação é exaustiva no Direito Penal. No Direito Administrativo, a enumeração é exemplificativa. São leis totalmente diferentes. Por essa razão é que, lá na Lei de Abuso de Autoridade, é necessário fechar os tipos. Na lei de improbidade, os tipos são exemplificativos. Com todo respeito ao senhor, são situações diferentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Eu agradeço, Dr. Roberto Livianu.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Roberto Rocha, José Aníbal, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Weverton, Eliziane Gama, Cid Gomes, e ainda dos Senadores não membros Rodrigo Cunha, Kátia Abreu, Izalci Lucas, Jayme Campos e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eliane Nogueira, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Telmário Mota e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 23, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36 e 39, na forma das sete emendas de relator apresentadas, com as adequações redacionais propostas, rejeitando-se as demais emendas. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. A matéria retornará à Pauta no dia 30/11. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 508, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senadora Soraya Thronicke

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSL/MS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com 40 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 66, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 56, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 6-CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 2, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para isentar o advogado do pagamento de custas processuais em execução de honorários advocatícios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 9, nos termos da emenda nº 7-CAE (Substitutivo), com quatro subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 676, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1334, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a atenção à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 37, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 287, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4840, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/24

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Queria cumprimentar os nossos Senadores e as nossas Senadoras. Em nome do nosso Vice-Presidente, Professor Antonio Augusto Anastasia, cumprimentar os servidores da nossa Comissão de Constituição e Justiça e, nas pessoas deles, cumprimentar os nossos servidores e colaboradores do Senado Federal. Gostaria de cumprimentar os nossos Consultores, na figura do Dr. Danilo, Consultor-Geral do Senado Federal. Queria cumprimentar a imprensa aqui presente e agradecer a presença dos membros da Comissão.

Estamos hoje, na nossa reunião da Comissão, com o quórum de 23 Senadores presentes, ou pessoalmente, de corpo presente, ou remotamente, participando da nossa reunião.

Havendo número regimental, declaramos aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 15.

Apenas para fazer uma observação, na pauta que foi estabelecida para hoje foi resgatada toda a pauta remanescente da última sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, quando, no exercício da Presidência, o Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, conduziu os trabalhos da Comissão.

Repetindo o que eu falei na última sessão de que participei, eu tinha demandas de várias bancadas, de vários Senadores, individual ou coletivamente, para matérias que estão transmitindo na Comissão. Eu lembro também que, na última semana, eu fiz um informe e dei publicidade da quantidade de matérias que estão pendentes de apreciação da Comissão, que chega a mais ou menos 1,7 mil propostas aguardando deliberação pelo Plenário. Portanto, a gente precisa receber as demandas para tentar dar uma vazão a essas prioridades.

Nesse sentido, esses 14 itens remanescentes foram os itens com os quais a gente tinha se comprometido com os Senadores, seja individual ou coletivamente, numa ordem de prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi para as Lideranças das bancadas, através da Secretaria da Comissão, solicitarem por ofício a todos os Líderes que eles pudessem, no conjunto das suas bancadas, oferecer/indicar as matérias prioritárias das suas bancadas para a gente tentar, dentro desse espírito, da melhor maneira possível, prestigiar proporcionalmente e por assuntos de interesse as pautas, para nos ajudar a compor a pauta da Comissão. Por isso temos esses 15 itens remanescentes, apenas com um único item que foi incluído na pauta de hoje, que foi um acordo construído com os Líderes a partir do Relator da matéria, Senador Fernando Bezerra Coelho.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente computadores disponíveis na bancada. Àqueles que votarem por meio do aplicativo – naturalmente, já foi explicado isso aqui várias vezes, essa decisão está nos termos do Ato nº 8, de 2021 –, ocorre após a autenticação da senha do Sistema de Deliberação Remota, escolhido o voto, é necessário o enquadramento do rosto na área reservada.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat*, que é uma ferramenta no nosso aplicativo.

O acesso à sala de reuniões estará restrito aos Senadores.

Inclusive, diga-se de passagem, hoje nós estamos com um número significativo de convidados e a gente ainda está na pandemia. Eu falei com a Secretaria da Comissão, falei com os assessores e eu acho que nós estamos aqui, com um volume significativo de assessores, de servidores e também, ali atrás, eu vejo a participação da imprensa e de algumas autoridades. Dentro do possível e do razoável, como nós ainda estamos enfrentando a questão de saúde pública, eu queria pedir para que se pudesse... Naturalmente, há coisas difíceis de pedir, mas eu estou vendo daqui... Apesar de nós estarmos todos protegidos com a máscara e a questão da vacinação – graças a Deus! – estar muito avançada, ainda temos infelizmente vítimas dessa pandemia. E, como fica a responsabilidade do Presidente da Comissão sobre o Plenário, eu estou achando e observando que temos muitos convidados, há muitos assessores. Naturalmente, se houver dois ou três ou quatro assessores de um Parlamentar, eu peço que possam, entre os senhores e as senhoras, fazer uma espécie de rodízio, se for possível. Estou fazendo isso para tentar evitar a contaminação do covid no Plenário do Senado, no Plenário da Comissão. É uma orientação do departamento médico que a gente pudesse... Tanto que eu pulei a parte do distanciamento, porque, pelas orientações do ato do Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, nós estamos destoando um pouco dos limites que foram estabelecidos. E eu vou ler:

> O acesso à sala das reuniões estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, aos servidores da Secretaria das Comissões, da área de tecnologia no da Secretaria das Comissões, da área de tecnologia, no estrito exercício das suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adentrar a sala da reunião para atender a demanda do respectivo Senador, conforme está escrito aqui na orientação do ato, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

Então, só peço que a gente possa tentar, da melhor maneira possível, manter o distanciamento.

Eu vou pular essas regras todas, porque estou vendo que nós não as estamos cumprindo e vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O distanciamento não, olha ali. Mas nós estamos tentando, Líder, vai dar tudo certo. A fé é a esperança nas coisas não vistas.

Vou passar para a pauta da reunião.

Eu queria pedir à Secretaria da Mesa... Já aprontou o relatório? (*Pausa.*)

Vou fazer a leitura.

Gostaria de informar ao Plenário... (*Pausa.*)

Eu pedi à Secretaria que fizesse um relatório, ainda não está muito compactado didaticamente. Eu vou tentar lê-lo para a gente fazer uma prestação de contas da nossa Comissão.

Fizemos as sabatinas das autoridades que foram indicadas, foram sabatinadas, e foi deliberado também na Comissão e no Plenário. Temos algumas autoridades que estão pendentes de apreciação, e eu quero fazer uma menção especial ao pleito de alguns Senadores em relação aos conselhos. Evidentemente eu compreendo a circunstância, e parece que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal é responsável por toda a paralisação dos conselhos por conta das não sabatinas, digamos assim. Só que nós temos, se eu não me engano, seis ou sete matérias... Um, dois, três, quatro, cinco, temos seis conselheiros que já foram sabatinados na Comissão de Constituição e Justiça, que estão aguardando a deliberação do esforço concentrado no Plenário do Senado.

Na última reunião de esforço concentrado, o quórum não estava adequado e – o que eu tenho como uma decisão acertada do Presidente Rodrigo – ele não submeteu à apreciação do Plenário essas autoridades, porque há, isso é da democracia, com legitimidade, manifestações muitas das vezes em relação ao quórum, qual seria o tal quórum adequado para deliberar autoridades que precisam de quórum qualificado de votação no Plenário. Então, essas sabatinas estão pendentes no Plenário, e não na Comissão, e elas naturalmente se incorporaram às manifestações de alguns Senadores, alguns veículos de comunicação, colocando a paralisação desses conselhos com base na não deliberação da Comissão, o que não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas autoridades de que eu falei são do CNMP, CNMP, CNMP, CNMP, CNMP e CNMP. São seis autoridades do CNMP, portanto, a "paralisação", entre aspas, do CNMP desta vez e desta feita não é culpa da CCJ. Desta feita, do CNMP é a não deliberação do Plenário, pela decisão do Presidente Rodrigo Pacheco, pelos apelos de alguns Senadores, de que eu participei, que não queriam a deliberação desses conselhos com o quórum, se não me engano, de 54 Senadores na semana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Cinquenta e nove, quarenta e nove Senadores. E aí houve alguns apelos. Eu pessoalmente fui contrário, queria que a gente deliberasse, porque senão eu já imaginava que a gente poderia ser criticado por isso e, no final, colocariam na conta da Comissão de Constituição e Justiça ou do Presidente a não deliberação. Portanto, o CNMP, neste caso concreto, não é culpa deste Presidente que lhes fala.

E aí eu volto agora para as outras autoridades que estão pendentes de deliberação na Comissão. Inclusive, eu vou fazer a leitura de todas as autoridades, para deixar claro para a imprensa e para os Senadores e as Senadoras que a Comissão de Constituição e Justiça tem sido abordada nos últimos meses, em relação à possibilidade da sabatina de uma das oito ou nove – são dez – autoridades que foram indicadas para cargos estratégicos, inclusive algumas com mandatos. Portanto, se eu tivesse que utilizar um critério, Senador Jayme, que é razoável, eu preferiria pessoalmente sabatinar as autoridades que têm mandato, que cumprem mandato, períodos de mandato. E, nesse caso, tanto a indicação para o Tribunal Superior do Trabalho como a indicação para o Supremo Tribunal Federal são para cargos que são vitalícios; eles não têm um período, é uma vitaliciedade constitucional. Então, eu pessoalmente, se tivesse que escolher para a semana do esforço concentrado, optaria por colocar todos os cargos, nesse primeiro momento, que dispõem de mandato, de prazo, não os vitalícios, que não têm prazo, e muitas vezes já ficaram alguns tribunais superiores mais do que esse período sem ter a vaga preenchida seja por uma mensagem do Executivo que não foi mandada, seja pela não deliberação da Comissão ou do Plenário, mas continuaram suas atividades normais com menos um, com menos dois, com menos três e até com menos quatro ministros em um tribunal superior: o STJ chegou a ter quatro membros do tribunal aguardando deliberação, o que, portanto, não atrapalhou o desenrolar da atuação do tribunal.

Enfim, há um apelo constante, há um apelo presente para que a gente possa fazer. Inclusive, quero fazer um registro: esse apelo tem sido feito pelo Presidente Rodrigo Pacheco, e eu o respeito muito a autoridade de Presidente. Eu tenho sido, em alguns momentos, aqui na Presidência – muitas das vezes, pela imprensa – criticado pela não deliberação da Comissão e eu quero falar uma coisa para V. Exas.: o próprio Supremo Tribunal Federal decidiu a prerrogativa de cada instituição do Senado Federal.

Quando questionado sobre prazos, sobre deliberação, ainda bem, o Judiciário brasileiro definiu a independência e a prerrogativa de cada instituição. Então, cabe, está claro, a todos os Presidentes das Comissões, que cabe ao Presidente fazer a pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Me aliviaria muito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... porque, se não fosse assim, para reflexão, o Senado Federal poderia fazer as pautas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos tribunais regionais.

Cada um faz a sua pauta, cada Presidente tem autonomia e autoridade conferida para fazer a pauta e a agenda que é necessária. Tanto que tem de escolher entre 1,7 mil propostas quais serão as que estarão pautadas nesse exemplo claro da sessão de hoje. Assim como a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, que é uma prioridade sendo debatida no Brasil e que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pela relevância da matéria, independentemente dos favoráveis e dos contrários, pautou a matéria pelo significado, pela importância e pelo momento que nós estamos vivendo.

Eu continuo respeitando todos aqueles que são contrários e todos aqueles que são favoráveis, é para isso que há a legitimidade popular do voto. A Casa do povo, a Casa da Federação, todos nós, que estamos aqui, seja no Senado da República ou na Câmara Federal, não estamos aqui pela nossa vontade, todos nós fomos para uma disputa eleitoral e todos os 81 Senadores passaram pelo crivo popular. Por isso, a legitimidade do voto e da representatividade e, ainda mais no Senado Federal, em que cada Estado da Federação tem a mesma quantidade de Senadores, seja do Amapá, o meu Estado, um Estado pequeno, com 850 mil habitantes, ou seja do Estado de São Paulo, um Estado gigante, com mais de 45 milhões de habitantes, então, é no Senado Federal que a gente consegue, na Casa da Federação, igualar essa equação.

Eu quero cumprimentar a participação de todos os 81, que têm, de maneira dedicada, exercido os seus mandatos dentro das suas prerrogativas, seja de um Senador que tenha prerrogativa de decidir o seu voto e as suas manifestações, e é livre por isso, ou seja de um Líder de uma bancada quando fala em nome dos seus liderados, porque, se não fosse assim, Líder Fernando, não precisaríamos ter um Líder de uma bancada de 15 Senadores, como o Líder Eduardo Braga, que reúne com a sua bancada, que discute as matérias e que, no Plenário ou na Comissão, orienta os seus liderados dentro do entendimento, porque senão a gente não precisava ter reunião de Colégio de Líderes, não precisava ter orientação de Líderes e aí a gente colocaria lá naquele painel da orientação 81 orientações, e a gente não iria conseguir produzir.

A representatividade é dada no voto, Líder Eduardo, pelo povo, a representatividade é dada por cada colega nosso que escolhe um – como V. Exa. foi o escolhido da maior bancada; como o Líder Nelsinho, da segunda maior bancada; ou como o Líder Marcos Rogério, da minha bancada –, e essa pessoa trata nesse colegiado em nome da coletividade.

Líder Rogério, pode ter diferença na bancada? Pode. E quando há diferença na bancada, naturalmente e geralmente o Líder libera a sua bancada, o que é um gesto simbólico, Presidente Omar, para que aquele Parlamentar que teve voto, que tem voz e que tem palavra possa se manifestar conforme o seu entendimento, conforme a sua compreensão, não sendo tutelado pelo seu Líder, mas, na escolha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser liderado por aquele Líder, ele passa o bastão da confiança e da expectativa de que ele possa, da melhor maneira possível, ser representado. Em quase todas as agendas, eu vejo a participação dos Líderes, seja na Bancada do Podemos, seja na Bancada do Cidadania, seja na Bancada do MDB, seja na Bancada do PT, seja na Bancada do nosso partido, o Democratas, Senador Jayme.

Então, isso é importante, que a gente possa ter esse discernimento, porque é muito cômodo a gente avaliar dentro do nosso prisma, com uma determinada circunstância e, a partir dessa avaliação unilateral a gente fazer as referências de decisões que são legais, que são constitucionais e que são próprias de cada envergadura de cada Senador para aquele cargo e para aquela atribuição para que foi eleito. O Presidente do Senado tem a pauta da Casa, os Presidentes das Comissões têm a pauta, o Presidente coloca para deliberação e, portanto, eu gostaria de fazer esta manifestação, levando em consideração todos os apelos, levando em consideração todas as manifestações, inclusive as agressivas.

Eu tenho acompanhado, nos últimos meses, e a gente tem vivido, cada um dentro do seu universo, as suas demandas, os seus problemas, especialmente na pandemia. Neste momento de pandemia, tem aflorado, infelizmente, um espírito mais agressivo, porque, na verdade, a reclusão de quase dois anos trouxe alguns transtornos, e isso está sendo estudado. Eu tento, da melhor maneira possível, compreender as manifestações, que, muitas das vezes, extrapolam o limite da manifestação.

E, muitas das vezes, eu confesso que, pessoalmente, me senti ofendido quando, em alguns episódios, nesse embaraço todo de sabatina, de reunião, de deliberação, chegaram a envolver a minha religião. Eu pensei muito antes de fazer esta fala aqui, fiz algumas anotações e resolvi falar com o coração. Chegaram ao cúmulo de alguns levantarem a questão religiosa sobre a sabatina de uma autoridade na Comissão de Constituição e Justiça, quando nunca o critério foi religioso. Não me lembro, em outra ocasião, de cobranças sobre alguém ter a coragem, digamos assim... E eu sei, e todos sabem que eu posso falar isso, porque a minha origem, Líder Fernando, é judaica. Um judeu perseguindo um evangélico? Essa narrativa, Senador Anastasia, chegou ao meu Estado, e eu tenho uma relação com todas as igrejas. O Estado brasileiro é laico, está na Constituição, e Ulysses Guimarães, quando proclamou a Carta – o Senador Fernando e muitos estavam aqui –, inicia, no prefácio: "Sob a proteção de Deus", mas, lá no art. 5º, prova que o Estado é laico. Eu estou dividindo isso com V. Exas. porque, em alguns momentos, eu fui ofendido pessoalmente, na minha família, na minha religião e dentro da prerrogativa.

Então, é importante fazer essa manifestação, porque, há mais ou menos quatro meses – e me parece que todo mundo esquece –, eu sou o grande responsável por não fazer a sabatina de um indicado, e eu não vejo ninguém cobrando a do CNJ, ninguém cobrando a do TST. Parece que só há uma indicação na Comissão. Temos dez indicações na Comissão, e há uma ânsia coletiva de fazer a cobrança de uma única indicação para um único tribunal.

Volto a repetir: a mensagem chegou no início do recesso parlamentar e, aparentemente, esqueceram esses 30 dias dessa janela. E acaba ficando como o grande responsável o hoje atual Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, Senador da República como V. Exas., por não pautar uma autoridade. E o cúmulo, Senador Eduardo, isso me provoca uma profunda indignação e eu fico muito triste com isso, porque a minha relação com o povo evangélico é extraordinária no meu Estado. De todos os eventos de qualquer denominação eu participo: da Igreja Católica, participo da procissão do Círio de Nazaré, porque é tradicional na nossa região, a Nossa Senhora de Nazaré, vou todos os anos a uma caminhada até a Igreja de São José; eu participo de encontros da Assembleia de Deus, da Igreja Universal, da Madureira, de todas as denominações. Eu tenho muitos amigos. E chegou-se ao cúmulo de transformar uma decisão política institucional em uma questão, em um embate religioso. É inadmissível isso. Eu estou calado, há quatro meses, ouvindo isso, mas as pessoas que me conhecem no meu Estado e no Brasil sabem que nunca foi um embate religioso e nem deve ser.

Portanto, eu faço essa manifestação de abertura da Comissão – poderia falar muito mais, mas não quero tomar o tempo de V. Exas., acho que já falei até demais – como uma forma de fazer uma retrospectiva e um desabafo, porque, no fundo, você transformar – e alguém tem a capacidade de transformar – o embate religioso, que não tem nada a ver, numa decisão institucional, infelizmente, eu não tenho condições de avaliar o caráter de uma pessoa como essa.

Então, eu vou fazer a leitura de todas as mensagens que estão aqui. Vou seguir integralmente a decisão do Presidente Rodrigo Pacheco de, no esforço concentrado, com o quórum adequado, fazermos a sabatina de todas as autoridades que estão indicadas na Comissão. Vamos fazer um calendário, já que o esforço concentrado é segunda, terça, quarta e quinta. E, como nós temos dez autoridades na Comissão, como nós temos outras autoridades em outras Comissões, eu tratei sobre isto ontem com o Presidente Rodrigo: de fazer um calendário que não possa atrapalhar a sabatina da CCJ, a sabatina da Comissão de Relação de Exteriores, a deliberação da CAE e a deliberação do Plenário.

Inclusive fiz um apelo ao Presidente Rodrigo que, no dia das votações no Plenário, tirasse todas as matérias, projetos de lei que estivessem tramitando, para a gente se dedicar. Não é isto que nós queríamos: nos dedicar à sabatina, às autoridades, para os conselhos voltarem a funcionar, paras as coisas deslancharem? Eu pedi para ele ontem, não sei se ele vai me atender, porque ele é o responsável pela pauta; pode ou não, e eu vou respeitar a decisão dele, porque é a prerrogativa dele.

Eu espero que a gente possa fazer, na semana do esforço concentrado, além de todas as autoridades que já temos no Plenário, as outras sabatinadas, porque parece que embaixadores são quinze, com mais dez que estão no Plenário, com mais dez que nós vamos sabatinar, a gente precisa ter o tempo nesses quatro dias para fazer as sabatinas. Teve sabatina aqui que demorou 18 horas. Então, eu quero me organizar e quero anunciar que nós vamos fazer de todas as autoridades que estão aqui. Todas são as dez, porque eu considero a indicação e a sabatina de uma autoridade para o Supremo Tribunal Federal tão relevante quanto para o Conselho Nacional de Justiça, tão relevante quanto para o Conselho Nacional do Ministério Público, tão relevante quanto para o Tribunal Superior do Trabalho. Eu não consigo distinguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas das vezes a cobrança sempre foi sobre uma autoridade, e a realização será sobre todas as autoridades.

Então, não entrando no mérito e fazendo essa manifestação, nós vamos submeter e eu vou falar quais são os relatores das autoridades, porque há autoridades que eu tenho pedido de quatro, de cinco, de seis e até de sete Senadores, que me pediram, pessoalmente ou que encaminharam ofício, e que estão coincidindo com as autoridades que nós vamos sabatinar. Como tinha algumas autoridades que a gente precisava contemplar dentro desse critério que eu estou tentando estabelecer de proporcionalidade, inclusive na relatoria das autoridades, eu peguei todas as outras autoridades, fizemos do ano todo, colocamos dois ou três por partido e fomos dividindo por quem tinha pedido. Quando não deu, não deu; eu tive que escolher um.

A Mensagem do Desembargador Mauro Pereira Martins para compor o Conselho Nacional de Justiça foi uma solicitação do Partido Liberal. O Relator é o Senador Carlos Portinho. Já está designado.

A autoridade Sr. Juiz Federal Richard Paulro Pae Kim foi pleito da Bancada do PSD. O Relator já está indicado, é o Senador Antonio Anastasia.

A matéria do Dr. Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, para o CNJ, a indicação é para a Bancada do MDB, Líder Eduardo Braga.

A relatoria da indicação para o CNJ da Desembargadora Jane Granzotto Torres da Silva é do Senador Omar Aziz, que fez um pedido.

A Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene está aguardando a designação do Relator, que eu vou ter que fazer – já que vai estar na próxima semana, até sexta-feira. Aí vou ligar para os que pediram, e nós vamos, dentro desse critério, tentar distribuir novamente.

Há a indicação do Sr. Daniel Carnio Costa para o CNMP, na vaga do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Há também três pedidos. Eu vou aguardar a decisão.

O Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho indicado para o CNJ é o Sr. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. É o Ministro do TST indicado para compor o CNJ. Como ele é do Estado de Minas Gerais e como, na cota, havia mais uma indicação para o PSD, o Presidente Rodrigo e o Senador Viana solicitaram que o Senador Anastasia fosse o Relator, porque é o nosso professor. Os dois de Minas Gerais abriram mão.

O Sr. Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, que é do Tribunal Superior do Trabalho, é indicado a ocupar a vaga no CNJ. Está aguardando a relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, indicada para a vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir, é a Sra. Ministra do TST Morgana de Almeida Richa. A solicitação que me chegou foi do Líder Eduardo Gomes. Como não havia duas solicitações, eu...

Tudo bom, Deputado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É o Líder Eduardo Gomes.

E há a apreciação do Senado Federal do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. Temos sete pedidos nessa relatoria. Eu vou fazer uma reunião, e nós vamos decidir qual será o Relator dessa matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – O senhor poderia dizer os nomes das pessoas que pediram para ser o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É que alguns me pediram pessoalmente, e alguns mandaram ofício. Eu tenho dois ofícios: o da Senadora Eliziane Gama, de que eu me lembro, e o do Senador Roberto Rocha. Mas eu posso pegar os outros que pediram.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Se puder me colocar na lista, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – São oito.

Anote aí!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, já que V. Exa. abriu... Já que V. Exa. permitiu, eu não posso deixar de fazer aqui dois registros sobre a sua homilia quando abriu a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sobre a minha o quê?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobre a sua homilia, sobre a sua fala inicial, sobre a sua prédica, respeitosamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É sobre a sua reflexão. É uma maneira respeitosa de eu me dirigir ao que V. Exa. falou.

Primeiro, eu quero lhe oferecer a minha solidariedade. Se alguém, em algum momento, vinculou qualquer atitude sua à questão religiosa, eu serei o primeiro a me solidarizar, porque isso é uma iniquidade. Eu falo isso na condição de quem, imigrante, filho de imigrantes... Sou da primeira geração e aprendi, desde cedo, a conviver na minha casa com atitudes de tolerância, até porque meu pai e minha mãe tinham religiões diferentes e vinham de famílias que tinham controvérsia religiosa dentro de si. Dessa forma, sou absolutamente solidário. Se alguém fez isso, eu quero me solidarizar com V. Exa. E, se em algum momento eu fui ostensivo demais na minha manifestação, como vou ser agora, quero dizer que sempre a fiz de maneira institucional.

O senhor disse muito bem que os Poderes devem se respeitar, e, no caso do Congresso, nós temos que respeitar o nosso Regimento. Esta Comissão – não é V. Exa., é esta Comissão – tem prazo estabelecido claramente no Regimento para designar o Relator e deliberar sobre matérias, conforme especifica o art. 118. O Presidente da Comissão não tem a discricionariedade de ficar postergando. E o §2º do art. 118 diz mais: se não houver a deliberação sobre essas indicações nos primeiros 20 dias úteis corridos, tem que haver uma nova designação de prazo; e se decorridos forem 40 dias, é o Plenário do Senado que vai tratar sobre o assunto – §2º do art. 118. Não existe essa discricionariedade. Isso não é nenhuma ofensa pessoal. Isso é institucional. Então, houve aqui, está havendo uma contravenção ao Regimento, que é a única forma civilizada do Legislativo funcionar, Presidente.

Então, o meu protesto não é religioso, não é nem político, muito menos partidário e muito menos pessoal. Eu desejo, cobrarei sempre e ostensivamente o cumprimento do Regimento, porque todos nós fomos eleitos pelo povo no nosso Estado, e o art. 118 está sendo descumprido pelo atual Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que é V. exa. Mas o meu protesto é institucional, e vou continuar protestando porque não estou pedindo favor, nem estou apelando, nem a V. Exa. nem ao Rodrigo Pacheco. O Regimento é para todos! V. Exa., neste momento, é um súdito do Regimento, e neste caso está sendo um súdito rebelde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou pela lista de inscrição. Vou passar para o Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, dizer a V. Exa. que o MDB não concorda com nenhum tipo de preconceito ou de ataque religioso. Como tenho relação pessoal com V. Exa., fui testemunha de alguns ataques que aconteceram, muitos deles através de pessoas desconhecidas, com números internacionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo os ataques à pessoa, à família, à religião, etc. E, nesse aspecto, V. Exa. recebe toda a solidariedade e todo o apoio do nosso partido. Nosso partido nunca... Em momento algum o MDB defendeu ações preconceituosas, ações contra a religião.

Como V. Exa. bem disse na sua fala, o Estado brasileiro é laico. Portanto, a religião de cada um de nós é um direito individual; está previsto na Constituição. Isso é um direito individual do cidadão brasileiro. O Estado é laico, e o Senado da República representa o Estado brasileiro. O Senado é laico. Cada Senador tem a sua opção religiosa: V. Exa. é judeu, eu sou católico, todos somos cristãos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o Senador Zequinha, o Senador Vanderlan e outros Senadores são evangélicos. Portanto, nós convivemos aqui em absoluto respeito à opção religiosa de cada um, e V. Exa. tem a nossa solidariedade.

V. Exa. acaba de anunciar que vai sabatinar todas as autoridades, portanto V. Exa. atende a um pleito desta Comissão e de inúmeros Senadores que entendem que é hora, que está maduro, que estamos num esforço concentrado e que estamos prontos para fazer a sabatina de todas as autoridades. Concordo com V. Exa. V. Exa. já anunciou que vai fazer de todas as autoridades, aí incluso o Ministro André Mendonça. O que falta é V. Exa. designar o Relator.

Por outro lado, se estamos apoiando V. Exa. e se estamos nos perfilando em torno de V. Exa., é preciso reconhecer que o Senado da República é uma Casa de iguais. Nós somos Senadores todos iguais. Nós não temos Senadores de primeira e de segunda classe. E nós somos regidos por um Regimento, é fato. Só que esse Regimento é cumprido, tanto quanto possível, do ponto de vista da articulação política. Esse é o espírito do Regimento do nosso Senado. Aliás, o eminente Professor e Senador da República Anastasia é Relator de um projeto que vai reformular o nosso Regimento, porque o nosso Regimento está efetivamente defasado.

O único registro que eu quero fazer a V. Exa. é que o nosso regime no Senado é um regime de semipresidencialismo. O Presidente do Senado tem toda a competência, os Presidentes das Comissões têm toda a competência, mas o Plenário é soberano. Esse é o princípio básico do Regimento da nossa Casa. Mas eu quero aqui cumprimentar V. Exa., pela coragem que V. Exa. está tendo, pela determinação que V. Exa. está tendo e porque V. Exa., ao abrir esta reunião, declara o que todos queríamos ouvir: que V. Exa. vai sabatinar todas as autoridades, incluindo André Mendonça. Portanto, eu quero cumprimentá-lo e quero ser solidário a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu também queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu já anotei aqui.

Vou passar para o Líder Rogério Carvalho – eu estou fazendo as anotações de quem pediu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me inscreve, Presidente Davi? – Eliziane.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E se possível já mencione a lista de inscritos, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também quero me solidarizar com V. Exa., porque não podemos tolerar nenhuma forma de intolerância, não podemos compactuar com manifestações primitivas, instintivas, que têm se transformado em manifestações políticas cada vez mais reiteradas, sem filtro, sem nenhuma perspectiva civilizatória e de convivência entre os diferentes. Então, quando alguém levanta um questionamento dessa natureza envolvendo a questão religiosa, está fazendo ou estimulando a intolerância entre as pessoas.

Portanto, nós, este Parlamento, esta Casa tem que ficar atenta. Esta Casa precisa ficar atenta a esse tipo de manifestação, a essas formas de intolerância que representam um jogo perigoso para a unidade do nosso País e da nossa sociedade. Nós somos um país que é formado por diversas culturas, diversas religiões; sempre tivemos uma convivência pacífica e harmônica, porque nós temos talvez a maior comunidade árabe do Planeta – certo? – fora dos países árabes. Temos uma comunidade judaica também grande. E convivem pacificamente. Nós temos várias culturas que aqui interagem e constroem uma nação das mais diversas do mundo, falando a mesma língua, misturando-se em diversas religiões. Vivemos já sincretismos religiosos muito exitosos, e, de repente, a gente começa a fazer separações artificiais que nada mais são do que buscar, no mais primitivo sentimento de algumas pessoas, fazer essa divisão e estimular a intolerância.

Por isso, Sr. Presidente, o senhor tem a nossa total solidariedade. E mais, o fato de no dia de hoje V. Exa. pautar o debate encerra esta questão de quando, de quem e de se vai ou se não vai. Agora, existe uma coisa que é preciso que a gente deixe claro: a decisão política e a oportunidade política. Quando a gente elege o Presidente de uma Comissão, a gente também está delegando a ele determinadas responsabilidades regimentais que são de definir o rito, o funcionamento, e a responsabilidade é maior do Presidente, ainda que possa sofrer e receber críticas, questionamentos, como é natural dentro de uma Casa colegiada como a nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, tirando as agressões, tirando a intolerância, o resto tudo faz parte da luta política natural em que nós todos estamos envoltos e participando dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou começar falando como Líder da Bancada Feminina e fazendo um apelo a V. Exa. De todas as indicações de relatorias, eu não vi nenhuma Parlamentar do sexo feminino sendo indicada. Eu gostaria de dizer que já declino, de antemão, de qualquer designação, até porque não quero fazer esse apelo a V. Exa. em causa própria, mas quero pedir que pelo menos as titulares ou suplentes possam ter pelo menos uma relatoria.

E, já que a Senadora Eliziane, inclusive, solicitou, das relatorias que não tiveram ainda indicação de relator, ela poderia estar representando neste momento a Bancada Feminina em alguma das relatorias. Eu acho extremamente importante, Sr. Presidente.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. Eu sei que V. Exa. vai entregar no tempo oportuno a relação dos horários e das datas das sabatinas. Acontece que muitos Parlamentares já compraram passagem e muitas vezes eles querem participar de uma e não necessariamente de outra, em função, inclusive, de quórum; e podem fazer por distanciamento, já que estamos no semipresencial. Seria muito importante sabermos pelo menos de quem será a sabatina na segunda-feira, até para que não precisássemos trocar a passagem, que é de dinheiro público e que a cada dia fica mais cara. Eu mesma estou marcada para chegar na segunda. Dependendo do horário e da sabatina, eu sei se dou conta de votar ou não, dependendo do horário do meu voo. Então, acho muito importante que nós possamos saber pelo menos de quem é a sabatina da segunda-feira. Esse é o apelo que faço a V. Exa.

Por fim, Sr. Presidente, é óbvio que a Bancada Feminina se solidariza com V. Exa. Nós, da Bancada Feminina, não toleramos nenhum tipo de discriminação ou de intolerância, muito menos religiosa.

Eu gostaria apenas aqui, com todo respeito que tenho à fala do Senador Rogério Carvalho, de divergir no que se refere ao poder que V. Exa. tem nessa cadeira. Eu tive o privilégio já de sentar nessa cadeira por determinação da minha bancada, da Bancada do MDB, com apoio total da Bancada do PSDB. Por dois anos eu presidi esta Comissão e me lembro de um episódio – até quero aproveitar para fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retificação à fala do Senador Alvaro Dias na imprensa – em que o grande debate era a discussão se pautaríamos ou não a prisão em segunda instância na CCJ. E aqui estava muito divido o Plenário. Pelo menos uns pediam para pautar, outros pediam para não pautar. Eu lembro que eu conversei com o Senador Oriovisto e disse: "Senador Oriovisto, eu não sei se temos maioria para pautar, se é da vontade da maioria".

Está difícil de falar, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não sabia se nós tínhamos maioria daqui da plenária para deliberar. E eu disse para o Senador Oriovisto: "Senador Oriovisto, consegue avaliar quantos Senadores?". Ele me apresentou uma relação com maioria mais que absoluta dos membros desta Comissão pedindo para pautar a prisão em segunda instância, e nós pautamos, porque é esse o papel de um Presidente de Comissão.

Ele não está acima do Regimento e, por mais que o Regimento seja omisso, ele não está acima do coletivo; ao contrário. Ele não tem o poder-dever; ele tem um dever-poder de agir. E, diferentemente de qualquer relatoria, de qualquer projeto que esteja tramitando e dormindo nas gavetas do Senado Federal – e são centenas, até milhares –, aqui nós estamos falando de uma sabatina que interfere na composição e na decisão de um Poder extremamente importante, do órgão mais importante, que cuida, que zela e que guarda a Constituição Federal, que é o Supremo Tribunal Federal – que não pode ter número par. E nós sabemos a razão. Então, com todo o respeito, não se trata de ato discricionário da liberdade, mas de ato vinculado. É dever pautar.

Que bom V. Exa. neste momento o faz! Fico extremamente feliz. Acho que essa página está virada. É importante que esteja, até para que V. Exa. esteja de forma legítima como está, com o poder que tem – tem e vai ser o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Davi Alcolumbre.

De igual modo, quero também elogiar a sua iniciativa. Acho que todos os Líderes de bancada, todos os Senadores têm até o dever de orientar aquilo que entendem que é o correto, da mesma maneira que V. Exa. tem o tempo e a prerrogativa de avaliar.

Eu também gosto de olhar para frente. Vejo aqui o nosso Presidente do Senado, hoje Presidente da CCJ, a pessoa que eu conheço – conheci, conheço e admirei –, acho que o seu gesto é de grandeza, como disse – todas as autoridades – e foi o que V. Exa. confirmou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho só fazer um apelo, eu não sei quem são os oito relatores do Sr. André Mendonça, mas acho que, como a sabatina já é na segunda-feira e é uma pessoa que tem extensos serviços prestados como servidor público, talvez se pudessem aqui os Líderes de bancada chegarem a um consenso para que já saiam daqui com o relator, com o relator nomeado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para que ele possa ter uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me ligar para os Senadores que pediram, deixe-me...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é só uma sugestão. V. Exa. que irá conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu agradeço, agradeço toda manifestação. Mas me deixe...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só pela questão de prazo, de haver o tempo necessário para esse preparo. E também a questão da data, porque, como V. Exa. disse, muitas vezes demoram 18 horas e V. Exa. certamente, para ministro do STF, que demanda um tempo maior e participação dos colegas, saberá fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só vou tentar adiantar um pouco do que eu colhi de vários Senadores com quem eu conversei para tentar separar os conselhos dos tribunais superiores. Só que eu também tenho que ouvir a outra Comissão. Então, eu tenho que falar com a Senadora Kátia e com o Senador Otto para ver quais Comissões vão deliberar, porque, se a gente vai separar tribunais superiores, que é o TST e o STF, dos conselhos, acho que os conselhos naturalmente serão mais rápidos. Então, é deixar um dia desse esforço concentrado – é o que eu estou pensando, estou adiantando aqui – para tribunais superiores, que são duas autoridades, e um dia para conselhos. Caso a gente não conclua o de tribunais superiores, a gente deixa essa autoridade para o dia seguinte, mas nós temos uma semana de esforço concentrado. É o que eu estou pensando em fazer, mas eu vou anunciar aos senhores, só para adiantar.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro de tudo, registro que a Bancada do Cidadania, de forma alguma, aceita qualquer tipo de ofensa ou manifestação de descrédito, de agressão com base na orientação religiosa, na religião do cidadão, não concorda com isso. Isso é inadmissível! E quero registrar também que em nenhum momento vi por parte de algum Senador esse tipo de manifestação.

No tocante às críticas que ao longo desse período eu por várias vezes proferi, por obrigação de moral e de postura, eu reafirmo: todas elas foram pautadas não na pessoa, no cidadão Davi Alcolumbre, mas na postura do Presidente Senador da República, Presidente da Comissão. E, nesse sentido, faço questão de registrar, reafirmo todas as críticas que já proferi.

Peço, na linha do Senador Carlos Portinho e baseado na experiência de tantos Senadores aqui, como sugestão, que V. Exa. considere o dia da quarta-feira como dia adequado para que se faça a sabatina do indicado para o valoroso cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, uma vez que nós temos na terça-feira a previsão de discussão e votação de uma PEC importantíssima. Parece-me que é uma coisa fácil de ajustar. V. Exa. presidiu o Senado, naturalmente é muito bem assessorado, não só pelos Líderes Senadores, mas por sua equipe, não é razoável imaginar que existe alguma dificuldade em definir essa data e esse horário de pauta de uma forma que seja possível que o Senado preste reverência aos demais Poderes de forma altiva e equilibrada.

O Executivo exerceu sua função constitucional de indicar um nome, o Senado exercerá sua função de sabatiná-lo, votar, aprovar ou não, e o Supremo poderá voltar, o Poder Judiciário poderá voltar a funcionar com paridade de armas, com seu quadro completo, uma vez que nós sabemos que temos já julgamentos em suspensão por conta da paridade de votos que você tem lá hoje, dos empates. Essas são as solicitações que apresento a V. Exa.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou passar a palavra pela ordem de inscrição. A gente tem dez Senadores.

Deixem-me fazer uma ponderação: eu vou retirar os itens da pauta para a gente ter um item único hoje, a leitura do relatório do... Eu vou retirar todos os outros itens, porque há dez Senadores inscritos aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Senador Omar Aziz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, só para conferir, eu estou inscrito, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu estou inscrita? Eliziane.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, a minha solidariedade a V. Exa., e essa solidariedade não é dada hoje, já dei isso com antecedência. Eu fui uma das pessoas que conversou várias vezes com V. Exa. para que a gente desse celeridade em ouvir não só o ministro que será aqui sabatinado para o Supremo, mas também as outras autoridades, para que a gente faça composição.

Essa semana mesmo, ontem, havia 68 Senadores presentes na reunião. Poderiam ter sido votadas algumas autoridades se pautadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não estavam, estavam remotos.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sim, mas no Plenário havia uma quantidade muito grande. Bem, mas essa questão para mim está... Eu acho que... Há um pedido do Senador Alessandro para que, na quarta-feira que vem, possamos ouvir... Agora, há uma divergência minha, pessoalmente, e por parte de alguns outros Senadores com quem eu conversei aqui, e eu não creio que a gente vá votar a PEC dos precatórios na semana que vem.

Primeiro, esse prazo de uma semana acabaria na quarta-feira, após a leitura do Senador Fernando Bezerra; segundo, não dá para a gente votar, Alessandro, na terça que vem. O prazo mínimo... E creio eu que, como existe possibilidade de a gente protelar esse pedido de vista que será feito hoje aqui, para que a gente chegue num consenso... Concordamos com algumas questões da PEC dos precatórios, mas não concordamos com outras. Então, não adianta querer açodar as coisas porque o Governo quer. Nós queremos ajudar quem precisa. Houve tempo suficiente para ajudar essas pessoas, se chegamos aonde chegamos, não é responsabilidade do Senado Federal. E nós não iremos açodadamente votar absolutamente nada.

Hoje mesmo eu tenho uma reunião da minha bancada com o Líder Fernando Bezerra para discutirmos isso. O que eu tenho lido na imprensa – e isso não falado pelo Senador Fernando Bezerra – é que ele está já fechado com uma proposta. Existem outras propostas aqui, está certo?

Então, querer açodar... A semana que vem nós iremos analisar somente sabatinas. Não vai ter nenhum outro projeto que não seja sabatina, dito pelo senhor no início da sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, só a PEC.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, o senhor não falou da PEC. O senhor me desculpe, mas o senhor disse o seguinte, que iria conversar com o Presidente inclusive para retirar qualquer outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria que não fosse a sabatina. Foi ouvido. Há pressa na votação, e nós temos interesse de ajudar. Somos a favor dos R$400; agora, queremos saber se isso vai ser permanente, se isso é politiqueiro, porque as ações do Governo em relação à economia não têm sido planejadas, pelo contrário: têm sido atropeladas com o discurso fanfarrão que nós temos na direção da economia, com discurso que não consegue explicar a quantidade de pessoas desempregadas, com o mesmo discurso do primeiro momento.

Ontem mesmo, discutindo, Senador Fernando Bezerra – e o Governo disse que ia reduzir o número de ministérios para cortar custeio –, nós fomos analisar se a gente podia tirar, Senador Anastasia, recurso do custeio. Não dá para tirar, Senador Eduardo Braga, sabe por quê? Porque o Governo só fez onda dizendo que ia cortar custeio. Não cortou um tostão. Diminuiu o número de ministérios, mas manteve o mesmo custo. É em cima disso que nós temos que discutir. E não dá para a gente chegar aqui e dizer: "Olha, nós não sabemos de onde tirar".

Então, veja bem, não é atropelando a economia que nós vamos resolver o problema do Brasil; é discutindo. Por isso, não creio que, em uma semana, seja possível a gente chegar num consenso entre nós Senadores e Senadoras para que a gente vote uma matéria tão importante como essa.

Queremos todos, sim, ajudar aquelas pessoas que estão precisando, mas também não vamos permitir que o Brasil vá à bancarrota por uma questão eleitoral e eleitoreira, porque, em cima disso, em cima dessa PEC dos precatórios, a população tem que saber que não está somente o auxílio emergencial, o custo do Auxílio Brasil; há outros penduricalhos que não têm nada a ver com o Auxílio Brasil. E, utilizando disso, desse artifício, estão querendo fazer a coisa açodada.

Então, há tempo, Sr. Presidente, até o dia 15 de dezembro. Nós temos tempo suficiente para votar, para que, no ano que vem, possa ser pago o Auxílio Brasil, mas nas condições que o Brasil precisa, para não depender apenas de um Ministro da Economia que continua com aquela mesma ladainha desde o primeiro dia em que veio aqui, ao Senado Federal, que foi na Comissão de Assuntos Econômicos, de que eu era Presidente – a mesma ladainha dele, e não mudou absolutamente nada. E fez o Brasil retroceder: aumentou o desemprego, aumentou a desigualdade social, aumentaram significativamente as distâncias entre as pessoas pobres que havia no Brasil e que passaram a ser miseráveis e famintas – aumentaram bastante principalmente no meu Estado. O meu Estado sempre teve pobreza, Senador – e o do senhor, o Estado do Amapá –, pobreza sempre existiu em qualquer lugar do mundo, mas a miséria, a fome que hoje os brasileiros estão passando se devem, sim, ao Governo Federal, a responsabilidade total é dele em relação a uma política econômica desastrosa, que não mira...

Então, são questões paliativas. Até parece que a gente dar Auxílio Brasil por um ano somente vai resolver o desemprego no Brasil. São soluções paliativas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Ou a gente tem um programa social permanente no Brasil, sabendo de onde vem esse dinheiro, com corte de custeio... Fanfarrice! Não cortaram um real de custeio durante esses três anos quase. Absolutamente nada! Tudo que o Ministro Paulo Guedes faz ou fala é o contrário que acontece no Brasil.

Por isso, eu creio que, com o pedido de vista coletiva, não dá para votar terça-feira, Senador Alessandro, porque se venceria na próxima quarta-feira. Correto? E acho também que nós precisamos de um tempo mais para discutir essa matéria. É minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu não quero contrariar o Senador Omar, o que eu jamais teria coragem de fazer – imagina num momento com um discurso eloquente que V. Exa. faz hoje aqui –, mas o prazo regimental, para a gente seguir o Regimento, é máximo de cinco dias. Pode ser de 24 horas, como já houve; pode ser de 48 horas; pode ser de 72 horas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu segui.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ele se converteu, Omar. Ele se converteu!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu segui, eu segui...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador, foi pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu segui...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Omar, ele se converteu.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Foi pedido de vista...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, pela ordem...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... naquela questão dos Correios, até hoje nós não votamos.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Sem fazer discurso, pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, nós já fizemos aqui, nesta Comissão tão importante, e eu quero cumprimentar aqui a condução que V. Exa. está tendo no dia de hoje, acordo de vista até de duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Verdade.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Mas depende da matéria. Então, nesta, é claro que, sem entrar em mérito, como não há consenso, e nós precisamos de tempo para dialogar com o Relator, é mais do que justo e prudente que esta Comissão dê esse visto, não é apenas regimental, mas um visto político, a gente precisa de uma semana para poder fazer...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É regimental.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... regimental e a condução política de V. Exa. para poder transferir para semana que vem ou o visto, o pedido de vista, e, na outra semana que passa a sabatina, a gente poder apreciar... A semana do dia 7, a gente poder discutir a matéria. É um apelo que nós estamos fazendo, porque, em matérias mais delicadas, nós conseguimos construir aqui acordos de procedimentos, não estamos discutindo o mérito. Então, é necessário que a gente tenha bom senso aqui para também, dentro dessa matéria, no procedimento correto, a gente poder exaurir o máximo possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Aníbal, deixa eu seguir a ordem aqui. Eu queria falar o seguinte, foram falar da PEC, deixa o Senador Fernando ler o relatório...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente.

Presidente, eu só quero dar um esclarecimento aqui para ajudar na decisão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu peço a V. Exa. que siga a ordem dos inscritos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Primeira coisa, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É questão de ordem do José Aníbal, só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Eu também pedi questão de ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – ... para dar tranquilidade aos Srs. Senadores sobre o prazo que está sendo solicitado para discutir esta matéria.

Nós estamos falando não é de R$1 bilhão, nós estamos falando de R$100 bilhões, R$100 bilhões!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Primeira razão, Sr. Presidente, existem R$9 bilhões disponíveis para pagar o auxílio social no mês de dezembro. É muito mais do que o necessário a pagar para 20 milhões de famílias, só fazer a conta, R$400 por mês, então, o recurso existe. Não venham com essa coisa de se não votarmos, não há recurso para o auxílio família.

Segunda coisa, simples, Sr. Presidente, nós chegamos a conversar com o Senador Fernando Bezerra, nós, o Alessandro, Oriovisto e eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Nós propusemos aquilo que o Senador disse, vamos trabalhar por dentro do orçamento, cortar por dentro, cortar em custeio, cortar em benefícios tributários, cortar nisso para arranjar, para conseguir esse recurso. Não foi possível avançar nessa direção, mas ainda é, se tivermos tempo.

E, por último, Sr. Presidente, essa é uma matéria que realmente nos impõe uma responsabilidade enorme, porque a Câmara alterou 56 dispositivos de naturezas fiscal e orçamentária na Constituição, que tem 67 dispositivos feitos na Constituinte, ela fez uma nova Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou dar... Deixa eu fazer o seguinte para colocar ordem aqui. Eu vou voltar para a lista dos oradores inscritos, porque está todo mundo discutindo o mérito da PEC. A gente vai ter o momento da discussão. Senão, eu vou encerrar a Comissão e vão dizer que eu estou encerrando a CCJ sem discutir nada. Então, deixa eu passar para a ordem de Senadores inscritos.

Para respeitar o pedido da Bancada Feminina, agora é a Senadora Eliziane, em seguida o Alvaro Dias, depois Eduardo Girão, depois Chiquinho Feitosa, depois Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fica em *stand-by* a questão de ordem.

Vamos ouvir a Senadora Eliziane.

É o novo artigo do Regimento. Daqui a pouco a gente vai... (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, muito obrigada pelo espaço às mulheres, lembrando que, além de voz, hoje nós queremos relatoria, Presidente. As mulheres não abriram mão de integrar, na verdade, o rol de Relatores das autoridades. Se quiser nos dar a do André Mendonça, será, inclusive, muito importante.

Sr. Presidente, eu queria, na verdade, apenas registrar os meus cumprimentos a V. Exa. e, na verdade...

Vou esperar que V. Exa. possa me ouvir primeiro.

Eu queria apenas trazer os meus cumprimentos a V. Exa., que registrou, no início, acerca dos vários ataques que recebeu, portanto, claramente demonstrando intolerância religiosa e acusando-o de, possivelmente, estar contra os evangélicos no Brasil. Todos nós o conhecemos – uns mais, outros menos –, e eu tenho a honra de o conhecer e saber claramente que não é do perfil de V. Exa. discriminar e excluir quem quer que seja, sobretudo os evangélicos, exatamente pela boa relação, pela harmonia que o senhor tem em relação com os povos cristãos e, sendo judeu, naturalmente esse respeito é ainda maior, porque é bom lembrar que judeus e cristãos têm uma relação absolutamente harmônica. Há uma série de pontos, na verdade, que são uníssonos entres os judeus e os cristãos do mundo inteiro, até mesmo porque compartilham a mesma Bíblia, as mesmas escrituras sagradas, naturalmente com uma visão diferente em relação ao Novo Testamento, pela visão em relação a Jesus Cristo, mas a essência, que é o respeito, que é a solidariedade, está muito presente entre judeus e cristãos. Portanto, V. Exa., como judeu, praticante inclusive, tem, inclusive...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... a minha admiração à sua posição em relação aos evangélicos – é uma posição extremamente respeitosa.

E também quero, Presidente, destacar a importância, de fato, da pauta do André Mendonça. Eu, inclusive, cheguei a colocar isso aqui, na Comissão, cheguei a colocar no Plenário, a pedir a V. Exa. várias vezes. V. Exa. sabe disso, da importância da pauta do Ministro André, porque é importante para o Brasil, para o Supremo Tribunal Federal, para o Congresso Nacional, e para trazer, na verdade, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonia, diante de uma celeuma, na verdade, que foi instalada nos últimos tempos no Brasil e aqui também, no Congresso Nacional.

Portanto, eu queria cumprimentá-lo e, na verdade, sobretudo, reafirmar o meu respeito e a convicção clara do seu respeito também em relação aos povos cristãos de todo o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Alvaro Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só peça a relatoria para mim...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já está registrado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu vou direto ao ponto, em respeito aos colegas que também estão inscritos, vou ser bem sucinto e dizer a V. Exa. que realmente esticamos a corda de um lado e do outro, alguns respeitosamente, como nós, defendendo as nossas convicções; outros nem tanto, como V. Exa. se reportou ao preconceito e à intolerância religiosa. Eu acho que V. Exa. poderia fazer um gol de placa: dar uma resposta à altura que o fato merece, convocando a sabatina de André Mendonça para o dia 30, que é o Dia do Evangélico. V. Exa. daria uma lição, uma demonstração de repúdio ao preconceito religioso, à intolerância religiosa e, certamente, superaria esse impasse, sepultaria essa beligerância, Presidente, e colocaria o Supremo Tribunal Federal no topo das nossas preocupações.

Não há dúvida de que, entre as sabatinas elencadas por V. Exa., a mais importante diz respeito ao Supremo Tribunal Federal. Eu não preciso dizer o porquê, obviamente. O Supremo Tribunal Federal é uma instituição essencial ao Estado de direito democrático...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... e não pode viver esse impasse do embate em algumas deliberações. Portanto, sem dúvida, a sabatina mais urgente é a do Supremo Tribunal Federal, independentemente do indicado, independentemente do que ocorreu nesses últimos dias.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu peço ao Senador Alessandro e ao Senador Eduardo Braga que o mesmo respeito que eu devoto a eles, quando eles falam, devotem a nós, quando nós falamos.

Eu agradeço.

Presidente Davi Alcolumbre, então, para concluir, a nossa sugestão é que esse debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... sobre a indicação de André Mendonça ocorra no dia 30, pela importância do Supremo Tribunal Federal e até como resposta aos entreveros ocorridos até aqui envolvendo o nome de V. Exa. Eu repito: seria uma lição de dignidade que se ofereceria, homenageando os evangélicos, estabelecendo exatamente o Dia do Evangélico como a data da sabatina do indicado pelo Presidente da República, e V. Exa. conhece a circunstância.

Portanto, Sr. Presidente, se não for possível dia 30 e se a designação da data for o dia 1º, aliás, o dia exato o dia 1º, que seja também o primeiro item da pauta, já que essa sabatina do André Mendonça deve ser a mais longa de todas as sabatinas, eu imagino. Portanto, se V. Exa. não puder... O ideal é o dia 30, como eu disse, pelas razões já expostas, mas, se V. Exa. não puder no dia 30, se for no dia 1º, que seja o primeiro item do dia 1º. E eu agradeço V. Exa. Assim, nós superaríamos esse impasse com altivez e dignidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Alvaro.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas, muitos aqui eu estou reencontrando neste mesmo local onde nós fizemos a CPI da Pandemia, onde tivemos momentos fortes de embates, momentos tensos, mas que, através do diálogo, através da serenidade, a gente sempre conseguia um caminho de civilidade, um caminho de respeito.

Sr. Presidente, a gente vive um momento dramático na sociedade em várias áreas: na questão social, da fome, na questão, como o senhor muito bem colocou aí, da intolerância. O senhor tem razão. Há pesquisas nesse sentido, mostrando que esse momento em que as pessoas ficaram em casa, e era necessário que ficassem ali no início, gerou uma tensão muito grande, até psicológica, muitas pessoas passando por problemas psicológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar este momento para dizer para o senhor que nós temos a oportunidade de conseguir um final, um desfecho feliz para toda essa celeuma que aconteceu, um desfecho em que a gente possa ter a concórdia, a harmonia, porque eu acho que a gente já foi longe demais com a demora na sabatina, em todas essas sabatinas, o senhor tem razão, mas, em especial, na sabatina do Supremo Tribunal Federal. Como muito bem colocou a Senadora Simone Tebet, tem uma representatividade grande. Há empate – há dez Ministros do Supremo, há quase quatro meses –, e isso é algo ruim para democracia. Todos nós aqui defendemos a democracia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não é bom, isso enfraquece a democracia, porque um poder, que é o Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, um tribunal superior de suma importância, está desfalcado por não cumprirmos o nosso dever, como muito bem colocou o Senador Esperidião Amin, está no Regimento, mas o senhor deu um passo adiante. E a gente tem que olhar para frente, como colocou o Senador Portinho.

Agora, eu lhe faço um apelo, um apelo seguindo na linha do Senador Alvaro Dias. Nós somos a maior Nação católica do mundo, Senador Fernando Bezerra. Nós somos a maior Nação evangélica do mundo, a maior Nação espírita do mundo. Temos aqui uma convivência pacífica entre todos. Receba a minha solidariedade por fatos isolados que aconteceram – eu cheguei a ver na internet –, mas isso não representa a maioria do povo brasileiro, que está nos cobrando diariamente, nas ruas, que a gente cumpra nosso dever constitucional, que é fazer essa sabatina. Virou algum clamor nacional esse fato, porque foi longe demais.

Então, o pedido que eu lhe faço... No seu discurso de posse no Senado, como Presidente do Senado Federal, naquele 2 de fevereiro de 2019, o senhor disse que era hora de acabar com os segredismos nesta Casa. Eu lhe faço um apelo: que o senhor coloque em prática, aqui na CCJ, essa sua fala, essa sua promessa. Vamos estabelecer hoje, aqui, até o final desta reunião, a data dessas sabatinas.

E essa ideia, que eu considero uma ideia com muita força espiritual, do Senador Alvaro Dias, uma intuição que ele teve... Eu acredito que o Dia do Evangélico seria um gesto muito nobre de sua parte, porque seria, de uma certa forma, mostrar que o senhor não tem absolutamente nenhum tipo... E a gente sabe disso. Mas seria uma mensagem muito positiva para os evangélicos do Brasil que, porventura, possam ter se sentido incomodados. O senhor vai demonstrar com um gesto, na prática, marcando para terça-feira, dia 30 de novembro. E eu vou além, se o Senador Oriovisto me permitir, pelo menos falando pelo Podemos, é o nome que tinha pedido essa relatoria, peço desculpa ao Senador Oriovisto, mas eu vejo aqui essa brilhante Senadora, a Senadora Eliziane Gama, que é uma Senadora querida por todos e que tem defendido, desde o início, a sabatina. Que ela possa ser, como evangélica, a Relatora desse nome, sabendo que nós vamos a fazer sabatina do Dr. André Mendonça! Tenho perguntas a fazer para ele também, mas ele transcende a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem saber jurídico, uma reputação ilibada, pelo que a gente pôde pesquisar. Agora, há uma simbologia muito forte.

Eu faço essa sugestão aqui, pedindo escusas ao nosso querido Senador Oriovisto, se for possível.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu abro mão para a Eliziane, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Começamos a diminuir! Está indo bem!

Eu queria cumprimentá-lo, Senador Chiquinho. V. Exa. está inscrito. Eu queria abraçá-lo e cumprimentá-lo por sua posse como Senador da República, aproveitando esta oportunidade. Eu já o fiz pessoalmente. Quero lhe desejar sucesso nessa missão, defendendo o Estado do Ceará e o Brasil. Eu tenho certeza de que V. Exa. vai engrandecer esta Casa com sua experiência, com sua capacidade de articulação, como empreendedor deste País. Eu quero cumprimentá-lo e lhe desejar saúde e sucesso no exercício do mandato de Senador da República. Com a palavra V. Exa.

O SR. CHIQUINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente. Meu velho e querido amigo Presidente Davi Alcolumbre, eu quero me solidarizar completamente com as palavras iniciais de V. Exa., pelos ataques que V. Exa. tem sofrido – eu acompanhei isso – de maneira muito injusta, inclusive no seu Estado. V. Exa. não merece isso. Eu o conheço há muitos anos. Dessa maneira, eu acho que também o assunto se encerra definitivamente quando V. Exa. já toma a decisão de pautar tudo que está aí, para desmanchar todo esse mal-entendido e essa injustiça que está sofrendo. Conte comigo, com minha solidariedade, com meu respeito e com a nossa amizade de sempre!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Chiquinho, pelas suas palavras.

O Líder Weverton ainda se encontra aqui? Ou só veio fazer confusão e foi embora? Foi direcionado, então?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só veio fazer isso. Aliás, também concordo com a questão de ordem dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eliziane, calma! Já abriram mão da relatoria. Já está começando a ter apoios. Calma! (*Risos.*)

Não é isso, Senadora?

O Senador Aníbal também já falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há mais Senadores inscritos.

Foram retirados os itens da pauta, e a gente vai para o item único.

O Senador Omar saiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos fazer a leitura e vamos votar hoje, na ausência dele. Vai dar tudo certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero levantar uma questão de ordem, Presidente Davi! (*Fora do microfone.*)

É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – No art. 108, é dito:

> Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no §3º do art. 93.
> §1º A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal [...].

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Omar voltou.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Desculpe-me, Líder!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Diz o §1º: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

Aqui, no caso, não bastasse o descumprimento do prazo em si, a pauta conta com a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 23, conhecida como PEC dos Precatórios, matéria bastante complexa, que foi divulgada ontem, na terça-feira, dia 23, às 16h57, menos de 24 horas do horário da reunião da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, V. Exa. estaria certo se esta reunião fosse ordinária. Esta reunião é extraordinária, e o rito processual é outro, porque a gente se baseia no Regimento e no ato do Presidente Rodrigo Pacheco e do Presidente Arthur Lira. Então, eu recolho a manifestação de V. Exa., mas informo a V. Exa. que esta reunião não é ordinária. Ela é extraordinária e, portanto, não está submetida a essa regra.

Item 1, item único da pauta de hoje.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável à Proposta, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36 e 39, na forma das sete emendas de relator apresentadas, com as adequações redacionais propostas, rejeitando-se as demais emendas.

Observações:

Foram apresentadas as seguintes Emendas: nº 1 e 24, de autoria do Senador Jorge Kajuru; nº 2, 7 e 8, de autoria do Senador Paulo Paim; nº 3, de autoria dos Senadores Alessandro Vieira, José Aníbal e Oriovisto Guimarães; nº 4, de autoria do Senador Antonio Anastasia; nº 5, de autoria do Senador Nelsinho Trad; nº 6, de autoria do Senador Weverton; nº 9 a 18, e 23, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 19, 20 e 25, de autoria do Senador Jaques Wagner; nº 21 e 22, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 26 a 29, de autoria do Senador Eduardo Braga; nºs 30 e 31, de autoria da Senadora Simone Tebet; nº 32, de autoria do Senador Weverton; nº 33, de autoria do Senador Marcos Rogério; nºs 34 e 35, de autoria do Senador Fabiano Contarato; nºs 36 e 37, de autoria do Senador Mecias de Jesus; nº 38, de autoria do Senador Eduardo Braga; nºs 39 e 40, de autoria da Senadora Simone Tebet; nºs 41 a 43, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nº 44, de autoria do Senador José Aníbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos várias observações. Eu vou pular, porque já está na pauta, e vou passar a palavra ao Relator da matéria, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mesmo considerando o que V. Exa. disse e o que V. Exa. definir como Presidente será acatado, mas, veja, a matéria não foi apresentada com 24 horas de antecedência para conhecimento nosso para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É para isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É justamente para isso a leitura do relatório e o pedido de vista. Para termos conhecimento, porque ela está na excepcionalidade da regra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Regimentalmente, nós deveríamos ter 24 horas antes...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ela está na excepcionalidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A excepcionalidade não trata disso. Não trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ela está em caráter de urgência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A decisão já está tomada.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho para fazer a leitura. Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou colher o atropelamento de V. Exa. com muito carinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A tratorada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sem *bullying*.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Davi, Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Omar voltou, Fernando.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Fernando falou que iam convidar V. Exa. para ir a uma audiência no Ministério da Educação. Eu achava que tinha dado certo o plano.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu sou proibido de entrar. Veja bem, só quem consegue entrar em ministério rápido é aquele reverendo, entendeu? Ele consegue, eu não. Eu não consigo marcar audiência com ninguém, Senador. Ninguém liga para ministro se você pedir isso. Agora, se você falar com o reverendo, aquele que veio aqui, aí você consegue audiência com qualquer pessoa. (*Risos.*)

Eu não tenho capacidade e nem moral nenhuma para ser recebido por nenhum ministro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Presidente Omar, só um minuto.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Então, deixe eu lhe dizer uma coisa, Senador. Eu não estava, eu fui ali, estava conversando com meu Líder, Anastasia, discutindo que nós hoje à tarde teremos uma reunião com o Senador Fernando Bezerra. A Bancada do PSD, às 15h, terá uma reunião para a gente debater e discutir. Volto a repetir: ninguém é contra o auxílio de R$400. Nós temos algumas divergências em relação a outras questões, que a gente quer ter tempo suficiente. E o que o Senador Rogério Carvalho fala é que nós não tivemos acesso a esse relatório. Ninguém teve acesso ao relatório. Nós não sabemos. O que eu sei é pela imprensa, que o Senador Fernando Bezerra não mudou absolutamente nada do que veio da Câmara. Agora, não basta a gente mudar aqui no Senado, fazer um trabalho, se voltar para a Câmara e lá, aí sim, Senador Rogério Carvalho, sermos tratorados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador, só deixe passar a palavra ao Relator.

Com a palavra o Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores, antes da leitura do relatório, eu queria também apresentar a minha solidariedade a V.Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... pelos ataques injustos que V. Exa. sofreu durante esses últimos três, quatro meses. Nós conhecemos V. Exa., que, como Senador, como Presidente da Casa e agora como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, merece todo o nosso respeito e o reconhecimento ao trabalho de V. Exa.

Quero cumprimentá-lo pela decisão de virar a página e marcar as sabatinas das autoridades, inclusive a sabatina do indicado pelo Presidente da República, Dr. André Mendonça, para o honroso cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, agradeço também a V. Exa. pela designação da minha pessoa como Relator dessa importante matéria, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, cujo objetivo principal é oferecer apoio para 17 milhões de famílias brasileiras que são as mais pobres, as mais vulneráveis, as mais carentes e que precisam do apoio e da solidariedade da sociedade e do Governo brasileiro.

Começo a leitura do relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, de autoria da Presidência da República. A proposição apresenta sete artigos, dos quais o último constitui a cláusula de vigência, com a emenda constitucional entrando em vigor na data de sua publicação. O art. 1º da PEC nº 23, de 2021, trata de alterações aos arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal.

No art. 100, são modificados os §§9º, 11 e 14 e incluídos os §§20 e 21. O §9º passa a prever que, mediante comunicação da Fazenda Pública ao Tribunal de origem, o valor de eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor do requisitório será depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo, sem que haja interrupção no pagamento do precatório.

O §11 possibilita ao credor de créditos líquidos e certos, nos termos de lei do correspondente ente devedor, com autoaplicabilidade no caso da União, poder escolher utilizar o crédito que tem direito a receber para: i) quitar débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa do ente devedor, inclusive de suas autarquias e fundações; ii) comprar imóveis públicos disponíveis para venda; iii) pagar outorga de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delegações de serviços públicos junto ao ente devedor; iv) adquirir participação societária do ente devedor; e v) comprar direitos do ente devedor postos à cessão, inclusive, no caso da União, antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo.

O §14 fixa que a cessão de precatórios produzirá efeitos após a comunicação por petição ao tribunal de origem e ao ente da Federação devedor. Já o novo §21 autoriza qualquer ente da Federação devedor de precatório, desde que autorizado pelo outro ente público credor, a utilizar o crédito decorrente do precatório para amortizar dívidas vencidas e vincendas do credor de precatório relativas: i) a refinanciamentos de dívidas não tributárias; ii) a contratos em que houve a prestação de garantia do devedor de precatório ao credor; iii) a parcelamentos tributários; e iv) a obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou de desvio de recursos.

O novo §22 determina que a amortização recém-comentada será imputada primeiramente às parcelas mais antigas nas dívidas vencidas e equanimemente às prestações nas dívidas vincendas, sem alteração da duração original dos respectivos contratos.

Por sua vez, a modificação do art. 160 da Constituição Federal trata do mesmo assunto dos dois novos parágrafos recém apresentados, impondo que os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos e as renegociações de dívidas de qualquer espécie devem conter cláusulas autorizando a União a deduzir dos montantes a serem repassados aos demais entes, pelos fundos de participação de rendas ou pelo sistema de pagamento de precatórios, as parcelas por estes não pagas àquela.

No art. 167 da Constituição Federal, são acrescentados os §§7º e 8º, para disciplinar a securitização de recebíveis da dívida ativa. O §7º afasta as regras constitucionais de vinculação de receitas de impostos dos valores arrecadados pelos entes da Federação em processos de securitização de recebíveis da dívida ativa. O §8º restringe a securitização a direitos decorrentes de créditos inscritos em dívida ativa em data anterior à da securitização e classificados como de difícil recuperação pelo órgão de cobrança, a partir de metodologia aprovada pelo tribunal de contas competente, caso não haja metodologia de classificação já aplicada pelo ente, anterior ao exercício de 2022.

O art. 2º da PEC nº 23, de 2021, trata de alterações aos arts. 101 e 107 e de acréscimos dos novos arts. 107-A, 115, 116 e 117 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O art. 101 passa a vigorar acrescido de novo §5º para estipular que os recursos de empréstimos contratados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para quitar débitos do regime especial de precatórios poderão ser destinados, por meio de atos do Poder Executivo, exclusivamente ao pagamento de precatórios por acordo direto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, a gente não consegue ouvir o relatório!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com os credores nos termos das respectivas leis das entidades devedoras.

No art. 107...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senador Fernando.

Eu queria pedir para os nossos assessores... Eu sei que há uns Senadores também que estão trocando impressões do relatório que acabou de ser protocolado. Então, são boas impressões. Eu queria pedir a compreensão para que a gente pudesse ouvir o Relator. É uma matéria muito importante. Eu peço desculpa ao Relator Fernando, porque os nossos Senadores estão conversando aqui sobre assuntos do esforço concentrado, e eu também, de certo modo, fui deselegante com V. Exa., então peço desculpa, porque acho que a humildade é a melhor virtude que um homem pode ter.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É compreensível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E peço a todos os nossos colaboradores que fiquem atentos à leitura do relatório do Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É compreensível, Sr. Presidente, até porque o relatório está disponibilizado, muitos Senadores já tiveram acesso. Eu vou procurar fazer uma leitura ainda mais resumida, para que a gente possa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, não. Queremos que seja leitura detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É um apelo do Líder Eduardo Braga...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode ler na íntegra, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... para que seja a leitura... Senador Lucas, que seja feito na íntegra...

V. Exa. Está fazendo a leitura na velocidade do WhatsApp duas vezes. Volte para antes da velocidade... Leitura normal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, Sr. Presidente. Assim farei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é alterado o inciso II do §1º e são incluídos os novos §§12 a 15. No primeiro caso, a correção anual dos limites de despesas primárias dos Poderes e órgãos da União ocorrerá com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro a dezembro do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

No segundo caso, são explicadas as regras de operacionalização da mudança citada, quais sejam: i) o projeto de lei orçamentária anual (Ploa) será elaborado com a variação efetiva do IPCA de janeiro a junho e a variação estimada de julho a dezembro; ii) o Poder Executivo enviará mensalmente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a estimativa da taxa de correção do teto de gastos junto com outros parâmetros macroeconômicos; iii) o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e órgãos sobre a diferença entre a projeção e a efetiva apuração da taxa de correção do teto de gastos; e iv) as emendas ao Ploa ou aos projetos que o mudem relacionadas com a correção de erros ou omissões de despesas obrigatórias só serão admitidas com o intuito de incorporar o impacto da variação de parâmetros macroeconômicos informados pelo Poder Executivo ou de atos legais supervenientes ao envio do Ploa ao Congresso Nacional.

O novo art. 107-A trata do regime temporário de pagamento de sentenças judiciais, propondo que, até o exercício de 2036, vigorará limite anual para as despesas relativas às sentenças judiciais para fins de alocação na proposta orçamentária, equivalente ao valor pago no exercício de 2016 corrigido pelas mesmas regras de correção do teto de gastos. Após a subtração da projeção para a despesa com requisições de pequeno valor desse limite, chega-se ao limite para a expedição de precatórios em cada exercício. Os precatórios não expedidos por falta de margem terão prioridade para expedição nos exercícios seguintes, observada a ordem cronológica.

Facultativamente o credor do precatório não expedido ou expedido, mas não incluído na proposta orçamentária de 2022, poderá optar pelo recebimento de seu crédito com renúncia de 40% até o final do exercício seguinte por meio da celebração de acordo direto perante os juízos de conciliação de condenações contra a Fazenda Pública. Ademais, do limite geral para quitação de sentenças judiciais e do teto de gastos serão excluídos os precatórios pagos com desconto e aqueles utilizados em compensação de dívidas com a União ou na compra de bens desta.

Também do limite geral descrito será excluída a atualização monetária dos precatórios inscritos no exercício. Por sua parte, os precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) terão precedência de pagamento em relação às prioridades constantes do art. 100 da CF, salvo os precatórios expedidos em favor dos idosos, deficientes físicos e portadores de doença grave, devendo ser quitados em três parcelas anuais e sucessivas, a partir do ano seguinte ao de sua expedição, à proporção, respectivamente, de 40%, 30% e 30%.

O novo art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias permite o parcelamento de contribuições previdenciárias e demais débitos dos Municípios vencidos até 31 de outubro último junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos seus respectivos regimes próprios de previdência social, ainda que parcelados anteriormente, em 240 prestações mensais no máximo.

Para tal, os Municípios precisam de autorização em lei própria, com o cumprimento dos seguintes requisitos: i) adoção de regras de elegibilidade, de cálculo e de reajustamento das aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho e por tempo de contribuição com idade mínima, assim como das pensões por morte, assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos federais do regime próprio; ii) restrição do rol de benefícios dos regimes próprios às aposentadorias e à pensão por morte; iii) adequação da alíquota da contribuição dos servidores, de modo que ela não seja inferior à vigente para os servidores federais; e iv) instituição de regime de previdência complementar e conformidade do órgão gestor do regime próprio.

O novo art. 116 possibilita o parcelamento de contribuições previdenciárias, assim como de eventuais multas por infração de obrigações acessórias, dos Municípios junto ao Regime Geral de Previdência Social, com vencimento até 31 de outubro último, no prazo máximo de 240 prestações mensais, mesmo que parceladas anteriormente ou em fase de execução ajuizada. Os débitos do novo parcelamento, que não incluem eventuais valores prescritos ou atingidos pela decadência, terão redução de 40% das multas de mora, de ofício e isoladas, de 80% dos juros de mora, de 40% dos encargos legais e de 25% dos honorários advocatícios.

O valor de cada prestação do parcelamento sofrerá a incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, entre o mês subsequente ao da consolidação do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento. Os Municípios com regimes próprios previdenciários somente poderão aderir ao parcelamento de débitos com o RGPS se comprovarem atendimento das quatro condições já expostas necessárias para o parcelamento de dívidas junto aos seus regimes próprios. Ademais, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional fixarão os critérios do parcelamento e disponibilizarão as devidas informações aos Municípios sobre as dívidas passíveis de parcelamento.

O novo art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias propõe que os parcelamentos a que se referem os arts. 115 e 116 recém-descritos devem ser formalizados até 30 de junho de 2022. A formalização ficará condicionada à vinculação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios para o pagamento das prestações devidas em cada parcelamento, sob a seguinte ordem de preferência: i) prestação de garantia ou de contragarantia à União ou pagamento de débitos para com ela; ii) pagamento de prestações parceladas devidas ao RGPS; e iii) pagamento de prestações parceladas devidas ao respectivo regime próprio previdenciário.

O art. 3º da PEC nº 23, de 2021, dispõe sobre a limitação de encargos ao prever que, em todas as discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública, o que abrange todos os tipos de precatórios, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índice da taxa Selic acumulado mensalmente será o fator a ser aplicado uma única vez para fins de atualização monetária, compensação da mora e remuneração do capital.

O art. 4º da PEC estabelece que os limites de despesas primárias resultantes da modificação do critério de atualização desses limites serão aplicáveis a partir do exercício de 2021, sendo que, em 2021, o aumento dos limites ficará restrito a até R$15 bilhões, a ser destinado apenas para o atendimento de despesas de vacinação contra a covid-19 ou relativas a ações emergenciais e temporárias de caráter socioeconômico. As despesas que integrem esse montante serão atendidas por créditos extraordinários e financiadas por meio de operações de crédito, as quais serão contratadas como exceção ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, conhecida como "regra de ouro".

O art. 5º da PEC prescreve que as modificações ao regime de pagamento de precatórios se aplicam a todos os requisitórios expedidos que constem dos orçamentos fiscal e da seguridade social de 2022 em diante.

O art. 6º da proposição, por sua vez, revoga o art. 108 do ADCT, que se refere à possibilidade de o Presidente da República propor, a partir do exercício financeiro de 2026, uma única vez por mandato presidencial, projeto de lei complementar para modificação do método de correção do teto de gastos.

Em 22 de novembro último, houve a realização de debate temático no Plenário Virtual sobre a proposição, em que, além da participação de diversos Senadores, participaram como convidados: a Sra. Ana Claudia Castro Borges, Consultora-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Sr. Esteves Colnago, Secretário de Orçamento do Ministério da Economia; o Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal; o Sr. Ricardo Alberto Volpe, Consultor de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e a Sra. Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período de 2011 a 2016.

Foram apresentadas à proposta, Sr. Presidente, 40 emendas de autoria de Senadoras e Senadores no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça.

Passamos à análise.

A PEC nº 23, de 2021, vem à CCJ para oferta de parecer, em atendimento ao disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal. Atende, assim, às exigências relativas à regimentalidade, não havendo óbice a opor, dado que a proposição está sendo submetida à regular tramitação nesta Casa.

A técnica legislativa é adequada, não exige reparos, estando a construção da proposição, suas divisões internas, articulação e linguagem inteiramente compatíveis com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. Todavia, para fins de clareza redacional, ofereceremos ao final três sugestões de adequação ao texto enviado pela Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade, não se registram eventos de inconstitucionalidade formal por lesão às limitações circunstanciais e às limitações processuais ou formais. São mantidas hígidas, igualmente, as limitações materiais expressas ao poder reformador do Congresso Nacional, inexistindo qualquer lesão, mesmo que oblíqua, ao art. 60, §4º, da Carta da República.

Quanto ao mérito, é indiscutível a necessidade de abertura de espaço fiscal dentro do teto de gastos para abrigar um novo programa social robusto, tanto em termos do tamanho do público-alvo atendido quanto em termos do valor mensal dos benefícios disponibilizados às famílias. Caso aprovada, a proposição em exame contribuirá para que o número de famílias que serão atendidas pelo Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória 1.061, salte de 14,6 milhões para 17 milhões. O aumento de 16,4% na cobertura do Auxílio Brasil significará que a fila de espera de pessoas inscritas no Cadastro Único, mais conhecido como CadÚnico, e aptas a receber apoio financeiro assistencial do Governo Federal seja zerada. Com isso, cerca de 50 milhões de brasileiros, quase um quarto da população, terão apoio governamental para fugir da pobreza ou da extrema pobreza.

Outrossim, a aprovação da matéria permitirá que haja aumento no valor dos benefícios mensais pagos às famílias. Com o Programa Bolsa Família, o tíquete médio era de R$186,68; com o Programa Auxílio Brasil, é atualmente de R$224,41. Com maior espaço fiscal, será possível majorar substancialmente o tíquete médio do novo apoio assistencial e, além disso, implantar um piso de R$400 mensais por beneficiário. Não há dúvidas de que o novo arcabouço social que se desenha amenizará as agruras financeiras atuais de contingente expressivo da população, impactando positivamente na redução da desigualdade de renda, que é um problema observado no País há longo tempo e necessita de soluções.

O Auxílio Brasil, contudo, como se sabe, não se limita a apenas isso.

O Auxílio Brasil promove o enfrentamento da pobreza em dois momentos distintos, mas perfeitamente interligados. A curto prazo, o programa repassará recursos imprescindíveis à sobrevivência digna das pessoas. A longo prazo, em virtude do cumprimento de suas condicionalidades, ajudará que as crianças se tornem adultos com mais habilidades produtivas e, assim, saiam do ciclo de pobreza. É seguro dizer que o gasto social é condição necessária para que o País cresça economicamente a taxas mais altas hoje, por ativar a demanda interna, e amanhã, por ampliar a produtividade da força de trabalho. Todavia, é preciso que o gasto social se realize com respaldo em um conjunto de regras fiscais que preserve a confiança dos agentes econômicos na sustentabilidade da dívida pública, para que não aconteça um desarranjo permanente nos níveis gerais de preços, que, certamente, poria a perder toda a efetividade da política social que se busca ampliar.

A PEC nº 23, de 2021, possibilita a ampliação de espaço para a execução de gasto social com a preservação dos fundamentos do teto de gastos, que é a âncora que baliza a política fiscal. O aumento de despesa na área social continuará computado no limite de despesas primárias do Poder Executivo. Destarte, o efeito da proposição sobre o endividamento público será pouco expressivo em 2021 e 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme os dados divulgados recentemente pelo Ministério da Economia em apresentação sobre a matéria, a aprovação da PEC 23 aumentaria apenas marginalmente nestes dois anos o citado endividamento. Com efeito, a dívida bruta do Governo geral seria de 80,8% do produto interno bruto em 2021 e de 80% em 2022, no cenário sem a aprovação da PEC, e de 81% em termos do PIB tanto em 2021 quanto em 2022, no cenário com a aprovação da PEC.

É preciso reconhecer ainda que a alteração principal da matéria em relação ao teto de gastos, concernente à alteração da sua base de correção, é plenamente justificável. É compreensível que a correção do limite total de gastos primários acompanhe o mesmo período de referência para a correção das despesas primárias associadas ao salário mínimo, como os benefícios previdenciários, o abono salarial e os benefícios assistenciais de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social. Hoje os limites de despesas primárias são fixados antes de se conhecer com exatidão qual será o tamanho das despesas vinculadas ao salário mínimo para o exercício financeiro seguinte.

A PEC nº 23 também contém outros aspectos meritórios. Comento alguns a seguir.

Em primeiro lugar, a redação atual do §11 do art. 100 da Constituição Federal somente faculta ao credor a escolha da compensação para a compra de imóveis públicos do ente devedor.

A nova redação permite que o credor tenha mais opções para usufruir do seu direito creditório. A possibilidade de aquisição de ações de empresas estatais com os créditos de requisitórios lembra as opções de o trabalhador poder aplicar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em fundos de investimento dedicados à gestão de ações da Petrobras e da Vale do Rio Doce, que puderam ser exercidas em 2000 e 2002, respectivamente. No geral, as hipóteses de compensação têm efeito positivo sobre o cumprimento do teto de gastos no âmbito federal, pois a compensação de débitos e créditos evita o pagamento de despesa com sentenças judiciais, que, por ser despesa primária, reduz o espaço para a assunção de outras despesas de mesma natureza.

Em segundo lugar, ao implicar um relativo acerto de contas entre posições credoras e devedoras que não estejam em dia envolvendo os entes da Federação, os novos §§21 e 22 do art. 100, combinados com o art. 160, todos da Constituição Federal, contribuem para preservar a higidez do pacto federativo.

As novas regras buscam minimizar o risco moral associado à falta de empenho de alguns entes em equilibrar as suas finanças, que foi agravado recentemente pelas decisões judiciais provisórias contrárias à execução de contragarantias oferecidas à União em caso de inadimplência contratual, sob o argumento de que as retenções de valores pela União impactariam negativamente a execução de políticas públicas primordiais à população.

Desse modo, evita-se a geração de encargos não pagos, que seriam transferidos para os futuros governantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em terceiro lugar, o acréscimo de novo §5º ao art. 101 pode ser benéfico às finanças dos entes regionais e locais. A liquidação de precatórios vencidos com desconto superior aos encargos das operações de crédito que disponibilizarão a fonte de recursos para essa liquidação reduz o endividamento público. Isso visto que, nos termos do art. 30, §7º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios não quitados durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada do ente da Federação para fins de aplicação dos limites dessa dívida, quais sejam: de 200% da receita corrente líquida, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e de 120% da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.

Em quarto lugar, a previsão contida no novo art. 116 ajuda as finanças municipais gradualmente, mas sem criar uma renúncia de receita vultuosa de forma instantânea para a União, a ponto de inviabilizar o ajuste fiscal em curso. Consoante a Confederação Nacional dos Municípios, a dívida previdenciária – e eu chamo a atenção dos Srs. Senadores – dos Municípios, de R$104 bilhões junto ao RGPS, será reduzida em R$36,3 bilhões, por causa do perdão de juros e multas dos débitos.

Essa é a quantia, Senador Renan Calheiros, que vai beneficiar os Municípios brasileiros no parcelamento das dívidas previdenciárias.

O estoque administrado pela Receita Federal cairá de R$78 bilhões para R$52,1 bilhões. Já o estoque administrado pela PGFN passará de R$26 bilhões para R$15,6 bilhões. O novo parcelamento permitirá que os Municípios em dificuldade financeira tenham alívio de liquidez para cumprir com as suas obrigações sociais perante a população local e com os demais credores.

A despeito da inegável urgência e oportunidade da proposição, permitimo-nos oferecer emendas que, em nosso sentir, aprimoram seu conteúdo. Ao longo dos trabalhos desta relatoria, coube-nos debruçar de forma minuciosa sobre as sugestões materializadas nas diversas emendas apresentadas à matéria, que consubstanciam propostas dotadas de inegável mérito. Com vistas ao consenso necessário à aprovação dessa relevante matéria, envidamos esforços no sentido de atender, na medida do possível, a maior parte dos pleitos dos ilustres Senadores, bem como de construir um texto consistente e que incorpore avanços em relação à proposição aprovada na Câmara dos Deputados.

Aqui faço um agradecimento especial aos Senadores Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, José Aníbal, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Rose de Freitas e Nelsinho Trad pela efetiva colaboração para chegarmos em uma proposta para transformar o Auxílio Brasil em uma política pública permanente. Quero aqui destacar, Sr. Presidente, que o primeiro Senador a me procurar para poder transformar o Auxílio Brasil, que estava, como veio no texto da Câmara, como um subsídio transitório, foi o Líder do meu partido nesta Casa, o Senador Eduardo Braga, que veiculou a necessidade urgente de que o programa fosse permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelecemos, em primeiro lugar, um complemento à regra de que os precatórios referentes ao Fundef deverão ser pagos em três parcelas anuais e sucessivas, a partir do ano seguinte ao da sua expedição. A fim de conferir um caráter de maior previsibilidade ao recebimento desses recursos pelos entes federados, garantindo-lhes a possibilidade de melhor planejar os investimentos a serem realizados com essa receita, incorporamos preceito que estabelece que as parcelas anuais desses precatórios do Fundef deverão ser pagas segundo um cronograma específico, qual seja, 40% do montante até o dia 30 de abril, 30% até 31 de agosto e o restante até 31 de dezembro. Aqui acolhemos a sugestão do nobre Senador Otto Alencar.

A respeito ainda dos recursos a serem recebidos a título de precatórios do Fundef, nossa preocupação concentrou-se também em evitar que os expressivos recursos a serem pagos pela União fossem destinados a novas despesas obrigatórias de caráter continuado, que passassem, num futuro próximo, a onerar as finanças de Estados e Municípios. Até porque, em muitas situações, a receita será de elevada magnitude, mas terá caráter extraordinário, não cabendo seu direcionamento a gastos de natureza permanente, a bem da observância do princípio da responsabilidade fiscal. De novo, a contribuição aqui foi do Senador Eduardo Braga. Propomos, nesse contexto, que as receitas devam ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério, em linha com o propósito do antigo Fundef. Mais ainda, definimos, a pedido do Senador Eduardo Braga, que ao menos 60% dos recursos devam ser repassados aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada sua incorporação na remuneração, aposentadoria ou pensão.

Propomos, ademais, por sugestão do Senador Rogério Carvalho, a supressão do §15 do art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma proposta pela PEC. Apesar de sua boa intenção, a vedação a emendas que tratem de despesas obrigatórias inviabilizaria a competência do Congresso Nacional de proceder a ajustes e correções na proposta de lei orçamentária. Além disso, a dificuldade de conceituação desse tipo de dispêndio poderia levar à blindagem de partes da proposta orçamentária, bastando apenas considerá-las como despesa obrigatória.

Um outro aperfeiçoamento em relação à proposta proveniente da Câmara dos Deputados diz respeito à prerrogativa constitucional do Congresso Nacional de controle e acompanhamento dos gastos públicos. Não nos escapou o tema do contínuo crescimento das despesas da União com pagamentos de decisões judiciais. Para se ter uma ideia, em 2010, foram pagos R$14,3 bilhões no programa orçamentário de cumprimento de sentenças judiciais, o que equivalia, àquela época, a 0,35% do PIB. Para 2022, a conta dos dispêndios de natureza primária envolvendo precatórios e RPVs alcançou surpreendentes R$89,1 bilhões, ou 0,95% do PIB, quase 1% do projetado. Os valores para cumprimento de sentenças judiciais encaminhados para 2022 representam aumento nominal de 78,7% em relação ao total pago no exercício de 2020 e de 60,2% sobre o valor autorizado para 2021. Os dados revelam que esse item de despesa alcança crescente magnitude dentro do orçamento público, chegando ao ponto de pressionar o atendimento de importantes demandas sociais e de investimento público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, evidencia-se a necessidade de o Congresso Nacional acompanhar institucionalmente e de forma propositiva o conjunto de atos que originam essas obrigações pecuniárias. Propomos, nessa linha, que o Congresso Nacional promova, por meio de comissão mista, uma avaliação dos atos e procedimentos geradores desses débitos de natureza judicial. A comissão deverá atuar em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça, podendo requisitar informações e documentos de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Uma vez concluídos os trabalhos dessa comissão, seus resultados deverão ser encaminhados aos órgãos competentes.

Por outro lado, um dos pontos que dominaram os debates sobre a PEC nº 23 foi a necessidade de incorporação ao texto constitucional das possíveis destinações do espaço fiscal gerado pela alteração do critério de cálculo do teto de gastos. Muitos Senadores pretenderam, legitimamente, explicitar a principal motivação para a necessária mudança do critério, ou seja, viabilizar o financiamento de um programa de transferência de renda robusto, que assegure à população carente o recebimento do mínimo necessário a uma vida digna.

A fim de atender esses pleitos, encaminhamos um texto que define que, no exercício de 2022, o espaço fiscal produzido pela mudança temporal aplicada no cálculo do teto de gastos seja direcionado:

1) à ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza, de forma precípua ao programa Auxílio Brasil;

2) ao atendimento dos limites individualizados e sublimites que decorram do novo cálculo do teto de gastos, que abrangem os limites individualizados dos Poderes e órgãos autônomos e o mínimo a ser gasto com ações e serviços públicos de saúde;

3) às outras despesas da seguridade social, contemplando as áreas da saúde, da previdência e da assistência social.

Avançamos ainda mais nessa seara, diante da necessidade de prever, no arcabouço constitucional, um programa perene de enfrentamento à pobreza. Propomos, assim, a inclusão de alguns dispositivos para deixar claro que o Auxílio Brasil terá um caráter permanente, não obstante não possamos desde logo definir suas fontes de financiamento a partir do exercício de 2023. Nesse particular, introduzimos preceito no art. 203 da Constituição Federal, que trata da assistência social, para estipular como objetivo da política pública assistencial a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Além disso, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inserimos comando destinado ao legislador com vistas à fixação, até 31 de dezembro de 2022, dos limites, condições e normas de acesso do programa que viabilize o atendimento do novo objetivo incorporado ao art. 203 da Constituição Federal. A lei em tela fica dispensada da observância de limitações legais quanto à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que enseje aumento de despesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de medida salutar que deverá facilitar a aprovação de uma lei que assegure, de forma permanente, os recursos necessários ao programa de transferência de renda destinado às famílias mais carentes.

Promovemos, ainda, uma mudança no prazo atual de apresentação dos precatórios a serem incluídos no orçamento do ano seguinte. O texto atual da Constituição prescreve a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento, das dotações necessárias ao pagamento de precatórios apresentados pelo Poder Judiciário até 1º de julho de cada ano.

Com vistas a permitir que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo até o dia 15 de abril, possa prever em seu anexo de riscos fiscais o montante a ser autorizado para pagamento no exercício seguinte, ajustamos o termo final para apresentação dos precatórios para 2 de abril.

É importante destacar isso, porque o anexo de riscos é encaminhado em 15 de abril, então, para evitar a ocorrência desses chamados meteoros, o anexo de riscos já teria a informação dos precatórios inscritos para o pagamento do exercício seguinte.

Essa providência vem no sentido de conferir maior previsibilidade ao processo de elaboração orçamentária, de modo a mitigar o risco de surpresas, como o ocorrido em relação ao crescimento desmedido dessas despesas para o orçamento de 2022.

Finalmente, com a finalidade de melhorar a clareza e a coesão do texto enviado pela Câmara dos Deputados, em atendimento aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, procederemos a algumas adequações redacionais.

A primeira delas é no §11 do art. 100 proposto pela PEC. Sua finalidade é deixar claro que a faculdade reservada ao credor para realizar o chamado encontro de contas entre o particular e o poder público abrange os créditos próprios, mas também os adquiridos de terceiros. A aquisição de créditos de terceiros, expressamente autorizada no mesmo art. 100, coloca o adquirente na condição de credor, devendo ficar claro seu amplo direito de utilização desses valores nas mesmas condições que os credores originais.

A segunda se limita à inclusão, para corrigir erro material, do pontilhado logo após o *caput* do art. 107 do ADCT. Se não o fizermos, restariam revogados os incisos daquele artigo, que delimita e especifica os órgãos que se submetem a cada limite do chamado teto de gastos.

Por último, também é necessário esclarecer melhor o sentido e o alcance do §8º do art. 107-A que se pretende acrescer ao ADCT. A ideia era dar prioridade ao pagamento dos precatórios relacionados com o Fundef, mas sem prejudicar o sistema já existente no próprio art. 100 da CF, que dá absoluta prioridade aos débitos de natureza alimentar. Assim, restabelecemos a coesão do sistema e evitamos interpretações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que terminassem prejudicando os Estados e Municípios e até os próprios beneficiários da prioridade do §2º. Aproveitamos, ainda, para corrigir o texto truncado que terminou sendo aprovado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o nosso voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2001, e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36 e 39, na forma das emendas abaixo, rejeitando-se as demais emendas, e com as seguintes adequações redacionais.

Eu vou me permitir, Sr. Presidente, não fazer a leitura das adequações nem das emendas, porque isso já está disponível no sistema. Portanto, concluo por aqui a leitura do meu parecer.

Agradeço a atenção de todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, agradecendo ao Senador José Aníbal...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Eduardo Braga está com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agradecendo ao Senador José Aníbal, eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É só um aparte, Líder. Eu estou sendo orientado pela Secretaria. Nós estamos colocando em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ainda não. Ainda não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Após a leitura...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu, inclusive, vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, é um pedido pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu vou pedir vista. É um pedido pela ordem. Inclusive, já quero adiantar que o MDB pedirá vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Entendi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero apenas cumprimentar o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não iniciamos a discussão, portanto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Não iniciamos a discussão.

Eu quero apenas cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, que fez um esforço hercúleo nesses dias.

Nós tomamos conhecimento efetivamente do parecer poucas horas antes do início desta reunião. Essa é uma matéria que precisa ser aprofundada. Existem vários Srs. Senadores e vários partidos, como o nosso MDB, que estão aprofundando sobre a matéria. Existem questões, Sr. Presidente, inclusive questões jurídicas, sobre o art. 107-A, sobre o qual, ao início desta reunião, conversamos com o Senador Fernando Bezerra, com o Senador Anastasia e com o Senador José Aníbal.

Portanto, eu quero pedir, em nome do MDB, vista, e creio que vista coletiva, porque tenho certeza de que vários outros Senadores pedirão vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Há o pedido do Podemos e do PSDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E do PSD, porque o Senador Omar, quando fez a sua manifestação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu peço também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade, é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... antecipou o pedido de vista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E da Liderança da Maioria também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E da Liderança da Maioria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Peço vista em nome do Progressistas, também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, está concedida vista coletiva, mas eu vou passar a palavra para o Senador Aníbal, como eu dei a palavra para o Senador Eduardo, e vou conceder à Senadora Simone Tebet, que pediu também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu me inscrevo também, sobre vista.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Para reafirmar, Sr. Presidente o pedido de vista e dizer que nós estamos preparando um voto em separado, eventualmente até uma PEC alternativa. Estamos em processo de conversa sobre isso com outros Senadores. E agora temos à disposição, finalmente, a proposta do Governo, lida pelo eminente Senador Fernando Bezerra, mas nós queremos, sim, conversar com o Senador Eduardo Braga, o Senador Anastasia, o Partido dos Trabalhadores, a Senadora Simone Tebet, aqui junto comigo, trabalhando nessa matéria, o Senador Oriovisto, o Senador Alessandro Vieira.

Então, o prazo de vista, Sr. Presidente, há que ser elástico, porque essa é uma matéria, como já tive a oportunidade de dizer, que envolve recursos da ordem de R$100 bilhões. Portanto, é uma matéria que tem que ser muito bem trabalhada por nós e que possa constituir uma alternativa ao que vier da Câmara. O propósito fundamental que nos move a todos na construção de alternativas à proposta que foi lida agora pelo ilustre Senador Fernando Bezerra é assegurar o auxílio emergencial, não só dezembro, o ano que vem inteiro; não só o ano que vem inteiro, nos próximos anos. Considerando que no ano que vem, Presidente, a expectativa é de estagnação da economia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... com mais razão é necessário prever esse auxílio, que ele possa se estender pelo tempo que for necessário, enquanto o Brasil não retomar de forma mais ampla a atividade econômica, o emprego e a renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, mais uma vez, precisamos de um tempo com uma certa elasticidade. Vê-se que hoje muitos Senadores aqui arguiram sobre a importância e o significado disso, para termos um texto que vai dar uma grande satisfação à sociedade, àqueles que estão numa situação limiar de miséria e fome, e ao mesmo tempo não vai romper com o teto de gastos, que é uma âncora fundamental votada no Governo do Presidente Michel Temer para tentar tirar o barco Brasil da deriva, e de outro lado não vai dar calote nos precatórios, que são dívida líquida e certa e precisam ser pagos.

Também nos associamos aí, junto com Eduardo Braga e outros, a toda uma ação de pente-fino, de revisão, se necessário for, de todos os precatórios. E estamos apresentando um projeto de lei, a ser incorporado aqui – já o apresentei em setembro –, que tem como propósito exatamente dar toda a transparência aos precatórios dois anos antes mesmo de eles já estarem colocados para pagamento.

É isso, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Aníbal, muito obrigado.

Eu vou passar à Senadora Simone...

Antes, Senador Esperidião, o Senador Cid está no remoto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Depois dela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu vou dar a palavra para a Senadora Simone, e há um pedido aqui no virtual do Senador Cid Gomes.

Com a palavra a Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Faço minhas, se me permitir o Líder Eduardo Braga, as palavras por ele proferidas, inclusive em relação ao trabalho do Senador Fernando Bezerra. Não é fácil, obviamente, nem a matéria, pela complexidade, nem a polêmica que foi gerada ao longo do tempo.

Sei que V. Exa. não teve tempo de analisar com profundidade todas as emendas apresentadas, até porque algumas chegaram nas últimas 24 horas, e por isso vai a minha ponderação apenas para reflexão, porque obviamente não é o momento do debate agora.

A primeira é que V. Exa. não abriu o espaço fiscal em relação ao Fundef; tirar do teto de gastos. Uma vez que é dívida para trás, não criaria nenhum problema para o futuro. Nós estamos falando de R$15 bilhões a R$16 bilhões como espaço fiscal, obviamente que carimbados com destino para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precatório, para questões previdenciárias e mesmo para o Auxílio Brasil, para não deixar esse recurso solto.

A segundo é que, quando V. Exa. fala que o espaço fiscal produzido pela mudança temporal teria destino, que se pudesse abrir para que todos esses espaços fiscais, inclusive o da correção inflacionária, que vai gerar uma arrecadação maior este ano, também pudessem ter o destino previdenciário, do Auxílio Brasil etc.

E, por fim, um pedido especial a V. Exa. Eu apresentei também uma emenda suprimindo da PEC a discussão da questão da securitização da dívida. Não é porque sou contra ou a favor dela, mas porque esse pode ser um grande complicador, visto que, se na teoria é interessante – nós já aprovamos medida nesse sentido, salvo engano do Senador José Serra –, se estiver muito aberto, ele abre espaço para toda sorte de negociação não republicana, que pode poluir, judicializar essa questão no Supremo Tribunal Federal e comprometer o trabalho de V. Exa. e de todos nós.

Não estou aqui declarando voto, obviamente. Estou aqui apenas fazendo essa ponderação para V. Exa., para que se possa depois, no momento oportuno, discutir. Então, ficam essas observações.

Acho que esse, em particular, pode ser um grande fator complicador, porque, em princípio – eu li –, não só por não ser objeto mas pela complexidade, ele está muito aberto e pode gerar aqui algum tipo de ruído a impedir algum voto no Plenário do Senado.

Ficam as sugestões a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu consulto se o Senador Cid Gomes está inscrito. (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

Eu pedi a palavra pela ordem no meio da leitura do relatório pelo nobre Líder do Governo, Fernando Bezerra. E a minha preocupação em falar antes mesmo de qualquer deliberação de V. Exa. em relação a essa matéria é que já estava dito que haveria esse pedido de vista coletiva – creio que nem foi autorizado ainda por V. Exa.

Diante disso, peço a atenção de V. Exa., porque o requerimento que farei é para uma decisão de V. Exa., obviamente, para uma audiência dos membros da Comissão. E passo a fazê-lo, Sr. Presidente. Essa emenda que ficou conhecida como a PEC do calote, por tratar de questões relativas aos precatórios do Funeb, aproveitou-se dela para enxertá-la, incluir, completamente sem nenhum nexo, uma série de assuntos. Um dos assuntos – e é para isso que peço a atenção de V. Exa., Sr. Presidente, e a atenção dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros desta Comissão –, um dos assuntos é um tema que é corriqueiro na vida nacional. Em todo início de gestão de administrações municipais, a União tem permitido a feitura, através de emenda à constituição, de uma possibilidade de renegociação dos débitos previdenciários junto à União, junto à nossa previdência da União. E isso creio, acredito que seja uma matéria consensual pelo histórico; e, repito, por repetidas vezes, essas matérias de igual teor serem apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional, creio que isso é algo pacífico. E não faz sentido a gente deixar isso apenso à essa matéria, são temas absolutamente diversos.

E o apelo, o requerimento que faço a V. Exa. é que destaque do parecer do relatório do Senador Fernando Bezerra e da emenda à constituição o art. 4º, que trata especificamente dessa questão. E que isso possa ser submetido à apreciação, nesse momento, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e já possa ser incluído na primeira pauta, inclusive, ainda dessa semana, porque, repito, creio haver consenso, haver unanimidade para a apreciação dessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, é o apelo que faço a V. Exa. e a consideração que faço ao Relator e aos demais componentes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Cid Gomes.

Deixem eu fazer só uma leitura de uma fala do Presidente Rodrigo Pacheco e externar uma conversa que nós tivemos ontem, que eu vou consultar o Presidente Rodrigo se ele vai alterar de fato e que ele anuncie hoje, no Plenário do Senado Federal. Há uma fala que diz o seguinte:

> Obrigado, Senador Esperidião Amin. Eu faço apenas uma correção, Senador Esperidião Amin, Senador Oriovisto Guimarães, que eu acho que eu também os induzi a erro no momento do meu pronunciamento, quando anunciei o esforço concentrado no Senado Federal, em que eu me referi à data de 29 de novembro. [São as notas taquigráficas da fala do Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.] Na verdade, o esforço concentrado se dará no dia 30 de novembro, que é uma terça-feira, 1º e 2 de dezembro, quarta e quinta-feira, dia 29 é uma segunda-feira. Então, foi um erro que cometi e acabou que V. Exas. o incorporaram na fala, mas fica dia 30, dia 1º e dia 2, obviamente com a intenção e o desejo de que tanto os indicados já sabatinados sejam apreciados no Plenário, quanto aqueles ainda pendentes de sabatinas a serem realizadas nas Comissões. Esse é o nosso desejo, nosso trabalho, para essa finalidade.

Por que eu fiz questão de fazer essa leitura? Porque eu também falei ainda há pouco que eu poderia fazer uma sessão na segunda-feira, mas eu estava com base nessa primeira fala do Presidente Rodrigo, quando falou 29 e houve esse debate no Plenário. Então, o esforço concentrado será terça, quarta e quinta. Portanto, não dá – já é uma resposta para os Senadores que pediram sobre mudar a passagem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda-feira – para mudar a passagem, porque há uma determinação do esforço concentrado e eu também me equivoquei. Então, nós teremos as sabatinas de todas as autoridades na terça, na quarta e na quinta. Temos duas ou três sugestões de datas que eu pretendo fazer sobre tribunais superiores e conselhos. Nós temos três dias. Então, em três dias, nós vamos fazer as sabatinas dessas autoridades – falando de autoridades.

Sobre a proposta de emenda à Constituição, já há o pedido de vista coletiva. Nós não iniciamos a discussão porque, se tivéssemos iniciado a discussão, não poderíamos dar vista coletiva pela regra do Regimento da Comissão, mas eu preciso dar uma resposta sobre prazos.

Pelo Regimento, nós temos no art. 132, que "o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias". Esse prazo máximo de cinco dias teve no ato do Congresso Nacional flexibilizações, que nós já fizemos várias vezes. Há vista de duas horas, como foi dito aqui; há vista de quatro horas, há vista de 24 horas, há vista de 48 horas e de 72 horas. O prazo máximo é até cinco dias, só que o Presidente Rodrigo Pacheco determinou, no esforço concentrado, que nós apreciássemos a PEC. Por isso, fizemos o acordo da vista coletiva no dia de hoje. A ideia inicial era fazermos a leitura, fazemos o debate e a Presidência dar vista coletiva de 24 horas para deliberarmos amanhã aqui na CCJ, mas os Líderes se reuniram, conversaram com vários Senadores, e ao meu conhecimento chegou o quê? Que não faríamos dessa maneira, porque queriam mais prazo para discutir, para falar com o Relator, para conversar sobre as emendas, sobre o prazo apresentado do relatório, enfim, outros questionamentos que foram feitos aqui. Respeitando o acordo das 24 horas, que nós já mudamos, eu vou determinar que a gente siga o que o Presidente Rodrigo Pacheco determinou, que é a votação dessa proposta no dia 30. Portanto, eu vou dar vista coletiva e, nos termos regimentais dos acordos construídos, a matéria retornará à pauta na terça-feira, dia 30 de novembro. (*Pausa.*)

Como nós fizemos um acordo de procedimento e foi retirado...

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu quero... Hoje eu já comecei com solidariedade. Fico com satisfação de que a solidariedade que eu externei a V. Exa. teve grande adesão, grande aderência. Vou começar esta segunda fala também cumprimentando V. Exa. por tornar clara esta questão, que realmente ficou confusa até o momento em que o Senador Rodrigo Pacheco prestou esse esclarecimento. Como o senhor ouviu ali, não foi só o Esperidião Amin, eu fui apenas o primeiro citado, mas outros Senadores também repetiram o equívoco que foi produzido. Sei lá, chegou ao nosso conhecimento de que eram 29, 30, 1º e 2. Está definitivamente esclarecido que o esforço concentrado do Senado, no Plenário do Senado especialmente, requisitando a presença de todos nós, será terça, quarta e quinta. Daí advém uma última observação que eu vou lhe fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quando o senhor anunciou os critérios que estava adotando – afinal, critério qualquer um pode apresentar e qualquer um pode adotar –, o critério mais defensável e republicano é o que se faz em administração de material: *first in first off*, ou seja, o primeiro a entrar é o primeiro a sair, a ordem cronológica, é apenas uma sugestão. Eu não sei qual é o primeiro dos processos que aqui estão, das mensagens, na ordem cronológica, mas é uma sugestão republicana que eu lhe faço.

Segundo, eu prometi à Senadora Eliziane que eu diria em público o que eu vou dizer: Senador Davi Alcolumbre, eu nunca pedi para ser Relator de nada e nunca indiquei Relator. Durante o ano de 2020, eu fui Relator de um único projeto de lei, era o segundo projeto de lei do auxílio emergencial, o 873. E fui designado pelo seu substituto eventual Antonio Anastasia, nunca reclamei disso e não vou pedir para ser Relator de nenhum projeto. Mas subscrevo publicamente a indicação da primeira *homeless* que eu encontrei no Senado – eu subscrevo. Ou seja, eu aqui me manifesto como lobista – lobista, se me acusarem, eu sou lobista – em favor da designação da Senadora Eliziane. E se V. Exa. quiser ter um bom fim de ano, aceite a sugestão do Senador Alvaro Dias, marque para o dia 30. E eu só exigirei uma coisa a mais, que a Senadora Eliziane, se for a Relatora ou não, comece e termine o esforço concentrado aqui, na CCJ, cantando, porque chega de ver fotografia sem escutar a sua interpretação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu não sabia desse dote da Eliziane, dessa virtude. Eu sei da filha dela, a filha dela é cantora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente, pode ligar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode ligar. (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Amin, eu lhe agradeço profundamente pelas suas palavras. Nós fomos colegas... Girão... Eu queria agradecer ao Amin profundamente pelas palavras, nós fomos colegas na Câmara dos Deputados, e eu quero dizer o que eu já lhe falei várias vezes, da minha admiração extrema por você. Aliás, eu me lembro, Esperidião, a primeira vez que eu conversei com você, quando o conheci e apertei a sua mão na Câmara dos Deputados, foi um dia realmente de muita felicidade porque você é uma referência para o Brasil. Então, eu quero reafirmar aqui a minha admiração, o meu apreço por você, profundamente, e o seu pedido da minha indicação para a relatoria me enche, na verdade, de responsabilidade, porque vem de uma pessoa tão importante como você, assim como os demais. Estendo o meu agradecimento ao Girão, ao Oriovisto, aos demais, ao Lucas Barreto, que também já declarou, declinou, na verdade, em torno do nosso nome, e também do Senador Alvaro Dias, que falou agora há pouco também com o Davi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu sou um caso para ser estudado pela natureza porque a minha filha canta divinamente bem, é uma das grandes cantoras, inclusive, profissional, tem 16 anos, mas eu não sei por onde se começa a cantar, então, de fato, esse seu último pedido eu ficarei lhe devendo. Posso trazer minha filha aqui a qualquer dia para participar de uma solenidade e cantar, me substituindo.

Muito obrigada, Esperidião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente.

Já que o senhor não pôde atender ao meu apelo e de vários outros colegas para marcar no dia 29... Aliás, perdão, dia 29 não, no dia 30...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Calma, que ainda não está decidida a data.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria lhe fazer um pedido, já que o senhor não pode dizer a data, como eu pedi, de forma clara, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Porque, eu disse a V. Exa., eu vou falar com os Relatores...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... vou definir com o Presidente Rodrigo e nós vamos ter a data e eu vou anunciar a data.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Eu só quero fazer um pedido apenas, deixar isso consignado aqui: que não deixe para marcar essa sabatina... Há uma expectativa grande no Brasil, o senhor sabe disso, todos nós sabemos; somos abordados de forma legítima pelas pessoas. Não deixe para marcar na quinta porque, no dia 2, quinta-feira, o quórum qualificado para aprovação de autoridade como Ministro do Supremo é mais delicado. Peço apenas isso e lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Entendi. Já está tudo entendido. Eu falei para V. Exa.: eu acho que de fato é um gesto importante, mas eu quero, como disse, tratar com o Presidente Rodrigo Pacheco porque ele é o Presidente da Casa e ele organizou essa agenda desses três dias. E as outras Comissões têm que compatibilizar porque, se nós marcarmos aqui e outra Comissão estiver sabatinando alguém, vai dar um problema até para participação, porque nós estamos no covid e aqui não tem... A gente sabe que, para sabatina de Ministro de tribunais superiores, essas 27 cadeiras aqui não dão; vêm 50, 60 Senadores para cá, e nós ainda estamos em pandemia. Então eu quero organizar para a gente ter um melhor aproveitamento do nosso esforço concentrado aqui na Comissão também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Presidente Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Eu sinceramente gostaria de cumprimentar V. Exa. pela boa vontade que tem demonstrado, pela correção do calendário em função da colocação apressada que foi feita lá atrás pelo nosso querido Presidente da Casa e queria dizer que também é demais: depois que V. Exa. concedeu, definiu incluir, querer estabelecer dia para V. Exa. é rasteirar um pouco a sua competência como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Presidente Renan.

Como nós fizemos um acordo, está concedida vista coletiva.

Não temos mais itens na pauta, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Roberto Rocha, José Aníbal, Giordano, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Humberto Costa, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Weverton, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Cid Gomes e ainda dos Senadores não membros Dário Berger, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcelo Castro, Jayme Campos e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Chiquinho Feitosa, Marcos do Val e Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 23, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39 e 45, na forma das nove emendas de relator apresentadas, com as adequações redacionais propostas, rejeitando-se as demais emendas. *A reunião é suspensa às onze horas e vinte e três minutos e reaberta às treze horas e dois minutos.* **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, com o acolhimento total ou parcial das emendas nºs 3, 4, 13, 15, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39, 45, 48 e 51, na forma das Emendas nºs 66-CCJ a 75-CCJ, com as adequações redacionais propostas e rejeitando as demais emendas. **Observações:** Votam vencidos os Senadores Simone Tebet, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Weverton, Fabiano Contarato, José Aníbal e Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Quero cumprimentar os Senadores, as Senadoras e os nossos assessores, cumprimentar os Senadores e Senadoras que estão aqui presentes.

Nós temos um quórum de 18 Senadores; portanto, podemos iniciar regimentalmente a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Reunião é a 17ª, extraordinária. Temos o quórum regimental.

Declaro aberta a nossa reunião.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata de reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo ao Plenário do Senado Federal e, em especial, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado que hoje nós temos um item único na pauta.

Eu tenho a leitura do ato em relação ao distanciamento social, mas eu vou pular porque eu faço a leitura toda semana e todo mundo já sabe as regras.

Item único da pauta: Proposta de Emenda Constitucional nº 23, de 2021.

Da mesma forma, eu vou ler as observações... Não, eu acho importante fazer a leitura porque temos muitas emendas apresentadas e muitas observações.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 23, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável à Proposta, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39 e 45, na forma das nove emendas de relator apresentadas, com as adequações redacionais propostas, rejeitando-se as demais emendas.

Passo a ler as observações.

Foram apresentadas as seguintes: Emendas nºs 1 e 24, de autoria do nobre Senador Jorge Kajuru; nº 278, de autoria do nobre Senador Paulo Paim; nº 3, de autoria dos Senadores Alessandro Vieira, José Aníbal e Oriovisto Guimarães; nº 4, de autoria do Senador Antonio Anastasia; nº 5, de autoria do Senador Nelsinho Trad; nº 6, de autoria do Senador Weverton; nº 9 a 18 e também a 23, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nºs 19, 20 e 25, de autoria do Senador Jaques Wagner; nº 21 e 22, de autoria do Senador Humberto Costa; nºs 26-A, 29, de autoria do Senador Eduardo Braga; nºs 30 e 31, de autoria da Senadora Simone Tebet; nº 32, de autoria do Senador Weverton; nº 33, de autoria do Senador Marcos Rogério; nºs 34 e 35, de autoria do Senador Fabiano Contarato; nºs 36 e 37, de autoria do Senador Carlos Fávaro.

Foram apresentadas também Emendas de nºs 41 a 43, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nº 44, de autoria do Senador José Aníbal; nº 45, de autoria do Senador Carlos Fávaro; nºs 46-A, 48, de autoria do Senador Carlos Portinho; nºs 49 e 50, de autoria da Senadora Rose de Freitas; nº 51, de autoria do Senador Eduardo Braga; nº 52, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nº 54, de autoria da Senadora Simone Tebet; nºs 53 e 55, de autoria do Senador Lasier Martins.

Em 24/11/2021, foram concedidas vistas coletivas nos termos regimentais.

Em 30/11/2021, foram recebidas as Emendas nºs 56, de autoria da Senadora Simone Tebet, e 57, de autoria do Senador Alessandro Vieira, dependendo de relatório.

Em 30/11/2021, foram recebidos os votos em separados dos Senadores Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço vênia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos questões de ordem no tocante a destaques. Se não houver prejuízo, nós podemos ouvir o relatório, mas apenas se não houver prejuízo. Caso contrário, é necessário que se apreciem as questões de ordem em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. A Secretaria informa que sobre a questão de ordem não há prejuízo para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Então, fique à vontade, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, depois da apresentação do meu relatório, houve um grande esforço desta relatoria, em contato com as Lideranças da Casa e do Governo, de construção de um texto que alcançasse maior consenso entre as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores. Para tanto, procedemos a alterações pontuais no voto anteriormente proferido – várias –, de natureza meramente redacional, com o fim de aperfeiçoar e aprimorar a proposta.

Nesse trabalho, contudo, mantivemos, como norte, o objetivo de garantir espaço fiscal para as ações sociais de amparo aos brasileiros bem como de manutenção das regras de responsabilidade fiscal que consideramos importantes conquistas do povo brasileiro.

Como todos sabem, estamos diante de uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, exigindo dos governos e da sociedade esforços de grandes proporções. Segundo dados recentes do IBGE, o rendimento médio mensal do brasileiro sofreu queda recorde em 2020, atingindo o menor valor em oito anos.

No período mais agudo da pandemia, ampliou-se o número de famílias que passaram a depender dos programas sociais do Governo, sobretudo do Auxílio Emergencial, elevando de 0,7% para 24% a proporção de domicílios que dependia desse tipo de ajuda, além de outros benefícios.

Na região Nordeste, Sr. Presidente, o índice de pessoas vivendo dos programas sociais, aposentadorias e pensões foi maior do que aquelas que viviam da renda de trabalho. O amparo a essas famílias, portanto, tem de ser nosso foco e objetivo maior.

O espaço fiscal a ser criado deve ter a dimensão dessa crise e das necessidades dos brasileiros.

Por outro lado, nosso voto reafirma o compromisso do Governo com o controle dos gastos e a sustentabilidade da dívida pública.

Considerando os impactos da PEC 23, o cenário que se apresenta é de déficit de 1,5% do Produto Interno Bruto em 2022, o menor em sete anos, fazendo do Governo atual o primeiro nas últimas duas décadas a entregar uma despesa em relação ao PIB menor do que recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica apontam para o aumento estrutural da arrecadação em mais de R$110 bilhões – recursos mais do que suficientes para financiar o Auxílio Brasil.

São estas, pois, as alterações pontuais que propomos:

i) inclusão de linha pontilhada entre o caput e o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, na forma da redação proposta no meu relatório anterior;

ii) estabelecimento de que o disposto no § 5º do art. 100 da Constituição Federal, na forma da redação proposta no meu relatório anterior, inicie a sua vigência em 2022 – a LDO do próximo ano já foi aprovada, não sendo possível aplicar o prazo ali previsto retroativamente para alcançar precatórios apresentados após o dia 2 de abril de 2021;

iii) determinação de que o disposto no § 11 do art. 100 da Constituição Federal, na forma da redação proposta pelo art. 1º da PEC, entre em vigor em 2022, com o Poder Executivo federal sendo obrigado a regulamentar os aspectos operacionais do acerto de contas entre a União e os credores privados em até 90 dias após o início dessa vigência – sem isso, a faculdade de o credor compensar crédito de precatório com débitos junto ao devedor do precatório poderá não ser exercida por aquele em um prazo razoável;

iv) exclusão da expressão “nos limites dos montantes que lhe são próprios", do inciso I do § 11 do art. 100 da Constituição Federal – essa mudança apenas garante que haja coerência interna na nova redação do § 11 do mencionado artigo;

v) esclarecimento de que não só a lei inicial que trate da redução da vulnerabilidade socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, mas também a sua regulamentação inicial deverão ser publicadas até 31 de dezembro de 2022 para estarem dispensadas da observância das regras legais de geração de despesas – esta modificação objetiva deixar claro que a regulamentação inicial da lei que tratará do cumprimento do novo inciso VI do art. 203 da Constituição Federal e somente ela estará livre das limitações legais quanto à criação, expansão e aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, com isso, novos aumentos futuros dos valores dos benefícios do Programa Auxílio Brasil precisariam indicar como fonte de custeio a redução permanente de despesa ou o aumento permanente de receita;

vi) previsão de que o Estado que tiver descumprido o art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e não firmar nenhum termo aditivo referido no art. 4º-A da mesma lei complementar poderá restituir mensalmente os valores diferidos à União até o final do contrato de renegociação com encargos de adimplência caso adotem os mecanismos de ajuste fiscal de que tratam o art. 167-A da Constituição Federal – esta modificação acata a Emenda nº 45, de autoria do Senador Carlos Fávaro, apenas com ajustes redacionais para adequá-la à técnica legislativa, e ela determina que o Estado que descumprir o teto de gastos estadual deverá obrigatoriamente adotar, durante o período de restituição dos valores à União, as medidas do art. 167-A da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que são inspiradas no Novo Regime Fiscal, a mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não altera em nada o marco jurídico dos precatórios ou do Teto de Gastos Federais, e seu impacto é neutro para a União, porque os recursos lhes serão devolvidos com encargos de adimplência, como permite a LCP nº 156, de 2016, com o mérito de agregar aos Estados o dever de introduzir diretriz fiscal de contenção do crescimento das despesas primárias correntes;

vii) ajustes redacionais em emenda de nossa autoria, inspirada em sugestões dos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, de instituir Comissão Mista que fará análise dos atos, fatos e procedimentos geradores dos precatórios e sentenças judiciais contrárias à Fazenda Pública da União – aprimoramos a redação, a partir de sugestões diversas, para direcionar melhor o escopo da Comissão, a fim de alcançar seus objetivos e trazer resultados palpáveis às contas públicas, e evitar que sejam impostas à Comissão atribuições estranhas às competências do Poder Legislativo, em prejuízo ao princípio da separação de Poderes;

viii) substituição do termo "expedição" por "pagamento" quanto ao limite anual para expedição de precatórios, de que tratam os §§ 1º a 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma proposta pelo art. 2º da PEC, por sugestão dos Senadores Eduardo Braga e Senador Carlos Portinho. Essa modificação corrige uma falha da versão da PEC aprovada pela Câmara dos Deputados, qual seja, o limite anual para a expedição de precatórios. A operacionalização desse limite não é trivial nem indispensável para a limitação de pagamento de sentenças judiciais que se pretende viger até 2036.

Pelo Brasil afora, existem mais de 80 varas federais. É verdade que, por meio de um sistema unificado nacionalmente, o Poder Judiciário federal conseguiria controlar o preenchimento do limite para expedição de precatórios, que atualmente são pagos no exercício seguinte. Porém, o limite de expedição em um exercício guarda relação com a proposta orçamentária, que só é conhecida, em tese, em 31 de agosto, quando o projeto de lei orçamentária é enviado ao Congresso Nacional. Não haveria como o Poder Judiciário limitar a expedição de precatórios nos primeiros oito meses do ano na ausência de um limite conhecido.

A versão da PEC aprovada na Câmara dos Deputados comete o equívoco de confundir a expedição com o pagamento, mas os dois atos ocorrem em exercícios divergentes. Por isso, tampouco seria adequado limitar a expedição de um determinado ano com base no orçamento do mesmo ano. Nesse caso, o limite de pagamento no ano seguinte não necessariamente seria igual ao montante expedido no ano anterior.

Assim, é adequado limitar anualmente somente o pagamento de precatórios, para evitar interferência no funcionamento do Poder Judiciário federal e trazer racionalidade ao novo regime temporário de quitação de sentenças judiciais federais.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2001, e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas nºs 3, 13, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39 e 45, na forma das emendas a seguir, previamente apresentadas, rejeitando-se as demais emendas, e com as seguintes adequações redacionais...

Eu vou me permitir, Presidente, se V. Exa. assim autorizar, fazer a leitura apenas dos ajustes redacionais, porque as emendas já estão no escopo do meu relatório, as emendas já estão de pleno conhecimento dos Srs. Senadores, já estão no sistema e, para efeito de economia de tempo, farei a leitura apenas dos ajustes redacionais.

São três:

1) Insira-se a expressão "que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros" logo após a expressão "líquidos e certos" no §11 do art. 100 da Constituição Federal, retirando-se a expressão "nos limites dos montantes que lhe são próprios" no inciso I do §11 do referido artigo, na forma proposta pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021;

2) Insiram-se os pontos de separação logo após o caput do art. 107 do ADCT, na forma proposta pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021;

3) No §8º do art. 107-A do ADCT, na forma propostas pelo art. 2º da PEC nº 23, de 2021, onde se lê "daqueles destinados a idosos, a deficientes físicos e a portadores de doença grave", e leia-se "dos débitos de que trata o §2º do mesmo artigo devendo".

E aí, Sr. Presidente, eu me dispenso, se V. Exa. permitir, com a compreensão dos meus companheiros de Comissão, da leitura das emendas, que já estavam no relatório anterior, apenas com a inclusão de duas outras emendas que já estão previamente divulgadas e contidas no relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto, portanto, é pela aprovação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho uma lista de inscrição aqui. Eu quero só passar a questão de ordem para o Senador José Aníbal e, em seguida, vou passar para o Senador Alessandro, que tem um voto em separado e uma manifestação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Na verdade, Sr. Presidente, é um pela ordem, efetivamente.

Considerando que nós tivemos alterações significativas no relatório, eu peço a concessão de um prazo para a avaliação desse novo texto, que não precisa ser um prazo longo; eu penso que apenas uma hora é suficiente, apenas para que a gente possa assentar e ter uma qualidade maior no debate.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em complementação ao que disse o Senador Alessandro Vieira, eu queria aqui fazer um apelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Senador Fernando Bezerra, porque me parece que a Emenda nº 4, do Senador Anastasia, que trata dos precatórios de natureza alimentícia para que eles sejam priorizados, e que não fique nenhuma dúvida, não consta do relatório. Eu pediria a V. Exa. que o fizessem porque conversei com V. Exa. Eu acho que, talvez, por uma questão da exiguidade, acabou não entrando.

Com relação à Emenda nº 51, de minha autoria, V. Exa. acatou a emenda parcialmente, mas, no relatório de V. Exa., V. Exa. não faz menção.

Portanto, se V. Exa. puder resolver essa questão da Emenda nº 4 e resolver a questão apenas sistêmica da Emenda nº 51, aí creio que a ponderação do Senador Alexandre é absolutamente pertinente, tendo em vista que houve mudanças, para que nós pudéssemos dar uma lida no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Então, somente agradecendo a observação do Senador Eduardo Braga, que eu havia até solicitado a ele a gentileza, já que eu vou ter de sair daqui a instantes, mas para fazer este apelo ao Senador Fernando Bezerra, eminente Líder, Sr. Presidente, da acolhida, ainda que parcial, da Emenda nº 4, que trata dos precatórios alimentares.

É bom lembrar a todos os pares da Comissão que o precatório alimentar é destinado a pessoas físicas tão somente e se destina a pagamentos decorrentes de salários e pensões previdenciárias. Então, de fato, não me parece que haja nada mais justo do que o pagamento dessa natureza, que a Constituição já excepcionou, no §1º do art. 100, pela natureza alimentar desse débito.

Então, agradeço muito ao Senador Eduardo Braga o apoio que me deu desde o primeiro momento a essa emenda e peço a apreciação e a consideração nesse período do Senador Líder, Senador Fernando Bezerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Naturalmente, com esse apelo feito pelo Senador Alessandro, referendado pelo Senador Eduardo, o Líder vai ter esse período de uma hora, que a Presidência vai conceder, para fazer essas adequações que são levantadas pelos Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, porque eu vou passar agora a questão de ordem para o Senador Líder José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para questão de ordem.) – Apresentei um requerimento para que seja feita a realização de audiência pública com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instruir a discussão sobre essa matéria. Nesse requerimento, eu proponho que participem dessa audiência pública pessoas do Governo: um representante do Conselho Nacional de Justiça; um representante do Banco Central; um representante da Advocacia-Geral; um representante da IFI, que é uma instituição do Senado; e um representante do Ministério da Economia; além do Sr. Manoel Pires, Coordenador do Observatório de Política Fiscal da FGV.

Ao longo desses dias, nós chegamos a um consenso, mais ou menos conjunto, aqui na Casa, com relação à centralidade do auxílio emergencial, inclusive com o Senador Fernando Bezerra, mas nós não estamos concordando com a forma como está se construindo esse auxílio emergencial dentro da proposta do Governo, por isso mesmo, nós uma emenda alternativa àquilo que propõe o Governo.

Eu queria apenas mencionar um fato, Sr. Presidente, dando motivação para esse meu requerimento. Ontem, por apenas 34 votos contra 32, foi aprovada a renovação do orçamento secreto, agora, supostamente, não será mais secreto, porque, cumprindo determinação do Supremo, vai ter que dar publicidade a esse orçamento.

Mas, Presidente, esse orçamento secreto deve girar, não sei, não há números ainda, mas, considerando os dois últimos anos, deve girar em torno de R$20 bilhões. E R$20 bilhões, Presidente, é 20% de todo o recurso que, tanto o Governo pretende levantar, como nós, na nossa proposta – R$99 bilhões, mais especificamente –, para atender o auxílio emergencial, não furar teto e não dar calote nos precatórios.

Sr. Presidente, ontem, aquela votação acentua a distância do Parlamento à sociedade. É óbvio – óbvio –, Sr. Presidente: a cidadania vê isso, enxerga isso, estão votando em seu próprio benefício. Nessa proposta do Governo, essa ideia se viabiliza plenamente. Na nossa proposta, não! O governo terá que fazer alguma operação, por dentro do Orçamento, para viabilizar esses recursos. Aumentar esse fosso, Presidente, é o que, no fundo, representa a proposta do Governo, aumenta o fosso com a sociedade. "Ah, não! O auxílio emergencial é o que é central."

Olha, é muita conversa da parte do Governo sobre isso, porque até a PEC se chama PEC dos precatórios; ela não se chama PEC do auxílio emergencial; PEC da pandemia da fome; ela se chama PEC dos precatórios.

Agora, o Governo está dando relevância ao auxílio emergencial e, ao mesmo tempo, demonizando os precatórios. Teve três anos para pensar sobre os precatórios e o crescimento acentuado dos precatórios, nos últimos tempos, inclusive com a imprensa que, hoje, já fala abertamente: "Olha quem quer pagar precatório...", diferentemente do que disse o Senador Anastasia e é o nosso propósito: pagar todos e, principalmente, pagar 85% desse total para precatórios alimentícios, previdenciários, trabalhistas, de pequena e média monta de desapropriações.

Nós não temos a centralidade na preliminar na questão do auxílio. Agora é auxílio, e o auxílio vai virando guarda-chuva para estourar teto, para dar calote em precatório, para abrir espaço para orçamento secreto, para muitas outras coisas, Sr. Presidente. Ao alterar uma base fundamental do teto, que é a data de reajuste do teto, o Governo faz uma gambiarra para tentar reajustar o Orçamento do ano que vem não em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7% ou 8%, como seria, mas em 11%, o que libera recursos para tudo isso que eu mencionei aqui, como orçamento secreto e outras iniciativas meramente eleitoreiras.

Por isso, Sr. Presidente, fiz esse requerimento convocando autoridades do Governo. Muitos deles devem ter vivido esses últimos dez anos na gestão pública intensamente e sabem que pedaladas fiscais levaram ao impeachment de uma Presidente e que hoje nós estamos diante de uma situação que também se pode configurar como pedalada fiscal no texto proposto pelo Governo.

Por isso, o apelo é, sobretudo, com relação ao fosso. Mais nos distanciamos da sociedade, mais tem que ter orçamento secreto para viabilizar eleições, processos eleitorais, etc., etc., porque o discurso nosso, nossa ação não sintoniza com esses brasileiros, inclusive esses que estão sequiosos e com urgência de receber esse auxílio emergencial de R$400.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para contraditar.) – Eu queria, de forma respeitosa, dizer ao nobre companheiro e amigo Senador José Aníbal que foi realizada audiência pública, inclusive através de sugestão feita pelo Líder do PSDB nesta Casa, o Senador Izalci, uma audiência pública em que houve a oportunidade de ouvir diversas autoridades, inclusive o nosso querido Dr. Felipe Salto, Presidente da Instituição Fiscal Independente, e o Secretário do Tesouro, Sr. Esteves Colnago, entre outras autoridades. Portanto, a matéria já cumpriu com essa necessidade do aprofundamento do debate.

Importante destacar que a matéria está instruída. Portanto, a sugestão é extemporânea, e nós não podemos concordar sequer com a submissão de apreciação desse requerimento. A matéria está vencida. A matéria está instruída, vencida, pronta para deliberação. As vistas foram concedidas pelo prazo de uma hora. Vou voltar fazendo a reflexão sobre as sugestões feitas pelos Senadores Anastasia e Eduardo Braga para que a gente possa, de fato, deliberar a matéria.

Eu chamo a atenção para o fato de que, com qualquer atraso nessa apreciação, nós já estamos, de certa forma, castigando, penalizando as famílias mais pobres do Brasil. Nós precisamos viabilizar esse Auxílio Brasil, esse auxílio dos R$400 para 17 milhões que estão passando fome. Na realidade, nós estamos enfrentando uma crise alimentar aguda. Eu lia, outro dia, uma reportagem no Estado de S. Paulo: as pessoas, Senador Eduardo Braga, indo às filas dos postos de saúde e desmaiando de fome em São Paulo, em São Paulo! A realidade no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste é muito mais aguda. Portanto, nós precisamos de urgência. Podemos ter, e temos, nossas divergências, e a divergência aqui se dá sobre como construir o espaço fiscal, porque, em relação ao tamanho do espaço fiscal e à utilização do espaço fiscal, as posições já convergem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo tem feito aprimoramento no texto que veio da Câmara justamente para atender a essas preocupações, a esses reclamos.

Portanto, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse de fato manter a decisão da concessão de vista e voltarmos daqui a uma hora para que a gente possa concluir a deliberação dessa matéria aqui na CCJ.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só para acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou passar, naturalmente, para o Senador Aníbal, que é o autor do requerimento, mas, de fato, a gente já fez, já cumpriu essa etapa e está num processo em que temos votos em separado. Eu quero só lembrar, Senador Aníbal, reconhecendo a importância da manifestação de V. Exa., que, regimentalmente, de fato, a audiência já foi cumprida, a deliberação, que é o intuito do requerimento de V. Exa. E também, na semana passada, quando fizemos o acordo de procedimento, a gente não levantou aqui a possibilidade de realizar uma nova audiência pública, até porque o requerimento foi protocolado no dia de ontem. Então, só estou fazendo esta manifestação para a gente socializar as informações de que todo entendimento feito, inclusive do prazo de fazermos apenas a leitura na reunião passada e trazermos para o dia de hoje, foi também uma construção feita pelos Senadores sobre o procedimento de debate e deliberação sobre essa proposta de emenda à Constituição.

Então, eu recolho o requerimento de V. Exa., entendo a manifestação, mas, dentro do procedimento, a matéria já está instruída, já estamos no debate da matéria e, naturalmente, com esse espírito, nós vamos dar mais uma hora para atender as manifestações que o Relator quer incorporar, também dentro do seu relatório, argumentos que foram levantados pelos Senadores aqui na reunião.

Mas eu concedo a palavra a V. Exa.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Três breves questões, Sr. Presidente, é rapidíssimo.

O Governo tem R$9 bilhões disponíveis para pagar o auxílio de R$400 no mês de dezembro, tem à disposição. Está fazendo essa propaganda de que, se não votarmos aqui, não tem auxílio. Terá auxílio, sim, no mês de dezembro, tempo suficiente para nós chegarmos a uma convergência aqui no Parlamento.

A segunda coisa, Sr. Presidente, é, mais uma vez, o auxílio à família servindo a esse guarda-chuva, que é a PEC que veio do Senado, que é uma disneylândia sob certos aspectos. Ela tem atrações de várias naturezas para tentar buscar votos dos Senadores.

E, por último, Sr. Presidente, novamente, o Senador Fernando Bezerra tem razão, foi ontem que aconteceu isto em São Paulo, na fila de um posto de saúde: duas pessoas desmaiaram por fome. Eu agi de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma prática, liguei para o Prefeito e falei: "Prefeito, já está sendo feita alguma coisa urgente?" Ele disse: "Todas as frentes". Agora novos restaurantes, vários em associação com empresa, associação comercial, em pontos que estavam parados, ativando cozinhas para fornecer comida na cidade mais rica do Brasil. E R$30 milhões que o Prefeito está destinando a 500 mil novas cestas básicas, fora outra iniciativa, que ele certamente vai anunciar, para que isso seja intensificado, porque é urgente essa solidariedade, mesmo na cidade mais rica do Brasil e talvez ainda mais lá do que em outras cidades.

Então, finalmente, Presidente, quero dizer que esse fosso que vai nos separando da sociedade, esse discurso que não tem correspondência com os anseios e com as urgências que a sociedade está vivendo hoje, que nós ontem cavamos um pouco mais, com aquela votação infelizmente vitoriosa. Nós podemos cavar, criando uma situação em que não haverá mais controle, nem do teto e nem com relação a precatórios.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu concordo com o Líder do Governo. Não há necessidade mais de audiência pública. Sabe por quê? Porque vai ficar tudo igual, Sr. Presidente.

O representante do Governo já esteve aqui, disse que nós temos condições de abrir, com algumas concessões feitas aqui, mais de 100 bilhões de espaço fiscal. E ainda assim, com todo respeito ao Líder do Governo, o relatório insiste em dar calote, transferindo e rolando uma dívida de precatório.

E nada é mais importante, neste momento, que garantir ao País, ao mercado, a quem investe, ao produtor segurança jurídica. Sem segurança jurídica, nós temos aumento da taxa de juros; sem segurança jurídica, nós temos aumento da inflação. Nós vamos dar com uma mão R$400,00 e vamos tirar com duas, Sr. Presidente. As famílias não estão conseguindo comprar com R$200 e não vão conseguir comprar com R$400. E não vão conseguir comprar com R$400 por quê? Porque o País não tem segurança do que vai acontecer.

Quem investe não vai investir. O investidor estrangeiro não acredita mais no Brasil. Quem é que vai acreditar num País que muda as regras do jogo a seu bel-prazer ou pensando em ano eleitoral? Não é possível nós votarmos um projeto dessa envergadura e não termos, de repente, um tempo para sentar com o Relator e falar assim: por que não esta emenda a ser apresentada? Por que não, então, dentro de tudo isso...

E olha que eu sou extremamente zelosa com as âncoras fiscais no Brasil: votei a favor do teto de gasto, votei em todas as medidas necessárias para garantirmos estabilidade fiscal. Agora, diante dessa situação, então, eu prefiro e acho importante nós esquecermos o teto de gastos para efeito de precatório do ano que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem. Vamos abrir esse espaço excepcionalmente. A sociedade e o mercado já entenderam, mas não vamos rolar essa dívida para as futuras gerações.

O Governo esteve aqui e mostrou que, dessa forma, contado de 2017 para cá esse teto, e rolar o restante do excedente, nós teremos, a médio prazo, menos de dez anos, quase 1 trilhão. Um trilhão quase: 859 bilhões para serem pagos no futuro. No futuro, nós estaremos aqui, ou os outros Senadores, fazendo o que com essa conta?

Então, neste momento em que a sociedade está com os olhos voltados, a população sabe da necessidade, quem produz sabe da necessidade, vamos abrir certas concessões em nome de quem está passando fome, sem fazer com que ela, logo amanhã, já tenha que pagar mais na fila do supermercado. O preço do arroz subiu mais de 50%. Eu nem vou falar quanto está o preço da gasolina ou do gás, porque todo mundo sabe. Ela consegue comprar arroz, a dona de casa, e não consegue comprar um botijão de gás.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, neste momento, talvez seja o caso de nós sentarmos com o Relator, item por item, emenda por emenda. Quem apresentou as emendas sentar com o Relator e dizer por que sim e por que não de determinadas emendas e construirmos um texto conjunto. Se precisar ligar para o Governo, se precisar fazer uma reunião, nós fazemos.

Nós podemos voltar, de repente, daqui a duas ou três horas, com o texto pronto. Uma hora vai ser insuficiente. Uma hora vai ser o tempo apenas para nós lermos o substitutivo do Relator e não chegarmos ao consenso e ficarmos batendo boca aqui.

Eu tenho dúvidas em relação ao relatório. Para mim, não está seguro, por exemplo, que o auxílio emergencial, do jeito que está no texto, embora eu saiba que o Relator quis colocar em caráter permanente, a meu ver, está mal redigido; a meu ver, deixa brechas. Eu sei que é fácil de ser solucionado, mas não vai ser solucionado eu tendo apenas dez minutos para falar, e o Relator tendo que atender a outros Senadores.

Então, peço a V. Exa., se nós pudéssemos, de repente, ter duas horas de diálogo para que pudéssemos apontar um outro e não ficarmos, depois, gastando tempo e energia aqui, na frente da TV Senado, discutindo questões que rapidamente poderíamos discutir no paralelo. Da mesma forma que eu, entre os dois relatórios, vou votar no substitutivo, se houver essa oportunidade, mas também tenho um ou outro – o Alessandro sabe disso, conversei com ele - questionamento como, por exemplo, por que tirar das transferências constitucionais da saúde e da educação o recurso das transações dos precatórios. Eu tenho dúvida sobre por que se tirou do teto de gasto o dinheiro lá da vacinação da covid deste ano e não do ano que vem.

Então, são questões como essas, Sr. Presidente, diante da complexidade, que eu acho que fazem com que a gente possa, de repente, respirar, ter duas horas de debates e, dentro desse contexto, tentar chegar a um consenso. Nós vamos voltar daqui a uma hora com os mesmos impasses, diante da complexidade desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Alvaro...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Por que não darmos vista até amanhã? Nós vimos aí que as questões não são pequenas e que há o propósito, também, de trabalhar. Nós temos o propósito de chegar. Eu quero votar, também, tanto quanto qualquer outro, mas quero votar certo, votar com confiança de que nós estamos fazendo o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Amanhã nós temos uma reunião na Comissão e, como único item da pauta, a sabatina do Ministro do Supremo. Eu não vou transferir para amanhã nenhuma votação aqui na Comissão para não criarmos mais embaraços em relação a essa votação.

Deixe-me fazer um apelo aqui. Vou passar a palavra ao Senador Alvaro, mas eu estou entendendo – Senador Alessandro, Senador Aníbal, Senador Kajuru, Senadora Simone, Senador Alvaro, Senador Rogério, Líder – que, desde o dia em que nós iniciamos o debate aqui na Comissão, quando o Presidente Rodrigo Pacheco optou – e quero fazer essa fala aqui com muita tranquilidade – por fazermos o debate aqui na Comissão de Constituição e Justiça, ele, naturalmente, deu um prazo e foi, não diria uma concessão para a Comissão fazer o debate do relatório, mas uma oportunidade para que esses debates pudessem ser feitos com os Senadores, com os colaboradores, assessores e com o Relator da matéria, durante todo esse período.

Nós estamos falando sobre desse assunto, aqui no Senado, há pelo menos 45 dias. Enquanto ele tramitava na Câmara, nós trabalhávamos aqui no Senado acompanhando, pelas lideranças, como se dava a construção do texto na Câmara dos Deputados. Por que estou falando isso? Porque chegou-se até a levantar a possibilidade – e é por isso que eu peço a compreensão de todos os Senadores – de que essa matéria, como outras matérias, fosse designada direto para o Plenário. Então, eu queria fazer essa observação também em sinal de respeito aos membros desta Comissão. Se naquele momento eu abrisse mão da prerrogativa da Comissão de deliberar sobre essa matéria aqui na CCJ... O nosso ato da Comissão Diretora, Senadora Simone, dá, como deu para outras matérias, autoridade ao Presidente de colocar essa matéria diretamente no Plenário. Seria, ainda, mais traumático, porque nós passaríamos por cima da CCJ e levaríamos uma proposta de emenda constitucional para o Plenário, ou seja, com mais dificuldades para construir esse entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nesses dias que foram dados, a gente conseguiu avançar, o Relator disse que incorporou algumas coisas. Naturalmente, na hora da votação, para ser aprovada, ela vai precisar de 49 votos favoráveis, e todo mundo vai ter a oportunidade de fazer. Se se sentir contemplado no relatório, vai acompanhar o relatório diante dos argumentos feitos pelo Relator da matéria; se não se sentir contemplado, vai votar contrariamente. E, como se precisa de uma votação expressiva para aprovar essa emenda constitucional, eu tenho certeza absoluta de que o Relator está fazendo todos os movimentos para contemplar o maior número possível de demandas dos Senadores, dentro de um relatório complexo de fato.

Então, a minha manifestação... Eu fiz essa contextualização para dizer que eu quero acolher a solicitação da Senadora Simone. Em vez de nós iniciarmos às 11h, vamos iniciar às 12h. Hoje, nós temos sabatinas aqui nesta Comissão até às 10h da noite, porque tem muita gente. Então, eu vou acrescentar esse período, mas eu peço que, na volta, a gente possa fazer a leitura do relatório do Senador Alessandro, que tem um voto em separado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A gente faz a do Senador Rogério Carvalho, que tem um voto separado, e a gente bota para deliberar e decide aqui na Comissão. Se aprovada, irá para o Plenário; se não, não irá.

Então, é só para contextualizar que, de meio-dia às duas, a gente vai ter tempo de vir, ouvir os votos em separado, o Relator vai ter tempo de ouvir as manifestações agora nesse ínterim, e a gente vai poder deliberar e resolver rapidamente. Isso porque, se a gente for fazer discurso ainda nesse período, já que eu vou dar duas horas para a gente contemplar ou não, o Senador vai chegar aqui e vai dizer "voto 'sim'" ou "voto 'não'".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem. Fora do microfone.) – ... de eles fazerem a leitura dos votos em separado hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agora?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Fora do microfone.) – Agora, porque aí...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Pode facilitar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está bom.

Então, eu vou passar a palavra para o Senador Alvaro, que está inscrito há um bom tempo. Peço até desculpas, Líder, mas é porque eu estou tentando compatibilizar o procedimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para voto em separado.) – Pois não, Presidente. Hoje V. Exa. tem crédito.

Presidente e colegas, eu assumi um compromisso comigo mesmo de não contribuir com a tentativa de subestimar a inteligência dos brasileiros. Eu acho que nós devemos suprimir a hipótese da encenação o máximo possível.

Eu, ontem, vivi um momento triste, porque nós não temos o direito à ingenuidade, e o que se buscou ontem foi explorar a ingenuidade das pessoas para aprovar um projeto de resolução institucionalizando o toma lá dá cá no País. E, hoje, Presidente, nós estamos discutindo algo que não estaríamos discutindo se tivéssemos tido, no início de 2019, um governo capaz de adotar providências com competência.

A exemplo do que fez na Alemanha Angela Merkel, em 2008, aqui não se fez o que se deveria fazer: a adoção de um limitador emergencial de despesas, que poderia ser da ordem de 10% do total, que correspondia exatamente ao déficit do ano de R$139 bilhões. Isso não se fez. Desperdiçou-se a oportunidade de equilibrar as contas públicas.

A partir de 2020, com o Orçamento base zero, se eliminariam os desperdícios em todas as áreas do Governo e se resolveriam mais 10% do déficit, recolocando, portanto, as contas públicas no patamar da responsabilidade fiscal. E, hoje, o que vemos com a proposta do Governo é uma afronta à responsabilidade fiscal.

Nós não podemos, de forma alguma, abrir mão dessa conquista da administração pública brasileira, que foi o projeto de responsabilidade fiscal. Qualquer comprometimento dessa proposta, que foi idealizada no Governo Fernando Henrique Cardoso, será um retrocesso imperdoável.

Nós do Podemos não queremos contribuir para que esse retrocesso ocorra. Não há por que afirmar que estaríamos aqui negando recursos para o Auxílio Brasil, porque os recursos estão apontados. Aí está a proposta em destaque, a Emenda 52, que teve o trabalho do José Aníbal, do Alessandro Vieira e do Oriovisto Guimarães especialmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Rogério Carvalho... que buscaram um acordo com o Governo.

Eu quero louvar o esforço do Fernando Bezerra, um grande Líder do Governo, articulador competente, hábil e que deseja esse entendimento. Ocorre que não depende dele.

Na Esplanada dos Ministérios – perdoe-me, Fernando e Líderes do Governo –, há um vazio de ideias... É um deserto de ideias a Esplanada dos Ministérios. Não há criatividade alguma. Essa criatividade que desejam impor nós não desejamos consolidar, confirmar e apoiar. Há recursos para o Auxílio Brasil? Sim. As fontes desses recursos estão apontadas na Emenda 52. Não há razão para calote, não há razão para furar o teto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Governo demonstra desejar não é atender a demanda de pobreza que há no País, não é oferecer os recursos para o Auxílio Brasil. O que o Governo quer é muito mais do que isso: ele prioriza um projeto eleitoreiro e não o atendimento dessa necessidade insubstituível, que é uma política de transferência de renda competente, sem afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. É evidente que é dar com uma mão e tirar com a outra, porque, se nós oferecermos um Auxílio Brasil, que é uma emergência, nós estamos abrindo caminho para maior deterioração das contas públicas, com reflexos imediatos na economia do País, com a elevação dos problemas sociais, com a geração do desemprego, a elevação da inflação.

A pobreza aumenta, Presidente, portanto é difícil entender a lógica do Governo. Falar que há gente passando fome, evidente que há. São mais de 19 bilhões de brasileiros passando fome, mais de 100 milhões se alimentando mal. Não há um exercício da cidadania na sua plenitude. A crise se aprofunda, é perversa, promove a dramaticidade do dia a dia de milhões de brasileiros, mas a solução não está na desarrumação completa das contas públicas do País. A solução está exatamente numa proposta que compatibiliza a necessidade do atendimento emergencial com a política de transferência de renda, mais a preservação do equilíbrio fiscal, que é essencial para o desenvolvimento do País. Portanto, Presidente, nós vamos manter posição.

Ontem, estávamos esperançosos. O Oriovisto e o Alessandro nos disseram, em Plenário, que estávamos caminhando para um entendimento, e hoje veio a frustração. O entendimento seria não furar o teto de gastos e não dar o calote. Mas, hoje, verificamos que há uma frustração no ar, porque esse entendimento está distante. E, olha, sinceramente, de nada adianta dar mais uma hora, duas horas, três horas. Não vamos escamotear a realidade do momento que estamos vivendo. Tivemos o tempo para esse entendimento suficiente.

Eu creio que temos que deliberar. Temos que deliberar pela Emenda 52, obviamente, que resolve essa questão, que soluciona esse impasse, que permite, sim, ao Governo pagar o Auxílio Brasil e que impede essa deterioração ainda maior – deterioração que se aprofunda a cada passo – das contas públicas.

A dívida pública já é a grande preocupação do momento. Certamente, Presidente, nós não daremos contribuição para o futuro do País, tentando resolver uma situação emergencial da forma mais incompetente possível ou, evidentemente, buscando outros interesses que não são, única e exclusivamente, os interesses da sociedade.

Nós não estamos sinalizando para o mercado, nós não estamos sinalizando favoravelmente para os investidores, nós não estamos, portanto, criando um ambiente favorável ao crescimento econômico do País para resolver problemas sociais. Nós estamos agravando a situação, nós estamos piorando esse momento difícil que estamos vivendo com essa solução, que não é solução econômica e social, é solução eleitoreira.

Por isso, Presidente, a nossa posição se mantém como antes, irredutíveis em relação a questões fundamentais: furar o teto, não; dar calote, não; Auxílio Brasil, sim!

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, apenas para otimizar o tempo, se me permitir fazer duas colocações rápidas para o Relator, porque, de repente, ele pode, quando vier já... São 30 segundos.

É apenas em relação à redação, Líder, que eu acho que não está muito clara, para transformar, realmente – todos nós queremos e V. Exa. também –, o programa de transferência de renda permanente. Eu acho que ele não está bem redigido a ponto de termos a certeza de que não vai depender de lei especificamente para transformá-lo.

E a segunda é, novamente, verificar aquela questão da securitização. Esse é um jabuti que veio da Câmara...

(Soa a campainha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... esta Casa já aprovou securitização nos moldes bem relatados e redigidos pelo Senador José Serra. Se for para permanecer securitização, que seja pelo menos um texto que o Senado já tenha aprovado, que já está na Câmara.

Se puder trazer a securitização nos moldes do Senador Serra para este relatório ou, se não, retirar esse jabuti, porque, afinal, securitização tem absolutamente nada a ver com o que nós estamos discutindo aqui.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Presidente Simone.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para fazer a leitura, para nós adiantarmos a deliberação da matéria na Comissão, a partir das 12h, do seu voto em separado, que foi apresentado na Secretaria da Comissão.

Com a palavra o Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para voto em separado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer um resumo do voto em separado para a gente ganhar tempo.

Primeiro, a PEC 23, na versão aprovada na Câmara, consiste principalmente em: abertura de espaço fiscal no valor de 120 bilhões, por meio de mudanças da fórmula de cálculo do teto de gastos – considerando o IPCA acumulado de 12 meses até dezembro, e não mais junho –; limitação dos precatórios aos valores pagos em 2016, atualizados pela inflação.

Para 2021, a PEC propõe ampliar o Orçamento em R$15 bilhões, com recursos voltados à vacinação e a outras rubricas relacionadas à pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo ainda trabalha com dado defasado, de um IPCA de 9,7% para 2021. No entanto, o mercado já estima o IPCA acima de 10%, que quer dizer inflação, o que dará ao Governo espaço fiscal maior que o divulgado. É preciso haver transparência nos dados.

Breve avaliação da PEC.

Mudanças nas regras fiscais brasileiras são providenciais para permitir atacar os problemas sociais e econômicos do País, que tem um dos arcabouços fiscais mais rígidos do mundo. Eu mesmo apresentei a PEC 36, de 2020, para alinhar o Brasil, em matéria fiscal, às regras fiscais de última geração, que combinam sustentabilidade fiscal e estímulo à atividade econômica.

No entanto, alterações casuísticas nas regras com o propósito de atender a interesses eleitorais geram incertezas que agravarão o quadro econômico brasileiro. Diversos analistas de mercado já esperam contração do PIB em 2022, o que piorará a situação do mercado de trabalho, que atualmente conta com cerca de 20 milhões de pessoas desempregadas ou desalentadas.

Especialmente, a limitação para execução de precatórios implica o não pagamento de despesas obrigatórias, com risco efetivo de geração de um vultoso passivo para as próximas gestões, da ordem de R$800 bilhões.

Em síntese, os principais problemas da PEC 23 são:

– calote em precatórios, especialmente Fundef, R$16 bilhões, e benefícios do INSS, R$17 bilhões, com risco de geração de enorme passivo nas próximas gerações. O limite estabelecido sequer paga integralmente precatórios alimentares, atentando contra a subsistência dos credores;

– valor da transferência de renda, R$85 bilhões, sendo R$50 bilhões oriundos da mudança em curso na PEC 23, insuficiente para garantir a transição do auxílio emergencial para o Auxílio Brasil, excluindo – é bom que se frise – 27 milhões de beneficiários, o que ampliará a pobreza e a fome;

– espaço fiscal canalizado para o Auxílio Brasil, R$50 bilhões, só é previsto para 2022, criando forte insegurança jurídica para os mais pobres, que poderão ter sua renda reduzida em 2023. Significa que todo esse esforço, todo esse dinheiro não garante a continuidade do programa, que já reduz 27 milhões de beneficiários, em 2022, e não garante recursos para o pagamento do benefício do Auxílio Brasil, como é chamado agora, para 2023. A solução adotada pelo Governo apenas o autoriza a flexibilizar a LRF em relação à fonte de compensação para ter um programa com benefício majorado de forma permanente, mas não endereça uma solução, já que o teto de gasto impedirá a manutenção dos valores pagos às famílias a partir de 2023;

– espaço fiscal aberto, estimado em quase R$120 bilhões, diante das estimativas atualizadas de IPCA, viabiliza despesas discricionárias que podem não atender aos interesses da população brasileira.

O relatório apresentado à CCJ melhora o texto, mas remanescem graves problemas, valendo citar os seguintes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) mesmo com a flexibilização da LRF, em relação à necessidade de compensação pelo aumento da despesa obrigatória de caráter continuado, em 2023, não haveria espaço fiscal para manter o benefício de R$400 para 17 milhões de famílias em função do teto de gastos. Não podemos enganar as famílias pobres. Precisamos resolver na PEC, efetivamente, as condições fiscais para a continuidade do atendimento a essas famílias.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A propósito, pela legislação atual, o Bolsa Família poderia ser ampliado sem a necessidade de legislação, sem a necessidade de atender à regra da fonte de compensação da LRF por se tratar de um programa existente. Mas o Governo, por razões meramente eleitorais, extinguiu um programa internacionalmente premiado como o Bolsa Família, lançando famílias pobres numa aventura, com o risco real de perda de renda em 2023;

b) valores da transferência de renda serão incapazes de incluir 27 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, agravando a pobreza, a fome e a desigualdade. O Governo deveria abrir um período de cadastramento dessas famílias, avaliando as que demandam a continuidade do programa...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, Líder, só um minuto.

Eu queria dizer aos Senadores que temos um Relator fazendo a leitura do voto em separado. Se quiserem reunir, nós temos outra sala. É importante até por causa do prazo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem sabe se nós vamos para a sala, e os falantes ocupam o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra, Líder Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço a gentileza e a cortesia dos colegas. Ainda que eu não tenha um tom de voz e um timbre assim tão agradáveis, eu peço a gentileza aos colegas, para que me ouçam, por favor.

Eu vou voltar, aqui, ao item b dos problemas da PEC 23:

b) valores da transferência de renda são incapazes de incluir 27 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, agravando a pobreza, a fome e a desigualdade. O Governo deveria abrir um período de cadastramento dessas famílias, avaliando as que demandam a continuidade do programa de transferência, sobretudo diante do contexto econômico, com cerca de 20 milhões de desempregados e desalentados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) mantém-se a previsão de calote nos precatórios, inclusive os alimentares, prejudicando a subsistência de pessoas vulneráveis. O atraso de precatórios, que são despesas obrigatórias, também gerará uma onda de desconfiança em relação à economia brasileira, criando um passivo que deve superar R$800 bilhões.

A proposta do PT para viabilizar as famílias pobres, sem dar calote aos precatórios:

a) previsão da renda como direito constitucional, já aprovado pelo Senado, projeto de autoria do Senador Eduardo Braga;

b) maior transparência na ampliação de gastos de modo a garantir que, em 2022, R$120 bilhões sejam canalizados para transferência de renda, vacinação contra a covid e recomposição dos benefícios do INSS. É preciso definir com clareza que os gastos capazes de combater a crise serão executados fora do teto, até o limite de R$120 bilhões em 2022.

Economistas do FMI afirmam que, diante de crises, é possível criar cláusulas de salvaguarda para regras fiscais, mas elas devem ser transparentes, de modo que a flexibilização da regra deva explicitar as escolhas feitas para combater a crise.

Vale reproduzir o que o FMI diz.

"Quando uma cláusula de salvaguarda deve ser acionada? Os eventos que desencadeiam o acionamento de uma cláusula normalmente abrangem recessões econômicas graves, grandes desastres naturais e estados de emergência. Também é importante para a credibilidade das regras que essas cláusulas sejam acionadas apenas quando necessário para responder a esses eventos, ou seja, o nível do desvio deve estar vinculado às políticas destinadas a debelar a crise. Vários países adotaram cláusulas de salvaguarda em seus quadros de regras fiscais nos últimos anos, sobretudo após a crise financeira mundial. Por exemplo, novas cláusulas de salvaguarda foram criadas em 2011 no quadro fiscal da União Europeia (UE)."

Ou seja, quando da ortodoxia econômica, fora de moda, do Governo, o FMI defende que a ampliação de gasto é necessária no contexto de crise, mas ela deve ser transparente. Não precisamos de mudanças casuísticas no cálculo do teto, que levarão a gastos que não respondem à crise, tampouco de calote em precatórios. Precisamos dizer à sociedade, com clareza, que o teto de gasto é incompatível com o calote à pobreza e à fome. E, como sugere o FMI, despesas para essa finalidade são executadas em montante definido fora dos limites estabelecidos como o limite da Emenda Constitucional 95.

c) arcabouço fiscal mais amigável para o atendimento às famílias pobres diante da piora do cenário social.

O arranjo proposto permitiria ampliação dos valores a serem executados com transferência de renda viabilizando um programa de renda de R$120 bilhões que atenda pelo menos a 25 milhões de famílias, 10 milhões de famílias a mais do que o número atual. Trinta e cinco milhões já estão no projeto do Orçamento e R$85 bilhões seriam incluídos fora das regras fiscais. Em 2023 o Governo ficaria autorizado a executar, fora das regras fiscais, R$85 bilhões, necessários para manter os benefícios sem qualquer calote de precatório, que atente contra a dignidade das pessoas e a segurança jurídica. A partir de 2024 seria fundamental a mudança estrutural no arcabouço fiscal, alinhando o Brasil às regras modernas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capazes de combinar sustentabilidade fiscal, estabilização da economia e atendimento aos mais vulneráveis, o que está previsto num Projeto de Emenda Constitucional de nº 36 apresentado por mim, com a assinatura de vários outros Senadores desta Casa.

d) Suspensão do calote de precatórios.

Conclusão.

Desta forma, creio que temos um texto apresentado junto ao meu voto em separado que atende, de forma mais adequada, às necessidades da população, especialmente os mais vulneráveis. Em resumo, não prevê calote em precatórios, resgatando credores e credibilidade da economia e das contas públicas e evitando a geração de passivos bilionários. Garante um programa de transferência de R$120 bilhões, evitando a exclusão de 27 milhões de famílias que deixarão de receber o auxílio, qualquer auxílio no contexto de agravamento da fome e da pobreza.

A flexibilização fiscal seria realizada de forma transparente, conforme determinam as boas práticas e a literatura focada em transferência de renda, seguridade social e vacinação no SUS.

A renda passa a ser um direito permanente na Constituição, e os benefícios seriam ampliados apenas em 2022, apontando-se para a solução fiscal a partir de 2023.

Diversos Senadores apresentaram propostas similares e o melhor que podemos fazer é somar esforços para criar uma alternativa que atenda não apenas em um ano eleitoral as necessidades das famílias pobres e não lance a economia brasileira numa onda de incertezas diante da acumulação de passivos bilionários.

Aqui, Sr. Presidente, eu queria mostrar duas questões importantes. No nosso voto em separado, para ser objetivo, são R$120 bilhões fora das regras fiscais; transparência de renda, R$85 bilhões para os dois anos; INSS, R$25 bilhões; vacinação do SUS, R$10 bilhões, mesmo valor do Governo, mas de forma transparente e sem calote de precatórios e mudanças casuísticas na fórmula de cálculo; direito à renda na Constituição Federal, R$120 milhões para transferência de renda, R$35 bilhões no Ploa, mais R$85 bilhões, PEC 23, atendendo a 25 milhões de famílias, 10 milhões a mais, permitindo incorporar a parcela das famílias que recebiam o Auxílio Emergencial; Programa de Renda Permanente, com R$85 bilhões fora do teto, em 2023; em 2024, mudança estrutural nas regras fiscais, salientando que não há calote de precatórios. Outras dívidas previdenciárias e 60% dos recursos do Fundef para o magistério.

Observação. Para o Plenário, emenda retirando os precatórios alimentares do limite. Eu apresentei também uma emenda ou supressão do artigo que prevê o calote nos precatórios.

Para concluir, Sr. Presidente, o voto em separado.

A ampliação do orçamento deve ser destinada exclusivamente para transferência de renda.

Subscrição. Aqui, Sr. Presidente, para garantir que nós, aqui em conjunto, como foram apresentados três projetos de emenda constitucional, um encabeçado pelo Senador Oriovisto Guimarães, outro encabeçado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senador José Aníbal e um terceiro encabeçado por mim, numa discussão, nós apresentamos um projeto de emenda, que é a Emenda 52, que tem vários signatários. Nós apresentamos, mas com o apoiamento de pelo menos 30 assinaturas de cada um dos que apresentaram. Portanto, nós a definimos como a Emenda 52.

Então, nós, apesar de termos um voto em separado, aprovamos e defendemos que para 2022 se tire os precatórios do teto, R$89 bilhões, canalizando R$64 bilhões para renda e R$25 bilhões para INSS. De 2023 a 2016, R$50 bilhões fora do teto para transferência de renda. Os valores devem ser parcial ou totalmente compensados por medida pelo lado do gasto ou da receita, renda como direito na Constituição, valores dos precatórios podem ser negociados e valores retirados do teto, R$7 bilhões fora do teto para vacinação do SUS, refinanciamento de dívidas previdenciárias, 60% do Fundef para profissionais do magistério. Não há calote em precatórios.

E, por fim, Sr. Presidente, eu queria aqui dizer que nós estamos diante...

Presidente Davi Alcolumbre, eu pediria a atenção de V. Exa. e do Senador Marcos Rogério por um minuto, por um segundo só.

Eu queria aqui dizer que nós tivemos ontem uma votação, que foi a votação da resolução do Congresso Nacional. Eu quero dizer que, no ano de 2021, eu apresentei um voto em separado no Plenário do Senado que extinguia, na nossa proposta, a RP 9. Nós fomos derrotados.

No mérito, nós somos contra a discricionariedade, mas nós – nós! – temos uma questão institucional que precisa ser observada, Sr. Presidente: nós somos uma Casa parlamentar. O que foi aprovado, foi aprovado por unanimidade do orçamento de 2021. Foi uma aprovação unânime. E houve uma ingerência, uma forma de um outro Poder ingerir sobre o Poder Legislativo.

Quero dizer a V. Exa. que eu sou, no mérito, contra, mas, como membro da Mesa, não podia deixar de ter uma posição em defesa do Congresso Nacional, que tem sua autonomia para fazer o orçamento. Se a forma como este orçamento foi definido e como vai se dar a sua execução está na lei – e eu fui derrotado –, como membro da Mesa do Senado Federal, que subscrevi todas as ações junto com os demais membros ao STF, caberia a mim ter a coerência na defesa da institucionalidade do Congresso Nacional.

Mas quero dizer que, na emenda que nós vamos e estamos subscrevendo – e isso daqui não foi discutido ontem, disso daqui vem sendo feita a discussão –, nós propomos a extinção da RP 9 para o ano de 2022. E quero também dizer que, independentemente da aprovação dessa resolução, no momento de votar o orçamento, farei de novo uma outra proposição de voto em separado, se não for acatada a emenda, no sentido de extinguir a RP 9, porque não acredito que ela seja a melhor forma.

Mas é importante dizer que nós Senadores, membros deste Parlamento, temos que ter a clareza e a necessidade de defender aquilo que foi deliberado por unanimidade neste Congresso. Então, não era uma questão de mérito, de acreditar ou não acreditar no modelo de execução orçamentária, era de defender a autonomia do Poder Legislativo em relação a outros Poderes. Nesse sentido, eu queria deixar claro, aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a minha posição, na votação de ontem, foi uma votação, não em favor do mérito, mas em favor da autonomia desta Casa, enquanto uma Casa Parlamentar.

Como estamos, aqui discutindo uma emenda constitucional, que é a Emenda 52, que é fruto de um esforço de três proposições legislativas de emenda constitucional, nós também estamos aqui propondo, coletivamente, a extinção da RP 9, porque remendos, alterações sem a extinção, não trarão solução definitiva para o problema. E o que nós estamos propondo no nosso voto em separado é, justamente, que todo gasto seja explícito e posicionado numa regra constitucional. Até aquilo que vai sair fora do teto, que possa ter uma destinação específica, como orienta a boa prática, no sentido de a gente ter transparência na aplicação do recurso público.

Com relação à extinção da RP 9, eu quero dizer e deixar claro que a minha votação ontem foi em função de garantir autonomia, uma vez que isto foi aprovado, a execução do Orçamento, por unanimidade, a forma, por este Parlamento. Foi votação simbólica, e isso significa votação unânime. Então, esta Casa precisava se posicionar contra a ingerência de outros Poderes, assim como a Câmara, mas, com relação ao mérito, quero deixar claro que, neste ano, na votação, apresentaremos voto em separado pela extinção da RP 9.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, para fazer a leitura do seu voto em separado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para voto em separado.) – Obrigado, Sr. Presidente. Tentarei ser breve e objetivo, como já é praxe.

Tratamos, neste momento, de voto em separado à Proposta de Emenda à Constituição nº 23. Eu adianto a análise, para observar as alterações já feitas pelo Relator, pela Câmara dos Deputados, e para reforçar que elas são insuficientes para o atendimento do devido interesse dos brasileiros e brasileiras. O texto hoje subscrito pelo Relator Senador Fernando Bezerra, mais ou menos, vai na seguinte linha, em resumo, vai na seguinte linha:

1) Determina que haja o depósito do valor do precatório no juízo da ação de cobrança referente aos débitos inscritos em dívida ativa para eventual compensação.

2) Autoriza a utilização alternativa de precatórios para quitação de débitos, compra de imóveis públicos, pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial; aquisição de participação societária; ou compra de direitos, disponibilizados para cessão, do respectivo ente federativo, inclusive, da antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo.

3) Amortização de dívidas entre pessoas jurídicas de direito público.

4) Securitização de recebíveis da dívida ativa com a exclusão da proibição constitucional de vinculação dos impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5) Alteração da correção do Teto de Gastos pelo IPCA apurado de janeiro a dezembro do ano anterior.

6) Criação de um subteto para precatórios, de modo que os precatórios só podem ser expedidos até o limite estipulado ano a ano.

7) Possibilidade de pagamento do valor referente à dívida judicial no ano seguinte com renúncia de 40% do crédito, mediante abertura de créditos extraordinários.

8) Exclusão dos limites do Teto de Gastos e do subteto de precatórios dos pagamentos mediante compensação, dação, parcelamento ou renúncia.

9) Preferência dos precatórios do Fundef sobre aqueles decorrentes de dívidas alimentícias.

10) Parcelamento das contribuições previdenciárias e débitos dos Municípios;

11) Utilização da taxa Selic para remuneração do capital e compensação da mora nas dívidas da Fazenda Pública.

Além disso, o Senador Fernando Bezerra exclui das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal a edição de legislação que cuide dos auxílios para redução da desigualdade.

Passo à análise, Sr. Presidente e Sr. Relator, pedindo, naturalmente, a atenção devida.

Há que se analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 23 sob seus dois aspectos principais: as suas finalidades e a solução encontrada pelo Governo em articulação com a Câmara.

O primeiro ponto refere-se ao financiamento de parte do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família.

Faço uma pequena ressalva.

O Bolsa Família é um plano, um projeto reconhecido mundialmente como eficiente, bem executado, substituído por um programa que, capenga, sequer tem ainda a delimitação de quantas pessoas, qual o valor e qual será a fonte de financiamento. Então, a opção do Governo já parte equivocada nesse primeiro momento, mas estamos trabalhando para corrigir essas deficiências.

Sem prejuízo de eventuais objetivos de caráter eleitoral, uma vez que o Governo, desde a tramitação da PEC, já anunciou que esse espaço fiscal poderia ser destinado a aumentos para servidores, a auxílio-diesel, é certo que nós temos, no Brasil, cerca de 27,7 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, conforme a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de setembro de 2021. É imprescindível que essa situação seja resolvida o quanto antes, mas a solução encontrada pelo Governo e pela Câmara, certamente, não é a melhor opção dentre as soluções disponíveis.

A proposta do Governo gera espaço fiscal de duas maneiras: criando um subteto para expedição de precatórios e alterando a forma de correção do teto de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, faço só um registro. Na leitura da correção ou do aditivo de relatório, o Senador Fernando Bezerra trocou expedição por pagamento de precatórios. Então, o teto, esse subteto de precatórios não é mais calculado limitando a expedição, mas limitando o pagamento. Diminui-se um pouco um problema desastroso. A bola de neve continua.

Abre-se, então, espaço fiscal dessas duas maneiras: subteto no precatório, apelidado justamente como calote de precatórios, e correção na forma de cálculo do teto de gastos.

Em primeiro lugar, observem: quando se cria um subteto para expedição de precatórios, geramos uma verdadeira moratória para o pagamento de dívidas já reconhecidas pela Justiça decorrentes de processos que demoram anos, às vezes décadas.

Registro, também, que aproximadamente R$70 bilhões dos precatórios previstos para o ano que vem têm caráter de verba alimentícia.

Traduzindo para quem nos acompanha, Senador Fernando Bezerra, para que se tenha a dimensão do que o Governo quer fazer: estamos tentando colocar na Constituição o direito de o Governo Federal dar calote em R$30 bilhões em verba alimentícia. Tenho certeza absoluta de que V. Exa. não concorda com isso. É um despautério. É um absurdo completo.

Mas vamos além.

O Supremo Tribunal Federal já declarou a inconstitucionalidade desse tipo de proposta. Posso citar aqui as ADIs de nºs 2.356 e 4.425. Nessas ações diretas de inconstitucionalidade, o Superior Tribunal Federal já decidiu que esse tipo de emenda constitucional viola cláusulas pétreas da Constituição, a exemplo do Estado de direito, do princípio da separação dos Poderes, do postulado da isonomia, da garantia do acesso à Justiça e efetividade da tutela jurisdicional, do direito adquirido, da coisa julgada.

Assim, é importante registrar – porque, seguramente, isso será judicializado novamente – que essa proposta, da forma como está encaminhada até o momento, padece de inconstitucionalidade flagrante por violação às cláusulas pétreas. E aí depois não adianta fazer discurso inflamado dizendo que tem um Poder intervindo no outro. Não é verdade. Na distribuição dos Poderes, você tem justamente essa forma de equilíbrio para evitar que uma das partes, um dos Poderes, ultrapasse seus limites constitucionais, mais ainda quando falamos de cláusulas de tamanha relevância.

Vamos avaliar agora a questão da repercussão econômica da escolha feita pelo Governo. Eu não sou economista, não tenho pretensão de falar de economia com a profundidade dos especialistas, que nós chamamos e ouvimos nesta Casa. Eu ainda não encontrei um especialista, um economista de relevo que tenha dado base técnica, tenha validado a escolha feita pelo Governo, ressalvados os membros da equipe do Ministro Paulo Guedes, com a observação de que, em privado, em reserva, nem mesmo eles validam essa proposta.

A repercussão do que pretende fazer o Governo e que a Câmara dos Deputados acabou acordando é criar uma verdadeira bola de neve nos pagamentos das dívidas decorrentes de títulos judiciais, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de ultrapassar a casa dos trilhões em 2036. É uma consequência óbvia daquilo que nós falamos: ao criar um subteto para precatórios, eu claramente impeço o pagamento do restante e vou jogando em sequência, em cascata. Felipe Salto, da IFI, e Volpe, da assessoria de economia da Câmara, fizeram uma exposição cristalina aqui no Senado. São números, é a matemática: eu devo 89, só pago 40, sobraram 49 para o ano que vem; ano que vem, eu pago novamente 40 e àqueles 49 se somam 100 ou 120 do ano seguinte. E por aí você vai numa sequência que é evidentemente contrária ao interesse do Estado, evidentemente desrespeitosa para os interesses e direitos do cidadão. Repito: dos 89, 70 aproximadamente são verbas de natureza alimentar. Este Senado não vai certamente concordar com isso, tenho absoluta convicção.

Observo também, e é muito importante e tem sido pouco observado, que, ao adotar esse duplo mecanismo, ou seja, por um lado o Governo coloca na Constituição o seu direito de ser um mau pagador, o direito de dar calote, mas abre uma pequena porta: o cidadão pode abrir mão de 40% do seu crédito e receber fora do teto; e uma segunda porta se abre para o mercado paralelo de precatórios. O que hoje acontece é que a venda de precatórios com deságio – e aí estou falando de um negócio entre particulares – já existe, bilionário. O cidadão sabe que o Governo é mau pagador, ele vende para o banco, para o grande escritório de advocacia. Esse grande escritório de advocacia ou esse banco, esse fundo, fica com aquele caixa formado por títulos, e agora o Governo coloca na Constituição a possibilidade de utilização desses títulos para aquisição até mesmo de participação societária. Então, o cidadão vai ter o seu direito frustrado, subtraído pelo Governo, mas esse mesmo Governo vai garantir uma margem de lucro de no mínimo 40% para quem já é milionário: grandes bancas de advocacia, grandes fundos financeiros, porque eles vão fazer aquisição desse mercado de precatórios, porque o mercado de precatórios vai estar lá como uma pescaria em tonel, como se diz, porque o cidadão não tem alternativa, pois nem o alimentar será pago, e aí ele vai pegar isso e vem para uma concessão, vem para uma compra de ativos da União.

Então, eu desvalorizo duplamente o interesse da União, porque eu estou aí subvalorizando, eu estou entregando patrimônio para fazer ganho a quem já tem demais. É impressionante que se use a fome dos brasileiros como justificativa para esse tipo de manobra, manobra que a gente vem denunciando já há tempos.

Observe também que foi incluída a questão da securitização de recebíveis da dívida ativa. Veja, além de ser um tema absolutamente estranho à PEC, não há nenhum motivo para tratar disso na PEC, a forma leve, rápida com que se trata o assunto aumenta o risco para os Governos. É altamente lesiva para a boa gestão das contas públicas, e isso vem sendo alertado por diversos órgãos, e a nossa colega Simone Tebet verbalizou voz de muitos, voz corrente de muitos, de que essa é uma péssima escolha.

O segundo meio que a PEC utiliza para abrir espaço fiscal é mudar a metodologia de cálculo do teto de gastos. O IPCA, que era de julho a junho, passaria a ser contabilizado de janeiro a dezembro. Essa mudança vai implicar a elaboração de um projeto de lei orçamentária com bases em estimativas do IPCA para o fim do ano. Isso vai dificultar ainda mais a discussão da peça orçamentária. A peça orçamentária já se assemelha muito mais a uma peça de ficção do que a uma peça de realidade. E não existe gestão séria sem orçamento bem arrumado. Então essa medida desnecessária abre também esse grande problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequências dessa desarrumação já são vistas. A taxa média de juros, a médio e longo prazo, já se elevou. A incerteza com relação à postura do Governo gera essa instabilidade econômica, que afeta o interesse do cidadão na ponta, porque essa instabilidade gera inflação.

E o que tentamos fazer aqui, Senador Jorge Kajuru, é o contrário. É garantir justamente estabilidade, um mercado sereno, regras claras e a proteção daquele que mais precisa, que é o cidadão que hoje está lá passando fome.

Mas não para por aí o rosário de defeitos na proposta que hoje avaliamos. Esse espaço fiscal que é criado pela PEC vem sendo recalculado dia a dia, porque ele tem impactos na inflação. Ele já passa da casa dos R$100 bilhões, dados do Governo. Não existe no texto vinculação desse espaço para a despesa específica de atendimento aos miseráveis. Não existe.

A fórmula escolhida permite coisas como, por exemplo, o aumento automático do repasse para Legislativo e Judiciário. O cidadão tem fome, o Congresso aprova uma lei que passa mais R$2 bilhões para Legislativo e Judiciário. Faz sentido, Senador Esperidião Amin, usar esse argumento? Claramente não faz. Claramente não faz.

Parcialmente isso foi resolvido pelo Senador Fernando Bezerra, quando ele fez uma restrição na aplicação do espaço fiscal, mas ele cuidou apenas do espaço fiscal criado pela mudança na forma de cálculo do teto de gastos. Ele não fala do espaço fiscal que é criado pelo calote dos precatórios. Esse espaço do calote, Senador Amin, cerca de R$43,8 bilhões, não tem destinação. Não se sabe para onde vai ou como vai ser utilizado.

E aí, e eu tenho feito sempre esse registro, porque a gente vive um momento histórico interessante, você teve, em 2018, uma energia muito grande de antipolítica. Justificada, diga-se de passagem, porque os políticos fazem muito pouco para valorizar sua própria atividade. Mas as soluções para os problemas da sociedade estão na política, na boa política, a política praticada com diálogo e transparência.

Por força desse tipo de manobra política, de política de verdade, apresentamos a Emenda Substitutiva nº 52, elaborada em conjunto, formalmente em conjunto, pelos gabinetes do Senador Alessandro Vieira, José Aníbal, do PSDB de São Paulo, Oriovisto Guimarães, do Podemos do Paraná, e Rogério Carvalho, do PT de Sergipe, quatro partidos que não têm, necessariamente, identidade política, quatro Parlamentares que não têm identidade pessoal. No meu caso específico e do Rogério somos adversários, flagrantemente adversários em nosso Estado. Mas o importante é garantir que o Congresso se mova no sentido de atender o que é necessário e que não se preste como arrimo para manobras de finalidades escusas ou eleitoreiras. Não vou cair na infantilidade de sair acusando de corrupção quem não merece, ainda que exista corrupção na aplicação final de vários desses recursos.

A PEC que apresentamos, a Emenda Substitutiva 52, foi rejeitada pelo Sr. Relator, objetiva resolver a demanda pelo aumento do benefício pago a título de Auxílio Brasil, sem recair em inconstitucionalidade, sem gerar um passivo para a União, que sequer pode ser calculado. É a chamada bola de neve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa nova emenda que apresentamos tentou conciliar demandas de diversos Parlamentares usando emendas que foram apresentadas, aqui nesta Comissão, e que, resumidamente, pode ser descrita da seguinte forma: a PEC, através da Emenda 52, prevê o direito à renda básica a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade e coloca, como um dos objetivos da assistência social, a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Observa-se, assim, o teor da Emenda nº 18, do Senador Rogério Carvalho, nº 28, do Senador Eduardo Braga, e nº 36, do Senador Mecias de Jesus, novamente PT, MDB e Republicanos.

Se altera para o dia 2 de abril a data limite para a inclusão de precatórios no orçamento das entidades de direito público e se prevê um anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias com a avaliação do montante de precatórios e a projeção dos valores, em atendimento a emendas apresentadas pelo próprio Relator, Fernando Bezerra, e pelo Senador José Aníbal, Emenda 44.

A nossa proposta possibilita a utilização de mecanismos não só para precatórios, mas também para títulos judiciais com precatórios ainda não expedidos para quitação ou garantia de débitos, amortização de dívidas contratuais e extracontratuais, compras de bens móveis, imóveis e direitos. Entende-se que esse item estimula acordos terminativos de litígio e estimula a compensação entre devedores e credores sem mercantilização dos precatórios.

A nossa proposta prevê que lei complementar deverá dispor sobre a revisão periódica dos gastos públicos, uma vez que é preciso analisar o que se pode reduzir para garantir o atendimento a programas sociais. Na verdade, vivêssemos em um País mais sério, mais organizado, seria apenas isso: revisar despesas, os gastos que nós já temos, para aplicar onde é mais necessário. Gestão. Como nós não temos gestão, a gente tem de fazer esse tipo de ajuste.

Como já antecipou o Senador Rogério Carvalho, a proposta que apresentamos proíbe a criação de emendas de orçamento não previstas na Constituição. É o caso do atual emprego das RP9. As RP9 não são inconstitucionais na medida em que sirvam para ajustes, correções e omissões; elas são inconstitucionais para a transferência de recursos e novas aplicações. O Supremo já se manifestou sobre isso e vai confirmar no mérito. Não adianta fazer resolução para tentar atropelar a Constituição.

Atendendo a uma demanda do Governo, a nossa proposta excepciona do teto de gastos o valor de até R$7 bilhões, ainda em 2021, para a vacinação contra a covid 19 – de novo cuidando do que é necessário, sem nenhum tipo de excesso. Excepcionamos do teto de gastos, apenas para o exercício de 2022, despesas com precatórios e RPVs, que são as Requisições de Pequeno Valor, o precatório pequeno, para quem nos acompanha, e destinamos o espaço fiscal correspondente ao programa de transferência de renda e à Seguridade Social, o que encontra correspondência com a Emenda nº 17, do Senador Rogério Carvalho, e supera o valor estipulado pela Emenda nº 38, do Senador Eduardo Braga.

A partir de 2023 e até 2026, data prevista na Constituição para a reavaliação do teto, nós excepcionamos, a cada ano, R$50 bilhões destinados para o programa de transferência de renda. Nós garantimos a segurança de quem mais precisa, nós garantimos para o mercado a previsibilidade, nós garantimos para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestor atual e para o futuro a tranquilidade de que essa demanda essencial dos brasileiros poderá ser atendida.

A fim de estimular uma melhor administração dos passivos com precatórios, excepcionamos do teto de gastos os valores transacionados ou parcelados, dando espaço às Emendas nºs 4, do Senador Antonio Anastasia, e 31, da Senadora Simone Tebet; e fixamos ainda que o espaço fiscal correspondente, ou seja, o espaço que será gerado com essas transações extrateto, será sempre destinado à Seguridade Social, a quem mais precisa, meu amigo Kajuru.

Está mantida a possibilidade de parcelamento aos Municípios, proposta que foi incluída pela Câmara dos Deputados e que tem total aderência aqui no Senado.

Mantemos a previsão de repasse de 60% dos valores decorrentes de precatórios do Fundef diretamente aos professores, observando a Emenda nº 26, do Senador Eduardo Braga.

Registramos a disposição de que lei indicará os limites, as condições, as normas de acesso e demais requisitos com vistas ao direito à renda básica...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... também à semelhança da Emenda nº 27, do Senador Eduardo Braga, mediante compensação integral ou parcial, com aumento de receita ou redução de despesas, com base nos planos de revisão periódica de gastos públicos.

Eu faço questão de ressaltar isso aqui, que é um ponto muito importante, e tenho certeza de que não é a intenção de origem do nosso Senador Fernando Bezerra, que sempre cuidou bastante da responsabilidade fiscal. O texto atual permite que a lei que vai reger a criação do Auxílio Brasil ou do novo bolsa, ou qualquer nome que se dê a cada governo, deixe de cuidar dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que não tem a obrigação de indicar a sua fonte de custeio, para simplificar para quem nos acompanha. Essa é uma modificação desnecessária e que coloca em risco a nossa segurança e estabilidade fiscal, na medida em que você desregula. Então, esse é um ponto específico que eu peço que seja verificado.

Pois não, o senhor quer fazer uma observação, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É que eu fiz um ajuste justamente por conta dessa possível interpretação. No complemento de voto que acabei de ler, a gente diz que a excepcionalidade é exclusivamente para o ano de 2022, porque nós temos um crescimento de receita estrutural que dá para bancar o Auxílio Brasil. Mas, para os anos subsequentes, há que atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na nova redação, isso ficou claro para poder dirimir essa dúvida, que é válida, em relação à redação anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Vamos aproveitar esse nosso intervalo de mais uma hora ou menos, para poder verificar esse ponto específico e ter certeza de que está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, os danos já estão reduzidos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Estamos trabalhando nesse sentido.

E eu quero registrar, já concluindo, Senador Davi Alcolumbre, o esforço do Senador Fernando Bezerra. O obstáculo à edição de uma norma de melhor qualidade tem nome e sobrenome: é Paulo Guedes. É Paulo Guedes! A teimosia do Ministro faz com que ele afete a capacidade de produção, inclusive do Governo. Precisaria ter mais humildade e ouvir setores do Governo que pedem racionalidade, capacidade de composição. Se houvesse aqui alguém da Oposição ou dos independentes pedindo dinheiro para ter emenda no seu Estado, para fazer ponte no seu Estado ou para fazer qualquer tipo de manobra, vá lá, mas é o contrário. Oposição e independentes querem garantir que o recurso vá só para o lugar certo e o Governo quer poder abrir espaço para manobras.

Por fim, está mantida a previsão da criação de uma Comissão Mista para analisar os atos administrativos concernentes ao processamento de precatórios e as medidas que são adotadas pelos órgãos de representação da União, atendendo à Emenda 29, do Senador Eduardo Braga, e os constantes avisos do Senador Esperidião Amin de que é preciso avaliar a produção dos precatórios, como se constroem os precatórios.

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Risco fiscal anunciado pela AGU hoje: 4,8 trilhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nós precisamos acompanhar isso e traçar soluções...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São 4,8 trilhões!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... mas as soluções, evidentemente não serão calote.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O meu aparte, até abrevio o que eu falarei depois, sem prejuízo para V. Exa.: isso é um tsunami, independentemente da taxa de sucesso dessas ações, se vai ser 30% ou 40%, mas nuvens de 4,8 trilhões, o capitão de barco que não se assustar com isso, realmente o senhor não vai contratar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Talvez seja essa a situação e, para um azar da figura de linguagem, o senhor me fala em capitão. (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Capitão de fragata. (Risos.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Um bom capitão era tudo o que nós gostaríamos de ter, e não temos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou falando de capitão de fragata, de mar, só o que não mareia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas, para concluir, a nossa proposta, repito, construída em conjunto com o Senador Rogério Carvalho, do PT, de Sergipe; Senador Oriovisto Guimarães, do Podemos, do Paraná; e José Aníbal, do PSDB, de São Paulo, atendem os objetivos das Emendas nº 1, do Senador Jorge Kajuru; nº 5, do Nelsinho Trad; nºs 6 e 32, do Senador Weverton; nºs 7 e 8, do Senador Paulo Paim; nºs 9, 10, 11, 12, 14 e 15, do Senador Rogério Carvalho; nºs 20 e 25, do Senador Jaques Wagner; nº 30, da Senadora Simone Tebet; nº 33, do Senador Marcos Rogério; nº 48, do Senador Carlos Portinho; e nº 50, da Senadora Rose de Freitas. Todas essas mitigam a questão do subteto dos precatórios e atendem também às finalidades das Emendas nº 2, do Senador Paulo Paim; nº 34, do Senador Contarato; nº 40, da Senadora Simone Tebet, que atacavam a questão da securitização de recebíveis. Trata-se, assim, de uma solução constitucional consentânea com as verdadeiras necessidades atuais do Brasil.

É como voto, Sr. Presidente, e como espero colaborar na construção de soluções, que é o que o Brasil efetivamente demanda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Alessandro.

Eu tenho a inscrição do Senador Esperidião Amin, mas, só para avisar aos Senadores que ainda estão presentes, que, daqui 45 minutos, nós vamos retomar.

Então, eu vou suspender, por 45 minutos, e vamos retomar, porque eu tenho certeza que o Senador Fernando está recolhendo as observações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu serei muito breve, porque uma parte do tempo, graças ao...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O que tempo que V. Exa. desejar, concedo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero só salientar que eu tinha dois comentários a fazer: um deles, o Senador Alessandro e o meu aparte me satisfizeram, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, ignorar, se é sob forma de auditoria, se é sob forma de qualquer Comissão temporária para investigar, mas nós já tínhamos dito isso. O Senador Eduardo Braga inclusive trouxe números, risco fiscal é isso; e o segundo é o conceito. Pessoal, a PEC do teto de gastos foi uma PEC muito discutida, mas não é perfeita, ela representa realmente essa segurança para o futuro. Agora, foi uma discricionariedade, e eu já falei com o nosso chefe da Consultoria, vou atualizar o estudo.

Presta atenção: você considerar que juros – os juros são sagrados, isso está fora do teto – e precatórios, que são bombas aleatórias... Senador Davi, ninguém pode prever qual é a taxa de sucesso dessas ações. Então, este ano, é 91; no ano seguinte, quer dizer, para 2022, é 130, ou 135, ou 140. Vamos ter que fazer outra PEC? É isso que desmoraliza, entende? Isso aí...

E, para concluir e deixar registrado, eu já tive muita dor de cabeça com precatório, muita! E, na Procuradoria-Geral do Estado, um dos cases – e tenho mais do que um – de sucesso eu já relatei para o Senador Fernando, mas quero aqui deixar consignado, ocorreu em cima de um precatório, ou seja, transitado em julgado que comprometia dois meses de receita do Estado, em cima da área do Parque do Rio Vermelho, na Ilha de Santa Catarina. Uma ação indireta de desapropriação, ou de desapropriação indireta de pessoas que seriam proprietárias da área, transitou em julgado e, por teimosia, eu mandei conferir.

E descobrimos que a tinta que delimitou a propriedade de cerca de 4 milhões de metros quadrados, dentro do Parque do Rio Vermelho – que foi desapropriado pelo Governo Celso Ramos lá por 1961 ou 1962 – e que teria sido aplicada na planta em 1949 e, portanto, garantido a propriedade, e foi disso que resultou... A tinta foi lançada no mercado internacional em 1970. E com isso, nós anulamos a decisão, e a anulamos com base em estudo técnico do Instituto Carlos Éboli, que é uma referência no Brasil.

Então, eu não estou dizendo que isso acontece com muita frequência, mas esse tsunami que está se armando eu já vi em outros Estados acontecer esse tipo de mágica. Eu acho que das duas, uma: ou você deixa rolar – e aí tem que tirar do teto – ou faz uma verificação nisso aí. E, mesmo assim, eu não posso aceitar que esteja na nossa Constituição o seguinte: "despesa de precatórios", que é absolutamente uma despesa aleatória, como foi para Santa Catarina, pegar dois meses de receita cheia e, com base numa fraude, e lá eu posso dizer que foi... Essa ação terminou em 1997, e eu fui assistir à decisão no STJ, pessoalmente. Então, foi uma coisa passei a acompanhar.

Então, isto pode ser considerado como despesa corrente, senhor, e o juro, não? Quer dizer, é uma visão de alto interesse financista. Os dois flutuam à mercê do mercado – os dois –, e um, em função de demandas. Eu parto do princípio de que a Justiça julga de boa-fé, mas a consequência pode ser bombástica.

Então, são as duas coisas que eu quero colocar. Uma, agradeço ao Senador Alessandro, que propiciou que eu falasse, e a outra é esta: olha, eu não acho que isso seja a PEC do calote. Não aceito essa palavra em hipótese alguma, ressalvados Senador Rogério Carvalho, os casos de valores de montantes reduzidos, que têm até uma excepcionalidade constitucional. E, sempre que houver risco de se prejudicar um pequeno, eu estarei ao lado da ressalva. Agora, no caso de grandes decisões, de decisões que concentram renda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo, parcelar é da regra do jogo, especialmente quando isso é uma anomalia. Isso não é calote; calote, sim, e perverso, seria sonegar ou esmagar o crédito de valor reduzido, que eu sei que o Senador Fernando Bezerra está levando em conta.

Então, são essas duas questões que eu queria colocar. Não são desconhecidas de V. Exa. Sei do seu esforço pessoal, e também como foi o de parte do Senador Alessandro, para contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Amim.

Eu vou suspender a reunião da Comissão e às 12h a gente retorna.

Eu queria pedir para a Secretaria e para os Senadores que estão aqui, porque nós vamos ter hoje várias sabatinas aqui na Comissão e eu queria concluir todas hoje, que a gente possa iniciar às 12h, com a manifestação e o voto dos Senadores aqui na Comissão, manter a votação que vamos fazer hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, já foi feita a discussão. Só que às 14h se inicia a indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

Então, eu queria que, se os Senadores estivessem aqui, a gente pudesse concluir rapidamente e antecipar todas as sabatinas que estão marcadas para as 17h, para logo no término da indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer um registro. A discussão ainda está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente. Só vai ser suspensa.

Está suspensa a reunião e a gente retorna às 12h.

Queria pedir a Secretaria-Geral da Mesa que ligue para os 27 Senadores titulares e suplentes da Comissão para a gente poder retomar às 12h e continuar com a sabatina das autoridades.

Senador Fernando, V. Exa. tem exatamente 38 minutos para fazer os ajustes e a conciliação do texto de V. Exa.

Boa sorte!

Senador Fernando, a Senadora Simone faz um apelo.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação...

Quero só fazer uma homenagem ao Senador Giordano, que, agora, é campeão, tricampeão da Libertadores. O Palmeiras venceu, V. Exa. estava representando o Senado Federal. Parabéns pela vitória do Palmeiras! Eu, como vascaíno, torci para o Palmeiras.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, suspensa às 11 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos retomar a continuação da discussão do relatório apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Eu queria agradecer a todos os Senadores que estão presentes – a gente está com um quórum de 27 Senadores na Comissão.

A gente tentou, da melhor maneira possível, buscar um entendimento. Eu acho que o Senador Fernando fez algumas movimentações no sentido de acolher propostas, manifestações, solicitações de alteração do seu relatório, para contemplar as manifestações feitas pelos Senadores e pelas Senadoras aqui na nossa Comissão.

Como fizemos um acordo de procedimento, a matéria continua em discussão. Fomos ao limite do debate fora do microfone, dentro do gabinete e nas construções em relação à possibilidade de alteração do texto e continuamos com dois votos em separado apresentados pelos Senadores Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

Mas eu queria conceder a palavra também, por solicitação, ao Relator da matéria, que fez algumas alterações no texto, tentando incorporar as manifestações para que o diálogo pudesse acontecer e a votação ser realizada no dia de hoje aqui na nossa Comissão. Então, eu queria conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho, para que ele pudesse, naturalmente, relatar as Emendas que foram apresentadas de nºs 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65 e também fazer as suas considerações finais em relação aos avanços do texto proposto por V. Exa. Nesse sentido, eu concedo a palavra para a manifestação do Relator, que fica com o tempo que achar necessário para detalhar os entendimentos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas isso não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... relacionados ao seu relatório.

Com a palavra, em discussão, o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria iniciar, fazendo o registro da presença...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu já conversei com V. Exa. e vi que, no relatório de V. Exa., consta o que foi solicitado a respeito do pagamento dos precatórios do Fundeb e do Fundef, que ficaria fora do teto dos gastos. Isso V. Exa. contemplou aí.

Inclusive, incluiu um item que nós solicitamos, que são as receitas dos Estados e Municípios receberem a título de pagamento da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação da parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Está contemplado isso.

Esse questionamento de pagamento fora do teto, de acordo com o que foi proposto a V. Exa., seria: 40%, em 30 de abril de 2022; em 31 de agosto, 30%, de 2023; e 30%, em 2024, no dia 31 de dezembro.

Agora, eu conversei com o Presidente Davi e com V. Exa. a respeito do que será aprovado aqui, na Comissão de Constituição e Justiça – e consequentemente no Plenário do Senado Federal –, e que seria mantido na Câmara dos Deputados, para que não reste nenhuma dúvida desse entendimento entre as duas Casas. Já ocorreu, no passado, um desentendimento no que se modifica aqui ou que se acrescenta aqui ou que se melhora aqui e não é atendido lá.

Então, eu queria ouvir do Presidente e de V. Exa. essa confirmação de que isso seria mantido. Eu ouviria o Relator, Senador Fernando Bezerra, e o Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Otto, Presidente Otto, nós falávamos aqui atrás, ainda há pouco, aqui na Mesa, sobre a possibilidade dos textos.

Como se trata de uma emenda constitucional, naturalmente, não há o princípio da Casa revisora ou da Casa iniciadora. Neste caso concreto desta proposta, já que o Congresso é quem faz a promulgação da emenda constitucional, ou seja, o Presidente do Congresso é o Presidente do Senado, só se pode promulgar uma emenda constitucional quando os textos são similares nas duas Casas. Então, se tivermos alterações, elas precisam ser mantidas na Câmara dos Deputados, porque, se não, fica nesse pingue-pongue interminável, porque não se pode promulgar um texto que não seja aprovado por três quintos das duas Casas, já que se trata de uma emenda constitucional.

Eu vou passar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu realmente tenho conhecimento do Regimento nesse sentido, mas eu conversei, há poucos dias, com o próprio Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, e ele não concordava com a alteração que foi feita aqui.

Então, o que eu coloquei é que, saindo daqui, seja apreciado lá e aprovado como foi aqui, para que não haja esse pingue-pongue a que V. Exa. se referiu. É só isto: é pacificação para que o entendimento, até em outras matérias, possa acontecer, sem o que aconteceu no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como o Senador Fernando está tratando diretamente com o Presidente Arthur Lira, com o Presidente Rodrigo Pacheco e com os Líderes do Senado e da Câmara, ele tem a autoridade de fazer a manifestação como Relator.

Então, eu queria dar a palavra para ele. A gente continua em discussão. Eu vou fazer a lista de oradores para discutir a matéria, mas eu queria que o Senador Fernando tivesse o tempo necessário para fazer as observações pertinentes ao seu relatório, feitas as incorporações solicitadas pelos nossos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, como eu estava falando, há pouco, eu queria, antes de iniciar o esforço que empreendemos, como Relator, mas também com a colaboração de diversos Senadores e Senadoras desta Comissão, que pudéssemos avançar na construção de um texto que possa refletir uma maioria mais expressiva aqui na CCJ.

Portanto, o processo de negociação não se esgota com a fala que farei a seguir. Nós estamos permanentemente abertos ao diálogo e ao entendimento. Mesmo que a deliberação aqui seja favorável ao meu relatório, mantenho o diálogo aberto, até o momento da votação em Plenário, porque o objetivo é no sentido de construir essa maioria mais ampla, procurando valorizar as sugestões e as contribuições dos Srs. Senadores.

Mas eu queria fazer um registro aqui especial da presença, no nosso plenário, desta Comissão, do Deputado Federal, por Pernambuco, Fernando Rodolfo. Ele é um Deputado muito ligado aos temas da educação e tem uma bandeira de luta, porque, em Pernambuco, como deve ocorrer em outros Estados e Municípios da Federação, alguns desses entes, ao receber os precatórios do Fundef, não honraram com o pagamento dos recursos para os professores, para os aposentados e para os pensionistas. E o Deputado Fernando Rodolfo sempre levantou a sua voz na defesa do magistério e foi quem me procurou, antes mesmo de qualquer Senador aqui da Comissão, para lembrar que eu teria a oportunidade, como Relator, de pacificar essa questão.

Na sequência, esse tema foi sugerido pelo Senador Eduardo Braga e foi apoiado pelo Senador Otto Alencar, que também tem essa bandeira, muito cara a ele, na defesa do professor de todo o Estado da Bahia, pela proximidade que ele tem com essa categoria.

Portanto, eu quero fazer o registro da presença honrosa do Deputado Fernando Rodolfo.

E, entrando direto aqui, no nosso esforço de construção, eu quero registrar os meus agradecimentos ao Senador Alessandro Vieira, ao Senador José Aníbal e ao Senador Oriovisto Guimarães. Esses três Senadores procuraram esgotar, nos limites das suas possibilidades, a construção de um entendimento com o Governo.

Eu me esforcei, acho que muitos dos pontos que foram sugeridos por esses três Senadores e que, de certa forma, estão retratados na proposta alternativa, muitos desses pontos foram incorporados ao meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, seja na primeira versão, seja na segunda versão, seja agora, na terceira versão, que farei antes da deliberação, que foi fruto desse intenso diálogo.

Quero registrar também, Sr. Presidente, o apoio inestimável da Senadora Simone Tebet. Ela, desde o início, procurou este Relator para colocar as suas preocupações em relação a pontos sensíveis da proposta que veio da Câmara. E, até o presente momento, ela tem procurado, através da sua capacidade de diálogo, de poder de convencimento, tentar construir esse apoio mais amplo, ao qual tenho me referido. E eu espero que, se não for possível agora, mas antes, na sessão plenária, a gente possa avançar em alguns pontos que são caros para a Senadora Simone Tebet e que são caros também para todos nós, Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Um dos pontos levantados pela Senadora é a questão da securitização, para que a gente pudesse, se possível, convencer o Governo a retirar esse tema da proposta através de um destaque supressivo, através de uma emenda supressiva.

E o segundo ponto que a Senadora coloca com muita propriedade é para que não haja mais dúvidas, que não haja nenhum tipo de questionamento ou de crítica em relação à utilização do espaço fiscal e que seja, de fato, feita uma vinculação para que qualquer espaço fiscal que seja aberto pela PEC 23 possa ser utilizado para o pagamento do auxílio, que é unanimidade entre todos os Parlamentares, e também para as despesas relativas à saúde, à previdência social, à seguridade social, ou seja, as despesas que são inerentes a essas correções que têm que ser feitas no orçamento público federal.

Então, eu registro também a valiosa colaboração e participação da Senadora Simone Tebet.

E não poderia deixar de registrar o apoio que tive do meu Líder, o Senador Eduardo Braga, que fez diversas sugestões, e diversas delas foram incorporadas já no primeiro relatório. Com isso, nós conseguimos, sobretudo – e aqui destaco apenas uma delas –, a fixação da criação da Comissão Mista do Congresso Nacional para fazer uma avaliação profunda sobre a questão dos precatórios e, sobretudo, a sua gestão, a sua constituição, para que possamos, através de um profundo debate, envolvendo as duas Casas, com a colaboração do CNJ, do Tribunal de Contas da União, apontar um encaminhamento para uma melhor gestão dos precatórios, que são uma despesa que está tendo um crescimento vertiginoso e que está a exigir um enfrentamento e uma resposta mais adequada por parte da legislação brasileira.

Então, quero também registrar e consignar o apoio do Senador Eduardo Braga.

E queria também, Sr. Presidente, registrar o apoio do Senador Nelsinho Trad e do Senador Anastasia, dois companheiros do PSD que abriram o diálogo com toda a Bancada do PSD por diversas ocasiões e que se materializou em sugestões que foram oferecidas, sobretudo na manhã de hoje, e que são agora a razão da minha nova fala aqui para apresentar as incorporações que fiz em relação ao meu relatório da manhã de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a participação do Senador Nelsinho Trad, como Líder do PSD, mas, sobretudo, com a sensibilidade, com a competência do Senador Antonio Anastasia, chegamos, portanto, à incorporação de dois novos pontos, que eu gostaria, aqui, agora, de mencionar.

O primeiro ponto que eu gostaria de mencionar é a demanda do Senador Anastasia – por isso é que acatamos parcialmente a emenda dele – no que diz respeito aos precatórios de natureza alimentícia. E aí eu faço questão de poder indicar a emenda que apresentamos ao art. 107-A, sobretudo no seu §8º, inciso III, em que nós criamos a hierarquia do pagamento dos precatórios. Ele começa com os precatórios chamados de pequeno valor, que são os RPVs, são os precatórios de até R$66 mil. A segunda hierarquia no pagamento dos precatórios são os precatórios de natureza alimentícia, cujos titulares originários ou por sucessão hereditária tenham mais de 60 anos ou sejam portadores de deficiência física; essa é a segunda prioridade. E aí vem agora a inovação, que é no inciso III: os demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor.

Então, precatório alimentício, que era uma preocupação do Senador Antonio Anastasia, mas que também é uma preocupação do Senador Rogério Carvalho, que apresentou emenda específica nesta direção, portanto, eu tenho a alegria de poder dizer que estamos atendendo a emenda parcialmente, ou seja, na fixação do subteto que vai ficar definido, esses precatórios terão prioridade para pagamento, e nós, portanto, estaremos pagando efetivamente todos os precatórios de RPV, todos os precatórios relativos às pessoas com mais de 60 anos ou às pessoas portadoras de deficiência física e, agora, por sugestão do Senador Antonio Anastasia e do Senador Rogério Carvalho, estamos abrindo espaço no subteto para priorizar o pagamento de precatórios de natureza alimentícia.

A segunda inovação, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, para esclarecer. É possível agora ou o senhor prefere esclarecer depois?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me só encerrar e eu me coloco à disposição, porque só há mais uma próxima inovação. Eu agradeço a compreensão do Senador Alessandro.

A segunda inovação que estamos fazendo também está vinculada a uma demanda que partiu de diversos Senadores, de diversos Estados, mas, por dever de justiça, eu tenho que aqui atribuir o esforço maior ao Senador Otto Alencar e ao Senador Marcos Rogério. Esses dois Senadores sempre alertaram para a necessidade de os precatórios do Fundef ficarem excepcionalizados do teto do gasto público. Então, essa contribuição, que foi vocalizada com mais vigor e determinação pelo Senador Otto Alencar e pelo Senador Marcos Rogério, nós estamos atendendo ao introduzir um artigo – um artigo, não – , um parágrafo 2º na emenda que apresentei, que é a emenda que define o parcelamento do precatório do Fundef em três anos, sendo 40% no primeiro ano, 30% no segundo ano e 30% no terceiro ano. Define, também, o fluxo do pagamento durante o ano. Fica definido que 40% será feito até 30 de abril; 30%, até 31 de agosto; e 30%, até 31 de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem a inovação, que é o parágrafo 2º, quando eu digo: "não se incluem no limite estabelecido no art.107-A, nem na base de cálculo e nos limites estabelecidos no art.107, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as despesas para os fins de que trata este artigo", ou seja, a despesa com os precatórios do Fundef, de forma análoga ao que se deu para a complementação do Fundeb, ficará excepcionalizada do teto do gasto público.

Então, essas eram, Sr. Presidente, as considerações.

Gostaria, apenas para ficar registrado aqui na nossa Comissão e nos Anais, que nós, portanto, apresentamos o nosso relatório com essas inovações, acolhendo, integral ou parcialmente, as Emendas 3, 4, 13, 15, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 36, 39, 45 e 51, ficando rejeitadas as demais emendas que foram apresentadas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – A 48 consta, Sr. Presidente... Pela ordem, desculpa, do vosso relatório como admitida, só não constou da relação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Da remissão. E eu vou fazer essa correção agora e me penitenciar junto ao Senador Carlos Portinho, porque, de fato, ele também trabalhou, determinadamente, para o acatamento desta emenda, e nós, portanto, queremos, aqui, corrigir a nossa referência às emendas parcialmente aprovadas, citando a Emenda 48.

Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só agora, então, para um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, eu vou colocar em discussão agora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não é discussão, é esclarecimento do teor do voto, porque, verbalmente, o Senador Fernando Bezerra manifestou atendimento parcial à emenda sugerida pelos Senadores Rogério Carvalho e Otto Alencar e usou uma expressão que me gerou dúvida no tocante a prioridade no subteto para determinados... É isso mesmo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não é exclusão do subteto, é prioridade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Prioridade no subteto. Na realidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Já é prioritário, hoje, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não está atendendo nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só para concluir o raciocínio...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esse é o ponto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só concluir o raciocínio, porque senão eu não consigo nem me manifestar. Hoje já é prioridade. O que o senhor está absorvendo não resolve o nosso problema, porque se já é prioridade, o senhor está dando o que a gente já tem. Agora, se define o valor de quanto vai ser aplicado para o pagamento das verbas rescisórias, certo?, as verbas alimentares, aí, seria uma outra discussão, mas prioridade já são, inclusive hoje, pela regra atual.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A pergunta é oportuna. Acho que merece um esclarecimento.

De fato, é preciso atentar para o fato de que a proposta cria um subteto. Então, nós não estamos no regime antigo em que todos os precatórios estavam aptos para o seu pagamento. Nós estamos, agora, criando um subteto, e esse subteto está sendo definido, mais ou menos, em R$44 bilhões para o próximo ano. Por isso que é importante a gente hierarquizar os pagamentos dos precatórios, porque, como a própria PEC diz, aqueles que não forem pagos terão prioridade para serem inscritos no ano seguinte para preenchimento desse espaço do subteto.

Então, quando...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só para deixar bem claro isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a gente hierarquiza colocando como primeiro RPV, eu estou garantindo o pagamento de todo o RPV. A RPV está mais ou menos estimada em R$20 bilhões. Quando a gente hierarquiza fazendo a proposta para pagar o precatório de idoso e o precatório de pessoas portadoras de deficiência, eu estou garantindo o pagamento de todas as pessoas nessa situação, o que está estimado, mais ou menos, em R$14 bilhões. Estamos em R$34 bilhões. Faltam R$44 bilhões. Nós estamos assegurando o pagamento agora, na sequência, de todo e qualquer precatório de natureza alimentícia, e nós estimamos, pelos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, que vai haver, aproximadamente, R$8 bilhões de precatórios nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, pela...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por que não propõe pagar todos?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque tem que ser. Senão, em determinado ano... Eu vou explicar. É porque em determinado ano poderá ocorrer que o precatório de natureza alimentícia não seja de R$8 bilhões, mas de R$12 bilhões, de R$20 bilhões, de R$15 bilhões... Aí, eu estou furando o subteto. Então, na realidade, nós estamos fixando o subteto – o subteto é de R$44 bilhões, pelo que está na proposta – e estou dizendo quais são os precatórios que serão pagos por primeiro. Então, nós estamos hierarquizando os precatórios de mais baixo valor, os precatórios de idoso, os precatórios de portadores de deficiência e, na sequência, os precatórios de natureza alimentícia.

Por que estamos fazendo isso e tranquilizando os Senadores que estão propugnando por esse pagamento? Para ter a segurança, a efetividade do pagamento. É que nós retiramos do teto o pagamento do Fundef. Então, ao retirar do teto... Eu lembro que o pagamento do Fundef é de R$6,8 bilhões. Então, ao sair do teto, eu abri um espaço de quase R$10 bilhões para atender os precatórios alimentícios.

Portanto, essas são as explicações que eu poderia dar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas uma... Eu entendi. Tem lógica o raciocínio, mas, como todos sabem que eu tenho aquela coisa de tentar ponderar, as Requisições de Pequenos Valores V. Exa. disse que são... Qual é o valor, mais ou menos?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em torno de R$20 bilhões, pelas informações...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte.

Idosos e deficientes?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quatorze.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E créditos alimentícios?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Oito bilhões.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Oito.

Esse total, neste momento, está dentro do subteto. Se, porventura, isso for num crescente, com esse crescente também, o subteto também vai ser corrigido, não é? O subteto também é corrigido ano a ano...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O subteto é corrigido ano a ano pelas regras da Lei do Teto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Corrigido.

Automaticamente, nós vamos ter uma diferença mínima acima do teto. Nós estamos falando de R$1 bilhão, R$2 bilhões, R$5 bilhões. Eu acho que também não haveria problema, Relator, eu acho que é uma coisa muito modesta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É conceitual. É porque você pode ferir o teto. Na realidade, é o seguinte...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, ferir o subteto, não o teto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ferir o subteto.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essa é que é a...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um ou dois bilhões, no que se refere à questão alimentícia, eu acho que é muito pouco.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Fernando, o teto, também conhecido como aquele negócio que nós estamos ferindo hoje. E o senhor acha que é um problema muito grande se a gente for ferir para poder garantir o pagamento dessas verbas específicas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, na realidade nós estamos trabalhando com o conceito de subteto para poder promover, através de uma Comissão mista, um debate aprofundado sobre a gestão dos precatórios.

Sobre a sua colocação, eu não quero, digamos assim, polemizar nem aprofundar as nossas divergências, quero apostar nas convergências. Mas acho que é importante que aqueles que nos acompanham façam uma reflexão: da mesma forma que nós temos que brigar pela liquidez dos precatórios federais, é importante que esta Casa não deixe de analisar a situação dos precatórios dos outros entes da Federação. Essa é uma situação recorrente de inadimplência contumaz, vem desde 1988.

Eu repito: os estoques de precatório ano passado alcançaram R$195 bilhões, R$45 bilhões de precatórios federais, R$145 bilhões de precatórios de Estados e Municípios. A União conseguiu liquidar, dos precatórios inscritos ao longo do ano passado, 73%; os Estados e Municípios liquidaram apenas 13,8%. O Congresso Nacional, para enfrentar essa inadimplência recorrente de Estados e Municípios, tem oferecido sucessivos parcelamentos aos precatórios dos entes federados. E mais, para evitar intervenção, porque a intervenção iria ocorrer no maior Estado da Federação, São Paulo, nós tiramos a possibilidade de intervenção pela não adimplência de precatórios e colocamos na lei que os Estados e Municípios iriam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reservar um percentual da receita corrente líquida para poder fazer face aos precatórios. Isso deu tranquilidade aos gestores estaduais, apesar de ter se aprofundado a inadimplência. Um precatório – não vou citar o Estado – estadual leva 10, 15, 20 anos para ser pago.

Então, eu acho que esta Casa precisa de fato fazer uma reflexão. O trabalho da Comissão está muito bem endereçado. Olha os números que o Senador Amin trouxe hoje: a AGU está informando que o risco de dívidas da União virarem precatório alcança a expressiva marca de 3,8 trilhões! Então, nós não podemos descuidar disso, o orçamento público federal todo é 1,6 trilhão!

Nós estamos diante de uma despesa em que o Governo não tem gestão, porque isso decorre de erros ou de decisões equivocadas de governos anteriores, mas, como o Estado é atemporal, o Governo tem que honrar pelo que não foi feito, deixou de ser feito ou foi feito a menor. Mas é preciso que a gente possa aprofundar mais isso para ver qual a melhor situação. Não se pode estar clamando pela liquidez dos precatórios federais e fechando a vista para uma situação que é inadministrável, uma situação que só aumenta a cada ano, não tem refresco.

Portanto, não se pode dizer que os precatórios contra a Fazenda Pública precisam e devem ser líquidos. É preciso olhar que o conceito tem que se aplicar de forma igual para todos os entes da Federação. Então, eu não faço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Fernando, só um esclarecimento a bem da verdade. A situação de precatórios estaduais e municipais é diferente da situação da União.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não faço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A União pode fazer dívida para pagamento; Estados e Municípios não. Estou correto nessa informação?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu cheguei a esta Casa em 1988.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu sei disso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Não, mas é importante, porque a gente tem que contar um pouco da história.

Em 1988, até 1988, na Constituinte, os Estados podiam também contrair dívida. Os Estados quebraram. Os Estados mais ricos da Federação, ao terem autorização para se endividar, contrair dívida imobiliária, quebrou Minas, quebrou Rio, quebrou São Paulo, quebrou Rio Grande do Sul.

O que foi que o Constituinte decidiu? Proibir. Proibir os Estados de contraírem dívida. Vem daí. Eu assinei essa decisão de proibir. E o que aconteceu? Havia uma montanha de precatórios estaduais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem pagos. Aí disseram que a decisão era parcelar em oito anos; que, com oito anos, os Estados e os Municípios pagariam. Isso se negociou com o Supremo Tribunal Federal, foi uma decisão do Constituinte. Aí o que foi que aconteceu? Não pagou. Depois veio outro pedido, parcelou em dez anos, não pagou; depois veio outro pedido para 15 anos, não pagou.

Então, eu só estou querendo é dar o testemunho de que essa é uma situação que está a exigir uma análise, um debate, um encaminhamento que possa ser equânime – que possa ser equânime. Quem imaginar que o Governo, por ter a capacidade de se endividar, pode continuar sem olhar essa despesa, acho que está errado, porque a nossa dívida hoje já se aproxima de 5 trilhões. Nós estamos falando que ela pode ser quase que dobrada só com precatório. Não é com estrada, não é com hospital, não é com energia; é com despesas não pagas e não honradas do passado.

Então, eu acho que nós estamos aqui buscando nos aproximar. Temos algumas divergências conceituais importantes, mas é importante que, nesse debate, a gente possa passar essas visões que são distintas, mas que eu aposto que a gente pode, no diálogo, tentar nos aproximar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Era justamente este testemunho que eu queria: o testemunho de que esta Casa já fez esse tipo de reorganização por várias vezes e não teve sucesso.

Agradeço pelo testemunho e peço inscrição, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já vou fazer a inscrição de V. Exa.

Eu consulto o Relator da matéria se ele ainda deseja fazer alguma ponderação sobre as inclusões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, as inclusões que me foram solicitadas, demandadas, eu acolhi e já as mencionei.

Agora, há sugestões que estão pendentes, porque estavam dependendo do diálogo e de um debate que se travou antes do início desta reunião, e agradeço, que foi capitaneada pela Senadora Simone Tebet, no sentido de que nós pudéssemos ampliar o apoio ao nosso relatório. Não obtivemos retorno da proposta, mas eram novas incorporações que estaríamos dispostos a fazer no relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando.

Pela ordem de inscrição...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Peço para discutir, Sr. Presidente, também, por favor, a inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Estou fazendo a inscrição. Vou chamar pela ordem dos que levantaram a mão para mim, que eu vi: Senadora Simone, Senador Rogério, Senador Oriovisto, Senador Alvaro Dias e agora Senador Portinho, Alessandro, Aníbal, Anastasia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou ler novamente, rapidinho: Simone Tebet, Rogério Carvalho, Oriovisto Guimarães, Alvaro Dias, Portinho, Senador Alessandro, Senador José Aníbal e Senador Anastasia.

Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Senador Bezerra, Relator, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo espírito democrático de dialogar, de tentar um acordo até o último momento, mas eu acho que a divergência que nós temos é uma divergência de fundo. Então, nesse aspecto, ficou difícil, realmente, tentar convergir num texto comum. Vou deixar de lado, portanto, aquilo que é mais complicado de resolver e falar de alguns pontos só que, de repente, V. Exa. pode, nesse espírito democrático, tentar compor alguma coisa, tentar esticar o seu relatório no sentido de nos dar um certo conforto, não só aqui, mas no Plenário, para efeito de votação.

V.Exa. retirou – a meu ver corretamente – a dívida do Fundef do teto. Aqui está falando que é algo em torno de seis, mas já ouvi falar que é algo em torno de 16. Não sei, não é isso que também nos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senadora Simone, não. Quando eu falei em 6,8 bilhões, são os 40% de 16 bilhões.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, são R$16 bilhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São 16 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone, perdoe-me, eu cometi um pecado. Eu convidei para participar da Mesa da CCJ o Sr. Ministro de Estado João Roma, Ministro da Cidadania, que está acompanhando a nossa reunião da Comissão. Eu o convidei para que pudesse ter assento à Mesa.

Eu queria agradecer a presença, prestigiando hoje os nossos trabalhos da Comissão, do Sr. Ministro e Deputado Federal pelo Estado da Bahia, João Inácio Ribeiro Roma Neto. Seja bem-vindo!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito, inclusive... Eu acho que na hora em que eu comecei a falar o Ministro não estava sentado, não. Não cometi essa indelicadeza de não fazer uma referência ao Ministro. Realmente, eu não o vi chegando. Ele chegou de mansinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. Foi minha, foi minha.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, agradeço, obviamente, a presença de V. Exa. Quem sabe pode conseguir, com a sua presença, colocar um pouco de juízo na cabeça do nosso querido Relator e, de repente, fazê-lo acatar algumas sugestões singelas, mas tão importantes no cenário nacional.

Senador Bezerra, V. Exa., a meu ver, tirou corretamente a dívida do Fundef do teto de gastos – afinal, uma dívida para trás, não vai ser dívida no futuro – de 16 bilhões. Então, a pergunta que faço é: diante desse espaço fiscal que está se criando com esse subteto – que aliás nem está vinculado, esse é o meu grande problema, V. Exa. sabe –, por que esse parcelamento? Não seria interessante... Já que está fora do teto – nós estamos falando de 16 bilhões, já vamos pagar 6 bilhões –, por que não pagar mais 10 bilhões e, portanto, resolver o problema dessa demanda, que é uma demanda histórica e está relacionada à Previdência, a pagamento de pensão etc., referente à educação, não só ao professor, mas ao servidor administrativo também? Então, acho que isso não impacta em absolutamente nada e essa convergência poderia se dar minimamente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. fala ou eu ponho os três pontos?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – É apenas para, digamos, esclarecer que esse parcelamento foi feito em acordo com os Governadores que são titulares desses precatórios, numa negociação que foi encetada na Câmara dos Deputados. O que a gente inovou foi apenas o fluxo do pagamento no sentido de garantir que os precatórios não seriam utilizados como instrumento de pressão política. Eles teriam os pagamentos de forma regular ao longo do ano. Então, eu não alterei e acho que não é conveniente alterar por ter sido feito um acordo com os detentores dos precatórios no sentido de escalonar o recebimento desses recursos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu particularmente acho que, se vão sobrar 10 bilhões, isso é facilmente diluído. Em relação aos Estados e Municípios, particularmente não concordo, mas estou apresentando a V. Exa. uma questão que acho que poderia entrar numa possível negociação.

A outra é muito rapidamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu acho que nós estamos discutindo aqui uma matéria sobre a qual a gente tentou convergência, mas não tem como fazê-lo por uma questão de fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até dá para entender, Relator, a questão de substituir IPCA do mês de julho para estender até dezembro e abrir um espaço fiscal. Esse espaço fiscal, que a gente chama de espaço temporal, abre R$47 bilhões, pelo menos, para o ano que vem – eu acho que, para os próximos anos, isso já está resolvido –, e isso seria vinculado para pagar Auxílio Brasil. Então, nesse aspecto, eu não divirjo do relatório de V. Exa.

Acontece que, além disso, o grande ponto do seu relatório é que ele limita o teto de gastos, ele cria um subteto para pagamento contado, referente ao exercício 2016, atualizado ano a ano, que vai gerar um calote, sim – é esse o termo que a gente tem que dizer –, a médio prazo, até 2026, já calculado pela IFI, de R$840 bilhões.

Isso já é grave. Mais grave do que isso, é não vincular esse recurso àquilo que é essencial para o País. O que é essencial para o País? Não permitir que nenhum brasileiro ou brasileira passe fome. Daí, se tivermos que dar esse calote, se tivermos que abrir esse espaço fiscal, se tivermos que, temporariamente, burlar uma âncora fiscal tão importante para não aumentar os juros, não só futuros, mas os juros imediatos, não aumentar a taxa Selic, não aumentar a inflação, não aumentar o preço no supermercado, no posto de gasolina, na energia elétrica, que nós pudéssemos fazer duas travas aí: ao invés de colocar esse calote ou esse subteto até 2036, que a gente pudesse colocar até 2026 – que é o momento em que o Brasil estará numa transição, dando conforto, inclusive, para o próximo Presidente, se for o caso, fazer os ajustes –, mas não deixar nem esse, nem o próximo Presidente, nem o Congresso Nacional com muito espaço fiscal. A gente travaria em 2026 e colocaria claramente que esse recurso tem destino certo. Nada é mais importante do que seguridade social, nada é mais importante do que a fome, que a saúde, que a assistência social e que a previdência. Então, nós vincularíamos esse possível calote por um tempo determinado, porque ninguém tem bola de cristal para saber como vai estar a economia do Brasil em 2027, mas sabemos que estará infinitamente melhor que o momento atual. Mesmo as pessoas que hoje dependem do Auxílio Brasil, provavelmente vão estar empregadas e vão estar saindo dessa questão de vulnerabilidade social, e nós, pelo menos, conseguiríamos entrar no meio termo.

Então, se nós não conseguimos construir isso para agora, que nós possamos construir esse avanço para o Plenário do Senado.

(Soa a campainha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, só para deixar muito claro que eu não concordo, obviamente, mas, diante da situação de termos que ter alternativa, que nós possamos restringir a data para 2026 e que nós possamos vincular todo o espaço fiscal para aquilo que efetivamente interessa.

Encerro, Sr. Presidente, apenas porque nós sabemos que o ano que vem é um ano eleitoral. Infelizmente, ontem, no Senado Federal, eu particularmente acho que nós manchamos a história do Senado e nós vamos pagar essa conta lá na frente. Um dia, um historiador, um sociólogo, um estudando de direito vão estudar os atos que nós realizamos e vão mostrar para a sociedade brasileira que nós rasgamos a Constituição Federal, porque foi isso que nós fizemos, que nós afrontamos o Supremo Tribunal Federal, descumprimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma decisão judicial – e decisão judicial não de qualquer instância, mas do órgão máximo, a Suprema Corte –, dando um péssimo exemplo para a sociedade brasileira, quando aprovamos a resolução que só olha para a frente no que se refere à transparência, que não dá garantia de impessoalidade, que faz castas entre Deputados Federais e Senadores que receberão emendas extraorçamentárias e aqueles que não receberão emendas extraorçamentárias, repito, sem qualquer transparência e sem qualquer limite.

Finalizo, Sr. Presidente, com muita tranquilidade aqui – e disse isso para o Relator, Senador Marcelo Castro –, é inconcebível nós querermos colocar num ato normativo aquilo que, nos bastidores estava sendo feito: um único Senador ou um único Deputado Federal ter mais emenda do que toda a bancada do seu Estado, do meu Estado ou do Estado de qualquer um dos Senadores. Mais grave ainda, ter mais recurso para manipular do que o próprio Presidente da República, que não tem receita discricionária sobrando e mais do que todas as emendas de bancada e emendas individuais.

(Soa a campainha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se nós quiséssemos fazer uma trava, nós podíamos delimitar em 10%, em 15% a emenda do Relator em relação a tudo, o que já seria muito, 2 bilhões; agora, 16 bilhões não é só uma piada, infelizmente é uma vergonha. Nós manchamos a história dos homens públicos que passaram por esta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, primeiro, com a retirada dos recursos do precatório do Fundef, abre-se espaço para que a gente possa pagar todos os precatórios de verbas alimentícias.

De qualquer forma, nós continuamos com um problema que é não ter a garantia de recursos para o pagamento do auxílio emergencial para o ano de 2023. A gente não tem essa garantia, a gente só tem recursos para o ano de 2022.

Aqui temos uma questão que é como resolver a materialização do que ficou aprovado no Congresso Nacional, do Senado Federal, do auxílio emergencial ou da transferência de renda, um programa de renda básica ser um direito constitucional. Para isso, a gente precisa ter recursos em 2022 e ter uma previsão – já que estamos falando em furar, em tirar do teto um valor que vai abrir margem fiscal, certo? – para que a gente possa contemplar recursos para 2023 para não caracterizar como uma ação meramente eleitoral esse auxílio de 2022.

Por isso que nós defendemos aqui a emenda que está sendo apresentada em conjunto por vários Parlamentares, fruto da negociação com V. Exa., fruto da negociação entre as bancadas que apresentaram projetos de emenda à Constituição com o objetivo de resolver essa questão de como tirar algum gasto do teto, que são os precatórios, e como transformar isso em um gasto, como disse a Senadora Simone Tebet,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo, ou seja, com clareza, com transparência, para onde vai? Quem vai receber? Quanto vai receber? Que setor vai receber? Então, acho que isso é fundamental para que a gente tenha uma aprovação de algo que, de fato, possa atender aos interesses da sociedade brasileira como um todo.

Nós não podemos ficar com recursos sem destinação, uma vez que a gente está abrindo a excepcionalidade de alguma forma de criar um espaço no teto. Esse espaço no teto, da Emenda Constitucional 95, que, de alguma forma, a gente está abrindo, é recomendável, mas é recomendável com um direcionamento objetivo, com clareza: para onde vai esse dinheiro, vai garantir o auxílio em 2022 e em 2023? Vai pagar os precatórios? Vai pagar... Ou seja, essa questão, para mim, é central: nós precisamos ter o dinheiro aplicado na função, na atividade ...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... expressa na emenda constitucional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu não sei se há muita gente inscrita, mas eu queria apenas divergir dessa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho uma lista de inscrição, vou colocar V. Exa.

O Próximo Senador é o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu começarei assim que eles terminarem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fora do microfone.) – Eu me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já está inscrito.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito obrigado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Líder Rogério, só um minuto. O Senador Oriovisto está ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Bezerra pelo seu esforço, pela sua tentativa de negociação.

Nós ficamos mais de duas semanas fazendo reuniões, colocando alternativas, procurando solucionar o grave problema que é a pandemia da fome que nós vivemos, e, ao mesmo tempo em que queremos resolver a fome, queremos manter a inflação sob controle, queremos manter o dólar sob o controle, queremos não cometer o grave engano daqueles que dão com uma mão e tiram com a outra.

Nós queremos, sim, a responsabilidade social; nós somos favoráveis, sim, a dar o auxílio emergencial ou o Auxílio Brasil para todos os que tem fome. Desde o início concordamos nisso. A nossa divergência sempre foi sobre como fazer isso. Não é o que fazer, sobre o que fazer estamos de acordo – sempre estivemos –, o como fazer é a nossa divergência.

Eu não consigo entender, eu não consigo entender a linguagem rebuscada, talvez por ter sido professor há tantos anos e ter feito da minha profissão a clareza, eu acho que o povo onde os governantes falam uma linguagem que todos entendem é um povo abençoado, é um povo que sabe porque está sendo governado. O povo onde os governantes falam uma linguagem rebuscada que ninguém entende é um povo que está sendo enganado, e, infelizmente, isso acontece em nosso País.

Nós temos uma proposta clara, um voto em separado que, claramente, todos podem entender. Ele define os números, ele direciona o dinheiro, ele não dá calote em nenhum precatório, ele não muda a regra do teto de gastos, aquela questão dos índices de junho a julho, de janeiro a dezembro.

Não há nenhuma necessidade de fazer essa confusão toda para dar o Auxílio Brasil. Algo mais paira no ar que essa confusão esconde – algo mais paira no ar que essa confusão esconde.

Nós poderíamos ser mais claros, nós poderíamos ser mais didáticos, e não somos. Igual, igual, exatamente igual ao que aconteceu ontem, quando o meu grande amigo, a quem eu respeito tanto, Marcelo de Castro, fez uma redação para uma resolução do Congresso Nacional que era mais confusa de que tudo que eu já vi na minha vida.

E acaba o quê? Acaba simplesmente, naquela confusão toda, oficializando, oficializando aquilo que não era oficial, ou seja, oficializando as emendas de Relator, ou esse mercado de consensos de que a gente sabe, ou essa desigualdade entre Parlamentares, em que alguns levam um R$1 bilhão para seus Estados e outros não levam nada; em que se dividem os Parlamentares em Parlamentares de primeira classe e em Parlamentares de segunda classe. Simplesmente se protegem, na confusão, na escuridão, essas tentativas de redação que ninguém entende. São propositais! Nós poderíamos ser mais claros. Não o somos, infelizmente não o somos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso concordar, em hipótese alguma, com o relatório do Senador Bezerra. Nós temos alternativas. Nós não precisamos mexer na regra do teto, nós não precisamos dar calote em precatório e nós podemos, sim, fazer Auxílio Brasil.

Sr. Presidente, votaremos contra e vamos votar a favor do nosso voto em separado, que também resolve a questão do Auxílio Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Oriovisto.

O próximo Senador inscrito é o Senador e Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, eu peço a palavra também para, mais uma vez, asseverar qual é a posição do nosso Partido, o Podemos, uma decisão compartilhada entre todos os membros da bancada e que se tornou irreversível do ponto de vista da nossa unidade. Nós estamos na esteira do que já disse o Senador Oriovisto Guimarães, anunciando o nosso voto favorável à alternativa proposta por intermédio da Emenda 52.

Eu começo, Presidente, lembrando que, ontem, o Congresso Nacional, no Senado, por apenas dois votos de diferença, institucionalizou o orçamento secreto, essa estapafúrdia iniciativa das emendas de Relator, que consagra a promiscuidade na relação do Poder Executivo com o Legislativo. É a institucionalização do toma lá dá cá se uma ação direta de inconstitucionalidade não colocar por terra a decisão de ontem do Congresso Nacional.

Eu faço referência a esse fato porque, quando a Câmara dos Deputados deliberou sobre essa emenda, sobre essa Proposta de Emenda à Constituição nº 23, nós tivemos a denúncia muito grave de que houve distribuição de recursos do orçamento secreto em troca de votos de Parlamentares. Isso foi anunciado pelos jornais O Globo e Correio Braziliense, de 02 e 05 de novembro, respectivamente. Esses jornais, de respeitabilidade indiscutível, denunciaram a liberação de mais de R$900 milhões em emendas parlamentares do orçamento secreto nos dois dias anteriores à votação em primeiro turno. São fatos gravíssimos que revelam a violação ao princípio democrático, à moralidade administrativa, ao devido processo legislativo reformador e à autonomia decisória do Poder Legislativo.

É neste ambiente que nós estamos aqui discutindo uma proposta que, certamente, não está no campo da competência, da eficiência de gestão e da preocupação com as contas públicas, já que há desrespeito flagrante à Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma conquista da Administração Pública brasileira.

Eu quero registrar também que o sistema de precatórios é, de forma indiscutível, o tema constitucional mais exposto e mais visado pelo poder reformador exercido pelo Congresso Nacional.

Apenas para registrar, Presidente, por pressões sucessivas de credores ou resistência das Fazendas Públicas, o Congresso foi forçado a várias alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como resultado, o art. 100 da parte permanente da Constituição foi alterado, vejam bem: em 1998, Emenda Constitucional nº 20; em 2000, Emenda Constitucional nº 30; em 2002, Emenda Constitucional nº 37; em 2009, Emenda Constitucional nº 62; em 2016, Emenda Constitucional nº 94.

E a parte transitória também recebeu alterações, adaptações e tentativas de superação de inconstitucionalidades assentadas pelo Supremo Tribunal Federal, transformando a legislação dos precatórios numa verdadeira colcha de retalhos: em 1993, Emenda Constitucional nº 3; em 2000, nº 30; em 2002, nº 37; em 2009, nº 62; em 2016, nº 94; em 2017, nº 99; em 2021, nº 109.

O exame deste panorama, Senador Amin, revela que houve alterações do regime especial de precatórios em um espaço de dois anos: a Emenda Constitucional nº 30 e a Emenda Constitucional nº 37. E até de ano em ano: a Emenda 94 e a Emenda 99.

Essas sucessivas mudanças criaram um sistema de altíssima instabilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... produzindo enorme insegurança jurídica, com ameaça e comprometimento das finanças e das políticas públicas.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Hoje, nós estamos aqui, produzindo mais alterações, que denominamos "caminho para calote", calote dos precatórios, sim. Eu não creio existir outra expressão mais adequada para definir o que esta matéria produzirá na continuidade.

Além disso, é preciso destacar o que já se destacou aqui: nesta proposta, vai-se criar uma bola de neve, postergando o pagamento de despesas que podem somar até R$850 bilhões até 2026.

Sem dúvida, um dos males da Administração Pública do Brasil é esta estratégia de rolar, de empurrar com a barriga, de transferir a responsabilidade para o amanhã. É o que se faz, agora, com esta proposta também!

Eu não entendo por que não podemos aprovar a Emenda 52, se ela é a solução para o Auxílio Brasil!

Eu entendo que há, aí, como consequência, o interesse eleitoreiro, porque o objetivo é obter a liberdade para a utilização de recurso público em outras ações governamentais, longe, muito longe, do Auxílio Brasil.

Para o Auxílio Brasil, basta a Emenda 52, com responsabilidade fiscal, política de transferência de renda, com competência, esforço realizado por vários Senadores, de vários partidos, como contribuição ao Governo, para a solução de um problema que é criado pelo próprio Governo, por não adotar as medidas adequadas de ajuste fiscal, quando deve adotar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como me referi, de manhã, no início, o Governo deixou de instituir um limitador emergencial de despesas, a exemplo do que fez a Alemanha e depois fez os Estados Unidos, com o Obama. A Alemanha, em 2008 e, logo na sequência, os Estados Unidos, para solucionar a questão do déficit fiscal crescente. Nós não adotamos essas providências em tempo e hoje adotamos providências que têm, sem dúvida nenhuma, a inspiração eleitoral, em função das eleições do próximo ano. E isso é um crime que se comete contra o futuro.

Nós estamos plantando dificuldades. Nós estamos sinalizando para o mercado que não estamos criando um ambiente de negócios favorável aos investimentos, ao setor produtivo. Essa sinalização é gravíssima para o investidor, que teme que isso até mesmo transborde para as outras áreas; faz subir, sim, a percepção de risco, os juros, e ameaça ainda mais as contas públicas e faz subir o preço do dólar, ao afugentar investidores e diminuir a atratividade do País. Enfim, é dar com uma mão, sim, e retirar com a outra, mas certamente a outra com maior impacto. O impacto negativo será superior ao impacto positivo dessa proposta que se pretende aprovar aqui, quando temos a oportunidade de aprovar algo correto, tecnicamente, com uma proposta tecnicamente correta, capaz de oferecer solução para esse impasse do Auxílio Brasil.

Por isso o apelo que nós fazemos, Sr. Presidente e Sr. Relator, com todo o respeito ao Ministério da Economia, ao Governo, ao Presidente da República, ao Senador Relator e aos Senadores governistas, o apelo que nós fazemos é em nome da responsabilidade pública, especialmente, no caso, da responsabilidade fiscal, sem abrir mão de oferecer o benefício concreto da transferência de renda, num momento difícil para a população mais pobre do País.

Nós não estamos negando o Auxílio Brasil. Nós podemos garantir o Auxílio Brasil sem criar dificuldades para o futuro. Por isso, Presidente, a nossa esperança de que, desta feita, não nos faltem dois votos, mas sobrem alguns votos, para que o caminho escolhido seja o caminho da correção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Álvaro.

Próximo inscrito, Líder Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, demais colegas. Gostaria de elogiar o trabalho incessante do nosso Líder Fernando Bezerra, Relator da matéria.

Não é uma matéria simples. Aliás, nada que o Brasil enfrenta é simples, nos últimos dois anos; o Brasil como País. Significa que as populações mais carentes também enfrentam dificuldades, sofrem lá na ponta com o que a pandemia traz; traz no mundo. Não somos uma ilha. Todas as consequências, os reflexos que nós sofremos aqui são espelhados em outros países, em nações que dizem até mais avançadas, com capacidade financeira maior, mas estão lá, sofrendo com inflação, algumas emitindo moeda, coisa que aqui no País não há, outras aumentando o preço do combustível. Isso não é exclusividade do Brasil. A gente tem que colocar esse contexto dentro do contexto da pandemia mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil, Senador Alvaro Dias, com todo o respeito, ele está encontrando os seus ajustes, ele está fazendo os ajustes que são necessários de uma maneira discutida, uma maneira que tem a iniciativa do Governo, mas que, quando chega neste Congresso, a bola para aqui. E a gente conversa, a gente constrói, porque a gente caminha num terreno de absoluta incerteza há dois anos. Vamos poder dizer que no mês que vem acabou a pandemia com uma cepa nova que vem da África? Não podemos esperar mar calmo no meio de uma tormenta.

E eu sei que os investidores estão vendo as reformas de mercado que estamos fazendo no País. Aprovamos o marco legal das startups, aprovamos o clube empresa. Eu estou falando por mim, por dois setores da nossa economia, oportunidade de atrair, Pronampe, 5G. A gente está criando muitas oportunidades no País e ajustando o nosso País ao momento grave por que o mundo passa.

Ajustar a questão dos precatórios é o momento, porque – e isso eu sempre defendi – o que me guia nesse projeto é também o auxílio emergencial, também é importante, mas é mais do que isso, é resolver o problema imediato dos precatórios. Sou advogado. Precatórios são dívidas que não há como o Poder Executivo prever. Não há como você saber quanto virá de precatórios nos próximos cinco anos, a infinidade de processos, a infinidade de condenações por gestões passadas de Estados, de Municípios e também do Governo Federal, e responsabilidade dos outros que cai no colo por decisão judicial que você não tem como prever. Ninguém prevê um tempo de um processo. Como advogado, um processo dura cinco, dez, quinze, vinte anos. É duro para quem está no processo, mas a gente tem que entender que para quem faz o orçamento é difícil. E eu acho que a saída que o Relator encontrou até aqui é a melhor opção que consegui enxergar.

Eu quero agradecer ao nosso Relator, Fernando Bezerra, por ter aceito, sim – aí, sim –, uma emenda... E vi depois que o nosso querido Eduardo Braga também propôs semelhante. E a sugestão dessa emenda eu quero dizer de onde veio. Veio lá do Município de Teresópolis, do Procurador Gabriel Palatnic, preocupado já com os precatórios, antes até do Governo Federal. Há uns seis meses que ele me sugeriu algumas alterações com relação aos precatórios, porque a corda está no pescoço também dos Municípios e dos Estados.

E, entre essas, corrigindo o texto, era que justamente os precatórios fossem expedidos. Há uma questão jurídica. A expedição dos precatórios deve haver. O pagamento é que vai se submeter a esse sistema que nós, aqui em discussão na Câmara, aqui no Senado, construímos. Não é o texto original do Governo inclusive; é um texto em que o Relator está aqui buscando consenso e é o texto que é possível, porque o ótimo – eu aprendi na política – é inimigo do bom. Se, lá na frente, o cenário melhorar, o sol nascer de novo no horizonte, as águas acalmarem, podemos até rever, diante de um superávit ou de um excesso de arrecadação, se é possível trazer de volta um pagamento mais ágil, mas, no momento de pandemia, excepcional, é esse.

Não vamos achar que estamos vivendo no país das maravilhas. O que nós superamos nessa pandemia como nação, para muitos de terceiro mundo, é incrível! Superamos e hoje somos o País que mais vacina. Estamos vendo o que está acontecendo na África; disso não chegamos nem perto aqui no País. Não falta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina no País; pode ter demorado a pegar tração, mas não falta. O Brasil hoje é o país que mais vacina no mundo, e vamos chegar a 85% de brasileiros vacinados, e aí poderemos, sim, como fizeram em Portugal, pensar talvez em liberar máscara, pensar em maior aglomeração, mas o momento é de cautela. E temos que reconhecer para onde fomos, o que conquistamos até aqui, e não nos diminuirmos. Temos que continuar construindo esses consensos, ajustando. O investidor está vendo isto: os ajustes que estão sendo feitos na nossa economia, os avanços, as oportunidades. E vai melhorar, vai passar.

Parabéns, Sr. Fernando Bezerra, pelo seu relatório! Eu já até encaminho pelo PL. Quero tirar o destaque que fiz. Eu achava que títulos da dívida pública poderiam ter sido incluídos, mas entendo, houve uma conversa com o Ministério da Economia. Então, estou retirando o meu destaque pelo PL e já encaminho favoravelmente à aprovação do seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Portinho.

Próximo Senador inscrito é o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós já conversamos bastante sobre essa PEC. Eu fico imaginando quem nos vê, por exemplo, quando falaram agora o Senador Portinho e outros Senadores que defendem a posição do Governo, falaram com muita convicção, a mesma convicção que nós temos na nossa proposta, de que ele desdenhou e disse que a única opção é a opção do Governo. Ele apoia o Governo, eu não apoio o Governo.

Eu acho que o Governo tem uma gestão da política econômica muito aleatória. O ministro é um ministro que perdeu claramente – não do meu ponto de vista; do ponto de vista amplo: sociedade, mercado, opinião pública – toda aquela imagem de o resolvedor; ele, algumas vezes, é até agravador. E por isso mesmo é difícil a gente fazer uma conversa que não seja uma conversa que esteja movida fundamentalmente a um combustível essencial da nossa atividade: o compromisso com os brasileiros, mas um compromisso real e de fato de zelar para que os brasileiros tenham um mínimo de condições para viver, e não deixar que se agrave nada que desestimule o crescimento da economia, o investimento, o empreendedorismo para que possam surgir o emprego, a renda, as oportunidades.

Nós estamos aqui trabalhando em cima de uma PEC que não deveria ter existido, tais são as intervenções que ela faz na Constituição, tais são as intervenções que ela faz no domínio econômico, em regramentos. Nós votamos aqui, você votou, Senador, e eu também votei o teto de gastos. O Brasil vive uma situação difícil. Era preciso ancorar o barco, senão ele corria o risco de entrar à deriva, de ele bater nas pedras; então, nós seguramos o barco com a âncora teto. Agora, no limite, vocês estão propondo tirar o teto, mudar o regramento de correção do teto para fazer uma inflação de 11%, 12%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha que coisa notável: um Governo que torce pela inflação. Ele quer mais inflação, porque ele mudou o regramento de ajuste do teto. Se fosse como era julho/junho seria um número, que o Governo, por sinal, comemorou à época, o que já significaria recursos adicionais ano que vem. Agora ele percebeu uma inflação ascendente e disse: "Fiat lux, vou conseguir mais alguns bilhões com isso aí, se eu mudar a base do teto", infringindo algo que foi feito aqui, em meio a uma crise densa, com um Presidente que dialogava, o Presidente Michel Temer, e a equipe econômica também dialogava. Nós, no Senado, intervimos muito no projeto que veio do Governo. Eu próprio conversei com o Ministro Meirelles e com o Presidente da República e me lembro de vários outros personagens que fizeram o mesmo, vários que estão aqui hoje.

Aqui nós estamos tentando e foram várias reuniões... Entendo todo o empenho do Senador, do Senador Fernando Bezerra, todo e permanente empenho, mas sinto que o Senador tem dificuldades de lidar com uma intransigência do Ministério da Economia. Que encontre no Senador Portinho um defensor! É óbvio que a intransigência está lá; não está aqui, e aqui nós somos muitas cabeças e nem todos somos tão atrasadinhos no pensar o Brasil, no ver o quanto é possível fazer de melhor e quantas coisas nós deixamos de fazer e que ainda podemos fazer. Agora nós não podemos é regredir.

Eu acho que essa proposta do Governo regride, não adianta. Eu já vi alguns companheiros dizerem: "Mas olha, eles relevaram aquilo, eles vão melhorar aquilo outro". Não adianta, porque ela tem uma base, ela tem um fundamento ruim que é calotear precatório e mudar o regramento do teto, no caso o ajuste.

Aí você pergunta: "Mas o propósito não é o auxílio emergencial?" É, todos reafirmaram isso aqui hoje. É o auxílio emergencial que deve nos mover. A gente devia aqui, de forma simples, se pôr de acordo em torno disso. Responsabilidade do Senado nesta matéria, neste momento, R$100 bilhões para o auxílio emergencial para 21 milhões de famílias brasileiras que estão numa situação crítica, grave, de fome. Isso devia nos motivar.

O Governo vem, altera não sei quantos dispositivos da Constituição, cinco ou seis páginas só sobre precatórios na PEC que veio da Câmara. Isso não é conversa de quem quer tratar um assunto emergencial. Existem outros. Está faltando recurso para o reajuste do salário mínimo, da previdência, do benefício de prestação continuada... Esse já está previsto nesses R$100 bilhões. Então, vamos atrás dos R$100 bilhões.

Nós tentamos cortar por dentro. Conversamos com o Senador sobre isso: "Não, por dentro não dá". É até uma margem que o Governo tem para, posteriormente, alguns ajustes da política no Orçamento, etc, etc. "Bom, mas, enfim, como a gente pode fazer?" E nós encontramos uma forma simples: paga precatório extrateto, que é dívida líquida e certa – o Governo está tendo receitas adicionais; isso não vai mudar a relação dívida/PIB –, e, com esse recurso, cumpre todo esse compromisso tão urgente e necessário, como Seguridade Social, reajuste do salário mínimo, reajuste da previdência, reajuste do BPC, paga R$400 não para 17 milhões de famílias, mas para 21 milhões de famílias.

Tem alguma coisa mais simples que isso? "Ah, e depois?" Depois, primeiro, nós não estamos deixando...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... para a vítima, no caso, que vai ganhar a eleição no ano que vem 50 bilhões de precatórios, que vão se juntar a mais 100 bilhões ou 120 bilhões que o Governo prevê para 2023. Serão 170, 180, uma bola de neve que, em 2026, vai fazer aquilo que o Senador Esperidião Amin comentou comigo outro dia, quando ele foi contemporâneo do grande Mário Covas. Ele era Governador de Santa Catarina e o Mário, de São Paulo. Houve uma obrigação de pagamento de precatório, e o Mário Covas disse: "Não, tudo bem, vocês vêm e assumem o Governo, que eu não tenho condição de fazer". O próximo Presidente do Brasil, provavelmente, vai chegar a isso se nós cometermos essa insanidade. Isso vai ser uma batalha.

Isso vai gerar uma guerra que vai ser terrível, muito desafiadora para quem vier depois. Não vamos fazer isso! Vamos fazer agora...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... uma coisa sensata. E, de outro lado, a gente obtém todos os recursos para, de forma transparente, atender, sem nenhum penduricalho. Uma nova emenda, simples. A gente redige isso aqui em duas horas, em menos de duas horas, em uma hora, e leva ao Plenário e vota. Eu acho que assim nós daríamos aquilo que nós devemos dar mais: satisfação. E, mais do que satisfação, material, objetiva, recursos, para que esses milhões de brasileiros tenham alguma expectativa de que o Natal não será um sofrimento adicional e de começar um ano com alguma expectativa de melhora.

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador José Aníbal.

Senador Líder Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em nome do Cidadania, em nome do movimento todo que fizemos de análise dessa situação, eu venho aqui, ao Plenário desta Comissão, fazer, humildemente, o pedido de voto pela rejeição da proposta do Governo e voto de apoio à proposta, ao texto alternativo que apresentamos em construção conjunta com diversos Parlamentares de partidos, de Estados e de ideologias totalmente diversos. Não faço isto porque existe um espírito de competição ou de desejo de vitória sobre o Governo. Não há nada disso.

O fato é que o Governo recebeu – e não o foi de forma inadvertida nem de surpresa – dois problemas para administrar: a fome, causada pela pandemia e agravada pela crise econômica, que chegou por conta de uma pandemia, mas que não podemos chamar de imprevisível, afinal de contas nós já somos um país de miseráveis. Nós já tínhamos um programa de transferência de renda com fila, com milhões de brasileiros que tinham direito, necessidade, mas não recebiam. Então, o problema já estava lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o segundo problema, que também não é imprevisível, é o dos precatórios. Precatório tem uma característica de não controle no final do processo, mas é um processo que se arrasta por anos. Tanto é que em qualquer mapa de risco fiscal você vai ter um indicativo dessa possibilidade de obrigação de pagamento.

Só que o Governo escolheu fazer com esses dois problemas não soluções apenas, mas criou diversos outros problemas, mais problema ainda. Eu lhe dou dois problemas, peço duas soluções; vocês me devolvem uma solução mais ou menos e mais três ou quatro problemas.

É rápido para mencionar. O texto mantém securitização sem o cuidado técnico devido, é o jabuti, é alienígena, não acrescenta nada. O texto mantém a possibilidade de que se desenvolva este projeto específico – e eu sei que o Relator já tentou ajustar o texto, mas ainda não ficou suficiente – permitindo que se desrespeite a LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na elaboração do projeto de lei da transferência de renda do Auxílio Brasil. É desnecessário. O Governo joga fora duas âncoras fiscais essenciais para o processo de estabilização econômica do Brasil, âncoras que foram construídas com a participação de V. Exa.: o teto e a LRF. E faz isso num afogadilho pré-eleitoral em que nós estamos vendo, testemunhando bilhões escorrendo pelos dedos do poder público. Isso é inadequado e é desnecessário.

A proposta que nós apresentamos, com toda humildade numa construção, endereça imediatamente o problema mais grave, que é o da fome. E não me adianta endereçar para um pedaço dos brasileiros que têm fome. É preciso que o Governo tenha dignidade, competência para garantir isso para todos os brasileiros que têm fome. Se nós estamos excepcionando o teto, Senador Amin, se nós estamos rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal, por que a gente vai deixar alguém com fome no Brasil? Qual é a justificativa?

O fato é que a proposta governamental tem outros interesses que não estão expressos nos problemas originais. Quando eu crio um mercadão paralelo de precatórios – porque a PEC faz isso –, quando eu crio um mercadão paralelo com compra garantida pelo Governo, porque o precatório podre valerá pelo preço de face para amortizar a dívida tributária, por exemplo, eu estou enriquecendo em bilhões de reais os brasileiros que já são bilionários, ao tempo em que eu deixo esquecidos os brasileiros que passam o vexame, a vergonha da fome.

Eu me pergunto qual é a motivação de um governo adotar essas providências porque, veja, a proposta, independentes, oposições e membros de partidos que estão na base do Governo, a proposta que é apresentada garante ao Presidente da República e ao seu Governo a possibilidade, aí sim, de dizer que fez o maior programa de transferência da história. Esse Governo tem a possibilidade de garantir que, ao menos pelos próximos dois anos, mais de 20 milhões de brasileiros sejam devidamente atendidos por um auxílio, na hora mais difícil da vida dessas pessoas.

Nós queremos viabilizar isso e nós estamos provando. E os técnicos que foram ouvidos aqui, todos, todos, em uníssono, responderam que a solução do Governo não era adequada, porque tinha consequências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indesejadas, reduz a credibilidade do mercado, aumenta a taxa de juros e, por consequência, a inflação, dá com uma mão pequena e toma com uma mão grande. Por que fazer isso? Não existe justificativa.

Nós iremos para uma disputa de voto, mas eu confesso, como confessei ontem em Plenário, que é uma disputa de voto que me deixa triste, porque ela tem como pano de fundo um desrespeito muito grande àquilo que é mais importante, que é a vida dos brasileiros. A discussão passou a ser de penduricalhos, de pequenos ajustes, que têm sua relevância, mas são pequenos ajustes diante da fome dos brasileiros, e que não estão plenamente atendidos, como é o caso da fila dos precatórios alimentares.

O Relator manifestou atendimento às emendas sugeridas pelo PSD e PT, verbalizou um texto, mas, na própria verbalização do texto, fica claro que, se o volume ultrapassar aquele teto, você não vai ter pagamento. É uma escolha política do Governo. O Governo escolhe essa alternativa de colocar um teto para pagamentos e colocar em risco o atendimento a direito de pessoas que passaram décadas na Justiça. Não se sustenta, politicamente falando, não é justo com os brasileiros.

E existe... E aí, fazendo minhas as palavras do Senador José Aníbal, se for o caso de um terceiro texto, que diga, em três linhas...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... está separado espaço fiscal suficiente para atendimento ao auxílio, nós vamos, em conjunto, subscrever. Mas para o auxílio, não para emenda, não para transferência para o Judiciário e para o Legislativo. Não se justifica isso, Senador Fernando Bezerra, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

E peço, com todo respeito, o voto e a compreensão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Alessandro.

Antes de passar para o Professor Senador Antonio Anastasia, quero só registrar que se encontra no plenário o Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Douglas Alencar Rodrigues, que veio prestigiar a sabatina da Desembargadora Dra.Morgana e já está devidamente acomodado, aguardando o início da deliberação da Ministra indicada para o Tribunal Superior do Trabalho.

Seja bem-vindo, Ministro, ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Com a palavra o Professor Antonio Augusto Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, esta discussão de agora é a comprovação cabal de que infelizmente o Brasil, há décadas, é um país que não tem planejamento, programa, projeto e prioridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, é interessante observar que nós discutimos aqui temas relevantíssimos, quais sejam, em primeiro lugar, uma jabuticaba brasileira, que é o precatório. Em países estrangeiros, a função do precatório já é mal recebida, porque ninguém imagina que o erário, a Fazenda Pública possa não honrar de imediato o pagamento de uma dívida judicial. Mas se criou isso no passado, objeto de constitucionalização, então nós temos já o precatório como algo estranho.

Mais estranho ainda foi, ao longo dos últimos anos, a modificação que o Senador Alvaro Dias, de maneira muito didática e pedagógica, aqui arrolou, com cinco modificações constitucionais recentes alterando esse pagamento.

Justiça seja feita, isso não é relativo ao atual Governo ou ao anterior; é uma prática que se disseminou, inclusive levando Estados e Municípios a não honrarem precatórios e chegarem à beira, como lembrou o Relator, de intervenções.

Por outro lado, a questão do teto, que foi votada relativamente há pouco tempo, naquele momento como uma boia salva-vidas para a nossa economia, já se identificam momentos de necessidade de seu rompimento.

Esses dois exemplos, por si sós, demonstram como, de fato, infelizmente nós não temos ainda, a nossa sociedade, a maturidade jurídica, institucional, de uma segurança jurídica necessária a criar um Brasil, que o Senador Oriovisto sempre reclama, com ambiente econômico favorável para receber investimentos, não só dos brasileiros, mas do mundo afora. Isso é um dado e é uma realidade.

Por outro lado – foi aqui colocado por vários colegas de maneira muito clara –, que, hoje, infelizmente, no Brasil, nós lidamos com um problema muito mais grave, que é a fome. Ontem mesmo, o noticiário dizia que, no Estado mais rico da Federação – que é aqui representado pelo Senador José Aníbal, que está presente –, pessoas famélicas nas filas dos postos de saúde, desmaiando de fome. Então, é evidente que o auxílio emergencial, Senador Kajuru, é inafastável. Acho que há uma unanimidade na sua concordância.

Cabe-lhe, então, eminente Relator, uma tarefa, que é hercúlea, ciclópica e tão difícil, de construir um resultado, uma solução que tente compartilhar todos esses interesses ao mesmo tempo. Não é fácil fazê-lo. Aqui, em primeiro lugar, eu agradeço – ainda que parcialmente atingido – a questão do precatório alimentar, porque, de fato, era muito delicado o precatório alimentar não ter uma exceção, na medida em que as pessoas levaram anos em razão dos seus salários, de suas pensões previdenciárias, assim como os idosos. Por outro lado, nós sabemos, também, da necessidade que é, como eu disse há pouco, a identificação do auxílio. Então, agradeço por esse ponto. Também a minha Bancada do PSD recebeu a questão do Fundef, como V. Exa. também fez expressamente a pedido em especial do Senador Otto e avançou positivamente.

Mas qual é o drama que se coloca agora, Senador Bezerra? Eu acompanhei todos aqueles que me antecederam e que vão me suceder. Ainda há um sentimento de um receio, que acho que é um receio que V. Exa. também tem. É o receio de que esse dinheiro, esse recurso, esse valor, esse plus expressivo que vai ser aberto por necessidade, deve, de fato, ser destinado a uma finalidade que seja reconhecidamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imperiosa, hemorrágica e urgente, que são as questões sociais. Daí, talvez, o apelo final à criatividade, à capacidade extraordinária que tem o Líder do Governo de identificar soluções ouvindo os pares, de caminhar nesse sentido. Parece-me – e não vou me estender – que a ponderação feita pela Senadora Simone Tebet, primeira oradora desta discussão, na proposta que fez, é adequada a esse feitio. Parece-me que a proposta que a Senadora apresentou – a Senadora Simone, como sempre, muito criativa e inteligente e que recebeu já o aplauso de diversos pares – é uma que sinaliza nessa possibilidade, não havendo vinculação, Senador Amim. Parece-me que não há vinculação – V. Exa. será o próximo orador –, mas sim a identificação do que eu falava há pouco: que nós temos de ter essas prioridades. Nós não podemos deixar esse recurso ao alvedrio, ao talante e não digo do atual Governo, mas do futuro ou de outro, porque isso abre precedentes. Então, de fato, é a necessidade da questão do salário mínimo, de recomposições na área da educação, do pagamento não só do auxílio, mas dos decorrentes da área social, da assistência, da seguridade, que é o título que a Constituição dá como o grande guarda-chuva.

Eu tenho certeza de que V. Exa., Senador Fernando Bezerra, percebendo o ambiente, que vai ser levado a Plenário também, terá condições de avançar positivamente dentro do que é razoável e que está colocado aqui pela Senadora Simone.

Era só a ponderação que eu queria fazer a V. Exa. Tenho certeza de que V. Exa. fará esse esforço, uma vez mais, juntamente com todos os pares.

Agradeço-lhe muito e agradeço, de modo penhorado, o reconhecimento, ainda que parcial, da proposta do precatório alimentar, que apresentamos ao eminente Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Último Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu serei repetitivo, mas procurarei ser conciso, porque há alguns tópicos que eu já falei três vezes aqui.

Primeiro, falar que isso é calote só pode ser fruto de complexo de vira-lata – só pode –, porque nós aprovamos neste ano, neste ano... Prestem bem atenção: neste ano, nós aprovamos uma das emendas que dizem respeito a precatórios, nessa via crucis dos precatórios, que começa com as Ordenações Filipinas.

Art. 101 [que nós votamos e foi promulgado neste ano, ano da graça, no dia 15 de março de 2021]. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015 [texto da Constituição agora, art. 101, que é o seguinte ao famoso artigo dos precatórios, o art. 100], se encontravam em mora...

Nasser, o que quer dizer "estar em mora" na linguagem, assim, mais popular?

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Atrasado, na pendura, como se diz num boteco honrado.

Continuando:

... no pagamento dos seus precatórios [ou seja, um texto da Constituição para atender os que estavam em mora em 2015, escrito e aprovado em 2021] quitarão, até 31 de dezembro de [2029], seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo [INPC] [...].

Isso não é PEC do calote; isso é apenas um reparcelamento de dívida. Mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas.... Hein?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Fora do microfone.) – São diferentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, porque diz respeito aos Estados, aos entes subnacionais. Mas, aqui mesmo, eu escutei o Senador José Aníbal dizer que, nesta batida, nós vamos chegar à situação para a União, e é verdade!

Com o teto de gastos aprisionando e com a Advocacia-Geral da União anunciando que o risco fiscal de precatórios ascende à cifra de R$4,8 trilhões, eu tenho que ter alguma base para informar. Eu estou dando a fonte. Qual vai ser a taxa de sucesso dessas ações eu não me arrisco a apostar. Mas a cifra está posta, e não se sabe se, para 2023, serão R$120 bilhões, R$130 bilhões ou R$140 bilhões, mas será uma cifra bem superior a este meteoro de 2022.

Isso posto, eu queria rogar que se inscrevesse aqui, nos Anais desta sessão – eu não vou ler –, a Nota Informativa nº 7.290, de 2021, escrita pelo Consultor Legislativo do Senado Federal, doutor pela Universidade do Largo de São Francisco, Faculdade de Direito da USP, um doutorado, em maio deste ano, de cuja banca eu tive o privilégio de participar, junto com o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Ministro Gilmar Mendes e outros muito mais ilustres e ilustrados do que eu. Ele faz um retrospecto da era – faço questão de frisar isso, não vou ler –, a terceira era deste estudo sobre precatórios, que é a era do crescimento do volume dos precatórios e as moratórias, moratórias que começaram no Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, ensejando que a União bancasse os títulos públicos dos Estados. Disto decorreu a CPI dos Precatórios, da qual eu participei, em 1997, porque não era parcelamento pelo Estado. O Estado entregava títulos e a União bancava os títulos, que, portanto, passavam a ser não títulos do Estado "a" ou "b" e, sim, títulos públicos federais, portanto os melhores do País. E lá, na letra "g", aparece a Emenda Constitucional nº 109 – eu li apenas um artigo deste parcelamento para Estados e Municípios ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, abreviando, sendo conciso, como falou o Senador Alessandro: Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que criou a sistemática das requisições de pequeno valor. Em 1998 nós estávamos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Emenda Constitucional nº 30 previu novo parcelamento de precatórios em até dez parcelas. Emenda nº 30, de 2000, Governo Fernando Henrique, e eu era Governador também nessa época. Foi mais ou menos nessa época que houve a crise a que aludiu o Senador José Aníbal, da qual eu participei mais modestamente, mas tomo como protótipo do problema o meu saudoso amigo, o respeitabilíssimo amigo Mário Covas.

Emenda Constitucional, de 2002: fixou provisoriamente os valores para fins de RPV, caso não haja legislação em sentido diverso editada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí começa o período do PT.

Emenda Constitucional, de 2009: previu parcelamento em até 15 anos. Foi aí que foi criada a expressão "décimo quinto". Não desejando que a expressão "quinto dos infernos", cunhada em Minas Gerais, governasse sobre o Brasil, vamos para o décimo quinto. Nada contra Minas.

Emenda Constitucional nº 94, de 2016: permitiu o parcelamento de precatórios de altos valores. Aí começa a se distinguir o que é concentração de valor – Senador Rogério Pacheco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Rogério Carvalho, desculpe-me. Ambos, desculpem-me. Aí começa a sua razão. O senhor tem toda razão: o precatório de menor valor, do ponto de vista financeiro, é até desinteressante, mas, para nós, tem que ser a prioridade.

Por isso, eu lhe disse hoje pela manhã: se a sua informação sobre precatório alimentício for verdadeira, eu voto com o senhor, porque esse nós temos que... nós estamos tratando do auxílio emergencial, pequenos créditos transitados em julgado... Eu não... eu vou ficar contra quem estiver contra a tese sua e minha.

Agora, aqui aparece, claramente, que os de altos valores têm um tratamento financeiro diferente. É como o sujeito que ganhou o primeiro prêmio, a loteria, a Mega-Sena. Esse sujeito tem todo o nosso respeito, mas ele pode até, quem sabe, receber essa polpuda cifra em parcelas corrigidas, sim, sem roubo, mas isso não é calote! A Emenda Constitucional nº 99 prevê que o estoque de precatórios vencidos – quer dizer, precatório vencido não é uma coisa nova, não é um meteoro que caiu na nossa frente...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... um marciano que surgiu na nossa vida legislativa – e não pagos – não pagos! – devem ser zerados até 2024. Quer dizer, isso não é calote, isso é apenas um diferimento, um parcelamento. E, finalmente, a 109, de que eu falei.

Então, eu fico... sinceramente, eu respeito, mas eu não concordo que isto seja a PEC do Calote. Tem alguém interessado em cunhar essa moeda, e não é o andar de baixo, é o andar de cima do edifício social brasileiro, que sempre soube dar um bom apelido a alguma coisa que não viesse comprazê-lo. Ou seja, que viesse, se não em seu desfavor, não o tratasse com a regalia do hábito ...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com que ele sempre foi tratado, o andar de cima.

Finalmente, uma retificação... Por que eu protestei quando o Senador Rogério Carvalho falou sobre vincular? Eu não sou contra vincular, mas eu escutei quantas vezes os Líderes do PT defenderem a DRU. "Ah, mas nós não inventamos".

Bom, então, quem inventou foi o PSDB? "Nós não inventamos, mas queremos manter por mais um ano a desvinculação de recursos da receita da União na educação, e não estávamos em crise. Pelo contrário, estávamos navegando na maré favorável das commodities a ponto de o Brasil, em 2007, quitar a sua dívida internacional, e eu bati palmas para o Presidente Lula, na sala de aula onde eu lecionava na universidade federal... "Olha, desde D. Pedro I, é a primeira vez que o Brasil não deve para o exterior", celebrei, não fiquei contra. Não achei que devia ter gasto o dinheiro em outra coisa. Não, desde 1822, todos os anos nós fechávamos o balanço: "estamos devendo pra Inglaterra", e assim, sucessivamente, para outros credores. Em 2007, o Presidente Lula emprestou dinheiro para o FMI. Eu bati palma na tribuna que eu tinha.

Então, quero só, concluindo, aplaudir aqui uma frase do Senador Carlos Portinho. Eu, de vez em quando, me informo sobre qual era o slogan do Presidente, no caso, americano. Todo mundo se lembra de "Yes, we can". E pouca gente se lembra de que Reagan tinha um parecido: "We can do it" – nós podemos fazer isto. Mas o mais impositivo foi o do Truman, que ficou marcado na história por ter sido o homem que autorizou a jogar a bomba atômica. Ninguém mais quer saber o que o Truman fez. Ele usou a seguinte.... O slogan que ele tinha em cima da mesa era: "The buck stops here" – a bola para aqui. Pode ter rodado o mundo, mas aqui ela vai ser resolvida. The buck stops here! E ele usou a expressão "a bola para aqui". Nós temos que resolver. Nós temos que resolver, porque é uma emenda constitucional. Eu não vou resolver pelo ideal.

Eu não tenho nada contra destinar eventual poupança, especialmente num tempo de desconfianças como esse que nós estamos vivendo. Agora, vincular... Todos os especialistas, todos os especialistas em Constituição, todos os que estudam reforma tributária – não sei se o José Aníbal vai me ouvir –, a começar pelo meu querido amigo José Serra, todos falam hoje que nós temos é que desvincular a receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duvido que apareça um candidato a Presidente da República que diga que tem que vincular mais receita no Brasil.

Nós estamos vivendo, Senador Dário Berger, uma outra versão do Germano Vieira, seu guru político, seu amigo, nosso amigo, que disse: "São José é dividido em duas partes pela BR-101...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... 60% por um lado e 60% para o outro". Nós já temos vinculação para mais de 100% da receita. Então, não há o que vincular mais, pessoal!

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concluo, dizendo o seguinte: quanto à vinculação constitucional, eu não votarei a favor. Agora, se houver um projeto, seja do Governo, seja do Congresso, destinando recursos para não cair em RP conhecida, principalmente as mal-afamadas, conte comigo. Mas vincular constitucionalmente eu acho que seria um indicativo, no mínimo, de alta desconfiança e talvez até alguma procedência de que nós não estamos no caminho certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não há mais Senadores inscritos para a discussão da matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria apenas aproveitar um pouco mais a experiência do Senador Amin, para que ele pudesse, juntamente comigo, aprofundar essa análise, porque a análise é relevante para quem está tentando entender aqui.

Quando V. Exa. diz que essa PEC não é a PEC do calote, eu entendo qual é o mérito da sua fala, mas há de se reconhecer que são coisas diferentes: o parcelamento de débitos que estão estabelecidos e a fixação de um teto para pagamento, o que, obrigatoriamente, gera a bola de neve, como citam as instituições, a IFI, por exemplo, aqui do Senado. Então, quando o senhor cita esse histórico, ele é valoroso no sentido de que: "Olha, chegou a um patamar que era impagável, e o Constituinte foi e fez um parcelamento. Depois, o Constituinte derivado também". Salvo engano, todos foram revistos pelo Supremo. O senhor também certamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fora do microfone.) – Mas nem todos foram impugnados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Dois deles foram impugnados e revistos.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu compreendo perfeitamente isso, mas eu gostaria que ficasse mais claro, até para que eu possa, eventualmente, mudar meu posicionamento. Por que criar um teto que gera, necessariamente, essa condição de acúmulo e descontrole não é considerado um calote por V. Exa?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixem-me fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para responder.

É o mesmo caso do Mário Covas: sem lei, os tribunais de Justiça naquela época estabeleceram o máximo de pagamento mensal dos precatórios alimentícios e dos maiores valores. No caso do STF, o Presidente era Marco Aurélio Mello; no caso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que o seguiu, o Presidente da época era João dos Passos Martins; em São Paulo, não sei. Mas foi estabelecido um patamar de pagamento, ou seja: "Empurra a dívida para frente, faz a correção e vamos adiante. O que nós não vamos é parar o Estado porque caiu um meteoro". O que é pior no nosso caso atual é que tudo indica que não é um ponto fora da curva; é uma curva que se distancia da anterior, ou da conhecida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Amim.

Senador Alessandro, queria...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Vanderlan, pela ordem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou vendo a discussão já há alguns dias com relação a essa PEC e eu quero aqui, Sr. Presidente, cumprimentar o Relator, que se sentou e atendeu os pedidos principalmente dos Governadores. O Senador Otto Alencar, que apresentou junto com o Senador Marcos Rogério para que fossem retirados os precatórios do Fundef, foi atendido com R$16 bilhões. E tantos outros pontos foram atendidos, Sr. Presidente.

Como a gente tem muitas autoridades para votar, eu queria pedir a V. Exa. para gente ir para essa votação. Vamos para o voto!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Era para isso que ia apelar agora.

Eu queria agradecer, Senador Vanderlan...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu tenho um destaque para depois da votação. Eu queria que fosse apreciado o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Qual o destaque?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Emenda 18. Foi assinado pelo Líder e eu, como Vice-Líder, tenho o direito de fazer o destaque.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – O Cidadania também tem destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou fazer a votação dos dois destaques, que eu vou incluir agora na minha resposta, porque o Líder encaminhou requerimento de destaque e tem o do Cidadania. Vou mudar essa redação aqui e vou tentar ajustar ao requerimento novo apresentado pela Bancada do Partido do Trabalhadores.

Queria agradecer a todos os Senadores que, ao longo do dia de hoje, ao longo dos últimos dias, têm tratado desse assunto e se dedicado a tentar buscar – já está aqui – um entendimento para que gente pudesse colocar a matéria em deliberação. É isso que vamos fazer agora.

Informo que há sobre a mesa os seguintes requerimentos apresentados, de destaque de bancada: a Bancada do Partido Liberal retirou o seu destaque. Então, fica... (Pausa.)

Não ele retirou ainda agora. Está retirado. O Líder falou que estava retirado.

Destaque da Bancada do Cidadania, para votação em separado da Emenda nº 52. Esse destaque está mantido e será votado logo em seguida. E agora apareceu o destaque da emenda do Partido do Trabalhadores: votação em separado da Emenda nº 18. Então, nós vamos ter duas votações após o relatório de dois destaques...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator. Fora do microfone.) – São votos em separado?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. São destaques do voto de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, sem prejuízo da continuidade, vou apenas verificar se não há erro material no número.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É o nº 52 o do Cidadania.

Eu gostaria de informar também que existem requerimentos na mesma linha apresentada pelo Cidadania que foram apresentados individualmente pelo Senador José Aníbal e por V. Exa. Eles vão ficar prejudicados, porque nós vamos votar o requerimento de bancada que tem prioridade.

Vamos passar agora à votação do relatório apresentado pelo Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, eu fiz aqui algumas menções das sugestões que recebi de diversos Senadores, mas, por dever de justiça, eu preciso também fazer uma referência ao Senador Jaques Wagner. O Senador Jaques Wagner encaminhou uma emenda sobre a questão do Fundef. E nós também colocamos no nosso relatório o pagamento aos professores da ativa e aos professores aposentados e pensionistas, quando do pagamento do valor desses precatórios a Estados e Municípios. Então, a emenda do Senador Jaques Wagner também foi acatada parcialmente. Faço esse registro da iniciativa dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ressalto apenas que existe uma pendência de entendimento com a Mesa: se caberá o destaque da 52, porque é uma substitutiva global. Se não couber o da 52, será o da 54. A Emenda 54, de autoria da Senadora Simone Tebet, já estão perante a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não chegou esta informação à Secretaria da substituição do destaque.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O sistema está enfrentando uma certa indisponibilidade. Peço para encaminhar isso diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas acho que tem que apresentar um destaque o partido. (Pausa.)

O PL informou que foi retirado o seu destaque. Então, não há destaque do Partido Liberal.

Há dois destaques apresentados: o do Cidadania e o do PT. Nós vamos votar o relatório... Nós vamos votar o relatório apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, com todas as alterações de redação propostas por ele, feita a leitura aqui no Plenário, e, em seguida, nós vamos votar os dois destaques apresentados pelos dois partidos.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o parecer apresentado pelo Senador Fernando Bezerra permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Há apoiamento para o pedido... (Pausa.)

Há apoiamento para o pedido de verificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu determino à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para a votação nominal.

(Procede-se à votação.)

É votação nominal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na bancada.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Quem vota com o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quem vota "sim" vota...

Vote na bancada, Senador Alessandro.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Quem vota "sim" vota com...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quem vota "sim"...

O computador está aberto. A Secretaria já abriu? (Pausa.)

Ali é só presença. (Pausa.)

Já abriu ali. O Senador Kajuru já votou.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente, então, quem vota...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto aqui.

A Secretaria...

Peça apoio técnico.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Esclarecimento de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto. Eu vou esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto. Quem vota "sim" acompanha o Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É contra o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É contra... Não, é contra o parecer.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quem vota "sim", vota com o relatório, quem vota "não", vota contra o relatório.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, quem vota "sim", vota "sim", é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Teoricamente, sim. (Risos.) Quem vota "sim", vota "sim"; e quem vota "não", vota "não". (Risos.)

Obrigado, Líder Weverton. Foi muito importante a participação de V. Exa.

Peço... O computador do Senador Amin está dando problema. (Pausa.)

Vai ficar aberto o painel...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E não foi só o Senador Kajuru que pagou entrada inteira, eu paguei inteira também. (Risos.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, dá para votar pelo celular?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dá para votar também. (Pausa.)

Só para registrar novamente, para não deixar dúvidas: temos dois destaques para votar daqui a pouco, após a votação do relatório. (Pausa.)

Por que o meu nome está em amarelo ali? Eu quero votar. (Pausa.)

Senador Carlos Portinho, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – V. Exa. já votou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu votei, mas o Senador Jorginho... Eu sou suplente na CCJ, o Senador Jorginho me jogou para a suplência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Todos já votaram? (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 16 Senadores e Senadoras; votaram NÃO 10.

Está aprovado o relatório apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Fica prejudicada a votação da Emenda nº 52, por se tratar de substitutivo global.

A gente passa para a votação destacada da Emenda nº 18.

Em votação a emenda destacada...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para acatar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos votar agora, mas é simbólica. É simbólica, pois já votou. (Pausa.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder.

Eu queria pedir a atenção...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas tem que votar de novo?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. Retirou.

Em votação a Emenda destacada de nº 18.

Vou conceder a palavra ao Relator, que conversou com o Líder que apresentou o destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o destaque oferecido pelo Senador Rogério Carvalho é para uma emenda que tem o mesmo teor do projeto do Senador Eduardo Braga, através de uma PEC que nós votamos e que está na Câmara...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São 75 votos a zero.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Setenta e cinco votos a zero.

O Senador Rogério Carvalho entende que, se a gente incorporar o texto da emenda de Eduardo Braga a esse texto da PEC 23, a gente vai apreciar com maior velocidade na Câmara. Então, eu pedi a ele que compartilhasse a autoria, a coautoria, com o Senador Eduardo Braga para que a gente pudesse acatar o destaque e incorporar ao nosso relatório, porque é no sentido de garantir no texto constitucional o direito do brasileiro à renda mínima. É o que está disposto aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Relator.

Poderia ler? Porque eu tinha dúvida...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só tem um problema, só tem um problema, e a gente tem que entrar aqui em ajuste: é que isso cria uma dificuldade para o acatamento.

Eu consulto o Senador Rogério Carvalho, para excluirmos o inciso III, que é o problema do reajuste periódico...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Exclui o inciso III...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e continuam os outros critérios: priorização dos cidadãos em situação de insuficiência de renda, articulação ao Sistema Único de Assistência Social e – o último inciso passa a ser o terceiro – previsão de condicionalidades relacionadas à saúde e à frequência escolar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito! Perfeito! Estou de acordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está de acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou de acordo! De acordo!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, apenas quero saber como é que está o caput.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vou ler.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tinha justamente dúvida sobre a permanência do programa na forma como estava elaborada a emenda do Senador Braga. Então, se pudesse...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou ler, a pedido da Senadora Simone:

A Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. [...]

§1º Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público, cujas normas e requisitos de acesso serão determinadas em lei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há a palavra "permanente" aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) – Não há a palavra "permanente".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é muito importante, Sr. Relator. Era a emenda que, inclusive, eu apresentei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – "Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público, cujas normas [...]."

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senão a emenda vai ficar pior que o soneto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é preciso saber como colocar isso, porque o §2º...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas aí vai fazer... Já não dá para mexer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... trata da renda básica familiar, "devendo sua implementação considerar, no mínimo, os seguintes aspectos". Aí são três aspectos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí em cima podia colocar "de caráter permanente".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Mas ele coloca agora, ele acata, porque senão vai virar uma norma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas aí vai... Não, ele vai colocar no Plenário. Nós já votamos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela tem eficácia contida porque ela dependeria de lei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "De caráter permanente".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, se eu coloco agora "em caráter permanente", eu já a transformo em programa permanente a partir de agora, independentemente da regulação da lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não. É que vai ter que haver a lei, não dispensa a lei. A lei, nós a estamos aprovando.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim! Isso! Mas, se a gente coloca "em caráter permanente"...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vou tentar ver se consigo construir aqui uma redação que atenda às solicitações: "Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica familiar de forma permanente [...]".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) – Perfeito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em caráter permanente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, o problema é o seguinte: tem que ver isso porque você pode sair dessa renda mínima.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, não! Quando se coloca...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, não pode ser "em caráter permanente". É só para aquele que está precisando da renda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deixe-me tranquilizá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um programa! É um programa!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando coloca que o caráter é permanente, não é a pessoa que tem direito permanente, mas é o programa que é permanente. Por isso, a expressão "caráter permanente" exime essa preocupação de perenidade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que é melhor... Olha, deixe-me fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fernando, só um minuto! Já foi votado o relatório de V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer uma sugestão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Essa PEC, essa redação, vocês vão construir, e a gente vota, junto, no Plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu assumo o compromisso de encontrarmos um texto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aí vai fazer a redação que tiver que fazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Trata-se de fazer um texto com que a gente possa assegurar o caráter permanente para o programa de renda mínima, que era o propósito do Senador. É um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E a gente vota no Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fora do microfone.) – É um acordo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem o meu compromisso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está retirado o destaque, pelo acordo.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e sete minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Giordano, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Weverton, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Cid Gomes e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Otto Alencar, Dário Berger, Angelo Coronel, Jayme Campos, Marcelo Castro e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 65, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9º Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9º Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 14, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 18, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 19, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Juiz do Trabalho ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 13, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULRO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Juiz de Direito RICHARD PAULRO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 12, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 15, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Chiquinho Feitosa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 16, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador José Aníbal. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal de Justiça, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 17, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça, com 23 (vinte e três) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Reunião extraordinária convocada para hoje.

Nesse sentido, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Eu gostaria de convidar o Senador Weverton, o Senador Omar Aziz e o Líder Eduardo Gomes para acompanharem as autoridades que estão indicadas para os conselhos e para os tribunais superiores para que se dirijam até o Plenário para o início do processo de sabatina. (*Pausa.*)

Dra. Morgana, Ministro Luiz Philippe... (*Pausa.*)

A Secretaria tem que fechar essa porta, para colocar bem aqui os nossos convidados. (*Pausa.*)

Eu queria convidar...

Cadê a Secretaria? A Secretaria, por favor...

Ministro, aqui.

Quero convidar o Ministro Luiz Philippe, nosso Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Obrigado, Senador Omar. Obrigado, Senador Eduardo Gomes. Obrigado, Senador Weverton.

Queria agradecer...

Os nossos Conselheiros...

Conselheira, tudo bem?

Eu quero que coloque aqui do lado, para não ficar muito... Dois ali, dois aqui.

Pega a cadeira para cá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, vou fazer todos agora.

Exatamente. Todos de uma vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto.

Uma cadeira aqui para a nossa Conselheira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que segurar essa porta aí e pedir para os Parlamentares entrarem pela outra.

Doutora, por favor.

Temos mais cadeiras aqui?

Nossos convidados, que são Conselheiros... Também tem que pegar cadeira.

Aqui, doutor. Vamos fazer uma...

Seja bem-vindo! (*Pausa.*)

Aqui, doutor. Ali tem uma cadeira para o senhor.

Pronto. Acho que ficou atendida a solicitação.

Eu queria solicitar, já que os Senadores podem votar no modelo remoto... (*Pausa.*)

Ah, não, perdão, perdão é na urna eletrônica. É na urna.

Eu vou iniciar...

A gente vai ter que fazer, a Secretaria-Geral da Mesa vai ter que fazer uma nova cédula, porque nós tínhamos duas sessões, uma sessão para sabatinar a Dra. Morgana e, em seguida, os Conselheiros e as Conselheiras. Como nós juntamos em uma única sessão, em uma única reunião, a Secretaria está providenciando uma nova cédula e, quando a gente estiver com a cédula pronta, a gente abre a votação e, naturalmente, continuará com a arguição, com a sabatina, dos nossos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal Superior do Trabalho.

Concedo a palavra...

Queria agradecer, novamente...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – É que há várias autoridades ao seu lado. Quem está nos vendo aqui na televisão ou pela TV Senado não sabe quem é quem. Faça o favor de se apresentar e dizer qual é o ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E quem é o Relator de cada um, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É porque eu estava pensando, atendendo à solicitação, na verdade, havia uma solicitação para a gente dividir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatina de hoje para outro dia. Só que a gente tem que concluir essa sabatina porque é algo que está todo mundo esperando. Então, eu peço desculpas, porque nós não temos mesa para colocar os nomes, mas era o jeito que havia de a gente tentar, de uma vez por todas, virar essa página em relação aos nossos conselhos, porque...

Então, eu vou fazer a leitura aqui das autoridades para atender a solicitação do Senador Omar. Nós vamos apreciar a indicação da Sra. Morgana de Almeida Richa, que é Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa. A mensagem é da Presidência da República. O Relator da mensagem é o Líder Eduardo Gomes.

Temos também o ofício submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho. A indicação da autoria é do Tribunal Superior do Trabalho e o Relator da matéria é o Senador Antonio Anastasia.

Temos também a indicação da Sra. Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destina ao Tribunal Superior do Trabalho. A autoria é o próprio Tribunal Superior do Trabalho e o Relator da matéria é o Senador Omar Aziz.

Temos também a indicação do nome do Sr. Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho. O Relator da matéria é o Senador Giordano.

Temos também a indicação do Dr. Juiz de Direito Richard Paulo Pae Kim, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a juiz estadual. A indicação é do Supremo Tribunal Federal. O Relator da matéria é o Senador Antonio Anastasia.

Oi, doutor, fique à vontade. Seja bem-vindo!

Temos a indicação também de S. Exa. Desembargador Mauro Pereira Martins, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça. A autoria também é o Supremo Tribunal Federal. O Relator da matéria é o Líder Carlos Portinho.

Temos também a indicação do Sr. Daniel Carnio Costa para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça. A indicação é do Superior Tribuna de Justiça. O Relator da matéria é o nosso Senador Chiquinho Feitosa.

Temos também a indicação, como item 8, do Sr. Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribuna de Justiça. A autoria é o Superior Tribunal de Justiça. O Relator da matéria é o Senador José Aníbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o nono item é a indicação da Sra. Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça. A autoria é do Superior Tribunal de Justiça, e a Relatora é a Senadora Soraya Thronicke.

Eu gostaria de, para darmos celeridade, conceder a palavra à Sra. Desembargadora Dra. Morgana de Almeida Richa para fazer a sua exposição pelo tempo que V. Exa. desejar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o senhor podia, por favor, deixar anotado o meu pedido para que V. Exa. abra a urna, especialmente porque há essa intervenção a fazer, ou seja, não sei se vai ser em um ou em dois módulos. Então, quanto mais cedo V. Exa. abrir, melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos fazer a sabatina de todos os indicados. Só que tínhamos uma ordem, e a Dra. Morgana era da primeira sessão extraordinária. Como nós juntamos, ela permanece na primeira sessão. Eu vou passar a palavra para todos os sabatinados, e, assim que nós aprontarmos as cédulas, se não tivermos objeção dos Senadores – e eu vejo que não temos –, vamos autorizar os Parlamentares a se dirigirem à cabine de votação, já que a cédula vai ser única, e nós vamos votar em nove indicações.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – A orientação de V. Exa., Presidente, é que todos os sabatinados falem por quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Geralmente, pela regra, são dez minutos, mas há sabatinados que estão pedindo para falar por um tempo menor, e, no caso da Dra. Morgana, ela pediu para falar por um tempo maior. Então, eu vou deixar a critério para eles fazerem as suas manifestações.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só após todos eles falarem é que nós vamos ver o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos fazer...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Ler o parecer aqui da...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, não há leitura de relatório, ele já foi apresentado no sistema.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Já foi apresentado?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só vamos fazer a arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só vamos fazer a sabatina?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O.k. E aí o senhor abre antes a votação ou só após todos eles falarem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quando aprontarem as cédulas, eu vou abrir antes de todos falarem.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O.k. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra à Dra. Morgana de Almeida Richa para fazer a sua exposição.

A SRA. MORGANA DE ALMEIDA RICHA – Boa tarde.

Eu vou pedir licença, Senador Davi, para falar sem a máscara.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

A SRA. MORGANA DE ALMEIDA RICHA – Até pela clareza e pelos óculos, que atrapalham.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Estamos com o distanciamento.

A SRA. MORGANA DE ALMEIDA RICHA (Para expor.) – Obrigada.

Eu cumprimento, inicialmente, o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre, e o Exmo. Senador Eduardo Gomes, honroso Relator, expressando gratidão pelo apoio durante o processo de indicação ao Tribunal Superior do Trabalho e pelas gentis palavras retratadas em seu relatório. Cumprimento, calorosamente, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras presentes nesta sabatina.

Agradeço a atenção com que fui recebida nos diversos encontros e entrevistas realizadas ao longo das últimas semanas.

Registro o aprendizado do breve contato, quando tive a oportunidade de ouvir as percepções de cada Parlamentar sobre a Justiça do Trabalho e sobre a aplicação das leis, tudo isso segundo a perspectiva das mais diversas realidades do nosso Brasil continental, representadas por este universo do Senado Federal, Senador Davi.

Gostaria de fazer uma saudação especial ao Senador Lucas Barreto e à sua assessora parlamentar Claudia Dias Peres, agradecendo o valoroso auxílio na interlocução nesta Casa de leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também agradeço às pessoas que trabalham para a realização deste evento, como o setor de Taquigrafia aqui embaixo que tive a grata oportunidade de conhecer.

Peço licença para cumprimentar a minha mãe, Gecilda Helena, que nos acompanha virtualmente. Na pessoa dela rendo homenagem aos educadores, pois como professora e inspetora de ensino mostrou o valor da formação, herança que, junto com meu marido, José Richa Filho, busco transmitir às filhas Victoria, que acabou de obter aprovação na OAB, e Sabrina, estudante do terceiro ano de Direito, aqui presentes para a minha grande felicidade.

Na pessoa do Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do meu Estado, Juiz Roberto Dala Barba, cumprimento a todos os magistrados do País.

Saúdo ainda os amigos, advogados, procuradores, servidores, familiares e igualmente todos os cidadãos brasileiros que nos prestigiam nessa sabatina transmitida pela TV Senado.

Pois bem, considerada a cronologia que me trouxe até aqui, prossigo a apresentação em três momentos: o primeiro, Sr. Senador Vice-Presidente, Senador Anastasia, reflete o passado.

Nasci na cidade de Toledo, região oeste do Paraná, motor de desenvolvimento agropecuário do Brasil.

Graduada em Direito pela UFPR em 1990, atuei como advogada até o ingresso na carreira da magistratura do trabalho em 1992, mediante aprovação em concurso de provas e títulos.

Exerci a atividade judicante como juíza substituta até setembro de 1994, quando assumi a condição de titular. No final de 1994, em férias, Ministro Luiz Philippe Vieira, acompanhei uma sessão de julgamento na Primeira Turma do TST, na época presidida pela Ministra Cnea Moreira, a primeira mulher nomeada Ministra em nossa instituição.

Naquela ocasião, o Ministro paranaense Indalécio Gomes Neto registrou a minha presença, enaltecendo a dedicação e esforço no desenvolvimento de grandes préstimos para a Justiça do Trabalho.

Fui Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra IX), de 2002 a 2006, e também atuei como primeira diretora administrativa da Jusprev – Dra. Maria Tereza, junto com V. Exa. –, entidade de previdência associativa do Ministério Público e da Justiça brasileira.

Ocupei os cargos de diretora da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), no biênio 2003/2005, e Vice-Presidente da AMB, de 2004 a 2007.

Em 2008, eu recebi a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho laureada pelo TST.

Ocupei o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça com muita honra e cumprimentando a todos os pares que aqui hoje estão se submetendo a essa sabatina. Isso foi lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longínquo biênio já de 2009 a 2011, após a indicação dos Ministros do TST e sabatina também aqui nesta Casa.

No período, presidi a Comissão de Acesso à Justiça e à Cidadania, responsável pela condução dos programas de conciliação e mediação do País.

Coordenei entre outros projetos, as jornadas da Lei Maria da Penha no enfrentamento das questões envolvendo a violência física e psíquica contra a mulher, além do chamado Depoimento sem Dano, destinado à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

No biênio 2014/2015, fui coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro, uma iniciativa do CSJT e do TST, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, para desenvolver ações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Ocupei o cargo de Coordenadora da Escola Judicial do TRT-PR, responsável pela formação acadêmica e doutrinária dos magistrados e servidores.

Ainda em 2018, atuei como membro da Comissão Examinadora da Prova de Sentença no Primeiro Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho e, posteriormente, como expositora/tutora nos Cursos Nacionais de Formação Inicial da Enamat, dentro do eixo Eticidade.

Em 2019, integrei o grupo de trabalho instituído pelo CNJ destinado a avaliar parâmetros para o uso adequado das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário e que resultou na edição da Resolução nº 305.

Finalmente, transcorridos 27 anos no exercício da função em primeiro grau de jurisdição, em novembro de 2019 fui promovida ao cargo de Desembargadora do TRT da 9ª Região.

No campo acadêmico, sou doutora e mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP, com linha de pesquisa voltada ao acesso à Justiça por meio de políticas públicas judiciárias. Possuo diversos artigos publicados, além de ter sido corresponsável pela coordenação do livro: *Conciliação e Mediação: a estruturação da Política Judiciária Nacional*.

Com quase 30 anos de carreira, o passado ficou um pouquinho longo.

Então, vamos aqui já ao segundo momento, que diz respeito à indicação ao cargo de Ministra:

O processo de escolha, Srs. Senadores, engrandece a democracia por meio da legitimação social e harmonia dos três Poderes: ao Judiciário compete elaborar lista tríplice; ao Executivo cabe a indicação de um dos nomes; e ao Legislativo, representante do povo, sua chancela ou rejeição, após análise da qualificação técnica do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, foi com muita gratidão e humildade, Ministro Douglas, que recebi a indicação pelos Ministros do TST, a quem agradeço a confiança depositada para, honrosamente, por duas vezes, integrar a lista tríplice encaminhada ao Poder Executivo: a primeira, em maio deste ano, na cadeira ocupada pelo ilustre Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, e agora, em outubro, na cadeira do saudoso Ministro Walmir Oliveira da Costa, ilustre professor e jurista paraense, exemplo de ética, integridade e competência, cujo falecimento representou inestimável perda.

Na etapa do Executivo, meu sincero agradecimento ao Presidente da República, pela escolha que significa o maior reconhecimento da minha vida profissional, que por si enaltece a trajetória percorrida, como magistrada e como mulher.

A composição dos Tribunais Superiores sempre foi massivamente masculina. Apenas 16 das 100 cadeiras são ocupadas atualmente por mulheres – 5 de 27 no TST; 6 de 33 no STJ; 2 de 11 no STF; 2 de 14 no TSE; e 1 de 15 no STM.

No âmbito da Justiça do Trabalho, embora as mulheres representem 50% dos cargos de primeiro grau, tem-se que 41% são desembargadoras e apenas 19% são ministras.

Por tal razão, a escolha de meu nome expressa relevante conquista de representatividade feminina e demonstração da capacidade técnica das mulheres no alto escalão do Poder Judiciário.

Além disso, importante destacar a reinserção do Tribunal do Trabalho do Paraná no cenário nacional. O nosso tribunal retornará a ocupar uma vaga no TST após as aposentadorias dos brilhantes Ministros Fernando Eizo Ono e João Oreste Dalazen.

Enfim, Senador Omar, o terceiro e último momento projeta-se para o futuro. Caso aprovada pelo Senado Federal, adotarei como norte axiológico a pacificação social e a defesa da segurança jurídica, pautada na estabilidade das relações entre capital e trabalho, com ponderação, diálogo e serenidade. No julgamento dos processos será observada a subsunção do fato à norma, por meio de uma leitura sistêmica dos direitos e garantias dos trabalhadores, prestigiando a boa-fé contratual nas relações de trabalho e valorizando o fiel cumprimento das leis e das normas negociadas entre os entes coletivos. A atuação demandará o enfrentamento de grandes desafios, seja em razão das recentes e profundas transformações sociais decorrentes da revolução tecnológica da sociedade da informação, ainda mais intensificadas a partir da pandemia, seja mesmo pelo recorrente problema de sobrecarga dos tribunais.

Segundo o relatório analítico da Justiça do Trabalho de 2020, o TST recebeu o total de 426,2 mil processos e apresentou uma média de 32.043 processos pendentes de julgamento, por gabinete. Premente, pois, a necessidade de conferir celeridade à tramitação, de modo a concretizar o direito à razoável duração do processo e à inafastabilidade da jurisdição. Para tanto, utilizarei a minha experiência profissional na valorização dos métodos alternativos de resolução de conflitos, os quais vêm ganhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior espaço, a exemplo da nova Lei de Licitações, na prevenção e resolução de controvérsias envolvendo a administração pública.

Também destaco a gestão do acervo processual nos moldes já realizados em meu gabinete no Tribunal do Paraná, por meio da adoção de estratégias de potencialização na baixa de processos e gerenciamento da equipe, sem deixar de lado a necessária qualidade técnica das decisões; além disso, o enfoque nas questões tormentosas que demandam reflexão aprofundada, a exemplo da vasta complexidade dos novos métodos de trabalho originados com os avanços tecnológicos dos últimos anos. Em tal cenário, evidencia-se o trabalho a distância. Segundo informe da OIT, durante as piores fases da pandemia, a adoção do teletrabalho na América Latina saltou de 3% para até 30% do total de empregados formais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MORGANA DE ALMEIDA RICHA – ... mas a legislação ainda não conseguiu regulamentar apropriadamente os aspectos dessa nova metodologia de trabalho.

Ao concluir, gostaria de assinalar a compreensão da responsabilidade da atuação perante o TST, de fundamental importância na aplicação das normas atinentes às relações de trabalho e na uniformização da jurisprudência.

Concluindo, em linhas gerais, eminentes Senadores e Senadoras, são essas as ponderações que julguei pertinentes para que V. Exas. possam avaliar minha trajetória profissional e perfil para tão relevante cargo.

Prossigo à disposição dos integrantes da CCJ para responder aos devidos questionamentos, agradecendo a atenção dispensada.

Muito obrigada a todos, especialmente a Deus, pela missão, pedindo sempre equilíbrio, discernimento e resiliência para cumprir com a tarefa de prestar a Justiça!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dra. Morgana.

Eu queria pedir aos Senadores que a gente pudesse ouvir todos os sabatinados, porque o Presidente Rodrigo Pacheco está querendo abrir a sessão e vai aguardar a gente tentar concluir a sabatina. E por isso...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, Líder, só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por isso eu quero informar que a votação já está aberta. É obrigatório ser presencial. À cabine já foram feitas as adequações. É por meio de uma urna de votação secreta. Também temos o modelo *drive-thru,* que está aqui do lado de fora e também à disposição para que os Senadores possam fazer a sua votação. Na entrada da garagem temos uma urna e duas urnas de votação na Ala Senador Alexandre Costa. Então informo que está aberta a votação.

E, Líder Eduardo, eu queria pedir permissão para V. Exa., que nós pudéssemos ouvir os nossos sabatinados. E depois eu passo a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador Davi Alcolumbre, Ministra Morgana, eu só queria saber o seguinte: se a senhora sabe que o Senado aprovou uma emenda à Constituição, que o Ministro fica até os 75 anos na ativa, pela evolução. É uma falta de educação muito grande minha, só que eu estou perguntando aqui para o Relator da senhora, o Senador Eduardo Gomes, e eu não sei a sua idade. Mas não é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É, mas a gente não pergunta isso.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – É, porque aqui é o seguinte: só pergunto porque ela ficará até os 75 anos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mais 25 anos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para contraditar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, já não precisa falar nada, está bom. Não é falta de educação, eu só estou querendo saber quantos anos a senhora vai passar, porque é de uma importância muito grande nós sabermos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mais 25.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mais 25 anos, está bom.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, só para colaborar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – A senhora é uma criança ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Só para colaborar com a reunião...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, só para colaborar com a reunião, eu quero cumprimentar a todos os indicados, cumprimentar a Dra. Morgana de Almeida Richa, sua família, suas filhas, a Sabrina e a Vitória, a sua mãe, que acompanha esta reunião.

E, Sr. Presidente, como o relatório foi disponibilizado em rede para todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, e consta, na explanação da Ministra Dra. Morgana de Almeida Richa, eu cumprimento a todos que acompanham esta sabatina, o Dr. Piccolo, que está aqui comigo também, e solicito à Presidência que considere consignado o meu relatório, sem a necessidade de leitura, já que a carreira consagradora da Dra. Morgana nos dá essa segurança.

Então, Sr. Presidente, com isso, parabenizo a ela, a todos os indicados ao Conselho Nacional de Justiça, aos cargos aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... colocados. E faço então, Sr. Presidente, desta minha fala uma fala de cumprimento e de registro definitivo do nosso relatório favorável à indicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só quero dizer o seguinte: à Sra. Morgana, eu quero pedir desculpas. O Senador Omar Aziz hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, disse que tinha me conhecido Governador quando era criança, quer dizer, então ele tirou o dia para ficar fofocando com a idade dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu questionamento é no sentido de que apesar de os relatórios terem sido disponibilizados no sistema, pode acontecer que, com base em algumas perguntas, nós venhamos a saber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de questões relativas a um ou outro sabatinando que mude ou que possa mudar o nosso entendimento em relação àquele sabatinando. Então, vai acontecer nesse momento de os Senadores votarem e perderem uma questão ou outra que é de extrema relevância para a nossa compreensão e para a nossa decisão na hora do voto. Então, essa é a minha... As questões que eu já havia levantado sequer constam dos relatórios. Eu não li. O que eu vou questionar não foi encontrado em nenhum relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Soraya, eu fiz uma pergunta no início da sessão sobre se a gente poderia abrir a votação para antecipar os votos. Aqueles Senadores que não se sentirem confortáveis porque vão aguardar o término da sabatina... Espero que seja rápida e que a gente possa entregar ao Presidente Rodrigo Pacheco ainda hoje, às 18 horas, que foi o prazo que ele nos deu para o funcionamento da Comissão. A Secretaria-Geral da Mesa está informando, também, que mesmo os Senadores que já depositaram o voto na urna eletrônica, se desejarem mudar o voto, no final, voltam. Vão ter de voltar de novo, nove vezes, e decidir o que mudar. Mas eu acho que é melhor, prudente, para os que querem fazer, como V. Exa., alguns questionamentos que não estão contemplados no relatório, aguardar o final da sabatina para fazer o seu devido voto na urna eletrônica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ok. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou conceder a palavra ao Sr. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

O SR. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador, gostaria de cumprimentar V. Exa. e de agradecer-lhe pela acolhida neste tempo em que aqui estive; ao Senador Antonio Augusto Anastasia, pela generosidade de relatar o meu processo, o meu orgulho e minha admiração; a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que nos receberam com muita gentileza e atenção em seus gabinetes, conferindo-nos a possibilidade de haurir algumas questões relevantes para a nossa caminhada. Também gostaria de agradecer a todos os servidores dos gabinetes que nos acolheram com uma profunda gentiliza e dedicação. Aqui também um cumprimento especial ao meu colega do Tribunal, Ministro Douglas Alencar Rodrigues, que nos acompanha. Peço licença a todos para um cumprimento especial à minha esposa, que está aqui, ao final do local, acompanhando a sabatina, penso eu que um pouco angustiada.

Sr. Presidente, dividi a minha fala, para ser breve, em dois momentos: um sobre as perspectivas de contribuição ao CNJ e uma pequena parcela sobre a minha trajetória.

Quanto a esse primeiro aspecto, digo aqui nessas primeiras linhas que é fundamental já registrar que a indicação para a atuação como Membro do Conselho Nacional de Justiça em representação ao Tribunal Superior do Trabalho, da Justiça do Trabalho, não constitui um projeto pessoal. Trata-se, em verdade, de uma oportunidade para compartilhar com os demais segmentos do Poder Judiciário as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiências angariadas em 34 anos na magistratura do trabalho, em todas as suas instâncias e, pela profícua integração, contribuir para continuar aperfeiçoamento o nosso sistema nacional de prestação do serviço público de Justiça. Para o cidadão, é exatamente isso, a prestação de um serviço público essencial e indispensável à vida em sociedade para solucionar todos os tipos de conflito a qualquer momento e em qualquer parte do território nacional.

Não importa o nome do tribunal, o título do juiz, o tipo de código ou lei que rege os seus ritos, porque o cidadão espera chegar às portas do sistema de justiça e sair de lá com uma solução justa e rápida e com as garantias do Estado democrático de direito.

Não por acaso, a criação do CNJ pela Emenda Constitucional n° 45, de 2004, constitui um fato histórico relevante, mas, especialmente, um salto qualitativo para o Poder Judiciário brasileiro e, por via reflexa, para a efetivação dos direitos e garantias para todos os cidadãos.

Com o passar do tempo e apesar das adversidades, o CNJ vem ocupando um espaço relevantíssimo na alavancagem da prestação do serviço público de justiça. E é exatamente isso: redefinir o Poder Judiciário como um espaço a serviço do cidadão e da cidadania. Nessa linha, a prestação desse serviço público merece e deve ser continuadamente aprimorada, não apenas em termos quantitativos, mas essencialmente qualitativos.

Nessa linha e na sua atuação recente, o Conselho Nacional de Justiça vem respondendo com muita agilidade e precisão aos enormes desafios contemporâneos, tanto no contexto da pandemia como para além dela.

Assim, esperamos poder contribuir para aprimorar essa instituição e todo o Poder Judiciário nacional em várias questões relevantes, aqui trazidas como exemplo de potencialidades a serem exploradas.

Um primeiro ponto consiste na implantação de uma nova perspectiva e uma nova cultura na forma de fazer a justiça. Como todos sabem, na crise sanitária, a realização de audiências telepresenciais em plataformas compartilhadas pelo CNJ e o suporte para a manutenção dos serviços forenses, por exemplo, viabilizaram o acesso a uma justiça autenticamente multiportas.

Para além da crise e já olhando para o horizonte, o CNJ está dando um salto para o futuro com a Justiça 4.0 e a plataforma digital do Poder Judiciário brasileiro, que são muito mais do que inovações administrativas para aumentar a tecnologia dentro do Judiciário nacional.

Aqui não se trata simplesmente de mais tecnologia, mas, sim, de tecnologia a serviço do cidadão. Não é mais o cidadão que vai ao Judiciário, deslocando-se fisicamente até seus prédios e esperando para ser atendido, com os custos de tempo e de recursos que, por vezes, até o impedem de efetivar seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos. É o Judiciário que vai até o cidadão, ou melhor, o Judiciário estará onde quer que o cidadão esteja e precise dele, a qualquer hora, em qualquer lugar.

A nosso sentir, podemos contribuir com essas iniciativas para romper, em definitivo, as barreiras da acomodação administrativa e da retórica procedimentalista com uma reinvenção da forma de fazer justiça.

Agora, precisamos fazer diferente e não apenas mais do mesmo. Nesse ponto, a experiência da Justiça do Trabalho, como pioneira na implantação do processo judicial eletrônico em todas as suas varas, de forma unificada desde 2011, seguramente pode contribuir.

Um segundo ponto, e já indo além: precisamos intensificar os métodos consensuais de resolução de conflitos e investir institucionalmente neles, como a mediação e a conciliação processual e pré-processual. Até então operadas fisicamente, elas podem agora difundir-se pelos centros de soluções consensuais de conflitos de forma digital e remota nos fóruns, com o juízo 100% digital, chegando aos conflitos, onde quer que estejam, com o uso das ferramentas que as partes disponham.

Aqui, por certo, entra o debate da oferta de instrumentos e meios para a inclusão digital de todos os atores do sistema de Justiça, mais especialmente as partes mais carentes das regiões longínquas do País.

E também surge o debate sobre plataformas tecnológicas de solução de conflitos, sempre sob a supervisão técnica e administrativa do Conselho Nacional de Justiça e sob o controle ético, direto do magistrado, na ponta final de cada conflito.

Aqui, acreditamos que a representação da Justiça do Trabalho no CNJ possa trazer aporte de experiência, incorporar o DNA da conciliação desde o seu nascedouro e com extenso know-how na plantação e na gestão desses mecanismos nos âmbitos individual e coletivo.

Um terceiro ponto de central relevância é a efetivação da agenda 2030 da ONU e os Centros de Inteligência do Poder Judiciário. Mais do que apenas solucionar conflitos judicializados mais rápido, o Poder Judiciário precisa assumir um papel ativo no processo civilizatório como parceiro da sociedade civil e dos demais Poderes para um diálogo profícuo na promoção do desenvolvimento pluridimensional dentro da matriz republicana do Estado democrático de direito.

No plano global, tanto pelos Estados como pela ONU, o desenvolvimento é tratado como um processo integrado e indivisível nas diversas dimensões social, ambiental, econômica e político-institucional.

E dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vários deles integram o Poder Judiciário, como o acesso à Justiça e a sociedade democrática na superação dos grandes desafios humanos desta e das próximas gerações de quem somos responsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por certo, esse desiderato tem o protagonismo pioneiro no CNJ nos atuais projetos em torno da efetivação da agenda 2030 da ONU e com a difusão de centros de inteligência para repensar todo o modelo da prestação do serviço de justiça diante, por exemplo, de catástrofes naturais ou acidentes de grandes proporções, com alto impacto socioeconômico e em diversos ramos do Direito.

A Justiça do Trabalho aqui pode seguramente contribuir com suas experiências consolidadas em temas como a efetividade da execução, a conciliação de conflitos coletivos e os laboratórios de inteligência e inovação.

Um quarto ponto – e vamos nos limitar a esse pela brevidade e sem prejuízo de outros que se mostrem oportunos e relevantes – é a necessidade de reforçar a formação profissional dos magistrados e a capacitação do Poder Judiciário. Constitui uma obviedade afirmar que o aperfeiçoamento contínuo das pessoas é indispensável em qualquer organização, mormente em um Poder do Estado como o Judiciário.

Entretanto, nunca é demais lembrar que a mesma Emenda Constitucional 45, que criou o Conselho Nacional de Justiça, decididamente constitucionalizou essa diretiva ao criar também duas escolas nacionais de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Uma no Superior Tribunal de Justiça (Enfam) e outra no Tribunal Superior do Trabalho (Enamat), a qual tive a honra de dirigir no biênio de 2018- 2020, ambas com atuação nacional para todos os segmentos da magistratura.

Isto é, em paralelo com a supervisão centralizada do Poder Judiciário e a formulação de suas políticas pelo CNJ, o Constituinte derivado também criou dois centros referenciais nacionais de produção, gestão e compartilhamento de conhecimento para o exercício profissional no Judiciário, de forma obviamente, a qualificar os quadros e capitalizar as ações e práticas administrativas e judiciárias indispensáveis ao Poder Judiciário, em proveito da cidadania e da eficiência da prestação do serviço público de Justiça.

Nesse ponto, novamente, esperamos poder contribuir com o aporte da experiência da Justiça do Trabalho e da Enamat, para uma Justiça que incorpore a valorização dos seus quadros, tanto de magistrados como de servidores, em torno de uma atuação tecnicamente qualificada e, acima de tudo, eticamente orientada para os valores republicanos da cidadania e a dignidade da pessoa humana. E o CNJ é que pode potenciar todos esses ganhos em escala nacional, com políticas indutivas e ações integradas que valorizem a qualificação permanente. Esperamos, portanto, em atuação diligente junto ao Conselho Nacional de Justiça, se assim o desejar esta Comissão de Constituição e Justiça e este Senado Federal, contribuir com a experiência da Justiça do Trabalho para o Judiciário e para a própria cidadania.

Espero, Sras. e Srs. Senadores, que seja útil essa contribuição das perspectivas daquilo que entendo que seriam relevantes, sem detrimento de tantas outras que necessitaríamos.

E desejo aos meus colegas, quiçá futuros, que agora estão aqui, Desembargador Mauro, Desembargadora Jane, Juiz Roberto Fragale, Juiz Marcio, Juiz Carnio e Desembargadora Salise, que nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tivermos oportunidade, juntos possamos fazer uma diferença e não apenas trabalharmos com ideias e retóricas.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Fico à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Luiz Philippe.

Eu queria agora pedir para a Dra. Morgana mudar uma cadeira para ali e assim eu vou fazer... Não, daqui a pouco, Dr. Luiz Philippe. Daí o Dr. Richard toma o assento do microfone, e eu vou fazendo assim para a gente aproveitar e fazer a sabatina de hoje.

Eu concedo a palavra ao Dr. Richard Pae Kim, para que faça sua exposição.

O SR. RICHARD PAULRO PAE KIM (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, eminente Senador Davi Alcolumbre, cumprimento V. Exa. e desde já agradeço todas a lições recebidas nos encontros que tivemos recentemente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com muita honra cumprimento V. Exas. na pessoa do insigne Relator e Vice-Presidente desta Comissão, o respeitado Senador e jurista Dr. Antonio Anastasia, a quem saúdo pela sua cortesia, disponibilidade e diálogo.

Cumprimento ainda os demais colegas presentes a esta sabatina, servidores desta Casa, senhoras e senhores aqui presentes, espectadores que nos assistem pela TV Senado.

É com imensa satisfação e honra que venho ao Senado da República para ser submetido à sabatina por esta ilustre Comissão, para cumprir o mandamento constitucional disposto no art. 103-B, V, da Constituição Federal, submetendo a pretensão de assumir uma vaga como Conselheiro junto ao Conselho Nacional de Justiça, a fim de contribuir com ideias, mas principalmente com trabalho, para o aprimoramento da Justiça e para o bom desenvolvimento dos serviços a serem prestados aos cidadãos brasileiros.

Ressalto ainda a minha alegria e honra de ter recebido a indicação do meu nome pelo Supremo Tribunal Federal, agradecendo a confiança e a honra dos Ministros da nossa Corte Constitucional.

Vou poupar V. Exas. da leitura do currículo.

As Sras e os Srs. já tiveram o acesso e, nesta oportunidade, também, agradeço a S. Exas., Senadoras e Senadores, que, mesmo durante este complexo momento social e pandêmico em que vivemos, me receberam, pude visitar os gabinetes e apresentar as minhas propostas.

Agradeço a oportunidade e as lições que recebi durante todo esse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprendi muito com V. Exas.

No tocante às propostas, Senadores, fundamentalmente, penso que o Poder Judiciário avançou muito nestes anos.

Nós temos apenas 199 anos da independência do Brasil. Se levarmos em consideração que em 1808 houve, com a aprovação, com a criação da Casa de Suplicação no Brasil, um período de 213 anos do Poder Judiciário instalado em nosso País, penso que a Justiça brasileira avançou por demais.

Hoje nós temos um grande desafio. São 75,4 milhões de processos em andamento, são 90 tribunais, 433.575 pessoas que compõem a força de trabalho do Poder Judiciário, sendo que, desse número, temos 18 mil magistrados, 268 mil servidores e 148 mil auxiliares da Justiça, que colaboram com a Justiça, fora todo o trabalho que é realizado por aqueles que participam do próprio sistema de Justiça.

Então, é um enorme desafio, e o Conselho Nacional de Justiça, como órgão de controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário, tem realizado grandes avanços nesses 16 anos.

Penso eu que o Conselho Nacional de Justiça tem que continuar com esse trabalho que vem realizando, de forma profícua, envolvendo as suas atividades no desenvolvimento da gestão estratégica, do Poder Judiciário, com a criação de novos sistemas, com a ampliação dos processos de desburocratização, com o envolvimento maior na capacitação, não só de servidores, mas também de magistrados, melhoria efetiva na distribuição dos serviços, não podendo esquecer que a própria Constituição Federal, no seu art. 93, inciso XIII, obriga a que haja proporcionalidade na definição do número de magistrados e também, penso eu, de servidores, nas unidades jurisdicionais.

Temos que ter um avanço no investimento das boas práticas, um investimento na estatística e pesquisa. A par dessas ações, também há necessidade que haja maior investimento nos meios alternativos de solução de controvérsias, não só processual, mas pré-processual, e o Judiciário tem que contribuir para que nós possamos criar mecanismos de desjudicialização.

O Supremo Tribunal Federal, recentemente, ao decidir pela constitucionalidade, por exemplo, de determinadas normas que exigem que as pessoas apresentem os seus pedidos administrativos junto ao sistema previdenciário e tenham somente acesso à Justiça depois que haja uma negativa ou omissão comprovada do atendimento àqueles casos, parece-me uma medida extremamente salutar e também o Judiciário tem que participar desse debate.

E, em terceiro lugar, o Judiciário tem que investir evidentemente também em trabalhos interinstitucionais na medida em que não conseguirá resolver esses problemas do excesso de judicialização sozinho. É importante que haja a participação com todo o sistema de Justiça, dos atores do sistema de Justiça, das instituições do sistema de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são inúmeros os desafios e espero, agradecendo a honra de ser sabatinado por V. Exas., que, caso mereça a confiança de S. Exas., objetivo oferecer com dedicação o mister constitucional colaborando para a melhoria das políticas judiciárias e a eficiência da Justiça brasileira, honrando, assim, meus antepassados e os cidadãos brasileiros.

Eu me coloco à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Richard.

Na linha, eu vou conceder diretamente a palavra à Dra. Jane Torres da Silva, para que ela faça a sua exposição.

A SRA. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde!

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, Exmo. Sr. Relator, Senador Omar Aziz, na pessoa de quem cumprimento todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores presentes e agradecendo ao Senador Omar Aziz pela relatoria do meu processo; Exmo. Sr. Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, Douglas Alencar Rodrigues, que muito nos honra com a presença e na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades do Poder Judiciário presentes nesta reunião; senhoras servidoras, senhores servidores, que ora cumprimento na pessoa de Clara Maria Alves de Souza, Assessora Parlamentar do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, um grande agradecimento; familiares presentes, senhoras e senhores, dirijo-me respeitosamente a V. Exas., Parlamentares de tão alta envergadura, para a exposição inicial de modo a apresentar, resumidamente, minhas histórias de vida, experiência profissional, além de formação técnica.

Nasci em 25 de outubro de 1963. Já responderia aí a pergunta do Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos esquecer, vamos esquecer.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não, não é isso. A senhora é conselheira. Ela se tornará Ministra vitalícia. Há uma diferença muito grande. É que aqui está-se discutindo... Nós aprovamos a idade de 70 para 75 anos para a aposentadoria. Não foi isso. É que a forma como eu fiz a pergunta... E o erro foi do Relator, que não coloca até quantos anos vai passar dentro do... Porque é uma função vitalícia. É uma pessoa que nós estamos... O Senado coloca uma pessoa que vai ficar lá até se aposentar. O melhor dos cargos do mundo é esse.

A SRA. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA – ... na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, no seio de uma humilde e alegre família de imigrantes italianos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pouco contato tive com meu pai, Ari Branco Torres da Silva, sendo criada exclusivamente por minha mãe, Ignez Granzoto, que, cobrindo-me de afeto, conduziu-me no caminho da retidão, da firmeza de caráter, do senso de justiça e da fé. Hoje mãe de Camila e Gustavo, bem como avó de Giovana, que chegará em fevereiro próximo, repasso os ensinamentos de vida recebidos.

Graduei-me pela faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie no ano de 1985. Antes ainda, em 1983, enquanto cursava a faculdade de Direito, ingressei, mediante aprovação em concurso público, como servidora dos quadros funcionais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo exercido os cargos de auxiliar judiciário, oficial de justiça avaliador, bem como as funções comissionadas de secretária datilógrafa de audiência e assistente de juiz. Em 1990, fui aprovada em concurso público de provas e títulos, e nomeada para o cargo de juiz do trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo tomado posse e entrado em exercício em 27/6/1990. Promovida, por merecimento, em 1993, para o cargo de Juiz-Presidente da então 14ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, posteriormente transformada em 14ª Vara do Trabalho de São Paulo, nesse órgão permaneci no exercício da jurisdição até abril de 2004, quando alcei promoção, por merecimento, ao cargo de desembargador do trabalho – ressaltando que, já a partir de 1997, fora convocada para a substituição junto àquele tribunal.

Ocupei as presidências da 6ª e 9ª Turmas e da Sessão Especializada em Dissídios Individuais II do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Funcionei como juíza de cooperação de segundo grau do Tribunal Regional do Trabalho, também na 2ª Região, em cumprimento à Recomendação 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça.

Atuei em convocação junto à 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 12/5/2014 a 18/12/2015. Exerci o cargo de Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2016/2018.

Entrelacei o exercício da magistratura com a atuação acadêmica, como discente e como docente, sempre em constante busca de aperfeiçoamento profissional, levando esse mister para além das fronteiras do meu aprimoramento pessoal, na medida em que agi continuamente na formação de profissionais de Direito, perante a Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como através da atuação nas escolas judiciais nacional e regional, publicações doutrinárias e palestras proferidas.

Cursei pós-graduação *lato sensu* em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e mestrado em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo apresentado dissertação aprovada com o tema "Transação extrajudicial no direito individual do trabalho". Participei ainda de extensão universitária na Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, no curso de Direito do Trabalho, assim como especialização no curso de S*pecializzazione in diritto del lavoro, la tutela della sicurezza nei luoghi di lavoro* pela Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como membro do corpo docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no período de 1993 a 2013, atuei como professora na faculdade de Direito, em graduação e pós-graduação, nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Empresarial. Também exercendo, naquela universidade, as tarefas acadêmicas de chefia do núcleo temático de direitos humanos, sociais e da cidadania.

Desenvolvi ainda trabalhos na coordenação, na vice-diretoria e no Conselho da Escola Judicial do TRT da 2ª Região.

Ministrei cursos e palestras em contribuição na Escola Judicial do TRT da 2ª Região (Ejud 2) e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), instituída pelo Tribunal Superior do Trabalho.

No decurso de quase quatro décadas de carreira pública, majoritariamente no exercício da magistratura trabalhista, sempre me pautei em servir a sociedade brasileira com intensa dedicação e presteza, entregando a prestação jurisdicional de qualidade com intensa dedicação ao Poder Judiciário também.

Assumi como missão o exercício da jurisdição cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as leis da República, solucionando conflitos entre capital e trabalho, sem nunca me distanciar da necessária imparcialidade, principal atributo de um magistrado. E é no escopo de tal compromisso, renovado diariamente como integrante do Poder Judiciário, que promovo a jurisdição em conformidade com os robustos valores do Estado democrático de direito e dos ideais republicanos.

Com o mesmo desiderato, vislumbro a possibilidade, caso assim entenda este Senado da República, de atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça, que foi instituído pela Emenda Constitucional 45, de 2004, com a função precípua de manter o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário, colaborando na efetivação do papel amplo de caráter empreendedor e estratégico desse órgão na implantação de políticas públicas de justiça, de planejamento, de governança e de gestão judiciária em benefício da sociedade.

Para garantir a todos os cidadãos verdadeiro acesso à Justiça, linha mestra fixada pela Constituição Federal, necessário se faz estabelecer parâmetros administrativos e funcionais de atuação dos órgãos jurisdicionais e, nesse contexto, encontrar o modelo a ser atingido. Por outro lado, as particularidades regionais dentro de um país de ordem continental como o nosso impõem ao Conselho Nacional de Justiça um olhar diferenciado, mas sem distanciamento das políticas estratégicas e de gestão, de modo que a atuação jurisdicional seja uniforme em todos os tribunais do País, independentemente de seus limites jurisdicionais.

Faz-se mister ainda, dentro da missão do Conselho Nacional de Justiça, buscarmos a figura do magistrado que, além de, obrigatoriamente, se pautar nos valores estabelecidos pela Constituição Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pela Lei Orgânica da Magistratura, atenda as balizas inseridas no planejamento geral e seja vocacionado, capacitado, prestativo e dedicado. Urge entregarmos à sociedade o juiz por ela esperado.

Minhas palavras finais são de agradecimento pela honra de ter sido indicada pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho em sessão plena, realizada em 25 de outubro de 2021, para compor o Conselho Nacional de Justiça em vaga destinada a Desembargador do Trabalho, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal, em substituição à Desembargadora Tânia Regina Reckziegel, que tão bem vem cumprindo o seu mandato.

Agradeço, igualmente, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores pela gentil e atenciosa recepção em audiências realizadas em seus respectivos gabinetes durante as semanas que antecederam esta sabatina, acreditando, caso seja aprovada por esta respeitável Casa Legislativa, poder contribuir para o engrandecimento do nosso País no exercício da função de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Cumprimentando os meus colegas, a Desembargadora Morgana e todos aqueles que comigo comporão o Conselho Nacional de Justiça, caso aprovados também por esta Casa, coloco-me aqui à inteira disposição de V. Exas. para perguntas, questionamentos e esclarecimentos que entenderem pertinentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Desembargadora Jane.

Concedo a palavra ao Desembargador Dr. Mauro Pereira Martins.

O SR. MAURO PEREIRA MARTINS (Para expor.) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, a quem eu cumprimento e agradeço, de forma intensa, a atenção que V. Exa. teve comigo, a sensibilidade mostrada por V. Exa. ao designar esta sabatina coletiva para a data de hoje; agradeço a cada um dos Srs. Senadores aqui presentes, que me receberam, que conversaram, que me ouviram com toda a atenção, receberam o meu currículo, ouviram sobre a minha trajetória profissional; e agradeço também às respectivas assessorias.

E aproveito a oportunidade para repisar essa trajetória que me trouxe até aqui. Eu sou magistrado de carreira há quase 30 anos. Ingressei na magistratura do Estado do Rio de Janeiro por concurso público em 1993. Eu me graduei em 1990 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 1991, fui aprovado no concurso para a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Exerci o cargo de Defensor Público por pouco mais de um ano. E, em dezembro de 1993, tomei posse como Juiz no Estado do Rio de Janeiro, aprovado em primeiro lugar.

Exerci a primeira instância percorrendo todas as competências que o Juiz possui: Juiz Cível, Juiz Criminal, Juiz de Família, Juiz de Órfãos e Sucessões, Fazenda Pública... Fui Juiz Assessor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração do Tribunal do Rio de Janeiro em três oportunidades. E em 2012 fui promovido por merecimento ao cargo de Desembargador.

De 2012 para cá, venho atuando em câmaras cíveis, integrei também o órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na parte suplente eleita, e atualmente sou efetivo na 19ª Câmara Cível e tenho assento no Conselho da Magistratura do Rio de Janeiro.

Além da minha atuação jurisdicional, eu também tenho uma atuação administrativa. Integrei inúmeras comissões no Tribunal de Justiça; fui membro da Comissão de Regimento Interno; integrei a Comaq, uma comissão importante que trata da qualidade na primeira instância; presidi a Comissão do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos, que, no Rio de Janeiro, tem uma importância grande também, porque o Rio de Janeiro é uma cidade vocacionada a receber eventos do porte de uma olimpíada, de uma copa do mundo, o Carnaval, e o Tribunal de Justiça sempre coloca plantões judiciários em cada um desses eventos, mantendo a Justiça ininterrupta; presidi a Cojes, Comissão Judiciária dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. De modo que eu, além da experiência jurisdicional, acumulei uma experiência administrativa.

Na seara acadêmica, sou professor da Escola da Magistratura; tenho o título de mestre pela Universidade Estácio de Sá, com dissertação defendida no ano de 2005; integro a Banca Examinadora do atual concurso, em andamento, para juiz, sou examinador da matéria de Direito Empresarial; e tenho artigos publicados, participação em eventos acadêmicos, de modo que, em linhas gerais, essa é a trajetória que, no meu entender, me credencia a postular um honroso cargo de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça.

Em termos de proposta, de perspectivas como Conselheiro, penso que conheço o Poder Judiciário, porque integro esse Poder há quase 30 anos. Então, conheço as vicissitudes do Poder e conheço as qualidades do Poder.

Penso que deve haver um investimento maior na primeira instância. Acho que os tribunais, de um modo geral, privilegiam em demasia o segundo grau, em detrimento do primeiro grau. Embora o CNJ possua atos normativos, determinando que a força de trabalho deve ser proporcional, deve ser distribuída de forma proporcional entre primeiro e segundo grau, não é isso que ocorre na prática. Os tribunais resistem em demasia em dar cumprimento a esses atos normativos do CNJ. Parece-me que isso é uma medida importantíssima, tornar obrigatório o cumprimento dessa norma, para que a primeira instância possa desenvolver a contento o seu trabalho. A primeira instância é a porta de entrada da Justiça. Então, quando o cidadão bate na porta do Judiciário, o que ele quer é encontrar uma Justiça mais célere. E o primeiro grau fica absolutamente emperrado por conta de uma estrutura deficitária.

Vejo como uma medida importante a especialização do segundo grau. E nós temos em andamento, no Rio de Janeiro, projetos para que as câmaras cíveis, que hoje julgam tudo que não é de natureza criminal, passem a ter câmaras especializadas em Direito Empresarial, outras em Direito de Família e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órfãos e sucessões. Penso que isso é uma medida que também deve ser incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça. Um investimento maior nos Juizados Especiais, que também recebem um percentual muito significativo das ações que são distribuídas. Então, cabe aos Juizados julgar aquelas ações mais simples e que possuem um volume muito grande.

Em termos criminais também, penso que o CNJ deve manter os mutirões carcerários. Essa foi uma providência que se iniciou na gestão do Ministro Gilmar Mendes e que se perpetuou a partir dali e que deve ser incentivada.

Penso que, Sr. Presidente, em linhas gerais, eu acho que era isso.

Agradeço a atenção de todos os Srs. Senadores e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou abrir uma exceção, eu abri ainda há pouco, vou passar a palavra ao Senador Kajuru rapidamente e ao Senador Portinho também, mas daqui a pouco eu queria continuar a sabatina, porque nós temos uma hora praticamente para o Presidente Rodrigo abrir o painel lá, e eu queria concluir hoje a sabatina das autoridades.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Pode ficar tranquilo, Presidente Davi, que eu não passo de 30 segundos.

Como sempre, há a frase de colegas, de amigos: "Ah, o Kajuru é contra tudo". Não, quando eu sou contra, eu declaro aqui. E o senhor sabe, é testemunha, desde o primeiro voto meu neste Senado, na sua eleição, eu fiz questão de declarar à Pátria amada que nunca deixaria o meu voto secreto. Sempre eu declararia o meu voto.

E quero aqui rapidamente dizer da qualificação desses nove nomes. Eu não preciso nem ouvi-los, vou ficar aqui por respeito. É indiscutível, insofismável, cada um com o seu preparo, cada um com uma história. E eu dou a fonte para que vocês saibam.

Eu não sou de conversar com indicado, tenho essa posição, mas conversei demais, durante um mês, com os meus amigos pessoais o Promotor de Goiás, que a Dra. Morgana conhece muito bem, Fernando Krebs, e o Procurador-Geral Mário Lúcio de Avelar. Cada um passou um retrato de cada um dos nove aqui. Então, só estou fazendo aquela minha obrigação de declarar o meu voto, que foi "sim" para todos, prazerosamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Concedo a palavra ao Líder Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Inclusive, como Relator do Desembargador Mauro Martins, acho que seria importante essa minha intervenção, porque, há cerca de um ano, estava lá eu nos meus afazeres diários, Senador Kajuru, pois sempre fui um advogado de tribuna, um advogado de pé de fórum, que está lá com a barriga no balcão. Assim foi desde o início de minha atividade como estagiário de Direito, como advogado. E é uma feliz coincidência, nas nossas vidas, eu poder relatar o Dr. Mauro Martins, porque eu, como advogado de contencioso, acompanhei – e posso prestar esse testemunho aos meus colegas com muita felicidade –, acompanhei o trabalho do Dr. Mauro em Juizado Especial, no Juizado do Torcedor e, principalmente, no Tribunal de Justiça.

Então, eu quero deixar – além de todas as credenciais, referências à vasta experiência, inclusive acadêmica, que há também em suas obras –, quero deixar o testemunho de quem o acompanhou. E é sincero; não lembro se ganhei ou perdi algum caso, mas sei que, quando me deram a relatoria, e o Dr. Mauro entrou, eu me lembrei, como se fosse ontem, dele. Quando ele disse: "Juizado do Torcedor", e tudo mais, realmente me veio à memória um profissional comprometido.

Quero só concluir. Não é o meu relatado, mas é o do nosso Senador Giordano. Por ser meu colega também do Rio de Janeiro, advoguei um pouquinho lá na Justiça do Trabalho, não foi muito, não, mas o Dr. Fragale é um ótimo nome. Tenho certeza de que o nosso Senador Giordano saberá encaminhar.

Então, a todos os meus colegas, como se não bastasse o bom currículo, como disse o Dr. Jorge Kajuru de todos aqui, um testemunho pessoal de quem militou, de quem acompanhou e pode, por isso, atestar o compromisso, a competência, desses indicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Portinho.

Antes de conceder a palavra ao nosso Juiz do Trabalho indicado, quero me penitenciar, também, Dra. Morgana, porque me esqueci de registrar que, desde o início da sessão, nós temos uma magistrada, aqui, que hoje representa a AMB, que é a Dr. Renata Gil, que está aqui na Comissão de Constituição e Justiça; eu estou a vendo ali. Aqui, Dra. Renata, ainda agora estava muito confuso sobre como nós iríamos fazer a sabatina. Então, acabei tentando organizar a arguição da sessão de hoje para todos os sabatinados e me esqueci de registrar a presença de V. Exa., uma grande Juíza do Estado do Rio de Janeiro, hoje Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, pela qual tenho um carinho e uma admiração especiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em sua pessoa e na pessoa da Dra. Morgana – nada contra os nossos sabatinados –, um abraço a todas as mulheres brasileiras e, principalmente, às mulheres que engrandecem o Judiciário brasileiro, em sua pessoa, como Presidente da Associação.

Seja bem-vinda a esta Casa, representando a magistratura.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz do Trabalho.

O SR. ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO (Para expor.) – Exmo. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre; Exmo. Senador Alexandre Giordano, Relator do processo de minha indicação, na pessoa de quem peço licença para cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras; Exmo. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Douglas Alencar Rodrigues, na pessoa de quem peço licença para cumprimentar as demais autoridades presentes, senhoras e senhores, na orelha de meu livro de contos *5.600 Caracteres com Espaços*, escrevi minha mais breve apresentação, que assim dizia:

> Escritor mais que bissexto, cuja pena é usada profissionalmente na magistratura do trabalho, Roberto Fragale Filho é descendente de uma linhagem de alfaiates e professoras, mas nunca coseu um fato, nem pregou um botão, embora tenha terminado dando aulas na Universidade Federal Fluminense.

Titular de uma paixão irracional rubro-negra, desconfia que sua maior riqueza atende pelos nomes de Cíntia, Nina e Dora. Naqueles 413 caracteres com espaços, tentava resumir o essencial de minha trajetória, contido na alusão a famílias e profissões, tudo permeado por paixões, pois é difícil pensar a vida sem essas referências incontornáveis.

Começo pelas famílias. O que naquele texto era apresentado como desconfiança, é aqui reafirmado como certeza. Minha maior riqueza atende pelos nomes de Cíntia, Nina e Dora. De fato, Cíntia, que é minha companheira há mais de três décadas, sempre esteve ao meu lado compartilhando planos, desejos, dúvidas e incertezas. Construímos uma vida juntos, que nos deu duas preciosidades, nossas filhas Nina e Dora.

Essa família escolhida ampliou, sem dúvida, a felicidade proporcionada pelo convívio com meus pais e a família original. A linhagem de alfaiates trabalhava na The London Tailors, sob a regência de meu avô, Antonio Fragale, e de meu pai, Roberto Fragale. Para tristeza deles, nunca cosi um fato nem tampouco preguei um botão, mas, como minha mãe, Inês Pereira Nunes Fragale, terminei dando aulas na mesma Niterói da sua docência.

A memória pode nos trair e produzir uma reconstituição seletiva do passado, como talvez seja esta breve apresentação de minha trajetória de vida, que busca explicitar o fio que une as pedras do caminho percorrido. Foram dez anos de formação integral, no Colégio de São Bento, no centro do Rio de Janeiro; cinco anos de Faculdade de Direito, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 18 meses de Mestrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Direito, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; quatro anos de Doutorado em Ciência Política, na Universidade de Montpellier, na França; além de um ano de Especialização em Administração Judiciária, na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, e dois Pós-Doutorados, sendo um deles, de um ano, no Instituto de Estudos Avançados de Nantes, e outro, de cerca de quatro meses, no Centro de Estudos Avançados na Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina.

Minha trajetória acadêmica é um contínuo processo, pautado pelos quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e, sobretudo, aprender a viver juntos.

Movido por essas preocupações, sigo me aperfeiçoando, ciente de que o conhecimento exige um processo de acumulação permanente.

Minha trajetória profissional deu-se essencialmente na magistratura trabalhista, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o TRT-RJ, onde ingressei há 28 anos. Com 26 anos, eu era um jovem cuja inexperiência era contrabalançada pelo desejo e vontade de exercer a magistratura com independência, imparcialidade, integridade, idoneidade, igualdade, competência e diligência, conforme posteriormente consagrado pelos Princípios da Conduta Judicial de Bangalore.

Como juiz substituto, atuei, ao longo de seis anos, em diferentes Juntas de Conciliação e Julgamento, nas cidades de Araruama, Barra do Piraí, Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro e Três Rios.

Promovido por antiguidade em julho de 1999, assumi a titularidade da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, onde permaneci até fevereiro de 2004, quando obtive remoção para a 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, onde estou até hoje, com uma interrupção entre 2015 e 2020 para atuar como juiz auxiliar da Escola Judicial do TRT do Rio de Janeiro.

Meu envolvimento com a comunidade meritiense, de quase duas décadas, proporcionou-me duas grandes alegrias: a outorga do título de Cidadão Meritiense e a concessão da Medalha de Mérito Deputado Lucas de Andrade Figueira.

Reconstituir, ainda que brevemente, uma trajetória profissional é algo que pode ser feito a partir de locais de trabalho ou ainda de prêmios e honrarias, como tentei aqui fazer, mas qualquer reconstituição de trajetória não seria completa sem mencionar os encontros que nela realizamos.

Minha vida profissional não teria sido a mesma se não tivesse nela encontrado Luís Renato Bueno, que conheci no exercício da advocacia e se tornou meu mentor profissional, um grande amigo, uma espécie de irmão mais velho que me incentivou a ingressar na magistratura. Nossa convivência escasseou com o tempo, mas a memória da amizade nunca desapareceu.

Fiz muitos outros encontros dignos de registro nessa gigantesca comunidade constituída pela Justiça do Trabalho, bem como nos espaços acadêmicos por onde transitei, mas, na tentativa de não ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injusto, irei me limitar aos encontros recentes, proporcionados pela oportunidade de trabalhar como juiz auxiliar da Escola Judicial do TRT do Rio de Janeiro, sob a direção do hoje Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes e do Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira.

Graças ao respaldo que me foi por eles concedido, pude pôr em prática minhas ideias para o sistema de formação e aperfeiçoamento profissional de magistrados, em especial minhas preocupações com a alteridade exigida pelo ato de julgar.

Enfim, com uns, descobri os valores da amizade; com outros, aprendi o sentido da confiança. Meu carinho por todos é imenso e minha gratidão, que alcança todos os serventuários com quem trabalhei ao longo desses 28 anos, é aqui explicitamente reafirmada.

Além de afetar rotinas domésticas e reforçar vínculos familiares, a pandemia mudou o fazer judiciário. Nos últimos meses, fiz uma quantidade impressionante de audiências virtuais e trabalhei essencialmente de modo remoto, participando da reinvenção do Judiciário, cuja atividade não pode parar.

Foi nesse contexto, em sessão virtual, que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho indicou a mim e a Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT de São Paulo, o TRT da 2ª Região, para, respectivamente, representarmos o primeiro e o segundo graus da Justiça do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça. Este foi um voto de confiança que desejo aqui publicamente agradecer.

Caso aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, caber-me-á representar uma coletividade de 3.048 juízes do trabalho de primeiro grau. Penso, contudo, que essa é uma representação mais ampla relativa a 3.609 magistrados, 38.306 servidores e 9.755 auxiliares, que compõem a totalidade da comunidade da Justiça do Trabalho.

Faço aqui, portanto, um registro de esperança. Torço para que essa representação possa ser exercida em sintonia entre seus três representantes, dialogando com o sistema de justiça de resolução de conflitos do mundo do trabalho, que de forma contundente contribui para a cidadania brasileira e para a concretização dos direitos sociais.

Criado pela reforma do Judiciário em 2004 e instalado em 2006, o CNJ surgiu em um contexto de debate sobre o controle externo da magistratura. Quinze anos depois, o debate segue pertinente. No exercício de seu papel de guardião da Constituição, o Judiciário precisa prestar contas à sociedade e assegurar um serviço de justiça compreensível e acessível a todos.

Em seus primeiros anos de funcionamento, o CNJ enfrentou questões fundamentais relativas ao controle disciplinar da magistratura e às práticas de nepotismo. Ao longo dos anos, a agenda ampliou-se e incorporou a produção de conhecimento sobre o Judiciário por meio de pesquisas e estatísticas, com destaque para o programa Justiça em Números, além da formulação de políticas públicas judiciais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvendo questões relacionadas com igualdade de gênero, racismo, condições carcerárias, violência doméstica, acesso à Justiça, conciliação e mediação, inovações tecnológicas e Agenda 2030.

O trabalho é grande e desafiador. E espero, caso referendado por esta Casa Legislativa, poder contribuir para o fortalecimento do Judiciário nacional.

Pessoalmente, vislumbro dois relevantes canteiros de ação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO – Inicialmente, parece-me que forjar uma identidade homogênea, porém, respeitosa das diferenças é essencial para que tenhamos um sistema de justiça menos fragmentado, um sistema de justiça que seja um continente, e não um arquipélago de tribunais.

Em segundo lugar, parece-me importante produzir uma regulação da vida judicial que evidencie que estamos todos a serviço da Justiça, do bem comum e da cidadania. Poder contribuir ao longo do próximo biênio para que esses canteiros avancem na busca por soluções definitivas é um privilégio que espero poder exercer se esta Comissão e o Plenário do Senado Federal me derem o necessário voto de confiança.

Coloco-me à disposição para eventuais perguntas e agradeço a todos pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) **–** Muito obrigado, Dr. Roberto.

Concedo a palavra à Dra. Salise Monteiro Sanchotene. Acertei?

A SRA. SALISE MONTEIRO SANCHOTENE (Para expor.) **–** Acertou. Obrigada.

Boa tarde a todos e todas. Eu cumprimento os Senadores presentes e os que nos acompanham também a distância, na pessoa do Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre, a quem agradeço pela presteza com que conseguiu incluir a todos nesta tarde na sabatina. E as Sras. Senadoras cumprimento na pessoa da Senadora Soraya Thronicke, Relatora do meu processo, a quem também agradeço pelo apoio inestimável que recebi.

Saúdo as demais autoridades presentes. Aqui diviso o meu colega Fernando Quadros da Silva, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e a Dra. Renata Gil, minha amiga de longa data e que dignifica a carreira da magistratura, em especial as mulheres na magistratura. Receba o meu abraço. E também diviso aqui na plateia a minha mestra, Conselheira do CNJ até então, Maria Tereza Uille Gomes, que foi para mim uma inspiração nessa trajetória. Agradeço também a presença.

Cumprimento ainda os servidores desta Casa, senhoras e senhores, meus pais, marido, filha, irmãs e muitos amigos, que acompanham pela TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ainda ao Superior Tribunal de Justiça a indicação do meu nome à vaga de Conselheira do CNJ, pela confiança depositada, em especial à Ministra Maria Tereza, que foi fundamental nesta trajetória.

Num resumo breve da minha trajetória profissional, informo que sou Juíza Federal há 28 anos. E, dos 23 anos dessa carreira, eu estive à frente de uma vara criminal, em Porto Alegre. Desde 2006, integro, como Desembargadora, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Exerci, concomitantemente, ao longo destes anos, muitas tarefas dentro do Poder Judiciário. Estive convocada, junto ao Supremo Tribunal Federal, na gestão da Ministra Ellen Gracie, com a missão de promover melhorias na Secretaria Processual daquela Corte, que tinha procedimentos muito antigos ainda. Fizemos, então, uma verdadeira revolução na secretaria, naquela época, no ano de 2007.

Posteriormente, estive convocada também junto ao CNJ, na Corregedoria, tendo como Corregedor Nacional o Ministro Gilson Dipp. Fui Juíza Auxiliar por dois anos e tive oportunidade de viajar este País de ponta a ponta, conhecer as mais diversas realidades da Justiça estadual, da Justiça Federal, o que me deu uma base muito sólida para entender por que é tão difícil instituir metas dentro do Poder Judiciário, considerando, Dra. Morgana, as várias realidades que nós temos no interior do País, locais de difícil acesso. Foi uma verdadeira aula o que recebi, ao longo daqueles dois anos, com as inspeções que fazíamos e com as audiências públicas que o Ministro Dipp inaugurou naquele então, permitindo que a sociedade também participasse daquelas inspeções, trazendo os problemas identificados e existentes.

Nós temos que reconhecer que temos muito ainda dever de casa a fazer, embora o CNJ tenha vindo com uma tarefa apaziguadora e muito importante na condução da melhoria da gestão no Poder Judiciário.

Também exerci funções junto ao Ministro Dipp, aqui, auxiliando na Comissão de Juristas que preparou o anteprojeto do Código Penal. Então, assessorei a Comissão naquele então.

Paralelamente, desenvolvi outras atividades junto à Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, a Enccla, no Ministério da Justiça, onde estive ao longo de dez anos praticamente, o que me deu também uma outra visão importante sobre como o Poder Judiciário precisa trabalhar irmanado com outras instituições. Lá, fazem parte daquele grupo mais de 70 instituições, que trabalham, cada uma na sua área, em prol da melhoria do nosso sistema de apuração de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção.

Também integrei a Turma Recursal dos Juizados, no meu Estado. Fui diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Também participei de inúmeros outros trabalhos, como Comissão de Aprimoramento das Melhorias no Poder Judiciário em relação à gestão de bens apreendidos, com foco bastante na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminal, que é onde eu atuo, e também para aplicação de penas alternativas, incremento das penas alternativas, medida alternativa ao encarceramento.

Também pautei a minha atuação para o aprimoramento, fazendo um curso de Especialização em Direito Penal, junto à UnB, e meu doutoramento, na Universidade de Madrid, em que foquei também em Direito Público, mais especificamente em relação aos crimes financeiros, num trabalho comparado do Brasil com a Espanha.

Participei de outras avaliações do Brasil também com relação à OCDE quanto à implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros, então representando o Poder Judiciário. Presto auxílio, desde 2010, no desenvolvimento desde 2010, no desenvolvimento do sistema de estatísticas que sistematicamente são solicitadas do Brasil por organismos internacionais no que se refere à corrupção e à lavagem de dinheiro. Desenvolvi também um trabalho, junto ao CNJ, para o cadastro nacional de bens apreendidos, tendo participado da edição de um manual de bens apreendidos em coautoria com mais outros dois juízes. Também, atualmente, presido o comitê gestor do sistema carcerário junto ao meu tribunal, o GMF, e integro o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária desde janeiro deste ano.

Gostaria de resumir dessa forma, porque sei que o tempo é curto para dizer que exerci essas diversas funções nas mais variadas instituições que integram o Poder Judiciário, sempre com o intuito de aprimorar a gestão, com foco na gestão interna e externa, no relacionamento interinstitucional. Eu acredito que esse é o caminho que o Poder Judiciário deve trilhar e, se aprovada por esta Casa Legislativa para o exercício do mandato de Conselheira do CNJ, renovo, Sr. Presidente, meu compromisso de dedicação ao aperfeiçoamento da gestão do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dra. Salise.

Agora eu vou conceder a palavra ao Dr. Juiz Marcio Luiz Coelho de Freitas.

O SR. MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento efusivamente a V. Exa., não só pela lhaneza com que tem nos recebido, mas também pelo esforço com que tornou viável e possível a realização desta sabatina de modo conjunto hoje. Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Minha primeira palavra não pode deixar de ser uma palavra de agradecimento, agradecimento em primeiro lugar pelo tratamento cordial, cortês, atencioso, que recebemos de todos os membros desta Casa com quem nós tivemos a oportunidade de conversar, mesmo em meio a um período extremamente difícil pelo qual nós atravessamos em razão da pandemia. Mesmo assim, reconhecemos e verificamos essa disponibilidade e o esforço com que V. Exas. nos receberam a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também agradecer aqui e fazer uma menção especial à minha família, meus pais, meu pai que está me assistindo lá de Manaus, minha mãe que já é falecida, mas que certamente está me olhando lá de perto do Pai e emanando bons fluidos e, como sempre, me ajudando sempre a conseguir alcançar tudo aquilo que ela sonhava e que ela depositava suas esperanças em mim e na nossa família, a minha esposa Andréa, companheira de 25 anos, rocha sobre a qual a gente construiu o nosso lar, do qual vieram três filhos – Eduardo, Felipe e Clara. Evidentemente que, sem a inspiração e sem a esperança que eles me dão, todo e qualquer trabalho destinado a ajudar a construir um mundo melhor seria sem sentido.

Por fim, quero agradecer aqui neste momento também aos Ministros do STJ, que me indicaram, que fizeram essa indicação de modo unânime. Agradeço e faço esse registro aqui do agradecimento na pessoa do Ministro Humberto Martins, o atual Presidente, pessoa com quem eu tenho a sorte e a honra de trabalhar já há alguns anos. Tive a honra de acompanhar S. Exa. o Ministro Humberto na Vice-Presidência do Superior Tribunal de Justiça, na Corregedoria-Geral da Justiça Federal e na Corregedoria Nacional de Justiça, órgão no qual eu atuei como auxiliar da Presidência, exercendo a função de coordenador da equipe de juízes.

É sempre um aprendizado constante estar com o Ministro Humberto, principalmente no sentido de fazer clara a noção de que a Justiça não pode perder de vista o lado humano. É preciso que nós tenhamos sempre a clareza e a consciência de que, por trás de todos os números, de todas as estatísticas, há pessoas para as quais aquele processo é algo de mais importante que existe.

Então, é preciso que nós tenhamos absoluta prioridade, que concedamos essa absoluta prioridade ao tratamento dos processos jurisdicionais, desde a porta de entrada até a porta de saída. Isso significa dizer que é preciso garantir acesso à Justiça, ampliar o acesso, principalmente para a nossa população que é mais carente e que está nos rincões deste País. É preciso também fazer com que esse processo tramite num tempo adequado, num tempo razoável, e que a porta de saída, ou seja, a solução do processo, pensando naquele cidadão que procurou a Justiça, seja algo que efetivamente sirva para aplacar essa sensação de sede de Justiça que grassa em nossa população.

Faço aqui uma menção também especial ao Ministro Felix Fischer, com quem trabalhei como Auxiliar da Presidência do STJ, e ao Ministro Mauro Campbell, com quem eu trabalhei na minha atuação anterior, como membro do Ministério Público.

Eu sou natural do Amazonas, sou de Manaus. Eu me formei em 1996, passei quatro anos como membro do Ministério Público do Amazonas, e desde 2001 sou Juiz Federal. Completei agora em novembro 20 anos de magistratura. Nesse período, fui Juiz aqui em Brasília; depois, titularizei em Ji-Paraná, interior do Estado de Rondônia, onde eu implantei a primeira vara federal no interior daquele Estado; e, posteriormente, após um ano e dez meses em Ji-Paraná, removi para Manaus, onde tive a oportunidade de ser Diretor do Foro e atuar no Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado. Lá fiquei até 2014, quando removi para Brasília, e atualmente eu sou titular de uma vara aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse meio tempo, tive a possibilidade de atuar na esfera administrativa, ajudando a administração da Justiça, seja na Presidência do Superior Tribunal de Justiça, seja na Corregedoria-Geral da Justiça Federal, seja como Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, e atualmente exerço o cargo de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, que é o órgão constitucionalmente responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal.

No campo acadêmico, sou Mestre em Direito – Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – e, atualmente, sou doutorando em Direito pela Universidade de Brasília.

Penso, Sr. Presidente, que essas são as credenciais, pelo menos do ponto de vista formal, que eu apresento para que V. Exas. aqui avaliem e, se as entenderem como suficientes, me alcem a esse honroso cargo no Conselho Nacional de Justiça.

Quero deixar registrado aqui que, mais do que tudo, aquilo que me move é esse incessante desejo de colaborar para que a gente possa, efetivamente, construir um Judiciário que se aproxime daquilo que todo mundo deseja, que é fazer reais, concretizar as promessas constitucionais de construção de um País mais juto, livre e solidário.

Então, até em face do adiantado da hora, eu me coloco dessa forma aqui. Estou à plena disposição de V. Exas. para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Marcio.

Agora, como o nosso último sabatinado, concedo a palavra ao Dr. Daniel Carnio Costa.

O SR. DANIEL CARNIO COSTA (Para expor.) – Muito boa tarde! Boa tarde a todos! Cumprimento, inicialmente, o Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre, e assumo aqui o compromisso com o Presidente da CCJ em ser bastante breve na minha manifestação. Eu aprendi, durante a minha carreira acadêmica – e vou falar um pouquinho, brevemente, sobre ela; daqui a pouco vocês vão entender – que discurso bom é discurso curto, e, se for curto, às vezes, não precisa nem ser bom. E, como eu sou o último a falar, prometo seguir a regra de maneira bem estrita.

Bom, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu gostaria de cumprimentar, de maneira especial, o Senador Chiquinho Feitosa, que foi o Relator da minha indicação aqui no Senado, e, na pessoa dele, estender os cumprimentos a todos os demais Senadores da Casa. Gostaria também de cumprimentar, de maneira especial, a Senadora Soraya e, na pessoa dela, estender os cumprimentos a todas as Senadoras da República. À Senadora Soraya, que esteve aqui desde a primeira hora nos acompanhando, muito obrigado pela deferência, Senadora.

Eu sou o Daniel Carnio Costa. Eu sou Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo e fui indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para a cadeira de juiz no Conselho Nacional do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público. De início, gostaria de lembrar e, de público, agradecer o apoio do Ministro do STJ Humberto Martins e também do Ministro Luis Felipe Salomão, que deram muito apoio durante essa caminhada, até que a indicação fosse obtida no STJ, por unanimidade, o que muito me orgulhou.

Muito bem, como disse aos senhores e às senhoras, eu sou Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 1998. Portanto, são 23 anos de experiência na magistratura e, durante esse período, tive a oportunidade de experimentar todas as competências do Direito dentro da magistratura, assim como o Desembargador Mauro, e acredito que isso seja algo bastante adequado e útil para que eu possa exercer as minhas funções no Conselho Nacional de Justiça, se essa for a vontade desta Casa, na medida em que convivi com o Ministério Público e conheço a sua atuação em todas essas áreas.

Em 2011, me promovi para juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, uma das varas mais importantes do Brasil em razão das repercussões sociais e econômicas dos processos que lá tramitam. Até os dias de hoje, sou titular daquela vara, muito embora em 2018 eu tenha sido convocado para exercer a função de juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, no CNJ, onde fiquei por dois anos. E acredito também que é uma experiência bastante válida para o exercício da minha função no Conselho Nacional de Justiça, na medida em que são órgãos análogos, de funções análogas, cada qual voltado à fiscalização, um do Judiciário, o outro do Ministério Público, mas com funções assemelhadas.

Em 2020, fui convocado para atuar como juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, função que exerço até os dias de hoje.

Paralelamente a essa minha trajetória profissional na magistratura, eu também tenho uma trajetória acadêmica. Eu sou formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na USP, em 1997. Tenho mestrado na Faculdade Autônoma de Direito, mestrado também em Direito Comparado na Stanford University, nos Estados Unidos, doutorado na PUC de São Paulo, e estágio pós-doutoral na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Acredito também que essa experiência acadêmica me proporcionou a oportunidade de estudar de maneira científica e teórica os fundamentos da Justiça, o funcionamento da Justiça, e certamente isso vai me ajudar a exercer com mais adequação, se essa for a vontade dos Senadores e Senadoras desta Casa, no Conselho Nacional do Ministério Público.

Por fim, eu acho que vale ressaltar a experiência legislativa. Eu tive a oportunidade de participar, como membro da comissão de juristas, da reforma da Lei de Falências e Recuperações Judiciais, que acabou resultando na Lei 14.112, de 2020, que foi relatada aqui no Senado pelo hoje Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco. E, durante esse período, ficou muito claro para mim a importância do diálogo, a importância da construção de pontes, a importância de se unirem opiniões muitas vezes diferentes, mas em prol de um objetivo comum. E é essa experiência que eu pretendo naturalmente utilizar no Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Ministério Público, a fim de que aquele órgão possa exercer as suas funções de maneira adequada, conforme a Constituição Federal, e atendendo às expectativas da população brasileira.

Então, Sr. Presidente, essas eram as colocações que eu gostaria de fazer às Senadoras e aos Senadores desta Casa, e naturalmente me coloco à disposição para responder eventuais perguntas que me sejam endereçadas.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. Daniel.

Eu encerro aqui as arguições feitas por V. Exas., e, neste momento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Neste momento, eu passo a palavra aos Senadores inscritos, e eu vou o fazer na ordem de Senadores presentes. Eu tenho uma lista de inscrição de um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez Senadores inscritos, mas eu observo que, no Plenário do Senado Federal da CCJ, ficou a Senadora mais assídua da Comissão – e logicamente este Presidente que vos fala. Então, já que nós temos uma Senadora da República presente, eu vou iniciar a fase da arguição pelos Senadores – isto é lógico e evidente – pela Senadora Soraya Thronicke.

Eu informo a V. Exa. que nós ainda temos um tempo considerável, e, pela regra que a gente estabeleceu na Comissão, eram dez minutos, mas como nós temos aqui oito autoridades presentes – e acaba de chegar ao plenário o Senador Plínio Valério –, então eu queria dizer a V. Exa. que V. Exa. tem o tempo necessário, porque o Presidente Rodrigo Pacheco me disse que vai começar a sessão no Plenário do Senado às 18h.

Eu acho que a exposição foi muito produtiva, todos tentaram fazer uma síntese das suas biografias. Vou falar logo mais quando nós concluirmos a arguição dos Senadores, para a gente encaminhar para o encerramento e para a posterior apuração dos votos.

Então eu vou conceder a palavra a V. Exa. Acho que ainda temos tempo: então, V. Exa. não terá um tempo regimental de dez minutos; V. Exa. terá o tempo que achar conveniente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Estamos bem, não é? (*Risos.*)

Presidente, eu pretendo não me delongar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar todos os indicados, todos os sabatinados na tarde de hoje.

Quero agradecer a V. Exa. pela indicação da relatoria da Desembargadora Salise Monteiro Sanchotene, de quem eu avalizo o nome. Peço a todos os Senadores que considerem o nome da Desembargadora Salise. O currículo nós não tivemos a oportunidade de ler, mas nós tivemos conhecimento de todos os currículos. Aqui eu posso garantir a idoneidade, o trabalho, a dedicação da Desembargadora Salise. Desejo todo o sucesso no CNJ.

E gostaria só de aproveitar, porque, como eu sou advogada, eu não ia perder um momento desse, para mim tão importante... Assim como o Desembargador Carlos Portinho, eu sou ali do balcão dos fóruns e dos tribunais. Além disso, eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Desembargador Carlos Portinho? Aumentamos a patente dele?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, é! O Senador Carlos Portinho.

Eu também sou ali do chão de fábrica e, por dez anos, eu fui assistente de juiz e de desembargador. Fui reprovada num concurso lá no Estado de V. Exa., na prova oral da magistratura – Deus não queria que eu fosse para o Amapá. Naquele momento, foi aquilo que Deus me reservou, mas foi uma experiência incrível, e na advocacia também.

Eu gostaria aqui de pedir para V. Exas. o cuidado com o ativismo judicial. Isso é muito ruim. Nós temos obviamente... Um sabatinado aqui disse o seguinte: "Quando a gente fala em parcialidade do Judiciário [ele disse o seguinte], na verdade, vocês não podem reclamar, porque, quando vocês fazem as leis, vocês nos obrigam – nós temos que cumprir a legislação – a ser parciais, quando nós temos que cumprir a legislação". Então, chega uma hora que o juiz tem que tomar uma decisão. Mas o que nós esperamos é uma diminuição, uma atenção especial a essa questão do ativismo judicial.

Um exemplo: hoje nós só temos juízes e desembargadores aqui, mas em relação a promotores de justiça, principalmente da área federal, no meu Estado, nós temos algumas questões que são complicadas, complicadas mesmo, no sentido de que nós sabemos que os promotores de justiça devem promover a justiça indistintamente, assim como os juízes também devem ser imparciais, mas o promotor de justiça tem até o poder de pedir absolvição de um réu, inclusive isso. Então, é muito delicado isso. E nós temos verdadeiros ativistas políticos ali dentro, e isso é muito ruim. Nós precisamos ter a confiança, ter a segurança jurídica. Inclusive, nesse momento de tanta polaridade política, quando que se fala muito da liberdade de expressão, o que nós temos sofrido com essa questão de liberdade de expressão é muito delicado, delicado até para eu me expressar, Desembargadora, para que ninguém leve a mal aqui o que eu vou dizer. Na vida política, quando a gente se expõe, nós podemos ser o tempo inteiro julgados, criticados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É natural. O que nós gostaríamos é que essas críticas fossem, no mínimo, educadas e não falsas; que não nos agredissem com injúrias, calúnias, difamações. É um direito nosso, é um direito de todo cidadão. E nós, políticos, somos cidadãos também, temos família. Ainda mais quem é novo na política não está acostumado com esse tipo de situação, de exposição. Para mim, um cargo político desse é passageiro. Isso não é profissão, na verdade, isso é uma missão e não é fácil, não é fácil mesmo você se expor.

E já aconteceu – não vou contar o santo – de ser de um determinado Parlamentar ser acusado, uma Parlamentar, para ser mais específica, ser acusada de chefe de quadrilha, de desvio de dinheiro público, e tudo isso absolutamente mentira, porque o caluniador não provou nos autos nada disso. E o juiz considerou isso liberdade de expressão. Aí eu pergunto: nós podemos ir para as redes sociais, para o público e chamar esse juiz de chefe de quadrilha? Eu poderia dizer "o juiz fulano de tal, chefe de quadrilha, desviou dinheiro público" e isso ser liberdade de expressão? Todos os brasileiros têm liberdade de expressão, e nós temos ainda a imunidade parlamentar.

Chegamos a uma situação extremamente delicada, extremamente difícil em que as pessoas acham que tudo é liberdade de expressão, até mesmo juízes. Eu estou aqui no sentido de que é necessário rever tudo isso. Liberdade de expressão tem limite no Código Penal, onde há calúnia, difamação, injúria. Então, a pessoa deve, sim, responder. Ela pode falar o que ela quer, mas, se ela for acionada judicialmente, terá de responder, sim, por calúnia, difamação e injúria. Então, tudo tem limite, não é de uma forma inadvertida que você sai cometendo ilícitos. A minha fala de hoje aqui é como Parlamentar e como cidadã para que tudo isso seja pensado lá dentro do CNJ.

Eu sou uma grande parceira. Tenho o Projeto de Lei nº 6.204, que é da desjudicialização; há outros projetos que incluem nos cartórios, mas não tiram de forma alguma os poderes do Poder Judiciário; ele sempre acompanhando. É um trabalho que eu acredito que só tem a ajudar, porque vocês exercem um trabalho de cognição ali e não de mera decisão administrativa. Vocês estudaram, fizeram mestrado, doutorado, têm currículos invejáveis e não exercem, não deveriam estar exercendo atividades meramente administrativas dentro do Poder Judiciário. As mentes de V. Exas. são para atividade cognitiva mesmo. O que nós queremos de vocês e o que nós esperamos é imparcialidade, coesão.

Acima de tudo, desejo a todos vocês sucesso, que cumpram a missão com muita altivez – eu tenho certeza.

Em nome da Desembargadora Salise, eu gostaria de agradecer

Em nome da Desembargadora Salise, eu gostaria de agradecer pela indicação e dizer que eu gostei do número de mulheres indicadas, isso é muito importante. Hoje eu tomei posse como Vice-Presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Emirados Árabes. O Senador Marcos do Val me escolheu. Eu sou a única mulher membro. A Senadora Eliziane passou por aqui, mas eu tenho que reforçar o convite para as Senadoras, para as mulheres. Os Emirados Árabes já têm equiparação total. A paridade hoje no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento do Emirados Árabes é absoluta. Nós pretendemos um dia chegar, naturalmente, sem a obrigação da lei, o que deveria ser algo da nossa cultura que a gente conseguisse chegar nesse patamar em breve. Não sei se conseguiremos.

Parabéns, parabéns pelas indicações femininas e muito obrigada, Sr. Presidente. Desejo aos senhores muito boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, dizer aos que estão sendo sabatinados que não estamos presentes, mas acompanhamos nos gabinetes o tempo inteiro.

Eu vim aqui para cumprimentar todos, desejar boa sorte, em particular ao meu conterrâneo. Não sou de Manaus, sou de Eirunepé, do interior, mas somos conterrâneos do Amazonas, Marcio.

Àqueles com quem eu não tive oportunidade de conversar, não por ser Senador, mas por já estar passando dos 60 anos, eu sempre conversei com os senhores e com as senhoras sobre a minha esperança em todos vocês. O currículo invejável, a indicação não se discute, não há por que sabatinar no sentido de contraditar. Eu não vejo o menor perigo de nenhum dos senhores, nenhuma das senhoras não serem aprovados em Plenário. Isso não vai existir.

No entanto, há uma coisa que eu gosto de conversar com cada um com quem tive a oportunidade e com aqueles que eu não tive eu queria conversar agora. Como eu disse, partindo da idade, não do cargo de Senador, para mim não adianta um currículo exemplar, um doutorado e um mestrado se não houver bom senso.

Eu acho que a sabedoria, o conhecimento se não estiver aliado ao bom senso de nada vai adiantar e é isso... O nosso Presidente está aqui agora, o Senador Rodrigo. Talvez não fosse necessário pedir isso, muito menos recomendar, não tenho essa ousadia de recomendar, mas, por favor, eu venho de uma Região que é diferente do resto do Brasil. Se não houver bom senso, quando se trata dessa Região; se não houver bom senso, quando se trata da outra parte, da parte mais fraca, repito, não adianta mestrado, não adianta doutorado, não adianta currículo invejável.

Portanto, do alto dos meus 66 anos, eu pediria a todos que procurem sempre – sei que farão – agir com bom senso. Se houver bom senso, há justiça. Só o conhecimento e a sabedoria não garantem a justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa sorte a todos, Marcio, um grande abraço e nós vamos referendá-lo logo mais no Plenário, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Plínio.

Queria agradecer a presença na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal do nosso querido Presidente Senador Rodrigo Pacheco. Seja bem-vindo, Presidente.

Tentamos, da melhor maneira possível, cumprir a determinação de V. Exa. para fazermos, no dia de hoje, todas as tarefas que nos foram deliberadas e designadas por V. Exa. na Comissão, na semana do esforço concentrado.

Não sei se V. Exa. continuará aqui, mas nós estamos com salvo-conduto, cedido por V. Exa., até às 18h na Comissão, para concluirmos as nossas sabatinas da sessão de hoje. Então, ainda temos 48 minutos para concluirmos e entregarmos a matéria para V. Exa. deliberar na sessão de hoje, no Plenário.

O SR. RODRIGO PACHECO (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Boa sorte a todos os indicados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Presidente.

Concedo a palavra ao Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu conversei com alguns dos que estão aqui hoje, tive a oportunidade de ouvi-los um pouco – nós estamos vivendo um período de atividade muito intensa aqui no Senado, com matérias muito relevantes –, e eu gostaria de reproduzir um pouco o que eu disse a alguns, a alguns mais, a outros menos. Eu disse que, em princípio, eu considero cada um dos que estão aqui hoje pessoas muito qualificadas e que chegaram a essa posição por mérito. Não há outra condição que não seja essa, aqui não tem quinquênio, triênio, enfim, nada que não seja o mérito, o desempenho e a capacidade de fazer justiça. Eu considero isso fundamental.

O Judiciário tem um papel hoje às vezes criticado. Eu não critico porque eu acho que ele acaba suprindo algumas dificuldades que outros Poderes têm ou vivem, decisões que deveriam ser tomadas e não são tomadas, ou decisões que merecem questionamento no Judiciário, mas eu queria insistir com vocês: cada passo que vocês dão tem que ser um passo a mais na percepção do nosso País, mas uma percepção ampla da diversidade que o Brasil tem. O Brasil é um país multifacetado, diverso, com gente muito empreendedora. Com todas as agruras do dia a dia, as pessoas procuram crescer, ter esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando falta esperança por aquilo que nós fazemos... Às vezes nós fazemos coisas que nos distanciam da sociedade, criam uma espécie de um pequeno fosso entre nós e a sociedade. A gente deveria legislar mais nessa direção do interesse público, daquilo que realmente representa o interesse difuso da sociedade.

A sociedade, no seu interesse difuso, não tem uma representação específica no Parlamento. As corporações têm, os *lobbies* têm, mas a sociedade, esses 21 milhões de brasileiros, por exemplo, para quem nós estamos tentando definir um programa – e vamos definir – de auxílio emergencial, para que eles possam sair da miséria, para que eles possam ter, pelo menos durante o tempo que não tiverem renda e não tiverem emprego, uma qualidade de vida básica, primária, que é poder se alimentar...

Ontem nós tivemos uma manchete dolorosa em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil: pessoas que desmaiaram na fila para se inscrever no Auxílio Brasil ou de postos de saúde. Isso é dramático, isso devia tocar a todos nós por igual. É uma vergonha para todos nós! Isso diz respeito a como o País está. Infelizmente, com todas as potencialidades que tem, há milhões de brasileiros em situação de miséria e há uma geração de jovens brasileiros que têm dificuldades de ter esperança. Nós não conseguimos ainda oferecer a eles condições de ter esperança à qualificação profissional, à possibilidade de um ambiente de trabalho em que eles possam evoluir, crescer, constituir família. Essas são questões que devem sensibilizar profundamente o Parlamento, mas também o Judiciário no seu conjunto, nas suas diferentes instâncias, naquilo que vocês que estão aqui hoje representam.

Eu não tenho nenhuma dúvida em confiar naquilo que vocês esperam realizar em cada uma das funções que vão ocupar.

Eu conheço aqui pessoalmente a Morgana Richa por razões diversas, de família, de amizade, e sei da competência dela, mas conheci também um amazônida como eu, que nasci em Rondônia, a quem me caberia ser o Relator. Em boa hora, o Presidente teve o bom senso de abreviar esse tempo, para que isso fosse tratado de forma conjunta, e vi que a Senadora Soraya fez uma reflexão que diz respeito também ao conjunto de indicações e de expectativas que nós criamos em vocês e que nós esperamos que realmente se realizem. O meu conterrâneo é o Marcio Luiz Coelho de Freitas, nós somos todos amazônidas, como o Senador Plínio falou agora há pouco, como este jovem que preside a reunião, o Senador Alcolumbre. E é um amazônida mesmo de floresta! Ainda bem! Tomara que ela seja preservada, árvore boa é árvore em pé, não é árvore no chão.

Eu queria também destacar a presença do Senador Anastasia, do Senador Esperidião Amin, do Senador Fernando Bezerra, que passou por aqui, e de todos que tiveram o cuidado de vir e fazer uma manifestação de confiança em vocês.

Estão aqui o Juiz Richard, com quem eu tive oportunidade de falar brevemente; a Juíza de São Paulo que está vindo para Brasília; e outros com quem eu pude trocar uma palavra e dizer sobre tudo isto: a expectativa de que vocês realmente serão muito bem-sucedidos no que vão fazer, porque farão com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espírito público, com uma ideia do Brasil, do Brasil que a gente continua querendo e que tem todas as condições de ser. Vocês, certamente, terão um papel nisso.

É isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero dizer que foi sábia sua decisão de acelerar o procedimento para não atrasar mais essas indicações. Se chegaram aqui, é porque trabalharam bem ao longo de todo o tempo anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador José Aníbal.

Concedo a palavra ao Professor Vice-Presidente desta Comissão Antonio Augusto Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, a quem cumprimento pela persistência em presidir a Comissão desde cedo, porque os sabatinados sabem que, desde a primeira hora, o Presidente estava aqui comandando a CCJ num tema complexo qual a PEC dos precatórios.

Cumprimento V. Exa., as Senadoras e os Senadores presentes e os eminentes magistrados aqui presentes.

Eu queria, Presidente, também não fazer nenhuma indagação, mas seria até indelicado de minha parte não cumprimentá-los. Todos estiveram em meu gabinete, de maneira tão gentil, são todos juristas de escol, autores de nomeada, reconhecidos nas diversas áreas do Direito em que estão professando as suas atividades laborais, vão ocupar no CNJ posição de muito destaque. A eminente Ministra vai integrar o Tribunal Superior do Trabalho, com certeza, com imenso brilho. E eu não poderia deixar de fazer aqui esse registro do orgulho que tenho de ter recebido as visitas e conhecê-los.

E também queria fazer aqui uma menção especial aos dois de que tive a honra de ser Relator por indicação de V. Exa.: o Dr. Richard, eminente magistrado que conheci nesse mister que tive – também fiquei impressionado pela sua dedicação, pelo seu preparo, pela sua capacidade laboral, conterrâneo que é do Senador José Aníbal, do Estado de São Paulo, e é um magistrado com atividades múltiplas; então, como Relator, eu queria agradecer esta oportunidade –, e, de modo especial, ao eminente ministro Luiz Philippe Vieira de Mello, meu conterrâneo de faculdade, um pouquinho mais novo, mas pouca coisa, viu? É pouca coisa, muito pouca coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Isso já deu uma confusão aqui no debate.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Eu acompanhei. Eu vi, em razão da Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Omar... Essa CPI acabou, e o Omar está ainda muito entusiasmado. Ele chegou aqui, fez uma confusão e foi embora.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Eu vi. Mas, eminente Ministro, é uma grande honra ter essa oportunidade de ter sido o Relator de V. Exa. pela tradição que tem o nosso Estado, Minas Gerais, pela boa memória que temos no nosso convívio na faculdade e, especialmente, pela memória do senhor seu pai, pela tradição que todos têm. Tenho certeza de que será uma grande aquisição para o CNJ por sua experiência.

Se me permite, Presidente Davi, uma questão até de cunho pessoal: numa coincidência absoluta – como o mundo é pequeno! –, hoje pela manhã eu fui Relator do colega de turma do eminente Ministro, o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, Embaixador do Brasil na Polônia, também nosso colega de faculdade; e, agora à tarde, Relator do Ministro Luiz Philippe. Então, vejam só como a casa de Afonso Pena está prestigiada neste momento aqui no Senado Federal.

Então, Parabéns. Eu o cumprimento.

E a todas as senhoras e aos senhores muitas felicidades. Tenham muita sorte e muito êxito nas suas funções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, professor.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin. Venha, "Amin".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Meus cumprimentos.

O senhor sabe o que quer dizer Amin, em árabe, uma língua afeiçoada a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Somos primos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Amin quer dizer "o justo". E estou na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu queria me valer, primeiro, de cumprimentá-lo pelo mutirão muito bem realizado, cumprimentar todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as candidatas e os candidatos e dizer que eu já dei o meu voto com muita consciência. Fico muito tranquilo quando voto em pessoas de carreira no serviço público.

Há uma profunda diferença – e, infelizmente, o nosso Regimento, no art. 383, ainda não faz essa distinção que o Senado americano adota no que eles chamam de comissão de investigação...

É evidente que um funcionário de carreira, na sua folha de serviço... Eu tive a oportunidade de dizer isto para alguns dos senhores, e me lembro de que disse isto ao Dr. Richard, e também para outros com os quais eu conversei: quando nós nos defrontamos com a tarefa de votar em uma indicação que já seguiu a liturgia própria, em alguém que tem uma folha de serviços clara, transparente, na mesma linha, ainda que alterando a função, mas não alterando o estuário, a carreira, isso nos dá muito mais tranquilidade. Por isso votei com muita consciência.

Desejo que todos, além de se inovarem, de se renovarem sempre, prossigam. É diferente de pedir uma conversão para um lado ou para outro, para cima ou para baixo. Prossigam, porque a carreira de todos e de cada um permitiu que nós, com muita segurança e tranquilidade, déssemos o voto que cada um deu, para que cumpram essa nova etapa, seguindo os mesmos valores que tiveram como estrela-guia ao longo desses períodos de vida, que alguns indiscretos quiseram esmiuçar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu queria agradecer aos nossos colaboradores antes de encerrar esta reunião de sabatina hoje, aqui na CCJ.

Quero agradecer ao corpo técnico do Senado Federal. A gente também tem a honra de aqui ter quadros que nos assessoram, no dia a dia, na nossa missão, no nosso mandato. Esses servidores do Senado Federal são todos muito qualificados. A gente tem um assessoramento técnico de altíssimo nível. Eu queria fazer esse registro e aproveitar, como ex-Presidente desta Casa e Presidente desta Comissão, para agradecer, na pessoa do Ednaldo, a toda a nossa equipe e estender os cumprimentos a todas as Comissões, a todos os colaboradores, sejam os concursados, sejam os servidores comissionados que assessoram os nossos gabinetes. Eu queria agradecer-lhes e cumprimentá-los pelo trabalho de todos vocês.

Na política, às vezes, a gente dá um passo para trás para dar dez passos para frente. Hoje, a gente tinha pensado, tecnicamente, Dra. Morgana, em fazer algumas reuniões. A prioridade era a PEC 23, uma matéria importante que está sendo debatida aqui na Comissão. Em seguida, faríamos a sabatina referente ao Tribunal Superior do Trabalho e outra reunião extraordinária para a sabatina dos conselhos. A gente esperava ter um ambiente com melhores acomodações para V. Exas, que são nossos magistrados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desembargadores, juízes. Mas a gente acabou tendo que... Diante do debate da PEC 23, que se alongou e acabou consumindo todo o horário, e diante da manifestação de alguns Senadores, a gente resolveu mudar um pouco o que a gente tinha planejado. A nossa assessoria conseguiu, em tempo hábil, mudar a cédula que vai para a urna, e conseguimos fazer a sabatina aqui de todos vocês hoje, que, como eu disse ainda há pouco, são magistrados.

Como foi dito aqui pelo Senador José Aníbal, pelo Senador Plínio, pela Senadora Soraya, pelo nosso Professor Anastasia e pelo Senador Amin, naturalmente quem recebeu a visita de vocês... Eu recebi a visita de vocês e conversei com muitos de vocês. Com alguns não tive a oportunidade de conversar pessoalmente, mas a gente teve a oportunidade de buscar informações. E, de fato, essa sabatina de hoje, mesmo sendo uma sabatina coletiva, mostra a capacidade também do nosso Judiciário, da nossa magistratura e que vocês chegaram aqui, como disse o Senador Esperidião Amin, vindo de uma carreira a serviço do Estado brasileiro, do povo brasileiro.

Então, eu queria fazer essa manifestação, dizer a todos vocês que participaram desta reunião da CCJ de hoje, desta sabatina, que a gente ficou – eu, pessoalmente, fiquei – muito entusiasmado com as participações de cada um. E por que não fazer referência à fala da nossa Desembargadora Morgana, que iniciou com uma fala brilhante, que foi se estendendo ao longo das outras manifestações de cada um de vocês, com a biografia de vocês, com a história de vocês, e é muito bom ter a participação de vocês, aqui, na Casa da Federação, e se submeterem a voto.

Às vezes, a gente está nesta vida... Eu iniciei a minha vida pública muito jovem, com 20 anos de idade, ainda Vereador de Macapá. Às vezes, tudo que foi dito do papel da magistratura, do mundo real, que o Dr. Marcio colocou aqui, da vontade de atender ao cidadão na ponta, aquele que mais precisa, e ter magistrados na qualidade de V. Exas., que agora, a partir desta missão, irão exercer outra missão, em um órgão de correição fundamental para a institucionalidade do Poder Judiciário... Aqui, nós temos uma indicação para o CNMP, temos as outras para o CNJ e a outra para o Tribunal Superior do Trabalho.

Mas é importante que, nesses dias agora que antecederam a sabatina, V. Exas. – todos e todas – tiveram a oportunidade de conviver com o dia a dia do Senado Federal, e, muitas das vezes, os olhares daqueles que criticam o Parlamento brasileiro puderam conviver, hoje, no dia a dia das missões.

Aqui, se procurar um tempo na agenda de um Parlamentar, é uma agenda institucional maluca, acelerada, cuidando do seu Estado, cuidando do Brasil, relatando projetos, relatando matérias importantes, debatendo no Colégio de Líderes, então o dia do Parlamento é muito consumido pelas atividades legislativas.

Eu sei que vocês vivenciaram isso, então puderam participar, de perto, da nossa vida, da nossa labuta diária, nesses dias em que estão percorrendo os corredores do Senado, com a legitimidade da indicação, mas, ao mesmo tempo, apresentando-se para o Senado Federal, uma instituição que tem quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

200 anos de existência, para referendar o nome de V. Exas. como indicações para os conselhos e para os tribunais superiores. A procura do Senado, para referendar essa indicação, eu tenho certeza absoluta de que engrandeceu a vida de vocês, que saíram lá da magistratura para uma indicação e viveram, vivenciaram o nosso dia a dia. Por isso, eu quero reconhecer a importância de cada colaboração.

Eu tentei, dentro da melhor maneira possível, acompanhar todas as manifestações, de todos vocês, aqui, hoje. Cada um com o seu olhar para a magistratura, com os seus elogios, com as suas ponderações, não com as suas críticas, mas com o olhar para o aprimoramento, o melhoramento do Poder Judiciário brasileiro, através desta oportunidade.

Então, eu queria concluir a minha fala, agradecendo, pedindo desculpa por essa configuração, mas foi o melhor caminho, porque a informação que eu tinha que decidir era se a gente separava a sabatina de hoje para outro dia. Acabou que ia ficar a meu critério, como Presidente da Comissão, como prerrogativa, decidir quem seria sabatinado hoje ou não, e está bom de confusão já com o negócio de sabatina. Então, a gente realizou, hoje, a sabatina coletiva, e eu tenho certeza absoluta de que foi uma conquista para todos nós.

Então, eu quero agradecer, novamente, desejar muito sucesso. Por tudo o que foi dito aqui, eu tenho muita confiança de que V. Exas. serão aprovados nesta Comissão e tenho muita confiança de que V. Exas. serão aprovados no Plenário do Senado Federal, para o cumprimento dessas missões. E que essas missões também sirvam, ao longo desses dias, de mais aprimoramento no exercício da magistratura para cada um de vocês, na nossa vida do dia a dia, de quem faz, aqui, do outro lado do balcão, a política institucional, o mandato eletivo, delegado pelo povo dos 26 Estados e do Distrito Federal, onde somos 81 Senadores.

Eu vou encerrar a nossa reunião, vou pedir para a Secretaria-Geral da Mesa... (*Pausa.*)

Ah, sim, outra observação: a nossa sabatina, hoje, foi muito concorrida. Em poucas sabatinas de Conselhos, aqui na CCJ, nós tivemos um número tão elevado de Senadores que vieram participar votando. São 27 o quórum máximo, e, hoje, estiveram aqui, votando em V. Exas., 26 Senadores. Então, é sinal, também, de prestígio de todos vocês, e, com certeza absoluta, a gente vai ter um resultado produtivo.

Desejo sucesso, êxito, na nova missão, porque, sem dúvida nenhuma, V. Exas. serão aprovados, pela qualidade de cada um, como profissional e como magistrado brasileiro.

Está encerrada a votação.

Eu peço para proclamar o resultado e colocar no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou fazer a leitura rapidamente.

Luiz Philippe: 25 SIM; 1 NÃO.

Richard: 25 SIM; 1 NÃO.

Daniel: 24 SIM; 2 NÃO.

Mauro: 25 SIM; 1 NÃO.

Marcio: 24 SIM; 2 NÃO.

Salise: 23 SIM; 3 NÃO.

Dra. Morgana: 23 SIM; 3 NÃO.

Jane: 24 SIM; 2 NÃO.

Roberto: 22 SIM; 4 NÃO.

Estão todos os sabatinados aprovados na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Informo a V. Exas. que encaminharei, imediatamente, para o Plenário do Senado Federal, para o Presidente Rodrigo Pacheco, para a Secretaria-Geral da Mesa, a indicação com a aprovação de V. Exas. Sucesso. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Giordano, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Humberto Costa, Jaques Wagner, Eliziane Gama, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Izalci Lucas e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 36, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Advogado-Geral da União, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ que conclui pela escolha do nome do Senhor ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com 18 (dezoito) votos favoráveis e 9 (nove) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/01

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia. Queria cumprimentar os Senadores e as Senadoras...

Cadê a Senadora Eliziane? (*Pausa.*)

Queria cumprimentar os servidores e solicitar à Secretaria e à nossa assessoria legislativa... Ontem estava muito tumultuado aqui na Comissão, na sabatina. Tudo bem que eram muitas autoridades, mas eu vi que havia muita gente reclamando ali atrás porque havia muita gente em pé. Então, eu queria que a gente tentasse manter...

Eu recebi ontem algumas críticas de alguns colegas no Plenário porque tínhamos muitos Senadores e muitos assessores na sabatina de ontem. Então, eu queria pedir para os nossos assessores – nós temos um ato e, se não me engano, é um assessor por cada Senador – e também aos Senadores para que possam colaborar com seus assessores, para que venham despachar e saiam, para a gente manter esse ambiente aqui na Comissão, até porque há muitos Senadores que não são titulares nem suplentes, mas querem vir aqui participar da sabatina do indicado para o Supremo Tribunal Federal. Então, em função de todas essas restrições, eu queria pedir aos nossos assessores e também aos servidores que a gente pudesse se ajudar para manter um ambiente dentro das restrições sanitárias em vigor.

Muito obrigado a todos os Senadores e às Senadoras.

Hoje é uma sessão extraordinária, é a 19ª Sessão, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. A reunião será semipresencial.

Já são 9h33, nós temos quórum de 20 Senadores, e alguns Senadores já estão se encaminhando para a Comissão. Por isso eu pedi essa questão do distanciamento, das regras que nós adotamos, porque será ocupada até a última fileira de dispositivos reservados para os Senadores.

Bom dia, Senador Fabiano!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras podem participar por videoconferência para o debate e a leitura do relatório, contudo, informo que a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de urna de votação secreta *drive-thru*, instalada na entrada da garagem coberta; outras duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e uma urna dentro da Secretaria da Comissão.

O acesso à sala de reuniões estará restrito aos Senadores, às Senadoras, às autoridades e, naturalmente, ao sabatinado – eu queria informar que ele já se encontra no gabinete da Presidência, com seus familiares –, aos servidores e aos técnicos do Senado. Como disse, solicito novamente que a gente possa, com os colaboradores dos Senadores, manter o ato assinado pelo Congresso.

As regras e os procedimentos desta reunião foram definidos para a prevenção da transmissão do covid-19 no âmbito do Senado Federal de acordo com o Decreto nº 6.

O relatório da indicação constante da pauta foi apresentado à Comissão e divulgado pelo portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

Senador Viana, tudo bem? Bom dia! (*Pausa.*)

Informo aos Senadores que já tiveram conhecimento pelo sistema eletrônico que a reunião destina-se à deliberação de um único item.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Advogado-Geral da União, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação.

Na presente reunião, nós procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório, referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de convidar o Senador Carlos Viana, o Senador Vanderlan Cardoso, o Senador Esperidião Amin e o Senador Lucas Barreto, para que pudessem acompanhar no gabinete da Presidência para conduzir o indicado ao Plenário do Senado Federal.

Solicito a alguém da Secretaria que auxilie os Senadores que vão acompanhar o indicado.

Senador Oriovisto, bom dia. (*Pausa.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que acompanhe os familiares do indicado e faça suas acomodações em uma poltrona adequada, para que eles possam acompanhar a manifestação do indicado. (*Pausa.*)

Dr. Ednaldo, eu queria que alguém acompanhasse os familiares – a esposa e os filhos – do indicado, por gentileza. (*Pausa.*)

Dr. Ednaldo, os filhos do... Estão ali. (*Pausa.*)

Não, Lucas, tu não vais mais crescer. Fica tranquilo. Vou arrumar uma cadeira para ti. (*Pausa.*)

Fiz um apelo, ainda há pouco, para as assessorias. Eu queria pedir atenção, porque nós já estamos com um convidado que foi indicado no recinto e no Plenário, na Mesa Diretora.

Novamente eu queria agradecer a presença de todos os Senadores e solicitar aos nossos assessores que fiquem atentos, porque os Senadores estão se encaminhando para a CCJ e o nosso quórum deve ser elevadíssimo na reunião de hoje, portanto, para atender os Senadores... Eu não sei se tem... O Senador Jaques Wagner está ali em pé, e o Senador Paulo Rocha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Bem, bom dia a todos e a todas. Eu queria registrar e agradecer a presença, novamente, como disse, dos assessores diretos do Ministro André Mendonça. Na pessoa do Dr. Lucas, queria cumprimentar os seus assessores diretos que estão aqui hoje na CCJ. Quero agradecer e registrar a presença da sua família, da sua esposa, que está aqui acomodada, sua filha e o seu filho, que estão ali, acho que estão bem acomodados.

Quero registrar e agradecer o apoio dos nossos colegas Senadores e da Comissão. Já estamos fazendo a lista de inscrição, já temos doze... treze Senadores agora inscritos. Antes de iniciar a fala do indicado, informo que vou tentar fazer uma conciliação entre titulares e suplentes. É lógico e evidente que a gente tem uma ordem dos Senadores que chegaram logo cedo aqui, a exemplo do Senador Jorge Kajuru, que chegou muito cedo aqui à Comissão. Então, temos uma lista de inscrição. Eu estou fazendo uma marcação de titular e de suplente porque teremos o dia inteiro hoje.

Com a palavra o Senador... A inscrição? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conversei agora com o indicado e, dentro do procedimento, quero informar aos Senadores que cada Senador terá um tempo de dez minutos para a sua inquirição, assegurado igual prazo para a resposta do indicado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Deste modo, para iniciarmos a sabatina – são 9h47 –, eu gostaria de conceder a palavra ao indicado por 30 minutos – foi o prazo que o sabatinado nos solicitou para que ele pudesse fazer a sua manifestação com tempo razoável, e nós demos os 30 minutos. Do mesmo modo, se ele precisar de algum tempo a mais, será concedido integralmente. Concedo a palavra ao Sr. André Luiz de Almeida Mendonça para fazer a sua exposição.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ministro André, ontem, na sabatina dos conselheiros, eles solicitaram a retirada da máscara. Nós estamos com o distanciamento. Eu não sei se o atrapalha, a mim atrapalha.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – A mim também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então eu acho que para sua melhor desenvoltura...

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Eu agradeço porque os óculos às vezes embaçam também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho que é melhor.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – E me ajuda muito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Temos álcool aqui, temos o distanciamento... Então, acho que o ajuda muito. E como nós já fizemos ontem, da mesma forma, eu estou lhe oferecendo hoje para fazer isso, o que talvez o ajude na sua...

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Muito. Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com todo o distanciamento, com as placas aqui... Então, está tudo certo.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Também está vacinado já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre; Exma. Sra. Relatora Senadora Eliziane Gama; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores da República, cumprimento a todos com o máximo respeito, como deve ser a relação com as instituições da nossa República. Cumprimento também os servidores desta Casa legislativa, profissionais da imprensa, meus amados familiares e amigos, senhoras e senhores, meus cumprimentos com o desejo de que Deus abençoe todos nós e o nosso País.

Grato e honrado, humildemente me apresento ao elevado crivo de V. Exas. para, caso seja aprovado, vir a exercer o honroso cargo e mister de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Neste momento, respeitosamente dirijo-me a V. Exas. para expor brevemente a minha trajetória e assumir compromissos não apenas com o Senado Federal, mas com toda a sociedade brasileira.

Sou um filho orgulhoso de um distinto bancário evangélico e de uma valorosa dona de casa católica, que marcaram em mim, desde a infância, os princípios da honestidade, da humildade e da perseverança. Nasci em Santos, litoral do Estado de São Paulo, no dia 27 de dezembro de 1972. A vida profissional de meu pai, funcionário do saudoso Banespa (Banco do Estado de São Paulo), impunha à família a mudança de cidades de tempos em tempos.

Com muito esforço e dedicação, meus pais criaram quatro filhos. Sempre unidos, moramos em cidades como Santos, São Paulo, Miracatu – que reside especialmente em meu coração, pois ali está a maioria dos meus familiares –, Itanhaém, Pederneiras e Bauru. Dessas andanças pelo interior do Estado de São Paulo vem o meu sotaque caipira, do qual tanto eu me orgulho.

Permitam-me aqui fazer uma homenagem à memória de meu pai, o qual perdi quando ainda tinha 19 anos: Pai, você sempre foi e sempre será o meu grande orgulho, exemplo e referencial de vida.

Também nesta oportunidade me solidarizo com todas as famílias que perderam pais, mães, filhos, avós e amores das suas vidas em decorrência da doença pandêmica que acomete todo o planeta desde o ano passado. Em especial, registro a lamentável perda de três Senadores da República em decorrência dessa doença: saudosos Senadores Arolde de Oliveira, José Maranhão e Major Olimpio, a quem faço referência a suas memórias com a minha mais sincera homenagem.

Tenho a felicidade imensurável de me qualificar como esposo da Janey há mais de 21 anos e de ser pai da Daniela e do Luiz Antonio, a quem agradeço a convivência diária, o suporte emocional e o amor recíproco.

Minha trajetória jurídica iniciou-se na Faculdade de Direito de Bauru, São Paulo, onde obtive a graduação em 1993, quando ainda tinha 20 anos de idade. Concluído o curso de Direito, atuei por um breve período na advocacia privada, quando então, em 1997, ingresso na Petrobras Distribuidora como um dos seus advogados, após aprovação em concurso público. Ali fiquei por dois anos e meio até ser aprovado no concurso da Advocacia-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomei posse no cargo de Advogado da União na minha querida cidade de Londrina, onde nasceram meus dois filhos, que levam o pé vermelho por todas as suas vidas. Ali iniciei, no dia 7 de fevereiro de 2000, a minha caminhada na advocacia pública. Nesse período, tive a graça divina de também me graduar em teologia, projeto acalentado desde a minha juventude, mas que somente se concretizou na vida adulta. Após o seminário, fui ordenado pastor evangélico e atualmente encontro-me licenciado das funções pastorais que, em caráter voluntário, exerço há cerca de 18 anos na Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em 2005, aceitei o desafio de trabalhar no órgão central da AGU na Capital Federal. Aqui abro um parêntese para compartilhar uma forte e doce lembrança. Já havia recusado por três vezes convites para exercer cargo comissionado em Brasília. No quarto chamado, pedi 30 dias de prazo para pensar, acalentando a expectativa de que, devido a esse pedido, o convite fosse retirado. Para a minha surpresa, o prazo foi aceito. Então, orei e pedi direção a Deus sobre o que fazer. Determinado dia, compartilhei com a minha amada esposa o que inquietava meu coração: "Janey, sabemos como será toda a nossa vida em Londrina, mas talvez passemos a vida nos perguntando como teria sido se tivéssemos ido para Brasília". Assim, decidimos fazer a experiência de morar em Brasília por um ano. O resultado é que estamos aqui no dia de hoje. Sou extremamente grato à minha Advocacia-Geral da União, que, nos termos da Constituição da República, é uma das funções essenciais à Justiça, ao lado do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Em Brasília, entre 2006 e 2016, exerci diversas funções. Fui Subcorregedor Disciplinar da Corregedoria-Geral da AGU, adjunto do Procurador-Geral da União, Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da AGU, Vice-Diretor da Escola da AGU e Corregedor-Geral da AGU. No final do ano de 2008, quando era Advogado-Geral, o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli, iniciei a chefia do Departamento de Patrimônio e Probidade da AGU, quando foi criado o Grupo Permanente de Atuação Proativa, com ideias e práticas inovadoras na área de recuperação de ativos, o que resultou na conquista da categoria especial do prestigiado Prêmio Innovare em 2011. A partir de 2012, em busca de qualificação profissional, dediquei-me aos estudos de pós-graduação *stricto sensu* no exterior, concluindo um mestrado em corrupção e estado de direito, no ano de 2013 – hoje, estratégias anticorrupção e políticas de integridade –, e o doutorado em estado de direito e governança global, no ano de 2018, ambos pela Universidade de Salamanca, na Espanha, onde hoje sou professor do maior programa de doutorado da referida universidade europeia, com mais de 800 anos de história. Com muita honra, recebi o título de Prêmio Extraordinário por minha dissertação do mestrado e por minha tese de doutorado.

Tive a oportunidade, ainda, de atuar como pesquisador e professor visitante na Universidade de Stetson, nos Estados Unidos. Devo mencionar o período em que estive fora da AGU. Entre 2016 e 2018, atuei na Controladoria-Geral da União, onde tive a oportunidade de coordenar as equipes de negociação dos acordos de leniência instituídos pela Lei nº 12.186, de 2013 e, assim, aprimorar a efetividade da recuperação de ativos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse período, CGU e AGU firmaram acordos com diversas empresas, inclusive aquelas envolvidas na denominada Operação Lava Jato, como UTC, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS. Graças a esses acordos, tais empresas assumiram o compromisso de pagar por suas condutas indevidas, bem como de implantar rigorosos programas de integridade, a fim de prevenirem futuras reincidências. Isso possibilitou a continuidade dessas atividades de forma legítima e a manutenção de milhares de empregos. Foi um período valoroso, em que pude aprender e contribuir com mais uma missão a serviço do meu País, que passou a ser referência na solução negociada de casos de corrupção.

No dia 21 de novembro do ano de 2018, conheci o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Foi a data em que ele me convidou para chefiar a Advocacia-Geral da União, instituição a qual integro há quase 22 anos e que tem contribuído de forma extraordinária para a minha formação. Conforme me fora dito na dita entrevista que resultou no anúncio do meu nome como Ministro Chefe da AGU, o convite ali feito considerava o meu currículo e a qualidade do meu trabalho.

Aceitei a honrosa missão e, como Advogado-Geral da União, tive a oportunidade de participar de diversos julgamentos perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de orientar diversas forças-tarefas dentro da instituição, como força-tarefa em matéria previdenciária, de infraestrutura, de defesa ambiental, entre outras. Cito dois exemplos que considero emblemáticos: em primeiro lugar, o acordo que pacificou a questão relativa à Lei Kandir; em segundo lugar, o acordo que viabilizou a efetivação do programa de integração do Rio São Francisco.

Em abril de 2020, novo desafio profissional se apresentou. Aceitei, com muita honra e responsabilidade, o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, chefiando a pasta mais antiga do Poder Executivo. Ao longo de 11 meses nessa função, tive a oportunidade de conduzir, planejar e executar inúmeros programas e projetos voltados ao combate ao crime organizado, à gestão de ativos apreendidos, à melhoria no sistema penal, à integração e articulação das forças de segurança pública do País, a políticas de justiça e direitos do consumidor, entre outros tantos programas que cabem ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Elegi como principal bandeira de minha gestão o fortalecimento do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), instituído por lei aprovada neste Congresso Nacional. Foi assim que mantive um diálogo permanente com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e também da Administração Penitenciária, quando atuei para a construção ou implementação dos seguintes programas: ComprasSUSP (Programa de Compras Eficientes para o Sistema de Único de Segurança Pública), ou seja, para todos os órgãos de segurança pública do País que optarem por aderir às respectivas atas de preço levadas a efeito pelo Ministério; Força-Tarefa Susp de Combate ao Crime Organizado, programa instituído com o propósito de reduzir os indicadores de violência e crimes no País, como homicídios, latrocínios, tráfico de drogas, bem como roubos a bancos, cargas e veículos, mediante a atuação conjunta, integrada e coordenada entre as polícias da União e dos Estados; criação da Política Nacional e da Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública, para garantir a transparência, a imparcialidade e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos no processo e no resultado das referidas Política e Estratégia Nacional. Constituí grupo de trabalho com a participação de representantes do Conselho Nacional de Justiça e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, que, no caso, foi representada pelo estimado Senador Marcos do Val e pelo Deputado Claudio Cajado. Através dos Decretos 10.777 e 10.778, ambos publicados em 24 de agosto de 2021, as propostas do grupo de trabalho foram integralmente acolhidas.

E, por fim, o programa Habite Seguro. Concebemos aqui e encaminhamos ao Ministério da Economia as minutas do projeto de lei e do decreto que instituíram esses programas, que têm como propósito promover o direito de moradia aos profissionais de segurança pública e suas famílias, em observância ao disposto no art. 5º, §1º, da Lei 13.756, de 2018.

Retornei ao cargo de Advogado-Geral da União em 30 de março de 2021, com extrema gratidão pela nova oportunidade de contribuir com a instituição que, tendo acreditado e investido em mim, tornou-me um profissional mais capacitado para continuar servindo ao meu País.

Fiz questão de retomar esses pontos para ilustrar meu comprometimento com os valores mais nobres do serviço público brasileiro, exercido com a consciência dos princípios republicanos e o respeito às relações institucionais.

Em paralelo às funções públicas, tenho a oportunidade de atuar, com muita satisfação, na área acadêmica. Sou professor de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil e no exterior, como o programa de mestrado e doutorado da Instituição Toledo de Ensino, em Bauru; do programa de doutorado em Estado de Direito e Governança Global, da Universidade de Salamanca; do programa de mestrado do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes); da graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie; além de professor visitante na Fundação Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, sempre pautei minha vida pública pelo respeito aos princípios da administração pública, não obstante sei a distinção entre os papéis de um ministro de Estado e de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Sei que, se aprovado por este Senado Federal, estarei credenciado a assumir o cargo de juiz da Suprema Corte do nosso País, incumbência que vai muito além de um governo, abrange a Nação como um todo e o seu futuro, exige independência plena para julgar, de acordo com a Constituição e as leis.

Por isso, peço licença para assumir publicamente os seguintes compromissos: em primeiro lugar, comprometo-me com a democracia e a defesa do Estado democrático de direito. A democracia representa uma das maiores conquistas da humanidade, seja a partir da construção histórica na Inglaterra, seja a partir das revoluções liberais na França e nos Estados Unidos, no século XVIII. O regime democrático tem sido fundamental para se garantir o pluralismo político, bem como a dignidade da pessoa humana e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convivência harmoniosa de todos os cidadãos. Assim, reafirmo meu irrestrito compromisso com o Estado democrático de direito, conforme expresso desde o preâmbulo da nossa Constituição.

Dentro dessa perspectiva, inclui-se o compromisso de respeitar as instituições democráticas, em especial a independência e a harmonia entre os Poderes da República. Esse preceito constitucional está inserido dentro do sistema de freios e contrapesos, próprios ao Estado democrático de direito. Nesse sentido, entendo que o Poder Judiciário deve atuar como um agente pacificador dos conflitos sociais e garantidor da legítima atuação dos demais Poderes, sem ativismos ou interferências indevidas nesses.

Penso que a automoderação do Judiciário é corolário lógico do próprio princípio democrático. Desse modo, afirmo o meu compromisso em respeitar as decisões e as ações tanto do Poder Legislativo como do Poder Executivo, sempre que adotadas no exercício regular das suas atribuições e conformes à Constituição.

Em segundo lugar, me comprometo com o Estado laico. Considerando discussões havidas em função de minha condição religiosa, faz-se importante ressaltar a minha defesa do Estado laico.

A Igreja Presbiteriana, a qual pertenço, uma das diversas igrejas evangélicas de nosso País, nasceu no contexto da Reforma Protestante, tendo como uma de suas marcas justamente a defesa da separação entre Igreja e Estado. A laicidade é a neutralidade, a não perseguição e a não concessão de privilégios por parte do Estado em relação a um credo específico ou a um grupo determinado de pessoas em função de sua condição religiosa. Significa garantir a liberdade religiosa de todos os cidadãos, inclusive daqueles que optam por não ter religião.

Assim, ainda que eu seja genuinamente evangélico, entendo não haver espaço para manifestação pública religiosa durante as sessões do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, também consigno que a Constituição é e deve ser o fundamento para qualquer decisão por parte de um Ministro do Supremo. Como tenho dito quanto a mim mesmo, na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição.

Portanto, na Suprema Corte defenderei a laicidade estatal e a liberdade religiosa de todo cidadão, inclusive dos que não professam qualquer crença, logicamente, caso V. Exas. venham a dar-me os seus votos de confiança para vir a integrar o Tribunal.

Em terceiro lugar, assumo o compromisso com a Justiça. Considero a Justiça o mais sublime valor do Estado democrático de direito. Por isso, apesar da minha falibilidade humana, buscarei contribuir com o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e do sistema de Justiça como um todo. Dentro dessa perspectiva, requisito fundamental para a justa aplicação da lei é a imparcialidade do julgador, daí o meu compromisso irrestrito com a imparcialidade. Defendo uma imparcialidade qualificada, que é a capacidade de ouvir as partes interessadas, colocando-se em suas respectivas posições, para só então poder decidir com base nas melhores razões jurídicas à luz do texto constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Juiz da Suprema Corte, caso V. Exas. me concedam essa honra, darei tratamento igualitário e imparcial a todas as partes, seja Estado ou particular, acusação ou acusado, governo ou oposição, ricos ou pobres, homens ou mulheres, assim como pessoas de qualquer orientação sexual. Portanto, meu compromisso com o Estado democrático, a Justiça e a aplicação imparcial do Direito são inegociáveis.

Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, ao longo desse processo de indicação, tive a oportunidade singular de, com muito respeito e transparência, dirigir-me a V. Exas. para me apresentar e expor algumas de minhas visões de mundo, convicções, certezas e – por que não dizer? – também as minhas incertezas. Assim, agradeço imensamente pela forma como fui recebido por cada um dos senhores e também pelos servidores desta Casa.

Nesse contexto, aproveito esse espaço para revisitar alguns temas que já tive a oportunidade de expor de forma individualizada a grande parte de V. Exas. Primeiramente, considero que, em boa hora, o Congresso Nacional aprovou o texto que revogou a Lei de Segurança Nacional. Porém, é fato que até o advento da Lei 14.197, de 2021, a Lei de Segurança estava em pleno vigor. Ademais, além de não ter havido a declaração de inconstitucionalidade da antiga lei, o próprio Supremo Tribunal Federal a aplicou a casos concretos. Daí não restava ao executor da norma outra opção senão atuar conforme os seus parâmetros.

Diante dessa realidade, dizia o art. 26 da referida lei ser crime, abro aspas, "caluniar ou difamar o Presidente da República imputando-lhe fato definido como crime ou ofensivo à reputação", fecho aspas. Ainda, seu art. 31, inciso IV expressava que a apuração de fato previsto na Lei de Segurança Nacional se daria mediante requisição do Ministro da Justiça. Assim, sentindo-se o Presidente da República ofendido em sua honra por determinado fato, o que significa a análise individual de a pessoa por si própria sentir-se subjetivamente ofendida em sua honra, devia o Ministro da Justiça instar a Polícia Federal para apurar o caso, sob pena de, em não o fazendo, incidir em crime de prevaricação. Em suma, minha conduta sempre se deu em estrita obediência ao dever legal e em função do sentimento de ofensa à honra da pessoa ofendida, mas jamais com o intuito de perseguir ou intimidar.

Em segundo lugar, registro que o respeito aos direitos e garantias individuais está umbilicalmente ligado ao respeito à própria democracia e ao Estado de direito. O Estado democrático de direito nasce justamente com o propósito de garantir, sem distinções de qualquer natureza, direitos fundamentais a todo cidadão, como a liberdade, a igualdade e, no âmbito do processo, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência. Dessa forma, no âmbito do direito sancionador, seja ele de natureza administrativa, civil ou penal, tais direitos devem ser respeitados pelas partes e garantidos pelo juízo, o que se costuma denominar garantismo.

Reafirmo: a preservação dos direitos e garantias fundamentais se revela ainda mais indispensável pelos membros do Poder Judiciário, em especial pelos Ministros da Suprema Corte do País. Juiz não é acusador, e acusador não é juiz, bem como não se devem fazer prejulgamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em terceiro lugar, é importante esclarecer minha posição sobre a questão da execução da pena após a condenação em segunda instância. A esse respeito, quando do julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 43, 44 e 54, defendi a possibilidade da execução da pena após a condenação em segunda instância. Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal reviu sua jurisprudência e entendeu pela impossibilidade da prisão antes do trânsito em julgado da condenação, decidindo pela constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal. Ademais, no voto do eminente Ministro Dias Toffoli nas referidas ações constitucionais, restou assentado – abro aspas – que: "O Congresso Nacional pode dispor sobre o tema em sentido diverso, desde que compatível com a presunção de inocência".

Diante desse quadro, importa dizer que sou adepto do princípio da segurança jurídica. Assim, entendo que a questão está submetida ao Congresso Nacional, cabendo a este deliberar sobre o tema, devendo o Supremo Tribunal Federal revisitar o assunto apenas após eventual pronunciamento modificativo por parte do Poder Legislativo sobre a matéria e caso o Judiciário seja provocado a fazê-lo.

Em quarto lugar, foi-me indagado sobre o conflito de competência entre a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral. Sobre esse assunto, em 2019, o Supremo Tribunal pacificou a questão. Diante desse quadro, novamente considero fundamental prestigiar-se a segurança jurídica e dizer que eventual mudança desse entendimento demanda modificação das normas pertinentes por parte do Poder Legislativo.

Por fim, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me reiterar meus agradecimentos à honrosa indicação do Senhor Presidente da República, o que me permitiu estar aqui na data de hoje. Permitam-me também agradecer a V. Exas. pela paciência e atenção com que me receberam desde a minha indicação.

Mas permitam-me ainda fazer alguns agradecimentos especiais: a Deus pelo dom da vida e pela esperança eterna; à minha esposa e aos meus filhos pelo amor recíproco; aos meus familiares e amigos pelo suporte sempre presente, bem como a todos aqueles que têm orado e intercedido por minha vida e pela da minha família, em especial nesse período até o dia de hoje. A todos vocês a minha eterna gratidão.

Assim, estou aqui para, com humildade, serenidade e seriedade, responder com atenção e transparência às indagações de V. Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Sra. Relatora; e muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

Permita-me... Há ainda tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não. Temos ainda.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pronunciamento, eu vou subscrevê-lo agora e entregar a V. Exa. como compromisso assumido com o Senado Federal e com a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Ministro André.

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que recolha, diante da manifestação do indicado, o seu pronunciamento, para que ele possa ser inserido no contexto de documentações apresentadas pelo indicado. (*Pausa.*)

Passamos, agora, à fase de arguição.

Gostaria de conceder a palavra à nossa Relatora, Senadora Eliziane Gama, que também, regimentalmente, tem dez minutos, mas V. Exa. fique à vontade para fazer a manifestação no tempo em que achar necessário.

Quero só registrar também que eu concedi dois acréscimos à fala do Ministro André, e o tempo que ele utilizou foi 40 minutos, tempo necessário para fazer a sua manifestação.

Com a palavra a Relatora da matéria, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhor indicado, Dr. André Mendonça, colegas Senadores e colegas Senadoras, não há dúvida, Presidente Davi Alcolumbre, de que hoje é um dia histórico para o Brasil, e digo histórico por várias razões.

Uma delas – e registro isto porque soube, apenas nas últimas semanas, nos últimos dias – é que esta é a primeira vez, no Senado Federal, que nós temos uma mulher relatando a indicação de um indicado ao Supremo Tribunal Federal, uma prática, Presidente Davi, corriqueira aos homens, mas que é hoje histórica por ser o primeiro dia de uma mulher a relatar um indicado ao Supremo Tribunal Federal, o que, para mim, me traz muita alegria e muita felicidade, mas também me traz exatamente a reflexão – e a todos nós – da desigualdade muito grande entre homens e mulheres, sobretudo na representação política brasileira.

Nós ainda estamos muito aquém daquilo em que deveríamos estar, do ponto de vista da igualdade de gêneros. Inclusive, o Instituto Patrícia Galvão diz o seguinte: que se a gente não fizer efetivamente uma alteração na legislação brasileira, nós só teremos igualdade entre homens e mulheres, no Brasil, em cima do que nós temos do ponto de vista de arcabouço legal, em 2118, Presidente Davi. Então, veja o quanto nós ainda precisamos avançar em relação a essa igualdade entre homens e mulheres, no Brasil. E, nesse sentido, eu quero deixar aqui os meus cumprimentos à nossa Líder.

Presidente, está difícil falar. Muito barulho. Queria pedir silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir... Mas eu também tenho culpa. Foram os Deputados que chegaram aqui, e a gente tem que respeitar, porque são congressistas também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, eu queria pedir para a gente acompanhar o relatório da Senadora com muito carinho a cada Deputado e Deputada do Parlamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente Davi.

Mas também só registrando que – é bom a gente fazer este registro – pesquisas em todo mundo mostram que as mulheres são duas vezes mais interrompidas do que os homens, nas falas. Então, é só para fazer o registro. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senadora Eliziane, há exceções.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Inclusive V. Exa.... Eu vi ali cumprimentarem o Presidente Davi. V. Exa. que abriu a fala e deu direito à voz às mulheres na CPI, e o Presidente Davi, que cria um momento histórico ao dar uma relatoria a uma mulher quanto ao Supremo Tribunal Federal. Então, eu queria, de início, fazer aqui o registro para os Srs. Senadores.

Agora me deixem continuar a falar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora, um minuto. V. Exa. vai continuar, mas eu preciso fazer esta manifestação.

Meu pai me perguntou... Porque ele queria conhecer o Aurélio. Aí eu disse: "Mas por quê, pai? Ele não está mais entre nós". "É porque ele inventou uma palavra lá que acaba com todo o problema". Então, desculpe-me se eu interrompi V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É verdade.

Muito obrigada. E o parabenizo inclusive pela sua cortesia e humildade no trato, Presidente Davi.

Então, como eu dizia, eu queria cumprimentar a Senadora Simone Tebet, que é a nossa Líder e que foi a primeira pessoa a fazer o registro da solicitação para que uma mulher relatasse a indicação do Ministro André Mendonça.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, os meus registros à Senadora Simone e ao Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

E quero aqui, Ministro André Mendonça, também cumprimentá-lo de forma muito especial, pelo valor que V. Exa. dá à família; a sua esposa, D. Janey, que está aqui conosco; a sua filha linda, Daniela, que eu soube que é estudante de Medicina; e o seu filho Luiz, esses dois adolescentes, jovens, aqui também acompanhando este momento.

Como eu disse, Presidente, este, de fato, é um momento histórico, porque nunca na história do Brasil, durante debates de indicação de um membro ao Supremo Tribunal Federal, nós tivemos um debate tão acalorado acerca da laicidade do Estado como nós tivemos agora nesse período, a partir da indicação do Dr. André ao Supremo Tribunal Federal. E, por conta disso, nós fizemos um relatório onde nós fizemos um destaque e um relato histórico aqui do que representa a reforma protestante para o mundo e o resultado da reforma protestante, ao lado de vários outros movimentos, que foi o resultado do Estado laico para o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, primeiramente, eu queria destacar apenas alguns pontos do relatório, até para a gente ganhar tempo, e já também deixando claro que eu não quero monopolizar o debate, vou fazer algumas perguntas, inclusive respondendo a algumas da plataforma e-Cidadania. Mas vou permitir que meus colegas Senadores e Senadoras possam fazer o aprofundamento do debate, até porque o Dr. André Mendonça já trouxe algumas falas a assuntos pertinentes, temas que eu julgo importantes e que precisam de ser esclarecidos e aprofundados.

No nosso relatório, nós destacamos a necessidade de ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, nossa Corte maior, e tal como ocorre em todos os países do mundo, é composto por indicados de notório saber jurídico, honorabilidade e comprometidos claramente com a Constituição e a democracia. Além do mais, ele precisa representar o tecido social contemporâneo, estar em sintonia com os valores de sua época, até mesmo para poder decidir os fatos que lhe chegarem às mãos para julgar.

Desde a indicação do Sr. André Mendonça, assistimos a uma quantidade significativa de questões envolvendo vertente religiosa, fazendo-a se sobrepor ao debate da exigência constitucional do notório saber jurídico e da reputação ilibada.

Nesse sentido, ao se escolher um ministro para a Suprema Corte, devemos nos ater à preservação do Estado moderno, laico e democrático. É importante salientar com ênfase e vigor que a reforma protestante foi um vetor fundamental para a construção da democracia ocidental, tal como a conhecemos hoje. Nas constituições dos Estados Unidos, do Brasil e dos países europeus, o pensamento da reforma está presente e plasmado em letras gloriosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma protestante, ao lado de outros movimentos e correntes político-filosóficas, como o liberalismo democrático, o positivismo e o pensamento social e progressista, prestou importantíssima contribuição para se construir o postulado da separação entre Igreja e Estado como um princípio fundamental das democracias.

E essa separação foi fundamental para que a liberdade religiosa se afirmasse mais plenamente, de modo a que as perseguições às opções de culto deixassem de existir, pelo menos na forma como a conhecemos na Europa em séculos passados e, ainda hoje, em outros países mundo afora. É bom lembrar que, no Brasil, essa conquista ocorreu com a Constituição de 1946. Aí a gente lembra o Deputado constituinte Jorge Amado, também escritor, que foi exatamente o autor da lei de modificação da emenda que modificou e que trouxe um avanço significativo a essa liberdade de culto no Brasil.

Além de contribuir para a ampliação dos direitos individuais, o pensamento reformista, segundo estudiosos e historiadores, também estaria na base dos virtuosos ciclos do desenvolvimento econômico e do fortalecimento da economia de mercado, ao valorizar, sobretudo, o trabalho como dimensão ética, o qual, posteriormente, ganha o apoio do pensamento social. Ou seja, equivocam-se aqueles que debitam à reforma o atraso e o conservadorismo reacionário. Se há casos assim no interior do movimento reformista, portanto do movimento protestante, cabe destacar que não fazem parte de sua característica dominante.

Nos últimos 500 anos é impossível falar do conhecimento humano, do avanço da ciência, da revolução tecnológica sem citar os reformistas e também os protestantes. No caso da Física, por exemplo, disciplina tida como essência da matéria, há vários protestantes ganhadores do Prêmio Nobel no mundo. Todos os credos permeiam a inteligência humana, com galhardia e também com brilho.

Portanto, por se tratar do indicado um integrante do movimento protestante, recai sobre ele grandes responsabilidades e compromissos com o Estado laico e a democracia – portanto, eu os entendo ainda maiores –, temas que serão o centro da inquirição que faremos no dia de hoje, a qual, eu entendo, tende a ser histórica. É um movimento importante para afirmar princípios republicanos e também para superar preconceitos, muitos deles artificiais e reforçados por falas enviesadas do próprio Presidente da República.

Somos conscientes. Nossa tradição nos insere no que se convencionou chamar de democracia ocidental cristã. Em nosso País, não prosperaram, nem prosperarão modelos de Estado como o teocrático. O nosso Estado não é denominacional, embora seja aberto à colaboração com as instâncias sociais, aí incluídos todos os credos, inclusive aqueles que não têm nenhuma crença.

Até para que possamos ter o pronunciamento claro e inquestionável por parte da Comissão, entendo que a fase da inquirição que agora iniciamos será muito importante, e é nesse sentido aqui que o indicado mostrará seus valores, conhecimento e compromissos públicos para com a Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando ao relatório, assinalo por pertinente que esse trabalho é circunscrito em termos regimentais em informar o currículo histórico do candidato, tal como consta das informações aqui nos autos do processo de sua indicação.

O próprio indicado já fez referência ao seu currículo, mas eu gostaria de destacar neste âmbito o exercício dele em atividades acadêmicas, como professor em curso de graduação e de pós-graduação na Instituição Toledo de Ensino; na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; na Faculdade Mackenzie, em Brasília; e na Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca. Participou como membro de bancas de pós-graduação em Salamanca e no Centro Universitário de Brasília, como registra o currículo encaminhado a esta Casa.

Também faço um destaque a premiações e homenagens, entre elas: Prêmio Extraordinário de Doutorado, conferido pela Universidade de Salamanca; Diploma de Mérito, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); Prêmio Extraordinário de Mestrado, conferido pela Universidade de Salamanca; e também Prêmio Innovare.

E finalizo no meu relatório destacando a constatação de que o servidor, além de dedicado e diligente na sua atuação pública, tem o registro do seu notório saber jurídico e também de sua reputação ilibada, portanto atendendo aos requisitos constitucionais que estão previstos no art. 101 da Carta Magna.

Esse, portanto, Presidente, é um resumo do nosso relatório. Como disse, fiz questão de fazer um levantamento histórico, dado aí o debate que se transcorreu nos últimos meses anteriores à sua sabatina aqui no Senado Federal.

E vou seguir aqui, mais uma vez, reafirmando – e aí quero fazer este registro, colegas Senadores – que eu aprendi, no exercício da minha vida pública, a reproduzir o sentimento da sociedade, e toda a minha atuação, inclusive os meus questionamentos – isso se deu aqui na CPI do enfrentamento da pandemia, isso se dá em vários debates que eu faço dentro do Parlamento brasileiro –, é fruto do sentimento da população. Então, vários dos meus questionamentos não são fruto apenas de um pensamento que tenho, mas também fruto daquilo que recebi no nosso gabinete de entidades, de associações e também do e-Cidadania – e quero cumprimentar, Presidente Davi, a implantação desse sistema democrático no Senado Federal, que dá oportunidade para que a população brasileira possa também participar de forma muito ativa com suas opiniões.

Dr. André Mendonça, o senhor, na sua...

Presidente Davi, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me só organizar o roteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O costume para fazer arguição do sabatinado é fazermos blocos de três. Eu queria consultar os Senadores. Nós temos 23 inscritos. Nós teremos dez blocos talvez, fora os que ainda não chegaram aqui. A gente considera os questionamentos da Relatora como um dos três do primeiro bloco, para a gente não separar, correto? (*Pausa.*) O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu creio, para que V. Exa. possa dar a dinâmica... O Anastasia pode até nos ajudar. A Relatora vai fazer as perguntas. Minha sugestão é de que o sabatinado responda às perguntas da Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Separadamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... separadamente, e aí o senhor faz o primeiro bloco de três.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem. Eu só queria... Três a três.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aí nós obedecemos ao rito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Da inscrição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... que sempre a Casa obedeceu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu só queria antecipar que ela fosse uma das três, mas V. Exa... Como Relatora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que, no caso de sabatina, sempre o Relator tem essa preferência de poder fazer as perguntas, até por causa da réplica e da tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O.k.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador Davi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, apenas para confirmar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Como eu já vi outras sabatinas aqui, a Relatora tem o tempo disponível que ela quiser para fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – O Senador Eduardo Braga já foi aqui Relator. Às vezes, as perguntas até se esgotam com o Relator, e muitos de nós nem precisaríamos depois fazer mais a pergunta, porque são iguais. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, apenas para confirmar o tempo de cada Senador para indagar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Cinco minutos. (*Pausa.*)

Ednaldo, o tempo de cada questionamento é de cinco ou dez minutos? (*Pausa.*)

Ah, não, são cinco para réplica e cinco para tréplica.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu sugiro a V. Exa., se houver concordância, em razão do número elevado de inscritos, que reduzamos para cinco minutos o tempo de cada Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu concordo, Excelência, eu creio que é tempo suficiente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo respeito... Só um minuto. A sabatina é uma das funções do Senado da República, com todo respeito. Cinco minutos para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... uma sabatina de um indicado ao Supremo, não tem como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Viana, eu vou cumprir o que está na regra, os dez minutos. Quem quiser usar cinco minutos, ou quatro minutos ou seis minutos, está tudo certo, vai ajudar.

Com a palavra a Relatora, separadamente do primeiro bloco de três.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Como eu disse, na verdade eu vou fazer uma pergunta para cada tema que eu julgo – especialmente para mim – muito caro. Então, eu quero fazer uma pergunta e que o indicado me responda a essa pergunta, e já passarei para um tema diverso, por conta de serem, como acabei de falar, temas que julgo importantes neste momento.

Dr. André, vou ler aqui para me ater de forma muito fiel a esses questionamentos.

Sobre a democracia e direitos humanos, os movimentos autoritários têm – infelizmente, não é? – uma certa tradição no Brasil. Ouvimos, nos últimos anos, manifestação de cidadãos e mesmo de agentes políticos em defesa de atos institucionais da ditadura, como o AI-5, de 1968 – o famigerado AI-5, aliás –, que deram base jurídica ao estado de exceção, viabilizando e mesmo ensejando toda sorte de violação de direitos humanos e prática de tortura, inclusive...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... algo abominável no processo democrático de direito. Então, eu gostaria que o senhor fizesse uma avaliação e trouxesse, na verdade, os seus posicionamentos acerca desses movimentos autoritários diante do sistema constitucional brasileiro e acerca da sua avaliação, pelo próprio Supremo Tribunal Federal... Como é que o senhor analisa e avalia, melhor dizendo, o desempenho da corte, especialmente nos últimos anos, em defesa da Constituição e da democracia?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Obrigado, Sra. Relatora, querida Senadora Eliziane Gama. Obrigado pelo conteúdo do relatório.

E, ao mesmo tempo, de forma bem breve, eu disse na fala inicial: a democracia é uma conquista da humanidade. Para nós, não, mas, em muitos países, ela foi conquistada com sangue derramado e com vidas perdidas. Não há espaço para retrocesso. E o Supremo Tribunal Federal é o guardião desses direitos humanos e desses direitos fundamentais.

Eu quero lembrar que a Revolução Francesa, de modo especial, nasce para garantir os direitos individuais, chamados direitos de primeira geração, mas nós temos também direitos sociais, nós temos também direitos de terceira geração, como direito ao meio ambiente, direito à saúde, direito à justiça, num sentido material de justiça, não apenas formal. Então, o Supremo Tribunal Federal deve ser o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardião desses direitos fundamentais, sem espaço para retrocessos nas conquistas democráticas não só do nosso País, mas de todo o mundo.

Dentro dessa perspectiva, o meu compromisso, como disse, será defender não apenas a Constituição, mas o corpo vivo dessa Constituição, que são esses direitos fundamentais, sem qualquer discriminação, como também o determina a própria Constituição. E eu espero, com agregação, com espírito colaborativo e cooperativo, contribuir, caso os senhores me honrem com a possibilidade de vir a integrar o Supremo Tribunal Federal, como alguém que vai contribuir com os demais ministros para essa garantia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Só me permita. Em relação à tortura, é um crime que nós não devemos aceitar também. E aí digo: não só a tortura física, mas outros tipos de tortura, às vezes às mulheres, por exemplo, tortura psicológica, constrangimentos de outra natureza que submetem as pessoas.

É importante entender que nós estamos num processo em que nós só podemos olhar para frente em relação à democracia, nós não podemos dar passos atrás. E esse é meu compromisso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dr. André, veja, vou fazer essa segunda minha pergunta – vou juntar duas em uma pergunta, porque uma tem relação com a outra – acerca da violência de gênero.

O Atlas da Violência de 2021, elaborado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, apontou que 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. O número equivale a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes mulheres no Brasil. E houve, apesar de... E aí é bom a gente registrar que houve, de fato, uma redução, algo em torno de 17% em números absolutos, em relação ao ano anterior, mas cinco Estados apresentaram aumento nessas taxas, que foram os Estados de Alagoas, Sergipe, Amapá, Santa Catarina e Rondônia – por exemplo, o Estado de Alagoas, com aumento de até 33,6%. E os dados também revelam que as mulheres negras estão muito mais expostas à violência. Por exemplo, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras foi de 2,5%, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1%. Portanto, o risco relativo a uma mulher negra ser vítima de homicídio é quase duas vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher morta no Brasil, pelo menos duas são negras. É um dado, portanto, que mostra claramente o nível de vulnerabilidade das mulheres no Brasil. Ao mesmo tempo, temos no mesmo Atlas da Violência a violência contra homossexuais, a população LGBT. Por exemplo, no Atlas da Violência, no período de 2011 a 2019, foram registradas, em média, 1,7 mil denúncias anuais de violência contra homossexuais. O Brasil segue sendo, Ministro, durante 13 anos consecutivos, o País que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais mata essa população em todo o mundo. Então, eu queria que o senhor nos trouxesse, na verdade, a sua posição e, ao mesmo tempo, o seu comprometimento em relação ao combate à violência de gênero.

E, anexado a isso, por exemplo, é muito comum a gente ver armas brancas sendo utilizadas em crimes cometidos no contexto da violência familiar e também na violência doméstica. Entretanto, as armas de fogo são hoje o principal instrumento utilizado em homicídio de mulheres fora da residência. Nessa perspectiva de proteção à mulher, levando em consideração que armas de fogo são, na verdade, esse instrumento, eu queria saber o seu posicionamento em relação à cultura de paz e à política do desarmamento. Qual a sua posição jurídica em relação ao maior controle sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Brasil? É bom lembrar que nós tivemos vários decretos apresentados pelo Presidente da República esvaziando o Estatuto do Desarmamento, o que nós entendemos como um retrocesso e que para essa finalidade não cabe decreto, já que seria apenas, para um decreto, a regulamentação, e, no caso, aqui, ele acabou, na verdade, fazendo alteração no Estatuto do Desarmamento.

Eu queria que o senhor me respondesse acerca do seu comprometimento em relação ao combate à violência de gênero e também a sua posição referente ao Estatuto do Desarmamento e a sua visão, do ponto de vista constitucional, em relação a armas na mão da população brasileira, diante de um Estatuto que foi criado, inclusive, de forma muito construída e com o envolvimento da sociedade brasileira.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Mais uma vez, muito obrigado, Sra. Relatora.

Sobre violência de gênero, de modo específico, como Ministro da Justiça e Segurança Pública, fizemos as maiores operações da história no combate à violência contra a mulher. Fizemos operações com milhares de policiais, coordenados em todo o País, atuando na proteção da vida, da integridade física das mulheres. Agrego a isso grandes operações também para a proteção de idosos e a proteção de crianças que foram vítimas de pedofilia.

Ressalto também nesse contexto que, como Ministro da Justiça e Segurança Pública, aprovei um protocolo inovador de investigação de crimes de feminicídio, consensuado por todos os órgãos de segurança pública do País e, depois ainda, submetido à Bancada Feminina no Congresso Nacional. Inclusive, mantive reuniões com a Bancada Feminina no Congresso Nacional sobre esse assunto.

Ao mesmo tempo, havia já determinado a confecção, a partir de estudos dos especialistas, de um protocolo específico para investigação de crimes contra crianças e adolescentes, e, enquanto esse protocolo não estivesse concluído, que se adotasse, naquilo que coubesse, o protocolo para investigação de feminicídio.

Feminicídio é um ato covarde. O destrato em relação às mulheres é um trato covarde. Nesse sentido, o meu compromisso é, diante de situações como essa, aplicar a lei de forma plena e rigorosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à situação da violência LGBT, não se admite qualquer tipo de discriminação. É inconcebível qualquer ato de violência física, moral e verbal em relação a essa comunidade. Assim, o meu comprometimento é, também diante de situações como essa, aplicar a legislação pertinente, inclusive na questão da própria decisão do Supremo Tribunal Federal, que equiparou a ação dirigida a essa comunidade com o racismo, logicamente, também com a ressalva trazida no Supremo Tribunal Federal em relação à liberdade religiosa, mas, ainda assim, fazendo-se com o devido respeito a todas as pessoas.

Sobre a política de desarmamento, logicamente, há espaço para posse e para porte de arma. A questão que deve ser debatida é: quais os limites, até que ponto, até que extensão? Dentro dessa perspectiva, a questão está levada à discussão no Supremo Tribunal Federal. E, nesse contexto, sob pena de tornar-me impedido para me manifestar como juiz da Suprema Corte caso aprovado por este Senado Federal, eu não posso me manifestar sobre a exatidão da possibilidade ou não ou da constitucionalidade ou não do tratamento que foi dado pelos decretos e por atos também legislativos que tratam da matéria, mas, acima de tudo, há a compreensão de que a segurança pública deve ser o objetivo a ser alcançado por todos nós. O principal debate, eu entendo, deve ser no Legislativo, mas, ainda assim, há espaço para regulamentação. E a questão a ser decidida é se esse espaço foi respeitado dentro dos termos que a lei autoriza ou não. E é sobre esse ponto que eu não posso me manifestar sob pena de tornar-me impedido caso venha a integrar o Supremo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Dr. André.

Vou aqui para as perguntas na área ambiental. Vou juntar as duas perguntas. Aliás, esse é um tema que o Brasil... Nós estamos vindo agora da COP 26, e o Brasil... Infelizmente, a imagem brasileira fora não é uma boa imagem devido à falta de comprometimento com a agenda ambiental brasileira.

O líder indígena Ailton Krenak diz que, há 500 anos, os índios resistem. De fato, esta é uma verdade: os índios resistem. E nós temos situações que, na verdade, nos envergonham até. Recursos deveriam hoje ser utilizados e implantados para a redução, por exemplo, do desmatamento e das queimadas no Brasil... O Brasil fez acordos importantes agora na COP 26 com o desmatamento zero e com a redução de até 30% em relação ao gás metano, mas nada disso vai acontecer se não houver, de fato, um empenho do poder central, do Governo Federal, em relação a ações e atitudes de fato para o equilíbrio e para a proteção do nosso meio ambiente. Essa é uma situação que piorou muito nos últimos anos. A gente percebe isso claramente, exatamente pelo desprestígio que o Brasil, infelizmente, está vivendo. Por exemplo, na mesa de debates para a criação de um fundo indígena, não tivemos sequer a presença do Governo brasileiro.

Nesse sentido, Ministro, eu queria fazer uma pergunta aqui ao senhor. O Supremo Tribunal Federal está julgando a tese, inclusive, do marco temporal para a demarcação de terras indígenas – uma teoria que prega que só poderia reivindicar direito à terra, à posse da terra o povo indígena que já a tivesse ocupado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no momento da promulgação da Constituição, algo que a gente jamais pode admitir, porque a própria Constituição Federal fala claramente do direito ao território por parte dos povos indígenas. O senhor fez, inclusive, a fala anterior – e é absolutamente compreensível – de que o senhor não pode fazer a manifestação do seu voto – portanto, nós entendemos isso –, mas eu queria que o senhor nos falasse um pouco, já que nós estamos... Este é um debate que está, no presente momento, na Suprema Corte brasileira. Eu queria que o senhor expusesse, dentro dessa limitação em relação à divulgação de voto, acerca da tese do marco temporal.

E, ainda nessa mesma área, Ministro, eu tenho uma pergunta aqui do WWF, que é uma instituição muito importante na área ambiental brasileira. Diz o seguinte: "O mundo vive uma gravíssima...". Na verdade, eu não vou ler toda a pergunta, ele faz todo um levantamento acerca da mudança climática, do que nós estamos acompanhando hoje em todo o mundo e, ao mesmo tempo, também coloca claramente a necessidade de as empresas atuarem juntamente, de uma forma parceira, com os governos, porque é o que está preconizado inclusive nos acordos internacionais, especificamente o Acordo de Paris, que é uma junção de forças para mitigar os efeitos dessas mudanças climáticas em todo o mundo. Hoje o Brasil, inclusive, está numa situação preocupante em relação ao acordo entre a União Europeia e o Mercosul...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... por conta da possibilidade da sua não efetividade, por vários Parlamentos na Europa, exatamente pelo não cumprimento de alguns pontos específicos do Acordo de Paris.

As perguntas do WWF são: "Como o Supremo Tribunal Federal deve decidir os conflitos de constitucionalidade afetos a questões climáticas? O Supremo deve enfrentar as ações e omissões dos poderes públicos que agravam a crise climática? Como o senhor avalia a constitucionalidade de medidas que aumentam e acarretam o aumento do desmatamento e também das emissões de gases de efeito estufa, que, aliás, é hoje o grande desafio do mundo referente a essas questões ambientais?". Eu pediria que o senhor, portanto, me respondesse sobre mudança climática e sobre a questão do marco temporal.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Sobre essas questões relacionadas ao meio ambiente, também um tema bastante importante não só no Brasil, mas no mundo, eu queria inicialmente fazer um registro. O registro, Sra. Senadora e Relatora Eliziane, de que, na minha história funcional, tenho uma atuação que demonstra o meu comprometimento com a questão da defesa ambiental.

Eu cito dois exemplos. Ainda como Advogado-Geral da União, no ano de 2019, salvo engano, criei uma força tarefa dentro da Advocacia-Geral da União para incrementar, racionalizar e trazer melhor eficiência à cobrança das multas aplicadas pelo Ibama. Já como Ministro da Justiça e Segurança Pública, havia uma demanda da Polícia Federal, há cerca de sete anos, para aquisição de um sistema que pudesse trazer efetividade às investigações dos crimes ambientais, que pudesse fazer a leitura de mudanças dentro de todo o País, nas áreas de floresta ou outras áreas de interesse à proteção do meio ambiente. Em cerca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de três meses, um sistema que eles ansiavam há sete anos, foi adquirido. E não apenas adquirido para a Polícia Federal, nós ampliamos o escopo da contratação para que tivessem acesso a esse sistema: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e, mais do que isso, todos os órgãos federais, inclusive os órgãos de controle, não apenas Ibama, mas inclusive o Tribunal de Contas, qualquer órgão federal que fizesse uma parceria e aderisse ao interesse de usar o sistema e não apenas aos órgãos federais, aos órgãos de segurança pública de todo o País.

Para que V. Exa. tenha uma ideia, essa contratação custou mais de R$50 milhões, que eu retirei do orçamento do ministério e passei para a Polícia Federal para que a Polícia Federal contratasse e disponibilizasse a todas essas instituições.

Dentro desse contexto, eu entendo que nós devemos tratar com seriedade o binômio desenvolvimento sustentável. Não são expressões que se excluem, ao contrário, que se adicionam. Desenvolvimento pressupõe sustentabilidade e sustentabilidade pressupõe desenvolvimento.

Eu acho que deve haver um debate sério, principalmente no âmbito do Poder Legislativo sobre uma modelagem segura para todos. A minha preocupação, mas deve ser a preocupação de V. Exas., eu penso, deve ser estabelecer políticas públicas que tirem da marginalidade pessoas que poderiam estar trabalhando legalmente e, ao mesmo tempo, dê opções de trabalho, de renda, a muitas pessoas que não estão ali desmatando porque querem, mas porque têm que ganhar o pão de cada dia.

Agora, também registro – e fizemos várias operações nesse sentido quando fui Ministro da Justiça e Segurança Pública – que vinculavam já desmatamentos ilegais e extrativismo de minerais por crime organizado. Então, é um tratamento responsável e que nós sejamos capazes, como Nação, de dar uma resposta efetiva que tanto garanta sustentabilidade e defesa do meio ambiente como garanta o desenvolvimento racional lícito e legítimo do nosso País.

Dentro dessa perspectiva, me deixe de dar uma palavra um pouco de esperança com um exemplo claro. Lembro-me, quando menino, de alguém que dizia a nós, lá na década de 80: "Economize a água que é um bem, não é um bem inesgotável". A gente não entendia e não dava tanta atenção a isso.

O modo como nós pescávamos há 30, 40 anos. A consciência mudou. Hoje, nós ficamos agoniados se vemos desperdiçar água da torneira e temos um senso já mais próprio, não de todos, de maturidade no trato da questão da proteção ambiental.

Eu quero dizer o seguinte, nós precisamos saber que hoje, de alguma forma, temos uma melhor consciência da defesa do meio ambiente, mas é fato, como apontou a associação, que nós precisamos avançar e avançar juntos. Cabe ao Supremo Tribunal Federal não legislar nem executar as políticas públicas com base na lei, mas garantir esse binômio desenvolvimento com sustentabilidade e sustentabilidade com o uso racional das nossas riquezas: racional, legal e constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o marco temporal também é uma matéria que está em debate hoje no Supremo Tribunal Federal e sobre a qual eu não poderia me manifestar sob pena de estar impedido, o que não me impede de dizer do meu total compromisso com o respeito à dignidade humana, à cultura e aos valores das comunidades indígenas do nosso País.

É isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Dr. André.

Já chegando aqui à reta final dos meus questionamentos, Dr. André, segundo o relatório anual de violações da liberdade de imprensa divulgado pela Abert, as agressões, ameaças e intimidações contra a imprensa aumentaram 167% em 2020. Em outro lado, a organização não governamental Repórteres sem Fronteiras registra que, só no primeiro semestre deste ano, o Presidente da República fez 87 ataques à imprensa, muitos deles dirigidos a mulheres inclusive.

Eu queria que o senhor nos colocasse aqui, de forma clara, a importância da liberdade de imprensa para a democracia, o seu comprometimento em relação à liberdade de imprensa. Como o senhor colocou, nós estamos vivendo um momento democrático brasileiro, nós tivemos um estado terrível na história brasileira de cerceamento da liberdade e do direito de fala. E o que nós temos hoje – digo isso até como jornalista que sou – foi resultado do sangue e da vida, inclusive, de várias pessoas no nosso País. Então, eu queria que o senhor nos trouxesse um pouco mais acerca do seu comprometimento em relação à liberdade de imprensa como princípio fundamental e também como magistrado.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Mais uma vez, meu agradecimento, Sra. Senadora Eliziane.

Permitam-me incluir não só a questão da liberdade de imprensa como a de expressão. Trata-se de direitos fundamentais de todo cidadão. Defendo e defenderei como um direito essencial para a construção da democracia. Não só não deve haver censura prévia, como também não deve haver restrição à atuação livre da imprensa. Sem imprensa livre, não se constrói uma democracia.

E aí eu incluo também a transparência. Eu me lembro de que, quando iniciei na advocacia na década de 90, para obter uma certidão de algum contrato público junto a uma prefeitura, por exemplo, era um processo angustiante, e hoje nós temos a transparência, a transparência ativa, nós temos a publicação, nos próprios *sites* públicos, das contas públicas. Agora nós precisamos saber que devemos avançar. Quero lembrar aqui que a Suécia, por exemplo, fala nessa liberdade de imprensa e na transparência desde o século XVIII.

O que eu quero trazer ao contexto é que nós estamos num processo de construção da nossa democracia. A Constituição de 1988 ainda é jovem. Há muito por se fazer. E o meu compromisso não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só respeitar a democracia e o Estado democrático de direito; é, se honrado com a aprovação deste Senado Federal, estar compromissado com o aperfeiçoamento da qualidade da nossa própria democracia e com a garantia da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e da própria atuação transparente da administração pública.

Quero registrar um ponto também que deve ser ressaltado. O Supremo Tribunal Federal em nenhum país do mundo diz que qualquer direito fundamental é absoluto. Também a liberdade de expressão, essas ameaças, como a senhora coloca, devem estar submetidas, o que é próprio de um Estado de direito, que é regulamentado pela lei, também no sentido de não compactuar ou confundir liberdade de expressão com autorização para ameaças ou ofensas à honra das pessoas ou ás instituições democráticas do nosso País. Nesses casos, a própria lei penal, a própria lei civil traz a possibilidade de fazer-se a devida recomposição dos danos e da honra que foi alcançada ou da integridade física que foi ameaçada.

São essas as minhas considerações, Sra. Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dr. André, já estou chegando aqui à finalização da minha participação. Nós tivemos e estamos vivendo – saindo agora, se Deus quiser – um dos momentos mais turbulentos e doloridos da nossa geração, que foi a pandemia. Nós tivemos no Brasil, infelizmente, mais de 600 mil mortos. Nós tivemos um atraso na distribuição das vacinas no Brasil. Nós tivemos claramente uma ação negacionista desse Governo. Nós tivemos claramente uma ação que negligenciou o enfrentamento da pandemia no momento certo para que nós pudéssemos, na verdade, reduzir a quantidade de mortes no Brasil.

E aqui no Senado Federal nós tivemos uma CPI. O senhor naturalmente a acompanhou, porque o Brasil inteiro a acompanhou. E nós fizemos um levantamento, na verdade, detalhado de toda a atuação do Governo Federal, analisamos especificamente o Estado do Amazonas, ouvimos, inclusive, aqui algumas empresas e mostramos claramente o cenário feito e o que poderia ter sido feito, portanto com uma redução maior em relação à quantidade de mortos no Brasil. Eu poderia ficar aqui horas a fio falando da CPI, mas, resumidamente, Dr. André, nós encaminhamos o relatório final a várias organizações, a várias instituições, inclusive ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria-Geral da República, aqui dentro do Congresso Nacional à Câmara Federal, a órgãos internacionais, mostrando exatamente a postura e a posição do poder público brasileiro no enfrentamento da pandemia. Eu queria que o senhor nos trouxesse o seu posicionamento acerca da avaliação, do olhar que o senhor teve em relação à atuação da CPI e também do enfrentamento da pandemia em relação ao poder público no nosso País.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Tema tão caro a todos nós. Eu me lembro, no início da pandemia, ainda como Advogado-Geral da União, mesmo sem ter a dimensão, havia ali uma expectativa inicial de a pandemia durar, mais ou menos, até o mês de agosto, setembro e, depois, haver um controle. Porém, a experiência nos trouxe a dura realidade de que isso não aconteceu. Isso se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prolongou, e, até os dias de hoje, nós temos uma situação a lamentar no País, que é a morte de mais de 60 mil pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seiscentas mil.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Seiscentas. Isso. Não falei 600?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Sessenta.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Seiscentas mil pessoas.

Ali estão vidas, sonhos, jovens, idosos, pais e mães que se foram antecipadamente em função... E o Senado Federal, como eu disse, perdeu três dos seus valorosos Senadores.

Dentro desse contexto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – ... eu queria ressaltar que, na medida em que atuei de forma mais direta nesse sentido, que foi, mais ou menos, até abril, maio do ano passado, nós tínhamos – eu me lembro disto –, em várias reuniões, um grande debate, mas, às vezes, a Constituição, Senador Anastasia, não dava todas as respostas. Então, nós tínhamos que fazer uma inovação legislativa, num contexto de uma crise que dizíamos nós, mesmo naquele momento pensando que íamos até agosto com aquela situação, ser a maior crise da nossa geração. É certamente uma calamidade para a nossa geração, mas, quero crer, não passemos mais por uma crise dessa magnitude.

Em boa hora, vieram as vacinas, que são a causa fundamental de nós termos equacionado, pelo menos em níveis não tão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – ... tristes do número de mortes ou não tão altos do número de mortes.

E, nesse contexto, eu queria dizer que, em muitos momentos, eu pude observar que as autoridades foram aprendendo durante o processo. Logicamente, as situações podem – e a CPI apurou isto – ter extrapolado o que é o erro da má gestão e, às vezes, do desvio de conduta. Eu entendo que o trabalho da CPI, o valoroso trabalho da CPI deve ser levado a sério por todas as instituições do sistema de Justiça – todas! É preciso dar uma resposta ao resultado do trabalho da CPI por parte das instituições que compõem o sistema de Justiça, de forma responsável, de forma correta e tempestiva. Eu espero que, dentro desse contexto, nós possamos em breve, não só em relação àquilo que está em análise na Procuradoria-Geral da República, mas também no Supremo Tribunal Federal, ou eventualmente em outras instâncias do Poder Judiciário, dar essa resposta tempestiva, correta e séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, como é público, o resultado da CPI já foi encaminhado inclusive ao Supremo Tribunal Federal e se está fazendo essa análise, ou a demandar-se essa análise tempestiva e séria. E, no mesmo sentido, sob pena de incorrer em impedimento para até o tratamento adequado dessa questão, eu fico impossibilitado de me manifestar sobre aspectos próprios da CPI, mas também posso garantir a V. Exas. meu compromisso de apuração e tratamento adequado do resultado dos trabalhos da CPI. E também o compromisso de ter o meu gabinete, acaso aprovado por V. Exas., meu gabinete, no Supremo Tribunal Federal, sempre aberto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que se levem as questões pertinentes à ação de todas as esferas de Governo, no âmbito da covid.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dr. André, eu recebi, como eu disse, do e-Cidadania, várias perguntas, mas eu não tenho como fazer todas as perguntas, porque, como eu disse, eu quero deixar aqui com os colegas. Eu vou fazer apenas uma pergunta do e-Cidadania e vou finalizar com a minha última pergunta de hoje.

A pergunta do... Porque eu achei uma pergunta interessante do Leonardo Gueiros, ele é do Estado do Pará. Ele pergunta o seguinte: "Qual a sua posição em relação a manifestações populares que discordem das decisões tomadas pelo Supremo?". O senhor conseguiu ouvir? O Leonardo Gueiros, do Pará, pergunta qual é sua posição em relação a manifestações populares que discordem das decisões tomadas pelo Supremo.

E minha última pergunta, Ministro, é a seguinte, como eu falei no meu relatório, na verdade, todo debate em torno do seu nome, nos últimos meses, foi envolvido, na verdade, por um debate do ponto de vista religioso, fazendo questionamento inclusive por conta de o senhor ser evangélico. E coloquei isso, inclusive, da responsabilidade, e até digo isso, até porque também como evangélica que sou, protestante que somos, a nossa responsabilidade é ainda maior em relação à defesa do Estado laico, à separação de Estado e Igreja.

Eu queria que o senhor reafirmasse... O senhor fez essa colocação inicial, mas eu gostaria mais uma vez que o senhor fizesse uma avaliação aqui final acerca do seu pensamento dessa separação de Estado e Igreja. A gente tem percebido claramente a instrumentalização da fé. A gente tem percebido claramente a utilização de discursos e de falas na tentativa de ganhar, às vezes, um voto, uma boa imagem, mas a prática é totalmente fora do que é o contexto do que nós conhecemos muito bem, o evangelho da cruz. Eu gostaria que senhor trouxesse, na finalização dos meus questionamentos, o que o senhor pensa acerca da separação entre Estado e Igreja, e respondesse a pergunta do jovem do Estado do Pará.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Acho que Leonardo Gueiros, salvo engano, Senadora, do Pará. Saudoso Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso, Leonardo Gueiros.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Está aqui o Senador Jader. Aos demais Senadores do Estado do Pará, minha saudação. Eu não estou vendo aqui os demais Senadores, o Senador Zequinha e o Senador Paulo Rocha. Registro que sei que o senhor fez um esforço sobre-humano, até, Senador Jader, para estar aqui, pela saúde. É muito bom vê-lo bem e uma alegria tê-lo aqui conosco.

Discordar de uma decisão judicial é legítimo; ao desrespeitar, nós começamos a trilhar um caminho que já corre perigo, no sentido de desrespeito, de descumprimento. Eu quero dizer que o debate não só político, mas o debate até da correção ou não de uma decisão é legítimo. A imprensa, às vezes, questiona, a sociedade questiona. Agora, nós precisamos respeitar e, dentro desse contexto, não se pode admitir o ataque às instituições, por conta de discordância de alguma decisão judicial.

Sobre a questão do Estado laico – até agradeço voltar a esse assunto –, eu sempre tive uma preocupação grande com isso, Sra. Senadora Eliziane, que eu nunca pus no meu currículo profissional, por exemplo, o fato de eu ser pastor. Diante até da fala do Presidente de oração durante as sessões, eu até expliquei a ele – e permitam-me trazer a V. Exas. – que não há espaço para manifestação pública religiosa durante uma sessão do Supremo Tribunal Federal, o que não significa, e aí eu preciso dizer por dever de honestidade, que, antes de começar o dia de trabalho e antes, por exemplo, de iniciar a sessão ou antes de me alimentar, eu tenho, como também agora, ao entrar aqui, fiz a minha oração individual, pedindo a Deus que abençoasse os Srs. Senadores e suas famílias neste dia e que tudo corresse bem nesta sabatina. Então, lógico que eu vou preservar a minha individualidade, a minha manifestação individual e silenciosa, o que nós chamamos na Igreja, a senhora sabe bem, uma oração silenciosa, individual, mas compreendendo a separação que deve haver entre atuação pública e atuação religiosa nesse sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Dr. André.

Eu queria cumprimentá-lo e, mais uma vez, agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre pela confiança em me designar essa relatoria. Presidente Davi, essa é uma demonstração às mulheres no Parlamento brasileiro e, como o senhor também fez questão de registrar ao me ligar, uma demonstração clara aos evangélicos e a demonstração de sua parte de que o senhor não é intolerante em relação a qualquer manifestação e a posições individuais religiosas.

Quero dizer ao senhor, Dr. André, que, como eu disse, o debate religioso permeou as últimas horas. E, quando a gente fala do debate religioso, a gente fala do cristianismo, a gente fala de Jesus Cristo, que morreu em uma cruz entre dois ladrões. Então, o evangelho da cruz é exatamente o evangelho que dá oportunidade, que dá o perdão – dentro do debate, por exemplo, da legislação, a ressocialização. O evangelho da cruz é aquele que prega o amor, em vez do ódio; é aquele que prega a paz, em vez da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra; é aquele que ajunta, e não aquele que espalha. É exatamente esse evangelho da cruz que está ao lado dos excluídos, dos abandonados, dos rejeitados, que é o que nós esperamos que o senhor possa exercer em chegando ao Supremo Tribunal Federal. Que o seu rosto de fato possa refletir a imagem deste evangelho da cruz, que é o evangelho das liberdades individuais, da garantia da proteção da vida, da garantia das minorias para homens e mulheres, para brasileiras e brasileiros que efetivamente têm fome e têm sede de justiça.

Muito obrigada, Presidente Davi, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Relatora Eliziane.

Vamos iniciar o primeiro bloco agora de Senadores inscritos, e os três do primeiro bloco são titulares: o primeiro será o Senador Kajuru; em seguida, o Senador Fernando Bezerra; e o terceiro, o Líder Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente Davi, pela ordem. Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Considerando que a gente já conversou com o indicado, ouviu o relatório, ouviu as respostas, eu posso muito bem continuar acompanhando do meu gabinete.

Eu gostaria de saber qual ordem em que eu vou falar para eu poder me situar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – V. Exa. é o décimo quarto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k., Presidente. Obrigado.

Eu vou acompanhar – viu, Ministro? – do gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante esses quatro meses, Sr. André Mendonça, da espera por esta sabatina, para ser objetivo, eu cheguei à conclusão de que é rigorosamente desonesto questionar o seu notório saber jurídico e a sua reputação ilibada. Não há como questionar, por isso penso ser desonesto. Agora, tendo mais virtudes, como penso eu que o senhor tem, há falhas cometidas. Em duas perguntas, eu mostrarei duas das principais falhas.

O senhor assumiu a Advocacia-Geral da União em janeiro de 2019, no início do atual Governo. Deixou o cargo em abril do ano passado para assumir o Ministério da Justiça e voltou à AGU em março deste ano. Seus críticos dizem que o senhor agiu bem menos como Advogado da União e muito mais como advogado do Presidente Bolsonaro, seu amigo. Gostaria de saber de que forma o senhor responderia a essas críticas que eu as coloco como falhas.

O senhor acionou a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República para investigar jornalistas e críticos do Governo Bolsonaro com base na Lei de Segurança Nacional, instrumento normativo criado no regime militar. O senhor o fez por convicção ou em anuência à determinação superior?

Minha amiga querida Eliziane falou da liberdade de imprensa, o senhor falou também. Eu tenho 40 anos de carreira, nacional, na televisão brasileira e já cheguei a uma conclusão: o Brasil não tem, Sr. André, liberdade de imprensa. O Brasil tem liberdade de empresa. É bem diferente.

Bom, eu nunca iria entrar com o senhor na questão de religião. Eu achei uma bobagem essa frase de "terrivelmente evangélico". Eu sou terrivelmente católico, mas entre os meus melhores amigos pessoais eu tenho dois pastores, Pastor Messias, em Goiânia, e Pastor Linhares, em Belo Horizonte. Então, jamais crença vai definir meu voto.

Eu fui o primeiro Senador a dizer que votaria contra a sua indicação, por motivos simples. Há um ousado projeto de lei, que na verdade é uma PEC, a PEC 35, aqui no Senado Federal, do meu amigo exemplar, Senador Lasier Martins, e ele sabe que eu fui o primeiro defensor dessa sua PEC, que já foi relatada pelo exímio Senador Antonio Anastasia – que, aliás, acatou uma emenda de minha parte –, que limita em 55 anos a idade para ser Ministro do STF, limita o tempo de mandato a dez anos e, principalmente, tira do Presidente da República a exclusividade de ele escolher o nome para o Supremo Tribunal – o nome seria escolhido por uma comissão de notáveis juristas. Se eu apoio totalmente essa PEC – e participei dela com emenda –, seria incoerente eu aprovar a indicação que o Presidente da República fez sobre o seu nome.

No entanto, a vida, para quem leu, para quem acompanhou história, mostrou um Churchill que, quando questionado por um outro Parlamentar, dizendo "Churchill, você mudou de opinião?", falou: "Mudei de opinião, até porque quem não muda de opinião não vai conseguir mudar nada na vida". Ou seja, se você tem compromisso com erro, é seu. Eu, não. Meu compromisso com erro... Se eu errar, eu volto atrás. Esse é o meu modo de pensar sobre compromisso com o erro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ficar aqui o tempo inteiro, até o último... Não vou nem almoçar. Eu sou diabético. Graças a Deus, já chegou aqui – vou mostrar aqui para o Eduardo Braga, o Braga vai querer tomar um pouquinho – uma vitamina de abacate. Então, diabético. E eu quero ficar aqui. Por que eu quero ficar aqui? Porque eu quero conhecê-lo melhor através de ótimos questionamentos, que eu tenho certeza que virão e que poderão mostrar realmente mais pontos positivos no seu preparo para assumir o Supremo Tribunal Federal. E, conseguindo isto, como a votação final é no Plenário à tarde, eu não tenho nada, mas nada mesmo... Eu tenho a tranquilidade e a cabeça erguida, porque, se mudar de opinião, eu terei motivos. Mas, por enquanto, eu mantenho o que declarei para o jornal *O Globo* e o *Estadão,* de São Paulo, quatro meses atrás – como eu não voto de forma secreta, o meu voto é público –, que seria contra a sua indicação.

Muito obrigado, Presidente. Cumpri o tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente, ainda tinha algum tempo.

Ministro André, vou fazer três e depois o senhor...

O próximo, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Ministro André Mendonça pela indicação para a cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Cumprimento minha amiga e colega, a Senadora Eliziane Gama, pelo brilhante relatório que reflete não somente o preenchimento dos quesitos constitucionais para a investidura no cargo, como o perfil técnico de Dr. André Mendonça. Estendo meus cumprimentos ao Presidente desta Comissão, meu amigo, Senador Davi Alcolumbre, pela realização de tão aguardada sabatina, assegurando ao Senado Federal a concretização de seu papel constitucional de análise da indicação formulada pelo Presidente da República para a mais alta Corte do País.

Nascido em Santos, no Estado de São Paulo, Dr. André Mendonça é graduado pela Faculdade de Direito de Bauru e possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade de Brasília; mestre em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade e doutor em Estado de Direito e Governança Global, pela Universidade de Salamanca, na Espanha; é servidor de carreira da Advocacia-Geral da União há 20 anos, tendo sido indicado para o posto máximo do órgão pelo Presidente Jair Bolsonaro, em 2019.

Lembro, Sr. Presidente, a destacada atuação do Dr. André Mendonça contra crimes de corrupção em todos os cargos que ocupou na administração pública federal, o que lhe conferiu, no ano de 2011, o reconhecimento do Prêmio Innovare pelo trabalho idealizado e desenvolvido na AGU voltado à recuperação de ativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O combate à corrupção também marcou a passagem de Dr. André Mendonça pela Controladoria-Geral da União, onde contribuiu de forma decisiva para a celebração de acordos de leniência com empresas envolvidas em irregularidades e o ressarcimento de recursos aos cofres públicos.

Sr. Presidente, o Estado democrático direito consagra as garantias e direitos fundamentais, assegurando a efetivação dos valores trazidos pela Constituição Cidadã de 1988, que tenho o orgulho de ter subscrito. Nesse sentido, é de fundamental importância que tenhamos no Supremo Tribunal Federal alguém comprometido com as garantias individuais e o equilíbrio democrático, que se ancora na independência e na harmonia entre os Poderes da República, repelindo excessos de ativismo e com apurado senso de justiça.

De perfil conciliador, Dr. André Mendonça é um dos melhores quadros da advocacia pública brasileira. Está à altura da missão que o Presidente da República lhe confiou e saberá agir com equilíbrio, sem alinhamentos de natureza política ou religiosa.

Dito isso, Sr. Presidente, passo a fazer dois questionamentos.

O primeiro: uma das críticas levantadas à indicação do Dr. André Mendonça para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal refere-se ao vínculo do sabatinado com a Igreja Presbiteriana. Sabendo de sua crença religiosa, como assegurar que suas decisões no julgamento de matérias que integram a agenda de costumes serão tomadas em respeito ao texto constitucional?

E a segunda e última indagação, Sr. Presidente, eu a faço ao Dr. André Mendonça que, quando esteve à frente da Advocacia-Geral da União, realizou acordos de leniência celebrados com empresas envolvidas em irregularidades no sentido da recuperação de ativos. A pergunta é: qual a avaliação que o senhor faz deste instrumento após a devolução mais de R$15 bilhões aos cofres públicos?

Essas são as minhas indagações.

Agradeço a atenção da Comissão e do sabatinado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Fernando.

Vou conceder a palavra ao terceiro inscrito do primeiro bloco, Líder Eduardo Braga.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, não poderia abrir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós vamos fazer até mais ou menos a metade dos questionamentos, que é mais ou menos o que a gente tem feito nas sabatinas, especialmente no caso do Supremo, e, a partir daí, nós vamos abrir para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., porque realiza no dia de hoje nada mais, nada menos do que uma sabatina, que é um ato previsto na Constituição da República, peça fundamental daquilo que nós ouvimos ser citado inúmeras vezes no dia de hoje: democracia.

E eu queria cumprimentar não só a Relatora, mas também o Senador Kajuru, porque a razão de ser da sabatina é exatamente esclarecer toda e qualquer dúvida sobre o sabatinado, a fim de que nós Senadores possamos votar com convicção a escolha e a indicação do membro do Supremo Tribunal Federal. Se não fosse isso, o Constituinte originário não teria estabelecido ao Senado da República e especificamente à CCJ a condição de sabatinar o membro indicado para a Suprema Corte brasileira.

Feito esse preâmbulo, eu quero cumprimentar o eminente Ministro, Dr. André Mendonça, e a sua família, aqui presente, que tenho certeza de que está extremamente honrada em vê-lo indicado ao Supremo Tribunal Federal – eu me refiro à sua esposa, a Sra. Janey, à sua filha Daniela e a seu filho Luiz Antonio. Portanto, quero cumprimentar a sua família e dizer a V. Exa. que o Estado é laico, mas seres humanos... E quantos Ministros do Supremo não são católicos? Ou talvez tenha lá algum evangélico. Essa não é a questão. A questão é tentar transformar a indicação de V. Exa. como tendo como pré-requisito a questão de ser terrivelmente evangélico.

O currículo de V. Exa. fala por si próprio. V. Exa. tem um dos melhores currículos já apresentados a esta Casa. Eu sou cristão, sou católico, tenho, entre meus amigos e meus melhores amigos, pastores evangélicos. Aqui mesmo o Pastor Samuel Câmara, um dos meus melhores amigos, presente nesta sabatina.

Portanto, eu quero dizer que o Estado é laico, o Supremo Tribunal Federal é laico, mas V. Exa. tem todo o direito de ter sua opção religiosa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... como eu tenho a minha. Isso não pode ser um demérito a V. Exa., mas isso não pode ser a razão exclusiva pela qual V. Exa. será amanhã escolhido Ministro do Supremo Tribunal Federal. Os seus currículos e a sua convicção sobre a democracia e sobre o Estado de direito da democracia é que serão fundamentais para o convencimento de todos nós.

A ideia do juiz que julga e o juiz que acusa não pode ser e não está prevista no Estado democrático de direito. Há o juiz, que julga, há o promotor, que acusa, e há o defensor, que defende. Esse tripé fundamental da Justiça não pode deixar de estar presente na Suprema Corte Brasileira.

Quero ouvi-lo, e esta é a minha primeira indagação a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo fato que quero levantar também é sobre democracia. Século XVIII, Suécia...

Eu entendo a euforia e eu quero aqui cumprimentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o nosso Senador Magno Malta, que está aqui, tenho certeza que para prestigiar o sabatinado, mas eu pediria ao Senador Magno Malta que, com o seu entusiasmo, me permita fazer a minha participação nesta sabatina.

V. Exa. trouxe a Suécia, no século XVIII, como pilar de decisões com relação à liberdade de expressão, o que eu acho fundamental na democracia. Liberdade de expressão, liberdade de imprensa, mas, no século XVIII, Senador Kajuru, nós não tínhamos a internet. No século XVIII, nós não tínhamos aquela operação espelho, usada por algoritmos internacionais que se escondem atrás de operações espelho, para denegrir a honra, para mentir, caluniar, difamar e levar a opinião pública a uma formação de valor equivocada.

Aí nós chegamos aos dias atuais, com as *fake news*, que, antigamente, eram o famoso direito de resposta a uma mentira contada numa imprensa publicada ou veiculada, onde tinha um jornalista, onde tinha um CNPJ, onde tinha um CPF, onde você poderia – e aí concordo com V. Exa. – exercer plenamente a liberdade de expressão, sem nenhuma censura prévia. Por quê? Porque, depois – e V. Exa. disse isto na sua resposta –, haveria a responsabilidade, seja cível, seja criminal, pelo que se diz e pelo que se publica. No entanto, na *fake news*, por trás desses algoritmos, quase nunca identificados, como fica o direito à honra, o direito à verdade?

Eu pergunto a V. Exa... Nos últimos anos, estamos convivendo com esta distorção presente nas redes sociais chamada de *fake news*. Notícias falsas são distribuídas como se fossem verdadeiras, o que tem causado danos à democracia – já interferiram, inclusive, em resultados de eleição em outros países – e ao Estado de direito, destruindo reputações, provocando polarizações e intolerância, muitas vezes artificiais, estimulando toda a sorte de animosidade. Qual a posição de V. Exa., na Suprema Corte, em relação, inclusive, ao inquérito que lá tramita sobre *fake news*? E, aqui, nesta Casa, tramita uma CPI mista também sobre *fake news*. Creio que essa é uma das posições importantes que precisamos ouvir de V. Exa. com relação a isso, porque entendo que esta é uma questão fundamental da democracia, que nós tanto defendemos: o direito à informação e à liberdade de expressão, mas, acima de tudo, à verdade.

Passo à segunda questão, eminente Ministro André Mendonça. Aliás, é a terceira, porque já fiz uma questão sobre o juiz julgador e o juiz acusador. É uma questão sobre a qual gostaríamos de ouvir V. Exa., ou V. Sa., melhor dito.

O senhor, como Advogado-Geral da União, defendeu a tese da execução penal após a condenação em segunda instância, afirmando que a tese é compatível com a Constituição Federal, não sendo necessário aguardar o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, conforme estabelece a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maior, o art. 5º da nossa Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal, que V. Exa. poderá integrar caso seja aprovado por esta Casa, chegou a acolher a tese de início da execução penal após a condenação em segunda instância. Todavia, posteriormente, afirmou a validade da tese da necessidade de trânsito em julgado como requisito para o início do cumprimento da pena, o que é hoje o entendimento daquela Suprema Corte. Todavia, fala-se em uma possível revisão desse entendimento no Supremo. A indicação de V. Exa. comporá uma maioria no Supremo Tribunal Federal. Hoje, o Supremo Tribunal Federal, em muitas teses, está dividido em cinco a cinco. A indicação de V. Exa., portanto, tem uma relevância extraordinária para o momento histórico da democracia brasileira. Essa é a razão da pergunta sobre o entendimento sobre essa matéria – e se diz que uma tal revisão poderá ocorrer com a chegada de V. Sa. àquele tribunal. Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

Faço a quarta pergunta. Essa é uma outra pergunta, Sr. Ministro André Mendonça, que é pertinente ao momento, porque o Senado, juntamente com a indicação de V. Exa., vai deliberar um outro tema que é fundamental para milhões de brasileiros que estão passando fome – e fome tem pressa –, que diz respeito a precatórios. Estamos já há algum tempo debruçados sobre uma questão polêmica e de difícil solução: precatórios. Não é fácil, sem dúvida nenhuma, encontrar uma saída para uma dívida bilionária e com um *pipeline* trilionário – trilionário. Senador Anastasia, nos próximos cinco, seis anos o Brasil tem R$1 trilhão de potencial no *pipeline* de precatório – R$1 trilhão –, uma dívida que vem assombrando o poder público há décadas e que tem crescido de forma explosiva, exponencial nos últimos anos. Basta dizer que, em 2017, o montante de precatórios devidos pela União era de R$17 bilhões. Aqui chamo a atenção, Presidente Davi: em 2017, o precatório, quando da aprovação da PEC 95 do teto do gasto, era de R$17 bilhões; hoje esse montante chega a quase R$90 bilhões. Portanto, quase seis vezes mais do que em 2017. A estimativa é de que, em 2023, sejam mais de R$120 bilhões em dívidas judiciais.

Na discussão da PEC 23, apresentei uma emenda, acatada pelo Relator e com o apoio de diversos Senadores, para criar, no âmbito do Congresso Nacional, uma Comissão Mista no prazo de um ano para promover um exame analítico dos atos, fatos e políticas públicas com maior potencial gerador dos precatórios e sentenças judiciais contrárias à Fazenda Pública da União. A Comissão deverá atuar em cooperação com o Conselho Nacional de Justiça e com o auxílio do Tribunal de Contas da União, podendo requisitar informações e documentos de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Trago esse assunto, nessa sabatina, para que o Sr. Ministro, como indicado ao STF e como ex-Advogado-Geral da União, possa avaliar a atuação de seu órgão de origem, a AGU, nas atividades que envolvem precatórios, especialmente em relação a controle, previsibilidade, interlocução com o Ministério da Economia, considerando que autoridades do Executivo e do Legislativo foram surpreendidas com o tamanho da dívida da União e a falta de capacidade de honrar seus compromissos, ao ponto dos pagamentos estabelecidos pelo Judiciário para 2022 serem definidos por autoridades da área econômica como um meteoro que atingiu as contas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: a AGU tem controle e informação antecipada das dívidas da União com precatórios? As informações são compartilhadas com o Ministério da Economia? De que forma o Poder Legislativo poderia contribuir nesse debate, especialmente em consideração à sua responsabilidade de apreciação e deliberação do Orçamento Geral da União?

Sabemos que o prazo entre o trânsito em julgado de um processo e a emissão de seu respectivo precatório pode chegar a três, quatro ou mais anos. Isso não seria suficiente para estabelecer um planejamento com razoável previsibilidade dos pagamentos de precatórios?

O que, na opinião de V. Exa., nos levou à atual situação em relação aos precatórios?

Por fim, Sr. Presidente, eu queria só – e aqui em nome do e-Cidadania – cumprimentar a eminente Relatora Eliziane Gama pelo brilhante relatório que fez e pelas perguntas elucidadoras que fez a V. Exa., inclusive incluindo uma do e-Cidadania, que é a participação direta do cidadão, do povo brasileiro, já que a nossa democracia é por representatividade direta, pelo voto direto; então, nada mais justo de que aqui, nesta sabatina, possamos também apresentar perguntas diretas da população.

Eu escolhi, para encerrar o meu tempo, aproveitando a economia processual do nosso Kajuru... Eu acabei me estendendo um pouquinho, Sr. Presidente, mas são só três perguntas bem simples.

Do Gabriel Scarpin, do Paraná: "Qual a sua opinião sobre a proposta de 'quarentena' para os ex-membros da magistratura, Ministério Público e militares ingressarem na política?".

Emerson Lima, Distrito Federal: "Qual a sua visão sobre a judicialização da política e a interferência do judiciário nos outros Poderes da República?" – o famoso ativismo judiciário.

E, por fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... Marcus Buneker, do Rio Grande do Sul: "Gostaria de saber qual a sua opinião sobre a priorização de causas, estabelecendo critérios para julgar primeiro causas mais antigas?" – ou seja, o julgamento por questões cronológicas.

No mais, eu quero dizer do meu respeito a V. Sa., do meu respeito à sua história de vida, o meu respeito ao seu currículo, à sua competência técnica e à sua dedicação.

Espero que V. Sa. tenha Deus a lhe comandar, mas, acima de tudo, como V. Exa. começou esse discurso, a Constituição da República a iluminar os seus caminhos na sua carreira jurídica.

Muito obrigado e sucesso em sua caminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o sabatinado.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru, é um prazer conhecê-lo pessoalmente. Recordo-me de vários momentos vendo-o na televisão como comentarista esportivo.

Permita-me iniciar pelo final, a minha admiração pelo registro nobre de Churchill, como um grande exemplo, como o senhor citou, de humildade para não ter compromisso com o erro.

Eu espero sinceramente... Deixe-me lhe dizer, Senador Kajuru: para mim a palavra e a verdade têm valor. Quando V. Exa. se coloca à disposição para estar aqui todo o tempo e me ouvir, eu tenho que atuar respeitando essa capacidade e esse gesto de me ouvir.

Eu não sou perfeito. Não espere de mim perfeição. Há vezes em que nós discordamos de nós mesmos, do que fizemos e precisamos ter humildade para pedir desculpa. Eu aprendi com meu pai, aos 16 anos: "Não tenha medo de tomar decisões. O mundo é carente de homens que tomam decisões. Não é preciso bater na mesa, falar grosso com eles, mas, se estiver errado, peça desculpa".

Fui aprender, Senador Bezerra, sem adentrar, Senador Eduardo Braga e Senador Kajuru, também que, na administração pública, há muita gente indiferente ao problema, outros tantos que criam problemas e pouca gente disposta a resolver o problema. Eu digo isso para que V. Exas. esperem de mim previsibilidade. O que eu estou dizendo aqui não são palavras ao vento. Os compromissos que eu assumi aqui não são palavras ao vento. Eu quero que V. Exas. votem "sim" ou "não", mas com consciência do que estão votando, porque *fake news*, Senador Eduardo Braga, eu sofri inúmeras. Aliás, eu era um dos ministros mais criticados às vezes, até por apoiadores do Presidente da República, justamente pela minha busca do consenso, do diálogo, de soluções, de respeito às instituições.

No primeiro dia em que eu fui ao Supremo Tribunal Federal como Advogado-Geral, eu disse a todos os Ministros do Supremo que eu assumia três compromissos. Primeiro, a narrativa mais próxima possível da verdade dos fatos. A mais próxima possível, porque, às vezes, eu me equivoco, mas eu tenho que ter honestidade ao narrar o que aconteceu. Eu sou parte num processo; então, eu posso estar com um pensamento não correto sobre aquele fato, mas eu tenho que ter sinceridade. E eu admiro a sinceridade de V. Exa. Vem de *sine cera*, sem cera, sem verniz. Segundo compromisso, trazer um trabalho técnico ao Supremo Tribunal Federal. Ainda que a União seja parte, eu tenho que trazer elementos, fundamentos jurídicos capazes de contribuir para uma boa decisão do ministro. Em terceiro lugar, sempre respeitar as decisões do Supremo. Não há um ato meu, um ato, criticando uma decisão. Eu podia discordar, mas eu discordava nos autos ou eventualmente até pessoalmente com o ministro, explicava as razões pelas quais eu não concordava com a decisão – por isso é que eu sou respeitado hoje, acho –, sempre na tentativa de buscar soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga, se possível, durante este dia, quando V. Exa. fala dessas *fake news* e fala, com razão, preocupado, eu peço a V. Exa. para ligar aos Ministros do Supremo – todos, todos, todos! "Qual foi e tem sido o comportamento do André em respeito às instituições?" É isso que o senhor espere de mim lá dentro, sobre *fake news* e sobre qualquer assunto, qualquer causa.

É isso que eu quero dizer, olhando nos olhos de V. Exa., Senador Kajuru. Repito: não espere a perfeição, mas espere alguém que tem espírito de servir ao País, que reconhece seus limites e que tem humildade para pedir desculpa.

Dentro desse contexto, minha relação com o Presidente da República sempre foi republicana e de buscar fazer a construção das políticas do Governo dentro dos parâmetros da Constituição.

Sobre a questão dos jornalistas, quem se sente ofendida é a pessoa, mas eu me lembro de que saía em algumas matérias... Há um exagero. Eu pedi os números à Polícia Federal: de 2019, início de 2019, até aquele momento, salvo engano fevereiro deste ano – eu saí do ministério em março –, quantos inquéritos há na Polícia Federal instaurados nesse período com base na Lei de Segurança? Eu encontrei, as informações vieram: foram 2 inquéritos requisitados pelo meu antecessor; 5 inquéritos requisitados por mim; e, para não ser injusto, 15 requisitados pelo Poder Judiciário; e 31 pelo Ministério Público Federal. Agora, em se sentindo ofendido na honra e demandando a apuração dessa situação, era dever do Ministro da Justiça requisitar, para uma investigação imparcial, séria, sem perseguições, sem prejulgamentos, sob pena de, em não o fazendo, incorrer em crime de prevaricação. Essa lei, gostássemos ou não dela, estava em vigor; a constitucionalidade era reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Então, havia um dever legal de cumprimento.

Sobre as mudanças nas regras – e aqui louvo a iniciativa do Senador Lasier – de encaminhamento, propostas e regramento de nomes para o Supremo, prazos, mandatos ou não mandatos, é legítima a discussão. Nós temos que entender que nós estamos num momento histórico da nossa realidade. Eu vou trazer um lema da reforma protestante que eu acho pertinente: "Igreja reformada sempre se reformando". Democracia instalada sempre se democratizando. Nós temos que aperfeiçoar sempre. O fato de estar bom hoje não significa que não pode estar melhor amanhã. Então, esse debate deve existir, é legítimo, e este é o espaço correto: o Congresso Nacional. Eu entendo que é um diálogo que deve ser estabelecido com o próprio Poder Judiciário, com a sociedade brasileira.

Há milhares de anos, nós debatemos sobre o conceito de justiça e nós não chegamos a um consenso. Há um autor, ganhador do Prêmio Nobel, de origem indiana, Amartya Sen, que tem um livro sobre a ideia de justiça. E ele diz basicamente o seguinte em um trecho do livro: "Se nós não temos esse consenso sobre o conceito de justiça, nós sentimos latente o que é a injustiça" – a injustiça com uma pessoa, a injustiça com uma ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu reforço: se eu não for capaz – e não o sou – de alcançar a justiça perfeita, eu tenho que ter, no mínimo, o comprometimento de buscá-la ou o mais próximo dela, mas, antes disso, de não aceitar a injustiça. E, quando eu digo, Senador Bezerra, compromisso com garantias e direitos individuais, é que eu não posso compactuar com a injustiça. E isto eu digo agora por princípio de vida: em nada na minha vida, os fins justificam os meios. Às vezes, eu disse coisas aos senhores, que podem falar: "Esse cara vai perder votos se continuar". Mas eu procurei ser verdadeiro. Então, esperem de mim, seja em apuração de crimes de qualquer natureza... Fim não justifica meio.

Permitam-me fazer uma comparação. Está aqui o Pastor Samuel, um dos grandes pastores do nosso País, como bem referenciado pelo estimado Senador Eduardo Braga. Quando o pastor sobe ao púlpito e fala, é um momento para nós sagrado, e as pessoas estão ouvindo; e um teólogo diz: "O que tu fazes fala tão alto que eu não consigo ouvir o que tu dizes".

Quando eu prejulgo um cidadão, uma pessoa pública, eu estou imputando a essa pessoa uma inviabilização da sua própria condição de vida. Eu preciso ter muito senso de responsabilidade.

Ontem, eu liguei para um grande advogado de São Paulo, que advogou para as grandes empresas que estavam envolvidas na Operação Lava Jato, e pus no viva-voz, ao lado de outras pessoas: "Doutor e professor, como foi a minha atuação?". Ele disse algumas expressões: equilíbrio, racionalidade, preocupado em manter os empregos, preocupado com que essas empresas sobrevivessem para manter os empregos do nosso País. Por vezes, eu fui confrontado com ideias: "Não, vamos fechar as empresas!". Eu dizia: "Se tiver" – vou trazer para a minha instituição, a AGU – "um problema na minha instituição, a solução é fechar a instituição ou corrigir o problema?". É por isso que ele dizia: "Você teve uma preocupação em preservar os empregos que essas empresas geravam; você agiu de forma republicana; você preservou o sigilo dos dados". Ele disse: "Nunca houve um vazamento de informação na CGU e na AGU, atuou com discrição". E eu ouvi de alguns diretores dessas empresas, Senador Bezerra: "Se nós não fechássemos o acordo, em mais dois meses, nós quebraríamos e demitiríamos todo mundo". Eu não posso jogar a água suja com o bebê. Eu preciso entender que estou tratando com pessoas. As pessoas têm vida, têm sonhos.

Permitam-me estabelecer alguns consensos com V. Exas., a partir dos questionamentos também trazidos pelo Senador Bezerra. Todo mundo aqui é contra a corrupção, lógico, mas acho que há mais consensos que nós poderemos estabelecer. Não se pode criminalizar a política. Eu aprendi, nos meus estudos em Salamanca, Senador Bezerra, primeiro, que a corrupção é um problema complexo e o Direito sancionador não é o elemento determinante para resolver esse problema. É por isso que eu citei transparência, tem governança, tem política de integridade, tem a necessidade de bom senso no trato das questões. E eu vou falar um pouco sobre isso.

E um professor de ciência política sempre dizia algo com o que eu concordo com ele: "André, a política é criticada no mundo inteiro, os políticos são criticados no mundo inteiro, há corrupção no mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro, os partidos políticos são questionados no mundo inteiro, mas tem uma coisa, nós vivemos numa democracia. E esse é o melhor regime que nós temos, pelo menos até onde nós pudemos alcançar até hoje. E não se constrói uma democracia sem política, sem políticos e sem partidos políticos".

Quando eu falo que não se pode criminalizar a política... E não só a política, mas a atividade pública. Ou nós na Advocacia-Geral da União não nos deparamos com situações também em que gestores têm receio de assinar determinado contrato, adotar uma determinada política? Não se pode criminalizar. E as generalizações são péssimas, os prejulgamentos não se pode aceitar.

Assim, todos somos contra corrupção, todos somos sabedores de que não se pode criminalizar a política.

Também entendo que uma delação premiada não é elemento de prova. Eu não posso basear uma convicção com base em uma delação. Delação não é acusação.

Dito isso, eu entendo que o combate à corrupção tem de ser feito respeitando-se direitos e garantias individuais. Os fins não justificam os meios. Nós precisamos respeitar a política, entendendo que podemos melhorar? Podemos! Não dei o exemplo? Na década de 80, nós abríamos uma torneira de água com uma consciência, sem entender que aquilo era prejudicial a todos nós; hoje, nós temos consciência. Agora, é um continuar.

Finalizando à luz dessas questões, Senador Bezerra, há dois grandes modelos, na minha opinião, de construção de democracia: o francês e o inglês. O francês se baseou em revoluções – "está tudo errado, vamos recomeçar" –, e o inglês se baseou em construções paulatinas. Eu entendo ser mais adequado trabalharmos as construções paulatinas, entendendo que nós estamos em um processo. Em determinado momento, eu tomava uma decisão com base num contexto; hoje, eu tenho outros contextos, outros parâmetros. E eu não posso considerar os atos pretéritos à luz dos parâmetros de hoje, eu preciso vestir o sapato da pessoa, me pôr no lugar da pessoa, porque, se eu ouço isso, pelo menos, Senador Kajuru, evito cometer injustiça.

Ainda dentro desse ponto, me permita, Senador Bezerra, quando o Presidente da República pediu que, entre outros Ministros, revisássemos o texto da PEC da reforma administrativa, eu fui estudar um pouco de reforma administrativa no mundo. Estudei várias: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha. Primeira coisa muito clara: não há reforma administrativa perfeita. Sempre a gente acha que vai resolver tudo e o problema... A gente avança, mas não significa que a gente encontrou a perfeição, mas algo me chamou muito a atenção: em vários textos, se demandando a adoção do princípio da inovação na administração pública. Nós todos queremos que a administração pública seja inovadora.

Então, eu sugeri ao Presidente, que acolheu, a inclusão desse princípio no texto da PEC. Sabe por quê? Eu preciso dar ao administrador público não só uma motivação para inovar, mas eu, para dar essa motivação, preciso dar a ele o direito de errar. Hoje, não se admite o erro. Hoje, se eu for numa empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da iniciativa privada, um gerente toma dez medidas que dão lucro; se ele toma uma que deu um prejuízo, ele está com saldo positivo. Hoje, o administrador público toma cem que dão certo, mas, se ele toma uma que deu errado, às vezes, ele passa 20 anos respondendo por isso. Eu preciso entender o que é dolo, entender o que é erro. Eu não posso criminalizar a administração pública como um todo. Então, são essas ideias que eu defendo.

E, quando V. Exa., Senador Eduardo Braga, fala em garantismo, em democracia, me permita registrar: eu só tenho democracia... O conceito de Estado de direito surgiu em, salvo engano, 1824, na Alemanha. Foi quando o primeiro autor – não recordo o nome – usou esta expressão, Estado de direito, mais de três décadas depois da Revolução Francesa. Por que eu digo isso? Porque a revolução nasceu para se garantir, entre outras coisas, um justo julgamento das pessoas. Até então, havia juízos arbitrários pelos reis, etc., sem processo de contraditório, de ampla defesa, sem presunção de inocência.

Então, não trabalhar com esses valores, esses princípios é voltar atrás do período do Estado de direito, e eu sou uma pessoa que trabalha com base em princípios. Então, eu não posso negar os princípios, porque eu estaria negando a minha própria concepção de ver as coisas.

Sobre a questão da segunda instância, Senador Eduardo Braga, reafirmo: se voltar ao Supremo a rediscussão sem uma alteração inovadora, concreta, por parte do Congresso Nacional, não será da minha parte ou não terá da minha parte consonância dentro desse contexto. Nós não podemos ter uma decisão ora de um jeito, ora de outro. Nós precisamos dar estabilidade às relações institucionais, políticas, sociais, etc.

Sobre os precatórios, o senhor falou de uma sugestão. Os critérios de atualização desses precatórios são um elemento determinante para essa evolução. E, pelo menos nesse último ano – eu passei um curto período na AGU, quando chegou no final essa discussão –, houve eventos, situações de mais de 20 anos atrás, questão de Fundef... A AGU chegou até a ser condenada por interpor muito recurso, estar protelando, foi multada por isso. Todos os registros são de que nunca houve perda de prazo em ações no Supremo. Se houver, e se houver erro, que mereçam ser... Mas há uma atuação séria, há uma preocupação constante da AGU com essa situação. As comunicações com o Ministério da Economia são realizadas, e eu tenho certeza de que a Advocacia-Geral da União está à disposição do Senado Federal para colaborar no correto tratamento desse assunto para a equação desse problema que afeta as contas públicas, entendendo também que, por vezes, nós temos que pagar porque a parte tem direito e o Estado pode ter cometido erros que levam também a essa situação. Mas eu entendo que o aperfeiçoamento deve haver.

Brevemente, sobre aquelas perguntas dos cidadãos. Quarentena é uma decisão que, eu entendo, cabe ao Congresso Nacional, legitimamente.

Judicialização da política: tem hora que eu fico na dúvida se há uma judicialização da política ou uma politização do trato das questões que envolvem essa situação de ativismo judicial. Hoje nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recorremos... Tudo se leva ao Judiciário. Eu acho que o Judiciário tem que ter uma autocontenção, não ter ativismo, mas também entendo que deve haver uma autocrítica de todos nós, de tudo levarmos ao Judiciário. Hoje no Brasil, nós levamos tudo ao Judiciário, o que acaba impondo um pouco essa incompreensão nesse contexto.

Julgamento da questão cronológica: eu entendo que nós devemos buscar aperfeiçoamento sempre. Na minha modesta visão, o CNJ é o melhor campo de diálogo para esse assunto.

Não sei se satisfiz a V. Exas., mas muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado. Vamos iniciar... (*Pausa.*)

Ah, sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Presidente Davi, é apenas porque foi assim combinado, a rápida réplica e a tréplica.

Sr. André, apenas faltou um ponto, porque houve muita crítica ao senhor nesse sentido. O senhor não concorda com essas críticas de que o senhor foi mais advogado do Presidente Bolsonaro do que advogado da União?

E aproveito, já na mesma linha, a gente pode esperar do senhor posicionamento diferente da maioria dos Ministros, quando indicados por um Presidente, de literalmente blindar o Presidente da República? Ou seja, é aquela relação: o Presidente te indicou e o senhor vai ficar com uma dívida com ele para o resto do seu mandato. A gente pode pensar diferente em relação à sua postura quando qualquer coisa chegar lá sobre o Governo do Bolsonaro, seja denúncia, seja corrupção?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Obrigado, Senador Kajuru.

Só ressalto algo que talvez tenha passado um pouco *en passant* ali, na fala inicial. Justa a recolocação do assunto por V. Exa. Há uma distinção entre ser ministro do Governo e ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, eu sei dessa distinção e tenho compromisso dentro dessa perspectiva. Meu trato sempre será com o Presidente, como com V. Exa., como com todos os Senadores. Reafirmo aqui o que disse a todos os Senadores: meu gabinete tem que estar aberto para o diálogo com todos, de forma republicana, construtiva, buscando encontrar boas soluções. E reafirmo meu compromisso com a imparcialidade e a independência.

Então, não é tudo que se faz que está certo; assim como também não é tudo que está errado, e um Ministro da Suprema Corte tem que ter esse olhar, de olhar com clareza, sem prejulgamentos. Quando eu falo em imunidade qualificada, é isso, eu tenho que abstrair até aquilo que eu penso, não é nem o que um governo pensa, eu tenho que abstrair o que eu penso e ouvi-lo tentando me pôr no seu lugar para só então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar encontrar uma solução adequada e justa ou mais próxima do justo, dentro da nossa limitação humana, à luz deste livro, que é a Constituição.

Não sei se satisfez, Senador Kajuru. Sim?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. André.

Vou iniciar agora o segundo bloco.

Senador Esperidião Amim, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, como eu lhe disse no começo do nosso encontro de hoje, este é um dia extraordinário porque estamos encerrando um processo de muita expectativa e de alguns momentos de confronto democrático e sempre institucional. Então, eu quero cumprimentá-lo por presidir de maneira correta esta reunião, cumprimentá-lo pela escolha da Senadora Eliziane, que foi eleita pelo Plenário e o senhor aceitou o resultado da eleição do Plenário, quer dizer, o que já é um bom exemplo de democracia interna, corporativa. Então, eu acho que este é um momento muito importante, em que a Comissão de Constituição e Justiça afinal pode, eu não diria celebrar, mas pode complementar com uma sessão construtiva que edifique realmente informações, consensos e conceitos que favoreçam a evolução do chamado Estado democrático de direito, que eu não sei se é do Robert von Mohl, cujo livro saiu em 1835, ou se já nasceu com Immanuel Kant, que era profundamente religioso e cunhou – ambos cunharam – essa expressão, mais ou menos, um subsequentemente ao outro.

Eu vou focalizar aqui, primeiro, um conceito que eu tenho para este tipo de arguição. Aliás, o Senador Kajuru foi muito feliz nas suas colocações iniciais, não tenho... O senhor foi submetido a uma espécie de comissão de investigação por mineração, como fazem os americanos, durante quatro meses. Ficam peneirando, não é isso? Se tivesse algum caco de vidro, ele apareceria. O americano criou esse sistema. Eles têm uma comissão para isso e para, inclusive, que as *fake news* apareçam e sejam desmoralizadas como *fakes,* ou fica o caco de vidro ou que outro nome se dê, na bateia, na peneira. Então, o Senador Kajuru disse muito bem: quanto à sua competência, currículo e idoneidade, ninguém resistiria em Brasília ao que o ex-Governador Colombo Salles, que foi quase Prefeito da cidade – era Governador de Santa Catarina, mas trabalhou aqui –, dizia: é uma cidade sem muros, portanto, notícia se propaga, assim como as *fake news* também. Ninguém resistiria quatro meses sem que encontrassem um caco de vidro na sua vida, como o senhor, que passou por isso. Então, não há o que discutir sobre competência e sobre idoneidade.

O aspecto religioso sobre o qual se tentou estabelecer confusão também está sanado e saneado. Por isso, eu vou me ater apenas a duas perguntas. A primeira. O Senador Eduardo Braga e eu já nos manifestamos no Plenário e em reuniões com o Líder do Governo, Fernando Bezerra, a respeito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórico de emendas constitucionais que o nosso Consultor João Trindade, doutor em Direito pela Universidade do Largo de São Francisco, produziu nesta Nota Informativa nº 7.290. Aqui estão os tópicos, e eu quero chamar a atenção para o tópico número dois, três, que diz que nós estamos vivendo a era de crescimento do volume de precatórios e moratórias e seguem-se aí as emendas constitucionais, desde 1998, sobre este assunto – precatórios não só do ente nacional, mas também dos subnacionais, que não chegaram a ser abordados diretamente pelo Senador Eduardo Braga. E eu quero aqui complementar a sua pergunta com isto: Emenda à Constituição nº 20, de 1998 – veja que são vários governos –; Emenda à Constituição nº 30, de 2000; nº 37, de 2002; nº 62, de 2009; nº 94, de 2016; nº 99, de 2017; e nº 109, de 15 de março de 2021, esta relacionada a precatórios não pagos de entes subnacionais.

Portanto, não há um meteoro. Eu errei também quando disse que era um ponto fora da curva; não é. Nós estamos vivendo uma nova curva, e o número mencionado pelo Senador Eduardo Braga me chama a atenção, o número mencionado ontem, a partir de fontes da AGU. O risco fiscal, em matéria de precatórios, chega a R$4,8 trilhões. E aí não estão computados os valores dos entes subnacionais – valores vindouros. Eu recolhi, em alguns Municípios de Santa Catarina, em Município organizadíssimo, como é Jaraguá do Sul, a quadruplicação do valor de um ano para o outro.

Portanto, algo há, como diria Leonel Brizola. Não é nem um meteoro, nem um ponto fora da curva.

Por isso, eu me associe, desde o início, à iniciativa do Senador Eduardo Braga de criarmos uma comissão para investigar que bicho é esse. A nuvem, Senador Carlos Viana... Como tripulante da Lufthansa, a nuvem, no horizonte...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – É cinza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não é céu de brigadeiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Chama-se *cumulus nimbus*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Cumulus nimbus*, sacode muito e, às vezes, tem raio dentro.

Então, eu acho que V. Exa. pode, primeiro, dos dizer sobre essa comunicação entre a AGU e os órgãos do Executivo. Temos que fazer uma reflexão sobre os entes subnacionais, porque esse é um assunto muito sério, que me fez dizer todos os dias: eu me recuso a chamar a PEC 23, relatada pelo Senador Fernando Bezerra, de PEC do calote, sob pena de desconhecer esse estudo a que eu me referi.

E o segundo ponto que eu gostaria de lhe dizer é que eu apreciei muito a sua resposta sobre o marco temporal. O Supremo pode estar analisando e já ter até voto a respeito, agora, não há nenhum fato novo. O mesmo que se pede que haja em relação à prisão após segunda instância, nesse momento, vai nos exigir uma avaliação. Ferir o marco temporal... Aliás, o Ministro Carlos Ayres Britto já falou isto: ferir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marco temporal referente a comunidades indígenas – e também é preciso respeitar os quilombolas – sem deixar no País uma base de segurança jurídica é submeter a sociedade, a economia e o País a uma redobrada insegurança jurídica.

Por isso, focalizo precatórios, que é um assunto momentoso, dizendo que repilo a expressão "PEC do calote", porque conheço um pouquinho dessa realidade e participei da CPI dos Precatórios, em 1997, que foi, digamos, um momento de reflexão e de questionamento.

E, como administrador público, eu me orgulho de ter anulado, na Justiça, graças à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, decisões que resultaram em precatórios que comprometiam... Uma só comprometia dois meses de receita do Estado completamente. E nós conseguimos anular, por fraude, a delimitação da área sobre a qual incidiu uma ação indireta de desapropriação.

Então, com base nessa experiência e com base nesse relatório, eu creio que uma comissão externa, ou melhor, uma comissão interna do Congresso, com a participação de órgãos da Controladoria Pública, se faz necessária.

Quanto ao segundo ponto, sem lhe pedir um voto antecipado, eu faço um cotejo. Prisão em segunda instância... Achei muito prudente a sua... Sem que haja uma provocação por uma deliberação do Congresso, eu fico com dificuldade. Agora, se o Congresso se manifestar, eu vou analisar a constitucionalidade do que o Congresso decidir. Agora, espontaneamente tomar decisões pendulares, que eu chamo de ciclotímicas, como já tomou o Supremo a respeito de alguns assuntos... Isso foi objeto de debate por ocasião daquela PEC de autoria do Senador Oriovisto que versava sobre medidas liminares e pedidos de vista sem prazo, no que, aliás, o Supremo evoluiu muito satisfatoriamente.

Eu creio que, ao me fixar nessas duas perguntas, eu estou cumprindo com meu dever de sabatinar, enfim, o indicado, como é da indicação atualmente vigente, a Ministro, o Sr. André Mendonça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lasier...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Davi.

Sra. Relatora, Srs. Senadores e Senadoras, Dr. André Mendonça... Saúdo também seus familiares.

Dr. André Mendonça, o notório saber jurídico é um requisito essencial da nossa Constituição quando sabatinamos um candidato ao Supremo Tribunal Federal. E já percebemos, na sua longa manifestação... Afinal, V. Exa. já está aí, há mais de duas horas e meia, exaustivamente, descrevendo seu conhecimento sobre as nossas ciências jurídicas e sociais. Já foi ao exterior, mais de uma vez, buscar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. É um homem da academia. Já esteve na Advocacia da União, na Controladoria, no magistério jurídico e no Ministério da Justiça. Portanto, parece-me que, quanto a essa matéria fundamental para o exame de suas qualidades para ingressar na Suprema Corte, V. Exa. já está bastante calçado em termos de conhecimento. E, ainda há pouco, ouvi V. Exa. dizer – e gostei de ouvir – que o senhor trabalha com base em princípios.

Então, resta-nos entrar em alguns aspectos para saber qual é a tendência de V. Exa. empregar esse notável saber jurídico, requisito fundamental da Constituição, com relação a matérias, por exemplo – V. Exa. já tocou de leve duas vezes –, como a prisão em segunda instância. Uma das matérias mais controvertidas não apenas aqui, dentro do Congresso, mas na sociedade em geral, porque há uma desconformidade com o longo prazo para julgamentos.

Hoje temos lá no Rio Grande do Sul, movimentando a cidade, a história da boate Kiss. Depois de nove anos de espera é que se está julgando, hoje, mas aqui há várias matérias que nunca são julgadas ou, quando são julgadas, já houve a extinção da punibilidade pela prescrição. E a prisão em segunda instância é um desses casos. Quando o nosso Código de Processo Penal prevê prisão em flagrante, prisão temporária, vários tipos de prisões, por que não se incluir a prisão após condenação em segunda instância, em proteção à sociedade, ao seu patrimônio, que é uma previsão constitucional do art. 5º, *caput*?

Bem antes daquela questão, se tem que provar primeiro se é inocente ou não inocente; não se discute a inocência, discute-se se já há elementos suficientes da culpabilidade, autoria do crime, suficiência de provas, etc. E V. Exa. disse agora, há pouco, Dr. André Mendonça, que espera, na volta dessa matéria ao Supremo, que mais cedo ou mais tarde vai acontecer, que venha coisa inovadora.

E aí eu lhe pergunto: essa coisa inovadora seria definir se é cláusula pétrea ou não? E aí a minha pergunta: V. Exa. entende que prisão em segunda instância é matéria de cláusula pétrea ou não? Eu acho que não, mas quero ouvir a sua opinião, até porque há um projeto de lei aqui há três ou quatro anos, o Projeto 166, projeto de lei que procura incluir, no art. 283 do Código de Processo, também a hipótese da prisão após condenação em segunda instância, para evitar que os delinquentes continuem ameaçando a sociedade. Então, essa é a minha primeira pergunta.

A minha segunda pergunta, Dr. André Mendonça, é sobre o nosso Supremo Tribunal Federal, que, de alguns tempos para cá, tem sido muito questionado, tem perdido muito prestígio da sociedade brasileira. E há muitas pessoas que dizem que precisa mudar, e eu também acho que precisa mudar, mas eu quero ouvir a opinião de V. Exa., de um candidato a participar do Supremo Tribunal Federal.

Há a PEC 35 – V. Exa. fez uma referência aí, tangenciou rapidamente há pouco –, que propõe a mudança de critério da indicação, não mais por parte do Presidente da República, porque, hoje em dia e há muito tempo, o Supremo vem sendo aparelhado por ideologias ou interesses políticos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conveniências de governo, e isto não constitui uma verdadeira, uma legítima Suprema Corte. Então, a proposta: juristas, um grupo de juristas de várias procedências, dos tribunais superiores, da Procuradoria-Geral, da OAB etc. fazem uma lista tríplice, vai ao Presidente, o Presidente tira um nome e entrega para a sabatina do Senado.

E um outro item é com relação a uma proposta de fim da vitaliciedade. Não há renovação de jurisprudência com ministros que estão lá por 25, 30, 35 anos e cujas decisões são conhecidas da sociedade brasileira pela repetição. Então, que se tenha, a exemplo de alguns países da Europa – Suécia, Espanha, Portugal, Alemanha –, que haja prazo fixo, duração, por exemplo, e é a minha proposta, por 10 anos.

Gostaria de saber qual é a sua opinião para que haja essa renovação do Supremo Tribunal Federal contra uma Corte que hoje é muito questionada e desacreditada, principalmente pelas exorbitâncias, pelos excessos dos últimos tempos, pelo ativismo judicial.

Queria incluir e colocar, por fim, algo que o Senador Esperidião tocou também, mas que ainda não está claro, e eu gostaria de ouvir a sua opinião, com relação ao famoso pedido de vista. Ministro, juiz e desembargador pedem vista de um determinado processo que deveria voltar na semana subsequente, mas não levam apenas semanas ou meses, levam anos, anos e anos, e, quando volta, já não há mais o interesse social.

Se V. Exa. não vai, se for para lá, propugnar pelo respeito à importância das causas que são levadas às portas dos tribunais para que tenham um prazo limitado para trazer de volta. E, ao mesmo tempo, relacionado a este assunto, a questão da liminar monocrática. Há assuntos de tamanha importância para este País que não podem ficar suscetíveis a uma única vontade, a uma única opinião. Tivemos, à guisa de curiosidade, há pouco tempo, a libertação de um famoso traficante. Um traficante, um criminoso perigoso foi solto sem mais nem menos, foi embora para o exterior, talvez nunca mais volte e fica lá impune por causa de uma decisão monocrática.

Se V. Exa. não entende que essas matérias relevantíssimas de interesse social não devem se submeter ao Colegiado, seja a Turma ou seja o Plenário do Supremo Tribunal Federal?

Gostei de ouvir V. Exa., que fez curso sobre corrupção, que é um dos maiores males deste País. E nós precisamos que o Supremo Tribunal Federal cumpra suas obrigações como guardião da Constituição, que tem desrespeitado, doutor, o famoso art. 37, que, na minha opinião, é o artigo mais importante da Constituição brasileira: a administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência.

Agora mesmo vimos aqui, nesta semana, uma decisão que nós lamentamos – respeitamos, mas lamentamos –, que diz respeito ao orçamento secreto. Um orçamento de verba pública, verba do suado contribuinte, que está sendo direcionado para Senadores e Senadoras que a gente não sabe quem e nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é a verdadeira aplicação. Se vai ser uma aplicação correta ou honesta, não se sabe. Isso fere o princípio da publicidade, da moralidade, da legalidade.

Então, doutor, se o senhor for para lá, a sua responsabilidade será muito grande. Se V. Exa. não agir conforme a Constituição, V. Exa. vai receber críticas, críticas como tantos têm recebido atualmente, que exorbitam, exageram, se equivocam, prendendo... Ouvi uma frase de V. Exa. lá no começo, de que juiz não acusa. Gostei de ouvir V. Exa. dizer, mas há juiz acusando, há ministro acusando, há ministro prendendo, tomando iniciativa, abrindo inquérito. Ora, isso não é Suprema Corte, isso desonra aquela Corte que foi frequentada por juristas brilhantes, e hoje não se vê mais a repetição. Gostaríamos que V. Exa. recobrasse, reabilitasse esse conceito que deve ter a nossa Suprema Corte.

Era o que eu queria lhe questionar e agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo pela indicação da querida Senadora Eliziane Gama.

Eu vou iniciar meu questionamento ao Sr. André Mendonça com uma frase que muito me tocou no início do seu relato, aspas: "A democracia é uma conquista da humanidade. Para nós, não, mas, em muitos países, foi conquistada com sangue e vidas perdidas", fecho aspas. Foram 434 mortos, milhares desaparecidos, 50 mil presos, 20 mil brasileiros torturados, 10 mil atingidos por processos e inquéritos, 8.350 indígenas mortos. O Deputado Federal Rubens Paiva, quando fez um discurso em defesa do Presidente João Goulart, teve seu mandato cassado, sua casa foi invadida, foi preso e torturado até morrer. A nossa democracia, Sr. André, também foi construída em cima de sangue, mortes e pessoas desaparecidas. É inaceitável negar a história!

Eu quero discordar de alguns colegas quando falam do STF. Nós temos que entender que o Poder Legislativo é um Poder majoritário. E, nas palavras do Ministro Barroso, o Supremo tem três funções. Ele exerce um papel contramajoritário, por vezes tendo que invalidar leis, atos dos demais Poderes quando violam a Constituição. Ele exerce um poder também representativo quando nós, na nossa omissão... E aí nós temos que fazer a nossa "meia" culpa – ou ela inteira –, porque, embasada no art. 5º, item XXXV, da Constituição Federal, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Ora, se o Congresso Nacional se omite, alguém tem que dizer o direito. E, no terceiro papel do Supremo, Sr. André Mendonça, ele exerce um papel iluminista. Que sentido é esse? Nós tivemos aqui: é quando as supremas cortes têm o papel de empurrar a história para o rumo certo. Aconteceu isso, em 1954, com a Suprema Corte dos Estados Unidos, quando acabou com a segregação das crianças negras nas escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas; o Tribunal Constitucional da África do Sul, quando acabou com a pena de morte, contrariando decisão majoritária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... nós tivemos na Suprema Corte de Israel quando acabou com a tortura em qualquer hipótese; e, na decisão brasileira, o Supremo Tribunal Federal empurrou a história para o rumo certo quando reconheceu os direitos da população LGBTQIA+.

E aí eu pergunto – a pergunta é muito objetiva –: se hoje estivesse sendo julgado, deliberado o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e estivesse empatado em 5 a 5, V. Exa., como ministro, votaria a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo ou não? A resposta é extremamente objetiva.

Quero aqui deixar claro para V. Sa. que eu nunca pauto a minha vida levando para o lado da religiosidade. Como V. Sa. é cristão, eu também sou, mas nós temos que entender, como agentes políticos e públicos, que a laicidade do Estado democrático de direito é uma garantia constitucional prevista no art. 19 da nossa Constituição. Eu espero, do fundo do meu coração, que V. Sa., sendo Ministro do Supremo Tribunal Federal, tenha como bíblia a Constituição da República Federativa do Brasil; que o senhor professe sua fé religiosa no seu templo, mas que no STF o senhor professe a fé da Constituição Federal.

Por isso, eu quero dizer a V. Sa. – e não me leve a mal, por gentileza – que o Brasil precisa de um Ministro no Supremo terrivelmente democrático, mas infelizmente não foi isso que nós vimos quando o senhor esteve no Ministério da Justiça. Foi produzido um dossiê contra quase 600 servidores federais e estaduais que integravam movimentos antifascistas.

O Brasil precisa de um Ministro do Supremo Tribunal Federal terrivelmente comprometido com os direitos humanos. Não foi isso que nós vimos quando houve a instauração de inquéritos contra jornalistas, inúmeros, invocando a Lei de Segurança Nacional.

O Brasil precisa também de um Ministro no STF terrivelmente comprometido com o Estado democrático de direito, mas infelizmente V. Sa. ficou omisso, quando era Ministro da Justiça, com a interferência do Presidente da República na Polícia Federal. Porque ele queria transformar a polícia em uma polícia subserviente, e o Estado é superior. Ninguém está acima da lei, nem o Presidente da República.

O Brasil precisa também de um Ministro terrivelmente comprometido com a luta contra a corrupção, mas nós vimos, com todo o respeito, uma omissão de V. Sa., quando estava seja na AGU, seja no Ministério da Justiça, com as inúmeras irregularidades e crimes praticados que foram apontados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil também precisa de um Ministro terrivelmente solidário e comprometido com a defesa das minorias e dos mais vulneráveis, e o senhor esteve, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, sustentando no Supremo contra a criminalização da homofobia. Hoje aqui o senhor mudou de ideia. Afinal de contas, naquele contexto o senhor fez uma argumentação pública contrária; hoje o senhor fala que seria favorável à equiparação da homofobia com o crime de racismo, aliás um dos poucos crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

O Brasil também precisa de um Ministro do Supremo Tribunal Federal terrivelmente ambientalista, mas o desmantelamento dos órgãos de controle permitiu a proliferação da grilagem de terras, o vilipêndio de vários direitos, inclusive da população de povos tradicionais. E aqui eu vejo que V. Sa. defendeu – não hoje, mas defendeu – a tese do marco temporal, que impede as demarcações de terras indígenas.

Por fim, eu digo que também o Supremo Tribunal Federal precisa de um Ministro terrivelmente laico, mas eu não posso deixar de dizer que V. Sa. sustentou, em plena pandemia, a reabertura dos templos religiosos, ainda afirmando que, se fosse necessário, morreríamos pela sua fé. Naquele dia, 3.733 pessoas morreram; mais de 90 mil casos.

Eu quero aqui fazer estes questionamentos.

Em inúmeras oportunidades, o Presidente da República contestou a segurança das urnas eletrônicas. Eu quero saber qual a opinião de V. Sa. a respeito da segurança do sistema de urnas eletrônicas.

V. Sa. também, como Ministro da Justiça, assinou um *habeas corpus* em favor do então Ministro da Educação Abraham Weintraub – o senhor nem se qualificou, apenas colocou "Ministro da Justiça". Eu queria saber o seguinte: em nenhum dos 24 incisos da lei está prevista a defesa judicial de membros do Governo Federal, e V. Sa., no *habeas corpus*, assinou como Ministro da Justiça. Por que V. Sa. apresentou esse HC? O Presidente da República ou outra pessoa lhe pediu que fizesse isso? Como V. Sa. justifica ter utilizado o cargo para apresentar esse *habeas corpus*? E não há que se falar: "Ah, qualquer pessoa pode apresentar um *habeas corpus"*. Tudo bem. Então, assine como André Mendonça, brasileiro, casado, filho de sicrano, mas não como Ministro da Justiça, mesmo porque, como já foi dito aqui, um dos princípios que rege a administração pública é a impessoalidade. Está lá no art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Eu queria aqui...

No seu entendimento, qual o papel do STF na proteção dos povos indígenas? Eu estou fazendo questão de voltar a esse assunto, porque o Presidente da República já antecipou que V. Sa... Preste atenção! O Presidente da República antecipou que V. Sa. vota de modo favorável à tese do marco temporal. V. Sa. confirma essa posição? Considera adequado o Presidente da República antecipar o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionamento no STF? Porque ele antecipou, ele falou que V. Sa. votará a favor do marco temporal, ou seja, violando o direito dos povos tradicionais estabelecido na nossa Constituição Federal.

Eu também tenho observado que, infelizmente, neste Governo, há uma criminalização de ONG, uma redução da participação da sociedade civil. O Conama, o Ibama, os órgãos de fiscalização estão sendo vilipendiados. Este Governo acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o plano de combate ao desmatamento, com o Departamento de Educação Ambiental; criminaliza ONG; prolifera agrotóxicos. Isso está impactando a nossa economia. A China esteve aqui e falou que acredita na economia verde.

O Supremo Tribunal Federal tem sido um guardião daquilo que eu chamo de espinha dorsal do Estado democrático de direito. Eu faço um apelo a V. Sa. Em sendo aprovado o nome de V. Sa., por favor, lembre-se de que o senhor deve obediência à Constituição da República Federativa do Brasil. Paute sua vida sempre observando esses princípios. Lembre-se, também, Sr. André, de que...

Aqui eu quero, mais uma vez, reafirmar uma coisa para o senhor. O senhor é casado e eu também o sou, mas eu não tenho subfamília, e a sua família não é melhor do que a minha, porque o Estado também me deu uma certidão de casamento. Então, por favor... O art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal é claro quando diz – isto está desde o dia 5 de outubro de 1988 – que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação – toda e qualquer forma de discriminação.

O Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+. O Brasil é o país que mais mata negros, mulheres, índios, quilombolas, pobres. Nós temos aí... O Brasil não tem políticas para quantificar as pessoas em situação de rua. Nossos irmãos! Então, por favor, tenha a hombridade, a altivez. Use a lei sempre com uma boa dosagem daquilo... buscando fazer uma interpretação histórica, sociológica, de Direito comparado. Lute para reduzir a desigualdade.

Se o senhor me perguntasse: "Contarato, qual o seu sonho enquanto Senador?". Meu sonho enquanto Senador... Eu tenho duas missões em minha vida, Sr. André Mendonça: é ser policial, ser delegado de polícia, por 27 anos, mas eu não posso dizer que eu fui... Eu não posso me furtar de dizer que eu fui utilizado pelo Estado como chicote para agir de forma contundente contra pobres, negros e semianalfabetos. Porque se o senhor traçar o perfil socioeconômico de quem está preso nas cadeias, são pobres, negros e semianalfabetos.

E aqui eu não estou fazendo apologia ao crime, mas quando há um furto aqui em Brasília, você tem uma vítima determinada. Agora, quando um político desvia verba da saúde, Sr. André Mendonça, ele está matando milhões de pessoas. Ele está matando um direito constitucional expresso no art. 6º, quando diz que todos temos direito à saúde pública de qualidade. Quando um político desvia verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens – assim como o meu, que venho de uma família pobre –, jovens que nunca teriam direito, acesso à universidade pública se não fossem as políticas afirmativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o percentual da população carcerária composta de crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, crimes de colarinho branco, crimes de sonegação fiscal, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão, contrabando, descaminho? Não tem! Porque o Estado criminaliza a pobreza, porque o Estado criminaliza a cor da pele.

É preciso que o Supremo Tribunal Federal tenha a altivez de fazer esse reconhecimento. E que nós Parlamentares tenhamos a hombridade de fazer a nossa "meia" culpa – ou ela inteira – para que, quem sabe um dia, Senador Lasier, nós não tenhamos a necessidade de o Supremo empurrar a história para o rumo certo, porque não basta a Constituição no art. 5º dizer que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, quando infelizmente no Brasil uns são mais iguais que outros. Basta ver que, dos Três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi esta Casa. Basta verificar. Eu estive na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul: dos 24 Deputados, nenhum é mulher, e 52% da população são mulheres. Eu estive em Salvador e 85% da população de Salvador de pretos e pardos nunca elegeu um Prefeito preto ou pardo. Isso tem que nos dizer algo!

Eu jamais posso perder a capacidade de indignação. E é essa capacidade de indignação que me faz aqui estar humildemente como Senador da República exercendo um papel constitucional. Porque a sabatina é para isso! Sabatinar, etimologicamente, vem de "arguir", que antes era feito aos sábados, para tomar a lição de casa, para ver se realmente o senhor preenche os requisitos expressos na Constituição Federal.

Eu espero que o senhor vá mais uma vez... Platão falava que a sabedoria está na repetição. Eu sempre vou falar isso: eu espero que o senhor paute sua vida, estando no Supremo Tribunal Federal, tendo como bíblia a Constituição da República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Dr. André Mendonça.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Primeiramente respondo aqui, pela ordem, ao Senador Esperidião Amin sobre os dois pontos por ele trazidos.

A questão dos precatórios, eu diria, Senador, que é um ponto preocupante que nós precisamos – Executivo, Legislativo e Judiciário – pensar juntos. Não creio que será uma solução imediata, os reflexos de uma construção nova ocorrerão ao longo do tempo, mas a adoção das medidas deve ser urgente – urgente. E eu me preocupo, às vezes, até mais com os entes federados, principalmente os Municípios, que têm menos capacidade econômica. Eu diria que os juros e os critérios de correção, de bate-pronto, precisam ser revistos, em especial nas desapropriações. Hoje, talvez, a melhor rentabilidade esteja nos critérios de correção – isso inclui juros moratórios e compensatórios. Eu creio que especialistas do Direito e da administração pública, como, por exemplo, o nosso Professor e Senador Anastasia, serão fundamentais na busca dessas soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do marco temporal, me permita trazer um elemento que eu penso que posso trazer sem fazer prejulgamento. Como disse já ao Senador Kajuru, esperem de mim previsibilidade, segurança jurídica e busca de construção de soluções para o bem do nosso País.

Ao estimado Senador Lasier, do Rio Grande do Sul, entendo que a questão de possíveis alterações na forma de composição ou de encaminhamento das proposições de nomes ao Supremo é legítima, de possíveis mandatos é legítima. Isso tem que ser feito com racionalidade. Entendo que esta Casa é a melhor Casa; não poderia haver melhor Relator também para tratar do assunto como o Senador Anastasia – da PEC de iniciativa de V. Exa. Acho que o debate deve ser feito, vendo os prós e os contras de um ou outro modelo.

Na questão de pedido de vista, entendo que qualquer pedido de vista, primeiro, tem que partir do princípio do tratamento republicano do pedido de vista, ao mesmo tempo, com algo que traga a necessidade de maturação por parte daquele julgador naquele momento sobre a situação que está posta a ele, para que ele não cometa uma injustiça também. E também a possível regulamentação de prazos, etc., é legítima dentro do Congresso Nacional e, talvez, até no âmbito dessa discussão dos procedimentos de encaminhamento de nomes, por exemplo, do Supremo ou por simples medida legislativa ordinária também, o que também é possível.

No âmbito da decisão monocrática, é apenas registrar que há situações que demandam uma decisão monocrática, mas entendo que as decisões que afetam os demais Poderes demandam uma análise de colegiado, no máximo uma decisão submetendo de imediato *ad referendum* numa situação emergencial, para não perecer algum direito, mas imediatamente submetida ao plenário, para que não haja aí esse avanço naquilo que é próprio da atribuição dos demais Poderes.

Reitero – e isto é até em comum com o que colocou o Senador Contarato – meu compromisso com a Constituição. A bíblia no Supremo é a Constituição. Repito isto: não esperem de mim perfeição, mas a busca de tentar encontrar aqui as soluções. Essa busca V. Exas. podem esperar de mim.

Questão da segunda instância. O senhor colocou bem, Senador Lasier: às vezes, para corrigir a morosidade da Justiça, você trabalha questões colaterais e busca, por exemplo, soluções na questão da prisão em segunda instância. Não que o Senado não possa tratar disso, mas o que não significa que a Justiça e nós devamos buscar uma melhor administração dessa Justiça... A duração razoável de processo é um princípio que nós precisamos buscar sempre e estar sempre concretizando na realidade da aplicação do Direito.

Sobre cláusula pétrea, eu também anteciparia aqui uma manifestação, eu estaria impedido de fazê-lo. Peço as devidas escusas a V. Exa.

Creio que eu esgotei, salvo engano, aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, estimado Senador Contarato, espere de mim sempre o respeito, espere de mim sempre o compromisso com a Constituição e respeito não só a V. Exa., mas respeito à sua família, que não tem distinção, em termos de respeito, de direitos, em nada, em relação à minha. As mesmas obrigações que eu tenho V. Exa. tem, os mesmos direitos que eu tenho V. Exa. tem. Espere de mim não compactuar com discriminação, como diz o próprio texto da Constituição. E, aqui, permita-me englobar todos os direitos da comunidade LGBTIA+, indígena, quilombola, das mulheres, dos idosos, das crianças, em buscar garantir esses direitos. Esse é o compromisso que eu faço com V. Exa. e com o País, como já fiz.

Ao mesmo tempo, digo: como V. Exa. é um homem do Direito, V. Exa. tem um compromisso não só com a justiça, mas de não cometer injustiça. E aqui o sabatinado não tem direito a pedir nada, só a responder e procurar esclarecer V. Exas., mas me permita audaciosamente pedir que V. Exa., ao analisar a mim, o meu nome, não olhe só para os meus defeitos, os quais tenho, mas para as minhas possíveis virtudes. Eu acho que eu também não sou todo errado, eu acho que há algo talvez em mim... E talvez na maior parte das coisas nós nos aproximamos e pensamos em comum. Não olhemos para as nossas diferenças, olhemos também para aquilo em que somos iguais, porque sempre terá, de minha parte, esse tratamento, sempre, sempre e sempre, em todos os contextos, em todas as questões, em relação a qualquer causa.

De forma geral, é isso que eu queria colocar.

Quanto à questão dos templos, apenas quero esclarecer: ali se defendeu o uso proporcional, com medidas de higienização, álcool, uso de máscara, espaçamento, limitação do número de pessoas, mas reafirmo o meu respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Espero que caminhemos juntos, com objetivos comuns de melhorar o nosso País e a democracia do nosso País.

Meu muito obrigado a V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, temos réplica. É porque alguns Senadores não estão usando. O Senador Amin abriu mão. Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O.k.

Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Agradeço a explanação de V. Sa.

Eu só queria que V. Sa. fosse mais claro, objetivo e direto. Eu fiz um questionamento sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo: se isso fosse deliberado, o senhor é a favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo? E que o senhor falasse também do comportamento do Presidente quando ele já diz que o senhor será um voto ou vai votar de forma favorável ao marco temporal, violando o direito dos povos indígenas. Então, por gentileza, eu queria só que o senhor fosse mais claro e objetivo com relação a esses direitos.

Com relação ao encaminhamento, eu não tenho dúvida, Sr. André. Eu só sei separar as coisas: enquanto Senador, eu não posso deixar qualquer interferência da minha orientação religiosa... Aliás, eu costumo falar... A religião foi invenção do homem, eu costumo falar que a minha religião é o amor e o meu Deus é o outro. Acho que a gente tem que exercitar mais isso, mas, por favor, volto ao respeito: tanto eu aqui no Senado como V. Sa. estando no Supremo respeito à Constituição Federal, tendo como bíblia essa bíblia aqui, sagrada, essa bíblia que é a Constituição da República Federativa do Brasil.

Eu só queria que o senhor respondesse de forma objetiva aos meus questionamentos.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Perdoe-me, Senador Contarato, não foi intencional.

A questão do marco temporal: eu não posso responder pela fala do Presidente, eu tenho que responder pelas minhas falas. Eu não posso e até gostaria de antecipar, mas eu me tornaria impedido para me manifestar lá.

Ao mesmo tempo, na questão da pergunta específica, de forma até mais clara: os direitos civis de V. Exa. são os mesmos que os meus. O direito de a família do senhor ser constituída dentro daquilo que o senhor acredita é o mesmo que o meu. Esses direitos têm que ser respeitados. Se houvesse uma discussão no Supremo sobre esse assunto – como já foi pacificado, vou... –, pode ter certeza de que eu respeitaria os mesmos direitos civis não só na questão do casamento, mas em outros aspectos também da vida familiar.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não, eu só queria saber se o senhor é favorável ao casamento de pessoas... É isso? O senhor é favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo? Casamento civil?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – O casamento civil...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Eu tenho a minha concepção de fé específica; agora, como magistrado da Suprema Corte, isso tem que estar abstraído, eu tenho que me pautar pela Constituição.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor é favorável ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Eu defenderei o direito constitucional do casamento civil das pessoas do mesmo sexo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos iniciar o próximo bloco.

Primeiro inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Perdão, Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, a minha saudação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Líder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O nosso Ministro pede para se ausentar rapidamente daqui. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Caro Presidente Davi Alcolumbre, os cumprimentos a V. Exa. pela condução dos trabalhos no dia de hoje; as homenagens ao Dr. André Mendonça, aos Senadores, colegas do Senado.

Eu vou dispensar as perguntas, Presidente, por economia processual. Eu considero muito importante a agilização dos procedimentos para que possamos votar, ainda hoje, no Plenário do Senado, a indicação do Ministro André Mendonça, já que, na quinta-feira, certamente, muitos Senadores devem se deslocar para os seus Estados. Então, por economia processual, nós vamos economizar as perguntas, até porque os meus colegas de partido, o Senador Kajuru e o Senador Lasier Martins, fizeram perguntas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso nome. E, de outro lado também, já tem o conhecimento do pensamento do Ministro sobre as principais questões que exigiriam indagações da nossa parte.

Conheço o itinerário fascinante e extremamente positivo do Ministro, que passou, inclusive, pela minha cidade de Londrina, onde viu nascerem os seus filhos e deixou uma belíssima imagem. Eu recebo manifestações de muita consideração e apreço por V. Exa. da minha cidade, apelos entusiasmados na defesa do seu nome para o Supremo Tribunal Federal.

Da nossa parte, o sistema é esse, e nos cabe olhar a Constituição, que diz os pressupostos básicos e indispensáveis: notório saber jurídico e ilibada reputação. V. Exa. pode comemorar o fato de não possuir um risco sequer na sua ficha, que é absolutamente limpa. Ela atende os pressupostos básicos constitucionais, reputação ilibada e notório saber jurídico. É inquestionável o saber jurídico de V. Exa. pela militância, pela experiência, pela trajetória percorrida, que, repito, é fascinante. Por isso nós não temos nenhuma dúvida em votar favoravelmente à sua indicação e tornar público o nosso posicionamento, mas eu gostaria de que fosse a última indicação de natureza política.

Então, eu faço esse depoimento e agora manifesto um desejo, Senador Anastasia: o desejo de que fosse esta a última indicação política, dando lugar à meritocracia. Esse sistema, às vezes, proporciona uma boa escolha, como é o caso, uma escolha feliz, como é o caso da escolha do Dr. André Mendonça; em outras ocasiões, nem tanto; mas sempre prevalece a suspeição. Em decisões muitas vezes tecnicamente absolutamente corretas, prevalece a suspeição, porque houve uma indicação política.

A solução para reduzir o desgaste atual do Supremo Tribunal Federal seria exatamente a substituição da indicação política pela meritocracia, e nós temos projetos. O projeto do Senador Lasier Martins, por exemplo, é o mais avançado, está com relatoria do Senador Anastasia e propõe eleição – a magistratura elege um; o Ministério Público, outro; a advocacia, outro, com duração de mandato fixada. Com o Presidente da República indicando da lista tríplice um nome e o Senado sabatinando, votando, deliberando, eliminaríamos essa suspeição.

Nós temos exemplos recentes, visíveis de suspeição em decisões do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que diz respeito à prisão em segunda instância, anulação de sentenças proferidas na 13ª Vara Federal em Curitiba, suspensão do ex-Juiz Sergio Moro. São decisões do Supremo que certamente deixaram uma eiva de dúvida. E a suspeição prevaleceu porque havia interesse político imediato. Os agentes públicos envolvidos fazem com que a opinião pública interprete como decisões sob suspeição. E a única maneira que nós entendemos ser plausível para eliminar essa suspeição seria a mudança desse sistema que nós advogamos. Creio que seria uma forma de recuperar a imagem da Suprema Corte rapidamente.

Nós estamos assistindo a ataques frontais à Suprema Corte e temos que preservá-la como instituição fundamental, essencial ao Estado de direito. Nós podemos criticar, condenar até integrantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas instituições – Suprema Corte, uma delas; o Parlamento, outra – que são essenciais ao processo democrático. E nós não podemos, de forma alguma, alvejar as instituições, e, sim, os seus integrantes eventualmente, porque nós somos passageiros, somos transeuntes, episódicos, somos substituíveis, e as instituições são permanentes, definitivas, insubstituíveis no regime democrático.

Por isso, estou aproveitando este momento. Nem mesmo estou pedindo a opinião de V. Exa. sobre essa mudança de sistema. É evidente que, se desejar, pode opinar, mas estou aproveitando este momento, meu caro Presidente Davi Alcolumbre, exatamente para defender essa tese. Eu acho que esse é o momento adequado para a defesa dessa mudança de sistema. Cabe a nós do Congresso Nacional debater esse tema certamente. Obviamente, poderíamos até consultar o Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria, consultar a magistratura, mas, sem dúvida, o Congresso Nacional, especialmente o Senado, tem o dever de liderar esse debate, já que a reconstrução da imagem de uma instituição fundamental, como é o Supremo Tribunal Federal, é, sim, responsabilidade de todos nós.

O Ministro tem sido denominado de cristão. Ótimo que seja cristão, que bom que é cristão, mas eu tenho convicção plena de que jamais ele misturará Constituição com religião.

Os nossos aplausos a V. Exa., e seja feliz, porque certamente esta Casa o honrará com a votação motivadora para que seja um Ministro exemplar, como tem sido ao longo da sua vida!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O segundo orador inscrito deste bloco – e informo que o terceiro será o Senador Vanderlan, que está ali –, Senador Antonio Anastasia, nosso Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, eminente Presidente Davi Alcolumbre, agradeço a V. Exa. Eu gostaria de saudar, de modo muito especial, o Exmo. Ministro André Mendonça – é um prazer revê-lo aqui – e a todos os pares, Senadoras e Senadores. Primeiro, um cumprimento á eminente Relatora, Senadora Eliziane Gama, pelo belo trabalho que realizou, inclusive com a pesquisa histórica de que gostei muito; ela fez toda a trajetória da questão da laicidade do Estado. Achei interessante.

Presidente, me permita tão somente um esclarecimento ao Senador Alvaro. O relatório da PEC 35, de autoria do Senador Lasier, da qual eu sou Relator, está concluído. Todavia, a pandemia é que impediu, naturalmente, que o Presidente, no momento oportuno, colocasse em pauta, mas a nossa parte já foi concluída, e a pandemia, certamente, tem atrapalhado.

Com referência ao eminente Ministro, eu queria, em primeiro lugar, Ministro André Mendonça, dizer que vou cingir aqui as minhas observações em caráter mais técnico, exatamente pelo meu estilo, e sei também da sua formação, que é excepcional nesse campo. E V. Exa., não só na sua exposição, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em várias respostas, mencionou a expressão que tem sido para mim, ao longo dos anos, quase como um mantra ou um dogma, que é a segurança jurídica. O Brasil não avança, Presidente Davi Alcolumbre, sob o ponto de vista econômico do emprego, da prosperidade, porque não existe entre nós uma segurança jurídica robusta. Ao contrário, grassa uma insegurança jurídica não só no seio do setor público, mas, infelizmente, também no do setor privado, o que é motivado pelas dúvidas e falhas no setor público e na nossa legislação e ainda por certa imaturidade das nossas instituições em referência à segurança jurídica, que é fundamental para o nosso desenvolvimento.

Nesse aspecto da segurança jurídica, Ministro André Mendonça, permita-me, publicamente, aqui, inclusive de modo televisivo, agradecer a V. Exa., pois uma das primeiras ações que tomou como Advogado-Geral da União, no primeiro semestre de 2019, foi a de regulamentar a Lei 13.655, de minha autoria, que é exatamente chamada de lei da segurança jurídica, que foi o primeiro passo, ainda não totalmente capaz, mas pelo menos se avançou. E o regulamento que V. Exa. coordenou no âmbito do Executivo já foi muito positivo para dar ao gestor. E V. Exa., em uma resposta aqui poucos instantes atrás, fez menção a isto: que nós não podemos imaginar o gestor público – quando falo em gestor público, é desde o Presidente da República até o mais modesto Prefeito do interior – como uma pessoa, em princípio, desonesta, porque errar é humano. Nós todos somos suscetíveis de erro, erro material, erro por equívoco, não o dolo, não a má-fé, não o crime – não estou discutindo isso –, mas erro normal, que V. Exa., aqui, há pouco, mencionava.

Então, é muito importante a magistratura, com o Supremo dando exemplo, na minha modesta opinião, tomar sempre a frente dessas pautas, para permitir que o País tenha certa estabilidade. Quando menciono a segurança jurídica, não é só para o gestor, mas também para o investidor e até para o cidadão, para o homem comum, para o homem médio brasileiro, que, muitas vezes, não sabe o que vai acontecer no seu destino, no seu desdobramento. Então, é muito triste que nós tenhamos ainda, no século XXI, no ano de 2021, no Brasil, uma situação como essa, em que a insegurança jurídica ainda é latente.

Então, é exatamente dentro desse quadro que eu faço a primeira observação: o papel do Supremo nesse campo é inafastável, é fundamental, porque ele vai permitir, com a jurisprudência, com as ações do CNJ, coordenado pelo Supremo, é claro, que se possa, de fato, levar a um ambiente de estabilidade. E esse ambiente de estabilidade vai levar, obviamente, a um ambiente simpático, favorável aos investimentos econômicos no País, e nós teremos condições de conseguirmos, então, mais prosperidade, mais progresso, porque, do contrário, infelizmente, nós não teremos isso.

Então, esse é um foco muito importante. Infelizmente, hoje, nós percebemos, inclusive, o receio de pessoas de ocuparem cargos públicos, não só cargos eletivos, mas mesmo na média administração, porque, muitas vezes, uma assinatura hoje gera um processo amanhã. E esse processo, amanhã, é decorrente... Reitero: não estou discutindo dolo, má-fé, crime; estou discutindo equívocos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação. É um absurdo haver irregularidades formais, e nós estamos com as mãos cheias de exemplos dessa natureza.

Então, o primeiro ponto que eu coloco não é uma pergunta, é só uma observação. Sei que V. Exa. comunga disso, mas reitero sempre essa posição, porque é algo que me parece quase hemorrágico, para nós restaurarmos a situação brasileira a uma plenitude de desenvolvimento.

A outra vertente nesse aspecto é também algo que me preocupa demais: é o estímulo que temos que dar à conciliação extrajudicial, às composições extrajudiciais. O Brasil chegou a ter quase 100 milhões de processos. Reduziu-se um pouco ultimamente, felizmente, mas, mesmo assim, temos 80 milhões de processos. Em uma população de 200 milhões, esse é o recorde do recorde do recorde universal! Isso, de fato, não tem cabimento. Isso acaba levando a um custo imenso da Justiça em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, evidentemente, e, por outro lado, a uma ineficiência da Justiça, porque não há mãos, cabeças e estrutura física suficientes para dar conta de tantos processos. E o cidadão, mais uma vez, fica à mercê da ausência da jurisdição.

Foi citada aqui, pelo Senador Eduardo Braga, pelo Senador Amin e por outros, a questão do precatório. O precatório é o exemplo mais cristalino dessa aberração. Já é uma característica muito brasileira o precatório, como V. Exa. sabe. E muitas vezes é dada essa postergação. E por quê? Porque nós temos um furor querelante, tudo para a Justiça. Nós não estimulamos a mediação, nós não estimulamos a composição extrajudicial. Até recentemente, a arbitragem não era prevista na administração pública, agora o é, mas ainda há muita resistência nesse aspecto.

Então, dentro dessa visão, eu gostaria de reafirmar a V. Exa. a importância de o Supremo, inclusive por meio do CNJ, que o Supremo tem a condução dos seus trabalhos, colocar um investimento expressivo de tempo, de liderança, de respeitabilidade, sobretudo de prioridade nessa agenda, porque, do contrário, também não vamos ter uma Justiça que seja eficiente no Brasil; nós vamos ficar enxugando gelo, como se diz coloquialmente, com dezenas de milhões de ações. Sem uma composição extrajudicial, nós vamos estimular o conflito, o que significa uma Justiça lenta, cara e, muitas vezes, ineficientes para o fim a que se propõe.

Então, esses dois pilares me parecem que são revolucionários e devem ser levados em consideração, de modo profundo, pelos membros do nosso Pretório Excelso, do qual V. Exa. certamente ocupará o posto e, portanto, terá também essa corresponsabilidade. E, sendo um profissional que provém da Advocacia da União, portanto da Advocacia do Estado, a sua responsabilidade – permita-me dizer a V. Exa. – ainda é maior, porque exatamente conhece, tem o acompanhamento e sabe o que significa a gestão pública e o seu desdobramento em relação ao setor privado.

Então, Sr. Presidente, são observações que faço, poupando o tempo também para permitir que outros colegas apresentem indagações. São só observações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Ministro André Mendonça pela exposição que fez, com muita serenidade e com muita competência.

Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Davi, colegas Senadores, Senadoras, meus cumprimentos.

Presidente Davi, eu quero aqui ressaltar a importância da escolha da Relatora Eliziane. Aqui ela disse, no seu pronunciamento, na sua fala, o quanto foi prestigiada como mulher. É a primeira vez na história do Senado Federal, em especial desta Comissão, de uma mulher relatar a escolha, a indicação de um Ministro do Supremo. Então, parabéns a V. Exa. e parabéns a todos os Senadores desta Comissão que avalizaram essa indicação por unanimidade.

Eu quero aqui cumprimentar o nosso indicado a essa vaga, Sr. André Mendonça, ex-Ministro da AGU, ex-Ministro da Justiça, e dizer, Sr. André Mendonça, que eu vim a conhecê-lo desde a sua indicação, não o conhecia antes mais próximo, só por ouvir falar e através das suas ações. E, desde então, nós tivemos aí uma proximidade, até mesmo nas visitas de V. Exa. a todos os gabinetes aqui dos Senadores, aqui no Senado Federal. O senhor não se furtou a responder nenhum dos questionamentos ali nos gabinetes.

Chamou-me muita atenção também, aqui na sabatina, em que eu pude conhecê-lo um pouco mais, além desses quatro meses de convivência com V. Exa., que V. Exa. não se furtou aqui a nenhum questionamento ou, às vezes, até mesmo algumas questões que alguns julgavam embaraçosas aqui para V. Exa. V. Exa. tirou de letra, porque é assim o papel de um homem justo, e o senhor é um homem justo. Então, quero cumprimentá-lo.

Quero aqui agradecer, Sr. Presidente Davi, a todos aqueles Deputados que passaram por aqui, alguns muito em apoio ao André: João Campos, Helio Lopes, Fábio Sousa, que está aqui presente, ex-Deputado, Marco Feliciano, Márcio Marinho, Sóstenes, Gilberto, Eli Borges, Guaracy Silveira, Antonio Brito, Angela Amin, esteve aqui presente, e as autoridades eclesiásticas.

Estão aqui o nosso apóstolo do Estado de Goiás, apóstolo César Augusto, como o Bispo Fábio Sousa e, também, aqui presente, o Pastor Samuel, ali do nosso querido Amazonas, da cidade de Manaus.

Eu preparei aqui, Sr. Presidente, até mesmo um pronunciamento, uma fala, mas eu já me sinto tão contemplado com as perguntas que foram feitas e com muitos dos questionamentos e perguntas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram inúmeros. Eu fiz cinco, mas praticamente todas elas já foram respondidas. Sinto-me contemplado com essas respostas que foram dadas aqui. E, em nenhuma delas, em nenhuma delas acho que ficou dúvida com relação ao que o Ministro foi indagado.

Quero cumprimentar a sua família, Ministro, que esteve aqui presente. O senhor mostrou ser um homem de família, respeitando também a família dos outros, as diferenças. Nós já tínhamos conversado inúmeras vezes, em algumas reuniões nossas com outros Senadores e Senadoras, e sempre o senhor respondendo com todo o respeito às diferenças. Quero cumprimentá-lo por isso, não mudou nada.

Mas há aqui só uma pergunta que eu quero fazer aqui a V. Exa. Parte da minha pergunta já foi até feita aqui por outros Senadores, como o Senador Alvaro e o Senador Lasier, mas parte dela também não foi respondida ainda, e eu quero fazer essa pergunta aqui a V. Exa.

Quero dizer também, Ministro, que essa questão de terrivelmente evangélico ou se é evangélico... Eu sofri muito com relação a isso, Presidente Davi, quando me candidatei na primeira vez a Prefeito da cidade de Senador Canedo, porque muitos vinham falar que, ao ser eleito, se fosse eleito Prefeito daquela cidade, iria governar para os evangélicos – porque eu sou evangélico – em detrimento de outras religiões ou credos.

Eu tive a oportunidade de ser Prefeito da cidade por duas vezes e ali eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, de ter o apoio e a parceria dos católicos, dos evangélicos, dos espíritas, até mesmo daqueles que não professam fé nenhuma. E aqui eu quero dizer a V. Exa. também, Presidente Davi: dos judeus e até mesmo daqueles que não professam fé nenhuma. E tive êxito naquela administração.

A minha pergunta, Sr. Ministro, é a seguinte: a separação dos Poderes é um pilar do nosso Estado. Sabemos que ocorre, na prática, um equilíbrio dinâmico entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Certamente V. Exa., no desempenho do ofício de Advogado-Geral da União, lida frequentemente com essa temática, ou lidou. No entanto, na condição de Parlamentar, tendo a defender que o Legislativo vem sendo prejudicado por eventuais excessos do Judiciário, especialmente quando este Poder atua ativamente no sentido de suplantar os legisladores, os legítimos representantes da população brasileira.

V. Exa. não está sendo eleito e, sim, indicado a ocupar um cargo vitalício. Sua ascensão depende desta Casa, assim como a sua carreira dependeu do Poder Executivo. Na condição de Ministro do Supremo Tribunal Federal – e eu acredito que V. Exa. o será –, caso aprovado, V. Exa. acredita que o procedimento de indicação dos ministros deve ser aperfeiçoado ou modificado para permitir a representatividade de outros extratos da população, como mulheres e negros ou mesmo representantes de outras regiões do País historicamente alijadas dos acentos do STF, como o nosso Centro-Oeste e o Norte?

Essa é minha pergunta, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. André Mendonça.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Sr. Presidente, antes de adentrar nas ponderações e questionamentos trazidos pelos nobres Senadores Alvaro Dias, Anastasia e Vanderlan, me permita fazer uma regressão a uma colocação muito bem posta pelo querido Senador Contarato que me chamou a atenção. Eu fiz uma fala de que talvez a democracia não tivesse custado vidas. Essa fala foi feita num momento em que eu fazia referência às revoluções liberais, e tanto a nossa independência como a nossa República não tiveram como precedência ou causa uma guerra, uma guerra civil, como houve nos Estados Unidos ou houve uma luta na França. O que não significa que a construção da nossa democracia não tenha custado vidas.

Custou, sim, muitas vidas. Eu lembro a luta pela libertação dos escravos – quantos não perderam suas vidas? –, as lutas pelas garantias dos direitos das mulheres, as lutas pelo direito ao voto e todos aqueles que, ao longo da nossa história, têm lutado para a construção da nossa democracia e do Estado democrático de direito.

Então, eu queria fazer dois registros. Primeiro, o meu pedido de desculpas por uma fala que pode ter sido mal interpretada e que não condiz com aquilo que eu penso. Vidas se perderam na luta para a construção da nossa democracia. Além do meu pedido de desculpas, o meu registro do mais profundo respeito e lamento pela perda dessas vidas, pela memória... Faço um registro do meu respeito à memória dessas vidas e dessas pessoas. E faço também um registro de solidariedade, de respeito às famílias dessas vítimas. Muitos no nosso País lutaram pela democracia, e vidas se perderam para a construção da nossa democracia. E essas vidas merecem ser lembradas e merecem o nosso respeito.

Dentro agora da fala do nosso Senador Alvaro Dias, quero registrar meu agradecimento a V. Exa. pelas palavras e ao Podemos também pela forma como todos os Senadores do partido, e não só do Podemos, mas de todos os partidos me receberam. Meu muito obrigado a todos. Permitam-me fazer o registro também: um homem como V. Exa., com uma vida pública ilibada ao longo de décadas dentro da política, da administração pública, não só no Congresso, mas também no Poder Executivo.

Ao Senador Anastasia também o meu agradecimento. V. Exa. realmente é um grande jurista e honra todo o Senado Federal com sua presença aqui. E V. Exa. usou uma expressão: estabilidade; segurança jurídica traz estabilidade. Segurança jurídica, como tantos outros, é um conceito jurídico indeterminado. Eu acho que o nosso grande desafio, de todos nós, é transformar esses conceitos em realidade concreta na vida da nossa sociedade. E reafirmo a importância da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro ou Lei da Segurança Jurídica, que teve em V. Exa. uma participação de liderança nessa construção, e a necessidade efetiva de nós buscarmos – e eu sou também um entusiasta disso – a solução negociada dos conflitos sociais, em todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Senador Vanderlan, obrigado também pelas palavras. Registro ser legítimo este debate em relação à questão que envolve todo o Judiciário e também, dentro desse contexto, uma busca contínua para a inclusão de políticas públicas que tragam, de fato, melhoria de vida ao nosso povo.

Quero reafirmar o compromisso não só com V. Exa., mas com todos os Senadores.

Ministro do Supremo, ele precisa estar em contato com os representantes do povo para tentar entender os problemas do povo e tomar decisões os mais próximas possíveis da solução dos conflitos sociais. E os Senadores da República são legitimados não só pelo povo, mas também pela história de vida. Digo isso a todos, indistintamente, ao Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça e a todos os membros do Senado Federal, pelo total comprometimento na busca de soluções dentro da Constituição para a construção dessa democracia.

Não sei se atendi, Senador Vanderlan e demais Senadores.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Eu me dou por satisfeito, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixem-me fazer uma consulta aqui.

Vou iniciar o próximo bloco – eu consultei o Dr. André –, mas poderíamos dar dez minutos, caso o senhor queira...

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Por mim, a decisão é do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... para fazer um lanche ou algo parecido. Nós, aqui, na Secretaria, fizemos um lanche, porque geralmente as sabatinas demoraram muito. Há uma barra de cereal aí. Eu acho que é o senhor que precisa decidir, porque eu acho que o senhor deve estar bem aí para fazer as respostas...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – E o lanche está bom. (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que a preocupação também... Isso seria interessante para a família dele que está acompanhando aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois é. Eu acho que... Então, vamos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, se o Dr. André Mendonça está em condições de prosseguir, eu entendo ser oportuno prosseguir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Doutor?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... em razão da...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, vamos... Vamos continuar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Marcos do Val, é importante que possamos votar hoje no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo bem.

Então, deixem-me continuar com a ordem de inscrição. O próximo Senador é o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Davi, colegas Senadores e Senadoras, Ministro André Mendonça, eu tive a oportunidade de conhecer o Ministro André em 2019, quando ele foi Advogado-Geral da União, e, de lá até aqui, eu só pude ver, ler e enxergar capacidade intelectual, compromisso com a verdade e com a Constituição na pessoa do Dr. André Mendonça. Inclusive, como é de conhecimento da maioria, o Prêmio Innovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil, e o Ministro André foi o vencedor da categoria Premiação Especial da 8ª edição, por ter tido a iniciativa de criar um grupo permanente de atuação proativa da AGU – foi o vencedor dessa categoria, na 8ª edição. Portanto, Ministro André, eu gostaria de parabenizar V. Exa. por esse feito que demonstra seriedade e compromisso com a melhoria na Justiça do nosso País.

Sua história, seu currículo, sua capacidade técnica, sua humildade, sua reputação ilibada, seu compromisso com a verdade e com a Constituição, como já disse, seu notório conhecimento e saber jurídico o habilitam para o mister de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Portanto, tenho apenas uma pergunta para fazer, mas já antecipo que em homenagem à sua história, à sua vida, em homenagem à sua capacidade de resiliência, em homenagem à sua luta, eu antecipo que votarei... Nunca houve aqui, para nenhum dos colegas Senadores, dúvida – para nenhum dos colegas Senadores, para todos os órgãos que me perguntaram – de que eu votaria favorável à aprovação do nome de V. Exa. para Ministro do Tribunal de Contas da União. Mas a pergunta que eu faço nesse momento... Aliás, Ministro do Supremo Tribunal Federal. É que eu estou com duas cabeças, Presidente Davi: uma no Supremo Tribunal Federal e outra com o Ministro do Tribunal de Contas da União aqui na minha frente, o Senador Anastasia. Portanto, não poderia deixar de falar do Tribunal de Contas da União. Foi o subconsciente que me traiu.

A pergunta que faço, Ministro André: o Brasil é o nono país mais desigual do mundo; as desigualdades de renda, território e oportunidades inviabilizam o desenvolvimento do nosso País e afetam a sociedade como um todo, gerando exclusão, pobreza, injustiças e supressão de direitos sociais; na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posição de Ministro do STF, como V. Exa. pretende contribuir para reduzir as desigualdades sociais? É a pergunta.

É minha participação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Mecias.

Próximo Senador inscrito, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Chegou a nossa hora.

Presidente Davi, muito obrigado.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Primeiramente, quero dizer da minha alegria e da minha satisfação em estar participando da Comissão hoje, Dr. André Mendonça, observando a maturidade dos debates que temos nesta Casa. Durante esses quatro meses, o tema principal dessa indicação foi relegado a uma disputa política e ideológica num foco totalmente obtuso e que não interessa à população brasileira: a questão da religiosidade, da escolha ou da fé de uma pessoa. Esse debate, que ganhou corpo em boa parte, inclusive, da imprensa, é um debate injusto, inconstitucional e que não nos leva absolutamente a nada. Inútil. Porque o que nós temos que levar à população brasileira é quais serão os posicionamentos e se o indicado tem ou não capacidade para exercer o cargo dentro da nossa Suprema Corte. Esse tem de ser o principal mérito do nosso debate, e é o que eu estou observando nesta Comissão de Constituição e Justiça, em que todos os posicionamentos, a começar pelo meu colega de imprensa, Senador Kajuru, e todos os demais, agora terminando com o Mecias, passando pelo Senador Anastasia, pelo Senador Esperidião Amin: a clareza em entendermos a capacidade de uma pessoa que vai nos representar e não aquilo que a Constituição garante a ela, que é o direito de professar fé.

Se entrarmos nessa seara, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, de um evangélico no Supremo, nós vamos ver que na história já tivemos outros ministros evangélicos no Supremo: Antônio Martins Villas Boas foi nomeado Ministro em 1957, mineiro. Hoje, inclusive, o prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais tem o nome dele; foi um grande jurista, aposentado pelo governo militar em 1966. É um esquecimento da história em que só se observa o lado que se quer, o recorte que se faz.

A gente percebe, Presidente Davi Alcolumbre, muitas vezes o debate sobre a liberdade religiosa no Brasil, que sempre se voltou contra o fenômeno dos evangélicos no Brasil, mas a intolerância religiosa existe em todos os setores, em todas as áreas da sociedade. Às vezes, eu observo que se vem falando da indicação de André Mendonça e, no segundo parágrafo: "André Mendonça, que é pastor presbiteriano...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que interessa isso? Eu já repito o que falei aqui: quando foi que um ministro, um candidato sentou-se aqui e alguém perguntou qual fé ele professava? Isso não interessa a nós, isso está no foro íntimo, individual.

A população espera que nós façamos exatamente o que nós estamos oferecendo a todos aqui: maturidade política. E se há algo de que o Brasil precisa hoje é dessa capacidade da política de dar respostas, porque é pela política que nós vamos conseguir pacificar o País; é pela política, é pelo debate claro, democrático que nós vamos colocar o Brasil novamente no caminho. Daqui a minha satisfação em participar deste momento histórico.

Ministro André, quero colocar um ponto, para que V. Exa. possa responder e comentar, de um assunto que eu entendo fundamental hoje na questão dos freios e contrapesos que V. Exa. citou na relação do Parlamento com a Suprema Corte. Eu tenho criticado, em vários momentos, decisões do Supremo, de alguns Ministros que, a meu ver, são ativistas judiciais que extrapolam o posicionamento deles, que desrespeitam esta Casa, em que muitas vezes nós não fazemos nos respeitar como Parlamento. Mas, quando a gente observa a questão dentro do viés republicano, percebe-se que nós não temos hoje um instrumento jurídico que diga ao Supremo que ele não pode avançar nas questões que ainda não estão claramente definidas pelo Parlamento.

Vou citar um exemplo claro: a questão da Lei Kandir. A questão da tributação sobre exportações, que o Parlamento debateu, o *lobby* das empresas não deixou avançar e foi parar no Supremo. O Senador Antonio Anastasia, inclusive, foi Relator do projeto. O Ministro Gilmar Mendes deu uma resposta espetacular: que não caberia ao Supremo definir quanto se deve cobrar em uma exportação; era papel do Parlamento. Mas foi uma decisão de foro do Ministro Gilmar Mendes, porque, se fosse um outro Ministro, daria lá uma sentença e imporia ao Parlamento uma decisão monocrática vaidosa, como aconteceu recentemente, e nós não teríamos um avanço.

Ao próprio Ministro Dias Toffoli, no encontro que teve conosco do PSD, nós colocamos com muita franqueza esse posicionamento de voltar o STF a respeitar o Parlamento nas decisões em nome da população, porque é assim que funcionam os Poderes. E o Ministro nos colocou que seria necessário esse instrumento, porque hoje a Constituição não diz claramente, mas, toda vez que provocado o Judiciário, ele tem que dar uma resposta e abre para as decisões, como eu disse, monocráticas.

Eu gostaria que o senhor me dissesse se o senhor concorda com, vamos dizer assim, esse reequilíbrio, com a criação de um instrumento jurídico em que, quando o Supremo for provocado por um assunto de comportamento, seja ele qual for, se não houver clareza na legislação o Supremo devolva ao Parlamento um questionamento, para, aí, sim, ser resolvido da maneira que nós devemos, que é pelo voto e pela representação popular que cada um de nós tem diante da população brasileira, e não os Ministros, que, como V. Exa., são nomeados. Se querem legislar, que se candidatem, que façam como nós, que enfrentem a população, que digam para que vieram. Colocar limites, freios e contrapesos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria muito que o senhor se posicionasse sobre esse assunto, que eu entendo hoje ser um dos mais importantes, para que a gente possa evitar as crises institucionais e devolver estabilidade ao País nas próximas crises que naturalmente virão, pelo dinamismo da sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Como foi anunciado por V. Exa. no início que ia haver alguns blocos aí de Senadores e em seguida a gente abriria o painel de votação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como aumentou o número de inscritos, eu vou abrir o bloco mais para frente, quando a gente estiver com um número razoável de Senadores com sua arguição feita.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É só pela ordem, é bem rápido, Presidente.

O Senador Carlos Viana botou situações por que eu estou passando como Relator. Eu estive até no STF conversando com um Ministro, e ele nem sabia que estava tramitando no Congresso um projeto de lei em que foi solicitada ao STF uma liminar contra um decreto do Presidente. E aqui já está tramitando; já passou pela Câmara dos Deputados e chegou agora ao Senado. Ele nem tinha noção de que isso estava tramitando já no Congresso. E eu falei exatamente isto: da importância de a gente fazer o nosso papel; e eles, o deles.

Então, eu subscrevo cada palavra que o Excelentíssimo colocou e é uma boa pergunta ao futuro Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O último inscrito desse bloco, Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Ministro André. para mim é um prazer estar aqui na CCJ. Quando o Presidente da República disse numa igreja que ia indicar um ministro evangélico ao Supremo, foi na cidade de Goiânia, no bairro de Campinas, onde o meu irmão, Oídes José do Carmo, é Pastor – Bispo Oídes José do Carmo.

O Presidente foi muito criticado, muito criticado mesmo, ali já foi criticado, mas o Presidente manteve a palavra. Eu nem conhecia o Dr. André, nem sabia que existia o Dr. André. E eu pensava: quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Presidente vai indicar? Será quem? No meio evangélico há muito jurista, muita gente capacitada, como nas outras igrejas também. Capacidade é independente de igreja. E ali eu comecei a pensar: quem será? Surgiu o nome do André Mendonça, este homem simples, com saber grande na parte jurídica, entende do poder público como poucos. E agora chegou aqui a sua vez. O Presidente acertou. Acertou. Eu converso pouco com o Presidente, mas um dia eu estive lá e havia um boato de mudar o seu nome. "Senhor Presidente, o senhor fez a parte do senhor, o senhor indicou um nome. O Senado Federal vai decidir." E ele manteve o nome do senhor. Pressão demais. Olha, se fosse qualquer outro Ministro, com quatro meses aqui nessa Casa e não fosse sabatinado, tinha desistido. Podia ir para uma embaixada, em qualquer lugar, mas você permaneceu firme aí.

Eu ia fazer várias perguntas para você, mas eu estou convencido. Com o que você falou, estou mais do que convencido, pela sua humildade, pela sua competência.

Agora, Ministro, um dia, eu conversando com um jurista, um juiz – eu não sou advogado –, ele falou assim: "Olha, vocês...". Eu falei assim: "Por que batem tanto nos políticos, o Executivo, o Judiciário?". No Executivo e no Judiciário... Ele falou assim: "O Judiciário é um Poder fechado". Eu disse: "Como é Poder fechado? Não é Poder fechado". Eu não entendi até hoje o que ele quis dizer.

Então, o que eu peço aqui... Eu quero declarar já: eu vou votar com a consciência limpa de que eu estou votando num Ministro que tem capacidade ali, capacidade para saber, capacidade, como o nosso colega falou, de, se chegar alguma coisa lá que não tem lei, devolver. Pede para fazer. Não inventa. Não inventa. O Supremo está inventando muita coisa, muita. Hoje o Supremo não é um Poder bem visto pela população porque está querendo mandar muito. Está querendo fazer coisa que não é do Poder deles. Mas você mostrou sua capacidade, a sua humildade, o que você vai fazer.

Agora, eu peço para você... Uma coisa que eu acho errada é mandato vitalício ali, até 75 anos. Certo? Um dia eu já apresentei e quero apresentar de novo, acho que ninguém pode ser vitalício na vida, por que senão... Certo? Infelizmente, tem essa cláusula de que o Ministro é vitalício. Eu só quero, na hora que nós aprovarmos o seu nome aqui – e se depender do meu voto, você já está lá dentro – que seja um Ministro que tem capacidade de saber. Você foi sabatinado, foi aprovado, mas você tem que cumprir a Constituição Federal. Só isto. E deixa os Poderes independentes, deixa o Executivo fazer a parte dele, nós aqui, e vocês fazem a parte de vocês. Esse é o meu pedido.

E agora, fazendo uma brincadeira, você hoje está num jogo do Brasil contra a Argentina. Há milhares de pessoas vendo esse debate aqui hoje, ainda mais os evangélicos, que torcem por você. Graças a Deus, você não é candidato a Senador pelo Estado de Goiás, senão você não precisaria fazer nem campanha, porque pelo tanto que você foi divulgado no Estado de Goiás, no meio evangélico, tanta coisa lá, você se tornou um homem conhecido no Brasil. No Brasil. Independentemente de ser católico, espírita ou evangélico, você hoje tem o apoio de toda essa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns para você! Sucesso, e que Deus o abençoe nessa sua nova jornada. Se depender do meu voto, você já é Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Antes de terminar o último bloco, eu só queria... Nem preparei perguntas porque tive o prazer de estar por algumas horas com o futuro Ministro André Mendonça, e batemos muito papo. Então, eu acho que fiz muita sabatina, conversamos bastante. E a coisa que mais me deixou impressionado, independente do saber jurídico, foi o caráter: o caráter dele como homem, como família e como conduzir as coisas democraticamente junto ao STF. Então, eu só queria parabenizar e só queria dar uma satisfação para não me alongar em perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Giordano.

Deixe-me aproveitar: como acho que com as ponderações feitas o Ministro consegue responder rapidamente e como estou vendo o Senador Plínio, eu vou fazer o quarto agora, porque houve mais ponderações do que questionamentos. Então, eu acho que a gente pode, aproveitando que ele está presente.

Senador Plínio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Aí V. Exa. abre o Plenário, Presidente, depois do quarto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, aí eu vou passar para ele fazer as suas manifestações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, já caminhamos da metade para o final!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente. Chegou a minha hora de falar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu quero fazer às 16h... Eu quero abrir às 16h, porque o Presidente Rodrigo Pacheco disse que vai abrir o Plenário só às 18h30, 19h. Então, eu quero abrir entre 16h e 17h.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado. Então, eu fico feliz com o compromisso de V. Exa. de colocarmos em votação ainda hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É o compromisso do Presidente Rodrigo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós agradecemos por resolvermos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E aqui também!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fico mais feliz ainda por ouvir V. Exa. falar isso.

Muito obrigado, Presidente. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Davi, obrigado por estar presente aqui, chegou a hora, cumprimentando o Ministro André.

Eu costumo já, quando sou visitado, conversar o que tenho para conversar. Eu acho que sabatina é salutar, está prevista no Regimento do Senado. Em fase de perguntas, eu sou o 14º, e o que eu poderia pensar em perguntar já foi respondido. Então, eu não posso desperdiçar esta oportunidade.

Quando conversei com o Ministro – e ele falou aqui hoje de Poderes independentes e harmônicos –, falou que é adepto da segurança jurídica e assumiu o compromisso de respeitar os Poderes.

Sempre que tenho oportunidade, eu digo aos que vão conversar com a gente: Ph.D., mestrado e doutorado não valem nada se não tiver bom senso. E a minha conversa sempre é sempre em torno do bom senso, porque eu vejo, no Judiciário, que só enxergam o que está nos autos, não conseguem ser capazes de perceber o que está além dos autos. Sempre existe o lado mais fraco, que não tem acesso, e é esse lado aí que precisa do bom senso de quem julga. E a gente sempre fala... A minha conversa toda não só com o Ministro André, mas com todos os outros foi nesse sentido.

O Ministro André é evangélico; eu sou católico. Eu acredito em Nossa Senhora, eu acredito em São Francisco, o evangélico não acredita, mas isso não nos impede de navegar no mesmo rio, de continuar acreditando na justiça, que a vida pode ser mais justa. Eu não estou falando só de comida, não – porque, quanto a essa comida, a gente precisa dar um jeito de botar comida na mesa do brasileiro –, eu estou falando é de acesso à Justiça. Então, eu me sinto muito à vontade – viu, Presidente Davi? – por saber que nós navegamos no mesmo rio: eu, católico; o André, evangélico; e a gente está no mesmo rio, rumo ao mesmo oceano, que é Deus, que é a busca da justiça.

Eu tenho um pedido, Ministro, que beira uma recomendação: por favor, não se deixe envaidecer, não pense que o Supremo Tribunal Federal é o olimpo. Há Ministro ali que pensa que o Supremo é o olimpo, e não é o olimpo. Há três a cinco Ministro que se julgam semideuses, e não são semideuses. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digo por que não são, Anastasia. Está aqui um dever nosso, que a gente está exercendo hoje, que é aprovar a nomeação de autoridades, e está aqui no nosso Regimento: processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, eventualmente afastando do cargo, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e por aí afora. O Senado tem esse poder e essa prerrogativa, mas nós não vamos esticar a corda só por esticar, porque sabemos que naquele Supremo há Ministros bons. Então, o meu pedido e a minha recomendação é que o senhor se junte aos Ministros bons, aos bons Ministros, porque existem ruins, sim. Há Ministro lá que que não sabe o que é ser Ministro, que não tem comportamento de Ministro, que não tem tamanho de Ministro.

Dispensando as perguntas, Presidente – e não as faço, porque todo mundo aqui já fez –, eu quero reiterar sempre, sempre, do alto dos meus sessenta e poucos anos: eu dispenso mestrado, eu dispenso doutorado, eu dispenso sabedoria; para mim, não valem nada se não houver bom senso.

Eu ouvi aqui o senhor ser recomendado pela Relatora a não esquecer o Acordo de Paris. Não esqueça o Acordo de Paris, mas se lembre sempre da Amazônia. A Amazônia não é só floresta. Do Acordo de Paris, lembre-se dele, mas não se esqueça nunca de que, nessa floresta, existe um povo que precisa... Nós somos vinte e poucos milhões de pessoas das quais dezenove milhões não têm acesso a uma cesta básica. Portanto, ao falar de Amazônia, eu não posso perder esta oportunidade – peço desculpas aos Senadores, às Senadoras, mas a gente está sendo assistido por milhares de pessoas, não posso perder esta oportunidade – de dizer que um Ministro que julga sem ter conhecimento do que representa a Amazônia... Essa coisa de repetir, por complexo de colonizado, de falar o tempo todo de Acordo de Paris, de norma, de seguir leis paridas na Noruega, no Canadá, na Alemanha, na França... A gente vê leis paridas lá por essas pessoas que não entendem absolutamente nada de Amazônia!

Ministro, que o senhor vá ao Supremo Tribunal Federal, que se junte àqueles Ministros bons, aos bons Ministros, e faça um bom trabalho. Assim como a gente respeita os bons Ministros... Eu não respeito os maus Ministros, não – viu, Kajuru? –, não tenho o menor respeito por aqueles que se julgam semideuses, não tenho o menor respeito por eles; eles não nos respeitam, então, não tenho por que respeitá-los. Junte-se, Ministro, aos bons – junte-se aos bons.

E aquela crença que nós temos – o senhor não acredita em Nossa Senhora, mas eu acredito; minha mulher, Ana, é devota de Nossa Senhora, eu sou devoto de São Francisco de Assis, acredito nele, mas os senhores não acreditam – não nos impede... Nós estávamos, até outro dia, André, no mesmo rio e não estávamos no mesmo barco; você vai ser Ministro, nós vamos nos juntar no mesmo barco e sair rumo ao nosso destino, que é a busca da justiça, essa justiça por que o povo brasileiro tanto clama.

E eu quero dar um recado aqui, Presidente Davi, ao povo brasileiro: confie no Senado. Vai chegar o dia em que nós vamos exercer o nosso direito, a nossa prerrogativa de impichar um Ministro. Não vai faltar nome para ser impichado. Esse dia vai chegar.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. André.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Estimado Senador Mecias, agradeço a confiança, a declaração de apoio à indicação e à aprovação do meu nome. Muito me honra. Pode ter certeza de que, sobre igualdade, ela é uma garantia, um princípio constitucional, e é dever do magistrado e, em especial, da Suprema Corte preservar esse e tantos outros direitos individuais que nós temos expressos na nossa Constituição, em primeiro lugar, não discriminando e, em segundo lugar, buscando trazer a aplicação do Direito de forma justa, para que a igualdade que está no texto da Constituição seja sentida no dia a dia das pessoas.

Estimado Senador Viana, obrigado também pelas ponderações e pelas colocações. Reafirmo meu compromisso com o respeito à independência... (*Pausa.*)

A voz vai falhando às vezes – já viu, não é, Presidente Davi?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É para testar também. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – ... à independência e à harmonia entre os Poderes e, logicamente, dentro desse pilar macro, à melhoria da qualidade da nossa democracia, respeitando as atribuições do Legislativo, as atribuições do Executivo, com uma atuação que eu reputo deva ser automoderada no sentido dessa construção, respeitando, inclusive, o princípio da reserva legal.

Estimado Senador Luiz do Carmo, muito obrigado também pelas palavras, pelo apoio, pela honra que V. Exa. me dá declarando a confiança no meu nome para, quem sabe, com a adesão da maioria absoluta dos estimados Senadores, eu ser honrado com essa missão de servir ao meu País. Este é o meu compromisso: servir ao meu País.

Querido Senador Giordano, obrigado pelas palavras também. Agradeço a atenção que V. Exa. me dispensou ao me receber em São Paulo e pela possibilidade de apresentar, naquele tempo, com mais detenção, com mais tranquilidade até, aquilo que a gente pensa do Brasil e da aplicação da nossa Constituição. Tenha certeza de que a nossa intenção é contribuir para a construção deste País que cresce, que tem que gerar emprego, gerar renda e ajudar na melhoria de vida de todos os brasileiros. Agradeço a V. Exa. também por estar aqui nesta tarde.

Querido Senador Plínio, V. Exa. falou em bom senso e ouviu o entusiasmo aqui do nosso Senador Anastasia. Tenho certeza de que V. Exas. compartilham: a grande maioria dos nossos problemas nós resolveríamos com bom senso e diálogo. E eu espero – eu acredito nisto – que o bom senso e o diálogo, com bons propósitos, nos façam avançar rapidamente para a melhoria, de fato, do nosso País em todos os aspectos. Obrigado pela recomendação de humildade, mas me permita fazer um pedido não só a V. Exa., mas a todos os Senadores: sejam sempre agentes não somente legitimados, mas autorizados a instar-me a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa busca permanente da humildade no exercício da função pública. Eu espero contribuir dentro desse contexto para que a Constituição se torne materializada na vida das pessoas.

Permita-me fazer o registro, da minha parte, do respeito a todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eu tenho respeito por todos eles e tenho certeza de que todos estão, estarão e permanecerão imbuídos da construção de um Brasil melhor. Eu espero que eu seja um fator, um elemento de agregação nessa construção. Eu quero ser alguém capaz de dialogar para essa construção de todo o Supremo Tribunal Federal na melhoria da Justiça brasileira ao longo dos anos.

Como V. Exa. bem colocou, meu estimado Senador Plínio, o senhor, além de bom navegador, é um bom pescador. Que nós possamos aprender juntos – eu com V. Exa. tenho certeza! Sei da honra e do caráter de V. Exa., um homem público que busca não só representar bem o seu Estado do Amazonas, conciliando desenvolvimento e sustentabilidade, como também bem representar o nosso País. Eu sempre estarei à disposição de V. Exa. para contribuir para essa construção. V. Exa. me recebeu de forma muito respeitosa em todos os momentos e tem aqui meu registro de gratidão.

Meu estimado Presidente, sem querer pedir muita coisa, se o senhor me der mais dois minutinhos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Autorizado, autorizado!

Vamos fazer o seguinte: vamos aproveitar, já que o senhor vai ao gabinete, para suspender a reunião por dez minutinhos, porque estamos andando bem, e dá tempo de o senhor também fazer um lanche lá, se quiser. Serão dez minutinhos.

O próximo orador inscrito é o Senador Portinho.

(*Suspensa às 14 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria a atenção do Plenário. Nós vamos retomar.

Vou conceder a palavra, nesse primeiro bloco, ao Senador Carlos, ao Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero dar as felicitações ao nosso sabatinado exaltando inicialmente que essa prerrogativa, que é exclusiva do Presidente da República, foi respeitada. E aqui devo exaltar, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, o seu espírito público em trazer aqui hoje a sabatina do Sr. André Mendonça, atendendo aos anseios aqui de todo o nosso Colegiado, porque o STF está com o cargo vago desde julho, com risco de questões importantes, até de cunho penal, em que a decisão mais favorável, no caso de empate, beneficia o réu, irem justamente para o empate. Por isso, a urgência na votação, na deliberação quanto à indicação do Sr. André Mendonça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma manifestação breve. Sr. André Mendonça: primeiro, como advogado, o senhor honra a nossa categoria; segundo, como servidor público, o senhor honra a todos os servidores públicos, que estarão representados no Supremo Tribunal Federal pela presença de V. Exa., se Deus quiser; e, terceiro, como pessoa, quero dizer ao senhor que os seus valores cristãos são os meus e de grande parte da população brasileira e que esses valores são um mérito, um mérito que o guiará nas suas decisões, na busca da justiça, e são esses valores que, tenho certeza, evitarão que suba à cabeça de V. Exa. o cargo que ocupará. Será uma autoridade do Judiciário, como somos todos aqui no Poder Legislativo. E temos que ter a consciência de que estamos aqui pelo espírito público, com o objetivo de atender a Nação e que aqui estamos de passagem e seremos breves, mas as suas decisões permanecerão para o bem da nossa sociedade.

Assisti atentamente daqui, presencialmente, do meu gabinete, a todos os questionamentos que lhe foram endereçados. V. Exa. mostra, como já havia, em conversa antes, tomado conhecimento, todo o seu caráter, toda a sua competência, toda a sua honradez para ocupar esse cargo. Seja muito feliz e honre a nossa delegação que hoje aqui o Senado Federal deverá cumprir!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns ao sabatinado!

O PL encaminhará a favor da sua indicação por todos os seus membros, inclusive os que aqui, como oradores, me sucederão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Portinho.

Vou aproveitar aqui com os presentes... Daqui a pouco, quando chegarem os que estão na lista, que vão me cobrar que eu pulei, eu quero só a defesa de V. Exas. para eu não ficar só.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sra. Relatora Eliziane Gama, sabatinado Dr. André Mendonça, todos que estão aqui em Plenário e que nos assistem, é uma grande honra ter a oportunidade, Dr. André, de estar aqui sentado à sua frente participando de um momento tão importante para o nosso País, tão sério, porque uma vaga jurídica na mais alta Corte do nosso País é de grande responsabilidade. E eu sou testemunha ocular de, nesse período em que o senhor esteve junto ao Governo, junto ao Presidente da República, toda a sua dedicação, todas as noites sem sono, buscando cumprir o seu ofício na função que exercia tanto na AGU e, depois, no Ministério da Justiça, então, com a responsabilidade o senhor já está acostumado a conviver.

Outra coisa inegável aqui, já reconhecida por vários Senadores, independentemente de serem de situação ou de oposição, a sua qualificação, a sua capacidade técnica, o seu conhecimento, o seu currículo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala por si e, quando a gente observa o senhor fazendo análises, buscando casos semelhantes, equiparações no passado, na história, isso demonstra como o senhor está preparado para essa função. Também quero ser aqui testemunha da sua lealdade, não a pessoas, mas a princípios. Como o meu Líder Senador Portinho colocou, princípios judaico-cristãos.

Então, ninguém que venha votar em V. Exa. aqui hoje vai ser surpreendido, caso assim o Senado aprove, quando o senhor estiver exercendo essa importante função no Supremo Tribunal Federal porque sabe exatamente qual é o pacote que o senhor traz consigo. Acompanhando aqui esta sabatina, presencialmente ou virtualmente, quem está nos assistindo percebe a sinceridade, a humildade com que o senhor tem se colocado, enfrentando todas as questões sem desviar, sem tergiversar, sem agredir os seus princípios e sem falar para agradar ninguém atrás de voto.

Então, quero deixar aqui esse meu registro, de testemunha que sou, de como o senhor é uma pessoa do bem, uma pessoa, mais uma vez, leal e de caráter. Eu também, como evangélico que sou, fico bastante à vontade de fazer aqui essas palavras porque a gente que convive em alguns ambientes percebe que o senhor não precisou fazer mutação nenhuma nem se comprometer com nada que agredisse o seu íntimo ou aquilo em que o senhor acredita.

Seguindo aqui a orientação do meu mais novo Líder Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela idade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que me recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela idade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, pela...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela estatura da liderança.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela capacidade dele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela recente filiação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Principalmente por ser do Rio de Janeiro.

Então, obviamente, seguindo aqui a orientação do meu Líder Portinho, não tenho perguntas a fazer, mas quero apenas trazer aqui o meu testemunho e pedir a Deus que continue lhe dando toda essa sabedoria, toda essa capacidade, toda essa humildade e que tenha sucesso tanto aqui na CCJ como depois em Plenário, que Deus abençoe e muito a sua trajetória seja lá qual for!

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Queria cumprimentar o Dr. André Luiz de Almeida Mendonça, indicado ao STF pelo Presidente da República.

E eu queria fazer algumas perguntas sobre algumas questões que me parecem que precisam ser esclarecidas para que a gente possa ter uma posição clara e uma votação bem consciente.

Além de Noblat, por diversas vezes, o senhor acionou a Polícia Federal para investigar opositores do Presidente Bolsonaro, com base na Lei de Segurança Nacional. Entre seus alvos de inquérito solicitados estão o pré-candidato à Presidência Ciro Gomes, o colunista do jornal *Folha de S.Paulo* Hélio Schwartsman, o cartunista Ricardo Aroeira e Guilherme Boulos. A maioria dos pedidos acusava os investigados de cometer calúnia ou injúria contra o Presidente devido a críticas a Bolsonaro. Todos esses inquéritos foram arquivados por determinação da Justiça. Qual a sua opinião sobre a Lei de Segurança Nacional, uma lei da ditadura militar? Qual a razão de usá-la contra jornalistas e opositores ao Presidente da República?

Segunda questão. Sob o seu comando no Ministério da Justiça, houve a acusação de produzir um dossiê contra 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do movimento antifascista e 3 professores universitários. Ao prestar esclarecimentos à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso, o senhor confirmou a existência de um relatório da área de inteligência, mas negou ilegalidades. Suas palavras exatas: "O relatório existe. O que não existe é um dossiê. Dossiê é uma expressão inadequada para a atividade de inteligência. Dossiê é algo feito às escuras para fins indevidos, que não estão no sistema. Que não está relatado oficialmente. Dossiê não é algo que você distribui". O senhor considera atividade de inteligência produzir relatórios com dados de pessoas que se autointitulam antifascistas? Antifascistas não somos ou devemos ser todos nós?

Terceira pergunta. Ainda nesse tema, em abril, o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, avisou o Supremo Tribunal Federal de que abriu um procedimento preliminar para apurar a sua conduta por ter usado a Lei de Segurança Nacional quando era Ministro da Justiça para investigar opositores do Presidente Jair Bolsonaro. Pode me informar qual o estágio dessa investigação?

O Congresso Nacional aprovou a Lei 14.197, de 2021, da qual eu fui o Relator, que revoga a Lei de Segurança Nacional e define crimes contra o Estado democrático de direito. O Presidente Bolsonaro sancionou a lei com vetos, que ainda não foram apreciados. Um dos vetos trata dos crimes contra a cidadania e inclui no Código Penal o crime de atentado a direito de manifestação para impedir, mediante violência ou grave ameaça, o livre e pacífico exercício da manifestação de partidos políticos, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentos sociais, de sindicatos, de órgãos de classe ou de demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos. Qual a sua opinião sobre esse veto? Por que interessa ao Governo Federal impedir o livre direito de manifestação?

Próxima pergunta, estou encerrando já. Pelo *site* do STF, de janeiro de 2019, com a posse, até 30 de julho de 2021, 287 ações de controle concentrado de constitucionalidade questionam atos do Governo de Jair Bolsonaro no STF, ajuizadas por diversos atores, inclusive o Partido dos Trabalhadores. Dessas, muitas são contra as omissões e ações criminosas do Governo Federal no combate à pandemia: recomendação do uso de cloroquina, demora na compra de vacina, negligência, discursos contra as medidas de contenção do vírus, por promover aglomerações e relativizar a gravidade da situação sanitária, por propaganda enganosa oficial; tudo para executar seu plano de imunidade de rebanho. Como o senhor avalia a condução da pandemia pelo Governo Bolsonaro do ponto de vista da responsabilidade dele enquanto Presidente da República, do ponto de vista do crime de responsabilidade?

A CPI da Covid – próxima pergunta –, aqui no Senado Federal, encontrou vários indícios de crimes cometidos pelo Presidente e por outras autoridades do Governo Federal. Em um deles, por exemplo, o caso da denúncia envolvendo a compra da vacina Covaxin, já existe inquérito no Supremo Tribunal Federal investigando o Presidente da República. A denúncia, assinada pelo Subprocurador Humberto Jacques de Medeiros, só ocorreu após a fala pública da Ministra Rosa Weber, que disse que: "No desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República". O que podemos esperar do senhor na votação de matérias como essa, que envolvem corrupção no Governo do qual o senhor fez parte? Vai se dar por impedido de julgar?

Por fim, sobre as Forças Armadas. Qual o posicionamento sobre o controle na regulamentação de armas e munições e a flexibilização da posse e porte de armas – já vi que o senhor fez comentários logo no começo – por atos do Governo Bolsonaro? Acredita que armar a população é solução para a violência?

Sobre a Lava Jato. Como o senhor avalia a Operação Lava Jato? Entende que houve uma investigação de corrupção imparcial? Qual a sua opinião sobre a entrada dos principais agentes da Lava Jato na disputa política, agora formalmente?

Após as revelações do The Intercept Brasil, posteriormente confirmadas pela Operação Spoofing, de que houve um conluio entre o juiz e os procuradores na Operação Lava Jato para perseguir determinados agentes políticos, que tipo de controle o senhor entende adequado para evitar que juízes e membros do Ministério Público usem o sistema de Justiça com fins políticos?

Como o Supremo Tribunal Federal pode agir nesse controle? Ainda sobre a pergunta anterior, como o senhor enxerga a possibilidade de responsabilização de agentes públicos que usem o sistema de Justiça com fins meramente políticos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representando a AGU, o senhor se manifestou, no Supremo Tribunal Federal, contra a equiparação dos atos de ódio motivados pela LGBTfobia aos de racismo. Em sua fala, utilizou-se do típico discurso de que todas as pessoas já são protegidas pela Constituição. O senhor discorda que existe preconceito na sociedade, que pessoas são tratadas de forma distinta por sua orientação sexual e que merecem proteção especial do Estado?

No dia 3 de dezembro de 2020, ainda como Ministro da Justiça e Segurança Pública, o senhor usou as redes sociais para defender a cantora gospel...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... Ana Paula Valadão – estou terminando –, que afirmou que homens *gays* são responsáveis pela aids. Suas palavras exatas foram:

> Respeito os homossexuais. Aliás, respeito é um princípio cristão! [Concordamos.] Contudo, isso não significa que o cristão deva concordar ou não possa questionar o homossexualismo com base em suas convicções religiosas. O próprio STF assim reconheceu. Os direitos às liberdades de expressão e religiosas são inalienáveis! Por isso, não aceito o processo de perseguição a que está sendo submetida a cantora e evangelista Ana Paula Valadão.

Ao contrário do que o senhor disse, o STF não autorizou cristãos a questionar a homossexualidade com base em convicções religiosas; ao contrário, o Supremo criminalizou a homofobia, enquadrando homofobia e transfobia como crimes de racismo. Não existe liberdade de expressão para a prática de preconceito ou para disseminar *fake news*. Isso é um equívoco de princípios.

O senhor, caso seja aprovado no Senado, vai fazer militância para rever a jurisprudência no Supremo Tribunal Federal quanto aos direitos da população LGBTQIA+?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Se me permitir...

Bom, primeiro, vou perguntar se o Senador Rogério está de bom humor hoje, porque eu vou brincar com ele. Não sobrou nenhuma pergunta para nós, Senador Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou de bom humor. Pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se ele está de bom humor, eu posso fazer essa brincadeira com ele.

Sr. Presidente, é realmente uma brincadeira.

Eu vou, em função do adiantado da hora... Eu tinha algumas perguntas, sendo uma delas até na mesma linha da Senadora Eliziane, mas ela já o fez. Eu vou me eximir de fazer perguntas específicas, sem, com isso, obviamente, deixar me pronunciar, deixando muito à vontade o sabatinado para fazer suas considerações.

Ao cumprimentá-lo, cumprimento também as Sras. e os Srs. Senadores e o Ministro André Mendonça.

Eu entendo que este é mais um passo de inúmeros que se deram para que V. Sa. pudesse chegar a esta tarde. Então, não somente as respostas dadas neste momento, mas também toda a sua trajetória de vida pessoal, profissional, jurídica... e até política, por já ter sido Ministro, ela conta, obviamente, e ela nos respalda para que possamos fazer e dar o voto de acordo com a nossa consciência, daquilo que possa representar o melhor para o Brasil. Afinal, nós estamos falando de uma sabatina que obviamente vai colocar no cargo máximo da Corte máxima da Justiça brasileira mais um membro que, juntamente com os demais dez, será responsável por decidir o destino do Brasil e das pessoas.

Eu já começo até fazendo aí uma consideração. Fique à vontade, se tiver tempo para também estender em relação a esse assunto, se não é o caso de rediscutirmos o papel do Supremo Tribunal Federal em relação à sua função de corte criminal. Talvez seja a hora de pensarmos em tirar esse papel, que é um papel muito específico, da Corte, do Supremo Tribunal Federal brasileiro, para que o Supremo possa ser mais ágil e justo naquilo a que efetivamente ele deve se propor, que é o de ser guardião da Constituição, dos princípios constitucionais e na agilidade da Justiça, porque justiça tardia não é justiça, é mero arremedo de justiça. Nós muitas vezes ficamos na dependência de decisões que levam mais de uma década para serem decididas pelo Supremo Tribunal Federal em relação a assuntos relevantes de interesse coletivo relacionados à constitucionalidade ou não constitucionalidade de determinada questão.

Mas há um eco que se faz aqui muito nos gabinetes, nos corredores, na voz imortalizada de Ulysses Guimarães, que é a frase máxima de que a Constituição não é perfeita, ela mesma reconhece dizendo que nós podemos reformá-la e emendá-la. Mas ele também tem uma frase muito importante para todos nós, quando ele disse, naquele momento: "Nós podemos discordar da Constituição, nós podemos divergir da Constituição, mas jamais confrontá-la e muito menos descumpri-la". E é um pouco nessa linha a reflexão maior que faço nessa tarde.

Embora o Supremo seja guardião da Constituição, nós temos um sistema de freios e contrapesos na independência e harmonia entre os Poderes, talvez hoje o nosso maior conflito. Nós estamos vivendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, em muitos momentos, crises institucionais. Muitas vezes são crises artificiais provocadas pelo Governo, outras vezes crises provocadas por nós, do Poder Legislativo.

Diante disso, o Supremo é cada vez mais acionado. Eu ouvi V. Exa. comentando que não sabe se o problema é de judicialização da política ou politização da Justiça. Eu acho que é uma questão anterior; o problema é da política. A política que não se resolve, a política que não está harmônica, a política que não consegue mais dialogar, a política que não atende mais aos interesses mais caros da população brasileira, como, por exemplo, resolver o problema da fome ao invés de resolver o problema de emendas parlamentares, para levar par a os seus currais eleitorais.

Essa política que não está em sintonia com a sociedade brasileira é que deve ser... Obviamente, uma vez questionada, tem que buscar, no órgão máximo que é o Supremo Tribunal Federal um amparo, uma casa, uma acolhida. E aí, sim, nós judicializamos, infelizmente, a política, mas por necessidade. E, ao judicializarmos a política, nós politizamos a Justiça. E aí vem o grande problema da questão do ativismo do Poder Judiciário.

É uma linha muito tênue, e a gente sabe disso. Em determinados momentos, a Constituição precisa ser interpretada à luz da evolução dos fatos. É uma Constituição que já tem 35 anos. Ainda nova, mas que já não atende, na literalidade dela, todos os anseios da sociedade. Ela deve ser interpretada de forma sistêmica, harmônica. E essa interpretação tem um limite, até o momento em que encontra o respaldo efetivo naquilo a que se predispuseram os princípios e preceitos constitucionais.

Em alguns momentos, e isso é verdade, o próprio Judiciário não nega isso, houve, sim, o ativismo do Judiciário. Eu sempre fui muito crítica a esse ativismo do Judiciário. Agora, eu faço o processo inverso.

Diante dessa anomia institucional, desse conflito, e nós precisando cada vez mais recorrer ao Judiciário, porque quem está afrontando a Constituição são os Poderes da República, a minha preocupação é que o Supremo Tribunal Federal se acovarde e que o Supremo Tribunal Federal não faça o seu dever de casa ao ter que decidir sobre questões extremamente importantes.

Eu cito especificamente duas. Eu não gostaria de repetir o que a Eliziane falou, mas é que está difícil. Eu não estou conseguindo nem raciocinar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Eu vou recompor o tempo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não tem problema. Eu já estou indo para o final, mas é que o tema é árido. Eu acho que, como jurista, o Ministro sabe da complexidade do tema, que é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, que sempre fui crítica ao ativismo do Judiciário, acho que o Judiciário errou ao interpretar de forma equivocada, com detalhes, a questão, por exemplo, da legalização da posse de drogas, estabelecendo até quantos gramas de maconha alguém pode portar para dizer se isso é ou não posse ou se isso é legal ou não, no sentido de se estar caracterizando tráfico ou não. E outros casos, como a cláusula de barreira, que foi barrada e que levamos aí 20 anos para restaurar. Embora seja assim hoje, eu estou num processo inverso: hoje eu entendo que o conflito, anomia institucional estão instalados e que o Supremo não pode se acovardar e se omitir. Estou repetindo exatamente para que tenha entendimento de onde eu quero chegar, Ministro.

E, aí, eu dou dois exemplos, a começar fazendo uma crítica ao Congresso Nacional, a esta Casa. Nós aprovamos, nesta segunda-feira, lamentavelmente, vergonhosamente, uma resolução flagrantemente inconstitucional. Eu disse, repito e vou repetir sempre, um dia triste para a história desta Casa, que não honrou a memória de Ruy Barbosa e de tantos que passaram por aqui, ao rasgar a Constituição Federal nos seus princípios mais básicos como o da soberania popular.

O poder vem do povo e, portanto, o povo tem direito, através da transparência e da impessoalidade, saber o que nós fazemos com o dinheiro que é dele, que o dinheiro tem de ser público e qualquer recurso que nós destinemos a quem quer que seja, a qualquer Município, tem que ter dono, destino, tem que ter lastro. E nós temos condições de dar essa transparência.

Foi um dia no qual nós tivemos que ouvir tudo, até que a tecnologia no Brasil não é suficiente para a gente rastrear esse dinheiro, até para poder esconder que alguns Senadores como nós recebemos 15 milhões para distribuir para os nossos Estados, e há Senador que leva R$1 bilhão numa distribuição vergonhosa. E tivemos que presenciar a aprovação de uma resolução flagrantemente inconstitucional, que vai ser judicializada.

Eu sei que V. Sa. não pode se pronunciar de antemão. Eu apenas estou dizendo que eu espero que o Supremo Tribunal não se acovarde. Que ele não pense que, com isso, vai criar uma crise institucional; ao contrário, ele vai repor os fatos e repor a verdade, repor os Poderes nos seus devidos lugares.

É muito importante, e é esse o recado que eu gostaria de dar a V. Sa., falando que os Poderes estão confrontando e afrontando diariamente a Constituição Federal. Eu dou só esse exemplo do Legislativo, porque nós procuramos fazer o nosso dever de casa, mas não é o que acontece com o Poder Executivo. Não acontecia no passado e não acontece com esse Presidente que aí está.

E aí eu dou um único exemplo, que é um exemplo muito caro para a Bancada Feminina, no que se refere à questão de armas. Quem tem o direito de legislar, ouvindo primeiro a sociedade brasileira sobre essa questão de porte e posse de armas é aquele que foi eleito pelo povo para legislar e fazer leis. Nenhum decreto presidencial, seja de que forma for ou seja de quem for, pode extrapolar os limites estalecidos na legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos limites específicos. O que não falta ou não faltaram foram decretos do Governo passado e deste Governo querendo atropelar a legislação brasileira, numa decisão infralegal e, portanto, infraconstitucional, querer estender o porte e a posse de armas no Brasil.

Isso é inconstitucional, isso está na mão de uma relatora ou de um relator que suspender esse decreto, e nós teríamos em breve essa questão no Pleno.

Com isso tudo, eu quero dizer o que a V. Sa.? Primeiro, que eu sei que V. Sa. pode fazer reflexões, mas não pode responder diretamente porque vai ter de votar a respeito, mas que o meu voto... Eu nunca declarei voto. O meu voto V. Sa. tem não seu pelo seu passado, mas pelo que eu espero que V. Sa. faça pelo seu futuro. V. Sa. me conquistou não, repito, por algumas atitudes que fez como Ministro, como profissional do Direito. Eu não vou entrar nesse detalhe, mas V. Sa. me conquistou pela coragem que teve de percorrer sozinho os corredores desta Casa com humildade, com bom senso, com equilíbrio. Eu nunca ouvi da boca de V. Sa. qualquer crítica a qualquer Parlamentar que puderia ou pudesse estar legislando contrariamente à sua indicação. V. Sa. me conquistou quando mostrou verdade pela televisão, quando falou de família, de humildade, dos valores que seu pai lhe ensinou.

Espero que esses valores, o espírito democrático que V. Sa. me parece passar, a determinação de que não vai tratar o Estado brasileiro com uma casa religiosa, porque eu também sou cristã e coloco os princípios cristãos na minha vida profissional, mas vai saber distinguir, entender que o Estado é laico. V. Sa. vai ter o meu voto, porque nós da Bancada Feminina vamos atuar com voz, com vez, podendo ir ao seu gabinete, como vamos aos gabinetes dos ministros defender a pauta que é a mais cara para a mulher brasileira, que é a pauta da igualdade e da oportunidade, é a pauta de uma luta por um País mais justo, por um País que não tenha nenhuma criança passando fome, sendo violentada nos seus direitos. Que V. Sa. possa levar o seu espírito religioso também para suas decisões, porque todos são iguais perante a lei, independentemente de qualquer condição, de qualquer gênero, de qualquer credo religioso.

Então, nas minhas palavras finais, Sr. Presidente... Desculpa, como eu estou usando o tempo da resposta que ele não vai me dar, porque eu não pedindo resposta para ele, eu já estou indo à fala final. Eu gostaria só de dizer que V. Sa. nesse percurso todo, nesse périplo que fez, me lembrou muito uma frase que meu pai sempre me dizia: que na nossa vida há sempre dois caminhos, o caminho mais fácil, e o caminho que é certo. Se nós optarmos pelo caminho certo, nós vamos, obviamente, encontrar muitos obstáculos pelo caminho, mas nós vamos encontrar, principalmente, a paz de espírito.

Esta paz de espírito me norteia, porque eu sempre estou buscando o caminho certo e, normalmente, esse caminho é pedregoso, é o mesmo caminho que, parece-me, V. Exa. também percorre. Então, por esse voto – é um voto de confiança, repito –, vou passar uma borracha no passado. Não estou com isso fazendo qualquer crítica concreta, estou dizendo que, daqui para frente, nós esperamos que V. Sa. seja mais um cidadão brasileiro cristão a estar no Supremo Tribunal Federal pensando nos 27 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

miseráveis. Vinte e sete milhões deles passam mais de um dia sem comer hoje no Brasil, e nós temos 5 milhões de crianças dormindo com fome.

Por tudo isso, espero que o dia que chegar o questionamento dessa resolução flagrantemente inconstitucional passando o pano nos orçamentos secretos de dois anos atrás, que, quando chegar para V. Sa. discutir a questão dos decretos de armas, entre tantos absurdos feitos por nós, pelo Legislativo e pelo Executivo, V. Sa. possa, a mando da Constituição, no juramento que vez, honrar os princípios constitucionais, especialmente o da soberania popular, o princípio da moralidade, da legalidade, da publicidade, da impessoalidade. E eu acrescentaria aqui o princípio cristão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Três Senadores fizeram ponderações, e não questionamentos: Senador Flávio, Senadora Simone Tebet e Senador Carlos Portinho. Então, como o bloco é de três e até agora existe um que fez questionamentos, que foi o Senador Rogério Carvalho, eu vou continuar, porque naturalmente vai dar para ampliar – não foram questionamentos que V. Exa. terá que responder. Eu vou passar para o Senador Jorginho, que está aguardando há algum tempo aqui; em seguida, ao Senador Oriovisto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Para falar depois da Senadora Simone, a gente tem que fazer um esforço, porque ela, além de ser mulher e ter um carinho especial, é competente, é abrangente.

Quero cumprimentar o Presidente Davi, a Senadora Eliziane, que é a Relatora; cumprimentar todas as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores e, de forma especial, o nosso sabatinado, Dr. André Mendonça.

Tive o privilégio de conhecê-lo já há algum tempo e tenho uma consideração especial por V. Sa. por ser um homem de fé, um homem humilde, preparado, um homem que tem poucos anos de vida pública, mas uma trajetória brilhante, como Advogado da AGU, como Ministro da Justiça.

Tive o privilégio de poder lhe levar pleito de Santa Catarina, onde temos uma penitenciária na cidade de São Cristóvão do Sul, que recupera 90% dos apenados com profissões em fábrica de móveis, fábrica de colchões, se transformando num exemplo para o Brasil e sendo premiado inclusive pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, eu quero cumprimentar V. Sa. e dizer da minha alegria de poder fazer essa indagação, dizendo que o meu voto V. Sa. já tem, como tem o voto do Partido Liberal. Nós assumimos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso há tempo e nós vamos confirmar aqui na Comissão e no Plenário hoje, sem sombra de dúvida, para que o senhor possa ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Com a sua formação, ajude – é um pedido que faço agora – para que o Supremo não faça tanto ativismo judiciário, porque senão, daqui a pouco, antes de nós fazermos alguma coisa, nós temos que consultar o Supremo para ver se dá para fazer. Isso não é possível. Cada um tem que manter a harmonia entre os Poderes, e não se pode tirar do Parlamento esta autonomia que a gente tem. Nós fomos eleitos pelo povo, pelo voto soberano da população e para cá viemos, representando os Estado, representando a população.

E, nos últimos tempos, o Supremo Tribunal Federal tem tomado posições a que eu sou contrário, posições que não estão na lei, mas na cabeça do juiz que está lá, do ministro que está lá, que diz que tem que ser feito assim, e acabou-se a história. E não pode ser assim. Pelo que está na Constituição nós precisamos zelar. Alguém já falou aqui: a religião é uma coisa, a Bíblia é uma coisa, a Bíblia Sagrada é uma coisa; a Constituição é outra coisa.

E o senhor, pela serenidade que tem, pela tranquilidade que tem, pode nos ajudar, e eu não tenho dúvida, até porque estou falando isso porque tive oportunidade... Já é o segundo Ministro de cuja sabatina estou participando. E ao Ministro Kassio, quando ele esteve aqui, lá no meu gabinete, quando ele esteve visitando – visitou um por um –, eu disse que eu queria fazer algumas considerações antes de ele colocar aquela capa preta, porque depois que se coloca a capa preta vira outro homem, vira outra mulher. Enquanto está aqui, está tudo certo, está tudo bem. Colocou aquela capa preta, puxou aqueles cordões – não sei como é o nome –, só atende as partes, e a dificuldade começa.

Eu sei que V. Sa., como um homem de fé, preparado, vai ajudar o Brasil, como o grande brasileiro que é, uma pessoa humana, que vai julgar, que vai se posicionar da melhor forma possível para que a gente consiga avançar. O Brasil tem pressa. As pessoas têm fome, as dificuldades estão aí. Processos tributários, por exemplo: de 20 mil processos, 2,8 mil são da ordem tributária. Isso não é possível! Que o senhor ajude a modificar lá as questões tributárias para que a gente possa facilitar a vida nesse emaranhado, nessa falta de segurança jurídica que a gente vive.

Então, eu voto... E o meu voto é um voto muito consciente, um voto de muita responsabilidade, na certeza de que o senhor vai para lá para orgulhar a Justiça brasileira e orgulhar os votos que vai receber na Comissão e no Plenário hoje.

Fé, e que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Oriovisto Guimarães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro André Mendonça, demais colegas, eu quero ser bastante objetivo nas minhas colocações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Ministro André Mendonça, não vou mais tecer considerações sobre assuntos já esgotados aqui hoje. Acompanhei por toda a parte da manhã as suas respostas e estou feliz com elas. Aprendi muito com essas respostas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Gostei muito de conhecê-lo em maior profundidade, quando colocou suas convicções pessoais, seu compromisso com a Constituição. Tudo isso só fez reforçar a convicção que eu já tinha em lhe dar um voto favorável e que é público e notório, que eu já noticiei na imprensa há muito tempo. Como o Kajuru, eu também tenho o vício de ser "sem cera", não é, Kajuru? Cada um à sua maneira.

Mas eu tenho uma questão que me é cara: eu apresentei uma PEC aqui no Senado Federal que trata das famosas questões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Eu não vou entrar em maiores detalhes, apenas fazer um resumo dessa PEC, que é a PEC nº 8, de 2021. Ela estabelece a necessidade do voto da maioria absoluta dos membros do tribunal para a concessão de medidas cautelares, liminares, isto é, que suspendam a eficácia de leis e atos normativos que tenham efeito *erga omnes,* que suspendam atos dos demais Poderes, suspendam a tramitação de proposições legislativas, afetem políticas públicas, criem despesas para os demais Poderes, fixem prazo para o julgamento de mérito após o deferimento de pedidos cautelares, liminares, em ações de controle concentrado de constitucionalidade e ainda estabeleçam prazo para os pedidos de vista nos julgamentos de colegiados do Poder Judiciário.

O objetivo dessa PEC é diminuir o uso excessivo das liminares monocráticas deferidas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como de outros tribunais, que muitas vezes interferem de modo decisivo no funcionamento de outros Poderes, prática essa que retira desses tribunais o seu caráter de colegialidade que deveria sempre reger seus atos.

Há casos de medidas cautelares monocráticas pelas quais, pela caneta de um único Ministro, suspenderam-se os efeitos de uma determinada lei, a qual, para que pudesse ter existência no mundo jurídico, precisou ser aprovada por ambas as Casas do Legislativo Federal, adicionada a anuência do Chefe do Poder Executivo. Ou seja, um ato normativo, que, para seu surgimento, exigiu aprovação de dois Poderes da República e que posteriormente tem seus efeitos obstados pela vontade de um único membro do Poder Judiciário, situação que não se mostra razoável. Um Ministro pode mais que 513 Deputados, 81 Senadores e um Presidente da República. Isso é algo que nós precisamos transformar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há casos até de emenda constitucional que teve sua aplicabilidade suspensa por força de uma liminar concedida por um único Ministro do Supremo, situação que se arrasta até hoje e que se afigura inaceitável – vê-se tratar de matéria que foi aprovada por uma maioria qualificada de mais de três quintos nas duas Casas do Parlamento, Câmara e Senado, cada qual em dois turnos. Um único Ministro suspende o efeito dessa emenda à Constituição.

Registre-se ainda que a Lei 9.868, de 1999, que dispõe sobre o processamento das ações diretas de inconstitucionalidade, e a Lei 9.882, também de 1999, que dispõe sobre o processamento da arguição de descumprimento do preceito fundamental, tentaram disciplinar o tema ao estabelecer a necessidade dos votos da maioria absoluta dos membros do tribunal para concessão de medida cautelar. Entretanto, isso parece ser letra morta, não tem sido observado pelo STF.

Daí, portanto, a necessidade de se disciplinar essa situação pela Constituição Federal, vedando que Ministros possam conceder medidas cautelares de forma monocrática em ações de controle concentrado de constitucionalidade de leis e fixando prazo para que ocorra o julgamento do mérito em ações em que se dê a concessão de medidas cautelares.

Dito isso, indago: como o senhor enxerga essa situação? Na qualidade de futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, caso seja aprovado por esta Casa, qual será o comportamento com relação a essa questão? Eu me reporto ao que o senhor disse logo na sua apresentação, que o senhor mencionou e eu gravei: que os Poderes precisam se autorregular, que o Poder Judiciário precisa se autorregular.

Essa autorregulação não tem havido. Daí porque eu defendo uma emenda à Constituição, para que isso seja feito pela própria Constituição. Não pretendo extinguir as decisões monocráticas, de forma alguma, apenas dar a elas um disciplinamento jurídico de tal forma que não aconteçam os absurdos que estão ocorrendo hoje. Acredito que isso ajudaria muito o sistema de peso e contrapeso dos três Poderes que fundamentam a democracia e que isso certamente tornaria muito mais fácil o relacionamento entre esses Poderes.

Essa é a indagação que eu lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Dr. André.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a palavra do Senador Portinho e fazer o registro da importância e da honra, para mim, que é essa manifestação do Partido Liberal de apoio à minha aprovação, meu agradecimento e minha honra em poder contar com esse aval manifestado publicamente nesse sentido. Também fazendo memória ao Senador Arolde, quero dizer que eu tenho certeza de que o Senador Portinho tem sido uma pessoa e um Senador digno dessa memória da figura pública e seriedade do nosso Senador Arolde; como também, do nosso Major Olimpio e do nosso Senador José Maranhão, os respectivos suplentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Senador Flávio Bolsonaro, aproveito para fazer este registro público, Senador Flávio, de agradecimento, na pessoa de V. Exa., à figura do Presidente da República, por honrar-me com a indicação para me submeter hoje a esta sabatina com a perspectiva de avaliação da possível integração ao Supremo Tribunal Federal. Muito me honrou esse reconhecimento público que o Presidente Jair Bolsonaro fez em relação à minha pessoa. E fico extremamente feliz e grato porque V. Exa. está aqui hoje manifestando também o apoio público a essa indicação, como já o fizeram em outros momentos em privado. E quero dizer que, certamente, meu compromisso é também, como já disse, honrar a Constituição, o que penso deve ser o compromisso de todos nós. Meu muito obrigado.

Querido Senador Rogério Carvalho, V. Exa. fez aqui uma plêiade, um rol extenso de questionamentos, legítimos, e eu vou tentar condensar as ideias no sentido de responder a V. Exa., logicamente, colocando-me à disposição se não for suficiente aquilo que eu vier a expor.

Eu disse, no início, que vi com bons olhos a revogação da Lei de Segurança Nacional por parte do Congresso Nacional, acho um passo importante dado pelo Congresso Nacional, mas, até o determinado momento, até então, nós tínhamos em vigor essa mesma lei, que dizia expressamente ser crime contra a honra do Presidente da República o fato que ele, no caso, se reputasse ofendido em função de uma determinada manifestação. Essa mesma lei diz que, se sentindo assim o Presidente da República, tem o Ministro da Justiça o dever de requisitar, fazer a requisição e encaminhar o assunto para a análise da Polícia Federal. Não cumprir esse dever seria um ato de prevaricação da minha parte. E vejo, com respeito, as decisões da Justiça de arquivamento dessas questões como uma comprovação de adequado funcionamento não só da Polícia Federal, na análise independente dos fatos, como, principalmente, do próprio Poder Judiciário. Como nós sabemos, o crime contra a honra é algo em que a pessoa própria se sente ofendida, e ela tem, à luz do seu direito subjetivo, de fazer uma demanda de averiguação e apuração de determinada situação.

Sobre o referido dossiê, não só prestei os esclarecimentos – inclusive, busquei a Comissão Mista para prestar os esclarecimentos – como apresentei toda a documentação ao Supremo Tribunal Federal. E foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal que, inclusive, eram atos que haviam se iniciado até antes da minha gestão. Não que antes da minha gestão houvesse também uma deliberação para se fazer... Até porque o levantamento permitiu trazer um conhecimento de que, em outros momentos históricos, também havia situações similares. Eu concordo com V. Exa. que todos nós somos antifascistas. E, diante daquele contexto, o que nós fizemos foi pedir ao CNJ e à Comissão Mista – está aqui o Senador Marcos do Val, que participou da Comissão Mista de revisão de todo o normativo da atividade de inteligência – que corrigíssemos aquilo que não era adequado na visão não só daqui, do trabalho interno e do conhecimento interno próprio da área de inteligência, mas, principalmente, à luz da Constituição Federal.

Quanto à questão dos direitos de manifestação, o que eu quero consignar é o princípio do direito de manifestação sempre como um direito que deve ser garantido pela Constituição e pelas instituições e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas eventuais abusos específicos deveriam ou devem ser apurados e ser submetidos, logicamente, a um devido processo legal de análise pelas instituições do sistema de Justiça.

V. Exa. citou ADIs e também a própria CPI da Covid, questionamentos de políticas públicas através de ações diretas de inconstitucionalidade e também o resultado da apuração da CPI da Covid. O que, neste momento, eu posso dizer a V. Exa. é que, como essa questão – tanto as ações diretas como o próprio resultado da CPI da Covid – hoje está submetida ao Supremo Tribunal Federal, eu não poderia antecipar uma manifestação específica sobre essas questões, mas já afirmei e reafirmo agora, diante de V. Exa., a necessidade de uma resposta séria, dentro de um prazo razoável, para a nossa sociedade sobre todos os fatos apurados na CPI e todas as questões que envolvem a atuação não só do Governo Federal, mas de todas as esferas de Governo no que tange às questões relacionadas à covid-19. E meu compromisso de atuar com independência e com imparcialidade nessas questões.

As questões de armas, de certa forma, não só a Senadora Eliziane como a própria Senadora Simone Tebet também as abordaram. O que eu posso dizer a V. Exa. – está aqui a Senadora Simone Tebet –, a ambos os Senadores e aos demais que aqui nos acompanham é que há a possibilidade de se tratar disso por lei e, naquilo que corresponder à lei, por decreto, de forma regulamentar, logicamente não de forma autônoma. Não obstante, a questão específica que envolve a produção de normas relacionadas à questão de posse e porte de armas hoje também está submetida ao Supremo Tribunal Federal, e reafirmo o meu compromisso público de analisar as questões também de forma independente e à luz do texto constitucional.

A questão LGBTI+... V. Exa. abordou essa comunidade. Quero só reafirmar o que também tive a oportunidade de dizer ao Senador Contarato: sou contra a discriminação e, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, caso V. Exas. me honrem com a aprovação nesse sentido, tenho o compromisso de garantir a não discriminação de todas as pessoas e de garantir os direitos civis de todas as pessoas, inclusive dessa comunidade.

No tocante à Lava Jato, V. Exa. falou sobre uma visão de uso adequado e inadequado. Eu entendo que a própria legislação já traz meios de tratamento disso. O Congresso Nacional, em um passado não remoto, trouxe o advento da Lei de Abuso de Autoridade. É uma questão que deve ser tratada e corrigida não só à luz desse normativo, mas de toda a questão dos direitos e garantias individuais, de uma análise independente e da verificação de um processo justo às partes, sem prejulgamentos, sem que se permitam injustiças. Eu falei da importância, principalmente para o homem público, da sua imagem – da de todo cidadão. Quando nós fazemos prejulgamentos, por vezes, nós inviabilizamos a própria recuperação dessa imagem ao longo dos anos. Nós não podemos criminalizar a política, criminalizar os partidos políticos e criminalizar a administração pública. Precisamos entender que uma democracia apenas se constrói com política, com partidos políticos e com políticos que os integrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Querida Senadora Simone Tebet, muito me honra também a manifestação de V. Exa. de apoio ao meu nome. V. Exa. já presidiu também esta Comissão de Constituição e Justiça, o que demonstra o reconhecimento dos pares, a seriedade do trabalho de V. Exa. e, se me permite, honra mais ainda a figura do nosso saudoso Senador Ramez Tebet. Eu quero dizer que, certamente, ensinos desde a infância nortearam o caráter de V. Exa. e dizer aos Senadores que eu tenho tentado ser o mais transparente possível, tentado ser o mais próximo possível daquilo que eu realmente sou, porque sou imperfeito também, mas tento alcançar isso para que V. Exas., como os legítimos representantes do povo brasileiro para a avaliação de um nome que se submete como candidato ao Supremo Tribunal Federal, possam fazê-lo com toda a clareza e com toda abertura e nível de consciência da correção da decisão que V. Exas. têm a responsabilidade de tomar.

Permita-me reiterar apenas brevemente o compromisso com o não ativismo; com a busca de respeito ao espaço legítimo de atuação de todos os Poderes, Poder Legislativo, Poder Executivo, com suas atribuições, competindo logicamente, na minha visão, ao Poder Judiciário a correção daquilo que afronta a Constituição, mas não a substituição daquilo que é próprio do Poder Legislativo e do Poder Judiciário – e dentro desse conceito amplo está a garantia principalmente dos direitos fundamentais –; e com pautar a atuação dentro do Judiciário sempre com o diálogo, principalmente com os representantes do povo. E digo isso não só do Senado Federal, mas do Congresso Nacional, dos Estados, para que nós possamos tomar decisões mais próximas possíveis daquilo que é justo, daquilo que diz a nossa Constituição.

Estimado Senador Jorginho Mello, também agradeço a V. Exa. pela manifestação pública de apoio. Meu muito obrigado. A questão do ativismo penso que já acabei de abordar também. Quero registrar que, para o servidor público, qualquer que seja o cargo, de Presidente da República a Ministro do Supremo, a Senador da República, a Governador, a Prefeito, a Deputado, acho que a busca de não nos esquecermos das nossas origens, de onde viemos e para onde vamos nos ajuda a tentar errar menos nessa caminhada. Conto com o apoio de V. Exa. e, como já disse também, dos demais Senadores nessa busca permanente de encaminhamento para a construção de um Brasil melhor, através do diálogo e do bom senso entre todos nós.

Estimado Senador Oriovisto, também meu muito obrigado pela manifestação pública de V. Exa. Ao mesmo tempo, quero registrar que as preocupações trazidas pela PEC de autoria de V. Exa. não só na questão das decisões monocráticas, mas no aperfeiçoamento, eu diria, do sistema de justiça como um todo são legítimas. Eu entendo que esta Casa é a Casa que tem a maturidade para tratar desse assunto. Eu entendo que isso deve ser, se me permite, dialogado com os demais Poderes para que quem ganhe seja o cidadão brasileiro. Nós queremos todos caminhar para uma melhoria da qualidade da democracia, e acho que essa é a busca de todos nós. Tenho certeza de que o espírito de V. Exa., ao propor uma PEC dessa natureza, é justamente nesse sentido.

O que posso, além disso, dizer a V. Exa. é que, acaso concedida a honra de ser Ministro do Supremo Tribunal por V. Exas., buscarei sempre a colegialidade. Acho que essa deve ser a busca, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser o espírito. Às vezes, a gente age pela norma, mas nós podemos também agir pela perspectiva que nós temos de busca de uma determinada direção, independente do comando normativo que se dê. E eu vou tentar, apesar, repito, da nossa imperfeição, buscar sempre essa colegialidade, em especial em caso de possíveis decisões que interfiram nas deliberações dos demais Poderes. Acho que essa deve ser a busca principal, porque traria mais respeito àquilo que nós chamamos de freios e contrapesos, independência e harmonia.

Sr. Presidente, eu tenho que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Não sei se esgotei...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu só queria, Sr. Presidente, fazer um comentário.

Eu desejo ao Dr. André Mendonça toda a sorte e que ele tenha todos os votos necessários para que possa exercer a função de Ministro, mas eu queria só dizer, Ministro André Mendonça, que só tem no STF uma ação que é em relação à Covaxin. Nenhuma outra está judicializada no STF e, portanto, ainda não chegou ao STF, ainda não há denúncia no STF por parte do Ministério Público. Então, é só essa ressalva, pois o senhor disse que não responderia, porque estaria lá, mas não há nenhuma delas no STF. É só para fazer essa correção.

E agradeço a V. Sa. pelas respostas que foram dadas.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Eu me pautei, perdoe-me se estou equivocado também, por dez PETs que foram recentemente encaminhadas pelo Procurador-Geral da República com o resultado da CPI aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, as notícias que eu tenho são de que todo o resultado da CPI teria sido encaminhado a partir de iniciativa do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República e de que o assunto estaria já no âmbito do Supremo. De qualquer maneira, eu tenho certeza de que esse assunto é um assunto a ser tratado no Supremo Tribunal Federal. Peço a compreensão, se assim o puder, dessa questão apenas para registro.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Soraya.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, antes, pela ordem, se V. Exa. me permite, nós estamos num processo de construção de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo para a PEC dos precatórios. Estamos quase chegando lá. Eu queria só saber mais ou menos que horas – acho que vai dar certo – V. Exa. vai abrir o painel para ver se dá tempo de eu ir ou se aguardo. É só para me programar, porque o Senador Bezerra acabou de dizer que já marcou para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu combinei com o Senador Fernando às 16h30.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, então dá tempo de ir e voltar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E nos outros postos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, a partir de 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Daqui a 30 minutos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu vou pedir desculpa, porque eu fui incumbida, junto com o Senador Alessandro – e ele ainda vai falar – de ficar responsável por essa tentativa de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Daqui a 30 minutos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Soraya...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu posso, pela ordem, bem rápido... Peço até desculpa a nossa querida Soraya.

É só uma colocação sobre a questão das decisões monocráticas, nosso futuro Ministro. É algo que realmente incomoda, porque nós fomos eleitos – se pegar só os Senadores –, em média, com 1 milhão de eleitores cada Senador, vamos botar assim em média. Então, são 80 milhões de brasileiros que nos colocaram aqui. E cada projeto que tramita, aqui no Congresso, tem que passar pelos Deputados Federais, que são 513, depois passar pelos Senadores, que são 81, sem contar os votos dos Deputados Federais. E, numa decisão monocrática, um único Ministro, que não foi eleito pela sociedade, toma uma decisão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até nos coloca numa situação bem delicada perante a própria sociedade, como se nós não estivéssemos fazendo o nosso papel. A gente sabe que, durante o recesso, existem várias decisões monocráticas e seria muito importante, assim que entrasse o senhor, uma pauta que pudesse entrar em acordo dentro do STF para não nos colocar numa situação perante os nossos eleitores, como se nós não estivéssemos aqui cumprido a missão que eles nos determinaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Ministro André Mendonça, eu não quero cansá-lo, quero parabenizá-lo por ter já suportado, além de todos esses dias, na verdade, uma verdadeira peregrinação aqui pelo Senado Federal, que é pelo que todos os sabatinandos passam.

Já conheço o seu saber jurídico, que é notório realmente. A conduta ilibada eu sei que V. Exa. tem.

Eu quero ser breve, vou apenas fazer duas perguntas – três perguntas, na verdade, com algumas considerações.

Primeiramente, eu gostaria de saber a sua opinião em relação ao Código Florestal. A constitucionalidade do Código Florestal, que foi declarada pelo Supremo em 2018, tem enfrentado resistência na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e na atuação do Ministério Público. Como se avalia o esvaziamento do pronunciamento da Corte Constitucional pelos demais órgãos judiciais e parajudiciais? Essa é uma pergunta.

A segunda, a legislação protetiva da Mata Atlântica se sobrepõe ao Código Florestal, que é posterior e mais abrangente? Como equacionar essa questão da proteção ambiental e da produção sustentável a partir da perspectiva constitucional?

E, para finalizar, Ministro André, a sua sabatina aqui hoje está sendo assistida por milhares e milhares de brasileiros. Então, ela tem também esse caráter pedagógico. Neste momento de tanta polarização política, de inúmeras manifestações, nunca o brasileiro, nunca a população teve tanta voz, como é essa voz que as redes sociais nos dão. E eu quero ilustrar – vou contar o milagre, mas não vou contar o santo. Houve um Parlamentar que foi xingado por um blogueiro sem dever absolutamente nada. Esse blogueiro não provou; não existem nem indícios, não existe nem investigação nem inquérito, não existe absolutamente nada. Esse Parlamentar foi xingado de chefe de quadrilha...

Ah, eu pediria aos colegas aqui... Eu não estou conseguindo nem me concentrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria pedir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu quero pedir desculpas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E todo o tempo é quando é uma Senadora. Esse é o problema também.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esse Parlamentar foi xingado por esse blogueiro de chefe de quadrilha; foi dito por esse blogueiro em uma reportagem que ele desviou recursos públicos; enfim, uma série de calúnias. E posteriormente, na sentença, a juíza disse que aquilo se tratava de liberdade de expressão.

Pois bem, todos nós brasileiros temos liberdade de expressão, os Parlamentares têm ainda a imunidade parlamentar – mas não vou discorrer nem adentrar nesse mérito de forma profunda, não. Eu gostaria de saber de V. Exa. qual é o limite da liberdade de expressão. Esse mesmo Parlamentar que foi xingado indevidamente, o que foi considerado nessa sentença como uma liberdade de expressão, poderia xingar essa juíza de chefe de quadrilha? Ele poderia xingar essa juíza e caluniá-la no sentido de que ela havia desviado recursos públicos? Ele poderia, inadvertidamente...? Porque nós temos, sim, é óbvio, o livre arbítrio, mas há o limite. Nós devemos responder por isso quando nós avançamos o sinal, um sinal que é bem determinado dentro do Código Penal. Mas quem deve fazer isso é o Poder Judiciário. E, quando se recorre ao Poder Judiciário, é esse tipo de resposta que se tem. Então, eu gostaria de saber de V. Exa. qual é o limite da liberdade de expressão.

Por fim, eu já declarei publicamente o meu voto a V. Exa. e ajudei aqui da forma que pude.

Quero parabenizar sua esposa e sua filha por estarem aqui até agora e desejar-lhe boa sorte, sucesso. Que Deus abençoe a sua missão! Tenho certeza de que tudo está nas mãos dele. E desejo-lhe boa sorte!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Próximo inscrito, Líder Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor indicado, Ministro André Mendonça, permita-me desde logo fazer uma observação que reputo extremamente importante. O Presidente da República erra profundamente quando faz uma ligação entre a religião e o exercício do Poder no Estado laico. É um erro grave e profundo do Presidente da República. Mas esta não é a sabatina do Presidente da República; esta é a sabatina do indicado pelo Presidente da República.

A Constituição estabelece requisitos muito claros para o preenchimento do honroso cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal: idade de mais de 35 anos e menos de 65, notável saber jurídico e reputação ilibada. A sabatina é, na minha visão, limitada a esses requisitos. O senhor atende ao requisito de idade, não há dúvida. Quanto ao notável saber jurídico; o currículo apresentado claramente preenche. A sua atuação ainda como Advogado da União foi reconhecida, inclusive sendo objeto de prêmios, uma atuação extremamente válida. E entramos no requisito da reputação ilibada; e esse requisito vem sendo contestado por determinados setores, enfim, por perfis de internet e merece uma análise um pouco mais detalhada.

A reputação ilibada que a Constituição exige, ainda que seja um requisito absolutamente subjetivo, deve ser observada sob o ponto de vista da probidade e da idoneidade do indicado, e não há nenhum tipo de acusação, mesmo que, por longe e distante, de improbidade por parte de V. Exa. Não há, na sua conduta, nenhum tipo de demonstração de ilegalidade ou de crime, com uma ressalva, que já foi várias vezes citada, reconhecida e justificada por V. Exa., no tocante à sua atuação como Ministro da Justiça em determinados momentos, já no Governo Bolsonaro. Ilibada também se refere à conduta que é justificada, basta que se consulte, para tanto, o vernáculo. As falhas, as eventuais falhas que são atribuídas a V. Exa. já foram devidamente justificadas, como exercício necessário da função que então ocupava.

Então, se nós temos atendidos os três requisitos, se é efetivamente uma prerrogativa do Presidente da República – jamais no Senado – fazer a indicação, quais são as questões que se impõem para que a gente possa garantir que, efetivamente, essa conduta será consentânea com aquilo que a Constituição da República Federativa do Brasil exige? Qual será o grau de independência de V. Exa. com o Presidente da República, que faz a indicação? Lealdade é uma qualidade que deve ser valorizada; subserviência, por outro lado, deve ser repelida. Da mesma forma, na mesma linha, qual é a independência de V. Exa. com relação aos líderes religiosos que justamente, com todo o direito, abraçam e incentivam sua postulação? Essas duas questões, Sr. Ministro, são essenciais para que o brasileiro possa ter a tranquilidade de que o indicado pelo Presidente e sabatinado e, eventualmente, aprovado pelo Senado vai efetivamente cumprir aquilo que a Constituição determina.

Falo isso com toda a tranquilidade e, creio eu, legitimidade não só pelo que me empresta o cargo, que hoje ocupo como Senador pelo Estado de Sergipe, mas também pelo fato de que, sentado aqui, em sabatinas similares, eu já confrontei e votei contra a recondução de Augusto Aras e já votei e confrontei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicação de Kassio Marques, hoje Ministro do Supremo. Este é meu papel aqui: fazer o que eu entendo certo, nos limites da Constituição.

Então, gostaria de ter de V. Exa. – já o ouvi, e a sabatina já se arrasta por algumas horas – as garantias de respeito às liberdades individuais, as garantias de respeito à democracia, as garantias de respeito, inclusive, à comunidade LGBTQIA+. Todos esses compromissos são essenciais para uma sociedade moderna, plural. A colocação foi muito clara dos limites entre seu entendimento religioso e sua atuação profissional, mas faço questão de reiterar estas duas perguntas: a sua independência com relação ao Presidente que o indica e a sua independência com relação aos líderes religiosos que honrosamente suportam o seu pleito.

É a minha contribuição para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente.

Seja muito bem-vindo, Dr. André Mendonça, aqui a esta Casa! Saúdo todas as Senadoras, todos os Senadores. Meu irmão, Senador Magno Malta, aqui presente. Meu irmão, Deputado Sóstenes Cavalcante, aqui presente também, muito nos honra a sua presença.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, em primeiro lugar, da harmonia que está aqui reinando nesse recinto. Um ambiente com muita maturidade onde a gente pôde ouvir atentamente, com muito respeito, todos os questionamentos feitos aqui pelos colegas, aliás, questionamentos muito bem-feitos, muito preparados, e as respostas de forma transparente, clara. E eu quero aqui ressaltar, Ministro André Mendonça, a sua humildade. Serenidade é uma palavra que está muito clara, que quem nos está acompanhando... E eu quero ressaltar aqui que é impressionante a audiência dessa sabatina. Quem está acompanhando está vendo, porque hoje a verdade está muito no rosto, está muito na cara, no olhar das pessoas.

Então, o senhor demonstrou, nessa provação de quase quatro meses de espera, injustificada, por essa sabatina, o senhor demonstrou aqui muito preparo, muito conhecimento. E esse período, se de alguma forma se tinha alguma intenção, algum interesse em desgastar a sua imagem, muito pelo contrário, eu acredito que não foi encontrado absolutamente nada contra o senhor, tanto é que o senhor está sendo hoje sabatinado aqui e gerou uma comoção nacional. Essa audiência aqui gerou uma comoção nacional, porque nunca tinha acontecido isso, quatro meses com o Supremo desfalcado de um Ministro.

Então, eu quero dizer para o senhor que... Dar-lhe os parabéns, porque está muito claro que os fins não justificam os meios para o senhor. Se tiver que chegar lá, se os colegas acharem que o senhor tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições, capacidade, o senhor vai chegar por mérito, vai chegar pelos seus princípios e valores, pelo seu conhecimento. E é muito importante que a sociedade saiba disso.

Na última sabatina que nós tivemos aqui, eu e o Senador Kajuru fizemos uma declaração pública de voto contrário ao Senador Kassio Nunes Marques, indicado pelo Presidente da República. Nada contra a pessoa dele, absolutamente nada, muito pelo contrário, mas acredito que a forma como ele chegou à sua indicação não era a expectativa, pelo menos minha, de que a gente pudesse ter uma mudança no Supremo Tribunal Federal, com tantas causas importantes e caras para a Nação brasileira.

Dr. André, o meu voto já quero adiantar aqui publicamente. Com muita honra e alegria, acho que um dos votos que vai me deixar com muita esperança, é um voto de muita esperança pela sua aprovação. Quero deixar isso claro. Acredito que vai ganhar o Congresso Nacional, vai ganhar o Supremo Tribunal Federal e, sobretudo, a Nação brasileira, os nossos filhos e netos. Tenho muita confiança de que a verdade, a paz, o bem e a Justiça vão triunfar no nosso País.

Senador Marcos do Val, eu penso que uma das maneiras de se medir a importância de um acontecimento é pelo nível de resistência que houve, que ele sofreu. Então, eu vejo que tudo foi trilhado com muita humildade. Eu fico feliz em estar participando deste momento histórico.

Eu tenho aqui perguntas a fazer para o senhor. Talvez algumas o senhor não possa responder; eu entendo isso, por causa do trâmite no Supremo Tribunal Federal, mas são causas da maioria do povo brasileiro, são causas que transcendem a questão religiosa de cada um, que a gente tem que respeitar – transcendem a questão religiosa. Embora nós sejamos, não podemos esquecer, a maior nação evangélica do mundo, a maior não espírita do mundo, a maior nação católica do mundo, mas o tema que eu vou falar aqui é de ciência, não é preciso usar nenhum argumento religioso. A ciência está para demonstrar a favor da vida, a favor da família, mas há questões no Supremo que nos deixam muito assustados.

Por exemplo, no STF tramita um recurso extraordinário no qual se discute a constitucionalidade do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006. Esse dispositivo penal, embora não puna com pena de prisão o infrator que tiver drogas, como a maconha para uso pessoal exclusivamente, ainda classifica tal conduta como crime. Qual é, Ministro, o seu posicionamento sobre a descriminalização ou liberação das drogas? Essa é uma pergunta.

Há outro assunto que é muito debatido, e a população cada vez mais se conscientiza com relação a isto. Tramita também no Supremo Tribunal Federal a ADPF 442, que pretende a descriminalização ou a legalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação. O bebezinho cabe na palma da mão, com fígado constituído, com os rins constituídos, enfim... Qual a sua opinião sobre os casos já previstos na legislação penal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta é qual o seu posicionamento... A gente vê aqui, assustado, Ministro, uma escalada autoritária do Supremo Tribunal Federal, muitas vezes fazendo trabalho nosso, legislando, quando não censurando até Parlamentares. Mas é sobre o ativismo judicial.

Qual é o seu posicionamento sobre esse tema que tanto incomoda não apenas o Congresso, mas a sociedade, que está cada vez mais acompanhando a política do Brasil? Isso me dá muito otimismo com o nosso futuro.

Não seria uma espécie de interferência esse ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal entre outros Poderes da República? Não seria melhor o Supremo Tribunal Federal praticar sempre uma postura mais tradicional, até porque muitas vezes o processo legislativo tem seu tempo próprio e, em política, algumas vezes, uma não decisão dos representantes do povo é também em si uma decisão?

A última pergunta: qual é o seu posicionamento sobre a ideia de retorno da aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores aos 70 anos de idade? Acredita ser um retrocesso ou a correção de algo que não deveria ter sido mudado? Caso seja favorável à mudança, a partir de quando V. Sa. entende que deva ser aplicada a nova idade?

Eu encerro esses meus questionamentos dizendo uma frase de um grande humanista, pacifista do Brasil, chamado Chico Xavier. Ele diz o seguinte: "O bem que praticares em algum lugar é o teu advogado em toda parte". A gente está vendo aqui uma prova clara de que o que se planta se colhe, a lei da semeadura, a lei de causa e efeito, a lei de ação e reação, pelo bem que o senhor praticou, pela sua história de vida mencionada por muitos colegas aqui. Embora o sistema tenha relutado em deixar o senhor entrar, espero que o bom senso prevaleça, que a gente possa ter uma grande alegria, dar um grande presente às futuras gerações do Brasil com o senhor.

Deus abençoe, muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como estão sendo feitas também algumas ponderações, eu vou fazer mais um quarto inscrito para a gente antecipar. Eu queria pedir para a Secretaria-Geral da Mesa que ligasse pessoalmente para todos os Senadores, porque às 16h30 nós vamos abrir o processo de votação. Temos ainda seis Senadores; vai dar mais ou menos o tempo para ouvir e, ao mesmo tempo, votar os últimos que estão inscritos para suas manifestações.

Então, liguem um por um para que, 16h30, aqueles que vão votar no modelo remoto possam se dirigir lá para a Chapelaria dentro do carro, para exercer o direito de voto, e os que estão aqui naturalmente vão usar a cabine de votação.

Concedo a palavra ao Líder Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nobre Relatora, Senadora Eliziane, cumprimento o Dr. André de Almeida Mendonça, indicado à vaga do Supremo Tribunal Federal.

Eu, Sr. Presidente, verifico desde logo o preenchimento dos critérios tanto objetivos quanto subjetivos para a indicação do Dr. André Mendonça à vaga do Supremo Tribunal Federal.

É brasileiro nato, tem mais de 35 anos e menos de 75 anos e tem notável saber jurídico, além de conduta ilibada. Esses são os critérios que a Constituição Federal manda o Senado Federal verificar quando da sabatina de um ministrável.

O Presidente da República, o Presidente Jair Bolsonaro, escolheu alguém que preenche os requisitos constitucionais e é evangélico. Onde é que está o problema nisso? Vou repetir: o Presidente da República escolheu alguém para a vaga do Supremo que preenche os requisitos constitucionais, requisitos objetivos e requisitos subjetivos, e é evangélico.

Mas, quanto às posições que V. Exa. esposou aqui, eu já queria iniciar minha fala – e depois tenho alguns questionamentos –, discordando de algo que V. Exa. disse aqui hoje, e deixo registrado: a Constituição Federal só pode ser modificada pela via legislativa, jamais por decisão de S. Exa. o Supremo Tribunal Federal. Decisão judicial não cria direito constitucional. Eu posso até respeitar o precedente, mas afirmar que decisão do Supremo criou direito constitucional é ir longe demais. Mas eu passo aqui a alguns questionamentos e ao final V. Exa. terá a oportunidade de se manifestar.

Nossa Constituição Federal de 1988 é a nossa Carta Política, documento que expressa o pensamento e a vontade do povo brasileiro, feito através dos Constituintes legitimamente eleitos. Nós não temos uma Constituição outorgada, e, sim, uma Constituição promulgada, fruto de um amplo debate democrático. Em uma época de redemocratização, o Brasil decidiu por um texto constitucional conservador e de forte valorização da cidadania e de todos direitos fundamentais que lhe são inerentes. Não há indício algum de liberalismo ou progressismo na Carta de 1988, muito pelo contrário: o texto constitucional trata de uma sociedade estável, com forte valorização da família em seu modelo tradicional. Isso pode ser visto, por exemplo, no art. 226 da Constituição, que, de maneira muito eloquente, proclama que: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". O mesmo artigo trata do valor do casamento religioso e, visando à estabilização da família, prevê, no seu §3º do 226, que: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".

Não resta dúvida de que o legislador constituinte quis valorizar a família dentro de uma visão conservadora. Apesar disso, sabe-se que existe, dentro da doutrina constitucionalista moderna, a construção de um pensamento progressista que põe o Poder Judiciário como protagonista de transformações no campo dos costumes, no campo da moral, subvertendo a ordem constitucional. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta que faço a V. Exa. é: qual a opinião pessoal e jurídica sobre esse movimento progressista que avança para além do texto da Constituição Federal – para além do texto da Constituição Federal?

Segundo, acredito que um dos grandes fatores de crises institucionais que o nosso País enfrenta é a falta de contenção de todos os Poderes nos limites que lhes são impostos pela Constituição Federal. Não se pode conceber um tribunal constitucional que não siga estritamente o que está estabelecido na Constituição Federal. Falta autoridade à Corte guardiã da Constituição quando ela mesma viola a própria Constituição. Como Senador da República, defendo o Estado democrático de direito. E defender, Senador Kajuru, o Estado democrático de direito é defender a soberania popular.

Se alguém está insatisfeito com a Constituição que temos, a via correta é a emenda constitucional, no âmbito do Parlamento, nas matérias que não são cláusulas pétreas, ou aguardar uma eventual nova Assembleia Constituinte e também, no âmbito do Parlamento, propor e obter a aprovação, se for o caso, de eventuais mudanças no texto da nossa Carta Política.

Diz a Constituição Federal, no parágrafo único do art. 1ª: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.". Eu acredito que um momento como este de sabatina de um novo indicado ao Supremo Tribunal Federal é por demais oportuno para que relembremos essas questões básicas e fundamentais de nosso Direito Constitucional. Assim, é preciso, com todo o respeito devido ao Poder Judiciário, lembrar-lhe que não lhe cabe arrogar-se da posição de agente de uma suposta vontade popular, já que esse poder é dado ao eleito – ao eleito! A Constituição não deixa margem de dúvida em relação a isso.

O que tem acontecido é que o Supremo Tribunal Federal vem tomando decisões com força de lei. Eu vi aqui o Senador Oriovisto, agora há pouco, falando disso, inclusive invocando as decisões monocráticas. Exemplo disso é a criação de tipo penal – vai vendo! –, tipo penal através de decisão judicial, quando a Carta de 1988 vai dizer textualmente que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. É a Constituição que diz – é a Constituição.

Quanto a isso, o que a Nação pode esperar de V. Exa. se aprovado como Ministro do Supremo Tribunal Federal? V. Exa. considera de alguma validade uma decisão judicial que, ao arrepio da Constituição, cria tipo penal ou qualquer outro ato com força legal?

Mais: na mesma na linha do questionamento anterior, quero avançar um pouco mais nesse tema de limites entre os Poderes. Tem sido muito flagrante em nosso País uma verdadeira dependência – uma verdadeira dependência – do Legislativo e do Executivo de uma espécie de validação de seus atos pelo Supremo. Tem sido a praxe. O Congresso Nacional, composto por 81 Sras. e Srs. Senadores e 513 Sras. e Srs. Deputados, vota a lei nas duas Casas, com ampla tramitação, e, por vezes, um único Ministro, uma única caneta suspende a validade dessa norma, substituindo a vontade do legislador legitimamente investido na função, em uma decisão monocrática, sem qualquer exame de profundidade. Uma decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monocrática, em caráter excepcional, liminar, suspende. Aí, fica o Legislativo e todo o País, Senador Marcos do Val, à espera de um pronunciamento do Supremo, como se fosse um Poder superior – um Poder superior! – que validaria ou não o ato do Poder Legislativo, o ato do Poder Executivo.

É verdade que nós estamos num País, num Estado democrático de direito com Poder moderador? Isso está posto em alguma Constituição? Nem em tempos outros, nem em tempos outros! E não estou me referindo, naturalmente, ao controle de constitucionalidade repressivo, que é atribuição, sim, do Supremo Tribunal Federal. Não, não é disso que estou falando – não é disso que estou falando! E é sempre oportunidade de trazer à memória, repristinar essas concepções que temos, essas visões que temos em relação à separação de Poderes, harmonia entre Poderes, no momento em que se sabatina alguém que vai ocupar espaço na Alta Corte do nosso País.

Gerou-se uma grande frustração na população brasileira descobrir que os representantes que ela elegeu não conseguem traduzir para a prática a vontade que foi depositada nas urnas. Isso produz, a meu sentir, uma gravíssima crise democrática em que as pautas políticas que são sufragadas nas urnas não se tornam realidade.

Veja, tramita, Senador Kajuru, na Câmara dos Deputados um projeto de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante, do Democratas, nosso Partido, que pretende incluir como crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo a prática de usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo. Veja a que ponto chegamos! Veja a que ponto chegamos: ter que se cogitar colocar no ordenamento jurídico a previsão de um crime por usurpação de competência, algo inimaginável, mas que, diante da realidade, é o que se impõe.

Há também uma matéria semelhante, de autoria Deputada Bia Kicis, o que demonstra – e não estou entrando no mérito das duas propostas – claramente, inequivocamente, o quanto o tema vem gerando desconforto no âmbito do Congresso Nacional. Muitos podem até não dizer, não manifestar, não expor as suas opiniões, mas há desconforto – há desconforto.

E aí pergunto a V. Exa.: qual a posição de V. Exa. sobre essa interferência em comum do Poder Judiciário nos assuntos de competência dos demais Poderes?

E a quarta pergunta é sobre o aspecto do neoconstitucionalismo. Aliás, o neoconstitucionalismo é a doutrina que dá margem para o progressismo reinante no Judiciário brasileiro. É a base ideológica de seu ativismo. E o que mais intriga é que esse ativismo geralmente é praticado para satisfazer a vontade de partidos que não tiveram sucesso nas urnas, ou seja, partidos cujos candidatos foram reprovados pelo povo nas eleições buscam pôr em prática os seus programas, programas ideológicos, através de ações judiciais propostas perante o Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que temos então? O povo reprova nas urnas as ideologias desses partidos, as propostas desses partidos, o que eles defendem. Tais partidos vão ao Supremo e encontram abrigo em suas pautas, na contramão da vontade popular expressada, manifestada através do voto.

Os partidos que elegem seus representantes para o exercício do poder não conseguem entregar à sociedade o que propuseram durante as campanhas eleitorais, enquanto partidos derrotados, que não conseguiram resultado expressivo nas urnas, passam a se sobrepor por meio de decisões judiciais, por meio de decisões oriundas do Supremo Tribunal Federal.

O que nós temos então? Uma violação flagrante não só à Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas à Constituição com esse espírito maior de democracia. Isso é desrespeito absoluto à democracia.

E aí pergunto: V. Exa., como Ministro, pretende ater-se aos limites da Constituição Federal ou considera legítimo esse papel político que prega o neoconstitucionalismo, fazendo coro a pensamentos minoritários que o povo rejeitou nas urnas? O que podemos esperar quanto a isso da postura de V. Exa. na condição de Ministro do Supremo Tribunal Federal?

E concluo as minhas perguntas, Sr. Presidente, objetivamente, querendo ouvir V. Exa. Eu sei que as primeiras são conceituais e que pode ter um sucinto que mapeia a sua posição, as suas convicções em relação a tudo o que trouxe aqui, mas, em relação a esses dois pontos aqui, eu queria ouvir, sublinhando o que disse inicialmente: eu posso ter respeito por precedentes, mas eu não considero precedentes direito constitucional. Gostaria de ouvir V. Exa., de maneira objetiva, sobre dois temas que são importantes e caros ao povo brasileiro: que posição e orientação ética V. Exa. tem sobre aborto, drogas e eutanásia? – considerando o ordenamento jurídico vigente e as conhecidas pautas de alteração do que hoje estabelece o Direito brasileiro.

São os questionamentos que faço, agradecendo ao Presidente a oportunidade de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. André...

Quero só anunciar que está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu só queria que cada Senador que fosse votar aguardasse, para não aglomerar ali, para prestar atenção à resposta e, ao mesmo tempo, não atrapalhar a explanação do Dr. André Mendonça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há urna aqui no corredor também.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Sra. Senadora Soraya Thronicke, muitíssimo obrigado novamente pela atenção dispensada por V. Exa. nesse período e pela manifestação de apoio hoje externada na Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre os dois primeiros pontos que envolvem o Código Florestal, eu preciso registrar que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Quero só pedir para... O Dr. André está respondendo aos questionamentos. Era uma preocupação minha esse negócio dessa urna. Eu queria pedir a atenção e queria que aguardassem. Cada um que visse que um saiu ia lá e votava.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Nesse aspecto do Código Florestal e da questão da Mata Atlântica, há uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Presidente da República, a ADI 6.446, que trata da questão da discussão que envolve o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Então, em função dessa situação específica, eu estaria impedido de me manifestar sobre essa temática. Eu até confirmei: é uma ação direta proposta em um período em que eu não estava como Advogado-Geral, mas que está em discussão no Supremo Tribunal Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Relator era o Ministro Fux. Eu é que falei! O Relator, originalmente, era o Ministro Fux.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – O nosso Senador Amin...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Esse é o nosso jurisconsulto, além de grande...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há um detalhe mais grave nesse caso: primeiro, a Advocacia do Senado, ao contrário da Advocacia da Câmara, se posicionou contra a ADI, a favor da decisão que originou do STJ, e a Advocacia da Câmara se posicionou a favor da ADI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso sem perguntar aos Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem perguntar aos Senadores!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não foram os Senadores que se manifestaram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já apresentei um protesto aqui na Presidência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... mas foi a Advocacia do Senado, sem consultar os Senadores. É impressionante isso! Não é a opinião dos Senadores, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho que está com o Dr. André...

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (*Fora do microfone*.) – Agora eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A palavra está com o senhor, porque eu fiz quatro questões dos Senadores. Aí eu passo a palavra para o senhor.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – Eu pensei que V. Exa. fosse fazer algum comentário. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA – De outra parte, há a questão dos limites da liberdade de expressão. Como eu disse, o próprio Supremo reconhece que não há direito absoluto em relação a qualquer direito fundamental, como também em relação à liberdade de expressão. Os limites estão na própria Constituição e na própria legislação, como, por exemplo, a que trata a questão de possível recomposição patrimonial do ofendido ou da apuração por vias de crime contra a honra, de situações dessa natureza.

Estimado Senador Alessandro Vieira, também agradeço a forma sempre respeitosa como V. Exa. me recebeu ao longo desse processo. Muito obrigado pelos questionamentos que ora me traz no âmbito desta sabatina, entendo que são questões bastante pertinentes. E me permita talvez condensá-las numa única resposta, em parte.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha gratidão ao Presidente da República pela indicação, como já manifestei publicamente. Ele, no âmbito da sua avaliação própria e pessoal, entendeu haver em mim os requisitos constitucionais. E, dentre tantos outros juristas habilitados, definiu pelo meu nome.

Também minha gratidão aos líderes evangélicos, à Igreja evangélica. Essa pergunta me permite dizer, segundo me foi relatado, que, nessa madrugada, foram milhares – se não, milhões – de pessoas orando por este momento.

Eu queria dizer que eu pedi ontem à noite aos líderes evangélicos, que representam talvez 80% dessa comunidade no País, que orassem por cada um de V. Exas., pelas suas famílias, pelo nosso País. Podem ter certeza de que, todos os domingos, é tradição na Igreja evangélica a oração por todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades de todos os Poderes. V. Exas., sem saber, estão sendo objeto dessa ação de busca do que há de melhor para a vida de alguém, na nossa concepção, que são as bênçãos de Deus sobre a vida de vocês.

Então, também sou grato a essas lideranças, Sr. Senador Alessandro Vieira. Ao mesmo tempo, como bem colocou V. Exa., isso não significa subserviência. A única submissão de uma autoridade pública, em especial de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, é à Constituição da República. O que eu tenho pedido a eles, e já o pedi também a V. Exas., é que me ajudem na caminhada, principalmente num aspecto, o de buscar um caminho de humildade e de espírito de servidor público para com o nosso País, de entender que ali é uma posição – não que não tenha mais poder, tem muito mais poder – que, acima de tudo, é de mais responsabilidade. E encaro esse desafio como um desafio que, com o aval de V. Exas. e, permitam-me, com a graça de Deus, eu quero trilhar com a mesma transparência que eu tenho tentado demonstrar nesse período.

Exmo. Sr. Senador Girão, do nosso Estado do Ceará, muito também me honra a manifestação de V. Exa. de apoio. Permita-me... Eu acho que a CCJ está com um quórum alto aqui e acho que vale a pena este registro. V. Exa. falou na harmonia do ambiente. Eu ia fazer isto ao final, mas permitam-me fazer isto à luz desse gancho que V. Exa. colocou: registrar o meu agradecimento ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Davi Alcolumbre, porque essa harmonia no ambiente se deve muito à condução de V. Exa. na Presidência desta sabatina, à forma respeitosa com que V. Exa. tem tratado todo este processo de sabatina aqui, abrindo espaço para os Senadores, dando tempo para eu extrapolar o tempo quando eu extrapolei, preocupado com a minha família, preocupado com o meu lanche. Eu queria fazer esse registro público para toda a Nação brasileira. O meu muito obrigado.

Assim como o meu muito obrigado ao querido Senador Kajuru, que pacientemente não arredou o pé em nenhum momento aqui. Senador, obrigado.

Senador Girão, V. Exa. citou dois processos: um em um recurso extraordinário e outro em uma ADPF; um que trata da questão da droga, outro que trata da questão referente ao aborto. Sobre os casos específicos, eu infelizmente não vou poder me manifestar, mas vou, ao final, pegando talvez o gancho com a fala, talvez já aproveitar este momento das perguntas que me foram trazidas de forma não jurídica, vamos dizer assim, mas de pensamento de vida, não como aplicador do Direito e da Constituição. A minha defesa ao direito à vida, a minha concepção de que as drogas fazem mal, fazem mal à pessoa, fazem mal à sociedade, fazem mal à família... Quantas famílias já destruídas por conta da questão das drogas! Logicamente, nós temos que ter políticas públicas de combate ao tráfico, de melhor recuperação, prevenção, mas entendo que nós precisamos trabalhar numa perspectiva de sociedade e, principalmente, no campo político, para que se compreenda a droga como algo que faz mal à sociedade e às pessoas.

Na questão da eutanásia, também a minha... Eu penso na questão do direito à vida como algo a ser preservado e que não devemos intervir nesse processo. Logicamente, todos nós compreendemos as situações, às vezes, de pessoas já numa idade tão avançada que não aguentam mais um tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico, quando talvez o tratamento judie mais, também entendendo o tempo das pessoas, mas a eutanásia como política pública eu acho que é algo que nós devemos pensar com muita cautela.

Tanto V. Exa., Senador Girão, como o Senador Marcos Rogério... E, talvez, em todas as questões outras trazidas pelo Senador Marcos Rogério, há a questão do ativismo sempre presente. Eu tenho defendido a automoderação no respeito ao papel primordial e primeiro de cada um dos Poderes, e cabe, nesse sentido, ao Legislativo legislar. Por outro lado, isso não significa que o Judiciário deva ser omisso aos desrespeitos aos direitos e garantias fundamentais por eventuais omissões dos outros Poderes, mas não deve se sobrepor a uma política pública. As pessoas legitimamente eleitas para legislar e executar políticas públicas estão nos Poderes Legislativo e Executivo. Então, nesse sentido, o papel do Poder Judiciário, penso eu, deve ser um papel mais reservado – nesse sentido.

A questão da aposentadoria compulsória é uma questão que penso que deve ser debatida neste ambiente do Congresso Nacional. É legítimo esse debate, que deve ser trazido e ser, vamos dizer assim, estudado e debatido com a sociedade neste ambiente que é o Congresso Nacional.

Eu não sei se satisfiz aos questionamentos através das minhas respostas, mas são essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Calma, é o último bloco, é o último bloco. Está sendo rápido, porque não está havendo réplica nem tréplica – hoje saiu mais fácil.

Com a palavra o Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria só atenção, para sermos mais rápido.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... Exmo. Sr. Dr. André Mendonça, nossa querida Relatora Senadora Eliziane, eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que estão neste plenário da CCJ.

Eu queria dizer que já votei e que todas as perguntas que eu tinha foram feitas por outros Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer aos senhores que, quando eu cheguei ao Senado Federal, eu tive a oportunidade de conhecer o Ministro André Mendonça, que era o novo Ministro da Justiça, e de com ele tratar questões de grande importância não só para o meu Estado, mas também para o País. Minhas primeiras impressões sobre a pessoa do Ministro, pela sua gentileza, educação, atenção e, sobretudo, conhecimento, não poderiam ter sido melhores. Vi nele, além de um dedicado servidor público, Sr. Presidente, qualidades difíceis de se encontrar em um ser humano. O tempo passou, e novamente nos encontramos no Senado, desta vez ele como indicado pelo Presidente da República a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ao longo desse tempo, tenho acompanhado o Dr. André Mendonça e, como todos sabem, manifestado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... meu total e irrestrito apoio à sua indicação.

Posso afirmar, Sras. e Srs. Senadores, que, além da capacidade técnica inquestionável, do seu caráter ilibado e do ser humano íntegro que é, o Dr. André Mendonça, como eu e a maioria dos senhores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... que tem fé e que acredita em Deus, é um homem abençoado. Posso afirmar que sua religião é um ponto de apoio, um orientador da coerência, de olhar humano, de sabedoria e de solidariedade, pois não se faz um ser humano bom, tampouco se constrói um bom julgador apenas com conhecimento técnico, pois é preciso muito mais. Julgar pessoas e fatos resulta em aplicar, além de normas jurídicas, princípios, valores éticos e morais que o julgador carrega consigo. E, conhecendo o Dr. André Mendonça, não hesito em afirmar que será um grande Ministro da nossa mais Alta Corte.

Por isso, senhoras e senhores, ao mesmo tempo em que elevo os valores que fazem do Dr. André Mendonça um homem íntegro, especialmente, e ético e religioso, faço questão de destacar sua absoluta qualificação técnica ao cargo para o qual foi indicado. Sua perseverança, humildade e capacidade de dialogar com todos os Srs. e as Sras. Senadoras durante o tempo entre a indicação e este momento apenas reforçam a certeza de que estamos diante de um indicado que deve merecer o total apoio desta Casa.

Permitam-me mais um registro, Sras. e Srs. Senadores, sobre o papel da família do Dr. André Mendonça durante todo esse processo – eu estou certo, posto que acompanhei as dificuldades pelas quais passaram – pela capacidade de pacificação e, especialmente, por dar o suporte necessário a ele em momentos de tantas tribulações. Junto com a paciência e a certeza de que somente o equilíbrio pode conduzir a um bom lugar, também se agrega às qualidades do Dr. André a estrutura sólida familiar que o cerca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, reforço o nosso apoio à indicação do Dr. André Mendonça ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e conclamo todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, para que sigam no mesmo caminho.

Sucesso ao Dr. André Mendonça!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria só atenção aqui, porque quem vai falar agora é o Senador Telmário, e ele está nessa horizontal aqui do corredor. (*Pausa.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente Davi e a nossa Relatora, Eliziane. Quero cumprimentar também o sabatinado, o Dr. André, e todos os Senadores e Senadoras.

Naturalmente, depois de vários Senadores e Senadoras já terem participado, muitas perguntas foram contempladas, mas eu estava verificando aqui uma coisa que me chamou muito a atenção. Eu vi muitos Senadores muito preocupados com decisões monocráticas do Supremo Tribunal, de se avançar o espaço aéreo do Legislativo ou do Executivo, mas olhem: eu acho que na verdade o Legislativo deveria fazer uma grande reflexão.

O poder não permite vácuo – o poder não permite vácuo. Às vezes, aqui nesta Casa, por questões ideológicas, por uma série de outros fatores, até porque é uma Casa plural, se engole um elefante e se engasga com uma formiga. Nessa confusão, os processos aqui não andam, os projetos aqui não andam. E a pressão popular chega, a demanda popular chega, obrigando o Judiciário a tomar decisões. Às vezes também, esta Casa não entende que aqui se decide na maioria e, quando não busca o bom senso ou o consenso, logo recorre ao Supremo Tribunal. Então, o Supremo Tribunal Federal é convocado a toda hora por esta própria Casa ou por omissão desta Casa. Então, antes de reclamar aqui que o Supremo Tribunal está avançando os sinais, é melhor refletir, primeiro, sobre a posição desta Casa. Para mim, esse é um ponto que ninguém vai nem discutir aqui.

Com relação ao Ministro, eu queria aqui parabenizar o Senador Davi, que acabou colocando o Dr. André numa peregrinação, e, nessa caminhada, nessa grande caminhada, V. Exa., que já preenchia todos os pré-requisitos que a Constituição exige... É uma prerrogativa do Presidente, e se reconheceu isso; V. Exa. tem um currículo espetacular e já ocupou cargos importantes dentro da República. Então, V. Exa. está supercredenciado para essa indicação. Agora, eu estava verificando aqui que, nesse período em que ficou batendo de porta em porta, V. Exa. revelou três valores muito importantes para o homem, para a humanidade. Por exemplo, na vida, é necessário ter três coisas: humildade, e V. Exa. deu *show* com relação à humildade de não se sentir superior a ninguém, é importante isso; coragem, e V. Exa. andou nesta Casa sozinho, buscando o diálogo, o entendimento e enfrentou qualquer situação aqui dentro; e, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

último, V. Exa. teve sabedoria para ficar quieto dentro da estupidez de certas pessoas. Então, V. Exa. passou no vestibular. Esta Casa lhe impôs o vestibular final. Talvez o sabatinado para o Supremo Tribunal que teve a mais longa história de aprovação. V. Exa., com certeza, nesta reta final, ainda apresentou essas qualidades que tem.

Por último, é importante a gente lembrar o seguinte: o homem criou o Estado para atender à necessidade dos necessitados. Por exemplo, você pode ter dinheiro para botar energia na sua casa, mas talvez seu vizinho não tenha; por isso, você paga imposto, e há o atendimento coletivo – coletivo. Então, o homem cria a lei e desfaz a lei para beneficiar a sua própria sociedade. Isso é fato e é mutativo – a coisa é mutativa.

Então, eu queria que V. Exa.... Nós estamos vivendo uma situação extremamente difícil, extremamente difícil. Nós temos hoje um desemprego da ordem de 12,6%, são 13,5 milhões de pessoas. Nós temos de morte violenta, Ministro, hoje – dados estatísticos de 2020 –, 57.956 pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Vamos deixar o Renan quietar um pouco, que ele está emocionado... (*Risos.*)

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode falar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Ah! Obrigado. Obrigado.

Ministro, de pessoas abaixo da linha de pobreza, nós temos 12,8%, 27 milhões, porque triplicou, e vivendo com menos de R$246, por mês. E sem acesso à água potável, nós temos 35 milhões de pessoas. Criança fora da sala de aula, nós temos 1,4%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É assim mesmo, Sr. Presidente. Em todo final de feira ou de festa, normalmente a música é maior do que... O barulho é maior do que os músicos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Calma. Calma.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Isso é normal, faz parte. O barulho é maior do que os músicos. Faz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministro, até que o silêncio reine nesta Casa – e talvez esse barulho já seja parte da alegria da sua vitória, da sua vitória... Eu não tenho dúvida de que você vai sair vitorioso daqui, por tudo que foi construído, pela sua paciência, pela sua integridade, pela sua capacidade, pela sua sabedoria. Eu não tenho... O senhor leve daqui já explicitamente... E aqui eu quero fazer uma homenagem a um Senador que me ensinou muito aqui, o Magno. Cadê você, Magno? Estava por aqui perambulando. Está ali ele quieto. Ainda bem que ele agora não está sendo mais... Isso faz um barulho bem necessário. (*Risos.*)

E ele sempre dizia o seguinte, ele sempre dizia o seguinte: "Eu não voto em ninguém do Supremo secreto, eu voto aberto". Então, Magno, em homenagem a você, o meu voto é aberto. Você leva o meu voto daqui e leva o meu voto do Plenário, está certo? E quem quiser aplaudir, pode aplaudir. A Casa é do povo. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado. Obrigado, Senador Telmário.

O próximo Senador é o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Já, Presidente?

Obrigado, Presidente. Cumprimento a todos. Cumprimento nosso André Mendonça, que chega a este momento depois de tanto tempo.

Ministro, eu queria fazer algumas considerações iniciando dizendo que V. Exa. reúne todas as qualidades que eu entendo serem necessárias e importantes para alguém que deve ocupar um cargo muito relevante na República Federativa brasileira: conduta ilibada de um servidor público limpo, tranquilo, que ao longo dos anos de trabalho tem se mostrado um verdadeiro servidor do público; saber jurídico inquestionável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... compatível com a função que V. Exa. deseja – isso é muito salutar –; é uma pessoa de bom senso, o que eu considero fundamental, porque a coisa mais feia do mundo deve ser um juiz sem juízo, isso é muito complicado – e a gente encontra, aqui e acolá, pessoas que lamentavelmente têm um enorme saber, mas não têm bom senso, e isso atrapalha também –; compromisso com a Constituição, compromisso com o Brasil. Então, são qualidades que o senhor traz na pele e na sua história, na sua bagagem.

Como V. Exa. sabe, eu sou da Amazônia, um território muito conturbado hoje por tantos questionamentos judiciais vindos de tudo quanto é lado, até lá de fora do Brasil, onde se usam entidades brasileiras para levantar questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma noção, nosso maior projeto de infraestrutura da Região Norte e do Brasil nesse momento é a Ferrogrão, uma ferrovia que nasce lá no centro do Mato Grosso e chega ao Porto de Miritituba, em Itaituba. Sobre essa ferrovia, um partido político questionou a forma legal como o governo daquela época, o Governo Temer, encaminhou tudo, e o Supremo embargou tudo isso. E esse embargo está custando um prejuízo violento para o Estado do Pará e para a Amazônia, porque, enquanto está parado, estudos que estão acontecendo no TCU e em outras partes do Governo, licenciamento, etc., o centro da produção do grão no Brasil, que é no Mato Grosso, está arrumando uma outra alternativa de rota para escoar sua produção, trazendo aqui para a Norte-Sul, para a Ferrovia Norte-Sul, ou ligando direto ao Porto de Santos. Isso está trazendo para a gente, além de um constrangimento, um sentimento horrível de impotência, porque a gente vê que, às vezes, a avaliação do Supremo é uma avaliação que, se a gente for medir, não corresponde à realidade. Isso é muito difícil, muito complicado.

Essa ferrovia vai tirar de circulação 350 mil caminhões por ano, emitindo gases poluentes, o que, em termos de benefício para a questão ambiental, é imensurável quando eu uso uma ferrovia e tiro esses caminhões de circulação.

Mas a falta de compreensão de tudo isso levou a uma ação. Alguém pediu, alguém que não considero com representação popular naquela região e nem no Brasil, um partido político pequenininho, e foi atendido, e o Brasil, e nós, o Norte, o Pará, a Amazônia estão sofrendo. Isso é um prejuízo enorme e é com isso que eu me preocupo. Às vezes, há um cabedal de conhecimento enorme, mas não se tem o bom senso suficiente para, nessas horas, poder usar. O que é mais prejudicial? Qual é a relação do custo com o benefício?

E aí eu queria abordar ao meu irmão nesse sentido que a gente pudesse ponderar essas coisas, porque uma decisão de um ministro do Supremo pesa, e pesa muito, não é? Uma decisão monocrática, mas o processo está parado, nunca foi avaliado pelo Pleno, e nós estamos levando a pior, um prejuízo enorme. Só nos portos de Barcarena uma empresa deixou de investir nesse momento R$1 bilhão porque o processo está parado, e essa paralisação implica um comprometimento de futuro, para o senhor ter uma noção. Por que é que eu vou colocar R$1 bilhão num porto aqui se, amanhã ou depois, eu não sei nem se essa rota vai ser utilizada e se esse recurso que eu vou aplicar vai ter alguma serventia, alguma finalidade?

Outra coisa, Ministro: eu vejo que o Supremo atende muita coisa. As ONGs na Amazônia estão questionando tudo que o Governo faz, tudo que se levanta. Elas querem fazer um governo paralelo, elas ganham dinheiro externo para trabalhar contra o País.

E aí mais uma vez o apelo, o bom senso – não é? –, o bom senso. A Amazônia pede socorro ao Supremo Tribunal Federal em função de tanta coisa que está paralisada lá. As questões indígenas, usadas politicamente. V. Exa. sabe que nenhum país no mundo reservou do seu território 14% para alojar seus indígenas. Os indígenas brasileiros estão todos devidamente aldeados, com muita terra. Ninguém tem tanta terra. A agricultura brasileira, Ministro, não ocupa 8%; são 7,8% para produzir toda a soja e todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milho que produz, todo o trigo, todo o arroz, todo o feijão – mas os índios têm 14%. É o respeito que a sociedade brasileira tem pelos indígenas.

Lamentavelmente as ONGs e partidos usam isto: há uma reserva aqui de 500 mil hectares, elas pedem uma expansão de mais de 500 ou de mais 1 milhão de hectares. Não é por aí que a gente vai atender nossos irmãos indígenas. Eles precisam viver com dignidade, a política tem que ser redirecionada.

Está no Supremo nesse momento, aliás, foi decidido pelo Supremo há vários anos a questão do marco temporal, levando 5 de outubro de 1988 como ponto básico para a questão indígena. O próprio Supremo, nesse momento, traz à pauta no intuito de requestionar esse assunto. Esse assunto, se o Supremo derribar, nesse momento, aquilo que ele mesmo decidiu, literalmente quebra o agronegócio brasileiro pelo meio.

Nós contamos com V. Exa., com o compromisso que tem com a Constituição e com o Brasil. Certo?

Com certeza V. Exa. vai ser aprovado aqui, deve ser aprovado também no Plenário grande. O desenho que se vê é esse.

Mas eu fico com esse apelo, porque eu tenho certeza de que vamos poder contar com V. Exa. naquela Corte, com bom senso, com equilíbrio, com serenidade, levando em consideração este País, que precisa tanto, mas tanto, num momento de tantas conturbações.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Dr. André Mendonça.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós não temos mais oradores inscritos...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ah, há duas falas rápidas que...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só a minha fala rápida e aí o Ministro André Mendonça pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Faz a resposta. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo bem, Ministro? (*Pausa.*)

Doutor... Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Doutor, aí não sou, sou só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para mim é.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Você que é meu doutor.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Senadora Eliziane, fico feliz que a senhora tenha sido a primeira mulher a ser Relatora na CCJ de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Dos 11 ministros que nós temos – são 10 hoje, mas teremos 11 ministros –, só há duas mulheres, a Ministra Cármem e a Ministra Rosa Weber. Também é desigual ali, como é desigual, eu acho que em todos os setores da sociedade, a participação da mulher. Mas hoje a senhora, representando as mulheres brasileiras e principalmente as Senadoras aqui, como a Senadora Soraya, nos dá muito orgulho de vê-la aí como relatora. E essa postura do Presidente da CCJ, Senador Davi, em dar à senhora essa relatoria também é inédita; nenhum outro Presidente teve essa iniciativa antes e sempre tivemos mulheres aqui na CCJ participando. Então, eu quero aqui parabenizar tanto o Senador Davi como a Senadora Eliziane, por ser essa a primeira mulher a ser Relatora de um ministro que está sendo indicado para o Supremo Tribunal Federal.

Eu, Ministro André, recebi várias vezes V. Exa., o senhor já esteve no meu Estado, e aqui, além do Pastor Samuel Câmara, da Pastora Antônia Lúcia, que é esposa do Deputado Silas Câmara, que está aqui, e outros Parlamentares, meu querido amigo do Espírito Santo, Magno Malta, que foi colega meu durante quatro anos... Sempre tivemos uma relação muito próxima. Já tive a oportunidade de recebê-lo na minha casa, em Manaus.

Eu acho que quem era de esquerda ficou assustado, porque virou direita no seu pronunciamento hoje aqui. V. Exa. falou tudo aquilo que a esquerda brasileira quer ouvir. Falou tudo. E tudo gravado. V. Exa. deverá ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. O seu posicionamento aqui deve ter assustado muitas pessoas, muitos Senadores, porque as suas respostas foram muito claras e objetivas e sem titubear em relação a qualquer assunto que foi colocado, pelo que eu vi e pelo que eu ouvi.

Há um senão somente, que, na primeira pergunta feita pela nossa querida Eliziane... Quando a gente fala em democratização, o senhor disse que a gente se tornou um País democrático sem mortes. Não é verdade. Muitos brasileiros tombaram para que o Brasil voltasse de uma ditadura militar e se tornasse um país democrático. Nós sabemos disso, a história conta isso. E é bom ser registrado isso. Isso aí é de conhecimento seja de direita, de esquerda, de centro, de quem não tem nenhuma participação política, que eu não acredito. Todos nós temos uma participação política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero parabenizá-lo pelas respostas que V. Exa. deu. Quero aqui parabenizar a sua esposa, os seus filhos, que estão aqui desde cedo, e quero cumprimentar dois pastores, pelos quais eu tenho um carinho muito grande, que são da sua igreja no Estado do Amazonas, da Igreja Presbiteriana, que são o Pastor José João e o Pastor Jaime, que comanda uma igreja lá na Zona Norte, na Cidade Nova, numa bola.

O Jaime foi meu colega de faculdade de Engenharia. Ele é engenheiro civil como eu, formou-se em Engenharia, mas seguiu como pastor. E lá, eu me lembro, na década de 80, de quando éramos alunos, e ainda não existia um movimento tão grande dos evangélicos, e ele já tinha lá os universitários que faziam parte. Todo intervalo eles se reuniam debaixo de uma árvore, e o Jaime, que é meu amigo, volto a repetir, que é pastor da Igreja Presbiteriana no Estado do Amazonas, era quem comandava aquilo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... muitas vezes sofrendo *bullying*, porque levava a Palavra de Deus, mas com uma fé tão grande...

Ele se formou em Engenharia, Senador Davi, e continua como pastor, e eu posso lhe dizer que é uma pessoa que eu conheço há mais de 40 anos e sei o coração que ele é.

Então, eu quero aqui, em nome dele e em nome do Pastor José João, que esteve um pouco doente, e eu espero que ele se recupere, mandar o nosso abraço a V. Exa.

E espero que o senhor tenha sorte. A cobrança do povo brasileiro por uma Justiça justa para todos é grande. A desconfiança de todos os Poderes é muito grande, principalmente quando você é atacado pelo Executivo. O dia 7 de setembro é uma data que a gente não pode esquecer, porque foi o dia em que a Justiça brasileira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... sofreu ataques, Ministros do Supremo Tribunal sofreram ataques, e essa não é uma boa forma de se levar a democracia em frente.

Por isso, espero que o seu conceito de justiça não compactue com o fechamento dos Poderes. A democracia depende de um Supremo Tribunal Federal forte, porque é o último andar de uma sociedade civil democrática. Abaixo de Deus, só o Supremo Tribunal Federal, no Brasil; e abaixo do Supremo Tribunal, comparados ali, os Poderes Executivo e Legislativo.

Por isso, Ministro André Mendonça, eu não vou lhe fazer pergunta, porque as perguntas que eu iria lhe fazer seriam repetitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pouco eu estava numa reunião com o Senador Eduardo Braga e com o Senador Plínio Valério, na Liderança do MDB, tratando com os Prefeitos do Rio Madeira sobre o que aconteceu nesses últimos dias, sobre essa queima de balsas de garimpeiros: alguns são pessoas humildes e pobres – e a gente tem que separar o joio do trigo nessa ação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Por isso que é importante o Brasil avançar em relação a ter regras claras para a exploração mineral...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... Amazônia e seus povos tradicionais, como os povos indígenas. E a gente espera contar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Uma outra questão que nos traz e nos deixa sempre preocupados no Estado do Amazonas – alguns podem até não achar –: o Supremo, vira e mexe, é demandado sobre questões da Zona Franca de Manaus. Esperamos ter um ministro com quem também possamos contar para defender o maior programa social de desenvolvimento sustentável que se tem no Brasil, que é a Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre e demais colegas, Exmo. Sr. André Mendonça, eu não poderia deixar de me manifestar para dar um testemunho da conduta de trabalho que tive na ocasião em que presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – no mesmo ano, coube a mim presidir a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência – e surgiu aquele assunto do tal dossiê contra determinadas pessoas.

Antes de tomar qualquer iniciativa, para minha surpresa, eu recebo um telefonema do então Ministro André Mendonça me convidando para poder ir até o Ministério da Justiça e lá mostrar e explicar toda a situação que estava sendo explorada pela imprensa.

Qual foi a minha surpresa determinada em alguns instantes, que equivale àquele segredo que alguém lhe conta e que você nunca queria ter ouvido? Mas aí eu falei assim: "Vem cá, Ministro, na nossa Comissão existe um dever de confidencialidade. E isso que eu estou vendo aqui, pelo juramento que fiz na minha posse, eu não vou poder passar para frente para ninguém, devido a esse dever de confidencialidade.". E eu queria partilhar isso com V. Exa. para que V. Exa. pudesse oportunizar a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os membros da Comissão, que, cientes desse dever de confidencialidade, também pudessem ter acesso a esses documentos. E qual foi a minha surpresa? Também numa atitude pronta, o Ministro da Justiça oportunizou a quem quisesse, da Comissão de Controle de Atividades de Inteligência – está aqui o Senador Marcos Do Val, que dela fazia parte e também teve essa oportunidade –, Senadores e Deputados da oposição, abriu tudo, mostrou tudo relativo ao que estava sendo explorado.

A gente, quando entra numa campanha, e todos nós aqui já entramos, muitas das vezes, quando a campanha é longa – e isso vai muito pelo que passou o Ministro André Mendonça, numa campanha longa para chegar até aqui –, a gente acaba observando determinadas situações que, se não fosse a campanha, nós não iríamos ter constatado presencialmente: uma favela, um lugar sem esgoto, um pessoal que não estudava direito, que não tinha escola, não tinha posto de saúde. E isso te forja, isso te talha, ao exercer o seu mandato, a que você possa tentar corrigir essas injustiças que a campanha proporcionou que você visse.

Eu penso que essa trajetória que V. Exa. galgou não foi em vão. Vai ser muito importante para as suas decisões, para o seu conteúdo e, principalmente, para o seu juízo diante das situações que antevirão a partir do momento, se tudo correr bem, que V. Exa. chegar aonde pretende.

É muito importante também ressaltar uma frase que veio à minha cabeça – se não me engano era de Tancredo Neves – que dizia que a melhor fase de um homem público é de logo que sai o resultado até a posse. A partir do momento que ele toma posse é que os problemas começam a acontecer. Então, fica também essa mensagem dessa frase do grande e sábio Tancredo Neves.

E dizer que a escolha do Presidente da República se faz em cima de preceitos constitucionais. E a gente observou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... já concluindo – que o Presidente Bolsonaro cumpriu fielmente o que determina a Constituição, escolhendo uma pessoa de uma área técnica que já tinha a experiência por onde passou, com conduta ilibada, com notório saber jurídico. Teve a oportunidade na AGU, onde é funcionário de carreira, de dirigir aquela instituição, bem como o Ministério da Justiça. Isso tudo vai servir para que ele, no meio de um colegiado, possa emitir o seu juízo e as suas opiniões.

Agora, deu para perceber também que esta Casa está atenta. Esta Casa está vigilante. Esta Casa vira e mexe é instada pelos seus eleitores a questionar quem quer que seja, colocando que ninguém está acima da lei. E tudo isso é importante para forjar aquele que lá vai atuar.

O resultado que vai ser demonstrado daqui a pouco na Comissão de Constituição e Justiça... E, diga-se de passagem, nobre da sua parte o comentário que fez a respeito do Senador Davi agora há pouco, que demonstra sua nobreza, sua humildade, porque eu também aprendi aqui – eu estou há pouco tempo – que o Senado tem o seu tempo. Nem sempre é o tempo que a gente quer, mas há o tempo do Senado. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes isso é incompreendido. A sabatina está aí, horas e horas. Deu para perceber todas as questões de cada um.

E eu encerro aqui parabenizando todo o Colegiado. Cumprimos com o nosso papel, cumprimos com o nosso dever. Vamos para uma outra etapa logo depois de sairmos daqui. E ressalto aqui a luz que teve o Presidente Davi Alcolumbre de ter escolhido a Senadora Eliziane Gama para relatar o seu processo, uma pessoa sensível, correta, ética, uma mulher aguerrida e que fez representar a Bancada Feminina com um relatório de muito louvor. Parabéns, Senador Davi!

E concluo a minha fala pedindo as bênçãos de Deus a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado. Amém!

Eu vou conceder a palavra ao Dr. André, que vai responder os questionamentos, e vou encerrar a reunião após a proclamação do resultado. Mas vou passar a palavra para ele, porque ele tem quatro Senadores para responder.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA (Para expor.) – Exmos. Senadores Lucas Barreto, Telmário Mota e Zequinha Marinho, meu... Eu vou nesses três primeiros, depois eu sigo aqui com Senador Nelsinho e Senador Omar.

Para fins de agradecer a fala de V. Exas. e registrar em todos os três – e isso se estende nesse aspecto ao Senador Omar também, todos representantes de Estados da nossa Amazônia Legal – a preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Eu já disse nesta sabatina que não são expressões que se excluem; ao contrário, devem conviver. E o Senador Zequinha Marinho falou na necessidade de bom senso para a construção, por parte do Legislativo, de leis; por parte do Executivo, de uma execução de políticas públicas que garantam a livre iniciativa, o desenvolvimento, conciliados com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente. É possível coexistirem, e essa é a ideia.

E podem contar comigo com uma construção de bom senso, nesse sentido, nas políticas públicas que envolvem não só a Amazônia Legal, mas todo o País.

O Senador Omar também falou sobre isso, e, no tocante ao colocado pelo Senador Omar, apenas registrar que eu já havia feito o registro, o apontamento de uma fala que se referia à situação da independência da República, que no Brasil não havia tido guerras para tanto, o que não significa que a construção democrática brasileira não trouxe o "geramento" ou não houve perda de vidas e derramamento de sangue. E fiz um pedido de desculpa por uma expressão que acabou sendo mal- entendida, mas meu pedido de desculpa. E também fiz o registro do meu respeito às memórias dessas pessoas e também às famílias respectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho, meu muito obrigado também, como Líder, não só como Senador da República, mas como Líder do PSD. Agradeço esse testemunho.

Eu penso que é nos momentos difíceis que nós conhecemos como são as pessoas e, naquele contexto, para preservar o sigilo e até a intimidade e a integridade das pessoas, eu só me justifiquei no ambiente onde essa intimidade e essa integridades pudessem ser preservadas. E tive não só... Estavam lá vários Senadores, o Senador Marcos do Val, o Senador Eduardo Braga, o Senador Jaques Wagner, Senadora Daniella Ribeiro... Se não me falha a memória, talvez algum outro Senador esteja me falhando a memória... Senador Randolfe... Testificaram a correção do procedimento e a busca que nós tivemos para que aperfeiçoássemos esse processo. O mesmo foi reconhecido no Plenário do Supremo Tribunal Federal, mas faço o agradecimento público desse testemunho de V. Exa. e do meu respeito.

Talvez este seja o meu último pronunciamento... É isso, Presidente Davi?

Então, me permita agradecer a V. Exa., novamente, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa., como já disse, foi um grande... Não só imparcial, mas buscou harmonizar o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

Quero agradecer à nossa Senadora Eliziane Gama. Tive o privilégio de, nessa caminhada, conhecê-la. Não só uma grande Senadora, uma irmã, e foi uma honra para mim tê-la como Relatora do meu processo. Meu muito obrigado pelo relatório e pela atenção que me foi dispensada nesse processo.

A V. Exas., Senadores, me permitam dizer que foram quatro meses de muito aprendizado, em que eu creio que cresci bastante e foi um privilégio. Os senhores não imaginam, minhas senhoras, o privilégio que é sentar, num momento como este, e poder olhar nos olhos de V. Exas., sabendo não apenas o nome mas sabendo o que pensam, e talvez V. Exas. já sabendo, senão tudo, muito daquilo que hoje eu externei publicamente para todo o Brasil.

Eu quero reiterar que, em sendo aprovado por V. Exas., não só na CCJ mas no Plenário do Senado Federal, meu gabinete estará aberto a todos os Senadores de todos os partidos para a construção, à luz da Constituição, de um País mais justo, de uma melhor democracia. É um compromisso público que eu assumo com V. Exas.

Agradeço a todos os líderes religiosos, a todos os cristãos e não cristãos que, de alguma forma, intercederam ou torceram para que essa caminhada chegasse a este dia. Creio que eu prestei contas a V. Exas., dentro, novamente, das minhas limitações, e ao meu País.

O meu muito obrigado à minha esposa, à minha filha, que aqui estão, a meu filho, que teve que sair para fazer o vestibular, pelo apoio; à minha família que está lá em Miracatu, em Itanhaém, em São Paulo; a meus tios adotados por esse interior de São Paulo, Pederneiras, Bauru. O meu muito obrigado a todos que, de alguma forma, contribuíram para este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus nos abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Dr. André Mendonça.

Quero cumprimentá-lo pela forma elegante, leal e cortês com que tratou este Presidente e, naturalmente, tratou cada membro do Senado da República, tentando da melhor maneira possível cumprir o que diz a nossa Constituição. Quando uma autoridade é indicada para um cargo tão relevante, a sabatina, a chancela do Senado da República é fundamental. É nesse período em que o Senado da República tem a condição de avaliar as credenciais dessa indicação para que ela possa ocupar um cargo tão relevante no Poder Judiciário do nosso País, na Suprema Corte brasileira.

Como Presidente da Comissão, eu agradeço a todos os Senadores, a todas as Senadoras que fazem parte desta Comissão e que compreenderam a importância e o significado deste momento para esta Casa, para o Senado da República – e por que não dizer também para o Estado brasileiro? –, nessa relação de independência e harmonia praticada com esta reunião extraordinária de hoje.

Importante registrar que cada um cumpre o seu papel institucional.

Importante registrar e cumprimentar a sua família, a sua esposa, a sua filha e o seu filho – que não está aqui, que saiu ainda há pouco, mas passou aqui grande parte do tempo.

O Senado da República, através desta Comissão, cumpre a sua obrigação constitucional.

Diante de tudo que foi dito aqui, de todas as ponderações, de todas as manifestações, nós estamos concluindo mais uma etapa desta indicação.

E eu quero cumprimentá-lo, porque não faltou a V. Sa. disposição de visitar cada Parlamentar que compõe o Senado da República. Esse período serviu para isto também: para que o senhor entenda como é a vida de cada um que teve milhares ou milhões de votos e que representa os seus Estados aqui, como cada um pensa, como cada um quer o Brasil de amanhã.

Por isso, eu, cumprindo com as minhas obrigações, agradeço a confiança de cada um. No momento adequado, estamos aqui fazendo cumprir a Constituição brasileira.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito e já que nós alcançamos o quórum máximo da Comissão de 27 integrantes, eu declaro encerrada a votação e solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado no painel da Comissão.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 18 Senadores e Senadoras; votaram NÃO 9 Senadores ou Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Total: 27.

Está aprovada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a indicação do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça.

A matéria segue direto para o Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Eliziane Gama, Weverton, Alessandro Vieira e ainda dos Senadores não membros Otto Alencar, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Leila Barros e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Telmário Mota e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 17ª, 18ª e 19ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com acolhimento das Emendas n°s 1 e 5, acolhimento parcial da Emenda n° 3, rejeição das Emendas nºs 2 e 4, com 51 emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida aos Senadores Carlos Portinho e Esperidião Amin, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 66, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 56, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 6-CCT. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 7-CCJ (de redação) e contrário às Emendas nºs 1 a 6-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para isentar o advogado do pagamento de custas processuais em execução de honorários advocatícios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 9, 11 e 13, na forma da Emenda nº 7-CAE (Substitutivo), com seis subemendas que apresenta, e contrário às Emendas nº 10 e 12. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 676, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1334, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a atenção à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 37, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 287, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4840, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Queria cumprimentar os nossos servidores e cumprimentar os Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 14.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Eu vou pular as informações do ato de que todos os Senadores têm conhecimento e vou passar diretamente à Proposta de Emenda à Constituição, que é item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exa.!

Sras. Senadores e Srs. Senadores, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, vou ler tão somente a síntese por ser muito simples a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2021, cujo primeiro signatário é o Deputado Rodrigo de Castro e que altera inciso IV do §2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

A PEC é fruto de um acordo firmado na Câmara dos Deputados que contou com o apoio de todos os Líderes partidários e do Líder do Governo quando da aprovação da chamada PEC emergencial. Seu objetivo é manter o mesmo status jurídico para as leis de informática de Manaus e do restante do Brasil.

Explico.

O art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, prevê que o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional um plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária. O objetivo é propiciar uma redução de pelo menos 10% dos incentivos e benefícios vigentes pela ocasião da promulgação da emenda e estabelecer o limite de 2% do produto interno bruto para esses gastos tributários no prazo de oito anos. O inciso IV do §2º do art. 4º prevê que a redução gradual prevista não se aplica aos incentivos e benefícios relativos ao regime especial estabelecido à Zona Franca de Manaus às áreas de livre comércio e às zonas francas criadas por lei.

A PEC – esta PEC – apenas faz um ajuste nesse inciso para incluir, entre os incentivos e benefícios tributários aos quais não se aplica a redução gradual prevista naquele dispositivo, a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores.

A proposta simplesmente restabelece uma condição de equilíbrio que vigora com sucesso no País há cerca de 30 anos e que permite que empresas dos setores de tecnologia da informação e comunicação e de semicondutores situados dentro e fora da Zona Franca de Manaus concorram umas com as outras em condições semelhantes, considerando a carga tributária e os aspectos logísticos.

Abolir de forma súbita a condição de equilíbrio que inclusive orientou investimentos significativos de empresas e setores não só pode inviabilizar diversas empresas em pleno saneamento, como prejudica a segurança jurídica, condição essencial para atração de novos investimentos em setores reconhecidamente marcados por externalidades produtivas.

Além disso, a PEC presente não prejudica as empresas situadas na Zona Franca, uma vez que os incentivos e os benefícios permanecem inalterados, tal como prevê já a Emenda Constitucional nº 109.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2021.

Sr. Presidente, é muito simples, é só reestabelecer o equilíbrio que já havia por 30 anos.

Estou às ordens para qualquer dúvida que surja.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Colocamos em discussão a matéria.

Senador Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Anastasia pela relatoria sucinta, muito objetiva, como sempre, mas com muita precisão no trato da questão; e cumprimentar o Deputado Rodrigo de Castro, que é o primeiro signatário dessa proposta de emenda à Constituição.

Presidente, nós temos que, de fato, ter um olhar dirigido para a indústria brasileira. A nossa indústria reduziu a sua participação na atividade econômica brasileira, ou seja, ela tem uma participação menor do que há duas décadas. A gente tem perdido capacidade de manufatura e está voltando a ser um Estado exportador de commodities, o que é muito ruim, porque isso gera o empobrecimento da nossa população de uma maneira geral, diminui a renda, a riqueza não é transformada, nem é gerada aqui. A gente sabe que a indústria é um instrumento de geração de riqueza, porque ela transforma, ela agrega valor. Essa iniciativa é fundamental, para que a gente mantenha parte da nossa indústria funcionando.

Mas eu queria aqui chamar atenção ao projeto de lei que foi aprovado ontem, de minha autoria, relatoria do Senador Jean Paul Prates, sobre uma indústria que está sendo desmontada no Brasil, que é a indústria de petróleo e gás. Essa política de paridade de preço internacional tem gerado no Brasil uma diminuição da atividade industrial de refino de petróleo. Nós estamos com 30% da nossa capacidade de refino parada e, se nossa capacidade de refino estivesse no seu máximo, nós estaríamos refinando 100% da gasolina consumida no País. Portanto, é fundamental que a gente olhe para isso em todos os setores.

No setor agropecuário, a nossa indústria avançou, mas os pequenos e os microprodutores hoje não conseguem ter uma agroindústria de ponta para agregar valor, para manufaturar parte da sua produção, para virarem exportadores. O Brasil tem uma indústria, Senador Anastasia, em que só 2% dos pequenos empresários exportam para o mundo. Então, nós precisamos mudar essa realidade. Enquanto na Alemanha mais de 60% das médias empresas são exportadoras e, na Itália, 50%, no Brasil apenas 2% da exportação que a gente faz tem origem em pequenas e médias empresas. Então, essa realidade precisa ser mudada.

Nós carecemos de uma política industrial mais consistente, mais abrangente, políticas tarifárias menos bondosas. Essa história de livre mercado é livre mercado para o nosso mercado se abrir para o mundo, mas ninguém deixa a gente entrar na Europa, ninguém deixa a gente entrar nos Estados Unidos, porque eles colocam tarifas e têm uma política tarifária, sanitária ou de qualquer outra natureza que compromete bastante a nossa indústria.

Enquanto isso, nós estamos – para concluir, Sr. Presidente – exportando postos de trabalho para outros países, porque toda vez que a gente deixa de ter uma indústria aqui, toda vez que a gente faz uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifária equivocada, toda vez que a gente, em torno de um discurso ideológico, bobo, de um lado ou de outro, deixa de produzir aqui a gente está exportando vagas de emprego. Isso explica parte do nosso desemprego, que é estrutural.

Além de tudo isso, nós estamos neste momento com desinvestimento em ciência e tecnologia, com um desinvestimento sério que comprometerá a melhoria e a renovação tecnológica do nosso parque industrial e da nossa capacidade de ter um papel relevante no mercado internacional com produtos de maior valor agregado.

Portanto, esse projeto é um passo, mas é muito pouco para o desafio que a gente tem para a indústria brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Rogério Carvalho.

A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Senador Anastasia faz a análise do ponto de vista constitucional. Nós não entramos no mérito da matéria, que tem outras repercussões, principalmente na Organização Mundial do Comércio, que já se posicionou sobre incentivos dados, principalmente o IPI, e lá atrás nós votamos a Lei de Informática na Comissão de Assuntos Econômicos, que eu presidi, e o Senador Plínio Rogério foi o Relator da Lei de Informática.

Do ponto de vista constitucional, não há o que se falar. Infelizmente, nós não vamos para o lado do mérito dos incentivos. A Zona Franca de Manaus fica preservada nessa questão porque ela tem sua lei própria de informática.

Agora, eu ia pedir vista e não vou pedir porque realmente aqui não cabe um pedido de vista, neste momento, baseado naquilo que nós estamos debatendo aqui. E, como se trata de uma PEC...

Aliás, até eu queria perguntar ao Presidente da CCJ e ao meu querido Professor de Direito se uma PEC pode ser promulgada destrinchada: "Olha, promulga isso e isso não!", porque eu não estou entendendo isso. Não dá para entender. Eu não sou nenhum especialista, não sou jurista, vou-me informar com um jurista. Aliás, hoje eu vou receber o Dr. Reale Júnior, na hora do almoço – ele está vindo a Brasília juntamente com outras pessoas que contribuíram com a gente na elaboração do relatório –, e quero saber como é esta mágica. Se a gente aprova um projeto: "Não, não, isso aqui que vocês aprovaram a gente não vai promulgar agora, a gente vai promulgar daqui a uns dez anos e tal". Então, eu estou para entender isso. Eu queria até que o Professor Anastasia me explicasse porque eu realmente não consigo entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na questão da legalidade da PEC, não há o que se discutir; na questão do mérito, a gente pode ver pontualmente alguma coisa, mas não é o momento de a gente discutir isso aqui. Por isso que eu me curvo ao seu relatório, Professor Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A matéria continua em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu agradeço ao Senador Omar pelas palavras e concedo a palavra ao Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, depois de ouvir o Senador Omar Aziz, nós ficamos tranquilos em relação a esse projeto: não altera para a Zona Franca de Manaus. Nós estamos tratando do restante do País, por isso o voto do nosso partido é em apoio ao relatório do Senador Anastasia.

Mas eu gostaria também de fazer referência ao que invoca o Senador Omar Aziz. Sobre esse questionamento que ele faz, eu particularmente tenho sido avesso a essa estratégia, escamoteando a realidade dos fatos, não é, Senador? Desde o início, nós apregoamos que era possível conceder Auxílio Brasil sem furar o teto, sem dar calote; uma proposta foi trabalhada por vários Senadores, por técnicos, por especialistas, e, no entanto, houve uma estratégia deliberada para aplacar consciências na linha do "vamos reduzir o dano", a fim de se aprovar uma proposta que tinha um objetivo claro. Era visível o objetivo da proposta. Não era apenas o Auxílio Brasil, era muito mais do que o Auxílio Brasil, é muito mais do que o Auxílio Brasil: é a soma de recursos para o gasto eleitoreiro no próximo ano. Nós já conhecemos esse filme. Não é a primeira vez que a denominada PEC paralela dorme em berço esplêndido, é jogada para as calendas. E mais uma vez se pretende fazer o mesmo.

Alcança-se o objetivo: R$6 bilhões no caixa do Governo para gastar aleatoriamente no próximo ano, com determinados objetivos muito claros. E o restante, aquilo que significaria redução de dano, fica na gaveta. É isso. Não vamos iludir ninguém, não vamos enganar ninguém. Pelo menos, o respeito da sinceridade.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Alvaro.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só para concluir a fala para passar ao próximo item. Aí, eu passo para V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Está certo, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, está presente nesta reunião, para a honra nossa, o ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, que é um especialista em política tributária. Eu o acompanho, estudando essa matéria, há mais de 30 anos, quando foi Secretário de Fazenda do Governo do Paraná. Certamente, a sua proposta promoveria desenvolvimento econômico e social, com um modelo tributário simplificador, moderno e capaz de distribuir renda. Não podemos ignorá-lo, Presidente.

V. Exa. é o primeiro subscritor desta emenda à Constituição. Quando Hauly trouxe ao Senado a sua proposta, nós solicitamos a V. Exa. que liderasse a sua tramitação como Presidente da Casa. V. Exa. buscou o apoio dos Líderes, inicialmente. Todos apoiaram. Depois, 65 Senadores subscreveram a proposta liderada por V. Exa.

É por essa razão que eu indago, Presidente: vamos dar continuidade a essa tramitação? É possível fazer a leitura do parecer do Relator Roberto Rocha antes do final do ano? É o apelo que nós fazemos. É urgente e necessário, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Rapidamente, Líder Eduardo Braga e Líder Esperidião Amin.

Vou só fazer algumas ponderações em relação a esse assunto. V. Exas. sabem que nós tentamos, da melhor maneira possível, unificar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal em torno desse assunto. Todos nós sabemos a importância dessa reforma para o País, para a nossa economia, para destravar, dar segurança jurídica, desburocratizar o processo de tributação no Brasil. Ao longo, pelo menos, dos últimos 20 anos, essa é uma matéria que precisa ser debatida e que, naturalmente, precisará de uma relação de construção de um relatório que seja viabilizado junto com a Câmara dos Deputados.

Quando a gente percebeu que poderia fazer o debate no Senado e a matéria, quando fosse para a Câmara dos Deputados, iria achar uma forte resistência, nós constituímos uma Comissão especial entre a Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados e o Senado Federal que pudesse debater essa matéria de forma coletiva para que a gente pudesse socializar as informações dos assuntos pertinentes à PEC 110, que, de fato, é de minha autoria com outros 64 Senadores que subscreveram naquele momento a sua apresentação para que ela pudesse tramitar na Casa. Foi criada essa Comissão e, depois, quando se mudou a legislatura, a Câmara dos Deputados não deu continuidade à Comissão que nós constituímos entre Câmara e Senado para que essa Comissão pudesse debater com Senadores e com Deputados e pudesse viabilizar um texto comum.

Confesso para V. Exas., Senador Alvaro Dias, que, quando houve essa interrupção do diálogo entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, eu pessoalmente fiquei profundamente resignado, porque nós lutávamos durante esse ano e meio para que a gente pudesse fazer uma conciliação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Irresignado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Irresignado, perdão. Muito obrigado, Professor Esperidião Amin.

Mas eu percebi que não havia um entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal a partir do momento em que deixaram expirar, vencer o prazo de validade da Comissão especial. Quando isso aconteceu, eu imaginei que nós iríamos enfrentar o que nós estamos enfrentando hoje aqui. Continuamos com o desejo de votarmos no Senado Federal essa matéria; há divergências de vários Senadores em relação ao texto; e a informação que nós temos em relação à Câmara dos Deputados é que a Comissão que foi constituída e que não tem mais validade nos dias atuais não conseguiu chegar a um texto comum que pudesse agradar o Senado e a Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E está hibernando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente, na última gaveta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, a Comissão da Câmara concluiu os trabalhos e entregou oficialmente ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Entregou porque não queriam votar na Câmara dos Deputados o texto que foi construído. Por isso que continuamos com o embate, e o Relator da matéria, Senador Roberto Rocha, tem se dedicado – e o Hauly, V. Exa. e outros Senadores – exaustivamente para que a gente pudesse votar essa matéria. Eu tenho o pedido de vários Senadores solicitando que essa matéria não seja votada na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, o Deputado Hauly diz que houve um entendimento entre os dois Presidentes de que a matéria seria votada aqui no Senado primeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou eu vou chegar lá. Mas o que eu queria claramente comunicar a V. Exas.? Há várias solicitações de vários Líderes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partidários e de vários Senadores que não estão confortáveis com o texto apresentado pelo Relator da matéria.

E, como nós tínhamos, durante os últimos meses, alguns problemas de procedimentos da Comissão de Constituição e Justiça em relação a algumas matérias que estavam paralisadas, quanto a essa matéria eu não tive a oportunidade de tratar pessoalmente com aqueles Senadores que pediram para não votar a matéria porque nós estávamos focados em outros temas, como, por exemplo, a sabatina das autoridades.

Então, estou fazendo essa ponderação para não deixar sem uma resposta para V. Exa., mas eu me comprometo a voltar a conversar com todos os Senadores, para que a gente possa tentar buscar um encaminhamento mínimo de tramitação da matéria na Comissão e no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero me posicionar com relação à PEC 10, para que não fiquem dúvidas.

Nós estamos tratando aqui de duas matérias. Uma é a PEC 10, relatada pelo eminente Senador Anastasia, fruto, sim, de um acordo que aconteceu lá atrás, quando da votação da PEC emergencial, em que ficou excluída da revisão a questão da Zona Franca, mas em que ficou pendente a questão dos bens de informática. Nós estamos, hoje, aqui, confirmando o acordo que firmamos àquela época, portanto honrando a nossa palavra e votando favoravelmente à PEC 10, de acordo com o parecer apresentado pelo sempre competente Senador Anastasia, que deu forma legislativa e jurídica correta à matéria. E, na política, foi construído um acordo para que nós pudéssemos votar.

Agora, com relação à PEC 110, Sr. Presidente, V. Exa. já fez um relato absolutamente correto do que aconteceu, e eu quero aditar aqui outro aspecto de natureza política. Essa reforma não trata apenas da questão de tributos dos contribuintes. Essa reforma trata da revisão do pacto federativo inteiro deste País. Essa reforma trata, inclusive, da partilha dos recursos municipais, estaduais e federais. Trata de outra questão, trata de substituição de tributos, de concentração de tributos. Portanto, essa é uma reforma de Estado. Fazer isso no último ano de governo, às vésperas de eleição, quando teremos eleição de novos Governadores e de novo Presidente da República, quando um terço do Senado será renovado, quando 100% da Câmara irão às urnas – a Câmara dos Deputados irá às urnas –, quando as assembleias irão às urnas, creio, Sr. Presidente, que é, no mínimo – no mínimo! –, uma precipitação. É, no mínimo, uma precipitação, para não dizermos isso de outra maneira! Quem nos garante que, neste momento, aqueles que estão com alta desaprovação em seus Estados têm legitimidade para falar sobre a questão dos seus compatriotas, dos seus conterrâneos?

Esta é a típica matéria, Sr. Presidente, que precisa ser votada em início de mandato, em início legislatura, em início de processo, para que nós tenhamos absoluta representação direta da população. Isso tem que ser discutido durante uma campanha. Como é que nós vamos mexer na partilha dos recursos do Estado de Minas Gerais, do Estado de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de Goiás, do Estado do Amazonas, de todos os Estados, sem que isso tenha sido profundamente debatido com a população? Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos criando e inovando, é um verdadeiro novo mecanismo não só de pacto federativo, mas também de mecanismos tributários. E isso entrar em extrapauta na CCJ? Não, Sr. Presidente. Nós do MDB não apoiamos que uma matéria como essa entre em deliberação extrapauta na CCJ.

Se V. Exa., que tem a competência regimental, quiser pautá-la na próxima semana, colocando no edital, etc., aí V. Exa. tem toda a competência.

Quero colocar, meu eminente Luiz Carlos Hauly, que V. Exa. tem um trabalho dedicado sobre esse tema. V. Exa. sabe que, nesse momento, V. Exa. é um dos especialistas da matéria, mas não um dos representantes que estão aqui com a delegação da população para falar sobre o que nós estamos dizendo nesta PEC.

Portanto, eu quero dizer que nós somos contra...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... que ela entre extrapauta. Entendemos que é legítimo de V. Exa. pautar ou não – aí é uma conveniência de V. Exa. –, mas nós não achamos adequado que, em função de que estamos talvez nos últimos dez dias úteis do Senado da República no ano de 2121, discutamos essa matéria no apagar das luzes, na véspera do ano eleitoral.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Só um esclarecimento, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Ninguém pediu extrapauta, não. Não há nenhuma solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... de votação extrapauta. É uma matéria muito importante. Ela é debatida aqui há décadas. Não é de hoje, não; é de ontem, anteontem... Há muito tempo nós estamos debatendo isso.

V. Exa. tem razão, era uma matéria para estar aqui na primeira semana de 2019. Nós estamos muito atrasados. E a reforma não é só tributária, não; é do sistema federativo, sim. Tem que ser, o nosso sistema federativo está esgarçado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Exatamente por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É uma responsabilidade nossa, e nós não assumimos essa responsabilidade. O Governo, nesse sistema presidencialista, o Presidente da República deveria ser o principal responsável. No entanto, ele abdicou dessa responsabilidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas quero dizer que ouvi o Senador Alvaro e agora quero dizer exatamente que ele acaba de concordar comigo. Isso é uma matéria para primeiro ano de mandato: 2019 era o primeiro ano do atual Presidente da República; 2023 será o primeiro ano do novo Presidente da República, seja este, seja outro. E nós estaremos, no Senado da República, revigorados por um terço que vai às urnas e nós teremos representatividade eleitoral, política, delegação de competência política para, no pacto federativo, que também o Senador Alvaro reconhece... Esta é uma matéria que trata...

Esta é uma matéria que trata, portanto, de uma questão, antes de mais nada, federativa. Depois, ela trata a questão tributária, porque ela trata exatamente de como será feita a partilha. Nós somos contra absolutamente a esta matéria entrar na pauta para ser debatida no apagar das luzes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder.

Esta matéria não está na pauta, e eu tenho de voltar a conversar com todos os outros Senadores que me pediram para não a colocar em votação.

Na semana que vem, o Presidente Rodrigo Pacheco marcou um esforço concentrado. Estão chegando mensagens de autoridades para os conselhos. Acho que nós teremos a possibilidade ainda, na CCJ, na semana que vem, de sabatinar três ou quatro autoridades, assim como fará a CAE e outras Comissões. E o Presidente Pacheco me disse que gostaria de concluir todas as votações de autoridades ainda este ano, na semana que vem, no próximo esforço concentrado. Então, naturalmente, na próxima semana, nós não teremos deliberação. Se nós tivermos as quatro autoridades para sabatinar – chegaram três mensagens –, a gente vai usar a semana que vem para votar as autoridades e, lógico e evidente, como nós vamos usar para votar autoridades, essa matéria não vai estar na pauta na semana que vem. Mas eu vou ouvir os Senadores...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Só uma pergunta: a CCJ vai se reunir que dia na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na quarta-feira.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Quarta é dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente. O esforço é terça, quarta e quinta. Foi convocado ontem, eu acho.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não. O esforço será nos dias 13 e 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dias 14, 15 e 16.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E vai ter recesso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para o Orçamento, a previsão do Congresso é votar no dia 16.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Correto. Só para ter a informação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fora do microfone.) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Fora do microfone.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou passar para o Senador Esperidião Amin e para o Senador Fernando.

Essa matéria não está na pauta, e acho que o debate é importante, porque vai adiantar o debate quando ela estiver.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, eu acho que ambos, tanto o Senador Alvaro Dias quanto o Senador Eduardo Braga, têm razão; e nós ficamos devendo. Ou seja, é um tema que, lógico, precisa do empenho do Governo, precisa da participação da sociedade, dos Estados federados, dos Municípios, especialmente os maiores, porque todo mundo quer saber como fica.

Aos que gostam, eu comparo... Vou fazer uma comparação: quem é contra a reforma tributária? Ninguém. Todo mundo é a favor, mas daquela que imagina. Pitigrilli, um escritor italiano, fez duas crônicas que podem ser comparadas a isso: O Marido Perfeito e A Mulher Ideal. Não existem, só existem na nossa cabeça, na nossa imaginação. Então, a reforma tributária não pode satisfazer a todos, e ninguém quer perder: o contribuinte quer pagar menos, e o Governo não pode abrir mão de receita nos três níveis federados. Então, é o marido perfeito e, para quem prefere, como é o meu caso, a mulher ideal.

E nós estamos terminando mais uma Legislatura sem dar essa resposta, que é necessária, para competitividade do Brasil. Porque nós não estamos concorrendo dentro do País; não existe o problema da guerra fiscal. Esse é nosso. O nosso problema é termos um sistema tributário que onera folha de pagamento. Tanto onera que nós vamos votar amanhã a desoneração da folha de pagamento! Nós não resolvemos o estrutural e passamos a resolver problemas relevantes, mas de varejo. Oneramos a produção e não o lucro. Então, nós estamos perdendo a competitividade. E eu fico frustrado, porque tanto o Senador Alvaro Dias quanto o Senador Eduardo Braga têm razão. Logo, não votaremos. E espero que o Brasil nos perdoe, mas não nos esqueça, porque vai ter que passar por este desafio de ser competitivo através de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema tributário menos fiscalizador e mais autodeclaratório, que torne, inclusive, toda a economia mais límpida e menos arestosa para que nós possamos competir.

O segundo ponto, Sr. Presidente: eu ia pedir a inversão de pauta do item 5, mas, como é o próximo, eu vou recolher o meu pedido para ficar com crédito!

Obrigado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Presidente Davi, pela ordem! Aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou passar só pela ordem de inscrição aqui...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Mas, Sr. Presidente, este projeto já deu acordo. Abra o painel de votação, e a gente vai votando, Sr. Presidente. A discussão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, nós não estamos nem votando. Estou só ouvindo a lista de inscrição aqui. Eu já vou entrar para ele. É o item 5?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai ser o segundo agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Esse já votou.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Vanderlan, já se votou o primeiro item.

Senador Fernando, um minuto.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria a atenção. O Senador Fernando, Líder, pediu a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer uma manifestação rápida, mas objetiva em relação à PEC 110.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, eu também acompanho o raciocínio do Senador Esperidião Amin ao dar razão tanto ao Senador Alvaro Dias quanto ao Senador Eduardo Braga, mas eu acho que nós temos que fazer aqui, Sr. Presidente, também um reconhecimento do esforço do Senado em relação à PEC 110. V. Exa. é o primeiro subscritor da PEC 110. O Senado discutiu essa matéria durante quase dois anos. E temos que também dar um testemunho do esforço pessoal do Senador Roberto Rocha, que realizou diversas audiências públicas, que participou de diversas reuniões fora do Senado Federal, com governos estaduais, com fóruns de secretários de fazenda dos Estados e dos Municípios, com Prefeitos, com Governadores, com instituições representantes do setor produtivo nacional, que criou consensos. E eu acredito que a gente deveria ter aqui uma posição média, reconhecendo que é uma matéria complexa, reconhecendo que o melhor é que uma reforma tributária, como disse o Senador Eduardo Braga, fosse feita no início do mandato e não ao final do mandato, mas a gente precisa também fazer justiça com o esforço que foi feito aqui pelo Senador Roberto Rocha, por V. Exa., enquanto esteve na Presidência do Senado Federal.

E eu queria trazer uma sugestão, uma sugestão que V. Exa. poderia consultar os membros da CCJ. Nós não vamos deliberar essa matéria este ano, mas vamos, pelo menos, prestigiar o relatório do Senador Roberto Rocha com a sua leitura, que a gente possa concordar que o relatório seja lido na próxima semana, que a vista seja concedida e que nós discutamos isso em fevereiro, quando a gente retomar, mas encerrar não levando em consideração todo o trabalho, todo o empenho, toda a dedicação que o Senador Roberto Rocha empreendeu nessa matéria eu acho que isso não seria também justo, não seria correto com um companheiro que se dedicou de forma tão exaustiva e de forma tão competente como ele se dedicou à proposta da reforma tributária.

Quero também aqui corrigir algumas colocações que foram feitas. De fato, a sugestão de reforma tributária do Governo Federal foi aquela que foi encaminhada em termos faseados, fazendo primeiro a junção do PIS/Cofins que ainda encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e, na sequência, a votação do Imposto de Renda, que foi aprovado na Câmara, mas que foi paralisada no Senado. Então, o Governo encaminhou, sim, uma proposta de reforma fiscal diferente da proposta da PEC 110, mas, recentemente, o Ministro Paulo Guedes, de forma pública, manifestou a sua concordância na tramitação da PEC 110 para que ela possa prosseguir, para que ela possa ser apreciada e votada com os aprimoramentos que o Senado julgar necessários e para que ela possa ir à Câmara. Certamente essa reforma será concluída no início do próximo Governo, seja pela reeleição do Presidente Bolsonaro, seja pela eleição de um novo Presidente.

Portanto, eu queria fazer esse apelo a V. Exa., como homenagem ao esforço de V. Exa. e, sobretudo, ao esforço do Senador Roberto Rocha, que a gente pelo menos concedesse o direito de o Senador Roberto Rocha fazer a leitura com a concessão imediata de vista e voltaríamos a apreciar, no mês de fevereiro, com o retorno dos trabalhos legislativos.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O Senador Roberto Rocha em seguida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – O Senador Fernando Bezerra foi o aniversariante do dia de ontem.

O Senador Alvaro Dias é o aniversariante do dia de ontem.

Os dois estão muito afinados pelos astros nesse momento. Eles estão aqui com um afinamento astral, o mapa astral dos dois está muito forte.

Sr. Presidente, eu quero dizer que eu tenho todo o reconhecimento pelo trabalho do Senador Roberto Rocha, tenho todo o reconhecimento da dedicação que ele vem fazendo, mas eu insisto na tese, Sr. Presidente, de que essa é uma matéria que trata de pacto federativo e, por tratar-se de pacto federativo, mandato de Governador não é eterno, mandato de Senador não é eterno – é até longo, mas não é eterno –, mandado de Deputado Federal não é eterno. Nós vamos às urnas, nós temos que ser renovados pelas urnas. E uma matéria que envolve o pacto federativo tem que ter a legitimidade da representação direta.

Eu sei que o Fernando é quase irresistível quando começa a fazer os apelos sentimentais, emocionais. Ele acabou de conseguir isso numa PEC dificílima, que era a PEC do precatório. Além de ele ter conseguido aprovar a PEC do precatório, ele convenceu o Senado a fatiar a PEC do precatório. Esse homem é um monstro. Não sei o que ainda falta para o Governo baixar um decreto dizendo o seguinte: "Troca-se o Governo, mas não se troca o Líder do Governo. Mantém-se Fernando Bezerra".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Esse lugar é do Romero Jucá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É verdade! O Jucá agora será o segundo lugar tenente.

Presidente, é apenas para trazer um pouco de paz para esta discussão, mas volto a dizer: acho que é um tema tão importante, que não pode simplesmente ser lido para se dar uma simples satisfação. Precisamos, efetivamente, debruçarmo-nos sobre ele, ele precisa ser discutido e debatido para sua deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, saindo de uma consulta agora, cheguei em pleno debate acerca da PEC 110. O que eu quero dizer aos meus companheiros Senadores, e peço a V. Exa. que me dê o direito...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Queria pedir a atenção, por gentileza.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Há três anos, essa matéria foi apresentada no Senado Federal, tendo V. Exa. como o primeiro signatário. Tivemos assinaturas de mais de 60 Senadores, dentre os quais eu e talvez todos os que estão aqui, nesta sala. Naquele momento, V. Exa. me designou como o Relator da matéria – V. Exa. me designou como o Relator da matéria.

Eu começo dizendo que não sou advogado, não sou economista, não sou contador, nunca tratei de matéria tributária em minha vida. V. Exa. sabe, como todos os Senadores aqui, que, nesses mesmos três anos, eu passo pelos piores dias da minha vida, tratando de um filho com câncer. Ainda assim, eu me dividi, para tratar dessa matéria, que é de interesse do País.

Ouço falar aqui que é matéria para ser tratada em início de mandato. Eu quero dizer que dois terços dos Senadores nem chegaram ao meio do mandato ainda. Essa matéria não é do Governo; essa matéria é do Senado. Aqui é a Casa da Federação. O Governo sequer vai ter que promulgar essa matéria. Ela é decidida aqui mesmo, pelo Congresso Nacional.

Eu custo a acreditar em qual a razão para negar a leitura de um relatório feito há três anos. Senhores, é a primeira vez na história que sentam na mesma mesa os três níveis de governo. Dia 5 de outubro, eu entreguei o meu relatório aqui, no dia em que a Constituinte, a Constituição completou 33 anos. Presentes estavam o Ministro Paulo Guedes; o Secretário da Receita Federal, representando o Governo Federal; o Presidente do Comsefaz e os secretários de fazenda de todos os Estados; sentados na mesma mesa São Paulo, Piauí e Maranhão – o que nunca aconteceu na história –; e o Presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), que representa 97% dos Prefeitos. A resistência, ainda que leve, ainda é de grandes Municípios – grandes Municípios –, por conta do ISS, que arrecadou, no ano passado, 80 bilhões, dos quais 75% em 15 Municípios; 40% em dois Municípios.

Essa proposta tira da origem para o destino, beneficia Estados como Amapá, Maranhão e tantos outros. Essa proposta estabelece definitivamente a diminuição das diferenças regionais. Nós estamos mitigando a regressividade. Neste País, quem mais paga imposto é quem menos tem, ou seja, os mais pobres pagam proporcionalmente muito mais do que os mais ricos. Então é obrigação do Senado Federal dar uma resposta, dizer que é ano pré-eleitoral. No Brasil, quando o ano não é pré-eleitoral, ele é eleitoral, porque tem eleição de dois em dois anos. Então, não existe esse argumento.

Eu quero, aqui, em homenagem ao que o Senado me designou a fazer, e fiz com zelo, com dedicação e, modéstia à parte, fiz o que nunca ninguém conseguiu fazer. Nós temos o apoio de todas as entidades ou praticamente todas as entidades do setor produtivo. Ontem mesmo, na presença do Presidente da República, o Presidente da CNI fez um apelo pela aprovação, ou pelo menos pelo início da votação da PEC 110, que é do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo aqui o Líder do MDB, que é um companheiro e amigo, falar que o MDB não apoia. Imagina vocês! Nós temos, lá na Câmara, a PEC 45, que é do Presidente do MDB, o Deputado Baleia Rossi. Aí, em função de controvérsias, até mesmo de disputa de protagonismo, na época em que se encerrou a votação da previdência e o Senado reivindicava aquele protagonismo sob a Presidência de V. Exa.... Eu vou esperar para ver se não atrapalha vocês aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E ele está pedindo por V. Exa., por incrível que pareça.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Ótimo! Muito bem! Eu fico feliz. Eu conheço a posição dele e ouvi dizer que a maioria dos Senadores não querem. Eu queria conhecer a opinião do segundo que é contra. Do segundo. Aliás, do terceiro, do terceiro.

Então, vejam bem, eu, naquele momento, Presidente Davi Alcolumbre, em que o Presidente Rodrigo Maia insistia no fundo de desenvolvimento bancado pelo Governo Federal, e o Governo Federal não aceitava em hipótese nenhuma, e também em função do comitê gestor, que seria do Governo Federal, uma espécie de segunda receita federal, e que criava uma discussão danada, em razão das dificuldades, das diferenças entre os diversos brasis, e em razão do ambiente belicoso do ponto de vista político, onde não sentam na mesa Presidente e Governadores, nós resolvemos, naquele momento, para não deixar a peteca cair, criar uma Comissão mista da Câmara e do Senado, que não é previsto em nenhum regimento, porque não existe previsão para votar PEC por comissão mista. Foi feita essa Comissão mista. Na primeira audiência pública... Já na segunda, veio a pandemia. Aí parou tudo! Ainda na pandemia, nós conseguimos retomar a Comissão mista e fizemos centenas de horas de audiências públicas.

Somando, Senador Kajuru, as audiências públicas aqui do Senado, da CCJ, em que eu fiz sozinho, Senador Davi... E V. Exa. sabe disso. Eu não podia sair para urinar, porque só tinha eu fazendo as audiências públicas. Eu, uma vez, saí da audiência pública, porque estava aqui o empresário Flávio Rocha, pedi para o Senador do Rio Grande do Norte, Styvenson, e eu fui lá no Colégio de Líderes, numa terça-feira, e eu perguntei a vocês: "vem cá, eu posso continuar o trabalho? Ou isso aqui é um faz de conta?" Porque isso aqui não me dá voto do Maranhão. O povo brasileiro só entende imposto quando é imposto direto, IPTU, IPVA e Imposto de Renda. No Maranhão, só 5% declaram Imposto de Renda. Com um milhão de Bolsa Família, como é que vai haver renda? Assim é no Amapá também. Então, isso não me dá voto no Maranhão. O imposto que vale lá é o imposto de consumo, é o ICMS, é o ISS. É desses que nós estamos tratando, não estamos nem tratando aqui de Imposto de Renda.

Aí eu voltei e continuei o trabalho. Fizemos a Comissão Mista, trabalhamos duramente da Comissão Mista. O Vice-Presidente da Comissão Mista, um Deputado do MDB; o Relator, Deputado Aguinaldo, trabalhou arduamente – arduamente. Eis que eu penso que o assunto está resolvido com a saída do Deputado Rodrigo Maia da Presidência da Câmara, vem um problema ainda maior, que era o Presidente Arthur Lira com o Deputado Baleia Rossi disputando a eleição. Naquele momento, eu sentei com o Presidente Rodrigo Pacheco diversas vezes, na Presidência do Senado, diversas vezes com Arthur Lira, diversas vezes com Deputados Federais. Esse projeto, esse relatório não foi feito pelas minhas mãos; esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório foi feito por diversas mãos, centenas de mãos. Eu nunca fiz uma entrevista, gente! Procuraram-me de tudo quanto foi televisão no Brasil, eu nunca fiz! Por quê? Porque eu estava atrás de luz e não de calor. Este País tem um calor muito grande, isso aqui não é matéria de governo. Se o Presidente Bolsonaro for reeleito, ainda assim não encerrou a transição do modelo. O que é isso? Isso aqui é uma matéria de Estado.

De tal modo que, encerrada a Comissão Mista – o Presidente Arthur Lira queria encerrar imediatamente, todo mundo sabe aqui que foi até destituída a Comissão da Câmara –, aí com o Presidente Rodrigo Pacheco, muito diligente, sentamos, conversamos e nós seguimos a matéria com a PEC 110, do Senado – do Senado. Mas tudo combinado com a Câmara, tudo! Tanto que o texto da 110, cujo relatório apresentei aqui há dois anos, foi absorvido no relatório do Deputado Aguinaldo, na Comissão Mista. E o que foi produzido na Comissão Mista foi acatado por mim neste novo relatório. Não tem nada de novo. Se essa matéria chegar na Câmara amanhã, os Deputados estão confortáveis para votar, os Deputados pedem publicamente para o Senado votar.

Aí a Câmara votou a volta da coligação proporcional; o Senado aposentou. A Câmara votou, com 80% dos votos, o Imposto de Renda; o Senado aposentou. E o Senado não vota? Aí o Supremo, semana passada, decidiu mais uma vez sobre ICMS. Como é que nós temos o direito de cobrar ativismo do Judiciário se a gente não legisla?

Agora, nessa matéria, dizer que não há consenso? Eu perguntei ao Senador Eduardo Braga: "Eduardo, tem algum problema de conteúdo? Tem algum problema com a Zona Franca?". "Zero, zero problema com Zona Franca, nós não alteramos nada na Zona Franca. Não há nenhum problema de conteúdo." "Aí o problema qual é?". "Ah, o problema é porque não é conveniente votar." "Vem cá, mas essa matéria é do Governo, para se falar de legitimidade?". "Não, essa matéria é do Senado." Vem cá, mas os Senadores são 81, somente 27 estão terminando o mandato, como eu e V. Exa., os outros todos não estão nem no meio do mandato ainda! Então, que história é essa de dizer que é extemporâneo, que é fora de hora?

Então, nós estamos apenas... Eu fiz aqui uma questão de ordem, mas eu creio que não será necessária, Senador Davi, pelo meu esforço pessoal e pelo esforço dos Senadores que participaram desse debate.

O Senador Esperidião Amin participou quantas vezes? E os outros Senadores todos aqui participaram quantas vezes? O Senador Antonio Anastasia estava em Portugal fazendo uma palestra recentemente, e eu participei dessa palestra, ainda que remotamente.

Ora, então, nós temos o apoio dos três níveis de Governo, nós temos o apoio público, nós temos o apoio das entidades, como CNI, Sebrae e tantas outras, e nós temos o apoio de todo o fisco brasileiro. O que está faltando? Quem é contra aqui? Quem desconhece aqui que isso não é sistema tributário, é um pandemônio tributário?

Senador Davi, vou dar só um exemplo para V. Exa. Eu falei no início que estou com um problema em família. Aí, cheguei a São Paulo: "Quanto é a consulta do meu filho?" "R$2 mil, R$3 mil". O.k. O que a secretária disse? "Com nota ou sem nota?" Eu falei: "Com nota". V. Exa. sabe quantos por cento daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que abatem no Imposto de Renda as despesas com saúde e educação ganham acima de 30 salários mínimos, como eu, como V. Exa. e todos nós? Setenta e cinco por cento! Significa que nós não pagamos, e o pobre não tem saúde.

Se nós aqui recebermos uma ligação agora, ela vai ser de WhatsApp, ou se fizermos a ligação, porque nós temos conectividade agora, mas o cidadão que está lá no interior do Amapá, do Maranhão, não tem conectividade; ele tem que usar pré-pago. A carga tributária é de 50%, enquanto a nossa é zero.

O restaurante que mais vende comida no Brasil hoje não tem uma panela. É o iFood. O maior varejista do Brasil arrecadou ano passado R$80 bilhões no comércio eletrônico. Nós acabamos com a indústria, agora estamos acabando com o comércio. Não vale a pena fazer loja. Para quê? Então, a gente resolve o problema da tributação quando o mundo está em processo de desmaterialização. A gente saía para comprar, até pouco tempo, CD e DVD para assistir em casa. Acabou isso, está tudo na nuvem!

Como é que se tributa? Mas nós estamos dando a solução na PEC 110. Só esse texto de cinco linhas demorou meses para ser construído, com diversas, centenas de mãos.

Então eu termino aqui, para não me alongar mais, fazendo um apelo a V. Exa. Eu fiz ontem uma mensagem a V. Exa. e eu não tive sequer a consideração da resposta. E eu lamento muito, porque V. Exa. virou Presidente desta Casa, fruto do meu apoio, da minha confiança como cidadão, como Senador e como quem é do Norte e do Nordeste, conhecedor de V. Exa., de quem sou amigo. V. Exa. não perdeu a minha confiança; senão eu não estaria aqui falando. Então, em respeito ao meu trabalho, em respeito ao trabalho do Senado e em atenção a todo setor produtivo do Brasil... Porque não estamos aqui fazendo reforma tributária para o governo A, B ou C, não é para os empresários, porque quem paga imposto neste País é o cidadão. Se aumentar a alíquota deste celular aqui agora, ela vai para o preço, e há produtos e serviços, Senador Davi, que vão para o preço muito mais facilmente. Por exemplo, energia, telecomunicação e petróleo. No meu Estado, que tem a maior pobreza do Brasil, 86% são desses três itens, de tal modo que eu não preciso mais dar argumento para quem conhece a matéria. Apenas faço um apelo para que V. Exa. possa atender o pleito de incluir um requerimento extrapauta apenas para que eu possa ler não o relatório, que já é conhecido de todos, porque está há meses publicado, mas apenas o voto. É esse o apelo que faço ao Presidente da CCJ, Senador Davi. Se por acaso o entendimento de V. Exa. for diferente desse, eu peço que V. Exa. submeta ao Plenário da CCJ esse nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como disse ainda há pouco, essa matéria não está na pauta, mas eu fiz questão de deixar todos os Senadores que fizeram as suas inscrições fazerem as suas manifestações sobre esse assunto. Nós estamos aqui aguardando cada Senador fazer a sua manifestação, com a legitimidade do mandato. E, de fato, nós vamos avaliar com os outros Senadores.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente, na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Senador Roberto Rocha pelo depoimento que fez. Eu sou testemunha, como todos sabem já há muito tempo, desse empenho extraordinário que o Senador Roberto Rocha fez nesse trabalho. Aliás, no evento que ele mencionou, em Portugal, que é do Fisco, há o aplauso unânime a essa proposta. Sabendo do empenho, da dedicação, eu também já tinha dito a V. Exa. e ao Senador Rodrigo dessa possibilidade do debate. Compreendo, Senador Roberto, as resistências naturais daqueles que têm as outras ponderações. É democrático, é próprio do processo.

Mas eu queria, então, fazer aqui o registro, de fato, do meu testemunho do empenho extraordinário e singular que o Senador Roberto Rocha deu a esse tema, que é um dos temas mais candentes que temos hoje no Brasil. Naturalmente, dependeremos da decisão de V. Exa. e, depois, da tramitação futura, mas o Senador Roberto Rocha, que gosta muito – como animal e símbolo da sua vida – do leão, tem sido nesse tema um grande leão, porque tem lutado com muito vigor e, por isso, eu faço questão de dar aqui esse registro público.

Parabéns, Senador Roberto Rocha!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria também aqui mencionar o colega Senador Roberto. Eu acho muito importante o debate, eu mesma participei, fazia parte da Comissão, fizemos várias audiências públicas e acho realmente importante que esse projeto entre na Ordem do Dia, Presidente, até porque as reformas são fundamentais para o Brasil, não é? E esta proposta traz, na verdade, o anseio que é o anseio nacional, que tem a ver desde com o grande empresário até com o morador da mais distante cidade, longínqua cidade do nosso País. Então, eu vejo realmente como pertinente e quero reforçar também aqui a importância, com o membro desta Comissão, de pautar a reforma tributária, Senador Roberto Rocha.

Presidente, eu queria na verdade fazer um outro questionamento. Estamos falando aqui de extrapauta... eu soube que há uma possibilidade de que o Projeto de Lei nº 3.723, que trata da questão de comercialização de armas de fogo e munição, poderia entrar na pauta de hoje. Eu queria saber de V. Exa., ao passo que também já destaco que há um requerimento nosso solicitando uma audiência pública para que possamos, primeiro, debater com as entidades e depois tratarmos da discussão desse projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Eliziane, quando nós chegarmos a essa matéria... vamos iniciar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ela não está chegada, porque ela não está na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está na pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, ela está na pauta ou o senhor colocou como extra pauta?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos, vamos iniciar a votação das matérias?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E nós vamos, no decorrer da matéria... Há vários pedidos de retirada de pauta, requerimento de solicitação de audiência, e a gente vai organizando aqui, vai passando a palavra para cada um no momento adequado – viu, Senadora Eliziane? – para a gente tentar conduzir a votação das outras matérias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Entendi. Mas o fato é que não está na pauta até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito, então. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dentro do acordo, nós fizemos uma inversão da pauta, que é um projeto que tem consenso, diferente de outros, e nós vamos inverter a pauta para atender a solicitação feita pelo Senador Anastasia.

É o Projeto de Lei nº 120, de 2018, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 120, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para isentar o advogado do pagamento de custas processuais em execução de honorários advocatícios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é da Deputada Renata Abreu, do Podemos.

O Relator da matéria é o Senador Antonio Anastasia. O parecer do Senador Anastasia é favorável nos temos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Davi Alcolumbre. Agradeço a V. Exa., cumprimentando as Senadoras e os Senadores.

Vou ler aqui a síntese do projeto, porque é um projeto, de fato, singelo.

O Projeto de Lei nº 120, de 2018, pretende isentar o advogado do pagamento de custas processuais em ação de execução de honorários advocatícios, ou seja, em ação daqueles que não pagam o seu advogado. No entanto, identificamos a inconstitucionalidade da proposta veiculada no PLC nº 120, de 2018. Do ponto de vista formal, verificamos óbice constitucional ao observar que a União não tem competência para conceder isenção de custas judiciais estaduais, as quais são instituídas pelos respectivos entes federativos, por meio de lei.

No mérito, contudo, há que se louvar a proposta, pois intenciona garantir a função essencial da advocacia à administração da justiça, a teor do art. 133 da Constituição, além de contribuir na garantia da remuneração condigna da classe dos advogados.

Nesse sentido, a despeito dos problemas de admissibilidade identificados, entendemos ser possível absorver a essência da garantia contida no PLC ao assegurar a dispensa do adiantamento das custas processuais na execução de honorários advocatícios.

A dispensa do adiantamento de custas processuais por parte de advogados é capaz de evitar o agravamento de prejuízos que o mesmo pode sofrer na execução da verba que lhe cabe. Quando a execução resulta frustrada, não se conseguindo encontrar bens do devedor para o pagamento da dívida, além de ser privado da remuneração pelos serviços prestados, incluindo o trabalho de empregado na própria execução, o advogado ainda suporta os gastos referentes às custas processuais adiantadas na execução.

Na busca de solucionar essa questão, a Lei n° 15.016, de 2017, do Estado do Rio Grande do Sul, previu a obrigatoriedade de custas somente ao final da ação para recursos que versassem exclusivamente sobre honorários, sem a necessidade de recolhimento de custas antecipadas.

É nesse sentido que propomos um substitutivo (nos termos do art. 101, §2º, do Regimento Interno do Senado) para prever que, na ação de cobrança de honorários contratuais e na execução de honorários advocatícios, o advogado ficará dispensado de adiantar o pagamento de custas processuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, sendo as custas processuais pagas apenas ao final por aquele que efetivamente sucumbir, os advogados não estariam sujeitos a prejuízos sofridos em razão da inadimplência, ao passo em que se corrige a inconstitucionalidade do projeto em sua redação original.

Então, Sr. Presidente, a conclusão – este é o voto – é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo (nos termos do §2º do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal) que apresentamos. Segue o substitutivo.

Quero só adiantar, eminente Senador Kajuru, a explicação desse projeto singelo. A proposta original da Deputada Renata previa que nós tivéssemos a isenção. A isenção é inconstitucional. Então, nós estamos propondo o adiamento do pagamento, para pagar só ao final, porque, do contrário, aquele que trabalhou sem receber adiantaria para receber e, normalmente, não recebe nada porque, na execução, não são contados os bens. É a proposta, portanto, que soluciona o tema e, ao mesmo tempo, garante a sua constitucionalidade.

É, portanto, o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Anastasia.

Coloco-o em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 da CCJ, substitutiva.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 2 da pauta.

Eu queria fazer um registro. Esse é um projeto que estava há algum tempo sendo solicitado pela nossa querida Senadora Leila Barros e pelo Senador Romário. Foi priorizada pelos Líderes partidários essa matéria. Então, eu queria fazer este registro aqui no plenário da CCJ: que é uma solicitação que nós estamos atendendo, uma matéria importantíssima, especialmente para esses dois Senadores da República, que têm uma vida pautada na prática do esporte – Senadora Leila, em sua homenagem, e do Senador Romário. É um pedido também do Senador Antonio Anastasia, que fez vários apelos.

O Relator da matéria é o Senador Roberto Rocha.

Nós já tínhamos incluído na pauta da reunião passada, mas agora eu vejo que de fato nós vamos deliberar sobre essa matéria, que é uma solicitação também de vários Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2017

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte.

Autoria: Comissão Diretora

Relatoria: Roberto Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto, com acolhimento das Emendas n°s 1 e 5, acolhimento parcial da Emenda n° 3, rejeição das Emendas nºs 2 e 4, com 51 emendas que apresenta.

Observações:

- Em 09/11/2021, foram recebidas as Emendas nº 2 e 4 de autoria do Senador Paulo Paim e a Emenda n° 3 de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão;

- em 16/11/2021, foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu não vou fazer as observações de praxe porque acho que o Senador Roberto Rocha, como Relator da matéria e também como um entusiasta para que a gente pudesse colocar logo em votação esse relatório, vai fazer as suas manifestações como Relator.

Portanto, eu passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero desde já dizer do entusiasmo, do interesse da Senadora Leila nessa matéria, que foi reforçado pelo interesse também do Senador Anastasia e de diversos outros Senadores, como o Romário.

Eu, como atleta, igual a V. Exa., igual ao Senador Anastasia – nós somos atletas profissionais –, tenho muita satisfação de poder fazer a leitura desse relatório.

Vou tentar ser o mais sucinto possível.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 68, que institui a Lei Geral do Esporte. A proposição origina-se de minuta constante das conclusões do Relatório Final da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, instituída pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 39.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a apreciação por este Colegiado, o PLS nº 68, de 2017, seguirá para o exame em caráter terminativo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A proposição é constituída por 270 artigos e pretende reunir, em um único diploma legal, normas que atualmente figuram em diversas leis federais. Tem, portanto, um caráter misto: consolida em um só texto as leis já existentes, mas também promove alterações – algumas de grande impacto – na regulação vigente.

Sendo seu propósito regular, no plano federal, a matéria "esporte" em sua inteireza, o arco de temas tratados na proposição é bastante amplo, incluindo: os princípios fundamentais do esporte; a organização do sistema nacional do esporte; a interação entre o poder público, as organizações esportivas e os atletas; as estratégias de fomento estatal ao esporte; as normas de gestão aplicáveis às organizações esportivas; as relações de trabalho no esporte; a tributação... tal, tal, tal, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Queria a atenção do Plenário.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Em linhas gerais, o projeto também atende às regras regimentais e aos ditames da boa técnica legislativa.

Os pontos que, a nosso ver, reclamam correção ou aperfeiçoamento, serão objeto de comentários, bem como as emendas que ofereceremos na conclusão.

Como a análise contém mais de 30 páginas, eu me permito, Sr. Presidente, ir diretamente à análise das emendas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fique à vontade, Senador Roberto, porque já está à disposição o relatório no sistema.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Isso. Exatamente. Para não tomar muito o tempo, eu vou, então, diretamente à análise das emendas.

A seguir, analisamos o mérito das emendas apresentadas.

Quanto à Emenda nº 1, do Senador Hélio José, que pretende alterar o art. 193, entendemos que a medida é extremamente pertinente, uma vez que aumenta o controle de acesso de torcedores. Embora algumas arenas no País já contenham a identificação por biometria, é importante que todas as arenas esportivas com capacidade para mais de 20 mil pessoas apresentem o sistema de controle em questão, de modo a proporcionar mais segurança aos espectadores do evento esportivo.

A Emenda nº 2, do Senador Paulo Paim, dá nova redação ao inciso XI do art. 35 do PL. O texto original do projeto prevê que pelo menos 30% dos cargos de direção em entidades do esporte sejam mulheres. A emenda pretende criar um critério racial que estabeleça o mesmo percentual, mas ela se confunde ao dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse percentual se aplicaria aos membros do conselho fiscal. Mesmo que seja corrigida nisso, a emenda é problemática. O próprio conceito de raça é controverso. Além disso, se cada raça tiver representação mínima de 30%, a composição da totalidade dos cargos de direção torna-se inviável, já que deveríamos ter 30% de brancos, 30% de pretos, 30% de indígenas, 30% de asiáticos, etc. Em nossa análise, acreditamos que a busca da equidade de gênero e raça, bem como da diversidade em suas mais diversas esferas, é de suma importância para promover a boa representatividade e, consequentemente, o bom funcionamento das referidas entidades, contudo, a emenda do jeito que está escrita não deve ter acolhimento.

A Emenda nº 3, do Senador Paim, propõe a supressão de dispositivos do PL em que há ocorrência do termo "jogos de azar". Cabe ressaltar que o PLS 68 não legaliza ou regulamenta os jogos de azar, mas garante para o esporte uma parcela dos recursos frutos de tributação de jogos dessa natureza que venham a ser realizados. De qualquer modo, o raciocínio do autor da emenda quanto às fontes de financiamento faz sentido. A lei que vier a criar uma nova loteria vai dispor sobre a destinação, de forma que o disposto na Lei Geral do Esporte sobre a destinação desses mesmos recursos não terá efeito algum, se a nova lei dispuser em outro sentido. Acolhemos parcialmente a emenda quanto à supressão da expressão "jogos de azar".

A Emenda nº 4, do Senador Paulo Paim, suprime o §5º do art. 48, para permitir que esportistas de categoria máster ou similar possam ser beneficiados com Bolsa-Atleta. Somos pela rejeição da emenda. O PL apenas estabelece idade máxima (20 anos) para a categoria estudantil. Para as demais categorias, há outros requisitos que não o de idade. Portanto, um atleta com 35 anos de idade que atenda tais requisitos poderá concorrer às demais categorias de Bolsa-Atleta. Desse modo, optamos pelo não acolhimento da emenda.

A Emenda nº 5, do Senador Fabiano Contarato, altera o §2º do art. 233 do PLS 68, para que torcidas organizadas que, em eventos esportivos, pratiquem condutas discriminatórias, racistas, xenófobas, homofóbicas ou transfóbicas, sejam impedidas, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos por até três anos. Somos pela aprovação da emenda. Definitivamente, não há mais espaço em nossa sociedade, no âmbito do esporte ou não, para que tais atitudes deploráveis sejam toleradas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 1 e 5, acolhimento parcial da Emenda nº 3, rejeição das Emendas nºs 2 e 4, e com as seguintes emendas.

Por fim, faço a leitura...

Presidente, sobre as 51 emendas de Relator apresentadas, cumpre esclarecer que tiveram por finalidade eliminar inconstitucionalidades e atualizar o texto, visto que já se passaram cinco anos desde que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Juristas concluiu seus trabalhos e que, neste intervalo, algumas alterações legislativas foram aprovadas para incorporar aperfeiçoamentos nesse quesito.

Vale registrar que mantivemos amplo diálogo com Parlamentares, Governo e sociedade civil.

O diálogo com a Senadora Leila e a sua equipe foi de grande valia, assim como também a interação com a organização de Atletas pelo Brasil, o comitê esporte de arbitragem e entidades relacionadas às modalidades esportivas e aos setores de bebida, alimentação e radiodifusão.

Da mesma forma, recebemos e incorporamos, em boa medida, sugestões de aprimoramento apresentadas por diferentes órgãos de Governo.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, reitero que mantivemos na sua completude a intenção inicial da Comissão de Juristas, assim, rogo aos nobres pares que possamos encerrar esse ano olímpico em que nossos atletas nos emocionaram e nos encheram de orgulho e alegria dando a eles essa Lei Geral do Esporte.

Como disse a nossa cara Senadora Leila em discurso marcante que fez no Plenário, não basta prestigiar nossos atletas apenas com palavras, é preciso agir.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Relator Roberto Rocha.

A gente passa para a discussão da matéria.

Eu tenho dois Senadores inscritos: a Senadora Leila, que está virtualmente, e o Senador Carlos Portinho.

Eu vou na ordem de inscrição e queria pedir a atenção, pois, como a Senadora Leila está virtualmente, eu solicito à Secretaria que conceda a palavra à Senadora Leila, que vai agora usar o modelo semipresencial para fazer a sua manifestação aqui na Comissão. Em seguida, o Senador Carlos Portinho.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores nesta manhã, aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para o esporte nacional. Na realidade, depois de uma longa espera – esse projeto é de 2017 –, conseguimos dar um passo muito importante, o primeiro passo, na verdade, nessa jornada na busca de aperfeiçoar, incentivar e consolidar as leis do nosso esporte.

Eu quero agradecer – não posso deixar de agradecer – ao senhor por ter pautado, ao nosso Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, que teve uma sensibilidade enorme, esteve comigo em reuniões com o Atletas pelo Brasil, com representantes também de atletas olímpicos do nosso País, que pediram muito a aprovação desse projeto, e também ao Relator, Senador Roberto Rocha, e sua equipe, que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos gentis, solícitos, nos escutaram, enfim, escutaram também todos os atletas e todas as entidades que também procuraram.

Esse projeto foi construído – aliás, construído não, aperfeiçoado, porque são quatro anos aqui em tramitação na Casa – a várias mãos. Ele consolida em um texto as leis que já são existentes, mas que também promovem alterações – algumas de grande impacto – ao nosso sistema.

Dentre as mudanças promovidas pelo projeto, eu gostaria de destacar a criação de um verdadeiro sistema nacional do esporte, integrando todos os entes federados, nos moldes do que já acontece com sucesso na educação e na saúde do nosso País.

O texto aprovado – se Deus quiser, será aprovado hoje – prevê a existência de conselhos de esporte, que são fundamentais para as discussões de políticas públicas para quem está na base – esporte federal, estadual, distrital e municipal –, com instâncias deliberativas no sistema e composição paritária entre o Governo e a sociedade civil.

Enfim, Sr. Presidente, o projeto, se Deus quiser, será aprovado. Ele irá para a CE, e nós estamos acompanhando – não é terminativo.

Então, eu peço aos Senadores – acho que o Senador Roberto Rocha foi muito preciso ao falar daquele meu discurso, daquela minha emoção no Plenário, logo após as Olimpíadas –, fazendo este apelo à Casa. Eu estou aqui há três anos, fazendo sempre esse apelo com relação a esse PL.

Tenho a esperança de que hoje, a CCJ, sob a sua Presidência, o seu comando, e todos os integrantes dela possam dar esse primeiro pontapé, que será muito importante para o sistema esportivo do nosso País.

Gratidão a todos, e estou aqui na expectativa, não só eu, mas todo o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Concedo a palavra ao Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Srs. Senadores, meu caro Senador Roberto Rocha, primeiro elogio a sua dedicação à PEC 110, e sei que a sua dedicação é igual nesse projeto do esporte.

Esse é um projeto, como disse a Senadora Leila...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – PEC.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de alta importância, e sei que V. Exa., ao longo dessa construção, aperfeiçoou diversos dispositivos do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei também todo o setor do esporte anseia por ele, mas, como eu digo, é um projeto que tem quatro anos – muitas relações do esporte se transformaram. É um projeto que tem impacto sobre a Lei Pelé, e hoje as relações, não só nos esportes amadores, mas também no futebol, se transformaram.

Recentemente, nós aprovamos, inclusive, a Sociedade Anônima do Futebol. O Cruzeiro, Senador Kajuru, é o primeiro clube registrado como Sociedade Anônima do Futebol e hoje já fez o requerimento à CBF para que a sua vaga na Série B seja transferida para o CNPJ da Sociedade Anônima do Futebol.

Esse projeto, Senador Roberto Rocha, trata também de um modelo empresarial, que, me parece, colide...

Sr. Presidente, só para...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Queria pedir ao Senador Girão, ao Senador Marcos... Aos dois Marcos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que me parece...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É importante esta reunião para a gente tratar do assunto da Comissão também. Se V. Exas. puderem ir à sala da secretaria, é importante, para a gente dar prosseguimento aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que me parece, caros Senadores, é que ele colide justamente com a Sociedade Anônima do Futebol em um capítulo que trata da sociedade empresarial, que era o anseio lá atrás, mas a Lei da Sociedade Anônima andou mais rápido, e já é realidade aqui, no nosso País.

Existem outras questões sobre as quais muitos clubes, Senador Roberto Rocha, me procuraram, com relação às relações trabalhistas, e advogados também de atletas e de credores de clubes também me procuraram com relação a essas relações de natureza trabalhista. É um projeto que vem, há quatro anos, de um grupo de juristas; por isso, tem legitimidade – são pessoas que militam no esporte. E não é porque eu não participei dessa discussão no passado, junto com outros colegas que ficaram à margem dessa discussão, porque foi um grupo restrito de juristas que conduziu; não foi dada amplitude para todo o universo. Eu tenho aqui o exemplo da sociedade anônima, Kajuru, em que a gente fez... Em 60 dias, a gente ouviu mais de 1,6 mil pessoas ligadas ao esporte. Então, tudo isso me leva a crer, sem desmerecer de forma alguma o trabalho, Senadora Leila, porque sei que lá muitas conquistas suas, da categoria, do Senador Romário...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... foram acrescidas pelo belo relatório, imagino... Eu não pude ler o último, mas comecei a ler o anterior – o último foi apresentado ontem, inclusive. E por essa razão específica de ter sido apresentado ontem, eu venho aqui pedir a vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse relatório, desse projeto, e prometo que me manifestarei na próxima semana a respeito, e se puder contribuir com essa discussão o farei. Mas eu quero registrar o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, V. Exa. quer fazer o registro ou quer pedir a retirada? O pedido de vista?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu venho pedir vista e a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A vista. Pedir a vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Girão, só um minutinho.

Líder Alvaro, V. Exa. queria falar desse projeto? Porque como foi feito pedido de vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero que o pedido de vista seja coletivo. Eu também peço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, há um pedido de vista... É sobre o projeto?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É. É rapidinho, Presidente. É um registro apenas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ah, sim. Com a palavra V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, eu queria apenas fazer uma retrospectiva em relação à atuação do Senado no que diz respeito à legislação do desporto.

Desde 2001, se não me falha a memória, o Senado passou a se dedicar mais à legislação do desporto, quando aqui se realizou a CPI do Futebol. Eu tive a honra de presidi-la, por concessão inclusive do MDB, que me transferiu essa incumbência, e essa CPI deu origem ao Estatuto do Torcedor e à Lei Social do Desporto. A partir daí, nós tivemos a reformulação da Lei Pelé. Já nessa CPI, prezado Senador Carlos Portinho, sinalizava-se para esse avanço, que agora se concretizou recentemente, com a relatoria inclusive de V. Exa., do clube-empresa.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Naquela oportunidade, a CPI sugeriu... Houve uma resistência na Câmara dos Deputados e houve, portanto, um atraso na consecução desse objetivo.

O Senador Kajuru, que sempre se interessou também pela legislação do desporto, desde que aqui chegou, sabe que com a vinda de atletas, ex-atletas, como Romário, como a Leila... Especialmente a Leila tem se dedicado à causa do esporte nesta Casa. Por isso, a votação desse projeto, assim que o Senador Portinho nos liberar, será uma homenagem aos ex-atletas que figuram nesta Casa, sobretudo a nossa querida Leila, que participou há pouco opinando sobre essa matéria.

Era esse registro, Presidente, que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu também quero apelar para o Senador Portinho, porque nós estamos tratando de uma questão... A gente sempre vê o esporte como uma questão ou empresarial, ou uma questão voltada para a saúde, ou para qualquer outra área, e a gente esquece que o esporte é, na verdade, um campo de linguagem de extrema importância para a formação de pessoas, é uma linguagem universal. O esporte permite que as pessoas se comuniquem universalmente porque é uma linguagem, é a linguagem da superação, é a linguagem da competição com regras, é uma linguagem universal, e a gente precisa dar um tratamento e cuidar que a gente tenha uma legislação que seja mais ampla e capaz de dar essa visão ao esporte.

Outra questão a que eu queria me referir, sobre a fala do Senador Roberto Rocha, é em relação à reforma tributária. Nós estamos aqui com vários projetos tramitando, com várias tentativas de reforma. Acho que essa questão do ICMS, da fonte, da origem ou do destino, é algo que precisa ser discutido e resolvido o mais rápido possível, mas nós precisamos ter uma reforma tributária que desonere mais a produção, que onere um pouco mais ou que seja compensada com a renda, para que a gente tenha um sistema mais progressivo de cobrança de imposto. Ou seja, quem tem mais, que pague mais; quem ganha pouco, que pague menos. Eu vou dar um exemplo: quem ganha salário mínimo vai gastar de imposto, para comprar um fogão a gás de R$1 mil, em torno de 10% da sua renda. Mas quem ganha 20 salários mínimos vai gastar 1% da sua renda. Isso é muito cruel neste País! Nós temos um imposto muito caro e quem paga mais imposto proporcionalmente são os mais pobres.

Então, qualquer reforma tributária que não resolva isso é uma reforma de caráter discriminatório e que vai manter as desigualdades sociais no nosso País. E pode fazer o discurso bonito que for, se não resolver essas questões, não muda a realidade e o ciclo de miséria, de exclusão, de concentração de riqueza que vive este grande País que poderia ser uma grande nação que cuidaria muito melhor de todos os seus filhos e filhas que estão em extremo abandono, entrando na linha da pobreza, passando fome por conta dessa concentração de riqueza absurda que o País está vivendo. E o nosso sistema tributário é um dos elementos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a produção dessa... Nosso sistema tributário, nossas leis trabalhistas desequilibraram as forças entre trabalhador e empregador – desequilibraram, não é uma questão de flexibilizar, é de desequilíbrio de força na relação –, e essas Casas têm responsabilidade. É a inflação que está voltando e que tem comido parte da renda dos trabalhadores, isso tem gerado uma legião de pessoas na extrema miséria, na miséria, pessoas passando fome e nós não podemos conviver com isso sendo moradores, sendo filhos, cidadãos de um país rico como o Brasil. É inaceitável o que está acontecendo no Brasil neste momento da nossa história.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Rapidamente, Sr. Presidente, para reiterar meus cumprimentos à dedicação da nossa querida Senadora Leila Barros a esse projeto e também à atenção do nosso Relator, Roberto Rocha, que atendeu a emenda do Senador Paim quase na totalidade.

E eu, conversando com ele aqui, aproveito para fazer um pedido, um apelo: para no art. 46 apenas tirar a expressão "jogo de azar". Então, eu faço esse pedido ao senhor e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Roberto Rocha...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Está atendido, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente. Também vim apoiar o projeto de Roberto Rocha e a Leila.

Ainda, em tempo, Presidente, congratulo-me com o magnífico pronunciamento que fez aqui o Senador Roberto Rocha sobre a reforma tributária. Demonstrou o aprofundamento a que chegou durante quase três anos de estudo, de preparação. É um trabalho muito convincente e que não pode ir para a gaveta; nós temos de levar para a votação.

Aproveito ainda a oportunidade, Presidente, para pedir para V. Exa. pauta para a leitura da PEC 35, de 2015, porque essa matéria já esteve aqui na Comissão, já foi ao Plenário, recebeu uma emenda, veio para o substitutivo do Senador Antonio Anastasia. Essa matéria já é bastante conhecida, tem sido focada constantemente pela a imprensa e diz respeito à mudança do sistema de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o modelo que seguiu o modelo americano, mas que já não mais funciona em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos brasileiros, porque se tornou um modelo apropriado para influências políticas e ideológicas. A proposta consiste na formação de uma comissão para indicação de candidatos ao Supremo Tribunal Federal e fim da vitaliciedade, isto é, com prazo fixo de dez anos.

Por outro lado, Presidente, nós, na próxima semana, deveremos indicar o representante do Senado ao TCU, e o Senador Antonio Anastasia é um dos candidatos, exatamente ele que é o Relator da PEC 35. Se porventura for o indicado, nós teríamos de recomeçar todo esse trabalho. Então, eu quero pedir a V. Exa. que coloque em pauta, para leitura, a PEC 35, antes de encerrarmos o ano legislativo, porque, além de aproveitamos o conhecimento e o preparo do Senador Antonio Anastasia, essa leitura não vai prejudicar em nada, em termos de tempo, se feita nesta sessão ou na próxima, da semana que vem.

Esse é o pedido que faço a V. Exa. e peço que avalie bem e conceda a leitura do relatório da PEC 35, de 2015, por parte do Senador Antonio Anastasia.

Era isso. Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para uma questão de ordem, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para questão de ordem.) – Muito obrigado, Presidente Davi.

Eu quero aproveitar aqui as palavras do meu ídolo e amigo Senador Lasier Martins sobre a PEC 35, da qual eu participo com uma emenda já acatada pelo Senador Antonio Anastasia, que é a de limitar idade para ministros do STF em 55 anos. Correto, Lasier?

Agora, eu quero aproveitar sobre a PEC para dizer ao Presidente Davi Alcolumbre o que aconteceu nos bastidores – e alguns aqui sabem, outros até participaram – da indicação do Ministro André Mendonça. Um dia antes de fazermos aqui a sabatina – pasme, Brasil –, houve uma reunião, um jantar entre líderes evangélicos e o Presidente Jair Bolsonaro no Palácio, um dia antes da nossa sabatina aqui. E o que aconteceu nesse jantar? Os líderes evangélicos, através da palavra de um lorpa, na minha opinião, que é Silas Malafaia... Ele olhou para o Presidente da República e categoricamente disse: "O senhor não está querendo a indicação do nosso Ministro André Mendonça. Ou o senhor apoia e entra para valer, ou o senhor não terá o apoio dos evangélicos na eleição de 2022".

O Presidente da República, para quem esteve nesse jantar, ficou branco diante da ameaça dos líderes evangélicos e começou a pedir para o Líder dele, Fernando Bezerra, para o Eduardo Gomes, o outro Líder, e para os outros Senadores que entrassem para valer, daquela noite para o outro dia, aqui na CCJ, e conseguissem a maioria dos votos. E foi assim que convenceram dez Senadores que tinham dado a palavra diferente a um outro Senador que não queria o nome de André Mendonça e pediram desculpas a esse Senador, dizendo que a pressão do Presidente da República foi grande demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino, só para explicar a quem não entendeu: por que essa PEC 35, do Lasier Martins, é fundamental? Porque ela tira essa exclusividade do Presidente da República, esse poder absoluto de escolher quem ele quer no Supremo Tribunal Federal. E esta Comissão, formada por pessoas capacitadas e reconhecidas em todo o Brasil, seria realmente uma transformação, além do tempo de mandato de cada Ministro no Supremo Tribunal Federal.

Contei aqui uma história de bastidores, sei que ninguém vai querer concordar comigo, mas sei que aqui muitos que escutaram já sabiam disso, só que não falam e Kajuru não tem off.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Como foi feito o pedido de vista coletiva, fica concedida vista coletiva aos Senadores do Projeto de Lei nº 68. Nós vamos aguardar o retorno da vista para pautar novamente.

Eu vou conceder a palavra agora ao Relator da matéria do item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 66, DE 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Marcos do Val

Relatório: Favorável ao Projeto.

A autoria é do Deputado Federal Enio Bacci.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto à análise caso seja permitido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre o presente projeto de lei, nos termos do previsto no art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Outrossim, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar privativamente sobre cidadania, por meio de lei, conforme previsto no art. 22, XIII, combinado com o art. 48, ambos da Constituição Federal, facultada a iniciativa parlamentar, nos termos da regra geral prevista no art. 61, também da Lei Maior.

Desse modo, no que diz respeito à constitucionalidade, bem como à juridicidade e à regimentalidade, não enxergamos qualquer óbice à livre tramitação da presente proposição.

Quanto ao mérito, entendemos que o PLC nº 66, de 2014, merece todos os louvores e deve ser acolhido por esta Casa, pois tem o nobre propósito de garantir, gratuitamente, às pessoas que recebem até um salário mínimo ou que sejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal uma segunda via quando tenham tido os documentos necessários ao exercício da cidadania furtados, roubados ou destruídos devido à ocorrência de desastres. Trata-se da ampliação da concretização de garantia constitucional prevista no art. 5º, inciso LXXVII, da Constituição Federal.

Assim, já tendo sido acolhida na Câmara dos Deputados, a presente iniciativa deve ser aprovada agora pelo Senado Federal e seguir à sanção presidencial.

Voto.

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 66, de 2014, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Encerro a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Marcos.

Colocamos em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 56, DE 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 6-CCT.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A autoria é do Deputado Federal Rubens Bueno, do Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para proferir seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, antes eu queria cumprimentar o Deputado Bueno.

O projeto, na verdade, tem o objetivo de desburocratizar, trazer celeridade processual, o que é muito importante nestes tempos, pois a gente sabe que as ações judiciais em geral demoram de forma significativa. Então, todos os instrumentos e mecanismos que buscarmos para garantir essa agilidade se tornam importantes.

Então, até para fazer jus ao objetivo do projeto, que é dar celeridade, Presidente, eu vou direto à análise.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade. Nos termos do art. 101, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cabe a esta Comissão opinar sobre toda matéria que diga respeito ao Direito Processual.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre Direito Processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o caput do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto deve ser aprimorado em sua ementa, a fim de se ajustar aos termos da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei, a saber: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos. Isso porque o PLC nº 56, de 2015, traz aquilo que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meios legislativos costuma ser chamado de "ementa cega", quando a ementa apenas se limita a indicar os diplomas legais alterados, sem mencionar o teor das alterações pretendidas. Para tanto, a fim de corrigir a ementa do projeto, sugerimos que a ementa deve apresentar a seguinte redação: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para prever hipóteses de cabimento de utilização de sistema de protocolo integrado judicial de caráter nacional".

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois, como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: a) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; b) generalidade normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; c) inovação ou originalidade da matéria, ante as normas jurídicas em vigor; d) coercitividade potencial; e) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

No que concerne ao mérito, consideramos louvável a medida inovadora abraçada pelo projeto em análise.

Tal medida está em consonância com os ditames do inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", pois o acesso à Justiça não se limita essencialmente ao direito formal do indivíduo de propor ou contestar uma ação judicial. Muito além disso, a realização da justiça deve ser efetiva também sob o aspecto prático, em particular, com a remoção, sempre que possível, de empecilhos judiciários que podem tornar inacessível para alguns os instrumentos processuais.

Portanto, a previsão expressa da possibilidade da prática de atos processuais utilizando-se da internet nas referidas Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006, como querem as referidas emendas, é desnecessária e, por isso mesmo, antijurídica.

Presidente, vamos ao voto.

Por todo o exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 56, de 2015, e, no mérito, pela aprovação da matéria, com a emenda de redação a seguir apresentada, e pela rejeição de todas das Emendas nºs 1 a 6 – CCT. EMENDA Nº 7 - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2015, a seguinte redação:

"Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para prever hipóteses de cabimento de utilização de sistema de protocolo integrado judicial de caráter nacional".

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos em discussão a matéria. (Pausa.)

Não há Senadores inscritos para a discussão.

Encerramos a discussão.

Passamos à votação do relatório apresentado pela Senadora Eliziane Gama.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 7 – CCJ (de Redação), e contrário às Emendas nºs 1 a 6 – CCT.

A matéria vai ao Plenário.

Eu consultei a Secretaria-Geral da Mesa. Nós não temos mais quórum para as matérias que são terminativas, mas eu queria fazer um esclarecimento.

Aliás, perdão. Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Marcos do Val, para que ele faça algumas ponderações em relação ao Projeto de Lei nº 3.723, de 2019, mas antes vou informar ao Plenário que já havia sido aprovado um requerimento para a realização de audiência pública para debater essa matéria no dia 4 de março de 2020. E há um requerimento, apresentado hoje pela Senadora Eliziane Gama, solicitando uma audiência pública nos mesmos termos daquele que foi aprovado. Portanto, eu determino à Secretaria-Geral da Mesa que arquive o requerimento da Senadora Eliziane Gama sem deliberação, porque ele está prejudicado, conforme o nosso Regimento, já que há um requerimento nos mesmos termos, aprovado em outra reunião da Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o dele será considerado, o do Senador Randolfe?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu estou tentando chegar lá para a gente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho um apelo de vários Senadores, que me fizeram na semana passada, entre eles o Relator da matéria, Senador Marcos do Val, está naquela relação de projetos, para que a gente pudesse trazer para deliberação. Também tenho hoje manifestação do Senador Marcos do Val, Senador Lucas Barreto e outros Senadores, e também de alguns Senadores, como o Senador Eduardo Girão, o Senador Rogério Carvalho, a Senadora Eliziane. Estão fazendo um apelo para que a gente possa realizar essa audiência pública que, de fato, já está aprovada e, regimentalmente, merece, para a tramitação e deliberação da uma matéria, a sua realização. Já está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicitei ao Senador Marcos do Val, Relator da matéria, que tentasse buscar um entendimento com os outros Senadores que estão solicitando a audiência.

Queria conceder a palavra ao Senador Marcos do Val; também ao Senador Lucas Barreto, que já está inscrito; ao Senador Esperidião Amin, como terceiro; ao Senador Eduardo Girão, como quarto, para que a gente pudesse tratar desse assunto.

E a Presidência encaminhar uma solução dentro de um entendimento possível construído por V. Exas. em relação ao PL 3.723. Ele não está incluído na pauta, conforme V. Exa. como Relator solicitou, porque nós tínhamos o impedimento de um requerimento aprovado para uma audiência pública. Esta Presidência gostaria de incluir, para atender V. Exa. e também o Senador Lucas Barreto, mas eu preciso cumprir as regras regimentais.

Eu concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, Relator da matéria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O requerimento que eu tinha solicitado para tirar de pauta, para não ser acatada a audiência pública é por questões do tempo. Nós precisamos ter uma segurança jurídica. Isso me preocupa muito, porque ainda estamos em cima de decretos e precisamos ter um projeto de lei que já tramitou na Câmara dos Deputados, já está aqui no Senado já há bastante tempo, e eu acho que a gente precisa dar essa estabilidade jurídica para todos os brasileiros. Mas, em conversa com os nossos companheiros aqui, que eu respeito demais, nós chegamos ao entendimento – não é, Senador Girão, Senador Rogério e Eliziane? – de pautar, então, essa audiência pública na terça-feira, se possível às 10h, para a gente poder, então, fazer esse debate, que já houve, mas é importante. É como o Girão disse, para não ser algo às escuras, ao pagar das luzes. Então, de forma democrática, a gente acata. Chegamos a esse entendimento de ser na terça-feira, às 10h, para que possamos, então, realizar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, mais uma consulta. Há um requerimento de V. Exa. para que o Plenário possa deliberar a não realização da audiência pública. Eu também prejudico esse requerimento e tiro da pauta para a gente não deliberar hoje diante do acordo? (Pausa.)

Então, fica prejudicado o requerimento, diante do entendimento construído com os Senadores de retirada da audiência pública para tramitação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O seu amigo de infância está lá na frente, está listado antes, é o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, ele falou que é pela idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Então, ele também entra, tem mais cabelo branco.

Sr. Presidente, eu vou ser muito pontual. Primeiro, o que o Senador Marcos do Val falou há pouco é uma coisa muito séria. Não podemos brincar de insegurança jurídica. E a não apreciação deste assunto, qualquer que seja o resultado, é, digamos, um impulso à insegurança jurídica, de forma que eu sou a favor... Eu já disse ao Senador Girão que eu tenho posição a respeito desse assunto, mas eu não posso ser contra uma audiência pública que vai esclarecer numa data definida. O que eu não posso concordar é quando se pede uma audiência e não se marca a data. Agora, também é preciso saber se vai haver racionalidade quanto aos participantes da audiência pública, porque também não... Não é pelos dois lados, ou pelos três lados, ou pelos quatro lados, mas é por um número razoável. Então, a minha preocupação é quanto à audiência na terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Esperidião Amin, me permite?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... agora, um número razoável...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho que V. Exa. tem uma preocupação que é relevante. Eu vou ler os convidados. Se V. Exa. tiver uma sugestão, a gente pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha será sempre para reduzir o número, não a qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pelo requerimento aprovado, nós temos 137 convidados para a audiência. (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí o senhor sabe qual é o sentido da coisa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, estou brincando. Nós temos sete convidados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, seis é o número ideal, porque devem ser três de um lado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me deixa fazer uma leitura aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, eu não nenhuma censura. O número é quase razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas tem alguma indicação? Porque eu acho que o Plenário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Lucas tem uma indicação, vou passar para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui o encaminhamento sobre a questão dos membros. Eu concordo totalmente com o Amin, ele está corretíssimo. Audiência pública com muita gente fica enfadonha, então a gente precisa...

Por exemplo, nós temos uma representação do Conselho Federal de Medicina e uma da Associação Brasileira de Psiquiatria; a gente deixa só uma, pode deixar a de Psiquiatria, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixa-me fazer a leitura do requerimento que está aprovado já há alguns dias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Medicina e Psiquiatria, chama o Marcelo Castro; pronto, resolve assim com uma vaga só. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade.

Eu vou fazer a leitura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é só isto: em nome da racionalidade e do acordo, a única ponderação que eu faço é que seja um número de pessoas com a necessidade de pluralismo que permita uma audiência objetiva, com objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Produtiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou fazer a leitura dos convidados do requerimento que está aprovado, que eram basicamente os mesmos convidados do requerimento da Senadora Eliziane: Sr. Renato Sérgio de Lima, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Sra. Michele dos Ramos, representante do Instituto Igarapé; Sr. Felippe Angeli, representante do Instituto Sou da Paz; Sr. Marlon Weichert, representando a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF; Sra. Ana Sandra Fernandes, representando o Conselho Federal de Psicologia – Marcelo Castro –; Sr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, representante do Conselho Federal de Medicina – Senador Marcelo Castro –; Sr. Antônio Geraldo da Silva, representando a Associação Brasileira de Psiquiatria – Senador Marcelo Castro.

Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A gente pode unificar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A gente pode diminuir. O Senador Lucas tem um convidado, a que ele quer pedir um aditamento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Desculpa, Presidente, mas é importante, porque todos que foram lidos aí são contrários. Não há nenhum favorável, então não vai haver o equilíbrio nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas aí vamos fazer o seguinte: vamos fazer três de cada lado, porque aqui tem...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Eliziane, Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um detalhe, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Minha única sugestão é que o Senador Lucas Barreto ou o Marcos do Val indiquem alguém que fale em nome dos CACs. Eu sou do Estado que tem mais clube de tiro e de atiradores do Brasil, porque é da cultura. E somos, com muito esforço, o Estado com os melhores índices de segurança do Brasil. Então, pelo menos, não precisa ser do meu Estado, alguém que fale sobre os CACs.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Eu e o Senador Marcos do Val queríamos que incluíssem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se os dois indicarem, um só. Não precisa três, um, para explicar o que significa isso no seio de uma sociedade pacífica, mas que preza a cultura. Só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – A título de encaminhamento, Sr. Presidente, eu queria, com todo respeito, discordar do meu irmão e amigo Senador Marcos do Val quando coloca que está todo mundo de um lado aí nessa lista. Isso é um equívoco, porque há presidentes de associações renomadas, como a Associação Brasileira de Psiquiatria. Isso é uma associação, não representa um ponto de vista, vai trazer dados técnicos aqui, isso não é de um lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro pedido que eu queria fazer, Senador Anastasia, que eu acho que é um nome respeitado por todos aqui, que é um ícone dessa questão de controle de armas – arma não é coisa de brincadeira, é coisa séria – , é o ex-Ministro da Justiça Raul Jungmann. Ele é o nome cuja inclusão eu queria pedir para que fizesse parte desse debate.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixem eu fazer uma ponderação aqui.

Nas outras audiências que eu acompanhei, que foram solicitadas em outros projetos, eram três de cada lado. Esse requerimento que está aqui é remanescente de março de 2020, e nós estamos em dezembro de 2021. Eu acho que a gente deveria selecionar três daqui, ou quatro, e três...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos, V. Exa. tem quantos para incluir?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, eu teria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Marcos poderia indicar dois, e a gente tiraria dois dessa lista. Pronto, resolveria o problema.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Deixem só eu colocar uma coisa. É que esse requerimento foi feito em 2020, quando estávamos no auge da pandemia, então não cabia discutir assuntos pertinentes a essa pauta.

Eu queria sugerir, Presidente, dois nomes, que seriam os de Marcos Pollon, que está até aqui presente, e o de Thiago Almeida, que é o campeão olímpico esportivo de tiro.

Eu até gostaria de dizer aqui que eu discordo do meu amigo Girão, porque os outros que foram citados são notoriamente contrários em várias publicações e entrevistas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exatamente.

Então, eu queria indicar esses dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – São duas indicações. A gente vai tirar dois...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vai tirar dois, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eliziane, sugestão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, a gente poderia tirar o Conselho de Medicina e o de Psiquiatria e deixar o de Psicologia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai ficar Psicologia, vai tirar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai tirar Medicina, vai tirar Psiquiatria, vai ficar Psicologia.

Quais são os dois nomes incluídos, Senador Marcos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, a Associação Brasileira de Psiquiatria reúne mais de 7 mil médicos. É importantíssima a presença dela numa discussão como essa, que envolve vidas, é muito importante.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu concordo com o Senador Girão, até porque, quando você faz o teste para conseguir o porte ou a posse, você passa realmente por um exame psicológico. Então, acho que vale colocar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então vai tirar só Medicina e vai incluir dois nomes; nós vamos ter nove nomes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Aí seria o Marcos Pollon e o Thiago Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então ficam aditadas ao requerimento da audiência pública as duas manifestações feitas pelo Senador Marcos do Val e pelo Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica determinado à Secretaria que convoque audiência pública para terça-feira, conforme sugestão do acordo, às 10h da manhã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nove e meia da manhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Relator pediu às 10h.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dez horas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Às 10h seria melhor por causa da chegada aqui do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Às 10h no Plenário nº 2 da Ala Nilo Coelho.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O.k.?

Em votação o requerimento de aditamento e de supressão de uma pessoa, do Dr. Antônio Geraldo da Silva... Não! Perdão: da Sra. Ana Sandra Fernandes Nóbrega. Fica retirada a Sra. Ana, e ficam incluídos os dois nomes sugeridos pelo Senador Lucas Barreto e Marcos do Val.

Em votação o aditamento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente! Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aprovado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, Presidente! Espere aí! Não, só para trocar, Presidente... É que Psicologia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A matéria está vencida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Não, Presidente. É só para tratar um nome. Porque, como a gente já ficou com Psiquiatria, a gente troca a Psicologia pelo Ministro Raul Jungmann, que atua nessa área importante. Eu acho que há consenso com todo mundo, Presidente! Equaciona! Não altera o número de membros de participantes, e a gente equilibra mais porque a gente ficou com Psicologia e Psiquiatria. Mantenha Psiquiatria, retire Psicologia e inclua o Raul Jungmann.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas aí sai da questão técnica. Eu concordo em permanecer só com especialistas na questão técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Marcos, está tão tranquilo! Vamos deixar o Raul e trocamos pela Psicologia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, Eliziane! Eliziane, vai ficar como está. Senadora, vai ficar como está. Foi aprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me informar que nós não temos mais matérias...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ah, sim! Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senador Esperidião Amin, fui o primeiro a pedir a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Pela ordem.) – Abri mão...

Mas quero externar aqui, em nome dos CACs, a gratidão às suas palavras, Senador Esperidião Amin, pelo seu Estado ser um dos que tem o maior número de CACs e o maior índice de segurança.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o maior número de armas regulares!

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E o maior número de armas regulares, claro.

E eu queria só fazer um comentário a respeito desse PL 3.723.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele garante, ele quer garantir, na verdade, aos CACs a segurança jurídica. O decreto que vai ser debatido pelo Supremo garante 80 armas; e esse projeto reduz para 16 e prejudica os CACs, claro, mas todo mundo está entendendo que nós precisamos da garantia jurídica.

Para ser CAC, é preciso comprovar tudo, tudo o que vocês imaginarem, todas as certidões. E é até uma sugestão – viu, Presidente Davi? –: a gente podia...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Desculpe interrompê-lo, Senador, porque eu até falei para a minha filha que, quando ela se casar, tem que ser com um CAC, porque é a pessoa mais íntegra e limpa na sociedade.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Isso! Mas a gente podia protocolar um projeto de lei para que, no Congresso, todos os que se candidatarem tenham que ter todas essas certidões.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Vai tirar um monte aí! Estou falando... Na eleição até é possível a gente prever isso, porque vão ter que comprovar tudo, porque, para ser CAC, não pode ter nem processo administrativo. Nada!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Senador Lucas, V. Exa. só me permite para poder fazer só um breve comentário.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Roberto!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Eu acredito que esse é mais um tema sobre o qual, se o Senado não legislar, o Supremo vai legislar.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Vai legislar e pode ficar 80.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Perfeitamente! Perfeitamente!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Então, é passada a hora de fazermos a nossa obrigação, que é legislar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Perfeitamente!

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Com certeza!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – A gente tem que fazer isso o quanto antes. Espero que a gente consiga fazer ainda neste ano.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É porque, se entrar em recesso, o STF pode tomar uma decisão monocrática...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Claro!

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... e vai virar um caos jurídico o País.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Para ser CAC, tem que comprovar tudo, desde idoneidade, todas as certidões da Justiça, e não pode ter nem BO.

Então, Sr. Presidente, o porte só é para quem tem CR há mais de cinco anos – o porte. Está falando que é há mais de cinco anos, sem que tenha respondido sequer processo administrativo no Exército, além de ter que provar que é atleta do Clube Regular.

Aumenta significativamente, esse projeto, as penas na ocorrência de qualquer crime e o torna inafiançável. Proíbe a importação por pessoa física, o que aumenta o controle. Calibres restritos só com cinco anos de CR.

É importante lembrar que, com o aumento da compra das armas, Presidente Davi, houve uma redução de 30% nas taxas de homicídio – dados do Datasus, não sou eu que estou falando.

Somos quase 600 mil CACs no Brasil, todos sem um processo, sem um envolvido em ocorrência ou qualquer tipo de crime, só cidadãos de bem. Está aí a prova: para ser CAC tem que ser cidadão de bem. O CAC é pessoa que trabalha, que tem ocupação, que, no final de semana, vai se confraternizar no seu clube, como é em Santa Catarina, como é no Amapá. Nós CACs temos orgulho de que a primeira medalha olímpica do Brasil, como falou o Senador Esperidião Amin, é de um atirador esportivo, nosso vizinho, lá do Pará, Guilherme Paraense.

Dizer que vai aumentar o crime... Quem aumenta o crime são os bandidos, com armas irrigadas, ilegais, do tráfico da droga...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E arma ilegal.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... que o senhor tanto combate, que a gente combate, Senador Girão.

Então, aqui nós sabemos que todos têm preocupação em aumentar a segurança de todo mundo, mas só se aumenta a segurança quando se tem uma arma. Lá no meu Estado, a gente tem um ditado que diz: "quem tem ferrão tem que mostrar". Pode até nem precisar usar, mas se a pessoa sabe que você está armado e que pode proteger a sua família, o bandido, não vai lá. Ele vai ao vulnerável, àquele a quem ele pode apontar uma arma e a pessoa não tem como se defender. Como se defender quando alguém aponta uma arma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senador, eu queria até...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senador Marcos do Val...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Faço até um desafio: quem tem coragem de botar uma placa na casa dizendo: "nesta casa não tem ninguém armado"? Alguém tem coragem, no País, de escrever isso?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – De jeito nenhum.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Por videoconferência.) – Eu queria me inscrever depois, Sr. Presidente.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Então, Sr. Presidente, eu falo aqui como CAC, CAC antigo, que sabe que só pode ser CAC quem é pessoa de bem, quem é pessoa responsável, quem tem todas as credenciais que a Justiça dá, que a lei exige.

Então, aqui há os que vão ser contra o decreto que regulamenta 80 armas e os que vão ser a favor do PL que garante a nossa questão jurídica – garante mesmo.

Eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, a presença do Sr. Marcos Pollon, que vai participar da audiência pública e que é Presidente Nacional da associação dos atiradores, dos que possuem CAC, da associação a que nós pertencemos também. Então, registro o trabalho que ele faz, a conscientização, uma pessoa do bem e que agrega todos os CACs do Brasil. Então, ele será o nosso representante para debater nessa audiência pública.

Seja bem-vindo, Marcos Pollon! O senhor também nos representa nos CACs, mostrando a todos, e poderá ter a oportunidade de mostrar a todo o Brasil o que é ser CAC. Então, seja bem-vindo a esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bem rapidinho, desculpa, pela ordem. Eu só gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador.

Eu vou passar para V. Exa. e vou passar para o Girão.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria pedir muito a presença dos nosso querido Senador Esperidião Amin, que já foi Governador de um Estado que tem o maior número de pessoas armadas, maior número de estandes e CACs e tem o menor número de homicídios do Brasil. Então, eu acho que Esperidião Amin é uma pessoa, é um Senador que vai conseguir dar essa visão. E o Marcos Pollon, que é Presidente da Proarmas, é um religioso. Então, não associa em nada uma questão com a outra. Eu acho que vai ser um debate saudável. E aí eu peço ao meu querido guru Senador Esperidião Amin para estar presente, porque o testemunho dele vai ser fantástico.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ele é goiano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Eduardo Girão, Líder...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente Davi, eu queria lhe parabenizar pela harmonia gerada aqui nesse acordo. Muito importante a gente fazer as coisas aqui às claras, sem ser de forma açodada, porque esse é um assunto que mobiliza toda a sociedade. Quero agradecer tanto ao Senador Lucas Barreto como também ao Senador Marcos do Val por essa maturidade. E a gente vai debater muito esse assunto na semana que vem. Isso é que é importante.

Agora, a gente precisa ter muita cautela com relação a esse assunto, não é? Nós sabemos aí que cerca de 70% dos brasileiros são contrários ao porte de arma. A gente sabe que os CACs são compostos de pessoas sérias. A gente sabe. Eu tenho parentes que são CACs, conheço pessoas altamente serenas, equilibradas dos CACs, mas, como os políticos, há políticos bons, políticos ruins, há também nessa situação os CACs. A gente não pode generalizar, como há jornalista bom, jornalista ruim... Então, a gente tem que ter um critério muito equilibrado e analisar os dados atuais. Quando se diz que se reduziu a violência no País, esses dados... Nós temos números que dizem o inverso.

Então, a gente sabe da realidade desse assunto, como isso mexe com a população brasileira. Vou dar um exemplo aqui rapidamente. Se você tem aqui o relatório do Senador Marcos do Val que a gente vai discutir, apontando redução de homicídios em 2018 e 2019, quando comparados a 2017, querendo dar uma evidência de que o aumento ao acesso de armas não representou um retrocesso para a segurança do País, ao meu modo de ver, com todo o respeito, é um equívoco, porque, a despeito desse fato, cerca de 71% das mortes continuam sendo cometidas por arma de fogo.

Entretanto, o relatório não fala que os homicídios voltaram a subir, sim, em 5% em 2020, em meio à pandemia do coronavírus, invertendo a tendência de queda após o ano de 2017.

Então é uma conquista da sociedade o Estatuto do Desarmamento, que permite armas desde que você possa cumprir todos os pré-requisitos. Permite, sim, que o cidadão de bem tenha arma em casa e no seu comércio. Agora andar armado na rua são outros quinhentos! Há brigas de trânsito, brigas passionais com marido e mulher. Outro problema gravíssimo que nós temos na sociedade é a questão de bares e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restaurantes, de bebidas. Quando você está com bebida, se passa uma pessoa e mexe com sua mulher, você já está fora um pouco do seu equilíbrio. Então, tudo isso é algo que a gente precisa levar em consideração, porque eu não tenho dúvida de que, com mais armas, há mais violência e mais mortes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem! Serei bem rápido. É só para poder incluir... Foi aprovado, aqui no Senado, um projeto de lei que diz que quem tem o porte, mas for pego ou denunciado por ter ingerido bebida alcoólica, se estiver alcoolizado ou drogado, perde o porte de arma dele.

Então, há toda uma segurança. É só uma questão de segurança jurídica para o País, antes que o STF, de novo, faça o papel que cabe ao Parlamento.

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso foi muito bem lembrado pelo Senador Marcos do Val. Agradeço a lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E também, Presidente Davi, há projetos aqui que poderiam ser apensados, como o do Senador Alessandro Vieira, que tratam desse assunto. Vários outros colegas têm projetos nesse sentido. Eu acho que a gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Na semana que vem, vai ser muito interessante o debate. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jorginho Mello...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu quero me somar e cumprimentar o Senador Marcos do Val.

Quero cumprimentar todos os Senadores pela manifestação.

Eu não tenho dúvida de que, na semana que vem, faremos um bom debate.

Santa Catarina é um dos Estados mais ordeiros do Brasil, mais cumpridores do seu dever, e nós temos um número acentuado de pessoas que usam arma lá. Isso não é sinônimo de malfeitos, de coisas impensadas.

Portanto, eu sou totalmente a favor da aprovação dessa matéria.

Cumprimento o Senador Marcos do Val, mais uma vez, pelo competente relatório, pelo que fez, pelo que construiu e pela qualidade do debate que nós vamos fazer aqui na semana que vem.

Essa é a minha manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Eu queria pedir a atenção porque eu tenho uma inscrição aqui no modelo semipresencial. Eu queria conceder a palavra... Eu queria que nós colocássemos, aqui no sistema, o Senador Veneziano.

O nosso Vice-Presidente do Senado ainda se encontra aqui? (Pausa.)

Senador Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Por videoconferência.) – Pois não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir para que a Secretaria colocasse o Senador, o nosso 1º Vice-Presidente do Senado, para fazer uma manifestação como orador inscrito.

A palavra está com V. Exa., Senador Veneziano

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. Por videoconferência.) – Meus cumprimentos, Presidente!

Na verdade, não seria, ou não é, uma participação nossa em relação a esse tema que nos envolve e que a todos nos exige uma participação.

Seria para saber de V. Exa. se do item 14, para o qual foi designado a relatar, seria possível que nós, assim, fizéssemos a leitura e a defesa da nossa compreensão sobre o seu objeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Veneziano, eu não sei se há objeção a esse item da pauta. Eu não vi nenhuma manifestação. E, se nós pudéssemos adiantar, naturalmente seria importante nós concluirmos a votação desse projeto no dia de hoje.

Eu vou conceder a palavra a V. Exa. e fazer uma inversão da pauta para nós deliberarmos esse item, já que V. Exa. está acompanhando para fazer a leitura do seu relatório. Em sinal de respeito a V. Exa., eu vou fazer a deliberação do item 14, com a inversão da pauta, já que o Relator da matéria está presente.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 49, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-CAE.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A autoria é do Deputado Efraim. O Relator é V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Como já está no sistema o voto de V. Exa., eu concedo a palavra a V. Exa. para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. Por videoconferência.) – Obrigado, Sr. Presidente.

E ao tempo em que V. Exa., de forma plenamente conhecedora da própria dinâmica, já fez menções a respeito do conhecimento prévio dos companheiros sobre o teor do nosso relatório, eu pediria tanto a V. Exa. como também aos demais companheiros a permissão para que nós partíssemos à leitura da análise. Se V. Exa. assim anuir, eu já o farei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria que V. Exa., como já está apresentado o relatório, pudesse ir direto ao voto para a gente deliberar, porque a gente vai encerrar a reunião.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Por videoconferência.) – Perfeito. Pronto.

Então, em relação ao voto, fizemos todas as exposições no relatório e na análise e o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 49 – com as menções justas e merecidas ao seu autor, o Deputado Efraim Morais Filho –, de 2018, na forma do substitutivo, rejeitando-se a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos. E aí nós trouxemos e transcrevemos os teores de cada um dos pontos que nós abordamos e que são teores de conhecimento de V. Exas.

Esta é a nossa exposição e é o nosso pedido para aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, desse projeto de muitíssima importância, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Veneziano.

Colocamos em discussão.

Primeiro Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só para manifestar o meu aplauso ao Relator e, consequentemente, anunciar o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Quero cumprimentar também o Senador Veneziano, cumprimentar o Deputado Efraim Filho, que é um amigo também da Paraíba, do Estado de V. Exa., autor desse projeto.

A matéria ainda está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais Senadores inscritos para discutir a matéria, nós encerramos a discussão.

Colocamos em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta nos termos da Emenda apresentada pelo Relator, de nº 2-CCJ (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Queria agradecer ao Senador Marcos do Val, ao Senador Lucas Barreto e, de maneira muito especial, ao Senador Eduardo Girão por essa construção. Eu sei que quem tem o poder de decisão... Todas as decisões agradam e desagradam um determinado lado, um determinado ponto de vista, mas eu acho que a construção tentando seguir a regra regimental do requerimento... E é por isso que eu quero registrar, Senador Marcos, a V. Exa., que esse foi o motivo por que nós não incluímos na deliberação de hoje, para não criar mais um conflito. E acho que o diálogo também da retirada do seu requerimento é mais um impasse de votarmos o requerimento, em que iríamos ter que expor todos os Senadores, retirando – lógico que regimentalmente também, e por isso V. Exa. apresentou – a possibilidade de fazermos o debate aprofundado de uma matéria tão importante para ambos os lados, para aqueles que defendem e para aqueles contrários à votação desse projeto.

Quero externar que a preocupação principal, o eixo, o cerne da preocupação de V. Exa. também é deste Presidente, que é a gente poder dar essa segurança jurídica para essas pessoas, em virtude das decisões seguidas do Poder Judiciário em relação aos decretos. E eu sei que V. Exa. gostaria de aperfeiçoar esse projeto, porque nós tivemos várias reuniões; V. Exa. gostaria de aperfeiçoar, mas foi o possível. E, dentro do possível, o importante é que a gente possa deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Girão, muito obrigado pela possibilidade de fazermos esse entendimento; e ao Senador Marcos, que retirou também o seu requerimento, evitando o desgaste de nós votarmos um requerimento para retirarmos uma audiência pública que já estava aprovada há um ano e alguns meses atrás.

Então, acho que a gente conclui hoje a reunião da Comissão de maneira muito tranquila e entendendo, compreendendo que nós estamos atendendo todos aqueles que gostariam de fazer as suas manifestações no ambiente adequado, que é o de uma audiência pública, antes da votação da matéria, até para que a audiência pública sirva para instruirmos a matéria e para darmos aos Senadores e às Senadoras uma visão do eixo do que diz o seu relatório e da situação que nós estamos vivendo no Brasil em relação ao porte, à posse, aos CACs, da regularização e da posse e do porte das armas brasileiras, nacionais, feitas pelos CACs.

Muito obrigado, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Regulares. Nacionais ou importadas dentro da regularidade, naturalmente.

Eu queria agradecer a V. Exas. que estão aqui até o encerramento da reunião e dizer que eu não incluí o nome do Senador Esperidião Amin como mais um convidado para a audiência pública porque ele vai participar de toda ela como Senador da República e como ex-Governador do Estado de Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Giordano, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Paulo Paim, Fernando Collor, Jaques Wagner e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Chiquinho Feitosa, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Jorginho Mello, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Eliziane Gama, Weverton e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 3723/2019, de autoria Câmara dos Deputados, e REQ 18/2020 - CCJ, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Instruir o PL 3723/2019, que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983". **Participantes:** Sr. Thyago Almeida Pignataro, Empresário, Instrutor de Tiro e Atleta; Sr. Felippe Angeli, Gerente de Advocacia do Instituto Sou da Paz; Sra. Isabel Figueiredo, Advogada e Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (representante de: Renato Sergio Lima, Diretor-Presidente do FBSP); Sra. Michele Gonçalves dos Ramos, Assessora Especial do Instituto Igarapé; e Sr. Marcos Sborowski Pollon, Representante do Movimento PROARMAS. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/14

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Vamos dar início.

Eu convido para estar aqui à mesa conosco o Senador Girão. À minha direita aqui, o Senador Lucas Barreto. Aí fica bem democrático, há um numa posição contrária, outro numa posição favorável. Eu vou permanecer na posição neutra.

Então, vou ler aqui o início.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Sras. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 3.723, de 2019, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983, conforme o Requerimento nº 18, de 2020, da CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acesso à sala de reuniões estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, aos convidados e aos servidores da Secretaria da Comissão e da área de tecnologia do Senado Federal, no restrito exercício das suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala da reunião para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fim de preservação da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7, 8 e 9, de 2020, e o art. 24 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020 e de 2021, que alteram o Ato nº 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Porta e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-0612211.

Agora, eu chamo os convidados, que já estão em seus lugares. Já ia chamá-los.

Nós temos, pela ordem, a Sra. Isabel Figueiredo, que está remotamente. Ela é advogada e conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e está representando o Renato Sérgio Lima, que é o Diretor da FBSP. Vamos ter também a Sra. Michele Gonçalves dos Ramos, assessora especial do Instituto Igarapé, vamos ter também o Felippe Angeli, gerente de advocacia do Instituto Sou da Paz, vamos ter o Marcos Pollon, representante do Movimento Pró Armas e também o Sr. Thyago Pignataro, instrutor de tiro e atleta.

Peço aos convidados que irão participar presencialmente desta audiência para tomarem seus lugares à mesa. Já foram tomados.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotar as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase da interpelação, pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra, às Senadoras e aos Senadores, será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra à Sra. Isabel Figueiredo, advogada e conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para a sua exposição por sete minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os colegas aqui, o senhor, o Senador Lucas Barreto, o Senador Esperidião Amin e todos os palestrantes que vão aqui, de uma forma – e eu não tenho a menor dúvida disso – respeitosa, colocar os seus argumentos. Eu acho que o que ganha é a democracia, com um momento como este.

Eu só queria fazer um pedido. Como há muita dúvida, entre colegas Senadores, sobre esse tema e todos os que vão nos brindar com suas palestras aqui são conhecedores do assunto, seja contra ou seja a favor, que eles possam ter mais tempo, até porque nós tivemos, aqui, muitos que não puderam vir. Por alguma situação, não vieram. Então, que a gente possa ter, ao invés de sete minutos, 15 minutos para cada um, porque vão passar dados, vão colocar situações reais para que a gente possa avaliar com bom senso como fazer uma legislação que atenda, se possível, aos interesses de todos, da sociedade. Então, eu queria fazer esse pedido ao senhor: já que alguns faltaram, se a gente pode ter essa tolerância de chegar a 15 minutos para cada um.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não, pode falar Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu quero fazer minhas as palavras do meu irmão Senador Girão – se assim me permite chamá-lo, não é? – e ao nosso querido Lucas Barreto. Eu acho que, sem dúvida, este momento é um momento que marca o exercício democrático e, acima de tudo, uma atitude correta da nossa Comissão de Justiça, conforme todos nós acordamos na semana passada. Eu disse desde o começo: não há nenhum problema em se realizar audiências públicas, especialmente esta que já tinha sido aprovada, se não me engano, em março de 2020 – 4 de março até, eu acho que é a data –, então, já estava prevista, e, com isso, elucidar. E, especialmente com isso concordei, porque ela foi marcada para uma data. Eu até tinha sugerido segunda-feira.

Agora, eu acho, sinceramente, que nós temos um texto, um projeto e, como não se trata aqui de uma discussão filosófica, o que nós temos que discutir são os pontos controversos. E eu acho que, por isso, sete minutos, como tempo base é o correto, é um tempo correto. Pode não ser para o primeiro expositor, mas, para os subsequentes, certamente. E, se houver, objetivamente, tópicos do projeto que tenham escapado à análise, seja do primeiro, seja do segundo, tenho certeza de que V. Exa. terá o bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senso para, respeitado o tempo de sete minutos que foi aprazado – regra é regra –, postergar, para que nenhum tópico do projeto fique de fora, ou seja, flexibilizamos sem ampliar datas, porque hoje nós temos outras Comissões que requerem a nossa presença, inclusive uma ou outra que está se desenrolando, que também vai dividir as nossas atenções.

Portanto, tópico a tópico, tudo que seja controverso deve ser trazido, mas, no final, nós vamos ter que votar. E, só para que não fique um ambiente muito tenso, eu nem sei o que eles vão dizer, mas vocês acham que eu não tenho lado aqui? Tenho lado. Aqui, à minha frente, me desafiando, um exemplar de latifúndio capilar, relativamente controlado, e o outro, que se esmerou em fazer uma imagem assemelhada. Vocês acham que eu não tenho simpatias? Claro que tenho. (*Risos.*)

Todos nós temos lado em tudo, até em time de futebol. Não é assim, Sr. ex-Presidente do Fortaleza?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senador, o Senador Girão está propondo, então, para passarmos para dez minutos, o que...

Pode ser? Dez minutos, então?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entrou naquilo que o árabe mais gosta, não é? Pedir desconto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k.

Então, a gente segue com...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o senhor for para o mercado de Istambul, vai fazer sucesso também. E no de Damasco também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, a gente segue com dez minutos, o prazo máximo de explanação.

Então, a gente inicia, concedendo a palavra a Isabel Figueiredo, que está no sistema remoto.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria iniciar agradecendo pelo convite de participar. A gente teve um problema de logística que não me permitiu estar presencialmente, mas espero que isso não prejudique a participação no fórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer ao Senador Amin que eu vou fazer uma exposição rápida, mas mais ampla, não diretamente focada nos pontos controversos do projeto, embora eles sejam abordados também, porque a gente vai ter, na sequência, o Felippe e a Michele, do Instituto Sou da Paz, e de organizações da sociedade civil que lançaram ontem, inclusive, uma noção técnica sobre o projeto e que então conseguem, de uma forma mais minuciosa, debater os pontos específicos do projeto, para que também a gente não fique se repetindo.

Acho importante sempre, quando a gente fala de armas, retomar algumas noções que, de alguma forma, a gente vem, como sociedade civil, ou alguns pontos que a gente vem batendo ao longo dos anos e que, ao que me parece, muitas vezes, seguem não sendo caros. E acho que um deles, em especial, eu tenho que trazer, até por conta de algumas das argumentações que estão contidas no relatório do Senador Marcos do Val.

Então, inicialmente, eu queria trazer para vocês alguns dados já muito falados, muito batidos, mas que sempre vale a pena retomar, que dizem respeito aos riscos relacionados à questão das armas de fogo. Então, a gente vai ter aí... E, claro, como disse o Senador, todos temos lados, mas, independentemente do lado, a gente tem também um conjunto de conhecimentos científicos, de evidências científicas já produzidas e consolidadas não só no Brasil, mas internacionalmente, que nos parecem ser uma referência importante para a tomada de decisão de políticas públicas, particularmente quando a gente está falando de uma política pública tão sensível quanto a política de segurança pública, particularmente, novamente, quando a gente está falando do Brasil, que segue tendo o maior número absoluto de homicídios, de mortes violentas no mundo. Então, acho que a gente não está falando aqui de armas num lugar qualquer; a gente está falando de armas num país em que a gente tem um problema de criminalidade urbana e de violência armada que é bastante alto, que é bastante grave.

Bom, retomando então esses dados, só para a gente partir de uma noção mínima, a gente vai ter estudos nacionais que vão mostrar – um deles do Ipea, por exemplo – que 1% a mais de armas tem circulação na sociedade resulta em 2% a mais na taxa de homicídios; que a presença – aí, já um estudo do IBCCrim – de uma arma de fogo em casa amplia em cinco vezes a chance de ocorrência de homicídio ou suicídio; que a vítima portar arma aumenta em 55% a chance de que um simples roubo – e roubo nunca é simples, sempre é ruim, mas é um crime contra o patrimônio – se transforme em um latrocínio.

Então, a gente vai ter aí um conjunto de dados – e eu gostaria também de citar algumas outras pesquisas internacionais – que vai, de alguma forma, conformando um cenário de como a ampliação da circulação de armas de fogo traz uma série de consequências para a vida em sociedade. Então, a gente vai ter, por exemplo, seguindo aqui e indo um pouquinho mais para outros dados, que a Escola de Saúde Pública, da Universidade de Harvard, vai dizer que, descartados todos os fatores de risco de suicídio, como as doenças, pobreza, desemprego etc., a chance de alguém se matar é maior numa residência com revólver no cofre ou no armário. O suicídio é, com frequência, um ato impulsivo. Se os meios não estiverem à mão, o impulso passa, as pessoas vão em frente e vivem bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais armas, mais crimes. Um trabalho publicado em 2017 pelo Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, do governo dos Estados Unidos, analisou o que aconteceu quando os Estados adotaram regras que facilitavam que a população postasse armas, mesmo sem comprovar a necessidade.

A partir dos modelos estatísticos, os pesquisadores estimaram que, decorridos dez anos dessas legislações mais permissivas, crimes violentos aumentaram na proporção entre 13% e 15% mais nos Estados do que ocorreria caso não houvesse essa permissividade.

Voltando para a questão do suicídio, os pesquisadores – está aí um conjunto de pesquisas feitas nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Irlanda – concluíram que o acesso às armas não está associado a uma probabilidade maior de alguém na casa ser vítima de homicídio; não só de homicídio, mas também de suicídio, como a gente já mencionou.

Enfim, eu acho que a gente poderia ficar horas falando sobre esse conjunto de pesquisas – depois a gente até pode compartilhar esses dados com os senhores –, mas acho que vale também retomar um pouquinho o que vem acontecendo no País nesses últimos anos com relação à flexibilização de armas de fogo.

Então, eu acho que todos aqui são conhecedores do assunto, eu não queria muito chover no malhado, mas acho que também, então, a gente tem a população nos assistindo. Então, vale retomar alguns dados que parecem que são relevantes. Então, a gente vai ter... Eu vou pegar dados do Anuário, e se a gente fizer uma pesquisa na internet a gente tem um conjunto de dados que nem sempre batem, e aqui eu acho que vale também um parênteses: muitas vezes, os dados que estão na internet não batem porque têm períodos de coletas distintos e, segundo, porque, às vezes, são imbatíveis mesmo. Dependendo de como você pergunta as coisas para a Polícia Federal ou para o Exército, as respostas nem sempre são exatamente as mesmas respostas, particularmente nesses últimos anos em que a gente teve uma mudança grande no Sinarm e na forma de registro das armas na Polícia Federal.

Então, eventualmente, a gente tem uma ou outra discrepância de dados, mas, para que a gente não tenha diversas fontes, eu vou trabalhar só com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum, que não são dados que a gente produz, são dados que a gente solicita, por meio da Lei de Acesso à Informação, para o Exército e para a Polícia Federal e consolida nessa publicação anual.

Então, de acordo com o 15º Anuário, que é o nosso último, a gente vai ter, entre 19 e 20, mais 43% de pessoas físicas registradas como CACs, quase 30% a mais de armas registradas desses CACs. A gente vai ter no Sinarm mais de 21% de registro de novas armas, sendo que a gente vai ter, nesse mesmo período, uma queda drástica, primeiro, da destruição de armas apreendidas; um aumento quase insignificante de apreensão de armas de fogo pelas polícias, mas com grandes quedas em Estados importantes da Federação, como São Paulo e Rio de Janeiro; no Rio de Janeiro, por exemplo – que é um Estado sobre o qual a gente não precisa muito discorrer sobre a questão da violência lá –, a gente vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma queda de mais de 20% na apreensão de armas de fogo pelas polícias; e a gente vai ter também no Anuário um outro dado importante, que repercutiu recentemente por conta de outras matérias feitas pela imprensa, relacionado à questão das visitas e fiscalizações realizadas pelo Exército brasileiro nos CACs, lojas e clubes de tiro. A gente tem um aumento – isso é importante registrar –, a gente tem um aumento, entre 2019 e 2020, de 4,8 mil fiscalizações para 7,2 fiscalizações.

Isso é um aumento interessante, mas esse aumento interessante representa que apenas 2,3% destes arsenais foram fiscalizados pelo Exército brasileiro no último ano. Sendo que, quando a gente olha esses dados por regiões militares, a gente vai ter situações particularmente graves em algumas delas, como, por exemplo, a 2ª Região Militar, em São Paulo, que conseguiu fiscalizar, em 2020, apenas 1,1% do total desses estabelecimentos, desses CACs, o que significa algo bastante grave, particularmente quando a gente pensa que, em São Paulo, estão localizados os maiores arsenais particulares.

Bom, eu acho que esse cenário todo é para a gente, de alguma forma, entender, em linhas gerais, do que se trata e do que a gente está falando. Particularmente, a gente está falando então, em resumo, de um assunto muito sensível, de um assunto que produz criminalidade e de um assunto que o Estado brasileiro sempre foi frágil no processo de fiscalização e de aprimoramento de políticas públicas, mas que, nesses últimos anos, ao que parece, eu quis dar ao que os dados vão apontando que esse processo, essa fragilização veio ampliando. Quer dizer que a gente está fazendo duas coisas, duas receitas, dois ingredientes que são ingredientes, me desculpem pelo trocadilho, mas ingredientes exclusivos. A gente está, de alguma forma, ampliando a circulação de arma de fogo na sociedade e, simultaneamente, reduzindo todos os nossos mecanismos de controle, inclusive nesse projeto hoje em discussão, os mecanismos relacionados à numeração de armas de fogo de munição, que é algo fundamental, que nunca a gente conseguiu, enquanto País, de fato, criar um sistema robusto que permitisse, de uma forma bastante segura, o processo de rastreamento de armas e munições. E o que a gente vai ter hoje no projeto é ainda mais a fragilização ainda maior desse mecanismo.

Acho que para a gente (*Falha no áudio.*)

... pública é muito importante hoje a clareza que se tenha, que se tenha clareza sobre não avançar não só nesse projeto como também em qualquer outro projeto que, de alguma forma, traga como consequência a ampliação de circulação de armas e a fragilização ainda maior nos mecanismos de controle.

Acho que era isso que eu queria dizer nessa intervenção inicial.

Agradeço, mais uma vez, pelo convite, pela possibilidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu agradeço as palavras da Sra. Isabel Figueiredo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide está pedindo pela ordem no sistema remoto.

Para seguir o tempo, vamos dar três minutos. Depois a gente volta com mais outro Senador que queira também fazer algum questionamento. Depois a gente dá a tréplica para a Isabel e seguimos para outro próximo orador.

Com a palavra a Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos que estão nos assistindo.

Eu quero aqui cumprimentar o Presidente da reunião, o Senador colega Marcos do Val, e dizer da minha preocupação com essa flexibilização de porte e posse de arma de fogo. Mesmo que esteja especificando aqui que seja para colecionadores e atiradores, eu acho, gente, que não é o momento. Eu tenho certeza de que a população brasileira, se for pesquisar, ela não vai querer armas de fogo que não sejam na mão da segurança pública brasileira. Em nome de quê? Olhe, quem garante onde vão parar essas armas? Quase 400 mil pessoas fazem parte desse do CAC de colecionador. E por que esse pessoal vai poder portar em qualquer lugar e vai poder abater animais tanto no público, na área pública, como na privada deles?

Eu acho que o País onde há mais de 20 milhões com fome e uma quantidade imensa de desempregados, o que, por si só, já pode favorecer a violência, flexibilizar o uso de armas num momento como este, eu acho que a gente deveria discutir mais este assunto. Isso não é um assunto simples.

Eu sou médica de formação, trabalhei anos em pronto socorro e vi muitos cidadãos que me diziam: "Dra. Zenaide, se eu não estivesse com a arma de fogo, não teria matado meu amigo, não teria atirado; no máximo, dado um empurrão".

Agora, eu chamo a atenção porque quem vai também pagar um preço caro por isso é a segurança pública, o policial rodoviário federal, a polícia federal. Imaginem que, quando forem abordar qualquer carro, a chance de quem estar nele estar armado é grande!

E não tenham dúvidas de que a maioria dessas armas vai chegar às mãos das pessoas que as usam para assaltar.

Então, isso é minha opinião. Claro que a gente deve discutir. Isso é democrático. Mas não vai ajudar em nada armar a população civil. Quem tem a obrigação de fazer a segurança pública do País é o Estado brasileiro!

Então, por que vamos aprovar um projeto de lei deste, na véspera de terminar o ano? É preciso debater. São vidas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos abrir mão disso daí. Acho que a gente deveria ter um debate bem mais apurado quanto a essa questão do colecionador, do atirador, do caçador ter o direito a ter 30 armas. Imaginem quantas armas. Já houve flexibilização. Isso aqui é para legalizar o que já foi decretado e que não está correto!

Não é hora, nem nunca foi, nem nunca armando a população que se resolveu a violência.

Então, já disse: eu acho que a gente deveria ter mais audiências públicas, chamar a segurança pública, ouvir os policiais civis, militares... Do jeito que vão dizimar a população com essas armas, também os policiais, quem faz a nossa segurança estarão em risco, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado pela palavra.

Eu vou só fazer uma introdução, que acho até deveria ter sido feita para esclarecer os oradores na sequência do seu raciocínio, até para poder esclarecer à Senadora Zenaide.

Este projeto de lei já passou pela Câmara dos Deputados e já foi extremamente alterado.

Como Relator, esta relatoria chegou para mim em 2020, nós estávamos em pandemia, e não era cenário para se discutir sobre este assunto. Posterguei, deixei para que este assunto fosse levado mais à frente, até o momento em que nós achássemos que seria o ideal falar sobre ele.

Chegando ao fim da CPI, que foi um momento de preocupação da sociedade brasileira, de discutir o que foi certo, o que foi errado, eu também sentei com a minha assessoria e vimos que não haveria espaço e tempo para que pudéssemos fazer um novo relatório. Como Relator, confesso a vocês que este relatório nada me agrada e nada agrada aos colecionadores, caçadores e atiradores.

Nós o colocamos em pauta na íntegra, e houve um pedido também do Senador Girão de ter uma audiência pública, para que tornasse bem democrática a nossa Casa do Senado Federal, e assim nós concordamos.

Nós o colocamos em pauta na íntegra por um problema que mais nos aflige: trata-se da questão da instabilidade jurídica, porque, como já fizeram pedidos, através de liminares, para a derrubada dos decretos hoje, vigentes, pelo Presidente da República, e esses decretos realmente abrem um leque muito grande para os caçadores e atiradores, os que gostariam de ter a posse e o porte, se, em pleno recesso do Supremo Tribunal Federal, nós tivéssemos uma decisão monocrática, de apenas um Ministro, derrubando os decretos vigentes hoje, nós não teríamos nenhum projeto que pudesse assegurar a sua legitimidade, e o Brasil entraria num colapso jurídico muito grande.

Então esse projeto que nós estamos debatendo hoje – deixo claro para todos – não abre nenhuma possibilidade de dar mais direito; pelo contrário, ele tira direitos. Antes os direitos eram de 60 armas, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzido para 16, para quem é praticante esportivo. Antes se dava, quase que de imediato, a liberação do porte para a proteção do seu acervo, hoje é preciso ter cinco anos de quarentena, passar por uma quarentena de cinco anos, depois passar por uma avaliação para, aí, sim, ter permitido o porte de apenas uma arma e não de todas as armas e de fuzis como se falava no meio.

Então a sociedade precisa, de pronto, já entender que esse projeto não agrada os CACs, os atiradores, colecionadores, caçadores, e nem quem quer ter porte e posse; muito pelo contrário, nós só pautamos agora, no final, antecedendo o recesso pós-pandemia, porque é a maneira mais segura que o País vai ter, de ter a segurança jurídica e não ter uma decisão monocrática no Supremo Tribunal Federal.

Esse é o grande temor, repetindo, porque os decretos feitos pelo Presidente da República dão infinitamente mais poderes e concessões do que este projeto está propondo.

Então eu tive que convencer os caçadores e atiradores, colecionadores, a aceitarmos pautar esse projeto para que não ficássemos numa insegurança jurídica. Seria o equivalente, um exemplo para a sociedade, para quem não está no meio, a, num momento, você ter permissão para comprar um carro 2.0 e, de repente, numa decisão monocrática, você vai estar ilegal se estiver com esse carro na garagem, você vai estar ilegal se vender esse carro, você vai estar ilegal se transitar com esse carro, então você não vai saber o que fazer com esse carro.

Então a gente precisa ter este projeto de lei aprovado para que, depois, ao longo do tempo, a gente continue esse debate. Esse debate não vai ter fim nunca. É um debate que, de acordo com a sociedade, com o andamento da sociedade, pode avançar mais um pouco, pode recuar mais um pouco, mas agora, simplesmente, em razão da segurança jurídica que nós precisamos ter, não podemos nos aventurar a, num recesso, receber uma decisão de apenas um Ministro derrubando esses decretos.

Então, para que o País não entre em colapso, a gente propôs pautar e votar esse projeto. Mas, de forma democrática, reitero aqui, que há necessidade, a gente concordou, de haver esse debate. O Senador Esperidião Amin, nosso querido, tem uma missão agora para cumprir e provavelmente vai retornar, foi Governador de Estado, de Santa Catarina, onde é notório, é do conhecimento de todos, há o maior número de pessoas, cidadãos portanto, tendo a posse de armas, e é o Estado com menos homicídios do País. Então, a gente não pode fazer uma correlação, porque precisa entender, principalmente nesse projeto, o cenário dos CACs e dos esportistas. É como se eu dissesse: "Olha, para você que vai treinar Fórmula 1, você só vai ter direito a dez litros de gasolina, enquanto os outros países que estão competindo têm direitos infinitos a gasolina para o seu treinamento". Então, isso vai prejudicar o esporte que mais trouxe medalhas para o Brasil.

Só para esclarecer, para que a gente possa seguir dentro do raciocínio do que propõe realmente o projeto de lei, porque ele não é, repito novamente, um projeto que vai abrir mais condições. Pelo contrário, ele está tirando direitos dados pelos decretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sigo agora para o próximo orador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, as perguntas vão ser feitas depois ou a cada explanação vai-se abrir a oportunidade de abrir perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, a cada dois oradores que se posicionarem, a gente abre para os Senadores perguntarem, porque a gente está com um número até maior de oradores contrários do que favoráveis na verdade. A gente achou que nem haveria necessidade de colocar oradores favoráveis, porque é um projeto que prejudica os CACs e os atiradores esportistas.

Vou conceder, então, a palavra à Sra. Michele Gonçalves dos Ramos, Assessora Especial do Instituto Igarapé, para sua exposição por dez minutos.

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom dia!

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – ... Senador Eduardo Girão, Lucas Barreto e demais Senadoras e Senadores que nos acompanham aqui nesta audiência.

Em nome do Instituto Igarapé, gostaria de agradecer pelo convite para participar dessa discussão de um projeto tão importante e que tem um impacto enorme na nossa segurança e na nossa democracia. E para apoiar essa discussão, eu queria trazer aqui no meu espaço de fala três pontos: a questão do aumento da circulação de armas e munições, sobretudo nos últimos anos, em detrimento das capacidades de fiscalização do Estado desses arsenais; alguns dos principais retrocessos trazidos por esse PL em apreciação aqui nesta Comissão; e a necessidade de que esta Casa avance na apreciação de projetos que de fato contribuam para a garantia do direito à vida da população brasileira e não para a garantia de privilégios a determinados grupos em detrimento dos interesses da coletividade.

Sobre a problemática do aumento da circulação de armas e munições, no Brasil, sobretudo ao longo dos últimos três anos. Na contramão das evidências, do impacto da ampliação da circulação de armas e munições em diferentes formas de violência, como a minha colega Isabel apresentou, e aí a gente pode pensar nos homicídios, nos feminicídios, na questão do controle territorial armado por diferentes grupos organizados em diferentes regiões do País e das evidências que mostram a importância do controle estatal para evitar que esses arsenais sejam desviados para a ilegalidade e utilizados pela criminalidade; desde 2019, mais de 30 atos do Executivo Federal ampliaram o acesso a grandes quantidades de armas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

munições, incluindo armas que antes eram de uso restrito às forças de segurança pública, sem que medidas efetivas para fortalecer o controle desses arsenais fossem devidamente adotadas. O PL 3.723, em discussão aqui nesta Comissão, que foi apresentado pelo Executivo Federal à Câmara dos Deputados, em junho de 2019, se insere nesse contexto.

Alguns números que traduzem o impacto dessas mudanças realizadas ao longo dos últimos três anos. As armas novas registradas pelos cidadãos no Sinarm, que é o sistema da Polícia Federal – então pessoa física e cidadão, Sinarm I e Sinarm II –, entre 2018 e 2019, tiveram aumento de 242%. A gente sai de um patamar de 35 mil armas novas registradas, em 2018, para mais de 122 mil armas registradas, em 2020. Só no primeiro semestre de 2021, nós tivemos mais de 76 mil novas armas registradas pelos cidadãos, o que é mais do que o dobro de todas as armas novas registradas em 2018.

No caso específico dos caçadores, atiradores e colecionadores, o número de pessoas físicas com certificado de registro ativo salta de 255 mil, em dezembro de 2018, para mais de 465 mil, em outubro de 2021. Com relação especificamente aos atiradores desportivos, a gente salta de 133 mil, em dezembro de 2019, para 449 mil certificados ativos de atiradores, em outubro de 2021. Só no período de abril a outubro de 2021 – então aí a gente está falando de um intervalo de seis meses –, a gente tem mais de 100 mil registros concedidos, o que nos dá uma média de mais de 550 registros concedidos por dia.

Diante desses aumentos, quais são as capacidades de fiscalização estatal desses arsenais, exatamente para evitar que desvios aconteçam? O Igarapé realizou um levantamento recentemente, com base em informações obtidas junto ao Exército, via Lei de Acesso à Informação, que nos mostrou que, em 2020, apenas 2,3% dos arsenais privados, que incluem os acervos de caçadores, atiradores, colecionadores, lojas, clubes e entidades de tiro, foram fiscalizados.

Nesse cenário para lá de desafiador, o que o PL 3.723 nos propõe? Dentre outras medidas, o projeto revoga o art. 23 do Estatuto do Desarmamento e elimina a marcação de munições, inclusive para as forças de segurança pública; a marcação de embalagens de munições; e a exigência de dispositivo intrínseco de segurança e de identificação de armas de fogo.

O projeto também define as atividades de caça, tiro desportivo e colecionamento como direito de todo cidadão brasileiro. Uma ressalva: vale lembrar que a caça, que passaria a ser um direito, é proibida no Brasil; só há autorização para licenças de manejo restritas a espécies em locais em que há desequilíbrio da fauna.

Terceiro ponto: o projeto dificulta a fiscalização de caçadores, atiradores e colecionadores. Ele determina, por exemplo, que, para que haja acesso aos bancos de dados que contenham informação dos acervos de CACs, o servidor credenciado para ter esse acesso terá que motivar o ato em registro prévio, ou seja, para investigar alguém que teria acesso a arsenais... E aí eu só queria fazer uma precisão, Senador Marcos do Val, de que o projeto de lei estabelece um limite mínimo de aquisição de 16 armas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 21-D.

.....

§7º A quantidade de armas autorizadas para o apostilamento de caça ou de tiro esportivo será regulamentada pelo Comando do Exército, assegurada a quantidade mínima de 16 (dezesseis) armas de calibre permitido ou restrito por acervo, das quais no mínimo 6 (seis) poderão ser de calibre restrito.

Então, não há uma previsão sobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Só interrompendo, mas eram 60 armas antes permitidas...

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – Deixe-me só terminar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... 30 de restrito e 30 de não restrito, e passou para 16, 26% a menos.

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – Esse limite máximo está dado em decreto. A lei estabelece um limite mínimo de 16, ou seja, a gente pode chegar a esse limite de 60 armas, sem nenhum problema.

Continuando, então, assim, a gente faz com que, para se investigarem essas categorias que têm um arsenal facilitado a grandes quantidades de armas e munições, o investigador ou o delegado teria que explicar por que pretende obter essas informações, esses arsenais. Essa prática é incompatível com a atividade de investigação, lembrando que não há exigência de nada semelhante, por exemplo, para a gente consultar se um carro é de propriedade ou não de um cidadão.

Já me encaminhando aqui para as considerações finais, eu queria destacar um ponto que foi colocado pelo Senador Marcos do Val, que é sobre a questão da segurança jurídica que essa aprovação traria, sobretudo, para os caçadores, atiradores e colecionadores.

O parecer apresentado na Comissão denuncia essa grande insegurança jurídica resultante desse caos normativo de dezenas de decretos, portarias e resoluções do Executivo Federal que ultrapassaram a sua competência, estipularam autorizações não previstas em lei e que estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal. Nós compartilhamos desse mesmo diagnóstico, porém a solução para um problema criado pelo Executivo Federal não pode ser a flexibilização da legislação atual, lembrando que a revogação dos decretos fará com que a regulação anteriormente vigente volte a vigorar. A gente não pode usar um processo legislativo para legalizar as ilegalidades de decretos que foram publicados ao arrepio da lei. Assegurar privilégios a determinadas categorias e desconsiderar os riscos desses privilégios não nos trarão a segurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de estar direcionado sobretudo aos CACs, concedendo a esse grupo privilégios que são pouco fundamentados, as previsões desse projeto de lei impactam a vida de toda a sociedade e, de forma ainda mais grave, a vida de grupos que são mais expostos à ampliação do acesso de circulação de armas e munições no País – e aí a gente pode destacar mulheres, jovens e pessoas negras. Enquanto os cidadãos com alto poder aquisitivo têm acesso ao registro dessas atividades em razão dos custos de aquisição da arma de fogo, de treinamento e de certificação, mulheres, crianças, jovens e pessoas negras se tornam mais suscetíveis a violências em ambientes privados e públicos, como minha colega Isabel reforçou.

Nós sabemos que os interesses econômicos e eleitorais associados à instrumentalização da política de controle de armas e munições não são poucos. Mas o que deve pautar o debate e a atuação dos Poderes Legislativo e Executivo é o interesse público. E é por isso que, como participante desta audiência e como cidadã, eu reitero a importância de que esta Comissão e esta Casa tenham como prioridade a análise de projetos que reduzem os riscos da violência armada no Brasil e não o contrário.

Diante da discussão sobre benefícios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – ... a um grupo restrito, é o direito à segurança e à proteção da vida das pessoas que deve prevalecer.

Em nome da Élida Maria Seabra e dos seus filhos João Pedro e Paulo Henrique, do policial civil Fabiano Menezes, do José Antônio Rocha Monteiro e de tantas outras vítimas da nossa incapacidade de evitar que armas obtidas a partir do registro das atividades de caça, tiro esportivo e colecionamento sejam utilizadas em crimes, eu peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o tema do controle de armas e munições seja tratado com a máxima responsabilidade desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço as palavras da Sra. Michele.

Antes de passar para o Senador Angelo Coronel, que pediu a palavra, eu só queria fazer uma correção. A senhora disse que, o projeto de lei fala que é, no mínimo, 16 armas. Eu vou ler aqui só um pedacinho que diz o seguinte:

> ... o Projeto reduz... a quantidade de armas permitidas a atiradores desportivos, de sessenta ([sendo] trinta de calibre permitido e trinta de calibre restrito) para... dezesseis (apenas 26% do limite atual), sendo dez de calibre permitido e seis de calibre restrito, além de impor a atiradores e caçadores quarentena de cinco anos de atividade de tiro para acesso... [a essas últimas e suas respectivas munições].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, só depois de cinco anos é que ele vai poder ter acesso às seis armas que são restritas. Então, não é o mínimo, como a senhora colocou, é só uma correção, para que a gente possa seguir no debate.

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – Eu convido o Senador a ler o texto. Acho que é mais fácil a gente discutir sobre o texto do projeto, a gente pode, enfim, discutir isso depois, mas acho que vale a pena a gente ver...

O SR. FELIPPE ANGELI – Isso não está no texto, Senador. Desculpa. Gostaria que o senhor achasse, porque aí a gente poderia debater com base no que está no texto. Isso é o que o senhor escreveu no relatório. No texto, esse limite máximo não existe e nem os cinco anos também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – No relatório, depois, nós vamos... É só que é uma questão, porque, também, está no Regimento que vocês não podem fazer perguntas. Então, eu peço, pelo Regimento, não é nem por mim, porque eu acho que o debate seria até saudável, mas o Regimento impede que a gente fique neste debate, mas eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente Marcos do Val, meu colega e irmão, só para esclarecer, porque eu acho que eu estou vendo aqui explanações de alto nível e tenho certeza de que os outros palestrantes também vão manter essa linha. Agora, é importante a gente esclarecer a verdade dos fatos, a colocação que é feita sobre o limite mínimo a gente precisa entender.

O decreto presidencial foi o limite mínimo de 60; agora, esse limite mínimo cai para 16, mas ele nada impede que chegue a 60. Então, é importante que a gente se atente ao que está no texto, por isso é que eu acho que é importante se amadurecer, cada vez mais, esse debate, porque há confusão, inclusive entre nós, com relação ao que está no texto, então, só para deixar claro. Se o senhor puder esclarecer, eu lhe agradeço.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Senador Marcos, sei que não há previsão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vamos verificar isso, porque, ao se falar de limite mínimo, não se tem base para o máximo, então você pode ter não só 60, você pode ter quantas armas você quiser.

Eu vou pedir para a minha assessoria verificar isso...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Presidente.

Presidente Marcos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas eu tenho quase certeza de que isso não faz sentido, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Deputado Alexandre Leite. Eu sei que não existe previsão, a não ser que V. Exa. autorize. Eu sou o Relator do texto na Câmara dos Deputados e aprovei este texto no Plenário. Estou à disposição aqui para fazer qualquer esclarecimento referente a cada linha escrita por mim e pela minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, antes de passar a palavra para o Senador Angelo Coronel, eu queria que você, como Relator na Câmara dos Deputados, pudesse, então, explicar exatamente esse ponto do mínimo e máximo.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Para expor.) – Sim. Senador, nós não pudemos, na Câmara, ratificar ou homologar os decretos do Presidente, senão esse texto não passaria. O que nós fizemos foi assegurar o mínimo de 16 armas para que, independente de o Governo ser restritivo ou mais abrangente, que esse mínimo aos atiradores esteja assegurado.

Quem vai dizer quantas armas vão ser permitidas como limite máximo vai ser o Comando do Exército. Está redigido que o Comando do Exército regulamentará a quantidade de armas, assegurado o mínimo de 16. Então, o Comando do Exército pode limitar, mediante regulamentação ou portaria, a 30 armas, 40 armas, 50 armas, podendo chegar a 60 armas, e isso vai de caso a caso, ou, se o Exército resolver tratar de forma linear, reduzir a 30 armas alguns tipos de atiradores ou ampliar para 60 outros atiradores desportistas, dependendo do caso. Vai caber ao Comando do Exército Brasileiro regulamentar o limite máximo. Então, é isso que diz o texto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu agradeço o esclarecimento. Realmente, pelo ponto de vista da Michele, dá a entender que realmente é o limite mínimo, podendo chegar ao limite máximo de 60, como estava aqui. Agradeço seus esclarecimentos.

Eu quero dar a palavra agora ao Senador Angelo Coronel pelo tempo, também, de cinco minutos.

Ele está virtualmente ou presencialmente?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcos do Val, que está presidindo esta audiência pública.

Eu queria, Presidente Marcos do Val, externar aqui meu apoio ao seu relatório a esse projeto. Eu conheço vários atiradores esportivos. Na minha cidade, por exemplo, há um clube de tiro que, no final de semana, reúne dezenas, centenas de atiradores. Essas armas compradas já têm a proteção, já têm o crivo da Polícia Federal, do Exército. Eu sei que é um projeto polêmico, e não quero adentrar os detalhes, mas não podemos deixar que uma categoria como essa, que gera emprego, que gera impostos – é um esporte olímpico –, venha a ter cerceada a sua manutenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, também, aqui, parabenizar o advogado Marcos Pollon pela sua tenaz defesa desse segmento, e eu me incorporo a ela, e quero dizer, Senador Marcos do Val, que esse projeto terá que ir a Plenário logo para resolvermos esse problema para darmos segurança jurídica às pessoas sérias que têm nesse esporte uma maneira de também, vamos dizer, externar, relaxar... É um esporte como qualquer outro. Evidentemente, há polêmicas, mas nós deveríamos ter, o Governo Federal deveria se ater mais à entrada de armas contrabandeadas pelas nossas fronteiras secas, pelos 17 mil quilômetros de fronteira seca, 11 países, onde armas e munições entram clandestinamente, e não há nenhuma ação efetiva para controlar esse contrabando de armas. Mas, nesse caso, nós estamos tratando de armas legalizadas pelo Exército, pela Polícia Federal... Olha, para eu tirar um porte de arma, foi uma burocracia grande. Para virar um CAC, foi uma burocracia grande. Então, eu vejo que há, realmente, controle nesse segmento. Se não houvesse controle, eu não estaria favorável a esse projeto.

Então, quero parabenizar você, Marcos do Val, pela sua capacidade, pelo seu conhecimento do assunto. E o importante é ouvirmos no Senado quem tem conhecimento de causa, quem conhece o assunto, porque não adianta simplesmente levar para o viés político, ideológico, que não é o caso desse projeto.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço, Senador Angelo Coronel.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Marcos... Não, não é o Marcos, é o Felippe, o Thyago.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, o senhor vai abrir para os Senadores fazerem perguntas agora por etapa? Como é que vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O Senador Angelo Coronel tinha colocado o nome na lista. Quem quiser colocar na ordem, por favor, o Senador que gostaria de fazer perguntas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que o mais correto seria haver todas as exposições e as perguntas após.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k., vai ser acatado dessa forma então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que vai haver, forçosamente, haverá um foco maior em alguns tópicos. Nós tivemos agora um exemplo. Então, ouvidos os participantes sobre tais focos, nós vamos perguntar sobre esses assuntos mais ou menos e, repetitivamente, nós poderemos ter um esclarecimento melhor também para aqueles que estão participando remotamente e que tenham a mesma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, a minha sugestão é... Quantos mais nós temos por ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Nós temos mais três para ouvir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Temos mais três, são 30 minutos de exposição, salvo se alguém precisar de alguma prorrogação. Depois nós nos inscrevemos e vamos fazer a pergunta sobre o conjunto das exposições, acho que seria mais racional.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ótimo. Vamos seguir dessa forma então. Todo mundo de acordo? Então vamos seguir de acordo.

Concedo a palavra ao Thyago Almeida Pignataro, que é instrutor de tiro e atleta, para sua exposição, por dez minutos.

Eu recebi, só para um detalhe aqui, enquanto ele pede para colocar um vídeo que ele trouxe, eu recebi uma mensagem aqui que é o seguinte: hoje são 60 armas para atiradores, 30 para caçadores e 5 de cada modelo para colecionadores, podendo ser ultrapassado. O PL cai para 16 por acervo, com autorização para mais, por via excepcional. É uma mensagem que recebi da consultoria.

Vamos lá passar a palavra para o Thyago.

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO (Para expor.) – Vou pedir que coloquem a minha apresentação no eslaide 3, por favor.

Vou pular essa parte da apresentação enquanto vai passando aí.

Meu nome é Thyago Almeida. Eu sou atleta, sou instrutor de tiro, tenho 33 anos, tenho CR desde 2008, atiro em várias modalidades de tiro prático. Pulando essa parte de apresentação, quem eu sou não é tão importante assim, eu tenho a honra de estar aqui representando uma classe enorme de atletas e competidores e pretendo fazer o melhor uso desta oportunidade – eu agradeço a todos aqui da reunião – para que a gente possa trazer um pouquinho do que é a modalidade que a gente pratica, do que é o esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tiro prático aqui no Brasil, que é uma dos esportes mais afetados pela questão da regulação das armas, já que a gente tem uma particularidade de basear o nosso esporte no uso prático de armas de fogo.

Aqui presente eu tenho o Presidente e o Vice-Presidente da nossa confederação, a qual eu vou tentar dar voz.

O tiro prático é administrado pela CBTP, pela Confederação Brasileira de Tiro Prático. Reúne diversas modalidades, com uso de rifle, carabinas, espingardas, pistolas. Está no Brasil desde 1992 e é um esporte praticado em mais de 150 países; mesmo países bastante desarmamentistas têm a prática do tiro prático, pela grandiosidade desse esporte. Então, ele se baseia no uso prático das armas de fogo.

Diferentemente de algumas modalidades olímpicas, o nosso esporte tem na sigla um lema, DVC, que é *Diligentia*, *Vis*, *Celeritas*, que significa precisão, velocidade e potência. Precisão e velocidade, porque a gente tem que marcar o máximo de pontos no mínimo de tempo, e potência, porque usam-se armas de fogo e munições de calibres utilizados pela defesa pessoal e pelos policiais também.

Somos mais de 13 mil atiradores confederados hoje, e nossos campeonatos nacionais têm dado em torno de 500 inscritos. Aqui é um esporte de muita inclusão. Então, as pistas são preparadas para paratletas, cadeirantes, muitas mulheres – cada vez mais, crescendo o esporte entre as mulheres –, temos atletas juniores muito promissores, é um ambiente familiar. Mesmo em uma competição com mais de 500 atletas, todos com armas, é um dos esportes mais seguros do mundo, com pouquíssimos registros de acidente. Quando muito, o cara torce o pé numa pista lá por tropeçar na pedra, mas absolutamente nada relacionado a acidentes envolvendo armas de fogo, segurança é sempre tudo para a gente.

Então, eu passei aqui algumas fotos de algumas armas que eu estou usando hoje nas minhas temporadas. Então, aqui eu tenho algumas pistolas 9 milímetros. Elas são usadas no esporte aqui no Brasil desde 2016, então não é nenhuma novidade. Isso começou lá no Governo Dilma ainda, quando foi liberado o calibre 9 milímetros. Antes disso, a gente usava o calibre 40, 38 Super, vários outros calibres que são até inclusive mais fortes do que o 9 milímetros.

O esporte existe desde o final da década de 80 aqui no Brasil, sem interrupções até então. Sempre praticamos esportes, sempre com acesso a armas que antes eram consideradas de uso restrito.

Então, pode passar para próxima imagem.

Essa é uma carabina no calibre 9 milímetros. Embora ela pareça assustadora, ela usa o mesmo calibre da pistola anteriormente. É uma carabina preparada aí para velocidade e tudo mais. A gente começou a usar essas armas aqui no esporte em 2017, com regulamentações que o Exército inovou para trazer o calibre 9 milímetros, que é um dos calibres que venceu a competição internacional de calibres, é um calibre que permite que a gente tenha uma arma que dure mais, que seja mais barata, que tenha uma resistência maior a quebra, para a gente evitar ficar trocando peças e tudo mais. Então, é um calibre que –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embora não seja tão potente quanto os 40, 45, que a gente tinha antes –, hoje em dia, domina 80% do catálogo de qualquer fabricante de arma do mundo. Esse calibre, então, é o mais usado no mundo.

No próximo eslaide, eu coloquei aí uma carabina em calibre 5,56. Essa sim foi uma inovação em 2019, depois de um pleito de muitos e muitos anos da CBTP para que a gente pudesse ter aqui no Brasil modalidades que a gente antes não podia praticar, como rifle, como o *multigun*. Hoje essa carabina é possível de ser adquirida por atiradores esportivos, e, com o texto do novo PL, apenas após uma quarentena de cinco anos é que o atirador vai poder ter acesso a uma arma como essa.

E, por baixo, é uma espingarda normal, que a gente usa também para competição. Isso aí foi usado desde sempre nas mais diversas modalidades.

Algumas fotos minhas praticando. Podemos pular essa parte.

Aqui eu trouxe alguns atletas que têm renome internacional, para que saibam que o Brasil tem uma representatividade incrível lá fora.

Então, o Jaime Saldanha é o quarto lugar do mundo atualmente; o Lucimar Domingues foi campeão mundial sênior; Guga Ribas, vice-campeão mundial.

São atletas conhecidos no mundo inteiro.

Mauro Kenji foi campeão mundial júnior em 2017, na França; Moacir Azevedo, campeão mundial sênior; Bruna Mirandola, bicampeã pan-americana, medalhista mundial também. Nós temos atletas com representatividade lá fora que precisam disso.

Próximo eslaide.

Nesse eslaide, eu quero destacar a importância do esporte para a segurança pública, porque o que a gente faz nas pistas é nada mais, nada menos do que elevar o tiro ao estado da arte. Então, a gente se especializa na prática com essas armas de fogo, e isso gera um intercâmbio entre os policiais, intercâmbio de técnicas, especificamente. Então, basicamente, hoje... Eu coloquei aqui como exemplo o Capitão Rogério Nogueira, do Bope, que escreveu um livro recentemente para policiais, um livro sobre sobrevivência policial. Ele traz muito o que ele usa. Ele também é um atleta, é um competidor. Ele traz muito o que ele usa também nas pistas e divulga. Esse intercâmbio é muito legal.

O fomento do uso sadio e da segurança com armas de fogo estreita os laços entre os praticantes e os agentes de fiscalização, mantém as forças de segurança em contato direto com as novas tecnologias, para garantir que elas possam comprar melhor e investir melhor o dinheiro público. É um setor que arrecada bastante imposto também, é um setor extremamente regulado, um dos mais regulados do Brasil. E a gente estima que só a parte de importação arrecade perto de R$800 milhões por ano de impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No próximo eslaide, mostramos a importância do PL 3.723 para a gente neste momento. O PL 3.723, para quem defende a liberdade de acesso às armas, dá alguns passos para trás, traz vários retrocessos. A gente está disposto a apoiar esse projeto porque ele traz segurança jurídica em um momento muito importante para a gente. Ele firma em lei o que sempre foi regulado por decretos e portarias. Às vezes, muda aqui, muda ali, e sempre a gente teve a regulação interferindo diretamente no futuro desse setor. Ele viabiliza o desenvolvimento de modalidades como Rifle, CCP, Multigun, que estão começando a crescer cada vez mais aqui no Brasil. Esse projeto coloca isso em lei, solidifica uma coisa de que a gente precisa muito no nosso esporte. Ele permite uma maior abertura de mercado, o que é muito importante para que haja competitividade no setor. Ele fortalece as instituições formais de tiro, acho que de forma até inédita, e garante investimentos privados no setor, o que, certamente, vai contribuir para a geração de vários empregos aqui.

Próximo eslaide.

Aqui coloquei algumas das minhas conquistas no ano de 2021. Isso aí é basicamente um CAC que achou que ia viver o seu último ano no tiro. Então, eu participei de tudo que eu podia participar. Nesse quadro, estão só as medalhas que eu levei em 2021. Cada medalha dessas representa uma participação que eu tive aqui no Brasil. Achando que ia acabar, achando que ia acabar tudo, gastei parte da minha poupança, porque eu queria viver esse último ano, porque a gente acreditou que, realmente, ia acabar. Vários atletas têm acreditado que isso vai acabar por causa das discussões que a gente está tendo, por causa da insegurança jurídica que muitos decretos trouxeram para o setor, de discussão no STF e tudo o mais. A gente já está falando sobre isso. Já falamos sobre isso.

Então, falamos um pouquinho dessas inseguranças jurídicas, o que nos preocupa bastante. A gente tem ADIs em discussão no STF que podem prejudicar o acesso a armas de uso restrito, aliás até eliminaria a definição do que é restrito e do que é permitido, levando esse setor a um caos regulatório. Poderia acontecer uma redução drástica dos limites de munição. E a gente precisa desse acesso. Essa é uma modalidade que usa bastante munição, da qual a gente precisa bastante para treinar. Nas competições, há um volume de tiro muito grande. E nada mudou em relação a isso. Todos nós atletas tivemos acesso a uma grande quantidade de munição, mas, a cada vez que tínhamos que comprar munição, tínhamos que pedir uma autorização para o Exército.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Agora a fiscalização acontece de forma eletrônica; a única coisa que mudou foi isso. Desburocratizou. Antes tinha que haver um agente do Exército assinando um papel, e agora é eletrônico o controle.

A única coisa que mudou foi isso. Desburocratizou, porque antes tinha que ter um agente do Exército assinando um papel; agora é eletrônico o controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma derrubada total dos decretos causaria imediatamente a destruição total de múltiplas modalidades; violaria contratos e relações jurídicas já estabelecidas; ameaçaria investimentos privados no setor; traria uma incerteza quanto ao futuro de milhares de armas adquiridas legalmente durante esse período; e traria um impacto imediato em mais 3 mil lojas e clubes de tiro, que é o que se estima que a gente tem hoje em funcionamento no Brasil.

Essas lojas podem ter até 200 mil armas em estoque e aguardando documentação, porque, é importante dizer, Senador Marcos do Val – o senhor já tem contato com arma de fogo há muito tempo, mas, de repente, alguém que está aqui nos assistindo conhece o trabalho e fala: "Que legal, quero conhecer isso aqui" –, se você começar o processo hoje, para se tornar um atleta de tiro, em mais ou menos um ano, um ano e meio, você vai ter acesso à sua arma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Começou hoje, vai passar por todo o crivo, tirar registro no Exército, passar por regulamentação, pedir autorização de compra de cada arma individualmente – é importante dizer. Acho que isso esclarece o tema levantado pelo Instituto Igarapé aqui. Cada arma que a gente compra tem uma autorização individual. Cada vez que a gente quer comprar tem que pedir para o Exército. Então, você tem um limite mínimo de arma estabelecido garantido em lei, mas cada arma dessa você vai ter que ter uma justificativa para comprar. Já é assim. Cada vez que a gente quer comprar uma arma, a gente tem que expor lá qual é o clube a que a gente está filiado que pratica a modalidade que vai precisar do uso daquela arma, que vai demandar o uso daquela arma. Cada vez é isso. Então, nesse ponto eu estou bem tranquilo. E alguns atletas pode ser que precisem de mais do que 16 armas, porque têm arma reserva – atletas que investem mais no esporte precisam de arma reserva – e competem em múltiplas modalidades. Existem centenas de modalidades de tiro aqui. Só para esclarecer esse ponto aí.

A gente estima que isso causaria um prejuízo imediato de talvez um R$1,5 bilhão ao setor imediatamente por causa desse limbo jurídico aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – E mais de 30 mil famílias hoje dependem desse setor.

Muito se fala também sobre recarga de munição, que esse projeto poderia gerar inovações aí na questão da recarga de munição. Recarga de munição sempre foi uma coisa que a gente fez. Desde o final da década de 80, a recarga de munição é uma atividade intrínseca do tiro esportivo. Por que a gente recarrega munição? E aqui eu me adianto para poder justificar isso. Não é novidade, sempre foi feita pelos atletas, sempre foi uma atividade intrínseca. A gente consegue reduzir custo em treinamento e competição. Então, hoje você paga R$5 em uma munição original de fábrica; e, recarregando, até esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano aí, a gente conseguiu recarregar por pouco mais de R$1 e pouquinho. A gente consegue reduzir isso bastante. Agora dobrou: munição e insumo dobraram de preço. A gente consegue fazer o ajuste da munição mais adequada para nossa arma. Isso é muito importante para o nosso esporte, porque às vezes a gente faz modificações na nossa arma para ficar dentro dos regulamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – E muitos desses regulamentos permitem uma munição até mais fraca do que a munição que a gente compra na loja. Então, para ter competitividade, a gente precisa recarregar com uma carga menor, dentro do regulamento das modalidades. Então, a gente ajusta a munição. Às vezes a nossa arma tem uma particularidade que não vai rodar bem com munição original ou que vai quebrar mais rápido como munição original, então a gente usa a munição encarregada por causa disso.

Os projéteis que a gente usa são fundamentais para a prática do esporte. Quando a gente atira em metal, por exemplo, Senador, a jaqueta da munição pode se soltar, gera ricochete e tudo mais. A gente usa uma ponta de chumbo pintada, que preserva o cano da nossa arma e que meio que derrete quando entra em contato com o metal. Essa munição você não encontra para comprar; você tem que recarregar.

Então, a gente usa os projéteis mais adequados para a nossa velocidade. A gente consegue ter melhoria na precisão e estabilidade na velocidade. Para quem atira precisão a longa distância – que é uma modalidade que eu não pratico, mas vários praticam –, a competição é uma competição de recarga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Para quem faz controle de espécies invasivas aí também, a recarga também permite a reciclagem do estojo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só peço um pouquinho mais de velocidade...

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Já estamos encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... por causa do tempo, porque aí eu vou ter que também abrir para os próximos.

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Perfeito.

E recarregar é diferente de fabricar munição. É importante a gente lembrar isso aí: recarregar não é fabricar munição; recarregar é simplesmente pegar aqueles insumos que você compra na indústria, regulamentados, com limite de compra, com a autorização do Exército, com o controle eletrônico que existe hoje pelo sistema, e você vai montá-la em casa, só isso. É uma atividade que é totalmente diferente de você fabricar do zero uma munição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses insumos são regulados, são produtos controlados e tudo mais. Nada mudou em relação a isso.

Então, aqui, agora eu coloquei algumas fotinhos, só para o pessoal ter uma noção de como é o ambiente.

Aqui são todas as damas que participaram da final do Brasileiro em Rio Verde; todas as competidoras.

Esse é um para-atleta, o Andracy Falconeri. Há um testemunho muito legal dele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – ... no canal da CBTP. Ele é cadeirante – sofreu uma lesão na sétima vértebra –, e o esporte devolveu a ele a vontade, o brilho da vida. Ele se realiza hoje dentro do esporte. Há outros como ele.

Agora, um atleta super sênior, o Carlos Kanthack, de 72 anos – finado Carlos Kanthack, que nos deixou este ano, mas que, com muita saudade, todo mundo lembra –, um dos atletas mais antigos do esporte.

Agora, para finalizar, a importância desse mercado para os atletas. Eu como atleta posso falar isso. A nossa atividade não é patrocinada exclusivamente pela indústria de armas. Existe um setor enorme que vive em torno desse segmento: fabricantes de alvo, acessórios para recarga, importador, produto de limpeza de arma, coldre, calçado, roupa, acessório, armeria... Eu até trouxe a minha camisa de tiro aqui. Eu não vou mostrar para não perder tempo, mas a maioria dos meus patrocinadores hoje são desse mercado periférico, que gira em torno do tiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – ... e que seria diretamente afetado também por qualquer insegurança jurídica nesse setor.

E aí outras fotos, só para o pessoal ver.

O comitê de arbitragem no Campeonato de Armas Longas em Viamão.

E o mais importante: nem só de atletas vive o esporte – e aqui eu me dirijo aos Senadores que são atletas, como a Senadora Leila e o Senador Romário. Se a indústria tivesse que patrocinar atletas interessada unicamente nos atletas como mercado, não existiria patrocínio para atleta nenhum. A Nike só patrocina o futebol porque não está pensando em vender só para atletas de futebol; está pensando também em vender para um entusiasta do jogo que também vai usar a camiseta da Nike, por exemplo. Então, nem só de atletas vive o esporte. A maior parte dos atiradores esportivos hoje praticam o tiro como recreação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como combate ao estresse e tudo mais; frequentam clubes de tiro e praticam as modalidades de forma amadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Então, eu coloquei algumas fotos aí só para o pessoal ver também, o que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou só pedir desculpas pela questão do tempo.

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO (*Fora do microfone.*) – Já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Como nós ultrapassamos o tempo de dez minutos, é claro que a gente vai conceder para os outros oradores e até aos que já falaram, se quiserem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON (*Fora do microfone.*) – Nós somos quatro a dois. Mesmo aumentando o tempo, a gente vai falar menos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, eu vou passar agora a palavra ao Sr. Felippe Angeli, Gerente de Advocacia do Instituto Sou da Paz, para a sua exposição.

Como já seriam 10 minutos, eu concedo 13 minutos, apesar de que o que o advogado Pollon colocou faz sentido.

E depois, quando encerrar... Nós fizemos aqui, Senador Roberto Rocha, um acordo de que, quando finalizar – o próximo é o Marcos Pollon –, a gente abre para todos os Senadores fazerem os questionamentos.

Então, com a palavra o Exmo. Sr. Felippe Angeli.

O SR. FELIPPE ANGELI (Para expor.) – Alô, bom dia. Está me ouvindo?

Vou tentar ser o mais breve possível de qualquer forma. Agradeço a oportunidade. E para começar e a gente também ser dinâmico... Porque a gente estava falando muito de segurança jurídica, não é? Então, acho que a segurança jurídica é importante trabalhar no texto e ter certeza do que está de fato escrito aqui, não o que um diz, o que o outro diz, o que o outro pensa, o que o outro acha que é. Isso, caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja aprovado, que é o objetivo de parte, inclusive, do relatório, que propõe aprovação, isso vira lei – para que haja segurança jurídica, a gente tem que saber o que está aqui.

Então, eu queria, de fato, ao final, a hora em que a gente tiver o nosso debate, por exemplo, onde que tem esse limite máximo? De fato, o próprio Deputado Alexandre Leite, que foi o Relator na Câmara dos Deputados, conhece de fato muito bem o texto, porque trabalhou isso bastante tempo, que me mostrasse no texto, por exemplo, o que o senhor colocou... Inclusive, peço perdão ao Senador Marcos do Val pela minha intervenção no momento não oportuno, mas o senhor coloca que há necessidade de um período de vacância de cinco anos para se atingir o porte. Queria saber no texto onde isso está, porque não vejo isso no texto. Questão do limite máximo: você tem um piso mínimo, você sai com 16 armas. Queria saber também, até essas 16 armas, qual que é a autorização a cada arma que o Exército precisa no texto da lei, porque a gente está falando de segurança jurídica; não do que a gente acha, do que a gente imagina.

Então, tentando ser bem breve aqui.

Pode passar, por favor.

A minha companheira Michele já trouxe vários dados. Eu queria trazer sobre o projeto, sobre o texto de lei, a gente vai debater isso depois, mas eu queria trazer antes algumas consequências. A gente está falando de insegurança jurídica, não é? O próprio atirador, o Felipe, meu xará, não é isso? Thyago, desculpa. O Thyago, que é desde 2008 atirador, não é? Ou seja, cinco anos depois do Estatuto do Desarmamento, não é algo que começou agora, ou que foi impedido. O senhor perdeu o seu CR em algum momento? Não, então, essa segurança parece que... Quantos anos? Desde 2008, então um total de 14 anos. Acho que é algo.

Isso aqui é o crescimento mais rápido, olha. Só em circulação geral a gente dobrou em três anos. Para CACs, aumentou, nos últimos dois anos, 43%. É uma insegurança que acredito que seja das mais seguras do nosso País, porque, com um crescimento nesta proporção...

Pode passar, por favor.

Uma coisa que tem no relatório... Eu não vou ficar muito tempo nesse ponto, porque o tempo é curto. Mas uma ideia de que – muita gente repete essa ideia falaciosa – as políticas armamentistas do Governo atual teriam representado algum tipo de benefício para a segurança pública. A gente tem de fato em 2017, 2018, 2019 as primeiras quedas em muitos anos do número de homicídios, só que isso não se refere ao Governo Bolsonaro, até porque 2018 nem era ele Presidente. Em 2019, primeiro ano, não existe algo na criminologia em que a pessoa aparece, aí, como é mito, ele traz uma energia que acaba com os homicídios. Isso é uma coisa que a gente tem que olhar no retrovisor. O que acontece hoje vai começar a produzir efeitos nas estatísticas criminais depois de um tempo. A gente olha pelo retrovisor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fato que, em 2020, quando a gente começa a sentir os efeitos da Presidência da República a tendência de queda de dois anos começa a se inverter, no meio do coronavírus, no meio do distanciamento social, e a gente tem aí de volta o aumento dos homicídios. Isso também não quer dizer exatamente muita coisa, porque a gente tem que ver a tendência, para onde que ela vai depois, para onde segue. Mas deixo consignado que não há uma melhoria da segurança pública graças à política armamentista de Jair Bolsonaro. Isso é uma falácia.

Pode passar, por favor.

Mortes violentas sem causa determinada. Isso é uma coisa que é importante, porque, apesar de ter havido essas quedas nesse momento, nesses últimos anos, há um aumento muito grande em número de mortes violentas sem causa determinada. E muitas pessoas, muitos pesquisadores estão se debruçando sobre esse ponto. A gente tem hoje quase 12% de todas as mortes violentas que a gente não consegue determinar se é suicídio, se é homicídio, ou seja, os números nunca tiveram tão baixa confiança. É o que a gente tem. Então, também é um outro ponto para a gente falar sobre essa suposta melhoria das condições de segurança.

Pode passar, por favor.

Aí traz uma questão que é muito importante aqui. Obviamente, existem atiradores, colecionadores, caçadores extremamente idôneos que fazem isso como uma prática desportiva séria, que fazem isso há muitos anos com toda segurança. Quanto a isso, não há a menor dúvida. Que isso, por favor, fique claro – está todo mundo aqui na mesma página. Agora, o Thyago também trouxe um dado interessante. Ele disse que, na confederação dele, são 13 mil confederados, pessoas que acredito que sejam sérias de fato, que tratam esse tema com toda segurança, esportistas, como o senhor. Só que a gente tem 400 mil CACs...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – Então, mesmo todas, ainda há uma discrepância, de qualquer forma. Vamos continuar.

De qualquer forma, esses caçadores e colecionadores perdem três armas por dia – é isso que a gente tem de notificação, porque certamente há uma subnotificação – no Brasil.

Pode passar, por favor.

E é isso que está acontecendo com o aumento do número de armas em circulação. Com os CACs, tem aumentado o número de registros, o número de acervo de CACs. E, a cada ano que passa, a gente tem maior número de armas perdidas. Como são aqui, no mínimo, dezesseis armas e seis de uso restrito, essas três armas por dia podem ser um Parafal, um AR-15 – porque é um pode ser de uso restrito. Então, não são três revólveres, podem ser três fuzis!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, por favor.

E aí uma questão. De novo, obviamente, existem, como em qualquer segmento, pessoas sérias e pessoas desonestas. Isso é claro, mas existe muita gente, infelizmente, como a gente está falando de arma de fogo, de crimes, de interesses econômicos, que não é séria que está associada a isso. Há militares presos por fraudar certificados de armas para caçadores; rede de servidores, despachantes e empresários que é investigada, junto a clubes de tiro, por fazer esquema de desvio de arma; um policial militar sócio de clube de tiro que é acusado de receber armas desviadas do Exército.

E aí há um ponto interessante também, Thyago, que você disse da relação que há entre os policiais e a cultura dos clubes de tiro. De fato, é verdade. O Senador Flávio Bolsonaro, que é desta Comissão, conheceu o Capitão Adriano, que era atirador esportivo e que foi morto agora na Bahia, que era do Bope, Capitão do Bope também, como o exemplo que o senhor deu... A primeira vez que ele conheceu o Capitão Adriano, miliciano, chefe do escritório do crime, que foi assassinado na Bahia, foi aprendendo tiro no Bope. Exatamente o mesmo exemplo! Há os dois exemplos – é isso que eu quero dizer –: os idôneos e os não idôneos. É disso que se trata. Então, a gente não pode também colocar que se trata de um mar de rosas, que a segurança jurídica de um texto em que a gente também não sabe exatamente o que está colocado vai trazer só benefícios para o País.

Pode passar, por favor.

Aí é sobre a dificuldade... Isso aqui é no Brasil inteiro, eu peguei só alguns. Isto é despachante de armas, ou seja, é tão complexo que todo mundo... "Olha, faça os testes no mesmo dia!". É um ano que demora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – Propaganda enganosa! Tem que ligar para o colega de vocês!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – "Adquira sua arma legalizada." "Torne-se um..." "Serviços de despachante de armas de fogo. Aqui no Clube Hunter" – eu não queria fazer propaganda, acabei fazendo. Aqui é na cidade do Senador Marcos do Val: "Saiba como adquirir uma arma de fogo [em Vitória] e venha atirar conosco".

Pode passar, por favor.

Esses são só alguns exemplos.

E saiu no Fantástico, há três meses, a fraude envolvendo – não todos, claramente, existe gente que faz manejo de forma séria, tenho certeza... Tem 15 minutos a reportagem – está o *link* aí –, obviamente com muito mais do que na minha fala. É sobre todas as... Eu acho que a manchete diz: "Caça ao javali vira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretexto para grupos se armarem, inclusive com fuzil". Quem tiver curiosidade e não se lembrar da matéria – devem ter assistido – pode rever, está aqui o *link*.

Pode passar, por favor.

Feminicídios. Até o Senador Marcos do Val, na última audiência – eu acompanhei –, fez uma fala sobre a questão de uma mulher que se casa com um CAC e que seria protegida. Muitas vezes, não é o caso, Senador. A gente tem um banco de dados – só para deixar claro, eu vou deixar isto oferecido, vou fazer esta oferta para a Comissão, porque a gente acompanha esse tema desde o início há 20 anos... Então, a gente tem um banco de dados – aqui é só uma pequena coletânea – com centenas e milhares dessas notícias, que não são isoladas. A gente pode compartilhar – e eu quero compartilhar, quero deixar compartilhado – com todos os membros desta Comissão e com os convidados também. Eles podem, enfim, ir ao nosso banco de dados e ver. Aqui não é o blogue do fulano, o blogue do ciclano: são jornais, são veículos de imprensa que têm credibilidade.

Pode passar.

Enfim, de novo casos infelizmente... De novo, obviamente, não se trata de generalizar todos os CACs. Agora, eu vi gente generalizando CAC como se fosse o ambiente do paraíso na Terra, que eu quero deixar claro aqui que não é bem assim.

Pode passar para a frente, por favor.

E aí, para concluir – e eu tenho um pouco mais de dois minutos –, eu queria trazer de novo essa questão da segurança jurídica. Segurança jurídica é uma questão muito importante, sem dúvida, para o País e para todos nós, inclusive para quem defende, como eu, uma política mais rígida de controle de arma de fogo.

Primeiro, é que já houve uma decisão liminar da Ministra Rosa Weber, e ninguém perdeu CR aqui e, ao que eu saiba, continua com suas armas, não é? Nenhuma foi apreendida. Inclusive, assim, haver uma decisão liminar no recesso, ainda que isso casse todos os decretos, que me parecem, de armas... Até porque também há um pedido de vista do Ministro Kassio Nunes, que é CAC, não é? Então, inclusive, existe este conflito de interesse: ele é CAC também e existe esse pedido de vista. Depois, este Congresso vai voltar e vai analisar.

Então, a minha questão de segurança jurídica é assim: já que há esse problema – e, repito, gostaria de ver esses temas aqui onde estão na lei, por exemplo, os limites máximos, a questão da quarentena de cinco anos para ter porte, porque o porte está de cara aqui colocado como um direito inerente do atirador, do colecionador ou do caçador –, por que isso está sendo feito na última semana de trabalho do Senado, quando esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em novembro de 2019? Ou seja, de fato, 640 mil brasileiros morreram, passamos por muitos problemas mais importantes que a gente deveria debater, mas me parece que não é nessa semana que as coisas mudaram e a gente tem que começar a resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre isso, para complementar – e aí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – ... fico à disposição para os debates –, eu entendo que há interesse aqui, é um esporte através do qual muitos representam o Brasil com honra. Em relação à prática de esporte, quanto a isso não há menor dúvida. Não temos interesse em acabar com esse esporte, prejudicar esse esporte, só que vou dar um exemplo muito específico: a legislação sempre previu faixas de nível de atleta, quanto à prática, tal e tal. Acho que isso interessa ao esporte, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – Por que não está aqui? Onde está aqui? Por que tiramos isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O quê?

O SR. FELIPPE ANGELI – Se a gente quer fazer um esporte forte, por que não tem mais faixa, não tem mais amador, não tem mais profissional, não tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe-me só interromper um pouquinho, porque foi dito no início – e pode deixar que eu acrescento o tempo...

Mas aqui do Regimento eu vou só esclarecer o seguinte, um ponto que eu vou repetir pela terceira vez: o orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão. E toda a sua fala está sendo questionamentos. O senhor não está explicando o seu ponto de vista, só questionamento. Se for para questionamento, eu acho que vale o senhor se candidatar, e seria uma honra para nós tê-lo aqui fazendo essa...

Então, eu só estou colocando isso para que o senhor não gaste o seu tempo fazendo esses questionamentos – e volto a dizer que eu vou lhe dar esse tempo – e colocando, dentro das suas colocações, totalmente exceções: não são regras, são exceções, alguns pontos dentro de um achismo que ouviu.

E eu queria saber se o senhor tem – e, se tiver, eu gostaria de uma cópia para deixar aqui para a Comissão – estes dados: quantos CACs e quantos portadores de armas de fogo são autorizados pela Polícia Federal e quantos CACs se envolveram em crimes no Brasil. Pode ser no último ano, nos últimos três anos, nos últimos dez anos. Se o senhor tiver esse dado – não estou dizendo que não há, que não houve e que não haverá, mas eu estou querendo dizer que a exceção não é regra... Então, mesmo se o senhor tiver... Porque eu já pedi ao Ministério da Justiça essas informações e o Ministério da Justiça disse que não tem. Então, caso o senhor tenha essa pesquisa, para nós valeria muito, até para nos convencer de que precisamos ainda mais de debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só quero pontuar – o senhor pode continuar, darei mais dois minutos de tempo – para deixar bem claro que o senhor está vedado ficar interpelando os membros da Comissão.

O SR. FELIPPE ANGELI – Peço perdão, não quero, de forma alguma, descumprir qualquer tipo de regra, mas, em se tratando de debate e apresentando pontos de vistas contraditórios, só queria... Porque talvez eu não tenha visto algo aqui.

Sobre o ponto que V. Exa. apresenta, realmente há esse problema, Senador. A gente também fez esse tipo de questionamento tanto ao Ministério da Justiça quanto a algumas secretarias estaduais de segurança pública e também ao Exército Brasileiro, mas, no Brasil, infelizmente... Inclusive são coisas que esta Casa também poderia ajudar organizando o Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública). Isso sim traz segurança jurídica para esse tipo de debate. Que bom que V. Exa. já fez isso porque muitas vezes um representante Senador tem mais... Enfim, seja atendido de uma forma por apresentar um requerimento, que é aprovado em Plenário... Mas, de fato, não se apresentam, não se têm esses números, esses dados associando-se porque não há um cruzamento de dados.

Entretanto, como é que a gente substitui? De fato, esse dado não existe, e isso dificulta o nosso trabalho para esse tipo de debate.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – Como a gente faz para tentar chegar próximo a isso, porque é isso que eu posso compartilhar com V. Exas. e com quem mais estiver interessado? A gente faz uma análise de todos os casos que são trazidos pela mídia em todo o Brasil numa pesquisa diária. Vai escapar, mas a gente sabe também que há muita subnotificação, ou seja, esse dado perfeito não existe. A gente tem alguns tipos de indicativos.

Não é achismo, de novo, para repetir, também não quero me alongar muito aqui, há pessoas extremamente honestas, nisso não há a menor dúvida, mas não pode ser tratado como um mar de rosas porque também não é. Nada no Brasil é, em todos os aspectos. Nenhum advogado, Senador... Existem os honestos e existem os desonestos, é uma coisa clara.

Para finalizar, agradeço pela reposição do tempo, agradeço a oportunidade e, de novo, peço minhas escusas por eventualmente ter descumprido qualquer regra, foi sem intenção, mas eu queria fazer só um apelo como brasileiro, mais do que como um representante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – ... de uma organização da sociedade civil. A gente está falando da questão de que são 400 mil CACs mais ou menos registrados, entre os quais a gente tem caçadores, atiradores, colecionadores, são vários elementos. E a gente está falando da segurança jurídica para a população. Segurança jurídica é sempre importante, mas a gente está vivendo um momento no Brasil, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, muito difícil e a gente tem 25% de nossa população com insegurança alimentar. São 55 milhões de pessoas passando fome hoje no Brasil. E eu, como brasileiro, gostaria que o meu Congresso Nacional priorizasse esse debate ao invés do debate de arma de fogo. É um apelo que eu faço aqui, somente como cidadão.

Estou à disposição para continuar esse debate.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Senador Marcos, se for...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só agradeço e finalizo dizendo e reforçando que outras Comissões estão debatendo e que a PEC e o Auxílio Brasil está em prioridade aqui dentro do Congresso. Como nós não tiramos férias e recesso durante a pandemia e ficamos trabalhando aqui quase 18 horas, 19 horas por dia, essa pauta é prioritária, e não essa do PL dos CACs – nós consideramos assim. Tanto o é que eu fiz questão de colocá-la às vésperas do recesso, quando já forem aprovadas outras questões importantíssimas para a sociedade, como o direito de defesa. Eu tenho que ter o meu direito de defesa e tenho que me responsabilizar pelos meus atos.

Para quem não me conhece, serei bem breve. Vou passar depois para o Marcos Pollon e, depois, para os Senadores fazerem os questionamentos. Eu tenho mais de 20 anos como instrutor de policiais não só no Brasil, mas no mundo inteiro, especialmente para a SWAT americana, para Guarda do Papa, no Vaticano, para as polícias francesa, italiana, e outras. E essa minha experiência... Há uma expressão que fala que o sapo do poço precisa conhecer o oceano, e certos conceitos eu adquiri ao longo do tempo, principalmente em não fazer com que a exceção seja a regra. A exceção não pode ser a regra. É claro que onde houver ser humano com seus problemas, com suas dificuldades, com suas limitações, seja qual for a profissão – e que não se desrespeite, aqui, o Congresso Nacional, mas nós temos também, como foi citado pelo senhor, advogados que também não deveriam ter a sua OAB, o seu registro, e por aí vai, e a gente não vai entrar em debate, em discussão... Mas nós temos que entender que o direito de eu defender a minha vida eu não posso perder.

Eu tenho arma há mais de 30 anos, desde quando eu passei pelo Exército, as utilizo para as minhas instruções no mundo inteiro – já não as utilizo mais como Senador da República, porque agora minha função principal é a de Senador da República – e entendi que quando... Na minha casa, eu deixo até claro isso, há placas com a inscrição: "Nesta casa, o morador está armado". Eu desafio quem teria a mesma condição de colocar "nesta casa não tem morador armado", porque aí vai dar liberdade de o assaltante, de o assassino, seja quem for, escolher em qual casa quer entrar para fazer o seu crime. E quem comete crime não passa por todos os processos que se passa para ter o porte ou a posse de armas.

Eu brinco com a minha filha de 15 anos de idade: "No dia, filha, que você se casar, case com um CAC ou quem tem porte de arma, porque ele tem o histórico limpo, nunca foi condenado e processado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem emprego lícito, tem o teste psicológico, é uma pessoa equilibrada, e mais as habilidades de tiro. Então, essa é a pessoa que eu gostaria de te indicar para casar".

Isso é só uma metáfora, porque a gente não pode, de novo, colocar que a exceção é a regra no Brasil. Nós tivemos um aumento muito expressivo de compra de armas no Brasil, e a esse aumento muito expressivo não seguiu o de homicídios. Então, a gente tem que entender que, sim, houve.

Outra coisa: não é porque eu estou Relator e tenho esse histórico que eu sou um bolsonarista, eu sou um governista. Eu não sou uma pessoa radical que acha que tem que ter fuzil para todo mundo sair à rua. Eu não acho que tem que ter em qualquer quitanda uma arma para ser vendida para você botar no seu coldre e sair pela rua. Já vivi, vivo e me relaciono com países que permitem isso. Eu tenho dezesseis fuzis nos Estados Unidos e seis pistolas. Foi mais difícil adquirir as pistolas do que os fuzis. Para adquirir as pistolas, eu tive que esperar uma semana de verificação dos meus antecedentes; e, para comprar os fuzis, eu comprei imediatamente, só cheguei, peguei, botei no carro e fui embora. Então, lá, claro, a pena que você tem por usar a permissão que o Estado lhe dá para defender sua família de forma ilegal é prisão perpétua, em alguns Estados até pena de morte, e eu sou contrário a isso, mas não cabe debater sobre isso aqui, porque não é a pauta do momento. Mas nós temos uma situação que os americanos vivem, chamada *active shooter*, atiradores ativos, porque as escolas são públicas e há uma mesclagem de uma classe social baixa com uma classe social alta, por cores, por ideologias. Então, existe muito *bullying,* as pessoas têm acesso às armas e acontecem esses massacres. Dessa forma, estudos nos Estados Unidos entenderam que era muito mais fácil e melhor, ao invés de se restringir o acesso às armas, se liberar o acesso às armas aos estudantes, inclusive aos professores. Então – eu falando do Texas –, os professores hoje praticam e treinam como evitar um atirador ativo.

Bom, para encerrar, é só para desvincular a minha imagem à imagem do atual Presidente da República, que tem falas polêmicas de que eu discordo, porque é um assunto que nós tratamos aqui, e estamos tratando agora, em que tem que ter muito equilíbrio, menos ideologias e mais liberdade de eu defender a minha família. Com a minha arma que eu tenho no Brasil, eu já pude, graças a Deus, defender duas situações de feminicídio. E essa arma sempre intercedeu pela ajuda de terceiros. E eu não faço o mínimo movimento de ficar convencendo a todos que todos devam andar armados. Eu só estou tentando, com a consciência tranquila e segura, conceder aos atiradores, colecionadores e caçadores os seus direitos, aos esportistas os seus direitos e àquele cidadão que quer ter o direito de defender a sua família. O cidadão armado em país de primeiro mundo é considerado uma força aliada da polícia, ele não é um miliciano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu queria só um tempinho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro, eu vou lhe dar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não é um miliciano, como se vê aqui no Brasil, ele é uma força aliada da polícia, um cidadão que passa por todos os crivos que eu já citei aqui. Quem quer cometer crime não passa por todos esses crivos. Ele vai a qualquer mercado, a qualquer local que venda armas que vêm pela fronteira seca. Raras são as armas compradas legalmente e que são usados ilegalmente, isso são exceções. E nós não podemos achar que nós devemos tirar o direito do cidadão de ter a sua arma, seja para esporte, para caça, para colecionadores, seja também para defender a sua família.

Bom, eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, então. Vou passar a palavra pela ordem, depois eu passo para o Marcos Pollon, em seguida eu abro a discussão para os Senadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, é só para a gente ganhar em termos de produtividade e no rito de uma audiência pública como esta.

O senhor está presidindo os trabalhos, procurando ser democrático, mas existe, naturalmente, esse conflito quando o senhor emite aí a sua opinião como Relator, defendendo seu ponto de vista. A gente precisa equilibrar um pouco com relação ao ambiente. Nós temos outros palestrantes a falar. Testemunhos, o senhor tem e eu também tenho muitos com relação à situação, sobre arma de fogo. Mas eu acho que hoje é o momento de a gente fazer perguntas, de se colocar de uma forma transparente, de uma forma que não tenda para um lado ou tenda para o outro, para que a gente possa deixar as pessoas tirarem suas conclusões, porque senão vira discurso.

Eu acredito que hoje é o dia de a gente perguntar, tirar todas as dúvidas, saber o que se pode, por exemplo, tirar de eventuais excessos que existem nesse PL, porque me parece – aí já dando a minha opinião também – que está sendo aí feito um *by-pass*, já que o senhor usou tantas palavras americanas, está sendo dado um *by-pass* para se liberar por tabela o porte de armas – a quantidade que foi demonstrada aí é grande. A sociedade se mobiliza sobre esse assunto, a sociedade se interessa por esse assunto, por isso que a gente não pode ter nenhum tipo de açodamento. O argumento aí da questão de insegurança jurídica é algo questionável realmente. Então a gente precisa ter muita calma nessa hora para fazer o melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Então, só quero pedir que a gente possa encaminhar porque eu tenho muitas perguntas a fazer, eu tenho dúvidas e quero ser convencido, e vou votar a favor se for convencido com argumentos de que a questão é o tiro esportivo, o atleta. Mas, pelo que estou vendo aqui, é uma coisa que transcende muito mais do que isso, os interesses que estão em jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu agradeço, e até coloco, Senador Girão: somos do mesmo partido, somos irmãos, nós nos conhecemos aqui e pensamos o contrário um do outro, e isso é o mais puro exemplo de democracia, mas fiz questão de o senhor também sentar ao meu lado como contraditório ao que eu penso, exatamente para também ter a mesma oportunidade, assim como nós daremos a todos os que estão presentes.

Eu fiz as minhas colocações não como Presidente, mas como um cidadão brasileiro desabafando, e é claro que vai ser dado continuidade para que todos falem, todos façam as suas colocações, mas eu, como um cidadão brasileiro, antes de ser um Senador da República – porque eu estou, eu não sou –, eu tive o desejo de explanar essas questões que foram colocadas pelo último orador porque foi dentro de temas questionáveis, mas é lógico que vai ser aberto às posições que são contrárias, e eu também respeito isso profundamente.

Vamos agora, então, para o último orador, que é o Marcos Pollon. Depois do Marcos Pollon, eu vou dar a palavra para o Deputado Alexandre, que foi o Relator e propositor lá na Câmara dos Deputados. O projeto passou por lá, foi votado lá, fizeram as alterações lá, a que muitos CACs, como eu coloquei aqui, foram desfavoráveis, mas exatamente pela questão da segurança jurídica, que é o primordial, mais do que da ideologia. É claro que, como cidadão, eu coloquei questões ideológicas aqui. Eu acho que posso ter até exagerado e até peço desculpas por isso. Em seguida, a gente abre para os Senadores que estão aqui presentes e estão querendo muito também fazer as suas colocações.

Então, eu concedo a palavra, por dez minutos, ao Marcos Pollon, Presidente do Movimento Proarmas.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON (Para expor.) – O microfone está ligado aqui? Aqui? O.k.? Eu queria pedir que se exibisse um vídeo que nós temos, de um minuto, por favor. Se estiver na agulha aí. Se não, não tem problema. (*Pausa.*)

Bom, eu lamento muito estar discutindo... Vai exibir? Depois o senhor me repõe o tempo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – O.k. Estou sem áudio. Tem que liberar o áudio ali, senão vai ficar sem áudio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Bom, muito bem. Srs. Senadores, primeiro, eu começo dizendo que eu fico muito triste de estar debatendo esse tema aqui nesta Casa pelo seguinte: isso vem sendo debatido amplamente na internet; nesta Casa, inclusive, mais de uma dezena de vezes; na Câmara, desde 2000. E eu escutei, várias vezes aqui, a preocupação de que não se pode votar no afogadilho. E o que houve em 2003? Em 2003, aprovou-se o Estatuto do Desarmamento sem sequer o mínimo de discussão. Com todas as instabilidades que havia na época, não houve o mínimo de discussão, empurrou-se goela abaixo do cidadão brasileiro. E se invocam dezenas, milhares, centenas de pesquisas, pesquisas, pesquisas... A maior pesquisa armamentista realizada no Brasil chama-se referendo, em que nós tivemos mais de 59 milhões de votos. Nenhum Presidente fez essa marca.

E eu queria apelar – e esse era o intuito desta reunião aqui – para que se tratasse de aspectos técnicos, referentes ao texto, sem paixões ideológicas. E eu sou obrigado a ouvir aqui: "a violência do Governo Bolsonaro". Nós não estamos falando de Bolsonaro, meus amigos, mesmo porque à época do Presidente Lula, em 2005, meados de 2005, você poderia comprar arma de fogo com 18 anos, você poderia ser atirador esportivo com a sua própria arma de fogo com 18 anos, conforme o decreto vigente à época. Agora, se pautou, se regulou tudo por decreto desde Getúlio Vargas até hoje e, de repente, não pode mais, decreto não pode mais. Então, a gente quer trazer segurança jurídica para o tema, fixar em lei.

E repito: o texto é sofrível, o texto é horroroso, retira uma infinidade de direitos. Quem fala "ah, 16 é o mínimo" é porque não conhece a atividade. O Exército nos dá migalhas e sempre o mínimo do mínimo a alto custo, pedindo, implorando uma autorização para se comprar uma arma no Brasil. Não é assim: chega-se ao balcão, joga um calhamaço de dinheiro e sai de lá com um arsenal, como eu ouvi aqui. Não! Você se humilha, vai lá e pede, mesmo tendo CR, autorização à caserna. São seis meses, um ano, vem autorização... Você vai à loja e compra arma? De maneira nenhuma! Você faz um pré-contrato e leva de lá tão somente a nota fiscal. E para onde você vai com essa nota fiscal? Mais uma vez à caserna implorar pelo Craf, que, em alguns lugares do País, leva mais um ano para sair. Depois você pega sua arma? De maneira nenhuma! Mais uma vez você vai à caserna implorar por uma GT, uma Guia de Tráfego. Seja a ser jocoso!

A polícia, quando aborda um CAC, liga para o comando e fala assim: "Disse que é CAC?". "Sim, senhor, comandante". "Veja se ele tem uma pastinha cheia de papel", tamanha é a burocracia que nós temos que superar. E são inúmeras e inúmeras as proibições e os pedágios que este PL traz.

Foi perguntado aqui onde estão os cinco anos. Pois eu lhes digo: art. 21-I, especificando que você, com menos de cinco anos, não pode ter acesso a armas de fogo. "Ah, e os calibres restritos?". Leia o texto que está lá: você só vai ter acesso com mais de cinco anos também, coisa que não existe hoje. Hoje, conforme o art. 6°, inciso IX, basta um decreto regulamentar e nós temos o porte automático, como juízes, promotores e policiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tentou-se demonizar a categoria dos policiais aqui, o Bope, o grupo de extermínio, tentando se pautar, por exceção, à regra. Isso é um grande absurdo, uma falta de respeito com mais de 500 mil atiradores do Brasil! São 500 mil atiradores que passaram pelo escrutínio do Fantástico, que tem o maior orçamento de jornalismo investigativo do Brasil, e só encontraram um caso de arma de CAC em crime – um! –, de um colecionador que adquiriu essas armas no ano de 1998 e teve essas armas furtadas. O crime aconteceu em 2017, quando nem se falava em Bolsonaro.

Nós não estamos aqui pra falar em Bolsonaro ou em Lula. Acabei de demonstrar que, na época de Lula, era até mais flexível. A questão é um clamor social, mais de 60% dos brasileiros votaram contra essa lei genocida, mais de 60% das pessoas se levantaram contra isso.

E eu acreditava que falaríamos exclusivamente do esporte, porque é isso que está sendo ameaçado aqui. A lei trata só do esporte e não do acesso às armas. Ora, o que há em comum entre Hitler, Fidel Castro, Stalin, Muammar Kadafi, Idi Amin, Mao Tsé-Tung, Pol Pot e Kim Jong-un? Todos são desarmamentistas, todos são desarmamentistas! O Estatuto do Desarmamento não foi feito para tirar arma de bandido – e essa frase não é minha, essa frase é de Márcio Thomaz Bastos. O Estatuto do Desarmamento não foi feito pra tirar arma de bandido, foi feito pra tirar armas de cidadãos cumpridores das leis, como os que estão aqui nesta Casa, para dificultar o acesso...

Estive com Angelo Coronel, que está tentando ter acesso ao CR, ter acesso ao porte. Ele vai amargar seis meses de burocracia, se conseguir provar a efetiva necessidade, um critério criado pela Alemanha nazista para desarmar judeus! É essa a realidade do Estatuto do Desarmamento no Brasil. E vão mais longe: a função é escravizar as nações, sim, porque, ao longo de toda a história, todas as nações, antes de serem escravizadas, foram desarmadas. A função é enfraquecer a nossa soberania através do microdesarmamento perpetrado pela Agenda 2030. E eu posso dizer isso de peito aberto, porque não recebo dinheiro da Open Society.

Outra coisa, o Estatuto do Desarmamento vem para proteger marginal, pois tira deles o temor, a dissuasão racional de não entrar numa casa que tem armas. Eu venho de uma época em que se podia ter armas, e todo mundo dormia de janela aberta. Depois veio o tal do Estatuto do Desarmamento, prometendo a paz social, e os índices de homicídios galoparam, galoparam, galoparam, galoparam! E nós estamos escutando, desde 2003, uma cantilena, um amontoado de inverdades que tiram do cidadão o direito mínimo de se defender.

Neste ano, ficou famoso um vídeo no WhatsApp de uma galinha lutando com uma águia. Era uma galinha, Senadores, lutando com uma águia para defender seus pintinhos, e o Estado quer tirar de mim o direito de defender meus filhos! Isso é um grandessíssimo absurdo! É garantido até pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos o direito à legítima defesa. E não há direito à legítima defesa sem meios aptos à legítima defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu juro que achei que eu não entraria nesse tema. Meu objetivo era discutir, exclusivamente, o tiro esportivo, porque é disso que trata o PL. E repito: é um PL extremamente restritivo. Mas não, tem que se ideologizar. Vamos parar de colocar todo o Brasil em polos: é Lula, é Bolsonaro, é Lula, é Bolsonaro! E a vida do cidadão, principalmente a do cidadão mais humilde que fica tolhido do direito à legítima defesa? Porque esse amontoado de burocracia aqui eu peito. Eu tenho recurso para pagar um despachante – aqueles que ele mostrou ali que vão ficar um ano te enrolando por causa da burocracia. Eu tenho, mas o Sr. João, entregador de pizza, o Sr. Roberto, que é lixeiro, não têm esse tempo e esse dinheiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Hoje se cobra para quem consegue acesso ao porte uma taxa de R$1,5 mil. Isso é o fim da picada.

São jogados números ao vento como se fossem confetes. De cada 1% de armas que cresce, em 2% aumentam os crimes. Nós tivemos, segundo eu ouvi aqui, 242% no aumento do número de armas. Então, deveríamos ter pelo menos 500% no número de crimes, enquanto experimentamos a maior queda de homicídios em 40 anos, com fatores, que somados, ultrapassam 30%.

Eu acho que, quando apita, é porque acabou meu tempo. Então, peço desculpas aos senhores por não poder me delongar.

Para finalizar, eu peço que passem um vídeo de 30 segundos do Felipe Wu.

Estourei o tempo em alguns segundos exclusivamente porque, no começo, perdi um minuto e meio.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Antes de começar o vídeo, só uma questão de ordem do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É uma questão de ordem, com base no Regimento, que V. Exa. já invocou, e com base nas palavras que eu mencionei aqui no começo da reunião. Não sou profeta, mas o que eu pedi? Vamos nos ater ao texto do projeto de lei, focalizar artigo, como foi agora esclarecido o art. 21-I. Fala ou não fala num prazo?

Só que toda essa dramaticidade resulta, Senador Girão, num único fato: quando se coloca emoção, primeiro, ninguém muda de lado. Ninguém muda de lado por causa da eloquência do outro. O que é possível mudar de lado é a razão quando eu demonstro, por exemplo, que o artigo não fala no máximo, fala no mínimo. Demonstro; a conclusão fica para depois, mas foi ficou demonstrado: não é o máximo, é o mínimo. Tem o prazo de cinco anos ou não tem? Tem. Então, isso é o que pode permitir um debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre pessoas que já têm lado e só poderão reconhecer o fato objetivo ou, no caso de um texto legal, um dispositivo com o qual eu posso concordar ou não concordar, e, acima de tudo, esclarecer, verbo que significa exatamente o escopo desta reunião.

Então, a minha questão de ordem é para que eu possa contribuir, junto com o Senador Eduardo Girão e o Senador Lucas Barreto, para que V. Exa., a partir de agora, exija: "Olha, esqueça tudo que seja emoção". Todos nós temos emoção com relação a essa matéria. Eu já discuti isso com o meu amigo Eduardo Girão. Ele tem os fatos da vida dele e eu tenho os meus. Cada um de nós tem as suas emoções. O texto da lei pode ser este? Deveria ser melhor ou não? Essa é a responsabilidade do Senado.

E eu termino dizendo o seguinte: o primeiro que falou da necessidade de segurança jurídica na nossa primeira reunião fui eu. Nós não podemos apostar na insegurança jurídica, porque isso vai acentuar ainda mais as questões emocionais, ideológicas ou que tais, e isso tudo vai dificultar ainda mais a discussão sobre a objetividade do texto da lei.

Então, eu queria fazer este apelo a V. Exa. e a todos nós: pessoal, é o texto. O que não está no texto pode estar no nosso coração, na mente, mas não está no mundo. É assim que diz o bom professor de Direito: o que não está no processo não está no mundo. Eu acho que nós tivemos tempo para ler, para até ter dúvidas, mas é disso que se trata, e não de convencer o outro de que ele está usando o argumento equivocado, porque isso é subjetivo.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu que agradeço.

Vou passar para a Senadora e, depois, eu gostaria, até para poder seguir a sugestão do nosso queridíssimo Senador Esperidião Amin, de sugerir ao Deputado Relator, Alexandre, que ele possa, então, tirar exatamente essas dúvidas sobre o que cabe, o que está no texto e gerou as dúvidas aos presentes que estão participando aqui da audiência pública.

Eu vou passar, então, para a Senadora a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de forma rápida, mas corroborando com as palavras do Senador Amin, quando entrava aqui no Plenário com toda a boa intenção de discutir e ouvir, inclusive, os participantes desta audiência pública – e aqui parabenizo V. Exa. pela Presidência desta reunião e os colegas Senadores aqui presentes –, vinha com o coração aberto para ouvir, vi estranhos fazendo *stories* pelo meu Instagram, dizendo ao pessoal para acompanhar a audiência pública que aconteceria agora acerca desse tema, que é sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polêmico. Aí, quando abri a porta, me deparo com uma cena como esta. Inclusive, no mesmo instante, eu disse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu tive que dizer para a minha Líder: "Pode entrar que não tem ninguém armado". (*Risos.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas eu disse para os meus seguidores no mesmo instante: "Gente, imagina um cidadão como esse armado?". A primeira coisa que me vem a cabeça, porque até a caneta sendo jogada aqui... Foi isso que aconteceu.

Então, eu peço neste instante o que... No primeiro instante, qual é a primeira impressão? Então, eu acho que volto a dizer o que falou o nosso querido Senador Esperidião Amin: o que tem que ser discutido é o que está no texto, o que há no texto é o que tem que ser esclarecido, até porque é isso que espera a população de nós, e não aqui entrar nessa situação de ideologia tão cansada, pelo amor de Deus, em que estamos, nesse extremismo de parte a parte. Pelo amor de Deus!

É isso, mas, no final da história, não está sendo isso. Então, se é isso, que seja isso, porque é isso que esperam aqueles que estão nos acompanhando. Eu pelo menos não ficarei, se isso não for isso.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço, Senadora, mas é só para botar aspas: a senhora entrou exatamente na hora em que o Advogado Pollon estava desabafando; e a caneta voou, porque ele bateu na mesa, e a caneta voou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ainda bem que foi a caneta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele não jogou a caneta, não; fui testemunha. Mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele estava no júri, ele estava no júri, grande advogado de júri; todo advogado de júri é grande eloquente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É, mas eu concordo que nós temos que seguir a racionalidade, até para ser coerente pelas pautas que a gente acredita que sejam melhores para a sociedade. E, quando a gente está portando... E assim eu falo da grande maioria: quando a gente passa por todos os crivos e quando a gente porta um equipamento desse, a gente fica extremamente responsável e até ainda mais quando a gente está com a família. Há vezes em que opto em não estar armado, quando a minha família está próxima, porque existe um conceito que fala que a ação é mais rápida que a reação. Então, o meu equipamento não vai ser útil se eu for pego de surpresa; vai ser útil o de uma outra pessoa que vai me ver sendo assaltado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tem toda razão quando a gente fala dessa questão.

Eu vou só pedir, porque foi feito pela palavra...

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – O vídeo do Felipe...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O Pollon tinha esse vídeo para passar, e aí eu queria passar ao Deputado Federal, para ele poder, então, seguir as regras do...

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Se o senhor me permitir – a minha exposição foi interrompida, há mais um vídeo e a conclusão –, eu quero aproveitar para concluir e para pedir as minhas mais sinceras escusas à Senadora pela eloquência. Como o Senador Amin disse, eu sou advogado, e a característica principal de um bom advogado é a eloquência.

Pesou-me no coração ouvir várias coisas que destoam do texto técnico, e eu trouxe aqui uma relação de todos os artigos restritivos do PL, que, se for indagada, posso ler com satisfação. Pesou-me no coração estarem sob as minhas costas mais de 200 mil empregos diretos do setor, mais de alguns bilhões de dinheiro investidos no Brasil, e ainda muitos outros não entraram por conta da instabilidade.

Peço as mais sinceras escusas a esta Casa por ter me permitido, num momento tão crucial, ser levado pela emoção, mas é a emoção de um pai de família católico, que possui arma de fogo desde a mais tenra idade e jamais cometeu sequer um ilícito de trânsito. Todos os gabinetes por que passei sem exceção sabem, e, quando terminava a minha intervenção, recebia a seguinte afirmação da assessoria, inclusive a sua, Senador: "Nossa, mas você é o cara das armas, você parece um pastor de fala mansa, nunca levantou a voz".

Então, reitero as minhas escusas por ter me deixado tomar pela paixão, pela liberdade e pela vida dos meus quatro filhos, e um está no céu. Amém!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, vamos passar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço.

Agradeço as palavras do Marcos Pollon.

Eu gostaria agora de passar a palavra para o Deputado Federal que foi o Relator propositor. Passou, foi aprovado pela Câmara. Em seguida, vou passá-la aos Senadores que já estão na lista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Marcos do Val, Relator do PL no Senado Federal.

Vou apenas traçar um breve histórico de como se deu essa aprovação na Câmara e desses pontos que foram questionados.

Primeiramente, quero deixar bem clara a questão da quarentena de cinco anos. Inclusive, a todo o tempo, Senador, na Câmara dos Deputados, eu, como CAC, tentei levar ao limite tudo aquilo que nós CACs queríamos que fosse o ideal. Mas nós sabemos que, principalmente na Câmara dos Deputados, são muitas ideias e muitas forças reinando em diversas direções. Então, nós fomos no limite do que conseguimos para aprovar o projeto. Por exemplo, o texto do meu relatório original trazia dois anos de quarentena. A emenda de Plenário que foi aprovada... Foi um destaque de Plenário do hoje Presidente Arthur Lira que foi aprovado por unanimidade em Plenário para trazer os cinco anos. Então, não seria aprovado sem esses acordos todos para que a gente tivesse um texto de consenso. Até faço uma ressalva aqui: isso foi feito sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, que é desarmamentista. Então, muito do que está no texto foi acordado na Câmara, inclusive, com o PT, com o PCdoB e com outros partidos.

Quanto à questão que mencionam e de que ouvi falar várias vezes, a de animais, o projeto não trata absolutamente nada de animais. Isso quem regulamenta é o Ibama. Aqui só se faz registro das armas, só o registro e o cuidado com o calibre, a limitação e a restrição de alguns calibres para caça. Você não pode autorizar, Senador, uma arma calibre 22 para a caça de javali, porque, primeiro, você não vai matá-lo com um tiro, você vai judiar do animal. Tem que haver um limite mínimo. Aí, sim, há um controle bélico, um controle de munição, para estabelecer um limite que não traga sofrimento para o animal, caso o Ibama autorize. Isto tem que estar registrado em algum lugar: arma de caça, de tiro e de colecionamento.

Então, o projeto vem no escopo, Srs. Senadores, Srs. Deputados e todos aqui, de uma espinha dorsal que se chama Estatuto do Desarmamento. Ele delega tudo. Ele traz uma espinha dorsal e diz da parte do Sinarm, de porte de arma e de defesa, que vai ser toda regulamentada pela Polícia Federal; é o Sinarm. E a parte que trata do tiro esportivo é do Sigma. E há as partes militares também. Todo nosso arcabouço jurídico que trata de CAC... Inclusive, nesse projeto, na sua origem, na Câmara dos Deputados, eu trouxe também a parte do Sinarm, mas foi um acordo em Plenário: para que ele pudesse ser aprovado de forma simbólica no Plenário, que fosse retirada a parte do Sinarm, que aí entrava na parte dos portes de defesa, porte urbano, porte de categorias... Isso foi retirado para que o texto ficasse mais leve e tratasse exclusivamente da parte esportiva, do cuidado e do trato das armas de fogo.

Então, quando eu ouço aqui, Pollon, "a retirada de direitos dos CACs"...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Que direitos nós temos? A lei do Estatuto do Desarmamento não traz direito nenhum. O que regulamenta atividade desportiva são decretos administrativos. Isso não é direito. O direito está aqui, positivado em lei, caso aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Isso é segurança jurídica. CAC não tem direito nenhum, Pollon. É uma canetada de qualquer governante ou de um General do Exército que cai tudo. Cai tudo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Cai tudo. Nós não temos direitos. Então, esse projeto não retira direito de CAC nenhum. Ele assegura o mínimo.

E é aí onde entra a questão das 16 armas. O mínimo que a gente assegura em todos os artigos é para proteger o CAC de governos de esquerda, de direita, que sejam armamentistas ou desarmamentistas; de General, que é armamentista ou desarmamentista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – ... que na canetada quer alterar direito. O que está aqui é o mínimo. Eu coloquei 16 armas, mas eu tentei 30. Foi o que deu para fazer acordo com a oposição. E é assim que se faz para aprovar um projeto de lei dessa envergadura. Isso aqui é um estatuto dos CACs. Essa é a nossa cartilha de direitos. Não dá para simplesmente eu pegar todo o arcabouço jurídico de decretos e portarias da Polícia Federal e do Exército e positivar e homologar tudo aquilo que o Bolsonaro fez e ter ilusão de que isso aqui vai ser aprovado. Não vai. Ele teria morrido lá na Câmara. Foi aprovado no Plenário da Câmara de forma simbólica porque eu tentei, a todo tempo, trazer tudo aquilo que é moderado, tudo aquilo que é ponderado e que traz a segurança e a garantia de que as atividades desportivas sejam asseguradas.

Foi indagado aqui também por que não se coloca "regulamentação de categoria esportiva" em projeto de lei. Isso não se faz aqui e em lugar nenhum no mundo. Quem faz isso são as associações, são as confederações, são aqueles que organizam os campeonatos. Não se diz em lei qual é a categoria esportiva de tiro.

Aqui está positivada a norma, caso aprovada. Aqui estão os direitos dos CACs no mínimo, naquilo que se deve proteger de governos, independentemente daquele que sente na cadeira no ano, na próxima eleição, no próximo mandato, ou do General do Exército que venha a sentar na chefia do DFPC e que possa ter um pensamento diferenciado. Que não seja feito mais na canetada. Esse mínimo jurídico, essa garantia foi feita para tapar essa espinha dorsal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, na Câmara, nós tiramos a parte do porte de defesa urbana e de categorias, como eu já disse, mas nós estamos conseguindo resguardar e trazer tudo aquilo que tinha de positivo em todos os decretos, tanto presidenciais quanto portarias do Exército, resumido em lei a garantir toda essa atividade esportiva com segurança, trazendo todas essas pontuais alterações que foram feitas no âmbito da Câmara dos Deputados. Gostaria que fosse muito mais abrangente, como atirador, mas o limite político nos trouxe a isso, nos trouxe a essa carta de direitos, Senador Presidente Marcos do Val.

Continuo à disposição para esclarecer qualquer ponto desse projeto, se não agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Duas questões muito pequenas.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – ... depois da reunião também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero me congratular com o Deputado Alexandre Leite...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – ... e só fazer duas ponderações. Eu também evitei falar sobre essa questão que envolveu o Ibama. O meu Estado tem duas regiões sofrendo – olha, sofrendo muito – com o javali. E eu não sei se todos têm ideia de qual é o peso que pode ter um javali. Nem sei se alguém aqui sabe o que faz um javali numa plantação de milho; um só, ainda mais quando vem uma vara – acho que é vara o coletivo de javali; vara de porco. Acho que é vara, não é? Quando um grupo, que é uma vara, invade um milharal, acabou! E essa questão depende do Ibama. E, só como corolário disso, o senhor já pesquisou quantos são os atiradores autorizados a abate desse tipo de animal na Alemanha? Tem ideia? Alguém aqui tem ideia? Mais de 300 mil, em um território pouca coisa maior que o do Paraná. Então, no meu Estado nós estamos vivendo isso na região de Campos Novos e na região do Planalto Serrano.

E, dentro disso que o Deputado falou, também para esclarecer, na questão do porte, que tem que ser por lei – tem que ser por lei –, eu fui o Relator da posse estendida, projeto do Deputado Afonso Hamm. O que é isso? Numa propriedade rural, o que é posse e o que é porte? Não é a minha casa, muito menos a propriedade onde eu moro, dentro de uma propriedade rural, por menor que seja. A posse estendida é eu poder andar com a arma na mão, sei lá, num hectare, em 12 hectares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O nosso módulo verdadeiro, em Santa Catarina, é meia colônia: 12,5 hectares. Então, é o mínimo que se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreender. Essas questões são tratadas por lei, exceto essas de quando o transporte é uma obrigação. O que é que faz um CAC, se ele não se deslocar?

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. por ter permitido que o Deputado Alexandre trouxesse esses esclarecimentos sobre o projeto. Eu é que desviei a conversa. Nós temos que nos ater ao projeto, e ele falou de uma coisa muito importante para nós do Parlamento: ele é fruto de um acordo, sob muita reflexão, e num momento – vamos ser muito claros – em que a Casa, Câmara dos Deputados, não era presidida por alguém que tivesse simpatia com esse assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Da maneira mais neutra possível, é isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço mais uma vez as ponderações do Senador Esperidião Amin.

Eu vou passar a palavra à Michele Gonçalves dos Ramos, Assessora Especial do Instituto Igarapé, porque ela pediu dois minutos para fazer uma complementação.

E aí, pela ordem, eu vou colocar aqui: o próximo a falar é o Senador Eduardo Girão, depois vai ser o Roberto Rocha, Soraya Thronicke, José Aníbal e outros Senadores que quiserem entrar na lista.

Bom, com a palavra...

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS (Para expor.) – Obrigada, Senador Marcos do Val.

Até ecoando as falas sobre pontos específicos do projeto de lei e depois dessa primeira leva de intervenções, eu queria destacar dois pontos específicos do projeto de lei. Muito se falou aqui sobre questão do direito à vida e da segurança jurídica dos caçadores, atiradores e colecionadores. E, nesse sentido, eu queria destacar dois pontos desse projeto.

O ponto que eu mencionei na minha fala inicial, que é o dispositivo que revoga a necessidade de marcação de munições, inclusive para as munições vendidas para as forças de segurança. Então, em que medida um dispositivo desses se refere à segurança jurídica de caçadores, atiradores e colecionadores? Acredito que não seja de interesse de ninguém que viva num país afetado pela violência armada. Quando a gente pensa no trabalho dos agentes de segurança que estão envolvidos diretamente no enfrentamento da criminalidade, da redução da violência armada e que precisam dessas informações para melhorar suas capacidades de investigação, eu acho que não é interesse de ninguém que a exclusão dessa marcação e dos dispositivos de segurança das armas, enfim, prossiga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí um outro ponto que eu queria trazer para discussão aqui desta Comissão é a parte específica sobre a autorização de porte no deslocamento dos atiradores e caçadores. E aí aqui eu cito:

> Art. 21-G A autorização para transporte das armas de fogo dos atiradores esportivos e dos caçadores, das respectivas munições e dos respectivos acessórios é inerente às atividades descritas [...].
> §1º Os atiradores e os caçadores poderão transportar 1 (uma) arma de fogo curta [...], em condição de pronto uso, durante o trajeto entre o local de guarda do acervo e os locais de treinamento, de prova, de competição, ou de manutenção, de caça ou de abate.
> §2º Para efeitos do §1º deste artigo, considera-se trajeto qualquer itinerário realizado, independentemente do horário, assegurado o direito de retorno ao local de guarda do acervo.

Esse é um ponto que nos causa muita preocupação, porque, do jeito que está no texto da lei, quando eu preciso que... "Considera-se trajeto qualquer itinerário realizado", em teoria, eu posso sair de São Paulo, ir até o Amazonas com uma arma pronta para emprego e alegar que eu estou indo realizar uma atividade em clube de tiro. Isso colocado no texto da lei tal como está é bastante preocupante, e eu imagino que todos os policiais que tenham que fazer a fiscalização nas nossas rodovias tenham também alguma ressalva com relação a esse ponto.

Então, eu gostaria, assim, ainda que estejamos falando sobre a segurança jurídica de uma categoria, apresentamos vários pontos, e eu destacaria esses dois pontos específicos do projeto de lei que, na nossa avaliação, em nada contribuem para a segurança jurídica dos caçadores, atiradores e colecionadores; muito pelo contrário, complicam ainda mais o trabalho dos profissionais de segurança pública no Brasil.

Obrigada.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Presidente, se o senhor me permitir, em menos de um minuto eu posso responder as considerações da colega advogada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não, Pollon.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON (Para expor.) – O primeiro que, em relação à numeração de culata de munição, não existe nenhum histórico significativo de resolução de crimes por conta desse dispositivo, nem no Brasil, nem em Chicago, em que se tentou fazer isso, nem em qualquer outro lugar do mundo. Segundo, isso só dificulta a aquisição de munições por distribuidores diversos, o que acaba impondo um gasto excessivo ao Erário, porque não pode buscar vendedores competitivos.

Em relação ao porte de trânsito, é uma realidade que existe desde 2017, não é novidade e não é essa festa da uva. Se fosse assim, não haveria uma dezena de CACs sendo presos por desvio de finalidade. Eu sou um dos que dizem: "Você só pode se deslocar se estiver indo para treino, competição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou manejo". E muitos são presos, porque, eventualmente, abusam do direito e têm que ser presos, sim. E qual é a resposta para isso, doutora? O aumento da pena, o aumento da pena, que aumenta significativamente não tendo... Depois, se aprovado este projeto, é o que o Leite falou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Eu peço desculpas pelas críticas ao Leite, mas o que acontece? A pena aumenta significativamente. Hoje, pode fiança; depois, não vai poder mais. Então, esse é o ponto. Não é assim: liberou geral, não!

São só essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou voltar a essa questão de não argumentar o Parlamentar, mas vamos seguir. Como o Pollon pediu e, no início, ele já tinha dito que estava com todas as respostas dentro do fundamento do projeto de lei... Eu também quero sempre contar com o apoio do nosso Deputado Federal... Quando voltamos ao que o nosso Senador Esperidião Amin colocou, é para a gente voltar dentro do debate do que está dentro do projeto de lei.

Agora, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para fazer os seus questionamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Perfeito.

Muito obrigado, Presidente Marcos do Val, Senador, colega, amigo.

Parabéns a todos os palestrantes que fizeram aqui a explanação!

Tenho algumas dúvidas que eu anotei, que vou perguntar, mas a gente percebe que os ânimos se exaltam quando se fala neste tema. Isso é fato, porque este assunto interessa à sociedade brasileira.

O nosso querido irmão Pollon aqui fez algumas colocações, e, no meu entender, ficou muito claro – até anotei alguns pontos aqui – que é como se ele admitisse que o registro dos CACs, no caso desse PL dos CACs, é por uma defesa pessoal. Na maneira como o senhor se colocou, talvez tomado pela emoção na sua fala, o senhor deu a entender algo de que a gente já tinha uma ideia, o que isso poderia se tornar. Essa é a minha opinião, eu respeito.

Por ser questão de emoção e por ser este um assunto que envolve pessoas vítimas, inclusive, da violência no Brasil, nós temos aqui a Casa de Proteção Magnólia. Temos aqui a Presidente, que é a Marly Moreira; a Su Araújo, que é Vice-Presidente; a Maria do Rosário Messias, que é colaboradora. É um trabalho primoroso que é feito nessa questão de assistência à vítima de violência doméstica. Estamos aqui com a ex-Subsecretária de Apoio a Vítimas de Violência do Distrito Federal, a Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Partiu Liberdade, Juciara Rodrigues; a Andreia, que é do Movimento Vida em Paz; e o Deputado Estadual Delegado Cavalcante, lá do Ceará.

Sr. Presidente, eu queria fazer colocações, perguntas rapidamente a cada um dos expositores aqui, para a gente poder entender certas situações e ver se é possível algum acordo. Porque, como ele disse, é interesse que a gente possa aprovar isso para regulamentar uma situação, mas os eventuais excessos precisam ser... A gente precisa encontrar um caminho para que fique salutar para todo mundo. Então, a coisa não pode ser enfiada abaixo da goela. Não é isso. A gente está aqui para ter uma audiência para encontrar um ponto de equilíbrio com relação a esse assunto.

Uma pergunta para a Isabel – não sei se ela está conectada ainda. (*Pausa.*)

Pronto, Isabel, queria falar sobre o art. 4º do projeto, que elimina a marcação de munições, inclusive para as forças de segurança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a marcação de embalagem de munições e a exigência de dispositivo intrínseco de segurança e identificação de arma de fogo. A minha pergunta é a seguinte: Isabel, a senhora não acha que essa alteração fragiliza a rastreabilidade das armas de fogo, beneficiando apenas quem pratica atividades ilegais? Essa é uma pergunta.

A segunda é para a Michele, se puder me responder, não é? A senhora não acha que a autorização de transporte de arma municiada – você acabou de fazer essa colocação, e eu queria ver a sua análise como um instituto que acompanha, que monitora a violência no País –, em qualquer horário ou trajeto, descaracteriza a vinculação da atividade autorizada a esse porte, configurando um porte geral e irrestrito de 400 mil CACs? É bom que a gente... Eu reconheço a respeitabilidade da maioria – viu, Senador Marcos do Val? –, da imensa maioria. Eu tenho amigos, tenho familiares que são CACs, tenho pessoas próximas que são de alto nível – a maioria eu tenho certeza de que é –, mas, como existem bons políticos e maus políticos, como existem bons jornalistas e maus jornalistas, existem certas situações em que a gente tem que ver como é que estão na legislação. E a preocupação é justamente a gente exacerbar e depois não poder voltar atrás.

Então, não existe absolutamente nenhuma intenção de acabar com o esporte, como foi divulgado. Isso é *fake news* – isso é *fake news*. E isto é importante: ninguém vai intimidar nenhum Senador da República com *fake news*. Muito pelo contrário, esta Casa aqui é uma Casa respeitada, em que prevalecem o bom senso e o argumento. Foram colocadas *fake news* e uma série de comentários nas minhas redes sociais, inclusive comentários altamente violentos – a minoria. Eu respondo a todos, mas quando eu vejo que existe ameaça, esse tipo de coisa não me intimida absolutamente – pelo contrário. Então, a gente vê o nível de preocupação que é colocar armas na mão de certas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir: invalida-se a exigência de cinco anos de registro para concessão de autorização de porte para atiradores, prevista no projeto. Qual sua opinião sobre isso?

Para o Thyago. O projeto dificulta a fiscalização dos CACs – pergunta que eu lhe faço – ao determinar que, para ter acesso aos bancos de dados que contenham informação de acervos dos CACs, o servidor credenciado terá que motivar o ato em registro prévio? Ou seja, para investigar alguém que teria acesso a arsenais de no mínimo – de no mínimo – 16 armas por ano, acesso a recarga de munições, entre outras prerrogativas, o investigador ou delegado teria que explicar por que pretende obter informações do arsenal. É isso? Pergunto: O senhor não acha que essa prática é incompatível com a atividade de investigação das autoridades públicas?

Quarto, a questão da ampliação da potência de armas – eu faço para o querido Pollon – permitidas e a incorporação de novos produtos proibidos não seriam um enorme risco para a sociedade, já que colocaremos armas mais potentes nas mãos do cidadão e, consequentemente, em circulação?

E a última para o Felippe: o projeto autoriza nova anistia para possuidores de armas ilegais, repito, o projeto autoriza nova anistia para possuidores de armas ilegais. A forma como está prevista não se restringe a possuidor de boa-fé, já que não existe a comprovação de idoneidade e aptidão psicológica e técnica, requisitos legais para o registro de arma de fogo. Também permite que o cidadão registre arma ilegal a partir de mera declaração de que a posse é legítima. O senhor acha isso razoável? Essa é a pergunta.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente Marcos do Val.

Espero que cheguemos a um denominador comum para que a gente possa aprovar, regulamentar essa lei, mas de uma forma sem excessos, de uma forma responsável. É isso que a gente tem o dever de fazer aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço os questionamentos do Senador Eduardo Girão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou só fazer uma forma mais objetiva, eu vou pedir para que os Senadores possam fazer os seus questionamentos e, depois, a gente abre para todos os convidados, então, responderem as indagações dos respectivos Senadores que fizeram, porque assim a gente já atende a demanda dos Senadores que têm outras Comissões que precisam seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra o Senador Roberto Rocha, se estiver presente.

Com a palavra, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores convidados, cumprimento pela iniciativa desta audiência. Acho que é um tema importante, sensível e que desperta muito interesse das pessoas de um modo geral.

Não estou aqui por outra razão, o meu Estado também acompanha esse debate. Eu quero ser mais objetivo para ver se a gente tira desta audiência uma luz, pois calor já tem demais; vamos ver se a gente consegue dar luz ao debate, à arena política.

Eu queria perguntar para o Marcos Pollon duas coisas muito objetivas e simples. Muita gente acha que se o Proarmas apoia o PL em questão é porque ele libera geral o uso de armas de fogo. Eu sei que isso não é verdade. Como já foi dito por Thyago, esse PL é bem mais restritivo do que a legislação atual. Então, por que a Proarmas o apoia? Qual a vantagem de se regular a questão das armas por lei e não por decretos? Essa é uma questão.

A segunda questão, até mais simples, é... Tendo em vista o que disseram aqui o Senador Amin e outros colegas, eu quero me ater exatamente ao que está expresso no projeto, escrito no projeto. Não quero ser opinativo; quero ser factual.

Ao Pollon, novamente: quais são os artigos do PL que são restritivos?

Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Seguindo, a próxima...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Presidente, quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não.

A próxima é a Senadora Soraya Thronicke. Ela está virtualmente, provavelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, estamos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela condução desta audiência pública na manhã de hoje e quero dizer que todos nós sabemos da importância para a população da aprovação do PL 3.723, de 2019.

Nós estamos em débito com várias categorias interessadas, pois a Câmara aprovou a matéria ainda em 2019. Infelizmente, nós tivemos percalços em razão da pandemia, o que atrasou várias pautas de interesse nacional.

Então, o meu pedido é que nós consigamos mobilizar, junto ao Presidente Davi, para que amanhã consigamos aprovar, consigamos votar na CCJ e que possamos levar direto ao Plenário para que seja analisado por todos os Senadores este projeto de lei.

Eu recebi muitas solicitações no meu gabinete de cidadãos que aguardam essa resolutiva já há algum tempo. O projeto está condizente com a nossa realidade, já veio da Câmara com as ponderações necessárias. Nós não podemos protelar mais essa pauta. O projeto tem o intuito de fortalecer o sistema penal, aumentando as penas para os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, como é o caso da posse irregular, omissão de cautela, comércio ilegal, dentre outros, assim como também adiciona circunstâncias que majoram penas: armas de uso restrito, crimes praticados contra agente de segurança pública, crime praticado sob efeito de substância psicoativa. Isso para dar segurança aos Senadores, justamente porque estamos arrefecendo os limites da legislação.

Além disso, o texto aprovado na Câmara trouxe segurança jurídica aos colecionares, atiradores e caçadores, os hodiernamente famosos CACs, para o Estatuto do Desarmamento. As categorias que o PL inclui no texto da lei já têm total maturidade para aprovação do projeto.

Então, quero aqui parabenizar todos os que se manifestaram – manifestaram-se com eloquência. Embora eu seja afeta ao posicionamento de uns e não de outros, essa é a beleza da nossa democracia.

Lembro também que eu fui cobrada – acredito que todos os Senadores têm sido cobrados nas redes sociais, por *e-mail,* enfim –, mas quero deixar bem claro aqui que, em relação a esse tema, vocês não precisam se preocupar comigo. Estou tranquila. Por mais que o Pollon tenha dito que ainda não é o texto ideal, mas é o que nós conseguimos.

Nós temos feito o que é possível se fazer, o que é possível se aprovar. Quando a gente vê que, no Brasil, nem mesmo um referendo é respeitado, quando a gente vê que, dentro do próprio Senado Federal – pelo problema que eu tive agora na CMO – o próprio Regimento Interno da Casa e a Constituição Federal não estão sendo respeitados, eu digo a vocês cidadãos que estão acompanhando aqui com a gente: é difícil este País, este País é muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao tema específico, eu gostaria de deixar vocês bastante tranquilos em relação à minha votação, para que vocês se dediquem a outros Senadores que ainda estão em dúvida, justamente para esclarecê-los, para trazer segurança para que todos consigam votar com tranquilidade e com consciência.

Eu fui eleita carregando as bandeiras: anticorrupção, liberdade econômica, a questão armamentista, a questão conservadora. E eu nunca, nunca, jamais me desviei de qualquer bandeira que seja. A minha fidelidade é irrestrita em relação às bandeiras que me elegeram. As pessoas podem errar, as pessoas podem se desviar das bandeiras, mas, quando a gente se fideliza aos princípios, a gente não corre o risco de errar. Então, fiquem muito tranquilos comigo porque, desde o primeiro dia do meu mandato, eu nunca fugi de nenhuma bandeira. E peço que vocês aí... Não adianta a gente dizer que não vai se emocionar; eu imagino vocês que estão tendo a chance de falar para todo o Brasil, a chance de se colocar, é muito difícil. Nós, Senadores, nós, Parlamentares, nos emocionamos, nós ficamos indignados. Se a gente perder essa indignação, daqui a pouco este País, esse gigante que dizem que acordou, e que não acordou na verdade, todos dormem e todos dormem em berço esplendido, porque parece que não se percebe mais nada neste País... É muito grave o que nós estamos passando, e perder a capacidade de se indignar é muito ruim, muito ruim para nós.

Nessa pauta, é importante também que vocês ajudem a defender as bandeiras que acredito que vocês também tenham defendido em 2018, do mercado liberal, porque essa pauta nós não estamos entregando. O mercado liberal, a economia liberal vai ajudar vocês a terem mais acesso a tudo que precisam para que desenvolvam o seu *hobby*, o dos colecionadores, dos CACs, enfim, de todos que são afetos à essa pauta.

Outra questão que é pertinente tratar aqui, trazendo mais segurança – porque os índices de homicídio realmente aumentaram, e contra números não há argumentos – é a questão que, diminuindo a criminalidade no nosso País, nós conseguiremos inclusive aumentar o turismo. Hoje nós vergonhosamente só recebemos 6,5 milhões de turistas no nosso País, por conta principalmente da falta de segurança.

Então, todas as pautas, querendo ou não, se entrelaçam. É importante que toda essa cidadania responsável e ativa que vocês exerceram até este momento para fazer, para mobilizar os Parlamentares não fique adstrita somente à pauta de vocês, somente àquela pauta particular; que se mobilizem também nas pautas que são de todos os brasileiros: é a pauta anticorrupção, é a pauta antiviolência. Eu acredito que vocês são antiviolência. É isso que estão pregando aqui, é isso que eu estou defendendo por vocês, dentro da Casa.

Então, que consigamos, juntos, sem lado A nem B, como disse o Pollon... Não é caso de Lula nem Bolsonaro; é uma pauta do Brasil e é uma pauta dos brasileiros. E que saibamos entender que tudo que nos une como brasileiros – e não como pauta A ou B, como ideologia A ou B – é muito maior do que essas brigas que hoje polarizam e dividem a nós, brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a todos que exerceram democraticamente... Eu gosto de ver a emoção, eu gosto de ver... Do lado bom, tá? Está se falando em sangue aí, mas eu gosto de ver sangue nos olhos de quem defende as suas bandeiras, sejam elas quais forem, e gostei muito de ouvir todos. Achei todos, cada um na sua vertente, muito preparados.

O Pollon é meu amigo, e quero parabenizá-lo pela tecnicidade com que você levou a bandeira até o momento.

Contem comigo com o voto "sim". E que possamos mostrar para o Brasil que os números realmente irão diminuir, porque nós já chegamos em pontos que já não dá mais para suportar e não podemos mais ter os olhos vendados. Então, é importante essa indignação, é importante dar a palavra para os senhores. Estou muito satisfeita em poder tê-los ouvido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu que agradeço a fala da nossa querida Senadora Soraya Thronicke.

Antes de passar a palavra ao Senador José Aníbal, só quero registrar a presença aqui do Demetrius Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático (CBTP) e Diretor Regional da International Practical Shooting Confederation (IPSC).

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Permita-me só um minuto, e peço também a permissão do meu caro, querido Senador José Aníbal.

Eu vou precisar sair, não por deselegância da minha parte, e não ouvi a resposta do Pollon. É claro que ele vai responder não só a mim, ele vai responder ao País, e muito especialmente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Amin? (*Risos.*)

Amin, isso mesmo!

Mas eu não posso sair sem deixar aqui uma palavra política, porque afinal esta Casa é política. Há aqueles que querem politizar essa questão entre esquerda e direita, Bolsonaro, Lula e etc. e tal. Eu deixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui uma informação: hoje, dia 14, foi divulgado o levantamento batizado de "Pele-Alvo: a Cor da Violência Policial". Esse levantamento, que é da Rede de Observatórios de Segurança, avaliou dados de sete Estados brasileiros: Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão. Segundo a Rede, além desses, todos os Estados do Brasil disponibilizaram dados de seus respectivos observatórios para a realização desse importantíssimo estudo. Apenas um não disponibilizou os dados, exatamente daquele governador que tem a pele mais vermelha desse País. É apenas essa informação que eu quero deixar para um debate que não deve ser tratado politicamente.

Essa é uma questão que diz respeito a cada cidadão brasileiro, que inclusive já se manifestou nas urnas na eleição passada, se essa for a questão.

Obrigado e peço licença para me retirar para o meu compromisso anterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu que agradeço, Senador, pela sua presença e pelos seus questionamentos.

Agora eu passo a palavra ao Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – O senhor falou de maneira tão clara no dia 14 de dezembro, e eu queria dizer que um dos santos do dia a que o senhor pode se referir é o Santo Esperidião. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – É hoje é? Ah, que beleza! Santo Esperidião. É uma beleza!

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Cada sessão é uma aula com o nosso guru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É muito pessoal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então vamos lá. Passo a palavra para o Senador José Aníbal. (*Pausa.*)

José Aníbal saiu? Então, vamos passar a palavra ao Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores e senhoras que participam desta audiência pública, quero cumprimentar a Senadora Daniele – Daniella, perdão; assim como é Esperidião Amin, não é "i", de Amin, é Esperidião. Falaram mal do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Daniella Ribeiro, mesmo sobrenome que o meu. O meu é Ribeiro do Val.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Gente, eu penso que essa audiência pública foi muito importante, apesar de ter politização em alguns momentos. A gente sabe que o feminicídio está aí no Brasil há muito tempo, aí colocaram ali na tela um CAC, de um único caso, que poderia ter esfaqueado, pois a loucura, quando toma conta, faz com que as pessoas cometam esses crimes bárbaros. Mas eu sempre falo, Senador Marcos do Val, Senador Esperidião Amin, que se as mulheres fossem ao clube de tiro, treinassem e tivessem uma arma, nunca mais ia haver um feminicídio, porque mulheres podem, sim, ser treinadas.

Nós CACs... E volto a falar, eu sou CAC desde 1986. O Senador Marcos do Val e eu acompanhamos essa luta, a luta dos decretos, e o que a gente quer é regulamentar uma lei, ter uma lei para os CACs. Nós estamos falando aí do porte civil, do Sinarm, que todo mundo pode requerer para ter uma arma, porque é bem diferente posse e porte. Você tem a posse de uma arma em casa, mas você não pode pegar e atirar, porque aí você está com um porte de arma, estava portando a arma. Tem muita coisa. Tem transporte de arma, que é de que o CAC precisa.

Então, a gente sofre muito. E a arma construiu guerras, tudo, e ela serve também... Nos Estados Unidos, os atiradores usam para o turismo deles, o que chamamos turismo cinegético.

Então, essa indústria do turismo cinegético, nos Estados Unidos, movimenta US$400 bilhões por ano – e aí são os caçadores. África do Sul, todos os países fazem o turismo cinegético, só não o Brasil. Agora está se discutindo que o CAC pode andar com rifle ou fuzil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Muitos não sabem nem qual a diferença de rifle, fuzil, carabina, arma lisa. Ninguém sabe. Essa que é a verdade. Há uma desinformação.

Aqui as empresas de segurança podem ter um segurança armado, mas você tem que contratar esse segurança. Como é que ele vai andar 24 horas com você? No meu Estado, há um déficit na polícia de 5 mil homens, e nós estamos lá do outro lado do Amazonas, fronteira dos dois lados – dos dois lados. E temos um clube lá onde nós confraternizamos aos domingos, aos sábados à tarde, e só são pessoas de bem – só são pessoas de bem.

Este projeto, Senador Esperidião Amin e Senador Heinze, proíbe a importação por pessoa física, aumenta o controle de calibres restritos como se falou aí, aumenta significativamente as penas em ocorrência de qualquer crime e o torna inafiançável. Nós, CACs, não temos medo da lei. Quando se fala... Podia fazer isso... Eu até falei que a gente podia pedir ao que pede para o CAC para ser Deputado e Senador aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou genro.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Eu duvido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou genro também, não é?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Ou genro também!

Então, gente, esse projeto... No Brasil somos quase 600 mil, e nenhum é envolvido em ocorrência de qualquer tipo de crime. CAC é cidadão do bem, é da paz. Nós somos do bem! Você vai para o clube... Quando se fala em recarga é porque ele tem a condição de testar os calibres, as armas, como falou aqui o nosso campeão Thyago.

O que irriga o crime é contrabando, tráfico; não é o CAC, não é arma legal, não é o cidadão de bem. Eu fico, às vezes, pensando que, se os dados tivessem vindo mais atrás no tempo... De 2005 até 2009, 500 mil armas foram legalizadas. Aí eu não quero politizar, falar em governo passado, desse outro governo; o que está se discutindo aqui é que há um decreto que regulamenta que se pode ter 90 armas. O Deputado, num acordo, num trabalho político, chegou a um consenso com esquerda, direita, oposição, situação. Chegaram a um consenso, tanto que a maioria na Câmara aprovou, e é isso que se está discutindo aqui, nesta Comissão. Então, para que todo o Brasil saiba: não adianta querer criminalizar CAC; não vão conseguir, nós somos do bem, da paz.

E há dados aí do Datasus segundo os quais há redução de 30% nas taxas de homicídio este ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Mas não era essa fonte do Datasus. Deu uma redução e dizer que foi arma? Na Amazônia toda, por exemplo, há um índice... É que nem queimada na Amazônia. Lá vivem... Os nossos colonos, Senador Esperidião Amin, os nossos caboclos derrubam lá uma capoeira, um hectare e aí tocam fogo. É um foco de incêndio. Mas, gente, como é que ele vai fazer para comer ali? Olhar para árvore não enche barriga, beleza cênica não enche barriga. Ele tem que plantar. E, para plantar, como é que faz? Só queimando. O índio queima lá para fazer a roça de mandioca dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não é coivara, é capoeira, roça, porque ele não tem como derrubar uma árvore daquela. Quando ele queima, produz potássio, que é o que ele consegue fazer. Mandioca, macaxeira, milho, feijão é o que ele planta ali para sobreviver.

Lá há 16 mil assentados. Há 2 mil, 3 mil que ainda estão lá e que tocam fogo – cada um em um hectare. São 3 mil focos de incêndio na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, arma... "Ah, o cara matou lá." Vai lá ver, vai ver aqueles fuzis que aparecem lá. Nenhum CAC tem aquilo. Os que aparecem na reportagem, de bandido que assalta, que rouba banco, não são CAC. Nós queremos andar na lei.

Pois não, Sr. Felippe. O senhor quer...

O SR. FELIPPE ANGELI (*Fora do microfone.*) – Tem uma lista, Senador. É uma lista, por isso que não existe... Há nomes e mais nomes; é um nome.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O senhor falou um só e só falou do CAC.

O SR. FELIPPE ANGELI (*Fora do microfone.*) – Colecionador flagrado pelo Denarc.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim, ele é colecionador. Há bandido em todos os lugares, mas o senhor discriminou o CAC.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou mais uma vez interromper o Felippe Angeli, porque ele está quebrando o regulamento. Mais uma vez, eu o interrompo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Dr. Felippe, o senhor é advogado. A responsabilidade criminal é pessoal, é intransferível, e ele fez todos os exames para ter CAC. E aí teve um problema conjugal, a culpa é do colecionador, do CAC? Não é. Aqui tem que se falar a verdade.

Então, esse projeto vem dar essa segurança jurídica para, a partir daí, haver outras emendas tirando, agregando, mas foi construído, e há uma construção desse projeto.

Quero parabenizá-lo, Deputado, pela construção desse projeto que vai nos dar essa segurança, essa tranquilidade de que tanto precisamos.

E eu quero aproveitar, Presidente, para fazer um requerimento – acho que junto com o Senador Esperidião e com o Senador Heinze – de urgência para esse projeto ir para o Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vamos deferir o pedido de urgência para o Plenário.

Passo a palavra agora ao Senador Heinze e, logo em seguida, à Daniella Ribeiro.

Depois a gente encerra e segue com os convidados respondendo às perguntas dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, nossos convidados, quero saudar aqui o Pollon e também o Thyago em nome dos que estão se apresentando conosco aqui.

Senador Amin, nós tivemos esse debate sobre a questão desse projeto, aquele referendo alguns anos atrás, e eu já estava do lado de que as pessoas, Pollon, pudessem ter o direito à arma.

Mesmo contra a Globo, contra os artistas globais, nós sozinhos aqui, praticamente... Alguns de metralhadora, outros de bodoque, conseguimos que a sociedade brasileira se manifestasse favoravelmente; ponto. A maioria do povo brasileiro... Depois, esse processo seguiu, Pollon, por muito tempo, com decretos, atos, normas do próprio Governo Federal que nos complicaram a vida.

Eu sou produtor rural, vivo no meio rural, Thyago, e lá no meu Município e no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é um Estado mais evoluído, nem vou falar do norte do País, não existe força policial para fazer segurança pública, a brigada militar é restrita, a Polícia Civil é restrita, eu não tenho condição de fazer segurança. Há muitos contratos de segurança privada. Nós temos roubo de gado, o que é comum, a minha propriedade o pessoal assalta, temos roubo de defensivo, roubo de máquinas, assaltos em granjas.

Então, Sr. Presidente, eu queria, Senador Marcos Durval, parabenizá-lo pelo relatório, que é coerente.

Nesse sentido, eu vi um caso, Senador Esperidião Amin – Senador Girão, nós vamos estar em frentes opostas aqui; estivemos juntos há um tempo atrás na CPI, e vamos estar repartidos aqui –, uma senhora de 78 anos de idade, em Caxias do Sul, que tinha uma arma, foi assaltada, matou o assaltante e teve que responder a um processo porque a arma dela não era legalizada, Senador Marcos do Val. É um crime isso. Matar aquela senhora não tinha problema nenhum – podia matar aquela senhora e estaria tudo bem para o assaltante que assaltou o apartamento dela em Caxias do Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... mas ela se defendeu, atirou e matou o assaltante, aí, foi responder a um processo, porque não tinha registro da arma. Lá se vão setenta e tantos anos de idade, e ela se defendeu.

Então, o que eu quero é o direito à liberdade das pessoas de possuírem sua arma, não apenas o CAC, enfim, esses atiradores esportivos, seja quem for, mas o direito das pessoas de bem – de bem – de poderem ter a sua arma legalizada. É isso que a gente quer.

Nesse sentido, eu apoio o seu relatório.

E vamos trabalhar sim, Senador Esperidião, Senadora Daniella e demais Senadores, para que nós possamos votar urgentemente essa matéria. Eu sou cobrado não apenas no Rio Grande do Sul, mas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil inteiro, que a gente possa colocar essa matéria para apreciação e votação, porque há uma necessidade de esclarecer essas questões.

O seu relatório vem em boa hora e é centrado no que nós precisamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu que agradeço, Senador Heinze.

Eu vou passar a palavra agora à querida Senadora Daniella Ribeiro, terceira melhor Parlamentar do Brasil.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Obrigada, Senador Marcos do Val. Estou ao lado de V. Exa. e do Senador Eduardo Girão, com muita honra, como melhores Parlamentares, e ao lado de todos esses Parlamentares queridos, Senadores e Deputados Federais, Deputadas e Senadoras.

Também colaborando aqui, trazendo minha humilde colaboração e a vontade de estar aqui para ser convencida ou não sobre esse projeto através desta audiência pública, parabenizando todos os participantes, primeiro, pego a deixa da fala da Senadora querida Soraya Thronicke, que foi eleita com a pauta armamentista. Eu não fui eleita com a pauta armamentista e até fico na dúvida porque, quando a gente vem discutir esse projeto, diziam que não era pauta armamentista, mas, quando vem essa discussão, meu colega Lucas Barreto volta a dizer que é para eu andar armada para poder me defender da violência doméstica, e já me deixa confusa de novo. Então, a gente está tratando de porte de arma de novo? Afinal de contas, o que a gente está discutindo aqui? Não é isso, Esperidião, meu Senador querido? É porte de arma novamente? Você está me confundindo, colega.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senadora, é que lá na minha terra a gente tem um ditado: quem tem ferrão tem que mostrar. Pode até nem precisar usar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pois me deixe lhe dizer... Pois me deixe lhe dizer...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Mas as pessoas sabem, temem também e sabem que você... É o que o Senador Marcos falou: coloca uma placa numa casa "Aqui não há arma" e coloca "Nem cachorro, nem arma"...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Mas me deixe dizer...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E há a minha família aqui, que tem quatro mulheres – eu tenho três filhas e a esposa. Aí eu digo: "Até aqui não há arma".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, mas olha...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Vai dar prioridade para quem?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, mas deixa-me falar uma coisa. Você citou até a questão da violência doméstica, mas deixe-me dar um dado importante aqui. Na questão da violência doméstica, inclusive eu tenho um fórum lá na Paraíba que eu criei...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... chamado Fórum Todas por Uma.

Nós realizamos, através desse fórum, treinamentos de defesa pessoal para mulheres – sem armas, obviamente; defesa pessoal não utiliza arma – e trouxemos uma grande especialista, uma mulher que é especialista em defesa pessoal, uma defesa pessoal que inclusive só é dada para mulheres, porque os homens não podem ter conhecimento do treinamento. Ela se salvou de uma tentativa de estupro por parte de três homens e ela deu uma surra nos três – não tinha arma alguma. Ela deu esse treinamento inclusive para meninas, nós levamos para meninas em estado de vulnerabilidade, mais humildes. Então, não necessariamente a arma, se a gente entrar nessa discussão, se precisa ter em casa para se safar de violência doméstica.

Esses são casos inclusive de sucesso, *cases* de sucesso, no que diz respeito à questão da violência doméstica, entre outros casos.

Então, só para deixar registrado, viu? Se levamos lá para a Paraíba, podemos levar também para o seu Estado. Quem quiser fazer essa experiência, é importante.

Também outra coisa que eu acho que – e já entrando na minha pergunta – é importante a gente registrar: sempre nessas discussões – e eu sei que aqui a gente não está discutindo, não vamos discutir o porte de arma, mas vocês citaram... Desculpe, mas foi citado, e o Lucas citou também, a Soraya citou também. Está vendo como sempre leva a isso? E as pessoas que estão em casa ficam entendendo isso. Termina que confundem.

Mas é importante dizer que, quando a gente sempre discute segurança pública e vai para essa questão, a gente esquece uma coisa: que, enquanto a gente está nessa discussão, a gente não se lembra de discutir a educação. O que mais me preocupa é, enquanto a gente vai armar o povo, onde é que está o problema: o corte de R$3,9 bilhões na educação do nosso País. Enquanto a gente vai para a questão do "vamos armar para o povo se defender", onde é que está o nosso grande gargalo? Na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente fala da segurança, das pessoas que nos atacam, da questão da violência, mas a violência é a falta de oportunidade. Na violência, a gente sabe onde é que está o problema do nosso País, e o nosso problema é este: enquanto a gente não tiver educação de qualidade, educação que dá oportunidade às pessoas... E onde foi o fosso maior? Nós vemos agora onde é. É na pandemia, com a desigualdade em tantas áreas, principalmente na área da ciência e da tecnologia, em que as pessoas estão vivendo... A gente está vendo, pela primeira vez na vida, alguém preferir ter acesso à tecnologia, a um celular a ter acesso a saneamento básico. Isso é de chorar, e é essa a nossa realidade, escancarada.

Então, eu volto a dizer: enquanto a gente discute, sim, porque temos que discutir, lamentavelmente, a questão de segurança pública, não podemos deixar de discutir e investir em educação no nosso País.

A minha pergunta, eu vou deixá-la aqui. Eu também não vou conseguir ficar aqui até o fim, porque tenho uma reunião do meu partido às 14h. Mas vou deixar aqui minha pergunta sobre uma das críticas levantadas sobre a questão dos insumos, a de que existira uma facilitação para a compra de insumos para recarga para os CACs, como a pólvora, por exemplo, o que levaria ao descontrole da produção de munição. Eu questiono: qual o impacto dessa flexibilização para os CACs? Como melhorar o controle dessa produção da munição? Qual a capacidade de fiscalização das autoridades? Vou deixar aqui esses questionamentos, agradecendo a vocês a oportunidade. Estou deixando também uma contribuição para os colegas.

Eu fiz essa provocação. Ouviu, Lucas? Você é meu querido do coração. Você sabe disso, mas eu fiz essa provocação. Você está vendo que uma questão como essa termina sempre trazendo certa confusão para quem está em casa, para quem está nos acompanhando e para aqueles mais distantes. E termina levando nessa votação... Por isso é importante esse esclarecimento, que, inclusive, o Roberto Rocha fez também no início do questionamento dele. É muito importante que a gente esclareça isso para quem está em casa. Na hora dessa votação, que a gente deixe muito claro o que é que se está votando, afinal de contas. No fim, na ponta, vai chegar para o cidadão que a gente votou a favor de porte de armas ou não? É isso que vai ficar.

Então, o que a gente precisa dizer à sociedade é o que se está votando. Afinal de contas, as pessoas que estão telefonando ou que estão se comunicando conosco são as pessoas ligadas ao tiro esportivo mesmo. Sim, essas são as pessoas que estão falando conosco, que estão se comunicando conosco, que estão aqui explicando, que estão tirando dúvidas. Mas, na ponta, não é isso. Ao cidadão comum, que nada tem a ver com isso, não é essa a comunicação que chega, não é isso que chega.

Então, eu acho que, no fim, o objetivo principal, Sr. Presidente, se puder ser dito aqui, seria um resumo bem conciso do que significa esse projeto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Muito boas colocações! Agradeço à Senadora.

Nós vamos agora proceder à seguinte ordem para responder aos questionamentos: eu vou, primeiro, pedir à Isabel Figueiredo, que está aqui remotamente; depois eu vou seguir pela ordem que está aqui na mesa. Eu gostaria que finalizasse com o Deputado Federal Alexandre, para que ele pudesse finalizar o relatório que foi aprovado na Câmara dos Deputados e ao qual a gente está dando continuidade, na íntegra, aqui no Senado.

Só para confirmar, Deputado Alexandre...

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não!

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Permita-me, por favor, um minutinho, só para a gente falar sobre essa questão da marcação das munições, antes que eles possam ter a oportunidade de falar, porque acho que há um detalhe muito importante para ser esclarecido a respeito disso, até para que eles possam também ter a oportunidade de explanar a visão deles. Permita-me um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas é melhor colocar isso na sua ordem, na sua vez. Você anota, para colocar essa ponderação. O Senador Girão também tem outro compromisso e fez alguns questionamentos. Então, a gente segue essa ordem, e aí você pode fazer a sua colocação.

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON – Acho que há só um probleminha técnico nessa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É importante esclarecer. Mesmo que não estejam todos os Senadores aqui presencialmente, vai estar gravado isso. Isso vai estar no canal do Senado e também vai estar nos autos. Então vai ser facilmente também esclarecido para todos que não estão neste exato momento.

Eu só queria falar da possibilidade de o Deputado Alexandre, que foi o Relator e conseguiu essa articulação na Câmara dos Deputados, que, para mim, é um dos ambientes mais difíceis de se articular politicamente...

Aqui também eu o parabenizo. Que, no final das respostas de todos os convidados, você possa fazer sua conclusão sobre o projeto, até para esclarecer a nossa querida Senadora também e outros que nos estão acompanhando remotamente.

Então, com a palavra, Isabel Figueiredo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só peço licença para agradecer a todos. Eu vou pegar agora, lá no gabinete, todas as falas, as respostas das perguntas. Vou ter que pedir licença porque está marcado, há mais de um mês, um encontro e eu estou indo agora me reunir, mas eu vou assistir a cada resposta para fazer o julgamento.

Para mim, com todo o respeito a quem pensa diferente – respeito é a regra da boa convivência –, o que a gente está vendo nesse PL, Senador – eu quero ser convencido do contrário, quero conversar com o senhor novamente –, é a liberação do porte indireto, veja os aumentos de CACs nos últimos três anos. Para mim está clara essa estratégia, mas eu estou aberto para a gente minimizar certos excessos, para tentar aprovar, para regulamentar, porque a gente sabe que a maioria das pessoas são bem-intencionadas, são corretas nos CACs.

Muito obrigado.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO (*Por videoconferência.*) – Quanto tempo de fala?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Três minutos para cada um, para que a gente possa também liberar... (*Pausa.*)

Dois minutos? Então, dois minutos, para a gente ser bem objetivo. Vamos fechar em dois minutos a resposta para cada convidado.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria iniciar só fazendo uma contextualização rápida que acho que, de alguma forma, responde um pouco às ponderações da Senadora Daniella e também a algumas ponderações iniciais da Senadora Zenaide: é muito difícil, na verdade, a gente se restringir ao texto do projeto exatamente porque o projeto fala, ele tem impacto em questões que vão além do assunto dos CACs. Embora, ao longo da audiência, a gente tenha falado e vocês tenham dito "é o estatuto dos CACs, o regulamento dos CACs, o regulamento dos atiradores", há uma série de dispositivos que de fato vão muito além da questão específica dos CACs, por isso eventualmente a nossa principal preocupação.

E acho que, junto disso, queria também lembrar que os impactos – e aí também respondendo à ponderação lá de trás da Senadora Zenaide – são grandes, sim, no sentido de que não, as armas do País não estão entrando fundamentalmente só por fronteiras e contrabando. Cerca de 40% das armas apreendidas pelas polícias do Brasil são armas legais, muitas delas, sim, armas de CACs também. Então, essas armas voltam para as ruas, vão para as ruas, vão rapidamente para as ruas e alimentam a criminalidade.

Mas, focando agora a questão da pergunta do Senador Girão, eu acho que parece que é quase uma resposta muito simples. De fato, ao revogar o art. 23 do Estatuto do Desarmamento, o que a gente está fazendo é acabar de vez com a possibilidade de rastreamento de armas e de munições neste País. Esse é mais um exemplo de por que esse projeto de lei não está falando só sobre CAC. Eu acho que às vezes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que tirar um pouco a cabeça de onde a gente está com os pés. Talvez, do ponto de vista dos CACs, fosse essa a solução; só que a gente está falando de muito mais do que os CACs... por exemplo, está falando das armas em geral. Então, sim, retirar o art. 23 causa danos terríveis ao processo de investigação de crimes. A gente já tem um sistema de rastreamento frágil, que vai ser, de alguma forma, destruído se esse projeto for aprovado.

E por fim, terminando, respondendo à Senadora Daniella: não, a gente hoje já não tem capacidade de fiscalização instalada nos órgãos públicos. Com esse projeto, a gente teria que ter muito mais capacidade do que a gente tem, o que hoje já não funciona.

A gente começou dizendo que cerca de 2% dos CACs, clubes de tiro e lojas foram fiscalizados pelo Exército nos últimos anos. Então, a nossa capacidade de fiscalização enquanto País é nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado pela resposta.

Passo, então, a palavra à Michele dos Ramos.

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou focar, então, primeiramente, na colocação que o Senador Girão fez. E, como a discussão sobre a questão do porte velado foi trazida, eu só queria reiterar esse ponto, que está indicado no projeto de lei. Como o Pollon colocou, a gente teve uma portaria de fato no Exército, em 2017, que permitia o trânsito municiado, mas isso é muito diferente você colocar num texto de lei.

E aí eu queria trazer para a reflexão dos Senadores e Senadoras o fato de que o texto, tal como está na lei, reitera que: "Para efeitos do §1º deste artigo" – que é o que permite o trânsito entre "o local de guarda do acervo e os locais de treinamento, de prova, de competição, ou de manutenção, de caça ou de abate" –, "considera-se trajeto qualquer itinerário realizado, independentemente do horário, assegurado o direito de retorno ao local de guarda do acervo". Isso, na prática, inviabiliza a fiscalização dos profissionais da segurança pública.

E aqui eu deixo mais uma sugestão para esta Comissão, que seria trazer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – ... para audiência os profissionais, enfim, policiais da Polícia Rodoviária Federal, policiais federais, delegados que atuam no enfrentamento do tráfico de armas e munições, para que eles também sejam ouvidos, porque eu acho que a perspectiva deles sobre esse ponto é bastante importante.

Uma colocação sobre a questão das munições. A gente vem falando mais uma vez que esse projeto de lei fala sobre a segurança jurídica dos CACs. E aí eu gostaria de deixar para reflexão dos Senadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras: em que medida o fim da marcação das munições, inclusive para as forças de segurança pública, atende à segurança jurídica dos caçadores, atiradores e colecionadores?

E aí, respondendo a uma colocação que foi feita, de fato a gente tem muito problema para fazer o rastreamento das munições que são utilizadas no crime. Munições que são compradas por pessoas como eu não são marcadas na sua base, mas sim na sua embalagem, mas a marcação das munições das forças de segurança pública possibilitou que investigações como a da morte da Juíza Patricia Acioli, no Rio de Janeiro, avançassem a partir do rastreamento das munições que foram utilizadas. Então, qualquer delegado, enfim, policial que trabalha com investigação de crimes cometidos por armas de fogo vai defender que as munições sejam marcadas. E eu reitero aqui para a Comissão a sugestão de que essas pessoas sejam ouvidas também nesse debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vou passar para o próximo, até para colocar uma questão. Está-se criando... O Ministério da Justiça está quase finalizando um programa para um banco de dados de munições. Eles estavam discutindo qual programa seria. Já foi definido qual o programa, e ele vai ser implementado em todos os Estados para facilitar isso.

Um dos questionamentos da área da segurança pública sobre a marcação das munições é que, como na pistola, quando você faz o disparo, a cápsula sai da arma, e ele está naquele confronto, ele não tem como voltar e pegar aquelas cápsulas. Então, os traficantes e o crime estão usando essas cápsulas para refazer munições e utilizá-las para o crime, e aí imputa-se o crime ao agente da segurança pública.

Então, é um debate que é bem complexo, mas eu concordo: quanto mais fiscalização, quanto mais controle, é lógico, mais tranquilidade se vai dar para a sociedade. Eu compactuo com esse pensamento.

O próximo.

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO (Para expor.) – Como falei, eu queria fazer uma pequena intervenção a respeito do art. 23, porque o que o *caput* do artigo diz é que o Exército vai definir o que é de uso permitido e o que é de uso restrito.

Essa questão da marcação das munições é um parágrafo desse artigo, e o próprio PL já define o que é permitido, o que é restrito. Então, o art. 23 realmente não faria mais sentido na 10.826. Então, a revogação do art. 23 em nada impede a aquisição de munições gravadas pelas forças de segurança pública, porque isso tudo está regulamentado em portaria, isso tudo está regulamentado em decreto.

O Estatuto do Desarmamento, o chamado Estatuto do Desarmamento, a Lei 10.826 é uma lei muito enxuta. Tudo é feito em decreto, tudo é regulado em decreto, tudo é regulado em portaria. E no art. 23 é só vocês darem uma olhada no *caput.* Ele diz que é atribuição do Exército definir o que é permitido, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é restrito. Esse PL tirou essa atribuição do Exército e está em lei agora o que é permitido, o que que é restrito. Então, o fato de essa questão da marcação estar num parágrafo foi um acidente do legislador lá, em 2003, que botou isso num parágrafo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Quando se revoga um artigo, o parágrafo vai junto, mas nada impede regulações acessórias.

O Sr. Marcos Sborowski Pollon – Permite-me um aparte dentro dessa fala?

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – E eu nem vou querer entrar no mérito se é legal ou se não é legal marcar, porque essa é uma questão das forças de segurança.

O Sr. Marcos Sborowski Pollon – Um aparte dentro dessa fala, Thyago. Só para deixar bem claro, hoje são as forças de segurança pública que utilizam. Hoje, nós atiradores já compramos munição sem marcação nenhuma. Já é assim. Inclusive, dificulta a importação, mas o que é fato que o Thyago está falando é que dificulta, inclusive, para as inovações tecnológicas de marcação de munição... Nós teremos que fazer outra legislação. Deixar a cargo do Exército regulamentar permite, por exemplo, que se faça a compra de munições por QR Code no futuro, que ela possa ser feita por registro em CPF. Só que tudo isso fica trancado se a gente não revogar esse artigo. Ela vai ser regulamentada via decreto do Exército. Vai ser regulamentada pelo Comando do Exército. Esse artigo veda qualquer tipo de inovação com relação à fiscalização de munições no Brasil. Então, completamente o inverso do que se diz.

A SRA. MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS – Não, mas isso não está previsto no texto da lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O próximo...

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Nem estava previsto no texto da 10.826 a maioria das regulações que a gente tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É só para a gente poder cumprir o tempo. Isso, dois minutos.

O SR. THYAGO ALMEIDA PIGNATARO – Agora, eu tenho que responder a pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É que são só dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS SBOROWSKI POLLON (Para expor.) – Bom, então, vai começar o meu? Então, tá. Como são só dois minutos, eu queria aproveitar esses dois minutos para fazer algo que eu acho muito importante. Primeiro, agradecer a presença da Senadora Soraya, minha amiga Soraya, que fiz questão de colar adesivo na rua para eleger essa mulher. Goza da minha mais irrestrita confiança. E também Marcos do Val que é outro também que sempre estimei. E aproveitar para abrir meu coração para o Senador Girão. Infelizmente, a gente só se conversa por vídeo. Então, se o Senador quiser jantar, almoçar, tomar um café, eu estou à sua disposição.

E quero dizer algumas coisas. Quando o senhor disse que o advogado fala que defesa pessoal, o senhor esqueceu o começo da minha fala, que foi o seguinte: olha não é um PL de defesa pessoal, não é um PL de porte; é um PL para salvar o esporte do tiro esportivo no Brasil. E peço vênia para romper essa barreira e tratar desses temas ideológicos por conta do assassinato de dados e números e um monte de coisas jogadas ao vento aqui, que para cada 1%, 2%, enfim... É aquele um por cento, como diria Wesley Safadão, não é?

E aí a questão dos calibres do Girão. Senador, nós precisamos realizar o abate, o manejo racional humanizado do javali. Se você não tem um calibre forte para alvejar o javali, ele vai ficar sofrendo. É necessário para que o abate seja instantâneo. Além do quê, modalidades como F-Class exigem esses calibres. E, quanto ao itinerário, é uma questão de segurança. Se eu sou obrigado a correr um itinerário, os criminosos vão mapear isso aí. Nós temos que ter, sim, acesso à possibilidade de defender a nossa vida e o nosso acervo, porque você não está andando simplesmente, comumente; você está carregando um monte de armas.

E aí você muda o itinerário como um meio eficaz de segurança.

Em relação à marcação de munições, como já foi falado, não é um libera geral, é extremamente restrito. E, claro, como o senhor disse, num confronto, um policial não tem tempo de ficar juntando estojo. E a única coisa que a marcação fez até hoje foi impedir o avanço tecnológico, como disse o Deputado Leite, e, claro, colocar na cena do crime alguém que nunca esteve lá.

Estouraram meus dois minutos. Eu agradeço mais uma vez a todos.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço a resposta.

Passo a palavra ao Sr. Felippe Angeli, Gerente de Advocacia do Instituto Sou da Paz.

O SR. FELIPPE ANGELI (Para expor.) – Agradecendo sempre, são muitos temas, enfim... Vou ser objetivo, para a gente concluir este debate, que é difícil sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que houve uma clarificação sobre a questão da retirada do art. 23. A gente quer dar segurança jurídica para os CACs, mas a gente não quer dar segurança jurídica para marcação de munições... Isso pode ficar no decreto, na verdade; os CACs precisam estar em lei, mas a marcação jurídica de munições, não, fica em decreto, porque isso atrapalha... Não me parece! Estados Unidos são os Estados Unidos, ou mesmo Inglaterra ou qualquer outro país. Para qualquer tipo de inovação, inclusive as armas são fabricadas, haja qualquer tipo de impedimento... Uma caixinha de Tetra Pak de leite tem marcação, gente! Vamos falar sério!

Dois. "Ah, não ajuda..." Com a Marielle Franco e o motorista Anderson, se encontraram no local do crime as cápsulas que tinham sido marcadas no culote, que é diferente desse banco de balística, que é a questão do raiamento do projétil. No local do crime, foram encontradas as munições que tinham sido desviadas da Polícia Federal na Paraíba...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE ANGELI – O atirador era um CAC, Ronnie Lessa, mais uma exceção dos milhões de exceções das regras.

Em relação, para concluir – estão aqui 50 segundos –, à segurança jurídica, a gente não quer dar segurança jurídica para marcação de munições, mas a gente quer dar segurança jurídica para o porte, porque essa questão dos cinco anos, esse período, essa carência de cinco anos... Agora, com o 21G, que diz que pode transportar uma arma de fogo curta, condição de pronto uso, entre o trajeto de guarda/acervo e o local de treinamento/prova, e que, para efeitos do §1º desse artigo, considera-se trajeto qualquer itinerário realizado, independentemente do horário, e assegurado o direito de retorno, não há cinco anos nenhum, gente! Vocês podem dizer o que quiserem, mas não há!

E, assim, a gente vai liberar porte, e, depois, há esses despachantes que eu mostrei, como vários outros, em que é só ir lá – precisa do dinheiro mesmo, precisa do dinheiro mesmo, e, por isso, não é um direito para a coletividade, não é interesse público, é para uma classe específica – para conseguir esse porte de arma de fogo.

Essa é a minha contribuição. Sei que muitos não concordam, muitos concordam.

E, por último, há toda essa lista aqui. Eu não interrompi... Aquela hora, foi o próprio Senador que me pediu que eu fizesse uso da palavra, porque não se trata de exceções, são muitas exceções.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço pelas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, eu vou dar a palavra ao digníssimo Deputado Federal, Relator, propositor, para as considerações finais. Em seguida, vamos encerrar a reunião.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Marcos do Val.

Quero apenas fazer, oportunamente, a resposta à pergunta que foi feita ao Thyago referente ao registro de funcionários autorizados a consultarem os acervos dos atiradores, mas é óbvio que é por motivo de segurança. Se qualquer um puder entrar em sistema de gerenciamento de armas e conferir quantas armas e onde estão essas armas dos atiradores, isso coloca em risco o acervo e a pessoa. Isso tem que estar registrado e motivado, qual o motivo da consulta daquele acervo e daquele caso em específico.

Ninguém consulta o acervo de ninguém à toa. Então, funcionário autorizado dentro do sistema de controle de armas vai ter, sim, o acesso e a consulta, vedando que um cidadão qualquer ou outra pessoa sem autorização o faça.

Mas eu finalizo aqui, Senador Marcos e convidados, dizendo que esse projeto de lei tem de se restringir à questão desportiva. Nós trabalhamos muito para colocar a questão do porte da defesa pessoal no âmbito da Polícia Federal e aqui concentrar nas questões dos CACs. Esse projeto, em uma frase dita por uma atiradora, uma senhora, tem de dar o objeto, a arma. No âmbito da Polícia Federal, é um objeto de defesa; no âmbito deste projeto, é um meio de se alcançar o pódio.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu agradeço a presença de todos, agradeço à minha querida Senadora Soraya Thronicke, que está presente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/21148.77088-19

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quinze minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Plínio Valério, Eduardo Girão, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Luis Carlos Heinze e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLDO 2022**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CE à CMO, referentes ao PLDO 2022 (PLN 3/2021-CN) – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências". Relator: Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, das seguintes emendas ao PLDO 2022: As vinte e quatro emendas de texto propostas, cujos números são: 35, 45, 46, 48, 52, 59, 60, 63, 64, 65, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 114, 115, 118, 122, 123, 124, 125 e 127, restando rejeitada a emenda 126, renumeradas para **Emendas nºs 4 a 27**, e as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2022, pelo maior valor proposto para as metas**: Emenda nº 1** - "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (propostas de emenda número: 9, 40, 51, 58, 67, 106, 109, 111, 113 e 116) no valor de 5000; **Emenda nº 2** - "14U2 – Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais" (propostas de emenda número: 16, 41, 57 e 72), no valor de 140; **Emenda nº 3** - "5450 – Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer" (propostas de emenda número: 22, 43, 54, 80 e 103), no valor de 5000. As Emendas 4 a 27 ficam assim dispostas: **Emenda nº 4** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. V, Seção I, Subseção IV, Art. 79, Inciso I; **Emenda nº 5** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 6** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 7** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 8** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 9** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 10** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção VIII, Art. 62, § 20; **Emenda nº 11** – aditiva – Anexo III; **Emenda nº 12** – modificativa - Corpo da Lei, Cap. IV, Seção X, Subseção I, Art. 64, § 4º; **Emenda nº 13** – modificativa – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção X, Subseção I, Art. 64, § 4º; **Emenda nº 14** – aditiva – Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 15** – aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 16** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. V, Seção III, Art. 91; **Emenda nº 17** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção X, Subseção I, Art. 65; **Emenda nº 18** –

60e47161058698 2c9983960d80fa5cef18989a6f Página: 1/2 14/07/2021 10:24:09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/21148.77088-19

supressiva – Corpo da Lei, Cap. III, Art. 7º, § 5º; **Emenda nº 19** – aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 20** – aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXIV; **Emenda nº 21** – aditiva – Anexo III; **Emenda nº 22** – aditiva – Anexo III; **Emenda nº 23** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. II, Art. 4º; **Emenda nº 24** – aditiva – Corpo da Lei, Cap. IV, Seção I, Art. 18; **Emenda nº 25** – modificativa – Corpo da Lei, Cap. II, Art. 4º; **Emenda nº 26** - aditiva – Anexo III, Seção III, Inciso X; **Emenda nº 27** – modificativa – Corpo da Lei, Cap. II, Art. 4º. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13

Página: 2/2 14/07/2021 10:24:09
60e47161058698 2c9983960d80fa5cef18989a6f

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião se destina à deliberação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Foram apresentadas 129 emendas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, pessoal da assessoria, da Consultoria Legislativa, que trabalhou muito nesse procedimento, eu quero fazer um breve comentário.

Sr. Presidente, no ano passado, na lei orçamentária, as emendas de Comissões e mesmo emendas de relatores, emendas de sub-relatores, praticamente todas essas emendas não foram levadas em consideração. Houve, assim, um corte geral em tudo, mas a rotina, o roteiro, o Regimento, a própria lei orçamentária preveem que as Comissões se manifestem.

Assim sendo, eu quero agradecer a V. Exa. e a todos os demais membros por terem me reconduzido a essa tarefa de relatar novamente este ano o relatório da nossa Comissão de Educação.

V. Exa. já apresentou, foram 129 emendas feitas pelos Parlamentares, e aqui no nosso relatório está tudo muito bem especificado.

Na área de educação, sugerimos aqui, já no parágrafo terceiro do relatório, acolhimento da Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Foi proposta pelos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, Randolfe, Nelsinho, Kátia, Eduardo Gomes, Alessandro, Styvenson, Rose, Eduardo Braga e por mim mesmo, Confúcio Moura.

Na área de cultura, optamos por sugerir o acolhimento da emenda da Ação 14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais, proposta pelos Senadores Randolfe Rodrigues, Nelsinho, Kátia e Eduardo Gomes.

Na área de esporte, sugerimos acolhimento à Ação 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, proposta dos Senadores Randolfe, Nelsinho, Kátia, Eduardo Gomes e Marcelo Castro.

Sobre as emendas de texto a esse Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o critério para acolhimento foi o de pertinência temática. Desse modo, consideramos todas meritórias e sugerimos o acolhimento de todas as propostas relacionadas à educação, à cultura e ao esporte, com exceção da de nº 126, por não ser afeta a essas áreas temáticas da Comissão. Assim sendo, desse modo, sugerimos o acolhimento todas as emendas de texto ao projeto de lei, exceto a 126, pelo motivo já exposto. Essas propostas foram indicadas pelos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Jean Paul, Nelsinho, Esperidião, Leila, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Confúcio, Eduardo Gomes e Wellington Fagundes.

Sr. Presidente, diante do que foi lido, do que está distribuído para todos para conhecimento, eu vou ao voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de 24 emendas de texto propostas, cujos números são: 35, 45, 46, 48, 52, 59, 60, 63, 64, 65, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 114, 115, 118, 122, 123, 124, 125 e 127; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, pelo maior valor proposto para as metas:

a) "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica" (Propostas de Emenda nºs 9, 40, 51, 58, 67, 106, 109, 111, 113 e 116);

b) "14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de espaços e equipamentos culturais" (Propostas de Emenda nºs 16, 41, 57 e 72);

c) "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer" (Propostas de Emenda nºs 22, 43, 54, 80 e 103).

Quero dizer, Sr. Presidente, que essas emendas saíram da expressão da maioria dos membros da Comissão que fizeram as respectivas emendas e foram acolhidas.

Assim sendo, Sr. Presidente, esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, 13 de julho de 2021.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Confúcio Moura, agradecemos o seu esforço no sentido da confecção desse relatório num tempo recorde. Agradecemos a sua participação.

Coloco, então, o relatório do Senador Confúcio Moura em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o...

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão apresentadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte as seguintes emendas ao PLDO 2022: as 24 emendas de texto propostas, cujos números são: 35, 45, 46, 48, 52, 59, 60, 63, 64, 65, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 114, 115, 118, 122, 123, 124, 125 e 127; e as seguintes emendas ao texto de metas e prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, pelo maior valor proposto para as metas: 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (Propostas de Emenda nºs 9, 40, 51, 58, 67, 106, 109, 111, 113 e 116; 14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de espaços e equipamentos culturais (Propostas de Emenda nºs 16, 41, 57 e 72; e 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer (Propostas de Emenda nºs 22, 43, 54, 80 e 103).

Vemos, assim, que o nobre Relator pôde conciliar e acolher praticamente todas as emendas e distribuí-las. Como a nossa Comissão aqui é Comissão de Educação, Esporte e Cultura, então, nós temos direito a apresentar três emendas. Fizemos, então, segundo o Relator, o que foi aprovado, uma emenda para a educação, outra emenda para a cultura e outra emenda para o esporte. Acho que é o que deveríamos realmente ter feito.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Maria Eliza, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Carlos Viana e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 16/2021 - CE, de autoria Senadora Maria Eliza (MDB/RO), REQ 17/2021 - CE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), REQ 18/2021 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), e REQ 20/2021 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Debater o tema ProUni - Desafios sobre o futuro e as propostas de reformas tributárias. **Participantes:** Sra. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e conselheira no Conselho Nacional de Educação; Sr. Celso Niskier, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES; Sr. Emerson Casali, Assessor Institucional do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; Sr. Juliano Griebeler, Representante do Movimento Não à Custa da Educação; Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP; Sr. Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP; Ir. Paulo Fossatti, Conselheiro da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC; e Sr. Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Maria Eliza
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater o tema "Prouni - Desafios sobre o futuro e as propostas de reformas tributárias", em atendimento aos seguintes requerimentos: Requerimento nº 16, de 2021, de minha autoria; Requerimento nº 17, de 2021, de autoria do Senador Nelsinho Trad; Requerimento nº 18, de 2021, de autoria do Senador Flávio Arns; e Requerimento nº 20, de 2021, de autoria do Senador Marcelo Castro.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A Presidência concederá a palavra aos convidados pelo prazo de cinco minutos. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. e Srs. Senadores conforme a ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Sra. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e Conselheira no Conselho Nacional de Educação; Sr. Celso Niskier, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup); Sr. Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp); Irmão Paulo Fossatti, Conselheiro da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec); e Sr. Edimilson Costa Silva, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação.

Participam desta reunião presencialmente os Srs. Emerson Casali, Assessor Institucional do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, e Juliano Griebeler, representante do movimento Não à Custa da Educação.

Antes de passar a palavra aos convidados, gostaria de fazer algumas considerações.

Eu penso que o Prouni, o Fies e o Pronatec são instrumentos que podem ajudar a fazer com que o aluno competente possa ter acesso à educação independentemente de cotas e de outros mecanismos. É um programa social que, mesmo que não tivesse retorno financeiro, teria um retorno social muito grande. Nós só vamos mudar uma população, só vamos mudar um país, se nós tivermos educação de qualidade, e esses são instrumentos que nós não podemos deixar que se enfraqueçam, devemos fortalecê-los ao longo do tempo para que, cada vez mais, nós possamos ter educação de qualidade.

E é nesse sentido que eu chamo essas pessoas imbuídas no desenvolvimento da educação para que falem sobre o Prouni e a reforma tributária.

Concedo a palavra por cinco minutos à Sra. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares e Conselheira no Conselho Nacional de Educação.

Amábile. (*Pausa.*)

Você está com... Não estamos escutando aqui.

A SRA. AMÁBILE PACIOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k., agora voltou. O.k., o.k., o.k.

Bom dia, Senadora Elisa, é um imenso prazer em revê-la. Muito obrigada pela oportunidade e pela iniciativa desta audiência, porque nós consideramos o Prouni (*Falha no áudio.*) ... muito sobre ele. Então, precisamos conversar...

Vocês estão me ouvindo? Está tudo certo aí? Está me ouvindo, Eliza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está falhando um pouco, mas agora melhorou. (*Pausa.*)

Parou.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Será que é a transmissão ou é a minha apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, agora está bom.

A SRA. AMÁBILE PACIOS (*Por videoconferência.*) – Estava lhe agradecendo, Eliza, pela iniciativa desta audiência, agradecendo imensamente, para que nós possamos todos juntos chamar atenção da sociedade para esse programa que é de inclusão social por meio da educação. Acho que é um programa extremamente forte e importante para o nosso País, como você já bem salientou.

Permita-me cumprimentar a todos que aí estão na plenária. Peço desculpas por não poder participar pessoalmente, pois esta semana é a semana do Conselho Nacional de Educação, que envolve muito o nosso trabalho. (*Falha no áudio.*) ... todos que vão falar e participar, em nome do Casali, que pôde estar presente aí.

Eu vou pedir para colocarem os meus eslaides. Vou falar em cinco minutos, rapidamente. Eu quero apresentar (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Amábile, a sua internet está ruim.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – O.k. Nesse primeiro eslaide, eu quero apresentar...

Pois é. Estava funcionando bem, e eu não sei o que aconteceu.

O Casali pode apresentar?

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está ótimo.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Está? Então, está bom. Vocês estão me ouvindo, então? Posso continuar? (*Pausa.*)

Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, pode.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Então, está bom.

Nesse primeiro eslaide, eu estou só apresentando uma série de estudos que nós fizemos para mostrar para vocês o tamanho do nosso setor e mostrar como é que se dá a interface entre o Prouni e a reforma tributária.

Por favor, o segundo eslaide.

Bem, aqui eu gostaria de mostrar para vocês o tanto que a educação pública e particular foi fortemente impactada pela pandemia. Nós tivemos um processo de fechamento e abertura de escolas de uma forma muito desordenada – o Município fechava, e o Governo abria –, o que deu muita insegurança para que o calendário pudesse ser cumprido, muita insegurança no projeto pedagógico. Depois, nós tivemos problemas com os protocolos sanitários, que foram extremamente diversificados no nosso País. Também tivemos que implantar, da noite para o dia, toda a tecnologia necessária para fazer aulas *online*, mantendo conectadas à escola desde crianças de dois anos a alunos do ensino superior – foi muito complicada essa fase. E nós tivemos também nesse período muitas ameaças legislativas de descontos nas mensalidades, proposições de suspensão de mensalidades, o que criou um clima, dentro do nosso setor, muito complicado para a gente poder administrar – sem contar as ações de Ministério Público, algumas muito célebres, que foram as do Rio de Janeiro e as de (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

... de tão forte que é o nosso setor, de tão expressivo que ele é.

Por favor, o próximo.

A educação particular tem hoje 15,5 milhões de alunos: 6,5 milhões, aproximadamente, estão no ensino superior – isso equivale a 74% das matrículas do ensino superior – e 9,1 milhões, ou um pouquinho mais, talvez, agora, na educação básica. Esse é o montante de alunos a quem nós podemos oferecer serviço de qualidade. Isso corresponde a uma desoneração de R$225 bilhões por ano ao Governo, o que quer dizer que, se esses 15,5 milhões de alunos fossem para o Governo, para o Governo ser o responsável pela educação deles, de fato, seria isso o que Governo pagaria a mais para poder abraçar todos esses estudantes.

Evidentemente, a gente aqui está falando também – e a gente precisa falar – da qualidade do serviço que nós prestamos. A Fenep fez uma pesquisa que mostra aí, no quadrinho ao lado, a comparação do *ranking* do PISA. Quando você olha apenas o setor particular, vejam em que posição fica o Brasil; e, quando você olha o Brasil como um todo, considerando também a escola pública, em que condições o Brasil se apresenta.

Além disso, o setor emprega 1,7 milhão de pessoas. E eu gostaria de ressaltar que esse é o setor que mais emprega mulher como mão de obra especializada. Isso é extremamente importante, não é?

Por favor, o próximo.

Nesse quadrinho – eu vou apenas resumir, se me permite, Senadora Eliza, apenas olhar o quadrinho, por conta do tempo que não temos para analisar cada um dos gráficos –, esse é um estudo extremamente importante, porque existe uma máxima de que nós atendemos apenas a classe A, a classe A+ ou a classe B. Não é verdade. Aqui está, pela renda *per capita* familiar, em cada um dos segmentos – da educação infantil, fundamental, ensino médio e ensino superior –, o percentual. Tendo renda de até R$1.045, o percentual que nós atendemos – essas são as classes D e E – em cada um desses segmentos educacionais.

Se a gente expandir o recebimento, quer dizer, se expandir a receita até R$3.135 *per capita*, que são as classes C, D e E, o montante de atendimento de alunos incluídos nessas faixas sociais que nós atendemos... Então, a educação particular não é uma educação para a classe rica; ela está na classe baixa e na classe média. E os alunos que nós temos atendido, as escolas que mais crescem no atendimento da educação básica são as escolas que atendem as camadas C, D e E.

O próximo, por favor.

Bem, aí eu tenho um estudo bem importante, para que depois vocês possam olhar com mais detalhes. O estudo mostra como é que o mundo trata a educação nos diferentes países. De 102 países que nós podemos olhar aí na nossa tabela, 65 isentam a educação totalmente e 20 ficam entre uma taxa de zero a dez. E hoje no Brasil o que a gente tem é o que está escrito aí: a gente tem de zero a 8,65 entre PIS/Cofins e INSS e, dependendo do que a gente venha a aprovar na reforma tributária, a gente pode chegar a ser o País com a maior carga tributária na educação do mundo.

Então, além de todo o problema da pandemia que a gente pôde muito rapidamente falar no início da nossa apresentação, sendo um setor tão relevante como é, como a gente já mostrou, e tendo agora a necessidade de buscar recuperar toda a aprendizagem que ficou para trás, mitigar pelo menos aquilo que ficou para trás, nós ainda podemos correr o risco de sermos a educação mais tributada no mundo.

O próximo e último, por favor.

Bem, então, a gente tem uma preocupação. Nós, desde 2014, dezembro de 2014/2015, nós tivemos um enxugamento, um esvaziamento muito grande do Fies. Na realidade, a gente saiu de quase 700 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contratos para 50 mil contratos. Lembrando que Fies não é bolsa, é um financiamento que é subsidiado, mas não é bolsa. Então algumas (*Falha no áudio.*)

... mas não é bolsa. (*Falha no áudio.*)

... pesquisas mostraram o quanto que pôde incluir os brasileiros (*Falha no áudio.*)

... no passado, violentamente, por uma medida assinada pela Presidente Dilma em dezembro de 2014 e, de lá para cá, a gente tem sofrido (*Falha no áudio.*)

... no Imposto de Renda (*Falha no áudio.*)

... nós temos uma carga muito aumentada e isso vai significar aumento da mensalidade, isso vai significar esvaziamento das escolas. Então, nós temos alguns desafios, que são: mitigar a perda pedagógica que a pandemia nos trouxe; trazer de volta o estudante que não quer voltar, em todos os segmentos (*Falha no áudio.*)

... ensino superior. Mais ainda, como eu falei, acreditamos que o Prouni é um grande programa de inclusão. E pensamos, inclusive, se seria possível estender esse Prouni também para a educação básica, para (*Falha no áudio.*)

... educação básica... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Amábile, eu peço licença. A sua conexão está muito ruim. Nós não conseguimos mais escutá-la.

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Celso Niskier, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior.

O SR. CELSO NISKIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia, Presidente, Senadora Eliza! Na sua pessoa, saúdo todos os Senadores aqui presentes, agradecendo o convite para a ABMES estar aqui hoje.

Quero saudar a Amábile, querida amiga; a minha amiga querida também Beth Guedes; o Rodrigo Capelato; o Irmão Paulo; o Juliano; o Emerson; o Sólon Caldas e o Bruno Coimbra, que estão aí; e também a equipe da Sesu, na figura do Secretário Wagner.

Eu vou sugerir... Eu preparei uma apresentação para 15 minutos. Então, eu vou falando, e vocês apertam aquela tecla 1,5 vez ou 2 vezes para acelerar a minha fala, porque eu não vou conseguir falar naquela velocidade. Mas eu vou tentar ser o mais rápido possível na apresentação que eu trouxe.

Eu vou focar a minha participação no potencial de inclusão e de diversidade do Prouni. Eu trouxe aqui alguns dados históricos que eu quero compartilhar com vocês. Peço a ajuda, então, da equipe na passagem da apresentação. Eu vou passar muito rapidamente pelo início.

Podemos seguir.

Aqui há dados do setor privado. Nós temos hoje mais de 2,3 mil instituições, com mais de 6,5 mil alunos. Esses são dados do Censo Inep 2019.

Pode seguir.

Aqui é uma posição rápida da distribuição regional da ABMES.

Pode seguir.

Eu quero focar inicialmente no que a Amábile colocou bem, o que eu chamo de três ondas negativas do nosso setor: começamos com a crise econômica, passamos pelo esvaziamento do Fies e agora fomos impactados pela pandemia. Mostramos resiliência. O setor de educação superior particular hoje corresponde a 75% das vagas que são ofertadas. E o Prouni é fundamental, concede milhares de bolsas, permite também bolsas parciais para alunos com dificuldade de pagamento, com as regras hoje de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

renda: o limite é de até 1 a 1,5 salário mínimo para bolsas integrais e de 3 salários para bolsas parciais. A origem é de estudantes do ensino médio em escola pública ou de bolsistas integrais de escolas privadas.

Pode seguir.

Como é a *performance* dele em números?

Pode seguir.

Primeiro, é importante dizer que hoje, apesar das quase 417 mil bolsas ofertadas, só 244 mil são preenchidas. A taxa de preenchimento hoje é só de 59%. Vejam como vem caindo nos últimos anos! A gente precisa falar também sobre isso. Apesar de as bolsas integrais serem ocupadas em cerca de 90%, as parciais têm caído muito. É um assunto que nós precisamos refletir a respeito.

Pode seguir.

Na região... Aqui nós temos Senadores de várias regiões. Vejam que o Norte e o Nordeste têm ganhado, cada vez mais, participação na distribuição dos estudantes. Isso é saudável. O Fies... O Prouni tem permitido uma regionalização importante nas regiões mais desassistidas do nosso País.

Seguindo, esta aqui é só a distribuição dos cursos mais procurados. A despeito de muitos acharem que o aluno do Prouni não é um bom aluno, vejam a nota de corte equiparada praticamente à das grandes universidades públicas também. Então, o aluno do Prouni é um bom aluno, apesar da origem, em escolas públicas ou bolsistas integrais, ele tem um ponto de corte bastante satisfatório. Os cursos mais procurados hoje são Direito, Administração, Pedagogia.

Seguindo, vejam que hoje também o Prouni atende majoritariamente ao público feminino, o gênero feminino: 58% das pessoas que participaram do Prouni em 2018 são de gênero feminino.

Seguindo, outro ponto importante – eu quero destacar isso e sublinhar bem – é a ampliação do público que se declara pretos ou pardos. Enquanto no início nós tínhamos 49%, lá em 2005, de pretos ou pardos, hoje já esse número é de 61%. Vejam o crescimento fantástico da questão de raça e cor, o que mostra o potencial não só de inclusão, mas de diversidade que uma política pública como o Prouni traz.

Muito bem, então, já seguindo para as conclusões e respeitando o tempo dos colegas que falarão depois de mim, a proposta da ABMES, em linha com as propostas do fórum, é de manutenção e ampliação do Prouni. Há que se pensar especificamente em como garantir o preenchimento dessas bolsas, talvez com critérios menos rigorosos de acesso ou de origem. Aqui há que se pensar em estratégias para que alunos carentes possam continuar usufruindo dessa importante política pública.

O segundo ponto, que foi muito bem colocado pela Amábile, é que nós queremos uma reforma tributária que seja justa para o setor. Como o Juliano diz, não à custa da educação. Não queremos aumento tributário para o nosso setor, e, de preferência, que ele seja contemplado pela importância social que tem, com uma reforma inclusive que estimule o setor.

O terceiro ponto – e, obviamente, o Secretário Wagner o Diretor Edimilson podem falar disso muito bem – é que temos que pensar em novas formas de fomento do acesso ao ensino superior. Por que essas bolsas não estão sendo preenchidas? Que outras formas de fomento, incluindo o Fies, podem ser estimuladas para que a gente possa sair dessa crise, impactados que fomos por essas três ondas, como eu digo, mais fortes, mais resilientes, mas apontando em uma direção de crescimento, sem o que nós vamos viver, infelizmente, no futuro, um potencial apagão da mão de obra, já que nós vamos ter menos profissionais qualificados do que a economia vai exigir nos próximos anos.

Então, essa é a nossa preocupação; para isso nós temos atuado.

E eu agradeço muito, Senadora, a oportunidade dessa breve apresentação aqui, com vocês, hoje.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada. Agradeço muito, foi muito esclarecedor.

Concedo a palavra ao Sr. Emerson Casali, assessor institucional do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Bom dia, Senadora Eliza. Na sua pessoa, queria cumprimentar os demais Senadores, cumprimentar também os outros palestrantes, os demais participantes também desta audiência, e agradecer, Senadora, o convite, parabenizar pela iniciativa da audiência.

Eu vou fazer uma apresentação que, eu diria, é um pouquinho mais complexa, mas muito importante para entendermos as decisões que vamos tomar e os impactos dela nos próximos dez, vinte anos, na questão tributária.

Eu pediria para colocar a apresentação.

Pode passar o próximo.

Aqui eu queria explicar um pouquinho o que é o Prouni. Eu acho que há uma grande dificuldade de entendimento, inclusive quando se fala que o Prouni é uma isenção de impostos. O Prouni, na verdade, é uma isenção de impostos, mas ele tem uma contrapartida em bolsas. Na verdade, você paga impostos através de bolsas. Não é simplesmente pegar o setor e isentar, como o próprio mundo faz – a Professora Amábile mostrou aqui –; ele faz um programa muito interessante com essas contrapartidas, oferecendo bolsas para a população carente, como o Professor Celso falou ali, com perfil de renda baixo.

Então, só para a gente entender como funciona o Prouni, nesse gráfico o quadrado maior seria a receita. Dentro da receita, quando foi feito o Prouni, estimou-se que as entidades teriam lucro da ordem de 16%, 17%, e definiu-se que, diante disso, elas pagariam algo em torno de 5,7% de Imposto de Renda e contribuição social. E elas também têm o PIS/Cofins, que é 3,65%. Esses impostos, esse lucro que está sendo presumido que as entidades teriam mais esse PIS/Cofins, que é sobre a receita, estão sendo trocados por bolsas. Então, você tem uma bolsa para cada 10,7 estudantes, e isso equivale a essa carga tributária de 9,35%.

E um destaque importante, Senadora, é que a isenção é proporcional ao preenchimento das bolsas. Quem só preenche 50% das bolsas que oferta só tem 50% de isenção nesses quatro impostos.

Por favor, o próximo.

Nesse sistema o que acontece? O Prouni acaba tendo um excelente custo-benefício para o setor público. Enquanto um aluno do Prouni custa R$4,6 mil por ano para o setor público, um aluno numa universidade pública, diante dos gastos naturais que o Estado tem, custa R$28,6 mil por ano. Então, a diferença do custo de um estudante do Prouni para um do ensino público é muito significativa. Por 16% do custo, você forma o estudante no Prouni – por 16% do custo de um estudante na universidade pública –, e o índice de *performance* é equivalente. Ali estão os dados do Enade que mostram, inclusive, que em 2017 você já tem até um desempenho melhor do aluno do Prouni em relação ao da universidade pública.

Então, esse quadro aqui, para uma decisão de política pública, vem mostrar que o Prouni faz todo o sentido. Eu acho que resume quase tudo, fora toda a inclusão social que o Professor Celso mostrou e todas as outras questões que foram apresentadas.

Pode seguir, por favor.

Bom, aqui há uma questão importante: o Prouni tem se tornado cada vez menos atrativo. Isso com certeza o Rodrigo Capelato, do Semesp, vai poder explorar melhor, mas eu queria já mostrar o que está acontecendo. Quando foi feita a lei, estimou-se que os impostos sobre a educação corresponderiam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

9,35% da receita. Em 2018, esse lucro médio, calculado pelo instituto Semesp, foi de 6%. Então, isso significa que de fato em 2018 os impostos isentados foram 5,69%, mesmo dando 9,35% de bolsas.

E aqui vem um ponto superimportante, que é o seguinte: uma proposta como a da CBS enviada, no caso, ao Congresso, no PL 3.887, simplesmente tira o PIS/Cofins, que hoje é isento, e não coloca a CBS isenta. Então, o setor passaria a pagar a CBS. Diante disso, você continuaria dando 9,35% de bolsa para isentar 2% apenas de impostos – quer dizer, 2%, em 2018; o Rodrigo vai mostrar que talvez esse número já seja menor. Então, você praticamente torna inviável o Prouni, ou seja, não vai ter nenhum sentido uma instituição dar bolsa do Prouni.

Por favor, o próximo.

Aqui, Senadora, Senadores, a PEC 110 traz toda uma nova definição para os impostos sobre o consumo. É importante ressaltar que ela se divide na CBS, que vai substituir o PIS/Cofins, e no IBS, que vai substituir ISS e ICMS, e tem duas características. Ao tempo em que ela não impede que essas definições, seja na lei da CBS, seja na lei complementar do IBS, tragam o tratamento diferenciado para o setor de educação, ela também não garante esse tratamento. E aí ela traz uma tremenda insegurança para o setor, ou seja, diante disso aqui, a gente tem uma situação em que a gente pode ter aumentos de mensalidade muito significativos. Eu não vou, Senadora, aqui entrar em detalhes pelo tempo, mas ali há o número de alunos e quanto as mensalidades seriam aumentadas caso as propostas como estão hoje passassem sem ressalvar a educação. Mas é muito significativo. Os maiores aumentos estão na educação.

Diante desse cenário, no caso da PEC 110, o Senador Jader Barbalho apresentou uma proposta para limitar esses aumentos e colocar um teto, impedindo, já na PEC, já na Constituição, garantindo que não haverá aumento de impostos sobre as mensalidades escolares. É importante destacar também que, na proposta do Senador, a manutenção do Prouni vai para a Constituição. Assim como a PEC emergencial garantiu que o Prouni pode ter continuidade – foi exceção que o Senado abriu –, a gente acredita que seria importante também a Constituição garantir aqui.

Por favor.

Aqui eu não vou entrar em detalhes, mas ali estão os pontos.

E, por fim, a questão da reforma do Imposto de Renda, que, para o setor, tem uma característica diferente da dos outros setores. Como o setor paga Imposto de Renda de Pessoa Jurídica através de bolsas e CSLL, a proposta do Imposto de Renda propõe o quê? Ela propõe: "Olha, eu vou reduzir o IRPJ e vou aumentar a tributação de dividendos". No caso do setor, esse IRPJ vai continuar sendo pago através de bolsa, sem modificações, e vai ter o aumento através da tributação de dividendos. Então, isso gera um desequilíbrio, gera um aumento de carga. Diante disso, a Senadora Maria Eliza apresentou também uma emenda propondo uma forma de corrigir essa situação. Então, ela também isenta proporcionalmente os dividendos distribuídos pelo Prouni, assim como respeita toda uma estrutura empresarial que existe hoje no setor. Há um ponto sobre a isenção na transferência desses dividendos.

Senadora, eu peço desculpas por ter me estendido um pouquinho. Eu sei que o tema aqui é complexo e mereceria até depois a gente aprofundar um pouco mais esse debate com os técnicos da Economia e da Educação.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição também, Senadora, para as dúvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, Emerson, foi muito esclarecedor.

Juliano Griebeler, representante do movimento "Não à Custa da Educação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIANO GRIEBELER (Para expor.) – Bom dia, Senadora, queria começar agradecendo pelo convite, parabenizando pela temática da audiência pública. Acho que a gente falar sobre o Prouni e reforma tributária é muito relevante.

Quero agradecer também aos Senadores presentes, aos meus colegas, que falaram antes e falaram também da situação do plano atual, também os que vão falar em seguida, e ao Senador Flávio Arns pelo convite.

Eu preparei uma apresentação que é bem sucinta. Não vou repetir os dados que já foram apresentados, mas é para falar um pouco sobre esse movimento que os colegas mencionaram, que é o "Não à Custa da Educação".

É um movimento que iniciou no começo de 2020, quando era outro mundo ainda, antes da pandemia. A gente viu essa situação em que tanto a população, a opinião pública, quanto os Parlamentares não tinham conhecimento aprofundado sobre o setor particular e não percebiam o impacto da reforma tributária sobre o setor educacional. Então, a gente começou uma série de ações de comunicação para conseguir levar a conhecimento, tanto dos estudantes, dos professores, da população geral e dos Parlamentares, quais são os impactos da reforma tributária para o setor educacional.

É uma entidade que conta com mais de 20 apoiadores estaduais e nacionais. A gente já conseguiu, com essas ações de comunicação, impactar mais de 8 milhões de pessoas. Então, a gente entende que, trazendo conhecimento, educando as pessoas sobre o setor de educação e a reforma tributária, a gente consegue fazer com que a gente tenha a melhor reforma tributária possível e que atinja os objetivos que a gente tem com essa discussão.

A gente defende uma reforma tributária que seja mais simples, justa e transparente, mas a gente acredita que, pela realidade do Brasil, ela não pode onerar o setor de educação. E, dentro das ações de comunicação, a gente trouxe uma série de depoimentos de alunos Prouni dos cursos de Medicina, Engenharia, Direito e demais cursos que falam sobre como o Prouni permitiu que eles mudassem as suas realidades, transformassem as suas vidas e realizassem um sonho. No nosso *site,* há todos esses vídeos que podem ser vistos e há dados também sobre o setor. A gente atualiza semanalmente sobre a situação da reforma tributária, sobre o que está acontecendo no mundo da educação e como isso pode ser trabalhado e como pode impactar.

Por que a gente tem...

Eu acho que se puderem passar para mim, por favor...

O que nos preocupa na discussão? O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e a gente tem essa discussão sobre a Constituição Federal ter como direito fundamental a educação, mas ela ainda ser um privilégio. A gente vê isso nos dados que foram apresentados, a quantidade de vagas que a gente tem, e quem tem acesso ao ensino superior ainda está longe do que a gente gostaria de ter como país.

Quando a gente compara com os dados da OCDE, hoje em dia 18% dos adultos, entre 25 e 64 anos, têm ensino superior. Está abaixo da média da América Latina e é a metade da média dos países da OCDE, que está em 39%. E quem utiliza esse ensino superior particular, como os colegas já falaram, são 90% das classes C, D e E.

Quando a gente fala sobre reforma tributária e a gente tem esse risco de aumento dos custos da educação, quem vai ser impactado é quem mais precisa. Então, costumo falar: "Olha, a reforma tributária não vai solucionar todos os problemas que a gente tem da educação no País, mas ela pode agravar". Como? Aumentando os custos da população que se esforça para conseguir ter um ensino superior ou pagar uma escola particular para ter um ensino de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os dois pleitos do Não à Custa da Educação, que é o mesmo pleito dos colegas que se apresentaram antes? É que a gente não tenha um aumento de impostos para educação e que o Prouni não acabe.

A gente entende que, devido às dificuldades que a gente enfrenta na educação, comparando com outros países, não faz o menor sentido aumentar os custos da educação, porque quem vai ser afetado é quem tem menos condições. A gente já passa por um período muito grave de redução do poder aquisitivo, de desemprego, de evasão, de inadimplência, e a gente deveria estar discutindo, na verdade, como ampliar o Prouni, como ajudar mais pessoas, quais outros programas a gente deveria fazer para conseguir atender a essa nossa expectativa de ter a população de baixa renda que não tinha acesso a ensino superior se formando. E a gente acaba perdendo muito mais tempo evitando que o programa acabe. Então, em vez de a gente estar discutindo aqui como a gente vai caminhar para frente, a gente está discutindo como preservar um programa que é bem-sucedido, que atinge resultados, que faz sentido financeiramente, que é de qualidade. A gente fica discutindo para ele não acabar em vez de discutir quais outros programas a gente poderia fazer ou como a gente poderia ampliar esse programa.

Sobre o Prouni, eu acho que os colegas já explicaram muito bem. E o Emerson e o Rodrigo são economistas, eu sou cientista social e professor; então, eu deixo para eles a explicação mais técnica sobre esses aspectos do programa e da reforma tributária.

Agora, há alguns dados que a gente trouxe aqui de 2020 que estão nos Dados Abertos do MEC. A quantidade de bolsas ofertadas em 2020, que foi um ano atípico, foram 160 mil bolsas, 130 mil integrais. Quase 100 mil dos bolsistas são autodeclaradas pessoas pardas e pretas. Mais de 100 mil são mulheres, são do sexo feminino. A gente teve 12 mil bolsas para cursos de Engenharia, quase 3 mil bolsas para curso de Medicina e quase 3 mil bolsas para curso de Medicina Veterinária. E são jovens, jovens que contam com o Prouni para conseguir realizar esse sonho de ter um ensino superior; então, quase 120 mil alunos são jovens entre 18 e 24 anos.

Aqui, o Emerson explicou os impactos que cada uma das propostas tem sobre o Prouni. Eu não vou repetir essa informação, mas é importante a perspectiva de que, toda vez que a gente fala sobre reforma tributária, IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, benefícios, o Prouni pode ser impactado. Então, a gente teve a discussão da PEC emergencial aqui, no Senado, e, graças aos Senadores, que foram muito conscientes – o Senador Izalci e os demais Senadores –, eles conseguiram preservar o Prouni na discussão da PEC emergencial, que prevê redução de benefícios fiscais no futuro. Acho que existe essa preocupação, a gente vê essa vontade dos Deputados e dos Senadores em preservar o Prouni, mas nos preocupa, muitas vezes, algo que possa afetar e passar despercebido. Então, a gente faz essa articulação com o Não à Custa da Educação e com as entidades de representação para conseguir garantir que o programa continue, se fortaleça e não tenha nenhum retrocesso.

É isso que eu tinha preparado, pessoal.

Acho que os dados vêm sendo apresentados. Convido todos também para acessar o Não à Custa da Educação e acompanhar a discussão lá, pois mantemos todos informados; e também para acessar os vídeos dos alunos que mostram como, de fato, eles não teriam outra oportunidade de cursar sem o Prouni. Eu acho que é importante a gente ter a perspectiva de que, na situação atual em que a gente está com indicadores educacionais ainda atrasados e na situação de crise econômica do País, a gente precisa contar com essas políticas afirmativas, políticas de inclusão social, políticas de renda para conseguir fazer com que a gente tenha uma menor desigualdade social. A gente começou falando que o Brasil é um dos países mais desiguais e a gente entende que a gente só vai conseguir superar essa desigualdade social e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

econômica com a educação. E a gente tem que pensar agora em qual País que a gente quer para o futuro. E, na reforma tributária, enquanto uma política pública que vai impactar todos esses setores e pode afetar a vida de 75% dos alunos que estão no ensino superior, a gente tem que tomar muito cuidado com a discussão e não pode ignorar esses impactos diretos e indiretos que vai haver sobre a educação.

Obrigado, Senadora, e obrigado, meus colegas aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigada. Foi muito esclarecedor. Muito obrigada, Professor Juliano.

Agora, eu concedo a palavra à Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares. Olá, Beth.

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senadora Eliza. Muito obrigada pela oportunidade.

Quero saudar aqui o Paulo Fossatti, meu colega, e, na pessoa dele, todas as pessoas que estão aqui falando, a convite da senhora e desta Comissão, em defesa do Prouni. E quero agradecer ao Senador Flávio Arns, então, que nos convidou para participar aqui.

Quero também registrar o enorme esforço que o Edimilson e o Secretário Wagner têm feito no sentido de melhorar o desempenho do programa, de melhorar o desempenho dos sistemas, e nós temos, de fato, atingido um melhor nível de aproveitamento das bolsas ofertadas do que nós tínhamos antes. E é preciso que a gente registre esse esforço que o MEC tem feito.

Eu não vou repetir o que os meus colegas já disseram. E nós estamos todos muito alinhados em defesa do Prouni, embora sejamos entidades diferentes. Aqui eu não represento só a Anup, eu represento o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde está a Comung, o Forcom, a Abiee, a Anec, enfim, todas são escolas católicas, particulares, evangélicas. E também a nossa aliança saúde e educação, com a Federação Brasileira de Hospitais, a Associação Nacional de Hospitais Privados e todas as outras entidades que compõem a Confederação Nacional de Saúde e a Abramed, que representa a medicina diagnóstica.

Nós estamos juntos, então, desde janeiro do ano passado, como disse o Juliano, trabalhando os impactos na educação. Nós temos então dois pleitos: um que é o pleito da neutralidade... Aí a Amábile apresentou a tabela da OCDE que mostra onde a maioria dos países zera a alíquota quando os serviços são prestados na área de educação e de saúde. E também, além disso, pedindo a manutenção do Prouni, nós temos calculado alíquotas neutras. Quais são aquelas alíquotas que em substituição à alíquota que a CBS, do 3.887, o PL do 2.337, a PEC 110... E anteriormente ainda tínhamos a PEC 45, que a gente então trabalhava com o Deputado Aguinaldo nessa questão. Nós temos trabalhado na alíquota neutra e insistindo, inclusive com uma emenda que está sendo apresentada agora à PEC 110, pedindo que seja escrito na Constituição Federal que saúde e educação merecem um regime especial de tributação. Quer dizer, nós precisamos ter isso escrito na Constituição.

O que nós descobrimos, Senadora Eliza, nesse período, é que de saúde e educação, por mais que estejam citadas na Constituição Federal, nós não temos nenhuma defesa. Qualquer mudança, qualquer alteração, qualquer boa ideia que um governo tenha pode nos afetar de forma mortal.

Pelo que o Emerson disse, o Rodrigo vai falar sobre a questão da evolução do cenário econômico e, portanto, qual seria o comportamento... Eu não sei, eu não conheço a apresentação do Rodrigo, mas pelo que o Emerson falou e pelo que eu conheço do Rodrigo, ele deve caminhar por aí. Então, eu vou mudar o meu texto e vou falar sobre o impacto do Prouni no desempenho acadêmico. Quer dizer, eu vou aprofundar um pouco algumas questões ditas pelo Celso e pelo Juliano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É verdade que o Prouni não só é o sistema de inclusão mais bem estruturado do Brasil – porque ele é feito com vagas ofertadas dentro do sistema do MEC e, portanto, as vagas são selecionadas pelo sistema do MEC e distribuídas ali –, como também ele tem um critério de renda que é muito meritório. Hoje, se você olhar o impacto... O que acontece com os alunos 100% Prouni? Eu vou detalhar um pouco aqueles números que o Celso apresentou, mostrando como eles são equivalentes nas escolas públicas.

O aluno 100% Prouni é pardo, ele trabalha de dia e estuda de noite, ele anda em transporte público, ele estuda mais de seis horas por semana do que um aluno branco, segundo os dados do relatório socioeconômico preenchido pelo Enade.

Na Anup e no Crub, nós fizemos uma pesquisa dentro de um ciclo completo – pegamos três anos – e comparamos o efeito do Prouni sobre o desempenho acadêmico. Então, um aluno Prouni tem o efeito da bolsa do Prouni, que é elevar a média desse aluno em dez pontos acima do aluno médio e em quatro pontos acima do aluno da universidade pública, ou seja, os Enades são semelhantes, mas o processo de chegar a eles é muito maior e o desempenho acadêmico salta: o desempenho acadêmico do aluno do Prouni é muito maior do que o do aluno médio e do que o do aluno da universidade pública.

O aluno do Prouni, principalmente o 100%... O Juliano mostrou aí os dados de 2020, que mostram que nós temos 110 mil alunos estudando na idade certa, entre 18 anos e 25 anos. Isso é uma estatística de aluno branco de classe média e não de alunos pobres com rendimentos de até um salário mínimo e meio *per capita*. Isso quer dizer que o programa captura uma parte da população e recupera, com esse salto de dez pontos nas suas provas, uma distância social enorme que a renda traz na vida dos nossos jovens.

Por outro lado, é importante também ressaltar que esse aluno que tem a mesma média do aluno de universidade pública é filho, em 50% das vezes, de uma mãe... E a gente acompanha, com todo respeito aos homens, a escolaridade da mãe, porque é a mãe que permanece com o filho a vida inteira; os pais às vezes resolvem... Enfim, não importa, esse não é o assunto agora, mas a gente acompanha o estudo da mãe e, em 50% dos casos, essa mãe tem ensino médio incompleto ou completo apenas. E, na maioria das vezes, então, em mais de 50% dos casos, esses alunos são a primeira pessoa da família a cursar o ensino superior.

Então, o mérito do Prouni não é só na inclusão, ele anda no melhor desempenho acadêmico dessas pessoas.

O que vai acontecer com o Brasil, e os nossos colegas já nos disseram – eu estou me encaminhando para o final, Senadora Eliza –, é que essa pandemia empurrou para a falta de renda, para a pobreza inúmeras famílias que, então, estavam ainda empregadas ou que tinham algum tipo de renda que fosse de empreendedorismo.

Hoje, então, por essa razão, nós do Conselho de Reitores e da aliança nacional com a saúde e a educação propusemos, como melhorias: primeiro, alunos de escola, que a renda fosse o critério principal, que o Prouni fosse para pobres, e não para pobres que estudam em escolas públicas, que ele fosse para pobres que vêm de escolas privadas também, porque muitos deles virão de lá agora – e nós vemos as mensalidades das escolas particulares despencando no Brasil inteiro –; segundo, não tem sentido que eu dê um financiamento no Fies a um aluno de até um salário mínimo e meio e dê uma bolsa em outro programa, com a mesma origem – quer dizer, são duas mãos de um mesmo corpo dando financiamento para um e dando bolsa para outro.

Ora, a gente sabe que, dos 3,3 milhões de bolsas que o Fies ofereceu, a inadimplência do Fies Legado hoje é principalmente centrada na população que vai até um salário mínimo e meio. Então, nós estamos propondo não só o perdão da dívida desses alunos que ganham até um salário mínimo e meio e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estão no Fies, mas também a unificação desse benefício. Uma forma de ampliar o Prouni, diante da deterioração do cenário econômico, é justamente trazer novos recursos para ele, trazer, além da isenção tributária, recursos do Tesouro, que podem ser oriundos do fundo do Fies Legado, que pode ser mais bem cobrado.

Eu não vou entrar em outro assunto. Só vou completar agora e terminar mesmo, Senador Eliza, agradecendo mais uma vez, dizendo à senhora que essa campanha Não à Custa da Educação, que nós começamos no início do ano passado e que está nas redes sociais, ela nos mostra, assim como os indicadores da Secretaria de Educação Superior, que a distância entre o que os alunos do Prouni pedem e o que eles conseguem é enorme. Então, se nós conseguirmos conceder, sei lá, 3 mil bolsas de Medicina do Prouni para esses alunos, os pedidos passaram de 40 mil. Os cursos de Direito: se eu consegui oferecer 7 mil bolsas, 10 mil bolsas, os pedidos são de 25 mil, 35 mil. Então, a distância que existe entre os pedidos de inscrição do Brasil inteiro, fortemente concentrados no Norte e no Nordeste e na população pobre do Sudeste, a distância entre o que eles pedem e o que pode ser oferecido é abissal. Onde é que há coincidência? Em Pedagogia, em cursos de Engenharia... Engenharia de Produção é onde nós temos mais vagas do que pedidos; então, sobram vagas em Engenharia de Produção.

Então, quando você olha os números do Prouni... E nós temos contado muito, muito com o Senado; com o Congresso de uma maneira geral, mas o Senado tem sido muito, muito parceiro do setor de educação, na defesa do Prouni, e aí, de novo, Senadora Eliza, a gente tem que agradecer à senhora.

E a única forma que nós temos de manter algum caminho de inclusão social e de justiça social no Brasil hoje é aumentando o Prouni e trazendo essa unificação para o Fies.

Terminando mesmo – estou dizendo que estou terminando e não acabo –, quero dizer que, sem isso, nós continuaremos tendo o que nós vamos ter este ano: nós temos 3 milhões de inscritos no Enem com zero aluno formado, ou perto de zero aluno formado, na rede pública de ensino médio. O que vai acontecer este ano? As vagas do ensino superior irão para cotas ou irão para alunos de classe média que conseguiram concluir seus cursos durante a pandemia em cursos das escolas privadas.

Então, eu agradeço, peço aos Senadores que nos apoiem. É em nome do Brasil, é em nome da inclusão e é em nome da melhoria da população brasileira.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, Professora Beth. Você foi espetacular, como sempre. Muito obrigada.

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Capelato, Diretor-Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

O SR. RODRIGO CAPELATO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Maria Eliza, muito bom-dia!

Agradeço muito o convite e, em sua pessoa, cumprimento todos os Senadores presentes.

Também quero aqui cumprimentar o Secretário Wagner Vilas Boas e, em sua pessoa, cumprimentar todos os membros da Secretaria de Educação Superior e os meus colegas aqui, Irmão Paulo Fossatti, Elizabeth Guedes, o Juliano, o Emerson Casali, cumprimentar todos os meus colegas do setor presentes.

Dado que muitas coisas que foram apresentadas, eu vou tentar ser um pouco mais complementar em relação a tudo isso e focar um pouco mais na minha área, como foi falado, que é a área de economia da educação, e tentar olhar os benefícios do Prouni do ponto de vista da eficiência de investimento do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira questão que nós temos que relembrar rapidamente é que a evolução do ensino superior no Brasil surgiu muito tardiamente e a expansão do ensino superior também se deu muito tardiamente, principalmente a partir de 1996, por meio da rede privada, que hoje responde por 75% das matrículas e foi a grande responsável pela expansão e pela democratização, se é que a gente pode falar ainda em democratização do processo no ensino superior, porque acho que a gente ainda está num sistema bastante elitizado.

Mesmo com todos esses crescimentos que foram pautados na iniciativa privada e com políticas públicas, como é o caso do Prouni, foco da discussão de hoje, nós temos que lembrar que a gente ainda tem indicadores bastante aquém de indicadores de países mais desenvolvidos. Nós temos hoje só 18% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. O Plano Nacional de Educação nos coloca como meta chegar a 33% até 2024 – nós não vamos chegar a isso –, mas, de qualquer forma, isso só indica a importância e a necessidade de não só se manterem as políticas públicas atuais de acesso ao ensino superior, que se dá principalmente por meio da rede privada, mas também de se ampliarem essas políticas de acesso.

Hoje, como foi muito bem falado por todos os palestrantes até agora, nas reformas todas, não só não temos uma ampliação dessas políticas sociais como se coloca em xeque talvez um dos programas mais exitosos, que é o Programa Universidade para Todos, lembrando que nós tivemos toda a questão da pandemia.

Nós temos muita gente para ingressar no ensino superior. Só para vocês terem uma ideia: 56 milhões de brasileiros têm só o ensino médio completo; desses, 21 milhões têm até 29 anos; e 19 milhões têm de 30 a 44 anos.

Só que o grande problema, como foi bastante frisado hoje, é que nós temos, por exemplo, no ensino médio, 7,55 milhões de alunos matriculados, e 88% deles estão na rede pública. E, na rede pública, 97,8% dos alunos têm renda de até dois salários mínimos, ou seja, se não houver alguma política de acesso, eles não vão nunca conseguir acessar o ensino superior, dada a condição de renda.

Alguns números do Prouni. Já foram mostrados vários números, mas eu queria complementar: desde o início do programa foram concedidos 2,8 milhões de bolsas, ou seja, nós conseguimos beneficiar 1,9 milhão de alunos com bolsas integrais e 0,9 milhão de bolsas parciais. Nós formamos mais de 900 mil alunos carentes no ensino superior por meio do Prouni, sendo 700 mil deles com bolsas integrais e 200 mil com bolsas parciais. E não só o Prouni é importantíssimo para o acesso quanto ele é importantíssimo para a manutenção. E aí já se mostram alguns dados da eficiência do programa: a taxa de evasão no primeiro ano do curso para quem entra pagando é de 26,2%; para quem entra numa universidade pública, cujo investimento para o Estado é muito maior, é de 14,3% no primeiro ano; e, para quem entra com o Prouni, é de apenas 8,8%. Isso faz com que já mostre uma grande eficiência do investimento por parte do Estado.

Vamos ver um pouquinho de números aqui com relação à economia que gerou para o Estado brasileiro. Se considerarmos o valor das mensalidades do ensino superior privado – em média, de R$991 –, o Estado teria gasto, para dar aqueles 2,8 milhões bolsas que nós vimos desde o início do programa Prouni, teria que ter gasto, para colocar esses alunos na iniciativa privada, R$111 bilhões, para dar a mesma oportunidade aos alunos carentes.

Segundo os dados que, inclusive, o Emerson Casali apresentou, a renúncia atual do Prouni é de 2,1 bilhões por ano, a renúncia fiscal que o Prouni gera para o Estado. Se essa renúncia fosse esticada para os 2,8 milhões de bolsas que foram concedidas, equivaleria a uma renúncia total de aproximadamente 30 bilhões, ou seja, o Estado, por meio da renúncia fiscal, não tendo que pagar por essas vagas, se fosse pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciativa privada, economizou R$80 bilhões ao longo de todos esses anos do Prouni. Pior: se ele fosse inserir esse aluno na universidade pública, cujo custo é de R$28.140,00 por ano, conforme dados do Inep, teria que ter gasto, para ter o mesmo número de alunos no ensino superior, o mesmo número de bolsas, R$263 bilhões ao longo de toda a existência do programa. Olhando a renúncia, que seria equivalente a 30 bilhões, ele economizou R$230 bilhões ao longo de todos esses anos do programa, do Prouni.

Então, com relação a isso, nós temos que ver... Eu estou vendo só do ponto de vista extremamente direto do investimento, em termos de renúncia fiscal e do quanto ele gastaria para ter as mesmas vagas, mas nós temos todos os custos e todos os benefícios indiretos, como aumento de empregabilidade, aumento de remuneração e todas as melhorias indiretas de formar essas pessoas no ensino superior. Existe um estudo do Ipea, inclusive, que demonstra que o investimento em educação, o múltiplo de investimento em educação é de 1,9, muito superior, por exemplo, ao investimento em infraestrutura, que é de 1,2, ou até mesmo na área da saúde, mostrando a eficiência de se investir em educação no País.

E, aí, o risco dessas reformas. Eu vou me ater ao PL 2.337, que tributa dividendos, mas não isenta na mesma proporção o Prouni. Pegando o gancho do que a Elizabeth Guedes falou, inclusive, o que nós defendemos é neutralidade, e não há neutralidade nessas propostas todas de reforma tributária.

Hoje, no Prouni, como o Emerson colocou, pela rentabilidade que nós temos no setor, já é desproporcional a quantidade de bolsas que nós concedemos em relação à carga tributária, hoje já é uma proporção de 223% de bolsas em relação à renúncia da carga tributária que nós temos. Pelo PL 2.337, se houver essa tributação dos dividendos, essa relação bolsa/renúncia tributária, ou isenção tributária, sobe para 769%. Isso vai fazer com que as instituições repensem efetivamente a manutenção do seu programa, talvez elas pensem em outros formatos. Se você pensar em instituições que tenham cursos na área de medicina, cuja vaga custa muito, muito caro, ou mesmo que tenham cursos nas áreas reguladas, que têm poucas vagas ofertadas e credenciadas, é muito possível que, com a aprovação dessas reformas, haja um desestímulo muito grande e a gente possa perder todo esse legado, toda essa vantagem que foi tão explorada por todas as apresentações de hoje.

E, na verdade – eu faço aqui uma provocação –, nós deveríamos pensar o contrário. Dado que nós só temos 18% dos jovens no ensino superior, devemos pensar em expandir as políticas públicas. E uma das formas que a gente poderia pensar para expandir, dado todo o sucesso do programa Universidade para Todos, que foi bastante explorado do ponto de vista econômico e do ponto de vista acadêmico pelas apresentações de hoje, seria por meio dos encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento. Estima-se que hoje o setor gaste em torno de 5 bilhões por ano com folha de pagamento. Se a gente pensar no custo por aluno no Prouni, como foi apresentado pelo Emerson Casali, que é de R$4,6 mil por ano, um custo baixíssimo, nós poderemos, por meio dos encargos da folha de pagamento, inserir mais um milhão de alunos por meio de uma expansão do Prouni.

Então, o que nós deveríamos discutir, dado que nós só temos 18% dos jovens no ensino superior, é o contrário, é a ampliação do programa, e não colocá-lo em xeque, não colocá-lo sob ameaça por meio das reformas tributárias. Se nós conseguíssemos expandir também para os encargos da folha de pagamento, a taxa de escolarização poderia saltar de 18% para 24% e nos aproximar um pouquinho mais dos países mais desenvolvidos.

Só para vocês terem uma ideia, a média da taxa de escolarização dos países da OCDE, organização em que o Brasil tanto sonha em ingressar, é de 41%. Então, nós estamos muito aquém de médias razoáveis de inclusão de jovens. Portanto, nós precisamos pensar em políticas de acesso e não em colocar em xeque as poucas políticas públicas que nós temos de acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que eu queria dizer dentro desse tempo. Mais uma vez agradeço o espaço concedido.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigada, Rodrigo Capelato, foi muito esclarecedor.

Agora eu concedo a palavra ao Irmão Paulo Fossatti, Conselheiro da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Obrigado, Senadora Maria Eliza.

Minha saudação também à colega Beth Guedes, ao Rodrigo, ao Secretário Wagner, ao Edimilson.

Obrigado ao Senador Flávio Arns, que nos convida para esta reunião.

Senadores e todos que nos acompanham, sim, aqui nós estamos unidos ao redor de um grande tema, que é o Prouni. Eu falo como reitor de uma instituição que tem Prouni e também como pesquisador de políticas públicas em educação.

E um dos temas que eu estudo é Prouni. Falo em nome da Anec e das filantrópicas, onde nós temos mais de 800 mil alunos na educação superior nessa grande fatia de quase 9 milhões de estudantes na educação superior.

O que dizer do Prouni? Nós precisamos de políticas públicas inclusivas, e o Prouni se apresenta como uma política pública, amplia e traz democratização para a nossa educação superior na medida em que ele também abre caminhos para a mudança social. Portanto, ele, de fato, se apresenta, com todos os dados ditos até então, como um grande programa afirmativo. É um programa afirmativo de acesso e de permanência. E a permanência se mostra nos números. Como o Capelato estava nos dizendo, o menor índice de evasão se dá com os alunos do Prouni. E a nossa grande preocupação em um País que vai fazer a virada de chave na educação, e eu acredito que isso se dá só com a educação... Nós já tivemos o programa Fies, que está em queda livre desde o ano de 2014, e não conseguimos recuperá-lo. Agora o Prouni vem se afirmando, vem se legitimando, e há uma grande oportunidade para nós podermos, como disse o Rodrigo, ampliá-lo, porque as premissas são favoráveis. Se hoje nós estamos... Retomando aqui os números, são 18% da juventude de 18 a 24 anos na educação superior, e a meta do PNE é a de, em três anos, mais que dobrarmos, chegarmos a 33%, ou seja, eu tenho que dobrar esse percentual. Como nós vamos dobrar esse percentual se nós não investirmos em políticas inclusivas?

Portanto, o Prouni, como já dito, reafirmando, vem favorecer alunos de escolas públicas, alunos pobres, indígenas, afrodescendentes, PcDs, professores de escolas públicas. E, dentro desse rol todo, os dados, as estatísticas mostram que, desses 2,8 milhões de alunos que o Rodrigo nos aponta aqui, 62% são alunos de bacharelado, 21% são alunos de licenciatura – com o apagão de professores neste Brasil, precisamos apoiar também o Prouni para alunos de licenciatura – e 16% são alunos de cursos tecnológicos.

Como pesquisador, quais os principais resultados do Prouni aqui já ditos? O primeiro ponto é que, geralmente, é o primeiro da família a obter um título de educação superior. E esse primeiro da família traz ascensão social, porque, ao redor dele, há um novo discurso, há novas práticas, há uma nova ética. A universidade também se democratiza, porque nós temos uma diversidade estudantil. Essa diversidade estudantil vai gerar, com esse aluno do Prouni, maior empregabilidade, maior número no mundo do trabalho e aumento da remuneração.

Os estudos dizem que, em relação a quem tem ensino médio, nós aumentamos 2,5 vezes o nosso salário quando temos um título de educação superior, ou seja, nós tiramos esses alunos do nem-nem, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estuda, nem trabalha, colocamos na instituição de educação superior, eles vão gerar empregos, vão gerar renda e, assim, vão aquecer a nossa economia.

E foi dito aqui, o desempenho do aluno do Prouni não perde em nenhum item no desempenho em relação aos demais estudantes nas nossas instituições. Precisamos ampliar, como disse o Rodrigo, também porque, olhem, o Prouni está indo bem, mas hoje nós ainda concentramos no Sudeste 48% dos estudantes do Prouni; no Sul do Brasil, 19%; no Nordeste, 17%; no Centro-Oeste, 10%. E olhem a importância de ampliarmos: o Norte só está com 6% de alunos do Prouni, ou seja, se nós quisermos, de fato, atingir a meta de chegarmos, em três anos, a 33% dos nossos estudantes de 18 a 24 anos, na educação superior, nós precisamos ampliar o Prouni.

Portanto, a Anec é favorável à manutenção do Prouni, é favorável a novas regras que possamos ajustar para que haja permanência, porque esse estudante de um salário mínimo e meio *per capita* precisa de alimentação, precisa de transporte, precisa comprar material, e nós, instituição, também precisamos dar esse amparo para que não aconteça a evasão, ou seja, precisamos é consolidar o Prouni como uma grande política inclusiva para a nossa educação superior.

Concluo dizendo, como os que nos precederam: reforma tributária, sim, mas não à custa da educação; reforma tributária passando pelo investimento na educação. E programa que está dando certo, como o Prouni, é o momento, agora, de consolidar e ampliar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, Irmão Paulo Fossatti, pela colaboração, pelos seus... E essa pesquisa do senhor é muito boa.

Concedo a palavra ao Sr. Edimilson Costa Silva, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação.

O SR. WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Maria Eliza, quem está falando aqui é o Wagner Vilas Boas, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação. Ao meu lado está o Edimilson, que é o Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior.

Nós recebemos o requerimento de V. Exa.; eu tinha uma outra agenda, e não foi possível confirmar minha presença a tempo, mas mudamos a agenda, e estou aqui. Peço licença para, junto com o Edimilson, fazer aqui a fala pelo Ministério da Educação, se V. Exa. permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Claro! Muito obrigada. É uma honra.

O SR. WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA – Obrigado, Senadora.

Eu quero parabenizar V. Exa., Senadora, e também o Senador Nelsinho Trad e o Senador Flávio Arns pelo requerimento desta audiência pública. É um tema muito caro para nós do Ministério da Educação.

Quero também aqui cumprimentar e parabenizar a Elizabeth Guedes, o Paulo Fossatti, o Juliano Griebeler, a Amábile, o Emerson, o Celso Niskier, o Rodrigo Capelato. Eles são realmente parceiros do Ministério da Educação. Nós temos discutido políticas junto com os representantes dessas entidades, e o Ministério da Educação vem aqui apenas corroborar o que já foi apresentado por cada uma dessas entidades aqui. Esse é um tema que nos une, é um tema em que, eu diria, Senadora, não temos divergências de entendimento no que foi apresentado. Nós queremos nos unir a esse movimento que V. Exa. está liderando com esta audiência e aos representantes dessas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós preparamos aqui uma pequena apresentação também, Senadora, que eu vou aqui disponibilizar, rapidamente, atendo-me ao tema.

Alguns dos dados são semelhantes aos que já foram apresentados. Alguns têm uma pequena... eu não vou dizer divergência, mas pode haver diferença nos dados em relação à questão de critérios com que foram construídos os dados. Então, todos os dados que foram apresentados aqui nós entendemos como dados verdadeiros e dados corretos, mas um ou outro pode ter uma diferença em função do critério e da forma como o dado foi extraído ou como (*Falha no áudio.*) ... forma de apresentação, Senadora. Então, se alguém identificar algum dado diferente, por favor, isso é em função do critério e da forma de apresentação de alguns dados.

Vocês já estão vendo a apresentação aqui na tela? (*Pausa.*)

Sim, não é? O.k.

Eu vou tentar passar aqui.

Eu vou pular alguns dados, Senadora, mas eu os deixei aqui na apresentação porque esta audiência está sendo gravada, e depois pesquisadores, a população e outras pessoas poderão entrar e ver e saber o que a gente apresentou aqui.

Eu trouxe aqui na apresentação os atos normativos que hoje regulam o Prouni, se por curiosidade alguém depois quiser acompanhar ou saber quais são esses atos. Eu não vou entrar no detalhe de cada um deles aqui agora e vou direto a alguns dados que foram apresentados para subsidiar melhor a nossa apresentação.

A nós cabe relembrar que o Prouni é preenchido por meio da seleção de estudantes a partir do resultado do Enem.

Eu não vou entrar aqui na questão tributária, que já foi falada aqui, mas há um dado que foi apresentado aqui antes no valor de 4,6 mil mais ou menos, e nós temos um dado aqui de um custo até um pouco menor, Senadora, que diz que o custo médio anual aproximado por aluno é de 3.981, ou seja, 331 por mês. O dado apresentado anteriormente dá um custo mensal de 380. São dados próximos, pode haver divergência na forma como foi feito o cálculo, mas, de qualquer forma, tanto um quanto o outro vêm ressaltar que realmente o custo do aluno – eu não vou nem dizer custo –, o investimento do aluno do Prouni é um investimento relativamente baixo.

Nós temos, como a senhora sabe e todos os demais aqui sabem, algumas metas do PNE para todo o País, e eu gostaria de destacar duas metas do PNE.

A Meta nº 8 fala em elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo, Senadora. Dados do Censo de 2019 nos mostram que o Brasil tem uma média de escolaridade dessa população de apenas 11,4 anos. Essa meta também estabelece que nós priorizemos elevar essa meta, a escolarização dessa população, principalmente para os 25% mais pobres da população, para pessoas negras, indígenas. E, quando a gente olha os dados do Censo de 2019, a gente verifica que a população preta ou parda tem apenas 11 anos de escolaridade; quando a gente vai para a Região Norte e para a Nordeste, 10,8 anos de escolaridade; quando a gente vai para os 25% mais pobres da nossa população, eles têm apenas 9,9 anos de escolaridade. Portanto, o Prouni é uma política que corrobora para o cumprimento da Meta 12 do PNE, especialmente porque ele atinge essa população dos 25% mais pobres da população.

Quando a gente olha os dados da OCDE, nós verificamos que, na população de 25 a 34 anos, na média da OCDE, 21% da população da OCDE têm ensino superior. Quando a gente vem para o Brasil e para população de 25 a 34 anos, nós temos um número muito inferior à média da OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A outra meta que eu gostaria de citar é a Meta 12 do PNE, que já foi citada aqui, em que a gente tem que elevar a taxa bruta de matrícula para estudantes de idades de 18 a 24 anos em 50% e a taxa líquida em 33%. O Prouni corrobora para o cumprimento dessa meta.

A gente tem aqui alguns dados. Por exemplo, de 2005 a 2021, o Prouni já atendeu quase 3 milhões de estudantes, sendo 70% desses com bolsa integral e 30% com bolsa parcial. Quando a gente olha a população atendida pelo Prouni, nós temos aqui 42% de brancos – esse número foi trazido também pelo Celso Niskier – e, quando a gente soma pretos, pardos e os demais, a gente tem um número próximo a 60%.

Outro dado aqui também com relação ao Prouni é a questão do público masculino e feminino. Veja que, no Prouni, a maior parte do público é o público feminino também, em geral.

Outro dado aqui que a gente traz e que me chama bastante a atenção é a execução do Prouni de 2005 a 2021, por turno. Então, veja que a maior parte dos alunos do Prouni foram estudantes do ensino noturno. Isso significa o quê? Que é a população trabalhadora, é a classe trabalhadora que precisa trabalhar durante o dia e buscou capacitação à noite, depois de oito ou dez longas horas de trabalho. Veja que, segundo os dados aqui, 73% dos beneficiários do Prouni, de 2005 a 2021, cursaram no período noturno.

Outro dado que nos mostra também que o Prouni tem buscado atingir a classe trabalhadora é o crescimento na EaD. Com o avanço da tecnologia, a gente começa a perceber um grande número de estudantes cursando o ensino superior por meio da EaD. Veja que, nesse período, 21% já foram na modalidade à distância. A gente tem um grande número noturno e, do presencial, 20% foram na modalidade EaD.

A gente tem aqui pessoas com deficiência. É um número ainda muito pequeno que a gente percebe no Prouni, então, é algo que precisamos melhorar. Com relação também aos professores, a gente percebe aqui um número muito pequeno que poderia ser atendido pelo Prouni. Por isso, para esses dois públicos, a gente pretende fazer alguns ajustes normativos, inclusive para valorização do professor e para permitir que os professores possam ter acesso ao Prouni.

O Prouni tem uma regra hoje que impede quem já tem curso superior possa ser beneficiado pelo Prouni. No entanto, nós poderíamos prever, para quem já tem ensino superior e pretende fazer Pedagogia ou licenciaturas, poder receber o Prouni mesmo já tendo um curso superior. Com isso, nós iríamos fomentar e aumentar o número de pessoas com formação para o exercício da docência, principalmente nas escolas públicas e do interior do nosso País, melhorando a Meta 15 do PNE com essa política.

Por região, veja que a Região Sudeste tem um número muito expressivo do Prouni, com 40%, talvez isso porque a maior parte das instituições de ensino superior se concentram nas Regiões Sul e Sudeste. E a gente tem um menor número de instituições nas Regiões Norte e Nordeste. O que poderia ajudar com isso seria a ampliação do número de cursos na modalidade EaD, em que alunos das Regiões Norte e Nordeste poderiam ter acesso ao Prouni de instituições que estão localizadas nas Regiões Sul e Sudeste. Então, essa seria uma forma de nós podermos diminuir um pouco essa diferença entre a oferta do Prouni por região.

A gente verifica – e o Celso também trouxe alguns dados – bolsas ativas. A gente tem aqui que a maior parte das bolsas ativas, como foi falado, está aqui nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. É o maior número, e a gente tem aqui os dados presenciais e à distância. Esse dado também foi trazido aqui: os dez principais cursos ativos hoje, com bolsas ativas, no Prouni – isso já foi trazido aqui pelo Celso Niskier. Ou seja, esses 10 cursos correspondem a 58% do total de bolsas ativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Prouni hoje. A gente tem hoje aqui em torno de 680 mil bolsas ativas no Prouni, entre bolsas integrais e parciais. E quase 60% dessas bolsas estão nesses cursos aqui. E nos agrada ver aqui, dentre esses cursos, Pedagogia, Enfermagem, Psicologia, Engenharia Civil, Farmácia e outros cursos da área de saúde.

A gente tem aqui também por instituição, quais são as instituições que mais ofertam bolsa do Prouni. Então, essas dez primeiras instituições aqui ofertam quase 30% de todas as bolsas do Prouni, talvez em função do número de alunos e do número de vagas que elas possuem.

E, quando a gente olha aqui as bolsas hoje ativas por modalidade, vejam que o número da EaD está crescendo. A gente tinha um número de quase 20% no período de 2005 a 2021, mas, quando a gente olha só as bolsas ativas hoje, esse número da EaD já está em 26%. Então, com o avanço da tecnologia e com a pandemia, uma tendência do crescimento da EaD, que já estava previsto até 2030, se antecipou, e a gente tem visto um crescimento da EaD na educação superior, e esse dado se reflete também aqui no Prouni.

A gente tem uma política que é a Bolsa Permanência específica para estudantes do Prouni. É uma bolsa de R$400, que ajuda na manutenção desse jovem. Vocês viram que grande parte dos estudantes beneficiados pelo Prouni são pessoas que trabalham e, por isso, estudam à noite. São pessoas, como já foi falado, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A bolsa integral é para renda de até 1,5 salário mínimo. É fundamental um auxílio para que essa pessoa possa se manter, como já foi falado aqui: pagar um ônibus, comprar um caderno, comprar um material... E, hoje, nós temos 9 mil Bolsas Permanência para alunos do Prouni. Temos uma média mensal, neste ano, de 9 mil. Já pagamos 90 mil bolsas nesses dez meses, o que consumiu quase R$36 milhões de recursos. A maior parte dos bolsistas Permanência do Prouni está em Medicina, justamente porque são cursos presenciais diurnos em que o estudante não consegue trabalhar. Então, a maioria desses bolsistas – 8,5 mil – tem sido para alunos de Medicina. E aí vêm Odontologia, Fisioterapia, Agronomia, Enfermagem, e depois seguem os outros. São cursos em que a maior parte da sua carga horária letiva é durante o dia, de forma que impede que esse aluno possa trabalhar. Por isso, é fundamental também uma política de formas de financiamento para ampliarmos o número de Bolsas Permanência para alunos do Prouni.

Só para trazer um dado aqui, Senadora, nos quatro últimos anos, a gente tem praticamente mantido o número de bolsas e o valor. E aqui eu faço uma observação: o teto do gasto, esse regime que nós temos, nos impede essa ampliação, porque o Ministério da Educação possui hoje quase 50% da folha da União, do Executivo Federal. Nós temos no Ministério da Educação mais de 300 mil servidores; nós temos 50 hospitais que têm 63 mil servidores; nós temos 69 universidades e 41 institutos que, somando, passam de 250 mil servidores.

E essa folha tem um crescimento vegetativo, na hora em que se estabelece o mesmo critério do teto de gasto para o Ministério da Educação, que tem uma folha de 50% da Esplanada, e para, por exemplo, para o Ministério da Infraestrutura, que tem obras mas que não tem folha de pessoal, então veja que o crescimento vegetativo da folha nos impede de avançar em políticas públicas, como essa que é a Bolsa Permanência do Prouni e outras políticas. Portanto, eu faço essa referência.

Há alguns aprimoramentos do Prouni que estão em estudo aqui no Ministério da Educação. Nós discutimos alguns deles com algumas dessas entidades que estão aqui, e o MEC pretende apresentar proposta para fazer algumas melhorias, como a revisão dos critérios de acesso desse beneficiário. Como já foi citado aqui, o Prouni prioriza alunos de escola pública em situação de vulnerabilidade ou de escola privada que cursou com 100% de bolsa. Como foi falado aqui, com a pandemia, nós tivemos alunos que perderam bolsa no setor privado; tivemos aluno que estudava no setor privado e não deu conta de pagar, e foi para o setor público, e hoje é uma pessoa que está em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos incluir outros critérios, em ordem de prioridades, para que também se possa atender a alunos que estudaram de forma parcial em escola pública ou de forma parcial com bolsa. Então, há vários critérios que podem ser melhorados no Prouni em função dessa nova realidade.

Também há um incentivo para a formação de professores do ensino público básico, como foi falado. A gente pode ter professores do ensino público que já têm uma graduação, mas que gostariam de fazer uma licenciatura em química, física, português, matemática ou em pedagogia e não podem por já terem uma graduação. Então, a ideia é incentivar a formação de professores do setor público, permitindo que eles também possam ter acesso a bolsas do Prouni.

Aí, consequentemente, o aprimoramento dos normativos e proposta de desenvolvimento de um novo sistema. Aqui já foi ressaltada pela Professora Elizabeth Guedes a nossa preocupação com o sistema, para que os alunos e as instituições possam ter sistemas cada vez mais transparentes, mais ágeis e mais eficazes para o oferecimento e o preenchimento de 100% das vagas que forem ofertadas.

Então, em resumo, Senadora... Eu não quero tomar o tempo aqui para o nosso debate e nos colocamos aqui à disposição do MEC.

Eu estou tentando aqui cancelar a minha... O.k., voltei aqui. Então, como foi mostrado aqui, acho que todas as falas vão ao encontro, elas se complementam e corroboram... Realmente, o Prouni é uma política pública efetiva, é uma política que atende à situação mais vulnerável do nosso País, e a manutenção dessa política é de fundamental importância; e não só a manutenção, mas a ampliação dessa política. Esse é o entendimento do Ministério da Educação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada. Foi excelente.

O dia hoje foi bastante proveitoso.

Nós tivemos algumas perguntas que acho que já foram sanadas no decorrer da fala dos senhores.

Laisa Oliveira, do Piauí, pergunta: "Qual é o objetivo principal da reforma tributária?"

Fabrizia, de Minas Gerais: "A possível reforma tributária irá afetar o acesso de inúmeros alunos ao ensino superior e ser um problema para a formação de profissionais?" – também já foi respondida. "

"De que maneira a reforma tributária influenciara nas bolsas já concedidas pelo ProUni, e que ainda estão em utilização?" foi a pergunta de Renan Torres, do Paraná.

Alguns comentários sobre o Prouni que chegaram da população eu acho interessante lê-los aos senhores.

A Thaís Silva, da Bahia, falou: "O Prouni trouxe dignidade a jovens como eu, que por si só não poderia alcançar lugares mais altos e debater de igual para igual na sociedade".

Átila Conceição, da Bahia: "Se o dinheiro público paga mensalidades em universidade privadas, o Governo deveria priorizar cursos em que faltam profissionais". Não é bem isso. Não paga, é uma questão de tributária, é uma troca de tributos, tributos por bolsas.

Agradeço pela presença de todos vocês.

Gostaria de abrir a palavra a quem tem algo a completar.

Quem gostaria de falar se inscreva. Não sei se há alguém que gostaria de concluir mais alguma coisa.

Professora Elizabeth, a senhora gostaria de complementar? (*Pausa.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sempre eu, Senadora Eliza, que falo mais.

Eu acho que a gente pode tentar responder à pergunta da moça do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para que a reforma tributária? É uma boa pergunta. O Governo ainda não disse para nós. Isso seria interessante: "Nós vamos fazer uma reforma tributária para aplicarmos recursos em...". Seria uma coisa interessante.

Mas eu acho que a oportunidade que a senhora nos deu foi excelente, acho que mostra como o setor está unido na defesa do Prouni, e o MEC conosco também, porque isso é muito importante.

Obrigada pela possibilidade de falar mais um pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada.

Nós sentimos falta também do Ministério da Economia. Apesar de convidados, eles não compareceram, e penso que os envolvidos nessa reforma poderiam se apropriar dessas informações que aqui foram colocadas.

Gostaria das palavras finais, Emerson Casali? (*Pausa.*)

Por gentileza.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria, primeiro, parabenizar a senhora e parabenizar a Comissão, o Presidente Marcelo Castro, muito sensível também ao tema.

Eu acho que foi excepcional este debate, esta audiência. Todas as apresentações foram muito ricas e, Senadora, eu diria, até muito complementares. E a impressão com que eu fiquei...

E me permita só parabenizar também o Senador Izalci e o Senador Roberto Rocha pela PEC emergencial, que foi um problema identificado, eles agiram tempestivamente e isso salvou o Prouni.

Mas eu fiquei pensando, Senadora, aqui no final o seguinte. A gente está falando do futuro de milhões e milhões de jovens, dezenas de milhões – os números são muito grandes –, e fiquei pensando: qualquer Presidente da República que assistisse a esta sessão hoje, parasse e se concentrasse, ia, eu acho que imediatamente – e aí eu estou falando que poderia ser o Presidente Bolsonaro, poderia ser o Presidente Temer, Dilma, Lula, Fernando Henrique, quem fosse, não é uma questão política –, ver a lógica disso tudo. Ele determinaria essas melhorias que foram discutidas e a ampliação que o próprio Rodrigo Capelato citou.

O Prouni, só para completar, Senadora, sustenta muito o ensino superior, porque, além de ele levar bolsas para 600 mil jovens, como disse o Secretário Wagner, ele reduz o custo da mensalidade dos outros estudantes. E nós vimos que são estudantes de baixa renda também, muitos que não conseguiram ter uma nota para acessar o Prouni. Então, eu acho que o Prouni é muito estratégico.

Enfim, Senadora, muito obrigado pela oportunidade e parabéns novamente pela audiência!

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradeço a todos. Todos nós estamos bem alinhados num Brasil melhor, no melhor para educação, num transformar de vidas através da educação.

Muito obrigado a todos que participaram. (*Pausa.*)

Por gentileza, Wagner. Eu não sabia se era o Wagner ou o Edimilson que queria falar.

O SR. WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, sou eu, Senadora.

Rapidamente, Senadora, só para lembrar, como já foi falado aqui: o setor privado detém 75% das matrículas do ensino superior. São 6,5 milhões de matrículas. Só para quem está nos assistindo, o Prouni e o Fies contribuem com 18% dessas matrículas, são quase 1,2 milhão de matrículas que são custeadas ou que são atendidas por meio destes dois programas, do Prouni e do Fies. Então, quando a gente olha... Para mim e para quem trabalha com política pública na educação, é muito mais fácil você, em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

arrecadar, cobrar tributo do setor privado para depois gastar com educação; então, a gente já faz esse, vamos dizer assim, encontro de contas. O setor privado, em vez de fazer esse recolhimento do tributo, já ofertaria a bolsa que nós teríamos que ofertar à educação pública.

Então eu acho que é uma política efetiva, a gente ganha tempo nessa agilidade e isso também não afeta o teto de gastos, porque, na hora em que eu vou cobrar o tributo para depois executar a despesa pública para ofertar a política, eu acho que o Prouni também contribui para a questão do próprio teto de gastos, porque eu posso atender a meta do PNE, ampliar o número de matrículas na educação superior, sem aumentar a despesa pública – e, consequentemente, não furar o teto de gastos –, e, ao mesmo tempo, a gente atende esse setor, que é tão importante para o País e que detém 75% da matrícula do ensino público.

A gente vê várias políticas fomentando o agronegócio, fomentando a indústria, fomentando vários setores, e a gente não viu, nesse ano de pandemia, uma política fomentando o setor educacional. Nós vimos que as escolas tiveram que rapidamente se adaptar, fazer investimento para oferecer cursos *online*. O setor privado, principalmente, retornou as atividades *online* de forma muito rápida e é o primeiro setor que está voltando à atividade presencial. Eu acho que cabe um olhar do Estado, um olhar do Congresso para esse setor que tem nos ajudado a contribuir.

Então, o MEC, o Ministro Milton tem enaltecido a parceria, e nós agradecemos, Senadora, a sua iniciativa e a oportunidade de estarmos aqui debatendo esse tema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Eliza. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada.

Penso também que nós devemos ampliar essas políticas públicas. É uma política bastante inteligente, em que você não aumenta os gastos públicos; muito pelo contrário, você gera uma economia.

A única forma de haver mobilidade social é através da educação. Acho que qualquer Presidente... Acho que o Presidente deve ser sensível a isso, porque é uma forma de... Essa forma de mobilidade social é tão importante que deveria ser ampliada. Penso que nós poderíamos duplicar a quantidade do Prouni e do Fies de alguma forma e achar uma forma de...

Acho a sua ideia bastante interessante, Professora Elizabeth: a de constar na Constituição Federal. Já consta na Constituição Federal que é um direito de todos, mas vamos fazer esse direito valer efetivamente.

Muito obrigada.

Eu penso que todos nós estamos alinhados às políticas nacionais de melhoria da educação.

Muito obrigada, senhores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quatorze minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Dário Berger, Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLOA 2022**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CE à CMO, referentes ao PLOA/2022 (PLN 19/2021) – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2022". Relator: Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas de apropriação: Emenda n.º 1** - R$ 800 milhões para a ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, de iniciativa dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Lasier Martins, Izalci Lucas, Humberto Costa, Maria Eliza, Marcelo Castro e Maria do Carmo Alves. **Emenda n.º 2** – R$ 750 milhões para a ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, de iniciativa dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Humberto Costa e Marcelo Castro. **Emenda n.º 3** – R$ 200 milhões para a ação "14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", na unidade orçamentária 54902 – Fundo Nacional da Cultura – FNC, do Ministério do Turismo, de iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros e Marcelo Castro. **Emenda n.º4** – R$ 950 milhões para a ação "00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – Administração Direta, de iniciativa dos Senadores Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Leila Barros, Plínio Valério, Flávio Arns, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Humberto Costa e Marcelo Castro. **Emendas de remanejamento: Emenda n.º 1** – R$ 30 milhões para ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R$ 30 milhões da ação "152X – Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior" (sequencial 3205), da unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação – Administração Direta, do Ministério da Educação. **Emenda n.º 2** – R$ 100 milhões para ação "0509 - Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R$ 100 milhões da ação "20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica" (sequencial 4160), na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação. **Emenda n.º 3** – R$ 100 milhões para a ação "20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais", na unidade orçamentária 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a partir do remanejamento de R$ 40 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 3181), R$ 10 milhões da ação "20RH – Gerenciamento das Políticas de Educação" (sequencial 3183), e R$ 50 milhões da ação "212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)" (sequencial 3186), todas na unidade orçamentária 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta, do Ministério da Educação. **Emenda n.º 4** – R$ 26,218 milhões para a ação "00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – Administração Direta, a partir do remanejamento de R$ 6,618 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 2844), R$ 1,1 milhão da ação "216T – Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento" (sequencial 2864), R$ 15,5 milhões da ação "00SM – Apoio à Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento" (sequencial 2868), e R$ 3 milhões da ação "215F – Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária" (sequencial 2871), todas na unidade orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – Administração Direta. **Emendas de texto**: **Emenda nº 1** – aditiva – Anexo V, Cap 1, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022".

Foram apresentadas, Sras. e Srs. Senadores, 196 emendas, de iniciativa dos Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Leila Barros, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Carlos Viana, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Lasier Martins, Flávio Arns, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Humberto Costa, Vanderlan Cardoso, Maria Eliza, Maria do Carmo Alves e também de autoria deste Presidente, Marcelo Castro.

Quero agradecer aos que apresentaram emendas. Isso mostra o prestígio da nossa Comissão: 196 emendas apresentadas. Quero agradecer a todos pelo interesse num tema tão importante para o nosso País.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, faço uma indagação a V. Exa. no momento em que o cumprimento e agradeço a deferência de V. Exa. ao me designar Relator de uma matéria tão importante.

Eu indago a V. Exa. se posso fazer a leitura sintética do relatório ou se o faço na sua inteireza. A razão pela qual eu pergunto é porque houve um probleminha no sistema; nós mandamos o relatório para ser publicado – houve um problema –, e ele acabou sendo publicado só às 8h40. Eu pergunto a V. Exa. se eu o leio na inteireza ou se eu leio apenas a síntese do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Eduardo Braga, para deliberar, nós estamos dependendo ainda de quatro presenças.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, eu leio na inteireza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se. V. Exa. preferir assim, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, porque ainda faltam quatro Senadores para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, eu leio na sua inteireza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, chegou a mim, Sr. Presidente, por designação de V. Exa., para relatar as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022, o Projeto de Lei nº 19/2021-CN (Mensagem nº 421/2021, na origem).

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, Projeto de Lei nº 19/2021-CN – PLOA 2022, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 25/10/2021 a 16/11/2021 para apresentação de emendas ao PLOA 2022.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas à despesa das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao PLOA. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem também possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto. Não há limite para o número de emendas de texto.

Nesse contexto, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLOA.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 196 emendas apresentadas pelos Srs. Senadores e Senadoras. Já lidos por V. Exa. os nomes de cada um dos Senadores e Senadoras que apresentaram suas emendas, portanto, eu vou poupar os Srs. Senadores e Senadoras de ler novamente os nomes dos autores das emendas.

É o relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 190 propostas de emenda de apropriação, quatro de remanejamento e duas de texto ao Projeto de Lei de Orçamentária Anual para 2022.

As quatro propostas de emenda de remanejamento são para a Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola, para Reestruturação e Modernização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hospitais Universitários Federais, para Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica e para Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer.

As duas propostas de emendas de texto são idênticas e propõem incluir no Anexo V da LOA 2022 o provimento de cargos para as novas universidades federais.

Como colocado, consta da Resolução nº 1/2006-CN que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Não há limite para as emendas de texto. Dessa forma, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões apresentadas, tivemos que escolher apenas quatro proposições de apropriação.

Propomos manter o que tradicionalmente tem prevalecido nesta Comissão, ou seja, destinar duas emendas de apropriação para a Educação, uma para a Cultura e uma para o Esporte.

Assim, indicamos para aprovação aquelas propostas que acreditamos serem as que mais contribuirão para melhorar as condições de vida da população brasileira, sendo que, em geral, são também aquelas que receberam o apoio do maior número de Parlamentares.

Na Educação, decidimos reforçar os valores constantes da ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", que foi objeto de indicações de 14 Parlamentares, na forma da sugestão de nº 184, no valor de R$800 milhões. Pretendemos, com esse apoio, ampliar o acesso à educação da parcela da população mais vulnerável, especialmente considerando o cenário pós-pandemia que está no horizonte.

Ainda na Educação, a outra iniciativa que recebeu nosso apoio foi a ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica", sugerida por 14 Parlamentares, na forma da sugestão de nº 186, no valor de R$750 milhões. Também pretendemos, com esse apoio, ampliar o acesso à educação da parcela da população mais vulnerável, principalmente do meio rural.

Para a Cultura, optamos por alocar recursos na ação "14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", sugerida por cinco Parlamentares, na forma da sugestão de nº 182, no valor de R$200 milhões.

Nosso intuito é fortalecer os espaços culturais e propiciar a aquisição de equipamentos para o setor, um dos mais afetados com a pandemia.

Finalmente, no esporte optamos por reforçar os recursos da ação "00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", indicada por 12 Parlamentares, na forma da sugestão de nº 185, no valor de R$950 milhões, de modo a proporcionar à camada mais necessitada da sociedade uma opção de lazer, reduzindo a injustiça e a exclusão que atinge aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Também acolhemos as emendas ao texto do projeto e as quatro emendas de remanejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2022, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, das seguintes emendas:

Emenda nº 1, número de sugestão 184, unidade orçamentária 26298, ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", R$800 milhões, que obedece, e aqui está numerado, às emendas que sugeriram esta emenda.

Emenda nº 2, número de sugestão 186, unidade orçamentária 26298, ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar de Educação Básica", R$750 milhões, e também as emendas relacionadas ao lado.

Emenda nº 3, número de sugestão 182, unidade orçamentária 54902, ação "14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", de R$200 milhões, e também as emendas mencionadas ao lado que foram atendidas.

Emenda nº 4, número de sugestão 185, unidade orçamentária 55101, ação "00SL – Apoio à Implantação, Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", R$950 milhões, e as emendas também ao lado atendidas e mencionadas.

Remanejamento, Sr. Presidente:

a) R$30 milhões para ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R$30 milhões da ação "152X – Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior" (sequencial 3205), da unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação – Administração Direta, do MEC;

b) R$100 milhões para ação "0509 – Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R$100 milhões da ação "20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica" (sequencial 4160), na Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do MEC;

c) R$100 milhões para a ação "20RX – Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais", na unidade orçamentária 26443 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a partir do remanejamento de R$40 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 3181), R$10 milhões da ação "20RH – Gerenciamento das Políticas de Educação" (sequencial 3183), e R$50 milhões da ação "212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)" (sequencial 3186), todas na Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – administração direta, do MEC; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d) R$26,218 milhões para a ação "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na Unidade Orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – administração direta, a partir do remanejamento de R$6,618 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 2844), R$1,1 milhão da ação "216T – Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento" (sequencial 2864), R$15,5 milhões da ação "00SM – Apoio à Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento" (sequencial 2868), e R$3 milhões da ação "215F – Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária" (sequencial 2871), todas na Unidade Orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – administração direta.

Inclua-se no Anexo V do Ploa 2022 o seguinte... E aí se relaciona toda a sequência que foi dada acima, Sr. Presidente, de acordo com a discriminação, a criação, a quantidade, a despesa, a fonte primária, a financeira e o total, o que realizará o remanejamento ora apresentado.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente, e este é o nosso voto, esperando, assim, ter atendido o maior número possível de emendas e ter atendido, da forma mais ampla possível, os membros desta Comissão e a finalidade da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o excelente o trabalho de V. Exa., Senador Eduardo Braga, coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Prezados Senadores, eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. e repetir a sua manifestação de aplauso pelo expressivo número de emendas que caracteriza... Esse número caracteriza o quê? A preocupação de todos nós com a educação e a conjuntura atual de retomada do ensino presencial, ocorrida especialmente neste ano, na virada de semestre, e a percepção das dificuldades de organização do sistema educacional brasileiro para este momento pós-pandemia, que nós, graças a Deus, já começamos a acreditar que exista, muito embora estejamos aqui ainda mascarados.

Queria cumprimentar também o Senador Eduardo Braga pelo seu esforço e enaltecer, Senador Dário Berger, um critério que ele usou, que eu próprio usei na nossa Comissão de Infraestrutura, quando fui designado por V. Exa.: priorizar as emendas – aliás, o Senador Marcelo Castro também testemunhou – mais aplaudidas ou encaminhadas ou com o maior número de subscritores convergentes com o seu sentido, o que pode até estar escrito de formas diferentes. Eu acho que isso é um critério correto e acho que isso vai ser o futuro, isso indica um dos caminhos do futuro da RP 9 – V. Exa., que é um apóstolo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evangelizador dessa matéria, Senador Marcelo Castro, inclua esse como um dos critérios. Então, eu aplaudo.

Eu queria fazer uma reflexão, Senador Eduardo Braga, de natureza prática e operacional. Eu sou fã da emenda dos veículos. V. Exa. acolheu, e ela é majoritária. O problema vai ser operacional no ano que vem.

Primeiro, o Senador Dário Berger tem acompanhado as licitações repetidamente com resultado de deserta para a aquisição de máquinas e equipamentos que têm acontecido em Santa Catarina. Por exemplo, a Secretaria da Agricultura já lançou duas licitações com recursos destinados por nós do Orçamento passado – do Orçamento passado, não; de 2020 –, e as duas licitações restaram desertas, enquanto isso o preço da máquina vai subindo. Com equipamentos, caminhões, o mesmo está acontecendo. O ônibus é um caminhão com outra carroceria.

Além disso, vai ser um ano eleitoral. O senhor sabe que entregar um equipamento no período de eleição é vedado por legislação que nós aprovamos. Então, vai haver um problema operacional para isso.

O Orçamento vai estar aprovado em janeiro. Qualquer licitação que reste deserta vai comer o ano. E vai ser muito difícil conseguir esse suprimento. E, depois de adquirir, não vai se poder entregar. Isto já aconteceu anteriormente: ônibus ficar trancado no pátio para só entregar depois do período eleitoral – vocês se lembram disso?

Em função dessa circunstância, não pelo mérito, é que eu chamaria a atenção de que, talvez, o maior problema que as nossas escolas vão enfrentar será a deficiência de equipamento digital, porque um estabelecimento de ensino... Não sei se vocês têm acompanhado, mas, cada vez que há uma reunião da Comissão da Covid ou da Comissão de Ciência e Tecnologia, sabe-se o seguinte: nós somos 142 mil escolas públicas no Brasil, e a estatística, até maio deste ano, era que metade não tinha ligação com a internet. Agora, felizmente, no edital do 5G, essa obrigação foi suprida no edital – na prática, torcemos e vamos fiscalizar.

Eu apenas avento aqui – não pelo mérito da medida, eu voto a favor –, eu saliento que nós vamos ter dificuldade operacional, a não ser que eu esteja sendo pessimista, nessa questão da entrega dos equipamentos, dos ônibus, dos veículos – do ônibus escolar, vamos chamar aqui, em sentido popular – no ano que vem e que talvez percamos, não por mérito, eu repito, mas por questões operacionais. E, eventualmente, a substituição por algo que, mesmo atendendo ao ensino fundamental, mesmo não atendendo aos institutos federais, como eu cheguei a propor também, mas não quero excluir o ensino fundamental, porque sempre será prioritário...

Eu coloco isso como ponto de reflexão e...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu poderia, eu poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, naturalmente, endereço essas minhas palavras ao Relator, porque ele é que vai...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Eduardo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Repetindo: eu não sou contra a emenda...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... dar uma sugestão? Depois de todos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu apenas sugiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eu só queria pontuar, porque eu acho que todos estamos aqui de acordo quanto ao mérito, a diferença entre a rubrica 0509, que nós colocamos, da questão de outros equipamentos.

Primeiro, a questão dos ônibus escolares, o Ministério da Educação permanentemente faz atas de registro de preços, que são aderidas pelas prefeituras. Segundo, o impedimento eleitoral é apenas para Presidente da República, governos estaduais, Deputados Federais, Senadores que forem candidatos à sua reeleição, mas não para prefeituras municipais. Elas poderão entregar, sim; o que não poderá acontecer é a presença de nenhum dos candidatos. Não há impedimento da entrega dos veículos.

E, com relação aos implementos digitais ou equipamentos digitais, nessa rubrica 0509, além de caberem os ônibus escolares, cabe também o equipamento digital. Portanto, essa rubrica tem equipamentos para transporte escolar, material digital, computadores, impressoras, *tablets*, etc. Nessa rubrica 0509 cabe, em matéria de equipamentos, uma diversidade muito grande.

Por fim, o próprio Senador Esperidião Amin lembrou muito bem o leilão do 5G. Eu também tenho dúvidas – concordo com a colocação do eminente Senador Esperidião Amin – se o cronograma será cumprido na velocidade que foi estabelecida, mas o volume de recursos necessários para que nós façamos o vencimento da banda larga e o vencimento dos equipamentos necessários para que as nossas escolas públicas estejam dotadas terá como principal fonte de financiamento exatamente a contrapartida desse leilão do 5G.

Eu apenas quero lembrar que essa emenda atende não só o transporte escolar, mas também os equipamentos, e que a questão da ata de registro de preços soluciona a outra preocupação do eminente Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Eduardo Braga. Acho que fica esclarecido. Eu acrescentaria só ao raciocínio de V. Exa., Senador Eduardo Braga, para contribuir com a preocupação do nosso ilustre Senador Esperidião Amin, que a legislação, na realidade, proíbe a transferência de recursos do ente federal para o ente estadual ou municipal nos três meses anteriores ao pleito, quer dizer, todo o processo licitatório não está proibido. A proibição é só da transferência para o caso de obras que não estejam em andamento, a exceção são obras em andamento ou em casos de emergência, de calamidade pública. Não sendo isso, fica proibida a transferência de recursos. A outra parte não; você pode fazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E transferência do bem também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a transferência de bens.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, sim! Claro.

O Senador Paulo Rocha pediu a palavra.

Por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, caros colegas, primeiro, eu queria saudar o nosso Eduardo Braga pelo esforço que, naturalmente, ele fez para buscar, em apenas quatro emendas, tentar responder às necessidades do Orçamento.

Eu acho, Sr. Presidente, que, principalmente no Senado, coloca-se sobre os nossos ombros um desafio maior ainda nesses momentos, principalmente em um momento de desorganização e até de desestruturação do orçamento público do País. O limite de gastos trouxe consequência para alguns setores estratégicos, e é o caso da educação. Então, naturalmente, como homem da Amazônia, o Eduardo tem as suas visões na questão da prioridade, e também cabe razão ao Espiridião Amin na questão da tecnologia, porque não é só a modernidade, mas os próprios jovens foram ávidos em avançar nessa questão da tecnologia.

Mas eu queria levantar duas questões. Primeiro, Sr. Presidente – e aí envolve a Presidência da Comissão com a da Casa –, em uma Comissão como esta, que envolve três ministérios, são poucas emendas – são só quatro – para a gente cobrir a necessidade de três ministérios. Eu acho que a gente tinha que fazer o esforço de brigar mais para que houvesse um número maior de emendas para a gente indicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um orçamento. Eu acho que isso ajudaria a gente também a enfrentar esses desafios. São três ministérios importantes: Esportes, Cultura e Educação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deveriam ser quatro para a educação e uma para cada um dos outros.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente!

Eu queria levantar ainda duas questões que eu sei que são difíceis de a gente atender, mas quem sabe a gente faria um esforço grande perante o Relator setorial para poder atender a essas demandas que a gente não está conseguindo atender aqui! Levanto, por exemplo, a questão da Fenae, da merenda escolar, ainda mais em um período de fome dos setores mais pobres da sociedade. Todo mundo sabe que a merenda escolar é um desafogo para a criança na escola.

Depois, há a questão das bolsas de estudos. Também no processo de modernização do mundo, os nossos mestres têm que se atualizar, têm que se preparar cada vez mais. O próprio ministério atrasou o pagamento das bolsas de estudos desde setembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E ainda estão em pendência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso! Chamo a atenção, inclusive, para o fato de que há dois PLNs hoje, o 17 e o 31, que buscam remanejamento para o orçamento do MEC. Então, é importante a gente aprovar para poder suprir o pagamento das bolsas que já estão atrasadas.

Chamo a atenção para estes dois itens, além do que o Esperidião levantou sobre a questão da modernidade e da tecnologia: a questão da merenda e também a do pagamento das bolsas, do financiamento de estudos para os nossos mestres, professores etc.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só quero acrescentar que quem assistiu hoje ao Bom Dia DF – não sei se alguém aqui assistiu – ouviu reclamações concretas sobre a falta de merenda em escolas, com depoimentos, inclusive, dizendo o seguinte: "Só há biscoito". Não estou criticando. Estou dizendo que é um assunto realmente muito sério que o Senador Paulo Rocha levantou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria, primeiro, concordar com o que disse o Senador Paulo Rocha, mas também queria alertar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão da merenda escolar diz respeito a uma questão de gestão. Eu, que já fui Governador e já fui Prefeito, posso assegurar que, com excelência na gestão, com transparência e com bastante eficiência, é possível fazer uma merenda bem melhor do que a que nós temos hoje. Isso é possível sim! Se as grandes bancadas, como a do Progressistas, do Senador Esperidião Amin, a do MDB e a do PT, se unirem na CMO, é possível que a gente possa fortalecer a rubrica da merenda escolar.

Com relação à questão... (*Pausa.*)

Aqui a minha assessora, sempre muito atenta, também lembra que a ação 0509 é uma ação de custeio. Portanto, nessa ação, nós também podemos trabalhar para ampliar essa emenda para fortalecer também a merenda escolar. Portanto, isso prova o acerto de a gente fortalecer a rubrica 0509.

Com relação à Capes e ao CNPq – é o que diz o nosso querido Paulo Rocha com relação as bolsas de pós-graduação, de formação, de ciência e tecnologia –, é muito importante botar recursos para o pagamento dessas bolsas, mas também é importante que a gente crie critérios de equidade regional na distribuição desses recursos, porque uma das desigualdades regionais mais injustas deste País é a concentração de formação de mestres e doutores na parte sul e sudeste do Brasil, em detrimento da parte norte e nordeste brasileira. Portanto, não faltam apenas recursos, falta uma equidade na distribuição desses recursos para que a gente possa formar mestres e doutores. Eu acho que, juntando as grandes bancadas aqui do Senado com essa proposta que o Senador Paulo Rocha traz para a nossa reunião, nós seremos bem-sucedidos na Comissão Mista de Orçamento.

Desde já, como Líder do MDB, quero aqui dizer da intenção do MDB de apoiar irrestritamente essas questões na CMO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero, antes de encerrar a discussão, ir um pouco na linha do Senador Esperidião Amin, que antevê, como eu antevejo também, que, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal com relação às emendas RP 9 de Relator, que estão sendo demonizadas, mas que não são um mal em si, não trazem um mal intrínseco, nós temos que fazer uma autocrítica, entendo eu, porque houve um excesso, um exagero. O Senador Eduardo Braga foi Relator no passado, e as emendas de relatoria tinham um limite, tinham um critério. Então, todos os Ministros do Supremo, sem exceção, votaram no sentido de que precisa haver transparência. O voto do Gilmar, que discordou parcialmente de todos os outros e do da Rosa Weber...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E foi o mais sensato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Esperidião Amin antecipa, dizendo que foi o mais sensato; compartilho dessa opinião. Também a exigência dele é no sentido de haver maior transparência. E o Kassio Cunha também, embora ache que deva continuar como está, disse que, no futuro, precisa haver maior transparência. Eu acrescentaria maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência e mais comedimento, mais parcimônia. Eu acho que é isso que o mau costume foi acrescentando ao longo dos anos. Então, está na hora de a gente dar um freio de arrumação e fazer uma coisa mais razoável, mais transparente, mais compartilhada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com coautores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato.

E o caminho natural vai ser o de privilegiar as emendas de bancada dos Estados e as emendas de Comissão. Eu acho que as emendas de Relator deverão continuar, agora, sob critérios, com maior transparência e com maior parcimônia, não com o exagero que existe hoje.

Senador Eduardo Braga, que é doutor nesse assunto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria cumprimentar V. Exa., porque V. Exa., com a sua costumeira e habitual ponderação e com bom senso, coloca as coisas no devido lugar.

O que está errado é o exagero, o que está errado são os excessos, o que está errado é a falta de transparência. Qual é o pecado que o Senador Dário comete ao levar recursos para o Estado de Santa Catarina? Nenhum! Agora, o que não pode ser feito é que esse recurso vá de forma obscura, de forma escondida. Não há por que ser escondido, não há por que ser obscuro.

Qual o crime que V. Exa. comete se leva recursos para fazer uma BR no Estado do Piauí? Isso não é crime. Qual é o crime que a Senadora cometeria se levasse recursos para implementar a questão do agronegócio lá no Estado de Rondônia? Nenhum crime!

A nossa função, enquanto Parlamentar, além de fiscalizar, além de adotar critérios legislativos que deverão ser praticados pelo Executivo e pelo Judiciário, que executarão as leis que nós aprovaremos, é exatamente a de levar recursos para os nossos Municípios, em um País de desigualdades, em um País em que os brasileiros são divididos entre brasileiros de primeira classe e brasileiros de segunda classe.

Ainda há pouco, eu falava na formação de mestres e doutores. Os poucos recursos da Capes e do CNPq são concentrados nos Estados mais ricos. As nossas universidades – e está aqui a nossa Senadora que tem uma experiência em universidade –, as nossas universidades do Norte são carentes em formação de mestres e doutores. Isso é uma desigualdade profunda. Um Estado não é medido apenas pelo seu PIB, é medido também pela formação de recursos humanos.

Isso tudo está embutido em um orçamento. Por que o Orçamento é deliberado pelo Congresso Nacional e não pelo Executivo? Porque aqui está representada, seja pela Federação no Senado, seja na Câmara pela população, a democracia pelo voto direto. Por isso, a competência orçamentária é do Senado da República e da Câmara dos Deputados, e temos uma Comissão Mista, de Deputados e Senadores, que tratam sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu concordo, em número, gênero e grau, com o que disse, ainda há pouco, o meu querido Senador Marcelo Castro. E digo mais: acho que deveria haver transparência na apresentação. O que diz a liminar da eminente Ministra Rosa Weber? Que fica sustada a execução orçamentária até que se cumpra a publicidade e que se abram as informações sobre o Orçamento. Portanto, a meu juízo, o que deve ser feito é exatamente isto: que se dê publicidade àquilo que está sendo executado. Pelo menos, eu não vejo nenhum mal nisso, não é? E meu partido também não vê nenhum mal nisso.

Esperamos que, em poucas horas, o Congresso Nacional seja capaz de construir uma solução para esse problema, porque o País está parando, hospitais universitários que estavam sendo construídos vão parar, escolas que estavam sendo construídas vão parar, estradas que estavam sendo construídas vão parar, obras de saneamento nos pequenos Municípios que estavam sendo construídas vão parar. Portanto, nós vamos parar o País se a execução orçamentária ficar paralisada no Brasil, e isso não pode acontecer em função de uma falta de transparência em uma rubrica orçamentária chamada RP 9 do Congresso Nacional.

É apenas para cumprimentar V. Exa. por abordar esse tema na reunião de hoje da Comissão de Educação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, quero só acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois, não, nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Quando nós chegamos aqui – acho que o senhor também, e o Eduardo Braga também chegou junto comigo –, em 1991, havia um número que chamava muito a atenção, o de que, a cada US$100 que saíam do Orçamento da União, só chegavam 60% aos Estados, por causa destas questões: falta de transferência, como organizar a chegada desse Orçamento, etc., etc.

Eu acho que o Legislativo, ao longo do tempo, foi construindo e foi buscando saída. As emendas de bancada, por exemplo, são emendas estruturantes de políticas públicas, que começam em cima e chegam até lá embaixo, ao Município, não é? Digo das emendas de bancada, além das emendas individuais, que foram avançando, até que se chegou à impositiva.

Então, a questão é exatamente isto: no Orçamento, da forma que está sendo usada – e há avidez e exagero ou qualquer nome que possa ser chamado aqui – esta tal emenda de Relator, ela acaba sendo usada como instrumento de cooptação, e não de estruturação de política para se chegar lá.

É aquilo que você diz: qual é o pecado em brigar para que o orçamento federal chegue para fazer uma estrada lá no meu Estado? O problema é que há instrumentos: é através das emendas; neste caso aqui, emendas de Comissão, emendas de bancada, etc., etc. Esse é o desvio, digamos assim, no percurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da questão do orçamento. Então, eu concordo que realmente tenha que se manter. Já estava bem estruturada essa questão do Orçamento da União para atender a tal da Federação: União, Estados e Municípios.

Então, eu queria concordar com esse debate aqui realmente, além de estar acrescentado com transparência – e, cá para nós, também nós já tínhamos avançado e muito nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a todos.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Marcelo, só para complementar.

O grande desequilíbrio com relação a isso, Paulo Rocha, é que, neste ano, vetaram todas as emendas de bancada! Todas as emendas de Comissão foram vetadas!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pela primeira vez na história.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela primeira vez na história! E aí parece que a culpa é nossa. Nunca antes na história deste País todas as emendas não impositivas, de bancada, todas as emendas de Comissão – emendas de Comissão! – foram vetadas. Eu "mesminho", como diz o caboclo lá no meu Estado; eu "mesminho" tive todas as minhas emendas vetadas. Portanto, essa foi a grande desigualdade que aconteceu. Quando falo em exageros, é isto: houve os exageros, e se transformou o Orçamento da República na execução de um único Parlamentar, do Relator Geral do Orçamento, e aí deu no que deu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabenizando a contribuição de todos, não posso encerrar esta discussão sem antes parabenizar o Relator, Senador Eduardo Braga, que fez um relatório muito...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu acabo de ser informado aqui – por favor, me mostre aqui a matéria... Eu quero aqui, com muito pesar – com muito pesar –, dizer que acaba de ser postado no G1 Política que a jornalista e colunista de política Cristiana Lôbo morre aos 63 anos de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiana, com certeza, é amiga de muitos de nós Senadores, de todos nós Senadores que convivemos aqui com a Cristiana ao longo de décadas. Estávamos sentindo a sua falta recentemente aqui no convívio. Eu fico chocado... Acabo de ver essa informação. E quero aqui, em nome da Liderança do meu partido, o MDB, prestar minha solidariedade aos familiares, aos amigos da minha querida amiga Cristiana Lôbo, que nos deixa aos 63 anos de idade. Portanto, uma jovem, competente, dedicada jornalista, uma grande brasileira, Cristiana Lôbo, que nos deixa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Todos nós nos somamos, Senador Eduardo Braga, a essa manifestação de solidariedade e de pesar de V. Exa.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo brilhante relatório que fez. De maneira muito criteriosa, aprovou duas emendas para a educação, como é a tradição aqui, da nossa Comissão, uma emenda para a cultura, outra emenda para esporte, e usou um critério de priorizar aquelas emendas que receberam um maior número de indicações.

Então, faço essa declaração aqui.

Inscreve-se agora, para discutir a matéria, o Senador Flávio Arns.

Com a palavra, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senador Marcelo Castro.

Quero cumprimentar as colegas e os colegas da Comissão, concordar com os encaminhamentos que o Senador Eduardo Braga fez em relação às emendas de Comissão, que eu acho que são muito importantes. Algumas emendas têm que ser repetidas todo ano, porque a necessidade não vai se esgotar num ano, com as emendas de Comissão.

Mas eu quero me associar à manifestação de pesar e de solidariedade à família, aos amigos da jornalista Cristiana Lôbo. Ela vivia dentro do Congresso Nacional, uma pessoa tranquila, educada, ponderada, com manifestações sempre muito pertinentes na análise econômica e, particularmente, política. É uma pena mesmo, sabe? Porque já, há muitos anos, ela estava presente nos corredores do Congresso, no cafezinho do Congresso, nas Comissões, buscando, permanentemente, se inteirar dos fatos e, assim, poder transmitir para a sociedade a realidade do que estava acontecendo dentro do Congresso Nacional e da sociedade, nas suas relações com o Executivo e o Judiciário. Uma perda importante e significativa para esta área tão necessária no Brasil de fazer a análise, a crítica, a ponderação, e ela era extraordinária nesse sentido. Eu tinha por ela um respeito muito grande, e o nosso voto de solidariedade, de amizade, de respeito, de pesar e de aplauso pela caminhada dela; de pesar pelo falecimento, mas digo, puxa vida, foi uma pessoa que realmente contribuiu muito com o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Passo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui já parabenizar o Relator, nosso Senador Eduardo Braga, por ter esse olhar diferenciado.

Como o colega Flávio Arns falou, essas emendas têm que ser repetidas. Também devemos usar este critério: o maior número de Parlamentares que mostrou a mesma emenda – eu acho isso um critério de escolha muito importante.

Também eu aqui quero me solidarizar com a família e os amigos da Cristiana Lôbo, já agradecendo, pois ela empoderava os brasileiros e brasileiras com informação, e a gente sabe que informação é poder. Lamentamos – jovem, 63 anos –, mas que Deus a acolha onde ela estiver!

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão apresentadas perante a CMO as emendas constantes do relatório.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente sessão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação das atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dez minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 235, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 25, de 2021** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência ao PLP n. 235, de 2019, que "institui o Sistema Nacional de Educação", nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da Constituição Federal." **Autoria:** Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação de item único.

ITEM 1
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 2019
- Não terminativo -

Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1) a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

2) em 3/9/2021, foi realizada Sessão de Debates Temáticos para tratar do Sistema Nacional de Educação.

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Dário Berger para a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, preliminarmente, eu quero mencionar, Sr. Presidente, que me sinto profundamente honrado e sensibilizado de ser distinguido por esta Comissão e por V. Exa. para relatar um projeto de tamanha importância. Parece-me que posso afirmar que estamos tratando de uma das políticas públicas associadas ao Fundeb mais importantes da educação brasileira.

Hoje é um dia, Sr. Presidente, que entrará para a história da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Após quase 90 anos, estamos com aquela que, sem sombra de dúvida, é a melhor chance que o Congresso Nacional já teve para aprovar o Sistema Nacional de Educação. Idealizado desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o Sistema Nacional de Educação terá o papel finalmente de integrar as políticas educacionais entre União, Estados e Municípios. É uma forma inteligente e eficiente de entregar uma educação mais qualificada para a nossa sociedade.

Trago um exemplo simples para facilitar a interpretação da importância do Sistema Nacional de Educação. Eu, que fui Prefeito e fui Vereador, que hoje sou Senador, posso perceber e posso testemunhar que a falta de integração entre Estados, Municípios e União foi um fator extremamente preocupante.

Vejamos: nós temos, em determinado bairro, Senador Marcelo Castro, uma escola estadual e uma escola municipal. A escola municipal está com uma demanda reprimida de "x" alunos, a escola estadual está com uma capacidade ociosa de "x" alunos, mas elas não se comunicam entre elas, elas não têm essa integração, para um ente da Federação disponibilizar o espaço e a infraestrutura necessária para a outra, para que as nossas crianças possam efetivamente ser matriculadas próximo às suas casas. Então, o que acontece com isso? Acontece desperdício de dinheiro. Perde-se muito tempo, perde-se muito dinheiro. A desintegração contribui para a formação de um processo de desarticulação educacional, o que é muito ruim para o Brasil e para a educação.

Com o Sistema Nacional de Educação, haverá maior facilidade entre os governos municipais e o governo estadual para chegarem a um acordo da ocupação dos espaços e da infraestrutura, para colocarmos os alunos na rede de ensino, devidamente matriculados. Isso, como eu falei, traz economia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque o Município não fica pressionado a fazer mais escolas, mais creches, o que traz mais praticidade, tendo em vista que os pais não precisarão colocar os seus filhos em escolas mais distantes.

A pandemia, por exemplo, Sr. Presidente, também mostrou a importância de termos uma articulação nacional em educação. Não foi difícil encontrar, em determinados locais, uma escola pública estadual aberta e uma escola pública municipal fechada. Portanto, havia uma desarticulação completa com relação a isso. A falta de coordenação nacional trouxe diversas dificuldades a todos, questão que ficará superada com a pactuação e a cooperação dentro do Sistema Nacional de Educação.

Este texto de que eu vou fazer a defesa agora, Sr. Presidente, foi construído a muitas mãos. Construí este substitutivo após mais de 60 reuniões feitas com entidades, com associações, com especialistas e, mais recentemente, com o próprio Governo Federal, por meio da Secretaria de Governo, do Ministério da Economia e do próprio MEC.

Eu não poderia deixar de mencionar, neste momento histórico, alguns grupos que nos ajudaram desde o início na construção deste relatório: os secretários estaduais e municipais de educação; os conselheiros nacionais, estaduais e municipais de educação; os fóruns nacional e estaduais de educação; a Confederação Nacional dos Municípios, que eu julgo muito importante; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o movimento Todos pela Educação; o Movimento Colabora.

Enfim, tenho a convicção de que estamos entregando um Sistema Nacional de Educação bem próximo do consenso, no entendimento de que precisamos dar um passo importante rumo à modernização da gestão escolar.

Agradeço, por fim, nesta primeira manifestação, o apoio de todos os Senadores da nossa bancada da educação.

Em especial, quero agradecer a V. Exa., Senador Marcelo Castro, que nunca nos deixou faltar absolutamente nada, muito menos os seus ensinamentos, os seus aconselhamentos, que têm destacado o senhor como um Senador muito atuante na área da educação, inclusive premiado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Congresso em Foco.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... Congresso em Foco, o que honrou muito esta Comissão. Eu o parabenizo por isso.

Preciso também agradecer ao Senador Flávio Arns, que contribuiu sobremaneira como autor do projeto, que está, inclusive, presente de forma *online*. Eu tenho uma consideração e um apreço muito grande por ele porque sei do seu conhecimento e da sua paixão pela educação. Da mesma forma eu o faço com o Senador Izalci, que nos tem ajudado muito até aqui.

Eu queria rapidamente... É um tema para o qual vou precisar de pelo menos 30 minutos, Sr. Presidente, porque o tema, realmente, é extremamente relevante. Trata-se de uma política pública das mais importantes. E, por mais desejo de síntese que eu tenha, eu preciso expor e deixar explicitada, de forma cabal, definitiva, a importância que esse sistema representa para a educação brasileira e o que muda, na prática, com a implementação do Sistema Nacional de Educação.

A primeira questão é a articulação entre União, Estados e Municípios. Como é hoje? As redes de ensino nacional, estadual e municipal atuam de maneira pouco articulada, por vezes com ações isoladas, gerando inconsistências na trajetória do aluno, principalmente na transição do ensino fundamental para o ensino médio. Aqui é aquela outra questão: normalmente, nos Estados e nos Municípios, nós temos a escola municipal, mas, quando o aluno termina o ensino básico, ele não conta com a escola de ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

médio na própria localidade e aí tem de se deslocar para outros cantos da sua municipalidade. Isso é muito ruim. Com a articulação, essa tendência tende a diminuir substancialmente, porque nós podemos fazer uma articulação entre os Estados e os Municípios, e cada um poderá utilizar a infraestrutura do outro ente federado para atender a municipalidade, que é o objetivo maior do Sistema Nacional de Educação. O objetivo maior é a criança, é o professor, é a matrícula, para que ninguém fique sem oportunidade de estudar.

Como passa a ser? Passa a haver uma gestão integrada das redes de ensino, com a efetivação do regime de colaboração entre eles, tendo sempre a trajetória do aluno como foco da política educacional. Ele moderniza a gestão escolar. O Sistema Nacional de Educação organiza as políticas educacionais, implanta um regime de cooperação. A gestão passa a ser compartilhada, vai funcionar como uma espécie de ajuda mútua de planejamento e de cooperação e colaboração comuns. Enfim, coloca os entes federados no mesmo sentido, na mesma direção e com o mesmo objetivo, que é melhorar a qualidade do ensino, melhorar a qualidade da educação, para garantir o futuro das nossas crianças. Dá mais poder de decisão para Estados e Municípios, pois, é claro, a vida acontece nas cidades, nos Municípios. A União é um órgão fictício com relação a isso, não fictício, porque é formulador das políticas públicas, que fazem parte, mas a criança, o espaço físico... É lá onde ela mora, onde ela convive, onde ela tem seus amigos, seus companheiros que fazem parte do dia a dia da educação.

Como é hoje? Muitas políticas educacionais são decididas em Brasília – nós sabemos disso –, sem a participação dos Estados e dos Municípios. Com isso, a bomba cai no colo dos Prefeitos e dos Governadores, que, muitas vezes, sem estrutura técnica e sem estrutura logística, precisam se virar para implementar as políticas públicas, e é aí que elas não saem do lugar, quer dizer, é aí que a gente não consegue atender os mais elementares princípios de qualidade da educação.

Como fica agora? Com o Sistema Nacional de Educação, por meio das Comissões Intergestores, Estados e Municípios terão mais força na hora de definir as políticas públicas, participarão também do processo de decisão, terão oportunidade de defender as questões regionais, que, muitas vezes, são fundamentais e preponderantes na definição de políticas públicas para um Brasil continental, como este que nós temos, adotando, então, e analisando suas particularidades regionais.

Ele também estabelece o melhor emprego dos recursos do Fundeb e a diminuição das desigualdades. Como é hoje? Atualmente, o Fundeb – nós o aprovamos aqui; o Relator, no Senado Federal, foi o Senador Flávio Arns, a quem eu cumprimento mais uma vez – é o maior indutor de políticas colaborativas em execução no Brasil. Junto com o SUS... O senhor é médico, Sr. Presidente. O Fundeb e o SUS, parece-me, são as maiores e mais efetivas políticas públicas que nós temos no País. O SUS se consolidou agora, definitivamente, com a pandemia, e o Fundeb, que nós colocamos na Constituição como definitivo, certamente vai contribuir, e muito, para o desenvolvimento da educação, principalmente da educação básica, que é o alicerce para a formação das nossas crianças, dos nossos jovens, que, no fundo, representam a esperança viva de um futuro melhor. Se nós desejamos um futuro diferente, um futuro melhor, mais promissor, com mais desenvolvimento no nosso País, não há outro caminho que não seja através da preparação dos nossos jovens, das nossas crianças, para que, efetivamente, possamos conquistar esse objetivo.

Como fica? Com a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, essas e outras políticas de indução financeira serão mais eficientes, por meio de uma gestão colaborativa e com a implantação, inclusive, do Custo Aluno-Qualidade como fator de distribuição de recursos, diminuindo, assim, as desigualdades em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão do CAQ, do custo aluno, é muito importante para reduzir, se não eliminar, as desigualdades, porque, com Estados, Municípios, Federação e União, vai se discutir a melhor forma de chegar lá na base para que nós não tenhamos as notícias de que existem escolas sem banheiro, que existem escolas sem energia elétrica, que existem escolas sem saneamento básico, que existem escolas sem biblioteca, que existem escolas sem internet.

Como é que nós vamos melhorar a qualidade do ensino se nós temos ainda centenas de milhares de escolas sem o mínimo de capacidade e de atração das nossas crianças para que elas possam aprender e se desenvolver?

Esse tema, Sr. Presidente, é um tema apaixonante. Eu tive a honra de ser Presidente desta Comissão e eu mencionava que esta era a Comissão mais importante do Senado Federal, porque ela é mais importante do que a de Relações Exteriores, a Comissão de Justiça, porque aqui nós tratamos do nosso futuro. Se nós dermos uma colher de pedreiro para um pedreiro, um martelo, prego e madeira para um carpinteiro, ele pode lhe entregar uma casa; agora, se nós dermos para uma criança um computador, um lápis, uma caneta, um livro, um caderno, ele pode lhe entregar um futuro muito mais promissor para a nossa sociedade. Então, não existe coisa mais importante do que isso, mais importante do que a educação. Não há tema que nós possamos discutir que seja tão relevante quanto esse, porque aí está alicerçado fundamentalmente o nosso futuro.

A educação não pode ser apenas uma prioridade retórica, ela tem que ser uma necessidade histórica. É uma necessidade, porque é através da educação que nós formamos os nossos cidadãos e não há independência maior para uma sociedade do que aquela conquistada pela escola, pela educação, pela formação dos seus princípios e do seu caráter. E isso só é conquistado através das escolas.

Por isso, nós temos que dotar as escolas públicas de tal forma que elas possam ser tão eficientes quanto as escolas privadas para que efetivamente nós tenhamos atingido os objetivos que todos nós desejamos.

Dito isso e feito esse discurso preliminar, Sr. Presidente, eu passo, então, efetivamente ao relatório.

Sr. Presidente, o PLP 235, de 2019, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da Comissão de Educação, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não vislumbramos problemas em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O mérito da proposição é inegável, ao buscar sanar um dos aspectos que travam os avanços da educação brasileira, a dificuldade de tornar efetivas as interações, a integração, a cooperação e a estratégia entre os entes federados.

Essa necessidade de interação já era reconhecida desde 1932, há 90 anos, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Olha só que coisa importante relembrar esse aspecto. As centenas de milhares de educadores tinham no seu ideal a constituição de um sistema nacional de educação integrado, cooperado, cuja estratégia é uma estratégia comum, porque nós temos as nossas peculiaridades próprias, mas temos que ter uma administração conjunta para atingir os objetivos.

Além de figurar entre as preocupações de educadores que iluminaram os ideais educacionais no início do século passado, a ideia do Sistema Nacional de Educação é diretriz firmada na Constituição Federal, sobretudo no art. 23, de modo geral, e nos arts. 211 e 214, de maneira mais especificamente relacionada à esfera educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também não ignora o tema e trata, em todo o Título IV, de diretrizes para a atuação colaborativa e cooperativa entre os entes federados, os sistemas de ensino, as escolas e os educadores.

No Plano Nacional de Educação em vigor, por sua vez, também há inúmeras referências à necessidade de que haja sinergia na atuação educacional, bem como, no art. 13, há definição de prazo específico para que o poder público institua, em lei específica, o Sistema Nacional de Educação. Esse prazo era de dois anos a partir da publicação do plano, ou seja, o Sistema Nacional de Educação deveria ter sido regulamentado até 2016. De lá para cá, já se passaram cinco anos.

Louvamos, assim, a iniciativa do nobre Senador Flávio Arns, que visa a equacionar uma importante questão da educação brasileira, por meio da apresentação do PLP nº 235, de 2019, que apresenta, em suas linhas gerais, pertinência com as necessidades do País e sinaliza alternativas viáveis e consistentes para encarar os desafios apresentados pela educação brasileira. Destaco, ainda, o foco na autonomia dos entes federados, no acesso universal e inclusivo à educação, em todos os níveis, etapas e modalidades, no financiamento necessário ao cumprimento das metas de acesso e permanência com qualidade e na valorização dos profissionais da educação.

Da data de apresentação do PLP até hoje, entretanto, houve um interessante acúmulo de contribuições sobre o tema, que indicam a necessidade de realizar alterações nessa proposição, a fim de melhor articulá-la às discussões e aos eventuais consensos já construídos.

Vale citar, a respeito desse assunto, a oitiva das organizações da sociedade civil acerca do tema; as discussões ocorridas no âmbito da Frente Parlamentar Mista da Educação; o relatório preliminar ao PLP 25, de 2019, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, apresentado pelo Deputado Idilvan Alencar; bem como a Nota Técnica de nº 25, de 2020, do Inep, homologada pelo MEC por meio da Portaria nº 338, de 27 de maio de 2021; e, por fim, já destacada por V. Exa., Sr. Presidente, a sessão temática realizada no âmbito do Senado Federal, presidida por V. Exa., que trouxe uma contribuição importante e fundamental para a elaboração desse relatório. Agradeço, mais uma vez, a V. Exa.

Propomos, dessa forma, uma nova organização para o PLP, aproveitando, evidentemente, as contribuições do autor, Senador Flávio Arns. Essa nova organização, que oferecemos para discussão e aprimoramento dos nobres Parlamentares, visa a abordar alguns aspectos que unem o caminhar das discussões e dos entendimentos acerca do Sistema Nacional de Educação. Trata-se, enfim, de contemplar a complexidade e a densidade do tema da instauração de um sistema nacional de educação no Brasil, a partir de uma perspectiva de construção coletiva.

É importante, nesse sentido, instituir comissões entre gestores, para que possamos planejar e implementar de forma colaborativa programas, projetos e ações de forma compartilhada. Assim, incluímos no texto a Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite), em âmbito nacional, e as Comissões Bipartites de Educação, que são as Cibes – que vamos começar a tratar a partir de agora –, em âmbito estadual. A ideia é que essas instâncias de pactuação federativa sejam espaços de discussão e de construção conjunta pelos gestores dos entes federados, de forma a contribuir para que políticas públicas sejam planejadas e implementadas a partir de uma abordagem sistêmica e efetivamente produtiva. Em outras palavras, as instâncias de pactuação federativa são o alicerce a partir do qual poderão ser construídos edifícios sólidos, em termos de ação colaborativa e cooperativa.

A Cite é composta paritariamente por gestores representantes dos três níveis de governo, da seguinte forma: cinco representantes da União e cinco suplentes, indicados pelo Ministério da Educação, que presidirá a Comissão; cinco representantes dos Estados e cinco suplentes, sendo um de cada região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do País, indicados pelo Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (Consed); cinco representantes dos Municípios e cinco suplentes, sendo um de cada região do País, indicados pelo Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

À Cite caberá exercer as atribuições estabelecidas para a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além disso, a Cite deverá pactuar uma série de aspectos importantes e fundamentais para a educação brasileira, dentre os quais citamos, a título de exemplo: assistência técnica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; contrapartidas, por parte desses entes, à assistência técnica e financeira da União; fatores de ponderação por etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino do Fundeb; parâmetros nacionais de qualidade e de acesso para todas as etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica pública; diretrizes e metodologia para a formulação do Custo Aluno-Qualidade.

Em adição, cabe à Cite fixar cronograma de repasses e sistema de monitoramento do cumprimento das contrapartidas e propor alterações dos critérios praticados pelo Ministério da Educação em programas e ações existentes anteriormente a esta lei complementar.

A mesma Cite, na proposta substitutiva ao PLP nº 235, de 2019, que apresentamos, deverá abrigar uma câmara técnica, denominada Câmara de Apoio Normativo (CAN), que vem a ser uma instância consultiva nacional de negociação e pactuação, entre representantes dos órgãos normativos dos sistemas de ensino dos três níveis de governo, de diretrizes nacionais normativas para a educação.

A CAN é composta por representantes das instâncias normativas também dos três níveis de governo, da seguinte forma: cinco representantes do Conselho Nacional de Educação; cinco representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, indicados pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação; cinco representantes dos Conselhos Municipais de Educação, indicados pela União dos Conselhos Municipais de Educação.

A CAN tem, nos termos do substitutivo que apresentamos, as seguintes atribuições: prestar assessoria técnico-normativa à Cite; discutir e contribuir no processo de elaboração de diretrizes nacionais pelo CNE (Conselho Nacional de Educação); apoiar o desenvolvimento de mecanismos de implementação das diretrizes nacionais nos sistemas federal, distrital, estaduais e municipais de ensino; desenvolver mecanismos de fortalecimento dos conselhos de educação estaduais e municipais de ensino; apresentar propostas para a elaboração de diretrizes complementares no âmbito dos respectivos conselhos de educação.

As CIBEs, compostas paritariamente por gestores representantes dos governos estaduais e dos respectivos governos municipais, terão a composição da seguinte forma: cinco representantes do Estado e cinco suplentes, dentre eles, o secretário estadual da educação, que presidirá a Comissão; cinco representantes dos Municípios do Estado e cinco suplentes, titulares das secretarias municipais de educação indicados pelo presidente seccional da Undime do Estado.

As CIBEs terão atribuições relacionadas à pactuação de aspectos tais como: planejamento regional da política educacional do Estado e de seus Municípios; diretrizes para o fortalecimento da capacidade institucional dos Municípios; capacidade técnica e financeira do Estado aos Municípios, respeitada a autonomia de cada ente federado; contrapartidas dos Municípios à assistência técnica e financeira do Estado; parâmetros, metas e contrapartidas para a realização de transferências voluntárias pelo Estado, respeitando-se a autonomia de cada ente; repartição da oferta do ensino fundamental entre o Estado e seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Municípios; realização de compras regionais, mediante sistema de registro de preços em escala estadual; procedimentos para cessão, doação e permuta de infraestrutura escolar, móveis e servidores públicos, a partir de diretrizes estabelecidas na Cite; elaboração de diretrizes e estratégias para a seleção e formação de gestores escolares; e, por último, cálculo do Custo Aluno-Qualidade no âmbito estadual, a partir de metodologia pactuada na Cite.

Em relação ao financiamento, além de estabelecer algumas diretrizes para o financiamento da educação superior, tratamos com bastante cuidado da questão da regulamentação do §7º do art. 211 da Constituição Federal, que passou a prever, conforme a Emenda Constitucional 108, de 2020, que o padrão mínimo de qualidade do ensino deverá considerar as condições adequadas de oferta e deverá ter como referência o Custo Aluno-Qualidade, pactuado em regime de colaboração, na forma disposta em lei complementar.

O CAQ é, assim, nos termos deste PLP, a expressão do valor nacional por aluno necessário a cada ano, em cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino, à garantia do referido padrão mínimo de qualidade, que deverá orientar a distribuição de recursos financeiros, no âmbito do Sistema Nacional de Educação. Em adição, a definição do CAQ deverá considerar o orçamento público anual de cada ente federado e as necessidades e especificidades locais.

Os insumos previstos no CAQ deverão estar relacionados a dimensões como as seguintes: estrutura física, tecnológica e de pessoal das escolas e das redes públicas de educação básica; estrutura das carreiras docentes dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com gestão democrática; programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, dentre outros; e indicadores de gestão, que, por sua vez, deverão atender à estrutura dos planos de carreira estaduais e municipais e a eficiência das redes estaduais e municipais de ensino.

Vale ressaltar que a perspectiva adotada no substitutivo para o CAQ foi construída a partir das contribuições, entre outras, da Nota Técnica nº 22, de 2020. A perspectiva é, assim, a de entrelaçamento entre as diretrizes para aplicação dos recursos do Fundeb e o estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade. Dessa forma, podemos definir que o CAQ de âmbito nacional, a ser pactuado na Cite, a partir de estudos e simulações realizadas pelo Inep, deve levar em consideração não somente indicadores de vulnerabilidade social, mas também os fatores de ponderação previstos no âmbito do Fundo.

Esse CAQ deve ser progressivamente estendido para todo o País, equalizando o CAQ em âmbito estadual, a ser pactuado em cada Comissão, a partir das especificidades de cada Estado e da matriz de referência proposta pela Cite. Para que essa equalização progressiva seja efetivada, a União deverá transferir complementação adicional ao Fundeb, a todos os entes federados que não alcançarem, em cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento, o valor do CAQ estadual.

A referida complementação da União deverá ainda considerar os recursos já distribuídos obrigatoriamente pela complementação da União ao Fundeb, nos termos da legislação específica, bem como os demais recursos distribuídos aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino e para os programas suplementares de apoio ao estudante da educação básica em todo o País.

Ainda com vistas a harmonizar a execução do CAQ à Lei do Fundeb, o PLP propõe a substituição, nessa lei, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade pela Cite, que passará a tratar das atribuições da antiga Comissão.

Também achamos importante prever dispositivos para tratar da avaliação da educação nacional, prevendo que, para assegurar a oferta educacional, integram-se ao Sistema Nacional de Educação, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O Sinaeb será realizado com intervalo de no máximo dois anos e, também com essa periodicidade, deverão ser produzidos indicadores de rendimento escolar e de avaliação institucional, a fim de subsidiar a tomada de decisão e a implementação das políticas públicas pertinentes.

O Sinaes, por sua vez, ao promover a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes do ensino superior, deverá assegurar avaliação institucional, o caráter público de todo o processo, o respeito à identidade e à diversidade das instituições e também dos cursos, bem como a participação da comunidade escolar e da sociedade civil.

Finalmente, a fim de manter a organicidade do sistema, garantindo a representatividade em todas as instâncias, achamos por bem atualizar o art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, trazendo mais atores para a arena de discussões do Conselho Nacional de Educação, que estamos propondo.

Em síntese, pensamos que, por meio dessas modificações no PLP em análise, contribuiremos para a construção de um Sistema Nacional de Educação que reflita efetivamente o pacto federativo concebido pelos Constituintes originários. Essa perspectiva do texto constitucional considera que a divisão de responsabilidades, sem prejuízo da autonomia, deve ser entendida a partir de uma dimensão sistêmica, em que se pense o País como um todo, sem desconsiderar as necessidades específicas de cada ente federado, sistema de ensino e escola, e se adotem parâmetros compartilhados de tomada de decisão e de implementação de programas, projetos e ações, bem como de utilização dos respectivos recursos financeiros.

Dessa forma, a educação passa a ser realmente assunto de Estado, e não apenas de governo, e finalmente será possível tornar o Brasil um país em que todos os brasileiros, estejam onde estiverem, terão assegurado o direito constitucional à educação de qualidade.

Tenho certeza de que, com essa proposta e com a aprovação desta importante matéria, estaremos todos fazendo história e fazendo com que a educação brasileira possa ser diferente e zelar pela qualidade.

Por último, Sr. Presidente, tendo dito tudo isso com esse enorme relatório, quero finalizar dizendo que, mediante todo esse exposto, nós votamos, com louvor, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, nos termos do substitutivo que apresento. E aproveito para cumprimentar o Senador Flávio Arns, autor dessa proposta; quero cumprimentar e enaltecer o trabalho e o apoio oferecido pelo Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, e a contribuição também, sempre permanente e consistente, do Senador Izalci Lucas, que auxiliou na elaboração desse relatório.

Dito tudo isso, finalizo a minha fala com uma citação do grande educador Anísio Teixeira, que diz, abro aspas: "Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara as democracias. Essa máquina [que prepara a democracia] é a da escola pública [brasileira]".

Era esse o relatório, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabenizando V. Exa. pelo brilhantismo do relatório de matéria tão importante, passamos, então, à discussão da matéria.

Encontra-se inscrito para discutir a matéria o Senador Esperidião Amin. Ele está *online* aí, está ligado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que estou sendo ouvido já.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está sendo ouvido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar os Senadores, na pessoa da Senadora Leila Barros, do Senador Flávio Arns e posso vislumbrar aqui, além de V. Exa., o Senador Dário Berger, com quem já tinha estado na primeira parte da reunião.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Flávio Arns pelo seu trabalho muito oportuno, muito importante – que merece não apenas o meu aplauso, mas certamente o voto favorável nesse início da sua tramitação –, e também de cumprimentar o meu coestaduano Senador Dário Berger pelo excelente trabalho, pelo excelente relatório, pelo substitutivo que apresenta, que é um marco para o trabalho da nossa Comissão, especialmente neste período em que voltamos ao regime semipresencial. Creio que é o primeiro grande trabalho em matéria de estruturação, de redefinição de responsabilidades do nosso sistema educacional.

Por isso, além de votar favoravelmente – já antecipo meu voto –, quero reiterar este cumprimento muito especial a ambos, ao quarto Senador de Santa Catarina, Flávio Arns, e ao Senador Dário Berger, que é um legítimo Senador catarinense. Só não incluo a Senadora Leila Barros porque ela ficou devendo a visita a Itapema. Mas estão todos incluídos. E o Senador Marcelo Castro já conquistou isso porque eu dei o primeiro passo permanecendo no seu Estado durante seis meses e meio, em 1974, organizando a Telepisa. Então, eu tenho crédito lá. E saí de lá, Senadora Leila Barros, por uma ingratidão circunstancial, com hepatite, em uma enchente no Piauí. Você imagina que eu sou um predestinado, não é?

Um grande abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Esperidião Amin, espirituoso como sempre!

Passo a palavra ao próximo inscrito, o nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. por ter pautado essa matéria tão importante.

Quero cumprimentar também o autor, o Senador Flávio Arns, que é um lutador da educação, e cumprimentar o meu querido Relator, amigo, o Senador Dário Berger, que foi Presidente desta Comissão e sabe da importância desse tema.

É evidente que já deveríamos ter aprovado isso já há algum tempo. Eu participei disso ativamente, viajei este País todo discutindo o Plano Nacional de Educação, que ficou muito nas intenções, um plano de intenções, exatamente porque não se criou uma obrigatoriedade com alguma penalidade, alguma lei de responsabilidade. Então, fazer ou não fazer não teria nenhuma implicação, a não ser o prejuízo dos alunos. Então, como foi dito aqui no texto, desde 2016, já era para ter tratado desse assunto – já são cinco anos –, e, a cada minuto que nós perdemos neste País com a educação, o prejuízo é imenso.

Eu vejo que nós estamos estruturando um sistema nacional para definir bem essa relação entre Estados e Municípios, porque nós temos uma Constituição que dá realmente não só a prerrogativa, mas também a autonomia a Estados e Municípios. Então, esse plano nacional é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É lógico, o texto está bacana, muito bom, mas temos talvez que aperfeiçoar alguma coisa em termos de ensino superior, porque, com a aprovação do novo ensino médio, em que, a partir do ano que vem, é obrigado a oferecer o itinerário profissional... Eu, particularmente, tive o privilégio, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia, de trazer para a secretaria a educação profissional. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se existe alguém que faz educação profissional neste País, chama-se Sistema S: Sebrae, Sesi, Senac.

Nas escolas públicas tradicionais, a não ser os IFBs, que são os institutos federais, que são excepcionais, que têm uma estrutura e um plano de carreira muito semelhante ou bem próximo das universidades e que, então, funcionam bem, com boa estrutura... Mas as escolas normais, regulares, sejam as estaduais, sejam as municipais, carecem de muita infraestrutura, carecem, inclusive, de uma formação profissional. Não adianta, educação profissional não se faz com teoria; educação profissional se faz com prática.

Nós temos um exemplo aqui – lamentavelmente, estão tentando acabar com ele, que é uma referência nacional –, que são os nossos cursos de Medicina, de Enfermagem e de Nutrição, que são do GDF e foram criados por Jofran Frejat. Os professores do curso de Medicina, de Enfermagem e de Nutrição são os professores da rede pública de saúde. Então, os alunos estão lá no hospital no primeiro semestre, o que deveria acontecer, da mesma forma, com a educação e com outros, como segurança etc. Agora, não, o GDF está fazendo uma... Aprovaram uma universidade distrital, abriram concurso, e isso vai passar para a Secretaria de Educação. Então, vai voltar ao que não funciona normalmente.

Então, eu vejo assim: talvez, nesse aspecto do ensino superior, a gente tenha que aperfeiçoar no Plenário alguma coisa para fortalecer isso.

Eu andei por este País todo, inclusive bastante lá no Piauí, Marcelo Castro. Você sabe que, antes do Plano Real, quem definia, no caso de escola particular, preço, reajuste... Tudo era definido pelo próprio Governo. Quando veio o Plano Real, que deu liberdade, então eu, como contador e especialista na área de custo, fiz exatamente uma planilha do Custo Aluno-Qualidade, que é adotada desde 1997. Em 1995, a gente já tinha isso, no Plano Real. Então, o Custo Aluno-Qualidade é fundamental. Não se faz educação de qualidade se não houver o mínimo de estrutura, orçamento e recurso para algumas atividades.

Eu, sinceramente, fico muito triste, porque estou andando por este DF todo – no Brasil, também não é diferente –, e não há mais nas escolas uma perspectiva, uma esperança de que, estudando ali naquela escola, o aluno vai ter oportunidade, vai ter emprego. Hoje, para trazer de volta esse aluno que se afastou pela pandemia e que ficou dois anos sem estudar nada – no Brasil, essa pandemia trouxe uma luz para as desigualdades, e a gente percebeu agora que elas são imensas –, a gente vai ter que pagar para o aluno estudar, porque senão ele não vem, porque ele não vai deixar o bico que conseguiu. Não há laboratório de ciências, não há banda larga. Muitas escolas não têm banheiro, não têm água potável. Então, a gente precisa dar um pouco mais de atenção à educação.

Eu fico triste porque, na última pesquisa que eu vi, entre as nove prioridades não aparece a educação, como se a população estivesse satisfeita com a educação. Saúde mata na hora, muita gente está morrendo – a pandemia matou mais de 600 mil pessoas; aqui em Brasília, mais de 10 mil, quase 11 mil –, mas a educação mata a geração toda. Então, às vezes, eu fico assim... Eu sou da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a gente vê aí que mudou tudo agora. Agora, as máquinas fazem tudo, e a gente não preparou esse nosso aluno para o mundo real, atual. Então, a gente tem que introduzir robótica e laboratório e não esquecer que educação, cultura e esporte fazem parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessas Comissões aqui... Eu perguntei outro dia ao Ministro quantas vezes ele falou com o Ministro da Cultura ou com o Secretário de Cultura, porque não existe mais Ministério de Cultura ou Esporte. Nunca se falaram!

É lógico que a política tem que ser de Estado! A política de governo já é muito ruim, porque cada governo que entra acaba com tudo! Aqui em Brasília, nós estamos no quinto Secretário de Educação – quinto! –; na Saúde, é o sexto. Como implementar uma política pública de Estado se já estamos no quinto secretário em três anos, praticamente um por semestre?

Então, eu vejo assim: é fundamental a implantação do CAQ (Custo Aluno-Qualidade). Nós já tínhamos definido no Plano Nacional de Educação a implantação do CAQi, o inicial, para depois implantar o Custo Aluno-Qualidade. Vamos ter que agora atropelar e votar mesmo.

É mais um avanço, mas eu vejo que a gente precisa focar muito, no mundo real, a educação profissional. Eu estou vendo os jovens... No Brasil, nós não chegamos ainda a 10% dos jovens no curso técnico. No mundo todo, os países desenvolvidos já ultrapassaram, em média, 60%; há países com 70% dos jovens fazendo curso técnico. A gente precisa aperfeiçoar um pouco mais, no sentido de dar mais respaldo para a educação profissional, porque ela será fundamental agora, porque esse jovem que está aí, que saiu da escola, está desempregado, não consegue fazer uma universidade, não tem profissão, está fazendo um bico e, dificilmente, volta para a escola.

Há outra coisa que já falei com o Ministro algumas vezes: nós lançamos o Fies e o Prouni. Com o Fies, Senador Marcelo, o jovem entra na faculdade para fazer um curso de Administração ou de Economia – é um financiamento –, sai da faculdade, não consegue emprego, fica desempregado. Ele começa a carreira dele já no Serasa. Então, já corta para o jovem a expectativa dele ali.

Então, a gente precisa induzir também... Eu tenho uma PEC tramitando há muito tempo com relação a isso. Se estão faltando engenheiros, se estão faltando médicos, se estão faltando professores de Matemática, Química e Física, você tem que dar o Fies ou o Prouni para esses cursos, que é a demanda do mercado. Então, aqui é preciso também fortalecer essa aproximação com o mercado. Eu vi e vejo muitas escolas e até faculdades também preparando o jovem para um mercado que não existe mais. Então, se não estiver em sintonia direta, absoluta e atualizada – hoje o conhecimento muda todo dia –, a gente também vai formar um jovem desconectado do mercado.

Então, acho importantíssima essa matéria. Vamos encaminhar. E parabenizo o relatório, que está ótimo. Mas, na medida do possível, no debate, talvez no Plenário, discutindo depois na Câmara, a gente possa fazer alguns pequenos ajustes ainda, principalmente na educação profissional e na educação superior.

A educação infantil, como V. Exa. sabe, tinha que ser prioridade total, porque não se constrói a casa pelo telhado, como é feito hoje. Oitenta por cento dos recursos estão em nível nacional. A União, que tem poder, cuida do ensino superior, e o Município, que está quebrado, cuida das creches. Por isso ninguém constrói creche.

Eu vi agora – fiz uma audiência pública recentemente na Comissão Senado do Futuro – que 74,7% dos meninos são alfabetizados com oito anos. O que está previsto no Plano Nacional de Educação? Até oito anos, a criança tem exatamente o melhor momento para aprender, cognitivamente, e mesmo a coordenação motora... É nesse período... E aqui, não! No Brasil, começa-se a alfabetizar aos oito anos, a criança é mal alfabetizada e carrega para o resto da vida essa questão.

Então, acho que a gente trabalhou bem o Fundeb. Acho que todos nós, aqui, ajudamos a formar um Fundeb prestigiando a educação infantil e também a educação profissional. Talvez, a gente tenha que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agora dar uma força maior para eles, na educação infantil e profissional, no sentido de a gente cuidar mais dessas crianças e desses jovens que estão aí.

Parabenizo V. Exa.

Parabenizo o Presidente, por ter pautado isso, e o meu querido Arns, que é o autor dessa proposta.

Tenho certeza de que, na Câmara, nós vamos chegar a um acordo também, porque lá também há proposta nesse sentido, mas o importante é aprovar rapidamente essa matéria.

Então, parabenizo V. Exa. e, evidentemente, já peço aqui o apoio total para esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. pede a palavra, Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente, rapidinho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só um instante!

Senador Izalci, V. Exa. poderia assumir a Presidência aqui por um instante? (*Pausa.*)

Eu lhe agradeço.

V. Exa. tem a palavra, nobre Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero só colaborar com a discussão e receber de braços abertos as sugestões oferecidas pelo Senador Izalci, porque o objetivo meu e de todos nós que construímos o relatório juntos é construir um relatório muito próximo do consenso, porque, se isso não acontecer, Senador Izalci, ele não vai ter praticidade, e, se ele não tiver praticidade, todo o trabalho que nós estamos fazendo neste momento será em vão, de maneira que as sugestões de V. Exa. são muito bem-vindas. Eu conheço a paixão que o senhor nutre pela educação e também acho que a educação é o início, o meio e o fim da nossa existência como seres humanos, porque nós somos avaliados, e as oportunidades surgem para nós de acordo com o nosso preparo, com a nossa condição e com a nossa formação.

Portanto, o relatório está aberto. Nós temos ainda esse tempo, esse interregno entre a discussão de Plenário, entre a discussão na Comissão de Constituição e Justiça, em que o Senador Marcelo Castro gostaria de que a matéria passasse. A minha intenção era levar direto para o Plenário isso, porque esse é um tema que já está consolidado no âmbito do Senado Federal e dos educadores de todo o Brasil. Nós procuramos discutir com todos os segmentos da sociedade que contribuíram para a formação desse relatório, porque a nossa expectativa não é outra senão a de que ele tenha praticidade e possa trazer os resultados necessários de integração, de estratégia, de cooperação mútua entre os Estados, os Municípios e a União.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu aprendi, Senador Dário, que o ótimo é inimigo do bom. Vamos para o bom em busca do ótimo.

Passo aqui ao próximo orador, que é o autor da proposta, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., em primeiro lugar, Senador, amigo, batalhador da educação, da Frente Parlamentar Mista da Educação. É uma alegria o fato de V. Exa. estar presidindo também a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar, em primeiro lugar também, que o Senador Marcelo Castro, como Presidente da Comissão, já no início deste ano, considerou a aprovação do Sistema Nacional de Educação como uma das grandes prioridades estruturantes da educação. Então, isso é muito bonito e importante.

Quero cumprimentar o Senador Dário Berger e, antes de cumprimentá-lo como Relator, dizer que ele foi o nosso Presidente anterior da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aliás, hoje vice-presidida pela Senadora Leila, que é uma liderança extremamente estimada e atuante no Senado Federal. O Senador Dário Berger, na sua gestão, colocou o Fundeb e o Sistema Nacional de Educação como prioridades. O Brasil deve muito ao Senador Dário Berger, porque o Fundeb foi a política pública do ano da Comissão.

Além disso, foram realizadas cerca de 15 audiências públicas na Comissão sobre o tema e uma grande articulação da nossa Comissão com a sociedade – aliás, como está acontecendo hoje – e também com a Câmara dos Deputados. Nesse sentido, a gente tem muito a agradecer ao Senador Dário Berger, ao Senador Marcelo Castro, a V. Exa., Senador Izalci Lucas.

Quero dizer ao Senador Dário Berger que eu concordo. Eu fui o autor da proposta, mas o substitutivo à proposta original está muito bem elaborado, foi fruto de um amplo debate com a sociedade, de audiências públicas, discussões, orientações e procurou-se chegar a um consenso. Inclusive, eu quero dar só um exemplo, porque, quando o projeto de lei foi apresentado, foi anterior à aprovação do Fundeb. E, lá no Fundeb, nós aprovamos a introdução na Constituição do conceito, por exemplo, do CAQ. Então, coisas aconteceram depois.

O substitutivo está muito bem elaborado. O Senador Dário Berger mostrou a importância do sistema nacional para articular, cooperar, colaborar, pactuar também bastante no nível nacional. Que haja o Governo Federal e governos estaduais e municipais pactuando, discutindo, colocando metas, buscando caminhos, porque o sistema nacional aponta essencialmente caminhos para que haja a implementação daquilo que foi decidido, inclusive, no Plano Nacional de Educação. Nos Estados, que os Estados se reúnam com os Municípios para, em conjunto, organizarem o que deva ser feito. E, nos Municípios, que os Municípios se encontrem com as famílias, com os alunos, com os profissionais para que isso também aconteça.

A gente sabe que a educação é uma responsabilidade do poder público nas três esferas e também das famílias e da sociedade. Nesse sentido, esta articulação, pactuação, gestão compartilhada, colaboração, todos esses substantivos e verbos positivos estão em relação ao projeto.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Dário Berger pelo substitutivo amplamente discutido. Claro que a gente sempre pode melhorar. A LDB foi aprovada em 1996, já faz 25 anos. E quantas mudanças todos nós colocamos à medida que os fatos vão se sucedendo, novas realidades acontecendo? As coisas vão mudando também e a gente vai modernizando, alterando, adequando a legislação existente, mas a gente pede que isso seja aprovado.

Eu faço um apelo, Senador Marcelo Castro, para que agora esse relatório possa ir para o Plenário, porque ele significa, sim, como Senador Dário Berger colocou, o consenso possível.

Eu penso que não há necessidade de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, porque nós temos também, além de tudo, essa urgência. Então, eu pediria que fosse aprovada essa urgência de encaminhamento ao Plenário, porque é um relatório muito bom, muito adequado, muito competente e vai ser, assim, um objetivo importante a ser alcançado pela sociedade através da nossa Comissão, de V. Exa. e da Senadora Leila.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição sempre importante de V. Exa.

Vamos ao próximo Senador inscrito: Senadora Leila Barros.

Com a palavra a nobre Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

Bem, sobre a matéria, o PLP 235, eu quero dar meus parabéns ao Senador Flávio Arns, que foi também aniversariante nesta semana aqui na Casa. Então, que presente! Nós é que deveríamos dar o presente para o senhor, e o senhor é que o está dando, não só para nós, mas para o Brasil, Senador. Parabenizo o senhor e parabenizo também o Relator, Senador Dário Berger.

Realmente, como o Senador Esperidião Amin falou, é um marco. Eu acho que esse projeto, aprovado na CE e com o apoio de todos os Senadores para encaminhamento ao Plenário, é uma grande resposta, meus amigos, para toda a sociedade. Num momento que, se Deus quiser, nós estamos vivendo de pós-pandemia – a gente sabe que vários setores afetados, e a nossa educação claramente foi afetada –, nós apresentarmos um projeto que institui o Sistema Nacional de Educação, uma reestruturação com responsabilidades no nosso sistema, é maravilhoso, Senador!

Então, em nome de todos os Senadores que compõem esta honrosa Comissão, eu quero parabenizar o senhor, o Relator e também o nosso Presidente por ter tomado essa iniciativa, que é muito importante para o futuro do nosso País, afinal de contas a educação é uma pauta importante para todos nós nesta Casa. Então, estou muito feliz! E o que o Senador Esperidião falou é muito certo: é um marco; um marco da CE, um marco do Senado Federal, dando essa resposta à sociedade.

Parabéns a todos!

Quero aproveitar também, rapidamente, Sr. Presidente... Acho que todos aqui da Comissão estão acompanhando essa crise no Inep – eu fiz um pronunciamento nesta semana – com a saída de mais ou menos 29 coordenadores. Estou fazendo um requerimento e vou apresentá-lo à Mesa do Plenário para fazermos uma auditoria, pedirmos uma auditoria ao TCU, em especial relativamente à questão da parte operacional. A gente tem visto uma dificuldade de redução de orçamento, a crise dentro do próprio quadro de servidores da Casa, enfim, muitos questionamentos com relação à gestão. Então, eu peço a todos que nos ajudem, dando apoio a esse requerimento, que eu acredito que vai ser muito importante para entendermos a real situação daquela autarquia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila. Nós é que agradecemos a participação de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – São duas coisas.

Primeiro, eu assinei... (*Fora do microfone.*) E há um requerimento assinado também por V. Exa. e pelo Relator, para que a gente possa, de fato, votar para ir direto para o Plenário.

Segundo, eu acabei de aprovar na Comissão Senado do Futuro agora – e convido todos para participarem – um requerimento exatamente chamando e convidando aqui o Presidente do Inep. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila fez um pronunciamento ontem, e a gente fez um debate também na Frente Parlamentar Mista. Então, nós, os membros da Frente Parlamentar Mista de Educação, estamos chamando o Presidente do Inep, para a gente justamente discutir essa questão, que é uma questão gravíssima, como foi colocado pela Senadora Leila, com relação aos alunos que vão fazer agora, nos próximos dias, a prova do Enem, e vários pediram demissão nesse momento.

Então, deve acontecer, na terça-feira de manhã, essa audiência, na Comissão Senado do Futuro, para tratar desse assunto, com a presença do Deputado Israel e também do Presidente do Inep.

Eram só essas considerações, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero concordar com V. Exa.

Não havendo mais oradores inscritos para discutir a matéria, eu quero fazer só aqui um pequeno comentário, porque, na linha aqui do nobre Relator Senador Dário Berger, eu entendo que este hoje é talvez, muito provavelmente, o dia mais importante de 2021 na questão da educação. Então, é um dia histórico, é um passo gigantesco que nós estamos dando em favor da educação pública brasileira.

E faço uma homenagem aqui ao Senador Dário Berger, que, há praticamente dois anos, se dedica a essa causa, a esse tema. Já fez, se não me falha a memória, o terceiro relatório, muitas audiências públicas – uma das quais e tive a honra de presidir; ao Senador Izalci Lucas, que tem ajudado, colaborado, sempre muito atuante nessa área da educação, da ciência, da tecnologia, é um dos guias que nós temos aqui, no Senado Federal; e uma homenagem especial aqui ao Senador Flávio Arns, que foi o autor da proposição, que é, entre todos nós, aquele mais dedicado, mais atento, mais cuidadoso com as questões da educação do nosso País.

E nós vimos avançando na educação, muito mais lentamente, Senador Izalci Lucas, do que a sociedade; a realidade nos cobra, mas vimos avançando. A criação do Fundef, no Governo Fernando Henrique, ampliou muito a oferta de vagas nas nossas escolas. Então, nós avançamos em termos de quantidade. No ano passado, houve um dia importantíssimo para a educação do Brasil: nós aprovamos o Fundeb, por unanimidade, aqui no nosso Senado. Eu acho que foi um grande marco nós o tornarmos permanente na Constituição, dobrarmos os recursos do Fundeb. E agora, com a aprovação do Sistema Nacional de Educação, eu entendo que são passos decisivos que nós estamos dando no sentido da melhor qualificação. Então, se anteriormente nós tínhamos uma preocupação com a quantidade, agora nós temos a preocupação dobrada: além da quantidade, com a qualidade da nossa educação.

E o Senador Izalci pontua muito bem puxando a questão dos cursos profissionalizantes, o ensino profissionalizante. Isso é necessário. A alavancagem importante de qualquer país é a pessoa terminar o seu ensino básico, o seu ensino médio, com uma profissão, porque, com essa profissão, ele tem a probabilidade de conseguir um emprego até para custear os seus estudos futuros. Isso não é um impedimento. Não há uma oposição entre o curso profissionalizante e a universidade; pelo contrário, uma coisa puxa a outra.

Não é sempre bom a gente falar de exemplos pessoais, mas, no meu caso, eu trabalho desde os 16 anos de idade. E, em todo o período em que eu cursei universidade e pós-graduação, eu trabalhava paralelamente para manter os meus estudos. E, como no meu caso, são milhões de brasileiros que fazem assim. Então, creio que nós estamos dando aqui passos muito decisivos para nós termos uma educação de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é um dia importante nesta Comissão. Quis o destino que eu estivesse aqui à Presidência, neste momento tão glorioso para a educação do País, presidindo aqui esta Comissão, que foi tão bem presidida pelo que me antecedeu, o Senador Dário Berger.

Então, quero aqui parabenizar todos os membros da Comissão e dizer que nos resta agora acelerar. Estamos fazendo isso paralelamente também na Câmara dos Deputados, onde tramita projeto muito semelhante ao nosso aqui. Nós estamos em harmonia, todos trabalhando em favor do interesse comum, de uma educação melhor, e, com certeza, nós iremos alcançar esse objetivo – no ano passado, o Fundeb e, neste ano, o SNE. E aí, sim, vamos ficar atentos e trabalhar para a implementação dessas políticas públicas.

A pergunta, Senador Dário Berger, que nos cabe é: por que isso ainda não foi feito? É uma coisa tão simples, tão óbvia! V. Exa. deu um exemplo aí: há uma escola pública municipal numa rua e, na mesma rua, há uma escola pública estadual; elas não têm integração, elas não se comunicam, são estanques, são separadas, são dissociadas; uma tem falta de alunos, a outra tem excesso de alunos.

Ora, o poder público é um só. A fonte que sustenta o poder público é uma só, são os contribuintes. Então, tem que haver uma harmonização, tem que haver uma interação, tem que haver uma integração, tem que haver uma sinergia de esforços, como há, por exemplo, no SUS. Quer dizer, o Sistema Nacional de Educação que nós estamos criando, inclusive com a Cite e com a Cibe, com a participação de todas as regiões do País, é um modelo que já está consagrado, o do SUS, que com todas as dificuldades, com todas as mazelas, é um sistema que funciona. Imagine se o Brasil não tivesse o SUS e se nós tivéssemos que voltar ao anterior a isso, em que havia os indigentes que não tinham condição nenhuma de ter os meios necessários que nós temos hoje no SUS.

Nós já criamos o SUAS, já criamos o Susp, que são sistemas integrados de assistência social e de segurança pública, e agora, tardiamente – mas antes tarde do que nunca –, estamos criando o Sistema Nacional de Educação.

Quero parabenizar aqui a todos, mas muito especialmente o Senador Dário Berger, que se dedicou a isso com muita competência, com muita dedicação, com muito carinho, com muita atenção, com a consciência da responsabilidade gigantesca que é criar um sistema deste, importante para o Brasil, num projeto que foi apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Sendo assim, declaro encerrada a discussão...

Pois não, Senador Dário Berger, com a palavra V. Exa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – Presidente, quero fazer dois registros.

Primeiro, é o de que a participação de V. Exa. para nós chegarmos até este momento de aprovar o projeto que estabelece o Sistema Nacional de Educação foi efetiva tanto na tramitação do projeto quanto no seu conteúdo. Tanto V. Exa. quanto o Senador Izalci e o Senador Flávio Arns emprestaram as suas inteligências, os seus preparos, os seus conhecimentos, as suas experiências e foram consultores sistemáticos da elaboração do relatório final. Então, eu queria fazer um agradecimento todo especial. Assim, quero parabenizar o Senador Flávio Arns, o nosso professor aqui na Comissão de Educação, uma pessoa extremamente preparada, que tem como prioridade a educação, assim como eu também tenho, e agradecer muito a colaboração e a participação de V. Exa., do Senador Izalci e de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a elaboração final do nosso relatório.

Como eu falei, eu acho que isso será também um marco extremamente importante de política pública, porque agora nós vamos ter mais uma política pública permanente. Há o SUS, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consolidado – eu falei, já se consolidou com a pandemia –; há o Fundeb, que consolida a educação básica deste País e que o Sistema Nacional de Educação integra como uma das políticas públicas mais proeminentes deste País. Então, eu acho que isso é importante e fundamental registrar.

E quero dizer para V. Exa. que encontra-se sobre a mesa de V. Exa. um requerimento de urgência para que pudesse submeter ao Plenário desta Comissão a referida urgência, para que nós pudéssemos encaminhar este projeto direto ao Plenário. Se V. Exa. me der a honra ou der a honra... E me parece que o Senador Izalci também subscreveu, eu também subscrevi e V. Exa. também subscreveu. Consulto V. Exa. sobre se dá para colocar em pauta o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Encerrada a discussão, submeto a matéria à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é o substitutivo do Senador Dário Berger, a matéria, portanto, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há um requerimento de urgência sobre a mesa.

Em discussão o requerimento...

Senadora Leila, com a palavra, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, foi levantada a possibilidade de pedirmos requerimento de urgência para votação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exatamente, eu estou com o requerimento aqui para...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ah! Desculpe! Perdão, Sr. Presidente. É que já estou ansiosa. Aqui nós estamos numa expectativa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Transmissão de pensamento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ótimo! Desculpe, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Há sobre a mesa requerimento de urgência para a matéria.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu declaro encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto será encaminhado para a apreciação do Plenário do Senado Federal.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 25, DE 2021

Requer, nos termos regimentais, urgência ao PLP n. 235, de 2019, que "institui o Sistema Nacional de Educação", nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da Constituição Federal.

Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1501, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece o carnaval do Município de Aracati, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4028, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres"." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado pela emenda nº 1, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5718, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5227, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Cicloturismo." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3682, de 2020 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, o título de Capital Nacional dos Ventos." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5884, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Profissional de Logística." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 21, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Educação Ambiental." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros.. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 24, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Dia Nacional da Educação à Distância, criado pela Lei nº 13.620, de 15 de janeiro de 2018." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 26, de 2021** que: "Requer criação de Grupo de Trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal composto por 4 senadores titulares e 4 senadores suplentes para apurar, esclarecer fatos com relação à crise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e sugerir ações para o funcionamento condizente do Instituto, em especial, no que diz respeito à realização de exames de avaliações e censos." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 27, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei de Cotas - Lei 12.711/2012." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado com a inclusão do Ministério da Educação na lista de convidados. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 28, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4656/2020, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino”. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Frei David, Diretor da Educafro Brasil; • o Senhor José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; • a Doutora Livia Santana, Promotora de Justiça da Bahia; • a Doutora Sheila Carvalho; e um representante do Ministério da Educação (MEC)." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado com a inclusão do Ministério da Educação na lista de convidados. A Senadora Zenaide Maia declara o voto “sim” aos itens 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Esportes da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento dos Avisos do TCU nºs 1.832 e 1.856, de 2021, relativos ao Acórdão do TCU nº 2620, de 2021, que cuida da quarta edição do acompanhamento do Plano Nacional de Educação, com o intuito de averiguar o desenvolvimento do plano, o cumprimento das obrigações nele contidas e os resultados alcançados e a alcançar.

A versão eletrônica dos documentos se encontra à disposição por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

Passamos à deliberação dos itens de nºs 1 a 11.

Ficam retirados da pauta os itens 6 e 8, a pedido dos seus Relatores.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 2018
- Não terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Eliziane Gama
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 5884, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação.
Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*)

Com a palavra o Sr. Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria pedir a V. Exa. que a gente invertesse a pauta com relação ao Requerimento 024, que trata de audiência pública com o objetivo discutir o Dia Nacional da Educação a Distância. Há aqui alguns convidados: o Ministro; a Professora Dorinha; representante do Conselho Nacional de Educação; o pessoal da Anup; do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; da Capes; da Abed (Associação Brasileira do Ensino a Distância); da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância; também do sindicato de São Paulo, Semesp; Cemer; Semerj; Crub; Anec; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Frente Parlamentar Mista da Educação. Também o Tiago, Deputado Federal do Comitê do Ensino Superior da frente; o Ronaldo Mota, Ex-Secretário de Educação a Distância do MEC; e a Melina Klaus, especialista em educação a distância.

É porque eu vou daqui a pouco à Relator da CPI da Chapecoense, de que sou Relator e recomeça hoje. Então, se puder inverter esse requerimento, eu agradeço a V. Exa., já pedindo o apoio para os colegas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Na mesma linha, Presidente, eu também tenho que participar dessa CPI, que, Graças a Deus, vai pelo menos se reunir de novo, pelos motivos óbvios – e até uma parte do relato eu já lhe fiz. Então, se fosse possível antecipar o item 4, que é acho que manso e pacífico...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O relatório já está apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos fazer, então, a inversão do item 11 e do item 4.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sempre gosto mais do onze, mas dessa vez eu até acho que o quatro é cabível. (*Risos.*)

Item 11 da pauta... (*Pausa.*)

Eu vou conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, que a pede. Em seguida, ao Senador Cid Gomes.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

É um comunicado rápido, só para dizer que nós temos, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Subcomissão de Educação na Pandemia, e esta Subcomissão vem se reunindo semanalmente – já foi feita a quarta audiência pública –, toda segunda-feira às 10h. O movimento Todos pela Educação já esteve presente, também a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, a UNE, a Ubes. Nessa última terça-feira, porque segunda-feira foi feriado, estiveram presentes a coordenação nacional da educação escolar no campo, indígena, a Educafro também, para afrodescendentes. E tem sido muito interessante e bom.

A Senadora Zenaide Maia vice-preside a Comissão. O Senador Izalci Lucas esteve presente nessa última terça-feira. O Wellington Fagundes está sempre presente. O Senador Anastasia, a Senadora Maria Eliza, como membros titulares, ela substituindo o Senador Confúcio Moura.

E a ideia, Sr. Presidente, colegas da Comissão, é que a gente continue nesse ritmo até o final do ano, já fazendo o relatório. Tive oportunidade de discutir isso no Ministério da Educação no dia de ontem também, para, no final do ano, nós prorrogarmos essa Subcomissão para que possamos ainda, no primeiro semestre do ano que vem, dar continuidade, sugerir, pensar em alternativas, e junto com a sociedade, com o Executivo federal, estadual, municipal, enfim, fazer um esforço coletivo para trabalharmos no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do que aconteceu, do que foi feito, deixou de ser feito, como é que as coisas estão indo agora, mas principalmente apontar caminhos para o futuro. Quer dizer, em função da pandemia como realmente atendermos bem as necessidades dessa área.

Então eu queria fazer esse relato, Sr. Presidente, enaltecendo o seu trabalho, da Senadora Leila também e de todos os demais membros, e dizer que é um esforço interessante e bom que toda segunda-feira, 10h da manhã, serem só duas pessoas que participem, para que essas duas pessoas tenham a oportunidade de se estender um pouco também na fala e a gente também fazer as perguntas, os comentários, assim como os internautas. Quero destacar aí o papel do Thiago e de toda a assessoria que vêm colaborando e reforçando para que tudo dê certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo as palavras sempre generosas do nobre Senador Flávio Arns, passo a palavra ao nobre Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, era para apelar para que fosse feito pelo menos esse primeiro item da pauta. Eu tenho o privilégio, designado que fui por V. Exa., de ser o Relator. Quero dizer ao nosso querido Amin e ao nosso Senador Izalci que não demorará mais do que três minutos. E insisto, Presidente, só porque hoje é o último dia da entrega das emendas de bancada e acho que, a do exemplo do Piauí, o Ceará tem um impasse e nós estamos meio que em um plantão remotamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – No Piauí, já resolvemos o impasse ontem, nobre Senador. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Pois então, só o Ceará que está nessa agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Então, por conta disso, Senador Amin e Senador Izalci...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é novidade que o Ceará seja diferente.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – ... não durará mais do que três minutos, é um relatório muito sintético de um projeto assim importante...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tranquilo. Eu acho que o Senador Izalci e o Senador Esperidião Amin não objetarão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ontem houve o jogo do Ceará, em Fortaleza, quatro a zero, houve essa confusão aí. Acho que é por isso.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Eu torço para o Guarany, não tenho nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem, Senador.

Então, vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1501, DE 2019
- Terminativo -

Reconhece o carnaval do Município de Aracati, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cid Gomes
Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Eduardo Bismarck.

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Cid Gomes para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Izalci e Senador Amin.

Passo rapidamente à leitura do relatório, que, insisto, será muito breve.

Vem ao exame da Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 1.501, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Bismarck, que é nosso conterrâneo e filho da cidade de Aracati, que reconhece o Carnaval do Município de Aracati, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional.

A proposição contém dois artigos. O primeiro faz o reconhecimento já descrito pela ementa. O segundo prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor discorre sobre a tradição do Carnaval realizado em Aracati, bem como sobre sua importância para o turismo e a economia da cidade.

O projeto foi distribuído para análise exclusiva e terminativa na Comissão de Educação e não recebeu emendas.

Passando à análise.

Nos termos do art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em matérias que versem acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise. Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete também à Comissão de Educação a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor em relação ao PL nº 1.501, de 2019.

A competência concorrente da União para legislar sobre cultura decorre da previsão contida no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal.

É legítima, também, a iniciativa parlamentar, visto que não se trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, conforme disposto no art. 61, §1º, do texto constitucional.

Ademais, a matéria é passível de ser veiculada por meio de lei ordinária, já que a Constituição não exige lei complementar para a disciplina desse assunto.

Ainda, o projeto atende aos requisitos de juridicidade, incluindo a boa técnica legislativa, e de regimentalidade.

No mérito, o projeto igualmente merece acolhida.

A cultura brasileira é marcada por sua diversidade. Em sua defesa, nossa Carta Magna prevê, no §1º do art. 215, o dever do Estado de proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

O Carnaval é uma das festas mais representativas da manifestação de nossa cultura popular, ocorrendo em todos os estados do Brasil, cada qual com suas peculiaridades. Há os carnavais de rua, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seus blocos de foliões (ou bloquinhos, como são conhecidos em Brasília), os desfiles das escolas de samba, os trios elétricos, os bailes de máscaras, o axé, o samba, o frevo e o maracatu, entre outros.

Em Aracati, a tradicional festa de Momo é realizada há décadas, reunindo cerca de 500 mil pessoas em uma única noite, e sua importância para o turismo e a economia da região é crescente. Lá, o Carnaval acontece, principalmente, em quatro distintos palcos: Praia de Majorlândia, Praça da Comunicação, Rua Coronel Pompeu, que é uma rua tradicional, e Rua Coronel Alexanzito, que é a rua mais tradicional da cidade, desde a sua fundação. Nesta última, realiza-se o chamado Carnaval Cultural, visto que a rua integra o centro histórico da cidade, com seus sobrados e casarões portugueses, que remontam à época da colonização.

Aracati, por sinal, conta com expressivo acervo arquitetônico do período colonial de nossa história, tendo sido elevada à categoria de Patrimônio Histórico e Artístico acional pelo Iphan, no ano de 2001. À época, eu estava no Governo do Estado. E é na riqueza desse patrimônio histórico que a festa popular tem lugar todos os anos.

Assim, considerando justo que se reconheça o carnaval desse Município como legítimo representante da manifestação da cultura nacional, passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.501, de 2019.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero que tenha sido breve o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza, nobre Senador Cid Gomes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Como nós temos mais quatro projetos terminativos, eu vou então submeter agora o item 4 da pauta, para a gente poder votar em bloco. A gente ganharia tempo com isso.

Então, vou passar ao item 4 da pauta, de que nós fizemos a inversão.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 5227, DE 2019
- Terminativo -

Confere ao Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Cicloturismo.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Como a Senadora Mailza Gomes não está podendo comparecer, pediu para o Senador Izalci Lucas relatar a matéria. Ele será o Relator *ad hoc*.

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas para ler o seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, é o Projeto de Lei 5.227, de 2019, do Senador Esperidião Amin, que "confere ao Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Cicloturismo".

Eu vou direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O cicloturismo, por definição, é a prática de turismo tendo a bicicleta como principal meio de transporte. É na região do Vale Europeu, localizado no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

praticante encontra terreno fértil para a atividade, que envolve, além das bicicletas, contato com a natureza, interação social, atividade física, turismo ecológico e estímulo a um estilo de vida saudável.

A frequente busca dos visitantes do Vale pela atividade levou ao nascimento do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo. O circuito, cuja criação foi apoiada pelo Clube do Cicloturismo do Brasil, possui trajeto circular, sinalização em toda a sua extensão, de mais de 300km, e passa por nove Municípios da região, com início e fim no Município de Timbó.

Timbó recebe anualmente milhares de turistas que, ao longo de sete dias, percorrem os mais de 300km do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo, em uma média de 50km por dia, perpassando os outros oito Municípios participantes: Pomerode, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros. Os visitantes, nesse tempo, também têm a oportunidade de conhecer os atrativos naturais e a cultura da região, caracterizada pela colonização europeia.

Somos, no mérito, favoráveis ao projeto. Timbó, de fato, ocupa posição de destaque na prática nacional do cicloturismo e merece, portanto, o título que a proposição em análise visa conceder ao Município.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.227, de 2019.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin, que pede para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Serei muito breve, muito conciso.

Quero agradecer ao Senador Izalci, a V. Exa. também e a todos os nossos pares por terem concordado com a antecipação.

Eu não posso é deixar de dizer que esse projeto envolve dois tipos de homenagem. A primeira é a Timbó e aos Municípios – eu espero que o Senador Izalci visite em breve. Nós premiávamos, viu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, as cidades que tinham desenvolvido as melhores equipes e mais numerosas equipes de saúde, premiávamos com um automovelzinho Celta. E o primeiro prêmio da primeira premiação foi para Pomerode, que faz parte do ciclo. Então, a primeira homenagem é à região, que é uma região onde eu consegui arrumar a minha companheira de vida, que é de Indaial, nasceu em Indaial, e também uma região que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Foi na escola.

Mas esta região merece a sua visita, seja na Oktoberfest, seja na festa do imigrante, tanto em Pomerode quanto em Timbó. E é um ensinamento também nesse momento da COP 26, da preocupação com o ambiente, porque quem participa desse ciclo fica mais apaixonado pela natureza, fica preocupado com o lixo, porque o lixo é recolhido. O circuito não gera lixo; pelo contrário, é uma aula de convivência com a natureza, de esporte, de saúde. Então, queria homenagear Timbó, Pomerode, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros, que são os Municípios desse circuito.

Agradeço a V. Exa. pelo relatório. Sendo aprovado, como eu espero, agradeço a todos os nossos pares aqui da Comissão de Educação e ao Presidente Marcelo Castro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Esperidião Amin.

Então, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vou deixar para votar em bloco com as demais proposições.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4028, DE 2019
- Terminativo -

Declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado pela emenda nº 1, com uma subemenda que apresenta.

Observações: *Em 14/8/2019, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Angelo Coronel.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, salvo melhor juízo, o relatório já foi lido. Até eu questiono o Thiago se isso já aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Precisa ser lido novamente, Sr. Senador Flávio Arns, porque foi na outra legislatura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não, foi nessa.

Foi nessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, o Thiago está...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... verificando.

Se V. Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Seria melhor que V. Exa. lesse novamente, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu só vou aqui localizar também.

Pronto.

Passo diretamente à análise, então, Sr. Presidente.

É um projeto de lei de autoria do Senador Angelo Coronel.

Irmã Dulce não é reverenciada apenas pelos católicos e religiosos, mas por todo o povo e, em especial, pelos mais pobres.

O trabalho de Irmã Dulce era dedicado aos mais pobres, aos desvalidos, aos sem casa, aos que estavam na sarjeta: o marginal, a prostituta, o desvalido. Ela tinha o coração aberto a todo mundo e tudo isso nós reconhecemos no Brasil e no mundo.

A vinculação à saúde tem muito a ver com o trabalho e o legado que Irmã Dulce deixou após 60 anos dedicados à vida religiosa e à assistência aos mais pobres.

Atualmente, as Obras Sociais Irmã Dulce contabilizam 2,2 milhões de procedimentos ambulatoriais por ano e dispõem de 954 leitos em cinco hospitais.

O assessor corporativo da organização avalia que erguer a infraestrutura de atendimento hospitalar, que também oferta ensino fundamental para 750 crianças e adolescentes e fornece 1,7 milhão de refeições gratuitas por ano, foi o primeiro milagre, ele diz, de Santa Dulce dos Pobres.

Dom Murilo Krieger, arcebispo de Salvador, ressalta que Irmã Dulce:

> Era de baixa estatura, pesava somente 45 quilos, tinha uma saúde muito precária, dormia três ou quatro horas por noite. E, no entanto, foi à luta. Foi fazendo o que podia fazer, à medida em que os desafios se multiplicavam à sua frente.

O religioso também assinala que:

> Mais e mais as pessoas estão descobrindo a importância da vida de Irmã Dulce e do legado que nos deixou. E isso é muito importante porque o número de pobres, doentes e necessitados só aumentou e, por isso, há necessidade de muitas outras Irmãs Dulce.

Então, nesse sentido, a canonização de Irmã Dulce foi importante por colocar em evidência alguém que é reverenciada e amada pelos pobres. Diante disso, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir um dia comemorativo, nos termos da Emenda nº 1 apresentada à Comissão de Educação, em honra dessa nossa brasileiríssima santa.

No que tange à juridicidade, cumpre apontar que as exigências para a instituição por lei de data comemorativa estabelecidas pela Lei nº 12.345, de 2010, foram atendidas por meio da realização de sessão especial no Plenário do Senado Federal, no dia 21 de novembro último, em celebração à canonização de Irmã Dulce. Nela, o autor da matéria, o nobre colega Senador Angelo Coronel, defendeu sua iniciativa, destacando que, além da vida de caridade e da religiosidade, Irmã Dulce personificou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sua obra valores constitucionais como solidariedade e bem-estar social. A manifestação do autor recebeu o apoio dos Senadores e Senadoras presentes, além de entidades da sociedade civil, como a própria CNBB.

Cabe considerar que durante a relatoria da matéria, fomos informados pelo autor da proposição de sua intenção de alteração da data comemorativa, originalmente escolhida como a data de sua canonização no Vaticano, em 13 de outubro, para o dia 13 de agosto, uma vez que esse dia – 13 de agosto – já é dedicado, conforme as tradições religiosas da Bahia, à lembrança de Irmã Dulce.

Nada mais oportuno, portanto, que a lei federal que instituirá justa homenagem à memória de Irmã Dulce se alinhe às tradições já existentes, razão pela qual acatamos o pedido de S. Exa., o Senador Angelo Coronel, alterando no substitutivo proposto à matéria, a data de 13 de outubro para 13 de agosto.

Por último, afirmamos nosso apoio e entusiasmo com a homenagem à santa brasileira – brasileiríssima, como dito antes –, Irmã Dulce, consagrando o dia 13 de agosto à sua inspiradora lembrança.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.028, de 2019, na forma do substitutivo apresentado pela Emenda nº 1, da Comissão de Educação, com a seguinte subemenda:

Então, a subemenda.

> Emenda nº 1, substitutivo ao PL 4.028, de 2019.
> Altere-se a data constante no Art. 1º, da Emenda nº 1-CE (substitutivo), ao PL 4.028, de 2019 para 13 de agosto.

É o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Ponho em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vamos ao próximo item da pauta.

O Relator é o nobre Senador Styvenson Valentim. Eu pergunto se ele está conectado. (*Pausa.*)

Está, sim! O Senador Styvenson Valentim está a postos.

Então, vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 3682, DE 2020
- Terminativo -

Confere ao Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, o título de Capital Nacional dos Ventos.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor já citou, é um projeto do Senador Jean Paul Prates que dá ao Município de João Câmara este título: cidade dos ventos.

Partindo para a análise.

O projeto atende os requisitos de juridicidade, incluindo a boa técnica legislativa, e de regimentalidade.

No mérito, o projeto igualmente merece essa acolhida. O Rio Grande do Norte é o Estado líder em geração de energia eólica no Brasil, com 177 usinas eólicas em funcionamento e a potência instalada de mais de 5GW.

Nesse cenário, o Município de João Câmara se destaca. Localizado na região do Mato Grande, João Câmara possui a maior quantidade de aerogeradores por metro quadrado do Brasil. A cidade possui um total de 29 parques eólicos que abrigam 327 aerogeradores.

A importância da atividade é tamanha na região que, segundo dados do IBGE, de 2008 a 2012 houve um aumento de 90% no PIB do Município. No *ranking* do PIB *per capita* estadual, a cidade subiu 40 posições entre 2010 e 2018, saltando do 48º para o 7º lugar.

A atividade gera emprego e renda para o Município e ajuda no desenvolvimento não somente da região, mas de todo o Estado do Rio Grande do Norte. João Câmara, atualmente, é a 10ª cidade que mais recolhe impostos no Estado do Rio Grande do Norte.

A necessidade de mão de obra especializada fez com que o *campus* João Câmara do Instituto Federal do Rio Grande do Norte tenha sido o primeiro da rede de escolas técnicas federais a ter um curso superior de Tecnologia em Energias Renováveis. No ano de 2017, dos cerca de 40 alunos que ingressaram no curso, apenas dois ainda não estavam empregados na área.

Assim, pela importância da geração da energia eólica para o Município de João Câmara e pela contribuição desse Município na produção de uma energia limpa e renovável para todo o País é que considero justo que se conceda à cidade o título de Capital Nacional dos Ventos.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto.

Meus parabéns ao Senador Jean Paul Prates, que dispensa elogios pela competência e condição de tratar do assunto energias renováveis eólicas.

Abraço, Sr. Presidente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Abro a discussão da matéria.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin. Em seguida, o Senador Jean Paul Prates.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – ... aqui o autor, que é o nosso mestre em matéria de energia, eu vou praticar aqui um gesto de atrevimento fraterno. Eu pediria que S. Exa. distinguisse Montesquieu visitando o seu livro *Cartas Persas*. Na edição de bolso, é na p. 214 – varia de livro para livro.

Na p. 214, Montesquieu trata da questão do "armazenar o vento", que já foi motivo de chacota contra uma correligionária sua, e você não a defendeu.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Defendi sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque armazenagem do vento é objeto dessa página de Montesquieu, quando se recomendava armazenar o vento naquelas sacolas de couro para, em caso de interrupção, como aconteceu com Pedro Álvares Cabral, acionar aqueles foles para fazer as velas das caravelas, no caso, conduzirem o barco adiante. Então, o senhor fica nos devendo, como especialista que é, trazer para nós alguma novidade sobre as artes de armazenar o vento...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Vou trazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que já foi objeto da preocupação de Montesquieu e hoje se materializa, de alguma forma, no seguinte: o moinho lá captura o vento, transforma em energia, mas, se não armazenar energia, tem que desativar o moinho, da forma que o Montesquieu falou e, mal compreendida, também a Presidente Dilma mencionou – e na época o Sr. Ministro da Saúde não a socorreu, não a acudiu. Não é isso, Dr. Marcelo? Então, este assunto é momentoso, o projeto é importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não era pertinente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não era da sua especialidade? Mas eu queria me congratular, porque realmente transformar o vento em energia hoje já é uma realidade, e vem desde o tempo do D. Quixote, de Cervantes.

Eu acho que isso, levando para o campo da energia sustentável – e aí eu cumprimento o meu querido amigo, o Senador Styvenson –, deve ser entendido como sendo uma dádiva da natureza ou de Deus, para nós que assim nos expressamos. E a verdade é que o aproveitamento dessa bem-aventurança climática representa esse progresso, esse desenvolvimento econômico, que nós queremos sempre seja mais espargido entre todos os habitantes.

Então, meus cumprimentos pela iniciativa. Sei que V. Exa. vai levar, como uma homenagem, a minha referência a Montesquieu e o meu abraço também à comunidade, ao Estado do Rio Grande do Norte e ao meu amigo, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul Prates, autor do projeto de lei.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Meu querido mestre Marcelo Castro, mestre Esperidião Amin, mestre Izalci, ele acabou de se referir a mestre em energia, mas um mestre entre tantos mestres, é realmente difícil ser mestre aqui em meio a vocês.

O Senador Esperidião Amin saiu. Já, já, eu... Não sei se ele vai voltar. Se voltar... Então, eu vou antecipar a outra parte aqui da minha fala e respondo aqui a questão do estocar vento.

Senador Styvenson, quero agradecê-lo pela grande competência e deferência de relatar o nosso projeto, porque a alguns pode parecer, Senador Marcelo, que é de menos relevância dar esses títulos às cidades, tentar dar a elas dísticos como "cidade disso", "cidade daquilo", "a capital", etc., mas é extremamente importante a quem está em João Câmara e na região do Mato Grande hoje nos assistindo saber que este é um reconhecimento na verdade. Não é uma ordem demagógica; é um reconhecimento. Esta cidade... Quando, há quase 20 anos, cheguei ao Rio Grande do Norte e, depois de algum tempo, analisei as condições de energia – e me coube fazer o plano estadual de energia para a então Governadora Wilma de Faria –, uma das regiões que estava sendo medida para o potencial eólico era a região do Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Grande, e dentro dela a capital desta região, a principal cidade polo, era a cidade de João Câmara. Ali não havia ainda atividade alguma de investimento de grande porte. Ali havia Bolsa Família e agricultura de subsistência, Senador Izalci. Ali não havia nada em termos de grandes investimentos de caráter industrial, operacional. Ali se vivia basicamente da agricultura de subsistência, de plantar para comer, e do Bolsa Família, dos assentamentos, da produção agrícola.

É uma terra seca, um local próximo a Natal, mas com muitas dificuldades, com muitos desafios a enfrentar. No entanto, ela se localiza em uma região mais alta, não exatamente no litoral, mas em uma região mais alta, como se fosse um segundo andar do litoral, que já vinha sendo explorado do ponto de vista de medições eólicas e que já apontava grandessíssimo potencial de geração de energia eólica. Esse segundo patamar, digamos assim, que é o platô de Mato Grande, revelou-se a região mais promissora, onde, de fato, hoje, está a maior concentração de turbinas eólicas do Brasil por metro quadrado e, provavelmente, a maior concentração de turbinas eólicas por metro quadrado do mundo. Ali estão vários parques eólicos e muitas turbinas aerogeradoras.

Essa conquista, digamos assim, só é possível porque a população, os gestores, os legisladores municipais e o seu entorno, os outros Municípios que estão no entorno, aceitam e recepcionam essa indústria e esses investimentos de forma integrada, conseguindo se integrar a eles, gerando emprego, gerando circulação de investimentos na economia local.

É bom que se diga aqui que um terço de cada milhão investido em um parque eólico – um terço! – é de compra local. Lá no Piauí, é a mesma coisa, Senador Marcelo. É fácil o cálculo: de cada milhão anunciado em um megawatt de eólica – é fácil fazer a conta –, um terço é compra local, dá-se ali na própria região. É o posto de gasolina, é o borracheiro, é a comida, é *catering*, é o próprio emprego local de pessoas para segurança, para vigilância. Um terço desse investimento é compra local. É inexorável isso, porque o parque é plantado ali, não há como fazer esse investimento fora. Mesmo comprando as turbinas fora, mesmo comprando equipamentos fora da região, porque, evidentemente, nem toda região tem fábricas, o parque ali crava pelo menos um terço daquele investimento, às vezes bilionário, fazendo com que circule a receita naquela região.

Então, é muito importante a conquista do título de Capital dos Ventos para João Câmara, o que é muito meritório, porque João Câmara investe também nesse título e nessa condição.

Em João Câmara, hoje, já são formados profissionais que estão trabalhando na Espanha, na Turquia, na Inglaterra, formando-se fora nas condições de mestrado, de doutorado ou de preparação mesmo dentro das empresas. Há gestores de alto nível nos quadros de empresas como a Iberdrola e outras que saíram do IFRN de João Câmara, e ele continuará propiciando essa condição aos camarenses e aos demais da região de Parazinho, de Pedra Grande, de toda a região em volta, porque é muito importante que se formem pessoas locais.

Portanto, parabéns e obrigado ao Senador Styvenson! Obrigado.

Parabéns a João Câmara, evidentemente!

Parabéns a Mato Grande!

Para nós é uma grande honra e uma grande retribuição por tudo que os camarenses e os mato-grandenses fizeram e fazem pelo setor eólico. E, obviamente, é uma retribuição às empresas, aos investidores e aos gestores das empresas eólicas, pelo que fazem e pelo que podem fazer ainda mais por essa região.

Em relação à colocação do Senador Amin, de fato, a Presidente Dilma, na época, se referiu a isso, estocar vento, justamente no sentido que ele acabou de mencionar, que era o seguinte: como eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consigo estocar vento, eu preciso despachar outras usinas. E aí, na época, como ela estava na berlinda para muita coisa, todo mundo querendo pegar, literalmente pegar no pé da Presidenta, virou uma chacota completamente indevida e injusta, porque ela sabia do que estava falando. Se há uma coisa que Dilma entende é de energia, e ela disse o certo, o que todo mundo, aliás, repete: as eólicas têm um problema de intermitência porque justamente não se consegue estocar vento, quando não há vento, ela não despacha, e, quando há demais, ela tem, de fato, de controlar o despacho, e, quando não há, tem de despachar outra coisa, porque não conseguiu estocar como água numa hidrelétrica, em que você estoca energia na forma de água.

Agora, aquilo despertou um debate interessante, Senador Marcelo, porque, de fato, apareceram tecnologias, por ironia que seja, mesmo havendo a distorção do que ela disse, acabaram aparecendo hoje, no mundo, tecnologias de estocar vento, e uma delas está sendo testada agora, no próprio Rio Grande do Norte. Consiste de pegar a energia cinética, justamente a energia gerada pelo vento, fazer blocos de concreto subirem numa torre e depois, quando o vento para, soltar os blocos da energia gravitacional e gerar energia complementar através da energia gravitacional que o bloco de concreto, descendo, gera. Então você usa energia para subir, como se fosse um elevador, e, no momento que para, aí você precisa despachar energia e você gera energia com o bloco de concreto descendo.

Esse é um dos princípios, muito simples, muito básico, mas existem outros, de estoque, inclusive, de vento e de ar. Mas o fato é que a primeira colocação da Presidente Dilma estava correta e se referia exatamente ao fato de não ser possível, à época, estocar vento e, por isso, ter de despachar outras fontes.

Obrigado, Senador Marcelo, obrigado a todos que participaram desse projeto, e vamos, então, levá-lo à efetividade na nossa região de João Câmara, que merece muito esse título de cidade Capital dos Ventos no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero parabenizar o Senador Jean Paul pela iniciativa e o Senador Styvenson Valentim pelo relatório, porque esse é o tipo de energia que nós precisamos incentivar no momento.

Nós estamos no século XXI. É o século dedicado à energia limpa, renovável, e o Brasil, o Nordeste em especial, tem se notabilizado muito pela energia eólica, pela energia solar, e hoje nós estamos fazendo essa homenagem ao Município de João Câmara, no Rio Grande do Norte, que, segundo o autor, o Senador Jean Paul, é o Município campeão de energia eólica no Brasil.

O Piauí também tem se notabilizado muito nessa área. Eu assisti a uma palestra do diretor da Casa dos Ventos, em que ele faz medição dos ventos no Brasil inteiro, e, nessa época, ele dizia que o melhor vento do Brasil é o vento do interior do Piauí. Na parte do Piauí que fica ali na Serra do Araripe e de outras regiões do interior do Piauí, não só pela intensidade, mas pela constância. Lá no Piauí, praticamente, o vento tem uma regularidade na sua velocidade de em torno de 9m/s e é permanente, de dia e de noite, em todas as estações do ano, o que é difícil em várias outras regiões.

É claro que nós sabemos que o vento é maior à noite, e hoje já se faz muito – e, lá no Piauí, também está crescendo muito – a energia solar. O maior parque de energia solar da América Latina está no Piauí. E esse consórcio da energia eólica com a energia solar vem dar uma maior estabilidade, uma maior regularidade no fornecimento dessa energia limpa, porque, enquanto a energia eólica tem mais constância e regularidade à noite, é evidente que a energia solar é só durante o dia, e uma complementa a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil cresce muito nessa área. A matriz elétrica do Brasil é uma das matrizes elétricas mais limpas e não poluentes do mundo. Mais de 80% da nossa energia elétrica é de fonte não poluente. Então, nós estamos verdadeiramente bem classificados no cenário internacional.

A energia eólica já perfaz um total de, aproximadamente, 12% da energia elétrica produzida no Brasil, e a energia solar, uns 2%, aproximadamente. Então, 13% da nossa matriz elétrica nós já temos de energia eólica e de energia solar, e ainda, no Brasil, graças a Deus também, o carro-chefe é a energia hidrelétrica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, V. Exa. me permite interrompê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com imenso prazer, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Registro a presença da nossa Secretária-Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em momento oportuno, a representante do Ministério de Minas e Energia vem a esta Comissão de Educação, quando nós estamos dando o título de Capital Nacional dos Ventos ao Município de João Câmara e tratando de energia eólica. Nesta oportunidade, aqui, vem uma pessoa representante do Ministério de Minas e Energia. Uma feliz coincidência!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Feliz coincidência!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Já somos autossuficientes em energia, o Nordeste.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agora, Senador Jean Paul, nós que somos do Nordeste – V. Exa., do Rio Grande do Norte; e eu, do Piauí –, nessa reforma tributária, é evidente que nós temos que fazer alguma coisa que compense as nossas regiões, porque, se um Estado tem uma hidrelétrica, o Estado recebe *royalties* pela produção de energia; se tem uma jazida de petróleo, recebe *royalties* pela jazida de petróleo, pela exploração; se tem uma jazida de ferro, recebe também, o que, aliás, é uma coisa que a gente precisava modificar aqui no País, porque é muito pouco o percentual que fica da exploração mineral do Brasil. Agora, como nós temos jazida de vento... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito sol, muito sol.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... temos jazidas de sol... É claro que não são jazidas. É evidente que, no Estado em que é instalado, deve haver algum benefício também. E a gente tem que ver isso do ponto de vista da tributação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – É verdade, Senador. Presidente Marcelo Castro, de fato, faz todo sentido. Evidentemente, nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Secretária, é um prazer. Muito obrigado. Estivemos ontem reunidos a manhã toda trabalhando, justamente, conjunta e construtivamente, na questão da crise hidroenergética, na questão do preço dos combustíveis, na questão do *offshore* eólico, que vai ser muito importante para todos nós, para o País!

Mas, de fato, a sua colocação tem todo sentido. Estamos trabalhando juntos, inclusive, nessa proposta, Senador Marcelo Castro, porque, Senador Amin, nós hoje temos um sistema que é contraproducente para a questão da eficiência energética.

Veja bem, o ICMS da energia aproveita ao Estado que consome ou até que desperdiça energia. Então, quando a gente passa na Avenida Paulista ou naquela outra nova, que é a do centro financeiro lá, a Faria Lima, em todas essas, prédios gigantescos acesos à noite estão gerando ICMS para o Governo de São Paulo. Nada contra o Governo de São Paulo arrecadar imposto, mas não faz sentido em cima de energia desperdiçada ou energia consumida, produzida às custas justamente ou de barramentos ou de empatar dunas, áreas, planaltos, platôs, áreas até ambientalmente sensíveis, etc., que são, é claro, afinal de contas, licenciadas depois, com todo o cuidado que os órgãos estaduais têm, para produzir energia. Mas, de qualquer forma, essas populações, como justamente de João Câmara, de Parazinho, da região toda do Mato Grande, são anfitriãs desses investimentos para o bem e para o mal, para as consequências boas e ruins. É claro que, no balanço, as boas superam as más, mas eles têm dificuldades e desafios a enfrentar. Numa cidade onde não há nada, como era Macaé, no caso do petróleo, quando fizemos os *royalties* do petróleo lá nos anos 90, foi justamente para compensar esse tipo de efeito. Gerações futuras de macaenses ou de mossoroenses, lá no Rio Grande do Norte, na produção do petróleo, precisariam ter alguma compensação por justamente estarem ali como anfitriões daqueles grandes empreendimentos, que são imediatistas, a propósito. Plataformas de petróleo, produção de petróleo são imediatistas. Acontece um acidente, tem que ser atendido. Acontece a logística, ela tem que chegar, a produção não pode parar. E, na energia, a mesma coisa, só que, na energia renovável, como não há a questão de uma produção a partir de um bem não renovável, como é o petróleo e, eventualmente, a água represada, não há *royalty* e nem cabe *royalty*, realmente não cabe *royalty*.

Então, a solução que nós podemos visionar é através do ICMS, que está distorcido em função de, lá em 1988, ter sido trocado pelo *royalty* do petróleo inicial que foi criado... O Senador Amin, provavelmente, pode dar esse testemunho. Propostas do Estado de São Paulo, na época do Senador José Serra, claramente, de forma compreensível... Rio de Janeiro e São Paulo negociaram isso. O Rio ficou com o petróleo – na época, não havia pré-sal na Bacia de Santos; então, só o Rio de Janeiro tinha petróleo –, com o *royalty*, e São Paulo ficou com o ICMS do produto derivado das refinarias e da energia consumida pelo próprio Estado. Então, hoje, os Estados industrializados, Senador Marcelo, recebem o ICMS do produto produzido lá, porque, nos outros produtos, tudo é na geração, e no consumo da energia e do produto derivado de petróleo. Então, ele aproveita duas vezes.

O que nós estamos propondo é que metade do ICMS da geração de energia passe a aproveitar aos Estados geradores, que hoje são muito mais numerosos do que naquela época. Naquela época era tudo hidráulico. Basicamente era: Pará; Minas; Rio de Janeiro tinha a nuclear; Paraná – a Itaipu acho que não contaria para esse cálculo mas teria –; e mais ninguém. Hoje, o Piauí é exportador de energia. Jamais se imaginava! Quanto é que o Piauí gerava de energia? Zero, provavelmente, dez anos atrás. O Rio Grande do Norte gerava zero, dez anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Piauí gerava 240MW na Barragem de Boa Esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, havia uma barragem lá. Nós, no Rio Grande do Norte, nem isso tínhamos, então, era zero mesmo, em 2003, por aí. Havia térmicas emergenciais, mas foram vendidas; naquela época do Katrina, foram lá para Nova Orleans. Então, não havia nada.

De repente, o Estado do nosso Rio Grande do Norte está exportando dois terços do que consome: consome uma parte e exporta duas vezes o que consome. Então, muitos Estados entraram nessa condição, inclusive dos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E limpa, exatamente.

Então, para mim, tinha que haver duas coisas: nós tínhamos que ser beneficiados pelo ICMS, pelo menos uma metade, uma metade, para ser bem salomônico; e nós tínhamos que ter, de fato, uma vantagem na tarifa, naquela bandeira vermelha. Os Estados produtores de energia renovável deveriam auferir algum tipo de vantagem; nós teríamos que ter algum tipo de diferencial para os Estados que geram energia limpa, na matriz, em relação ao consumo.

Porque muita gente nos pergunta, e ao Senador Marcelo também devem perguntar: "De que adianta ter essas eólicas, essas solares aí, se a minha conta de luz continua do mesmo jeito?". Cidadão e cidadã, a explicação é: a conta de luz do brasileiro é nacional; a maior parte dos fatores é definido para todo o País, porque o cidadão, o Estado que não tem a sorte que nós temos, eventualmente, de gerar energia precisa também de energia.

Então, é como se todo mundo estivesse no mesmo bolo, você paga um valor médio geral para toda a energia do Brasil. Quando entra em crise, todo mundo entra em crise. Aí, o cara está embaixo do parque eólico e diz assim: "Como é que vai faltar luz para mim, se eu estou embaixo de um parque eólico?". Porque aquilo é um sistema integrado nacional. Vai acontecer, pode acontecer, sim, mesmo debaixo ou do lado de uma hidrelétrica, eventualmente, se houver um racionamento, você pode entrar no racionamento.

O que a gente está propondo, no momento futuro, é que a gente possa começar a dosar isso, talvez, pelo menos, em relação à tarifa paga, pelo menos em relação à tarifa. Bandeira vermelha, que você tivesse algum tipo, também, de compensação, em função de gerar energia limpa. Então, essas duas coisas – ICMS e bandeira vermelha – estão na pauta, para a gente considerar ao longo dos próximos meses.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Jean Paul Prates.

Passo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, para discutir a matéria em que estamos conferindo ao Município de João Câmara, no nobre, grande Estado do Rio Grande do Norte, o título de Capital Nacional dos Ventos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, parabenizo Jean Paul por apresentar esse projeto e o nosso Relator Styvenson Valentim. Realmente, a gente está falando de riquezas naturais. Sol em todo o Nordeste, vento que não falta, como a gente diz, e, por isso, quando houve a privatização da Eletrobras, chamou-me atenção a obrigatoriedade da compra de energia termelétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Piauí é autossuficiente em energia limpa, eólica e fotovoltaica, como o Rio Grande do Norte, e Jean expôs isto muito bem. Não é justo, como a gente vê, um Município cobrar ISS enquanto estão montando aquelas estruturas. Mas, depois, o Estado e os Municípios não têm mais acesso a isso. João Câmara merece isso? Em João Câmara nós temos, no IF, o curso técnico em Energias Renováveis, a graduação e a pós-graduação. Então, existe essa interligação entre os institutos federais, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e essas energias limpas. Com certeza, como o Esperidião falou, a primeira vez que eu vi – e não foi nem esse caso de Esperidião – foi a Rainha Elizabeth falando que tinha que armazenar o vento. E eu lembro que muita gente achou que ela estava delirando.

Então, pensar que o nosso Estado vai... A gente já tem 6GW, e utiliza um terço, como o Jean disse, exporta. Tudo bem. Durante muito tempo a gente usou a energia que as hidrelétricas produziam, mas eu também acho justo, que é um projeto sério, pelo menos dividir o ICMS, porque, se continuar nesse ritmo, os Estados do Nordeste e os outros... Por exemplo, a Bahia é o segundo maior produtor de energia eólica. E sobre a energia fotovoltaica, como disse, há a questão de não haver à noite, mas eu, que sou da região do Seridó, acho que às vezes há até o sol da meia-noite. Pense num sol... É isso aí.

E em relação ao vento, como falou o nosso Presidente aí, as regiões não são obrigadas, porque, inicialmente, se pensou muito que tinha que ser na região litorânea, mas a gente está vendo que o centro do Nordeste, as regiões mais secas, interioranas, têm muito vento também. Então, é justo que João Câmara receba esse título.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senadora Zenaide Maia.

Vamos passar ao item...

Encerrada a discussão.

Estou aguardando aqui o último item, que é o item 3 da pauta, para a gente fazer a votação em globo.

Então, anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5718, DE 2019
- Terminativo -

Confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria era do Senador Randolfe Rodrigues. Mas ele não pôde comparecer e pediu ao Senador Paulo Rocha para ser o Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra, então, ao Senador Paulo Rocha para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório é simples, costumeiro, dado esse tipo de iniciativa parlamentar, que confere ao Município de Brejetuba, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional do Café Arábica, café gostoso.

A proposição compõe-se de dois artigos: o art. 1º confere o referido título e o art. 2º determina a entrada em vigor da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, a autora relata a importância do cultivo do café arábica para o Estado do Espírito Santo e, em especial, para a cidade de Brejetuba.

O projeto foi inicialmente distribuído ao Senador Luiz Pastore, que emitiu parecer pela aprovação. Em nossa relatoria, nós retomamos os termos do parecer apresentado.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Localizada na Região Serrana do Espírito Santo, Brejetuba nasceu em 15 de dezembro de 1995, como consequência do desmembramento do Município de Afonso Cláudio. A cidade, que possui aproximadamente 13 mil habitantes, já é reconhecida como a Capital Estadual do Café Arábica. As plantações de café estendem-se por todo seu relevo montanhoso, com altitude que varia entre 600 e 1 mil metros, e coexistem harmonicamente com a Mata Atlântica e seus vales, chapadas e cachoeiras.

Originário da Etiópia, na África, o café arábica é uma espécie delicada que demanda cuidados especiais, e representa hoje três quartos da produção mundial de café. Plantado em altitudes entre 600 e 2 mil metros, o café arábica é rico em sabor e aroma, sendo a principal fonte de renda em 80% das propriedades rurais capixabas localizadas em terras frias e montanhosas.

Em Brejetuba celebra-se, anualmente, o tradicional Festival do Maior Café do Mundo. O evento consiste em preparar um café com 500 quilos de pó de café arábica especial e cerca de 8 mil litros de água quente, utilizando-se um coador de 2,70 metros de altura. O líquido resultante é aparado por uma xícara gigante e servido posteriormente ao público. Vamos pedir para a Senadora Rose, ao aprovar isto aqui, chamar a gente para tomar esse café gostoso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esse café arábica... Vou fazer uma interrupção aqui, Senador Paulo Rocha. Basicamente são dois os cafés produzidos no Brasil: café conilon, que é um café mais produtivo, mas não tem a qualidade tão especial quanto o café arábica; e o café arábica, que é um café fino, de maior qualidade, pelo cheiro, pelo sabor. Os entendidos aí, os *sommeliers* de café... (*Risos.*)

Pois não, desculpa a interrupção.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela lei complementar que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.718, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente, e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a V. Exa. pela disponibilidade aí para a leitura do relatório, coloco a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Paulo Paim, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, eu quero só cumprimentar o autor e o Relator pela proposta, mas quero fazer uma questão de ordem a V. Exa. Nem é questão de ordem, é uma pergunta: eu tenho um requerimento que deve estar junto à mesa. Eu devo falar depois de encerrar todos os trabalhos, em relação aos PLs, ou o senhor vai votar os requerimentos junto com os PLs, em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós vamos votar agora em bloco os projetos de lei terminativos de 1 a 5. Todos já foram lidos e discutidos. Vou submeter, em bloco, à discussão. Em seguida, nós vamos aos não terminativos e, por fim, nós submeteremos à votação, à apreciação os requerimentos, inclusive o de V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Então, vou submeter...

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão do Projeto de Lei 5.718 e vou submeter a votação os projetos de lei terminativos de nº 1, que é o PL 1.501, de 2019; nº 2, que é o PL 4.028, de 2019; o item 3, que é o PL 5.718, de 2019; o item 4, que é o PL 5.227, de 2019; e o item 5, que é o PL 3.682, de 2019.

Em votação em bloco os itens 1, 2, 3, 4 e 5.

Eu peço, então, à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, pedir aos nobres colegas que votem pelo painel, para a gente aferir aqui os votos. (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Senador Cid Gomes, que a pede.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, como eu lhe disse, estamos aqui tentando resolver o impasse das emendas de bancada do Ceará e eu tive de me ausentar da sessão. Eu retornei e fiz aqui a sinalização, no aplicativo de votação. É só para me certificar com V. Exa. – consultando aí a Secretaria dos trabalhos – se o meu voto realmente foi computado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Já, já foi registrado, Senador Cid Gomes. Obrigado pela observação.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou, então, proclamar o resultado.

Peço à Secretaria que ponha o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – SIM, 15 votos; nenhum NÃO; nenhuma abstenção.

Portanto, estão aprovados os itens 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aos projetos de lei não terminativos.

A Senadora Zenaide Maia pede a palavra.

Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero registrar o meu voto "sim" a essa votação em bloco, porque, quando eu tentei entrar aqui, não consegui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu até liguei para V. Exa. para ver se V. Exa. poderia votar, mais tudo bem. Vamos registrar em ata a votação favorável de V. Exa.

Então, vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 2108, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Iniciativa, Deputado Federal Goulart.

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Srs. Senadores, Senadoras, meu bom-dia.

Sr. Presidente, apresento o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.108, de 2019, do Deputado Goulart, que dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica.

Peço a licença dos amigos, colegas Senadores, para ir diretamente à análise do parecer.

O PL nº 2.108, de 2019, envolve matéria relacionada à educação, encontrando-se, dessa forma, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Segundo dados da Pnad, 26% das crianças de baixa renda estão em creches. Nos domicílios mais ricos, esse percentual chega a 55%. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), por sua vez, traz outros números significativos: das crianças de estrato socioeconômico muito baixo, apenas 17% possuem nível suficiente de alfabetização em matemática. Entre os alunos de estrato socioeconômico muito alto, esse nível é alcançado por 85% dos alunos.

Observa-se, assim, que desde muito cedo há diferenças de desempenho escolar determinadas pela origem social e econômica, que passam pelas condições de moradia e de cobertura por saneamento básico, como também de alimentação e, conforme identifica o projeto em tela, de vestuário.

Dessa forma, equalizar as condições de acesso e permanência é, ao lado do oferecimento de ensino de qualidade, um dos grandes desafios para a educação pública brasileira, sobretudo em relação à primeira infância e ao ensino médio.

O projeto em tela, assim, pode contribuir para esses processos de equalização, na medida em que garante ao estudante brasileiro que, independentemente de quais sejam suas condições financeiras, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

terá garantidos vestimenta e calçado, que lhe possibilitarão, junto com outros programas suplementares, condições mínimas e dignificantes para frequentar a escola e aprender.

Ressaltamos ainda que, sob o ponto de vista das unidades de ensino, haverá também ganho, na medida em que será possível trabalhar noções de pertencimento e de coletivo, além de melhor gerenciar os padrões de segurança que, infelizmente, são cada vez mais necessários nas escolas brasileiras. Em outras palavras, a identificação dos estudantes facilita a criação de uma identidade para a escola e contribui para resguardar a segurança da comunidade escolar.

No âmbito de atribuições desta Comissão, portanto, é necessário considerar que o projeto ainda será analisado sob outros aspectos pela CAE, julgamos a proposição conveniente, oportuna e meritória, pois pode contribuir para minorar o quadro das desigualdades de condições de acesso e permanência na escola, que determinam, em grande medida, o sucesso ou o insucesso na trajetória escolar dos brasileiros.

Sr. Presidente, passo ao voto.

Em função de tudo que foi exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.108, de 2019.

Solicito aos demais Senadores também a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Submeto à discussão a matéria, Projeto de Lei nº 2.108, de 2019, relatado pelo nobre Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Profissional de Logística.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Daniella Ribeiro para leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

A Senadora Daniella Ribeiro não está conectada? (*Pausa.*)

Parece que não. Ela esteve até há pouco.

Vamos ao próximo item.

Requerimento, item 10 da pauta.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 21, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Educação Ambiental.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Zenaide Maia e Senador Jean Paul Prates.

Passo apalavra ao nobre Senador Jean Paul para fazer a defesa do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

O assunto que tratamos aqui é justamente a educação ambiental, Requerimento nº 21, de 2021.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), instituída pela Lei 9.795/1999 e o seu Decreto Regulamentador de 2002, como política pública do Estado brasileiro.

Na audiência serão abordados os seguintes temas: educação ambiental nas escolas, universidades e redes de ensino – o papel do Estado brasileiro e do Governo Federal; e educação ambiental e seus múltiplos atores na sociedade – o papel do Estado brasileiro e do Governo Federal.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Michèle Sato, Professora da UFMT; Sr. Marcos Sorrentino, Professor da USP; Sra. Marilena Loureiro, Professora da UFPA; Sra. Jaqueline Guerreiro, representante da sociedade civil; Sra. Dalcira Bezerra, dos movimentos sociais da Bahia; e Sra. Dulce Maria, Professora da UFOP.

Justificação.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei 9.795, de 1999, e o seu decreto regulamentador de 2002, cria o Órgão Gestor da Pnea, sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente. Desde a sua implantação, em junho de 2003, a sua coordenação foi exercida pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC) e pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do comitê assessor proposto por organizações governamentais e da sociedade brasileira no sentido do que está estabelecido no art. 1º da mencionada lei – abro aspas –:

> Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. [fecho aspas]

Preocupa-nos assistir ao desmonte em curso de uma política que levou mais de 30 anos de luta e empenho de amplas parcelas da cidadania brasileira que atuaram e atuam em nosso País para construir práticas sustentáveis na relação com o meio ambiente em que vivem. Preocupam-nos ainda mais os efeitos dessa política inconsequente a médio e longo prazo.

Quando em todo o planeta aponta-se para fazer frente às mudanças climáticas e às degradações socioambientais globais, a necessidade de transformações profundas no modo atualmente hegemônico de ser e estar, de produzir e consumir das sociedades contemporâneas, enfatizando-se o papel central da educação nesse sentido, não parece racional assistirmos calados ao desmonte da Pnea e à destruição de nossa casa comum.

Nesse sentido, solicitamos a realização de uma audiência pública voltada para promover um amplo diálogo com especialistas e representantes da sociedade brasileira no campo da educação ambiental, avaliando as possibilidades de ações que restabeleçam o que preceitua a lei.

Além da farta produção legal e infralegal que prevê necessidade de o Estado brasileiro realizar e promover a educação ambiental – aqui ainda é possível mencionar o Código Florestal, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os documentos voltados ao enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas e toda a legislação voltada à escola e às redes de ensino – e da internacionalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reconhecida produção acadêmica na área, o Brasil destaca-se no panorama das nações por importantes iniciativas da sociedade brasileira na área – redes, articulações, coletivos, fundos e outras formas de organização –, o que amplia a relevância de uma ação coordenadora e indutiva do Governo Federal no sentido da efetividade das ações nessa área.

No entanto, observa-se a absoluta ausência de atuação do Governo Federal nessa área, com a desarticulação do Comitê Assessor do Órgão Gestor e mesmo a inexistência de atividades coordenadas do Órgão Gestor da Pnea. Questiona-se ainda se foram mantidas as reuniões do Órgão Gestor, tendo em vista a quase ausência de servidores públicos, equipes e orçamentos focados na área, nos Ministérios de Meio Ambiente e da Educação.

No sentido de contribuir com os argumentos apresentados, requeremos a realização de audiência pública para debater o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea).

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2021.

Senador Paulo Rocha, PT do Pará; Senadora Zenaide Maia, PROS do Rio Grande do Norte; Senador Jean Paul Prates, Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Em discussão o requerimento defendido pelo Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos retornar aqui ao item 9 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 35 de 2017, não terminativo. Institui o Dia Nacional do Profissional de Logística. Autoria da Câmara dos Deputados, iniciativa do Deputado Federal Julio Lopes. Relatoria da Senadora Daniella Ribeiro.

Relatório pela aprovação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Daniella, para leitura do seu relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Vou à leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2017, do Deputado Julio Lopes, que institui o Dia Nacional do Profissional de Logística.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride; e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da matéria ressalta a importância da atividade de logística para as organizações e para a sociedade e destaca o papel dos profissionais da área.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Chegando ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Caso aprovada, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Análise: nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em exame.

A atividade de logística é imprescindível para o bom funcionamento de grandes organizações. Presentes nas mais diversas áreas da empresa, os profissionais são responsáveis por tarefas como administração de materiais e recursos, melhoria da utilização dos espaços físicos, busca da eficiência de processos de trabalho, controle de estoque e armazenagem e movimentação interna de insumos.

São trabalhadores com perfil flexível, dispostos a encarar jornadas em horários não convencionais, necessárias para lidar com a operação de centros de distribuição, fábricas, portos, aeroportos e varejo.

São também responsáveis pela comunicação com fornecedores e clientes e pela operação de sistemas eletrônicos. Embora existam cursos de graduação específicos para a atuação com logística, há profissionais de formações diversas que atuam na área.

O projeto em tela visa justamente a reconhecer o papel do profissional de logística. Esse reconhecimento se dá, entre tantas outras razões, pelo seu papel de destaque para a economia brasileira, seja no setor privado ou no setor público.

Concluímos, portanto, que o projeto se reveste de mérito.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à Comissão de Educação analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, segundo o autor do projeto, no dia 17 de setembro de 2015, foi realizada audiência pública, conjuntamente, pelas Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados, com organizações e associações representativas do setor de logística, para debater a importância da instituição do Dia Nacional do Profissional de Logística.

Por fim, a matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 35, de 2017.

Está lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à nobre Senadora Daniella Ribeiro, submeto à discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que estejam de acordo com o parecer, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao Item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 24, DE 2021
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Dia Nacional da Educação à Distância, criado pela Lei nº 13.620, de 15 de janeiro de 2018.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Como o Senador Izalci Lucas já havia feito a defesa do seu requerimento, eu o submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que a pede, e em seguida à Senadora Leila Barros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Querido Presidente, Marcelo Castro, como eu havia solicitado, deve estar na mesa um requerimento de minha autoria.

Se V. Exa. permitir, eu já leio e faço a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador.

Requerimento extrapauta. Item 13.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 27, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei de Cotas - Lei 12.711/2012.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, autor do requerimento, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, este requerimento visa fazer o debate sobre a Lei de Cotas e ao mesmo tempo instruir o PL 4.656, de 2020, que altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2011, Lei de Cotas, nas instituições federais de educação superior e ensino técnico de nível médio – eu apresentei esse projeto de lei em 2020 –, e tomar outras providências com o objetivo, claro, para que vá, além de ampliar, assegurar a continuidade das cotas e a sua aplicação nas instituições particulares de ensino público.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Frei David, Diretor da Educafro Brasil, um homem lutador pelas cotas há décadas e décadas; o Sr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; a Dra. Lívia Santana, Promotora de Justiça da Bahia; e a Dra. Sheila Carvalho.

Justificativa bem rápida, Sr. Presidente. Primeiro, quero dizer que novembro é o Mês da Consciência Negra, é o mês que o Brasil todo... Para mim, este ano é um ano diferente. O Brasil nunca se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mobilizou tanto quanto neste ano em relação ao debate no combate ao racismo e ao preconceito. E a Lei de Cotas foi aprovada lá atrás. Eu participei da discussão, um debate no Supremo. Eu fui ao Supremo defender. Enfim, aprovamos por dez anos. Eu sempre digo que cota não é uma atividade fim, é uma atividade meio. Oxalá o dia chegue em que a gente possa dizer que não precisa mais da política de cotas.

Mas, vamos lá, Presidente.

A Lei de Cotas visa promover a diversidade e a pluralidade no contexto acadêmico. É uma forma de diminuir as desigualdades socioeconômicas, representa um avanço para o acesso ao ensino superior de pessoas negras, indígenas, com deficiência, de baixa renda e oriundas de escolas públicas.

Tudo isso está na lei. O debate é porque nós queremos simplesmente fazer com que não se encerre em 2022 e que seja prorrogada, conforme o projeto que apresentei. E eu fui até mais humilde: eu botei por mais 10 anos. Mas, já na Câmara dos Deputados, Presidente, há mais de 30 projetos. Uns botam que é pela eternidade, outros botam que é 20, outros botam que é 30, outros que é mais de 40 anos. Eu, simplesmente, aprovo a lei, faço adequações, claro, para esse novo momento, mas faço mais 10 anos. Mas quem vai debater vai ser a sociedade, e naturalmente a Comissão de Educação é o local adequado.

É inegável que as cotas representam uma conquista para determinados segmentos da sociedade que ficavam de fora das universidades. Pode-se dizer que é a democratização da educação superior com inclusão social.

A lei contribui para o atingimento das Metas 8 e 12 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que indicam a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior e técnico de nível médio, com inclusão social e foco em grupos com histórico de exclusão.

Nada melhor que, no Mês da Consciência Negra, a Comissão de Educação aprovar esse requerimento – como eu creio que hoje, à tarde, o Plenário deve aprovar três projetos de lei ampliando o combate ao racismo e ao preconceito, mas muito no campo do conhecimento, da educação; vão ser muito importantes as votações de hoje, à tarde.

Entendemos que essa conquista deve ser assegurada por mais dez anos. E por isso eu digo: vida longa à Lei de Cotas, lei que une, agrega, amplia, principalmente por via do melhor caminho, que é a educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento.

A Senadora Leila pediu a palavra. V. Exa. vai falar sobre isso ou não? (*Pausa.*)

Então, o Senador Flávio Arns pede a palavra para discutir o requerimento. Com a palavra o nosso Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero dizer que concordo inteiramente com o requerimento, com o conteúdo. A presença de Frei David, que é Diretor-Executivo da Educafro, é muito importante. Ele esteve na nossa Subcomissão da Educação na Pandemia, nessa terça-feira, assim como a Coordenação da Educação Indígena e do Campo. A Senadora Zenaide Maia participou intensamente do debate. Foi uma audiência importante. Só que o que foi levantado lá – sabe, Senador Paulo Paim? – e a que a gente tem que dar toda a atenção é que, por um lado, vem a necessidade, com a qual eu concordo, da questão das cotas e que haja continuidade desse aspecto; agora, por outro lado, o que foi levantado é que muitas pessoas, quase a maioria, em certas situações, vêm desistindo da possibilidade do ensino superior pela falta de apoio, particularmente em termos de assistência estudantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não sei se não seria interessante, Senador Paulo Paim, só a gente incluir... Por um lado, ampliar – ampliar, não –, dar continuidade à Lei de Cotas e, por outro lado, dar o apoio para essas pessoas, como acontece, aliás, em países desenvolvidos. A assistência estudantil é uma coisa obviamente existente e consolidada em vários países.

Eu não sei se não seria o caso de fazermos duas audiências ou convidarmos alguém do MEC para que fale sobre a concretização e a continuidade da Lei de Costas, mas também sobre o apoio que todos esses estudantes merecem ter. É uma sugestão, porque isso foi levantado na audiência pública de terça-feira, na Subcomissão da Educação na Pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Flávio Arns encerrou ou ocorreu algum problema?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu estava sem entender se tinha dado problema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só dei uma sugestão para o amigo e colega Paulo Paim para ver o que ele acha de incluirmos, porque as duas coisas estão... Por um lado, tem que ser assegurado o direito de existir a Lei de Cotas; por outro lado, tendo esse direito, as pessoas, às vezes, não têm condição de permanecerem no ensino superior. Então, existir um programa para esse apoio e assistência estudantil para que possam ter acesso e permanência na instituição de ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Vamos passar a palavra ao autor do requerimento, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Concordo plenamente. Eu não tenho nenhuma dúvida. Vou dar, inclusive, o meu exemplo – e aí eu vou elogiar o Senai, o Sistema S –, porque eu era um menino, em Caxias do Sul, e tive que, para me manter, ir para Porto Alegre para trabalhar na feira livre, mas fiz um teste no Senai em Caxias. E, quando eu voltei para fazer o meu curso técnico, eu tinha uma ajuda correspondente, na época, a quase um salário mínimo. Isso foi fundamental. Eu morava distante quase 40km do Senai. Era o que me mantinha para ir para a escola, voltar, comprar roupa. No meu tempo, era chinelo de dedo, calça de brim. Enfim, isso foi fundamental. Eu só fiz o meu curso técnico graças a essa ajuda que eu ganhava, no caso ali – lembro-me até hoje –, da Vinícola Rio-Grandense, que, a cada cem empregados, dava uma ajuda para um estudante na escola técnica, na Escola Senai Nilo Peçanha. É bom lembrar, e eu estou lembrando aqui, Presidente: acho que foi o único Presidente da República negro, embora a história nunca falou muito disso – mas depois eu descobri que a Escola Senai Nilo Peçanha foi uma iniciativa e recebeu o nome de Nilo Peçanha, que foi o primeiro Presidente da República negro no País.

Mas quero dizer, Senador Flávio Arns, que eu concordo plenamente. Baseado nesse exemplo, eu apresentei um projeto nesse sentido, que foi aprovado no Senado, mas está parado lá na Câmara. E aí acho que é muito interessante a sua ideia de nós tentarmos colocar uma ajuda de custo para a manutenção do aluno cotista, que é aquele que mais precisa, na universidade. Eu acho que a audiência pública vai nessa linha. A gente apresenta o projeto, e vão surgindo as emendas, as propostas na audiência pública. Oxalá a gente consiga até, com uma emenda de V. Exa., aprovar também uma ajuda de custo para os cotistas. Concordo plenamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, se o Presidente permitir, já fica aí a indicação de um representante do MEC – e o MEC daí aponta quem entender mais necessário – para responder às preocupações do Flávio, que são as mesmas minhas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, com a inclusão do MEC na audiência pública, conforme sugestão do nobre Senador Flávio Arns.

Vamos ao item 12 da pauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 26, DE 2021

Requerimento de criação de Grupo de Trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal composto por 4 senadores titulares e 4 senadores suplentes para apurar, esclarecer fatos com relação à crise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e sugerir ações para o funcionamento condizente do Instituto, em especial, no que diz respeito à realização de exames de avaliações e censos.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Designo o Senador Izalci Lucas coordenador do grupo de trabalho.

Com a palavra a nobre Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o senhor, todas as Senadoras e os Senadores nesta manhã.

Sr. Presidente, já aproveitando este momento em que a gente está criando esse grupo de trabalho para monitoramento junto ao Inep, nós estamos acompanhando, nesses últimos dias, a crise na autarquia. Já foram 35 servidores que pediram demissão, e acho que todos os colegas têm acompanhado algumas iniciativas que, enfim, nós aqui do gabinete tomamos com relação a essa crise. Uma delas – e aí eu faço um apelo aos colegas – é que nós apresentamos a PEC 27, que define como instituições permanentes de Estado o IBGE, o Ipea e o Inep, e define ritos para a indicação de seus dirigentes.

Todos sabem que nós estamos no quinto comando, no quinto gestor trocado ali na entidade, na autarquia, e a gente não pode mais aceitar essa situação. Mudando o comando, não se tem continuidade, não se tem planejamento, e a gente vê essa desorganização, essa bagunça que está na nossa frente. E o que é a PEC, Sr. Presidente? O que a gente está querendo com essa PEC?

A gente está querendo garantir autonomia funcional, técnica, administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial a esses órgãos; reconhecer as carreiras e cargos das instituições, reconhecidas como típicas de Estado; estabelecer mandatos de quatro anos dos seus dirigentes, podendo ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reconduzidos uma única vez – eles serão indicados segundo critérios técnicos e nomeados pelo Presidente, após arguição pública e aprovação aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, a PEC, na verdade, procura, de alguma forma, proteger essas entidades que são responsáveis pela produção da excelência e que gozam de um prestígio internacional. Todos nós sabemos do trabalho dessas entidades e do quanto elas, realmente, são respeitadas em nível internacional e oferecem um serviço muito importante para a nossa sociedade. Então, eu peço apoio a esta Comissão, sob o seu comando, para que a gente possa, no mínimo, discutir essa PEC 27 aqui no Senado Federal, uma PEC muito importante.

Outra coisa: tivemos, também, um requerimento aprovado ontem, o Requerimento 2.242 – eu agradeço, porque eu sei que houve, de certa forma, um trabalho do senhor junto à Presidência do Senado, ao Presidente Rodrigo Pacheco –, que pede uma auditoria operacional do Inep, em especial, a elaboração. A gente tem ouvido, enfim, situações muito difíceis. A gente não pode... Entra Governo, sai Governo, e ele quer ter influência política e ideológica. O Governo tem que oferecer uma educação de qualidade. Então, o que nós temos que fazer, no mínimo, aqui, é proteger, proteger essas entidades, proteger esses servidores e o trabalho deles.

Então, eu peço apoio a vocês. Essa auditoria foi aprovada ontem e, se Deus quiser, nós vamos ter respostas sobre a capacidade operacional, devido a essa tentativa de desmonte do Inep, e, acima de tudo, o apoio da Comissão, para que a gente possa, no mínimo, avaliar o conteúdo dessa PEC, que eu acredito que seja muito importante para essas autarquias.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição valiosa de V. Exa., nobre Senadora Leila, e parabenizo-a, pela aprovação ontem do requerimento de sua autoria, que é o requerimento da auditoria do Tribunal de Contas da União sobre o Inep. Nós estamos, V. Exa. e todos nós ligados à educação, muito preocupados com uma instituição tão séria, de tanta tradição no Brasil, tão respeitável como o Inep, que, infelizmente, está, neste momento, vivendo essa crise que está trazendo insegurança e intranquilidade a todos que fazem a educação no Brasil.

Não é esperado, é de todo inusitado e surpreendente que 37 servidores de carreira de um órgão, de uma instituição como o Inep, profissionais respeitados, acreditados, todos exercendo cargos comissionados, tomem uma decisão em conjunto de se exonerarem, de pedirem a exoneração de suas funções gratificadas. Isto é quase que uma bomba atômica, uma coisa realmente injustificável, surpreendente. Algo aparentemente muito grave deve estar acontecendo para uma atitude tão drástica como essa. Preocupa-nos a todos, e vamos, então, trabalhar nessas frentes aí.

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um grupo de trabalho para acompanhar o desenrolar desse problema. Nós aprovamos um agora também aqui, no Senado. O Ministro esteve ontem na Câmara, o Presidente do Inep esteve aqui conosco na Comissão Senado do Futuro, tem essa auditoria, tem esses dois grupos de trabalho da Câmara e do Senado, que eu espero que façam um trabalho conjunto, e vamos acompanhar de perto para que não haja nenhum problema agora no Enem que vai se realizar nos próximos dois domingos.

Não havendo nada mais a tratar, desejo um bom final de semana a todos, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3807, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 – CDH. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 871, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1237, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2 - CAE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 - CAE. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 148, de 2017 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Paulo Reglus Neves Freire no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5223, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Caminhante." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 480, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Campanha "Setembro da Paz", anualmente, em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2151, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODE/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com o acatamento da emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 339, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas." **Autoria:** Senador Pedro Chaves (PRB/MS). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1219, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5657, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Dalton Derzi Wasilewski todo o trecho da rodovia BR-060 situado no Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6543, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6574, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro Sangue Inglês ao Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 31, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 339/2018, que "cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas"." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 29, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2021, de autoria do Senador Flávio Arns, de "realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a privacidade e o uso de dados coletados nas escolas públicas brasileiras", com vistas a que referida audiência pública tenha a finalidade de instruir o PL 6543/2019 , que "dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino", e também incluir como convidado na referida audiência pública um representante do Conselho Nacional de Educação." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 30, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 28/2021 - CE, seja incluído o nome da Professora Luciana de Oliveira Dias, da Universidade Federal de Goiás - UFG e membro da Associação Brasileira de Antropologia." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 12 da pauta.

Informo a retirada do item 5, atendendo o pedido da Relatora.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 5223, DE 2019
- Terminativo -

Confere ao Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Caminhante.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)
Relatoria: Daniella Ribeiro
Relatório: Pela aprovação.)

Passamos à apreciação dos demais itens.

A pedido do nobre Senador Styvenson Valentim, que pede a inversão de pauta porque ele tem um exame a fazer agora e vai se ocupar – pediu para poder relatar logo esse projeto –, vamos ao item 9, de que é Relator o Senador Styvenson Valentim:

ITEM 9
PROJETO DE LEI Nº 1219, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)
Relatoria: Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação.
Observações:

1) Em 11/2/2020, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa proferiu parecer favorável ao projeto;

2) A Comissão de Assuntos Sociais apreciará a matéria em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, me ouve, me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito! Só tendo esse retorno do som.

Agradeço duas vezes. Agradeço por me indicar para essa relatoria, projeto ao qual o senhor já fez menção. Para mim, é de grande importância e valia, eu que lido na escola ou que tenho a escola pública como padrinho, mantendo uma aqui, no Rio Grande do Norte.

Vejo que uma das grandes questões é essa identificação de alguns problemas de saúde em algumas crianças logo nos primeiros anos da vida escolar: problemas bucais, problemas psicológicos, problemas que envolvem a visão, a audição, que, querendo ou não, atrapalham a vida do estudante nas escolas públicas.

Lembro aqui aos Senadores que já existem dispositivos semelhantes – não é de hoje, não; desde 2017 –, já existem propostas ou dispositivos infraconstitucionais que tratam do assunto. No entanto, a gente não consegue ver a efetivação.

Então, o Senador Plínio Valério traz aqui essa proposição que acrescenta o art. 14-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer a obrigação do poder público de realizar avaliação de saúde das crianças ingressantes no ensino fundamental para esses problemas de saúde tão rotineiros e cotidianos que a gente já conhece.

Posso passar para a análise?

Já lendo aqui, a proposição dispõe sobre a saúde dos estudantes do ensino fundamental, matéria de grande relevância, cuja importância aumenta ainda mais no contexto da crise de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19.

De fato, em que pese a função precípua das instituições de ensino de zelar pela educação para a vida e para o mundo do trabalho e da cidadania, elas não podem ficar alheias aos cuidados básicos necessários para garantir a saúde física e psicológica das crianças sob sua responsabilidade.

Registre-se, a propósito, que essa atenção das escolas às condições gerais de saúde do alunado está intrinsecamente relacionada ao fazer escolar e seu êxito, especialmente porque crianças com problemas de saúde, como redução da visão e audição ou problemas de desnutrição, caso não sejam cuidadas, tenderão a desenvolver dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, é meritória a iniciativa de obrigar o poder público a desenvolver estratégias de avaliação da saúde dos estudantes tão logo eles sejam matriculados no ensino fundamental.

Ademais, também julgamos meritória a alteração proposta na LDB para que os pais ou responsáveis tenham o dever de participar de reuniões escolares sobre o desempenho acadêmico de seus filhos, bem como sobre a conscientização a respeito do exercício da paternidade e da maternidade. A educação, conforme aponta o art. 205 da Constituição Federal, é "direito de todos e dever do Estado e da família", necessitando da atuação conjunta dessas instituições sociais em benefício das novas gerações.

Nesse sentido, sob o ponto de vista do mérito educacional, a proposição merece prosperar nesta Casa e nesta Comissão.

Voto.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.219, de 2019, de autoria do Exmo. Senador Plínio Valério, que tem essa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já disse, Sr. Presidente, já existem dispositivos que tratam disso, mas, infelizmente, a gente não consegue enxergar isso porque não virou uma obrigação por lei fazer com que o pai vá à escola para acompanhar seus filhos. Esse é um dever, uma obrigação paterna e materna, mas, pelo contrário, a gente tem que trazer aqui um projeto de lei semelhante a esse para que a escola tenha o prontuário dos seus alunos, para, de forma preventiva, a gente tentar diminuir as doenças e economizar dinheiro público, tendo em vista possíveis doenças já adquiridas por falta de atenção.

Então, era esse o relatório.

O voto é pelo "sim", Sr. Presidente. Obrigado pela inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a valiosa contribuição de V. Exa., nobre Senador Styvenson.

Ponho, então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide Maia está com a palavra para discuti-la.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente e colega Styvenson Valentim, eu quero aqui parabenizar por essa iniciativa o Senador Plínio Valério, com a relatoria de Styvenson Valentim.

É muito importante isso, porque é como se fizesse um rastreamento das crianças. De repente, descobre-se que elas têm alguma dificuldade, e a gente precisa desse diagnóstico. O acompanhamento dos pais é importante demais.

A gente sabe exatamente que, quando da década de 60, o Brasil aderiu àquele acordo MEC-Usaid, em que deixou de ser educação para ser ensino. Eu acho que o Presidente sabe bem disso. A criação do ensino privado afastou a classe média da escola pública, em grande parte, e esse povo era o que mais cobrava da educação, era o que mais participava.

Então, parabéns, Senadores Plínio Valério e Styvenson Valentim!

Nós temos que lutar por isso. É claro que, quando a criança entra, se a gente já dá o diagnóstico de alguma dificuldade dela, isso já é passado para a direção da escola, para os professores e os pais ajudarem nesse processo.

Eu já estou dizendo aqui que sou favorável ao projeto e que vou apoiá-lo.

Agora, Presidente, eu já podia... Presidente, eu pedi uma questão de ordem. Eu queria ver a possibilidade da inclusão extrapauta de uma audiência pública para instruir o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora Zenaide Maia, o requerimento já está sobre a mesa, e nós vamos, proximamente, votá-lo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O.k.! Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, bem rapidamente, eu queria aproveitar este momento para cumprimentá-lo e para cumprimentar também o autor da matéria, o Senador Plínio Valério, como também o Relator, o Senador Styvenson Valentim, e também o Relator dessa matéria na CDH, que fez lá também uma defesa brilhante, como o Senador Styvenson Valentim, o Senador Paulo Rocha. Então, ficam aqui meus cumprimentos a todos e a V. Exa.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de cumprimentar a nossa Senadora Zenaide Maia. Eu fui o primeiro a falar ontem no Plenário do Senado, enalteci o trabalho brilhante dela nessa coordenação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ela fez, dialogando com todos, mostrando grandeza, aceitando, na íntegra, a emenda fruto do acordo da Senadora Eliziane Gama, que merece também o nosso aplauso, e do grande Senador Fabiano Contarato.

Senadora Zenaide Maia, que está na sessão, aceite nossos aplausos, com repercussão em todo o Brasil, por esse projeto que fortalece os profissionais da área da saúde, começando com os enfermeiros até a parteira. V. Exa., como médica, sensível, como sempre, construiu um grande entendimento. Eu tive a alegria de falar no Plenário, na abertura dos trabalhos, enaltecendo o trabalho brilhante de todos que participaram, mas V. Exa., como Relatora, teve um papel fundamental pela grandeza – isso que valorizou para mim o seu trabalho – de ajudar na costura junto com os outros Senadores, seus pares, nessa construção da Emenda nº 11, da Eliziane Gama, aprovada na íntegra.

Todos entenderam que o ideal a gente persegue, mas o bom é aquilo que é o possível naquele momento.

Foi votada por unanimidade.

Parabéns a V. Exa. e aos nossos heróis, profissionais da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, obrigado pela posição de V. Exa. E aproveito a oportunidade para informar a respeito do pedido que V. Exa. nos fez para que o Projeto de Lei 4.656, de 2020, viesse para a CE: dou-lhe a informação de que o projeto já está aqui na CE, na nossa Comissão, está com prazo, aguardando emendamento, e nós vamos indicar como Relator o Senador Romário. V. Exa. sempre defendendo as boas causas. Nós vamos então dar o encaminhamento sugerido por V. Exa.

Pois não, nobre Senador Paulo Paim, V. Exa. tem a palavra novamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Se me permitir, Senador Marcelo Castro, eu quero só agradecer a V. Exa. Fiz o pedido a V. Exa. A nossa Comissão já aprovou uma audiência pública que será no Dia Internacional dos Direitos Humanos, e seria importante que esse projeto, que trata das cotas, que é o grande debate que nós vamos ter o ano que vem, começasse pela nossa Comissão. Ora, cota nas universidades tem que começar pela educação.

V. Exa., de pronto, não só entendeu que esse é o caminho, como intercedeu junto ao Presidente – o que eu até lhe agradeço – Rodrigo Pacheco para que o projeto viesse para a Comissão de Educação.

Isso feito, mais uma vez, mostra o compromisso de V. Exa. com a educação brasileira, sempre olhando para os que mais precisam.

É um orgulho para mim, Senador Marcelo Castro, estar aqui na Comissão sob a Presidência de V. Exa., que atende a todos – que atende a todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos as palavras sempre generosas de V. Exa.

Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, eu submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria, então, está aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Vou submeter logo o requerimento da Senadora Zenaide Maia, requerimento extrapauta, Requerimento de nº 31, de 2021, da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 31, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 339/2018, que "cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas".

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Em discussão o requerimento.

Com a palavra a nobre Senadora autora do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nessa justificativa, eu quero aqui parabenizar, quer dizer, é de autoria do ex-Senador Pedro Chaves e diz servir, como o senhor falou, à formação superior.

Achei que seria interessante a gente fazer essa audiência pública para instruir, porque a gente vive um momento de contenção de despesa e retirada de recursos da educação neste País em todos os níveis e seria importante a gente convidar – estão aqui os convidados que eu vou ler –: o representante do Ministério da Educação; o Sr. Celso Niskier, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior; o Sr. Marcus Vinicius David, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); a Sra. Rivânia Lucia Moura de Assis, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); o Sr. Nilton Brandão, Presidente do Proifes-Federação; a Sra. Bruna Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); e o Sr. Antônio Alves Neto.

É um projeto para o qual eu acho que é importante essa audiência pública, Sr. Presidente, para a gente ouvir melhor, porque eu não tenho nada contra bolsa de estudo para aluno, mas a gente vê que até o Fies está se reduzindo. Então, vamos ver por que vamos pegar recursos públicos e investir em instituições de educação privadas. Este é o argumento: a gente ouvir os dois lados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos aos projetos terminativos.

O item 1 é de relatoria do Senador Flávio Arns, que parece que não está ainda logado aí.

Vamos então ao item 2, que é de relatoria do Senador Rodrigo Cunha, que está presente aqui na Comissão.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 871, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.

Autoria: Senador Marcos do Val (PPS/ES)

Relatoria: Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 10/7/2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proferiu parecer favorável ao projeto.

Será realizada uma votação única nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado. Concedo a palavra ao nobre Senador Rodrigo Cunha, para a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Presidente Marcelo.

Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade de relatar esse projeto, que é um projeto muito importante. A evasão escolar, de fato, é um fenômeno que ninguém deseja, mas que infelizmente vem crescendo, principalmente durante a pandemia, e nós não sabemos os resultados que teremos nos próximos anos, e que precisa de uma resposta rápida e eficaz por parte do poder público e por parte também da nossa atuação.

Por isso, Presidente, eu solicito ir diretamente para a leitura da análise do relatório.

Relatório da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 871, de 2019, do Senador Marcos do Val, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições de natureza educacional, situação em que se enquadra o PL nº 871, de 2019, a configurar, assim, a regimentalidade da presente manifestação sobre o seu mérito.

Em adição, por envolver deliberação terminativa, prevista no art. 91, inciso I, do citado Regimento, cabe a esta Comissão proferir, ainda, juízo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. A esse respeito, ratificamos o entendimento esposado pela douta Comissão de Constituição e Justiça em 10 de julho de 2019.

No que respeita particularmente à técnica legislativa, o projeto enseja aprimoramento, mormente para adequação do texto de sua ementa à pertinente recomendação de que, assim como deve conter o objeto da lei, igualmente deve observar em relação à identificação da norma que está sendo alterada, como é o caso.

Em relação ao mérito, verifica-se a pertinência e a oportunidade das alterações legais alvitradas pela proposição. De fato, os fenômenos do abandono e da evasão escolar – são dois fenômenos diferentes –, que já tiveram uma incidência muito mais grave na educação brasileira, persistem como uma chaga incurável no País.

Se o enfrentamento dessas mazelas, que afetam, sobretudo, os segmentos econômica e socialmente menos aquinhoados, já se fazia urgente à ocasião da proposta, tendo em conta o elevado contingente de crianças e adolescentes fora da escola, é certo que as medidas de combate ao abandono e à evasão tomaram contornos ainda mais preocupantes nos dias de hoje.

É que, com o isolamento social decretado para a contenção da disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV 2), causador da covid-19, as escolas do País ficaram interditadas por um lapso temporal sem precedentes em nossa história, o que fez o abandono e a evasão escolar retornarem a patamares altíssimos, ante a perda de vínculo de muitas crianças e adolescentes com a escola.

Esse novo contexto de recrudescimento da exclusão escolar exige, assim, no curso do processo de normalização das atividades letivas presenciais, uma atuação muito mais enérgica do Estado, para garantir o retorno desses jovens à escola, se o País quiser manter alguma esperança de futuro para eles.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, em 2015, Alagoas teve a maior taxa de evasão escolar no Ensino Fundamental, de 5,9%, e no Ensino Médio, 13,7%, nesse último ficando atrás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

somente do Pará com 15,9% e Mato Grosso com 13,8%. Não foram apresentados novos dados acerca da evasão escolar.

Então, esses dados aqui, Sr. Presidente, são de situações em 2015. Então, nós precisamos atualizar, ressaltando o momento que estamos vivendo.

Ora, se a escola não consegue responder à complexidade das demandas atuais de formação, as perspectivas de inserção no mundo atual, em todos os seus aspectos, são muito piores para aqueles que dela são alijados. Aliás, essa percepção quanto ao outro lado do abandono parece ser a tônica adequada para tratar dessas questões, dado que, em boa parte das vezes e ao cabo, é a sociedade, por meio da escola, que desiste dessas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a proposição se mostra meritória e oportuna.

Além de atualizar o ECA e conformá-lo à LDB, trata em uma perspectiva sistêmica e duradoura da preocupação de que o Estado brasileiro atue, de maneira consistente, com vistas a assegurar o processo de escolarização de todas as crianças e adolescentes, de modo a não permitir que nenhum deles seja relegado ao abandono.

Como se sabe, as medidas legalmente previstas com intento semelhante ao do projeto sob exame encontram lastro, hoje, principalmente, nas estratégias estabelecidas, com marco temporal determinado, no âmbito do Plano Nacional de Educação aprovado para o decênio 2014-2024, nos termos da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Assim, ao imprimir o caráter de perenidade a essas estratégias de enfrentamento do abandono e da evasão escolares, o projeto inova a lei, de forma consistente, dada a histórica persistência desses problemas.

Ademais, com a mudança da redação do §3º do art. 54, o estatuto volta, por um lado, a guardar conformidade com a Lei nº 9.394, de 1996, a LDB, de modo a tornar beneficiários da medida todas as crianças e todos os adolescentes em idade escolar.

Por outro lado, o mesmo §3º traz também uma inovação de tributar os entes federados subnacionais com o dever de realização do recenseamento escolar, na medida em que nomeia como incumbido de tal tarefa o "poder público, na respectiva esfera de competência federativa".

No que tange a esse aspecto, julgamos que seria importante incorporar o apoio da União, tanto em termos técnicos quanto financeiros, para que se assegure a realização desse mister.

Em reforço a essa preocupação, não se pode perder de vista o enfraquecimento da musculatura orçamentária que iremos experimentar através dos Estados e Municípios até que o País se recomponha das quedas de arrecadação motivadas pela fatídica pandemia de covid-19.

Nesses termos, cremos ser oportuno emendar o dispositivo em questão para estabelecer o apoio da União ao recenseamento escolar.

Por fim, por uma questão conceitual, lembramos que o abandono ocorre aos poucos, configurando uma figura de absenteísmo, motivada pelas mais diversas razões, ao passo que a evasão se afigura como o rompimento de laços com a escola. Na condição de fato consumado, a evasão não pode mais ser prevenida, mas pode perfeitamente ainda ser combatida e enfrentada. E isso precisará ser feito pelo menos por um razoável lapso temporal.

Com efeito, ponderando que o abandono e a evasão ocorrem de maneiras e em momentos diversos, apresentamos emenda ao texto do §4º de modo a realçar a distinção entre os dois fenômenos.

Feitos os reparos apontados, aos quais se adiciona a necessidade de correção do comando do art. 1º do projeto de lei em face do emprego equivocado do verbo "passar", e não havendo óbice à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tramitação no que tange à constitucionalidade e juridicidade, a proposição se mostra digna de acolhida por este Colegiado e por esta Casa Legislativa.

Sendo assim, Sr. Presidente, passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 871, de 2019, com as emendas a seguir:

> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 871, de 2019, a seguinte redação:
> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar o poder público a adotar medidas de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolares.

A outra emenda:

> Dê-se ao art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 871, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 54. .....
> § 3º Compete ao poder público, na respectiva esfera de competência federativa, com o apoio técnico e financeiro da União, recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, fazer-lhes a chamada pública e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
> [E para finalizar:]
> § 4º O poder público adotará estratégias para prevenir e combater o abandono e a evasão escolares, inclusive por meio de visitas domiciliares, busca ativa e ações de articulação intersetorial com órgãos de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias."(NR)
> Sala da Comissão.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente, cuja aprovação peço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a V. Exa. o relatório apresentado e colocamos em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim para discuti-la.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – ... desse projeto. Parabéns, Senador Marcos do Val. Parabéns pelo brilhante relatório, com as mudanças que fez, Senador Rodrigo Cunha.

Eu quero só fazer – a assessoria pediu que eu comentasse, a assessoria do PT...

Sr. Presidente, se faz muito necessário, pois o texto atual do ECA engloba apenas o ensino fundamental, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi sancionado em 1990, quando apenas o ensino fundamental era obrigatório e gratuito. Ademais, a busca ativa se faz necessária – a busca ativa – para captar a demanda não manifesta por creches, pré-escolas e escolas.

É só isso, Sr. Presidente.

E nossos cumprimentos ao autor e ao Relator. Vem em boa hora esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o Senador Marcos do Val e o Senador Rodrigo Cunha. É muito importante fazer essa prevenção da evasão escolar.

Lembro também que, por exemplo, a educação e a saúde podem se unir. Os agentes comunitários de saúde, as unidades básicas de saúde têm o cadastramento das famílias e podem ajudar, podem se unir à educação para detectar – e, inclusive, na maioria das vezes o sabem – o motivo da evasão escolar.

Então, quero parabenizar o Senador Rodrigo Cunha e o Senador Marcos do Val. Isto é de uma importância fundamental: saber por que está havendo, está aumentando essa evasão escolar dos estudantes e preveni-la, porque sem educação...

Era só isso, Sr. Presidente, sou favorável. Acho muita salutar e tem muita sensibilidade um projeto desses.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia, muito agradecido a V. Exa.

Pergunto ao Senador Paulo Rocha se deseja discutir a matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, historicamente nós temos muita relação com os agente comunitários de saúde. E, sobre essa questão que estava colocada aqui, eu queria também encaminhar o voto pela aprovação e dizer que estamos muito atentos a essas legislações que vão ao encontro dos interesses do nosso povo e da nossa gente. Por isso, nossa bancada também encaminha pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Não havendo mais quem queira discuti-la, solicito à Secretaria que abra a votação. Vai ser votação nominal. E, então, está aberto aí para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório oferecido.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto e às emendas apresentadas. (*Pausa.*)

Peço à Mesa para publicar o resultado aí da votação, por favor.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Votaram SIM 14 Sras. e Srs. Senadores, num quórum de 15; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto, portanto, está aprovado.

Aprovado o projeto e as Emendas de nº 1 e nº 2 da CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao próximo item da pauta. (*Pausa.*)

Vamos ao item nº 10, de que é Relator o nobre Senador Nelsinho Trad, que pede a inversão de pauta porque vai presidir agora uma Comissão.

ITEM 10
PROJETO DE LEI Nº 5657, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Denomina Dalton Derzi Wasilewski todo o trecho da rodovia BR-060 situado no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Vander Loubet.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, muito me honra fazer parte deste Colegiado tendo V. Exa. na Presidência desta Comissão.

Cumprimento os demais colegas aqui presentes.

Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei 5.657, de 2019 (Projeto de Lei 8.549, de 2017), do nobre Deputado Vander Loubet, o decano dos Deputados Federais do Mato Grosso do Sul – vai para o quinto mandato –, que "denomina Dalton Derzi Wasilewski [...] o trecho da rodovia BR-060 situado no Estado de Mato Grosso do Sul", de que tive a honra de ser designado o Relator.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o Projeto de Lei 5.657, de 2019, do Deputado Vander Loubet, que "denomina Dalton Derzi Wasilewski todo o trecho da rodovia BR-060 situado no Estado de Mato Grosso do Sul".

A proposição contém dois artigos. O primeiro estabelece a denominação do trecho rodoviário, que vai desde a divisa do Estado do Mato Grosso do Sul com o Estado de Goiás, no Município de Chapadão do Sul, até a fronteira com o Paraguai. O segundo prevê que a lei resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa da matéria, o autor destaca a importância do homenageado para o Estado do Mato Grosso do Sul.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposição não recebeu emendas e foi distribuída para análise exclusiva da Comissão de Educação.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em análise.

O Sr. Dalton Derzi Wasilewski tinha apenas 36 anos de idade quando faleceu na capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, em 2013, como consequência de um acidente motociclístico. Atuava no ramo de prestação de serviços para grandes eventos, e sua empresa era responsável por montagens de arquibancadas, palanques e palcos não somente no Estado de Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil.

Nascido em Ponta Porã, Dalton Derzi Wasilewski vivia em Campo Grande e era muito bem quisto em toda região. Era integrante de um clube de motociclistas que se encontravam regularmente para confraternizações e passeios, além de realizar trabalhos de caridade. Após a sua morte, os colegas do clube o homenagearam, adotando suas iniciais como nome do grupo, o DDW Motorcycle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A homenagem que hora se propõe nos parece, portanto, justa e oportuna, porque celebra um cidadão sul-mato-grossense que partiu de forma precoce e deixou saudades naqueles que admiravam seu caráter honesto, generoso e participativo.

Ademais, por ser a única Comissão a se pronunciar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação, ainda, manifestar-se acerca dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

A União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal. Além disso, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, IX, da Carta Magna.

A matéria pode ser veiculada por meio de lei ordinária, já que não está reservada à esfera de lei complementar. Outrossim, é lícita a iniciativa parlamentar, já que o tema não exige iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o texto constitucional no art. 61, §1º.

A proposição obedece, ainda, ao disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, segundo o qual, mediante lei especial, um trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Igualmente, a técnica legislativa do projeto é adequada, atendendo às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além disso, Sr. Presidente, uma homenagem como essa serve de bálsamo para tentar amenizar – e a gente sabe que isso é muito difícil – a dor dessa família. Eu conheço os pais do Dalton, são pessoas da minha estima, da minha consideração, frequentemente mantemos um relacionamento social, tanto com a mãe quanto com o pai, os irmãos. E ficam aqui registradas as nossas homenagens por essa justa iniciativa do Deputado Vander Loubet, além da viúva e do filho que deixou precocemente.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.657, de 2019, que passa a denominar de Dalton Derzi Wasilewski o trecho da rodovia BR-060 situado no Estado de Mato Grosso do Sul.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Nelsinho Trad, agradeço a V. Exa. pelo relatório apresentado e o submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto à votação o relatório apesentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Vamos à próxima matéria.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 148, DE 2017
- Terminativo -

Inscreve o nome de Paulo Reglus Neves Freire no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observação: será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, esse projeto já está na Casa desde 2017. É um projeto de lei simples, mas de grande importância porque homenageia, reconhece o valor dos nossos heróis, homens e mulheres que se dedicaram à causa humana, à causa dos interesses da humanidade. E Paulo Reglus Neves Freire é o famoso Paulo Freire, conhecido mundialmente, inclusive. E a proposta é para inscrever o nome dele no Livro dos Heróis da Pátria.

Portanto, é um projeto muito simples, projeto que atende toda a nossa legislação, a Constituição, e está dentro das regras legislativas dos nossos regulamentos internos e externos das Casas que fazem as leis.

Este projeto já esteve em pauta. A Relatora, então, era a Senador Lídice da Mata, mas a matéria não chegou a ser apreciada por esta Comissão.

Portanto, meu relatório é em homenagem às duas ex-Senadoras. A Senadora Fátima agora é Governadora e a Senadora Lídice da Mata agora é Deputada Federal, em homenagem às duas, para homenagear esse grande homem, na verdade, estou repetindo o relatório de então, da Senadora Lídice da Mata, que é pela aprovação do projeto, naturalmente.

É bom lembrar aqui as ações do Paulo Freire, esse grande brasileiro. É dessas figuras singulares, capazes de engrandecer e envaidecer qualquer nação. Foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa por 27 universidades, de países com diferentes matizes ideológicas: Universidade Aberta de Londres, Inglaterra, em junho de 1973; Universidade Católica de Louvain, Bélgica, em fevereiro de 1975; Universidade de Michigan, Estados Unidos, em abril de 1978; Universidade de Genebra, Suíça, em junho de 1979; Universidade de San Simón, Cochabamba, Bolívia; Universidade de Estocolmo, Suécia, em setembro de 1995, entre tantas outras. Por seu trabalho em favor da educação, recebeu, ainda, inúmeros títulos, como o Prêmio Unesco da Educação para a Paz (1986) e o Prêmio Andrés Bello, da Organização dos Estados Americanos, como Educador dos Continentes (1992).

Mas, por óbvio, tantas láureas não são capazes de resumir a trajetória pessoal, profissional e acadêmica de Paulo Freire. Graduado em Direito, com doutorado em Filosofia e História da Educação, foi na Pedagogia que o educador realmente se destacou, com teses e abordagens marcadas por uma profunda preocupação com as injustiças sociais, propondo a educação como caminho de libertação e construção da cidadania. A "pedagogia da libertação" – assim foi chamada – começou a ser engendrada no final da década de 40 e início da década de 50, baseada no pressuposto de que, por meio do trabalho coletivo, os indivíduos adquirem consciência crítica e se tornam sujeitos da própria história.

Paulo Freire coordenou, no Governo do então Presidente João Goulart, o Plano Nacional de Alfabetização, que buscava tirar 5 milhões de pessoas do analfabetismo.

Na década de 60, em evento realizado no Estado do Rio Grande do Norte, por iniciativa do governo estadual, empreendeu a experiência de alfabetização de adultos conhecida como "40 horas de Angicos", que atraiu para o pequeno Município potiguar observadores, especialistas em educação e veículos da imprensa nacional e internacional interessados em conhecer o método que tinha como objetivo tornar trabalhadores capazes de ler e escrever em apenas 40 horas. Esse método de alfabetização se tornaria a base do Programa Nacional de Alfabetização da época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Durante o período militar, exilado, Paulo Freire viveu na Bolívia e, em seguida, no Chile, onde participou de ações junto a trabalhadores rurais, publicando algumas de suas obras mais significativas. Posteriormente, na Europa, trabalhou no Conselho Mundial das Igrejas, em ações educacionais de movimentos sindicais e feministas, atuando também como consultor para a implementação de políticas educacionais em ex-colônias africanas e aprofundando os estudos sobre as relações entre o processo educativo, os movimentos sociais e a formulação de políticas comprometidas com mudanças em contextos culturais diversos.

Depois, ao retornar ao Brasil, voltou a participar ativamente do processo de redemocratização do País. Já reconhecido internacionalmente, passou a ser constantemente chamado para assessorar, falar ou ser homenageado em outros países.

Paulo Freire faleceu na cidade de São Paulo, em 1997, após ter publicado novas reflexões que redimensionaram as suas propostas originais.

Por oportuno, registra-se que o falecimento de Paulo Freire se deu em 2 de maio de 1997, cumprindo, portanto, sobejamente, o requisito temporal estabelecido pela Lei 11.597, de 2007.

Por isso, Sr. Presidente, diante de toda essa obra, dessa ação humanitária e da importância que tem Paulo Freire para os métodos de educação inclusiva, que ele chamou de "pedagogia da libertação", é que propomos inscrever o nome de Paulo Freire no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero parabenizar V. Exa., nobre Senador Paulo Rocha, pelo brilhantismo do parecer de V. Exa., que faz justiça a um dos grandes homens da nossa Pátria. Para a nossa surpresa, ele ainda não está inscrito no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, porque, sem dúvida alguma, se alguém merece esse título, é Paulo Freire.

Vou submeter, então, à discussão a matéria. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim está com a palavra para discuti-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, primeiro, quero dizer que é muito bom para esta Comissão, neste momento histórico, ter V. Exa. na Presidência dos trabalhos da Comissão de Educação. V. Exa. é um homem que se destacou... Permita que eu diga isto: não combino em nada com V. Exa. em inúmeras áreas, mas, quando V. Exa. naquele Plenário fala em educação, pode ter a certeza de que há um silêncio total. Só não é aplaudido como deveria porque não é a praxe na Casa.

Quando há um silêncio total nos pronunciamentos, é uma homenagem que a Casa faz, e V. Exa. está presidindo esta reunião.

Se V. Exa. me der dois minutinhos, na mesma linha do Senador Paulo Rocha, que fez um brilhante relatório, eu quero dizer que Paulo Freire é um homem do mundo, é um herói do mundo. Ele percorreu mais de 50 países, lecionando nos mais importantes centros universitários internacionais, como a Universidade de Harvard, e aplicando o seu método de alfabetização em nações da Ásia, África, América Latina. A sua obra acabou, portanto, por assumir dimensões universais.

Paulo Freire dedicou a sua vida e a sua obra às causas dos oprimidos, dos desvalidos, dos esfarrapados, do mundo todo, sempre esperançando – ficou famosa esta frase: sempre esperançando –, sempre buscando superar a feiura da opressão e alcançar a boniteza da comunhão, da liberdade, da democracia, da cidadania.

Com certeza, Presidente, esta reunião é histórica, e Paulo Freire permanecerá sempre vivo na memória das lutas populares e na práxis de milhares de educadores e educadoras pelo mundo afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, parabéns!

Falo isso com muito carinho tanto à autora como ao Relator. A autora é naturalmente a nossa querida Senadora Fátima Bezerra, que também adora e trabalha no campo da educação, hoje Governadora; e o Relator é o nosso Líder Paulo Rocha, brilhante relatório.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo pelas palavras sempre generosas de V. Exa. e pelo posicionamento a favor da matéria, passo à próxima inscrita, Senadora Zenaide Maia, com a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, queria dizer ao senhor que concordo com o senhor: por que Paulo Freire ainda não está no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria da educação, depois de tudo que se falou sobre Paulo Freire? Aqui no Rio Grande do Norte, em Angicos, ele iniciou um trabalho e esse trabalho foi na época da ditadura militar.

O que eu observo que Paulo Freire fazia e que ele queria dar a entender é que aquelas pessoas que ele formava... Quando ele preparava aquele número de alunos para fazer método de educação inclusiva, ele mostrava àquele povo que eles não eram pobres, na verdade eles estavam empobrecidos por uma falta de ação do Estado, vontade política, que não oferecia o instrumento, que era a educação, para eles conseguirem sair da extrema pobreza. Então, Paulo Freire é grande por isso. As pessoas não eram pobres, e, sim, empobrecidas pelo Estado brasileiro, que se recusava a dar uma educação que incluísse esse povo.

É como a gente diz: não é dar o peixe, é dar a vara para pescar. E a gente sabe, como o senhor, como o Paulo Paim falou, que o senhor tem um olhar diferenciado para a educação, apesar de ser médico, mas eu vejo que, quando se fala em educação, o senhor levanta logo a cabeça.

Então, quero dizer o seguinte: Paulo Freire mostrava aos seus alunos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está travada aí a internet de V. Exa. Acho que caiu. (*Pausa.*)

Vou considerar concluída a fala da Senadora Zenaide, porque caiu a ligação aí da internet. Se ela retornar, depois a gente dá a palavra a ela.

Vou passar ao próximo inscrito, Senador Flávio Arns, para discutir esta matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar em primeiro lugar V. Exa., Senador Marcelo Castro, também os colegas e as colegas da Comissão de Educação e também concordo inteiramente com essa homenagem que todos nós, brasileiros, temos, até eu diria, a obrigação de fazer para o educador do mundo. Paulo Freire é do Brasil, mas é do mundo, reconhecido pelas universidades com maior prestígio no mundo em termos de ser um revolucionário na educação, e, por ser revolucionário, confundido, muitas vezes, pelos inescrupulosos como comunista ou subversivo ou coisa semelhante. De fato, o povo educado, a pessoa educada subverte valores para que haja mais humanidade, mais cidadania, mais direitos, e foi isso que Paulo Freire fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero colocar uma coisa pessoal, porque também neste ano ele completaria cem anos de idade. Salvo engano meu, ele era muito amigo de D. Paulo Evaristo Arns, meu tio, que também, neste ano, completaria, se estivesse vivo, cem anos de idade, e os meios de comunicação do Senado fizeram um apanhado muito interessante da caminhada dos dois Paulos, os Paulos da Pauliceia, e vale a pena sim acompanhar esse trabalho que o Senado Federal fez sobre Paulo Freire e Paulo Evaristo.

Então, que bom que a Senadora Fátima Bezerra também – Deputada, Senadora –, o Paulo Rocha, as falas do Paulo Paim, da Zenaide Maia... Só quero me associar e me somar e dizer que bom que nós podemos dar prestígio, valor, reconhecimento para essas grandes figuras nacionais, particularmente na área da educação.

Então, parabéns! Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo...

Senadora Zenaide Maia... Retornou a ligação aí da internet.

V. Exa. deseja concluir o pronunciamento de V. Exa. ou já podemos dar por concluído?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Pode dar por concluído, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado.

Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu vou deixar sem votação, porque nós temos três outros itens, o item 6 e o item 7 da pauta, que também são votações de projetos terminativos, e nós podemos, como de costume, votar em bloco.

Então, vou para o item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 480, DE 2020
- Terminativo -

Institui a Campanha "Setembro da Paz", anualmente, em todo o território nacional.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

A Relatoria é da Senadora Kátia Abreu, que pediu à Senadora Zenaide Maia para relatar *ad hoc*.

Concedo assim a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu posso passar direto para a análise do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, sem dúvida, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar o mérito de matérias que versem sobre políticas para a educação e cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PL nº 480, de 2020. Os termos da proposição não importam em violação de cláusula constitucional; a matéria está revestida sob a forma de projeto de lei ordinária. Ademais, não há que se falar em vício de iniciativa, à vista do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

Da mesma forma, quanto à juridicidade, a matéria não fere o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto, que se encontra conforme às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em 4 de setembro de 2020, foi realizada audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para debater a proposição legislativa ora em exame, segundo consta do Ofício nº 261, de 2020, do Gabinete do Senador Flávio Arns, dando cumprimento à formalidade prevista na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010.

De acordo com estudiosos do assunto, o conceito de cultura de paz parte do princípio de que nem a violência, nem a paz, são naturais à atividade humana. Por um lado, é necessário entender que, como fenômeno social complexo, a violência se exemplifica em grupos, pessoas, ações e relacionamentos que necessitam de transformação. Consequentemente, a paz precisa ser ensinada, aprendida e estimulada para efetivar essa mudança de ótica.

Sob essa perspectiva, em 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) convocou um Movimento Global para uma Cultura de Paz, a qual deve enfatizar uma visão de mundo que privilegia o diálogo e a mediação para resolver conflitos, abandonando atitudes e ações violentas e respeitando a diversidade dos modos de pensar e agir.

No "Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência" a Unesco destacou seis pontos primordiais: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade.

Embora exista muita informação, tecnologia e conhecimento disponíveis, o que torna o mundo cada vez mais interconectado, ainda é necessário um conhecimento adequado para prevenir conflitos, erradicar a pobreza ou possibilitar que todos aprendam para viver em harmonia em um mundo seguro. Nesse sentido, na Conferência Internacional das Comissões Nacionais da Unesco, em Viena, Áustria, em 31 de maio de 2012, a ex-Diretora-Geral da entidade, Irina Bokova, afirmou: "Não é o suficiente estarmos conectados uns aos outros. Também precisamos compartilhar nossas soluções, nossas experiências e nossos sonhos, em uma grande comunidade sustentada pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais".

No Brasil vivemos uma realidade em que a pobreza, a desigualdade e a injustiça social se refletem na contínua violação dos direitos humanos, incluindo o direito à vida e à segurança. A questão da violência em nosso País é uma das maiores preocupações da sociedade. Os índices de violência e de insegurança, especialmente nos grandes centros urbanos, aumentaram nas últimas duas décadas. Atualmente, os homicídios são uma das principais causas de morte entre homens jovens de idades entre 15 e 39 anos.

Diante disso, é fundamental a instituição no Brasil de uma campanha de paz, durante a qual, tal como proposto pelo projeto de lei em análise, possam ser realizadas palestras, seminários, debates e eventos congêneres, prioritariamente em estabelecimentos de ensino fundamental, médio e educação superior; divulgação de avanços, conquistas e boas práticas relacionadas à promoção da paz e combate à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

violência; identificação de desafios para a promoção da paz e combate à violência; difusão de orientações voltadas à promoção da paz e ao combate à violência em todas as suas modalidades, em todos os segmentos da sociedade.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória, a iniciativa ora proposta para instituir a campanha Setembro da Paz, de forma a, como enfatiza o autor da matéria, permitir ao Brasil a conscientização e sensibilização sobre a promoção da paz e combate à violência.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 480, de 2020.

Aqui, Sr. Presidente, já parabenizando o nosso autor, Senador Flávio Arns, e a Relatora, para quem eu estou fazendo a relatoria *ad hoc*, Kátia Abreu. E se volta, como se a gente estivesse voltando ao item anterior, a Paulo Freire: a educação para diminuir as desigualdades sociais e diminuir a própria violência. Eu não consigo encontrar uma medida mais preventiva para reduzir a violência do que uma educação pública de qualidade, em tempo integral. E também eu, médica, e o senhor, meu colega médico, sabemos também que uma das maiores prevenções, ou seja, saúde preventiva é a educação do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia. Agradeço a V. Exa. pelo brilhantismo do relatório.

Passamos, então, à discussão da matéria.

O Senador Paulo Paim pede a palavra para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Menos que um minuto, Presidente.

Mas eu quero homenagear o Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a visão de todos nós. Se há um homem que expressa nas suas ações e no seu olhar a paz é você, Senador Flávio Arns. E para mim paz e amor são duas pequenas palavras que são até indefinidas pela grandeza delas, não é? Todo mundo sabe que o amor é sentimento; paz é sentimento. E só vou dizer isso. Permita-me que eu diga, Senador Flávio Arns.

Meus cumprimentos, claro, também às duas Relatoras, Senadoras Kátia Abreu e Zenaide Maia. Eu gosto muito de uma música que diz:

> Quando [...] [setembro vier]
> Eu quero estar junto a ti [...]
> É primavera

É claro que eu não cantei, não é? Se eu cantei, você desliga o microfone dele. Então, quando setembro vier, eu quero estar junto a ti, é primavera – é a estação das flores, não é? E essa paz engloba, inclusive, a defesa do meio ambiente. Muita, muita luz por ter escolhido a primavera, setembro, como o mês da paz. Só isso, Sr. Presidente.

Parabéns, Flávio Arns! Você sabe: viemos de longos tempos como Deputados e tenho muito orgulho de ser seu amigo.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E vou aguardar para submeter à votação juntamente com os outros projetos, para fazer a votação em bloco, para a gente poder ganhar tempo.

Vou passar ao item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 2151, DE 2019
- Terminativo -

Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS)

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com o acatamento da emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta.

Observações:

Em 23/11/2021, o Senador Carlos Portinho apresentou a emenda nº 1.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Em 28/10/2021, foi lido o relatório, mas, como houve alteração, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para nova leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência. Fora do microfone*.) – ... nas mudanças. Então, vem a esta Comissão projeto de lei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu peço para que o Senador Paulo Paim inicie cantando Nervos de Aço. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daí todo mundo sai do ar e a audiência da TV Senado vai lá para... Viu? Mas eu me sinto homenageado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como ele ensaiou para cantar Manhãs de Setembro, eu ia fazer essa sugestão, para ele começar cantando e o Senador Esperidião Amin terminar, para homenagear esse grande cantor brasileiro Lupicínio Rodrigues. O Amin deve saber umas dez dele aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, eu me associo ao nobre colega Senador Esperidião Amin e ao Senador Paulo Rocha, e estou aqui torcendo para que V. Exa. dê uma palhinha aí para nós de Lupicínio Rodrigues. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Está bom. Eu vou chamar o nosso querido sempre Senador Eduardo Suplicy, porque ele cansou de ir para a tribuna defender projeto e cantava música, inclusive, em inglês, diversas ele cantou. Um dia ele cantou New York, New York, de que eu gosto muito também, mas eu vou ficar aqui no meu relatório. Eu vi ali que o Líder Carlos Portinho, que fez essa bela emenda, já está aqui acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, eu vou só avançar, porque eu já li o relatório, brilhante iniciativa, de autoria do Senador Lasier Martins, o qual propõe que o compositor Lupicínio Rodrigues seja declarado Patrono da Música Popular Brasileira.

Vou direto. Foi apresentada uma emenda à proposição de autoria também do Senador Carlos Portinho, que propõe seja incluído, também como Patrono da Música Popular Brasileira, ao lado de Lupicínio Rodrigues, Alfredo da Rocha Vianna Filho, conhecido como Pixinguinha.

Portanto – eu estou resumindo aqui o relatório –, o projeto de lei em questão atende todos os aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito da proposição, eu vou entrar diretamente no mérito, certamente Lupicínio é um dos compositores mais originais da nossa música popular. Além das inúmeras qualidades do seu trabalho, ele se destacou como o criador da chamada "dor de cotovelo". A expressão, graças a ele, passou a designar um estilo de canção que trata das desventuras amorosas, um tema no qual Lupicínio foi um criador imbatível. Suas músicas podem lidar com o banal, mas não são banais, escreveu sobre ele o grande poeta Augusto de Campos. De fato, poucos foram capazes de tanta imprevisibilidade no âmbito da poesia da nossa música popular.

Diante de tal obra, elaborada, ao longo de algumas décadas, com a mais marcada originalidade e inabalável fidelidade do autor a si mesmo, não podemos deixar de reconhecer que estamos diante de um dos gigantes da nossa música.

Já no que se refere à emenda apresentada, que estamos agora analisando, vale relembrar o que bem enfatizou, em sua justificação, o Senador Lasier Martins, autor do PL nº 2.151, de 2019, ora em análise, ao destacar que Lupicínio Rodrigues integra uma imensa constelação de astros e estrelas que fazem da música popular uma das mais exuberantes expressões da cultura brasileira. A emenda é do Senador Carlos Portinho.

Nesse sentido, não se pode negar que o nosso Pixinguinha é também estrela de imenso destaque nessa constelação poderosa. Foi, verdadeiramente, um gênio inquestionável e um dos maiores expoentes da música popular brasileira.

Como bem destaca o autor da emenda, o Senador Carlos Portinho – vou ler só um pedacinho do que escreveu o nosso grande Senador Carlos Portinho:

> Pixinguinha contribuiu para que o gênero musical choro encontrasse uma forma definitiva, e para a consolidação, no começo do século XX, do sincretismo de gênero que chamamos hoje de música popular brasileira. É autor de sucessos inesquecíveis como "Carinhoso", composto entre os anos de 1916 e 1917, da valsa "Rosa", em 1917, e de "Lamentos", em 1928.
> [Aí completa o proponente da emenda, o Senador Carlos Portinho.]
> A importância do músico é tamanha que em 23 de abril de cada ano comemora-se o Dia Nacional do Choro, data escolhida porque se acreditava ser a de nascimento de Pixinguinha.

Presidente, dessa forma, sem dúvida nenhuma, é pertinente a emenda.

Quero dizer, por uma questão de justiça, Senador Carlos Portinho, que conversei com o Senador Lasier Martins, que não criou nenhum obstáculo e disse: "Olha, Paim, claro! Claro! Diga lá para o Portinho que, de minha parte – e você como Relator vai construir –, se inclua, então, o nosso Pixinguinha". Eu vi que ele entendia bem de Pixinguinha, também, viu? Não foi só você, Portinho; ele também me falou do Pixinguinha, com muitos elogios.

Diante dos fatos, o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, nos termos da emenda:

EMENDA Nº – CE
Dê-se a seguinte redação à ementa e ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.151, de 2019:
"Declara Lupicínio Rodrigues e Alfredo da Rocha Vianna Filho, conhecido como Pixinguinha, Patronos da Música Popular Brasileira"
"Art. 1º Os compositores Lupicínio Rodrigues e Alfredo da Rocha Vianna Filho, conhecido como Pixinguinha [aqui ele só enfatiza que é de redação], são declarados Patronos da Música Popular Brasileira."

É isso, Presidente.

Os meus sinceros parabéns, tanto ao Senador Lasier Martins como também ao nosso querido Senador Carlos Portinho!

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero agradecer a contribuição de V. Exa.

Passo, então, à discussão da matéria.

Pede a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Em primeiro lugar, para que ninguém fique preocupado, eu não vou cantar. Essa missão é do Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. frustra expectativas, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem sabe a gente pode agendar, não é?

Eu queria dizer que o Senador Lasier, em primeiro lugar, traz para debate, para memória e para reflexão a música popular brasileira. Nós somos muito ricos. Hoje é Dia de Santa Catarina de Alexandria, padroeira do meu Estado. Só em torno do nome de Santa Catarina eu conheço uns três hinos belíssimos. E são populares. Não posso deixar de lembrar nomes como o do Padre Zezinho, radicado em Brusque, que tem músicas sempre com o lado religioso, mas populares; o Zininho, Cláudio Alvim Barbosa, que é o autor, entre outras coisas belíssimas, do Hino da minha cidade, Florianópolis, Rancho de Amor à Ilha; Luiz Henrique Rosa, que foi um gênio. Estou falando em termos de músicos mais modernos.

Eu ficaria aqui discutindo sobre aqueles que eu admiro, mas vou falar só de dois nomes.

Para contrariar os cariocas: Adoniran Barbosa. Esse cara foi um... quando se fala, como falou o Senador Paim, do diário e do social. E com intérpretes magníficos. Há uma dublagem dele com a Elis Regina fantástica: Tiro ao Álvaro. É uma coisa inesquecível! Não vou falar das outras, senão vou me alongar.

E, para falar de um vivo, que está vivo entre nós: Tom Zé. Eu sou fã do Tom Zé. Acho que é o personagem talvez menos associado à Bossa Nova, que foi... Segundo ele mesmo relata em música, a Bossa Nova foi um ponto fora da curva na música popular brasileira. Um ponto fora da curva porque inovou, descobriu o Brasil para o mundo. Não é que nós não tenhamos nada além da Bossa Nova; ela descobriu, pegou! Garota de Ipanema, e daí para frente. Com seus parceiros, com os vários nomes que ilustram isso, talvez especialmente no Rio de Janeiro.

Então, eu queria me congratular pelo fato de se trazer esse tema: música popular brasileira. É lógico que eu vou votar a favor, mas a galeria, felizmente, Senador Marcelo Castro... E eu nem falei dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nordestinos, a começar pelos baianos, Dorival Caymmi e tantos outros, que têm a facilidade da produção da poesia. E, sem poesia, não há música. Então, eu queria só me congratular, por trazerem ao seio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte esse tema tão relevante, com o autor e com o Relator, Senadores que naturalmente têm Lupicínio Rodrigues diante da sua escrivaninha, Lasier Martins e Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra agora ao próximo inscrito, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro, Senador Marcelo Castro. Muito obrigado ao querido Senador Paulo Paim, porque eu vinha acompanhando esse projeto de autoria do Senador Lasier, que nos inspira, como disse o nosso Senador Amin, as melhores lembranças, a lembrança da nossa música, que é a nossa identidade cultural primária, eu acho. E essa minha emenda... Lógico, imagina, temos uma constelação, como foi dito, de músicos e outros expoentes da nossa música da maior diversidade, mas é emblemático também, e por isso eu quis emendar – e contei com a boa vontade, porque já havia sido lido o relatório do nosso querido Paim, do nosso Lasier, Senadores –, porque o Pixinguinha traz ainda uma questão histórica, cultural e social da maior importância.

Na música, ele foi o precursor do choro, e o choro inspirou a música popular brasileira. Tom Jobim e todos os cantores mais modernos tiveram a sua inspiração em Pixinguinha. E Pixinguinha – Carinhoso, se não me engano, é de 1916 ou 1917 –, a gente está falando de um negro que fez sucesso nos idos da nossa longeva história. Então, eu acho que, como são tantos, se nós podemos ter dois patronos, os dois poderão representar certamente a diversidade da música brasileira, dos nossos artistas, fazendo a todos, assim, uma grande homenagem, que serão lembrados através desses dois: Pixinguinha e Lupicínio.

Muito bem escolhido. Muito obrigado, Senador Paim, Senador Lasier.

Senador Marcelo, muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, eu vou submeter à votação em bloco o item 4, o item 6 e o item 7.

O item 4 é o PLS 148, de 2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que inscreve o nome de Paulo Freire no livro dos *Heróis e Heroínas da Pátria*.

O item 6 é o PL 480, de 2020, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a campanha Setembro da Paz, anualmente, em todo o Território nacional, com relatoria da Senadora Kátia Abreu e Zenaide Maia, *ad hoc.*

E o item 7 é o PL 2.151, de 2019, de autoria do Senador Lasier Martins, que declara Lupicínio Rodrigues e, com a emenda do nobre Senador Carlos Portinho, Pixinguinha como Patronos da Música Popular Brasileira.

Então, vou mandar abrir o painel para a gente votar, em globo, esses três itens: 4, 6 e 7.

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – De autoria da Senadora Mara Gabrilli, eu sou Relator, portanto, do Projeto de Lei nº 1.237.

Eu acho que ele é muito importante e atual, porque se avizinha que nós tenhamos um problema a mais, no ciclo inflacionário que nós estamos vivendo, com o reajuste das mensalidades ou anuidades, como você queira chamar. E esse projeto da Senadora Mara Gabrilli procura criar um mecanismo para facilitar a arbitragem. Mas eu fui advertido de que seria necessário que ele fosse mais bem debatido nesta Comissão.

Eu sou a favor do projeto, mas também tenho que dizer que não tenho conhecimento atual suficiente para desconsiderar a necessidade do seu debate. E fui muito sensível à ponderação muito educada da nossa Senadora Maria Eliza. Então, eu não estou pedindo para retirar de pauta, estou pedindo para passar para a pauta da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E acho que a assessoria dos Senadores que integram deveria ser alertada, porque será um passo a mais na tramitação do projeto... (*Pausa.*)

Excelência, o querido amigo Nelsinho Trad, quando adentra um recinto, Senador Marcelo Castro, sempre produz luz, e às vezes desperta...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Concordo com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desperta até quem tombou, como foi o caso do Senador Cid Gomes, o senhor lembra? Teve aquela síncope. Quando ele se viu atendido pelo Senador Otto Alencar, traumatologista, e pelo Senador Nelsinho Trad, que me parece que é urologista, ele se levantou e encerrou.

Quer dizer, ele consegue produzir uma mudança climática e sanitária. (*Risos.*)

Então, eu acho que se esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas o que ressuscitou, o que recuperou o Senador Cid Gomes foi a manobra que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, eu quis descrever!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... Senador Otto Alencar fez. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o fato é o seguinte: o instinto de sobrevivência do Senador Cid Gomes estava acuradíssimo. Então, eu sugiro que passemos para a pauta da próxima semana – não é nem para tirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De pleno acordo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Adiar por uma semana. Eu acho que não é preciso nem pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu preciso também ter mais segurança e estou ouvindo inclusive algumas pessoas que são especialistas nisso. Faço questão de citar: o ex-Vereador Zany Estael Leite, de Florianópolis, é um grande lutador nessa questão. E eu acho que mais uma semana, em vez de ser perda de tempo, pode ser ganho de conhecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida.

Então, fica determinada aqui a suspensão do item 3, que vai constar da pauta da próxima semana, da semana seguinte.

(É a seguinte a matéria suspensa:

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 1237, DE 2019
- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2 - CAE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 - CAE.

Observações:

Em 10/3/2020, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e nº 2 – CAE.

)

Com a palavra a nobre Senadora Maria Eliza.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Agradeço muito ao Senador Esperidião Amin pela sensibilidade e ao Sr. Presidente muito obrigada pela sensibilidade. Eu acho que é um assunto de extrema importância, que deve ser debatido num momento de pandemia que tantas surpresas nos reserva por aí.

Então, muito obrigada pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Maria Eliza.

Continuam, então, em votação as três matérias que estão sendo votadas em globo. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Izalci está fazendo perguntas. Ele é o Relator da CPI da Chapecoense. Alguém tem que ir lá falar com ele. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, que a solicita.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Enquanto os Senadores e as Senadoras ainda chegam para a votação, eu quero comentar que, hoje, cedo, ainda tive a oportunidade de participar, aqui em Curitiba, na Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), do Congresso Sesi ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O Sesi, no Paraná, e a Fiep, sob a coordenação do Presidente (*Falha no áudio.*)... para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com congressos, seminários, eventos. Temos também, aqui no Sesi do Paraná, o Portal ODS. Esse portal permite que qualquer pessoa saiba o que vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo nos ODS em qualquer (*Falha no áudio.*)... bem organizado Sesi Paraná. E, ao mesmo tempo, também se pode, através desse portal, verificar as boas práticas que vêm acontecendo pelo Brasil.

A gente lembrou, nesse evento, que os ODS fazem parte da Agenda Global 2030, da qual o Brasil é signatário, como também 193 países. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se concretizam em 17 objetivos e em 169 metas, inclusive sugerindo aos Prefeitos e Governadores que adotem esses objetivos e metas como planos de governo. As metas e objetivos se referem ao planeta. São três áreas: planeta, toda a parte que foi discutida recentemente no Fórum Global, na Conferência Global; prosperidade, com desenvolvimento econômico na indústria, no comércio, nos serviços, no turismo, na agricultura; e a pessoa, educação, saúde, cultura, esporte, casa, comida, trabalho. Então, as áreas são: prosperidade na economia, planeta e a pessoa. A ONU, inclusive, diz que, para esses objetivos se concretizarem, a gente tem que ter parceria. Todo mundo tem que puxar a corda para o mesmo lado, Executivo, Legislativo, Judiciário, sociedade, para, com isso, construir uma sociedade de paz.

Eu quero só aproveitar, então, Sr. Presidente, este tempo para enaltecer o trabalho extraordinário da Fiep do Paraná, contribuindo para os ODS e, particularmente, para o Sesi.

Quero recomendar que as pessoas entrem no Portal Sesi ODS do Paraná para terem ideia de todos os Municípios do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Vamos, então, continuar com a votação. (*Pausa.*)

Eu vou pedir, então, à Secretaria da Mesa que abra o painel para ver a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, votaram 14 Sras. e Srs. Senadores SIM – 13 –; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, estão aprovados os projetos, os itens 4, 6 e 7 da pauta. (*Pausa.*)

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3807, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência e seu acompanhante.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 – CDH.

Observações:

Em 12/9/2019, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa proferiu parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1 – CDH;

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Parabenizo a Senadora Daniella Ribeiro pela iniciativa.

Quero dizer que a apresentação do projeto de lei está de acordo com todas as exigências legais, regimentais, constitucionais. Não há vícios relacionados à constitucionalidade, tampouco identificamos falha de natureza jurídica ou regimental.

Quanto ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Existe muitas vezes um espaço a ser transposto entre o reconhecimento de um direito e a possibilidade de seu efetivo usufruto. É essa justamente a preocupação da Senadora através do Projeto de Lei 3.807, de 2019, quando busca garantir a possibilidade de que a pessoa com deficiência e seu acompanhante comprem, por meio remoto, o ingresso para os eventos culturais e esportivos de que trata o art. 44 da LBI, que é a Lei Brasileira de Inclusão. Os ingressos serão para os espaços livres e assentos especialmente reservados para a pessoa com deficiência, previstos também no referido art. 44 da LBI, nos termos em que vier a ser regulamentado o disposto em seu projetado §8º.

Não há dúvida de que essa comodidade estimulará a aquisição de ingressos por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para os eventos de natureza cultural e esportiva, tornando mais efetivo o direito à cultura e ao lazer, que a Lei Brasileira de Inclusão procura assegurar.

O mérito do projeto é inegável, razão pela qual com ele concordamos, nos termos da emenda aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Senadora Daniella Ribeiro nº 3.807, de 2019, conforme redação dada pela Emenda nº 1 da CDH, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns concluiu a leitura. Tudo bem. Pensei que tivesse travado a internet.

Então vamos à discussão da matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e vou submeter à votação nominal. Então, peço à Mesa que abra o painel para a votação dessa matéria, o item 1 da pauta, terminativo.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, que a solicita.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Isso.

Aproveitando, Sr. Presidente, o tempo, enquanto os Senadores e Senadoras votam, eu quero novamente destacar que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a nossa Comissão, aprovou a criação de uma Subcomissão temporária, Educação na Pandemia, e essa Subcomissão vem se reunindo todas as segundas-feiras, às 10h da manhã, para fazer uma audiência pública com atores importantes da sociedade na área da educação.

Na última segunda-feira, tivemos a participação do Ministério da Educação, uma participação muito importante com o Subsecretário de Educação Básica. Também com o TCU (Tribunal de Contas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

União), com dados muito importantes e interessantes sobre a concretização de políticas públicas das áreas da educação, da cultura e do esporte – então, uma participação excelente, documentos e materiais maravilhosos – e também, representando a Fiocruz, a Diretora da Escola Politécnica de Saúde, que teve uma participação extremamente interessante, boa, tão interessante que eu disse: "olha, vamos pegar a transcrição e fazer disso praticamente um manual para o recomeço das aulas, os cuidados que devem ser tomados".

Esta Subcomissão tem tido colaborações extremamente valiosas. O que nós percebemos é que os trabalhos devem continuar, no início do próximo ano, primeiro semestre do ano que vem. Vamos, na sequência, apresentar – não hoje, mas numa das próximas reuniões – um requerimento nesse sentido, para que a gente possa concluir, debater e se aprofundar nos encaminhamentos daquilo que é necessário ser feito.

A Subcomissão, conforme plano aprovado pela Subcomissão, tem três objetivos: olhar para trás, para ver o que foi feito e o que deixou de ser feito; no momento atual, presente, como é que as coisas vêm acontecendo no retorno às aulas, coisas positivas, desafios; e principalmente apontando para o futuro, o que pode ser feito.

A gente sente a necessidade da votação do Sistema Nacional de Educação, cujo relatório já foi lido, na Comissão de Educação, pelo Senador Dário Berger, e que agora na verdade precisa ter continuidade também, porque é um projeto de lei complementar, tem que ir para o Plenário. Eu diria que um dos aspectos mais importantes dessa reorganização, restruturação, desse pensar coletivo sobre os desafios, é a gente ter essas decisões negociadas, discutidas, pactuadas entre os entes federais, estaduais, municipais e a sociedade. Então, além dos trabalhos da Subcomissão específicos, a contribuição grande, Senador Marcelo Castro, é se a gente puder levar para o Plenário o relatório do Senador Dário Berger, que já foi aprovado na Comissão, inclusive por unanimidade. Isso vai auxiliar em muito essa organização da educação em nosso País. É um apelo que eu faço. Eu penso assim, que há um clima tranquilo de aprovação, mas a gente precisa depois fazer com que o projeto inclusive vá para a Câmara dos Deputados.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa., nobre Senador Flávio Arns, mais uma vez está com a razão.

Inclusive ontem eu já estive com a Secretaria-Geral da Mesa e com o Presidente do Senado exatamente apresentando nosso requerimento de urgência, que foi aprovado aqui na Comissão para que pudesse ser aprovado no Plenário do Senado para que a matéria fosse diretamente ao Plenário.

A Mesa ficou, então, de despachar depois com o Presidente para ver se a gente poderia deliberar o mais rapidamente possível. Então, nós sabemos da importância disso, do SNE para a educação, e estamos todos empenhados para dar esse grande presente à sociedade brasileira e à nossa educação, que é o SNE, que vamos instituir à moda do SUS, o Sistema Nacional de Educação.

A nossa intriga é porque não se pensou nisso, não já se fez isso há mais tempo, mas acredito que estamos em boa hora e eu espero que a gente conclua essa matéria este ano ainda e nós coroaremos o nosso 2021 com essa matéria tão importante para o futuro da nossa educação.

Em 2020, foi o Fundeb, que V. Exa., como sempre, esteve muito a frente, e, agora, o SNE, em que V. Exa. é o autor. Nós esperamos que este ano a gente aprove e acredito que não teremos maiores dificuldades e levaremos a matéria ao Plenário. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estamos em votação nominal, mas está andando lentamente. Só temos oito votos ainda e precisamos de quatorze.

Peço à assessoria para telefonar para os Senadores que deram presença para ver se a gente completa a votação desta matéria. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, ainda falta uma pessoa para votar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu só gostaria de solicitar a V. Exa., se fosse possível, depois da votação, colocar um requerimento extrapauta de aditamento de uma pessoa só para a audiência pública. Algo bem singelo também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tranquilo, Senador. Estamos só aguardando terminar a votação para a gente votar os requerimentos aqui, e ainda há uma matéria não terminativa que está na pauta de hoje. (*Pausa.*)

Senador Nelsinho Trad, V. Exa. não votou ainda.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Sim, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro. Posso manifestar meu voto aqui pelo vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com toda a certeza.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Então, o meu voto é "sim", Senador Marcelo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Peço à Secretária da Mesa que compute o voto aí do nobre Senador Nelsinho Trad. Agradecemos aí o seu esforço, Senador.

Então, peço à Mesa que dê o resultado da votação, abra o painel para dar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, o quórum de 14 votantes, 13 SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CDH e da Comissão da Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu pergunto ao Senador Paulo Paim, que não está aparecendo aqui, se estaria em condições de relatar o item 12 da pauta. Então, se V. Exa. estiver... (*Pausa.*)

Vamos, então, colocar o item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI N° 6574, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Confere o título de Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro Sangue Inglês ao Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa, Deputado Afonso Hamm.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, eu vou tentar sintetizar o meu relatório, mas cumprindo, claro, o protocolo.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 6.574, de 2019 (Projeto de Lei nº 7.126, de 2017, na Casa de origem), de autoria do Deputado Afonso Hamm, PP, lá do meu Rio Grande do Sul – de lá não, daqui, porque eu estou no Rio Grande do Sul –, que propõe seja conferido o título de Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro Sangue Inglês ao Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição consta somente de dois dispositivos: o art. 1º confere o referido título e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data da sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 7.126, de 2017, foi aprovado pelas Comissões de Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sendo assim, Presidente, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Agora, quanto ao mérito, no que diz respeito ao mérito, como bem afirma o autor da matéria, Deputado Afonso Hamm:

> No Município de Bagé está abrigada, aproximadamente, 50% da criação brasileira de cavalos da raça Puro Sangue Inglês (PSI). O trecho da RS-153 que liga Bagé e Aceguá é mundialmente conhecido pela qualidade na produção de cavalos PSI. Nessa região há um grande número de haras que são reconhecidos por produzirem os melhores PSI do Brasil. Com essa marca, o grande Prêmio Brasil de Turfe comprovou o trabalho feito pelos criatórios da região. Os haras de Bagé e Aceguá são referências internacionais.
> [Simplificando e indo para o finalmente, Sr. Presidente.] A cidade contou durante décadas, com criadores notáveis, que impulsionaram a criação de PSI em Bagé e atraíram a atenção do Brasil inteiro para a cidade como centro de criação de cavalos [no caso aqui, PSI] de alta qualidade.
> Assim, os dados apontam ser o Município de Bagé a maior referência nacional na criação de cavalos da raça PSI. Dessa forma, é justa e meritória a iniciativa de conceder o título de Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro Sangue Inglês [PSI] ao Município [de Bagé] [...].

Diante do exposto, eu declaro aqui o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.574, de 2019, do Deputado Afonso Hamm.

É isso, Presidente. Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.
Submeto à votação.
As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.
A matéria vai ao Plenário.
Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 29, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 5, de 2021, de autoria do Senador Flávio Arns, de "realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a privacidade e o uso de dados coletados nas escolas públicas brasileiras", com vistas a que referida audiência pública tenha a finalidade de instruir o PL 6543/2019 , que "dispõe sobre o direito à informação dos estudantes perante as escolas e instituições de ensino", e também incluir como convidado na referida audiência pública um representante do Conselho Nacional de Educação.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)
Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação.
As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Outro requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 30, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 28/2021 - CE, seja incluído o nome da Professora Luciana de Oliveira Dias, da Universidade Federal de Goiás - UFG e membro da Associação Brasileira de Antropologia.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)
É para a audiência pública que irá debater a Lei de Cotas.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.
Submeto à votação.
As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Nada mais havendo a tratar, tendo esgotado toda a nossa pauta, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Rose de Freitas, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1237, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2 - CAE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 - CAE. **Resultado:** Retirado de pauta. Aprovado o REQ 43/2021, de realização de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5223, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Caminhante." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1749, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve os nomes do Chefe Tupiniquim Tibiriçá e do Chefe Temiminó Arariboia no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4688, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina “Ponte Paulo Nunes Leal”, a nova travessia sobre o Rio Madeira, na BR-364, do km 937,6 ao km 938,8, em Abunã, Distrito de Porto Velho - RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 77, de 2020 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 127, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 319, de 2020 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Modelismo." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5705, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações relativas a promoção ou patrocínio de eventos artísticos, culturais e esportivos com recursos públicos, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1818, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Cruz Machado, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Erva-Mate Sombreada." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 397, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Maracatu." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 405, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5025, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Reconhece os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associadas como manifestações da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 32, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a ser realizada em data oportuna, com o objetivo de discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o impacto das mudanças curriculares no ensino e nos processos de avaliação da aprendizagem." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Resultado:** Aprovado, subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 33, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia (CECTCOVID) até 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 34, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para tratar da incidência do suicídio entre jovens e do apoio psicológico nas escolas" **Autoria:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Flávio Arns. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 36, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a evasão nas instituições federais de ensino."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 37, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a importância do Arquivo Nacional para a preservação da memória nacional." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 38, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 39, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater os impactos da Portaria 983/2020, do Ministério da Educação, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 43, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1237/2019, que "dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante - Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; representante FENEP - Federação Nacional de Escolas Particulares; representante SEMESP - Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo; representante Secretaria de Educação Superior do MEC; representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - MPF; representante Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES." **Autoria:** Senadora Maria Eliza (MDB/RO), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Subscrito pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 41, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente da Nação Mestiça e Conselheira Nacional de Igualdade Racial, a comparecer a esta Comissão, a fim de que seja incluída entre os depoentes da audiência pública destinada, no dia 10 de dezembro de 2021, a instruir o PL 4656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. Subscrito pelo Senador Marcelo Castro. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 42, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2021, seja incluído o nome da Bruna Chaves Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 40, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 21/2021-CE, com objetivo de realização de audiência pública para debater o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, que sejam incluídos dois convidados no rol de debatedores." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 20.

Fica retirado da pauta o item 2, a pedido do Relator; e fica retirado também o item 1, de que é Relator o Senador Esperidião Amin, que solicita a retirada e apresenta um requerimento para fazer-se uma audiência pública.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1237, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2 - CAE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1 - CAE.

Observações:

Em 10/3/2020, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e nº 2 – CAE.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4848, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações: *Em 23/8/2021, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (Substitutivo).*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, vamos à pauta ordinária.

Começaremos pelos não terminativos, porque os... (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns encontra-se lincado aí? (*Pausa.*)

Vamos, então, para o item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1818, DE 2019

- Não terminativo -

Confere ao Município de Cruz Machado, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Erva-Mate Sombreada.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa: Deputado Federal Toninho Wandscheer.

O Senador Flávio Arns encontra-se conectado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo – é uma alegria estarmos juntos novamente na Comissão –, assim como cumprimentar os demais colegas Senadores e Senadoras.

Como foi colocado, esse é um projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, do Deputado Toninho Wandscheer, que é inclusive o coordenador da Bancada Federal do Estado do Paraná no Congresso Nacional.

Passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

Cruz Machado é um pequeno Município paranaense fundado em 14 de novembro de 1951 e conhecido como o maior produtor de erva-mate sombreada do Brasil e do mundo. Sua produção média é estimada em 89 mil toneladas de folhas verdes por ano.

Após ser colhida e processada, a planta tem como principais compradores os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A atividade de cultivo da espécie teve início há aproximadamente duas décadas, e atualmente mais de dez indústrias do ramo ervateiro atuam na região.

A espécie erva-mate sombreada é nativa das regiões de florestas de araucárias. A localização privilegiada da cidade, encravada em um vale na floresta, talvez seja o principal fator para os elevados índices de produtividade da região. Nota-se que seu cultivo é realizado de maneira harmônica com a floresta – é importante dizer isso –, sendo geralmente manejada em associação a outras espécies florestais nativas, como a araucária e a imbuia. Esse sistema de extrativismo ervateiro contribui para a manutenção de grande parte dos fragmentos florestais existentes na floresta de araucárias. Isso é importante de dizer porque há uma harmonia entre a área econômica e a área ambiental e social, porque isso gera emprego e gera renda.

Cabe destacar a importância ímpar do cultivo da erva-mate para a economia da região. A atividade gera empregos, prosperidade e renda por toda a sua cadeia produtiva. Sua relevância, porém, vai além da questão econômica. O hábito de beber um bom chimarrão está arraigado na cultura local e faz parte da identidade tanto dos cidadãos de Cruz Machado quanto de grande parte da população da Região Sul do País.

O Município realiza anualmente a Festa da Erva-Mate, além de contar com a Associação dos Produtores e Apreciadores da Erva-Mate do Município de Cruz Machado, entidade que organiza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades de cunho educacional, cultural e recreativo, bem como está à frente de cursos, congressos, exposições e seminários sobre o tema.

Pelas razões expostas, consideramos que a proposição em análise é meritória. A concessão do título de Capital Nacional da Erva-Mate Sombreada – na sombra, como já foi explicado – ao Município de Cruz Machado reveste-se de justiça e servirá como catalizador e forma de divulgação dessa atividade econômica tão relevante para a cidade e para o Brasil.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.818, de 2019.

Eu quero fazer uma observação também, Sr. Presidente, de que o Município de Cruz Machado, que se localiza no sul do Estado do Paraná... O projeto do Deputado Toninho Wandscheer procura enfatizar essa atividade econômica da erva-mate, da produção da erva-mate sombreada, mas eu quero dizer que Cruz Machado é o berço de uma das maiores poetisas do Brasil, Helena Kolody. Inclusive, alguns anos atrás, quando eu era Secretário de Educação, nós estabelecemos, quando do centenário de Helena Kolody, o Ano Helena Kolody, uma caravana cultural que percorreu todos os Municípios do Paraná; e todas as escolas do Paraná se engajaram no estudo, nas apresentações, nos recitais relacionados a essa grande poetisa Helena Kolody, a quem a gente presta homenagem. Inclusive, fazia parte da Academia Paranaense de Letras. Então, completaria, hoje em dia, cerca de 108 anos, caso viva estivesse. Professora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência... Então, essa é uma referência: erva-mate sombreada e Helena Kolody, no Município, no querido Município de Cruz Machado.

Obrigado, Sr. Presidente. O voto é favorável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Com a palavra o nobre Senador...

Eu vou colocar a matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar, em primeiro lugar, o nosso ilustre Relator, querido Senador Flávio Arns, e dizer da minha satisfação por conhecer esses detalhes de um Município muito próximo às cidades gêmeas de Porto União e União da Vitória, em Santa Catarina e no Paraná.

Faço gosto aqui em ver esse projeto que valoriza uma variedade de cultura, de forma de cultivar, de cultivo da erva-mate, que é uma planta, um produto, enfim, uma dádiva da natureza que é muito comum tanto a Santa Catarina quanto ao Rio Grande do Sul e ao Paraná. E, na espécie sombreado, eu nunca... Eu já tomei muito chimarrão e ajudei, inclusive, a fazer a legislação que veda a adição de açúcar. A erva-mate aparece na bandeira do meu Estado de Santa Catarina e é também comum ao Paraná e ao Rio Grande, eu repito. Exportamos para a Argentina também.

Mas a variedade sombreada, Senador Marcelo Castro, me faz lembrar o café sombreado, que já foi um grande produto de Florianópolis, da ilha de Santa Catarina, não apenas do litoral catarinense. É um café suave. E deve ser essa a característica também da erva-mate sombreada, que convive, como frisou o Senador Flávio Arns, com as florestas, e é um modelo que vem crescendo na agricultura, associado à silvicultura, e que favorece exatamente a manutenção de áreas florestadas.

Então, eu só queria dizer que, além de votar favorável, desejo cumprimentar aquele que eu costumo chamar de quarto Senador da Bancada de Santa Catarina pela sua origem, ainda que remota, a nossa região de Forquilhinha, terra natal de D. Paulo, de Zilda Arns e de tantos outros.

Meus cumprimentos e o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Esperidião Amin. Agradeço a V. Exa. pela aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sabia que existia essa variedade de erva-mate sombreada. É interessante.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 9 da pauta, cujo Relator é o nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5705, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações relativas a promoção ou patrocínio de eventos artísticos, culturais e esportivos com recursos públicos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 08/12/2021 foi apresentado novo relatório com voto pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta;

2. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará a matéria em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. e bom dia aos demais companheiros.

V. Exa. já fez devidamente a leitura da ementa, o objeto da proposta legislativa. Por esta razão, óbvio, com a sua aquiescência e do Colegiado da CE, nós passaremos diretamente à leitura da análise do PL de autoria do nosso companheiro S. Exa. o nosso Senador alagoano Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 102, incisos I e II, do nosso Regimento, compete à esta Comissão opinar em proposições que versem sobre cultura, desporto, instituições culturais, diversão e espetáculos públicos, que são temas presentes nesta proposta legislativa, o PL nº 5.705, de 2019.

Os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade estão analisados e de acordo com o nosso relatório, porque assim observamos.

Já há bastante tempo, o poder público tem desenvolvido políticas públicas voltadas ao fomento de setores ligados à cultura e aos esportes. Os mecanismos mais conhecidos de apoio a projetos culturais e esportivos são, como exemplo, a Lei Rouanet e a Lei de Incentivo ao Esporte.

Por meio dessas normas, a administração pública renuncia a receitas a que teria direito e dá ao contribuinte a oportunidade de optar pelo investimento direto do Imposto de Renda devido em projetos culturais e esportivos, previamente aprovados para tal propósito.

Apesar de ocorrer a transferência do contribuinte para os projetos apoiados, não há dúvidas de que são públicos os recursos aplicados com base nas citadas normas.

Em outros casos, o próprio poder público apoia ou patrocina diretamente a promoção de espetáculos culturais ou esportivos.

Atualmente, há uma grande demanda da sociedade por uma maior transparência dos gastos públicos. E todos nós a essa preocupação nos rendemos, Presidente Marcelo Castro. Essa demanda é justa e deve ser incentivada pelas Casas legislativas.

O projeto em análise é mais uma ferramenta de transparência a serviço da sociedade. Ao prever a divulgação de informações relativas ao apoio ou patrocínio desses eventos, a proposição almeja levar ao conhecimento da população dados importantes, como o valor investido pelo poder público e o nome dos contratantes beneficiários, vedando, em qualquer caso, a promoção pessoal.

Assim como julgamos natural a divulgação de marcas de empresas privadas que patrocinam eventos culturais e esportivos, também consideramos justo que se divulgue à população quando o Governo estiver financiando esses eventos, já que esses recursos pertencem ao próprio povo.

Dessa forma, somos favoráveis ao PL 5.705, de 2019.

Convém, Presidente Marcelo, inserirmos uma exceção à aplicação da norma prevista no projeto, no que diz respeito às empresas públicas e sociedades de economia mista. Em verdade, tais entidades já se encontram regidas por legislação específica, a Lei 13.303, de junho do ano de 2016, ao passo em que desempenham atividades típicas do setor privado, conquanto haja a participação de recursos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, apresentamos emenda para excluí-las dessa norma, a fim de manter a segurança jurídica de seu regime legal preestabelecido, como dissemos.

Ademais, procedemos a pequena correção no *caput* do art. 2º, para aperfeiçoamento de sua concordância nominal, o que fazemos por meio de emenda de redação.

O nosso voto, Presidente Marcelo Castro.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.705, de 2019, com duas emendas que transcrevemos e de que V. Exas. têm o conhecimento para a devida leitura e, tomara, convencimento.

Esse é o nosso voto, pedindo o apoio de V. Exas. ao projeto de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a participação de V. Exa., Sr. Senador Veneziano Vital do Rêgo, e colocamos em discussão a matéria.

Pede a palavra o nobre Senador Rodrigo Cunha.

Com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, queria aqui agradecer ao amigo Veneziano, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo relatório. Fez um relatório bastante sucinto, direto, ativo e propositivo.

Quero dizer que esse projeto nasce também com o objetivo de fazer com que as pessoas exerçam cada vez mais o seu controle social e, dessa forma, a gente consiga mudar algumas práticas. Há casos reais de Municípios que chegaram a receber R$200 mil para um evento específico de um artista, no entanto, aquele artista custava R$80 mil, e as pessoas não tinham conhecimento disso, não sabiam qual era o valor que o Município recebeu, não sabiam qual era o valor que o artista estava recebendo. Assim como esse exemplo individual, a gente identifica vários outros casos que se repetem.

Então, aqui a gente não está desestimulando o poder público a incentivar as práticas esportivas culturais; pelo contrário, a gente aqui está apenas querendo tornar transparente e claro para as pessoas. É um direito nosso, como cidadão, entrar num evento, num *show,* num evento esportivo e saber se ele é pago pelo poder público, se ele tem recursos públicos e qual foi esse valor. Então, é esse passo a mais que nós estamos dando aqui.

Eu agradeço ao Senador Veneziano pelo seu relatório e solicito também apoio ao seu parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria.

Quero aproveitar para parabenizar o nobre Senador Rodrigo Cunha pela iniciativa. Realmente, essa é uma área um tanto cinzenta. Há muitas críticas sobre essa questão de artistas que normalmente trabalham por determinado valor e, simplesmente, porque vão trabalhar para o poder público, muitas vezes, esse valor dobra, triplica. Evidentemente, isso precisa de uma transparência maior. E o projeto aqui vem exatamente para esse socorro.

Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório, então, foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 405, DE 2019

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Fábio Sousa.

Concedo a palavra ao nobre Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu quero dizer inicialmente, Sr. Presidente, que o projeto de lei segue todas as regras de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa. Então, não há nada que obsta, nesse sentido, a aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo ao mérito do projeto, que é o mais importante. Na verdade, cumpridas as exigências legais, constitucionais e regimentais.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Jaime Nelson Wright nasceu em Curitiba, em 12 de julho de 1927, e era pastor presbiteriano e ativista de direitos humanos. Filho de norte-americanos, graduou-se pela Universidade de Arkansas e pós-graduou-se em estudos religiosos na Pensilvânia.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, Pastor Jaime exercia seu ministério no interior da Bahia e já encabeçava movimentos contra a tortura. Em 1973, seu irmão, o Deputado estadual por Santa Catarina, cassado, Paulo Stuart Wright, militante da Ação Popular, grupo de esquerda de origem cristã, é morto nas dependências dos órgãos de segurança.

A busca pessoal do Pastor Jaime pelo irmão fez com que reunisse farta documentação sobre a tortura e os assassinatos praticados pelo Estado brasileiro. A consulta sigilosa a 707 processos, a listagem de 1.843 casos de tortura e a fixação em 125 do número de desaparecidos no período compreendido entre os anos de 1964 e 1979 – geralmente mortos durante interrogatórios e sepultados com falsa identidade – formaram uma base de dados nunca contestada pelos policiais e militares implicados.

Como resultado do vasto material coletado, escreveu, em coautoria – portanto, pode-se dizer que foi uma ação inter-religiosa e suprarreligiosa, inclusive, por pessoas que lutavam e lutam por direitos humanos... Quando a gente pensa em direitos humanos, cidadãos, necessidades, a pessoa pode até não professar uma denominação religiosa, mas, naquela época, escreveu em coautoria com o então cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, meu tio, e o Rabino Henry Sobel, o livro *Brasil: Nunca Mais*, o mais completo relato sobre a tortura de prisioneiros políticos durante o regime militar e marco na história dos direitos humanos no País. Publicado em 1985, ficou listado por 91 semanas como livro de não-ficção mais vendido no Brasil – 91 semanas.

Pastor Jaime estava aposentado como pastor da Igreja Presbiteriana Unida quando faleceu de infarto em Vitória, no Espírito Santo, em 29 de maio de 1999, aos 71 anos de idade, precocemente, portanto, deixando esposa e cinco filhos, cumprindo, portanto, o requisito temporal estabelecido pela Lei nº 11.597, de 2007.

Não há dúvida, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória. Inscrever o nome do Pastor Jaime Nelson Wright no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento desse corajoso líder religioso que sofreu na própria pele os tormentos da ditadura no Brasil.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 405, de 2019.

Eu quero só acrescentar, Sr. Presidente, que, no mês de setembro, tivemos uma sessão de homenagem a Dom Paulo Evaristo Arns, pois ele estaria completando, em setembro deste ano, 100 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vida, caso estivesse vivo. E, na ocasião, a filha de Jaime Wright participou da sessão solene, representando aquele momento histórico pelo qual o Brasil passou e no qual lideranças se destacaram na luta pela defesa dos direitos humanos. Sem dúvida alguma, Jaime Wright, Don Paulo Evaristo Arns e Henry Sobel uniram muitas forças a favor de um Brasil democrático, justo, com parcerias, com entendimento e, agora, presta-se esta homenagem para ele, para a família e para a história.

O importante é termos essas referências para que continuemos permanentemente na luta por direitos humanos.

Quando falamos em direitos humanos, às vezes, as pessoas pensam que é só para os casos de tortura, mas eu digo que direitos humanos são para uma questão de educação, casa, comida, tudo aquilo que nós consideramos importante o ser humano ter e também porque nós não queremos que os nossos filhos sofram qualquer tipo de violência, não queremos que os nossos filhos sejam torturados, mas que, caso cometam alguma coisa ou haja alguma dúvida, sejam, na verdade, julgados de acordo com aquilo que um estado democrático pode oferecer para a sua população.

Então, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a V. Exa. mais uma vez, Senador Flávio Arns, coloco a matéria, então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação...

Pois não, desculpe-me, o Senador Paulo Paim pede a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, não poderia deixar de me colocar aqui ao lado do Senador Flávio Arns, porque se a história de João Cândido foi aprovada – e V. Exa., Presidente, foi fundamental –, todos foram fundamentais, mas o Senador Flávio Arns, naquele momento, fez uma defesa histórica e muitos e muitos, Senador Flávio, lhe digo aqui, comentaram a sua defesa. Então, nesse momento em que V. Exa. indica, participa, comenta a indicação de mais um herói da pátria, eu só queria me colocar ao seu lado, pois V. Exa. sempre é defensor de grandes causas.

Era isso, Presidente. Desculpe ter atrapalhado. Eu vim correndo de outra Comissão, fiz um relatório lá e disse que teria que vir para esta devido às votações que aqui teríamos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa., sim, Senador Paulo Paim, é o grande defensor aqui das boas causas nacionais, sempre defendendo as minorias, e merece todos os nossos aplausos.

Então, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Quero comunicar a todos que, por motivo de força maior e, ao mesmo tempo, tendo um imenso prazer, vou pedir à Senadora Leila Barros, nossa Vice-Presidente, para assumir aqui a direção dos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Bom dia a todos, todos os amigos participantes desta Comissão, meus companheiros de Senado; bom dia, Paulo Paim, Flávio Arns, que estou vendo aqui no vídeo, assim como aos demais que já registraram presença.

Eu vou para o item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 5025, DE 2019

- Não terminativo -

Reconhece os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associadas como manifestações da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador Paulo Rocha. Está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Bom dia, Senadora Leila, espero que no outro ano a senhora seja titular efetiva da Presidência da Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Temos um longo caminho ainda, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estou lhe lançando...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Aprendendo muito com vocês.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sra. Presidenta, caros colegas, esse projeto de lei vem da Câmara Federal, é daqueles projetos em que são costumeiros os relatórios e já é um relatório adequado e processado para isso.

Esse projeto é de autoria do Deputado Chico D'Angelo, que reconhece os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associadas como manifestação cultural.

Chico D'Angelo é do Rio de Janeiro e, naturalmente, tem a experiência e a vivência do pessoal do samba e sabe a importância que tem o samba na cultura brasileira.

É um projeto simples, de apenas de dois, três artigos.

Dispõe, também, que decreto do Poder Executivo regulamentará as formas e modos de produção dos instrumentos musicais de samba protegidos pela lei. E, na cláusula de vigência, propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, os autores da matéria afirmam que:

> (...) reconhecer os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associados como manifestações da cultura nacional significa o Parlamento e o Estado brasileiros darem condições para a preservação dessa manifestação, que é um elemento criativo da formação do samba. Portanto, proteger a tradição e a memória da produção dos instrumentos significa garantir a continuidade e o futuro do samba.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.682, de 2016, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, após a apreciação por esta Comissão, o PL nº 5.025, de 2019, seguirá para a decisão do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas.

Na minha análise, o projeto cumpre as regras legislativas de constitucionalidade e, portanto, é um projeto muito importante, que cumpre os objetivos que os autores justificaram.

Nesse contexto, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa que tenha por escopo proteger os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associados.

O meu voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.025, de 2019.

Esse é o meu voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senador Paulo Rocha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Nós, agora, neste momento, por decisão aqui da nossa Mesa, aqui da Secretaria e também do Senador Presidente desta Comissão, Marcelo Castro, temos um bloco de projetos terminativos dos quais não temos ainda a presença de alguns Relatores. Então, vamos agora para os requerimentos, que não são poucos, e estão na pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Há dois projetos em que sou Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que também não devem ser terminativos: um, de inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria; o outro, de conferência de título da Capital Nacional do Cacau. São dois projetos e estou aqui presente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor está falando do item 4...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e com relatórios prontos. Portanto, acho que seria bom, enquanto aguardamos o quórum...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... e item 6.

Só um minuto. Já que o senhor está presente, Senador, é legítimo o seu pedido, nós vamos fazer a leitura dos itens dos seus relatórios.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1749, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve os nomes do Chefe Tupiniquim Tibiriçá e do Chefe Temiminó Arariboia no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Eu concedo, neste momento, a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sra. Presidenta, é fundamental a gente mobilizar os nossos pares da Comissão, porque nós temos matéria importante e terminativa para ser aprovada, portanto, nós vamos precisar de quórum para a aprovação de projetos que estão sobre a mesa. Seria importante a mobilização dos nossos pares para a hora da votação, enquanto a gente prepara os nossos relatórios para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sra. Presidenta, o Senador Rogério Carvalho quer homenagear e inscrever o nome do Chefe Tupiniquim Tibiriçá e do Chefe Temiminó Arariboia no Livro dos Heróis da Pátria.

Na justificativa, o autor da matéria enfatiza que:

> Reconhecer a importância dos bravos chefes de Tibiriçá e Arariboia, que foram aliados dos portugueses e protagonistas do nascimento na Nação brasileira, é uma questão de justiça não apenas pela sua relevância histórica, mas também com as dificuldades e o preconceito que os indígenas de hoje, das diversas etnias, ainda enfrentam para terem direito a uma vida digna no País que é de todos nós.

A matéria foi distribuída exclusivamente para esta Comissão.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre esse tipo de matérias.

O Chefe Tupiniquim Tibiriçá, cujo nome significa "vigilante da terra", foi um dos responsáveis pela fundação da Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, embrião da atual cidade de São Paulo. Principal líder tupiniquim, era amigo e sogro de João Ramalho, aventureiro e explorador português com grande prestígio entre os povos indígenas, em nome de quem defendeu os colonizadores portugueses que pretendiam se instalar na região.

Também colaborou com o recém-chegado grupo de jesuítas ao Brasil, do qual faziam parte Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, permitindo a construção, em suas terras, do colégio em torno do qual se ergueu a povoação de São Paulo de Piratininga. Anos depois, em 9 de julho de 1562, defendeu com bravura a pequena vila da investida de um grupo de índios tupis, guaianás e carijós no ataque conhecido como Cerco de Piratininga.

Convertido pelos jesuítas, recebeu em batismo o nome de Martim Afonso Tibiriçá. Foi, mais tarde, nomeado pelo Conselho Real membro da influente Ordem de Cristo, originária da antiga Ordem dos Cavaleiros Templários, reconhecimento inequívoco do prestígio oriundo de sua bravura e de sua lealdade.

Tibiriçá morreu em 25 de dezembro de 1562, como comprova carta de José de Anchieta ao padre Diogo Laynes. Seu corpo encontra-se sepultado na cripta da Catedral da Sé, em São Paulo.

Já o Chefe Arariboia é considerado o fundador da cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Uma imponente estátua do líder indígena ergueu-se no centro dessa cidade em 1965, na praça que recebeu seu nome. Costuma-se ouvir que, de frente para a estação das barcas, com os olhos voltados para a Baía de Guanabara, o orgulhoso índio esculpido em pedra guarda a cidade que ajudou a fundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arariboia era originário de uma tribo de índios temiminós, que ocupava a região conhecida hoje como Ilha do Governador. O grupo foi obrigado a fugir para o Espírito Santo frente à ameaça dos índios tamoios, seu maior inimigo. Quase dez anos depois, Arariboia retornou como chefe de um bravo grupo de temiminós para se juntar a Estácio de Sá na investida contra os franceses que haviam tomado a Baía de Guanabara apoiados pelos tamoios.

Com o auxílio de Arariboia e dos temiminós, Estácio de Sá venceu a luta contra os invasores, liderados por Nicolas de Villegainon, expulsou definitivamente os franceses do litoral fluminense e fundou, em 1565, a cidade do Rio de Janeiro.

O papel de Arariboia na conquista da Baía de Guanabara foi reconhecido pela Coroa Portuguesa, de quem recebeu o direito de escolher uma parte das terras da "banda d'além", ou seja, do outro lado da Baía, para se estabelecer com sua gente. Recebida na forma de sesmaria, a área passou a abrigar a aldeia de São Lourenço, origem da cidade de Niterói (ou "águas escondidas", na língua indígena), oficialmente criada em 1573.

A morte desse líder indígena é assunto controverso. Há a versão de que teria se afogado nas proximidades da ilha de Mocangueê-mirim, em 1574. Outra hipótese é que teria sido vítima de uma epidemia, na mesma época. Seu prestígio, no entanto, sobreviveu, estendendo-se aos seus descendentes diretos e às gerações posteriores.

É importante olhar para a atuação desses personagens heroicos da nossa história sob a ótica da sua motivação. A aliança com os portugueses nos primórdios da colonização do Brasil era estratégica para os grupos indígenas. Para muitos deles, significava segurança, algo cada vez mais difícil de ser alcançado em regiões onde massacres e escravização eram frequentes. Significava, ainda, para o índio que se tornava súdito cristão do rei a vantagem do recebimento oficial de terras e o direito de não ser escravizado.

Sendo assim, por terem sido personagens fundamentais, que lutaram com excepcional dedicação e heroísmo pela construção e preservação do Território brasileiro, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa de incluir os nomes dos Chefes Tibiriçá e Arariboia no Livro dos Heróis da Pátria.

No que diz respeito à constitucionalidade, o projeto obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, verifica-se que a proposição em tela está adequada.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas desta Casa.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propõe-se um mero ajuste redacional na ementa do projeto, para incorporar as heroínas ao título do livro, em consonância com sua denominação legal, e conforme o que dispõe seu art. 1º.

Sra. Presidenta, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.749, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se à ementa do PL nº 1.749, de 2019, a seguinte redação:
> "Inscreve os nomes do Chefe Tupiniquim Tibiriçá e do Chefe Temiminó Arariboia no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria."

É o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Senador Paulo Rocha. Seu relatório foi uma verdadeira aula de história.

Em discussão a matéria.

Eu estou passando a palavra para o Senador Paulo Paim.

Senador, é para discutir a matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Não. Primeiro, Presidenta, quero cumprimentar V. Exa. Eu me somo a todos os elogios ao seu trabalho, tanto nessa Vice-Presidência quanto no Plenário, e em todos os momentos.

Mas, Presidente, eu ia fazer um apelo, como já fiz num outro momento, primeiro, concordando plenamente com o Senador Paulo Rocha, que é o Relator do projeto do Rogério Carvalho. Nós estamos aqui homenageando os heróis da nossa terra. A nossa terra é composta de índios, negros, brancos, enfim. E essa homenagem, como foi a anterior, relatada muito bem, como sempre, pelo Senador Flávio Arns, é mais do que justa. Então, eu enalteço os dois relatores e os autores.

Ao mesmo tempo, Presidente, como já dissemos num outro momento, está na Mesa da Casa um projeto de minha autoria, que reconhece como heróis da pátria os lanceiros negros. Os lanceiros negros, aqui no Rio Grande, quando houve a revolução, foram chamados, como escravos, para defender a Pátria, para defender os mais oprimidos, os mais pobres, com a promessa de que eles seriam libertos no fim daquele momento. E aqui eu já concluo, para não sair do tema aqui em debate. Mas o que aconteceu? Se eles libertassem os negros naquela época, os lanceiros negros, considerados guerreiros históricos por Anita Garibaldi e outros, iriam espalhar no Brasil, positivamente, um rastilho de pólvora, e todos os negros iriam querer ser libertos. Para não libertar todos os negros, eles mandaram matar os lanceiros negros, que pelearam durante anos e anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só quero, Presidente, neste momento, saber se a Mesa da Comissão pode pedir que a Mesa do Senado mande para cá essa proposta para ser apreciada na Comissão.

Pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador, nós vamos passar o seu pedido ao Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro. Certamente ele o atenderá. E o senhor terá apoio de todos nós aqui da Comissão a essa sua solicitação. Conte conosco!

Continua em a discussão da matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu solicito à Secretaria que abra... Não, perdão! Perdão! Nós vamos votar em bloco esses terminativos – vamos votar em bloco.

Então, Senador Paulo Rocha, eu vou passar para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 77, DE 2020

- Terminativo -

Confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Eu não sei se vai criar ciúme com os baianos, mas a verdade é que o cacau fluiu para a chamada Transamazônica, a estrada que foi criada pelos militares na época em que havia aquela visão de integrar para não entregar – o senhor gosta muito de história, não é? As cidades foram tomando os nomes dos dois chefes de então. Medicilândia é em homenagem ao Médici. Lá se instalou realmente uma grande plantação de cacau. Hoje é uma grande produção de cacau – dizem que o Pará já tomou a frente da Bahia na produção de cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos aproveitar para votar isso antes que o Otto Alencar saiba. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 77, de 2020, o Senador Zequinha Marinho confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau.

Na justificativa, o autor relata a importância do cultivo de cacau para o Município de Medicilândia.

O PL foi encaminhado à apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão. Não foram apresentadas emendas.

Compete, portanto, a esta Comissão decidir.

O autor justifica:

> (...) o Estado do Pará produziu, no ano de 2018, mais de 116 mil toneladas de cacau, sendo o segundo em produção no Brasil, atrás somente da Bahia, com 122 mil toneladas no mesmo ano. Todavia, o aproveitamento das terras cultivadas paraenses é incomparável. No período analisado, enquanto o Pará possuía aproximadamente 180 mil hectares dedicados ao cultivo do cacau, a Bahia tinha mais que o dobro de área plantada.

O Município de Medicilândia está localizado no sudoeste do Estado do Pará. Com área de 8,3 mil quilômetros quadrados e população aproximada de 30 mil habitantes, se destaca na produção de cacau. É responsável pela produção anual de 50 mil toneladas e possui a média de 1,2 mil quilos de amêndoa de cacau por hectare plantado, a maior do Brasil.

Além da relevância econômica, o cultivo de cacau possui profunda importância social e econômica para Medicilândia. Como exemplo, temos a Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica, fundada em 2010 e formada por 40 cooperados que produzem o genuíno chocolate da Amazônia.

O Município também celebra a Festa do Cacau, declarada patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, por meio de Lei Estadual. O evento é destinado à divulgação e exposição do fruto e dos chocolates produzidos em diversos Estados brasileiros, e reúne anualmente centenas de produtores.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa.

Em minha análise, o projeto cumpre as três questões: técnica legislativa, juridicidade e constitucionalidade. Portanto, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada, pela Constituição, à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se também a constitucionalidade da iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k, Senador Paulo Rocha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só queria dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... da minha alegria, porque eu percebi, mesmo apesar da máscara, o sentimento de orgulho oral quando o Senador Paulo Rocha descreveu o cultivo do cacau, para a inveja dos baianos, no Estado do Pará.

O meu voto é favorável, e eu aplaudo a iniciativa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Ainda há uma história de que o cacau, no Brasil, nasceu na Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Depois, desceu para a Bahia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Terra rica, região muito rica.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Agora vou passar para o item... Esse foi o sexto. Senador Esperidião, o senhor já está presente e tem também um relatório de um projeto terminativo. Vou passar para o item 3, até porque é de sua autoria e é terminativo também. A Senadora Daniella não está presente, mas já está acompanhando a sessão. Ela pediu para fazer a leitura, aproveitando que o senhor está aí. Na sequência, após o relatório da Senadora Daniella, eu passo para o seu relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5223, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Confere ao Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Caminhante.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à nossa querida Senadora da Bancada Feminina, Senadora Daniella Ribeiro, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora Daniella. Bom dia!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, minha Presidente, Senadora Leila Barros. Eu vou ficar sem o vídeo, não vou aparecer, mas aqui, com muita alegria, vou relatar um projeto de autoria do meu colega, o brilhante Senador Esperidião Amin, que confere este título ao Município de Indaial, do Estado de Santa Catarina, de Capital Nacional do Caminhante.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 5.223, de 2019, de autoria do Senador Espiridião Amim, que propõe seja conferido ao Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Caminhante.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere o referido título e o art. 2º dispõe que a futura lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que o Município de Indaial ocupa posição de destaque, tendo sido escolhido pelos caminhantes como ponto de partida e de chegada do Circuito do Caminhante do Vale Europeu Catarinense.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva da CE.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar o mérito de matérias que versem sobre homenagens cívicas.

A região do Vale das Águas nos caminhos do Vale Europeu, em Santa Catarina, é o resultado da união dos Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cedros, Rodeio e Timbó que, com organização, reserva para o praticante de caminhadas ou mochileiros 200km de muita natureza, paz e harmonia, com paisagens e cenários lembrando cidades da Europa.

São percursos em que se pode desfrutar do contato com o povo hospitaleiro e o dia a dia do homem do campo, experimentar a gastronomia, conhecer a arquitetura, aproveitar as festas e os atrativos naturais como corredeiras, cachoeiras, montes, montanhas, rios e riachos, a flora e a fauna.

E, como destaca o autor da matéria:

> O Circuito, há mais de onze anos, tem atraído caminhantes de todo o Brasil e contribuído para o desenvolvimento da economia local, especialmente nos setores de hotelaria, gastronomia e serviços e comércio ligados à atividade turística. Indaial ocupa posição de destaque, tendo sido escolhido pelos caminhantes como ponto de partida e de chegada do Circuito.

Por essas razões, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de conferir a Indaial o título de Capital Nacional do Caminhante.

Tendo em vista a distribuição exclusiva à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de Lei nº 5.223, de 2019.

Sra. Presidente, aqui, eu quero dizer ao nobre Senador Amin que fiquei com muita inveja... Inveja, não; com muita vontade. Até ia sugerir aqui, se houver recesso, que a gente possa conhecer esse lugar maravilhoso, dar uma caminhada lá, porque – que coisa encantadora! – só pela descrição, você fica imaginando o lugar. Que coisa maravilhosa!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senadora Daniella. Eu também fiquei curiosa. Deve ser um circuito maravilhoso, com belas paisagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para a discussão da matéria.

Quem quer falar é o Senador Esperidião Amin, que é o nosso autor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só quero agradecer à Senadora Daniella Ribeiro e dizer que realmente o Vale do Rio Itajaí é uma natureza extraordinária, porque, num espaço relativamente pequeno, ele concentra coisas mais variadas, de cachoeiras a – a Senadora Maria Eliza conhece –, principalmente, a foz do Rio Itajaí. Nesse médio vale, além das festas conhecidas, como Marejada na foz, Marreco, Oktoberfest, Festa do Imigrante, Festa Pomerana, nesse circuito do Médio Vale do Itajaí, nós temos também o circuito ciclístico, de cicloturismo, que abrange nove Municípios, 310km sinalizados. Há também altiplanos, pequenas hidrelétricas construídas em meados do século passado, hidrelétricas que têm tubo de madeira de 1,5km na rocha. Então, há cenários realmente deslumbrantes, e, neste caso aqui, queria me dirigir à Senadora Daniella, eu fico muito feliz, porque foi caminhando que eu cheguei à Indaial também e achei a Dona Angela! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Olha, uma revelação aqui, na CE!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Angela é de Indaial! Quer dizer, isso tem um sentido. Não fui eu que escolhi o caminhante, mas, nesse caso, eu aceito ser um dos caminhantes.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ser um dos caminhantes, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E quem procura acha.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É legítimo! Legítimo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Parabéns pela autoria, Senador.

Senadora Maria Eliza, deseja falar? (*Pausa.*)

O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Já passo para o item 8, porque nós vamos fazer a votação em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 319, DE 2020

- Terminativo -

Confere ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Modelismo.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é do Senador Dário Berger, que foi um dos aniversariantes desta semana, aqui, no Senado Federal. Aproveito para dar os meus parabéns ao Senador Dário Berger. Saúde a ele.

Relatoria do nosso querido Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, o projeto, como a senhora mencionou, e eu friso, é de autoria do Senador Dário Berger.

O que eu posso dizer, indo direito à análise, uma vez que ele preenche os mesmos requisitos legais, tanto do projeto de que foi Relator o Senador Paulo Rocha, quanto o da Senadora Daniella, é que o projeto preenche as condições formais. Em relação ao mérito, ele, igualmente, merece acolhida, porque o modelismo... Que modelismo é esse? Consiste na arte de criar réplicas, em escala reduzida, de objetos como carros, motos, aviões, navios, trens, helicópteros e personagens.

O Município de Gaspar sedia a maior competição de aeromodelismo da América Latina, que ocorre há 34 anos: o Festival Brasileiro de Aeromodelismo.

O festival é realizado pelo Clube de Modelismo Asas do Vale, fundado no ano de 1986 com o nome de Clube Blumenauense de Aeromodelismo, na cidade de Blumenau. O clube transferiu sua sede para a cidade de Gaspar em 1992, após a proibição de voos de aeromodelos junto a aeródromos.

No caso, o aeródromo de Blumenau tem o nome sugestivo de Quero-Quero, aquele pássaro que costuma invadir os campos de futebol, dar rasantes e, às vezes, toma uma bolada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde então, tanto o clube quanto o festival se desenvolveram e ganharam fama internacional, fazendo com que Gaspar se tornasse referência na prática do modelismo.

Atualmente, o Festival Brasileiro de Aeromodelismo recebe em torno de 400 praticantes, além dos aficionados – torcedores e turistas –, vindos de diversas partes do País e do exterior, movimentando o turismo e a economia local.

Um modelo reduzido exige, para a sua exatidão e precisão na prática, um nível de detalhamento muito especial e o conhecimento do funcionamento da máquina. Portanto, é uma atitude didática, exige conhecimento técnico e forma, respeitada a segurança de voo, como a Aeronáutica exigiu, em boa hora. Ele é, digamos, a versão primitiva de um *drone*, que hoje é usado largamente, tanto para fazer o bem quanto para observar e também para atividades bélicas, infelizmente.

Então, como eu gosto sempre de colocar alguma coisa de natureza pessoal, eu mexo muito com o Senador Acir Gurgacz, porque ele é casado com uma gasparense. A minha sogra, falecida já, é de Gaspar. A propósito, Senador, eu sou acho que o único aqui da roda que carrega a fotografia da sogra na carteira. A senhora não carrega, não é? Pois é, eu carrego a fotografia da minha sogra na carteira para tê-la sempre sob controle.

E o povo de Gaspar tem um apelido especial, que não é de modelismo: são os quebra-tigelas, que são famosos, como os gregos gostam de quebrar prato em casamento, em festa. O povo de Gaspar gosta de uma quebradeira de prato, que se chama, popularmente, de tigela; são os quebra-tigelas. Então, eu não posso deixar de fazer referência a isso e de deixar uma homenagem à minha sogra, já falecida, Dona Petronila, que foi diretora de escola durante muito tempo. E quero dizer que o Dário foi mexer no meu quintal também! (*Risos.*)

Mas ele é bem-vindo, o Senador Dário Berger. Fez uma boa indicação.

O voto é pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senador Esperidião.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós vamos colocar em votação em bloco os itens 3, 4, 6 e 8, terminativos.

Eu vou solicitar à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que estiverem presentes, por favor.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – No início da reunião, quando o Senador Marcelo Castro ainda estava presidindo, eu pedi para tirar de pauta o item. Por quê? Porque o item foi substituído pela audiência pública. E já tinha solicitado ao Thiago...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Fora do microfone*.) – Está aqui. Nós vamos fazer a leitura após a votação. (*Pausa.*)

Aproveitando aqui que está faltando apenas um voto, eu vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidenta Leila, eu vou só tomar a liberdade de lhe perguntar e a senhora vê na Mesa se é possível. Nós temos aí dois requerimentos, inclusive extrapauta – um é do Plínio Valério, mas os dois com o mesmo objetivo, e outro, de minha autoria –, que, se V. Exa. entender que é possível, eu só leio os requerimentos e já fica a leitura feita. Posteriormente, quando der quórum e a senhora for botar os requerimentos creio que em bloco, os dois já estariam lidos. Se for possível, só para ganharmos tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador, aqui presentes estão a Senadora Maria Eliza e Senador Esperidião Amin, que já pediram para fazer a leitura do requerimento do item 25; na sequência, passamos para o do senhor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... Para a sua solicitação, que é o item 23. Pode deixar. O 23 e o 24, extrapauta. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Atingimos o quórum de votação.

Solicito que abram o painel.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Treze votaram SIM.

Nenhuma abstenção.

Quórum... O Presidente não vota.

Então, aprovados os relatórios dos itens 3, 4, 5, e 8 da pauta do dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E 6, perdão. Perdão, e 6.

Agora vamos passar para os requerimentos.

Vou passar agora para o item 21. Senador, o senhor vai ler o requerimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Já foi apresentado, não é?

Então, item 21, Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 43, de autoria da Senadora Maria Eliza, subscrito pelo Senador Esperidião Amin.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 43, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1237/2019, que "dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante - Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; representante FENEP - Federação Nacional de Escolas Particulares; representante SEMESP - Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo; representante Secretaria de Educação Superior do MEC; representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - MPF; representante Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES.

Autoria: Senadora Maria Eliza (MDB/RO)

Eu passo para a discussão, pois já foi lido.

Eu passo para a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais ninguém que queira discutir, eu encerro a discussão.

Votação do requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, desculpe, eu encerrei, mas passo a palavra para o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Da minha parte, cara Senadora Leila, quero só lembrar os Requerimentos 15 e 17, de minha autoria, que também fazem parte da pauta.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Flávio Arns. Na sequência, já passo para os seus requerimentos.

Eu vou ler agora o item 22.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 41, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente da Nação Mestiça e Conselheira Nacional de Igualdade Racial, a comparecer a esta Comissão, a fim de que seja incluída entre os depoentes da audiência pública destinada, no dia 10 de dezembro de 2021, a instruir o PL 4656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências".

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM) e outros

Eu passo a palavra para o Senador Plínio, mas ele não se encontra.

Então, em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Votação do requerimento.

As Sras. e Srs. os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 22.

Item 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 42, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2021, seja incluído o nome da Bruna Chaves Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim caso queira...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito rápido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Só quero dizer que eu fiz questão... Esse projeto é de nossa autoria. Ele trata das cotas, para que elas permaneçam pelo tempo assim que o Congresso entender – uns falam dez anos, outros vinte anos, outros trinta anos, outros falam em eternidade. Para tudo, em democracia, vale o debate e as propostas.

E nós já tínhamos indicado quatro convidados para o dia 10, que, repito, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos – nada melhor que um dia como esse para discutir a importância da política de cotas no Brasil –, e me chegou o pedido da UNE. É mais do que justo incluir o nome da Bruna Chaves Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes, para esse debate. Ela vai estar aqui com outros convidados – já está na Mesa o requerimento –, como o Frei David e outros convidados, todos especialistas no tema. Nada melhor que a Presidente da União Nacional dos Estudantes: nesse debate, os estudantes são os mais interessados nas cotas.

É isso, Presidenta, de forma muito rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 23.

Agora eu passo para os requerimentos solicitados pelo Senador Flávio Arns.

Só um minuto...

Item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 33, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia (CECTCOVID) até 31 de dezembro de 2022.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Eu passo a palavra ao querido Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senadora Leila.

Só quero destacar que a Subcomissão da Educação na Pandemia, da nossa Comissão, vem se reunindo todas as segundas-feiras, às 10h, para audiência pública. Já estamos perto de dez audiências públicas realizadas e já está muito claro o que deve acontecer, em termos de Brasil, com as políticas educacionais para o período pós-pandemia – pandemia ainda e pós-pandemia. Então, é muito importante acompanharmos essas ações no decorrer do ano de 2022, razão pela qual a gente solicita a prorrogação até o final do ano. E será assim um marco importante para a nossa Comissão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos, Senador Flávio Arns.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 15.

Vou passar para o item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 36, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a evasão nas instituições federais de ensino.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento ou para alguma observação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo.

Eu quero dizer que também, numa das audiências públicas, particularmente através da pessoa do Frei David, a quem o Senador Paulo Paim já se referiu, Coordenador da Educafro e um militante, uma pessoa muito ativa na área da educação, trouxe a realidade de que os estudantes muitas vezes estão desistindo inclusive das cotas, que é objeto de outro requerimento, pela falta de apoio na assistência estudantil.

Qualquer país desenvolvido tem políticas muito fortes de apoio aos estudantes para que concluam o ensino superior, inclusive por uma questão de economia. Então, nós estamos requerendo que haja a presença do representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis (Fonaprace); do representante da União Nacional de Estudantes (UNE); e do representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC); e representante da Educafro.

É um assunto dos mais importantes para que esses estudantes possam, com apoio, se sair bem nos cursos, concluir os cursos e ter, pela profissão que escolherem e pela graduação, mais possibilidades de se realizarem e não perdermos tantos estudantes – são índices altíssimos de pessoas que vêm desistindo – por falta de apoio. Então, é um assunto muito relevante.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento;

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 17.

Vou passar agora para o item 14, de autoria do Senador Marcelo Castro e subscrito por mim.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 32, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a ser realizada em data oportuna, com o objetivo de discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o impacto das mudanças curriculares no ensino e nos processos de avaliação da aprendizagem.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 14.

Vou para o item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 34, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para tratar da incidência do suicídio entre jovens e do apoio psicológico nas escolas

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF) e outros

A autoria é minha e do Senador Flávio Arns.

Vou passar palavra para o Senador Flávio Arns, porque eu acho que é importante ele falar sobre esse nosso requerimento.

Senador, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Na verdade, é o requerimento da Senadora Leila, que conversou comigo no Plenário sobre esse assunto.

Vem sendo amplamente discutida na Subcomissão Educação na Pandemia a questão do enfrentamento dos problemas decorrentes da saúde mental. Há pessoas desanimadas, com transtornos, com dificuldades, tudo isso por causa, na verdade, da pandemia. Então, essa articulação entre a educação e a saúde é essencial para que a gente promova a saúde mental dos estudantes, mas não só dos estudantes. Nós temos de pensar nos professores, nos profissionais da educação, porque a realidade é que as escolas estão dizendo que os alunos estão chegando com dificuldades nessa área, e a Subcomissão Educação na Pandemia apontou isso também. Então, para os professores, profissionais, alunos e, eu até diria, para as famílias dos alunos, porque às vezes o problema está na casa também, com o pai, com a mãe. Então, a gente tem que articular uma estrutura entre educação, saúde, políticas públicas para promover a saúde mental.

Eu acho que esse é objetivo do requerimento que eu tive a alegria de subscrever, mas, na verdade, é de autoria da Senadora Leila. A gente está assinando junto, porque é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu agradeço a sua parceria, Senador Flávio Arns.

Eu tenho certeza de que toda a Comissão irá abraçar essa pauta.

Chegaram ao meu gabinete vários relatos da comunidade escolar, principalmente do corpo docente, todos muito preocupados com o retorno e com a questão emocional dos alunos. Há muitos com sintomas de ansiedade, depressão, muito por causa da pandemia. Como o senhor falou, muitos alunos estão lidando ainda com perdas significativas na sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como trabalhar essa preparação do corpo docente para receber esses alunos? Sabemos que a escola é a extensão dos lares da maioria desses alunos, e eles estão passando por grandes dificuldades de como lidar com a situação emocional desses alunos que estão voltando para o ambiente escolar.

Eu agradeço muito a sua colaboração, a sua parceria neste requerimento, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 37, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a importância do Arquivo Nacional para a preservação da memória nacional.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

O requerimento também é subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Passo a palavra para o nosso querido Senador Paulo Rocha, que está aqui presente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, na verdade, são três requerimentos – o 37, o 38 e o 39 – assinados por mim e pelo Senador Jean Paul. Trata-se de objetivos que são a preocupação dos requerimentos que nós já aprovamos anteriormente. Como são...

Eu deixo até como sugestão depois para o titular da Comissão, o Presidente Marcelo Castro; pelo que percebi, há inclusive um requerimento dele. A preocupação desta Comissão, de todos os Senadores e Senadoras é em relação, por exemplo, à educação, ao MEC, todos têm essa preocupação. Parece que – não sei qual é a questão central, mas, para eu não fazer acusações injustas –, no mínimo, há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desorganização no MEC no que tange à questão de formação de professores, de treinamentos, de aperfeiçoamento de níveis superiores. Inclusive, houve problemas lá, e 52 pesquisadores pediram desligamento desse processo. Então, é importante que esta Comissão se debruce sobre esses problemas, para a gente não perder aquilo que a gente acumulou, ao longo de governos, na organização desse ministério tão importante e estratégico para a formação da nossa juventude, mas também estratégico para o desenvolvimento do nosso País, pois trata da questão da educação – todas elas, desde a básica até a superior, a tecnológica, enfim, a formação de operários, de técnicos, como é o caso dos institutos federais, etc.

Então, os nossos requerimentos têm estes objetivos: o 38 é para debater a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, portanto, a mesma preocupação do Senador Marcelo Castro; o Requerimento 39 também é para debater sobre Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com essa mesma preocupação. Naturalmente, há uma listagem de convidados especialistas que está publicada.

Então, eu proponho que os dois, Presidenta, o 38 e o 39, que têm o mesmo teor, a gente vote em bloco. E esse que a senhora anunciou é específico porque trata da questão cultura, da importância do Arquivo Nacional. Nós sabemos que houve problemas, inclusive com fogo. A preocupação é que parece que estão queimando a memória do nosso País, pelo menos não há o cuidado maior com a preservação. Então, é muito importante que a gente chame os responsáveis para debater. A sociedade brasileira está acompanhando essas questões do nosso País.

É esse o teor dos nossos requerimentos, Presidenta, para os quais peço aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

Senador Paulo Rocha, os seus requerimentos, juntamente com o Senador Jean Paul, são os itens 18, 19, 20 e 22, os Requerimentos de nºs 37 a 40. Eu vou ler todos os requerimentos e, ao final, aprovamos em bloco.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Há um, Presidenta, que eu pedi extrapauta, talvez seja o último, o 40...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É o 40.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Isso. Esse, na verdade, é acrescentar a um requerimento que nós já aprovamos e de que, inclusive, a sessão já está marcada para terça-feira e trata da Política Nacional de Educação Ambiental... Nós queremos incluir no rol dos debatedores mais duas pessoas. Esta audiência já está marcada para a próxima terça-feira, e nós queremos apenas incluir mais dois convidados para o debate da terça-feira, que tratará da Política Nacional de Educação Ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu vou ler os quatro requerimentos, inclusive o seu extrapauta; são três e esse extrapauta.

Já li o item 18 e vou para o item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 38, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Autoria do Senador Jean Paul Prates e subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Esse é o item 19.

Passo agora para o item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 39, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater os impactos da Portaria 983/2020, do Ministério da Educação, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

E o item 24:

EXTRAPAUTA

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 40, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 21/2021-CE, com objetivo de realização de audiência pública para debater o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, que sejam incluídos dois convidados no rol de debatedores.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Que sejam incluídos dois convidados no rol de debatedores: a Sra. Cláudia Cunha, dirigente da Asibama, e o Sr. Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema/RN).

Subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Nós passamos agora para a discussão desses quatro requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os quatro requerimentos de autoria dos Senadores Jean Paul Prates e subscritos pelo Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Presidenta.

Acho que nós produzimos bastante hoje. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu agradeço a participação dos colegas nesta manhã na reunião da Comissão de Educação.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Flávio Arns e Antonio Anastasia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2021 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 28/2021 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 30/2021 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 41/2021 - CE, de autoria Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), e REQ 42/2021 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 4656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências". **Participantes:** Frei David Santos, Diretor Executivo da organização não-governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); Dr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça e Conselheira de Igualdade Racial; Sra. Bruna Chaves Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Dra. Luciana de Oliveira Dias, Professora da Universidade Federal de Goiás – UFG; e Sra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade instruir o PL 4.656, de 2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências", para assegurar a continuidade das cotas e a sua aplicação às instituições particulares de ensino, em atendimento aos Requerimentos nºs 27, 28, 30 e 42, de 2021, de minha autoria, e ao Requerimento nº 41, de 2021, de autoria dos Senadores Plínio Valério e Marcelo Castro.

A audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-0612211.

A Presidência concederá a palavra aos convidados pelo prazo de dez minutos. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. e Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Frei David Santos, Diretor Executivo da organização não governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); Magnífico Reitor Dr. José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares – ambos já estão na tela –; Dra. Luciana de Oliveira Dias, Professora da Universidade Federal de Goiás; Sra. Bruna Chaves Brelaz, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça e Conselheira de Igualdade Racial; Dra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia.

Antes de iniciarmos, e eu farei uma fala preliminar, nós também falamos a todos que teremos a seguinte sequência: eu falarei na abertura; depois, cada um fala dez minutos; depois, eu farei algumas perguntas; e, depois, vocês terão mais cinco minutos ou sete para fazer as considerações finais e responderem as perguntas.

Vou fazer a fala da Presidência da abertura dos trabalhos.

Hoje é dia 10 de dezembro de 2021. Celebramos os 73 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o maior pacto feito pela humanidade e que traz em seu art. 1º: "Todos os seres humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

Em dias tão desafiadores, onde a pandemia assola o mundo, a violência abraça os grupos "racializados", a fome corrói a carne, como diz a música, o desemprego aumenta e a inflação também, o que mais precisamos nesse momento é de políticas humanitárias, de fraternidade.

Em meio a tantos estímulos, teremos o que eu chamo de um bom debate de uma das maiores políticas públicas criadas para reparar os quase 400 anos de escravidão em um País racista e desigual. A louvável Lei de Cotas que será revisada no próximo ano é o eixo do debate.

O Congresso Nacional precisa reafirmar essa política exemplar que registra, entre 2010 e 2019, o crescimento de quase 400% do número de alunos negros e negras no ensino superior. Um total ainda abaixo de alunos matriculados, 38,15% diante dos 56,2% da população brasileira que é negra. Dados do Quero Bolsa e do Censo da Educação Superior.

Tramitam no Senado e na Câmara mais de 35 projetos que modificam a atual Lei de Cotas, entre elas, as mais variadas, há propostas que falam que automaticamente fosse revisada para mais de 10 anos, outras falam em 20, 30 e outros para que a legislação seja permanente, até que as desigualdades no País sejam sanadas, mas existem também proposições que retiram a identificação da raça e deixam somente o termo renda.

A chamada popularmente Lei de Cotas, Lei nº 12.711, prevê o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais do ensino técnico de nível médio para aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos *per capita* e alunos oriundos de escolas públicas.

Para garantirmos a continuidade dessa histórica política pública, apresentamos, no caso, eu apresentei, atualmente, em conversa com diversos setores da sociedade, o Projeto de Lei nº 4.656, de 2020, que assegura a revalidação e permanência de vagas para negros, indígenas, pessoas com deficiência, alunos de baixa renda e estudantes de escolas públicas em universidades públicas e estudos federais e traz consigo a inclusão do recorte com as atividades previstas na lei.

Esse é o projeto que está em pauta e, naturalmente, quando a gente apresenta um projeto, para todos que estão nos assistindo, o objetivo é debater – essa é a primeira audiência pública – para aprimorar, melhorar e fazer com que ele represente de fato a vontade daqueles que mais precisam, que são as populações mais vulneráveis e carentes da sociedade.

Quero destacar aqui a Dra. Lívia Sant'Anna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Lívia Sant'Anna foi a liderança que nos acionou junto com a Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka, para que apresentássemos lá atrás essa matéria já para o debate, prevendo o que iria acontecer a partir do mês que vem, entendendo que estamos em dezembro, o ano está terminando, já é quase 2022.

Junto com o Relator, todos nós – podem ter certeza –, aqueles que estão no debate e aqueles que vão participar a distância, todos nós queremos aprimorar a matéria. No decorrer da tramitação, realizaremos tantas audiências públicas e *lives* quantas forem necessárias, contando sempre com a parceria de especialistas e com os movimentos negros do Brasil, para avançarmos e garantirmos uma educação inclusiva para todos. Essa é a nossa missão. Claro, quando a gente fala negros, estamos falando de cotas, mas a parceria faremos com negros e brancos, porque sabemos que, como dizia Martin Luther King, o sonho dele era ter uma sociedade onde brancos e negros sentassem à mesma mesa e dividissem o mesmo pão.

Para os que entraram agora, eu já disse, nessa minha introdução, que os trabalhos vão se desenrolar da seguinte forma: eu, de imediato, vou abrir a palavra para cada um dos convidados por dez minutos, sem prejuízo nenhum para que, num segundo momento, a gente tenha perguntas e, no final, viriam as considerações finais.

Então, já estão conosco aqui – estou vendo na tela – Frei David, José Vicente, Reitor, Dra. Luciana de Oliveira Dias e a nossa Presidente da UNE, a líder Bruna Chaves Brelaz.

Vamos, de imediato, pela minha sequência aqui da ordem de fala. Começamos, de imediato, com o Frei David Santos.

Frei David é Diretor Executivo da Educafro, um defensor de cotas há muitos e muitos tempos e que esteve, permita-me que diga, Frei David, naquele embate histórico que tivemos no Supremo Tribunal Federal, quando foram indicados dois Senadores, um negro e um branco – foi um branco e eu fui como negro –, para defender a política de cotas. Estava lá o Frei David. A sua equipe participou ativamente daqueles debates – e não só lá, em outros momentos. Falei desse porque nesse eu fui convocado para ir ao Supremo naquela data histórica, que depois entrou no filme Raça.

De imediato, Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro, tempo de dez minutos.

O senhor tem que abrir o microfone. (*Pausa.*)

Percebi que o Frei David está com problema e pede para esperar um pouco para ele adaptar lá a internet, então, pela sequência – eu vou seguir a sequência que está aqui –, depois do Frei David, falaria – espero que ela assim entenda, se fosse possível – a Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, estudiosa do pensamento feminista negro e Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), Diretora da Associação Brasileira de Antropologia.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS – Boa tarde, me ouvem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde. Perfeitamente, Dra. Luciana. As mulheres um passo à frente sempre.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS – Ai, que bom. Que bom.

Eu gostaria de fazer a projeção de um PowerPoint. Eu preciso de uma pequena ajuda para projetar esse PowerPoint.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço aí à assessoria da Comissão, que está acompanhando os trabalhos – eu estou no Rio Grande do Sul, e eles estão monitorando de Brasília, aí do próprio Senado –, que possa contribuir com a Dra. Luciana, para que ela faça a sua apresentação.

Peço aqui à minha assessoria, aqui no Rio Grande, que acione o Tiago lá, se for necessário. E, se for o caso, Dra. Luciana, nós vamos um passo à frente, enquanto eles entram em contato com a senhora para a devida adaptação da exposição.

Agora...

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS – Podemos dar um passo à frente? Eu não estou conseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. Então vamos dar um passo à frente.

Neste momento, Dr. José Vicente, você foi o sorteado para iniciar. (*Risos.*)

Democraticamente.

Dr. José Vicente, Reitor e Diretor-Geral e acadêmico da Faculdade Zumbi dos Palmares. Pelo que percebi hoje – eu soube da notícia aqui pelo meu WhatsApp –, V. Exa. foi convocado para estar no Conselho... Eu li rapidamente: Conselho da *Folha*, não é? A palavra é sua e pode ter um minuto para colocar esse novo convite. Sei que a sua carreira é muito longa, o seu currículo maior ainda.

A palavra com o Sr. Reitor José Vicente. (*Pausa.*)

Ah, deu.

O SR. JOSÉ VICENTE – Agora sim. Perdão, é que eu estava sem microfone no começo do problema, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Doutor, eu agradeço muito a sua presença e pode crer que, no meu escritório, que é aqui no Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul, eu tenho uma placa muito grande na parede do dia em que eu recebi o Prêmio Raça das mãos de V. Exa., lá na Universidade Zumbi dos Palmares.

O SR. JOSÉ VICENTE (Para expor.) – Foi devido e foi merecido, estimado amigo e digníssimo Senador Paulo Paim.

Eu quero, primeiramente, agradecer a gentileza, a deferência e a honra de ter sido convidado e poder participar desta importante audiência. Quero cumprimentar o senhor e todos os Senadores da República pela atenção, pela dedicação a esse tema, e quero pedir licença para cumprimentar a todos os demais e também àqueles que nos acompanham, na pessoa da Bruna Brelaz, que é a nossa Presidenta da UNE (União Nacional dos Estudantes), uma jovem, uma mulher negra, aguerrida, que está conduzindo os destinos da educação dos nossos jovens brasileiros nesse novo normal que se inicia.

Senador, de fato, eu também fui tomado de surpresa e de uma grata alegria, quando, então convidado que fui, soube da disposição do jornal *Folha de S.Paulo* de fazer mais uma mudança importante na sua trajetória. Eles, que já tinham, nos últimos dois anos, colocado dez articulistas negros para estarem presentes todos os dias nas suas páginas – a Djamila Ribeiro, o Sílvio Almeida, o Professor Thiago Amparo, a Cida Bento, enfim, tantas personalidades negras que agora passaram a ter vez e voz na *Folha de S.Paulo* –, agora decidiram ampliar nessa proposta de valorizar a diversidade e, por conta disso, além das mulheres, também desejaram aumentar a presença de negros no conselho editorial.

Com isso, fui convidado, juntamente com o Professor Thiago Amparo e também com a Luiza Trajano para que pudéssemos integrar o conselho editorial da *Folha* e, com isso, levar as nossas visões de mundo, as nossas agendas, as nossas também necessidades, demandas e as nossas apreensões para que pudéssemos ajudar a *Folha* a olhar de uma forma mais ampliada, mais aprofundada e mais assertiva para as dimensões da pluralidade e da diversidade de que o nosso País precisa e necessita. Então, por conta disso, eu assumi esse posto, com a missão logicamente de levar a nossa bandeira, de levar a nossa causa, mas também ajudar a que a formação da opinião pública possa contemplar tantas outras agendas que, ao longo da história, não tiveram tratamento adequado. Então, a partir de hoje estamos lá e, como sempre, à disposição de todos para que, com a nossa presença, a nossa voz e, junto com os demais, a gente ajude a nossa mídia a fortalecer e a valorizar a diversidade estética que precisa estar presente em toda a comunicação social e publicitária do nosso País.

Senador querido, o senhor sabe e tem acompanhado o que foi a luta, sobretudo da nossa Universidade Zumbi dos Palmares, para poder se constituir e depois se consolidar como um espaço importante para a inclusão e para a qualificação do negro brasileiro. Quando nós fizemos isso, quando nós ainda estávamos nos bancos escolares pensando em construir uma ação dessa natureza, nós primeiramente, de uma forma muito gentil, recebemos um convite do consulado americano para conhecer a história das universidades negras nos Estados Unidos. E a primeira delas que nós fomos conhecer, que eu fui conhecer, foi a Universidade Howard, ali em Washington, no centro de Washington, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidade negra, voltada para os negros, e que, entre tantas outras personalidades, formou a nossa Vice-Presidenta dos Estados Unidos, Kamala Harris.

Mas o detalhe é que a Universidade Howard – e eu fiquei assustado quando tomei conhecimento dessa informação – foi fundada, em 1867, para formar os primeiros médicos negros naquela região de Washington. Fiquei logicamente chocado com essa informação quando a conheci, mas depois soube também que, junto com a Universidade Howard, havia mais 130 delas, mais ou menos daquela mesma época, que, da mesma maneira, se constituíram como esse espaço público para o jovem negro – a despeito de se separar dos mais iguais, a despeito inclusive da própria perspectiva do racismo oficial e da segregação oficial nos Estados Unidos – e puderam se apresentar como uma oportunidade de que negros fossem à universidade e os brancos também, de que negros fossem à sua igreja e os brancos também, de que negros acessassem o conhecimento e os brancos também, ou seja, separados, mas iguais; separados e com todas as políticas públicas que pudessem permitir o desenvolvimento intelectual e profissional de todos eles.

Logicamente que eu não estou dizendo que essa é uma medida adequada, correta; eu estou narrando o que ouvi e vi lá naquela oportunidade. Mas o fato é que 56% daquelas então 130 universidades negras eram e continuam sendo universidades públicas. O governo construiu universidades públicas, ainda que tomado por um sentido e uma política de segregação racial, e permitiu, então, que desde 1835... A Universidade de Cheyney, na Pensilvânia, é de 1835; ou seja, quando nós conversamos com um jovem negro da nossa idade – um sessentão, coloquemos assim –, e vamos ali tomar uma cervejinha nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil e falamos de educação, a primeira postulação dele é sempre no sentido: "Olha, quando o meu bisavô se formou...". E você fala: "Oi?". Porque é da tradição do negro americano; desde 1835 as universidades estavam abertas para que eles pudessem, então, fazer seu processo de formação.

Aqueles 40% das universidades que não são públicas são custeados mediante um fundo do governo federal americano, de modo que 130 universidades cumprem esse papel de fornecer os quadros e recursos para os Estados Unidos da América, tendo fornecido desde Ministros da Suprema Corte, como é o caso do Thurgood Marshall, até prêmios Nobel e grandes administradores e grandes personalidades americanas.

Bem, então foi isso que inspirou a nossa ideia para que depois viéssemos no Brasil, e mesmo antes de o Brasil começar a discutir cotas, a Zumbi já estava de pé. Quando da primeira medida de cotas de 2002 no Rio de Janeiro, a Zumbi estava de pé – enquanto projeto, no ano 2000. Mas eu só estou retomando isso para dizer que qualquer país, em todos os tempos, mesmo diante das suas mais sensíveis dificuldades, nunca deixou de tratar a educação como uma ação sensível e estratégica, e por conta disso, todo o empenho, todo o esforço para permitir que essa educação chegasse a todos e todo o esforço para permitir e encaminhar a presença de todas as representações para dentro do ensino superior, sobretudo o ensino superior público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no nosso Brasil, como nós sabemos, de uma forma muito distorcida, 80% dos jovens que precisam acessar o ensino superior precisam ir para as universidades privadas porque a nossa universidade pública não dá conta de atender a mais que 20% da demanda dos alunos, e, além do mais, são números muito limitados de universidades. E o processo de acesso a essas universidades públicas foi um processo que muito poucas vezes contemplou essa necessidade de ser um espaço não só representativo, mas um espaço plural e democratizado, de modo que construísse condições para que todos estivessem presentes e participantes. Isso se deu, sobretudo, porque a nossa universidade pública fez uma preferência para o recorte de renda, porque ao final ela colocou alguns limites para acesso a essa universidade, e o limite é um conhecimento às alturas, mas um conhecimento às alturas que somente a classe média rica podia pagar essa preparação para estar na universidade pública. O resultado é que hoje o nosso País não conseguiu cumprir uma meta, que é exigível para sua própria sobrevivência, de estoque de mão de obra e estoque de recursos humanos, que é justamente uma porcentagem de, pelo menos, 25% dos jovens em idade escolar nas universidades públicas. Para o senhor ter uma ideia, aqui na Argentina, nosso vizinho, nossos *hermanos*, 40% dos jovens em idade universitária estão na universidade. Aqui no Uruguai, vizinho do nosso Senador – dá para ver pela janela o Uruguai –, 27% dos jovens em idade escolar estão na universidade. E nos países desenvolvidos, a média é de 55%, chegando, por exemplo, na China, a quase 60% dos jovens, então, nas universidades.

O Brasil, entre tantas outras deficiências e impropriedades, apresenta apenas 11% desses jovens. No seu *boom*, no seu melhor momento, chegou perto de 16% de jovens negros no ambiente do ensino superior; ou seja, nós não conseguimos produzir nem os estoques de recursos humanos necessários para produzir crescimento, para poder produzir desenvolvimento para atender às demandas do mercado como um todo. E entre esse estoque de jovens que não chegam, que não acessam o ensino superior, está a grande maioria dos pobres e entre os pobres, os negros. Eu estou tentando fundamentar que qualquer país e, sobretudo, um país que chegou a ser a quinta potência econômica do mundo no Governo Lula, não poderia ter qualquer outra medida emergencial que não fosse um processo educativo amplo, que contemplasse todos os talentos e que permitisse, ao final, produzir os recursos humanos de que o País precisa inexoravelmente para crescer, para se desenvolver e para se consolidar como um país capaz de atender a todas as demandas da sua sociedade. Não fizemos isso no passado e estamos querendo repetir o erro agora, num futuro que já começou.

Por conta disso, é indispensável que a gente mantenha o pouco que nós construímos nessa agenda, e o pouco que se construiu nessa agenda foi justamente a política pública de acesso das minorias às universidades públicas, sejam federais, sejam as universidades privadas, porque as cotas nas universidades públicas federais, mais o Prouni, que tem um recorte para as universidades públicas privadas, e mais o Fies, no seu primeiro momento, na sua primeira formação, que tinha um recorte contemplando essas dimensões, constituíram, então, a mais potente política pública, que aumentou quase em 8% a presença do jovem estudante no ensino superior do nosso País. Para um país que precisa chegar a 40% de jovens formados, nós saímos de 7% e chegamos quase a 15%. Então, isso foi um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecimento. O mesmo que fez com que a Coreia saísse, nos anos 50, de um dos países mais pobres mundo para se transformar numa potência econômica.

Então, por conta disso, não restam dúvidas: ninguém em sã consciência pode pensar em qualquer outro encaminhamento que não seja garantir a política que está aí, ampliá-la para que ela possa continuar sendo esse espaço de inclusão, esse espaço de acolhimento, esse espaço de qualificação e preparação dos recursos humanos de que o País sempre precisou e de que vai precisar mais ainda num momento em que o mundo faz uma transformação tecnológica, do analógico para o digital, neste momento em que o mundo agora se encaminha para uma transformação que coloca, sobretudo, a economia verde e as dinâmicas das transformações climáticas por uma potência econômica de transformação social, nenhum país do mundo poderia pensar outra coisa que não ampliar a presença da formação de quadro para dar conta dessas novas realidades que estão colocadas.

Então, com todos esses fundamentos, é indispensável e inexorável, é quase que inconcebível pensar outra condução que não seja manter essa política.

Por fim, a dívida sabida, a indenização não paga e, da mesma maneira, os fundamentos e os pressupostos do que nós pretendemos ser, como Nação, do ponto de vista de república, coisa de todos, democracia, participação de todos e, sobretudo, justiça social e igualdade de oportunidades.

E se os desequilíbrios sabidos da escravidão que houve e do racismo que se manteve estão produzindo os danos, nós não temos outra medida a implementar, a garantir e a fortalecer que não sejam essas políticas afirmativas que possam, minimamente, constituir um elemento de tentativa de idealização das oportunidades entre todos os brasileiros.

Então, por esses motivos, as cotas não podem ter outros destinos que não sejam a sua prorrogação, e uma prorrogação nos termos que V. Exa. coloca no seu projeto. Enquanto a desigualdade estiver posta por esses pressupostos, a lei tem que ser mantida. No dia em que nós igualizarmos, ela não se faz necessária.

Então, por conta disso, essas são as nossas primeiras ponderações e impressões.

De novo, primeiro, um cumprimento ao Senador, amigo, parceiro, nosso aliado e um representante extraordinário da nossa comunidade de negros, por ter toda essa preocupação, por ter colocado esse projeto para tratar desse assunto, por ter se associado ao movimento Cotas Sim, para que a gente traga a sociedade civil para nos auxiliar nesse trabalho e, sobretudo, por nos colocar essa oportunidade de debater com todo o País a necessidade, a importância, a inexorabilidade e, sobretudo, a justiça nas cotas raciais no nosso País.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um dos colaboradores, no campo das ideias – permita que eu diga – na *Folha de S.Paulo*, o que muito nos orgulha. É tipo um conselheiro.

Eu agradeço muito a V. Exa. pela forma introdutiva como colocou o tema e quero também aproveitar o momento para agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, o Senador Marcelo Castro, que tem sido um grande parceiro, um homem que olha para a frente, além do horizonte. Posso dizer com segurança: para eu ter conseguido aprovar o relatório de João Cândido, Herói da Pátria, ele foi fundamental. Ele não está aqui, não importa se ele está vendo ou não está vendo; o importante é que eu faço aqui esta homenagem a ele. Como também foi fundamental a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Leila Barros. Ambos se somaram na forma que pedimos ao Presidente da Casa. O projeto estava na mesa há muito e muito tempo já, há muitos anos, dá para dizer.

Ele veio para a Comissão, fizemos um bom debate e aprovamos por unanimidade.

Quero também agradecer ao Relator da matéria. O Senador Romário será o Relator desta matéria, por indicação do Presidente da Casa, e ele já se prontificou a estar conosco na construção da vontade do povo que precisa das cotas, daqueles que efetivamente precisam das cotas.

Então, registro aqui, na abertura dos trabalhos, que, depois da fala do magnífico Reitor, há o Senador Marcelo Castro, a Senadora Leila Barros e o Senador Romário, que vai ser o Relator desse projeto que nós apresentamos em 2020. O projeto é o 4.656. Claro que, de lá pra cá, muitos foram apensados. Todos serão debatidos.

Neste momento, eu passo a palavra à Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, que é Presidente da Nação Mestiça e Conselheira Nacional da Igualdade Racial.

Só para ficar claro a todos, a D. Helderli foi uma indicação de dois Senadores, e nós indicamos outros. E não houve nenhum obstáculo, a Comissão não vetou ninguém. Todos os indicados foram convidados e estão aqui falando. Agora é a sua vez, Sra. Helderli.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde!

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (*Por videoconferência.*) – Não estou conseguindo colocar para visualizar o áudio. Estou tendo problemas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, nós vamos fazer como fizemos com os outros. Vamos dar um passo à frente, ou seja, outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidado fala, e eu peço ao Thiago, da assessoria da Mesa, se puder, fazer contato com você e também com Frei David e com a Luciana, para vocês entrarem na sequência.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Eu passaria a palavra neste momento à Bruna Chaves Brelaz, Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Bruna, é com você.

A SRA. BRUNA CHAVES BRELAZ (Para expor.) **–** Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Agradeço aqui o convite para que a União Nacional dos Estudantes pudesse falar aqui neste momento. Saúdo também a presença do meu querido Reitor José Vicente, que é um parceiro dos estudantes brasileiros. A gente tem conversado bastante sobre esse tema, como os estudantes podem atuar das melhores formas para que a gente consiga estabelecer a vitória da renovação da Lei de Cotas.

Primeiro, para a gente, Senador Paulo, é algo fundamental que o Congresso entenda que as cotas precisam de ser atualizadas, mas precisa ampliar os seus anos de duração, porque nós entendemos que a história do País precisa ser considerada, a história de um Brasil que passou por muito tempo de escravidão e que ainda passa por um período muito duro em que quem sofre no Brasil é principalmente o povo negro, que está nas periferias brasileiras e que ainda não conseguiu avançar na sua ascensão social... (*Falha no áudio.*) ... para que a gente consiga avançar nesses objetivos.

Se hoje o Brasil enfrenta um debate muito aprofundado sobre o genocídio da juventude negra, a falta de políticas públicas para a juventude, a falta de saneamento básico, a insegurança alimentar, a fome e o desemprego, a maioria das pessoas que perpassam por todos esses desafios são pessoas negras, principalmente as mulheres negras. Saiu uma última pesquisa em que 92% dos desempregados negros e negras perpassam também pelas mulheres, e essas mulheres geralmente são as chefes de família e têm tentado dar conta do recado nesse período de pandemia – e a gente sabe das dificuldades que nós enfrentamos enquanto mulheres. Então, eu acho que esse debate de cotas vem a calhar também com um debate da estrutura social, exatamente porque o Brasil se localiza nessa estrutura social em que não pode haver nenhum tipo de impeditivo para que haja um...

Opa, está voltando aqui o som. Acho que voltou, melhorou.

Acreditamos que não pode haver nenhum tipo de impeditivo, para que a gente consiga avançar nas políticas sociais.

Eu tenho dito que as cotas têm sido um verdadeiro sucesso para que nós possamos conseguir popularizar a universidade. Inclusive eu faço um parêntese rápido aqui, porque eu estou na universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Professor José Vicente. Está havendo uma atividade aqui com os estudantes secundaristas, estou falando de uma sala de aula.

Ocupar a universidade, popularizar a universidade é uma missão importante dos estudantes. Se nós entendermos a universidade enquanto uma estrutura de desenvolvimento da Nação, uma estrutura que replica os avanços sociais de um Brasil que busca a sua soberania, nós não podemos pensar essa universidade sem a metade da população brasileira, que são os negros e negras.

Então, vejo esse tema, o tema das cotas, como um tema que precisa ser encarado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal como de comum acordo. Nós esperamos que todos os Parlamentares – e por isso ficamos muito gratos que o Senador Paulo Paim seja essa figura de linha de frente, junto com os demais Senadores, que o Senador Paulo colocou aqui – sejam essas figuras de linha de frente, que entendam que as cotas precisam ser um consenso e que não só as cotas sociais, mas as cotas raciais refletem o Brasil que precisa avançar no que tange...

Está voltando de novo o som aqui, mas acho que já vai melhorar.

É o Brasil que precisa refletir os desafios de um povo que ainda sofre as mazelas aprofundadas desse sistema que nos oprime, nos diferencia da sociedade.

Vejo com muita preocupação um debate de uma falsa democracia racial. O Brasil ainda enfrenta um racismo aprofundado. Nós refletimos isso no Congresso Nacional. E este Congresso, como eu disse, vai precisar ter o desafio de procurar esse consenso. Nós temos visto aí atores importantes dentro do Congresso na busca de consensos, para que as cotas consigam ser aprovadas. Nesse aspecto, aqui todos nós concordamos que as cotas precisam ser prorrogadas.

Na sua avaliação, nós acreditamos que é preciso refletir, além do acesso ao ensino superior, a garantia da ampliação desse acesso, a oportunidade desses estudantes, a partir de as cotas serem garantidas, nós acreditamos que é preciso debater sobre a permanência estudantil. Nesse contexto que eu falei para vocês, de pandemia, de caos relacionado ao desenvolvimento nacional, relacionado ao desemprego, nós precisamos refletir na questão de que essa parcela da população que conquistou a sua vaga no ensino superior precisa ser amparada a partir de políticas de permanência estudantil. As cotas podem melhorar – a gente tem falado bastante isso. Nós não podemos admitir que um debate sobre cotas seja para que se elimine uma política que está funcionando. Uma política pública que funciona não pode ser eliminada, ela precisa ser aperfeiçoada. E o seu aperfeiçoamento perpassa uma ampliação de debate sobre a garantia da entrada do povo negro e indígena, que também é contemplado a partir das cotas, mas pela permanência estudantil desses estudantes, para que eles conquistem o seu diploma do ensino superior.

Para a gente, que veio da periferia, que conseguiu ter acesso ao ensino superior, é só mais uma batalha que foi ganha. Nós vamos precisar, dentro da universidade, sempre, ganhar diversas outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batalhas: a de escolher se come no RU ou se paga xérox, a de escolher se paga a conta de luz com a bolsa da assistência estudantil ou se paga os livros que precisam ser comprados. Se nós queremos investir na ciência brasileira, nós não podemos nos permitir achar que é gasto dinheiro com educação – é exatamente esta a palavra: gasto. Investir recurso na educação, investir nesse estudante... É investimento. Um Brasil que procura ser soberano, um Brasil que procura ser desenvolvido precisa investir nesses estudantes negros e negras que dão sucesso, que mostram que produzem na universidade coisas que são fundamentais. O que é um exemplo importante como Jaqueline Góes, que sequenciou os genomas da covid-19, uma estudante negra que virou cientista e sequenciou o genoma da covid-19? Nós precisamos aliar o debate social da equidade dentro da universidade com o investimento na ciência, o investimento em um Brasil em que a universidade aporte a campanha de desenvolvimento de Brasil.

Nós da União Nacional dos Estudantes temos muita convicção de que os períodos são muito difíceis, de que o período de ataque aos estudantes, principalmente mais pobres, é muito duro, o ataque ao Prouni, o ataque ao Enem, que são mecanismos também de acesso ao ensino superior que reflete exatamente nesse estudante mais pobre que tem lutado para garantir a sua entrada no ensino superior.

Participei aqui, na Faculdade Zumbi dos Palmares, de uma atividade com mais de 200 secundaristas do Brasil inteiro – 200 secundaristas –, que falaram sobre o seu sonho de acessar o ensino superior e que enfrentam exatamente essas dificuldades que a gente colocou aqui. É desses secundaristas que a gente está falando, é desses estudantes que querem colocar o seu diploma na estante de casa, para sua mãe ter o orgulho de dizer: "O meu filho é uma pessoa formada, diplomada". É o que a gente quer falar.

Então, fico muito feliz por participar. A UNE está à disposição para que a gente formule, articule com quem for necessário para que as cotas sejam renovadas e a gente consiga mais uma vitória, não só do povo negro, mas do povo brasileiro, um povo que acredita que é preciso derrotar o racismo e garantir mais oportunidades para o nosso povo.

Peço desculpas, porque eu não vou conseguir ficar, Senador, para a segunda parte. Vou ficar aqui até onde eu consigo. Infelizmente, por conta da volta presencial, agora as agendas são assim: você fala no híbrido, depois você vai para uma agenda presencial, e isso faz parte da nossa dinâmica aqui do movimento estudantil. Então, vou ficar aqui ouvindo com a atenção e me despeço aqui do *chat* quando eu tiver que sair.

Mas agradeço mais uma vez pelo convite. E contem sempre com a União Nacional dos Estudantes – e, é óbvio, a UNE participa da campanha Cotas Sim, que é uma campanha colocada pela Universidade Zumbi dos Palmares, pela Afrobras. Nós temos muito orgulho de levantar essa campanha juntos aí com o Professor José Vicente, para que toda a sociedade se incorpore no debate das cotas e no debate de um Brasil mais igualitário.

Um abraço para todo mundo. (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Abriu agora.

Muito bem, Bruna Chaves Brelaz, liderança nacional, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Antes que você saia, eu já vou lhe pedir uma ajuda. Posso pedir uma ajuda? – ó, sou eu que peço ajuda!

Bruna, nós apresentamos, ainda em 2010, o PLS 214. Aprovei no Senado, e ele cria o auxílio estudantil de um salário mínimo, que pode ser aperfeiçoado, para os alunos carentes. Está na Câmara. Nós temos em torno de uns 14 projetos aprovados no Senado, entre eles está essa bolsa, essa ajuda para os estudantes carentes, correspondente a um salário mínimo. Se a Câmara aprovar, aí é só sancionar. Não sei se é bom aprovar este ano ou no outro ano, na perspectiva de que o Presidente sancione – não é? – e não vete. Se nós conseguirmos até o fim do ano que vem aprovar, pelo menos vamos garantir a sanção, não é? E sabemos que, nesse clima que está aí, é muito difícil. Mas vamos pensar juntos aí. Existem muitos projetos que aprovamos no Senado. Esse das cotas, se aprovarmos, vai também para a Câmara, e aí o debate continua.

Mas vamos em frente. Obrigado, viu? Muito obrigado, Bruna.

Agora já nos informaram que a nossa querida Dra. Luciana já está apta a fazer a sua exposição. Então, Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, estudiosa do pensamento feminista negro, Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), e Diretora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). É com a senhora.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS – Exatamente: a ABA.

Eu vou pedir que seja feita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está na tela.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS – Me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS (Para expor.) – Só um minuto.

Eu não estou... Eu deixei de ver vocês.... (*Pausa.*)

Consegui. Vi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde.

Desculpem o pequeno probleminha.

Agora quero falar da minha alegria e da minha honra de estar aqui nesta tarde com o Senador Paulo Paim discutindo uma pauta tão importante; e da minha alegria e honra também de escutar anteriormente o Professor José Vicente e a Bruna, representantes tão importantes nessa pauta no Brasil todo.

Pode passar a lâmina.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em seus comitês e comissões, busca afirmar a importância da continuidade e do aperfeiçoamento das ações afirmativas no Brasil.

Desde sua promulgação, a Lei 12.711, de 2012, se tornou um instrumento concreto para a reparação dos danos ocasionados pela negligência estatal e pelo racismo estrutural. O fortalecimento das políticas de reserva de vagas e de ações afins nas instituições de ensino superior é fundamental para a democratização das próprias instituições, tornando a sociedade como um todo mais plural, mais democrática.

A partir da compreensão da centralidade das ações afirmativas no debate sobre a promoção da equidade, há que se considerar a avaliação dos resultados alcançados até agora.

Pode passar a lâmina.

Como resultado das políticas de ações afirmativas, é fundamental a constatação de que a presença de segmentos da sociedade antes excluídos agora compõe as universidades. Conforme a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos e Graduandas das Instituições Federais de Ensino Superior de 2018 e um estudo realizado pela Andifes em 2019, pela primeira vez na história do País a população negra é maioria nas universidades federais brasileiras, alcançando 51,2% desse universo, uma proporção mais representativa da realidade demográfica no País. Segundo essa pesquisa, o número de ingressantes cotistas aumentou consideravelmente a partir de 2013, com a Lei de Cotas já em vigor. Se, em 2005, apenas 3,1% dos ingressos no ensino superior eram por reserva de vagas, em 2010 essa proporção chegou a 25%, como a gente pode ver na próxima lâmina. Em 2014, passou de 38,2%; em 2017, 49,4%; em 2018, o percentual apurado foi de 48,3%. À luz da série histórica, tal incremento mostra como a lei se tornou um mecanismo concreto, efetivo e exitoso para o ingresso na universidade.

A Lei 12.711 também impactou consideravelmente o número de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior, promovendo transformações importantes nas universidades e nas vidas desses estudantes, de seus povos, de suas regiões. Segundo pesquisa realizada pela Andifes em 2019, a mesma pesquisa à qual eu me referi anteriormente – pode passar a lâmina –, o número de indígenas aldeados que tinham acedido à universidade era de 2.329 em 2014, chegando a 4.672 no ano de 2018. O número de estudantes quilombolas aumentou cerca de 154% no período. Conforme o Censo da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, ligado ao Ministério da Educação, entre 2010 e 2016, a população de estudantes indígenas aumentou 512% em todos os modelos de educação superior públicos e privados, subindo de 7 mil para 44 mil estudantes. Com isso, foi alcançada uma proporção de estudantes mais próxima do número da população indígena no País. Esse é mais um indicador de que a lei corrige distorções históricas no ensino superior e para além do ensino superior. Se em 2018, Joênia Wapichana, atualmente Deputada Federal, foi a primeira advogada indígena entre homens e mulheres a realizar uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal, o STF, no caso da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em 2021, no julgamento do STF do caso de repercussão geral do Xokleng, foram quatro sustentações indígenas contrárias à tese do marco temporal realizadas pelos advogados Eloy Terena, Samara Pataxó, Ivo Macuxi, Cristiane Soares Baré. O impacto da ampliação da presença de indígenas no ensino superior brasileiro não se restringe ao universo acadêmico e é absolutamente preponderante nas disputas por direitos.

Pode passar.

Constatados esses avanços, é preciso sinalizar também o longo caminho que a gente tem pela frente. O relatório Education at a Glance, de 2019, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oferece uma perspectiva comparada dos problemas enfrentados pelo Brasil no acesso à educação e no investimento por discente.

Os dados promovidos pelo Inep junto aos dados de outros 46 países mostram que, apesar de a porcentagem de jovens e adultos entre 25 e 34 anos com diploma superior ter dobrado no prazo de uma década, o Brasil ainda mantém taxas de acesso abaixo da média da OCDE e de outros países latino-americanos. Segundo o relatório, em 2018, 11% dos brasileiros entre 25 e 34 anos tinham diploma de nível superior. Em 2018, eram 21%. O dado brasileiro é comparável ao do México, mas está abaixo de outros países latino-americanos, como Chile, Argentina. O Chile conta com 25%, a Argentina com 36%. Essa porcentagem brasileira corresponde à metade da média dos países da OCDE. As diferenças aumentam e os indicadores do Brasil caem drasticamente quando referidos à pós-graduação no contexto dos países da OCDE.

Pode passar a lâmina.

Aqui no Brasil, como em muitos outros países...

Você volta a lâmina, por favor? Volta uma lâmina, por favor. Isso.

Aqui no Brasil, como em outros países, é uma minoria que chega a esses níveis, mas no Brasil, a seletividade ainda é muito maior. Segundo o relatório da Education at a Glance de 2019, somente 0,8% dos brasileiros entre 25 e 64 anos tem o título de mestre. Na OCDE, a média é de 13%. A porcentagem dos que chegam até o doutorado é ainda menor: 0,2% da população de 25 a 64 anos tem título de doutorado. Na OCDE essa média é de 1,1%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vale uma advertência: embora o País conte com algumas bases de dados sobre o ensino superior, ainda se faz necessário estabelecer um sistema de dados integrado. A produção de conhecimento sobre a política de ações afirmativas é fundamental para a sua implementação, para a sua gestão, para a sua avaliação. Embora a política de reserva de vagas tenha se mostrado bem sucedida, permitindo o acesso à educação superior, resta indagar mais ainda sobre as condições necessárias para a permanência dos novos estudantes e sua incorporação no mercado de trabalho.

Pode passar agora.

De fato, a desigualdade racial continua sendo um desafio, posto que, mesmo com a presença mais expressiva de estudantes negros na educação superior, eles se concentram nos cursos menos concorridos e se acham sub-representados nos cursos de maior prestígio, como Direito, Medicina, Odontologia. Esse quadro demonstra contradições que têm se mantido por conta do caráter estrutural do racismo. E o racismo estrutural, infiltrado no cotidiano das instituições, naturaliza e reproduz prejuízos que aviltam, violentam segmentos específicos da sociedade e, concomitantemente, outorga privilégios como se fossem direitos exclusivos de outros segmentos. O que se naturalizou, nesses últimos séculos, é uma hierarquia perversa no âmbito das relações sociais.

As ações afirmativas promovem um enfrentamento ao racismo estrutural e aos preconceitos e discriminações históricas. As ações afirmativas são uma resposta inequívoca diante de diversas formas de opressão, de exclusão, de violência cotidiana, possibilitando ao Estado assumir um importante papel reparador, com o estabelecimento de leis e a efetivação de políticas públicas capazes de, gradualmente, restituir dignidades perdidas, promover uma valorização de saberes historicamente discriminados e avançar na realização da justiça social.

Enquanto as ações afirmativas continuam sendo uma tarefa incompleta e ainda muito necessária, por fazerem jus à adversidade que constitui a sociedade, um efeito direto da Lei 12.711 é o fato de as instituições de ensino superior passarem a lidar com outros conhecimentos, outras línguas, outras expressões culturais, que estimulam a criação de novos cursos, novos projetos pedagógicos, novas formas de docência, indicando a possibilidade de valorização de saberes que foram historicamente discriminados por meio das construções que passaram a ser feitas por pessoas que estiveram historicamente alijadas dos debates acadêmicos e científicos e que, com as cotas, ingressam nesse espaço.

Pode passar a lâmina.

Todavia, conforme os dados do Censo da Educação Superior do Inep de 2019, o aproveitamento desses novos profissionais no ensino superior e na pesquisa ainda é tímido. Por exemplo, a proporção de professores negros, pretos e pardos no ensino superior foi de 19,3% em 2010 para 23,6% em 2019. De acordo com o *Jornal da USP*, em matéria publicada em 2018, a Universidade de São Paulo, a instituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira mais bem colocada nas classificações internacionais, por exemplo, não chega a ter 3% de docentes negros, pretos e pardos.

Nesse sentido, enquanto saudamos as conquistas alcançadas nos quase dez anos de vigência da Lei 12.711, chamamos a atenção para o longo caminho que temos pela frente nessa seara e colocamos a *expertise* de antropólogas e antropólogos associados à disposição de Congressistas. E também reafirmamos aqui o compromisso da ABA com a consolidação de uma política permanente com relação às ações afirmativas.

Finalmente, eu gostaria de destacar que a ABA aponta como contribuições – pode passar a lâmina – para a continuidade e aperfeiçoamento das ações afirmativas a necessidade de que os seguintes assuntos sejam contemplados na reedição da Lei de Cotas: atenção às possibilidades de permanência; inclusão de um enfoque na pós-graduação; atenção à realização de concursos públicos com ações afirmativas; atenção à valorização de saberes historicamente discriminados; inclusão das instituições de ensino superior privadas no Programa Nacional de Ações Afirmativas; e, finalmente, o estabelecimento de um sistema integrado de dados sobre ações afirmativas.

Pode passar.

Muito obrigada pelo diálogo, pela interlocução. Colocamo-nos à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, estudiosa do pensamento feminista negro, Professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), Diretora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Queria agradecer muito pelos dados, números, não é? Prova da importância, e olha o desdobramento das ações afirmativas, não é? Então, a moçada às vezes fala: "Ação afirmativa é importante". Mas a sua explicação ali pontual foi muito nítida e muito clara da importância das ações afirmativas e, claro, com o eixo aí na política de cotas.

Muito, muito obrigado. É uma satisfação ouvi-la. Eu aqui, coordenando as reuniões, aprendo muito com os meus convidados. Eu saio falando ali o nome de vocês, viu? "Ah, eu vi lá com a Dra. Luciana", "eu vi lá o Reitor José Vicente", "isso falou o Frei David".

Então, muito, muito obrigado.

Vamos em frente agora. Pediu a palavra nesse momento, que está pronta para a fala, a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão, conforme está aqui, Presidenta da Nação Mestiça no seu Estado e Conselheira Nacional da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se encontra?

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Sim, sim, eu estou tentando um vídeo aqui, que eles não conseguiram me ajudar, Senador. Estou tentando ativar o vídeo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você quer ir falando sem vídeo? Pode usar o tempo expressando a sua opinião sobre o tema.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – O senhor poderia me deixar para próxima, enquanto a gente tenta exibir o vídeo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso, não há problema nenhum aqui.

Então, agora, nós vamos passar a palavra para o Frei David, que já está na tela.

O SR. DAVID SANTOS – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frei David Santos, Diretor-Executivo da Educafro, a palavra é sua.

O SR. DAVID SANTOS (Para expor.) – Parabéns à equipe técnica, deram solução ao problema.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. DAVID SANTOS (Para expor.) – Ótimo, que bom, então, estamos com o problema resolvido.

Vamos direto ao assunto.

Senador, mais uma vez, Zumbi, Dandara, Nelson Mandela e Luther King estão com você.

Esta audiência veio em hora muito oportuna. Por quê? Porque, Senador, antes de ontem a Comissão de Direitos Humanos da Câmara votou, por unanimidade, o Projeto de Cotas, que tramita na Câmara, nº 1.788. Olha que bacana!

Lá, então, aprovou, já passou pela comissão de deficientes, foi para a Comissão de Educação, desculpe, foi para a Comissão de Direitos Humanos e, agora, vai para a Comissão de Educação e conclui na CCJ.

Segundo estudos que fizemos junto com alguns técnicos, 15 dias após o final do recesso, a gente consegue aprovar lá na Comissão de Constituição e Justiça depois que mudar a Presidência da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso problema é que a atual Presidente da Comissão não tem sensibilidade para a nossa demanda, não vou citar o nome dela em respeito ao bom relacionamento.

A nossa estratégia é que aprovamos já na comissão de deficientes, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos, vamos aprovar na Comissão de Educação e vamos concluir na Comissão de Constituição e Justiça. Acontecendo isso, o projeto não precisará passar no Plenário da Câmara porque ele pegou o caráter terminativo, então, se conseguir aprovação unânime nessas instâncias vai direto para a mão do Senado, em outras palavras, para a mão do Senador Paim.

Então, eu estou muito feliz com isso, porque esse projeto vai dialogar com o Projeto 4.656, de 2020, do Senador Paim.

O projeto da Câmara, que está mais avançado, é o Projeto 1.788, de 2021. A atual Relatora é a Deputada Vivi Reis e o autor é o Deputado Bira do Pindaré, o autor do projeto.

Qual foi a estratégia que a gente desenhou juntos lá, com muito diálogo, com muita conversa? A estratégia é: deve-se fazer o mínimo de mudanças para passar com tranquilidade e sem muito alarde. O Bira do Pindaré, em seu projeto, ampliou para 30 anos de vigência. O Relator da primeira comissão de deficientes reduziu para dez anos, ele é de direita e reduziu para de anos.

A gente ficou muito feliz, olha que absurdo, ficamos muito felizes porque o nosso medo é que ele tirasse a cota racial de indígena e quilombola e colocasse cota social só. Ele não fez isso, olha que bacana. Ele apenas... Apenas, acho que eu estou doente mental, ele apenas reduziu de 30 para 10 anos.

Bem, na Comissão de Direitos Humanos, nós mantivemos a decisão do cara de direita. Por quê? Para ganhar o voto da direita. E aí deu certo: conseguimos por unanimidade a aprovação na Comissão de Direitos Humanos. A mesma estratégia vamos adotar na Comissão de Educação. E a mesma estratégia também vamos adotar na Comissão de Constituição e Justiça.

Bem, então, Senador, aqui agora eu faço um apelo para V. Exa. colocar sua assessoria para pegar o Projeto 1.788, de 2021, da Câmara e fazer diálogos. A Educafro está propondo carinhosamente ao Senador Paim para fazer emendas nesse projeto do Senado para que, quando chegar o da Câmara, tendo as emendas aí realizadas, os dois projetos comunguem e não precisem mais passar um na Casa do outro. O Senado não precisa ir para a Câmara, e a Câmara não precisa ir para o Senado – bom, o Senador vai me corrigir depois na fala dele – e, com isso, uma vez havendo um entrelaçamento, esse projeto vai direto para o Presidente da República para ele sancionar.

Senador Paim e equipe técnica do Senador Paim, o que esse projeto da Câmara está definindo? Depois de muito diálogo entre nós, a nossa estratégia foi mexer o mínimo possível com o projeto – o mínimo possível. Então, o primeiro ponto em que mexemos: confirmar que o art. 7º da Lei 12.711 não se refere à vigência – não se refere à vigência –, refere-se apenas à revisão. Uma coisa é vigência, outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa é revisão. Bom, eu vou fazer uma revisão para melhorar. Ninguém faz revisão para piorar. Então, os Consultores da Câmara concluíram que estamos certos, que o art. 7º do Projeto 12.711 não se refere à vigência, refere-se unicamente à revisão. Bom, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Senador. No projeto há três palavras que precisam ser bem digeridas, positivamente bem digeridas: palavra "acompanhamento", palavra "avaliação" e palavra "revisão". Isso está no art. 6º e no art. 7º da Lei 12.711. Nós, lá na Câmara, trabalhamos para que essas três palavras não gerassem mal-entendido, e gerassem uma sincronia e uma eficiência de tramitação. E deu certo.

O terceiro ponto. Olha só, Senador, que fantástico: os assessores da Educafro e da Câmara descobriram – olha só – a Emenda Constitucional nº 109. Vou repetir: Emenda Constitucional 109, de 2021, já aprovada. O que fala essa emenda? Ela acrescentou o §16 ao art. 37 da nossa Constituição Federal. Volto a repetir: essa emenda acrescentou o §16 ao art. 37 da Constituição Federal, onde se diz que realizar avaliação das políticas pública é premissa básica e obrigatória para garantir a eficiência de uma política pública e a eficiência de uma administração pública. Ou seja, volto a dizer: o §16 do art. 37 da Constituição, que é um parágrafo novo, que foi incluído na Constituição só agora, fala o seguinte: que realizar avaliação da política pública é premissa básica para qualquer governante e para qualquer... Logo, a ideia de que teria que fazer uma mudança na lei agora, de que a lei acabaria agora, em 2022, é totalmente equivocada. Estamos apenas fazendo uma revisão, e não discutindo vigência.

Então, Senador, estamos num momento muito bacana, muito positivo, e entendemos que, se o Senado, através de sua assessoria, fizer esse acréscimo e nos permitir... Se for necessário, a Educafro escreve. Eu sei que não é necessário, mas, se for necessário, a Educafro escreve esse pedido oficialmente, se bem que a audiência pública já oficializa, não é? Quando a gente pede, já está oficializado o pedido. Então, estamos lhe pedindo que faça esse acréscimo através de sua assessoria.

Também, Senador, lá na Câmara, se criou o parágrafo único no art. 7º, que fala o seguinte: que o Poder Executivo, a cada dois anos, vai fazer uma avaliação do acesso e sucesso. Volto a dizer: criou, lá no art. 7º, um novo parágrafo, um parágrafo único, que diz que, a cada dois anos, o Poder Executivo vai fazer uma avaliação do acesso e sucesso. Bem, o senhor já está percebendo que essa fala "acesso e sucesso" é uma dobradinha que o frei esta inventando, não é? Lá, a linguagem é um pouco diferente, mas no fundo é isso: acesso e sucesso. Então, eles não vão fazer uma pesquisa; vão fazer uma análise do acesso dos estudantes cotistas e do sucesso deles.

No entanto, nesse parágrafo único do art. 7º, também se incluiu que, a cada cinco anos – aí, sim, a cada cinco anos –, vai haver uma pesquisa para analisar os resultados positivos ou negativos da política de cotas. Por exemplo: um resultado negativo que se prevê é a metodologia da heteroidentificação. Outro resultado que deverá ser visto é o alto grau de pessoas quase brancas se dizendo pretas. Por exemplo: anteontem, tivemos reunião, em *off,* com setores da Universidade Federal de Rondonópolis, alguns dias atrás. E, antes de ontem, tivemos reunião com o Procurador da República de Rondonópolis. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, na estimativa da Educafro, de cada cem vagas para negro em Medicina na Federal de Rondonópolis – volto a dizer: na estimativa da Educafro, não é pesquisa, não, gente; na estimativa da Educafro, de cada cem vagas para negro em Medicina –, naquela universidade federal, 80 foram ocupadas por pessoas que se dizem negras, mas nenhum irmão meu negro... Por exemplo: se eu pego minhas irmãzinhas empregadas domésticas, se eu pego qualquer um de meus irmãozinhos simples e falo: "Chame aquele negro lá", ele não vai achar esse tal negro, porque as pessoas não têm aparência de negras.

Então, aí vem à tona a ADPF 186, do STF (Supremo Tribunal Federal), em que o Ministro Lewandowski diz o seguinte – ele fala do jeito dele, eu vou falar do meu jeito popular: "Olha, cota para preto não tem problema, vai ser supertranquilo definir quem não é preto; o problema vai ser cota para pardo". E esta não é a fala do frei, é fala do Ministro Lewandowski: "A solução é a seguinte: as instituições federais dividirem os pardos em três grupos". E aí eu gostaria de ouvir a opinião dos demais irmãos e do Senador. Então, o Ministro Lewandowski fala – o Ministro Lewandowski fala –: "A solução é dividir os pardos em três grupos: os pardos pretos, os pardos pardos e os pardos brancos". Para o Ministro, o pardo preto tem direito às cotas sem discussão nenhuma; para os pardos pardos, se houver vaga sobrando – fazer o quê? –, deixem o cara ir; os pardos brancos em hipótese nenhuma podem ter vaga; mesmo sobrando vaga, tem que ir para a disputa universal.

Então, Senador, nós, comunidade negra, com certa tristeza, não conseguimos resolver isso ainda, o que eu até acho bom, na verdade, porque é um debate longo. Nós da comunidade negra não temos clareza sobre até onde vai o pertencimento dentro dessa situação do pardo. Então, para o Ministro Lewandowski, o pardo preto tem total direito; o pardo pardo, se há vaga, deixe entrar; o pardo branco nunca, nunca deixem, porque seria disputa desonesta.

A Educafro entrou com um processo com o Procurador da República de Rondonópolis. De cada cem, 80, para nós, estão fraudando consciente ou inconscientemente. Então, desses 80, nós pegamos 11 fotos, com o *link* das redes sociais, com tudo documentado, e entregamos ao Procurador. O Procurador falou para mim: "Frei David, eu não tenho nem um pouco de dúvida: todos esses 11 são brancos, e pegar cota seria uma ofensa ao meu trabalho de guardião da lei. Frei David, se esses brancos permanecerem na universidade, eles estarão me ofendendo, porque eu sou guardião da lei. No entanto, Frei, há outro problema. Eu tive reunião, antes de me procurar a Educafro e toda a assessoria da Educafro...". E aí na assessoria estava o Professor Adilson Moreira, estava o Ivair, a gente pegou assessores de altíssimo nível para fazer a discussão com a universidade e com o Procurador da República. Então, ele falou assim: "Frei David, eu tive reunião com a reitora da universidade e ela falou o seguinte: 'Olha, o que a Educafro quer nós queremos e o que nós queremos a Procuradoria da República quer, que é limpar a área, tirar os não negros da vaga"". No entanto, falou a reitora para o Procurador, que disse: "Eu falei para o Frei David também isso", que, de cada dez ações que, no Brasil, as universidades fazem, desculpe, de cada dez processos administrativos que as universidades fazem tirando os caras brancos das vagas de negros na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina, Direito... Gozado, Senador Paim: você não vê um fraudador em Pedagogia, em Matemática; nos cursos baratinhos não se vê um fraudador, mas nos cursos que têm muito dinheiro, Medicina, Odonto, Direito, está lotado de fraudador. Então, o que falou a Reitora? Olha, de cada dez pessoas brancas que fraudam e a universidade do Brasil inteiro abre processo expulsando, esses fraudadores brancos têm dinheiro, são bem articulados, eles entram com processo contra a universidade, e de cada dez que entram com processo, em nove o juiz branco obriga a botar o branco de volta na vaga de negro. Então, abrir processo administrativo e tirar o branco não é a solução porque o juiz, usando do seu racismo estrutural, bota de volta o branco na vaga de negro.

A universidade, a Educafro, outras instituições e o Procurador da República estamos desenhando, Senador Paim, uma coisa chamada TAC, termo de ajuste de conduta, que é o seguinte: em vez de a universidade abrir processo contra o branco fraudador, a universidade fica em sintonia com a Procuradoria. A Procuradoria pega da universidade todos os dados de denúncia e chama – a Procuradoria da República – o fraudador para uma reunião com a presença da Educafro e outros movimentos negros, e lá, cara a cara, a gente convence o cara de que ele está equivocado e dá a ele uma chance. A chance é a seguinte: o Brasil precisa de pessoas formadas, então, você vai assinar esse TAC, vai devolver esse dinheiro público que você usou, vamos permitir que a universidade lhe dê seu diploma, e você devolve esse dinheiro público para um caixa comum aqui do Ministério Público Federal. E esse dinheiro que vem desse TAC, que vai ficar em um caixa comum, já vai ser predefinido que vai ser todo ele aplicado em Bolsa Permanência de negros que estão na própria Universidade Federal de Rondonópolis.

Então, Senador Paim, esse é um desenho que a gente está rezando muito para dar certo e ser uma solução, porque os juízes... Senador Paim, é uma vergonha! Esses juízes brasileiros são irresponsáveis, eles não compreendem o que é racismo estrutural. Estão botando de volta todos os brancos que reclamam, e ponto final. E não querem nem saber, não querem nenhum argumento. Está uma baixaria na Justiça brasileira o desrespeito à Lei de Cotas. De modo, Senador, que aí no parágrafo único, que é um parágrafo novo do art. 7º, definiu-se, então, a cada dois anos avaliar o acesso e o sucesso e, a cada cinco anos, fazer pesquisa sobre o que está dando certo e o que está dando errado. Por exemplo, a fraude tem que ser enfrentada. Agora, por que a gente preferiu jogar para daqui a cinco anos? Porque se mexermos nisso agora, a Justiça não está preparada. Nós, comunidade negra, temos que nos reunir e fazer um trabalho nacional, um mutirão nacional com todos os tribunais de justiça. Nós, comunidade negra, precisamos fazer um mutirão nacional com todos os tribunais de justiça.

Bom, o Senador Paim, Parlamentar do Legislativo, e o pessoal da Câmara, que está também com essa demanda, em sintonia, vão dar solução e vão dar agilidade para a aprovar.

Pelo que eu li, o Projeto 4.656, de 2020, do Senador Paim, que é anterior ao da Câmara, também pegou o caráter terminativo, ou seja, com a articulação poderosa do Senador Paim, ele vai conseguir fazer passar nas duas Comissões. Aí no Senado só são duas Comissões. Passando nas Comissões, ele ganha caráter terminativo e não precisa ir para o Plenário do Senado. Então, caráter terminativo aqui no Senado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caráter terminativo lá na Câmara, o Senador Paim vai conseguir o milagre de, em março, a gente já ter a celebração da lei de cotas resolvida.

Concluindo. O art. 6º pegou a seguinte redação. Então, Senador Paim, a sua assessoria pode pegar lá o projeto que foi enviado ontem para a Comissão de Educação. O projeto é o Projeto 1.877? Deixe-me ver aqui o número dele. É o Projeto 1.788. Ele já foi. Então, lá nesse Projeto 1.788 – e o que nós pedimos que o senhor também coloque aí no seu projeto – fala o seguinte no art. 7º. A nova redação é a seguinte: "O Poder Executivo, por meio de seus órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, será responsável pelo acompanhamento do programa de que trata esta lei". Ou seja, tirou a Seppir porque a Seppir não existe mais, e tirou o MEC, porque o MEC está totalmente irresponsável, cortou toda verba para fazer o levantamento necessário que a lei pedia. O MEC cortou toda a verba que era para ser aplicada para fazer o levantamento sobre as cotas para agora, em 2022, votar.

Então, quando os assessores da Câmara definem que devem tirar o MEC, tirar a Seppir e botar apenas o Poder Executivo, eles falam o seguinte: "qualquer problema é no STF, direto contra o Presidente da República, e o STF está habilitado para enfrentar (*Pausa.*)

...caso haja problema".

E aí, Senador, no art. 7º, a nova redação ficou a seguinte: "No prazo de 20 anos...". Por que fala 20 anos? Porque ele parte de 2012. Na verdade, só serão mais dez anos, mas, como ele parte de 2012, ele fala: "No prazo de 20 anos, a contar da data da primeira publicação desta lei, o Poder Executivo promoverá a avaliação do programa especial para o acesso às universidades".

Bem, eu teria mais coisa a dizer. Como o horário está bem estourado, eu só digo o seguinte: é grande o número de pessoas que estão pedindo que agora nesse projeto a gente já defina um caráter do que é heteroidentificação. Eu acho que é um perigo mexer com isso agora, porque tanto na Câmara quanto no Senado a maioria é conservadora e eles não aceitam esse debate de heteroidentificação. Eles querem tirar a questão racial e botar a questão social. Então, o pedido que a Educafro faz ao Senador Paim é que não mexa com o tema da heteroidentificação agora, neste exato momento. Deixe isso para a regulamentação. Estamos resolvendo isso de universidade para universidade, ou seja, estamos conseguindo outros caminhos.

O tema da fraude é um tema que também deixa a direita totalmente transtornada. Eles até são incentivadores das fraudes. Portanto, a gente prefere seguir o voto do Lewandowski, que fala que se deve refletir sobre o pardo-preto, o pardo-pardo e o pardo-branco.

Então, Senador, proponho que o senhor chame alguma reunião dos assessores, dos Deputados que estão nesse Projeto 1.788, na Câmara, mais o movimento negro e mais os seus assessores, para a gente fazer um trabalho para a redação e fazer a coisa pegar um ritmo fantástico, que só você, com os seus – deixa eu ver, de 88 para 92 – 33 anos de Congresso Nacional, sabe fazer muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Congresso, são 35 anos. Com o fim deste mandato, de oito anos, eu vou completar 40 anos de Congresso. E, como eu sempre falo que eu tenho mais de 50, o pessoal: "Então, tu chegaste lá com 10!". (*Risos.*)

Deixa eu descontrair.

Só para explicar um pouquinho para a Helderli quanto à técnica legislativa. Tanto na Câmara quanto no Senado, quando você aprova numa Comissão, embora terminativo, se houver recurso, vai para o Plenário. Então, ambos os projetos, tanto na Câmara quanto no Senado, poderão ir ainda para o Plenário.

Mas essa, para mim, não é a preocupação. Como é que nós estamos vendo o quadro? Na linha que o senhor coloca também. O nosso projeto é de 2020; o outro é de 2021. Isso também não interessa para mim. Interessa a Casa que aprova primeiro. Se a Câmara aprovar primeiro, vem para o Senado. O que nós temos que fazer no Senado? Fazer de tudo para aprovar o projeto que veio da Câmara. Se, porventura, o do Senado for aprovado, vai para a Câmara. O que a Câmara tem que fazer? Aprovar o projeto que veio do Senado.

Por isso, o longo da sua conversa, que não falou dez minutos, não; falou 18 minutos... (*Risos.*)

Mas tudo bem! Foi boa a explicação!

O que a gente quer é o seguinte: tentar sair o mais perfeito possível de uma das Casas e da outra Casa. A gente acerta a relatoria. Digamos, se vier para o Senado, o projeto da Câmara, já será ajustado entre nós. Digamos que seja eu ou o Romário o Relator, e vai para a sanção.

Eu tenho muita preocupação de que vá à sanção ainda no ano que vem. Eu preferia que fosse, talvez, no outro ano, mas é uma outra discussão política de que não vamos falar agora.

Agora, se o do Senado for aprovado, vai para a Câmara, a Câmara aprova o do Senado, porque, no Senado, as Comissões são de um tempo menor. Está já na de Educação, depois vai para a CCJ, e, dali, ou vai para o Plenário, ou vai direto para a Câmara. O próprio Bira pode pegar como Relator, Bira, Bené, para mim o que importa é a causa, e não quem é o primeiro signatário numa Casa ou na outra.

Então, nós temos que fazer um acordo com todos nós e sem nenhuma correria: a Casa que aprova primeiro vai fazer um movimento coletivo para que ele seja aprovado, sem emendas, de preferência, na outra Casa, que daí vai para a sanção. Senão, vai dar o tal do efeito pingue-pongue: aprova aqui, vota lá, altera tudo lá, volta para cá, aqui vão querer derrubar – eu digo aqui, a Casa de origem vai querer derrubar um monte de emenda que houve.

Então, a melhor concertação é de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tempo de pandemia, nós conseguimos aprovar no Senado, se eu não me engano, 12 projetos – 12 –, tudo para combater o racismo estrutural. Mas não há ressonância na Câmara. Eu estou dizendo com toda tranquilidade, e a Câmara pode me provar o contrário e aprovar então – aprove 12, aprove 5, aprove 3, aprove 2 –, inclusive a abordagem policial, um dos maiores crimes que temos hoje neste País, e todos nós sabemos. Então, esse é o imbróglio em que nós estamos hoje.

Nós precisamos fazer que as duas Casas não tentem ser mais realistas do que a outra. Aprovar o melhor possível em uma Casa e, quando for para outra, lá se bate o martelo. As duas politicamente capitalizam. Um dia, quando os anos passarem e nós estivermos falando com netos e bisnetos, nós vamos poder dizer: "Nós estávamos lá, nós aprovamos a política de cotas, numa ampla costura, articulação com brancos, negros e índios para fazer essa realidade". Isso é o que hoje – e que eu possa dizer – disse antes o Reitor, que falava com um jovem estudante nos Estados Unidos: "Olha, o meu bisavô se formou aqui também". Quem sabe um dia a gente possa dizer isso. São tão poucos negros hoje no nível superior, o que aqui a Dra. Luciana mostrou muito bem.

Vamos agora para a próxima convidada, senão ela vai dizer: "Não me botam para falar!".

Vamos passar a palavra para a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, que é da Nação Mestiça e Conselheira Nacional da Igualdade Racial,

Ela está aí? Ela estava com problemas antes.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Boa tarde.

Dá para ouvir agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos te ouvindo, mas não estamos te vendo. Mas pode falar. Você tem direito aos seus dez minutos.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Não conseguimos resolver o problema com a sua assessoria. Vamos usar o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar. Fique à vontade. Os dez minutos são seus.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – O.k.

Boa tarde!

Nós também estamos no Conselho Estadual da Igualdade Racial do Amazonas.

Eu queria cumprimentar a todos na pessoa do Senador e fazer as seguintes colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de haver negros no Brasil, já havia os pardos. O povo mestiço é nativo, e os primeiros pardos se originaram no Brasil da miscigenação entre índios e brancos portugueses, por volta de 1510, ou seja, anterior à chegada dos primeiros africanos no Brasil, em cerca de 1549. A escravidão dos pardos se iniciou antes e foi a mais longa do que dos negros.

Classificação como pardos, como população negra, implica classificar como negra a população mestiça sequer descendente de negros, o que significa assimilação forçada, incompatível com os direitos humanos e em perigosa aproximação com o genocídio e a crença racista de ser raça superior a mestiço. Pardos e pretos nunca constaram como uma mesma categoria nos censos nacionais desde o primeiro censo de 1872, tendo a categoria censitária parda inclusive sido substituída por mestiça no censo de 1890.

A palavra "negro" nunca constou como categoria cor-raça do IBGE nem dos órgãos responsáveis pelos censos nacionais que o precederam.

Classificar pardo como negro vai contra a classificação cor-raça do IBGE, que define pardo como mestiço e o distingue de preto, conforme o órgão informa sobre o significado das opções cor ou raça na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

As características são declaradas pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela – pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. –, parda – mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça – ou indígena – indígena ou índia. O Anuário Estatístico do Brasil é de 2016.

Também vai com (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não está boa. Não está...

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – ... documento da Conferência Mundial contra o Racismo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora melhorou, agora melhorou. Estava cortando. (*Pausa.*)

Agora ficou mudo totalmente.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Está conseguindo? Oi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora melhorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – E agora? E agora, Senador, melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Melhorou, pode tocar.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Continuando. Também vai contra a Declaração de Durban, no item 56, Questões Gerais, documento de direitos humano do qual o Brasil é signatário, adotado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, o qual também distingue pardos de negros e condena a discriminação dos mestiços – abro aspas:

> Reconhecemos, em muitos países, a existência de uma população mestiça, de origens étnicas e raciais diversas, e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nestas sociedades e condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil desta discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência;

Isso é de Durban.

Também a gente coloca que classificar pardos como negros também viola a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que possui força de emenda constitucional, em que afirma, em seu artigo 9, que:

> Os Estados Partes comprometem-se a garantir que seus sistemas políticos e jurídicos reflitam adequadamente a diversidade de suas sociedades, a fim de atender às necessidades legítimas de todos os setores da população, de acordo com o alcance desta Convenção.

E a gente destaca também o item 8, dificultar a implantação de políticas de igualdade racial, pois conflita com leis estaduais e municipais, que reconhecem o povo mestiço como distinto de negros, a exemplo do Estado do Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Paraíba.

Também provoca efeito inverso ao que pretende, especialmente em Estados com grande percentual de pardos, onde a grande maioria desses não possui fenótipo, aparentemente, de pretos, mas de índios, a exemplo do Estado do Amazonas, Acre, Amapá e Tocantins, prejudicando a classificação deles em concursos e seu acesso a políticas de ação afirmativa. Também expõe pardos a constrangimentos, humilhações públicas, expulsão de universidades ou de cursos em vagas reservadas para fins de ações afirmativas, a processos administrativos e judiciais e a acusação de fraudes em concursos e pleitos eleitorais por não terem a aparência de negros.

Aí a gente coloca também as duas propostas para que se possa melhorar a questão dessa nova atualização do Estatuto. A gente faz a seguinte colocação, Senador e demais participantes: a gente sugere que a cota dos pardos deva ser separada das cotas reservadas a pretos, porque o próprio IBGE já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferencia pretos e pardos. Segunda proposta: para a heteroidentificação, devem ser adotados para os pardos critérios similares aos adotados para os índios, critérios de pertencimento étnico e não de aparência; instituições específicas de pardos devem decidir quem é ou não pardo, e não o movimento negro – quem decide quem é pardo atualmente são os movimentos negros, porque não chamam os movimentos pardos para fazerem essa identificação –; e deve ser vedado agrupar pretos e pardos nos processos de concorrência ou acrescentar qualquer regra não prevista em lei nem no IBGE sob a alegação de autonomia universitária, entre outras, ou seja, eu acho que, na questão, deve ser levado em conta o IBGE. Como ele classifica pardos separados de pretos, a gente quer que seja observada a questão do IBGE.

O que acontece hoje é que, devido a, no Estatuto, ter ocorrido um erro, a nosso ver, pois, na classificação, pegam os pardos, somam com os pretos e viram os negros no Brasil, isso é prejudicial à nós, que somos mestiços e pardos, porque a gente não consegue ter acesso, já que nosso fenótipo é a mistura do índio com o branco, logo, nos chamam de fraudadores. No caso da Universidade de Brasília, tiraram, inclusive, os créditos dos pardos por não terem o fenótipo.

Então, nós devemos seguir o que dizem as leis internacionais, as leis brasileiras e o IBGE. Por isso a gente solicita que haja a separação entre pardos e pretos, tendo em vista que, como foi falado, alguns Estados os diferenciam. Devem ser revogadas todas as disposições dos pardos e findos todos os processos realizados sob a alegação de não terem se declarado pardos, por não terem a aparência de pretos. Como eu coloquei agora há pouco, nesses dez anos de estatuto, nós fomos discriminados por não termos a aparência de afrodescendentes, não sendo respeitado o IBGE, que separa pretos e pardos.

Aqui eu deixo a minha fala e também... Inclusive, já temos até um modelo de emenda para o Estatuto da Igualdade Racial. E a gente já agradece também o espaço que foi cedido para o Movimento Pardo-Mestiço brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço à Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, que é Presidente da Nação Mestiça e Conselheira Nacional da Igualdade Racial, que democraticamente foi indicada pelo Senador Plínio Valério e deixou aqui as suas contribuições.

Eu só explico a todos, para que não tenham dúvidas, que todos os painelistas foram aprovados por requerimentos de Senadores na Comissão de Educação. O Senador indica, vota-se, e democraticamente todos têm direito de dar a sua opinião, como fez aqui agora a Sra. Helderli. O Relator Romário, naturalmente, vai estar de posse de todo o material, para ver aonde vamos com a construção definitiva da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com enorme satisfação que eu passo a palavra agora à Dra. Lívia Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeada uma das pessoas de descendência africana mais influentes do mundo, na edição Lei e Justiça.

É com a senhora, doutora.

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (Para expor.) – Muito boa tarde a todas as pessoas.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite para estar aqui nesta audiência pública. Espero poder contribuir minimamente.

São poucos minutos, e eu não quero me exceder, mas quero começar com a contribuição sobre a diferença entre a Lei 12.711, de 2012, e a Lei 12.990, de 2014, porque eu percebo que ainda há uma certa confusão no que diz respeito à revogação ou não da política pública.

Vejam, a Lei 12.711, que é a lei que estamos aqui discutindo sobre o que são cotas raciais para as instituições de ensino superior e institutos federais de ensino, ela não prevê a revogação automática em dez anos. O art. 7º diz que, no prazo de dez anos, a contar da data publicação da lei, será promovida a revisão do programa especial para acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência. Então vai haver uma revisão da política pública, não há uma revogação automática – ao contrário do que diz o art. 6º da Lei 12.990, que diz que esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de dez anos. Então, a Lei 12.990, em 2024, terá uma revogação automática, o que não vai acontecer o ano que vem com a Lei 12.711, embora nós tenhamos a necessidade da revisão da política pública. Esse é o primeiro ponto importante.

O segundo ponto é dizer que temos que ter uma preocupação na fundamentação e em toda tramitação, por óbvio, em relação à métrica, Senador. A métrica não pode ser a quantidade de pessoas negras que ingressaram nas universidades pelas cotas raciais. Por quê? Porque essas pessoas, em grande medida, não estão conseguindo sair formadas das universidades neste País, por conta justamente da ausência de uma política efetiva de permanência, não é? Daí a necessidade que nós temos de aprovação do PLS 214, de 2010, que já foi aprovado no Senado e está aguardando tramitação na Câmara dos Deputados.

É muito importante pensar, para além do ingresso, a permanência e a saída dessas pessoas formadas, porque nós sabemos que os gargalos de desigualdade racial, de racismo institucional, eles não estão somente na entrada na universidade: estão na saída, estão na permanência e na saída, e depois também na entrada no mercado de trabalho de uma maneira geral, não é? Então é muito importante que a gente pense isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, acho que é uma preocupação fundamental da legislação não permitir que o mínimo vire o máximo, porque a cota é uma ação afirmativa que quer garantir uma presença mínima de pessoas negras nos espaços de decisão e de poder. Então se diz "20% de vagas", mas, nas instituições, o racismo institucional faz com que esses 20%, esse mínimo, virem o máximo. A própria forma de computar as pessoas nas listas tem feito com que se aprovem apenas aqueles 20%. Não é esta a finalidade da lei: garantir o máximo de 20%. É a garantia mínima de presença negra. Então, é importante que a gente pense em um mecanismo legal para que esse mínimo exigido pela lei não se torne o máximo e que a gente pense em uma adequação realmente aos Estados da Federação e na composição étnico-racial desses Estados da Federação. Embora a lei diga isso, isso não tem sido, na prática, atendido pelas universidades, pelas instituições de ensino.

Depois a gente tem que pensar também, já partindo quase para o final – não quero me estender, como eu disse –, em como resolver o passivo. Professora Luciana, Senador Paulo Paim, Frei David, nós temos um passivo de descumprimento da lei. A lei não chegou ao seu objetivo nesses dez anos tanto em relação à entrada, ao ingresso de estudantes, de discentes, como em relação ao ingresso de docentes. Nós temos um grande gargalho em relação aos docentes. Os concursos para docentes das universidades federais sofrem uma fragmentação das vagas, o que não nos permite ter o mínimo de três professores, de três vagas, para que uma dessas vagas seja para cotista. Então essa fragmentação está impedindo o cumprimento da lei. Então há um passivo, e a gente tem que fazer esta conta de quanto é que as universidades deixaram de cumprir em relação ao percentual de pessoas negras discentes e docentes nos seus quadros, na sua composição. Dessa maneira, a gente pode pensar isso em termos percentuais de incremento da presença negra nas universidades neste País, nas instituições de ensino de um modo geral e nos concursos públicos também.

Para finalizar, nós temos que garantir que não haja mais desvio de finalidade da política pública. Quando pessoas não negras ingressam nessas vagas reservadas a pessoas negras, nós temos um grande desvio de finalidade da política pública. Isso é fundamental que se pense. Nós precisamos evoluir para não apenas garantir a reserva de vagas no papel, na lei, no edital, mas para preencher essas vagas.

Nós temos tido vários concursos no Ministério Público, por exemplo, no Poder Judiciário – isto também se aplica às universidades –, nos quais as turmas de nomeados são inteiramente brancas, e aí há sempre a justificativa de que as pessoas negras não conseguiram passar no concurso, de que não há cadastro reserva para pessoas negras. Isso se dá porque há várias cláusulas de barreira previstas nos editais de concursos, nos editais de universidades, nos processos seletivos, que são filtros raciais, que são verdadeiros filtros raciais.

Eu tenho que mencionar aqui, como bom exemplo, o Instituto Rio Branco, que, ao longo da sua política de ação afirmativa, foi retirando exigências que eram filtros raciais para fornecer esse conhecimento posteriormente ao candidato já aprovado no seu curso preparatório para a diplomacia, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, neste ano, nós tivemos, pela primeira vez na história, três diplomatas negros, dois homens e uma mulher, pela primeira vez, em Washington D.C., capital dos Estados Unidos, justamente porque houve um compromisso da instituição com a abertura para a diversidade, retirando essa filtragem racial dos processos seletivos.

Espero que eu tenha conseguido contribuir minimamente neste pouco tempo. Fico à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom! Muito obrigado, Dra. Lívia Sant'Anna Vaz.

Repito: ela é Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeada como uma das pessoas de descendência africana mais influentes do mundo, na edição Lei e Justiça. Ela deixou aqui belas contribuições, indo direto ao problema, de como nós temos que avançar, e não numa linha, digamos, de retroceder. Inclusive, há o saldo de que você fala, o que nos devem, que ficou para trás ainda, o passivo – é o termo que a doutora usou de forma muito correta.

Neste momento do debate chegaram para mim muitas perguntas do e-Cidadania. Então, eu vou, neste momento, aos convidados, fazer as perguntas que chegaram. Vocês, se puderem, anotem, e depois terão cinco minutos para as considerações finais e para responder à pergunta que entenderem adequada para o momento. Eu digo cinco, mas, se precisarem de dez, é só sinalizar para mim pedindo mais cinco.

Então, vamos lá.

Daniella Carvalho, de Goiás. Diz ela: "A lei de quotas é extremamente necessária, é uma primeira medida que deve ser complementada com a melhora do sistema público de ensino." Deu pra pegar o eixo?

Hilton Luís Lemos, Rio de Janeiro: "Esse sistema de cotas é injusto e tem sido responsável por uma das causas mais importantes de baixo índice de qualidade no ensino brasileiro." Tomaram nota?

Claro, aqui tem a favor e contra. Vocês é que vão responder.

Giuseppe D'Agostino, de São Paulo: "Cota se constitui em um paliativo para dar a sensação de justiça e inclusão. A correção deve ser feita na base do fundamental e primeiro grau."

Surei Assad, do Paraná: "As leis de cotas deveriam ser medidas pela classe social, ou seja, direto para os menos favorecidos."

Marinaldo Jesus, de Santa Catarina: "Sou contra a cota, pois a mesma denota racismo. Somos seres humanos e não uma raça e ponto final."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí continua. Eu leio tudo que chega aqui pra mim, viu? Ninguém faz pente fino aqui. É para que os senhores possam advogar o que nós pensamos. Eu digo "nós" já, porque inclusive eu sou autor do projeto da lei de cotas.

Elinadja do Nascimento, de Alagoas: "Qual a perspectiva para mudança de cotas independente de cor, mas por merecimento?"

Anselmo Ribeiro de São Paulo: "Se a maioria necessitada é pardo, negro ou índio, caucasiano e outras raças, por que cota para a cor da pele e não para os pobres?"

Josemar Júnior, de Santa Catarina: "Como conscientizar a população de que as cotas raciais são necessárias?"

Fabiana Pulcineli, de Goiás: "As cotas unicamente sociais reduzem a inclusão de negros no ensino superior, diz o estudo comprovado e divulgado semana passada pela *Folha*". Aqui ela está já respondendo quase que em parte para as outras perguntas, mas quer a opinião de vocês. Mas ela foi muito afirmativa.

Outro que veio aqui neste momento: "Como as senhoras e senhores acreditam que podemos liquidar esse racismo conhecido por muitos como estrutural e institucional que há séculos assombra e dizima a nossa sociedade pobre e negra?" Está dizendo que o racismo existe a há séculos, infelizmente. E a cota pode ser um caminho para combater o racismo.

Há um grande pensador que disse: "Só a educação liberta". E, por isso, todos têm que ter acesso à universidade.

"Estamos vivendo uma pandemia, que externou cada vez mais o racismo e as desigualdades existentes em nosso País e ceifou quase 617 mil vidas. Pesquisas e estudos informam que as populações pobre e negra são as mais afetadas. Por quê?" – essa é a pergunta que fica. Se vocês puderem resumir...

"Nesses dois anos de pandemia, juntos os movimentos negros do Brasil propusemos mais de 24 matérias raciais, e, daquelas que aprovamos, a maioria o Senado, a Câmara não aprovou". É alguém que colaborou na construção dessas 24 propostas no Senado, que nós conseguimos aprovar. Eu sempre digo: eu não invento projeto de lei; o projeto já vem de algum lugar, e é a demanda que vem do movimento negro, de pessoas preparadas, como a Lívia, como a Luciana, como o Frei Davi, como o José Vicente e tantos outros e tantas entidades que atuam nessa área.

Só vou dar um exemplo bem rápido: a proposta sobre a abordagem policial veio do movimento negro. A Coalizão Negra por Direitos foi uma das primeiras a me provocar, e eu apresentei uma construção que os consultores do Senado também ajudaram a fazer. Casualmente, entra isso aqui mesmo: "Falem da importância da abordagem policial". E aí eu dei alguns exemplos na iniciativa, inclusive o daquele jovem que foi algemado a uma moto e foi arrastado, a bem dizer, pelas ruas de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as perguntas. Se alguém tiver alguma dúvida e entender que eu devo repetir... Claro, há outras – são muitas –, mas não mudam muito. É um pouco para lá, um pouco para lá, mas eu diria que a maioria aqui defende a política de cotas.

Vamos começar com quem?

Faz tempo que ele não fala, porque foi o primeiro, então vou começar por ele: Dr. José Vicente, Reitor e Diretor Geral e Acadêmico da Universidade Zumbi dos Palmares, agora conselheiro da *Folha de S.Paulo*.

São cinco minutos, mas, se precisar falar cinco ou sete, fique bem à vontade.

Eu estou gostando muito de ouvi-los.

O SR. JOSÉ VICENTE (Para expor.) – Muito bem, Senador querido.

As perguntas são ao mesmo tempo desafiadoras e, da mesma maneira, esclarecedoras. E eu poderia usar o tema que nós estamos debatendo para dizer que, em grande medida, tudo o que nós precisamos para continuar nessa trajetória de aprimoramento, de aperfeiçoamento e de consolidação dessa igualização de oportunidades e dessa igualização de direitos no nosso País passa justamente pela nossa capacidade de produzir as mudanças e as transformações que essa agenda exige. E a mudança, a ação e a transformação que a meu ver é mais destacada é justamente a da política de cotas, sejam elas nas universidades públicas federais, sejam elas sobretudo nos concursos públicos da administração federal do nosso País. Junto com as ações que têm sido desenvolvidas também em alguns Estados e em alguns Municípios, e agora em grande medida chegando até ao ambiente corporativo, eu penso que elas, traduzidas como a política de ações afirmativas, são a mais importante inovação política e social do nosso País. Por quê? Porque elas são, nós dizemos sempre, instrumento de combate à discriminação racial ou ao racismo estrutural na veia, não é? É, sim, construção de teoria; é, sim, construção de consensos acadêmicos e até de jurisprudências, mas, sobretudo, é ação objetiva – pedra, cimento e areia.

Aí, eu trago, inclusive, Senador Paim, em rápidas palavras, talvez uma das mais reluzentes ocorrências para dentro dessa questão na atualidade. Veja: nós, há cinco anos, não tínhamos um posicionamento das empresas sobre essa agenda. Falar de negros, de racismo, de discriminação ou de branquitude era um tabu, era imponderado. E, passados cinco anos, nós temos a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, que congrega cem das maiores empresas dentro dessa agenda. Depois dessa iniciativa, veio, então, o Mover – Movimento de Equidade Racial e Empresarial, mais 150 empresas dentro dessa agenda. E mesmo agora criou-se o Parceiros pela Equidade Racial, que é um grupo de empresas e instituições para dentro dessa agenda.

Já se constituiu o primeiro índice de equidade racial e empresarial do nosso País, que já chegou à sua terceira edição. E as empresas deram um salto quântico – saíram da discussão de negros no estágio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vieram para inclusão de negros nos cargos de direção através dos grupos de *trainees,* colocaram os grupos de atividades, produziram políticas de comunicação incluindo a estética negra e, ao final, criaram dois fundos. O Mover criou um fundo de 50 milhões, e a Unilever criou um fundo de 20 milhões para investir na educação de negros.

Então, veja: o subterrâneo do País está se movimentando no sentido de construir essas pontes que nos liguem ao futuro. E, por conta disso, a ação afirmativa no seu conjunto tem essa capacidade, primeiro, de fazer uma operação objetiva de incluir negros nos espaços do ensino superior e, sobretudo, no ambiente empresarial e em espaços sociais importantes. O segundo é justamente, com isso, permitir que esse grupo seja qualificado – qualificado no sentido de fazer a imersão, de fazer a introdução, de ter essa interação e essa participação, que ao final permita que eles acessem essas expertises que são necessárias na vida social e no ambiente empresarial e coisas que o façam.

Terceiro é que, na medida em que eles cheguem do ponto de vista numérico, eles conseguem, então, constituir não só uma comunidade de profissionais, mas também uma classe média, senão econômica ainda, mas já uma classe média intelectual que depois tem capacidade de fazer pontuação da agenda da diversidade, da igualdade, da justiça, de combate ao racismo. É mais do que o Senador Paim, mais do que o José Vicente, nós precisamos de um exército de pessoas qualificadas para defender essa agenda. E essas pessoas já constituem essa classe média intelectual.

Com as cotas, nós temos as condições, primeiro, além de acessar e de mantê-los na universidade, de constituir, então, essa classe média intelectual. Com essa classe média intelectual, nós temos como pressionar as estruturas para, ao final, fazer com que essa agenda se alavanque e, essa agenda se alavancando, a gente consegue fazer uma transformação muito intensa sobretudo nos ambientes.

O senhor sabe que nós temos ouvido os reitores, sobretudo das universidades federais, dizendo: "Olha como foram boas as cotas, elas não melhoraram só para os negros, não mudaram só para os negros, mudaram minha instituição, porque agora eu vejo com clareza que tenho problemas profundos e que eu preciso fazer modificações, mas a presença do negro, além de aumentar ou manter o nível da universidade, está desafiando todos a fazerem mudanças".

Inclusive, Senador, o Reitor da Universidade de São Paulo foi eleito agora na semana que passou e tomou posse ontem. Ele tomou posse e já assumiu o compromisso de que, depois dos negros nos bancos escolares, agora ele vai encaminhar cotas para negros no corpo docente da USP. Eu não sei se o senhor sabe, mas a USP, sendo a maior universidade da América Latina, tem quase 6 mil professores e só 3% são negros, quer dizer, se não fosse por outro motivo, só por isso as cotas já estariam justificadas, mas, enfim, ele já entrou dizendo que a ação dele é nesse sentido.

Então, seja do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, do ponto de vista do compromisso republicano da democracia, do Estado democrático de direito, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igualização das oportunidades entre as pessoas e, sobretudo, na produção de talentos e recursos humanos para ajudar o desenvolvimento e o crescimento do País, as cotas são medidas que são não só imperativas, mas são indispensáveis.

Por todos esses motivos, por toda essa capacidade de repercussão e também pela possibilidade de ela impactar outros ambientes, como está sendo no ambiente corporativo, inclusive o ambiente de comunicação social – como eu bem disse, a *Folha de S.Paulo* está com dez negros ali escrevendo, falando e debatendo –, ela é a mais importante, a mais competente e a mais assertiva medida para a gente não só combater o racismo e a discriminação, mas, sobretudo, valorizar a inclusão, a igualização e a realização pessoal, profissional e espiritual dos brasileiros como um todo, mas, sobretudo, dos negros brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. João Vicente, é Reitor afinal, não é?

Por que estou dizendo isso? Como houve algumas pessoas que tinham uma visão equivocada das cotas, depois da sua fala eu tenho certeza de que eles também já mudaram de opinião.

Você mostrou que o empresariado está abrindo as portas. Eu sei que há movimento nos próprios bancos, que estão também abrindo as portas, a mídia está abrindo as portas, como esse exemplo da Folha, ou alguém acha que não houve uma mudança no cenário nacional, inclusive na mídia, em relação a esse tema? Só quem não quer não vê que a possibilidade de avançarmos está aí. Eu digo sempre o seguinte: é pouco? Claro que é pouco, mas fizemos muito e temos muito por fazer.

Parabéns, José Vicente. As informações que você trouxe aqui, dos espaços que haverão de se abrir...

Eu aprovei aqui, durante a pandemia – vou dar esse dado para quem tem dúvida –, doze projetos de combate ao racismo. Vocês estão falando com alguém que vai para 40 anos de Congresso, e nunca aprovei mais de um ou dois por ano. Esse mesmo do auxílio permanência de um salário mínimo, eu aprovei lá em 2014, está lá na Câmara parado.

Nós temos um probleminha na Câmara, pessoal, vamos ser francos aqui para ajudar a reflexão. O que há de projetos empilhados na Câmara de combate ao racismo não é pouca coisa. Estou falando aqui não é de nenhuma forma ofensiva, mas de uma forma coletiva de nós trabalharmos mais também na Câmara.

Que vamos aprovar a política de cotas, eu, sinceramente, não tenho nenhuma dúvida. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos aprovar. Não importa, seja vindo da Câmara ou vindo do Senado, quem vai aprovar primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas muito obrigado, então, Reitor. Foi muito bom. Eu sempre digo: "Poxa, me dão tanta notícia ruim; tragam uma notícia boa". E você me trouxe aqui uma meia dúzia de notícias boas! Agora eu fiquei muito animado para continuar fazendo o bom combate.

Mas vamos em frente. Agora eu passo a palavra, porque faz tempo que não fala também, à Dra. Luciana. O pessoal está dizendo: "Bota a Luciana aí".

Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, estudiosa do pensamento feminista negro, Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Diretora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

O tempo é seu, sete minutos.

A SRA. LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS (Para expor.) – Muito obrigada e obrigada também por esses comentários tecidos antes dessas respostas e dessas considerações finais que a gente está fazendo.

É uma alegria escutar o Professor José Vicente, que traz para a gente dados robustos que demonstram que o racismo é um sistema de opressão absolutamente eficaz, que tem se sofisticado ao longo de décadas e que tem uma capacidade de reprodução incrível assim. Quando a gente fala de racismo, a gente não está falando de mi-mi-mi. A gente está falando de um sistema de opressão, que tem sobrevivido e que tem sido responsável não somente pela exclusão de pessoas racializadas de ambiente de tomada de decisão e de poder, mas que também tem sido responsável pelo extermínio de uma população. Não são poucas as pessoas que estão perdendo suas vidas por conta de um racismo estrutural e estruturante na sociedade brasileira, institucional e que é reproduzido por essas instituições de maneira quase que inabalável e inquestionável. Ele é absolutamente eficaz. Ele é gestado no seio de uma sociedade de domínio colonial, é herança de um passado escravista, de dominação colonial, e ele vem sobrevivendo. Essa forma de interagir socialmente vem sobrevivendo ao longo dos séculos, racializando as pessoas, oprimindo.

Muitas pessoas falam assim: "O racismo é um sistema de opressão". É, sim, um sistema de opressão, mas é também um sistema de manutenção de privilégios para um segmento específico dessa sociedade. Por isso é tão difícil para uma pessoa não racializada ou para uma pessoa branca reconhecer a crueldade do racismo, porque ela não vive uma situação de direitos como deveria ser, mas uma situação de privilégios. Para que a gente alcance qualquer tipo de equidade social, essas pessoas precisam rever a sua condição de privilégios.

A gente vive em uma sociedade brasileira absolutamente desigual. É uma desigualdade estrutural e estruturante das relações. Temos um problema de classe absolutamente sério, mas essas desigualdades, se combinadas, se tornam ainda mais cruéis. Uma pessoa pobre sofre um processo de discriminação e precisa de políticas reparatórias, precisa de ações afirmativas; mas, se essa pessoa pobre for negra, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de desigualdades e de racismo estrutural, dificilmente ela vai conseguir acessar uma política, porque a estrutura é muito desigual e, na base dessa estrutura, estão as pessoas negras.

Os bens são escassos – bens materiais, simbólicos, direitos... Quando esses bens são distribuídos antes de chegarem à base, eles já estarão escassos, já terão se findado. A gente precisa de políticas que alcancem a base. Então, a gente precisa chegar até a base, porque, senão, nenhuma política alcançará essa base. Como é que a gente faz isso? Com políticas pontuais, específicas, direcionadas para pessoas negras, para pessoas indígenas, para mulheres negras... A gente precisa de políticas específicas, senão a gente não rompe com essa base, com essa sustentação da sociedade brasileira que está no racismo estrutural. Então, cotas sociais são absolutamente necessárias, mas muito insuficientes para promover a justiça social que a gente deseja, porque esses preconceitos e essas discriminações acontecem de maneira combinada, interseccionada e se acumulam em determinados sujeitos, a depender de seus pertencimentos e das suas especificidades.

Eu gostaria de fazer uma chamada política para um engajamento consciente, coletivo, ampliado, dialogado, como está acontecendo aqui nesta audiência pública, com a fundamental necessidade de reedição da Lei de Cotas.

A ABA, com seus comitês e comissões, chama a atenção para o fato de que a continuidade e aperfeiçoamento da Lei de Cotas é absolutamente fundamental para a efetivação da democracia neste País. O que a gente está falando é que não há democracia possível sem políticas de ações afirmativas e, principalmente, "afrorreparatórias", para que a gente alcance essa situação de equidade e igualdade. Um País que tem, em sua base de formação, cruéis processos discriminatórios, sendo que essa base tem se mantido pouco abalada ao longo desses séculos, precisa experimentar essa mudança.

Em contextos como estes, de recrudescimento das discriminações estruturais, as ações afirmativas se apresentam como uma possibilidade efetiva de abalo dessas estruturas, estruturas perversas, e uma possibilidade efetiva de construção de uma sociedade caracterizada pela justiça social, pela efetivação dos direitos humanos, pela constituição de um Estado reparador, pela realização efetiva da democracia. Sem esse Estado reparador, não há democracia possível.

A luta com a qual devemos estar comprometidos é para que não experimentemos retrocessos, para que não tenhamos perdas de direitos. A gente sabe que, em tempos de crise, e estamos vivendo hoje crises acumuladas das mais diversas ordens, desde a crise epidemiológica até a crise política, em momentos de crise as pessoas perdem seus direitos. Até direitos que a gente achava que estavam constituídos e assegurados correm risco nesse momento, e nenhum direito pode ser perdido a nenhum segmento historicamente discriminado nesse momento tão decisivo para o futuro da democracia do País.

O que queremos é a reedição, o aprimoramento da Lei de Cotas. Eu quero só reafirmar mais uma vez que a ABA coloca toda a sua *expertise* com o tema dessa matéria à disposição e reafirma seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso com a consolidação de uma política permanente com relação às ações afirmativas e agradece, Senador Paulo Paim, pela interlocução com o objetivo de instruir esse projeto de lei, qualificando esse projeto de lei para assim seguirmos juntos e juntas na construção de uma sociedade democrática, radicalmente antidiscriminatória.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga. Eu já dei uma pequena lida aqui no seu currículo já por duas vezes. Estou com ele quase de cor, viu?

Dra. Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, estudiosa do pensamento feminista negro, Professora associada da Universidade Federal de Goiás, Diretora da Associação Brasileira de Antropologia. Você foi muito feliz também.

Ninguém pode entender: um país com uma estrutura como a nossa, com um racismo como o nosso, não é um país democrático. Como diz: não há democracia com racismo. Isso não há. E todos têm que entender: brancos, negros, índios, pardos – todos têm que entender. O racismo no Brasil é cruel. Eu sempre digo que qualquer negro, se você pedir para ele: "Conte a sua história desde o jardim de infância, se é que você conseguiu entrar no jardim de infância [para começar] até hoje. Se você não foi agredido pelo racismo, você faltou com a verdade", seja ele de centro, de esquerda e de direita. Se quiser mentir, que minta. Às vezes, eu sei que alguns não querem mexer na ferida de tanto que dói. Eles não querem porque sabem que dói muito recordar esse passado. Por isso, nós temos obrigação de combater esse racismo estrutural que está aí há séculos e séculos e séculos. E haveremos de conseguir. Eu sou a favor do verbo esperançar. Tenho esperança, mas luto para fazer acontecer.

Muito obrigado, Dra. Luciana.

Eu vou agora passar, embora não esteja na tela, para a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves.

Está na tela? Ela estava com dificuldade desde o início.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Bem, Senador, dá para ouvir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou ouvindo bem. Você tem o mesmo tempo dos outros convidados.

Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidenta da Nação Negra – é uma entidade – e Conselheira Nacional de Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Só fazendo uma correção: eu sou Presidente do Movimento Nação Mestiça. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Eu quis ampliar mais, mas a senhora corrigiu de forma pontual no campo em que a senhora está atuando.

Presidenta da Nação Mestiça.

A palavra é sua, viu?

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Isso. Conhecido também como Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Então, assim, a gente quer fazer as colocações após ouvir tantos comentários.

Nós somos favoráveis, sim, à questão de um aperfeiçoamento do estatuto, da questão das cotas, inclusive a Lei da Cota já separa a questão do preto e do pardo, são separados. E aí o estatuto precisa também ir no mesmo direcionamento da Lei de Cotas, que separa a questão dos pardos e dos pretos, tendo em vista que, no último Pnad de 2019, aqui no Amazonas, nós representamos, os mestiços, 78,7%; enquanto os pretos aqui, pelo que a gente também pode observar, representam quase 4% – ficam 3,3% de pretos. E aí também a gente viu em nível nacional, segundo o IBGE, os pretos representam 14,517 milhões; enquanto nós, os pardos, que somos os mestiços, representamos 82 milhões.

Então, a questão que tem que ser colocada e que nós estamos defendendo é a questão das cotas separadas dos pardos, que são os mestiços, das dos pretos, tendo em vista que nós sofremos por dez anos essa discriminação, porque querem nos transformar na marra em negros, e nós não somos. Nós somos essa mistura do índio, do negro, do branco, então, por que vamos discriminar os nossos irmãos? De maneira nenhuma. A gente tem que trabalhar em harmonia, mas nós não podemos aceitar essa questão de nos impor uma identidade negra que nós não temos. Com todo o respeito ao movimento negro e às entidades aí representadas, nós queremos que a nossa cota dos pardos, que são os mestiços no Brasil, seja separada da dos pretos. Isso é que nós queremos. Nós aqui não estamos falando pelo movimento negro, nós falamos pelo Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, é a questão dos pardos, porque nós somos discriminados, nosso povo é discriminado quando chega nas cotas nas universidades e nos concursos públicos, quando dizem que você não é pretinho o suficiente para ter acesso às cotas. E nós realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não temos, porque nossa ancestralidade é branca com indígena, nosso olho é puxado porque é o olho puxado do indígena.

Então, a gente tem sofrido muita discriminação quando a gente chega, o povo mestiço, para ter acesso à questão das cotas. Se for reparada essa questão no Estatuto da Igualdade Racial, colocando as cotas dos pretos separadas das dos pardos, com certeza o nosso povo mestiço, pobre, muitas vezes miserável... Aqui no nosso Estado, nossas estradas, para vocês terem uma ideia, são os nossos rios, em que às vezes o povo anda de canoa para chegar às escolas. Ter acesso a uma universidade é difícil para o nosso povo no interior. Então, nós somos muito sofridos no nosso Estado. E também há a questão nos outros Estados que têm a representação do Movimento Pardo-Mestiço. Então, precisa, sim, ser acolhida.

Eu espero que o Senador, enquanto autor desse projeto, possa fazer essa separação, não nos classificar como hoje está no estatuto, que a soma dos pretos com os pardos forma os negros no Brasil. Conforme o IBGE... Inclusive, a gente já fez essa consulta ao IBGE e ele disse que não, esse pardo... Tanto é que é separado preto de pardo, sendo que esses pardos chama-se de mestiços, são os mestiços no Brasil.

A gente quer dar a nossa contribuição.

Gostaria também de agradecer ao nosso Senador, caboclo de Eirunepé, Senador Plínio Valério, que, quando o contactamos, se dispôs a entrar em contato com o Senador Paim, com o Presidente da Comissão, que abriu esse espaço. A gente queria deixar o agradecimento ao Presidente e também ao Senador Paim e principalmente ao nosso Senador, caboclo do Amazonas, Plínio Valério.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E realmente o Plínio Valério, Senador, fez contato com o Presidente Marcelo e fez também comigo. E eu digo: olha, todos têm direito a dar a sua opinião. Isso é democracia, gostem alguns ou não gostem. É por isso que você ocupou o seu espaço aqui, naquilo que a gente fala tanto, democracia.

Eu tive posições aqui, das perguntas e comentários, que eu posso até não ter gostado, mas eu li. Eu li porque é o meu papel como Presidente aqui dos trabalhos, ouvindo a opinião de todos. E quero dizer que, em matéria do estatuto... É claro, o estatuto foi uma luta – eu fui o autor – de mais de 15 anos para aprovarmos o estatuto. A primeira versão eu te digo que foi baseada na carta da liberdade que me foi entregue em mãos pela Winnie Mandela, quando estivemos lá, numa missão dos Constituintes. Vou lembrar aqui: Edmilson; grande Caó, já falecido; João Hermann, falecido; Domingos Leonelli, que é da Bahia – o pessoal da Bahia deve ter conhecido o Domingos Leonelli – e Benedita da Silva.

Com essa carta da liberdade que nós trouxemos para o Brasil e com o movimento negro – e Frei David sabe – houve uma ampla discussão, até que chegamos a um acordo do estatuto. E como alguém me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandou aqui... Mandaram três vezes já, eu sou obrigado a ler também então. "Paim, fale aí que o Estatuto da Igualdade Racial é a maior norma para a promoção da igualdade racial e o que ele precisa é ser implantado. É uma bússola orientadora".

Claro que eu sempre digo e não vou deixar de dizer agora: lei perfeita para mim não existe, não é? Tudo pode ser aperfeiçoado, mas para melhorar, não para retroceder. Nós queremos avançar numa redação cada vez mais atualizada, moderna, que seja um instrumento cada vez mais forte no combate a todo racismo e preconceito.

Mas obrigado, Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidenta – não vou errar aqui, agora, senão vai ficar chateada comigo – da Nação Mestiça e Conselheira Nacional da Igualdade Racial.

Vamos em frente. Agora eu passo a fala para o Frei David. Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro e uma liderança atuante, permanente.

Quantas vezes no Congresso, hein, Frei David? Desde correntes em frente à CCJ, no dia em que se estavam discutindo as cotas, para pressionar. "Só vamos sair depois de aprovar aqui". Ou corrente lá em frente ao Palácio e tantos outros momentos que a gente acompanhou, uma luta bonita não somente, eu diria, do Frei David, mas toda luta que ele representa: estudantes, jovens. Desses estudantes da Educafro, dois trabalharam comigo muito tempo, viu, Frei? A Isabel, que continua comigo até hoje, e o Thiago, que ganhou recentemente o prêmio Raça Negra e já está numa outra esfera, por opção.

Mas, Frei, é com o senhor.

O SR. DAVID SANTOS – É verdade sim. Eu lembro quando, com 50 jovens, estivemos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cabelinhos pretos, todos nós. Agora é tudo cabelo branco.

O SR. DAVID SANTOS – Pois é, em frente ao Palácio Planalto, exigindo da Dilma que desengavetasse o projeto de cotas do serviço público para poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E saiu. Saiu.

O SR. DAVID SANTOS – Pois é. Só foi depois daquele ato que saiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi, foi. Saiu.

O SR. DAVID SANTOS (Para expor.) – Bem, parabéns, então, a todos e todas que lutaram e lutam até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador e demais companheiras, Lívia, Luciana, Helderli, antes de dar a resposta às várias perguntas, eu queria botar três informações muito boas para nós. A primeira informação é dizer para vocês que, por causa daquela foto que circulou o Brasil e o mundo, da XP e da Ável, só de brancos, jovens, discriminando idosos, discriminando mulheres, discriminando negros e discriminando deficientes, a Educafro abriu uma ação coletiva, uma ação por danos coletivos, e, para a nossa surpresa – criamos uma tese nova que em nenhum lugar do Brasil, da América Latina, a gente achou algo nem próximo a essa tese –, para a nossa alegria, o juiz aceitou a tese.

Então, no momento, a Ável e a XP estão respondendo um processo. Na primeira audiência, que foi presencial, aí, em Porto Alegre, eu fiquei com pena dos caros advogados – caros em nível de dinheiro – da XP. Ela contratou o escritório Mattos Filho, que é o escritório mais caro da América Latina, e eles apanharam de oito a dois, em nível de embate com os advogados da Educafro.

Eu estou muito feliz, quero parabenizar aqui os advogados voluntários da Educafro que deram um *show* na XP e na Ável.

Bom, esse é o primeiro ponto de partilha. O segundo ponto de partilha é dizer para vocês que, após três anos de luta ferrenha, abrimos processo no Conselho Nacional de Justiça, contra todos os presidentes dos tribunais de cada Estado do Brasil, porque esses malandros, irresponsáveis, presidentes dos tribunais, não permitiram cota para negro no concurso público de cartório. Nós, depois de muito embate, três anos de briga com 27 presidentes de tribunais, ganhamos de sete a zero. Então, a partir de maio desse ano, todos os concursos para cartório, para ser administrador de cartório, já têm cota para negro.

E é isso, Senador Paim. Qual é a minha tristeza? Rodando o Brasil inteiro, eu espero que ninguém esteja ouvindo o que eu vou falar agora, não: rodando o Brasil inteiro, eu não conheço dez negros que estão se preparando, estudando para concurso de cartório. O primeiro concurso foi em Goiás, depois dessa conquista do Conselho Nacional de Justiça. A Educafro mandou cinco jovens da Educafro prestarem o concurso em Goiás, dos cinco, quatro passaram, ou seja, eu espero que não seja ofensivo, não me interprete mal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, pelo contrário: são notícias boas que o senhor está dando.

O SR. DAVID SANTOS – Em terra de cego, quem tem um olho é rei – em terra de cego, quem tem um olho é rei.

Aqui, agora, é o despertar. No momento, o próximo concurso para cartório é de São Paulo. São 28 vagas para negros – só para negros. Senador Paim, fizemos um levantamento com o tribunal; o tribunal é obrigado a botar no *site* esses dados. Desses 28 cartórios, em 15 a renda líquida – renda líquida – dele é de 100 mil por mês. A renda líquida dele é de 100 mil por mês. Em dois desses cartórios, que serão administrados por negros, a renda líquida ultrapassa 1 milhão por mês – por mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, negras e negros do Brasil inteiro, por amor a São Francisco, ou melhor – aqui é todo mundo afro –, por amor a Luther King, por amor a Marielle, negras e negros do Brasil, até também liguem para o promotor de justiça e demais defensores, todos vocês, façam o concurso de transferência para cartório, porque os juízes estão fazendo. Olha, o número de juízes, de procuradores da República que estão fazendo concurso para cartório, porque ganham dez vezes mais, é grande.

Então, nossos irmãos negros e negras que já passaram para concursos de defensor, de procurador, eu sugiro que vocês façam para serem administradores de cartório, e desse dinheiro que você vai ganhar, 100 mil por mês, bote aí uns 30 mil para investir em outras formações de líderes negros. Precisamos de negros investindo em negros. Essa é a boa notícia, ou seja, temos agora cotas para negros disputarem vaga de cartório.

A outra boa notícia, Senador Paim... O senhor comentou agora mesmo na sua fala. Aquela cena horrorosa, monstruosa, do policial arrastando nosso irmão negro na moto porque ele cometeu um delito, algemou na moto e arrastou. Olhe só, quantos brancos empresários cometem delitos? Quantos deles o policial amarrou na moto e arrastou pelo meio da rua? Então, é essa a baixaria que a gente quer combater. Então, Senador, quero dizer a você que a Educafro abriu uma ação coletiva contra o Governador Doria e o juiz aceitou. Então, neste momento o Governo Doria está respondendo ao processo porque um funcionário dele, policial, arrastou um irmão nosso, algemado, na moto. Então, é a primeira ação coletiva nessa dimensão, ou seja, nós, da advocacia negra, estamos inovando o Direito no Brasil, estamos inovando a luta por direitos no Brasil. Então, eu conclamo os negros do Brasil inteiro a investirem mais na advocacia como um instrumento de solidificação e agilização de conquistas de direitos.

Bem, agora respondendo às perguntas. Olha só, para ser bem breve. Quero orientar, partilhar, para todos aqueles que estão desavisados, que a Lei de Cotas que atualmente está em vigor, a 12.711, ela tem cota... É maldade dizer que é cota para negro. É mentira. Essa lei, a 12.711, tem cota para deficiente, tem cota social – um mundo de cota social –, tem cota para indígena, que é o mestiço, tem cota para quilombola, que muitas vezes é mestiço e até branco, e tem cota para negro, um pouquinho de nada, 12,5%. É uma migalha. Eu protesto e quero, um dia, poder mudar a Lei de Cota, porque a Lei de Cota, para o negro, é injusta.

Eu não queria falar aqui, mas já que me provocaram, quero dizer que em estudos que vão ser divulgados brevemente estão provando que a famosa Lei de Cotas, 12.711, beneficiou mais brancos do que negros, mais brancos entraram na universidade, com essa lei, do que negros. Essa é uma polêmica que vai pegar fogo brevemente, assim que sair a pesquisa. Vai gerar um auê danado. Portanto, gente, irmãs, irmãos, essa lei não é de negros, essa lei é dos excluídos em geral. E nós, negros, só temos 12,5% de cota. É pouco demais!

O segundo ponto é dizer que o nosso foco, agora, é aprovar a revisão dessa Lei de Cotas – é nosso foco total enquanto entidade, enquanto Educafro, e acho que de todo mundo também. Depois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada, Senador, temos 500 outras propostas para poder fazer a coisa pegar para combater fraude, para melhorar... Nós queremos, por exemplo, prender um reitor, um reitor que está deixando solta, por improbidade administrativa. Prendendo o reitor, os demais vão ser mais responsáveis, vão ser sérios. Então, assim que a lei for aprovada, nosso próximo passo é prender o reitor, um reitor que está deixando a Lei de Cotas solta, sem averiguação, sem acompanhamento, sem monitoria.

Eu termino dizendo que vivemos um momento muito especial no Brasil. Por mais que a gente esteja sofrendo aí tremendos horrores, mas uma especial é: dos negros que conseguiram entrar na universidade, grande parte está colocando o seu saber a serviço do empoderamento de seus irmãos.

Então, todos vocês, beneficiados pelo Prouni, pelo Fies, pelas cotas de universidade públicas, por favor, venham, lutem, doem seu tempo, doem sua vida e, por exemplo, Senador, lá na Educafro, neste exato momento, existem cinco mulheres e cinco homens negros que trancaram a faculdade, abandonaram o emprego, vão ficar um ano inteirinho na Escola de Líderes, se preparando para serem líderes e já lutando, dia a dia, pelo bem do povo negro.

Então, parabéns aos dez jovens que são membros da Escola de Líderes da Educafro!

Brevemente, vamos abrir a inscrição para novas pessoas que querem ser membros da Escola de Líderes da Educafro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem, Frei David, parabéns! Veio, também, na linha de trazer boas notícias. Eu gostei. Trouxe uma série de boas notícias e, no final, apontou outros caminhos. Estamos juntos. Parabéns pela sua história, sua vida e seu trabalho!

Chegou aqui, antes de eu passar para a Dra. Lívia encerrar, chegou o seguinte aqui: "A chamada, popularmente, Lei de Cotas, Lei nº 12.711, prevê o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para aqueles autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo – um salário mínimo e meio, essa é a nossa gente e nós estamos abrindo a possibilidade para que eles cheguem à universidade –, 1,5 salário mínimo *per capita* e alunos oriundos de escola pública".

Eu acho que alguém mandou, como contribuição, para que não fique nenhuma dúvida de quem são os beneficiados pela Lei de Cotas.

Dra. Lívia Sant'anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Lívia Sant'anna Vaz é doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeada uma das pessoas de descendência africana mais influentes do mundo da edição Lei e Justiça.

V. Exa. vai fechar aqui o nosso painel de hoje sobre o debate sobre cotas, mas voltaremos. Teremos muitos e muitos debates ainda sobre cotas e outras formas de combater o racismo estrutural. (*Pausa.*)

Tem que... Eu acho que... Quem é que abre? Pronto.

A SRA. LÍVIA SANT'ANNA VAZ (Para expor.) – Agora eu consegui. Pronto. Agora eu consegui abrir.

Primeiro, Senador, eu vou responder, rapidamente, a duas perguntas aqui, que são respostas breves. Depois, vou fazer uma breve análise, complementando o que já foi aqui muito bem dito pelos outros participantes e outras participantes, que me deixam num lugar confortável de complementá-los apenas.

Mas veja, há uma afirmação aqui, de que são uma injustiça histórica as cotas raciais, porque somos todos seres humanos. Talvez, as pessoas estejam esquecendo que pessoas negras no Brasil, por mais de 350 anos, tiveram sua humanidade negada. Disso existem consequências evidentes até os dias de hoje. Não é à toa que nós estamos há 133 anos da Lei Áurea. E, se nós falarmos em mortalidade infantil, crianças negras são as que mais morrem. Mortalidade materna, violência obstétrica, violência doméstica familiar, feminicídios, mulheres negras, encarceramento em massa, violência policial letal, abordagem de suspeitos, homens negros, jovens negros.

E, em todos os Estados do Brasil, nós temos que pessoas negras vivem menos que pessoas brancas. O que é isso senão a raça como elemento central da nossa não democracia, da nossa desigualdade? É um fator determinante das desigualdades no Brasil.

O problema é que nós não tivemos acesso e não temos acesso, em grande medida, nas escolas a essas informações e, aí, desconsideramos o elemento racial como um elemento determinante mesmo dessas desigualdades.

E, aí, uma outra pergunta que foi feita aqui, uma afirmação, na verdade, é que a cota racial vai reduzir a qualidade do ensino superior. Olha, há muitas pesquisas já que concluem que o desempenho de alunos cotistas é, inclusive, superior ao desempenho de alunos não cotistas. Então, essa não é uma realidade. Nós precisamos conhecer as pesquisas e os dados disponíveis para realmente falar com justiça sobre as cotas raciais.

Cota racial é reparação histórica. E, aí, eu vou falar um pouco dessa história para a gente entender. Pessoas negras, no Brasil, foram proibidas de frequentar a educação formal por décadas. A Constituição do Império, de 1824, no 2º Ato Oficial Complementar, proibia que negros e leprosos frequentassem as escolas. Trinta anos depois desse Ato Oficial Complementar, o Decreto n° 1.331-A, de 1854, proibia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meninos não vacinados, meninos portadores de moléstias contagiosas e escravos de frequentarem as escolas. Como nós podemos falar em meritocracia pura neste País? Essa tal corrida pela meritocracia já começa muito desigual, a começar por quem determina o que é o mérito neste País.

Aí eu vou querer dar exemplos, porque a gente acaba naturalizando a ausência de corpos negros em espaços de poder, por exemplo, naturalizando a presença negra no cárcere, nos números e nos dados sobre mortes letais no Brasil e naturalizando também a presença hegemônica de pessoas brancas e homens, em especial, homens brancos, nos espaços de poder.

Mas eu tenho dados aqui que confirmam, por exemplo, que um quinto da Magistratura brasileira tem familiares na carreira – um quinto! – e que 51% têm familiares em outras carreiras do Direito. Será que isso é mérito realmente? Será que isso é fruto do mérito realmente? Não; isso é fruto de privilégios historicamente acumulados, como bem disse a Professora Luciana aqui. Não é só uma questão de exclusão e marginalização de pessoas negras; é uma questão também de manutenção dos privilégios da branquitude neste País. Por isso, é preciso discutir o mérito, é preciso rediscutir o mérito.

E, aí, essa forma de determinar quem merece e quem não merece é também monopólio das pessoas brancas no Brasil, é também monopólio da branquitude. E, aí, é que nós temos que rever também os nossos concursos públicos.

Quando eu determino, por exemplo, que, num concurso para a Magistratura, para o sistema de Justiça, para o Ministério Público, o candidato tem que ter três anos de atividade exclusiva de bacharel em Direito, eu estou com um filtro racial, Frei David, porque pessoas negras não acessaram essa atividade, não conseguem acessar, com igualdade de oportunidades, esse pré-requisito. Isso é um filtro racial. Quando eu determino, num concurso público, que a prova de títulos vai considerar como título mestrado, pós-graduação, doutorado, eu tenho um filtro racial aí também, porque pessoas negras não acessaram ainda esses lugares. Inclusive, não há cotas raciais obrigatórias para pós-graduação do nosso País. Portanto, há vários filtros raciais na determinação de quem merece e de quem não merece, do que é o mérito e do que não é o mérito.

Na verdade, o que está acontecendo neste País é que o princípio meritocrático ou o chamado princípio meritocrático, da maneira como ele é aplicado, tem servido ao contrário do que ele deveria servir, porque ele surge para impedir privilégios de classe e privilégios de família, privilégios de nobreza, mas está servindo, na verdade, para a manutenção desses privilégios brancos e masculinos neste País.

Então, é preciso que a gente conheça um pouco mais da história para entender que a política, a ação estimativa, a cota racial é política de reparação no Brasil, e não injustiça, e não privilégio.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns Dra. Lívia Santana Vaz, Promotora de Justiça do Estado da Bahia, doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, que ficou como destaque, sendo considerada uma das pessoas com descendência africana mais influentes do mundo na edição *Lei e Justiça*.

Parabéns a todos vocês, que têm um currículo belíssimo. Se eu fosse ler o currículo do Frei David, eu iria contar parte da minha vida, viu? Desde a primeira vez que eu ouvi falar em política de cotas – Cpers, Porto Alegre; eu, sindicalista –, disseram que o Frei David estava vindo fazer uma palestra sobre cotas e lá fui eu, e ali eu recebi uma aula da importância das cotas. Até ali, Frei David, era quase proibido de falar cotas, inclusive no movimento sindical. A partir daquele dia, Frei David, quando você deu aquela aula, todos nós saímos de lá convencidos da importância da política de costas.

Eu vou ter que terminar, mas vocês me dão três minutinhos para eu encerrar? Posso usar três minutos? (*Pausa.*)

Então, vou usar.

Primeiro, quero agradecer muito a todos os convidados. Sei que um ou dois tiveram que sair um pouco mais cedo, mas todos, para mim, aqui são homenageados com este debate, que é um debate que vai continuar.

Na abertura, eu falei que hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos e que falar em política de cotas é falar em direitos humanos. Por isso, assim eu iniciei e vou dar alguns dados para mostrar para aqueles que têm dúvida o quanto que racismo estrutural machucou a nossa gente, o nosso povo.

Somos o país mais desigual do mundo. Somos o último país do mundo a abolir da escravatura. Como aqui já foram dados alguns números, temos hoje 15 milhões de desempregados, 60 milhões na pobreza, 19 milhões passam fome todos os dias, gente que não possui sequer água potável para beber.

E vou dizer aqui, mas eu não digo com alegria, digo com tristeza: a maioria são negros, sim. Mas eu não queria que nem negros nem brancos estivessem nessa situação, mas a ampla maioria é de negros.

Neste País, hoje, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, idosos pedem socorro; miseráveis sentem a dor do frio; mães choram, pois não têm alimentos para dar aos filhos, choram porque seus filhos são mortos pelas ditas balas perdidas, choram porque os seus companheiros foram mortos por serem negros.

O jovem Beto, aqui no meu Rio Grande, foi morto sufocado por seguranças de um supermercado aqui em Porto Alegre e por quê? Porque era negro. E esse dado para mim... Eu falei na tribuna do Senado, e vou falar aqui novamente, aproveitando aqui a TV Senado: nesta semana as Vereadoras da Bancada Negra de Porto Alegre – Laura Sito, PT; Daiana Santos, PCdoB; e Karen Santos, PSol – foram agredidas nas redes sociais e ameaçadas de morte. A Polícia pesquisa e diz que a ameaça vem do Rio de Janeiro. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão disse – e eu tive acesso – que vai comprar uma arma poderosa e virá a Porto Alegre para matar as Vereadoras e todos aqueles que atravessarem na sua frente. E olhem o que ele diz: "Nem que depois eu tenha que botar uma bala na cabeça". Estou relatando os fatos. Mas aqui quero lembrar que as três Vereadoras são negras. E aí vem a história do jovem algemado, que eu comentei e vocês comentaram também, pelas ruas de São Paulo, numa moto, com o policial andando: andando, e ele correndo. Ou ele corria ou seria arrastado. Como era esse jovem? Era negro.

O trabalho escravo é uma realidade. Eu presido a comissão de refugiados aqui no Congresso. O trabalho escravo é uma realidade. Refugiados e migrantes são discriminados. Garimpeiros matam indígenas. Nós temos assistido agora, todos vocês, crianças indígenas morrem por desnutrição. O Estado se omite. Isso tudo é inaceitável.

O Brasil apresenta um cenário de discriminação estrutural contra pessoas afrodescendentes em comunidades quilombolas. Ah, como sofrem os nossos quilombolas! Eu tenho visto. Não tenho tempo para falar de tudo isso aqui, de camponeses, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua. Estamos entre os países que mais matam. Matam quem? Mulheres e pessoas LGBTQIA+. Também aí a maioria são negros. De cada dez jovens assassinados, oito são negros neste País.

Discursos de ódio produzem vítimas, produzem exclusão, que se faz sentir sobretudo na negação dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos humanos. Estamos vendo aí o desmanche das instituições e dos órgãos de proteção dos direitos humanos na negação da Constituição e da democracia. Direitos humanos são as portas de entrada da transformação de que tanto precisamos. Por isso, hoje, neste debate sobre cotas, que para mim é direitos humanos, eu falo tanto dessa exclusão do nosso povo e da nossa gente, temos que crescer humanamente e coletivamente e buscar a dignidade, a solidariedade, a fraternidade e a justiça social.

Tudo está guardado na memória. Como canta o grande León Gieco, que falou do engano e a cumplicidade dos genocidas que estão soltos, os sonhos, a história e a memória despertam os povos. E nós haveremos de vencer e um dia seremos livres, livres, livres como o vento.

Não posso encerrar esta minha fala, me permitam, sem tocar em um problema seriíssimo, e espero o apoio de todos vocês que estão nos assistindo neste momento: o Congresso tem a obrigação de votar e derrubar o Veto 48, de quebra de patentes de vacinas e medicamentos contra a covid-19. Isso é direitos humanos. Precisamos de vacina para todos. No Continente Africano, não chegam a 10% os vacinados. Os países ricos têm mais de 800 milhões de vacinas que nem usam e não têm mais necessidade. Aqui no Senado nós vamos votar o veto. Nós vamos decretar, entre terra antecipada dos que serão sepultados sem o ritual do velório e aqueles vacinados, que poderão passar muitos natais – o Natal está aqui – ao lado de amigos, familiares, pais, filhos, avós e avôs e — por que não? —, pensando até nos bisnetos, aqui há de se perguntar, neste dia dez, Dia Internacional dos Direitos Humanos: quantos de nós viu as filas nos hospitais, as UTIs lotadas, com intubação sem anestesia, que poderão estar a qualquer momento no ritual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da morte, da cremação ou com os corpos jogados nas calçadas, em contêineres, ou nas valas comuns, esperando na fila do cemitério?

Aqui lembro agora, e faço uma homenagem aos Médicos sem Fronteira, a todos os profissionais da saúde e aos familiares que perderam vidas – hoje já ultrapassam 617 mil vidas. Eles todos imploram ao Senado, ao Congresso, Câmara e Senado... Não é porque eu fui autor do projeto. O Nelsinho Trad foi o Relator aqui e o Aécio Neves, na Câmara. Não havia um debate ideológico. Aprovamos! Mas, infelizmente, a parte principal, o Governo vetou. Eles imploram pela derrubada desse veto, junto com milhares de entidades, de associações, de abaixo-assinados, autoridades do Legislativo e do Executivo do mundo todo. Nós queremos vacina para todos, para todos, de verdade. A OMS e a OMC, a mesma coisa. Tenho listas aqui, no meu gabinete, dos ganhadores de Oscar, ganhadores de Prêmio Nobel da Paz, centenas de celebridades, entre desportistas, artistas, religiosos, Frei David, do mundo todo, num verdadeiro gesto ecumênico, também pedem a derrubada desse veto.

Aproveito aqui para pedir isso. Temos obrigação de derrubar esse veto, que vai garantir que o Brasil possa produzir vacina; que vai permitir que lá, em Joanesburgo, na África do Sul, onde há uma impotência – eu falo de Joanesburgo porque eu estive lá para a Libertação do Mandela –, ou lá em Pretória, que eles possam também produzir vacina lá para a nossa gente.

E a pergunta que fica: se todos querem a vacina, como eu disse aqui, que poder invisível é esse que não quer a vacina para quem não pode pagar? Esse é o fato. Eles ganham mais de mil dólares, por segundo, de lucro líquido. Que força é essa que manipula até a morte? É disso que estamos falando.

Tom Jobim, e aqui eu termino, eu sei que está pesada a minha fala, Tom Jobim disse um dia, para aqueles que acham que o dinheiro é tudo: "O dinheiro não é tudo, não. Não se esqueçam do ouro, dos diamantes, da platina e de todas as suas propriedades, mas lembrem também que, quando fizermos a viagem eterna, nada disso levarão" – nada disso levarão.

Nós, que somos militantes dos direitos humanos, levaremos na alma o que fizemos em políticas humanitárias. E aí, Frei, teremos um encontro anual.

Termino minha fala com a seguinte mensagem de Paulo Freire, que tem tudo a ver com as cotas e com direitos humanos: "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo". Educação liberta. Sim, educação liberta e nós queremos liberdade para todos e por isso queremos o acesso à educação, que tanto nos foi negada.

Termino com uma frase que eu improvisei aqui agora: se eu pudesse, eu declararia em alto e bom som que o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, fosse também o dia de homenagear as políticas de cotas. Cotas são direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos vocês pelo carinho, pelo tempo que ficaram aqui conosco. Permitam que eu me dirija agora à Luciana, à Lívia, ao Frei, à Presidente da UNE, que saiu, ao Reitor, que saiu, e à outra senhora, que não está mais conosco aqui. Eu queria só dizer que para mim é sempre um grande aprendizado ouvir a todos. Vocês aqui deram uma aula, uma aula que vai ficar tramitando nas redes sociais, milhares e milhares de pessoas verão, e, com certeza, logo ali na frente, todos nós estaremos festejando.

Frei David, permita-me dizer que vou orar em todas as religiões para que isso aconteça e as cotas sejam aprovadas – oxalá! oxalá! – por unanimidade, mais uma vez, no Congresso Nacional.

Obrigado a todos.

Uma salva de palmas para o trabalho de vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje sobre as cotas.

Voltaremos.

Beijo no coração de cada um de vocês.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob as Presidências dos Senadores Paulo Rocha e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Plínio Valério, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 21/2021 - CE, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros., e REQ 40/2021 - CE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater o desmonte da Politica Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituída pela Lei 9.9.795/1999 e o seu Decreto Regulamentador de 2002, como politica publica do estado brasileiro. **Participantes:** Sra. Jacqueline Guerreiro Aguiar, Membra da Rede Brasileira de Educação Ambiental; Sra. Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Coordenadora da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA); Dra. Marilena Loureiro da Silva, Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido/PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/Universidade Federal do Pará (UFPA); Sra. Dulce Maria Pereira, Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Sra. Claudia Cunha, Dirigente da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA no Estado da Paraíba (ASIBAMA/PB) e Membra do Conselho de Entidades da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional); Sr. Leonlene de Sousa Aguiar, Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA/RN); Sra. Dal Bezerra, Bióloga, Educadora Socioambiental membra do Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça, Cidadania; Dr. Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sorrentino, Professor Sênior da Universidade de São Paulo (USP); e Dra. Rosângela Corrêa, Diretora-Geral do Museu do Cerrado e Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Paulo Rocha

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental, o Pnea, instituída pela Lei 9.795, de 1999, e por seu Decreto Regulamentador, de 2002, como política pública do Estado brasileiro.

Em atendimento a requerimento de autoria dos Senadores Paulo Rocha, Zenaide Maia e Jean Paul Prates, a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, pela internet, senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Combino com os nossos convidados – parece-me que estão todos, faltando apenas dois – uma intervenção inicial de 10 minutos para cada. Se precisar, a Mesa é condescendente e, portanto, deixará o nosso convidado concluir a sua intervenção.

Eu vou chamar os nossos convidados, pela ordem de chamada, para que preparem a sua intervenção.

Jacqueline Ferreira Guerreiro Aguiar.

A Jacqueline é membro da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

A SRA. JACQUELINE GUERREIRO AGUIAR – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Boa tarde.

Maria Henriqueta Andrade Raymundo. (*Pausa.*)

Dr. Marcos Sorrentino.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dulce Maria Pereira.

Cadê a Dulce? (*Pausa.*)

Dal Bezerra. (*Pausa.*)

Dra. Marilena Loureiro da Silva. (*Pausa.*)

Claudia Cunha. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonlene de Sousa Aguiar.

O SR. LEONLENE DE SOUSA AGUIAR – Presidente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) **–** Nós vamos, então, pela ordem de chamada, passar a palavra à Jacqueline Guerreiro Aguiar. Como eu já disse, a Jacqueline é membra da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Tem a palavra, Jaqueline, por dez minutos.

A SRA. JACQUELINE GUERREIRO AGUIAR – Vocês me ouvem bem?

O SR. MARCOS SORRENTINO – Ouvimos, Jacque.

A SRA. JACQUELINE GUERREIRO AGUIAR (Para expor.) **–** Então, sigamos assim, não é, Marcos? (*Pausa.*)

Então, está bem.

Eu vou pedir desculpas, senhoras e senhores, porque, como eu estou num prédio público, tenho que ficar de máscara, o.k.?

Boa tarde, senhoras e senhores.

Sou Jacqueline Guerreiro, professora e educadora ambiental e, com muita honra, estou aqui representando facilitadores de cerca de 50 redes de educação ambiental territoriais, temáticas e de juventude da malha da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

A Rede Brasileira de Educação Ambiental foi criada em 1993, inspirada no Tratado de Educação Ambiental elaborado no processo do Fórum Global de 1992, aqui, no Rio, dimensão da sociedade civil mundial, durante a ECO 92, tendo, como protagonistas, várias organizações e coletivos e, notadamente, aqueles inseridos no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, artífices do Fórum Global.

Desde sua criação, a Rede Brasileira de Educação Ambiental vem inspirando a criação de redes de educação ambiental nos territórios de todo o País, e estas vêm, nessas últimas décadas, participando de processos de construção, fortalecimento e enraizamento de políticas públicas de educação ambiental em outras políticas públicas, no contexto das falas que virão a seguir.

Senhoras e senhores, estamos em emergência e prestes a um colapso ambiental. Em outros períodos da história, já tivemos momentos similares.

Há cerca de 3,7 mil anos, as cidades sumérias foram abandonadas quando as terras irrigadas que haviam produzido os primeiros excedentes agrícolas da história da humanidade começaram a tornar-se cada vez mais salinizadas e alagadiças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há quase 2,4 mil anos, o filósofo Platão deplorava o desmatamento e a erosão do solo, provocados nas colinas da Ática pelo excesso de pastagens e pelo corte de árvores para lenha.

Na Roma do século I, Plínio, o Velho, advertiu que o mau gerenciamento dos recursos naturais produziria erosão do solo e quebra das safras agrícolas.´

A construção de embarcações para a frota do Império Bizantino, Veneza e Gênova reduziu as florestas costeiras do Mediterrâneo. Desnecessário enfatizar a degradação ambiental acelerada a partir da Revolução Industrial do século XVIII.

Hoje a reprodução do capital devora pessoas, águas, florestas, terras, ar e nossas mentes.

Senadoras e Senadores da República brasileira, as redes de educação ambiental da malha da Rede Brasileira de Educação Ambiental trazem a perspectiva de que diferentemente de outros períodos históricos, temos instrumentos que nos possibilitam seguir por caminhos sustentáveis, principalmente as políticas públicas e, dentre estas, as políticas públicas estruturantes de educação ambiental, que passam por uma desestruturação insana neste Governo Federal.

No momento em que essas políticas públicas são fragilizadas no âmbito federal, nos âmbitos estadual, municipal e local, ocorre uma fragilização ainda maior. Cito aqui, à luz das experiências das redes de educação ambiental, o que vem ocorrendo.

Primeiro, a retirada das juventudes dos espaços de mobilização e construção de políticas públicas ambientais e de educação ambiental, fragilizando o protagonismo juvenil no nosso País.

Segundo, o comprometimento do papel de promoção, monitoramento e participação ativa da sociedade na estruturação de políticas públicas de educação ambiental e seus desdobramentos.

Outro ponto, o enfraquecimento da dimensão da educação ambiental nas escolas, universidades e movimentos sociais. Citamos também o enfraquecimento das comissões interinstitucionais de educação ambiental no seu papel preponderante de diálogos para convergências possíveis. Citamos também a atuação isolada e fragmentada dos órgãos gestores, nos Estados e Municípios, quando se tem a fragilização das políticas de educação ambiental no nível federal. Também alertamos para que o encerramento das ações de centros de educação ambiental fragiliza a própria cidadania ambiental.

O desmonte das políticas públicas de educação ambiental, bem como de outras políticas, exige uma resposta. Srs. Senadores e Senadoras da República brasileira, vocês possuem a responsabilidade de defender o ambiente deste País. Essa responsabilidade, relembramos, está inscrita na Constituição Cidadã de 1988.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Jacqueline. Muito importante sua intervenção.

E vamos dar continuidade, pela ordem aqui organizada pela Mesa e pelos articuladores, que começa com a Maria Henriqueta Andrade.

A Maria Henriqueta é coordenadora da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Tem a palavra.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Vou pedir licença a todos e todas para compartilhar a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Você está sozinha em casa? (*Pausa.*)

Oi. Você está sozinha nesse ambiente de onde está falando? Se não, você vai ter de usar máscara.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Ela está sozinha, sim, Senador.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Ah, desculpe-me, Senador. Não sabia que era comigo. Está aparecendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes, queria registrar a presença de três Deputados que acompanham o debate lá na Câmara, o Deputado Airton Faleiro, que é do Pará, da Amazônia; Deputado Vander Loubet, que é do Mato Grosso, e o nosso Décio Lima, lá de Santa Catarina. Houve um problema ambiental lá nas areias da praia, com um custo muito alto para o Erário.

Tem a palavra V. Sa.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode. Deve.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Está bom. Obrigada.

Bom, então, o que eu trago... Minha fala vem bastante a partir da Constituição Federal, dessa importante Carta maior que nos rege. Apesar da grande expectativa que o mundo e a sociedade brasileira têm quanto à educação ambiental, apesar de o Parlamento brasileiro ter cumprido o seu papel e instituído, aprovado essa Constituição Federal, que traz o dever de o Poder Público promover a educação ambiental, não apenas para as escolas, mas promover educação ambiental para toda a sociedade brasileira, apesar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós termos uma lei específica que institui uma política nacional de educação ambiental, nós estamos aqui para falar sobre o desmonte dessa política pública de educação ambiental, dessa política de Estado de educação ambiental. Então, a educação ambiental não vem sendo cumprida.

As políticas públicas de educação ambiental, desde 2019, passam por um processo de desmonte. E é por isso que nós estamos aqui reunidos nesta audiência: para fazer um apelo a esta Casa para que nos ajude a conter esse desmonte.

Bem, a educação ambiental foi tida como uma estratégia estruturante para enfrentar os problemas socioambientais, para enfrentar a crise ambiental que vem se agravando a cada dia. Ela foi colocada como elemento estruturante para enfrentar essa crise ambiental, desde 1972, lá na Conferência de Estocolmo, na conferência mundial da ONU sobre meio ambiente. E, no nosso País, desde 1981 que a educação ambiental já está presente na política nacional de meio ambiente, que também diz da necessidade da educação ambiental não só para as escolas, mas para a toda a sociedade. E aí chegamos na instituição da Política Nacional de Educação Ambiental em 1999, com a Lei nº 9.795, que foi regulamentada, em 2002, pelo Decreto nº 4.281.

A Política Nacional de Educação Ambiental está estruturada a partir de um órgão gestor que deve ser o responsável pela implementação dessa política nacional. O órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental é formado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação. Junto desse órgão gestor, existe o Comitê Assessor, formado por uma representação da sociedade e do poder público. E esse Comitê Assessor tem o papel, então, como o nome está dizendo, de assessorar o órgão gestor, de acompanhar, de contribuir na formulação, implementação e monitoramento da Política Nacional de Educação Ambiental.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Henriqueta.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Cabe ressaltar...

Pois não.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Henriqueta, não estão passando os eslaides.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – E agora?

O SR. MARCOS SORRENTINO – Ainda não.

Não está em tela cheia também.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Poxa, para mim, aparece em tela cheia. (*Pausa.*)

Nada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS SORRENTINO – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está aparecendo só a primeira imagem, a capa da Constituição. Depois, os outros quadros não estão aparecendo.

É isso que ele está falando.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Entendi.

Eu vou tirar e vou colocar de novo a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Peço desculpas. (*Pausa.*)

Apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não. A mesma imagem. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS SORRENTINO – Agora sim.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Mas não está andando, não é?

O SR. MARCOS SORRENTINO – A tela inteira, mas não está andando. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Vamos tentar novamente.

E agora, andou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Não.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Então, que pena! Que pena, porque, aqui, para mim, aparece certinho. Eu fiz como a gente sempre faz. Não sei se é algum problema aí.

A SRA. CLAUDIA CUNHA – Henriqueta, posso dar uma sugestão?

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Pode.

A SRA. CLAUDIA CUNHA – Saia da tela cheia e tente, passando um a um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compartilha novamente e tenta, passando um a um. Mesmo fora da tela cheia, que a gente consegue ver. Passa aí, para ver se passa. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Passou?

A SRA. CLAUDIA CUNHA – É, não resolveu. Desculpa.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Não.

A SRA. CLAUDIA CUNHA – É porque comigo, uma vez, resolveu assim.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Ai, que pena! Preparei com bastante carinho. Mas eu vou falar, então, tá? Vou passando aqui só para mim, para eu não me perder aqui. (*Pausa.*)

Bem, então, vamos lá.

Então, a gente tem o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental formado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação. Esse órgão gestor deve ser assessorado por um Comitê Assessor, que é formado por 13 representações do poder público e sociedade civil.

O Ministério do Meio Ambiente tem a função de promover, de desenvolver a educação ambiental não formal ou informal, ou seja, voltada para toda a sociedade, enquanto o Ministério da Educação deve olhar para a educação formal, para dentro das escolas, para todas as instituições de ensino, inclusive de ensino superior.

O SR. MARCOS SORRENTINO – Henriqueta...

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Oi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) **–** Você começa a falar, tira da tela, deixa de compartilhar e, depois, quando iniciar a fala, compartilha. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Então, eu começo a falar e, depois, compartilho? (*Pausa.*)

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Ah, está bom!

Só um minuto, por favor.

Eu coloquei a apresentação na minha tela e, agora, eu vou compartilhar. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Aparece para vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A primeira, não é? Agora, faça para a segunda a mesma coisa. (*Pausa.*)

Agora!

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Não foi?

O SR. MARCOS SORRENTINO – Foi, foi. Agora passou.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Mas está pequeno, não é?

O SR. MARCOS SORRENTINO – É; não está em tela inteira, mas tudo bem. Dá para ler.

A SRA. MARIA HENRIQUETA ANDRADE RAYMUNDO – Melhor do que...

Está bom. Peço desculpas novamente.

Então, eu estava aqui nesse eslaide...

Deixem-me ampliar um pouquinho.

Então, eu estava aqui nesse eslaide, falando que o órgão gestor é formado, então, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação, cada um dentro da sua missão, dentro das suas funções. O MEC, responsável pela educação ambiental formal, dentro das escolas, instituições de ensino superior, e o Ministério do Meio Ambiente para a sociedade de modo geral.

Mas é importante também destacar que a educação ambiental é transversal; ela deve estar presente em todos os setores da sociedade, em todos os setores da administração pública, em todas as políticas públicas. E, para isso, eu trouxe aqui essa lista, que é pequena, tem outras políticas, mas só para mostrar um exemplo da transversalidade da educação ambiental nas demais políticas públicas.

Então, a gente tem a educação ambiental desde a Política Nacional de Mudança do Clima, Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outras. Então, a educação ambiental tem esse papel, precisa estar presente, porque, se a gente quer enfrentar a crise ambiental que nós estamos vivendo – já chegamos a um colapso ambiental e a pandemia da covid mostra isso para a gente –, é preciso que a gente tenha essa educação ambiental, com toda a sua potência, presente, de forma transversal, nas políticas públicas de modo geral; porém, coordenada pela Política Nacional de Educação Ambiental, a partir do seu órgão gestor, que é formado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação.

Um dos instrumentos básicos da Política Nacional de Educação Ambiental é o ProNEA, que é o Programa Nacional de Educação Ambiental. O ProNEA, desde 2003, passa por revisões periódicas, revisões que acontecem de modo participativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2017 e 2018, a Rede Brasileira de Educação Ambiental, em conjunto com o órgão gestor da política nacional, promoveu um amplo processo participativo para revisar, para atualizar esse Programa Nacional de Educação Ambiental e, dessa forma, a gente teve o ProNEA aprovado pelo órgão gestor em 2018, para que seja implementado.

Esse ProNEA traz como linhas de ação a gestão, a formação de gestores e educadores, a comunicação, o monitoramento, a educação ambiental nas instituições de ensino. Porém, tudo isso, hoje, está praticamente interrompido, porque nós estamos vivenciando, desde 2019, o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental por esse Governo Federal, que está aí desde 2019.

O desmonte da política nacional pode ser percebido a partir de várias formas, de vários aspectos, e os depoentes que estão aqui nesta audiência de hoje vão poder trazer vários elementos, vários aspectos que apontam para isso. O que eu quero apontar de modo geral e contextualizar esse desmonte é que, a partir da restruturação do Ministério do Meio Ambiente e da reestruturação do Ministério da Educação, logo em 2019 já começa o desmonte.

Por quê? A partir dessa reestruturação houve a extinção da Coordenação-Geral de Educação Ambiental, do MEC, e do Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, que eram justamente as estruturas institucionais responsáveis por fazer acontecer a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

A partir dessa reestruturação e dessa extinção dos setores responsáveis pela educação ambiental dentro de cada ministério, a gente vê, então, ocorrendo a interrupção do funcionamento do Comitê Assessor, que é uma instância de controle social, que é uma instância de construção coletiva, de tomada de decisão coletiva. A gente vê a interrupção do principal instrumento da política nacional, que é o ProNEA, o programa que reúne as linhas de ação que contemplam tanto a missão do MEC quanto a missão do Ministério do Meio Ambiente; a interrupção da formação e articulação das comissões estaduais de educação ambiental. Então, hoje o País tem 27 comissões estaduais de educação ambiental, porém, não existe mais uma articulação, uma formação dessas comissões pelo órgão gestor da política; a redução drástica no orçamento, que deveria ser voltado para educação ambiental.

Com isso tudo a gente vê também a fragilização das instituições vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, as instituições vinculadas ou que deveriam ser vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente como Ibama, ICMBio, ANA entre outras instituições vinculadas e, com isso, essas instituições também perdem a sua capacidade estatal de realizar, de implementar as públicas de educação ambiental no País.

O que a gente vê com o desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental é um efeito dominó. Ou seja, a partir da política nacional, que é estruturante e que tem o papel legal, jurídico de articular, de coordenar as políticas públicas no País, a gente verifica que as demais políticas estão se fragilizando, se extinguindo, se apagando do Território nacional. Aqui há uma lista. Eu não vou entrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa lista, mas apenas mencionar algumas coisas, em que os depoentes depois podem aprofundar um pouco mais. Mas a gente tem aí essa lista na esfera federal, inclusive passando pelas políticas estaduais e municipais de educação ambiental, que também se fragilizam com a ausência do órgão gestor, com a ausência da implementação da Política de Nacional de Educação Ambiental.

O desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental pode ser percebido de diversas formas, a partir da capacidade estatal reduzida ou extinta, porque a gente percebe que o arcabouço institucional estruturante da política está sendo minado, está sendo fragilizado, está sendo extinto, e com isso, então, a capacidade estatal deixa de existir para que a política seja implementada. Com isso a gente vê a interrupção, a extinção de instrumentos, de mecanismos, de ferramentas da execução dessas políticas, a partir da política nacional.

A extinção, a ausência do controle social...

Os espaços de controle social, os espaços para a transparência dessas políticas a partir da política nacional deixaram de existir desde 2019. A redução, a fragilização dos servidores públicos, que vêm sendo, inclusive, assediados nos diversos órgãos federais, tudo isso vai minando e contribuindo para que a política nacional seja desmontada e com ela há o efeito dominó, trazendo aí o desmonte de outras políticas tanto de âmbito federal, como de âmbito estadual e municipal.

Por fim, a retirada da Política de Educação Ambiental do Orçamento, a retirada do Plano Plurianual demonstra que nós estamos há três anos nesse processo de desmonte da Política Nacional de Educação Ambiental; logo, das demais políticas de educação ambiental do nosso País.

Então, o apelo que eu faço aqui, que eu deixo registrado é para que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, por favor, nos ajudem a combater, a enfrentar esse desmonte que está acontecendo no nosso País.

Peço desculpas pelos problemas nos eslaides e agradeço a oportunidade de expor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito obrigado, Henriqueta. É muito importante a sua contribuição nesse debate, dado o seu aprofundamento na questão.

Concedo a palavra à Sra. Dra. Marilena Loureiro da Silva. A Dra. Marilena é Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, que é um núcleo de Altos Estudos Amazônicos, que existe na Universidade Federal do Pará.

Dra. Marilena, dez minutos.

A SRA. MARILENA LOUREIRO DA SILVA (Para expor.) – Uma boa tarde a todos os presentes nessa audiência. Meus cumprimentos à Comissão de Educação desse Senado Federal. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa do Senador Paulo Rocha, eu gostaria de cumprimentar todos os demais Senadores, todos os participantes desta audiência e aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, pelas nossas mídias.

Inicio propriamente a minha fala no cumprimento e na construção de uma ênfase em torno da relevância e da crucial importância deste tipo de movimento, que, de fato, nos conduz à reflexão em torno da necessidade mais que premente – a gente insiste na palavra "crucial" – da consolidação da educação ambiental como política pública de Estado.

Nesse sentido, quero me congratular, inicialmente, com a Comissão de Educação deste Senado, em específico com os Senadores presentes e com aqueles que vão se juntar à sociedade neste movimento de reconstrução necessária desta política, neste momento em que a Comissão de Educação se abre para acolher esta discussão, com a firme convicção de que este momento, na verdade, possa se constituir um momento embrionário e, ao mesmo tempo, consolidador de tantas discussões anteriores, discussões essas necessariamente forjadas na luta dos movimentos dos educadores ambientais espalhados por todo o Território nacional, desde o movimento das redes, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental, como muito bem apresentou a Jacqueline Guerreiro no início desta audiência, como a Rede Paraense de Educação Ambiental, em nome de quem eu também falo aqui, desde as nossas contribuições a esse movimento a partir da Universidade Federal do Pará, dos nossos estudos e pesquisas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Gostaria de iniciar ressaltando que todas as falas aqui apresentadas, senhores e senhoras, Senadores presentes, não são falas isoladas ou falas pontuais para um momento específico, mas elas, de fato, se constituem como construto de uma trajetória de sujeitos na relação com outros que se movimentam em torno da defesa das políticas de educação ambiental e de suas consequências em termos práticos. São, portanto, falas coletivas, construídas nas lutas no interior das nossas universidades, escolas, órgãos do sistema, nas nossas comunidades de práticas, comunidades que, de fato, assumiram o desafio cotidiano de fazer educação ambiental em cada um dos seus territórios e comunidades.

No caso específico das minhas contribuições no campo da política pública de educação ambiental, a partir do cenário das universidades, a gente fala de dentro da universidade que é considerada – nós somos – a maior universidade da Região Amazônica, a Universidade Federal do Pará, portanto, com uma responsabilidade histórica muito grande na compreensão dos dilemas e problemas socioambientais e na geração de respostas por meio de uma política de conhecimento que seja, de fato, consequente, que seja articulada aos interesses da população, aos interesses da sociedade.

Nesse sentido, eu queria dizer que é desse lugar, de profundo exercício de ações de ensino, pesquisa e extensão, na relação de diálogo profundo com os movimentos de educadores ambientais, nas Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), também citadas pela Henriqueta, e a necessidade do seu fortalecimento, dessa trajetória de enfrentamento de desafios que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar o que seria para nós alguns dos aspectos fundamentais a pensar na consolidação e na retomada da política pública de educação ambiental.

Eu gostaria de pedir a licença dos senhores e das senhoras para colocar um foco específico em duas experiências que eu penso que ilustram, de uma forma interessante e muito forte, aquilo que nós estamos tratando nesta audiência: a necessidade de retomada e de aprofundamento da Política Nacional de Educação Ambiental, em um processo que consiga frear o que está instaurado do ponto de vista da quase negação de trajetórias que essa política vinha construindo ao longo dos anos anteriores. E eu vou me reportar, portanto, a dois desses exemplos.

O primeiro deles se refere à trajetória das universidades na relação com as escolas de educação básica, relativa aos processos de formação inicial e continuada de profissionais de educação para a inserção da educação ambiental nos currículos escolares. E isso foi feito numa experiência, a partir dos anos de 2014 e de 2015, com a descentralização de recursos federais para as universidades, para que elas pudessem prover a realização de processos formativos junto às escolas de educação básica em seus sistemas de ensino. Eu estou me reportando, portanto, à oferta de cursos de extensão, como o curso de educação ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida, de cursos de aperfeiçoamento em educação ambiental e de cursos de especialização em educação ambiental, com ênfase na constituição de espaços educadores sustentáveis. Eu me reporto a essa experiência formativa, porque ela ilustra para nós, nas universidades e no diálogo com as escolas, uma oportunidade muito importante de, de fato, fazer o que seria a tradução dos princípios teóricos, das formulações, das diretrizes, das políticas em campos de prática, fazer com que toda essa formulação conseguisse chegar aos espaços escolares e às suas cercanias, às suas comunidades, de fato, construindo condições concretas e materiais para que a educação ambiental conseguisse sair desse campo de retórica, digamos assim, para um campo do fortalecimento da vida em condições melhores de existência. Isso se dá por meio de projetos e ações de articulação curricular, pensando o chão da escola, propriamente falando. Essa é uma das experiências.

Uma outra a que a gente também pode fazer alusão é aquela relacionada com o programa Escolas Sustentáveis que recebeu a sua formalização ainda no âmbito da Conferência Rio+20 e que, pela primeira vez, do ponto de vista do financiamento mais específico, gerou condições de que as escolas conseguissem acesso a recursos pela via do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) para o desenvolvimento de ações de educação ambiental, sempre com essa perspectiva interdisciplinar compreendida como eixo de articulação do currículo das escolas às suas necessidades, às necessidades do contexto das comunidades onde essa escola está inserida.

Eu fiz alusão a essas duas experiências, porque elas me parecem muito emblemáticas daquilo que a gente está tratando do ponto de vista da necessidade de ampliação e retomada daquilo que estava sendo produzido e que, neste momento, se encontra sem condições de se manter em razão do que a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observando: a não observância das orientações, dos princípios constitucionais, da adoção da educação ambiental de forma efetivamente concreta.

Nesse sentido, eu queria finalizar a minha fala dizendo que essas e muitas outras experiências forjadas nas escolas, nas comunidades, nos movimentos, em todas as formas, vão dizer para nós da importância de fazer e pensar a educação ambiental como política pública regular e sistemática para além daquela adesão mais pontual e episódica. Portanto, a gente fala de educação ambiental como compromisso de todos para o forjar e a construção de um futuro para as presentes e futuras gerações. Esse é o nosso compromisso histórico, esse compromisso que precisa ser partilhado por todos nós, e esse é o apelo que desse ponto de vista nós fazemos aos Senadores da República brasileira no sentido de consolidar e gerar condições de que de fato essa prática consiga se manter como política pública de Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós é que agradecemos, Dra. Marilena, a sua contribuição neste importante debate.

Antes de passar a Presidência para o Senador Jean Paul Prates, que é um dos autores do requerimento, eu peço atenção aos palestrantes, aos nossos convidados, aos que já falaram e àqueles que vão falar em seguida, para algumas perguntas que estão vindo via e-Cidadania.

A Isabelle, do Acre, faz uma afirmação e depois faz uma pergunta: "É nosso direito constitucional ter um ambiente saudável! Como vamos pensar nesse ambiente sem a estruturação de uma política pública?".

Paulo Horta, de Santa Catarina: "PNEA está na base da adaptação às mudanças climáticas e do combate à perda de biodiversidade. Como mobilizar o Parlamento nesse sentido?".

Tatiana Carvalho, da Bahia: "Como a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais vai contemplar as práticas de educação ambiental nas comunidades?".

São perguntas que a nossa audiência pública tenta responder com a participação, principalmente, da nossa juventude, que está preocupada com isso.

Presidente Jean Paul, assente-se.

Antes, porém, concedo a palavra à Sra. Dulce Maria Pereira, que é professora da Universidade Federal de Ouro Preto e é conhecidíssima nossa. Onde está ela?

A SRA. DULCE MARIA PEREIRA – Estou aqui, Senador. Creio que eu esteja visível já, não é verdade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Já.

A SRA. DULCE MARIA PEREIRA (Para expor.) – Ah, ótimo!

Primeiro, eu quero dizer que é um privilégio estar nesta audiência pública.

Agradeço às minhas parceiras e parceiros da educação ambiental, que tanto trabalharam nesse processo de estruturação.

Gostaria de também cumprimentar a todas, todos e "todes" na pessoa do Senador Paulo Rocha, tão relevante para o nosso trabalho, já dizendo que eu tive o privilégio de implementar um dos maiores programas de educação ambiental a partir de uma emenda constitucional, uma emenda que foi dedicada ao projeto de educação sustentável, praticamente em todo o País. Então, o meu agradecimento é profundo não em meu nome, mas em nome da educação ambiental e de todas as pessoas que puderam participar, nos formando e sendo formadas.

É importante dizer que a educação ambiental ocorre, como muito bem já foi dito, estruturada a partir, principalmente, da ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. Agora, para a universidade, que é a minha área – e foi estabelecido que eu tratasse desse tema –, ela é fundamental e estratégica. A educação ambiental não só forma pessoas nas várias áreas, no seu conteúdo e currículo, mas também atualiza conteúdos. Nós fomos academicamente jogados para o presente e principalmente muito mais capacitados para operar no futuro devido aos processos de educação ambiental que foram implementados e que agora estão interrompidos. Então, há a troca de conhecimentos e de prática acadêmica, compreendendo a relação entre seres humanos e natureza, o trabalho sobre mudanças climáticas, a aproximação das ciências em geral, que eram as chamadas ciências duras, com as ciências sociais por meio da educação ambiental. A interrupção desse processo é dramática – ela é dramática!

Eu posso contar uma experiência, de que a Professora Marilena Loureiro começou a falar – ela falou de uma forma geral –, que foi o programa Escola Sustentáveis e Com-Vida. Esse foi um programa em que, além do trabalho de capacitação das pessoas em praticamente todo o País de consolidação dos conceitos de educação ambiental, houve a formação das educadoras e dos educadores de várias áreas, porque se tratava de uma formação transdisciplinar, e a formação dessas pessoas foi muito significativa. A hegemonia em termos de métodos e mesmo de pensamento da construção de tecnologias normalmente ocorre a partir do Sudeste e Sul para o resto do País. E ainda nós formamos, principalmente nas áreas de Engenharia e outras, pessoas que desconhecem a realidade do nosso País e que, portanto, desconhecem o seu potencial também como profissionais. Eu, às vezes, brinco com os meus alunos dizendo: "Olhem, eu não estou aqui para formar engenheiros só para o chão da fábrica, eu quero formar engenheiros que vão transformar a Engenharia". E é isso o que acontece no dia a dia. Então, esse programa permitiu que jovens, professores e educadores, não só brasileiros, mas também de vários países com os quais fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação internacional ancorada no programa Escolas Sustentáveis e Com-Vida, interagissem, capacitando e aprendendo.

Essa história transforma e transformou a universidade, mas, hoje, os nossos estudantes são impedidos desse trabalho; professoras e professores que participavam também não têm condições de fazer projetos como esses; as pesquisas que estavam em desenvolvimento também não ocorrem.

E lembremo-nos de que, como bem tem sido dito, a educação ambiental não cria barreiras entre o formal e o informal. Então, essa interação criou condições, inclusive, de competitividade e aumentou a capacidade de aplicação de conhecimentos ambientais, não nessa competição primária, mas, de fato, na questão de o Brasil e os estudantes brasileiros terem voz e construírem voz em áreas estratégicas, como, hoje, é a questão dos riscos e desastres. Em algumas questões que muitos e muitas de nós nunca imaginávamos que veríamos, nós temos, hoje, trabalhos muito consequentes, por exemplo, no caso da ruptura da barragem do Rio Doce, estudos no Rio Doce, processos de trabalho no Rio Doce, no caso desse terrível desastre tecnológico. Muitas das pessoas e também dos estudantes que passaram por esses processos de formação ambiental conseguem não só estar no mesmo nível que uma série de consultores internacionais, como os superar, porque conhecem o território.

E é justamente por isso que nós entendemos que o que o Governo, de forma muito perversa, destrói faz parte de uma estratégia global que a gente chama de um processo que elimina a condição dos grupos humanos de conhecerem os territórios, que facilita o deslocamento forçado dos grupos humanos e ainda que entrega as riquezas do País sem que haja a possibilidade e a instrumentalização para o conjunto social e as comunidades terem argumento para lidar com essas perversidades. O mesmo acontece em várias áreas, e não é só nessa área da mineração, no Rio Doce ou em Brumadinho, mas é nas muitas áreas em que o interesse das corporações prevalece em relação aos interesses comuns. E, por isso, eu diria que a destruição da educação ambiental nos leva a não cumprir acordos internacionais relevantes, coloca a nós Nação, que éramos líderes, inclusive, nos processos de educação ambiental, como pária internacional, porque todas e todos nós sabemos que a avaliação é de que há uma incompetência por parte dos Poderes, principalmente do Legislativo e do Executivo, para consolidar esses projetos, que, inclusive, tinham um diálogo muito dinâmico com outros países do mundo, até sendo referência para vários deles. E nos colocam como párias, porque não estamos cumprindo os acordos e as convenções na área de educação ambiental.

Eu estou terminando, mas eu diria que isso também reduz extraordinariamente a possibilidade da cooperação internacional não só na área de educação, mas na área, principalmente, da educação ambiental; acirra processos como o racismo ambiental, que ancora e entrega as riquezas da natureza imobilizando as comunidades; e ainda serve a um projeto extrativista e a um projeto do próprio Governo Federal de privatizar o ensino, uma vez que o que acontece hoje, principalmente com esses novos programas de sustentabilidade e governabilidade das corporações, é que quem, hoje, coordena e oferece, inclusive entrando nas escolas públicas, programas de educação ambiental são as corporações. E o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem não é educação ambiental nem para o presente, nem para o futuro, mas educação ambiental para atrelar as pessoas aos seus próprios interesses e, principalmente, para que se sintam incompetentes históricos no conhecimento e no gerenciamento do território.

Cabe ao Senado Federal, cabe aos Poderes constituídos, cabe ao Judiciário interferir nesse processo que retira direitos constituídos do conjunto social.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Professora Dulce.

Boa tarde a todos e todas que nos acompanham – sucedo aqui o Presidente Paulo Rocha na continuidade desta audiência pública interativa.

Obrigado a todos e todas que fazem parte aqui do conjunto de participantes e palestrantes de hoje. Agradeço sempre a todos vocês por pegar seu tempo e nos ceder parte dele para nos ajudar no nosso trabalho aqui de legisladores no Senado Federal.

Eu queria dar seguimento, agradecendo à Professora Dulce e chamando Sra. Claudia Cunha, dirigente da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma no Estado da Paraíba e membro do Conselho de Entidades da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), que tem a palavra por dez minutos.

Vai tocar o sinal de 15 segundos? (*Pausa.*)

O.k. É um sinal involuntário que vai tocar faltando 15 segundos. Não se assuste! Nós aqui já nos acostumamos com isso e penalizamos todos com a mesma voz maviosa: os 15 segundos serão avisados.

Cláudia com a palavra.

Obrigado.

A SRA. CLAUDIA CUNHA – Obrigada, Senador.

Poderia habilitar o compartilhamento de tela, Thiago? (*Pausa.*)

Pronto, vou compartilhar aqui a tela para a gente ver se vai dar tudo certo. Vocês estão conseguindo ver em tela cheia?

O SR. MARCOS SORRENTINO – Sim, Claudia.

A SRA. CLAUDIA CUNHA (Para expor.) – Que bom!

Começando, em primeiro lugar, é um prazer estar aqui. Entendo também, como todos que me antecederam, a importância da discussão desta temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria situar de onde estou falando. É importante ver qual o meu lugar de fala, como outros fizeram, porque diz muito do recorte que eu vou fazer na minha apresentação. Eu sou servidora pública federal, educadora ambiental. A minha experiência se deu na educação formal e não formal, sendo que eu atuo há 19 anos nos órgãos federais de meio ambiente. Sou integrante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental aqui na Paraíba e, neste momento, estou representando os servidores da carreira de especialista em meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Instituto Chico Mendes, Serviço Florestal Brasileiro. Então, é importante também ressaltar que a minha fala não traduz e não representa os órgãos federais dos quais estou falando e, sim, a fala dos servidores que estão nesses órgãos.

É importante contextualizar. Quando a gente fala do desmonte da educação ambiental, é importante dizer que ele não se restringe à educação ambiental; está em curso a estratégia geral de desmonte na qual a educação ambiental se insere. Então, é o desmonte de estrutura de participação, do qual a gente pode citar o Decreto 9.759, de 2019, do "revogaço" e esvaziamento do Conama, com todas as consequências que nós acompanhamos; o desmonte do serviço público e o ataque às instituições e aos seus servidores públicos, além da iniciativa da reforma administrativa ou "deforma administrativa", a PEC 32, que também sucateia o serviço público; e o desmonte da área federal, com a flexibilização legal, desestruturação de programas e inviabilização de políticas. Então, é muito importante situar, porque não é algo isolado. Assim como a educação ambiental não pode ser isolada, esse desmonte que nós estamos acompanhando também não o é no âmbito deste Governo.

Aqui eu trouxe algumas questões em relação à Pnea, mas vou passar rápido, porque outros já falaram. É importante a gente destacar que à Pnea incumbe competências ao poder público, então, cabe ao poder público definir políticas que incorporem a dimensão ambiental e a promoção da educação ambiental em todos os níveis não só de ensino, mas do engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. E também, dentro dessas incumbências, estão os órgãos integrantes do Sisnama, na promoção de educação ambiental, que é do que vou falar a partir de agora.

Também trago esse item da Pnea que fala de financiamento, dos recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental. Um dos critérios que devem ser obedecidos é a prioridade dos órgãos do Sisnama, justamente por conta da centralidade que ele tem na implementação da política.

Aqui, no decreto, como outros já falaram, é muito importante a gente trazer a questão do órgão gestor, do comitê assessor, da criação de programas de educação ambiental integrados às atividades afetas à gestão ambiental pública, além da necessidade de que os diferentes ministérios e órgãos vinculados, na elaboração dos seus orçamentos, deem os recursos para as atividades e o cumprimento dos objetivos da Pnea. É importante a gente trazer esses itens porque é isso que vai ancorar a nossa fala, quando dizemos por que há o desmonte da educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu falo um pouquinho também dessa educação ambiental para ver que é uma questão legal que está na Pnea e que se materializa muito nos órgãos da gestão pública. Então, a gente tem uma educação ambiental em que há a gestão ambiental pública como espaço pedagógico e voltada aos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental, que são afetados pelas práticas de gestão. E, quando se fala dos interesses que são manifestos nas obras de licenciamento entre as grandes corporações e as populações, é disto que a gente está falando: do âmbito do licenciamento, por exemplo, e que a educação ambiental precisa atuar nesses sujeitos para que eles possam participar com qualidade nos processos de gestão ambiental e, sim, participar dessas decisões, dos processos decisórios que ocorrem na gestão ambiental pública.

E como a educação ambiental já existiu nos órgãos do Sisnama em nível federal? Eu quis trazer esse relato porque, ao olhar para o que nós temos hoje, é importante lembrar o que nós já tivemos, porque mostra que isso é possível. Então, nós já tivemos, enquanto estrutura, uma diretoria específica de educação ambiental no Ministério do Meio Ambiente, uma coordenação-geral de educação ambiental no Ibama, uma coordenação de educação ambiental no Instituto Chico Mendes, órgão que foi criado sem nenhuma estrutura de educação ambiental e que, pela movimentação e luta tanto de servidores quanto de outros atores sociais, teve estruturada uma coordenação de educação ambiental. E no que isso se refletiu? Refletiu-se na articulação entre os órgãos da esfera federal para a implementação não só da política, mas também do Programa Nacional de Educação Ambiental; na construção de normativas que dão lastro à atuação dos servidores e servidoras públicas de educação ambiental, a exemplo do PPPEA (Projeto Político Pedagógico mediado pela Educação Ambiental) e programas de educação ambiental no licenciamento; e na prática de integração e transversalidade de políticas públicas, que também é objeto da Pnea, como aqui eu exemplifiquei citando o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar. Então, essa estrutura antes instalada deu um lastro para que essas questões que estão na política pudessem ser implementadas.

No que diz respeito a recursos, a educação ambiental já foi objetivo específico do Plano Plurianual, houve orçamento específico para a educação ambiental no Ibama, recursos destinados para a execução de projetos de educação ambiental no Instituto Chico Mendes. A gente teve, então, incentivo à execução de vários projetos e programas relacionados à educação ambiental no órgão, e, sem recursos destinados, isso não seria possível.

E aqui eu trago um outro aspecto, que diz respeito a quem faz a educação ambiental, a nós que somos educadores e educadoras ambientais. Nós tivemos vagas específicas para a educação ambiental em concurso do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente; tivemos núcleos de educação ambiental funcionando em todas as superintendências do Ibama nos Estados, no Estado brasileiro; tivemos cursos de educação no processo de gestão ambiental, à época do Ibama, com a articulação com vários atores sociais, propiciando que vários educadores fossem formados na questão da educação no processo de gestão, preparando-se para uma qualificação da sua intervenção na gestão ambiental pública. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolveu diferentes órgãos do Sisnama, movimentos sociais, ONGs, além de outras empresas públicas. Então, eu tenho certeza de que vários que nos assistem nesta audiência passaram por algum desses processos formativos.

Há publicações técnicas de educação ambiental na gestão, que nos propiciam estudo e pesquisa da nossa prática para uma reflexão dessa prática, e também a publicização desse fazer, que é necessário também para o controle social. E cito também curso de Educação Ambiental na Gestão da Biodiversidade no Instituto Chico Mendes, que propiciava também esse momento de construção em processo formativo dentro desse instituto.

E isso é importante porque, a partir desse histórico superbreve mostrando o que nós já tivemos, nós apontamos como se materializa o desmonte nesses órgãos, pensando nesse recorte do qual eu estou falando.

E aqui eu trago três aspectos centrais que – sabe quem lida minimamente com o serviço público – representam muito a importância de determinada área: o *locus* institucional, qual a estrutura institucional que se dá para essa área; os recursos humanos alocados e preparados para atuar nessa área; e recursos orçamentários e financeiros que são destinados para essa área. Todos sabem que a materialização das políticas públicas se faz através dos órgãos públicos, considerando, dentre outros, mas principalmente, esses três aspectos.

Como é, então, que a gente vê esse desmonte se materializando? No Ministério do Meio Ambiente, a gente destaca que inicialmente foi excluída da estrutura do ministério a educação ambiental. Passou pelo Departamento de Documentação, na Secretaria de Ecoturismo, e atualmente está alocado como departamento na Secretaria de Biodiversidade. Ora, como é que se faz articulação com outras políticas de outras secretarias sendo um departamento alocado em uma secretaria específica? Nós sabemos que a estrutura de diálogo fica bastante prejudicada, nesse sentido, para uma política que se quer e deve ser transversal e internalizada em outras políticas públicas, como outros que me antecederam já falaram.

Desestruturou-se o órgão gestor da educação ambiental. O comitê cessou, e a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental, responsável por um diálogo entre as áreas, entre os diferentes setores, também hoje não funciona mais. A educação ambiental deixou de ser um indicador no planejamento estratégico e, assim, o seu monitoramento deixou de ser, dentre outras coisas, de ser privilegiado e específico de ser considerado.

Programas foram paralisados e/ou esvaziados de sua função. É que não basta haver o programa, não basta haver educação à distância, há que ser educação à distância que se preste à função do ministério de articulador de políticas públicas, e não de ensino de ciência, porque, para isso, nós temos outros órgãos com bastante competência. Então as Salas Verdes e o Circuito Tela Verde também tiveram sua função esvaziada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desestruturação e esvaziamento das atribuições de equipe de educação ambiental e ausência de financiamento próprio robusto, que dê materialidade à educação ambiental. Aqui um simples dado: considerando o PPA 2016/2019, três dos quatro programas com participação do MMA fazem referência à Pnea; no último PPA, um apenas, desses quatro programas, faz referência à Pnea e tem linha relacionada à educação ambiental.

Agora um olhar para o Ibama. Atualmente a educação ambiental está reduzida a um setor dentro do Centro Nacional de Monitoramento e Informação Ambiental, que antes já foi uma coordenação-geral de educação ambiental. Ausência de espaço de alinhamento técnico consistente, articulação realizada por um comitê sem poder decisório e poucos NEAs estruturados nas superintendências, além de não haver equipe técnica exclusiva de educação ambiental nas SUPEs, que são reduzidas a pontos focais.

No Instituto Chico Mendes não é diferente. Não há *locus* específico; a estrutura institucional é insuficiente; há instabilidade e descontinuidade institucional e chefias sem conhecimento técnico; além de não haver recurso orçamentário para essas ações de educação ambiental ou processo formativo.

Mas é importante também dizer que a educação ambiental resiste na gestão ambiental pública em diferentes áreas, como estão aqui. E ela resiste por quê? Resiste pelo esforço de educadores e educadoras formados ao longo dos anos, das políticas públicas que ainda vigoram e que nos dão lastro e porque conta com apoio e demanda dos grupos sociais, comunidades tradicionais, sujeitas e sujeitos dessa nossa ação educativa.

E por isso é importante... Já finalizando, chamo a atenção dos senhores e das senhoras que estão aqui nos acompanhando para o que nós achamos ser necessário para garantir a reconstrução, porque a reconstrução é necessária. Então: políticas públicas formuladas; órgãos públicos do Sisnama fortalecidos e com *locus* adequado para a educação ambiental; o fortalecimento do quadro de educadores ambientais nesses órgãos, com concurso público que preveja essa temática; programas de formação de educadores para a GAP; e recursos destinados para educação ambiental, com destaque orçamentário e formas de financiamento. Sabendo que nós estamos prevendo, para o ano que vem, a construção do PPA, é muito importante que isso fique visto.

E por que é importante reconstruir? Eu só vou finalizar mostrando aqui os sujeitos dessa ação. Não é por nós que estamos falando que é importante, mas, sim, para essas pessoas, para que esses processos continuem surgindo e tendo, com esses sujeitos que estão no espaço público, a sua ação qualificada para a participação nas ações de gestão ambiental. Então, é disso que nós estamos falando. A educação ambiental na gestão ambiental pública, que tem sofrido com esse desmonte da educação pública de uma forma geral na educação ambiental, fala com essas pessoas, fala para que essas pessoas tenham fala.

Eu gostaria de pedir a tolerância de mais um minutinho só para terminar com a fala de um pescador artesanal de Araruama, no Rio de Janeiro, que eu acho que precisa ter voz aqui também. Ele disse, numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assembleia que foi propiciada pelo Programa de Educação Ambiental voltado ao licenciamento ambiental:

> Nunca pensei em ir a uma Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro] falar e colocar meus problemas. O PEA-Observação me deu essa oportunidade de mostrar, de fato, o que está acontecendo. E isso, para mim, é um ganho. A finalidade maior é trazer benefício para o pescador, conhecimento. Não benefício material, palpável, mas a relação de conhecimento de como o pescador deve proceder, de como o pescador deve buscar os seus direitos.

Então, só com um serviço público de qualidade, com órgãos ambientais estruturados e recursos para educação ambiental, a gente consegue cumprir a nossa missão legal, que é a educação ambiental que está na Política Nacional de Educação Ambiental.

Muito obrigada. Desculpem-me o avanço no horário.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perdoadíssima, Cláudia, porque a consistência do que você traz é extremamente importante, bem como do que trouxeram todos os demais participantes, mas essa descrição específica dos órgãos e das políticas que têm sido vítimas desse desmonte é muito importante porque traz esse quadro geral.

Eu quero, rapidamente, fazer um comentário aqui sobre essa questão. Nós estivemos, tanto eu quanto o Senador Jaques Wagner, na COP26; outros membros da Casa também – inclusive o Presidente Rodrigo Pacheco – estiveram.

Lá eu me lembro de ter participado, tangencialmente, de uma das reuniões, uma das várias reuniões, entre Ministros da Educação e Ministros da área ambiental de vários países das Nações Unidas. Não sei se alguém já mencionou aqui, mas foram tirados lá oito pontos de compromisso, oito pontos de compromisso da COP26 em relação à educação ambiental. Depois até, no comentário final, vou retornar a eles, mas vejam como é importante esse processo, inclusive para a nossa inserção e atualização em relação ao que todas as outras nações estão fazendo.

Quando nós temos aqui na Casa, tramitando, um processo de licenciamento simplificado, que a própria Cláudia também colocou aí em uma das transparências...Transparência é coisa de velho! Muito velho, não é? Transparência não existe mais, né? Mas, enfim, num dos diapositivos... (*Risos.*)

Piorou! Mas, numa das partes da apresentação, falando sobre a questão também da deterioração, da flexibilização da legislação ambiental, tudo fica muito claro. Quando você tem uma ignorância gigantesca das premências e desafios ambientais, não só pelo que dizem os ecologistas, os movimentos mais midiáticos, a coisa de reciclar o plástico, de separar o lixo, não só isso... Até entram nas escolinhas da zona sul das cidades grandes do Brasil, já fazem parte do dia a dia de algumas privilegiadas crianças e de algumas privilegiadas populações, mas fica muito clara essa ignorância geral do tema, inclusive no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento, quando nós temos um projeto desse navegando por aqui com a maior tranquilidade, um projeto completamente absurdo.

E todas essas questões que vocês estão colocando em relação ao desmantelo do Ministério do Meio Ambiente junto com o Ministério da Educação, e, no caso, aqui se juntam dois desmontes terríveis, que justamente acabam culminando com o fim dessa Política Nacional de Educação Ambiental, tudo isso potencializa ainda mais, não é? Quanto mais a gente faz nessa seara da destruição ou da desconstrução, mais nós potencializamos preconceitos e reações contra medidas ambientais.

Então, torna-se cada vez mais difícil justamente empreender com responsabilidade, porque as pessoas já estão cravadas com aquele preconceito de que isso é uma burocracia, de que isso é uma dificuldade, isso é criação de anteparos, dificuldades. E, na mídia, também isso é presente. No próprio cidadão, isso passa a ser presente. Então, começa no meio empreendedor, infelizmente, pequeno ou grande empreendedor, e vai transbordando para as outras searas, sem absolutamente nada que faça contraponto, porque o contraponto é, justamente, a educação ambiental em todos os níveis, desde o pescador que foi mostrado aí até as nossas crianças nas escolas, nas nossas universidades, nossos currículos mais densos e mais particularizados ou especializados.

E, para complementar talvez um pouco essa visão também, queria trazer aqui a presença do Leonlene Aguiar, que é nosso Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, que é o órgão estadual ambiental do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que vive isso todos os dias – não é, Leon? O dia inteiro, o que ele vive é, justamente, essa dicotomia de empreendedores e empreendimentos, buscando esverdear, como a gente diz em inglês, *greening the balance*, *greening the project*, esverdear seus projetos – nem sempre isso é muito efetivo. Por outro lado, há o contraponto da burocracia, da falta de estrutura, do desmantelo que é manter um órgão ambiental vigiado também por Ministério Público, por outras autoridades. Esse é o sistema mesmo que nós temos que ter numa democracia, um vigia o outro o tempo todo, mas temos que ter estrutura, ter condições para atender, ter a agilidade necessária *versus* cuidar, de fato, do meio ambiente, que é a função precípua de um órgão ambiental, seja ele estadual, seja federal, seja mesmo municipal.

Então, Leonlene com a palavra, dez minutos.

Desculpem aqui o comentário mais longo, mas era apenas para situar um pouco a razão de ele estar aqui conosco também para falar disso, já que os órgãos ambientais também têm um papel. Da mesma forma que o Ministério do Meio Ambiente deveria ter, os órgãos ambientais estaduais também têm um papel na educação ambiental.

Leon, por favor.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONLENE DE SOUSA AGUIAR (Para expor.) – Boa tarde, Senador Jean Paul. Obrigado pela fala, pelo convite.

Eu ouvi atentamente os que me antecederam.

Quero cumprimentar também todas as mulheres aí na pessoa da Senadora Zenaide, que é aqui também do Estado do Rio Grande do Norte.

Essa é uma pauta, Senador, que realmente nós temos inserida no nosso meio, enquanto um órgão público, um órgão ambiental, órgão que tem a política de meio ambiente como sua missão fim, de execução, mas essa política de meio ambiente não é desconectada com a Política Nacional de Educação Ambiental.

Apesar de ser um pouco mais antiga, como foi trazido pela colega, acho que a Claudia mostrou na sua apresentação, a própria Política Nacional do Meio Ambiente tem a educação ambiental como um de seus princípios.

Então, não adianta trabalhar políticas ambientais se não for envolvendo todos os níveis de ensino, envolvendo comunidades, fazendo capacitação de comunidades, de pessoas, com a participação efetiva de todos na defesa do meio ambiente. Esse é um princípio que atende diretamente a nossa Constituição.

E aí a gente não pode esquecer que nossa educação ambiental, prevista na política, é um processo que é construído por meio de indivíduos, por meio da coletividade, por meio da construção de valores sociais, de conhecimento, das habilidades, da vivência com o ambiente local, com os nossos biomas. Num país desse tamanho, que tem diversos biomas aqui, nas suas mais diversas características, há áreas importantíssimas com as quais, às vezes, a gente não tem ou não teve o cuidado necessário e acaba sofrendo uma consequência direta. E, entre todos os instrumentos previstos na nossa Política Nacional do Meio Ambiente, o mais lembrado acaba sendo o licenciamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, mas a educação ambiental acabou sendo inserida em vários Estados do nosso País e em vários Municípios também como um instrumento da política ambiental.

Então, a educação ambiental hoje não tem mais como retroceder e ficar nesse cenário do que vem acontecendo desde 2019, com o desmonte de comissões, comitês, departamentos diretamente envolvidos no Ministério do Meio Ambiente e, evidentemente, no Ministério da Educação. Então, esse desmonte realmente, essa desarticulação de setores, a não realização de eventos, a não reunião com as Cieas, as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, afetam diretamente a lógica, o tempo e as ações que acontecem nos Estados e nos Municípios.

Comparativamente, aqui, eu poderia falar do nosso Conama, O próprio Conama sofreu modificações via decreto, com uma discussão desproporcional, que não houve, com os envolvidos no Conama. Tivemos que engolir um pouco a seco a reestruturação do Conama, e, infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente não vemos reuniões do nosso conselho, que era o nosso órgão maior na política ambiental. Então, as coisas não acontecem ou acontecem aleatoriamente.

Os Estados tiveram que reagir, tomar ações. Não foi à toa que os Estados se fizeram presentes na COP 26, na Escócia, onde muitos dos Estados levaram a sua responsabilidade com o meio ambiente. Isso porque não adianta falar de crescimento econômico sem haver essa agenda em sua missão.

Então, no nosso Estado, o Rio Grande do Norte, particularmente, e isso não é diferente em outros Estados, a educação ambiental entra como um instrumento. E esse instrumento precisa garantir, em comum, trabalho com o Governo Federal, governos municipais, entidades não governamentais, a realização de planejamentos, trabalhos de capacitação, fomento com recursos, respeito às peculiaridades regionais. Tudo isso faz com que a gente tenha um importantíssimo instrumento.

Só para dar um exemplo aqui, o próprio licenciamento ambiental é abordado por uma instrução normativa do Ibama, já um pouco antiga, de 2012, ou seja, faz oito anos, mas que está completamente em vigor. É uma instrução normativa que também é um modelo observado pelos Estados e os Municípios licenciadores.

Os empresários procuram os órgãos ambientais para discutir programas de educação ambiental. Então, olhem só como a gente consegue executar políticas, fazer projetos sustentáveis envolvendo a comunidade local para poder garantir a qualidade ambiental de que a gente precisa.

Então, nós temos aqui o que eu poderia deixar para este Senado e a contribuição de todos que nos assistem: é preciso que o Governo Federal realmente abra o diálogo, algo que não tem acontecido. E esse diálogo, primeiramente, tem que partir com essa estrutura interna dos órgãos, com respeito aos educadores ambientais, com o retorno das reuniões, com os Comitês Interinstitucionais de Educação Ambiental, os nossos CIEAs, porque todos os Estados praticamente têm o seu CIEAs, os Municípios estão implantando seus Comitês Municipais de Educação Ambiental.

E o tempo é diferente para cada região do País. Há exemplos aqui no Nordeste, como a Bahia, que tem um Ciea muito forte, muito atuante, com mais de 30 instituições participando. O Rio Grande do Norte está começando agora. Então, se o Rio Grande do Norte não conversar com a Bahia, não conversar com São Paulo, não conversar com o Rio Grande do Sul e não conversar com o Governo Federal, que deveria conduzir essa política, fomentar, capacitar, garantir recursos, essas políticas não vão acontecer ou vão acontecer quando já chegarmos a um estado muito crítico.

Então, nós temos, aqui no Rio Grande do Norte, começado esses comitês, já são 72 Comitês Municipais de Educação Ambiental. Esses comitês precisam ser capacitados, precisam ser movimentados, e isso não é papel único do Estado, não é papel único desses Municípios. O Governo Federal precisa defender prioridades na política de educação ambiental, precisa trazer as necessidades do momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos vivenciando os tempos difíceis de desmatamento. E como combater o desmatamento? O desmatamento vai passar só por coerção e poder de polícia? Não, o desmatamento passa por educação ambiental. Como é que eu vou combater queimada, outra ação que está sendo, nesse segundo semestre, extremamente polêmica e desgastante para todas as comunidades? Eu combato queimada também com a educação ambiental, não é com o Corpo de Bombeiros apagando incêndio. O Corpo de Bombeiros é para ser acionado numa eventual emergência. Mas é evitar que o fogo se prolifere. Como é que eu vou executar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que cita lá a educação ambiental, se essa educação ambiental não foi incentivada? Estamos num país que ainda está longe de eliminar os seus lixões.

Existia, eu lembrei aqui, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, do Ministério do Meio Ambiente. Infelizmente, não foi continuado, mas eram disponibilizados recursos e apoio técnico para subsidiar, por exemplo, agricultores familiares em práticas sustentáveis. Então, esses agricultores ficaram completamente sem apoio. E hoje eles têm que cumprir diversas obrigações. Inclusive, sob pena de não receber recursos, financiamentos. E aí vão ter que recuperar reservas legais; vão ter que recuperar áreas de preservação permanente; fazer o Cadastro Ambiental Rural. E, sem o apoio do Poder Público, dos educadores ambientais, essa população não vai conseguir atingir as metas ambientais. E isso a gente estende para todas as comunidades tradicionais: agricultor, pescador, quilombola, indígena. Então, é importantíssimo.

Falar hoje da Política Nacional da Biodiversidade, da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, que, inclusive, foi aprovada neste ano no nosso País, da Política Nacional de Recursos Hídricos, do gerenciamento costeiro, da mudança do clima, da gestão de unidades de conservação da natureza, do Código Florestal, da Lei de Mata Atlântica, do próprio licenciamento, sem abordar e sem fortalecer a educação ambiental, infelizmente não vai ter muito sucesso.

Eu vou citar um exemplo prático do que acontece aqui, neste momento em que estamos chegando com um verão mais intenso: nas nossas praias, é muito comum a gente ter problema com som alto – uma reclamação aí dos paredões. E aí chove de ligação chamando a polícia ambiental, chamando os nossos fiscais ambientais para atuar nesses ambientes. Infelizmente não é assim que a gente vai conseguir reduzir essa carga de poluição sonora. A gente vai reduzir isso com educação ambiental.

Chegou petróleo no litoral do Nordeste em 2019. Vocês acompanharam no Senado muito de perto esse crime ambiental, esse desastre, que se estendeu aí ao Sudeste. Entre as medidas emergenciais, qual foi a primeira ação que os Estados do Nordeste tiveram que adotar em suas posturas, através dos órgãos ambientais? Foi a educação ambiental para atingir aqueles que estão na praia, para atingir o comerciante lá que trabalha com turismo, para atingir o pescador, para ensinar às pessoas como é que deveriam se comportar em relação a esse ambiente da praia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você vê um exemplo prático de que, sem uma política que esteja fortalecida, funcionando, com educadores, com a população preparada, não haverá como a gente trabalhar política de educação ambiental ou políticas ambientais. E aí eu coloco todas elas que eu já citei, entre outras que surgem.

Para finalizar, é preciso diálogo, é preciso fortalecer as instituições públicas, fortalecer os servidores, trazer inteligência. É lógico que é preciso aperfeiçoar, trazer tecnologia, mais os educadores, e a população precisa ser assistida.

Então, era essa a mensagem que eu poderia aqui, nesse tempo, trazer para vocês hoje como contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Leon.

Vou informar também a todos que nos assistem, que estão acompanhando essa audiência pública – Deputado Vander Loubet, Deputado Airton Faleiro, Deputado Décio Lima e a Professora Dra. Rosângela, que está aqui com a gente. Rosângela Corrêa, Diretora-Geral do Museu do Cerrado, que vai nos dar o prazer da sua palavra no final aqui dos palestrantes

Inclusive a gente está aqui com pedido de ajuda a você, Rosângela, para a relatoria do nosso PL 5.462, de 2019, que é sobre a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, de autoria do Senador Jaques Wagner, em dupla aqui com o Relator Jean Paul Prates, aqui no Senado. Vamos à votação em fevereiro. Dá tempo para ainda discutirmos um pouco mais com a senhora. A Professora Rosângela, como eu disse, é Diretora-Geral do Museu do Cerrado e está aqui conosco. Obrigado, Rosângela.

Os Senadores Izalci Lucas, Angelo Coronel, Antonio Anastasia, Esperidião Amin, Flávio Arns, Maria Eliza, Plínio Valério, Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Wellington Fagundes acompanham também esta audiência neste momento.

Eu queria dar a palavra à Sra. Dal Bezerra, Dalcira Bezerra, bióloga, educadora socioambiental membro do Movimento Paulo Jackson de Ética, Justiça e Cidadania.

Com a palavra a Sra. Dal.

Ah, a Senadora Zenaide quer falar? (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide tem precedência aqui direto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Não, vou esperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não? É só inscrição, não é? Está bom.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É, só inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Estamos aqui.

Sra. Dal Bezerra, por favor, por dez minutos.

Obrigado.

A SRA. DAL BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores presentes, e em nome da Senadora Zenaide, com quem eu tive a oportunidade de dialogar algumas vezes, durante esta semana, num processo de articulação para estar reforçando, junto a ela, a importância da Política Nacional de Educação Ambiental para o nosso País.

E peço desculpas pela intercorrência, o contratempo, pelo qual eu não entrei no momento em que se iniciou a audiência. Não tive a oportunidade de assistir às companheiras e aos companheiros que me antecederam, principalmente as meninas, antes da minha chegada.

Bom, agora, para a gente trazer essa questão da educação ambiental, dentro de uma visão que já foi tratada por todo mundo, eu só quero pontuar que a mesma Política Nacional de Educação Ambiental, que traz a questão da educação formal e não formal, em todos os níveis de ensino, a importância dela, ela também nos traz, ela recebe, ela acomoda, a educação não formal, como já foi colocado por alguns companheiros, como o Leon colocou alguma coisa, e a própria Claudia Cunha colocou alguma coisa também.

Então, assim, a importância, Senador, de reforçar o papel da educação ambiental enquanto política pública continuada no nosso País vem da necessidade de quê? Nós precisamos viver em harmonia com o nosso meio ambiente, com a vida, com a natureza, com a vida em toda as suas dimensões. E a Política Nacional de Educação Ambiental circunscreve esse contexto amplo de proteção à vida e à natureza dentro de um processo de educação, de educação socioambiental, em que a possibilidade de formação, no contexto da educação não formal, é tão importante quanto nos processos de educação formal, e que ela é orientada para os anos iniciais e até a universidade.

Então é fundamental que a política, a PNEA, não seja levada em desconsideração por este Governo, assim como todas as políticas que já foram colocadas por algumas pessoas. Desmontar a educação ambiental é desmontar as possibilidades do próprio cuidado com a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente percebe que o Governo não tem preocupação com a vida. Se o Governo tem uma atenção voltada aos seus desejos, se está deliberado a destituir todas as políticas púbicas, como vem acontecendo, então, assim, é fundamental que nós no campo da educação ambiental, nós da sociedade civil, nós a coletividade, lutemos para encerrar esse desmonte, e que a educação ambiental possa estar inscrita em todos os espaços não formais do nosso Estado, do nosso País.

A gente trabalha com as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais que trazem um legado muito importante para tudo isso. Porém, sem a cobertura de uma educação, de uma política nacional de educação ambiental, ela acaba ficando mais em segundo plano. E aí vai-se entender a educação ambiental não como um processo pedagógico, não como um processo educativo. Vai-se entender a educação ambiental como? É trabalhar com reciclagem, é trabalhar com essa coisa das recomendações de que não se pode jogar o lixo na rua. Essas questões não cobrem de forma alguma os princípios da Política Nacional de Educação Ambiental. Ela é, seja formal, seja não formal, contínua uma com a outra e é um processo pedagógico, é um processo de formação em que as pessoas precisam coletivamente compreender o seu território, compreender o seu lócus e lutar por ele coletivamente. Porém, sem o apoio legítimo da política, a gente percebe que ela não vai avançar, assim como as políticas de saúde não estão avançando, também estão altamente prejudicadas. A política existe, está no papel. Agora, este Governo tem a obrigação de trazer essas políticas todas para que o País possa dar continuidade ao processo de luta e de busca por uma cidade do bem viver, uma cidade, um Estado, um País do bem viver para todos. Porque a gente percebe hoje, com a pandemia, que as condições de vida diárias da população estão periferizadas, das comunidades quilombolas, indígenas, elas estão muito mais sendo afetadas, são as mais afetadas, mulheres negras são as mais afetadas. E outra parte da educação ambiental, não apenas, mas se as outras políticas tivessem atuando hoje, nós teríamos um outro cenário de pandemia.

Então, requer urgência, requer urgência, é urgentíssima. Este Governo que deliberou destruir para depois ver o que fazer – requer urgência urgentíssima. Solicitar os Senadores e as Senadoras que esta Casa, a sociedade de modo geral, a coletividade que lute em favor da Política Nacional de Educação Ambiental. Se nada for feito, nós teremos um tempo muito mais curto de vida com qualidade. Então, o que a gente precisa é ganhar tempo para que a gente volte a ter um bem viver, a ter as condições ambientais, socioambientais, seja na natureza, seja no ambiente urbano, na natureza urbana. Mas é essencial porque ela é para todas as pessoas de um país, seja qual for.

Então, Senador, pedimos que, clamamos que esta audiência seja o grito de todos nós que estamos aqui representando muitas pessoas neste País, que seja um grito de socorro das comunidades indígenas, das comunidades tradicionais quilombolas, pelos nossos biomas, pelos nossos territórios. E é um pedido de socorro, porque, sem educação ambiental somada com as demais políticas, nós não teremos condições de, sozinhos, lutar pela melhoria das nossas condições de vida, pela nossa qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com isso que eu quero encerrar aqui, agradecendo e apelando, mais uma vez, para que esta Casa faça justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Dal.

De fato, todo esse ataque na burocracia, no que, aparentemente, é apenas a ponta final da questão da implementação da política de educação ambiental, vem de raiz e do que você diz aí: justamente do modo de vida, dos hábitos de consumo e do quanto também nós podemos aprender, inclusive com os povos tradicionais, originários dos nossos biomas, dos nossos territórios.

Muito bem.

A última e não menos importante pela última participante aqui agora, antes da nossa Professora Rosângela, que também não será esquecida, é o Dr. Marcos Sorrentino, professor sênior da USP.

Professor Dr. Marcos Sorrentino, por favor, seus dez minutos também.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde aos Senadores e às Senadoras. Boa tarde a todos que estão participando deste evento, desta audiência pública.

Eu quero iniciar agradecendo a disposição e disponibilidade, nesta época do ano em que as agendas estão se sobrepondo, de tantas Senadoras, Senadores e Deputados estarem aqui presentes, o que revela a relevância do campo da educação ambiental. Nós temos uma audiência, que, aproximadamente, 500 pessoas estão acompanhando pela internet, o que não é também número trivial neste momento de saturação da comunicação virtual.

Então, eu quero, além de fazer esse agradecimento, dizer que as falas que me antecederam praticamente resumem a relevância de atuarmos com processos educadores comprometidos com esse ideário ambientalista. Não há mais dúvida no planeta inteiro de que a questão ambiental é relevante e determinante para o futuro da nossa espécie. Também não há mais dúvida de que, para as mudanças que a questão ambiental exige, são necessários processos educadores. Nós não conseguiremos mudanças culturais, com a profundidade e a radicalidade que o momento exige, se nós não promovermos processos educadores. E, paradoxalmente, no Brasil, que é um país visível, um país vitrine para o mundo inteiro, um país que já foi liderança na questão ambiental, nós temos o desmonte dos processos educadores comprometidos com o enfrentamento das questões ambientais, das mudanças climáticas e de tantas outras. Então, isso não é novidade, foi enfaticamente defendido aqui por Dal, enfaticamente apresentado por todos os companheiros e companheiras que me antecederam.

Eu quero apenas frisar algumas sugestões de encaminhamento que foram gestadas por esse grupo que recebeu a convocação para estar aqui presente como depoentes no dia de hoje, nós e outras pessoas que conosco colaboraram, e aqui eu quero citar, especialmente, a Assessora Parlamentar Aida, que teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante papel nessa articulação, e citar a Michèle Sato, a companheira do campo da educação ambiental, que, por questões familiares, não pôde estar aqui como depoente hoje.

Então, inequivocamente, a lei não está sendo cumprida, ao nosso ver, e nós precisamos que o Senado colabore conosco na fiscalização e no cumprimento dessa lei. Para isso, nós estaremos protocolando um dossiê que já mandamos, em uma primeira versão, para a Mesa desta audiência, mas, agora, estamos finalizando-o e vamos entregar um dossiê que traz todo o relato dos documentos entregues para o Governo desde 2009. Desde 2009, nós alertamos tanto o Ministério do Meio Ambiente como o Ministério da Educação sobre a necessidade de se cumprir a lei, de se cumprir a Constituição brasileira, a lei da política de meio ambiente, a lei da Política Nacional de Educação Ambiental, e nada foi feito. Então, nós podemos lamentar que há um crime de prevaricação por parte deste Governo hoje instalado no País; mas nisso nós não somos especialistas, quem vai ter que dizer isso são os especialistas na lei.

Por isso é que nós trazemos aqui, para este Senado, basicamente, seis pedidos que finalizam o nosso dossiê. O primeiro deles é a realização, no próximo ano, no primeiro semestre de 2022, de um seminário promovido pela Comissão de Educação do Senado, convidando a Comissão de Meio Ambiente do Senado e, talvez, a Câmara dos Deputados, para, em parceria com organizações da sociedade civil e a universidade, fazermos um seminário de avaliação das políticas públicas de educação ambiental.

Em 2009, eu estava saindo do Governo, mas contribui com as pessoas que permaneceram no Governo, para realizar, neste mesmo Senado, um seminário sobre os dez anos da Política Nacional de Educação Ambiental. Tivemos o depoimento do Ministro Herman Benjamin, dizendo que nós devíamos judicializar o não cumprimento da lei, porque era muito importante que Municípios e Estados cumprissem a lei.

Hoje, em 2022, nós temos o Governo Federal não cumprindo a lei. Então, mais motivos ainda existem para que nós façamos um seminário que tenha um caráter de mergulhar fundo nessa questão de como fazer a educação ambiental no nosso País florescer e voltarmos a ser um exemplo para o mundo de um processo de enfrentamento da degradação socioambiental, sempre chamando a atenção de que o conceito de ambiental no Brasil, forjado desde os anos 70, do século passado, é um conceito que traz junto a questão social, a questão das desigualdades, das discriminações, do racismo, do sexismo, etc. A educação ambiental é prenhe de compromissos sociais no nosso País e talvez por isso ela esteja sendo desarticulada e desmontada pelo Governo Federal. A segunda sugestão que nós queremos trazer aqui para esta Casa é a formulação de um parecer técnico de consultoria legislativa do Senado; se vocês puderem aprovar a demanda de um parecer técnico especializado da Consultoria Legislativa do Senado para diagnosticar o atual desmonte da educação ambiental no Governo Federal e avaliar propostas da sociedade brasileira. E isso poderia ser levado, esse parecer, para o seminário que estaríamos, se esta Casa aprovar, se assim compreender, no primeiro semestre do ano que vem. Sabemos como foi importante o parecer técnico da Consultoria Legislativa sobre a questão das mudanças climáticas, que contribuiu para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que Senadores como o Jean Paul pudessem argumentar lá na COP em defesa de medidas e de atitudes na contramão do que o Governo brasileiro estava defendendo e levando.

A terceira questão que nós queremos trazer aqui para as Senadoras e os Senadores é que nos ajudem a pensar e refletir sobre a oportunidade da judicialização dessa questão. Então, pode ser uma ação de descumprimento de preceito fundamental, uma ADPF? Pode ser uma arguição sobre a prevaricação? Qual é o mecanismo legal mais adequado para nós contermos esse desmonte, contermos essa sanha degradadora e degradante que hoje preside o nosso País, o nosso Executivo?

A quarta solicitação é que esta Comissão de Educação poderia deliberar sobre a análise que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Nós sabemos que cada Comissão tem direito, até onde eu sei, a apenas duas análises de legislação a cada ano, mas tomamos aqui a ousadia de trazer a esses Senadores, pela relevância da problemática que é a questão da vida, da continuidade da vida da espécie humana no planeta, a análise da lei que institui a PNEA e a avaliação, inclusive, de melhorias, aprimoramentos.

A quinta questão que nós queremos trazer é de incluir alíneas e recursos para a educação ambiental nos TPA ou no próximo TPA e nas LOAs de 2022 e de 2023. Se ainda houver tempo na LOA de 2022, também ter recurso destinado a isso. Nós sabemos que nunca foi abundante o recurso, mas, por exemplo, de 2018 para 2019, só para citar um exemplo, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em 2018, realizou um orçamento de R$6 milhões, de R$6 milhões a R$7 milhões, não só de recursos do Orçamento da União, mas também de recursos captados para realizar a educação ambiental. Em 2019, foram destinados R$180 mil para a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, e nem esses R$180 mil foram realizados, porque, como a Claudia bem mencionou, houve esse desmonte do serviço público.

E a última recomendação, sugestão, pedido de apoio é para um estado de esforços cabíveis no nosso ponto de vista, e, como faltam só 15 segundos para terminar minha fala, eu não vou desandar a falar sobre eles aqui, mas, certamente, entre eles está a reconstituição dos setores de educação ambiental de todas as entidades que fazem parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente, especialmente o Ibama, o ICMBio, o Serviço Florestal Brasileiro e os órgãos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação.

Então, aqui fica o nosso apelo para a reconstituição do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, a reconstituição do Órgão Gestor da Política Nacional, que é explicitamente colocado na lei, e até hoje nós não vimos uma reunião, uma delegação de servidores que representariam os dois ministros na constituição desse Órgão Gestor da Política Nacional, desde 2019.

Então, há diversos outros itens aqui que nós listamos, como a retomada das conferências nacionais infantojuvenis, as conferências nacionais de meio ambiente, o programa de escolas sustentáveis, que a Professora Marilena e a Professora Dulce bem trouxeram aqui, com recursos direto na escola, os PDDEs,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direto na escola, para realização desse programa de escolas sustentáveis, tudo isso está negligenciado, abandonado. A própria questão do Plano Nacional de Recursos Hídricos precisa de uma estratégia nacional de educação ambiental, que já foi formulada e que hoje está absolutamente negligenciada, eu diria rasgada em todas as suas propostas e possibilidades.

Então, eu agradeço muito a oportunidade desta fala e fico aqui, junto com meus companheiros e companheiras, à disposição dos Senadores e Senadoras para responder o que for pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Professor Marcos.

De fato, esse encaminhamento é importante e por isso talvez tenhamos deixado até para o final a sua fala, porque já tínhamos aqui o documento e é importante trabalharmos em cima disso juntos.

Em relação ao PPA e à Ploa, eu acho difícil este ano, já está tudo sendo encerrado, mas quero fazer a nota de que, como Relator de minas e energia, preservei o orçamento relacionado desse ministério à área ambiental. Havia remanejamentos a fazer, foram pedidos remanejamentos bastante substanciais nessa área, e eu não os fiz; fiz em quantidade bem menor, bem menor mesmo, para atender a apenas uma das demandas em relação a linhas de transmissão na Região Norte, por conta da emergência do Amapá, mas deixei praticamente intacto o orçamento dessa área.

Eu queria chamar aqui a Professora Rosângela para dar uma palavrinha de cinco minutos, por favor. É um prazer recebê-la aqui, Rosângela Corrêa, professora doutora da Faculdade de Educação da UnB e Diretora-Geral do Museu do Cerrado.

Com a palavra, Rosângela. Obrigado.

A SRA. ROSÂNGELA AZEVEDO CORRÊA (Para expor.) – Muito agradecida, Senador Jean Paul, por esta oportunidade.

Quero destacar que, como professora da Universidade de Brasília, sou representante, junto com o Professor Philippe Layrargues, da universidade dentro do Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental no Distrito Federal. É importante destacar isso porque nós conseguimos elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental, em 2018, e, durante dois anos, simplesmente o Ciea não conseguia se reunir. E, depois de um grande esforço, nós conseguimos, a partir de outubro do ano passado, reunir as 14 instituições que fazem parte do Ciea e discutimos o plano, para ver o que era possível fazer neste ano de 2021. Apresentamos a revisão em junho deste ano e fizemos o planejamento para o próximo ano.

Há uma questão muito importante do Plano Distrital de Educação Ambiental, que reza que o Cerrado tem que ser o eixo pedagógico. Aí, o grande desafio seria como fazer com que as escolas públicas e privadas pudessem ter o Cerrado, uma vez que os livros didáticos não trazem quase nada, quando dizem alguma coisa, sobre o Cerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu criei o Museu do Cerrado em 2017. Ele, então, passa a ser um instrumento pedagógico, um instrumento de divulgação científica e envolvimento dos nossos estudantes da Universidade de Brasília a partir do ensino, pesquisa e extensão, para mostrar que a educação ambiental não pode se restringir a fatos pontuais, como, por exemplo, o Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março. Então, vai-se festejar aquele dia, pronto e acabou. Não! Vamos falar do Cerrado como o berço das águas, uma vez que, de doze bacias hidrográficas, oito nascem no Cerrado. Então, a discussão tem que ser a partir do Cerrado. Vai-se discutir a questão do solo. Não, não é o solo! É o Cerrado, caixa d'água, porque as chuvas que vêm da Amazônia são depositadas nas entranhas do Cerrado. É dessa forma que a agricultura brasileira dispõe de água para sua produção, de maneira que o foco tem que ser o bioma. E esse bioma está em 14 Estados brasileiros e no Distrito Federal.

O Museu do Cerrado também destaca a importância dos guardiões dos Cerrados, que são os povos indígenas e as comunidades tradicionais, mas, dos 20 livros analisados, no ano passado, por nós, nenhum menciona essas comunidades tradicionais. Então, a gente reafirma: no Cerrado há gente, e gente a quem honro neste momento, que são pessoas que efetivamente estão guardando o Cerrado, que só tem 8,3% protegidos, sendo que uma parte dessa proteção se dá justamente pela atuação dessas comunidades tradicionais.

O Museu do Cerrado, então, divulga paleontologia, arqueologia, bioeconomia, culturas de todo o Cerrado, vazanteiros, quilombolas, parteiras, etc. São mais de 874 páginas, 1.548 *posts*; 5.480 mídias. Nós estamos tendo 10 mil acessos por mês. Com a pandemia, as escolas estão tendo "acesso" – entre aspas – a isso pela internet, e nós estamos, então, como universidade, conseguindo efetivamente contribuir com uma educação ambiental que vai além do Dia Mundial do Meio Ambiente ou do Dia da Água.

De tal maneira que nós queremos ressaltar a importância do meio ambiente como direito humano, como foi aprovado pela ONU agora, em outubro, e assinado por mais de cem governos.

E o Museu do Cerrado entrou para a plataforma Google Arts & Culture a partir deste mês, que é uma plataforma que reúne mais de 2 mil museus do mundo inteiro, entre eles o Louvre, o Museu Britânico, etc. De tal maneira que a gente quer mostrar que o Brasil não é só feito de Floresta Amazônica e praia: tem a savana mais biodiversa do planeta Terra, com 5% da biodiversidade do mundo e 35% da biodiversidade brasileira. Então, falar do Cerrado não é só porque nós somos cerradenses, porque aqui nascemos e aqui moramos, mas porque é uma questão de segurança nacional.

Então, investir na educação ambiental se trata de fazer a educação preocupar-se com a vida, com os problemas em cujas soluções a sociedade também deve atuar, mas é preciso que o Congresso Nacional efetivamente contribua para que essa educação continue acontecendo. A Ciea do Distrito Federal conseguiu, desde o ano passado para cá, reunir-se, mobilizar-se, mas em um esforço espetacular de cada instituição da qual eu faço parte e que é um sinal de resiliência, muita resiliência. E só assim para nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirmos seguir em frente mesmo diante do desmonte da educação como um todo, especificamente a educação ambiental no Brasil.

De tal maneira que eu espero que esta audiência pública não seja só um momento de desabafo, de solicitação de coisas que são justas, mas que a gente possa, em 2022, botar para quebrar na educação ambiental, efetivando-a em todos os espaços, não só nas escolas, mas nas comunidades e mesmo no Congresso Nacional, porque a gente precisa ensinar muita coisa aqui dentro.

Obrigada pela atenção, Senador.

Foi um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Professora Rosângela. Vamos botar para quebrar mesmo, mas quebrar no bom sentido! Vamos fazer acontecer aí. Apesar de tudo, temos que andar para a frente e gritar, reclamar, constranger. Esse é papel de oposição também e de quem está sofrendo com cortes, desmantelos, desmontes imotivados.

Quero aqui salientar: muito importante a parte da fala do Professor Sorrentino quando ele se refere à possibilidade de caracterizar a prevaricação. De fato, isso existe. Quem está nos ouvindo em casa sabe que é possível a desconstrução sistemática de uma política mandada por lei. A inércia proposital e negligente nesse aspecto, desconstruindo algo que a lei manda fazer é prevaricação, prevaricação no dever de gerir e implementar tal política mandada por lei.

Portanto, tudo isso aqui que a gente está fazendo não é choro, não é manha; é construindo o caso, de fato, para caracterizar que há alertas, que a sociedade está avisando e que as consequências para os gestores podem vir da própria inércia. Não fazer também é crime, também é prevaricação; aliás, a prevaricação se caracteriza justamente por um crime omissivo, justamente por não fazer.

Eu queria dar a palavra à Senadora Zenaide. Acho que ela está *online*.

Senadora Zenaide, que se inscreveu para falar, se encontra aí? E os demais Senadores também?

Quanto aos demais Senadores também, consulto se há inscrições a fazer e solicito que o façam neste momento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Zenaide Maia, com a palavra, Senadora pelo nosso querido Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Eu quero, aqui, cumprimentar o Senador Jean Paul por trazer um tema tão importante para a vida das pessoas.

Infelizmente, gente, a gente está diante de um Governo que tem uma obsessão por desconstruir. Desconstrói as políticas sociais, o serviço público, as empresas estatais e desconstrói as políticas ambientais e interfere, como estou vendo aqui, na educação formal e informal do meio ambiente, o que chama a atenção.

Por exemplo, eu tenho netas na escola. Como elas estão tendo essa educação de meio ambiente, às vezes – eu moro numa casa que tem um quintal grande –, até uma graminha que eu vou tirar, eu as chamo para tirar, e elas dizem: me desculpe, plantinha, mas eu vou fazer com que você nasça em outro lugar.

É muito importante essa educação, porque as crianças e os jovens têm o poder de mudar a opinião das pessoas em casa, que, muitas vezes, não observam essa proteção do meio ambiente.

Agora, a gente vê, com tristeza, o Brasil, que já protagonizou, como eu ouvi uma palestrante dizer, uma agenda ambiental de nível internacional, hoje sendo um pária, como o Brasil é considerado no mundo todo.

E a gente sabe que, no Tribunal Penal Internacional, Bolsonaro coleciona denúncias que englobam crimes contra a humanidade, incitação a genocídio dos povos indígenas e destruição não só da Amazônia.

Falou-se aqui sobre o Cerrado, o berço das águas, a caixa d'água mesmo.

A gente, que é do sertão, não está defendendo só isso.

Temos um Governo em que educação é tudo o que ele não quer. Outra coisa: há falta de respeito pela vida! Eu falo: não só pela vida humana! Ele não respeita as outras vidas, como o meio ambiente, pois tem-se direito ao meio ambiente!

Há uma coisa que me chama a atenção: vocês imaginam que a população depende totalmente do meio ambiente, desde o ar, para respirar, à água, para beber! Mesmo assim, esta política de desconstruir!

Com esta reunião que a gente está tendo aqui, com estas palestras, a gente está dando visibilidade à população. Estes palestrantes estão de parabéns. Estão mostrando até aquele homem do campo, que muitas vezes não foi educado, que não sabe, por exemplo, que se pode evitar o que está acontecendo, porque cada dia é mais seco. O sertão da gente, cada dia, é mais seco, não é, Jean Paul? Cada dia, chove menos. Os rios têm menos água. Hoje, eles não entendem esta época mais difícil.

Uma reunião desta dá visibilidade, mostra que é possível, sim, se construir, se produzirem alimentos sem danificar ou desconstruir o meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Governo é impressionante.

Eu queria, aqui, homenagear os pesquisadores, as organizações não governamentais, os movimentos sociais, os servidores, os senhores que estão aqui, a academia, os professores, que estão cotidianamente denunciando este desmonte das políticas ambientais deste País.

E a gente está aqui. O Senado está de parabéns, mais uma vez, o Senador Jean Paul e o nosso colega Líder Paulo Rocha, por trazerem à pauta uma coisa que é vital e que é direito do cidadão: um meio ambiente saudável.

Não posso deixar aqui, Jean, de denunciar que, além de desmatamento, de tudo isso, ainda temos, em menos de três anos, a liberação de 1,33 mil – a última vez que eu olhei – novos agrotóxicos, contaminando o meio ambiente não só pulverizando, não só em ação aguda, com aqueles aviões, mas atingindo, muitas vezes, a população ribeirinha, a população indígena. Ali, ninguém escapa daqueles agrotóxicos, que, na verdade, são uns venenos. Ali, quando chove, os produtos vão para os rios, contaminam os peixes, e toda a população está retendo isso.

Então, mais uma vez, obrigada!

Vocês, que me encheram de conhecimento, vocês, que falaram aqui, esses professores todos que falaram, inclusive, do Museu do Cerrado, contem com a gente aqui, porque quem defende vida defende o meio ambiente!

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora, querida colega, Zenaide Maia.

Queria verificar aqui se há alguma inscrição de algum Senador ou Senadora presente aqui na nossa audiência. Vários estiveram entrando e saindo, com as assessorias acompanhando também.

Aproveito para fazer uma leitura resumida. Perdoem-me a tradução livre que vou tentar fazer diretamente do *site* da COP 26. Quando me referi às conclusões de pontos de lá, existem alguns encaminhamentos em relação à educação ambiental.

Nós, Ministros da Educação e Ministros responsáveis por abordar as mudanças climáticas, as partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, adotamos conjuntamente esta declaração por ocasião da COP 26: 1) Reconhecemos a educação como processo de aprendizagem que abrange toda a sociedade, que pode equipar, no sentido de prover a todos, com conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para uma ação urgente de combate às mudanças climáticas; 2) Comprometemo-nos com a integração da sustentabilidade das mudanças climáticas no sistema de educação formal, inclusive, com componentes curriculares básicos em diretrizes, treinamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores, padrões de exames e vários níveis por meio de instituições; 3) Comprometemo-nos, da mesma forma, com a integração da sustentabilidade e das alterações climáticas na formação profissional, na atividade de sensibilização e informação do público e em outras áreas da aprendizagem não formal e informal. Consideramos fundamental apoiar atividades fora da escola, voltadas para a sustentabilidade; 4) Comprometemo-nos a aprimorar a colaboração multissetorial, com forte parceria entre os nossos setores de educação e meio ambiente.

É justamente o que já temos no Brasil alinhavado, organizado e que não está sendo cumprido.

5) Comprometemo-nos a trabalhar e apoiar o setor privado para cumprir suas responsabilidades por economias verdes e neutras em carbono, o que requer uma força de trabalho sintonizada com a sustentabilidade; 6) Comprometemo-nos a trabalhar com diversas partes interessadas, incluindo jovens, para garantir as políticas propostas e para que as mudanças respondam de forma adequada às necessidades e experiências vividas por todas as comunidades; 7) Comprometemo-nos a destacar a educação e a aprendizagem nos esforços de adaptação, incluindo planos de adaptação nacional e medidas de redução de riscos de desastres, e aumentar nossos esforços para garantir que nossos sistemas de educação sejam resilientes em face das mudanças climáticas.

Por fim: 8) Comprometemo-nos a levar adiante as disposições desta declaração, incluindo, conforme apropriado, compromissos específicos dentro dos nossos respectivos mandatos e em nossas áreas de responsabilidade, levando em consideração nossas necessidades, capacidades, recursos disponíveis, prioridades nacionais, e, enquanto continuarmos nesta urgência, trabalhar para cumprir as disposições do Acordo de Paris e concordamos em revisar nosso compromisso conjunto antes da COP 27.

Esses foram os oito compromissos acordados entre os Ministros da Educação e Ministros do Meio Ambiente durante a COP 26.

Meus queridos amigos, como a gente não tem intervenções, eu queria sabe se algum de vocês presentes aqui conosco também gostaria de fazer alguma colocação em relação a alguma apresentação de outro colega. Do contrário, como nós temos aqui um horário ajustado para finalizar a audiência, eu vou ter que pedir para...

O Professor Marcos está inscrito. Professor Marcos, por favor. A Professora Cláudia se inscreveu também aqui. Perfeito. Professor Marcos. Depois, Professora Cláudia.

Obrigado.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor.) – Senador Jean Paul, agradeço.

Esses oito princípios, esses oito compromissos são muito importantes e merecem vir a público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acabo de chegar do congresso de comemoração dos 75 anos da Universidade Federal da Bahia, onde eu sou Professor Visitante atualmente. Lá, o nosso reitor recebeu o Professor António Nóvoa, ex-Reitor da Universidade de Lisboa e Assessor da Unesco.

Ele trouxe para nós, em primeira mão, o documento que vai sair agora. Está em francês e inglês, por enquanto, mas queremos traduzir na UFBA. Quem sabe a gente traduza junto com o Senado. Trata-se de um documento que aponta para a educação do século XXI, que mostra a importância da educação para a conservação ambiental, para a manutenção da vida.

Então, eu agradeço, mais uma vez, e espero que, em seguida, nós possamos nos reunir com a assessoria de vocês e visualizar quais encaminhamentos são possíveis para viabilizar as nossas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Professor.

Professora Cláudia, por favor.

A SRA. CLAUDIA CUNHA (Para expor.) – Senador, em primeiro lugar, agradeço também a oportunidade de estar neste espaço, que é um espaço de construção, um espaço com pessoas que têm uma história e uma longa trajetória na educação ambiental. É um privilégio falar para o Senado Federal.

Considerando a educação ambiental como um papel do Estado, nós precisamos de órgãos públicos fortalecidos e de estruturas para tal, para dar conta deste desafio, e os servidores e as servidoras públicas e os órgãos ambientais que a gente representa se colocam à disposição para essa construção. A gente entende esse desafio, a gente entende que isso é nossa missão, especialmente considerando que a educação ambiental tem esse papel da qualificação dos espaços de participação. Então, significa diminuir as assimetrias presentes na nossa sociedade e nos espaços decisórios, especialmente na gestão ambiental pública. Isso é dever do Estado.

Com isso, nós servidores e servidoras públicas, através das nossas entidades, nos colocamos à disposição para essa reconstrução e permanente construção de uma educação ambiental crítica e engajada pelo fortalecimento social.

Acho que é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Professora Claudia.

Quero também passar a palavra à Professora Rosângela, que pediu também dois minutinhos para o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Professora Rosângela. É um prazer.

A SRA. ROSÂNGELA AZEVEDO CORRÊA (*Fora do microfone*.) – Eu me esqueci de dizer que o Museu do Cerrado...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está ligado?

A SRA. ROSÂNGELA AZEVEDO CORRÊA (Para expor.) – Eu me esqueci de dizer que o Museu do Cerrado é um museu virtual. Então, qualquer pessoa do Brasil e do mundo pode entrar a qualquer hora do dia, da noite, do ano. E ele cresce na medida em que indivíduos, coletivos e instituições colaboram. Portanto, o museu está de portas abertas para que vocês, presentes nesta audiência pública, de qualquer lugar do Brasil, através dos seus projetos, das suas ações locais, mandem as informações para nós podermos divulgar no Museu do Cerrado. Nós queremos ser esse espaço público, aproveitando o virtual, para chegar à maior quantidade de pessoas possível. Quem sabe – este é o meu sonho – nós possamos ter o maior museu do planeta, porque quem estiver fazendo alguma coisa no Cerrado e pelo Cerrado fará parte do Museu do Cerrado. E quem sabe a gente consiga ter museus virtuais da Amazônia, da Caatinga, dos Pampas, da Mata Atlântica e do Pantanal, para que de fato a gente vença os livros didáticos que inviabilizam a sociobiodiversidade deste País.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Professora Rosângela.

Quero agradecer a todos e a todas que participaram desta audiência com suas palavras, com seus ensinamentos, com sua argumentação vigorosa, que é necessária neste momento: Sra. Jacqueline Guerreiro Aguiar, Sra. Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Dr. Marcos Sorrentino, Sra. Dulce Maria Pereira, Sra. Dal Bezerra, Dra. Marilena Loureiro da Silva, Sra. Claudia Cunha, Sr. Leonlene Aguiar e a Professora Rosângela Corrêa. Na pessoa de vocês, evidentemente, quero homenagear todos os pesquisadores, os professores, os ativistas, as organizações não governamentais, os movimentos sociais, os servidores públicos que ousam denunciar cotidianamente o desmonte das políticas ambientais. Essa resistência, a nosso ver, é fundamental para que tenhamos, num futuro próximo, um espaço de recomeço, de reconstrução, de aprimoramento, a fim de que possamos conter esse ímpeto destrutivo do atual Governo.

Com isso, também queria agradecer aqui a presença virtual e presencial de alguns colegas Senadores: Senador Izalci Lucas, Senador Angelo Coronel, Senador Antonio Anastasia, Senador Esperidião Amin, Senador Flávio Arns, Senadora Maria Eliza, Senador Plínio Valério, Senadora Rose de Freitas, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Wellington Fagundes, Senadora Zenaide Maia; como também o Deputado Vander Loubet, o Deputado Airton Faleiro e o Deputado Décio Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a participação de todos e todas.

Obrigado.

Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Kátia Abreu, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros José Aníbal, Jader Barbalho e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Mailza Gomes, Carlos Portinho, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Apreciação do Relatório da CECTCOVID**. **Finalidade:** Apreciação do relatório da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia - CECTCOVID. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à apresentação e à apreciação do relatório da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe, inclusive, a gentileza e a importância de estarmos realizando esta reunião da Comissão de Educação para a apreciação do relatório. V. Exa. tem dado todo o apoio necessário para que esta Comissão e todas as demais iniciativas da Comissão sejam coroadas de êxito.

Esta Subcomissão, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, foi aprovada pela Comissão de Educação como Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia e tinha prazo de vigência de três meses. Recentemente, duas ou três semanas atrás, esta Subcomissão teve os seus trabalhos prorrogados e vai funcionar até dezembro de 2022. Como a iniciativa original era para o funcionamento por 120 dias, estamos, então, apresentando o relatório daquilo que foi realizado nesses 120 dias.

A Subcomissão é composta pela Senadora Zenaide Maia também, que está acompanhando os trabalhos, Vice-Presidente inclusive da Subcomissão, pelo Senador Wellington Fagundes, pelo Senador Antonio Anastasia e pelo Senador Confúcio Moura. Como o Senador Confúcio Moura está de licença dos trabalhos do Senado Federal, a Senadora Maria Eliza o está substituindo.

Tivemos oito audiências públicas, nas quais entidades representativas da educação estiveram presentes. Eu vou citá-las, porque é importante que se perceba o grande envolvimento que tivemos da sociedade brasileira nesse debate da educação na pandemia. Foram três momentos: o que foi feito lá atrás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou deixou de ser feito; o que está acontecendo agora ou está deixando de acontecer; e o terceiro aspecto aponta para o futuro: o que deve ser feito no futuro para que a educação seja valorizada, particularmente após a pandemia.

Nessas oito audiências públicas estiveram presentes: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o movimento Todos pela Educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), o Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), o Fórum Nacional de Educação Escolar Índigena, também a Fundação Oswaldo Cruz, o Ministério da Educação, o Tribunal de Contas da União, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a Confederação Nacional de Municípios, o Ministério Público Federal, a Fundação Lemann, também a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e também o Instituto Natura.

Em todas as audiências públicas agradecíamos – e fazemos isso de novo hoje – a presença e a participação de todos os expositores e de todas as expositoras, que muito contribuíram para que essas audiências tivessem o sucesso que tiveram.

Sempre agradecemos muito também à assessoria da Comissão de Educação – e fazemos de novo isso –, à Consultoria do Senado, ao Edmar, ao Murilo e a outras pessoas que colaboraram decisivamente com os trabalhos, às assessorias, ao Diogo e às assessorias dos gabinetes de uma maneira geral e também aos meios de comunicação do Senado, que foram incansáveis para que essas audiências públicas, todas realizadas a distância, tivessem o sucesso que tiveram.

O relatório foi apresentado, todos os Senadores e Senadoras já dispõe desse relatório, e eu vou fazer só uma síntese das conclusões, das recomendações – são 40 recomendações. E eu diria realmente que, se olharmos para aquilo que foi dito, nós temos todas as condições, como sociedade brasileira, de fazermos os encaminhamentos necessários para que a educação tenha o valor, o prestígio, a recuperação necessária depois da pandemia. E não é coisa para décadas ou anos, mas objetivos que podem ser atingidos de uma maneira adequada, com esta articulação do Governo Federal com os estaduais, municipais e a sociedade.

As 40 recomendações podem ser resumidas em seis grandes áreas, a que eu me detenho só rapidamente.

A primeira área é o acesso educacional, quer dizer, realizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar. Isso está bem apontado nas audiências e nas recomendações. Inclusive, eu quero destacar que já foi aprovado requerimento dos cinco membros da Subcomissão para que tenhamos sessão temática no início do próximo ano para, coincidindo com o início

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano letivo, destacarmos, darmos visibilidade para esse acesso educacional, o aluno estar na escola, ser trazido de volta para a escola. Inclusive, já temos um projeto de lei assinado pelos cinco membros da Comissão também tornando o ano de 2022 o ano da busca ativa de alunos, em função da pandemia ou em função de outros fatores, para que a criança e o adolescente estejam na escola.

O segundo aspecto das 40 recomendações engloba a permanência na escola, ou seja, criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos sanitários de segurança, oferta de alimentação de qualidade e política de acolhimento socioemocional, e cuidar da saúde mental dos alunos, dos professores, das suas famílias. A Senadora Leila, que é Vice-Presidente da Comissão de Educação, inclusive, já solicitou audiência pública nesse sentido para debatermos essa articulação com a saúde.

Todos os expositores falaram da merenda escolar, da oferta de alimentação de qualidade, de protocolos de segurança. Houve uma participação muito interessante da Fiocruz, com recomendações de se criar, inclusive, uma espécie de programa de vigilância sanitária e escolar, em função da continuidade da pandemia e de outras pandemias e problemas de saúde que possam vir.

O terceiro aspecto, além do acesso e da permanência, é a recomposição da aprendizagem, porque a gente viu uma distorção muito grande pelo Brasil em todas as exposições. Então, nesse sentido, é preciso instituir um programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com o aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente. Todos os expositores disseram: "Olha, a gente precisa ter um tempo maior, uma oferta maior de esporte, dança, música, pedagogia, recuperar e acolher esses alunos e ter investimento, valorizar o corpo docente, o corpo de profissionais da escola, inclusive diante de uma nova realidade, que é uma realidade de um novo tempo não só em tecnologia, mas também em acolhimento, discussão, desafios que estão vindo pela frente".

O quarto item, além do acesso educacional, da permanência e da recomposição da aprendizagem, é a conectividade. As pessoas apontaram para a importância de se garantir acesso a dispositivos com internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino, para os alunos terem acesso a equipamentos, à conectividade, à internet, com a qualificação de professores para isso, inclusive apontando para o fato de que cada aluno e cada professor têm que ter o seu equipamento também. É impossível acompanhar uma aula com a qualidade que se deseja no telefone celular. Então, é necessário ter o equipamento adequado e conectividade, inclusive para a recuperação, para um novo momento importante. São citadas todas as leis que já dão apoio para isso no relatório.

O quinto aspecto é a infraestrutura das escolas, para assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício do direito à educação. Muito se fala sobre escolas sem banheiro, sobre 10 mil escolas sem água potável, sem esgotamento sanitário, sem internet – são mais ou menos 35% das escolas –, sem biblioteca, sem quadro escolar. Então, vamos nos dedicar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso dentro do Sistema Nacional de Educação, vamos negociar, dialogar, pactuar, para saber sobre o que cada ente federado e a sociedade podem fazer. Como eu disse, nós estamos com 40 recomendações, que podem ser agrupadas nesses seis grupos.

O último é o orçamento da educação, elevando substancialmente os investimentos educacionais. Se a gente considera a educação uma prioridade absoluta, inclusive para a recuperação econômica do País, para o bem-estar das pessoas, para a independência, para os direitos humanos, a gente tem que elevar substancialmente os investimentos educacionais nos próximos anos, considerando que a execução orçamentária na educação tem sofrido severos cortes nos últimos exercícios.

Além de não se aumentar, como foi apontado das audiências públicas, ainda houve diminuição de recursos, o que está claramente apontado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Fineduca, que também acompanha toda a movimentação através dos movimentos, campanhas e tudo mais.

Enfim, então, são 40 recomendações para serem agrupadas, vamos dizer, em seis grupos, como, eu repito de novo, porque é importante: o acesso educacional, ir para a escola, permanecer na escola, recompor a aprendizagem, ter conectividade, olhar a infraestrutura da escola e ter o financiamento. Lugar de criança e de adolescente, da educação, é no orçamento; tendo orçamento, a criança estará na escola com qualidade, assim como o adolescente.

Então, eu diria que essa é uma síntese do relatório, porque o relatório tem 70 páginas. Então, cada um pode ler com calma e discutir.

E para todos e todas que acompanham a Comissão de Educação e acompanharam a Subcomissão todo o material está disponível na página, no *site* da nossa Comissão.

Eu diria que foi algo muito importante, nós chegamos a essas conclusões, o Brasil será outro, em nossa opinião e da Subcomissão também, se esses itens forem levados em conta. É um programa para, inclusive, o Governo, para os candidatos à Presidente, para se dizer: "Olha, a educação básica é essencial para o Brasil e tudo está previsto inclusive no Plano Nacional de Educação".

Então, eu quero, da minha parte, Sr. Presidente, agradecer de novo a V. Exa., à Senadora Leila, à Senadora Zenaide Maia, que sempre tem sido incansável na argumentação, na discussão, sempre a favor do ser humano, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Antonio Anastasia, também com toda a competência, e ao Senador Confúcio Moura, a distância, porque está de licença, mas com a Senadora Maria Eliza.

E, para não ficarmos só na discussão, então, na Comissão, o prazo de vigência foi prorrogado até o final do ano que vem, para que possamos acompanhar, na verdade, a implementação de tudo isso. Vamos semanalmente ficar atentos, acompanhando vigilantes e apoiando. O que eu espero é que todo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puxe a corda para o mesmo lado e a educação seja o motor, a mola propulsora, o elemento principal para que o ser humano se realize e o País se desenvolva.

É isso, Sr. Presidente, sinteticamente, mas à disposição e agradecendo a toda a Comissão. Acho que foi algo importante para a própria Comissão também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o relatório do nobre Senador Flávio Arns, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Antes de finalizar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Finalizando aqui os nossos trabalhos, porque esta será a nossa última reunião, quero agradecer a todas as Sras. e os Srs. Senadores que deram sua prestimosa contribuição para que esta Comissão levasse a termo os seus trabalhos.

Aproveito para agradecer a toda a assessoria da Comissão de Educação – sempre muito prestimosa e muito dedicada e que nos ajudou muito nos nossos trabalhos – e também à Consultoria do Senado e aos assessores do meu gabinete, que também se dedicaram a esse tema tão importante.

Hoje nós estamos finalizando aqui, e a finalidade dessa convocação foi exclusivamente para aprovação desse relatório da subcomissão da covid com impacto na educação, cuja Presidência foi tão bem exercida pelo nobre Senador Flávio Arns, um dos nossos Senadores mais competentes e dedicados a essa causa tão nobre que é a educação; que teve, como Vice-Presidente, a Senadora Zenaide Maia, e, como membros, o Senador Antonio Anastasia – que vai nos deixar agora, vai deixar muita saudade, mas vai fazer um trabalho excepcional também, com toda certeza, no TCU –, a Senadora Maria Elisa e o Senador Wellington Fagundes. Então, parabenizo todos eles pelo brilhante relatório que foi feito, tão importante, e evidentemente com todas as recomendações aos diversos setores do Governo para tomarem as providências necessárias para a gente recuperar o tempo perdido na nossa Comissão. São medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergenciais, medidas a médio e a longo prazo, e evidentemente a gente tem que ter um norte de uma educação de qualidade para o nosso País para que a gente possa se tornar competitivo.

Agradeço a todas essas outras entidades ligadas à educação que sempre estiveram presentes em todos os nossos debates, em todas as nossas reuniões, sempre trazendo a sua opinião.

E também quero fazer uma referência ao trabalho conjunto que fizemos com a Câmara dos Deputados. Então, está havendo uma sintonia entre a Comissão de Educação do Senado e a Comissão da Câmara dos Deputados: a gente trabalhando de mãos dadas por uma educação melhor no Brasil.

Aproveito para desejar feliz Natal a todos e que a gente, apesar de tudo, possa iniciar o próximo ano com melhores perspectivas, sobretudo para a área da educação. Eu quero – é um desejo nosso – que, já que nós estamos saindo da pandemia com a vacinação em nível elevado aqui no Brasil, a gente possa se dedicar mais a esta causa que é a mais nobre de todas: a causa da educação.

Deixo aqui os meus agradecimentos e um abraço a todos. Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrados esta reunião e os nossos trabalhos deste ano.

Boa sorte a todos!

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e onze minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso e Marcelo Castro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 1/2021 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Instalação da Subcomissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Flávio Arns e a Senadora Zenaide Maia. Aprovado ainda o Requerimento nº1 - CECTCOVID (Plano de Trabalho). **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia n° 1, de 2021** que: "Plano de Trabalho da Subcomissão" **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, Senadores e Senadoras!

Vamos abrir a nossa Subcomissão, desafiadora Subcomissão. Há muita coisa a fazer. É um desafio enorme para nós todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão e eleição da Mesa.

Declaro instalada a Subcomissão e comunico que houve um acordo prévio para a eleição da Mesa com a indicação do Senador Flávio Arns para a Presidência.

Consulto se podemos fazer a eleição por aclamação.

Eu gostaria que os Senadores manifestassem se concordam com a eleição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pelo que vejo...

Está bem. Ótimo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, o Flávio Arns está aprovado. (*Risos.*)

Assim é fácil, né?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aclamado por unanimidade nosso Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria... Eu me inscrevi, eu gostaria de poder fazer uma breve fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Faça.

Já, já, vou passar a Presidência ao Flávio Arns, que vai conduzir.

Eu quero só fazer um comentário.

Quando esta Comissão foi proposta, já fui me adiantando com a nossa equipe para apresentar uma proposta inicial que tratava justamente sobre o retorno seguro às aulas à Subcomissão, um desafio muito grande, e tudo isso que eu escrevi, pautei, foi objeto das nossas audiências públicas da Comissão da Covid-19, que estamos presidindo, durante 2020 e 2021. Resolvi pegar todas essas sugestões dos nossos convidados especiais, especialistas, Ministros e outros, para fazer essa sugestão inicial.

Assim, neste momento, declaro eleito o Senador Flávio Arns Presidente da Subcomissão e, neste momento exato, passo a palavra a ele para que ele possa conduzir a primeira reunião.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senador Confúcio Moura, e agradeço também a participação dos colegas Senadores, além do próprio Senador Confúcio Moura, do Senador Antonio Anastasia, da Senadora Zenaide Maia, do Senador Wellington Fagundes, todos nós interessados nesse encaminhamento de uma coisa essencial que é a educação na pandemia, inclusive observando-se três momentos especiais: o que foi feito ou deixou de ser feito para o enfrentamento dos problemas na educação, os encaminhamentos que estão sendo feitos neste momento, e os desafios para o futuro também, para a recuperação do tempo que foi perdido, dos alunos que desistiram, busca ativa de alunos, tecnologia, tanta coisa que vem sendo debatida.

E nós estamos propondo, inclusive, só como proposta, que tenhamos audiências públicas, nesse sentido, com autoridades dessa área da educação. Inclusive, no plano de trabalho, estão três audiências, mas o Senador Confúcio Moura já apresentou também sugestões. E a gente espera receber também todas as sugestões para serem incorporadas, aí nós mandaríamos novamente o plano de trabalho para todos nós, componentes desta Comissão. E juntos, olharmos o que pode ser feito, não é?

Eu acho que, para o Senado, isso é muito bom. A Subcomissão pode encaminhar as conclusões para a Comissão transformar muitas dessas discussões em ações concretas quase que de imediato ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também em proposições legislativas que venham a atender as necessidades. E o Brasil, acho que pode se beneficiar bastante do que nós pudermos discutir e encaminhar na Subcomissão.

Da minha parte, estou bastante feliz. Fico à disposição também. E vamos juntos fazer um belo trabalho a favor dessa área.

Eu acho que até alguém havia solicitado a palavra também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de poder...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Wellington, pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria rapidamente, Sr. Presidente, fiz questão de vir aqui presencialmente inclusive, exatamente pela honra de tê-lo, mais uma vez, como Presidente, agora da Subcomissão.

E eu quero dizer, antes de falarmos sobre os planos desta importante Subcomissão e seus objetivos específicos, quero ressaltar que, no âmbito da educação, a Comissão da Covid, da qual tenho orgulho de ser Relator, ouviu e debateu as ideias do Ministro da Educação e das autoridades pedagógicas de diversas orientações sobre problemas fundamentais, buscando responder a algumas perguntas.

Uma delas é como propiciar aos estudantes, aos professores, às famílias, aos demais profissionais da educação e às comunidades em geral um retorno saudável às nossas escolas. Como sanar sérias dificuldades que hoje estão definitivamente encaradas pela pandemia? E como, por exemplo, as inúmeras unidades da rede pública que não têm acesso ao abastecimento de água encanada nem ao esgotamento sanitário, ou como dar um salto de qualidade nas modalidades presenciais e virtuais, de modo a corrigir o atraso e o transtorno acarretados pelo isolamento, visando superar seu impacto fatal na igualdade de oportunidades e na produtividade da economia?

Presidida pelo nosso estimado colega Senador Confúcio Moura e relatada por mim, a Comissão Temporária da Covid-19 realizará, no próximo dia 8, a sua 41ª reunião. E, desde o seu primeiro dia de atividades, este Colegiado tem trabalhado sem descanso, para possibilitar aos brasileiros de todos os quadrantes os dados e informações que ajudam o nosso País a compreender e enfrentar a pior crise sanitária de nossa história, responsável pela perda de quase 600 mil compatriotas, irmãos e por gravíssimos transtornos socioeconômicos para a economia, o emprego, a educação, a cultura e demais segmentos da vida nacional.

A riqueza de conhecimentos que colhemos em nossas audiências públicas e diligências externas – interagindo com autoridades das mais variadas áreas, como médicos, cientistas, gestores, educadores, economistas, comunicadores e assim por diante – estão sendo todas elas sistematizadas por mim com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precioso apoio da Consultoria Legislativa do Senado e da minha assessoria para seu breve lançamento público.

O relatório vai traçar um painel amplo e minucioso dos acertos e dos erros do Brasil durante a crise pandêmica. Essas serão, certamente, lições preciosas para nós tomarmos as decisões e também aos formadores de opinião e aos cidadãos brasileiros em geral. Afinal não podemos permitir que tanta dor, tanto sofrimento, tanta angústia e tanta insegurança tenham sido em vão.

Em meio às lágrimas, nossa Comissão também viu nascer a esperança, quando, por exemplo, serviu de cenário, ao debate e ao encaminhamento do projeto de minha autoria, agora já sancionado em lei, que dá segurança jurídica para que os superlaboratórios de saúde animal possam fabricar vacinas e insumos contra a covid-19, dentro das mais rigorosas condições de biossegurança, tecnologia e rastreabilidade e, claro, tenho orgulho de ressaltar que essa matéria foi aprovada com total apoio do Congresso e, portanto, por unanimidade. Uma iniciativa que, além de ampliar em centenas de milhões de doses o acesso dos brasileiros à imunização, transformará, em pouco tempo, o País em um polo exportador de vacinas a serem distribuídas para mitigar os possíveis surtos pandêmicos periódicos aos quais estão sujeitas todas as nações.

Com essas inquietações, compartilhadas por mim e por todos os meus colegas da Comissão temporária, e também com o desejo imenso de colaborar com todas as senhoras e senhores é que eu venho aqui saudar e cumprimentar V. Exa. e todos os membros desta Comissão.

Quero dizer que ainda hoje, Senador Heinze, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, estará também fazendo o lançamento de três pesquisas, 100% nacionais, já na fase 1, 2 e 3, portanto, até o final do ano, com certeza, teremos também vacinas com tecnologia 100% nacional, vacinas contra a covid, tanto desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia diretamente, como também pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz. Então, é mais esperança que surge para toda a população brasileira, principalmente com as variantes que estão surgindo. Portanto, teremos que ter vacina daqui para frente, talvez, por muitos anos.

Eu quero, então, dizer aqui que vamos debater profundamente, livre de rusgas partidárias, em prol de um único objetivo: proteger a nossa juventude, incentivar os nossos estudantes e valorizar todos os profissionais da educação.

Quero ainda colocar, Senador Arns, que estou como Relator setorial do Ministério da Educação para o orçamento do ano que vem e, junto com o Ministro Milton, já estamos discutindo, com a nossa Presidente da Comissão e também com o nosso Relator a melhoria dos recursos, junto com o Ministro Paulo Guedes, para a educação, porque, voltar às aulas pós-pandemia é algo que a gente tem que buscar, todos nós, para que esse objetivo seja o mais importante, para que a gente possa, também, retomar a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em nome da Senadora Rose de Freitas e também do companheiro Hugo Leal, que é o Relator, eu tenho certeza de que haveremos de fazer com que os recursos necessários para a volta às aulas com segurança estejam sendo garantidos no Orçamento da União.

Portanto, desejo a V. Exa. um grande trabalho. E pode contar com o Senador Wellington, para que a gente possa fazer esse grande trabalho, que é a retomada das aulas com segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer, em primeiro lugar, pela apresentação, Senador Wellington, e parabenizar o Senador Confúcio Moura, que vem sendo enaltecido em todas as reuniões do Senado pelos trabalhos na Comissão de enfrentamento à pandemia. O relatório da Comissão vai servir como grande subsídio para esta Subcomissão.

Eu acompanhei a fala do Ministro da Educação, por exemplo, também, apesar de não ser membro da Comissão, mas eu acompanhei e, realmente, foi muito importante.

E quero destacar que todos os setores da sociedade vão ser chamados e que seja o nosso resultado o nosso trabalho. Eu só quero destacar, antes de passar a palavra para o Senador Anastasia, só dizer que, no plano de trabalho, nós colocamos três aspectos: avaliar os impactos da pandemia na educação básica, inclusive apontando as medidas que foram tomadas, ou não, mas dentro de uma perspectiva, conforme o Senador Wellington colocou, não partidária, mas, sim, educacional, para mitigar esses impactos, o que aconteceu. O segundo aspecto: acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica, o que está acontecendo. E o terceiro aspecto: recomendar propostas, iniciativas e políticas públicas com vistas à retomada plena das atividades educativas na educação básica, de forma a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País, o que queremos que aconteça, quer dizer, o futuro. E, convidando, até a gente já propõe três audiências públicas, com nomes já colocados, professores, alunos, CNTE, UNE, Ubes, Movimento Todos pela Educação, Fiocruz, para que a gente possa abordar esses três aspectos.

Então, esse relatório, Senador Confúcio e Senador Wellington, vai ser extremamente importante para ser incorporado a tudo aquilo que esta Subcomissão discutir e deliberar.

Senador Anastasia, por favor. Uma alegria vê-lo também! E, sempre que eu ia para a tribuna, no Plenário, eu sempre dizia: "Olha, o povo de Minas Gerais tem que ter muito orgulho, o Brasil também, da presença do Senador Anastasia". Então, eu reforço essa minha fala mesmo que virtualmente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma saudação ao Senador Confúcio, à Senadora Zenaide e ao Senador Wellington, que os vejo todos aqui nesta reunião. Eu estou no meu gabinete do Senado. Para falar com mais desenvoltura, sem a máscara, eu fiquei aqui mesmo.

Eu quero saudá-lo, primeiramente cumprimentando-o pela iniciativa da criação desta Subcomissão. Tanto V. Exa. quanto o Senador Confuso e o Senador Wellington já se manifestaram e mostraram a relevância desse tema. E é claro que, a par da questão da saúde, que, evidentemente, é a mais afetada pela pandemia, a segunda foi a educação.

Nós observamos – eu, por ser professor, também acompanho com muita tristeza – o fato de que, na rede pública de meu Estado, Minas Gerais, como também nas de outros Estados, praticamente não tivemos aulas durante quase dois anos, porque não há infraestrutura educacional na rede pública. Na rede privada, aparentemente, conseguiu-se aula remota, mas, na rede pública, não.

Qual o prejuízo? Qual a consequência para a economia do Brasil, para a vida desses jovens, para o desenvolvimento da Nação dessa omissão de dois anos de aulas? De fato, é algo que nós não podemos ainda imaginar. Por isso, muito bem-vindo o trabalho desta Subcomissão, em boa hora concebida e, agora, presidida por V. Exa.

Já recebi aqui o plano de trabalho, já vi as três sugestões das audiências, os objetivos, a pesquisa a ser feita, pelos dados aqui do Senado, sobre o sentimento da população. E eu ousaria, tão somente, eminente Presidente, Senador Flávio Arns, sugerir, em acréscimo, eis que já está aqui, vamos dizer assim, implícito, que é muito importante nós conseguirmos dados das Secretarias de Estado da Educação ou do próprio Ministério, se já os tiver, sobre o que aconteceu nesses dois anos em termos de aulas.

Nós tivemos avaliação? O que aconteceu? Foi proveitoso ou não?

Então, acho que, de fato, nós vamos ter uma contribuição muito importante nesse período para mostrar ao Brasil como vamos recuperar, infelizmente, esse tempo perdido na educação que tivemos durante essa pandemia, que tão tristemente assola o nosso País.

Quero cumprimentá-lo, Senador Flávio Arns, saudá-lo e aos nossos pares, e vamos trabalhar imbuídos desse propósito.

Muito obrigado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Senador Anastasia. É uma alegria tê-lo na Comissão. A gente espera ter a sua participação e orientação o tempo todo também.

O que V. Exa. coloca, em termos dos dados, é algo essencial. Nós temos que buscar, junto aos Estados e Municípios, caso não haja dados suficientes para serem organizados em termos, de fato, do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu, do que está acontecendo e o que, em função dos dados, pode ser proposto para as diferentes realidades aí do nosso País.

Um abração, Senador Anastasia.

Não sei se a Senadora Zenaide Maia gostaria de falar...

Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Quero parabenizar o Senador Confúcio e esta Subcomissão.

Gente, é muito importante a criação desta Subcomissão, tal como está sendo importante a do Acompanhamento da Covid. Isso porque, como o Senador Anastasia falou, a educação, fora a saúde... Na verdade, se você não tiver educação... A educação é a única e a mais importante medida preventiva pra saúde; pra saúde, pra violência.

Não conheço outras medidas mais importantes na prevenção, inclusive, em qualquer lugar, até para os acidentes de trabalho. Os trabalhadores educados normalmente têm conhecimento teórico e a maioria aprova.

Segundo, eu tinha um tio, semianalfabeto, que dizia o seguinte: a ignorância, toda ela, é mal-intencionada. Então, esta Subcomissão vai mostrar que nós precisamos, urgentemente, chamar toda a sociedade, como foi visto aí, a parte econômica, toda a sociedade. E nós vamos estar semanalmente dando visibilidade à população que existe possibilidade, que é possível, sim, a gente conseguir oferecer uma educação pública de qualidade para salvar as pessoas, os nossos jovens e adolescentes.

Imaginem se a gente tivesse uma educação privilegiada, ou seja, prestigiada pelo Estado brasileiro há algum tempo, a gente não teria tido... Claro, essa pandemia afetou o mundo todo, mas com a gente foi pior, porque pegou a gente já com extrema pobreza, escolas, como foi mostrado pelo nosso Relator Wellington, sem condições, os alunos sem condições tecnológicas e os próprios professores, cuja grande maioria teve que se adaptar. A gente sabe, Senador Flávio Arns, Senador Confúcio, que nem todos os professores têm acesso fácil às novas tecnologias.

Mas falo só para parabenizar. Vou participar com certeza. É importante que a população tome conhecimento que esta Casa se preocupa, que ela está vendo que não deveria ser o impacto na educação como não deveria estar sendo na saúde e que tem como fazer isso.

Aqui a gente vai fazer o quê? Esperançar, dar esperança ao povo brasileiro, mostrando que a gente se preocupa, sim, o Senado, e que a gente está dando diagnósticos com essas palestras e tudo, tentando encontrar soluções junto a todos, de forma suprapartidária, porque educação não tem partido nem a saúde.

Então, parabéns aí. Logo, com o Flávio Arns, vamos tirar o chapéu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço para vocês. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – É que estava trancado o som aqui. Desculpem-me.

A participação da Senadora Zenaide Maia é muito importante. Inclusive, conforme o Senador Confúcio Moura havia relatado, houve contados anteriores a esta nossa reunião de instalação para a composição da chapa diretora, e a Senadora Zenaide Maia foi também escolhida para ser a Vice-Presidente desta Subcomissão.

Então, eu proponho para os membros da Comissão o nome da Senadora Zenaide Maia.

Os que estiverem de acordo com a indicação para a Vice-Presidência, por favor, permaneçam como se encontram também. (*Pausa.*)

Então, está bem.

A Senadora Zenaide Maia terá também o cargo e o encargo da Vice-Presidência da Subcomissão.

Ao mesmo tempo, eu quero propor que nós já possamos realizar as audiências públicas previstas no plano de trabalho.

Também os que concordarem com a realização do plano de trabalho, com as audiências públicas, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovado também.

Agora, sempre lembrando, conforme o Senador Anastasia colocou, que o plano de trabalho é uma linha indutora; quer dizer, é uma perspectiva de trabalho. Na medida em que o debate for acontecendo, nós, na Subcomissão, é claro, vamos encaminhar outros aspectos que todos nós julgarmos importantes.

Por exemplo, foi lembrada a pesquisa que o DataSenado inclusive já se prontificou a realizar, em função do tema da nossa Subcomissão. Isso pode, eventualmente, indicar a necessidade de convidados, de debates, de discussão. Mas o eixo principal é: o que aconteceu? Vamos ter os dados, levantar os dados, refletir sobre eles. O segundo aspecto é o que está acontecendo, que é a realidade do momento de retorno às aulas. E o terceiro aspecto é apontar para a recuperação.

Eu tenho plena convicção de que, se houver um esforço articulado convergente, nós poderemos, assim, recuperar muita coisa, em termos dessa articulação de Municípios, Estados, Governo Federal, sociedade, organizações sociais, a favor do plano pactuado para a recuperação do tempo perdido – tempo perdido em termos de educação e tempo também, principalmente para muitas pessoas, de preservação da vida e da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se mais alguém gostaria de falar alguma coisa. Estão animados com o trabalho? Firmes aí, Anastasia, Zenaide e Confúcio? Wellington já falou também.

Eu acho que é isso, não é, gente? Vamos conversando bastante para que a gente consiga atingir os objetivos que toda a sociedade espera desta Subcomissão da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Estaria bem assim? (*Pausa.*)

Muito bom!

Um grande abraço.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2021 - CECTCOVID, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** 1ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do Todos pela Educação. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Marcelo Castro.

A presente audiência pública é a primeira de uma série de reuniões que serão realizadas por esta Subcomissão com a finalidade de: 1) avaliar os impactos da pandemia na educação básica; 2) discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica; e 3) debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Nós temos hoje a presença honrosa para a gente – temos participado de muitas reuniões em conjunto com os expositores desta manhã – de representantes de dois movimentos extremamente importante e significativos no Brasil, que são o movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o movimento Todos pela Educação. Nesse sentido, Andressa Pellanda, que é Coordenadora da Campanha Nacional, está aqui presente, a quem, daqui a pouco, passo a palavra, assim como o Lucas Fernandes Hoogerbrugge, que é o líder de Relações Governamentais do Todos pela Educação.

Eu quero antecipar que já temos algumas perguntas – não só perguntas, mas também comentários – que também fazem todos nós participarmos de uma discussão em relação ao tema proposto.

Eu quero lembrar também a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que, toda segunda-feira, às 10h da manhã, nós teremos dois convidados para debatermos o objeto desta Subcomissão: educação na pandemia, principalmente apontando para o futuro, olhando o que aconteceu, o que foi feito, o que deixou de ser feito, apontando para o futuro. Então, já estão todos convidados previamente toda segunda-feira, com dois convidados, até o final do ano.

E, muito provavelmente, nós prorrogaremos esta Comissão para já termos, ao mesmo tempo, a colocação do que for debatido e discutido com a prática junto aos ministérios, às prefeituras e aos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só contextualizar um pouco mais a criação desta Subcomissão. Peço licença aos convidados para fazer isso.

A presente Subcomissão Temporária sobre os impactos da pandemia na educação brasileira, aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foi instalada em 2 de setembro de 2021, ocasião em que foram eleitos o Senador Flávio Arns e a Senadora Zenaide Maia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente. Quero destacar que ainda compõem esta Subcomissão, na qualidade de membros titulares, os Senadores Antonio Anastasia, Confúcio Moura e Wellington Fagundes. Eu quero dizer que o Senador Confúcio Moura está oficialmente de licença do Senado Federal, e, portanto, a sua suplente, a Senadora Maria Eliza, é muito bem-vinda.

O objetivo central da Subcomissão é avaliar e monitorar os impactos da pandemia de covid-19 na área da educação.

Sabe-se que as medidas de saúde pública ocasionaram impactos inéditos em diversas áreas da vida social. Além da saúde, a pandemia afetou fortemente a economia, a arte, a cultura, o lazer, as atividades religiosas e esportivas e o turismo. A área da educação é também uma das mais atingidas, considerando-se o conflito entre o grau de contato social existente nas escolas e a necessidade de isolamento físico entre pessoas. Nesse sentido, a maioria dos sistemas de ensino, tão logo começaram a surgir os primeiros casos no Brasil, fechou as escolas em meados de março de 2020, de forma a evitar que focos de contaminação nessas instituições colocassem em risco a vida dos estudantes, dos seus familiares e dos trabalhadores da educação.

A partir do momento em que foi tomada a decisão de suspensão das atividades escolares presenciais, a necessidade maior foi a de assegurar que os estudantes, mais protegidos do adoecimento, pudessem continuar estudando a partir de suas casas por meio de atividades remotas. A experiência mostrou que essa estratégia apresenta inúmeros desafios: necessidade de formação dos profissionais, por exemplo; dificuldades das famílias; e, principalmente, a falta de uma infraestrutura adequada para esse tipo de trabalho – em outras palavras, falta de acesso à banda larga, de equipamentos, de plataformas adequadas e até de espaço para estudo nas residências. Isso a gente pode imaginar, por haver uma diversidade tão grande pelo Brasil.

Apesar do esforço dos profissionais da educação, a sensação geral é a de que, durante esse longo período de ausência de aulas presenciais, toda uma geração de estudantes foi acumulando um prejuízo em sua formação, somando-se a isso um impacto emocional com o afastamento repentino dos círculos de socialização que a escola proporciona. Transcorridos quase 20 meses desde o início da pandemia, as dificuldades enfrentadas por estudantes, profissionais da educação e famílias continuam as mesmas. Além da triste e lamentável contagem de mais de 600 mil mortos por covid em nosso País, com todo o impacto emocional, social e econômico que a tragédia provoca na vida das famílias, a pandemia descortinou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas situações de desigualdades, deixando ainda mais vulnerável a situação de vida de estudantes de baixa renda que têm na escola um dos únicos baluartes de sua própria subsistência.

É certo que a crise pandêmica exigiu a atuação coerente e articulada da sociedade com o poder público para implementar, inicialmente, ações de redução de danos e, no médio prazo, ações sustentáveis com vistas a evitar prejuízos educacionais e retrocessos na garantia do direito à educação. De forma geral, no entanto, as poucas ações levadas a efeito parecem ter sido insuficientes ou mal desenhadas e implementadas, de forma que não param de surgir evidências de que os prejuízos à educação foram muito grandes, notadamente para os estudantes de famílias mais vulneráveis.

A Subcomissão tem a finalidade de contribuir, com a ajuda de todos os convidados, expositores, para um exame mais cuidadoso dos próximos passos que devemos trilhar na área de educação, com vistas a averiguar os prejuízos que a situação impôs a todos, assim como propor diretrizes de planejamento para os próximos anos.

Nesse sentido, o plano de trabalho da Subcomissão possui três eixos temáticos norteadores de suas atividades: 1) avaliar os impactos da pandemia na educação básica, inclusive apontando as medidas que foram tomadas ou não para mitigar esses impactos, ou seja, o que aconteceu no passado; 2) discutir o planejamento, as ações e as boas práticas quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica, ou seja, o que está acontecendo no presente; 3) debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia, uma decisão essencialmente política e importante, e avançar na garantia do direito à educação em nosso País, portanto, o que queremos que aconteça no futuro, daqui para a frente.

Sabemos que a nossa tarefa – a de todos nós do Senado, da Câmara dos Deputados, dos expositores de dois movimentos tão fundamentais para o Brasil, de toda a sociedade, dos Estados, dos Municípios – é árdua, porém essencial. Afinal, educação deve ser sempre prioridade absoluta no nosso País, especialmente no momento excepcional em que vivemos.

Vamos, com muita alegria, com muito orgulho, iniciar os nossos trabalhos, que, como eu mencionei, vão acontecer toda semana, às 10h da manhã, com duas pessoas convidadas, dois expositores. Convidamos toda a sociedade para que acompanhe também pelos meios de comunicação. Vamos fazer juntos um belo trabalho.

Passo, em primeiro lugar, a palavra, por meio de videoconferência – ainda todos nós estamos também tomando cuidados, quer dizer, não voltamos a um novo normal completamente, mas o novo normal é a gente ter o sistema híbrido, ainda a distância –, à amiga Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Sra. Andressa Pellanda.

Eu quero dizer que nós vamos conceder 20 minutos para cada convidado fazer sua exposição inicial. Temos perguntas já das pessoas que nos acompanham. Após a fala dos convidados, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concederá aos Senadores e às Senadoras que, porventura, desejarem se manifestar também a possibilidade de reflexões, comentários ou perguntas.

Andressa Pellanda, muito bem-vinda – obrigado por ter aceitado o convite, um abraço grande a todos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação –, está com a palavra.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

É uma honra a gente estar aqui mais uma vez juntos debatendo este tema que é crucial, que chegou em 2020, que prossegue e que ainda vai prosseguir por bastante tempo.

Eu queria deixar registrados aqui o respeito e a consideração enorme que a campanha tem pelo mandato do Senador Flávio Arns, que, já há tempos, tem sido um grande aliado nas lutas pelo direito à educação, no Fundeb no ano passado, de que eu vou falar um pouco, e especialmente neste cenário de pandemia, com posições muito responsáveis, muito fortes e serenas para a gente enfrentar esse desafio que é tão turbulento. Então, ficam aqui também o reconhecimento e o agradecimento pela dedicação do Senador e do seu mandato na defesa do direito à educação.

Eu vou apresentar a minha tela em que eu estou trazendo alguns dados. Poderiam aprovar para eu apresentar a tela? (*Pausa.*)

Pronto. Vamos lá.

É possível já verem a minha tela aqui? (*Pausa.*)

Pronto.

O tema, como o Senador já mencionou, não é tratarmos só do retorno às aulas, que é o tema quente do momento e que talvez seja quente já faz mais de um ano, mas vamos tratar também dos desafios estruturais que a educação enfrenta e que foram sobrepostos pelos desafios vindos da situação emergencial da pandemia de covid-19. Por isso, eu trago aqui como título: "O descumprimento do Plano Nacional de Educação: a crise de covid-19 e a garantia do direito à educação".

Então, eu queria lembrar, primeiro, que o nosso esteio, a espinha dorsal da educação brasileira é Plano Nacional de Educação, que continua vigente até 2024 e é o grande pacto social que temos, no momento, pela garantia do direito à educação. A gente chegou, em 2021, com um descumprimento gritante das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.

Este é o nosso gráfico, que traz o balanço das 20 metas e dos seus dispositivos, das metas do Plano Nacional de Educação, em que a gente vê a maioria avançando numa velocidade muito aquém do necessário para o cumprimento dessas metas, e algumas estão em retrocesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale mencionar que esses dados, muitos deles refletem uma situação anterior à pandemia, porque foram coletados antes da pandemia, como a educação infantil, em que a gente tem dados ainda desatualizados. Então, ele ainda não absorve todo o impacto de exclusão escolar e de desafios que a própria pandemia trouxe.

No balanço da Campanha Nacional pelo Direito à Educação deste ano, a gente mostrou que 15% das metas do plano devem ser cumpridas no prazo, somente, se a gente continuar nesse avanço lento e até retrocesso em alguma das metas.

Então, aqui é um pouco do panorama. São quatro que têm cumprimento parcial e, dessas, muitas já nasceram praticamente cumpridas, então não foi um caso de grandes investimentos para que fossem cumpridas, como algumas de ensino superior.

Aí, eu queria começar a fala trazendo esta frase do Darcy Ribeiro, que diz que a crise na educação brasileira não é uma crise, é um projeto, que é o título, também, de um estudo que a gente lançou, na semana retrasada, analisando o impacto das reformas de Estado que já aconteceram, desde 2015, 2016, que foram as maiores, até agora, e aquelas que estão em debate, como a da PEC 32, da reforma administrativa.

Então, a gente analisou o teto de gastos, que é a Emenda 95; a reforma trabalhista; a Emenda 109, que foi aprovada no começo deste ano e a PEC 13, que são duas que limitam investimentos e desobrigam o cumprimento do piso; e a gente também analisou as PECs da reforma tributária e da reforma administrativa e mostrou o quanto elas agravam a situação de descumprimento do direito à educação, especialmente tocando os servidores públicos, porque a educação tem os nossos professores, os nossos profissionais da educação, ali, no centro da garantia do direito, e eles são muito impactados por essa reforma.

Então, a gente já vinha, desde antes da pandemia, sofrendo com uma redução do papel do Estado na garantia do direito, e a Emenda 95 do teto é a principal delas. A gente fez uma série de estudos, também, que eu trago aqui, que mostraram o impacto desses cortes de investimentos das políticas de austeridade movidas, especialmente, pela Emenda 95, que já vinham inviabilizando o cumprimento do Plano Nacional de Educação, já vinham pressionando outras políticas em uma perspectiva de adequação orçamentária.

A gente sofreu, inclusive, pressões para a redução do valor do próprio Fundeb, que está fora do teto, mas, no ano passado, foi aprovado e sofreu pressão para a redução do seu valor, e reduz o valor mínimo destinado à área, como o gráfico, aqui, do Pedro Rossi e da Esther Dweck demonstram e está nos nossos estudos sobre o assunto.

Então, a gente chega em 2020, na pandemia, com uma crise dentro de uma crise que é refletida, como o próprio Senador já falou na introdução, em uma série de faltas que aprofundam as desigualdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse cenário de educação remota. A gente vê um aprofundamento da precarização do trabalho dos profissionais da educação, com falta de formação adequada para lidar com esse momento de urgência; sobreposição das funções dos professores com suas funções em casa, especialmente das professoras, e professoras negras. A gente tem a média de um professor para cada 22 alunos – e isso é só a média; há casos que aumentam –, então é bastante complicado dar uma individualização da educação, especialmente num cenário remoto.

A gente viu aí – e extensivamente foi discutida aqui no Congresso Nacional – a falta de acesso à internet, a tecnologia para garantir essa educação remota, com boa parte dos Estados brasileiros com menos de 60% de acesso à banda larga nos domicílios; menos de 40% dos alunos, por exemplo, do fundamental de escolas públicas tinham computador ou *tablet.* Então, a gente vê uma dificuldade muito grande de acessar esse ensino remoto.

A própria formação dos pais, e isso foi uma coisa muito pouca levantada, mas os pais, os responsáveis precisavam de uma formação também para apoiar esse estudante em casa. Então, aquelas crianças e adolescentes cujas famílias têm melhor formação ficaram de novo à frente daqueles com menor formação. E a gente vê as metas de educação de jovens e adultos retrocederem este ano no balanço do Plano Nacional de Educação. A gente tem 38 milhões de adultos em situação de analfabetismo funcional no Brasil, impactando não só a própria vida desses adultos mas também a dos seus filhos na pandemia.

A falta de espaço em casa, com condições, com silêncio. A gente tem 35 milhões sem água tratada, 100 milhões de pessoas sem coleta de esgoto em seus domicílios.

A gente viu também um debate muito forte sobre falta de alimento. A gente volta a cenários graves de fome no Brasil, com cenas terríveis de pessoas comprando ossos nos açougues e disputando lixo no caminhão de lixo. E o próprio Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atinge mais de 40 milhões de estudantes, prejudicado pela falta de distribuição e descontinuidade no programa.

Os dados mais recentes de alguns estudos apresentados pela Unicef, a própria Undime, dos gestores municipais, também fez estudos mostrando que temos uma projeção de 5,5 milhões de estudantes fora da escola. É um aumento grande de exclusão escolar de antes para agora na pandemia. A situação da infraestrutura, pelo estudo da Undime, foi o segundo maior desafio elencado pelos gestores municipais para o retorno às aulas, e o primeiro desafio elencado foi a internet. Quando a gente olha para a estrutura das escolas só pensando na estrutura sanitária, de lavagem de mãos, um estudo da Unicef mostrou que 39% das escolas do País não têm estrutura completa adequada de lavagem de mãos. A gente tem mais de 4 mil escolas sem banheiro, 35 mil escolas sem esgoto, mais de 3 mil escolas sem água – sem água, não é nem água potável –, e isso piora nas regiões amazônicas, Acre, Amapá, Amazonas. Então, há uma desigualdade regional também muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, na pandemia, com essa questão do ensino remoto, a gente viu o processo de privatização da educação, ferramentas digitais sendo utilizadas em parceria público-privada, especialmente com as *big techs*, o Gafam: Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft, sem deliberação comum com as comunidades escolares, com ameaças à proteção de dados dos estudantes e dos professores. E a gente fez repercutir um estudo da ActionAid Internacional, mostrando que, inclusive, essas parcerias público-privadas, na verdade, não foram gratuitas. Já há a troca dos dados que é feita. Além disso, essas gigantes da tecnologia são das empresas no mundo que menos pagam impostos. O estudo mostrou que se elas pagassem mais impostos, elas poderiam pagar quase 900 mil professores em 20 países. Há uma saída de R$15,7 bilhões do sul global para essa isenção.

Então, a gente discutiu também muito o uso de plataformas livres, mecanismos que garantam o uso adequado, gratuito, público e seguro para as comunidades escolares.

A relatora da ONU para o direito à educação lançou um estudo em 2020, um relatório sobre a situação da pandemia e a educação no mundo, com o qual a gente colaborou. E ela mostrou grande preocupação em relação à queda de receitas geral, que poderia impactar na queda de financiamento para a educação. E ela mostra que os países que melhor responderam à crise de covid-19 na educação são os países que caminharam em dois sentidos: primeiro, gestão democrática das políticas emergenciais, então as tomadas de decisão, a construção das políticas foram construídas junto com as comunidades escolares; e, em segundo lugar, o investimento massivo de recursos públicos nos sistemas públicos. E, nesses dois casos, ela fala do Brasil como um mau exemplo, justamente por conta da política de cortes e da política de construção de políticas emergenciais para a educação pouco dialogadas com as comunidades escolares.

A gente discutiu muito a questão sobre os impactos da reabertura das escolas. E há evidências da própria *The Lancet* sobre o impacto da reabertura das escolas sem mitigação dos riscos da pandemia e como ela poderia gerar isso. A gente também teve estudos que mostraram o impacto de uma reabertura não segura, que aconteceu no começo do ano em São Paulo, por exemplo, para o aumento de casos junto a professores.

Também mundialmente houve discussão sobre as novas cepas atingirem também as crianças de forma mais intensa. E aí, dados de Itália, Dinamarca, Austrália, Inglaterra, enfim, que demonstraram isso.

E agora eu queria trazer os dados mais recentes das principais pesquisas no Brasil e também dos Estados Unidos, em relação ao que está acontecendo hoje.

Então, a gente tem uma vacinação mais avançada nos países do mundo; a gente ainda tem uma indicação limitada da vacinação para crianças. Essa vigilância nas faixas etárias mais jovens precisa ser reforçada. A própria Academia Americana de Pediatria mostrou que as crianças apresentavam cerca de 14,2% dos casos acumulados de covid desde o início da pandemia nos Estados Unidos. Dados do Ministério da Saúde mostram que as crianças e os adolescentes correspondiam a 1,5% dos casos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SRAG no País e de óbitos. Mas, considerando que a gente tem uma vacinação que está avançando em relação aos adultos e que a gente ainda não tem essa vacinação para crianças, ela pode aumentar entre as crianças enquanto cai entre os adultos. E a gente precisa atentar muito fortemente para isso, especialmente no Brasil.

Até saiu um estudo da *The Lancet*, em que eles fizeram uma revisão sistemática de 138 países que mostrou que o Brasil teve a maior taxa de mortalidade na população jovem e o motivo elencado para isso foi a incapacidade de fornecer o melhor nível de atendimento aos mais gravemente acometidos, especialmente em regiões menos desenvolvidas. O que eles mostraram nos dados foi: morte associada com idade inferior a dois anos ou entre 12 e 19 anos, etnia indígena, viver nas macrorregiões mais pobres e a presença de condições médicas preexistentes. Então, aí a desigualdade social e também como atinge os mais jovens muito fortemente.

O CDC, dos Estados Unidos, ressaltou que, nas regiões em que uma porcentagem crescente de adultos está totalmente vacinada e as crianças não estão vacinadas, a gente pode antecipar que nos próximos meses isso vai atingir maiores casos em crianças.

E, por fim, a gente tem visto também, em relatórios da Fiocruz, nos mais recentes de agosto e agora de outubro, sobre tanto a questão da pandemia na educação quanto da pandemia de forma geral, mostrando os efeitos da reabertura, numa situação ainda insegura, o que aconteceu, às vezes, no ano passado, no começo deste ano, em que houve um aumento de notificações para professores nos picos de pandemia quando foi aberto de forma insegura. E com maior ênfase nas Regiões Norte e Sudeste, e aí, na Norte, pelo caso que já foi demonstrado anteriormente, da falta de condições, e na Sudeste, pela concentração populacional.

E aí, no último dado agora, da Fiocruz, do boletim, o mais recente – não é o último; é o de 6 de outubro, mas mudou pouco desde então –, a gente está com valores de mortalidade estáveis, mas ainda são preocupantes, porque a gente tem em torno de 500 óbitos diários. A vacinação foi, de fato, a maior responsável pela melhora, mas a gente precisa conciliar o objetivo de terminar o ciclo vacinal daqueles que já estão com primeira dose, segunda dose e até aqueles mais idosos que estão ainda precisando da terceira dose e, também, estimular aqueles que ainda não se vacinaram e, é claro, expandir para crianças e adolescentes, que é muito o foco da nossa discussão aqui hoje.

Então, eles colocam como patamar ideal de cobertura vacinal ao menos 80% da vacinação, e, enquanto a gente não chega lá, a gente tem que continuar com as medidas de distanciamento, uso de máscaras, higienização das mãos, enfim. E eles recomendam prudência para caminhar para o decreto do fim da pandemia, porque ainda não é a hora de dizer. A gente ainda não tem uma previsão de quando vai ser esse fim da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma série de parâmetros da Fiocruz, que vêm sendo atualizados também, sobre essa volta às aulas, que é muito importante que esta Comissão siga e coloque nos seus relatórios. Então, a gente os traz aqui também.

A gente fez uma nota técnica sobre a necessidade de fomentar a transparência e o monitoramento das políticas, e o lugar do Legislativo é um lugar muito importante para isso. Essa nota técnica foi feita lá no começo de 2020, mostrando dados da Unesco que falam sobre a estratégia de ensino remoto, que precisava haver um monitoramento de perto por conta da difícil implementação, reiterando que as obrigações do Estado em um momento de emergência são maiores e não menores. Então, justamente na contramão da ideia dessas reformas de redução do Estado, porque a gente continua, mesmo que seja num momento de emergência, com a obrigatoriedade da garantia do direito e, justamente por a gente estar vivendo políticas públicas experimentais não só no ensino remoto, mas agora também no ensino híbrido, isso também amplia a responsabilidade do Estado no que tange à construção de políticas que sejam inclusivas e que assegurem a garantia dos direitos.

A gente fez umas tabelas sobre essas informações, que precisavam estar disponíveis quanto à transparência e para o monitoramento dessas políticas, mas muitas delas não estavam.

Então, a gente pode disponibilizar esse estudo, mas a gente falava sobre reorganização do calendário escolar; as priorizações para essa decisão de reorganização; as ações durante o período de isolamento quanto às atividades educativas; nas atividades não presenciais, os tipos de meios, processos e ferramentas que foram usados; os acessos e disponibilidades de tecnologia para esses estudantes; a privacidade de dados.

Aí tem uma série que é sobre as ações para o retorno às atividades: como são definidos esses critérios para o retorno, se de forma democrática ou não; quais são esses critérios; quais são as inspeções e obras nas redes de ensino para adequar; qual o papel da escola na elaboração desses planos.

Sobre as parceiras público-privadas: como elas foram feitas; quais são os contratos de parcerias público-privadas; quais são esses convênios; a doação de equipamentos por parte de algumas empresas.

E aí também está toda a parte de recursos financeiros: como foi organizado esse recurso; em que ele foi investido, enfim, há uma série de informações que estão muito difíceis de serem levantadas, e o Congresso, o Legislativo também tem um papel importante nesse pedido de informações e pressão para essa disponibilidade.

E a gente também tratou de outras questões, como igualdade de condições, não discriminação, as ações para a garantia de qualidade e também para a condição dos profissionais da educação.

Enfim, a gente fez um grande panorama de dados que deveriam estar disponíveis, mas, muitas vezes, a gente não os encontra, nem os agregados, da forma que deveríamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros documentos possíveis de serem acessados para ter recomendações e que fazem uma síntese de uma série de pesquisas e estudos que foram feitos durante esse período são os nossos Guias de Covid-19. A gente fez onze guias até hoje, desde o começo da pandemia, tratando dos mais diversos temas, e este ano a gente resumiu no Guia dos Guias, que traz uma síntese de recomendações para reabertura das escolas e para volta às aulas, que passam não só pela questão de infraestrutura, mas por uma série de outras questões que precisam ser olhadas, como a própria discussão sobre a gestão democrática. Então, ações transparentes, democráticas, interfederativas, em regime de colaboração; um trabalho intersetorial, desde o nível federal até o nível das escolas; a priorização dos profissionais da educação na vacinação, a garantia de participação da comunidade escolar – e aí é uma participação também das minorias e das populações historicamente excluídas, mulheres, meninas, populações negras, indígenas, quilombolas.

Também: a garantia de canais de comunicação suficientes para desenvolver protocolos sanitários; diretrizes para implementação de políticas em casos de novas suspensões de aulas, caso voltem a acontecer ondas de covid; diagnósticos – isso a gente tem visto pouco –, decisões tomadas a partir de diagnósticos precisos, diagnósticos dialogados, porque, justamente, a gente tem uma falta de dados.

Ai, também pensar nessa volta: como fazer uma educação que seja humanizada, que seja integral, que seja acolhedora também para esses estudantes, que têm passado por diversos traumas, desde a perda de parentes até outras coisas que derivam deste período de isolamento; pensar novas formas de avaliação que privilegiam abordagens qualitativas, menos quantitativas, que possam aprofundar a compreensão sobre os impactos desta pandemia na educação dessas populações.

Aí passa por uma reorganização também curricular, formação, condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação, tudo isso garantido por meio de financiamento adequado em infraestrutura e equipamentos públicos que deem conta dessa demanda, que é o que a gente justamente não tem visto: esta estrutura necessária para que esses processos educacionais possam acontecer dentro das escolas. Há toda a questão específica de infraestrutura e privacidade de dados.

Dentro desse cenário, a gente não pode perder de vista o Plano Nacional de Educação. Isso é algo que tem sido pouquíssimo debatido. Ele é a espinha dorsal da política educacional brasileira. Ele é um pacto social firmado no Congresso Nacional com a sociedade brasileira pelos nossos representantes, em parceria com toda a comunidade escolar. Ele materializa o cumprimento da Constituição Federal.

O Brasil é referência em termos de governança, de legislação educacional, mas a gente tem muita dificuldade de implementar justamente porque a gente deixa a lei de lado, a gente deixa de olhar para essas métricas e deixa de cumprir essa legislação.

Ele traz justamente as referências para esse financiamento adequado, garantindo gestão democrática, condições de trabalho para os profissionais da educação, caminhando para esse cenário de justiça social e fortalecimento da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa sempre lembrar dele em todos os debates sobre educação, especialmente quando a gente vive uma crise.

Por fim, a gente precisa também avançar na regulamentação do Fundeb, que foi uma grande vitória no passado da comunidade educacional, com uma parceria muito importante e com o protagonismo dos Parlamentares. Temos, aqui, o Senador Flávio Arns, que foi uma figura importantíssima para que a gente pudesse aprovar um Fundeb muito avançado e muito importante em termos de melhorias do financiamento e da distribuição desse recurso na educação. E a gente precisa finalizar esse processo de regulamentação dele, do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno-Qualidade, enfim de todas as outras legislações que são necessárias para que ele seja cumprido plenamente, porque ele é um dos caminhos de financiamento estruturais para que a gente possa fazer frente e passar desta fase de crise que a gente está vivendo.

A Relatora da ONU também traz uma série de recomendações sobre a questão de olhar para as populações marginalizadas, pensar nessas questões de acesso à educação, olhar para as crianças em situação de deficiência, pensar sobre as questões de tecnologia. Ela fala sobre um híbrido entre alta tecnologia, baixa tecnologia e sem tecnologia, dependendo do contexto, que são o *hight tech*, *low tech* e *no tech*.

E pensar também numa abordagem multifacetada, trazendo uma perspectiva intersetorial importante.

Então, era um pouco este panorama de a gente caminhar de onde a gente veio, dos desafios estruturais, passando pelos desafios da pandemia e o que a gente já tem de informações, recomendações e estudos do que a gente precisava fazer para superar esta situação que a gente está vivendo.

Eu passei um pouco do tempo, mas é um desafio enorme.

Queria agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço, Andressa Pellanda, a contribuição que você dá à organização de todo este debate sobre educação na pandemia – Andressa, que é Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Eu só quero destacar que a relatora da ONU, Boly Barry, participou de um evento no Senado Federal em julho do ano passado, quando entregamos para ela os resultados de uma pesquisa muito bem elaborada pelo DataSenado, sobre os impactos da pandemia naquele momento.

E muito daquilo que foi levantado lá persiste como desafio até hoje também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo também o Senador Wellington Fagundes e quero passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes antes de ouvirmos o Todos pela Educação.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, meu caro companheiro, Senador Flávio Arns, cumprimento V. Exa.

Eu quero aqui trazer a minha felicidade de poder, como Relator da Comissão da Covid, estar participando de uma audiência tão importante como esta, hoje que também é Dia Nacional do Dentista. Eu quero aqui cumprimentar todos os profissionais da área de saúde, os dentistas também, porque tenho inclusive a minha esposa, Mariene de Abreu Fagundes, que também é dentista.

Então eu quero aqui, Sr. Presidente, na condição de Relator, agradecer à Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e também ao Lucas Fernandes – não vou falar o sobrenome todo dele, porque eu posso me embananar –, Líder de Relações Governamentais do Todos pela Educação.

Conforme o levantamento da consultoria Vozes da Educação sobre a situação do ensino em 21 países durante a pandemia, o Brasil teve 267 dias de escolas fechadas até o final de janeiro de 2021. Isso contrasta, por exemplo, com a situação da Alemanha, do Reino Unido, da Dinamarca, da Suécia, da França e de Singapura, que ficaram menos de 90 dias sem aulas presenciais no mesmo período. Ainda que a descentralização do nosso sistema educacional tenha sido responsável por expressiva heterogeneidade da situação no Território nacional, alguns observadores avaliam que as escolas brasileiras ficaram fechadas mais tempo do que o necessário.

Assim, eu pergunto aos dois convidados: quais as causas, de natureza educacional e sanitária, dessa discrepância no caso brasileiro em perspectiva internacional?

Pesquisa do Datafolha indicou que o retorno às aulas presenciais tem favorecido de forma desproporcional os estudantes de renda mais elevada. Além disso, há fortes desequilíbrios de natureza regional na reabertura das escolas.

Desse modo quero aqui perguntar: o que precisa ser feito para corrigir essas desigualdades sociais e regionais no processo de reabertura das escolas no Brasil?

Ainda: em nosso País, que critérios têm predominado nas decisões de reabertura das escolas? Sanitários, educacionais, políticos e outros mais?

Terceiro: além de assegurar o retorno seguro para as escolas, é preciso que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas eficientes para a recuperação da aprendizagem dos alunos que não tiveram acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao ensino remoto, bem como daqueles que não se adaptaram bem ao uso de novas tecnologias educacionais.

Assim, então, pergunto: que estratégias pedagógicas deveriam ser valorizadas nesse processo de recuperação e quais as perspectivas de que elas sejam amplamente adotadas nas escolas públicas de educação básica? Como se deve abordar o desafio do ensino híbrido, presencial e remoto, na educação básica, após as experiências adquiridas durante a pandemia?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

Eu, aqui na condição de Relator, quero também abordar que estou tendo agora a incumbência, a responsabilidade, de relatar também, na Comissão de Orçamento, o relatório do Ministério da Educação para o próximo ano. V. Exa. tem *expertise* na área, foi Presidente da Comissão, trabalhou muito o Fundeb – quero aqui também dizer –, por isso quero contar com a sua colaboração para fazermos um relatório do orçamento para que a gente possa, principalmente, trazer segurança na volta às aulas das nossas crianças. Isso é fundamental.

Tenho conversado muito com o Ministro Milton Ribeiro. Tivemos audiência com o Ministro – lá no Ministério da Economia – Paulo Guedes, juntamente com a nossa Presidente, a Senadora pelo Espírito Santo, nossa querida Rose de Freitas. Nessa discussão, Sr. Presidente, conseguimos já ter a garantia, por parte do Ministro da Economia, de termos ampliado em 28% os recursos da educação para o próximo ano em relação a este ano.

Então, eu quero também aqui, na condição de Relator, trabalhar muito com o Ministério da Educação para que a gente faça um orçamento junto como Ministério da Ciência e Tecnologia. Porque no pós-retomada, no pós-pandemia, nós vamos precisar continuar trabalhando, principalmente com nossa ciência, com a nossa tecnologia, para a educação voltada para a ciência e tecnologia e vice-versa.

Quero aqui anunciar, Sr. Presidente, que no dia 5 agora nós vamos estar lá em Salvador, na Bahia, para aplicar a primeira vacina no braço de brasileiros – ainda em fase de teste, mas é a primeira fase – com 100% de tecnologia nacional. Por isso eu falo da importância de estarmos trabalhando juntos em educação, ciência e tecnologia. Não podem, também, faltar recursos para a ciência e tecnologia, porque isso nos garante que no ano que vem nós possamos ter vacinas com tecnologia 100% brasileira e fabricadas aqui no Brasil.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a V. Exa. e a todos os Senadores que aprovaram o meu projeto de lei por unanimidade, o que vai permitir a fabricação de vacinas em massa. Teremos, com isso, condições de fabricar vacina com 100% de tecnologia brasileira para os nossos brasileiros e ainda poderemos exportar vacinas, gerando empregos aqui no Brasil. Por isso, trago isso com tanto entusiasmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar também o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, porque esses investimentos estão sendo feitos. Estamos tendo dificuldades na Comissão de Educação para garantir os recursos necessários, mas, felizmente, para a conclusão dessas vacinas, nós já temos hoje recursos garantidos no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, deixo aqui o meu agradecimento.

Haver vacinas para todos os brasileiros num País em que a população aceita ser vacinada – mais de 95% da população brasileira em pesquisa aceitam ser vacinados –, eu tenho certeza de que será a garantia para que a gente tenha a retomada de todos os nossos trabalhadores nas escolas, mas também dos alunos: da criança, ao adulto, ao ensino profissionalizante.

E aqui finalizo. Como o próprio Ministro da Educação tem dito, na pandemia, os grandes protagonistas foram os hospitais, os profissionais de saúde, os médicos; no pós-pandemia, nós temos que transformar as nossas escolas, os nossos profissionais de educação e, principalmente, os professores como os grandes protagonistas e, para isso, nós temos que ter atenção, principalmente com os recursos no orçamento para que isso seja possível.

Então, Senador Flávio, um grande abraço a todos vocês!

Tenho certeza de que esta audiência será e está sendo muito importante para a gente esclarecer e dizer para a população e até para os sindicatos que nós precisamos retomar as nossas aulas com as nossas crianças, mas o faremos com segurança, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Wellington.

Quero destacar de novo que o Senador Wellington é membro desta Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, porém tantas coisas vão ser discutidas, e o importante é que o Senador, como Relator da área da educação no Orçamento, está se colocando à disposição para dialogarmos, conversarmos, unirmos e convergirmos o que for discutido aqui, na Comissão e também, obviamente, no Brasil com o relatório que o Senador vai apresentar. A Senadora Rose de Freitas também é muito sensível à área e é Presidente da Comissão de Orçamento. Então, a gente fica muito feliz.

Se V. Exa. permitir, tanto a Andressa quanto o Lucas prestaram muita atenção nas perguntas também. O Lucas vai agora se manifestar – ele na fala também aborda as respostas –; e, depois, a Andressa. Ao final, nós vamos dar um tempo, porque há também perguntas das pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ficaríamos assim, então, Senador Wellington. Eu quero dizer, Senador Wellington, que a sua participação foi muito importante. A sua tarefa, a sua missão como Relator é essencial. Eu diria que o Brasil fica mais satisfeito com a manifestação que V. Exa. teve como membro titular inclusive desta Subcomissão.

Eu passo agora a palavra, então, ao Lucas Fernandes – vou me arriscar a falar o sobrenome de novo, mas uma hora eu acerto: Hoogerbrugge –, que é líder de relações governamentais de um movimento também muito importante que é o Todos pela Educação.

Então, com a palavra, Lucas.

O SR. LUCAS FERNANDES HOOGERBRUGGE (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio Arns e Senador Wellington Fagundes. É um prazer estar aqui com vocês. É sempre uma honra apoiar o Congresso nesses debates. Eu queria saudar também a Andressa. Temos nos encontrado em vários desses debates. E é até curioso: depois de um tempo, a gente já sabe mais ou menos, um pouco qual é a linha que o outro vai seguir – e eu acho que isso é até positivo porque permite que nossas apresentações sejam, de alguma forma, complementares ou tragam alguns outros pontos diferentes, que acho que acabam enriquecendo o debate.

Então, eu vou compartilhar a minha tela aqui, assim que for liberada. Eu tenho uma apresentação muito breve porque acho que o principal já foi falado pelo próprio Senador. Acho que a Andressa traz pontos importantes também.

Vocês estão vendo minha apresentação? (*Pausa.*)

Certo.

Bom, acho que a primeira coisa que a gente precisa dizer é que, infelizmente, o Brasil ficou muito tempo com as escolas fechadas integralmente. A gente tem aqui um dado da OCDE que mostra a comparação do Brasil com os países da OCDE e outros convidados, que estão ali. Eu sempre falo dos outros convidados porque acho que eles são especialmente importantes, porque aí a gente não está comparando o Brasil só com os países da Europa e da América do Norte, mas também com outros países que são nossos pares regionais. E aqui é importante a gente contextualizar um pouco essa informação porque não é uma informação com viés punitivista – olha que horror que são os nossos gestores públicos, os professores – nem nada do gênero. Pelo contrário, eu acho que ela é um reflexo de onde a gente está no País hoje em termos de maturidade governamental, de capacidade estatal, de capacidade instalada, isso em todos os níveis de governo, mas com uma dificuldade muito grande de falta de coordenação nacional no enfrentamento da pandemia. Então, obviamente, as escolas precisavam ser fechadas para o controle da pandemia; por outro lado, há impactos concretos na vida dos estudantes, das crianças, dos jovens e mesmo das suas famílias, isso sem mencionar todos os profissionais da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou falar um pouquinho desses impactos e tentar trazer algumas nuances desse processo, além de alguns pontos que eu acho que podem ser encaminhamentos importantes para o futuro.

Primeiramente, eu vou falar um pouco sobre o ensino remoto. Nós não temos dúvida alguma de que o ensino remoto foi essencial durante a pandemia, que ele foi um instrumento paliativo importante para não deixar as lacunas de aprendizagem e a ruptura dos vínculos com a escola acontecerem de forma extrema. Ele ajudou a evitar um pouco que isso acontecesse. Ainda assim, o País não estava preparado em termos de inclusão digital – isso é um reflexo da nossa sociedade – para que os estudantes pudessem, de fato, estudar e aprender nesse período. A gente tem um desafio grande ainda de infraestrutura, tem um desafio de conectividade, tem um desafio de formação de todos os profissionais que trabalham com isso. Então, é um desafio de inclusão digital como um todo.

E há uma série de dados sobre isso, mas o dado que mais me impacta, que mais me choca de tudo isso é o da pesquisa do Data Favela que mostra que 50% dos estudantes que residem nas favelas indicaram, em setembro do ano passado, ou seja, a gente já tinha pelo menos meio ano do início da pandemia, que não estavam assistindo à aula de forma alguma, ou seja, esses estudantes tiveram seu direito à educação totalmente negado durante a pandemia. E aí os impactos da pandemia acabam sendo múltiplos. Eles têm múltiplas naturezas, porque há uma questão educacional, mas há uma questão social, há a questão de saúde, não é? Eu vou entrar um pouco em detalhe nesses dados nos próximos eslaides, mas a gente tem efeito, por exemplo, de crianças órfãs no período da pandemia, que é um efeito gigantesco. Não só existem múltiplas naturezas, como eles têm efeitos múltiplos também, e isso impacta a aprendizagem das crianças, isso tem impactos sociais, emocionais, físicos e com repercussão duradoura. Eu acho que o principal, o mais preocupante, é que eles afetam mais aquelas crianças e jovens que estão em situação de vulnerabilidade.

Então, só para dar uma ordem de grandeza do que a gente está falando aqui, uma pesquisa Datafolha, em maio deste ano, estava mostrando que 40% dos estudantes brasileiros – segundo a amostra, que é uma pesquisa de opinião com as famílias – não estavam evoluindo; não estavam se sentindo motivados; não estavam conseguindo manter uma rotina mínima de estudos; e têm medo de desistir. Isso daqui são os estudantes e suas famílias nos falando como eles estão se sentindo em relação à educação da pandemia.

Isso daqui é o anúncio de uma tragédia que está acontecendo no País, é uma tragédia humanitária, porque a gente está falando de 600 mil mortes derivadas, diretamente, da pandemia e do seu enfrentamento, muitas vezes, errático, dependendo de quem a gente está olhando, mas, na educação, a gente consegue ver isso, também, de forma muito clara.

E aí que entra a questão da desigualdade que eu comentei, da situação de vulnerabilidade. Se a gente olha para as famílias com mais de cinco salários mínimos, em vez de ser 40%, são 9%; se a gente olha para as famílias com menos de um salário mínimo, isso é 48%, ou seja, a coisa sempre aperta mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, que estão mais prejudicadas. E a gente sabe quem são esses estudantes: são estudantes pretos, periféricos, no campo, são aqueles que são marginalizados, os grupos minorizados.

E aí, quando a gente olha para alguns indicadores, como eu falei, dos efeitos múltiplos no direito da criança e do adolescente, a gente tem um dado de violência física e sexual: os dados de estupro, de abuso aumentaram muito mais na pandemia, isso contando com a subnotificação.

Na parte da saúde, a gente tinha crianças com risco alimentar, sem a alimentação escolar, que estavam sendo privadas de interação com colegas e professores, a despeito das tentativas do ensino remoto. A gente sabe do caso clássico que são os estudantes com câmera fechada: o professor tentando dar aula e com uma dificuldade muito grande de manter o vínculo qualificado ali dos estudantes com seus professores, sem qualquer tipo de atividade física e lúdica para o seu desenvolvimento psicomotor e com a rede de proteção muito fragilizada.

Aqui é importante a gente falar do auxílio emergencial; é importante a gente falar do Bolsa Família; é importante a gente falar de rendas básicas, tipos diferentes de estrutura de proteção social que são muito importantes para permitir que o direito à educação aconteça. E eu acho que, inclusive, esse é um dos grandes temas que a gente vai ter que discutir no pós-pandemia na educação.

Na educação, especificamente, em termos de indicadores educacionais, a gente tem uma parte mais relacionada ao abandono, a gente tem um alerta forte do Unicef que mostra que o Brasil corre o risco de regredir duas décadas em termos de acesso. A gente tinha, no final do ano passado, 5 milhões de estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, 14% do total, mais ou menos, que estavam fora da escola ou sem atividades escolares. Então, esses são aqueles que estão invisíveis para o sistema educacional. E uma pesquisa que mostra, com alguns dados do Guilherme Lichand, que o risco de abandono aumentou três vezes e meia durante o período do ensino remoto.

O cenário que a gente está vendo aqui do pós-pandemia é que a nossa taxa de conclusão do ensino médio, que hoje é na casa de dois terços, 65% mais ou menos, pode regredir para 50%. A gente vê a taxa de jovens que nem estudam nem trabalham, que é, hoje em dia, de 25% a 27%, podendo ir a 40%. É uma questão de todas as estimativas de estudos que ainda estão tentando entender os impactos da pandemia, o que, na verdade, a gente só vai saber a longo prazo, mas há efeitos muito concretos que já estão sendo vislumbrados, e a gente vai ter que trabalhar para corrigir isso.

Em termos de desigualdade, a gente já tem pesquisas que mostram as lacunas de aprendizagem aumentando muito, especialmente para os mais vulneráveis. A despeito de todos os esforços, o ensino remoto não conseguiu dar conta do presencial, o que, para muitos educadores e educadoras que trabalham com educação era uma coisa muito óbvia desde o início da pandemia: que o ensino remoto seria uma coisa paliativa, mas que não daria conta de substituir o ensino presencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a gente tem uma série de elementos que precisam ser cuidados para a gente enfrentar todos esses impactos da pandemia na educação.

O Todos pela Educação, desde o começo do ano passado, quando a gente começou a ver os impactos da pandemia, fez uma série de produções relacionadas a isso que eu trago aqui. Todas podem ser acessadas diretamente no nosso *site*. Algumas eu vou dizer que envelheceram bem, outras envelheceram melhor, infelizmente para o País, e outras são bem contemporâneas. O que eu quero dizer com isso? Logo no começo, a gente fez algumas estimativas do impacto fiscal na educação básica, em virtude da consequência econômica da pandemia, que mostravam que o recurso da educação podia cair entre 15 e 30 bilhões, em 2020, derivado da queda de arrecadação. Na prática foi o que a gente viu: o recurso gasto em educação no ano passado caiu 9 bilhões nos Estados e 6 bilhões nos Municípios. Em termos de manutenção e desenvolvimento do ensino, que são os 25% que precisam ser cumpridos, a queda não foi tão grande assim porque, apesar da queda de arrecadação, houve um auxílio do Governo Federal aos Estados e Municípios. O grande problema é que esse auxílio foi sem nenhuma vinculação à manutenção do desenvolvimento do ensino, o que levou ao cenário – inclusive os Senadores aqui debateram muito – da PEC 13, do descumprimento de alguns Municípios dos 25% da manutenção do desenvolvimento do ensino, o que, na nossa percepção, é um equívoco porque a gente precisaria inclusive investir mais durante o período da pandemia, mas o fato é que, independente dos 25%, foi gasto muito menos, na casa de R$15 bilhões em educação no ano passado.

A gente fez uma série de materiais orientados para apoiar os gestores públicos no enfrentamento da pandemia. Então, primeiro a gente teve uma publicação voltada para o plano de reabertura das escolas ou voltada para o ensino a distância, que depois a gente passou a chamar de ensino remoto entendendo que era a nomenclatura mais adequada, na educação básica para a pandemia, até para evitar a ampliação das desigualdades, evitar que os estudantes ficassem desamparados. E aí, olhando para as eleições municipais, em que novos gestores municipais iam assumir os 5.570 Municípios no Brasil, nós criamos um documento que se chama "Educação Já Municípios" que tem recomendações para o curto prazo e para o longo prazo no enfrentamento da pandemia.

Paralelamente a isso, a gente tem duas produções importantes periódicas de monitoramento, uma da execução orçamentária do Ministério da Educação – e aqui, do Senador Wellington Fagundes, eu acho que a gente tem contribuições importantes em relação ao orçamento do MEC para mostrar o que está avançando e o que não está avançando, com base nos nossos relatórios de execução orçamentária, que usam os dados do Tesouro para mostrar para onde o investimento está indo, para onde não está indo, o que está sendo executado, o que não está. E há o relatório anual do Educação Já, que mostra que houve um impacto muito direto na vida dos estudantes, mas houve também teve um impacto que foi de um desinvestimento na educação em termos financeiros e também em termos das grandes agendas que estavam avançando nos últimos anos no País, que eram importantes para a gente conseguir promover uma educação de qualidade para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, há um documento de que eu vou falar mais para o final que é o Educação Já 2022, que está em formulação, em debate, que a gente está fazendo voltado para os gestores estaduais e o Governo Federal, para retomar, no pós-pandemia, assim que assumirem seus mandatos em 2023. A ideia é que ele tenha um capítulo muito voltado para o enfrentamento da pandemia, as consequências diretas ali, que eu vou até entrar um pouco mais em detalhe aqui, e um outro capítulo que é mais voltado para as agendas estruturantes, porque o Brasil, como a Andressa bem mostrou, não era a Escandinávia antes de a gente entrar na pandemia – a gente tinha diversos desafios que precisarão ser enfrentados no pós-pandemia.

E aí tudo isso foi num contexto em que a gente não teve uma coordenação nacional da forma com que precisávamos. A nossa avaliação é a de que o MEC foi, no mínimo, omisso ou apático na coordenação nacional. A gente precisava ter tido parâmetros nacionais muito bem feitos e feitos tempestivamente para apoiar as redes educacionais dos Estados e dos Municípios. A gente precisava de protocolos sanitários educacionais para orientar os protocolos locais. E a gente precisava de um apoio técnico e financeiro muito forte para os Estados e Municípios, considerando que a gente tem uma heterogeneidade muito grande na gestão dos Estados e Municípios no Brasil, porque historicamente foi se consolidando um cenário em que alguns têm mais condições do que outros, tanto em condições de insumos quanto em processos gerenciais, processos escolares e priorização política também. Então, esse é um cenário que nós lamentamos muito, porque é um dos principais responsáveis por hoje a gente não ter a resposta à pandemia que gostaria que o País tivesse tido, mas, felizmente, em alguns momentos, os Estados e os Municípios assumiram o protagonismo no enfrentamento da pandemia. O Fórum de Governadores teve um papel importante na priorização da vacinação dos profissionais da educação, o que nos permite chegar cada vez mais perto de um cenário de reabertura segura das escolas, que é o que nós sempre temos defendido. O fato é que o Governo Federal não cumpriu seu papel da forma que precisaria ter cumprido para a gente não chegar a uma situação de negligência tão grande como chegou no enfrentamento da pandemia na educação.

O que é que a gente traz aqui de caminhos para a frente, para avançarmos daqui em diante?

Primeiro, há um capítulo, como eu comentei, do documento do Educação Já, que são respostas de curto prazo. E aqui nós destacamos quatro grandes pontos: do enfrentamento da evasão escolar, das ações de acolhimento e promoção da saúde mental, da superação das lacunas de aprendizagem que foram agravadas durante a pandemia e da promoção da inclusão digital. É claro que cada um desses tópicos tem um aprofundamento muito grande. Há vários elementos que precisam ser observados.

A gente tem a questão da formação dos professores e dos profissionais da educação.

A gente tem que direcionar a busca ativa especialmente àqueles estudantes mais vulneráveis, que têm uma chance maior de abandonar, de evadir e de entrar no que a gente costuma chamar de comportamentos de risco, gravidez precoce, criminalidade, ou que às vezes precisaram, durante a pandemia, complementar a renda das suas famílias, que foram muito prejudicadas em virtude do aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do desemprego, do aumento da inflação e de toda a retração dos equipamentos sociais durante a pandemia, que vão precisar de um suporte maior, inclusive com medidas de permanência nas escolas – a gente tem, no Congresso, em discussão alguns projetos de poupança estudantil, a gente tem projetos de renda estudantil, que vão ser importantes para a gente conseguir reduzir o abandono e a evasão nesse período.

Sobre a parte da superação das lacunas de aprendizagem, que acho que, inclusive, é derivação de uma pergunta que o Senador Wellington fez e sobre o que a Andressa já falou um pouco, a gente precisa ter uma reorganização curricular para entender o que ficou de maior lacuna em relação a esse período, o que é prioridade para a gente tentar retomar, para a gente se esforçar para ter um trabalho de recomposição dessas aprendizagens e a gente precisa aumentar a carga horária. A gente precisa olhar para a educação integral como uma saída para isso. A gente precisa conseguir expandir o tempo das escolas em tempo integral, porque a única forma de lidar com menos tempo na educação é ampliar o tempo daqui para a frente. E isso envolve investimento. A gente vai precisar falar de escola em tempo integral no ensino médio, a gente vai precisar falar de escola em tempo integral no ensino fundamental II, dar uma prioridade para a alfabetização dos estudantes que ficaram mais para trás no período da pandemia, para a educação infantil, que ainda tem uma taxa de atendimento parcial muito grande, a despeito de as diretrizes para a educação infantil serem muito claras em relação à prioridade da educação infantil. Tudo isso exige recurso, exige investimento, exige prioridade alocativa, exige coordenação nacional.

Essas são algumas das respostas que esperamos ver, inclusive trabalhando muito a questão da inclusão digital e entendendo que o ensino remoto tem um papel complementar importante para essa retomada, para essa recomposição das aprendizagens, mas que isso só pode ser feito se a gente não tiver três, quatro crianças dividindo o celular do pai ou da mãe para tentarem estudar enquanto esses pais, cuidadores, responsáveis precisam ir trabalhar e, inclusive, usar o seu próprio celular. Então, a gente tem um desafio de conectividade, de inclusão muito grande.

E, para o longo prazo, o que eu falo aqui é de uma agenda estrutural, que eu não vou entrar no detalhe, justamente porque está em debate, mas eu vou dar uma pincelada em alguns elementos essenciais. A gente enxerga que, se o País for tentar retomar, no pós-pandemia, a educação com investimentos tímidos, a gente vai ficar cada vez mais para trás e a gente não vai conseguir avançar nos desafios estruturais que o País tem. O Brasil melhorou muito em termos de acesso e de permanência na educação básica nos últimos 30 anos, desde a redemocratização, com a Constituição Federal. Acho que dá para dizer, muito tranquilamente, que é um caso de sucesso internacional em termos de ampliação do atendimento. Em termos de qualidade, a gente tem boas notícias e más notícias. A aprendizagem melhorou muito nos anos iniciais do ensino fundamental – consideravelmente, a gente foi de vinte e poucos por cento dos estudantes com a aprendizagem adequada para sessenta e poucos por cento. Então, isso é uma grande notícia para o nosso País. No ensino fundamental II, infelizmente, a gente ainda está avançando com uma velocidade aquém do necessário, ainda que estejamos avançando nos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempos. E o ensino médio ainda é um desafio forte para o País, em que a gente vai ter que, inclusive, pensar sobre como se reinventar e trabalhar com esse cenário de ampliação dos jovens que não estudam, nem trabalham, da evasão escolar no ensino médio, da dificuldade da permanência, olhando para o ensino médio numa perspectiva sistêmica que permita flexibilizar o currículo, mas garantir direito à educação, inclusive focando muito na ampliação do tempo integral para conseguir garantir essas duas dimensões.

Nessa proposta de estratégia sistêmica que a gente está formulando, olhando para 2022, olhando para os novos governos em 2023, a gente traz elementos que vão desde como é que a gente valoriza e apoia os profissionais da educação, para que eles tenham as condições adequadas para fazer o seu trabalho e consigam atrair os melhores egressos do ensino médio para a carreira, passando por melhoria da governança, com o Sistema Nacional de Educação, que, com muita fé aqui e trabalho, a gente vai conseguir – não é, Senador Flávio Arns? – aprovar ainda neste ano no Senado e na Câmara, porque eu acho que a gente tem uma possibilidade boa de conseguir avançar com o Sistema Nacional de Educação, e, mais ainda, passando pela regulamentação do Fundeb, atualização, como a Andressa falou, questões do desenvolvimento infantil da primeira infância, alfabetização, regime de colaboração, ensino profissional e tecnológico integrado ao ensino médio... Então, há uma série de temas que a gente vai ter que olhar e que a gente não pode olhar um por um. A gente precisa ter uma agenda para o País e a gente precisa ter uma agenda para o País que reverbere em todos os Estados a prioridade única da educação para a retomada do País.

Se a gente viu, durante o ano de 2020 e grande parte do ano de 2021, a morte rápida da nossa população em virtude de uma grande negligência, em virtude de uma descoordenação nacional no enfrentamento à pandemia e da própria pandemia em si, o que a gente pode ver na educação, caso a gente não tenha essa grande prioridade, que fomente maior investimento na área, que tenha uma coordenação nacional, que tenha prioridade, em primeiro lugar, para todos os candidatos que vão pleitear agora os seus mandatos em 2023, é a morte lenta da nossa população, a gente vai ver um problema de desenvolvimento social e econômico, a gente vai ver problema de saúde, a gente vai ver problema de cidadania. Todos que acompanham de perto a educação sabem a importância da educação para diversas áreas do desenvolvimento do País – socioeconômico, saúde, democracia – que a gente não pode deixar em segundo plano. A educação é um direito em si mesma e é um direito em si mesma que serve como alicerce pra todos os outros direitos no País. Então, a gente precisa colocar a educação em primeiro plano e ter uma agenda de medidas estruturais para a gente conseguir garantir o direito à educação de qualidade para todos.

Isso envolve olhar para o curto prazo, para a recuperação do pós-pandemia. A gente não pode estigmatizar os nossos estudantes e chamar de geração perdida. Há muito a ser feito, mas esse muito a ser feito precisa ser feito olhando para o futuro também, com uma visão de longo prazo, com uma visão de desenvolvimento para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Agradeço muito a atenção aqui, o convite, Senador Flávio Arns, a oportunidade de dividir a Mesa com a Andressa e dizer que o Todos pela Educação fica à disposição para apoiar, da forma necessária, todos os trabalhos relacionados à educação básica no Congresso e no Executivo.

Muito obrigado.

E uma boa manhã para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Lucas, ao Todos pela Educação. Você tem sido sempre presente, solidário, assim como a Andressa também, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Vocês têm contribuído sobremaneira com todos os debates que acontecem no Senado Federal, com um trabalho competente, de qualidade, com indicações claras, análises de realidade. A gente só tem a agradecer, assim como a sociedade brasileira tem muito a agradecer a vocês.

Eu quero ler algumas perguntas e comentários e, em seguida, eu deixo a palavra para vocês. Vamos combinar uns cinco minutos, para nos encaminharmos para o final, pedindo também a vocês que deixem o material, se possível, à disposição do Thiago, que é o Secretário da nossa Comissão de Educação, para que ele, então, o deixe disponível para todos que quiserem refletir mais, pensar mais, sugerir, porque agora o debate vai acontecer.

Eu quero agradecer muito também, pessoalmente, ao Thiago e a todos que trabalham na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que têm se desdobrado, no sistema híbrido – às vezes, presencial, às vezes, remoto, como está sendo no dia de hoje –, mas com muita qualidade deles e de toda a infraestrutura dessa área do Senado Federal.

Eu leio alguns comentários.

Estenio Ferreira, de Pernambuco: "Um dos problemas agravados durante a pandemia é a aprovação de alunos na educação básica sem que tenham sido, de fato, alfabetizados".

Carlos Augusto, de Santa Catarina: "É necessária a real mensuração e acompanhamento para corrigir os impactos psicológicos que a pandemia causou à educação básica". Vocês já abordaram bastante isto: a questão da saúde mental, não só dos alunos, acho que de toda a população brasileira, mas, no nosso caso, dos alunos.

Lucelia Correa, do Rio de Janeiro: "A maioria das escolas não conta com o suporte necessário para o oferecimento do ensino remoto ou a distância, dificultando a aprendizagem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan Torres, do Paraná: "Os impactos não foram somente na qualidade do ensino, mas também psicológicos devido a esse isolamento mal planejado". Isso também já foi abordado, mas vocês podem enfatizar algum aspecto que vocês considerem importante.

Patricia Sousa, do Distrito Federal: "A pandemia ratificou a desigualdade social e de acesso à tecnologia na educação". Isso está muito claro nas falas também.

Gabrielle Cardoso, do Rio de Janeiro: "Vejo urgência em abrir vagas para psicólogos voltados para a área do desenvolvimento e da educação para acompanharem este processo". É só para dizer que a legislação já foi aprovada para a presença do psicólogo e do assistente social no processo educacional dentro do contexto escolar.

Geferson Arkanjo, de Santa Catarina, que, na verdade, tem condições, então, de oferecer o ensino remoto, para ver a diferença: "Minha filha estudou 100% *online* e manteve o grau de aprendizado e as médias acima de 8.0, foi questão de interesse dos pais". Mesmo muitos pais tendo toda a condição, também não aconteceu isso, mas, particularmente, a gente se referiu àqueles que mais precisam do apoio público, os mais vulneráveis, em que a situação é bem diferente.

Valeria Guerra, do Rio de Janeiro: "Este equívoco de colocar o alunado em sala de aula presencial em meio à pandemia, com ciclo de imunização incompleto, é um ultraje...".

E, reforçando ainda, Maria Eduarda Abe, de São Paulo: "É um assunto de extrema importância, pois a pandemia impactou de forma significativa a educação básica".

Raphael Mattos, do Rio Grande do Sul: "Aulas presenciais, em meio a uma pandemia mundial, não seria um retrocesso, uma vez que nem todos foram vacinados 100%?".

Livia Pinheiro de Oliveira, Rio de Janeiro: "É preciso atenção redobrada nas crianças na fase de alfabetização. Acho que eles [e elas] são um dos maiores afetados".

Elinadja Targino do Nascimento, Alagoas: "Qual a perspectiva para minimizarem os impactos da pandemia na educação?".

Eu só quero destacar para verem como as apresentações estão em sintonia também com muitas das preocupações levantadas pelas pessoas que estão acompanhando essa apresentação.

Mas eu passo a palavra a você, Andressa, para as considerações finais e para alguma coisa que você queira abordar a mais também.

Em seguida, para o Lucas.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São bem importantes esses pontos trazidos pelo Senador Wellington e também pelo debate e as informações que o Lucas provoca de alguns pontos importantes de atenção.

Eu acho que uma primeira questão é que há alguns grupos que têm falado sobre situação irreversível na educação. Eu acho importante a gente atentar que não é irreversível. Somos seres humanos que, nos nossos processos de desenvolvimento, sempre temos, independentemente de um processo de emergência, como o da covid, altos e baixos, desafios, questões que são inerentes da existência e inerentes, consequentemente, do processo educacional. Então, eu acho que partir desse pressuposto – e alguns relatos no debate sobre retorno às aulas, até alarmistas, falam sobre isso – é partir de um pressuposto de que não há solução. E nós, como educadoras e educadores, não podemos partir desse pressuposto.

Eu acho que a gente precisa dar o máximo e trazer uma série de recomendações, monitorar e implementar, garantir que isso se torne realidade. Para além de simplesmente termos diretrizes, termos protocolos, termos legislação, precisamos que isso se torne realidade, e isso depende não só do Congresso, dos Poderes, mas muito da sociedade, muito da comunidade educacional de fazer essa pressão no nível das escolas. Então, eu acho que isso era um ponto primeiro que eu queria trazer.

Outro ponto é – e eu participei, na semana retrasada, de um debate no UOL com o Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia e com uma pediatra, daqui de São Paulo, em que discutimos isto – a questão da volta obrigatória às aulas, da obrigatoriedade que foi colocada aqui no Governo do Estado de São Paulo e também no do Espírito Santo e alguns outros Estados estão discutindo o tema. Foi um consenso entre nós, então, da sociedade civil, da educação, da educadora, e da imunologista pediatra, que essa questão da obrigatoriedade não é admissível neste momento, porque a gente ainda tem esse desafio de vacinação das crianças e dos adolescentes, a gente ainda tem o desafio de completar o ciclo de vacinação das pessoas adultas e a gente ainda está, como os próprios dados da Fiocruz apresentam, num estado de precaução e de alarme em relação aos casos e óbitos. Isso tem diminuído, a gente está numa estabilização, finalmente, graças à vacina, mas a gente ainda não pode pensar que a pandemia acabou.

Então, a questão da obrigatoriedade ainda não é defensável. Isso também é trazido nas preocupações das suas perguntas e dos comentários aqui no *chat*. O medo, inclusive, é ruim para o processo pedagógico, o medo de estar num espaço sem condições sanitárias. Então, eu queria também pontuar essa questão da obrigatoriedade. Não é porque a gente está retomando aos poucos e a situação está se estabilizando que a gente, de um dia para o outro, torna isso obrigatório.

E sobre as questões – um terceiro ponto – dos desafios do ensino híbrido, já que a obrigatoriedade não pode acontecer ainda e nós também consideramos, em um grande consenso, que há um impacto muito grande para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, especialmente, nesse período de isolamento, de descontinuidade educacional, precisamos avançar num processo de ensino híbrido que garanta para aquelas crianças e adolescentes que estão em situação remota essa segurança e que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garanta para aquelas que estão no presencial essa segurança. Eu acho que o ponto que é trazido por um dos comentários sobre a situação das populações mais vulneráveis é um ponto chave para basearmos todas as nossas políticas e diretrizes para a construção desse processo de transição, com a estagnação do processo da pandemia, com a expectativa de terminarmos essa crise da pandemia. Então, nessa transição que a gente está vivendo, se as políticas emergenciais que forem sendo construídas e implementadas pensarem em ser políticas não discriminatórias, como pressuposto básico, não deixando as populações vulnerabilizadas à mercê, não deixando em risco de saúde e de proteção as populações em situação de maior vulnerabilidade, isso significa que toda a política vai ser inclusiva. E aí a gente vai ter uma política em todos os aspectos, que é uma política que pode dar certo.

Quando a gente pensa numa política inclusiva, ela é uma política inclusiva não só para populações de pessoas com deficiência, populações indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações que estão em uma estrutura educacional que já é mais excluída, mais marginalizada da política educacional, mas é inclusiva também em termos de construção dessa política, com gestão democrática; é inclusiva em termos de pensar um orçamento que garanta essa inclusão para todas e todos, o que não foi feito em vários espaços e em vários processos, com os impactos da educação remota de exclusão escolar, com estudantes que não querem voltar para a escola, como o Lucas apresentou, e que estão desanimados porque não são incluídos naquela escola. Então, eu acho que a questão da inclusão precisa estar muito fortemente calcada na centralidade da construção das políticas a partir de agora – já deveria ter sido, mas não o foi. E isso vai permear os desafios e fazer frente a essa questão do ensino híbrido, da volta. Enfim, sempre quando se olha para que todas as pessoas tenham o direito à educação garantido, a gente consegue fazer uma política que é, de fato, eficaz e garantidora do direito à educação.

Então, eu queria deixar esse conceito, essa ideia da inclusão no centro das políticas emergenciais como um caminho, uma base para a gente sempre ter de plano de fundo, para ver se uma política é ou não adequada para o momento que a gente está vivendo.

Era isso.

Eu queria agradecer muito pela oportunidade do debate.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação existe para este debate, para a gente poder colaborar com a construção de legislação e políticas públicas. Aqui, a gente vai cumprindo aos poucos a nossa missão.

Muito obrigada pela participação, pela oportunidade e pelo diálogo sempre muito profícuo que a gente tem aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sou eu quem agradeço, Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Não me canso de agradecer tanto a vocês como ao Todos pela Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pensando juntos, na sequência, como encaminhar este assunto para o orçamento, o financiamento, e como fazer a divulgação pelo Brasil, porque queremos ser pessoas de fé e de obras. Quer dizer, vamos acreditar, mas vamos fazer também.

Passo a palavra agora, para as considerações, para o Lucas, do movimento Todos pela Educação.

Com a palavra, Lucas.

O SR. LUCAS FERNANDES HOOGERBRUGGE (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Olha, com o meu sobrenome eu já estou acostumado muito fortemente. Eu sempre falo: pode falar do jeito que lê. Aí todo mundo pergunta: mas como é que lê? E aí sempre fica uma coisa meio confusa assim, mas eu brinco que, qualquer jeito que for falado, está bom. Eu não faço questão nenhuma.

Bom, vamos lá.

Eu acho que há alguns pontos interessantes aqui para a gente pontuar. Há uma coisa que eu acho que dá para trazer de contraponto com a fala de Andressa que eu acho que é positiva para o nosso debate.

Quando a gente olha para os outros países que tiveram crises como a nossa, em outros momentos da nossa história, porque a dificuldade da pesquisa hoje é que a gente olha para outros países vendo o mesmo momento que o nosso. Então, a gente não tem a vantagem de olhar para trás e ver tudo o que aconteceu.

Nós estudamos um pouco os casos do ebola e do Katrina, por exemplo, em que as escolas ficaram fechadas, no caso do furacão Katrina, quatro meses, e do ebola, entre cinco e nove meses, dependendo de onde foi. Ali, houve alguns impactos assim de dois anos de perda das aprendizagens, que eles tiveram que recuperar depois, com problemas gravíssimos de distúrbios emocionais, ansiedade, depressão, alguns comportamentos inadequados dentro de sala de aula. E um dos principais elementos que conectava isso era a morte de um parente, então, o impacto da morte de um parente nas condições de aprendizagem, nas condições de desenvolvimento desses estudantes.

Acho que esta é a notícia ruim: a gente está falando de países que ficaram três vezes menos, duas vezes menos tempo com as escolas fechadas.

Por outro lado, eu tenho que aqui sublinhar a afirmação da Andressa de que não pode ser uma situação irreversível. A gente não pode chamar de situação irreversível, porque, ao chamar de irreversível, é escolher torná-la irreversível.

Então, eu gosto muito desse conceito que a Andressa traz de inclusão no centro. Acho que a gente tem que olhar para quem mais precisa, voltar todas as políticas públicas, políticas educacionais para isso, porque o que a gente vê – nessas mesmas pesquisas sobre o ebola, sobre o Katrina e em várias outras sobre estresse tóxico, enfim, há muita pesquisa na educação reforçando isso – é que é recuperável, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é automaticamente recuperável. Não é um processo em que, simplesmente, a gente retoma as escolas, como ontem, e tudo vai acontecer naturalmente.

A gente precisa trabalhar para reforçar a alfabetização, a gente precisa trabalhar para dar as condições adequadas, a gente precisa trabalhar muito no acolhimento, na saúde mental de toda a comunidade escolar. E a gente precisa olhar, acho que é até interessante, um dos comentários sobre ensino remoto: que bom que, quando foi bem-feito, com a família acompanhando, com os recursos adequados, provavelmente com uma boa instrução nesse ensino remoto, isso deu certo. Isso é o que a gente gostaria para todos os brasileiros. Infelizmente, metade dos jovens nas favelas sequer tiveram acesso a qualquer tipo de ensino remoto. Então, a gente ainda está muito distante dessa situação e, na retomada, a gente vai precisar trabalhar o ensino remoto de forma complementar.

E aí o meu contraponto ao que a Andressa traz da obrigatoriedade, que é uma questão muito sensível, muito delicada e não acho que possa ser olhada com grandes paixões, tem que ser olhada com muita serenidade. É que a não obrigatoriedade tende a excluir os mais vulneráveis também, porque são aqueles com mais dificuldade de acesso à escola, ou que estão perto de escolas que são escolas com infraestrutura pior, que têm um trabalho às vezes mais frágil com a comunidade escolar. Então, na minha visão, o que a gente deveria fazer é cobrar das autoridades as condições adequadas.

Com o avanço da vacinação, a gente está falando de 50% da população brasileira com esquema vacinal completo, 90% da população adulta com a primeira dose, é óbvio que nada disso pode ser usado para relaxar, a gente está numa pandemia mesmo, mas que esse processo de volta seja feito com as condições adequadas.

Então, não tendo as condições, a gente tem que reivindicar as condições. E eu acho que aqui é um ponto que une todo mundo que está fazendo esse debate da pandemia na educação. Quando o Todos pela Educação fala isso, quando a Campanha fala isso, quando diversos outros especialistas, Unicef, Unesco, falam da necessidade das condições adequadas, é disso que a gente está falando. E aí as divergências acabam sendo exatamente a hora, exatamente as condições, como exatamente fazer os processos... E acho que esse tem que ser um debate que é permanente, que é contínuo, que é aqui nesta audiência pública, que é quando os governos anunciam as medidas, que é no debate público, na imprensa...

Então, parece-me muito positivo que a gente tenha pontos e contrapontos em relação a isso, porque, no fim do dia, os gestores públicos estão tendo que tomar decisões muito difíceis durante a pandemia. É dormir com a cabeça no travesseiro entendendo que, ou ele pode estar ampliando o número de casos, ou ele pode estar aumentando o número de assédios dentro de casa, ou de insegurança alimentar, ou de abandono, enfim, todas as outras consequências também de não voltar, porque a gente sempre tem que colocar as duas em lente, assim, em foco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, o meu contraponto não é de que o ponto que a Andressa traz é inválido. Eu acho que, de fato, ele é um ponto com que a gente tem que se preocupar muito, só que eu iria num caminho muito mais de a gente reivindicar as condições, com a inclusão no centro, para a gente conseguir fazer com que essa retomada, de fato, olhe para quem mais precisa.

E aí acho que a palavra de ordem neste momento é: vacinação, vacinação, vacinação. A gente não pode ter jovens de 19 anos que estão contra a se vacinarem, por *fake news* ou por "n" motivos que desmobilizam o processo de vacinação.

O Brasil tem uma tradição enorme de vacinação, uma das políticas de saúde mais bem estruturadas do mundo em relação à vacinação, e a gente tem que usar esse nosso tesouro, essa nossa riqueza, para garantir que a gente consiga sair deste momento o mais rápido possível.

Acho que eu passei um pouco pelas perguntas conforme fui fazendo minha fala aqui.

Queria agradecer novamente a oportunidade do diálogo, do debate, e deixar de novo o Todos pela Educação à disposição. E fazer um último pedido, um pleito, que é 2023, quando teremos novos Governadores, Governadoras. Teremos eleição em 2022, que pode ter continuidade ou não. O Senado tem uma proximidade muito grande com os Governadores, e eles vão decidir o que as redes educacionais nos Estados vão fazer para a retomada da pandemia, que inclusive têm uma corresponsabilidade de apoiar os Municípios e os seus respectivos Estados. Então, é aqui, para esta Casa, virtualmente falando, que devem vir muitas das propostas para a educação de 2023. Então, a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham aqui acho que há um pedido encarecido de que a educação venha, de fato, em primeiro lugar, na fé e na obra, Senador! Que a gente possa ter planos de Governo que, de fato, coloquem os estudantes na centralidade da política pública.

Muito obrigado. Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem! Muito bom!

Quero agradecer a vocês, de maneira especial à Andressa, a você Lucas, pela permanente disponibilidade. Quero deixar um abraço para toda a turma da Comissão de Educação Cultura e Esporte, também para a infraestrutura do Senado, porque para um evento dessa natureza a gente precisa ter um suporte de pessoas, sem dúvida, muito engajadas e competentes, para a Consultoria, particularmente ao Edmar, que vem nos ajudando muito, ao pessoal dos gabinetes.

Quero fazer um convite a todos e todas que nos acompanham, a vocês também. A gente vai estar se encontrando toda semana, toda segunda-feira – com exceção do dia 3 de novembro, que será uma quarta-feira –, das 10h até umas 11h30, mais ou menos, 11h15, 11h30, 11h, não mais do que isso, até para todo mundo ter o gosto de sentir "eu quero mais". Vocês têm uma competência reconhecida no Brasil, então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos trabalhar em conjunto para essa convergência com a Undime, com o Consed, com os conselhos municipais, estaduais, com o Conselho Nacional de Educação, com o Ministério da Educação. Que a gente consiga construir uma convergência boa no sentido de análise do que aconteceu e apontar para o futuro, para os caminhos que são necessários. Obrigado pela atenção toda.

Nesse sentido, agradeço-lhes de novo.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, gente.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e três minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Antonio Anastasia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 2ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Marcelo Castro.

Esta Subcomissão tem a presença, como titulares, além da minha pessoa, da Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente da Subcomissão, do Senador Wellington Fagundes, que nos acompanha também nesta reunião, do Senador Confúcio Moura, que em função da licença está sendo substituído pela Senadora Maria Eliza, e também do Senador Antonio Anastasia. (*Falha no áudio.*)

... uma série de reuniões que serão realizadas por esta Subcomissão, sempre às segundas-feiras, às 10h, até umas 11h15 ou 11h30, com exceção de hoje em função dos feriados desta semana.

Essas reuniões têm a finalidade de avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutindo o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica, e também de debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar também na garantia do direito à educação em nosso País.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

A Presidência concederá aos nossos expositores o prazo de 20 minutos para cada convidado fazer a sua exposição inicial.

Nós sempre temos só dois convidados – na semana passada, tivemos o movimento Todos pela Educação e também o movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação – justamente para que os expositores, os convidados tenham uma tranquilidade maior e um tempo maior para expor as suas ideias.

Em seguida, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição. Hoje, nós vamos, inclusive, inverter para que o Senador Wellington Fagundes possa se manifestar, porque ele é Relator do orçamento da educação na Comissão Mista de Orçamento, então, é importante que ele esteja aqui ouvindo e lá decidindo.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Professor Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e, também, o Professor Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Inclusive, eu quero destacar que o Professor Manoel é o atual Coordenador do Fórum Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto o Professor Heleno Manoel como o Professor Manoel Humberto têm sido bastante frequentes no Senado Federal, pelo que a gente agradece, e são totalmente, obviamente, envolvidos com todas as questões educacionais.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu quero destacar que a gente tem realmente o objetivo de avaliar os impactos da pandemia na educação básica, também discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda. É importante ter uma agenda estratégica educacional para os próximos anos com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação, que tem de ser, para todos nós, a prioridade absoluta.

Como nós já falamos, esta é a segunda de uma série de audiências que vão até o final do ano, e pretende-se, se a Comissão de Educação assim decidir e a Subcomissão também, continuar no ano que vem, porque é importante termos esse debate por tempo quase que permanente. Não esperaremos até o ano que vem para termos relatórios, indicações e discussões com todos os entes federativos, o que já acontecerá neste ano, mas o acompanhamento deve continuar, e sempre estarão presentes entidades, órgãos públicos e movimentos ligados à educação.

Neste debate de hoje, a nossa expectativa é trazer um panorama sobre os impactos da pandemia nos profissionais da educação e os desafios lançados sobre a gestão educacional. A ideia é a de que os expositores, tanto o Professor Heleno quanto o Professor Manoel, compartilhem como os colaboradores e gestores estão fazendo para minimizar os efeitos que a covid-19 trouxe para o sistema e para os estudantes. É uma conversa que tem que ser um diálogo com muita informação acerca da realidade da educação nas diversas regiões do País.

Eu quero inclusive destacar, antes de passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que, como eu mencionei, tem que participar da Comissão Mista de Orçamento como Relator da área da educação, algumas perguntas que vieram e que poderão, na medida do possível, fazer parte da abordagem dos nossos convidados.

Rafael dos Santos Torres, do Rio Grande do Sul: "Tendo uma irmã mais nova, vi de perto como a educação foi afetada. Por isso, acredito que seja importante a volta das aulas presenciais".

Joe Hungria Hughes, do Pará: "E como será vista essa questão ao se depararem os alunos com disciplinas na nova série e o seu considerável grau de dificuldade?".

A mesma pessoa: "Com essa determinação de não reprovar alunos, imagino que muitos progredirão de série, mas não de aprendizagem".

Ceni Miguel da Silveira, do Rio de Janeiro: "Que tipos de proposições estão sendo pensadas para sanar o déficit na educação (aprendizado) devido ao período pandêmico?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também da mesma pessoa, Ceni: "Por que não há uma comissão de fiscalização da área da saúde dos Municípios para verificar se as escolas estão cumprindo os protocolos sanitários?".

Daiane Amâncio Mendes, da Bahia: "No âmbito da formação de professores, que medidas têm sido pensadas para preparar os profissionais para lidar com o cenário atual?".

Risalva Maria de Barros Silva, do Paraná: "As escolas do campo foram literalmente as mais prejudicadas nessa pandemia. O retrocesso educacional foi grande. Como será o currículo?".

Rosângela Xavier, do Espírito Santo: "Qual será o plano para a educação 2022 diante do cenário de desemprego, inflação, e salas de aulas abarrotadas de alunos defasados?".

Júnia Alba Gonçalves, de Minas Gerais: "Como agilizar políticas de tutoria de ensino às escolas que tiveram um baixo desempenho dos alunos na fase da alfabetização na pandemia?".

Já são várias perguntas. E quero dizer a todos que nos enviam comentários ou perguntas que nós organizaremos todo esse conteúdo para que esteja depois acessível também no próprio *site* do Senado, através da Comissão de Educação.

Antes de passar, então, a palavra aos convidados, eu passo a palavra ao nosso colega, membro titular da Subcomissão, sempre presente e atuante, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Bom dia, Presidente, meu caro amigo Flávio Arns, a quem todos nós do Congresso respeitamos muito não só pela sua experiência, também pela sua competência, principalmente em se tratando da educação brasileira. Todos nós temos que relembrar aqui o seu trabalho em relação ao Fundeb, por termos conseguido aprovar o Fundeb e praticamente dobrar os recursos nos próximos anos.

Sr. Presidente, eu vou aqui ler as perguntas inicialmente, porque isso dá tempo para os palestrantes poderem já preparar as respostas, e depois eu vou fazer uma leitura de um relatório de uma visita que a gente fez.

Quero aqui também cumprimentar o Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e também o Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Já vou direto às perguntas, Sr. Presidente.

Apesar de termos chegado à triste marca de quase 610 mil mortes por covid-19 em nosso País, tenho enxergado com olhos esperançosos nossa nova fase dos pós-vacina. Reduzimos, Sr. Presidente, em quase 15 vezes o número diário de mortes, em detrimento do que tínhamos no auge dessa terrível doença. Na capital do meu Estado, por exemplo, Cuiabá, chegamos a registrar zero morte em uma série de dias, e isso, obviamente, graças à fé na ciência – que é filha da educação –, e em um produto que muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece simples para quem o recebe nos braços, mas é complexo e extremamente tecnológico. E, graças aos cuidados mínimos adotados nesse novo normal e à vacina, temos conseguido viver, e não somente sobreviver. Por isso, aqui a minha estima pelas vacinas sempre veio à tona nas audiências e encontros que tivemos na Comissão da Covid, que se aproxima do seu encerramento, e também, Sr. Presidente, a fé na ciência, em especial a brasileira, porque foi trazido um desejo que, devo ressaltar, esteve endossado por todos os colegas: os estudos para a verdadeira corrida por imunizantes 100% nacionais.

Antes de falar especificamente como Relator do orçamento do ano que vem para a educação e também de como os processos educacionais podem transformar nossa realidade, eu quero aqui, Sr. Presidente, embarcar primeiramente nesse assunto básico, que é a questão da pandemia em si.

Eu devo dizer que já mandei as perguntas para os palestrantes, Sr. Presidente.

A Lei 14.187, que foi de minha autoria – e eu quero agradecer imensamente a V. Exa. e a todos os Senadores e todos os Deputados por terem aprovado por unanimidade esta lei –, sancionada há alguns meses, iniciou-se no âmbito daquela Comissão e materializou o sonho de levar mais vacinas ao Brasil e ao mundo, com a autorização para a produção de vacinas em plantas industriais de saúde animal. Por isso eu tenho muito orgulho, mas não foi uma luta só minha, é claro, foi uma luta de todos, como não foram só minhas as diligências às fábricas de vacina animal e também à central de selagem e as inúmeras reuniões com o Ministério da Saúde, a Anvisa e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Até mesmo a nossa economia, por meio do Ministro Paulo Guedes, sensibilizou-se com a causa, que é tão nobre quanto é a vida de cada ser humano, cada compatriota.

A obstinação pela educação, ciência e tecnologia, pelo cuidado com o ser humano, mostrou-se também com investimentos desta Casa em tempo e complementação orçamentária à pasta gerenciada pelo nosso astronauta Ministro Marcos Pontes, que tem dado larga contribuição ao ensino profissionalizante e científico.

E agora, Sr. Presidente, pensando nesse futuro em que devemos imunizar com terceiras, quartas e quintas doses, além de criarmos uma barreira sanitária capaz de deter novas cepas, é que tenho a felicidade de relatar brevemente a viagem que fiz ao Instituto Butantan em nome da Comissão da Covid, na semana passada, junto com o Presidente do Colegiado, Senador Styvenson Valentim, também o Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia Marcelo Morales, o Consultor do Senado Fábio Gondim e também a Assessora Parlamentar do MCTI Natália Milhomem.

Lá, Sr. Presidente, fomos recebidos com muita atenção pelo Diretor Dimas Covas e toda a sua equipe e atestamos a capacidade fabril de desenvolvermos imunizantes 100% nacionais em um curto espaço de tempo, como já fazemos com as vacinas da influenza, produzida pelo próprio Butantan, na mesma tecnologia, ou seja, na inoculação em ovo de galinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero aqui dizer que atestamos a necessidade de aproximar o Parlamento ainda mais das pautas educacionais, que originam pesquisadores aos institutos que produzem a ciência de ponta, de modo a desenvolver uma agenda que desembarace a nossa burocracia. Aliás, por muitas vezes, o País perdeu tempo demais com papéis e licenças, baseando-se em experiências do exterior, em vez de iniciar testes precisos, assegurados pelos mais renomados cientistas brasileiros.

Quero aqui também, Sr. Presidente, lembrar, aliás, que lá é produzida a vacina contra a gripe, a ButanVac, candidata a vacina contra a covid-19 do Instituto Butantan. Portanto, é uma empresa, um instituto de pesquisa, mas também é, hoje, uma fábrica já pronta para estar atendendo também a população. Por isso, a gente visitou essa fábrica, a fábrica de anticorpos monoclonais, e setores também do parque de ciência, assim como devemos fazer, em alguns dias também, na Fiocruz, lá no Rio de Janeiro, onde é produzida a vacina Oxford-AstraZeneca.

Todo esse trabalho, Sr. Presidente, em prol da ciência brasileira avançada é para abrir esse mercado promissor que tem como cliente principal o Brasil e é capaz de colocar no braço de cada brasileiro o imunizante verde e amarelo; que replique a capacidade de nossa gente e nos faça independentes do exterior, inclusive para estarmos preparados em caso de outras epidemias ou pandemias.

Assim, Sr. Presidente, ressalto que segue firme o meu compromisso de visitar a cidade de Salvador, Bahia, onde será aplicada a primeira vacina 100% brasileira, já na fase III dos testes – lá há a vacina de RNA –, junto com o MCTI, Cimatec e também o Senai baiano. A data prevista deve ser, ainda, até o final do mês, quando estaremos lá.

Sendo assim, Sr. Presidente, nobres colegas, renovo aqui a minha disposição para o trabalho diuturno nessa verdadeira missão de guerra, falando a cada brasileiro que passou pelo medo de ter a vida ceifada ou pela tristeza de perder um ente querido. Quero, assim, assegurar que o nosso relatório compreenderá todas as ações necessárias para evitar a perda de vidas e trazer alento àqueles que precisam da ciência e aos que a praticam, muitas vezes sem os investimentos merecidos, mas sempre de forma exemplar, como tem que ser todo o trabalho de lutar em prol do nosso País.

Quero, por fim, Sr. Presidente, lembrar que o orçamento do Ministério da Educação de 2022 deverá ter um aumento da receita na ordem de 28%, comparado... (*Falha no áudio.*)

Só um pouquinho, Sr. Presidente. Está havendo uma duplicação de áudio. Só um pouquinho.

Prossigo: deverá ter um aumento o orçamento de 28%, comparado ao deste ano. Com isso, Sr. Presidente, será possível adotar medidas para garantir o retorno seguro dos nossos estudantes para as escolas. Isto porque, como eu disse anteriormente nesta Subcomissão, é preciso que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas eficientes para a recuperação do ensino remoto, bem como daqueles que não se adaptaram bem ao uso das novas tecnologias educacionais. Somente assim recrutaremos cientistas e, melhor ainda, não os perderemos para o mercado externo ou indústrias estrangeiras. Como me relatou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das cientistas do Butantan, todo o trabalho no País, infelizmente – infelizmente –, ainda é movido pelo amor, muito mais pelo amor do que pela satisfação profissional.

O Brasil, que teve 260 dias de escolas fechadas até o final de janeiro deste ano, merece esse esforço, esse cuidado e também a esperança de que, juntos e com um orçamento robusto de fato, mudaremos a realidade, passando de um país consumidor para um país produtor das mais diversas tecnologias.

O berço do País é a educação, e o futuro da sociedade nesses tempos modernos, sem dúvida, é o conhecimento.

Presidente Arns, como o Ministro Milton Ribeiro tem dito, agora, na pandemia, os protagonistas foram os profissionais da saúde, os hospitais, os médicos. Agora, no pós-pandemia, os protagonistas deverão ser, acima de tudo, os nossos profissionais da educação, as nossas escolas e, principalmente, o professor – o professor valorizado acima de tudo. E nós temos que assegurar que essa volta às aulas seja a mais segura possível.

Por isso, Presidente Arns, eu, inclusive, estou trabalhando – tenho conversado muito com outros relatores, principalmente com a nossa Presidente Rose de Freitas e também com o nosso Relator Geral – para que a gente faça o orçamento do Ministério da Educação junto com o do Ministério da Ciência e Tecnologia, porque os dois terão que estar trabalhando em parceria para que a gente não tenha retrabalho, mas, principalmente, para que a gente possa então produzir as vacinas, garantir que a gente tenha essas vacinas brasileiras e garantir com isso também a segurança para a volta às aulas.

Sr. Presidente, eu já enviei as perguntas aos nossos expositores. Eu queria saber de V. Exa. se devo ler as perguntas ou se cada um, à medida que for falando, já poderia ler as perguntas que entende que são da sua pasta, da sua área.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Wellington, eu até preferiria que V. Exa. lesse o texto, para o entendimento de quem está nos acompanhando pelos meios de comunicação, e aí os expositores, já nas suas falas, na medida do possível, incluirão nas respostas as observações em relação às suas perguntas. Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, Sr. Presidente, as questões sugeridas são as seguintes.

Primeira. Muito vem sendo falado sobre o retorno seguro às aulas presenciais e sobre, também, a recuperação de conteúdos, devido às dificuldades de aprendizagem decorrentes das mudanças pedagógicas provocadas pela pandemia da covid-19. De certo, esses temas são de grande relevância, porém, bem menos se fala acerca dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação nesse contexto de crise sanitária, em que precisaram fazer diversas adaptações em seus planos de ensino, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar o desafio de, muitas vezes sem a devida capacitação, ministrar aulas e atendimento remoto, bem como lecionar simultaneamente no sistema presencial e no remoto.

Assim, conforme pesquisa do Instituto Península, o nível de ansiedade entre os profissionais foi de 67% no início da pandemia e, em novembro de 2020, caiu para 58%; já o descanso desses profissionais subiu, no mesmo intervalo, de 36% para 53%; e a sensação de estarem sobrecarregados também se elevou de 35% para 57%.

Diante desse contexto, eu aqui pergunto, primeiro, que medidas o sistema de ensino e as escolas vêm adotando para oferecer suporte aos profissionais da educação durante a pandemia em curso; segundo, que sugestões poderiam ser apresentadas para dar apoio mais efetivo aos profissionais da educação atualmente e no contexto do pós-pandemia.

Segundo item, Sr. Presidente. Os Municípios são frequentemente apresentados como o elo fraco da Federação em razão dos encargos que possuem e dos limitados recursos financeiros de que dispõem. Na educação, a oferta pública da educação infantil, etapa da educação básica com menor cobertura, encontra-se sob responsabilidade dos Municípios, que vivem às voltas com os desafios criados pela forte demanda social por vagas em creches e também pelo errático apoio financeiro federal ao setor, responsável por milhares de obras inacabadas – parece-me que só de creches, Presidente Arns, temos mais de 2 mil creches inacabadas no Brasil. Por isso, acho fundamental que o Poder municipal, que é o responsável, juntamente com os Estados, pela oferta desse ensino fundamental, seja cada dia mais consolidado. Em decorrência dessa situação, pergunto, primeiro, como os Municípios têm reagido aos desafios da oferta do ensino remoto, do ensino híbrido e do retorno às aulas presenciais; e quais os apoios específicos que os Municípios mais precisam da União para enfrentar esses desafios.

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

Vamos continuar acompanhando aqui.

Desejo que todos tenham uma boa fala, exatamente porque o objetivo é esclarecer, é trazer condições para que a gente possa ter a volta às aulas com segurança acima de tudo.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, membro titular, assim como à Senadora Zenaide Maia, que nos acompanha e é também Vice-Presidente desta Subcomissão.

Vamos iniciar as exposições.

Em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Professor Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), já agradecendo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor Heleno e ao Professor Manoel pela presença e pela participação constante dos dois, das duas entidades no Senado Federal, assim como na Câmara dos Deputados.

Com a palavra, então, o Professor Heleno.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Quero cumprimentá-lo e cumprimentar também a Senadora Zenaide Maia, o Senador Wellington Fagundes, o meu companheiro Manoel Humberto Gonzaga, Presidente da Uncme, e também todas as pessoas que nos acompanham neste ciclo de debates da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia.

Quero agradecer, mais uma vez, Senador Flávio Arns, o convite e a oportunidade de nós da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), entidade representativa dos profissionais da educação das escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, trazermos aqui as nossas posições, as nossas propostas de encaminhamento para que, de fato, possamos avançar no direito social e humano à educação pública para todas as pessoas do nosso País.

Senadores e Senadora, já dialogando com as questões apresentadas, com certeza, não temos respostas diretas nem específicas para a área da educação, mas vamos apontar estratégias necessárias para encontrarmos caminhos e respostas a essas questões.

Trato aqui da necessidade dos diálogos sociais e políticos que ainda não conseguimos estabelecer em nosso País. As audiências públicas e o convite para fazer as escutas no Congresso Nacional são os espaços em que ainda temos a oportunidade de colocar aqui as nossas ideias e de construir caminhos importantes para a educação, mas o mesmo não acontece na relação com o Poder Executivo. A todos os ofícios enviados pela CNTE ao Ministério da Educação até hoje não tivemos respostas durante o Governo do Presidente Jair Bolsonaro e dos ministros que passaram naquela pasta. Nenhum respondeu ao ofício solicitando um diálogo, uma conversa inicial de apresentação e de pontos que são necessários negociar nacionalmente e que têm interferência direta nos Municípios, nos Estados e no Distrito Federal. Até o presente momento, não tivemos a oportunidade de iniciar esse diálogo. E isso se repete em muitos governos estaduais e municipais em que as decisões são tomadas por pequenos grupos chamados de especialistas, desconsiderando os segmentos da comunidade escolar que estão no dia a dia das escolas e dos Municípios, as pessoas que conhecem as realidades, as necessidades e que podem muito bem contribuir com a formulação de políticas e estratégias que venham a reduzir todas essas questões que já foram levantadas aqui.

O segundo aspecto que eu quero levantar é que o Brasil está na faixa dos países com alto índice de desigualdade social, e não podemos nos descolar desse contexto, dessa situação ao debater educação na pandemia. Estar entre os países com alto índice de desenvolvimento social exige outras ações, outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas que seriam aplicadas em nosso País para tentar atender também a demanda social da educação, em um País federativo que, até o presente momento, não regulamentou o art. 23 da Constituição Federal, que foi sancionada em 5 de outubro de 1988 – 1988, e até hoje não houve a regulamentação desse artigo. Então, chamo atenção a este aspecto também para quem está nos acompanhando: pensar a educação na pandemia ou antes da pandemia exigia prática de políticas de acordo com o que nós já conquistamos na legislação brasileira. Ao não se regulamentar o art. 23 da Constituição Federal, hoje sofremos, somos penalizados com a ausência dessa regulamentação, como se o Ministério da Educação não tivesse a obrigação de cuidar da creche, da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Hoje, as políticas são tratadas como se cada ente tivesse que cuidar da sua parte, e, num País federativo e com o que está escrito na Constituição Federal, não é assim que deve acontecer. Então, é importante a gente trabalhar esse aspecto neste debate, nesta discussão.

Um terceiro aspecto – também já relacionado com as diversas questões aqui apresentadas pelos Senadores Flávio Arns e Wellington Fagundes – é afirmar que nós da CNTE somos os mais desejosos de voltarem as atividades presenciais. Não adianta mentir, não adianta nos acusar de que não queremos trabalhar, como foi dito pelo Deputado Líder do Governo em entrevista, chamando os professores de preguiçosos, dizendo que eles não queriam trabalhar e que é a única profissão que não queria trabalhar. Isso não é verdade, isso não é verdade! Um Deputado Federal falar algo desse tipo é uma vergonha para o nosso País, falar isso de uma categoria que o Senador Wellington Fagundes citou em uma pesquisa... Nós da CNTE também fizemos pesquisas junto com o Gestrado, um grupo de estudos da Universidade Federal de Minas Gerais, e temos dados que não são só de sindicalistas, são dados científicos, pesquisados. É terrível você ouvir um Parlamentar falar o que falou o Líder do Governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados e das Deputadas. Então, vamos limpar esse campo e dizer que nós trabalhadores e trabalhadoras da educação somos os primeiros – ou os segundos, porque os nossos estudantes, com certeza, estão na nossa frente – a querer retornar às atividades presenciais.

Agora, é importante lembrar toda a situação colocada aqui, como, por exemplo, a que foi colocada sobre a importância da vacina, a queda da infecção e de mortes com a vacina, mas temos preocupações, Senadores, Senadoras e quem está aqui nos acompanhando: hoje já há notícias e relatos de que outros continentes estão com o retorno do aumento da infecção da covid. Então, nós não podemos descaracterizar e nem desconsiderar esses fatos.

Alguns falaram aqui no Brasil – alguns Prefeitos até, que agora dizem que estão com dinheiro sobrando – que, no ano passado, não gastaram na educação, porque foram pegos de surpresa com as escolas fechadas em março de 2021. Como assim "pegos de surpresa"? A pandemia, antes de chegar aqui ao Brasil, já estava acontecendo no mundo. Então, não foi surpresa, foi falta de planejamento, falta de cuidado, falta de atenção, falta de pensar como nós atuaríamos num clima de pandemia, que, se estava no mundo, iria chegar ao Brasil, consequentemente. E dizer que foram pegos de surpresa com as escolas fechadas?! Não tem sentido esse argumento, não tem sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a importância que a vacina tem com a queda que ela provocou na infecção e nas mortes, mas agora há a preocupação em relação a esses continentes que avançaram, em que tiraram as máscaras, em que acabaram com o distanciamento e em que está retornando o aumento dos casos. A gente acha que não vai acontecer no Brasil? A gente acha que o Brasil vai estar imune com relação ao que está acontecendo em outros países e em outros continentes? Então, isso também devemos levar em consideração ao fazer esse debate da situação da educação dentro da pandemia.

Outro aspecto de que quero tratar, já dialogando também com as questões, é o de que, antes da pandemia, todas as preocupações que nós levantamos aqui já existiam. Defasagem na aprendizagem foi só na pandemia? Escola sem estrutura adequada foi só na pandemia? Profissionais sem formação adequada, só na pandemia? Claro que não! Isso era antes... E por que isso foi piorado com a pandemia? Porque também o que nós construímos coletivamente – e o Congresso Nacional ajudou nesse processo – foi desconsiderado neste País.

Chamo atenção para o fato de que, antes da pandemia, nós aprovamos um Plano Nacional de Educação. Os Senadores aqui presentes, com certeza, muito envolvidos, o Senador Flávio Arns, com certeza, a Senadora Zenaide Maia, muito envolvidos nesse debate, nos ajudaram a aprovar um Plano Nacional de Educação. E nós do movimento social educacional brasileiro afirmamos que é um plano que tem as nossas digitais, é um plano com 20 metas, das quais 17 foram construídas de forma coletiva com a Conae 2010, em que mais de 4 milhões de pessoas participaram. Nós fizemos uma interferência muito forte no Congresso Nacional, aprovamos o Plano Nacional de Educação e consideramos que esse plano é um plano de inclusão social, de inclusão escolar, de ampliar mais vagas públicas na educação profissional e superior, de políticas de valorização dos profissionais de educação, de melhorar o processo da gestão democrática nas escolas públicas deste País e de ampliar o financiamento da educação lá na Meta 20, com os 10% do PIB e com a regulamentação do Custo Aluno-Qualidade. Então, é um plano que tem a nossa cara, é um plano que traz a perspectiva de um cenário diferente para a educação brasileira, mas o que foi feito em 2016? Aprovaram também no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95. Então, enquanto existir a Emenda Constitucional 95, companheiras, companheiros e pessoas que estão aqui nos assistindo, todas as perguntas que vocês fizeram não vão sair do papel.

Esta Comissão temporária, que, com certeza, após as audiências, vai indicar políticas, medidas e estratégias necessárias para que a educação, de fato, seja concretizada como direito social e humano, no seu relatório, deve indicar o fim da Emenda 95, porque todas as questões que nós temos aí... As perguntas foram assim: o que o Prefeito, o que o Município, o que a escola têm de estratégia? Não têm, companheiros, não têm, companheiras, porque nós dependemos de recursos públicos, nós dependemos de políticas públicas e nós estamos sendo atacados constantemente, sem condições de desenvolver as nossas atividades, tendo a imposição de um currículo feito pela fundação privada, capitaneada pela Fundação Lemann, que quer impor empreendedorismo às nossas escolas, tirando a nossa autonomia na perspectiva de currículo. Enquanto existirem essas políticas, essas questões que vocês levantam não vão ter avanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atacar a Emenda 95 é a principal estratégia que nós temos para reiniciar um processo de concretização, de implementação do nosso Plano Nacional de Educação, que vai até 2024 e que não consegue sair do papel, porque Prefeitos, Governadores, Governadoras estão impedidos de avançar em políticas importantes de inclusão na área da educação. Então, é importante esse elemento.

Durante a pandemia, principalmente naquele período de março a maio, que foi aquele descontrole, sem se saber o que fazer – fechando escolas e tudo mais –, nós tentamos buscar o diálogo social para contribuir com esse processo. Não nos escutaram, não nos deram oportunidade de participar do processo.

Em junho, repito, a CNTE fez uma pesquisa junto com o Gestrado, que fez a pesquisa e convidou a CNTE para mobilizar, na Universidade Federal de Minas Gerais. Essa pesquisa está aí com material produzido, com dados fundamentados, com dados concretos. Foram quase 16 mil respondentes a essa pesquisa em todo o País, todos os Estados deram resposta a essa pesquisa. Então, é uma pesquisa aprofundada, ampla, que dá uma leitura sobre a nossa situação e que usamos como parâmetro para este debate da pandemia durante este período, com fatos que nós já conhecemos aqui de profissionais que tiveram que se desdobrar para dar conta do processo de interação com os estudantes, que tiveram que buscar formas individuais.

Senador Flávio Arns, a pesquisa aponta que mais da metade dos professores e das professoras dividiam o seu equipamento com alguém dentro de casa. Quem tem seu equipamento próprio sabe o que é isso: "Eu tenho que parar aqui, porque eu tenho que entregar para a minha filha, para o meu marido, para a minha esposa, tenho que dividir o material aqui". Então, a pesquisa mostra isso; desde junho de 2020, já se apontava isso. E o que nós tivemos? Tivemos um Presidente que vetou o que o Congresso aprovou: 3,5 bilhões para garantir equipamento e internet a esses profissionais e aos estudantes.

Aqui em Pernambuco, Senador, professoras nos procuravam: "Alguém do sindicato aí tem celular sobrando, que não está usando, porque eu estou procurando um celular para emprestar para o meu aluno, pois meu aluno não está conseguindo ter acesso às aulas, e eu quero que ele tenha acesso às aulas, ele precisa de um celular, e, então, se alguém tiver celular sobrando, me empreste aqui que eu vou emprestar para o meu aluno, depois a gente dá um jeito de devolver".

Estamos falando dessa realidade, dessa situação quando eu chamei aqui o segundo aspecto, que foi o de o País ter um alto índice de desigualdade social que nós temos. Esses 19 milhões de pessoas que vivem na miséria são os nossos estudantes, são os jovens e adultos que não concluíram a educação básica. Estamos falando dos que estão na pobreza que estão dentro da escola pública, é disso que estamos falando.

Por isso é que botar um veto naquela conquista que o Congresso Nacional teve lá, de 3,5 bilhões para garantir equipamento e acesso à internet, foi mais um crime contra as nossas crianças, os nossos profissionais de educação, professores e professoras durante o processo da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no processo da pandemia é que tivemos a aprovação da Emenda Constitucional 109: "Ah, porque tem que ter o teto, tem que ter o teto, o servidor público é a desgraça do Brasil, tem que segurar, o poder público não pode gastar muito". E aí colocam mais uma emenda constitucional, que é a Emenda Constitucional 109, proibindo contratações de novas pessoas. Várias pessoas perguntaram: "Quais as estratégias vocês têm aí para recuperar aprendizagem dos alunos durante a pandemia?". Como é que a gente recupera sem profissionais?! Durante a pandemia, em 2020 e 2021, muitos de nós se aposentaram. Como é que você vai recuperar a aprendizagem com um número menor de profissionais da educação?

Senador Flávio Arns, há um estatístico lá da Universidade Federal de Minas Gerais, o Edmilson Pereira, que está fazendo um estudo bastante interessante nas capitais. Ele está mostrando, na contratação de efetivos e temporários em cada capital, o número de profissionais que nós já perdemos no final de uma gestão e outra. Está comparando 2016 com 2020. Há casos que são absurdos! Há capitais que reduziram 1,5 mil professores.

E como é que eu tenho a Emenda 109? Ela diz o seguinte: "Olhe, se você alcançar 85% da receita total, você já pode ser impedido de fazer concurso público, de contratar; se chegar a 95%, não pode mesmo". Como é que o Congresso aprova uma emenda dessa e quer discutir a questão da educação na pandemia para garantir o acesso à educação dessas pessoas?! Então, sobre isso nós precisamos refletir, precisamos pensar, porque são medidas tomadas que são totalmente contraditórias aos objetivos que nós queremos, de uma educação de qualidade para toda a população brasileira. Nós temos que ter força para reverter esse processo.

O Senador Flávio Arns é um dos lutadores aí, está trabalhando, discutindo e questionou a PEC 13. A PEC13, para vocês que estão aí nos acompanhando, quer autorizar não punir Prefeitos e Governadores que não aplicaram os 25% da educação em 2020, e já foi aprovado no Senado também para 2021. Eu confesso aqui que nós estamos preocupados com essa PEC 13 na Câmara – vocês sabem como é que é na Câmara. Nós colocamos aqui – o Senador Wellington lembrou – o Fundeb, que foi uma conquista importante, mas o que a Câmara fez com a regulamentação do Fundeb foi terrível para nós. O Senado corrigiu, foi ótimo; o Senado tomou postura, corrigiu a questão da regulamentação. Agora, o que a Câmara fez foi um desastre para o Fundeb. E, agora, essa PEC 13 está na Câmara. E há muita gente lá querendo estender isso. Por quê? Porque aí no Senado tramita a PEC 188, que quer acabar com os 25% da educação. Ora, como vamos avançar se há propostas querendo acabar com os recursos vinculados à educação?! O bom é que essa PEC 188 não está tramitando, não está andando aí no Senado, mas, na PEC 13, foi tentado no Senado substituir, foi tentado no Senado fazer a fusão dos recursos vinculados tanto à educação quanto à saúde, foi tentado fazer um movimento de encaixar o conteúdo da PEC 188 na PEC 13, como fizeram com a PEC 186 na Emenda 109 – puxaram lá e encaixaram perspectivas ali dentro. Então, é importante a gente também fazer esse enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC 23, que para nós aqui do Nordeste é terrível, é o calote dos precatórios. Você foi prejudicado durante o Fundef, ganha na Justiça o direito, e agora, de novo, querem prejudicar os professores deste País, os profissionais da educação.

Quanto à PEC 32, estamos lutando para evitar que seja aprovada, estamos ganhando a disputa até agora, mas até quando vamos segurar enquanto isso não for arquivado na Câmara?

São medidas que precisam ser atacadas de forma macro, porque elas interferem diretamente dentro do espaço da escola, interferem em cada Município do nosso País.

Por isso, para finalizar, Senador, a perspectiva de um pós-pandemia... E estávamos até sonhando, pensando e acreditando que a gente iria sair em uma pós-pandemia, mas, agora, essas novas notícias de alguns países da Europa de um retorno nos preocupam.

Mas a perspectiva do pós-pandemia só será concretizada com relação ao direito à educação se fizermos os enfrentamentos a essas PECs para que, de fato, possamos retomar, após a pandemia, dentro da pauta das 20 metas do Plano Nacional de Educação. Aí, sim, será uma referência importante que nós vamos discutir.

Por isso é que a Conape de 2022 está fazendo esse debate, está fazendo as etapas municipais, que estão se encerrando agora; e vamos entrar nas etapas estaduais. Hoje temos a etapa estadual da Conape em São Paulo, o maior Estado e o mais rico do nosso País – ela acontece hoje e vai preparar para a etapa nacional, que vai ser em julho de 2022.

Então, essa Conape (Conferência Nacional Popular de Educação) avaliará esse contexto, de que eu trouxe um pedacinho aqui, mas já apontando perspectivas para as eleições de 2022, para que, de fato, possamos ter uma bancada aí no Senado, na Câmara e no Poder Executivo comprometida de fato com a educação pública como direito humano e social para o nosso povo.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço ao Professor Heleno Araújo, Presidente da CNTE, os muitos pontos para todos nós, em conjunto, refletirmos e pensarmos se queremos, de fato, alcançar o grande objetivo da educação de qualidade para a transformação social. Muito boa a apresentação. Agradeço de novo. E eu nem diria a apresentação, mas a reflexão sobre tudo o que está acontecendo no Brasil.

Passo, em seguida, a palavra ao colega, amigo e professor também, Manoel Humberto Gonzaga Lima, que é Presidente da Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e atual coordenador do Fórum Nacional de Educação, uma instância importante, interessante e necessária, onde todos esses atores se reúnem regulamente para debater os desafios da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Professor Manoel. Seja bem-vindo de novo! – assim como o Professor Heleno.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu aproveito para saudá-lo e agradecer a gentileza do convite de a Uncme poder participar de tão importante discussão neste momento da educação brasileira.

Quero saudar também o Senador Wellington Fagundes e parabenizá-lo pela apresentação já proporcionada no início desta audiência; e a Senadora Zenaide Maia, que também nos prestigia no dia de hoje, fazendo parte desta Comissão.

Quero dizer da perspectiva que nós Conselheiros Municipais da Educação temos, que é a de fazer um trabalho em conjunto com os professores deste Brasil, meu caro Heleno Araújo, que preside essa tão importante instituição dentro de um cenário da educação brasileira. É um prazer enorme, mais uma vez, compartilhar esta Mesa ao seu lado.

Eu quero, inicialmente, dizer que a Uncme é uma entidade – queria apresentar muito rapidamente – de 29 anos. Faremos 30 anos no próximo ano, quando esperamos fazer uma grande festa – não é? – para poder celebrar talvez o pós-pandemia, com os 30 anos da Uncme lá em julho. Já será um tempo aí que dará para analisar todo esse resultado das vacinas que estão ocorrendo em todo o cenário dos Estados brasileiros.

Hoje somos mais de 5,2 mil conselhos criados. A pandemia, talvez, tenha freado um pouco o incremento que a Uncme fez nos últimos cinco anos principalmente, com crescimento na discussão da legislação educacional, com a filiação dos Cacs-Fundeb desde 2017, proporcionando uma discussão também na amplitude do financiamento da educação brasileira. Isso nos dá aí hoje uma tranquilidade de 60 mil conselheiros, muitos professores, muitos diretores e muitos representantes da sociedade civil, discutindo a educação como um todo. E é assim que nós tentamos nos comportar nesse período tão conturbado que nos surpreendeu a partir de março de 2020.

Eu quero ressaltar aqui um trabalho que fizemos rigorosamente antenados com várias instituições parceiras. Cito a Undime como uma das referências de um diálogo permanente que tivemos, analisando todos os momentos daquele período inicial que tivemos. Como pensávamos inicialmente que em até três ou seis meses poderíamos já estar de volta, reorganizamos calendários, e aí, de repente, fomos surpreendidos com o ano de 2020 totalmente atípico daquilo que estávamos acostumados a fazer, que era acompanhar a legislação municipal, em regime de colaboração, em regime de parceria com os governos estaduais, principalmente numa extensão maior com o cenário do Conselho Nacional de Educação e, consequentemente, com o Governo Federal.

E aí nós temos hoje algo a discutir. As duas resoluções que o Conselho Nacional aprovou, a 02, de 2020, e 02, de 2021, conseguiram talvez orientar os conselhos municipais do Brasil de poderem, pelo menos, regularizar os anos letivos de 2020, dentro dessa precariedade evidentemente constatada com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ausência de uma tecnologia compatível com o que as escolas realmente precisavam – precisavam, não: precisam! – ter para poder exercer um papel que imaginamos também poder ser útil no futuro quando tratarmos da possibilidade de um ensino híbrido ainda em 2022, emparceirado com as aulas presenciais.

E a nossa preocupação vai justamente em nos "antenarmos" com as redes municipais de ensino. Entendemos que, cada vez mais, nos Municípios nós temos o melhor quadro para se analisar onde os problemas realmente existem. Nós temos hoje o entendimento de que todo esse trabalho que é feito passa por uma parceria entre Estados e Municípios, que podem fazê-la de uma forma muito efetiva. Nós entendemos, por exemplo, que a legislação de 2021 dificilmente servirá para se adequar a 2022, mas precisamos debatê-la, reafirmando, sobretudo, a defesa do direito à educação e à qualidade social que devemos atingir em prol, cada vez mais, de uma educação laica, pública, inclusiva e equitativa no enfrentamento da exclusão escolar. Esse é o maior desafio que teremos, Senador Flávio Arns e Senador Wellington Fagundes, nessa primeira provocação que os senhores nos fazem.

Nós precisamos ter realmente uma consciência – a partir deste momento adquirida, e isso está bem patenteado entre os conselhos municipais de educação – da exclusão escolar que nos foi imposta em 2020 e que continua com relativa agressividade ainda em 2021. Nós temos alunos que nem sequer tiveram aulas ainda nesses períodos. Há aqueles que estão afastados – e me parece que houve uma das perguntas, da Risalva, no primeiro momento em que o Senador Flávio Arns abriu esta audiência, em que ela falava das escolas do campo. Existe aí talvez o nosso maior questionamento: o de como recuperar esses alunos que foram afetados de uma forma mais direta, dentro de uma possibilidade cada vez mais complicada de tecnologia, e como eles conseguiriam superar.

Vamos trabalhar efetivamente. Estamos tendo já um estudo preliminar feito pela diretoria da Uncme, para que em 2022 os nossos calendários atendam rigorosamente todas essas perspectivas de recuperação. Nós entendemos ainda que os padrões mínimos exigidos devem ser estudados e verificados no momento oportuno.

Temos uma impressão de que, neste momento de discussão – e aí eu quero ressaltar o trabalho feito pelo Senado Federal em muitos momentos como este, em que abre um espaço realmente devido, para que possamos trazer aqui as nossas reflexões, e fizemos isso com muita intensidade na aprovação do Fundeb, eu me lembro de que todos nós estivemos juntos naquela batalha do Fundeb permanente... Eu diria assim: na discussão final do relatório da Câmara – o Heleno tratou disso rapidamente –, ela tentou fugir um pouco daquilo que foi discutido inicialmente, e o Senado corrigiu de uma forma muito rápida e hábil, e temos uma perspectiva cada vez mais forte de termos esse Fundeb colaborando de uma forma direta, com o sucesso que nós ajudamos a atingir.

A Uncme, por exemplo, tem defendido – está lá no art. 48 da Lei 14.113 – que os Conselhos Municipais de Educação tenham uma situação de agregação diferente, com a integração dos Cacs-Fundeb aos Conselhos Municipais de Educação. Assim, teremos realmente uma discussão que caminha para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Municipal de Ensino, discutindo o financiamento e a legislação de forma contínua e ampliada. Nós estamos trabalhando com alguns exemplos em cada Estado desse tipo de conselho que já apresentam resultados significativos, quando você tem uma câmara do Fundeb ativa, com todos os direitos e obrigações que estavam previstos na Lei 14.113, e há uma Câmara de Legislação e Normas que acentua a legislação pertinente a essa aplicação de financiamentos e um pleno ampliado em todos os sentidos, para que essa discussão se aprofunde sempre que for necessário.

Quando nós fomos fazer esse conjunto e encontramos situações diversas de ampliação – exemplo da atuação do Conselho de Alimentação Escolar, que foi tão útil em todos os sentidos agora no período de pandemia, com a distribuição de merendas às famílias, do *ticket* do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para que as famílias pudessem minimizar um pouco o sofrimento que estavam sofrendo naquele momento –, nós encontramos talvez o retorno de que precisamos nos Municípios brasileiros de implantarmos de uma forma ativa o Sistema Nacional de Educação. E olha que eu tive o cuidado de levantar, meu caro Senador Flávio Arns, Senador Wellington Fagundes, Senadora Zenaide e meu caro amigo Heleno Araújo, que hoje já existem no Brasil mais de 3,4 mil Municípios com sistemas municipais implementados. No momento em que nós estamos discutindo aqui as duas propostas de Sistema Nacional – a do Senado e a da Câmara –, muitos Municípios já estão exercendo esse papel.

Eu tenho trazido sempre um exemplo muito interessante de um sistema criado no Município de Alta Floresta, que conseguiu agregar, dentro de uma legislação, esses três conselhos atuando plenamente em prol de um objetivo. Isso enaltece o trabalho que a Uncme realiza, acompanhando principalmente a formação de conselheiros em todo o Brasil. E, quando eu falo de formação de conselheiros, eu quero também referendar, mais do que nunca, a necessidade da formação, eu diria, da adequação dos professores para o ano de 2022.

Esse dado que o Heleno nos traz é um dado preocupante, eu tinha conhecimento brevemente, mas acho que cada vez nos preocupa muito essa aposentadoria e as mortes também de vários colegas do magistério, que nos afetaram psicologicamente, além desse prejuízo dentro da composição necessária para as escolas.

Mais do que nunca, os conselhos municipais precisam, e devem, e estão atentos dentro dessa discussão que imaginamos necessária em todos os Estados. Eu me lembro de que, no início da pandemia – já respondendo também e me integrando aqui um pouco dentro do que o Senador Wellington nos provoca sobre as medidas de ensino que nós tivemos antes desse processo que se avizinha agora do retorno às aulas –, nós fizemos aqui uma ação nacional, que se chamava Uncme Convida. Nós chamávamos aqui, a cada semana, parceiros de várias frentes para discutirmos o momento da pandemia. E eu casualmente, ao preparar esta apresentação, me deparei com alguns temas que eu vou ler para vocês muito rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Projetos Político-Pedagógicos em Época de Pandemia e à luz da BNCC – necessária a discussão –; A Regulação e Controle das Atividades Pedagógicas no Período da Covid-19; Covid-19: Retorno às Aulas e Preocupações e Providências. E por aí vai, sempre com o covid priorizando as nossas discussões, aí trazendo uma discussão necessária para nós conselheiros municipais de educação.

E por último nós fechamos aqui com o último convite de 2020 – o de 2021 não fizemos ainda – tratando de um tema que se chamava A Humanização em Tempos de Pandemia. E tudo isso continua muito presente nesse momento em que se avizinha o retorno às aulas presenciais. Precisamos projetar cada vez mais essas discussões nas escolas através dos projetos político-pedagógicos. Temos que nos manter rigorosamente ativos ao monitorarmos todas as ações que irão acontecer a partir de janeiro de 2022.

Eu quero aqui fazer um agradecimento muito especial ao Conselho Nacional de Educação, a Presidente é a Maria Helena, que tem nos convidado para todas as reuniões plenárias do Conselho Nacional de Educação. Acho extremamente positiva a presença da Uncme, da Undime, do Consed, do Foncede, da CNTE, evidente como entidade aglutinadora dos professores no Brasil, em momentos de discussão como este. Precisamos estar atentos.

Há pouco, quando Heleno lembrava aí essa pesquisa tão relevante que foi feita pela Universidade de Minas Gerais, eu me lembro de que nós fizemos uma *live*, inclusive, a convite da CNTE, discutindo o momento que estamos vivendo, lá em 2020, e algo que ficou muito forte foi a sensação de impotência que tínhamos de não reagir de uma forma mais positiva pela força com que a covid nos encostava na parede, como diz aqui no Estado de Sergipe. Quando o cara se vê acuado aqui, Heleno, ele diz que está encostado na parede. Isso é algo muito, muito grave, e nós precisamos apresentar respostas, Senador Wellington Fagundes, a esse efetivo de profissionais dentro de um contexto de pós-pandemia, e eu não vejo uma outra saída que não seja a formação efetiva dos novos professores, que podem ser contratados, enfim, a substituição que talvez seja necessária nesse momento que eu entendo de discussão cada vez mais forte.

A Uncme tem se emparceirado muito forte com algumas instituições, as quatro que eu já citei – a Undime, o Foncede, o Consed e a própria Uncme, dentro de um contexto de discussão –, mas recentemente fomos convidados e estamos participando ativamente do Gaepe, que é um grupo especializado, formado pelos tribunais de contas e pelo Ministério Público e que tem trazido sucessivas contribuições a esse cenário, contribuições realmente muito fortes, com a participação dos principais organismos da sociedade brasileira e que têm atentado para soluções práticas.

Na Uncme, nós temos endossado praticamente todas as sugestões que trazem a necessidade de fiscalização mais rigorosa, fiscalização mais ativa, mas principalmente as que tragam sugestões positivas para este novo cenário que iremos enfrentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente o retorno presencial acaba sendo preocupante. Nós temos discutido isso desde 2020. A Uncme, no seu cenário de trabalho e no seu estatuto, prevê a realização de 26 encontros estaduais. Fizemos isso em 2020, em formato virtual, e estamos repetindo agora em 2021. Já estamos no 18º encontro; o próximo encontro é o de Mato Grosso do Sul. É uma discussão em que sempre esse cenário aparece de forma muito nítida em cada Estado da Federação e, por extensão, em todos os seus Municípios. E culminamos com a discussão que ocorreu também ano passado, de forma virtual, e que vai ocorrer neste ano, de forma híbrida – é um avanço: é uma avaliação que vamos fazer de todas essas discussões e que será realizada em Sinop, no Mato Grosso. Já agradecemos, inclusive, ao Senador Flávio Arns, que já confirmou sua presença para discutir a posição do sistema municipal de educação, que está no projeto do Senado Federal. E vamos levar todos esses resultados para discussão em 2021, nessa amplitude a que aqui me refiro.

Cada vez mais eu entendo que algumas situações nós podemos ajudar a resolver, até porque a Uncme hoje é a única instituição que, em nível de legislação, está plantada em praticamente todos os Municípios brasileiros. Até quando não existem conselhos municipais de educação, nós temos representação nos Cacs-Fundeb, no Conselho de Alimentação e nos fóruns municipais de educação, que retornam agora nesse último cenário com uma relativa força de trabalho.

Recentemente, participei de dois grandes eventos: um em Manacapuru, no Amazonas, e outro em Ponta Grossa, em que fui representado pelo nosso querido Professor Ítalo e por outro professor – me falha a memória de quem acompanhou o Professor Ítalo nessa discussão. E vejo com muito otimismo essa discussão voltando também no cenário dos Municípios através dos fóruns municipais de educação.

Os fóruns estaduais também estão dando uma resposta ativa em todos os momentos dessa discussão e também no processo de retorno às aulas, no processo de regularização de seus calendários, numa discussão forte com os conselhos municipais e estaduais em todos os sentidos possíveis.

De forma geral, eu entendo que as estratégias educacionais para os próximos anos têm que estar sempre relacionadas com esse regime de colaboração e discussão. O Senado Federal dá um passo importante no dia de hoje. Inclusive, já deu anteriormente, conforme anunciou aqui o Senador Flávio Arns, mas mais do que nunca se torna necessária a ampliação desse debate.

Este ano de 2021, até dezembro, que já se avizinha, eu vejo como uma espécie de treinamento intensivo para o que vamos passar em 2022. Nós vamos também procurar em todos os momentos discutir e apoiar o estabelecimento de padrões mínimos e assegurar que as normas complementares do calendário escolar e as atividades pedagógicas possam garantir os direitos e objetivos à luz do projeto político-pedagógico, como afirmei há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo, mais do que nunca, que esse é um ponto de discussão, a partir do Conselho Nacional de Educação, que passa efetivamente pelos conselhos estaduais e municipais. É um regime de colaboração, parceria e cooperação mais do que nunca necessário.

Permitam-me falar muito rapidamente sobre as últimas atividades do Fórum Nacional de Educação e dizer que elas também caminham num processo de discussão muito amplo, muito necessário para o cenário da política educacional brasileira em 2023. As nossas etapas municipais foram estendidas até 31 de janeiro de 2022, iremos realizar as nossas etapas estaduais entre março e abril de 2022 e faremos a nossa etapa nacional em novembro. É mais do que nunca a perspectiva de alinharmos todas as propostas que vão surgir a partir das etapas municipais – aliás, que já estão surgindo – e das etapas estaduais, para podermos entregar ao novo Ministro da Educação propostas reais para o futuro da educação brasileira. Essa é a nossa grande visão, é a visão que a Uncme tem tentado levar numa discussão ampla no cenário da educação brasileira, com todas as instituições.

Reunimo-nos recentemente com a CNTE. Mesmo havendo pontos que parecem divergentes, tenho a impressão de que iremos nos encontrar em algum momento dessa história, dentro do trabalho que essas duas instituições têm feito para o equilíbrio da educação em toda sua extensão ao longo de todos esses anos.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer que concordo plenamente quando o Senador Wellington Fagundes nos traz aqui o cenário que os Municípios passam a apresentar nessa afirmação que acho que pode ser revertida. Mais do que nunca, os Municípios podem se tornar o elo fortalecido, o sustentáculo da discussão.

Precisamos restabelecer... Concordo plenamente com o Professor Heleno, que me antecedeu, quando ele fala dessa necessidade de revertermos a Emenda Constitucional 95. É uma posição que a Uncme defendeu em 2016 e continua defendendo até hoje. Há um travamento muito grande no processo de financiamento da educação brasileira em seus Municípios, superado muitas vezes com muito esforço e muita determinação de alguns gestores.

Temos a impressão de que o Plano Nacional de Educação, na essência da sua discussão, merece e pode ser discutido dentro de um formato cada vez mais amplo. Recentemente fomos surpreendidos por uma boa notícia, trazida pela Secretaria de Educação Básica ao implementar o +PNE e o acompanhamento dentro de um contexto da plataforma do PAR, dando condições para que nós, conselheiros municipais da educação, pudéssemos vislumbrar exatamente as metas que estão sendo cumpridas rigorosamente em cada Município brasileiro. O Plano Nacional de Educação dificilmente irá cumprir as metas de sua extensão se os planos municipais e estaduais não tiverem esse cumprimento com eficiência e eficácia. E isso nos faltava. A nós chegavam os dados fornecidos pelo Inep, muito interessantes por sinal, ao longo do período de 2015 para cá, mas nos faltava o instrumento necessário, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plataforma que pudesse deixar os conselhos municipais da educação com amplitude e conhecimento ao Simec.

Isso está sendo providenciado, e eu quero aqui ressaltar, como um ponto positivo do trabalho da Secretaria de Educação Básica, que a Uncme e a Undime têm apoiado de uma forma incessante. Acreditamos que vamos talvez recuperar até 2025 alguns dados que não foram possíveis até 2021.

Eu quero me colocar à disposição, caso eu não tenha atendido os objetivos aqui pretendidos – eu acho que o meu tempo está próximo de se esgotar –, e dizer que a Uncme, através de seus conselhos municipais de educação filiados e aqueles a que nós damos assistência de uma forma direta e indireta, irá proceder também a um trabalho intensivo de apoio às redes municipais. É um termo de cooperação já firmado com a Undime e com o Consed para que possamos trazer, no máximo até o início das aulas do período letivo de 2022, uma proposta ampla e com perspectiva de resultados para o ano letivo que começa no próximo ano.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço ao Professor Manoel Humberto. Eu acho que o senhor foi extremamente preciso, importante nas afirmações. E é importante traçar esse quadro também da atuação dos conselhos municipais de educação para que todas as pessoas que nos acompanham saibam da magnitude, da qualidade, da eficiência da descentralização do que a Uncme vem fazendo pelo Brasil.

Obrigado, professor.

Eu quero destacar agora a presença da Senadora Zenaide Maia – já havia feito antes –, Vice-Presidente desta Subcomissão – não é, Senadora Zenaide? –, uma pessoa altamente sintonizada com a educação, mas também com direitos humanos, oportunidades, valorização das necessidades fundamentais do povo brasileiro. Ela tem se manifestado com bastante frequência nesse sentido.

Então, com alegria, Senadora Zenaide, colega, Vice-Presidente, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Flávio Arns, que é um grande defensor... Eu costumo dizer o seguinte: sem defender a educação, não se defende democracia, não se defende desenvolvimento e nem ciência e tecnologia. Então, enquanto a gente neste País estiver tirando, contando os centavos da educação, considerando a educação uma despesa e não um investimento... Isso não é inventar roda, porque o mundo que descobrir que a educação é como vai crescer... Como o país vai crescer sem educar as pessoas?

Por exemplo, eu queria aqui citar o exemplo, que a gente cita muito, dos Estados Unidos. Quando eu era Deputada e estive na ONU, foi abordado... Os americanos quiseram mostrar que tudo deles é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor. E uma coisa que eu perguntei: "Os senhores são a maior economia do mundo há muito tempo, os senhores exploram quase todos os países da Terra, como os senhores me explicam possuir a segunda maior população carcerária do mundo?". Há algo errado, não é, Senador Flávio Arns? Não tem explicação. Só pode ser porque está faltando investimento correto para educação.

Mas eu quero aqui cumprimentar esses professores, que eu chamo de educadores. Professor é aquele que ensina você a passar num processo seletivo. E o Professor Heleno e o Professor Manoel são educadores, eles enriquecem os seus alunos, jovens, crianças, adolescentes e adultos, com conhecimento, que é o maior empoderamento que se pode dar a alguém. Como se falou aqui: nós já tínhamos uma certa dificuldade na educação, mas em 2015 – eu era, então, Deputada – eu via claramente que existia um foco, que em 2016 piorou, uma tendência a querer desvincular os recursos da educação, da saúde. Você imagina se desvincular. Mas nesse Governo foi, assim, escancarado.

O meu colega aqui, o grande Senador Flávio Arns, presenciou muitas vezes, na Comissão da Covid, o Ministro da Economia dizer: "Para que vincular? O Congresso, os Parlamentares é quem têm que dizer onde se devem botar os recursos". Gente, isso me apavorava. E olha que eu sou nordestina e a gente não tem medo de muita coisa. Mas quero dizer o seguinte: não são os professores, não são os servidores públicos que são privilegiados neste País. Privilegiados neste País são grandes empresas que fazem o extrativismo da nossa terra.

Vamos falar aqui de petróleo. Está aí matando a população. Como se tem uma empresa brasileira... A gente não está querendo que ela dê prejuízo, mas ela não pode ter lucros estratosféricos extorquindo a população brasileira. Que empresa é essa? Como é que é feito? – como se falou aqui.

Na época em que o Senador Flávio Arns e eu estávamos nessa luta para constitucionalizarmos o Fundeb e, ao mesmo tempo, aumentarmos os repasses do Governo Federal para melhorar o atendimento à saúde básica, fundamental... Da saúde, não; da educação. Desculpe, como eu sou médica, eu fico querendo botar tudo para a saúde.

Mas quero dizer o seguinte: a Emenda nº 95, como foi falado aí, já foi grave. Nenhum país do mundo, mesmo na pior situação econômica, botou na sua Constituição que ia congelar por 20 anos os recursos da saúde, da educação e da assistência social. Aí o que é que foi feito? Em seguida veio a MP 795 – e eu não esqueço nunca dessa MP –, a famosa medida provisória de 1 trilhão. O Brasil fez renúncias fiscais para petroleiras em geral – Exxon, Shell, British Petroleum – de todos os impostos, inclusive o Imposto de Renda, por 25 anos. Eu acho que o senhor ouviu falar na MP de 1 trilhão. Está aí até hoje.

Além de esse povo tirar tudo dessa gente, os nossos recursos naturais, a gente exporta para lá o petróleo bruto e importa o combustível em dólar. E os professores e servidores públicos recebem em real. E eu não entendo por que o comércio e a indústria brasileira não estão se movimentando contra isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque está matando o comércio e a indústria. Só quem tem lucro neste País são os bancos e os grandes exportadores.

Dois, eu quero que guarde aí essa lei. Essa lei, a MP do trilhão, é a 13.586.

Mas, amigo, lembro que o Senador Flávio Arns, então, em 2019 e 2020, quando a gente debatia o Fundeb, descobriu que existe a Lei 9.249 – e o povo tem que saber que não tomou conhecimento –, de 1995, que começou a valer em 1996, que liberou imposto de renda sob lucros e dividendos. E lembra, Flávio, que, quando a gente fez o levantamento junto à Receita Federal, nós só pegamos quem fazia retiradas, sejam pessoas físicas acionistas de grandes empresas, sejam bancos. Eles fazem retirada do que querem dos lucros e zero de imposto. Agora, um trabalhador, um professor que ganha R$1.905 já paga imposto de renda. Então, a gente descobriu que havia 21 mil brasileiros e brasileiras que faziam retiradas de no mínimo R$300 mil – nós nem fomos saber abaixo de R$300 mil –, o que dava R$120 bilhões que o Governo deixava de arrecadar para a educação, gente.

Por isso que eu parabenizo vocês. A gente tem que mostrar ao povo que não está faltando dinheiro. Estão deixando os recursos dos impostos que seriam para educação para encher o bolso de quem já tem muito. Aí aparece o que aparece.

Por exemplo, com essa PEC do Fundeb, com que vocês estão preocupados, a gente também está. Mas sabe como é que o Governo faz maliciosamente? Ela indexa isso aí ao pagamento do Renda Brasil. Eles destruíram o Bolsa Família, que se encerrou agora – o povo nem tem Bolsa Família, nem tem auxílio emergencial –; e esse Renda Brasil... Aí por quê? Os Parlamentares que votarem contra... Vai dizer que fomos nós que deixamos os mais de 20 milhões na extrema pobreza, como foi falado por Heleno Manoel aqui.

E quero dizer o seguinte sobre essa crise da educação: em 2019, a gente já tinha, em dezembro, 13,5 milhões na extrema pobreza; e, como foi falado, são alunos da escola pública. E outra coisa que a gente tentou não aprovar foi... Poucos Prefeitos não investiram os 25% na educação, porque disseram que não tinham onde investir. Ora, gente, escolas sem sanitários, faltando internet... E esse povo não... A gente tentou barrar, não foi, Flávio? Tentamos barrar isso aí. Como não investiu? Mas aí chega a um ponto que é para satisfazer uma minoria de Prefeito que não tinha usado, para ser beneficiado por não passar isso.

Então, é preocupante essa política. Isso aqui não é questão de a gente ser do partido amarelo, verde, azul; isso aqui é a gente defender o povo brasileiro. E é isso que o Senador Flávio Arns faz, é o que a gente vem tentando fazer nessas Comissões. E, para isso, nós estamos fazendo o que existe de mais importante: dando conhecimento à população. Há de onde tirar os recursos para não punir nossa educação. Agora, é difícil, porque nós temos um Ministro... E o que eu estou dizendo aqui... Eu perguntei: "Ministro, eu nunca vi um ministro não defender recurso para a sua pasta. O senhor fica aqui dizendo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sobrando dinheiro". E mais: ele disse mais de uma vez aqui que um aluno da escola pública custa muito mais do que um da privada, e a privada é mais eficiente. Aí a pessoa tem que ouvir um negócio desse, tem que ouvir isso...

Mas, Professor Manoel, Professor Heleno, contem com a gente. Eu lhes digo: quando se fala em educação, direitos humanos, pessoas com deficiência... O que existe é que esse Governo persegue as pessoas com deficiência. Uma coisa é ele ser indiferente; ele persegue. Tudo que a gente conquista ele veta. Então, parabéns por isso.

E o professor e todos nós temos obrigação de mostrar ao povo que o que falta é vontade política de investir numa educação pública de qualidade, tirar as pessoas... Sabe uma pergunta que não quer calar: o Estado brasileiro não educa suas crianças, seus adolescentes, seus jovens, mas esse mesmo Estado se acha com o direito de punir aqueles que ele não educa. Há explicação para isso? Porque as cadeias estão cheias de jovens e adolescentes negros e pobres, porque o Estado não fez o que a Constituição diz: educação pública! Eduque! Eu digo o seguinte: bote uma criança em tempo integral numa escola pública de qualidade e veja quantos deles vão ficar marginalizados. Quase nenhum.

E a gente sabe que este País pode, sim, deixar de fazer renúncias fiscais bilionárias e investir na educação do seu povo, na saúde, e deixar cada vez... Há um vácuo, é uma distância muito grande; há um abismo hoje neste País entre os ricos e os mais pobres deste País. Cada vez o distanciamento social é maior. É numa velocidade que não dá tempo de a gente nem... Dá tempo de a gente se indignar, mas às vezes a gente acha que perdeu a capacidade.

Então, Manoel, Heleno e essa Comissão – está aqui nosso Relator Wellington, e ele sabe disto –: educação, ciência e tecnologia, oferecimento de saúde; e o resto vem naturalmente. Agora, que o povo brasileiro saiba que as escolas estão sucateadas, que falta internet – e que a gente aprovou, e ele vetou aquele projeto. É uma decisão política, gente. É uma decisão política: o Estado brasileiro resolveu que não tem interesse em investir na educação pública. Tira recursos... E aí? Mas, quando eu digo o Estado, está incluído o Congresso. O Governo propõe, mas o Congresso aprova ou não.

Obrigada aí, Sr. Presidente. Desculpe o desabafo, porque, quando eu vejo que existem os recursos e que não os investem na nossa educação, me dá uma dor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Obrigado, viu, Senadora Zenaide Maia? É importante a sua veemência, participação, indignação. Isso tudo é essencial.

Eu quero lembrar que a questão dos lucros e dividendos, a que foi feita referência, que foi alterado por uma lei ordinária em 1995. Isso já fez com que houvesse uma sangria dos cofres brasileiros de cerca de R$5 trilhões nesse período – R$5 trilhões. Isso seria, na verdade, a salvação de prefeituras, de Estados, de um contingente bastante grande de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer a todos e todas que nos acompanham que todas as colaborações são muito bem-vindas, as apresentações da semana passada e desta estão no *site,* na página da Comissão de Educação, *site* do Senado, acessar a Comissão de Educação. Então, tudo isso fará parte do debate, dos encaminhamentos.

E quero dizer que temos tido todo o apoio possível do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Marcelo Castro, da Vice-Presidente, Senadora Leila. Educação na pandemia: o que foi feito, deixou de ser feito, o que está sendo feito e o que propomos – principalmente, diante desse quadro todo já tão bem abordado pelo Professor Heleno, pelo Professor Manoel e pelas outras pessoas – para o futuro.

Então, tendo isto como base, eu passo para as considerações finais, para concluirmos esse nosso encontro, lembrando a todos e todas que, na segunda-feira, às 10h da manhã, teremos mais duas pessoas, e assim, sucessivamente, toda segunda-feira até o final do ano.

Professor Heleno, agradecendo também ao Professor Manoel, passo a palavra ao colega professor – que eu também sou professor.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Mais uma vez quero agradecer essa oportunidade de fazer essa fala, essa escuta, e com a certeza – não é, Manoel? – de que, com os Senadores aqui presentes e muitos outros Senadores, temos essa confiança que a Senadora Zenaide Maia apresentou aqui – a gente acreditar, confiar. Nesse período agora, o Senado tem nos ajudado bastante nesse debate, nesse diálogo. Há um comprometimento, e com argumentos que mostram a necessidade de pensar em políticas públicas voltadas para a maioria do nosso povo, entre elas a saúde e a educação, principalmente nesse período de pandemia em que ainda estamos envolvidos.

Então, mais uma vez, nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação básica pública do Brasil, agradecemos a oportunidade e esperamos ter passado aqui as mensagens para todas as pessoas que nos acompanharam, que com certeza vão nos ajudar no fortalecimento desta luta em defesa da educação pública para todas as pessoas.

Forte abraço a cada um de vocês e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Obrigado, Professor Heleno.

Passo a palavra agora para o Professor Manoel Humberto.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor.) – Caro Senador Flávio Arns, caro Senador Wellington Fagundes, Senadora Zenaide Maia, Professor Heleno Araújo, eu quero neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento dizer da minha gratidão mesmo de estar aqui compartilhando com vocês esse momento tão significativo da educação brasileira.

Como o Senador Flávio Arns disse que isso vai ficar gravado e qualquer um pode acessar, eu já peço a cada um de vocês que está assistindo que transmita aos seus colegas que, por ventura, pelo trabalho do dia a dia ou por outra atividade neste momento, não puderam assistir ao vivo.

Os conselheiros municipais de educação, muitos aqui já com muitas mensagens que tenho recebido de apoio a esse momento que vivemos hoje, com essa audiência tão significativa na discussão do futuro da educação brasileira. E considero a discussão de futuro porque as duas instituições que hoje fizeram parte dessa audiência significam muito para o desenvolvimento da educação em todos os sentidos possíveis, nos Estados e Municípios, não é? Sem professor, sem professores organizados, sem o comando equilibrado e sem o comando de retorno, dificilmente teremos sucesso em várias instâncias que trabalhamos.

Da mesma forma, os conselheiros municipais de educação, e nesse quadro somos muito heterogêneos... Eu citei aqui, no início, alguns casos. Eu me considero, Senador, por exemplo, um representante da sociedade civil organizada e que tem contribuído muito fortemente para a educação básica e o combate ao analfabetismo em todos os Municípios e Estados brasileiros, que é o Rotary Internacional. Represento, no meu conselho, o Rotary, que faz parte da lei que o criou e que tem nos ajudado, em todos os momentos, com colaborações diretas dos Governadores, dos presidentes de clubes, trazendo principalmente um sentido e uma visão de futuro necessária que precisamos ter.

Eu me considero um otimista nato. Nasci com isso e depois dos 60 não tem como você desequilibrar mais, não é? Eu tenho tido, mesmo nesses momentos difíceis, esse otimismo que vejo de podermos retroceder em algumas atitudes talvez não muito próprias em prol da educação e poder nos tornar possíveis para esse futuro que tanto almejamos. É assim que eu enxergo o trabalho nos conselheiros municipais de educação em todo o Brasil.

Sinto-me hoje gratificado de poder colaborar um pouco com os princípios da nossa instituição e poder dizer da nossa colaboração, hoje praticamente universal, em todos os Municípios brasileiros, da nossa preocupação para que a legislação seja cumprida e respeitada em todos os momentos. E é uma oportunidade ímpar em que eu espero ter correspondido à expectativa do Senado Federal quando me fez o convite.

Muito obrigado, gratidão de coração.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu lhe agradeço, Professor Manoel Humberto. Quero também enviar um grande abraço para todos os Conselhos Municipais de Educação, para a diretoria da Uncme, sempre tão solícitos, solidários, competentes no cumprimento da missão, assim como para toda a diretoria da CNTE, a todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associados, professores, profissionais da educação, que têm que ser valorizados o tempo todo em todos os aspectos – concursos públicos, salários, planos de carreira. Que a gente possa, no Brasil inteiro, valorizar essa área.

Enfim, quero cumprimentar todos de novo, todos e todas que nos acompanharam, e quero agradecer ao Thiago, Secretário da Comissão de Educação, sempre tão solícito, assim como à equipe da Comissão de Educação – os consultores, o Edmar, particularmente, mas toda a equipe de consultores e o pessoal do gabinete, que está acompanhando e já organizando todos os encaminhamentos, comentários, sugestões – e também aos meios de comunicação do Senado, que permitem que haja comunicação e interatividade com todas as pessoas que nos acompanham.

Agradeço de novo a presença dos expositores, o Professor Heleno e o Professor Manoel, e de todas as pessoas.

Em função do que já foi exposto, encerradas as exposições também e nada mais havendo a tratar, portanto, declaro encerrada a presente reunião.

Convido a todos e todas para participarem, na próxima segunda-feira, dia 15, às 10h da manhã, da continuação desse debate sobre educação na pandemia.

Muito obrigado. Um grande abraço.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e zero minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 3ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Charles Gonçalves Ferreira, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE) (representante de: Thaís Falone, Diretora de Relações Institucionais da UNE); e Rozana Barroso, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu quero destacar que na primeira audiência pública tivemos a presença de dois movimentos extremamente importantes na atuação da educação no Brasil, Todos pela Educação e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e, na segunda audiência pública também tivemos a presença honrosa e sempre frequente no Senado Federal da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, e da Uncme, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Então, a reunião de hoje é a terceira, seria a quarta, porque na primeira reunião nós aprovamos em conjunto na Subcomissão, com os demais membros, a pauta de trabalhos.

Eu quero destacar também que esta Subcomissão é composta por cinco membros: a Senadora Zenaide Maia é a Vice-Presidente, com muita satisfação; o Senador Wellington Fagundes faz parte, sempre atuante, sempre presente, é Relator da área da educação no Orçamento deste ano; o Senador Confúcio Moura, que está em licença e, por isso, sendo substituído pela Senadora Maria Eliza, e também o Senador Antonio Anastasia, sempre muito atuante e com muita credibilidade na sociedade e dentro do Congresso Nacional.

Hoje realizaremos, então, a terceira audiência pública desta Subcomissão, sempre lembrando, com a finalidade de:

1– avaliar os impactos da pandemia na educação básica;

2– discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica;

3– debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

Inclusive, preliminarmente, esta Comissão deve funcionar no decorrer do presente ano, mas vamos propor, para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo nosso (*Falha no áudio.*)

... Senador atuante na área, Marcelo Castro, para que haja uma ... (*Falha no áudio.*)

... Muito bem.

Eu só quero perguntar para o Thiago se estão me escutando. (*Pausa.*)

Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me desculpo com a Rozana e o Charles Gonçalves.

Eu estava dizendo que nós temos uma alegria e uma honra muito grande, sempre, de termos a participação da UNE e da Ubes em todos os debates no Senado Federal relacionados à educação, particularmente na aprovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) como emenda constitucional, depois na regulamentação do Fundeb e em todos os outros debates.

Eu quero ressaltar para a sociedade que a UNE e a Ubes estão sempre presentes, bem como os convidados anteriores e os próximos convidados; portanto, nada mais importante do que a representação da própria comunidade estudantil discuta o que pode ser feito como proposições nesta questão da educação na pandemia.

Então a Sra. Rozana Barroso, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e o Sr. Charles Gonçalves, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nesse sentido, eu passo inicialmente a palavra para a Rozana Barroso, Presidente da Ubes, já dizendo que já temos também várias perguntas. Rozana, eu até tomaria a liberdade de ler antes, porque isso já pode, de alguma forma, orientar a sua fala, bem como a do Charles.

A Josiany dos Passos, de São Paulo, diz: "Como será possível recuperar o conteúdo e o desempenho escolar após tantos meses de 'encarceramento' das crianças e adolescentes?"

O Guilherme Marques, de São Paulo: "Como equalizar a desigualdade social nesse prisma entre aqueles que possuem acessos aos meios digitais EAD e aqueles que não possuem?"

Silvia Helena, de São Paulo: "No início da pandemia foi compreensível a suspensão das aulas, porém muitas crianças perderam, sim, muito do aprendizado..." Como recuperar? É justamente o debate que nós estamos fazendo aqui também.

E há comentários também, como o da Iara Melo, do Piauí: "...crianças no início da vida escolar foram as mais afetadas [primeiro ano, alfabetização, educação infantil]. Será necessário muito empenho pela parte pedagógica"

Também a Rosaria Pereira, de Minas Gerais: "As consequências negativas do aprendizado na educação básica poderão ser superadas através do reforço escolar permanente nas escolas". É um comentário que ela faz.

Então, nesse sentido, passo a você, Rozana, com muita alegria e muita honra, agradecendo a sua presença nesse ciclo de debates também, para a sua apresentação.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROZANA BARROSO (Para expor.) – Bom dia, Senador Flávio. Bom dia, Charles. Bom dia a todos e a todas que nos acompanham nesta audiência tão importante. Primeiro eu gostaria de agradecer mais um espaço de escuta aos estudantes secundaristas. Eu sou a Rozana. Sou estudante de pré-vestibular. Sonho em ser a primeira da minha família na universidade. E hoje represento mais de 40 milhões de estudantes através da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade a qual presido, maior entidade estudantil da América Latina, que hoje tem tido esse desafio de falar... Hoje, não, há 73 anos tem um desafio lutar em defesa da educação, mas principalmente neste momento difícil que a gente está vivendo.

Eu gostaria de agradecer, em nome desses estudantes, e trazer aqui essa batalha que a gente tem travado em tempos de educação em tempos de pandemia. Então, primeiro que essas perguntas são muito reais e são questionamentos que nós fizemos em todo esse tempo. Neste momento, a gente precisa entender que nós estamos enfrentando, infelizmente, um dos piores cenários para a educação na nossa geração. Nós estamos falando de muitos jovens secundaristas, desde o ensino fundamental até o ensino de jovens e adultos, que são os jovens do ensino básico que chamamos de secundaristas e que estão há mais de um ano sem acessar a educação, estão há mais de um ano sem estudar, estão há mais de um ano sem acesso à merenda escolar. E tudo isso por conta da falta de internet, por conta da falta de computador, por conta da falta de amparo neste momento difícil, porque essas pessoas, esses jovens, assim como eu, têm seus familiares que também estão nas estatísticas gigantes que a gente tem visto agora de desemprego, de subemprego, pessoas voltando para o mapa da fome, ou seja, o agravamento da desigualdade social. Então, muitas coisas... (*Falha no áudio.*)

... Estava com o microfone está ligado, está ruim.

Acho que melhorou.

Então, muitas coisas acarretam o que nós chamamos hoje de abandono e evasão escolar.

Nós estamos falando de jovens que pararam de estudar pela falta de internet, pela falta de alimentação, pela necessidade de trabalho neste momento difícil para contribuir e ajudar os pais, que enfrentam hoje um cenário em que o gás de cozinha custa mais de R$100, em que o quilo da carne chega a mais de R$50, por exemplo. Nós estamos falando de um cenário em que, quando a escola não chega – isso nós já sabemos –, principalmente aos estudantes da periferia, algo chega antes e muitas vezes é violento demais para esses jovens. Esse é o cenário que temos hoje.

Então, as escolas, neste momento de retorno às aulas, por exemplo, estão cada vez mais esvaziadas. Os jovens estão cada vez mais sem esperança. Um dos resultados já chegou: nós temos o Enem com o menor número de inscritos em 13 anos. Pesquisas dizem que o Enem mais branco da história, ou seja, os estudantes negros e indígenas são os mais afetados neste momento pelo não acesso à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente pode fazer? Porque nós lutamos muito para garantir, no pior momento da pandemia, acesso à internet. Construímos aqui, conjuntamente, o projeto de lei da conectividade, que vai garantir internet para 18 milhões de estudantes, mas nós estamos ainda na luta pela sua regulamentação, pela sua colocação em prática, na verdade. Esse projeto de lei precisa ser colocado em prática, precisa ser distribuído aos estudantes, por exemplo, acesso à internet. Nós lutamos muito para garantir merenda escolar em tempo de pandemia. A própria aprovação do novo e permanente Fundeb também é uma medida necessária para a estrutura das escolas, a aprovação agora do Sistema Nacional de Educação. A Comissão de Educação na Câmara também é um passo importante, mas nós precisamos de mais.

Nós precisamos, neste momento difícil... Quero aqui responder a essas perguntas que são muito válidas e que também estão muito no nosso coração, na nossa cabeça, porque nós estudantes somos mais interessados no acesso à educação. Então, neste momento difícil, nós vamos precisar de uma operação resgate, como a gente chama aqui na Ubes – traduzindo, uma busca ativa desses estudantes. É preciso um plano nacional, é preciso projeto, é preciso pensar como a gente vai pegar aquele jovem estudante secundarista que está no sinal vendendo bala para ajudar a mãe e que desistiu de acessar a educação, desistiu de estudar. É preciso pegar aquele jovem que, assim como eu, sonha em ser o primeiro da família na universidade e que não vai fazer mais o Enem, porque desistiu de entrar na universidade; aquele jovem que sonhava com um emprego digno e desistiu de entrar no mercado de trabalho porque neste momento está precisando burlar o sistema de aplicativo de entrega quando são menores de idade, como um jovem secundarista de 17 anos que morreu assassinado há pouco tempo na Zona Sul de São Paulo, com uma marmita na mão, fazendo entrega pelo aplicativo de entrega, e dizem que a marmita foi confundida com uma arma.

Então, assim, longe do acesso à educação, longe da escola, os estudantes brasileiros estão sendo violentados, porque é uma garantia, é uma coisa garantida na Constituição Federal, é um direito garantido na Constituição Federal o acesso à educação. Então, quando não se garante esse direito, que está na Constituição Federal, se violenta, se viola a vida desses jovens estudantes, a vida desses jovens secundaristas.

Então, queria trazer rapidamente um pouco desse cenário caótico que a gente está vivendo, para poder falar aqui um pouco desse momento difícil, como eu estava chamando no início, um dos piores da nossa geração, acredito eu, para colocar um pouco o nosso desafio neste momento. Por isso que espaços como este, para escutar os estudantes e pensarmos juntos saídas, são muito importantes, porque a educação não é um problema só do jovem estudante secundarista que está hoje na escola, que desistiu de estudar, que desistiu de fazer Enem. A educação é uma pauta de todo o mundo, porque não há Brasil que avance quando a educação retrocede.

Quando a gente fala da fome, do desemprego, do subemprego, do agravamento da desigualdade social, sem a educação também no centro do debate, não há superação desses problemas. Sem a formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de jovens para contribuir com o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, com o desenvolvimento nacional, não há a solução desses problemas.

A educação transformou a minha vida, salvou a minha vida. Quantos milhões de jovens nós deixamos de salvar neste momento de pandemia, nós deixamos de transformar neste momento de pandemia? É isso que nós precisamos pensar e é assim que nós enxergamos, então, o nosso maior desafio, Senador: trazer esses jovens secundaristas de volta para o acesso à educação, garantir internet, merenda, escola segura e estruturada para receber esses jovens secundaristas. Mais do que isso, ter a disposição de ter, em nível nacional, tocado pelos órgãos, inclusive, responsáveis por isso, um plano nacional para conseguir trazer esses jovens de volta para o acesso à educação, transformar a vida desses meninos, dessas meninas, e, consequentemente, transformar o nosso País.

Então, essa é um pouco da contribuição que a gente tem. Apesar de ser um cenário muito difícil, que a gente chega a engasgar para falar, é um cenário que eu tenho certeza de que nós, em unidade – professores, estudantes, Senadores, Deputados que defendem a educação – podemos mudar o cenário.

Então, contem com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas neste momento difícil, mas também um momento de luta e esperança, porque é isso que a gente tem travado até aqui, desde o início da pandemia. Como eu estava dizendo, a distribuição de *chips*, projeto de lei da conectividade, projeto de lei de combate à pobreza menstrual – nós estamos agora na batalha para poder derrubar o veto de distribuição de absorventes nas escolas –, aprovação do novo e permanente Fundeb, agora iniciar de vez essa corrida gigante pelo sistema nacional de educação. Tudo isso é luta, tudo isso transforma vidas, e é hora de chamarmos cada vez mais pessoas para conhecerem essa batalha que a gente tem travado e trazê-los para a luta em defesa da educação junto com a gente, porque é uma batalha de todo mundo. Todo mundo que ama o Brasil, neste momento, precisa defender a educação e o acesso a ela, principalmente aos estudantes mais pobres, negros e indígenas.

Nessa batalha, contem com a gente, contem com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Mais uma vez, muito obrigada, Senador. É sempre uma honra estar junto com você e os demais, debatendo a educação, debatendo projeto de Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu é que agradeço, Rozana, em nome da Subcomissão. Você tem sido extraordinária, assim como a Ubes também.

E, sabe, você falando sobre todas as iniciativas que vocês já tomaram durante a pandemia... Seria muito interessante que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte pudesse receber um relato do que já foi feito e, além disso, de iniciativas que a gente vem observando pelo Brasil de busca ativa, das pessoas que porventura saíram, desistiram, estão desanimadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu achei mais interessante, Rozana, é que os próprios estudantes secundaristas criaram grupos de WhatsApp e eles próprios foram ajudando a ir atrás de quem, por uma razão ou outra, deixou a escola. É claro que o diretor tem que fazer isso, pedagogos, professores, a sociedade tem que fazer isso, mas seria muito interessante se você pudesse mandar pra gente as iniciativas que vocês já vêm tomando nessa direção. Pode ser?

A SRA. ROZANA BARROSO – Com certeza, Senador. Vamos marcar aí, vamos fazer uma entrega presencial, com muita honra, desses documentos que a gente tem dessa batalha que a gente tem travado. Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Ao mesmo tempo, apreciei muito as expressões: "Operação Resgate" e "Plano Nacional". E até analisaram bem o Enem para ver, assim, o impacto disso tudo sobre populações negras, indígenas, quilombolas. Eu acho que esse levantamento, se vocês tiverem também, como você mencionou, serviria como um subsídio bem interessante para a Comissão. É isto que a gente pretende: vamos juntos, junto com a Ubes, com a UNE, com as entidades todas, apresentar uma proposta para a sociedade, quer dizer, ir trabalhando e apresentando ao mesmo tempo.

Obrigado, Rozana!

Vamos escutar agora o Charles e, depois também, se alguém tiver perguntas ou comentários, a gente passa pra vocês.

Passo a palavra agora para o Charles Gonçalves.

Agradeço também, Charles, pela gentileza de aceitar o convite, Diretor de Universidades Públicas, agora da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Então, com a palavra, Charles. Seja bem-vindo!

O SR. CHARLES GONÇALVES FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Flávio! Boa tarde, Rozana, e a quem mais estiver participando!

Eu é que agradeço o convite em nome da UNE. Hoje a gente não pôde ter a participação da Bruna por conta de uma agenda que ela vem cumprindo na COP26 para levar as nossas demandas e a nossa opinião acerca da questão ambiental no nosso País hoje, como a gente vem lidando com essas questões, e até denunciar também o cenário que a gente passa.

A gente está entrando para esse debate que se relaciona totalmente com o debate que está sendo feito aqui (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... processo de democratização do acesso ao ensino superior, que se deu através do novo modelo do Enem, que se deu através do Reuni, que se deu através do Fies, do ProUni. Isso faz com que a gente tenha hoje, segundo dados do conselho que reúne todos os reitores do Brasil, 63% da universidade... Pelo menos a pública hoje é composta, em sua maioria, por estudantes que são pobres, negros e que vieram da escola pública. A gente entrou dentro dessa pandemia com esse cenário, com esse perfil socioeconômico do estudante. Ele teve que se readaptar dentro do contexto, primeiro, de um país que tem uma desigualdade de acesso à internet que é muito grande e, sobretudo, desses estudantes que são das classes C, D e E da sociedade, que compõem esse novo perfil que está na universidade.

Dentro também desse contexto da pandemia, a gente tem enfrentado um problema muito grande que se dá também pela questão da crise econômica. Isso faz com que muitas famílias tenham uma perda de renda, muitos percam empregos, tenham subemprego. A inflação que a gente vive hoje é de... E esses dois fatores, tanto a questão do acesso desigual à internet, questões eletrônicas e do desemprego tem feito a gente enfrentar hoje, Senador, os piores índices de evasão que a gente vê desde que a gente discutiu Reuni lá em 2004. A gente tem um número muito grande de estudantes que não estão conseguindo concluir o curso, ou por não ter acesso à internet e não conseguir se adaptar (*Falha no áudio.*) ... onde mora ou porque precisam trabalhar. Muitos desses estudantes também estão trabalhando agora no formato de subemprego, sem carteira assinada, sem direito trabalhista, o que torna ainda mais grave a sua situação para um retorno à universidade no próximo período.

Junto de todo esse processo, a gente tem enfrentado nas universidades públicas um problema muito grave. Nós tivemos um corte de 2019 até agora que se soma ao valor de em torno de R$1 bilhão. Desses, R$300 milhões que foram cortados dentro do Pnaes, que é o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que garante auxílio-moradia, auxílio-creche, bandejão, auxílio-saúde, auxílio-esporte, auxílio-cultura, o que garante a permanência de muitos estudantes. Esse corte contribui para esse número de evasão que estamos vendo hoje, assim como o outro corte que também afeta a estrutura, o funcionamento e outros tipos de bolsas das universidades.

A gente também tem enfrentado uma luta muito grande que se dá em torno do Pibid/Residência Pedagógica. Já vai para três meses que mais de 60 mil estudantes estão sem receber as suas bolsas, sem ter como pagar as suas contas, sem dar continuidade às pesquisas, pesquisas essas também que são feitas junto com professores de ensino médio nas escolas do Brasil afora, que têm um papel também fundamental no debate da educação, na extensão, na relação entre universidade e escola nessa produção de conhecimentos que a gente tem.

E agora a gente está tendo aí, no próximo dia 10, que o MEC vai apresentar através da Setec, para os dirigentes inicialmente dos institutos federais e depois de universidades, um novo modelo de Pnaes, que exclui, por exemplo, bolsas de pessoas com deficiência, auxílio (*Falha no áudio.*) ... além de reduzir as bolsas, mas também criar um modelo de produtividade e excelência padrão para estudantes que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (*Falha no áudio.*) ... Eu acho que se desenha também para a gente no próximo ano um orçamento que também não vai dar conta.

A gente tem se reunido com a Andifes, com a reitoria da UFRJ, da UFBA, do Instituto Federal Fluminense e todos apontam que, pelo cenário do orçamento para o ano que vem, essas instituições não vão ter como pagar terceirizados – ou seja, limpeza, água e luz – e passar de agosto abertas caso esse orçamento seja aprovado como o Ministério da Economia e o Governo Federal estão desenhando para o ano que vem.

Nós, da UNE, temos algumas pautas que são importantes. Primeiro, a gente entende que essa discussão da assistência estudantil, através da Pnaes (*Falha no áudio.*) ... a gente avance, com o Pnaes se tornando um programa de Estado, ou seja, deixando de ser uma portaria, um decreto, para se transformar numa lei. E que não reduzam essas bolsas de esporte e cultura a pessoas com deficiência, saúde, que não reduzam o valor das bolsas. Pelo contrário, a gente precisa de uma ampliação e também precisa de que, no ano que vem, o orçamento seja recomposto não com base em 2021, que é um ano pandêmico, com pouco uso de recurso estrutural das universidades, mas com base em 2019, corrigido pela inflação, para que a gente possa garantir que as universidades funcionem. E a gente precisa também que esse orçamento do Pnaes, que hoje está em torno de R$800 milhões, chegue a R$1,5 bilhão. Chegou, em 2015, a cerca de R$900 milhões, e precisa avançar, porque a gente tem estudantes hoje que são, em sua maioria, vulneráveis na universidade pública brasileira. E a gente também precisa que o PLN 1.721, que se refere às bolsas previstas no mês passado, possa ir também ao Plenário do Congresso Nacional esta semana, para que os estudantes possam receber suas bolsas, garantindo a continuidade de suas pesquisas.

Para além disso, há a questão das universidades privadas. Esta semana, a UNE está com o apelo do perdão da dívida do Fies. A gente tem hoje, no total, um milhão de estudantes endividados por conta do Fies, por conta das mudanças que ocorreram, inclusive nos últimos anos, de 2019 para cá, quando o prazo para pagamento é menor, as condições para que os estudantes possam estar negociando são muito mais difíceis e, frente à pandemia, se tornou impossível que esses estudantes possam estar pagando a sua dívida. Isso tem um impacto não só na educação, como também na sociedade, porque há um número muito alto de pessoas que estão endividadas, não conseguem ter créditos, não conseguem tocar a sua vida, se inserir no mercado de trabalho, e isso é um grande problema.

Então, esse conjunto de fatores, para a gente, é o que está pesando no momento. A gente, nos próximos meses, vai estar fazendo algumas campanhas. Já está rolando a do Fies e a do ProUni, mas a ideia é que a gente também faça uma campanha do orçamento. A gente precisa da recomposição, para que haja o retorno presencial, porque essa combinação vai garantir que estudantes que saíram voltem para a universidade e que os que estão aí ainda continuem, permaneçam e se formem. E também uma campanha no que se refere a essa questão de o Pnaes ser transformado em lei, o que, para a gente, é muito caro. É muito importante que ele seja uma política de Estado, e não fique a critério ideológico do Governo e do Ministério da Educação que está no poder, mas, sim, como uma compreensão de um dever do Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia permanência dos seus futuros quadros, que vão atuar em várias profissões, inclusive na ciência, porque o que a gente está vendo hoje é uma grande fuga de cérebros, gente que se forma e não tem onde ficar no nosso País, não tem trabalho, não tem emprego, e muitos, inclusive, que não conseguem se formar. Para a gente, isso é muito trágico.

É mais ou menos isso.

Agradeço, mais uma vez, o espaço para que a gente possa estar debatendo, trocando essa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço, Charles. É uma alegria tê-lo novamente no Senado Federal, debatendo a educação.

Você foi extremamente preciso, objetivo. Houve uma pequena dificuldade relativa ao som, mas, pelo menos da minha parte, consegui entender perfeitamente a sua fala. Levantou inúmeros pontos que reforçam, inclusive, uma conversa que tivemos na semana passada com o reitor de uma universidade federal. Ele apontava muitas dessas dificuldades, particularmente com o agravante não só da pandemia, mas também da inflação. Há a pandemia, a educação na pandemia e a educação na pandemia com inflação. Em restaurantes universitários, por exemplo, onde você, vamos dizer, pagava R$1 pela refeição, agora se pagam R$2, R$3, e assim se dá também com a luz, água, papel, custeio. A inflação é algo extremamente pernicioso para toda a sociedade e também para a área da educação, para as universidades federais.

Eu até gostaria de passar a palavra para o Diogo Novaes, que é da assessoria, que também vem nos ajudando bastante a organizar todo esse debate, esse conteúdo, para que ele também fizesse comentários tanto para a Rozana, como para o Charles.

Seja bem-vindo, Diogo!

O SR. DIOGO MACEDO DE NOVAES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado a todo mundo que nos está acompanhando.

Charles e Rozana, muito obrigado.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Charles e para a Rozana e, antes, eu gostaria de contextualizar um pouquinho sobre a questão da educação em tempo integral.

A gente recebeu, recentemente, um estudo muito interessante conduzido pelo Instituto Natura e pela Fundação Lemann. Esse estudo fez um mapeamento internacional das boas práticas de recomposição de aprendizagem. O contexto do estudo foi o de analisar os países que atravessaram por conflitos, guerras armadas, crises sanitárias, como epidemias, e também crises humanitárias. Foram 31 países que atravessaram por essas dificuldades. Nesse estudo, eles concluíram que há vários fatores de sucesso que são comuns a todos esses países que atravessaram por conflitos. Um desses fatores é justamente o de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mexer na questão do tempo de ensino, mediante a reorganização do quadro de aulas, inclusive com jornadas de imersão em conteúdos prioritários para acelerar a aprendizagem, em contextos de programas de aceleração de aprendizagem.

Então, eles verificaram que a educação em tempo integral é fundamental para recuperar, vamos dizer assim, o tempo perdido nesses momentos de dificuldade por que os países atravessam. E, agora, com a pandemia, todo o planeta Terra está com essa dificuldade, mas, se a gente parar para pensar, sempre existiram países que passaram por situações como essa, tanto de epidemias, quanto de guerras e outras crises. Eles concluíram que é possível, sim, recuperar o tempo perdido se há políticas públicas e um planejamento bem fundamentado. Um desses fatores é a educação em tempo integral.

Para finalizar o meu comentário, na última década, do começo de 2010 até 2015, houve um crescimento muito grande das matrículas em tempo integral com jornadas de, no mínimo, sete horas diárias. Mas olhem só: a partir de 2016, a gente vem verificando uma diminuição substancial das matrículas em tempo integral nas escolas públicas.

Vejam bem, em 2015, o percentual de matrículas em tempo integral era de 44,6% e, em 2020, caiu para 29,5% – de 44% para 29% em questão de quatro anos. Vejam que coisa negativa! A maior queda verificada ocorreu no ensino fundamental. O número de matrículas em tempo integral no ensino fundamental passou de 2,4 milhões para 1,8 milhão entre 2019 e 2020 – essa queda de 2,4 milhões para 1,8 milhão foi questão de um ano, de 2019 para 2020 –, ou seja, a gente tem verificado, infelizmente, um decréscimo do investimento público, no Brasil como um todo, nas matrículas em tempo integral.

Aí eu gostaria de perguntar para vocês qual é a importância, na visão de vocês, da educação em tempo integral e o que a gente poderia fazer para aumentar o investimento nessa área, porque, agora com a pandemia, eu acho que a educação em tempo integral ganhou uma relevância ainda maior do que já naturalmente tem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu quero, antes de passar a palavra para a Rozana e para o Charles, só dizer que isso está relacionado também ao comentário da Rosaria Pereira, de Minas Gerais, quando ela fala do reforço escolar permanente. Reforço escolar não é só pedagógico; é teatro, música, dança, esporte, tecnologia, meios digitais, reforço, orientação pedagógica, quer dizer, é essa visão global também.

O que você acha, Rozana?

A SRA. ROZANA BARROSO (Para expor.) – Primeiro, quero falar que a gente está sempre aberto ao debate. Para nós a educação é muito importante, e a transformação e as mudanças nela também.

Eu estudei o meu ensino médio numa escola de tempo integral, porque era médio e técnico – eu estudava 12 horas. E nós passamos por muitas dificuldades pela falta de investimento, mas eu acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que modelos como esses, com estrutura, com investimento, são muito importantes, plausíveis e têm o nosso total apoio. Eu acho que nós estamos, neste momento, inclusive, de debate de reforma do ensino médio e tudo mais, debatendo mesmo qual é a cara que nós vamos precisar dar para a escola, como, inclusive, já precisávamos ter avançado antes, mas agora nós vamos precisar avançar ainda mais para tentar trazer, como eu estava dizendo na primeira fala, esses jovens de volta ao acesso à educação e, mais do que isso, garantir educação com qualidade, segurança e estrutura nessa questão das escolas. Então, eu acho que este é um momento muito importante. Nós estamos sempre abertos ao debate e apoiamos o que for melhor para a educação. Então, a educação de tempo integral sempre é um debate presente aqui na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. A gente sempre fala sobre isso.

Senador, acho que, quando você fala e traz essa pergunta sobre o esporte e os braços que são complementares, o acesso à educação também é sobre isso. A gente está numa luta agora, por exemplo, na defesa do acesso à cultura. Então, o acesso ao esporte, à estrutura melhor para que o estudante possa ter acesso ao esporte, a uma biblioteca, a uma sala de computador é complementar ao acesso à educação. Neste momento, isso também é muito importante, até porque nós vamos precisar, como eu estava dizendo, trazer de volta e, mais do que isso, convencer esses jovens de que a educação é importante para a transformação de suas vidas, porque, neste momento, muitas outras coisas, infelizmente, têm vindo primeiro por conta do cenário do agravamento da desigualdade social que a gente vive.

O debate sobre educação em tempo integral sempre está aqui presente na nossa luta. Nós estamos sempre na defesa do acesso à educação de qualidade, obviamente com estrutura e qualidade. Nós defendemos, sim, uma transformação não só nas escolas, mas no modelo, por exemplo, de ensino médio que a gente tem passado. Então, é um momento de muito debate para a gente poder ter uma escola cada vez mais atrativa que possa conseguir superar e dar amparo a esses jovens nesses problemas por que a gente tem passado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem.

Não sei se o Charles ainda está conectado aí. Está, Charles?

O SR. CHARLES GONÇALVES FERREIRA – Estou, sim. Eu só tive um pouquinho de dificuldade, porque...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Que bom! Eu passo a palavra a você, Charles.

O SR. CHARLES GONÇALVES FERREIRA – ... porque falhou.

Ele poderia repetir a pergunta – o Diogo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO MACEDO DE NOVAES – Eu perguntei a importância... Eu apresentei alguns dados de que as matrículas em tempo integral vêm caindo significativamente no Brasil, na rede pública, de 2016 para cá – infelizmente, vem caindo – e aí eu perguntei a importância do ensino em tempo integral, principalmente neste momento de pandemia por que estamos passando agora.

O SR. CHARLES GONÇALVES FERREIRA (Para expor.) – Sim.

Eu acho que a Rozana, muito melhor do que eu, pode trazer esses aspectos aí das questões sobre o ensino integral, mas eu acho que é também um ensino muito importante, principalmente porque ele não envolve só a sala de aula; ele envolve esporte, ele envolve cultura, ele envolve lazer; ele envolve, inclusive, a comunidade dentro desse processo de a escola não ser só um espaço onde o estudante chega, entra na sala de aula e sai. Ela se torna também um equipamento público dentro da comunidade onde ela se insere nesse processo. Então, eu acho que é extremamente importante, mas eu acho também que isso passa também pela questão orçamentária. Se a gente for pegar a OCDE, ela trouxe agora um estudo em que o Brasil foi um dos únicos países que, durante a pandemia, não aumentou os seus recursos destinados à educação. Desde 2015, a gente só destina 4% do nosso PIB para a educação. Acredito que isso obviamente influencia, tanto no âmbito federal quanto municipal e estadual, na questão de ofertar uma educação que seja integral, que tenha mais qualidade, que atenda mais estudantes. Isso passa por um debate de prioridade. O que a gente quer para a educação precisa também passar por investimento público na educação, por um projeto de educação que seja a longo prazo, que passe por fortalecer o diálogo com as entidades representativas de estudantes, de professores, com os conselhos estaduais, municipais e regionais de educação, o que acaba fortalecendo esse processo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu estava com o som fechado, me desculpem.

Eu não sei se o Diogo de Novaes quer complementar alguma coisa, Diogo, ou se está bem assim.

O SR. DIOGO MACEDO DE NOVAES – Estou satisfeito com as duas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Que bom.

Há várias perguntas no sentido de como será possível recuperar o conteúdo, o que passa, muitas vezes, por esta discussão de tempo integral, infraestrutura, mídias, computador, uma escola atrativa, acolhedora.

"Como equalizar a desigualdade social?", de Guilherme Marques, de São Paulo. Eu acho que todas as respostas foram nessa direção – não é, Rozana? – de também ter acesso a meios digitais, à escola boa, integral, à merenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como recuperar?". Essa é também uma questão sempre, essa é a pergunta-chave sempre dos que nos acompanham pelos meios de comunicação, assim também como se dedicarem a uma situação no início da vida escolar, quer dizer, a gente pode imaginar, com a criança sendo alfabetizada, a dificuldade nesse sentido.

Eu só queria fazer mais uma pergunta para a Rozana – se o Charles também quiser, pode complementar. Você falou que você estava em período integral, porque você tinha o ensino médio e tinha o ensino técnico também – foi isso que eu entendi. E esse ensino técnico, de fato, poderia, teoricamente, ser subsequente, integrado ou concomitante. Parece que o seu foi concomitante: você fazia um e outro; era integrado, concomitante. Aliás, eu fui Secretário de Educação aqui no Paraná, e os alunos sempre me diziam que era o que eles prefeririam. É o menos utilizado, mas eles diziam que podiam fazer o ensino médio – para os que quisessem, obviamente – e o ensino técnico. Eu coloco outra questão, quer dizer, a necessidade de você ter renda junto para aqueles que desejarem o ensino médio junto com o ensino técnico, de ter bolsa aprendizagem já para ter a renda também, para poder já, no ensino médio... Como é que você vê essa situação? Como é que funcionaria isso? Eu sempre tenho dito: precisamos ter o ensino técnico separado, pois eu não sou muito favorável, para ser bem franco, a ser integrado o ensino técnico junto com o ensino médio. Eu acho que as coisas deveriam correr separadas, para os que quisessem, mas junto com uma percepção de renda. Você tem alguma opinião a respeito disso, Rozana, pela experiência sua e de colegas? O que seria mais adequado?

A SRA. ROZANA BARROSO (Para expor.) – Senador, eu acho que é uma grande questão, um debate importante para nós.

Eu estudava e, na mesma escola, eu fazia médio e técnico. Então, era tudo junto, era integral. Eu comecei trabalhando com 13, 14 anos – na verdade, 13 para 14 anos –, mas, no meu ensino médio, eu parei de trabalhar, porque eu estudava o dia inteiro. Naquele momento, a minha família nunca passou necessidade nesse sentido, e, então, eu não trabalhava mais, mas eu acho que é uma questão importante a que você traz.

A gente faz muito esse debate, por exemplo, com o jovem aprendiz, neste momento de desemprego, principalmente da juventude, a partir dos 18 anos. A gente fala muito sobre isso também, emprego digno e tudo mais. Então, a gente não tem nenhuma formulação neste momento sobre o ensino médio e técnico, junto ou separado, mas acho que é um debate importante que você traz sobre essa ingressão do estudante, do jovem, no mercado de trabalho. Geralmente, pelo menos na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro, onde eu me formei, nós tínhamos já o estágio a partir do próprio técnico, do próprio ensino médio junto com o técnico. A gente conseguia, por exemplo, trabalhar aos sábados, aos domingos, dependendo ali da área. Eu, por exemplo, fui da área de saúde. Então, geralmente nós tínhamos esse tipo de estágio. Então, é uma coisa bacana também, de que a gente já fala muito, essa luta que a gente tem travado, inclusive, pelo jovem aprendiz. Mais uma vez, também é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Eu acho que são debates que nós vamos precisar, sim, fazer, temos sempre que fazer, para falar um pouco dessa mudança na educação. Então, o que eu posso responder é que nós vamos levar, sim, para a nossa diretoria o debate.

Com relação a questionamento que você coloca, acho que são muitos os porquês, muitas as dúvidas nesse momento. E nós vamos precisar sempre fortalecer esse debate de fórmulas, de formatos, de sala de aula, de coisas que talvez estivéssemos acostumadas aqui e que nós vamos precisar mudar até o próximo ano, até os próximos anos, porque a pandemia vai deixar uma cicatriz muito grande na educação. Nós vamos precisar arrumar um jeito melhor de garantir o acesso à educação para os estudantes e se adequar a essa nova realidade que estamos vivendo. Então, eu acho que são questionamentos válidos e com certeza a gente vai debater.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem.

Eu acho que temos, de fato, de discutir e ver a experiência da Ubes nesse sentido para termos alternativas para que as pessoas possam, as que assim quiserem, terminar o ensino médio. O importante é terminar o ensino médio e ter o ensino técnico também, se for o caso, concomitante ou integrado. Já existem escolas técnicas. Se você for nos institutos, por exemplo, já são integrados, mas eventualmente podem ser separados, mas com a possibilidade também de se ter algum ganho financeiro, porque para os estudantes é extremamente importante, na minha opinião, ter essa possibilidade. Mas está ótimo, está muito bom. A gente fica feliz.

Não sei se a Rozana e o Charles querem acrescentar alguma coisa nas conclusões finais da nossa conversa. (*Pausa.*)

Rozana, Charles, mais...

A SRA. ROZANA BARROSO – Charles, eu ia só já finalizar, porque a gente está correndo aqui. Estou de olho no celular, numa correria tão doida que eu ia pedir para passar na frente rapidinho, aqui, porque eu já preciso correr para a outra agenda.

Mas eu queria, mais uma vez, agradecer, Senador, e dizer que para nós é muito importante mesmo que os estudantes brasileiros sejam escutados nesse momento difícil. Nós estamos nessa batalha, como estamos dizendo aqui desde o início desta audiência. E eu tenho certeza de que nós somos esses, essas que vão, sim, transformar o cenário da educação. E o Brasil precisa muito de nós nesse momento, muito mesmo. Então, apesar do momento difícil, nós não podemos perder a esperança de que a educação é essencial para o nosso País, que a educação é um meio de transformação de vidas, de um Brasil inteiro, que a educação é essencial, principalmente nesse momento em que a gente não pode se contentar em ver tantos jovens fora da escola, tantos jovens desistindo, porque isso quer dizer que o nosso País retrocede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse também no início, não há Brasil que avance quando é nesse cenário de educação que nós estamos tendo tantos retrocessos.

Então, queria, mais uma vez, colocar a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas à disposição aqui dos Senadores, Deputados e demais entidades defensoras da educação. Tenho certeza de que vamos juntos, vamos juntas nessa batalha em que sairemos vitoriosos, porque é assim que nós conquistamos muitas coisas. Eu tenho certeza de que dessa vez, mesmo com esse momento difícil, não vai ser diferente. Então, esperamos, temos fé na nossa luta. Tenho certeza de que vamos transformar a realidade.

Mais uma vez, muito obrigada e conte com a gente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Rozana Barroso, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Que bom!

O Charles... Gostaria de usar a palavra, Charles?

O SR. CHARLES GONÇALVES FERREIRA (Para expor.) – Sim, Senador.

Gostaria, primeiro, de agradecer o espaço. Eu acho que é extremamente importante que haja essa troca. Afinal de contas, muita coisa que afeta diretamente a educação e o nosso dia a dia é definida a partir do Congresso Nacional. Acho que a gente, nos próximos meses, estará bastante em contato, porque a nossa ideia é participar ativamente desses debates acerca de como vai ser o orçamento de 2022, de forma a construir, enquanto parceiros, com o Parlamento a melhor solução para a educação no ano que vem, que consiga garantir a permanência e o retorno desses estudantes que saíram.

Para finalizar – eu me esqueci de falar no começo –, nós da UNE também lançamos um documento que eu vou colocar no *chat* e vou mandar também para os assessores, em que estão as premissas básicas para o retorno presencial. A gente traz questões conjunturais e de orçamento; o cenário com dados a partir também do CNJ, que é o instituto que tem feito uma série de pesquisas que embasam os nossos debates; e questões sanitárias, como deve ser, os cuidados que devem ser tomados, todos os protocolos, que não servem só para a sociedade, mas também para as instituições de ensino pautarem aí o seu debate.

Nos próximos meses, a gente estará também num processo de discussão da renovação da lei de cotas. Eu acho que é extremamente importante que isso seja discutido, aprovado e, inclusive, estendido por mais tempo. Então, a gente estará com um documento em breve para apresentar aos Senadores e aos Deputados, para fazer esse debate da melhor forma possível.

Mais uma vez, muito obrigado pelo espaço. A gente está totalmente à disposição para construir uma educação democrática para todo mundo. E é isso. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bom! Charles Gonçalves, que é Diretor do Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes.

Eu até pediria para o Diogo Novaes e para a assessoria que já fizessem uma síntese, porque foi colocado, tanto pela Rozana, quanto pelo Charles, em termos de orçamento, e já passássemos isso para o Senador Wellington Fagundes, que é Relator do orçamento e membro titular da nossa Subcomissão. Sempre presente, hoje ele teve uma dificuldade de acessar, porque eles também estão discutindo o orçamento na Comissão Mista, mas já levaram para ele, como membro titular, as observações feitas nessa nossa conversa. Muito bom!

Eu quero dizer a todos e todas que nos acompanham que nós estamos fazendo conversas semanais sobre educação na pandemia, sempre com duas ou três entidades – hoje, UNE e Ubes –, sempre às segundas-feiras, 10h. Como na semana que vem segunda-feira será feriado, dia 15 de novembro, Proclamação da República, o nosso encontro será na terça-feira, dia 16/11, às 10h. Teremos, na semana que vem, algo que, inclusive, a Rozana destacou e o Charles também: o Fórum Nacional de Educação Indígena, também o Fórum Nacional de Educação no Campo, para vermos educação na pandemia, e a associação Educafro, com extensão também para a associação, para a população que também precisa, quilombolas e tantas situações, como a Rozana colocou, a diminuição do número de alunos nessas áreas, população quilombola, negra, indígena, do campo, em termos do Enem, por exemplo, como recuperar isso. Então, semana que vem, terça-feira, excepcionalmente, às 10h, com essas três entidades representativas nacionais.

Foi uma alegria ter vocês, Rozana e Charles. Sejam sempre bem-vindo e bem-vinda! Vocês estão sempre muito presentes. Continuem assim, representando, de maneira tão ativa, importante e competente, toda a comunidade de estudantes secundaristas e do ensino superior. Valeu! Obrigado.

Encerradas as exposições, a gente não tem mais nada a tratar, declaro, portanto – agradecendo novamente a todos, particularmente ao pessoal da Comissão de Educação e dos meios de comunicação do Senado –, encerrada a presente reunião.

Obrigado, gente!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e hum minuto do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas e Maria Eliza. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Antonio Anastasia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 4ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Clarice Santos, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec); Frei David Santos, Diretor Executivo da organização não-governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); e Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a quarta audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de: um, avaliar os impactos da pandemia na educação básica; dois, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica; e, três, muito importante também, debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

Como de hábito, a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da auditoria, 0800-612211.

Eu quero lembrar a todos e todas que nos acompanham que, na primeira audiência pública, tivemos a presença de dois movimentos importantes no Brasil que fizeram uma radiografia dos três aspectos mencionados: movimento Todos pela Educação e Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Na segunda audiência, tivemos a presença da CNBE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e também da Uncme, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Na semana passada, a presença da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), muito importante, porque com três temas do ponto de vista dos estudantes, dos alunos e estudantes.

E hoje temos, então, a quarta audiência pública. Nós temos, com muita honra... E quero acolher e saudar os expositores, dar as boas-vindas, agradecer pela presença e nos colocarmos sempre à disposição também, seja nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte ou em qualquer outra Comissão. Mas temos os expositores: a Sra. Clarice Santos, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), extremamente importante; o Frei David Santos, que já esteve, por inúmeras vezes, também no Senado, a quem a gente agradece de novo pela presença, que é Diretor-Executivo da Educafro; e o Sr. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Então, também extremamente importante – todos os três. E são populações – quero antecipar, antes do início desta reunião – que merecem de todos nós, comunidades, um olhar muito especial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentrado, uma história de marginalização, de segregação também, para cujas comunidades temos que trabalhar em harmonia, todos nós, juntos, para que o direito à educação de qualidade aconteça.

Nós vamos conceder o prazo de 20 minutos para cada convidado fazer a exposição. Em seguida, a gente passa a palavra também aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, porventura, desejarem fazer a sua intervenção.

E quero também dizer que todos são convidados a fazerem perguntas, comentários, através dos meios que a gente já colocou à disposição.

Eu, inclusive, tenho algumas perguntas aqui já, das pessoas que acompanham.

Andreia Ferraz, de São Paulo: "Quais ações estão sendo planejadas para promoção da saúde mental dos alunos e professores nesta retomada pós-pandemia?". É uma pergunta, um comentário que vem se repetindo nas audiências públicas, que é muito importante.

Beatriz Santana, de Sergipe: "Como estabelecer limites entre o uso recreativo da tecnologia e seu auxílio como ferramenta pedagógica?". Também é um tema recorrente nos debates, não sob este enfoque, mas em várias outras possibilidades.

Vinícius Rolim de Oliveira, de São Paulo: "Como fica o jovem que era para ter se formado aos 18 anos e quer prestar o serviço militar?". Essa é uma primeira pergunta que surge nessa área.

Elinadja Targino, de Alagoas: "Quais planejamentos e ações para atenuar os impactos da pandemia na educação básica?".

Patricia Boquady, do Distrito Federal: "Com a pandemia, ficou evidente na educação [...] a desigualdade social e de acesso a tecnologias". Um comentário; não é uma pergunta.

E também um outro comentário, de Valéria Sá Guerra, do Rio de Janeiro: "[...] não há segurança para que tenham aulas presenciais, realmente há seletividade classista em relação a este assunto".

Então, são vários comentários e perguntas.

Eu quero ainda esclarecer, para que todos e todas saibam: nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é presidida pelo Senador Marcelo Castro e vice-presidida pela Senadora Leila.

Dentro da Comissão, foi criada a Subcomissão Educação na Pandemia. Eu tenho o prazer de presidir essa Subcomissão, a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte é a Vice-Presidente, e são mais três Senadores – são cinco Senadores –: o Senador Confúcio Moura, que é uma pessoa que batalha também muito na área da educação, mas está de licença e vem sendo substituído pela sua suplente, a Senadora Maria Eliza; também o Senador Anastasia; e o Senador Wellington Fagundes, que, inclusive, é Relator da educação na Comissão Mista de Orçamento. Então é uma Subcomissão que vai funcionar até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o final deste ano, porém nós cremos que possa ser aprovado o requerimento para continuidade da Subcomissão para, pelo menos, o primeiro semestre do ano que vem. Nós já vamos apresentando os relatórios e as sugestões à medida que os debates vão acontecendo. Isso pode auxiliar o Senado, o Congresso, o Executivo e a sociedade sobre os caminhos a serem tomados.

O Senador Wellington Fagundes, inclusive, já está com a gente também, e, como ele participa da CPMI, como eu falei, da Comissão Mista para... Aliás, é da Comissão Mista de Orçamento, não é da CPMI – fala-se tanto de CPIs, de CPMIs, mas não é de CPMI, é da Comissão Mista de Orçamento. Ele é Relator da Comissão de Educação, e eu sei que as reuniões se desenvolvem bastante... E é membro da Subcomissão. Então, eu passo em primeiro lugar, com os expositores me permitindo, para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Bom dia, Senador Flávio Arns.

Bom dia à Clarice Santos, ao Frei David Santos – hoje é o dia dos Santos, não é? (*Risos.*)

Então, quero trazer aqui a minha felicidade de poder falar um pouco.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ler já as perguntas que eu tenho aqui, porque com isso a gente já adianta e talvez eles já possam também fazer suas falas em cima dessas perguntas.

Eu quero, antes ainda, Sr. Presidente, anunciar que, também como Relator da Comissão da Covid, nós já temos definido agora, no dia 22, uma visita ao instituto Fiocruz, no Rio de Janeiro – estivemos na semana passada com o Senador Styvenson Valentim lá no Butantan –, e tudo isso nos traz muitas boas perspectivas de que o Brasil, então, já está hoje praticamente pronto, com vacinas 100% brasileiras, com tecnologia 100% brasileira. Inclusive, até o final do mês agora, nós estaremos em Salvador para aplicar as primeiras doses experimentais, já com a autorização da Anvisa, e isso não deixa de ser uma grande perspectiva, principalmente porque um país com mais de 220 milhões de habitantes, tendo vacina suficiente para vacinar todos e agora, inclusive, já com a dose de reforço, isso vai garantir muito mais ainda um retorno às aulas, com segurança, às nossas crianças.

Quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas também, que já está conosco.

Eu vou ler aqui, Sr. Presidente, as questões, bem objetivamente.

A paralisação de atividades letivas presenciais decorrentes da pandemia da covid-19 em 2020 e 2021 evidenciou a extrema desigualdade social existente no nosso País – claro, inclusive nos longínquos rincões do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, a crise sanitária teve, a nosso ver, o aspecto positivo de trazer à luz a situação de desvantagem educacional que é causada pela pobreza material e que atinge uma parcela expressiva da nossa população em idade escolar.

Não é demais concluir ainda, Sr. Presidente, que a maior parte dessa juventude é constituída principalmente por crianças e adolescentes afrodescendentes, que perfazem a maioria dos brasileiros vivendo na linha de pobreza.

Diante desse quadro, perguntamos: como a pandemia da covid-19 afetou os direitos educacionais em termos de aprendizagem e de perspectivas de sucesso acadêmico dos estudantes e integrantes dos segmentos étnicos e sociais e também das populações representadas pelas entidades presentes a esta audiência? Particularmente, que programas, ações ou projetos de interesse desses grupos que eventualmente tenham sido interrompidos precisam ser restabelecidos, e com qual urgência? Ainda, para que mudanças ou possibilidades de novas formas de acesso ao conhecimento essas comunidades despertaram na direção da realização dos seus direitos à educação?

E a última, Sr. Presidente Flávio Arns: que lições a pandemia deixou acerca da importância da instituição de um sistema educacional ou escolar efetivamente indígena? Como deve funcionar um sistema com essas orientações? Eu falo principalmente porque, no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, temos muitas etnias indígenas, uma população bastante grande, e também os ribeirinhos, os quilombolas, que às vezes ficam em comunidades isoladas. Por isso eu gostaria de ouvir dos especialistas esses comentários.

Encerrando, Sr. Presidente, agradeço muito, mais uma vez parabenizando o Senador Flávio Arns pela sua competência, um homem muito dedicado principalmente à questão da educação, mas também às causas sociais. Então, eu quero aqui registrar, Senador Flávio, que o senhor tem aqui um fã incondicional, principalmente pelo seu caráter e pelo seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Eu quero destacar que é importante a gente ter o Senador justamente na Subcomissão como membro titular e, ao mesmo tempo, ele ser o Relator na área de educação na Comissão Mista de Orçamento. Então, isso é fundamental.

O Senador Izalci Lucas, certamente, na sequência vai querer falar também. Ele é o Vice-Presidente. Não sei se quer se manifestar agora, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, Presidente, vou ouvir mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Está bom, então. Na sequência? (*Pausa.*)

Isso, na sequência. Está bem.

Então, em primeiro lugar, obrigado, Senador Wellington, pelas perguntas. Aliás, em todas as audiências, V. Exa. está colocando perguntas extremamente importantes e necessárias para os encaminhamentos.

Eu passo, em primeiro lugar, para a Sra. Clarice Santos a palavra. Ela é coordenadora do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec).

Com a palavra então.

A SRA. CLARICE SANTOS (Para expor.) – Bom dia, Senador Flávio Arns! Bom dia, Senador Wellington Fagundes e Senador Izalci, aqui presentes, Senadores, Senadoras, participantes.

Quero cumprimentar e agradecer a esta Subcomissão do Senado em nome do Fonec o convite. Espero realmente contribuir com esta Comissão desde as nossas análises, desde as nossas ações desenvolvidas desde o início da pandemia.

Senador Wellington Fagundes, anotei aqui as suas questões e espero tratá-las ao longo da minha exposição. O que não for, depois a gente pode responder especificamente, porque acho que são questões, além daquelas que foram lidas pelo Senador Flávio, muito bem-vindas. Acho que são as questões fundamentais que estão colocadas para todos nós que atuamos nessa frente da educação no Brasil neste momento.

Quero cumprimentar também os meus companheiros de Mesa. Frei David, é um prazer conhecê-lo pessoalmente. Já o conheço lá do canal Conhecimento Liberta. Assisto bastante ao senhor lá com o Eduardo Moreira. Gosto dos programas sobre espiritualidade. Ajudaram muito no período da pandemia aquelas *lives* que vocês fizeram. Foi muito importante não só para mim, mas para muita gente. Agradeço.

E cumprimento o Gersem, que, embora não tenha chegado ainda, a gente espera que chegue, porque será muito importante a participação e a intervenção aqui também do Gersem, pelas questões da educação indígena.

Tenho 20 minutos, que espero cumprir – são 10h18; até as 10h38.

O Fonec (Fórum Nacional de Educação do Campo) é um coletivo de articulação, de mobilização e de elaboração da educação do campo, que congrega um conjunto de movimento sociais e sindicais do campo, organizações populares, universidades, institutos federais, professores da educação básica e da educação superior no Brasil em torno do tema da educação da população que vive no campo – e dizemos no campo, nas águas e nas florestas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já antecipou o Senador Wellington Fagundes, nós também consideramos importante falar de alguns pressupostos gerais sobre a crise da pandemia que vivemos na educação, associado àquilo que nós consideramos a uma já presente crise da educação no Brasil como um projeto.

Nós entendemos que, mesmo atingindo toda a sociedade brasileira e mundial, a pandemia, sim, revelou um quadro dramático em escala global, mas os seus efeitos não afetam todas as pessoas, todas as populações da mesma forma. As populações mais vulneráveis são obviamente mais gravemente atingidas, e as consequências ainda são impossíveis de serem mensuradas.

Entre esses coletivos, incluem-se os que vivem em situação de pobreza extrema, os que vivem na informalidade ou com contratos temporários e precarizados de trabalho, os idosos, a população em situação de rua ou em privação de liberdade, os refugiados, os povos indígenas, os quilombolas, os extrativistas, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, a população que vive da agricultura familiar, dentre outros que historicamente ficaram à margem da prioridade do Estado no atendimento ao direito. Então, nesse cenário, a educação do campo, a educação indígena, a educação escolar e quilombola e a educação das populações afrodescendentes são, na nossa concepção, a parcela mais precarizada da classe trabalhadora em relação às condições de acesso, de permanência, mas também em relação a um projeto pedagógico escolar no Brasil.

Agora, é preciso declarar que antes da pandemia nós já vivíamos uma grave crise da educação, com efeitos que a nosso ver serão medidos no médio e longo prazo sobre o direito à educação para os trabalhadores e para os pobres no Brasil.

A marca principal desse período que nós vivemos é essa radicalização das desigualdades. Numa realidade social tão desigual como é a brasileira, o acesso à educação tem sido um dos poucos caminhos para os setores mais precarizados da classe trabalhadora alcançarem condições de vida mais decentes. Então, numa realidade social como essa, no contexto geral da educação, que na nossa análise é marcado por uma desestruturação atual do sistema educacional brasileiro, o Estado brasileiro cumpriu nesse período, sobretudo, um papel negativo, de desmonte do sistema educacional, o que na nossa análise potencializa a criação de espaços para o setor privado, um aprofundamento da mercantilização da educação e aquilo que os analistas também chamam de um parasitismo corporativo sobre a educação, porque, ao contrário do que propaga esse ideário neoliberal, que vê o Estado como problema, as grandes corporações educacionais nesse período se beneficiaram enormemente da estrutura do Estado, das suas políticas e dos seus recursos. Então, esse contexto da pandemia também favoreceu o incremento dessa mercantilização da educação, o incremento de novas modalidades de parcerias público-privadas em todas as esferas do ensino. E onde mais cresceu esse setor foi exatamente na prestação de serviços de tecnologia digital, aluguel de plataformas, métodos para as modalidades de ensino remoto. Então, cada vez mais, na nossa análise, o interesse dessas grandes corporações passa por essa captura das tecnologias de informação e comunicação, que conectam hoje as escolas públicas. E os efeitos disso ainda deverão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisados mais profundamente. Um levantamento recente mostra que aquilo que se chama de Gafam – acrônimo de Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – controla a maior parte desses serviços no Brasil. Então, a nossa avaliação é de que a pandemia funcionou também, nesse caso, como um catalizador que contribuiu para agravar um conjunto de desigualdades preexistentes.

Nós analisamos também que esse período agravou um outro aspecto da educação brasileira nesse movimento geral de desterritorialização, de individualização e de submissão daquilo que os especialistas estão também chamando de pedagogia do algoritmo. Esses três movimentos são complementares e vão no sentido de esvaziar do conteúdo comunitário, que tem o processo educacional, o processo de ensino-aprendizagem, que, para a educação do campo, é muito caro. E esse movimento reforça essas tendências individualistas do ensino que se faz pelo ensino remoto, pela educação a distância.

O Fonec tem avaliado que, ao longo desses dois anos de pandemia, o território escolar ficou sob suspensão. Enfraqueceram-se essas relações dos educadores entre si, dos estudantes entre si, as relações entre educadores e educandos. Ou seja, essa comunidade acadêmica, essa comunidade do conhecimento se enfraqueceu enquanto comunidade, e o mesmo vale para a função social que as escolas, no nosso ponto de vista, desempenham nos territórios onde elas estão inseridas, como a sociabilidade – a escola não é só ensino, na sociedade, tem uma função social nos territórios, tem a função da sociabilidade –, a alimentação saudável e regular, a prática de atividades desportivas, o combate a informações falsas, a prevenção de doenças, a prevenção de violências, de tal forma que, no regime remoto, essa atividade educacional se resumiu a uma tentativa de ensino de diversos conteúdos, e ainda assim de maneira muito precária.

Ao mesmo tempo, houve uma tendência de substituição desse papel integrativo do território pelas tecnologias digitais. Nós temos no Brasil, segundo o Censo Escolar de 2019, mais de 55 mil estabelecimentos de ensino da educação básica no meio rural – isso representa mais de 23% do total de escolas no Brasil em 2019 –, com cerca de 5,5 milhões de estudantes. Nesse cenário todo de calamidade pública que nós vivemos na pandemia, o Fórum Nacional de Educação do Campo, que é integrado por fóruns e comitês estaduais, regionais e municipais de educação do campo – nós temos fóruns e comitês estaduais em 25 Estados brasileiros –, movimentos e organizações sociais dos povos tradicionais e camponeses, que participam, universidades e as redes de ensino, organizações governamentais e não governamentais, nós do Fonec, já em junho de 2020, publicamos um documento referência do nosso posicionamento ante a pandemia, especialmente em relação a uma resolução publicada pelo Conselho Nacional de Educação. Naquele documento, a gente afirmava se manter em permanente vigilância e assumindo uma posição firme em defesa da vida em condições dignas essenciais à manutenção da existência humana. Para nós, a prioridade sempre foram as vidas humanas, e o processo escolar deveria considerar isso em primeiro lugar, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da nossa República e pedra angular do nosso Estado democrático de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os povos do campo, das águas e das florestas, que estão inseridos em tudo aquilo que nós chamamos de educação do campo, que estão nas nossas diretrizes operacionais para educação básica, educação do campo, que estão no decreto que institui a política nacional de educação do campo, nós consideramos que, ainda que invisibilizados, tanto nas medidas econômicas quanto nas medidas sanitárias e educacionais adotadas durante o enfrentamento da pandemia, cumpriram nesse período um papel histórico na defesa da natureza e dos direitos humanos.

Estes povos que vivem no campo, com seus saberes, com suas formas de trabalho e de produção, com suas práticas culturais ancestrais de organizações sociais, ensinaram o valor dos processos ecológicos que sustentam a continuidade da vida e reafirmam a importância da terra, da água, da floresta e da biodiversidade como bens comuns em prol da saúde, da educação e da produção de alimentos saudáveis.

Essas populações do campo garantiram a segurança alimentar de suas próprias comunidades e das crianças nesse período em que não tiveram a devida consideração nas políticas desenvolvidas pelo Estado, pelo Governo brasileiro. Um exemplo disso foi um projeto aprovado na Câmara dos Deputados e vetado pelo Presidente da República que garantia uma política especial de atendimento a essas populações que produzem comida, que produzem alimentação para as suas próprias comunidades.

E, no campo da educação, o que nós temos acompanhado é que esses grupos que hoje são hegemônicos no campo educacional, que são grupos privados, que são hegemônicos nos sistemas de ensino estaduais e municipais e também sobre o Ministério da Educação, têm atuado e determinado que, durante a pandemia, as redes públicas e privadas de ensino devessem cumprir prioritariamente os objetivos que estão lá definidos na Base Nacional Comum Curricular, que adotassem o ensino remoto com o uso de tecnologias diversificadas, com ou sem mediação tecnológica.

O que as diversas análises têm demonstrado é que essas medidas têm servido somente, nada mais do que somente, para o cumprimento formal das 800 horas exigidas pela legislação, através do compartilhamento de conteúdos isolados das relações sociais que nós comentamos anteriormente, que está demarcado por essa desterritorialização, por essa individualização, não é? Pouco contribuem, na nossa concepção, para a formação humana dos estudantes e uma formação digna, que todos os estudantes, em qualquer lugar onde vivam, merecem e têm como um direito assegurado.

E essas medidas acabaram criando uma cortina de fumaça, no nosso entendimento, sobre os reais problemas das redes de ensino das escolas e das famílias. Em nosso entendimento, essa orientação não dá conta de um processo educativo de qualidade. E por que não dá conta? Primeiro, porque ela desconsidera o fato de que esse modelo proposto promove a exclusão social e educacional dos estudantes em face das desigualdades com relação ao acesso às tecnologias para realização das atividades, muitas vezes responsabilizando os próprios estudantes, que são excluídos dos direitos e das políticas pela sua condição de exclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados demonstraram que nos territórios urbanos 74% da população têm conexão à internet, enquanto nos territórios rurais esse número alcança apenas 49%. Então, em todo o País, 43% das escolas rurais ainda não têm acesso à internet. Segundo a Agência Brasil, tomando como base dados da pesquisa TIC Kids Online 2019, 4,8 milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil não têm acesso à internet e há um amplo contingente com acesso muito precário ou falta de equipamento necessário, a exemplo de um computador ou até de um celular. Nós vimos casos e situações em que uma casa com cinco crianças tinha apenas um equipamento, um celular, e elas tinham que se revezar durante o dia para atender as atividades enviadas e cobradas pelas escolas.

Segundo, pela restrição do direito à educação à simples aprendizagem de conteúdos essenciais. Nós compreendemos que o direito à educação envolve muito mais do que conteúdos essenciais, porque nós temos uma concepção de formação humana que envolve todas as dimensões, que a educação tem que compreender todas as dimensões humanas, todos os sentidos humanos, uma concepção de educação omnilateral, e não apenas conteúdos essenciais que estão determinados pela Base Nacional Comum Curricular.

E, terceiro – e eu queria dar um destaque muito grande aqui –, há uma intensificação da precarização do trabalho docente nesse período. Os professores estão sobrecarregados de exigências que desconsideram uma realidade objetiva imposta pela pandemia para todas as pessoas. E a situação no campo se agrava muito mais ainda pelo fato de que os professores não possuem os equipamentos tecnológicos necessários ou mesmo até um conhecimento mais profundo do uso dessas tecnologias para dar aulas. Na maioria dos casos, os professores fazem uso dos seus próprios equipamentos, uma vez que não têm subsídio dos governos para essa garantia.

Eu acho muito importante o que o Deputado Wellington Fagundes colocou sobre ações e programas. Nós entendemos que um programa que deveria ser desenvolvido e entrar no orçamento federal é que todos os professores e professoras deste País recebessem dos governos federal, estadual e municipais o equipamento tecnológico necessário, um *notebook*, e acesso à internet para poderem atender, porque essas tecnologias são também um direito dos povos do campo, elas não são apenas uma necessidade por conta desse período; elas são tecnologias e, como tecnologias, atuam contribuindo para o acesso que todos os estudantes devem ter a todos os bens produzidos pela humanidade. E essas tecnologias são um desses bens. Na maioria dos casos, os professores fazem uso dos seus equipamentos, da sua própria internet. Além disso, os professores tiveram uma carga horária triplicada, uma carga horária excessiva de trabalho, que contribuiu muito para o adoecimento docente, para o adoecimento físico e mental, que decorre tanto desse excessivo tempo em tela, como da necessidade de, além de atender os estudantes por este meio aqui, preparar atividades para entregar nas casas dos estudantes que não tinham acesso às tecnologias, imprimindo-as nas suas próprias casas ou nas escolas, fazendo essas entregas com seus próprios carros ou motos ou de carona ou da forma que fosse possível, com gastos do seu próprio salário. Nós conhecemos casos aqui, em escolas do Distrito Federal, em uma escola do campo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Distrito Federal, em que as professoras fizeram vaquinha para pagar motoboy para entregar atividades nas casas das crianças.

Então, aqui, vale um destaque para os professores, que, junto com os profissionais de saúde, foram os grandes heróis e heroínas nesta pandemia.

Então, em relação... Como meu tempo está indo para o final, eu gostaria de apresentar um pouco aquilo que nós entendemos que seriam as pautas para esse pós-pandemia, porque, além das questões dos professores, do trabalho excessivo, do trabalho precário... A grande maioria dos professores das escolas do campo é de professores com contratos temporários. O trabalho é precário. Eu gostaria muito de chamar a atenção para ações que deverão ser desenvolvidas de apoio a esses docentes. Mas também nós tivemos grande dificuldade por parte dos próprios estudantes e das suas famílias em acompanhar os estudantes nesse período. Ressalto as dificuldades que os pais enfrentaram, com o acúmulo de trabalho, para garantir a sobrevivência da família; as dificuldades que as famílias tiveram para acompanhar as tarefas escolares via remota; as idas e vindas na busca por material na escola, ampliando o risco de contágio.

Em relação aos estudantes, os relatos dos estudantes apontam para uma sobrecarga de tarefas encaminhadas, para terem que cumprir as horas, uma situação que se complica para os estudantes, especialmente os do ensino médio, que já são trabalhadores e que estão envolvidos na produção de alimentos, trabalhando na roça, que é uma atividade absolutamente essencial à existência de todos no período da pandemia.

Então, em síntese, em relação às nossas pautas, como manifesto do Fonec, nesta mesma nota, nós nos manifestamos... Embora a oferta de atividades remotas possa ser considerada importante para manter os estudantes ativos nos casos onde isso é possível, nós defendemos, à época, que essas atividades não deveriam ser contadas como dias letivos nem deveriam ser objeto de avaliação das escolas, porque entendemos que isso fere frontalmente o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, que está garantido na LDB.

Nós entendemos que a LDB dá o suporte legal necessário para que o Conselho Nacional de Educação normatize a reorganização do calendário escolar e o cumprimento das horas e dias letivos flexíveis de acordo com as realidades, no caso de pandemias e no caso de calamidades. Acho que essa é uma tarefa a ser feita pelos legisladores para o pós-pandemia.

Nós precisamos pensar porque, assim como tem indicado os especialistas e científicos, esta não será a última pandemia. Pelas condições gerais do Planeta, nós ainda sofreremos outras tantas pandemias e calamidades. O sistema escolar tem que estar preparado e normatizado para esses casos. Há amparo na LDB para isso, como a reorganização do calendário escolar e tantas outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, nesse conjunto de pautas, nós entendemos também que é fundamental que esta Comissão especial aponte ao Estado brasileiro, através do Ministério da Educação, e que seja assegurada, evidentemente com a contrapartida dos Governos estaduais e municipais, uma política de financiamento aos sistemas de ensino para a garantia de acesso dos estudantes e professores às tecnologias da informação e comunicação. Computador e internet de qualidade em todas as escolas do Brasil – em todas as escolas – como uma condição primeira. Acho que essa é uma pauta possível e necessária.

Colado a essa necessidade, nós entendemos que é preciso que a política de financiamento amplie o seu alcance para dar garantia de que os sistemas de ensino preparem as escolas para esse ensino presencial pós-vacina, porque os dados que nós temos de infraestruturas sanitárias nas escolas, especialmente nas escolas do campo, das águas e das florestas, são extremamente precárias e não há segurança. Mas nós queremos também apresentar à sociedade que o modelo de escolas do campo e das áreas indígenas já existentes em nossos territórios, assim como o seu projeto de escola nem sempre é respeitado, é, do nosso ponto de vista, um adequado modelo para a organização escolar pós-pandemia: escolas pequenas e médias, localizadas nas próprias comunidades, grande parte dos educadores são das próprias comunidades, com projetos pedagógicos e planejamentos discutidos com a comunidade. Dessa forma, nós entendemos que, por exemplo, evita-se aglomerações de grandes massas de estudantes em grandes escolas, evita-se aglomeração no transporte escolar, no qual estudantes, especialmente do campo, passam horas, um ambiente fechado perfeito para circulação e contágio por patógenos.

Por fim, nós chamamos a atenção para que os gestores dos sistemas educacionais procurem dedicar especial atenção aos dados concretos da realidade das suas redes de ensino, dos professores e dos alunos, trazendo-os para serem problematizados com as instâncias governamentais: Município, Estado, União, conselhos, Ministério Público e Congresso Nacional. Nós entendemos que, uma vez que os problemas enfrentados nesse período sejam expostos, eles apontam para essas instâncias de que há necessidade de um conjunto de políticas estruturantes que estão para além das políticas de educação, mas que têm efeito sobre as escolas. A ausência dessas políticas nos Municípios é responsabilidade do Estado e, com a sua garantia, não podem ser negligenciadas por esse imediatismo de resultados ilusórios produzidos apenas para criar um *marketing*, às vezes, de uma boa gestão, quando, na verdade, se amplia o processo de marginalização dos sujeitos e das sujeitas.

É uma responsabilidade que os gestores públicos têm sobre si e, em nossa concepção, devem exercê-la sob o compromisso ético dos princípios e dos fins das funções que eles ocupam em defesa dos interesses da população. Devem chamar as comunidades para o planejamento, chamar esses sujeitos e sujeitas – a população do campo – para o planejamento dessas atividades nesse período pós-pandemia.

Por fim, Sras. e Srs. Senadores, nós temos ainda dois pedidos especiais a fazer. Nós pensamos que a sociedade brasileira, durante a pandemia, avançou em consciência em relação à importância do Estado contra essas bobagens neoliberais que não têm correspondência nenhuma com a realidade. Se nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos o SUS, se nós não tivéssemos servidores públicos do SUS, o número de mortos teria sido muito maior. Se não houvesse professores e servidores públicos, não teria havido aula nas periferias, nas comunidades do campo, das águas e das florestas. Então, nós achamos que o Congresso Nacional poderia fazer uma sessão solene em homenagem aos educadores, todos os educadores e educadoras das escolas no País; uma menção honrosa a todos esses educadores e educadoras que nas piores ou nas melhores condições – especialmente nas piores – levaram adiante a educação nos ombros, por sua própria vontade, porque acreditam na educação.

Em nome disso, nós pedimos também que os Senadores e as Senadoras votem contra a PEC 23, que, na nossa concepção, é uma PEC do calote dos precatórios, porque grande parte dos credores desses precatórios são professores e professoras deste nosso País, e que votem contra a PEC da reforma administrativa, porque ela é também a destruição desses serviços públicos que asseguraram, nesse período crítico da pandemia, que as nossas crianças, adolescentes e jovens tivessem educação na forma possível. E eles é que vão garantir que nesse período pós-pandemia se recupere, na medida do possível, dentro das escolas, de todas as nossas escolas, aquilo que nós perdemos durante o período da pandemia, assegurando, assim, um mínimo de garantia de futuro a essas populações.

Fico por aqui e agradeço. Desculpe ter extrapolado um pouco tempo. Estou à disposição para seguirmos nesse diálogo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu é que agradeço, Clarissa Santos, a palavra, sem dúvida, de uma grande educadora e de uma grande liderança. Parabéns! Todas as colocações são extremamente importantes, pertinentes. Inclusive tudo isso está sendo acompanhado pela Consultoria do Senado, pela assessoria. Temos que, inclusive, nos aprofundar em alguns dos itens, com seu apoio, com a sua participação e do movimento.

A SRA. CLARICE SANTOS – À disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Frei David Santos, novamente dizendo da alegria de tê-lo no Senado. Já tantas vezes participamos de eventos juntos no decorrer dos anos. E é uma alegria tê-lo novamente no Congresso Nacional.

Frei David Santos, que é Diretor-Executivo da Educafro.

Com a palavra, Frei David.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor me permite, o nosso sonho é ter muitas mulheres Senadoras brancas e negras e ter muitos negros homens Senadores. De modo que, em frente à esta frase inicial, eu quero saudar a todos vocês Senadores, na pessoa da Senadora Zenaide Maia, com que a gente está aí participando ativamente. Então, eu saúdo a todos, mas quero destacar o meu irmão Senador Izalci Lucas, o Senador Anastasia, o Senador Wellington Fagundes e, lógico, o Presidente deste trabalho, o Senador Flávio Arns.

E quero dizer que o que trouxemos aqui para o debate nós temos certeza de que vocês Senadores, independentemente de qualquer grupo – de direita, de centro ou de esquerda –, vão abraçar, juntos, essa demanda que estamos trazendo quanto a negros e negras, que já vivem uma exclusão histórica desde a escravidão, exclusão essa que se ampliou muito com a pandemia. Então, nós queremos esse carinho especial de vocês para o que vamos falar aqui agora.

Primeiro, gostaria de dizer para vocês que, na pandemia, pesquisa feita por alguns órgãos que depois vou citar revelou que a criança da 5ª série branca teve um desempenho bom em Português; bom, não, teve um desempenho em Português razoável, 70% delas tiveram desempenho razoável, enquanto, em relação às crianças negras, só 51% tiveram desempenho razoável. Motivo: falta de equipamento para estudar *online*. Isso é gravíssimo!

No ensino médio, quanto às matrículas dos nossos irmãos brancos e negros: os brancos, 75,4% matriculados no ensino médio; e os negros, só 64,3%, ou seja, o Brasil continua a não criar estratégia para garantir ingresso e permanência do negro no ensino médio. Desses daí, só 55% dos jovens negros conseguiram concluir ensino médio no Brasil. E isso é uma bomba para o futuro da Nação enquanto País forte.

Então, nós queremos que vocês, enquanto equipe pensante, eleita para pensar um Brasil melhor, apresentem propostas concretas para enfrentar esse problema que é o abandono escolar do jovem negro. E, de imediato, a proposta nossa é que para todo jovem negro que esteja, há mais de um ano afastado do ensino médio, vocês, Senadores, aprovem uma lei garantindo um salário mínimo para todos aqueles que retornarem e passarem de ano, ou seja, quem retornou começa a ter meio salário mínimo de apoio e, se passar de ano, então, passa a ganhar os outros meio salários mínimos de uma só vez, no final do ano, por ter passado. A gente entende que, sobre esses jovens que abandonaram, não é por malandragem, não; é porque foram para a rua trabalhar nos sinais de trânsito ou outras realidades, ou seja, a comunidade negra está cada vez mais caindo em frente aos direitos nobres e direitos constitucionais.

Essa pesquisa de que eu estou falando vem do Banco Mundial e do Instituto Geledés.

Em 2020, a pandemia prejudicou três vezes mais as crianças negras, indígenas e do campo do que as crianças brancas. Volto a dizer: em 2020, segundo o Banco Mundial, as crianças negras, indígenas e do campo foram três vezes mais prejudicadas do que as crianças brancas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Unicef também fez pesquisa sobre pandemia e o negro e revela que a situação do negro está uma verdadeira calamidade, e um país tão rico, tão poderoso como o Brasil não pode deixar isso sem ter uma alternativa verdadeiramente madura, séria e responsável. E aí falo para meus irmãos todos, Senadores, que qualquer alternativa não é séria se não tiver verba garantida para fazer a coisa acontecer; sem verba, a coisa não vai.

E aqui já abro para uma denúncia que acabou de chegar para mim, que é uma pesquisa de uma assessoria da Educafro, mostrando que o Governo Bolsonaro cortou todas as verbas para a saúde da população negra. Existia um grande programa, aprovado na Câmara e no Senado, sobre a saúde população negra, e o Governo Bolsonaro cortou essa verba. Já solicito aos Senadores aqui presentes que, em conjunto, assinem um requerimento de audiência pública para avaliar unicamente a saúde da população negra, indígena e do campo. Então, uma audiência pública assinada por todos os irmãos Senadores que estão aqui, para avaliar a saúde da população negra, indígena e do campo agora, no Governo Bolsonaro.

Inclusive, o Fantástico de domingo, agora, mostrou a realidade da saúde indígena, o que me deixou totalmente estarrecido, que não consegui dormir frente ao drama que é a saúde indígena, sem contar a saúde do negro e da população do campo.

O problema de fundo, Senadores, é a falta de equipamento. E aqui eu tenho uma denúncia a fazer, e pediria também... Olha só, desculpa, mas eu vou pedir a vocês a solução, e uma das soluções que vocês têm, como ferramenta, são audiências públicas para oficializar as denúncias e encaminhar soluções. Aí eu denuncio aqui que o Governo Bolsonaro só aplicou 15% da verba destinada a dar equipamento de internet para as crianças de ensino fundamental e médio. De todo o dinheiro previsto, Bolsonaro só aplicou 15% via MEC. Então, também solicito uma audiência pública para discutir para onde foi esse dinheiro, esse dinheiro que era para investir, para dar equipamentos às crianças e adolescentes com referência ao acesso à internet e aos equipamentos de computação.

Bem, também, Senador e Senadora, peço... Veja só: eu estou apavorado. Peço outra audiência pública para avaliar a exclusão do Enem de 3,1 milhões de jovens negros, jovens do campo, jovens quilombolas e jovens pobres em geral, brancos. Então, 3,1 milhões foram eliminados do Enem. Foi uma jogada do MEC que falou: "Todo jovem que não prestou o Enem durante a pandemia está proibido de prestar o novo Enem". E aí a Educafro e mais 11 partidos e entidades sociais entraram no Supremo contra essa decisão do MEC. O Supremo obrigou o MEC a reabrir as inscrições do Enem e fazer uma grande divulgação. E o MEC maldosamente apenas reabriu a inscrição, mas não fez divulgação.

Então, Senador Arns e Senadora Zenaide, dos 3,1 milhões de jovens que foram proibidos de prestar o Enem agora, com a nossa briga no Supremo, que reabriu e o MEC não fez divulgação, então, dos 3,1 milhões, apenas 280 mil jovens tiveram conhecimento dessa oportunidade reaberta e se inscreveram. Então, 2,8 milhões estão até agora jogados ao léu, sem nenhuma proteção do Estado, e, vocês que são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardiães do Executivo, vocês são os guardiães que devem puxar a orelha do Executivo. Solicito mais uma audiência pública, mas, por favor, a cidade em conjunto com todos vocês, Senadores de todos os partidos, de todas as tendências, porque aí, sim, a gente vai ver que é algo assumido pela Casa, a querida Casa Senado brasileiro.

Nessa linha ainda, Senador, continuo dizendo que cresceu, na pandemia, o trabalho infantil. O número de crianças... Só na cidade de Porto Alegre, numa certa semana, a Fundação Fasc fez uma pesquisa em que havia 1,1 mil crianças pedindo nos sinais de trânsito, crianças que não estavam antes na rua – não na rua em si, morando, mas usando a rua como meio de trabalho. E isso é só um sinalzinho do que aconteceu no Brasil inteiro.

Continuando a dizer para vocês da nossa preocupação, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem mostrado que, nas escolas particulares, 9% dos alunos, durante a pandemia, não tiveram acesso a equipamento de internet. É lógico que, nas escolas particulares, os 9% que não tiveram acesso à internet são os bolsistas pobres, brancos e negros. Já nas escolas públicas, 39% ficaram sem ter acesso a internet.

Outra denúncia também que o Banco Mundial está fazendo é que, até setembro de 2021, só 11% dos 5.570 Municípios do Brasil fizeram ensino a distância para compensar e não deixar a pandemia prejudicar os estudos. Os demais Municípios não fizeram nada. Isso é grave, muito grave!

Também a gente pede a vocês... Por favor, eu vou pedir tudo a que eu tenho direito, e vocês Senadores me falem o que vocês podem fazer em caráter emergencial. O Plano Nacional de Educação criou toda uma estratégia para garantir a educação para nosso povo negro, indígena e do campo. No entanto, não está sendo levado a sério pelo atual Governo, pelo Executivo, quase nada do Plano de Educação. A previsão é de que, de 2014 a 2024, não cheguem a ser colocados em prática 15% do Plano Nacional de Educação. E esse assunto precisa de uma audiência pública já, e que bom que está aqui o Vice-Presidente da Comissão de Educação para poder ouvir esses nossos apelos urgentes.

De tudo aquilo que falou a nossa querida Clarice Santos e de tudo que eu estou falando aqui, um trabalho que precisa ser feito pelo Brasil – e aí é um trabalho do Executivo a ser provocado por vocês, do Legislativo – é um plano de busca ativa do aluno, um plano de busca ativa do grande número de alunos negros, do campo, indígenas e quilombolas que evadiram do ensino, porque o ensino está totalmente quebrado.

Também, como proposta, é que vocês estudem imediatamente que o MEC organize para o Brasil inteiro uma recuperação. Olha só: que o MEC organize para o Brasil inteiro uma recuperação do ensino via TV e via rádio para atingir todo o Brasil. Então, que haja um plano em que todo mundo que se inscrever e fizer a recuperação do estudo via TV e via rádio tenha diploma, uma vez fazendo as provas necessárias da aprendizagem. Portanto, eu acho que é um crime do Brasil ainda focar a educação no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuspe e no giz. Então, a educação brasileira ainda é cuspe e giz, e nós temos meios de comunicação excelentes, que são a televisão e o rádio, para pegar as aldeias, e não estão sendo usados com seriedade esses dois instrumentos. E é também mais um tema de audiência: eu peço a vocês uma audiência para discutir como acelerar o uso da TV e do rádio para educar, com o propósito de recuperar a perda da pandemia, para acelerar o ensino, segundo o Plano Nacional de Educação.

Também... Eu vou pular alguns pontos aqui.

Eu quero dizer para meus irmãos Senadores e Senadoras que a situação do nosso povo negro, nosso povo do campo, nosso povo indígena e quilombola equivale a um atleta que teve um acidente e se lesionou. A pandemia foi para nós um acidente, e o povo negro, o povo do campo, os quilombolas e os indígenas estão lesionados. Portanto, todo atleta lesionado precisa fazer terapia começando do zero. O nosso problema é que negros, população do campo, indígenas e quilombolas precisam de uma terapia de recuperação do saber, começando do zero, para dar os primeiros passos com pessoas bem preparadas. E volto a dizer: como o Brasil é um continente, precisamos usar a TV e o rádio para refazer a recuperação do ensino.

Também é bom encontrar uma solução para o alto índice de depressão das mães, cujas crianças estão sofrendo a depressão da mãe, bem como o alto índice de depressão dos professores e da equipe de ensino. A doença da depressão está fazendo um grande estrago na educação brasileira.

Também não dá para vocês, que são fiscalizadores do Executivo, permitirem que continue essa palhaçada chamada de aprovação automática. Vocês não podem permitir.

Também solicito audiência pública, assinada por vocês, Senadores, sobre a crítica, a denúncia e a proibição da aprovação automática no Brasil.

Eu sei que a Comissão aqui é focada mais no ensino básico, mas eu não posso me privar, porque a Educafro trabalha especialmente com ensino superior. Então, eu quero partilhar com o Senador Arns, com a Senadora Zenaide e demais Senadores presentes uma dor. Não há pesquisa, mas a percepção da Educafro, que está envolvida com adulto no ensino universitário, é muito dura, muito sofrida. Antes da pandemia, Senadores, 30% – não há pesquisa; é percepção da Educafro – dos universitários que entraram nas universidades pelas cotas já haviam abandonado a universidade por falta de bolsa moradia e bolsa alimentação. Olhem que absurdo!

O Pnaes, o programa que tinha missão de garantir bolsa moradia e alimentação para os universitários, foi desviado para outras funções, inclusive para pagar hotel e pagar ônibus para time de basquete da classe média das universidades públicas, como para sair do Rio Grande do Sul e ir disputar basquete em Recife. É uma fortuna que se vai fazendo isso, não priorizando a bolsa moradia e a bolsa alimentação dos estudantes. O dinheiro do Pnaes foi usado, inclusive, para consertar ar condicionado quebrado do laboratório de biologia em várias universidades. Eu estou mostrando alguns exemplos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o dinheiro do Pnaes, que era para atender à bolsa moradia e à bolsa alimentação, foi desviado. Então, eu peço também uma audiência pública, pelo amor de Deus, nessa querida Casa, Senado, para discutir o Pnaes. O Pnaes fez um estrago grande ao não dar, ao não garantir a bolsa moradia e alimentação.

Volto a dizer: antes da pandemia, a percepção da Educafro era de que 30% dos jovens negros, brancos pobres, do campo, indígenas e quilombolas já haviam abandonado as universidades públicas federais por falta de bolsa moradia e alimentação. Com a pandemia, a nossa estimativa é que dobrou para 60%. De cada cem jovens do campo, negros, indígenas, quilombolas, 60% já abandonaram as faculdades públicas. Então, há um investimento alto com professores, luz, água e todo o equipamento, mas o número de alunos que estão sendo beneficiados está lá embaixo, por falta de uma coisinha simples: a garantia da bolsa moradia e alimentação.

Então, eu peço outra audiência pública para discutir o Pnaes e como recuperar, levar de volta todos os jovens universitários negros, do campo, indígenas e quilombolas que abandonaram as faculdades por falta de apoio governamental do Executivo.

E aí, Senadores, eu peço que vocês façam um projeto conjunto, deem entrada em um projeto conjunto, obrigando toda universidade pública abrir inscrição para as vagas remanescentes; que todas as universidades públicas abram inscrições para as vagas remanescentes, do segundo semestre ao último semestre. Por quê? Porque, se você vai a universidades federais no Brasil, você vê professores dando aula para quatro, cinco alunos, quando deveriam ser 40 alunos na sala. E os demais todos evadiram.

Ora, com o mesmo professor, você pode reincluir esses alunos, fazer uma chamada nacional, para todo e qualquer aluno que abandonou qualquer faculdade pública ou qualquer faculdade particular ter o direito de voltar para as universidades federais no segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo semestres da universidade, e, assim, otimizar nossa universidade pública.

Meu irmão querido, Flávio, meu irmão Vice-Presidente da Comissão de Educação e demais Senadores, não dá para aceitar isso! Você vai para uma universidade pública e vê as salas vazias. Pergunto aos professores, pergunto ao diretor daquela unidade, e ele diz: "Os alunos abandonaram". E aí? E, aí, o que vocês estão fazendo de política proativa para trazer de volta esses alunos? Nada! Porque, segundo eles, o Congresso Nacional tem de garantir bolsa moradia e bolsa alimentação, que Bolsonaro cortou – Bolsonaro cortou a bolsa moradia e a bolsa alimentação. Então, você vê nos quatro cantos do Brasil, um sucateamento das universidades públicas.

Nos últimos seis anos, 40% das verbas das universidades federais foram cortadas de uma hora para outra. E, aí, as universidades, talvez por falta de total amor para o povo do campo, para o povo quilombola, para o povo indígena, para o povo negro, as universidades que tiveram esses cortes de verba primeiro cortaram as bolsas. Então, é vergonhoso saber que uma universidade seleciona 2,5 mil jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com perfil de receber bolsa, mas só tem 500 bolsas. O que faz a universidade? Faz sorteio – faz sorteio! Entre os 2,5 mil que têm direito à bolsa moradia e alimentação, ela sorteia 500 bolsas.

E aí acontece o que eu vi na Universidade Federal de Sergipe – aqui está uma denúncia –: jovens universitários que acreditavam na educação, por serem de famílias muito pobres... Senadores e Senadoras, é gravíssimo o que vou falar agora: jovens da Universidade Federal de Sergipe, por acreditarem na educação e não terem nenhuma maneira de conseguir bolsa moradia e bolsa alimentação, estavam se prostituindo para ter dinheiro para pagar o alojamento, a república, e para pagar sua alimentação. Jovens, rapazes e moças, estão se prostituindo para garantir dinheiro. Que país é este, meu Deus? Que vocês, irmãos Senadores, não permitam uma coisa dessas acontecer! Ajudem-nos pelo amor de Deus! Vocês foram eleitos para pegar as feridas do Brasil e botar remédio. Vocês não podem deixar o povo assim. Não podem! Vocês não podem. É missão de vocês!

Também... (*Pausa.*)

Já concluindo, vou fazer outros pedidos. É o seguinte: a Lei 12.711, de 2012, que é a lei de cotas para jovens pobres do campo, indígenas, quilombolas e negros, foi assinada por dez anos. Então, nós pedimos a vocês que assinem o requerimento de audiência conjunta emergencial para debater a melhor estratégia para resolver esse problema.

E, para a Educafro, a melhor estratégia é você fazer o seguinte. Segundo o Ipea, se essa lei fosse botada em prática com qualidade, em 56 anos o equilíbrio entre jovens brancos e negros nas universidades seria atingido – em 56 anos, se a lei fosse colocada em prática com seriedade. Foram dados só dez anos para a lei. Então, agora o que a Educafro quer é unicamente que vocês, Senadores, aprovem a ampliação da lei por mais 30 anos, porque nós sabemos que o que falta é levar a sério a lei; e a lei não está sendo levada a sério como deveria. Que lei é essa? É a Lei nº 12.711, de 2012, que foi aprovada por dez anos, vence o ano que vem, a lei que garante a universidade para jovens do campo, jovens quilombolas, jovens indígenas, jovens negros, deficientes e brancos pobres. Olha só, é uma lei que não exclui ninguém. E a maldade aí do pessoal contrário dizia que essa Lei nº 12.711 era lei só dos negros. Mentira. É uma lei que atinge todos os pobres no seu direito sagrado de ingresso à universidade.

Também, meu irmão Senador Arns, lembrando do seu tio, querido Cardeal Arns, com quem convivi pessoalmente, e a energia dele atua em mim pela energia franciscana, meu querido Cardeal Arns era muito sensível à questão da exclusão.

E eu peço a vocês outra audiência pública só para discutir o Cebas. Cebas é a lei de filantropia, que foi desmontada recentemente e está prejudicando muito a todos nós, negros, indígenas, pessoas do campo, etc. Olha só que absurdo: ofendendo a Constituição e ofendendo as decisões do Supremo Tribunal Federal, a lei do Cebas proíbe – proíbe! – que as escolas tenham qualquer plano de ingresso de excluídos na filantropia, no ensino fundamental e ensino médio. Ou seja, uma luta da Educafro, que é criar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"prouninho" no ensino fundamental e médio, a lei do Cebas proibiu isso. O Prouni, que é para universidades federais, está dando tão certo, é uma política bonita, boa, eficiente; e a lei do Cebas proibiu fazer o "prouninho" para o ensino fundamental e ensino médio. Proibiram! Vocês, Senadores, que são do bem, não podem permitir isso! Tem que se fazer uma revisão urgente da lei do Cebas, e eu peço uma audiência pública sobre isso.

Também eu sei que outra demanda é: estado das coisas inconstitucionais. O volume de coisas que estão ofendendo a Constituição é grande, especialmente no campo da educação. Então, eu também peço a vocês, Senadores, que façam um requerimento conjunto de uma audiência pública para vocês debaterem o estado das coisas inconstitucionais do mundo da educação. O Supremo Tribunal Federal já definiu, na ADPF 347, de 2015, que todas as coisas que são consideradas inconstitucionais têm que ter uma ação imediata para obrigar o Executivo a executar. E aí, a vocês que são fiscalizadores do Executivo, solicito que vocês façam uma audiência pública para discutir estado das coisas inconstitucionais no mundo da educação, uma vez que vocês são da Comissão de Educação.

E aí, concluindo, vocês estão vendo e acompanhando neste exato momento todo o problema do Inep. Vocês estão vendo e acompanhando todo o problema do Inep! O Inep teve uma intervenção do Bolsonaro, fazendo grandes estragos no Inep, com grandes prejuízos, com 37 funcionários-chave, estratégicos, do Inep pedindo demissão. Portanto, estão comprometidos os ENEMs futuros, está comprometido o Enade, está comprometido o Censo Escolar.

Portanto, nós queremos que vocês façam uma audiência pública emergencial sobre a realidade do Inep e como enfrentar esse problema, porque o prejuízo para o Brasil vai ser incalculável. Você pegar 37 funcionários que há vinte anos trabalham em um programa fantástico que é a demanda política do Inep, e de uma só vez saírem todos esses e Bolsonaro colocar pessoas sem nenhuma qualificação, mas unicamente voltados para o mundo político-ideológico dele, isso é um estrago que vocês Senadores da Comissão de Educação não podem permitir.

Então, essa é a oitava audiência pública emergencial que eu peço a vocês com referência à situação do Inep e ao prejuízo ao nosso povo afro-brasileiro.

Eu peço desculpas porque eu me alonguei, mas eu estava aqui com tudo engasgado. Eu joguei para fora com emoção. E vocês, espero que o Wellington, a Senadora Zenaide, o Flávio, o nosso irmão, e demais Senadores me compreendam, me perdoem, mas atendam as nossas demandas. Essa é a nossa grande questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu que agradeço, Frei David. Muito importante a sua participação, a sua exposição, assim como já tinha sido a da Clarice Santos. E a gente, inclusive, tinha dito na abertura desta audiência pública que nós iríamos debater hoje três áreas habitualmente marginalizadas, discriminadas, colocadas de lado, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebem importância de vida, não recebem escuta de vida. Eu, inclusive, digo que bastaria se sentar com o Frei David, com a Clarice, que teríamos os encaminhamentos para as dificuldades que são apresentadas, seja no ministério, no conselho, no Congresso. Mas eu também peço que a Consultoria, que está acompanhando, a nossa assessoria também, coloquem já num documento para que a gente possa também dar continuidade àquilo que foi colocado, com certeza. Não é, Frei Davi? Não é, Clarice?

Eu, antes de passar para a Zenaide, que está aí atenta e acompanhando, a nossa Vice-Presidente, tão batalhadora, eu passo a palavra para o Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, que é Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Então, foi campo, Educafro, quilombolas, populações negras... Aliás, tudo que o Frei David levantou eu até fui anotando aqui também e dizendo: "olha, o Brasil seria muito melhor se tudo isso estivesse acontecendo", e coisas simples, não são coisas de outro mundo.

Então, eu passo a palavra a você, Gersem José dos Santos, que é da área da educação escolar indígena. Com a palavra.

O SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA (Para expor.) – Bom dia, Senador Flávio Arns! Bom dia, demais Senadores e Senadoras! Bom dia a todos e a todas!

Agradeço o convite, a oportunidade de falar neste momento, de cumprimentar a todos e a todas e parabenizar por esta iniciativa.

Da perspectiva indígena, tenho algumas rápidas considerações.

Primeiro, trago como foi esse tempo de pandemia com relação aos nossos alunos e alunas, nossas escolas indígenas no Brasil e, de modo muito particular, aqui na Amazônia, onde eu vivo, moro – falo aqui de Manaus – e onde eu conheço melhor, embora também conheça bastante outras regiões do Brasil.

Em primeiro lugar, dizer que o enfrentamento da pandemia, no caso das comunidades indígenas, principalmente amazônicas, foi baseado muito no seu protagonismo, na sua grande diversidade de conhecimentos, de saberes, de fazeres, tradicionais e atuais, e assim por diante. A pandemia não foi tão desastrosa graças exatamente, eu diria, aos conhecimentos tradicionais. Eu moro aqui no Estado do Amazonas, e a capital é a única... O Estado do Amazonas é praticamente um continente. É o maior Estado, de rios, florestas imensas. E a única cidade com hospital para média e alta complexidade – e é o caso da pandemia – é a cidade de Manaus, é a capital. Então, podemos imaginar como as comunidades, as aldeias indígenas estiveram absolutamente distantes, à própria sorte, nesse período da pandemia. E a tragédia, então, não foi maior... O Amazonas tem o maior número de óbitos indígenas de todo o Brasil, o índice é altíssimo, ultrapassa mil óbitos só o Estado do Amazonas, para uma população de 170 mil a 180 mil indígenas, para se ter uma ideia. Ainda assim, podemos dizer que não foi tão trágico por conta desse sistema de conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que eu estou falando isso? Porque ao falar, ao pensar a partir da educação indígena, da educação escolar indígena, é importante levar sempre em conta a importância desse sistema de educação, desse sistema de conhecimento, desses saberes que são, sim, ancestrais, tradicionais, mas são saberes atuais, saberes vivos, saberes dinâmicos, saberes que estão sendo praticados, vividos, vivenciados. E esses saberes foram fundamentais nesse tempo. Eu costumo dizer, Senador Flávio, que, nesse período, os povos indígenas aproveitaram esse confinamento, esse recolhimento físico, social para dar um mergulho nesses conhecimentos tradicionais, e isso todas as gerações: de crianças a adultos, anciãos. Todo mundo teve que mergulhar nessa ancestralidade, nessas tradições até em busca de equilíbrio, em busca de cura, em busca de tratamento para essa doença, exatamente na ausência do Estado, na ausência da saúde pública – pelo menos na ausência da saúde pública adequada, porque algumas aldeias até têm pequenos postos de saúde, alguns agentes de saúde, mas sem qualificação, sem condições inclusive operacionais, de medicamentos e exames para isso. Acho que isso é importante ser dito.

A outra realidade, Senadores, que estamos enfrentando, e que continuamos a enfrentar... Eu acho até que a mídia e a sociedade já não falam tanto disso, talvez porque, nos grandes centros, isso já diminuiu em força, já perdeu força. Mas imaginem que, em muitas aldeias aqui da Amazônia, continuam muito vivas, muito fortes, as influências nefastas, criminosas, porque fatais, de missionários e políticos negacionistas da vacina. Isso é muito preocupante. Isso, é claro, passa pela discussão da educação.

Eu sou do Alto Rio Negro, do Município de São Gabriel da Cachoeira. São Gabriel da Cachoeira está com um surto de epidemia do covid-19. Nesses últimos 15 dias, 20 dias, houve a multiplicação em três vezes do número de casos e a volta de óbitos, porque percebemos, de forma muito triste, que menos de 57% conseguiram se vacinar com a segunda dose, o que é grave para um público que é prioritário, e é prioritário no primeiro nível! Não há nenhuma justificativa, nenhuma explicação para esse elevado número de pessoas, de indígenas sem vacinação, a não ser, de fato, a lavagem cerebral proferida por missionários e, é claro, por políticos, além de garimpeiros e madeireiros, que já vão com maldade para isso. Eu acho que isso é muito importante, porque as pessoas continuam morrendo, indígenas continuam morrendo. Na semana passada, perdi dois amigos, colegas anciãos, no Rio Negro, de forma muito triste, para a pandemia.

Então, esse segundo aspecto é importante, porque pouco já se fala nisso. Muitas vezes, já falamos como se estivéssemos quase no pós-pandemia. Se isso é verdade em outras regiões, em muitas regiões indígenas isso não é verdade, pois a pandemia ainda continua sendo a maior preocupação.

O terceiro aspecto que eu queria considerar é que, como eu já disse, o período da pandemia foi um momento pedagógico, didático, interessante, por conta desse mergulho na tradição. Isso é para dizer o seguinte: embora as escolas indígenas tenham fechado – eu diria que a educação escolar indígena esteve meio suspensa –, houve um revigoramento da educação tradicional. Então, o ensino-aprendizagem continuou nas aldeias de forma muito forte, porque as crianças, embora não estivessem nas escolas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus professores, estavam agora com muitos dos seus professores, pais, mães, tios e avós, nas suas casas, nas suas aldeias, até porque o isolamento familiar nas aldeias praticamente não aconteceu. O que houve foi um certo isolamento das aldeias, mas não das pessoas, porque isso é cultural e socialmente quase inaceitável. Então a educação tradicional foi muito vibrante, foi muito forte. As crianças aprenderam muito nesse período da pandemia por conta disso. Acho que é importante que isso seja dito.

Agora, o que nós enfrentamos como problema? Primeiro, problema para a sobrevivência das pessoas, sobrevivência das famílias das pessoas.

Eu queria destacar aqui, Senador Flávio Arns, com muita tristeza, porque eu fiquei muito triste, pois aqui, pelo menos no Estado do Amazonas, nossos professores indígenas sofreram muito e sofreram problemas além da pandemia, mas, sobretudo, sofreram problemas de alimentação, a fome. A fome afetou muito os nossos professores indígenas. Por quê? Porque assim que foi decretada calamidade pública e praticamente tudo fechou, os Municípios cancelaram os contratos dos professores. Simplesmente os Municípios cancelaram os contratos, que são aqueles contratos temporários.

Aqui, no Amazonas, 90% dos professores indígenas, que são quase 4 mil professores indígenas, são eternamente contratos precários, eternamente, porque eu, pelo menos, há 40 anos acompanho e isso não muda – não muda. Os contratos temporários são anuais, então, os contratos foram suspensos. E como os professores sobreviveram? Praticamente de solidariedade, mas com necessidades, foi muito ruim porque não puderam receber auxílio emergencial porque no sistema eles apareciam como funcionários públicos, só que com contrato suspenso, portanto, com salários suspensos. Foi muito triste, muito sério, para mim foi muito grave, isso é muita desumanidade.

Por exemplo, eu, aqui na Universidade Federal do Amazonas, tenho alguns alunos do curso de formação de professores indígenas que são professores nas aldeias. Nós tivemos que, para eles, fazer campanha de solidariedade, juntar mesmo cesta básica, pedir esmola de pessoas para poder mandar para os nossos alunos que eram professores nas aldeias, porque estavam sem contratos e sem salários. Isso por mais de um ano e meio! Estou dizendo isso porque eu acho isso muito sério, muito grave.

Será que este nosso País um dia vai resolver esse drama da educação escolar indígena? Um dos dramas, que são os contratos temporários dos professores indígenas? Eu fico imaginando, será que o Congresso Nacional não pode fazer alguma coisa? Uma lei que ampare esses professores? Por que o professor que está há 40 anos dando aula, Senador Flávio Arns, um professor que já dedicou uma vida, 40 anos dando aula, todo ano com contrato temporário? Será que ele não adquiriu o direito de pelo menos ser efetivado? Não é possível! Em nome, inclusive, da moralidade, da humanidade.

Eu conheço vários professores com mais de 50 anos, que já dedicaram mais de 30 anos de vida como professor, sem amparo nenhum e, nesse momento, passando fome. Então, é muito sério, para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é muito grave e continua porque, como ainda não parou, então, não foram contratados, continuam com muita dificuldade.

Aqui eu acho que é um elemento muito sério, que deveria ser pensado. Não dá para pensar o futuro da educação escolar indígena sem resolver essa questão dos professores, esses contratos temporários, precários, porque, para mim, é a pior vergonha que nós temos aqui no Brasil. É desumano isso, além de imoral, pensar essa forma.

Por que, então, não pensar em concursos públicos urgentes? Eu acho que o Congresso deveria criar uma lei determinando, em curtíssimo prazo, a realização de concurso público para tirar esses professores em dívida dessa situação humilhante, desumana, que vem aí há anos, e anos, e anos; décadas e décadas. É muito sério. Para mim, é muito triste isso. Eu fico muito triste com isso.

A pandemia revelou as precariedades nas aldeias. Essa questão, por exemplo, da internet. Muitos Municípios e Estados insistiram em aulas remotas. Como? Que tipo de aula remota? Eles só não disseram como que essas aulas iam acontecer, não é? Eles nem sequer mandaram pesquisar para ver se os indígenas podiam dar aula por telepatia. Só seria por meio de telepatia, porque eles não têm acesso à internet. Como é que vai funcionar? E houve imposição de aulas remotas. Quase todos os Municípios e Estados impuseram aulas remotas. Que tipo de aula remota, gente? Eu fico pensando: correio não funciona. Eu sou da época dos telecursos via correio, mas não há correio nas aldeias nem para entregar apostilas. Isso não podia... Se estava todo mundo isolado, como transportar via fluvial, via aérea?

Então, essa precariedade nos ajuda logo a pensar: precisa disponibilizar internet aos indígenas, tem que acabar com esse preconceito ou racismo de que índio não precisa de tecnologia. Precisa sim. São cidadãos iguais. São cidadãos iguais. Então, direito a isso. Já aproveito para dizer isso.

Uma terceira questão. Bom, aqui no Amazonas estamos com previsão para, a partir de janeiro, todo mundo voltar a atividades presenciais, na educação básica e, inclusive, ensino superior. Agora, depois de quase dois anos com todo mundo confinado, gente, há muito problema de alimentação nas aldeias. Para os alunos, a alimentação escolar será fundamental. Já deveria estar sendo fundamental a alimentação escolar, mas é bom lembrar que aqui na Amazônia a merenda escolar é quase um sonho, é quase um desejo, porque não chega, não chega às escolas distantes. Chega a algumas escolas que existem próximas das cidades,

De novo, o Município de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, estava terminando o segundo semestre. Nenhuma escola, até este momento, recebeu alguma alimentação escolar deste semestre atual, de 2021, embora as atividades estejam acontecendo de forma híbrida, aquela forma reduzida de alunos. As escolas estão funcionando, mas não têm alimentação escolar.

Olha, depois de dois anos, deixaram as comunidades com uma fragilidade muito grande na alimentação, porque, de alguma maneira, reduzindo a sua capacidade de construção de roça, de cuidar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roça, precisam da alimentação escolar, e é exatamente o que não funciona, pelo menos aqui na região da Amazônia. Então acho que a alimentação escolar é uma necessidade também que precisa ser vista.

Quanto à infraestrutura, continuo lembrando: é outra vergonha do Brasil. Um terço das escolas indígenas sequer tem prédio, ou seja, mais de cem mil alunos do Brasil estudam debaixo de árvore, no barranco, numa igreja, em algum lugar da igreja. Quando chega a hora da missa ou do culto, todo mundo é colocado para fora. Um terço são mais de cem mil alunos. É bom lembrar destes números: cem mil crianças indígenas que não têm lugar para estudar todos os dias. E isso também décadas, e décadas, e décadas, e nada muda. Então, agora, aqui na Amazônia, inicia-se período de inverno; muita chuva. Até as escolas que tinham prédio – imagina dois anos fechadas; vem temporal, vem chuva; destelharam muitas escolas, paredes se deterioraram –, essas escolas estão em péssimas condições, mesmo aquelas que tinham... Em que condições que vamos retomar agora as aulas?

E, todo dia, eu só vejo o Governo Federal cortando os recursos da educação. Quando é notícia nacional sobre a educação, é só notícia ruim; é só corte daqui, é só corte de lá, ciência, educação e assim por diante. Que triste, que vergonha, não é? Que País é esse, não é? Que País é esse que estamos tendo agora?

E formação de professores, o que mais afeta essas reduções de recursos orçamentários para a educação é a formação de professores. Nós precisamos ainda muito investir na formação de professores indígenas, inclusive na educação básica, o magistério indígena, que é a maior parte do alunado indígena, mas também na formação superior, formação inicial em nível médio. Então, precisa de recurso. O MEC faz dois anos que não repassa nada para as instituições formadoras, tanto em nível de ensino médio, quanto de ensino superior; dois anos sem nada, sem um tostão! Os cursos estão praticamente paralisados. Não tem como pensar educação sem a formação de professores.

E, por último, o que, de um jeito ou de outro, tem relação com isso, mas eu queria concluir com essa questão, Senador Flávio, e com muita tristeza, muita tristeza – acabei de chorar aqui –, tem a ver com a educação, porque para mim a educação é a base de uma sociedade, base de uma civilização, que é a situação do povo ianomâmi, Senador; nós precisamos fazer alguma coisa pelo povo ianomâmi. O povo ianomâmi está escancaradamente, aos nossos olhos, na nossa frente, sendo literalmente massacrado; está sendo exterminado um por um, velho por velho, criança por criança. Não tem como o ser um humano digno ficar quieto diante do que se conhece, inclusive, nacionalmente, por meio do Fantástico dessa semana, não tem como! E não é por ser o Fantástico, não, porque se passa concretamente. Nós sabemos, eu moro aqui do lado, eu visito a área ianomâmi; é muita tristeza.

Eu fico me perguntando: que sociedade é essa que nós temos? Eu nem sei se tenho, se posso abrir a boca e chamar essa nossa sociedade ainda de uma sociedade humana; não sei onde está a humanidade, não! Começo a me perguntar onde está a humanidade dessa nossa sociedade, dessa nossa sociedade! Não é? Não sei. Que civilização é essa que deixa isso acontecer, gente, com um povo inteiro? Acho que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafio de todos, de todos! Não é só o que se chama de povos do bem, não; na humanidade, não tem essa, é a humanidade. O problema de um é o problema de outro. Não existem duas ou três humanidades; é uma humanidade. Se uma humanidade permite isso acontecer, é um problema, sim, da civilização humana.

Então, queria concluir, com muita tristeza mesmo, e pedir a todos aqui, Senadores, Deputados e todos aqui – ouvi agora o Frei David falando – colaboração, apoio de todos. Nós precisamos fazer alguma coisa pelo povo ianomâmi. E tem que ser rápido, tem que ser rápido! A sociedade precisa fazer alguma coisa, gente, precisa fazer alguma coisa!

Então, queria concluir isso, mais uma vez, Senador Flávio, agradecendo o convite, a oportunidade, parabenizando-o. Vou na linha do Frei David: que tenhamos outras audiências públicas, porque, vejam, há tantos assuntos, tantas questões que a gente não consegue esgotar, não consegue esclarecer, detalhar, embora esses 20 minutos sejam preciosos, são muito importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Além de tudo, queremos agradecer a você – eu esqueci de acionar o som – que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Eu considero o seu depoimento também extraordinário, apontando, dizendo o que fazer, o que está acontecendo, os problemas, os desafios e, principalmente, uma mensagem de humanidade também. Quando você coloca, por exemplo, que os professores foram dispensados, dizendo que é desumano, imoral, eu ainda colocaria a palavra ilegal. Ilegal porque talvez a escola estivesse fechada, mas a educação não foi suspensa. Então, você tinha que ter a participação dos profissionais da educação.

Só que são várias denúncias que foram feitas, e eu até pediria, falando com o Thiago, que é o secretário da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Edmar, que é da Consultoria, e o Diogo, que é da nossa assessoria, que estão acompanhando, que a gente colocasse tudo isso no papel, porque o Frei David, inclusive, havia solicitado que a gente colocasse nas audiências públicas, mas eu vou pedir ao Frei David que a gente organize esse assunto e que, até segunda-feira, quando a gente tem a próxima audiência pública, os encaminhamentos tenham sido feitos, de hoje para segunda-feira.

O que a Gersem trouxe são outros tipos de encaminhamentos, inclusive judiciais, que nós temos que ver com o Ministério Público, com a Procuradoria da República, com os Senadores do Amazonas, sempre lembrando que podem ser situações... Não é, Gersem? Você, como coordenador nacional trouxe a situação do Amazonas, mas que isso sirva de alerta para os outros Estados também, onde situações parecidas devem estar acontecendo. A gente sabia que essa audiência pública seria de extrema relevância, não é? Eu acho que é obrigação da sociedade, do Congresso, de você e de todos nós nos debruçarmos sobre tudo o que foi falado hoje, para que a gente possa tomar posição, tomar iniciativa, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamentos, porque não se pode conviver com esse tipo... com esses problemas que foram levantados. Vamos juntos nessa tarefa.

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra à Senadora Zenaide. Em seguida, para o Senador Wellington.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, parabéns por uma audiência pública com um assunto tão importante: educação básica e planejamento.

O que fazer para recuperar nos próximos anos o que foi retirado principalmente...? Aqui nós falamos de toda a população mais carente deste País, e entre eles devem entrar esses 20 milhões que estão com fome, não é?

A gente, na verdade, quando o Congresso aprovou com o meu voto contrário à Emenda 95, que congelou, proibiu investimentos nos gastos básicos... Eu não sou contra você estar numa situação, como se diz, sem dinheiro e não limitar, mas limitar os gastos primários – primários! – como saúde e educação? E este Governo, apesar desse congelamento, conseguiu ser mais cruel ao não gastar. Eu queria citar aqui uns dados que a gente conseguiu, mas, primeiro, parabenizando Clarice Santos, Frei David e Gersem, pois vocês nos enriqueceram com esse conhecimento de quem está na ponta, de quem vê mais de perto, e, com esta audiência pública, nós estamos dando visibilidade ao povo brasileiro do que realmente está a acontecer. Isso aqui não é *fake news,* isso é a verdade. Conhecimento é poder. Nós estamos empoderando o povo brasileiro para saber que necessariamente... É claro que não é necessária essa decisão de tirar recursos da educação, com essa população, principalmente como foi mostrada, população negra, indígena e todos os da escola pública.

Eu sei que o Senador se lembra de que, com tudo isso, ainda levaram um projeto de lei para a gente aprovar em que não seria obrigado prestar conta quem não usou o recurso porque disse que não teve tempo. Então, segundo dados do Censo Escolar de 2020, 10.105 escolas não possuem água potável, 10.808 não possuem energia elétrica e 8.650 não possuem sistema de esgoto. Cerca de 52% das escolas públicas não possuem laboratório de informática e nem biblioteca. E, para essa informática, a gente aprovou o uso daquele fundo que era de R$3,5 bilhões, para informatizar as escolas públicas. Ele vetou, nós derrubamos o veto, e ele veio com uma medida provisória – porque a moda agora é esta: o Congresso eles querem desmoralizar a toda hora. Mais da metade dos estudantes da rede pública de ensino básico não possuem computador e muito menos acesso à internet. Mais da metade das escolas rurais, que são as mais penalizadas, e as escolas dos povos indígenas não possuem também acesso à internet.

Então, não tenham dúvida de que essa população foi a mais foi esmagada na parte da educação, mais do que as outras. Ao mesmo tempo, os dados mostram que o Governo Federal não vem cumprindo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contento o seu papel constitucional de dar assistência técnica e financeira às escolas públicas – art. 211, §1º, da Constituição Federal –, ou seja, é inconstitucional.

O ano de 2020 foi aquele no qual o Ministério da Educação teve o menor orçamento e a menor execução orçamentária da década. Mesmo o mínimo que já tinha com a Emenda 95, ele ainda não fez o favor de ajudar essas escolas. A etapa fechou 2020 com 10% menos em comparação a 2019, e o MEC executou em 2020 apenas 47% das despesas livres, discricionárias para educação básica. Isso é decisão política. Decidiu que os mais carentes e vulneráveis deste País não é para terem educação, porque educação é poder, informação é poder e é tudo. Isso aqui não é uma questão de ser do partido A, B ou C; é tudo que a gente está vendo, um olhar discriminando os mais carentes deste País e as nossas populações originais.

Até dia 20 de agosto agora, o MEC não usou um centavo sequer dos R$220 milhões destinados ao Programa de Educação Conectada, em busca de levar internet às escolas, porque ele não gastou nada até agosto. Até 15 de junho de 2021, a pasta não havia pagado um centavo sequer do R$1,2 bilhão disponível para infraestrutura da escola da educação básica. Os recursos deveriam ser empregados para, por exemplo, preparar escolas para uma volta às aulas segura. Pelo contrário, ele mandou um projeto de lei para os gestores justificarem que não tiveram como gastar esses recursos. Poderia ter transferido. Eu, o Senador Flávio Arns e outros tentamos não aprovar isso, mas fomos votos vencidos – não é, Flávio? Na verdade, essa ação orçamentária chamada Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica tem se desidratado desde 2009. Não foi só a pandemia, como a pobreza não é só na pandemia. A pandemia escancarou, piorou, mas, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13 milhões de brasileiros em extrema pobreza. Então não foi só a pandemia. Os recursos que deveriam ter sido empregados para preparar escola para uma volta à aula depois da pandemia... Na verdade essa ação orçamentária chamada Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica tem sido, como eu estava dizendo, desidratada, quando apenas 1,83% dos R$2,7 bilhões da dotação inicial foi pago. Em 2020 a pasta desembolsou apenas 10% de R$1,1 bilhão disponível.

Diante do que a gente está vendo, eu costumo dizer, porque, quando o Governo toma decisões políticas... E ele sabe que somente através da educação pública de qualidade, com acesso a todos, ele vai diminuir a criminalidade, ele vai aumentar o número de crianças e jovens que cheguem a ter uma profissão e que não precisem mais desse recurso da assistência social, como eles ficam reclamando do Bolsa Família, que agora estão mexendo.

Para finalizar – eu não vou nem perguntar, porque vocês já me responderam –, como vocês avaliam a gestão do MEC para o suporte técnico e financeiro da educação básica?

Pelas informações que nos enriqueceram, eu quero mais uma vez parabenizar por esta audiência pública o nosso Senador Flávio Arns e dizer de um governo que sabe que a educação é a base de tudo e é um direito. Eles estão tirando da educação, da creche, até das universidades federais. As universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federais aqui do meu Estado eles não estão... Eles deixaram 8% do custeio de manutenção das universidades para os institutos federais. Então, eles não querem que se eduque; é um governo que resolveu matar as pessoas não só de fome, mas de conhecimento. E a gente sabe que estas audiências públicas mostram, tiram a máscara de que é favor da educação. É claro que não é a favor da educação.

E eu até questionei, Flávio, o Ministro da Educação, quando esteve aqui, que não entendia porque ele não se preocupava em angariar mais recursos para a sua pasta, porque o normal é cada Ministro querer recursos para sua pasta, solicitar do Parlamento isso. Então, é um governo que não respeita a vida. E não é só a vida humana; todas as formas de vida. Como a gente diz, a vida das nossas florestas, dos nossos animais.

É difícil lidar, mas eu gostei quando o Frei disse que tinha uma esperança na gente. E eu acho que a gente tem de conjugar o verbo esperançar, mas o desmonte que está havendo da educação, ciência e tecnologia deste País, que é justamente quem faz o País... O mundo todo faz isso. Quem educou e investiu em ciência e tecnologia levantou-se. Nós temos o exemplo da Finlândia. Quando eu era Deputada, a Ministra da Educação veio de lá e mostrou que foi através da educação, ciência e tecnologia que eles cresceram. E não há como a gente crescer aqui, se já se poda o direito de quem não pode pagar uma escola privada ter o direito à educação pública de qualidade.

Obrigada, Flávio Arns.

Queria dizer, mais uma vez, aos nossos convidados que foi uma aula e que a gente tem de correr contra o tempo. Eu costumo dizer que quatro anos de atraso na educação são 50, na maioria das vezes, para se recuperar. O menos grave são os prédios abandonados, isso e aquilo. Educação é que fica difícil medir. Isso a gente media, a gente sabe que vai fazer um *apartheid* social cada vez maior entre as nossas crianças e jovens.

Mas nós não estamos aqui para abaixar a cabeça. Eu costumo dizer que sou uma mulher de fé, e fé para mim é insistir, persistir e nunca desistir de lutar por aqueles que mais precisam e que, hoje, são uma população muito grande. Quem precisa... Esse fosso entre os mais pobres e os mais ricos está ficando cada vez mais alargado, e a gente tem que correr atrás disso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu que agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Só para os expositores e para a expositora terem conhecimento, a Senadora Zenaide Maia é Vice-Presidente desta Subcomissão da Educação na Pandemia, e a atuação dela vem sendo pautada sempre por uma defesa forte da educação, da saúde, das causas sociais e dos desafios em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar novamente que o Senador Wellington Fagundes, que vai se manifestar agora de novo, é o Relator da educação na Comissão Mista de Orçamentos; e o Senador Izalci Lucas, que na sequência vai se manifestar também, é o coordenador da Frente Parlamentar Mista – Senado e Câmara dos Deputados – a favor da educação, pela educação.

Todos esses debates naturalmente vão ser levados – o Senador Izalci Lucas é uma grande liderança também. E vocês podem ter certeza de que vão ter uma acolhida muito grande no Senado Federal para tudo que foi dito hoje. Eu diria que a audiência pública foi contundente, e temos de nos debruçar sobre o que foi dito e colocado.

Senador Wellington Fagundes, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Mais uma vez, Senador Flávio Arns, eu gostaria de agradecer a V. Exa., à Senadora Zenaide e ao Senador Izalci, que aqui esteve conosco também desde o início; à Clarice Santos, que é a Coordenadora do Fórum de Educação do Campo; também ao Gersem José dos Santos, que é Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; e ao Frei David Santos – quero registrar, Frei, que tenho uma irmã mais velha franciscana, então toda a minha família também foi educada no catolicismo.

Sr. Presidente, eu aqui quero deixar os meus sinceros agradecimentos pela presença de todos. A exposição que fizeram e as respostas que nos deram são importantes contribuições a esse debate tão fundamental ao Brasil, que se inter-relaciona diretamente com o futuro das nossas crianças, das futuras gerações.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria dizer que tivemos hoje uma notícia extremamente animadora: a de que o Brasil ultrapassou os Estados Unidos no percentual de vacinados contra a covid-19. Segundo publicação do jornal *Folha de S.Paulo*, com base em dados do Our World in Data, vinculado à Universidade de Oxford, na Inglaterra, o nosso País, Sr. Presidente, se uniu a outras 55 nações que superaram os índices norte-americanos.

Esse dado mostra duas situações muito claras: a correção dos rumos que o Poder Legislativo ajudou a empreender no nosso País, na defesa intransigente da ciência; e, ao mesmo tempo, o desejo do povo brasileiro pelas vacinas. O povo brasileiro, mais de 95% da população deseja se vacinar. Já estamos agora, inclusive, nas vacinas de reforço. Se tivéssemos hoje 200 milhões de doses de vacina disponíveis, com certeza, absoluta certeza, estaríamos vacinando mais e mais compatriotas, a ponto de considerar a população imunizada em toda a sua extensão. Tivéssemos hoje 200 milhões de doses de vacina disponíveis, estaríamos com todas as chancelas necessárias à retomada normal do curso das nossas vidas em todos os segmentos, principalmente das nossas crianças, voltando com segurança às escolas.

Como disse em outras ocasiões, infelizmente nos falta vacina em quantidade, mas chegaremos lá, e num tempo mais breve do que se possa imaginar, como eu disse aqui no início desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar o trabalho desenvolvido para construir um cenário amplamente favorável e otimista. A essa notícia de que superamos em percentual uma das maiores potências mundiais, que são os Estados Unidos, agrega-se outra que me causa regozijo, e penso que seja motivo de orgulho para toda a nossa Nação: a de que estamos muito perto também de ter a nossa própria vacina – vacina 100% nacional. A expectativa, Sr. Presidente, é de que, até o final deste mês, lá em Salvador, na Bahia, seja aplicada a primeira vacina desenvolvida com tecnologia própria, a RNA MCTI Cimatec, do Senai, que conta com o valioso apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. E eu falo isso, faço questão, até porque, como V. Exa., Sr. Presidente Flávio, já repetiu, sou o Relator, na Comissão de Orçamento, da pasta da educação e eu quero exatamente, Senadora Zenaide, Senador Izalci, propiciar que façamos um orçamento conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia. É importantíssimo para a retomada da nossa economia estarmos baseados na ciência, na tecnologia e principalmente na educação. Por isso, a partir desse cenário, é possível afirmar que o Brasil terá, em pouco tempo, vacinas suficientes para imunizar toda a população, aproveitando as indústrias de saúde animal, como autorizado pela Lei 14.187, de 2021, sancionada a partir de um projeto de minha autoria aqui no Senado.

Creio, Sr. Presidente, sinceramente, que no ano que vem teremos condições de produzir até 400 milhões de doses de vacina contra a covid em apenas 90 dias. Com a experiência em campanhas de imunização pelo Sistema Único de Saúde, não tenho dúvida em afirmar que seremos uma referência mundial, auxiliando, inclusive, os nossos irmãos dos países sul-americanos e até africanos. Em suma, deixaremos de ser importadores para sermos exportadores de vacina contra a covid-19. Seremos grandes produtores de imunizantes até que sejamos livres desse terrível vírus.

E é com alegria com essas notícias que me fazem mais otimista do que já sou costumeiramente que me manifesto, agradecendo o tempo concedido por V. Exa. E ainda, Sr. Presidente, quero dizer mais uma vez, com insistência até – e temos falado muito sobre isso –, do papel dos nossos professores. Agora, na saúde, no momento da covid, os protagonistas, como diz o Ministro da Educação, foram os profissionais da saúde, os hospitais, os médicos. Agora, no pós-pandemia, os protagonistas serão as escolas, os profissionais da educação e, acima de tudo, os nossos professores. Nós temos que fazer um verdadeiro mutirão, envolvendo também a família brasileira, porque a grande responsabilidade da escola é ensinar, mas a família não pode abrir mão do seu papel principal, que é educar os nossos filhos.

Eu só queria aqui, Sr. Presidente, com a sua tolerância, ainda me permitir registrar um importante acontecimento, e especialmente falo como filho de Rondonópolis, a minha cidade, e falo com tristeza, que foi o falecimento do Sr. Hélio Cavalcanti Garcia, ocorrido agora, no último dia 11, lá em São Paulo. Ele estava fazendo um tratamento há muitos meses e ele tinha 89 anos. O Dr. Hélio, Sr. Presidente, governou a minha cidade natal de 31 de janeiro de 1967 a 30 de janeiro de 1970. Ele exerceu também por várias décadas o ofício de tabelião e oficial do 1º Tabelionato de Registro de Imóveis da minha cidade, Rondonópolis. Era ainda um dos grandes proprietários rurais da região sudeste de Mato Grosso, ajudando no desenvolvimento do agronegócio do Estado e também do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Hélio sempre foi considerado um visionário, inovador, estando sempre à frente do seu tempo, tendo por isso contribuído muito com o início do desenvolvimento da minha querida Rondonópolis.

Aliás, a sua biografia é marcante. Como Prefeito, realizou o primeiro calçamento com paralelepípedo do quadrilátero central de Rondonópolis, que vivia sufocado pela poeira, e foi considerado um grande avanço naquela época. O Sr. Hélio Garcia também foi o responsável pela implantação da primeira rede telefônica da minha cidade, inaugurada em 1969, Sr. Presidente, em que foram disponibilizados somente 200 aparelhos de apenas três números de identificação.

Por tudo o que fez o nosso tão trabalhador e competente Hélio Garcia, deixo aqui o testemunho do legado para aqueles que vierem a seguir: sempre fui admirador do seu trabalho e por isso quero externar aqui os meus sentimentos a toda a família do Dr. Hélio. Com certeza, a história de Rondonópolis saberá honrar esse nome, e falo aqui em nome dos meus conterrâneos e meus contemporâneos também, que são o Hélio Garcia Filho, a Rosângela, a Rosana e o Édson Garcia, além da viúva Metran Garcia. E também ele deixa ainda dez netos e nove bisnetos.

Por isso, eu agradeço imensamente a paciência de V. Exa., mas se trata de uma referência na minha cidade, e eu não poderia deixar, neste momento em que estamos falando da vida, estamos falando da educação, estamos falando da volta às aulas das nossas crianças com segurança... É extremamente importante para mim, como filho de Rondonópolis, fazer esse registro.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes. Quero me associar a V. Exa. na solidariedade à família, esposa, filhos, netos, bisnetos, ao Município de Rondonópolis, à cidade de Rondonópolis. E é importante a gente destacar as pessoas que são referência, não há dúvida alguma.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Senador Izalci Lucas, lembrando que é Coordenador da Frente Parlamentar pela Educação, batalhador na educação, na ciência, na tecnologia, em tantas coisas importantes, não é? E quero dizer, Senador Izalci Lucas, que a audiência de hoje foi realmente marcante, eu diria, contundente; porém, realista e com apresentação de caminhos para soluções.

Eu acho que isso que tem que nos unir agora, para enfrentarmos juntos o que foi apresentado.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Senador Flávio Arns, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa desta audiência e cumprimentar também os convidados. Eu estava vendo aqui, acompanhando pela televisão e, ao mesmo tempo, no telefone. Quero cumprimentar a Clarice e o Frei David também. Foi emocionante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação dele, dando um depoimento do mundo real. A gente vive muito no mundo virtual. Muitas vezes, muitas pessoas não conhecem o que está acontecendo lá na ponta. As pessoas passam muita dificuldade em todo o País, inclusive, as daqui do Distrito Federal. E cumprimento o Gersem também.

Essa questão da pandemia nos trouxe um pouco de luz. As desigualdades nós já conhecíamos, mas a gente pôde perceber que, de fato, elas se tornaram muito maiores com a impossibilidade de atender à parte tecnológica dos nossos alunos. Aqui em Brasília mesmo, 30% dos alunos sequer tiveram acesso ao computador durante a pandemia. Então, foram dois anos perdidos. Na prática, isso acaba prejudicando muito a questão da formação.

Com relação ao interior deste País, aos indígenas, principalmente aos quilombolas, realmente a gente precisa ter uma atenção especial.

Eu quero cumprimentar o meu querido amigo Wellington, que vai ser o Relator da subcomissão setorial da educação. Nós fizemos um ajuste, para que eu pudesse participar da Vice-Presidência e ele da relatoria. Então, acho que a gente precisa corrigir um pouco isso. Essa questão de leis que pegam e outras que não pegam é muito ruim, porque, de fato, o que não falta é lei. Nós precisamos executar isso. Não se faz educação apenas com discurso; tem que ter recurso. Então, acho que a participação do Wellington é fundamental para a gente poder corrigir um pouco isso na Comissão de Educação.

Na Ciência e Tecnologia, todo dia a gente mata um leão com relação a isso. Pelo menos, na LOA de 2022, está previsto honrarem o PLN 177, do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, que agora não pode ser contingenciado, passa a ser um fundo financeiro. Então, acho que, pelo menos, a gente melhorou um pouquinho a situação da ciência e tecnologia.

No caso da educação, também, com a aprovação do Fundeb. Nós tivemos o privilégio de relatar o projeto do Fundeb agora, e eu espero que a gente possa ampliar cada vez mais os recursos para a educação e para a ciência e tecnologia.

Fico triste porque nós tínhamos aqui um PLN de 400 milhões para os testes da vacina nacional. O Brasil tem várias vacinas já adiantadas: da Universidade da Bahia, de Minas, de São Paulo, mas, infelizmente, cortaram o orçamento para a execução dos testes.

O Wellington teve um papel fundamental na questão da infraestrutura da produção de vacina na estrutura da produção animal. Nós temos uma bela estrutura. A gente conseguiu aprovar o projeto do Wellington, que eu tive o privilégio de relatar também, para ampliar essa infraestrutura e poder produzir a vacina aqui, mas a Anvisa não liberou a tempo, e acabaram cortando do orçamento deste ano os quatrocentos e poucos milhões que nós tínhamos aprovado para o teste dessas vacinas.

Mas é uma luta em que, a cada dia, a gente percebe que mais pessoas se envolvem. Esse depoimento do Frei David, para mim, foi muito emocionante, porque, de fato, ele vive lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As associações e entidades filantrópicas que nós conhecemos têm um papel fundamental. Acho que, se não fossem elas, se não fossem as associações e as entidades do terceiro setor, nós teríamos muito mais dificuldades ainda, porque as pessoas estão passando fome.

Nós somos totalmente favoráveis à aprovação do auxílio emergencial e vamos discutir isso hoje, inclusive, daqui a pouco, na Comissão Mista e também na bancada. Nós concordamos com o auxílio emergencial, e acho até que é pouco o valor que está sendo colocado para nós, mas a fonte, a origem dos recursos denota muita irresponsabilidade fiscal. Eu acho que a gente precisa debater essa questão da fonte.

Eu ia fazer algumas colocações, mas todas foram abordadas durante a audiência. Mas eu quero aqui me somar aos nossos colegas que, de fato, se preocupam com essa questão, que é muito importante.

Então, eu quero... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Acho que houve algum problema com a conexão do Izalci Lucas. Se ele voltar, a gente retorna a palavra para ele.

Estão me escutando bem?

Só quero saber se aqui está bem, para ver se o problema não ocorreu na minha conexão. Ele ocorreu na conexão do Senador Izalci Lucas. Mas, se ele retornar, a gente dá a palavra de novo a ele.

Izalci, está me escutando? Está voltando aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Arns, caiu a conexão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Isso!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esta tecnologia funciona, mas estou no celular, e, a cada ligação que entra – às vezes, entram duas ou três –, acaba caindo a conexão.

Mas eu quero parabenizar V. Exa. e me colocar à disposição. Vamos atuar juntamente com o Wellington nesse relatório da educação, assim como no da ciência e tecnologia, para realmente colocarmos recursos para amenizar essa situação que a gente vem enfrentando.

Olhem que trazer esses alunos, principalmente os do ensino médio, de volta para a escola não vai ser fácil, porque, de fato, as nossas escolas precisam muito ainda de investimentos em infraestrutura, em laboratórios, em refeitórios. Foi falado aí sobre a questão da alimentação. Nós temos um potencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incrível para fazer uma bela merenda escola, a alimentação na escola. Em um país como o nosso, que é maior produtor de alimentos, há gente passando fome. É um negócio muito triste para nós!

Mas olha: parabéns! Eu me coloco à disposição de todos vocês. Vamos brigar agora no orçamento, para ampliarmos esses recursos e para amenizarmos a situação caótica com relação principalmente aos indígenas, aos quilombolas, às pessoas da área rural, que não têm as mesmas oportunidades das pessoas que vivem na área urbana e que também carecem de investimentos.

Parabenizo-o, Senador, pela iniciativa.

Obrigado pela participação.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Para expor.) – Meu irmão, Senador Izalci, das audiências públicas... Considerando que o senhor é o Presidente da Comissão Mista de Senado e Câmara, das audiências públicas que a Educafro Brasil solicitou, qual delas o senhor pode assumir enquanto Presidente da Comissão Mista no Senado e na Câmara?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acho que a gente pode fazer na Comissão de Educação uma reunião para discutir, inclusive, a questão do Cebas, que o senhor colocou muito bem.

Eu acompanho essa questão da educação há anos, conheço o Brasil todo com relação a isso e acho que vocês prestam um serviço relevante e importante. Temos que corrigir essas distorções para que a gente possa, de fato, chegar aí. Então, eu acho que na educação é o mais adequado, para a Comissão, para resolver a questão do Cebas.

Com relação ao orçamento, a melhor Comissão, e que a gente precisa fazer mais audiências, é a Comissão de Orçamento, onde se definem de fato os recursos. Então, vou dar uma olhada, agora, na Comissão Mista para ver se a gente ainda consegue fazer uma audiência com a participação do Wellington também, que é o Relator setorial da educação, se a gente consegue fazer uma audiência pública na Comissão Mista do Orçamento para ver de que forma a gente pode ajudar nisso.

Comprometo-me, junto com o Wellington, para a gente poder trabalhar na Comissão Mista do Orçamento, que eu acho que, também, é mais importante porque trata de recursos.

Conte comigo, Senador Flávio Arns, onde você achar melhor.

O Senador Arns é uma referência para nós. O que ele disser que tem de fazer nós faremos aqui.

Senador Arns, conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço, de novo, ao Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu coloquei antes, as exposições foram extremamente importantes, válidas, necessárias, realistas, contundentes e apontando caminhos, tanto que eu já solicitei para a própria Comissão. O Thiago e a Secretaria da Comissão têm sido extraordinários também na questão da organização, da consultoria, da assessoria.

Vamos, até segunda-feira, organizar as várias proposições, Frei Davi e também Clarice e Gersem, para que a gente possa fazer os encaminhamentos e acompanhamentos também. Então, eu diria que foi muito importante.

Eu quero só dar a palavra de novo a vocês para fazerem a despedida e dizer novamente, reforçar sempre, agradecer a presença de vocês também.

Clarice, se quiser também se manifestar.

A SRA. CLARICE SANTOS (Para expor.) – Sim.

Obrigada, Senador Flávio, Senador Wellington, Senador Izalci, Senadora Zenaide, que esteve aqui, aos consultores, a toda a equipe do Senado, obrigada Frei David e Gersem.

Eu quero fazer aqui publicamente um reconhecimento ao Gersem. Quando membro do Conselho Nacional de Educação, ele foi uma pessoa fundamental para a aprovação das diretrizes da alternância no ensino superior, que, para nós, é uma política fundamental. Isso precisava ser regulamentado para os nossos cursos de formação de educadores em educação do campo, que são em regime de alternância.

Queria fazer esse reconhecimento público, esse agradecimento ao Gersem pelo papel fundamental que teve ali no Conselho Nacional de Educação, no seu parecer, o que garantiu a aprovação. Claro que a alternância demanda bolsa permanência, não é, Frei David? Depende de um conjunto de condições que as universidades precisam ter para garantir.

Nós temos, hoje, 41 cursos de licenciatura em educação do campo nas instituições de ensino superior, que demandam orçamento para garantir essa continuidade dos cursos, que hoje as universidades não têm. As universidades estão esticando o cobertor de um lado para outro. Então, todas as questões que foram colocadas aqui pelo Gersem, pelo Frei David e por mim são questões que estão todas interligadas: nós estamos tratando das condições gerais de assegurar o direito à educação dos povos todos, das crianças, dos jovens e dos adolescentes, onde quer que elas vivam e tenham o direito de viver.

Então acho que para nós também foi um momento importante de ter esse diálogo com o Senado Federal, com os nossos internautas, que estão acompanhando e nos assistindo neste momento. Nós, do Fórum Nacional de Educação do Campo, permanecemos à disposição para o que for necessário. Apresentamos algumas propostas aqui que nós consideramos que são plenamente viáveis, desde que haja essa força-tarefa que envolva Congresso, que envolva as organizações e movimentos sociais e os sistemas de ensino para que sejam implementadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, então, rapidamente aqui por essa oportunidade de fazermos esse diálogo muito rico e esperamos que seja efetivamente produtivo para toda a sociedade brasileira, porque não interessa só ao campo, só às comunidades afrodescendentes, só aos quilombolas ou só aos indígenas, nós estamos tratando da sociedade brasileira, que é diversa, que é pluridiversa e deve ser entendida dessa maneira também em relação às políticas e ao direito.

Muito obrigada. Tenham todos um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Obrigado, Clarice Santos. Lembro que a Clarice é coordenadora do Fórum Nacional de Educação do Campo.

Passo – me permita chamar assim, porque eu faço com muito respeito – ao amigo Frei David para as considerações.

O Wellington falou agora da irmã franciscana. Eu só quero dizer que eu tenho dois tios franciscanos. Um deles mencionado, que é o Dom Paulo Evaristo Arns, a quem homenageamos pelos cem anos. Faria aniversário em setembro. E o outro é o Frei João Crisóstomo Arns, que era o primogênito dos treze. Mas não é só isso, eu tenho três tias freiras, da ordem das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

Então, o pessoal se dedica muito à educação também. Uma delas, viva ainda, indo para os seus 95 anos, uma tia muito querida.

Então, com a palavra, Frei David.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Para expor.) – Excelente. Eu fico muito feliz em saber que o Senador Arns assumiu encaminhar para sua equipe todas as demandas colocadas por nós, convidados, para fazer a reflexão e já dar o retorno segunda-feira. Então eu vou trazer para a audiência de segunda-feira uns 30 jovens negros das universidades para verem, com alegria, os encaminhamentos.

Também fiquei muito feliz com o Senador Izalci, que vai já encaminhar na Comissão Mista, que abarca Senado e Câmara e da qual ele é Presidente, essa questão, bem como a questão orçamentária.

Quero dizer, Senador, como mensagem final, uma coisa não muito agradável: os universitários negros, indígenas, quilombolas, antes da pandemia, já tinham problema em ascensão, em crescimento; com a pandemia, ampliou muito o número de jovens negros, indígenas e quilombolas em depressão, e, com muita dor, falo para vocês, o número de jovens negros, indígenas e quilombolas se suicidando – se suicidando!

Imagine o senhor um jovem receber uma vaga na universidade e, lá na universidade, ficar cinco meses, oito meses e depois voltar humilhado para a sua aldeia, voltar humilhado para o seu quilombo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltar humilhado para a sua favela, dizendo que o País não deu a ele moradia e alimentação mínima para que ele pudesse levar adiante o seu estudo para ajudar o Brasil a ser melhor. Então, Senador, como falou a nossa querida Clarice, pelo amor de Deus, vamos ver, com carinho especial, a questão da bolsa-moradia e bolsa-alimentação de todos esses beneficiados pelas cotas, que são os negros, indígenas, quilombolas, pessoas do campo, deficientes e brancos pobres em geral; a Lei de Cotas contempla isso daí.

Também estou muito cheio de expectativa para a reunião conjunta com referência à garantia da a Lei de Cotas nas universidades, que foi aprovada por dez anos. Considerando que o Ipea falou que essa lei, para ter resultado, se não melhorar, para ter resultado, serão precisos 56 anos de trabalho com a lei, então, que se amplie a lei por mais de 30 anos e vamos para frente tentando fazer, aqui e ali, outros trabalhos para garantir que o nosso jovem negro, indígena, quilombola e do campo não abandone as vagas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bom, Frei David, que bom nos encontrarmos, de novo, assim como a Clarice!

O Gersem está conectado ainda, Gersem? (*Pausa.*)

Está aí. Que bom, Gersem!

O SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA (Para expor.) – Senador, só para, mais uma vez, agradecer a oportunidade, o convite e, na linha do Frei David, também convidar e nos disponibilizar a fazer uma frente nacional em defesa da educação brasileira, principalmente dos nossos segmentos historicamente marginalizados e excluídos. Nós estamos vivendo, Senadores, um momento muito triste, muito triste, porque vínhamos, pelo menos no mundo indígena – mas acho que assim também nas questões afro-brasileiras, quilombolas e do campo –, vínhamos três décadas, embora de forma gradual, lenta, avançando em conquistas, vínhamos em uma ascendência de conquistas de direitos, de garantia de direitos. Mas o que nós percebemos com muita tristeza é que, nesses últimos anos, vimos esses direitos serem reduzidos e, no nosso caso indígena, serem cassados mesmo, dia a dia. Infelizmente, os primeiros dados já estão aí comprovando isso que estamos falando; não é só um discurso, é realidade. Por exemplo, no ensino superior indígena, nós já tivemos 18% de redução de matriculados indígenas nos últimos dois anos; já tivemos uma considerável redução.

Eu acho que a ausência dessas políticas, ou até a fragilização, mas sobretudo o abandono de algumas políticas, como essa, por exemplo, de bolsa permanência, enfraquecimento, diminuição, tem provocado estragos muito grandes. Só para terem uma ideia, acabou de sair um levantamento da UnB no caso indígena. É muito triste perceber, por exemplo, que, entre os alunos indígenas no ensino superior da UnB, há mais alunos com evasão, há mais desistentes do que aprovados. Eu nunca pensei ver isso. É muito grave e muito triste isto: dos que entram, dos que acessam a UnB, há mais gente evadindo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desistindo, do que os que conseguem concluir. É de 40% para 44%; 44% desistem no caminho e 40% conseguem concluir.

Acho que isso representa um dado significativo para a gente pensar o presente e o futuro do nosso País, da nossa sociedade; a educação é o reflexo disso.

Então, mais uma vez, obrigado, gratidão e que a gente continue firme nessas trincheiras para defender os direitos básicos, e educação é um direito humano. Por isso, acho que é um dever de cada um de nós defender, com todas as nossas forças esse direito.

Aproveito para agradecer a Professora Clarice Santos pelo reconhecimento. De fato, foi uma batalha difícil, e o que saiu – não é, Clarice? – poderia ter sido melhor em outras épocas do nosso País, mas é o que foi possível.

A SRA. CLARICE SANTOS – Nas condições em que estamos, foi uma grande conquista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem!

Então, Frei David, Diretor-Executivo da Educafro; Gersem, que é o Coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; Clarice, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação no Campo (Fonec), eu repito de novo, porque, para mim, foi uma manhã e um início de tarde extraordinários, muito bons. Apesar de se apontar para os problemas, eu penso que todo esse debate trouxe muita clareza para aquilo que está acontecendo e para o que deve ser feito.

Então, vamos nos unir, vamos fazer aquilo que foi sugerido, vamos organizar o assunto, vamos mostrar esses materiais a vocês para que haja sintonia entre aquilo que a gente está colocando no papel e aquilo que vocês consideram essencial e vamos em frente.

Quero deixar um abraço grande, dizer que estamos à disposição e, independentemente desta audiência, vamos nos falar mais ainda, sem dúvida alguma, mas a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e esta Subcomissão da Educação na Pandemia estão totalmente à disposição.

Então, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado aos internautas também. Um grande abraço!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença da Senadora Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 5ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Helber Ricardo Vieira, Secretário Adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Alípio Dias dos Santos Neto, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU); e Anamaria D'Andrea Corbo, Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV (representante de: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária para o Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Portanto, realizaremos hoje a quinta audiência pública; a primeira reunião foi para a aprovação da pauta de trabalhos. Esta quinta audiência pública tem a finalidade de:

1. avaliar os impactos da pandemia na educação básica;

2. discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica – que é um debate permanente;

3. debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria: 0800-0612211.

Nós vamos, em primeiro lugar, agradecer a presença dos convidados e da convidada. É uma alegria tê-los aqui, na Subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Comissão é presidida pelo Senador Marcelo Castro, do Piauí, e vice-presidida pela Senadora Leila. Esta Subcomissão de Educação na Pandemia tem a participação de cinco membros: eu próprio; a Senadora Zenaide Maia, como Vice-Presidente; o Senador Anastasia; também o Senador Wellington Fagundes e o Senador Confúcio Moura. Como o Senador Confúcio Moura está de licença, a Senadora Maria Eliza o substitui nas questões relativas a esta área.

Como nós já colocamos, é a quinta audiência pública. Queremos ir até o final deste ano, que é o prazo que foi concedido à Subcomissão pela Comissão de Educação, mas vamos propor a continuidade da Subcomissão para o primeiro semestre do ano que vem; porém, já apresentando relatórios e resultados neste ano.

Nesse sentido, a gente vai conceder o prazo de 20 minutos – sejam todos bem-vindos – para cada um dos convidados fazer a exposição inicial. Os Senadores poderão participar na sequência e também as pessoas, pelas perguntas e comentários.

Eu só tomo a liberdade de, rapidamente, já ler algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Debora Azevedo, de Alagoas: "Quais as medidas que o Legislativo pretende adotar junto aos demais Poderes para retomar a educação ao ritmo do período pré-pandemia?".

Também Albiratan Candido, de Alagoas: "As escolas públicas foram as mais afetadas e principalmente das crianças pretas e pardas nas periferias do Brasil."

Discutimos muito, na semana passada, a educação das crianças afro, com a instituição Educafro, as crianças indígenas e do campo.

"Como o Senado pode ajudar?".

Tacyana Maciel, de Pernambuco: "Muitas crianças e adolescentes sentem que estarão atrasadas nos conteúdos, como proceder?".

Elonadja Targino, de Alagoas: "Quais ações e estratégias podem atenuar os impactos da pandemia na educação básica?".

São perguntas que muitas vezes são parecidas em todas as audiências públicas.

Também comentários da Patrícia Boquady, do Distrito Federal: "Diante da pandemia ficou ainda mais evidente o cenário de desigualdade no âmbito da educação brasileira."

Vinícius Rolim, de São Paulo, que faz um comentário: "Os efeitos da falta de interação social entre os colegas também é um impacto que deve ser considerado."

Alison Menezes, do Mato Grosso do Sul: "A pandemia agravou ainda mais a situação da educação no Brasil. Cabe ao Executivo e ao Legislativo elaborar estratégias para reverter esse fato."

Magali Monzo, do Acre, comentou: "A transmissão da educação básica não funciona para os alunos que não possuem computadores e usam, na maioria das vezes, celulares dos pais."

Então, na medida do possível, já ir abordando também os comentários.

A gente sabe que é um desafio grande e temos que olhar para ver o que foi feito, o que deixou de ser feito, como é que as coisas estão acontecendo, mas, principalmente, para termos, em função da realidade descrita pelos que nos acompanham, o que fazer para frente.

Em primeiro lugar, eu passo a palavra para o Helber Ricardo Vieira, agradecendo a participação, Secretário Adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

A educação básica vai lá da creche até o ensino médio, passando pelo fundamental, educação profissional, jovens e adultos, então, é um universo, toda a educação fora das faculdades, universidades e instituições de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então, Dr. Helber, com alegria, é uma alegria recebê-lo.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA (Para expor.) – Senador, muito obrigado por esse honroso convite ao Ministério da Educação.

Eu, que estou hoje aqui, em nome do Ministério, nós representamos o Secretário Mauro Rabelo, com quem nós temos dividido esse enorme desafio desde a nossa chegada. Chegamos juntos com o Ministro Milton Ribeiro, que autorizou de modo muito corajoso e feliz a montagem de uma equipe técnica aqui na Secretaria de Educação Básica. Quando chegamos, tínhamos esse desafiador cenário de dificuldades na articulação, havia muitas reclamações de que o MEC não estava ocupando o seu papel de coordenação, de articulação nacional, então, nós retomamos isso, nós qualificamos o quadro de técnicos e também enfrentamos esse momento extremamente complicado de pandemia num esforço de endereçar ações que são importantes para esse momento de pandemia, mas sem nos esquecermos de ações estruturantes as quais vivemos, como o Sistema Nacional de Educação, novo Ideb, novo Saeb, novo Enem, que são pautas estruturantes para a educação brasileira. Vou pedir a permissão de vocês para compartilhar... Também os meus agradecimentos para os participantes aqui, o Alípio, Diretor do Tribunal de Contas da União; a Anamaria também, da Fiocruz, e nas pessoas de vocês, os demais participantes e aqueles que nos escutam hoje. Obrigado mais uma vez, Senador. Na sua pessoa também cumprimento os demais Senadores presentes.

Eu vou compartilhar com vocês a minha apresentação. Só peço que me avisem se ela aparece para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu vou interromper só um minutinho, Dr. Helber, até pedindo desculpas, porque eu acabei não apresentando os outros dois convidados na abertura. Você agora, falando neles, chamou a minha atenção para o meu equívoco, e eu peço desculpas por isso.

Nós temos a participação, além do Dr. Helber, do Dr. Alípio Dias dos Santos Neto, que é Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU). Eu até disse para ele que pessoalmente eu lido muito de perto com os relatórios do TCU sobre a educação.

E também a participação honrosa da Anamaria D'Andrea Corbo, Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Parabenizo também a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) por todo o trabalho de ponta, de referência, que mostrou a qualidade e a competência para toda a população brasileira no decorrer de toda essa pandemia.

Desculpe, Dr. Helber. Por favor, continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA – Imagine, Senador. Para a gente é uma honra estar aqui com esses companheiros de jornada, todos aqueles que apaixonadamente neste País contribuem para a garantia do direito à educação.

Então, retomo aqui. Se puderem só me sinalizar que estão vendo a tela inicial da apresentação... Sim, estou vendo aqui. Obrigado, Alípio.

Estamos em um momento delicadíssimo da educação brasileira. Ao mesmo tempo em você tem coisas estruturantes acontecendo, você tem uma pandemia ainda em curso, mas o Ministério da Educação tomou e teve um enorme esforço para endereçar questões importantes.

Então, apenas, livremente, mostro aqui tópicos importantes desse momento de diagnóstico da pandemia a gente tem o aumento da evasão e do abandono escolar, um aumento muito grande e desigual no País. Redes mais organizadas sofreram menos; redes menos organizadas acabaram sofrendo mais. Aí você tem um *gap* de desigualdade. A desigualdade, que já era grande, aumenta. Perda do vínculo dos estudantes com a escola, danos estruturais e sociais para os estudantes e suas famílias. Aqui, mais uma vez, essa ênfase: isso aconteceu especialmente com os mais vulneráveis. Desigualdade de acesso ao ensino básico, e o aumento também desse déficit de aprendizagem entre escolas públicas e particulares. Isso mundialmente, esse efeito que a gente viu. Redes que já tinham melhores condições e eram mais bem preparadas conseguiram minimizar os efeitos da pandemia; redes mais frágeis foram as que mais sofreram, portanto, os estudantes dessas redes foram os que mais sofreram. Então, é diante desse panorama que eu vou rapidamente passar alguns eixos de articulação e ações que o Ministério da Educação colocou de pé desde... Algumas já estavam acontecendo, e outras, especialmente depois da chegada dessa equipe montada pelo Ministro Milton e capitaneada, aqui na sede, pelo Secretário Mauro Rabelo.

Bom, as ações do MEC se colocaram em três eixos que dão integração a essas ações: um eixo de recursos educacionais digitais, em que nós estamos falando de oferecer plataformas de ensino híbrido, para qualificar a atuação das redes, ali, no ensino híbrido colocado, e também recursos educacionais pedagógicos para isso; o eixo de avaliações, em que a gente trouxe uma imensa contribuição, em larga escala, de alto nível, para o diagnóstico e recuperação das aprendizagens, aliada à estratégia de formação continuada; e a parte de infraestrutura, colocada aqui até nas perguntas que o Senador Flávio Arns nos trouxe, para reforçar a infraestrutura das redes. E aí nós temos tanto ações de conectividade como da própria estrutura.

E ali embaixo uma camada de informação e apoio técnico-financeiro, também colocado de pé junto aos Municípios e Estados.

E vou explorar um pouco, a partir desses eixos de integração das ações da Secretaria de Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação, algumas dessas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o apoio ao retorno às aulas presenciais.

É bom a gente endereçar que, esses dias, fizemos um levantamento aqui dentro da SEB e nós já estávamos, em um ano, com mais de 70 reuniões com o Consed, com a Undime, com as lideranças dos Estados, para coordenar as ações de educação básica. Isso foi feito tanto no âmbito do Comitê Operativo de Emergência...

Criamos as câmaras técnicas de educação básica para cada uma das etapas. As etapas lidam de formas diferentes com a pandemia, e, aí, nós qualificamos essa atuação.

Instância Permanente, Comissão Intergovernamental, o Cacs...

E também trouxemos, para além desses colegiados, instrumentos que apoiam as decisões colegiadas nas decisões tomadas. O próprio PAR, a plataforma Mais PNE, o PDDE Interativo... Nós vamos voltar a esses assuntos, mas, dentre outras coisas, foi nessas instâncias que foi pactuado, por exemplo, o apoio de R$670 milhões a Estados e Municípios para o retorno à presencialidade.

Bom, fui gestor aqui no DF e, uma vez perguntado, a pergunta do repórter foi a seguinte: "Qual é a maior dificuldade na pandemia?". Eu falei: olha, para um gestor, a maior dificuldade às vezes é não ter informação qualificada e precisa para tomar decisões. Foi pensando nisso que nós colocamos uma série de painéis de informação daquilo que, na sigla inglesa, é o *business intelligence*, que é a informação a partir de inúmeros dados para tomada de decisão, e eu vou aqui dar alguns exemplos.

Um: Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia, lançado nesta gestão e que junta dados de saúde e da educação para tomada de decisões.

Sala de Situação da Educação Básica: Gestão e Governança. Traz todos os orçamentos que temos nas diversas contas de apoio a programas e coloca isso na mão do gestor, para que ele saiba onde está o recurso.

Painel de Investimento em Educação Básica, mostrando, entre outras coisas, que nos Estados estão 97% dos recursos endereçados para a educação básica. O Governo Federal tem apenas 3% desse orçamento.

O Clique Escola, na educação básica. O Clique Escola também dá transparência no nível da escola.

E fizemos... Nessa questão de coordenação nacional, nós já fizemos a realização dos Encontros Regionais de Coordenação das Ações da Educação Básica. Ali no norte, nós realizamos em setembro, e, nas Regiões do Norte e Nordeste... Aqui está dias 22 e 23 de novembro, mas ele foi adiado para dia 29 de novembro. Nós estaremos lá na semana que vem, fazendo essa reunião de coordenação das ações da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o painel, apenas para exemplificar. Hoje existem em conta R$15 bilhões na conta dos Estados, assim distribuídos, uma ação tanto de transparência como de fortalecimento dos processos de acompanhamento e controle, seja por órgãos da administração, como os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios, seja da própria população, gerando aqui uma ferramenta de *accountability*.

Sobre o apoio financeiro, colocamos, então, como eu disse aqui, o PDDE Emergencial, mais de R$670 milhões aos Estados e Municípios; reforçamos as ações do Programa Inovação Educação Conectada. O Programa Inovação Educação Conectada neste ano, nessa gestão, foi o maior da história: foram 100 mil escolas beneficiadas. Só essa edição é maior do que as três últimas edições do programa. Uma excelente notícia é que isso virou política pública, e nós fizemos um enorme investimento, o maior investimento histórico em conectividade nas escolas brasileiras, dentro do programa de apoio à inovação e à educação conectada.

Sobre o combate à evasão e ao abandono, o Ministério da Educação colocou ações de pé e apoiou a busca ativa escolar e a recuperação das aprendizagens. Uma dessas ações que eu queria destacar foi a Resolução 14, agora do dia 16 de setembro – uma ação que tem um volume de recurso na ordem de R$1,1 bilhão –, e o que foi trazido para essa ação foi a possibilidade, nesse momento de volta às aulas, de preparar o ambiente escolar para o retorno, implementar estratégias de busca ativa, permanência, aprendizagem e enfrentar as questões que se colocam agora de abandono escolar e de frequência escolar. Então, nós permitimos a repactuação desses saldos em contas para essas ações que estão completamente alinhadas ao contexto da pandemia – uma ação muito comemorada, articulada com Consed e Undime.

Ainda no ano passado, lançamos o programa Brasil na Escola – na verdade, em 30 de março de 2021; o processo de articulação com Undime e Consed começou no ano passado –, endereçando, mais uma vez, uma das questões que foram colocadas pelo público, Senador Flávio Arns. Esse programa está direcionado especialmente para os Municípios mais vulneráveis, para os estudantes mais vulneráveis. Nós fizemos um amplo estudo com dados do Inep, boas práticas em nível mundial para endereçar um programa que ajuda especialmente aqueles que tiveram mais dificuldades. O programa tem três eixos – há o apoio técnico e financeiro; foram 18 mil escolas indicadas, das quais 6,8 mil contempladas; e serão R$200 milhões investidos para ajudar essas escolas no processo –, como busca ativa, identificação dos *gaps* de aprendizagem, estratégias de ensino personalizado. Nós estamos trazendo o que há de melhor na ciência, nas boas práticas em políticas públicas em nível mundial e colocando à disposição dos Municípios mais vulneráveis do País. Esse programa hoje tem sido reconhecido internacionalmente pelos seus feitos, e já temos vários países nos procurando para replicar o modelo que aqui está em plena implementação.

Outra ação importantíssima trazendo a família para o contexto de busca agora ativa dos estudantes e apoio às aprendizagens: lançamos o programa, então, Educação e Família. Foram mais de 5 mil planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ação dessas escolas já recebidos, e esse programa também está de pé. São ações, que agora eu complemento, de resgate do vínculo do estudante com a escola.

Uma delas, que também está encaixada numa nova perspectiva da educação brasileira, refere-se a programas itinerários formativos apoiando especialmente – mais uma vez, houve uma seleção das escolas mais vulneráveis – a implementação do novo ensino médio. O novo ensino médio é endereçado como uma excelente política pública, debatida, amplamente debatida, mas em relação à qual, por vezes, a crítica teme uma questão de maior dificuldade com os espaços, em relação aos Municípios onde há escolas de educação básica de nível de ensino médio, cuja preocupação é se ali chegará toda a perspectiva do novo ensino médio. Então, nós formatamos um programa em que todos os seus eixos contemplam uma priorização para os lugares mais vulneráveis, para implementar – nós estamos falando aqui de opções de aprofundamento das aprendizagens – os itinerários formativos do ensino médio especialmente para essas localidades.

Algumas formações também foram implementadas de um ano para cá e elas demonstram um imenso sucesso. Hoje a plataforma Avamec já tem mais de 2 milhões de cursistas e vários deles nessas novas ações que foram colocadas de pé no contexto da pandemia: Exemplo disso, bem-estar no contexto escolar cuidando da questão da... No Módulo 1, a gente já traz a situação pandêmica da educação e tenta trazer uma formação que remonta e traz a perspectiva do cuidado com o professor, com os demais profissionais da educação, com os estudantes e suas famílias, trazendo toda a questão, a discussão atualizada sobre saúde mental, saúde emocional, na perspectiva da BNCC. Esse curso é um sucesso; desde o seu lançamento, já foram 76 mil inscritos em 16 turmas.

Essa formação da educação infantil recentemente – em menos de um mês do seu lançamento, e nós já temos 77 mil inscritos – era uma ação que faltava para qualificar, para auxiliar a qualidade da educação infantil.

Formações para o novo ensino médio. Nós temos formações para todas as áreas do ensino médio, inclusive destaco a área de projeto de vida e formação técnica profissional na perspectiva ainda da formação geral básica desses estudantes. São cinco formações, 180 horas cada uma dessas formações que foram já lançadas pelo Ministério da Educação, apoiando Estados e Municípios no enfrentamento das ações da pandemia, mas aqui, sem dúvida nenhuma, qualificando para uma virada ao novo ensino médio.

Algumas ações que fortalecem e que apontam para o futuro, que, aliás, já estavam previstas na Base Nacional Comum Curricular, mas que agora a gente põe de pé.

Aqui a educação empreendedora, junto com o Sebrae, essa ação que vai formar mais de 540 mil professores, mas também colocamos a educação financeira de pé junto com instituições do sistema financeiro e também existe a perspectiva de formar mais de meio milhão de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao fortalecimento do processo educacional de aprendizagem, destaco uma importante iniciativa lançada por esse ministério que são as avaliações diagnósticas e formativas. Ouso dizer que, no *timing* perfeito, essas avaliações chegaram às mãos de Estados e Municípios, para avaliar exatamente o que os estudantes aprenderam e não aprenderam nesse período de educação híbrida, nesse período de afastamento da presencialidade. O ministério colocou de pé, no programa, avaliações que, além de identificar, permitem o uso direcionado dessas avaliações no contexto da aprendizagem adaptativa, ou seja, identificar exatamente o que os estudantes aprenderam e separá-los em grupos por nível de dificuldade, por nível de aprendizado e, assim, trazer estratégias extremamente atualizadas com a ciência, com aquilo que a ciência e as políticas públicas demonstram que funciona. E estamos trazendo isso em larga escala para todo o País. Essa avaliação diagnóstico-formativa tem sido amplamente elogiada também pelos parceiros da Undime e do Consed e tem chamado muita atenção de outros países, em fóruns como o da Unesco. O Ministro levou, inclusive, essa iniciativa recentemente para o exterior, e nós temos sido demandados, inclusive por outros países, para apresentarmos essa, que é uma imensa iniciativa do ministério, uma boa prática a ser implementada, endereçando esse contexto de pandemia.

Aqui um pouquinho de como é que vai funcionar, mas basicamente a dinâmica é a disponibilização dessas ferramentas, a aplicação no contexto escolar, o mapeamento das aprendizagens e o endereçamento de estratégia de ensino-aprendizagem para esse corpo de estudantes.

Aqui eu já fiz um destaque inicial, vou passar rapidamente na questão do que o ministério tem feito no ensino híbrido. Como eu disse, fizemos a maior edição do Piec, histórica, mais de R$300 milhões investidos, mais de 100 mil escolas beneficiadas. E estamos também trazendo outros programas aliados à parte tecnológica, como a rede brasileira de inovação em educação híbrida. Nós vamos colocar à disposição em todos os Estados da Federação uma unidade para produzir conteúdo digital e, mais do que isso, uma rede para compartilhar esse conteúdo digital e, assim, apoiar Estados e Municípios no futuro da educação. Não tenham dúvidas de que isso deve se manter daqui para frente, para além do contexto da pandemia.

Aqui um pouquinho do Piec, política pública bastante reforçada recentemente, inclusive com a sua publicação na forma de lei, em que você parte de um diagnóstico das redes e traz uma estrutura complexa, mas também estruturada, de ação, formatando em cima de uma visão, formação de professores, apoio à infraestrutura e também ao fomento de recursos educacionais digitais.

Aqui apenas para ilustrar esse diagnóstico realizado, mostrando níveis de maturidade nas nossas redes, esse diagnóstico nacional, apoiado pelo Ministério da Educação, que é a base para o investimento em educação. Nós tivemos muita resistência aqui em apenas gerar investimentos, mas que não tivesse um diagnóstico por trás e nem a preocupação com como esse investimento poderia ser feito nas redes para um melhor resultado possível. O diagnóstico é fundamental, e o ministério apoiou esse diagnóstico no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito do programa para fomento, portanto, tanto da infraestrutura quanto de formação e também para consolidação de uma visão de uso da tecnologia nas redes.

Aqui apenas alguns grandes números para a estratégia de conectividade. Estamos falando, então, de 104 mil escolas conectadas, mais de 500 antenas. Como eu disse para você, a previsão orçamentária foi de R$320 milhões; executamos R$308 milhões. Parceria com o Ministério das Comunicações, nos programas como Nordeste Conectado, Norte Conectado, 473 escolas conectadas nesse programa do Nordeste Conectado.

Eu sei que o tempo voa aqui, mas são muitas ações que a gente queria compartilhar com vocês. Estamos fazendo um laboratório de apoio à inovação na educação básica. Esse LabCrie (Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica) conterá estações de formação para que o professor adquira na prática habilidades para trabalhar com o que há de mais moderno em instrumentos de apoio ao ensino-aprendizagem. Nós estamos falando de espaços *makers*, impressora 3D, uso de mídias, robótica. Nós iremos criar um laboratório em cada unidade da Federação, dentro do centro de formação que alguns Estados já possuem – e em outros que serão criados –, para que a gente possa ter mais professores formados, direcionando aqui para o futuro da educação mundial e colocando o Brasil na vanguarda dessa preparação para a educação do futuro. Então, aqui um pouquinho desse nosso laboratório.

Aliado a essa iniciativa do LabCrie, nós também colocamos de pé no Avamec uma formação em atualização da gestão da sala de aula, um programa de aperfeiçoamento de educação e tecnologia onde, também apoiando aquela do LabCrie, nós vamos ter um módulo sobre cultura *maker*, ensino híbrido, Recursos Educacionais Digitais (Reds). Isso aqui, pessoal, já está de pé, foi colocado de pé aqui nesta gestão, e estamos falando de formações de 180 horas divididas nesses quatro módulos que eu acabei de dizer, e já temos 48 mil professores inscritos em 9 turmas.

Outra ação importantíssima: nós estamos finalizando com alguns parceiros – e ela se demonstra cada vez mais atualizada – a questão da segurança cibernética. Vamos colocar aí uma formação de pé para as redes, para cuidar da questão digital, dos dados dos nossos estudantes.

E finalizo aqui, finalmente – sei que foi bem corrido, mas queria passar esse panorama dessas atividades –, dizendo sobre alguns tópicos que estão no radar do Ministério da Educação para o futuro, no âmbito aqui da Secretaria de Educação.

Uma é intensificar a busca ativa, o processo de recuperação das aprendizagens. Na nossa iniciativa de avaliações formativas de diagnóstico, nós estamos falando de um ciclo que vai durar o ano inteiro. O MEC preparou uma ação de coordenação de identificação dos *gaps* de aprendizagem e apoio à recuperação dessas aprendizagens para o ano que vem inteiro. As redes irão contar com todo o apoio técnico e também financeiro para essa ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos continuar priorizando o investimento em infraestrutura e conectividade. Já temos um excelente diagnóstico e estamos ampliando, inclusive em parceria com o Ministério das Comunicações, as ações de conectividade, apoio à infraestrutura tecnológica das redes.

Fomento à implementação de estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem. Temos um edital recentemente lançado de escolas inovadoras para o ensino fundamental dos anos finais. Lançamos as escolas-modelo do ensino médio, também vamos lançar o edital dessas escolas-modelo, e nós estamos falando de novas estratégias como o LabCrie, todas no eixo de fomento e implementação de estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem.

Formação de docentes: colocamos, então, ainda nesta gestão, uma formação para a educação infantil, fizemos o lançamento da formação para o ensino médio e faremos ainda um lançamento daquela destinada ao ensino fundamental de anos finais e anos iniciais – e anos finais além da EJA –, fazendo com que todo o espectro da educação básica receba uma formação contextualizada com esses novos tempos.

Vamos propor ações que levem em conta a dimensão da diversidade das redes brasileiras.

O MEC está muito preocupado de que a pandemia vai impactar de maneira diferente o Norte, o Nordeste. Por isso, realizamos duas ações de coordenação e de escuta ativa no Norte e iremos fazer agora no Nordeste – porque estamos formatando uma ação especialmente destinada ao Norte e ao Nordeste do País –, pois acreditamos que a fragilidade de algumas redes nesses lugares precisa de uma atenção especial.

E estratégias de personalização – eu repeti ali sem querer a palavra "estratégias" – de diagnóstico de ensino-aprendizagem adaptativa.

Nós queremos trazer em larga escala aquilo que há de mais moderno para a educação no mundo e nós estamos falando de aprendizagem adaptativa, de personalização de trilhas de aprendizagem. O nosso programa de avaliações formativas já traz essa perspectiva, e nós queremos, sem dúvida nenhuma, ampliar as ações nesse sentido.

Senador Flávio, demais convidados, eu sei que foi um panorama, um *trailer* de todas as ações, mas há aqui uma equipe com um supercompromisso em retomar a posição do Ministério da Educação como um articulador das políticas públicas da educação básica neste momento tão delicado de pandemia. E estamos fazendo isso não apenas lançando programas, mas fazendo isso de forma a juntar melhor técnica com amplo diálogo, conversa com as entidades educacionais. Nenhum desses programas foram feitos sem antes debatermos amplamente com Consed, Undime e especialistas.

Muito obrigado pelo tempo. Desculpe-me alongar um pouco, mas queríamos aproveitar esta oportunidade para endereçar essas ações.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço, Dr. Helder. Foi muito bom, muito interessante.

Peço que o material fique à disposição da Comissão de Educação para ficar na página da Comissão. Assim, as pessoas vão poder acessá-lo, pensar, refletir.

Inclusive nós gostaríamos, Dr. Helber – não só com o senhor, mas também com o Dr. Mauro – que houvesse depois o aprofundamento de algumas questões que sempre são levantadas e discutidas para ver onde elas se encaixam dentro dessas propostas e reflexões que o MEC vem fazendo. São muitas propostas bem interessantes e que a gente pode ver, particularmente na área da educação indígena, do campo, da questão afro também, a diversidade. Na verdade, a diversidade, a que você também já se referiu.

Obrigado.

Vamos agora escutar a palavra do Dr. Alípio Dias dos Santos Neto, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União.

Obrigado, de novo, pela presença.

Dr. Alípio com a palavra.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO (Para expor.) – Eu gostaria de dar o meu bom-dia a todos e a todas que assistem pelo YouTube a transmissão desta audiência pública.

Agradeço, de pronto, ao Senador Flávio Arns pelo convite, à Subcomissão e aos demais Senadores que participam da Subcomissão. Também cumprimento também os colegas aqui que fazem desta audiência, a Dra. Ana Maria e o Dr. Helber, lá do Ministério.

Quero dizer da satisfação que nós temos em falar em relação à educação e de algumas ações que o tribunal tem feito para buscar garantir que os programas, que os recursos cheguem aos Municípios e aos Estados para enfrentar esse grave problema que desde 2020 tem ocupado a agenda e com consequências que são bastante importantes na vida dos jovens e das crianças deste País.

A gente tem a educação como amplo fator para o desenvolvimento econômico e social do País. Então, nesta gestão da Ministra Ana Arraes no Tribunal de Contas da União e também nas demais gestões, a educação foi sempre vista com bastante carinho.

Inclusive, assim que começou a pandemia foi instituído um programa chamado Coopera, que era uma forma de aproximar o Tribunal de Contas dos Gestores frente às ações que deveriam ou que estavam sendo feitas pelo Governo Federal, para que realmente se alcançassem os objetivos que estavam sendo traçados ali. Então, houve ação na cultura, que é uma das áreas com que a minha secretaria trabalha, ação também na saúde, e entre essas ações, algumas ações, que já foram antecipadas aqui pelo Helber, na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também preocupada com isso, a nossa Presidente, Ministra Ana Arraes, criou um programa no tribunal, recentemente, chamado TCU+Cidades. O TCU+Cidades busca aproximar o tribunal também, levando à discussão dos gestores, de forma a orientá-los e discutir alguns temas, e recentemente foi feita uma audiência, um seminário, em que algumas dessas questões foram tratadas, inclusive trazendo ali algumas experiências de Municípios e Estados que já estavam no processo de volta às aulas.

Então, eu gostaria de apresentar aqui um pouco disso, falar um pouco sobre as ações que o tribunal fez e o que pensamos ainda para o futuro, sobre como contribuir ainda com as discussões relacionadas à volta às aulas e, mais do que isso, a questão de como estruturar realmente a educação para que, nesse momento em que a tecnologia, principalmente, entrou na conversa, no dia a dia das instituições educacionais, junto com outras ações, a gente consiga alcançar um patamar de educação que seja mais inclusivo e equitativo, em relação à nossa população. Então gostaria de fazer o compartilhamento aqui de uma apresentação rápida, que traz algumas questões de que eu já comecei, inclusive, a falar aqui.

A primeira coisa é que, assim que começou a pandemia... O tribunal tem anualmente um processo de acompanhamento do Plano Nacional de Educação. Quanto a 2019 e 2020, o relatório de 2019 ficou pronto ali no início de 2020, até março, e a gente já tinha os ruídos relacionados à pandemia, então, nesse trabalho de 2019, nós já fizemos uma ação, observando o que o ministério estava fazendo dentro da sua competência supletiva, redistributiva ou de coordenação da rede, que é algo até de que o Helber falou e que a gente entende ser fundamental: o Ministério da Educação deve ser uma espécie de liderança para os casos relacionados à educação básica, dentro das competências que ele tem, apoiando os Estados e os Municípios que ofertam a educação. Então, em 2019 e 2020, nós fizemos alguma análise sobre essa situação da pandemia nesses relatórios. Os dois já estão julgados, são relatórios que já são públicos.

Além disso, dentro desse programa de que eu falei, o programa Coopera, o tribunal fez, junto com o FNDE, que o FNDE refletisse sobre o PDDE e o Pnae em termos de riscos, de análise de risco do que viria a partir desse momento em que a pandemia se instalou e as aulas foram paralisadas no País. Então, as ações que o FNDE deveria tomar e pensar em termos de risco para minimizar os efeitos e verificar como o Ministério deveria atuar dentro das suas competências.

Esses aí são trabalhos, é um trabalho que também já está julgado – vou falar um pouquinho sobre ele mais à frente –, que tem um monitoramento programado para o próximo ano.

Aí é uma auditoria que nós fizemos recentemente – ela está para a apreciação, está no gabinete do relator – sobre o programa, hoje a política, com a nova lei, do Piec, que foi um dos programas de que o Helber falou aqui. E uma visão geral sobre ele, de como ele pode ser um indutor de melhoria para a qualidade de educação por meio das suas quatro vertentes, dos seus quatro componentes, que apareceram na apresentação do Helber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também está em andamento o acompanhamento do Plano Nacional de Educação de 2021, que também traz, deve trazer alguns elementos, algumas discussões relacionadas ainda a esse período de pandemia, discussões sobre educação, sobre metas, algumas metas do plano.

E uma coisa que é importante é a questão de se ter recurso novo dentro de todo esse contexto. Se a gente for pegar uma avaliação dos orçamentos, nessa questão da pandemia, o que apareceria, talvez, de recurso novo seria o que veio por meio da Lei 14.172. Porém, essa lei está hoje sob a análise do Supremo. Nós já tínhamos algumas preocupações quando ela saiu em relação à distribuição dos recursos emergenciais para a educação, pelo momento em que ela saiu, e algumas condições para a execução do recurso. A gente sabe que, geralmente, alguns Municípios têm dificuldade para fazer algum tipo de processo de licitação para contratação. E a lei previa que, se o recurso não fosse executado até o final do ano, de acordo com o regulamento, teria que voltar para os cofres da União. Então, era uma fonte de risco, mas, até o momento, está em discussão no Supremo e a gente deve acompanhar, assim que resolvido o problema, resolvida essa situação, como esses recursos deverão chegar.

Acho que algumas coisas têm que ficar mais claras em relação à distribuição dos recursos. Essa questão do diagnóstico é importantíssima, porque a distribuição, em termos de tecnologia e de infraestrutura no País, é bastante desigual. A Região Norte, geralmente, é uma região que tem uma carência muito forte, as Regiões Norte e Nordeste. São aspectos que devem ser verificados: em que etapas de ensino, quais os critérios de distribuição e o tempo necessário para que os Municípios e os Estados consigam executar esses recursos de forma a atender o que a legislação prevê. Não adianta um recurso chegar no final do ano – existia o risco de neste ano ele chegar mais para o fim do ano – ser distribuído para os Municípios e para os Estados e haver uma data final em que ele deve ser devolvido, com as condições para fazer todos os procedimentos de contratação, pois não dá tempo. Então, seria algo inócuo. É importante o ministério, quando for fazer a regulamentação da legislação, atentar para isso.

Nesses relatórios de acompanhamento do Plano Nacional de Educação, no primeiro deles – a gente fez o de 2019 e o de 2020 –, apareceram os principais problemas que a pandemia poderia trazer em relação aos impactos na educação: taxa de evasão alta, aumento da taxa de evasão em 2020 e 2021; aumento da demanda pelo ensino público, migração para o ensino público, para a rede pública. Essa demanda exige uma estratégia para pensar em termos de recursos, porque todos os recursos da educação são distribuídos via Fundeb, atualmente, pelo número de matrículas. Então há esse impacto relevante na educação. Era algo em que se deveria pensar. Outra coisa é o remanejamento de recursos da educação para outras áreas, a redução da construção de infraestrutura para atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, o prejuízo à aprendizagem dos estudantes, que foi algo que realmente se materializou por conta do longo período sem o contato escolar, que é algo mais estruturado.

Então, o TCU, naquele momento, fez algumas recomendações para o fortalecimento do regime de colaboração entre o ministério e as secretarias estaduais e municipais, para o aprimoramento das práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governança do ministério, que não incluía nos seus planos a questão desse enfrentamento da pandemia – era como se isso não fosse uma prioridade no momento que a gente viu, e, então, era algo importante de se verificar –, e para o saneamento de impropriedades de gestão e de operações observadas no âmbito do PAR, que era algo específico. O PAR é o instrumento, talvez, mais importante para a distribuição, para se verificar a necessidade dos recursos, de distribuição de recursos. O PAR tem que pensar em uma estratégica para que essas desigualdades, realmente, apareçam, para que a gente não observe sempre os Municípios e os Estados com maior capacidade de gestão conseguirem acessar os recursos em detrimento de outros que realmente deles necessitam para enfrentarem as necessidades educacionais que estão colocadas nos Municípios ou nos Estados.

Nesse acompanhamento, foi feito esse diagnóstico. No segundo acompanhamento, foi verificada a adoção de medidas – sobre algumas delas o Helber já falou, algumas relativas principalmente a dados sobre as diversas redes – e um estreitamento maior da relação com o Consed e com a Undime, que representam as secretarias estaduais e as secretarias municipais, para, realmente, focalizar melhor a aplicação dos recursos.

Naquele momento, o que a gente via era um volume alto de estudantes que não frequentaram... A gente pegou um corte aqui que foi dado pela Pnad Covid, feita pelo IBGE. Na Região Norte, por exemplo, nós tínhamos 6,21% dos estudantes da educação básica que não estavam frequentando a escola. Naquele momento, em novembro de 2020, mostrava-se já esse efeito maior. Esse "frequentando a escola" quer dizer frequentar alguma atividade que estava sendo proposta pelos professores.

Além disso, foi verificada também por esses dados a questão das aulas presenciais, que em alguns lugares já tinham voltado. Na Região Norte foi onde a segunda onda chegou mais fortemente, depois também foi onde primeiro começaram a retornar as aulas. Por isso ela aparece aqui com um quantitativo, principalmente na rede privada – o que foi até uma das questões colocadas pelo Albiratan, que nos assiste pelo YouTube –, da relação de desigualdade entre as escolas públicas e privadas. Aqui a gente vê em verde as escolas privadas que já tinham retornado às aulas presencialmente naquele momento. Então, das escolas públicas o quantitativo era bem menor, num momento em que a pandemia ainda tinha questões relevantes de segurança a que se voltar. Então, aqui aparece a Região Norte mais destacada porque ela já tinha passado, os índices já estavam reduzidos. Talvez por isso apareça um *boom* maior na escola privada aqui na Região Norte e na escola pública igualmente.

Em termos de acessibilidade, de acesso à internet, nós verificamos também, em relação a esses alunos dessa faixa de 6 a 17 anos, que não realizaram atividades escolares na semana anterior à pesquisa, em virtude de problemas de acesso à internet ou equipamentos de tecnologia. Então aqui, mais uma vez, a Região Norte se destaca. Apesar de as escolas terem retornado às aulas antes das de outras regiões, o problema de acesso à internet ou a equipamentos – tiveram acesso, mas não a equipamentos de suporte às aulas – realmente apresentou ainda um índice bastante relevante. E isso também a gente pode olhar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil: quase 30% dos estudantes não tinham acesso à internet de qualidade para ter as aulas ou não tinham computador ou *tablet*.

Então, a questão da infraestrutura é importante. Pensando na educação para o futuro, em que a Nação consiga mudar um pouco o quadro de como essa tecnologia vai ser utilizada para favorecer a qualidade da educação e o aprendizado, é preciso ainda avançar em termos de tecnologia.

Por último, houve um monitoramento ainda do plano em relação ao MEC. O MEC hoje já tem a questão estratégica da covid no seu plano, mas também percebemos ainda essa questão de coordenação e fragmentação das ações, a necessidade de algo mais coordenado com as redes estaduais e municipais.

Foram feitas algumas recomendações, em relação aos entes, para a melhoria da situação que estava colocada – algumas delas já foram apresentadas pelo Helber – e também que houvesse um diagnóstico, porque hoje há a plataforma que traz mais aproximadamente como as redes estaduais e municipais estão atuando, que seria o Painel de Monitoramento da Educação. Então, foram questões discutidas nesses acórdãos.

Sobre o acompanhamento do Pnae e do PDDE. O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) foi o programa utilizado para o recebimento dos recursos. Houve o PDDE Emergencial, agora no final de 2020, e também um adiantamento de recursos do PDDE, mais para o início da pandemia, para que as escolas pudessem receber um recurso para utilizar em termos da compra de alguns produtos que auxiliassem no combate à pandemia. Então, essa foi uma das ações, talvez a principal, sem recurso novo para isso – o recurso nesse caso foi o adiantamento dos recursos já do PDDE. E o Pnae também com a flexibilização de como seria executado. Muitas redes buscaram trazer um cartão, implementaram formas de fazer com que a alimentação chegasse ao aluno, mesmo sem ele ter aula. Então, algumas implementaram algum tipo de cartão, alguma cesta que era distribuída para as famílias. Era uma forma diferente de execução do programa, o que foi flexibilizado pelas resoluções do FNDE.

Esse quadro vai ser monitorado em relação aos riscos. Foi feito um levantamento dos riscos atinente aos dois programas, que vai ficar à disposição para a Comissão, e vai ser feito um monitoramento pelo TCU dessas áreas. Inclusive, foi solicitado um plano para o ministério, para o FNDE, em que aparecesse o risco identificado, a prioridade de atendimento, os responsáveis por fazer, quais eram os recursos e a metodologia de avaliação. Então, esse plano vai ser monitorado ainda em 2022.

E o Piec, que foi um programa que leva conectividade, leva infraestrutura para contratação, recursos para contratação de internet ou de algum equipamento. No período em que a gente avaliou, a gente viu que, de 2019 para 2020, houve um decréscimo em relação ao que foi programado para execução do programa. Então, talvez no período em que houvesse maior necessidade desses recursos, eles foram diminuídos. Hoje, esse patamar de recursos está maior, como já apareceu, já foi falado pelo Helber, mas é uma importante ferramenta pensando nisso. A gente sempre fala... Em educação, a gente tem essa questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que hoje se fala tanto de infraestrutura tecnológica, mas outras infraestruturas são urgentes de se instalar nas escolas, porque, em muitas delas (*Falha no áudio.*)

... o foco não deve ser só a questão da parte tecnológica.

E, por fim, esses gráficos aqui são só para mostrar a execução dos programas, tanto do PDDE como do Pnae. No Pnae, os recursos foram os recursos que estavam programados para serem executados; eles foram disponibilizados para as redes de acordo com o orçamento que foi programado, dentro dos critérios de distribuição. Aqui também, no PDDE, o que já estava programado. Como eu disse, não há recurso novo na rede para se enfrentar esse plano. Então, em 2020 houve a questão dos adiantamentos, mas, no final das contas, houve a execução do programa, o que, do ponto de vista da União, é a entrega desses recursos para os Estados e Municípios. E, em 2021, o programa está em execução ainda, mas a ordem de grandezas dos recursos é mais ou menos a mesma.

Então, inicialmente, eu queria trazer essas reflexões. E também – não está embutido aqui – pensar na questão da complementação da União, no Fundeb, e discutir o Custo Aluno-Qualidade, ou seja, todos os elementos que devem ser utilizados para distribuição de parte daquela complementação da União, que é algo que vai ser importante nessa reflexão junto com as redes de ensino. E, talvez, respondendo, trazendo um pouquinho para a pergunta que foi feita, de como o Parlamento, o Legislativo pode auxiliar – questão que foi trazida pela Débora –, eu acho que essa questão da discussão, de se trazer os representantes dos Municípios, dos Estados, das redes estaduais, municipais, via Consed e Undime, e o ministério para já se discutir a questão do Custo Aluno-Qualidade para a distribuição de recursos do Fundeb seria uma maneira profícua, e já se está no momento de fazer isso.

Então, eu encerro aqui, deixando à disposição da Comissão a apresentação, e a Secretaria do Tribunal também está à disposição para qualquer outro debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Obrigado a você, Dr. Alípio Dias dos Santos Neto. Foi uma apresentação muito interessante, muito boa, muito competente. Aliás, eu quero, inclusive, recomendar para os internautas que sempre olhem os documentos do TCU, que fazem uma análise muito adequada, interessante, boa; Plano Nacional de Educação, por exemplo, os recursos apresentados, as necessidades. Muito interessante, Dr. Alípio. Parabéns!

Quero que retransmita também aos ministros, particularmente ao Augusto Nardes, o nosso abraço e o nosso agradecimento também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante que esse material todo fique à disposição na página da Comissão para quem quiser, como nós próprios Senadores, que temos que ainda dialogar na sequência, para nos aprofundarmos ainda mais.

Muito obrigado.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Anamaria D'Andrea Corbo – seja muito bem-vinda! –, Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, representante da Fiocruz.

Com a palavra, então, a Dra. Anamaria.

A SRA. ANAMARIA D'ANDREA CORBO – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu vou interrompê-la só para destacar – desculpe-me, eu já interrompi o Helber no início, agora você também – que a Senadora Zenaide Maia está nos acompanhando. Ela é médica e Vice-Presidente desta Subcomissão de Educação na pandemia. Como eu disse, somos cinco membros, e a gente se reporta na sequência à própria Comissão com os resultados, relatórios.

Seja bem-vinda! Já está há muito tempo aí presente, não é, Zenaide, acompanhando também?

Com a palavra a Dra. Anamaria.

A SRA. ANAMARIA D'ANDREA CORBO (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide Maia; bom dia, colegas Alípio e Helber.

Eu agradeço, em nome da Presidência da Fiocruz, o convite para estar aqui presente, podendo dialogar nesta importante Comissão sobre questões muito importantes relacionadas às desigualdades educacionais no nosso País, que foram exacerbadas durante a pandemia.

A minha apresentação – eu vou pedir aqui para já poder disponibilizá-la – está voltada para o conhecimento da saúde a partir das discussões desses impactos educacionais.

Eu dirijo a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Ela é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz dedicada às atividades de ensino e produção de conhecimento, cooperação nacional e internacional, na área de educação profissional em saúde. Então, nós temos, no âmbito da Fiocruz, uma escola de educação básica, que está articulada à formação técnica em saúde, e é por isso que a gente tem feito várias discussões relacionadas ao impacto da pandemia e aos protocolos necessários para o retorno seguro às atividades escolares.

Eu vou falar um pouco, só dando contexto – acho que tanto o Helber quanto o Alípio já falaram um pouco... Esta apresentação, esta tela aqui mostra que, na verdade, o que a gente está falando de impacto na educação não é algo específico do nosso País. Nos diferentes países, no mundo todo, se a gente pegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados da Unesco, o período de pico de afastamento dos estudantes das escolas foi de março a abril de 2020. E a gente estava falando ali de 193 países e 90% de todos os estudantes no mundo que foram afetados pela pandemia e foram afastados do seu ambiente escolar.

Segundo os dados da Unesco, em novembro, agora, de 2021, a gente ainda tem 2,4% dos estudantes sendo afetados seja pelo afastamento total das atividades de ensino, seja por afastamento parcial por conta do ensino híbrido. No caso do Brasil, a gente tem 43 milhões de estudantes sendo afetados, e eles se dividem um pouquinho mais que a metade de estudantes do ensino médio e 36,4% do ensino fundamental. Quando a gente vai comparar o impacto, o tempo de fechamento das escolas e a duração, a gente vai ver que a América do Sul foi o continente que mais tempo ficou com as escolas fechadas – ali eu coloquei somente alguns países. O Brasil ficou em média 69 semanas com o fechamento total das suas escolas, e obviamente isso tem relação com os impactos nessas desigualdades educacionais.

Então, como unidade da Fiocruz que tem uma educação básica, desde o momento em que foi decretada a pandemia da covid-19, nós, por sermos uma autarquia do Ministério da Saúde, por termos a educação básica nas nossas atividades, elaboramos, em julho do ano passado, um manual sobre biossegurança para reabertura de escolas num contexto da covid-19, ou seja, a gente sabia que, o quanto antes as escolas da educação básica estivessem preparadas para enfrentar essa pandemia, a gente teria condições de tornar esse impacto educacional menor, sabendo que a gente já sofre uma desigualdade educacional, que é característica da nossa formação social e cuja situação a pandemia só exacerba. Então, a partir da publicação desse manual, nós fomos chamados, eu já participei de uma Comissão aqui do Congresso Nacional que discutia o enfrentamento da pandemia, a gente participou de várias discussões com professores, gestores das redes estadual e municipal de educação, sindicatos. Então, um pouco do que eu vou apresentar aqui é fruto desse processo de diálogo permanente entre gestores e trabalhadores da educação.

Quais são as principais questões que a gente observa de impactos na pandemia? Eu vou repetir um pouco, o Helber já tinha falado da questão da ausência da coordenação nacional, o Alípio também sinalizou isso. Então, a gente teve, no início da pandemia, desde o início da pandemia, uma dificuldade de ter uma direção nacional para estar enfrentando o impacto deste fechamento das escolas, e obviamente eu estou colocando a questão diferente quando a gente compara o setor público com o setor privado. Então, a gente sabe que essa desigualdade, como muito bem já foi falada pelos meus colegas, atinge de forma diferente os estudantes da rede pública de ensino.

Então, entre outros impactos, a gente também teve a demora na priorização dos profissionais da educação na imunização, na vacinação, e esse é um ponto importante que eu gostaria de destacar, porque, nesses diálogos que a gente está fazendo desde o ano passado, mas principalmente o ano passado, quando a gente conversava principalmente com os sindicatos, a pauta dos sindicatos sempre era que só voltariam as escolas com a vacinação dos trabalhadores da educação. E o que a gente discutia à época era que, com somente esta pauta, não era suficiente para a garantia do retorno seguro, porque a gente sabia que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas não impediam a transmissibilidade do vírus. Por que eu estou colocando isso? Porque, por mais que a gente hoje tenha um percentual altíssimo de vacinação entre a nossa população, entre os trabalhadores da educação, entre os jovens acima de 18 anos, a gente sabe que, pelas características da crise – e podemos falar num colapso ambiental que a gente está vivendo –, a gente vai conviver, no futuro próximo, com novas pandemias. Então, a gente tem que começar um trabalho desde agora, sofrendo os impactos dessa pandemia nos nossos sistemas educacionais e de saúde; a gente deve começar a se organizar para as próximas pandemias que com certeza virão. Então, a questão da vacinação é importante, mas mais do que isso, a questão da implantação dos protocolos porque a gente ainda está no âmbito de uma pandemia. Por mais que haja vacinação, a questão dos protocolos ainda é necessário ser seguida, também na lógica de estruturação das escolas públicas.

Aí eu vou concordar com o Alípio. Quando a gente fala de estruturação das escolas públicas, a gente não está falando só de conectividade, a gente está falando de um déficit estrutural das condições dessas escolas, ou seja, a gente sabe que há escolas que não têm acesso à água, não têm saneamento básico, não têm conectividade, não têm força de trabalho necessária para dar conta das atividades educacionais. Então, é sobre isso que estamos discutindo. E, para podermos garantir e começar um processo de enfrentamento dessas desigualdades, temos de dotar essas escolas de toda infraestrutura necessária para que possam fazer esse enfrentamento.

Outro ponto que tanto o Alípio quanto o Helber também já sinalizaram é a ausência de programas de inclusão digital para os estudantes do sistema público de ensino, para utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino remoto. O que mais a gente escutava era: por mais que o ensino remoto estivesse acontecendo nas redes estaduais e municipais, ele na verdade não funcionava, porque a gente não pode conceber que um adolescente ou uma criança vai realizar o seu processo ensino-aprendizagem por exemplo através de celular, ou ter aula através de WhatsApp, de aplicativos. E muitas vezes esse estudante compartilhava o seu celular com outro membro da família. Então, a gente está falando aqui de uma ausência de um programa eficiente de inclusão digital para garantia desse ensino remoto.

Por outro lado, a falta de capacitação dos profissionais de educação para usar as plataformas digitais.

Outro ponto importantíssimo, isto sim tem a ver com a discussão dos protocolos, foi a demora, principalmente entre os organismos internacionais, para reconhecer que a transmissibilidade aérea é o principal meio de comunicação do SARS-CoV-2. Qual o impacto que isso tem? Porque, por muito tempo, nós demos ênfase demasiada à questão de limpeza de superfícies e não fizemos as necessidades estruturais primordiais para a gente garantir a ventilação dos ambientes.

Então, quando a gente assume que a transmissibilidade aérea é a transmissibilidade principal do SARS-CoV-2, você tem que organizar os seus protocolos; aí eu estou falando de ventilação de ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de máscaras de alta proteção e distanciamento social em algumas situações, ou seja, então você tem toda uma lógica do processo ensino-aprendizagem que é modificada uma vez que você assume a questão da transmissibilidade aérea como o principal meio de contaminação.

O que a gente via quando fazia essa discussão com todos esses sujeitos que eu falei inicialmente era que a maioria dos protocolos que eram disponibilizados, seja pelas redes estaduais, seja pelas redes municipais, eram de difícil aplicação, por conta desse déficit de infraestrutura e de força de trabalho nessas instituições. Então eram protocolos em que, no final das contas, o que se podia desenvolver era uso de máscara e higienização das mãos; e uma série de outras medidas fundamentais para a gente garantir a não transmissibilidade no ambiente escolar não estavam sendo implementadas.

Para isso a gente precisa – e isso foi algo também que a gente discutiu bastante – articular os níveis de saúde e educação, a gestão estadual, a gestão municipal, a gestão local de saúde e educação no nível local, no nível do território onde esse estabelecimento escolar está localizado. Esse também era um ponto complicado, porque a gente sabe tudo o que o nosso Sistema Único de Saúde está passando em termos de distanciamento. E você ter essas equipes de trabalho que pudessem fazer essa articulação com as equipes da educação sempre foi um ponto muito difícil que a gente percebia, seja no Município, seja no Estado.

Outro ponto fundamental é a disponibilidade de testes para a gente poder fazer o rastreamento no ambiente escolar, ou seja, se eu percebo que há um sintomático, neste momento, que adentra uma instituição escolar, eu tenho que isolá-lo e saber se esse sintomático está com covid. A forma mais rápida que eu tenho de diagnóstico disso é fazer um teste de antígeno cujo resultado está disponibilizado em 15, 20 minutos. A partir daí, a gente desenvolve uma série de estratégias para monitorar como está a família dele, se ele teve contato entre os trabalhadores, estudantes e professores da educação que compartilharam o mesmo espaço com ele. Dessa forma, a gente consegue garantir que não há transmissibilidade no local onde as atividades escolares estão acontecendo.

E, por fim, nessa linha da ventilação, a dificuldade de a gente ter uma campanha nacional sobre o uso de máscaras e a disponibilização de máscaras de alta qualidade para os estudantes e os trabalhadores, porque a gente sabe que o transporte coletivo é sempre um grande problema no âmbito da covid, e você minimiza os efeitos de estar num ambiente aglomerado, com pouca ventilação, utilizando uma máscara de alta qualidade.

O que a gente sabe – eu acho que o Helber e o Alípio já sinalizaram um pouco isso – é que a gente tem uma assimetria enorme entre o setor privado e o público no acesso, no direito à educação e que ela vai ter consequências no curto e no médio prazo. Então – e aí eu posso falar a partir da experiência nossa, uma instituição pública de nível federal –, quando a gente consegue fazer o ensino híbrido, disponibilizando conectividade, disponibilizando *tablets*, uma plataforma eficiente, formando trabalhadores, a gente consegue minimizar os efeitos do ensino remoto no enfrentamento da própria pandemia sobre as atividades escolares. Agora, quando isso não é possível – e, infelizmente, é a realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da maioria das nossas instituições públicas de educação –, a gente aumenta de forma exponencial as desigualdades educacionais.

Por outro lado, seja no setor público, seja no setor privado, o ensino totalmente híbrido ou o totalmente remoto trazem como consequência um sobretrabalho para os responsáveis uma vez que eles também estão em trabalho remoto, alguns deles, e têm que estar auxiliando as crianças e adolescentes no seu processo escolar, isso quando os estudantes têm condições de estar acompanhando em casa as questões relacionadas à concentração para que ele possa se dedicar a essas atividades no seu ambiente doméstico.

E também uma série de questões... E aí a gente não pode pensar em educação desvinculada dos outros determinantes que existem no nosso País. Num contexto de crise econômica, muitos desses alunos, mesmo aqueles que tinham acesso à conectividade, que tinham *tablet*, que foi o caso de alguns alunos aqui da Escola Politécnica, tiveram que sair da escola para poder ajudar os seus parentes, as suas famílias, na questão de geração de renda.

Então, aí, a gente tem resultados bastante complicados que o Alípio já mostrou, relacionados à evasão escolar. Quando a gente compara os dados da Pnad da Covid, de 2019 e 2020, a gente percebe o aumento exponencial da evasão da escola entre as nossas crianças e adolescentes.

Por lado, esta pesquisa, e esses aqui são dados da Unicef, está mostrando que as estratégias que a maioria das escolas utilizaram para ensino remoto era material impresso e WhatsApp como orientação. Então, de novo a questão da conectividade, a questão do acesso digital sempre foi um grande problema para essas instituições.

E a gente vê isso, recentemente, no recorde de diminuição do número de inscritos no Enem. A gente teve 3,1 milhões, em comparação com 2014, quando a gente tinha 8,7 milhões de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio, sem falar na abstenção, nos dados da abstenção, a que gente depois vai ter acesso.

O que é que a gente discute, no âmbito da Fiocruz, sobre a questão do retorno seguro? A gente tem que pensar sempre em quatro pilares: a ventilação dos ambientes, como eu já falei; o uso obrigatório e a disponibilização de máscaras de alta qualidade, mesmo que todos os frequentadores do ambiente escolar estejam vacinados; a questão do distanciamento físico; e o monitoramento da transmissibilidade, que é o que a gente vai chamar de vigilância escolar.

Então, assim, rapidamente, o que a gente vivencia – e aí eu posso falar com muita tranquilidade, a gente já retornou, aqui na Escola Politécnica, ao ensino presencial, desde agosto deste ano; a gente, hoje, está com todas as turmas em atividade presencial – é que não houve nenhum caso de transmissibilidade no ambiente escolar, porque a gente organizou todo um processo de acompanhamento de todos os casos e contatos e testagem daqueles sintomáticos ou daqueles que tiveram contato com o caso positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, nessa articulação – saúde e educação –, a gente consegue monitorar, e, nas situações de contaminação, você isola essa pessoa do ambiente escolar, e aí você interrompe o ciclo de transmissão, mas, para isso, você precisa, como eu falei inicialmente, dessa articulação com a saúde e que você tenha profissionais que possam se dedicar a isso, no ambiente escolar e no Sistema Único de Saúde.

Então, é a identificação de sinais dos estudantes; encaminha-se o suspeito para uma área de isolamento, seja trabalhador, seja estudante – se for estudante, você faz contato com o responsável –; faz o contato com a unidade de saúde, para a testagem; não havendo teste disponível, você isola esse indivíduo, por um determinado período de tempo e orienta sobre esse isolamento. Caso ele faça o teste e dê negativo, ele pode retornar ao ambiente escolar; caso dê positivo, você mantém esse afastamento e busca outras pessoas que tiveram contato com ele.

Então, aqui é um fluxo um pouco mais organizado. Obviamente, eu não vou ficar explicando, mas vai estar disponível a apresentação. A gente pode ver que não é algo simples, mas que é algo possível de ser executado com muita tranquilidade nos ambientes escolares, para que a gente possa fazer esse controle no momento em que a gente ainda vive sob uma pandemia.

A gente está acompanhando o que está acontecendo em outros países. A gente vai ter final do ano agora, Carnaval, então a gente tem uma certa apreensão de que todo esse sistema esteja organizado para que a gente não possa ter novos surtos e aumentar ainda mais as desigualdades que a gente está vivenciando no ambiente escolar.

Outro ponto fundamental é que toda... E aqui estou apresentando o que a gente faz na escola. A gente tem, além do fluxo, uma série de ações de comunicação e discussão com trabalhadores, com pais e responsáveis para que eles compreendam todas essas ações que estão colocadas. Então, uma estratégia de comunicação potente e rápida, e contato direto com todos os trabalhadores, professores e estudantes é fundamental para a gente conseguir a adesão aos protocolos e o entendimento de todas as medidas que são executadas.

Aqui, rapidamente, é todo o processo que a gente fez de avaliação do fluxo de ar nos ambientes. Então, a partir disso, a gente trabalha muito com ventiladores de teto, ventiladores fazendo a exaustão para melhorar o fluxo de ar nos ambientes internos e evitar a concentração de aerossóis caso tenha alguma pessoa que esteja contaminada e que não tenha manifestado nenhum sintoma.

A partir daí, a gente, aqui na Fiocruz, está elaborando um modelo de filtragem por ultravioleta. Qual é a discussão que a gente faz aqui? A gente tem que pensar, por ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, em estratégias de baixo custo que possam ser apropriadas por outras instituições públicas. Então, a gente, desde o ano passado, começou a elaboração de um protótipo de filtragem por ultravioleta naquelas situações de calor extremo. Ou seja, a gente está aqui no Rio de Janeiro e sabe que estar numa sala de aula com 30 alunos sem poder ligar o ar condicionado, quando chegar o verão, vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insuportável. Então, que estratégias a gente pode utilizar para melhorar esse conforto térmico e garantir os protocolos e a segurança nesse retorno?

A Anvisa elaborou uma nota técnica com algumas questões relacionadas ao uso do ultravioleta. Esse protótipo está baseado em experiências internacionais porque as escolas, no mundo inteiro, em vários países, estão utilizando essa estratégia como uma estratégia segura. A gente vai fazer uma série de processos de validação e, obviamente, conversar com a Anvisa e ajudá-la na validação desse protótipo com a possibilidade de ele ser disponibilizado para outras instituições públicas.

Aqui é um pouquinho. Não vou mostrar.

E, por fim, já terminando, o que a gente observou nesse processo inteiro que, obviamente, precisa ser melhorado no sentido de enfrentamento das questões que essa pandemia nos trouxe, mas olhando a médio e longo prazo, para que a gente se prepare para outras situações semelhantes porque, por conta do aumento da fronteira agrícola, do colapso ambiental, provavelmente, outras pandemias que vão ter transmissibilidade aérea vão estar impactando as nossas instituições e a nossa população, e a gente não tem condição de passar mais 70 semanas com esses ambientes completamente fechados, né?

Então, é aquilo que eu estava falando anteriormente. A gente precisa pensar estratégias de dotação de infraestrutura. E aí eu não estou falando, concordando com o Alípio, só de conectividade, mas estou falando de infraestrutura física. A gente não pode naturalizar que uma escola não tenha banheiro, que uma escola não tenha água, e a gente sabe que essa é a realidade de muitas escolas no nosso País.

A gente percebe que todos esses protocolos, em algumas situações, são elaborados no nível central, seja na secretaria estadual de educação, seja na secretaria municipal de saúde, e o diretor, sozinho, tem a atribuição de adaptar esse protocolo para sua realidade escolar. Isso não funciona, não pode ser uma atribuição única e exclusiva do gestor municipal ou estadual do estabelecimento escolar.

Como isso exige uma articulação grande entre saúde e educação, uma participação muito forte dos trabalhadores e dos estudantes, esse processo tem que ser dialogado tanto para a gestão dos níveis centrais como também para toda a comunidade escolar. E o que a gente percebe é que, mesmo com esses protocolos implementados e indicados, os trabalhadores não têm muita clareza do que a gente faz quando apresenta os sintomas. Então, a gente percebe que muitos trabalhadores vão ao trabalho apresentando sintomas relacionados à covid, e isso pode criar um surto nesses estabelecimentos. A mesma coisa relacionada aos fluxos de testagem: para onde eu vou, onde tem teste, como é que a gente faz esse acompanhamento, o que você faz caso um teste dê positivo e como você se posiciona em relação a todas aquelas pessoas com quem você teve contato.

Da mesma forma, a gente também observa que, na saúde, a atenção primária à saúde, os postos de saúde locais estão tendo dificuldade de cumprir seu papel junto com a vigilância em saúde no rastreamento e acompanhamento da transmissibilidade nos ambientes escolares. Da mesma forma, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigilância em saúde, que é o que estou dizendo, a atenção primária à saúde e a vigilância em saúde, no nível local, devem estar dando essas indicações para os estabelecimentos monitorarem a transmissibilidade.

E, por fim, protocolos locais que ainda, no dia de hoje, dão muito mais ênfase à desinfecção por superfície e menos ênfase nas questões relacionadas à transmissibilidade aérea, que é fundamental para a gente conseguir desenvolver as ações para fazer o enfrentamento adequado das desigualdades, que já existiam, mas que foram exacerbadas durante a pandemia.

Muito obrigada. Eu disponibilizo a apresentação aqui para a Comissão e estou disponível para qualquer outra dúvida e questão.

Deixe-me só ver como é que eu não compartilho...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Está aparecendo normalmente. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Dra. Anamaria Corbo, eu quero lhe dar os parabéns porque foi extremamente precisa, direta, assertiva, indicando os caminhos. Realmente eu estava até pensando aqui que nós deveríamos depois transcrever a sua fala. Não sei se isso que você falou está escrito, senão, eu peço para a assessoria e consultoria transcrever para fazer... Eu digo, foi preciso, competente, aliás (*Falha no áudio.*)

... representando a Fiocruz.

Parabéns, foi maravilhoso!

Eu pergunto (*Falha no áudio.*)

... Helber Ricardo, porque participou. A nossa tarefa agora é reunir esses documentos, reunir as falas. Muitas coisas que o Dr. Alípio trouxe nós temos que comparar om outras apresentações também, termos resultados finais.

Mas o que a gente mais deseja é que a gente possa, nesse processo de diálogo, convergir, para dizer, olha, aqui está bom, aqui precisa ser acrescentado, lá precisa de algum reforço.

Aqui, o que você falou, por exemplo, da vigilância escolar, eu penso que isso seria uma iniciativa das mais importantes, principalmente como uma educação em saúde mesmo, não é? Para este e para outros problemas que podem ocorrer na sequência.

As análises que o Dr. Alípio fez também vão ser muito úteis para a gente, para haver esse debate, essa discussão, dentro do Senado. E o Dr. Helber também, com todas as iniciativas – não é, Dr. Helber? – que a gente gostaria, na sequência, inclusive de detalhar mais também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto novamente, eu sei que a Senadora Zenaide também está atendendo, mas eu daria um tempo, um ou dois minutos, só para as considerações finais do Dr. Helber, do Dr. Alípio e da Dra. Anamaria. Pode ser assim? Dr. Helber, por favor.

Mandando um abraço para o Mauro, que é o secretário, e também para todo o pessoal do MEC, para que a gente possa trabalhar em conjunto, em função dos resultados desta Subcomissão.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA (Para expor.) – Bom, Senador, muito obrigado. Vou levar seu abraço ao Prof. Mauro, que como eu compartilhei, está em representação agora do Brasil, numa reunião da OCDE, inclusive levando algumas das iniciativas que o Brasil tem feito e que eu enderecei aqui nessa construção.

Bom, meus comentários finais, primeiro, são de agradecimento por esta rica oportunidade de compartilhar com toda a sociedade, com os parceiros aqui, com esta Casa legislativa, algumas das ações com que o Ministério da Educação tem se preocupado e se colocado diante dos desafios.

Eu reforço, o ministério, aqui na Secretaria de Educação Básica, tem feito reuniões de coordenação nacional das ações da educação básica. Na semana que vem, estaremos com todos os secretários de educação dos Estados e os representantes seccionais dos Municípios, discutindo uma estratégia, especialmente para a Região Nordeste. Já fizemos isso com a Região Norte e vamos fazer isso com a Região Nordeste.

Entendemos, como foi dito aqui, que a pandemia afetou de maneira desigual o País. Redes mais frágeis tiveram maior dificuldade. E o MEC tem então lançado mão do que há de mais moderno no mundo para colocar à disposição dessas redes. E nós continuaremos esse grande esforço, qualificar, com informação, os nossos gestores, ampliar o diálogo, a coordenação nacional e, assim, ter, com as provas do Saeb, que estão em pleno momento de acontecimento, um melhor diagnóstico dos efeitos da pandemia, que nos permitam lançar políticas públicas, especialmente para aqueles que mais precisarão delas nos próximos anos.

Não nos esqueceremos obviamente de endereçar o futuro da educação brasileira. Vamos lançar mão de ações que enfrentem a pandemia, mas vamos também contribuir para colocar a educação brasileira no patamar que o País merece, pela sua dimensão, pela sua importância global.

Então, Senador, foi um privilégio estar aqui com os nossos especialistas por várias das colocações que o nosso querido Alípio e a Anamaria trouxeram. Fico feliz de o MEC ter ações já endereçando a essas questões. Precisamos, como diz a Constituição brasileira, de um amplo esforço de Governo, Estado, sociedade e das famílias para enfrentarmos esse momento numa ação conjunta e coordenada, num esforço coletivo que permita a gente carinhosamente garantir o direito à educação a todos os jovens brasileiros.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço, então, ao Dr. Helder Ricardo Vieira.

Eu quero só fazer duas observações. Já foi aprovado na Comissão de Educação o projeto de lei complementar que institui o Sistema Nacional de Educação para que haja essa possibilidade formal de diálogo, de entendimento, de negociação, de pactuação, de cada ente federado junto com a sociedade, sabendo exatamente como colaborarem todos para o mesmo objetivo. Isso eu acho que vai ser bom.

Quando eu falei da transcrição da fala da Dra. Anamaria, a assessoria do Senado já me comunicou que isso é feito em todas as audiências públicas. Então, depois passaremos, inclusive, para a Dra. Anamaria, para, eventualmente, fazer algum ajuste. Mas vamos aproveitar bastante o texto.

Antes de passar a palavra ao Dr. Alípio e à própria Dra. Anamaria, vamos escutar a Senadora Zenaide Maia e o Dr. Helder também. Vice-Presidente da nossa Comissão, médica, professora do curso de Medicina e grande representante do Rio Grande do Norte. Com a palavra, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Quero aqui já parabenizar o nosso Presidente, Senador Flávio Arns, tão preocupado, como todos nós, com a Educação.

A gente sabe que educação é a base de tudo. Com isso a gente não está inventando a roda. Os países saíram de crises econômicas, de crises sanitárias com a educação do seu povo.

Primeiro quero aqui parabenizar a Dra. Anamaria, da Fiocruz. Que bom que há esse Colégio Joaquim Venâncio, ou seja, uma escola de ensino básico já qualificando as pessoas na educação para a saúde. A gente sabe que a educação... A maior medida é uma educação pública de qualidade, o que não quer dizer que a privada não tenha de existir. Quando se tem 70% dos alunos, crianças e jovens, neste País, nas escolas públicas, se a gente tiver uma educação pública de qualidade, vamos ter pessoas que adoecem menos, porque a educação está na saúde. Quantas patologias as crianças não têm? Também é o que previne a violência, é o que previne a violência. Eu costumo dizer que não é reduzindo a maioria penal, não é construindo cadeias, cada dia mais presídios, que a gente vai sair da crise na segurança pública, da violência deste País.

Coloque, Estado brasileiro, suas crianças e seus jovens em escolas, creches, e escolas de qualidade, de tempo integral, que eu tenho certeza de que nós não estamos... É como eu digo: o mundo todo que quis sair da violência fez isso, investiu na educação do seu povo.

E uma coisa que me chama atenção: o Estado não quer educar suas crianças e seus jovens, mas esse mesmo Estado quer punir suas crianças e seus jovens, a quem ele não ofereceu educação quando deveria ter oferecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dra. Anamaria, da Fiocruz, a senhora falou bem: a escola deixou claro que, como a gente tem essa experiência com essas viroses e como a gente sabe que essa pandemia não vai ficar só nessa pandemia, é preciso melhorar a ventilação das escolas, incentivar o uso de máscaras apropriadas, o distanciamento, e, para isso, precisa de investimento, investimento público.

E, por isso, eu queria aqui já agradecer a presença do Secretário Adjunto de Educação, Dr. Helber Ricardo Vieira, e dizer o seguinte, Dr. Helder: o senhor fez uma explanação aí que eu não consegui me encontrar como País, eu não vi esses programas sendo... Porque eu tenho aqui que o Censo Escolar de 2020 mostrou que a gente tem 10.105 escolas públicas que não possuem nem água potável; 3.818 que não possuem energia elétrica; 8.650 que não possuem sistema de esgoto. Eu não estou dizendo que isso é de agora, mas eu quero que o senhor entenda o meu raciocínio. Ainda, que 52% não possuem laboratório de informática nem biblioteca, e a metade desses estudantes não tem computadores, não tem acesso à internet, já lembrando que não é só a internet, porque eu acho que nada substitui totalmente a aula presencial, com o professor tirando dúvidas. Mas isso mostrou essa desigualdade, a pandemia escancarou algo que a gente já conhecia: as desigualdades educacionais da escola privada para a escola pública. Mas piorou demais durante a pandemia, se acentuou de tal modo que não se tem como negar isso.

E isso é tão visível que, por isso, mais uma vez, eu parabenizo essas audiências públicas, porque a gente dá visibilidade à população brasileira de que existe um diagnóstico, que tem como a gente melhorar, sim, a educação pública, dirigindo recursos... E não tenho nada contra ter controle de gestão. Existe o diagnóstico, sabemos o tratamento, mas fazemos vista grossa.

Nós estamos aqui no Senado Federal, e está aqui a Dra. Anamaria, que chega, dá um diagnóstico e diz como resolver minimamente para que esse distanciamento social, esse *apartheid* entre a maioria das crianças brasileiras, que são pobres e a quem não é oferecida uma educação pública de qualidade, e aqueles que têm condições de pagar por uma educação melhor.

Mas eu ouvi bem o Secretário Adjunto, o Sr. Helber Ricardo, dizendo que vai apresentar propostas de escolas modelo de ensino médio.

Dr. Helber, a gente tem o exemplo dos institutos federais, que são exemplos para o mundo de escolas profissionalizantes. E o que a gente está vendo que é o real? A retirada de recursos da educação básica. Eu queria dizer aqui que, por exemplo, mesmo com a Emenda 95, em que o que foi votado ali... Eu não tenho nada contra ajuste fiscal, mas não nas necessidades essenciais das pessoas. Aquilo ali foi votado – não foi neste Governo, foi em outro – e durante 20 anos não se vai investir, aumentar os recursos para a saúde, para educação, para ciência, tecnologia e assistência social.

Então, o que que a gente tem? Mesmo com os recursos contingenciados, o MEC, que tinha o menor orçamento da última década, mesmo assim ele só executou 47% desse orçamento, que era justamente no ensino básico e infraestrutura, como a gente tem mostrado que era para ter acelerado e preparado as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas escolas para receber os nossos alunos o mais rapidamente possível. E até 15 de junho o MEC não havia pago um centavo ainda de um 1,2 bilhão disponível para a infraestrutura da educação básica.

Então, eu gostei da palestra do senhor, mas queria lhe dizer que eu me senti, assim, como se não tivesse... porque o que a gente está vendo é isso: poucos recursos, mas, mesmo assim, não executaram. Isso para mim é mais indignante do que não colocar recursos para uma educação pública para todos.

Eu digo que nós tivemos, em todos esses... 19, 20 e 21, nós tivemos uma pauta na educação que me orgulha de dizer assim "Deus quis que eu estivesse aí", que foi a constitucionalização e o aumento dos recursos para o Fundeb. Isso não foi fácil, Flávio Arns, Professora Dorinha. Isso é um assunto, para mim, educação, saúde, assistência social... Isso não é partidário, isso é suprapartidário, isso é vida, porque a gente sabe que educação salva vidas; a educação dá cidadania; a educação previne a violência; a educação dá dignidade ao povo brasileiro.

Então, eu queria dizer aqui o seguinte: vi, fiquei feliz com o TCU aí, com o Dr. Alípio Dias, mostrando que todos os órgãos, todos os Poderes têm que ter esse olhar diferenciado para a educação, porque a educação é um direito de todos, como a gente diz, mas, infelizmente, Sr. Helber, é bom o senhor dar uma olhadinha, porque os recursos, por mais que estejam contingenciados... Por exemplo, aqui no Estado do Rio Grande do Norte, a bancada se reuniu para botar custeio para os institutos federais e as universidades, porque foi contingenciado de um jeito que não tem como se manter, não tem como eles se manterem com o nível de qualidade. Os institutos federais não precisam investir em proposta de escolas modelos para o ensino médio e profissionalizante, porque nós temos, sim, e o mundo todo se orgulha desses institutos federais, que são um ensino público de qualidade, onde se pratica o custo aluno eficiente.

Então, quero dizer o seguinte: é importante, sim, Senador Flávio Arns, que a gente faça essas audiências. É importante que a gente dialogue com os dois lados aqui. Sempre a gente agradece a presença dos nossos expositores.

O que a gente está mostrando ao povo brasileiro é que não temos uma educação pública de qualidade. A questão não é só financeira; falta vontade política. A vocês que estão nos assistindo eu digo: falta vontade política para se oferecer uma educação pública de qualidade.

Obrigada, Sr. Presidente. Desculpe-me se eu passei do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Não, foi excelente, Senadora Zenaide Maia, sempre preocupada, interessada.

É interessante! Aqui a gente tem que ter a complementação de visões, de competências, de estudos, porque o MEC apresenta uma realidade. O papel constitucional do TCU, inclusive, eu diria, é fazer essa radiografia da realidade: o que está acontecendo, como é que está indo. E, na área da saúde, vimos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada mais essencial do que termos a parte técnica da ciência, da pesquisa, da orientação para fazermos a coisa certa, quer dizer, temos que fazer como foi colocado.

Então, eu retomo a palavra com os convidados. Como o MEC foi citado e também o Dr. Alípio e a Dra. Ana Maria – os três foram citados –, eu recomeço com o Dr. Helber Ricardo Vieira – está bem, Dr. Helber? –, que é Secretário Adjunto, para alguma consideração que deseje fazer, indo para as considerações finais.

Dr. Helber.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, só reforço o agradecimento de ter essa oportunidade, que é fundamental no nosso Estado democrático, de ampliar visões e, eu até diria, de atualizar visões.

Nós chegamos aqui... Eu sou servidor de carreira, sou pesquisador do Inep, e minha fala sempre vai ser muito técnica. Estive, durante 20 anos, por aqui e acredito que estamos no momento de maior desafio para a educação brasileira, dado o contexto da pandemia, em um ambiente muito complicado para se fazerem políticas públicas, com o Brasil muito polarizado. Estou sempre na busca de consensos – eu e a equipe aqui, representando o Mauro – para a educação brasileira.

Bom, é claro que, na questão da infraestrutura, nós ainda temos escolas com água, com luz, com internet – aliás, com a falta dela. Isso é uma coisa que nós precisamos endereçar, obviamente, urgentemente. Mas eu reforço: nós fizemos uma repactuação do PDDE no âmbito da atuação do MEC e nós permitimos também que, para essa necessidade, fosse repactuado R$1,1 bilhão para essa iniciativa.

Infelizmente, o papel da União, dos Estados e Municípios... O Senador Flávio Arns colocou a questão do Sistema Nacional de Educação. Importantíssimo! Até para esclarecer melhor para a população: há uma visão de que o MEC é o grande resolvedor de tudo do sistema, só que nós só temos cerca de 3% do orçamento. Senadora, hoje nós temos R$15 bilhões na conta dos Estados e Municípios para endereçar esses problemas também. O MEC tem que fazer a sua parte, muito mais conforme as necessidades, e direcionar melhor – isto aparece no relatório do Tribunal de Contas – as políticas públicas para aqueles que mais precisam, mas nós temos dinheiro na conta de Estados e de Municípios para resolver também certas questões de infraestrutura.

Alípio trouxe dados. Infelizmente, naquela ocasião do relatório, apenas até 2020. Nós vimos ali os dados do Piec: R$83 milhões em 2020. Este ano, foram R$300 milhões. Nós fizemos um rearranjo interno das ações da Secretaria de Educação Básica, ampliamos, triplicamos praticamente, de 2020 para 2021, o investimento em infraestrutura e tecnologia. E não só isso. Qualificamos com as formações que foram endereçadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o investimento em ensino médio, nas escolas-modelo, pelo Programa Itinerários Formativos, trazendo o que a Senadora Zenaide nos trouxe hoje na provocação, nós não estamos investindo esse dinheiro nos institutos federais. Nós estamos investindo esse dinheiro nas escolas de educação básica dos Estados e Municípios. Nós, inclusive, estamos chamando os institutos federais e as universidades federais para ajudarem nas escolas de educação básica, se aproximarem das escolas de educação básica na implementação do novo ensino médio. Nosso apoio aqui é para as escolas dos Estados. E estamos trazendo a rede federal para apoiá-las.

Eu queria destacar também, Senador, desde a nossa chegada aqui, no ano passado, executamos, no âmbito da Secretaria de Educação Básica, mais de 99% do nosso orçamento. E nós vamos repetir a dobradinha. Nós vamos fazer, mais uma vez, mais de 99%.

E estamos investindo, posso assegurar para todos os nossos presentes, Senadores presentes, para a sociedade que agora assiste, com muita responsabilidade: estamos colocando recursos onde acreditamos, tendo ouvido especialistas, construído e pactuado com Consed e Undime, e esse dinheiro está indo para áreas que realmente mais precisam.

Eu queria, inclusive, convidar a Senadora Zenaide a conversar também com o gestor lá do seu Estado, Rio Grande do Norte, Professor Getúlio, sobre a opinião dele sobre as ações que estamos endereçando e os demais secretários de educação municipais e também estaduais.

Eu posso afirmar, com certeza, Senador, que, de um ano para cá, montada esta equipe técnica na Secretaria de Educação Básica, com quem os Senadores conversarem, com quem os atores políticos conversarem, ficará evidente a perspectiva de mudança tanto em termos do que estamos implantando de novos programas, de novas ações como da abertura do diálogo, da volta, da retomada do Ministério da Educação na coordenação das ações.

Por isso, eu agradeço imensamente esta oportunidade de, nesta Casa legislativa, uma Casa que conversa com toda a população brasileira, colocar estas novas ações do Ministério da Educação, que, posso dizer e afirmar com convicção, se trata de uma outra gestão desde que chegamos aqui.

Eu ficaria muito feliz de ter oportunidade de conversar, numa outra ocasião, com a Comissão de Educação, com os Senadores, apresentando em detalhes todas essas ações que hoje nós estamos trazendo, eu disse, numa forma de *trailer*.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Ficamos à disposição da Comissão de Educação e dos demais Senadores para explorar os pontos que nós trouxemos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço, Helber, e quero dizer que a gente aceita a possibilidade de detalharmos cada uma das ações. Tenho assim também muito interesse em ver, saber a metodologia, os passos. Mas quero agradecer a presença, a exposição.

Acho que o importante, nestas audiências, é nós nos darmos conta da realidade e todos nós, na sequência, tentarmos, como eu disse, puxar a corda para o mesmo lado, porque todos nós queremos, sabemos que a educação de qualidade é a base de tudo.

Dr. Alípio Dias dos Santos Neto, do TCU, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto.

Com a palavra, Dr. Alípio.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio.

Queria, mais uma vez, agradecer a esta Subcomissão pelo importante trabalho que vem sendo desenvolvido e pela possibilidade de representar o Tribunal de Contas aqui nesta manhã. Também, agradecer à Senadora Zenaide Maia pelas palavras, pelo acompanhamento, e colocar o Tribunal de Contas da União sempre à disposição para dialogarmos, para trazermos alguma análise em relação às questões referentes à Secretaria da qual estou à frente agora, que é a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, que acho que é similar à organização do Senado. A Comissão não é só de educação, é também de cultura e desporto.

Esses trabalhos estão à disposição e eu queria me comprometer, assim que for apreciada a auditoria operacional sobre estratégia digital em educação básica, que falou um pouco mais sobre o Piec e as diversas dimensões que ele já tem, a encaminhar para esta Subcomissão. Acho que é um importante material para subsidiar os estudos, que pode ter impacto não só nessa ação, relacionada à pandemia, mas em outras ações, um documento para se refletir em relação a outras ações da Comissão.

Também temos um trabalho que está sendo feito, já que a Senadora Zenaide trouxe a questão dos institutos federais, que é uma análise, um levantamento que estamos fazendo em relação ao orçamento dos institutos federais e das universidades federais, que foi aprovado pelo nosso Plenário, pelo Plenário aqui do TCU, trabalho que está sendo finalizado e já deve ser encaminhado nesta próxima semana para o relator. Então, assim que for apreciado, nós vamos encaminhar e já colocar na própria proposta de encaminhamento o encaminhamento deste trabalho para a Comissão.

Quero agradecer, mais uma vez, realmente, e deixar o TCU à disposição para tratar sobre educação, e que a gente consiga fazer, dentro das nossas instituições, com que a educação seja realmente prioridade. Nós temos um ano letivo aí, já foram desafiadores 2020 e 2021, e seria interessante que as secretarias municipais e estaduais colocassem algum tipo de ação, logo no início do ano, aquelas que estiverem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição, que já estiverem com aulas presenciais, o que tem voltado gradativamente nas diversas escolas, um acolhimento em forma de estratégias, de recuperação, de um diálogo sobre os conteúdos mais significativos do ano letivo, para dar um pontapé inicial para o ano começar a seguir. Pode ser talvez uma ação simples, e o alcance dela vai ser diferente, de acordo com cada aluno, mas ajuda a ir entrando novamente nesse ritmo. E as escolas também aproveitarem, terem acesso a esses diagnósticos que o Helber falou, diagnósticos formativos, e usar isso como estratégia durante os anos letivos para fazer uma avaliação qualitativa e buscar verificar as diferentes deficiências para que ninguém fique para trás nesse processo. A ideia é que a educação seja de qualidade e que ela chegue a todos.

Então, dentro da nossa perspectiva de trabalho, mesmo o TCU como órgão de controle, e também louvar o trabalho dos diversos TCEs e TCMs pelo País, com grupos formados, o Gaepe, pensando em se discutir a educação e os problemas locais em relação à evasão, principalmente à busca ativa, tem tido um engajamento muito interessante.

Então, quero agradecer mais uma vez e ficar aqui à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço também ao Dr. Alípio dos Santos Neto. Quero de novo parabenizar o trabalho. Continue nessa trilha de competência, de orientação. E recomendo, inclusive, para os internautas que leiam com toda a atenção as contribuições dos relatórios do TCU sobre os vários aspectos, como foi mencionado. A gente está falando de educação na pandemia, mas a Comissão é de educação e de esporte também. Aliás, são essenciais essa interação e integração, essa articulação a favor da formação, assim como saúde. Não há dúvida. É um conjunto de políticas públicas a favor do ser humano.

Que bom! Parabéns!

Obrigado pela presença, Dr. Alípio.

Passo a palavra a Dra. Anamaria D' Andrea Corbo.

A SRA. ANAMARIA D'ANDREA CORBO (Para expor.) – Obrigada.

Mais uma vez eu agradeço, em nome da Presidência da Fiocruz, o convite. Quero colocar a Fiocruz, como sempre, e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio a serviço. Somos uma instituição pública federal. A nossa missão é institucional, é estar ajudando, contribuindo com as políticas públicas, as políticas sociais e, então, nos colocarmos disponíveis para qualquer necessidade, qualquer debate que se faça necessário frente à crise que estamos vivendo no nosso País.

Eu só queria fazer um comentário, agradecer muito as palavras da Senadora Zenaide, porque eu venho da área da saúde. Eu trabalho na educação, numa escola de educação, mas a minha formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

original também é do setor saúde. E nós, profissionais de saúde e educação, enfrentamos no nosso cotidiano as mazelas... Talvez sejamos os profissionais que somos mais rápidos na identificação das consequências das mazelas sociais do nosso País, ou seja, qualquer desigualdade se apresenta com muita força na educação e muita força na saúde, mas elas não são gestadas na saúde e na educação. Quando a gente fala dessas desigualdades, obviamente a gente tem que olhar a totalidade, e isso faz com que a gente reveja as nossas políticas de renda, de trabalho, a nossa política econômica. É uma série de políticas que condicionam e que vão ter o seu reflexo na forma como a nossa população adoece e vive no nosso País.

Eu estou falando tudo isso porque isso exige de todos nós, cidadãos e cidadãs, o enfrentamento e a disponibilidade para estar junto, pensando nas melhores estratégias para conseguir enfrentar as consequências que a gente está vivendo hoje e que vão ter impacto ainda no médio prazo. Não tenho dúvida de que essa geração que evadiu a escola vai ter muitos problemas para inserção no mercado de trabalho. Então, essas desigualdades econômicas vão estar cada vez mais acirradas. E a gente tem que pensar sobre isso e, volto a dizer, e se programar para não viver da forma como a gente viveu o enfrentamento da pandemia e estar melhor preparado para as próximas situações. Eu espero que não, mas o futuro...

A gente viu agora a Conferência do Clima, a gente tem acesso a alguns relatórios. É um pouco preocupante em relação a países como o nosso.

Bom, no mais, agradeço por compartilhar este espaço com o Helber e com o Alípio, muito bom conhecê-los.

Senadores, a gente como sempre – eu falei no início – está à disposição para qualquer outra necessidade, para qualquer debate. É só falar com a Presidência, e a Fiocruz está sempre disponível. É a nossa função institucional estarmos juntos aqui pensando em como enfrentar as desigualdades em todas as questões que estão vinculadas à vida da nossa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Então, agradeço de novo à Dra. Anamaria Corbo, também ao Dr. Alípio Dias dos Santos e ao Dr. Helber Ricardo Vieira.

Estou muito satisfeito com a audiência pública de hoje. Pontos de vista diferentes do Executivo, do controle e da saúde, mas com claras indicações do que deve ser feito. Isto que é o importante: quer dizer, juntos tomarmos os passos necessários para que ninguém fique para trás. Este é o grande objetivo, inclusive dos ODSs (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável): ninguém pode ficar para trás para se construir uma sociedade de paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço muito de novo a presença, as exposições, o desejo de trabalharmos juntos também.

Nada mais havendo a tratar, então, eu declaro encerrada, com os agradecimentos de novo à Comissão de Educação – ao Thiago e a toda a Comissão – e aos meios de comunicação do Senado, a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e três minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 6ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Fátima Gavioli, Secretária de Estado da Educação de Goiás (representante de: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)); e Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos, hoje, a 6ª audiência pública desta Subcomissão com a finalidade de:

1. avaliar os impactos da pandemia na educação básica;

2. discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica; e

3. debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia, que ainda continua, e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

A audiência será, como sempre, interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-0612211.

Nós vamos conceder sempre um prazo, como acontece – e aconteceu – nas outras audiências, de 20 minutos para cada convidado fazer sua exposição inicial.

Participa desta reunião, por meio de videoconferência, a Sr. Fátima Gavioli, a quem damos as boas-vindas e agradecemos pela participação, Secretária de Estado da Educação do Estado de Goiás e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Quero dizer que já tive a honra de participar do Consed, uma grande e importante instituição, como Secretário de Educação, anos atrás, do Estado do Paraná. E também temos a presença do Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, a quem também damos as boas-vindas.

Luiz Miguel, é uma alegria revê-lo!

Tanto o Consed quanto a Undime são extremamente participativos em todos os debates da educação no Congresso Nacional.

O Sr. Luiz Miguel é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, antes de passar a palavra inicialmente para a Professora Fátima, ler perguntas e comentários que vieram pelos portais e pelo telefone.

Em primeiro lugar, Elinadja Targino do Nascimento, de Alagoas: "Qual a perspectiva para que se minimizem ou atenuem os impactos na atenção básica? Quais investimentos serão viabilizados?".

Luiz Henrique Morais, também de Alagoas: "Qual a melhor forma de recuperar o prejuízo causado aos alunos pelas aulas remotas?".

Patricia Boquady Barros de Sousa, do Distrito Federal: "A pandemia acentuou velhos problemas na educação e, assim, aumentou o abismo dos níveis de ensino".

Carlos Alberto da Silva, de São Paulo: "Os impactos persistirão a longo prazo. Políticas de valorização do magistério e aumento de atividades de reforço intensivo podem mudar isso". É o comentário dele.

Erica Correia da Silva, de Goiás – seu Estado, Professora Fátima –: " A adoção da educação a distância (EaD) prejudicou o ensino básico, dado o despreparo de todos, mas a EAD, pós-pandemia, integrada ao modelo presencial, será bom."

Josué de Cândio Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "Caso não fossem implementadas as aulas *on-line*, seria para os alunos poderem recuperar o tempo perdido."

Josué de Cândio Rodrigues, a mesma pessoa, Rio Grande do Sul: "Estarão preparados os alunos que tiveram aulas presenciais trocadas por aulas *online* para concorrer a vagas no mercado de trabalho?"

Luisa Tacchi, Minas Gerais: "Foram dois anos de ensino *online*. O impacto será de longo ou de curto prazo?" Ela pergunta.

Geová Chagas da Costa, Minas Gerais: "Os impactos serão sentidos nos anos que virão. Foram quase dois anos de ensino *online*."

Eunice de Lima Tigre, do Paraná, do meu Estado: "Pela primeira vez, o Brasil e o mundo foram pegos de surpresa – ela coloca – quanto à pandemia do covid-19. Ninguém estava preparado. A prioridade era salvar vidas."

Eu quero destacar novamente, para o Professor Luiz Miguel e para a Professora Fátima, mas, principalmente, para aquelas pessoas que nos acompanham, que nós estamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é presidida pelo Senador Marcelo Castro, do Piauí, e vice-presidida pela Senadora Leila. Nesta Comissão, foi criada a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, com cinco membros: eu próprio; a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, que é Vice-Presidente; o Senador Anastasia, de Minas Gerais; o Senador Confúcio Moura, que está de licença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo substituído pela Suplente Maria Eliza; e o Senador Wellington Fagundes. Então, são cinco membros.

Os resultados todos nós levamos para a Comissão de Educação, que apreciará, fará os encaminhamentos, teremos o relatório, as negociações com os órgãos próprios.

Porém, já nesta semana estaremos apresentando requerimento para que a Subcomissão continue a funcionar no decorrer do ano que vem, até o final do ano, para acompanhar todo o processo de debate, inclusive com coisas muito necessárias, como sugerido, por exemplo, pela Fiocruz, semana passada, de se criar a vigilância sanitária escolar, porque continua. Eles falaram: as coisas vão continuar, novas cepas, novas variantes. Então, nós temos de ter um trabalho, de acordo com a Fiocruz, estruturado para atender, criar uma cultura, na verdade, de vigilância escolar em função da nova realidade no mundo.

Então, tudo isso vai fazer parte do relatório. Iniciativas vão ser tomadas. E o Consed e a Undime são essenciais, porque a educação estadual está aqui e a educação municipal está aqui também.

Nesse sentido, agradeço novamente a presença.

Passo, em primeiro lugar, à Secretária Fátima Gavioli, Secretária do Estado de Goiás, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, a palavra.

Com a palavra, então, Professora Fátima.

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio Arns.

É um prazer ter sido convidada para participar deste debate, que é muito importante no momento.

Bom dia, meu colega, Professor Luiz Miguel, nosso Presidente da Undime, meu parceiro e meu companheiro nessa grande luta que é fazer da educação pública, neste momento, uma educação de qualidade, principalmente através da igualdade de oportunidades.

Se há uma coisa que a pandemia conseguiu evidenciar, com muita força, foram as desigualdades. As desigualdades sociais, as desigualdades regionais, ficaram muito mais evidentes, dentro das desigualdades de oportunidades de aprendizagem agora na pandemia.

Algumas coisas precisam ficar claras para nós todos, e alguns discursos precisam parar de serem ditos. Por exemplo, tem gente que insiste em dizer que nós precisamos aprender a conviver com a pandemia. "Ah, nós precisamos aprender a conviver com a pandemia!" Na verdade, o que a gente mais precisa fazer é aprender a cuidar de cada um neste momento, através de uma fala, de um discurso, de um diálogo permanente, no sentido de que a vacina é o que se tem neste momento de mais seguro e de mais concreto, através do respeito que se pode ter pela ciência na pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na educação, há professores que se recusaram a vacinar. Na educação há alunos de 12 a 18 anos que ainda não se vacinaram. A educação está tentando fazer a retomada das aulas. Mas, infelizmente, eu estou com problemas em relação à vacinação das pessoas.

A ciência perde o peso que deveria ter quando alguém diz: "Não; basta aprender a conviver com a pandemia".

Não, não, não, não, não!

O que precisamos fazer é o uso daquilo que os cientistas estão debruçados em cima, desde o início desta pandemia, para encontrar soluções, como a vacina. Não abrir mão dos protocolos! Tem gente: "Não, vamos autorizar agora, já pode tirar a máscara." Tirar onde? Em ambientes fechados? Nós estamos vendo aí uma nova cepa se aproximando e existe uma grande possibilidade de termos carnavais pelo País. E depois? O que vem depois? Será que vamos ter um novo *lockdown* nas escolas? Será que vamos voltar a fechar as escolas? Nós sabemos que, durante a pandemia, nossas crianças passaram fome. Muitas crianças passaram fome. E eu quero aproveitar este momento, representando aqui o Conselho Nacional de Secretários, o Consed, que teve um trabalho muito importante, o Consede e a Undime – eu diria até que eles foram a coordenação nacional que precisaríamos ter durante a pandemia –, e dizer a vocês que as crianças da rede pública recebem R$0,36 por dia, para se alimentar, na educação regular. O Luiz está aqui, o meu colega da Undime, e ele sabe disso. Uma criança recebe hoje, na educação regular, 0,36 de recursos.

Aí os governos estaduais e municipais ofertam a contrapartida. Uma contrapartida, Senador Flávio e Senadores que compõem esta Comissão, que não vincula. Existe uma cultura de que aquilo que não vincula, não vincula, gente... Vamos para frente, deixa para lá... Vamos para frente...

Só que agora o deixa para lá é a comida. É a comida das crianças. Se vocês perguntarem para mim, qual é o mal que está assolando a retomada e que mais tem prejudicado nossas crianças, desde que começou a pandemia, eu vou dizer que é a falta de recursos para adquirir alimentos. Como é que a gente pode imaginar que uma escola de tempo integral receba R$1,5? Como é que a gente pode pensar que um diretor... E aí eu sou obrigada a dizer que os nossos diretores de escola, os gestores, têm feito o verdadeiro milagre do pão e do peixe, porque você pegar R$0,36... E um governo que tem uma responsabilidade social além da educação, ele vai lá e dá uma contrapartida, por exemplo, de mais R$0,36. Tudo bem. Então, agora a gente tem aí R$0,72 para comprar comida para as crianças por dia. Só que eu estou falando de comidinha mesmo. Não estou falando de biscoito de água e sal e suco, não, porque isso não pode. Eu estou falando de comidinha, estou falando de comidinha de sal que equivale a uma refeição por dia na escola.

Então, a primeira coisa que nós temos que fazer neste momento é pedir que o Governo Federal olhe para a alimentação das crianças. Há muita gente que está discutindo aí equipe multidisciplinar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor Flávio: " Olha, vamos discutir a lei federal. Vamos montar processos interdisciplinares. Vamos obrigar Estados e Municípios a montarem equipes multidisciplinares, porque as crianças precisam de apoio pedagógico, psicológico, de assistência social". Precisam mesmo, precisam mesmo. Mas, além de tudo isso, o que um gestor mais precisa hoje para fazer o trabalho dele benfeito é apoio do Governo Federal também nessa questão primordial que é a alimentação. Pensar que uma criança da rede pública recebe do Governo Federal hoje menos que R$1, é inadmissível!

E aí há uma coisa que a Comissão de Educação pode fazer que é levantar quantos Estados brasileiros ofertam a contrapartida, porque vocês vão ficar surpresos. A maioria dos Estados brasileiros sustenta as crianças apenas com a verba que vem do Governo Federal, porque o governo do Estado e o do Município têm dificuldades de pôr esse recurso porque não vincula. Então, eu estou abrindo o coração para dizer para vocês que a fome é aquilo que realmente mais nos preocupa neste momento quando, na segunda-feira, das 9 às 11 da manhã, você vai ver a quantidade de crianças que estão se dirigindo ao serviço pedagógico, algumas delas, muito amarelinhas, dizendo que têm dor de cabeça e dor de estômago. Não, elas têm fome. Elas não comeram direito no final de semana. A crise está aí. A inflação está aí. A situação não é boa.

E eu queria dizer a vocês que quando a gente fala que está falando da educação pós-pandemia, é outro discurso que tem que cair por terra. O primeiro é que nós temos que aprender a conviver. Não, não temos que aprender a conviver. Nós temos é que lutar, batalhar, imunizar a população, bater o recorde mundial de vacinação. É isso que nós temos que fazer.

O segundo, gente, é que não foi zerada a transmissão da covid, não. Não zerou, não. Não há pós-pandemia coisa nenhuma. Os cuidados precisam continuar acontecendo. Nós temos que seguir a nossa vida, apesar da covid, mas temos que seguir respeitando que não foi zerada. Então, não há pós-pandemia. Não existe pós-pandemia ainda. Quem sabe se daqui há algum tempo nós vamos conseguir falar isso?

Quando eu falo que a pandemia fez aparecer uma desigualdade que talvez estivesse mais camuflada, eu estou falando, por exemplo, do primeiro instrumento que foi possível trabalhar na chegada da pandemia, que foram as plataformas digitais, os celulares, os notebooks, os chromebooks, os tablets, e etc. e tal. Quantos Municípios conseguiram realizar essas aquisições? Quantos? Quantos conseguiram adquirir? Quantos tinham o orçamento financeiro e quantos conseguiram licitar? E depois de licitado, as empresas, com a alta do dólar, elas entregaram – elas entregaram? Vocês sabem que a realidade é outra. Na maioria, o valor tinha se sobreposto àquele da licitação, e eles não entregaram os equipamentos.

As ações sociais são muito importantes neste momento. Atrelar a educação à Secretaria de Ação Social, com cuidado e respeito à vida, é o que de melhor pode acontecer neste momento para ajudar essas crianças. As crianças não aprendem com fome, não aprendem com medo, não aprendem quando estão em pânico, não aprendem. Elas não aprendem! Mas não estamos falando só de criança, nossos professores também passaram por momentos de muito medo, e nós só tínhamos que, naquele momento, ser presentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e estar presentes na condição de gestores. Como? Através das *lives*, das *webs*. Nós entrávamos nas casas deles, nós ouvíamos as queixas, era o que se podia fazer naquele momento. E não há como não dizer que os professores foram gigantes agora, neste agosto de 2021, porque daí a gente começou a ouvir que todo mundo estava voltando. No começo, Senador Flávio Arns, foi até engraçado, foi interessante para a gente entender como é o princípio da educação.

Em março de 2020, nós paramos, o País parou, a educação parou, parou Goiás, parou Rondônia, parou Paraná. Nós paramos! Em seguida, começou uma verdadeira disputa para ver quem voltava primeiro: "Eu voltei! Eu voltei!". O Luiz deve ter ouvido isto também na rede municipal: "Aqui todo mundo voltou". Mas qual era a finalidade? Nós não estávamos numa corrida, numa gincana; precisávamos voltar, mas tínhamos que voltar com uma coordenação nacional, e essa coordenação nacional ficou na Undime e no Consed, que tentavam dar esse suporte para os gestores nas redes. Só que, na hora em que se falou: "Vamos voltar. Vamos voltar. Ah, fulano voltou", aí as pessoas que colocavam a pandemia em xeque diziam: "Nossa, olha o fracasso da rede pública do Município tal, do Estado tal! Lá no Estado tal, já voltaram", e, quando você ia ver, havia quatro alunos na sala, cinco alunos na sala.

A volta verdadeira começou em agosto de 2021, e a volta, se isso for realmente possível, se as pessoas colaborarem, se vacinarem, efetivada será a de janeiro de 2022. Nessa volta, eu creio; é uma volta que chega com necessidades de avaliações diagnósticas bimestrais. Mas o Governo Federal vai ajudar a gente com essas avaliações diagnósticas? Porque avaliações são caríssimas, Senador, são caríssimas! Chega a uma hora em que você tem que decidir o que você faz: você compra a carteira para o menino ou você avalia, faz o diagnóstico, e só depois disso a gente sabe onde cada um está e consegue fazer o trabalho.

Então, a busca ativa realizada pelos professores, a partir de agosto de 2021, foi muito importante. Eu vi agora, no Enem, por exemplo, que nós ficamos entre 67% a 75% de frequência, e esses 67% a 75% acendem dois sinais para nós do ensino médio: primeiro, os alunos estão extremamente desesperançosos com este momento. Eles estão aborrecidos. Eles perderam familiares, professores, amigos. Eles estão tristes e muitos deles se recusaram a realizar a prova do Enem. Segundo, os alunos estão entendendo aquilo que nós educadores temos tanta dificuldade para entender e, às vezes, até os pais: nem todo mundo quer ir para a universidade, Senador Flávio; muitos deles querem um curso técnico profissionalizante que os tornem técnicos em Engenharia Ambiental e dê a eles um emprego após o ensino médio. Depois, com certeza, ele vai poder ingressar na universidade e fazer o curso de Engenharia Ambiental.

Mas os nossos estudantes brasileiros estão dando uma resposta que, lá fora, nós sabemos que já foi buscada, e eles já conseguiram: "Eu terminei a minha educação básica, eu tenho um curso profissionalizante que tem a ver com os meus projetos de vida, com as trilhas que eu elaborei, dentro dos meus itinerários, e, agora, eu vou para o mercado de trabalho. Daqui a dois, três anos, eu vou ingressar na universidade."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa conversa de que uma criança, aos 15, 16 anos, conclui o ensino médio e já sabe o que é que ela quer da vida, para mim, já deu neste País. Então, se ninguém vai fazer mudar, o aluno mudou, agora, no médio. Ele disse o seguinte: "Não, terminei o ensino médio. Não, então, eu não vou fazer o Enem." O agravante: o agravante é que ele não foi fazer o Enem, mas eu, também, ainda não tenho uma política pública profissionalizante. Então, corre o risco de ele estar solto aí, neste momento de pandemia, sem ir para a universidade e, também, sem ter um curso profissionalizante.

Eu quero agradecer demais o convite. Quero parabenizar a Câmara de Educação, o que vocês estão fazendo, no Congresso e na Câmara Federal, neste momento, ouvindo-nos e dando-nos voz. Eu fiz uma palestra, no Banco Mundial, semana passada, e eles me perguntaram: "O que você espera do Governo Federal?" O que que eu espero? O que o Luiz espera: ser ouvido.

Se conseguirem me ouvir, eu vou dizer que os meninos estão passando fome porque o dinheiro é insuficiente; eu vou dizer que o recurso do transporte escolar, depois desse reajuste do combustível, é impossível; e eu vou dizer que não basta criar um protocolo de segurança, é preciso dar condições para os Municípios e os Estados cumprirem esse protocolo de biossegurança.

Em nome do Consed, muito obrigada, Senador e todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço à Professora Fátima. Peço que transmita a todo o Consed um abraço grande, pedindo a todos que continuem acompanhando os debates. A senhora veio aqui como representante do conselho, mas a gente está aberto a receber contribuições de todos os Estados, é uma realidade tão diferente pelo Brasil: secretários do Norte, com todas aquelas distâncias, dificuldades do Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. São realidades, assim, bastante específicas, mas nós estamos abertos na construção desse relatório, desse encaminhamento.

Eu quero, inclusive, lembrar que a sua pergunta foi muito interessante, quando perguntaram a você o que você espera: "Espero ser ouvida". Essa é a melhor resposta para aquilo que vem sendo debatido, na Comissão de Educação, que é o Sistema Nacional de Educação, que já foi relatado, na Comissão de Educação do Senado, pelo Senador Dário Berger, de que foi solicitado urgência para ser apreciado o projeto de lei pelo Plenário. Porque, no Sistema Nacional de Educação, você tem a formalização, a consolidação de um sistema de escuta, de negociação, de entendimento e, principalmente, de pactuação, para dizer: Olha, Governo Federal, estadual, municipal – como a senhora colocou –, a avaliação diagnóstica é uma dificuldade, de como fazer. Existem sistemas bem desenvolvidos no Brasil, mas tem que haver essa atuação, essa articulação para ver como o jovem está, a Maria, o Pedro, e esse sistema pode chegar ao aluno ou à merenda escolar. Quer dizer, vamos sentar aqui, gente, e discutir, ou a tecnologia, os cursos técnicos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também fui Secretário. As famílias chegavam para a gente e diziam exatamente o que você colocou, Professora Fátima: "Eu quero que tenha um trabalho, que comece a trabalhar". E, depois de algum tempo, quem começa a trabalhar, tendo curso técnico, vai procurar o ensino superior também.

O transporte escolar, a mesma coisa, um desafio no Brasil inteiro, e, com o preço do combustível... São milhões e milhões.

Só para dar uma ideia, aqui, no Paraná, são mais de 200 mil alunos transportados por dia. Duzentos mil alunos! Então, imaginem, as peças, o ônibus, é tudo caro. Tudo está ficando caro.

Mas que bom, Professora Fátima Gavioli!

A gente vai escutar agora o Professor Luiz Miguel, também do ponto de vista do Município. Ele é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Isso é fundamental, integrarmos, articularmos e interagirmos.

Com a palavra, Luiz Miguel, a quem saúdo por nos encontrarmos de novo. Um grande abraço.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Um grande abraço, Senador.

Muito obrigado.

Vocês conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência*.) – Se estiver ruim, Senador, sinalize.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está muito bom.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência*.) – Está ótimo. Então, está bom.

Senador Flávio Arns, é uma satisfação para nós.

Eu quero já partir da fala da colega Fátima Gavioli, do Consed, a quem eu saúdo, e dizer que é muito bom ser ouvido, e o Parlamento tem feito isso, tem ouvido e tem... Mas é ouvido mesmo. Ouvir significa não só escutar, mas significa contemplar, significa trazer, significa a possibilidade de fazer junto. Então, agradeço muito ao Parlamento e agradeço de forma muito especial ao Senado e ao senhor, que esteve conosco em todos esses momentos, nos momentos de pandemia, nos momentos de discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Fundeb e agora, num momento de discussão em que, olhando o que aprendemos com isso, compreendemos o que é necessário e estamos certos de que é preciso fazer um pouquinho além do possível, o possível esperado. Vamos fazer além do possível.

Senador, cumprimento também o Senador Marcelo Castro, que é Presidente da Comissão de Educação, cumprimento que estendo a todos os Senadores presentes e a todas as pessoas que nos acompanham.

Bom, para termos um pouquinho a dimensão da perspectiva de fala da Undime, as redes municipais de educação representam 48%, um montante de quase 23 milhões de estudantes no Brasil, disseminados em toda a extensão territorial, com todos os seus desafios, que a gente não precisa aqui repetir, o Senado vive e convive, e a diversidade dos Senadores também conhece nas suas regiões.

Esses desafios são colocados neste momento de forma muito acentuada. Uma das perguntas, inclusive, feitas em sua leitura ao início, de um dos participantes que acompanham conosco, falava um pouco disso, a respeito das questões afloradas com a pandemia.

Eu tive a chocante, na hora em que eu estava aqui brigando com a internet porque estou numa escola e a internet está muito ruim, eu passei por uma mensagem que dizia que as pessoas estão desmaiando de fome nas filas das unidades básicas de saúde da cidade de São Paulo. Isso já vem acontecendo há três meses, quando começou esse fenômeno que se agrava pelo Brasil todo. Então, é muito importante que a execução no Parlamento e o Governo façam valer neste momento o regime de colaboração. E regime de colaboração é construir junto, é organizarmos, é compreendermos. Neste momento, nós temos este grande desafio.

Durante o processo de pandemia, só para contextualizar e podermos falar um pouquinho das expectativas de futuro, nós tivemos algumas perguntas muito difíceis de serem respondidas. Eu coloco quatro aqui, uma delas é: o que nós vamos conseguir ensinar com o que a gente tem? Afinal, o que vai funcionar, que a gente não sabia de fato. O que o aluno consegue aprender? Qual o papel da escola naquele momento de pandemia? Qual o papel da escola neste momento ainda de pandemia, mas já, com muita esperança e fé, pensando que a gente vai conseguir superar isso nos próximos meses? E também o papel da família nesse processo, porque a escola rompeu seus muros e foi para dentro da casa, não teve outro caminho.

E esse desafio, a experiência, a Undime fez, durante a pandemia, seis ondas de pesquisa. Esta semana nós vamos publicizar a sexta onda. E com esses resultados, ouvindo sempre, com 55%, 60%, houve pesquisa com mais de 75% de respostas, nós fomos construindo os desafios em cada região do País. Então, cada pesquisa tinha o seu recorte nacional e depois se faziam recortes estaduais. E nós permitimos então que em cada Estado, a seccional onde a Undime tivesse acesso àquele relatório fizesse ações de diálogos para saber como ajudar e como tocar essas ações. Então, elas foram muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir delas, nós, dialogando com o Parlamento, pudemos avançar em muitas das coisas já mencionadas pela Fátima, sobretudo no momento inicial, em que a gente precisou alavancar e fazer muita coisa nesse âmbito Undime, Consed, parceiros do terceiro setor, aos poucos, integrando, sempre que possível, o Ministério da Educação.

No que diz respeito à realidade das redes nos programas que nós trabalhamos, nos últimos poucos meses, melhorou o processo de diálogo, melhorou o processo de construção de algumas ferramentas com o Ministério da Educação, mas nós precisamos que isso seja ainda mais profundo em 2022. De que forma? Que seja ouvida, que a gente possa construir conjuntamente.

O grande instrumento que nós temos para fazer agora isso acontecer é a aprovação do Sistema Nacional de Educação, que é urgente. Teria sido muito importante, teria dado uma organização para esse funcionamento, mas precisa ser um Sistema Nacional de Educação que realmente seja olhado como um processo de verdadeira colaboração em que a gente possa ter paridades e conjuntamente discutir as soluções num ambiente que tenha propostas das comissões tripartites e bipartites. E que a gente institucionalize uma política de Estado de educação.

Durante todo o momento da pandemia, nós temos... os Municípios são 5.568. É uma diversidade imensa, não é? Nós temos Estados que trazem singularidades. E todos têm a sua força e têm as suas fragilidades. E cada seccional Undime ficou responsável por organizar e levar soluções.

Nós trabalhamos com alguns princípios e diretrizes. Primeiro, a garantia do direito à vida. É aquilo que a Fátima colocou: não adianta simplesmente, ah, eu faço uma guerra ou uma corrida para ver quem volta primeiro ou quem volta. Nós precisávamos voltar com segurança, com orientação, não é?

Outro pilar é a garantia do direito à educação. Esse direito é sagrado e corre junto com a vida, porque já está mais que provado que a vida sem educação é precarizada e colocada numa condição de sobrevivência, não é? E a educação permite, de fato, viver.

Nós discutimos muito a questão do acolhimento ao receber comunidade escolar, família, aluno, o fortalecimento da relação de vínculo professor-aluno. A relação professor-aluno é muito afetiva, tem um valor ali que está para além das questões objetivas. Essa afetividade, essa energia positiva precisa ser mantida. Então nós trabalhamos isso lá, e isso, a nossa expectativa é que venha para ficar. Essa relação de harmonia, de valorização, construção dos vínculos, da família na escola, da escola na casa, isso é fundamental.

E também há uma outra questão que foi muito importante, que era a garantia dos recursos extraorçamentários para desenvolvermos ações durante a pandemia e principalmente a partir de agora. É incrível, porque há gente que defende a ideia de que no Fundeb está sobrando dinheiro. Não, no Fundeb não está sobrando dinheiro. Nós temos algumas questões de definição, por exemplo, a questão da definição para a questão dos 70% do (*Falha no áudio.*)... de profissionais da educação, a falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definição do que são profissionais de educação. Mas sobretudo, a falta hoje de garantia de um programa de valorização sustentável do professor. Olharmos novamente para os planos de carreira e olharmos para o Plano Nacional de Educação e entendermos que aquilo não pode parar. E nós precisamos urgentemente de ter, de fato, um programa extraorçamentário que possa pensar.

A Undime defende, Senador Flávio Arns e todos que nos acompanham, que nós tenhamos um grande programa de educação complementar que possa acontecer em período contrário, preferencialmente em ambiente escolar, ou ambiente público, mas também utilizando recursos que hoje estão aí, já estão a serviço de muita gente, como a questão tecnológica, diversas novas metodologias de trabalho, com reorganização de metodologias antigas, que tenha diversidade. E que a gente possa, de fato, olhar para o próximo ano nesse eixo que a Fátima já colocou, a importância de avaliação constante. As avaliações, o professor também tem que tirar aquele temor de que ser avaliado quer dizer que, ah, ele está certo ou está errado, leva pito. Não é nada disso. A avaliação é processo de aprendizagem.

A Undime foi fazendo essas pesquisas, no fundo, avaliando o que era necessário, o que eu preciso fazer, o que eu podia fazer, qual foi a efetividade daquilo que nós fizemos. Então, nós fomos percebendo, Senador Flávio Arns, ao longo das pesquisas... Esta semana irei já compartilhar com o senhor, pedindo que compartilhe com toda a Comissão de Educação do Senado a nova pesquisa.

A pesquisa mostra que o nosso grande gargalo para avançar e modernizar muita coisa da nossa educação é, de fato, a tecnologia para todos, porque nós aumentamos mesmo a desigualdade social já existente. Agora ela entra na versão, sei la, 4, 5, 6, 10.0, o pessoal gosta de pôr nomes. Mas, na versão contemporânea, ela passa pela acessibilidade à informação, pela acessibilidade à internet, que abre muitos caminhos. Nós precisamos acelerar o projeto Inovação e Educação Conectada, que prevê instalação da banda larga em todas as escolas. Isso é muito importante, porque potencializa as condições de aprendizagem. Nós precisamos acreditar que do jeito que a gente entrega o *kit* de material escolar para o aluno, nós vamos precisar entregar um *kit* de acessibilidade para esse aluno, faz parte do material escolar daqui para a frente. Mas nós ainda estamos falando de escolas que não têm energia elétrica.

Nós estamos fazendo agora, junto com o FNDE, um esforço grande porque existe um recurso estagnado. Muitas vezes, os programas...Vocês já devem ter ouvido esse discurso de que "temos não sei quantos bilhões" para a instalação de água nas escolas, que está lá parado e não se usa. O processo é tão burocratizado, tão travado, que, às vezes, o gestor, na melhor intenção, prefere não usar o recurso com medo de cometer um erro e ser punido, porque fica instaurada a cultura de que o pequeno paga com punições e de que os grandes são sempre absolvidos. Então, nós estamos trabalhando muito fortemente nesse sentido para que a educação use esses instrumentos.

O Senado já foi muito importante para a gente, vai continuar sendo na definição dessas políticas, no processo de diálogo. Aos Senadores que são governistas, que têm mais espaços... (*Falha no áudio.*) A Comissão de Educação tem feito o seu trabalho de forma esplêndida. O Senador Dário Berger está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhando lá o seu projeto. Então, isso tudo dá consistência para a gente chegar a um sistema nacional de educação muito forte e que se construa junto.

Nesse sentido, também, nós fizemos, durante esse período de pandemia, vários posicionamentos, pesquisas, trabalhos em conjunto, e nós sempre buscamos fazer o processo de diálogo com o Ministério da Educação, para que o Ministério da Educação desenvolva o seu papel, dada a sua capilaridade, a sua força, o seu papel no regime de colaboração.

Fizemos um trabalho muito forte de campanha pela vacinação dos profissionais de educação porque a escola é um centro irradiador e ela promove muitas interações. Agora, nós temos como um grande desafio: garantir que todos esses alunos, em torno de 1 milhão de estudantes que estavam foram da escola e nós subimos para (*Falha no áudio.*)... em torno de 5,1 milhões, de acordo com a Unicef, de alunos que não receberam orientação, material ou não deram resposta às ações. Então, nosso primeiro grande desafio é acolher esses alunos, todos os alunos, e olhar para eles de uma forma especial, fazer a busca ativa, promover essa avaliação de forma continuada, como uma cultura que venha para ficar no processo escolar. Que nós tenhamos condição de construir um grande programa de educação complementar que possa integrar todas as ações já anunciadas pelo MEC, todas as ações intencionadas pelo Município. Que ele tenha condição de incorporar ações, mas que ele seja uma presença do Estado, dizendo às famílias: "Nós estamos aqui". Vai levar tempo. Não acredito que em 2022 a gente resolva isso. Nós vamos precisar de 2022, 2023, 2024.

Lamento muito. Eu acho o desafio da Fátima e dos secretários estaduais absurdo, imenso, porque o aluno que está hoje no 3º ano do ensino médio viveu o primeiro ano lá e sai com muitas lacunas. As universidades vão ter que ter a sensibilidade de fazer esse ajuste com esse aluno.

Se nós tivermos, na educação, nos anos iniciais, Senador – já caminho para a minha conclusão –, se nós fizermos o nosso papel, com os professores se esforçando como já se esforçaram, e continuarmos buscando possibilidades... Por isso, a gente não pode nunca olhar para uma ou duas possibilidades; a gente tem que ter diversidade metodológica, pedagógica. Se os professores fizerem isso, se nós fizemos um processo, como gestores, de investimento, organização; se os secretários de Fazenda não bloquearem os nossos recursos...

É por isso que nós defendemos uma posição contrária à PEC 13, porque, depois da PEC 13 aprovada no Senado, infelizmente, alguns Municípios – existe denúncia da Undime de Sergipe – já estavam retornando, mas sinalizaram e começaram a fazer uma suspensão de aulas, para preservar recursos para usarem no ano que vem ou no outro ano. Então, isso arrepia!

Se nós fizermos, como gestores, esse processo, se continuarmos contando com essa parceria do Parlamento, se nós aprofundarmos e avançarmos ainda mais, como já começamos a avançar com o Ministério da Educação... Mas a gente precisa integrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, Senador, regime de colaboração é fazer juntos. É uma roupa que tem que ter uma certa elasticidade, porque o que a gente vê hoje é uma roupa de lona construída por quem tem mais força. E, para o outro, ou ela fica toda folgada com ele dentro, ou ele não consegue ali entrar. Então, nós precisamos de uma roupa de helanca, uma coisa que tenha uma flexibilidade, mas que seja construída conjuntamente.

Dessa forma, eu não tenho dúvida de que, a longo prazo – e já respondendo a uma das perguntas colocadas lá sobre impacto de longo e curto prazos –, vamos, sim, dentro de dois, três anos... Eu acredito que, daqui a cinco, seis anos, nós poderemos estar mais avançados do que estaríamos se não tivéssemos vivido isso; mas se nós cumprirmos esse papel, se as famílias continuarem olhando com preocupação para seus filhos, se a escola fizer esse trabalho e se a escola, de fato, mantiver os seus portões abertos para a família... Eu sou otimista. Eu acredito que o tempo, o senhor tempo, a consciência e esse povo brasileiro, que é maravilhoso, que consegue fazer questões fantásticas... O povo brasileiro tem tentado; ele tenta, ele busca de um jeito, ele busca de outro. Eu acho que a gente tem condições, sim, Senador, de continuar acreditando na educação e numa sociedade mais justa.

Então, muito obrigado por esse espaço. Muito obrigado por eu poder aqui falar e ser ouvido. Estou aqui aberto às perguntas. Vai ser muito bom discutir com vocês. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço ao Professor Luiz Miguel por esta primeira parte. É muito importante o posicionamento da Undime com todo esse universo gigantesco e essa diversidade tão grande no atendimento que as escolas municipais prestam para a população.

Permita-me até também fazer algumas considerações para você e para a Fátima.

Eu acho que você colocou de maneira muito clara que o Sistema Nacional de Educação, de fato, tem que ser, usando as suas palavras, um regime de colaboração – e tem que ser mesmo –, de negociação, de entendimento e de pactuação, discutindo o Consed, a Undime e o Governo Federal, juntos numa mesa, com a sociedade e pactuarem metas a serem atingidas.

Eu vou fazer, na verdade, cinco observações.

A primeira: você falou da importância do acolhimento, da preservação e da valorização da vida, da construção das relações nas escolas, o que é fundamental, e a Professora Fátima havia falado antes da questão da equipe multidisciplinar, que é um objetivo a ser alcançado, mas que há urgências maiores também nesse sentido. O que a gente observa – e foi trazido nas outras audiências públicas – é uma dificuldade na área da saúde mental, que, muitas vezes, ultrapassa aquilo que o professor pode fazer, porque é depressão, é ansiedade, é medo, é uma série de coisas que acontecem com todo mundo e acontecem com as crianças e com as famílias das crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como vocês veem esse entrosamento no sistema geral? E não é que tenha que ter a equipe multidisciplinar na escola, mas há casos em que essa articulação com a saúde tem que acontecer, porque é o psicólogo, eventualmente é o psiquiatra, são os profissionais que colaborem, porque o professor está disposto, mas até os professores precisam de apoio, muitos deles, professores e professores.

A segunda observação: foi falado que a gente tem uma realidade difícil em muitas escolas, escolas sem banheiro, escolas sem água potável, escolas sem biblioteca e sem quadra de esporte, e percentuais grandes. Então, a gente diz: "Olha, a gente tem que haver cuidados de vigilância sanitária", e as escolas, muitas vezes, não apresentam sequer água potável ou banheiro.

Qual é a possibilidade de nós, no Senado, termos o apoio do Consed e da Undime para identificar bem claramente essas escolas pelo Brasil, para que possamos fazer um trabalho com os Senadores e com os Deputados também para que recursos de emendas individuais, de bancada e de Comissão possam também ser direcionados, junto com o Sistema Nacional de Educação, também neste sentido: "Olha, a escola tal, no Município tal, não tem água", daí a gente chegar para o Senador ou para a Senadora e dizer: "Olha, aqui não tem.... Quanto que resolve? São R$50 mil, R$150 mil, R$200 mil?"? Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta: vocês falaram nessa necessidade e outras pessoas em audiência vêm falando nessa educação complementar, nesse reforço, essa coisa a mais que deve ser dada para os alunos, vamos chamar de contraturno. O ideal seria, como o Professor Luiz Miguel e outros colocaram, na própria escola, a distância. Mas como é que vocês veem a possibilidade de, dentro do projeto político-pedagógico da escola, haver uma articulação com entidades do terceiro setor que oferecem esse contraturno? A gente sabe, no meu Estado, há muitas entidades religiosas ou não que oferecem o contraturno. Aí a pessoa poderia dizer que isso é assistência social, desde que você não trabalhe dentro de um projeto político-pedagógico numa articulação, porque nós não temos condição de fazer esse reforço na escola, por falta de espaço, de professor. Não dá, de uma hora para outra, para fazer isso. Então, você tem que pensar em alternativas.

A quarta observação é a questão da tecnologia: vocês também mencionaram, a Professora Fátima, todo mundo menciona nas audiências públicas, mas a gente vê a banda larga na escola. É essencial. Nós fizemos um levantamento num Município perto de Curitiba, nenhuma escola municipal tem computador para os alunos. Precisa ter banda larga, mas precisa também haver internet na casa do aluno, e a internet na casa do aluno custa também 100, 140 por mês, 90, depende. E o equipamento para o aluno. O aluno não pode ter só o celular, nenhum de nós estudaria o tempo todo, faz até mal para a saúde mental ficar com o celular, tem que se desvincular disso, mas precisa ter o computador, *tablet* ou outro mecanismo. Como é que vocês enxergam isso?

E a quinta colocação, a Professora Fátima levantou, eu já ressaltei inclusive se está havendo algum entendimento com o MEC para a questão da merenda escolar, do transporte escolar, se há alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalização nesse sentido. De fato, eu concordo 100% com o que a Professora Fátima colocou: qual é a urgência? São tantas urgências, mas uma das urgências é comida, a pessoa poder comer e ter uma refeição saudável, boa, e que possa chegar à escola também. Quem faz o transporte dos alunos? São os Municípios, nem é o Estado. Sai o Município com o ônibus, o Estado também tem que passar dinheiro para o Município, para o transporte dos alunos da rede estadual, mas a participação histórica – não é deste Governo o problema federal, para não achar que a gente está acusando este Governo ou não –, mas é um problema histórico a falta de um plano nacional de transporte escolar. Então, eu gostaria de algum comentário nesse sentido, porque isso tudo vem sendo levantado, saúde mental, recursos para essa situação deplorável de milhares de escolas anterior à pandemia, ou esse reforço da educação, essa tecnologia.

Então, passo a palavra para a Profa. Fátima para alguma reflexão sobre esse assunto.

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Prof. Flávio. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Sim, muito bem.

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, vamos lá.

Luiz, a cada dia eu me convenço do quanto eu gosto de você, sabe? Ser gente de escola. Gosto de gente que conversa sobre educação com toda a experiência que o caso requer. Muito difícil clinicar sobre alguma coisa que você não viveu, não estudou, não teve uma rotina. É muito difícil, sabe?

Talvez o nosso problema, Luiz, seja exatamente ter muita gente que quer conversar sobre educação, mas que não passa, de jeito nenhum, por aquilo que um secretário passa. Então, você veja: o Senador Flávio já foi secretário, vive dentro da educação, convive com isso. Aí entra aquela discussão entre a ciência política da educação e a filosofia política da educação. Então, que bom que nós estamos entre aqueles que realmente querem discutir com o conhecimento que o caso requer.

Falando sobre as equipes multidisciplinares, que é uma lei, que agora todo mundo tem que implantar, eu, inclusive, recebi uma chamada para participar de uma *web* com o Ministério Público, Senador, e o Ministério Público já vai notificar os meus Prefeitos para saber onde é que está a equipe multidisciplinar que está aprovada em lei. Como que vai atuar, como é que vai agir...

Então, veja o senhor, a lei foi aprovada, não conversaram com o Consed, com o Undime, e agora nós vamos ter que cumprir uma lei que, pela situação que nós estamos passando, é muito complicada porque, imagine: eu tenho 1.049 escolas, 40 mil servidores e 536 mil meninos. Se eu colocar uma equipe multidisciplinar, eu estou falando de quantas equipes? Para atender o quê? Uma equipe para cada 10 escolas? Como que se paga isso? É tudo tão difícil, é tudo tão inimaginável o que, às vezes, chega para nós; mas, de qualquer forma, precisamos mesmo desse suporte, desse apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer uma pergunta aqui: onde estão as universidades federais com os seus excelentes psicólogos, assistentes sociais? Onde estão os departamentos desses cursos na universidade federal? Não seria o momento de as universidades federais e de as universidades estaduais utilizarem seus departamentos, suas coordenações de turma para pegar esses estudantes, Prof. Flávio, a partir do sexto período, e começar a prestar um atendimento nas redes municipais e estaduais? Essa não seria uma saída, por exemplo? Não seria um sistema, como nós estamos propondo, trabalhar o ensino superior, a educação básica, todo mundo junto?

Eu acho que isso é o que se espera. E eu, sinceramente, vou dizer ao senhor que a única saída que nos resta é ter um termo de referência em que nós consigamos colocar lá a assistência psicológica, a assistência socioemocional, etc., para os nossos servidores da rede e as pessoas vão entrar naquela sala, vão conversar, vão falar o que estão sentindo.

Esse profissional vai ouvir, vai encaminhar e, caso ele perceba uma situação mais grave, ele vai marcar uma presencial, mas eu não vejo outra saída senão um bom termo de referência, muito bem ajustado, com uma equipe de profissionais em psicologia e assistência social, que não irão impactar em folha, porque, se for para impactar em folha, Senador, ninguém vai contratar, porque a folha já está estrangulada.

A maioria de nós trabalha no limite da folha. E aí eu penso muito em 2022 já começar com esse trabalho aqui no Estado de Goiás e, claro, espero, de verdade, que esse sistema híbrido multidisciplinar tenha excelentes resultados e eu possa depois estender para os meus Municípios.

Goiás tem 246 Municípios, e, desses 246, 200 são Municípios vulneráveis. Então, veja, eu tenho 46 Municípios muito ricos e 200 vulneráveis. Eu preciso abrir esse termo de referência prevendo que, no futuro, vou prestar atendimento para os meus colegas Prefeitos de 200 Municípios para eles poderem atender em suas redes. Então a gente tem que falar em rede, tem que falar em sistema, tem que pensar nos Municípios.

Eu tenho um bom relacionamento com a Undime, acho que o Luiz deve ter ouvido falar isso já e todos nós secretários temos que trabalhar nessa linha e nesse encaminhamento, mas eu volto a cobrar que as universidades precisam realmente pensar em nós agora nesse nosso esforço de retomada.

Na questão da água, o senhor está certíssimo. Engraçado que a gente pensa em água, pensa no Nordeste, e eu, quando eu vim de Rondônia, Rondônia é pura água, Senador Flávio, pena que o Senador Confúcio não está aqui, porque eu fui secretária dele lá em Rondônia, então Rondônia é pura água. Eu chego em Goiás e, entre os problemas do dia a dia e sua agonia, eu descubro que Goiás tem problemas com água. "Secretária aqui falta água". Eu disse: "Não pode". "Falta água aqui no Centro-Oeste, secretária", por causa do Cerrado e tal. A questão da água é muito mais ampla, vai desde o plantio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

árvores, recuperação de nascentes, até uma força-tarefa para fazer poços artesianos, para o senhor ter ideia. Não há como não pensar nos poços artesianos.

Se o FNDE, Senador Flávio, abrisse para nós uma licitação lá, se ele criasse um termo de referência sobre poço artesiano nas escolas e ele fizesse um grande movimento, ele resolveria muita coisa para nós agora na questão da água, porque a água...

Bom, eu não preciso falar sobre isso, mas eu vou só tentar contextualizar dois problemas: a água, dentro do cumprimento dos protocolos de biossegurança, necessidade de toda hora estar lavando, estar fazendo isso e aquilo na escola, e a questão da merenda, porque o meu maior reforço de merenda é a horta. Está bom, mas então eu vou colocar a horta e eu vou ter uma conta de água de 5 mil por mês. Então, o poço realmente seria uma ação nacional, eu estou falando de coisas muito "chão" de escola, Senador, eu estou falando do dia a dia mesmo, o senhor já deve ter percebido. Eu não vim aqui para ler nenhum artigo científico, eu vim aqui para falar do que está acontecendo com a gente na real e de verdade. Tá?

A questão do reforço e do nivelamento no contraturno esbarra no transporte escolar também. Quando termina o horário de aula do Prefeito, ele vai pôr as crianças no ônibus e vai embora. Então, se você quiser dar reforço e nivelamento, você vai dar para o menino da zona urbana e, se você fizer isso na zona urbana, você só aumenta a desigualdade, porque esse da zona urbana foi o primeiro que começou a ter atendimento através do portal digital. Então, você só distancia, você só vai distanciando.

Então, o melhor nivelamento que pode existir realmente é o híbrido, em que eu vou ter professores, dentro de um estúdio, levando essas aulas para a casa dos alunos. E esse híbrido também tem que levar em consideração um canal de televisão.

O Brasil já teve um canal de televisão, talvez hoje ele seria muito mais bem utilizado, que é a TV Escola – vocês sabem disso –, mas talvez o que não está tendo é uma divulgação por parte do Governo Federal de que ele continua tendo esse serviço, mas esse serviço lincado com a BNCC e esse serviço lincado com o Consed/Undime.

Por exemplo, primeiro aninho. Que horas que o canal abre o sinal para o primeiro aninho? Das 8h às 9h da manhã; segundo aninho, tal horário... Terça-feira, das 8h às 9h da manhã, abre para o terceiro aninho. Chega quinta-feira, primeira série do ensino médio de manhã; à tarde, segunda série do ensino médio... Ele tem que ser um canal voltado exclusivamente para uma grade, uma matriz curricular, com base na BNCC.

Inclusive eu vou além, eu vou lembrar aqui do Senador Eduardo Campos, que gostava muito de falar em aulas, que não eram aulas prontas, mas eram aulas que serviam de base, elas davam um mapa, uma diretriz para o professor. Aula pronta ninguém quer fazer isso, querem ter autonomia, mas eu diria mais: eu acho que o Brasil deveria fazer um grande edital, em que os professores da rede, seja ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal ou estadual, pudessem fazer seus PPTs de acordo com a BNCC e, lá neste portal, esses PPTs seriam postados.

Só que o Luiz é um professor de Geografia, ele entrou no portal, ele olhou a aula de Geografia, ele olhou o PPT, ele baixa o PPT, imprime a digital dele, porque ele é um professor, por exemplo do Sul do País, então ele bota no PPT a digital dele lá do Sul, com algumas questões voltadas para o Sul. Pronto, ajudei o professor a elaborar uma aula de Geografia, relacionada ao sétimo ano do ensino fundamental. Nós estamos precisando é disso.

Senador, o que a gente precisa... e aí quando eu falo nós precisamos, somos nós professores, nós estamos precisando de um suporte pedagógico; agora, muito forte, muito bem elaborado, muito bem construído. E eu quero dizer que o PPT hoje já é uma realidade em Pernambuco, desde a época do Eduardo Campos; ele é uma realidade no Paraná. O Renato vem fazendo um trabalho brilhante com os PPTs e eu já estou trabalhando com o PPTs em Goiás.

Então, não é dar aula pronta para ninguém; mas, pelo amor de Deus, é você dar um norte para a maioria dos nossos professores, dizendo: "Eu me importo com você e quero te ajudar. Eu quero te ajudar!".

E por último a questão da merenda e do transporte, só reforçar, Senador. Só reforçar, esse assunto é para ontem, sabe? Se nós vamos tirar esse dinheiro, do que, no Governo Federal, eu realmente não sei, mas é muito mais urgente a questão da merenda e do transporte do que todos estão pensando já, sabe? É esse assunto que vai trazer evasão, abandono, descrédito, desmotivação e falta de credibilidade mesmo na nossa educação.

A questão da internet, o senhor tem toda a razão. O Governo Federal tem um programa fantástico hoje, ele começou a investir na divulgação desse programa, agora me fugiu o nome do programa, se alguém puder me ajudar aqui sobre o programa federal de apoio tecnológico nas escolas, e eles não tinham muita divulgação, não é, Luiz, sobre esse programa? Desculpa, Educação Conectada, muito obrigada.

Existe a Educação Conectada há anos, mas eu confesso a vocês que, na pandemia, o MEC deu uma reforçada nessa política pública e a Educação Conectada está em quase todas as escolas, e aí, Senador, os diretores colocam senha na Educação Conectada e a senha é interessante que ela é YZPT/9@*... e depois nem ele sabe mais o que ele pôs de senha, mas o medo é de o aluno acessar.

Eu tenho feito uma campanha muito grande dizendo que a Educação Conectada precisa ser também para o aluno. Ela não pode ser para o professor, para a coordenadora pedagógica, para o diretor. A Educação Conectada precisa ser para o aluno. Ele entrou na escola, ele foi para o laboratório, ele já conectou. Se ele tiver um celular, começar uma aula, o professor autorizar, ele já vai conectar. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Conectada é um baita de um programa, inclusive tem um portal muito bacana. Eles precisam divulgar mais isso, fazer isso chegar até a escola.

O que o Gaep – que também é um suporte tremendo como norteador e até como apoiador, colaborador durante essa pandemia, que ela não é uma instância de controle, é importante falar, o Gaep é uma instância de articulação e busca por solução –, o que o Gaep fez, que eu achei muito bom, é que agora a gente tem que ter um medidor na escola. Não basta dizer que nós temos "x" de velocidade na escola, tem que ter o medidor para a gente pagar, para o Governo Federal pagar de acordo com a velocidade que se tem.

A surpresa foi que, na hora de se colocar o medidor, escolas recebendo bem menos do que, na verdade, as empresas falavam que estavam ofertando.

O Governo do Estado aqui fez uma internet própria, particular, mas os diretores colocaram senha nela também. Eu precisei fazer uma portaria e especificar que aquela internet era para os estudantes.

Não consigo pensar na internet para a casa do menino através da Secretaria de Educação, mas eu acredito que a assistência social e o Governo, o Ministério da Cidadania devem ter já algum projeto voltado para essa ação.

Não sei se era isso, Senador, mas é o que minha sinceridade, honestidade e experiência me permitem compartilhar com vocês nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Fátima, era isso e muito mais ainda o que você abordou. Muito bom, a gente agradece também, transmita a todos e todas do Consed um grande abraço. E vamos conversar mais entre a gente também para que Consed e Undime, conforme foi colocado, sejam sempre escutados antes de as decisões serem tomadas em nível de Congresso Nacional.

Prof. Luiz Miguel, com a palavra.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu parto de novo da Fátima. E, Fátima, eu também compartilho contigo o quanto está sendo bom te conhecer melhor, trocarmos e qualquer hora nós vamos precisar comer um franguinho com pequi em Goiânia, viu? É muito importante.

Acho que essas questões, Senador, a nossa vida se resume a essas experiências e às capacidades e como um potencializa o outro.

Senador, eu vou tentar ser bastante objetivo, porque eu fiz tantas anotações durante os seus comentários e durante a fala da Fátima também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu quero partir dessa questão, quando ela trouxe a situação dos professores, dos desafios deste momento, do processo de formação... Nós temos uma formação inicial, Senador, muito precarizada no Brasil e muito diferente. Nós temos ainda muitos professores leigos e nós temos que agradecer a existência de professores leigos, porque, se não fossem eles, as escolas estariam ainda fechadas em muitas regiões do Brasil.

Nós temos dificuldade já em ter professores – eu moro no interior do Estado de São Paulo –, há muitas áreas em que a gente não tem professor. Por exemplo, na área de Matemática, porque o mercado financeiro vai lá e pega grande parte dos alunos e, sobretudo os alunos de destaque dos cursos de Matemática.

A formação inicial precisa de um olhar. Essa é uma das frustrações que eu tenho, pela incapacidade... Nisso também eu faço minhas as suas palavras: não é desse Governo, nem do anterior, nem de outros, é uma questão histórica de não conseguir garantir um parâmetro de qualidade na formação inicial.

Eu acredito, tenho um sonho de ainda ver a formação de professores ser feita no Brasil como um programa estratégico de transformação do País e que ela seja, sim, garantida pelo Estado. Não é levar todo mundo para as universidades públicas; muito pelo contrário, nós temos que ser gratos às pequenas instituições de formação de professores espalhadas pelo Brasil que garantem que lá exista professor. Muitas delas são engolidas hoje por instituições atacadistas de formação de professores que não formam nada, e aí nós precisamos, Secretária Fátima, fazer a formação inicial do professor na formação continuada, em serviço, e o prejuízo disso é o aluno, que passa a ser, aí sim, cobaia, e passamos a ter o que se tem.

Então, acho que é importante. Acho que o Senado pode lançar um olhar de diálogo com as áreas do Ministério da Educação que trabalham a questão da educação do ensino superior – CNPq, Capes, enfim – para a gente pensar essa questão da formação inicial. O meu sonho é que ele fosse, Senador, um processo de período integral: que, em um período, o aluno estivesse na escola vivenciando já desde o seu primeiro semestre, e que, no outro período, ele estivesse em sala de aula fazendo essa discussão... Já aconteceram alguns projetos dessa natureza pelo Brasil, em vários lugares; não é nada inédito, nem ideia minha, não. Mas como professor, na hora em que o aluno chegava, eu falava: "Ah, você vem de tal curso?". "Ah, eu vim, como você sabe?" Pela qualidade da discussão. E que esse aluno recebesse o referente a um salário mínimo como uma bolsa de formação, porque hoje os nossos alunos, nos cursos de formação de professores, são os que têm a nota mais baixa, a média mais baixa do Enem, ou seja, são alunos que trabalham o dia inteiro e saem correndo para a faculdade. Olha a qualidade de vida e condições de reflexão se o trabalho desse aluno pudesse ser a sua própria formação! E isso também pode, inclusive, impulsionar o processo da oferta de educação em período integral, não só em tempo integral, com esses alunos também integrados nessas ações. Eu tenho certeza – certeza, eu não tenho, mas é a minha utopia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível – de que a gente – todos nós: eu, o senhor, Fátima – haverá de ver o dia em que não exista turno da manhã e turno da tarde, que a gente tenha o aluno indo para a escola e fazendo o que tem que fazer de forma integral.

Com relação à questão da saúde mental...

Só para fechar, a formação continuada, além de ser estratégica, cumprindo esse papel, agora também tem que ser sensível a cada momento de mudança. Então, os nossos coordenadores pedagógicos e os gestores são muito importantes para dialogarem com os professores e trazerem aquelas necessidades, que vão ser muito diversas, de cada grupo. E vai ter que se adequar muito, ela tem que ter essa flexibilidade.

Com relação à questão da saúde mental, eu acho importante a aprovação da lei. Agora, quando a gente tem uma lei aprovada, a gente precisa ter um processo de implementação que tenha um novo olhar para essa questão da realidade de diversidade do País. E nós estamos aí com incertezas muito grandes, como, por exemplo: afinal, quem é o profissional da educação, quando a gente muda de profissional no magistério? Então, é só um exemplo da importância de a gente avançar na definição do sistema, porque o sistema vai ajudar a gente a esclarecer isso também.

E o trabalho tem que ser intersetorial. E, às vezes, a gente fala muito: "Olha, mas o Estado não quer fazer nada". O pessoal lá de Goiás fala: "Não, mas a secretária... Até eu falar com a secretária para fazer um projeto juntos... E se o outro Município não quiser? Eu, aqui em Rio Verde, aqui na pontinha do Estado, não vou conseguir com ela".

Bom, primeiro, há a Undime, que é a instituição que vai congregar. E há essa organização lá.

Agora, o que eu queria dizer com isso, na verdade, Secretária, é que o primeiro trabalho acontece em casa, ele tem que ser intersetorial. É aquilo que o senhor falou: se dentro do próprio Governo... Se eu estou aqui, numa gestão com o meu colega Secretário de Saúde, Secretário de Assistência Social, Secretário da Fazenda, a gente tem que ficar junto, a gente tem que mostrar, levar à escola. Se a gente não conseguir se unir aqui, espere aí! Sabe aquela velha questão da educação pelo exemplo que os nossos pais tanto nos deram e que funcionou? Então, o primeiro passo é: o trabalho tem que ser intersetorial, dentro do seu Governo. Convença o seu Prefeito, convença os seus colegas secretários, porque nós não podemos perder tempo nem dinheiro. Às vezes, um recurso que está lá na assistência social fica sendo subutilizado e poderia atender não só aquele aluno público preferencial do programa, mas também ampliar isso, sobretudo no que diz respeito a espaços. Às vezes, a assistência social tem mais flexibilidade de recurso do que a própria educação para fazer projetos mais ousados.

Senador, o senhor traz essa questão das escolas precarizadas. A gente acolhe (*Falha no áudio.*) ... esse desafio. Nós estamos agora... Nesta semana, nós teremos uma reunião com todos os Presidentes das seccionais. Nós vamos mapear, nesta semana, todos os Estados, o que o FNDE tiver de informação, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer para a gente. E cada Presidente de seccional vai ter o compromisso de, se for preciso, ir lá, *in loco*, àquela cidade, àquela escola que tem recursos bloqueados para entender o que acontece, porque esses recursos que a gente não conseguir desbloquear até dezembro voltam para o Tesouro. É um recurso de 2019. Então, isso nós vamos fazer imediatamente. E aí nós poderemos fazer uma ação conjunta. Eu tenho certeza de que a Fátima, levando isso ao Vitor e aos demais colegas do Consed, também vem.

Inclusive nós faremos uma pesquisa... Na próxima pesquisa, já assumo este compromisso, Senador, de termos lá uma (*Falha no áudio.*) ... de escola, para a gente mapear um pouquinho quais são as precariedades e ter uma noção mais forte disso. Nós podemos, sim, fazer essa ação conjunta. Vamos conversar sobre isso.

Está aqui a Joana, que está nos acompanhando e é da nossa equipe. Ela já vai tomar nota disso para a gente mapear. Vamos acreditar que poderemos, no ano que vem, fazer um trabalho forte e resolver isso.

Essa situação choca também, porque, às vezes, o problema é de gestão, sim. A gente viu na televisão, há poucos dias, escolas que já documentaram duas reformas e não fizeram nenhuma. Então, há problema de gestão. E aí cada um vai...

Se é preciso fazer e não tem... Primeiro, a gente faz. A gente tem que pensar no aluno e colocar em funcionamento. E os problemas, a Justiça... Os processos vão andar, mas a gente não pode ficar travando.

Então, só reforçando (*Falha no áudio.*) ... para cada um liberar, pelo menos, o que consegue agora.

Com relação à questão das parcerias com o terceiro setor e isso vir para os projetos político-pedagógicos, há uma questão importante. Nós tivemos o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, que eu acho que é o processo mais exemplar em termos de trabalho em regime de colaboração na história da educação brasileira, há uma participação efetiva. Problemas há aqui ou acolá, mas foi espetacular a organização final. E esse era o ano de essa onda de transformação chegar à escola, era 2020, e aí nós fomos pegos pela pandemia, de forma que é uma questão muito atual a que o senhor traz. Dois mil e vinte e dois é o ano de as escolas começarem. E a gente espera que essa nova cepa e outras que vierem aí não (*Falha no áudio.*) ... projeto político-pedagógico da escola. E vou dizer, Senador: se nós não tivéssemos a BNCC, nós estaríamos perdidos. Cada um estaria atirando para um lado nesse processo de volta e nós teríamos, de fato, um caos educacional no País. Então, olha a importância dos documentos nacionais. Nós não podemos esquecer o Plano Nacional de Educação. Agora, é preciso ter muito cuidado, Senador, e ter critérios muito claros e consolidados, porque, infelizmente, há muitas instituições que não têm o compromisso que a gente gostaria e que, se deixarmos, fazem usos escusos do acesso que têm aos alunos. Então, acho que aí... Este é o nosso grande desafio: como a gente garantir a qualidade desse serviço prestado e a lisura da intencionalidade do programa. Acho que é aí que se amarra a questão. Mas o senhor traz uma questão que nos coloca aqui a pensar, sim, e isso tem que ser regulamentado, porque se não estiver regulamentado, então, pode tudo. É pior ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à questão da conectividade, veja bem, nós tínhamos toda aquela luta pela Lei 14.172, que disponibiliza a questão dos 3,5 bilhões, e essa lei está tão... São tantos recursos, o Governo tentando de toda forma, era um valor muito maior que a gente buscava inicialmente até. E hoje ainda há um imbróglio em cima disso. O desenho final dela não consegue priorizar e gera recursos tão desprezíveis que não atendem as necessidades. A gente precisa priorizar. Então, já há uma proposta do Consed. A Undime apoiou, olhou. Já é uma proposta também nosso de priorizar alguns segmentos específicos, por exemplo, o 5º ano, o 9º ano, o 3º ano do ensino médio, nesse processo. No formato final com que ela ficou, ela vai para Estados. O Estado não tem obrigação de repartir com os Municípios. Aí nós fizemos a proposta de que seja por aluno, de que seja proporcional.

As nossas pesquisas estão mostrando, Senador, essas pesquisas que eu falei que a Undime vem fazendo ao longo da pandemia, que, mesmo não tendo aumento de conectividade, o aumento de uso de ferramentas tecnológicas é muito significativo e constante. Só para terem uma noção, Senadores, nós graduamos de 1 a 5 o grau de dificuldade de acesso à internet. O 5 é nenhum acesso, o 4 é acesso muito difícil, com muita instabilidade, dificuldade de uso. Quando nós vamos por aluno, nós temos 50% dos alunos brasileiros que têm essa realidade. E quando nós pensamos em professores, nós temos 25%, um quarto dos nossos professores que não têm condição de usar esse instrumento e muito menos de trabalhar com seus alunos nisso. Se nós colocarmos o item 3, a gradação 3, também de dificuldade, nisso, nós saltamos para mais de 80% de alunos e 50% de professores. E, ainda assim, com toda essa dificuldade, houve um aumento grande. Eu tenho dito isso ao MEC. É claro que aí há um instrumento em que vale a pena investir, porque o retorno é certo. Sem investimento, a gente já está tendo retorno e ampliação do uso. Professores que tinham vergonha de falar em público numa reunião pedagógica, hoje conseguiram vencer tudo isso e mandar mensagens, gravar vídeos com alunos durante esse período. Infelizmente, não são todos os alunos que puderem receber esses vídeos, esses áudios.

Nós estamos fortalecendo agora bastante o trabalho de Undime, do Consed junto ao Piec. Ficou muito parado, durante bastante tempo isso ficou parado. Do ano passado para cá, começou a movimentar, esse ano movimentou bastante essa questão dos investimentos. Nós estamos agora num trabalho forte para fazer essa questão da garantia da instalação dos medidores para os pátios. Aquilo que a Professora Fátima trouxe é sério. Uma venda numa velocidade, o pagamento numa velocidade, e a gente recebe 10% dela. Então, isso é roubo.

Com relação aos últimos pontos da questão da merenda, é cômico, é tragicômico o que a gente recebe, menos de R$0,40. E, por outro lado, eu vou dizer, Senador, que em grande parte do País a merenda é maravilhosa, é ótima, à custa de uma complementação muito grande dos Estados, dos Municípios. Mas nós temos aqueles Municípios mais precarizados que não conseguem fazer isso. Então, aqui a gente precisa começar a olhar para quem mais precisa, se não é possível vir para todo mundo, mas nós temos que olhar. Não dá para a gente ter ainda caldo de uma coisa, alimentos que o sabor você distingue um do outro pela cor. Ah, é o suco azul, vermelho, amarelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às questões de transporte, a Fátima trouxe outra coisa que também me cortou o coração aqui, e é uma questão com a qual estamos preocupados. Nós estamos nos organizando no Município, para o próximo ano, para atender todos os alunos no contraturno de alguma forma, e um grande desafio que a gente tem é o aluno da zona rural. Então, eu estou reorganizando frotas para conseguir recebê-los, para reorganizar essa distribuição, mas isso é muito complicador. E também a gente precisa dessa discussão. Há Municípios que... Eu acho que o programa... Eu esqueci o nome dele agora, mas aquele programa de ônibus que começou cinco, seis anos atrás. É o programa Caminho da Escola. Esse programa Caminho da Escola fez com que chegasse a cada um dos Municípios brasileiros ônibus, lancha... É muito importante, porque um Município como o meu, que tem menos de 10 mil habitantes, não tem força política. Temos que ter o FNDE pautado com critérios técnicos no PAR, no Plano de Ações Articuladas, para, de acordo com as demandas, fazer as entregas. Hoje é um processo que depende de um contato parlamentar, depende de uma indicação. Parou; nós estamos matando uma ferramenta muito democratizadora do acesso ao crescimento da educação. Então, isso precisa voltar a ser dessa forma.

E, para fechar, já até me prolonguei bastante, Senador, mas é importante que eu coloque os grandes desafios que nós apontamos para esse ano de 2022.

Nós temos a questão do cumprimento da Lei 14.172, nessa definição da distribuição dela – nós temos a discussão e aprovação do Sistema Nacional de Educação, que para nós é a maior pauta, e nós queremos estar muito juntos com vocês e que nos acionem no que for necessário.

Cumprimento das metas e estratégias dos planos decenais: nós não podemos olhar plano nacional, estadual ou municipal de educação com o olhar de "ah, vamos readequar essa meta" sem ter esgotado todas as possibilidades de realização da meta (*Falha no áudio.*) ... um compromisso social. Eu falei aos Prefeitos que foram candidatos aqui, eu mandei o Plano Municipal de Educação para eles.

Discussão sobre o retorno às aulas presenciais, um retorno seguro, é um processo, como a Fátima falou. O processo não acabou, a gente continua ainda tendo que olhar para isso.

Processo da implementação do Fundeb, com todos esses detalhes que ainda estão aí travados e não são poucos.

Com relação a esse Saeb 2021, Undime e Consed já se manifestaram junto ao Ministério. Tivemos uma aparente boa acolhida, e hoje há um grupo de trabalho discutindo lá... Que esse Saeb não seja para construir um Ideb que vai comparar o incomparável. Não há como comparar esse momento. Que ele seja para olharmos as questões de aprendizagem e, a partir delas, então, discutirmos os processos de reconstrução da educação.

A questão das avaliações diagnósticas (*Falha no áudio.*) ... como uma cultura permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Implementação dos currículos construídos, os currículos estaduais e municipais: agora é hora de os currículos serem implementados, e entrando nesse ponto que o senhor coloca do PPP, a gente tem que discutir essas parcerias no âmbito das escolas, porque são elas que operacionalizam, que têm capacidade de buscar parcerias locais também.

A questão da valorização de carreira dos profissionais de educação, tendo a questão da formação contemplada, tendo a questão salarial... Hoje, o nosso piso são dois salários mínimos praticamente, pouco mais que dois salários mínimos.

Então, esses são os desafios que nos esperam. Tenha certeza, Senador, de que nós, Consed, o Senado, o Parlamento, o Ministério da Educação, esperamos que todos estejamos juntos para encontrar soluções com um olhar naquilo que justifica tudo isso, que é o aluno. Então, se a gente estiver atribuindo uma aula pensando nos professores que estão lista de atribuição, a gente nunca sai do lugar. A gente tem que atribuir aula, gerar programa, fazer o que for pensando no aluno que está na ponta, senão, não justifica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Olha, é muito bom também, Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime, Fátima Gavioli, representando o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed)... Quero agradecer muito a vocês por terem participado, por sempre estarem juntos com o Congresso Nacional, como eu já ressaltei, em todos os debates, discussões, posicionamentos. E nada pode ser feito sem Undime e sem Consed na educação básica, que são as escolas municipais e os colégios estaduais. Então, é um diálogo essencial, permanente. E a partir das falas de hoje, a gente vê que pode convergir para uma pauta básica em relação àquilo que deve concretamente acontecer, fruto desse regime de colaboração entre os entes, a Federação, os Estados e os Municípios, mas também a sociedade, os conselhos e tanta gente que participa desse processo que, afinal, é o poder público, é a sociedade, é a família, é o aluno, são os professores, todos.

Mas quero agradecer ao Luiz Miguel, à Fátima também, e dizer que foi muito bom, estamos muito felizes e deixamos as portas abertas. Animem os regionais, Luiz Miguel, assim como a Fátima, para encaminharem, dentro desse debate, as contribuições também as pesquisas. E há um espaço muito importante, muito bom, aberto para esse entrosamento maior entre o Congresso Nacional e todos esses esforços que vêm sendo despendidos pelo Brasil.

Um abraço, Fátima!

Bom trabalho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar para o Confúcio Moura que ele devia ter estado aqui hoje para ver... Mas ele está de licença.

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (*Por videoconferência.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então, oficialmente é uma equipe só de cinco Senadores. Mas o Confúcio é muito parceiro, muito amigo nosso e um grande líder na educação.

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (*Por videoconferência.*) – É verdade, é verdade.

Obrigada, Senador.

Obrigada a todos vocês desse comitê e obrigada, Luiz.

Eu peço permissão ao senhor porque vou entrar em uma outra audiência...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Isso!

A SRA. FÁTIMA GAVIOLI (*Por videoconferência.*) – E foi um grande prazer estar aqui mesmo com vocês.

Beijo, Luiz.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Tchau, Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem,

Agradecendo de novo, declaro, portanto, encerrada a presente audiência pública.

Grande abraço a todos, ao Thiago e a toda equipe da Comissão de Educação, também aos meios de comunicação do Senado e a todos e todas que nos acompanharam.

Grande abraço.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e hum minuto do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 7ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Camila Pereira, Diretora de Educação da Fundação Lemann; Jair Aguiar Souto, Vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); e Maria Cristina Manella, Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. (representante de: Ministério Público Federal (MPF)). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a sétima audiência pública desta Subcomissão com a finalidade de: 1) avaliar os impactos da pandemia na educação básica; 2) discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica; e 3) debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Eu quero esclarecer – e faço isso sempre no início de cada audiência pública – que esta é uma audiência pública de uma Subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Subcomissão da Educação na Pandemia. Esta Subcomissão é composta por cinco Senadores e Senadoras: eu próprio; a Senadora Zenaide Maia, que é a vice-presidente desta Subcomissão; o Senador Confúcio Moura, que está de licença e sendo substituído pela Senadora Maria Eliza; e o Senador Wellington Fagundes. Esta Subcomissão, em princípio, tinha o prazo de funcionamento até o final deste ano, mas um requerimento já vai ser apreciado na quinta-feira para que o prazo seja prorrogado no decorrer do ano que vem, para que possamos acompanhar também o desdobramento de todos os debates ocorridos na Subcomissão. Então, não é só para discutir, mas para acompanhar a concretização de tantas sugestões boas, adequadas, de análises, de reflexões que foram feitas nestas sete audiências públicas. Temos nos reunido todas as segundas-feiras, às 10h, sempre com duas ou três pessoas, para que haja possibilidade de uma fala um pouco mais tranquila dos expositores. De qualquer forma, neste ano já teremos o relatório, inclusive, que é uma convergência também bem interessante de pontos de vista, a ser apresentado para a Comissão de Educação, que é presidida pelo Senador Marcelo Castro, do Piauí, e vice-presidida pela Senadora Leila, do Distrito Federal.

Muito bem. Eu quero sempre dizer que cada expositor... A gente agradece prontamente a gentileza do expositor e das expositoras, Maria e Camila Pereira, de estarem presentes. A gente sempre fica à disposição, porque as soluções na área da educação – em todas as áreas, mas particularmente na área da educação – têm que vir de uma soma de esforços do poder público e de toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concederemos 20 minutos para cada convidado e teremos os seguintes convidados no dia de hoje: a Sra. Maria Cristina Manella, Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; a Sra. Camila Pereira, Diretora de Educação da Fundação Lemann; e também o Sr. Jair Aguiar Souto, Vice-Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Agradecemos – reforçamos o agradecimento.

Então, nesse sentido, passo, em primeiro lugar, a palavra à Sra. Camila Pereira, Diretora de Educação da Fundação Lemann; em seguida, à Sra. Maria Cristina Manella, a quem já dou as boas-vindas também, porque está presente; e também ao Jair Aguiar Souto, da Confederação Nacional, cuja entidade vem participando de todos os debates relacionados à educação, assim como o Ministério Público e a Fundação Lemann.

Então, com a palavra Camila Pereira.

A SRA. CAMILA PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

Bom dia a todos e todas que acompanham esta reunião; bom dia aos meus colegas de fala, Maria Cristina e Jair Aguiar.

Eu quero agradecer muito o convite desta Subcomissão que está acompanhando o impacto da educação na pandemia. É muito importante mesmo, Senador, o Legislativo acompanhar. A gente tem desafios muito grandes que estão colocados. A gente vai precisar do apoio e da mobilização de todos que podem contribuir para a gente superar esse grande desafio que a gente tem pela frente. Então, fico muito feliz que o Senado Federal esteja se mobilizando e dedicando tanto tempo e tanto cuidado para essa questão. Obrigada pelo convite para estar aqui hoje e contribuir com essa discussão.

Eu trouxe uma apresentação, que eu gostaria de compartilhar. Imagino que seja só clicar aqui – se os organizadores também puderem me ajudar, habilitando essa função para mim...

Eu trouxe um diagnóstico do que está acontecendo na educação pública neste momento, muito em função do que vocês solicitaram. Vou falar um pouco do que aconteceu, de onde a gente está e do que precisa ser feito, Senador. Esse diagnóstico e essas propostas que eu trago também especificamente para o Legislativo, para que tenha um foco ainda maior no que pode ser uma contribuição grande do Legislativo, vêm de muitas pesquisas, de muitos estudos que a Fundação Lemann realizou ao longo desse período da pandemia e que podem contribuir para esse debate, para qualificar esse debate, e vêm também da nossa atuação na ponta. A Fundação Lemann tem hoje uma parceria com mais de 50 redes de educação, em cidades e Estados no Brasil inteiro, em todas as regiões do Brasil, em que a gente apoia as Secretarias de Educação para a melhoria da aprendizagem. Então a gente tem visto também muita coisa do que está acontecendo nas escolas e nas salas de aula. Então, há essa conjunção de dados, evidências e experiências que a gente tem acompanhado com o nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Eu vi aqui que já se viabilizou o compartilhamento da tela. Eu vou apresentar.

Vocês estão vendo? (*Pausa.*)

Sim, maravilha! Então, vamos lá!

Esse eslaide resume, Senador, basicamente o que é a minha fala aqui hoje. Aí, depois, eu vou trazer os dados e as evidências que ajudam a reforçar isto aqui e a embasar por que estou trazendo isso.

O que aconteceu? A gente teve um fechamento prolongado das escolas no Brasil – a gente vai olhar para esses dados por um tempo muito maior do que outros países do mundo –; a gente teve, durante o período de escolas fechadas, um acesso desigual às atividades remotas, então as desigualdades, que se perpetuam no nosso País há muitos anos, apareceram com muita força no momento da pandemia, e a gente viu que alunos tiveram experiências muito diferentes na experiência remota, sendo que muitos não conseguiram acompanhar as atividades escolares; e o período de escolas fechadas também colocou as nossas crianças e os nossos adolescentes em risco. Eu vou trazer dados que mostram as questões de segurança alimentar, as questões de saúde mental das nossas crianças e adolescentes, que trazem um panorama muito difícil.

Hoje a gente está em um processo de reabertura, felizmente, bem avançado, mas ainda não concluído. Então, a gente ainda tem redes no Brasil que não reabriram as escolas mesmo neste momento da pandemia em que todo o resto do País está funcionando, está reaberto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Camila, eu só vou fazer uma pequena observação: a Secretaria me comunicou que os eslaides não estão no formato de apresentação.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Não estão? Na minha tela, estão aparecendo na tela completa. Como vocês estão vendo? Estão vendo o...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Pelo menos... Você passou só o primeiro eslaide?

A SRA. CAMILA PEREIRA – Só o primeiro eslaide, onde mostro o que aconteceu, onde estamos e o que precisa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Certo!

A SRA. CAMILA PEREIRA – Vocês estão vendo esse eslaide?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Aqui nós estamos vendo o título "Os impactos da pandemia na educação".

A SRA. CAMILA PEREIRA – Ah, então, ele não passou.

Agora foi ou não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Não, ainda não.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Sinto muito. Eu vou parar de compartilhar e voltar a compartilhar. Vamos ver se agora ele vai; espero que sim. (*Pausa.*)

E agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Só o primeiro, o título "Os impactos da pandemia na educação".

A SRA. MARIA CRISTINA MANELLA – Camila, desculpa interromper. Eu acho que não está em tela cheia.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Não, ele está no meu, Maria Cristina. Obrigada. No meu, ele aparece em tela cheia, mas eu não consigo compartilhá-lo.

Vamos tentar neste aqui.

A SRA. MARIA CRISTINA MANELLA – Ainda que não for em tela cheia, se o eslaide mudar, for para o dois, não tem problema também.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Pois é, mas ele não está mudando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agora mudou.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Agora foi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agora mudou. Parabéns.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Será que assim...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agora está tranquilo. Desculpe ter interrompido você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAMILA PEREIRA – Não, imagina. Eu agradeço. É porque realmente ele não estava... Acho que assim dá para ler um pouco, ainda que não seja em tela cheia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) **–** Está muito bom.

O SR. THIAGO NASCIMENTO CASTRO SILVA – Licença, Camila.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Pois não.

O SR. THIAGO NASCIMENTO CASTRO SILVA – Tenta apertar o F5, só para a gente ver, por favor.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Acho que não foi, não é?

O SR. THIAGO NASCIMENTO CASTRO SILVA – Não foi, mas tudo bem. Obrigado.

A SRA. CAMILA PEREIRA – Desculpem.

Bom, vocês vão ficar vendo um pouquinho do PowerPoint, mas acho que dá para a gente ler.

Eu estava falando um pouco aqui dessa reabertura lenta e desigual que a gente ainda está enfrentando. Então, eu passei pelo "O que aconteceu?".

Eu estou no "Onde estamos?". Está havendo uma reabertura ainda lenta e desigual e um aumento do número de alunos sem aprendizagem adequada. A gente rodou algumas avaliações iniciais, e o impacto na aprendizagem é muito grande, a gente já consegue mensurar.

E o que precisa acontecer, olhando para o futuro? A gente tem um plano muito claro desenhado do que é prioridade: o enfrentamento da evasão escolar; as ações de acolhimento aos alunos e também aos professores; superação das lacunas de aprendizagem – é preciso olhar muito para isso –; inclusão digital, especialmente focada na discussão de conectividade; e aqui eu quis trazer também este quinto item, que é uma priorização total das escolas, caso a gente venha ter cenários de novas crises. É muito importante a gente conversar sobre isso, porque outros países do mundo priorizaram suas escolas, sempre foram as últimas instituições a fechar e as primeiras a reabrir. A gente não fez isso no Brasil, e me preocupa que, diante de qualquer novo cenário que a gente possa enfrentar – a pandemia ainda não está 100% controlada –, a gente não incorra nesse erro novamente e consiga priorizar as nossas escolas.

Então, Senador, eu vou passar aqui pelos principais dados que falam de por que para mim esse eslaide é muito claro e tem muitas evidências que o embasam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao fechamento das escolas, o que aconteceu? Quando a gente olha aqui, a gente vê que, em 2020, as escolas brasileiras ficaram fechadas 178 dias letivos, e, nos países da OCDE, a média foi de 58 dias letivos. Por isso eu falo de um fechamento prolongado, que não priorizou as escolas.

Quando a gente olha a maioria dos países que vão bem no Pisa, a gente vê que há uma correlação grande com quantos dias eles deixaram suas escolas fechadas. Então, a gente vê que países que priorizam a educação e que conseguem bons resultados educacionais também foram países que mantiveram as suas escolas abertas por mais tempo, mesmo enfrentando um cenário de pandemia muito desafiador.

Aqui a gente fala um pouco, Senador, desse acesso desigual às atividades remotas.

Este gráfico traz os Municípios por percentual de escolas municipais que tiveram aulas ao vivo – ou seja, síncronas, como a gente está fazendo essa interação aqui –, mediadas pela internet e com a possibilidade de interação direta entre alunos e professores. Vocês vão ver que, em 2.449 Municípios, essa longa barra aí do canto, nenhuma escola conseguiu fazer isso e mais de 50% das escolas conseguiram fazer isso em apenas 1.340 Municípios, 24% do total. O que isso quer dizer, Senador? A experiência que muitos de nós acompanhamos de escola remota na escola privada dos nossos filhos, dos nossos sobrinhos, de muita gente foi uma experiência difícil para os alunos, que trouxe também impactos na aprendizagem, mas que, na maioria das vezes, foi o aluno acompanhando aulas diretamente com o seu próprio professor ao vivo. Foi isso que muitos de nós vimos. E, na escola pública, quando a gente fala de acesso à atividade remota, a gente está falando de coisas muito diferentes, de alunos que muitas vezes passaram esse ano inteiro sem conseguir ter uma aula direta com seu professor, que fizeram apenas atividades remotas de fato que foram passadas. Então, entender que a experiência de atividade remota foi muito desigual é importante para a gente entender que a pandemia impactou especialmente os alunos mais pobres, mais vulneráveis, que já tinham e já enfrentavam maiores dificuldades no nosso sistema educacional.

A reabertura... Desculpa, aqui a gente ainda está falando do acesso às atividades. A bolinha azul mostra o acesso em maio de 2020; e a bolinha verde, em maio de 2021. Então, a gente vê também as desigualdades regionais no nosso País. No Norte, 52% dos alunos estavam tendo atividades remotas em maio de 2020, enquanto no Sul 94% dos alunos já estavam tendo esse acesso. O Norte e o Nordeste demoraram mais para começar a disponibilizar atividades para os alunos na pandemia. E hoje já há muito mais. A gente vê uma evolução, que a gente conseguiu avançar, mas essa demora de muitos Estados para conseguir começar a oferecer alguma coisa foi um desafio muito grande.

Aqui eu trouxe umas imagens, a gente fez um trabalho muito grande. Eu vi que Fátima e Luiz Miguel participaram da última Comissão, da última conversa aqui no Consed, na Undime. A gente fez uma parceria grande com Estados, Municípios. Uma das ações que foi possível foi o Vamos Aprender, que foi na televisão: disponibilizar atividades remotas para os alunos em todos os cantos neste País pela TV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu trouxe os dados do risco a que adolescentes e crianças ficaram sujeitos nesse período de escolas fechadas. A gente fez muitas pesquisas. A gente rodou, Senador, sete ondas de uma pesquisa Datafolha com vários parceiros – Itaú Social, Imaginable Futures –, desde maio do ano passado até setembro desse ano de 2021, e essa pesquisa do Datafolha foi informando muito a gente sobre o que estava acontecendo. Os pais responderam sobre as crianças. É uma amostra representativa de todo o Brasil. As crianças ganharam peso, ficaram mais agitadas, ficaram mais tristes. Os pais dizem que elas têm medo e, principalmente, um dado que me choca muito nessa pesquisa: 34% dos pais falam que os filhos perderam o interesse pela escola.

Aqui um outro dado muito cruel e muito triste do que aconteceu nessa pandemia é a insegurança alimentar, não é? Trinta e quatro por cento das famílias afirmaram que a quantidade de comida foi menos que suficiente. E a gente viu o papel super-relevante que a escola tem na questão da merenda.

E aqui, Senador, um ponto em que eu sei que vocês estão muito atentos, os senhores estão prestando muita atenção, que é a questão da evasão. A gente vê aqui, com um estudo feito pelo Todos pela Educação, que o número de crianças entre seis e quatorze anos fora da escola aumentou 171% em relação ao mesmo período de 2019; então, 244 mil crianças. É uma coisa para a gente olhar e realmente tentar contornar e priorizar nas ações que a gente vai ter que fazer nesse retorno às aulas agora.

Eu vou tentar passar um pouquinho mais rápido aqui para a gente conseguir avançar no tempo.

Onde estamos? Falando aqui da reabertura lenta e desigual... Então, a gente tem feito esse acompanhamento, Senador, da reabertura. Todos os Estados e capitais já retornaram as aulas em algum formato presencial, mas a gente ainda tem Estados e capitais inteiras que estão no formato híbrido, não estão com aulas 100% presenciais. E a gente está num momento muito favorável da crise da pandemia, Senador. Eu entendo que nos nossos trabalhos, nas nossas atividades a gente já retomou muita coisa presencial, com um percentual de vacinação muito alto, que, inclusive, entre os profissionais da educação é maior. Então, eu acho que isso continua mostrando que não estamos ainda, no contexto da pandemia, priorizando as escolas na reabertura, não é? Repito: deveriam ser as últimas instituições a fechar e as primeiras a reabrir.

Aqui as desigualdades dessa reabertura. Eu acho muito impressionante comparar sempre Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. E a gente olha também, Senador, que o nível socioeconômico e a cor dos estudantes falam muito alto para dizer que estudantes já voltaram e que estudantes não voltaram. E isso é muito grave em termos de desigualdade para a gente olhar e acompanhar.

E aí, falando um pouco da principal questão que a gente tem aqui, não é? O que foi esse impacto na aprendizagem? A gente fez, Senador, com dez Estados com que a gente tem parceria para alfabetizar os alunos na idade certa, um programa grande que a gente realiza, uma avaliação de fluência leitora com 250 mil alunos. E 7% dos alunos avaliados, ao final do segundo ano do ensino fundamental, foram classificados como leitores fluentes; 73% são classificados como pré-leitores. Eles não conseguem ler ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles leem no máximo nove palavras no intervalo de um minuto, que é bem pouco, Senador. Então, é uma leitura que em dois anos não conseguiu acontecer, é uma aprendizagem que em dois anos não foi concluída. E, quando a gente compara esse dado... A gente tem dados de quatro desses Estados, a gente tem dados de 2019, e o percentual de alunos pré-leitores era 52%; pulou para 73% nesses quatro Estados, não é? Então, a gente consegue isolar um pouco o impacto da pandemia nesse desafio que a gente vai ter pela frente.

Aqui eu trouxe os dados de São Paulo, que também fez avaliações que mostram um impacto muito grande na aprendizagem, mas eu quero mesmo falar do que precisa acontecer. Aqui, Senador, eu acho que tem um olhar muito grande para três coisas.

As três primeiras ações dessa lista: o enfrentamento da evasão escolar, o acolhimento e a superação das lacunas de aprendizagem se dão muito no âmbito da secretaria – a Secretaria de Educação tem um poder muito forte de fazer ações nesse sentido – e das próprias escolas. A gente vem desenvolvendo, em parceria com o Instituto Natura, um mapeamento de soluções no Brasil que possam ajudar secretários de educação, diretores de escola a lançar ações efetivas de combate à evasão, acolhimento dos alunos e superação das lacunas de aprendizagem.

No caso da evasão, elas passam por busca ativa e mobilização comunitária. Precisamos falar com nossas famílias, com os alunos para que eles retornem. Temos programas de assistência estudantil, com bolsas para os alunos – a gente tem visto isso acontecer no Brasil –, para incentivar a presença e o retorno para a escola e muitas coisas no âmbito das secretarias que é possível fazer. As secretarias estão tendo um desafio, Senador, muito grande para, inclusive, saber que alunos estão fora da escola e acessar esse aluno. Então, muita coisa aqui dá para fazer.

No campo do acolhimento, a gente precisa olhar para um apoio mesmo, psicológico, para professores e alunos que estão retornando para essa escola muito abalados. A gente tem desafios: a questão do luto, a questão da fome, questões muito profundas que a gente não pode deixar só na mão dos professores. É injusto até com os professores que eles tenham que lidar sozinhos com todo esse desafio. E a gente tem que olhar para essa promoção das habilidades socioemocionais no desenvolvimento integral dos alunos, que sempre foi importante, e, agora, na volta da pandemia, mais ainda.

Quando a gente fala de recuperar essas aprendizagens, imagine, Senador, um aluno que começou a pandemia no 3º ano do ensino fundamental e vai para o 6º ano do fundamental 2 – é o antigo primário e ginásio, a gente lembra –; ele vai mudar de fase sem ter passado dois anos na escola. Então, ele estava uma criança na escola, no 3º ano, e, de repente, vai chegar à escola no 6º ano, quando já é uma escola de adolescente. Então, há muitos desafios aí para a gente conseguir recuperar e recompor essas aprendizagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero contar para vocês que a gente, nesse mapeamento, tem olhado para experiências nacionais e internacionais. Eu não vou passar por esse quadro, mas ele conta experiências que estão sendo feitas para combate à evasão, recuperação das aprendizagens e acolhimento socioemocional, que Estados e Municípios no Brasil estão fazendo, e também experiências lá fora que a gente tem olhado. Podemos apoiar gestores municipais e estaduais com esse mapeamento de soluções.

E, aí, Senador, eu quero falar, para fechar, mais um minutinho, que a gente precisa olhar para a questão da inclusão digital e da conectividade. Essa foi uma pesquisa feita pela Undime em julho deste ano, que pergunta qual grau de dificuldade a secretaria está enfrentando em cada uma dessas áreas, todos os Municípios do Brasil. Os senhores veem que acesso dos estudantes à internet é o mais citado pelos secretários municipais de educação como um desafio, à frente de planejamento pedagógico, relação entre escolas e famílias e várias outras questões que aparecem. Hoje a gente tem 25% das escolas públicas no Brasil ainda sem acesso à internet.

E mais do que isso: as que têm acesso, Senador, têm uma velocidade muito baixa, que não permite um bom uso pedagógico das tecnologias na sala de aula, só 4% das escolas no Brasil têm hoje uma velocidade considerada adequada pelos padrões internacionais. Então, como a gente vai fazer ensino híbrido? Como a gente vai pensar num acesso – porque é um direito, uma infraestrutura básica hoje, a gente viu isso na pandemia – se a gente não consegue garantir internet nas escolas públicas? O acesso fica muito desigual e amplia, aprofunda a desigualdade.

Queria também trazer um pouco a oportunidade que a gente tem nesse momento com isso porque os professores se dizem, nesse momento, mais abertos do que nunca ao uso da tecnologia nas escolas. A pesquisa do Datafolha que a gente fez mostrou isso: 73% dizem que querem utilizar mais agora a tecnologia do que utilizavam antes. Então, a gente precisa também olhar para essa questão da conectividade nesse sentido.

E, por último, a gente tem feito muitos estudos, Senador, com outros países acompanhando como está sendo. Esse é o terceiro levantamento internacional que o Vozes da Educação, um parceiro nosso, que a Fundação Lemann e Instituto Natura contrataram essa pesquisa para olhar como tem sido feito e, mesmo com a variante delta lá fora, a gente ainda não olhou para a nova variante, mas tendo atingido mais frequentemente as crianças, especialmente porque as crianças são o grupo não vacinado, então, tem aumentado a taxa de contaminação entre as crianças, mas as hospitalizações e os óbitos não são relevantes do ponto de vista de saúde pública e política pública para justificar fechamento de escolas. Então, as escolas seguiram abertas mesmo quando a variante chegou.

Eu acho que isso é muito importante, a gente acompanhar e saber como está acontecendo para não corrermos o risco no Brasil de, caso a gente venha a ter e, assim, estou aqui pessoalmente na torcida e na expectativa de que o Brasil tenha mesmo conseguido controlar melhor essa doença e a gente não precise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais viver momentos de isolamento, mas, caso a gente viva, que a gente consiga, de verdade, colocar as escolas como prioridade e que elas sejam as últimas a fechar e as primeiras a reabrir.

Eu acho que o Legislativo, Senador, tem um papel muito importante aqui de acompanhar isso e de acompanhar a questão da conectividade, porque a gente tem hoje três políticas públicas muito fortes: a Piec no MEC; o Fust, que foi aprovado pelos senhores e que tem agora um recurso destinado à internet nas escolas; e, recentemente, o leilão 5G que viabilizou recursos para a conexão das escolas públicas. Então, quando o Senado Federal acompanhar a execução apropriada, adequada desses recursos, será uma contribuição enorme que os senhores podem dar para a garantia da internet nas escolas públicas.

Queria fechar com isso e fico aqui à disposição para a gente compartilhar mais nas perguntas.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Camila Pereira, representando a Fundação Lemann.

Quero dizer que a sua apresentação foi extremamente importante, didática, com encaminhamentos muito corretos também e quero até fazer um apelo para que a apresentação fique disponível não só para os Senadores, mas para todas as pessoas que nos acompanham, porque todas as falas depois têm que ser bastante refletidas também. É preciso discutir, pensar, achar soluções, e você aponta muito claramente para cenários importantíssimos, principalmente, como você falou, para o pós-pandemia.

Obrigado, viu, Camila?

Eu quero, antes de passar a palavra para a Dra. Maria Cristina, só ler algumas perguntas que já chegaram das pessoas que acompanham esta audiência pública.

Augusto Posser, do Rio Grande do Sul: "Existe algum estudo já que relacione os impactos em separado para escolas públicas e privadas?".

A Camila já abordou bastante isso também, não é?

Valldileny Silva, da Paraíba: "Como garantir acesso à educação em período pandêmico considerando a desigualdade social existente? Como mudar o cenário de evasão escolar pós-pandemia?".

Já houve uma abordagem interessante também, mas é para os nossos demais expositores também saberem das perguntas.

Frantchesco Rodrigues, de Goiás: "De que modo podemos aproveitar o avanço da tecnologia educacional para implementar na educação básica um reforço de superação do déficit?".

Patricia de Sousa, do Distrito Federal: "Como articular tempo e qualidade para agilizar processos de ensino e recuperar defasagens de aprendizagem?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Karine Ramos, do Rio Grande do Sul: "Há planos para inserir algum tipo de conteúdo que ajude [...] na questão psicológica das crianças no pós-pandemia?".

Ressalto o quadro que a Camila Pereira trouxe, do medo, da doença, da obesidade, tudo isso na área psicológica. Realmente, vai até haver uma audiência pública, requerida pela Senadora Leila, especificamente sobre isto: como prestar atendimento e apoio psicológico para alunos, professores e famílias? Acho que a população toda precisa, mas nós estamos aqui... Pelo menos no contexto escolar, todos estamos precisando.

Muito bem. Eu passo em seguida a palavra para a Dra. Maria Cristina Manella, que é Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a quem agradeço novamente pela presença.

Dra. Maria Cristina com a palavra.

A SRA. MARIA CRISTINA MANELLA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Muito obrigada pelo convite.

Bom dia a todos!

É realmente um prazer para mim estar participando de mais um evento organizado pela Comissão de Educação do Senado Federal, que tem diligentemente acompanhado o impacto da pandemia na educação básica.

Quero parabenizar a Camila pelo trabalho importante e tão bem elaborado. Nós do Ministério Público somos parceiros da Fundação Lemann, da qual eu sou uma profunda admiradora; ajudaram-nos muito no ainda executado projeto do Ministério Público pela Educação.

Esses dados, Camila, que você trouxe, eu até tirei fotos de todos os eslaides para poder, com a sua permissão, repassar para os meus colegas, porque são dados importantes e que vão nos ajudar bastante a orientar o nosso trabalho daqui pra frente.

Todos sabemos que a educação brasileira sofreu muito com essa crise sanitária, que ainda não terminou. O aumento da evasão escolar, enfraquecimento do vínculo entre escola e aluno, perda de conteúdo acadêmico, privação de socialização na escola, que tem um papel importante na formação individual de cada aluno mesmo, sendo parte essencial no preparo da criança para as interações sociais futuras, principalmente na educação infantil. Enfim, foram várias perdas, que precisarão ser olhadas, cuidadas e, na medida do possível, reparadas nessa retomada.

Os órgãos públicos vêm tentando contribuir para a melhoria desse cenário desastroso deixado pela pandemia, criando formas de auxiliar os entes subnacionais a restabelecer o ensino e a recuperar a rotina escolar. O MEC está apostando na qualificação e acesso da informação, mais do que qualquer coisa, e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa de Educação Conectada. Nós sentimos muito não ter constado no edital lá do 5G a obrigação de as empresas vencedoras fornecerem gratuitamente o sinal para as escolas públicas. Embora tenhamos, enfim, promovido ações no sentido de que isso fosse feito, infelizmente não foi acatado, mas nos foi garantido que as escolas seriam prontamente beneficiadas com essa nova tecnologia.

O TCU criou vários mecanismos de acompanhamento, tentando aproximar o TCU dos gestores locais, o que eu considero bastante importante, e também implementou o Sinapse, que me parece ser um excelente instrumento de rastreamento e supervisão da aplicação de recursos federais em educação. A Câmara e o Senado, através das suas respectivas Comissões de Educação, a exemplo do presente evento, vêm também acompanhando de perto a repercussão da pandemia na educação, cobrando dos governos as ações necessárias para evitar o colapso educacional e chamando a sociedade para dialogar e participar das decisões e das demandas necessárias a promover a melhoria da qualidade da nossa educação.

O Ministério Público brasileiro, principalmente o Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados, vem trabalhando conjunta e intensamente com o mesmo objetivo: evitar os retrocessos e fomentar o avanço.

Nós temos acompanhado *pari passu* e nos posicionado publicamente contra todas as tentativas de enfraquecer as políticas educacionais. Nós não paramos um minuto. Passamos a trabalhar em grande parte remotamente, é verdade, mas nós não paramos. Nós nos adaptamos à nova realidade e produzimos muita coisa. Infelizmente tivemos uma parte do nosso trabalho prejudicado com as restrições impostas pela pandemia, como as visitas às escolas, costumeiramente feitas através do projeto do Ministério Público pela Educação, a fiscalização *in loco* das obras do Proinfância, outro grande projeto executado em parceria entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados, e outras tarefas dessa natureza, mas, de resto, nós trabalhamos muito, tentando cumprir nossas funções institucionais na defesa do direito à educação.

Foram inúmeras as ações implementadas pelo Ministério Público durante o período pandêmico: várias notas técnicas, notas públicas e enunciados, com o objetivo tanto de expor publicamente o nosso entendimento como de orientar procuradores e promotores do Brasil inteiro na condução dos inúmeros problemas advindos em decorrência da pandemia, desde como lidar com a questão da alimentação escolar, passando pelas violações introduzidas pela nova Política Nacional de Educação Especial, até a necessidade de reconhecer pública e formalmente que a educação, independentemente de previsão de especialidade em lei local, mantém seu caráter de direito humano fundamental conferido pela nossa Constituição. A Camila falou bem sobre isso.

Está igualmente em foco, no Ministério Público, o desafio da busca ativa escolar, a avaliação diagnóstica e a recuperação de aprendizagem, que nós consideramos pressupostos indispensáveis à garantia dos princípios constitucionais da universalidade de acesso, da permanência e da garantia do padrão de qualidade da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incontáveis reuniões foram realizadas por gestores educacionais, participação de ajustamento de conduta, termos de cooperação técnica e fiscalização intensa nas formas adotadas pelas redes de ensino, para as aulas remotas. Embora sempre como última opção, muitas ações judiciais também foram necessárias, a fim de cobrar do gestor público o retorno seguro às aulas presenciais.

No Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado realizou um trabalho excepcional e exitoso nessa condução. No Ministério Público Federal, apesar de todo o empenho e o diálogo promovido com as instituições de ensino federais, desde o meio do ano, principalmente, quando a situação sanitária começou a melhorar e a vacina foi avançando, nós fomos obrigados, no final, a ingressar com uma ação judicial para que as aulas presenciais retornassem, diante da incompreensível resistência dessas instituições, que, sem qualquer justificativa plausível, pretendiam retornar só em abril do ano que vem. Apesar de toda a indicação, do sinal verde das autoridades sanitárias, de a rede de educação pública, de educação básica ter retornado, as instituições federais de ensino não queriam – e não querem, na verdade – retornar às aulas presenciais. O pedido foi concedido pelo tribunal, reformando a sentença de primeira instância, determinando o retorno dessas instituições até o dia 30 de novembro – 30 do mês de novembro passado. Ainda estamos tendo problemas com o efetivo retorno, mas, pelo menos, a decisão judicial existe e, de uma forma ou de outra, vai ter que ser cumprida.

Independentemente da pandemia, o Ministério Público tem dado muita atenção ao tema do financiamento da educação, que ainda é pouco compreendido e insuficientemente explorado pelas nossas instituições, mas acontece que não existe execução de política pública sem devido e suficiente financiamento. De nada adianta construir uma excelente, linda, maravilhosa política pública, embora um bom planejamento seja essencial, se não houve a devida e adequada previsão orçamentária para executar aquele programa. Em outras palavras, em termos de orçamento público, se o dinheiro necessário para a execução de um determinado programa social não estiver lá, precisamente previsto na proposta orçamentária do ano anterior, não adianta depois chorar o leite derramado e exigir que esse dinheiro venha para esse ou aquele programa.

A partir dessa simples compreensão, nós começamos a entender que o principal papel do Ministério Público como fiscal da lei nesse âmbito de execução de políticas públicas passa inicialmente por garantir que os programas sociais sejam devidamente previstos, primeiro no documento chamado Plano Plurianual (PPA), que é o principal instrumento de planejamento público para estabelecimento de prioridades metas dos governos, e depois na LOA (Lei Orçamentária Anual). Só depois disso tudo é que teremos instrumentos consistentes para poder exigir do poder público o devido cumprimento daquilo que foi planejado.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o qual o MPF vem trabalhando há muitos anos numa parceria de muita efetividade, de muito respeito e de muita produção, tem feito um brilhante trabalho nessa área, intensificando a fiscalização dos recursos da educação através do que está previsto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos orçamentos dos Estados e Municípios, onde se consegue inclusive identificar eventuais desvios e a não aplicação do que estava programado na lei orçamentária.

Vale registrar ainda que o trabalho dele está indo muito além disso, exigindo judicialmente que os recursos da educação sejam administrados pelo Secretário de Educação, que é a autoridade no assunto, e não pelo Secretário de Fazenda, como tem sido até então. Parece brincadeira, mas é verdade. Se não me engano, já foram ajuizadas mais de 30 ações nesse sentido aqui no Estado do Rio de Janeiro, inclusive no Município do Rio de Janeiro, com bastante êxito.

Aos olhos de muitos, isso pode parecer uma bobagem, um preciosismo jurídico, mas a verdade é que, se esses recursos forem administrados e consequentemente manobrados por autoridade diversa daquela que tem o poder para planejar, executar as políticas educacionais, essas políticas poderão ser imensamente prejudicadas pela decisão equivocada ou pela omissão desse administrador, que raramente terá a educação como prioridade na sua administração orçamentária. Por exemplo, se o Estado do Rio de Janeiro resolve não pagar por serviços prestados em escolas, esse serviço pode ser suspenso ou até provocar uma rescisão contratual, impactando sempre, ao final, a qualidade do serviço educacional.

A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro teve problemas muito sérios dessa natureza: teve problema com climatização das escolas, tanto no fornecimento quanto na manutenção dos aparelhos de ar-condicionado – e vocês sabem que ar-condicionado do Rio de Janeiro é artigo de primeira necessidade para qualquer ser humano conseguir raciocinar –; teve problemas com o serviço de portaria das escolas, que é terceirizado, chegando a deixá-las desguarnecidas de segurança; e teve também problemas com fornecimento de uniformes escolares. Tudo pelo simples e ao mesmo tempo complexo fato de se ter retirado das mãos do Secretário de Educação o poder de mandar pagar pelo serviço contratado.

No âmbito da União, não é muito diferente. A política da Conta Única do Tesouro é a mesma. É claro que a amplitude dos valores ajuda a complicar ainda mais o que já é bastante complexo, mas na essência o *modus operandi* se repete. Quem manda no dinheiro da educação é o Ministério da Economia e não o Ministro da Educação, como deveria ser. Nós já temos um procedimento instaurado que está investigando esse problema, coletando dados e informações, para que possamos tomar providências concretas e semelhantes a essas que o MPRJ vem tomando. Não é fácil. Parece brincadeira, mas obter esses dados e essas informações com a precisão necessária para se ajuizar uma ação nesse sentido é complicado, enfim.

Voltando à pandemia, nós sabemos que nós teremos imensos desafios para enfrentar daqui para frente. A Camila bem colocou alguns deles. Talvez desafios ainda maiores do que já foram combatidos, muitos conhecidos, outros que ainda nos surpreenderão. Conseguiríamos ter sucesso na resolução de alguns e nem tanto de outros, mas, se continuamos dispostos a batalhar pela melhoria da nossa educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós teremos que ser mesmo perseverantes, incansáveis e obstinados, tentando aí renovar diariamente nossas forças, para poder seguir em frente.

Eu acordo todos os dias e repito para mim mesma como um mantra a famosa frase de Martinho Lutero, que é: "Here I stand; I can't do otherwise, so help me God!".

Eu agradeço muito a escuta, a oportunidade, o aprendizado e encerro aqui dizendo que os senhores têm no Ministério Público brasileiro – e eu falo isso com muita propriedade, representando o Ministério Público Federal e o Ministério Público de todos os Estados brasileiros – forte parceiro nessa luta dignificante e gratificante pelo aprimoramento da educação brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós que agradecemos, Dra. Maria Cristina Manella, que é do Ministério Público Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da 1ª Câmara.

É tudo essencial que foi falado, e eu lembro sempre uma frase utilizada muito pelo Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que foi Procurador também do Ministério Público, Procurador-Geral do Ministério Público estadual do Paraná, que sempre coloca: lugar de criança, de adolescente e de educação é no orçamento, quer dizer, nós temos que olhar o orçamento para ver se a criança e o adolescente de fato são prioridade absoluta na área da educação; olhar, ver, o que é exatamente nessa linha também, essencial.

Muito obrigado.

Só lembro ao Rio de Janeiro que foi aprovada uma PEC no Senado – foi para a Câmara –, contra o voto nosso e também do Presidente da Comissão de Educação, mas foi aprovada, para que Estados e Municípios que não tivessem aplicado os 25%, o mínimo em educação, possam compensar isto no ano que vem e no outro, mas havia um Estado só... Em termos de Municípios, não; mas, em termos de Estados, havia um Estado que já não tinha aplicado os 25% antes da pandemia, que foi o Rio de Janeiro também, não é? E, durante a pandemia, esse problema continua, pelo levantamento da Consultoria do Senado. Mas agradecemos.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Jair Aguiar Souto, que é Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, agradecendo novamente pela presença. A Confederação Nacional está sempre presente no Senado, debatendo, discutindo em todas as áreas e também na educação, com um papel muito importante na aprovação do Fundeb. E o nosso amigo Jair Aguiar Souto também é Prefeito de Manaquiri, no Estado do Amazonas, Estado que foi também, como os demais, mas particularmente Manaus e o Amazonas, bastante afetado particularmente num determinado momento do contexto da pandemia.

Então, com a palavra, Jair, Prefeito e Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIR AGUIAR SOUTO (Para expor.) – Ter o Senador Flávio Arns presidindo esse ato, essa reunião tão importante para a educação brasileira, dados os problemas enfrentados por conta da pandemia... Quero agradecer muito a oportunidade, sobretudo das diversas regiões do País. Estou falando assim porque, de fato, nós temos muito contato, nós temos feito muitas reuniões com as Regiões Nordeste, Norte e outras regiões do País, e realmente há um enfrentamento por conta dessa questão da pandemia.

Eu vou fazer aqui uma fala o mais rápida possível, mas, enfim, o prejuízo educacional causado pela pandemia é profundo. E não adianta nos iludirmos: levará muito tempo para a recuperação, pelo menos parcial, dessas perdas. Os prejuízos educacionais gerados pela pandemia ampliaram a desigualdade de oportunidade entre ricos e pobres. Apesar das dificuldades, com maior capacidade e flexibilidade de investimento, o ensino privado tem se readequado mais rapidamente – é o que a gente observa. Portanto, para uma breve readequação do ensino público, sobretudo o municipal, precisamos de maior cooperação técnico-financeira dos outros entes federativos. Aliás, não podemos tratar os desiguais de forma igual. Os Municípios, diferentes entre si, devem ter essas diferenças consideradas na elaboração de políticas públicas, pelo menos de forma regionalizada.

Outro ponto relevante é o diálogo federativo em que cada ente contribua dentro de suas atribuições para a educação. Já o Congresso Nacional tem grande oportunidade de estabelecer as diretrizes educacionais do País, evitando ações pontuais como as regulamentações.

A título de exemplo, a regulamentação do Fundeb trouxe, além dos debates que nós tivemos, enorme insegurança jurídica aos gestores locais, gerando dúvida até mesmo nos Tribunais de Contas dos Estados, causando grandes transtornos ainda não superados.

Neste momento, precisamos fortalecer as políticas públicas de formação dos docentes e demais profissionais da educação – didática, tecnológica e de conteúdos – diante das mudanças ocorridas nesse conjunto de grandes pandemias, por exemplo, desta pandemia. Concomitante à formação de todos os profissionais da educação, devemos investir na universalização da internet de qualidade, de equipamentos de *software*. Isso é muito citado na pesquisa e é uma realidade absoluta no Brasil.

Então, nós precisamos avançar de forma célere, senão teremos mais dificuldade ainda. Não podemos voltar a um modelo educacional do passado. Ele pouco nos serviu naquela época, não nos serve no presente e fomentará cada vez mais desigualdade no futuro. E também não podemos submeter a educação aos interesses de classistas, baseando as políticas públicas em questões pontuais, por exemplo, os pisos salariais. Eu estou trazendo isso aqui agora porque é muito comum você ver – olhem o que eu vou falar, por favor, entendam-me! –, hoje, Governador, Prefeito, cada um anunciando pagamentos extras para os professores, para os profissionais da educação, o que é normal, mas trazem apenas – somente – esse pagamento, não trazem à maioria a qualidade da educação, o resultado da educação. E cada um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anuncia como se fosse a última fatia do bolo – algo que me deixa extremamente triste –, ao contrário, realmente, de uma educação de qualidade.

Também a estratégia da pandemia demanda grandeza do ponto de vista educacional. É preciso a construção de um grande pacto nacional, efetivando, de forma célere, a educação de que precisamos hoje para construir o amanhã.

Há pouco, o Senador fez uma referência à PEC 13, de 2021, porque ainda falta que, na Câmara dos Deputados, se evite punição aos gestores que não aplicarem os 25% constitucionais na área de educação, já aprovada no Senado. Portanto, ainda tramita no âmbito da Câmara Federal essa proposta. É importante que tenhamos rapidez, porque, de fato, o conjunto da educação nos trouxe alguns problemas, entre eles a aplicação total dos 25%.

Projetos de lei: também o PL 2.751, de 2020, que é o projeto de lei que atualiza uma lei do Fundeb, que está no Senado, a proposta da CNM, que é importante a gente frisar; o PL 3.339, de 2021, uma proposta também da CNM; e o PL 3.418, de 2021, para retirar a vedação de movimentações dos recursos do Fundeb em outras contas bancárias, alterar também o conceito de profissionais da educação para a inclusão no cômpito dos 70% e prorrogação das regras de transição até 2023.

Por que eu falo isso? Eu estou falando dessas questões bancárias porque na maioria dos Municípios não há Banco do Brasil e não há Caixa Econômica, causando grandes transtornos realmente na movimentação bancária.

E também a votação do PL 3.776, de 2008, para garantir reajuste do piso nacional de magistério do INPC em janeiro e sem referência à Lei 11.494, de 2008, do antigo Fundeb, já revogada.

Portanto, o que eu quero colocar, e aí me parece que esse é o grande desafio, é que o foco, na realidade, da educação precisa estar no resultado da educação no Brasil e, isso, em alguns momentos, a gente percebe que, de fato, há movimentos de interesses muitas vezes até individuais, de classes ou de segmentos, causando grandes transtornos na educação do Brasil.

Eu me preocupo muito e, quando estou falando aqui, não estou falando... Porque o gestor tem uma visão muito ampla, a educação está lincada totalmente com a saúde, que está totalmente lincada com a segurança alimentar, que está totalmente lincada com os vulneráveis que, em grande parte, está lincada na assistência social pós-pandemia. Então, as áreas se interligam querendo ou não.

Portanto, nós precisamos ter um olhar mais amplo para a questão da educação e o resultado da educação no Brasil.

A confederação tem exatamente essa condição, porque ela consegue estar mais próxima dos Prefeitos fazendo essa interlocução com os Prefeitos do Brasil inteiro e pequenos Municípios, no Norte ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, os Municípios que, em grande parte, têm menos capacidade de poder implementar políticas, sem dúvida nenhuma.

São essas observações que eu queria trazer.

Nós temos, sem dúvida nenhuma, uma participação muito presente no Congresso Nacional através do Senado. Quero agradecer ao Senador Flávio pela oportunidade.

No novo Fundeb, houve uma discussão muito ampla, mas não o suficiente para que nós pudéssemos dirimir toda e qualquer dúvida que ainda paire nos ordenadores e também, inclusive, nos tribunais.

Portanto, essa é a minha contribuição e quero agradecer a todos.

Muito obrigado por me ouvir, ouvir a confederação e ouvir os Prefeitos, sobretudo daqui de nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos, caro Prefeito Jair Aguiar Souto, a participação dos Prefeitos, da Confederação Nacional de Municípios – o senhor, inclusive, é Prefeito de Município do Estado do Amazonas. Toda esta questão que foi levantada tem que ser sempre estudada, refletida, levada em conta; é a diversidade do Brasil representada aí pela Confederação Nacional de Municípios. Inclusive, os aspectos que foram mencionados em relação à legislação que está em tramitação no Senado Federal já foram até objeto de audiência pública não só no Congresso, mas, inclusive, no Conselho Nacional de Educação, que promoveu esse debate.

Temos, na verdade, que ir esclarecendo, melhorando, aprimorando em todos os aspectos, inclusive na valorização dos profissionais da educação. A gente sempre pensa: temos que ter quadros bons, efetivos, qualificados, plano de carreira e salários atraentes para que tudo funcione bem. Nesse sentido, eu até lembro a própria LDB, de 1996, Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). De 1996 até hoje já houve muitas alterações, porque é preciso ir sendo esclarecida, melhorada, refletida, o que faz parte também do processo de qualquer legislação.

As perguntas já foram feitas, mas quero fazer algumas observações em função de vários aspectos que foram levantados e, daí, eu passo novamente a palavra à Camila, que ainda está presente – sei que ela tem um compromisso –, para a própria Maria Cristina e também para o Prefeito Jair.

Nós já fizemos também audiência com a Undime, cujos pontos de vista já foram trazidos, inclusive, pela Camila no quadro que foi apresentado. E uma das coisas que muitos levantam, como já foi falado, é a questão da saúde mental. Então, como vocês veem esse entrosamento... Não é que o psicólogo deva ser um profissional da educação, mas há essa articulação a que o Prefeito se referiu, a articulação com a saúde, para que a saúde mental, o medo, a obesidade, todas aquelas dificuldades levantadas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Camila e também pela Maria Cristina... Como é que isso pode ser feito? Que tipo de ênfase pode ser dada para alunos, professores, profissionais e famílias?

Houve uma observação que eu gostaria de levantar com vocês porque me pareceu pertinente, da Fiocruz, numa das audiências – gostaria de saber também o que vocês acham –, sobre a criação de um programa de vigilância sanitária escolar em função de pandemias. A Fiocruz inclusive disse: "Olha, essa pandemia não terminou, virão variantes provavelmente, e nada nos assegura que não teremos novas pandemias". Muitas vezes, nas escolas, você tem o Programa Brigadas Escolares, que ensina como fazer evacuação de prédio em caso de incêndio, a fila, extintor, toda a questão de segurança. Não seria o caso de ceder até um programa permanente de vigilância sanitária escolar?

Como é que vocês pensam nessa questão da acolhida dos alunos? Quer dizer, como é que as experiências vêm acontecendo pelo Brasil também na área da questão da saúde mental? E uma coisa que vem sendo muito levantada – até o Prefeito Jair levantou isto também – é essa necessidade da articulação entre os entes federados, Governo Federal, estadual, municipal e a sociedade. Sobre qualquer coisa que a gente fale tem que haver essa articulação. Isso significaria a aprovação de um sistema nacional de educação, uma instância própria nacional, estadual e municipal para a negociação, a articulação e a pactuação de objetivos.

Eu quero destacar que, no Senado Federal, o Dário Berger é o Relator desta proposta de lei que já foi aprovada na Comissão de Educação – é uma lei complementar, que precisa ser aprovada no Senado. Como é que vocês veem isto?

Então, eu passaria a palavra à Camila – não sei se ela pode fazer essas observações – e à Barbara também, que é da Fundação Lemann e está acompanhando tudo isso. Como é que vocês veem essa articulação, principalmente da saúde, da educação, do psicólogo, do médico? Como fazer essa acolhida, como fazer essa articulação de tanta coisa que foi dita? Fiquem à vontade caso vocês desejem fazer alguma outra observação em função do que foi dito pelos expositores de uma maneira geral.

Camila – ou Camila ou Barbara, as duas estão acompanhando muito de perto.

A SRA. CAMILA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu estava aguardando aqui para não sair sem me despedir, sem ouvi-lo, mas eu realmente vou precisar me ausentar. Eu peço desculpas. A Bárbara está aqui e, tendo estado com muitas redes de ensino, ela consegue comentar com muita propriedade essas questões que o senhor traz, que são fundamentais, de saúde mental e também na vigilância sanitária.

Para sair, eu quero só falar sobre essa questão da articulação entre diferentes esferas – e eu fico feliz que aqui a gente tenha o Congresso, o Ministério Público, os Prefeitos. O senhor está falando da articulação entre educação, saúde, assistência social. Isso sempre foi importante para a educação e não era muito bem-feito já no passado. Agora, nesse momento de pandemia e desse enfrentamento que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai precisar fazer ainda maior, essa articulação de todos é ainda mais relevante. Nós do terceiro setor também estamos completamente empenhados e à disposição nesse trabalho, mas eu vou deixar para a Barbara o comentário mais específico sobre as perguntas do senhor e me despeço, agradecendo pelo importante trabalho que os senhores vêm realizando.

A SRA. BARBARA PANSERI – Bom dia, Senador Flávio. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) **–** Barbara, me desculpe, só um minuto.

A SRA. BARBARA PANSERI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) **–** Só quero, da nossa parte, agradecer muito à Camila Pereira; dizer da importância da apresentação da Fundação Lemann, que agora está sendo complementada por você, que estava acompanhando também, desde o início; e dizer que o material vai ficar à disposição dos que nos acompanham, para que todos nós possamos refletir. Todas as apresentações e mesmo as falas são transcritas pela assessoria, pelo Senado Federal, para deixar à disposição de todos.

Muito obrigado, Camila. Foi muito interessante.

Por favor, Barbara. Desculpe-me de novo.

A SRA. BARBARA PANSERI (Para expor.) **–** Imagina, Senador.

É um prazer estar aqui com vocês. Estava aqui acompanhando a fala da Maria Cristina, a fala do Prefeito Jair Aguiar. Acho que foram falas bastante complementares.

Vou tentar aqui, nesta primeira fala, responder as duas questões que você trouxe, Senador, sobre saúde mental nas escolas e sobre o desafio da vigilância sanitária nesse contexto de pandemia em que a gente ainda está.

Comentando brevemente, então, sobre saúde mental nas escolas, eu acho que você e a Camila trouxeram muito bem a importância de políticas intersecretariais, interórgãos. Quando a gente pensa no conceito do que é saúde, antes de falar especificamente de saúde mental, a gente tem uma definição de que eu gosto sempre de falar: para a OMS, a saúde é um estado completo de bem-estar, que passa pelo físico, pelo mental e pelo social, e não apenas pela ausência de doença. Então, a própria definição, por si, já traz a necessidade de a gente pensar a saúde como um todo e a complementariedade dessa política pública.

Quando a gente pensa especialmente no desafio de saúde mental, aqui, na Fundação Lemann, a gente tem visitado diversas redes de ensino, escolas, e, de fato, esse tema é um tema do momento, um tema que vem sendo um desafio para as redes de ensino. A gente ouve relatos diversos sobre ideação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suicida, automutilação, *bullying*, todos aqueles dados que a Camila apresentou aqui sobre o aumento de ansiedade entre crianças e adolescentes, ganho de peso, interferências no sono; são indícios que a gente consegue capturar por uma pesquisa, mas, quando a gente vai a campo, o qualitativo nos chama muito mais a atenção. A gente tem, sim, de fato, estudantes em um momento de muita fragilização.

Então, quando a gente pensa em saúde mental nas escolas, é importante dizer que isso difere do conceito do que são as competências socioemocionais da BNCC. A gente já sabe que existe um esforço nas escolas, a partir das secretarias de desenvolvimento de competências socioemocionais, mas aqui quero diferenciar para a gente não confundir as coisas e falar especialmente da saúde mental nas escolas. Qual é o papel de um psicólogo, de um assistente social? Qual é o papel da secretaria no desenvolvimento de estratégias?

Quando a gente fala do papel do psicólogo na escola, a gente, inclusive, tem uma legislação federal, que nos permitiu, a partir do final de 2019 – a Lei Federal nº 13.935 –, a contratação de psicólogos e assistentes sociais, e a gente tem, ao redor do Brasil, várias redes já adotando a contratação de psicólogos e assistentes sociais. O psicólogo que atua na escola não é o psicólogo clínico, não é o psicólogo do SUS, da Rede de Atenção Psicossocial. Então, ele não vai fazer um atendimento clínico daquele aluno, e, sim, ele tem o papel de trabalhar com aquele diretor de escola, com aqueles professores e, muitas vezes, com o aluno, de forma coletiva e menos individualizada, temas que são transversais. Então, como a gente trabalha a prevenção do suicídio? Como a gente pode trabalhar o combate ao racismo, ao *bullying*? Como a gente pode tratar o tema da gordofobia? São temas relevantes, quando a gente pega ali o fundamental II, onde a gente tem crianças e adolescentes vivendo uma transição hormonal. Como a gente pode tratar esses temas, que são coletivos, com toda a comunidade escolar? O papel do psicólogo na escola não é o papel clínico; ele é, sim, um papel de prevenção e de promoção de saúde – de saúde mental, especificamente.

A gente tem redes que já vêm fazendo isso. O Ceará é um caso bem bacana. A rede do Ceará já contratou, antes mesmo da legislação de 2019, psicólogos e assistentes sociais para atuar.

Eu acho que vale citar um desafio que é de ordem nacional. A saúde tem uma territorialização específica. Vou dar o exemplo do Estado de São Paulo, que é dividido em 32 distritos de saúde. Se a gente pegar a educação, a regionalização é diferente. Então, há uma dificuldade de você relacionar a educação com o SUS porque eles trabalham muitas vezes delineando territórios que são distintos. Esse é um desafio, e a gente vai precisar encontrar soluções para esse diálogo.

Queria destacar aqui na minha fala, ainda sobre saúde mental, a importância desse acolhimento. Ainda que tenhamos passado por um ano de 2021 em que a gente progressivamente lutou – nós aqui, a fala da Maria Cristina trouxe muito a importância da reabertura das escolas –, esse desafio não foi superado, e esses estudantes muitas vezes não passaram por um processo de acolhimento adequado. Já estando em dezembro de 2021, muito próximos ao encerramento deste ano letivo, é muito importante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2022 possamos trabalhar, unindo todos os esforços possíveis, para disseminar estratégias de acolhimento desses estudantes e dos professores ao longo do início de 2022. Essas crianças e adolescentes chegarão novamente fragilizados, seja por quadros sociais complexos, de insegurança alimentar – acho que isso foi trazido aqui –, seja por a gente ainda estar vivendo um período de readequação, de entendimento do que são as consequências dessa pandemia, com crianças que passaram por situações de luto, de violências diversas, então a gente precisa ressocializar, a gente precisa acolher essas crianças da melhor forma possível no início desse ano letivo de 2022.

Só para fechar e não me estender tanto – quero ouvir os colegas aqui, Jair e Maria Cristina –, sobre vigilância sanitária escolar, já está dentro da atribuição dos Municípios um trabalho de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária. Acompanhando muitas redes de ensino, a gente vê que esse trabalho já chega às escolas, especialmente durante a pandemia. A gente vem aqui na fundação, junto com Fiocruz, inclusive dialogando bastante com os pesquisadores da Fiocruz, acompanhando todos os protocolos de biossegurança em escolas. E a gente sabe que muitas das redes já têm uma equipe deslocada da vigilância sanitária, da vigilância epidemiológica, para acompanhar o tema de reabertura das escolas.

Vou citar especialmente um caso que eu visitei na semana que passou. Em Guaratuba, um Município no Paraná, eles deslocaram uma equipe de enfermeiras que já atuavam com essa vigilância para visitar escolas periodicamente. Eu acho que práticas como essa devem estar acontecendo em diversos outros Municípios, e vai ser muito bacana ouvir do Jair também o que vem sendo feito no nível da confederação, como vocês têm pensado isso. Realmente acho uma prática muito importante, Senador, olhar para essa vigilância nas escolas para que a gente consiga acompanhar.

Todas as nossas pesquisas aqui ao longo desse tempo de pandemia nos mostram que as crianças não se contaminam tanto, não têm agravamento de caso, e a gente não tem verificado isso em nenhum lugar do mundo, mas a gente tem que continuar vigilante, atenta em relação a como o covid, como essa pandemia chega às escolas, e para isso o trabalho da vigilância certamente é essencial.

Paro por aqui para ouvir os colegas e sigo à disposição para gente conversar mais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço – viu, Barbara? – também, e agradecemos a participação da Fundação Lemann. Ficamos em aberto também, à disposição, para recebermos ainda sugestões. Vamos passar o relatório no final desse ano do conjunto de audiências públicas, apontando para essa convergência que existe em função das diversas audiências, tanto para a Fundação Lemann como também para o Ministério Público. Aí a gente pediria a leitura do documento e eventuais sugestões que pudessem aprimorar aquilo que for consensuado no final desse ano, mas com continuidade no ano que vem, no decorrer de todo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda vamos conversar muito sobre educação, os reflexos, iniciativas, assim como com a Confederação Nacional e com o Ministério Público também.

Obrigado, Barbara.

Passo a palavra à Dra. Maria Cristina, para suas eventuais considerações também.

A SRA. MARIA CRISTINA MANELLA (Para expor.) – Bom, sobre a saúde mental, não tenho muito o que acrescentar no que a Barbara já expôs. Com certeza vai ser um dos maiores desafios que nós vamos enfrentar com a retomada das aulas presenciais.

Posso dizer que, no Rio de Janeiro, a Secretaria de Educação tem um programa que se chama Saúde na Escola, que, em parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde, tem o objetivo de dar atenção integral à saúde das crianças, adolescentes e jovens do ensino público. Mas ainda vai ser um desafio implementar essa questão da saúde mental dentro desse programa. Eu sei que o Ministério Público do Estado do Rio tem conversado com a secretaria a esse respeito e eu espero que eles cheguem num consenso para que essa ajuda chegue a esses jovens e a esses professores também, que são peças fundamentais nessa estrutura toda.

No mais, considero, como eu já disse, que a parceria entre nós, os órgãos públicos, e a sociedade civil organizada é extremamente válida e é fundamental para que nós possamos avançar nessas questões todas da retomada das aulas.

Mais uma vez, agradeço o convite, a oportunidade, e desejamos um excelente dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Obrigado, Dra. Maria Cristina. De novo, quero parabenizá-la pelo trabalho e dizer para todos que nos acompanham da importância do Ministério Público, seja estadual, Federal, como principal fiscal dos direitos do cidadão expressos na Constituição, e, entre esses direitos essenciais, está a prioridade absoluta, como foi colocada e tem que ser, é a educação. Pela educação, a gente melhora a saúde, a assistência, a vida, abre chances, oportunidades. É o veículo condutor das mudanças de que a gente precisa. Que bom.

Ficamos sempre à disposição, Dra. Maria Cristina, e vamos também conversar bastante ainda no decorrer dos desdobramentos dos trabalhos da subcomissão. E ficamos à disposição também na Comissão e nas Comissões de uma maneira geral.

Meu caro Prefeito de Manaquiri, Vice-Presidente da Confederação Nacional também, para suas considerações finais, Dr. Jair Aguiar Souto. É uma alegria tê-lo com a gente.

O SR. JAIR AGUIAR SOUTO (Para expor.) – Alegria toda nossa da Confederação Nacional dos Municípios, exatamente falando do interior do Amazonas. Eu estou neste momento na Prefeitura, eu quero fazer essa referência aí. Evidentemente que nem todas as escolas que eu tenho conseguem ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma internet aqui. Isso me machuca bastante, porque eu gostaria que o aluno e o professor lá na ponta tivessem exatamente as mesmas condições que eu tenho. Isso me machuca muito, me entristece bastante, porque sei da importância da educação.

Fazer gestão pública é difícil, é bastante difícil, não é? É um desafio muito grande. Eu estou falando isso porque eu já estou quatro vezes Prefeito. A média de alunos, por exemplo, em Manaus, que é capital, é de 35 alunos. A média de alunos no interior do Estado do Amazonas é de 13 alunos por sala de aula. Então, eu tenho, só para vocês terem uma ideia, a maioria dos Municípios, só eu, para quatro mil alunos, dois mil especificamente... eu tenho 120 barcos fazendo transporte escolar com consumo de combustível gigantesco.

Então, é muito complexo. Eu estou trazendo isso um pouquinho só para que vocês possam imaginar o que é o Brasil, não é? Então, o extremo sul, políticas que podem ser implementadas com muita clareza no extremo sul são completamente diferentes das do extremo norte. E é um desafio muito grande fazer, muitas das vezes é desafiador, como eu falei.

Mas eu quero agradecer a oportunidade. A Confederação é o espaço ideal para nós fazermos esse debate, essa discussão. Portanto, Senador, a Confederação é um grande interlocutor da implementação da política. Eu estou falando da implementação da política, porque a criação dela, a formulação dela está muito no âmbito do Congresso, no âmbito do Governo Federal, até mesmo dos governos estaduais, mas a implementação dela está exatamente nos Municípios em grande parte.

Há um desafio muito grande, por exemplo, da educação do ensino médio, que muitas das vezes acaba deixando... Então, o ensino médio tem um papel fundamental profissionalizante, fundamental para o desenvolvimento dessa região – o desenvolvimento da região! Eu falo também das grandes cidades que têm os bolsões causando grande transtorno para o mundo do crime. Então, tudo isso tem referência, a educação é a base de tudo isso.

Eu falei: educação, assistência social, segurança pública... Ninguém nasceu para fazer crime, cometer crime. Não é causa; é efeito, efeito da nossa, talvez, em parte, incapacidade realmente de fazer uma política que possa juntar todos e essa dificuldade de nós podermos... essa divisão é muito grande, quer dizer, poucos muito ricos e muitos muito pobres, causando grandes transtornos para todos nós.

Eu estou falando isso na qualidade de Prefeito, pequeno Prefeito de uma cidade pequena no interior do Estado do Amazonas, mas estou falando aqui para o Senado, estou falando aqui para autoridades da educação: vamos fazer um olhar exatamente para onde tudo acontece, porque, dessa forma, eu tenho certeza de que nós vamos melhorar significativamente a educação.

Há pouco, o Senador falou, com muita tranquilidade, da participação da sociedade. Sem dúvida nenhuma, Senador, isso é muito relevante. É sempre muito importante nós ouvirmos os pais, as mães nesse conjunto todo. Isso nos faz melhorar muito a qualidade da execução da política, o que muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos deixa com dúvida, sobretudo o ordenador, que não sabe qual lei pode atender: "Uma diz que eu não posso, a outra diz que eu posso; afinal de contas...". Isso nos traz muita incerteza na implementação da política e na tomada de decisão.

Por isso, eu considero que o Congresso tem um papel muito grande nas diretrizes. E que pudesse deixar... E aí é muito importante essa questão da democracia, porque cada Município precisa, diante das suas dificuldades, das suas particularidades, das suas especificidades – Estado, região –, que possa realmente melhorar muito os níveis da qualidade da vida humana aqui, sobretudo no Brasil, que é de que nós estamos falando.

Muito obrigado pela oportunidade. A CNM é, sem dúvida, nenhuma, um grande interlocutor, porque deixou um Prefeito – digo mais uma vez: um pequeno Prefeito de uma cidade muito pequena – estar falando exatamente para o Congresso Nacional e para todas as autoridades da educação no Brasil.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos, Jair. E pedimos que você transmita a todos do Município e da Confederação também o nosso abraço. Quero dizer que já fizemos inúmeras audiências em conjunto, com a Confederação Nacional, e vamos continuar fazendo.

A diversidade, pelo seu relato, que tem que ser enfrentada é a diversidade do Brasil, País continental, gigantesco – você apontou muito bem –, com desafios muito concretos. O transporte escolar na sua região é completamente diferente do das outras regiões, a merenda escolar, assunto que foi abordado hoje... Só para você saber, Jair, só para lembrar o que foi dito pela Fundação Lemann, 25% dos alunos do Brasil não têm acesso à internet – 25% significam 10 milhões de alunos mais ou menos – e 70% não têm acesso à internet de qualidade, com velocidade que permita... Então, esse é o desafio do Amazonas, sem dúvida, e do Brasil.

Só para terminar, eu quero lembrar uma audiência... Eu participei também de uma reunião em que vi o Ministro da Finlândia, que é, naturalmente, sempre referência em tantos aspectos, falando de educação, dizer: "Olha, gente, eu diria que três coisas são fundamentais [na Finlândia, quer dizer, não só no Brasil, mas na Finlândia]: valorizar quem faz a educação".

Valorizar o professor, salário, plano de carreira, dizer que é importante, que é fundamental, quer dizer, a gente tem que valorizar, ter gente boa, qualificada, que goste, que seja valorizada.

A segunda coisa que eles colocaram foi a educação em tempo integral sem massacrar o aluno também, quer dizer, aquilo que você falou mesmo sobre a criminalidade; se você tem educação em tempo integral, com esporte, cultura, teatro, música, reforço e tal, quer dizer, não deixar a "gurizada botar minhoca na cabeça", igual os antigos falavam aí também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, terceira coisa – lá na Finlândia, imagina no Brasil –, políticas públicas de apoio para a família. Política pública de apoio para a família do aluno, então, se o aluno tem casa, vai ser um aluno melhor, se o pai trabalha, se a mãe trabalha, se tem acesso à saúde, à assistência, então, a educação com o apoio de políticas públicas.

Então, tudo isso, todos nós queremos chegar num determinado objetivo e nós estamos convergindo para colocar no papel isto neste ano com a participação da União, dos Estados, dos Municípios, da Undime, Consed, TCU, que foi citado, já veio aqui falar também, e que a gente possa chegar a um bom denominador comum para dizer: "Olhe, o básico...". Não vamos também... É igual ao antibiótico, se você aponta 30 soluções, no final, às vezes, você não tem acesso ou sucesso em nenhuma, mas apontando soluções essenciais para o pós-pandemia.

Eu quero agradecer novamente ao Ministério Público Federal, à Dra. Maria Cristina Manella, também à Fundação Lemann novamente, à Bárbara e também à Camila, que participaram, e à Confederação Nacional dos Municípios através do Vice-Presidente. Muito bom, agradecemos muito, Jair Aguiar Souto, e ficamos sempre à disposição.

Agradeço, foi muito bom, fiquei muito feliz com as apresentações. Esta Subcomissão, posteriormente, vai apresentar para a Comissão e para o Senado o resultado desses debates todos.

Nada mais havendo a tratar – agradeço de novo a participação – e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, gente.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA..

Às dez horas e zero minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Confúcio Moura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** 8ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. **Participantes:** Nalú Farenzena, Presidenta da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); Herton Ellery Araújo, Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e Maria Slemenson, Gerente de Projetos do Instituto Natura. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas que nos acompanham.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a oitava audiência pública desta Subcomissão com a finalidade de: 1) avaliar os impactos da pandemia na educação básica; 2) discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica; e 3) debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação em nosso País.

Eu quero, inclusive, destacar que já, nas sete audiências anteriores, um quadro muito definido foi apresentado com importantes iniciativas a serem observadas nesse grande esforço a favor da educação básica. Então, quanto isto nós teremos o relatório já no final desse ano e esta Subcomissão, no ano que vem, se dedicará bastante para o acompanhamento de implementação de ações decorrentes dessas audiências públicas, tanto que a duração desta Subcomissão foi prorrogada até o final do ano que vem, já na reunião da Comissão de Educação.

Eu quero lembrar também que esta é uma Subcomissão da Comissão de Educação. A Subcomissão tem a participação de cinco membros – a minha participação, da Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, Vice-Presidente, do Senador Wellington Fagundes, do Senador Anastasia e do Senador Confúcio Moura. Todos os resultados da Subcomissão são levados para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é presidida pelo Senador Marcelo Castro, do Piauí, e vice-presidida pela Senadora Leila, do Distrito Federal. Então, há um interesse bastante grande no debate, no levantamento da situação, nas estratégias a serem seguidas e, posteriormente, a gente não pode ficar só no debate; temos que acompanhar aquilo que for debatido, sugerido, relatado no documento oficial, que possa, na sequência, ser colocado em prática.

Lembro também que a audiência é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Eu quero agradecer a presença dos expositores. Hoje, também importante, é a última audiência pública do corrente ano. Recomeçaremos em fevereiro, mas teremos já o relatório preliminar neste ano também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada expositor ou expositora – Herton, Nalú e Maria Slemenson, sejam bem-vindos! – terá 20 minutos para a exposição.

Sempre temos duas ou três pessoas para que cada um tenha mais tranquilidade também e mais tempo para expor o seu ponto de vista.

No dia de hoje, participam desta reunião, por meio da videoconferência: a Sra. Nalú Farenzena – seja bem-vinda, Nalú! –, Presidenta da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) – aliás, agradecendo já, Nalú, toda a participação da Fineduca em todos os debates sobre educação, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal –; o Sr. Herton Ellery Araújo, Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea) – aliás, o Brasil tem que reconhecer o trabalho extraordinário que os profissionais do Ipea desenvolvem –; e a Sra. Maria Slemenson, Gerente de Projetos do Instituto Natura – seja muito bem-vinda! –, o instituto também vem se destacando no Brasil pela pesquisa, pelos levantamentos, encaminhamentos e projetos, o que é muito bom.

Antes de passar a palavra para o expositor ou para as expositoras, já há aqui algumas perguntas que eu vou ler e, assim, já podem, na medida do possível, fazer parte da apresentação de cada um e cada uma.

Miriam Perez, do Rio de Janeiro: "Os alunos serão avaliados para discalculia, hiperlexia, disgrafia e dislexia?". "Será disponibilizado um cadastro de professores e/ou voluntários para darem aulas remotas/presenciais a alunos que precisem?".

Eu quero dizer que, noutro dia, nós aprovamos um projeto de lei sobre transtornos de aprendizagem ou distúrbios ou disfunções de aprendizagem, dependendo do nome que se dê, e inclusive o projeto já foi sancionado pelo Presidente da República. Então, o bom do projeto é que temos que nos estruturar para atender bem as crianças, os alunos e precocemente sobre disfunções de aprendizagem.

Raquel Nobre, de Tocantins: "Os alunos serão avaliados quanto ao nível de atenção para o seu desenvolvimento?".

Fernanda Pongeluppi, de Minas Gerais: "Escola integrada como um reforço escolar ou um segundo turno para os alunos que sofreram um atraso no aprendizado é uma possibilidade?".

Josemar de Oliveira, de Santa Catarina: "Com a volta das aulas 100% presenciais, haverá um nivelamento entre os alunos?".

Valéria Sá, Rio de Janeiro: "Até quando a educação será sucateada no Brasil?".

E também comentários do Jorge Alexander, do Rio de Janeiro: "Tem que sinceramente rever muita coisa para se ter uma boa educação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Patrícia Boquady, do Distrito Federal: "A desigualdade no ensino aumentou após a pandemia, afetando mais ainda quem já estava em desvantagem econômica e social antes da pandemia".

Jorge Ribas, do Rio de Janeiro: "É uma vergonha que tenhamos ficado tanto tempo sem aulas presenciais!". Eu sempre digo: ainda bem que estamos vivos, não é? É uma coisa importante. Mais de 600 mil pessoas morreram e mais de 20 milhões sofreram as consequências. A gente tem que agradecer todo dia pela vida e pela saúde.

Em primeiro lugar, então, iniciando as exposições, passo a palavra para Nalú Farenzena, Presidente da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação).

Com a palavra a Nalú.

A SRA. NALÚ FARENZENA (Para expor.) – Bom dia. Obrigada, Senador Flávio Arns.

É uma satisfação estar aqui, neste momento, para tratarmos de um assunto tão importante.

Representando a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, saúdo os integrantes da Subcomissão Temporária para o Acompanhamento da Educação na Pandemia, como também os integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Faço uma saudação muito especial ao Herton – estamos aqui juntos neste espaço –, também à Maria e, claro, a quem assiste a esta audiência pública do Senado Federal.

Eu preparei um texto, vamos dizer assim, para falar. Esse texto, inclusive, foi encaminhado para a Subcomissão para ser disponibilizado. Eu vou alternar entre ler e falar um pouco, procurando observar o tempo de 20 minutos.

Primeiro, eu gostaria de situar um pouco a minha fala. Eu represento uma entidade de pesquisadores em financiamento da educação. Então, eu vou abordar assuntos da agenda de política educacional relacionados ao financiamento da educação básica, tendo em conta uma perspectiva assim mais nacional, com uma ênfase não exclusiva, mas na atuação do Governo da União na assistência financeira aos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Eu vou abordar quatro pontos e todos têm a ver com o período da pandemia, ou seja, com o momento presente, embora todos também tenham óbvias relações com o período anterior. Os quatro pontos que eu vou abordar são: primeiro, o contexto mais geral da cobertura educacional e dos recursos públicos; o Fundeb; a alimentação escolar; e também vou tratar do Auxílio Criança Cidadã.

Em relação, primeiro, a esse contexto mais geral da cobertura educacional e dos recursos públicos, nós tivemos, até a semana passada, a realização do IX Encontro Fineduca e tivemos como tema desse encontro: "Financiamento da educação em tempos de austeridade, pandemia e desconstrução: como pensar o futuro?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a colocação de austeridade e desconstrução junto com pandemia nos pareceu muito pertinente para uma análise do atual contexto. Ou seja, a pandemia, com certeza, tem as suas especificidades, impôs reformulações em diversos setores de políticas públicas, entre eles a educação, mas isso se fez num marco de legado de políticas prévias, como a que já existia, e por isso é muito importante que a gente interligue os efeitos da pandemia, que é o tema da Comissão, desta audiência, com a política estrutural de austeridade fiscal colocada pela Emenda 95 com o decréscimo assustador das despesas federais na educação em geral e na educação básica em particular, com desconstrução de ações governamentais de 2016 para cá, e também interligar com novas propostas, principalmente de parte do Poder Executivo federal, mas não só nas propostas regressivas, em termos de direitos sociais ou de cunho reacionário, ou então de cunho eficientista ou instrumental no que diz respeito ao currículo escolar.

Acho que é importante colocar que o sistema público, na educação básica, oferta quase 39 milhões de matrículas, e isso é 81% do total de matrículas na educação básica do País, e mais de 140 mil escolas públicas; ou seja, a oferta pública é gigante, e sabemos que ela ainda precisa ser expandida, para dar conta das metas no nosso Plano Nacional de Educação. Sabemos também – alguém fez uma pergunta sobre isso, um comentário há pouco, o Senador Arns leu – da histórica desigualdade social e educacional no Brasil, que é desfavorável aos pobres, aos negros, aos indígenas, aos migrantes, aos moradores de periferia, de áreas rurais, e também às pessoas com mais idade. E são justamente esses segmentos os mais afetados durante a pandemia.

A estratificação de oportunidades educacionais no Brasil é muito associada aos níveis de renda. Por exemplo, se nós tomamos como referência dados de 2018, o atendimento das crianças de zero a três anos de idade, entre os 50% mais pobres da população, era de 29%, frente a um atendimento de mais da metade das crianças entre os 10% mais ricos. Então, tendo em conta esse quadro mais geral, nós sabemos que, em 2020 e agora também em 2021, Prefeitos, Governadores, com seus respectivos secretários de educação, tiveram como principal obrigação oferecer meios tecnológicos para as escolas, para os professores, para as famílias, para minimizar o prejuízo das aulas remotas e também a responsabilidade na oferta de alimentação escolar. Então, obras tiveram que ser feitas nas escolas, para preparar essas escolas com segurança, com higiene, para o retorno das atividades presenciais. E, na educação, nós tivemos, nos recursos que vêm da vinculação da receita e impostos à educação, uma grande oscilação ao longo do ano de 2020, e o ano foi fechado com uma pequena queda em valores reais, se compararmos com 2019.

É muito importante colocar que os recursos da assistência (*Falha no áudio.*) ... das cotas estaduais e municipais e retirarmos também a complementação da União ao Fundeb, que são mais estáveis, houve uma queda muito acentuada no último ano. Por exemplo, em 2020, foram aplicados R$7,7 bilhões em ações da educação básica administrados pelo FNDE e pela Capes, quando, em 2019, tinham sido R$8,5 bilhões, ou seja, em pleno período da pandemia, os recursos da assistência financeira da União, que já vinham decrescendo, decresceram mais ainda. E essa diminuição de recursos federais repercute

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente na ponta, lá nas responsabilidades adicionais que se criam em termos de financiamento para as mantenedoras públicas, prefeituras ou governos estaduais, e também para as escolas.

Como segundo ponto – porque esse eu falei, vamos dizer assim, de modo mais amplo do contexto – eu gostaria de mencionar o Fundeb, porque o Fundeb de caráter permanente foi aprovado no ano passado, ele faz parte, então, de políticas e decisões do período da pandemia. E nós sabemos que tanto atores situados na sociedade civil como atores na sociedade política, principalmente atores do Congresso Nacional, obtivemos uma vitória com a aprovação da Emenda 108, de 2020, e dessa é possível sublinhar a criação do Fundeb de caráter permanente, com maior volume de recursos na complementação da União, a distribuição desses recursos de complementação por meio do valor aluno/ano dos fundos, mas também por meio do valor aluno/ano total agora. E, com essa nova modalidade de complementação, será possível – isto já está sendo possível, já está implementado – uma ampliação da complementação da União para Municípios em todos os Estados. E, também com a Emenda 108 e o Fundeb permanente, há a vinculação de 70% dos recursos para remuneração dos profissionais da educação.

É muito importante lembrar que, no ano passado, quando tramitou a lei de regulamentação do Fundeb, em 2020, esses mesmos setores se mobilizaram para barrar a ampliação da possibilidade de inclusão do setor privado no Fundeb, uma ameaça que foi muito forte no ano passado e que foi barrada no Senado.

E isso, agora, de certo modo, retorna, porque o Projeto de Lei 3.418, que foi aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados e agora está em apreciação no Senado Federal, retrocede. Em relação a isso, eu vou falar daqui a pouquinho.

Uma outra conquista com a Emenda à Constituição 108, que é importante para o presente e principalmente para o futuro, e o futuro é um tema desta Subcomissão, foi a inserção no texto constitucional do Custo Aluno-Qualidade como uma referência para a atuação da União na assistência financeira na educação básica. Como eu disse, isso faz parte do futuro, está acontecendo agora no período de pandemia e também prepara o futuro naquilo que podemos, enfim, avançar em termos de garantia efetiva do direito à educação no nosso País.

No ano passado, 2020, os recursos do Fundeb em valores reais caíram 5%, se comparados a 2019. Nós sabemos que o Fundeb depende do desempenho da economia. Houve, no ano passado, uma redução de mais de oito bilhões e, neste ano, a estimativa é de mais recursos – é uma boa notícia, não é? Nós teremos... A estimativa atual é de 207 bilhões no âmbito do Fundeb, sendo 22 bilhões de complementação da União pelo Valor Aluno Ano Total e esta complementação nova faz com que recursos do Fundeb possam chegar a Municípios brasileiros que antes não recebiam complementação; são os casos, que eu destaco, principalmente, além dos que já recebiam, de Municípios dos Estados de Minas Gerais, de Goiás e do Paraná, que já estão recebendo essa complementação. Certamente, isso faz diferença, com todas as providências e ações públicas que os Governos subnacionais têm que tomar, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é importante colocar também que, se nós tomamos como referência o valor aluno/ano mínimo permitido pela complementação da União pelo valor aluno/ano total, esse valor aluno/ano mínimo, este ano, é de R$403 por mês e é um terço ou menos da mensalidade de uma escola privada de qualidade razoável. Isso só deixa para aqueles comprometidos com a superação das desigualdades educacionais o quanto é importante a implantação do Custo Aluno Qualidade para a garantia de padrão mínimo de qualidade na educação e que isso ocorra por meio do Fundeb. Aliás, isso já está também previsto em estratégias da Meta 20 do PNE, do nosso PNE 2014-2024.

Eu gostaria de fazer, no âmbito do Fundeb, o comentário específico de que, na semana passada, foi aprovado na Câmara o Projeto de Lei 4.318, de 2021, que modifica a lei do Fundeb. Foi incluída novamente a possibilidade de computar matrículas de estudantes do ensino médio estadual matriculados no ensino técnico e no itinerário de formação técnica e profissional nos serviços nacionais de aprendizagem.

Repito: um pouco do conteúdo de manifestações que a Fineduca e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação fizeram no ano passado, de que o Sistema S recebe R$21 bilhões de recursos públicos por ano – isso é quase 0,3% do PIB – e, nem por isso o Sistema S garante um sistema massivo de educação profissional. Tem pouca capilaridade no País e, em alguns Estados, cobra mensalidade.

Então o que é coerente no âmbito do Fundeb para o ensino técnico, para o itinerário de formação técnica e profissional dentro da reforma do ensino médio? O coerente é a expansão das redes estaduais de ensino, que possuem qualidade comprovada. Existe ociosidade nas redes públicas estaduais, principalmente no período vespertino, no período noturno. Então, as redes estaduais podem expandir o ensino médio articulado, inclusive com muito mais eficiência do que o Sistema S, cujo Custo Aluno é ignorado em função da falta de transparência no setor.

O terceiro ponto que eu quero comentar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Atualmente, os valores *per capita* do Pnae estão muito baixos, não foram sequer atualizados pelos índices inflacionários de 2010 a 2020 e, por esse motivo, a Fineduca junto com o Observatório da Alimentação Escolar elaboramos uma proposta de aumento nos valores *per capita* do programa para indicar aumento dos recursos orçamentários em 2022.

Então eu só quero, neste momento, fazer um alerta no sentido de que no ano passado, em pleno período da pandemia, em que as ações relacionadas à alimentação escolar foram muito importantes, o aporte de recursos educacionais por parte do Governo Federal foi de somente R$100 milhões a mais em relação ao ano anterior, a 2019. Então, esse congelamento nos valores *per capita* do Pnae tem colocado muito em cheque a possibilidade de que a assistência financeira da União possa contribuir de fato com a segurança alimentar e nutricional dos educandos por meio da oferta de alimentação escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último ponto sobre o qual eu gostaria de falar é do Auxílio Criança Cidadã, que consta no Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2021, que agora está para sanção presidencial. Este é um auxílio para acesso de crianças a creches, crianças de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil para as quais não haja vaga em escolas públicas ou conveniadas. É uma transferência da União para Municípios e estes pagam a instituição. Com o PLV 26, de 2021, e já anteriormente com a Medida Provisória 1.061, de 2021, foi extinto o Programa Brasil Carinhoso, que focava em crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, e o Auxílio Criança Cidadã confronta as normas constitucionais legais da educação infantil e as próprias políticas de fortalecimento da educação pública implementadas nas últimas décadas.

Então, em resumo, queria, sim, pontuar aquilo que é proposto nesta audiência, pensando em termos de futuro e sempre pensando também que educação e pandemia têm as suas especificidades, mas elas estão envoltas num contexto maior de políticas educacionais.

Então, o primeiro ponto, em resumo: é urgente a revogação da Emenda Constitucional 95, de 2016. Só no ano de 2019, a educação perdeu mais de R$32 bilhões para as políticas de austeridade. Se continuar essa política estrutural de austeridade fiscal, a área da educação vai ser mais prejudicada neste ano e nos próximos anos, não é? É muito urgente o investimento de mais recursos nos programas de assistência financeira da União aos Estados e Municípios na educação básica, principalmente os Programas de Alimentação Escolar, de Apoio ao Transporte do Escolar e o Dinheiro Direto na Escola. São programas que atingem todo o Território nacional e todos têm sofrido decréscimos nas aplicações nos anos mais recentes.

Um outro ponto é a não aprovação da inclusão do Sistema S no Fundeb. Assim como o Senado barrou isso no ano passado, contamos com o Senado para barrar novamente, para derrubar essa decisão tomada na Câmara dos Deputados.

E, em relação ao Auxílio Brasil, é a sua concepção como um auxílio paliativo, que seja de vida muito curta. É muito necessário criar ou restabelecer um programa específico para apoiar a ampliação do acesso a creche pública municipal para as crianças de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil. O caminho é fortalecer a rede pública e não a expansão de uma rede conveniada com condições de oferta mais precárias, porque isso só reproduz desigualdade, desigualdades que já foram muito reproduzidas no período da pandemia.

Então, o último ponto: a implementação do Custo Aluno-Qualidade como referência para atuação da União na educação básica e a reafirmação de que a nossa agenda de política educacional no período da pandemia e para além do período da pandemia é o Plano Nacional de Educação. Essa é a nossa agenda, essa é a agenda do Estado na sociedade brasileira.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço à Nalú por uma apresentação muito boa, detalhada como sempre, não é?

Até relatei numa outra ocasião que um promotor que já foi Procurador-Geral de Justiça aqui do Paraná, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, sempre aponta: "Olhe, lugar de criança e de adolescente é no Orçamento", quer dizer, é no Orçamento porque ele fala que o lugar é na escola, o lugar é aqui, em políticas públicas, e tudo isso no financiamento. E o que a Fineduca, que é a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, a qual tem todo um trabalho desenvolvido e pode nos orientar de maneira muito boa – não, é, Nalú? –, o Senado, a Câmara, sobre esta questão do financiamento. Vocês realmente são muito competentes nessa área. Parabéns pelo trabalho! Vários dos pontos levantados foram abordados com ênfase inclusive em audiências anteriores – decréscimo de recursos. Também parabéns pela abordagem do Fundeb, tão clara. Inclusive na educação infantil uma ênfase especial no novo Fundeb, com um percentual até mais elevado, justamente para termos recursos na área pública para o atendimento da criança na creche. E que Plano Nacional de Educação... Aliás, o TCU também esteve presente e abordou, de uma maneira bem interessante, como que as metas vêm sendo desenvolvidas em termos do plano que vai até 2024, está praticamente chegando ao seu final. Então nós temos que acompanhar bem de perto isso também.

Mas obrigado, viu, Nalú? Parabéns! Estamos juntos. Sempre aponte aí: "Olhe, está isso aqui, está aquilo lá. Tome cuidado com esse aspecto, com aquele outro", porque isso ajuda muito toda a deliberação no Congresso Nacional.

Passo, em seguida, a palavra ao Herton Araújo, que é Diretor Adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Bem-vindo, Herton. Com a palavra.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos! Primeiro, gostaria de agradecer ao Senado, ao Senador Arns o convite e parabenizar os outros integrantes da Subcomissão.

Eu vou falar um pouco aqui... Eu gostaria de fazer uma apresentação, se for possível. Eu fiz uma apresentação. Deixe-me ver aqui se eu boto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É possível fazer, sim. Está tendo acesso aí? Qualquer coisa pode perguntar em voz alta mesmo, que eu já oriento.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Aqui... Deixe-me ver aqui... (*Pausa.*)

Não sei como eu boto essa apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu fiz... Se não der, não tem problema. Eu acho que seria bem mais útil com a apresentação, mas eu posso falar sem apresentação mesmo.

Bom, eu fiz um uma apresentação baseada em três tópicos. Um é: como a gente estava em 2019? Outro é: o que aconteceu com a pandemia? E algumas perspectivas para depois da pandemia. Foi isso que eu fiz.

Então, para a gente saber como a gente estava indo até 2019, eu peguei o Ideb, que faz parte do Plano Nacional de Educação. Não sei se vocês sabem que em 2005 a gente fez o Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, e a gente estipulou meta para cada escola, cada Estado, cada Município para o Ideb subir e a gente atingir a meta.

Então, eu peguei e coloquei – seria interessante eu mostrar aqui pra verem como ficou – o Ideb de cada Estado brasileiro e comparei com sua meta para 2019, que é o último que a gente tem. A gente vê claramente que o Estado do Ceará é o que está mais...

Quando você faz o observado menos a meta, você pode ter um número positivo ou negativo. Se você não atingiu a meta, você tem um número negativo, você não chegou à meta; se você tem um número positivo, é porque você ultrapassou a meta; se o resultado for zero, você só atingiu a meta. Então você vê claramente, quanto a esses Estados, como é que eles estão se comportando hoje no Ideb, como é que estava em 2019.

A gente vinha tendo um avanço muito grande. Só pra vocês terem uma ideia: 20 Estados brasileiros atingiram a meta. O Ideb é formado por três marcadores: do quinto ano do ensino fundamental, do nono ano do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio; são três marcadores para você saber como é que está evoluindo a qualidade da educação. Eu peguei os três e fiz, para cada um, o observado menos a meta e descobri que só há dois Estados no Brasil que atingiram a meta nos três níveis de educação, Pernambuco e Goiás.

O Ceará, por exemplo, que é o maior exemplo quando você pega esses valores positivos e negativos e soma, é o que tem mais positivo, tem 1,8. Por quê? Porque ele, no ensino fundamental anos iniciais, está indo muito bem. O Estado do Ceará ultrapassou a meta em 1,5 ponto, e ultrapassou a meta também no fundamental anos finais. Então ele está muito bem no fundamental, mas ele não atingiu a meta no ensino médio, ele está devendo ainda 0,3. Certo?

Eu fiz esses cálculos e estou mostrando que o Brasil, com a nossa institucionalidade, conseguiu atingir a meta para os anos iniciais, mas não conseguiu nos anos finais nem no ensino médio, ou seja, nós estamos atrasados ainda. Isso vale para 2019.

O Ideb seguinte foi feito agora, em 2021; o Saeb foi feito agora, as provas foram feitas agora. Agora é que a gente vai saber qual foi a consequência da pandemia no aprendizado dos alunos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo está falando que o aprendizado diminuiu. Eu acredito também que ele vá ter diminuído, mas a gente precisa saber onde, em que rede. É que, quando a gente fala de educação básica, a gente tem que lembrar que os anos iniciais são dados praticamente pelos Municípios; dos anos finais, metade dos alunos são municipais e metade são estaduais. Há Estados que assumiram tudo e há Estados que passaram tudo para os Municípios. Então, a gente está falando aqui do desempenho municipal e do estadual.

A União entra só como complementação, uma complementação financeira e técnica. Quanto à financeira, a principal é o Fundeb, que a gente conseguiu mais que dobrar agora, com o novo Fundeb. A União dava 10% dos 27 fundos; agora ela vai passar a dar 23%: mais do que dobrou, ou seja, em termos de complementação da União, o Fundeb ganhou, foi um alento muito grande para a educação. Eu acho que a gente pode pegar esse dinheiro a mais e investir em algumas coisas.

Eu vou tentar mostrar para vocês o que aconteceu. O que aconteceu com a pandemia? Houve uma interrupção na nossa tecnologia. Qual era a nossa tecnologia? Aula presencial com um professor dando aula para 20, 25 anos. Isso era a nossa tecnologia de ensino – até a pandemia. Com a pandemia, a gente interrompeu esse processo por mais ou menos dois anos. No ano de 2020, mais de 80% das escolas fecharam. No ano de 2021, também. Nós vamos recomeçar agora, em 2022. Se tudo der certo, não vai ser interrompido de novo.

Então, isso fez com que a gente tivesse um problema tecnológico, porque os professores não estavam preparados, nem os alunos, para receber as aulas em meio magnético, como foi feito. Alguns receberam por rádio, por televisão, mas, por isso, a desigualdade aumentou. Onde você tinha menos dinheiro, você tinha menos possibilidade, os alunos tinham menos acesso à internet – você teve um aumento da desigualdade. Essa foi a principal consequência, no meu entender, da pandemia: ela afetou o aprendizado dos alunos, diferentemente, pelo País.

Então, a gente precisa desses dados, que vão sair só no ano que vem, para a gente saber onde afetou mais, para a gente agir mais. Esse é um ponto.

O outro ponto é o seguinte: os alunos, com essa interrupção, vão voltar traumatizados. Boa parte deles... O trauma, simplesmente pela interrupção, é um trauma, porque eles tinham o costume, eles iam para a aula todo dia, e, de repente, isso foi cortado, eles passaram a ficar em casa, com os pais em casa. Então, eles vão voltar com um trauma, porque eles se acostumaram, nesses dois anos, a não ir mais para a aula. Então, esse trauma tem que ser visto, tem que ser pensado pela educação.

Eu acho que as escolas têm que contratar psicólogos. Eu acho que deveriam colocar psicólogos para ver o efeito psicológico desse trauma nas crianças. Não só as crianças estão traumatizadas; os professores também estão traumatizados, porque mudou o dia a dia deles, mudou muito radicalmente o dia a dia. Então, eu acho que as escolas têm que pensar, com esse dinheiro a mais, do Fundeb, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratar psicólogos para dar uma ajuda para esse pessoal, porque há muito, aumentaram muito os problemas mentais na pandemia – a gente sabe disso.

Então, são pontos que eu acho importantíssimos para a gente poder retomar o aprendizado, porque a gente vinha, de 2005 para cá, numa trajetória muito boa. O Brasil atingiu, nos anos iniciais, a meta do PNE e está quase atingindo a do ensino fundamental, anos finais, e a do ensino médio é o que está mais atrasada, mais houve a reforma agora. Junto com a pandemia, veio a reforma do ensino médio, que é uma outra questão. A gente não sabe direito o que vai acontecer com o aprendizado.

Eu acho que a gente tem que focar nessas coisas, no aprendizado das crianças. Com isso, a gente precisa dar mais. Por exemplo, contratar psicólogos é uma coisa que eu acho que deve ser pensada em todas as escolas do Brasil – ou contratar, ou dar alguma opção para os alunos terem acesso a psicólogos. Esse é um ponto. O outro ponto que a gente coloca é que os professores precisam também ter um auxílio para conseguir dar o aprendizado, conseguir dar o conteúdo sem muita interferência. A gente precisa voltar às aulas particulares, às aulas presenciais no ano que vem. E outra coisa: precisamos investir em tecnologia, em internet. Toda escola precisa ter internet, todo aluno precisa ter, porque pode ser que volte a interromper. Se a pandemia não passar, você pode ter outra interrupção. Então, você tem que ter o suporte da internet; mesmo que isso não seja o ideal, você tem que ter o suporte da internet para que os alunos tenham pelo menos uma igualdade de acesso ao conteúdo. Isso tem que ser feito, na minha opinião.

Deixe-me ver o que mais.

Eu acho que é isso que eu estou falando.

Estas duas coisas – o suporte psicológico para os alunos e para os professores e o suporte tecnológico são fundamentais, no meu entender, na saída da pandemia – são coisas a que a gente tem que olhar com muito carinho, pegar esse dinheiro novo do Fundeb e investir nessas duas coisas. Eu acho que essas duas coisas vão dar mais capacidade de você melhorar o aprendizado, como a gente vinha melhorando. Eu tenho lá a tabela com os lugares onde estava bom ou ruim, mas a gente vinha melhorando, a gente estava indo num caminho virtuoso, e aí veio a pandemia e interrompeu esse caminho virtuoso. Eu acho que a gente precisa pensar nessas coisas para acelerar o que causou a pandemia, que é essa perda de aprendizagem. Eu não sei se vai haver uma perda tão grande em todos os lugares, não. Eu não sei. A gente vai saber disso ano que vem, quando vier o dado do Ideb. A gente vai saber. Eu acho que vai haver perda em todos os Estados brasileiros, porque eles não vão conseguir fazer as provas. Eu tenho dois filhos adolescentes: um estava fazendo o 3º ano, em 2020; e o outro, o 2º ano, em 2020. Ficou o 2º e o 3º sem aula, ele praticamente está perdendo o 3º ano agora, porque não consegue acompanhar direito. E é escola particular, escola boa. Imagina uma escola pública, em que você não tem essas coisas. Então, eu acho que a gente tem que investir nestas duas coisas: o auxílio psicológico e o auxílio instrumental, que é agora com a internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bom, Herton. E até quero dizer: se você quiser, pode deixar disponíveis as tabelas, os quadros com a Comissão de Educação, pois todo material de todas as audiências públicas estará à disposição às pessoas que queiram se aprofundar nas falas, nos dados. Então, a Comissão de Educação ficará muito grata a isso. Eu só quero destacar inclusive que essa questão do transtorno mental, saúde mental, promover a saúde mental, gerar a saúde mental, sem dúvida é um desafio e já há requerimentos, inclusive aprovados, de autoria da Senadora Leila, na Comissão e também na CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais, onde a saúde se insere, para discutirmos os impactos da pandemia na saúde mental dos alunos, professores, profissionais e família. E é buscar essa articulação com a área da saúde, porque o professor vai até um ponto, acolhe bem o aluno, recebe, tem um conhecimento, mas precisa ter apoio também para casos específicos, e uma orientação geral. Então, isso é muito importante.

Obrigado, Wellington. Daqui a pouco a gente também escuta um pouco mais você e a Nalú também.

Eu passo em seguida a palavra para a Maria Slemenson – que alegria vê-la aí também! –, Gerente de Projetos do Instituto Natura e quero destacar, inclusive... Pediria que você pudesse fazer essa abordagem dos trabalhos do Instituto Natura para ideias, discussões, projetos.

O grande objetivo desta Subcomissão, e da educação, de maneira geral, é a gente dizer: "Olha, precisamos do Governo Federal, dos estaduais, dos municipais, mas necessitamos da participação de toda a sociedade". É exatamente como a Constituição fala: é dever do poder público, direito da pessoa, dever do poder público, da família e da sociedade de uma maneira geral. Isso está muito bem apontado inclusive nos projetos de lei do Sistema Nacional de Educação, que também estão em tramitação no Congresso Nacional – um na Câmara, outro no Senado. Mas houve muita convergência nos debates e vai haver também para a aprovação de um projeto de uma lei que seja boa e também...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... no Sistema Nacional de Educação.

Muito bem, Maria Slemenson, Gerente de Projetos do Instituto Natura. Seja muito bem-vinda! Com a palavra.

A SRA. MARIA SLEMENSON (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. É um prazer imenso estar aqui com vocês, quase uma roda de conversa sobre esse tema tão importante que é discutir os efeitos da pandemia na educação. Também queria celebrar muito vocês estarem olhando com tanta atenção para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema. Queria cumprimentar a Senadora que nos acompanha e também os palestrantes que me antecederam. A verdade é que vão ser falas muito complementares.

Eu preparei um material breve para compartilhar com vocês. Por favor me avisem quando estiverem vendo. Já estão vendo a apresentação? Sim, ótimo.

Bom, eu acompanhei algumas das outras audiências públicas que o Senado promoveu e eu sei que vocês fizeram mergulhos intensos em dados, o que a gente consegue até o momento medir dos impactos da pandemia na educação, e o convite que nos fizeram ao Instituto Natura é que a gente apresentasse uma proposta de agenda estratégica para enfrentamento dos impactos da pandemia na educação.

Então, a minha fala está muito mais centrada em ações concretas do que em dados, mas é impossível falar sobre esse assunto sem entrar minimamente aqui num contexto bem macro da educação no Brasil.

Esses são dados anteriores à pandemia, então, lá de 2019, quando a gente já tinha este diagnóstico: a educação deu passos muito significativos em termos de acesso – o Herton, inclusive, estava comentando isso –, mas, em termos de aprendizagem na idade certa e de continuidade dos estudos, a gente já tinha alguns desafios postos.

Só para ilustrar, alguns dados. Em relação à alfabetização, espera-se que as crianças, até os 7 anos de idade, aprendam a ler e escrever, sejam alfabetizadas. Segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização, a gente tinha metade das crianças com essa aprendizagem aos 8, 9 anos, o que já é espantoso, porque a criança recém-ingressou na educação básica e já está com déficits significativos. Em termos de continuidade dos estudos, o que a gente monitorou antes da pandemia é que 41% dos jovens não concluem o ensino médio até os 19 anos, idade em que se esperava. E esses dados, esses contextos foram muito ressaltados, agravados pela pandemia. A gente está ainda coletando essas informações – o Saeb está rodando agora –, o que vai ser superimportante para a gente ter bastante clareza sobre isso, mas a gente já sabe que, em 2020, 5,5 milhões de crianças ficaram fora da escola e muito possivelmente os impactos são grandes.

No início deste ano de 2021, o Instituto Natura e a Fundação Lemann se juntaram para se debruçar sobre esse assunto, para a gente conseguir, primeiro, ter um bom diagnóstico do que a gente tinha que atacar e de como fazer isso. A gente percorreu todo esse caminho, que foi iniciado com um levantamento internacional, e eu vou contar um pouquinho para vocês o que a gente conseguiu capturar dos achados e experiências de outros países. A gente fez diálogos com especialistas da academia do Brasil, dos Estados Unidos, da América Latina. Fizemos grupos de escuta com alunos, professores, gestores escolares, para capturar deles o que eles vinham sentindo como principais desafios, e a gente começou a fazer um mapeamento de soluções nacional. Há uma fala do Todos pela Educação de que eu gosto muito, que diz assim: "O Brasil tem muito a aprender com o Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse mergulho que estava acontecendo já no Brasil em termos de soluções para o enfrentamento dos impactos da pandemia, a gente começou a achar coisas muito interessantes e sistematizá-las em oficinas de cocriação em que a gente reuniu especialistas, parceiros nossos que atuam na ponta e representantes da ponta mesmo, das redes. E a gente está numa etapa de constituir o que a gente vem chamando de cardápio ou banco de estratégias com alto potencial de enfrentamento tanto das defasagens quanto da retomada, da volta dos estudantes à escola, e do acolhimento psicossocial.

Então, eu vou começar contando um pouquinho do que a gente capturou com esse levantamento internacional. O estudo foi conduzido pelo Vozes da Educação e o recorte que eles adotaram é: quais foram as soluções encontradas nos mais de 31 países que enfrentaram crises sanitárias tal qual o covid, mas outras crises? Quais foram as estratégias que foram implementadas nesses países com esses três fins: de trazer o aluno de volta para a escola, fazer um acolhimento, uma reconexão de vínculos e recuperar, recompor os aprendizados. E aí esse estudo foi feito realmente com uma abrangência bastante significativa, então a gente estudou países aí da América, da Europa, da África, da Oceania e da Ásia.

E aqui o primeiro aprendizado que a gente conseguiu construir a partir desse estudo é que uma coisa é recuperação, outra coisa é a recomposição de aprendizagem. Na recuperação, o que a gente faria? Como foi comentado aqui: uma criança que estava no 1º ano em 2020, agora ela vai estar, em 2022, no 3º ano. A recuperação considera: "Bom, eu vou ensinar tudo que ela deveria ter aprendido nesses dois anos que ela ficou fora da escola". Então, eu pego aquele currículo integralmente e faço uma estratégia que eu vou, habilidade a habilidade, tentando passar por todo o currículo. E a recomposição olha para uma aceleração de aprendizado, então eu priorizo algumas habilidades essenciais que estão muito correlacionadas a outras aprendizagens que o estudante viverá nos próximos anos escolares; eu focalizo essas lacunas mais críticas e, com um período de tempo mais curto, eu acelero essas aprendizagens. E uma coisa importante: eu faço tudo isso no ano, na seriação em que esse aluno está. Eu não vou colocá-los em outras seriações.

Então, o estudo do Vozes da Educação se centrou muito nessa estratégia de aceleração de aprendizagem, que a gente vem chamando de recomposição de aprendizagens. E desse estudo, quando a gente começou a investigar esses países, a gente identificou que existem alguns fatores críticos de sucesso, alguns elementos-chaves muito presentes em muitos desses programas que a gente observou. Um deles, como eu comentei, a priorização curricular. Então, existe uma análise do currículo; é feita uma flexibilização curricular; a gente focaliza habilidades-chaves; e o aluno é mantido na sua seriação. Então, essa flexibilização curricular, essa focalização, em muitos países, se dá principalmente nas áreas de matemática e língua portuguesa.

Um segundo fator crítico de sucesso que a gente observou nesses programas é o aumento do tempo de instrução. Então, há uma reorganização do quadro de aulas, em que são incluídas jornadas de imersão para aceleração da aprendizagem. E aí os países foram adotando estratégias diferentes. Por exemplo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quênia tem uma estratégia que são os acampamentos. Então, por 20 dias, as crianças ficam imersas nessas habilidades priorizadas; depois desse acampamento, elas voltam para o currículo regular e aí voltam a ter imersões. No caso de Buenos Aires, na Argentina, eles fazem as escolas de verão. Então, nas férias de verão, há uma imersão de estudantes com maiores desafios de aprendizado. Então, a gente vê momentos intensivos e o retorno ao currículo habitual.

A gente também acompanha, por exemplo, o Teaching at the Right Level, que é uma estratégia que vem sendo muito difundida no Brasil – o próprio Ministério da Educação está pilotando essa estratégia em algumas escolas para oferecer em escala a partir do ano que vem. Essa imersão é feita na rotina regular dos estudantes. Então, eles têm como se fossem algumas aulas que são imersivas nessas habilidades priorizadas.

Outro elemento essencial é a formação dos professores, que tem que estar muito casada, os professores têm que estar preparados e apropriados dessas habilidades que foram destacadas, têm que estar instrumentalizados para a implementação dessas estratégias. E também é importante que os professores tenham esse processo formativo. A gente viu em alguns países, como Bangladesh, por exemplo, que os professores ficaram quinze dias com um acompanhamento muito próximo da gestão escolar e da secretaria de educação, o correspondente lá, entrando em contato com esse currículo que é priorizado, com os materiais que vão ser oferecidos e o que se espera que os professores façam com os estudantes.

Há também experiências interessantes de ampliação do quadro de profissionais. Então, quando a gente está falando de recomposição de aprendizagem, a gente precisa de um acompanhamento muito próximo desses estudantes. Muitos países ampliaram esse corpo de profissionais convidando familiares, tutores, que passam por esse preparo e também podem apoiar as crianças.

Outros dois elementos que têm que vir muito casadinhos com essa coisa da priorização curricular é a adaptação do material didático. Então, existe um material específico que prioriza essas habilidades e uma avaliação diagnóstica, que é aplicada constantemente, porque esses agrupamentos das crianças, nessas imersões, como acontece nos acampamentos do Quênia ou das escolas de verão na Argentina, você reorganiza as crianças em função do conhecimento que elas têm. Então, a avaliação diagnóstica é essencial para você ir fazendo essas enturmações focalizando nas necessidades que a turma apresenta.

Um outro elemento muito chave, talvez, e a primeira coisa que nos chegou quando a gente começou a construir essa trajetória de captar quais seriam as grandes defasagens, os grandes desafios que a gente teria que mirar, é esse acolhimento socioemocional. Como o Herton comentou muito bem, se rompeu um vínculo, um vínculo afetivo, um vínculo pelo espaço escolar, então, a gente tem que olhar para isso, para esse restabelecimento do vínculo e a gente tem que olhar não só para as crianças, mas a gente tem que olhar para os professores, para os profissionais da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseado nesse estudo que a gente fez, nesses grupos de escuta, no diálogo com os acadêmicos, a gente compreendeu que esses são os três grandes eixos que têm que ser vistos, objetivos que o sistema público tem que perseguir. O primeiro é manter o estudante na escola; o segundo é recompor as aprendizagens e diminuir as lacunas; e, o terceiro, promover o acolhimento na escola.

Gente, eu só numerei por... São três, mas não necessariamente nessa ordem. Essas três coisas têm que acontecer simultaneamente, conjuntamente, com muito foco e muita seriedade.

Baseado nessa fala que eu comentei do Todos pela Educação, o Brasil tem muito a aprender com o próprio Brasil. Quando a gente começou, a gente acompanhava pela mídia e a gente tem muito contato com as redes de ensino, algumas experiências no Brasil que atendem vários desses elementos, desses fatores críticos de sucesso. Não é uma lista exaustiva, há muitas outras coisas interessantes, mas é uma primeira seleção de experiências que nos pareceram muito importantes e que a gente está estruturando, o que eu comentei anteriormente, nesse cardápio, nesse banco de práticas. A nossa intenção é oferecer isso para as redes de ensino de uma forma muito detalhada, então, a gente vai apresentar algumas dessas soluções nesse documento, com um passo a passo de implementação, o que tem que ser feito, um pouco disso que eu fui falando de forma mais genérica, mas especificamente para cada uma dessas coluninhas e a gente também quer oferecer a modelagem financeira.

Tanto a Nalú... A Nalú falou muito da questão do financiamento no Brasil. É superimportante que a gente apoie os gestores públicos para executar o recurso a favor do combate a esses desafios causados e ressaltados pela pandemia. Então, esse nosso documento trará o passo a passo de cada uma dessas soluções, com que fonte de recurso eu posso utilizar e quanto custa cada uma delas. E a gente está tomando o cuidado de essa modelagem financeira ser feita para redes, para sistemas públicos de ensino de pequeno porte, de médio porte e de grande porte.

Então, vou passar aqui muito brevemente em cada um desses programas. Esse material que eu encaminharei a vocês apresenta um pouco mais em detalhe uma ficha técnica de cada uma dessas soluções e, assim que o cardápio, esse banco de práticas, estiver disponibilizado, sem dúvida, a gente vai compartilhar com vocês também.

Olhando aqui para esse grande objetivo de manter o estudante na escola, a gente destacou dois programas. Um é o programa Apoia, que é um sistema de gestão intersecretarial. Ele junta o Ministério Público, o Conselho Tutelar e a Secretaria de Educação para que a gente possa monitorar a frequência desses alunos na escola. E, quando a gente começa a observar uma infrequência grande do aluno, esse aplicativo notifica a Secretaria de Educação, o Conselho Tutelar e o Ministério Público – inclusive, o aplicativo é do Ministério Público. Essa é uma forma que a gente tem de monitorar a infrequência escolar e poder agir, buscar essa família, buscar esse aluno. Uma segunda estratégia que vem sendo implementada no Estado de São Paulo chamada Bolsa do Povo é um pagamento de bolsa para pais e responsáveis que estão desempregados e que possam apoiar nessa volta do estudante para as escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele é da comunidade escolar e pode apoiar na busca ativa, que é como se fala muito no Brasil, que é trazer os estudantes daquela unidade escolar que não estão voltando para a escola.

Aqui, no grupo de recomposição de aprendizagens e de mitigação de lacunas, a gente selecionou várias experiências, porque elas têm um pouco essas particularidades que eu fui comentando. Então, um é o Tá On!, e o LiberEdu, que vem sendo implementado no Rio de Janeiro, é uma tutoria *online*. Então, é como se fossem aulas de reforço escolar, e os alunos podem, por meio da plataforma... Há voluntários que estão na academia, que estão no ensino superior que se prontificam a ensinar os estudantes da rede pública. O Além da Escola, que também está sendo implementado em São Paulo, é um programa que focaliza habilidades prioritárias e é oferecido no contraturno do terceiro ao sexto anos do ensino fundamental. O Aprender Juntos acontece também por meio da flexibilização curricular, focalizando em habilidades-chave no turno regular. A gente tem o EduEdu, que está olhando para as turmas de alfabetização. Eu queria destacar que esse é um imenso desafio que a gente vai ter que enfrentar por conta do exemplo que eu dei anteriormente. A gente tem uma geração de crianças que não viveram o primeiro e o segundo anos e estão agora no terceiro ano, em que se espera que eles já saibam ler e escrever. E a orientação psicossocial é um apoio psicossocial como foi dito aqui, de contratação... A Secretaria de Educação contrata psicólogos que atuam dentro das unidades escolares. Ele está sendo implementado agora em Igarassu, em Pernambuco. Então, como eu comentei, cada uma dessas experiências segue detalhada aqui para vocês.

Eu vou já caminhando para o fim da minha fala contando para vocês como é que está o contexto, hoje, de reabertura das escolas.

Então, a gente tem um cenário nos Estados e nas capitais e um cenário um pouco distinto nos Municípios não capitais. Os Estados voltaram a abrir as escolas já entrando no segundo semestre de 2020-2021. Hoje a gente vê muitos Estados decretando a abertura obrigatória das escolas e as capitais também acompanhando isso. Na semana passada, foi divulgada uma pesquisa conduzida pela Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), em que a gente pôde constatar que 53% dos Municípios adotaram estratégias combinadas, presencial e remota; 34% dos Municípios, 100% presencial; e 12%, totalmente remoto.

E aqui a gente também vê um pouco do avanço da vacinação, especialmente dos professores, e a gente tem um lema que é assim: é muito importante que as escolas sejam as últimas a fechar e as primeiras a reabrir. Acho que é uma lição que o Brasil não conseguiu cumprir nesse período longo de pandemia, e, tomara que não aconteça, mas, se a gente tiver um avanço novamente da pandemia, que a gente zele pela abertura das escolas.

Então, fechando aqui, eu tenho poucos eslaides a seguir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que que a gente entende? Que esses objetivos de promover o acolhimento na escola, recompor aprendizagens e manter o estudante na escola é essencial que aconteçam desde a primeira infância até o ensino médio, mas é importante que isso venha associado ao fortalecimento das políticas públicas estruturantes no Brasil. Então, na primeira infância, como disse a Nalú muito bem, a gente tem que garantir o acesso à pré-escola e à creche para quem precisa e a gente tem que olhar para políticas que focalizem também a saúde e as famílias.

No ensino fundamental I a gente tem que ter um olhar muito atento à alfabetização. Como eu falei: a gente já tinha um contexto em que metade das crianças chegam à idade certa com o aprendizado esperado.

O Brasil tem que olhar com muita atenção para o ensino fundamental II, uma etapa tão importante na vida do sujeito, essa etapa em que ele deixa de ser criança, ele vai migrando para a vida, vai entrando na vida do adolescente, etapa em que ele deixa de ter só um professor diferente, há vários professores na disciplina, e é quando a gente começa a observar um índice de reprovação imenso. Então, a gente tem que fortalecer essa nossa base.

O ensino médio, como foi dito aqui, a gente, no ano que vem, vira a chavinha e a gente começa a ter o novo ensino médio implementado nos primeiros anos, com o aumento de carga horária.

A gente tem 18 Estados do Brasil com seus currículos homologados, já alinhados à Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, um grande sucesso e vamos adiante nisso.

O ensino médio integral – vou falar um pouquinho mais sobre ele – e o ensino técnico profissional.

Então, são agendas muito estruturantes para a gente investir, mas não são só elas. Existem alguns viabilizadores críticos no nível da escola, para que a gente tenha sucesso nos segmentos escolares.

A gente tem que ter um olhar muito atento para a profissão docente, desde a atratividade, de a gente atrair jovens engajados e qualificados para as faculdades de Pedagogia e licenciaturas, uma melhoria grande na formação inicial dos professores, que eles realmente estejam preparados para a prática docente, para lecionar, conheçam didática, além da teoria, e a gente tem que ter um olhar muito cuidadoso para a formação continuada e para a carreira. E o Congresso vem cuidando muito desses temas. Aqui é só um reforço da importância de que a gente persiga isso.

A gestão escolar. Então, os professores têm o respaldo dos gestores escolares. É essencial que o gestor escolar consiga olhar para as várias dimensões que acontecem na escola e que também tenha um olhar cuidadoso para o pedagógico, que possa, inclusive, apoiar em muitos desses objetivos.

E, do ponto de vista da implementação da Base Nacional Comum Curricular, hoje, a gente tem 100% dos Estados com referenciais curriculares alinhados à base e 97% dos Municípios. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve crescer no ano que vem e fechar isso. E aí é a hora de a gente entrar com muita força, com muita qualidade na implementação da base na sala de aula, nas práticas que acontecem com os estudantes.

E a gente entende que há alguns outros viabilizadores estruturantes.

Aqui, na governança, como o Senador colocou, o Sistema Nacional de Educação é chave e é chave, inclusive, para empurrar esses objetivos que a gente tem neste momento emergencial que o Brasil está vivendo.

A gestão da educação. Então, a gestão das secretarias municipais e estaduais.

O financiamento, o que eu não vou nem comentar, porque já foi superbem comentado aqui. A gente ainda tem a regulamentação do Fundeb adiante.

E a tecnologia como viabilizadora para essa aprendizagem. Várias das soluções que a gente traz contam com o uso da tecnologia. A gente sabe que o nosso jovem do fundamental II e do médio já é um sujeito muito tecnológico, muito ambientado. Como é que a gente usa a tecnologia a favor da educação.

Na nossa visão, essa é a agenda estratégica, muita ancorada no Plano Nacional de Educação, evidentemente, uma agenda que tem que mirar qualidade para todos. Qualidade para poucos não é qualidade.

Chegando ao fim da minha fala, eu queria comentar sobre o ensino médio integral, uma política que já vem acontecendo em 20 Estados brasileiros. O ensino médio integral visa à formação integral dos estudantes. Ele tem uma proposta pedagógica multidimensional, que olha para o projeto de vida desse estudante, para que, no ensino médio, ele consiga amadurecer essas escolhas. No seu formato, ele tem um acompanhamento muito próximo do professor, de professores de referência, de tutores. Ele vive experiências práticas. E ele é feito em tempo integral. Então, a gente diz que é uma educação integral em tempo integral. E os resultados são muito evidentes. É um programa que conseguiu contemplar muito bem esses esforços que este momento emergencial traz dentro do coração da proposta. Então, quando a gente compara os resultados tanto de desempenho quanto de rendimento, de fluxo, é bastante expressiva a diferença entre uma escola regular e uma escola de ensino integral – na primeira e na última linha.

Outra política muito essencial, que o próprio Senador comentou, é o Sistema Nacional de Educação. A arquitetura do sistema promove uma cooperação entre os níveis de Governo para construção e implementação de políticas educacionais mais eficientes e coerentes. Vai ser muito importante essa cooperação entre Estados e Municípios para que a gente possa oferecer, de uma forma mais equânime no Brasil, essas estratégias de recomposição de aprendizagem, de combate à evasão e de acolhimento.

A gente sabe que o Congresso Nacional tem um papel muito grande, quase como um farol, que vai mostrando para a gente o que a gente tem que olhar com atenção. Por isso, esse destaque aqui, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é superimportante o trabalho que vocês já vêm fazendo e que, com certeza, farão nos próximos anos em que encararemos esses imensos desafios.

Eu agradeço muito o espaço.

Estou à disposição para tirar dúvidas e aprofundar qualquer ponto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agradeço também a você, Maria Slemenson, uma apresentação também extremamente rica e importante à disposição de todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação para todos nós nos debruçarmos sobre o que vem sendo apresentado, os desafios, e convergirmos, tanto quanto possível, para um caminho seguro a favor da educação básica no Brasil.

Eu quero lembrar só algumas coisas antes de passar a palavra para vocês, expositores e expositoras, para as palavras finais. A Senadora Zenaide Maia pediu para lembrar que ela está acompanhando o nosso debate, a nossa discussão, mas está com problemas de conexão para também participar verbalmente, presencialmente, e deixa um abraço bom, afetuoso para o grupo todo, ela que é Vice-Presidente desta Subcomissão.

Foi falado no Sistema Nacional de Educação, porque ficaria tudo muito melhor, muito mais fácil se tivéssemos uma instância formalizada para se debater, discutir, negociar, ver como colaborar uns com os outros e, principalmente, pactuar. Precisamos saber, como o Herton já colocou antes, para os alunos traumatizados, como fazer essa articulação da saúde com a educação? O que pode ser feito? "Ah, a tecnologia". A gente sabe que a escola precisa da tecnologia, mas o aluno precisa da tecnologia em casa, porque não é só na escola, tem que ter em casa também, precisa haver o equipamento, os professores precisam ser formados também, ou, pelo menos, aperfeiçoados na metodologia. Então, o Sistema Nacional de Educação vem sendo levantado como algo fundamental para fazer essa articulação, negociação e tudo mais. Agora, todos nós estamos preocupados em ver como o aluno está, fazer a avaliação diagnóstica também, como foi colocado, e muito bem. Em função dessa avaliação, ver os materiais, a formação, a discussão.

E eu até queria lembrar a vocês, se quiserem abordar alguma coisa, porque a gente, eu pelo menos, fiquei sempre muito bem impressionado com o trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem um sistema de avaliação nacional – não é igual para todo o Brasil, mas pode ser adaptado para cada realidade –, que permite você saber como é que o Estado está indo, a região, o Município, a escola, a turma e o aluno, inclusive. Qual é a dificuldade do João, a facilidade da Maria, quando é que precisa haver a interação, não é? E isso permitiria, inclusive, a formação de professores para o atendimento específico das necessidades individuais de cada aluno. Eu penso que... Não sei como é que vocês pensam também, mas a expressão que o Herton, volto a falar, usou "os alunos traumatizados", são os alunos traumatizados mesmo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parentes que morreram, parentes que foram para o hospital, ficaram em casa, tantas dúvidas, tanta agonia. Como fazer com que isso possa fazer parte de um pacto no Sistema Nacional Educação com educação e saúde, não é? Talvez necessariamente é preciso haver o psicólogo contratado na escola, mas haver essa orientação na área da psicologia, do serviço social, do médico, da Medicina. Falta essa articulação maior, eu diria, e inclusive uma expressão que vocês usam que é o "acolhimento socioemocional". Não é só acolhimento, é o acolhimento socioemocional.

E como é que vocês veem essa questão da tecnologia? Todos nós falamos de tecnologia, de exposição, inclusive, nos índices no Paraná, Estado donde eu venho também. No Paraná, o índice de cobertura nas escolas é bastante elevado, mas eu me impressiono, inclusive, com esse índice porque, indo para Municípios próximos de Curitiba, aqui a 50km, a 60km, e Municípios prósperos... No litoral, por exemplo, há Municípios em que nenhuma escola tem internet, não existe computador em nenhuma escola. Mas não é só isso, quer dizer, não existe internet na casa do aluno, ou, quando existe, você tem que pagar R$140, R$130 por ela, o que a torna inviável. E, se estudar num celular é algo impossível para um adulto, quanto mais para uma criança? Temos que ter um equipamento minimamente agradável, bom para isso, não é?

Então, eu penso que as falas de vocês foram extraordinárias, eu diria, e muito boas: "Vamos pensar no financiamento, no recurso, vamos ver o que aconteceu antes, agora e para a frente", como foi colocado pelo Inep também. E também toda essa sugestão, todo esse caminhar que já existe em tantos lugares, como a Maria acabou de colocar pelo Instituto Natura, tudo isso tem que ser sintetizado num plano, numa proposta, numa proposta nacional, estadual, municipal com a participação da sociedade, com recursos, com educação em tempo integral.

Eu já fui Secretário de Educação aqui no Paraná e eu dizia para os diretores e as diretoras: "Olhem, vocês sabem, vocês conhecem os alunos. Então vocês têm o direito de dizer para aqueles alunos que vocês sabem que é preciso ficar na escola, e eles ficam o dia inteiro na escola. Não sou eu que vou dizer para vocês, vocês conhecem o aluno pelo nome, conhecem a família, sabem onde é que eles moram, se ele está com problema de drogas, más companhias e não sei o que mais e precisa recuperar". Passa! Vamos lá! Vamos fazer uma proposta! Dar um pouco de liberdade, como foi colocado no PDDE (Programa Dinheiro Direto da Escola) também, porque é tão importante a merenda – isso é essencial –, como o transporte escolar. São pontos muito importantes para um novo tempo na educação.

Então, nesse sentido eu agradeço a vocês, mas peço que vocês façam as considerações finais também, até inclusive em função do que vocês escutaram uns dos outros.

Começo com a Nalú de novo.

A SRA. NALÚ FARENZENA – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Com cinco minutos, mais ou menos, para cada um.

A SRA. NALÚ FARENZENA (Para expor.) – Está bem. Vou marcar aqui e procurar observar o tempo. Qualquer coisa o senhor pode me avisar.

Queria fazer um comentário que liga um pouco do que foi apresentado pela Maria e também pelo Herton, que tem a ver a menção mais explícita à atuação de psicólogos, assistentes sociais. Vamos lembrar que já existe uma lei que determina, vamos dizer assim, a atuação desses profissionais no âmbito das redes escolares públicas. Então, a ação intersetorial é muito importante. E tão importante quanto esta ação intersetorial é o que o Senador Flávio Arns colocou: é a participação social, a participação das comunidades escolares também, em monitoramento, em acompanhamento e nas decisões. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou, no ano passado, uma série de guias para orientar comunidades escolares, então não só professores, gestores, funcionários de escola, mas também os estudantes e seus responsáveis. Então, é muito importante.

Mas eu queria fazer uma observação, porque o momento atual eu acho que exige, no que diz respeito inegável à importância dos serviços combinados e em atuação de equipes multiprofissionais da saúde, da assistência social, da educação, dos setores de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de segurança alimentar e nutricional também. Tudo isso é muito importante, porém o que está acontecendo nesse momento, no âmbito do debate da atualização da lei do Fundeb, do nosso ponto de vista – eu falo em nome também da Fineduca –, é um grande equívoco.

Então, por um lado é ou não é importante a atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da educação? Sim, é importante. Com recursos financeiros das respectivas áreas. O que se fez e quer se manter atualmente é que esses profissionais sejam pagos com recursos do Fundeb. O Fundeb agora acabou virando tudo. É como se só existisse o Fundeb em termos de recursos para a educação, que é o mesmo que acontece de querer colocar no âmbito do Fundeb o Sistema S. Então, reafirmar a importância destes serviços neste momento e posteriormente, mas não no âmbito do Fundeb o seu pagamento, mas não com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, senão a gente acaba tirando da educação essa proteção que tem, que é da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Também queria fazer um comentário em relação à inclusão digital, que foi mencionada aqui pelo Herton, pela Maria, pelo Senador também. É um ponto muito importante. Então, em relação à inclusão, a gente tem estudos também; muitos, muito bons. Há, por exemplo, um estudo do Ipea, que foi feito calculando o quanto deveria ser necessário para garantir a inclusão digital para estudantes das escolas públicas brasileiras com a estimativa sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um estudo muito bom também do Instituto de Defesa do Consumidor, o Idec, sobre inclusão digital; na verdade, sobre inclusão e exclusão digital, sobre as duas coisas, e sobre os desafios que se apresentam, entre outros estudos que foram feitos.

Eu gostaria de colocar para os Senadores antes de concluir que é muito importante pensar em inclusão digital, sim, embora nós saibamos que há muitas experiências muito boas, muito ricas, que foram desenvolvidas pelo Brasil afora no período de ensino remoto e que não envolveram o digital, vamos dizer assim, mas outras soluções que permitiram, inclusive, o acesso aos materiais e o contato com as escolas de um outro jeito que não foi o digital. Isso foi importante e continua sendo importante.

Quanto às ações de inclusão digital no âmbito nacional – eu sei que há muitas no âmbito dos Estados e dos Municípios –, eu queria chamar atenção pra uma certa confusão, ou sobreposição, que está acontecendo, porque nós temos atualmente a Lei 14.180, de 2021, que é o Programa de Inovação Educação Conectada; a Lei 14.172, de 2021, cuja iniciativa é do Congresso Nacional – a anterior foi do Executivo –, pra garantir acesso à internet pra fins educacionais; e agora o programa que foi lançado pelo Poder Executivo, o Internet Brasil, que é para acesso de estudantes de famílias registradas no Cadastro Único. Então, assim, a atenção que estou chamando... Não estou desvalorizando nenhuma dessas ações, mas colocando a importância de que não haja sobreposições e que, de fato, sem sobreposição, o Poder Executivo Federal possa apoiar Estados e Municípios por meio de assistência financeira pra que isso ocorra.

E já que a Maria trouxe experiências, ressalto que nós teríamos, no Brasil, muito a aprender em relação à inclusão digital com o Plano Ceibal, uruguaio, que é, na verdade, um computador por aluno e que associa não só acesso à internet, mas também toda a elaboração, por meio do sistema público uruguaio, sem contratação de empresas de consultoria e tal, com o trabalho dos professores uruguaios também, de uma ampla gama de material que é utilizado para garantir os fins educacionais da inclusão digital.

Então, é isso, muito obrigada. Em nome da Fineduca, agradeço o convite, a oportunidade de debatermos temas tão relevantes da nossa educação, da nossa política educacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu é que agradeço, Nalú, em nome da Subcomissão. Foi, como sempre, uma participação muito importante e tenho certeza de que vamos continuar conversando sobre isso no decorrer do ano. A conversa vai ser permanente.

Passo a palavra ao Herton Araújo, do Ipea, Diretor Adjunto de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que tanto orgulha o Brasil.

Com a palavra, Herton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO (Para expor.) – Só queria agradecer. Foi muito rico participar dessa discussão.

A Maria trouxe elementos muito interessantes e muito articulados. Nós temos uma sociedade civil bem organizada, eu acho que isso é importante para a educação. A educação no Brasil está dando certo. Ao contrário do que falam, está dando certo a educação no Brasil. A gente está evoluindo muito, a passos largos.

Claro que a pandemia vai ser uma pedra no caminho dessa evolução. Então, a gente tem que discutir mesmo como refazer esse aprendizado depois da pandemia.

Acredito que a sociedade civil brasileira está organizada: há a Todos pela Educação, há a Fundação Lemann, há todas essas instituições, elas estão articuladas, o Congresso está todo articulado para fazer uma educação de qualidade, o Executivo também. Eu acho que temos tudo a nosso favor.

Então, eu sou muito otimista com relação à educação brasileira. Eu queria deixar esta mensagem aqui: eu sou muito otimista, acho que está dando certo e vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem, Herton. Eu compartilho com você também que há pessoas que dizem que está tudo ruim. Eu digo que não está tudo ruim; temos coisas muito boas, como você próprio levantou, as notas das séries iniciais do ensino fundamental, das séries finais do ensino fundamental, os avanços no Fundeb, o financiamento, as dificuldades.

Agora, temos muitos desafios e temos que olhar principalmente para o Plano Nacional de Educação, analisar aquilo que todos nós nos propusemos a fazer e temos que avançar através de uma articulação de esforços.

Muito bom! Obrigado pela presença, Herton.

Passo a palavra para a Maria Slemenson, do Instituto Natura. Foi mencionada a Fundação Lemann, que também já esteve presente, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Todos pela Educação, todo mundo unido a favor da educação básica.

Por favor, Maria.

A SRA. MARIA SLEMENSON (Para expor.) – Acho que, nesse item das celebrações, dos avanços do Brasil, uma celebração que não pode passar batida e em que o Senado Federal teve um papel essencial é justamente o avanço do Sistema Nacional de Educação, que agora também passou na Comissão de Educação na Câmara, e a gente está torcendo muito para que vá ao Plenário. Então, como cidadã e como profissional da educação, é um avanço que me entusiasma muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o meu comentário final é este: não existe bala de prata, não é uma solução isolada que vai resolver o problema; é um conjunto, é uma visão sistêmica. É um pouco do que eu tentei construir na minha fala: que a gente consiga ver esse todo, e é esse todo, conjuntamente, que vai entregar o que a gente sonha para toda criança, para todo estudante do Brasil, a gente acreditar muito nessa visão sistêmica mesmo, ser um bom professor. A gente não consegue mudar a aprendizagem dos estudantes, mas há uma base que norteia. O que as crianças aprendam também não é possível, e tem que haver financiamento para tudo isso.

Então, o conjunto da obra é superimportante e o Senador fez este comentário que para mim é muito importante: que a gente precisa de um plano. As redes em nível estadual, municipal e a União têm que ter um plano de enfrentamento que olhe para esse todo.

Então, acho que é com isso que eu me despeço e com muito otimismo também.

Vejo a sociedade civil muito organizada. Mencionei a Fundação Lemann, o Instituto Sonho Grande – é um imenso aliado estratégico –, o Instituto Natura – juntos, estamos apoiando o ensino médio integral –, mas não só com essas organizações. A sociedade civil com o Todos pela Educação, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Itaú Social, o Instituto Unibanco, enfim, estamos todos muito articulados para tentarmos fazer o melhor apoio ao sistema público de ensino com foco, evitando a dispersão. Acho que é também essa outra mensagem que todos nós temos que buscar.

Então, muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Também agradeço, então, à Maria Slemenson, Gerente de Projetos do Instituto Natura; ao Herton Araújo, que é Diretor do Ipea para essa área de Estudos e Políticas Sociais; e à Nalú Farenzena, que é Presidenta da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação).

Qualquer material que vocês julguem relevante para o debate, o aprimoramento, o aprofundamento da audiência de hoje, por favor, será muito bem-vindo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e nesta Subcomissão.

Eu quero agradecer a toda a infraestrutura do Thiago, que é o Secretário da Comissão de Educação, a todos os que fazem parte da Comissão, sempre dando o apoio necessário para que as audiências públicas aconteçam de maneira proveitosa e a contento, e aos meios de comunicação do Senado, porque termos uma infraestrutura, como já foi colocada, da Ouvidoria, da internet, do Portal e-Cidadania, dos telefones, tudo é muito importante para a participação da sociedade. E a todos e todas que nos acompanham: também é uma audiência para recepcionar tudo aquilo que as pessoas julguem importante, para nós chegarmos no final com o resultado do nosso trabalho, do nosso esforço sendo fruto de uma dedicação coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que bom! Agradeço novamente, ficamos à disposição. Deixo um abraço grande.

Está encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Confúcio Moura. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Apreciação de Relatório**. **Finalidade:** Discussão e votação do Relatório (2021) da Subcomissão. **Resultado:** Relatório aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão permanente de educação na pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O objetivo da presente reunião é o de examinar o relatório apresentado pela Subcomissão de educação na pandemia.

Nesse sentido, eu quero destacar que esta Subcomissão é composta de cinco membros, uma Comissão temporária. O prazo da Subcomissão foi estendido para todo o ano de 2022, para acompanhar a implementação das ações relacionadas no relatório. É composta por cinco membros: por mim próprio; também pela Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente; Senador Wellington Fagundes; também o Senador Confúcio Moura; e o Senador Antonio Anastasia.

Foram realizadas, como já foi dito, nove audiências públicas. Esta é a 10ª Reunião. A 1ª Reunião foi para apresentar o plano da Subcomissão e as oito audiências seguintes, convidando inúmeras entidades da sociedade para que pudéssemos trazer, sob três pontos de vista, o que se pode refletir e pensar em termos de educação na pandemia.

O primeiro item da Subcomissão sempre foi verificar o que foi feito ou deixou de ser feito durante a pandemia. O segundo aspecto: o retorno às atividades educacionais, como isto vem acontecendo pelo Brasil e o que está sendo feito ou deixou de ser feito. E o terceiro aspecto importante: apontar para o futuro, o que nós desejamos em termos do que possa acontecer para a educação no futuro.

Fruto desse esforço de todas as audiências públicas, da presença dos Senadores e Senadoras, das perguntas e comentários de todos que acompanharam pelos meios de comunicação do Senado, foi feito, então, o relatório. E esse relatório da Subcomissão apresentou 40 propostas de encaminhamento na área da educação, na área da saúde, também para outros setores, para o próprio Senado também.

E o relatório teve uma metodologia, eu diria, interessante, com o apoio da Consultoria do Senado e com a assessoria dos gabinetes, de não fazer o relatório de cada audiência pública, mas, sim, como se pode ver pelo próprio índice do relatório, tomando-se aspectos, conceitos importantes debatidos nas várias audiências públicas e trazendo as opiniões e os encaminhamentos dos expositores, conforme esses vinham acontecendo, no decorrer das audiências. Por exemplo: saúde mental, a necessidade de acolhimento, a interação que tem que haver entre a educação e a saúde. E isso foi abordado por vários e várias dos expositores e expositoras. Então, isso passou a constituir um item, um título, vamos dizer assim, do relatório final.

Para nós sintetizarmos, nós, em vez de lermos as 40 proposições, que estão para serem analisadas pelos membros também, estão sendo analisadas e depois, amanhã, tudo isso vai ser apresentado também para a própria Comissão de Educação, na 25ª Reunião Extraordinária da Comissão, que vai orientar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos trabalhos, que vão continuar no ano que vem. Então, será, sim, o roteiro, o caminho que será seguido para a continuidade dos trabalhos.

Eu quero sintetizar pelo menos as principais preocupações em termos de cinco – cinco, número cinco. Então, a primeira delas, importante, é o acesso educacional. Então, realizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar. Inclusive, está sendo proposto que a Comissão, a Subcomissão possa assinar um projeto de lei para que, no ano que vem, tenhamos o ano da busca ativa dos alunos e alunas, crianças e adolescentes, para que estejam na escola, voltem à escola, inclusive com uma proposta de realização de uma sessão temática já no início do próximo ano, para se dar visibilidade a esse assunto.

O segundo aspecto, bastante importante, é levantado fazendo uma síntese das 40 propostas: permanência na escola, criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, seja acolhido; que a educação, o profissional tenha o apoio do profissional da saúde com protocolos de segurança sanitária, como, aliás, foi bem abordado nas audiências públicas também, inclusive pela Fiocruz, com oferta de alimentação de qualidade, questão da merenda escolar; transporte escolar, inclusive para se chegar à escola; e política de acolhimento socioemocional – cuidar da saúde mental.

Terceiro aspecto: recomposição de aprendizagem. Isso significa, entre outras coisas, como se pode ver no relatório, instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com o aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente. Então, são vários aspectos, das 40 recomendações, que entram nesse terceiro tópico.

O seguinte seria a conectividade, que é garantir o acesso a dispositivos com internet de alta velocidade. Isso foi objeto de abordagem também por inúmeras pessoas que estiveram presentes no decorrer das audiências e também garantir acesso à internet a estudantes e professores da rede pública de ensino. Então, não só para os alunos, mas para os professores e com equipamentos adequados para que o aluno tenha acesso, bem como o professor tenha acesso através de equipamentos adequados.

Infraestrutura das escolas. Assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício do direito à educação. Muito se debate sobre escolas que não têm um banheiro, água potável, biblioteca. Os números são enormes, são milhares de escolas. Então, assegurar que isso aconteça.

E olhar com muita atenção o orçamento da educação. Elevar substancialmente. É necessário o financiamento, o orçamento, os investimentos educacionais nos próximos anos, considerando que a execução orçamentária da educação tem sofrido severos cortes nos últimos exercícios. Então, é preciso um olhar atento para que o acesso educacional – os itens anteriores –, a permanência na escola, a recomposição da aprendizagem, a conectividade, a infraestrutura tenham o financiamento, o orçamento adequado. E não haver perdas, como as audiências apontaram, em termos da diminuição do recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponível para a área da educação, quando deveria ter ocorrido exatamente o contrário: se há prejuízo, se há perda, se há tanta dificuldade na infraestrutura, o financiamento tem que ser maior.

Eu quero dizer que, da minha parte, o relatório aponta para isso tudo que aconteceu. É um relato, tem uma introdução; o relato de todos esses itens bastante detalhados. É um relatório de aproximadamente 70 páginas, que não vamos ler porque isso demandaria também tempo, mas é uma leitura obrigatória para todos aqueles que se dedicam à educação. Há as considerações finais na estrutura do relatório e, após as considerações finais, as recomendações, 40, que, em termos de prioridade, se encaixam também, para que a gente possa, assim, se alguém perguntar quais são os itens principais que vão ser abordados, na minha ótica, pelo menos dizer aqueles itens que acabei de mencionar: acesso à escola; permanência na escola; vai ver a aprendizagem; recompor o que aconteceu, as perdas; se houver outra cepa, outra variante, nós temos que ter a conectividade, para não sermos pegos de surpresa novamente – independentemente de cepa, de variante, a conectividade é importante –; infraestrutura; e, dando sustentação a tudo isso, financiamento.

Então, é um relatório com a contribuição da Comissão de Educação, do Thiago, da infraestrutura, da Consultoria do Edmar particularmente, do Diogo, do Aires, de tanta gente que contribuiu decisivamente. É um relatório que se apresenta para a Comissão, caso a gente decida assim também hoje concordando com o conteúdo do relatório, para que amanhã possa ser apresentado na 25ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Fica em aberto se alguém quiser se manifestar em relação ao relatório também.

Senador Wellington, Senador Anastasia, a palavra está...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Wellington Fagundes, que bom, é uma alegria vê-lo, revê-lo, e a palavra está com V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Meu caro Senador Flávio Arns, nossa Senadora Zenaide, todos os companheiros desta Subcomissão e todos os brasileiros que nos assistem, eu quero transmitir aqui a minha satisfação de poder tê-lo como líder nesta Subcomissão. V. Exa. é uma pessoa extremamente respeitável, conhecedor da área, e com certeza esse relatório vai contribuir também muito na Comissão de Educação.

Eu já gostaria aqui de também pedir, Senador Flávio Arns, a sua autorização para poder anexar também esse relatório ao meu relatório da Comissão da Covid, porque entendo a importância que representa essa contribuição da Subcomissão de Educação do Senado da República.

E aqui, ao encerrar os trabalhos desta Subcomissão, eu gostaria também especialmente de trazer aqui os parabéns por essa iniciativa, que trouxe ao Senado Federal o debate mais profundo sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação na pandemia e, por que não dizer, no pós-pandemia, já que caminhamos com fé e esperança, a largos passos, para vencer essa grave crise sanitária que se abateu sobre todo o mundo.

E aí, como Relator da Comissão Temporária da Covid-19, fiz questão de acompanhar de perto tudo que se discutiu na vigência desta Subcomissão, ainda mais levando-se em consideração a minha designação para ser o Relator do Orçamento da Educação em 2022 junto à Comissão Mista de Orçamento, o que muito me honrou, claro.

Os debates aqui fomentados foram fundamentais para orientar nossas ações na relatoria setorial da Comissão de Orçamento, porque, sem dúvida alguma, o PLOA, ou seja, o Orçamento de 2022, a ser votado pelo Congresso Nacional ainda agora, provavelmente na quinta-feira, amanhã ou sexta, é, sem dúvida alguma, o mais importante orçamento da história do nosso País.

Foi aqui nesta Subcomissão, por exemplo, que ouvimos especialistas apresentarem cálculos sobre o tempo que levará para o Brasil superar o déficit causado à educação pela pandemia do novo coronavírus.

Foi aqui também, Senador Flávio Arns, possível que pudéssemos conhecer melhor o tamanho do desafio que é o de garantir a reabertura das escolas com segurança aos alunos, professores e todos os demais trabalhadores do ensino. Esses fatos nos levaram, inclusive, como Relator setorial do orçamento, a procurar trabalhar conjuntamente com o Relator Domingos Sávio, que é o Relator do Ministério da Ciência e Tecnologia, porque, ainda mais no pós-pandemia, a educação terá que estar trabalhando conjuntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem feito um trabalho brilhante também, principalmente no desenvolvimento de pesquisas de vacinas, de insumos, respiradores e tantas necessidades que foram implementadas exatamente no momento crucial em que começou a pandemia no Brasil.

Também foi aqui que ouvimos os problemas que a pandemia causou aos nossos estudantes e se revelou o quanto precisamos avançar nos projetos de ensino à distância com a preparação das escolas e também dos nossos alunos no combate à evasão escolar que atingiu valores extremamente preocupantes.

Por tudo que ouvimos, firmamos a convicção de que, sem dúvida alguma, precisamos recuperar o tempo perdido, e isso implica em firmar a garantia de que não podemos e não vamos deixar um estudante, um aluno sequer para trás. Muitos terão que ser literalmente buscados em suas casas, como V. Exa. acabou de falar, e vamos alicerçar ações para que esses estudantes possam retornar às salas de aulas.

A conjuntura fiscal, todavia, é muito preocupante. Por isso mesmo, até o último momento estaremos trabalhando junto com a Presidente da Comissão Mista de Orçamento, a nossa querida Senadora Rose de Freitas, e também junto ao Deputado Federal Hugo Leal, que é o Relator Geral do Orçamento, no sentido de agregar mais, Senadora Zenaide, 4,5 bilhões ao orçamento da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem à noite e hoje pela manhã inteira estivemos reunidos com toda a Comissão de Orçamento através de todos os Líderes, 100%, e colocamos como principal foco a recomposição de todo o orçamento da educação. E, hoje, estamos fazendo contato também junto ao Ministério da Educação, Ministro Milton Ribeiro, ao Ministério da Economia e, claro, também junto ao Presidente Bolsonaro, e quero aqui citar também a Ministra Flávia, que é a Ministra de Governo.

Vale ressaltar ainda a relevância da educação, que é compartilhada por todos os componentes da nossa Comissão. Por isso eu quero dizer, Senador, que firmamos um pacto intransponível de absoluta prioridade para o setor da educação. De forma, Senador Flávio Arns e demais membros desta Subcomissão, que registro que o trabalho aqui desenvolvido foi de grande relevância para a configuração daquilo que é voz firme e corrente no seio da nossa sociedade: a máxima e absoluta prioridade em 2022 para resgatar o grande passivo social aberto pela pandemia, e a educação seguramente é quem irá ditar o ritmo dessa recuperação.

Mas quero aqui, ao encerrar, dizer da importância de agregarmos também a família às nossas escolas, porque ensinar é um compromisso da escola; educar é um compromisso da família. Então eu inclusive sugiro – tenho conversado isso com o Ministro da Educação – a possibilidade de, além de estendermos, ampliarmos o ensino integral, também que as nossas escolas possam funcionar nos finais de semana, para que as famílias estejam presentes dentro da escola para discutir com os professores, com os alunos, como é o grande exemplo da associação de pais e mestres com a alimentação escolar. Antigamente, a merenda escolar era comprada de forma centralizada em Brasília. Hoje não, ela já está escolarizada, e quando a família participa, junto com a direção da escola, procura um produto de mais qualidade, com menor preço; e, claro, quem ganha com isso é principalmente todo o desenvolvimento da nossa educação.

Eu termino aqui dizendo muito obrigado a todos mais uma vez, enaltecendo o trabalho e a cooperação deste primoroso trabalho da nossa Subcomissão liderado pelo Senador Flávio Arns.

Senadora Zenaide, eu acho que V. Exa. já pode ocupar... Não estou no exercício da Presidência, mas, como o Senador Flávio Arns teve que se afastar um pouquinho, eu gostaria já de passar a palavra à senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Com certeza.

Presidente, amigo Wellington Fagundes, nosso Presidente desta Subcomissão temporária, eu queria dizer que eu dei uma olhada e, quando a gente é médico, tem um olhar de sempre... Eu vi que esta Comissão tem um relatório de uma importância fundamental. Trouxemos pessoas com *expertise* na educação, na saúde também, e esses seis meses em que a gente trabalhou nisso aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, mas já é o Wellington que está assumindo.

Wellington, é porque estão me dizendo... Eu digo: Wellington já assumiu. É porque caiu a internet. Ele já está na Presidência.

Então, quero dizer o seguinte: esse relatório está muito bom, porque ele mostra... A gente teve, como eu falei, gente com *expertise* em educação, que, com essas audiências públicas, deu visibilidade à população, ou seja, a gente chegou a um diagnóstico, que é esse relatório. E as 40 recomendações, Wellington, Flávio Arns, são de uma importância tão grande que eu acho que, quando a gente as apresentar, depois de apresentado amanhã esse relatório na Comissão de Educação, a gente deve distribuí-las às secretarias estaduais de educação.

Nós vamos entregar um relatório que diz o que deve ser feito, desde a busca ativa das crianças e adolescentes que abandonaram a escola no período da pandemia até a incorporação de novas tecnologias. A pandemia mostrou para o povo brasileiro e para a gente que não tem como termos alunos sem acesso à tecnologia. Por isso eu sugiro que a gente encaminhe essas recomendações aos Estados brasileiros. Isto aqui será um guia para eles, ou seja, eles pegam um estudo que fizemos, com os maiores entendedores de educação deste País, com grande experiência, que ainda mostra as soluções com esses 40 itens. Eu li esses 40 itens e fiquei encantada com isso.

Eu, particularmente, acho que, além de mandarmos para as secretarias estaduais de educação, para terem uma orientação sobre isso, avaliar, eu quero mandar para todas as secretarias municipais de educação. Gente, isso é um diagnóstico, e mandamos tudo para eles verem quem participou disso, porque ainda mostra as soluções nos 40 itens. Dificilmente alguém vai dizer que não é necessário isto aqui. Cada Município e cada Estado vão ver, das 40 orientações, dos 40 itens, quais são os que eles já estão executando e quais são os que eles não estão executando.

Então, quero louvar esse relatório, que está muito bom, muito bom! Eu li aqui. Ainda peguei minhas assessoras e fomos grifando as coisas mais importantes. Então, amanhã, a gente vai apresentar esse relatório, parabenizar o Flávio Arns e todos que contribuíram; o Anastasia e todo mundo que contribuiu com esse relatório. É conhecimento que a gente vai passar, e conhecimento é poder. Nós estamos passando conhecimento para a educação dos nossos Estados e dos nossos Municípios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Senadora.

Na ausência do Senador Flávio Arns, e não havendo mais ninguém inscrito, nós, antes de encerrarmos, gostaríamos de dizer algumas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levaremos suas observações, com certeza. Eu já até falava aqui com a minha assessoria que precisamos produzir esse material, quem sabe pela própria Comissão, para que cada Parlamentar possa mandá-lo para as escolas. Isso será algo que irá embasar um direcionamento para todas as nossas escolas.

A gente sabe o que significou, principalmente no início da pandemia, a falta de planejamento, porque, claro, na surpresa de uma pandemia é impossível estarem todos planejados, mas faltou principalmente um norte e a definição de uma mesma política. Acredito que agora nós tenhamos tempo para planejar a retomada das nossas crianças na escola.

Então, antes de encerrar, eu vou passar novamente para a Senadora Zenaide. V. Exa. está com a palavra, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Senador Wellington, eu quero... o Senador Flávio Arns pediu para eu... Esta é a fala ele iria fazer – ele não conseguiu retornar.

Ele colocou o seguinte.

Ante o exposto, desde 2019 até o presente ano, segundo o recente estudo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, o orçamento do MEC, do Ministério da Educação e Cultura, no tocante à educação básica, tem sido sistematicamente desidratado – a gente sabe disso, Wellington, que têm sido retirados recursos da educação. Vale dizer que o executado está muito abaixo dos valores que estavam autorizados, o que para mim é o mais grave, não se pode admitir que, havendo recursos, eles não sejam executados numa situação tão grave como essa.

Tal constatação indica que aquele órgão ministerial não tem cumprido a contento a função supletiva e redistributiva em matéria educacional, a qual impõe à União o dever constitucional de dar assistência técnica e financeira às redes públicas de ensino, de modo a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade, conforme nos ensina o art. 211, §1º, da CF de 88, a Constituição Federal.

Essa constatação, eu estou dizendo que a gente tem que dar visibilidade a ela. Já havia poucos recursos com a PEC do Teto, mas, mesmo assim, os poucos recursos que foram destinados e que estavam disponíveis não foram utilizados. Nesse relatório é mostrado isso aí em gráficos, uma coisa que, como o Senador Wellington falou, é uma coisa que se tem que olhar no orçamento. Nós não vamos permitir que, além do que se retira do orçamento da educação – lembro essa luta dos Senadores para recompor os recursos da educação –, a gente ainda tenha que trabalhar para poder o ministério executar os recursos que estão lá.

Obrigada, Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Zenaide e todos que estão nos assistindo, eu acabo de receber agora uma ligação do Senador Flávio Arns pedindo para que eu suspendesse por dez minutos esta reunião. Provavelmente é porque ele teve um impedimento e gostaria de fazer o encerramento. Então, da nossa parte eu quero dizer que vamos, sim, suspender.

Mas, Senadora Zenaide, eu quero fazer justiça principalmente à Senadora Rose de Freitas. Ela, como mulher, como mãe, compreendendo a importância que representa o Orçamento da União para o ano que vem, e ela como Presidente da Comissão, desde o primeiro dia bateu o pé firmemente dizendo que não aceitaria aprovar o Orçamento da União se não fosse feita a recomposição no orçamento da educação.

Claro que ciência e tecnologia também são muito importantes, e eu falo isso principalmente como Relator na Comissão da Covid – V. Exa. me ajudou a aprovar o projeto que apresentei para permitir que também o parque industrial de saúde animal pudesse fabricar vacina no Brasil.

Hoje, Senadora Zenaide e todos que nos assistem, quero trazer aqui a tranquilização à população, no sentido de que o Brasil está pronto, preparado, com pesquisas já 100% nacionais bancadas, financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. E foram 14 pesquisas, sendo que quatro delas já estão na fase final; em relação a uma, já na final de teste, inclusive já está definido que a gente vá a Salvador, na Bahia, para fazer a primeira aplicação nos braços das pessoas. É um consórcio onde também a Cimatec, a Universidade da Bahia e o Senai se fazem presentes.

Quero ressaltar aqui também o grande trabalho feito pelo Butantan e a Fiocruz. Nós da Comissão tivemos oportunidade, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministro da Saúde, Queiroga, com a Ministra da Agricultura, Tereza, com a Anvisa, com toda a diretoria e também com o Almirante Barra, de visitar esses parques industriais do Brasil, principalmente o Butantan e a Fiocruz. Quero aqui trazer para a população o meu grande entusiasmo de ver como esses dois institutos, Butantan e Fiocruz, estão se preparando cada dia mais, tanto para a parte de diagnóstico e pesquisas como na fabricação de vacinas. Os dois institutos já se ampliaram bastante, com construções modernas, com investimentos altíssimos que estão sendo feitos, para que o Brasil possa, ano que vem, fabricar vacinas suficientes para todos os brasileiros e ainda exportá-las.

Como o Ministro Pontes tem dito, nós precisamos fazer uma transformação na questão das pesquisas no Brasil. Temos que tirar as pesquisas das prateleiras; as pesquisas têm de estar casadas com a indústria para gerar nota fiscal, gerar emprego, gerar oportunidade para os brasileiros que aqui vivem.

Nesse aspecto, eu quero parabenizar também os nossos cientistas, que têm feito um trabalho brilhante. Hoje o Brasil é um dos únicos países que já é detentor de uma tecnologia, já em fase final, de um soro para tratamento da covid. Principalmente agora, com mais essa cepa de origem africana, não podemos vacilar. Nós temos que ter os recursos necessários, disponíveis, para que o Brasil possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente não só fabricar a vacina, até porque, Senadora Zenaide, já que V. Exa. é médica, eu ouvi dos cientistas que a terceira dose tem a capacidade de imunizar, de estimular o nosso organismo até dez vezes mais na produção de anticorpos. Então, também é importante aqui recomendar a todos que tomem a terceira dose.

O Brasil é um grande exemplo no mundo. Conseguimos chegar, mesmo com todas as dificuldades, a ser agora o país que mais vacinou no mundo, e isso graças, principalmente, ao SUS, a esse grande programa, o maior programa de saúde pública do mundo, e também à própria população brasileira, já que mais de 95% querem, aceitam ser vacinados, enquanto nos Estados Unidos hoje mais de 30%, 40% da população não quer a vacina. O brasileiro sabe da importância. Quem não se lembra dos Zé Gotinha? Quem não se lembra das grandes campanhas feitas no Brasil?

Portanto, o caminho é esse, é produzir vacinas e ainda, claro, investir na ciência e tecnologia para que a gente também tenha medicamentos e a nossa rede hospitalar pronta, preparada para qualquer necessidade de mais emergência.

Senadora Zenaide, não sei se V. Exa. gostaria de falar ou se eu posso suspender a reunião. (*Pausa.*)

Bom, então, eu vou suspender.

Só quero aqui citar também o Presidente do Butantan, Dr. Dimas, que nos recebeu, com toda a diretoria, muito bem. E aqui eu tenho o dever de falar também do Senador Confúcio Moura e do Senador Styvenson Valentim, que assumiram a Presidência da Comissão da Covid nos últimos meses. Ele também esteve conosco nessas viagens. E eu quero agradecer aqui também ao Instituto Butantan, a toda a sua diretoria e a seu Presidente.

Então, deixo aqui um abraço a todos.

Fica suspensa a reunião por dez minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 20 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Em primeiro lugar, quero me desculpar com todos e todas que nos acompanham, com o Senador Wellington Fagundes, com a Senadora Zenaide Maia, o Senador Anastasia e também a Senadora Maria Eliza, que substitui o Senador Confúcio Moura, pelas dificuldades com a internet da minha parte.

Eu fiquei muito feliz com as manifestações tanto da Senadora Zenaide Maia, na condição de Vice-Presidente, quanto do Senador Wellington Fagundes, que, inclusive, mencionou o desejo, a intenção de incorporar o relatório da Subcomissão de Educação na Pandemia no relatório do grupo que semanalmente se reúne para discutir todos os encaminhamentos de correntes da covid. Então, nesse sentido, a gente fica muito feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer uma observação em relação à fala do Senador Wellington Fagundes: inicialmente, esta Subcomissão de Educação na Pandemia tinha um prazo de funcionamento até o final do corrente ano. Contudo, foi aprovada na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte a prorrogação da Subcomissão até o final do ano de 2022, para que possamos acompanhar, junto a esse esforço coletivo, toda a implementação de ações que já foram apontadas nessas 40 recomendações do relatório.

Tendo havido as manifestações dos Senadores, eu coloco em votação o relatório da nossa Subcomissão se todos concordarem. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário – as manifestações foram favoráveis –, consideramos o relatório aprovado.

Esse relatório será apresentado amanhã na 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que se inicia às 9h, para conhecimento dos Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Antes de encerrar esta reunião da Subcomissão, eu pergunto se mais alguém deseja fazer uso da palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Pois não, Senador Wellington Fagundes. Que alegria!

Até já pedi desculpas pelo problema de conectividade, que é um problema nas escolas e foi um problema meu hoje também. Desculpe-me. Mas já fiz menção à sua participação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Que bom, Senador Flávio Arns, que o Brasil já fez o leilão do 5G! E a gente espera – por isso, nós estamos trabalhando muito na questão do orçamento do Ministério da Educação e do das Comunicações também – que a gente possa ter, no ano que vem, todas as escolas brasileiras conectadas.

Como V. Exa. colocou, a importância da conectividade é muito grande, porque nós vamos ter que recuperar o tempo perdido, sem dúvida nenhuma. E eu tenho dito que, só no desenvolvimento tecnológico na área da informação, o que o mundo experimentou e vai experimentar nesses cinco anos antes e pós-pandemia representará mais do que duzentos anos para trás em termos de tecnologia. Portanto, a criança de cinco anos hoje, daqui a mais cinco anos, já vai ser uma criança totalmente integrada no mundo; e, se não for, estará totalmente isolada do mundo. Por isso, é muito importante esse trabalho que a Comissão de Educação está fazendo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro, tenho certeza, que o relatório de V. Exa. irá contribuir muito. Por isso, meus parabéns também por ter a aprovação já de toda a nossa Subcomissão. Eu tenho certeza de que a Comissão de Educação terá como norte embasador para o ano que vem muito desse trabalho.

Eu gostaria só de indagar a V. Exa. – como V. Exa. falou no início – se o projeto de lei será encaminhado como uma iniciativa da Subcomissão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Exatamente, para, no ano que vem, termos como um dos nortes o ano da busca ativa de crianças e adolescentes para terem acesso à escola e permanecerem na escola, em função do percentual bastante alto, apontado nas audiências públicas, de evasão, de abandono da escola de um milhão e pouco de crianças e adolescentes para mais de 5 milhões. Então, vamos fazer isso.

Inclusive, Senador Wellington, como iniciativa da Subcomissão, dos cinco – e V. Exa., com muita alegria, está junto também –, teremos uma sessão temática já no início do ano que vem para assim darmos visibilidade a esse esforço da busca ativa. O ano de 2022 é para buscarmos os alunos, num esforço articulado com o Governo Federal, os governos estaduais e municipais e a sociedade, todos nós chamarmos as crianças e os adolescentes para a escola.

Mas eu só queria dizer, Senador Wellington – inclusive V. Exa. colocou que levaria também o relatório para a Comissão da Covid, o que é muito bom também –, que esta Subcomissão continuará funcionando no ano que vem, porque o prazo foi prorrogado por solicitação de todos nós, e o relatório é nosso, particularmente com uma ênfase bastante grande de todos nós – e V. Exa. também participou de tantas audiências públicas –, quer dizer, há um esforço coletivo de todos nós, que está no relatório e está sendo aprimorado à medida que o tempo vai passando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Creio que, em toda oportunidade, é muito importante também a gente esclarecer a população brasileira do trabalho que foi feito por todo o Congresso Nacional, liderado principalmente pela Deputada Dorinha e por V. Exa.; o Senador Dário Berger também. Eu quero registrar, como Relator Setorial do orçamento da educação para o ano que vem, que foram acrescidos quase 40% dos recursos do Fundeb, e isso graças exatamente a termos aprovado o novo Fundeb, por que V. Exa., com a Deputada Dorinha, também tanto trabalhou, com a sanção do Presidente da República, o Presidente Bolsonaro. Então, nós teremos um orçamento com melhores condições para atender essa demanda tão necessária que V. Exa. coloca. Nós temos que recuperar o tempo perdido, por isso todos os investimentos serão extremamente necessários.

E eu já estou estudando, Senador Flávio Arns: nós teremos que envolver mais ainda toda a sociedade brasileira nesse grande mutirão que precisaremos fazer. Por isso eu disse aqui na sua ausência: a função das nossas escolas, dos nossos professores é ensinar os nossos alunos, e o compromisso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família é educar os seus filhos. Portanto, nós vamos ter que fazer esse trabalho conjunto, envolvendo a família brasileira.

A Ministra Damares lançou o grande programa Famílias Fortes, e é disto que a gente precisa: fazer com que todos estejam integrados nesse grande mutirão – pais, mestres, alunos e toda a sociedade –, porque eu tenho certeza de que essa retomada não pode ser apenas um compromisso dos Governos, seja federal, estadual e municipal. Não! Terá que ser um compromisso da família. Por isso também nós vamos ter que fazer um grande trabalho com o Ministério da Cidadania, no sentido de fazer com que as famílias que, por um motivo ou outro, principalmente para quem está desempregado, isso abala a família... Por isso, quando aprovamos agora também, mais uma vez, o Auxílio Brasil, R$400 para cada trabalhador desempregado, isso é fundamental, porque o trabalhador tem o seu filho. Se ele não tem as condições mínimas necessárias, como ele vai colocar o seu filho na escola e acompanhar o seu filho na escola?

E eu quero destacar também aqui – já encerrando, Senador Flávio, até pelo meu entusiasmo com tudo o que tem acontecido, porque todo esse ano foi de muitos desafios –, mas nós encerramos, agora semana passada, junto com o Ministro Marcos Pontes o grande Programa Ciência na Escola e o grande concurso mundial com 2 milhões de crianças que participaram. Dessas, 2 mil crianças foram premiadas.

Nós tivemos a oportunidade de premiar essas crianças. Cada criança premiada, dessas 2 mil crianças, receberá um salário de R$1 mil, por família, e R$100 serão dados a cada criança durante esse período de vigência de um ano.

Então, tudo isso são iniciativas que devem ser feitas para ajudar aqueles que mais precisam e para ajudar também aqueles que precisam de oportunidades, porque, às vezes, não é só a condição financeira, a criança e o jovem precisam de oportunidade. Então toda iniciativa que tenha a ver com a ciência, com a educação, com a tecnologia é fundamental.

Então, eu agradeço imensamente. Tenho a certeza de que, amanhã, na Comissão de Educação, também haveremos de apresentar esse relatório e de, com toda a Comissão de Educação, transformar isso em um grande projeto para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É verdade! Eu agradeço muito a V. Exa., que é Relator também na área da educação na Comissão Mista de Orçamento. Isso é muito importante.

Foi mencionado o Senador Dário Berger, porque foi o Presidente anterior ao Senador Marcelo Castro na Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Senador Dário Berger era, inclusive, Relator do Sistema Nacional de Educação, que já foi aprovado na Comissão de Educação nossa por unanimidade e que é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero até lembrar a todos e a todas que nos acompanham que o esforço, de fato, não deve ser só do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais. É como está escrito na nossa Carta Magna: é um direito da criança, do adolescente, do cidadão e um dever do poder público, da família e da sociedade. Então, nosso grande desafio – aliás, é sempre assim – é sermos capazes e competentes para termos essa grande parceria do poder público, das famílias, da sociedade a favor dos objetivos que todos nós consideramos necessários para o País.

Eu agradeço a V. Exa. Já temos um desafio para o ano que vem, não é, Senador Wellington? É o de continuarmos firmes e o de olharmos principalmente para a implementação. São recomendações, e vamos acompanhar, junto com a sociedade, com as famílias, em conjunto, o que estiver sendo colocado em prática, para sermos pessoas de fé e de obras, porque fé sem obras é morta em si mesma.

Não sei se há mais alguém que queira se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, o relatório, então, foi aprovado. Vamos dar ciência disso à Comissão de Educação, Cultura e Esporte na reunião de amanhã, às 9h, a 25ª Reunião.

Antes de encerrar esta nossa reunião da Subcomissão para Acompanhamento da Educação na Pandemia, eu peço a dispensa da leitura da ata de reunião anterior.

Os que estiverem de acordo com a aprovação da ata se mantenham como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço imensamente.

Tendo, então, sido aprovado o relatório, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos membros, entre eles, repito – acho que é bom repetir, para a sociedade saber –, os Senadores Wellington Fagundes, Confúcio Moura, Zenaide Maia, Antonio Anastasia.

Agradeço à Consultoria do Senado, que fez um trabalho extraordinário de acompanhamento, na figura do Edmar, do Murilo e de tantos outros que colaboram incessantemente com esse objetivo; as assessorias, particularmente na figura do Diogo; mas também ao Thiago e a todos os membros aí da Comissão, que são exemplares, eu diria, na colaboração com o que deve ser feito; e para todos os meios de comunicação do Senado que têm permitido que isso tudo aconteça.

Então considerados, assim, os objetivos atingidos, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores não membros Plínio Valério e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Irajá, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno. **ITEM 4 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 3, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado à esta Casa Legislativa." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 6, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3238, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a divulgação, na rede mundial de computadores, da prestação de contas dos diretores das penitenciárias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 97, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 15, de 2021** que: "Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio vazado em que o Presidente do Banco BTG Pactual informa influenciar na política da taxa de juros no país." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado como aditamento ao convite já aprovado pela comissão no Requerimento nº 13/2021-CTFC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

Vamos à pauta. (*Pausa.*)

O Senador Marcos do Val está pedindo pela ordem.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, obrigado. Eu agradeço pela palavra.

Eu queria fazer duas solicitações, se for possível. Primeiro, seria o requerimento que foi solicitado pelo Randolfe Rodrigues sobre emissões de licença e porte de armas. Eu queria ver a possibilidade de ser só tirado de pauta para que a gente pudesse discutir isso, porque é um assunto muito sensível e que vai tornar público o nome de muitas pessoas que adquiriram, para sua própria segurança, e isso pode gerar um problema social grande que é a tentativa de roubo dessas armas, a exposição das pessoas que adquiriram para posse ou para porte. Eu acho que seria um assunto para a gente, com calma, debater para, depois, ser colocado em pauta para o requerimento. Esse seria um pedido. (*Pausa.*)

O outro pedido é... Como também há um requerimento de convocação do Ministro Paulo Guedes e do Presidente do Banco Central, se haveria a possibilidade de trocar de "convocação" para "informação", como fez a CAE, cujo pedido foi aceito e as informações já estão chegando para a CAE.

Seriam esses dois pedidos apenas. Se for possível acatá-los, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Senador, em primeiro lugar, o primeiro pedido de V. Exa. é com relação ao item 1 da pauta. Nós só colocaríamos de qualquer... Esse é um item que já está, há algumas semanas, na pauta, para ser votado, mas nós só o colocaríamos em votação com a presença do autor. Eu não o farei sem a presença do autor aqui nesta Comissão. Como o autor do requerimento, o Senador Randolfe Rodrigues, não está presente, ele não será votado na tarde de hoje.

A segunda colocação de V. Exa. não está na pauta ainda. A não ser que o autor peça para colocar na pauta, ela não está na pauta ainda. E só quem pode, também, transformar requerimento de convocação para requerimento de informação é o autor. Eu, como Presidente da Comissão, não tenho como mudar o teor de um requerimento, o mérito de um requerimento. Se o autor quiser fazê-lo, cabe a ele fazê-lo. Eu não tenho autoridade como Presidente para alterar o teor do requerimento de um Senador. Mas o primeiro item da pauta, o que V. Exa. colocou, o autor não está presente, aí ele não será votado na tarde de hoje, inclusive V. Exa. tem tempo para contactar o autor e fazer essas ponderações com o próprio autor.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, então eu agradeço as colocações e farei nesse sentido, farei contato com o requerido, o Randolfe. Vou contactar também o outro Senador, que fez o pedido de convocação, para conversar com ele sobre a possibilidade de trocar para informação. Agradeço pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, que também está pedindo pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, inicialmente quero aqui registrar a presença neste Senado Federal da Deputada Estadual pelo Estado de São Paulo Marina Helou, que muito dignifica o Partido Rede Sustentabilidade. Bem-vinda, Deputada Marina Helou, uma colega aguerrida em defesa da educação e do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Sr. Presidente, eu até entendo as ponderações do meu querido Senador Fernando Bezerra, mas eu acho de muita gravidade esse áudio vazado envolvendo o Presidente do Banco Central. Então, eu requeiro a V. Exa. que seja colocado o meu requerimento, eu não falo nem convocação, mas seria um convite a ele. Acho que ele vindo aqui oportunamente, até mesmo, dentro do espírito republicano, para explicar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para falar "olha, isso aconteceu dessa forma", mas eu acho que nós não podemos, Senador Bezerra, deixar de dar essa resposta à população brasileira.

Então, Senador Reguffe, eu faço um apelo a V. Exa., como brilhante Presidente desta tão conceituada Comissão, que seja deliberado esse requerimento e, claro, a oportunidade em que ele fará, se vai trazer também essas informações. Eu acho que isso vai ser muito plausível. Por que a resistência em comparecer? Eu acho que a gente pode transformar a convocação em convite, mas eu pediria a V. Exa. e o apoio dos colegas para deliberar esse requerimento, colocando extrapauta, deferindo isso e a data de acordo com a oportunidade que V. Exa. bem entender. Acho que a gravidade pressupõe uma resposta urgente desta Comissão de Transparência e Controle. Acho que essa é uma das funções do Senado, não só legislar mas também fiscalizar. E acho que esse comportamento envolvendo o Banco Central com o banco BTG para se aconselhar sobre a política econômica do País não pode. Esse vazamento de áudio mostra a influência direta do dono do banco BTG nas mais altas instâncias do poder político. O nível de ingerência é claramente mostrado, principalmente no que tange à consulta direta sobre o nível de taxa de juros e sobre questões envolvendo reforma tributária. Ora, nós sabemos que um dos princípios que regem a administração pública é a transparência, a publicidade de seus atos. Nós temos uma Lei de Acesso à Informação. Nós não podemos admitir... Essa conversa tem que ser no nível formal. Ela não pode ser uma conversa de nível informal, porque coloca em jogo a estabilidade econômica do nosso País.

Então há, para mim, até que ele venha aqui, um claro conflito de interesses quando um ente privado influencia um agente público no desempenho de sua função. Nós temos o art. 3º da Lei 12.813, falando que há esse conflito de interesses, a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados. Então o agente público não deve estabelecer relação informal com a instituição que é regulada pela sua unidade organizacional, porque coloca em cheque e em jogo a credibilidade.

Ora, nós temos que debater isso de forma transparente, de forma formal, para que não haja dúvidas sobre a credibilidade, sobre o comportamento daquele Presidente, no caso, do Banco Central. Então eu pediria que nós tivéssemos essa sensibilidade, porque uma das principais razões por que nós buscamos a autonomia do Banco Central, que foi feita aqui no Legislativo, era separar o ciclo político do ciclo de política monetária. Mas para quê? Para estarmos diante de uma situação de clara ingerência política? Porque é isso que o áudio passa.

Então eu acho que esse fato é grave. Eu entendo as ponderações feitas pelo Líder Fernando Bezerra e peço a sua compreensão, mas eu acho que a gente merece responder isso de forma urgente à população brasileira, para convocar, não, mas convidar o Presidente do Banco Central para que compareça a esta conceituada Comissão, traga as informações, explique de forma republicana, e não haja dúvida sobre o que tem acontecido com o vazamento desse áudio, que eu, mais uma vez, reputo que é urgente e de extrema importância que nós possamos deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço um apelo a V. Exa. para colocar em pauta o meu requerimento, que se encontra sobre a mesa de V. Exa., e pudéssemos deliberar. E aí, a data oportuna ficaria ao critério de V. Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Senador Fernando Bezerra pede a palavra. Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, meu prezado companheiro Senador Contarato, eu queria inicialmente agradecer a compreensão do Senador Contarato ao já concordar com a mudança da convocação para convite. Portanto, quero registrar os meus agradecimentos na pessoa do Senador Contarato.

Queria também, e aí renovo o meu apelo ao Senador Contarato, dizer que houve uma falha, uma falha da Liderança do Governo nesta Casa, por ocasião da divulgação da existência de empresas *offshore* tendo como titulares o Ministro da Economia e o Presidente do Banco Central. A Comissão que tomou iniciativa para convidar o Ministro Paulo Guedes e o Presidente do Banco Central Roberto Campos foi a Comissão de Assuntos Econômicos. E nós, então, providenciamos, através do Banco Central e através do Ministério da Economia, dos seus respectivos titulares, as informações devidas, para que se dê um esclarecimento aos Senadores, em respeito ao Senado Federal e, sobretudo, à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim foi feito.

A falha nossa foi não ter encaminhado esses mesmos documentos à apreciação do Presidente Senador Reguffe e aos membros da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, pelo que eu quero me penitenciar. Já estou tomando essa iniciativa, porque são documentos que têm uma certa reserva, um certo sigilo, mas iremos providenciar para que essas informações também cheguem aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, e, nesta oportunidade, o Presidente Roberto Campos tem todo o interesse em prestar os esclarecimentos de como ocorreu o diálogo que foi mencionado pelo dirigente do BTG numa palestra pública e de quem fez esses comentários.

Portanto, o Presidente Roberto Campos tem absoluta ciência das limitações, como Presidente do Banco Central, na relação dele com as instituições financeiras que operam no mercado. Todo o comportamento e todas as iniciativas de diálogo, de entrevistas, de encontros, de audiências respeitam o código de conduta, de ética da Presidência do Banco Central, e ele não terá nenhuma dificuldade para, se for o caso – e aí é que vem a minha ponderação, após as informações serem prestadas a gente, então, deliberar, caso se faça necessária a presença dele aqui – uma sessão específica sobre esse tema.

Quero, portanto, é tranquilizar que não existe dificuldade para prestigiar esta iniciativa do Senador Contarato, que é no sentido de evitar qualquer tipo de comportamento inadequado à frente da Presidência do Banco Central. Não é o caso. Eu quero deixar isso de forma muito clara aqui, mas pediria que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria fosse apreciada após a remessa das informações, que deverão já estar chegando aqui a esta Comissão ainda esta semana, e a gente apreciaria esse requerimento do Senador Contarato já com esta sugestão de transformar de convocação em convite, pelo que, mais uma vez, agradeço, para que a gente pudesse apreciar na próxima reunião da Comissão.

Esse é o meu apelo, que eu renovo junto a V. Exa. e junto ao Senador Contarato para a deliberação, tendo em vista que a matéria não estava incluída em pauta, é uma matéria em que se solicita a inclusão extrapauta. Como as matérias têm que ser publicadas, então, o Regimento já determina que ela seja apreciada na reunião seguinte. Isso é apenas para que a gente dê a oportunidade de, as informações sendo prestadas, se verificar se ainda seria necessária a presença do Presidente do Banco Central nesta Comissão de Fiscalização e Controle.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu entendo perfeitamente a colocação do Senador, mas eu quero deixar clara uma coisa. Em que pesem as informações que ele prestar, isso não vai elidir, isso não vai obstar, isso não vai precluir o requerimento para que ele compareça aqui, porque existem coisas de que os olhos falam mais que as palavras.

Então, eu quero ouvir dele, como Senador, como membro desta CTFC, a explicação dele aqui nesta Comissão de Transparência.

Eu só acho lamentável V. Exa. invocar, com todo o respeito e carinho e admiração e apreço que eu tenho por V. Exa... Porque, quando os fatos vieram à tona, Sr. Presidente, quando esse fato grave veio à tona, a pauta já havia sido publicada. Por isso, a relevância. Daí de o instrumento necessário, dentro do processo legislativo, ter a possibilidade de um requerimento extrapauta. Agora, nós temos que trabalhar com o tempo. O *timing* é esse; o tempo de resposta é agora.

Então, eu faço esse apelo ao Líder Bezerra, ao meu colega Bezerra, independentemente da explicação que ele vai disponibilizar por via dos documentos que eu vou fazer questão de analisar com todo o carinho, no sentido de que eu não vou abrir mão de que ele aqui compareça, seja a título de convocação, seja a título de convite. Eu já estou me disponibilizando a abrir mão para que seja feito um convite e estou indo além, Bezerra, por gentileza: se a gente deliberar hoje, que é uma questão pró-forma, a data quem vai deliberar é o Presidente, é o Senador Reguffe. Então, essa data vai ser... Então, se deliberar hoje ou se deliberar semana que vem, de qualquer forma, a gente pode aqui, de comum acordo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar esse requerimento, e, aí, a data estaria condicionada à chegada desse documento; e, de acordo com a agenda do Presidente, o meu querido Senador Reguffe – e eu tenho muito orgulho de estar nesta Legislatura, não me canso de falar isso –, que a gente possa fazer.

Agora, pegar um preciosismo, deixando claro que os fatos foram graves e só vieram à tona agora, depois que foi publicizada a pauta da CTFC. Daí a relevância! Então, para que temos o instrumento, dentro do processo legislativo, do requerimento extrapauta? É justamente para este momento.

Então, eu faço um apelo a V. Exa. para que delibere o requerimento, transformando de convocação para convite, e que a data nós a apreciaremos de acordo com a conveniência da Presidência da República, do Presidente do Banco, disponibilizando os documentos. Mas, por favor, não vamos nos ater a esse preciosismo, uma vez que os fatos são graves e merecem uma resposta por parte do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu, de forma nenhuma, quis fazer entender, na minha fala, que a visita ou o convite, ou a presença do Presidente Roberto Campos, pudesse ser dispensada, não é isso. Eu estou dizendo que as informações serão prestadas, os membros desta Comissão terão acesso a essas informações e farão um juízo para saber da necessidade da vinda do Presidente Roberto Campos.

Caso a avaliação dos membros, por sua maioria, seja da necessidade da presença, eu quero antecipar: terá o meu voto, terá a compreensão do Presidente Roberto Campos, que se coloca à disposição para prestar qualquer esclarecimento.

Eu estou falando isso porque nós estamos vivendo momentos de muita tensão política, disputa com a votação do relatório da CPI, a questão da exacerbação do quadro inflacionário, a questão da retomada da economia; enfim, existem muitos fatores que fazem com que a presença do Presidente do Banco Central não seja tão singela assim. Isso invoca determinadas leituras e determinadas compreensões que podem, inclusive, repercutir nos valores de ativos financeiros.

Então, a minha preocupação é... Eu estou com o Senador Contarato na sua preocupação de elucidar qualquer dúvida de comportamento, de postura do Presidente do Banco Central. Tem o meu respeito essa iniciativa. O que peço apenas, meu prezado companheiro, meu prezado amigo, é que as informações possam chegar – e chegarão aqui em 24 horas – para que todos os membros da Comissão sejam informados, e, após essa prestação de informações, a gente possa deliberar, na primeira reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, se for necessário. Então, sendo necessário, terá o meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero, de forma nenhuma, parecer que esteja querendo ir no sentido contrário da presença do Presidente Roberto Campos, não é isso. Eu só quero é dar oportunidade para, com as informações prestadas, a gente fazer um juízo sobre a conveniência dessa presença.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perdoe-me, Sr. Presidente, só porque eu tenho que falar uma... contrapor a fala do meu querido ...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vamos fazer o seguinte, Senador Fabiano: eu vou passar a palavra a V. Exa. Estão inscritos já o Senador Marcos do Val e o Senador Styvenson.

Eu vou passar a palavra a V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas a minha é bem rápida, Contarato. É só para lembrar o Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – É isso que eu ia falar aqui agora...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – ... de que tem uma sequência, do Ministro do Desenvolvimento também...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou passar a palavra ao Senador Fabiano; depois, eu vou fazer um esclarecimento.

Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria falar ao meu querido Senador Fernando Bezerra que eu entendo a preocupação. Acho que nós estamos passando por um momento muito delicado. Aliás, dois momentos: nós temos uma crise sanitária em que, infelizmente, o Governo Federal foi responsável pelo agravamento da pandemia que vitimou mais de 600 mil brasileiros, e mais de 20 milhões estão com sequelas irreparáveis. E nós estamos em uma crise política, e, infelizmente, esse Presidente não sabe viver em uma democracia, porque defender ditadura, estando numa democracia, é fácil; difícil é você defender democracia estando numa ditadura.

Agora, quando o senhor fala do momento da CPI, eu também queria falar de um momento muito grave que nós estamos passando. Segundo os dados do IBGE, nós temos 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui o auxílio emergencial, que esse Presidente... Foi uma dificuldade para conseguir, quando ele utilizou um instrumento chamado medida provisória, quando ele podia ter feito isso com o auxílio emergencial, e fez um aporte aos bancos de R$1,2 trilhões.

Então, eu acho que essa é uma resposta.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou voltar e vou manter a convocação, e não vou transformar para convite. E aí, os meus colegas, é a consciência de cada um dos membros da CTFC: se eles acham que não vão deliberar para convocar esse Presidente do Banco Central, com um áudio de tamanha relevância, porque é uma ingerência muito forte... É o Presidente do Banco Central a quem está sendo atribuído o diálogo forte que vai comprometer e que compromete a economia e a estabilidade financeira do País.

Então, eu faço esse apelo de que... O que eu estou pedindo é apenas para deliberar, e a data seria oportunizada. Se vai ser votado hoje ou se vai ser votado na próxima reunião, qual o problema de se deliberar isso hoje e de se colocar em pauta isso para daqui uma semana, duas semanas? Não vejo problema nisso.

Mas, então, eu vou manter da forma como está aqui: a convocação do Presidente do Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conto com a compreensão do querido Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Fabiano, antes de passar a palavra para os Senadores Marcos do Val e Styvenson Valentim, que pediram a palavra, eu queria, primeiro, fazer um esclarecimento ao Plenário, um esclarecimento de que esta Comissão já votou um convite tanto ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como também ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Já há um convite, aprovado por esta Comissão, de presença dos dois aqui. Isso foi feito na última reunião, na reunião passada, não para tratar desse áudio, mas já está aprovado o convite para a presença dos dois aqui nesta Comissão.

O que pode... Com relação a esse novo assunto – que eu pessoalmente concordo com o Senador Fabiano, pois reputo como muito grave esse áudio –, penso que é um papel da Comissão se debruçar sobre esse tema.

Com relação a esse pedido extrapauta, eu tenho por base e como compromisso aqui com os membros desta Comissão, desde o início, é de que os pedidos extrapauta, pedidos por qualquer membro da Comissão, serão colocados na pauta por este Presidente, com exceção se algum dos membros da Comissão, já que não estão publicados na pauta, discordar; havendo a discordância, passam-se para a reunião seguinte. Essa é a praxe. Eu acho que é o rito correto e assim eu ajo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, já há o convite para a presença – um minutinho só, Senador Fernando Bezerra – do Presidente do Banco Central e do Ministro da Economia. E penso que não deveria haver uma celeuma para os membros do Poder Executivo virem ao Poder Legislativo prestar contas. Isso deveria ser encarado, dentro do Estado democrático de direito, como algo normal e natural. Não deveria cada convite, cada convocação ter uma celeuma, porque acho que a prestação de contas ao Poder Legislativo e ao Brasil é uma obrigação daquele gestor público. Então, isso não deveria ser encarado como se fosse algo excepcional e, sim, deveria ser algo natural no processo democrático.

E já estão convidados aqui tanto o Ministro da Economia, Paulo Guedes, como o Presidente do Banco Central. Já foram votados os requerimentos, e os dois requerimentos foram aprovados na reunião passada. Como eles virão, apenas poderia ter isto como um aditivo ao requerimento anterior, acrescentando também esse tema, já para ele não vir tratar de dois temas. Ele trataria dos dois temas na mesma reunião, o que eu acho que seria procedente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – (Fora do microfone.)

... qual foi o requerente dessa convocação, desse convite dos dois? Porque ele disse que mudaria o convite para informação, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, não tem relação?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, nos dois convites anteriores, a autoria foi do Senador Randolfe Rodrigues, e a convocação desta reunião a autoria é do Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu posso fazer uma sugestão? Porque aí soluciona.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu concordo se nós deliberarmos sobre o meu requerimento. Transformo para convite. Aprovamos esse requerimento, anexamos junto àquele que já foi deferido, e fazemos isso num só encontro. Perfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não aditivo. Aprovar o meu requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Seriam dois num só?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Juntaria e faria o apensamento deles. Aí otimizaria o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Seria um aditivo ao requerimento anterior aprovado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso. Nós votaríamos esse requerimento e anexaríamos àquele que já foi deferido para botar a mesma data. É apenas a mesma data com dois objetos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bom, eu vou ouvir aqui os Senadores que estão inscritos. O primeiro é o Senador Marcos do Val.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Eu queria até dar um abraço nos colegas aí, em especial no Contarato, amigo.

A minha única preocupação é porque nós estamos vivendo essa fase econômica muito delicada. E por eu ter sido Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e ter voltado recentemente dos Emirados Árabes, onde eu estava tentando trazer recursos para o Brasil, percebo que a questão econômica – quando a gente está neste momento muito delicado – gera inibição dos investidores para o Brasil. Isso, consequentemente, traz desemprego e fome. Então, a minha única preocupação é isso ser uma convocação, que a imprensa e a sociedade vão ver como algo muito mais duro e de forma até penalizada, gerar uma inibição de investimento no País e agravar a fome.

Então, eu acho que a gente precisa de explicações – isso é fato! A nossa Comissão é de transparência e não para botar nada debaixo do tapete. Se pudéssemos seguir para outras formas mais amenas para não gerar mais crise onde já estamos tendo seria perfeito. Uma delas seria transformar em convidado, como o nosso amigo Contarato já está propondo, ou, como o Senador Bezerra também colocou, através de informação. Caso não se obtenham ali as respostas, a gente faz esse convite e fica presencial.

Minha única questão é o medo de haver mais gente passando fome. É essa a minha preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – O senhor já esclareceu uma parte das minhas perguntas, Sr. Presidente.

Outro ponto seria a questão da ordem. Eu vi que não existe aqui nenhuma imposição para trazer, com essa urgência, o Presidente do Banco Central para dar essas explicações. Não vejo nenhum problema em se sentar aqui para ter essa conversa, essa discussão pública, e dar um esclarecimento de tudo que foi ouvido naqueles áudios.

E lembro o senhor do meu requerimento para marcar a data, logo quando tiver oportunidade, para o convite do Ministro Rogério Marinho, para dar as explicações dele também.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bom, primeiro, com relação ao convite do Ministro Rogério Marinho, já está agendado para o dia 9 de novembro, na terça-feira da semana após o feriado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E a Secretaria da Comissão vai marcar também a do Ministro Paulo Guedes e a do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad, que também está pedindo a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Reguffe, quero apenas fazer uma interlocução com o Senador Marcos do Val. Eu sou Relator de um projeto de autoria dele e enviei uma observação privada para o celular. Se ele puder olhar e depois fazer uma interlocução comigo para a gente poder tomar uma decisão... Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Senador Marcos do Val já viu aqui e está dando o.k. para V. Exa., Senador Nelsinho.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, chegamos a um consenso, então. Vamos fazer um aditamento àquele que já foi deliberado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como você sugeriu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... e vamos fazer dois enfoques no dia do comparecimento. Então, esse requerimento fica aditado com o requerimento que já foi deferido por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Certo. Há concordância...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Há concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... de todo o Plenário?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Nós estamos aceitando a sua sugestão. Já há um convite feito. Nesse convite feito, quando comparecer, ele também vai tratar da questão...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... do áudio que foi vazado em relação ao diálogo do Presidente do Banco Central com o Presidente da instituição financeira.

Então, eu acho que, com isso, já estamos superando.

De qualquer forma, as informações serão encaminhadas pelo Banco Central a esta Comissão, e a gente fará a avaliação da melhor data para a presença do Presidente do Banco Central na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Senador Fernando Bezerra.

O Senador Fabiano Contarato também está de acordo.

Portanto, eu coloco, extrapauta, o aditamento ao convite já feito, já aprovado por esta Comissão, ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15, DE 2021

Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio vazado em que o Presidente do Banco BTG Pactual informa influenciar na política da taxa de juros no país.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Em discussão o requerimento do Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Fabiano Contarato de aditamento ao convite, já aprovado por esta Comissão, ao Presidente do Banco Central, Roberto de Oliveira Campos Neto, para estar aqui, para que compareça a esta Comissão a fim de prestar informações sobre áudio vazado em que o Presidente do banco BTG Pactual informa influenciar na política da taxa de juros do País.

Está aprovado o requerimento de aditamento ao convite, já aprovado por esta Comissão, do Presidente do Banco Central, Roberto de Oliveira Campos Neto.

Seguimos com a pauta.

Item 5, de autoria do então Deputado Federal e hoje Senador Veneziano Vital do Rêgo, com relatoria do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 05/10/2021 e 19/10/2021.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2017.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, inicialmente, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a compreensão de V. Exa. por ter tido a postura de fazer da forma como V. Exa. conduziu para alcançar o objetivo, que é trazer o Presidente do Banco Central aqui para que ele explique para a população.

Como bem disse V. Exa., isso tem que ser uma regra normal aqui do Parlamento. A gente não tem que ficar... Toda vez que vai chamar, convidar ou convocar, as pessoas se mobilizarem para não fazer isso. Ora, nós estamos lidando com a economia do País! Nós temos que entender isso, Senador Styvenson!

As pessoas estão morrendo. As pessoas não têm emprego, não têm salário, não têm alimentação. As pessoas não têm nada! Então, é necessário que o Parlamento... Nós não podemos banalizar, achar que isso é normal. Não é normal! Um Presidente do Banco Central não pode ter um áudio desse, com esse tipo de conduta que, na minha opinião, é espúria. É espúria! E eu espero estar aqui para questioná-lo sobre todo o teor desse áudio e de outras coisas que podem vir à tona.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe o desabafo.

Eu passo direto à análise deste projeto, que é de autoria do nosso querido então Deputado Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 e 238 do Risf, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, o PLC em análise observa as regras da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, o projeto aperfeiçoa a legislação consumerista e sanitária, assegurando mais direitos ao consumidor, razão pela qual deve ser aprovado.

A informação sobre a presença em medicamento de substância que possa caracterizar dopagem ajudará os consumidores, normalmente atletas, a evitarem a ocorrência do chamado *doping* acidental. Muitas vezes medicamentos que não necessitam de receita médica contêm substâncias que são proibidas de acordo com o Código Mundial Antidopagem. Em outros casos, o atleta inadvertidamente opta pela ingestão de medicamento sem a orientação de profissional competente, arriscando a ingestão de substância não permitida.

A divulgação da informação sobre a presença de substâncias proibidas nas bulas e nos materiais destinados à propaganda e à publicidade contribuirá para evitar a ocorrência de casos de *doping*, em virtude do desconhecimento dos consumidores sobre a composição dos medicamentos utilizados por eles.

Voto.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2017.

Neste momento, quero, mais uma vez, parabenizar a autoria do Senador, então Deputado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Muito obrigado por ter me designado como Relator deste PL.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Em discussão o item nº 5 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o item nº 5 da pauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2017.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovado o item nº 5 da pauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2017. (*Pausa.*)

Bom, vamos ao item nº 3 da pauta.

Eu pergunto ao Senador Styvenson Valentim... A Senadora Mara Gabrilli, que é a Relatora do item nº 3, pergunta se V. Exa. poderia relatar *ad hoc* o item nº 3 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com a concordância do Senador Styvenson, peço à Secretaria da Comissão que passe o relatório ao Senador Styvenson para a leitura da Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2019, o item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2019

- Não terminativo -

Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Styvenson Valentim

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações:

- A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/09/2021, 28/09/2021, 05/10/2021 e 19/10/2021.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – O.k., Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a esta Comissão de Transparência, de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2019, da Senadora Leila Barros, que solicita ao Tribunal de Contas da União que promova avaliação operacional nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça.

Posso passar direto para a análise?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – De acordo com o art. 70 da Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Por sua vez, o 102-A – deve ser o artigo, aqui não faz referência –, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), atribui a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, podendo para esse fim solicitar ao TCU que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União.

Não há, portanto, qualquer impedimento à proposta de fiscalização do ponto de vista constitucional ou regimental.

No que diz respeito ao mérito, a gravidade dos fatos no cenário nacional apontada pela autora da proposta justifica a pronta atuação desta Comissão. Em consulta ao Atlas da Violência 2020, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, verificamos que, entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, indicando o crescimento de feminicídios. Nesse mesmo período, houve aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro de suas residências. Ademais, 30,4% dos homicídios de mulheres ocorridos, em 2018, no Brasil teriam sido feminicídios – crescimento de 6,6% em relação a 2017.

Diante da relevância e da atualidade da medida solicitada e da necessidade de se identificar possíveis déficits e disparidades na distribuição dos recursos orçamentários entre os entes federados no combate à violência contra a mulher em todo o Território nacional, bem como de se avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos programas em curso comandados pelo Governo Federal, consideramos plenamente fundamentada e meritória a Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2019.

Plano de execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a execução da presente proposta de fiscalização, propõe-se que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que promova, nos Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça, auditoria nos programas federais de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio.

Voto.

Diante do exposto, nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2019, com voto pela sua aprovação, na forma do plano de execução proposto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Em discussão o relatório do Senador Styvenson Valentim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pergunto ao Senador Styvenson Valentim se pode também relatar *ad hoc* o item 4 da pauta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim.

ITEM 4

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2020

- Não terminativo -

Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para solicitar ao Tribunal de Contas da União – TCU que proceda auditoria de natureza operacional no Programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência", considerando o seu alcance e a necessidade de proteção e albergamento das mulheres em situação de violência. Por fim, solicitamos que resultado dos trabalhos seja encaminhado a esta Casa Legislativa.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/09/2021, 28/09/2021, 05/10/2021 e 19/10/2021.*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – O.k.

A Relatora Senadora Mara Gabrilli, o projeto aqui é da Senadora Leila...

Controle nº 3 acho que é o mesmo, não? Não. Vamos lá.

Deixe-me só eu ver aqui... Não, mudou. Eu vi só a questão de controle nº 3 e achei que fosse. Trocou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – É outro.

Da análise.

Vou entrar na análise.

De acordo com o que determina o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, como os que se pretende examinar, de acordo com a proposta em análise.

Conforme estabelece o art. 70 da Constituição, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional.

Destarte, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, deve prestar contas.

Não há, portanto, qualquer impedimento à proposta de fiscalização sob análise do ponto de vista constitucional.

No que diz respeito ao mérito, lembramos que a transparência é considerada um elemento estruturante da administração pública, permitindo a toda a sociedade – do especialista em contas públicas ao cidadão comum – o acompanhamento da destinação de recursos entregues pela sociedade ao poder público na forma de tributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sucessão às matérias jornalísticas veiculadas no início do ano de 2020, que denunciaram a fragilidade dos programas de enfrentamento à violência contra a mulher, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anunciou movimento em sentido contrário. Em junho de 2020, noticiou-se a futura construção de mais 25 unidades da Casa da Mulher Brasileira no País. Ainda houve aumento de 300% no orçamento previsto para o programa, em relação ao ano de 2019.

As estatísticas oficiais disponíveis já comprovam o escandaloso aumento nas ocorrências de violência doméstica e familiar nos últimos anos, em correlação direta com a situação de pandemia que vivenciamos. Assim, é mais que urgente o fortalecimento de espaços de acolhimento às vítimas, como a rede de proteção oferecida pelas Casas da Mulher Brasileira.

É, portanto, plenamente fundamentada e meritória a proposta que ora examinamos, sob a modalidade de auditoria de natureza operacional a ser conduzida pelo Tribunal de Contas da União.

Do voto, Sr. Presidente.

Nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2020, com voto pela sua aprovação, na forma de auditoria de natureza operacional a ser conduzida pelo Tribunal de Contas da União.

É esse, Sr. Presidente, o voto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Em discussão o relatório do Senador Styvenson Valentim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Styvenson Valentim.

Como os demais itens da pauta são terminativos e nós não temos quórum para votação de itens terminativos, encerro esta presente reunião, antes convocando reunião deliberativa para ouvir as explicações do Ministro Rogério Marinho, no dia 9 de novembro, terça-feira, às 14h30.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CTFC ao PLOA 2022**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLOA 2022 (PL 19/2021-CN), que " estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022 ". Relator: Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 4 (quatro) emendas de apropriação à despesa: **Emenda 1)** Ação: 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor. Subtítulo: Nacional. Valor: 100.000.000; **Emenda 2)** Ação: 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira. Subtítulo: 0001 - Nacional. Valor: 360.000.000; **Emenda 3)** Ação: 20ZA – Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária. Subtítulo: 0001 - Nacional. Valor: 70.020.000; **Emenda 4)** Ação: 8708 – Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde. Subtítulo: 0001 -Nacional. Valor: 40.000.000. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 16, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual dos bairros dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no município de Maceió, Alagoas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 5325, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 4290,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 97, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira destina-se à discussão e à votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC à CMO referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e a segunda parte, à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. (*Pausa.*)

Vamos à pauta, mas, antes de ir à pauta, comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão que a Secretaria da Comissão está fazendo esforços para tornar realidade aqui os convites que foram feitos aos ministros de Estado para estarem aqui para prestarem explicações nesta Comissão. Como já se passam duas semanas da data, e até agora não há uma resposta por parte dos ministros, caso não ocorra até a semana que vem, a Presidência desta Comissão não fará mais convites e apenas convocações dos ministros de Estado para estarem aqui presentes e prestarem explicações ao Parlamento e à sociedade brasileira. Houve um esforço por parte desta Presidência de tentar um diálogo e buscar a forma de convite. Não isso sendo realidade, não isso procedendo, a partir de então, todos serão aqui convocados e não mais serão convidados para estarem nesta Comissão.

Vamos à pauta. (*Pausa.*)

Passo ao item 2 da pauta, que é de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 16, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no Município de Maceió, Alagoas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para discutir.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, parabenizo V. Exa. pela condução exemplar desta Comissão, uma Comissão que tem tudo a ver com a sua pessoa e com a sua atuação, que está diretamente ligada com a população e com a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento para que seja realizada uma audiência pública nesta Comissão que, na verdade, é para dar continuidade a uma audiência pública que já foi realizada em 2019, uma audiência pública marcante não apenas para o Estado de Alagoas, mas para este País, em que ficou demonstrado que quatro bairros na capital alagoana, Maceió, estavam sofrendo pelo descaso. E, após aquela audiência, tivemos o compromisso do CPRM, da ANA, do Ministério de Minas e Energia e conseguimos ter um desdobramento que fez com que aquele caso apresentasse uma luz no fim do túnel. Estou falando aqui de quatro bairros que estavam afundando, que ainda continuam afundando, em que 40 mil pessoas saíram das suas residências, no centro da capital alagoana. Então, imaginem o impacto disso na economia, imaginem o impacto disso no meio ambiente, mas imaginem o impacto disso na vida das pessoas que têm que sair da sua residência – essas 40 mil pessoas afetadas.

Hoje, ainda há muitas dúvidas sobre os acordos que foram firmados, sobre as empresas que havia naquele local e que precisaram sair, os hospitais, as escolas... E, por isso, por ter firmado um acordo entre o Ministério Público Estadual, Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual e a Braskem, que foi a mineradora que explorou durante mais de 40 anos aquele solo, o que fez com que houvesse esse rebaixamento e esses tremores, é que nós solicitamos a V. Exa. que seja colocado em votação este requerimento para que se possa, enfim, colocar todas as peças em cima da mesa e identificar a atual situação dos bairros em afundamento no Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle nº 16, de 2021, de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Senador Styvenson, eu vou passar a palavra a V. Exa., que é o Relator das emendas à Lei Orçamentária Anual.

Antes, quero dizer a V. Exa. o que eu disse aqui no início da reunião, como V. Exa. é autor de um requerimento para chamar aqui o Ministro de Estado Rogério Marinho: assim como no caso dele, também no caso dos outros dois, que também foram convidados, não tivemos resposta até agora; caso isso não ocorra até a semana que vem, esta Comissão vai defender que os ministros aqui sejam convocados e não mais convidados. Eu acho que nós abrimos aqui a porta ao diálogo, mas os ministros têm a obrigação de prestar esclarecimentos à sociedade e ao Parlamento. Isso não é um prejulgamento a ninguém. Isto deveria ser um fato absolutamente normal e natural no curso de um Parlamento: dar explicações ao Parlamento e à sociedade brasileira, porque uma das funções precípuas do Poder Legislativo é também a de fiscalizar, é a de legislar, mas também de fiscalizar. Então, caso não tenhamos uma resposta, como V. Exa. é um dos autores desses requerimentos, nós vamos defender aqui a convocação, claro, respeitando a vontade de cada um dos autores.

Passo a palavra a V. Exa. para ler o relatório com relação às emendas à Lei Orçamentária Anual.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que estão assistindo, primeiro, quero agradecer a sua manifestação em relação a presidir esta Comissão de Transparência. E o que está faltando para este Orçamento RP9, de Relator, é o mínimo de transparência. Não se sabem quais são os Parlamentares que dispõem desses recursos, o que trata Parlamentares de forma desigual, porque as emendas de bancada e as emendas individuais, além de transparência, seguem uma proporcionalidade de equilíbrio e equidade, já essas não.

O motivo de chamar o Ministro, o qual teve a maior parcela do Orçamento em relação aos outros ministérios, seria para ele esclarecer, como já foi dito aqui e repito, a metodologia, os critérios, quem foi que indicou, quem foi que recebeu, com o que gastou, porque não dá para saber. São bilhões de recursos públicos, e a nossa função é essa mesmo.

Concordo que o senhor convoque, já que o senhor foi educado, que esta Comissão ou este Senado foi educado ao ponto de fazer um convite, e nem resposta deram. Então, que passe de convite para convocação.

Sr. Presidente, eu posso passar para a leitura dessa análise das indicações às emendas ao Projeto de Lei Orçamentária 2022?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente, Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que a maioria das indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, além de apresentarem interesse nacional. Porém, as Emendas 16, 17, 18 e 19 – implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) –, nacional; as Emendas 26 e 27 – fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho –, nacional; as Emendas 28 e 29 – regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados –, nacional; a Emenda 30 – fomento à pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação, a tecnologias digitais e ao processo produtivo –, nacional; a Emenda 32 – implantação da infraestrutura para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais –, nacional; a Emenda 34 – modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados –, nacional; a Emenda 43 – prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias –, nacional; e a Emenda 44 – promoção, fiscalização e gestão do comércio exterior –, nacional; elas, apesar do relevante mérito, não se enquadram nas competências desta Comissão.

As indicações de Emendas 20, 21 e 22, apesar de poderem ser relacionadas com transparência e prestação de informações à população com foco nas necessidades dos cidadãos, trazem modalidade de aplicação 50 em programação constante do projeto que não contém essa modalidade de aplicação, o que afronta o art. 44, II, da Resolução nº 1/2006-CN e o relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Em relação às indicações que atendem aos requisitos regimentais, podemos afirmar que todas exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares e alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão. Como das 44 indicações apresentadas nove foram repetidas, não levamos essas em consideração no cálculo do critério de seleção.

Pelo critério acima, três emendas foram selecionadas. Para a quarta, optamos pela emenda que destina recursos para a Ação 8.708, para "Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde – Nacional", pela relevância do tema no momento de pandemia da covid.

Cumpre salientar ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 prescreve que as emendas à despesa de Comissão permanente devem exibir o identificador de Resultado Primário 8 (RP 8),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consoante seu art. 7º, §4º, inciso II, alínea "c", item 3. Essa disposição normativa facilitará o acompanhamento da execução orçamentária das dotações oriundas de aprovação de emendas desses colegiados.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2022, por esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, das seguintes emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a indicação de Emenda nº 1, do Senador Wellington Fagundes, para "Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional" no valor de R$100 milhões, também com indicações dos Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Irajá, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Rogério Carvalho (indicações de Emendas 11, 9, 5, 7, 10, 4 e 6);

b) No âmbito do Ministério da Economia, a indicação de Emenda nº 12, do Senador Randolfe Rodrigues, para "Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira – Nacional", no valor de R$360 milhões, também com indicações dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa e Rogério Carvalho (indicações de Emendas 13, 15 e 14);

c) No âmbito do Banco Central do Brasil, a indicação de Emenda nº 23, do Senador Randolfe Rodrigues, para "Fortalecimento de Autoridade Monetária – Nacional", no valor de R$70,02 milhões (setenta milhões e vinte mil reais), também com indicações dos Senadores Irajá e Rogério Carvalho (indicações de Emendas 24 e 25).

d) No âmbito do Ministério da Saúde, a indicação de Emenda 39, do Senador Fernando Bezerra Coelho, para "Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde – Nacional", no valor de R$40 milhões.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Então, é só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Em discussão o relatório do Senador Styvenson Valentim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, eu relatei, há umas semanas, o item 11, Projeto de Lei nº 97, de 2020, terminativo, mas, se não me falha a memória, não foi colocado em votação. Se for possível aqui pela Comissão eu retirá-lo de pauta, para uma reavaliação, uma vez que o Senador Izalci pediu essa discussão comigo e uma equipe, porque quer também aprofundar esse tema... Se for possível retirá-lo de pauta para uma reanálise...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Regimentalmente, é um direito de V. Exa., e está retirado da pauta o item 11.

Nós recebemos aqui quatro propostas de fiscalização e controle, de que faço aqui a leitura: PFS 5, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria operacional nos programas federais relacionados à defesa e promoção dos direitos de pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis; e as PFSs 6, 7 e 8, de 2021, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, com a finalidade de avaliar, com o apoio técnico do Tribunal de Contas da União: (a) os impasses para a dispensa de imunoglobulinas no âmbito do Sistema Único de Saúde; (b) o cumprimento dos preceitos e direitos à educação e seus consectários estabelecidos na Lei nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão, para as pessoas com deficiência; e (c) os gastos realizados pelo Ministério da Cidadania para impulsionar postagens na internet a respeito do auxílio emergencial, respectivamente. São as quatro propostas de fiscalização e controle recebidas por esta Comissão.

Não tendo quórum para a votação de nenhum projeto terminativo, infelizmente – eu queria, aliás, fazer um apelo aos Senadores membros desta Comissão, para que, na próxima semana, estejam aqui para que possamos votar e cumprir a responsabilidade desta Comissão na votação desses projetos terminativos –, eu encerro a presente reunião, antes convocando reunião desta Comissão para a próxima terça-feira, dia 16 de novembro, às 14h30, aqui neste mesmo plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2021** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2o, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1o e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matérias publicadas no Jornal o Estado de São Paulo, datadas de 20 e 24 de setembro de 2021. A primeira, contém a revelação de que o Ministro Rogério Marinho direcionou R$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de uma torre de sua propriedade no Município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. A segunda, matéria intitulada "Marinho mira campanha ao Senado e distribui tratores comprados com verba do orçamento secreto"." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 4, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4290,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/16

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Como estamos, infelizmente, sem quórum, com apenas sete Senadores presentes, eu aviso aos componentes desta Comissão e também ao Senador Styvenson, que está também on-line...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson, em um contato da Secretaria da Comissão com o Ministro Rogério Marinho, ficou acertada a data de 7 de dezembro, terça-feira, às 14h30, para a vinda do Sr. Ministro a esta Comissão.

Eu pergunto a V. Exa. se mantém o requerimento de convocação ou se deixa sobrestado o requerimento de convocação?

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde aos outros Senadores da Comissão e a todos os que nos assistem.

Olha, só há um problema para o dia 7. O senhor sabe que dia 11, se não me falha a memória, vai ser o recesso do Senado Federal, que já está com comissões esvaziadas. A gente vai ter agora o esforço concentrado do dia 29 até o dia 3, se não me falha a minha memória, mais uma vez. Dia 7 ou qualquer dia... A data ideal teria sido semanas atrás, já que é um tema que está vindo à tona em debates, e o Supremo Tribunal Federal, o STF, puxou esse tema agora sobre esse tipo de recurso e o tipo de destinação sem transparência e sem igualdade.

Por mim, não há problema, eu só acho que os outros Senadores deveriam ser consultados, uma vez, Senador Reguffe, que está passando pelos Senadores um pedido de assinatura para a abertura de uma CPI que trate do mesmo tema, não só para o MDR, mas para todos os outros Ministérios.

Então, por mim, está bem. Desde que não seja esvaziada a reunião, eu continuo mantendo o requerimento, mas aí cabe ao senhor, cabe ao senhor, porque, se ele deu essa data, é a data que ele tem disponível.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Styvenson, vamos fazer da seguinte forma então. Como, de qualquer forma, nós não temos quórum para deliberação... (*Pausa.*)

Senador Styvenson, pelo que estão me informando neste momento, nós acabamos de ter quórum aqui na Comissão, estamos com nove Senadores no momento. Aí é uma prerrogativa de V. Exa.: se V. Exa. quiser manter o requerimento, ele é o primeiro item da pauta e será colocado em votação neste momento pela Presidência. Se V. Exa. preferir não o colocar, retirá-lo da pauta neste momento, fica marcada de qualquer maneira a data do dia 7. Independentemente de qualquer coisa, sendo convocação ou convite, a data do dia 7 será a data colocada, porque, mesmo para convocação, ele teria 30 dias para vir ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Apenas eu queria aqui registrar uma coisa que já registrei da outra vez. Essa vinda de ministros de Estado ao Parlamento não deveria ter essa celeuma toda. Isso deveria ser encarado como algo absolutamente normal e natural dentro do processo democrático. Um ministro de Estado deve explicações ao Parlamento e à sociedade brasileira, e isso não deveria ser algo que causasse uma celeuma, uma confusão, isso deveria ser encarado como algo natural. A Constituição Federal diz que nós temos três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Legislativo tem como suas funções precípuas legislar e também fiscalizar o Poder Executivo. Então, não deveria haver essa celeuma toda a vinda de um ministro de Estado ao Parlamento para prestar explicações. Não é um julgamento, não se está julgando ninguém. Ele está para colocar as suas posições, explicar ao Parlamento seus atos e também à sociedade brasileira. Então, não deveria haver essa celeuma toda. Isso deveria ser algo natural dentro do Estado democrático de direito, dentro do processo democrático.

Mas está com a palavra V. Exa. Mantemos o item 1 da pauta ou retiramos? V. Exa. é o autor, a decisão é de V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, eu vou retirar. Mas, antes de retirar, eu vou acreditar e confiar na palavra do Ministro de que ele estará no dia 7. Eu sei que um Ministro tem atividades importantíssimas para o nosso País, como é o caso aqui do meu Estado: entregar tratores, poços, etc., mas nada mais importante do que vir aqui prestar esclarecimentos do uso de dinheiro público pelos ministérios da forma como está sendo utilizado. Existe aí uma possibilidade, uma crítica sobre a falta de transparência. Não sou eu que estou dizendo. O STF também se pronunciou. Infelizmente, mais uma vez, a Justiça, motivada pelos Parlamentares, está tomando parte no papel do que o senhor citou agora. Infelizmente, a Justiça, mais uma vez, interfere ou faz o nosso trabalho.

Então, espero que no dia 7 a gente esteja presente aqui, vou estar pessoalmente aí. Quero convidar os outros Senadores, porque esse tema é esclarecedor para esta Comissão de Governança, de Transparência, e mostrar de forma igualitária como os recursos públicos podem ser e vão ser distribuídos.

Então, retiro de pauta, viu, Sr. Presidente Reguffe?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Ok.,Senador Styvenson.

Quero apenas dizer que essa questão do orçamento secreto realmente precisa ser objeto de uma análise profunda, não só por parte do Poder Legislativo como também por parte das instituições de controle. Há uma série de denúncias com relação a esses recursos, que são públicos, e que precisam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

averiguadas com extremo rigor. Já existem no orçamento as emendas individuais de cada Parlamentar ao orçamento, que fazem parte da legislação. Essas emendas, chamadas RP9, não deveriam existir no nosso orçamento brasileiro. Poderiam ser usados esses recursos, inclusive, para pagar esse auxílio emergencial, já que estão faltando recursos para esse auxílio emergencial.

Agradeço ao Senador Styvenson, confirmo aqui a data do dia 7 de dezembro, terça-feira, às 14h30, para a vinda do Ministro Rogério Marinho a esta Comissão e espero que o ministro não deixe de vir prestar satisfações ao Parlamento brasileiro.

O Senador Randolfe Rodrigues está *online*.

Eu passo à leitura do item 2 da pauta, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que é o Requerimento da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle nº 10, de 2021.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para discutir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Na verdade, é sobre o tema anterior, sem embargo ao item 2 da pauta, requerimento da nossa autoria, que V. Exa. vai colocar agora em apreciação.

Mas eu queria só tecer um rápido comentário sobre o requerimento do Senador Styvenson, de convocação do Ministro Rogério Marinho, para apoiá-lo e dizer da necessidade de ouvirmos, entre outros ministros do Governo, S. Exa. Assim como o Senador Styvenson, não temos nada contra tratores, mas temos tudo para questionar sobre como existem dois tipos de orçamento no âmbito da União: como é que nós temos um orçamento em que as emendas parlamentares são transparentes, são de conhecimento de todos, sabe-se quais Parlamentares as designaram, e temos um orçamento secreto, paralelo em que a liberação dos recursos desse orçamento é conforme a vontade do rei.

Sr. Presidente, ontem o Brasil celebrou o aniversário da sua República. E eu acho e refleti aqui que, se há vários vícios na nossa história republicana e, sobretudo, na história republicana atual que nos colocam cada vez mais distantes do ideal de República, se hoje existe um vício que corrobora com essa tese e nos distancia do ideal real de República, é essa invencionice dos últimos dois anos de orçamento secreto.

Veja, Sr. Presidente, esse orçamento secreto, como o senhor muito bem citou, RP9, de emendas de relator, não existe de agora, ele existe desde 2010, só que, Senador Styvenson, o crescimento dele do ano passado para cá corresponde a todo o valor que ele tinha na década inteira, a mais do que todo o valor que ele tinha na década inteira. E o mais grave, Senador Styvenson: são R$29 bilhões. Nós não sabemos por quem é operado, para onde vai, quem viu, de onde veio. Não sabemos nem nós, Senadores da República, nem o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu queria só, Senador Reguffe, fazer dois registros. O primeiro é um registro de agradecimento ao senhor, Senador Reguffe, e ao Senador Styvenson por terem já subscrito um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito nesse sentido, para investigarmos esse dito orçamento secreto. É preciso saber onde, do ano passado para cá, foram ou estão sendo gastos mais de R$40 bilhões. Senador Reguffe, o senhor falou muito bem (*Falha no áudio.*)

... uma PEC do calote aí, para dar calote em professor, e sob o argumento de que esta PEC, no caso (*Falha no áudio.*)

... esse dinheiro que está na mão de alguns Deputados, alguns poucos, coloca para o Auxílio Brasil e não precisa dar calote em professor com essa PEC que estão colocando. Essa PEC vai dar um calote em algo que nem existe mais. Existe sob a nomenclatura de Fundeb, que era, no passado, Fundef, dinheiro legítimo de professores. Querem tirar o dinheiro dos professores para aprovarem uma PEC, dando calote em professor sob a alegação de aprovar o Auxílio Brasil. Ora, pega o recurso que há desse orçamento secreto e coloca para o Auxílio Brasil.

Então, eu queria só fazer esse registro, Senador Reguffe, na preliminar. Eu também estou ansioso pela presença do Ministro Rogério Marinho. Eu acho que outros Ministros do Governo também deveriam ou têm que estar presentes aqui nesta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. E, ao mesmo tempo, eu queria agradecer aos dois colegas – o meu caríssimo Presidente desta Comissão, Presidente Reguffe, e o Senador Styvenson –, por já terem assinado a CPI do orçamento secreto e conclamar os demais colegas a subscreverem, porque me parece que é algo que é necessário: o esclarecimento sobre como esse recurso todo, essa dinheirama toda, mais de R$40 bilhões, tem sido utilizado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

O Senador Styvenson está mantendo o item 1 da pauta, o requerimento de convocação.

Fica marcada a data do dia 7, mas, caso o Ministro desmarque, já fica marcada a convocação. O Ministro, então, será obrigado a vir. Como o Ministro não veio da outra vez em que foi feito o convite, nós vamos colocar, então, em votação aqui o requerimento de convocação do Ministro Rogério Marinho.

Senado Styvenson, com a palavra para defender o requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Reguffe, eu não iria deixar nunca de assinar um pedido de uma CPI como essa, que trata por desigualdades parlamentares. E, quando eu fui eleito, em 2018, disseram que todos os Senadores eram iguais. Bom, é o que a gente não está percebendo em relação a recursos que são destinados para o Brasil todo, principalmente para o meu Estado, onde o Exmo. Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada contra enviar recurso para o meu Estado – longe disso –, mas que se respeitem, Senador Reguffe e outros Senadores, os princípios da impessoalidade; da moralidade; da transparência; a publicidade é dada, quando se vem inaugurar obra ou entregar algum material desse tipo de recurso utilizado do RP9, por motivo, até mesmo, de campanha política, aí a gente começa a desconfiar.

Então, parece que mudou o clima, ou, senão, a gente permanece, Senador Reguffe, com o convite, e, caso o Ministro... Eu concordo... Senador Reguffe, só que o Ministério, o MDR, foi o que recebeu o maior recurso. Eu já fiz, também, um pedido ao TCU, para que façam um levantamento, da mesma forma que foi feito para os tratores, para a quantidade de dinheiro enviado para os Municípios. Pasmem, a gente teve acesso, Senador Reguffe, a uma relação...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Styvenson, só para eu entender aqui, mantém-se o convite ou passamos ao requerimento de convocação? O que é que V. Exa. decide?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, vamos manter o convite. Eu creio que... Vamos manter o convite. Eu espero que ele não tenha nada a esconder, até chegar ao ponto de falhar ou faltar a mais esse convite, aí sim, a gente parte, automaticamente, para essa convocação.

Então, como eu estava falando, Senadores Reguffe e Randolfe, que estão debatendo sobre esse tema, existem Municípios no interior do Ceará, com, praticamente, 50 mil habitantes, que receberam 150 milhões para asfalto. Eu acho que vai se asfaltar muita coisa naquela cidade. Então, a gente fez esse pedido, também, para fazer esse levantamento. Esse órgão de transparência, o TCU, fazer, também, a aplicação desse dinheiro: quem foi que indicou, por que indicou, porque existem problemas bem maiores, em certos Municípios do Sertão nordestino, do que o asfalto, problemas maiores e mais imediatos que esses Ministérios poderiam, sim, estar resolvendo com esse dinheiro público, sem ferir o princípio da eficiência.

Eu agradeço as palavras do Senador Reguffe e do Senador Randolfe. A gente continua, dia 7, com esse convite. Caso ele não venha, Sr. Presidente, aí, sim, a gente parte para uma convocação, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bom, vamos, então, ao item nº 2 da pauta, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, o Requerimento, da CTFC, nº 10, de 2021.

O Senador Randolfe quer defender o requerimento ou passamos à votação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Presidente, pode encaminhar a votação. O requerimento é autoexplicativo, é apenas de pedido de informações para instruir... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Senador Randolfe.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O requerimento é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues solicitando informações aos Ministros.

Passo ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 4, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 16/08/2021, 30/08/2021 e 9/11/2021.*

Pergunto se o Senador Randolfe poderia ler o relatório. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Como Relator.) – Perfeitamente, Senador Reguffe.

Pergunto apenas a V. Exa. se o relatório está disponível aqui, no sistema, se está disponível aqui no bate-papo do sistema para leitura. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A secretaria da Comissão, Senador Randolfe, está solicitando a V. Exa. que clique no Item 3 da pauta para conseguir ter acesso ao relatório.

V. Exa. consegue clicar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estou tentando aqui, Presidente. É que a minha eficiência aqui é limitada com o sistema operacional do Senado, mas eu vou... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A secretaria da Comissão vai tentar mandar para V. Exa. via...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço. Se pudesse mandar pelo WhatsApp, facilitaria bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pelo WhatsApp e também pelo *chat* da sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo *chat* ou pelo WhatsApp. Pelo WhatsApp seria mais prático aqui para poder fazer a leitura e...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Se puder mandar também pelo WhatsApp do Senador Randolfe, eu agradeço (*Pausa.*)

Senador Randolfe, já me informaram aqui que já mandaram pelo *chat*. Veja se V. Exa. consegue...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá. Estou acessando neste momento, Presidente. (*Pausa.*)

Perfeitamente, Sr. Presidente. Faço rápida leitura.

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente, destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento (*Falha no áudio.*)

... omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Trata-se da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 4, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente.

Partindo diretamente para a análise, conforme previsto no art. 102-A, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, podendo, para esse fim, avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, regional e setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo. (*Falha no áudio.*)

O exposto até o momento mostra que a PFS tem alcance administrativo (identificar a efetividade das ações do Ministério do Meio Ambiente), social (uma vez que há repercussões na preservação do meio ambiente e na quantidade de emissões de gases de efeito estufa), jurídico (o não cumprimento pelo Ministério do Meio Ambiente de suas obrigações e deveres) e orçamentário (o orçamento do Ministério do Meio Ambiente e de suas autarquias vem sendo drasticamente reduzido).

Sr. Presidente, diante do exposto, nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2019, com voto pela sua aprovação.

Feita a leitura, Sr. Presidente, o parecer deste Relator é pela aprovação da proposta de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Apenas para dizer que nós tivemos alguns problemas na conexão do Senador Randolfe, mas o relatório está no sistema, é de conhecimento de todos os Senadores e está na internet para poder ser checado por quem quer que seja.

Em discussão o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, da Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Pergunto ao Senador Randolfe se poderia também ler o relatório do item 11 da pauta, o Projeto de Lei n° 4.290, DE 2019, que tem também a relatoria de V. Exa. Pergunto se V. Exa. poderia fazer a leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

Só peço, da mesma forma... já está aqui, só acessando.

Então, passando diretamente para a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeitamente, Senador Randolfe.

Tem a palavra V. Exa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 4290, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26/10/2021 e 9/11/2021.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Como Relator.) – Da Comissão De Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.290, de 2019, do Senador Plínio Valério, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência.

Passando diretamente para a análise, Sr. Presidente, o projeto cuida da defesa do consumidor, matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o disposto no art. 24, inciso VIII, da Constituição.

Sobre o mérito, o projeto merece ser acolhido.

O dever de proteção às pessoas com deficiência encontra-se esculpido em diversas topografias do texto constitucional. Mencionamos, a título de exemplo, o Art. 5°, inciso XXXI, que determina a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; o Art. 23, inciso II, que dispõe ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; o Art. 24, inciso XIV, que estabelece ser competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; o Art. 37, inciso VIII; o Art. 203, inciso V; o Art. 227, inciso II, todos da Constituição da República.

Todo esse mosaico normativo reafirma a juridicidade, ou seja, a conformidade da nova lei com a lógica do ordenamento jurídico nacional, o qual brande como valor o reconhecimento da especial vulnerabilidade do portador de deficiência física ou mental e exige dos poderes públicos, pessoas físicas e jurídicas a responsabilidade de reconhecer essa condição e de conferir tratamento especializado a esses cidadãos.

À luz do que a graduação da penalidade em razão da vulnerabilidade do portador de deficiência é medida de justiça, porquanto sua própria condição não apenas pode lhe embotar a plena e informada compreensão dos contratos que pactua, mas lhe oferecer poucas oportunidades, ou situações irretratáveis, perante as quais a autonomia da sua vontade se vê tolhida por contingências fáticas que não ocorreriam não fosse a própria vulnerabilidade.

Partindo para o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 4.290, de 2019, de autoria de S. Exa. o Senador Plínio Valério, e, no mérito, por sua aprovação.

Esse é o parecer, Sr. Presidente. O voto é pela aprovação, pelos critérios de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, e pela aprovação da matéria.

Feita a leitura e proclamado o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Agradeço a V. Exa.

Apenas para informar ao Plenário da Comissão que não temos quórum para votar o item 11 da pauta, o Projeto de Lei nº 4.290, de 2019, porque é terminativo, e não temos quórum, neste momento, para projetos terminativos.

Devido à falta de quórum, e também nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença dos Senadores presentes a esta Comissão e encerro a presente reunião, antes convocando nova reunião deliberativa ordinária da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle para a próxima terça-feira, dia 23 de novembro, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro e Carlos Fávaro, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que “estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados”." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Avisos 535 e 810, de 2021, do Tribunal de Contas da União;

– Ofício 21.266, de 2019, da Controladoria-Geral da União;

– Mensagens 503, de 2019, e 112, de 2020, da Presidência da República;

– Ofício 96, de 2020, do Ministério da Agricultura;

– Relatório sobre o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, Exercício 2019, do Ministério da Economia;

– Ofícios 4, 186 e 192, de 2020, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);

– Ofícios 171, de 2019, 25 e 112, de 2020, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão na seção "Documentos recebidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. (*Pausa.*)

Pergunto se o Senador Roberto Rocha está *online*. (*Pausa.*)

Bom, a pergunta era porque o Senador Roberto Rocha é o Relator de um projeto, mas já vi aqui que caiu a conexão.

Quero aqui avisar ao Pleno desta Comissão que está marcado, Senador Styvenson, o requerimento de V. Exa. de convocação, de chamamento ao Ministro Rogério Marinho para o dia 7 de dezembro, às 14h30, aqui, neste Plenário. O Ministro virá a este Plenário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Ele confirmou já? Porque não foi convocação; ainda continua convite. Ele confirmou? A assessoria dele confirmou, então.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Está confirmado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Porque essa data foi confirmada por ele.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Está confirmado para o dia 7 de dezembro, às 14h30, aqui, neste Plenário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Quero também dizer que essa questão que envolve o orçamento secreto precisa ser objeto, sim, de debate nesta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. Uma coisa são as emendas ao orçamento, aquelas emendas impositivas que inclusive o Governo é obrigado a executar e que estão na legislação; outra coisa são as emendas fora da legislação e essas RP9, emendas de Relator. Eu, inclusive, acho que essas emendas deveriam usar esses recursos para pagar esse auxílio; não deveriam existir emendas de Relator. Isso não é correto na minha visão pessoal. Nunca usei disso nem usarei, nem concordo com esse tipo de recurso.

As minhas emendas individuais eu tento destinar para o que é prioritário para a população do Distrito Federal. Neste ano, foram comprados tomógrafos, ventiladores mecânicos, oxímetros para vários hospitais da rede pública do Distrito Federal por emendas minhas, cumprindo com a minha obrigação, tentando aqui representar com dignidade a população do Distrito Federal nesta Casa. Agora, essas emendas do orçamento secreto precisam, sim, ser objeto de análise por parte de uma Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transparência desta Casa. Então, está marcado para o dia 7 de dezembro, para que possamos analisar e cumprir o requerimento apresentado por V. Exa. de convite ao ministro.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sobre esse tema, o que a população precisa entender, o que é secreto, é que não há transparência na indicação de bilhões de dinheiro público, através dessas relatorias, por alguns Parlamentares: quem são os beneficiários, para onde vai, quanto vai e o que se faz com tudo isso?

É de se espantar, sobre esse tema, haver Parlamentares, Senadores ou Deputados, que sejam contra um dos maiores princípios de combate à corrupção, que é a transparência. Então, se há Parlamentar se beneficiando desse tipo de orçamento com finalidade ainda não conhecida por esta Comissão ou pela maioria dos políticos, que não recebem, que não compactuam com a falta de transparência ou de igualdade entre seus pares no recebimento desse recurso público, é da nossa atribuição constitucional, é prerrogativa nossa convocar, convidar, chamar aqui, e ele é um dos ministros que receberam. Resta dizer que foram 8 bilhões, já foram pagos 2 bilhões e já há denúncias, já houve uma correção da Controladoria-Geral da União, Senador Reguffe, na compra de tratores, a qual fez uma correção de 140 milhões, aproximadamente, na compra desses equipamentos. Então, isso já mostra que existe algo incerto sobre a utilização desse dinheiro público.

Se é da nossa atribuição, não vejo prejuízo nenhum à administração pública e ao funcionamento desta Casa a gente chegar a uma verdade. Nada contra os Parlamentares que têm acesso a esse tipo de recurso, nada contra, agora, vamos saber quem é, vamos saber para onde mandou, vamos saber quanto mandou e qual foi o problema, se foi específico, se foi estudado, qual o tipo de critério para resolução daquilo. O que não dá para aceitar é o que a gente ouve nos corredores sobre a quantidade de recursos gerido por um só Parlamentar. São bilhões na mão de alguns Parlamentares desta e da outra Casa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Quero também informar o Pleno desta Comissão que, em relação a todos os projetos que os Relatores assim desejem colocar na pauta, a pauta estará aberta para colocá-los, para que possamos votar todos os projetos, com a anuência dos Relatores, até o final do ano, limpando a pauta desta Comissão e cumprindo com a nossa obrigação perante a sociedade brasileira. Então, os Relatores que quiserem encaminhar os projetos podem encaminhar, que nós colocaremos aqui na pauta.

E com relação à pauta de hoje, não estando presente nenhum autor dos requerimentos que estão na pauta, nem também nenhum Relator de projetos ainda não lidos; também, infelizmente, não havendo quórum para se votarem projetos terminativos – e eu espero que se faça um esforço, por parte dos membros desta Comissão, de cumprirem com as suas obrigações e estarem aqui presentes nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão; e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião deliberativa ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, dia 30, às 14h30, neste mesmo plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 16/2021 - CTFC, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Finalidade:** Debater a situação atual dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no município de Maceió, Alagoas. **Participantes:** Alexandre Sampaio, Presidente da Associação dos Empresários do Pinheiro; Carlos Roberto Lima Marques da Silva, Representante do SOS Pinheiro; Andréa Alpoim, Representante da Comissão dos Moradores Pinheiro Fora do Mapa; Cássio Araújo, Representante do Movimento Unificado da Vítimas da Braskem - MUVB; Vereador Leonardo Dias, Presidente da Comissão de Acompanhamento dos Bairros em Afundamento de Solo em Maceió; Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil - CPRM; Alice Castilho, Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil - CPRM; Leandro Kulhlmann, Coordenador Executivo do Serviço Geológico do Brasil - CPRM; Diogo Rodrigues, Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil - CPRM; Niedja Kaspary, Procuradora da República em Alagoas; Gustavo Medeiros Soares Esteves, Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada Urbanística e Ambiental do Município de Maceió - AL; Carlos Eduardo de Paula Monteiro, Defensor-Público Geral de Alagoas; Diego Bruno Martins Alves, Defensor Regional de Direitos Humanos em Alagoas; Ronnie Motta, Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros; Abelardo Pedro, Coordenador da Defesa Civil Municipal de Maceió; José Fernando, Morador da região afetada; e Marcelo Arantes de Carvalho, Vice-presidente de Pessoas, Comunicação e Relacionamento com Imprensa da Braskem. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/24

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas as Sras. Senadoras, a todos os Srs. Senadores e a todos que estão nos acompanhando, presencialmente e virtualmente.

Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater a situação atual dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no Município de Maceió, Alagoas, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2021, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados através do Portal e-Cidadania e também através da nossa Ouvidoria do Senado Federal.

Então, quem está aqui nos acompanhando... Alguns inclusive já anteciparam, encaminharam suas perguntas. Também quero aqui disponibilizar o telefone da Ouvidoria do Senado. Você pode ligar aqui e falar ao telefone também, através do 0800-0612211, 0800-0612211.

Hoje recebemos aqui os seguintes expositores, aos quais eu também agradeço por terem aceitado o convite: representando o Ministério Público Federal, a Procuradora Niedja Kaspary; Gustavo Medeiros Soares Esteves, Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada Urbanística e Ambiental de Alagoas; a Dayse Starling Motta, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; Carlos Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monteiro, Defensor Público-Geral de Alagoas; Ronnie Motta, Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros no Município de Maceió, da Prefeitura; Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Alexandre Sampaio, Presidente da Associação de Empresários do Pinheiro; Marcelo Arantes de Carvalho, Vice-presidente de Pessoas, Comunicação e Relacionamento com Imprensa da Braskem; Leonardo Dias, Vereador por Maceió, Presidente da Comissão de Acompanhamento dos Bairros em Afundamento de Solo; Francisco Salles, também Vereador, representando também a Câmara Municipal de Maceió; Diego Bruno Martins Alves, Defensor Regional de Direitos Humanos em Alagoas.

Nesse sentido, senhores, antes de dar início, também me sinto na função de fazer uma fala de abertura. Preparei inclusive aqui um resgate histórico para relembrar que, desde de 2019, estamos tratando com prioridade absoluta da situação dos bairros de Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no Município de Maceió, em Alagoas. Das ações iniciais do Senado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Justiça, dos organismos oficiais do campo da mineração e das organizações sociais, já vimos, de certo, um caminhar para a solução dos problemas que ali tiveram início, com os afundamentos de terrenos e rachaduras nas residências, problemas detectados há mais de uma década e que começaram ainda, pelo que se tem relato, no ano de 1975, com o início da exploração do sal-gema pela empresa Braskem.

As ações da Prefeitura Municipal de Maceió e da Defesa Civil local, articulada com as instâncias estaduais e federais, conduziram as decisões, como aluguel social e adoção de um plano de contingência. A posse legal das propriedades foi também uma medida de grande alcance jurídico e social, que favoreceu outras medidas de guarnição da população daqueles bairros.

O momento de maior gravidade ocorreu em fevereiro e março de 2018, quando houve rachaduras em dezenas de imóveis do bairro Pinheiro e foi registrado um abalo sísmico de 2,5 graus na escala Richter.

Na audiência pública que realizamos aqui nesta Casa, nesta Comissão, foi confirmado o que popularmente já era sabido entre os habitantes: que tal desmoronamento provinha das cavernas criadas com a exploração do sal-gema. Logo na sequência daquela audiência, em abril de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) reconheceu que a razão das rachaduras, fissuras e tremores era da extração do sal-gema feita pela Braskem.

A empresa desativou a exploração, mas nunca reconheceu sua responsabilidade, o que só foi determinado posteriormente pela Justiça. Em decorrência dessa decisão da Justiça, desde o princípio de 2020, pelo termo de acordo entre a Prefeitura de Maceió e a Braskem, a empresa petroquímica está obrigada a pagar 1,7 bilhão para realocar 17 mil pessoas dos bairros afetados, além de 1 bilhão que será utilizado para o fechamento de todos os poços de exploração de sal-gema em Maceió.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa luta, desde antes de assumirmos o mandato, é pela resolução do problema, buscando uma concertação de todos os atores institucionais, do atendimento à população local, da segurança das famílias com realocação dos moradores, o pagamento das indenizações, a tranquilização dos bairros vizinhos. Mas nós não vamos nos limitar a isso. É um conjunto de providências que mal começaram a ser tomadas, e muito, muito ainda resta a ser feito.

Não estamos aqui para chorar sobre o leite derramado, mas, sim, para seguir combatendo os efeitos de um dos desafios ambientais mais graves já enfrentados por este País. O que já conquistamos até aqui, muito provavelmente, evitou uma possível tragédia de consequências humanas irreparáveis. A consulta ao portal da Braskem que trata do tema nos permite hoje verificar que 14,4 mil imóveis foram devidamente identificados na área de desocupação e monitoramento. Desses imóveis, 13,9 mil já estão desocupados. No que diz respeito às compensações, 9,7 mil propostas foram apresentadas, dessas, mais de 7 mil indenizações já foram pagas e outras 2,2 mil propostas de compensação apresentadas para comerciantes e empresários. Quanto aos recursos, mais de 1,49 bilhão foram pagos em indenizações, auxílios financeiros e honorários de advogados. Então, essas informações foram extraídas do *site* da Braskem e aqui eu estou fazendo o relato.

Nesse sentido, vale ressaltar o trabalho realizado até aqui pelo Conselho Nacional de Justiça, inclusive reconhecendo o chamado Caso Pinheiro como a maior tragédia que o Brasil já evitou. Entretanto, senhoras e senhores, a situação ali não se reduz a realocar pessoas, pagar indenizações, fechar poços de exploração de sal-gema, há questões humanitárias, há questões que são de saúde pública, de segurança, de patrimônio público e também de patrimônio privado. Há questões assistenciais, habitacionais e ambientais que não podem demorar décadas para serem resolvidas: as responsabilidades das autoridades federais, estaduais e municipais quanto ao meio ambiente e autorização para mineração em áreas urbanas.

É no sentido de refinar a resolução de tantos problemas que apresentamos o requerimento a esta Comissão, que é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal, e pedimos também o comparecimento dessas autoridades e representantes que aqui já foram mencionados.

Dessa forma, senhores, o nosso objetivo aqui não é tirar uma foto para postar no Facebook e, sim, tentar colocar todas as informações sobre a mesa, da mesma forma como foi em 2019. Se de um lado há relatos diferentes, do outro lado a gente quer aqui identificar onde estão esses contrastes e tentar avançar, para que se busque uma harmonia, uma expectativa atendida e também uma transparência sobre cada ação.

Dessa forma, a nossa forma de trabalho será invertida, dando prioridade aqui a quem está sentindo na pele, a quem está sentindo na alma os efeitos de terem saído das suas casas, serem indenizados ou não serem indenizados, precisarem abandonado seus negócios, porque muitos não conseguiram se realocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outro local com sua área de trabalho, porque o negócio não permitiu um mercado favorável, ou seja, as situações são diversas. A gente sabe que muitas pessoas...

Estamos falando aqui para todo o Brasil, estamos falando aqui de um assunto que se refere a quatro bairros, mas não é um assunto municipalista; é um assunto nacional. Então, essas 40 mil pessoas que saíram das suas residências, por mais que tenham sido... Não sei se a palavra é "indenizadas", mas que tenham recebido algum valor condizente ao seu imóvel, por mais que isso tenha acontecido com algumas pessoas, elas não levaram a sua igreja, elas não levaram os seus vizinhos, estão ainda hoje com traumas psicológicos, tendo que reaprender a viver.

Isso já era um problema gigantesco para a vida das pessoas, no ano de 2019, e veio, logo em sequência, uma pandemia. Então, para essas pessoas que estão sofrendo, a sua vida virou de cabeça para baixo. A nossa responsabilidade aqui é trabalhar com transparência, com respeito às instituições e com respeito à população.

Por isso, iremos inverter a ordem, começando, primeiramente, com quem está sentindo na pele, e, dessa forma, nós já temos alguns inscritos. Presencialmente, aqui, contamos com a presença do Sr. Alexandre Sampaio, que já esteve, em outras oportunidades, também aqui, no Senado Federal, na Assembleia Legislativa de Alagoas, na Câmara Municipal, e sempre é chamado por representar a Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro.

Assim, serão dados, Alexandre, a princípio, dez minutos para que você possa fazer essa sua apresentação pelo fato de estar aqui presente. Logo em seguida, iremos passar para a audiência também, para quem está acompanhando de maneira remota.

Lembro que aqui a gente não está buscando fazer um palanque. Então, cada um que se posicionar durante esse tempo, coloque perguntas, não apenas coloque para fora sentimento. Isso é importante, sem dúvida nenhuma, mas pensem que estão com uma oportunidade de falar com os principais agentes relacionados a esse tema dos bairros que estão em afundamento. Então, anotarei aqui as perguntas e tentarei ser o mais efetivo possível.

Dessa forma, Sr. Alexandre, V. Sa. está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Obrigado pelo convite. Agradeço ao povo brasileiro e ao Senado por ter custeado essa passagem, porque as nossas empresas não estão em uma situação em que pudessem pagar tal passagem.

Eu gostaria, na verdade, de contextualizar o que nós estamos vivendo a partir do contexto em que foi realizado o acordo.

Quando, do final de 2019 para início de 2020, foi realizado o primeiro acordo, que definiu os termos de realocação – que, na verdade, é um eufemismo para expulsão forçada do bairro – e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensação financeira – que é outro eufemismo, quando, na verdade é uma compensação malfeita ou uma indenização fora dos padrões legais – as ações da Braskem vinham caindo vertiginosamente. O maior interesse para a realização daquele acordo, Senador, era da Braskem.

Quando houve o primeiro acordo, no final de 2019, no apagar das luzes de 2019 para 2020, sem a participação da população, das vítimas, depois, quando houve o segundo acordo, agora, de 2020 para 2021, as ações da Braskem voltaram a se recuperar rapidamente. No primeiro semestre deste ano, a empresa conseguiu um lucro de R$10 bilhões em apenas seis meses. Entretanto, nesse mesmo período, 4,5 mil empresas dos bairros afetados praticamente faliram e continuam em situação de falência.

Isso demonstra, por si só, que houve, no formato do acordo, uma escolha das autoridades do Judiciário, houve uma escolha pelo poder econômico da Braskem em detrimento do direito das vítimas. Esse acordo trouxe uma série de distorções, distorções para as quais nós, aqui, neste momento, trazemos um conjunto de sugestões, Senador, para que elas possam efetivamente corrigir o que tem trazido tanta dor, porque, em nome de salvar vidas, não se pode empurrar as vidas das pessoas para o limbo; em nome de evitar a morte, não se pode provocar outras mortes.

Antes de ler aqui as nossas propostas, eu peço uma deferência porque Antônio Belarmino da Silva faleceu esta semana, quando a filha dele tentava reocupar uma casa, porque não recebeu ainda a indenização da Braskem. Diana, o meu respeito ao seu pai. Sei que você nos ouve agora, que sua filha nos houve. A morte está acontecendo, Senador. Se salvaram vidas, mas a morte campeia os cinco bairros afetados pela mineração da Braskem. Antônio Belarmino morreu porque não aguentou ver a dor da filha.

Eu também faço aqui uma homenagem a Mailda Farias, que é empresária. Enquanto a Braskem lucrou R$10 bilhões, Senador, só nestes primeiros seis meses de 2021, Mailda Farias não consegue fazer uma cirurgia, não consegue ter um plano de saúde, tem que ir para o SUS e não consegue ir para o SUS. E a Braskem com R$10 bilhões de lucro, com o silêncio das autoridades que acham que cumpriram o seu papel, mas não cumpriram o papel. Então, Mailda, eu sei que hoje você está tentando uma liminar para entrar no SUS e fazer uma cirurgia, porque corre risco de morte. E a Braskem com R$10 bilhões de lucro na conta. Isso é inaceitável, Senador, inaceitável.

É por isso que, no dia 3 de dezembro, nós vamos fazer um ato de luto e de luta em frente à Braskem. Para esse ato, nós estamos formando uma frente parlamentar. Para essa frente parlamentar, a gente conta já com o apoio de alguns Deputados, de alguns Vereadores e esperamos contar com o seu apoio. Ela tem três objetivos: o primeiro objetivo da frente parlamentar é dar apoio logístico, político e jurídico para esse ato, porque a Braskem pôde bombardear cinco bairros sem se quer ser criminalizada juridicamente. As ações foram arquivadas, Senador. Entretanto, no último ato que houve, ela impediu a população de participar, através da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos precisar fazer um enfrentamento jurídico também nesse ato, e eu convoco o senhor, os Deputados que nos ouvem, os Vereadores que nos ouvem, os políticos que nos ouvem, porque nós vamos formar uma frente.

O segundo objetivo dessa frente é ter apoio político para rediscutir os termos desse acordo, que aqui a gente vai colocar.

E o terceiro objetivo é mobilizar o Governo e as instituições governamentais e não governamentais, porque há falta de dados. Veja que o senhor precisou entrar no *site* da Braskem para conseguir informações. Essas informações tinham que estar disponíveis, de modo oficial, pelas autoridades competentes que estão cuidando desse processo, e não colocar a raposa para cuidar do galinheiro, como a Braskem está fazendo.

Então, um terceiro ponto é que a gente rompa com a estratégia da Braskem de apagar as vítimas, de silenciar a existência das 67 mil vítimas, das 4,5 mil empresas e dos 30 mil trabalhadores que foram esquecidos no acordo.

Por isso, nós do Muvb, que eu represento aqui, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, como represento também, como Presidente, a Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro, trouxemos este documento, Senador, que vai ser entregue ao senhor e está sendo entregue também na Assembleia Legislativa, está sendo entregue a todas as autoridades, está sendo entregue ao MPF, que contém as seguintes propostas.

Primeira proposta: a Braskem deve apresentar laudo de avaliação de imóveis, de acordo com as normas técnicas, para justificar suas propostas de valores para os imóveis dos moradores, a título de dano material.

Por incrível que pareça, Senador, a Braskem oferece lá um laudo de não sei quantas páginas que não é assinado por nenhum responsável técnico, e nós temos uma legislação no Brasil. Para um laudo ser feito, ele tem que ser feito por um perito judicial, por um corretor de imóveis, por um engenheiro ou por um arquiteto. Fora disso, é fraude.

A Braskem questiona os laudos dos engenheiros, dos corretores com uma fraude, porque não é assinado e, consequentemente, nós não conseguimos responsabilizar ninguém civilmente por um erro nesses laudos.

Então, a primeira proposta é que, primeiro, a Braskem seja obrigada a reconhecer os laudos de avaliação dos corretores e avaliadores legalmente estabelecidos e que ela seja obrigada a fazer um laudo com um responsável técnico. Isso porque ela apresenta um blá-blá-blá de várias páginas e não diz nada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Só interrompendo um pouco, Alexandre, não apenas para alertar sobre o tempo, o que é importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque temos aqui várias pessoas inscritas, mas para atentar que, talvez, seja uma oportunidade. Já que eu vou receber esse documento, já que eu vou ler esse documento, mas você transformar isso em algum questionamento, porque nós iremos ter aqui o Vice-Presidente da Braskem para responder.

Então, se já puder deixar como um tipo de questionamento para que ele possa se posicionar sobre alguns pontos, seria interessante.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Essa já é uma pergunta que não é para a Braskem, é para as autoridades do Judiciário presentes...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Como é que se aceita, a olhos vistos, um laudo que é nitidamente fraudulento? E quais são as prerrogativas de um laudo de avaliação com validade jurídica? E por que se aceita isso por parte da Braskem?

O segundo ponto é que, para efeito de – já estou indo para a segunda... são seis propostas, Senador –, para feito de dano material, o deslocamento das famílias... E aí, eu não sei se os senhores conhecem, mas Maceió, em 2015, tinha um déficit habitacional de 27 mil moradias. Com as 15 mil praticamente que entraram no mapa agora, Maceió cresceu, em dois anos, em 50% o déficit habitacional. As pessoas não conseguem ir para dentro de Maceió. Quem está saindo do bairro, dos cinco bairros, não está conseguindo um imóvel dentro de Maceió. Isso significa que estão indo para Marechal Deodoro, Messias, Santa Luzia do Norte, Paripueira, Barra de São Miguel, e isso duplica, triplica os gastos com transporte, com assistência médica, com todos eles, e isso não está sendo computado no dano material das vítimas.

A segunda proposta é o seguinte: o dano moral deve ser calculado por pessoa, e não por imóvel. E aí eu faço uma pergunta ao senhor – foi do Procon –, essa pergunta é para o senhor: um morador, uma família de quatro pessoas, que perdeu a construção de uma vida de 40 anos, de 30 anos, que tem quatro ou cinco membros; faz sentido, diante das autoridades presentes, que cada uma receba R$10 mil de dano moral diante de tamanha dor e sofrimento?

A nossa proposta, Senador, é que a gente tenha o dano moral pago por pessoa. Na primeira ação do Ministério Público Estadual, se estabeleceu um valor de R$100 mil por pessoa. Esse valor, aplicado às 67 mil vítimas, daria R$6,7 bilhões. A Braskem está sonegando mais de R$5 bilhões só de dano moral.

Quando você aplica isso para as empresas, a gente também vê uma sonegação dos danos morais para os empreendedores, as pessoas físicas que dependiam exclusivamente dos seus negócios que estão ali. Nenhuma está recebendo dano moral. Nenhuma empresa está recebendo dano moral. Eu tive uma reunião com a Braskem e eles disseram, tiveram o desplante de dizer para mim: "Nós não consideramos que as suas empresas tiveram nenhum dano".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, roubam os 60 mil clientes das empresas dos bairros, e a gente não teve dano moral? 95% dos empresários dos bairros dependiam dos seus negócios, e nós não tivemos dano moral? Então, essa pergunta é para o senhor também: é justo não pagar dano moral para as empresas?

Terceira proposta. Devem ser estabelecidos critérios objetivos, com a devida divulgação às vítimas, quanto aos demais aspectos das indenizações devidas, como, por exemplo, dano moral, lucros cessantes, fundo de comércio e outros. E mais: esses critérios deveriam ser discutidos com os representantes das vítimas e firmados perante o Ministério Público e demais instituições.

Esse acordo, Senador, colocou a formiguinha para tratar com um monstro, que é a sexta maior petroquímica do mundo, a maior da América Latina. É uma injustiça por si só.

O senhor foi da Comissão de Direito do Consumidor, foi do Procon. Eu faço a pergunta para o senhor, novamente: não seria hipossuficiência, diante da lei, mesmo que os Ministérios Públicos tenham feito isso com sua prerrogativa legal, colocar a vítima, sem nenhum poder, para negociar com uma mineradora que tem a maior banca de advogados deste País?

Quarta proposta. Devem ser instituídos comitês ou comissões de conciliação, com a participação paritária de moradores ou empreendedores, quando se tratar de empresas; de trabalhadores, quando se tratar dos funcionários que perderam seus empregos; da Braskem; e de um membro do poder público, para facilitar a busca do entendimento e do acordo justo e corrigir essa absurda desproporção que existe hoje nas relações de negociação com a Braskem.

Quinta proposta – falta só uma, Senador. Devem ser imediatamente realocados os moradores dos imóveis das áreas mutiladas que não têm mais condições de moradia adequada nem digna, a exemplo do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das quebradas, da Marquês de Abrantes e da Vila Saem, especialmente os da Rua Santa Luzia.

Tivemos uma audiência na Câmara Municipal em que a Defesa Civil disse que tinha sismógrafos capazes de detectar, com 12 horas de antecedência, algum risco, algum abalo.

Durante a audiência que a gente teve no final do mês na Assembleia Legislativa, durante a audiência, houve um abalo de 1,5. Toda a população ligou para a Defesa Civil, e a Defesa Civil não teve a capacidade de avisar. Isso fez com que ela proibisse que os mil trabalhadores da Braskem que estão fechando as minas saíssem do canteiro de obras. Isso foi uma prova irrefutável de que a Defesa Civil e os poderes públicos não têm condições técnicas ainda de evitar uma grande tragédia.

Sexta proposta. Esta pergunta vai para a Defesa Civil: o Professor Abelardo, o Geraldo Vasconcelos e o Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, garantem a vida dessas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Alexandre, para concluir, só deixando claro que temos vários outros expositores aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Só falta uma aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Por gentileza.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sexta proposta. Devem ser imediatamente indenizadas as vítimas das áreas do entorno, as regiões de risco geológico direto. É o que nós chamamos de zona de risco socioeconômico, ante a desvalorização dos imóveis e a inviabilização dos negócios.

Há inúmeras empresas. O colégio do Falone perdeu 1,5 mil alunos. A Sonograph perdeu todos os clientes e precisou se mudar. A Fios, salão de beleza, e tantas outras empresas, Senador, simplesmente estão numa zona de limbo, em que não há o reconhecimento nem do poder público nem da Braskem.

Então, diante disso, nós entregamos, pessoalmente, Senador, este documento ao senhor e esperamos que conste nos Anais desta Comissão e também conste como um parâmetro para a gente restabelecer a justiça perdida nesse acordo firmado pelo Ministério Público e Defensoria com a Braskem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço, Alexandre, a sua presença aqui. É importante deixar claro que, desde o início, você está buscando chamar atenção para o que acontece com as empresas. Aqui, você até falou mais do que de empresas, falou da vida das pessoas. Você é um morador do bairro; você está ali vivenciando e convivendo com quem está afetado. E trouxe perguntas, aqui, objetivas. Com certeza, na manhã de hoje, muitas delas serão apresentadas.

Esta audiência não termina hoje. Nós estamos aqui como uma forma de reunião de trabalho. Da mesma forma como a primeira audiência foi extremamente produtiva e trouxe consequências objetivas, nesta aqui, nós queremos entender o cenário atual.

Do outro lado, nós temos, aqui, a Braskem, o Ministério Público Federal, a Defensoria, todos os que foram mencionados aqui também vão posicionar-se sobre os seus questionamentos.

Nós vamos dar uma sequência de informações: o prazo foi dado de uma maneira mais elástica ao Alexandre, por estar aqui presente, mas, para concluirmos hoje esta audiência, vamos ser extremamente objetivos.

Teremos, aqui, numa sequência, quatro moradores, que representam movimentos, comissões, lideranças dos bairros afetados, e será dado o prazo de cinco minutos para cada. A gente sabe que os relatos pessoais são importantes. A gente humaniza. É pedir até demais que não se emocionem, porque não é isso. A gente sabe que há que se falar com o coração, com a verdade mesmo, de maneira legítima, mas peço que sejam objetivos, para que a gente possa ter efetividade na manhã de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, quero ouvir o posicionamento do Sr. Carlos Roberto Marques da Silva, representando o SOS Pinheiro.

O SR. CARLOS ROBERTO LIMA MARQUES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Todos estão me escutando bem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Estamos ouvindo, Dr. Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO LIMA MARQUES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Rodrigo Cunha, aos Deputados, às autoridades aqui presentes com relação à realização desta audiência, uma audiência importantíssima.

Vou tentar ser o mais breve possível, tendo em vista o tempo de cinco minutos.

Sou residente do Bairro do Pinheiro há 40 anos, e nós moramos na parte do entorno que ficou, que é a área pós-Rua Belo Horizonte, hoje Rua Professor José da Silveira Camerino.

O que acontece, Senador, Dra. Niedja, juíza, doutora do CNJ? Estamos numa área que não está contemplada na área de risco. Porém, diversas casas foram visitadas pela Defesa Civil, e foram constatadas diversas rachaduras.

Então, a Defesa Civil nos informa, Senador, que não há possibilidade de dar um laudo em relação ao imóvel, dizendo que ele não tem condições de habitabilidade. Ela chega à sua residência e diz que a sua residência apresenta patologias, porém ninguém assina esse documento. Passou a ser assinado agora por um Diretor Adjunto, mas o engenheiro que vai à sua residência, ou o geólogo, ou qualquer outro técnico, não assina.

Então, o que a gente está aqui solicitando, num primeiro momento, Senador, é que esses laudos da Defesa Civil venham com a informação objetiva sobre se aquele dano causado ao imóvel é um dano gerado pelo problema da mineração ou não, porque ele tem condições de ir à sua casa e dizer que a casa apresenta patologias, mas você não pode reformar, você não pode pintar e, o pior, você não pode sequer alugar ou vender, uma vez que seria má-fé por parte do proprietário. Esta semana estivemos novamente na Defesa Civil, recebemos o último laudo, e, mais uma vez, continua com essa distorção.

No dia 5 de novembro, agora – só corrigindo, porque é uma data do amigo Alexandre –, no 5 de novembro, ocorreu um tremor de escala 1,4, que foi sentido na minha residência. A minha residência fica a menos de 10m de uma empresa, que é a loja Ninos, que entrou no mapa. Foi sentido na minha residência, foi sentido no Morada das Árvores. E esta semana foi veiculada uma reportagem na Globo, no Jornal Nacional, em que o Dr. Marcelo Arantes, que, se não me engano, está aqui presente – eu queria até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber dele... Dr. Marcelo, foi informado pelo senhor que esses microssismos poderiam vir a acontecer – esse foi de 1,4. E o senhor ainda colocou lá na imprensa dizendo que: "Olha, os microssismos podem acontecer, e os moradores podem até sentir um tremor, mas não tem problema". Ora, pessoal, autoridades aqui presentes, até onde vamos aguardar isso? Quer dizer que a Braskem hoje manda e desmanda?

Eu sou contrário ao pensamento do Alexandre com relação ao termo de acordo. Eu acredito que o termo de acordo foi favorável. Precisa de correções? Precisa. Naquele momento, o acordo foi benéfico. Depois há a necessidade, como tudo no direito, de se reavaliar e corrigir alguns pontos, mas até que ponto vamos aguardar esse império que é a Braskem decidir o que faz e o que não faz na vida dos moradores?

Então, são esses questionamentos que a gente gostaria de fazer.

Por exemplo, aí está o Presidente do Serviço Geológico, da CPRM. Fala-se da interferometria. A minha casa nunca teve problema nenhum de rachadura; passou a ter agora, cada vez aumentando mais. Então, essa interferometria, qual é o nível de exatidão, ou qual é a margem de erro, melhor dizendo, com relação à questão da interferometria? Será que eu tenho que esperar abrir um buraco na minha casa, ou rachar a parede por completo, para que a Defesa Civil faça alguma coisa?

Então, o que a gente está sentindo hoje é que estamos completamente abandonados pelo poder público municipal. É uma pena. Sabemos que alguns secretários, como o Secretário Ronnie, que está aqui presente, vem fazendo o máximo, porém a Defesa Civil, os técnicos da Defesa Civil, literalmente, não estão permitindo que a coisa venha a fluir. E esses técnicos, por incrível que pareça, Senador, não querem assinar. Eles não assinam esse termo, colocam uma outra pessoa para vir assinar.

Então, eu só gostaria de ter esse laudo, para que, lá no futuro, caso venha a ocorrer, a gente saiba a quem responsabilizar, civilmente, criminalmente e administrativamente. E gostaria de saber da CPRM, por sua vez, qual a margem de erro com relação à interferometria.

E gostaria de saber, principalmente das autoridades aqui presentes, como a Dra. Niedja, por quem tenho um respeito e um carinho particular – com relação ao MPF, acredito muito no MPF, acredito muito nas Defensorias Públicas e no Ministério Público Estadual –, se realmente o morador que está nessa área, que está com a sua casa rachada vai ter que continuar sentindo tremores em decorrência do fechamento das minas; e se vamos continuar com a situação de não poder alugar, não poder vender, não poder fazer nada no nosso imóvel; e se vamos continuar sendo vizinhos de escombros, porque é o que a gente tem hoje. A 10m da minha residência, há um prédio de dez andares que foi completamente desocupado. Então, nós vamos viver realmente como vizinhos de escombros? E vamos viver realmente com a possibilidade de a qualquer momento, com a Braskem a realizar as atividades, continuarmos sentindo esses tremores? É isso que vai acontecer? Eu tenho certeza que não. Eu confio muito no Ministério Público Federal, eu confio muito na Defensoria Pública Estadual e Federal e confio muito no Ministério Público Estadual. E eu tenho certeza de que esse tipo de situação não vai continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, o meu muito obrigado, Senador, pela possibilidade da fala.

Grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Carlos pelo seu relato, que trouxe também outros assuntos de interesse de todos que moram em Maceió. A gente vai tratar bastante sobre isso também, sobre quem não está dentro do mapa, mas está próximo e está sendo afetado também; como resolver esse problema. Então, fiz aqui algumas anotações.

Vamos dar sequência, ouvindo agora a Sra. Andréa Alpoim, que representa a Comissão dos Moradores Pinheiro Fora do Mapa, pelo prazo também de cinco minutos.

Seja bem-vinda!

A SRA. ANDRÉA ALPOIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada pela oportunidade e pela escuta, não somente ao Senador Rodrigo Cunha, mas a todos que estão presentes aqui nesta audiência.

Eu gostaria de iniciar minha fala dizendo um pouco sobre o que o Dr. Paulo falou. Quem irá se responsabilizar civilmente, administrativamente e criminalmente pela permanência dos moradores que estão nessa região fora do mapa?

Nós estamos vivendo momentos de terror. Nós estamos vivendo momentos de muita tristeza. E eu acredito que, mais do que o abalo estrutural que a gente vive e que é nítido – como eu falei em uma reunião que tivemos com a Defesa Civil alguns dias atrás, o pior cego é aquele que não quer ver –, nós estamos vivendo isso, nossas casas estão rachando cada vez mais. E, se não for pelo problema já existente, que foi oriundo da Braskem, então, o que está acontecendo? Nós precisamos de respostas. E aí vem aquele sentimento às vezes de abandono por parte de todos os órgãos, porque a sensação é essa, de que nós estamos abandonados.

Eu acredito, sim, que o termo, o acordo tem que ser revisto. É preciso efetuar aditivos para que nós sejamos também contemplados e para que nós também tenhamos o direito, para que a nós seja facultado o direito de querer sair ou permanecer, porque ainda há algumas pessoas que querem permanecer, são negacionistas para o problema, mas em sua grande maioria as pessoas querem sair. Eu falo da minha situação: eu era empreendedora do bairro, e o meu empreendimento ficava na região que não foi contemplada. Então, eu saí com uma mão na frente, outra mão atrás; fiquei sem indenização, assumi o prejuízo; fiquei desempregada e, hoje em dia, estou tendo que me reinventar.

E aí também falo sobre a questão de que é predominante a quantidade de pessoas idosas que moram no bairro, e essas pessoas estão doentes psicologicamente. É muito triste ver o caso do meu pai e da minha mãe, que passaram uma vida inteira para conseguir comprar um imóvel e hoje se veem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma bomba nas mãos. Não há outra expressão para falar: é uma bomba, porque eles não podem negociar, não podem vender, não podem alugar, não podem fazer nada. Eu vejo a casa vizinha ao prédio da minha mãe: a cozinha não existe; ela teve que tirar todos os móveis da cozinha e levá-los para a sala, porque a cozinha está completamente rachada. Qual a explicação para isso?

Então, eu gostaria de saber quais são as garantias que a gente tem de permanecer, visto que os imóveis estão rachando cada dia mais. A gente está isolado socioeconomicamente, porque a gente não tem mais nenhum serviço no bairro. Aí muitos vêm e falam: "Ah, mas tem a Fernandes Lima próximo". Mas, quando a gente foi morar lá, eu não fui morar pela Fernandes Lima em si, eu fui morar pelo bairro – não só eu, os meus pais –, porque eu nasci e me criei lá; são 32 anos de bairro. Então, eu não quero somente depender da Fernandes Lima, eu quero depender do bairro em que eu nasci, em que eu me criei, em que eu empreendi.

E é muito triste ter que passar por lá e ver a situação, ver que a gente está ali num mar de incertezas, ver que a gente está do lado de escombros, ver as pragas se alastrando pelos bairros, porque é mosquito, é barata, são muitas pragas que estão se alastrando, então ainda há o risco de doenças. Então, assim, a gente está vivendo momentos de terror.

Eu digo que o que a gente está passando ali, os moradores da região fora do mapa, é uma situação de humilhação, porque a gente tem que ficar pedindo a um e a outro, quando, na verdade, eu acho que os órgãos competentes deveriam tomar as dores e brigar pela gente. Eu acho que a gente não tem que estar se humilhando tanto, porque a gente já está vivendo um terror psicológico muito grande. A falta de segurança é extrema: são ruas que não estão tendo a devida segurança, não estão tendo iluminação pública. Os serviços estão totalmente precários, internet... Enfim, são muitos problemas que nós estamos vivenciando.

Então, mais do que fazer qualquer pergunta, Senador Rodrigo Cunha, eu gostaria de expressar a minha indignação e pedir para que a gente fosse olhado com um olhar mais piedoso; que vocês pusessem realmente ver a situação da gente e ver que a gente tem que ser contemplado, sim. Esse acordo tem que ser revisto; tem que haver um aditivo para que haja...

São as minhas palavras.

Muito obrigada pelo momento de escuta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Andréa, somos nós que agradecemos a sua participação.

Como eu falei aqui no início, esse formato também é para dar voz a quem está sentindo na pele. São diversos os problemas. Tenho certeza de que, principalmente, o Ministério Público Federal busca trabalhar de uma maneira coletiva. O acordo firmado atendeu vários pontos, mas é sempre possível fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reavaliações – é um dos assuntos que nós vamos tratar mais à frente. E há situações que não foram pensadas à época.

Você traz aqui um assunto que diz respeito a milhares de pessoas que estão vizinhas aos escombros, não estão numa área que está afetada, mas são afetadas também de várias formas. Então, tem que haver solução também para esses problemas. Então, obrigado pela sua participação.

Eu agradeço também, Andréa, por ter respeitado o tempo. Nós vamos, inclusive, ter que cortar aqui quem ultrapassar o tempo por necessidade mesmo de manter o cronograma para que, mais tarde, a outra audiência que há em sequência neste Plenário não seja prejudicada.

Passamos a palavra agora para Cássio Araújo, representando o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem.

Cássio, por gentileza, a palavra, por cinco minutos.

O SR. CÁSSIO ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

Eu gostaria aqui de saudar esta audiência pública. Acho que é um evento importante no sentido de apontar soluções para os problemas.

Inicialmente, gostaria de reiterar a fala do Alexandre Sampaio, que falou pela Associação de Empreendedores e pelo Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, e gostaria aqui de me ater ao porquê desses problemas.

Se o acordo foi positivo no sentido da retirada dos moradores de uma área realmente de risco, então, havia um risco realmente de morte, no entanto, a Braskem conseguiu impor o melhor acordo que ela poderia ter feito na vida. Por quê? Porque ela colocou numa situação de extrema inferioridade os atingidos, os moradores e os empreendedores, colocou lá no acordo que deveria ser feita uma livre negociação, quando não poderia haver essa livre negociação. Por quê? Porque, de um lado, está uma das maiores empresas químicas do mundo e, de outro, pessoas em extrema vulnerabilidade, extrema hipossuficiência.

V. Exa. foi Diretor do Procon durante um bom tempo aqui em Alagoas. Uma das razões da criação aqui do Código de Defesa do Consumidor era de que o fornecedor não poderia estar numa mesma situação do consumidor. O consumidor não tem condições de, normalmente, tratar em pé de igualdade com aqueles seus fornecedores de bens e serviços. E algo semelhante acontece.

E o acordo colocou, inclusive, situações aqui de mais vantagem do que legalmente é admitido, tendo em vista que ela tem mais poderes aqui, tem mais privilégios que o poder público. Se o poder público quiser desapropriar um determinado bem, tem que depositar esse valor, e o desapropriado pode, mesmo discordando do valor da avaliação, ter acesso a esse recurso e discutir a diferença. Pelo acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito, a Braskem tem todo o poder, porque o morador só pode colocar a mão nesse valor, mesmo incontroverso, se ele der quitação do total do valor, ou seja, força-se que o morador e o empreendedor aceitem a proposta apresentada, mesmo que discordem.

Então, em nível estrutural, o acordo, nesse sentido, tem que ser modificado. Inclusive cunhamos até uma expressão, porque foi criado uma espécie de um monopsônio hiperbólico, ou seja, é um monopólio do comprador, no caso, aqui, a Braskem, que está adquirindo os imóveis, não necessariamente deveria ser assim, e com uma série de privilégios.

Dizer que tem advogado para prestar assistência aos moradores e aos empreendedores, é também outro ponto falso, porque o advogado nada pode fazer, tendo em vista que o acordo tem um prazo de validade de dois anos, e os juízes que têm recebido ações de moradores inconformados, simplesmente, suspendem as ações, dizendo que devem só continuar depois de terminado o prazo que a Braskem tem para resolver todas as questões.

Então, nas propostas apresentadas, lidas, aqui, pelo Alexandre Sampaio, no nosso modo de entender, ele resume, sintetiza as mudanças que devem ser feitas. A primeira, no sentido de que a Braskem deve apresentar um laudo de avaliação, coisa que ela não faz. Ela, simplesmente, apresenta a sua proposta e, se questionada, apresenta um blá-blá-blá, desconsiderando o laudo de avaliação apresentado pelo morador, e ela argumenta que a proposta dela é a melhor possível, mesmo que, para isso, ela tenha que falsificar a realidade. E os outros pontos que foram apresentados procuram, exatamente, resolver essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Obrigado, Cássio, representando aqui as vítimas da Braskem também. É importante a sua participação e o seu acompanhamento, aqui, até o final. Estamos dando voz para quem busca cidadania, exercício do seu direito e, principalmente, dormir com tranquilidade. Então, pode ter certeza de que a sua participação é importantíssima.

Dando sequência, iremos agora falar com a liderança de um outro bairro, antes de passar para os Vereadores. (*Pausa.*)

Está com dificuldade o Antônio Domingos, está sem conseguir falar.

Então, vamos já partir para o Vereador Leonardo Dias, que hoje preside a comissão que desse tema, sobre o afundamento do solo dos bairros afetados na capital. O Prefeito JHC também designou uma comissão específica para tratar do assunto, e a Câmara está fazendo a sua parte, através, também, da comissão. Então, dessa forma, o Vereador Leonardo Dias com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, queria parabenizar V. Exa., Senador Rodrigo Cunha, pela iniciativa de fazer esta audiência pública, dizer que é muito importante o envolvimento do Governo Federal. É uma coisa em que a Comissão, nesses sete meses de existência, tem trabalhado muito, fazendo uma grande mobilização de articulação com os Poderes envolvidos.

Então, a Câmara tem uma preocupação de cunho social, a Comissão tem focado seus esforços na compreensão de toda essa problemática relatada pelos colegas, que a gente vem acompanhando nesses sete meses, e fazendo endereçamentos tanto à Prefeitura Municipal, no que tange a ela, ao Secretário Rony Motta, que tem conduzido a pasta, ao Professor Abelardo, que tem conduzido a Defesa Civil, e também ao Governo do Estado, que tem sido bastante ausente até então nas discussões. E a gente não pode deixar também de agradecer o empenho do Secretário George Santoro em rever as condições do ICMS. Então, nós estamos trabalhando numa proposta para alterar o decreto de forma que isso reflita realmente em um benefício maior para os empresários que hoje passam por essas dificuldades.

Da mesma forma, a Comissão tem procurado, Senador, buscar a interlocução junto com o Governo Federal. Nós estivemos aí algumas vezes com o Dr. Esteves, que está aí presente, tentando compreender toda essa problemática relatada dessas casas que estão fora da região do mapa e que apresentam rachaduras e quais soluções nós podemos dar para ela. Isto é que é importante, Senador, e a gente conta com o seu apoio em Brasília para que a gente possa atualizar o PAE. Então, é importantíssimo que o Município atualize esse PAE e a gente possa apresentar isso para que o Governo Federal faça também uma comissão, acompanhada pela Secretaria de Governo ou através mesmo do Ministério da Casa Civil, para montar também toda a estrutura social que precisa ser acionada. A gente precisa do envolvimento do Ministério da Economia, do Ministério da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Regional, além, obviamente, do apoio que a gente já tem da CPRM e da Defesa Civil nacional.

Então, essa articulação dentro de toda a problemática social por que essas pessoas passam não será resolvida apenas no âmbito municipal e no âmbito estadual. E aí, V. Exa., como Senador, pode nos ajudar bastante nessa interlocução com o Governo, o que tem acontecido, porém, hoje, depende dessa atualização do PAE, da Prefeitura Municipal de Maceió. Então, a gente precisa que seja dado celeridade a isso.

Nós temos também mantido interlocução com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público estadual, dentro de cada uma das problemáticas. Ontem mesmo nós tivemos uma reunião com duas promotoras, passando para elas a situação dos Flechais, que hoje é uma situação mais crítica, vamos dizer assim, quando a gente compara com a situação regional dos outros locais, porque nós temos ali, realmente, um isolamento muito difícil de ser resolvido, porque existe uma área de proteção ambiental de um lado e do outro lado existe toda uma parte já incluída no mapa e desabitada. Então, a área dos Flechais realmente hoje vive uma situação completamente diferente das outras, numa problemática social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completa, sem escolas, sem posto de saúde, sem mercadinho, sem açougue, sem farmácia, sem lotérica e sem tudo aquilo que é necessário para que as pessoas continuem suas vidas, sabendo que ali moram idosos, deficientes físicos, pessoas que dependem de hemodiálise e têm muita dificuldade de locomoção.

Então, o problema precisa de uma grande frente de envolvimento de todas as esferas públicas para que isso seja resolvido. Não vai ser somente o Ministério Público, a Câmara de Vereadores, o Senado Federal, o Governo Federal, mas a força de todos nós juntos imbuídos e focados em resolver realmente o problema dessas pessoas, que já perdura praticamente três anos, com muito pouca coisa efetivamente andada. Aí eu preciso concordar com os nobres colegas: eu acho que o acordo foi muito positivo no sentido de livrar as pessoas de uma disputa judicial com uma megaempresa, que possui uma grande rede de advogados, os melhores advogados do Brasil. Então, para preservar a vida, que essas pessoas saíssem, no momento inicial, com alguma ajuda, isso foi fundamental, mas nós precisamos evoluir esses acordos e é natural que não tenham sido mapeados todos os impactos e problemas que hoje nós estamos vivendo. Então, acho que faz parte do processo de maturidade realmente do problema e tenho certeza de que todo mundo tem um só propósito, que é ajudar essas pessoas.

Mais uma vez, parabéns a V. Exa. e mando um abraço para o Dr. Esteves.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Vereador Leonardo Dias, a sua participação aqui é de extrema importância. Repercutir também da tribuna da Câmara municipal de Maceió, sempre que possível, esse assunto, porque é uma bandeira que não pode parar de ser balançada de maneira alguma. A gente está falando sobre vidas. Se há pouco tempo estava do outro lado, hoje já está com o mandato nas mãos e percebe como é necessário somar esforços. Aqui eu quero colocar esta Comissão também à disposição, para que a gente consiga deixar que esse assunto seja sempre nacionalizado, aumentar os olhares, a lupa do Brasil para essas regiões. Então, conte com o nosso apoio aqui também. Fiz até algumas observações de que, durante a fala dos outros expositores, iremos falar.

O outro Vereador, que também já esteve presente inclusive aqui, presencialmente, na audiência passada, o Vereador por Maceió Francisco Sales, que também ficou à frente da comissão específica para tratar sobre o afundamento do solo e é um lutador dos moradores, não está conseguindo fazer contato com a Comissão. Se conseguir, no decorrer da audiência, será incluído também.

Dessa forma, antes de passar a palavra para o Presidente da CPRM, nós temos um último inscrito aqui.

Repito que estou aqui com várias perguntas, vou mencionar as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. José Fernando, Associação dos Moradores do Bairro do Bom Parto, a quem também será dada a palavra a partir de agora. (*Pausa.*)

Não está conectado.

Então, passaremos ao Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil, Esteves Pedro Colnago, aqui conectado. Presidente, a CPRM foi importantíssima para que o povo alagoano, maceioense, tivesse a certeza absoluta do que estava acontecendo com os bairros afetados. Colocou uma estrutura permanente no Município, mapeando passo a passo. Foi em busca do que há de mais tecnológico no planeta, em termos de mapeamento, para passar com precisão o que estava acontecendo com o afundamento dos solos, o que é que fazia a casa das pessoas rachar, o que é que fazia aparecer um buraco no chão.

E trata-se de um órgão público. E eu acredito que foi uma grande demonstração de como o serviço público pode ser responsável ao ter assinado um laudo – estamos falando aqui de um processo bilionário – e um laudo que foi feito de maneira organizada – eu acompanhei passo a passo –, de uma maneira planejada e com os maiores especialistas que nós temos. Assinado e que passou a ser um guarda-chuva para proteger os moradores.

Dali surgiu também a possibilidade de haver o acordo de que estamos falando aqui, porque estávamos diante de um documento técnico que, do nosso ponto de vista e de todos aqueles que chegaram a analisá-lo, não poderia chegar a um outro entendimento.

Então, dessa forma, antes de passar a palavra ao Presidente, eu queria apenas destacar aqui um assunto que já foi mencionado por três outros expositores. Se há algum posicionamento... Eu sei, Presidente, que você está assessorado também por outros profissionais, e aqui eu menciono, que não está presente, o Tales. O Tales foi um dos geólogos que foram destinados para assumir essa responsabilidade no início e que conheceu não só a realidade do solo, mas a realidade da sociedade sobre esse tema.

E a minha pergunta é a seguinte: um tema que está nos afligindo agora e para o qual precisamos de resposta é se a CPRM pode falar sobre o tremor recente que aconteceu no Município de Maceió, mencionado aqui por três outros expositores. Esses últimos abalos que aconteceram no mês de novembro, se estão relacionados com a Braskem, se já há um posicionamento, se a CPRM fez registro sobre isso, se pode nos posicionar sobre esse assunto. Então gostaria que, durante a sua fala também, se possível, aborde esse tema.

E eu já passo a palavra. Passamos a ouvir agora o Presidente da CPRM, Diretor-Presidente Esteves Pedro Colnago, com a palavra. (*Pausa.*)

Libere o áudio, por favor. Está sem o áudio. (*Pausa.*)

Presidente, agora, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Desculpe aí a falta de costume. A gente não tem muito costume de usar a interlocução por aqui, embora tenha realizado tantas.

Eu gostaria inicialmente, Senador Rodrigo Cunha, de agradecer o convite formulado pela Comissão para que nós estivéssemos presentes neste encontro. Eu gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar, na sua pessoa, os demais Vereadores e Parlamentares presentes no evento e os demais colaboradores das diversas instituições.

Nós estamos presentes neste evento com o Dr. Vilmar Simões, que é o nosso consultor jurídico, a Dra. Alice Castilho, a Dra. Maria Avelar de Matos, o Dr. Leandro Kuhlmann, dentre outros participantes do Serviço Geológico do Brasil aqui presentes.

Acho que é importante nós fazermos algumas considerações preliminares antes de adentrarmos sua demanda objetiva feita.

Desde 2018, cerca de três anos e meio passados, nós estamos, o Serviço Geológico do Brasil, envolvidos com a situação que ocorre nos bairros Pinheiro, Mutange e outros. Nós fomos procurados praticamente em junho de 2018, maio, junho de 2018, pelos dirigentes da Defesa Civil de Maceió, aqui em Brasília. Eles estiveram aqui conosco para relatar as ocorrências que estavam sendo verificadas nos bairros, como o problema de rachaduras em residências. Tão logo nós recebemos essa manifestação da Defesa Civil, nós organizamos um grupo para se deslocar para Maceió para verificar in loco a situação que estava sendo relatada aqui pela Defesa Civil de Maceió, na pessoa do senhor... Agora esqueci o nome.

Durante cerca de um mês, um grupo de pessoas nossas, qualificadas, esteve em Maceió para verificar a situação que estava ocorrendo lá. Nós ficamos preocupados com o que vimos. Nós procuramos, dentro das possibilidades momentâneas, identificar as causas que estavam provocando essas rachaduras e verificamos que essas rachaduras estavam se intensificando com o tempo de acompanhamento nosso nas viagens e nas nossas vistorias lá em Maceió. Isso nos motivou a fazer uma manifestação muito forte junto à Prefeitura de Maceió no sentido de que se tomasse algumas providências acauteladoras, porque poderia acontecer um desastre a qualquer momento naquele ambiente. E nós não tínhamos, naquela oportunidade, informações sobre as causas que poderiam estar provocando isso, e poderiam existir várias causas: poderiam ser decorrentes de sismos, poderiam ser decorrentes de algumas falhas geológicas naturais do terreno, poderiam ser decorrentes da quantidade de água que era retirada do ambiente para abastecimento das populações, poderia ser mineração.

Em outubro de 2018, o senhor Prefeito municipal à época considerou que estava havendo uma situação de emergência no ambiente lá em Maceió e designou que estaria em estado de emergência, de calamidade. Então, isso permitiu que nós pudéssemos fazer algumas ações como, por exemplo, contratar uma interferometria em caráter urgente, que nós pudéssemos até ficar dispensados de licitações para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não precisássemos percorrer prazos maiores. Esse decreto do senhor prefeito facilitou que nós pudéssemos ter a oportunidade de contratar com rapidez um serviço de interferometria. E rapidamente nós tivemos acesso às informações contratadas com a empresa responsável e nós identificamos que estava havendo uma movimentação, uma movimentação minuto a minuto dos terremos naquela região. Muito bem. Isso nós levamos às nossas autoridades superiores, essa informação. E isso fez com que o Sr. Ministro Bento Albuquerque baixasse uma portaria designando que a CPRM fizesse os estudos necessários para verificar as ocorrências que estavam acontecendo ali em Maceió.

Nós, então, organizamos um grupo específico e esse grupo, durante quatro meses, realizou estudos, aprofundou conhecimentos. E chegamos à conclusão, no relatório que nós conseguimos apresentar, em abril de 2019, que estariam ocorrendo essas movimentações em decorrência da exploração mineral que estava acontecendo naquele ambiente, ali em Maceió. Então, isso, na verdade, deu uma informação muito segura para as autoridades para que as providências fossem tomadas. E nós, desde então, nos mantivemos presentes a todo momento junto à comunidade, junto às autoridades lá em Maceió, no Estado de Alagoas, no sentido de colaborar para que se pudesse ter cada vez mais informações mais detalhadas para que se pudesse criar as condições de, se fosse o caso, evacuar, se fosse o caso, criar condições de superar as dificuldades encontradas.

Muito bem. O Ministério Público foi inserido no contexto, está certo? E os diálogos, então, foram feitos e a empresa de mineração passou pelo entendimento com os organismos estaduais, municipais, e com o Ministério Público, para adotar providências com respeito a fazer as correções necessárias no ambiente.

Muito bem. Srs. Senadores e senhores presentes a esse encontro, as atividades que nós realizamos naquele espaço foram atividades de cunho eminentemente de consultoria. Nós trabalhamos aí como se fôssemos consultores para as autoridades locais, para que tomassem decisões. E as informações que nós coletamos, nós sempre tivemos a responsabilidade de não distribuí-las aleatoriamente, mas entregá-las à Defesa Civil, que tinha a responsabilidade de fazer o acompanhamento dessa situação. Nós temos adotado esse procedimento em todas as nossas ações junto ao acontecido lá em Maceió com respeito ao problema das movimentações de solo e subsolo.

Eu gostaria de deixar registrado que também achamos que deveria ser conveniente a participação, nessas reuniões, da Agência Nacional de Mineração, porque a Agência Nacional de Mineração é a entidade pública brasileira que tem responsabilidade, junto à mineradora, de adotar procedimentos, de recomendar providências para que sejam observadas as exigências relacionadas às consequências decorrentes de mineração.

Então, eu volto nesse momento a dizer para os senhores que, como eu disse já em algumas oportunidades em algumas vezes, que é desejável, é desejável que as autoridades que estão desenvolvendo os trabalhos de acompanhamento das circunstâncias em Maceió também tenham a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ouvir manifestação da ANM, porque a ANM é que tem a responsabilidade primária de fazer o acompanhamento junto à mineradora daquilo que está sendo feito, das situações que estão ocorrendo ou coisa que o valha.

Então, eu recomendo aos Srs. Senadores, aos Srs. Vereadores, aos senhores dirigentes de órgãos estaduais, Ministério Público, que não deixemos de convocar a Agência Nacional de Mineração para que possa ter o acompanhamento do que está acontecendo. Tudo que nós temos recebido da Braskem, temos transferido para a ANM, para que ela também tenha a oportunidade de acompanhar.

Na medida em que ela não tem recebido diretamente dos órgãos ou da Braskem as informações, nós temos repassado essas informações e eu as demando.

Eu quero aproveitar esta oportunidade para demandar esta condição: que nós tenhamos a oportunidade de trazer para essas discussões, para essas conversações a Agência Nacional de Mineração, que, por delegação institucional, por delegação constitucional, tem a responsabilidade de fazer acompanhamento das minerações e das mineradoras que desenvolvem ações de mineração no País. Então, é importante que ela esteja envolvida.

Muito bem. Existem alguns posicionamentos de ordem técnica – eu sei que o tempo está ficando curto –, então eu pediria à Dra. Alice Castilho – ou se ela recomendar algum outro dos nossos companheiros – que faça as manifestações que julgue necessárias com respeito a isso. Há um questionamento feito, no momento agora, pelo Senador Rodrigo Cunha, e eu gostaria que pudesse ser respondido por quem está mais diretamente envolvida na questão.

Eu agradeço ao Senador e transfiro à Dra. Alice, se houver tempo, para ela se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem. Eu agradeço, Presidente. Pelo que eu entendi, é Dra. Lúcia. Não é isso? Está aí também disponível?

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (*Por videoconferência.*) – É Dra. Alice Castilho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Alice Castilho.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (*Por videoconferência.*) – É a nossa Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

Antes de passar a palavra a ela, eu já queria saber – se ela puder já explanar sobre esse tema – se há alguma definição sobre algum mapa definitivo, se há alguma previsão para isso, se há a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum novo mapa. A essas perguntas que foram feitas pelo Leonides Gomes de Melo, pelo Max Luiz Mendes e pelo Tiago Leite também me somo para saber se há alguma expectativa de sair um novo mapa da área afetada; se há algum tipo de aconselhamento pela CPRM em algo no sentido de segurança das moradias que estão próximas a essas áreas afetadas; se está sendo, de fato, realizado um acompanhamento pela CPRM do fechamento das minas; se, sobre esse fechamento das minas, há alguma visão da CPRM de alguma perspectiva de solucionar a questão do afundamento do solo – ou seja, as informações que nós temos é de que está havendo o fechamento desses poços; se esses poços estão sendo acompanhados de perto pela CPRM; e se há uma perspectiva de que, com isso, seja possível solucionar a questão do afundamento dos solos.

Então, se a Dra. Alice puder também falar sobre esses temas, acredito que responderemos muitas das perguntas que nós temos aqui.

Com a palavra a Dra. Alice Castilho. Solicito que libere o áudio, por gentileza.

A SRA. ALICE CASTILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, pessoal. Sou Alice Castilho, Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM.

Pessoal, realmente nós entendemos a dor de todos os afetados, mas vamos às questões direcionadas à CPRM.

O Dr. Esteves explicou muito bem as atribuições, então, de cada instituição. O Serviço Geológico do Brasil - CPRM fez o trabalho, em 2019, e capacitou a Defesa Civil para que fizesse os trabalhos localmente.

Então, quanto ao mapa, Senador, respondendo mais diretamente, a Defesa Civil, quando necessita de algum apoio ou de alguma ajuda da nossa parte, nos aciona para esse fim.

Quanto a outros estudos com que nós poderíamos contribuir, as solicitações e os recursos devem vir por parte do Ministério de Minas e Energia e do Ministério de Desenvolvimento Regional, a que está ligada a Defesa Civil Nacional. A gente tinha uma série de propostas de outros estudos complementares que poderiam ser feitos, mas isso fica – vamos dizer assim – nessa definição dos dois ministérios.

E eu passo a palavra para o colega Leandro para prestar alguns esclarecimentos técnicos sobre questões que foram abordadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra o Leandro.

Estamos aqui acompanhando a interação dentro da CPRM pelos técnicos.

Após a fala da Alice, Leandro Kuhlmann com a palavra. Solicito a abertura do áudio também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO KUHLMANN (*Por videoconferência.*) – Pode me ouvir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, já o estamos ouvindo.

O SR. LEANDRO KUHLMANN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Então, são interessantes os dois questionamentos. O primeiro é sobre a precisão do método de tensiometria. Então, esclarecendo, o método de tensiometria é um método de radar satelital. Então, são passagens de radar, e as medições são feitas indiretamente, são feitas medições não só sobre a área atingida, mas sobre uma área muito maior também. A gente não chama de área de monitoramento até para evitar... (*Falha no áudio.*)

Ele tem uma precisão de 5mm por ano, e qualquer deformação que ocorra em velocidades iguais ou superiores a 5mm por ano são detectadas por esse método. Nós avaliamos que hoje ele atende bem à necessidade de monitoramento para fins de segurança da população. Então, nós compreendemos que esse método tem funcionado de maneira adequada.

Outro questionamento foi sobre o sismo que foi percebido pela população recentemente. Então, nós acompanhamos as avaliações que são feitas pela Defesa Civil, e a Defesa Civil recebe...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu vou pedir licença ao Leandro. Eu vou precisar interrompê-lo, Leandro. Aqui nós estamos com dificuldade de compreender o que você está falando, a internet está sendo pausada. Como todos que se posicionaram aqui a gente conseguiu ouvir de maneira tranquila, acredito que o problema seja na sua conexão, não sei se está no *wi-fi* ou se está na rede. Então, se puder fazer alguma modificação para que a gente agilize... Enquanto isso, eu passaria a palavra para um outro expositor.

Não sei se, dentro da CPRM, Presidente, há mais alguém que possa se posicionar.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (*Por videoconferência.*) – Alice.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, Leandro, tente fazer algum ajuste para ver se adianta, e eu passo a palavra aqui para Alice Castilho, novamente.

A SRA. ALICE CASTILHO (*Por videoconferência.*) – Eu gostaria de dizer que a gente pode redirecionar para o Diogo, e ele responde então. Abram o microfone do Diogo, e aí ele explica o que o Leandro estava tentando explicar. Leandro está em campo. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Vamos lá, Diogo. Vamos abrir o áudio para você. Seja bem-vindo à Comissão. Nós estamos tratando de um assunto que o Estado inteiro de Alagoas está acompanhando, um assunto que tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionalizado cada vez mais, e a CPRM tem, teve e ainda vai ter um papel importantíssimo sobre esse tema.

Então, com a palavra o Diogo.

O SR. DIOGO RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

A respeito da pergunta com relação à atualização dos mapas, quando vocês perguntaram se havia a possibilidade de uma atualização, um mapa definitivo, essa responsabilidade ficou sob a incumbência da Defesa Civil do Município, e a CPRM ficou como uma consultora da Defesa Civil, ficando à disposição deles para alguma dúvida técnica, mas só como uma avaliadora do material.

Quando vocês comentaram a respeito do fechamento das minas, a CPRM é uma empresa mapeadora, pesquisadora. E a questão da lavra, do processo exploratório e do fechamento é de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração. Então, a CPRM não teria nenhuma condição técnica de avaliar esse fechamento dessas minas.

A respeito dos sismos, estamos fazendo, já vimos fazendo uma análise técnica da nossa rede – a gente tem um convênio com a Rede Sismográfica Brasileira – e também estamos analisando os dados da rede microssísmica instalada pela Braskem. E nós estamos fazendo essa análise, estamos acabando de emitir uma nota técnica e vamos encaminhar para o Ministério Público e, se for o caso, nós podemos encaminhar a nota técnica também para os outros setores que tenham interesse para analisar, para dar uma olhada nesse nosso relatório técnico.

A respeito da interferometria, dos dados de interferometria, como o Leandro já estava dizendo – acho que todos conseguiram pegar –, apesar de fragmentada, para a necessidade atual, por uma questão de monitoramento, a resolução dela atende as necessidades de monitoramento para evacuação de áreas. Apesar de uma resolução de 5 milímetros anuais, ela é eficaz para a demanda que nós temos aí.

Se houver mais algum questionamento técnico – eu tentei ser o mais objetivo possível, sem muito termo técnico –, se precisarem de mais alguma explicação, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Diogo, gostei das suas respostas, porque foram assertivas, diretas, sem muitos termos técnicos, mas com informações importantes.

Eu já requeiro aqui, de pronto, que seja também encaminhado para esta Comissão o relatório a ser apresentado sobre os sismos recentes demonstrados no mês de novembro. Assim como vai ser encaminhado ao Ministério Público Federal, que seja encaminhado para aqui também. E já pergunto se há alguma data prevista para essa entrega. Se puder responder agora, Diogo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Estamos finalizando hoje. A gente vai fazer o encaminhamento do ofício ao Ministério Público ainda hoje. A gente acabou a nota técnica, está em revisão técnica para poder ser encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

O SR. DIOGO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Então, no mais tardar, no fim da tarde, estará pronto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Diogo.

E agora uma pergunta que atende a Adoanes Silva, de Alagoas, Anderson Bernardino, Lea Mello, e eu também me somo a essa pergunta – acredito que você também seja responsável ou tenha essa informação, Diogo: hoje, os bairros que estão afetados estão ainda afundando? E qual é a velocidade desta movimentação do solo? A gente sabe que o solo, necessariamente, se movimenta. Há uma razoabilidade sobre essa movimentação. Então, em cima do que é normal, o que acontece hoje? Não é o que aconteceu, é o que acontece hoje. O solo continua afundando nesses bairros? Qual é a resposta que você pode me dar sobre esse assunto?

O SR. DIOGO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Esse processo de subsidência é monitorado pelas análises das imagens de interferometria.

Então, a gente tem que fazer uma análise detalhada do que vem acontecendo ao longo dos últimos tempos para ver esse processo generalizado numa escala regional.

Dessa parte técnica seria interessante, aí sim, o Leandro tentar falar, porque ele tem acompanhado, tem analisado esses dados mensalmente, sempre tentando ter o máximo de cuidado para ter esse contato com a Defesa Civil, ter essa análise interna nossa. Então, como o Leandro é o responsável por essa execução técnica, seria interessante que ele tentasse falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

O SR. DIOGO RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Peço para ele tentar desligar a imagem para ver se ele consegue falar sem a imagem para ver se melhora um pouco a conexão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

Então, vamos abrir os microfones para o Leandro, que já foi apresentado aqui e faz parte também do corpo da CPRM. Então, Leandro, gostaríamos de ouvi-lo e também que você mencione a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsidência agora, se há algo que chama a atenção na velocidade ainda presente hoje em dia no afundamento do solo, no deslocamento do solo.

O SR. LEANDRO KUHLMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, eu vou falar bem devagar para buscar minimizar o efeito dos cortes.

A subsidência continua. E é esperado que ela continue até que as cavernas vão se fechando pelo processo de deformação do sal. Então, enquanto houver cavidades abertas que vão se fechando pela deformação do sal, é esperado que continue a subsidência.

A CPRM não produziu nenhuma previsão oficial (*Falha no áudio.*)

... que foi feita de duração da unidade da subsidência foi de um dos consultores da Braskem, que previu entre 30 (*Falha no áudio.*)

... e ocorrem de centenas a milhares de microssismos na região, que não são percebidos e que estão sendo monitorados pela Defesa Civil. Então, como foi dito, é esperado que continue ocorrendo (*Falha no áudio.*)

... ou algum pequeno colapso ou alguma pequena rachadura, ela provoca microssismos. Eles estão sendo monitorados pela Defesa Civil. O processamento dos microssismos está ocorrendo de maneira automática. No entanto, o alerta sobre esses microssismos é feito de forma manual. Então, é um sistema misto. O processamento (*Falha no áudio.*)

... é automático. Ele passa por uma verificação manual da Defesa Civil e dos profissionais da Braskem.

Eu não sei se vocês me ouvem bem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Leandro, não estamos vendo e também estamos ouvindo com muita dificuldade, pelo menos aqui tentando acompanhar, fazendo um esforço. Pelo menos eu não estou conseguindo acompanhar o raciocínio, mas eu vou dar sequência aqui também. Eu até solicito que você permaneça tentando e, quando conseguir, a gente faz essa intervenção, porque sua participação é importantíssima, principalmente sobre esse assunto da subsidência e do fechamento dos poços.

Então, sendo assim, vou dar sequência aqui. Eu gostaria de ouvir – e espero que esteja logada aqui ainda; eu a vi no início e no meio, acompanhando – a Procuradora Niedja Kaspary.

Dra. Niedja, primeiro, eu quero agradecer a sua presença aqui, a sua participação e dizer que o Ministério Público Federal, em todas as esferas, sempre que foi solicitado, esteve presente, atuou firmemente para que se construísse um entendimento e está com uma comissão permanente ativa acompanhando esse assunto que interfere em nossa cidade, a capital alagoana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dra. Niedja, agradeço a participação e gostaríamos de ouvi-la sobre esse tema. Acredito que ouviu, também, bastante dos relatos aqui mencionados e passo a palavra a V. Exa.

A SRA. NIEDJA KASPARY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O Ministério Público Federal agradece o convite. É um prazer participar, poder, mais uma vez, debater sobre um assunto que tanto nos inquieta.

Ao tempo em que cumprimento, parabenizo o Senado, cumprimento o Senador Rodrigo Cunha e, na pessoa do Senador Rodrigo Cunha, cumprimento a todos e parabenizo-o por essa iniciativa, essa necessidade de dar visibilidade a essa questão: uma cidade como Maceió, a capital alagoana, enfrentando uma tragédia desse porte. São quase cinco bairros atingidos, passando por todas essas vicissitudes. Eu estive, ultimamente, em um bairro, e é lamentável a situação: são bairros-fantasma, é cenário de guerra, parece até Sarajevo bombardeada.

Então, tudo isso fruto de ações antrópicas negativas sobre o meio ambiente, por falta de medidas mitigadoras ambientais, até por falta de licenciamento ambiental, na forma como deveria, e quem paga o preço dessa irresponsabilidade é essa população afetada.

É lamentável, mas muitos atores concorreram, de alguma forma, para que isso ocorresse, seja por ações omissivas, seja por ações comissivas. E, hoje, quem responde pelos ônus dessa tragédia é essa população de Maceió. A cidade está afetada em vários aspectos, na sua imagem e também nos surpreende uma tragédia dessa não ter visibilidade: a maior tragédia urbana do mundo não tem essa visibilidade que se necessita, até para que se venha a coibir esse tipo de conduta, porque quando se exige um licenciamento ambiental sério, os Ministérios Públicos são acusados de xiitas, de exigências excessivas, mas aí está o exemplo de licenciamentos ambientais feitos de formas irresponsáveis.

Nesse cenário, Senador, de alguma forma, eu corroboro algumas falas, no que concerne à problemática enfrentada pelos moradores. Nisso, o Ministério Público Federal e os outros atores estão, sim, envolvidos, sensibilizados e atuando.

Peço, se for possível, para compartilhar, aí na tela, a apresentação que mostra os números da nossa atuação, desde 2019, inclusive com recomendações para ajuda humanitária, aluguel social, fruto de recomendações nossas feitas, das nossas ações ajuizadas. Houve uma primeira ação para anular licença ambiental já no mesmo mês em que houve o laudo conclusivo. Nós já agilizamos umas ações, e essa ação foi julgada em tempo recorde.

A Justiça Federal em Alagoas é uma Justiça que dá uma resposta muito rápida, felizmente – eu tenho esse prazer de dizer isso. E, no que concerne à ação indenizatória que foi ajuizada pelos colegas da Defensoria do Estado e do Ministério Público do Estado, o acordo foi feito com esses quatro autores, porque essa ação veio para a Justiça Federal. Ela teve como objetivo reduzir o tempo, o trâmite de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação de conhecimento, porque essas ações de conhecimento têm trâmite demorado, nós sabemos. Não é por culpa do Judiciário, mas o nosso Código de Processo Civil tem os recursos inerentes que uma ação dessa culmina por demorar anos. Estão aí os exemplos do Palace II, de Brumadinho e Mariana. Então, o nosso objetivo não foi reduzir, nem minimizar prejuízos das vítimas, e, sim, dar uma resposta mais rápida e célere, pois quem é operador do direito bem sabe que, quando se ajuíza uma ação coletiva, o que se busca é uma ação declaratória de responsabilidade e uma ação condenatória para indenizar os atingidos.

Nesse contexto, em uma ação coletiva não se discutem valores. É impossível, num cenário de quase 50 mil atingidos, discutir valores, seja valor do imóvel, seja de dano moral. Essa parte fica para a liquidação, a execução de sentença. Houvesse um acordo ou não, seria dessa forma.

Então, esse plano que a empresa apresentou para que os atingidos adiram a ele ou não é dessa forma. Caso o atingido não concorde com o valor apresentado pela empresa, ele deve, sim, ou impugnar esse valor... Não se admite que o atingido venha a receber um valor inferior do que o que ele teria direito, isso é injusto, e nós não compactuamos com a injustiça e com a supressão ou diminuição dos valores. Ele pode impugnar administrativamente, caso não concorde. Nas cláusulas 5ª e 13ª do acordo, está previsto que o advogado peticione ao juiz, para que o juiz nomeie um perito. Esse é um processo célere, e o juiz é quem vai dar a última palavra sobre o valor da indenização, porque está prevista, nas cláusulas 5ª e 13ª do acordo, essa possibilidade, para que se peticione, peça que o juiz nomeie um perito – é um processo célere.

Então, surpreende-me que operadores do direito venham dizer, aqui, numa audiência pública, faltar com a verdade e falar que, nesse acordo, foi imposto valor de indenização. É lamentável, num cenário desses, num ato público desses, feito com seriedade, que se falte com a verdade. Deixo bem claro que não houve determinação de nenhum valor, nem o Ministério Público Federal compactua nem concorda que os atingidos tenham seus valores suprimidos ou diminuídos, e, sim, nós buscamos um valor justo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dra. Niedja...

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – Diariamente, pelo meu celular, as vítimas entram em contato comigo, e eu sempre oriento: busque o valor justo; entre com a ação para que o juiz nomeie um perito; não aceitem menos do que aquilo a que vocês têm direito.

Porque, Senador, num cenário desse, não há dinheiro que pague o que essas pessoas estão sofrendo. Não há dinheiro. Essa indenização é apenas para que eles consigam refazer suas vidas, que estão suspensas desde essa tragédia. E todos nós sentimos isso, porque não são só aqueles quatro bairros que estão padecendo; toda a população de Maceió, todo cidadão maceioense que tem a mínima sensibilidade está padecendo, sim, com esse problema. Esse problema é todo nosso, e o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público Federal sempre buscou, de todas as formas, dar uma resposta mais célere e que atenda o interesse público e o interesse dos atingidos. Esse sempre foi o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dra. Niedja, apenas...

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – Nós acompanhamos mensalmente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Desculpe-me interrompê-la, Dra. Niedja, mas é apenas para dizer, como V. Exa. solicitou, que está liberado para colocar a apresentação. Eu acho que V. Exa. tinha algum dado que queria apresentar. Já está liberado.

E, já que eu fiz essa intervenção – e acho importante noticiar isto –, eu gostaria de saber, se V. Exa. puder responder, se o Ministério Público Federal permanece com outras ações paralelas ao acordo. V. Exa. já falou aqui sobre uma.

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – Houve uma primeira ação, em maio de 2019, assim que saiu, para anular as ações ambientais, para que o Instituto do Meio Ambiente se abstivesse de conceder novas licenças, para que a empresa fosse condenada a levar a efeito todos os perfis sônicos, para ver a situação das minas, e também para que houvesse o encerramento das atividades, conforme preconiza o Código de Mineração. Essa foi a primeira ação, proposta em maio de 2019. Ela foi julgada em tempo recorde e foi quase totalmente procedente, 95%. Essa ação já está em fase de execução.

Houve uma segunda ação ambiental, que foi para...

Esse é o trabalho da nossa força-tarefa.

Eu gostaria que retornasse ao eslaide anterior, por favor.

Esse é todo o trabalho da nossa força-tarefa.

O total de procedimentos judiciais e extrajudiciais, até ontem, quando foi feito esse levantamento, era de 2.821. Então, nós estamos acompanhando todo o trabalho. Todas as representações que os atingidos fazem nós investigamos. Há resoluções feitas para que a empresa seja obrigada a oferecer a avaliação com os critérios que chegaram até o valor; a empresa também é obrigada a, quando houver o pedido de reanálise, fazê-la em 20 dias, no máximo; e também saiu outra resolução para que haja um terceiro laudo, feito por uma empresa independente, quando houver divergência entre o laudo apresentado pelo atingido e o laudo apresentado pela empresa.

Então, esse é um apanhado rápido da nossa atuação – não está tudo aí, isso não representa tudo, esses 2.821 procedimentos e processos – para mostrar a seriedade do nosso trabalho. Nós não usamos termos vãos ou palavras vãs. Os números demonstram por si só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que os operadores do direito entendam como funciona uma ação coletiva, que não trata de valor individual. Esses valores vão ser na liquidação de sentença.

Pode passar para o próximo eslaide.

Essa ACP foi de 2019 e já está em fase de execução de sentença.

Pode passar.

Essa é uma ACP ambiental em que houve um acordo. Toda essa rede de monitoramento que está no bairro foi em razão dessa atuação nossa: rede sísmica, microssísmica, os inclinômetros, o número elevado de equipamentos que estão no bairro para fazer todo o monitoramento; isso é fruto da nossa atuação.

Pode passar.

Essa ação ambiental foi em agosto.

Os problemas das avaliações, isso que eu acabei de falar. Existe lá uma cláusula para que o atingido busque o Judiciário. O juiz é quem vai dar a última palavra, e não a Braskem, a não ser que o advogado não faça isso. Aí, o signatário do acordo não pode responder pelo que o advogado faz com o seu cliente, porque essa fase é entre advogado e cliente ou defensor e cliente, individualmente.

Passemos ao próximo.

Isso foi só em 2019. Não deu tempo de fazer o levantamento de 2020 – eu estou de férias, mas fiz questão de suspender minhas férias para participar deste ato tão relevante.

Pode passar ao próximo.

Então, há alguns procedimentos tramitando. Esse aí é só um exemplo daqueles mais importantes. Sistema de monitoramento, sala de alerta, garantia de aluguel social para todos aqueles que foram apontados como atingidos pelo laudo da CPRM.

Pode passar ao próximo.

Requerimento de autorização de pesquisa. Nós estamos acompanhando também.

Aí é o Flexal. Há um procedimento só para acompanhar a questão do Flexal, porque há moradores que querem a realocação e há moradores que querem permanecer no bairro com a sua revitalização e todos os serviços públicos que foram, de alguma forma, suprimidos. Então, nós estamos atuando para dar a melhor resposta. Isso quem vai decidir são os próprios moradores. Já existe laudo técnico feito por antropólogo do Ministério Público Federal e também laudo técnico da Defesa Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar para o próximo.

Esse aí é da indenização de grandes equipamentos na prestação de saúde. Esse procedimento, inclusive, está no meu gabinete. Eu estou acompanhando todas as situações dos hospitais que estavam nas áreas atingidas. Inclusive, Maceió foi gravemente afetada na área da saúde mental, porque todos os hospitais que tratavam da saúde mental estavam no bairro. O Ulysses Pernambucano e o Miguel Couto tiveram que desocupar, e o Portugal Ramalho também vai ter que sair. Então, outro problema sério e grave causado por essa situação é o da saúde mental em Alagoas.

Também há procedimento para tratar a metodologia de valorização – o nosso acompanhamento é extrajudicial, mas o judicial quem vai fazer são o advogado e o juiz. E há também um procedimento para acompanhar as questões de educação.

Pode passar ao próximo.

Isso é a título de exemplo.

Outro problema seriíssimo que afetou Maceió, Senador e senhores, é a questão do VLT, porque é um transporte público custeado pela União, com vultosos investimentos da União, é uma passagem subsidiada que atende aquela população vulnerável socialmente, mas é uma cidade com graves problemas de serviços públicos. Então, de 19 mil usuários, depois da tragédia, em que foram suspensas três estações lá em Bebedouro, hoje só são 3 mil usuários. Então, é um grave problema, para que eu peço a atuação inclusive dos senhores.

O nosso receio – e eu tive uma reunião com o sindicato dos ferroviários – é que a própria CBPU tire o VLT de Maceió e vá fazer investimentos em outros Estados. Nós estamos acompanhando extrajudicialmente e judicialmente, e dia 15 de dezembro haverá uma audiência sobre isso.

Essa questão do Flexal e Vila Saem, que é o ilhamento socioeconômico, nós estamos acompanhando. O procedimento está no gabinete de uma colega, mas nós estamos acompanhando diariamente, diuturnamente, com várias reuniões já realizadas e oitivas da população afetada.

Acompanhamento da Casa de Saúde Luiza de Marillac; equipamentos pelo Corpo de Bombeiros; Mercado Público; Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto; e o cemitério. São só exemplos que eu trouxe. Isso não reflete a nossa atuação.

Pode passar ao próximo.

Estamos fazendo monitoramento extrajudicial dos acordos com reuniões mensais ou até quinzenais. Toda vez que alguém representa, que se queixa de alguma conduta da empresa ou de algo que não está, a nosso ver, dando a melhor resposta, nós atuamos, fazemos reuniões, fazemos recomendações. Então, nós não fizemos o acordo e deixamos a questão solta. Agora, o fato de a empresa ser uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multinacional e ter um corpo de advogados não significa que os atingidos estejam abandonados, porque eles têm seus advogados para fazer toda essa parte de acompanhamento e têm como buscar o Judiciário. E, como eu já falei, o Judiciário vai dar sempre a resposta mais célere e mais justa possível, como daria numa ação se ela tivesse tramitado sem haver acordo.

O acompanhamento judicial, nós já falamos.

Então, o trabalho e a atuação da nossa força-tarefa do MPF nesse caso Braskem-Pinheiro tem sido de dedicação plena, no sentido de buscar a melhor resposta, atendimento eficiente aos interesses dos atingidos. A atuação do MPF sempre se pautou pelo comprometimento absoluto, perante a sociedade maceioense, na reparação e recuperação total dos bens e direitos coletivos. O objeto dos acordos sempre se constituiu, no mínimo, tratando-se de um ponto de partida, nunca de um ponto de chegada, e todo dano superveniente, toda nova necessidade da sociedade, decorrente da atividade de mineração, ou direito a ser reparado não abrangido nos acordos de ações pode e será objeto de apuração no âmbito da atribuição do MPF.

Portanto, Excelência, senhores, o acordo não se encerra ali. A empresa... Está previsto no Código Civil e na nossa Constituição o que é o direito a indenizar, o que é o dano sofrido. A resposta está lá no Código Civil e na nossa Constituição. Todo aquele que sofreu prejuízo tem direito a reparação, então, por qualquer dano direto ou indireto, a empresa tem sim que responder. Se ela não responder extrajudicialmente, buscamos novamente o Judiciário, que é quem vai dar a última resposta sempre.

E, nesse ponto, eu me sinto muito confortável porque o Judiciário de Alagoas, a Justiça Federal, em que eu trabalho, sempre deu uma resposta célere às nossas atuações coletivas. Eu atuo aqui há 21 anos, já ajuizei até hoje mais de cem ações coletivas, e sempre tive uma resposta célere e rápida, que atendeu o interesse público. Nesse ponto, nós continuamos nos colocando à disposição para o que for necessário nesse nosso trabalho de buscar a justa indenização e o pleno atendimento dos atingidos.

Agora, os advogados dos atingidos também têm que fazer a sua parte: lutar por um valor justo; em não concordando, buscar o Judiciário para a nomeação de um perito.

Seria isto neste momento. Eu me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Se for possível, eu solicito que seja adicionada à ata esta apresentação que eu fiz, com os números que mostram a atuação do Ministério Público Federal.

Agradeço mais uma vez e parabenizo, porque há necessidade de dar essa visibilidade a essa tragédia humana urbana, talvez a única no mundo, para que nunca mais algo semelhante venha a acontecer; e que os licenciamentos ambientais sejam concedidos com a seriedade que o caso requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a natureza sempre vai dar uma resposta na medida da sua afetação pelas ações antrópicas negativas feitas no local das intervenções.

Agradeço mais uma vez e parabenizo mais uma vez por este evento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dra. Niedja, acredito que não só eu, mas todo o Estado de Alagoas acompanha a dedicação do Ministério Público Federal sobre esse assunto, a comissão específica que foi criada internamente no Ministério Público Federal, desde o início, e aqui foram demonstradas em números as ações e os acompanhamentos feitos, mas eu gostaria aqui de solicitar a V. Exa. – já estamos na TV Senado com mais de 300 pessoas acompanhando, através do YouTube, agora, neste momento – que a gente possa ter uma simetria de informação, porque é muito disse me disse, é muita informação de quem poderia informar e acaba desinformando. E esta é uma excelente oportunidade, já que estamos com os principais atores aqui envolvidos.

Eu queria aqui colocar uma pergunta a V. Exa. Até na sua fala colocada aqui, a senhora falou de maneira específica sobre o acordo, mas eu queria perguntar objetivamente: Dra. Niedja, perante o Ministério Público Federal, passado já esse tempo do acordo firmado, foi verificado que precisa de algum ajuste esse acordo?

Recebo aqui informações também de que a Braskem não está cumprindo prazos. Caso a Braskem não cumpra o prazo do acordo, como é que o cidadão deve proceder, a quem ele deveria informar em primeiro plano?

Então, são essas duas informações.

Acrescento, também, um questionamento de vários que já se posicionaram nesta manhã, de que, na construção do acordo – não só a Dra. Niedja, mas a Defensoria Pública estadual, o Ministério Público estadual, com certeza, recebem esses relatos – na construção do acordo, as vítimas não foram o ouvidas. Então, eu queria, se possível – acredito que a própria Defensoria também possa falar sobre isso –, que seja explanado aqui para que as pessoas escutem o que os senhores, que participaram ativamente, têm a dizer. Na construção do acordo, há quem alega que a participação das vítimas não foi considerada.

Quero deixar claro mais uma vez – respondendo também a pergunta que foi feita a mim, aqui, pelo Alexandre. Ele disse: "Rodrigo, a indenização está sendo para uma casa. Então, a casa pode ter dez pessoas". Por ser também advogado, conhecedor do direito e porque o bom senso também deve prevalecer, a gente sabe que, quando alguém tem o seu direito afetado, pode ir em busca dessa indenização. Então, o direito é tanto devido ao dano direito quando ao indireto. Tabelar é muito complicado. Cada um tem suas peculiaridades. É um direito que é personalíssimo. Então, dessas dez pessoas, cada uma ao seu critério, não sendo atendida pelo acordo, não se lhe tira o direito de ir em busca dessa indenização devida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só repetindo, resumindo, Dr. Niedja, porque estou aqui diante de uma excelente oportunidade. Eu também sou questionado, por onde eu ando, quando dizem: "a construção do acordo excluiu as vítimas"; "ali está sendo tabelado o valor da indenização"; "eu não estou sendo pago no prazo". Então, nesses aspectos aqui, o que V. Exa. poderia passar como informação para que a gente até diminua esses atritos no caminhar da audiência?

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – A primeira pergunta é: por que as partes, as pessoas não foram ouvidas? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exato. É um dos principais relatos que chegam até aqui. As vítimas...

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – Foram feitas mais de cem reuniões, ao longo do ano de 2019, com as lideranças e com atingidos, seja através de associações, com grupos de pessoas... As pessoas foram ouvidas, sim. E o que é que essas pessoas buscavam? Indenização. A ação teve um pedido declaratório, que era o juiz declarar que a empresa tinha culpa; e um pedido cominatório, que é a obrigação de indenizar. Pela classificação quinária de Pontes de Miranda, são cinco tipos de sentença: declaratória, condenatória, executiva, constitutiva e mandamental. Nesta nós pedimos: declare que a empresa tem culpa e a condene a indenizar. É isso que se faz numa ação coletiva, Excelência. A parte individual vai ser na liquidação, na execução de sentença.

Então, a empresa está oferecendo só um valor; o advogado diz: "Olha, eu não aceito", e impugna. Se a empresa continuar com essa conduta, cláusulas 5ª e 13ª: que o juiz nomeie um perito para mensurar o valor da indenização daquela pessoa, porque isso não tem como ser numa ação coletiva. Não há como dizer para 40 mil pessoas: "Sr. Juiz, o senhor pague 100 para fulano, 200 para beltrano, 300...". Não há como, numa ação coletiva, ser dessa forma, a não ser naquelas ações do consumidor em que o veículo dê um defeito no *airbag*. Aí, sim, vai ser igual para todos.

Mas, numa ação desse porte de indenização, com famílias diversas, bairros diversos, situações específicas, teria que ser dessa forma, não tem como. Então, essa é uma das respostas. E a população foi ouvida sim. Nós buscamos o que a população, o que os atingidos, queriam, que era a empresa ter a obrigação de indenizar.

Qual seria a outra pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – No caso dos acordos que estão sendo firmados, que a Braskem não está cumprindo com os prazos. Numa situação como essa como é isso?

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – Não está cumprindo com os prazos. Nós pedimos encarecidamente que os atingidos façam uma representação a nós. Já propus que, em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descumprimento, nós busquemos o juiz para aplicar uma multa na empresa, porque não se mostra razoável que ela não cumpra com os prazos estabelecidos. Cada dia de sofrimento é imensurável, é imensurável a situação de sofrimento por que essas pessoas estão passando. Então, a empresa é obrigada a cumprir os prazos. Está lá previsto um cronograma que ela tem de obedecer. Caso ela não o faça, oriento os atingidos a representarem ao Ministério Público. Eu também já fiz uma proposta de processar a empresa por graves violações de direitos humanos se ela aumentar excessivamente o sofrimento das vítimas. Ela pode responder a outra ação por graves violações aos direitos humanos. Uma coisa é esse sofrimento que as vítimas já estão passando, outra coisa é ele ser agravado por conduta omissiva ou comissiva da empresa nesse processo em que ela tem a obrigação de indenizar, que tem um cronograma a seguir.

Recebo diuturnamente no meu celular, as vítimas me provocam. Eu sempre dou uma resposta, uma orientação sobre o que elas devem fazer com seus advogados. Esses dias, uma pessoa me mandou: "Olhe, doutora, o advogado disse que eu tinha de aceitar o que a empresa ofereceu". Eu disse: troque de advogado. A pessoa ontem me ligou e disse: "Troquei de advogado. A empresa tinha oferecido 170 pela minha casa, hoje já foi uma proposta de 300 mil". Muitos advogados ganham no volume. Nós não temos nada a ver com isso. Isso aí é entre o cliente e o advogado. A orientação que eu dou quando o advogado não está lutando é: troque de advogado, vá atrás da Defensoria ou de alguém que vá lutar, efetivamente, pela sua indenização justa.

Qual foi a outra pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito. Eu acho que atendeu bem, até para evitar que o telefone de V. Exa. receba tantas mensagens, é importante...

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência*.) – Eu recebo diariamente. Não me incomodam, não me incomodam de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu tenho certeza. Mas é importante, num momento como esse, quando a gente torna do conhecimento de todos o que acontece no dia a dia. E a atuação do Ministério Público Federal está sendo, realmente, de acompanhar pessoalmente, de perto.

V.Exa. também mencionou aqui que esteve, semana passada, visitando o bairro, mais uma vez, que está lá sempre, sentindo a realidade, o que foi aqui exposto com muita qualidade.

Então, agradeço, Dra. Niedja, a participação.

Vamos dar sequência, aqui, à nossa audiência pública. Conto, aqui, com a presença do Deputado Federal, alagoano, Pedro Vilela, que se faz presente fisicamente na Comissão. Aqui também quer fazer uma fala. Vou passar a palavra, Deputado Pedro Vilela, a V. Exa. para o seu posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO VILELA (Bloco/PSDB - AL. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha, que preside esta importante audiência pública. Quero começar saudando você pela iniciativa de, mais uma vez, trazer esse tema ao Congresso Nacional, tema que é de muita importância para nós, alagoanos, para nós que moramos em Maceió, como é o meu caso, e que temos acompanhado. E, obviamente, agradeço pelo convite de participar desta audiência pública.

Quero saudar aqui os participantes que estão presentes. Há vários aqui que participam do debate. Posso mencionar o Alexandre Sampaio, que se faz presente fisicamente aqui, na Comissão, que é o Presidente da Associação dos Empresários do Pinheiro. Em seu nome, eu saúdo todos os empresários afetados na região.

Quero saudar também o Carlos Roberto, da SOS Pinheiro, e, em nome dele e da Andreia, saúdo todos os moradores afetados pela tragédia, pelo caso Pinheiro.

Quero saudar a Procuradora Niedja Kaspary, que me antecedeu na fala, também cumprimentá-la pela atuação no caso e ressaltar a importância de o Ministério Público Federal estar sempre presente em todos esses momentos.

Em nome de todos eles, eu saúdo os demais participantes do debate.

Eu quero fazer uma fala aqui, Senador Rodrigo, prometendo tentar ser breve, mas não posso deixar de mencionar alguns pontos. Primeiro é que, aqui no Congresso Nacional, como V. Exa. bem sabe, a gente trata de temas de toda ordem, assuntos dos mais variados tipos: saúde, educação, infraestrutura, direitos humanos, cultura, esporte, lazer, finanças, tributação, enfim, temas nacionais que, obviamente, têm impacto em nossa Alagoas. Mas há alguns temas específicos, referentes à nossa terra, à nossa gente, que merecem, sim, uma atenção especial e um olhar mais próximo da bancada federal alagoana.

Eu vou mencionar um aqui que a gente tratou recentemente. Vou rapidamente mencionar a questão dos precatórios do Fundef, que é um tema muito importante, uma luta antiga dos professores da rede pública de Alagoas, que parecia que nunca teria desfecho, com muitos até bastante desmotivados, achando que a justiça nunca seria feita e, finalmente, recentemente, tivemos uma grande vitória na Câmara dos Deputados em que eu consegui liderar uma articulação para pautar o projeto de lei de autoria do então Deputado JHC, que garante, de uma vez por todas, a subvinculação daqueles valores dos precatórios para os professores e professoras na ordem de 60%.

A gente conseguiu tirar esse projeto que estava na fila das Comissões, que ainda levaria, provavelmente, anos e anos e anos e anos para ter a sua votação final, e, numa articulação política, aprovamos um requerimento de urgência para levá-lo diretamente ao Plenário, onde ele foi aprovado por ampla maioria. Eu tive a oportunidade de ser o Relator daquela matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, agora, está aqui no Senado, onde, tenho certeza absoluta, V. Exa., que também acompanha esse caso muito de perto, vai fazer todos os esforços e a competente articulação para que a gente aprove esse projeto no Senado Federal e que, finalmente, ele seja sancionado, dando fim a essa novela dos precatórios do Fundef com um final feliz para os professores, recebendo o que têm de direito.

E um outro tema fundamental para nós, alagoanos, e para o qual a gente precisa somar os esforços de toda a bancada federal é o tema complexo, difícil da tragédia do caso do Pinheiro. Eu estava aqui dando uma olhada em alguns dados, em algumas informações e me parece, Senador Rodrigo, Presidente, e todos que me ouvem agora, que nós temos aí três pontos fundamentais a cuidar.

O primeiro deles, que já vem sendo cuidado e que, obviamente, precisa também de ajuste, são essas medidas emergenciais. Nós sabemos que isso já está em andamento, mas também há muito descontentamento e incompreensão, incompreensão que eu digo é principalmente por parte da empresa invocada, a Braskem.

É importante, é fundamental que o Congresso Nacional – o Senado, a Câmara dos Deputados, a Casa do povo – possa estar mais próximo dessa interlocução, cada vez mais buscando que se faça – e aí eu vou chegar nisso – o segundo ponto, que é a justa reparação dessas famílias, que tiveram que deixar suas casas, que tiveram que fechar os seus negócios, investimentos de uma vida, muitas delas com todo o patrimônio afetado por essa situação, e, ao que me parece, ao que me relatam, muitas estão desesperançosas de um final adequado, justo para essa situação.

E já ficou muito claro que, se não houver a participação efetiva de nós, Parlamentares, da bancada federal, do Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora Niedja, numa ação coordenada, a gente não vai conseguir chegar a um bom termo nessa situação. É importante uma postura mais incisiva nossa – e aí eu faço, inclusive, um mea-culpa, porque a gente poderia estar mais presente nessa interlocução, nesse diálogo – oferecendo encaminhamentos, alternativas.

O drama afeta as famílias, mas afeta também toda a cidade de Maceió. Por isso, também, depois, há necessidade, junto à Prefeitura de Maceió, em especial, de uma articulação, de um acordo com a Braskem para ver de que forma a cidade de Maceió pode ser também reparada pela tragédia ocorrida com o afundamento do solo dos bairros do Pinheiro.

É um drama de muitas dimensões. Só para dar um exemplo singelo, mas simbólico, no começo do ano eu fiz a doação do meu auxílio-paletó, que é uma verba que é concedida aos Deputados Federais que eu acho que não é justa, não cabe mais nos dias de hoje, um salário extra para um Deputado que ingressa no mandato. Eu achei por bem fazer uma doação, dar um sentido mais nobre para esse recurso e doei para projetos que cuidam da causa animal. E um dos projetos que eu tive a oportunidade de conhecer *in loco,* e que foi contemplado com essa ação, é o SOS Pet Pinheiro, coordenado lá pela Elisa, que cuida justamente de um efeito colateral desse drama, que são os milhares e milhares de animais abandonados devido ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afundamento do solo do Pinheiro, e que é mais um ponto para o qual a empresa Braskem não está dando a devida atenção. São vários os relatos de audiências públicas e de momentos de reuniões em que ficou muito claro até um descaso da empresa em relação a esse tema, e a gente vê isso se repetindo nas mais diversas dimensões da tragédia do Pinheiro.

Eu conversava agora há pouco com alguns afetados do bairro do Pinheiro, empresários e moradores, e o que eles me relatam, Senador, é que hoje está formado quase que um labirinto sem saída, no que se refere ao processo no âmbito da Justiça. Nós temos ações que estão correndo em que aqueles que não estão de acordo com o que está proposto e pretendem uma nova avaliação, um novo arranjo de entendimento não estão encontrando isso, porque eles nem conseguem construir um novo acordo nem conseguem ver o andamento das suas ações na Justiça competente.

Então, é importante uma interlocução próxima nossa com o Ministério Público Federal e com o juiz competente da 3ª Vara Federal, para ver de que forma a gente consegue avançar. O que não pode é ficar parado, ficar suspenso, porque nem se está conseguindo caminhar para um acordo nem se está conseguindo avançar para que mesmo uma outra instância possa avaliar o caso.

Então, o que eu proponho aqui é que se forme – eu não vejo ninguém mais gabaritado e conhecedor do caso do que V. Exa. – um grupo de trabalho, uma comissão, para que a gente possa, juntos, conversar, no âmbito da 3ª Vara Federal, até mesmo com o Juiz Frederico, que é o responsável por vários desses casos – se não todos –, e encaminhar, talvez, um arranjo de procedimentos, alguns critérios que possam atender, de forma coletiva, todos aqueles que estão afetados. E que a gente possa, de alguma forma, ir avançando nessas questões, porque, da forma que está, as pessoas estão ficando sem perspectivas, estão ficando desesperançosas, e é importante que isso não aconteça.

Então, no que depender da Câmara dos Deputados, da bancada federal de Alagoas – e tenho certeza de que eu falo em nome dos nove Deputados Federais, que compõem a nossa bancada –, a gente se coloca à absoluta disposição de todos os atores envolvidos: Ministério Público Federal, Justiça Federal, a própria empresa – por que não? –, a própria Braskem, também buscando sempre um diálogo no sentido de fazer avançar os pontos que precisam ser avançados. E o Senado Federal está representado muito bem na sua figura.

E, finalmente, precisamos estabelecer um plano de ação para que as famílias afetadas por esse drama tenham, finalmente, a justa reparação e a certeza de que o que passaram não ficará esquecido na história e de que, sim, serão reconhecidos e será feita justiça, Sr. Senador.

Era isso que eu precisava dizer, reafirmando que nos colocamos à absoluta disposição de quem nos ouve neste momento e dos atores diretamente implicados nesse processo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a presença aqui do nosso Deputado Federal Pedro Vilela, que foi pontual aqui. É um assunto muito interessante que você também acompanha de perto, e sabe a importância de somar forças. Estamos aqui, deste lado, já há um bom tempo, acompanhando passo a passo.

Eu vejo que, nesta audiência pública, a principal missão – por isso eu pedi que a Procuradora Niedja Kaspary respondesse a alguns pontos específicos para passar uma informação para todos – é o seguinte: as pessoas são vítimas da Braskem, mas não podem se sentir reféns. Não têm que aceitar nada goela abaixo, não!

O acordo, quando foi firmado – como aqui foi dito –, não pôde individualizar cada situação – não se conseguiu individualizar cada situação. E, no trato individual, aquele que não se sente contemplado tem formas de ir em busca desse acordo. É isto que nós estamos buscando: estamos buscando resolver problemas, e não criar mais problemas.

Dessa forma, Deputado Pedro Vilela, todos os passos serão dados. Aqui a gente está, a princípio, colhendo informações para tomar atitudes que serão consequentes deste momento, nesta manhã de hoje. Há vários atores aqui, ainda, para se posicionarem. Nós temos um passo a passo a ser seguido. Há pessoas que atuaram fortemente. E aqui eu vou falar dos defensores públicos, que eu sei que representam a grande parcela dos hipossuficientes, dos mais vulneráveis.

Já há um banco de dados gigantesco. Há as Procuradoras que recebem, como bem foi colocado aqui, no seu telefone, informações diárias vindas de pessoas que estão insatisfeitas com o que está sendo proposto. São esses relatos que vão fortalecer as nossas atitudes no pós-audiência.

Então, agradeço demais a participação.

Inclusive, a Dra. Niedja pediu para fechar alguma outra informação. Eu abro aqui, rapidamente, doutora, porque nós temos outras apresentações para serem feitas.

A SRA. NIEDJA KASPARY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu agradeço. Foi só um esquecimento com relação à ação criminal, porque a ação criminal continua. Não a ação. O inquérito policial está tramitando na Polícia Federal. Inclusive, nós solicitamos a criação de um grupo de trabalho na PF para fazer essa apuração.

Então, não foi proposta nenhuma ação criminal, mas somente depois que a polícia fizer o relatório e apontar as provas contra. É assim que funciona o nosso sistema.

Com relação às ações individuais que foram tratadas, elas já retornaram o seu trâmite, e, neste momento, não se trata mais de discutir culpa. Vai-se discutir somente o valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram tratadas as ações individuais. Só queria fazer este esclarecimento: elas estão tramitando, sim, e com uma forma célere, porque não se vai discutir culpa, mas só o valor. O juiz vai discutir acerca do valor somente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

A SRA. NIEDJA KASPARY (*Por videoconferência.*) – O acordo também teve este propósito de passar toda essa fase de conhecimento e ir direto para a fase de execução e liquidação, em que se discute o valor. Seria isso.

Muito obrigada por permitir que eu fizesse este adendo.

Desejo, assim, boa sorte na condução dos trabalhos que estão sendo excelentes e de muita valia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dra. Niedja, essa sua intervenção, por último, já responde às perguntas feitas pela Vanessa, pelo Gilton e pelo Francisco. Foram perguntas feitas relacionadas justamente à questão criminal penal.

Também, na sua explanação, aqui quero fazer o relato do ofício que recebi do ex-moradores e proprietários do Edifício Aveiro, que fica na Rua Professor José de Silveira Camerino, que é a nossa antiga Belo Horizonte. Aqui, eles fizeram o seguinte questionamento:

> Moradores dos bairros afetados, desde o começo da desocupação, têm reclamado muito do valor da indenização negociada. E esta situação persiste até hoje. Recentemente, por exemplo, os moradores do Edifício Aveiro começaram a desocupar seus imóveis e estão insatisfeitos com o valor da indenização oferecida. Diante deste cenário, pergunto: por que esse problema ainda persiste?

Então, aqui, a fala da Dra. Niedja foi esclarecedora neste ponto: as indenizações foram oferecidas. Na verdade, a palavra não é nem indenização. Acho que a palavra é um ressarcimento, digamos assim, uma composição a quem está tendo de sair de maneira compulsória da sua residência.

Então, não é, no meu ponto de vista, algo terminativo em termos de indenizações, até mesmo porque é um direito personalíssimo. Então, se você saiu da sua residência, recebeu um valor pela sua residência e, se ainda acha que tem um dano moral a ser seguido, tem de ir em busca dele. E é para esse direcionamento que vamos dar o próximo passo, tentando dar um suporte mais genérico e coletivo.

Dessa forma, os advogados que estão atuando também estão ingressando judicialmente.

A gente quer evitar a Justiça, o Judiciário. A gente quer buscar a justiça, e evitar que o Judiciário seja a porta de entrada. Será não a primeira, mas uma porta a ser batida, caso seja necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dando sequência, passo a palavra também ao Ministério Público Estadual, para que possa fazer a sua explanação também sobre o assunto, convidando aqui o Dr. Gustavo Medeiros Soares, que é o Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada, Urbanística e Ambiental, de Alagoas. (*Pausa.*)

Eu estou o vendo aqui no vídeo.

Está tendo contato, Dr. Gustavo?

O SR. GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES (*Por videoconferência.*) – Um momentinho. Um momentinho só.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O vídeo se puder disponibilizar também?

Perfeito.

O SR. GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES (*Por videoconferência.*) – Apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Apareceu.

O SR. GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Quero só fazer uma correção, Senador.

Da Procuradoria do Município; não é do Ministério Público Estadual, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Gustavo. Perfeito.

O SR. GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES (*Por videoconferência.*) – Se o senhor quiser seguir uma ordem e chamar primeiro o Ministério Público Estadual, para depois falar com a Procuradoria?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – A Procuradoria pode seguir.

Pode seguir, Dr. Gustavo.

Pode dar sequência.

O SR. GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, está certo, doutor.

Primeiramente, boa tarde a todos e muito obrigado pelo espaço para a gente poder falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer que a Procuradoria do Município tem atuado, diuturnamente, desde 2018, quando aconteceu a catástrofe, e nós fomos acionados pelo então Chefe da Defesa Civil para auxiliá-los, em conjunto com a CPRM. Desde então nós temos buscado uma série de atitudes no intuito de salvaguardar tanto o Município quanto a população de Maceió. Nós já firmamos mais de cinco acordos de cooperação, capacitando a Defesa Civil para que faça os estudos das áreas, os estudos da subsidência; e esses acordos foram fundamentais.

Firmamos um acordo a respeito de cinco escolas da região, também, para a construção de cinco escolas na região; termos de cooperação, não são acordos, são termos de cooperação. E nós estamos também averiguando, assim, respondendo ao que o Pedro Vilela mencionou, a respeito das indenizações, que também o Município vai pleitear, seja administrativamente, está já pleiteando, avaliando, averiguando, administrativamente, e, se não for possível, judicialmente, porque o Município perdeu muito com tudo o que aconteceu, com todo o ocorrido. Nós averiguamos um dano à imagem do Município de Maceió, porque as pessoas estão sabendo do ocorrido e muitas pessoas estão temerosas de vir para Maceió, pois elas não sabem exatamente a localização do incidente; dado patrimonial; dano cultural; perdas municipais de infraestrutura, de áreas públicas... Então, assim, são em diversas vertentes que o Município de Maceió e a Procuradoria têm atuado, auxiliando a Defesa Civil, auxiliando o gabinete do Prefeito nos diversos assuntos que precisam ser tratados.

Deixe-me ver se eu tinha anotado mais algumas coisas aqui.

Mas é basicamente isso, nós estamos à disposição de vocês para o que for necessário.

Estamos sempre em contato com o Ministério Público Federal, com a Defensoria, tentando chegar a denominador comum. Mas o que eu estava dizendo é que efetivamente a gente, como Município, sabe das perdas que tivemos. Estamos avaliando ainda essas perdas, porque são infraestruturas que demandam perícias – saneamento, calçadas, ruas, a parte cultural, a parte histórica. Estamos pleiteando indenização junto à Braskem administrativamente e, se não for possível, partiremos para a demanda judicial. E nesse meio tempo, estamos auxiliando também a população na retirada, auxiliando a defesa civil nos questionamentos que ela nos faz. É exatamente esse o papel da Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Gustavo, eu agradeço a participação.

O Município de Maceió tem total interesse na resolução célere dos problemas relacionados às pessoas, às empresas e também ao terreno em si, ao solo, ao meio ambiente.

A comissão criada com esse fim está também muito ligada à população, está ali acompanhando de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Niedja aqui mencionou um problema que interfere principalmente ali no Bom Parto, na região baixa da cidade, no Mutange, mas que o reflexo é na capital inteira: o trânsito. Então, quando a gente fala aqui do impacto que tem a suspensão da circulação do VLT, do impacto que tem no trânsito, que já é caótico ali próximo à Fernandes Lima e na Fernandes Lima e que está sobrecarregado devido a esse longo trajeto que está interrompido, o Município cobra, exige de maneira célere os posicionamentos feitos pelas autoridades em todos os âmbitos, para que a população sofra menos. Então, é importante estar acompanhando aqui, para que a gente venha a ter o mesmo nível de informação.

Gostaria também de ouvir a doutora...

Acompanhou até agora. Estava acompanhando a Dra. Dayse.

Vamos passar, logo em seguida, para o Carlos Eduardo, que está acompanhando também atentamente. Ele é defensor público do Estado de Alagoas – é Defensor Público-Geral da Defensoria Pública de Alagoas – e tem conhecimento de causa e vivencia esse tema como poucos. Ele participou de várias etapas desde o início e tem total legitimidade aqui para falar sobre esse problema.

Dr. Carlos, V. Sa. com a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentá-lo, Senador, e dizer que essas suas reuniões são sempre divisores de água. Foi numa dessas reuniões que todas as dúvidas foram espancadas a respeito de quem era o responsável pela subsidência do solo em Maceió, e, a partir daquele momento, daquela reunião, não tínhamos mais dúvidas em acionar a Braskem.

Eu gostaria de cumprimentar também a Dra. Niedja e o Dr. Diego, que fez esse trabalho conjunto com a Defensoria Pública e atuou de forma ferrenha contra a desgraça produzida pela Braskem.

Eu comecei a atuar, Senador, ainda nos tremores, porque a Defensoria Pública tem reconhecimento social e atuação em causas sociais.

Aqui foi um refúgio de muitos moradores que não só sentiram o tremor como também viram as rachaduras nas suas casas. Desde aquele momento, eu pessoalmente estou atuando no caso. Ascendi ao cargo de Defensor Geral, mas continuo acompanhando o problema causado pela Braskem.

É importante dizer – isto é algo que eu repito há muito tempo, Senador – que o acordo não obrigou ninguém a sair dos bairros, ninguém. O acordo garantiu para as pessoas que tinham que sair por causa do desastre, que estavam correndo risco de morte, que saíssem com a garantia das suas indenizações. E assim, de forma ousada, nós entramos com ação cautelar, mesmo antes do mapa da Braskem... Do mapa da Braskem não; do mapa da CPRN. Antes, a gente já havia proposto ação cautelar pedindo o bloqueio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das contas da Braskem. Veio, então, a confirmação. Até então nós só tínhamos indícios, mas veio a confirmação na reunião que foi realizada na Justiça Federal, em que a CPRN colocou o dedo, apontou o dedo para o causador, que seria a Braskem. Dali em diante, nós não tínhamos só indícios, nós tínhamos provas de que era a Braskem a causadora.

Então, reforçamos o pedido e conseguimos, Senador, um bloqueio de R$3 bilhões, certo? Isso por meio de uma ação. Desse bloqueio foi determinado o desbloqueio sem nos ouvir, sem ouvir ninguém. Eu e o Presidente do STJ na época recorremos ao Presidente do STF, que era o Ministro Toffoli, que disse que não tinha a relevância para dar qualquer decisão a respeito naquela oportunidade. Então, nós não fomos amparados em momento nenhum pelos Tribunais Superiores – em momento nenhum. Mas existia ainda uma burocracia para desbloqueio, e esse bloqueio perdurou por quatro meses, que foi quando a Braskem veio sentar para fazer o acordo. Então, este foi o motivo de a Braskem sentar para fazer o acordo: o bloqueio que estava causando prejuízo à Braskem.

Veio o acordo, Excelência, e, em momento nenhum, nós falamos de valores, seja de dano material, seja de dano moral, pela complexidade da situação. Como falou a Dra. Niedja, não tínhamos como prever todos os casos individualmente, mas a gente garantiu que para todos os moradores afetados fosse paga uma indenização justa. Não falamos de valores, não falamos que eram 40 mil por dano moral nem dissemos quanto era o valor do metro quadrado.

Mas, Excelência, é importante dizer também... O senhor perguntou lá se a gente não ouviu a população. Eu pessoalmente participei de mais de 20 reuniões a respeito da Braskem, eu fui para o bairro, eu me reuni com a população, na praça, várias vezes.

Então, quem fala isso mente, quem disse que a gente não ouviu a população. Mas a gente tinha que dar a resposta jurídica para os anseios dela. E a resposta jurídica foi a que nós encontramos para aquele momento. E aqui...

Excelência, à ação civil pública adere quem quer. Nós não obrigamos a população a aderir ao acordo. Adere quem quer. Quem não tem interesse de aderir pode judicializar. Mas, Excelência, como dizem, enquanto uns choram, outros vendem lenço. E o que não faltou, em todo esse momento, desde 2018, foi vendedor de lenço. Houve gente chegando a colocar *outdoor* vendendo cursos para que as pessoas saibam seus direitos. Gente que fez disso plataforma política; gente que angariou cargos dos políticos. Então, por mais cruel que seja, por mais cruel que seja, enquanto uns choram, outros vendem lenço.

Atuamos com toda a firmeza, porque nós tínhamos um inimigo só, que era a Braskem, que é a Braskem, e estamos atuando contra a Braskem em favor da população.

Como disse a Dra. Niedja, o caminho judicial está aberto. As pessoas podem procurar, caso não tenham... Agora, é bem mais interessante e dá muito mais palanque ficar falando em reformar o acordo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em reformar o acordo, sem nenhuma proposta concreta. Não há nenhuma proposta concreta, é só porque serve de palanque.

Mas, Excelência, da mesma forma que apareceram muitos vendedores de lenço, apareceu também muita gente que ajudou. Gostaria aqui de enaltecer a participação do Sr. Fernando que está aqui na reunião, lá do Bom Parto, que realmente brigou para que a população do Bom Parto fosse incluída, e foi incluída. E essa vitória eu dedico ao Sr. Fernando, que está aqui participando. Temos também o Sr. Francisco Sales, Vereador, que também foi atingido, que trazia ideias e não críticas desarrazoadas. Trazia realmente... Reuni-me várias vezes com o Sr. Francisco Sales e com a população que ele trazia para a Defensoria Pública, e estamos atuando firmemente ainda hoje.

Hoje, Senador, nós estamos tratando dos Flexais, porque realmente existe ali um isolamento social, e é uma situação que tem que ser resolvida pela Braskem. Estamos em tratativa com a Braskem para resolver esse problema. Chegou aqui ao meu conhecimento que o prazo da reavaliação não estava sendo cumprido, que é o prazo de 20 dias que é dado para a Braskem para que ela reavalie.

Senador Rodrigo, a Defensoria Pública participou de mais de mil acordos individuais. Garanto para V. Exa. que em todos, todos, nós atuamos com firmeza e garantimos o valor justo para os assistidos. Eu assino todos, Excelência. Eu faço questão de assinar todos os acordos firmados pela Defensoria Pública. Houve acordo que demorou para sair, ficou um ano nas tratativas.

Da mesma forma, eu não posso aceitar críticas de que o povo está desamparado, porque ou está pela Defensoria Pública ou está pelos advogados. E temos excelentes advogados no quadro da OAB, que está acompanhando o caso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Carlos Eduardo, interrompendo aqui, mas para contribuir também com a sua fala, quando você menciona que o povo não se sinta desamparado: hoje, o que mais me chega de informações das pessoas que se sentem desamparadas – eu gostaria que, se possível, V. Exa. mencionasse esse caso específico – é dos moradores que estão, como foi batizado aqui, fora do mapa, ou seja, que têm as suas residências rachadas ou que são vizinhos a essas áreas e que são afetados também. Que atuação da Defensoria Pública pode ser feita ou está sendo feita nesse sentido?

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – ... Senador, e a situação é dinâmica. Quando a gente propôs a ação lá atrás, a gente não tinha noção dessa questão também da área da borda da tragédia. E todo aquele – isso é princípio de Direito Civil, de responsabilidade civil – que tem um prejuízo deve ser ressarcido. Se existe o prejuízo imobiliário ali, de valores, as pessoas têm o direito, certo? Isso é uma ampliação da demanda. Do que a gente precisa hoje é justamente – e aí nós atuamos com dados técnicos – da definição da Defesa Civil municipal de dar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amplitude do mapa, se está ampliando, e nisso eu creio que vai haver uma certa dificuldade porque o solo ainda está se movimentando, como disse aqui o representante da CPRM, mas nós precisamos desses dados para saber até onde chega, se houve realmente desvalorização dos imóveis, para daí tomar mais uma medida jurídica. E é cabível. Individualmente, inclusive, as pessoas já podem... Quem tiver tido o seu imóvel desvalorizado por estar perto já tem o direito de questionar isso judicialmente, certo?

Então, a gente ainda está na fase de fixar o mapa para saber o tamanho da desgraça produzida pela Braskem. Mas, Senador, para finalizar, nós temos que ter muita cautela com os "vendedores de lenço", porque eles ainda estão por aí.

Agradeço a oportunidade, Senador. Parabenizo mais uma vez a iniciativa desta reunião e me coloco à inteira disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Nós que agradecemos ao Defensor Público-Geral Carlos Eduardo pela sua atuação, pela forma enérgica de suas ações e por estar atento para defender aqueles que mais precisam.

Eu vou aqui divulgar, inclusive, a ordem, para que cada um possa se programar. Estamos aqui tentando reativar o contato com a Dra. Dayse, mas a ordem que nós iremos seguir aqui será: Dr. Diego, em sequência, Ronnie Motta, depois o Abelardo, depois o José Fernando e posteriormente o Sr. Marcelo. Iremos seguir essa ordem.

Concedo a palavra agora ao Dr. Diego Bruno Martins Alves, que é Defensor Regional de Direitos Humanos do nosso Estado de Alagoas.

O SR. DIEGO BRUNO MARTINS ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar todos na pessoa do Senador Rodrigo Cunha.

A DPU agradece o convite para participar dessa audiência pública tão relevante e se solidariza com as vítimas do evento trágico que é, de fato, a maior tragédia tecnológica em curso do Brasil.

Senador, eu gostaria de enfatizar os pontos e as dúvidas que estão sendo levantadas tanto aqui tanto no *chat,* como quanto àquilo que foi ressaltado pelo Sr. Alexandre sobre algumas dúvidas e algumas propostas.

Eu gostaria de parabenizar inicialmente a exposição bem exauriente que foi feita pela Dra. Niedja, sempre com seu brilhantismo, e também a exposição do Dr. Carlos Eduardo, que colocou realmente os pingos nos is.

Inicialmente, eu gostaria de tentar esclarecer a todos os que estão ouvindo, que o termo jurídico para a atuação tanto da Defensoria Pública como do MPF e MPE ... No âmbito de uma ação civil pública, nós atuamos como substitutos processuais, nós defendemos interesses alheios em nome próprio para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar resolver essa problemática de forma uniforme e evitar, como foi dito pela Dra. Niedja, que demandas individuais durem mais de 20 anos. E não é porque o Judiciário federal brasileiro – e aqui a vara federal – seja lento, é porque a justiça ainda não está preparada de fato, com o seu arranjo jurídico, para suportar e dar uma resposta jurídica no tempo adequado, porque o sofrimento das pessoas precisa ser solucionado. As vidas das pessoas não podem estar suspensas.

Nesse cenário, eu cito aqui o que acontece com Brumadinho e com Mariana. A Defensoria Pública da União atua nesses casos. Ainda não há resolução concreta da forma como está sendo realizada a resolução. Aqui, no caso, em Maceió, nós temos, como foi dito, mais de 10 mil acordos propostos. Temos uma aceitação de mais de nove mil; temos recusa, porque faz parte do processo, é muito complexo, e temos instrumentos para atuar diante de uma recusa. Então, quando se diz que nós atuamos como substitutos processuais, nós temos que firmar que não é obrigatório aderir à proposta que foi feita de solução pelas defensorias e pelo Ministério Público. Tanto não é que o Sr. Alexandre, através da Associação de Empreendedores, ajuizou uma ação civil pública que disse que ia resolver todos os problemas dos empresários. Está claro, podem pegar aí os vídeos do Sr. Alexandre à época, em 2019.

Simplesmente, para deixar claro a todos os que estão nos ouvindo aqui, essa ação foi julgada inepta. E o que quer dizer uma ação que é inepta? Inepta é uma ação que não tinha condições jurídicas de prosseguir, ou seja, foi uma ação em que o Judiciário disse: "É uma ação malfeita.", certo? Então, como o Sr. Alexandre falou que as instituições públicas não fizeram o seu papel, que estão deixando as pessoas em sofrimento, eu respondo ao senhor que isso não é verdade.

Nós propomos solução, diferentemente do senhor. E vou mais além: nós não frisamos, nós não determinamos desocupação forçada de ninguém. Quem determinou desocupação forçada foi a Defesa Civil municipal, através de estudos técnicos do serviço geológico, que afirmou que, se as pessoas continuarem residindo naquele imóvel, elas estão correndo o risco de vida ou de violação da sua integridade física e das suas famílias. Então, nós garantimos, através de um acordo – inicialmente, a Braskem, quando ela fez aquela área de resguardo, lá em 2019, propôs incluir somente 500 imóveis para efeito de indenização; é importante lembrar isso –, com o nosso primeiro acordo foram incluídos cinco mil imóveis, e mais de 17 mil pessoas foram beneficiadas. Continuamos o trabalho. E hoje todo o mapa de risco está sob a proteção do acordo, ou seja, mais de 55 mil pessoas.

Então, feita essa introdução, eu gostaria de tratar das propostas que foram feitas e das discussões, também das perguntas que estão sendo feitas; quero fechá-las.

Primeiro, sobre a questão do laudo técnico. Sim, outro ponto, o ajuste, o acordo não sofre ajuste ou revisão. Outra mentira! Todo mês nós nos reunimos com a Braskem em reuniões periódicas, em que tratamos de ajustes necessários após o *feedback* da população diretamente afetada. Então, diversos ajustes já foram propostos e incluídos no programa de compensação financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vou citar um exemplo. Foi dito aqui sobre o dano moral da empresa, o dano moral à pessoa jurídica. E aí eu quero deixar claro que, no primeiro acordo, no acordo inaugural, nós não tratamos especificamente sobre dano moral à pessoa jurídica. É verdade. Quando nós começamos a ter manifestações de que existia esse problema, nós incluímos um aditivo à cláusula 13ª, que expressa: o fato de a pessoa física ocupar o imóvel para exercício da atividade econômica, ainda que através de pessoa jurídica, não lhe retira o direito à indenização pelo dano moral de que trata o *caput*, uma vez comprovado o dano moral conforme tratativas individuais entre as partes. Então, está claro que existe a previsão para a garantia de dano moral. Nós sabemos que, juridicamente, pessoa jurídica pode sofrer dano moral, porque esse é o entendimento do STJ, mas depende de uma violação à sua honra objetiva. E isso precisa ficar comprovado. No caso concreto, como vai ser feita essa comprovação? Através da atuação individual entre advogado e a Braskem, ou defensor público e a Braskem.

E aqui eu gostaria também de entrar já no ponto que fala que estamos... Nós construímos um acordo que trata, que formaliza a situação desigual entre formiguinha e a Braskem.

Veja só, a princípio, necessariamente existe a obrigatoriedade de uma assistência jurídica para a parte, certo? Por quê? Porque a pessoa precisa de orientação jurídica. Na Defensoria Pública da União – e, como foi dito pelo Dr. Carlos, na Defensoria Pública do Estado também – nós acompanhamos individualmente aquelas pessoas que são hipossuficientes. A questão, para ser bem sincero com o senhor, pelo menos do ponto de vista da DPU, Senador, é que esse é um problema que afeta bem jurídico muito caro aos atingidos, que é a sua vida, é a sua moradia, é o seu entorno. E quando a pessoa tem uma afetação, um bem jurídico muito caro, nós precisamos ter ao nosso lado pessoas, advogados ou defensores que defendam de fato o seu direito. O exercício da advocacia privada pressupõe o *intuitu personae*, ou seja, ele tem que ter um vínculo de confiança. Se a pessoa não confia no seu advogado, procure outro. A Defensoria Pública está à disposição para fazer acordos, e nós estamos fazendo.

Quando há um caso em que a Braskem coloca o valor lá embaixo – disso a Braskem está aqui de prova –, nós brigamos até o fim pelo cidadão, e brigamos mesmo e já conseguimos aumentar a indenização em mais de 100 mil, em 200 mil. Então, quero deixar muito claro que nós acompanhamos, além do procedimento coletivo, também o procedimento individual. Vai haver distorções? Vai haver distorções, porém, existem instrumentos para resolução do caso concreto individual.

Quando se fala que o dano moral foi fixado num valor injusto por imóvel, para deixar claro, nós não estabelecemos dano moral a ninguém. Nós garantimos o direito a dano moral, e o dano moral é violação à dignidade da pessoa humana. Só aquela pessoa que está naquela casa sabe o quanto ela vivenciou naquele bairro e o que ela sofreu. Eu não posso dizer o quanto ela sofreu, eu, Dr. Diego, o Dr. Carlos, a Dra. Niedja não podemos dizer o quanto foi que ela sofreu. Quem vai dizer é ela através do seu advogado. Se a Braskem está pagando 40 mil, existe um meio de se levar à Justiça a questão do dano moral se a pessoa entende que aquele dano moral foi inadequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Ministério Público e a Defensoria colocaram na petição inicial o valor de R$100 mil por dano moral, isso é uma praxe jurídica. Nós, para apresentarmos qualquer ação civil pública, temos que quantificar um valor porque o CPC obriga, mas isso não quer dizer que todo mundo vai receber 100 mil. A gente sabe que, numa ação em que a gente pede 100 mil, a gente ganha 10 mil. Qual é o parâmetro da Justiça Federal para garantir direito a dano moral? Os advogados sabem quais são os parâmetros e precisam explicar às partes que, se a parte não concorda com o valor, existe aquela saída, que é a saída de ajuizar e discutir só o valor controvertido, certo?

Sobre o ponto dos laudos apresentados, que os laudos estão em valores inferiores em mais de 50%, em mais de... enfim, que os lados técnicos da Braskem não correspondem às normas técnicas, é importante dizer a todos que estão ouvindo que a Defensoria Pública da União e do Estado, o Ministério Público Federal e do Estado participaram, em abril, de uma reunião técnica com *experts* do Ibape, do Crea, do CAU e corretores. E, na reunião, houve uma unanimidade. Os laudos que estão sendo praticados pela Braskem são laudos que observam a metodologia técnica, E foi dito mais: existem laudos privados que estão sendo produzidos sem observância da técnica. E aí é muito difícil para o cidadão que foi atingido, depois de saber qual foi o valor de um laudo apresentado, porque há uma frustração de uma expectativa que foi criada através de um laudo, e pode ser que aquele laudo não esteja respeitando as normas técnicas.

Também no caso concreto, quando a Braskem não formula direito o valor da indenização... Já tivemos diversos casos em que a Defensoria conseguiu majorar os valores de cem mil... Vou falar aqui dos 81,5 mil, Senador, que era a proposta, e deturparam também a ideia do 81,5 mil. Esse era um valor que foi proposto inicialmente para aquelas pessoas que moravam em barraco no Mutange, em que as casas... Então, por que nós estabelecemos 81,5 mil? Porque era o valor do Minha Casa Minha Vida, porque, se fosse avaliado aquele imóvel, a pessoa não iria receber nem 50 mil. Então, nós colocamos 81,5 mil. Várias pessoas entraram no fluxo com a Defensoria pedindo 81,5 mil e nós os conscientizamos dizendo que a casa deles valia mais. E houve, sim, mudança de fluxo. A Braskem mudou o fluxo. Houve casos em que a pessoa estava com 81,5 mil e recebeu 195 mil. Ou outros casos em que eram 81,5 mil e a pessoa recebeu 260 mil. Esses foram casos da Defensoria, certo?

Bom, foi falado aí sobre a questão de indenização por deslocamento, trabalho, escola e saúde. E aí esse é um ponto que, em relação a trabalho e escola, essa indenização já está incluída no programa de compensação financeira, para todos os que estão ouvindo aqui; para quem teve prejuízo. Por exemplo, quem morava no Pinheiro e foi para Barra Nova, Marechal, esse deslocamento tanto para trabalho quanto para escola deve ser indenizado.

Recentemente, através de uma intervenção da Defensoria Pública da União, num caso concreto, nós conseguimos também incluir no PCE a indenização por deslocamento à saúde. Por quê? Cinco idosas moravam no bairro do Pinheiro e foram para o bairro de Jardim Petrópolis. Vários hospitais foram fechados em Pinheiro, os hospitais desceram todos aqui para Ponta Verde e aí essas pessoas tiveram que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser indenizadas quanto a isso agora. Agora, para indenização de dano material nós sabemos que é necessário a comprovação, certo?

Feita essa análise sobre as propostas que foram lançadas pelo Sr. Alexandre e também por outra pessoa que falou aqui pelo MUVB, eu gostaria de tratar da borda, de quem está fora do mapa. Para quem está fora do mapa, como o Dr. Carlos Eduardo mencionou, no âmbito do acordo, como o evento é dinâmico, nós substituímos aquela situação da junta técnica pelo comitê técnico. Esse comitê técnico é formado pela Braskem, pela Defesa Civil municipal, pela Defesa Civil nacional, e esse comitê técnico tem que incluir, como já incluiu, os instrumentos de medição, como DGPS e interferometria, nas bordas justamente para avaliar se há um nexo de causalidade entre a subsidência e aquelas rachaduras e aqueles eventos que estão ocorrendo lá.

Como nós só atuamos com base em dado técnico, tudo que foi feito pela DPU, pela DPE, pelo MPF, pelo MPE... Nós não somos *experts* da área, nós somos *experts* do Direito. Então, para que um imóvel entre no acordo por conta do efeito geológico, isso precisa ficar claro pelo comitê técnico, que o imóvel está bom... E até o momento nós tivemos resposta de ofício de que, do comitê técnico tanto no Bom Parto, tanto no Saem, quanto no Farol, como lá nos Flexais, não há nexo de causalidade entre o efeito geológico e aqueles problemas que estão ocorrendo nessa região.

E, sobre a borda, eu digo mais, como foi ressaltado pelo Dr. Carlos, o que acontece em relação ao instrumento da ação civil pública?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dr. Diego, desculpe interrompê-lo, mas se V. Exa. puder concluir também. Estou fazendo várias observações na sua fala. Muito interessante a maneira pontual, a maneira didática com que está sendo colocado, mas nós temos horário para finalizar a Comissão aqui, porque terá início uma outra reunião, e há muitos outros aqui para se posicionarem.

O SR. DIEGO BRUNO MARTINS ALVES (*Por videoconferência.*) – Certo. Eu vou concluir de forma mais rápida.

Sobre a borda, o instrumento da ação civil pública precisa identificar o dano individual homogêneo. Não existe na borda um mapa, como existia um mapa de risco, em que você consegue dizer que todo mundo do mapa de risco está na mesma situação jurídica. Então, por isso é que é difícil ajuizar uma ação civil pública para a borda, mas isso não obsta o direito de cada uma pessoa que se sinta prejudicada pelos danos... Por exemplo, uma empresa em que houve a desvalorização, um imóvel em que houve desvalorização, pode requerer judicialmente individualmente o direito à indenização – como já está sendo feito. Nós conversamos com o Dr. Frederico e já existem ações nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão da borda é a questão das coberturas securitárias. Nós ajuizamos recentemente uma ação civil pública contra seguradoras, contra a Caixa e contra a Braskem sobre esse ponto para que essa ilegalidade que está sendo causada pelas seguradoras seja afastada, de negar cobertura à securidade.

Sobre a borda, foi feita recomendação conjunta recentemente para que o Município de Maceió restaure os serviços públicos naquela região do Flexal.

Sobre a questão do Flexal, já existe discussão em tratativas. E nós vamos apresentar, sim, uma solução à comunidade.

Ainda sobre a borda, existe um acordo socioambiental que garante tanto indenização para... (*Falha no áudio.*) ... mas aí quem pode falar mais sobre este acordo socioambiental que atinge diretamente a borda é o pessoal do MPF.

Então, Senador, eu gostaria de encerrar a minha fala dizendo o seguinte: nenhum trabalho é tão bom ou tão ruim quanto parece. Com humildade, nós vamos seguir trabalhando e sempre nos norteando pelo interesse público e para tentar amenizar a dor dos atingidos.

A Defensoria Pública da União fica disponível a todos aqui que estão presentes e para esclarecer demais dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com certeza, Dr. Diego. Nós estamos tratando aqui não é de um caso estático; pelo contrário, é um caso que se movimenta inclusive todo dia. Isso requer que a gente não feche a cabeça, não feche o pensamento e, sim, reflita sobre cada passo. É a área, que está sempre aumentando; são as situações das pessoas que a princípio fizeram um acordo, depois acham que esse acordo não é tão interessante; as empresas, que não conseguem chegar a um consenso; é a área ambiental; é a área criminal; é o Município; então, nós temos, sim, que estar, sempre que possível, sentados à mesma mesa, conversando, buscando identificar como cada um aqui pode colaborar – e todos podem colaborar. A fala do Dr. Carlos Eduardo aqui também foi muito firme nesse sentido. Ninguém aqui está para brincar. Há, sim, pessoas que podem buscar os seus objetivos financeiros imediatos, mas não são essas pessoas que nós estamos defendendo. Nós estamos defendendo aquelas que legitimamente têm um direito a ser reconhecido, não quem quer se dar bem em cima de alguma situação.

Quando a gente olha aqui a análise... Eu já vou aqui falar algumas coisas, alguns pontos, e com certeza a Braskem também vai se posicionar. Quando a gente para e vai analisar o caso em si, para muitas pessoas o que se pode perceber é que a Braskem está comprando as casas, ou seja, que não está realizando uma indenização ao cidadão, que não está fazendo uma compensação do tamanho necessário. Essas pessoas que se sentem prejudicadas têm alternativas e não vão estar sós. Nós estamos falando aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os representantes das pessoas. Eu me sinto um representante da população, os defensores são representantes da população, o Ministério Público com certeza representa a população, então, a gente quer encontrar a solução, quer fazer com que as pessoas sejam respeitadas e que elas se sintam também no seu íntimo não enganadas e, sim, que houve um prejuízo, um prejuízo que não posso dizer que era imprevisível, pelo contrário. Eu acho que a falta de fiscalização durante todo esse tempo foi o que ocasionou isso. A gente não percebe isso acontecendo pelo mundo afora, são situações esporádicas, e lá no nosso Estado, infelizmente, é uma consequência, um dano cujo alcance a gente não conseguiu ainda identificar.

Aqui a gente falou de hospitais: a Dra. Niedja trouxe com muita propriedade aqui o caso das pessoas com problemas mentais que tinham naquela localidade os principais pontos de atendimento. Há as pessoas que saem dali, o valor do imóvel foi indenizado naquilo que era esperado de mercado, mas só que o mercado deu um *boom* pela procura e, com o valor do imóvel, já não conseguem comprar um nas mesmas condições do que tinham. Então, são situações que requerem que seja reanalisado cada ponto. Fico feliz em estar aqui atuando e conversando com todos ao mesmo tempo.

Nesse caso mesmo, quando a gente fala sobre as bordas, sobre a área que foi afetada, a gente sabe que não é apenas aquilo que é detectado de maneira geológica, mas sim, as pessoas que perderam seus clientes, as pessoas que estão ali com depreciação do seu imóvel porque na rua da frente está tudo condenado. Quem vai comprar uma casa do outro lado da rua vai pensar 10 mil vezes antes. Essas pessoas também tiveram prejuízo, e ninguém aqui, em nenhuma das falas, disse que elas não tinham direito. E nossa função é dizer que elas não estão sozinhas. Vamos buscar a melhor forma de resolver esses problemas.

É lógico que tudo tem um passo a passo. Não dava para fazer tudo ao mesmo tempo, mas tem que haver uma sequência.

Agradeço demais a participação do Dr. Diego aqui também.

Dando sequência e repetindo aqui a ordem, nós temos: o Ronnie, o Abelardo, o José Fernando e depois o Marcelo.

Vamos agora falar com o Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros. Então, um comitê específico, um gabinete específico criado pelo Município de Maceió. O Prefeito JHC determinou, como sendo a sua primeira atitude como prefeito eleito, a criação deste gabinete, e eu já faço a primeira pergunta ao Ronnie Motta, que é o Coordenador, se a população, se os moradores fazem parte desse comitê, se têm voz, se têm vez, se são ouvidos e se sentem-se representados dentro do Gabinete de Gestão Integrada criado pela Prefeitura de Maceió.

Com a palavra Ronnie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONNIE MOTTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Ao tempo em que parabenizo V. Exa., Senador Rodrigo Cunha, pela audiência pública, eu saúdo todos os Parlamentares aqui presentes neste momento. Saúdo também os membros dos ministérios públicos, defensorias públicas e de todos os órgãos e também os membros da justiça, os servidores da Casa e, especialmente, todos os moradores dos bairros atingidos e adjacências.

O senhor já começou bem na retrospectiva. Realmente, o nosso gestor, o João Henrique Caldas, o JHC, ele capitaneou a primeira audiência pública aí na Câmara e trouxe à baila essa questão do afundamento dos bairros, o que culminou em toda essa discussão. E um dos seus primeiros atos de gestão de governo foi justamente criar esse gabinete de gestão integrada, focado nas pessoas e também em fazer a interlocução com as secretarias, com os ministérios públicos, os órgãos envolvidos, com a população, para que a gente pudesse dar essa dinâmica específica que o Prefeito quer, nesse caso o embargo.

Quando nós chegamos aqui, no dia 6 de janeiro, os acordos já haviam sido homologados, foram homologados no dia 3 de janeiro de 2020. Nós queríamos entender um pouco mais esses acordos e nos debruçamos sobre eles. Eu afirmo aqui que os acordos são legítimos, são acordos que são benéficos; o mapa ali tem criticidade nº 4, e parabenizo, Jair, todos os signatários desses acordos pela maestria da condução e por tudo que eles conseguiram fazer.

Só que a subsidência é contínua e também os problemas são contínuos, e isso o gabinete está observando. Então, todas essas demandas que estão surgindo nós estamos fazendo. Nós temos que ter, Senador, uma perspectiva. Como foi falado, de 50 a 60 mil pessoas saíram de suas residências. Na mesma velocidade em que eles saíram, a Prefeitura Municipal de Maceió tem que chegar na mesma velocidade com infraestrutura, com saúde, com habitação para que elas possam ter a mesma qualidade de vida que ali elas tinham.

Então nós começamos, como nosso primeiro passo, a fazer um levantamento de todos os danos efetivamente diretos e indiretos causados pela mineradora nesse caso de afundamento dos bairros. E pasmem, nós ficamos surpresos com a dimensão desses impactos, e já foram mencionados aqui impactos culturais, impactos sociais, impacto na imagem do Município e impactos na saúde, na educação e na assistência social. Então, tudo isso está sendo levantado e está sendo feita uma compilação desses danos. Estamos entrando em tratativa com a Braskem para que ela possa reparar minimamente ao Município esses danos causados. Então, nós estamos em tratativa com a Braskem. Nós estamos em conversações também com os ministérios públicos, tanto o estadual, como o federal. Há o acordo socioambiental, em que o Município precisa fazer também uma pactuação e ser signatário desse acordo. Então nós estamos discutindo com a própria mineradora se as questões de mobilidade urbana, se as questões de compensação social são condizentes com os impactos.

Em paralelo a isso, com a população, nós estamos também com o centro de acolhimento e triagem, trabalhando lá com as pessoas. Eles estão lá para atender a população. Nós estamos com uma equipe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, da Defesa Civil. Posteriormente, o Abelardo vai falar tecnicamente com relação a todo o processo de afundamento, mas nós estamos lá porque nós temos ciência de que a parte emocional, a saúde mental e emocional da população foi atingida.

Então, muito cuidadosamente, a Prefeitura Municipal, através do GGI, vem fazendo esse levantamento. Nós estamos conversando com todos os moradores. Ajudamos a Defesa Civil no caso de Flechal de Cima, Flechal de Baixo, nas quebradas, na Marquês de Abrantes com a implementação do ilhamento social e do isolamento social – o ilhamento social especificamente nas questões dos flechais, porque ali eles estão ilhados.

Há a questão do pessoal fora do mapa. Nós fomos o primeiro a primeiro a conversar com a Caixa Econômica quando nós soubemos que existia uma lista de CEPs que estavam sendo inativados pelo seguro habitacional. Nós fomos discutir com o superintendente da Caixa para que isso não acontecesse. Logo após, veio a ação da Defensoria Pública da União, capitaneada pelo Dr. Diego, brilhantemente exposta aqui.

Mas é isso. Nós estamos ajudando a população, nós estamos em diálogo constante com a população para que ela faça essas demandas para o GGI. O GGI tem a finalidade de ser essa interlocução – interlocução com os líderes comunitários, interlocução com a própria população – para que a gente possa, na nossa competência, minimizar os efeitos desse sentimento de hipossuficiência que foi colocado aqui. Então, tudo isso que pode ser minimizado nós vamos minimizar.

O prefeito JHC tem uma sensibilidade muito grande com relação ao pessoal dos bairros atingidos especificamente. Ele tem uma sintonia, ele sente, ele tem uma empatia muito grande pelas pessoas, principalmente daquela região. Então, ele está sensível, ele está atento à questão, e o GGI também. Aqui o foco é... em todas as secretarias, com relação ao fundamento dos bairros, o GGI tem prioridade nas ações. Então, nas ações de saúde, de educação, de habitação, de assistência social nós temos essa interface direta com os gestores de cada pasta para que a gente possa solucionar essas demandas, e é isso que nós estamos fazendo.

Com relação à composição do GGI, não há essa composição da sociedade no GGI, porque ela faz parte de uma integração da gestão para solucionar as questões para os atingidos.

Então, para não extrapolar o tempo, é basicamente isso.

Nós estamos à disposição do Senado Federal, estamos à disposição da população, de todos os participantes, da própria empresa Braskem para dialogar, para discutir, para ver essas soluções de que Maceió precisa. Maceió não pode ser penalizada duas vezes. Ela foi penalizada por 5,5% da sua área urbana estar sendo comprometida. O que foi colocado aí é de grande propriedade: existe um déficit imobiliário. Nós estamos fazendo toda essa reorganização e contamos com os órgãos do Ministério Público, como também com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, com a Assembleia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa, com a Câmara de Vereadores aqui do Município. E volto a dizer: será uma ação conjunta de Maceió para solucionar esses problemas. Não será uma ação individual, uma ação pontual que poderá resolver um problema de uma magnitude como essa.

E volto a dizer aqui ao pessoal fora do mapa que a prefeitura não está distante, não está não visualizando vocês. Nós estamos sentindo, nós estamos vendo a necessidade de vocês, dos empreendedores que sofreram e sofrem o impacto econômico com relação à saída de 55 mil pessoas. Só o fato de terem saído as 55 mil pessoas dos bairros já geraria esse impacto econômico. Fora isso, a instabilidade de passar pelos bairros, a saída de vários empreendimentos... Então, tudo isso está sendo levado em consideração e vai ser colocado para a população. Nós estamos aqui com o foco na população de Maceió e, principalmente, nos moradores dos bairros atingidos.

Obrigado, Senador.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Ronnie, sua participação é importante, até porque eu acredito que uma das primeiras portas em que a população irá bater é justamente a porta da prefeitura, e você está à frente, como Coordenador desse Gabinete de Gestão Integrada, com foco específico nas ações que interferem diretamente no afundamento do solo.

Agora, eu não percebi, na resposta, se dentro do gabinete há um comitê interno e se há relação com a população, se a população é ouvida também, se há uma ouvidoria, se há uma forma de interação direta da população com o gabinete, Ronnie. Então, se você puder dizer qual é a forma de relação, como é que eles conseguem informações, como é que a população se sente abraçada, eu devolvo a você a palavra.

O SR. RONNIE MOTTA (*Por videoconferência*.) – Na formulação do gabinete, no decreto, ele está constituído e estruturado para os órgãos de gestão. Ele vai fazer a interlocução com todos os órgãos de gestão. Então, quem participa do gabinete são as secretarias municipais, mas nós temos um canal direto. Em vez de tergiversar em cada secretaria, nós fizemos um ponto focal. Aqui no GGI, nós discutimos todas as questões relacionadas ao afundamento dos bairros. Podem vir para o GGI, e nós, junto com a população, vamos cadenciar e fazer essa intermediação com as secretarias. Essa é a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O.k., Ronnie.

Então, dando sequência, vamos ouvir agora o Sr. Abelardo Pedro, que é Coordenador da Defesa Civil do Município de Maceió.

Abelardo, a palavra está com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABELARDO PEDRO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Estão me ouvindo? O som está saindo aí?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Estamos ouvindo. Estamos ouvindo bem.

O SR. ABELARDO PEDRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto. Obrigado.

Então, boa tarde a todos; boa tarde, Senador Rodrigo Cunha; saúdo todos os presentes, para que eu possa aproveitar e ser mais efetivo, mais eficiente, nos meus cinco minutos.

Começando, eu gostaria de me reportar às questões técnicas, mas, antes disso, deixem-me discorrer um pouco sobre o microssismo que aconteceu no dia 5 de novembro, que justamente está contido em duas perguntas – acredito que foi do Dr. Carlos, morador da região, e do Alexandre Sampaio.

Esse microssismo aconteceu no dia 5 de novembro, por volta das 11h23. Ele foi detectado pela rede sismográfica que é monitorada pela Defesa Civil. A interpolação dos sistemas nos deu imediatamente a localização, as coordenadas geográficas do microssismo, do epicentro do microssismo, a profundidade e a magnitude, sendo de 1,40 a magnitude local.

Imediatamente as equipes de campo se dirigiram às coordenadas, para verificar o local, e detectaram uma sonda da Braskem que estava em operação, e se constatou que essa sonda estava em operação já a uma profundidade de 176m, quando os sismógrafos, principalmente de profundidade, nos davam a informação de que o epicentro do microssismo deveria ter ocorrido entre 180m a 220m. Então, para a Defesa Civil, constatou-se – há uma hipótese – que o motivo, a motivação desse microssismo foi a atividade dessa sonda.

Imediatamente entramos em contato com a Braskem, que já tinha também a informação do microssismo, e tomamos a providência, junto com a Braskem, de suspender as atividades naquela área, que são as atividades de preenchimento das minas. Imediatamente foram suspensas, para salvaguardar principalmente a vida dos trabalhadores naquela localidade, enquanto novos estudos, estudos adicionais fossem feitos, e a gente realmente pudesse ter uma clareza maior desse fato.

Esses estudos foram realizados, imagens por sonar foram disponibilizadas para a Defesa Civil, verificando que não houve movimentação ou alteração nenhuma na morfologia das cavidades, e, portanto, só reforçando a nossa tese de que o que causou aquele microssismo foi uma ação antrópica, ou seja, uma sonda.

Outras providências foram feitas por outros órgãos, e ainda se aguardam conclusões para que as ações de preenchimento dessas minas possam ser novamente reativadas.

Bem, agora, volto à resposta de uma outra pergunta, acredito que feita por Alexandre Sampaio. Ele colocou que a Defesa Civil, em outro momento, descreveu que tem entre cerca de 12 a 72 horas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecedência para detectar microssismo. Na verdade, não é isso. Isso já foi esclarecido várias vezes. Não há sistema nenhum no mundo, tecnologia nenhuma no mundo que possa prever o microssismo. O que se pode prever é a consequência dos microssismos.

Então, essa rede sismográfica foi instalada para que a gente possa compreender o comportamento da deformação do solo naquela região, ou seja, nós tínhamos quase todos os dias microssismos naquela região. O comportamento desses microssismos é diagnosticado, é estudado, e com isso a gente prevê o que deve acontecer com o comportamento desse microssismo. Ou seja, se em algum momento for detectado pela nossa rede de microssismos uma intensidade maior e uma frequência também maior, isso significa que determinada atividade de soerguimento daquela cavidade ou de colapso dos seus tetos deve estar mais ativa, fazendo com que a cavidade se direcione mais para a superfície. É esse o tempo, é esse o objetivo da rede sismográfica, e não o de prever microssismos – todos os dias há microssismos.

Há uma outra situação, uma outra colocação do Alexandre Sampaio, a qual eu rechaço aqui. Assim que a gente assumiu aqui a Defesa Civil, a gente sempre admitiu que há um problema geológico e que ele tem uma velocidade, ele tem um comportamento no subsolo, mas há realmente uma consequência, um prejuízo que avança sobre a superfície. E esse avanço é cada vez mais devastador por conta da desinformação, da mentira – e eu vou me apropriar de uma expressão do Dr. Carlos Alberto –, que é a dos vendedores de lenço. Estes três fatores aumentam o prejuízo na cidade, aumentam o dano à saúde mental das pessoas, porque só trazem prejuízo, desinformação, mentira: é mentira quando se diz que a Defesa Civil não tem competência para administrar essa situação, é mentira quando se diz que a Defesa Civil não pode fazer o seu trabalho, é mentira quando se diz que a Defesa Civil permitiu que muitos trabalhadores continuassem trabalhando ali sem que a gente tivesse um estudo técnico do que realmente teria acontecido.

Voltando à informação, também há uma outra pergunta: o problema geológico continua? Sim. Conforme estudos do comitê técnico de que eu também sou coordenador, estou como coordenador, o processo geológico, na sua movimentação horizontal, neste momento, se encontra com uma desaceleração. E, como todos sabem, esse movimento horizontal é na escala de milímetros. Ele se encontra de forma desacelerada. Comparando com outros fenômenos similares pelo mundo, a gente já sabe que o potencial de esse problema atingir outros bairros hoje é zero. Então, esse problema não alcança outros bairros, não há possibilidade nenhuma de alcançar esses bairros. Do eixo das cavidades até o máximo que ele pode agir pela deformação do sal, da camada de sal, é de 900m a, no máximo, 1.000m. Então, nós temos aí o limite geográfico com esses bairros hoje atingidos. Não há possibilidade nenhuma de outros bairros serem atingidos.

Com relação à atualização do mapa, como já foi falado pela CPRM, é de competência da Defesa Civil a atualização do mapa. Até o presente momento, nós não temos nenhum dado científico, nenhum dado técnico que justifique a atualização do mapa, mas, assim que houver, nós imediatamente vamos atualizá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra informação também importante de colocar – e foge um pouco do comentário técnico – é com relação justamente à população que se encontra na borda do mapa de risco. Essa população passa por um monitoramento; a gente sempre está monitorando essas áreas, e a gente sabe da nossa responsabilidade. E, a qualquer momento em que a gente perceba um risco à sua integridade física, qualquer grau de risco, essa população será avisada e os órgãos competentes também, outros órgãos competentes serão avisados, e, é claro, como falei anteriormente, haverá a confecção de um novo mapa.

Eu gostaria de encerrar a minha fala aqui de forma bem objetiva apenas respondendo essas perguntas. Cinco dias atrás fui submetido a uma cirurgia ortopédica, e a quantidade de remédios que estou tomando é muito grande. Então, eu gostaria de apenas responder a essas perguntas, mas me colocando à disposição, colocando a Defesa Civil à disposição de todos para trazer os devidos esclarecimentos, trazer à população o necessário conforto no sentido de que há uma defensoria que faz o seu trabalho de forma independente e, principalmente, de forma técnica, assim como fizemos o nosso trabalho no Flexal de Cima e no Flexal de Baixo, onde identificamos, ali naquela região, que não há nenhum problema, não há nenhuma relação com o problema de subsidência, mas, naquela localidade, há, sim, um dano, um prejuízo, um fenômeno que nós denominamos de ilhamento socioeconômico, no qual fizemos um trabalho bastante robusto. Encaminhamos esse trabalho para os GTIs, o GTI encaminhou à força tarefa, e hoje há um debate bastante produtivo com relação à solução naquela região graças a esse nosso trabalho que identificou esse problema secundário, esse problema causado pela evacuação de metade da área do Flexal, daquelas pessoas. Aqui a gente se coloca muito solidário, a gente se coloca sempre à disposição; a Defesa Civil tem sempre as suas portas abertas. A gente nunca se furtou, nunca se negou a receber moradores e líderes comunitários.

Até falando aqui uma coisa curiosa, já que há várias pessoas aqui de outros órgãos e que precisam ter esse conhecimento. Por diversas vezes recebemos pessoas na Defesa Civil que chegavam com o seguinte discurso: "Estamos aqui para dizer que não queremos entrar no mapa". Outros chegavam e diziam: "Estamos aqui para dizer que queremos entrar no próximo mapa". Como se isso fosse um balcão de negócios. A gente sempre colocou, esclareceu para as pessoas que o trabalho da Defesa Civil com relação à elaboração de mapa é um trabalho técnico, que tem critérios, tem uma metodologia, e esta sempre será seguida com muita responsabilidade, muita serenidade pela Defesa Civil e pelo Prefeito JHC.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Abelardo. O seu posicionamento é de extrema importância.

Inclusive a Defesa Civil de Maceió foi de casa em casa, saiu ali fazendo aquela radiografia inicial. Sentia, por outro lado, as pessoas incrédulas, as pessoas revoltadas. É muito complicado você ter que colocar um "x" na frente de uma casa; muito complicado cortar água, energia e gás para que as pessoas saiam de suas residências; dar essa notícia. Foi um trabalho feito passo a passo – passo a passo –, e hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos diante de uma situação que já está consolidada. Aquele trabalho inicial foi importantíssimo também para configurar as pessoas que tinham empréstimos, que tinham comprado uma casa financiada, para que aquele seguro da residência também fosse pago. O trabalho da Defesa Civil, em Maceió, foi importantíssimo, no momento certo, e está atento também aos próximos passos.

Então, Abelardo, a sua participação aqui é importantíssima. Pela sua própria fala, demonstrou que está acompanhando, desde o início, tudo o que foi debatido aqui, com interesse total. A sua forma de trabalhar é esta: realmente não ir pelo achismo, mas, sim, ouvir as pessoas, com convicção, de acordo com aquilo que suas prerrogativas lhe permitem.

Abelardo, temos ainda duas falas. Acho importante você estar aqui, presente. E a gente, em outro momento, vai ter que se aproximar ainda mais.

Vou falar agora... Vou ouvir, na verdade, o último representante da população aqui inscrito, o José Fernando, que é dali da região do Bom Parto. Já o conheço há um bom tempo. O Fernando tem uma atuação... Inclusive, foi aqui destacada pelo defensor a mobilização de não deixar a peteca cair, de acreditar que o seu bairro também, mesmo que não esteja batizado como sendo o principal problema, no início, que era o Bairro Pinheiro, ele sempre dizia: "Não é só o Pinheiro! Não é só o Pinheiro! Não é só o Pinheiro!". E hoje a gente já fala sempre, na sequência, nos quatro bairros. O Fernando tem uma participação importante nisso.

Então, Fernando, suas palavras pelo prazo aqui, que foi dado, de cinco minutos. É curto, mas tenho certeza de que você vai colocar também tão bem aqui o que você representa do seu povo.

O SR. JOSÉ FERNANDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Boa tarde a todos.

Na sua pessoa, cumprimento todos, para não perder muito tempo.

A gente falou muito em legalidade. Eu não concordo com o tempo de cinco minutos, porque uma pessoa que não representa absolutamente nada, nem o grupo que ela representa tem legitimidade e legalidade... Então, não concordo, mas vou seguir com esse foro. Por quê? Até porque já houve acusações de venda de cesta, que nós compramos, o que pode ser penalizado judicialmente. Mas vamos seguir adiante.

Então, um conselho: quando convidar esse tipo de pessoa, é bom qualificá-los, porque não há qualificação jurídica. Vamos seguir, então.

Na questão, principalmente com o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Fernando, só para eu entender, você falou aqui, neste momento, agora, de venda de cesta. Como foi isso? Pode esclarecer aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FERNANDO (*Por videoconferência.*) – É o seguinte: o grupo que se encontra representado aí nos acusou de ser comprados através de cesta básica porque distribuímos cesta básica aqui, no Bom Parto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Entendi. Pensei que tinha sido alguma coisa deste momento, aqui.

O SR. JOSÉ FERNANDO (*Por videoconferência.*) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas vamos dar sequência.

O SR. JOSÉ FERNANDO (*Por videoconferência.*) – É porque, realmente, não merece. Vamos seguir!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Vamos lá! Vamos lá!

O SR. JOSÉ FERNANDO (*Por videoconferência.*) – Bom, na questão... A gente falou muito de impacto social, certo? Eu vou começar pela área que não está atingida, porque muita gente fala da área que saiu, mas quem está sofrendo é quem ficou também, que está sentindo diretamente a questão da subsidência do solo, do isolamento, de tudo isso.

O Bom Parto, particularmente, não tem uma área social, mas ele tinha um projeto que, durante oito anos, funcionou no Ginásio Tenente Madalena. É por isso que eu vou citar o Abelardo e o Sr. Ronnie Motta, porque nós comunicamos a ele. Está aqui a data de comunicação através de zap. Transformaram o ginásio num amontoado de lixo, onde o bem público está jogado lá – cadeiras, computadores, tudo isso –, o que poderia ser aproveitado para se utilizar socialmente para a comunidade que está sendo afetada. É uma situação que é vergonhosa. Então, deixo aqui o registro.

Tentei falar com o Abelardo, e não recebi sequer um "sim" ou "não"; da mesma forma, com o Ronnie, por quem eu tenho um respeito muito grande, mas até hoje não houve resposta.

Vou seguir adiante, para que a gente seja bem mais claro: 30% foram realocados; 70% do bairro precisa de políticas públicas. Nós solicitamos a todos os órgãos que fosse restabelecido, o que é mais vergonhoso, porque até agora não foi implantado desde que foi... O secretário infelizmente só tem olhos para outros locais; não para os bairros com o tratamento especial que deveriam ter. Certo?

A questão social está abandonada. Nós estamos abandonados, sim; politicamente estamos, porque até agora não chegou... Passamos por três audiências públicas que não resultaram em nada, em nenhuma ação efetiva. Por que nós fizemos questão de participar desta sua? Até cobramos anteriormente nas suas redes sociais a sua ativação mais junto aos bairros – pode checar nas suas redes que nós sempre fazemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um comentário. Bem-vinda esta agora! Porque é preciso que se desperte um olhar mais clínico para os bairros, principalmente para os que não saíram. Nós sofremos diariamente a insegurança, a falta de iluminação, tudo isso. As pessoas continuam morando. E o que acontece? Principalmente o poder público... Do Estado não se fala, porque é ausente; é omisso, totalmente omisso! Não há uma política pública do Estado dentro. Nós recorremos é à prefeitura, tanto é que todas as solicitações que fizemos nós encaminhamos para o Ministério Público Federal agora, totalmente documentadas, porque não há atendimento para essa situação.

Então, vamos seguir mais adiante. De todas as realocações que estão existindo está sendo cobrado IPTU. Como pode ser deduzido o IPTU da indenização? Como?! Se simplesmente os valores são para pessoas que nem têm condições. Certo? Pedimos a questão...

Estou sendo bem tópico para dar tempo pelo...

A questão do comitê técnico, nós pedimos já à Defesa Civil, porque precisamos dizer ao morador se ele vai sair ou se ele não vai, porque continua ainda aquela interrogação na cabeça de "como vai ser o meu amanhã?". Ora, não temos... A Defesa Civil, na pessoa do Sr. Abelardo, está sendo, infelizmente, omissa nessa situação, como no caso da resposta nossa. E eu tenho respeito por ele, muito, porque nós trabalhamos sempre de forma articulada com todos.

No caso específico da nossa realocação, o acordo – eu sempre friso isso – para o Bom Parto foi benéfico, porque a única porta que se abriu foi a da Justiça para a gente. Nós, infelizmente... Há palcos aí que pedem a questão financeira. Nós prezamos pela vida, porque quem vive principalmente na favela já vive massacrado anualmente pelas recorrentes enchentes, situações que estão prestes a tirar a vida de cada um aqui.

Vamos um pouco mais adiante, a questão da celeridade das indenizações.

Nós batemos isso com a Braskem, temos interlocução com ela também. É um dos problemas mais recorrentes que nós temos. Precisamos acelerar isso. Recorremos também aos órgãos que fazem parte desse acordo e sempre estão de portas abertas a nós. Não precisamos passar pano para ninguém aqui, mas o que precisamos é que realmente saiam do papel para a efetividade. Para você ter ideia, você deve saber que temos 180 milhões em ações de sócios que estão para ser implantadas e até agora não foi implantado nada. Nós temos 300 milhões no Conselho Gestor, que vai terminar o ano e não vai ter uma ação. Então, o que adianta a gente estar dentro de um conselho que não manda?

Então, o que eu quero deixar principalmente para esta Comissão é que não seja como as outras por que passamos, porque é só política, e de política toda a população nossa já está exaurida, e eu sei que a sua pessoa é de chutar o pau da barraca, como foi da primeira vez, e agora, mais do que nunca, está retomando as rédeas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso juntar forças para que as coisas andem, mas de forma respeitosa principalmente, que é como nós tratamos todos os que fazem parte dessa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Fernando, nós agradecemos. Você realmente representa a voz do povo, a voz de quem está aí na linha de frente sofrendo, tendo que sair das suas casas, ou então sem saber se sai, sem saber se vai ser indenizado. É importante para aqui a gente personificar.

E por fim iremos ouvir agora o Sr. Marcelo Arantes de Carvalho. Ele é Vice-Presidente da Braskem.

Marcelo, antes eu quero fazer aqui um breve relato, também fazer algumas perguntas. A princípio, quando a gente olha para uma empresa que é multinacional, uma empresa que está batendo lucros, recordes de lucros a cada trimestre, principalmente neste momento que nós estamos vivendo, e, do outro lado, nós temos as pessoas se sentindo sozinhas, vulneráveis, aqui a gente tem, sim, que humanizar esse relacionamento. A gente não vai falar apenas de números, a gente não vai falar de Judiciário; a gente quer falar de justiça. Que nessa justiça as pessoas que tiveram a sua vida modificada por ações em que ficou comprovado pelos laudos técnicos apresentados que a Braskem que deu causa – não estou falando aqui que o Marcelo deu causa; o Marcelo com certeza não estava há 40 anos na empresa, que foi quando começou a se instalar, também como não era o responsável por fiscalizar, não era o órgão, não era a agência que tinha a responsabilidade de fiscalizar, mas que hoje tem uma responsabilidade grande em suas mãos... A Braskem, por ser uma multinacional, com certeza busca tudo aquilo que as empresas sérias buscam, que é ter aquele carimbo da sustentabilidade, e, quando a gente fala em sustentabilidade, a gente fala aqui de um tripé, que é o tripé social, ambiental e econômico. Então, quando tudo está em sintonia, essa empresa tende a crescer, inclusive com imagem positiva, junto à população.

No entanto, eu já escutei – e não foi nem nesse ano, já foi há alguns anos –, em palestras onde eu estava sobre um outro assunto, o palestrante dar exemplo de como as ações que buscam sustentabilidade não devem seguir como exemplo a Braskem. Foi um exemplo exatamente negativo, demonstrando que era uma empresa que estava visando unicamente ao lucro e que, por isso, extrapolou um desses tripés, fazendo com que o meio ambiente fosse afetado – a gente está falando aqui de cavernas no solo – e principalmente o tripé na linha social (e, quanto ao social, a gente fala aqui não só do capital humano, mas também das empresas que foram afetadas), dizendo que esse hoje, em termos de comparativos, em termos de demonstração de como não se fazer, era colocado como sendo essa empresa que eu estou mencionando, que bate recordes de lucro e que tem um alcance global.

Então, tenho certeza de que a empresa, diante desse fato... A gente não está falando aqui de bairros isolados, aqui não estamos falando de um assunto que é restrito ao Município, mas, sim, de um assunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu já falei aqui e que já foi dito, a princípio, numa reunião que eu tive com a Defesa Civil nacional, com o seu chefe, numa reunião entre quatro paredes, mas em que ele repetiu, em Maceió, junto com a CPRM, ao fazer a leitura do laudo técnico, que estávamos diante da maior catástrofe anunciada deste País, que não era Brumadinho, que não era Mariana, que são grandes catástrofes, mas que essa tinha um impacto social gigantesco, um impacto ambiental gigantesco.

Então, diante dessa situação, Marcelo, eu quero aqui colocar para você que a gente está falando de uma das maiores empresas que existem no Estado de Alagoas, uma daquelas que mais arrecadam recurso e que mais geram empregos direta e indiretamente.

A gente quer ter uma segurança para que as pessoas saibam que não existe um véu encobrindo qualquer tipo de conversa sendo tratada aqui. Algumas pessoas se sentem indignadas quando assistem às publicidades da Braskem, a Braskem demonstrando o que está fazendo para a população, mas quando a gente abre os microfones é isso que é ouvido. Então, percorro o meu Estado, a minha cidade, e, quando eu ando, as pessoas sempre me abordam dizendo que saíram das suas residências, que ali compraram a casa, mas que elas se sentem prejudicadas. A gente está falando aqui, repito mais uma vez, não é para estimular as pessoas a irem à Justiça, ao Judiciário, mas é fazer com que haja justiça. Ninguém é obrigado a aceitar um acordo, mas, principalmente no início, foi falado e alardado que quem não aceitasse esse acordo iria comprar uma dívida ou uma luta, que seria uma dívida que podia se arrastar durante anos com a empresa gigantesca, e do outro lado essa pessoa estaria sozinha. E não é o que nós estamos vendo. Nós temos instituições sólidas aqui representadas pelo Ministério Público estadual, federal, pela Defensoria Pública estadual, federal, pela Defesa Civil, e cada um ali luta com seus argumentos, através das suas prerrogativas, para se fazer justiça. Então, essas pessoas não estão sozinhas, mas querem amparar as famílias, as famílias que não se sentem amparadas por essa situação.

Então, eu tenho algumas perguntas objetivas aqui a fazer junto à Braskem.

Primeiro: se a Braskem acha que está fazendo tudo que é possível para a população que foi afetada pelo afundamento do solo. Então, essa é a minha primeira pergunta.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Rodrigo Cunha, boa tarde! Primeiramente, obrigado pela oportunidade de falar aqui com você e com os demais participantes desta reunião.

Eu gostaria, se me fosse permitido, inicialmente, de fazer uma apresentação rápida sobre alguns pontos relativos à Braskem, para, em seguida, responder a todas as perguntas. Isso é possível?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – É possível, é possível! Inclusive...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Com certeza, eu farei...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Inclusive, eu quero fazer um registro aqui, Marcelo: desde que abri a tela, você estava presente, inclusive com sua imagem aqui presente, e acompanhou todos os relatos. Nós invertemos a ordem justamente para que você sentisse um pouco do que acontece no dia a dia tanto dos órgãos que falam da sua atuação, da defesa que é feita pelos acordos, como da população, que, do outro lado, também não se sente tão segura. Então, isso foi importante. E já está sendo autorizado passar o material.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador! Vou tentar passar a apresentação, então, agora. (*Pausa.*)

O senhor já visualiza na tela a apresentação? (*Pausa.*)

Procurarei ser breve na apresentação, porque acho que muitos assuntos já foram abordados aqui, na nossa reunião.

Desde o momento inicial, quando começaram os abalos sísmicos em 2018, a Braskem vem colaborando, em diálogo com as autoridades, com o engajamento de especialistas para procurar realmente identificar qual era a causa do fenômeno geológico.

Em maio de 2019, com o próprio relatório emitido da CPRM, nós encerramos a operação, paralisamos a operação, quando encerramos definitivamente a nossa extração de sal na região. Assinamos alguns termos de cooperação com a prefeitura, de forma a começar algumas ações de reparação na região, e iniciamos o diálogo com a comunidade em toda essa localidade.

Com o primeiro laudo técnico chegando, sugerindo a criação preventiva de uma área de resguardo, começamos, então, a discutir a realocação de 500 famílias existentes nessa região e começamos a estabelecer um diálogo com as autoridades para a assinatura do primeiro acordo, que deu origem, inclusive, ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, abrindo, inclusive, uma Central do Morador, para que pudesse ser um local em que se recebesse o morador da região, para que ele fosse atendido e se sentisse bem tratado, dado todo o cenário, dado todo o contexto que estava acontecendo de maneira emocional, porque, realmente, isso é irreparável.

Assinamos o acordo, então, com o MPF, logo no início de janeiro de 2020, e demos sequência a todo esse processo. A partir daí, houve um avanço nas ações de monitoramento da região, o início da execução do plano de fechamento das minas e um avanço na questão da realocação dos moradores, da compensação dos moradores e também da realocação e compensação financeira das grandes estruturas, como hospitais e escolas, instaladas nessa região. Estamos agora na fase atual do desenvolvimento de estudos e diagnósticos da parte ambiental, de mobilidade e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois princípios...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Marcelo, desculpe-me por interrompê-lo, mas é que o eslaide está paralisado. Se você puder até aumentar...

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Desculpe-me, Senador. Eu estou passando aqui, e, para mim, está parecendo perfeito. Vou tentar novamente colocá-lo aqui tela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Se puder ampliá-lo também...

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Eu vou parar a apresentação e voltar com ele, para ver se há alguma questão técnica aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Isso!

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Realmente, congelou a passagem. Vou tentar novamente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Não, estava o.k. Essa última tela estava o.k., quando você abriu agora.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Está o.k. agora?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Aí está o.k. Está o.k.!

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Então está bom. Obrigado. Desculpa qualquer falha técnica.

Com relação aos princípios, eu diria que direcionar as ações da Braskem está baseado em dois aspectos. O primeiro é, realmente, a partir do fato ocorrido, garantir a segurança das pessoas, o que inclui a realocação dos moradores da área de risco, a compensação financeira, o atendimento psicológico que foi direcionado, todas as ações de zeladoria e de segurança patrimonial nos bairros atingidos e ações, inclusive, considerando a questão do controle de pragas. E o outro lado, que é exatamente o entendimento do fenômeno geológico que vem ocorrendo na região, para procurar exatamente identificar quais são as causas e, a partir daí, tratá-las.

Nesse sentido, fizemos diálogos com as autoridades ao longo de todo o período, procurando ter essa relação com as autoridades, e começamos a estabelecer quais são os nossos compromissos centrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles são baseados em apoiar a realocação e conduzir o programa de compensação financeira justo aos moradores, aos comércios e aos empresários instalados nessas áreas; adotar as medidas de estabilização das cavidades e do monitoramento do solo; reparar, mitigar e compensar potenciais impactos sociourbanísticos a partir do momento que você desocupa alguma área; estudos de mobilidade e estudos sociais; reparar, mitigar e compensar os potenciais impactos danos ambientes decorrentes da extração de sal ocorrida nessa região.

Dois programas, então, são importantes ser estabelecidos, são dois programas que seguem cronogramas diferentes: um se chama Apoio à Realocação; o outro, Compensação Financeira. No Apoio à Realocação, o primeiro trabalho nosso é um técnico social que visitou todas as famílias residentes naquela região, procurando conhecer a família, como ela morava, a residência, as benfeitorias no seu lar, de forma que a gente conseguisse fazer uma proposta direcionada àquela família naquela região. A partir daí, colocamos uma série de serviços de apoio, como assistência social, imobiliária que pudesse apoiar os moradores a identificar um novo imóvel e toda a logística envolvida nesse aspecto. Iniciamos o pagamento do auxílio financeiro acordado com as autoridades e também a busca de identificação de novos imóveis aos moradores, além de operacionalizar toda a mudança, arcada pela Braskem. O cronograma de realocação segue uma lógica. Logo em seguida, há a compensação financeira, que também segue um cronograma.

A primeira etapa importante da compensação financeira é que ela é de adesão voluntária, conforme já dito por algumas partes participantes desta reunião. Ela tem adesão voluntária, o morador pode escolher o seu advogado, que tem as despesas pagas pela Braskem, o que não é descontado em nenhum momento da indenização. A partir daí, começa-se, então, a se fazer a análise da situação individual.

Neste momento, todo a proposta da Braskem é baseada em normas técnicas internacionais, interamericanas, em orientação do Banco Mundial e também em normas técnicas brasileiras. E leva-se também em consideração imóveis muito parecidos que há nessa região, de forma a fazer uma proposta para o morador. O morador pode aceitar a proposta, ele pode recusar a proposta e, caso ele recuse a proposta – e ele tem todo direito a isso –, ele pode apresentar novos documentos, com embasamento técnico, que serão levados em consideração nessa nova discussão e diálogo com cada morador. E, a partir do momento em que houver a celebração desse acordo, se paga a compensação financeira.

Hoje, no cenário que nós temos – o nobre Senador já comentou inicialmente na reunião –, temos cerca de 97% das pessoas já realocadas dessa região e estamos na fase de terminar esse processo – esperamos que em breve; você bem acompanhando – e também cuidamos também da transferência das grandes estruturas que existem nessa região, existente nesse mapa da Defesa Civil.

Para esse processo, além da Central do Morador, que tinha a Defensoria Pública, um cartório, bancos, órgãos que pudessem dar atendimento único e exclusivo a cada morador naquela localidade, inclusive cada morador permanece sendo atendido pela mesma pessoa, de forma que ela não a cada hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar com uma pessoa diferente. A partir daí, 25 mil atendimentos sociais foram realizados, mais 17 mil atendimentos por serviços psicológicos e vários animais, em parceria com a Ufal, tiveram seu tratamento realizados e cuidados pela Braskem.

Nós estamos dispondo R$10,2 bilhões para todo o caso de Alagoas, Maceió. Neste momento, nós temos cerca de 9,4 mil propostas aceitas, com índice de aceitabilidade de 99,6%; apenas 41 propostas estão recusadas até esse momento na Braskem, o morador tem todo o direito de aceitar ou não essa proposta; 8,1 mil acordos já pagos; e, do total de moradores, 73% da zona de risco 00 já têm as propostas em mão; e já foram pagas nesse momento R$1,6 bilhão para todos os moradores abrangidos nessa situação de agora.

Na parte dos empresários, 4,2 mil empresários identificados, 2 mil propostas já aceitas de empresários. E é importante salientar que nós fazemos não só o pagamento do empresário, mas levamos em consideração o lucro cessante, que também leva em consideração qual foi o maior faturamento que o empresário teve antes do fenômeno, e aí se faz um cálculo de pagamento de lucro cessante. Todo o custo que qualquer empresário teve de fechamento do seu negócio e transferência do seu negócio é arcado pela Braskem, incluindo verbas rescisórias e apoio realmente na realocação do seu novo ponto comercial.

Em relação à comunicação, é importante informar e esclarecer o que está sendo feito. Isso não é *marketing;* é meramente em caráter informativo de prestação de contas de como a Braskem tem feito, além de estabelecer vários canais de comunicação com a população, seja via internet, seja via 0800, seja via WhatsApp, de forma que venha a esclarecer à população como se encaminha todo o processo, bem como esclarecer o estágio atual de cada situação.

Na frente técnica de estabilização e fechamento, nós temos envolvido uma enormidade de esforços. Nós temos cerca de 1,2 mil profissionais trabalhando dedicadamente para que realmente possamos resolver o lado das pessoas e também o lado técnico existente nessa região. E, nesse momento, todo esforço nosso para que realmente toda a iniciativa venha a trazer a estabilidade geológica da região, várias empresas nacionais e internacionais foram envolvidas nesse processo. A ANM, bem citada pela CPRM anteriormente, faz parte desse processo e recebe constantemente informações desse nosso processo.

Foi instalada uma rede de monitoramento de alta tecnologia nessa região, de forma realmente a permitir que se possa saber o que acontece no solo dessa região. Essas obras devem durar cerca de três anos. E uma notícia, nesse momento, que já foi salientada pelo Abelardo, da Defesa Civil, existe, sim, continua assistindo a subsidência, mas já se demonstra uma redução na velocidade da subsidência existente naquela região. Dos 35 poços, 20 já se encontram em fase de fechamento; dez estão sendo monitorados e está sendo escolhida qual é a melhor tecnologia a ser aplicada para esses poços; e cinco, todo o diagnóstico feito, já se demonstra que estão tendo preenchimento natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 60 equipamentos foram instalados na região de forma a permitir o monitoramento, volto a dizer, uma rede tecnológica instalada nesta região. E, com o novo acordo assinado em dezembro de 2020 com as entidades, o Ministério Público Federal e Ministério Público estadual, existe um plano agora que é literalmente tratar a questão ambiental, sociourbanística, que inclui a questão do patrimônio histórico, patrimônio cultural, toda a questão arquitetônica, as comunidades, a memória dos bairros, várias ações envolvem a escuta popular, a participação popular. E outro aspecto que é a estabilização e monitoramento das cavidades existentes aí.

O futuro que nos espera: que a gente realmente consiga dar sequência nesses diagnósticos e fazer as ações de reparação em cada frente dessa que eu coloquei. Existem importantes avanços na questão de mobilidade a serem dirimidas e resolvidas ao longo do tempo. É importante a continuidade nossa, o entendimento dos impactos sociourbanísticos causados nesta região e também nas comunidades do entorno. Já está sendo feito trabalho, inclusive, no Flexal, já citado por outras pessoas, para que no futuro realmente se possa voltar a ter maior tranquilidade em relação ao que existe nessa região.

O nosso cuidado será permanente com relação a esse bairro. Então, literalmente, nós temos um conjunto de ações hoje programadas e acontecendo frequentemente nessa região, que envolve segurança patrimonial e "n" outras iniciativas nossas. E o nosso compromisso é com a segurança das pessoas, com a solução do fenômeno geológico, mantendo sempre um diálogo constante com as autoridades participantes do acordo, com todas as instituições públicas e com as comunidades envolvidas.

O processo nosso de alocação de pessoas e o programa de compensação financeira são estimados terminarem em dezembro de 2022, mas nós estamos imbuindo todos os nossos esforços para finalizarmos todo o processo de compensação financeira até o primeiro semestre do ano que vem. Hoje já são cerca de 700 propostas sendo enviadas, mensalmente, para os participantes, e esta é a nossa intenção, acelerar esse processo, além de avançar com o plano de fechamento de minas e no futuro, claro, implementar todas as ações de mobilidade, programas sociais e dar o direcionamento do futuro das áreas, com envolvimento das pessoas. Mas existe ainda a questão de demolição segura e do que vai acontecer na região. Todas as medidas nossas que vierem a ser implementadas são embasadas no diagnóstico a ser feito da dimensão ambiental, social e de mobilidade.

Senador, é isso que eu gostaria brevemente de comentar aqui, rapidamente, sobre as ações da Braskem. Em relação à sua pergunta, nós estamos fazendo o máximo possível que pode ser feito. Pode ser que no futuro descubramos que novas ações são importantes de serem implementadas, e a Braskem irá implementar.

Desde o momento inicial em que vem acontecendo esse assunto, em 2018, nós temos imbuído um esforço enorme de diálogo com as autoridades e com a comunidade para buscar sanar essa situação que ocorre em Maceió.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Marcelo, eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas também.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para interpelar.) – São casos concretos que chegam sobre a discrepância no valor das indenizações, chegando a situações em que no mesmo prédio, no mesmo andar, há propostas completamente diferentes entre os moradores. Esse critério é objetivo, até onde eu tenho conhecimento. Inclusive eu já acrescento uma outra pergunta, que também é falada por vários moradores: é exigido do morador que a avaliação seja bem discriminada, que tenha toda a discriminação para se chegar àquele valor, no entanto, naquelas que são apresentadas pela Braskem não se tem o mesmo detalhamento. Aí já é uma segunda pergunta.

E aí uma pergunta que eu tenho interesse: quem é que faz essa avaliação para a Braskem? É uma empresa contratada? São várias? É de Alagoas? Quem é que faz a avaliação do imóvel pelo lado da Braskem?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Uma outra situação que chegou bastante... Tivemos aqui mais de 120 participações, e eu quero até mencionar algumas pessoas, o Adelan, o Antônio, a Cláudia, a Daniele, Elisa, Elisabete, Érica, Fernando, Gardênia, Geraldo, Heloísa, José Ígor, Susana, Romildo, Nádia, Marcelo, Maida, que participaram aqui. Não eles, mas dentre essas cento e poucas participações, muitas pessoas falaram sobre a velocidade da realização dos acordos, dizendo que ainda persistem muitas reclamações quanto à velocidade desses acordos.

E um outro assunto também que se repete bastante, inclusive foi mencionado pelo Deputado Pedro Vilela, foi a questão do abandono dos animais no bairro, como também algumas informações de que a segurança – e eu quero saber se a segurança também está a cargo da Braskem – das localidades ali está frágil, está havendo situações de arrombamento e também de assaltos, furtos.

Então, eu gostaria aqui, inicialmente, de fazer essas quatro perguntas, para que você possa também se posicionar.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador.

Primeiramente, com relação à diferença de valores pagos a imóveis de uma mesma característica, esse é um dos princípios básicos do acordo: garantir a equidade de pagamentos para imóveis com as mesmas características. E aí eu peço talvez, se caso algum morador tenha sentido que não houve equidade, que entre em contato com a Braskem, porque um princípio que está inclusive pautado é garantir a equidade, que imóveis iguais tenham tratamentos iguais, se é a mesma característica existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro só uma questão, Senador: quando se faz o levantamento, se analisa o imóvel em que a pessoa reside, quais são as benfeitorias que existem naquele imóvel. Paga-se o imóvel e, adicionalmente, as benfeitorias daquele imóvel. Então, se nós temos dois imóveis iguais em padrão, deveria ser o mesmo valor a ser pago. Então, caso haja algum fato como esse, podem contactar a gente, da Braskem, para analisar se houve algum desvio nesse princípio da equidade de pagamento.

Com relação a quem faz a avaliação, são empresas especializadas contratadas que fazem a avaliação dos imóveis na região, usando os critérios das normas técnicas internacionais e das normas técnicas brasileiras e que levam em consideração também aquela questão de imóveis que têm a mesma característica em condições semelhantes em outras regiões. Com base nisso, é feita então essa proposta técnica, que é apresentada ao morador no momento da reunião, junto com o advogado. Ele tem um tempo para analisar, recusar ou aceitar a proposta e, se for o caso de recusar, querer apresentar um novo documento para que possa ser inserido para um novo diálogo acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Essa imobiliária é de Alagoas ou ela é de fora? Como é? Como é feito?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Essa empresa especializada é... São empresas especializadas brasileiras, que têm um critério técnico a ser utilizado e que fazem a avaliação baseada em conceitos técnicos seguindo as normas brasileiras, e inclusive pessoas que conhecem a região e o local, residentes em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – São residentes em Alagoas. Certo.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Com relação a animais, Senador, o senhor fez uma pergunta. No início do processo, realmente, houve a realocação das pessoas e aí se tornou necessário dar a atenção dos animais. Com base nisso, foi feita uma parceria com a Ufal, que hoje cuida. Nós temos 24 veterinários dedicados, em tempo integral, para cuidar de animais da região e hoje nós temos cerca de seis mil animais que já foram, de alguma forma, tratados nessa parceria com a Ufal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Uma outra pergunta ainda, dando sequência. Quando eu falei aqui...

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Eu vou responder só uma pergunta do senhor, que é com relação à segurança. Com relação à segurança...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Responda e depois em complemento a outra. Pode responder sobre segurança.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Está joia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, sim, a responsabilidade de zelar pela segurança das áreas que estão desocupadas. Para isso, nós contratamos, então, alguns agentes comunitários que nos auxiliam nesse processo. Temos câmeras de segurança instaladas nessa região e, caso haja alguma ocorrência, nós acionamos inclusive também a própria Polícia Militar para nos apoiar. Mas hoje nós temos a vigilância com câmeras instaladas nessa região.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo. Eu faço aqui só um adendo à questão dos animais, da sua resposta.

Desde o início, eu acompanhei a publicidade, a forma como foi falada pela Braskem dessa parceria com a Universidade Federal de Alagoas, mas os relatos são inúmeros de abandonos dos animais. Então, essa parceria deve estar firmada, mas efetivamente há uma defasagem enorme porque não são poucos, são muitos os casos que diariamente chegam. Inclusive já houve audiência pública só sobre isso na Câmara Municipal de Maceió, e o problema persiste. Hoje mesmo o Deputado Pedro Vilela já trouxe aqui novamente. Eu recebi aqui seis mensagens nesse sentido. Então, não é só ter firmado. Está firmada a parceria, mas há uma falha nessa execução.

Quanto à questão da avaliação, como eu mencionei, as pessoas encaminham todos os laudos para tentar contrapor. Do outro lado, o morador se sente fragilizado, porque, na apresentação do laudo, a análise de informações que nós recebemos é que esse laudo nem sequer tem uma assinatura do responsável técnico por ter avaliado a casa. Então, não sabe nem... É apenas um documento sem uma legitimidade do outro lado, do lado de quem está ali buscando o seu direito e que se sente fragilizado com essa situação.

Então, eu queria saber se você tem essas informações, se esse é o procedimento normal e qual é a visão da Braskem.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Está bem.

Com relação à questão do laudo, nós temos claramente uma proposta que é feita e, baseado nessa análise, é apresentada ao morador. Caso ele aceite a proposta, é feito um acordo e aí há a assinatura. Em cima do contrato novo, há a assinatura da Braskem, que garante, então, a precificação e tudo que foi feito.

Senador, eu só queria colocar um ponto anterior completando a parte de animais. Nós temos também um programa com a Ufal que se chama Posse Responsável, que é exatamente para não abandonar o animal. Então, é fundamental, nesse processo em que a gente chega e faz a realocação do morador, identificar os animais e poder cuidar deles. Pode ser que um ou outro caso tenha acontecido, mas a nossa intenção dentro da posse responsável é literalmente cuidar dos animais da região.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu acompanhei, em 2019, várias reuniões aqui e audiências públicas. E sempre, com relação ao que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falado pela CPRM, a Braskem dizia que tinha o seu próprio monitoramento da situação da área de risco, dizia que tinha contratado o serviço e tinha esse monitoramento também. A Braskem continua fazendo esse monitoramento? Se sim, ela sabe a extensão desse dano? Ele hoje corresponde ao que já é registrada como sendo a área atingida ou a Braskem tem alguma outra informação de que as áreas ainda terão uma ampliação?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador.

Os institutos contratados pela Braskem fizeram estudos ao longo desses anos sobre toda essa área, de qual é a extensão dessa situação e onde foi demarcado, então, pela Defesa Civil, o mapa limite. Toda análise técnica e científica feita delimitou uma potencial área de impacto existente com relação à exploração do solo acontecida nessa região. Então, hoje a informação técnica que a Braskem tem é a mesma que as autoridades públicas têm. E nós somos obrigados, inclusive, a repassar imediatamente às autoridades qualquer estudo que é feito pela Braskem, para que todos possam ter a mesma informação. Então, não há diferença de informação entre a Braskem e qualquer órgão público, de qualquer laudo que venha a ser feito dessa região. Os estudos hoje nos mostram que a área delimitada do mapa é a área que cientificamente estaria abrangida por qualquer efeito atual ou futuro do fenômeno ocorrido no solo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Esse último abalo sísmico que aconteceu no dia 5 de novembro, a Braskem conseguiu detectar também e sabe qual foi a origem?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Sim, aos mesmos monitoramentos que acontecem e que chegam à informação da Defesa Civil também a Braskem tem acesso. No momento em que aconteceu o abalo, um trabalhador nosso que estava trabalhando sentiu na região e aí nós paramos automaticamente a máquina que estava acionada. Entramos em contato com a Defesa Civil, que já estava ciente do assunto também, e tomamos a decisão, em conjunto com a Defesa Civil, de parar a operação local. Então, sim, a Braskem sabe. Toda a informação que se mostrou – o Abelardo citou bem –, calcula que em algo em torno de 200m de profundidade aconteceu esse microssismo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Marcelo, desculpe-me. Eu não consegui compreender exatamente o que era. Não sei se foi... a dicção ficou um pouco rápida... Então, a Braskem identificou o que aconteceu... E o que foi, exatamente?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Bom, o Abelardo citou isso anteriormente. O microssismo aconteceu, de 1,4, nessa região. Todo o equipamento nosso instalado nessa região de monitoramento levou, então, à geolocalização perfeita desse fator, onde era esse ponto de localização. O Abelardo e a Defesa Civil estiveram presentes no local e diagnosticaram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

literalmente, qual era esse ponto, e foi dado como uma percepção inicial que a nossa sonda que estava prospectando essa região que poderia ter causado esse abalo sísmico na região.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo. Então, seria a sonda. É isso?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – E aí há um ponto importante, Senador: com base no que aconteceu, houve, então, um alinhamento, em que nós vamos mudar algumas práticas operacionais e, da mesma forma, aumentarmos o grau de comunicação com a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

Marcelo, você está acompanhando o preenchimento dos poços, não é isso? Ainda está acontecendo o preenchimento dos poços?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sim?

Eles estão sendo preenchidos com areia?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Isso. Então, quatro... Bom, no poço em que houve o abalo sísmico não, os procedimentos estão parados. Mas, de uma forma geral, quatro dos poços estão sendo preenchidos com areia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – E essa areia está sendo extraída de onde?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Se não me engano, vem do norte de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eles não sabem especificar de onde é...

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Não, eu não sei especificar, Senador. Fico devendo essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui outra pergunta, que chega agora... Assim, sendo objetivo aqui, a pergunta inclusive é feita pelo representante da Associação dos Empresários do Bairro Pinheiro, o Alexandre. Ele pergunta: "Por que a Braskem não aceita pagar dano moral para empresas ou empreendedores? Só 25% dos associados receberam indenização, e 46%, pelas contas feitas, foram abaixo do que deveria ser o tipo analisado como dano material". Então, estou aqui fazendo uma pergunta que é feita pelo Alexandre, que aqui está. Assim como ele, outras pessoas também já se posicionaram sobre esse assunto.

Eu gostaria de ouvir sobre esse tema específico, porque, Marcelo, eu acompanhei vários casos individuais que chegaram para mim e sempre pedi às pessoas: tendo caso específico ou individual, apresentem-me, e eu faço questão de acompanhar. Nos casos individuais, a Braskem tinha um tipo de tratamento; nos casos empresariais, esses eu não vi avançar.

Então, como é tratado... Eu sei que é uma métrica muito complicada de ser realizada, porque aqui a gente não fala apenas no bem, na sua organização moral, tem dívidas trabalhistas, há a mudança de ponto para um outro, a empresa não leva os seus clientes... Então, eu queria saber: como é que a Braskem trata hoje os empresários, as empresas, principalmente se, além do bem em si, o bem material, há uma soma de valores referente a outro tipo de indenização, seja o lucro cessante, seja o tempo de empresa... Como é feito esse cálculo?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Está bom. Primeiramente, acho que, como já disse anteriormente, o dano moral é pago àquela pessoa que fisicamente exerce qualquer atividade econômica, e não à entidade jurídica. O empresário, Senador, ele não tem somente o pagamento com relação a seu momento atual. Calcula-se, dos meses anteriores ao fenômeno que aconteceu, faz-se o cálculo de lucro cessante, pegando o mês de maior faturamento que ele teve; aí, faz-se o cálculo de lucro cessante. Qualquer custo adicional que ele teve com relação a realocação e pagamento de verbas rescisórias também é pago. Então, paga-se lucro cessante, pagam-se custos adicionais que ele teve com relação a encerramento da operação e abertura de uma nova operação, paga-se custo de verbas rescisórias e ajuda e apoia a alocação desse novo empresário numa outra região.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Marcelo, você falou aqui que busca o maior faturamento dos últimos meses. A qual tempo retroage isso: do último ano, dos últimos três, quatro, cinco anos?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Ele retroage à data anterior ao fenômeno em 2017. Ele retroage a esse período e se faz, então, o cálculo do maior faturamento. Se a pessoa, por acaso, não tiver toda a documentação, se faz um estudo técnico para ajudar essa pessoa, caso ela não tenha o dado em mãos. Com base nisso, então, é feita a proposta de pagamento de lucro cessante, mas sempre olhando o momento de maior faturamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas quando a gente olha 2017... Em 2019, as empresas estavam em plena atividade, inclusive, não se tinha solicitado nem determinado que fossem retiradas as pessoas das suas residências. Então, durante esse período de 2017 a 2019, não há uma análise pela empresa de se o lucro foi maior do que o de 2017?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Caso haja alguma necessidade de se voltar a um período adicional, volta-se a esse período adicional. Se for necessário voltar ao ano de 2016 como momento de maior faturamento, volta-se a esse ano também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Quanto a um outro fato que aqui foi bastante mencionado, eu acho que um dos assuntos que mais foram repetidos aqui são as preocupações das pessoas que não estão dentro dessa área de abrangência de que nós falamos aqui, mas que são afetadas também. Por saber que essas pessoas têm como pleitear isso judicialmente, há algum trabalho interno da Braskem para antecipar os fatos e fazer isso da mesma forma como foi feita com as pessoas que já foram diretamente afetadas, buscar um acordo? Ou não abre nem para diálogo com essas pessoas que não estão dentro das faixas determinadas?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Bom, Senador, o programa de realocação e compensação financeira hoje é voltado para as pessoas que estão mapeadas dentro da área da Defesa Civil, mas não para por aí, porque nós temos aquelas ações que são voltadas para todo diagnóstico sociourbanístico que abrange inclusive as áreas fora dessa área de limitação e com todas as medidas previstas ao futuro para realmente reparar as questões sociourbanísticas e de mobilidade. Nós temos que respeitar o acordo, o acordo existente. As pessoas que estão participando do acordo têm toda a dedicação da Braskem em dar celeridade ao processo. As pessoas que estão fora da área têm as medidas sociourbanísticas que estão em discussão com as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo. Você acompanhou aqui vários relatos e eu queria aqui saber se hoje ainda há pagamento de aluguel pela Braskem para os moradores e se você tem também a quantidade de pessoas que recebem aluguel.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Sim. O aluguel é pago para as pessoas até o momento em que ela identifica um novo imóvel e muda para essa nova residência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Você tem a quantidade de pessoas que hoje recebem o aluguel? E ele continua ainda no valor de R$1 mil?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – O aluguel continua no valor de R$1 mil. Lembro que, quando a pessoa aceita a proposta, ela ganha um auxílio de mudança de R$5 mil e tem o pagamento do aluguel de R$1 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro caso: se o aluguel em que ele está alocando a sua residência é igual ou similar à residência em que ele morava, em alguns casos, paga-se um valor acima disso como reembolso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

A gente chegou a dialogar – quando eu falo a gente é em termos institucionais –, buscar a Braskem em várias outras oportunidades com o intuito de fazer com que o que prevalece no mercado imobiliário também acontecesse nesse tipo de relação, em que normalmente é pago 0,5% do valor do imóvel. O valor do aluguel normalmente gira em torno de 0,5% do valor do imóvel e, no entanto, R$1 mil não seriam esse 0,5% em muitas outras situações.

Então, a Braskem chegou a internalizar esse assunto, tem posição formada? Porque as pessoas que têm realmente um imóvel que vale muito mais do que R$1 mil de aluguel... Porque R$1 mil em Maceió, na capital, buscar um imóvel com as características que ele tinha num bairro nobre, num bairro bem localizado, além da dificuldade, porque não há oferta, o preço é muito maior. Então, houve esse tipo de discussão interna dentro da Braskem?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – O processo garante claramente, Senador, que caso a pessoa tenha uma despesa de aluguel maior do que R$1 mil com um imóvel semelhante ao que antes ele morava, a Braskem reembolsa. Então, isso já é considerado dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Vou fazer outra pergunta aqui.

Em relação aos moradores, voltando ainda na relação da negociação em si, do acordo feito. Internamente, na Braskem, existe algum piso mínimo estipulado como sendo um dano moral por casa?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – O programa de compensação prevê um dano moral, um valor, para várias pessoas, único, de acordo com o programa feito internamente. Então, o programa de compensação considera um valor único a ser pago.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas além do imóvel em si é calculada a quantidade de pessoas dentro da casa?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Não, ele considera grupo familiar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltando àquela primeira pergunta, quando se tem num mesmo prédio, num mesmo andar, um apartamento com cinco pessoas – pai, mãe e três filhos – e um outro com alguém solteiro, necessariamente essa pessoa, se o imóvel tem a mesma condição de benfeitorias, a que tem cinco pessoas, ela recebe mais do que o que tem uma pessoa?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Imóveis com a mesma condição recebem o mesmo valor existente e o pagamento é feito por grupo familiar, ou seja, imóveis que têm a mesma característica, a mesma metragem, as mesmas benfeitorias, recebem o mesmo valor inclusive de dano moral.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Marcelo, as informações foram prestadas aqui.

Nós iremos ter outros momentos, não sei se tão extensos quanto esses, mas iremos fatiar um pouco os desdobramentos das informações que foram passadas, que foram colhidas.

A audiência pública aqui não era uma audiência conciliatória, não era uma audiência de negociação, mas, sim, uma audiência para colher informações do que acontece hoje na vida do maceioense, no tratamento dado pelas instituições e pela empresa Braskem.

Então, muitas informações foram prestadas aqui, várias pessoas se posicionaram, muitas perguntas chegaram. Aqui eu não estou sozinho, nós temos aqui uma assessoria que está acompanhando todos esses passos para que a gente possa também colaborar em buscar, não digo uma tranquilidade, mas um conforto para as pessoas que saíram das suas residências, que estão nas suas residências ou que estão próximas aos locais que foram afetados.

Então, a Braskem será, sim, acionada outras vezes. Inclusive, nós iremos abrir aqui canais para ouvir ainda mais a população que não compareceu aqui, para também acompanhar os trâmites de quem não concordou com os acordos firmados pela Braskem, buscando que a Justiça não seja a única solução.

Então, eu vejo também no Ministério Público um local propício, junto com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, cujo trabalho eu acompanho de perto, e a Defensoria Pública Federal, que se manifestou aqui também. Todos querem o mesmo objetivo. Então, se a gente pensar dessa forma, a Braskem tem condições de atender o que for legítimo, sem dúvida nenhuma. É uma empresa sólida, que cresce a cada dia e que, com certeza, também buscará alternativas que não sejam arrastar pelo Judiciário, porque o dano também poder ser muito maior.

Então, iremos internalizar essas conversas para depois novamente buscar outro tipo de reunião, não nesse formato mais extenso, mas em formatos menores, divididos por temas, e com a participação efetiva daqueles com quem iremos reativar o contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, fizemos aqui uma audiência pública durante quatro horas e meia, com muitas informações, colhendo informações para que se tenham legítimos argumentos sobre esses assuntos.

Coloco, mais uma vez, não só o nosso gabinete, mas também o nosso mandato e esta Comissão aqui, que é a Comissão de Fiscalização e Transparência do Senado Federal, como sendo um braço de atuação, uma ferramenta de trabalho para aqueles que vão buscar os seus direitos e, principalmente, para que a nossa cidade de Maceió não fique com um buraco no seu coração. Não é isso que a gente quer. A gente quer ter segurança, saber – e eu vou até fazer esta outra pergunta aqui ao Marcelo, para encerrar –, pelas informações que tem, Marcelo, se você acha que é possível... Com esse preenchimento dos poços, pelas informações que você tem, acha que é possível normalizar essa subsidência e ser um local seguro para ou moradores, ou para transporte, mobilidade, ou para um parque? O que se imagina dentro da Braskem, do que será essa área? Tendo em vista que a Braskem hoje deve ser uma das maiores proprietárias de imóveis do Estado de Alagoas, é dona de boa parte da capital, tem imóveis que vão ficar sob sua guarda, ou seja, uma área urbana que estará a cargo da Braskem.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Bom, Senador, primeiramente, é garantido no acordo, não poderíamos ter edificações nessa região. A nossa intenção, que vai ser ainda de escuta e diálogo com as autoridades, é discutir o futuro da região, considerando inclusive a questão de vegetação rasteira e de devolver essa área importante para Maceió. Mas não poderá ser, de alguma forma, construída qualquer edificação neste momento. Todo o nosso trabalho técnico está sendo feito para estabilizar as cavidades existentes e estabilizar a movimentação do solo.

Portanto, nós temos um prazo ainda a percorrer, temos que continuar fazendo um diagnóstico socioambiental, temos que continuar fazendo todo o trabalho de estabilização, para que, no futuro, dialogando com a comunidade, dialogando com as autoridades, possa ver qual o destino a ser dado ao futuro dessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas, Marcelo, eu repito a pergunta: com essas informações – com certeza, você está trabalhando com o que há de mais moderno em termos de tecnologia, em termos de avanços de equipamentos – é possível imaginar que poderemos ter uma estabilidade do solo, ou realmente é algo que não é possível ser analisado agora? (*Pausa.*)

O áudio, por favor, Marcelo. (*Pausa.*)

O áudio está fechado, Marcelo.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – É, não conseguia abrir daqui. Desculpe, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando, Senador, para que realmente isso venha a acontecer no futuro; toda a nossa intenção é essa. Os estudos atuais já demonstram uma redução da subsidência, e a nossa expectativa é de que no futuro essa área realmente retorne para Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

Quando você fala futuro, você consegue visualizar um prazo, cinco anos, dez anos?

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Nesse momento, não, porque é um fenômeno geológico, é complexo. A gente tem que ver todas as técnicas aplicadas, quando vão surgir todos os efeitos. Já começaram a aparecer os efeitos, e eu não poderia afirmar, nesse momento, em qual período isso poderia acontecer, a estabilização plena.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Certo.

Uma outra pergunta, para finalizar: existe algum plano de expansão da Braskem de fazer exploração de solo, seja de sal-gema ou algum outro mineral, no Estado de Alagoas? (*Pausa.*)

Está sem áudio, Marcelo. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Nós estamos nesse momento operando a planta da Braskem em Alagoas com sal importado do Chile. Poderemos vir a ter algum estudo de exploração em alguma outra região, mas a nossa intenção nesse momento é manter a nossa importação de sal vinda do Chile.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, não há nenhum plano de expansão, no Estado de Alagoas, para alguma outra cidade ou na própria capital de Maceió em termos de...

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Na capital de Maceió...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... exploração mineral; não de negociação comercial.

O SR. MARCELO ARANTES DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Não, na capital de Maceió, não há interesse nesse sentido. Foi solicitado até um estudo de alguns locais prováveis no Estado de Alagoas, fora de regiões urbanas, mas é um estudo; não se começou a fazer qualquer tipo de trabalho nesse sentido. E nós vamos manter, por enquanto, o mesmo caminho que nós destinamos, que é trazer o sal importado do Chile. Nós investimos nesse processo nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Quero agradecer a todos os participantes e declaro encerrado este momento desta audiência pública, da qual teremos também um apanhado de informações e uma ata para ser depois disponibilizada para os senhores.

Muito obrigado e boa tarde!

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Marcos do Val, Irajá e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que “estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados”." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5325, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CTFC. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta da presente reunião uma listagem de documentos recebidos na CTFC, que considerarei lidos. Esses documentos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Recebidos, com o *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo de 15 dias, os referidos documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Nós estamos sem nenhum dos autores dos requerimentos presentes, que é um requisito necessário para que sejam votados os requerimentos nesta Comissão. Também estamos sem nenhum dos Relatores de projetos não terminativos presentes e também sem quórum para projetos terminativos.

Devido a esse fato, quero agradecer aqui a presença do Senador Styvenson e do Senador Zequinha Marinho, que estão aqui presentes. O Senador Zequinha Marinho, inclusive, é o autor da matéria constante do item 5 da pauta, mas nós estamos sem o Relator aqui presente. E não tem como...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu poderia ser o Relator *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – De minha parte, não haveria problema, desde que houvesse a concordância do Relator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É verdade! É verdade! Desculpa!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sem a concordância do Relator, eu não tenho como concordar.

Eu faço um apelo aos demais Senadores e peço à Secretaria da Comissão que solicite a presença dos Senadores na próxima reunião, já que esta é uma Comissão importante do Senado Federal – e não pode ser tão difícil assim votar projetos terminativos nesta Comissão –, e que também os autores dos requerimentos deem presença aqui, para poderem ser lidos os requerimentos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, só um minutinho! O Senador Jorginho parece que vai autorizar a relatoria *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Se houver a concordância do Senador Jorginho, de minha parte está o.k, porque ele é o Relator da proposição. (*Pausa.*)

Então, vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5.325, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: pela aprovação com uma emenda.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 9/11/2021, 16/11/2021 e 23/11/2021.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

É um excelente projeto do Senador Zequinha Marinho, que tem a relatoria do Senador Jorginho Mello.

Eu designo como Relator *ad hoc,* com a anuência do Relator original, o Senador Styvenson Valentim.

Com a palavra o Relator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não ia fazer isso com o autor do relatório, que veio até a Comissão na expectativa de essa relatoria ser lida. Então, eu me voluntariei para ser o Relator. Peço a permissão dele, já que ele está aqui: posso já passar para a análise, ou a gente pode discutir com propriedade, já que o senhor está aqui, logo após a leitura? Posso, Sr. autor, já passar para a análise?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A permissão está concedida, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Análise.

Cabe à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 102-A do RISF, dentre outras atribuições, opinar sobre matérias pertinentes à prestação eficaz, efetiva e eficiente dos serviços públicos (alínea "c" do inciso II).

Conforme explicitado em sua justificação, nos termos da síntese apresentada no relatório, o PL 5.325, de 2019, versa sobre a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, almejando torná-lo mais eficiente. Assim, resta claro a aderência do objeto da proposição à competência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor acima mencionada.

No que se refere à constitucionalidade, cabe mencionar que a Constituição Federal prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea "b", que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Já em seu art. 48, a Constituição estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, o PL 5.325, de 2019, não trata de matérias de competência exclusiva do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicitadas no art. 61 da Constituição. Dessa forma, o tema tratado pelo PL 5.325, de 2019, orbita no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Também não há óbice em relação à juridicidade e à técnica legislativa. Importante mencionar, ainda, que a proposição não promove aumento de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União e atende aos preceitos das normas orçamentárias vigentes.

No mérito, é indiscutível a necessidade da aprovação do PL 5.325, de 2019, conforme o Senador Zequinha Marinho aponta, com profundidade, na justificação da proposição.

No setor elétrico, há dois tipos de perdas: as técnicas e as não técnicas. As perdas técnicas são inerentes à transmissão e à distribuição de energia elétrica; envolvem questões físicas, relacionadas à transformação da energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores, etc. Já as perdas não técnicas, diretamente associadas à gestão comercial da distribuidora, abrangem todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc.

Conforme apontado pela justificação do PL 5.325, de 2019, as perdas técnicas e não técnicas representaram, em 2019, 10% do valor das tarifas das distribuidoras de energia elétrica, excluindo os tributos. No Estado do Pará, essa parcela atingiu 16,7% e, no Estado do Amazonas, 28,2%.

O fato de as perdas, principalmente aquelas ditas não técnicas, pesarem na composição das tarifas de energia elétrica exige uma atuação do Parlamento no sentido de incentivar as distribuidoras a se esforçarem para reduzi-las. São essas empresas que podem averiguar se há erros de medição, se há furto de energia e se há consumidores sem equipamento de medição. Nesse contexto, é inquestionável a necessidade de as distribuidoras de energia elétrica se esforçarem para reduzir perdas de energia elétrica, principalmente aquelas associadas a ilícitos. Trata-se de iniciativa que beneficia a todos os brasileiros. É interessante que, depois, se a gente puder comentar, beneficia principalmente os lícitos, os que não furtam energia, que não a desviam, que não têm essas perdas.

Nesse contexto, fica claro o mérito do PL 5.325, de 2019. Identificamos, todavia, a oportunidade de aperfeiçoá-lo. Devemos reconhecer que o combate às perdas não técnicas é complexo e que é praticamente impossível reduzi-las a zero. O custo para alcançar esse objetivo seria proibitivo e acabaria onerando as tarifas dos consumidores de energia elétrica. Diante disso, o que as boas práticas regulatórias indicam é o estabelecimento pelo órgão regulador de um limite para as perdas, a partir do qual a prestadora do serviço arca com os prejuízos.

O limite regulatório mencionado no parágrafo anterior tem como desafio o de equilibrar o necessário incentivo ao combate às perdas e o custo associado. Para tanto, um arranjo possível é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulador realizar comparações entre empresas e, a partir disso, definir (a) um nível de perdas técnicas e não técnicas que podem ser incorporadas às tarifas e (b) uma trajetória de redução que as empresas devem perseguir. Dessa forma, uma empresa incorre em prejuízo se tem mais perdas do que o permitido pela Aneel. Caso tenha menos perdas, aumenta seu lucro. A perspectiva de ter mais ganhos e evitar prejuízos motiva as empresas a buscarem formas de combater essas perdas.

Considerando o exposto, propomos emenda que institui o mecanismo abordado no parágrafo anterior em lugar de vedar qualquer repasse de perdas não técnicas para as tarifas de energia elétrica. A emenda em questão altera o §8° a ser inserido no art. 3º da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1995, e suprime o §9°, que também seria inserido nesse artigo.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 5.325, de 2019, pela sua adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do mesmo projeto, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CTFC
> (ao PL nº 5.325, de 2019)
> Suprima-se o §9° e dê-se a seguinte redação ao §8° do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.325, de 2019:
> "Art. 1º.....
> 'Art. 3º.....
> .....
> .....
> §8° No exercício da competência de que trata o inciso V do art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, prevista no *caput* deste artigo, a ANEEL não poderá incluir nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a cobertura das perdas não técnicas de energia elétrica que excederem os níveis regulatórios estabelecidos.' (NR)"

O voto é esse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Vou passar a palavra ao autor do projeto, para discutir, Senador Zequinha Marinho.

Antes, quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho pela autoria do projeto. É um projeto importante para os consumidores brasileiros. E esta Comissão, como uma Comissão de defesa do consumidor, tem que procurar o que é justo. E não é justa a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizá-lo pelo projeto, que é um projeto meritório.

Passo a palavra a V. Exa. para a discussão do projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Uma das principais causas das elevadas tarifas de energia elétrica, principalmente na nossa Região Norte, é a chamada perda não técnica, a saber, todas as perdas associadas à distribuição de energia elétrica que não são decorrentes de questões físicas, tais como furto de energia, erro de medição, erros do processo de faturamento etc.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em audiência pública realizada no dia 28 de agosto de 2019 na Comissão Senado do Futuro, as perdas não técnicas representam 10,7% das receitas das distribuidoras da Região Norte em frente da média brasileira, que é de 2,9%. Em virtude disso, arrecadou-se aí R$1,6 bilhão.

Ainda segundo a Aneel em seu sítio eletrônico, as perdas técnicas e não técnicas representam 10% das tarifas sem tributos das distribuidoras de energia elétrica. No Estado do Pará, essa parcela atingiu 16,7% das tarifas sem tributos; já no Estado do Amazonas, como disse o nosso Relator *ad hoc*, foi de 28,2%.

As perdas não técnicas são diretamente associadas à gestão comercial das distribuidoras de energia elétrica. Apesar disso, a Aneel, na definição de tarifas praticadas por essas empresas, permite que uma parcela das perdas não técnicas seja paga pelos consumidores, ou seja, os consumidores brasileiros pagam por uma parte da energia roubada. Trata-se de um absurdo que precisa ser corrigido.

No meu Estado do Pará, um dos problemaços da população, que, se Deus quiser, começa a ser resolvido... Uma parte deles será resolvida agora em janeiro, com a inclusão automática de todo mundo de renda baixa que está no CadÚnico das prefeituras e que terá tarifa social. A tarifa social dá de 10% a 65% de desconto. Hoje à tarde, daqui a pouco, às 17 horas, na Aneel, o Presidente da República estará lá, juntamente com o Presidente Pepitone e todos nós. Eu, que fui o Relator do projeto, e André Ferreira, Deputado Federal do nosso partido na Câmara que foi o autor, estaremos ali, para que o Governo possa lançar oficialmente essa nova legislação, que começa a valer a partir de 11 de janeiro de 2022 e que já é, para os que estão na pobreza, para a população carente, um avanço significativo.

Agora, Presidente, eu não consigo entender por que ainda, em pleno século XXI, o consumidor, que ganha suado o pão de cada dia, tem que dar lucro para grandes empresas concessionárias de energia elétrica, pagando por perdas não técnicas, quer dizer, gatos – são gatos, um erro aqui, um erro acolá. Até eu dou conta de gerenciar uma grande empresa dessas, sabendo que, se eu errar ou se a minha gestão não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for eficiente, alguém pagará a despesa. Para onde nós vamos se continuarmos trilhando um caminho desses? Não é possível, não é decente! Eu considero algo imoral!

É claro que o projeto de lei foi emendado para poder ter o apoio do Governo, a fim de que a gente possa... Não seremos atendidos, neste primeiro momento, com aquilo que queremos, porque, senão, teríamos dificuldades, mas já é um começo, já é alguma coisa melhor do que o que estava, o *status quo*, que era cobrar tudo. Se há um erro aqui, se há furto de energia ali, se há um processo errado, se deu prejuízo, o consumidor paga. Onde é que já se viu isso? Onde é que já se viu isso?

Energia elétrica não é um bem supérfluo, é algo essencial. Quem é que consegue sobreviver hoje, Senador Valentim, sem energia elétrica? Nós dependemos dela para tudo! Se estamos nesta Casa, se estou falando neste som é porque tem energia; se essa energia acabar, a reunião também terá que ser encerrada.

Então, eu fico irritado com esse tipo de coisa porque sei quanto é que custa a energia Brasil afora, mas especialmente no meu Estado. Eu sei o sacrifício da sociedade paraense para pagar uma conta de energia elétrica, mas sei também da tranquilidade das nossas empresas a não se esforçarem, por exemplo, quando surge um bairro novo em uma cidade. As pessoas precisam de energia, e a rede não chega até aquelas pessoas, e elas são obrigadas a dar um jeito de puxar a energia, pelo menos precariamente, para poder iluminar, para poder ter o mínimo de condições de sobrevivência nas suas casas, nos seus barracões, que vão surgindo bairro afora. Mas aí a empresa precisa entrar em campo, e a prefeitura do Município precisa estar atenta, porque são partes do processo diretamente envolvidas a concessionária e a prefeitura. Agora, eu, consumidor, vivendo um momento de tanta dificuldade, de tanto desemprego, de tanta luta para botar na mesa o pão de cada dia para os filhos, ainda tenho que meter a mão no bolso e pagar, no custo da energia elétrica, a perda não técnica, por possíveis furtos ou erros de gestão praticados pelas concessionárias! Paciência, meu Presidente!

Eu quero me congratular com V. Exa. por ter pautado isso e facilitado a leitura neste momento, considerando que o nosso Relator titular, o Senador Jorginho Mello, não pôde comparecer para ler o relatório. Já é a terceira vez que ele tenta! Às vezes, o pessoal corre muito, mas não há quórum. E isso ainda não tinha sido possível.

Fico feliz porque, neste momento, a gente consegue dar um passo à frente. E, se Deus quiser, aprovando, nós vamos ao Plenário e vamos aliviar um pouco essa situação. Não é muita coisa, mas tudo o que a gente tirar do custo do quilowatt-hora na nossa continha de energia... E aqui não é no custo, é nas multas, naquele penduricalho de obrigações, que são enormes.

Não basta a gente considerar, Senador Valentim, a questão do ICMS dos Estados. Lá no meu Estado, cobram-se 25% sobre o valor total da fatura, e nesse valor total da fatura entra tudo: impostos, multas, taxas. O custo da energia real é de R$30; o custo da fatura aqui embaixo, com tudo, é de R$100. Eu cobro ICMS de 25% em cima desses R$100, jogo lá, e o consumidor é obrigado a pagar. Eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

festejar porque, na semana passada, o Supremo Tribunal Federal suspendeu essa maneira desonesta de se cobrar ICMS sobre energia elétrica, não só sobre energia elétrica, mas também sobre a conta da telefonia. O percentual do Estado, que já é alto, não é cobrado sobre o valor do consumo, mas, sim, sobre o total da conta. E aí esses 25% viram 37% e qualquer coisa. Quem é que aguenta? Quem é que aguenta isso? Estou falando do Estado do Pará, cada Estado tem uma tarifa, mas, na maioria, praticam exatamente o que se pratica no Estado do Pará.

Então, nós temos a obrigação, nesta Casa, de caçar meios para tentar enxugar ao máximo o custo dessa energia elétrica. Hoje a gente avança na Aneel com a questão da tarifa social.

Temos também uma devolução de R$50,1 bilhões. Fui Relator, aqui nesta Casa, para devolver em forma de desconto por cobrança indevida do PIS/Cofins do Governo Federal, que, em vez de cobrar sobre o valor do consumo, também cobrava sobre o total da fatura. E eu espero que as ações judiciais que tramitam hoje no Supremo Tribunal Federal também mandem os Estados devolverem porque não dá para se cobrar da forma como se tem cobrado. Você tem que cobrar imposto é sobre o produto entregue, é sobre a mercadoria entregue, é sobre o serviço entregue, e não sobre um total de custos que se somam àquela fatura.

Portanto, fico feliz pela oportunidade de ver, neste momento, a gente avançar aqui, agradecendo a V. Exa. por ter pautado e por comungar conosco deste mesmo sentimento, deste mesmo pensamento de que esta Comissão tem o dever também de atuar nesse aspecto para dar ao consumidor brasileiro no mínimo um preço justo sobre aquilo que consome em termos de energia elétrica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Parabéns, Senador Zequinha Marinho. O projeto é extremamente meritório.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação...

O Senador Styvenson gostaria de discutir?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Eu queria primeiro dizer da dupla honra que eu tive de substituir o Jorginho e de relatar um projeto do Zequinha de importância como essa.

Acho que ficou muito claro para quem está ouvindo e para quem está assistindo a esta reunião: que eu acho que cobrar o certo, fazer a coisa certa, por mais que muita gente pratique a esperteza neste País, não só o gato de eletricidade, mas o de água, o de TV a cabo, de tudo o que for possível ser desviado, mas há pessoas, Senador Zequinha, que têm uma situação – como o senhor disse, é tão importante a energia elétrica para a gente, para a nossa sobre sobrevivência –, que às vezes se submete a isso. E é para isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem justamente o projeto de enquadrar essas pessoas de baixa renda nessa fomentação de dar dinheiro, de fornecer, através do dinheiro público, esses 65% de energia elétrica para ver se se reduz essa quantidade.

O projeto tem essa... O cerne dele justamente coloca sob a responsabilidade das empresas que prestam esse serviço e que já cobram caro não só por essas perdas, como já foi citado, mas pela ineficiência da cobrança de uma taxa altíssima de iluminação pública, que muitas vezes não é totalmente atendida. Muita gente paga todo mês, lá na conta de luz – e não consegue enxergar porque fica lá embaixo os gráficos –, a taxa de iluminação pública, que é variável de residência para empresas. Ela tem suas variações conforme os seus Estados, mas nem todo mundo tem essa disposição e essa disponibilidade de energia em todos os lugares públicos. Mas, assim, uma cobrança devido à quantidade de quilowatts consumidos, ter essa cobrança também e não ter o serviço e, além de não ter o serviço ou quando tem, ser um serviço dispendioso. Hoje havendo energia, lâmpada com LED, tudo isso, ainda ter desperdício de vários ou de muito consumo, tudo isso vai acarretar o bolso do cidadão brasileiro, que já sofre com a estiagem, com a produção de energia.

E existe uma grande dificuldade, Senador Zequinha, Senador Reguffe, de quem quer investir em energia limpa, solar, ainda é muito burocrático, ainda é caro o tipo de financiamento disso aí também. Talvez diminuiria tudo isso.

Então, o projeto vem justamente para tornar justo e colocar no lugar pontual da empresa, que deve fazer essa fiscalização e não repassar a cobrança de uma perda que caberia a ela fiscalizar. Caberia a ela, sim, fiscalizar não só os desvios, como já foi dito... Quando um veículo, Senador Zequinha – não sei se o senhor tem esse conhecimento, Senador Reguffe –, bate, colide num poste e aquele poste cai, quem é que paga aquele poste? Quem é que conserta aquela fiação? Quem é que paga aquela equipe que vai lá fazer toda a manutenção? É a empresa? Acho que a empresa não quer prejuízo, não é, Senador? A empresa vai repassar isso para o cidadão. Mas o cidadão não derrubou o poste, gente! Não foi o cidadão que pegou o carro e derrubou um poste, que não sei nem quanto custa. Vamos lá que o mínimo que seja um poste, aquele de concreto, seja uns R$15 mil, mas vai ser repassado para toda a população, que já paga por tudo isso.

Então, é para parabenizar o autor do projeto, que tive a honra de relatar *ad hoc*, tive a sorte também, e dizer que projetos como esse para esta Comissão, aí, sim, fazem jus ao consumidor pagar o que ele realmente está usando, o que ele deve, e não pagar por ineficiência ou por desonestidade de algumas pessoas, mesmo aquelas que precisam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho. É um projeto meritório e importante para o consumidor brasileiro.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes, convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 07 de dezembro, às 14h30, aqui mesmo, neste Plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Styvenson Valentim e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo ao requerimento REQ 11/2021 - CTFC, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Regional a fim de prestar informações sobre matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, datada de 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela que o Ministro Rogério Marinho direcionou R$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de um terreno de sua propriedade no município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. **Participante:** Rogério Simonetti Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/07

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2021, da CTFC, de autoria do Senador Styvenson Valentim.

Convido o Ministro para tomar assento à Mesa.

O Ministro já está aqui, de prontidão aqui, do meu lado.

O Ministro terá, inicialmente, 15 minutos para fazer sua exposição, a qual se seguirá a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 398, inciso X do Regimento Interno.

Antes de passar a palavra ao Ministro, eu quero dizer aos membros desta Comissão que nós pretendemos ao final deste ano, ter zerado a pauta desta Comissão, votado todos os projetos que estejam nesta Comissão. Portanto, se algum relator indicado por esta Presidência tiver o pleito de ainda votar um projeto de sua relatoria, pode encaminhá-lo para esta Presidência, para a secretaria da Comissão até a próxima quinta-feira, para que nós possamos incluí-lo na pauta da semana que vem, para que todos os projetos, sem exceção, sejam votados – claro que com a anuência e com o pedido dos relatores – para que a gente possa limpar a pauta.

Concedo, portanto, a palavra ao Exmo. Ministro Rogério Marinho.

V. Exa. tem 15 minutos; se precisar de mais cinco minutos, eu concederei. Com a palavra o Ministro Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Reguffe, Sr. Presidente da Comissão.

Senador Girão, Senador Styvenson, aqueles que estiverem nos acompanhando remotamente e os assistentes aqui presentes, hoje está havendo uma sessão congressual e pode ser que sejamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrompidos. Então, até por economia processual e para irmos direto ao ponto, eu vou declinar da minha fala inicial e, sem prejuízo que a gente possa em seguida se pronunciar, solicitar a V. Exa. que permita que os solicitantes façam os seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Ministro.

Eu passo, então, a palavra ao autor do requerimento, Senador Styvenson Valentim, para fazer os seus questionamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Mas eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E, após o Senador Styvenson, passarei a palavra ao Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senadores e todos que assistem esta reunião, Ministro Rogério Marinho, meu conterrâneo, grato por atender o convite de vir aqui esclarecer nesta Comissão, que tem a importância de dar transparência, que é o ponto fundamental dela.

Antes de iniciar, já por economia, Sr. Presidente, Senador Reguffe, como eu tenho algumas dúvidas e algumas perguntas a serem formuladas ao Ministro Rogério Marinho, se a gente puder adequar a dinâmica de perguntas e respostas de forma a ser mais esclarecedor e ganhar tempo, uma vez que o Ministro está com essa pendência – ou nós estamos com essa pendência – com o Congresso nessas votações, para que seja, possivelmente, mais esclarecedor.

Para todos que estão nos assistindo, o objetivo do convite da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor é obter informações de matérias vinculadas na imprensa, principalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, datada do dia 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela – aí é a imprensa que diz – que V. Exa. direcionou a quantia de 1,4 milhão, alocado pelo Ministério do Turismo, para obter obras de um mirante turístico, que será construído a cerca de 300m de um terreno de propriedade do Ministro, no Município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. Esses recursos vieram de uma emenda, que ficou conhecida, momentaneamente, como emenda secreta do Relator-Geral do Orçamento, e essa discussão, quando foi datado o convite para o Sr. Ministro, não tinha ganhado, não tinha atingido uma proporção que atingiu até este momento.

E eu me lembro – aí já vou iniciando as perguntas para ganhar tempo – que, quando o Exmo. Ministro compareceu à Câmara dos Deputados, no dia 08/06/2021, na audiência conjunta das Comissões de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que a distribuição orçamentária de RP 9 é discricionária do Relator-Geral, sendo de incumbência exclusiva do Parlamento e que o Ministério seria apenas o responsável pela sua execução.

A primeira pergunta, Ministro Rogério Marinho, é se o senhor ainda confirma essa fala na ida, no dia 08/06/2021, à Câmara. Só um "sim" ou "não"? O senhor confirma essa fala?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (Para expor.) – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sim? Perfeito.

Continuando na pergunta, existe um ofício do MDR, Ofício nº 260/2021, de julho do mesmo ano, direcionado ao Deputado Domingos Neto, Relator-Geral do Orçamento do exercício de 2020, solicitando a ratificação das indicações dos beneficiários do RP 9 do exercício orçamentário de 2020 e mencionando que tais indicações são realizadas de forma consensual entre o Executivo e o Legislativo. Portanto, esse documento supõe que V. Exa. tem, sim, influência nas indicações de beneficiários do RP 9, ou que, pelo menos, participou de acordos institucionais. Diante disso, pergunta-se: quais foram os critérios para escolhas dos beneficiários dentro desse orçamento RP 9?

Mas, só para deixar mais seguro, eu vou entregar ao Presidente – entrega aqui, por favor, ao Presidente Reguffe – os ofícios encaminhados pelo MDR e a resposta do Relator.

Mostre para o Ministro, se ele quiser ver.

Seria a primeira pergunta: quais são os critérios dessa distribuição, uma vez que, na Câmara, o senhor disse que seria, exclusivamente, do Parlamento?

O senhor quer ler, Sr. Presidente, o ofício do MDR e, depois, o ofício do Relator? Ou não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Exa. pode continuar com os questionamentos. Eu vou ver, aqui, os documentos que V. Exa. mandou à Presidência. V. Exa. pode continuar com os questionamentos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, a primeira pergunta – logo em seguida, farei as outras – seria, voltando, na data citada de 08/06/2021, numa audiência conjunta, o Sr. Ministro disse que é discricionário do Relator, no entanto, há um ofício do MDR, como está nas suas mãos, pedindo a ratificação das indicações dos beneficiários. A conclusão é: teve participação ou não nessa distribuição? Existe ou não, dentro desse ofício que foi dado, essa ratificação, quer dizer, essa confirmação dos Parlamentares à qual faz indicação? Por fim: Quais são os critérios das escolhas dos beneficiários?

É a primeira pergunta, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Ministro pode responder.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bom, vamos lá.

A primeira pergunta é se eu confirmo o que disse no dia 8 de junho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Isso, na audiência...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Isso. Confirmo e reafirmo, Senador. Confirmo e reafirmo.

V. Exa., como Senador da República, estava presente pessoalmente ou colocou lá sua presença por ocasião da votação do Orçamento de 2020, né? E houve a votação.

Em 21, novamente. Em 20, novamente, para 21. Então, o Orçamento que foi votado por V. Exas. aqui está sendo aplicado de acordo com a lei que foi definida dentro do Congresso Nacional.

No Orçamento houve uma inovação: o RP 9. E o RP 9, Resultado Primário nº 9, define que a discricionariedade da indicação é do Relator do Orçamento daquele ano. O ofício a que V. Exa. se refere... Aliás, hoje, a exemplo do que ocorreu na Câmara Federal, eu recebi um pedido, às 11h, do *Estadão* – e V. Exa., certamente, conversou com eles antes de vir falar comigo aqui – me perguntando se esse ofício desmontava a tese que nós estávamos falando de que a discricionariedade é do Relator. Não desmonta, mas ratifica. O termo "ratificar" significa exatamente isso, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Confirma.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Confirmar.

Então, ratifica as indicações feitas pelo Relator e descreve quais são elas, uma a uma. Existe, ligado a esse ofício do Orçamento, que o senhor talvez não tenha, mas eu posso lhe ceder, a relação de todas as emendas. V. Exa. está só com o corpo do ofício. Então, está, uma a uma, definindo onde é, qual Município e qual a programação orçamentária. Os critérios foram definidos pelos manuais que foram publicados e estão no manual da transparência, estão em todos os nossos *sites*, de cada secretaria finalística do nosso Ministério. Então, na Secretaria de Mobilidade Urbana existe o critério para aplicação dos recursos, critérios sociais, critérios econômicos, critérios ligados à necessidade de enfrentamento a desigualdades regionais. São critérios públicos que foram publicados antes, inclusive, da aplicação orçamentária. Esses são os critérios, são os manuais que foram postados, e a nossa posição é de, recebendo a indicação do Relator, observar se ele se ajusta a esses critérios, se há cobertura orçamentária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se há conforto jurídico, aí, sim, nós fazemos o apontamento para fazer o empenho e a respectiva aplicação subsequente. É dessa forma que as coisas funcionam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Sr. Presidente, na mesma pergunta, já que o senhor confirma, então, no ofício de resposta do Relator, naquela ocasião, Domingos Neto, ele... Como está nas mãos do Sr. Presidente, se puder me devolver para eu ler... Ele fala que pelo menos R$2 bilhões foram de indicação...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Mais, R$2.000.567.000,00.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Isso, sim, não foi apenas do Parlamento, e, sim, do Ministério também, a indicação.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Esses recursos foram aplicados em obras estruturantes. Não, não foi do Parlamento. Desculpe-me, não foi do Ministério.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não foi?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não foi do Ministério.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, houve...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu vou lhe explicar como aconteceu, Senador, se V. Exa. me permitir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Por ocasião da elaboração do orçamento de 2019/2020, 13 ministérios tiveram seus recursos de RP 2 transferidos para RP 9, por ação do Parlamento no orçamento de que V. Exa. participou. Então, nós tivemos a necessidade de aplicar os recursos, por exemplo, na questão do Rio São Francisco, por exemplo, na área de saneamento básico, por exemplo, na área de infraestrutura urbana. Eram recursos que estavam originariamente no RP 2, porque foram encaminhados pelo Executivo no RP 2, e, por ocasião da execução orçamentária, esses recursos foram retirados do RP 2 e colocados no RP 9.

Nós recebemos o orçamento assim, Senador. Nós tratamos de aplicá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está bom. Eu acredito que o ofício está incompleto mesmo, porque tem anexos nos ofícios, tanto do MDR como os anexos que o Relator faz.

O senhor aqui se comprometeu a complementá-lo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – São públicos, estão dentro do...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Junto desse ofício, dessa complementação, desses anexos, a gente tem acesso às indicações dos Parlamentares?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – As indicações são todas do Relator, como V. Exa. muito bem sabe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu posso então, se for enviado pelo senhor, e o senhor tem acesso a essas indicações de Relator, posso ter acesso a elas?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – O senhor tem acesso a todas as indicações, só que são todas elas indicadas pelo Relator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito. Eu não questionei se eram do senhor, a indicação é do Parlamentar.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Claro, claro, é do Parlamentar, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Se a gente teria acesso às indicações de cada Parlamentar?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, claro que não. Eu não tenho essa informação, Senador. Eu nunca recebi essa informação. V. Exa., quando votou o orçamento por duas vezes, V. Exa. e seus pares não mudaram o orçamento para que eu tivesse essa condição de acesso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, então...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pode ser que agora V. Exa. consiga, juntamente com seus pares, resolver esse problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu acho que não entendi perfeitamente, não, mas, mais à frente eu retorno a essa pergunta. O senhor disse que não tem acesso a quem indicou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, não tenho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Só tenho acesso ao relator.

Então, mediante isso, eu vou pular uma pergunta, partindo já para uma a que eu acho a que o senhor tem acesso. Vou pular a pergunta do mirante, ao qual foi destinado 1,4 milhão, alocado pelo Ministério do Turismo para a obra, como já foi dito, construída a 300m de um terreno de propriedade do senhor, que já foi bem declarada, a gente já fez bem um levantamento. Eu me lembro de que no primeiro ponto, durante essa audiência na Câmara, o senhor relutou, mas logo depois condicionou essa destinação de outro ministério a um Parlamentar do Rio Grande do Norte. Isso o senhor sabia, isso o senhor conhecia a indicação? E do Ministério do senhor o senhor não sabe não?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Essa me foi feita a mim, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Ah, feita para o senhor?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Pessoalmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, o Deputado fez o pedido do senhor e o senhor fez...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Como acontece normalmente desde sempre, Senador. Qualquer Deputado, qualquer Senador, qualquer Prefeito pode abordar o Ministro e fazer uma solicitação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu já abordei o senhor e o senhor não fez para mim...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, mas V. Exa. me abordou solicitando, fazer ou não fazer é outra questão. V. Exa. também já me solicitou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas solicitei.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Sim, claro. É lícito, normal e legítimo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito. Eu estou só questionando porque a grande celeuma dessas emendas de RP 9 é justamente essas indicações. E, mais na frente, eu vou fazer outras perguntas ao senhor porque o grande mérito de um Parlamentar, de um Senador, de um Deputado, é justamente levar essas emendas, recursos para os seus Estados, não há nenhum problema levar não. O problema aqui é que quem está levando não quer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mérito. Eu vou fazer umas perguntas ao senhor e, se não tiver o indicador, eu vou me apossar da indicação, vou fizer que fui eu que mandei.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Faça isso, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Por quê? Porque, se é a maior honra de um Parlamentar dizer que consegue emendas e ministérios, emendas essas de RP 9, e ele se esquiva de dizer que ele está enviando... Por exemplo, o caso do...

Também não estou entendendo, não. (*Risos.*)

Também não estou entendendo, não.

Já que eu estou fazendo essas perguntas, eu vou continuar insistindo nessa, para depois passar para as outras.

A matéria do jornal que o senhor citou, que entrou em contato comigo, entrou em contato com muitos Senadores, além de mencionar que a imprensa tem uma função imprescindível, muitas vezes tem acesso que a gente não consegue ter, e mencionar a construção do mirante, também destaca que V. Exa. marcou uma viagem para o Rio Grande do Norte, que é o nosso lugar eleitoral, tanto meu, como do senhor, para lançar a candidatura ao Senado e distribuir tratores, caminhões comprados com recursos, e mais à frente eu vou querer saber qual foi esse recurso.

O artigo menciona a doação de máquinas pesadas a 39 Municípios, na solenidade oficial. As Prefeituras beneficiadas com os equipamentos correspondem a quase um quarto da totalidade dos Municípios do nosso Estado. Como eu já disse, o local eleitoral nosso. A realização desses atos, na opinião, na minha, e aí eu quero saber do senhor, não demonstra abuso de poder político? O fato de o senhor ir pessoalmente fazer entrega desses tratores nos Municípios, que, na verdade, eu procurei no portal, procurei muito, pedi à minha assessoria para procurar a Plataforma Mais Brasil, e eu não achei, não vi referência. Quem conseguiu foi a imprensa.

Aí eu pergunto se são 39 Municípios mesmo, qual é esse tipo de recurso, se é o RP 9 ou qualquer outro recurso direto, por que é que a gente não consegue acessar na plataforma de transparência desses Municípios e se pessoalmente o senhor acha que caracteriza ou não esse abuso de poder econômico, a quebra da pessoalidade, já que pretende concorrer em um pleito ao Senado Federal. Essa autopromoção, às custas do Erário, o senhor acha ética? Porque, se achar, está tudo bem. E, na verdade, esses 39 Municípios, por que é que eu não localizo dentro do *site* de transparência? Eu só soube, a gente só sabe através da imprensa.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Posso responder, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Vamos lá.

Primeiro, eu sou Ministro do Brasil. Como Ministro do Brasil, sou Ministro do Desenvolvimento Regional. Uma das missões mais importantes do meu ministério é atacar desigualdades regionais. Eu vou lhe dar um dado para o senhor gravar: 28% da população brasileira está no Nordeste, 14% do PIB. É a região onde há a maior desigualdade regional. Então, se há um lugar para combater a desigualdade, é no Nordeste do Brasil, Senador.

A Codevasf entregou quase 14 mil máquinas nos Estados em que ela tem atuação. O Rio Grande do Norte recebeu pouco mais de 500. Se o senhor está achando que é muito, eu acho que não. Eu acho que o Rio Grande do Norte precisa ser ajudado, está certo? Então eu, enquanto for Ministro do Desenvolvimento Regional, vou atacar as desigualdades, inclusive no Rio Grande do Norte.

Quanto à questão que o senhor leu na imprensa, o lançamento aconteceu num domingo. E eu, como cidadão, apesar de o senhor não gostar, eu tenho o direito de ter meu domingo e posso exercer o meu direito de cidadão, no domingo. O evento ocorreu num dia de semana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não sei. Porque o que V. Exa. está fazendo é ilação. Imagino que V. Exa. está incomodado com isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Não, não. Não estou incomodado. Estou fazendo perguntas.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Ah, não está incomodado, não? Porque o senhor terminou a sua pergunta perguntando se era ético! Estou dizendo ao senhor que fiz uma atividade...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Mas é uma pergunta. Eu afirmei se era ética ou não?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, o senhor fez uma pergunta...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** E o senhor responde se é ou não.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Sim, claro que é. No meu domingo, eu faço o que achar conveniente fazer. Nos dias de semana, vou exercer a minha atividade como Ministro, nos finais de semana e fora do meu expediente, eu faço a minha atividade como cidadão. E tenho todo o direito, como cidadão, de, eventualmente, pleitear um mandato, como V. Ex. tem, como Senador, de querer ser candidato ao Governo do Estado. Pelo menos é o que está sendo veiculado na imprensa local. V. Exa. está se fiando na imprensa para falar a meu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a outra coisa, Senador, que V. Exa. me pergunta, parece-me que é em relação a onde estão esses dados. Vou pedir que a nossa assessoria lhe entregue todos esses dados a respeito não só das máquinas entregues no Rio Grande do Norte, como de todas as máquinas entregues pela Codevasf em todos os Estados do Brasil para V. Exa. cotejar e verificar se o Estado do Rio Grande do Norte está sendo privilegiado. Vou lhe entregar tudo. Estou dizendo a V. Exa. que a sua curiosidade vai ser satisfeita, não apenas em relação ao Rio Grande do Norte, mas a tudo, a todas as máquinas que foram entregues de 2019 até 2021, até agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Ministro, perdoe-me, mas estou sendo mal compreendido, mal compreendido com as perguntas que estou fazendo.

O senhor me disse que vai mandar pela sua equipe. Mas isso não deveria estar no Portal da Transparência?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Está no Portal da Transparência. V. Exa. não está conseguindo encontrar, estou dizendo que vou ajudá-lo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Vou demitir toda a minha assessoria, então.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Vou ajudá-lo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Porque um batalhão de gente não consegue achar uma informação simples.

Em relação a ser ético ou não, eu fiz uma pergunta sobre qual tipo de recurso que foi utilizado, porque não conta das planilhas, pelo menos até onde eu sei. Não tem dizendo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Os recursos são de uma empresa chamada Codevasf.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – O tipo de recurso que foi utilizado – eu vou perguntar a ela também – vai vir junto com a informação que o senhor vai receber.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Se é RP 2, RP 7, RP 6, RP 9, o que for para estar lá contido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Segundo o relatório de apuração da CGU, Relatório 968.685, expedido no dia 31/08/2021, relatório esse realizado a pedido do próprio MDR, através do Ofício 207/2021, em 11/05/2021, a Controladoria apresentou, entre outras, as seguintes conclusões: dos 104 itens e lotes da ata do Edital 22/2020, do MDR, houve alto risco de sobrepreço em 19 deles, cujo valor excedente perfazia, aproximadamente, 130 milhões, a ser repactuado.

Segundo, na análise da amostra de 188 convênios celebrados no âmbito da Ação Orçamentária 7K66, no exercício de 2020, constatou-se que em 115 convênios, 61% das amostras, havia risco alto ou extremo risco de sobrepreço, totalizando o valor de 12 milhões, a ser repactuado junto aos Municípios. Segundo a CGU, as possíveis causas dos sobrepreços foram:

a) uso quase exclusivo de pesquisa de preços pelos convenentes para definição do valor da referência dos equipamentos financiados com recursos da União, em desacordo com o que preconizam os arts. 1º e 5º da Instrução Normativa, do Ministério da Economia, nº 73/2020, arts. 1º e 5º da Instituição Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia;

b) em 60% dos convênios, foram verificadas inconsistências nas cotações apresentadas, tais como especificações mínimas divergentes entre o fornecedor e a aprovada no plano de trabalho, na ausência de três propostas e/ou informações mínimas, detalhes do objeto, data, local de entrega, assinatura etc.;

c) excesso de instrumentos firmados, notadamente ao final de cada ano, empenhados em dezembro, com o agravante de cada quantidade de informações técnicas e variabilidade de equipamentos financiados pelo MDR;

d) ausência de exigência do MDR junto aos convenentes para que sejam priorizadas as pesquisas do painel de preços gov.br/paineldepreços e consultas de aquisições/contratações similares de outros entes públicos, conforme preconizam os incisos I e II do §1º do art. 5º da mesma Instrução Normativa do Ministério da Economia 73/2020;

e) ausência de procedimento de controle de banco de dados otimizados e de referência do MDR para verificação de conformidade dos valores apresentados pelos convenentes na etapa de formalização do instrumento de repasse.

Ante o exposto, pergunta-se: por que o MDR não determinou aos convenentes que fossem seguidos preços, referências do próprio Ministério, dispostos na Cartilha de Emendas Parlamentares 20, de 2021, que seria um exemplo, na estipulação de preços e equipamentos, bem como não determinou aos Municípios a priorização da pesquisa do painel de preços do Governo conforme a orientação do Ministério da Economia 73/2020? Qual a justificativa para que, num curto período de tempo, fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conveniado um grande volume de equipamentos agrícolas de diversos tipos? Seria uma pergunta. Já que optou por realizar essa grande quantidade de aquisição, por que o MDR não refinou previamente seu procedimento de controle e de banco de dados para o acompanhamento efetivo da etapa de formalização dos convênios em instrumento de repasses, evitando, assim, diferenças de cotação, especificações dos equipamentos negociados com o plano de trabalho?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Bem, Senador, eu acho que a sua pergunta responde o que eu poderia falar. Nós temos um volume de recursos lá em torno de R$12 bilhões a R$14 bilhões/ano. Nós fazemos quase 4,5 mil convênios por ano. Praticamente, todo o Parlamento se volta para o MDR em busca de atenção aos seus munícipes. Hoje há 5,570 mil Municípios. Seguramente, em 5,1 mil, 5,150 mil, há alguma ação do MDR, normalmente através de convênios. O que nós fizemos foi justamente tentar resolver este problema. A ata em que V. Exa. fala que foi identificada uma diferença de 130 milhões é uma ata de R$3 bilhões. Uma ata, como V. Exa. sabe, é uma nominata de preços por adesão.

Então, nós fizemos justamente para evitar os convênios que estavam sendo pulverizados e em cuja execução estava dando problemas.

E, como V. Exa. colocou no início, nós é que pedimos à CGU e à própria Polícia Federal que se debruçassem sobre os atos do nosso Ministério para verificar se estavam de conformidade com a legislação e se havia alguma coisa a ser corrigida.

Essa ata deu uma diferença de menos de 4,5%, se você verificar o tamanho da ata. Nós chamamos todas as empresas que foram vencedoras. As que se adequaram aos preços que foram colocados dentro do procedimento da CGU nós ratificamos, continuamos, aqueles que fizeram a correção; aqueles que não concordaram foram retirados da ata. Houve uma compra de R$30 milhões, se eu não estou enganado, dos quais R$3 milhões ou R$2,5 milhões, acima do preço que foi preconizado pela CGU. As empresas devolveram o recurso, e a ata, hoje, está hígida e evita esse tipo de pulverização.

Quanto aos convênios, essa determinação do Ministério da Economia ocorre em agosto ou setembro de 2020. Então, nós tivemos todo o processo de receber essa nova orientação, porque, nos últimos dez anos, não era feito dessa forma. Então, esse é um procedimento novo, e, como se tratava de um procedimento novo, era necessária a adequação. E, diante das orientações que aconteceram de parte da CGU, todos esses convênios que tiveram dificuldades foram suspensos, não foram pagos, com exceção de um único, que teve R$23 mil que foram pagos a maior, e esse recurso entrou na tomada especial de contas para devolução em um único município. Os outros todos foram refeitos.

Então, as dificuldades ou os problemas, ou as irregularidades que foram apontados, a pedido da próprio Ministério, foram identificados e foram corrigidos pelo nosso MDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Perfeito. Como o senhor disse, foi iniciativa do MDR fazer justamente esse ofício à CGU para que se observasse essa tomada de preço ou – assim foi classificado –, esse super-risco que houve.

Bom, a pergunta foi se existia – acho que eu queria perguntar de forma mais clara – uma forma de conduzir isso, mas o senhor já respondeu de forma abrangente.

Eu preciso só retornar a uma pergunta anterior, sobre a qual o senhor falou dos critérios e citou o nosso Estado como não estando sendo privilegiado dentro desse montante todo. Isso me faz entender que confirmo que o senhor, parece, não tem interferência dentro desse orçamento, uma vez que deveria privilegiar, mas o senhor é Ministro do País, de um país todo, não do meu Estado.

Dentro dessa mesma pergunta, eu fiquei ainda pensativo, Sr. Presidente. Andando pelo nosso interior, eu vi umas placas do Ministério do Desenvolvimento, em valores de R$240, R$250 mil, para drenagem, pavimentação de vias públicas... E, procurando, a gente só sabe que foi o recurso. Nada contra! A gente tem que ir atrás de recurso mesmo, ainda mais para um estado pobre, como foi citado pelo senhor, que depende de água, depende de muitos, mas muitos recursos para que a gente saia da condição que está. Não é à toa que, hoje, saiu na imprensa que os nossos conterrâneos já estão comendo lagartos e restos de ossos dos animais.

Mas, passando e vendo, em Doutor Severiano, uma placa como essa: drenagem e pavimentação, paralelepípedo, métodos convencionais, Loteamento São Francisco – em Frutuoso Gomes, Jandaíra, Montanhas, Pau dos Ferros, Santo Antônio, São José do Campestre –, são recursos de 250 mil cada um, todos por igual, para drenagem e pavimentação e, já que não há nenhum Parlamentar, já que o senhor disse que foi o Relator do RP 9 que destinou, não entra na minha cabeça, não é razoável para mim, no meu pensamento, que ele conheça todos esses Municípios e as dificuldades.

Bom, uma coisa foi para o meu Estado: esse montante. Se não há nenhum Parlamentar, que, como eu disse para o senhor, não tem a honra de assumir isso, não é que eu vá aqui me fazer assumir, porque eu não indiquei nada, eu não tive participação de nenhum recurso dentro desse orçamento secreto. Mas é de causar estranheza, Senador Reguffe, Senador Girão, um Estado como o meu estar recebendo recurso, e ninguém se identificar como o autor, e isso causa incômodo, pelo menos para mim, pelo interesse de querer saber para agradecer a essa pessoa.

Eu preciso, pelo menos, agradecer a esse Parlamentar, se foi o Relator, se foi o Domingos Neto, eu vou dizer: "Parabéns por estar enviando os recursos".

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Tem outro agora, o Marcio Bittar. Agradeça aos dois, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senhor?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Tem outro, o Senador Marcio Bittar agradeça aos dois, então.

São dois orçamentos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – É, o Marcio Bittar declarou que enviou R$1 bilhão para o Acre em um vídeo nas redes sociais dele. Se foi ele eu vou agradecer ao Marcio Bittar...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Há dois orçamentos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – ...porque não é o que o que a gente entende em relação a esses orçamentos, que deveriam ser assim... Deveriam seguir a regra normal, a regra normal.

Eu não tenho mais perguntas no momento. Eu vou ouvir aqui ainda os dois Senadores. O senhor está em posse de dois ofícios. Na primeira resposta, me perdoe, Ministro, se eu fui áspero ou mal compreendido; eu estou aqui só para esclarecer. Em relação a enviar recurso para o nosso Estado, eu acho perfeito. Eu só não acho, quando eu disse, ético, uma competição em que o senhor vá participar na qual todos têm direito, e o senhor também, tem direito de ter um pleito, de concorrer, mas eu não acho justo concorrer com quem está com recursos da forma como está havendo – e olhe que eu nem estou concorrendo –, em relação ao Governo e a imprensa que diz não sou eu, mas o senhor já anunciou que é candidato.

Eram esses os esclarecimentos. Quando eu perguntei "ético", eu não quis chamar o senhor de antiético. Eu perguntei ao senhor se achava ético, o senhor disse que sim, respondeu, está bom?

Em relação ao que eu faço, ou ao que eu não deixo de fazer nos meus finais de semana, perfeito, o senhor respondeu também o que faz. Entrega a tratores no meu Estado.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, Senador, desculpe. Eu não disse que no final de semana entregava trator no seu Estado, no nosso Estado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas o senhor entregou no domingo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não. No domingo, eu estava num evento particular, Senador. Eu não estava entregando trator, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está bom.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Por favor, vamos fazer a diferença. No domingo, que era um dia de descanso, eu estava usando o meu descanso, como cidadão, para fazer uma atividade partidária.

A entrega de tratores aconteceu num dia de semana. Aliás, eu tenho ido a vários Estados fazer a mesma coisa e não sou criticado, porque quando eu chego nos outros Estado entregar tratores, parece que a população daquele Estado gosta. No nosso Estado parece que a população do nosso Estado acha ruim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, a população da gente gosta, Sr. Ministro. A população gosta. Eu só queria...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, está bom. Então, está claro. Só para deixar claro que não é num domingo que eu estava entregando trator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas foi o senhor que falou.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não. O senhor é que entendeu ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, eu não entendi.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, o senhor entendeu dessa forma.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu entendi agora.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, pronto. Está entendido...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Da primeira vez eu não entendi. Entendi que o senhor retrucou algo...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – No domingo, eu estava em um evento particular, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não tenho mais perguntas não, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Obrigado, Ministro.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Girão, para que ele também possa fazer os seus questionamentos, eu recebi aqui, agora, neste momento, a informação de que a Sessão do Congresso Nacional para a análise de vetos, no dia de hoje, foi cancelada. Então, eu quero aqui externar a minha mais veemente indignação com esse novo cancelamento.

É inacreditável, é inaceitável que nós tenhamos um veto como ao PL da quimio oral, como ao Projeto de Lei nº 6.330, de 2019, um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer em todo o País, um projeto que foi aprovado por unanimidade por esta Casa, pelo Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados, foi aprovado por larga margem pela Câmara dos Deputados, e houve um veto no dia 27 de julho deste ano. A Constituição, no seu art. 66, §§4º e 6º, diz que tranca a pauta se esse veto não for votado em 30 dias. E simplesmente, desde o final de agosto, isso é feito... Não se tem... Não se tranca a pauta, não se faz nada e não se vota esse veto. E milhares de pacientes com câncer estão esperando isso.

Então, eu quero aqui externar a minha mais profunda indignação com isso. É muito mais humano para um paciente com câncer tomar um comprimido de quimioterapia, de forma oral, no conforto da sua casa, do que ter que se internar num hospital para tomar a quimioterapia na veia. E é mais barato, na maioria dos casos, o custo de um comprimido para tomar a quimioterapia no conforto da sua casa do que o custo das internações no hospital para tomar a quimioterapia na veia, quando hoje os planos já são obrigados a pagar.

Então, esse cancelamento é muito ruim. Não é para mim, não; não é para o Congresso Nacional só, não: é ruim para milhares de pacientes com câncer que estão hoje esperando a votação desse veto. Há muitos com ações na justiça, e, infelizmente, o Congresso Nacional, mais uma vez, cancela essa sessão. Espero que a gente não acabe o ano sem votar esse veto, que é uma luta de diversos pacientes com câncer em todo o País.

Não posso aqui deixar de registrar a minha indignação. Acabei de receber essa informação, Senador Eduardo Girão. É um projeto que vai beneficiar milhares de pacientes com câncer. É um projeto de minha autoria e um projeto que tem o apoio de diversas entidades em defesa do paciente com câncer, como o Instituto Vencer o Câncer, como o Oncoguia, projeto que foi aprovado nesta Casa, aprovado na Câmara, vetado, e simplesmente o Congresso Nacional não vota o veto, contrariando o que diz a Constituição Federal, que, no seu art. 66, §§4 e 6º, diz que passa a trancar a pauta se não for votado em 30 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, dito isso, e pedindo desculpas por ter trazido esse assunto – acabei de saber do cancelamento e eu não podia deixar de registrar a minha indignação –, eu passo a palavra a V. Exa. Senador Eduardo Girão para os questionamentos ao Ministro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Exmo. Ministro Rogério Marinho, seja muito bem-vindo a esta Casa.

Presidente Reguffe, antes de entrar nos meus questionamentos ao Ministro, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento ao senhor.

Essa é uma bandeira que o senhor tem colocado. Esse projeto foi amplamente debatido há muitos anos, e o senhor conseguiu aprovar no Senado e na Câmara esse projeto de sua autoria, mas está havendo esse entrave todo, e a gente sabe que um desses entraves é justamente o PL. Por quê? O Ministro da Saúde andou dando umas declarações contrárias a esse projeto. Eu acho que nós tivemos muitas mudanças de ministro nesse período, especialmente agora, durante a pandemia, aqui, no Brasil.

Eu acho que facilitaria muito... Eu queria, a título de sugestão, encaminhar ao senhor... Nós estamos justamente na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Por que não... Como gentilmente o nosso Ministro Rogério Marinho aceitou o convite prontamente, sem titubear, para vir aqui esclarecer essas questões, por que não chamamos, nesse meio tempo – podemos até, se o senhor concordar, encaminhar hoje, para, na próxima reunião, já deliberarmos –, e trazemos aqui o Ministro da Saúde – o Ministro da Saúde – para que ele possa expor a situação? Quem sabe mais Parlamentares aqui, tendo em vista esse contato, se mobilizem para deliberar, ou "sim", ou "não" com relação a isso. O que não pode é ficar empurrando com a barriga.

Então, eu faço esse encaminhamento ao senhor. Se quiser, eu posso providenciar um ofício para que a gente possa votar...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... antes de entrar aqui na questão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Eduardo Girão, esse não é o tema desta audiência com o Ministro, mas quero apenas lhe dizer o seguinte: a responsabilidade agora não é do Ministro da Saúde, não; a responsabilidade é do Congresso Nacional. Há um veto, e o Congresso Nacional precisa deliberar se derruba o veto ou se mantém o veto. Está na Constituição Federal. Não é mais Ministro da Saúde, não. Ministro da Saúde deveria... Eu fiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, inclusive, de ir lá quando estava para ser definido se ia se vetar ou se não ia se vetar. Agora, não! Agora, o Congresso Nacional tem que votar isso. Não se pode engavetar um veto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não tenha dúvida, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não se pode botar na gaveta um veto. Tem que se votar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... e dizer de que lado o Congresso Nacional está.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Congresso Nacional aprovou o projeto aqui, por unanimidade. É um projeto que tem a defesa de diversos oncologistas no Brasil inteiro. É um projeto que tem a defesa do Instituto Vencer o Câncer, do Oncoguia. É um projeto que beneficia milhares de pacientes com câncer em todo o País e que muda a vida real dessas pessoas que sofrem com uma doença trágica. E, aí, simplesmente se engaveta lá, esperando, e o paciente fica fazendo ações na Justiça. Mas vamos voltar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu inclusive votei com o senhor, defendi isso. Mas o que eu acredito é que possa estar havendo, de alguma forma – e a gente sabe que isto acontece na prática...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Esse *lobby*, esse *lobby*...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... um relacionamento com o Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Esse *lobby*...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que pode estar travando.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Esse *lobby*, que pode envolver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muitos colegas estão, talvez, sem convicção.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Esse *lobby*, que pode envolver o Ministro da Saúde, que pode envolver interesses comercias das operadoras de plano de saúde, esse *lobby* existe, mas cabe ao Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal no seu art. 66, votar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De forma nominal, deixando claro.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... deliberar sobre o veto, dizer de que lado está...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... se é do lado do paciente com câncer ou se é do lado das operadoras de planos de saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com a palavra, V. Exa., para os questionamentos ao Ministro.

Vamos voltar ao tema da audiência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Reguffe.

Ministro, mais uma vez, seja bem-vindo a esta Casa.

É a sua primeira vez aqui, nesta Comissão, depois que assumiu?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Nesta, é, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Primeiro, eu queria dar o meu testemunho. Às vezes que eu precisei, que tentei marcar audiência no seu Ministério, no Ministério de que o senhor está à frente, sempre fui muito bem recebido, não só apenas eu, mas a Bancada do Estado do Ceará.

A gente sabe do seu desafio à frente do Ministério. Tem sido um tocador de obras no País inteiro. Isso aí a gente não tem como negar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, estive lá no Ceará, com o senhor, no Metrofor, no momento que o senhor estava demonstrando, para os Parlamentares, para a imprensa, para a sociedade, as etapas de novos investimentos. O Governo já investiu muito. E a coisa está fluindo, está caminhando.

São milhares de obras paradas no Brasil antes mesmo de o senhor ter chegado a esse Ministério. E a gente vê uma boa vontade, sem dúvida, de concluir. Existe um norte nesse sentido.

E a gente sabe da sua capacidade; como Parlamentar, do seu trabalho desenvolvido em assuntos espinhosos. O senhor teve a coragem, a ousadia de enfrentar e colaborou muito com o Brasil.

Mas, aqui, a gente está para fazer o nosso trabalho, o nosso trabalho numa Comissão que diz muito, numa Comissão, cujo Presidente, Senador Reguffe, é uma referência com relação à transparência, desde o início do seu mandato não apenas no Senado, mas em outras Casa em que ele pôde atuar.

Nós temos de ter transparência, de avançar mais em transparência neste País.

E esses segredismos, Senador Styvenson, estão turvando muito este cenário que a gente está vivenciando no País.

Essas emendas do Relator são estarrecedoras. Até bem pouco tempo, não existia isso. Isso era para algum ajuste no Orçamento; um cálculo que precisava de uma complementação, tendo em vista as metas, tendo em vista a inflação, uma série de situações, para se fazer ajuste. Mas o que a gente está vendo, infelizmente, é algo estarrecedor.

Ministro, sei que o senhor está, pelo que o senhor está colocando aqui, a gente vê que o senhor está dentro da lei, se colocando de uma forma muito republicana no seu desempenho. Mas há coisas em que a gente precisa avançar. E o senhor, como Ministro, pode dar uma colaboração para isso, se quiser.

Por exemplo, como pode – segundo matérias que andaram circulando aí, no País, de veículos de comunicação renomados – você ter mais de R$100 milhões de emendas do Relator enviadas para a mãe, enviadas para uma prefeitura, Presidente Reguffe, que é administrada pela mãe do Relator? Isso é, no mínimo, algo surreal.

Não há nenhum critério de cruzamento de dados, para se chegar e dizer: espera aí, Relator, pela lei está aqui, mas isso aqui está equivocado.

Não existe no Ministério de que o senhor está à frente, nenhum tipo de controle nesse sistema? Essa é uma primeira pergunta que eu queria fazer, até agora, se existe uma trava do bom senso, vamos chamar assim, para que se possa, de alguma forma, dizer: isso aqui está errado, isso aqui não pode. Será que ninguém viu isso?

Essa era uma pergunta que eu queria fazer para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra. Pelo que se comenta, em matérias, como a gente diz lá no nosso Nordeste, à boca miúda: como é que pode Parlamentares enviarem — eu sei que é legal, eu sei que é legal, mas até que ponto isso é bom senso –, um Parlamentar de um Estado enviar emenda para o Parlamentar de outro Estado? Há algum tipo de trava para isso, também, no seu Ministério? Há algum tipo de olhar, para que se possa corrigir essas distorções, essas aberrações?

Essa era a primeira pergunta que eu queria fazer para o senhor.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (*Fora do microfone.*) – Tem duas aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perdão, são duas perguntas.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (Para expor.) – Presidente, eu posso... Estou protegido aqui, para ficar mais à vontade.

Senador Girão, eu adoro política. Acredito que a política é a única ferramenta que transforma a vida das pessoas.

Eu estou com 58 anos de idade. Fui Vereador, fui Secretário de Município, fui Secretário de Estado, fui Secretário de Governo, fui Deputado Federal e sou Ministro de Estado, com muita honra, com muito orgulho. E o Estado brasileiro somos nós.

Não existe, Senador, uma lei mais importante, em qualquer democracia do mundo, do que o Orçamento. Até 2015, o Orçamento do Brasil – e eu vivi esse momento, era Parlamentar, na época – era um Orçamento autorizativo.

A partir de 2015, ele passa a ser impositivo e, gradativamente, novas travas são estabelecidas no Orçamento, para que o Legislativo cada vez mais se aproprie do seu destino.

O que nós estamos assistindo hoje é uma discussão do "leite derramado", Senador. A hora de discutirmos de que forma deveria ser executado o Orçamento é por ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA. Isso aconteceu em 2019, Senador. Nós passamos todo o ano de 2020.

O senhor acha que foi confortável para o Executivo, bruscamente, mudar a forma de execução orçamentária, e boa parte dos recursos que estavam alocados na proposta originária, como a RP 2, terem sido modificados pelo Legislativo e entrarem no RP 9, que era um elemento novo, em 13 Ministérios? No Ministério da Defesa, no Ministério da Economia, nos ministérios setoriais e nos ministérios meios... A regulamentação aconteceu um ano e meio depois. Imagine quem está na ponta para fazer a execução? Imagina essa mudança de cultura? Imagine a máquina, do tamanho que ela é, para se adequar a essa situação? Nós estamos entrando no terceiro Orçamento, Senador. E nós estamos sendo inquiridos, nós, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executivos, sobre uma situação que foi gestada e votada pelo Legislativo. Desculpem-me, é importante que seja dito.

Eu tive a curiosidade de compulsar as notas taquigráficas da votação dos dois últimos orçamentos. Raríssimos os Senadores e Deputados que se resignaram; todos, quase sem exceção, votaram favoravelmente por dois anos consecutivos. Agora, Senador, é possível se fazerem correções? Puxa vida, está aí o processo legislativo! Agora, não se pode cobrar do Executivo o que ele não pode oferecer. Pede-se ao Executivo, por exemplo: "Aponte o nome de fulano ou sicrano que indicou determinada ação orçamentária.". Nós não temos isso, não foi o que foi estabelecido por lei. Nós cumprimos a lei, é a nossa obrigação cumprir a lei, se fizermos diferente, nós estaremos cometendo improbidade administrativa.

O senhor nos faz uma pergunta: se existe um controle em relação a um Município específico, eu não vou nem entrar no mérito qual é o Município. Mas o senhor imagina que o nosso Ministério tem: Codevasf, Sudene, Dnocs, CBTU e Sudam, além da administração direta. Então, se forem 30 milhões para uma secretaria, 20 milhões para outra, 15 milhões para uma companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco... Se está dentro dos manuais que foram definidos, se está dentro da condição de disparidade regional, se está dentro das portarias que foram publicizadas, é legal. Quanto à questão de se enviar recurso de um Parlamentar para outro, eu, como Parlamentar – passei 12 anos aqui, como Parlamentar –, fiz isso dez vezes. Sabe para onde é que eu mandava recurso, Senador? Para o Sarah, para a Rede Sarah. Todos os anos eu mandava lá um pedacinho de dinheiro para a Rede Sarah, era em outro Estado, era aqui em Brasília. Mas, com exceção da Rede Sarah, sempre coloquei os recursos prioritariamente no meu Estado. E nós somos um país, apesar da nossa posição territorial, de nos preocuparmos com o nosso Estado, com a nossa Federação, não há impedimento constitucional de que V. Exa., por exemplo, tenha o interesse de ajudar o Hospital de Câncer de Barretos ou tenha o interesse, por sua sensibilidade de estar aqui no Entorno de Brasília, entenda que é necessário fazer uma obra de um mercado aqui, na periferia pobre de Brasília. É uma discricionariedade sua, espera-se que o senhor se dedique ao seu Estado, mas não há um impedimento sequer legal, muito menos constitucional, de que o senhor possa fazer isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ministro, eu agradeço as suas respostas, mas eu quero reafirmar: no meu ponto de vista – respeito quem pensa diferentemente –, eu deixei muito claro que o senhor está dentro da lei, pelo menos até agora o senhor tem demonstrado isso nas suas falas, nas citações que o senhor coloca. Agora, nem tudo que é legal é moral. Você pegar mais de R$100 milhões e destinar para a prefeitura – havendo cinco mil, quinhentas e tantas no Brasil – que é administrada pela sua mãe, isso é de assustar qualquer cristão, qualquer cidadão de bem. Que critério é esse? Eu acredito que, por mais que o senhor esteja amparado na lei – e nós votamos, sim, esse Orçamento e estamos tentando corrigir agora... Segunda-feira, numa sessão marcada às pressas – não é dia de sessão aqui, foi marcado tudo em cima da hora –, nós votamos contra – Senador Styvenson também, Senador Reguffe também – esse famigerado batizado aí de orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secreto, que abre brecha para esse tipo de coisa. Eu acredito que o senhor, por mais que esteja amparado na legislação, não acha isso correto, porque de alguma forma o seu Ministério, com a equipe, poderia ter correções nesse sentido: espera aí, Relator; isso aqui está equivocado! O senhor conhece os Municípios do Brasil como os Parlamentares. O Ministério é para isso, conhecer a realidade de cada cidade, de cada pedaço deste Brasil. Então, tinha que haver um plano macro nesse aspecto para ver também as aplicações, para não haver distorções. O problema, Senador Reguffe, Presidente, são distorções. Eu estou colocando aqui a ponta do *iceberg*. Esse é um caso emblemático para o qual a gente precisa de uma solução.

Eu quero fazer umas perguntas técnicas aqui para o senhor para entender que medidas de transparência...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Girão, eu vou pedir apenas que V. Exa. seja bem objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Bem objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu dei mais tempo ao Senador Styvenson...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... porque ele era o autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom.

Só para concluir, tá, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas na medida que possa... Eu também depois farei um questionamento e, se houver algum outro Senador que queira também, eu tenho que também dar a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou fazer só essas duas perguntas, duas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Ok.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...que faltam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que medidas de transparência o Ministério que o senhor está à frente está adotando a partir de agora, depois de tudo isso que a gente está vendo, dessas revelações da imprensa brasileira, dessa discussão que nós estamos tendo no Supremo Tribunal Federal, independentemente dessa decisão, e na nova redação da Resolução 01, de 2006, da CMO, sobre RP 9, quanto à liberação dos pagamentos dos restos a pagar de 2020 e empenhos dos recursos de 2021, oriundos das emendas RP 9, que são as emendas de Relator? Que medidas de transparência novas o Ministério, depois de tudo isso, está tomando ou vai ficar como está? Ah, o Congresso resolveu, está tudo o.k. Tem que mudar, enquanto isso, vamos deixar. Mesmo havendo essas distorções vai continuar assim. Eu quero só entender. Fazer uma pergunta para o senhor, se o senhor está atento no sentido de tentar encontrar uma solução.

A última pergunta. Quanto à questão da equidade, a Constituição confere a distribuição dos recursos das emendas individuais, critério esse que não foi possível identificar no caso das emendas de Relator, já que alguns Municípios receberam valor *per capita* bastante superior aos outros. Nós estamos falando aqui também dessas distorções. O que o Ministério fará, de agora em diante, para que não haja mais falta de critério objetivo? Há alguma medida administrativa que o senhor possa tomar nesse sentido, equidade, com critério de equidade, de transparência, que permita a distribuição de recursos de forma justa, visando a contemplar a todos de forma igualitária?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Com a palavra o Ministro.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

Senador, uma coisa importante é que em nenhum momento nós deixamos de usar critérios em função da aplicação dos recursos. Cada uma das nossas secretarias finalísticas – nós temos cinco secretarias – publicou cadernos, e esses cadernos têm critérios objetivos de aplicação dos recursos dentro dos programas elencados nas dotações orçamentárias, porque, mesmo as dotações oriundas da RP 9, são dotações ratificadas previamente pelo Executivo, por exemplo, 7K66, que é uma rubrica orçamentária que serve para a aquisição de equipamentos. Então, há uma definição prévia e qual é o critério de aplicação.

Foi publicada uma portaria no *Diário Oficial da União*, definindo quais são os Municípios que, prioritariamente, receberão aquele recurso oriundo dessa dotação orçamentária específica. Então, se, por exemplo, eu recebo um pedido do Relator colocando um Município diferente, a gente denega, porque está fora da portaria ou está fora do critério estabelecido. Então, os critérios sempre existiram, inclusive em 2019, em 2020 e em 2021. Não houve da nossa parte falta de critérios técnicos na aplicação, faltou a discricionariedade da RP 9, que passou pela indicação do Relator do orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à equidade, que é um princípio constitucional, é bom levar em consideração também que, em qualquer democracia do mundo, há o princípio da maioria. Qual é o grande embate que existe nas democracias saudáveis do mundo inteiro? Onde se aloca a maior quantidade de recursos, e, por isso, existem eleições. As eleições elegem determinados grupos que, majoritariamente, definem se vai mais recurso para a educação, para a saúde, para o Nordeste ou para o Sudeste, para fazer isenção tributária, para fazer mudança da estrutura de equipamentos de tecnologia. Então, esse critério, na verdade, é um critério que tem tudo a ver com o processo chamado democracia, e é o embate que os senhores têm aqui diariamente dentro do Parlamento brasileiro: a construção de maiorias em função de situações circunstanciais, ou episódicas, ou ainda em função de convicções ideológicas de grupos definidos dentro do Parlamento.

Então, aí o senhor me faz uma pergunta fulcral: o Ministério vai adotar critérios de transparência? Eu não posso fazer nada que a lei não determine, Senador. Eu não posso, por exemplo, ir ao encontro da sua vontade, que me parece que está manifesta, de que eu consiga de alguma forma dizer de quem foi a indicação da RP 9, a qual Parlamentar pertence, porque eu só recebo a informação do Relator do orçamento. Enquanto isso não mudar, eu não tenho como dar essa informação, que certamente V. Exa., na sua pergunta, pretende alcançar.

Suponho, espero que tenha isso que eu tenha interpretado de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Bom, o Senador Styvenson pede a palavra para uma pergunta final. Mas, Senador Styvenson, antes de passar para V. Exa., V. Exa., como autor do requerimento, eu vou deixá-lo para fazer a última pergunta. V. Exa. terá a vez no final da audiência.

Apenas quero dizer ao Ministro que, primeiro, agradeço a V. Exa. por ter vindo aqui, por ter aceitado o convite desta Comissão. Penso que deveria ser algo que não causasse celeuma a presença de ministro de Estado no Parlamento prestando esclarecimentos, não só ao Parlamento, mas à sociedade brasileira. Isso deveria ser encarado como algo normal, natural e parte do nosso modelo institucional: a prestação de contas à sociedade brasileira.

Eu tenho apenas um questionamento, Ministro, a V. Exa. Primeiro, quero dizer que, às vezes, eu vejo as pessoas dizerem: "Ah, não é orçamento secreto. O orçamento não é secreto". O orçamento é secreto na medida em que a sociedade não sabe quem são os autores das emendas. Nessa medida, o orçamento é, sim, secreto, porque, se ninguém sabe quem são os autores das emendas, é um orçamento secreto. Então, o orçamento é secreto.

Segundo, quero dizer que eu me orgulho de ter votado contra a aprovação desse Orçamento, ter sido um dos poucos votos que foram contrários à aprovação do Orçamento, assim como votei contrário, nessa segunda-feira, na sessão do Congresso Nacional, a essa questão do orçamento secreto, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penso que essas RP 9, que essas emendas de Relator não deveriam existir, sequer deveriam existir. Uma coisa são as emendas individuais que cada Parlamentar tem e que ele tem a obrigação de prestar contas aos seus eleitores; outra coisa são essas emendas de Relator, que foram uma invenção, justiça seja feita, do próprio Congresso Nacional, mas que não dá para nós aceitarmos e que criou esse orçamento secreto em que se colocam recursos e ninguém sabe quem foi que colocou esses recursos, quem foi que destinou.

Ministro, V. Exa. falou que não tem como saber quem foram os Parlamentares que destinaram os recursos, mas eu queria saber como essas emendas foram feitas, porque, de algum jeito, as emendas chegaram ao Ministério: ou foi V. Exa. que solicitou ao Relator, ou foi algum Parlamentar que solicitou e, provavelmente, esse Parlamentar vai querer ter os louros políticos. Não aparecer quem destinou e por que destinou, isso gera uma suspeita de que há coisa muito errada por trás disso, porque, se for uma coisa boa, a pessoa vai querer aparecer. A pessoa só não quer aparecer quando não é uma coisa boa.

Eu queria saber: como é que surgiram essas emendas? Foi V. Exa. que solicitou? Foram Parlamentares que solicitaram, e V. Exa. realmente não sabe quem são? Foi o próprio Relator que lhe ligou: "Quer uma emenda aí?", o que pode ser também, ninguém sabe. (*Risos.*)

Então, eu queria saber, eu tenho essa curiosidade e acho que é a curiosidade de muitos brasileiros que estão nos assistindo: como é que chegaram essas emendas? Foi V. Exa. que solicitou? Foram Parlamentares que solicitaram e V. Exa. realmente não sabe quem foi? E é estranho, não é? Porque um Parlamentar não querer... Se fosse algo bom, ia querer aparecer. Ou se foi o próprio Relator que, de repente, ligou para V. Exa. e ofereceu.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, Presidente, há um rito. Na hora em que é votado o Orçamento e começa a sua execução, o Relator, através de ofícios, de memorandos, de *e-mails*, tem uma interlocução direta com o Ministério e com os demais Ministérios. Eu tenho uma visibilidade muito grande, mas eu tenho uma fração desse orçamento da RP 9, talvez 35%, mas a visibilidade maior é do MDR, só acho que eu faço mais sucesso, mas o Relator faz o contato formal com os diversos Ministérios onde está alocado o resultado primário nº 9. Então, o recurso é aportado em função da solicitação do Relator, definindo qual é o local, qual o valor, qual a dotação orçamentária específica.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas como é que as emendas... V. Exa. pediu algum recurso? O Relatou ligou para oferecer algum recurso ou é tudo de Parlamentares que V. Exa. realmente não sabe quem são?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu recebo a informação do Relato, não recebo dos Parlamentares. A informação vem do Relator, em cima do recurso orçamentário que está disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Exa. não solicitou nenhum recurso para o Relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Se eu solicitei ao Relator? Solicitei, claro. Por ocasião da negociação, agora, do Orçamento, eu estive institucionalmente com o Relator, como estive da vez passada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Houve solicitações de V. Exa.?

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não para RP 9, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Para RP 9, não.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – De recursos para o Ministério, independentemente de onde virá o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Certo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Isso é normal. É natural...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Certo.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – ... que todos os Ministros digam: "Olha, eu estou com obras, e eu preciso tocar essas obras".

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Ministro.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Então, nós temos uma interlocução com o Relator setorial, porque V. Exa. sabe que existe um Relator setorial do nosso MDR – no caso, parece-me que é a Senadora Simone Tebet...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – E existe o Relator-Geral, e isso aconteceu nos Orçamentos anteriores com todos os Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Ministro. Só para eu entender: V. Exa. nunca solicitou recursos de RP 9. Solicitou recursos, mas não de RP 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Terminei solicitando. Está aqui. Tem um ofício aqui do Domingos dizendo que os recursos que foram colocados no Orçamento em 2019 da RP 12 foram trocados dentro do Orçamento para RP9.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas...

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Eu respondi ao Senador Styvenson aqui, foi a primeira pergunta que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Para nós não era interessante que fosse RP 9, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Isso eu já entendi.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – O próprio Parlamento foi que fez a mudança.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Isso eu já entendi.

Mas, então, na sua visão, os recursos são destinados por Parlamentares que V. Exa. realmente não sabe quem são.

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO – Não, na minha visão, não. É o que diz a lei.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – É, então, mostra que isso está errado, porque, se nós não sabemos quem são os Parlamentares que destinaram os recursos, no mínimo, é pouco transparente. O Congresso Nacional tinha a obrigação de acabar com isso, e me orgulho de ter votado contra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Já vou conceder a palavra a V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, no relatório, no ofício que o senhor tem em mãos, o Relator do Orçamento, Domingos Neto, faz referência, sim, a Senadores, a Deputados Federais e também a alguns Ministros. Está bem claro no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofício que foi dado em resposta ao Ministro Rogério Marinho, entendeu? Então, a situação é, o que eu queria perguntar ao Ministro posterior ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Deixe-me só concluir, Senador Styvenson.

Então, não pode ser bom algo para que a sociedade não saiba quem destinou o recurso, que Parlamentar destinou. E é estranho os Parlamentares que destinaram também não quererem aparecer, porque, se fosse algo bom, o Parlamentar iria querer aparecer. Então, isso é, no mínimo, muito estranho, e eu me orgulho de ter votado contra isso, porque essas emendas de Relator sequer deveriam existir, porque não são corretas. Algo que a pessoa... Ninguém sabe quem destinou o recurso, e quem destinou também não quer aparecer? O Parlamentar que destinou recurso também não quer aparecer? Então... Se fosse para uma coisa boa para a sociedade, com certeza, iriam querer aparecer.

Bom, eu concedo a palavra ao Senador Styvenson, autor do requerimento, para que possa fazer suas últimas considerações e algum último questionamento ao Ministro, ao tempo em que agradeço ao Ministro por ter vindo a esta Comissão, que é uma Comissão de transparência e que é importante que traga todos os assuntos à tona, à baila, para a sociedade brasileira.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Agradeço mais uma vez, Ministro. Se ficou algo não entendido, publicamente eu peço já desculpas pela má compreensão, mas, ouvindo a pergunta do Senador Girão e também a do Senador Reguffe, não entra na minha cabeça um Relator ter esse poder todo de destinar, como o Marcio Bittar, que o senhor citou, bilhões, e o Governo, o Executivo obedecer, sem haver nenhuma troca política, sem nada. Eu estou há três anos na política, mas já estou bem hábil em saber o relacionamento que existe entre Parlamentares e Executivo. Por mais que o Presidente tenha vetado e o Congresso tenha derrubado o veto desse orçamento RP 9, que é um orçamento tão bilionário, e, durante uma pandemia, Senador Girão, já que estavam falando de saúde pública, não é o senhor o culpado, mas o Ministério do senhor levou praticamente 40% de todo o orçamento RP 9, ficando atrás da saúde. Nunca se comprou tanto maquinário como agora, só perdeu para a vacina, num momento de pandemia.

Então, não dá para entender como é que o senhor, Ministro, como outros ministros – e vou fazer outro requerimento para chamar o ex-Ministro Ramos aqui para dar esclarecimento e também o Relator Domingos Neto –, porque é muita coincidência o Relator destinar para o Estado dele uma quantia que praticamente não obedece a nenhum critério nem proporcionalidade nem razoabilidade. Se o critério for ser o Relator enviar recursos, eu vou ter que matar quem para ser o Relator do próximo orçamento? Porque o cara mais poderoso hoje de todo o Congresso é ele. Agora, não entra na minha cabeça ele destinar esse recurso todinho, mesmo o senhor sabendo que não é, mesmo o senhor sabendo quem está enviando, sabendo só que é ele, o que contraria o ofício em que ele deu resposta ao senhor, e o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe o teor, o conteúdo, não tem como entrar, pelo menos na minha percepção prematura de política, que o Executivo obedeça a tudo. Não tem obrigação de obedecer nem pagar uma coisa que o senhor não sabe de quem é que está vindo, já que o senhor falou da legalidade, da constitucionalidade de lei, sem transparência, sem publicidade?

O que a gente sabe, Senador Reguffe, como eu já mostrei, é que está indo recurso. Eu não vou reclamar, não. Está indo recurso para o meu Estado, vou fiscalizar. Já que não tem dono, ninguém sabe, eu vou fiscalizar cada obra dessa, cada drenagem, cada pavimentação, porque eu tenho que agradecer. Eu queria agradecer, sinceramente. Se foi o Marcio Bittar, eu vou agradecer a ele. Se foi o Domingos Neto e ele falar: "Fui eu que mandei", perfeito.

Mas, Ministro Rogério Marinho, não dá para entender porque o senhor citou que manda recursos, mandou como Parlamentar um longo tempo, na carreira política do senhor, para o Sarah, mas é fácil a gente identificar. Está fácil, qualquer um tem acesso à transparência de emenda parlamentar ou de bancada. Já essa não. Essa a gente só sabe que chegou. Como há os 39 Municípios de que o senhor falou, existem outras destinações, mas não das máquinas. O senhor disse que vai enviar para a gente.

Então, não dá para a gente acreditar, sinceramente, que um benfeitor do Relator, que conheça lá Frutuoso Gomes, que conheça Dr. Severiano, esteja mandando esse recurso. Como ele jogou o dado, jogou para cima, foi feito como, que critério foi esse? É o critério que ele obedeceu para enviar o mesmo recurso para o familiar? Porque é muita coincidência: há o Relator, há uma mãe, destinar o recurso bilionário ou milionário para aquela cidade. Não dá para entender.

A minha pergunta para o senhor é: o senhor, Governo, o Executivo é obrigado a executar as emendas de Relator, RP 9?

Existe, sim, essa obrigação de o senhor chegar e dizer: "Não, vou pagar."? Mesmo não sabendo quem é. Sei que vai. Existe como uma emenda impositiva individual e de bancada? Só para eu entender. (*Pausa.*)

Quer água? (*Fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO (Para expor.) – Não, obrigado.

O orçamento, com exceção das emendas de Comissão, é impositivo. Todo orçamento hoje é impositivo, com exceção das emendas de Comissão. Cabe-nos, Senador – eu falei aqui, vou reiterar, em função da pergunta que V. Exa. faz –, observar se o pedido se adéqua à questão programática, legal, de juridicidade e de orçamento, de cobertura orçamentária. Esse é o nosso limite como Executivo.

Agora, é evidente que hoje a condição discricionária do Executivo diminuiu sensivelmente, não é? O orçamento, por exemplo, que foi votado para 2021, os senhores devem estar lembrados que, por ocasião da sanção, nós perdemos, de RP 2, 44% do nosso discricionário. Nós tivemos uma perda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativa na área de habitação, na área de saneamento, na área de recursos hídricos. Uma boa parte disso foi retomada em função dos PLNs, que foram acréscimos orçamentários feitos ao longo do tempo. Alguns, recentemente.

Então, eu acredito que, por ocasião da votação do orçamento, o Parlamento deve ter um cuidado maior e preservar as ações discricionárias dos órgãos setoriais, sob pena de penalizar as políticas públicas que são importantes para o País como um todo.

A questão das emendas, elas dizem muito respeito a essa questão de o Parlamento gradativamente ter tomado um espaço, de 2015 para cá, 2020, nos últimos seis anos. Não é um processo novo. Talvez seja um processo mais evidente nesses dois últimos anos. Mas ele começa, Senador, em 2015. Até lá, eu, por exemplo, fui Parlamentar a partir de 2007. De 2007 a 2010, eu conseguia, como era oposição aqui ao Governo, liberar R$2 milhões ou R$3 milhões por ano. A partir de 2010, 2011, 2015, aliás, quando passa a ser impositivo, a gente começa a fazer a integralidade das nossas emendas individuais. Então, essa é uma mudança muito recente na forma de aplicação da execução orçamentária, em que certamente deve haver o aperfeiçoamento, não é? E eu acho que esta Casa é o palco para que isso ocorra. E espero que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Perfeito, Ministro.

Quero aqui agradecer aos Senadores que participaram desta reunião, ao autor do requerimento, Senador Styvenson Valentim, ao Senador Eduardo Girão.

Quero agradecer ao Ministro por ter aceitado o convite para vir a esta Comissão.

E relembro a todos que os Relatores que estiverem com projetos mandem para essa Secretaria, para que possamos colocar todos os projetos que possam ser votados ainda este ano, para que possamos limpar totalmente a pauta desta Comissão de projetos na próxima terça-feira.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª, 3ª, 7ª, 19ª, 21ª e 22ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que “estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados”." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre o contrato de aquisição de 100 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer firmado em 29.11.2021 pelo Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/14

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 2ª, 3ª, 7ª, 19ª, 21ª e 22ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Avisos 836 e 1.936, de 2020, do Tribunal de Contas da União;

– Avisos 219, 552, 762, 830, 850, 910, 1.015, 1.312, 1.410, 1.647, 1.742, 1.805, 1.809, 1.837, 1.940, de 2021, também do Tribunal de Contas da União.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção "documentos recebidos", com o *link* para acesso a seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. (*Pausa.*)

Devido à ausência de quórum para deliberação, vou encerrar a presente reunião, a última do ano.

Antes, quero agradecer a toda equipe da Comissão, que trabalhou com muita dedicação durante este ano. Quero também agradecer aos Senadores, que cumpriram com suas obrigações aqui na Comissão este ano, e desejar a todos um feliz Natal, um Natal abençoado; que todos tenhamos, no ano de 2022, um ano melhor, com saúde para todos; e que consigamos superar, de uma vez, essa pandemia, que tanto mal fez à nossa sociedade.

Um grande abraço muito carinhoso a todos. Um feliz Natal!

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 43, de 2019 - Não Terminativo - que: "Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6551, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016) - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário a pessoa com neoplasias malignas, bem como reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao PL 6551/2019, com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 - Não Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 271, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 266, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 para dispor sobre: a) cômputo do tempo de labor na duração da jornada diária de trabalho; b) limitação do trabalho parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais; c) horário especial para o trabalhador com deficiência; d) regime de teletrabalho diferenciado para o empregado com deficiência; e) afastamento da trabalhadora gestante ou lactante com deficiência de atividades insalubres; f) vedação de labor intermitente para empregados com deficiência; g) natureza salarial de todas as parcelas pagas com habitualidade ao empregado e em contraprestação aos serviços prestados; h) participação do sindicato na homologação da rescisão do contrato de trabalho do empregado que conte com mais de seis meses na empresa; h) limitações do negociado sobre o legislado em relação à jornada de trabalho e ao teletrabalho; i) prevalência da norma coletiva mais benéfica para o trabalhador com deficiência; j) revogação do art. 448-A da CLT; e k) limitação do contrato de trabalho temporário a 90 (noventa) dias, vedada a sua prorrogação." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 282, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 392, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 507, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 522, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 401, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 17 - Projeto de Lei n° 1246, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 2311, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei n° 3962, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei n° 4486, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 24 - Projeto de Lei n° 5102, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei n° 5650, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 5970, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei n° 6284, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica." Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Projeto de Lei n° 6394, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Lei nos 8,742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), e 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre abono salarial ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos benefícios do Programa Bolsa-Família." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - Projeto de Lei n° 6396, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para elevar o número e o percentual de assentos reservados às pessoas idosas no transporte coletivo público urbano e semiurbano e no transporte coletivo interestadual." Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 30 - Projeto de Lei n° 33, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 31 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil." Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Sugestão n° 48, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fisioterapeutas com piso salarial de R$4800,00 por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - Sugestão n° 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição da privatização da CAIXA ECONOMICA FEDERAL" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 34 - Sugestão n° 68, de 2017 - Não Terminativo - que: "Aumento do tempo de prova do ENEM" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 35 - Sugestão n° 30, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proibição em todo o Brasil da exportação em navio de animais vivos para abate no exterior" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - Sugestão n° 11, de 2019 - Não Terminativo - que: "Fisioterapeutas com piso salarial de R$ 4.800,00 por 30 horas semanais" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - Sugestão n° 12, de 2019 - Não Terminativo - que: "Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 38 - Sugestão n° 2, de 2020 - Não Terminativo - que: "Impedir o fim da estabilidade no serviço público" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pelo arquivamento da sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 39 - Sugestão n° 11, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 40 - Sugestão n° 16, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Dispõe sobre medidas para flexibilizar e facilitar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020"." Autoria: Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no RS. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 41 - Sugestão n° 18, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Prorrogação do auxílio emergencial enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 42 - Sugestão n° 21, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Redução da carga tributária que incide sobre a cadeia produtiva de bicicletas"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 43 - Sugestão n° 22, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Altera o art. 61 da Constituição Federal para incluir os §3º, §4º e §5º, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação"." Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 44 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 1, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Pandemia" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 45 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Feminicídio" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: Adiado. ITEM 46 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 3, de 2021 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Racismo Estrutural." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 47 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 4, de 2021 que: "Requer com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “A pena para crime de injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional: crime de racismo”." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Resultado: Adiado. ITEM 48 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 6, de 2021 que: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “Dia nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil, seguindo o Dia Internacional da Conscientização da Síndrome do X Frágil”." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Resultado: Adiado. ITEM 49 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2021 que: "Requer um ciclo de audiências para debater a SUG 12/2018." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Adiado. ITEM 50 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2020 que: "Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias, acompanhar e instruir políticas para promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no Brasil." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. Fazem uso da palavra os senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Flávio Arns, Izalzi Lucas; e as senadoras Zenaide Maia e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham, Senadores presentes, Senadoras presentes, todas as pessoas que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais do Senado Federal.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicado Senado Digital.

Quem estiver aqui no plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões", e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a "pauta cheia" da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

Eu queria aqui iniciar a nossa reunião. Nós temos o quórum para a abertura e eu queria iniciar fazendo aqui um registro do Dia Internacional dos Povos Indígenas, o dia 9 de agosto, que ocorre no dia de hoje.

Hoje é um dia em que devemos nos lembrar da importância cultural e social que os povos indígenas possuem para o desenvolvimento da Nação. Trata-se de uma data que nos insta a refletir sobre a urgência em combater o preconceito e o racismo contra os povos indígenas e tradicionais brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma data que, mais uma vez, nos leva a discutir direitos humanos, diversidade e inclusão.

Nesta data celebrativa, a Organização das Nações Unidas propõe um contrato social que tem como objetivo garantir direitos e dignidade aos povos indígenas. Para o Secretário-Geral, António Guterres, esses povos tiveram suas terras e territórios roubados, perderam a autonomia política e econômica, assim como suas culturas e seus idiomas. O Secretário-Geral reconhece ainda que muitos países estão em busca de reparação desses danos causados à população indígena, mas ainda há muito o que fazer.

É imprescindível a abertura de um diálogo genuíno. É essencial que os governantes estejam dispostos a ouvir. Não se pode negar o direito de uma população que ultrapassa a marca de 470 milhões de pessoas. O Brasil, infelizmente, está retrocedendo nesse aspecto.

O 9 de agosto de 2021, data que era para ser comemorativa, reflete, no entanto, uma marca histórica vergonhosa para o povo brasileiro. O Presidente da República foi denunciado por genocídio dos povos indígenas em Haia, não só pela condução do Governo diante da pandemia do novo coronavírus, mas pela adoção de políticas públicas anti-indígenas, as quais transformaram os órgãos dedicados à proteção dos povos indígenas em verdadeiras ferramentas institucionais que têm como objetivo principal a erradicação destes povos.

Bom, vamos, então, abrir a nossa pauta.

O primeiro ponto da pauta é de autoria do programa e-Cidadania, ou seja, são aquelas pessoas que visitam os nossos *sites* do Senado, enfim, as nossas redes sociais e participam de uma votação que sugere, por meio desse método participativo, ideias, propostas, projetos para a sua votação. Portanto, a autoria é do programa e-Cidadania; a relatoria é da nossa querida e combativa Senadora Zenaide Maia. O projeto é não terminativo, portanto, nós vamos fazer a leitura, se tivermos o quórum regimental, faremos a votação; caso contrário, já teremos feito a leitura.

ITEM 1

SUGESTÃO N° 43, DE 2019

- Não terminativo -

Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.

Eu quero passar a palavra, neste momento, à Senadora Zenaide Maia, para que ela possa ler o seu relatório. (*Pausa.*)

Senadora? Parece que o...

Travou? (*Pausa.*)

Então, vamos para o item 2 da pauta: Projeto de Lei nº 6.551...

Opa! Ela voltou.

Voltou, Senadora. Já pode falar?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É só porque eu estou aqui em Mossoró, viu?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está certo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Aí adaptei aqui.

Quero desejar uma boa tarde a todos, já parabenizando e dizendo da responsabilidade que a gente deve ter pelo dia dos povos indígenas. É muito importante. Esse povo é originário e nós sabemos que as terras deles estão, sim, sendo confiscadas.

Mas eu quero passar aqui para a relatoria dessa sugestão legislativa.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão Legislativa nº 43, de 2019, de autoria da Sr.ª Emily Silva, que propõe a distribuição gratuita, em postos de saúde, de absorventes higiênicos para mulheres em situação de rua ou de baixa renda.

A proposta sugere que a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres de rua ou de baixa renda irá garantir uma série de benefícios a essas pessoas, uma vez que permitirá um período menstrual mais higiênico e, consequentemente, uma saúde íntima mais completa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre as sugestões legislativas.

Por sua vez... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Zenaide, talvez uma boa alternativa seja V. Exa. fechar o vídeo e manter só o seu áudio, que aí fica melhor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto. Melhorou o áudio agora?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Melhorou.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por sua vez, o parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal e que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH, dando-se conhecimento aos Senadores membros, o que efetivamente ocorreu no presente caso.

Assim, a SUG nº 43, de 2019, encontra amparo regimental para sua apreciação pela CDH.

Cumpre ressaltar, ainda, que não identificamos vícios de juridicidade ou de constitucionalidade em uma hipotética iniciativa legislativa que contemple a sugestão.

Passando a analisar a matéria, desde já registramos que somos favoráveis à presente iniciativa.

Para as mulheres de baixa renda, menstruar pode ser sinônimo de mais um revés em suas vidas já cheias de desafios. Absorventes são produtos caros, de uso contínuo. Um cálculo conservador estima um gasto mensal de R$30 por ciclo menstrual. Lembramos que, hoje, quase 13% dos brasileiros estão na pobreza extrema, vivendo com menos de R$ 246 por mês. A depender da visão que se tenha, menstruar pode ser caro – R$30 reais mensais por pessoa do sexo feminino é um valor significativo para uma família de baixa renda. A pobreza menstrual, ou seja, a falta de condições materiais para adquirir absorventes higiênicos ou produtos similares, afeta meninas, adolescentes e mulheres. Sem poder... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Zenaide...

Senadora? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu sinal está muito...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Acho que eu deveria retirar de pauta porque... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

Senadora, nós vamos agradecer o esforço de V. Exa., mas, realmente, está impossível. A sua conexão não está boa. Então, eu vou aceitar a sugestão de V. Exa. para retirarmos de pauta. Aliás, nós estamos com a pauta extremamente extensa. Eu vou retirar, então, e, na próxima reunião, voltará a ser o primeiro ponto da pauta. Agradeço a boa vontade de V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

SUGESTÃO N° 43, DE 2019

- Não terminativo -

Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.)

O item 2 da pauta é o Projeto de Lei nº 6.551, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016).

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 6551, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2016)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário a pessoa com neoplasias malignas, bem como reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público, nas condições que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao PL 6551/2019, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CAE.

A relatoria é da Senadora Mara Gabrilli.

A informação que eu tenho é que a Senadora Mara Gabrilli não pôde estar, mas pede que eu nomeie, com muito prazer, o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

Então, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Boa tarde, Presidente Humberto Costa e demais colegas que estão nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Permita-me, Presidente, que eu me some à lembrança de V. Exa. do Dia Nacional do Povo Indígena.

E, com tristeza, quero dizer que aqui, no Rio Grande do Sul, a indígena Daiane Griá Sales, de 14 anos, da etnia Kaingang, foi encontrada morta, nessa semana que passou, em uma lavoura perto da reserva Terra Indígena Guarita, em Redentora, Rio Grande do Sul. De acordo com a Polícia Civil, não há dúvida de que ela foi assassinada. Os investigadores ainda verificam – e se vai nessa linha – que ela foi abusada sexualmente. O corpo da indígena foi encontrado sem roupas.

Termino, só dizendo que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) classificou o crime como barbárie. Segundo eles... Dizem eles: "Temos visto, dia após dia, o assassinato de indígenas. Mas parece que não é suficiente matar. O requinte de crueldade é o que dilacera a nossa alma, assim como, literalmente, dilaceraram o jovem corpo de Daiane, de apenas 14 anos". Essa é a nota pública da Apib. Pediram que eu a lesse aqui, na CDH, e eu o fiz com tristeza, é claro, Presidente. O seu corpo foi esquartejado.

Ao mesmo tempo, Presidente, permita que eu diga que, nesse fim de semana, nós tivemos os 15 anos da Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerada uma das melhores do mundo sobre o tema pela Organização das Nações Unidas (ONU), que completou, então, nesse sábado, 15 anos.

Vinculei uma coisa à outra porque, ao mesmo tempo em que a gente lembra a Lei Maria da Penha, tive que falar sobre essa nota da Apib sobre uma jovem de 14 anos.

Presidente, seguindo agora a sua orientação, eu vou, então, fazer a leitura, a pedido da Senadora Mara Gabrilli.

Vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 6.551, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016), que altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário, reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público a pessoa com neoplasia maligna.

Para isso, conforme diz a Relatora Mara Gabrilli, em seu art. 1º, a proposição altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para incluir as pessoas com neoplasia maligna entre as que terão atendimento prioritário e acesso a assentos reservados nos transportes coletivos. Altera também a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever também o acesso das pessoas com neoplasia maligna a vagas de estacionamento reservadas em vias ou em espaços públicos.

A Câmara dos Deputados, ao analisar o projeto, acrescentou-lhe duas ideias normativas: retirou-lhe a exigência de que as pessoas não apenas sejam portadoras de neoplasia maligna, mas também estejam em tratamento químico ou radioterápico, e estendeu seu espírito à Lei nº 10.098, de modo que as pessoas com neoplasia maligna tenham acesso também às vagas reservadas nas áreas de estacionamento de veículos localizadas em vias ou em espaços públicos.

Nas razões apresentadas junto ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016, argumenta-se que deve ser corrigida a desconsideração com as pessoas portadoras de neoplasias malignas, "visto que há previsão de acentuado aumento da incidência dos vários tipos de câncer. Com efeito, as neoplasias malignas já são a segunda maior causa de mortalidade no Brasil".

Após seu exame por esta Comissão, o Projeto de Lei nº 6.551, de 2019, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos.

A análise é bem curta, e eu passo a lê-la também, Sr. Presidente.

Conforme o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria atinente à proteção dos direitos humanos, o que faz regimental seu exame do Projeto de Lei nº 6.551, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diz mais a nobre Senadora Relatora Mara Gabrilli: não se observam obstáculos de natureza legal ou constitucional à proposição analisada. Muito ao contrário, a matéria anda bem próxima ao espírito da lei brasileira, que consagra como importante adjutório na promoção dos direitos humanos o atendimento prioritário e a reserva de assentos em transportes coletivos e de vagas em vias ou estacionamentos de uso coletivo.

Usualmente em sofrimento, as pessoas em tratamento de neoplasias malignas terão solidariedade dos concidadãos – convocada pela lei.

E, por fim, observamos que as alterações feitas na Câmara dos Deputados aprimoraram a proposição.

Em tempo, apresentaremos um par de emendas de redação, que em nada alteram a substância da matéria, tão somente para adequar o texto oriundo da Câmara dos Deputados à técnica legislativa, diz a Senadora Mara;

Voto.

Ante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.551, de 2019, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 6.551, de 2019, a seguinte redação:
> "Altera a Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário, reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público a pessoa com neoplasia maligna."

É só de ajuste de redação.

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 6.551, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:"

É isso, Presidente.

O relatório é pela aprovação do projeto com as emendas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Fica registrada a leitura do relatório. Assim que nós venhamos a ter o quórum necessário, faremos a votação; se não nesta reunião, na próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3 é do Senador Lasier Martins, com relatoria da Senadora Soraya Thronicke, que não está presente.

O item 4 é um projeto de autoria da Senadora Rose de Freitas, com relatório do Senador Paulo Paim, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia. (*Pausa.*)

A informação que tenho aqui é que esse relatório já foi lido e aguarda, portanto, oportunidade para ser votado.

Bem, o Projeto de Lei do Senado nº 248 é o item 5, que cria o Estatuto do Cigano. O autor é o Senador Paulo Paim, e o Relator é o Senador Telmário Mota, que não está presente também.

Então, vamos para o item 6, que altera o art. 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências. A autoria é do Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia. (*Pausa.*)

Está bem. Eu vou... Não só para prestigiar, mas para agradecer a participação, eu pularei aqui para o item 10 da pauta, que é um projeto do Senador Paulo Paim com a relatoria do Senador Flávio Arns, que está aqui conosco.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 282, DE 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e terminativo na CAS

A relatoria é do Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – ... V. Exa., Senador Humberto Costa.

Cumprimento o autor do projeto, Senador Paulo Paim; os demais Senadores e Senadoras.

A leitura que V. Exa. fez da ementa do projeto já fala bastante do relatório e, por isso, eu passo, então, diretamente à análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para examinar matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos. A dignidade fundamental do trabalhador, a proteção legal contra abusos e o valor social do trabalho estão abrangidos nessa competência.

A alteração promovida na CLT em 2017 ampara a conduta do empregador que indenize o trabalhador apenas pela parte não gozada do intervalo intrajornada, contrariando o entendimento já sedimentado de que esse intervalo deve sempre ser gozado e pago na sua integralidade. Isso fragiliza o direito do empregado ao respeito à sua dignidade fundamental e tal brecha não deve prevalecer.

Notamos, também, que a redação que se pretende restaurar determina que o pagamento pelo intervalo suprimido tem caráter salarial, com todas as implicações legais desse enquadramento, ao passo que o texto vigente fixa o caráter indenizatório, dando tônica mais civilista a uma relação obviamente trabalhista, com reflexos sobre as devidas contribuições. Nisso, também vemos uma distorção.

Finalmente, vemos com preocupação a diferença entre o texto que se pretende restabelecer, que fala em acréscimo de "no mínimo 50%" sobre o valor da remuneração devida pelo intervalo intrajornada suprimido, enquanto a redação vigente substitui esse piso pela determinação de que tal remuneração será de exatos 50%. Isso retira da Justiça a possibilidade de tratar diferentemente dos casos que cheguem à sua atenção conforme as distintas e diversas situações de fato.

Desse modo, vemos mérito na matéria do Senador Paulo Paim, que protege e promove a dignidade do trabalho e do trabalhador ao restabelecer o texto anterior do §4º do art. 71 da CLT.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2017, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Concluída a leitura, ficamos, então, no aguardo de, na primeira oportunidade, esse projeto, que é um item não terminativo, poder ser votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para V. Exa., que é Relator ainda de outros projetos, o projeto do item de nº 23 da pauta de hoje.

ITEM 23

PROJETO DE LEI N° 4848, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em 07/11/2019, foi concedida vista ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conforme eu informei aqui, o Relator é o Senador Flávio Arns, a quem eu concedo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – É um projeto, como foi dito, de autoria do colega Senador, educador, Confúcio Moura, e eu passo a ler também a análise feita no relatório para o voto.

A proposição objetiva detalhar o direito constante do Capítulo VII da Lei nº 10.098, que trata da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, incluindo-se os serviços de radiodifusão sonora e de imagens.

Esse direito também está previsto na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que orienta os serviços de radiodifusão de sons e imagens a permitir o uso de recursos como a subtitulação por meio de legenda oculta; a janela com intérprete da Libras e a audiodescrição.

O recurso de legenda oculta, ou *closed caption* (CC), está disponível na maioria dos aparelhos de televisão modernos. Por meio dele, é possível exibir ou ocultar legendas eventualmente disponíveis para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programação. De acordo com o item 3.2 da Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, da Anatel, a legenda oculta corresponde à transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.

A legendagem descritiva, de acordo com a Instrução Normativa n.º 128, da Agência Nacional do Cinema, de 2016, possui a seguinte definição e também legendagem descritiva.

Os termos legenda oculta e legendagem descritiva, embora definam técnicas ou tecnologias distintas e complementares, são, conforme as definições das portarias das referidas agências reguladoras, sinônimos.

No que tange aos incentivos constantes da legislação vigente à adoção da legenda oculta por parte dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, a LBI estabelece o seguinte:

> Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
> I - subtitulação por meio de legenda oculta;
> II - janela com intérprete da Libras;
> III - audiodescrição.

A Lei nº 10.098, de 2000, também determina o seguinte:

> Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

Já a Portaria nº 310, de 2006, da Anatel, em seu item 7.1, estabelece prazos para adoção do recurso de legendagem oculta, entre outros, por parte das exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão. A norma determina, a partir da sua publicação, o prazo de 132 meses para que a totalidade da programação diária disponibilize o mencionado recurso de acessibilidade.

É de se notar que a legislação vigente, juntamente com seus regulamentos, já dispõe de forma detalhada sobre o recurso de legenda descritiva, bem como estabelece prazos para a sua adoção por parte das exploradoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. A adoção, por parte dos serviços de radiodifusão, do mecanismo de legenda oculta também já está devidamente tratada pela legislação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o projeto em análise, em seu parágrafo único, quando utiliza o termo "demais mídias", abre espaço para interferência em uma lógica que vem sendo estabelecida há aproximadamente uma década e que, ao nosso ver, deve ser respeitada.

Além disso, é importante reconhecer que há diferenças substanciais nas formas de operação de salas comerciais de cinema, serviços de radiodifusão e demais mídias, como, por exemplo, os serviços de *streaming*.

Não há de se falar em "sessões" no caso da programação das emissoras de televisão, pois uma obra audiovisual pode ser exibida, a seu critério, uma única vez. A aprovação do projeto nos termos originais, a depender das características da obra, poderia gerar conflitos de legendas ou a necessidade de uma segunda exibição que disponibilizasse os recursos de legendagem descritiva.

Ademais, no caso dos serviços de radiodifusão, a viabilidade de disponibilização do recurso de legendagem descritiva pode ser influenciada pela progressiva adoção do sistema de TV digital, ainda em transição no País.

Por esses motivos, optamos por subdividir o parágrafo único do projeto em dois parágrafos, para dar melhor tratamento às diferentes mídias.

O primeiro deles determina que os exibidores de primeira janela e demais mídias disponibilizem, sempre que tecnicamente viável, o recurso de legendagem descritiva.

O segundo estabelece que as salas de exibição comercial exibam sessões com o referido recurso.

Por oportuno, nos valemos da oportunidade desta relatoria para atualizar a terminologia alusiva às pessoas com deficiência na Lei nº 10.098, de 2000, com emendas exclusivamente de redação.

Pelas razões apresentadas, estamos convictos de que as alterações propostas contribuirão para o aprimoramento do texto, respeitando a intenção inicial do nobre Senador e amigo e Líder Confúcio Moura.

Por fim, em relação aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há nada que se opor ao PL nº 4.848, de 2019.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.848, de 2019, nos termos do substitutivo abaixo.

O substitutivo que nós colocamos é um pouco extenso, mas está à disposição também de todos os Senadores e Senadoras, porque o texto já foi distribuído também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da leitura desse item da pauta, nós ficamos agora com a responsabilidade de, assim que tivermos o quórum, nós podermos votar.

Eu vou aqui fazer uma alternância de relatores, primeiro para fazer uma homenagem à Senadora Leila Barros, que tem dois projetos a relatar. Ela representa muito condignamente todas as nossas companheiras Senadoras, tem tido, juntamente com as demais Senadoras, uma participação muito ativa na nossa CPI da Covid. E aí eu passo a ela a palavra para que ela possa relatar o Projeto de Lei 382.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 392, DE 2017

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente Humberto Costa, Presidente da nossa querida Comissão de Direitos Humanos. Prazer estar com o senhor e com todos os Senadores e Senadoras nesta tarde aqui de segunda-feira, já iniciando uma semana quente, com muitos trabalhos. E obrigada aí pelo reconhecimento e carinho.

Bom, eu vou ao parecer, ao relatório.

Vem à análise da Comissão o PLS nº 392, de 2017, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil.

A proposição, que não recebeu emendas, apresenta somente dois artigos. O art. 1º estabelece que os profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil devem se submeter a exame psicológico periódico. E o art. 2º fixa a cláusula de vigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor lembra a tragédia ocorrida na cidade mineira de Janaúba, em que vigilante provocou um incêndio criminoso na creche em que trabalhava – levando a óbito dez pessoas, entre crianças e funcionários da creche – e causou perplexidade e luto em todo o País.

Esse fato levou o Senador a considerar importante haver algum tipo de monitoramento periódico dos profissionais que lidam diariamente com crianças em creches e instituições de ensino infantil e a propor, para isso, a exigência de que tais profissionais apresentem periodicamente, à direção da instituição, atestado que demonstre o necessário equilíbrio psicológico para trabalhar nesses locais.

Ele acredita que irá aumentar a segurança de todos, sobretudo das crianças, e defende a proposta como uma medida preventiva de segurança, superior a qualquer medida repressiva que se possa vislumbrar. O autor julga que seu custo será relativamente reduzido e sua eficácia, satisfatória.

Para evitar o engessamento da matéria, o projeto prevê a edição de regulamento. Segundo o Senador, a norma infralegal poderá determinar o formato do exame, a periodicidade, o credenciamento dos profissionais, os critérios a serem utilizados e as categorias profissionais sujeitas ao exame.

A proposição, Sr. Presidente, foi distribuída à CDH e à CAS (Comissão de Assuntos Sociais), a qual proferirá decisão em caráter terminativo.

Análise.

Nos termos do Regimento, compete à CDH opinar sobre propostas que tratem da proteção à infância, matéria que constitui o objeto do PLS.

É, sem dúvida, meritório o objetivo de garantir a segurança de nossas crianças durante sua permanência em creches e instituições de educação infantil.

Sobre esse tema, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos (CPIMT), publicado em 2018, incluiu um item sobre maus tratos em abrigos e creches.

A CPIMT já teve a iniciativa de apresentar propostas voltadas especificamente para os estabelecimentos de ensino e a contratação de profissionais de educação infantil. No entanto, o escopo de qualquer proposta que tenha o intuito de prover a segurança e a integridade de crianças precisa ser bastante expandido.

Não faz sentido almejar os profissionais de creches e escolas de educação infantil, e não alcançar todas as pessoas que trabalham educando, acolhendo, cuidando ou, de alguma forma, lidando com essas crianças, nas inúmeras instituições e nos locais em que isso ocorre, a exemplo de abrigos infantis, academias de artes, danças, ginásticas e esportes, entidades religiosas, veículos de transporte escolar, serviços de saúde, serviços de assistência social, entidades assistenciais, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, entendemos que a proposta deveria alcançar todas essas situações e todos os profissionais envolvidos no atendimento de crianças e adolescentes. Por essa razão, optamos por alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outro ponto a salientar é que a expressão "avaliação psicológica" costuma ser empregada com um escopo limitado à habilitação ou condição para o exercício de determinadas atividades. Já o diagnóstico de transtornos mentais só pode ser realizado por médico e demanda a realização de "avaliação psiquiátrica".

A avaliação psiquiátrica é também empregada: i) para estimar os riscos de cometimento de atos de violência por pacientes em serviços de assistência psiquiátrica; e ii) em análises forenses relativas a processos judiciais, com os propósitos de avaliar responsabilidade criminal, imputabilidade, capacidade civil, guarda de pessoas, estado mental, capacidade testamentária e outros assuntos (nesses casos, ela pode incluir a "avaliação psicológica" por meio de testes específicos, como, por exemplo, os testes que buscam detectar "tendências pedofílicas").

Dessa forma, empregamos, no texto, a expressão mais abrangente "avaliação de saúde mental".

Optamos, portanto, pela elaboração de substitutivo, para contemplar todas as alterações anteriormente explicadas.

Leio o voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 392, de 2017, na forma do substitutivo, Sr. Presidente, que já está disponível para todos os colegas, anexado a este relatório.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela leitura do seu relatório e, ao mesmo tempo, informo que, assim que nós tivermos quórum, faremos a votação desse projeto de lei, que é não terminativo.

Quero pedir a V. Exa., Senadora Leila Barros, que possa também fazer a leitura do relatório de V. Exa. do item 14. V. Exa. tem esses dois projetos para relatar.

Esse projeto de lei estabelece... É o Projeto de Lei do Senado nº 522, que estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 522, DE 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Sr. Presidente!

Então, nós vamos ao relatório.

Vem ao exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 522, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. A iniciativa pretende estabelecer diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.

Para isso, elenca critérios que deverão ser observados quando do projeto, da fabricação, da instalação ou da montagem do equipamento. Obriga-se a adoção automática das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a sinalização dos equipamentos, a obrigação de responsabilidade de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e especificidades dos equipamentos a serem utilizados por pessoas com deficiência.

A proposição esclarece que as pessoas físicas e jurídicas que fizerem uso dos equipamentos devem submeter-se aos termos da proposição e fixa uma série de definições.

O projeto estabelece os itens com que o equipamento deverá contar e remete a lei e seu cumprimento às normas da ABNT e às do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

O art. 7º dá cento e oitenta dias para adaptações e estabelece critérios para a solução de casos de adaptação problemática em razão de características da edificação.

Na justificação, o autor esclarece que busca possibilitar o uso autônomo e seguro de escadas e esteiras rolantes por todas as pessoas, independentemente de idade, estatura e condição física ou sensorial. Para o autor, nem sempre projetos ou instalações observam as condições de segurança padronizadas, as recomendações do fabricante ou a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição será posteriormente remetida ao exame da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para decisão terminativa.

Não foram apresentadas, Sr. Presidente, emendas.

A análise.

Estamos de acordo com a iniciativa. Acidentes em escadas rolantes são mais comuns do que imaginamos. O assunto merece ser enfrentado de forma adequada, dado o risco que esses equipamentos causam à vida e à integridade física de todos, em especial de crianças pequenas e de pessoas com mobilidade reduzida. Entendemos que a proposição tem o mérito de oferecer uma contribuição para atenuar o risco. Entretanto, percebemos a necessidade de efetivar alguns reparos.

O PLS inspirou-se em normas técnicas expedidas pela ABNT. A incorporação por uma lei de normas técnicas pode causar efeito contrário ao esperado, pois cristalizará um marco regulatório que, por sua natureza, está em constante evolução. Assim, uma lei que dispõe sobre normas técnicas tende à obsolescência ou mesmo a criar um conflito entre a lei, mais estática, e a norma técnica, mais dinâmica, sobretudo em face da constante renovação tecnológica. Portanto, sugerimos a adoção de texto que exija a observância das normas do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), sem prejuízo de outras normas de segurança expedidas por órgãos públicos no exercício de suas atribuições.

Outro ponto que observamos é a atribuição de novos significados a termos e expressões do senso comum, o que não nos parece em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, bem como a conceitos já legalizados em nosso ordenamento, como ocorre com o "desenho universal", definido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Sob essa ótica, Sr. Presidente, a proposição concorre com norma internacional de *status* constitucional entre nós, o que merece reparos.

O voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto nº 522, de 2015, na forma da seguinte emenda substitutiva... Da mesma forma, o texto é um pouquinho amplo, e este substitutivo também está disponível para todos os nossos colegas dentro do nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Leila Barros, agradeço a V. Exa. a elaboração do relatório e a leitura. E também fica este projeto no aguardo de que nós possamos ter quórum para a sua votação. É um projeto também não terminativo.

Eu quero fazer mais uma – a terceira – homenagem a V. Exa. e vou pedir ao Senador Paulo Paim, que é Relator de um projeto da autoria de V. Exa... É o Projeto nº 116, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 116, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Qual é o item, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item 15.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Está aqui na mão.

Eu agradeço muito, Presidente Humberto Costa, por me dar essa oportunidade de ler um projeto de iniciativa da nossa querida Leila. O Plenário fez uma homenagem linda para ela em relação às Olimpíadas, em Tóquio, e eu tive a satisfação de poder dar uma palhinha lá.

Sabe que repercutiu mais a minha palhinha que eu dei ali do que outras falas que eu fiz, viu Leila? Devido ao teu prestígio junto ao povo brasileiro.

Meus parabéns!

Mas vamos lá, Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) n° 116, de 2020, de autoria da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa se propõe a alterar a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 –, para dispor que as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral podem ser perpetradas por quaisquer meios, inclusive eletrônico.

Em seu art. 1º, o projeto apresenta seu objeto.

Já em seu art. 2º, a proposição acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei Maria da Penha – foi o que nós já falamos hoje aqui, completou 15 anos dia 07 –, dispondo que as formas de violência previstas nos incisos II a V daquele artigo podem ser perpetradas por quaisquer meios, inclusive eletrônicos.

Por fim, o art. 3º da proposição determina o início da vigência da lei na data de sua publicação.

Vamos agora à análise direto, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito a direitos da mulher, o que torna regimental seu exame da matéria.

O projeto em tela é tempestivo e oportuno. A emergência da revolução tecnológica recente trouxe em seu âmago novas possibilidades de violações de direitos humanos, com a privacidade de muitos, mas as mulheres, em particular, sujeita à exposição com poucos cliques pela internet.

Nesse sentido, mostra-se necessária a atualização da Lei Maria da Penha a fim de prever expressamente em seu texto, sem margem para dúvida, que as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral são passíveis de cometimento inclusive por meio eletrônico. Dessa forma, afasta-se por completo qualquer interpretação nefasta que entendesse o caráter remoto (pela rede) do delito como um excludente do cometimento do crime.

Ressalve-se a sabedoria do projeto, da nossa querida Leila, ao não abrigar o inciso I do art. 7º da Lei Maria da Penha, que trata da violência física, como sujeita ao cometimento por meio eletrônico.

Diante do exposto, cumprimentando a Senadora, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 116, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Paulo Paim, muito obrigado a V. Exa. pela leitura do relatório.

Trata-se de um projeto não terminativo, no entanto, nós não temos quórum no dia de hoje até agora, de modo que fica sobrestado e será votado na próxima reunião em que nós tivermos o quórum.

Eu queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Leila, com a palavra, pois não.

Trata-se de um projeto de V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Imagina. Muito rápido, Presidente Humberto.

Primeiro quero agradecer ao senhor por ter pautado, ainda mais por designar um Relator como o Senador Paim, que, enfim... Tive a oportunidade... Na CDH, nesses dois últimos anos, acompanhei muito o trabalho, porque era membro da CDH e o Paim era Presidente. Então, fez um belíssimo trabalho e certamente só vai dar continuidade a isso.

Quero só agradecer. A iniciativa aí é aprimorar mais ainda a Lei Maria da Penha, abrir esse escopo com relação a essa violência que é eletrônica, é real, ela existe e é justamente ligada a essa questão da violência sexual, psicológica, e a gente sabe que, por meio eletrônico, nas redes sociais, elas estão cada dia mais evidentes.

Então, quero parabenizar o Senador Paulo Paim pelo relatório e pedir a colaboração de todos os colegas aí para a gente, enfim, cada vez mais aprimorar a lei e fechar mais esse cerco com relação a esses índices de violência contra a mulher no nosso País.

Muito obrigada, viu, Senador Paim?

Obrigada, Presidente Humberto Costa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Leila. Muito em breve estaremos aprovando aqui a proposição de V. Exa.

Eu quero passar para o Senador Flávio Arns. Ele tem mais dois projetos para serem relatados, o 29 e o 30, e eu passo a V. Exa., para que agora faça o 29 e, logo em seguida, o 30. Depois eu retorno ao Senador Paulo Paim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Se V. Exa. me ajudar, Senador Humberto Costa, o 29 é o...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item 29 é o que trata, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para elevar o número e o percentual de assentos reservados a pessoas idosas no transporte coletivo público urbano e semiurbano e no transporte coletivo interestadual. É do Senador Carlos Viana e ele é relatado por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29

PROJETO DE LEI N° 6396, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para elevar o número e o percentual de assentos reservados às pessoas idosas no transporte coletivo público urbano e semiurbano e no transporte coletivo interestadual.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CI.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Senador Humberto Costa.

De fato, é o projeto de autoria do colega Senador Carlos Viana.

Passo à análise na leitura.

No mérito, o projeto chega em boa hora.

O projeto cuida do direito de ir e vir da pessoa idosa, traduzido no acesso aos meios de transportes públicos.

A gratuidade no transporte urbano é direito de todos os passageiros com mais de 65 anos. A finalidade da regra constitucional é garantir sua participação na vida comunitária, sendo a mobilidade urbana fator indispensável para a dignidade e o bem-estar dessas pessoas.

A reserva de 10% prevista no Estatuto do Idoso se refere à quantidade de assentos sinalizados como de acesso preferencial destinados a elas. O Estatuto estabelece, ainda, que tanto a gratuidade quanto a reserva de assentos para as pessoas com idade entre 60 e 65 anos ficará a critério da legislação local.

Algumas capitais têm adotado legislação própria para determinar que todos os assentos do transporte público urbano e semiurbano são do tipo preferencial e, portanto, estão disponíveis para a população que a eles faz jus, entre os quais a pessoa idosa. É o caso do Rio de Janeiro e de Brasília, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a gratuidade no transporte interurbano é trazida pelo art. 40 do Estatuto do Idoso.

Sabe-se, a partir de notícias veiculadas pela imprensa, que é grande o número de pessoas que buscam esse direito e encontram muitas dificuldades em seu caminho. Há relatos sobre pessoas idosas enfrentando filas de até 12 horas na busca das passagens gratuitas. Entre as queixas apresentadas, destaca-se a da exigência das empresas de transporte de que a pessoa vá pessoalmente ao guichê nos terminais de transporte, uma vez que as empresas não disponibilizam tal serviço por meio da internet, como fazem para o público pagante.

Conforme informação da ANTT publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 25 de junho de 2018, foram emitidas 916 mil gratuidades no transporte rodoviário de longa distância para idosos no período de janeiro a setembro de 2017. O número representa 3,3% do total de 27,7 milhões de passageiros nesse período.

Assim, considerando os fatos apresentados, e no sentido de buscar o aperfeiçoamento da matéria, apresentamos quatro emendas ao texto.

É que, sendo um direito de toda pessoa com mais de 65 anos a gratuidade no transporte urbano e semiurbano, e, ainda, constatada a tendência das cidades de facultar a elas o direito de ocupar qualquer assento de sua preferência, decidimos propor a alteração do art. 2º do projeto, a fim de estabelecer que a reserva de assentos será de, no mínimo, 15%. A mudança que apresentamos torna evidente que esse percentual é o menor a ser fixado, não restringindo as iniciativas de sua elevação, caso assim os Municípios julguem adequado.

Outra emenda determina que as operadoras do sistema de transporte ofereçam às pessoas idosas as mesmas plataformas de aquisição de bilhetes disponíveis para outros passageiros. Assim, caso a empresa venda passagens pela internet, ela também deverá disponibilizar tal serviço para a pessoa idosa com direito à gratuidade.

As demais emendas atualizam a ementa e o art. 1º do projeto, de maneira a atualizar o objeto da matéria para informar sobre as alterações que sugerimos nas emendas anteriores.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 6.396, do Senador Carlos Viana, de 2019, com as emendas que a gente apresenta e cuja síntese eu acabei de fazer.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns, agradeço a V. Exa. pela leitura do seu relatório e, mais uma vez, comunico que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata de um projeto não terminativo e que, assim que tivermos o quórum necessário, faremos a sua votação.

De imediato, eu passo a palavra a V. Exa. para que possa relatar o seu último projeto de hoje, que é de autoria do Senador Jorge Kajuru.

ITEM 30

PROJETO DE LEI N° 33, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Com a palavra V. Exa., o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa.

Passando à análise do projeto, conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de matérias respeitantes à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que evidencia ser regimental o seu exame do Projeto de Lei nº 33, de 2020, do nobre Senador e colega, inclusive de partido, do Podemos, Kajuru.

Não se divisam, tampouco, óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição.

Quanto ao mérito, a solução proposta pelo autor é bastante meritória, merecendo prosperar. Julgamos, contudo, haver utilidade no oferecimento de emendas para aperfeiçoar o texto.

Acreditamos ser necessário ajuste redacional ao novo §5º, de modo a tornar mais preciso o comando que contém, para dispor que as condições equitativas de desenvolvimento profissional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção e remuneração devem ser exigidas da empresa desde que haja o desempenho de funções similares entre seus empregados com e sem deficiência.

Ademais, retiramos o comando do novo §7º, por entender que será visto pelas empresas como um novo fator de cálculo, o que pode gerar efeito contrário ao pretendido pelo dispositivo, considerando ser notório que muitas empresas já contabilizam as multas como custos.

Por fim, vamos aproveitar a boa ideia da divulgação de cadastro de adimplentes e de inadimplentes para nele incluir as empresas que contratam pessoas com deficiência sem ter obrigação legal de fazê-lo, o que é muito importante. Essa, de fato, é a responsabilidade social. Se a gente faz, porque a lei determina, é uma obrigação legal; se a gente faz sem a determinação legal, isso, de fato, caracteriza a responsabilidade social.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2020, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se a seguinte redação ao §5º que o art. 1º do Projeto de Lei nº 33, de 2020, acrescenta ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:

> "§5º A empresa proporcionará condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração entre seus empregados com e sem deficiência que exerçam funções similares, devendo, em caso de descumprimento, pagar ao trabalhador discriminado o valor da diferença da remuneração apurada, acrescido de indenização de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento)."

EMENDA Nº – CDH

Suprima-se o §7º que o art. 1º do Projeto de Lei nº 33, de 2020, acrescenta ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

E, finalmente, a última emenda.

EMENDA Nº – CDH

Renumere-se o §8º que o art. 1º do Projeto de Lei nº 33, de 2020, acrescenta ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, como §7º, com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"§7º Compete à União manter e publicar, periodicamente, conforme regulamento, lista das empresas que cumprem e que não cumprem o disposto neste artigo, bem como relação de empresas que contratam pessoas com deficiência sem ter a obrigação legal de fazê-lo."

É o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns, agradeço a V. Exa. a leitura do seu relatório.

Quero registrar aqui, mais uma vez, que não havendo quórum regimental, embora seja um projeto não terminativo, nós faremos a sua votação na primeira oportunidade em que nós venhamos a ter o quórum regimental.

Eu vou passar ao Senador Paulo Paim. Vou pedir a ele que faça a leitura de dois relatórios, o 13 e o 16, a não ser que V. Exa. tenha prioridade de algum entre os demais – pois são muitos o que V. Exa. tem para relatar –, porque eu espero, logo depois dos seus dois relatórios, concluir a nossa reunião na tarde de hoje. Pode ser o 13, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Tranquilo, Sr. Presidente. Pode ser o 13. Eu posso ir direto à análise. E também o 16.

Mas, se o senhor me permitisse, o último item da pauta nossa pauta de hoje é aquela ideia da Subcomissão da igualdade racial da luta contra os preconceitos. Se a gente pudesse deixar ele entre os apresentados e lidos, para darmos quórum no momento adequado. O.k. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente. É o de nº 50. É isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 507, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes.

Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH.

- Em 10/12/2019, a matéria foi aprovada na CAS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Está bom. É um requerimento.

Então, vamos já, de imediato, a esse relatório, indo diretamente à análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção à infância e à juventude, que vem a ser o objeto do PLS 507, de 2018.

Estamos inteiramente de acordo com as ponderações lançadas pelo Senador Styvenson Valentim no brilhante relatório que apresentou perante a CAS.

De fato, é peremptória e urgente a ampliação da cobertura da assistência social, com o objetivo de oferecer uma transição mais suave aos adolescentes desligados e em processo de desligamento de instituições de acolhimento institucional.

O acolhimento institucional é o programa da assistência social prestado por instituições que oferecem abrigo temporário a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta. É nestes locais que crianças e adolescentes refazem seus laços afetivos, estabelecem vínculos de amizade e companheirismo, aprendem uns com os outros e se ensinam mutuamente, ajudam-se a superar os desafios decorrentes do afastamento do convívio familiar.

Agora imaginemos uma pessoa jovem que chega aos 18 anos em regime de acolhimento institucional e se vê na iminência de ter que deixar não somente o lugar que reconhece como sua casa, mas, principalmente, os amigos e profissionais que a apoiaram por anos e passaram a ser sua referência de família. Essa pessoa iniciará a vida adulta com uma nova perda imensurável e terá de, novamente, reconstruir-se, começar de novo, sem que lhe seja garantida uma fonte de renda capaz de minorar os efeitos do desligamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, não podemos aceitar que o desligamento da instituição de acolhimento institucional seja sucedido por uma situação de abandono desse ou dessa jovem. Por tal motivo, manifestamos nosso total apreço pelo projeto de lei sob análise.

A proposição assegura a oferta de moradia acessível a jovens desligados ou em processo de desligamento das instituições mencionadas. Denominadas de repúblicas, tais espaços viabilizarão a construção de autonomia pessoal do jovem, possibilitando o desenvolvimento de autogestão, autossustentação e independência. Com o suporte prestado pelas repúblicas, jovens terão condições de se preparar para assumir as futuras responsabilidades inerentes ao processo de amadurecimento.

Nesse sentido, o projeto prevê a inserção deles em programas de profissionalização, inserção no mercado de trabalho, habitação e inclusão produtiva. Além disso, não menos importante é o incentivo para o engajamento em atividades culturais, artísticas e esportivas, bem como para o estabelecimento de vínculos comunitários e para a participação social. O desenvolvimento das referidas dimensões da vida humana permitirá aos jovens encontrarem um novo lugar no mundo e não se perderem pelo caminho da solidão e do desamparo.

Sr. Presidente, estou aqui à procura do autor desse projeto, que não li ainda. (*Pausa.*)

O projeto vem apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos.

Ficam aqui os meus cumprimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos pela apresentação desse projeto.

Já li todo o relatório.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2018, apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Flávio Arns pede a palavra. É sobre o relatório? (*Pausa.*)

Apenas para registrar, agradeço ao Senador Paulo Paim pela elaboração e apresentação do seu relatório, que será votado também na primeira oportunidade.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu só indago de V. Exa., Presidente... É que sou relator também do Projeto 1.246, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei 9.394, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Eu não sei qual é o item da pauta, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós tínhamos aqui...

Cometemos um equívoco. É como se V. Exa. tivesse lido, mas, na verdade, não leu. É o de número 17.

Logo após o Senador Paulo Paim e a própria leitura do requerimento do Senador Paulo Paim, eu passo a V. Exa. para leitura do item 17. É possível?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Isso. É possível, sim.

Eu até conversei pelo WhatsApp com a Senadora Mara Gabrilli, e ela tem o interesse de fazer um debate maior sobre o assunto. Eu disse que seria perfeitamente possível, mas, como este projeto vai passar por várias Comissões, nada impede de nós o analisarmos na Comissão de Direitos Humanos, sendo que ele será certamente terminativo na Comissão de Educação. Então, eu não me oponho, obviamente, às audiências, que acho muito oportunas, particularmente agora que as Comissões voltaram a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ITEM 17

PROJETO DE LEI N° 1246, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativa na CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Ela propõe uma alteração na LDB – passo a ler a análise – que diz respeito à proteção da infância e da juventude.

Quanto ao mérito da proposição, é importante reconhecermos que são distintos os grupos de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e transtornos mentais – até V. Exa. pode nos ajudar muito, como médico dessa área, inclusive.

Nem sempre um transtorno mental acarretará a condição de deficiência, considerada um impedimento de longo prazo que, em interação com barreiras, obstrui a participação plena e efetiva do aluno na sociedade, conforme dispõe o art. 2º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Da mesma forma, não se pode confundir transtornos globais de desenvolvimento – de natureza intelectual – com transtornos de ordem mental. Por fim, alguns estudos reconhecem a dupla excepcionalidade, ou seja, a presença de alto desempenho, talentos ou habilidade ocorrendo em conjunto com desordens psiquiátricas ou deficiências intelectuais. Trata-se, porém, como a própria expressão sinaliza, de uma exceção e não de uma associação direta, mas igualmente merecedora de atenção do legislador para que as pessoas com essas condições tenham seus direitos respeitados e a possibilidade de acesso a condições adequadas para o seu desenvolvimento intelectual.

Dessa forma, para se beneficiar das normas que garantem o tratamento educacional especializado – melhor aqui o atendimento, mudar a palavra tratamento por atendimento –, educandos com transtornos mentais devem, em princípio, apresentar também a condição de deficiência, de transtorno global de desenvolvimento ou de superdotação.

Alunos com transtornos mentais enfrentam numerosos obstáculos no processo de aprendizagem. Entre eles, podem estar desatenção, falta de concentração, ansiedade e isolamento, sobre os quais encontramos farta literatura especializada. O suporte específico ao estudante tem potencial para atenuar as dificuldades causadas por condições particulares do indivíduo e, em consequência, reduzir as chances de fracasso escolar e agravamento da exclusão social.

Resta saber se essa população discente efetivamente se beneficiaria do tratamento ou atendimento educacional especializado que hoje a lei garante apenas aos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e superdotação.

Até os anos 80 a Educação Especial pautava suas ações a partir de diagnósticos e abordagens médicas da deficiência, que a associavam a padrões de anormalidade: indivíduos com essa condição eram pessoas a necessitar de tratamento e cura, práticas e concepções que passaram a ser questionada por profissionais, segmentos afins, famílias e pelas próprias pessoas com deficiência, possibilitando debates, reflexões e a adoção de novas abordagens em relação às pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, nas últimas décadas, assistimos a uma verdadeira revolução: a abordagem médica deu espaço à concepção biopsicossocial da deficiência e, com isso, provocou a substituição do paradigma da integração pelo da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, pois passamos a compreender que a sociedade deve incluir todas as pessoas e que qualquer exclusão, ou barreira, é uma falha da coletividade antes de ser um defeito da pessoa que não corresponde a padrões socialmente construídos.

Acompanhando essa tendência, a educação especial hoje busca a inclusão plena dos estudantes com deficiência. Com foco na inclusão, essa modalidade de atendimento educacional desenvolve e utiliza metodologias específicas, com recursos pedagógicos próprios, para responder às necessidades educacionais vivenciadas pelos discentes com deficiência no seu processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, apresentada pelo Ministério da Educação em 2008, a educação especial deve ofertar ao público-alvo oportunidades de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva. O atendimento é realizado por profissionais com conhecimentos específicos no ensino de libras, da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema braile, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e da tecnologia assistiva. Além disso, as escolas devem contar com instrutor, tradutor/intérprete de libras e guia intérprete, bem como monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Por outro lado, em relação aos alunos com transtornos mentais, a literatura especializada recomenda que o tratamento seja prescrito por profissional de saúde mental.

É inegável o papel da escola nesse processo, por ser um local privilegiado para a observação das necessidades desses alunos. A equipe escolar pode contribuir de modo relevante para o diagnóstico e para a condução do tratamento de transtornos mentais.

Entendemos, portanto, que, para esse segmento de educandos, a orientação adequada é o acompanhamento por profissionais da área de saúde. Em outras palavras, não seria benéfico para a aprendizagem dos educandos com transtornos mentais a extensão, por si só, dos procedimentos metodológicos adotados pela educação especial, a que fizemos ampla referência anteriormente.

Contudo, consideramos importante olhar para as necessidades desses educandos, motivo pelo qual recomendamos a aprovação do projeto, na forma de um substitutivo que reforça a instituição de um atendimento específico e adequado para alunos com transtornos mentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para sintetizar rapidamente, se isso for possível, a gente pensar que os alunos com deficiência estão na área sensorial, estudos globais de desenvolvimento, superdotação, que é uma necessidade também na área intelectual, e os transtornos mentais têm que ser bem atendidos enquanto crianças e adolescentes porque a gente chega a ver, em estatísticas a que eu tive acesso, por exemplo, que numa escola de mil alunos, 200 alunos estavam, de alguma forma, sendo tratados por transtornos mentais: medo, isolamento, depressão e tantas coisas que acontecem na área mental.

Então, há grande necessidade de uma interação entre o pedagógico, quando os alunos estão numa quinta série, sexta série, no ensino médio, no quarto ano, no primeiro ano, com os profissionais da saúde.

Então, no voto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.246, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

> PROJETO DE LEI Nº 1.246, DE 2019
> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir aos educandos com transtornos mentais atendimento adequado por profissional da área de saúde, preferencialmente na rede regular de ensino.

Eles estão na escola, a parte pedagógica pode contribuir decisivamente com isso e tem que haver uma interação forte entre o pedagógico, mas já que a criança fica lá quatro, cinco, seis ou mais horas por dia, a criança e o adolescente e o adulto eventualmente, na EJA, Educação de Jovens e Adultos, a interação da saúde com a educação.

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:
> "Art. 4º
> .....
> .....
> XI – atendimento adequado por profissionais da área de saúde aos educandos com transtornos mentais, preferencialmente na rede regular de ensino. " (NR)

Dentro da escola como acontece em países desenvolvidos que também fazem essa sistemática, que adotam esse caminho.

> Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 360 dias de sua publicação oficial.

A Senadora Mara Gabrilli, autora do projeto, a quem eu quero parabenizar pela atuação, pelas ideias, gostaria de se aprofundar no tema também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho interessante, é uma área necessária a ser debatida e discutida no Brasil, mas vai haver ainda um caminho na Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Educação, na própria Comissão de Direitos Humanos e, a partir desse debate, podemos achar os caminhos que sejam mais interessantes.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. A leitura do projeto não elimina a possibilidade da realização de audiências públicas e discutiremos aí, na próxima ou nas próximas reuniões, o encaminhamento a ser dado.

Eu retorno a palavra... Ah, antes do Senador Paim, pediu a palavra aqui o Senador Izalci. Aí, de imediato, eu passo ao Senador Paim para que ele leia o outro relatório e o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu só quero, primeiro, parabenizar V. Exa. pelo reinício dos trabalhos semipresenciais. Eu estava acompanhando aí, ao mesmo tempo, a Comissão de Educação, o Plenário, e ainda fui convidado para a reunião de Líderes do Congresso aqui, mas não dá para quatro reuniões no mesmo horário. E a própria Senadora Mara me pediu, e fiz já esse apelo à Comissão de Educação, que segunda-feira é um dia de planejar a semana, pelo menos é o argumento, é um argumento forte de que segunda-feira não tem tradição de comissões, e vamos levar essa questão para a reunião de Líderes, porque, de fato, a gente vai ter problema de matérias terminativas dependendo da Comissão. Na Educação mesmo precisamos de 15, no mínimo, lá, 14, 15 presenças, e a gente não consegue.

Então, só para pedir a V. Exa. também, que é Líder do Partido dos Trabalhadores, para discutirmos essa matéria na reunião de Líderes, porque prejudica por serem duas três Comissões. Segunda-feira normalmente há debates, audiências públicas importantes, e às vezes a gente não pode participar porque não é bom participar de duas, três reuniões ao mesmo tempo. Então, é só um apelo, aproveitando a presença dos Senadores e a liderança de V. Exa. para refletirmos sobre isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Izalci, primeiro, muito obrigado pela participação de V. Exa. nesse esforço para que nós possamos fazer a nossa Comissão funcionar.

Segundo, é importante informar quem está nos acompanhando que essa foi uma resolução da Comissão Diretora do Senado Federal e que caberá a ela rediscutir. Existem essas dificuldades realmente, mas também, no momento em que a Comissão de Direitos Humanos compete com outras, também nós encontramos dificuldades. Mas não tenha dúvida de que a preocupação de V. Exa. e da Senadora Mara Gabrilli são preocupações pertinentes.

Eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele faça a leitura do item 16, não é Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, 16.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Do relatório do item 16 da pauta, e, logo, em seguida, para que possamos fazer a leitura do seu requerimento.

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 401, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH.

- Em 03/12/2019, a matéria foi aprovada na CAS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – O.k., vamos tentar simplificar ao máximo.

Vem à Comissão o Projeto de Lei nº 401, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, que foi um dos construtores, lembro eu da época, do Estatuto do Idoso, que eu apresentei, mas ele foi fundamental, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa a partir dos 50 anos, podendo esse limite etário ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial. Se a proposição for aprovada, a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Estou aqui para mostrar a proposta do meu querido amigo, Deputado Eduardo Barbosa. Eu já vou direto para a análise, onde é muito clara a extensão da redação dada.

A ideia é estender para indivíduos nessa condição a proteção conferida aos idosos por normas específicas, notadamente o Estatuto do Idoso. Além disso, o projeto viabiliza a aplicação de conceitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envelhecimento ativo para as pessoas com deficiência, minimizando os possíveis impactos negativos do avanço da idade em um grupo social especialmente vulnerável.

Envelhecimento é algo inexorável, todos seremos convidados a experimentá-lo, todos vamos envelhecer, se não morrermos antes. Devemos fazer o que estiver ao nosso alcance para garantir às pessoas com deficiência um envelhecimento saudável e em condição de dignidade, marcado pela autonomia e independência tanto quanto possível, tão logo apareçam os primeiros sinais da sua etapa final.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 401, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. a leitura do item 16. Trata-se de um projeto não terminativo.

Não temos hoje o quórum suficiente para a sua votação. Porém, na primeira oportunidade, nós faremos a discussão dessa matéria.

Bom, por último, o item 50.

ITEM 50

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 26, DE 2020

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias, acompanhar e instruir políticas para promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, de forma muito rápida, requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, para, no prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias, acompanhar e instruir políticas para promoção da igualdade racial e do combate ao racismo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A justificação é longa, Sr. Presidente, mas todos conhecem a matéria. Já tivemos, no passado, uma Subcomissão nesses moldes.

O racismo estrutural é muito contundente no Brasil, e esta Comissão poderia, então, reunir especialistas a debater o tema, e tudo aquilo que acharmos de extrema importância, na minha avaliação, Presidente, levaremos, então, para a Comissão principal, para a gente aprofundar esse tema de combate ao racismo e ao preconceito.

Eu, por exemplo, tenho um outro requerimento, a pedido do próprio – mas não preciso apresentar hoje, não –, exatamente a pedido do Senador Romário, para que eu discuta, com profundidade, o racismo estrutural. Mas eu acho que, aprovando a Comissão, aí a gente combina com V. Exa. como é que ela vai funcionar.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Eu queria apenas pedir a V. Exa., que eu entendo que é uma decisão correta, é importante que nós possamos nos aprofundar nessa temática, mas eu gostaria de discutir a matéria. Na próxima semana, infelizmente, eu não poderei estar aqui.

Aí, se V. Exa. não se incomodasse, poderíamos colocar para a votação na semana seguinte. Eu queria discutir apenas alguns aspectos de período, tempo, algumas coisas assim. E ficamos, então, assim. É possível?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sigo a orientação de V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Eu quero, antes de concluir os nossos trabalhos na tarde de hoje, manifestar aqui a minha preocupação, que eu acredito que deve ser de todos os Parlamentares desta Casa, não sei se todos já tiveram oportunidade de ver, mas amanhã, praticamente, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal estarão cercados. Não sei se V. Exa. sabe, amanhã o Presidente da República irá receber um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfile de 150 blindados e mais uma série de outros armamentos, aeronaves, lançadores de mísseis e foguetes, e vai acontecer nas imediações do Palácio do Planalto.

Na verdade, trata-se simplesmente da entrega de um convite ao Presidente da República para que ele presencie uma operação da Marinha na semana que vem. Para isso, bastaria que qualquer militar, representando a Marinha, fizesse a entrega desse convite ao Presidente. Ele, no entanto, aproveitou essa oportunidade para fazer uma demonstração de força, no dia em que o Congresso Nacional votará o projeto que trata do voto impresso.

Aliás, alguns colunistas, entre eles o jornalista Lauro Jardim, lembrou de um fato que V. Exa. teve a oportunidade de acompanhar, que foi na época da votação das Diretas Já, em que o General Newton Cruz sitiou o Congresso Nacional, a Esplanada dos Ministérios, enfim.

Portanto, é uma demonstração desnecessária de força. A mim, parece-me uma pressão e uma tentativa de intimidação do Congresso Nacional, dos outros Poderes aqui no Brasil.

Lamento, porque, em meio a tantos problemas que o Brasil está vivendo hoje, uma pandemia que ainda é grave para a nossa população, o empobrecimento da nossa população, o desemprego, o aumento da inflação, o aumento da desigualdade, o incremento do desrespeito aos direitos humanos no nosso País, e o Presidente da República preocupado em fazer uma demonstração totalmente desnecessária de força no dia de amanhã. Eu lamento e espero que não somente o Congresso Nacional, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara se manifestem e manifestem a sua estranheza diante desse evento, como também o Supremo Tribunal Federal, que se localiza aqui na Praça dos Três Poderes, também possa se manifestar.

Então, eu queria manifestar aqui o meu repúdio, manifestar a minha estranheza em que o Presidente da República, em vez de estar preocupado em cuidar do País, esteja preocupado em cercar o Congresso Nacional e, com isso, tentar intimidar os Parlamentares na votação de um tema que é um tema simples, um tema parlamentar, um tema da legislação do nosso País e que está sendo transformado numa espécie de pretexto para demonstrações desse tipo e quiçá até tentativas de golpe no nosso País.

Bom, eu quero, então, agradecer a presença de todos que aqui estiveram e, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dez minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns, Zenaide Maia e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 43, de 2019 - Não Terminativo - que: "Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6551, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016) - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário a pessoa com neoplasias malignas, bem como reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao PL 6551/2019, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 392, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 507, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2311, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3828, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Protetores de Mamilo (NBCAL), para dispor sobre embalagem, rotulagem e promoção comercial de composto lácteo." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3962, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 5102, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 15 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil." Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 1, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Pandemia" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Feminicídio" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 3, de 2021 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Racismo Estrutural." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 4, de 2021 que: "Requer com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “A pena para crime de injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional: crime de racismo”." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Resultado: Adiado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 6, de 2021 que: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “Dia nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil, seguindo o Dia Internacional da Conscientização da Síndrome do X Frágil”." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Resultado: Adiado. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2021 que: "Requer um ciclo de audiências para debater a SUG 12/2018." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1246/2019, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ‘estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 11, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. Observação: Durante a apresentação do requerimento, o autor acrescentou na lista dos convidados o Senhor Jorge Souto Maior, Professor da USP e Juiz do trabalho. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 12, de 2021 que: "Requer adição de assinatura ao Requerimento 10/2021, SEDOL nº SF/21020.01589-81, de autoria da Senadora Mara Gabrilli." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiada a votação. Às quatorze horas e quarenta e oito minutos o Senador Fabiano Contarato passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinze horas e nove minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Fazem uso da palavra os senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim; e a senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/16

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e, de forma inédita, contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicado Senado Digital.

Quem estiver aqui no plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"votações abertas em Comissões", e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 43, DE 2019

- Não terminativo -

Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

A Senadora Zenaide Maia fez a leitura de seu relatório na reunião, mas estava com problemas em sua conexão.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, se julgar necessário. (*Pausa.*)

Como a Senadora não está presente, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, se julgar necessário, para a deliberação da matéria, para leitura ou manifestação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Boa tarde, Sr. Presidente Contarato. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente, Senadora Zenaide Maia. Eu gostaria que V. Exa. procedesse à leitura, porque, no momento que foi lido, houve problema na conexão. Então, necessário se proceder à leitura novamente do relatório. Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão Legislativa (SUG) nº 43, de 2019, de autoria da Sra. Emilly Silva, que propõe a distribuição gratuita em postos de saúde de absorventes higiênicos para mulheres em situação de rua ou de baixa renda.

A proposta sugere que a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres de rua ou de baixa renda irá garantir uma série de benefícios a essas pessoas, uma vez que permitirá um período menstrual mais higiênico e, consequentemente, uma saúde íntima mais completa.

Da análise.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre as sugestões legislativas.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal e que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH, dando-se conhecimento aos Senadores membros, o que efetivamente ocorreu no presente caso.

Assim, a SUG nº 43, de 2019, encontra amparo regimental para sua apreciação pela CDH.

Cumpre ressaltar, ainda, que não identificamos vícios de juridicidade ou de constitucionalidade em uma hipotética iniciativa legislativa que contemple a sugestão.

Passando a analisar a matéria, desde já registramos que somos favoráveis à presente iniciativa.

Para as mulheres de baixa renda, menstruar pode ser sinônimo de mais um revés em suas vidas já cheias de desafios. Absorventes são produtos caros, de uso contínuo. Um cálculo conservador estima um gasto mensal de R$30 por ciclo menstrual. Lembramos que, hoje, quase 13% dos brasileiros estão em pobreza extrema, vivendo com menos de R$246 por mês. A depender da visão que se tenha, menstruar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser caro – R$30 mensais por pessoa do sexo feminino é um valor significativo para uma família de baixa renda, ou sem nenhuma renda, desempregados.

A pobreza menstrual, ou seja, a falta de condições materiais para adquirir absorventes higiênicos ou produtos similares afeta meninas, adolescentes e mulheres. Sem poder contar com esses produtos, elas mudam radicalmente sua rotina e deixam de estudar e de trabalhar por alguns dias ou então improvisam com os materiais que têm à disposição, por vezes, verdadeiras ameaças à saúde.

A Organização das Nações Unidas considera que a menstruação é tema relevante de direitos humanos, porque às mulheres deve ser garantido o acesso a meios seguros e eficazes de administrar sua higiene menstrual, sem a qual elas não são capazes de se conectar com sua menstruação de forma digna.

No mesmo sentido, a revista *The Lancet* publicou relatório sugestivo de que, pela falta de acesso a produtos adequados, as mulheres não têm outra opção a não ser usar até panos sujos para absorver o fluxo menstrual, expondo-se ao risco de infecções no sistema reprodutivo ou do trato urinário.

Tais estudos são indicativos de que a pobreza menstrual é um sintoma grave da desigualdade de gênero, que invisibiliza demandas de mulheres – especialmente as pobres e negras –, quase nunca lembradas pelos formuladores de políticas públicas. De igual forma, alimenta o círculo vicioso da pobreza e da iniquidade entre homens e mulheres, pois estimula a evasão escolar e o absenteísmo laboral, reduzindo as oportunidades de inclusão social de meninas pela via da educação e reforçando estigmas sobre a incapacidade e fragilidade de mulheres para o trabalho.

Sob o aspecto material, a ideia de estabelecer para o poder público a obrigação legal de combate à pobreza menstrual merece todo o apoio da sociedade. Trata-se de enfrentar um problema que afeta não só o direito à saúde das mulheres, como também o direito à educação, o direito ao trabalho e o direito à igualdade de gênero. Está ainda em plena consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A matéria também foi objeto de preocupação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que, em 11 dezembro de 2020, recomendou ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal a criação de uma política nacional de superação da pobreza menstrual, para garantir que itens como absorventes femininos, tampões íntimos e coletores estejam disponíveis para todas as mulheres e meninas, inclusive as que estejam privadas de liberdade, privilegiando itens que tenham menor impacto ambiental, bem como para que sejam ampliadas ações educativas quanto às medidas de saúde e autocuidado, no sentido de que sejam desenvolvidas relações mais positivas das mulheres e meninas com seu ciclo menstrual. Desse modo, entendemos que a sugestão deve ser acolhida por esta Comissão, transformada em Projeto de Lei do Senado e encaminhada à Mesa para tramitação nos termos previstos no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Risf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitamos para ampliar o caráter protetivo da sugestão que, convertida em projeto de lei passa a alcançar também as mulheres encarceradas.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão Legislativa nº 43, de 2019, na forma do seguinte do seguinte projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2021

Inclui os absorventes higiênicos entre os insumos dispensados no âmbito da assistência farmacêutica integral prestada pelo Sistema Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A assistência farmacêutica integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista na alínea "d" do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compreende a distribuição de absorventes higiênicos para todas as mulheres, atendidos os seguintes princípios e diretrizes:

I – universalidade, inclusive quanto a mulheres em situação de rua ou condenadas ao cumprimento de pena privativa de liberdade;

II – opção por produtos com menor impacto ambiental, sempre que possível;

III – promoção de ações de conscientização sobre a importância da higiene menstrual e do autocuidado.

§1º Estão incluídos no conceito de absorventes higiênicos as calcinhas absorventes, os absorventes externos e internos e os coletores menstruais, descartáveis ou não, desde que devidamente homologados pelo órgão competente.

§2º Os absorventes higiênicos serão dispensados em Unidades Básicas de Saúde às usuárias do SUS devidamente cadastradas e nas quantidades estabelecidas pelo regulamento.

§3º A oferta de absorventes higiênicos para mulheres em situação de vulnerabilidade, em especial as referidas no inciso I deste artigo, far-se-á por meio de ações e programas específicos articulados pelas três esferas de governo, sendo dispensado o cadastro prévio mencionado no § 2º deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Obrigado, Senadora Zenaide. Parabéns pela leitura do relatório.

Não havendo número regimental para deliberação, passamos para outro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 1, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública Pandemia

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Aspas: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a pandemia de covid-19 e os direitos humanos".

Concedo a palavra ao nobre querido Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Senador Contarato, satisfação em estar, neste momento, no Plenário da CDH, sob a orientação de V. Exa., que está como Presidente.

Presidente, como o assunto pandemia de covid-19, queiramos ou não, para o mal ou para o bem, todos desconhecem... Quando eu digo para o mal ou para o bem, para o bem eu diria que felizmente estamos diminuindo, e muito, o número de mortes, mas, por outro lado, nós temos as sequelas ainda do resultado daquilo que nós chamamos de os órfãos da covid-19, como temos também o número de pessoas que faleceram, dos que ficaram com sequela, os órfãos e a situação atual, em que o auxílio de emergência não dá para comprar uma cesta básica. Devido a isso é que apresentei esse pedido de um debate, aqui na Comissão de Direitos Humanos, sobre pandemia de covid-19, o aspecto humanitário e social. Esse é o objetivo dessa audiência pública, Sr. Presidente Contarato. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Não havendo número regimental para deliberar o presente requerimento, concedo a palavra ao querido Senador Paulo Paim para a leitura do item 15.

ITEM 15

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 5, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CDIR.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu vou fazer a leitura do relatório, é um pedido da própria comunidade indígena, que faz esta solicitação.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2020, de autoria do Senador Luiz Pastore, que institui a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a reconhecer, sob a forma de homenagem, importantes contribuições ao indigenismo, ao ambientalismo e ao pacifismo em nosso País.

Para tanto, o autor institui a premiação anual de até cinco pessoas, indicadas por qualquer Senador ou Senadora; constitui o Conselho da Comenda Marechal Cândido Rondon, composto por um Senador ou uma Senadora de cada um dos partidos políticos com assento na Casa, no Senado Federal; dispõe sobre o funcionamento e a renovação periódica deste e determina a ampla divulgação nos meios de comunicação e no Plenário do Senado Federal dos que tenham sido agraciados.

Em suas razões, o autor biografa o Marechal Cândido Rondon para demonstrar, pelas evidências de sua personalidade, a extraordinária adequação de sua memória ao que o Senado entende ser necessário reconhecer em nossos dias, a saber, os méritos de personalidades nos campos do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo brasileiros.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e seguirá para a Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve opinar sobre matéria atinente aos interesses dos povos indígenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dos direitos humanos, o que faz regimental seu exame do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2020.

Não há quaisquer óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição.

E, quanto ao mérito, há que se louvar a qualidade, o acerto e a oportunidade da proposição.

O acerto da proposição deve-se ao investimento simbólico em alguns de nossos mais importantes patrimônios históricos e sociais, a saber, as populações indígenas, nossa rica e diversa natureza e nosso caráter nacional pacífico e ativo.

A oportunidade da iniciativa, por sua vez, refere-se às atuais disputas de valores na sociedade brasileira de nossos dias, em que parece haver a tentativa de elevar a produção de riquezas materiais à condição de único critério para a tomada de decisões políticas e sociais sobre indígenas e meio ambiente. A proposição aponta para a necessária inclusão de outros critérios que qualifiquem tais decisões.

Concluindo, Sr. Presidente, por fim, a qualidade da proposição liga-se à figura do inspirador da comenda. Nas palavras do sempre eterno nobre Senador Darcy Ribeiro, juntadas pelo autor às suas razões, foi Rondon "a mais rica, mais coerente, mais enérgica e mais generosa personalidade jamais criada pelo povo brasileiro". Decididamente, concordamos com as palavras do grande e inesquecível – uma referência para todos nós – Senador Darcy Ribeiro. E acrescentamos que o grande Marechal, falecido já há muitas décadas, novamente se alevanta para indicar rumos certos ao Brasil. Formidável homenagem esta que leva seu nome.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2020.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim, a quem parabenizo pela leitura do seu relatório.

Passamos para o item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública Feminicídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Aspas: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o feminicídio".

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Bem, rápido, Presidente, neste momento em que estamos eu, o senhor e o Senador Flávio Arns na tela, mais as Senadora Zenaide Maia, a Senadora Rose e a Senadora Leila Barros, pelo que estou vendo aqui, já que estamos no virtual.

É inegável: todos nós que estamos aqui sabemos – não é, Senadora Leila? – o quanto que existe, infelizmente, neste País, a covardia, o massacre, enfim, que é o feminicídio, que é o assassinato, a agressão às mulheres e que aumentou durante a pandemia. Por isso, eu fui indicado pela Senadora Zenaide Maia, estou naquele grupo de mulheres – não é, Senadora? A senhora pediu para mim que eu indicasse o meu nome junto com o de V. Exa. pelo nosso grupo lá do PT, já que o PT... E eu fiquei muito orgulhoso quando V. Exa. lembrou o meu nome. Então, eu me somo às 12 mulheres no Senado. Permita-me que eu diga que, ainda hoje, eu dizia que as mulheres no Senado dão um *show:* quando as 12 resolvem aprovar um tema, sai da frente, porque elas o fazem com elegância, com competência, com coragem, carinho e firmeza. Então, não existe quem não acabe não recuando. É com alegria que eu ficaria muito feliz, inclusive, se as Senadoras aqui presentes ou os Senadores, todos os que estão presentes, assinassem junto esse requerimento e que fosse um requerimento não do Paim, mas de todas as Senadoras e os Senadores que estão presentes nesta reunião.

É isso, meu querido Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Como não há número regimental para deliberar o requerimento, passamos para o item 18, Requerimento nº 3, não terminativo... (*Pausa.*)

A querida Senadora Zenaide Maia pede a palavra, a quem eu concedo.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, já é querendo subscrever o requerimento do Senador Paulo Paim, e também falar um pouco sobre essa sugestão legislativa, para que, quando puder votar, a gente já vá sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa pobreza menstrual. Quero dizer o seguinte: isso é muito sério, Presidente e Paulo Paim. É algo que acontece.

É claro que a gente aparentemente, ou a sociedade, não dá tanta visibilidade a essa pobreza menstrual, mas, se a gente sabe que temos mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras na extrema pobreza, é claro que elas não vão ter acesso a esses produtos de higiene pessoal e muito menos aos absorventes. E quero dizer o seguinte: a estatística mostra que, de cada quatro meninas e adolescentes, uma falta à aula mensalmente por causa da falta do absorvente, o que é uma tristeza para o País e que chama atenção da Organização Mundial da Saúde e de todos.

Então, eu quero fazer um apelo aos colegas – já que a gente está só lendo porque não tem quórum –, Presidente Contarato: que a gente faça um esforço concentrado, Paulo Paim e Leila, para a gente aprovar os projetos da CDH e requerimentos o mais rápido possível, porque esse projeto de lei que é de uma sugestão legislativa é uma campanha que vai ser grande – como Paulo Paim falou –, de todos e da Bancada Feminina, porque na hora em que a gente aprovar aqui, a gente vai querer acelerar isso aí.

E, Paulo Paim, eu quero subscrever – sobre o feminicídio – e dizer o seguinte: indiquei e não tenho dúvida de que a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher precisa dos homens também. A gente tem vários Senadores que apoiam a gente na maioria das nossas propostas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia.

Aqui eu quero fazer um registro e um apelo a todos os membros desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. É necessário que a população e os queridos Senadores entendam que esta Comissão possui 19 Senadores titulares e 19 suplentes, e nós precisamos de 10 Senadores para deliberar. Faço aqui um apelo, deste Vice-Presidente desta Comissão, para que os Senadores tenham um comprometimento mais efetivo com esta Comissão de tamanha relevância do Senado Federal.

Como não temos quórum para deliberar, passo ao item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Racismo Estrutural.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, de forma muito rápida, todos nós acompanhamos a realidade do Brasil e o quanto, infelizmente, é o racismo que a gente chama estrutural. É um racismo que vem desde o descobrimento do Brasil, por isso o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura.

Recentemente os Estados Unidos decretaram feriado nacional naquele país, homenageando o fim da escravidão lá. E aqui no Brasil, só para dar um exemplo, nós temos diversas iniciativas nesse mesmo sentido com a data de Zumbi dos Palmares, da Benedita, minha, do Caó, do Abdias, e temos uma recente, Senador Contarato, exatamente do Senador Randolfe. Quando eu vi que o projeto era dele, de pronto me habilitei para relatar para ver se o Brasil também reconhece o quanto que é importante nós combatermos o racismo, enfim, e ter um dia nacional só para discutir todo tipo de preconceito.

Senador Contarato, esta é a minha intenção: nesse dia nós debateríamos todo tipo de preconceito, como uma homenagem à data da morte do Zumbi.

Bom, como não foi possível até hoje, eu entrei aqui na Comissão mesmo para fazermos – V. Exa. está a par já – uma subcomissão para combater o racismo. Conversamos com o Senador Humberto Costa e ficou, na próxima reunião, de aprovarmos essa subcomissão.

Daí eu me somo a V. Exa. na linha de fazer um chamamento ao Senadores para que venham à reunião. Bom, se alguém tem algo contra, peça vista, peça para tirar de pauta. Agora, não dá para simplesmente esvaziar uma comissão, como disse muito bem V. Exa., tão importante como Direitos Humanos. Direitos humanos, como dizia o Senador Cristovam... Na visão dele, o melhor conceito da humanidade é direitos humanos, de ponta a ponta. E ele falou isso, Contarato, num dia em que queriam acabar com a Comissão de Direitos Humanos. E ele se colocou contra – eu era Presidente – e, consequentemente, acabou prevalecendo essa visão.

Agora, o racismo estrutural, enquanto não aprofundarmos, não instalarmos também a Comissão Mista de que todos senhores que estão na Mesa aqui fazem parte, serviria para fazermos um debate especificamente do racismo estrutural. E o Senador Romário, inclusive, é um dos articuladores para fazer uma grande sessão para debater esse tema. Por isso que eu faço um apelo pela aprovação, sem prejuízo de aprovarmos depois a subcomissão de combate ao racismo e ao preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Eu aqui quero fazer um esclarecimento, com toda a humildade. Eu vou tentar ser bem didático. Quando eu vejo as pessoas falando em direitos humanos, banalizando essa expressão, elas não têm consciência da amplitude do que vem a ser direitos humanos. Direitos humanos é o conjunto de direitos que toda pessoa possui, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, deficiência, viver com HIV, ser idosa. Quando esses direitos naturais são positivados dentro de um ordenamento jurídico, eles recebem o nome de direitos fundamentais. Por isso que, na nossa Carta Constitucional – e a espinha dorsal do Estado democrático de direito é a Constituição da República Federativa do Brasil –,, ali nós temos os direitos fundamentais, além daqueles dos quais o Brasil é signatário por tratados e convenções universais.

Inspirado nos princípios da Revolução Francesa, o jurista tcheco Karel Vasak, em 1979, elencou uma categoria de direitos a que ele intitulou gerações de direitos: direitos humanos de primeira geração, segunda geração, terceira geração – e há quem sustente uma quarta geração de direitos humanos.

Então, vamos ter a plena convicção do que vem a ser o conteúdo dos direitos humanos. Eu faço aqui esse apelo a todos nós, porque ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformar a sociedade. E eu estou exercendo o meu primeiro mandato. Eu aprendi, nos livros de Direito, que todo poder emana do povo e deve ser exercido por seus representantes legitimamente eleitos. Passou da hora de os políticos derrubarem os muros do Parlamento e interagirem diretamente com o destinatário do nosso mandato, que é a população: negros, pobres, índios, pessoas em situação de rua, deficientes, adolescentes, todas as crianças, enfim, toda população.

Só faço esse registro porque muito se banaliza o conceito de direitos humanos.

Procederemos agora à leitura do item 21.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar um ciclo de debate do novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018).

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 8, DE 2021

- Não terminativo -

Requer um ciclo de audiências para debater a SUG 12/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

Antes, porém, quero registrar aqui e agradecer por ver aqui o querido Senador Flávio Arns, a querida Senadora Leila Barros, a querida Senadora Rose de Freitas, a minha querida Zenaide Maia e o meu querido e eterno Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, a quem eu concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, de forma muito rápida, o novo Estatuto do Trabalho é uma luta que vimos travando já desde o ano passado e com a construção... A construção não, com a mudança e diversas propostas na CLT, nós acabamos entendendo que deveríamos discutir o conjunto da CLT e acabamos dando o nome de Novo Estatuto do Trabalho.

É uma proposta que visa a atualizar as leis trabalhistas, muito preocupados já com essa medida provisória que está aí para ser votada já na semana que vem, a Medida Provisória 1.045. Só para ter uma ideia, pedi para a minha equipe que, na Medida Provisória 1.045, procurasse os dez piores itens, para que eu pudesse fazer uma fala no Plenário. Disseram: "Não dá para ser só dez". Acabaram achando 19! São 19 mudanças que vão piorar muito o interesse dos trabalhadores do campo e da cidade. Só quem perde são os assalariados: fim de hora extra, décimo terceiro, férias, fiscalização, tudo vai num bolo só, num pacote só, prejudicando os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Com licença, Senador Paulo Paim. Permite-me? Eu estou na dúvida aqui, porque eu anunciei o item 21, que fala do ciclo de debates do Novo Estatuto do Trabalho referente à SUG 12/2018...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... mas eu não sei se o senhor está se referindo ao item 23, que também é um requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, é esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É esse mesmo, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No momento é o item 21 mesmo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito. Então, perdão pela interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... debate do Novo Estatuto do Trabalho, tentando, com as medidas provisórias que estão chegando aí...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu falava, então, agora, desta de que elenquei problemas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo isso vai complicar. O Estatuto do Trabalho tentaria resolver todo o problema correspondente à CLT. De uma forma equilibrada e tranquila, faremos este debate. Isso não prejudica o debate específico da medida provisória.

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Paulo Paim.

Agora, sim, é o item 23.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, mil perdões a V. Exa. se me engano, mas eu não sei se o senhor botou em votação o requerimento anterior do Estatuto do Trabalho, do ciclo de debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador, não coloquei tendo em vista que não há número regimental para deliberação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, muito bem, Presidente. Valeram os mil perdões mesmo. Eu devia estar vendo na tela que não há número para deliberar.

Mas vamos lá, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhista previstas no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Propomos que a audiência tenha a presença dos seguintes convidados: representante das centrais sindicais; representante do Senai; representante do Senac; representante do Senat; Dra. Eneida Dultra, doutora em Direito pela Universidade de Brasília; Sra. Lucimara Malaquias, representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Aí eu faço só uma justificativa dos grandes problemas desta Medida Provisória 1.045 e incluo, Sr. Presidente, ainda, se V. Exa. me permitir, na lista de convidados o Sr. Jorge Souto Maior, professor da USP e juiz do Trabalho, que é um estudioso no tema e me fez um pedido para que eu incluísse também o nome dele para debater. Atualmente, a posição dele é em defesa do mundo do trabalho. Então, em vez desses sete convidados, seriam sete mais um, seriam oito convidados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu vou solicitar o apoio desta Comissão para inclusão dos nomes que V. Exa. acaba de sugerir. Muito obrigado.

Não havendo número para deliberar, passamos para o item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 12, DE 2021

- Não terminativo -

Requer adição de assinatura ao Requerimento 10/2021, SEDOL nº SF/21020.01589-81, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nós requeremos simplesmente a adição de minha assinatura ao projeto de lei registrado no Sedol de autoria da Senadora Mara Gabrilli, ao qual V. Exa. já se referiu.

Esse é o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Neste momento, eu gostaria de passar a Presidência ao querido Senador Paulo Paim, tendo em vista que existem alguns projetos dos quais eu sou Relator, para que eu possa proceder à leitura. Transfiro, neste momento, a Presidência desta CDH ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente, pela honra de voltar a presidir tão importante Comissão, o que fiz inúmeras vezes, por muitos anos, e sempre com apoio dos Senadores e das Senadoras. Por isso eu estou lamentando muito a falta de presença. Não são nem os projetos terminativos; aqui são aqueles projetos que são simbólicos!

Bom, eu faço um apelo – permita-me, Presidente –, em nome de toda a Comissão, como V. Exa. já fez, de novo: se há projeto que eles não querem, por um motivo ou outro, falem com o Presidente Contarato. Com certeza ele vai dizer que tudo bem, esses ou aqueles saem de pauta. Então, esse é o apelo a que eu quero me somar mais uma vez.

Mas, Senador Contarato...

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2311, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A relatoria é do Senador Fabiano Contarato, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o relatório já está disponibilizado a todos os Senadores, solicito a compreensão de V. Exa. para que eu possa proceder à leitura, imediatamente, da análise.

De acordo com o art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção e integração social das pessoas idosas, o que torna regimental o exame do PL nº 2.311, de 2019.

No que diz respeito ao mérito da matéria, não temos dúvidas quanto a seu acerto. Nosso País tem se empenhado muito na promoção do valor da igualdade em diversas direções, seguindo o caminho apontado pela Constituição de 1988.

Quando da edição de seu decreto regulamentador, o art. 40 do Estatuto do Idoso teve seu espírito reduzido, dando lugar à perpetuação de relações desiguais que a norma tinha justamente a finalidade de erradicar. A proposição em exame não é senão mais um gesto de identificação de relação social que permanecia desigual e de sua retificação.

Com a proposição ora em análise, as pessoas idosas economicamente hipossuficientes serão beneficiadas pelo verdadeiro sentido da gratuidade do art. 40, que é generoso e inclusivo. A atual regulamentação condena à espera a pessoa idosa que precise viajar, quando não havia sido essa a intenção do Estatuto do Idoso.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.311, de 2019.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A matéria sai de pauta, porque não há número para deliberar – sai neste momento da pauta, pode voltar se, até o fim da reunião, tivermos número suficiente.

Passo a palavra de imediato ao Senador Contarato, para relatar um projeto da Senadora Juíza Selma. Para ganhar tempo, eu digo quem é o autor – V. Exa. é o Relator – e, na leitura, vai ficar claro o que é o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3145, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996.

Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT)

Relatoria: Fabiano Contarato.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo diretamente à leitura da análise.

Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a análise do mérito deste projeto de lei, nos termos do art. 90, XII, 97 e 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Primeiramente, cabe dizer que solicitamos estudo da Consultoria Legislativa desta Casa para opinar sobre o projeto de lei, o que foi feito na Nota Informativa nº 324/2020.

Nos termos do parecer, o projeto extrapola o que se entende por norma geral, pois, aspas, "dispõe de modo detalhado sobre os temas" – fecho aspas.

Celso Antônio Bandeira de Mello assim escreve sobre o conceito de norma geral – aspas: "Em síntese: a expressão 'norma geral' tem um significado qualificador de uma determinada compostura tipológica de lei. Nesta, em princípio, o nível de abstração é maior, a disciplina estabelecida é menos pormenorizada, prevalecendo a estatuição de coordenadas, de rumos reguladores básicos, e sem fechar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço para ulteriores especificações, detalhamentos e acréscimos a serem feitos por leis que se revestem da 'generalidade comum' ou quando menos nelas é reconhecível uma peculiaridade singularizadora em contraste com as demais".

No mesmo sentido ensina Diogo de Figueiredo Moreira Neto, citado por Bandeira de Mello, aspas: "[...] normas gerais são declarações principiológicas que cabe à União editar, no uso de sua competência concorrente limitada, restrita ao estabelecimento de diretrizes nacionais sobre certos assuntos, que deverão ser respeitadas pelos Estados-membros na feitura de suas legislações, através de normas específicas, direta e imediatamente, às relações e situações concretas a que se destinam, em seus respectivos âmbitos políticos". Fecho aspas.

Com efeito, ainda que a definição de norma geral seja objeto de divergência, é incontroverso que esse tipo de norma não pode esgotar o assunto, sob pena de violar a autonomia dos demais entes federativos.

Como se observa, o projeto de lei em análise realmente esgota o tema e, dessa forma, impossibilita os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas no âmbito de sua competência suplementar, o que torna o projeto de lei formalmente inconstitucional, por desrespeito ao §1º do art. 24 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito do projeto de lei, a nota informativa menciona a desproporção das penalidades em relação às infrações. Com efeito, suspender atividades ou interditar um hospital ou clínica por não ter afixado uma placa seria prejudicial a todos os pacientes que lá frequentam. Proibir a venda de medicamento por não ter incluído um aviso na propaganda poderá causar sérios danos à pessoa que depende de tal droga para se tratar ou até mesmo sobreviver. Estipular multa de mais de R$300 mil é completamente desproporcional.

O projeto de lei, portanto, incorre em vício de constitucionalidade material por desrespeito ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Ainda quanto ao mérito, o parecer da Consultoria Legislativa cita o art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, segundo o qual ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece, indicando ser desnecessária a fixação de placa ou aviso em propagandas que explicitem crime previsto no Código Penal.

A aprovação deste projeto de lei, portanto, contribuiria para o que chamamos de inflação legislativa, pois seria mais uma lei no arcabouço de leis meramente simbólicas e pouco ou nada efetivas.

Importante registrar que esses argumentos não significam que o tema seja irrelevante. Pelo contrário: o poder público deve criar políticas públicas efetivas que reduzam os casos de crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticados contra a dignidade sexual. Entendemos apenas que os meios escolhidos neste projeto de lei parecem ser inócuos.

Por fim, vale mencionar que apresentamos o Projeto de Lei 4.022, que visa a prevenir crimes contra a dignidade sexual em pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de efeito medicamentoso, por meio da presença de acompanhante em procedimento médico.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela rejeição do PL 3.145, de 2019, nos termos do art. 133, II, do RISF.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Projeto de Lei nº 3.145, não terminativo, de 2019, da Senadora Juíza Selma, relatado pelo Senador Fabiano Contarato, sai momentaneamente de pauta porque não há quórum para deliberar.

Projeto, agora, nº 11.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, passo diretamente à leitura da análise. (*Pausa.*)

Consulto o Sr. Presidente se é referente ao Projeto de Lei 3.962, da Senadora Eliziane Gama?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, na verdade, o 12. V. Exa. tem toda razão.

Permita-me que eu me adiante, pois estava olhando o item 11.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 3962, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA).

Relatoria: Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observação:

Tramitação: CDH e terminativo na CMA.

Senador Fabiano Contarato, a quem passo a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Análise.

Segundo o inciso VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos das minorias sociais ou étnicas, como no caso da proposição em análise, que envolve direitos de populações indígenas e de comunidades tradicionais, como os quilombolas.

A Lei 13.123, de 2015, que o PL em análise pretende alterar, objetivou regulamentar regras da Convenção sobre Diversidade Biológica, que em seu art. 1º prevê a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos, benefícios que, em geral, devem ser direcionados a povos indígenas e comunidades tradicionais.

O projeto que culminou na Lei 13.123 tramitou em regime de urgência presidencial e substituiu o marco regulatório então vigente, a Medida Provisória 2.186-16.

Esse marco regulatório era objeto de muitas críticas, pois dificultava o desenvolvimento do setor de biotecnologia, inclusive a pesquisa por instituições públicas.

A Lei 13.123 buscou desburocratizar as atividades de pesquisa e bioprospecção e promover maior segurança jurídica aos pesquisadores e instituições de biotecnologia, além de, ao mesmo tempo, assegurar a justa repartição dos benefícios pelo uso de recursos genéticos aos povos detentores do conhecimento tradicional associado a esse patrimônio.

A lei harmoniza-se com a Constituição Federal, ao considerar o patrimônio genético como bem de uso comum do povo. O conceito de patrimônio genético adotado na lei como "informação" alinha-se com os avanços em biotecnologia.

No tocante a direitos das minorias étnicas, o Capítulo III da lei dispõe sobre o reconhecimento e a proteção dos direitos de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais sobre o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, dispondo ainda sobre o acesso a esse conhecimento e prevendo a obrigatoriedade da repartição de benefícios pela sua exploração econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 3.962, de 2019, objetiva, em síntese, retomar a redação das emendas propostas pelo Senado Federal, como Casa Revisora, ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que resultaram na Lei 13.123 e que não foram aprovadas pela Câmara.

Entendemos que há regras meritórias no projeto, que merecem ser acatadas, sobretudo para fortalecer direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

Nesse sentido, opinamos pela aprovação das seguintes alterações pretendidas pela matéria:

- A alteração do art. 10, inciso V, da Lei 13.123, para excluir a remissão às leis de cultivares e de sementes para o exercício de direitos de povos indígenas e tradicionais de vender ou usar livremente produtos da biodiversidade (art. 4º do PL). Entendemos que essa alteração fortalece o direito desses povos;

- Modificação do inciso II do §5º do art. 17 da Lei 13.123, para incluir agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais (e suas cooperativas) na regra de isenção da repartição de benefícios. Trata-se de parte das alterações propostas no art. 6º do PL;

- Alteração do art. 19 da lei, com a inclusão de um parágrafo para especificar a destinação da repartição de benefícios na modalidade não monetária para unidades de conservação da natureza de domínio público, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação, a utilização sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade (art. 7º do PL);

- Modificação do parágrafo único do art. 21 da lei, para tornar obrigatória a oitiva dos órgãos oficiais de defesa dos direitos de populações indígenas e de comunidades tradicionais na formulação do acordo setorial previsto (art. 8º).

Por outro lado, há regras propostas que, em nosso entendimento, afrontam princípios constitucionais ou trazem alterações que provocarão grave insegurança jurídica ou entraves ao desenvolvimento do setor de biotecnologia, conforme a seguir analisamos.

Alteração do art. 2º, incisos XVI e XVIII, da lei, para os conceitos de produto acabado e de elementos principais de agregação de valor ao produto (art. 2º). A modificação retira a exigência de que o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor ao produto. A retirada da expressão "elemento principal" geraria a necessidade de repartição de benefícios, inclusive em casos em que a participação do elemento decorrente do acesso não seja relevante para a exploração do produto. Entendemos que isso poderia desestimular o setor de desenvolvimento biotecnológico, pois o setor produtivo buscará insumos substitutos sobre os quais não incidam essa espécie de *royalties* decorrente da repartição pela exploração econômica do produto desenvolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo argumento aplica-se à parte das regras propostas pelo art. 6º do PL, ao modificar o *caput* do art. 17 da lei para retirar a expressão "principais". Entendemos a preocupação de S. Exa. a Senadora Eliziane Gama, autora do projeto, em ampliar as possibilidades de repartição de benefícios. Contudo, entendemos que os benefícios econômicos advindos da aplicação da Lei 13.123, tanto para o setor de biotecnologia quanto para as comunidades tradicionais, dependem crucialmente da definição de produto acabado. O atual marco legal ainda está em fase de implementação de vários de seus dispositivos, sendo necessário aguardar para que sejam produzidos efeitos concretos de forma a ser possível comparar com a situação anterior.

Ou seja, opinamos que devemos evitar essas alterações na nova lei, de modo a promover segurança jurídica e ganho de escala na pesquisa e desenvolvimento biotecnológicos, e cumprir o objetivo que a MPV que regulava esse tema não cumpriu, pois suas regras coibiram em vez de incentivar esse desenvolvimento. E as próprias comunidades que poderiam ser beneficiadas com a repartição de benefícios não o serão caso haja muitos entraves para o desenvolvimento biotecnológico a partir de nosso patrimônio genético, pois, sem acesso e sem desenvolvimento do produto biotecnológico, não haverá repartição dos benefícios.

O art. 3º do PL, ao propor inclusão de competência ao CGen, incorre em vício de constitucionalidade, ao invadir a reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo, pois projeto de iniciativa parlamentar não pode tratar das competências de um órgão federal. O mesmo se pode afirmar do art. 5º do PL, que objetiva estabelecer competências ao "Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação" e ao CGen.

Parte do art. 6º do PL pretende alterar o art. 17 da lei, incluindo o §11, que estabelece um período temporal para isenção da repartição de benefícios, vinculado à data de exploração econômica do produto acabado ou de material reprodutivo. A regra copia, em parte, dispositivo vetado pelo Executivo. Entendemos que a redação dada pelo PL é dúbia e tende a gerar insegurança jurídica. Por exemplo, um produto pode ter sido comercializado entre 1995 e 2005. Assim, nos cinco primeiros anos, sua comercialização estaria isenta da obrigação de repartição de benefícios e, para os anos subsequentes, haveria a necessidade de se repartir. Entretanto, ainda considerando o exemplo, se o produto já foi descontinuado, não seria razoável exigir da empresa arcar com uma obrigação pretérita definida *a posteriori*. Dependendo da situação, os custos judiciais e de transação para determinar o montante devido poderiam superar o valor a ser repartido.

Reforçamos nosso entendimento de que essas regras da nova lei precisam ser implementadas para promover segurança jurídica e ganho de escala no acesso e no desenvolvimento de produtos baseados em nosso patrimônio genético.

Acatamos assim a maior parte das regras propostas pela matéria, na forma do substitutivo que a seguir apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei, na forma do seguinte substitutivo.

Sr. Presidente, consulto... Eu vou deixar de ler o substitutivo, uma vez que ele já está disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Projeto de Lei 3.962, de 2019, não terminativo, de autoria da Senadora Eliziana Gama.

Senador Fabiano Contarato, sai de pauta momentaneamente, por não haver quórum.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 5102, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observação: *Tramitação: CDH.*

Passo a palavra ao Relator para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Procedo à leitura da análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para opinar sobre proposições relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Uma vez que a presente iniciativa foi distribuída com exclusividade à CDH, incumbe-nos a análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No que tange a esses aspectos, não constatamos óbice algum. Passamos, portanto, à análise do mérito.

O atendimento prioritário é uma forma de promover a dignidade das pessoas que, por qualquer razão, como deficiência ou dificuldade de locomoção, presumivelmente têm mais dificuldade para esperar por atendimento do que o público em geral. A prioridade não é privilégio, pois age no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promover igualdade, que não devemos confundir com plena isonomia. As desigualdades existem e devem ser reconhecidas e reparadas.

Falta, porém, em muitos casos, razoabilidade na aplicação da lei. Sem previsão legal expressa, há margem para barrar os acompanhantes dos titulares do atendimento prioritário. Disso resultam situações nas quais as pessoas que necessitam de amparo ficam isoladas daquelas que lhes dão essa segurança. Em alguns casos, famílias são separadas. Isso coloca os titulares do atendimento prioritário em situações desconfortáveis e, conforme o caso, possivelmente perigosas.

Dessa forma, faltando a expressa previsão legal, entendemos ser admissível estender aos acompanhantes o direito ao atendimento prioritário, conforme prevê a proposição.

Note-se a ressalva de que tal extensão será admitida sempre que for necessária a consecução das prioridades legais, evitando possíveis abusos.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 5.102, de 2019.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por não haver quórum necessário, ele voltará no momento adequado.

Volto a Presidência para o Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiveram presentes a esta Comissão de Direitos Humanos.

Mais uma vez, fica meu apelo aos 17 titulares e 17 suplentes para que compareçam, mesmo que remotamente, no sistema *on-line*, para deliberação de matérias de extrema importância. Então, fica aqui o apelo desta Vice-Presidência.

Não havendo mais assunto a ser deliberado, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço o apoio de todos vocês, da equipe que está aqui, dos funcionários terceirizados, a quem eu estendo as minhas homenagens.

Muito obrigado!

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zenaide Maia e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 43, de 2019 - Não Terminativo - que: "Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6551, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2016) - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário a pessoa com neoplasias malignas, bem como reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao PL 6551/2019, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto de Lei 6551/2019, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 392, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 507, de 2018 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2311, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do projeto. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3962, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5102, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 13 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil." Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3828, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Protetores de Mamilo (NBCAL), para dispor sobre embalagem, rotulagem e promoção comercial de composto lácteo." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Sugestão n° 38, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece como conduta criminosa a introdução de espécime vegetal no País." Autoria: Jovem Senador Jovem Senadora Ana Paula Brumatti, Jovem Senador Jovem Senadora Laiane Michele Souza, Jovem Senador Jovem Senadora Lanielle Lorana Andrade, Jovem Senador Jovem Senador Leonardo Coelho, Jovem Senador Jovem Senadora Luana Silva, Jovem Senador Jovem Senadora Maria Regina Silva, Jovem Senador Jovem Senador Pedro Paulo Trindade, Jovem Senador Jovem Senador Wagner Almeida, Jovem Senador Jovem Senadora Yazigi Cristine Carvalho. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 1, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Pandemia" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2, de 2021 que: "Requer Audiência Pública Feminicídio" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 3, de 2021 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Racismo Estrutural." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2021 que: "Requer um ciclo de audiências para debater a SUG 12/2018." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 11, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado, com a inclusão do convidado: Senhor Jorge Souto Maior, Professor da USP e Juiz do trabalho. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Legislação Participativa n° 12, de 2021 que: "Requer adição de assinatura ao Requerimento 10/2021, SEDOL nº SF/21020.01589-81, de autoria da Senadora Mara Gabrilli." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1246/2019, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que 'estabelece as diretrizes e bases da educação nacional'"." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 15, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Fundação Cultural Palmares para o Brasil." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2020 que: "Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 850 (oitocentos e cinquenta) dias, acompanhar e instruir políticas para promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no Brasil." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 16, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação da população de rua no Brasil, seu possível aumento durante a pandemia e as políticas públicas voltadas a essa população." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Aprovado. Às quinze horas e trinta e um minutos o Senador Fabiano Contarato passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quinze horas e trinta e três minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Fazem uso da palavra os senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zequinha Marinho, Flávio Arns; e a senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas!

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões", e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: de uma cidadã que alega estar sendo prejudicada por ter tido seu direito de antecipar sua colação de grau negado pela UFRJ e também na Justiça Federal, onde entrou com ação judicial. Ela afirma que possui esse direito com base na Lei 14.040, de 2020, e que, mesmo assim, a faculdade não lhe permite fazer a antecipação. E a Justiça Federal, em análise de seu recurso, também indeferiu o pedido. Segundo ela, esta análise não considerou a Lei 1.440, de 2020. Prejudicada e sem saber a quem mais recorrer, a cidadã solicita ajuda deste Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, o documento citado fica disponível na Secretaria da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, o documento será arquivado.

Queria comunicar que, na quinta-feira passada, eu saí aqui de Brasília, em uma viagem oficial, e me dirigi até o Estado de São Paulo, onde permaneci até sábado. E, de lá, parti para o meu Estado do Espírito Santo com o objetivo de me encontrar com o Padre Julio Lancellotti e, com ele, participar efetivamente do acolhimento das pessoas em situação de rua, que com essa pandemia só vem se agravando – 60 milhões de brasileiros em extrema pobreza ou na pobreza; 25 milhões, desempregados e subutilizados. Essas pessoas...

Nós aprovamos no Senado um projeto do qual eu fui o autor e meu querido Senador Paulo Paim fez um brilhante relatório que proíbe a chamada arquitetura hostil. Foi aprovado neste Senado, porque as cidades têm que ser mais inclusivas, e não exclusivas. Isso o Estatuto da Cidade já assim determina. E nós não podemos permitir que nossos irmãos, nossos semelhantes... Eu fico muito triste quando eu vejo muitas pessoas utilizando a Bíblia, mas se esquecem de que Cristo, na minha concepção, veio ao mundo foi para acolher os pobres, os pequeninos, os marginalizados, os boias-frias, os migrantes, os negros, os índios, as mulheres, os quilombolas, todos os seres humanos. E nós estamos banalizando a situação por que passam essas pessoas em situação de rua.

Eu confesso para vocês, meus queridos amigos e amigas, que, quando eu vejo aqui o meu querido Senador Flávio Arns, a Senadora Zenaide, o Senador Zequinha, o Senador Paulo Paim, a Senadora Soraya, enfim, todos os Senadores... Eu estive lá às 7h da manhã e fui distribuir o café da manhã para aquelas pessoas em situação de rua: mulheres, crianças, jovens, idosos, que não têm absolutamente nenhuma acolhida por parte do poder público. À noite eu participei também da confecção da janta dessas pessoas e saí à noite, nas ruas do Estado de São Paulo, na capital de São Paulo, para distribuir o mínimo para essas famílias.

O objetivo ali não é apenas entregar um alimento, mas interagir com essas pessoas; olhar nos olhos e enxergar aquele a quem eu chamo de Cristo, porque, quando você assim o faz – e eu sei que o Estado é laico, me perdoem todas as denominações religiosas... É bíblico quando diz, em São Paulo, que eu não vivo, mas Cristo vive em mim. E, se nós não temos a sensibilidade de nos colocarmos na dor do outro, a empatia de nos colocarmos na dor do outro, de olharmos para esses nossos irmãos e enxergarmos Cristo, o que nós estamos fazendo aqui?

Então, eu quero deixar aqui esse meu relato, esse meu comprometimento, enquanto eu for aqui também Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu já estou fazendo um requerimento de uma audiência pública junto com representantes do Ministério Público do Trabalho, do IBGE – porque não incluem essas pessoas –, chamando o Padre Julio Lancellotti para que nós promovamos um debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre isso, porque como que os Prefeitos e os Governadores fazem política pública se eles nem sequem sabem quem são essas pessoas?

Então, eu quero aqui deixar a minha manifestação de que, com muito orgulho, eu estive lá, eu estive lá, porque eu acho que passou da hora de o político, o Parlamentar derrubar os muros do Parlamento e interagir com o principal destinatário daquilo que é sublime na cidadania, que é o sufrágio universal através do voto. O Parlamentar tem que ir efetivamente onde estão essas pessoas que mais precisam: pobres, negros, índios, quilombolas, deficientes, pessoas que vivem em situação de rua, pessoas que vivem com HIV, crianças e adolescentes. É para essas pessoas que nós fomos eleitos principalmente.

Então, desculpem o desabafo, mas eu tinha que manifestar essa minha ida. Quando a gente se vê no próximo e vê Cristo no próximo, a gente busca se aperfeiçoar como ser humano.

E eu faço questão aqui de falar e agradecer – e aqui eu o faço publicamente – o trabalho que o Padre Julio Lancellotti e todos os voluntários lá fazem, esse magnífico trabalho, suprindo a ausência do Estado, porque, infelizmente, o Estado, mais uma vez, está fechando as portas para essa população, como, mais uma vez, está fechando a porta para o trabalhador.

Nós temos aí – e aí eu queria deixar claro – uma Medida Provisória nº 1.045, que vai estabelecer trabalho sem férias, sem décimo terceiro, sem fundo de garantia; vai criar uma modalidade de trabalho sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas e previdenciários; vai diminuir o pagamento de horas extras para categorias como bancários, jornalistas, operadores de *telemarketing;* restringe o acesso à Justiça gratuita não apenas na esfera trabalhista; dificulta a fiscalização trabalhista, inclusive em caso de trabalho análogo ao de escravo.

Perdoem-me Senadores governistas, mas este Governo não é um governo para os pobres, para as mulheres, para os índios, porque só para os bancos este Governo fez um aporte de R$1,2 trilhão. Perdão, era apenas essa comunicação que eu queria fazer para, mais uma vez, me colocar à disposição da população. Podem me procurar nas diversas Comissões das quais eu faço parte, que eu tenho o maior prazer e faço questão de ir ao encontro de quem mais precisa, de para quem, sistematicamente, está tendo fechada a porta em sua cara, através do Estado, para a saúde, para a educação, para a segurança, para a alimentação, para o trabalho, para a dignidade da pessoa humana. Contem com a Presidência desta Comissão, com o Senador Humberto Costa, com a minha acolhida, e tenho certeza de que com a de todos os Senadores que compõem esta tão valorosa Comissão de Direitos Humanos, a quem aqui eu agradeço todo o apoio, na pessoa do Secretário.

Foi pedida a palavra, pela ordem, na seguinte sequência: primeiramente, Senadora Soraya Thronicke, a quem concedo a palavra. (*Pausa.*)

Como a Senadora Soraya Thronicke não está disponível no momento, concedo a palavra ao querido Senador Zequinha Marinho, que pede o uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente. Boa tarde a V. Exa. e a todos os que estão aí, presencial ou remotamente!

Eu quero, inicialmente, solicitar a inversão de pauta do item 9 para o item 1, em função de ter que me deslocar para o aeroporto de Marabá. Eu estou mais ou menos a uma hora de distância e preciso, dentro de alguns minutos, de ir para lá.

Mas Sr. Presidente, com relação ao item 9 – com certeza V. Exa. mudará a ordem para a gente votar –, que trata do Projeto 2.311, eu gostaria de tecer aqui um comentário, até porque V. Exa. fez um belo relatório pela sua aprovação.

O Estatuto do Idoso, criado em 2003, objetivou regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, significando um grande avanço e a efetiva garantia dos direitos sociais da pessoa idosa. No que se refere ao transporte coletivo interestadual, o estatuto estabeleceu que o idoso que ganha até dois salários mínimos tem direito a duas vagas gratuitas por veículo ou ainda desconto de 50% no caso de estas vagas já estarem preenchidas. Porém, a lei determinou ainda a necessidade de regulamentação desses direitos por parte do Governo. O Decreto nº 9.921, de 2019, foi criado com esse objetivo, mas limitou a gratuidade das vagas apenas aos ônibus convencionais, do tipo básico, com ou sem sanitários – os mais simples e pouco adequados para pessoas idosas.

O projeto de lei que proponho neste momento altera o art. 40 da lei que dispõe sobre o Estatuto do Idoso para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículo, inclusive executivo, semileito e leito, que opere o transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros em linha regular.

Meu caro Presidente, não podemos admitir que um regulamento altere a intenção inicial da lei, que é assegurar a todos os idosos, principalmente àqueles que não têm o mínimo de recursos materiais, a defesa dos seus direitos, da dignidade e do bem-estar. Assim, proponho aqui fixar o direito na própria lei, no caso, o Estatuto do Idoso, para prevenir possíveis alterações e garantir algo tão importante àqueles que muito já fizeram por toda a sociedade.

Aproveito também para agradecer a V. Exa., que fez um belo relatório do projeto e apresentou um texto extraordinário, ajudando a fortalecer ainda mais a ideia do nosso projeto.

Assim, Presidente, todos os colegas presencialmente aí ou remotamente como aqui estamos, eu gostaria de solicitar o apoio e o voto para que a gente pudesse marchar com o projeto, avançar com o projeto, garantindo aquilo que o estatuto já estabeleceu. Portanto, gostaria de contar com o apoio e o voto de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu vou ter que me deslocar daqui, eu quero, Presidente, já neste momento, declarar o meu voto – claro, como autor do projeto – em apoio ao relatório de V. Exa. Declaramos aqui que vamos pelo apoio ao relatório, para que a gente possa, como já disse, avançar com o projeto.

Muito obrigado pela oportunidade e eu conto aí com todos os queridos companheiros para que o relatório de V. Exa. ao nosso projeto seja aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Zequinha Marinho.

Eu confesso que eu atrasei a abertura da reunião aqui da CDH, porque eu estou buscando quantidade de Senadores para dar quórum para deliberar, porque infelizmente nós não temos. Fica aqui, mais uma vez, o registro e até mesmo para ciência da população: nós temos 19 Senadores titulares e 19 Senadores suplentes, nós precisamos de dez Senadores para deliberar e infelizmente contamos apenas com oito. Por isso a justificativa do atraso na abertura, e nós não podemos deliberar as matérias de tamanha relevância, como é o caso do projeto de autoria de V. Exa.

Foi pedida a palavra, pela ordem, pelo Senador Paulo Paim, a quem eu concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Fabiano Contarato, eu queria rapidamente, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Zequinha Marinho pelo projeto e cumprimentar V. Exa. pela relatoria.

Eu vou falar de um outro tema, mas digo que vem em boa hora. As pessoas não imaginam a picaretagem que muitos – não todos – proprietários de ônibus fazem. Eles mudam o conceito do ônibus para convencional, para luxo, para semiluxo ou para executivo e com isso cortam totalmente o direito do idoso de pegar o ônibus nos moldes do estatuto. Eu falo com tranquilidade, porque eu fui autor do Estatuto do Idoso, e eles fazem essa malandragem, que é uma picaretagem de primeira, para não assegurar.

E, com o projeto do Senador Zequinha Marinho e com o relatório do Fabiano, resolve-se isso, eles não poderão fazer mais isso. Não importa se o ônibus é de primeira, de segunda, médio ou de terceira: todos terão direito baseado nos moldes que recomenda o estatuto.

Eu sei que não pode votar hoje, não é nem a discussão da matéria, mas meus parabéns.

Segundo, Senador Contarato, é cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que fez aí. O pronunciamento que V. Exa. fez da experiência que teve lá em São Paulo com as pessoas que moram, vivem e morrem nas ruas foi de fato emocionante. Meus cumprimentos. V. Exa. esteve lá, viu, veio aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na tribuna do Senado – porque aqui nós temos a tribuna do Senado – e fez esse comentário a nível nacional.

E, terceiro – serei rápido, mas sigo a mesma linha de V. Exa. –, eu acho lamentável! Não é a primeira vez, não é a segunda, já é a terceira vez! É a única Comissão que não dá quórum! E não pense que é porque não gostam de você ou não gostam do Humberto Costa. Não dão quórum porque não querem as matérias, que são matérias humanistas! São direitos humanos! Como você falou, meu querido Presidente, é coisa de negro, de índio, de pobre, de mulher, de criança, de adolescente, de idoso, de aposentado, de refugiados também!

Por isso estou propondo hoje que tramite essa questão dos refugiados, que é uma questão mundial. Eu sou Vice-Presidente da Comissão dos refugiados e estou encaminhando um requerimento hoje, pedindo que V. Exa. o coloque extrapauta – não sei se vamos conseguir votar –, para a gente fazer uma reunião conjunta, Senador Contarato, da Comissão dos refugiados e da Comissão dos Direitos Humanos, porque uma coisa está ligada à outra, para a gente fazer urgentemente uma audiência pública das duas Comissões em um único momento.

Eu vou além, Senador Contarato, tomo a liberdade de pedir a V. Exa.: se continuarem a não dar quórum, como estão fazendo, nós temos que, em uma reunião... Bom, tudo bem, se não derem quórum, vamos aqui fazer uma audiência pública sobre a questão dos refugiados, e quem quiser que venha aqui e diga que é contra! Vamos fazer uma audiência pública sobre a questão das mulheres, minha querida Senadora Zenaide, questão que está na pauta para se aprovar. Vamos fazer uma audiência pública sobre a MP 1.045, que é um ato criminoso!

Bom, não querem vir votar nem os requerimentos? Se eles não vêm votar nenhum requerimento, eles não querem que a Comissão delibere nada! É um jogo articulado! Não vou dar o nome de ninguém! Eu sei disso porque eu presidi esta sessão em outros tempos, e faziam isso também, até que fomos, fomos, fomos e conseguimos mudar, não é, Zenaide? A Zenaide me ajudava muito naquela época. O Contarato também me ajudava muito, dando quórum. Mas é proposital! É lamentável!

Estão aí a Senadora Leila, o Senador Flávio, Soraya, Zequinha, Contarato, Zenaide Maia e mais alguns. Nós todos temos agenda! Nós temos agenda! Em seguida, às 16h, já haverá a Comissão de Educação. E aqui já são mais de 15h, começou às 14h, e não há quórum para votar um requerimento!

Eu chego a propor também, se V. Exa. assim entender, que nós falemos com o Presidente Rodrigo. Que aqueles que não querem votar na Comissão – é livre direito, soberano e democrático – cedam o lugar para outros! Que os outros partidos possam indicar, que a Rede possa indicar, que o PT possa indicar, que o PDT possa indicar! Enfim, quem quiser que indique, para preencher as vagas de titulares e suplentes daqueles que não querem que a Comissão atue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo isso não é com alegria, é com tristeza, sem citar o nome de ninguém! Sei que alguns tantos têm outros compromissos e não puderam estar aqui. Mas, então, vamos resolver de uma vez por todas! Não pode! Outras Comissões estão votando até projetos terminativos, e nós não conseguimos votar nem requerimento, requerimento para uma audiência no campo humanitário, como, por exemplo, esse da fome! Nós não podemos discutir isso, porque a Comissão de Direitos Humanos do Senado está em obstrução. Estamos em obstrução, a grande verdade é essa!

Eu sei que falei um pouquinho demais, mas a intenção era dizer o que eu disse mesmo aqui. Desculpem-me se exagerei! Mas é o que eu penso: estão fazendo obstrução, para não votarmos as políticas humanitárias.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Pode ter certeza de que o desabafo de V. Exa. também é o meu desabafo.

Eu acho extremamente pertinente, eu acho que nós temos que levar isso... Eu vou levar esse assunto para a reunião de Líderes também e para o Presidente do Senado.

Como V. Exa. muito bem disse, eu não acho razoável nós termos uma Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal com 19 Senadores titulares, 19 Senadores suplentes, e nós estarmos até agora... E estou fazendo de tudo, vários assessores de vários Senadores se mobilizando para dar quórum e chegarmos a dez. Isso é proposital, isso é intencional, é um comportamento doloso para obstrução dessas pautas e deliberação de um simples requerimento, de um simples debate em audiência pública.

Mas eu concordo e vou conversar com o querido Senador Humberto Costa porque eu acho que nós temos que buscar solução, porque, na audiência pública, nós não estamos legislando, nós não estamos fazendo absolutamente nada, nós vamos jogar luz sobre esse assunto. Eu acho que nós temos que... Infelizmente, quem se julgar prejudicado que busque as vias adequadas, mas eu acho que esta Comissão de Direitos Humanos não pode ficar à mercê de um comportamento proposital de obstrução, como bem disse o Senador Paulo Paim.

Quero, mais uma vez também, como eu fui o Relator do projeto do Senador Zequinha, falar que, sem dúvida, as pessoas idosas e economicamente hipossuficientes serão beneficiadas pelo verdadeiro sentido da gratuidade do art. 40, que é generoso e inclusivo. Por isso a importância desta Comissão, por isso que é importante a Comissão de Direitos Humanos, por isso que é importante a Comissão de Meio Ambiente. São Comissões que devem estar funcionando para dar uma resposta. Nós estamos vendo aí os ataques na área ambiental. Eu presidi a Comissão de Meio Ambiente. Nós estamos aqui batendo à porta da COP 26, e o Brasil está dando um vexame, em uma visão internacional.

Concedo agora a palavra à minha querida Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Eu acho que nós temos uma boa notícia: acabamos de alcançar dez Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Paulo Paim, quero dizer o seguinte: gostei do pronunciamento do Senador Contarato, que foi presenciar ao vivo a extrema pobreza, ou seja, a miséria em que sobrevivem milhares de famílias em São Paulo, gente, a capital que, quando se fala em PIB, tem o maior PIB – o PIB de São Paulo é maior do que o de muitos países que a gente sabe.

O que a gente vê? Aquilo é tão desumano... As pessoas falam aqui muito que são cristãs, invocam Jesus... Jesus, quando a gente o ouve falar... Ele dizia o seguinte: "Quando eu tive sede, você me deu; quando tive fome, você me deu o alimento". E os apóstolos disseram: "Quando foi isso, senhor?" "Quando vocês passaram por alguém com fome e deram". Ou seja, ele está presente naquele faminto, naquele sem teto.

Eu me preocupo demais com essa cultura do descarte. Enquanto o descarte é de coisa material inanimada, como a gente diz, já não é tão tolerável, Paulo Paim; agora, o descarte de seres humanos dói, porque são 15 milhões de desempregados e – quem está mostrando isso é o IBGE, e, se a gente sair às ruas, vê, como o Contarato foi confirmar – mais de 30 milhões na informalidade.

Sabem o que é a informalidade? E é isso que eles querem legalizar, essa cruel informalidade, com essa MP 1045, e eu tenho certeza de que nossos colegas Senadores, cuja grande maioria vem de origem humilde, não vai permitir isso. É aquela mãe ou pai de família que, na Esplanada dos Ministérios, a cada 200m, a gente vê, numa banquinha, com uma garrafa de café, um litro de refrigerante, umas tapiocas e bolo. Aquilo já é considerado informalidade; já se considera aquela família como se tivesse condições de subsistir.

Ainda por cima, há mais de 30 milhões, Contarato, subutilizados; aquele trabalhador que... Com a reforma trabalhista de 2017, eles fizeram o seguinte: homens e mulheres podem ser contratados como trator e retroescavadeira; duas horas hoje, três amanhã. O IBGE fez questão de mostrar que são mais de 30 milhões que o patrão convoca de cinco a seis horas por mês, só paga por essas horas trabalhadas, e a maioria não dá nem um salário mínimo.

E, se a gente for olhar bem de perto, é a 1045, que a gente estava com dificuldade; queriam votar imediatamente. O Governo mandou com 23 artigos, a Câmara transformou em 95, mas tudo tirando o que ainda existe, o restinho de direito dos trabalhadores, porque senão eles se transformam... Eles querem deixá-los em condições de escravos; um feudalismo no mínimo.

Então, quero aqui parabenizar Zequinha, porque teve esse olhar diferenciado, para ver esse detalhe, como Paulo Paim falou. Nós temos que ter esse olhar humano. O povo que trabalha... E eu acho que esse povo esquece que quem gera riqueza é o trabalho, é o trabalhador. Mesmo para se enricar, fazer um grande patrimônio neste País você precisa de seres humanos, homens e mulheres, para trabalharem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você. Então, os trabalhadores não podem ser, eu já não digo mais nem massacrados, eu digo esmagados! Se esta Casa aprovar essa MP 1045, isso vai esmagar as pessoas que estão ali debaixo do viaduto. Não são vagabundos! São homens e mulheres que estão oferecendo ao Estado brasileiro aquilo que eles têm de mais nobre, Paulo Paim, Leila, nosso amigo Flávio Arns, Zequinha. O que eles têm de mais nobre é a força de trabalho. Não são vagabundos; eles estão pedindo, implorando por um trabalho digno que possa fazer com que eles alimentem seus filhos.

Quero dizer o seguinte: acho que a gente sempre teve essa dificuldade de dar quórum, e nós temos que ir atrás. Quem não quer participar, gente, não participe, mas, no momento em que a gente vive essa pauta humanista, essa pauta do ser humano e de qualquer ser vivo, como a natureza... Porque a vida não está importando muito neste País. Não é só a dos humanos, viu, Contarato? É a das nossas florestas, a dos nossos animais. Então, o que é que acontece? A gente tem que ter.... Eu considero a CDH uma das mais importantes Comissões. É onde se fala de vida, gente. E é para isso que a gente está aqui, para defender a vida. Todas as formas de vida.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora.

Eu queria neste momento agradecer do fundo do meu coração a todos os Senadores que registraram presença para que nós pudéssemos deliberar.

Eu consulto aos Senadores e Senadoras presentes se nós podemos votar naqueles itens não terminativos que já foram lidos, fazer uma votação em bloco.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão sendo deliberados os itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

Coloco em votação todos os relatórios que já foram lidos, favoráveis aos projetos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir perecer da CDH favorável ao projeto.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 1

SUGESTÃO N° 43, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Absorventes Gratuitos Para Mulheres De Rua Ou Com Baixa Renda Nos Postos De Saúde

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 6551, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2016)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar atendimento prioritário a pessoa com neoplasias malignas, bem como reserva de assento em transporte coletivo e de vaga em estacionamento público, nas condições que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao PL 6551/2019, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CAE.

- Em 09/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 392, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS;

- Em 09/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 507, DE 2018

- Não terminativo -

Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes.

Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH.

- Em 10/12/2019, a matéria foi aprovada na CAS;

- Em 09/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4848, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão da tecnologia assistiva de legendagem descritiva em obras audiovisuais.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em 07/11/2019, foi concedida vista ao Senador Styvenson Valentim;

- Em 09/08/21, foi lido o novo relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 116, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ;

- Em 09/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2311, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3145, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996.

Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 3962, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CMA.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 5102, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 5, DE 2020

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Marechal Cândido Rondon, destinada a homenagear personalidades que tenham oferecido contribuição relevante no campo do indigenismo, do ambientalismo e do pacifismo no Brasil.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

- Em 16/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação).

Agora passamos ao item 16.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Senador Paulo Paim pede a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, era para ficar à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

Podemos partir então para o item 16.

ITEM 16

SUGESTÃO N° 38, DE 2018

- Não terminativo -

Estabelece como conduta criminosa a introdução de espécime vegetal no País.

Autoria: Jovem Senador Jovem Senadora Ana Paula Brumatti, Jovem Senador Jovem Senadora Laiane Michele Souza, Jovem Senador Jovem Senadora Lanielle Lorana Andrade, Jovem Senador Jovem Senador Leonardo Coelho, Jovem Senador Jovem Senadora Luana Silva, Jovem Senador Jovem Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Regina Silva, Jovem Senador Jovem Senador Pedro Paulo Trindade, Jovem Senador Jovem Senador Wagner Almeida, Jovem Senador Jovem Senadora Yazigi Cristine Carvalho

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Programa Jovem Senador.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar a todos os colegas Senadores e Senadoras, mas quero cumprimentar especialmente o seu relatório da visita oficial a São Paulo quando V. Exa. participou, com o Padre Júlio Lancellotti, do acompanhamento do trabalho que é desenvolvido lá na capital. Considero da maior importância sua sugestão de fazermos um debate sobre essa situação na nossa Comissão de Direitos Humanos, vermos a legislação necessária, eventualmente, vermos como as ações podem ser realizadas, concretizadas, a partir de legislação existente, e temos que dar de fato a atenção e a prioridade como destacado por V. Exa. para esse assunto.

O relatório que eu leio, Sr. Presidente, já anunciado, é muito interessante porque vem do Programa Jovem Senador. Então, são jovens que nós recebemos no Senado Federal ainda antes da pandemia, e esperamos continuar recebendo todos esses jovens do Brasil tão logo a pandemia seja ultrapassada.

Então, de acordo com o inciso I do art.102-E do Regimento do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas. Por sua vez, o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo a proposição aprovada e publicada no âmbito do Programa Senado Jovem Brasileiro. Desse modo, a SUG (Sugestão) nº 38, de 2018, encontra amparo regimental para sua apreciação pela CDH.

A referida sugestão baseia-se no fato de que, apesar de o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), cominar o crime de introduzir espécime animal no País, não existe norma similar na Lei de Crimes Ambientais para as espécies vegetais.

Com relação ao mérito da proposição, notamos que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) descreve as espécies exóticas invasoras como organismos que, introduzidos fora da sua área de distribuição natural, ameaçam a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos. Essas exóticas, por causa da ausência de predadores naturais, são consideradas a segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior causa de extinção de espécies no planeta, afetando diretamente a biodiversidade, a economia e a saúde humana.

De fato, a ausência de um artigo, como o Programa Jovem Senador sugere, na Lei de Crimes Ambientais sobre a introdução de espécies exóticas vegetais é uma lacuna legal que exige retificação. A introdução de espécies vegetais exóticas pode gerar impactos até mais graves do que a introdução de espécies animais invasoras, em especial se considerarmos os prejuízos à atividade agropecuária.

Quanto à regra proposta no art. 2º, para que o poder público divulgue a proibição de introdução de espécies vegetais invasoras, entendemos como desnecessário que uma lei trate desse tema e de forma isolada, apenas para espécies vegetais e apenas tratando da obrigatoriedade de divulgação. Atualmente, as ações para controle e erradicação de espécies invasoras animais e vegetais são reguladas por meio do Ministério do Meio Ambiente e entendemos que essa seja a forma mais eficiente de fazê-lo.

Consideramos também necessária a inclusão dos espécimes de fungos para inibir que cogumelos e bolores estranhos aos nossos biomas possam causar danos ambientais. Além disso, com o intuito de melhorar a técnica legislativa, sugerimos a alteração da redação da proposição para acrescentar um novo artigo à Lei nº 9.605, de 1998, cominando a introdução de espécimes de vegetais e de fungos no País, com pena igual à do art. 31, tal como a penalidade proposta na sugestão.

Portanto, entendemos como meritória a proposta dos jovens senadores quanto à criminalização da introdução de espécimes vegetais no País, prevista no art. 1º da matéria, e opinamos que isso deve ser feito por meio de alteração na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme propomos no voto deste relatório.

Diante do exposto, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação da Sugestão n° 38, de 2018, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão, nos termos do seguinte projeto de lei:

Leio a ementa:

> PROJETO DE LEI Nº , DE 2018
> Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para tipificar como crime ambiental a introdução de espécime vegetal e de fungos no País, nos termos que especifica.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:
> "Art. 39-A. Introduzir espécime vegetal ou de fungo no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente:
> Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

Só, antes disso, Sr. Presidente, antes de terminar a minha fala, eu gostaria de parabenizar todos os Senadores e Senadoras que têm se manifestado a respeito da Medida Provisória 1.045, contrariamente à medida provisória. Há tanto esforço da sociedade organizada, de trabalhadores, de sindicatos, do povo, para assegurar direitos, e, subitamente, vem um projeto de lei sem maiores debates e discussões, totalmente alterado na Câmara dos Deputados e, como habitualmente acontece, chega ao Senado sem o tempo necessário para se discutir.

Quero cumprimentar a todos, mas de uma maneira particular a Senadora Zenaide Maia e o Senador Paulo Paim, que teve um artigo inclusive publicado no *Jornal do Brasil*, mas todos os Senadores e Senadoras. Que todos nós nos posicionemos contrariamente a que esses fatos ocorram.

E eu quero dizer, Sr. Presidente, que a sugestão dos jovens Senadores, agora voltando ao projeto, foi aceita e a sugestão apresentada por eles vai se transformar, se aprovada, em projeto de lei para nós apreciarmos no Senado.

Parabéns aos jovens Senadores!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado. Parabéns, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto na forma de projeto de lei.

Eu quero também, mais uma vez, ratificar a fala do querido Senador Flávio Arns, quando ele se refere à MP 1.045. O Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide sabem perfeitamente o enredo dessa história. Em 2017, veio com a justificativa de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda, e vilipendiou os direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista. Em 2019, o mesmo discurso com a reforma da previdência. Nós ficávamos lá, o Senador Paulo Paim, nas audiências públicas, falando, se debruçando, a Senadora Zenaide, o querido Flávio, e mais uma vez... Agora, a MP 1.045.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população brasileira tem que enxergar quem efetivamente está violando direitos do trabalhador, porque, eu vou falar uma coisa para vocês, é difícil um trabalhador estar de carteira assinada; quando ele está de carteira assinada, ele não fica 12 meses. Ele fica de cinco a sete meses. Se ele for demitido com 50 anos, 49, 55 anos, a probabilidade de ele voltar para o mercado de trabalho... vai ser impossível. E para ele contribuir, ter 40 anos de contribuição para aposentar, ele não vai aposentar. É isso que foi feito com a população brasileira, com o trabalhador.

Eu queria agora consultar os queridos Senadores, já que nós temos quórum, que os requerimentos que já foram lidos em sessão anterior, os requerimentos que foram dos itens 17, 18, 19, 20, 21 e 22 fossem deliberados e votados em bloco.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os requerimentos, requerimentos dos itens 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 1, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública Pandemia

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Observações:

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 2, DE 2021

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública Feminicídio

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 3, DE 2021

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Racismo Estrutural.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Observações:

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 8, DE 2021

- Não terminativo -

Requer um ciclo de audiências para debater a SUG 12/2018.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Observações:

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 11, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as alterações na legislação trabalhistas previstas no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Observações:

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 12, DE 2021

- Não terminativo -

Requer adição de assinatura ao Requerimento 10/2021, SEDOL nº SF/21020.01589-81, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Observações:

- Em 16/08/21, foi lido o requerimento; adiada votação.)

Neste momento, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a deliberação dos itens 23 e 24.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 10, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1246/2019, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que 'estabelece as diretrizes e bases da educação nacional'".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros.

Subscrito pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu subscrevi no requerimento, não estou com ele aqui em mãos, mas o objetivo é esse que V. Exa. leu com a competência e a clareza de sempre. E, por isso, eu proponho que a gente aprove, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo ao item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da Fundação Cultural Palmares para o Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nós todos sabemos o conflito enorme – vou ficar com esse argumento – criado pelo Presidente da Fundação Palmares desde que ele assumiu. Eu não quero fazer aqui nenhuma crítica pessoal neste momento. Por isso, eu proponho que se faça uma audiência pública sobre a Fundação Palmares aprovada neste momento.

É isso, Sr. Presidente, vamos discutir lá, no momento específico do tema.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Consulto aos senhores Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta de minha autoria.

Neste momento, transfiro a Presidência ao Senador Paulo Paim para que eu possa fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação da população de rua no Brasil, seu possível aumento durante a pandemia e as políticas públicas voltadas a essa população.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES))

Neste momento, passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para que ele faça a leitura do seu requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar.) – Requerimento não terminativo. Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação da população de rua no Brasil, seu possível aumento durante a pandemia e as políticas públicas voltadas a essa população.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e Senador Humberto Costa.

Na verdade, com a grave crise social e econômica do País, a miséria voltou a assombrar o Brasil, que havia deixado o Mapa da Fome em 2014. São milhares de pessoas implorando por comida, água, produtos de higiene e outros itens de subsistência. Segundo dados publicados recentemente pelo IBGE, temos 14,8 milhões de desempregados, 34,7 milhões na informalidade e 33 milhões subutilizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É urgente retirar da invisibilidade a enorme quantidade de pessoas que vivem em situação de rua no Brasil, são milhares de brasileiras e brasileiros, idosos e crianças, mulheres, a quem sequer foi concedido o direito de ser contado como integrante da população nacional no censo demográfico realizado a cada dez anos pelo IBGE.

O aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas a essa população carece de informações cruciais para ser implementada de maneira eficiente. A ausência de dados básicos, como a sua quantificação, torna precário o planejamento de medidas de intervenção do poder público para enfrentar essa questão.

Para além do momento atual, é preciso dizer que essas pessoas que estão nas ruas, embora desassistidas de condições para uma sobrevivência digna, são cidadãos e cidadãs a quem a Constituição de 1988 confere o direito de acessar os mínimos benefícios sociais para que possam ser supridas suas necessidades básicas.

Este é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento apresentado pelo sempre competente e preparado Presidente em exercício da Comissão, Fabiano Contarato, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu gostaria aqui, antes de finalizar, agradecer publicamente aos Senadores Izalci Lucas, Senadora Leila Barros, Líder Mecias de Jesus, Zequinha Marinho, Senador Carlos Fávaro, Eduardo Girão, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Roberto Rocha, Senadora Soraya Thronicke, Senador Vanderlan Cardoso, Senadora Zenaide Maia, Senador Chico Rodrigues, que se fizeram presentes para que esta Comissão pudesse deliberar projetos de tamanha relevância para o Estado brasileiro.

Muito obrigado e, mais uma vez, faço um apelo para que todos possam participar.

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que pede a questão pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Contarato, eu fiquei com uma dúvida aqui e quero que V. Sa., se puder, me esclareça.

Eu entrei com um requerimento há um bom tempo sobre a criação – até conversei com V. Exa. e também com o Humberto Costa – de uma subcomissão temporária de combate ao racismo e preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já havia lido esse requerimento e V. Exa., quando ponderou, disse que todos os requerimentos que foram lidos fossem aprovados, pergunto a V. Exa.: está aprovado esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Querido Senador Paulo Paim, esse requerimento, a informação que a Secretaria aqui me passa, é que ele não constou e não foi lido nem deliberado, é isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu li.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não, ele foi lido, mas não entrou em pauta.

Então, fica...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, como eu fiz um apelo enorme para dar quórum nesta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, vamos colocar extrapauta, é isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como havia feito um acordo com o Senador Humberto Costa para não votar na sessão passada, não foi votado.

Hoje, quase milagrosamente, graças aos Senadores que aqui vieram, atendendo o pedido de todos nós, nós conseguimos dar quórum, então, a exemplo do que nós sempre fizemos nesta Comissão, V. Sa., Humberto Costa e também eu, eu pediria que V. Exa. votasse, então, extrapauta esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim, foi uma dificuldade nós termos quórum, se já foi lido, como não houve a inserção na pauta, eu estou aqui pedindo à equipe para que coloque.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 26, DE 2020

Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 850

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(oitocentos e cinquenta) dias, acompanhar e instruir políticas para promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos deliberar sobre esse requerimento para criação dessa subcomissão.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Encontra-se aprovado o requerimento extrapauta – porque não estava na pauta.

Peço perdão ao Senador Paulo Paim por não ter constado na pauta de hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa., Presidente, e ao Senador Humberto Costa.

Quanto à instalação dela, vamos discutir juntos qual será a hora de instalar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Apenas para registrar, é o Requerimento 26, de 2020, que agora passou a constar da pauta, já foi deliberado e aprovado. E, como muito bem disse o Senador Paulo Paim, no momento oportuno vai ser feita a discussão de como irá funcionar. Vamos fazer isso, essa conversa, diretamente com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o nosso querido Senador Humberto Costa, com o Senador Paulo Paim e, enfim, com todos os Senadores e Senadoras que aqui fazem parte desta tão prestigiada e valorosa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro a reunião encerrada e agradeço a participação. Muito obrigado.

Faço um apelo, mais uma vez, para que todos os Senadores, titulares e suplentes, possam comparecer para que nós possamos, sim, nos debruçar sobre temas de tamanha relevância, porque eu não tenho dúvidas de que direitos humanos envolvem toda e qualquer forma de vida, o que nós estamos aqui para defender de forma incondicional.

Muito obrigado, Senadora Leila, Senadora Zenaide, Senador Flávio Arns, querido Senador Paulo Paim, enfim, todos os Senadores e as Senadoras que se fizeram presentes. Um abraço!

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senadoras Rose de Freitas e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 8/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e SUG 12/2018, de autoria ALJT, Anamatra, ANPT, Sinait. Finalidade: Debater: "O Estatuto do Trabalho – (SUG 12/2018) e a MPV 1045/2021". Participantes: Eneida Dutra, Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UNB e assessora técnica da Bancada do PT na Câmara dos Deputados; Valeir Ertle, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais; Valter Pugliesi, Juiz e Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Antonio de Oliveira Lima, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Hugo Cavalcanti Melo Filho, Diretor de Assuntos Internacionais da Associação Latino americana de Juízes do Trabalho - ALJT; Carlos Silva, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; e Oswaldo Augusto Barros, Coordenador do Fórum Nacional dos Trabalhadores - FST. Resultado: Reunião realizada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Zenaide Maia, Telmário Mota e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Lasier Martins e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 401, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a 50 (cinquenta anos), limite que poderá ser reduzido mediante avaliação biopsicossocial multidisciplinar da deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6396, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para elevar o número e o percentual de assentos reservados às pessoas idosas no transporte coletivo público urbano e semiurbano e no transporte coletivo interestadual." Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG). Relatoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com quatro Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (Ad hoc), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6284, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica." Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 10 - Sugestão n° 30, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proibição em todo o Brasil da exportação em navio de animais vivos para abate no exterior" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 11 - Sugestão n° 12, de 2019 - Não Terminativo - que: "Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 12 - Sugestão n° 2, de 2020 - Não Terminativo - que: "Impedir o fim da estabilidade no serviço público" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pelo arquivamento da sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 17, de 2021 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implantação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, no Sertão de Pernambuco, e debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6897" Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 18, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, com o objetivo de debater sobre a situação internacional dos migrantes e refugiados sob a ótica da perspectiva dos Direitos Humanos." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Às quinze e quarenta e oito minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Às quinze horas e cinquenta e três minutos o Senador Fabiano Contarato devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Lasier Martins; e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais do Senado Federal, assim como aos nossos queridos Senadores que se fazem aqui presentes pelo sistema semipresencial.

Eu quero declarar aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões"; e então procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

E queria, antes de iniciar a leitura e votação dos projetos, fazer aqui a leitura de uma carta manifesto, carta aberta daqueles que participaram dos movimentos de 1968, que estão hoje entregando em todo o Brasil – às OABs, às diversas instituições de direitos humanos – essa carta que vai assinada por milhares de personalidades da vida brasileira.

> Carta aberta.
> Às brasileiras e aos brasileiros, aos movimentos sociais, partidos, sindicatos, centrais, ONGs, organizações da sociedade civil, redes e a todas(os) que estejam dispostas(os) a lutar pelo Direito à Vida e pela Democracia.
> Somos parte da Geração 68, uma das gerações que ao longo do tempo participaram de inúmeras passeatas e lutaram contra a Ditadura Militar e por um Brasil mais justo e igualitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento, no ano de 2021, estamos agregando forças para lutar pelo Direito à Vida, contra o genocídio em curso, pela interdição do governo do presidente que intencionalmente tem induzido a morte de milhares de brasileiros, pelo direito do povo de viver e de ter esperança.
Nosso país já tem mais de 400 mil mortos em fins de abril. Em maio poderá chegar a meio milhão de óbitos. Conjugada à pandemia, pela inépcia governamental, se abateram sobre os segmentos mais fragilizados a miséria e a fome. Quantos ainda terão de morrer pelo negacionismo do governo federal?
Assinar esta carta não representa apenas um desejo de viver, mas de lutar para proteger as pessoas que amamos, a economia local e nacional, um futuro melhor sem o risco mortal de uma doença que assola todo o planeta.
Todos sabemos que o epicentro da pandemia, o maior aliado da propagação do vírus, é o atual presidente da república e seu governo, sendo o único dirigente do mundo a sabotar a política de vacinação, deixando de adquirir vacinas quando elas estavam disponíveis. Tornou o Brasil em berçário de variantes do coronavírus e uma ameaça não apenas para a nossa população como para o mundo inteiro.
Assinar esta carta representa igualmente lutar pela democracia que tem sido cotidianamente ameaçada pelo atual governo desde que tomou posse. Significa, ainda, lutar contra a violência que está presente no país aniquilando jovens pobres, pretos e os povos originários.
Deste modo, participamos e convidamos todos os movimentos organizados e a população em geral a se unirem nesta luta, pela vida e pela democracia, que é de todo o povo.
Iremos, em princípio, realizar uma manifestação pública – com toda a segurança sanitária necessária frente à pandemia – em diversas cidades do país [o que aconteceu] no dia 26 de junho. Nesta data serão comemorados os 53 anos da gigantesca passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Se, então, gritávamos "Abaixo a Ditadura!", hoje gritaremos em alto e bom som que "Ditadura Nunca Mais!".
Estamos dispostos a participar de qualquer outra manifestação, em qualquer outra data, que tenha os mesmos objetivos que expusemos acima.
Esperamos encontrá-la(o) na manifestação, ou através das redes sociais, unindo forças pelo direito à vida e pela democracia.

Bem, era esse o teor da carta que nos foi enviada.

Dando início à nossa sessão, eu vou passar à leitura do item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 6284, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CE.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

Tem como liberar o som dele?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Abriu, Presidente.

Boa tarde, Presidente Humberto Costa.

É com satisfação que passo a fazer o relatório de um brilhante projeto, como muitos nessa área em que atua o Senador Romário – atua em muitas áreas, mas principalmente nessa.

O relatório é curto, e eu farei a leitura rapidamente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Projeto de Lei nº 6.284, de 2019, de autoria do Senador Romário, que tem por finalidade estabelecer condições de oferta de ensino da língua brasileira de sinais (libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica. Nesse sentido, atribui aos sistemas de ensino a competência para regulamentar, em até três anos, a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes, e de tecnologias de comunicação em libras, bem como o acesso da comunidade estudantil ouvinte, e dos pais de alunos com deficiência auditiva ou responsáveis, ao aprendizado de libras. Se for aprovada a proposição, a lei dela resultante entra em vigor na data de sua publicação.

O autor justifica a iniciativa sob o argumento de que a difusão da compreensão e do uso de libras é um importante passo para promover a inclusão das pessoas com surdez. O aprendizado de libras já é compulsório nos cursos de Pedagogia e de Fonoaudiologia, além de ser obrigatória a oferta de educação bilíngue, em libras e na modalidade escrita da língua portuguesa, nas escolas e classes bilíngues e na educação inclusiva.

O PL nº 6.284, de 2019, foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram recebidas emendas.

Análise, que também é breve.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a este Colegiado competência para examinar matérias pertinentes à inclusão das pessoas com deficiência.

Sob essa perspectiva, é nítido o mérito da proposição. O pressuposto para que vivamos em sociedade é a capacidade de nos comunicarmos uns com os outros, de compreender e sermos compreendidos. As pessoas surdas ou com deficiência auditiva significativa, como menciona o autor, mas também as pessoas com deficiências de comunicação, como mutismo e mudez, têm nas libras uma ferramenta importantíssima para participar da sociedade, mas dependem da difusão desse conhecimento para que a sua comunicação seja eficaz.

Por essa razão, vemos no PL nº 6.284, de 2019, uma expressão bastante nítida dos sentidos de inclusão social e de valorização da diversidade que devem permear uma sociedade democrática.

Está, ademais, em perfeita consonância com o que determina a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no tocante à difusão generalizada da educação inclusiva, sem a qual naufraga qualquer esperança de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de discriminações e preconceitos de qualquer espécie.

Mediante o exposto, Presidente, o voto.

Em razão do que aqui discorri, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.284, de 2019, do nobre Senador Romário.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Paulo Paim, mais uma vez relatando, de forma brilhante, uma matéria dessa relevância.

Os nossos parabéns também para o Senador Romário.

Não vamos fazer a discussão da matéria, porque, como se trata de um projeto não terminativo, nós vamos aguardar a existência do quórum para que possamos fazer essa leitura.

Bom, agora vamos fazer a leitura do projeto não terminativo.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 30, DE 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Proibição em todo o Brasil da exportação em navio de animais vivos para abate no exterior

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, que é o Relator da matéria.

A autoria é do programa e-Cidadania, ou seja, são aquelas sugestões que o Senado recebe da própria população e que se transformam em projetos de lei.

Então, com a palavra o Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Contarato com a palavra, item 10, Sugestão nº 30, de 2018.

Seu microfone está liberado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – O.k., Sr. Presidente, perdão pelo contratempo.

É muito bom revê-lo, agora ocupando a Presidência.

Eu peço permissão para passar diretamente à análise, por gentileza.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

Se aprovada e convertida em proposição, será então distribuída às comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Considerando que a vedação proposta nesta sugestão é atinente à proibição da exportação, em embarcação, de animais vivos para abate, pode-se afirmar que a questão central envolve o impacto no bem-estar animal e na segurança sanitária do País.

Inicialmente, cumpre-nos destacar que a Constituição Federal, em seu art. 225, determina que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Ademais, o inciso VII do seu §1º veda práticas que coloquem em risco a função ecológica e submetam os animais a tratamento cruel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há constatações de superlotação, o que inflige desgaste físico e dor aos animais, e práticas de crueldade no trato em embarcações, ferindo a dignidade dos animais. Há um exemplo clássico no acidente em Barcarena, no Estado do Pará, em que morreram 5 mil bois – provocando um desastre ambiental de grandes proporções na região. Não bastasse o prejuízo ambiental direto aos ecossistemas, pescadores e ribeirinhos, o Governo Federal ainda teve que arcar com um custo estimado em R$45 milhões, para remover o navio que afundou.

É importante destacar que a Carta Maior, além das matérias atinentes ao meio ambiente, determina, conforme inteligência de seu art. 200, que o poder público e, em especial, o Sistema Único de Saúde, devam executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, fiscalizar e inspecionar alimentos e proteger a saúde humana.

Nesse sentido, é muito importante destacar a crise provocada pelo surto de Peste Suína Africana (PSA), que dizimou mais da metade do rebanho de suínos da China. A principal hipótese para o fenômeno foi a chegada da doença por meio de importação de animais vivos. Portanto, do ponto de vista de segurança sanitária, há mecanismos mais eficientes de continuidade de produção de proteína animal, com riscos infinitamente inferiores.

Do ponto de vista econômico, entende-se que eventual proibição de exportação de boi vivo e outros animais não causaria impacto econômico tão negativo como propalado por alguns atores contrários à proposta em análise. Estudando os dados das Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a movimentação financeira com a exportação de gado em pé (animais vivos, exceto pescados) representou, em 2019, cerca de US$457,2 milhões, ao passo que a carne *in natura* teve faturamento bem mais expressivo, com US$16,2 bilhões.

Portanto, eventual proibição de exportação de boi vivo pode ser, de fato, uma oportunidade para a exportação de carne *in natura* ou mesmo em cortes especiais, o que, indubitavelmente, pode gerar muito mais valor agregado e também empregos no País.

Adicionalmente, é essencial entender que o mundo terá que adotar novas práticas após a superação da pandemia do Covid-19, registrada em 2020, em nível mundial, que provoca uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus – síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). A movimentação de animais é infinitamente menos segura do que a exportação de produtos embalados, acondicionados, resfriados, *in natura*.

O controle sanitário é muito mais complexo e a segurança menor no caso de transporte de animais vivos. Considerando que os navios se movimentam em escala mundial, em questão de dias, a exportação de animais vivos pode representar um risco para os rebanhos tanto do importador quanto para os do exportador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente acerca do bem-estar animal, cumpre destacar que o Código Sanitário para Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), define o conceito como sendo aquele em que um animal está em bom estado (quando indicado por evidência científica) se estiver saudável, confortável, bem nutrido, seguro, for capaz de expressar seu comportamento inato, e se não está sofrendo com estados desagradáveis, tais como dor, medo e angústia.

A partir desse conceito emergem três princípios regentes em relação ao bem-estar animal: 1) existe uma relação crítica entre saúde e bem-estar animal; 2) as "cinco liberdades" reconhecidas internacionalmente devem fornecer valiosa orientação em bem-estar animal (liberdade de fome, sede e má nutrição; de medo e angústia; de desconfortos físico e térmicos; de dor, prejuízo e doença; e liberdade para expressar modelos normais de comportamento); 3) os "três Rs" reconhecidos internacionalmente devem fornecer orientação valiosa para o uso de animais na ciência (redução em números de animais, refinamento de métodos experimentais e substituição de animais por técnicas sem animais).

A criação, o transporte, o manejo e o abate dos animais no Brasil seguem critérios rígidos em toda a cadeia produtiva para assegurar a segurança alimentar dos consumidores internos e em todas as partes do mundo. Essas práticas consideram o atendimento das normas e princípios de bem-estar animal, exigidos pela OIE.

De outra parte, o transporte dos animais para o embarque se revela uma das etapas com maior comprometimento dos níveis de bem-estar animal. Reconhece-se que o transporte dos animais ocorre por longa distância terrestre. Na maioria das vezes, sem existência de rotas alternativas. Adicionalmente, não há infraestrutura para desembarcar os animais, em caso de emergência, o que pode levar a condições de maus-tratos aos animais ante a essa precariedade.

Portanto, o transporte, a movimentação e o manejo pré-abate dos animais estão associados a uma série de eventos estressantes, que comprometem tanto o bem-estar dos animais quanto a qualidade da carne, causando prejuízos econômicos tanto para produtores e frigoríficos quanto para consumidores nacionais e internacionais.

Igualmente importante é destacar que, ao contrário do atendimento de todas as normas e princípios como ocorre no Brasil, na sequência ao transporte marítimo, que é estressante e inflige sofrimento e desrespeito à dignidade dos animais transportados, o abate ocorre, majoritariamente, com extrema crueldade, sem qualquer procedimento de insensibilização prévio.

Portanto, entende-se que a SUG nº 30, deva ser acatada para garantir, como corolário para a criação, o transporte, o manejo, o abate e a exportação de produtos animais, o bem-estar e a dignidade animal, a fiscalização e a inspeção sanitária e mesmo a segurança alimentar.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela aprovação da Sugestão nº 30, na forma do seguinte projeto, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

Peço a dispensa da leitura do projeto que está abaixo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Contarato, pelo relatório elaborado por V. Exa.

Por ainda não estarmos com o quórum para votação – precisamos tão somente de mais um Senador –, nós vamos passar para o item seguinte, que, coincidentemente, tem como Relator o Senador Fabiano Contarato.

ITEM 11

SUGESTÃO N° 12, DE 2019

- Não terminativo -

Projeto Criará Candidatos Por Concurso Público (Sem Indicações Políticas). Apoie Brasil!

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Também é um projeto do programa e-Cidadania.

O Relator, Senador Fabiano Contarato, tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo à leitura, diretamente, da análise.

Em conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Risf, compete a esta Casa opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa.

A Sugestão nº 12 propõe, em sua essência, uma nova forma de seleção de candidatos a cargos proporcionais pelos partidos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão não elimina a necessidade de o candidato estar filiado a partido político para participar do processo eleitoral nem, tampouco, prevê que o concurso público seja a única forma de escolha de candidatos.

Prevê que, paralelamente ao sistema de escolha de candidatos hoje existente, a cargo dos partidos políticos, seja acrescida a modalidade de escolha por intermédio do concurso público. Os candidatos aprovados nesse concurso público filiar-se-iam a partido político e, nesse momento, seriam considerados aptos a participar do processo eleitoral.

Iniciaremos a análise da sugestão sob a ótica de sua constitucionalidade.

Um dos princípios estruturantes de nossa Constituição Federal é a autonomia dos partidos políticos, pessoas jurídicas de direito privado, para dispor sobre sua organização e funcionamento.

O Capítulo V, que trata dos partidos políticos, integra o Título II, que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais. Nele o §1º do art. 17 estabelece:

> Art.
> 17.....
> .....
> § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Assim, o acolhimento da Sugestão nº 12 resultaria na mitigação da autonomia dos partidos políticos na escolha de seus candidatos para as eleições proporcionais, em todas as esferas da Federação, eis que os aprovados em concurso público específico, após escolherem o partido ao qual se filiariam, teriam assegurado o direito de participar do pleito sem se submeterem às instâncias internas de escolha do partido.

Impõe-se, dessa forma, ao partido político escolhido pelo aprovado em concurso público o dever de filiá-lo e de registrá-lo como candidato. Veja-se que, seguindo os parâmetros da sugestão, mesmo que o partido político tenha profunda divergência com as ideias defendidas pelo candidato aprovado, mesmo que sua trajetória de vida e profissional sejam consideradas incompatíveis com as regras estatutárias, o partido será compelido a aceitar sua filiação e a promover o registro de sua candidatura. Não nos parece a situação que se sustente constitucionalmente, seja sob a ótica da autonomia dos partidos políticos, seja sob a ótica da razoabilidade, dimensão substantiva do princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da CF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se manifestar contrariamente à imposição do registro de candidatos aos partidos políticos. Foi no julgamento da Medida Cautelar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.530, em 21 de abril de 2002, Relator Ministro Sydney Sanches, em que o Procurador-Geral da República impugnava norma legal que previa a candidatura nata dos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital e de Vereador. A regra foi considerada inconstitucional tanto por mitigar a isonomia entre os candidatos como por violar o princípio da autonomia partidária.

Eis o trecho que nos importa para reflexão:

> Candidatura nata. Princípio da isonomia entre os pré-candidatos. Autonomia dos partidos políticos. Ação direta de inconstitucionalidade do §1º do art. 8º da Lei 9.504, de 30-9-1997, segundo o qual: [aspas] "§1º Aos detentores de mandato de deputado federal, estadual ou distrital, ou de vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiados". [fecho aspas.] Alegação de ofensa aos arts. 5º, *caput*, e 17 da CF. Pedido de medida cautelar de suspensão da norma impugnada. Plausibilidade jurídica da ação, reconhecida, por maioria (8 votos x 1), sendo 3, com base em ambos os princípios (da isonomia, art. 5º, *caput*, e da autonomia partidária, art. 17) e 5, apenas com apoio nesta última [...].

Assim, não nos parece possível que seja inserida regra em nosso ordenamento jurídico que imponha ao partido político o registro da candidatura de pessoa que não tenha sido submetida às instâncias partidárias. Outro ponto que se situa na fronteira do debate constitucional e de mérito e que merece destaque na análise da matéria.

São traços essenciais do sistema representativo – que se caracteriza pela circunstância de os cidadãos exercerem a soberania popular prevista no parágrafo único do art. 1º e no art. 14, ambos da Constituição Federal, para a escolha de representantes – a exata compreensão das demandas do representado pelo representante, a identidade de orientação em questões essenciais entre representante e representado e a fidelidade no exercício do mandato popular, em respeito ao que foi "pactuado" com os eleitores ao longo do processo eleitoral. Isso não tem nenhuma relação com o saber bacharelesco, técnico, formal que um candidato demonstra possuir com a aprovação em concurso público. De que adiantaria a aprovação em concurso público... (*Pausa.*)

Só um minuto.

De que adiantaria a aprovação em concurso público de cidadão que, registrado como candidato nos termos desta sugestão, venha a ser eleito para a Câmara dos Deputados por determinado Estado, se esse candidato desconhecesse por completo a realidade e as demandas da população das diversas regiões do Estado que pretende representar? A aprovação desta sugestão poderia significar a criação da categoria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"candidatos concurseiros", hábeis no manejo do conhecimento formal, técnico de algumas disciplinas, mas que desconhecem, por completo, a forma de vida e a demanda dos cidadãos que ele pretende representar. Ademais, o Parlamentar eleito dispõe de amplo apoio técnico provido por servidores efetivos e comissionados postos à sua disposição.

Não é legítimo exigir de qualquer Parlamentar eleito, em qualquer esfera da Federação, o conhecimento de todas as questões que lhe são submetidas. É necessário, indispensável até, o suporte provido por servidores que detenham o conhecimento técnico. É na confluência do conhecimento técnico com o saber político, sob a orientação do Parlamentar, que a atuação no Poder Legislativo deve ser pautada.

Consignamos, ainda, que o concurso para candidato a cargo eletivo tende a reproduzir as mazelas existentes em todos os concursos públicos do País em que os filhos da elite e das classes médias disputam os certames com grande vantagem em detrimento dos filhos dos trabalhadores, pelo fato de terem tido acesso a melhores escolas, à alimentação digna, à cultura e a todas as outras vantagens que marcam o abismo entre as classes no Brasil.

Seria uma espécie de –aspas – "recriação disfarçada" – fecho aspas – do critério censitário para a escolha de representantes existente na época do Império. A Constituição de 1824 estabelecia, em seu art. 95, I, a renda líquida anual necessária para que o cidadão pudesse disputar o cargo de Deputado.

É importante enfatizar que defendemos, por óbvio, o concurso público como mecanismo democrático de seleção para o provimento de cargos técnicos em toda a administração pública de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Não se trata de criticar a regra constitucional prevista no art. 37, inciso II, da CF, mas, sim, de apontar sua absoluta inadequação como critério de escolha de candidatos a cargos eletivos.

Prosseguindo na análise, vemos que uma das vantagens apontadas pelo autor na sugestão seria o incentivo à educação como corolário direto da realização do concurso público pleiteado. Não há dúvida de que se trata de motivação nobre, mas o incentivo à educação decorre muito mais da aprovação e implementação de políticas públicas para a educação em todos os níveis do que da seleção com critérios supostamente técnicos para representantes políticos.

Há que se lembrar, por fim, que os partidos políticos, no exercício de sua autonomia, desenvolvem programas de formação de filiados e candidatos com base no que estabelece o art. 44, inciso IV, e o art. 53, ambos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, conhecida como "Lei dos Partidos Políticos".

Sobre o argumento de que a implementação da proposta contida na Sugestão nº 12, de 2019, traria mais opões para o eleitor, lembramos que o número total de candidatos fixados na legislação eleitoral (art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, conhecida como a "Lei das Eleições") é definido em respeito à normalidade e aos custos do processo eleitoral e não seria alterado com a aprovação da Sugestão nº 12, de 2019. Não haveria "mais opções de escolha" para o eleitor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a indicação de que a realização dos ditos concursos públicos para a seleção de candidatos ficaria a cargo das Forças Armadas ou da Polícia Federal, sob o argumento de que seriam instituições mais idôneas e de que, portanto, haveria menor risco de fraude, parte de uma avaliação simplista e discriminatória sobre a moralidade de todos os órgãos e entidades públicas de todos os Poderes de todas as esferas da Federação.

Não há como impor essa regra aos Poderes Legislativos de todas as esferas da Federação sem mitigar o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF), do qual decorre a prerrogativa da autonomia administrativa das Casas Legislativas.

No caso dos Poderes Legislativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, restaria violada, também, a autonomia dos entes federados, prevista no art. 18, *caput*, da CF.

Os partidos políticos são peças-chave em nosso sistema de representação política, seja no processo eleitoral, seja no funcionamento das Casas Legislativas.

Não desconhecemos a severa crise por que passa o instituto da representação política em todas as democracias ocidentais, chamada de aspas, "mãe de todas as crises", por Manuel Castells, sociólogo espanhol especializado em mídias sociais e processo eleitoral, em sua importante obra intitulada *Ruptura: a crise da democracia liberal,* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2018.

Entendemos, todavia, que a procura por soluções para o aprimoramento do instituto da representação popular não deve gerar mais distorções do que as já existentes. Parece-nos, então, que a Sugestão 12/2019 é inconstitucional, injurídica e, no mérito, a despeito das boas intenções de seu autor e de seus apoiadores, deve ser rejeitada, em face de sua inoportunidade e inconveniência.

Voto.

Em face do exposto, votamos, nos termos do art. 102-E, II, do Risf, pela rejeição e arquivamento da Sugestão 12.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato, pela relatoria dessa Sugestão nº 12, de 2019, que recebe de V. Exa. um voto pela rejeição.

Daqui a pouco, nós teremos oportunidade de aprovar alguns desses relatórios.

Eu queria, por uma questão de deferência ao nobre Senador Telmário Mota, que está aqui presente, passar para que ele possa fazer a leitura do seu relatório no item 3, que é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Estatuto do Cigano. É um projeto terminativo. Portanto, precisaremos do quórum para sua votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com muito prazer, eu concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para leitura do seu relatório.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2015

- Terminativo -

Cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE.

Observações:

Tramitação: CE, CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 27/03/2018, a matéria foi aprovada na CE, com as emendas de 1 a 9.

- Em 09/05/2018, a matéria foi aprovada na CAS, com as emendas de 1 a 5, 8 e 9-CE/CAS mais as emendas 10 e 11-CAS. E rejeitou as emendas 6 e 7-CE.

Agradeço aqui também a presença do nosso ilustre Senador Francisco, que está aqui conosco. Muito prazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Meu conterrâneo, fale assim, Humberto.

Obrigado, Presidente Humberto.

Eu estava com saudade de vir à CDH. Foi aqui que o Senador Paulo Paim me deu muita aula, e vou continuar bebendo aqui da sabedoria de vocês. Quero saudar todos os demais Senadores na pessoa do Senador Chico Rodrigues, Senador do meu Estado.

Sr. Presidente, eu venho relatar hoje esse projeto com muita alegria no coração, porque é uma oportunidade de a gente criar o Estatuto do Cigano. Quase todos os segmentos da sociedade, idoso, deficiente, já tem o seu estatuto. É lamentável que os ciganos ainda não tenham seu estatuto, mas, pelas mãos sábias do Senador Paulo Paim, nós vamos então relatar esse projeto do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Estatuto do Cigano. Sua finalidade é garantir o respeito à dignidade e à cultura dos povos ciganos, dar-lhes maior igualdade de oportunidades e protegê-los contra qualquer forma de discriminação, promovendo a sua inclusão.

Por concordarmos com seus argumentos, acolhemos o relatório apresentado pelo Senador Hélio José, antigo Relator da matéria nesta CDH.

A proposição dispõe sobre educação, cultura, saúde, acesso à terra, moradia, trabalho e ações afirmativas em favor dos ciganos. Suas disposições preliminares elencam os objetivos de combate à discriminação e à intolerância, trazem breves definições sobre quem são os ciganos, sobre desigualdade racial, sobre políticas públicas e sobre ações afirmativas, impõem ao Estado o dever de garantir igualdade de oportunidades e de defender a dignidade e os valores religiosos e culturais dos ciganos, prioritariamente mediante políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, ações afirmativas e combate à discriminação.

Nos termos da iniciativa, a educação básica do povo cigano deve ser incentivada e a disseminação da sua cultura deve ser promovida pelo poder público; as línguas ciganas são reconhecidas como patrimônio imaterial desses povos, aos quais fica assegurado, ainda, o direito à preservação de seu patrimônio histórico e cultural, material e imaterial e sua continuação como povo formador da história do Brasil; os atendimentos de emergência e de urgência são garantidos em favor dos ciganos que não forem civilmente identificados e as políticas de saúde têm ênfase definida em algumas áreas, como planejamento familiar, saúde materno-infantil, saúde do homem, prevenção do abuso de drogas lícitas e ilícitas, segurança alimentar e nutricional e combate ao preconceito institucional.

O projeto, Senador Humberto, busca também reconhecer, proteger e estimular o acesso à terra, à moradia e ao trabalho. Além disso, Senador Chico, cria o dever de coletar periodicamente informações demográficas sobre a população cigana, para subsidiar a elaboração de políticas públicas em seu favor, especialmente no nordeste pernambucano.

O autor...

Gostaram dessa, pernambucano? Gostaram, não é? Meu avô era de lá, Caruaru, e negro.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na importância de estender aos povos ciganos o manto de proteção e respeito que a doutrina contemporânea dos direitos humanos garante a todas as minorias étnicas, de modo a combater a sua marginalização e concretizar o direito democrático de grupos específicos de ter sua diferença legitimamente incluída na pluralidade democrática reconhecida no nosso ordenamento constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os ciganos, presentes no Brasil desde 1574 – aí vão anos –, continuam excluídos sob vários aspectos, sujeitos a preconceito, discriminação e incompreensão com relação a sua cultura e de sua organização social. É relevante mencionar que a proposição teve origem em proposta da Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec).

O PLS nº 248, de 2015, foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nos Colegiados que já o examinaram, o PLS nº 248, de 2015, recebeu 11 emendas, das quais 9 foram apresentadas pela CE e 2, pela CAS. A CAS rejeitou as Emendas nº 6 e nº 7 da CE, por entender que, apesar das nobres intenções que as fundamentam, seu texto acabava por permitir interpretações restritivas e incompatíveis com o modo de vida tradicional dos povos ciganos, no tocante ao direito à saúde.

Não foram recebidas novas emendas neste Colegiado.

Análise, Srs. Senadores e Senadoras.

A CDH tem competência para opinar sobre proposições relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos, previstas no art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, tratando-se de análise terminativa, deve este Colegiado manifestar-se sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Na sua essência, o mérito do PLS nº 248, de 2015, é bastante nítido. Notoriamente, os povos ciganos ainda enfrentam, ao final da segunda década do século XXI, os mesmos preconceitos construídos contra sua cultura e seu caráter ao longo da Idade Média e da era colonial. Trazidos ao Brasil, em grande parte, à força pela metrópole, que os considerava indesejáveis, sofreram aqui o mesmo estigma que fundamentou sua deportação. Seus idiomas, seus costumes, seu modo de vida, sua aparência e suas vestimentas ensejavam lampejos de fascinação, mas principalmente estranhamento e desconfiança, ecoando o jogo ambíguo de valores que marcou nossa colonização e a acomodação de povos diversos num equilíbrio assimétrico que ora é tenso, ora é fluido e harmônico, mas geralmente é estabelecido sob a primazia de referências culturais hegemônicas da Europa, negando-se a dignidade e o respeito devidos a minorias como os ciganos.

A constitucionalidade da matéria é manifesta, por remeter diretamente a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil descritos no art. 3º da Constituição de 1988, de Ulysses Guimarães e de todos os brasileiros, como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação. A igualdade fundamental de direitos e a igualdade de oportunidades, fartamente presentes na proposição, também têm amparo expresso na Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A juridicidade da matéria pode ser reconhecida, com algumas ressalvas. Alguns de seus dispositivos repetem, desnecessariamente, dispositivos constitucionais ou legais já vigentes, ou definem conceitos de modo impreciso. É o caso do art. 1º, que define desigualdade racial, políticas públicas e ações afirmativas de modo restritivo e incompleto. Esses conceitos já são bem estabelecidos na literatura e na prática jurídica, sendo dispensável a tentativa de definição.

Aproveitando o ensejo do ajuste redacional do art. 1º, convém substituir, no corpo da proposição, a expressão "população cigana" por "povos ciganos", mais condizente com a realidade sociocultural desses grupos étnicos e com normas internacionais pertinentes à matéria, pois um povo é um grupo de pessoas com identidade histórica e cultural própria, ao passo que população é apenas um conjunto de pessoas. Corrija-se, ainda, a distinção dos ciganos "da sociedade nacional" pela sua distinção "na sociedade nacional", pois a primeira forma insinua que os ciganos não fazem parte da sociedade brasileira, o que é uma forma involuntária e sutil de reafirmar sua exclusão. E o conceito de "igualdade de oportunidades" é mais propriamente entendido, atualmente, como "inclusão", com diversas formas, justificando-se alteração nesse sentido.

O art. 2º repete, de modo menos abrangente e, ainda assim, sem especificar os ciganos, conteúdo do art. 3º da Constituição, de modo que pode ser reduzido, por emenda de redação, ao dever do Estado e da sociedade de "promover a inclusão social, política e econômica dos povos ciganos, defendendo sua dignidade, sua liberdade de crença e de consciência e sua cultura". Justifica-se, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a substituição da defesa dos "valores religiosos" pela "liberdade de crença e de consciência" porque não cabe ao Estado, que é laico, defender os valores religiosos específicos de uma fé, mas sim, assegurar que todos os indivíduos e todos os grupos tenham respeitada sua plena liberdade de crença e de consciência.

O art. 6º pode ser suprimido sem prejuízo algum, pois assegura especificamente à criança e ao adolescente ciganos o direito de transferência de matrícula quando forem filhos de artistas profissionais itinerantes, remetendo ao art. 29 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que já prevê esse direito em caráter geral, abrangendo quaisquer crianças e adolescentes, sejam eles ciganos ou não.

O art. 14, §2º, merece um ajuste de redação, pois a menção à "pequena e média produção, nos meios rural e urbano", é imprecisa e pode não corresponder à organização da produção nas comunidades ciganas. Seria mais adequada a referência à "pequena e média empresa e para a agricultura familiar e o cooperativismo".

Finalmente, deve-se mencionar que a substituição da palavra "gênero" pela palavra "sexo", nos arts. 4º e 5º, decorrente da aprovação das Emendas nºs 3 e 4 da CE, é imprópria, pois a discriminação de que esses dispositivos tratam não é pertinente ao sexo, mas sim, ao gênero. Ninguém é discriminado simplesmente por ser do sexo masculino ou feminino, e sim, em razão das expectativas sobre atitudes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se consideram próprias ou impróprias de homens ou mulheres, inclusive, mas não somente, relativas à orientação sexual.

O sexo é um atributo biológico, o que não se discute, mas o conceito de gênero é referente às características culturais e aos costumes associados a cada sexo e às diferentes orientações sexuais, incluindo normas costumeiras sobre o que devem fazer, como devem se portar, como devem ser tratados pelos demais.

Então, longe de iniciar um debate sobre o receio de doutrinação sexual, o conteúdo da proposição é voltado para a prevenção de preconceitos e de discriminações relativas ao gênero, que é um conceito social, e não ao sexo, que, sendo um conceito biológico bem estabelecido, simplesmente não vem ao caso quando o que se discute são costumes e atitudes sociais.

Senadores e Senadoras, chegamos ao voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2018, com as Emendas nºs 1-CE, 2-CE, 5-CE, 8-CE e 9-CE, 10-CAS e 11-CAS e com as emendas que se seguem, ficando rejeitadas as Emendas nºs 3-CE, 4-CE, 6-CE e 7-CE.

É o relatório, é a análise, e é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota. Excelente o relatório apresentado por V. Exa. Como se trata de um projeto terminativo, terá que ser submetido à votação nominal. Assim que nós tivermos o quórum necessário, nós faremos essa votação.

Quero, inclusive, aqui parabenizar também o autor da matéria, o Senador Paulo Paim. Não há dúvida de que os povos ciganos são profundamente discriminados não apenas no Brasil, mas em outras terras do mundo, e, sem dúvida, garantir a eles esse direito é algo muitíssimo importante.

Dou a palavra aqui ao Senador Chico Rodrigues. É um prazer tê-lo aqui presencialmente, nobre Senador Chiquinho Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Muito obrigado, nobre Presidente Humberto Costa, meu conterrâneo pernambucano da melhor estirpe.

Eu acompanhava aqui o relatório do nobre Senador Telmário Mota desse PLS 248, de 2018, do Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul, essa figura exemplar da política brasileira, que apresenta sempre proposições que dizem respeito à criação de uma identidade, e nesse caso, especificamente, à criação de uma identidade cigana que, por curiosidade, a gente, verificando nos compêndios, vê que cigano é um exônimo, ou seja, uma palavra diferente – não é? – que, em termos traduzidos para o português, significa homem e designa um conjunto de populações que têm em comum a origem indiana e uma língua, o romani, originárias do noroeste do subcontinente indiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente percebe que este projeto procura resgatar, dentro dos melhores princípios da Constituição brasileira, a compreensão e o entendimento de que a sociedade deve viver em completa harmonia, independentemente da sua origem, independentemente dos seus costumes, independentemente da sua história – somos todos brasileiros, e com essa distinção dessa importante classe social que é o povo cigano.

Nós verificamos que a iniciativa do nobre Senador Paulo Paim, tenho certeza, por unanimidade, será aprovada, porque dará de uma forma clara o direito constitucional que esses povos merecem.

Portanto, Sr. Presidente, esse era o comentário que eu gostaria de fazer, de forma muito rápida, no sentido de que também pudesse demonstrar a minha satisfação em ver que projetos dessa envergadura vêm engrandecer o Congresso Nacional pelo seu reconhecimento, porque esta é a Casa adequada para que essas questões sejam, com relevância e com importância, e com a compreensão do conjunto da sociedade brasileira... Que se entendam os valores que cada um dos segmentos representam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Francisco Rodrigues.

Nós agora vamos para mais uma Sugestão, a de nº 2, de 2020.

ITEM 12

SUGESTÃO N° 2, DE 2020

- Não terminativo -

Impedir o fim da estabilidade no serviço público

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pelo arquivamento da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Senador Fabiano?

Senador Fabiano Contarato?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Está me ouvindo, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Item 12, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

Passo diretamente para a análise.

De acordo com o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional. Por sua vez, o parágrafo único do art. 6º da RSF nº 19, de 2015, determina que a ideia legislativa que receber pelo menos 20 mil manifestações de apoio, em quatro meses, terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E. Assim, existe amparo regimental para apreciar a sugestão em tela.

Quando da publicação da Ideia Legislativa nº 129.300, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estavam prestes a promulgar a reforma da previdência. Ademais, ainda estava em apreciação nesta Casa a chamada PEC paralela, que tratava da inclusão dos Estados e Municípios na Reforma. Embora a temática do tamanho do Estado e da administração pública seja de importância perene para o País, verifica-se, pelo menos desde a campanha presidencial de 2018, a emergência de seu debate. Há meses, o Governo vem anunciando que irá apresentar outra proposta de reforma, a administrativa, contendo corte de carreiras, mais hipóteses de demissões e redução dos salários de entrada de servidores públicos. Assim, tal debate circunda a garantia da estabilidade, sua flexibilização e, num cenário limítrofe, seu fim.

A Sugestão Legislativa nº 2, de 2020, insere-se nesse contexto, com redação singela e lacônica: almeja impedir o fim da estabilidade dos servidores públicos. Entenderemos, doravante, que trata de todos os servidores públicos da União e de garantir, em outras palavras, que a estabilidade se mantenha como é hoje, nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), sem flexibilização ou restrição no seu alcance:

> Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
> § 1º O servidor público estável só perderá o cargo:
> I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
> II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
> III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
> § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 61 .....

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II – disponham sobre:

.....

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

.....

Dos excertos acima, resta evidente que apenas lei de iniciativa do Presidente da República poderia tratar da estabilidade dos servidores públicos, para ampliação ou para alguma flexibilização do instituto, sempre à luz dos condicionantes contidos nos incisos do art. 41 da Constituição.

Ademais, somente por meio de Proposta de Emenda à Constituição, que inexiste no momento, poder-se-ia debater ideia legislativa que propugnasse o fim da estabilidade, nos termos do *caput* do mesmo art. 41, e com aplicação apenas a novos servidores, sob o risco de ofensa à cláusula pétrea do direito adquirido (art. 5º, item XXXVI, da Constituição Federal). Desse raciocínio, no plano formal, não é possível dar outro destino além do arquivamento à SUG nº 2, de 2020.

Tal óbice já dispensaria a análise do mérito da proposição.

Contudo, consideramos tempestivo, especialmente por se tratar de sugestão legislativa cidadã, explanar porque, apesar do arquivamento, somos sensíveis à ideia de impedir tentativas legiferantes que coloquem em risco a estabilidade no serviço público.

A estabilidade é uma proteção do servidor público contra os interesses políticos. Impede que pressões políticas, internas ou externas, oprimam decisões técnicas; que ocorram demissões arbitrárias, resguardando a máquina pública de motivações clientelistas, eleitoreiras e persecutórias. Segundo o sociólogo Max Weber, a existência de um corpo de funcionários estáveis, tratados com isonomia e selecionados de maneira impessoal é condição para a existência do próprio Estado e também da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em países que vivenciaram regimes totalitários, o fim da estabilidade dos agentes públicos foi prenúncio e condição para o aprofundamento das violações aos direitos humanos. Em países menos desenvolvidos – e mais corruptos –, não existe estabilidade no serviço público.

Pressões políticas abrem margem para a corrupção e para o favorecimento de determinados grupos, e a ideia simplista de dar fim à estabilidade, no nosso modelo de administração pública, é o mesmo que abrir caminho ao aparelhamento e ao uso político da máquina pública.

O debate subjacente ao fim da estabilidade não é apenas o de criar mais possibilidades de demissão de servidores, e sim, o de dar maior espaço a influências políticas dentro do serviço público – problema recorrente, infelizmente, no Brasil.

É sabido que a administração pública precisa passar por mudanças para melhorar a qualidade do atendimento e otimizar o retorno, na forma de serviços, à população. Nesse sentido, entendemos que o arcabouço normativo hoje vigente pode, sim, ser aprimorado no que diz respeito às possibilidades de demissão dos servidores públicos e de avaliação de seu desempenho funcional, com vistas a aprofundar a profissionalização do corpo burocrático estatal, sem que isso resulte, necessariamente, no fim da estabilidade.

Voto.

Pelas razões expostas, na forma do art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do Risf, votamos pelo arquivamento da SUG nº 2, de 2020.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Fabiano Contarato, muito obrigado pela leitura do parecer de V. Exa.

É óbvio que o tema da estabilidade no emprego é muito importante, no entanto, todos nós sabemos que esse tema precisa ter uma iniciativa adequada, uma discussão adequada. Nesse sentido, é importante a conclusão de V. Exa.

Eu gostaria de inquirir os Senadores presentes se nós poderíamos...

Ah, o Senador Paulo Paim pede a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, eu queria rapidamente, primeiro, cumprimentar os dois Relatores: o Senador Fabiano e também o Senador Telmário Mota, que relatou o Estatuto dos Ciganos.

Eu queria rapidamente, se V. Exa. permitir, enquanto esperamos o quórum, dizer que esse projeto surgiu no Plenário do Senado. Vejam bem: havia uma sessão de homenagem a diversos estatutos – da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igualdade, da juventude, da criança, do idoso –, e daí uma senhora levanta, vestida a caráter, Senador Contarato, Senadora Zenaide, Senador Flávio Arns, Senador Lasier, Leila, Vanderlan, naturalmente, Telmário Mota, e Senador Francisco Rodrigues, ela levantou bem a caráter e disse: "Senador, parabéns pela audiência aqui no Plenário, pela sessão temática, mas eu queria falar de alguém que é invisível". E, quando ela disse "alguém invisível", eu lhe perguntei, eu estava presidindo: "Mas quem é que é invisível?". E ela olhou, a roupa dela toda colorida, e disse: "Eu sou uma cigana". E disse lá a origem da tribo dela – muitos falam de tribo – e também disse: "Nós queríamos tanto ter direito a um trabalho, educação, previdência, saúde, identidade, terra, liberdade, cidadania, o direito dentro da diferença, com inclusão cultural, social e política, etnia, por religião, por costumes e por tradição" – ela foi elencando uma série de questões. E eu, comovido, claro, com aquele movimento que ela fez, disse: "Olha, fiquei tranquila que nós vamos encaminhar o estatuto também do cigano".

E assim nós fizemos, já faz alguns anos, até que caiu na mão do nosso querido Senador Telmário Mota, que se dedicou – mas se dedicou mesmo – e foi conversar com todo mundo, com o Ministério Público, com o Governo, com partidos da oposição, estabeleceu um amplo diálogo e, com esse diálogo, conseguiu hoje chegar a este dia em que o relatório é lido.

Todos nós temos certeza, Senador Telmário Mota, de que o seu substitutivo, um belo trabalho, magnífico eu diria até, com o apoio de toda a comunidade cigana – havia divergência entre eles –, será aprovado por unanimidade.

Por fim, Senador Contararo, parabéns! A estabilidade é o mínimo que a gente pode assegurar para um servidor público. Calcule: cada vez que entra um governo, seja no Município, no Estado ou na União, o que ele faz? Acaba, como a gente tem mania de dizer, trazendo o amigo do rei, os seus cabos eleitorais para dentro do Governo, e aí demite – vai demitindo, vai demitindo, vai demitindo... Isso é fato e é real. Por isso que, veja bem, os nossos próprios assessores não têm estabilidade. A cada vez que um de nós deixa o mandato, estão todos no olho da rua, por quê? Porque eles não têm direito a se manter no cargo. Então, são milhares que são demitidos a cada vez que se troca o mandato. Eu só estou dando um exemplo. Calculem quando se muda o mandante máximo, como se diz, o comandante-chefe do Executivo. Quando ele perde, aqueles que são concursados pelo menos ficam mantendo a máquina. Os cargos de confiança são demitidos, também são demitidos, mas aqueles que mantêm a máquina do serviço público são mantidos no cargo, e aí há o ritual de estabilidade permanente e de indefinida estabilidade que eles têm, em que há certos critérios.

Então, eu queria, mais uma vez, cumprimentar e acompanho, Senador Contarato, na íntegra, o seu relatório. O seu voto é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Paulo Paim, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lasier Martins pede a palavra, e nesse momento eu a concedo com toda atenção.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito a sua gentileza, Presidente Humberto Costa.

Estou acompanhando a reunião desde o início. Eu hoje já não faço mais parte desta Comissão – estive no começo e depois, por uma conveniência e uma necessidade de uma transação de ir para uma outra, saí –, mas deixei aí, Presidente Humberto, o Projeto de Lei nº 1.120, de 2019, que inclui a Defensoria Pública no acesso ao cadastro da criança e do adolescente.

Como eu estava na expectativa pela votação porque é terminativo, já houve a leitura, a Relatora é a Senadora Soraya Thronicke, eu só queria saber de V. Exa., por ser o item 1, se há possibilidade de votação na reunião de hoje, ou não temos quórum, ou qual é o procedimento que V. Exa. pretende direcionar para este Projeto de Lei 1.120, que é o item 1 da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Lasier Martins, em verdade, como se trata de um projeto terminativo, nós teríamos que fazer a votação nominal e nós não temos hoje ainda esse quórum.

Já foi feita a leitura desse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já foi feita a leitura, e eu me comprometo com V. Exa. que, na primeira oportunidade em que nós tivermos o quórum necessário para a votação nominal, assim o farei, é um compromisso que assumo com V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Agradeço, Presidente, obrigado pela atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Bom, vou pedir aqui ao nosso prezado Senador Francisco Rodrigues que possa fazer, *ad hoc*, a leitura de um dos relatórios aqui. Eu o faço em homenagem à presença de V. Exa. aqui, entre nós.

Esse projeto de lei é terminativo, é o de nº 4.312, de 2019. Ele é não terminativo, portanto poderá, inclusive, ser aprovado no dia de hoje. Ele é de autoria do Senador Jorge Kajuru, tem como Relator o Senador Marcos Rogério, e eu concedo a V. Exa. a palavra para fazer a leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc*.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4312, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observação: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Com a palavra o Senador Francisco Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Humberto Costa, Sras. e Srs. Senadores que participam desta reunião, nesta tarde de segunda-feira, dia 30 de agosto de 2021, o autor desse projeto é o Senador Jorge Kajuru; nós vamos ler *ad hoc* este relatório.

Este relatório vem para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O Projeto de Lei 4.312, de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru, tem por finalidade restabelecer o exame nacional de proficiência no uso, no ensino e na tradução simultânea e interpretação da língua brasileira de sinais (libras), com periodicidade anual, promovido pelo Poder Público, para fins de certificação. A cláusula de vigência prevê entrada da norma em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

O autor fundamenta a iniciativa sob o argumento de que a falta de profissionais qualificados em libras constitui barreira à inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Seu objetivo é suprir a demanda por tais profissionais.

A proposição foi distribuída para análise desta CDH e da Comissão de Assuntos Sociais, à qual caberá decidir em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

Da análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre matérias pertinentes às pessoas com deficiência, tornando regimental o exame da proposição em comento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A libras é amplamente utilizada por pessoas com deficiência auditiva ou da fala, ou ambas, e foi reconhecida nacionalmente como língua oficial pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que atribui ao poder público o dever de garantir formas institucionalizadas de apoiar o seu uso e a sua difusão. Essa lei prevê que o sistema educacional federal, estadual, municipal e do Distrito Federal inclua a libras no currículo dos cursos de formação de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que determinou, em acréscimo ao que já dispunha a Lei de Libras, a inclusão dessa língua como disciplina optativa nos demais cursos de nível superior e na educação profissional.

Para atender a esses comandos, o decreto previa, em caráter provisório – por dez anos –, que, na falta de docente com título de pós-graduação ou de graduação em Letras-Libras, essa disciplina poderia ser ministrada por professores ou por professores ouvintes de libras com nível superior ou ainda por instrutores com nível médio, desde que esses profissionais obtivessem certificação mediante aprovação em exame promovido pelo Ministério da Educação e por instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

A finalidade da certificação seria a de confirmar a proficiência do professor ou do instrutor no uso de libras, de modo a evitar a contratação de falsos usuários dessa língua ou de pessoas pouco fluentes no seu uso, o que resultaria na frustração da derrubada da barreira comunicacional.

Não é difícil imaginar casos nos quais seja preferível não haver comunicação a ter uma comunicação errada, de modo que a certificação é uma garantia útil e necessária para que realmente haja a inclusão pretendida.

Findo o prazo de dez anos da certificação provisória previsto no Decreto 5.626, de 2005, ainda há demanda reprimida por professores e intérpretes habilitados em libras. A falta desses profissionais prejudica a inclusão das pessoas que já usam a libras e dificulta a superação dessa barreira no futuro.

Pode parecer, à primeira vista, que a certificação pudesse ser um mecanismo de reserva de mercado para os profissionais habilitados em libras, evitando que voluntários fizessem o mesmo trabalho, mas o que ocorre é precisamente o oposto: a certificação de professores ou instrutores sem curso superior em Letras-Libras ou pós-graduação nessa área permite que todas as pessoas realmente capazes de ensinar e facilitar o uso dessa língua possam atender os usuários.

Por fim, tendo a proposição sido apresentada sem estimativa de impacto orçamentário e financeiro, tomamos a iniciativa de solicitar tais informações à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, que produziu a Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 136, de 2019, que estima as despesas decorrentes da aprovação do PL 4.312, de 2019, em R$3.253.161 para o ano de 2020, em R$3.375.155 para o ano de 2021 e em R$3.493.285 para 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.312, de 2019, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senador Francisco Rodrigues, pela leitura do relatório na condição de Relator *ad hoc*.

De imediato, indago de todos os Senadores e Senadoras se podemos votar em bloco os itens lidos não terminativos que são consensuais com o consentimento do Plenário. (*Pausa.*)

Coloco em votação em bloco os itens 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 12.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Item 13.

Eu queria, nesse item, passar a Presidência ao Senador Contarato, porque é um requerimento de minha autoria.

Então, peço a V. Exa. que encaminhe o processo de discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, meu querido Senador Humberto Costa.

Anuncio a leitura do item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 17, DE 2021

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implantação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, no Sertão de Pernambuco, e debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6897

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – O requerimento está nos seguintes termos.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a implantação de uma usina nuclear no Município de Itacuruba, no Sertão de Pernambuco, e debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.897.

É esse o requerimento.

Eu gostaria de alguns minutos para justificar.

Na verdade, esse é um tema que nós trouxemos aqui relacionado ao Município de Itacuruba, que fica no interior de Pernambuco, no Sertão, particularmente na região do Sertão do Itaparica, e que na verdade tem uma incidência sobre vários Estados. Vários Estados brasileiros inseriram na sua Constituição a decisão de que só seria aceita a implantação de usina nuclear ou a adoção de energia nuclear quando todas as outras fontes de energia pudessem estar já em condições de esgotamento. Houve, já há algum tempo, uma ação da Procuradoria-Geral da República, que abriu uma ação direta de inconstitucionalidade de todas as Constituições estaduais que tomaram essa decisão.

No caso de Pernambuco, existe um movimento que se contrapõe a essa ideia da implementação de uma usina nuclear no Município de Itacuruba, que é um Município muito pequeno, mas que já foi objeto de uma transferência de sua localização original por conta do Lago de Itaparica, quando foi criado, para a implantação de uma usina hidrelétrica na região, que já é uma cidade muito marcada por essa perda de identidade e é considerada hoje a cidade onde ocorre proporcionalmente o maior número de suicídios no Brasil.

Então, na verdade, nós queremos fazer esse debate, mas chamando a atenção a todos os Senadores de que, em vários Estados, existe esse tipo de artigo na Constituição estadual, e essa ação da PGR procura derrubar todos eles. Então, é um assunto que termina interessando também a todos os Estados ou pelo menos àqueles – creio que são oito ou nove – que têm essa particularidade na sua Constituição. Parece-me, inclusive, que, no Estado de Santa Catarina, já houve decisão do Supremo considerando inconstitucional um artigo que reza a mesma coisa.

Então, eu quero colocar em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, desculpem! É o Senador Contarato que tem que fazer esse encaminhamento. Marinheiro de primeira viagem é assim mesmo!

Vá lá, Contarato!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. *Por videoconferência*.) – Sem problema, Senador!

Em votação o requerimento do nosso querido Senador Humberto Costa.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Neste momento, transmito a Presidência ao meu querido Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

Temos ainda dois requerimentos aqui.

O do item 14 é do Senador Paulo Paim.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, com o objetivo de debater sobre a situação internacional dos migrantes e refugiados sob a ótica da perspectiva dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura e a defesa do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, V. Exa. já deu a nota, digamos, o toque, não é? A intenção nossa com esse requerimento é fazer uma reunião com as duas Comissões, a Comissão Mista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados e a Comissão de Direitos Humanos, a nossa Comissão, que V. Exa. preside e da qual o Contarato é o Vice.

Na audiência, eu faço a justificativa: poderíamos aprofundar a situação do Haiti, que está gravíssima, a do povo e a dos refugiados; as expulsões ocorridas recentemente no México e nos Estados Unidos; e a dimensão do conflito no Afeganistão, entre outros temas da agenda internacional voltada a direitos humanos, migração e refúgio.

Hoje mesmo, se nós pegarmos os jornais internacionais... Diz aqui o UOL: "EUA interceptam foguetes lançados contra o aeroporto de Cabul. O sistema de defesa antimísseis [...] interceptou cinco foguetes lançados contra o aeroporto de Cabul, no Afeganistão [...]". O número de pessoas que estão sofrendo lá devido àquele conflito é, sem sombra de dúvida, muito, muito grande, e ali estão refugiados que buscam espaço nos aviões para se deslocarem para outros países.

Outra notícia também diz: "EUA admitem a possibilidade de baixas civis em ataque no Afeganistão".

Há outro destaque: "Sem Brasil, países fazem acordo com Talibã para saída segura do Afeganistão". Quase cem países estabeleceram um acordo com o Talibã para encontrar uma forma de aqueles que queiram sair de lá possam fazê-lo com segurança. Infelizmente, o Brasil não está entre esses cem países.

Era isso, Sr. Presidente. Foi uma justificativa rápida sobre a importância de discutirmos sobre os refugiados e os direitos humanos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu acompanhava atentamente esse requerimento do nobre Senador Paulo Paim e eu não poderia me furtar a comentar, de forma paralela, esse mesmo tema.

O Brasil, especificamente o nosso Estado de Roraima, hoje vive um momento de grande dilema, porque mais de 500 mil – e talvez alguns se assustem porque o Brasil não sabe, não conhece –, mais de 500 mil venezuelanos já passaram pelas nossas fronteiras, dos quais eu diria que um contingente enorme permanece no nosso Estado. Roraima hoje, o Brasil hoje, Roraima especificamente, é a terceira maior diáspora de venezuelanos no mundo. A primeira é a Colômbia, a segunda são os Estados Unidos e a terceira é o Brasil, mais especificamente o Estado de Roraima. Portanto, esse é um tema recorrente que precisa de cuidado com uma precisão cirúrgica, por que não dizer, das autoridades brasileiras, porque o Brasil vive hoje, no Estado de Roraima, conflitos quase que insanáveis. Vem a questão da saúde, a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, a questão da segurança pública, e as providências por parte do Governo brasileiro estão sendo muito tímidas.

Nós temos a Operação Acolhida, que, de forma absolutamente competente, é coordenada pelo Exército Brasileiro, mas que atende aproximadamente a 10% do contingente de venezuelanos que estão no nosso Estado, ou seja, atende menos de 8 mil venezuelanos de forma eficiente, eficaz e permanente; o restante está lá realmente criando problemas de sobrevivência enormes para a própria população roraimense.

Portanto, esse tema é importante. Nós defendemos, acho que o Brasil deve sinalizar também para aqueles que desejam se refugiar, do Afeganistão, do Haiti, etc., etc., mas temos um problema recorrente que dorme conosco no Brasil todo dia, que é a questão desse fluxo interminável de venezuelanos que, tangidos pela necessidade e pela crise política interna, obviamente, o primeiro ponto de parada deles é o Brasil, através do Estado de Roraima.

Então, concordo, acho que vamos participar – a Comissão de Direitos Humanos vai se debruçar sobre essa questão – e, obviamente, cobramos do Governo brasileiro posições eficientes, eficazes, mas determinando que a vinda, a entrada, o abrigo, o apoio a esses venezuelanos, que eles não possam realmente ser recebidos de forma que prejudiquem a vida dos cidadãos brasileiros que ali vivem. Nós não somos contra. Entendemos que o lado humanitário deve falar "sim", agora, o Governo tem que fazer grandes investimentos, encontrar uma posição de equilíbrio. Inclusive o projeto originário, que consideramos da mais alta importância, era a interiorização desses venezuelanos que por ali passassem, ou seja, eles serem distribuídos aos demais Estados brasileiros, para que possam, através de um emprego, de uma renda, de um abrigo, encontrar uma nova vida. Agora, o Estado de Roraima não aguenta 90 mil venezuelanos para uma população de apenas 500 mil brasileiros habitantes, que é a população do Estado de Roraima.

Era essa a observação que eu gostaria de fazer, ao tempo em que aplaudo a iniciativa no requerimento do nobre Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas gostaria apenas, para complementar essa minha participação nesta discussão, pedir a V. Exa., como o PL 2.209 já foi lido e é um projeto terminativo, gostaria de pedir a V. Exa. para que fosse retirado de pauta ou, então, pediria vista, o que ficar mais conveniente para a Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não vai ser votado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Não, não vai ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, mas eu gostaria de pedir vista porque...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... seria interessante para discutir com maior minudência de detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o item 2, não é?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois não, isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concedo vista coletiva.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois não, muito obrigado, Presidente.

Para concluir, nobre Presidente, eu gostaria de deixar em suas mãos uma solicitação de inclusão de matéria na pauta da próxima reunião, do PLP 275, de nossa autoria, que autoriza a passagem de linhas de transmissões de energia elétrica por terras indígenas ao torná-las de relevante interesse público da União, sendo assegurada a compensação financeira às comunidades indígenas afetadas.

Apresentamos esse projeto porque vivemos um momento em nosso Estado, mais uma vez, que fica lá no setentrional brasileiro, fica no hemisfério norte, o Estado de Roraima está acima da linha do Equador, ficando, portanto, no hemisfério norte. É o único Estado da Federação brasileira que não está interligado ao sistema energético nacional e temos dificuldades enormes para que essa extensão da rede energética chegue até o nosso Estado para que a população brasileira possa ver chegar investimentos e mais segurança energética para a sua população.

Então, é esse o pedido que faço a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Agradeço a V. Exa.

Vamos analisar a demanda de V. Exa.

Eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para discutir e, depois, ao Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colega Senadores, nesta Comissão nós temos muito o que discutir mesmo e decidir sobre direitos humanos.

Hoje, eu vi em uma audiência, uma *live* na OAB, Paulo Paim, e era para falar sobre segurança alimentar, inclusive uma das palestrantes era a ex-Ministra Tereza Campello, mostrando o absurdo que está o nosso País.

Como é que um País que alimenta, que produz alimentos para um bilhão de pessoas no mundo, como a gente diz, deixa, praticamente, 30 milhões com fome como a gente vê. É muita gente morrendo com fome, crianças, adultos neste País. Não justifica!

Eu comparo isso, Presidente Humberto Costa, quando a gente vê, por exemplo, quase 600 mil mortes no Brasil, que poderiam, a grande maioria, ter sido evitadas. Nosso País é a décima maior economia do mundo, tínhamos recursos para comprar vacinas e não compramos, foi uma opção não comprar e isso é muito desumano.

Ver o nosso povo, um País que é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, inclusive de proteína animal, vendo o nosso povo morrendo de fome, famílias inteiras, Paulo Paim, debaixo dos viadutos pedindo alimentos. E, mais grave, olham assim para a gente e dizem: "Dava para ser um que não precise cozinhar?". Porque não têm acesso ao gás de cozinha.

E eu afirmo aqui: a gente tem que fazer alguma coisa sobre essa política de alinhamento do preço dos combustíveis e do petróleo ao dólar internacional. Petrobras: brasileira. Produzimos; temos refinarias em que podemos refinar. Vocês imaginam que um barril de petróleo parece que está R$50? E nós já tivemos barril de petróleo a R$7,40. O combustível, a gasolina, em alguns Municípios, já é mais de R$7. Com R$50, imaginem que se aumenta para... Vamos botar R$70? Nós vamos chegar a um absurdo. Petrobras: estatal, brasileira; temos refinarias suficientes. Os funcionários da estatal recebem em real, e esse preço dos combustíveis e gás de cozinha é alinhado ao dólar internacional. Essa conta não fecha, gente! E isso é uma bola de neve. O combustível caro encarece os alimentos. Tudo! Nós temos que ter um olhar diferenciado para isso. Não é possível que um país tão rico deixe o seu povo morrer de fome. Pelo amor de Deus!

Não levo em consideração que, além de morrer de fome, a gente tem agora uma perseguição do Ministério da Educação às pessoas com deficiência. A gente, aqui no Senado, nesta Comissão, que fala de direitos humanos, nós não podemos querer que um tratamento... Por exemplo, nada justifica dizer que vai isolar as pessoas com deficiência em uma sala porque não há profissionais qualificados para ficarem essas pessoas com deficiência na sala com as pessoas que não têm deficiência. Então, se faltam professores, vamos botar orientadores, e não optar por isolar, retroagir! Isso é desumano. Eu acho bom porque a gente vê, por exemplo, os deficientes dando um *show*, Humberto, trazendo medalhas e mostrando que foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação inclusiva que fez com que ele e os colegas orientassem, participassem da diversidade. Mas está difícil!

E tudo eu acho que termina aqui nesta Comissão. Acho que é uma das Comissões mais importantes. Direitos humanos é direito à vida: é gente que tem que cuidar de gente; seres humanos cuidarem de seres humanos. E não é isso que a gente está vivendo neste País. E parece que não há o mínimo interesse do Governo Federal em estender a mão, em não descartar a grande maioria do seu povo, deixando-o morrer de fome ou morrer numa fila de previdência, com fome também, porque está doente e não tem direito ao benefício de prestação continuada, não tem o direito de receber. Passa um ano e nem recebe da empresa... É o limbo: nem recebe da empresa porque passou dos 15 dias; e nem a previdência resolve, e deixa de seis a oito meses alguém que tem direito ao benefício sem receber.

Eu queria parabenizar aqui o Senador Telmário e o Paulo Paim por esse Estatuto do Cigano. Aqui, quando eu fui Secretária de Saúde, havia uma comunidade em São Gonçalo, e eu tinha essa questão de dar uma assistência muito grande, e ele supriu, porque não tinha nada que desse a cidadania mesmo. Isso é um projeto de lei que a gente tem que aplaudir.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, rapidamente, acho que o Senador Francisco Rodrigues saiu. Eu não entendi bem se ele gostaria de colocar também a situação, porque tudo é direitos humanos, e comigo não há problema nenhum. De Venezuela, Roraima também, porque tivemos uma situação crítica nos dois países, na divisa ali com Roraima. Se ele quiser também colocar, ele não está... Senão, fica o requerimento como está.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro. Na definição dos participantes, nós poderemos... No entendimento de V. Exa. com o Senador Francisco, nós temos aí a participação também de pessoas originalmente da Venezuela ou que possam abordar esse tema.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos algumas demandas aqui de requerimentos extrapauta, mas nós estabelecemos um acordo para esta reunião de hoje, inclusive para que nós pudéssemos ter o quórum, e nós vamos marcar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos, pautá-los para uma próxima data, a primeira data em que tenhamos a reunião ordinária da nossa Comissão.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Carlos Fávaro e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 15/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "A importância da Fundação Cultural Palmares para o Brasil". Participantes: Zulu Araújo, Mestre em Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal da Bahia e ex-presidente da Fundação Cultural Palmares; Martinho da Vila, Cantor, Compositor, Escritor, Membro da Academia Carioca de Letras; Eloi Ferreira Araújo, Ministro da Igualdade Racial no Governo do Presidente Lula e Presidente da Fundação Cultural Palmares no Governo da Presidenta Dilma; e Dulce Pereira, Comunicadora Social e ex-diplomata brasileira – Presidiu a Fundação Cultural Palmares e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Resultado: Reunião realizada. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Sugestão n° 53, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Pede a proibição da privatização da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 7 - Sugestão n° 68, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Propõe o aumento do tempo de prova do ENEM"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 8 - Sugestão n° 21, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Propõe a redução da carga tributária que incide sobre a cadeia produtiva de bicicletas"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei apresentado. ITEM 9 - Sugestão n° 22, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Altera o art. 61 da Constituição Federal para incluir os §3º, §4º e §5º, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação"." Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição apresentada. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 21, de 2021 que: "Requer que seja incluída "a questão dos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima e no Brasil" na Audiência Pública objeto do REQ 18/2021 - CDH." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 22, de 2021 que: "Requer adição de assinatura ao REQ 21/2021 - CDH, de autoria do Senador Chico Rodrigues." Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR). Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Fabiano Contarato; e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações"; depois, "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

Expediente.

A Secretaria da Comissão de Direitos Humanos recebeu o seguinte documento: divulgação de nota pública emitida pela Anamatra a respeito da gravíssima situação das mulheres e juízas afegãs, em defesa da liberação e igualdade de gênero, que reforça a disponibilidade de atuação conjunta.

A igualdade de gênero, que figura como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, é tema que norteia a atuação da Anamatra – em tempo, Anamatra é Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Além disso, o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, como o Estatuto dos Refugiados da Organização das Nações Unidas, de 1951, promulgado pelo Decreto 50.215, de 28 de janeiro de 1961, que ampara a concessão dessa proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sabendo-se que o drama de grandes proporções em que se encontram envolvidas as juízas afegãs apenas poderá ser resolvido com a atuação conjunta e a união de esforços dos poderes constituídos e de entidades de vários segmentos, a Anamatra coloca-se à disposição e requer o apoio necessário à concessão de visto humanitário e asilo político no Brasil às magistradas e suas famílias, com o objetivo de resgatá-las do sistema de terror a que estão submetidas.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, o documento citado fica disponível na Secretaria da Comissão de Direitos Humanos para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, o documento será arquivado.

Aviso ainda que, nestes mesmos termos, o documento lido na 8ª Reunião desta Comissão será arquivado.

Eu queria apenas fazer dois registros. O primeiro deles é sobre esse documento encaminhado pela Anamatra. Nós já procuramos fazer um contato com a Comissão de Relações Exteriores, por meio da Presidenta, a Senadora Kátia Abreu, para que possamos fazer uma reunião ou uma sessão conjunta e convidar a Anamatra para que possamos ajudar a consecução desse objetivo. Todos nós sabemos das dificuldades por que passa o Afeganistão neste momento, em particular as mulheres, dadas as concepções políticas, ideológicas, religiosas do movimento Talibã, que tomou o poder recentemente. Portanto, à primeira vista, essa parece ser uma demanda absolutamente justa.

Segundo, eu gostaria de registrar aqui a realização, na manhã de hoje, da sessão solene de homenagem aos cem anos de nascimento do Cardeal Paulo Evaristo Arns. Essa audiência foi convocada a pedido do Senador Flávio Arns, sobrinho do eminente Cardeal. Foi uma sessão extremamente interessante, que contou com a participação não só de vários Senadores, mas com a representação da CNBB, com a presença do Arcebispo de São Paulo, com a presença do Padre Júlio Lancellotti, com a presença do ex-Senador Pedro Simon. Sem dúvida, foi uma homenagem não somente muito justa, mas muito bonita. Eu tive a oportunidade, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, de externar também as nossas congratulações à família, o nosso reconhecimento do papel fundamental que D. Paulo Evaristo Arns exerceu na luta no Brasil por justiça social, por igualdade e, acima de tudo, por liberdade de expressão, de organização, contra a tortura. Portanto, eu gostaria de fazer esse registro e essa prestação de contas.

Em segundo lugar, na condição também de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero aqui reafirmar o nosso compromisso com a defesa da liberdade e da democracia no nosso País.

Lamentavelmente, na semana que se passou, nós tivemos aqui em Brasília, na minha avaliação, uma tentativa de golpe de Estado que incluía o desejo de invasão não somente do Supremo Tribunal Federal, mas do próprio Congresso Nacional, e, certamente, com a suspensão das liberdades democráticas, na medida em que se cogitava a possibilidade de instauração do estado de sítio no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, é de se registrar aqui a postura firme, a postura decisiva do Supremo Tribunal Federal, muito em particular – e aqui eu quero homenageá-los – nas figuras do Presidente do Supremo, o Ministro Luiz Fux; do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Roberto Barroso; e de todos os integrantes do Supremo Tribunal Federal, que se mantiveram muito firmes no sentido de dizer que essa tentativa de golpe não se faria sem que houvesse a resistência por parte não só do povo, mas das instituições democráticas.

Também as posições foram estabelecidas aqui pelo nosso Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, ainda que, na minha humilde opinião, o Congresso Nacional precise fazer mais, muito mais, para garantir, no Brasil, que nós não sejamos vítimas de um golpe perpetrado por um Presidente da República que se encontra hoje profundamente isolado e muito pouco preocupado em resolver os problemas do nosso País.

Bem, dando início à nossa pauta, nós temos um projeto do Senador Lasier Martins, cuja Relatora é a Senadora Soraya Thronicke. Esse projeto terminativo é o PL nº 1.120, de 2019, que altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.

Esse projeto é terminativo. Nós, naturalmente, não temos ainda o quórum para a votação.

Aliás, esse relatório já foi lido, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, simplesmente não será votado, não é? Esse relatório já foi lido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item 2 também. O relatório foi lido.

O item 3 também já houve leitura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Temos o item 4, um projeto de lei do Senador Acir Gurgacz, relatado pela Senadora Mara Gabrilli.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

- Em 20/08/2019, a matéria foi aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo).

A Senadora Mara Gabrilli pede que a Senadora Zenaide Maia possa ler esse relatório na condição de Relatora *ad hoc*.

Pergunto à Senadora Zenaide Maia se pode atender essa demanda.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Tudo bem, Sr. Presidente.

Eu vou só pegar aqui, porque eu não estou com o relatório aqui, mas em dois minutos eu já tiro aqui e faço a relatoria, com o maior prazer, viu?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo! Ótimo!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado a V. Exa. É um prazer tê-la aqui conosco na reunião da nossa Comissão. (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Um minuto, enquanto ela imprime. Como eu não sabia, não imprimi. Só ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não se preocupe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Outra coisa. Eu queria falar aqui sobre o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e dizer que ele é o retrato do cristão, da eficiência cristã, aquele que defende todas as formas de vida, o cara que prega que não abria mão da liberdade e que mostrava que quem é cristão tem que defender os mais pobres e vulneráveis.

Eu digo que o papel da Igreja, Presidente, é importante, sempre foi, e, neste momento, não dá para acreditar que alguém se autointitule cristão e não defenda a vida, não defenda não só os seres humanos, mas a nossa natureza, nossos povos... Quer dizer, além de tudo, ainda persegue a população que já estava aqui quando a gente chegou: os indígenas.

Então, o D. Paulo Evaristo Arns era aquele cara que ousava, que tinha coragem de defender, um franciscano real. D. Paulo Evaristo Arns era como D. Hélder Câmara foi para Pernambuco. E não pode, quem é cristão, desconsiderar a importância do Estado de direito. Não há como se desconsiderar o Estado de direito, que é justamente a luta pelo Estado de direito, pela democracia. E ele lutava para mostrar à população que as pessoas não são pobres, mas que, na verdade, elas são empobrecidas por determinado governo e que, na vida, as decisões que fazem com que milhares morram de morte evitável, outros milhares morram de fome, uma morte lenta e cruel, são decisões políticas, gente! Ninguém nasce pobre; o Estado empobrece as pessoas.

E D. Paulo Evaristo Arns também valorizava o trabalho. Por isso que ele defendia os trabalhadores. Ele dizia que o que gera riqueza é o trabalho. Não existe outra maneira de gerar riqueza.

Outra coisa para a qual chamava atenção: o mercado não pode governar o País. Você não pode deixar o mercado financeiro definir a vida de um povo.

Então, quero parabenizar nosso colega que fez essa grande homenagem, justa, ao cardeal D. Paulo Evaristo Arns, verdadeiro franciscano, verdadeiro cristão, aquele cristão que tem misericórdia e que fazia questão de empoderar a população mais pobre e vulnerável com conhecimento. Ele mostrava que conhecimento é poder. Então, ele tinha esse papel fundamental. Um homem político, cristão de verdade. Então, parabéns por isso.

Já estou com o...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ainda não está saindo o relatório. Passe para Jean Paul, Presidente. Depois eu...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou passar para a leitura do Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 53, DE 2017

- Não terminativo -

"Proíbe a privatização da Caixa Econômica Federal".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Eu dou aqui o meu boa-tarde ao nosso querido amigo Senador Fabiano Contarato e concedo a ele a palavra para a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O Senador Contarato precisou sair momentaneamente da sua participação remota. Então, nós vamos ao item 8, que é também de autoria do programa e-Cidadania. São aquelas pessoas que nos enviam ideias, projetos, e esses projetos passam pela votação, o crivo de pessoas que acompanham os trabalhos do Congresso Nacional via internet.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 21, DE 2020

- Não terminativo -

"Reduz a carga tributária que incide sobre a cadeia produtiva de bicicletas".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Senador Paulo Paim, concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Humberto Costa, a SUG propõe facilitar a aquisição das bicicletas. Por isso que diminui a carga tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão... É um relatório longo. Eu vou lendo até o momento que V. Exa. entender que há condição de submeter a voto.

Vem ao exame desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, nós estamos com o quórum para os projetos não terminativos. Então V. Exa. é quem define.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, então eu simplifico. Vou simplificar logo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto. Pode ler a conclusão final, uma parte do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão (SUG) 21, de 2020, do Programa e-Cidadania, que propõe, por meio da Ideia Legislativa 136.688, a redução, esse é o objetivo, da carga tributária que incide sobre a cadeia produtiva de bicicletas.

De acordo com o conteúdo da proposta, o poder público ignora o potencial das bicicletas e impõe tributação onerosa por meio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Importação e do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Por isso, o autor da ideia legislativa sugere que seja desonerado o setor para incentivar o uso de bicicletas no País. Além de diminuir a poluição proveniente dos carros, naturalmente, é um instrumento também de exercício físico, o que faz bem para a saúde. Eu comento porque acho a ideia muito, muito interessante. Eu havia apresentado um projeto, no passado, nesse sentido, mas essa SUG eu diria que é mais completa.

A Ideia Legislativa nº 136.688 alcançou apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais, em 3 de julho de 2020. Por isso, eu me habilitei a fazer a leitura do relatório, porque é um tema que interessa a todos, gera empregos, gera renda e facilita ainda, naturalmente, o exercício que todos nós, inclusive eu, deveríamos fazer mais.

Por tudo isso, Presidente, mediante o exposto, voto pela aprovação da Sugestão nº 21, de 2020, nos termos do projeto de lei que estou aqui apresentando e que todos os Senadores também têm em mãos. Como é do conhecimento de todos está à disposição –, são mais cinco ou seis páginas –, e dou já o relatório, empolgado com a ideia, Sr. Presidente.

O parecer é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Lido o relatório, nós colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei apresentado.

Senador Paulo Paim, eu gostaria só de parabenizar V. Exa. pelo relatório e de parabenizar não somente as pessoas que votaram por essa sugestão, mas aquelas que apresentaram a sugestão. Não tenho dúvida de que o uso da bicicleta, no Brasil, é proporcionalmente menor do que deveria ser e muito menor do que é em outros países, inclusive países que têm um grau de desenvolvimento muito grande. É visível que muitos gestores públicos têm ampliado, nas suas cidades, vários Prefeitos e Prefeitas, as ciclovias ou ciclofaixas. Isso não somente tem um papel fundamental no sentido de que estimula a prática da atividade física, permite que as pessoas mais pobres possam se locomover gastando muito pouco e, ao mesmo tempo, previne a emissão de gases de efeito estufa que estão produzindo hoje, no mundo, esse processo de aquecimento global, que se tem manifestado por meio de tantas enchentes, ondas de calor, incêndios, enfim. Então, quero parabenizar V. Exa. e os autores dessa proposição.

A Senadora Zenaide já poderá fazer a leitura do Item 4.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Já posso fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Com a palavra V. Exa.

Já li o conteúdo da proposição e V. Exa. faz a leitura como Relatora *ad hoc*, a pedido da Relatora Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de passar direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – O inciso VI do art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre proposições pertinentes aos direitos dos idosos.

De fato, a ausência de cadastramento prévio sujeita tanto os idosos beneficiários da gratuidade nas passagens quanto os gestores dos sistemas de transporte a confusão e desorientação, acarretando transtornos, exasperação e atrasos. É meritória, portanto, a iniciativa desse projeto de lei.

Concordamos com o teor da emenda proposta pelo Senador Wilder Morais, acolhida no substitutivo aprovado pela CI, pois é necessário projetar o procedimento de habilitação à gratuidade conforme haja, ou não, bilhetagem eletrônica. Ressalvamos apenas a necessidade de absorver mais uma variável, qual seja a gestão do sistema pelo próprio poder público ou por operadoras privadas, dado que as duas situações existem e são admitidas legalmente.

Vemos mérito, também, na dilatação do prazo para entrada dessas alterações em vigor, de modo a dar tempo minimamente hábil aos responsáveis pela adaptação dos sistemas para que se adequem às novas disposições legais.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016, na forma da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), acrescida da seguinte subemenda:

> Dê-se ao inciso I do§ 1º do art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, previsto no art. 1º da Emenda nº 1-CI ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016, a seguinte redação:
> "I – ao poder público responsável pelos serviços descritos no *caput*, para sua habilitação prévia ao benefício mediante emissão de cartão eletrônico de acesso, nos sistemas dotados dessa forma de cobrança, ou perante os postos autorizados pelas entidades públicas gerenciadoras do serviço público ou pelas operadoras do serviço público de transporte coletivo de passageiros, quando responsáveis pela emissão dos meios de acesso."

Sr. Presidente, é o seguinte. A gente tem a bilhetagem eletrônica e essa questão da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, para essas pessoas idosas terem acesso à gratuidade das passagens, o sistema tem que se adaptar também, tem que ter um cadastramento para que eles possam ter direito, porque senão eles só vão andar nos transportes, onde eles estiverem sem o cartão eletrônico, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentarem a identidade. Se já têm o cadastro, e eles recebem os cartões eletrônicos, é um avanço muito grande.

Nisso, eu quero aqui parabenizar a nossa Relatora Mara Gabrilli e o Senador Acir Gurgacz por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Trata-se de um projeto terminativo, portanto, carece de votação nominal. Como nós não temos ainda o quórum para a votação nominal, ele está lido e dentro das próximas reuniões ou até mesmo hoje, se nós obtivermos o quórum mínimo necessário para a votação de projetos terminativos, nós faremos a votação, mas eu quero agradecer a V. Exa. a gentileza de ter assumido a condição de Relatora *ad hoc*.

De imediato, nós passamos para o processo de leitura e de votação do projeto que é a Sugestão nº 53, de 2017.

Demora muito essa sugestão chegar aqui ao Plenário da Comissão.

Trata da proibição da privatização da Caixa Econômica Federal.

A autoria é de alguns dos nossos colaboradores do programa e-Cidadania.

O Relator é o Senador Fabiano Contarato, a quem eu concedo, com muito prazer, a palavra para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente, é uma alegria revê-lo presidindo esta Comissão e os colegas Senadores e Senadores.

Peço permissão para partir a leitura diretamente para a análise.

O art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, estabelece que:

> A ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos, em 4 (quatro) meses, terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Consoante Memorando da Secretaria de Comissões nº 91, de outubro de 2017, a Ideia Legislativa nº 90.570, aspas, "que alcançou, no período de 20/09/2017 a 10/10/2017, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais". Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 53 seja apreciada por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria tem mérito por uma série de razões que exponho a seguir.

Os bancos públicos desempenham um papel relevante na economia nacional. Estes têm presença em grande parte dos Municípios brasileiros e são utilizados para que se possa desenvolver políticas públicas de grande importância para a população e com destaque aos mais necessitados.

A Caixa Econômica desenvolve políticas públicas no setor de habitação, permitindo que muitas famílias brasileiras consigam a tão sonhada casa própria, participa ativamente de programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor, fundo de financiamento estudantil, Bolsa Família, dentre outros.

A Caixa é o "agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego", programas esses que são fundamentais para o povo brasileiro.

Foi fundada por Dom Pedro II, por meio do Decreto nº 2.723, em 12 de janeiro de 1861, denominada de Caixa Econômica da Corte. Desde então, passou por inúmeras transformações e hoje é uma das instituições financeiras mais relevantes do País.

Diante do exposto, entendemos que a matéria é meritória. A Caixa Econômica Federal é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas, especialmente na área social. Contudo, foge à competência do Poder Legislativo legislar preventivamente sobre ela. É fundamental ressaltar que privatização de empresa pública ou estatal exige lei específica que a autorize. Assim, mesmo que o Parlamento viesse a aprovar um normativo legal com o objetivo proposto, nada impediria que lei posterior viesse a determinar exatamente o oposto.

Em virtude do conflito de competência, entendemos que a SUG nº 53 estaria prejudicada.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela prejudicialidade da SUG nº 53.

Esse é o relatório.

Quero aqui fazer uma ressalva, Sr. Presidente: nós temos o compromisso para o fortalecimento dos servidores públicos. Eu quero fazer uma defesa intransigente porque, quando eu vejo parte da população criminalizando o serviço público, a grande maioria desses servidores públicos compõem os Municípios, as prefeituras e ganham até um salário mínimo, então, nós temos que lutar pela valorização desses servidores, pela estabilidade. E eu, humildemente, como Senador, estarei na luta intransigente para defesa dos interesses dos servidores públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Apresentou o seu relatório, que coloca a prejudicialidade da sugestão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela prejudicialidade da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da sugestão.

Eu queria só aqui ressaltar ao Senador Contarato que me somo à preocupação dele. Obviamente, essa proposta não poderia ser encaminhada como tal, por todas as razões que V. Exa. apresentou, porém, isso não significa que nossa posição não seja no sentido de defender o serviço público, de defender especialmente a própria Caixa Econômica Federal, que cumpre um papel social relevante. No momento adequado, nós vamos debater essa questão, e não tenha dúvida de que muitos de nós, entre eles V. Exa., estaremos da defesa da continuidade do caráter público da Caixa Econômica Federal.

Eu passo novamente a V. Exa. a palavra, agora para relatar o item 7.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 68, DE 2017

- Não terminativo -

"Aumenta o tempo de prova do ENEM".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

A relatoria é de V. Exa., Senador Fabiano Contarato, a quem eu concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço permissão para proceder a leitura diretamente da análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a mencionada Resolução nº 19, de 2015, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas originadas do Programa e-Cidadania. Nesse sentido, a apreciação da SUG nº 68, de 2017, por esta Comissão tem amparo regimental.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas pela CDH de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

O Enem foi criado em 1998 e, em um processo de evolução, tem se constituído em um dos maiores processos de acesso à educação superior do mundo. Em 2009, com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o exame se consolidou como porta de acesso à universidade, tanto na rede pública como na rede privada, inclusive para instituições no estrangeiro. Apenas em 2019, foram registradas 6,3 milhões de inscrições para o Enem.

De acordo com o Edital nº 14, de 21 de março de 2019, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia responsável pela realização do exame, no primeiro dia foram aplicadas as provas de provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Ciências Humanas e suas Tecnologias, com cinco horas e trinta minutos de duração. No segundo dia, foram aplicadas as provas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, com duração de cinco horas.

Conforme se pode observar, o segundo dia de prova, que parece ser a principal preocupação objeto da SUG em análise, já fora ampliado para cinco horas, ou seja, trinta minutos a mais do que o relatado na SUG.

A Ideia Legislativa que deu origem à SUG foi submetida ao Programa e-Cidadania no segundo semestre de 2017, quando a duração das provas no segundo dia era de quatro horas e trinta minutos, exatamente como descrito pelo autor da proposta. Nos últimos dois anos, no entanto, o organizador do exame promoveu alterações nesse ponto, aumentando a duração da prova no segundo dia para cinco horas.

Diante disso, julgamos que é desnecessária a transformação da SUG nº 68, de 2017, em proposição legislativa, uma vez que se pode considerar a questão como resolvida.

Adicionalmente, cumpre observar que o assunto tratado na SUG não é matéria típica de lei, que deve guardar certo grau de generalidade e abstração. A definição de tempo de duração de uma prova envolve variáveis que somente a entidade organizadora tem condições de mensurar, *vis-à-vis* a extensão da prova,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o grau de dificuldade das questões, as habilidades que se pretende avaliar e outras questões técnicas. Nesse sentido, consideramos que temas dessa natureza devem ser resolvidos pelo Inep, não sendo passíveis de apreciação por meio de lei ou de julgamento político, sob pena de adentrarmos em assuntos técnicos típicos da atividade administrativa.

Voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pelo arquivamento da SUG nº 68, de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato, pela leitura do seu relatório, que coloco em discussão neste momento.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

Agradeço a V. Exa., Senador Fabiano Contarato.

De imediato, nós passamos ao item 9, que é também uma sugestão, a Sugestão nº 22, de 2020.

ITEM 9

SUGESTÃO N° 22, DE 2020

- Não terminativo -

"Altera o art. 61 da Constituição Federal para incluir os §3º, §4º e §5º, garantindo o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação".

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele possa fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Humberto Costa, é um relatório longo, que é toda uma justificativa para fazer uma emenda à Constituição.

A mim, é simpática a ideia que visa facilitar que projetos de emenda popular possam tramitar no Congresso, uma vez que eles cheguem aqui atingindo uma série de requisitos. Nós todos sabemos que, conforme o projeto, eu, pelo tempo que tenho de Casa, já vi projeto que ficou 10, 15, 20 anos e que não foi pautado. Um deles, por exemplo, foi o que trata de direito de greve, que eu apresentei logo após a Constituinte. Até hoje, não foi votado. É só um exemplo.

Então, esta proposta que veio da sociedade civil visa a alguns critérios.

Como os argumentos que foram usados são muito firmes e claros, mas longos, Sr. Presidente, a forma mais simples que eu achei de fazer o relatório foi ir direto à proposta de emenda à Constituição que nós, com a assessoria do Senado, redigimos, atendendo o que a SUG pede não talvez de uma forma tão radical, mas mediante alguns critérios. Aí a leitura se resume a uma página.

Então, vamos lá:

> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional. [É claro que nós vamos ter que recolher as assinaturas e submeter à votação normal, de dois turnos, nas duas Casas. O que diz?]
> Art. 1º O art. 61 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 61. .....
> § 3º Qualquer projeto de lei, inclusive os de iniciativa popular, será incluído na pauta de votação da Casa em que estiver tramitando, quando for apresentado requerimento nesse sentido, subscrito:
> I – por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuído por todas as regiões do País, com não menos de dois décimos por cento de cada uma delas;
> II – pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou por líderes partidários que representem essa maioria.
> § 4º Se o projeto de lei objeto do requerimento, conforme o § 3º, não for apreciado em até quarenta e cinco dias, contados da data do respectivo protocolo, serão sobrestadas todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 5º A votação de projeto de lei pautado por requerimento de que trata o § 3º será ostensiva e nominal.
§ 6º O requerimento de que trata o § 3º, I, observará o seguinte:
I – a subscrição do requerimento pelos eleitores, sua contabilização, processamento e certificação serão efetuados pelo Tribunal Superior Eleitoral, mediante, preferencialmente, sistema eletrônico;
II – a inciativa do requerimento poderá ser diretamente de eleitores, de partido político ou entidade civil;
III - o requerimento será protocolado perante a Secretaria-Geral da Mesa da Casa em que o projeto de lei estiver tramitando;
IV - cada eleitor poderá subscrever um requerimento por sessão legislativa."
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Na verdade, é uma emenda constitucional que seguirá todo o ritual da Casa. Feito todo esse ritual, vai para o ritual de votação na CCJ e, depois, para a devida votação, por dois turnos, nas duas Casas.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Somos favoráveis a essa possibilidade de agilizar projetos que venham da população.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela leitura do relatório de V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma de proposta de emenda à Constituição, que deverá seguir todos os trâmites definidos pela Constituição e pelo próprio Regimento Interno do Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição apresentada.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Bem, nós temos ainda aqui dois requerimentos e um projeto de lei.

O requerimento do Senador Chico Rodrigues, que, no momento, parece que não está no nosso remoto, mas parece que alguém vai subscrever...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, a solicitação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu posso subscrever, porque, na última reunião, o nosso querido Senador Chico Rodrigues já tinha feito essa postulação...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Lembro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois ele saiu da sala.

É uma audiência pública que pretendemos fazer, claro, mediante a aprovação da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão dos Refugiados, sob a Presidência de V. Exa., para debater esse tema. E ele queria incluir o requerimento que ora está na mesa.

Por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Então, colocamos em votação o requerimento do Senador Chico Rodrigues, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que seja incluída "a questão dos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima e no Brasil" na Audiência Pública objeto do REQ 18/2021 - CDH.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós estamos, neste momento, concluindo os trabalhos da nossa reunião no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui a presença de todos os Senadores e Senadoras que permitiram que nós tivéssemos hoje o quórum oficial: a Senadora Rose de Freitas, o Senador Vanderlan Cardoso, o Senador Eduardo Girão, o Senador Izalci Lucas, a Senadora Mara Gabrilli, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Carlos Fávaro, o Senador Paulo Paim, a Senadora Zenaide Maia, eu próprio, o Senador Fabiano Contarato, além da Senadora Leila Barros. Então, quero agradecer a todos a presença e a participação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Carlos Fávaro e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 17/2021 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Debater sobre: "A implantação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, no Sertão de Pernambuco, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6897". Participantes: Lucélia Leal Cabral, Cacica - Liderança Indígena; Hélio Lúcio Dantas da Silva, Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE; José Júnior Karajá, Assessor CIMI NE, membro do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS – Cáritas / CNBB NE II; Vânia Fialho, Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Prof.ª da Pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e da Pós-graduação em Culturas Africanas, Diáspora e dos povos Indígenas da Universidade de Pernambuco – UPE.; e Deputado Estadual Isaltino Nascimento, PSB, Líder do Governo na ALEPE. Resultado: Reunião realizada. Faz uso da palavra o Senador Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/9/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 16/2021 - CDH, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Finalidade: Debater sobre: "A situação da população de rua no Brasil, seu possível aumento durante a pandemia e as políticas públicas voltadas a essa população". Participantes: Elisiane dos Santos, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - MPT; Eduardo de Carvalho Mota, Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR; Sr. Marcelo Pedra, Coordenador Técnico do Núcleo de Estudos de População em Situação de Rua - NuPop/Fiocruz; Carlos Alberto Ricardo Júnior, Representante do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua; Gustavo Junger da Silva, Técnico da Diretoria de Pesquisas do IBGE e especialista no tema habitação; Cristiane dos Santos Moutinho, Coordenadora da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE; e Júlio Pagoto, Coordenador da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Vitória. Resultado: Reunião realizada. Faz uso da palavra o Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

https://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Nilda Gondim, Eduardo Girão, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Telmário Mota e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Irajá, Marcos Rogério e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexta a décima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 522, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 275, de 2019 - Não Terminativo - que: "Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal." Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). Relatoria: Senador Eduardo Girão (Ad hoc),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substituiu Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4486, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4659, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5650, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 11 - Sugestão n° 47, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para incluir o princípio da confiança e dá outras providências." Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição apresentada. ITEM 12 - Sugestão n° 16, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Dispõe sobre medidas para flexibilizar e facilitar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020"." Autoria: Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no RS. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei apresentado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 24, de 2021 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o restabelecimento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade)." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Aprovado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2021 que: "Debater sobre as dificuldades e resultados para a realização dos tratamentos de câncer de mama no Sistema Único de Saúde." Autoria: Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PROS/RN). Resultado: Aprovado. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 27, de 2021 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei n° 2787, de 2019 que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Aprovado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 28, de 2021 que: "Voto de aplauso ao Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Aprovado. Às quinze horas e seis minutos o Senador Fabiano Contarato passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quinze horas e vinte e três minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Fazem uso da palavra os Senadores Fabiano Contarato, Flávio Arns, Paulo Paim; e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 6ª a 14ª reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: da Câmara Municipal de Ijuí do Rio Grande do Sul, moção de apelo para que se altere a legislação no sentido de estender o exame toxicológico também às categorias A e B para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação; da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, enviar ao Ministério da Justiça um pedido para promover ações que aumentem a fiscalização das polícias quanto à observância das medidas protetivas nos casos de violência contra a mulher em Pernambuco; da Câmara Municipal de Lages, de Santa Catarina, solicita a revisão da Lei 9.263, de 1996, conhecida como Lei de Planejamento Familiar, para a preservação dos direitos das mulheres sobre seus corpos, dado que há notícias de que planos de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão exigindo das mulheres autorização de seus cônjuges para a realização do procedimento de inserção de dispositivo intrauterino, método contraceptivo; da Assembleia Legislativa da Bahia, documento intitulado Carta das Mulheres da Bahia; do Congresso Nacional, em audiência pública, as mulheres Parlamentares, Vereadoras, secretárias de Estados, representantes da OAB, integrantes e militantes de movimentos sociais debateram a reforma do sistema eleitoral brasileiro em tramitação no Congresso Nacional e, alinhadas com o compromisso de alcançar até 2030 a paridade de gêneros, encaminharam sugestões para a reforma eleitoral.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Aviso ainda que, nesses mesmos termos, o documento lido na 12ª Reunião desta Comissão será arquivado.

Agradeço o comparecimento de todos e, neste momento, vamos para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4659, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao querido Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa. Quero cumprimentá-lo por todas as manifestações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proferidas ultimamente em relação, essencialmente, a direitos humanos, o que realmente está de acordo com a sua história de vida, os seus posicionamentos, que tanto orgulham a sociedade brasileira.

Eu passo direto à análise, Sr. Presidente.

Os direitos dos trabalhadores são progressivamente reconhecidos ao longo da história, com avanços e retrocessos. A nós compete contribuir para a missão civilizatória que é garantir a dignidade fundamental dos trabalhadores. Dessa forma, não é razoável esperar que o trabalhador continue a trabalhar normalmente caso tenha algum ente querido gravemente enfermo ou hospitalizado. Tal expectativa chega a ser desumana.

Além disso, há aspectos práticos a considerar. É possível que a pessoa doente requeira cuidados intensivos em casa, ou precise de alguém próximo que possa prestar ao hospital informações sobre histórico de saúde e hábitos, ou para autorizar procedimentos médicos. Portanto, ao garantir o direito do trabalhador de acompanhar o dependente doente ou hospitalizado, atendemos tanto quem cuida quanto quem é cuidado.

Certamente, há um ônus para o empregador que não conta, temporariamente, com o trabalhador. Mas até as máquinas podem precisar de manutenção e são temporariamente substituídas, cabendo à gerência organizar os recursos disponíveis para que o trabalho não pare. Seria indefensável negar ao ser humano, que sente a dor da pessoa próxima, o que é reconhecido às máquinas, que não sentem nada. Ademais, são abundantes os casos de trabalhadores que, sabendo da disposição da empresa de acomodar suas eventuais necessidades, "vestem a camisa" e são mais produtivos.

Entendemos, portanto, Sr. Presidente, que a proposição é inteligente, humanitária, razoável e, noutras palavras, meritória.

Por fim, incumbe ressaltar que a presente proposição, sendo aprovada pela CDH, irá tramitar perante a Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo, oportunidade na qual poderá haver aprofundamento de eventuais sugestões de aprimoramento do texto, conforme o caso.

Nesse sentido, Sr. Presidente, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.659, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Como não há quórum para deliberação nem discussão, nós vamos aguardar, porque assim que houver, daremos continuidade à deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que o item 7, de autoria da CPI dos Maus-Tratos e relatoria do Senador Marcos Rogério, por solicitação do Relator, foi retirado de pauta – trata-se do item 7.

Concedo a palavra, ainda na mesma linha, ao Senador Flávio Arns, para que possamos deliberar o item 11.

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 47, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para incluir o princípio da confiança e dá outras providências.

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente, Sr. Presidente.

Esta proposição vem através de uma Sugestão legislativa muito interessante.

Eu passo à análise diretamente.

Vivemos, em questões previdenciárias e trabalhistas, elevada insegurança jurídica, social e econômica. Ao longo da vida, um segurado da previdência social pode passar por diversos "planos", sempre com tendência de piora nas expectativas e nas garantias. Isso desestimula as contribuições. Há uma fixação por reformas especialmente nesta matéria, e todos os governos iniciam com algum desmonte da seguridade, prometem reforma tributária e empregos, mas o que vemos é redução de direitos, concentração de renda e aumento da miséria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pandemia de covid-19, por seu turno, demonstrou que a presença do Estado é fundamental para a cobertura dos riscos. Muitas aplicações em previdência privada e quase todos os outros investimentos financeiros tiveram rendimento negativo: as perdas foram generalizadas, exceto para os mais favorecidos. Com a inflação em alta, então, abre-se um futuro imprevisível.

A ideia de um "princípio da confiança legítima em matéria previdenciária" – e repito porque está entre aspas: "princípio da confiança legítima em matéria previdenciária" – é no sentido de vedar que um dos partícipes da relação mude a seu bel-prazer as regras do jogo em andamento. Tínhamos uma das melhores redes de proteção social entre os países de renda intermediária. No momento, caminhamos para substituir a previdência pela assistência social – assistência seria para aquelas pessoas que não têm condições, elas próprias, de proverem aquilo que é mínimo para a dignidade humana –, aposentadorias por bolsas, reduzindo a cidadania e a emancipação de nossos trabalhadores, generalizando a pobreza, o subemprego e a informalidade. Ao mesmo tempo, continuamos concedendo parcelamento de dívidas previdenciárias e desoneração aos empregadores.

Por todas essas razões, entendemos que a PEC objeto do ofício encaminhado pela Anadips pode ser um bom texto para reflexão e, quem sabe, para o futuro, tenhamos segurança jurídica e as pessoas possam fazer planos concretos para a aposentadoria sem temer que, a cada quatro anos, haja uma "nova" reforma "urgente", conforme dizem, da previdência social, capitaneada pelos interesses do mercado.

A SUG nº 47, de 2019, deve ser acolhida como proposta de emenda à Constituição – os autores oferecem minuta de PEC – e encaminhada à Mesa, para tramitação, nos termos previstos no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

A SUG nº 47, de 2019, deve ser acolhida como proposta de emenda à Constituição — os autores oferecem minuta de PEC — e encaminhada à Mesa, para tramitação, nos termos previstos no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Finalmente, em se tratando de mudança no texto constitucional, para que a iniciativa tenha a necessária legitimidade para tramitar, além de ser acolhida pela nossa CDH, deverá ter, no mínimo, a assinatura de 27 Senadores. Isso porque, por analogia, deve ser aplicado ao caso em tela o disposto no parágrafo único do art. 356 do Regimento Interno do nosso Senado, que estipula que o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que concluir pela apresentação de emenda deverá conter assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros do Senado. Isso para atender à exigência constitucional do art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, opinamos pela transformação da Sugestão nº 47, de 2019, em proposta de emenda à Constituição, nos termos seguintes:

> PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
> Acrescenta §2º ao Art. 194 da Constituição Federal, renumerando o atual parágrafo único como §1º, para incluir o princípio da confiança legítima em matéria previdenciária e dá outras providências.
> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:
> Art. 1º O Art. 194 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de inciso VIII e §2º, renumerando o atual parágrafo único como §1º:
> "Art. 194. .....
> .....
> §1º .....
> .....
> VIII – princípio da confiança legítima em matéria previdenciária.
> §2º A natureza jurídica das contribuições para a Seguridade Social é tributária, vinculada à contraprestação estatal, garantindo-se aos segurados, e aos beneficiários de quaisquer dos regimes públicos de previdência social a proteção de seus direitos, observando-se, ainda, que:
> I – a filiação obrigatória respeitará o princípio da confiança em matéria previdenciária, vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a mudança das normas previdenciárias, de forma unilateral, salvo em benefício dos segurados, mediante norma mais benéfica, facultada a opção do beneficiário pela norma anterior.
> II – respeito ao tratamento isonômico entre os trabalhadores e aposentados, e de prevalência da responsabilidade do Estado de garantir a contraprestação, com tratamento com base no princípio da igualdade entre todos os trabalhadores que contribuem para o mesmo sistema de previdência social.

Esta emenda constitucional, Sr. Presidente, entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o parecer, a análise e o voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Flávio Arns.

Agora, neste momento, temos quórum para discussão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição apresentada.

Volto ao Item 9, também de relatoria do Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa da CAS.

Concedo agora...

Vamos deliberar o Item 12.

ITEM 12

SUGESTÃO N° 16, DE 2020

- Não terminativo -

"Dispõe sobre medidas para flexibilizar e facilitar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020".

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no RS

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao querido Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Contarato, que preside a sessão, meus cumprimentos, Presidente.

De imediato, eu passo à leitura do relatório.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 16, de 2020, do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (Sindisprev-RS), que dispõe sobre medidas para flexibilizar e facilitar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Segundo a justificativa do Sindisprev-RS no texto sugerido, o objetivo é flexibilizar e facilitar o acesso, no Rio Grande do Sul, das pessoas aos benefícios previdenciários e assistenciais administrados pelo INSS durante a pandemia do covid-19.

Saliente-se que o texto resulta de diversos debates promovidos com os trabalhadores do INSS e resolução adotada pela assembleia geral da categoria, realizada por meio virtual, em 30 de julho de 2020.

Embora reconheça a necessidade de suspensão presencial do atendimento, o Sindisprev-RS afirma que há um represamento de processos na autarquia. Esse represamento, segundo o Sindicato, já vinha ocorrendo com a falta de servidores, a precariedade dos sistemas institucionais e diversos outros problemas estruturais ainda não solucionados. Reafirmando a defesa da retomada gradual do atendimento ao público presencial, após encerrado o estado de calamidade, a entidade sindical demanda pelo equacionamento de medidas sanitárias e práticas, com flexibilização e facilitação do acesso.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o tema. No mérito, somos favoráveis à transformação da referida sugestão em proposição legislativa. Estamos assistindo, todos os dias, a números assustadores de beneficiários sem atendimento e sem condições de sobrevivência.

Em muitos casos, já houve perícias anteriores, cujos benefícios foram negados, mas que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já possui elementos para supor que a evolução clínica e etária vá, infelizmente, gerar a necessidade de benefícios. Com um laudo de outro médico, isso seria facilmente comprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, vivemos um período de insegurança total: uma segunda onda pode surgir e milhares de beneficiários, que adquiriram direitos previdenciários legalmente, podem ficar mais de um ano praticamente sem recursos para garantir um mínimo necessário à manutenção digna de uma família.

A ideia da concessão de benefícios mínimos nos períodos em que, por responsabilidade da administração pública, a comprovação de direitos não foi possível parece-nos absolutamente justa.

Pessoas com deficiência não precisam ser submetidas a romarias periciais. Pessoas em reabilitação profissional sequer estão conseguindo frequentar os locais em que isso seria possível. É hora, então, de flexibilizar e facilitar o acesso. Essas pessoas não podem ficar nas ruas ou nas portas das agências.

Em razão do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 16, de 2020, na forma do projeto de lei abaixo, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sr. Presidente, eu não vou ler todo o projeto, mas é um projeto muito bem construído, já está desde 2020 circulando, onde nós provamos que essa é a situação dos peritos. Os peritos querem que o trabalhador pegue, o outro não quer e o outro não paga. Em resumo: o trabalhador fica sem saber para onde correr e não tem o seu salário garantido nem pela empresa e muito menos pelo INSS.

Aqui nesse caso, uma vez comprovado, mediante esses documentos, eles seriam assistidos pela previdência enquanto não houvesse a perícia final.

É essa, Presidente, a sugestão do nosso querido sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado e parabéns pela relatoria, Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, pela ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – É para discutir, Sr. Presidente.

As matérias apresentadas aqui pelos nossos queridos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns são de uma importância fundamental. Vou começar pela de Paulo Paim.

A gente sabe que há quase 2 milhões de pessoas na fila da previdência esperando uma perícia médica. O que está acontecendo no País, como um todo... Não precisava nem dar essa estatística, porque, como fui médica por 30 anos do Onofre Lopes, a maioria dos pacientes que me conhece... O que está acontecendo neste País é que as pessoas são afastadas do trabalho, aí mandam para a previdência – o patrão paga 15 dias. E tem gente que faz oito meses, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contarato, que nem o patrão paga, nem o funcionário... Fica de oito meses a um ano para conseguir um direito que é dele, um benefício que é dele.

E o segundo comentário que eu queria fazer aqui é sobre essa questão da previdência, essa PEC apresentada aqui por Flávio Arns. Nós tivemos uma reforma da previdência que, na verdade, foi um desmonte da seguridade social, um desmonte total! Tudo que se tinha conseguido de social para esse pessoal, para ter o direito à aposentadoria, se a gente analisar o que foi aprovado e promulgado...

Hoje o Brasil não tem aposentadoria especial, ou seja, o mineiro tem que ficar lá debaixo do chão até sair sem os pulmões, porque a própria ciência dizia que ele não aguenta mais do que 15 anos. Hoje, os eletricitários, Paulo Paim – aquela luta que a gente teve –, que trabalham com alta tensão também não têm... Ficaram aí de apresentar uma lei complementar. Para aquelas pessoas que trabalham com a indústria petroquímica, que trabalham com benzeno, com esses produtos altamente tóxicos, também não reduziram o tempo de serviço. E o que chama atenção é que essas aposentadorias, Senador Flávio Arns, Paulo Paim e Contarato... Quem disse que esses trabalhadores não suportam mais do que aqueles anos que estavam na previdência foi a ciência, não foram os Parlamentares que inventaram essa idade.

E mais ainda – que eu acho, assim, um acinte –, também aumentaram o tempo de serviço para médicos e enfermeiros, que passam anos dentro de laboratórios como o Instituto Evandro Chagas, como a Fiocruz, como o Instituto Butantan, descobrindo vacinas ou algum novo medicamento para tratar determinadas doenças, patologias, para aumentar a vida média da população. Esses profissionais também foram punidos por uma previdência... E eu não estou falando nem aqui que o trabalhador comum jamais vai se aposentar, jamais, porque ele tem que trabalhar 40 anos! Aí, eu dou o exemplo do trabalhador da construção civil: terminou a obra, ele fica desempregado até começar outra obra. Essas pessoas não vão se aposentar.

Por isso, Flávio Arns, parabéns. E vamos tentar repor aquilo que foi tirado de quem trabalha, gente. Os trabalhadores neste País, sejam do serviço público ou do privado, são perseguidos por esse Governo, a verdade é essa! Eles não são investigados, eles são perseguidos e, se puder, esmaga mesmo.

Então, esses dois projetos têm uma relevância grande, têm um lado humano. E o que eu acho é que a gente está aqui é para isso. Que não adquirissem mais direitos já seria grave. Agora, que se retirem os direitos, que se passe a contratar trabalhador como se fosse uma pá, uma retroescavadeira ou um trator, três horas hoje; outra, amanhã – isso já foi a reforma trabalhista que fez.

Se a gente fizer uma sequência disso: primeiro, foi uma terceirização plena. Todo mundo é terceirizado plenamente, mesmo as atividades-fim. Segundo, veio a Emenda 95, que proibiu o ajuste, o aumento de recurso para saúde, para educação, segurança pública e assistência social. Isso tudo afeta o trabalhador. E terceiro, a reforma trabalhista, que, na verdade, foi um desmonte da CLT, que passou a tratar pessoas como se fossem máquinas, que são contratadas por três horas hoje; duas, amanhã. E estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo com professores, com todos. "Eu quero o senhor, hoje, com três horas de aula de inglês; amanhã, duas", e, no final do mês, recebe referente a essas aulas.

E ainda por cima: "Não, mas ainda é pouco. Nós agora vamos proibi-los de se aposentarem". É isso que está sendo feito!

Eu acho que esta Casa, esta Comissão me dá uma alegria de ver que a gente não perdeu a esperança, que a gente tem fé aqui de insistir, de persistir e de não desistir de lutar por quem leva este País, por quem carrega este País, gente! Até para enricar, é preciso botar pessoas para trabalhar!

É por isso que eu sou a favor, Sr. Presidente, que eu voto a favor desses projetos todos. Quando vêm para cá, é porque são importantes para a vida, para os seres humanos e para outras vidas também, para todas as formas de vida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia, sempre com a sua contribuição, com o seu olhar humanizador, com o seu comportamento e com empatia.

Eu quero aqui também fazer um relato, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns. Eu fico muito triste. Este é o meu primeiro mandato. Eu entrei nesta Casa, no Senado Federal, alçado por aquilo que é mais sagrado que é o sufrágio universal, e foi a população capixaba que me elegeu para estar aqui defendendo não só o Espírito Santo, mas o País. E eu queria muito ver aqui, nesta Casa, Senadora Zenaide, nós lutando para implementar o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, porque lá está expresso, desde o dia 5 de outubro de 1988, que a União deve instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e as da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene. E nós temos um mísero salário de R$1.100, quando, segundo estudos do Dieese, esse salário deveria ser de R$5.518. Ora, mas o que nós Senadores estamos fazendo para pressionar o Executivo a cumprir uma determinação constitucional!? O que nós Senadores estamos fazendo para instituir um imposto sobre grandes fortunas, que também está na Constituição Federal!? Isso daria uma receita corrente líquida de bilhões, por ano, para União, Estados e Municípios. Infelizmente, esta Casa também tem a sua digital pela inércia e pela conivência com o que está acontecendo.

Nós tivemos – eu não era político ainda –, em 2017, uma reforma trabalhista que veio com o discurso de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda, e não foi isso o que aconteceu! Ali se instituiu o trabalho intermitente; ali se instituiu que mulheres grávidas e lactantes pudessem trabalhar em ambiente insalubre – se não fosse o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, as mulheres grávidas e lactantes estariam trabalhando em ambientes insalubres. Foi ali que se terceirizou a atividade fim. Isso faz com que, numa mesma empresa, dois funcionários fazendo o mesmo serviço tenham salários antagonicamente diferenciados. Foi ali que se estabeleceu que a homologação de rescisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelos sindicatos, agora pode ser feita pelo empregador – é colocar a raposa para tomar conta da galinha. E aí não gerou emprego e renda, não alavancou a economia! Só aumentou... Segundo os últimos dados que eu peguei no IBGE, nós temos hoje no Brasil 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza. Estou falando de 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza e de extrema pobreza! São 25 milhões de desempregados subutilizados.

Aí vem a reforma da previdência: "Vamos alavancar a economia, vamos gerar emprego e renda". E, mais uma vez, quem foi sacrificado foi o trabalhador! Nós pegamos estudos aqui, Senador Paulo Paim, de universidades públicas: em um ano, o trabalhador não fica doze meses com a carteira assinada, é de cinco a sete meses. Até ele conseguir 40 anos de contribuição, é como a Senadora Zenaide Maia falou: ele não vai se aposentar. Nós atacamos o direito de pensão que era dado... A pensão por morte, no Brasil, é dada às mulheres – mais de 80% de quem recebe são mulheres – que renunciam sua vida, sua capacidade laborativa para cuidar dos filhos, da casa. E nós também aprovamos isso! É necessário que o Senado faça o mea-culpa, porque todos somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade.

Agora está batendo à nossa porta a reforma administrativa, que, mais uma vez, está criminalizando o servidor público. E se criminaliza o servidor público como se ele fosse a nata dos salários exorbitantes. Percorram os rincões do Brasil: são funcionários de prefeituras que ganham um salário mínimo.

Quando se fala em Estado mínimo, isso quer dizer um menor número de professores nas escolas, de policiais, de bombeiros. Eu quero um Estado com "E" maiúsculo, um Estado que garanta o art. 6º, que diz que todos temos direito à educação. Infelizmente, a educação pública é deplorável, porque mais de 83% das escolas de educação básica não têm laboratório de ciência; 73% dessas escolas não têm acessibilidade; 73% não têm biblioteca; 63% não têm quadra esportiva. Eu quero um Estado com "E" maiúsculo, que garanta saúde pública de qualidade, mas as pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos. Eu quero um Estado com "E" maiúsculo que taxe grandes fortunas, que taxe dividendos, que reduza o abismo entre milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos.

Obrigado, mais uma vez.

Parabéns, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide e todos os colegas que estão aqui.

E perdão pelo desabafo, mas é necessário falar isso, é necessário! Platão falava que a sabedoria está na repetição. Nós temos que repetir isso diuturnamente. Nós temos que ir para o Plenário e dizer: "Olhem, nós estamos violentando os direitos dos trabalhadores. Nós estamos criminalizando os funcionários públicos". O que nós estamos fazendo para, efetivamente, taxar grandes fortunas, instituir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse imposto sobre grandes fortunas? Infelizmente, nós estamos aqui nos acovardando. Está para bater à nossa porta uma reforma tributária. Se ela for justa, solidária, nós vamos, sim, diminuir essa desigualdade. Por enquanto, dizer que todos somos iguais perante a lei sem distinção de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual está longe de ser uma realidade.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei apresentado.

Retornando ao item 5 da pauta, o Projeto de Lei 522, não terminativo, cujo relatório já foi lido pela Senadora Leila Barros.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2015

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 09/08/2021, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Passo ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 275, DE 2019

- Não terminativo -

Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CI e CCJ;

- Em 04/03/2020, foi lido o relatório e concedida vista à Senadora Zenaide Maia.

Já foi lido o relatório, e já foi pedida a vista.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Neste momento, está aqui o item 13.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater o restabelecimento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Como ela não está presente, passo ao item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, DE 2021

- Não terminativo -

Debater sobre as dificuldades e resultados para a realização dos tratamentos de câncer de mama no Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Consulto a Senadora se ela deseja fazer ou dispensar a leitura do relatório, e passamos diretamente à votação. (*Pausa.*)

Para otimizar o tempo, eu acho melhor passar direto à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Neste momento... (*Pausa.*)

Perdão.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, este requerimento me chamou atenção. Eu quero que haja uma reunião, porque, esta semana, todos os representantes dos serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oncologia deste País mostram que as leis que a gente fez aqui, que aprovou, como os 60 dias para começar o tratamento de câncer de mama...

Hoje, a gente teve uma sessão solene com a Senadora Leila sobre o Outubro Rosa, dando a importância que tem. Eu acho que o Outubro Rosa já salvou muita gente. O que o Outubro Rosa fez? Deu visibilidade ao câncer de mama e à importância – está aqui a Senadora Nilda, que estava presente – do diagnóstico precoce e do tratamento precoce. O câncer de mama não tem prevenção como o câncer de colo uterino, que, se você fizer o Papanicolau, vai diagnosticar, pois se sabe também que há uma origem no HPV, em um vírus. E a gente tem que dar mais visibilidade! Eu digo que o câncer de mama deu um empoderamento a nós mulheres, porque deu conhecimento, conhecimento do problema, conhecimento de que existe uma maneira de não levar milhares de mulheres a óbito se o Governo tiver uma política correta, facilitando, oferecendo diagnóstico precoce e tratamento precoce, mas o que a gente ainda vê são filas de mulheres sem conseguir fazer uma mamografia ou, quando elas têm a mamografia, há dificuldade de fazer uma punção aspirativa com agulha fina (Paaf). Depois desse diagnóstico, cujo principal tratamento começa pela cirurgia, elas levam seis meses, oito meses, um ano para terem acesso a ela.

O Outubro Rosa escancarou, como a gente diz aqui no interior, a diferença social, Paulo Paim, Nilda, Contarato. Isso faz a diferença, ou seja, as mulheres pobres que dependem do SUS morrem muito mais de câncer de mama, porque não têm acesso a um diagnóstico precoce e a um tratamento precoce.

Esta audiência pública... Como informação é poder, quanto mais a gente falar sobre isso e der conhecimento a essas mulheres, mais elas vão cobrar políticas públicas e, para as que já existem, têm que cobrar sua efetivação. Nós aprovamos a lei de 60 dias para o tratamento, Flávio Arns, Paulo Paim, mas isso não está acontecendo, porque temos um SUS subfinanciado – temos um SUS subfinanciado! E nós já sabemos disso, Paulo Paim. Eu me lembro de que, em 2015, nós aprovamos na Câmara, por unanimidade, a PEC 001, de 2015.

É por isso que eu estou agradecendo aqui aos colegas por terem votado nesse requerimento. É mais uma maneira de a gente dar visibilidade a este problema grave que é o câncer de mama nas mulheres brasileiras e nas do mundo também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Neste momento, passamos para o item 8 da pauta.

Como eu sou o Relator, transfiro a Presidência ao meu querido Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente Contarato, é com satisfação que eu o represento, neste momento, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício da Presidência, para que V. Exa. possa, como Relator, dar o seu parecer ao Projeto de Lei nº 4.486, de 2019, não terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4486, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar as condições de universalização dos serviços de telecomunicações às pessoas com deficiência e determinar que as centrais telefônicas destinadas à prestação de serviços de utilidade pública ofereçam atendimento diferenciado a pessoas com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCT.

A autoria é da Deputada Federal Luizianne Lins, e a relatoria é do Senador Fabiano Contarato, a quem concedo a palavra neste momento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Consulto se posso proceder à leitura diretamente da análise?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria atinente aos direitos das pessoas com deficiência, o que faz regimental o exame da presente matéria.

Não se enxergam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. A matéria é da competência constitucional do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 24, inciso XIV) e não colide com norma vigente ou com princípio geral de Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a seus aspectos materiais, nada há a fazer além de reconhecer-lhe o mérito, que consiste em promover importantes mudanças com gestos normativos simples.

De fato, a oferta de serviços telefônicos de utilidade pública não pode ser feita sem atenção automática e imediata às pessoas com deficiência, que são tão brasileiras quanto qualquer um – compõem segmento importante da população, têm necessidades imediatas e o direito de se valer de serviços de emergência como qualquer pessoa. Contudo, suas condições especiais frequentemente demandam que a solicitação de auxílio ou a participação pública sejam feitas também sob condições especiais – e é exatamente disso que a proposição cuida, de maneira simples, clara, direta e eficaz.

Por uma questão de técnica legislativa, propomos apenas uma emenda de redação para o art. 66-A, que o art. 3º da proposição acresce à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para juntar o conteúdo do §1º e do §2º, de 6 de julho de 2015, transformando-os em parágrafo único, de forma que o dispositivo veicule de maneira mais clara e direta a ideia que propõe.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.486, com a emenda de redação que segue, cuja leitura eu peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, coloco, de imediato em votação.

Relatório favorável ao projeto com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue agora para a análise da CCT.

Ainda do Senador Contarato – no caso, ele ainda como Relator –, item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 5650, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública.

Autoria: Deputado Federal Gabriel Chalita

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Fabiano Contarato. Com a palavra para o seu parecer.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo à leitura da análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para examinar matérias pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e, mais especificamente, à proteção à infância e à juventude. Dessa forma, fica reservado escrutínio dos demais aspectos – de constitucionalidade, juridicidade e de direito processual – para oportuna manifestação da CCJ.

No mérito, importa destacar que a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, foi modificada em 2007 e, posteriormente, em 2014, para inserir, entre os legitimados ativos para a ação civil pública, as associações, constituídas há mais de um ano que tenham, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O PL nº 5.650, de 2019, expande essa lista para nela assegurar igual prerrogativa às entidades que cuidam da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A alteração, ressalte-se, está em consonância com o disposto no art. 87, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), que trata das linhas de ação da política de defesa dos direitos desse vulnerável segmento da população. Naquele dispositivo, prevê-se o direito ao amparo jurídico e social provido também pelas entidades que atuam nesse campo.

Nesses termos, a mudança veiculada pelo projeto fortalecerá a atuação dessas entidades, contribuindo para ampliar as ferramentas de controle social das políticas destinadas ao amparo dos pequenos brasileiros e brasileiras.

No que concerne à técnica legislativa, um módico reparo se impõe, consistente na atualização da lei sob alteração, que, para se tornar mais fiel ao seu objeto, precisa dar expressão às reformas de 2007, 2014 e a esta, que ora engendramos.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.650, de 2019, com o seguinte ajuste redacional que segue, cuja leitura eu peço a dispensa.

Com a palavra o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu achei que você ia ler ainda a emenda.

Pediu dispensa. Correto.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto e uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam que se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para a CCJ.

Ainda com o Senador Contarato, o item 15. Trata-se de um requerimento.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 27, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei n° 2.787, de 2019 que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei n° 2.787, que altera a Lei nº 9.605, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo ao rompimento de barragens, e dá outras providências.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Paulo Busse Ferreira Filho, advogado criminal de direitos humanos do Greenpeace Stop Ecocide International; José Rubens Morato Leite, sócio-fundador da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil e professor da graduação e pós-graduação em Direito pela UFSC; Cristiane Vieira da Cunha, geóloga e professora de pedagogia do *campu* Unifessta; Luiz Henrique Eloy Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O objetivo dessa audiência é debater o Projeto de Lei nº 2.787, que altera a Lei nº 9.605, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo ao rompimento de barragem, e dá outras providências.

Essa proposição surgiu como resultado dos trabalhos da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho, criada na Câmara dos Deputados na sequência da tragédia social, ambiental e econômica que se deu com o rompimento da barragem de Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho, Minas Gerais.

O Brasil tem sido cenário de grandes desastres ambientais, que, em paralelo com os danos, muitas vezes irrecuperáveis, por eles causados, evidenciam a fragilidade de nossa legislação penal para cumprir efetivamente seu papel não apenas de punir, mas também, principalmente, de evitar que tragédias como essas se repitam.

A preocupação faz sentido. Há menos de quatro anos, em um outro evento da mesma natureza, o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em Mariana, deixou 19 mortos e um rastro de destruição do interior de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo no que é considerado o maior desastre ambiental do País. Decorridos quatro anos, ninguém até hoje foi responsabilizado pela tragédia.

Diante da relevância do tema, esperamos contar com a aprovação dos nossos pares a este requerimento que apresentamos.

Sr. Presidente, só fazendo uma ressalva: eu fico questionando qual imagem que o Brasil vai passar para a COP 26, agora, que vai acontecer em novembro? Esse Governo queria acabar com o Ministério de Meio Ambiente de direito, não conseguiu, mas ele acabou de fato. Ele acabou com a Secretaria de Mudança do Clima, ele acabou com o Plano de Combate ao Desmatamento, ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental, criminaliza ONGs, reduz a participação da sociedade civil, prolifera agrotóxicos, está dizimando os povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à extração de minério, só em Minas Gerais, nós tivemos Miraí, Cataguases, Barão de Cocais, Brumadinho e Mariana. E qual a resposta que o Parlamento está dando para isso e qual a resposta que nós vamos dar à COP 26?

O art. 225 é claro: o meio ambiente é um direito de todos e dever do Estado. Todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Infelizmente, o que nós estamos vendo no Brasil no que tange à pauta ambiental é um verdadeiro ataque a esse direito humano essencial.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda do Senador Contarato, item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal, vinculado à Diretoria-Geral da Casa.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a exposição do seu requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Confesso que esse requerimento me traz bastante felicidade. Eu estive mantendo contato com a Diretora Ilana e tenho visto que o Senado Federal está extremamente preocupado em dar efetividade àquela garantia constitucional de que todos somos iguais perante a lei. Está aí a razão do meu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, voto de aplauso ao Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal, vinculado à Diretoria-Geral da Casa.

O Senado Federal tem feito um grande e importante trabalho em relação à construção legislativa e, especialmente, no âmbito dos processos administrativos e de gestão, tem se destacado nas ações voltadas à equidade de gênero e raça.

As desigualdades de gênero se acentuaram com a pandemia, segundo informa o Relatório Global das Desigualdades de Gênero de 2021, produzido pelo Fórum Econômico Mundial. Em 2020, a previsão para alcançar a igualdade de gênero era de 99,5 anos, mas, em 2021, aumentou o equivalente a uma geração, passando para 136 anos. O Brasil retrocedeu uma posição em relação a 2020, ocupando a 93ª posição em um *ranking* de 156 países, nos setores da economia, política, educação e saúde. Isso mostra o quanto o desafio de superação dessas desigualdades é grande e a importância de que mais políticas públicas sejam implementadas com esse objetivo.

O Senado Federal vem se tornando referência no serviço público no tema da equidade de gênero e raça, inclusive já conquistou três selos de reconhecimento em boas práticas e, por isso, é justo e merecedor o voto de aplauso desta Comissão de Direitos Humanos a tão louváveis e importantes iniciativas e ações pensadas e idealizadas pela Diretoria-Geral.

No último dia 22 de outubro foi lançado o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal para o biênio 2021/2023, o qual, alinhado aos objetivos estratégicos da administração da Casa de valorização das pessoas e, também, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, sinaliza para a consolidação desta Instituição como modelo da administração pública, na construção de um país mais justo e inclusivo para todas e todos.

A pauta de equidade no Senado Federal tem-se ampliado para trabalhar com mais foco no combate às discriminações e respeito à diversidade, abrindo-se para o combate à LGBTfobia. Nesse sentido, foi previsto o objetivo – aspas – "Promover ações de respeito à diversidade" – fecho aspas –, com previsão de elaboração de uma cartilha LGBTQIA+ e realização de debates e reflexões nessa temática.

Por fim, cabe ressaltar o esforço do Senado Federal na formação da Rede Equidade no serviço público, que tem por objetivo a inclusão da diversidade, com foco em gênero e raça, para a multiplicação de boas práticas em equidade e fazer com que esse tema se torne estratégico em toda a administração pública. Só assim, encurtaremos o tempo para o alcance da igualdade, mudando o cenário desenhado pelo Fórum Econômico Mundial.

Diante do exposto, peço o apoio das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores para a aprovação deste requerimento de voto de aplauso como importante reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos pela administração do Senado Federal e que sirva de estímulo para novas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, só para complementar, tudo parte da Constituição Federal. O art. 3º, IV, é claro quando estabelece que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Nós temos que entender, de uma vez por todas, que a orientação sexual não define caráter; a cor da pele não define caráter; o gênero não define caráter; o poder aquisitivo não define caráter. Nós temos que dar efetividade a esse fundamento da República Federativa do Brasil: todos – todos – somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa idosa, pessoa que vive com HIV ou pessoa com deficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volta para o Presidente Contarato a coordenação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Paim, eu consulto V. Exa: nós temos o item 13, que é o Requerimento 24, não terminativo, que requer a realização de audiência pública para debater o restabelecimento das atividades do Conselho Nacional de Direitos de Pessoas com Deficiência, cuja autoria é da Senadora Mara Gabrilli e de V. Exa.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater o restabelecimento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Então, se V. Exa. quiser, nós já colocamos e deliberamos esse requerimento. Fica da melhor forma que V. Exa. entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu não estou aqui com o documento na mão, mas, pela leitura que V. Exa. fez...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Dispenso a leitura dele?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... já justifica o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Por isso, eu peço a V. Exa. que, por favor, coloque-o em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

Em votação o Requerimento 24, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Mara Gabrilli.

Aqueles que o aprovam permaneçam como que se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Gostaria muito de agradecer a compreensão e o comparecimento dos Senadores e das Senadoras. Eu vejo aqui a Senadora Nilda Gondim, por quem eu tenho uma admiração e um apreço, a Senadora Zenaide, a Senadora Leila, a Senadora Rose, o Senador Flávio, Telmário, Vanderlan, Paulo Paim.

Enfim, eu tenho muito orgulho de estar nesta Comissão e peço perdão pelas vezes – rápida – com que eu tenho conduzido o trabalho, mas a gente tem que ganhar tempo para fazer com que o Senado aprove, efetivamente, essas mudanças que são de extrema importância e pelas quais a sociedade clama e tem sede, uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, inclusive, plural.

Muito obrigado, tenho muito orgulho de vocês.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Apresentação de relatório. Finalidade: "Apresentação do relatório da Fonacate sobre a reforma administrativa". Convidados: Rudinei Marques, Presidente da Fonacate; José Celso Cardoso Júnior, Coordenador da Comissão de Estudos da Fonacate; Denise Lobato Gentil, professora e colaboradora do Instituto de economia da UFRF; Ilan Lapyda, pesquisador; Miguel Bruno, professor. Resultado: Relatório apresentado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Debater o racismo estrutural". Participantes: Tamires Sampaio, Advogada e Mestre em Direito Político e Econômico, Secretária Adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e Diretora do Instituto Lula; Iraneide Soares da Silva, Professora e Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos afro-brasileiros; Renato Ferreira, Mestre em Políticas públicas, especialista em gestão pública e corporativa da diversidade; e Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da escravidão negra do Conselho Federal da OAB. Resultado: Audiência realizada. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal *e-cidadania* na internet, localizando-se em *senado.leg.br/ecidadania*, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800612211.

Esta reunião será dividida em duas partes.

Primeira parte, apresentação do relatório da Fonacate sobre a reforma administrativa.

Na segunda parte desta audiência teremos um debate de um requerimento apresentado por este Senador sobre racismo estrutural.

Vamos já aos convidados da primeira parte.

A intenção nossa, neste momento, é garantir cinco minutos para cada um dos convidados, o que daria em torno de 30 minutos, com as minhas falas naturalmente, para que às 15 horas se inicie então a segunda parte desta reunião.

De imediato, passo a palavra ao Presidente da Fonacate, Sr. Rudinei Marques, para a apresentação do relatório da Fonacate sobre a reforma administrativa.

O SR. RUDINEI MARQUES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paim.

Parabenizo a CDH por este espaço importante que abre para o Fórum das Carreiras de Estado e a equipe que produziu esta nova série de cadernos que estamos lançando aqui hoje. Na verdade, não é estritamente sobre a reforma administrativa, mas sobre o contexto que fundamenta as reformas liberais aqui no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, em nome do Fórum das Carreiras de Estado, das nossas 37 afiliadas, eu tenho a satisfação de cumprimentar o José Celso Cardoso Junior, que é o Coordenador da Comissão de Estudos do Fonacate, e os professores que estão aqui, a Professora Denise Gentil, o Professor Miguel Bruno e o Professor Illan Lapyda, porque o Fórum entende que as finanças públicas têm que estar a serviço do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento nacional, a serviço da vida das pessoas. E não é isso que nós estamos vendo no Brasil e no mundo, onde as finanças públicas são capturadas por interesses privados.

Então, acho que com isso nós estamos neste momento prestando um grande serviço para a compreensão da dinâmica das reformas liberais que aqui assumem roupagens diferentes, ora a reforma da previdência, agora a reforma administrativa, agora a apropriação dos precatórios por um mercado paralelo, que vai surgir, para comprar precatórios e negociá-los pelo valor cheio, apesar de pagarem os beneficiários só a metade, com os deságios que estão sendo praticados no mercado, enfim.

Então, tudo isso nós vamos por à luz do dia. Precisamos debater esse assunto, as finanças públicas, como elas vêm sendo apropriadas, capturadas por interesses privados. E essa série de cadernos, então, tem esse intuito.

Já falei demais. Vou passar a palavra para o Zé Celso para ele fazer aí as apresentações com mais calma.

E agradeço mais uma vez, Senador Paim, esse espaço importantíssimo que a CDH abre para que nós possamos por esse tema em debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Rudinei Marques, Presidente da Fonacate.

Eu quero ainda agradecer ao Presidente desta Comissão, que é o Senador Humberto Costa, que está em outra missão no dia de hoje e por isso não está aqui, e ao Contarato, outro grande Senador também que é o Vice-Presidente.

Então, vamos agora aos painelistas, já que o Rudinei fez uma apresentação.

De imediato, passo a palavra ao Sr. José Celso Cardoso Junior, Coordenador da Comissão de Estudos do Fonacate, pelo tempo máximo de cinco minutos. Não é por mim, é pela sequência desta reunião.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR (Para expor.) – Muito bem!

Boa tarde a todos e todas! Bem-vindos e bem-vindas todos os que nos assistem, os Senadores. Quero cumprimentar, em especial, o Senador Paim, que tem sido um grande aliado nesse esforço de elucidação dos problemas relativos ao Estado brasileiro, em particular, no dia de hoje, em relação às finanças públicas, que, como disse o colega Rudinei, Presidente da Fonacate, vêm sendo apropriadas de forma indevida e silenciosa por parte dos grandes interesses rentistas e fiscalistas da economia brasileira. E essa série do Fonacate, Senador Paim, se refere justamente a esse tema, ao fato de que nós temos visto no debate, por exemplo, sobre a reforma administrativa, que os argumentos relativos à própria reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco interessam na verdade ao mercado e aos próprios formuladores daquela proposta. Aquela proposta se destina menos a promover qualquer tipo de melhoria das formas de funcionamento e organização do Estado brasileiro, e muito mais a viabilizar uma canalização extra de recursos para o rentismo e para o setor privado, que pretende se apropriar de setores rentáveis das políticas públicas.

Então, depois de ter realizado mais de dois anos de debates sobre a reforma administrativa e produzido uma série de estudos que desmontam o argumento do Governo e que colocam em evidência a necessidade de uma outra reforma de outra natureza, nós resolvemos agora avançar para uma série de estudos que mostram a essência, na verdade, falaciosa do argumento liberal e fiscalista, rentista que tenta por meio dele justificar a necessidade dessas reformas. Quer dizer, desde a reforma da previdência, passando pela reforma trabalhista, pela emenda do teto de gastos e agora pela reforma administrativa, o argumento tem sido o mesmo, o de justificar a necessidade dessas reformas por meio de uma suposta quebra estrutural das finanças públicas brasileiras, algo que está muito longe da realidade. Então, esses estudos buscam justamente desmistificar esse discurso, essa narrativa, e apontar para os verdadeiros problemas relativos às finanças brasileiras.

Um dos problemas que está sendo revelado por esses estudos é esse, o da financeirização das finanças públicas, e, por meio dessa financeirização, uma forma de apropriação privada das finanças públicas, que deveria servir para o conjunto das políticas e para a população e, na verdade, crescentemente vai servindo a interesses menores e a interesses privilegiados no seio do Estado brasileiro.

Então, rapidamente, passo para os nossos colegas convidados, que produziram os seus estudos: o Professor Miguel Bruno, professor da Escola de Estatística do IBGE; na sequência, a Professora Denise Gentil, professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); e, por fim, na sequência, o colega da USP Ilan Lapyda, que fez um estudo também muito importante sobre esse tema, apontando para os setores ou para os agentes de mercado que se beneficiam desse processo de captura das finanças brasileiras.

Então, eu acho que seria interessante começar nesta ordem: Professor Miguel Bruno; na sequência, Professora Denise; e, por fim, Ilan.

Muito obrigado, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

De imediato, passamos a palavra para o Professor Miguel Bruno.

O SR. MIGUEL ANTONIO PINHO BRUNO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paim. Boa tarde, demais colegas.

O José Celso já apresentou o substrato, digamos assim, um pano de fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse capítulo de que eu pude participar define a financeirização e as suas principais consequências, destacando o fato de que, apesar de ser um fenômeno mundial, no Brasil, se apresenta com muito maior peso em termos de degradação das condições de vida, de rebaixamento das taxas de crescimento econômico, porque as taxas de juros vigentes em nosso País são exorbitantes, enfim, completamente fora dos padrões internacionais.

Eu não vou ter tempo de mostrar para vocês alguma parte dos dados que eu separei. Talvez, se o senhor me conceder um minuto, só mostrar o que significa isso concretamente, já foi publicado várias vezes. Eu não sei se eu posso aqui compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem cinco minutos. Seu tempo é de cinco minutos. Fique à vontade. Aí você decide como vai usar os seus cinco minutos.

O SR. MIGUEL ANTONIO PINHO BRUNO – Já está aparecendo para vocês aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora está.

O SR. MIGUEL ANTONIO PINHO BRUNO – Então, o que eu queria destacar é simplesmente esse gráfico, que eu acho que é bastante elucidativo; a gente vem publicando-o inclusive no Brasil e internacionalmente.

O crescimento do capital rentista no Brasil é exorbitante. Isso significa um poder político e econômico do setor bancário financeiro e do seu principal sócio atualmente, que é o setor do agronegócio; são os dois principais setores ganhadores. Sem nenhum preconceito contra esses setores, mas não se pode desenvolver um país quando apenas um ou dois setores ganham e os demais perdem. Então, isso é fundamental.

Quando se pensa em qualquer reforma, isso tem que estar em pauta, ou seja, o Brasil está definhando, estamos retornando a uma economia primária exportadora, com uma plataforma considerável de acumulação rentista financeira. Isso não é pavimentar o nosso desenvolvimento. Isso precisa estar claro, inclusive para a população que não tem acesso a essas informações, porque essas informações são especializadas, são científicas, e, evidentemente, da nossa mídia o principal patrocinador é o mercado financeiro. São os dois setores ganhadores: o mercado financeiro e o setor de *commodities*.

Então, na verdade, inclusive, em sala de aula, os alunos entram com uma opinião, e a gente tem que dizer que não é exatamente assim, que é preciso estudar, e não se desinformar.

Enfim, a gente vê... O que é esse azulzinho? Esse azul é, na verdade, o capital fixo produtivo, é uma síntese de máquinas e equipamentos, que foi muito significativo no período de crescimento, nos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70 até 1980, e, depois, a acumulação de capital produtivo fica estagnada e é o capital rentista, financeiro que tem crescido neste País.

Então, isso é de uma gravidade enorme porque, independentemente dos novos Governos que forem assumir este País, não há como desenvolver este País nessa condição estrutural. Isso está claro para a gente. Não é apenas o meu grupo de pesquisa que detectou isso. Isso é um ponto pacífico, é consenso na literatura econômica internacional. Isso é extremamente grave, não é veiculado, não é informado para a população. A população está completamente alheia. E eu diria que muita gente até responsável pelo nosso Governo, enfim, não tem consciência disso porque fica restrita à área acadêmica, mas está disponível nos maiores estudos internacionais sobre o tema. Enquanto não equacionarmos isso, não teremos o nosso desenvolvimento.

Enfim, o meu capítulo se destinou exatamente a isto: a mapear essas condições e definir a financeirização, mostrar as diversas definições, que são sempre muito convergentes, muito coesas, e apresentar os indicadores para o caso brasileiro. E isso nos tem angustiado porque somos economistas e desenvolvimentistas e isso para nós significa andar na contramão de tudo o que precisa ser feito para termos, um dia, o Brasil desenvolvido, com justiça social.

Eu ficaria por aqui e agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professor Miguel Bruno.

De imediato, então, a nossa querida Denise Lobato Gentil, Professora e Pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ. O tempo é seu.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Senador Paulo Paim, que nos dá a imensa honra desta oportunidade de falarmos de um tema tão importante. Boa tarde aos meus colegas Miguel Bruno, José Celso, Illan e Rudinei Marques.

O meu capítulo nessa parte vai tratar do endividamento das famílias pobres e de classe média no Brasil. E esse é um dos lados mais desfavoráveis e visíveis do processo de financeirização, ao qual o meu colega Miguel Bruno estava se referindo. Essa dinâmica financeirizada da sociedade brasileira implica em vários mecanismos que são absolutamente autoritários e antidemocráticos. E um deles é que o capital das grandes corporações financeiras, como os bancos, os grandes fundos de investimento, os fundos de pensão, as seguradoras, passou a ter uma ascendência sobre o capital industrial. O sistema financeiro, na verdade, com os seus instrumentos e instituições, atua de forma que os seus interesses prioritários são as atividades especulativas. O sistema financeiro atual atua em prol de si mesmo. Ele é um sistema autorreferenciado, que só tem relação consigo mesmo. É um sistema que não contribui com a sociedade, que não objetiva vencer a crise, gerando empregos, que não oferece créditos com juros minimamente razoáveis para a população e para as empresas. Então, o crédito virou para nós uma violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expropriadora da renda das famílias e das empresas, porque os juros são, anomalamente, elevados, colocando em risco a sobrevivência dos cidadãos e ameaçando qualquer tipo de esforço produtivo das empresas, porque os juros, de fato, são extorsivos. Então, o dinheiro, como o Miguel falou, e o poder político que ele gera se tornam um objetivo em si mesmo.

Outra característica da financeirização é que os interesses dos agentes da grande finança se infiltraram no Estado de tal forma que a intervenção do Estado não está mais voltada para a busca do pleno emprego, não tem mais o objetivo de combater a pobreza ou de redistribuir renda, e, muito menos, de fazer a reindustrialização do País ou o progresso técnico. O que acontece é que o poder da finança, dentro da estrutura do Estado, tornou-se, na realidade, extremamente deletério para os trabalhadores do setor público e do setor privado. Por quê? Porque ele nos conduziu ao abandono dos modelos desenvolvimentistas e a uma opção de combate à inflação como prioridade.

O que acontece é que as políticas de combate à inflação, na verdade, são políticas que favorecem à especulação financeira, que favorecem à privatização de tudo aquilo que é público, e isso vai bloqueando o crescimento, vai rebaixando o nível de investimento, destruindo postos de trabalho e, evidentemente, abrindo caminho, porque é para isso que servem as privatizações, para grandes corporações... (*Falha no áudio.*)

... financeiras irem ocupando espaço que eram os espaços do Estado e que atendiam aos cidadãos brasileiros.

Na minha parte, eu procuro mostrar que a combinação dessa estratégia de política macroeconômica ultraneoliberal retrógrada com o mercado de trabalho desregulamentado e precarizado, juntamente com o desmantelamento do Estado de bem-estar social, foi articulada com a expansão do crédito para o consumo, ou seja, o endividamento das famílias é a contrapartida. E por quê? Porque o crédito vai funcionar como mecanismo compensatório para a perda do emprego, para a queda dos salários reais, para o achatamento, para a degradação da oferta de serviços públicos e para o estreitamento das transferências de renda para as famílias, principalmente as famílias mais pobres.

Então, o endividamento do trabalhador de baixa renda e de classe média vai funcionar como um mecanismo de alívio e de adiamento dos efeitos deletérios da crise sobre as famílias. Na verdade, o endividamento é a última alternativa para evitar, reduzir ou retardar o sofrimento da marginalização, e é a isso que a gente chama, nessa minha parte, de reprodução social por meio de dívida, de consumo comandado por dívida.

Então, para finalizar, eu quero dizer que é importante entender que foi a expropriação dos direitos sociais e a degradação dos serviços públicos que fizeram com que as famílias fossem forçadas a recorrer a planos de saúde, a fundos de previdência aberta, a educação privada, a seguros de toda espécie, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar, no mercado, a preços elevadíssimos, uma proteção que antes era assegurada, de forma gratuita, pelo Estado.

Então, o mercado, sobretudo o mercado financeiro, tomou o lugar do Estado, e este é o objetivo da privatização dos serviços públicos: abrir caminho rentável para o capital privado. É por isso que os grandes fundos de investimento hoje... (*Falha no áudio.*)

... estrutura econômica e social do País.

Aí, sem renda suficiente para pagar por esses fundos, por esses produtos financeiros supercaros, porque eles estão além da capacidade de pagamento das famílias, elas são obrigadas a se endividar. Então, as famílias são constrangidas a entrar no rolo compressor do endividamento fatal para compensar a perda de renda e a perda de salários e, assim, elas favorecem o ... (*Falha no áudio.*)

Então, houve uma reestruturação do Estado para operar, de forma consistente, com a lógica do mercado financeiro. Governo e mercado financeiro moldam, ativamente, a financeirização do cotidiano das famílias. O Governo é cúmplice do processo de financeirização, e a financeirização é uma maneira com que o Estado induz e organiza a população para que só alguns floresçam e outros sejam deixados para trás.

Então, eu quero finalizar dizendo que, nesse contexto, o empréstimo para pobres e para a classe média é um grande negócio, que ficou ainda mais rentável com o aumento do custo de vida, que está se tornando exclusivo no Brasil e cuja compensação é um auxílio, um auxílio emergencial, um Auxílio Brasil que irá direto para os cofres dos bancos, para pagar dívidas, enquanto os brasileiros vivem cada vez mais de bicos porque não há empregos dignos com salários decentes nem o Estado de bem-estar social à altura do enfrentamento do nosso problema. Isso se agravou muito mais ainda com o mercado de crédito da era digital porque foram criadas facilidades tecnológicas que fizeram do crédito um mecanismo com alto grau de automação e digitalização, internet *banking, fintechs*, uma variada forma de acesso por computador e celular que criou ambientes facilitadores da contratação de empréstimos e de uma venda agressiva de serviços, o que pode compreender o mínimo vital das famílias de média e baixa renda. Então, hoje nós temos, de famílias financeiramente incluídas, famílias que viraram financeiramente exploradas.

Muito obrigada, Senador, por esta oportunidade.

Obrigada aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, professora e pesquisadora do Instituto de economia da UFRJ, Professora Denise Lobato Gentil. Muito obrigado.

Por fim, fechando o bloco, o Pesquisador Ilan Lapyda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo é seu por cinco minutos.

O SR. ILAN LAPYDA (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todas e a todos. Eu queria agradecer imensamente o convite para estar neste evento tão importante. Parabenizo na figura do Senador Paulo Paim a CDH do Senado pela realização do evento. Quero cumprimentar também o Rudinei Marques e o José Celso Cardoso, parabenizando o Fonacate por produzir esses textos, todo esse material para fundamentar a discussão. Cumprimento também meus colegas de Mesa. Estou muito honrado por estar junto com Miguel Bruno e Denise Gentil, que são pesquisadores excelentes.

Quero também reforçar a importância de discutir a questão da financeirização, que tem sido muito falada nos últimos anos – acho que o Miguel Bruno até comenta isso no texto dele – sem que se saiba exatamente muitas vezes o que é a financeirização e qual o alcance dela, as consequências dela. Então, é importante mostrar qual a extensão desse fenômeno e o que ele é.

No meu artigo, no meu texto, eu falo de algumas peças chave nesse enredo do processo de financeirização, que são os agentes privados das finanças que operam em articulação justamente com o Estado, inclusive se beneficiando do rentismo sobre o Estado. Eles ganharam no Brasil proeminência nos últimos 20, 30 anos, sobretudo, o que a gente às vezes chama de (*Falha no áudio.*)

... tenha surgido recentemente, mas que sua importância tenha crescido muito. Eu também... a gente fala muito sobre eles, então vou me concentrar nos fundos de investimento, porque os fundos de investimento não só reúnem muita poupança privada no Brasil, porque os outros investidores institucionais, como fundos de pensão, etc., muitas vezes... Fundos de investimento para ter os recursos geridos. Então, olhar para os fundos de investimento já nos dá uma boa noção do quadro.

Eu também vou apresentar dois gráficos rapidamente, se eu puder – está desabilitado aqui para eu compartilhar. (*Pausa.*)

Ah, perfeito.

Então, um é este aqui: o crescimento do patrimônio líquido dos fundos de investimento desde 1995. Então, em 1995, os fundos de investimento, o patrimônio líquido dos fundos de investimento correspondia a 8,8% do PIB, e isso veio num crescendo; já em 2007, representava mais de 42% do PIB; e, hoje em dia, está mais de 80% do PIB. Então, há um acúmulo de riqueza crescente. As barras em laranja mostram o crescimento real em cada ano. Só em raros momentos, há um decrescimento, como na crise de 2008. Para que se tenha uma noção do crescimento do patrimônio líquido dos fundos de investimento no Brasil. Em 2020, ele já estava em cerca de R$6,5 trilhões. Isso para se ter uma dimensão da magnitude.

Mas a questão é: para onde estão indo esses recursos? Como eles são alocados? Essa é uma questão importante, não é? Porque não é só a quantidade, mas onde está. E, aqui, esse outro gráfico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostra isso, quer dizer, a linha azul, que claramente se demarca de todos os outros tipos de alocação, são os títulos públicos federais, ou seja, cerca de 70%, mais de 70%, em boa parte do tempo – agora voltou, teve um pequeno decrescimento, mas retorna ao patamar de 70% –, dos recursos dos fundos de investimento vão justamente para os títulos da dívida.

E o que é a dívida pública? Essa seria toda uma outra discussão, não é? Mas a questão é que, então, os fundos de investimento junto com instituições financeiras e fundos de previdência detêm praticamente 80% do total da dívida pública brasileira. E a questão relativa a isso é justamente que os fundos de investimento possuem um papel, digamos, duvidoso no desenvolvimento do País, já que grande parte do retorno que eles obtêm vem do rentismo sobre a dívida pública – certo? – e o financiamento propriamente do setor produtivo privado é bastante questionável. Por exemplo, em debêntures, dá para ver aqui que há menos de 5% de investimento em debêntures, que seriam uma espécie de financiamento direto das empresas.

Então, com isso, também a gente mostra esse lado, o lado privado, justamente da privatização do Estado e da riqueza do Estado, de uma dívida pública que também tem um caráter, em boa parte, improdutivo, ou seja, não financia novos projetos de um Estado desenvolvimentista, que vai promover os direitos sociais, mas de um Estado que cada vez se volta para pagar a própria dívida pública.

Acho que, com isso, eu encerro, dando um pouco essa dimensão, com esses dados dos agentes privados, da financeirização. E agradeço novamente à Comissão de direitos humanos, aos Senadores e Senadoras e aos meus colegas aqui de Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao pesquisador Ilan Lapyda pelo trabalho apresentado, por todo o grupo, naturalmente.

Então, meus cumprimentos, Rudinei Marques, Presidente da Fonacate; meus cumprimentos, Sr. José Celso Cardoso Junior, Coordenador da Comissão de Estudos da Fonacate; meus cumprimentos, Denise Lobato Gentil, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ; e meus cumprimentos a Ilan Lapyda, pesquisador, e a Miguel Bruno, professor. Vocês deram uma aula rápida, objetiva, mas eu sei que quem assistiu entendeu que quem está ganhando neste momento é a especulação financeira. Temos um Governo aí que é um Governo da desconstrução, é o Governo da privatização, tanto que um dos principais agentes desse Governo veio ao próprio Rio Grande do Sul e disse que, se eles pudessem, eles privatizariam tudo. Mas disse com essa expressão. Quando eles dizem tudo, para mim, vai tudo, não é? Vai Petrobras, vai Caixa Econômica Federal, enfim, vai tudo aquilo que foi construído pelo povo brasileiro durante séculos.

Eu lamento muito e tenho que informar que, amanhã de manhã, lá na Comissão de Economia, eles vão tentar – tentar – votar, já, a privatização dos Correios, sem passar pela CCJ. Já há um parecer no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal do próprio Procurador da República dizendo que é inconstitucional. Na Câmara, não passou pela CCJ, foi direto para o Plenário, e vão querer votar ainda este ano. É claro que nós vamos... Eu quero que haja um debate entre as duas partes e não de forma isolada como eles fizeram. Queremos também que vá à CCJ e queremos sessões de debates no Plenário do Senado. Mas temos o receio de que eles façam o que fizeram já com a Eletrobras e aquilo que estão perseguindo na própria reforma administrativa, que vocês conhecem muito bem. As preocupações de vocês são também as nossas com tudo isso que vem acontecendo, e, como foi dito aqui, quem ganha mesmo é a especulação financeira; não é o mercado produtivo, não é trabalhador, não é o social, não é educação, não é distribuição de renda, não é previdência, não é nada.

Mas que sirva de alerta o que vocês hoje aqui também demonstraram com muita, muita competência. Eu conheço praticamente todos, até porque sou o mais jovem de vocês... Claro que é uma descontração! Eu estou isolado no Rio Grande do Sul, pela idade – já tenho mais de 70 –, e tenho princípios, ainda, infelizmente, de diabete e também de pressão alta, mas estou me cuidando e, por isso, estou trabalhando virtualmente neste período, mas louco para voltar já no corpo a corpo que a gente faz no dia a dia, não é, Rudinei? Você participou muito comigo, Rudinei – vocês todos, Denise, enfim, vocês –, nas caminhadas por esse Brasil todo, debatendo aí o que estava para vir. E nós tínhamos razão: o que estava para vir é o que se encontra aí.

Mas o ano que vem, eu chego a dizer – e não vou usar um outro termo para não dizerem que eu estou desviando o debate de forma inadequada –, o ano que vem é o ano das nossas vidas, porque nós temos a chance de mudar o curso da história.

Muito obrigado a todos vocês.

Voltaremos, com certeza, outras vezes, para debates aprofundados como este em que vocês hoje puderam dar uma pincelada, mas deram um alerta ao povo brasileiro.

Até a próxima.

Obrigado a todos. (*Pausa.*)

Neste momento, eu vou entrar na segunda parte da nossa audiência pública de hoje.

A segunda parte da audiência pública, que será realizada nos termos do Requerimento nº 3, de 2021, desta Comissão, de autoria do Senador Paulo Paim, é para debater o tema Racismo Estrutural.

Com esse objetivo, os nossos convidados do dia de hoje são: Iraneide Soares da Silva, Professora e Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros; Renato Ferreira, Mestre em Políticas Públicas e especialista em Gestão Pública e Corporativa da Diversidade; também a advogada Tamires Sampaio, Mestre em Direito Político e Econômico, Secretária Adjunta de Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadã de Diadema e diretora do Instituto Lula; e Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da OAB.

Rapidamente, aqui, eu apresentei os convidados, e nós vamos ordenar os trabalhos da seguinte forma: eu farei uma abertura desta nossa *live*, falando um pouco sobre essa situação, lembrando que nós temos, em novembro... Novembro é o Mês da Consciência Negra, quando nós esperamos que tanto Câmara quanto Senado façam uma pauta que vá na linha de combater o racismo estrutural no nosso País. É com esse objetivo que eu faço aqui agora as primeiras considerações e, em seguida, vou passar a palavra para os nossos convidados.

Estão vendo aí? Porque houve duas reuniões ao mesmo tempo, não é? Mas, a Iraneide Soares da Silva já está na tela.

Então, Iraneide, eu vou fazer a abertura dessa nossa audiência pública, que, como eu dizia, é de suma importância no Mês da Consciência Negra. Esperamos que esta audiência pública contribua, como os outros setores fazem no mês das mulheres, no mês do trabalhador rural, enfim, nas mais variadas áreas, para que possamos, neste mês, no Mês da Consciência Negra, aprovar projetos que venham a combater o racismo no nosso País

Mas vamos lá, então! Eu vou fazer a minha abertura e, em seguida, eu passo para os convidados e convidadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o racismo estrutural, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2021, de minha autoria.

Neste mês de novembro, Mês da Consciência Negra, conforme o PLS nº 482, de 2017, aprovado no Senado, que garante, inclusive, a data de 20 de novembro como reconhecimento de feriado nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o qual aguarda aprovação na Câmara Federal.

É muito importante, porque, hoje, não chega nem a um décimo o número de cidade neste País que reconhecem como feriado nacional o Dia da Consciência Negra, a data e Zumbi dos Palmares. Nós queremos, esse projeto foi apresentado no Senado pelo Senador Randolfe, mas houve outros no passado, que foram derrotados, infelizmente, de minha autoria, de Benedita da Silva, Caó, Abdias, enfim, de tantos que trabalharam para o feriado nacional. Desse aqui eu fui o Relator, conseguimos aprovar no Senado e se encontra, agora, na Câmara dos Deputados.

Precisamos falar de racismo estrutural vivido diariamente pela população negra em nosso País. O Brasil não tem como prosperar se permanecer calcificado no racismo. Discursos sem ações práticas não se sustentam mais. A comoção sem elaboração e implantação de políticas públicas, raciais e integradas só convém para o que chamamos de antirracismo por conveniência. Não podemos permitir que 56,2% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa sociedade, que é negra, sejam massacrados diariamente pela falta de equipamentos públicos que direcionem políticas para a nossa população.

O racismo e as desigualdades perpassam as mais variadas áreas, como a saúde, por exemplo, a educação, a habitação, a segurança, a abordagem, e por aí vai. O Brasil subnotificou quase 70% dos casos graves de covid-19, em 2020. Os dados são de um estudo da Vital Estratégia, instituição internacional de saúde sem fins lucrativos.

Apresentamos e aprovamos o PL 2.179, 2020, que eu aqui já citei, marcadores sociais que combatem a subnotificação da pandemia, mas, infelizmente, a matéria está parada na Câmara dos Deputados.

Quando falamos em violência, os números não fogem da verdade, não deixam ninguém mentir. Dados do Monitor da Violência mostram que, em 2020, no País, 78% dos mortos pela polícia foram negros. Com os movimentos negros do Brasil, Coalizão Negra por Direitos, apresentamos o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial dos agentes públicos e privados. O texto foi aprovado no Senado e aguarda a prestação na Câmara.

No próximo ano, temos a Lei de Cotas, Lei 12.711, de 2012, que passará por uma variação, e, para garantir a sua permanência, apresentamos o PL 4.656, de 2020, que além de garantir a sua vigência inova ao incluir instituições particulares como promotoras dessa política.

Existem inúmeros projetos que vão nesse sentido também na Câmara dos Deputados. Esperamos que não importe qual se vote primeiro, ou o da Câmara ou o nosso do Senado, o importante é a causa: que se vote, e a Casa irmã vai acompanhar a votação acontecida na primeira Casa – assim eu espero.

Estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), indicou que, entre 2014 e 2018, a proporção de graduados pretos e pardos nas instituições federais cresceu consideravelmente, razão que aumenta desde 2010, e superou em quase oito pontos percentuais a de graduados brancos, em 2018: pretos e pardos, 51,2%; e brancos, 43,3%.

E, neste mês de novembro, buscamos a ajuda de todos e de todas para aprovar as seguintes matérias raciais:

– o PL 4.373, de 2020, que tipifica como crime de racismo a injúria racial. O Supremo já decidiu pela constitucionalidade da matéria. Só falta agora o Congresso deliberar. Está na pauta do Senado o projeto que tipifica a injúria como racismo: é de minha autoria, e o Senador Romário fez um belo relatório. A matéria está pronta para ser apreciada;

– o PL 3.434, de 2020, que reserva vaga para estudantes nos programas de pós-graduação. Também é um projeto apresentado por nós e está pronto para deliberação em Plenário. Isso já existe na prática, mas falta consagrar na lei;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o PRS 55, de 2020, que cria o Selo Zumbi dos Palmares nos Municípios que adotarem políticas públicas destinadas ao combate ao racismo e aos preconceitos, inclusive no mundo do trabalho. Esse Selo Zumbi dos Palmares também é uma forma de homenagear aquelas cidades que adotam políticas afirmativas; apresentamos com esse objetivo. Não tem gasto nenhum para a sociedade e muito menos para o Estado;

– o PL 2.000 – este para mim é muito importante –, que reconhece o sítio arqueológico da região do Cais do Valongo como Patrimônio Histórico da Cultura Afro-Brasileira, em decorrência do título de Patrimônio Histórico da Humanidade conferido pela Unesco. Se essa lei não for aprovada e consagrada, nós poderemos perder o Patrimônio Histórico da Humanidade que é o Cais do Valongo, e foi assim conferido pela Unesco.

Louvamos também pela instalação da Subcomissão da Promoção de Igualdade Racial. Já apresentamos e aprovamos na CDH e está pronta para ser instalada a Comissão, para que possamos efetivamente implantar medidas de combate ao racismo por meio do Legislativo.

Apresentamos e aprovamos também inúmeros outros projetos que estão lá na Câmara dos Deputados. Esperamos que, durante o mês de novembro, se deem essas votações.

Eu vou de imediato, agora, passar a palavra para os nossos convidados.

A primeira convidada presente aqui conosco já está na tela. Agradeço também a presença da Senadora Rose Freitas, do Senador Vanderlan Cardoso e de todos aqueles que estão nos assistindo neste momento.

Então, de imediato, passamos a palavra para a Professora Dra. Iraneide Soares da Silva, Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs/Uespi).

Professora, o tempo é seu. Os seus dez minutos iniciais à sua disposição para o tema, na linha do combate ao racismo estrutural.

A SRA. IRANEIDE SOARES DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todas as pessoas que nos escutam.

Muito obrigada, Senador, pelo espaço, para a gente debater esse tema tão importante para todos nós, todas nós, sociedade brasileira.

Bom, vamos pensar, vamos discutir um pouquinho este racismo estrutural. O que é isso?

E, assim, eu começo a dizer que... Primeiro, quero lembrar, Senador, que os nossos passos vêm bem de longe. O racismo no Brasil não é algo contemporâneo, não é algo recente, mas é algo de tempos bem distantes e bastante calcificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até daria um exemplo bem simplório que seria a base de uma casa, a base da nossa casa, que é composta por areia, é composta por pedra, ferro... Mas há um elemento que é importante e que compõe toda a casa, que é o cimento, que vai sedimentando a nossa casa. E o racismo para nós é esse cimento. Ele sedimenta, ele consegue atingir todos os espaços da nossa casa e das nossas vidas.

E, quando eu falo isso, eu digo que o racismo no Brasil não é um problema meu enquanto mulher negra, não é do Senador Paim, enquanto homem negro, não é seu, daquele ou daquela pessoa negra. É um problema do Brasil, da sociedade brasileira, e é um problema que precisamos resolver conjuntamente. Precisamos, de fato, nos tornar pessoas antirracistas. E, quando a gente fala em racismo estrutural, a gente está falando de um conjunto de práticas, de hábitos, de situações, de falas e de costumes que estão arraigados em toda a estrutura da nossa sociedade, que estão na nossa casa, na casa do nosso vizinho, que estão na escola, que estão no hospital, que estão nas instituições, mas também no nosso cotidiano mais privado e que precisam ser combatidos.

E esse racismo, como um mal, perverso, é estrutural, exatamente porque ele atinge, ele perpassa todas as estruturas das nossas vidas, das nossas instituições e, consequentemente, ele segrega, ele discrimina, ele sobrepõe um grupo sobre outro... E é disso que a gente está falando. É essa sobreposição que gera os números que o Senador Paim estava colocando há pouco tempo, que gera números perversos para nós.

Por exemplo, pensar que a taxa de analfabetismo, em 2016, de acordo com dados do Pnad, enquanto para os brancos, para a população branca, era de 4,2%, para a população negra era de 9,9%. A diferença é muito grande.

Se a gente for a outros dados, por exemplo, rendimento médio de trabalho, a gente vai ver que as pessoas brancas conseguem ganhar... o branco consegue ganhar 2.814; o pardo, 1.606; e o preto, 1.570. Aí se você soma pretos e pardos, você vê que a discrepância é grande, de fato, em toda a estrutura.

As nossas políticas, as nossas políticas públicas, em termos de legislação, conseguiram avançar um pouco, sim. Temos a nossa LDB, em que foram agregados os arts. 26-A e 79-B, que instituem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e a obrigatoriedade de se comemorar o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra nas escolas. Isso é importante.

A Lei 12.711, Lei de Cotas, também para a gente é um marco importante. Nós temos o Estatuto da Igualdade Racial, nós temos a própria Constituição, Constituição essa construída e produzida a partir também de algumas bandeiras de lutas nossas que foram importantes, bandeiras que tratam da terra dos nossos quilombolas, dos nossos indígenas, bandeiras que nos... O próprio preâmbulo da Constituição traz um discurso que se aproxima da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então, nós conseguimos, de fato, avançar em termos da legislação, mas, na prática, as nossas atitudes... Nós precisamos de fato agir e pensar como pessoas antirracistas, independentemente da cor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pele, da etnia, da raça. Nós precisamos de atitudes, de atitudes práticas no nosso dia a dia, de nos ver enquanto sujeitos que promovem, com o seu cotidiano, uma ação afirmativa. E a ação afirmativa de que estou falando não é somente uma política, mas uma ação individual que, consequentemente, reverbera todo um coletivo.

Quando a gente pensa em números, pensa esses números... Eles são tão frios! É preciso pensar, sobretudo, que são famílias. Por exemplo, a cada 23 minutos um jovem negro tomba em nosso País. Um jovem negro tomba e, consequentemente, uma família, uma mãe, um pai, irmãos. E muitas vezes esse jovem negro é aquele que leva comida para dentro de casa, é aquele que é a base da família, da mãe negra que muitas vezes não tem um companheiro para estar contribuindo, porque também muitas vezes ele tombou. Então, esses números, que parecem frios, não podem ser frios, não devem ser frios. São vidas, são vidas de pessoas, de homens, de mulheres, de jovens, são as nossas vidas.

E isso também não é algo estanque, essa realidade social nos atinge diretamente. Peguemos, por exemplo, o abismo social que existe entre brancos e não brancos. Cargos gerenciais, em 2018: o IBGE colocava que os brancos ocupavam 68,6%, enquanto os negros ocupavam somente 29,9%. Olhem a diferença, olhem o abismo existente entre esses dois grupos! É bastante expressivo. E a gente está falando do século XXI!

O Senador se reportava ao passado mais próximo. Por exemplo, 20 anos atrás, quando a gente ia para a batalha para pensar o processo preparatório Durban, quando no Fórum Social Mundial, lá no Rio Grande do Sul, nós debatíamos e discutíamos uma legislação para a educação, políticas afirmativas, trazíamos toda uma série de bandeiras. E estávamos naquele momento, no final dos anos 1990, no século passado, ainda carregando bandeiras e gritando: "O Brasil é racista!" Entramos no século XXI e conseguimos algum avanço, sim, quando o Brasil, em 2001, disse, afirmou para o mundo que é um País racista, que precisa corrigir, a partir de políticas públicas, as discrepâncias entre homens e mulheres, brancos e negros.

Vamos começar o nosso debate. Estou provocando e, aí, vamos pra frente.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à nossa primeira convidada, Dra. Iraneide Soares da Silva, Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs) e professora da Uespi. Foi brilhante, fez uma exposição clara e objetiva nos seus dez minutos.

Quero, com alegria, registrar também a presença – já falei da Senadora Rose de Freitas e do Senador Vanderlan Cardoso – da Senadora Zenaide Maia, que faz parte também desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, passo a palavra – se já está na tela, seria pela ordem dos inscritos aqui – ao Professor Renato Ferreira. Parece-me que ele entrou, teve um probleminha e voltou. Dr. Renato, eu já ia te chamar de Renato, porque o meu nome também é Paulo Renato. Então, eu ia te chamar de Renato. Mas deixe-me apresentá-lo aqui e vou passar a palavra para o senhor.

Vou passar a palavra neste momento para o Professor Renato Ferreira, que é Mestre em Políticas Públicas, Especialista em Gestão Pública e Corporativa da Diversidade. O tempo é seu por dez minutos. Assunto: racismo estrutural.

O SR. RENATO FERREIRA – Paim, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

O SR. RENATO FERREIRA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, primeiramente gostaria de agradecer pelo convite mais uma vez e pela oportunidade de estar junto com V. Exa. em mais este momento importante da nossa história, nós que já estivemos juntos em vários momentos.

Eu agora, por conta da minha tese de doutorado, tenho estudado muito sobre o direito e as questões raciais. Analisando as questões constitucionais, o debate constitucional, a Constituinte, vejo que novamente está lá o Senador Paulo Paim atuante, trabalhando junto com seus companheiros para nos propiciar normas jurídicas importantes para a consolidação do Estado democrático de direito. É muito gratificante, Senador, ver toda essa sua trajetória, desde o processo constituinte até os dias de hoje, sempre enérgico, sempre agregador e sempre contundente na luta antirracista. Para nós ativistas, para nós intelectuais, para nós que somos antirracistas, é um orgulho ter o senhor como Senador nos representando tão bem nessa Casa. O senhor é um homem republicano da alta estirpe e tenha certeza de que a minha fala não é só minha, é a fala de muitos colegas, de muitos pesquisadores, de muitos professores e de muitos juristas antirracistas deste País. É um orgulho ter o senhor aí nos representando no Senado Federal!

Bom, o tema que me foi proposto aqui é o tema do racismo estrutural, um tema recorrente neste debate. Eu vou fazer uma digressão um tanto quanto histórica e também sociológica para entrar na parte jurídica, que penso ser oportuno, sobretudo por conta da entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial.

É necessário que nós façamos algumas ponderações sobre o que significa, primeiro, o reconhecimento do racismo estrutural, o seu conceito, as suas características, os seus desdobramentos na sociedade brasileira e, sobretudo, entender que nós já fizemos a travessia do debate sobre o racismo estrutural e nos encontramos em outra quadra.

Eu advirto sempre os meus alunos dos cursos em que trabalho as relações raciais – o curso Saber Afirmativo, que é um curso que nós temos, Senador, para preparar jovens negros para o mestrado; o curso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça Negra - Luiz Gama, que é um curso que nós temos para preparar jovens juristas para as carreiras jurídicas; o curso que nós temos lá junto ao Frei David no Educafro, curso que visa capacitar pessoas negras. Enfim, todas essas nossas ações são no sentido de dialogar no debate sobre o racismo estrutural, mas sobretudo para assentar o debate sobre o racismo estrutural onde ele merece ser assentado.

Então, o que o movimento negro, os intelectuais negros e os ativistas vieram buscar como um consenso sobreposto nesse debate? As relações raciais se moldam a questões que afetam o poder. Ninguém analisa as questões raciais, ninguém reivindica uma identidade para nada. Quando falamos de relações raciais e suas tensões... (*Falha no áudio.*)

... estamos falando de relações de poder. Então, nesse sentido, como nós todos sabemos, o histórico do Brasil traz um déficit significativo de poder – e é disso que se trata – para as pessoas negras, que são descendentes de seres humanos africanos que foram escravizados injustamente, porque sequer eram considerados... (*Falha no áudio.*)

... não havia mais nenhuma razão jurídica para que as pessoas negras continuassem subalternizadas. Ali era o momento de o Brasil atacar as desigualdades raciais do mesmo modo que fez com desigualdades sociais que foram negadas aos imigrantes que estavam chegando aqui exatamente naquele período.

Pois muito bem, o Brasil, num primeiro momento, entrou em políticas racistas, declaradamente racistas, que foram expostas no Código Penal, criminalizando a cultura negra, criminalizando a religião de matriz africana, criminalizando o corpo negro. Isso ocorreu num primeiro momento por força do impacto da eugenia para a formação moderna brasileira. A formação moderna brasileira está essencialmente ligada à eugenia. A modernidade brasileira se consolidou tendo o racismo estrutural como uma espécie de pilar ideológico na matriz política de construção da modernidade brasileira. Não se pode falar em modernidade brasileira sem se falar em racismo estrutural... (*Falha no áudio.*)

... a eugenia era que dizia o *status* de significado que os negros deveriam ter dali para frente. Tanto isso é verdade que a própria Constituição de 1934 traz a eugenia como um vetor importante para o Brasil. Está escrito lá na Constituição de 1934, ali naquele governo.

Então, o que ocorre? O Brasil, de um modo geral – e aí foi um avanço para tentar rebater a eugenia –, decretou uma sociabilidade simbólica que se convencionou chamar, por diversos intelectuais, de democracia racial. Então, a democracia racial, que é tida por muitos – e eu vou citar apenas um aqui: Florestan Fernandes – como um mito, na verdade é para além de um mito. A democracia racial, tratou-se de uma política. Para nós no Direito existe uma categoria muito importante, que é a categoria das ações que são comissivas por omissão. Geralmente, a gente entende que a ação pode ser voluntária ou involuntária, a gente sempre entende a ação como um ato, mas existem muitas condutas que são omissivas. Então, por exemplo, se alguém tem o dever jurídico de fazer algo e nada faz, ele está sendo omisso, e essa omissão, inclusive, pode ser tipificada como um crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é exatamente aí que eu quero chegar, para discutir, nesse primeiro momento, esse aspecto histórico-social do racismo estrutural. Quando se fez a abolição, debruça-se na eugenia, a eugenia passa a ditar as políticas brasileiras, e isso cristaliza, isso consolida as desigualdades legadas pela escravidão.

A desigualdade que os negros hoje têm não tem nada a ver com a escravidão mais. Os negros estão numa desigualdade não é por conta da escravidão. Durante todo o século XX houve tempo – o Professor Hélio Santos está certo –, houve tempo para dar aos cidadãos, agora não mais escravizados, negros brasileiros uma cidadania digna. O Brasil não o fez porque adotou a política de democracia racial como ação omissiva, deixando os negros à própria sorte, ou melhor, ao próprio azar, para que, daí, pudessem – sozinhos – resgatar a sua identidade.

Trata-se aqui, quando se fala dessa identidade, de resgatar a sua humanidade, porque os negros chegaram aqui e nunca foram tratados como seres humanos. E o intelectual que melhor diz isso é o Achille Mbembe, naquele texto clássico dele que fala da necropolítica. Trata-se aqui de resgatar a cidadania, mas, sobretudo, a humanidade das pessoas negras que vieram da África e dos seus descendentes. Esse é um ponto que a gente precisa traçar como uma epistemologia, mas, sobretudo, como uma premissa importante para esse debate.

Pois muito bem, vieram outros sistemas, acabou a Velha República, e é importante ainda destacar um fato importantíssimo: quando houve a abolição, Senador, vários fazendeiros queriam entrar na Justiça, porque a abolição da escravatura, do ponto de vista jurídico formal, significou uma expropriação do senhor de escravo. O escravo era coisa, o senhor tinha pago por aquilo. Então, quando o Estado promove a abolição... (*Falha no áudio.*)

... o governo deveria indenizar os senhores, e esse pedido de indenização foi feito. O Ministro da Economia era ninguém menos do que Ruy Barbosa, um dos maiores juristas liberais da história do Brasil. E foi, exatamente, o Ruy Barbosa, num despacho seu, que disse que não ia indenizar ninguém, e que se tivéssemos que indenizar alguém, que se indenizassem os escravos – palavras do Ruy Barbosa.

Então, desde Ruy Barbosa que se sabe que os afro-brasileiros deveriam ser indenizados; desde Ruy Barbosa, da República Velha, que já se sabe que os afro-brasileiros deveriam ter políticas de inserção para que a integração se desse. Pois não veio. A Europa foi destruída duas vezes durante o século XX e pôde se reerguer. No entanto, a situação dos afro-brasileiros, praticamente em nada mudou durante o século XX. Quem mostra isso não somos nós, quem mostra isso são os indicadores sociais oficiais deste País, todos e em todas as categorias: indicadores na educação; na saúde; na segurança pública; na moradia; todos vão dizer, de modo ululante, o lugar dos negros na sociedade de classes.

Eu ouso dizer que nunca houve igualdade para os negros, nem material e nem formal. E vou até mais longe, com Milton Santos: nunca houve humanidade, na história do Brasil, para a pessoa negra; as pessoas negras nunca foram consideradas humanas, de fato, no Brasil. Um autor importante é o Norberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bobbio, porque nunca houve, nunca houve igualdade coisa nenhuma, a igualdade é o ideal da razão... (*Falha no áudio.*)

... nem formal e nem material.

Pois bem, no final do século XX, o movimento negro, cônscio dessas coisas que estou trazendo aqui... E eu só posso trazer esses ensinamentos porque o movimento negro, como nenhum outro movimento, chamou para si a responsabilidade de não permitir o genocídio da população negra, que só não foi praticamente dizimada por força da luta do movimento negro. Daí a Professora Eunice Prudente falar com muita propriedade que o brasileiro negro deve sua cidadania ao movimento negro brasileiro, porque, se não fossem as denúncias do movimento negro, estaríamos quase todos dizimados. O plano eugenista era nos matar em cem anos.

Então, nós chegamos à Constituição de 1988 com objetivos fundamentais. Primeiro, tornar o racismo crime, criar políticas de combate ao racismo; segundo, criar políticas de promoção da igualdade racial. Da Constituição de 1988 nós saímos com duas premissas: combater o racismo como crime e promover a igualdade racial. Esse processo de 1988 até aqui, que passou por marchas, que passou por Durban, consolida não mais o *status* de racismo estrutural na sociedade brasileira, mas consolida um estágio de enfrentamento ao racismo por meio das políticas de promoção da igualdade racial. Essa é a quadra histórica que nós atravessamos hoje. Nós vivemos hoje a era da promoção da igualdade racial.

E me deixem aqui fazer, por fim, uma observação sobre a era que estamos atravessando. Da Constituinte de 1988 emergem duas categorias importantes de poder: uma é ambiental e outra é da questão racial. Pois bem, a questão ambiental não era, até 1988, uma questão de Estado, ela era uma questão de ambientalistas. Eram os ambientalistas que falavam da importância de preservar o meio ambiente, praticamente não existia política pública para defender o meio ambiente. De 1988 para cá, as políticas ambientais tornaram-se políticas de Estado. Elas hoje estão presentes em tudo, no governo federal, no governo estadual, no governo municipal. Elas têm capilaridade na mídia, elas têm a simpatia da mídia, elas têm a capilaridade dos gestores e, sobretudo, dos órgãos de controle e de poder – falo aqui de Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas. Elas têm também o apoio da sociedade brasileira, das escolas, existe uma educação ambiental fortíssima neste País. Então, quando alguém quer retroceder nas políticas ambientais, ainda que tenha algum tipo de sucesso, acaba tendo problemas porque a política ambiental é uma política de Estado, não é mais uma política só de ambientalistas, com todos os entraves e os problemas que ela pode ter.

Pois muito bem, o mesmo não se dá com a política de igualdade racial. Ela veio da Constituição como uma política de Estado, mas ela se enfeixou nesse desdobramento como política de governo, daí porque quando vem um governo progressista ela avança, e um governo reacionário, quando assume, ela retrocede. Esse é o ponto. As políticas de promoção da igualdade racial no Estatuto da Igualdade Racial proposto por V. Exa. estão exatamente nessa seara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica muito difícil combater o racismo estrutural quando promover a igualdade racial e enfrentar o racismo é coisa somente de ativista do movimento negro. Combater as desigualdades raciais precisa ser coisa do Estado brasileiro, precisa ser cada vez mais uma questão republicana. Nós não podemos atravessar mais um século tendo o movimento negro sozinho dizendo para o Brasil que é importante reduzir as desigualdades raciais e que isso é importante para fazer do Brasil um Estado soberano e um país que não permite que desigualdades incompatíveis com o Estado democrático de direito possam permanecer por mais um século.

Era isso o que eu queria dizer, Senador. Eu teria mais a falar aqui, mas queria ser breve, deixando uma saudação para V. Exa.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vai ter mais oportunidade neste mesmo debate de hoje, meu querido amigo e Professor Renato Ferreira, Mestre em Políticas Públicas, Especialista em Gestão Pública e Corporativa da Diversidade.

O Renato era jovem ainda quando eu já estava começando a ter cabelos brancos. A bancada da Constituinte era Benedita da Silva, o nosso inesquecível KO, já falecido, Edmilson Valentim e este Senador. Éramos quatro a bancada negra, assim considerada, na Assembleia Nacional Constituinte.

Mas conheço o Renato de muitos momentos da história, não é? Educafro, momentos das caminhadas em Brasília, debates na CDH. É muito bom te ver aí com toda essa força, firme, corajoso e dando aula pra nós outros, que trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos, mas é preciso, cada vez mais, termos também os nossos quadros preparados, com aulas como a que você deu aqui, e também a Dra. Iraneide assim o fez.

Então, neste momento, eu passo a palavra para a nossa querida convidada Dra. Tamires Sampaio, advogada e Mestre em Direito Político e Econômico; Secretária Adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e Diretora do Instituto Lula. Por favor.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO (Para expor.) – Boa tarde!

Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde!

Estamos te ouvindo.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Ah, perfeito.

Eu quero começar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida vai ser Humberto Adami – só para atualizar aí, Dr. Humberto Adami.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Eu quero iniciar minha fala agradecendo o convite. Para mim é uma honra estar aqui, Senador Paulo Paim, companheiro de partido, de movimento inclusive. A gente sempre se encontra em atividades do movimento negro.

E quero dizer da honra que é para mim estar ao lado do Dr. Humberto Adami, companheira também da OAB, da Dra. Iraneide, do Dr. Renato, professor que eu acabei de conhecer.

Eu sou formada em Direito, sou Mestre em Direito Político e econômico, sou militante do movimento negro pela Conen.

Eu até ia fazer uma fala um pouco mais abrangente, mas, como as falas da Dra. Iraneide e do Dr. Renato, que me antecederam, já trouxeram uma perceptiva mais geral, eu vou focar a minha fala numa perspectiva de segurança pública, que é um tema que eu tenho acompanhado, agora diariamente, na Secretaria de Segurança em Diadema, que eu acho que é um dos temas fundamentais para a gente pensar, inclusive quando a gente fala sobre combate ao racismo estrutural, porque não dá para a gente pensar em qualquer outra política pública se a nossa população não estiver viva, não é? Então, pensar a construção do combate ao genocídio da população negra é, inclusive, pensar como a gente constrói uma política pública de segurança que não seja baseada na morte da nossa população.

Há alguns pontos que já foram trazidos aqui. Essa questão sobre o racismo estrutural se reproduz em todas as nossas relações sociais e institucionais, da forma como ele se relaciona com a política, com o Direito, com a ideologia, com a economia. E, a partir disso, essas violências que a população negra sofre diariamente são violências que são inclusive naturalizadas, são chanceladas por ações e por omissões do Estado. Por isso que fazer uma discussão sobre esse tema no Senado Federal é fundamental. O Senado, como parte do Poder Legislativo do nosso País, tem um papel importante na construção do combate a essas estruturas. Mas, de certa forma, ele também, como parte de uma estrutura da nossa sociedade, acaba reproduzindo o racismo, não é?

Seja pela ausência, na totalidade, da população negra nesses espaços ainda, a gente sabe quão poucos são, ainda, Senadores negros no nosso Parlamento, mas também ele acaba sendo naturalizado em alguns que são...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dra. Tamires, me parece que a sua internet caiu.

Se a internet dela não voltar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá de novo. (*Pausa.*)

Dra. Tamires?

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Oi, você está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora sim. Tinha caído.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Ah, caiu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora estou lhe ouvindo. Estou lhe ouvindo.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Agora está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Tá.

Então, vou retomar um pouco. Ficou muito tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uns 30 segundos, nem um minuto.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Tá, nem um minuto. Então, perfeito.

Eu vou só retomar um pouco o que eu estava comentando sobre como a gente acompanhou agora, durante este ano, um ano de pandemia, a CPI da Covid e o quanto a pandemia, de certa forma, inclusive, atingiu, majoritariamente, a população negra e os povos indígenas, a população quilombola, por serem, inclusive, parte de uma parcela da população que está em uma situação de vulnerabilidade e, por estarem em uma situação de vulnerabilidade social, não têm condição, não têm condição de se proteger neste processo com a ausência de políticas públicas mais assertivas do Governo Federal.

Mas, falando sobre segurança pública, que é o que eu comentei que eu acho que é um ponto fundamental, a gente vive num país em que segurança pública está aliada à manutenção da ordem social, em especial, e manutenção da ordem em um país em que a nossa estrutura social é racista, em que as violências contra a população negra são chanceladas por ações e por omissões do Estado, de certa forma, acaba sendo a relação da segurança pública com a manutenção dessas violências, inclusive, a utilização do sistema de segurança pública, dos agentes de segurança pública para efetuar a ação dessas violências que a população negra sofre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é fundamental a gente tentar construir uma noção de segurança pública baseada na garantia de direitos, e não na manutenção da ordem. Segurança pública precisa estar atrelada à garantia do combate à desigualdade social, à garantia do acesso à educação da população, à garantia do espaço de cultura e lazer, à garantia de pleno emprego, porque é combatendo as desigualdades sociais, é garantindo acesso aos direitos, ou seja, garantindo acesso à cidadania plena que, de fato, a gente consegue construir uma sociedade segura para todos e todas, porque a gente sabe que um dos principais fatores que geram insegurança no Brasil é a desigualdade social.

Então, pensar que um país como o Brasil, em que quase 30% da população encarcerada está relacionada, por exemplo, à lei de drogas, em um processo em que a criminalização, essa guerra às drogas, na realidade, é uma guerra à população negra, é uma guerra contra a população pobre e periférica. A guerra às drogas é um dos principais fatores que chancelam a violência que a população negra, em especial as que moram em comunidades e favelas sofrem.

O companheiro que me antecedeu falou sobre aquele ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi! (*Pausa.*)

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Voltei.

Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Bom, vou tentar retomar. A minha internet está um pouco oscilando aqui. Eu estava com o *wi-fi*, mas o *wi-fi* parece que desligou, e, agora, eu estou com o 4G. Então, é um pouco mais...

Mas retomando: o companheiro Professor Renato, que me antecedeu, falou sobre o Mbembe, e o Mbembe, quando fala sobre a necropolítica, a política de morte, ele também mostrava um conceito que é o conceito de território de exceção, que são territórios em que é como se o direito não existisse. São territórios em que a morte, de certa forma, é autorizada. E, quando a gente pensa no Brasil, nas periferias, que são espaços que são majoritariamente negros, a gente encontra esses territórios de sessão, que são territórios em que os direitos de garantia de acesso à saúde, esporte, lazer, educação não chegam em sua maioria, mas em que o Estado, na perspectiva de força, está sempre presente. Então, os agentes de segurança estão sempre presentes. E os agentes de segurança, estando sempre presentes, acabam, de certa forma, promovendo uma violência chancelada nessa lógica da guerra às drogas, como eu comentei.

Por isso que é fundamental, quando a gente pensa sobre segurança pública, em especial nessa mudança de uma perspectiva de segurança pública para uma perspectiva de segurança pública cidadã, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente construa uma nova política sobre drogas, um processo que entenda uma substituição sobre drogas mais na perspectiva da saúde pública do que, necessariamente, da segurança, trabalhando muito mais a prevenção e a redução de danos do que, necessariamente, a violência, porque é o que acontece agora, atualmente.

Então, Senador, Senadores presentes nesta solenidade, companheiras e companheiros, a gente precisa entender que, quando a gente constrói uma política de combate ao racismo estrutural, essa política de combate precisa estar aliada a uma construção que envolva uma série de ações do Estado brasileiro, ações que envolvam a educação... E, no ano que vem, a gente tem um ponto fundamental em relação à educação, que são os 10 anos da Lei de Cotas. O Congresso vai fazer uma discussão, uma avaliação sobre a transformação que aconteceu durante esses 10 anos.

Eu, inclusive, sou fruto da Lei de Cotas. Se hoje eu sou advogada, se sou mestre em Direito Político e Econômico, é graças a essa legislação. Isso porque eu fui estudante pelo Prouni no Mackenzie, mas uma estudante cotista do Prouni. Eu consegui uma bolsa no mercado, que também estava aliada à política de cotas. E, assim como eu, milhares de jovens brasileiros também tiveram acesso ao ensino superior e também hoje têm acesso a um diploma universitário graças a essa política.

E o Congresso, no ano que vem, vai avaliar. A gente conseguiu, de fato, atender e atingir o que a gente precisava ou ainda falta muito mais? Vamos ampliar ainda o prazo dessa Lei de Cotas? E como ainda melhorar essa Lei de Cotas? E eu acho este também um outro ponto fundamental, porque, para além da inclusão e do acesso ao ensino superior, a gente precisa garantir a permanência desse jovem na universidade também. Então, não dá mais para a gente pensar o acesso sem pensar também junto a permanência. Não dá para a gente pensar em como a gente consegue garantir que essa população acesse o ensino superior sem também pensar em como a gente inclui essa população no mercado de trabalho.

E aí eu estou levantando esses pontos, tanto no que se refere à questão da segurança quanto, agora, no que se refere à questão da educação, porque a política pública de combate ao racismo ela precisa necessariamente ser intersetorial, ela precisa ser interseccional, ela precisa ser pensada em uma série de ações, em uma série de setores, inclusive, não só do Poder Legislativo, mas também do Poder Executivo e do Poder Judiciário, que são bases da nossa República, de certa forma, e que são bases que de alguma forma acabam reproduzindo o racismo, acabam naturalizando essas violências também.

Então, para que a gente combata o racismo, para que a gente combata essa naturalização dessas violências que a população negra sofre, essas desigualdades que são sistêmicas, porque o racismo é uma tecnologia de poder, ele se reproduz, inclusive, como essa tecnologia poder, para que a gente consiga todos esses níveis em que ele é representado, e não pensar uma política isolada por si só, porque não vai ser uma política isolada que vai garantir, de fato, que a gente consiga combater isso, mas um conjunto de ações que a gente vá construir em torno disso, e envolve repensar essa perspectiva de segurança cidadã,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve repensar políticas outras de educação, e eu acho que, agora, com muita gente fazendo uso de cotas esse é um ponto que vai ser fundamental pra gente discutir.

Já deu o tempo, então, quero mais agradecer, a gente vai continuar o debate, ansiosa para ouvir o companheiro, Dr. Humberto.

Obrigada, Senador. É um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dra. Tamires Sampaio, que foi na linha dos que nos antecederam, com a mesma grandeza de conhecimento e estudo. É importante saber que você veio da política de cotas, que você veio do Prouni.

Está aí a experiência vivida por você para contar, agora, como Doutora, advogada, mestra em Direito Político e Econômico e Secretária Adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e Diretora do Instituto Lula, o que mostra que toda a questão da segurança tem a ver com a educação, com saúde, com habitação, com saneamento básico, com combater a miséria, a pobreza e melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo.

Parabéns, parabéns a você.

Mas, como eu tenho que falar menos e ouvi-los mais, eu vou de imediato, agora, para o Dr. Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, do Conselho Federal da OAB.

O Humberto Adami, conhecido de nós todos há muito, muito tempo, é mais um mestre que nos dá a alegria da sua presença no dia de hoje, aqui na CDH, via essa audiência, mas, ao vivo, pela TV Senado para todo o Brasil.

Por favor Dr. Humberto Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI (Para expor.) – Querido senador Paulo Paim, meu muito boa tarde a toda sua equipe, especialmente a valorosa Bebel.

Tamires, querida, que bom te ver aqui! Iraneide, Renato... A Tamires é orientanda do Silvio de Almeida também – lembro-me do livro dela. Eu estive lá, inclusive, ela estava presente no dia em que nós fomos entregar, o Conselho Federal da OAB foi entregar a placa de reconhecimento do Luiz Gama.

Luiz Gama, mais do que advogado, você foi herói da pátria e, com isso, abriu o que eu chamo, Paim, de a ressurreição do Luiz Gama, porque desse momento em que a OAB foi lá e disse que ele era mais do que advogado, começaram um monte de homenagens, livros. O Luiz Gama, particularmente, depois de 140 anos, ressuscitou, e ressuscitou para que todos nós conhecêssemos a sua obra, a sua vida e a profundidade da sua importância, o que é uma reparação também. Isso graças, no meu ponto de vista, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa força poderosa que é a OAB. Virou, inclusive, a Medalha Luiz Gama no Instituto dos Advogados Brasileiros, que eu tive a oportunidade de receber.

Mas eu ouvi todos aí falando, já bastante conhecidos. O Renato, como você disse, era bem novinho aí quando começou, era recém-formado, quando vieram os vestibulares aqui da UERJ, eu me lembro dele em 2003, em 2005, junto com o Frei Davi aqui e a professora também... Daqui a pouco eu me lembro dela... É César, Raquel César. E a Iraneide também. Eu tive um probleminha, perdi algumas falas, para entrar aqui eu estava correndo de um lado para o outro.

Mas você veja que, dentro do que está sendo falado – e eu quero falar mais sobre reparação da escravidão –, a OAB está se contorcendo toda para aplicar cotas para pretos e pardos nas eleições agora do dia 16 de novembro. Então, são 5.573 Municípios, 27 seccionais e o Conselho Federal estão literalmente se contorcendo, porque você sabe que é, Senador, um problema que sempre aflige muito essa coisa de botar cota para preto em qualquer lugar do País Brasil.

Então, lá está acompanhando, mas é um momento muito importante. Muitos de nós fomos chamados às pressas agora para a reunião do conselho eleitoral – eu e a Silvia Cerqueira –, porque estava lá uma possibilidade. Ora, eu ouvi o Renato falando aqui e a Tamires também que alguém queria ir lá discutir se a cota poderia ser não pela caráter fenotípico, mas ainda pelo critério de "o meu bisavô lá atrás", pelo critério genotípico. E isso é uma coisa que já está de há muito superada nos vestibulares, como disse a Tamires, que começaram com essa discussão. Mas hoje você já tem os concursos públicos – e eu estou acompanhando dois concursos públicos agora pelo IARA, o Instituto de Advocacia Racial Ambiental, como amigo da corte.

Naquele tempo, como diriam alguns, se dizia o seguinte: "Nós não queremos judicializar". Você se lembra disso, Senador Paulo Paim? "Nós não queremos judicializar. Nós queremos ir pela política", mas, como ter pela política, se você tem uma representação tão rarefeita no Parlamento brasileiro e que eu não vejo a menor possibilidade de mudar tão cedo?!

Às vezes eu vejo alguns companheiros do Movimento Negro: "Não, nós vamos fazer, vamos fazer pressão", mas fazer pressão com que força parlamentar, se nem nos governos, nos anos do Governo Lula, que foi com uma ampla maioria popular, uma ampla maioria Parlamentar, se conseguiu avançar mais do que o que foi conseguido? E, na minha opinião, poderia ter sido feito muito mais. Então, acho que hoje o cenário não é digno dessas bravatas todas que vejo por aí. Acho que há um erro de contextualização. Nós estamos muito mais num momento de resistência e de preservação do que foi conseguido nesses anos todos aí.

E, olha, eu trabalhei no segundo Governo Lula, o Renato também, lá na Seppir. Eu trabalhei com três ministros: o Ministro Edson Santos, o Ministro Eloi Araújo e um pedacinho da Ministra Luiza Bairros. E muitas coisas, quando se olha pra trás, poderiam ter sido mais bem feitas e em quantidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superiores. Só pra deixar um exemplo claro, a lei de história da África e cultura afro-brasileira tem apenas dois artigos, que são os artigos de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; o resto é construção de resoluções do Conselho Nacional de Educação. Viram o peteleco que aquele tal de Weintraub deu nas resoluções do Conselho Nacional de Educação? Quer dizer, era para se ter fortalecido mais, com um sistema de legislação mais forte.

Agora, parece que o Supremo que está avançando mais; fez a equiparação da injúria racial e do racismo. Mas isso poderia ter sido feito lá atrás com leis. E mesmo o Estatuto da Igualdade Racial, de que tanto se fala, foi... E muita gente acha que foi pouco, mas a gente sabe que foi o que foi possível aprovar com a conformação de forças que havia na época. E reclamam. E, se naquela época foi ruim, agora eu vejo isso com uma dificuldade muito maior.

Mas há avanços – há avanços. E eu quero falar da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, que eu já estou presidindo há três gestões na nacional e duas na estadual, e dessa Comissão de Igualdade Racial do Instituto dos Advogados Brasileiros. A comissão nacional, na verdade, andou do jeito que ela pôde, sozinha, em muitos lugares, e foi fazendo, abrindo porta para esses maravilhosos advogados e advogadas que hoje têm acesso a entrar numa chapa, porque a eleição da OAB tem 50% de advogadas mulheres, paridade de gênero, e 30% de pretos e pardos. Como sempre, há muitas denúncias de fraude, de falsos pardos, mas nós sabemos que é assim mesmo; o importante é incluir e não parar. Nos vestibulares da Uerj também foi assim. Então, está avançando. E a Comissão da Verdade se espalhou em 18 seccionais e muitas subseções. Então, isso foi importante. Está trabalhando, fazendo do jeito que pode.

Como diz a Professora Maria Sueli Rodrigues, que é a secretária nacional da comissão e a responsável pelo Dossiê Esperança Garcia, lá na OAB do Piauí, com a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra: "O importante, Adami" – sempre ela me diz – "é falar sobre a reparação da escravidão", porque eu penso que esse é o tema do porvir. A igualdade racial, a ação afirmativa é uma vitória que a gente tem que preservar, mas a gente precisa avançar. Eu sempre digo que não é possível que apenas umas poucas vagas em concursos públicos, quer de natureza dos empregos públicos federais, quer dos vestibulares, seja o que a escravocracia brasileira entenda por reparação da escravidão; ela é uma parte muito pequena. Então, nós temos que falar, avançar mais, para falar sobre a verdadeira reparação da escravidão.

Eu quero lembrar que tudo está sendo judicializado, e o escritório tem acompanhado muito, a OAB também, mas principalmente o escritório – meu escritório particular de advocacia –, o IAB e o IARA. Há três coisas para lembrar. O Cais do Valongo, para se implementar o comitê gestor, foi necessário que o Ministério Público e a Defensoria Pública ajuizassem uma ação, e estivemos lá como amigo da corte, para o juiz determinar que a União Federal faça a instalação do comitê gestor. Dois concursos da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal estão com os mesmos problemas – eu tenho acompanhado lá como amigo da corte – que a gente tinha anos atrás, não só a questão de cota. E agora eles inventaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma outra coisa: a banca corrige só uma parte das provas de redação, Senador Paim, do concurso público, para os cotistas. Então, você tem lá 2 mil cotistas fazendo a prova, aí a banca diz: "Só vou corrigir de 1,2 mil, porque eu calculo que serão 300 vagas, pois são 3 mil vagas". E aí – já vai terminar meu tempo, então vou acelerar – não se consegue que todos os cotistas que estão na primeira fase tenham as provas de redação corrigidas, o que os impede de seguir no concurso. Vou mandar um ofício aí para que o Senado acompanhe isso.

E, por fim, agora, o IARA foi acusado – essa é a maior! – por dois juristas, dois doutores em Direito, de ser um perseguidor, fazer uma perseguição jurídica do Monteiro Lobato. Porque nós entramos contra agora... Além de o caso do Monteiro Lobato, com *Caçadas de Pedrinho,* estar lá atrás ainda, o caso ainda está *sub judice,* porque saiu do Supremo e foi para o Superior Tribunal de Justiça, agora há um prêmio que foi criado, inclusive no Senado Federal, para exportar o racismo brasileiro de Monteiro Lobato. O IARA ingressou com um mandado de segurança, porque é a única coisa que o IARA pode fazer. Às vezes perguntam: "Ah, mas você não fez a outra ação?". O IARA não pode fazer as ações constitucionais, pode fazer mandado de segurança, e também as pessoas físicas. Então, eram essas principalmente...

Eu quero dizer... Eu sei que o senhor vai falar aí, Senador Paulo Paim, sobre a Subcomissão de Igualdade Racial, dentro da Comissão de Direitos Humanos, e eu queria dizer – eu que tive fiz a proposição – que a minha ideia era propor uma comissão de reparação da escravidão. O tema que vai vir agora é reparação da escravidão, porque, se a gente diminuir o tamanho do arco, a flecha chega mais perto. Então, nós temos que esticar mais a flecha para ela chegar mais longe.

Acho que a ação afirmativa precisa de vigilância. E estamos tendo aí novos reforços, como muitos desses jovens que foram beneficiados pela política de cotas e que estão aí hoje brilhando em muitos lugares, como a querida Tamires e o próprio Renato também, mas também o Irapuã, essa turma toda. O Irapuã Santana diz uma coisa que eu gosto muito de ouvi-lo dizer: "Para mim, ser cotista da Uerj... Se não fossem as cotas, ser estudante da Uerj não era impossível, era impensável". Ele hoje é professor da Uerj e está aí cheio de ações. Então, isso é muito importante. Há o Sílvio também, que já é de uma geração anterior. E nós estamos aqui para aplaudir e para incentivar.

Quero dizer que a secretaria aqui na OAB do Rio de Janeiro, Paulo Paim – para encerrar –, vai ter uma secretária adjunta da seccional inteira negra, que é a Dra. Mônica Alexandre Santos, que vai ser a secretária adjunta na seccional da OAB do Rio de Janeiro. A OAB do Paraná vem com outra conselheira negra, conselheira federal, que é a Silvana Niemczewski; ou seja, nós estamos vivendo a execução de sonhos de muita gente que veio antes e precisamos sonhar mais à frente e muito mais forte.

Um abraço e muito obrigado por ter-me permitido estar aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da OAB, que nos trouxe uma série de exemplos de ações, encaminhamentos feitos e deixa mais uma proposta aí para a CDH.

A CDH faz as reuniões, e depois a gente se reúne com o Presidente da Comissão, que é o Humberto Costa, com o Vice, que é o Contarato, e vamos dar os devidos procedimentos. Mas a sua proposta é interessante: uma subcomissão, uma comissão para reparação de todo esse tempo de escravidão a que foi submetido o povo negro. Que fique também nos encaminhamentos para que a gente possa depois encaminhar lá no Congresso.

A Subcomissão da Igualdade Racial já foi aprovada por unanimidade; a pandemia é que trouxe uma série de problemas. A Comissão Mista de Igualdade Racial, Câmara e Senado, também só não foi instalada ainda devido a este momento por que estamos passando. Mas, se não der para instalar este ano – estamos já em novembro –, como já foi aprovada, instalaremos, com certeza, no início do ano que vem.

E parabéns pela sua fala, que enalteceu e deu um brilho para a nossa audiência pública de hoje.

Neste momento o que nós pretendemos fazer – chegaram aqui algumas perguntas – é botar algumas perguntas na tela para que vocês possam fazer algumas ponderações. Eu daria mais cinco minutos a cada um agora para que vocês possam responder a alguma dessas perguntas ou também fazer o que entendam de complemento de fala.

Pergunta número um, que nos chegou aqui – eu vou falar bem devagar para vocês poderem escrever, tomar nota ou guardar: "Como os senhores acreditam que podemos liquidar esse racismo conhecido por muitos como estrutural, institucional, que há séculos assombra a nossa sociedade e dizima o povo negro?".

Dois: "Estamos vivendo uma pandemia que externou cada vez mais o racismo e a desigualdade existente em nosso País, que ceifou já a vida de 610 mil pessoas – 609 mil vidas foram ceifadas. Pesquisa e estudo informam que a população pobre e negra são as mais afetadas". Ele quer um comentário sobre esse tema: 610 mil vidas que perdemos, e por que é que exatamente a população negra foi a mais afetada.

Três: "No ano de 2020, o Senado, junto com os movimentos negros, conseguiu aprovar algumas matérias que combatem o racismo, como o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem dos agentes públicos e privados, a famosa abordagem. Diante dos diversos crimes vividos no dia a dia da nossa gente, o que vocês acham que a Câmara dos Deputados poderia ter feito e por que a Câmara não se sensibilizou pela aprovação dessa proposta?".

O projeto aqui no Senado foi apresentado por mim, mas foi uma obra do movimento negro; a Coalizão Negra por Direitos foi a principal, a proponente número um, e eu fui o Relator, ou melhor, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fui o autor. Conseguimos aprovar no Senado e, infelizmente, a Câmara não votou. O Relator, se não me engano, foi o Senador Contarato. Mas, em resumo – não importa quem foi o autor ou quem foi o Relator – que movimento vocês entendem que poderíamos fazer para que a Câmara se debruçasse sobre esse projeto da abordagem pela sua importância? O Relator desse projeto lá é um grande Deputado, amigo, parceiro, negro também, o Deputado Orlando, que vocês conhecem, aí de São Paulo, do PCdoB.

Essas são, eu diria, três perguntas básicas que eu deixo para que vocês se posicionem. E nós poderíamos agora seguir aquela teoria de que os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos: é com você, Dr. Humberto Adami.

Dr. Humberto Adami, cinco minutos para ponderar, se assim entender, sobre essas perguntas, ou fazer sua fala de encerramento. Humberto Adami, é com você, doutor.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Eu peguei por alto as perguntas aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais um...

O SR. HUMBERTO ADAMI (Para expor.) – Eu achei importante a questão da pandemia, que me parece que não está bem esclarecida. Houve muitas denúncias de que os pretos e pardos... E quero aproveitar, Senador, para dizer que venho ouvindo em muitos pronunciamentos, inclusive oficiais, se falar sobre negros e pardos. Eu aprendi o seguinte: os negros são a soma estatística dos pretos e pardos, que é a classificação do IBGE. Portanto, parece-me que não há outra categoria no IBGE que não seja preto, pardo, amarelos, vermelhos e brancos. Então, me parece que é errado você dizer, como eu tenho visto, negros e pardos. Há uma confusão de falar de melancia e laranja e botar tudo na mesma classificação. Então, coloco isso também aí na mesa, o que, com certeza, vão aproveitar para esclarecer.

Embora tenha havido denúncias nesse sentido na CPI, especialmente da Dra. Jurema Werneck, que falou pela Anistia Internacional – ela levou dados lá, e a gente vê falar todo dia disso –, eu acho que precisa ser melhor explicado com os dados. Mas eu penso que os pretos e pardos, como os pobres em geral, que na sua grande maioria são exatamente os pretos e pardos, mas há também os brancos pobres, estão na linha de tiro.

O desafio do Brasil é com essa violência do Estado, que nada defere às populações pobres deste País. Então, é por isso que eles sempre serão a grande maioria, são os que menos têm. Eu ouvi falar aí sobre o meio ambiente. Eu fui Presidente da Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas. Antes de eu estar no campo racial, que acabou me sugando de vez, eu tive um passado bastante ambientalista, na época da ECO 92, 93, e acabei presidindo a ABAA (Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas). Durante muito tempo, a minha advocacia foi nessa área, e vejo que o assunto não muda e também está em retrocesso. A COP 26 agora passou por isso tudo aí e, nós vimos lá indígenas e negros ainda pedindo o retrocesso do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu faço de reflexão para a provocação é que muita gente diz: "Ah, isso aí está no Governo Bolsonaro", e eu digo: "Não, isso está desde há um tempão". A demarcação de terras quilombolas está desde 1988. Ela pode ter piorado, e muito, com o Governo Bolsonaro, que extrapolou todo e qualquer limite de civilidade e, por isso, tem que ser expurgado nas próximas eleições, mas eu queria fazer essa crítica aos governos anteriores desde a Constituição, porque não é possível que você tenha pouco mais de 350 quilombos em terras demarcadas, se são mais de 6 mil, e nós tivemos governos que estariam, pelo menos em tese, com essas forças nas suas entranhas. Então, me parece que o resultado, olhando de hoje para trás, é muito pouco; teria que ter havido mais quilombos demarcados, teria que ter havido um avanço maior.

Eu cheguei, pela Federação Nacional das Associações Quilombolas e pelo IARA também, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, a fazer um pedido, que foi acatado na Câmara dos Deputados, de auditoria do Programa Brasil Quilombola. A auditoria do Brasil Quilombola teve muita repercussão na época, muita gente até reclamando, mas ela, de R$500 milhões, que era o Programa Brasil Quilombola, o TCU (Tribunal de Contas da União), depois de um ano em que verificou onze ministérios, chegou à conclusão de que você tinha os 14% da execução orçamentária do Governo Federal, mais o que completava 50% de contingência de recursos públicos, e 50% dos recursos de R$500 milhões do Programa Brasil Quilombola não conseguiram ser localizados, Senador Paulo Paim, pelo Tribunal de Contas. Por quê? Falta de transparência, falta de auditabilidade e falta de publicidade. E nós tivemos hoje, aliás, anteontem, a Ministra Rosa Weber deferindo uma liminar para proibir essas verbas secretas do orçamento público brasileiro que o Parlamento está operando, o Governo está operando em sigilo.

Queria também propor que se fizesse um exame sobre a proibição desses sigilos, que poderes, a polícia e o Exército Brasileiro vêm colocando em temas absolutamente desnecessários. Qualquer coisa que o comando da polícia, o comando do Exército queira esconder, decreta um sigilo de cem anos. Na minha opinião, isso é absurdamente inconstitucional e deveria ter uma atenção muito célere do Parlamento brasileiro. Isso esconde malfeitos. É o que a ministra Rosa Weber falou também na decisão dela de proibição, de apuração dessas verbas que estão sendo distribuídas com um segredo e um sigilo absurdamente inconstitucionais. Não pode haver falta de publicidade.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, obrigado, Dr. Humberto Adami, por toda a sua exposição e as contribuições que deixou aqui para os encaminhamentos que a Comissão fará e vai encaminhar junto à Presidência desta Comissão. As suas sugestões serão, com certeza, aproveitadas.

Então, de imediato, eu passo a palavra para a Dra. Tamires Sampaio, advogada e Mestre em Direito Político e Econômico, Secretária Adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e Diretora do Instituto Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TAMIRES SAMPAIO – Ativou? Pronto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Perfeito.

A SRA. TAMIRES SAMPAIO (Para expor.) – Eu vou ser bem breve. Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de participar desta audiência com referências para mim na política, no movimento e no Direito.

Eu vou responder, a primeira pergunta; acho que são três pontos. O primeiro é a questão de como combater o racismo. Eu acho que o primeiro ponto é entender que o combate ao racismo precisa, necessariamente, ser pensado numa perspectiva estrutural, interseccional e intersetorial. Então, não é uma ação específica. O racismo não é uma caixinha isolada de todo a estrutura do nosso País; ele estrutura as nossas relações, ele estrutura as nossas instituições e, para isso, para combatê-lo, inclusive a gente precisa entendê-lo e construir uma série de ações e políticas públicas em torno desse tema.

O segundo ponto é em relação ao que eu comentei sobre a Lei de Cotas, que eu acho que é fundamental e é um tema sobre o qual eu tenho certeza de que o Congresso vai se debruçar a partir do ano que vem. O que eu acho que é importante é o seguinte: a gente avançou, e muito, milhares de jovens tiveram acesso à universidade graças a essa política de cotas. Como eu comentei, eu mesma sou uma dessas jovens, mas eu acho que, nesse processo de avaliação, é fundamental que a gente tente construir como a gente consegue aprimorar ainda mais essa política de cotas. Então, como não apenas garantir o acesso à universidade, mas também a permanência na universidade é um ponto fundamental. A gente tem vários jovens que até conseguiram entrar, mas que, por diversos fatores sociais, econômicos inclusive, não conseguiram permanecer, ou que, mesmo tendo permanecido, tendo o diploma, hoje têm uma dificuldade enorme de entrar no mercado de trabalho – mesmo com o diploma. Eu acho que isso precisa ser pensado junto com a política pública, não é? Então, a gente garante o acesso, mas para quê?

E aí esse processo do "para quê?" precisa ser construído junto também. A gente precisa pensar como garantir a permanência, como, depois de formado, a gente também incluir esse jovem no mercado de trabalho para ocupar outras posições várias que também nos são negadas historicamente.

Por fim, quero reforçar essa questão da segurança pública, porque é isto: quando a gente fala sobre o genocídio da população negra e sobre o combate ao genocídio, não dá para a gente pensar em nenhuma política pública para quem não sai vivo. Então, a construção de uma política de segurança pública cidadã, voltada para a garantia de direitos, voltada para a prevenção, é primordial para a gente conseguir, de fato, não só combater o racismo mas também construir uma sociedade verdadeiramente democrática, com participação popular, garantia de direitos e cidadania, de fato, à população negra.

Bem breve a intervenção. Eu estou na rua, então eu estou com medo de cair de novo e vou encerrar por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, quero agradecer e estou à disposição, Senador! É isso. Obrigada, companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Tamires Sampaio, advogada e Mestre de Direito Político e Econômico, Secretária Adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e Diretora do Instituto Lula. As suas propostas serão também, dentro do possível, encaminhadas.

Bem lá atrás, nós aprovamos o que chamamos de auxílio, para manter os alunos vulneráveis na universidade, de um salário mínimo. Eu me baseei na minha própria história. Quando eu estava no Senai, eu ganhava um salário mínimo para estudar: meio expediente era aula; meio expediente era oficina; e na época de férias, então, na fábrica. Mas eu ganhava um salário mínimo. Baseado nisso, eu apresentei, aqui, também, a proposta de um salário mínimo, aprovamos no Senado, mas, infelizmente, está parado na Câmara. Só para dar uma referência.

Muito obrigado, viu! Parabéns tanto ao Dr. Humberto Adami quanto a você, Dra. Tamires Sampaio.

Passo a palavra para o Dr. Renato Ferreira, Professor e Mestre em Políticas Públicas, especialista em Gestão Pública e Corporativa da Diversidade.

O SR. RENATO FERREIRA – Olá! Senador Paim, V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito!

O SR. RENATO FERREIRA (Para expor.) – Eu quero, primeiro, agradecer as perguntas. São perguntas de pessoas que estão acompanhando o debate e estão inteiradas da questão.

Eu vou aproveitar, na resposta, para dialogar com as pessoas que falaram comigo.

Logo de cara, aqui, existe uma questão sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, que nós infelizmente não conseguimos aprovar, que é um debate importante e que dialoga com o que o Dr. Humberto Adami estava falando: sobre o aspecto da ação afirmativa e da questão da reparação.

Deixe-me falar uma coisa, aqui, um minuto, que é muito importante.

A política de promoção da igualdade racial, o antirracismo de um modo geral, se consubstancia no debate crítico fundamentado em três teorias: a primeira teoria seria a teoria da reparação, essa que nós estamos buscando e que o Dr. Humberto Adami tão bem defende lá na OAB; a segunda teoria seria a teoria da Justiça distributiva, uma Justiça mais social nesse aspecto; e a terceira teoria, que mais se impactou no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, é a ideia de reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia de reconhecimento é muito boa e é importante, mas toda ideia de reconhecimento, quando vai à política, transborda em ação afirmativa. E a ação afirmativa, dado o modelo americano, hegemônico, que se estabeleceu nas Américas, visa reduzir desigualdades sociais dadas historicamente a um grupo excluído, mas que é um grupo minoritário.

Então, as ações afirmativas, ao longo do tempo, se bem aplicadas, fazem, sim, uma significativa diferença na sociabilidade de um determinado país, quando ela é voltada para promover direitos de um grupo minoritário. A ação afirmativa é, portanto, uma política voltada para esses grupos; por isso que ela começou na Índia. Existem realmente castas minoritárias que precisam dessas políticas, porque é uma minoria da população estigmatizada, como é no caso dos Estados Unidos, em que os negros não chegam a 13% da população. Então, a ação afirmativa, aí, nesse aspecto, contribui de maneira considerável: você está diante de um grupo minoritário.

Agora, o grande problema é o seguinte: como você vai implementar somente ações afirmativas se, no seu cenário, na sua sociabilidade, na sua ordem social, você tem um grupo que é minorizado, mas não é minoritário, que é o caso brasileiro? Os negros no Brasil não são a minoria; eles são minorizados do ponto de vista da sua existência cidadã e humana, mas eles nunca foram minoria. E digo mais: se não fosse o critério da autodeclaração do IBGE, possivelmente nós teríamos mais de 70% de população não branca. Dizer que o Brasil é um país que tem quase a metade da população branca é um absurdo. Não há como ter uma população branca com mais de 30% neste País... Não há como ter. É só a gente olhar, considerar a chegada dos índios... Não tem como ter, no Brasil, quase 50% de população branca.

Então, o que acontece aqui – e esse debate da reparação é importante –? Do ponto de vista da sociedade brasileira, ação afirmativa só, com base na teoria do reconhecimento, é pouco. Nós precisamos falar cada vez mais e agir cada vez mais no sentido de promover políticas de reparação. E elas têm sentido por quê? Porque houve um dano histórico que não prescreve – está aí a ONU; está aí a Justiça brasileira dizendo –, o racismo não prescreve, e o que se fez com as populações negras não prescreveu.

Agora, quem precisa indenizar e reparar? É o Estado brasileiro, porque foi ele o promotor desse holocausto. Então, é por isso que as políticas de reparação são políticas essenciais e políticas de Estado; é por isso que as instituições de Estado estão obrigadas a promover as políticas de reparação.

Então, é muito importante fazer esse corte – e eu acho que o Dr. Humberto Adami foi muito feliz quando ele traz essa questão da reparação: nós não podemos ficar só satisfeitos com ação afirmativa.

E vou dar um dado aqui. Em 2015, o CNJ adotou política para negros na magistratura: 20% das vagas para a magistratura são destinadas à população negra. Em cinco anos, o número de juízes negros dobrou: saiu de 13 e foi para vinte e alguma coisa. V. Exa., Senador Paim, imagine, só mesmo quase chegando na década de 2050, o número de negros juízes vai ser compatível com o número de negros na sociedade brasileira. Somente quase na década de 2050, se a gente continuar adotando 20% de ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afirmativa. Ação afirmativa é muito importante, mas ela tem uma limitação no tempo e na história, sobretudo em sociedades em que os grupos são a maioria minorizada. Esse é o ponto.

Para encerrar, a pergunta que fala: como se liquida com o racismo? Olha, uma vez eu disse, num evento com uma professora importante, que nós queríamos acabar com o racismo, e ela me advertiu: "Renato, não se acaba com o racismo. O racismo é um produto das próprias relações humanas, e não se acaba com o racismo". Durante muito tempo, essa frase me perturbou, e eu só pude encontrar algum tipo de paz para essa frase, quando eu ouvi o Nelson Mandela dizer que ninguém nasce racista; as pessoas aprendem a ser racistas. Se elas aprendem a ser racistas, elas podem ser ensinadas a amar. Então, a gente pode acabar com o racismo se a gente ensinar as pessoas a amarem.

Nesse sentido é que é desafiador para a história da humanidade, porque a humanidade nunca pôde conviver sem algum tipo de discriminação contra o diferente. É contra isso que nós temos sempre que lutar.

Por fim, sobre essa questão da abordagem policial, que impacta no auto de resistência, que impacta na questão da segurança pública, eu sempre afirmo: para as populações negras, de um modo geral, nunca houve segurança pública coisa nenhuma; só se pode falar em segurança pública quando você está diante de uma ordem constitucional, legal, legítima e democrática. Quem é preto, que nasceu na favela, que mora na periferia sabe que preto não tem direito à segurança pública; que o braço do Estado que vai lá é um braço, muitas vezes, de extermínio; que, sim, como a colega falou, trata-se de uma região conflagrada em que você tem um território em que o direito que está ali é o direito da exceção. Eu me filio, sim, à corrente de autores como o Agamben, como o próprio Achille Mbembe, que entendem isso. Nesses territórios, muitas vezes, o que nós temos são políticas de exceção, não são políticas, portanto, democráticas, não são políticas de segurança pública, porque ninguém tem o direito de morrer, muito menos assassinado por agentes do Estado. Então, não há política de segurança como um direito da população negra; isso é ainda um desafio para o Estado brasileiro.

Deixo aqui o meu abraço afetuoso ao Senador Paim por mais esta oportunidade; uma saudação especial a todos e a todas que estão presentes aí, o Dr. Humberto Adami, companheiro de tantas lutas, com quem já dialogamos e trocamos e temos muitas coisas para trocar.

Gostaria de encerrar a minha fala dizendo que momentos como este, de algum modo, reificam o nosso axé, reificam a nossa militância, reificam a nossa certeza de que nós estamos no caminho certo, estamos num processo difícil para nós ativistas e antirracistas, mas nós estamos no caminho certo. Axé, pessoal! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Professor Renato Ferreira, Mestre em Políticas Públicas, especialista em Gestão Pública e Corporativa da Diversidade. Nossos cumprimentos pela sua exposição, fazendo uma retrospectiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica muito clara e muito firme e mostrando o quanto o povo negro sofre e continua sofrendo neste País.

Vamos, agora, passar a palavra para a Dra. Professora Iraneide Soares da Silva, Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs) e Uespi.

A SRA. IRANEIDE SOARES DA SILVA (Para expor.) – Vamos lá! Estou aqui de volta.

Começo lembrando que eu sou filha do movimento negro. Eu cresci, desde os 12, 13 anos, e hoje chego a meio século com o movimento negro e aprendendo com o movimento negro. Por isso, eu começava a minha fala, lá atrás, dizendo que os nossos passos vêm de longe, porque os meus passos também vêm de longe.

Hoje eu sou professora de uma universidade estadual no Piauí. O Piauí manda um abraço para o Senador! Muito carinho aqui no *chat* dos nossos alunos; muito carinhosamente acolhendo nossa tarde.

Quero dizer, pessoal, Senador, que a pobreza no Brasil tem cor e tem cara. Lá no final dos anos 90, eu me lembro de uma pesquisa que saía da Vânia Santana e do... Não lembro quem é o outro, mas, enfim...

O SR. RENATO FERREIRA – Marcelo Paixão.

A SRA. IRANEIDE SOARES DA SILVA – Marcelo Paixão exatamente! Marcelo Paixão e Vânia Santana!

E lá nos anos 2000, final dos anos 90, essa pesquisa apontava que éramos 70% dos que estavam em extrema pobreza. Triste aquilo! E, naquele momento, a população negra era menos de 5% na universidade. Também bastante triste!

Nesse caminhar, nós fomos a Durban, nós vivemos todo um processo de levantar bandeiras por reparações, sim, também. Voltamos de Durban, trouxemos um governo democrático, participamos do governo no Ministério da Educação com a Professora Eliane Cavalleiro, com a Professora Denise Botelho, vivemos todo aquele processo na Secadi de pensar e repensar e do enfrentamento e do embate também. Como o Dr. Adami bem colocava, não era fácil, não era fácil trocar uma vírgula, uma letra ou uma palavra na legislação pra inserir palavrinhas que pudessem nos contemplar. Nunca foi fácil pra gente, não é?

E hoje eu estava vendo uma pesquisa do IBGE de 2020 que diz que são 52 milhões os que estão em pobreza e extrema pobreza e, desses, 72,7% são negros. Olhe a necropolítica aí, Dr. Renato! Olhe a necropolítica funcionando, e de modo muito perverso!

Ocorre que, hoje, nós já não somos mais somente 5% na universidade. Nós tínhamos nas universidades núcleos de estudos e pesquisas africanas, afro-brasileiras; nós temos professores como eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que entram na academia também nesse processo de formação a partir do ativismo. Consigo adentrar a academia com mestrado, com doutorado, vivendo todo o processo. No entanto, ainda não conseguimos mexer nesse número. Como assim, vinte anos depois ainda somos 72% da população que está na pobreza e na extrema pobreza? Por que a pandemia nos atinge de modo tão cruel, de modo tão direto? Está aí o dado, está aí posto.

Então, assim, o que eu trago como proposta, Senador, pra a gente pensar é o seguinte. Nós temos dois imbróglios ainda. Avançamos em termos de legislação? Eu digo que sim. Temos limitações ainda, poderíamos ter avançado mais naquele momento em que tivemos acesso, mas foi o que foi possível fazer, com o estatuto, com a legislação, com a LDB, enfim, foi o que foi possível fazer.

Mas, assim, o que temos ainda como imbróglio são os currículos das nossas IEs, que ainda são bastante duros. Nós ainda não nos sentimos parte, nós ainda temos uma educação calcada na teoria do colonizador. Fato. Nós ainda não conseguimos mexer a contento com o nosso currículo das universidades públicas em nosso País.

E nós temos outro nó, que é o seguinte. Quando esse aluno acessa – a Tamires colocava muito bem – a universidade por meio do sistema de cotas, ele se depara com os programas de estágio, em que não há política de cotas; com os programas de pós-graduação, que também não o acolhe; e, consequentemente, com o mercado de trabalho, que, mesmo com a legislação trabalhista prevendo cotas no serviço público, por exemplo, ainda não é uma realidade para todos os Estados, ainda não é uma realidade sobretudo para os Estados e Municípios – a lei é apenas federal e, mesmo assim, é limitada. Concurso para professor com duas vagas, com uma vaga... Já era! E, geralmente, esses concursos para a docência, para o ensino superior, oferecem uma vaga por disciplina. Geralmente não entramos.

Então, assim, são desafios pra gente ainda. Vinte anos: eu estou colocando como marco Durban... (*Falha no áudio.*)

... então, desafios bastante graves. Percebemos que a nossa população, de fato, ainda vive a necropolítica de modo muito perverso, mas também é preciso dizer que, como nossos passos vêm de longe, nossa luta também não é de hoje, ela é de ontem e, se preciso for, faremos Palmares de novo, porque estamos prontos e prontas para o enfrentamento. Estamos prontos para o acolhimento de propostas interessantes que nos contemplem, mas também para o enfrentamento. Se preciso for, faremos Palmares de novo, aqui estamos pra isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

Parabéns aos colegas que compuseram comigo nesta tarde, muito aprendi.

Muito obrigada mais uma vez a todas as pessoas que estiveram conosco nesta tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professora Iraneide, que é doutora também: Dra. Iraneide Soares da Silva, Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Conneabs e Uespi).

Agora eu vou para o encerramento.

Chegaram aqui inúmeras folhas do e-Cidadania, mas a maioria das perguntas vão na linha daquilo que os senhores já responderam.

Para encerrar, eu vou fazer somente uma fala bem rápida para dizer que nós programamos no Senado... Eu falei na abertura e vou repetir agora, aproveitando a audiência da TV Senado. O mês de novembro é o mês da Consciência Negra, e nós estamos trabalhando pra aprovar... Estivemos com o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, e ouvimos que, da parte dele, ele vai colaborar. Claro que não depende só dele, mas também do Colégio de Líderes. O Senado já aprovou uns oito projetos que estão na Câmara, e nós levamos mais quatro pra ele.

Um deles, o 4.373, de 2020, tipifica como crime de racismo a injúria racial, cujo Relator é o Senador Romário. Quero aqui também agradecer ao Líder Paulo Rocha, que foi quem fez o meio-campo para as nossas propostas do movimento negro com o Presidente Pacheco.

O PRS 35, de 2020, cria o Selo Zumbi dos Palmares nos Municípios que adotarem políticas afirmativas destinadas ao combate ao racismo e aos preconceitos, inclusive no mundo do trabalho.

O PL 2000, de 2021, reconhece o sítio arqueológico da região do Cais do Valongo como patrimônio histórico e da cultura afro-brasileira em decorrência do título de Patrimônio Histórico da Humanidade conferido pela Unesco. Segundo alguns especialistas que nos procuraram na época de apresentar essa proposta, se nada for feito, se continuar como está, nós poderemos perder esse título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

Outro caminho, claro, é nós instalarmos – não vai haver problema nenhum – a Subcomissão da Igualdade Racial. Já foi aprovada na CDH, sob a presidência do Senador Humberto Costa.

Matérias no Senado.

O 5.231, de 2020, trata da abordagem...

Entre as matérias aprovadas no Senado, destacamos duas aqui.

A que trata da abordagem dos agentes públicos e privados, matéria aprovada no Senado, está na Câmara e tem como Relator o Deputado Orlando Silva, que está fazendo lá um movimento muito positivo, é um brilhante Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também o PL 482, aprovado no Senado, que garante o dia 20 de novembro feriado nacional de Zumbi, da Consciência Negra. Na Câmara, a matéria tramita como PL 3.268. Nós já a aprovamos no Senado.

Eu serei bem rápido, só lembrarei o que falei antes. Falou-se sobre a questão do fundo. A PEC 33, nós a apresentamos em 2016. Nós a tínhamos apresentado quando apresentamos o estatuto. Não teve jeito, tivemos que tirar naquele momento, como tiramos a política de cotas, foi a única forma de aprovar o estatuto. Depois aprovamos a política de cotas e, agora, estamos tratando de tentar aprovar o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Está no Plenário da CCJ, e o Senador Weverton, que tem um compromisso com o povo negro, é o Relator.

Lembro ainda quanto ao projeto da abordagem: eu falei antes que eu fui Relator, mas não, eu fui o autor; o Relator foi o Senador Fabiano Contarato. É só esse esclarecimento.

Para encerrar, permitam que eu use aqui duas frases.

Uma é do Abdias do Nascimento, que é uma lenda, alguém indescritível, um homem sempre além do seu tempo. Quando eu era Deputado, eu saía da Câmara e ficava no Senado ouvindo o Abdias falar. Uma vez eu ouvi essa fala dele e a guardei.

De Abdias do Nascimento:

> O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia [ele era muito firme]. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica. Costumam descrevê-lo como sutil, mas isso é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir, ele fica escancarado ao olhar mais casual e superficial.

Palavras do nosso inesquecível Abdias do Nascimento.

Também lembro outra frase bem curtinha, de Conceição Evaristo: "A noite não adormece em nossos olhos enquanto o racismo não morre."

É isso, meus amigos. Quero agradecer muito a cada um de vocês, Humberto, Renato, Iraneide, a nossa querida advogada que já se retirou, a Tamires...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, a Tamires está aqui. Agradeço à Tamires também.

Olhem, muito, muito obrigado.

Parabéns pela história de vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós íamos fazer essa *live*... Quando abre espaço a gente pega. Era ao vivo pela TV Senado, não é? De imediato, a Isabel, que nos assessora com muita competência, ligou pra vocês, e vocês, de pronto, aceitaram, ninguém recusou. Os quatro se colocaram à disposição pra falarmos sobre o racismo estrutural.

Eu termino com uma frase de que gosto muito: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês. Direitos humanos não têm fronteiras.

Uma salva de palmas para nossos painelistas!

Muito obrigado e até o nosso próximo encontro.

Obrigado, Zenaide, Rose, Vanderlan, Senadores que acompanharam o debate.

Tchau, tchau!

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PLN 19/2021 (PLOA 2022), QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Flávio Arns, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Discussão e deliberação das emendas da CDH ao PLN 19/2021 (PLOA 2022)**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 19/2021 (PLOA 2022), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022". Relator: Senador Humberto Costa. Às nove horas e cinquenta e sete minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência para o Senador Izalci Lucas, para que possa relatar a matéria. O Senador Izalci Lucas passa a palavra ao Senador Humberto Costa, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senador Izalci Lucas põe em votação o Relatório do Senador Humberto Costa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 19/2021:

Nº	UO	Ementa/Localidade/Ação	Valor (R$)
1	81101	21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos – Nacional	1.500.000.000,00
2	81101	14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Aplicação de Unidades de Atendimento Socioeducativo – Nacional	2.000.000.000,00
3	30202	21BO - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas – Nacional	100.000.000,00
4	81101	218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Nacional	5.000.000.000,00

Às dez horas e um minuto o Senhor Senador Izalci Lucas devolve a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Izalci Lucas e Humberto Costa. **Resultado:** Reunião realizada. Nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/12

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e à deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 19, de 2021, Ploa 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

Foram apresentadas 74 propostas de emendas.

Como sou o Relator das emendas, passo a Presidência ao Senador Izalci Lucas para que possamos dar início.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra, então, o nobre Relator, Senador Humberto Costa, para relatar o PL das emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 – Ploa 2022 (Projeto de Lei nº 19/2021-CN) que, em seguida, foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), conforme o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022. No prazo avençado, foram apresentadas 74 propostas de emendas, todas relativas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas, ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão, e nenhuma de texto.

Das 74 propostas de emendas encaminhadas, nenhuma foi de remanejamento ou de texto, todas foram de apropriação de despesas, conforme tipologia constante do art. 37 da Resolução nº 1/2006-CN. Dentre as sugestões de emendas de apropriação, 35 são para acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo e 39 para inclusão de novas programações, com os recursos e metas correspondentes, ao abrigo do art. 39 do mesmo diploma normativo.

As emendas estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Aspecto Normativos.

O art. 43 da Resolução n° 1/2006 prevê que as Comissões Permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados, e as Comissões Mistas Permanentes do Congresso, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do art. 44, § 1°, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão (art. 43 da Resolução nº 01/2006). As emendas têm de ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas, a não ser que contemplem programação constante do projeto (idem, art. 44, II). Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento.

Por fim, caso a emenda seja sobre ação que contemple obra, deve prever a execução de um único empreendimento, exceto quando contemplar subtítulo constante do projeto de lei. Trata-se de inteligência dos arts. 41, III, e 47, II, da Resolução nº 01/2006, segundo interpretação do Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão de Orçamento, nos termos do relatório de Diretrizes e Orientações do colegiado, aprovado pelo Plenário da CMO em 27 de outubro último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Critérios de caráter geral na apreciação de emendas.

Inicialmente, é necessário evidenciar a existência de normas de conteúdo aberto na regência *interna corporis*, cuja delimitação axiológica importa para a tipificação dos pleitos passíveis de encampação pelas Comissões Permanentes. Nesse sentido, destaque-se que "caráter institucional" e "interesse nacional", previstos no art. 44, II, da Resolução 01/2006, não encontram regramento regimental.

Na ausência de definição literal no texto da resolução que lhe confira força cogente, pautamo-nos pelo esforço hermenêutico empregado pelo CAE/CMO.

Respeitante ao caráter institucional, o Comitê definiu ao item 98 do relatório sobre Diretrizes e Orientações para admissão das emendas ao PLOA 2022 que se trata de compatibilidade das ações propostas com as competências regimentais da Comissão.

Relativamente ao "interesse nacional", convém destacar a dificuldade oriunda da ausência, nesta Comissão, de critérios objetivos para sua avaliação. Algumas tentativas já ocorreram, gerando avaliações em alguma medida dissonantes entre si.

Portanto, este Relator assume a contingência de fazer a avaliação caso a caso, à vista das circunstâncias do objeto da emenda e suas justificativas. Novamente tomando o acúmulo do CAE/CMO, adotou-se o critério de que ações que destinem recursos especificamente para entes subnacionais não foram admitidas.

De todo modo, a avaliação do interesse nacional tem por critério básico o alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta, devidamente demonstrado na justificação.

Critérios específicos. Distribuição entre áreas de Governo.

Para a seleção dentre as muitas emendas – todas meritórias – utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, buscando prestigiar aquelas com maior número de repetições. Além disso, em observância ao princípio que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, propomos, dentro das áreas de Governo apresentadas, a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação.

Por derradeiro, lançamos o critério de privilegiar pela intervenção da Comissão aquelas áreas de governo que são sua competência exclusiva, uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela nova redação dada à Resolução nº 1, de 2006, terão oportunidade de ser acolhidas naqueles colegiados que apresentam competências substantivamente mais próximas das respectivas atividades.

Assente-se a esse propósito que as matérias discutidas no âmbito da Comissão têm-nos oferecido subsídios para o conhecimento exaustivo das necessidades do País em infraestrutura econômica, o que já não ocorre com outras áreas de governo cujas necessidades são tratadas em outras instâncias da Casa que mais bem podem aquilatar o mérito específico das respectivas políticas setoriais. Desnecessário dizer, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse respeito, que as áreas finalísticas da Comissão têm impacto direto e imediato na competitividade da economia brasileira, superando gargalos de logística que hoje estrangulam a capacidade das empresas nacionais de produzirem e exportarem.

Emendas de texto: não foram propostas emendas de texto.

Emendas de remanejamento à programação orçamentária: não foram propostas emendas de remanejamento.

Emendas de apropriação à programação orçamentária: as propostas veiculam programações sob exclusivo tratamento desta Comissão, por pertinência temática. Aplicando os critérios de valoração dispostos no tópico 2.3 deste relatório, selecionamos sugestões que apresentam objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses catalisados por um número maior de Parlamentares.

Nesses termos, indicamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria desta Comissão.

1. Sugestão de Emenda nº 46, para a Ação 21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos, no valor de R$1,5 bilhão, com o ajuste redacional proposto para corrigir a emenda, que, de fato, é de acréscimo, bem como fazer os ajustes necessários no cancelamento, ressaltando à justificativa as ações de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial; o fomento ao desenvolvimento das comunidades quilombolas; apoio e serviços de atendimento direto às pessoas idosas, população LGBT, pessoas com deficiência, mulheres, população de rua, vítimas de violência etc.

O acatamento dessa proposta contempla o objeto das sugestões das Emendas de nº 2, de autoria da Senadora Nilda Gondim; 8, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 13, da Senadora Leila Barros; 14, do Senador Mecias de Jesus; 15, do Senador Fabiano Contarato; 20, do Senador Jean Paul Prates; 23, do Senador Marcio Bittar; 28 e 29, do Senador Irajá; 35, 36 e 37, do Senador Paulo Paim; 40, da Senador Nilda Gondim; 51, do Senador Flávio Arns; 54, do Senador Humberto Costa; 68, do Senador Chico Rodrigues; e 69, da Senadora Zenaide Maia.

2. Sugestão de Emenda 47, para a Ação 14UF – Construção, Reforma, Equipagem e Aplicação de Unidades de Atendimento Socioeducativo, com valor de R$2 bilhões, com o ajuste redacional proposto para fazer os ajustes necessários no cancelamento, que aponta como fonte possível sequencial vedado para esse tipo de emenda.

O acatamento dessa proposta contempla o objeto das Sugestões das Emendas de nº 4, da Senadora Nilda Gondim; 7, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 16, do Senador Fabiano Contarato; 42, da Senador Nilda Gondim; 47, da Senadora Mara Gabrilli; 49, do Senador Izalci Lucas; 60, do Senador Humberto Costa; e 67, do Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

3. Sugestão de Emenda nº 64, para a ação 21BO – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, no valor de R$100 milhões; com o ajuste redacional proposto para corrigir a emenda que, de fato, é de acréscimo, bem como fazer os ajustes necessários no cancelamento.

O acatamento dessa proposta contempla o objeto das sugestões das Emendas de nºs 9, de autoria da Senadora Kátia Abreu; 17, do Senador Jean Paul Prates; 27, do Senador Irajá; 34, do Senador Paulo Paim; 59 e 64, do Senador Humberto Costa; 66, da Senadora Soraya Thronicke; e 74, da Senadora Zenaide Maia.

4. Sugestão de Emenda nº 43, para a ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no valor de R$170 milhões, com o ajuste redacional proposto para fazer os ajustes necessários no cancelamento.

O acatamento dessa proposta contempla o objeto das sugestões das Emendas de nºs 1, de autoria da Senadora Nilda Gondim; 6, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 32, do Senador Paulo Paim; 39, da Senadora Nilda Gondim; 43, da Senadora Mara Gabrilli; e 53, da Senadora Rose de Freitas.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão permanente, regulado no art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN.

Da conclusão.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva à intervenção da Comissão ao máximo possível das funções de governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Fica a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa autorizada a promover os ajustes técnicos necessários nas propostas de emendas ora aprovadas, a fim de formalizá-las de forma adequada como emenda de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Apenas para correção: Sugestão de Emenda nº 43, para a ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no valor de R$5 bilhões, com o ajuste redacional proposto para fazer os ajustes necessários no cancelamento.

Sala das Comissões, hoje, dia 12 de novembro de 2021.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Devolvo, então, a Presidência ao Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, V. Exa. tem que primeiro fazer a votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim.

Em instrução à matéria, não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O texto vai à CMO.

Devolvo, então, a Presidência ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, quero agradecer penhoradamente o apoio de V. Exa. para que nós pudéssemos estruturar esta reunião da Comissão, com a apresentação das nossas emendas.

Indago se alguém deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Gostaria apenas de registrar aqui matéria publicada pelo *Estado de Minas* e hoje também publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, em que há uma denúncia de que presos foram obrigados a ficar nus e aglomerados em penitenciária mineira. A Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais determinou o afastamento do diretor do cargo, alegando que as imagens são de intervenção, após detentos colocarem fogo em colchões. Na verdade, os detentos aparecem aglomerados e nus no pátio da Penitenciária de Formiga.

O próprio Ministério Público está investigando a atuação de agentes penitenciários e as condições da Penitenciária de Formiga, no centro-oeste de Minas. As imagens repercutiram fortemente nas redes sociais, não apenas no Brasil, mas no exterior. E um procedimento investigatório foi instaurado no dia de ontem pelo Promotor Ângelo Ansanelli, a pedido do Centro Operacional de Direitos Humanos. A denúncia foi feita por associações de defesa dos direitos humanos e por familiares dos presos, após o recebimento da foto. As fotos são relativas a um procedimento realizado no dia 22 de outubro e, segundo a Secretaria de Estado, como eu disse, trata-se de uma operação de retirada de presos e pertences das celas que, segundo a Secretaria, deu-se depois de um processo de subversão da ordem.

O Grupo de Intervenção Rápida da Polícia Penal foi acionado após a queima de pedaços de colchões. O Depen de Minas informou que um procedimento interno já foi instaurado para apurar a motivação da realização das ações. O Diretor-Geral da Polícia Penal da 7ª Região Integrada, Sérgio Evaristo de Souza, assumiu interinamente a direção da unidade prisional, substituindo o Diretor-Geral, Ronaldo Antônio Gomides, que, inclusive, acompanhou pessoalmente essa operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos aqui de ressaltar o nosso repúdio a esse tipo de ação, que foi perpetrada por esse diretor-geral, com o apoio da força da Polícia Penitenciária de Minas Gerais. Todos nós sabemos que aqueles que cometem crimes não só devem ser punidos dentro da lei, mas também devem entrar no processo de ressocialização. Portanto, medidas extremas como essa agridem fortemente os direitos humanos e, da parte desta Comissão, recebem nosso integral repúdio.

Vamos acompanhar as medidas que foram determinadas pelo Governo estadual de Minas Gerais. Esperamos que elas possam identificar os responsáveis, estabelecer punições exemplares e tomar medidas para que tal não aconteça e que o Estado, que tem a guarda e a responsabilidade por essas pessoas, cumpra o seu papel de promover a punição, mas, ao mesmo tempo, garanta a ressocialização e a dignidade mínima exigida para cada ser humano.

Não havendo mais quem queira se manifestar, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Nelsinho Trad, Eduardo Braga e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima quinta a décima sétima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame a pedido do relator. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 33, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração." Autoria: Senador Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 362, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 3º e revoga o § 4º, ambos do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que é facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4662, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5014, de 2019 - Não Terminativo - que: "Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6032, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 6394, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Lei nos 8,742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), e 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre abono salarial ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos benefícios do Programa Bolsa-Família." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 14 - Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 176, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatório o fornecimento gratuito de pulseiras de identificação infantil em eventos públicos realizados em locais abertos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 15 - Sugestão n° 51, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade da promoção e do incentivo à participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições desportivas, concursos estudantis e olimpíadas em todas as áreas de conhecimento." Autoria: Jovem Senador Alan Alves, Jovem Senador Giovanna Sotelo, Jovem Senador João Joel, Jovem Senador Julio Marques, Jovem Senador Laila Soares, Jovem Senador Adellaide Campos, Jovem Senador Nayara Oliveira, Jovem Senador Sanna Mello, Jovem Senador Thalita Pacher. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2021 que: "Requer que a CDH apresente Indicação sugerindo à Presidência da República a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de Egresso de Instituições de Acolhimento, com amparo no art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na forma da redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019." Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Resultado: Retirado pelo autor. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 29, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública na CDH sobre boas práticas no combate à violência contra a mulher." Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Resultado: Aprovado com a inclusão da seguinte convidada: ADRIANE REIS, procuradora do trabalho -Coordenadora de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade). ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 30, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública para apresentar e debater os dados sobre a violência contra a mulher durante a pandemia." Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Resultado: Aprovado. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 31, de 2021 que: "Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 32, de 2021 que: "Requer realização de Audiência Pública para celebrar os 20 anos da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância - Conferência de Durban e discutir a situação da população negra no Brasil." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 33, de 2021 que: "Requer realização de Audiência Pública para discutir a situação da Comunidade Indígena Yanomami" Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Defensoria Pública da União (DPU); e Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). ITEM 22 - Requerimento da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 34, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "TODAS JUNTAS – ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COM DEFICIÊNCIA". O debate fará parte das atividades da campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, a serem promovidas pelas Procuradorias da Mulher no Senado Federal e na Câmara dos Deputados." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Resultado: Aprovado. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 35, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a precarização técnica e estrutural dos Conselhos Tutelares, bem como a necessidade de viabilização de recursos orçamentários para atender à crescente demanda." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Aprovado. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2021 que: "Requer aditamento do REQ 24/2021 de audiência pública para que seja incluído o tema controle social em relação à regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência. E a inclusão da convidada Senhora Renata Flores Tibyriçá, Coordenadora da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADEP." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 37, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 4656/2020, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Às dez horas e cinquenta e três minutos o Senador Fabiano Contarato passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinquenta e cinco minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Fazem uso da palavra os Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues; e as Senadoras Zenaide Maia e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 15ª à 17ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões", e então procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos ATC 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para o uso da palavra poderão ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizadas no *chat* e nos computadores deste plenário.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

Da Assembleia Legislativa do Estado do Pará: moção solicitando esforços para aprovação do PL 5.532, de 2019, que altera a Lei 10.741, de 2003, para inserir no ordenamento jurídico brasileiro a adoção de idosos. Esse PL ainda se encontra sem análise da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo: moção de repúdio às propostas que tramitam no Congresso Nacional de reforma eleitoral que tenham por finalidade a redução da participação das candidaturas femininas, pois isso representa um retrocesso na legislação.

Da Câmara Municipal de Maraú, Rio Grande do Sul: moção de repúdio aos novos critérios estabelecidos pela Lei 14.176, de 2021, que dificultam o acesso de pessoas com deficiência e idosas ao benefício de prestação continuada.

Da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo: moção de repúdio às declarações discriminatórias e preconceituosas feitas pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro em relação a pessoas com deficiência e quanto ao acesso de pessoas de baixa renda às universidades. Em suas palavras – aspas –, "a universidade deveria ser para poucos" e o aluno com deficiência atrapalha os demais. Lamentável essa fala!

Do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com a finalidade de reforçar a atuação articulada e colaborativa pelo fortalecimento de políticas públicas de direitos humanos de crianças e adolescentes: A Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vem por meio deste expediente apresentar os seus principais programas, projetos e ações a fim de contar com a sua importante participação e colaboração na efetivação dos plenos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

Do Conselho Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de promover a participação social e a escuta de relatos sobre regularização fundiária dos territórios quilombolas nos Estados, descrição dos principais entraves nos processos abertos no Incra e/ou nos institutos de terras estaduais; identificar e qualificar eventuais violações de direitos humanos e possíveis recomendações a serem encaminhadas aos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas Estaduais e/ou outros órgãos; e receber propostas pertinentes, e medidas imediatas a serem adotadas pelo CNDH para fazer cessar violações em curso.

Foi realizada neste ano, por esse Conselho, a audiência pública Quilombola: Políticas de Regularização Fundiária.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 2, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na secretaria e no portal da CDH para manifestação dos membros desta Casa pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Aviso ainda que, nesses mesmos termos, os documentos lidos na 15ª Reunião desta Comissão serão arquivados.

Passamos para os itens da pauta. Informo que vou pular alguns itens, tendo em vista que é necessário um quórum para deliberação.

Passamos então agora para o item 7, consultando se a Senadora Leila se encontra presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Concedo a palavra à querida Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Como a Senadora Leila Barros não se encontra, neste momento, presente, passo para o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 3º e revoga o § 4º, ambos do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que é facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

Concedo a palavra à querida Senadora Zenaide Maia para leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores que estão assistindo a nós, esse projeto do Paulo Paim é de uma importância fundamental. A gente vem de uma escalada de retirada de direitos dos trabalhadores, mesmo aquelas conquistas que levaram anos para se conseguir.

Do relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim.

A proposição dá nova redação ao §3º e revoga o §4º do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir a juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância determinar a concessão, a requerimento ou de ofício, do benefício da Justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, aos trabalhadores que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou da própria família.

Em suas justificações, o autor aduz que a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, limitou, entre outros aspectos, a concessão do benefício da Justiça gratuita àqueles que percebem salário igual ou inferior a 40% do salário mínimo ou que comprovem não dispor de recursos suficientes para arcar com o pagamento das despesas inerentes ao custeio do processo na Justiça do Trabalho, restringindo, dessa forma, o acesso à prestação jurisdicional dos trabalhadores e vulnerando "o postulado do acesso à jurisdição (art. 5º, XXV, da Carta Magna), por fechar as portas do Poder Judiciário a quem mais dele precisa".

Após sua análise por esta Comissão, o PLS nº 362, de 2017, será submetido à avaliação das Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, à qual caberá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. Portanto, é regimental o exame do PLS nº 362, de 2017, por esta Comissão.

Antes da Lei nº 13.467, de 2017, que ficou conhecida como a reforma trabalhista, o §3º do art. 790 da CLT facultava aos magistrados trabalhistas a concessão do benefício da Justiça gratuita em duas situações.

Na primeira, poderiam usufruir do benefício os trabalhadores que percebessem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal. Na segunda, seriam beneficiados aqueles que declarassem não estar em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento de suas famílias.

Com as alterações empreendidas no bojo da reforma trabalhista, o limite foi majorado para 40% do teto de benefícios da Previdência Social. Em contrapartida, o trabalhador que auferir renda superior a esse limite terá o ônus de comprovar, em vez de somente declarar a insuficiência de recursos, na redação do recém-inserido §4º do art. 790 da CLT.

Em nossa interpretação, impedir ou dificultar que o trabalhador de baixa renda possa se beneficiar da Justiça gratuita na prática significa vetar que este ajuíze uma reclamação trabalhista, pois dificilmente terá recursos financeiros próprios para arcar com os elevados custos de uma ação judicial. Como é sabido, para justificar a operação, a judicialização de questões entre empregados e empregadores foi apontada como um dos fatores que elevam o custo Brasil e afetam a produtividade das empresas. Entretanto, não se pode admitir a redução desse custo pela limitação do direito trabalhador de recorrer à Justiça, quando entender necessário.

A nosso ver, ocorreu, quando da entrada em vigor da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, restrição de direitos constitucionais. Sim, porque os termos anteriores da CLT significavam a conexão desta aos termos da Constituição. A CLT, o que fazia, era cumprir a Carta Magna. A Lei nº 13.467, de 2017, o que fez foi dar cumprimento menos efetivo àqueles direitos. E não se pode esperar desenvolvimento social em obediência à Constituição se "repensamos", para reduzir-lhes a força, os princípios que lá inscrevemos justamente com a finalidade de não nos desviar do rumo.

É de amplo conhecimento que a Justiça do Trabalho é das instituições mais bem-sucedidas e enraizadas que temos. Sua função é estratégica: ela compensa os desequilíbrios sociais que a lógica econômica, numérica, não é capaz de enxergar. Entender os direitos dos trabalhadores como "custos" a serem reduzidos consiste em falta de visão estratégica que em nada contribui para o próprio desenvolvimento econômico, para não se falar na real dimensão humana que a Lei nº 13.467, de 2017, desconheceu.

Não podemos aceitar que o patrimônio jurídico-constitucional mínimo do trabalhador brasileiro seja abafado a pretexto de alavancar o desenvolvimento econômico. Pelo contrário, é pela garantia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania que iremos, sim, superar as dificuldades que historicamente enfrentamos. Lembremos que a Lei Maior elevou o acesso à Justiça e à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos à categoria de direitos e garantias fundamentais. Por esses motivos, em nossa opinião, o projeto sob análise, ao restabelecer um acesso mais fácil do trabalhador de baixa renda ao Judiciário – pela via da gratuidade da Justiça –, contribui para corrigir o rumo da nossa legislação trabalhista, de forma a novamente aproximá-la da Constituição.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 362, de 2017.

Sr. Presidente, eu sei que não é terminativo, que a gente vai ler, mas eu queria chamar a atenção aqui e mostrar ao povo brasileiro que isso foi retirado em 2017, com o nome de reforma trabalhista e que, na verdade, foi o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho, tirando direitos dos trabalhadores. Então, eu quero mais uma vez parabenizar o Senador Paulo Paim pela sensibilidade. E que a gente possa repor aquilo!

Hoje no Brasil – ontem foi mostrado – há 1,2 milhão brasileiros na fila da previdência aguardando o benefício a que ele tem direito. Desses, a uma grande parte vai ser negado em conformidade com essa reforma da CLT. Agora a gente está recuando. Imaginem o cara estar na fila para pedir um benefício de prestação continuada, que tem um filho com deficiência ou ele próprio, ou seja, com uma vulnerabilidade social grande, e exigir que esse cara gaste com a Justiça para ele poder ter direito. É claro que ele não vai entrar na Justiça. Ele não tem recurso nem para se alimentar, quanto mais para entrar na Justiça.

Por isso peço aos colegas que a gente vote esse projeto. Ele é bastante meritório, ele é humano. Neste momento em que há 20 milhões de brasileiros com fome é a hora de a gente repor aquilo que foi tirado de quem gera riqueza, que são os trabalhadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Zenaide.

Antes de conceder a palavra ao Senador Paim, eu comunico aos presentes que do item 5 foi pedida a retirada de pauta para reexame, por parte do Relator, Senador Telmário Mota.

Do item 6 foi pedida a retirada de pauta pelo Senador Flávio Arns, e o item 16 também foi pedido que se retirasse de pauta a pedido do autor, Senador Flávio Arns.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 268, DE 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Telmário Mota

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CAE, CCJ e terminativo na CAS.

- Em 08/08/2019, foi lido o relatório; logo após foi concedida vista coletiva.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 33, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS;

- Em 09/08/2021, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que a CDH apresente Indicação sugerindo à Presidência da República a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de Egresso de Instituições de Acolhimento, com amparo no art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na forma da redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR))

Concedo a palavra ao querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Contarato, primeiro meus cumprimentos a V. Exa. e a esta Comissão.

Antes de fazer o comentário sobre o projeto, quero fazer duas rápidas ponderações. Presidente, eu não estou aqui a distância querendo facilmente julgar, mas acho que esta Comissão deveria se pronunciar, analisando com carinho e com a sensibilidade e solidariedade que o caso merece, sobre o caso São Gonçalo. É mais um dos casos que surgem praticamente toda semana. O que eu aqui vou comentar... Sei que morreram jovens – se não fossem jovens, também não é o caso –, e sei que morreu também policial. Por isto que nós, nesta Comissão, nunca ficamos de um lado só: morreu também policial, mas sugiro que a gente desse todo apoio à Defensoria Pública e ao Ministério Público para que acompanhassem esse caso com a importância do que aconteceu e vem acontecendo neste País. A notícia que me chega aqui, de muita gente me mandando, é que os corpos estão sendo procurados ainda no meio do mangue – mães com barro até o joelho procurando os corpos ali naquela realidade.

Isso é muito triste, e não estou fazendo aqui nenhum prejulgamento, porque senão entra aquela teoria de toda vez que a gente comenta um ato como esse: que a gente está defendendo o bandido e que é contra o policial. Não, ninguém aqui é contra policial. Nós apenas queremos que Comissão de Direitos Humanos tenha que ter uma ótica dos direitos humanos, e esta Comissão tem essa ótica.

Por isso que eu encaminharia, se V. Exa. entender... Eu sei que tanto o Ministério Público como a Defensoria Pública estão acompanhando o caso com a preocupação que o momento exige. Nós estamos no Mês da Consciência Negra. Eu ainda ontem lembrava, Presidente, que o dia 20 de novembro, que surge aqui no Rio Grande do Sul, e um daqueles jovens que foi o autor dessa proposta, que é o Antônio Côrtes, participou de um debate comigo aí na TV Senado... E eu, meio preocupado, fui ouvir um pouco a história e quero fazer uma homenagem à ex-Senadora Serys Slhessarenko, porque ela foi autora do projeto que transformou aquilo que era já uma história construída pelo movimento negro – eu faço uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homenagem ao Cortês, como poderia fazer ao poeta e escritor que foi o que bolou a primeira história do Vinte de Novembro, foi aqui do Rio Grande do Sul... Eu fui ver que casualmente eu fui Relator, Presidente, do Dia Nacional da Consciência Negra, e me perguntavam... Não, era 20 de novembro, mas queria feriado nacional já naquela época. Não conseguimos e, para aprovar a matéria, tivemos que aceitar transformar no Dia da Consciência Negra, e eu fui Relator da matéria. Eu lembro aqui do grupo de estudantes do Rio Grande do Sul, liderados pelo já falecido poeta, artista, compositor, o grande Oliveira Silveira, e tivemos então o Antônio Carlos Côrtes entre os seis daquele grupo, um dos poucos que está vivo e que deu uma declaração belíssima na TV Senado. Fica aqui a homenagem pós-morte ao poeta Oliveira Silveira e, vivo ainda, ao meu grande colega, amigo, parceiro e líder, Dr. Antônio Carlos Cortês, mas fica também à Serys Slhessarenko, que transformou em lei, e eu tive alegria de ser o Relator.

Senador Contarato, V. Exa., que é novo aqui no Senado, muitas vezes pergunta: "Paim, por que que tu estás em todas?". Porque como só havia eu de negro naquela época, então tinha que ser natural que eu fosse o Relator, o autor de 98%, eu diria, das matérias que foram aprovadas da Constituinte para cá.

Estou dando este depoimento, porque eu acho que nós temos que trabalhar muito, Contarato, todos vocês estão aqui – e estou vendo aqui com alegria. São mulheres, Contarato, com você aí presidindo; e eu estou com você, mas estou com a Zenaide Maia, cujo relatório eu aproveitei, porque aqui quem vai pagar a conta são principalmente, claro, os negros da pobreza. A pobreza é preta, consequentemente 90% são negros que vão novamente perder – negros e brancos pobres.

Vejo aqui minha querida Leila Barros, que está fazendo um trabalho belíssimo também, como você, Zenaide, como você, Mara, e como você, minha querida amiga Senadora Nilda Gondim, todas mulheres que têm uma enorme sensibilidade. E, Contarato, você também, ninguém tem dúvida da sensibilidade que você tem. E eu me somo às mulheres – sei que você também, Contarato – nessa caminhada.

E terminando já essa minha pequena fala em que eu quis fazer essas duas ponderações, eu faria ainda um comentário rápido para dizer, Senadora Zenaide, que ser Relator ou autor, para mim, é quase a mesma coisa, porque os Relatores defendem o projeto, incorporam a ideia e vão para a defesa, que é o que você, com tanta competência, fez aqui. Para mim, se tem que homenagear um dia autor de lei, eu sempre vou homenagear, como foi, Contarato, com a lei da abordagem policial. Eu sempre boto ali embaixo: o Contarato foi o Relator. Faço questão, nos meus casos, de botar autor e Relator.

Zenaide, o projeto que você relata com tanta competência aqui me lembra o enfrentamento que nós todos fizemos, nós todos que estamos aqui e tantos outros, no Plenário do Senado, quando os peritos queriam passar para o trabalhador a obrigação de pagar, não os peritos, mas o Governo queria não pagar mais os peritos e que o trabalhador tivesse que pagar em qualquer ação na Justiça que necessitasse de perito. Ora, o cara ganha lá um, dois salários mínimos e vai pagar perito ainda? Nunca vai entrar com ação. Esse projeto resgata, inclusive, esse momento. Estão lá milhões de ações em andamento, e como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o trabalhador, como você levantou muito bem, vulnerável, que não tem condição de manter a sua família com a devida atenção e qualidade de vida, vai pagar ainda ações na Justiça? É por isso que esse projeto vem num bom momento. Eu espero que ele seja aprovado por unanimidade.

Parabéns, Senadora Zenaide, Senadora Leila, Senadora Mara, Senadora Nilda e meu querido Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Parabéns pela autoria.

Parabéns, Senadora Zenaide, pela relatoria.

Nós não vamos proceder à discussão nem deliberação, tendo em vista o número insuficiente para discussão e deliberação.

Quero aqui também, Senador Paulo Paim, manifestar a minha solidariedade a todas as vítimas, porque quando se fala em homicídio, como está lá no art. 121, "Matar alguém: [com] Pena – reclusão, de seis a vinte anos", nós temos que entender que todas as vidas importam. Eu, como policial, como delegado por 27 anos, sei o que esses guerreiros passam efetivamente, sejam policiais civis, sejam policiais militares, seja guarda municipal, sejam policiais federais, policiais da Polícia Rodoviária Federal, então, é necessário que essas instituições sejam fortalecidas com estrutura, com dignidade salarial, que eles possam morar em ambientes totalmente adequados, mas nós não podemos perder a capacidade de indignação e pedir apuração, porque todas as vidas são importantes. É muito triste quando a gente verifica que, num episódio como esse, há a morte de um policial militar, mas há a morte de vários cidadãos. Isso, nós temos que estar aqui – e, no que depender de mim como Vice-Presidente desta Comissão, estaremos – ao lado da defesa intransigente do principal bem jurídico, que é a vida humana, com o respeito à integridade física e à saúde. E aqui eu faço minhas as palavras de V. Exa.

Eu retorno ao item 7 e consulto se a Senadora Leila Barros se encontra presente para proceder à leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Perdão, volto a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito boa a sua fala. Só me permita, Senador Contarato, dizer que, ao mesmo tempo em que você disse que faz das minhas palavras as tuas, eu queria também que você me concedesse o direito de fazer a tua fala também a minha – só isso –, para mostrar exatamente o que você disse: todas as vidas importam – todas –, seja de policial, seja de não policial.

Quero cumprimentar, mais uma vez, o brilhantismo do fechamento que V. Exa. fez sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Talvez isso seja porque, às vezes, Senador Paulo Paim, os livros acadêmicos não falam, mas, infelizmente, nós vivemos num Brasil desigual, em que o Estado criminaliza a pobreza, em que o Estado criminaliza a cor da pele. Basta você traçar o perfil socioeconômico e ver quem está preso no Brasil – pobres, negros e semianalfabetos –, quando os crimes de maior prejuízo são crimes praticados por políticos, porque, quando um governo, quando um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um governo desvia verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens. E aí eu pergunto: qual o percentual da população carcerária hoje, do Brasil, composta por crimes de colarinho branco, crimes de sonegação fiscal, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, corrupção ativa, corrupção ativa, peculato, concussão, contrabando, descaminho? Não há; as cadeias, infelizmente, estão lotadas de pobres e negros.

Claro que todos têm que ser responsabilizados por seus atos, criminal, civil e, em alguns casos, até por responsabilidade administrativa, mas o mais importante é o Estado trabalhar com a prevenção, porque a segurança pública é direito de todos e é dever do Estado. Isso não sou eu que estou dizendo; isso está no art. 144 da Constituição Federal. Então, passou da hora de o Estado dar garantia à população para que todos tenham uma vida digna, que passe por saúde pública de qualidade, educação, segurança pública de qualidade, saneamento básico, iluminação pública, para que nós não tenhamos aqui que estar presenciando, infelizmente, mais vidas humanas sendo perdidas, porque isso é uma declaração de ineficiência do próprio Estado.

Obrigado, Senador Paulo Paim.

Consulto a Senadora...

Perdão, antes de passar a palavra à Senadora Leila, eu faço um apelo aos queridos Senadores desta Casa, os titulares e os suplentes: por gentileza, vamos marcar presença nesta Comissão. Nós temos projetos de extrema importância para deliberar, e só podemos deliberar com a presença e com o quórum necessário. Então, eu faço aqui um apelo aos queridos Senadores e Senadoras, às suas assessorias: por gentileza, registrem presença nesta Comissão de Direitos Humanos. É triste a gente implorar para que os colegas façam um ato tão simples, que é registrar uma presença em uma Comissão de Direitos humanos, e aí, sim, podermos deliberar sobre esses projetos de tamanha relevância.

Rapidamente, passo a palavra à Senadora Zenaide, que ela pediu a palavra.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É só para complementar as suas palavras e as de Paulo Paim. Quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrar que a gente defende a vida de todos, e me chamou a atenção quando eu vi a população retirando os corpos do mangue, porque o corpo de bombeiros só poderia entrar lá, só tinha segurança se fosse com a polícia.

Isso me faz lembrar: o Estado brasileiro nega educação pública de qualidade, infraestrutura. Quando você olha aquele bairro de periferia, Paulo Paim e todos os que estão me ouvindo, o Estado nega às suas crianças e aos seus jovens uma educação pública de qualidade em tempo integral. E esse mesmo Estado termina punindo não só crianças e adolescentes, mas os policiais que estão ali para fazer a defesa da comunidade.

Então, é aquela história: são decisões políticas que são definidas ali e que estão ceifando milhares de vidas de jovens, de negros, que são a maioria, que não têm acesso.

Você olha o bairro ali não tem infraestrutura, ali moram as pessoas mais vulneráveis e aqueles vulneráveis que nem a segurança pública tem.

Eu costumo dizer que, na maioria das vezes, o Estado não coloca infraestrutura para aquele bairro ou para aquela cidade e o próprio Estado se encarrega de dizer que o lugar é perigoso, que é perigoso para a vida não só daquela comunidade, mas dos policiais também.

Isso ontem foi a prova viva da ausência do Estado naquela comunidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Imediatamente, para a gente ganhar tempo, vamos passar a palavra para a minha querida Senadora Leila Barros, porque é sempre uma alegria para mim revê-la, mesmo que virtualmente, mas espero encontrá-la esta semana e dar-lhe um abraço pessoalmente.

Passo a palavra para a Senadora Leila Barros para leitura do item 7, uma vez que já foi anunciado.

Com a palavra, Senadora Leila.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Bom dia, Presidente Fabiano Contarato, que comanda hoje a nossa Comissão nesta reunião de hoje, cumprimento todas as Senadoras e Senadores, assim como os nossos servidores aqui do Senado.

Eu também acompanho o pensamento do Senador Paulo Paim, da Senadora Zenaide e de todas as manifestações até o momento a respeito do caso de São Gonçalo. Acho que vale, inclusive como o Senador Paulo Paim comentou, de repente alguma nota saindo da Comissão de Direitos Humanos de apoio às investigações e também aos trabalhos da Defensoria e do Ministério Público. Acho que é muito importante de alguma forma a Comissão se manifestar nesse sentido.

Hoje a pauta é extensa e eu tenho alguns relatórios: o item 7, Sr. Presidente, o item 10, o item 12 e o item 14. Então, eu peço paciência aos nossos colegas e também ao senhor, porque são alguns relatórios. Uns são precisos, são mais rápidos, outros nem tanto, mas eu agradeço a oportunidade de poder já fazer esses encaminhamentos desses relatórios tão importantes aqui para a nossa CDH.

Então, começando com o item 7, PLC nº 98, de 2018.

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2018, de autoria do Deputado Célio Silveira, determina que gestantes e puérperas devam ser submetidas a avaliação psicológica durante os exames pré-natais e no intervalo entre 48 horas e 15 dias após o parto. Se forem indicados propensão ou indícios de depressão pós-parto, serão imediatamente encaminhadas para aconselhamento e psicoterapia. A cláusula de vigência determina que a lei resultante entre em vigor, Sr. Presidente, após 6 meses.

A proposição foi distribuída à CDH e à CAS e não foram recebidas emendas.

A análise.

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, a depressão pós-parto ou puerperal acomete mais de uma em cada quatro mães brasileiras, taxa superior à média de uma em cada cinco estimada pela Organização Mundial da Saúde para países de baixa renda. A incidência é maior entre mulheres pardas, de baixa condição socioeconômica, com antecedentes de transtorno mental e hábitos insalubres, como alto consumo de álcool, alta paridade e gestação não planejada. Não se descarta a influência que a alta taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cesarianas praticadas no Brasil, a prática frequente de intervenções dolorosas e desnecessárias, como episiotomia, manobra de Kristeller, o uso de ocitocina e o pouco uso de analgesia possam ter sobre esse cenário.

Trata-se de um problema sério, que prejudica o estabelecimento de vínculos entre a mãe e o bebê. O desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança é afetado, reverberando por toda a vida. O bem-estar psíquico da mãe é atingido, gerando angústia, culpa e sofrimento, além de torná-la menos propensa a amamentar e cumprir o calendário vacinal do bebê.

Entendemos que a proposição é meritória, pois oferece um mecanismo apto a identificar tempestivamente os sinais sugestivos da depressão pós-parto. A ajuda profissional pode prevenir ou mitigar a ocorrência da depressão.

Apresentamos no início de 2020 requerimento para realização de audiência pública, que não foi realizada em face das dificuldades trazidas pela pandemia. Não obstante, realizamos reuniões com grupos de trabalho constituídos pelas seguintes profissionais... Eu vou nominá-las, Sr. Presidente, porque eu acho muito importante: Alessandra Arrais, doutora em Psicologia e docente do mestrado profissional da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS); Miria Benincasa, psicóloga da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (Abpsa); Roberta de Oliveira e Silva, psicóloga e colaboradora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Eunice Camargo, neonatologista com especialização em Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Márcia Leonardi Baldisserotto, psicóloga e assistente de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), vinculada à Fiocruz; Gislene Valadares, psiquiatra e coordenadora do Serviço de Saúde Mental da Mulher do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Erika de Sá Vieira, enfermeira obstetra e psicóloga docente da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Colhemos sugestões formuladas por essas valiosas colaboradoras, às quais agradecemos. Especificamente, acolhemos a sugestão de substituir a avaliação psicológica por rastreamento de sintomas depressivos. O rastreamento inicial se baseia num questionário padronizado e pode ser realizado pelos profissionais responsáveis pelo pré-natal e pelas consultas pós-parto. Esse rastreamento é capaz de indicar a necessidade do encaminhamento ao profissional da saúde mental.

Outra sugestão que acolhemos foi substituir a expressão "identificação da propensão a desenvolver depressão" pela "identificação de sintomas depressivos". São ajustes que fazem a diferença na viabilidade prática da implantação da medida, assim como na orientação do tratamento a ser dado.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva – vou ler rapidinho, porque eu acho interessante passar para os nossos colegas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Visando à promoção e proteção da saúde mental perinatal, toda gestante deverá ser rastreada quanto à presença de sintomas depressivos desde o início do pré-natal, preferencialmente no primeiro e terceiro trimestres.
Art. 2º As gestantes identificadas com sintomas depressivos receberão prontamente encaminhamento para avaliação por profissional psicólogo ou psiquiatra, ou ambos, preferencialmente capacitado em saúde mental perinatal.
Art. 3º Toda mulher deverá ser rastreada quanto à presença de sintomas depressivos na consulta de retorno pós-parto ou puericultura.
Art. 4º As puérperas identificadas com sintomas depressivos receberão prontamente encaminhamento para avaliação por profissional psicólogo ou psiquiatra, ou ambos, preferencialmente capacitado em saúde mental perinatal, de acordo com as normas regulamentadoras.
Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Esse é o nosso relatório com relação ao PLC 98, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Leila Barros. Parabéns pela relatoria.

Não podemos discutir e, consequentemente, deliberar sobre esse PL.

Passo, imediatamente, agora, para o item 10, também da relatoria da Senadora Leila, que é o Projeto de Lei 4.662.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4662, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Relatoria da Senadora Leila Barros, a quem eu concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou ao relatório.

Parabenizo o brilhante Senador Veneziano pela iniciativa.

Vem à CDH o PL nº 4.662, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 7º da Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como Lei das Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

O novo art. 2º-A prevê que, em cada instituição federal de ensino superior, serão reservadas vagas de cursos de graduação, por curso e por turno, para pessoas com idade de 70 anos ou mais que comprovadamente não tenham curso superior completo, dispensados processos seletivos ou concursos para ingresso.

No art. 7º da Lei das Cotas, o PL acrescenta as pessoas com idade de 70 anos ou mais que comprovadamente não tenham curso superior completo no rol dos estudantes que deverão ser atendidos por programa especial para acesso às instituições de educação superior.

Na justificação, o autor argumenta que, para criar políticas públicas de acesso do idoso à educação, é necessário criar mecanismos de ingresso na educação superior pública, que é o segmento da educação superior no qual é mais viável e possível promover ações afirmativas para os idosos.

A proposição foi distribuída à CDH e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última decidir em sede terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao PL, Sr. Presidente.

Análise.

O Estatuto do Idoso estabelece que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incluir os idosos no rol dos beneficiados pela Lei das Cotas parece, assim, *a priori*, providência oportuna e relevante. Afinal, importa ainda considerar que o histórico de negligência educacional e a melhoria pouco expressiva da renda nacional exigem a permanência de muitos idosos no mercado de trabalho.

A título de aperfeiçoamento, sugerimos, entretanto, emenda prevendo que a reserva de vagas para os idosos seja realizada no âmbito das vagas remanescentes. Assim, considerando-se que os recursos são escassos, ao mesmo tempo se otimizará a utilização dessas vagas já existentes, que muitas vezes não são aproveitadas, e também se manterá o foco estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que prevê que, em 2024, não menos do que 33% dos jovens com idade de 18 a 24 anos estejam matriculados na educação superior, percentual ainda distante dos atuais 23,8% e com viés de redução, em decorrência da pandemia.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> O art. 1º do Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 3º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 3º .....
> §1º No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, até 20% das remanescentes dos cursos de graduação, por turno e em cada instituição federal de ensino superior, serão reservadas, semestralmente, na forma do regulamento, para pessoas com idade de setenta anos ou mais que comprovadamente não tenham curso superior completo, de acordo com a proporção dessa faixa etária na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
> §2º As pessoas com idade de setenta anos ou mais que comprovadamente não tenham curso superior completo ficam dispensadas, para fins do disposto no §1º, de qualquer processo ou concurso seletivo.
> §3º As vagas restantes, após a reserva prevista no §1º, serão ocupadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.'"

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila Barros.

Imediatamente, eu passo à leitura do item 12, também de relatoria da querida Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 6032, DE 2019

- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei (PL) nº 6.032, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que "dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

A proposição altera o inciso II do §13 do art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo o deferimento de adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente quando for formulada por pessoa com a qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade, substituindo a atual fórmula legal que requer vínculo de parentesco. O comando, ademais, ressalva a ausência de má-fé e os crimes de subtração e de promessa de entrega de criança.

Em sua justificação, o autor relata que a medida atende aos superiores interesses da criança ou do adolescente e que, como já vem sendo adotada pelos tribunais, é oportuno prevê-la de forma expressa na lei. Defende, ademais, que é preciso evitar que exigências formais prevaleçam em detrimento da afetividade e da dignidade da pessoa humana.

A proposição foi remetida à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da CCJ.

Não foram recebidas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

A adoção direta, também conhecida como *intuitu personae*, é aquela em que os genitores indicam quem deverá receber a guarda da criança ou do adolescente ou, ainda, aquela em que o adotante manifesta vontade de adotar menor de idade com quem já tem relação de afeto. Não há na lei brasileira previsão expressa sobre a possibilidade da adoção direta.

Em regra, o adotante deve estar inscrito em cadastro de adoção. Contudo, observamos que, embora não conte com previsão expressa na lei, a adoção *intuitu personae* verifica-se na prática.

Entendemos que a adoção direta pauta-se pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Afinal, de outra maneira, as crianças à espera de adoção permaneceriam sem família por longos anos. Ora, se há comprovadamente alguém, já com vínculo afetivo estabelecido, interessado na adoção da criança, por que não admitir tal possibilidade com o máximo de celeridade, em que pese a ausência de cadastro prévio? Não identificamos motivos para esse impedimento, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores.

Assim, parece-nos que projeto é altamente meritório.

Temos apenas duas singelas emendas, para tornar mais clara a ementa e corrigir um lapso de técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.032, de 2019, com as emendas de redação que já estão anexadas ao nosso relatório, Sr. Presidente – e, certamente, todos os nossos pares já tiveram acesso.

Essa é a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

Passo para o item 14, também com a Senadora Leila Barros como Relatora.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 176, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatório o fornecimento gratuito de pulseiras de identificação infantil em eventos públicos realizados em locais abertos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CTFC.

Autoria: Deputado Federal Diego Garcia.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Esse é outro projeto, Sr. Presidente, Senador Fabiano, que, para quem é pai ou mãe de criança menor, realmente vem muito ao encontro dessa nossa necessidade de estabelecer segurança às nossas crianças em eventos públicos realizados em locais abertos.

Vem ao exame da CDH o Projeto de Lei nº 176, de 2020, do Deputado Federal Diego Garcia, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar obrigatório o fornecimento gratuito de pulseiras de identificação infantil em eventos públicos realizados em locais abertos.

A proposição adiciona novos parágrafos ao art. 75 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinando que os organizadores de eventos públicos deverão disponibilizar, gratuitamente, pulseiras de identificação a crianças de até 12 anos.

Estabelece ainda que a pulseira será dotada de sistema que impeça sua reutilização, ademais de ser inviolável, intransferível, resistente a água, não tóxica, hipoalérgica e de ter sistema de fechamento seguro.

Em sua justificação, o autor relata que a matéria visa à prevenção do desaparecimento temporário de crianças, situação geralmente verificada em eventos nos quais há grande aglomeração de pessoas.

A proposição foi remetida à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação da CTFC (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor).

Não foram recebidas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que a proposição é válida e útil. A segurança dos menores de idade deve estar em primeiro lugar.

Note-se que, por estar incluído no ECA, a redação deve se ater à nomenclatura já usada naquela lei. Em seu art. 2º, o ECA determina que criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos. Portanto, entendemos que no texto do projeto bastaria dizer "as crianças".

Além disso, ao falar em "eventos públicos", fica a dúvida se se está a falar em eventos organizados pelo poder público ou, de maneira mais abrangente, como entendemos ser o caso, em eventos de acesso facultado ao público em geral, com ou sem pagamento de ingresso.

Por sua vez, ao determinar os atributos da pulseira, parece-nos que o projeto se vale de detalhamento atípico de uma lei, quer pela minúcia apresentada, quer pelas dificuldades de eventual necessidade de alteração. Entendemos, portanto, que tal detalhamento ficaria melhor em regulamentação infralegal.

Assim, parece-nos que projeto é altamente meritório, razão pela qual apresentamos o voto pela sua aprovação com breves reparos nos termos aqui citados.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 176, de 2020, na forma de emenda substitutiva que já está anexada ao nosso relatório.

Sr. Presidente, essa é a leitura do nosso relatório do PL nº 176, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila.

Vamos proceder imediatamente à leitura do item 15, que aí nós vamos proceder e propor a discussão e a votação em bloco tanto o da Senadora Zenaide como os da Senadora Leila, para a gente ganhar tempo com isso.

Agradeço aqui publicamente a compreensão dos Senadores e Senadoras que registraram presença. Consta aqui a presença do meu querido e nobre Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu me espelho para desempenhar o mandato aqui no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite: V. Exa. desempenha com uma infinita superioridade aqui, destaco.

Eu só quero requerer, na votação em bloco, também a inclusão da votação do item 19, que é requerimento de autoria deste Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito. Será feito.

Com a palavra...

Item 15.

ITEM 15

SUGESTÃO N° 51, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da promoção e do incentivo à participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições desportivas, concursos estudantis e olimpíadas em todas as áreas de conhecimento.

Autoria: Jovem Senador Alan Alves, Jovem Senadora Giovanna Sotelo, Jovem Senador João Joel, Jovem Senador Julio Marques, Jovem Senadora Laila Soares, Jovem Senadora Adellaide Campos, Jovem Senadora Nayara Oliveira, Jovem Senadora Sanna Mello, Jovem Senadora Thalita Pacher

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Vem à apreciação da CDH a Sugestão nº 51, de 2019, dos Jovens Senadores Alan Alves, Giovanna Sotelo, João Joel, Julio Marques, Laila Soares, Adellaide Campos, Nayara Oliveira, Sanna Mello e Thalita Pacher.

A sugestão dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público promover e incentivar a participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições desportivas, concursos estudantis e olimpíadas em todas as áreas de conhecimento. Para tanto, deverão ser disponibilizados recursos materiais, humanos, logísticos, financeiros e didáticos, com apoio de entidades públicas e privadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Jovens Senadores argumentam que, apesar de ser assegurada na legislação educação pública de qualidade, isso não é o que se observa na prática dos sistemas de ensino. Defendem, então, que é necessária a edição de lei para assegurar a participação de estudantes de escolas públicas em competições desportivas, concursos estudantis e olimpíadas estudantis.

Análise.

A proposta foi aprovada no âmbito do Projeto Jovem Senador.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas pela CDH de forma preliminar; caso aprovadas, elas transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter a tramitação regular nesta Casa.

No que concerne ao mérito educacional, consideramos que a medida, além de refletir uma preocupação de jovens brasileiros, não encontra previsão semelhante na legislação.

Com efeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê como princípio a valorização da experiência extraescolar. Estabelece, também, que os conteúdos curriculares da educação básica observarão a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE), ao tratar da universalização do ensino fundamental, prevê como uma de suas estratégias a oferta de atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

Entretanto, não estão estabelecidos como obrigação a promoção e o incentivo à participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições desportivas e concursos estudantis.

A propósito, consideramos que as experiências extraescolares fazem, naturalmente, parte da formação do estudante, e seus efeitos benéficos certamente se manifestarão durante toda sua vida, motivo pelo qual entendemos ser válido o acolhimento da sugestão, a qual passará por análise de mérito durante o processo legislativo.

Por adequar a técnica legislativa, apresentamos substitutivo ao final, de modo que o conteúdo da sugestão seja inserido na LDB.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 51, de 2019, nos termos do projeto de lei abaixo, que vou ler, porque eu acho que nós devemos essa consideração aos nossos Jovens Senadores. Sei que a maioria dos nossos colegas tiveram acesso, mas acho importante.

EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade da promoção e do incentivo à participação de alunos de escolas públicas de educação básica em competições desportivas e concursos estudantis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

"Art. 26. .....

.....

§ 11. O Poder Público incentivará e promoverá a participação de alunos de escolas públicas da educação básica em competições desportivas e concursos estudantis." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta é a emenda substitutiva.

Já parabenizando os nossos Jovens Senadores que participaram desse belo programa que nós temos aqui na Casa e agradecendo a sugestão desses jovens, Presidente, essa era a leitura da nossa sugestão e do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila Barros.

Eu quero aqui também me congratular com o Jovem Senador. Isso é uma demonstração inequívoca de que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformar a sociedade. Parabéns!

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores, havendo número regimental para deliberar, se podemos discutir e votar em bloco os itens que eu vou anunciar: item 8, da relatoria da Senadora Zenaide Maia, itens 7, 10, 12, 14, 15 e 19, requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram...

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V. Exa.: que todos os projetos – nada contra essa votação – não terminativos lidos e que não precisam de quórum presencial e aqueles que ainda não foram lidos e que não são terminativos também sejam votados em bloco. Isso contemplaria todos os Senadores. Inclusive tem um aqui do Ciro Nogueira. Veja bem, é Ministro do Governo atual, mas é um projeto interessante de que eu sou Relator e não é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faria um apelo: se possível, votar agora, sem problema nenhum, esse bloco e que houvesse um outro agora de não terminativos, cujos relatórios foram lidos ou que poderiam ser lidos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim.

Na verdade, eu estou querendo otimizar o tempo.

Aproveitei que a Senadora Zenaide já procedeu à leitura, concedi a palavra para todos os relatórios da Senadora Leila Barros, aí votamos isso rapidamente. E passo, em seguida, ao item 13, do qual V. Exa. é o Relator. Vou fazer isso com os demais, e a gente faz isso. Apenas para ganhar tempo, só isso. Vai ser...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Excelente! Por isso que você é meu Presidente desta Comissão, junto com o Humberto Costa – senão vai dar ciúmes. Dois grandes Presidentes!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado.

Em discussão, todos os itens: 8, 7, 10, 12, 14, 15 e 19.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passo à leitura do item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, DE 2021

- Não terminativo -

Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Concedo a palavra ao autor para se manifestar, uma vez que isso já foi deliberado e aprovado.

Com a palavra o Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Perfeitamente, Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa. e os demais colegas membros desta Comissão de Direitos Humanos e agradecer pela aprovação deste requerimento.

Presidente, V. Exa. foi um dos que participaram ativamente, inclusive protagonizou um dos mais emocionantes, célebres momentos não só da CPI da Pandemia, mas eu diria de toda a história deste Congresso Nacional – não só do Senado, mas do Congresso Nacional.

Ocorre, Sr. Presidente, que, no último dia 27 de outubro, V. Exa. acompanhou, nós fizemos a entrega, os membros da CPI da Pandemia, do relatório com o resultado do trabalho da CPI ao Procurador-Geral da República. Encontra-se sobre a mesa de S. Exa. a sugestão de indiciamento de pelo menos oito pessoas com foro privilegiado, entre eles o Presidente da República. No caso específico do Presidente da República, no rol de indiciamentos estão indicados o envolvimento e a responsabilidade dele pelo menos em oito crimes, conforme o Código Penal Brasileiro, entre eles o crime de epidemia, e outros dois crimes: um crime de responsabilidade, que já será objeto de um pedido de *impeachment* a ser protocolado por juristas no próximo dia 8 de dezembro, e um crime contra a humanidade, a ser objeto de análise no Tribunal Penal Internacional.

Posterior a isso, a declaração pública do Sr. Procurador-Geral da República é de que iria instaurar – abro aspas –"investigações preliminares" – fecho aspas. Ora, Sr. Presidente, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia fez uma investigação não preliminar, mas uma investigação profunda, durante seis meses – repito: foram seis meses –, e transparente. Nenhuma investigação teve tanto acompanhamento da sociedade brasileira – acredito –, na história do Brasil, quanto essa. A justificativa do Sr. Procurador-Geral da República não se sustenta. Não há razão para investigação preliminar quando já ocorreu uma profunda investigação.

O que nós gostaríamos de saber do Sr. Procurador-Geral da República é o seguinte: se dará encaminhamento às investigações, instaurará um inquérito que seja, pelo menos um inquérito que seja, no Supremo Tribunal Federal, já moverá a ação penal em relação ao Presidente da República, os elementos, no meu entender, no entender do senhor e de todos os membros da CPI dão cabo disso daí ou se ele acha que nada aconteceu, que foram normais as mais de 600 mil mortes, por conta da pandemia, de brasileiros e simplesmente arquiva. Ele tem que responder isso. Mas investigação preliminar, Sr. Presidente, me parece claramente uma ação protelatória do Sr. Procurador-Geral da República. É por isso que ele tem que vir aqui.

Eu diria, veja, vamos dar o benefício do tempo a S. Exa. Nós fizemos a entrega do relatório no dia 27 de outubro, entretanto a documentação reservada só chegou até S. Exa. o Procurador-Geral da República por volta do dia 8 ou 9 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Completemos – e é isto que eu rogo a V. Exa. junto com o Presidente Humberto Costa –, marque, neste período, entre 8 de dezembro e 14 de dezembro, entre 8 e 16 de dezembro, antes do início do recesso legislativo, a data para que S. Exa. aqui compareça. Este mesmo requerimento, Sr. Presidente, será protocolado, está protocolado e deverá ser apreciado também na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado. É importante que nós façamos então aqui no Senado uma sessão conjunta dessas Comissões para assim ouvir o Sr. Procurador-Geral da República.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo: não cabe investigação preliminar sob uma investigação que durou seis meses e que todos os brasileiros viram, com que se angustiaram e perceberam os crimes que foram cometidos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Randolfe Rodrigues.

Quero neste momento também registrar e parabenizar V. Exa. pela Vice-Presidência dessa CPI da Covid. Essa CPI da Covid mostrou o Brasil ao Brasil. Então, os fatos ali foram devidamente provados, tanto com provas de natureza objetiva como com provas de natureza subjetiva.

Eu, como Delegado de Polícia por 27 anos, sei: a Comissão Parlamentar de Inquérito substitui inquérito; não precisaria nem de um inquérito para ele ser instaurado, bastaria ele deflagrar a ação penal, porque, nos termos do art. 129 da Constituição Federal, compete privativamente ao Ministério Público exercer a titularidade da ação penal pública nos termos da lei. Infelizmente não é isso que está sendo feito, e a peça tem todo o apoiamento.

Esse requerimento, item 19, já foi aprovado agora por esta Comissão e pelos seus membros e também acolho a sugestão de V. Exa. no sentido de que essa audiência seja pautada em comum acordo com a CTFC, para que nós possamos trazer, e que ele venha aqui e dê as explicações, porque foi coletada, durante seis meses, oitiva de testemunha, análise de documentos, quebra de sigilo telemático, provas, análises de contratos, provas de natureza objetiva e subjetiva, ao final indiciando pessoas com prerrogativas de foro e outras sem. Então, é necessário que o Ministério Público, como guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito, dê uma resposta à sociedade, deflagrando a competente ação penal.

Parabenizo V. Exa. mais uma vez pelo brilhantismo no desempenho da Vice-Presidência dessa CPI da Covid, que muito nos dignificou. E eu acho, Senador Randolfe – e V. Exa. sabe que este é o meu primeiro mandato –, que a CPI da Covid também resgatou uma das suas mais nobres funções, que era de investigar – de investigar – e mostrar para o País efetivamente qual é a função do Senado e quem são os Senadores que estão aí defendendo o principal bem jurídico, que é a vida, defendendo a ciência, a tecnologia, defendendo a academia, as ONGs, as universidades. Eu acho que esse é o objetivo. Parabéns. Quem ganha com isso é a população brasileira. Parabéns a V. Exa. mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos imediatamente ao item 13 da pauta, que é o Projeto Lei 6.394, que é não terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 6394, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Lei nos 8,742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), e 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre abono salarial ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos benefícios do Programa Bolsa-Família.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao querido Senador Paulo Paim pela leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Contarato, eu vou tentar fazer um resumo, porque eu quero aproveitar o máximo esse quórum aí para nós votarmos mais projetos. Eu vou fazer um resumo. Eu tenho certeza de que ninguém vai ser contra o projeto. Mostra que Bolsa Família, BPC, os programas de apelo social e popular não têm que ficar no campo da situação ou da oposição, tanto que o autor é o Ministro Ciro Nogueira, quando Senador, e eu sou o Relator. Então, vou simplificar, Sr. Presidente, ao máximo o relatório, que tem inúmeras páginas. Vou tentar simplificá-lo ao máximo. Eu faço uma emenda modificativa apenas.

Relatório. Só para atualizar, vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 6.394, de 2019, do Senador Ciro Nogueira, que institui o pagamento em dobro, a cada mês de dezembro, do Benefício de Prestação Continuada e do benefício financeiro do Programa Bolsa Família, que nós defendemos tanto e estamos agora defendendo, inclusive, nesse debate do tal auxílio emergencial. A Ministra Campello, ontem, inclusive, fez um depoimento brilhante, defendendo o Bolsa Família. Então, simplificando, dispõe sobre abono salarial ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos benefícios do Programa Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição altera a legislação que trata do BPC e do Programa Bolsa Família para estabelecer um pagamento extra aos inscritos nesses programas sociais no mês de dezembro de cada ano.

Devemos fazer reparo quanto à denominação da parcela a ser paga, que não constitui "abono salarial", como trata o PL em sua ementa, uma vez que nem o BPC nem o Bolsa Família são definidos como salário, mas, sim, como benefícios da política socioassistencial destinados a garantir o direito de subsistência às pessoas necessitadas do ponto de vista financeiro.

Assim, a fonte de recursos necessária que apresentamos por emenda seria a tributação, por meio do Imposto sobre a Renda, das aplicações em fundos de investimentos fechados.

No caso dos fundos de investimentos, a presente proposta tem por objetivo reduzir as distorções existentes entre as aplicações em fundos de investimento e aumentar a arrecadação federal por meio da tributação dos rendimentos auferidos pelas carteiras de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, os quais se caracterizam pelo pequeno número de cotistas e forte planejamento tributário.

Presidente, esse é o resumo que eu fiz, com a emenda que apresentei para garantir o fortalecimento do BPC e também do Bolsa Família. Claro que eu elogio a iniciativa do autor do projeto. Eu fiz algumas mudanças para fortalecer ainda mais... Eu vou ler a emenda, para ninguém ter dúvida do que fizemos.

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 6394, de 2019, a seguinte redação:
> "Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o pagamento de benefício extra nos meses de dezembro aos inscritos no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa Bolsa-Família; e altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para disciplinar [para disciplinar] a cobrança e o recolhimento do imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimento [...]."

Sr. Presidente, não vou ler toda a emenda que apresentei, ela é bem mais longa, porque o projeto original é de um artigo e eu apresento uma série de complementos para sustentar o Bolsa Família e o BPC.

Está lido o relatório. O voto é favorável, com a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para a análise terminativa da CAS.

Passo ao item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 32, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para celebrar os 20 anos da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância - Conferência de Durban e discutir a situação da população negra no Brasil.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

O nosso querido Senador Paulo Paim irá subscrever. Autoria Senador Humberto Costa e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, V. Exa., ao fazer a leitura, já fez praticamente a defesa, e nós, aqui, queremos apenas falar da importância desse requerimento apresentado pelo nosso Presidente desta Comissão, exatamente no mês de novembro, o Mês Nacional da Consciência Negra.

Por isso, eu peço o apoio para esse projeto dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo agora ao item 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública na CDH sobre boas práticas no combate à violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do requerimento, caso queira. Caso não necessite, passamos imediatamente para a deliberação.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu vou ler rapidinho a justificação do que nós estamos propondo para essa audiência.

Entre os dias, 20 de novembro e 10 de dezembro, o Brasil participa da campanha mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Mundialmente, esse período começa no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, mas no Brasil começa mais cedo, para abranger o Dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra. Desse modo, no Brasil, os 16 dias se transformam em 21 dias de ativismo.

O tema escolhido em 2021, para dirigir as atividades da campanha no Legislativo, é o da promoção das boas práticas para o fim da violência contra a mulher. Em torno desse tema, requeremos que esta Comissão de Direitos e Legislação Participativa promova, se possível, no dia 6 de dezembro – dando uma data, uma possível data –, um grande debate sobre as boas práticas que precisam de visibilidade para serem conhecidas e se multiplicarem.

O dia 6 de dezembro é uma data chave dos 21 dias de ativismo, pois marca a Campanha do Laço Branco, associada ao movimento HeForShe, das Nações Unidas, que, em português, é conhecido no plural, ElesPorElas. Esse movimento chama a atenção para o fato de que a luta das mulheres é uma luta de todas e de todos que são comprometidas e comprometidos com uma sociedade para todos e para todas.

Por analogia, devemos ressaltar que a luta de negros e indígenas também é uma luta de todos e todas, inclusive das pessoas brancas comprometidas com a construção de uma sociedade para todos e para todas. Esse esforço tem incentivado instituições públicas e privadas a rever suas políticas internas de pessoal de recursos humanos, do ponto de vista de raça, de gênero, e a implementar novas práticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre muitas notícias de boas práticas, podemos citar como exemplos: a iniciativa do Senado Federal de reservar 2% das vagas de serviços terceirizados à seleção de mulheres que foram vítimas de violência; e a iniciativa de cartórios de treinar seus funcionários para reconhecer o pedido de ajuda de mulheres que estão sendo vítimas de violência e têm dificuldade de comunicá-la explicitamente.

Diante do exposto, nós requeremos e propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Senado Federal;

- Representante da Câmara dos Deputados;

- Representante do Ministério Público;

- Representante do Conselho Nacional de Justiça;

- Representante da ONU Mulheres;

- Representante da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres; e

- Representante do Grupo Mulheres do Brasil.

Essa é a nossa leitura.

Nós temos um aditamento, peço desculpas, Senador.

Nesse item, nós temos um aditamento.

Desculpa, o meu assessor me lembrou aqui, perdão.

Nós encaminhamos um aditamento para que seja incluída, como participante no rol dos debatedores, a Dra. Adriane Reis, que é Procuradora do Trabalho e coordenadora de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, Coordigualdade.

Então, nós anexamos, junto a esse requerimento, esse aditamento com a inserção da Dra. Adriane Reis aos convidados para essa audiência, a ser realizada, se possível, no dia 06 de dezembro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila Barros.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui antes fazer um esclarecimento ao Senador Paulo Paim. No requerimento que V. Exa. subscreveu, do Senador Humberto Costa, nós estamos incluindo um representante da Defensoria Pública da União e o Sr. Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Então, fica deferido com a inserção dessas duas pessoas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Segundo me informaram, há um outro requerimento também do Senador Humberto Costa, que propôs que eu o subscrevesse para aprovação nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito, Senador.

É o item 21, também subscrito por V. Exa.:

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para discutir a situação da Comunidade Indígena Yanomami

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, por uma questão de justiça, até homenageando o nosso Presidente, eu só vou ler, na linha do que fez a Senadora Leila, a justificativa do Presidente Humberto Costa.

Diz ele: reportagem do Fantástico, Rede Globo, revelou, para todo o Brasil, a tragédia que se instaurou na vida das comunidades da Terra Indígena Yanomami.

São cenas tristes que retratam a precariedade na assistência do Estado a esta comunidade indígena, a qual convive com graves doenças, como o surto de malária que assolou o território, e com a precária fiscalização do Governo em relação aos garimpeiros ilegais que invadiram suas terras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade ianomâmi ocupa uma terra de mais de 10 milhões de hectares, com mais de 350 aldeias; ao todo, são 28 mil indígenas que estão geograficamente isolados em comunidades de difícil acesso.

E, na última parte, para não ler toda a justificativa, estou acelerando ao máximo, eu sei que mais Senadores querem aprovar requerimentos, ele diz que a comunidade ianomâmi está gritando por socorro e esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem o dever de buscar mecanismos que possam garantir os direitos essenciais à vida dessa comunidade, respeitando a sua cultura e a sua crença. O povo ianomâmi está morrendo e cabe a este Senado Federal não permitir que esta atrocidade continue acontecendo.

Repito: sou signatário, porque ele está em outra missão do Presidente da Casa. Eu sou coautor, então, desse requerimento.

Peço pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Apenas acrescento aqueles nomes de que eu já procedi à leitura.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo agora ao Senador... (*Pausa.*)

Perfeito. Passo ao item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para apresentar e debater os dados sobre a violência contra a mulher durante a pandemia.

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou começar com a justificação.

O período dos 16 Dias de Ativismo é marcado por grande mobilização das mulheres em torno da luta contra a violência de gênero, cujo combate tem na Lei 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, que comemora 15 anos em 2021, um dos seus marcos.

Entre outras grandes contribuições, a Lei Maria da Penha chama a atenção para as diferentes formas de violência contra a mulher – física, psicológica, moral, sexual e patrimonial – e para a importância do acompanhamento e do monitoramento dos dados respectivos.

A Lei Maria da Penha estabeleceu em seu art. 26 que "cabe ao Ministério Público [...] III) cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher". E, em seu art. 38, que "as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativos às mulheres".

O Poder Legislativo não ficou alheio a este esforço de produção, consolidação e interpretação de dados necessários para a elaboração de políticas públicas consequentes.

Desde 2005, o DataSenado realiza uma pesquisa nacional exclusivamente com mulheres sobre a violência doméstica e familiar e agora finaliza sua 9ª edição. A partir dos resultados dessa pesquisa, estima-se a proporção de mulheres que já sofreram algum tipo de violência provocada por um homem, bem como outros fatores associados a essa violência.

Criado em 2016, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) tem analisado indicadores secundários nacionais da saúde, justiça e segurança pública, visando fomentar o debate e trazer o cenário real ao conhecimento da população e dos Parlamentares, consubstanciado no seu Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: Indicadores Estaduais e Nacionais.

A divulgação, conhecimento e discussão deste tipo de dados faz-se especialmente necessária neste momento em que a violência contra a mulher cresceu durante a pandemia da covid-19.

Diante do exposto, requeiro o apoio de todos os pares para a promoção dessa audiência, sugerindo o dia 2 de dezembro próximo, e propondo a presença dos seguintes convidados:•representante do Instituto DataSenado; representante do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV); representante do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp); representante do Conselho Nacional de Justiça; e representante do Ministério Público.

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila Barros.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo ao item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "TODAS JUNTAS – ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COM DEFICIÊNCIA". O debate fará parte das atividades da campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, a serem promovidas pelas Procuradorias da Mulher no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros

Autoria: Senadora Mara Gabrilli, também subscrito pela Senadora Leila Barros, a quem eu concedo a palavra para a leitura do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Já enaltecendo o trabalho da Senadora Mara, porque foi uma sugestão dela, obviamente, como Procuradora da Mulher e representante também da Bancada junto com ela, não teria como não assinar e apoiar essa excelente iniciativa nesse momento em que nós estamos promovendo os 16 Dias de Ativismo.

A justificação.

Recentemente, foi criada a Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, um coletivo formado por 90 ativistas, com representantes de todas as regiões brasileiras. O grupo foi criado com vistas a mobilizar a sociedade, em especial as brasileiras com deficiência, para dar visibilidade e promover avanços, em conjunto com o poder público, nas ações e medidas urgentes para o enfrentamento da violência contra esse segmento que sofre com o somatório de múltiplas vulnerabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem pouquíssimas estatísticas sobre violência com informações sobre mulheres com deficiência. Este ano, pela primeira vez, o *Atlas da Violência*, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentou dados sobre a violência contra pessoas com deficiência. De acordo com o estudo, a violência doméstica é a principal situação, atingindo especialmente as mulheres.

O tema da violência contra a mulher com deficiência nos apresenta enormes desafios e vertentes. Sabemos que há grande subnotificação dos casos pela dificuldade de acesso físico, comunicacional e atitudinal aos órgãos competentes. Além disso, por falta de informações adequadas, as vítimas com deficiência podem apresentar maior dificuldade para a percepção e a compreensão das situações de abuso. Outro fator importante é que a vulnerabilidade é potencializada, já que muitas vezes a violência é praticada por familiares que atuam como cuidadores, tornando a mulher com deficiência refém de seu agressor e incapaz de buscar ajuda. O acesso à Justiça também fica comprometido pela falta de acessibilidade e porque muitas vezes a mulher com deficiência não é considerada "testemunha confiável" devido ao preconceito e à discriminação que esse grupo sofre. Assim, lamentavelmente, ainda não existe uma rede de apoio segura que permita à mulher com deficiência sair da situação de violência. Com isso, o ciclo se perpetua, e a mulher é novamente agredida e revitimizada.

Dessa forma, propomos a realização de um debate que nos proporcione uma visão ampliada e diversificada do tema, com abordagem nos desafios estatísticos, no impacto social na vida dessas mulheres, na educação acessível como forma de prevenção da violência, no capacitismo, além da apresentação das ações realizadas pelo Poder Executivo.

Para tanto, propomos a presença dos seguintes convidados, Sr. Presidente:

- Sra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

- Sra. Rosana Lago, Vice-Presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência da Bahia;

- Sra. Ewelin Canizares, Professora, Analista Ambiental e membro do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivas;

- Sra. Mila Guedes, publicitária e consultora em diversidade e inclusão de pessoas com deficiência;

- Sra. Neusa Maria, psicóloga, especialista em saúde mental, fundadora do Projeto Renascer e coautora do projeto "Eu me protejo";

- Sra. Deborah Prates, membro da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, do Foro da Pessoa com Deficiência da Emerj e da Comai – TJRJ;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sra. Pollyana Mercio da Silveira Sá, engenheira, fotógrafa e astróloga, além de criadora do blogue acuraemfoco.org e do Instagram @acuraemfoco;

- Representante da Coordenação do *Atlas da Violência 2021*, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Esse é o nosso requerimento, mais uma vez parabenizando a minha colega de bancada, a nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila Barros.

Também parabenizo a Senadora Mara Gabrilli.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Como os itens 23 e 24 são de autoria deste Presidente, transfiro, neste momento, a Presidência ao meu querido Senador Paulo Paim, eterno Presidente desta tão conceituada Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Contarato, por permitir que, neste momento, eu esteja na Presidência dos trabalhos desta Comissão tão importante, que é a de Direitos Humanos, que para mim é uma das mais importantes do Congresso Nacional.

Já agradeço a presença de todos.

Vamos começar o item 23, não é, Senador?

É de autoria de V. Exa.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a precarização técnica e estrutural dos Conselhos Tutelares, bem como a necessidade de viabilização de recursos orçamentários para atender à crescente demanda.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

A autoria é do Senador Fabiano Contarato, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar.) – Querido Senador Paulo Paim, eu pediria a V. Exa. que me dispensasse da leitura dos requerimentos, tanto o do item 23, quanto o do item 24, para que passássemos, posteriormente, à deliberação.

Então, com a palavra o Presidente, o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – A autorização está concedida.

Podemos encaminhar a votação? (*Pausa.*)

Então, de imediato, encaminho a votação.

Em votação o requerimento constante do item 23.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou colocar em votação o item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, DE 2021

- Não terminativo -

Requer aditamento do REQ 24/2021 de audiência pública para que seja incluído o tema controle social em relação à regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência. E a inclusão da convidada Senhora Renata Flores Tibyriçá, Coordenadora da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADEP.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Em votação o item 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Contarato, eu queria fazer um apelo a V. Exa., na hora em que lhe passo a Presidência, neste momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu já aprovei, na Comissão de Educação, um requerimento, por unanimidade, tranquilamente, para discutir a política de cotas. Se V. Exa. permitir que ele entre extrapauta... Eu acho que esta Comissão de Direitos Humanos também tem que discutir, para ainda ser aprovado no mês de novembro... Lá a discussão da política de cotas será no dia 10 de dezembro, não coincidindo, é claro, com a sessão que vamos ter, encaminhada por V. Exa. e por Humberto Costa, no Plenário do Senado. O debate das cotas será feito à tarde, e a Comissão que muito bem trata da homenagem à luta de todos aqueles que brigam por direitos humanos e por políticas humanitárias no mundo todo será realizada pela manhã.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que nós aprovássemos esse requerimento extrapauta, aproveitando o quórum, mas a data do debate seria ajustada com V. Exa. e o Humberto Costa em um segundo momento.

Se V. Exa. permitir, eu farei a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se concordam com a inserção extrapauta do requerimento do Senador Paulo Paim.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
N° 37, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 4656/2020, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra, para a leitura do requerimento, ao proponente, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Rapidamente, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater projeto apresentado por este Senador, o PL 4.656/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições [também] particulares de ensino".

Esse requerimento, Sr. Presidente, eu já o aprovei lá na Comissão de Educação, e a primeira audiência será no dia 10. E eu queria, claro, a depender da Comissão, que realizássemos aqui a segunda.

É porque no ano de 2022 vence o período, e nós teremos a revisão da política de cotas. Foi por isso que em 2020 eu apresentei já esse projeto, e outros 30, para se ter uma ideia, já foram apresentados também lá na Câmara dos Deputados.

Enfim, proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; Sr. Renato Janine, Professor e ex-Ministro da Educação; Frei David, Diretor da Educafro Brasil; José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; Dra. Lívia Sant'Anna, Promotora de Justiça da Bahia; Dra. Sheila Carvalho; e a ex-Ministra Nilma Lino Gomes, que foi a Ministra que ocupava o cargo na Seppir na época em que a política de cotas foi aprovada no Brasil, depois de uma luta que tivemos no Supremo Tribunal Federal. Eu estive lá, como único Senador negro da época, para defender a política de cotas. Ganhamos o debate, foi aprovado por dez a zero, e em seguida o Congresso, então, consagrou o direito.

Tenho certeza, Presidente, de que essa aprovação vai assegurar a cota por quantos anos for necessário – há projetos de 10, de 20, de 30, por toda a vida –, mas o debate é que é fundamental para que a gente garanta a política de cotas para negros, índios e os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero neste momento agradecer imensamente a paciência de todos os Senadores e Senadoras: ao meu querido Senador Paulo Paim, à minha querida Senadora Zenaide Maia, à Nilda Gondim, à Leila Barros, à Rose de Freitas, à Mara Gabrilli, ao Senador Randolfe, que estava aqui até o presente momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a compreensão de V. Exas., mas eu tento fazer com que a pauta seja resolvida com a maior brevidade possível, e é por isso que às vezes eu tento agilizar. Não é no intuito de desmerecer, por favor, nenhum colega Senador ou Senadora, mas é porque eu sei, como já fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a dificuldade que é para a gente conseguir alcançar um quórum. Então, quando a gente alcança esse quórum, a gente tem que aproveitar para deliberar, discutir e aprovar esses projetos de extrema importância.

Mais uma vez, agradeço a paciência de todos os Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

Um beijo carinhoso em todos os Senadores e Senadoras e na população brasileira.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Izalci Lucas, Paulo Rocha e Nelsinho Trad, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 33/2021 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Discutir a situação da Comunidade Indígena Yanomami". Participantes: Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI; Alisson Marugal, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto e Membro da 6ª CCR – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; Álvaro Simeão, Procurador Federal - representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Paulo Cesar Basta, Médico - Pesquisador em Saúde Pública - ENSP/Fiocruz; Renan Vinícius Sotto Mayor, Defensor Público Federal - integrante do grupo de trabalho comunidades indígenas da DPU; Dinamam Tuxá, Co-coordenador da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - CNDH/MMDH; Júlio Góes Pinto, Liderança/cacique Yanomami; e Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE-RR), Deputada Federal. Resultado: Reunião realizada. Fazem uso da palavra o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 24/2021 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros., e REQ 36/2021 - CDH, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Finalidade: Debater sobre: "O restabelecimento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE, e o controle social em relação à regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência". Participantes: Joelson Costa Dias, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB; Ana Claudia Figueiredo, Advogada, representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Renata Flores Tibyriçá, Coordenadora da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADEP; Izabel Maior, Médica Fisiatra, Professora da UFRJ e Ex-secretária Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e Maria Aparecida Gugel, Representante da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID. Resultado: Reunião realizada. Faz uso da palavra a Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Mara Gabrilli

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Carlos Fávaro, Paulo Paim, Telmário Mota, Fabiano Contarato, Leila Barros, Nelsinho Trad e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima oitava a vigésima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 33, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 506, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vagas para estudantes que vivam em abrigos." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3828, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Protetores de Mamilo (NBCAL), para dispor sobre embalagem, rotulagem e promoção comercial de composto lácteo." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4213, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências", para estabelecer, em benefício de aposentados e pensionistas idosos, normas de proteção contra a oferta abusiva de empréstimos financeiros mediante consignação em folha de pagamento ou débito direto em conta." Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5014, de 2019 - Não Terminativo - que: "Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2021 que: "Requer que a CDH apresente Indicação sugerindo à Presidência da República a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de Egresso de Instituições de Acolhimento, com amparo no art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na forma da redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019." Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota, Paulo Paim, Flávio Arns; e a Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, especialmente àqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado, bem como pelas redes sociais do Senado Federal.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 18ª à 20ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Eu quero, inclusive, aqui registrar a importância das atividades que a Comissão tem desenvolvido em termos de audiências públicas. Ontem tivemos uma importante audiência pública que foi coordenada pela Senadora Mara Gabrilli e que tratava do debate de tema referente às pessoas com deficiência. E pretendemos continuar fazendo com que a CDH seja um espaço permanente para discussão de todos os temas de relevância para a sociedade na área da garantia dos direitos humanos.

Bom, a presente reunião destina-se, portanto, à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário, pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões" e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e, escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de fotos, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente. A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: do instituto nacional de logística reversa, instituição sem fins lucrativos, criada pela Confederação do Elo Social Brasil, para a implantação do sistema denominado Lixo Zero, Social Dez. O objetivo é dar ciência a esta Casa da implantação do Programa Iner de Resíduos Sólidos em todo o Território nacional, com capacidade de resolver 100% do problema dos resíduos sólidos, por meio da iniciativa privada, sem fazer uso de verbas públicas. Isso devido às dificuldades que as prefeituras e Estados têm no cumprimento da Lei 12.305, de 2010, com relação à destinação correta dos resíduos sólidos. E por isso é importante implantar esse sistema em todos os Estados brasileiros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Registro feito.

Da Federação Nacional das Apaes, ofício com o posicionamento da Apae sobre a suspensão das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade).

As atividades desse conselho foram suspensas por meio de um parecer da AGU interpretando o Decreto 10.077, de 2019. Nesse sentido, esta Comissão realizou ontem, dia 29 de novembro, uma reunião que tratou do restabelecimento das atividades do Conade.

Do Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais. Solicita a revisão à Lei de Cotas no que se refere aos tipos de deficiências para incluir pessoas com a deficiência auditiva unilateral.

Do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). Manifestação de repúdio ao PL 190, de 2020, que tem por objetivo mineração em terras indígenas.

Da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo. Moção de apoio à assinatura da Declaração de Genebra, movimento internacional contra o aborto.

Da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Encaminha para conhecimento as notas taquigráficas de reunião realizada pela Comissão de Direitos Humanos desta Assembleia cuja finalidade foi a de debater sobre o direito à vida desde a concepção.

Da Câmara Municipal de Igrejinha, Rio Grande do Sul. Moção de apoio à campanha nacional para o tratamento gratuito da deficiência neurológica Atrofia Muscular Espinhal (AME), para que seja disponibilizado o tratamento com medicamento Zolgensma, por meio do Sistema Único de Saúde.

Da Câmara Municipal de Leopoldina, Minas Gerais. Encaminha uma representação solicitando ao Congresso Nacional que debata a possibilidade de prisão perpétua para aqueles indivíduos que cometerem crime hediondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Goiás. Encaminha relatórios de inspeções *in loco* realizadas em unidades prisionais do Estado de Goiás, Presídio Estadual de Formosa e Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, entre os dias 12/11/2020 e 18/01/2021, com a finalidade de apurar denúncias de tortura e maus-tratos em desfavor de prisioneiros custodiados pelo Estado.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis, na Secretaria e no Portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Aviso ainda que, nestes mesmos termos, os documentos lidos na 11ª Reunião, de 2020, desta Comissão serão arquivados.

Vamos dar início à nossa pauta pelo item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 248, DE 2015

- Terminativo -

Cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE.

Observações:

Tramitação: CE, CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 27/03/2018, a matéria foi aprovada na CE, com as emendas de 1 a 9;

- Em 09/05/2018, a matéria foi aprovada na CAS, com as emendas de 1 a 5, 8 e 9-CE/CAS mais as emendas 10 e 11-CAS. E rejeitou as emendas 6 e 7-CE;

- Em 30/08/21, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

A relatoria é do Senador Telmário Mota, que está aqui entre nós. Agradeço a sua participação e, de imediato, concedo a V. Exa. a palavra para as suas considerações, se julgar necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Presidente, meu bom-dia! Bom dia a todos! Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, nós já lemos esse relatório aqui. No entanto, no início, atribuímos o nome ao projeto que criava o Estatuto do Cigano.

Aí fizemos uma alteração de ementa, que passa a vigorar como: "cria o Estatuto dos Povos Ciganos". Então essa é a pequena alteração que foi realmente efetuada no relatório.

Portanto, era isso que nós queríamos acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando nós tivermos o quórum, como se trata de um projeto terminativo, assim que nós obtivermos o quórum necessário, nós faremos a votação da matéria, já que foi lido.

O item nº 6. Não está presente o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Nós ainda não temos o quórum para votação dos projetos e, lamentavelmente, também não foi possível termos aqui hoje a presença de alguns Relatores de projetos que são não terminativos e que poderiam ser votados. É o caso da relatoria do projeto que altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos. É de autoria da CPI dos Maus-Tratos, de 2017, e o Relator é o Senador Marcos Rogério, que, até o presente momento, não pôde se fazer presente.

Também o projeto não terminativo, o Projeto de Lei 5.014, que obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas. É de autoria do Deputado Federal Fábio Faria, e o Relator é o Senador Eduardo Girão, que, até o momento, também não pôde se fazer presente.

E, por último, temos o Requerimento nº 25, de 2021, obviamente não terminativo.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 25, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que a CDH apresente Indicação sugerindo à Presidência da República a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de Egresso de Instituições de Acolhimento, com amparo no art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na forma da redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR).

É de autoria do Senador Flávio Arns, que também, até o presente momento, não pôde comparecer.

Bom, nós temos aqui vários companheiros e companheiras presentes, e eu gostaria de facultar a palavra àqueles que desejarem se manifestar sobre que tema for. Parece-me que a Senadora Mara pediu a palavra e eu, de imediato, concedo a palavra a ela.

Aqueles que desejarem, podem solicitar.

Com certeza, Senador Paulo Paim, daqui a pouco eu lhe darei a palavra.

Como a Senadora Mara não se manifestou, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, enquanto chegam os outros Senadores, primeiro cumprimentar o Senador Humberto Costa pelo brilhante trabalho feito na CPI. V. Exa., sem sombra de dúvida, foi um dos Senadores que mais se destacou pela firmeza, pela clareza naquele debate.

Segunda questão, Senador Humberto, eu quero responder, porque muita gente me pergunta por que a CDH ainda não votou o projeto do décimo quarto salário, e eu explico, Senador Humberto, com a maior tranquilidade: como nós não tínhamos o presencial, eu o transformei num projeto e joguei direto para o Plenário. Se nós aprovássemos aqui a SUG, que poderíamos aprovar com tranquilidade, porque é uma SUG, ela ia percorrer todo um trabalho de Comissões. E, como o nosso já está no Plenário, eu não vi necessidade de acelerarmos aqui o que já está no Plenário; bastaria, é claro, o Plenário indicar um Relator.

Aí me perguntam: "Mas a Câmara já votou em duas comissões". Sim, votou em duas comissões e vai ainda para o Plenário; o nosso já está no Plenário. Só falta, claro, o Colégio de Líderes deliberar para aprovar ou não, claro, o décimo quarto. Estou aproveitando esse momento para dar essa explicação porque nos pediram.

Quanto à instalação, Senador Humberto, também na mesma linha, como eu combinei com V. Exa., a Subcomissão de Igualdade Racial nós já aprovamos, nós já cumprimos a nossa parte, o Senador Humberto também. Quanto à instalação, bom! Agora, quanto aos membros, nós resolvemos deixar para instalar no início do ano que vem, porque, instalar agora, no mês de dezembro, para não haver nenhuma reunião, provavelmente, devido inclusive à pandemia... Então, nós vamos instalar no ano que vem a Subcomissão, conforme havíamos combinado, data, enfim, da forma mais adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço essa fala muito rápida e, ao mesmo tempo, eu quero mais uma vez dizer que é muito importante que a gente tenha uma sessão do Congresso pra discutir os vetos que foram apostos pelo Presidente, e um deles é aquele que trata da vacina. Estamos todos assistindo, o mundo todo falando já de mais uma variante que está sendo debatida, a partir de alguns casos acontecidos na África. Agora, é importante também, como pediu o Mais Médicos – o Mais Médicos tem um belo trabalho em nível internacional –; pediu, veio também o documento da Comunidade Europeia, para que o Brasil se debruce numa sessão do Congresso, para deliberar sobre os vetos do presidente. No Senado, o Nelsinho Trad foi o Relator, o Aécio Neves o Relator na Câmara dos Deputados... Fizeram um projeto de bom tamanho, mas, com os vetos do Presidente, isso trouxe um enorme prejuízo. E, se nós queremos – Humberto Costa mais do que ninguém, ele nos dá aula sobre esse tema – fazer com que a pandemia diminua no mundo todo, é preciso produzir vacina não só no Brasil, mas também nos outros países considerados inclusive mais frágeis.

Há países da África – vou pegar o continente africano –, em que não há 10% de pessoas vacinadas, e isso, naturalmente e infelizmente, pode fazer com que o novo vírus venha a contagiar a todos nós.

Por isso, meus cumprimentos a V. Exa., que está aí de máscara, dando um exemplo a ser seguido, no sentido de que a gente tem uma preocupação enorme com a questão da vacina.

Eu continuo no Rio Grande do Sul, não estou em Brasília, por recomendação médica, devido à idade, à hipertensão e à diabete, e só vou quando eu achar que realmente é o momento de eu fazer esse deslocamento. Fiquei um ano e meio, praticamente, aí; depois, vim para cá e estou aqui nesse período, mas, logo que for liberado o trabalho presencial de todos, inclusive dos chamados mais vulneráveis, eu estarei aí para colaborar com os senhores e com as senhoras, mas, infelizmente, nesse período, eu não estou indo aí.

Era uma rápida fala, e me coloco à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim, não só pelos esclarecimentos que foram feitos, mas também pelo posicionamento de V. Exa. sobre esse tema tão relevante, que tão cedo não vai sair da pauta não só do Congresso Nacional mas da população brasileira, que é exatamente o enfrentamento à pandemia.

Neste momento, nós estamos assistindo à disseminação de uma nova cepa, sobre a qual ainda há muitas incertezas... Não há de se falar em desespero, porque realmente tudo indica que é uma cepa extremamente transmissível, mas outras informações ainda precisam ser agregadas, e a mais importante delas é qual o papel que as vacinas podem exercer no enfrentamento a essa cepa. Quero crer que as vacinas disponíveis continuarão sendo aplicadas para esse caso também, com resultados bastante positivos.

Mas eu queria fazer dois registros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um registro é este que trata de por que, quando nós já temos uma vacina disponível, continuam a surgir inúmeras cepas novas, não é? Por que isso aconteceu, está acontecendo na África? E a resposta é muito simples: é exatamente pelo fato de que o acesso à vacina não foi democratizado e não foi universalizado. Há países em que uma parcela significativa da população se recusa a se vacinar, e as vacinas sobram; enquanto isso, há inúmeros países na África em que o percentual de pessoas vacinadas pouco passa de 10%, pessoas que gostariam de estar sendo cobertas com a aplicação da vacina, e que, no entanto, não têm esse acesso. Então, esta é uma primeira questão: é uma obrigação dos países mais ricos ou mesmo dos que não sejam mais ricos, como é o caso do Brasil, mas que têm condição de fazer um esforço internacional para ajudar na ampliação da vacinação na África, na América Latina, na Ásia... Porque essa pandemia não será controlada enquanto todos não tiverem acesso à vacina. Novas, mais perigosas, mais transmissíveis mutações poderão acontecer se todos não tiverem acesso. E o Secretário-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, já disse claramente que, se o Ocidente está pensando que vai escapar simplesmente por ter vacinado sua população, se trata de um ledo engano.

A outra coisa que eu gostaria de registrar – e vejo aqui o Senador Flávio Arns – foram matérias que surgiram nesses últimos dias, dando conta da ampliação da fome no nosso País, casos que foram relatados de pessoas que desmaiaram de fome em frente a unidades de saúde, em São Paulo, no Rio e em outros Estados; a quantidade de pessoas que se aglomera, hoje, no Brasil, nos sinais de trânsito, pedindo algum tipo de esmola, de ajuda, para poder se alimentar; a quantidade de pessoas que estão sobrevivendo da coleta de alimentos no lixo – no lixo... E isso tudo diz muito mal de um país que tem a riqueza que o Brasil tem, que é um dos maiores produtores mundiais de grãos, que é um dos maiores produtores mundiais de proteínas animais. E a sua população está passando fome, pelo descaso, pela falta de políticas deste Governo que aí está. Que olhe pelos mais humildes, que olhe pelos mais pobres!

Então, hoje, as ruas do nosso País estão cheias de pessoas pedindo esmolas para tentar sobreviver e morando na rua, porque boa parte dessas pessoas saíram das suas casas porque não puderam pagar aluguel ou porque têm a casa, mas preferiram tentar obter algum rendimento com isso, e as ruas do Brasil inteiro estão cheias. Não é possível que os governantes, os Parlamentares, os integrantes dos diversos Poderes e as elites econômico-financeiras deste País ignorem esse fato. E esta Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos, também não pode ignorar, porque este é o direito mais elementar que qualquer ser humano deve ter: o de viver, o de sobreviver, o de se alimentar.

Portanto, tudo o que precisar e puder ser feito, para que nós possamos imediatamente adotar os auxílios emergenciais, o Auxílio Brasil, o que quer que seja, mas que alcance uma parcela expressiva da sociedade brasileira que está faminta, hoje, e que leve valores importantes para que essas pessoas possam sobreviver, é algo que esta Comissão tem que defender.

Vejam, por exemplo... É vergonhoso para mim, como Parlamentar, para cada um de nós, como Parlamentar, o que está acontecendo no Congresso Nacional hoje. O orçamento de investimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal hoje está controlado pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente do Senado, para atender a emendas parlamentares. Hoje, Ministro de Estado que quer fazer qualquer coisa tem que pedir autorização ao Presidente da Câmara, porque quem controla o dinheiro é ele, para os Parlamentares aplicarem em emendas, em obras, preocupados com as eleições e tal, enquanto a população está passando fome!

Por isso que nós somos contra! O nosso partido votou contra e vai continuar sendo contra esse orçamento secreto, esse orçamento que transfere aos Parlamentares a prerrogativa de determinar onde os recursos vão ser alocados no Brasil hoje. O Senado Federal, lamentavelmente, transformou-se numa Câmara de Vereadores. Estou aqui no Senado desde 2011, e o que aconteceu no Senado, de dois anos para cá, eu nunca vi. O Senado sempre foi uma Casa do debate, da grande discussão, dos grandes temas, e agora é a Casa daqueles que andam atrás de emendas para poder aplicar nos Municípios, enfim... É uma situação realmente inaceitável.

Eu peço desculpas a todos aqui pelo meu desabafo, mas, sinceramente, não adianta também a gente ficar cobrando só do Governo Federal, que é omisso, incompetente, não tem nenhum tipo de sentimento pelo sofrimento das pessoas no nosso País, e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional se arvorar em ser o executor do orçamento no nosso País hoje. Isso realmente é algo inaceitável.

Eu queria deixar aqui o meu protesto diante disso. Espero que o Supremo Tribunal Federal e a opinião pública pressionem o suficiente para acabar com isso. Ou nós apresentamos uma emenda constitucional e transformamos o nosso sistema de Governo de presidencialista em parlamentarista, e aí o Congresso Nacional assume o ônus e o bônus de ser o Executivo, ou então nós vamos ficar nessa brincadeira em que o orçamento é gerido pelo Congresso, e o Governo, o Executivo, apenas executa os recursos obrigatórios, constitucionalmente obrigatórios. Quer dizer, isso é lamentável! Lamentável!

Eu espero que o Supremo se imponha. O Supremo, que foi fundamental para impedir que este Presidente da República desse um golpe de Estado, agora há pouco, em setembro passado, e o Congresso Nacional bateu palmas para o Supremo, o Congresso Nacional tem que cumprir o que o Supremo está definindo. Decisão judicial não se discute; cumpre-se. Se é para parar de executar esse orçamento secreto, que pare! Se é para revelar quem recebeu, que revele! Agora, nesse momento, o Congresso Nacional está repetindo o que o Presidente Bolsonaro fez várias vezes: a tentativa de quebrar a independência entre os Poderes.

Enquanto isso, as ruas estão repletas de pessoas passando fome, vivendo ao léu, desrespeitadas no direito mais elementar que o ser humano tem, que é o de se alimentar.

Então, quero pedir desculpa pelo meu desabafo, mas precisava fazê-lo.

Eu vou transferir a palavra aqui para a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Paulo Rocha, e eu pergunto ao Senador Flávio Arns se nós podemos votar também o seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar a palavra à Senadora, ao Senador Paulo Rocha, e, de imediato, nós vamos votar o que for possível.

Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente. Queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Flávio Arns, os outros Senadores presentes, e ler aqui os encaminhamentos da audiência pública feita ontem na Comissão, na CDH, no dia 29/11.

Restabelecimento das atividades do Conade e o controle social em relação à regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência.

Eu, Senadora Mara Gabrilli, proponente e Presidente da audiência, ressaltei que já tenho a intenção de apresentar uma proposição para dar mais segurança ao Conade. A ideia seria de propor uma PEC para criar um grande conselho constitucional de direitos humanos, com conselhos temáticos, incluindo de pessoas com deficiência.

A Dra. Ana Cláudia Figueiredo, advogada representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, não propôs encaminhamento para a CDH e para os Senadores; entretanto, ela pediu apoio na divulgação de um manifesto da Rede In, juntamente com outras entidades representativas, por meio do qual pedem consulta pública e transparência sobre a regulamentação da avaliação da deficiência e disponibilização do relatório final do GTI, com todos os documentos anexos, inclusive com as propostas de regulamentação do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão antes da deliberação presidencial, porque o Ministério, o MMFDH, vem negando acesso a esses documentos. A Ana Cláudia convidou todos para assinarem o manifesto, que já conta com quase 22 mil assinaturas.

A Maria Aparecida Gurgel, que é a representante da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), sugeriu que a sociedade civil organizada, juntamente com o Congresso Nacional, faça pressão para que o poder público encaminhe, com urgência, uma proposta que preveja a criação do Conade por meio de lei ordinária, com a instituição de fundo correspondente, e ressaltou que a autonomia do Conade precisa ser, inclusive, financeira e orçamentária, para que o conselho seja independente de qualquer governo.

Já o Dr. Joelson Costa Dias, que é o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB, propôs a convocação do Presidente do INSS e da Ministra dos Direitos Humanos, para que prestem os esclarecimentos necessários sobre o BPC e a demora na análise dos requerimentos, que estão demorando demais, bem como as explicações sobre os instrumentos de avaliação e os procedimentos de comparação, inclusive sobre o aspecto ético; e informou que a OAB irá judicializar a questão. Já há parecer aprovado da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deficiência na OAB, no entendimento de que esse último relatório do GTI precisa ser disponibilizado para a sociedade civil e da necessidade de restabelecimento das atividades do Conade.

E o Dr. Joelson Costa Dias acredita também que cabe eventual representação por improbidade administrativa de autoridades que não vêm dando cumprimento à convenção e ao Comitê da ONU. Ressaltou que, independentemente da promulgação de uma lei, o Governo já está descumprindo o que foi decidido, antes, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, nos autos de uma Adin que ainda tramita no Supremo e dispõe sobre a necessidade de funcionamento desses conselhos de direitos. E, por força até do Comentário Geral nº 7 do Comitê da ONU, o Governo não pôde extinguir os colegiados por meio do ato unilateral do Chefe do Poder Executivo.

A Dra. Izabel Maior, médica fisiatra, professora da UFRJ e ex-Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência não propôs encaminhamentos para a CDH e para os Senadores. Entretanto, reforçou que o Governo tem que voltar com as atividades do Conade e entregar para a sociedade civil o processo de eleição, e não o processo seletivo no qual o Governo vai escolher quem vai votar junto com ele.

E, por fim, a Dra. Renata Flores Tibyriçá, que é Coordenadora da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Anadep, não propôs encaminhamentos para a CDH e para os Senadores. Entretanto, informou que a Defensoria Pública da União e as Defensorias Públicas do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Maranhão enviaram uma recomendação para o MMFDH para que o ministério encaminhe uma cópia do relatório final do GTI e faça uma publicação desse relatório no *site* do ministério. O MMFDH tinha cinco dias, desde o encaminhamento dessa recomendação, e o prazo termina exatamente hoje. Além disso, ainda nessa recomendação, as Defensorias solicitaram, com um prazo de dez dias, a abertura de consulta pública para que os movimentos de direitos das pessoas com deficiência e outras pessoas interessadas possam se manifestar sobre a regulamentação da avaliação. Até o momento as defensorias não receberam uma resposta sobre essa recomendação.

Bom, então, esses são os encaminhamentos da audiência pública realizada ontem, na CDH.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli. Parabéns pela realização da audiência!

Eu, de imediato, coloco em votação, junto aos Senadores, a aprovação dessas recomendações.

Aqueles que desejarem discutir podem se manifestar. (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns quer se manifestar sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa., Senador Humberto Costa, me associar a toda a sua argumentação em termos do posicionamento sobre as emendas de Relator. E realmente é um assunto que denigre a imagem do Senado Federal e infelizmente, no dia de ontem, por uma diferença de dois votos, o relatório foi aprovado, o que a gente lamenta.

Em relação à questão basicamente do Conade, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assim como à questão da avaliação biopsicossocial, que foi objeto da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos, no dia de ontem, eu só quero fazer alguns comentários. Nós na CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais, temos a Subcomissão da pessoa com deficiência e também a Subcomissão da pessoa com doenças raras, além da Subcomissão da pessoa idosa. E, inclusive no ano anterior à pandemia, portanto, em 2019, a Casa adotou como política pública do ano a avaliação biopsicossocial e houve um avanço bastante importante naquela época, num debate com a Universidade de Brasília, que desenvolveu toda uma pesquisa com o INSS, onde estão também os auditores. A Senadora Soraya Thronicke foi a Relatora, apresentou um relatório no final do ano, aprovado pela CAS, e nós tivemos uma questão de muita participação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Eu, inclusive, sempre ressalto a solidariedade do ministério, a participação, a presença, a necessidade de debater.

Então, eu precisaria também ler, com mais atenção, os encaminhamentos da audiência pública de ontem, já que nós vamos votar também e, ao mesmo tempo, pelo que eu escutei, haveria a convocação da Ministra. Então, eu penso que há coisas que poderíamos ser alteradas. As pessoas participantes da audiência pública – e muitas pessoas participaram lá na CAS no decorrer de 2019; ministérios –, então, a gente teria que ver com mais calmam, porque a convocação significa alguma coisa que o ministério esteja deixando de fazer, não querendo participar, ou se recusando a estar presente, o que, em absoluto, aconteceu no decorrer desses anos. Não tenho autorização para defender a Ministra Damares, mas eu acho que a gente tem que ser justo naquilo que aconteceu.

Ao mesmo tempo, em relação ao próprio Conade, houve muita confusão no decorrer desse tempo. Eu, como Presidente da Subcomissão da pessoa com deficiência, reportei-me à Ministra, ela respondeu imediatamente, dizendo da preocupação dela, inclusive alterando, substituindo pessoas no ministério, em função da confusão que aconteceu, e, ao mesmo tempo, já externando que o processo estaria sendo concluído para a regularização do trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência neste final ou começo do ano. E é claro, tem que haver a escuta dos membros da sociedade.

Então, Sr. Presidente, escutando o relatório da companheira e Senadora, líder da área, Mara Gabrilli, e também do Senador Fabiano Contarato, que requisitaram essa audiência na Comissão de Direitos Humanos, antes de votar pelos encaminhamentos, eu gostaria de lê-los com mais calma para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteja tudo de acordo com aquilo que a própria Subcomissão da pessoa com deficiência realizou e está realizando na Comissão de Assuntos Sociais, para não haver uma falta de sintonia, porque, se eu, na Comissão de Direitos Humanos, aprovo a convocação da Ministra, e lá na Subcomissão eu digo que o trabalho tem sido muito solidário, presente, de competência, a gente fica numa situação difícil de dar explicações para o público em geral.

Então, eu requisitaria, Sr. Presidente, vista – não sei se isso é possível em termos de requerimento –, para que eu possa me manifestar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, não havendo nenhum óbice da parte da Senadora Mara Gabrilli, que eu acho que não há, não há problema. Nós vamos remeter a V. Exa. o conjunto das recomendações que foram feitas pelos participantes da audiência pública que foi feita no dia de ontem, e poderemos, na próxima semana, fazer a votação dessas recomendações. De toda forma, são recomendações e, para que haja a convocação seja do Presidente do INSS, seja da Ministra dos Direitos Humanos, é necessário um requerimento específico para isso aqui na Comissão.

Eu vou dar a palavra à Senadora Mara Gabrilli, mas atendo à demanda de V. Exa. para que possa ter acesso a esse pequeno relatório que foi feito pela Senadora Mara, manifestando as posições das pessoas que participaram dessa audiência pública. E, na primeira oportunidade, nós incorporaremos essas recomendações e, depois, vamos discutir cada uma delas: se haverá essa convocação; se não, enfim.

Eu concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente Humberto. Eu queria lembrar aos Senadores que a Ministra Damares foi convidada, sim. E, além de ela não ter vindo, ela indicou o Secretário Nacional, que também viria, mas que depois alegou algum compromisso e não veio. E a gente tem que lembrar, a gente não pode esquecer que o Conade está sem conselheiro há mais de um ano, e a Ministra não quer fazer uma eleição, ela quer fazer um processo seletivo. Isso é bem diferente, ela quer escolher quem vai estar lá.

Do mesmo modo, ela acabou excluindo os conselheiros municipais e estaduais e a Ampid da composição do Conade, e a gente quer, todos querem saber o porquê disso. São explicações que a gente quer ter e para isso teria sido importante a presença da Ministra ou de algum representante ontem, o que não aconteceu, e a gente continua sem conselho. Então, eu queria lembrar aos Senadores que isso está acontecendo.

Essa parceria aí com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos eu queria muito poder dizer que aconteceu todo o tempo, mas, infelizmente, em vários temas que a gente tratou, essa parceria não rolou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e faço, então, esse encaminhamento. Nós vamos encaminhar para cada um dos membros da Comissão o relatório que V. Exa. preparou. Na próxima reunião, nós discutiremos e incorporaremos esse relatório e V. Exa., assim como qualquer um dos integrantes desta Comissão, poderá apresentar na forma de requerimentos, na forma de processos, a concretização dessas recomendações.

Bom, eu queria neste momento pedir ao Senador Flávio Arns que ele possa fazer... Ah, não, já foi lido.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reforçar as sanções e dar transparência ao descumprimento das quotas de contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência e dispor sobre condições equitativas de desenvolvimento profissional, promoção e remuneração.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS;

- Em 09/08/2021, foi lido o relatório; adiadas a discussão e votação.

Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, se ele julgar necessário, para que ele possa fazer suas considerações e nós fazermos a discussão e a votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço de novo, Sr. Presidente.

Só para lembrar, como já foi lembrado, que é um projeto de iniciativa do Senador Jorge Kajuru, preocupado com a questão das cotas para pessoas com deficiência nas empresas, cobrando as sanções e a transparência no descumprimento das cotas e contratação de trabalhadores reabilitados e com deficiência, e dispor de condições equitativas para o desenvolvimento profissional, promoção e remuneração. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero dizer que a questão de cotas é uma questão das mais importantes. Trata-se de uma lei que já está vigorando no Brasil pelos últimos 30 anos, e o Deputado, naquela época – eu estava na Câmara dos Deputados junto com o Paulo Paim –, foi o ex-Governador do Rio Grande do Sul Antônio Britto, que relatou essa lei, que foi um avanço muito importante.

E o Senador Kajuru propõe alterações para que, na verdade, essa lei seja cumprida na sua inteireza.

Então, o voto, que já foi lido, é pela aprovação, com algumas emendas que a gente fez, e que depois vai ser também debatido e discutido em outras Comissões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Paim quer falar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É um minuto só, Presidente. É só para cumprimentar, mais uma vez, o Senador Kajuru e o Senador Flávio Arns.

O Senador Flávio Arns tem uma história linda na área das pessoas com deficiência e, como em todos os seus mandatos, em outras áreas também. Mas, quando se trata de políticas de cotas, eu me vejo na obrigação de também pedir naturalmente o apoio integral a essa matéria, porque cotas para nós todos significam dar um espaço para aqueles setores que são mais vulneráveis da sociedade. Assim como faremos, com certeza, no debate da política de cotas para a comunidade negra, que queremos prorrogar, no mínimo, para mais de dez anos. A política de cotas para a comunidade negra mudou a cara das universidades: nós mais que dobramos o número de negros e negras nas universidades.

Só faço esse gancho, porque sei que também essa é a posição da Mara, do Flávio, da Leila, de V. Exa., Senador Humberto Costa, da Rose de Freitas. Estou citando os que estão aqui na tela.

Por isso, parabéns a ambos! É com muito orgulho e satisfação que nós votaremos esse projeto, que me fez lembrar, aqui, inclusive, do Antônio Britto, que há poucos dias falou comigo, depois de muitos e muitos anos, naquele debate da criação do piso salarial dos enfermeiros, em que, no fim, deu tudo certo.

Era isso, Presidente. Obrigado pela tolerância de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que foram apresentadas.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para análise terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

A outra proposição não terminativa é o Requerimento de nº 25, de 2021, de autoria do Senador Flávio Arns.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 25, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que a CDH apresente Indicação sugerindo à Presidência da República a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de Egresso de Instituições de Acolhimento, com amparo no art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na forma da redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento ou para justificativa, se assim considerar necessário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – É bem rápido, Sr. Presidente.

Quero, antes, agradecer ao amigo Senador Paulo Paim pelas palavras e dizer que o Senador Paulo Paim é uma grande liderança em inúmeras áreas e também na área da pessoa com deficiência, porque luta por direitos humanos, cidadania, chances, oportunidades também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no início de dezembro, inclusive, será lembrado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, assim como o Dia Nacional da Pastoral da Criança. E o Senador Paulo Paim é uma grande liderança nessa área.

Em relação ao requerimento, Sr. Presidente e colegas Senadores, nós fizemos inúmeras reuniões com instituições do terceiro setor, particularmente, que atendem pessoas, crianças e adolescentes, em instituições de acolhimento. E o que eles relataram, nessas instituições, nos disseram é que, quando esses adolescentes chegam, completam 18 anos de idade, eles não têm mais qualquer tipo de apoio possível oficial, como acontece com os filhos da gente, que ficam em casa, começam a estudar, trabalhar, vão à faculdade e, na verdade, vão ter uma vida independente quando isso for possível. E nas instituições de acolhimento, aos 18 anos, há uma ruptura absoluta do jovem com a instituição e com os apoios que ainda, muitas vezes, a gente sabe muito bem que são necessários.

Então, para se criar um programa, uma política nacional, inclusive com recursos financeiros, essa tem que ser uma iniciativa do Executivo. E, discutindo com todas essas instituições, nós dissemos: "Olhe, vamos à Comissão de Direitos Humanos, porque essa é uma questão de direito humano e é uma questão de legislação participativa". Porque o que está escrito no requerimento foi, na verdade, elaborado em conjunto com as instituições – eles que sugeriram –, e nós estaríamos fazendo uma indicação para o Executivo para que este observe esse assunto, detalhe esse assunto e que nós possamos, então, na sequência, ter uma política pública adequada para os egressos de instituições de acolhimento, inclusive, várias delas ligadas a denominações religiosas que fazem um trabalho muito bom. São instituições do terceiro setor, sem fins lucrativos, que têm esse ideal de atender bem a criança, o adolescente, particularmente a mãe, as famílias.

Então, essa indicação tem este objetivo de dizer para o Executivo: "Olhe, não tem nada para essa turma toda no Brasil; então, vamos pensar em conjunto para ver o que pode ser feito". E a gente pode acompanhar depois, no Executivo, porque, em se tratando de envolvimento financeiro também, não compete à gente apresentar um projeto de lei. Mas vamos demandar isso do Executivo, para que aconteça e com isso os adolescentes egressos possam ter uma perspectiva melhor de se integrarem, de se incluírem; que a sociedade os acolha com mais competência, com mais amor, com mais atenção, porque precisam de uma atenção especial.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Eu vou agora para o item 9. Eu quero pedir ao Senador Paulo Paim para que, na condição de Relator *ad hoc*, já que o Senador Eduardo Girão, que é o Relator desse projeto, infelizmente não pôde estar presente, possa fazer a leitura do relatório e manifestar o seu voto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5014, DE 2019

- Não terminativo -

Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE, CDH e CCJ.

Em 04/02/2020, a matéria foi aprovada na CE.

A autoria é do Deputado Federal Fábio Faria e a relatoria *ad hoc* é do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Humberto Costa, por me conceder o direito a ser Relator *ad hoc.* Reafirmo o que V. Exa. já colocou. O projeto é do Deputado Fábio Faria e o relatório é do Senador Eduardo Girão.

Se V. Exa. permitir, eu vou direto para a análise.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para opinar sobre matérias pertinentes à proteção e à garantia dos direitos humanos, inclusive sobre direitos da mulher e proteção à família, à infância e à juventude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vemos mérito na proposição. Primeiro, por estimular campanhas de combate à violência, inclusive violência sexual contra crianças e adolescentes, ao preconceito e ao uso de drogas, que são temas caros a todos que desejem uma sociedade na qual a dignidade fundamental de todas as pessoas seja promovida. Abordando a dignidade sexual dos mais jovens, o respeito à diversidade e a prevenção de vícios, daremos bons passos nessa direção.

Segundo, por promover a responsabilidade social das empresas de transporte coletivo de passageiros e das empresas que exploram salas de cinema comerciais, sem ônus significativo. Como já dispõem dos meios previstos na proposição, serão importantes aliados na veiculação de peças educativas e informativas, fazendo com que atinjam um público numeroso que quotidianamente utiliza seus serviços. A duração mínima consideravelmente curta das peças, o uso de cartazes onde não houver equipamentos audiovisuais e o prazo para entrada da lei em vigor revelam o cuidado na lapidação de uma proposta razoável. Dessa forma, vemos uma maneira eficaz de promover valores humanitários e coibir condutas atentatórias à dignidade fundamental de todas as pessoas, sob a forma de uma parceria entre o poder público e entes privados que beneficia toda a sociedade.

Como é tecnicamente falho e perigoso abrir margem para discricionariedade excessiva, que pode resultar em abusos e em discriminação inconstitucional, propomos corrigir o problema mediante oferta de simples emendas de redação para que o termo "perversão" seja substituído pela expressão "crimes contra a dignidade sexual", cujo conteúdo jurídico é mais bem definido.

Mediante o fato, com as duas emendas de redação, somos favoráveis à aprovação.

Senador Eduardo Girão, a quem eu substituí como Relator *ad hoc*.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que foram apresentadas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nenhum assunto a tratar na reunião de hoje, declaro encerrada a presente reunião. E na próxima semana estaremos novamente juntos para debater os temas relativos à política de direitos humanos no nosso País.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas e Mara Gabrilli. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Flávio Arns, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 29/2021 - CDH, de autoria Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Finalidade: Debater o tema: "Boas práticas no combate à violência contra a mulher". Participantes: Andrea Teixeira de Souza, Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo e Membra Auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP; Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Renata Braz das Neves Cardoso, Coordenadora Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres – SNPM/MMDH; Adriane Reis de Araújo, Procuradora do Trabalho - Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – Coordigualdade/MPT; Sara Gama Sampaio, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia - Titular da 1ª Promotoria Especializada em Crimes de Violência Doméstica e Familiar da Capital; e Valéria Avanci Laval, Coordenadora Geral Programa Mulher Segura e Protegida, SNPM/MMFDH. Resultado: Reunião realizada. Faz uso da palavra a Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 29, de 2021, da CDH, de minha autoria, para debater o tema "Boas práticas no combate à violência contra a mulher".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

É com grande carinho que agradeço ao Senador Humberto Costa, Presidente da CDH, a deferência de me deixar presidir esta reunião tão importante, na qual contaremos com as seguintes presenças: a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; a Sra. Adriane Reis de Araújo, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade/MPT); a Sra. Cristiana Ziouva, ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; a Dra. Andrea Teixeira de Souza, Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo e Membra Auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público; a Dra. Sara Gama Sampaio, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, titular da 1ª Promotoria Especializada em Crimes de Violência Doméstica e Familiar da Capital, Coordenadora do Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público; a Sra. Major Renata Braz, Coordenadora-Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Esta reunião faz parte da programação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para a celebração dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Este ano, as mulheres do Senado e da Câmara elegeram as boas práticas no enfrentamento à violência contra as mulheres como tema norteador da programação dos 16 dias.

Num dia 6 de dezembro como este, no ano de 1989, um jovem canadense de 25 anos, armado, invadiu uma sala de aula em uma faculdade de engenharia na cidade de Montreal. Ele ordenou que todos os estudantes homens saíssem e depois atirou em todas as estudantes mulheres que restaram, dizendo que odiava as feministas. O jovem assassinou de uma vez 14 mulheres que sequer conhecia e se matou. Nos seus pertences, foi encontrada uma lista com nome de 19 feministas que ele desejava matar. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

massacre assustador desencadeou uma grande campanha no Canadá em favor da mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres, chamada Campanha do Laço Branco. Essa campanha ganhou o mundo. Em 2007, o Brasil transformou a data de 6 de dezembro no nosso Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Isso foi feito pelo Decreto-Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2007. Em 2014, a ONU criou a campanha do movimento HeForShe, entre nós conhecida como ElesPorElas, também fundamentada no envolvimento e compromisso dos homens pelo fim da violência de gênero.

O tema que escolhemos este ano é o das boas práticas, uma expressão que tem a ver com excelência, qualidade, exemplaridade, inovação, criatividade e, sobretudo, comunicação, pois não se acende uma lanterna para ficar debaixo da cama. As boas práticas têm que ser conhecidas e comunicadas o mais amplamente possível para serem imitadas – no melhor sentido da palavra – e servirem de estímulo à inovação.

E onde estão as boas práticas? Elas estão onde está o nosso coração, a nossa empatia, a nossa capacidade de pensar no serviço que prestamos uns aos outros em sociedade. Elas podem estar em qualquer lugar em que haja atenção a como se pode fazer algo que não era feito; como fazê-lo melhor; ou mesmo como divulgá-lo mais, para ser conhecido e servir de referência.

Tenho certeza de que nossos convidados e convidadas nos mostrarão, na reunião de hoje, como as boas práticas também surgem, seja no Estado, na sociedade civil ou nos organismos internacionais, quando a nossa inteligência se deixa guiar pelo nosso coração, pela nossa empatia, pelo nosso zelo e pelo nosso compromisso com a eliminação da violência contra as nossas mulheres.

Desta forma, reiterando os meus agradecimentos por haver aceitado o nosso convite, eu passo a palavra, por dez minutos, à Sra. Ilana Trombka, que é a nossa Diretora-Geral do Senado Federal.

Seja bem-vinda, Ilana.

Desculpas a todos pela minha voz. Tive um final de semana um pouco difícil, contraí uma virose, mas, graças a Deus, fiz o teste de covid e está tudo certo, deu negativo, e estou aqui com todas vocês nesta audiência, que é muito importante para nós aqui, Parlamentares da Bancada Feminina no Congresso Nacional.

Seja bem-vinda, Ilana.

A SRA. ILANA TROMBKA – Olá a todos e a todas! Agora me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Bom dia, boa segunda-feira, bom início de semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa temática, Senadora Leila, é realmente bastante importante, e nós não precisamos reinventar a roda. Muitas e muitos estão pensando no combate à violência contra mulheres e meninas, e boas práticas já estão disponíveis. Esta é uma forma para que nós possamos trocar experiências, mas também publicizar essas boas práticas para tantos quantos possam a ela se agregar.

No âmbito do Senado Federal, em 2016, implantamos a cota destinada à absorção de mulheres vítimas de violência familiar e doméstica nos contratos de terceirização de mão de obra. Desde aquele ano, ou seja, nos últimos cinco anos, os contratos de terceirização de mão de obra do Senado Federal, quando licitados, têm uma cláusula que obriga a que 2% daquelas vagas sejam reservadas para essas mulheres. E onde nós as localizamos? Por meio de um acordo de cooperação técnica com o Governo do Distrito Federal, a empresa que se sagra vencedora do certame tem acesso aos currículos que podem preencher essas vagas e, a cada 90 dias, a cada três meses, a Secretaria da Mulher do Distrito Federal atesta que essa vaga está sendo cumprida, porque, se assim não o for, a empresa não faz jus ao seu pagamento, uma vez que o não cumprimento dessa cláusula enseja um descumprimento contratual. Muito bem, hoje são 34 mulheres daquelas 60 que poderiam estar conosco. Já evoluímos muito nesses cinco anos e conseguimos problematizar essa iniciativa sob vários aspectos que gostaria de relatar aos senhores e às senhoras.

Primeiramente, nós nos demos conta de que um ambiente, para que possa absorver essas mulheres, precisa estar preparado para isso. A violência que atinge esse grupo não é algo que passa como o fim da violência física ou com o afastamento do agressor; ela deixa marcas indeléveis na alma, na vida e no comportamento dessas mulheres, e toda e qualquer organização que se propõe a absorvê-las, é necessário que tenha este entendimento. O Senado Federal, no decorrer dos últimos cinco anos, aprendeu a ser também um ambiente de trabalho livre de qualquer tipo de violência e assédio, e essa talvez tenha sido a enorme contribuição que essas mulheres, já tão marcadas pela violência, deixaram para a nossa organização. Hoje somos uma organização melhor, e em parte porque elas nos deram esse legado. Fomos obrigados, para absorvê-las, a entendermos que tínhamos que ter um ambiente de muita paz, tranquilidade e respeito em todos os nossos contratos, em todas as nossas relações de trabalho. Somos no Senado quase 10 mil colaboradores, entre servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários, menores aprendizes e os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras. E, às vezes, um ambiente desse tamanho está passível de conflitos. Os conflitos seguem existindo, porque isso é da relação humana, mas de forma respeitosa e de forma que enseje um bom ambiente de trabalho. Portanto, essa cota não foi interessante só para as mulheres e suas famílias porque deu a elas a possibilidade de empregabilidade, mas deu uma colaboração importantíssima para o nosso ambiente de trabalho.

Seguindo um pouco mais com as cotas, nós nos demos conta que alguns contratos eram muito fáceis para que pudéssemos preencher as vagas; quanto a outros, como, por exemplo, eletricistas, marceneiros, jardineiros, operadores de ar-condicionado, tínhamos uma enorme dificuldade de achar mulheres preparadas para assumir aqueles postos de trabalho. E hoje temos um contato muito direto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a própria Secretaria do Governo do Distrito Federal para que esses cursos técnicos também sejam oferecidos às mulheres. Senão, teremos sempre essas vagas a descoberto, afinal todos os contratos do Senado Federal reservam as vagas para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, mas infelizmente não conseguimos, ainda hoje, contratar mulheres eletricistas, mulheres marceneiras, mulheres técnicas em ar-condicionado, mulheres, por exemplo, técnicas na área de audiovisual para compor essas vagas e, talvez por isso, das 60 vagas que nós podemos preencher, temos somente 34.

Isso mostra uma questão bastante cultural. As mulheres são normalmente direcionadas para um tipo de área. Por isso temos menos mulheres engenheiras, porque temos menos mulheres estimuladas a entrar nessas áreas, que são áreas, enfim, bastante permeáveis no mercado de trabalho. E hoje nós estamos motivando e incentivando o Governo do Distrito Federal para que, em parceria com outros órgãos, ofereça esse tipo de capacitação às mulheres e, aí sim, conseguiremos com certeza ampliar as vagas dentro do Senado Federal.

Um pouco mais à frente, vimos a necessidade de que pudéssemos construir a narrativa não só a partir da nossa experiência, mas também a partir de dados técnicos. E oferecemos a um colega do Senado Federal, o Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, a oportunidade de fazer um mestrado, na Fundação Getúlio Vargas, em políticas públicas para estudar o impacto da cota no grupo de mulheres. E ele, então, comprovou, na sua dissertação de mestrado, que a empregabilidade e a possibilidade de um emprego é, sem dúvida, algo muito relevante para que ela tenha força e condição de sair do ciclo da violência.

Seria mentira se eu aqui dissesse que mulheres empregadas não sofrem violência, porque infelizmente a violência doméstica e familiar contra a mulher é um crime bastante democrático, mas é também verdade que aquelas que não têm condição de independência financeira encontram uma barreira ainda maior para sair desse ciclo. Então, a tese, a dissertação de mestrado do colega Evandro Baldutti nos trouxe a certeza daquilo que já tínhamos como verdade, mas hoje já comprovado a partir de uma metodologia quantitativa, de uma entrevista comparativa no grupo de terceirizados homens do Senado, as terceirizadas mulheres e as terceirizadas mulheres da cota, de tal maneira que hoje não temos só a nossa impressão e o histórico dessas 34 mulheres para afirmar aqui categoricamente que essa é uma iniciativa necessária e essa é uma iniciativa eficaz, temos um trabalho científico aprovado por uma banca de especialistas em políticas públicas.

E, por fim – o tempo já chega ao final –, tivemos a alegria de a nova Lei de Licitações, aprovada neste ano de 2021, contemplar essa cota dentro das suas normativas. Isso também é muito importante não porque, sem que a lei tivesse internalizada essa possibilidade, a cota não fosse possível – porque ela já era e o Senado já fazia desde 2016, tendo as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União ano após ano –, mas é que nós temos um movimento muito claro que atinge os gestores públicos, chamado "apagão das canetas", que não estimula exatamente a inovação e o intraempreendedorismo. Agora, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa cota recepcionada pela nova Lei de Licitações, os gestores públicos não precisam ter mais medo: sim, é possível fazer, basta que tenhamos vontade política, cada um nos seus órgãos, e operacionalidade administrativa, porque também não é suficiente a vontade política. É necessário que a gente operacionalize essas iniciativas.

E, no bojo de todo esse movimento, na semana passada tivemos mais um ente público aderindo à cota, desta vez a Prefeitura da capital alagoana, Maceió, que criou um programa que repete a iniciativa do Senado Federal internalizando a cota para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Agradeço novamente a oportunidade, estou aqui muito ansiosa para ouvir a iniciativa que as colegas trarão, e agradeço a Senadora Leila por mais uma vez termos a oportunidade de mostrar essa boa prática organizacional do Senado Federal que hoje foi recepcionada como uma política pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos a sua fala, o seu trabalho, o seu compromisso, Ilana, com várias pautas aqui na Casa. E essa questão dos 2% das vagas para os contratos terceirizados para mulheres vítimas de violência realmente tem dado um grande exemplo, que está sendo replicado Brasil afora. Então, parabéns ao Senado, parabéns a você e a essa boa iniciativa que a Casa vem promovendo!

Eu passo agora a palavra para a Dra. Andrea Teixeira de Souza, Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo e membro auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público.

Seja bem-vinda, Dra. Andrea!

A SRA. ANDREA TEIXEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Leila.

Na presença da senhora, eu gostaria de saudar todas as autoridades e os participantes e ouvintes que nos assistem pelas redes sociais para um evento tão importante no enfrentamento da violência intrafamiliar contra as mulheres, mas também de capacitação.

Eu gostaria de me apresentar. Eu sou Promotora de Justiça e estou atualmente participando da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais tem, entre as suas competências, a defesa das questões relativas a gênero e a enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente violência doméstica.

Eu ingressei como parte desta comissão há pouco tempo. Fui convidada pelo Presidente, que assumiu também há pouco tempo, o Conselheiro Otávio Rodrigues, que não pôde estar aqui. Ele gostaria muito, mas está vindo para Brasília neste momento e me pediu que o representasse. Claro que não farei tão bem como ele faria, mas já, em nome dele, coloco a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público à disposição para parcerias que possamos fazer com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento e com outras instituições que eu vejo aqui representadas, como o Ministério Público do Trabalho e várias outras instituições que podem ser grandes parceiras nossas nesse enfrentamento.

Eu fiquei muito feliz ao ouvir a Dra. Ilana Trombka falando da cota de 2% de mulheres vítimas de violência doméstica em relação aos contratos de terceirização de mão de obra. Eu não conhecia. Já tenho quase seis anos, desde 2016, e é uma iniciativa extremamente importante que corrobora a dissertação de mestrado do colega citado, Evandro Baldutti, em relação à empregabilidade da mulher, que é um fator importante para que ela consiga romper o ciclo de violência. Eu quero dar os parabéns. Eu não conhecia. Estou ingressando nesta comissão agora; a minha área anterior era infância e juventude. Muitas matérias são afins, mas esses detalhes eu não conhecia e fiquei muito satisfeita ao saber disso.

No Conselho Nacional do Ministério Público, nós temos um grupo que é destinado a estudar e a propor diretrizes de atuação para o Ministério Público brasileiro em relação à defesa das questões de gênero e proteção da mulher vítima de violência e enfrentamento dessas questões. São vários aspectos não só direcionados à vítima como ao agressor, e uma das boas práticas mais importantes que nós temos é a concretização do cadastro nacional dos casos de violência doméstica. Essa é uma obrigação legal imposta pela Lei Maria da Penha, e, a partir desta determinação legal, foi instituído o Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Violência Doméstica e o próprio cadastro nacional de casos de violência doméstica contra a mulher. Esse cadastro nacional permite a adoção de medidas, de decisões judiciais com muito mais propriedade. É um avanço que nós conseguimos alcançar. Claro que temos um longo caminho a percorrer, mas já tivemos esse avanço.

Não sei se a Dra. Sara já ingressou na reunião. Se ela já estiver aqui, eu gostaria, logo após a minha fala, de permitir que ela explique um pouco sobre o cadastro, porque ela integra o Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas essencialmente a minha fala hoje é no sentido de abrir as portas da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais para o Parlamento e para todas as instituições que estejam enfrentando, pensando, trabalhando diretrizes para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Dra. Andreia.

Estenda os nossos agradecimentos ao Dr. Otávio pela sua presença e pela sua participação aqui nesta audiência.

A Dra. Sara, com cuja assessoria eu estou conversando, ainda não entrou – está previsto para ela entrar, mas ela não entrou. Então, eu vou passar a palavra agora para a Sra. Major Renata Braz, que é Coordenadora-Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres da Secretaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Políticas das Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Seja bem-vinda, Major Renata.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas presentes. Eu cumprimento todos na pessoa da Senadora Leila Barros.

Meu nome é Renata, eu sou oficial superior da Polícia Militar do Distrito Federal e atualmente eu estou trabalhando na Secretaria Nacional de Política para as Mulheres. Recebi o convite em razão de um trabalho que desenvolvia no Distrito Federal, na Secretaria de Segurança Pública do DF e também na Polícia Militar, exatamente com este tema do combate à violência contra a mulher.

Então, a gente que trabalha com esse escopo na Secretaria Nacional de Política para as Mulheres está realmente traduzindo esses esforços com muitas ações, e, dentro delas – eu vou elencar aqui algumas durante esse período –, a gente busca realmente trabalhar esse contexto do combate, exatamente essa oportunidade que a gente oferta à mulher para que ela saia dessa situação de violência doméstica, familiar e outros tipos de violência também.

Dentro das estratégias da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós temos observado que são necessárias ações e políticas públicas decorrentes, nos níveis estratégico, tático e operacional das instituições, principalmente aquelas que são as primeiras a receberem as mulheres que são vítimas de violência, dentro desse sistema de justiça e de segurança pública, e principalmente a capacitação dos agentes de segurança pública: os policiais militares, os policiais civis, aqueles que recebem as mulheres ali na ponta da linha. E o que a gente observou?

Hoje, em nível nacional, existe uma preocupação muito grande em se medir produtividade policial, e, dentro dessa produtividade policial, nós verificamos, dentro das metodologias que são publicadas na Secretaria de Segurança Pública, que se afere produtividade policial a partir de dois eixos: o CVLI, que são os Crimes Violentos Letais e Intencionais, e os crimes contra o patrimônio.

Com relação aos Crimes Violentos Letais e Intencionais, a gente está agora com recorte, em vias de bastante trabalho, que é o do feminicídio, porque, até então, antes da qualificadora, não havia essa preocupação realmente de se fazer esse levantamento de dados. Então, nós estamos trabalhando realmente para sensibilizar toda essa demanda reprimida que existiu ao longo de todos esses anos principalmente para se computar o feminicídio. Então, hoje, dentro da qualificadora da violência letal intencional, a gente já tem alguns Estados trabalhando com essa questão do monitoramento, das câmeras técnicas de monitoramento de homicídio de homens e de mulheres, agora com recorte de feminicídio. E estamos trabalhando também com base na elaboração de indicadores de primeira e de segunda resposta. O que seria isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, para os senhores e as senhoras terem uma ideia, nós temos o serviço de atendimento de emergência, o 190, da Polícia Militar e temos o canal 180, que é um canal de serviço e de recebimento de denúncias. Então, há uma diferença: atendimento de emergência, 190; e atendimento de denúncia também poderia ser o 180, mas não o de uma emergência. Com isso, nós fizemos uma articulação interpoder, interministerial para realização da primeira operação chamada Operação Maria da Penha. Essa operação teve o escopo de sensibilizar o atendimento do 190, para que realmente as mulheres em situação emergencial de violência recebessem a primazia no atendimento. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, em um mês rodando a operação – foi uma operação organizada pela Secretaria da Mulher, Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública –, nós tivemos quase 80 mil chamados de violência doméstica e familiar no 190 em nível nacional. Então, para os senhores terem uma ideia, o 180, em um ano e quatro meses, recebeu 96 mil chamadas; e o 190, em um mês, recebeu quase 80 mil. Então, isso é algo para o qual a que a gente precisa realmente voltar o nosso olhar, a capacitação dos profissionais da segurança pública, para que realmente eles estejam em condições de fazer um atendimento acolhedor das mulheres, principalmente, não revitimizante, para que ela possa, sim, ser encaminhada para a rede de atendimento. Então, é um trabalho que a gente realizou inicialmente com a construção da Câmara Técnica de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no âmbito do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais. Hoje, é uma instituição que tem uma capilaridade, que está em todos os Estados da Federação e em grande parte dos Municípios. E nós sabemos que é necessário realmente fazer todo esse trabalho de rede e de sensibilização desses atores para que eles recebam essas mulheres, para que eles acolham essas mulheres e para que eles façam todo esse registro e esse encaminhamento.

Com isso, na Secretaria Nacional, nós trabalhamos nessa ampliação e modernização desses policiamentos tanto em nível ordinário quanto em nível especializado, que são os monitoramentos das medidas protetivas.

Estamos trabalhando com a capacitação permanente desse efetivo, trabalhando também para a promoção do atendimento especializado nas delegacias, não somente as DEAMs, que são especializadas no atendimento à mulher, mas o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem apresentado a ferramenta chamada Nuiam (Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher). Esse núcleo é como uma mini Deam dentro daquela delegacia de área, onde a gente sabe realmente que há dificuldades orçamentárias e de pessoal para que se ampliem esses aparelhos. O Nuiam fornece esse atendimento multidisciplinar na delegacia de área.

Trabalhamos também agora com a celebração de convênios, principalmente para realização de diagnósticos. Hoje, nós não temos uma base de dados uniforme no que diz respeito à violência doméstica e familiar. Esse é um dos grandes problemas para nortear política pública. Com isso, nós estamos finalizando uma TED agora para que façamos um convênio com a Universidade Federal de Viçosa e, a partir daí, nós vamos fazer a implantação do painel de monitoramento da violência doméstica e familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que isso? Nós tivemos agora, recentemente, a publicação da Lei 14.232, de 28 de outubro de 2021, que é a lei que cria a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (Pnainfo), com a finalidade de reunir, organizar, sistematizar e disponibilizar os dados e informações atinentes a todos os tipos de violência contra as mulheres. Então, hoje, a nossa base de dados, que, inclusive, o Ipea utiliza, é o quê? É o que vem oriundo do sistema de saúde e o que é publicado aleatoriamente na Secretária de Segurança Pública. Então, nós estamos realmente com este foco de criar essa base nacional de dados com essas informações, com informações robustas que realmente possam balizar as políticas públicas.

Então, dentro desse diagnóstico, nós estabelecemos três metas. A primeira delas é a produção de um diagnóstico da violência doméstica e familiar no Brasil a partir da pesquisa de vitimização. No Brasil, nós temos apenas uma pesquisa de vitimização, que foi publicada no ano de 2010 pelo Ministério da Justiça, e esse tipo de levantamento tem um valor muito alto. Naquela época, essa pesquisa foi orçada em algo em torno de R$8 milhões. Então, nós já estamos trabalhando com os recortes de vitimização das mulheres em razão da condição do sexo feminino.

Vamos trabalhar também com a produção de um diagnóstico a partir das ocorrências de violência doméstica e familiar registradas pelas polícias e nos canais de denúncia. Nós temos um robusto banco de dados, mas, infelizmente, não temos condições de trabalhar políticas públicas adequadas pela falta de sistematização dessas informações.

Vamos trabalhar também a produção de um diagnóstico dos equipamentos e recursos humanos empregados no atendimento da violência doméstica no Brasil e a produção de um diagnóstico das estratégias de enfrentamento da violência doméstica e familiar em cada unidade da Federação, para, a partir daí, construir um painel de monitoramento da violência doméstica e familiar que funcione em tempo real, com georreferenciamento e mapeamento do País por região e também com recortes de interseccionalidades.

Hoje nós temos, inclusive, uma procura muito grande, uma demanda enorme de pessoas das etnias quilombolas e também dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, da população cigana, que também estão em condição de vulnerabilidade. Há pessoas que, em razão das condições migratórias mundiais... Recebemos também imigrantes da Venezuela e de países do Oriente Médio. Então, é uma situação muito preocupante.

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, mesmo com um orçamento enxuto, tem procurado desenvolver políticas públicas consistentes, para que a gente possa, a curto, médio e longo prazo, balizar essas ações e equalizar realmente o que nós temos em termos de equipamentos dentro do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, se fosse possível, que a Valeria complementasse a minha fala com as informações da Casa da Mulher Brasileira, Senadora Leila, que também é um equipamento que tem grande valia no nosso País para o atendimento das mulheres em situação de violência.

Valeria... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Renata, ela vai falar agora, a Valeria?

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Não sei, Senadora. O microfone dela... Ela não está conseguindo... Ele está mutado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Entendi. Nós estamos com alguns também...

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Abriu agora!

A SRA. VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA – Abriu! Abriu!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

A SRA. VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA – Bom dia! Bom dia a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Bom dia, Valéria.

A SRA. VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Obrigada pela oportunidade de complementar a fala da Renata, em nome da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, com relação às unidades da Casa da Mulher Brasileira, para que vocês tenham um panorama do que está acontecendo em relação ao nosso orçamento e a como ele está sendo empregado. Então, a gente tem em execução hoje alguns contratos de emendas parlamentares, principalmente, a maioria deles... São três de 2019, 19 do ano de 2020 e oito...

Alguém está perguntando meu nome. Desculpe. É Valeria Avanci Laval. Sou da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Obrigada pela lembrança.

Então, nós temos, como eu dizia, três casas em execução com orçamento de 2019, que são Belo Horizonte, Macapá e Cariacica, no Espírito Santo; com o orçamento de 2020, nós temos 19 casas, e eu acho que vai ficar muito extenso enumerar todas, mas as principais, das capitais, são Goiânia, Manaus e Salvador; e, com o orçamento de 2021, nós conseguimos oito unidades, sendo que Aracaju, em Sergipe, é também uma casa de capital.

Então, nós temos aí um panorama dessas casas. O orçamento empregado soma a R$99.084.748,18. E, para que nós cheguemos a todas as capitais, nós vamos precisar ainda, seguindo as diretrizes da Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Mulher Brasileira, com suas quatro tipologias, de mais ou menos R$112 milhões. Então, eu gostaria também de colocar isso como um desafio para os nossos Parlamentares, de garantir esse orçamento, para que nós possamos, pelo menos, chegar a todas as capitais, porque a casa vem demonstrando que a integração da rede no mesmo espaço físico potencializa ações fora da própria casa. Então, a rede daquela cidade tem uma melhoria significativa em termos de articulação e integração. Isso a gente pode vivenciar em Campo Grande, também em Fortaleza, em São Luís, em São Paulo, em todas as casas que estão funcionando, que são sete unidades. E só nos inspiram a trabalhar mais com essa política de enfrentamento à violência, ainda que ela seja uma política que nós podemos chamar de cara, mas é uma política perene. Então, é uma coisa que é para ficar, realmente deixar marcas de atendimento para essas mulheres e ser realmente referência.

Então, eu fico à disposição para mais perguntas. Acho que, nesse momento, é o que a gente tem para apresentar com relação às casas. O projeto está em andamento, não está parado, mas é uma execução lenta também, porque, a partir do momento em que a secretaria trabalha com repasse, ela coloca, vamos dizer assim, uma parte da responsabilidade na mão do ente tomador. Então, nós dependemos também, para a execução, do parceiro, o Estado ou o Município que está recebendo o repasse. Mas acredito que agora, para o ano de 2022, a gente já tenha algumas dessas unidades inauguradas, porque são obras menores e que vão ter seu desenvolvimento com um cronograma muito rápido.

É isso. Obrigada, Senadora, obrigada aos colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos a sua presença, Valeria, assim como a da Major Renata. Muito interessantes os números que foram apresentados e a preocupação do ministério em fazer esse levantamento mais preciso, até porque a gente tem essa preocupação com relação a essa construção das políticas públicas que envolvam esse enfrentamento e a proteção das nossas mulheres. Inclusive, vou até oficiar o próprio ministério para pegar mais dados a respeito desse trabalho que vem sendo desenvolvido por vocês com relação à Casa da Mulher Brasileira. É uma política cara, mas ela é necessária, eu concordo com você. Ela realmente é uma política que eu acredito que veio para ficar. A única preocupação é quanto aos números com relação aos encaminhamentos: são três com dezenove, vinte e um... Vinte e nove casas que ainda estão no processo de construção, então o processo é lento. Mas nós estaremos juntas, acredito que toda a bancada aqui do Congresso estará com vocês para que haja mais celeridade nesse processo. Obrigada pelas informações.

A SRA. VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, a Procuradora Adriane Reis de Araújo, que é...

Major Renata Braz, também obrigada pela sua participação e pelos números trazidos aí. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para a Sra. Adriane Reis de Araújo, que é Procuradora do Trabalho, Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, a Coordigualdade, do Ministério Público do Trabalho.

Seja bem-vinda, Dra. Adriane.

A SRA. ADRIANE REIS DE ARAÚJO (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila.

Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham nessa discussão tão importante sobre o enfrentamento da violência contra a mulher nesse dia.

Vou só me identificar um pouquinho melhor: eu sou Adriane Reis de Araújo, estou na Coordenação Nacional da Coordigualdade, mencionada pela Senadora Leila. Essa coordenadoria tem por finalidade, dentro do Ministério Público do Trabalho, atuar no enfrentamento da violência e da discriminação contra a mulher no ambiente de trabalho e também tem por objetivo buscar a promoção de ações afirmativas, boas práticas empresariais para a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho – de mulheres, de pessoas negras, pessoas com deficiência, idosas, entre outras.

Esse tema da audiência de hoje é um tema bastante caro ao Ministério Público do Trabalho porque nós sabemos que a violência de gênero, seja aquela praticada no ambiente de trabalho, dentro da própria empresa, seja aquela violência praticada no ambiente doméstico e familiar, tem um forte impacto na carreira das mulheres e efetivamente dificulta o acesso a uma situação de equiparação de igualdade, de direitos e de oportunidades para a mulher dentro do ambiente de trabalho.

Cientes desse quadro tão grave, que já foi descrito aqui por todas as expositoras que me antecederam, eu gostaria de dizer que o Ministério Público do Trabalho tem adotado algumas ações específicas para responder a algumas situações que nos preocupam bastante no enfrentamento dessa questão.

A primeira questão diz respeito ao aspecto cultural da nossa sociedade, que é uma sociedade ainda muito marcada por um viés patriarcal, é muito marcada por um viés cis-heteronormativo e um recorte racial que estabelece hierarquias entre as pessoas. Então, nessa questão cultural, a única maneira que nós entendemos adequada para o enfrentamento é efetivamente por meio da educação, que pode acontecer em todos os espaços – nas escolas, mas também dentro do próprio ambiente de trabalho.

Outra preocupação que nos assola diz respeito à redução do investimento público no sistema de proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. Aqui foram apresentadas algumas iniciativas em relação à Casa da Mulher Brasileira, mas nós sabemos que o montante do problema, o número de mulheres afetadas, como já foi dito anteriormente, é muito superior à oferta que nós encontramos dentro da própria Casa da Mulher Brasileira e dos abrigos, os abrigos públicos para muitas mulheres, que ultimamente têm sido privatizados. Essas são algumas das preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão que nos ocupa diz respeito ao registro dessa violência praticada contra as mulheres com deficiência. Nós temos aqui, no Estado de São Paulo, uma delegacia especializada na pessoa com deficiência que faz esse registro, mas não há esse tipo de delegacia em todas as unidades da Federação. E nós sabemos que as mulheres com deficiência estão na situação de maior vulnerabilidade.

Então, só para se ter uma ideia do que foi apurado aqui na Delegacia da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, ela percebeu que 47% das vítimas de violência de gênero e doméstica e familiar tinham algum tipo de deficiência física; 24%, quase 25%, deficiência intelectual; 16,9%, deficiência auditiva; e 10%, deficiência visual. As situações mais dramáticas dizem respeito a estupro, a maus-tratos, a descumprimento de medida protetiva. E também a questão da violência doméstica vem à tona com percentual de 14%; para as mais graves, o percentual gira em torno de 80%, quase 70% – 80% a 70%. Então, são dados importantes que deveriam ser construídos em todas as unidades da Federação para a gente ter o recorte.

Bem, o que o Ministério Público do Trabalho pode fazer para auxiliar no enfrentamento dessa questão? Baseados no art. 7º, inciso XX, da Constituição Federal, que determina a proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, e no art. 373-A, parágrafo único, da CLT, que acolhe ações afirmativas voltadas para a promoção no mercado de trabalho da mulher, nós idealizamos um programa que se chama Programa pelo Fim da Violência contra a Mulher. Esse programa foi construído em parceria com o Grupo Mulheres do Brasil e tem por objetivo estimular a empregabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e mulheres em situação de vulnerabilidade.

Além dessa empregabilidade, com a reserva de determinado número de vagas, a gente também pretende modificar o próprio ambiente de trabalho dessas empresas, mostrando para essas empresas uma série de iniciativas exitosas que já foram encontradas em outros países. Nós estimulamos, por exemplo, que, ao se constatar que tem uma mulher nos seus quadros de pessoal que está sofrendo violência doméstica familiar, essa empresa pode oferecer por exemplo a transferência dessa mulher para um outro estabelecimento e assim retirar a mulher dessa rotina dela diária que normalmente favorece justamente a agressão. Então, a mulher pode ser transferida de estabelecimento, pode ter uma alteração do horário de trabalho, pode ter uma flexibilidade maior desse horário, talvez com redução da carga, um sistema híbrido de prestação de serviço parcialmente presencial, parcialmente na modalidade remota, ou até mesmo na modalidade remota de maneira integral. Fica a cargo da própria empresa identificar qual é a melhor medida de proteção que ela pode vir a oferecer para essa trabalhadora dentro dos seus quadros. Então é uma transformação da própria empresa. É um convite para a reflexão da empresa.

Além disso, nós estimulamos, por meio desse programa, que se fale sobre a questão da violência doméstica e familiar dentro das empresas. Com isso, nós queremos capacitar toda essa mão de obra em relação à temática e reduzir a violência e o assédio às mulheres dentro das empresas e fora das empresas também, irradiando essas boas práticas para fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante também falar que as empresas com esse tipo de capacitação têm melhores condições de oferecer até mesmo a orientação sobre quais são os canais que a mulher que está sofrendo aquele tipo de violência ela deve obter auxílio, e pode oferecer alguns serviços complementares, como por exemplo o apoio psicológico. Tudo depende da própria possibilidade da empresa, do grau de engajamento dessa empresa dentro do programa.

Oferecemos uma série de material, que está disponível na internet para *download* gratuito e que foi elaborado pelo Ministério Público do Trabalho. Ali nós temos cartilhas: *O ABC da violência*, e de gênero no trabalho. Nós temos uma revista, agora, em quadrinhos falando desse programa, incentivando as empresas e alertando pela importância da temática. E temos atualmente a Lei Maria da Penha numa versão acessível às pessoas com deficiência: nós temos o *site* PCD Legal, onde nós reunimos uma série de normas e ali, de maneira acessível, nós oferecemos para a população. Então, diante dessa gravidade da situação da mulher com deficiência que sofre a violência, nós fizemos essa publicação na modalidade acessível.

Publicamos também a Convenção 190 OIT, que nós queremos que seja ratificada pelo Brasil – estamos nessa campanha –, também para facilitar esse diálogo.

Essas são as iniciativas que nós incentivamos dentro desse programa para o fim da violência contra a mulher. Convidamos a todas as pessoas para conhecer esse programa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente a sua exposição, Dra. Adriane. Eu estou muito curiosa para conhecer melhor, a fundo, esse programa. É uma bela iniciativa. Aqui a Casa, com certeza, vai abraçar também uma parceria como Ministério Público. Parabéns! Parabéns mesmo!

Nós temos algumas perguntas dos internautas. Amigos, eu vou deixar para o final. Assim que eu fizer a pergunta, a quem quiser "levantar a mão" para respondê-las eu agradeço.

Quero aproveitar também para agradecer aos Senadores e Senadoras que registraram presença nesta reunião. Há dois Senadores na audiência, o Senador Líder Mecias de Jesus e a Senadora Mara Gabrilli, que até o momento estavam por aqui, mas as agendas dos Senadores já começam na segunda-feira fervendo. Nós temos muita discussão aqui na semana.

Eu quero agradecer até o momento às nossas expositoras, porque realmente as boas práticas estão se replicando, estão aparecendo.

Eu deixo os nossos internautas curiosos, mas vou deixar para o final as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passar agora a palavra para a Dra. Sara Gama Sampaio, que é Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, coordenadora do Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público.

Seja bem-vinda, Dra. Sara Sampaio.

Obrigada.

A SRA. SARA GAMA SAMPAIO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos!

Inicialmente quero agradecer, Senadora Leila Barros, a oportunidade de conversar a respeito de uma temática tão importante para nós, que é justamente as boas práticas que estão sendo elaboradas em prol das mulheres do nosso País. Quero agradecer à minha querida colega Andrea Teixeira, sempre parceira no Conselho Nacional do Ministério Público para que gente possa fomentar ações que efetivamente sejam eficazes.

E não poderia deixar de agradecer a sua participação tão eficaz, Senadora Leila, na aprovação da Lei 14.149, agora no dia 5 de maio de 2001, esse que eu considero um dos instrumentos mais importantes de boas práticas no combate à violência contra a mulher. A Senadora, no momento em que nós pedimos a sua audiência, a sua oitiva, foi de imediata receptividade. Eu me recordo bem de termos virtualmente conversado numa terça-feira e, na quinta-feira, o Senado já ter aprovado esse projeto de lei que hoje está dentro do nosso ordenamento, trazendo para as mulheres uma possibilidade muito maior na prevenção da violência.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem sido parceiro em várias iniciativas no que diz respeito às alterações legislativas sobretudo. Dentro do próprio Ministério Público, nós temos uma comissão, que se chama Copevid, que é Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica. Essa Comissão, que integra o Grupo Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, eu, inclusive, presidi até sexta-feira passada. Graças a Deus tive oportunidade de passar o bastão para uma colega depois de dois anos e sete meses, que é uma colega igualmente ou melhor... Eu diria que até muito melhor, muito mais competente do que eu; é a nossa colega Rúbian Coutinho, do Ministério Público de Goiás, para dar continuidade a isso.

Através da Copevid e junto com o Conselho Nacional, nós fizemos um trabalho de acompanhamento dessas alterações legislativas porque nós sabemos que a Lei Maria da Penha chega para nós em 2006 e traz uma roupagem, uma estrutura, uma moldura extremamente avançada, uma moldura de vanguarda. Antes da Lei Maria da Penha, a gente nunca tinha ouvido falar de uma forma tão forte a respeito de gêneros, a gente nunca tinha ouvido falar a respeito dessa violência de uma forma tão incisiva. Todos conhecíamos... Quem trabalha na área do Direito sabe as gambiarras que nós éramos obrigadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer para dar uma resposta àquelas mulheres que acorriam ao Judiciário, que chegavam lá e eram decepcionadas pelas leis que estavam ali lhes dando um suporte e que as tratavam como algo de menos importância. Aquela coisa da Lei 9.099 de que a gente tanto fala, um delito de pequeno impacto, aquilo eu acho que era uma afronta para as nossas mulheres, tendo as suas vidas e as suas dignidades vilipendiadas, chegarem ao Judiciário e terem uma resposta de um pagamento de uma cesta básica ou de uma suspensão do processo. Enfim, eram coisas realmente inimagináveis que traziam para todos nós que trabalhamos com essa temática uma indignação muito grande.

Então, através da Lei Maria da Penha, a gente traz à tona toda essa situação que nós sabemos que existe. E as pessoas, inclusive, nos perguntam: depois da lei, parece que aumentou? Não, não é bem isso, não aumentou, deu-se visibilidade, colocou-se uma lente de aumento, colocou-se na mídia. Desde a década de 90, está na pauta dos nossos gestores a violência contra a mulher. Quando a gente pensa que a alteração legislativa... A primeira vez em que se fala dessa violência é em 2004, a gente vê que o nosso caminhar é muito lento. Entretanto, temos que reconhecer que temos avançado muito. Observe que de 2019 para cá, Senadora, já houve 14 alterações na Lei Maria da Penha. Em plena pandemia, nós estamos tendo avanços sensacionais. E aí eu não vou me ater a todos eles, mas a Dra. Adriane aqui comentou a respeito das mulheres com deficiência. A alteração legislativa que obriga a se colocar nos boletins de ocorrência que a vítima tem uma deficiência já é uma modificação legislativa de suma importância. E nós sabemos a sobreposição daquelas vulnerabilidades. A mulher, além da vulnerabilidade de estar frente a um agressor que tem um tipo físico normalmente mais avantajado e que vai, de alguma forma, subjugar essa mulher até pela questão da força, também sofre muitas vezes essas sobreposições pela deficiência, pela idade, pela condição social, enfim, há todo um contexto muito complexo. E é bom que a gente traga à tona, Senadora, através das leis, porque as leis são, sim, formas muito eficazes de se implementarem as políticas públicas de que nós precisamos.

Então, 14 leis foram promulgadas de 2019 para cá, dentre as quais há a que eu considero a minha menina dos olhos, sobre a qual já comentei, que é justamente a implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que está disponível hoje em toda a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. O formulário de risco nasce de uma iniciativa do CNMP em 2017, quando ele cria um projeto de fomentar, com parceiros da União Europeia, troca de experiências para trazer para o Brasil políticas públicas, ideias que pudessem ajudar no enfrentamento à violência neste país que é o quinto do mundo em agressão às mulheres. E aí, em 2017, surge esse projeto que vai caminhando.

Eu tive a oportunidade de, junto com o Conselho Nacional, visitar outros países. Eu fui a Portugal e fui à Espanha, inclusive, com a companhia da querida Deputada Federal Elcione Barbalho, que foi autora do projeto, e lá nós conhecemos o formulário e a eficácia desse formulário. Por quê? Porque esse formulário, Senadora, é uma espécie PET *scan* daquela vítima e, então, vai tirar do juiz... A ideia do formulário é dar fomento para que o juiz, ao receber o pedido de medida protetiva, possa direcionar as ações realmente eficazes para aquela vítima, tirando a subjetividade. A gente pensa que o julgador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando ele vai lidar com aquela situação de uma violência que já aconteceu... Diga-se de passagem que, quando chega até a nós um pedido de medida protetiva, a violência já aconteceu, seja ela uma violência, digamos, menor, no sentido, às vezes, de uma ofensa moral, seja até mesmo uma violência física, mas o fato é que o *start* do pedido de medida protetiva é sempre calcado em alguma violência que aquela mulher já sofreu. E o que nós podemos fazer? A gente pode pensar, de alguma forma.... Acredito que, em pouco tempo, Senadora, teremos as estatísticas nacionais provando que, através da implementação do formulário e do uso do formulário por toda a rede, tanto a pública quanto a privada, nós vamos poder direcionar as ações que o Judiciário deve adotar para salvaguardar a vida daquela vítima. Então, se ela sofreu uma violência física, a gente pode realmente fazer com que ela não venha a ser a vítima de um feminicídio futuro, sabendo que há um escalonamento dessa violência. Infelizmente, quem estuda um pouco essa temática sabe que o feminicídio é o ápice, é a ponta do *iceberg* e que essa mulher, muitas vezes, resiste por longos anos até bater às nossas portas e pedir socorro. Nós temos a obrigação de ter portas abertas, portas escancaradas para recepcionar essa mulher. Então, através do formulário, nós podemos direcionar como é que o Judiciário vai agir, como é que ele vai conduzir aquela situação para evitar o feminicídio. E fica o registro dessa alteração que eu considero de suma importância.

E eu diria que existem outras. Por exemplo, a Lei do Stalking, que também veio calcada no trabalho muito forte dentro do Ministério Público brasileiro, inclusive com a participação da nossa querida Ana Lara Camargo, hoje Procuradora no Mato Grosso do Sul, que nos deu o embasamento para que junto com o Legislativo brasileiro chegássemos a uma lei que pune uma perseguição acirrada, uma perseguição que acaba por vilipendiar a dignidade daquelas vítimas, tirando delas o sossego e a paz de sequer terem o direito de fazer coisas mínimas, como, por exemplo, ir ao seu trabalho. Eu já peguei casos em que as vítimas diziam: "Ele não manda mensagem para me ameaçar, ele não fala para mim que vai me matar, mas ele manda 200 mensagens por dia para mim dizendo que me ama, e isso tem tirado a minha paz". Então, a gente não tinha um instrumento que dissesse a esse homem que isso que ele estava fazendo estava, sim, trazendo para aquela mulher uma situação de incômodo, de vexame, uma situação que tira justamente a paz de viver. E hoje nós temos essa lei que veio calcada no trabalho também do Ministério Público brasileiro.

O que eu quero dizer, no final das contas, é que nós temos que trabalhar juntos. Fazemos parte da rede: Ministério Público, Legislativo, Judiciário, ONGs, coletivos, todos nós... Se nós não encararmos a temática da violência... E hoje é um dia muito bom para se falar disso, pois é o dia nacional de chamamento dos homens – e fico feliz de saber que aqui há homens que estão nos acompanhando – para tratarem dessa temática. Se não tratarmos, Senadora, Senadores e demais participantes, dessa temática da violência como algo que atinge a sociedade por inteiro e que tem que ser enfrentado pela sociedade por inteiro, continuaremos fazendo com que as ideias que são propagadas a respeito da igualdade e da paridade sejam colocadas na caixinha de um feminismo que não existe. Queremos apenas uma situação de igualdade, e para isso nós precisamos dos homens também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui o meu registro da nossa participação, dizendo que o Ministério Público brasileiro está sempre à disposição do Legislativo, do Executivo e de todas e todos que se prontificarem a trazer para nós boas práticas, formas de enfrentamento, muito claramente dizendo: é um problema de todos nós, então vamos enfrentá-lo juntos.

Essa é a minha palavra, agradecendo muito a oportunidade à Senadora e a todas vocês.

Andrea, obrigada pelo convite.

Obrigada a todos vocês que estão aqui, a todos e a todas. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que lhe agradecemos, Dra. Sara. É um prazer novamente revê-la nesta audiência aqui!

Eu estava vendo os dados. Realmente, essa bancada, nesta Legislatura, tem realmente cumprido seu trabalho. A Lei do Stalking... Eu é que fui a autora do trabalho, com essa parceria junto com o Ministério Público, que resultou na Lei 14.132, a Lei do Stalking, fora também a do Formulário de Avaliação de Risco, que toda a bancada do Senado e a bancada do Congresso abraçaram, entendendo a importância de se instituir esse formulário, justamente para a avaliação e a construção de políticas públicas fundamentais para a proteção das nossas mulheres. Nós sabemos, pelos números que todas trouxeram, que os números são alarmantes, são preocupantes. Mas, como a senhora falou, a fala é justamente esta: é a união de forças de todos os Poderes, para tentarmos fortalecer mais ainda essa rede de proteção.

Inclusive, duas semanas atrás, aqui na Casa, nós aprovamos também o PL 123. Nós sabemos que a nossa legislação é uma legislação excelente, está entre as três melhores do mundo em termos de proteção à mulher, mas é falha na rede justamente por questões orçamentárias. A gente sabe que faltam recursos para que a gente consiga implementar essas políticas. E aí, duas semanas atrás, a Casa o aprovou, retornado para a Câmara o PL 123, de que fui a Relatora também e que destina 5% do Fundo de Segurança Pública a ações de combate à violência contra a mulher.

Então, nós, de alguma forma, estamos sempre dando esse suporte aqui, como Parlamentares, ouvindo, é claro, sempre o Judiciário, ouvindo sempre os outros Poderes, a sociedade civil e as mulheres sobre as demandas, sobre o que é importante, para que a gente consiga efetivamente proteger as nossas mulheres.

Então, eu agradeço a sua participação, assim como a de todas as nossas expositoras. Está sendo uma manhã muito profícua.

Já vou passar a fazer algumas perguntas a todas, e, caso alguém queira responder, é só levantar a mão, que eu já encaminho a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raissa Siqueira, do Rio, pergunta: "Qual o planejamento para tratar sobre esse tema pós-pandemia? Como as mulheres [...] serão amparadas? Quais [foram] os motivos que [...] [influenciaram] esse aumento [da violência contra a mulher] durante a pandemia?".

Pergunta Ana Cristina, de Pernambuco – acho que, de certa forma, já foi respondida a pergunta dela: "Qual o plano de ação [...] [do Judiciário] para que esse problema seja minimizado?".

Diz Idmara Galo, de Minas Gerais: "Diante dessa audiência pública, é preciso que analisem a forma como são deferidas as medidas protetivas nos órgãos competentes". Foi uma indagação dela.

Josue Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "Existem no País delegacias especializadas em crimes de violência contra a mulher?"

Então, falta muito essa informação. A gente sabe que existem, nós estamos aqui conversando, mas essa informação muitas vezes não chega à base. Olha: "Como inibir os casos de feminicídio?"

A Julia Seabra, de Minas Gerais: "Quais ações foram e estão sendo tomadas na pandemia? Já que os casos aumentaram surpreendente".

Aí, o Atila Conceição, da Bahia, um comentário muito interessante: "Famílias precisam de atendimento psicossocial. Por trás da violência doméstica existe o alcoolismo e o vício em drogas. É preciso uma rede de apoio [a essas mulheres]".

O Fabio Coura, do Distrito Federal: "O que a Comissão tem feito a respeito da visão divulgada na mídia de a mulher ser encarada como um objeto de satisfação sexual?".

Enfim, temos várias perguntas aqui. Eu, antes de finalizar, dou a palavra às expositoras caso queiram responder ou fazer algum comentário sobre as perguntas. Eu deixo à vontade aqui.

Eu vou passar para a Ilana.

Com a palavra a Ilana.

Pois não, Ilana.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para expor.) – Senadora, um dos nossos companheiros que fez uma intervenção tocou numa questão muito importante, que é a questão da objetificação da mulher. É claro que iniciativas como a Lei Maria da Penha, a Lei do Stalking, a questão do formulário, são iniciativas que visam a responder a uma realidade triste e que deve ser mudada, mas, na base dessa realidade, está uma cultura machista, uma cultura de objetificação da mulher, uma cultura que não entende a mulher como um ser humano no mesmo nível que o homem. E, aí, quando o nosso colega participante da audiência pública pelo e-Cidadania traz essa observação, ele traz com muita propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida, todos e todas podem contribuir para o fim dessa cultura. Não é necessário que seja o Senado Federal, o Ministério Público, o CNJ, a Secretaria da Mulher... Todos aqueles que conversam com a sua família, com os seus amigos, devem ter uma postura antimachista. Não temos que aceitar piadas, objetificação, questões vinculadas ao corpo da mulher, frases que desmereçam a mulher... E aqui, no Senado, atrás da senhora, está a campanha sobre boas práticas. E nós estamos tendo uma campanha dos 16 Dias de Ativismo com aquelas frases que nos parecem tão corriqueiras, mas que, por trás delas, têm um enorme preconceito, como: "É você a chefe mesmo? Uma mulher?". Quem já não passou por isso? Às vezes, nem nos damos conta de que a raiz de tudo isso é uma cultura machista.

Então, acho que, se eu pudesse deixar uma mensagem final, seria que todos e todas, todos, de forma tão importante, neste 6 de dezembro, dia da Campanha do Laço Branco, tomem medidas na sua rotina a respeito disso, educando-se e educando aos outros. E, assim, certamente o trabalho daquela ponta de lança, como a Dra. Sara, a Dra. Andrea, a Dra. Renata, ficará muito mais fácil, quando a sociedade que suporta esse trabalho for uma sociedade realmente mais igualitária.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Ilana. Muito obrigada.

Eu vou dar dois minutos para as considerações finais de cada uma das nossas expositoras.

Passo a palavra agora para a Dra. Sara Gama Sampaio, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia.

Dois minutinhos, Dra. Sara.

A SRA. SARA GAMA SAMPAIO (Para expor.) – Quero agradecer, Senadora, a oportunidade de podermos conversar, realmente ouvindo o que as pessoas pensam a respeito do tema dessa audiência pública, que é de suma importância.

Bom, quero dizer que no Judiciário – e aí eu incluo o Ministério Público porque nós fazemos parte desse sistema – já há uma visão de se tratar... Inclusive o CNJ acaba de lançar uma determinação de que os processos sejam analisados sob a perspectiva de gênero. E por que isso? Porque nós temos tido repetidamente situações em que a mulher, quando consegue ingressar dentro do Sistema de Segurança Pública e do sistema de Justiça, sofre um repúdio por parte desses agentes, quando ela é revitimizada numa audiência. Fica aí o exemplo que nós tivemos, inclusive, com a questão da Mariana Ferrer, que acabou por virar uma lei, tratando daquilo que eu volto a dizer: nós precisamos muitas vezes de leis para dizer o que é óbvio. E era óbvio que o Sistema de Segurança Pública e de Justiça e seus agentes tinham obrigação de acolher, e não de revitimizar essa mulher que chega até a porta do Judiciário pedindo socorro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos desse fortalecimento. Essas leis são muitas vezes... A gente costuma dizer que no Brasil temos leis demais, mas precisamos de leis assim. E aí eu peço essa parceria com o Legislativo brasileiro, com o Executivo brasileiro, com todos os órgãos que compõem a rede de enfrentamento, seja na área pública ou privada, para que a gente possa realmente dar essa resposta. Então, se nós não olharmos a situação da vítima de violência doméstica como uma situação peculiar, uma situação em que ela tem uma relação ou teve uma relação de afeto com aquele agressor e isso a torna muito mais vulnerável, se não tivermos essa visão, Senadora, a gente vai continuar reproduzindo os 1.350 feminicídios que aconteceram no ano passado, a gente vai continuar reproduzindo os 96% das mulheres que se dizem importunadas sexualmente dentro dos transportes públicos.

Precisamos de perspectivas de gênero em todas as esferas, e essa visão de gênero tem que ser colocada de uma forma muito clara. Aliás, quero agradecer a promulgação da Lei 14.164, que torna obrigatório agora a gente tratar da questão da violência contra a mulher nas escolas. Isso já está dentro da lei. A senhora falou da lei brasileira como uma das três melhores do mundo, e é verdade: a gente tem uma equiparação com a lei espanhola e a lei chilena, que já contemplavam isso há muito tempo. Então, é preciso que a gente caminhe sim.

Essas alterações têm vindo, como eu falei, às vezes via jurisprudência desde a promulgação da lei, mas as alterações legislativas são necessárias. E contem sempre com a nossa parceria naquilo que precisar; tecnicamente, temos muitas pessoas.

Delegada Dra. Renata, que bom vê-la aqui, quero lhe agradecer também. Ouvir a sua fala é sempre muito bom. E agradeço a todas as pessoas, Dra. Adriane também, todas. Peço desculpas, eu até fui mal-educada, porque eu demorei a ingressar, eu não estava conseguindo – nesse mundo virtual acontecem essas coisas, não é?

Mas, enfim, é isso. Coloco o Ministério Público brasileiro à disposição de todos os órgãos e todas as entidades, para que a gente possa construir conjuntamente. Só assim a gente vai ter uma resposta eficaz.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos a sua participação, Dra. Sara. É sempre um prazer ouvi-la.

Eu vou passar a palavra agora para a Dra. Adriane Reis de Araújo, que é Procuradora do Trabalho, Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, a Coordigualdade, do Ministério Público do Trabalho. São dois minutos, Doutora.

Obrigada, viu? (*Pausa.*)

Não, não estamos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANE REIS DE ARAÚJO (Para expor.) – Eu estava com o áudio fechado e não estava conseguindo abrir.

Obrigada, Senadora Leila.

Como consideração final, eu acho importante destacar efetivamente a importância da capacitação de todos os agentes públicos na temática de violência de gênero e de violência doméstica, violência familiar. Nós temos essa preocupação dentro do MPT. Temos, inclusive, um plano de trabalho interno para acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica. E penso que nós deveríamos buscar essa ampliação para todos os órgãos públicos, por meio até mesmo dos seus conselhos superiores.

E uma preocupação específica do Ministério Público do Trabalho diz respeito às trabalhadoras domésticas. Quanto às trabalhadoras domésticas, muitas vezes se sobrepõe a elas a violência doméstica dentro do ambiente de trabalho. Então, é uma categoria que precisa também ter uma atenção específica, especial. E, diante da pulverização desses ambientes de trabalho, a gente precisa ter uma regulamentação legal expressa a respeito do tema.

Era isso que eu gostaria de deixar aqui para consideração e agradecer, mais uma vez, o convite, deixando o Ministério Público do Trabalho à disposição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos, Dra. Adriane.

Passo a palavra agora para a Dra. Andrea Teixeira de Souza, que é Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo.

Com a palavra, Dra. Andrea.

A SRA. ANDREA TEIXEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigada.

Queria parabenizar todas as expositoras e a participação de todos os que nos mandaram perguntas, demonstrando interesse por essa causa, que precisa da interação e do trabalho articulado de tantas instituições.

É uma satisfação ver o Senado envolvido com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com o Ministério Público, Dra. Adriane, que já conhecia do nosso Grupo Nacional de defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público; Dra. Sara; Dra. Valeria; e Dra. Ilana Trombka, que me trouxe tantas informações úteis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha fala aqui é de continuar à disposição, colocando não só o Ministério Público, mas o Conselho Nacional do Ministério Público para continuarmos as tratativas que já iniciamos e até começar novas parcerias para o enfrentamento.

E gostaria reforçar o que a Dra. Adriane falou sobre a educação. O primeiro e grande passo para o enfrentamento da violência contra a mulher é a educação, e a educação não só no ambiente escolar, mas no ambiente de trabalho e nos diversos fóruns.

O que me chamou atenção – se houver tempo, eu até relato – é que muitas vezes nós não pensamos na violência contra a mulher que pode acontecer dentro de um avião. Quando muita gente pensa em transporte público, pensa geralmente em ônibus, em que as pessoas vão em pé. E eu tive a oportunidade de ouvir um relato de uma jovem que teve a lucidez de... No momento de passar para o seu assento, ela não gostou da postura do senhor que estava na cadeira ao lado e ela teve a perspicácia de chamar a aeromoça. E fica uma situação difícil: como ela vai falar? Porque aí de vítima passa a ser ela a vitimizadora.

Ela escreveu no celular, nas notas, entregou o celular para a aeromoça relatando o que tinha se passado e pedindo alguma providência ou que trocassem a si própria de lugar ou o senhor. E a aeromoça pegou, deu um jeito rápido e discreto, sem que a situação se voltasse contra a vítima, porque muitas vezes o que acontece é isto: quando a mulher é vítima de uma violência ou de uma situação para o lado sexual em ambientes públicos e em transportes, a mulher acaba se tornando a "vitimizadora", vamos dizer assim, a vilã da história. Então, eu achei muito interessante a perspicácia de escrever no celular, mostrar e não precisar de falar, porque o violador estaria ao lado dela.

Então era essa a contribuição que eu gostaria de dar e reforçar a questão da educação fora do ambiente escolar – também no ambiente escolar, mas nos ambientes familiares e de trabalho.

Eu agradeço e, mais uma vez, parabenizo por essa iniciativa tão importante no dia de hoje.

Quero também exaltar a Campanha do Laço Branco, que inclui os homens na defesa dessa causa tão importante para a sociedade como um todo, como disse a Dra. Sara.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Dra. Andrea! Agradecemos a sua presença e a sua fala.

Passo agora a palavra para a Sra. Major Renata Braz, que é a Coordenadora-Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Com a palavra, Major Renata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO (Para expor.) – Primeiramente, gostaria de agradecer à Senadora Leila pelo convite.

Também às demais autoridades presentes me coloco à disposição sobre o que foi colocado aqui. Até quanto à questão da capacitação, o Ministério da Mulher, a Secretaria Nacional, tem um projeto chamado Salve Uma Mulher, que exatamente tem o escopo de sensibilizar, de uma forma bem ampla, as associações de uma forma geral, o ambiente público ou privado, com capacitações presenciais e também a distância, não é? Então, dentro desse conteúdo, nós temos um eixo que fala sobre a promoção da cultura de respeito e da igualdade; falamos também sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres; e sobre o enfrentamento ao assédio sexual no ambiente de trabalho. Nós temos, assim, uma procura muito grande por essa demanda realmente de capacitação.

Além disso, nós encaminhamos ao Ministério da Justiça uma proposta de alteração da matriz curricular de formação dos servidores da segurança pública para incluir uma disciplina específica sobre a violência doméstica e familiar e os demais tipos de violência, porque hoje esse assunto, inclusive, é tratado nas instituições de segurança, dentro da cadeia de direitos humanos, com uma palestra de duas horas, enfim, algo que a gente sabe que realmente é muito incipiente diante da magnitude da especificidade da violência contra a mulher. Então, já foi encaminhada essa proposta também.

E estamos trabalhando com uma série de capacitações de norte a sul do País.

Em alusão também a essa campanha do dia 6, nós vamos estar, a partir de amanhã... Fomos convidadas a palestrar na reunião do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais, dos chefes das polícias militares do Brasil. Então vai ser a primeira vez em que a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres estará falando para todos os comandantes-gerais das polícias militares do Brasil sobre todo esse panorama da violência doméstica e também apresentar essa proposta de alteração da forma de captação dos dados da violência doméstica, a categorização das ocorrências com as especificidades, seja das mulheres, seja do tipo, de acordo com a Lei Maria da Penha, porque hoje, infelizmente, nós não temos isso no País. São poucos os Estados da Federação que realizam esses registros realmente de uma forma completa. Aquilo que a gente poderia passar da melhor maneira para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça... Enfim, as informações ainda chegam muito carentes realmente de uma uniformização. Então, nós estaremos lá com eles, e as senhoras estão convidadas. Vai ser no dia 8 de dezembro, às 14h, no Centro de Convenções. Essa reunião vai contar a com a presença de todos os Comandantes e Chefes das polícias militares do Brasil.

E nos colocamos à disposição. Agradecemos o empenho e pedimos os recursos disponíveis para que a gente possa implementar mais ações em prol do enfrentamento à violência contra a mulher.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Major.

Parabéns pelas iniciativas, pelas sugestões que estão sendo propostas de alteração, principalmente a inclusão dessa matéria de formação dos nossos profissionais da segurança pública. Fiquei surpresa agora quando a senhora falou que é apenas uma palestra, mas é uma temática tão complexa. Parabéns por essa iniciativa!

E vamos trabalhar aqui na Casa, sim, nessa questão do orçamento. Isso aí para todas nós da bancada é uma pauta importantíssima, porque nós entendemos que, para fortalecer essa rede, nós precisamos realmente de orçamento. Então, a Casa está trabalhando nesse sentido.

Eu pergunto se a Valéria está presente, se ela quer fazer as suas considerações finais.

A SRA. VALÉRIA AVANCI LAVAL – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Dois minutos, Sra. Valéria. Fique à vontade.

A SRA. VALERIA AVANCI PEREIRA LAVAL SILVA (Para expor.) – Estou presente, estou aqui acompanhando.

É muito saudável nós aqui, do Executivo, verificarmos todo interesse e todo empenho do Legislativo e do Judiciário, porque a integração entre os Poderes é muito importante. É o que acontece dentro da Casa da Mulher Brasileira. Então, é muito salutar essa troca de experiência, de olhares, de perspectiva.

Também quero deixar aqui o meu contato, por meio do departamento – o nosso *e-mail* é dev@mdh.gov.br –, para aqueles que quiserem tirar alguma dúvida específica sobre as nossas políticas. Como a Major Renata colocou, temos o Salve Uma Mulher; temos iniciativas de qualificação da mulher, que é o Qualifica Mulher; temos políticas relacionadas à maternidade. Então, estamos com um portfólio de projetos muito amplo e prontos para dar assistência técnica àqueles que quiserem, seja do Executivo, seja do Legislativo, para fazerem inovação nas suas políticas públicas para mulheres.

Agradeço pela oportunidade da palavra e desejo um bom trabalho a todos com relação a isso. Que seja sempre frutuoso o trabalho de todos!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Valéria, pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente a participação das nossas representantes do Judiciário e do Executivo. Nós aqui, como legisladoras, no Poder Legislativo, estamos também cumprindo essa luta árdua, que continua, não é, minhas amigas? Agradeço também à nossa Diretora-Geral, Ilana, pela presença.

Desejo a todas uma boa semana e que continuemos unidas nesse propósito maior de proteção às nossas mulheres.

Cumprida a finalidade proposta, com as ricas contribuições trazidas pelas ilustres convidadas, eu agradeço de coração essa brilhante participação e declaro encerrada a audiência pública desta manhã.

Meu grande abraço a todas e a todos e boa semana! Até a próxima.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e doze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Nilda Gondim, Flávio Arns, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Paulo Paim e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 34/2021 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Finalidade: Debater o tema: "TODAS JUNTAS – ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COM DEFICIÊNCIA". O debate fará parte das atividades da campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, a serem promovidas pelas Procuradorias da Mulher no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Participantes: Neusa Maria, Psicóloga, especialista em saúde mental, fundadora do Projeto Renascer e co-autora do projeto “Eu me protejo”; Deborah Prates, Membra da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, do Foro da Pessoa com Deficiência da EMERJ e da COMAI - TJRJ; Renata Braz das Neves Cardoso, Coordenadora Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos - MMFDH; Pollyana Mercio da Silveira Sá, Engenheira, fotógrafa e astróloga, além de criadora do blog acuraemfoco.org e o instagram @acuraemfoco; Ewelin Canizares, Professora, analista ambiental e membra do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivas; Rosana Lago, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Salvador e Fundadora/coordenadora da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência - FNMD; e Ana Rita de Paula, Consultora em diversidade e inclusão de pessoas com deficiência. Resultado: Reunião realizada. Fazem uso da palavra as Senadoras Mara Gabrilli, Nilda Gondim e Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos no Requerimento nº 34, de 2021, da CDH, de autoria das Senadoras Mara Gabrilli e Leila Barros, para o debate: "Todas Juntas – enfrentando a violência contra a mulher com deficiência".

Bom, antes de anunciar os convidados, eu queria fazer a minha autodescrição. Então, eu sou clara, tenho cabelos semilongos, aloirados, e estou vestindo uma roupa azul de gola, porque está frio em São Paulo.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

Os convidados são – quero agradecer já a participação – Neusa Maria, psicóloga, especialista em saúde mental, fundadora do projeto Renascer e coautora do projeto Eu Me Protejo; Deborah Prates, membra da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, do Foro da Pessoa com Deficiência da Emerj e da Comai, TJ-RJ; Pollyana Mercio da Silveira Sá, engenheira, fotógrafa e astróloga, além de criadora do blog acuraemfoco.org e do instagram @acuraemfoco; Renata Braz das Neves Cardoso, Coordenadora-Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Rosana Lago, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos direitos das Pessoas com Deficiência de Salvador e fundadora e coordenadora da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência (FNMD); e Ewelin Canizares, professora, analista ambiental e membro do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivas.

Queria dizer a vocês todas que é uma honra poder participar desta audiência que tem como esse tema um tema tão importante que é de todas nós juntas enfrentando a violência contra a mulher com deficiência.

Eu recebi a proposta de promovermos essa discussão da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, que é um coletivo formado por cerca de 90 ativistas, com representantes de todas as regiões do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinto-me superlisonjeada por me unir a tantas mulheres admiráveis nessa luta, que é uma luta de todas nós. Muito obrigada a todas.

Eu agradeço a parceria da Senadora Leila, como sempre uma grande parceira e a nossa procuradora da mulher, gostaria de parabenizá-la por todas as atividades da campanha de 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Eu quero também agradecer à Senadora Daniella Ribeiro, que está se esforçando ao máximo para conseguir entrar em nossa audiência e que, inclusive, é uma mulher...

A gente tem que pensar que está acontecendo com todas as mulheres agora em nosso planeta, que, embora o Brasil tenha sido campeão, a gente está falando de uma pauta que é internacional, mas a violência contra a mulher é um drama muito grave em nosso País especificamente e a gente quer fazer com que para esse relógio brutal, que registra que uma mulher é assassinada no Brasil a cada duas horas. Esse é o nosso relógio e todos os dias 12 mulheres perdem a vida.

Estatísticas apontam ainda que, a cada dois segundos, uma mulher é agredida verbalmente ou fisicamente em seus lares, em seus locais de trabalho e de estudo e nas ruas das cidades brasileiras. E, mesmo com a Lei Maria da Penha, o nosso marco legal mais importante, que está em vigor desde 2006 para combater a violência contra as mulheres, o Brasil ainda é responsável por 40% dos crimes de feminicídio na América Latina.

Com o objetivo de combater esse cenário tão dramático, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da qual eu faço parte e que tem a Senadora Zenaide Maia como Presidente – e aqui eu a cumprimento pelo trabalho –, promove o monitoramento e avaliação das políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres. Tivemos a publicação de um relatório de avaliação, em 2019-2020, cuja produção foi bastante desafiadora durante a pandemia.

Como dado positivo, a gente detectou o aumento da disponibilização de serviços voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência, porém o relatório ressalta que isso não é suficiente para assegurar a efetividade dessas políticas públicas. É necessário adequarmos as intervenções à diversidade das realidades das mulheres em situação de violência, tanto as diversidades regionais em um país assim de dimensões continentais como é o nosso, quanto a diversidade humana em suas múltiplas formas de vulnerabilidade, como é o caso das meninas e mulheres com deficiência, que debatemos agora.

As pessoas com deficiências enfrentam um somatório de barreiras físicas e barreiras atitudinais, que dificultam a inclusão da violência contra as mulheres com deficiência nas agendas políticas e nas estatísticas dos governos. Ainda assim, quando os serviços existem, há uma dificuldade maior para as mulheres com deficiência acessá-los por inúmeros fatores, como veremos expostos aqui por esse time de especialistas. Mas um dos fatores infelizmente é acessibilidade, como a própria dificuldade dessa mulher de sair de casa, de se locomover.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência contra meninas e mulheres com deficiência é sistêmica. O autor dos abusos e maus-tratos está sempre em situação de poder em relação à vítima, apoiando-se em sua autoridade e com ameaças de morte ou violência se delatado. A vítima não pode ou não consegue acessar os meios para reportar as agressões sofridas e ainda teme as consequências da denúncia, nas situações em que o agressor é pessoa de seu convívio ou seu cuidador ou responsável pela higiene, alimentação e apoio nas atividades do dia a dia. Imagine essa situação! E todos esses fatores implicam em uma maior subnotificação desse tipo de caso.

Além das violências e das agressões, as mulheres com deficiência podem ser abusadas por meio do emprego exagerado de medicamentos, por medidas de isolamento, de reclusão social, de abandono de incapaz e de proibição de tomada das próprias decisões.

Para quem tem deficiências mais graves, também há os casos de violência por negligência quando da recusa de levar ao médico ou à reabilitação, de dar alimentação, de dar os medicamentos apropriados; na falta de cuidados pessoais e de higiene.

Então, é urgente e necessário a gente incluir nas agendas o monitoramento de questões como: de que forma a violência contra a mulher é diferente da violência contra as mulheres que não têm deficiência; de que forma é igual. Como a gente pode, por exemplo, proteger os direitos das mulheres com deficiência, atender as suas especificidades e criar uma rede de apoio segura, que permita à mulher com deficiência sair da situação de violência?

Talvez a maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência resida na invisibilidade em que foram colocadas por séculos.

Então, muita gente ainda acredita que uma mulher com deficiência, seja cadeirante, seja surda, seja cega, seja surda-cega, seja com deficiência intelectual, não pode ser mãe, não pode namorar, não pode trabalhar, não pode ocupar determinada posição na sociedade.

Por isso esta audiência pública reforça o nosso compromisso para que pessoas com deficiência, para que meninas e mulheres com deficiência, cada dia mais, sejam ouvidas em suas reivindicações. E não valorizar suas demandas, seus anseios e suas falas também é uma forma de violência.

E nossas convidadas nos trarão uma visão ampliada, diversificada da violência contra as meninas e mulheres com deficiência para, juntas, buscarmos as soluções para oferta de rede de múltiplos apoios, para evitar o comportamento violento e suas consequências.

Então, quero passar a palavra para nossas convidadas.

Agradeço, mais uma vez, a presença a vocês.

Com a palavra a Neusa Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está presente?

A SRA. NEUSA MARIA (Para expor.) – É muito importante a gente ter este espaço para debate.

Então, muito obrigada, Mara Gabrilli.

É importante a gente conseguir ter acesso a estes espaços para falar um pouquinho até mesmo para que a gente possa pensar em políticas públicas efetivas.

Hoje, eu vou apresentar para vocês nosso projeto Eu me Protejo. O projeto Eu me Protejo também é um projeto da Frente das Mulheres com Deficiência.

Eu sou uma mulher negra, indígena. Eu tenho cabelos escuros, eu tenho olhos escuros, eu uso brincos pequenos, eu uso uma camiseta branca, com o escrito "eu me protejo", com uma menininha negra na frente, com mão espalmada. É uma criança com deficiência porque ela tem um braço pequeno. Eu estou de costas para uma parede com um desenho de uma menina e um menino.

Com o Eu me Protejo, a gente está reivindicando, junto com a Frente de Mulheres com Deficiência: o Eu me Protejo nas escolas; deficiência no BO de todas as delegacias, inclusive, estamos com a campanha Põe no BO; acessibilidade para mulheres e meninas com deficiência denunciarem, incluindo pranchas de comunicação para quem não fala, nos conselhos tutelares, hospitais e Casa da Mulher também.

Eu posso dar continuidade?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Claro, continue.

A SRA. NEUSA MARIA – A gente queria dizer também que o Brasil é o segundo maior país do mundo nesse contexto de violência doméstica. Então a gente precisa pensar como mudar esses números, não é? E a Lei Brasileira de Inclusão, em seu art. 3º, inciso IV, define barreira como entrave, obstáculos que impedem o exercício de direito nesse contexto.

Então, a gente entende – nós do Eu Me Protejo – que se não há prevenção, há uma violação de direitos. Essa é uma barreira na comunicação que o Eu Me Protejo vem suprir, porque até então não existia. O Eu Me Protejo veio, foi validado em escolas, foi validado em creches, em igrejas e em instituições com crianças, porque a criança não pode ser só um objeto nesse processo. Quando vamos fazer um trabalho para elas, nós precisamos ouvi-las também com os pais, com os professores, com formadores.

Então, o Eu Me Protejo ele está suprindo essa demanda que seria responsabilidade do Estado, nós fomos lá, vimos essa lacuna e criamos também. Então, ele é um projeto inovador e explicativo em linguagem simples. Ele tem desenho universal também. O material foi criado para crianças com e sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, trabalhamos com foco na criança, por meio da prática, no aprender a aprender também, de forma lúdica. A gente tenta compreender o comportamento da criança, então nós vamos para a prática e aí a gente vai adequando esse comportamento aos fatores de prevenção. Então, o Eu Me Protejo chega muito sensível, muito fácil porque a gente vai falar como você vai trabalhar a prevenção dentro de casa e em escolas, mas de uma forma que ninguém ainda havia abordado, uma forma bem tranquila de se falar, porque a gente entende, com esse recorte de crianças com deficiência, que há no Brasil uma visão adultocêntrica em relação à criança. E por causa dessa visão e dessa hegemonia também, elas são excluídas de participaram de escolhas políticas e sociais. Então, as políticas públicas também não são pensadas para as crianças, principalmente as crianças com deficiência e as crianças negras que são recortes que também precisamos trabalhar.

Então, elas não são ouvidas, são só esses objetos nesse processo de busca, de formação e de criação de políticas públicas também. Então, por isso, nós do Eu Me Protejo lutamos para que todo mundo possa entender a prevenção como proteção e não como estímulo. A nossa maior dificuldade, quando nós criamos o Eu Me Protejo, foi que as pessoas confundiam com estímulo e é a prevenção.

Então, prevenir, gente, não é estimular; prevenção é um trabalho de proteção, de garantia de direitos que até então não existiam, não havia. Uma criança com deficiência tem uma probabilidade quatro vezes mais alta de ser vítima de violência, de negligência, de violência sexual, de violência psicológica. Nós temos alguns pontos do ECA em que a legislação é voltada para essa garantia de direitos da criança com deficiência, que são: a prioridade na tramitação de processos de adoção, atendimento na rede regular mesmo de ensino, e a gente tem também prioridade de atendimento nas ações de políticas públicas de prevenção e proteção. Mas, na prática, a gente sabe que há uma dificuldade muito grande. A gente precisa mudar isso.

Quando a gente trabalha a prevenção contra a violência, a gente vai estar trabalhando para o futuro, para as novas gerações, porque essa pauta que a Mara Gabrilli traz para a gente de violência doméstica pode ser evitada se a gente for para as bases da educação, fazendo esse trabalho de prevenção.

Então, quanto a essa prioridade na tramitação de processos, por exemplo, a gente percebe, na prática, que ela não existe. A criança com deficiência, dependendo do tipo da deficiência, tem também uma vulnerabilidade maior por causa...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. NEUSA MARIA – É por isso que o Eu Me Protejo criou esse material totalmente lúdico, acessível. Nenhuma criança, no mundo, fica fora desse processo de prevenção, porque o Eu Me Protejo, ele é também universal, ele é inclusivo, ele fala para várias linguagens, para várias pessoas também. Então, para nós, do Eu Me Protejo, o diálogo é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a prevenção, a gente precisa trazer essa informação, para que a criança com deficiência entenda esse processo educativo de prevenção. E a família e a rede de apoio também precisam entender que é uma complexidade muito grande trabalhar com crianças atípicas, até mesmo porque a gente precisa ter um preparo, a gente precisa ter uma forma de abordar a criança. E o Eu Me Protejo realiza essa preparação: ele vai instruir... (*Falha no áudio.*)

... essa prevenção também.

Fazendo esse trabalho na comunidade, nós percebemos como isso é necessário. Então, nós criamos jogos, livros, poesias, todos os materiais lúdicos, porque nós estamos adequando o material para a criança com e sem deficiência. E há o sinal. Se você não tem uma linguagem verbal, você consegue se comunicar com o sinal. A gente tem música, jogos, livros, poesias. Então, elas aprendem com nosso material; elas aprendem a dizer "não" com esse gesto, o nome certo da parte do corpo, o nome certo das partes íntimas; aprendem a conhecer o corpo, a entender que o corpo é da criança e que ninguém pode tocar; aprendem a respeitar o corpo dela e o corpo do outro, a se proteger da violência também.

A gente preparou um material que é praticamente impossível as pessoas não (*Falha no áudio.*)

... faz com que a criança seja inserida nesse processo de violência: idade da criança, dependência do cuidador, gênero – se é menino ou se é menina, e menino é abusado com menos idade, porque ele vai pegando resistência ao abuso –; antecedentes de maus-tratos é um fator de risco – acho que é um dos primeiros fatores de risco –; núcleo, família, práticas parentais, métodos punitivos. Então, nós adequamos tudo isso depois que nós descobrimos esses fatores. Todo o trabalho do Eu Me Protejo foi adequado para, de alguma forma, se adequar a esses fatores de risco, podendo suprir essa demanda de uma forma que as crianças consigam ser protegidas.

Para finalizar, eu trouxe uns dados do projeto Eu Me Protejo. De março de 2019 até agora, em 2021, nós já fizemos... atendemos duas mil famílias e atendemos, de forma direta e indireta, 20 mil pessoas.

Para finalizar, vou parafrasear uma frase da Carolina Maria de Jesus: "Adeus! Adeus, eu vou morrer! E, se tiver o direito de nascer, quero um país onde a criança possa ser feliz".

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Nossa, Neusa, muito obrigada. Muito emocionante sua fala.

Agora eu queria chamar a Deborah Prates, que está aí desde o começo.

Deborah, por favor, está com a palavra. (*Pausa.*)

Deborah? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso liberar o microfone da Deborah. (*Pausa.*)

A SRA. DEBORAH PRATES – Foi? Agora estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Estamos.

A SRA. DEBORAH PRATES – Sem áudio. Está ligado ali? Não tenho áudio, não tenho áudio.

Vocês me ouvem? Vocês me ouvem? Não tenho áudio. Não tenho como ligar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Espere aí.

Agora você me ouve?

A SRA. DEBORAH PRATES – Eu ouço, eu ouço, mas eu não tenho áudio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DEBORAH PRATES – Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ouvimos.

A SRA. DEBORAH PRATES – Ah, estão ouvindo? O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Estamos. Estamos te ouvindo.

A SRA. DEBORAH PRATES (Para expor.) – Ah, e eu estou perguntando: vocês me ouvem?

Beleza, beleza, beleza.

De plano, vou me auto-audiodescrever. Eu sou uma mulher branca; tenho os cabelos meio loiros, tipo mel, cacheados, meio desengrenhados; estou de óculos escuros pretos; tenho um nariz meio arrebitado; estou de batom vermelho; uso brincos de argola dourada; estou com uma blusa branca com botõezinhos tipo marrom claro; ao fundo, há uma parede num azul meio esverdeado.

Agora que nós estamos em pé de igualdade e todo mundo vê todo mundo, porque eu vejo com os meus ouvidos, eu quero, claro, de início, agradecer a toda equipe que constituiu este evento de suma importância, muito caro para nós, e eu o faço na pessoa da nossa Senadora queridíssima Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um evento anticapacitista, e isso muito me faz feliz. Aqui eu trago logo uma pegada da Angela Davis, que diz assim: "[...] não basta não ser racista, é preciso ser antirracista". E eu venho, parafraseando, para dizer: "Não basta não ser capacitista; é preciso ser anticapacitista". E este evento é anticapacitista, porque, ao mesmo tempo em que me dá voz, está desse outro lado em uma escuta ativa.

Eu nunca vou dizer que ninguém sem deficiência não possa falar sobre nós, com deficiência, mas, minimamente, as pessoas precisam nos ouvir para que cheguem a conclusões coerentes da nossa realidade, que é bastante diversa.

Sobre o nosso tema, eu quero trazer aqui uma ideia muito bacana de uma escritora estadunidense, até bem jovem, a Sunaura Taylor, que vem dizendo assim sobre a ideologia da deficiência. O que é isso? Segundo Sunaura, a deficiência é um marcador social negativo potencializado, e eu, Deborah, venho dizendo "ao infinito". Se nós fizermos a pegada da interseccionalidade, como bem faz a Kimberly Crenshaw, eu sou uma mulher; então, opressão pelo gênero; estou entrando na minha fase idosa e vou sofrer opressão pela idade. Poderia ser uma mulher lésbica, poderia ser uma mulher preta, morando em comunidade em questão de classe, e assim ao infinito, chegando à deficiência. Por isso, Sunaura diz que é um marcador social negativo potencializado.

A diferença para o que nós sofremos, como bem explanou a nossa Senadora Mara, é bem diferente. Ela é um *plus*, além, da violência sofrida pela mulher sem deficiência. Eu aqui quero trazer uma mulher que poucas pessoas até chamam, que são as mulheres com nanismo. Elas explicam bem porque a violência para nós é bastante diferente, pela própria deficiência.

As mulheres com nanismo, por exemplo, quando se recusam a ceder aos assédios, enfim, a terem relações sexuais que não desejam, muitas vezes são obrigadas. As mulheres com nanismo são chamadas, abre aspas, "mini putas", fecha aspas. Então, uma vez, eu falando numa palestra para mulheres psicólogas, elas começaram a rir, quando eu disse isso. Aí eu disse: estão rindo de quê? Elas disseram: "Não, Deborah, se não fosse trágico seria engraçado." Eu disse: escutem, mais vocês não pararam para pensar. Porque se nós somos as mini, vocês são as grandes. "Ah, mas a gente não tinha pensado nisso." Pois é, a grande questão é pensar, né? Então, dá para notar como a deficiência potencializa coisas que a mulher sem deficiência não passa. As mulheres com deficiência são jogadas na cama e estupradas pelos seus próprios companheiros ou companheiras, quando se recusam a fazer sexo. Até mesmo pela deficiência, elas não podem se defender tanto quanto uma mulher sem deficiência. As mulheres têm cuidadoras, tudo aquilo que a nossa querida Deputada Mara já falou na abertura. Então, não há necessidade de a gente repetir para seguir.

Quero focar agora...Bom, primeiro, eu quero dar uma pincelada no capacitismo, porque eu falei que é um evento anticapacitista .Para quem não sabe é uma terminologia relativamente nova. Para mim é bastante importante essa nomeação desse preconceito. O que é o capacitismo? É uma espécie do gênero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconceito que a sociedade atribui à mulher, às pessoas, com deficiência, reduzindo-as à própria deficiência. É sobre olhar reducionista que eu quero trazer agora e sobre o qual eu quero falar.

Vou pinçar a Campanha do Sinal Vermelho que o CNJ lança, no início da pandemia. Eu recebi os vídeos e me disseram: "Olha, Deborah, veja isso aí." Eu vi o vídeo e disse: mas não tem audiodescrição e eu não sei o contexto do que se passa. Eu escuto, entendo, mas não sei o que se passa, como é. E passamos...Quem passamos? Nós. Quem nós? Nós somos o movimento. É muito engraçado porque a sociedade se esquece – nós nos esquecemos - de que nada é eterno, a não ser o próprio movimento. Então, passamos para um mulher surda falante do Português. Ela devolve e diz assim: "Olha, não tem legenda". Passamos para uma mulher surda falante de Libras. Ela diz: "Olha, não tem janela de Libras". E aí passamos para uma mulher que sofreu um câncer e acabou tendo que amputar um braço. Ela disse: "Eu chorei, porque a campanha é do x vermelho. Eu não tenho uma mão para poder fazer o x vermelho. Então, quer dizer, isso me fez chorar". E aí enviamos para uma mulher vítima da Talidomida que tem apenas os dedos perto dos ombros e a mulher retornou dizendo: "Olha, eu não tenho nenhuma das mãos para poder fazer o x vermelho na mão". Então, vejam como a deficiência nos oprime ainda mais e pelas nossas iguais, que foram as mulheres do CNJ que bolaram essa tal campanha, que é belíssima. Nada contra a campanha. Apenas é uma política pública, paga pela *res publica* e que não contemplou as mulheres com deficiência.

Então, aqui fica um questionamento: sororidade seletiva existe? E eu mesma venho responder: é óbvio que não. Então, ninguém precisa gostar de Deborah Prates, não há necessidade disso. É preciso que a gente tenha esse conceito da sororidade na pegada da Bell Hooks, como sendo uma ideia político-ética. Então, isso é o que basta para nós nos unirmos enquanto irmãs, para nós seguirmos juntas, mulheres com e sem deficiência, nesta luta.

Uma mulher com deficiência, para ela estar numa calçada e procurar uma farmácia, é complicado, porque a *polis* não foi feita para nós. E onde é que está escrito isso? Está escrito nas entrelinhas. Basta a gente ver o acabamento das calçadas, que são todas em meios-fios. O que são os meios-fios se não degraus de diversos tamanhos, que obstaculizam uma pessoa com deficiência, idosos, pessoas que têm uma limitação temporária, etc.?

Eu trouxe um vídeo que eu gostaria muito de exibir – eu o passei para a assessoria da nossa Senadora –, em que nós mostramos, tentamos mostrar às juízas do CNJ e às pessoas responsáveis por esta campanha belíssima – sempre falo –, linda, por que dela nós fomos excluídas?

Então, nossa Senadora Mara, é possível a gente exibir esse vídeo – são dois minutos e 40 segundos – e, depois, eu faço o fecho?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DEBORAH PRATES – Beleza!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. DEBORAH PRATES – Bem, eu quero continuar dizendo o seguinte: esse é um vídeo em que nós tentamos mostrar para o CNJ como deveria ter saído o vídeo da Campanha do Sinal Vermelho, porque lá nós não fomos protagonistas, porque a sociedade não nos vê. Essa invisibilidade social... As páginas da história estão em branco para nós. E, então, o CNJ teria que saber. Ora, eles têm conhecimento da Convenção de Nova York, e eu queria aqui dar uma pincelada, depois de tudo que a Neusa já falou sobre ela, que ela é lindíssima, que ela é feminista de cabo a rabo.

A partir da alínea "q" do seu preâmbulo até o final, ela pugna pela equiparação entre os gêneros. Então, isso é um negócio, assim, muito bacana sobre a nossa convenção, convenção esta que foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser recepcionado pelo nosso Brasil com *status* de emenda constitucional, e, portanto, é impossível nós dizermos que o CNJ não tinha conhecimento dessas acessibilidades e do quanto meninas e mulheres com deficiência são potencialmente mais prejudicadas por qualquer tipo de violência pela própria deficiência, como nós já dissemos.

O CNJ não tem noção de onde estamos, porque não há... As políticas públicas não nos atingem, porque não sabem nem onde estamos. Nós somos exceção, nós que estamos aqui, nesta mesa. A maioria das mulheres vivem em comunidades, em favelas e não têm nem como sair com uma cadeira de rodas, porque são ruelas; não têm como andar com uma bengala, com uma muleta etc.

O meu tempo, gente, já está terminando.

Então, é preciso a gente dizer essas coisas para que nós tenhamos mais visibilidade... Aliás, mais não, que nós tenhamos a visibilidade que a nossa dignidade exige.

Então, eu vou terminando, nossa queridíssima Senadora Mara, com uma frase de que eu gosto muito, que é da surdocega Helen Keller, que nos deixou o seguinte legado: "Nunca se pode concordar em rastejar quando se tem ímpeto de voar". E, porque eu gosto muito, eu vou pedir vênia e vou repetir: "Nunca se pode concordar em rastejar quando se tem ímpeto de voar".

Portanto, eu deixo como mensagem: mulheres sem deficiência, abram as suas asas para que nós, suas irmãs com deficiência, possamos atrelar as nossas para que possamos alçar voos mais longos. Até agora, apenas voos de galinha a gente tem conseguido fazer.

Por isso, esta audiência pública é de suma importância, e eu me sinto enormemente honrada por fazer parte dela.

Muito obrigada.

Espero ter contribuído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Nossa! Contribuiu, Deborah, e muito. Contribuiu. Muito impactante a sua fala.

E temos com a gente a nossa Senadora querida, a Senadora Nilda Gondim, que eu não consigo não chamar de "miudinha", que tanto amor espalha neste Congresso.

Eu vou passar a palavra para a Senadora, que veio abrilhantar a nossa manhã.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.) – Ó, minha amiga querida, eu agradeço carinhosamente seu gesto de amor, de afeto e de amizade desde quando éramos colegas na Câmara Federal.

Você, minha amiga, é que realmente é uma pessoa ímpar. Você não existe, igual a você não existe, porque eu tenho que dar esse depoimento a todas as colegas, a todas as amigas, a todas as pessoas que estão participando dessa *live*.

Eu pedi para falar porque, lamentavelmente, eu não vou poder ficar muito tempo, porque eu vou presidir a Comissão de Assuntos Sociais, porque o nosso Sérgio Petecão está ausente e pediu-me para a representá-lo. Então, eu vou ser breve.

Mas eu gostaria, realmente, de dizer a vocês que, além desse amor, desse carinho, dessa atenção com Mara Gabrilli, Mara Gabrilli realmente nos representa por tudo, por tudo que ela faz em defesa das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras, ela está sempre presente e vigilante.

E eu, pelo contrário, eu estou seguindo um pouco esse caminho dela, porque acho justo e nobre a gente lutar, lutar sempre em defesa das pessoas que precisam do nosso apoio, do nosso olhar, do nosso projeto.

Inclusive, estamos com um projeto, pedindo a Rodrigo Pacheco para colocar, que é para ampliar a pena desses feminicídios, das mulheres que são vítimas de feminicídio, mulheres que têm problema com deficiência, estupro, que são estupradas, que são violentadas, que são agredidas. E esse crime tem que ser bem mais punido, com mais rigor, com mais força, porque o que estou sentindo, Mara – e você também –, é que todo dia em jornal do Distrito Federal, a gente vê um caso de feminicídio, todos os dias a gente está vendo homens matando cruelmente, friamente mulheres e até as próprias crianças.

Então, minha gente, a gente tem que dar um basta nisso, e só daremos um basta se a gente estiver unidas, fortalecidas, se a gente puder colocar as pessoas nos seus devidos lugares e mostrar o quanto é importante a gente lutar por isso, porque não é possível, minha gente, que a gente viva todos os dias vendo um cenário atroz de mulheres sendo vítimas, sendo violentadas, e o feminicídio.

É isso o que eu tenho a dizer. Você conte comigo, todas as que estão aí presentes contem comigo, com o meu apoio, com o meu trabalho, com a minha divulgação e com a minha presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e que Deus nos proteja, Mara, a todos nós.

Deus lhe abençoe, minha amiga querida, eu lhe admiro cada vez mais.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ah, Nildinha, que Deus a abençoe também, e assim a recíproca é verdadeira. Você traz muito, muito, muito para a gente, para engrandecer o nosso trabalho feminino juntas.

Você falou algo muito verdadeiro: a gente tem que trabalhar na punição, porque isso está muito solto, e, assim, é um conjunto de ações que a gente tem que tomar, aumentar a pena para estupro. Isso, com certeza, faz parte desse guarda-chuva.

Obrigada, Nildinha. Parabéns!

Boa presidência na Comissão e boa semana para você. Obrigada.

Eu queria chamar agora a Pollyana Mercio da Silveira Sá. (*Pausa.*)

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Alô, estão me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Estamos.

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ (Para expor.) – Oi! Bom dia!

Obrigada por esta oportunidade de estar aqui.

Bom, em um ato de expressão, eu sou uma mulher branca, de cabelos loiros, lisos. O meu fundo está desfocado, mas eu tenho uma cama com um edredom preto lá atrás e um fundo azul. Eu estou com a blusa azul clara.

Bom, eu tinha passado um uns eslaides. Se puderem colocar... Ou querem que eu coloque? Eu tinha enviado para acompanhar.

Eu não estou te escutando. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Espere aí que eu vou tentar liberar daqui. Espere aí.

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Tá. Se quiser eu compartilho também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Ah, os eslaides não estão na secretaria. Vou compartilhar então, porque eu vou falar dos dados. Então, acaba sendo mais fácil para acompanhar também. (*Pausa.*)

Ah, eu não posso passar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Por quê?

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Porque só uma anfitriã pode passá-los, compartilhar os eslaides. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Espere aí. Estou tentando aqui, Pollyana, e ver se o secretário consegue colocar. (*Pausa.*)

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Desculpa, gente.

Eu acho que vou começar sem os eslaides, então.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Vai falando e, quando ele conseguir, ele coloca.

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Tá. Deixe-me só abrir aqui.

Bom, para começar, eu vou falar dos dados do Atlas da Violência, que são dados da violência contra a pessoa com deficiência.

Bom, quais são os desafios? Ainda é muito pouco estudado no Brasil o assunto. E assim: o que é uma pessoa com deficiência? Existe muito esse desafio também: o que é, o que não é. Então, sempre há essa dificuldade.

Bom, também um dos dados não abrange todos os Municípios do País. Por enquanto, só 79,2% dos Municípios. Então, ainda não há abrangência. Não é muito estudado.

Acho que ainda não há todas as pessoas que têm deficiência nesses estudos.

A notificação, ainda por cima, depende da vítima ou de alguém para que ela seja levada a alguma unidade de saúde. Com certeza, a gente perde algumas notificações e não sabe de tudo devido a essa limitação, porque depende da vítima ou de alguém que possa levá-la.

Bom, os dados utilizados são do Viva/Sinan, de 2019, que abrangem as notificações do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde, e há também os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a deficiência e a violência têm uma forte correlação. O que é isso? O índice de deficiência... (*Pausa.*)

Chegou. Você pode ir passando? (*Pausa.*)

Isso.

Bom, a deficiência e a violência têm uma forte correlação. O que é isso? Quanto mais aumenta o nível de deficiência... A violência está ligada normalmente aos índices de uma pessoa com deficiência ou não. Segundo a PNS, (Pesquisa Nacional), de 2013 – está um pouco desatualizada –, 6,2% das pessoas têm alguma deficiência. Desses 6,2%, a gente vê: 3,6% com deficiência visual; 1,3% com deficiência física; 1,1% com deficiência auditiva; e 0,8% com deficiência intelectual. Mas uma pessoa que tem uma deficiência visual pode ter uma deficiência auditiva também e estar dentro desses dados. Esses dados registraram 6,2% das pessoas no Brasil, em 2013. Há toda essa dificuldade.

Pode passar para o próximo eslaide.

Bom, agora vou começar com os dados. Conforme os dados, essas notificações são a partir de 10 mil pessoas com deficiência. A gente percebe, olhando o total de mulheres e homens, que há uma diferenciação. Se olhar mulher diferentemente de homem, já há muito mais notificação de violência, principalmente se a pessoa tiver deficiência intelectual. É a que mais tem notificação nesses dados: 56,9% de notificações para mulheres com deficiência intelectual; 17,8%, para mulheres com deficiência física; 5%, para mulheres com deficiência auditiva; e 1,6%, para pessoas com deficiência visual.

Se você comparar com os homens, os homens têm: 21,9% de notificações para violência contra essas pessoas com deficiência intelectual. Então, é quase o dobro de mulheres. Se a gente olhar, a maioria das deficiências é quase o dobro. Só as notificações de violência para deficiência visual que são quase iguais para homens e mulheres.

Pode passar.

Este gráfico fala quais são os tipos de violência com as pessoas conforme a sua deficiência. Então, a violência que mais existe é a doméstica, porque a doméstica ocorre com parentes, com namorado, com marido, em casa, com família. Depois, vem a comunitária; depois, vem uma mistura delas; depois, vem a institucional, que é muita culpa do capacitismo.

Quando a gente olha a doméstica, a maioria das pessoas que sofre com a violência doméstica são deficientes intelectuais. Depois, a deficiência física; depois, a deficiência múltipla, que são mais deficiências. Menos a visual e a auditiva, que têm bem menos casos.

Outra coisa importante de a gente falar é que a violência doméstica é a principal situação que envolve mulheres. A violência doméstica representa 58% das notificações de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode passar um pouco? Você pode passar os eslaides?

Calma, deu problema aqui. (*Pausa.*)

Acho que pode ir onde está...

Bom aí são os gráficos por faixa etária e o tipo da violência que alguns estão sofrendo mais. E a gente olha aqui, onde se tem mais violência é entre os 10 e os 19 anos.

Pode passar.

Bom esse é um número de pessoas que tiveram notificação de violência, devido ao tipo de violência e também ao tipo de deficiência.

Então, se a pessoa sofreu deficiência ou se a pessoa sofreu violência física, realmente o ato...

Em azul escuro, está deficiência intelectual, em todos os tipos de violência, menos negligência e abandono.

Bom, na deficiência intelectual, há a violência física, violência psicológica e violência sexual com maiores.

Na deficiência física, o que tem mais é negligência e abandono.

Pode passar.

Bom, esse gráfico é para falar da faixa etária e a natureza da violência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pollyana, você pode ir acelerando para gente poder... Porque ainda tem um monte de gente para falar. Se você puder ir encerrando.

A SRA. POLLYANA MERCIO DA SILVEIRA SÁ – Vou encerrar.

Aqui a gente olha a faixa etária, conforme a violência que a pessoa está sofrendo. Então, em azul escuro, é violência física; azul claro, violência psicológica; roxo claro, negligência e abandono; laranja, outros e, laranja escuro, violência sexual.

Pode passar. Bom, essa é uma tabela que demonstra o tipo de violência, né? Olhando só para as mulheres, a gente vê que as mulheres que sofrem mais violência são as com deficiência intelectual, conforme esses dados. Deficiência física também é bem alto.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí é conforme a faixa etária a tabela e o tipo de deficiência, se é comunitária, doméstica ou institucional. A gente olha que a maioria das mulheres que têm sofrido violência está entre 10 e 19 anos.

Pode passar.

Bom, nessa tabela há qual o tipo de violência que as pessoas têm sofrido e qual a deficiência delas. E aí de novo a gente olha que a maior parte da violência é nas deficientes intelectuais e é a violência física.

Pode passar.

Bom, nessa tabela a gente olha a faixa etária e o tipo de violência. Na violência física, a idade que mais sofre está entre 20 e 29 anos. Na violência psicológica, as que mais sofrem entre 40 e 49 anos. A de abandono é mais durante a infância e idosos também. E violência sexual é mais entre 10 e 19 anos, seguidos pelos 30 e 39 anos.

Pode passar.

Acho que acabou, não é?

Bom, era isso. Obrigada.

Desculpem-me, foi meio complicado achar os eslaides e explicar direito, em questão de números, mas eu espero que vocês tenham entendido. Temos que lutar bastante porque ainda há poucos dados também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pollyana, obrigada. Quando a gente for fazer o nosso encaminhamento, esses números que você passou são extremamente importantes.

Muito obrigada pela participação.

Eu vou passar a palavra agora para a Renata Braz das Neves Cardoso.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO (Para expor.) – Olá! Bom dia a todas! Gostaria de cumprimentá-las na pessoa da Senadora Mara Gabrilli, agradecer o convite, Senadora. Estou aqui representando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Atualmente, trabalho como Coordenadora Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres.

Na Secretaria, nós estamos realizando algumas ações e uma delas consiste na acessibilidade nas delegacias brasileiras e atendimento às mulheres e meninas com deficiências e doenças raras. Hoje nós sabemos das dificuldades de acesso das mulheres em sentido lato, especialmente das mulheres portadoras de deficiências e doenças raras. Existe uma frequência muito grande, inclusive, de notificações nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, no 180, da falta realmente de acessibilidade das mulheres aos serviços, principalmente no que diz respeito ao acesso à segurança.

Então, nesse sentido, foi desenvolvida essa capacitação. Ela é fruto de uma articulação do Ministério da Mulher junto com a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência em parceria com a Universidade Federal do Maranhão. Foi disponibilizado um curso que fica disponível sem aquela necessidade de formação de uma turma. Enfim, ele está disponível, é autoinstrucional para capacitação adequada para o oferecimento de assistência à população feminina com deficiência e o modo a salvaguardar os direitos e liberdades fundamentais dessa parcela da sociedade.

Além disso, nós atuamos também em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para formulação das diretrizes nacionais para o atendimento policial em segurança pública aos grupos vulneráveis e também compreende a parcela da população com deficiência. Vários dados já foram trazidos aqui por várias preletoras, pela Deborah Prates, pela Pollyana. E, como a Senadora falou no início, infelizmente a gente tem esse triste relógio de que, a cada uma hora, uma mulher é vítima aqui no País; a cada duas horas, desculpem. O próprio Ipea traz essa informação também, de que as mulheres são as maiores vítimas de violência, no caso das mulheres com deficiência. Além da violência física, a gente tem esse panorama de violência infelizmente sexual. As mulheres com deficiência sofrem três vezes mais violências do que as mulheres sem deficiência. Então, é algo realmente muito triste.

Com o advento da Lei 13.836, de 2019, ela traz a garantia de que os registros de BO servirão para consolidar estatísticas locais para o mapeamento das mulheres com deficiência vítimas de violência, para embasar a formulação de políticas públicas. Então, o que a gente tem hoje? Nós temos hoje, no País, um problema muito grande de registro, principalmente de informação sobre violência contra a mulher. Hoje, infelizmente, nem todos os Estados, as secretarias realizam de forma categorizada esse registro. Então, além de haver o problema da subnotificação, no pouco registro que nós temos, há o problema de pulverização dessa informação. Por exemplo, se uma ocorrência é registrada como lesão corporal e se não há a categorização de que essa lesão é decorrente de uma violência doméstica e mais uma outra categoria de que essa violência doméstica é cometida contra uma mulher deficiente, nós não temos uma estatística realmente fidedigna da dimensão do problema. Então, em razão disso, nós estamos trabalhando na Secretaria Nacional de Política para as Mulheres com um diagnóstico que em muito vai impactar realmente esse banco de dados, para que possamos, sim, trabalhar com políticas públicas efetivas e direcionadas.

Então, nós tivemos agora recente a aprovação da Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher, publicada em outubro de 2021. Em consonância com isso, nós vamos trabalhar com a implantação do Painel de Monitoramento da Violência contra a Mulher na Secretaria Nacional de Política para as Mulheres. Dentro desse painel, nós vamos trabalhar com a produção de um diagnóstico da violência doméstica e familiar no Brasil a partir da pesquisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vitimização. Nós só temos no Brasil, inclusive, Senadora, uma única pesquisa de vitimização realizada no País até hoje, que foi realizada no ano de 2010 pelo Ministério da Justiça. Ela é uma pesquisa de custo altíssimo: à época, ela foi orçada em R$8 milhões. E hoje, embora nós vamos realizar esse primeiro diagnóstico a partir dessa pesquisa, nós não temos esse recorte da mulher com deficiência, porque, inclusive, à época, não existia essa lei, que é de 2019 e obriga o registro do boletim de ocorrência com essa informação específica, com esse recorte, com essa categoria.

Além disso, nós vamos produzir um diagnóstico das ocorrências de violência doméstica e familiar registradas pelas polícias e nos canais de denúncia de violência doméstica do Brasil e um diagnóstico dos equipamentos e dos recursos humanos empregados para o atendimento à violência doméstica. E esse levantamento dos equipamentos e dos recursos humanos vai impactar demais com esta informação: se realmente nós temos equipamentos e recursos humanos qualificados para promover a acessibilidade. Então, vamos fazer isso tudo em parceria com a Universidade Federal de Viçosa.

Outro ponto que nós vamos produzir é um diagnóstico das estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Como foi muito bem colocado aqui pela Deborah Prates, às vezes, nós temos ótimas ferramentas e estratégias, mas elas não atendem o nosso público total; atendem aquela parcela, como ela colocou aqui, de mulheres, como a própria campanha Sinal Vermelho. Então, realmente, nós precisamos, sim, trazer à luz esse problema, que, infelizmente, é invisibilizado.

Eu ouvi também aqui a fala da Neusa em relação às crianças. À época, eu tive até a informação de que, em alguns programas de prevenção ao uso de drogas, enfim, e que falavam também sobre essa questão da prevenção da violência sexual, inclusive de denúncias, já estavam acontecendo as adaptações para atendimento ao público especial – público da Abrace e dos centros especiais de ensino –, com adaptação dos materiais e das cartilhas em braile e também dos profissionais sendo formados em libras, para que realmente pudéssemos atender todo o público.

Nós sabemos da diversidade e da dimensão que é o nosso País, o Brasil tem uma dimensão continental. Então, de norte a sul, a gente tem que ter essa preocupação, sim, de levar essa informação, de trazer isso à tona e, principalmente, a gente está trabalhando e investindo nosso tempo em monitorar, realmente, esse fenômeno da violência contra a mulher, porque ele é assolador e ele atinge todas as mulheres, de todas as categorias, e é importantíssimo que a gente faça, sim, essa categorização do fenômeno, para que a gente possa trabalhar as políticas públicas de uma forma eficiente.

Por fim, com a estruturação desse painel, nós pretendemos adotar medidas que sejam mais assertivas e pontuais. As taxas de notificações de violência contra as mulheres são duas vezes superiores às de homens – da mulher com deficiência. A mulher com deficiência sofre muito mais, inclusive, do que o homem com deficiência, é problema muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar a minha fala, mais de 7,6 mil casos de violência contra pessoas com deficiência foram registrados em 2019, o que equivale a quase uma notificação por hora. Esses dados foram divulgados pelo Ipea, por meio do seu Atlas da Violência, e o dado mais grave e alarmante: esse problema acontece, na sua maioria das vezes, no interior das residências. Então, nós estamos trabalhando, sim, com afinco, com esta demanda de que: em briga de marido e mulher, mete-se a colher sim!

Amanhã, nós estaremos, inclusive, participando de uma reunião com todos os Comandantes das Polícias Militares do Brasil, exatamente, para falar sobre esse problema da violência contra a mulher. Eu gostaria até de fazer um pedido, se a Sra. Deborah Prates gostaria de disponibilizar o vídeo da sua fala, eu poderia passar para eles, amanhã.

O nosso propósito e compromisso é sensibilizar, sim, as autoridades públicas, principalmente da segurança pública e do sistema de Justiça, que eles tragam luz a esse problema, que a gente consiga, sim, fazer registros de ocorrência correspondente à realidade, com a categorização da violência contra a mulher, de acordo com a lei, com os tipos previstos na lei, e, principalmente, com a especificidade da mulher que sofre a violência: é a mulher com deficiência, é a mulher negra, é a mulher indígena, é a mulher quilombola, é a mulher marisqueira, é a mulher da roça, enfim, todas as mulheres.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e me coloco a disposição, viu, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Obrigada.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – E peço, sim, à senhora, que leve o meu pedido. Eu sempre venho às audiências públicas pedir recursos, porque nós temos uma limitação de recursos. Nós estamos com um projeto pioneiro, inclusive, da Secretaria Nacional, que é o único da América Latina, se brincar do País, que é a implantação de central de monitoramento de violência contra a mulher nos Estados. Nós vamos implantar a primeira central de monitoramento...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Renata, traz o projeto para a Bancada Feminina.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Vou levar, sim, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – A gente tem todo o interesse em conhecer.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Para a senhora ter uma ideia da magnitude desse projeto, nós vamos começar com a primeira central, agora, no Estado de Minas Gerais, onde nós vamos fazer todo o mapeamento do Estado. Nós vamos conseguir identificar todos os registros de ocorrência, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, fazer o georreferenciamento, o mapa de calor de todos os 853 Municípios. Nós vamos ter informação de todas as medidas protetivas expedidas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigentes no Estado, as mulheres que são monitoradas pelas ações dos programas, e vamos começar o mapeamento da rede.

Além disso, nós estamos com um outro TED com a Universidade de Brasília também para fazer todo o mapeamento da rede de norte a sul do País, dos 26 Estados e do DF. Então, nosso sonho...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Renata, só avisando que a Neusa também comentou que tem um vídeo ou uns eslaides. Talvez ela também possa disponibilizar para você, junto com a Deborah, para ajudar.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Com certeza, Senadora.

Eu vou deixar meu *e-mail* aqui no *chat*, e peço a gentileza daquelas que gostariam de compartilhar seus vídeos que me repassem para apresentar amanhã, para a reunião com os comandantes das Polícias Militares do Brasil. Eu acho que é uma oportunidade ímpar, a primeira vez que nós temos condições de falar com esse colegiado, frente a frente, de mulher para homens.

Eu agradeço muito, Senadora, e me coloco à disposição. Vou deixar todos os meus contatos...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Está bom.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – ... aqui no *chat*.

Um ótimo término de audiência pública.

Peço a gentileza. Vou me retirar, porque tenho outro evento, mas estou à disposição.

Bom dia para todos!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Está bom, Renata.

Muito obrigada.

Eu queria chamar agora a Rosana Lago.

Rosana, eu te peço desculpas, mas eu peço para...

Nossa, a nossa Senadora Leila Barros está aqui!

Você gostaria de falar uma palavrinha, Senadora, ou você vai assistir para falar daqui a pouco? (*Pausa.*)

Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou passando a palavra para a Rosana Lago, e peço para a gente se prestar mais atenção no tempo. Senão, não vai dar tempo de todas falarem.

Com a palavra a Rosana Lago.

A SRA. ROSANA LAGO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Eu gostaria de cumprimentar essa Mesa, na pessoa da Senadora Mara Gabrilli, e de dizer que é uma honra muito grande estar aqui, podendo falar desse tema tão importante que é o da violência contra a mulher com deficiência.

Eu sou Rosana Lago. Sou uma mulher de pele clara, olhos claros, uso óculos com armação na cor preta, uma blusa *nude* de bolas pretas. Estou no meu ambiente de casa, sentada em minha cadeira de rodas.

Quero cumprimentar a companheira Deborah Prates, uma grande amiga querida, bem como outras que estão aqui também. Sintam-se todas mencionadas.

Eu sou da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, um movimento que surgiu há pouco e vem com esse objetivo de dar visibilidade à temática da violência doméstica e familiar.

A frente tem o objetivo também de mobilizar, articular e implementar políticas públicas para a erradicação da violência. Nós somos um coletivo de mulheres com deficiência, mães de pessoas com deficiência, ativistas de direitos humanos, mulheres que estão ligadas a essa área de combate à violência contra a mulher com deficiência.

A frente surgiu há pouco mais de três meses, e nós já chegamos com uma força política social, Senadora, muito grande, porque entendemos a necessidade de sermos protagonistas deste momento em que não é mais aceita essa situação da violência no País. Os dados mostram isso. Fui muito contemplada na fala da Ana Rita, que trouxe já uma perspectiva de a gente já acreditar que estamos no caminho certo, é isso, e a gente não admite mais esse tipo de situação.

A frente traz uma campanha muito bacana, que é a campanha "Mulher com deficiência, sofreu violência? Põe no BO!". Qual é o objetivo dessa campanha. É justamente estimular as mulheres a denunciarem. Existe um caso, existe uma realidade muito de as mulheres ficarem sempre passivas naquela situação em que elas sofrem a violência no seu ambiente doméstico, familiar, e assim elas ficam silenciadas. São tantas as dificuldades de acesso até uma Deam, para que ela possa justamente denunciar o seu agressor, que essa mulher em casa fica. Por isso que é preciso, além de nós provocarmos, enquanto Frente das Mulheres com Deficiência, uma campanha como essa, também cobrar a notificação. Como bem foi colocado pela Ana Rita, existe essa subnotificação que impede até mesmo fazer o diagnóstico, e que a gente avance com políticas públicas necessárias para que possamos de fato erradicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a frente vem com uma jornada, que se iniciou no último dia 22 de novembro, com vários eventos, trazendo temas, debates bastante ricos no que tange à construção dessas políticas públicas e o entendimento da sociedade do quanto é preciso unir esforços, chamar os movimentos de mulheres, mulheres pretas, mulheres trans, LGBTQI+, mulheres quilombolas, toda a diversidade de movimentos precisa ser forte nisso para haver essa interseccionalidade de todas as lutas, para que possamos estar unidas.

Para além disso, a frente também busca que sejam implementadas políticas como as pranchas de comunicação, para que as mulheres possam ter, de fato, um canal certo melhor para as denúncias. É preciso que as Deams tenham acessibilidade para que uma mulher com deficiência auditiva possa chegar até uma Deam e fazer a sua denúncia, ter ali o intérprete de libras; que a mulher possa assinar o seu boletim de ocorrência que seja impresso em braile; e que haja até mesmo acessibilidade física. Eu moro num Município de Salvador, aqui, na Bahia, e nós temos apenas duas Deams, sendo que uma não tem acessibilidade alguma.

Então, é muito urgente e necessário promovermos o máximo de políticas públicas para que a gente possa, de fato, erradicar a violência doméstica e familiar. A frente vem com essa proposta num grupo de mais de 150 mulheres que estão engajadas, empenhadas. Nós temos também o projeto Eu Me Protejo, que é um projeto que trabalha esse mesmo recorte, mas com meninas e jovens que sofrem violência. Esse projeto lindo é da Patricia Almeida. Ela é mãe de uma menina com deficiência intelectual. E a gente tem então esse carro-chefe também dentro da nossa frente.

Eu já estou muito contemplada, tenho certeza de que a Deborah falou muito bem sobre esse tema. Eu gostaria então de deixar mais tempo de palavra para as demais companheiras.

E aqui convoco você, Senadora, a estar conosco para esse enfrentamento. Sei que este momento de escuta é muito importante. Precisamos unir, de fato, as forças, porque juntas somos mais fortes.

Em nome da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, agradecemos a oportunidade de participação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Superobrigada, Rosana. Obrigada pela contribuição, obrigada pelo seu trabalho, seu trabalho como conselheira aí, em Salvador, que são muito importante para a gente, os conselhos municipais, estaduais, de onde vem tanta matéria-prima para trabalhar, que é a demanda. Muito obrigada.

Eu quero passar a palavra agora para a Ewelin Canizares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EWELIN CANIZARES (Para expor.) – Bom dia a todas. Prazer estar aqui, na companhia da Senadora Mara Gabrilli. Cumprimento todas também que estão aqui, muitas que eu conheço já da militância, não é?

E eu queria falar, eu estou falando numa roda de conversa mais agora, e nas meditações, da violência psicológica, até porque finalmente, como se diz, foi colocada uma tipificação de violência psicológica em lei, não é? A nova lei que saiu agora, recentemente, está aqui – eu estou só procurando o número, está aqui –, é a Lei 14.188, que saiu em 29 de julho de 2021, incluindo finalmente a violência psicológica no nosso Código Penal.

Por que é que eu quero falar isso dela? Por que eu quero falar da violência psicológica, e eu já tenho falado bastante? Porque a violência psicológica é o começo de todas as violências, principalmente dentro de casa. E como já mais que provado aqui e em outras avaliações, a mulher com deficiência praticamente sofre e morre dentro de casa, porque, devido à falta de acessibilidade da nossa sociedade, nós saímos muito menos do que as outras mulheres. Claro que a mulher também sofre, a mulher sem deficiência sofre bastante violência doméstica, mas no nosso caso, é bem sério.

Então, eu queria dizer algumas palavras, assim, que eu acho que são importantes, que às vezes as pessoas ficam na dúvida do que se considera violência psicológica. Normalmente o abuso psicológico se inicia de uma forma sutil, que pode ser difícil de ser caracterizada por quem está sofrendo e também fica difícil para a pessoa se libertar do abusador, não é? Nós, mulheres com deficiência, somos especialmente sujeitas a ele, principalmente porque, muitas vezes, o nosso companheiro é o nosso cuidador, configura um quadro de relacionamento de abuso e relacionamento de dependência, tudo muito complexo.

O *gaslighting*, como pode ser chamada também a violência psicológica, é um tipo de abuso muito sutil e muito grave. Trata-se de manipular a mulher psicologicamente para ter controle sobre ela, ao ponto de anular a sua identidade, gerar inseguranças, dúvidas e medos. Nele o homem distorce ou omite certas informações, fazendo com que a mulher duvide de si mesma até e de seu sentimento ou de sua capacidade. E, nesse aspecto, a capacidade afeta muito a gente, mulher com deficiência, porque nós temos a capacidade questionada todos os dias, por todo mundo a nossa volta praticamente.

Às vezes, a gente não percebe que ela está acontecendo. Então, por quê? Porque a violência psicológica altera sua percepção da realidade. A pessoa fica tão insegura e sente que parece que está perdendo a sanidade ou não se relaciona bem com nenhuma parte do exterior, do seu corpo, não é?

Uma das frases que a gente mais ouve é: "Você está imaginando coisas, você é louca, é tudo sua culpa, você está errada". Esses abusos têm o seu ponto máximo, persistente, quando, depois de muito tempo, ocorre uma certa lavagem cerebral, que é o cúmulo da violência psicológica. Eu acho que é muito importante a gente falar sobre isso porque a gente vive ela constantemente, diariamente. Infelizmente, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso caso, não somente dos nossos parceiros, às vezes no ambiente escolar, no ambiente de trabalho não nos consideram como mulheres, como pessoas, nos consideram incapazes também.

É muito sofrido. Eu passei bastante por esse tipo de violência. Eu sou uma pessoa muito intelectualizada e comecei a duvidar mesmo de todas as minhas coisas, prejudicando os relacionamentos com as outras pessoas devido ao estado psicológico.

Eu gostaria que fosse mais abordado esse tema e que houvesse mais auxílio, agora que nós temos uma lei para que, na delegacia da mulher, fosse propiciado encaminhamento para as pessoas que precisam de auxílio psicológico. Eu já ouvi depoimentos muito graves de abusos. Claro, não é só o companheiro, pode ser um filho, pode ser um parente que faz esse tipo de abuso, e a mulher com deficiência, encurralada, acaba não sabendo o que fazer da vida. Sem um auxílio psicológico gratuito para essa mulher, que normalmente tem baixa renda, nós não vamos conseguir melhorar a vida das mulheres com deficiência, em sua maioria, que sofrem violência psicológica. Acho que é uma coisa que precisava ser regulamentada, essa lei. É muito importante.

Eu acho que fico por aqui porque há mais gente para falar, como disse a Senadora. Eu já dei o meu recado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Ewelin, pela sua contribuição. Parabéns pelo seu trabalho!

Agora eu queria chamar a minha amiga, nossa especialista e consultora em diversidade e inclusão de pessoas com deficiência, Ana Rita de Paula. Nossa, Ana Rita, eu sei que você teve problemas para se conectar. Obrigada por insistir.

A SRA. ANA RITA DE PAULA – Ó, meu Deus! Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Estamos ouvindo.

A SRA. ANA RITA DE PAULA (Para expor.) – Estão ouvindo! Ah, muito obrigada pelo convite, Senadora. É um prazer muito grande estar junto dessa fileira de mulheres lutadoras e impulsionadoras do movimento das pessoas com deficiência. Agradeço muito essa possibilidade.

Gostaria de começar falando que vou fazer um comentário muito breve, a partir do ponto de vista psicológico, indo no mesmo sentido que a minha antecessora.

Eu acho que a gente precisa compreender que...

Gente, eu me esqueci de fazer a audiodescrição! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu faço ao final.

Então, eu gostaria de relembrá-las de que as mulheres, de um modo geral, têm uma autoestima muito baixa. As mulheres da nossa cultura, estruturada em cima do patriarcado, de um patriarcado que coloca as mulheres como subalternizadas aos homens, a maioria das mulheres precisa lutar cotidianamente contra essa desvalorização pessoal, social, e essa desvalorização está na base da violência. As mulheres se sentem desvalorizadas, e, de fato, o são, em inúmeras situações cotidianas.

No caso das mulheres com deficiência, eu acredito que esses dados que foram mostrados, que são alarmantes, ocorrem porque, na maioria das vezes, as mulheres com deficiência são vistas ou como assexuadas e, portanto, não tendo razão para ter relacionamentos afetivos sexuais, ou são vistas como pessoas que precisam de um olhar caridoso que reconheça essa mulher como pessoa.

Então, nesse caso, muitas vezes, o homem é visto, o companheiro é visto, ou a companheira é vista, se não tiver nenhuma deficiência, como alguém que está fazendo um favor, uma concessão em ficar com a mulher com deficiência. Isso leva a mulher com deficiência a se colocar numa posição de gratidão, quando, na verdade, o que acontece é que, muitas vezes, o homem se aproxima dessa mulher e não exatamente porque a deseja sexualmente, mas porque a deseja como objeto, como um objeto para ser subjugado.

A base da violência é a coisificação do outro, é tornar o outro um objeto, tornar o outro menos, e, diante disso, eu sei que todas as mulheres de um modo geral e as mulheres com deficiência têm que fazer um exercício diário para se construir ou se reconstruir como mulher. É estranho, mas é muito bonito também que a nossa feminilidade, ao mesmo tempo em que nos fragiliza, nos fortalece, porque a partir da compreensão de que somos mulheres, é possível que a gente comece a experimentar a vivência para além da deficiência. Somos mulheres e, portanto, não somos só pessoas com deficiência. Temos gênero. E aí eu acredito ser muito importante que a gente desenvolva projetos de suporte psicológico e social para essas mulheres vitimizadas.

E eu também acho importante que a gente olhe para os homens abusadores com uma tentativa de rediscutir com eles essa questão do patriarcado, porque eles não são simplesmente algozes; eles são fruto de uma sociedade que discrimina. Então, na minha percepção, é importante também que a gente faça, que a gente execute ações de resgate desses homens.

É isso. Espero não ter exagerado no...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Imagina! Você foi super-rápida, Ana Rita.

Eu quero agradecer a todos vocês, contar para vocês que, enquanto a gente está aqui na audiência, a gente teve inúmeras participações pelo e-Cidadania, com comentários, críticas, sugestões. Eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer por todos os comentários dos nossos internautas e quero agradecer a participação de todas vocês.

Vamos fazer um documento com essas demandas e vamos encaminhar para a Comissão de Direitos Humanos e para outros órgãos que for necessário. E, aí, a gente fica em contato para, juntas, irmos monitorando o melhoramento das nossas políticas públicas. E, se Deus quiser e graças a tanto trabalho, começar a diminuir aqueles números horrorosos com que, infelizmente, a gente tem tido contato.

Eu queria saber se tem alguma Senadora ou algum Senador presente que queira dar uma palavra antes de a gente encerrar. (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Olá, Senadora Mara!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Oba! Olá, Senadora Leila!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discursar.) – Bom; primeiramente, pedir desculpas porque eu entrei do meio da audiência para o final. A senhora sabe, enfim, como é que está a rotina aqui – não é, Mara? A questão da discussão dos vetos; enfim, as Comissões acontecendo e a gente se desdobrando aqui. Mas eu parei rapidamente aqui no gabinete, porque eu acho que é importante participar, ainda mais no mês tão importante desses 16 Dias de Ativismo, com toda uma programação dentro da Casa. E nós, como bancada, sempre unidas, engajadas nessas pautas tão importantes. Então, eu gostaria de te parabenizar e te cumprimentar, especialmente você que é uma guerreira na causa das mulheres, especialmente das pessoas com deficiência.

Quero cumprimentar as Senadoras, os Senadores, os Deputados e Deputadas, as autoridades e as nossas ilustres convidadas participantes deste evento.

Para me descrever, eu sou uma mulher de pele clara, cabelos castanhos; eu estou usando óculos de grau de armação dourada; estou usando um *blazer* preto, com uma camisa clara, branca, com um colar também de prata com pedras. Atrás de mim, tem uma persiana com as bandeiras do Brasil e do Distrito Federal.

Mara, mais de 7,6 mil casos de violência contra as pessoas com deficiência foram registradas no Brasil, em 2019. Isso significa que, em média, praticamente a cada uma hora, uma pessoa com deficiência sofreu algum tipo de violência no nosso País.

Nesse 29° Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, infelizmente – e você é a maior representante –, não há o que celebrar. Nós não temos o que celebrar. Dados divulgados neste ano pelo *Atlas da Violência*, uma parceria entre o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstram claramente que temos adiante um longo caminho se pretendemos, de fato, assegurar a inclusão e a equidade para as pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas pesquisas não são poucas.

As Nações Unidas, por exemplo, estimam que 46% dos idosos e 10% das pessoas enfrentam algum tipo de deficiência e que uma a cada cinco mulheres deve viver essa realidade ao longo da vida.

É esse enorme contingente populacional que sofre com o preconceito, com a agressão, com abandono e a negligência a cada dia. Hoje, contudo, eu quero destacar aqui uma parcela dessa população que vive em um contexto de dupla vulnerabilidade: são as mulheres com deficiência, que sofrem diuturnamente dificuldades com a marginalização e o capacitismo, associados à desigualdade de gênero.

Dados do mencionado Atlas da Violência mostram que as taxas de agressões físicas ou psicológicas contra as mulheres com deficiência foram mais que duas vezes superiores às dos homens, e a maior parte dos casos – quase 60% – ocorreu na própria casa das vítimas, que são, em sua maioria, mulheres com alguma deficiência intelectual.

Daí a importância de mudanças urgentes na legislação nacional. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em 2015, veio para favorecer sobremaneira a inclusão, mas ainda há muito a ser feito.

Em primeiro lugar, é preciso garantir que a lei seja cumprida – e eu ouvi muito isso aqui –, e que não haja retrocessos, como os ataques que ocorrem periodicamente à política de cotas.

Em seguida, é preciso aprimorar o texto legislativo para fazer face aos obstáculos atuais. Um exemplo importante é a Lei 13.836, de 2019, oriunda do projeto da Deputada Rosângela Gomes, determinando que os boletins de ocorrências nos casos de violência doméstica informem se as vítimas têm algum tipo de deficiência. A medida permite o acionamento de órgãos de proteção específica, além de possibilitar o aumento da pena dos agressores.

Ainda é preciso, contudo, amiga, minhas queridas amigas e minha companheira de bancada, Mara, garantir direitos mínimos como a visibilidade das mulheres com deficiência.

É com esse propósito que o Projeto de Lei 4.343, de 2020, em tramitação na Câmara dos Deputados, inclui a mulher com deficiência no rol exemplificativo da Lei Maria da Penha.

Os desafios são inúmeros e o Poder Legislativo vem se empenhando para enfrentá-los. É apenas com a mobilização da sociedade e a parceria das instituições de defesa das mulheres e das pessoas com deficiência que poderemos dar passos largos em direção à inclusão efetiva.

Eu quero te dizer, Mara, e, primeiro a todas as nossas colegas, às nossas convidadas, que contem comigo. Você, em especial, conte comigo na condição de mãe, de cidadã, de Parlamentar, na função de Procuradora da Mulher no Senado Federal, mas, acima de tudo, como uma grande parceira sua, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredita no seu trabalho e que, a cada dia, enxerga em você uma mulher super inspiradora e uma grande companheira de jornada, tá, minha amiga?

Parabéns pelo evento e conte sempre comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Obrigada Leila, nossa Senadora maravilhosa, nossa campeã e nossa Procuradora da Mulher. Obrigada pelas informações e por você ter vindo abrilhantar a nossa manhã, porque você sabe que a sua presença faz toda a diferença em tudo, por onde você passa você faz boa diferença. Eu só tenho que te agradecer.

Quero me colocar à disposição de todo mundo. Obrigada a todas pela riqueza dessa audiência pública e declaro encerrada esta audiência.

Um beijo, uma boa semana para todas e...

(*Interrupção do som.*)

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Carlos Fávaro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Leila Barros e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima primeira a vigésima terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 39, de 2021 que: "Requer os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: a pandemia sob a ótica da defesa dos Direitos Humanos." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 40, de 2021 que: "Requer seja autorizada a missão de parlamentares que representam a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a CPI COVID já finalizada, para entregar oficialmente ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda ..." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 41, de 2021 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o relatório sobre avaliação biopsicossocial PCD." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 39/2021 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: "A pandemia sob a ótica da defesa dos Direitos Humanos". Participantes: Lincoln Costa Valença, Doutorando Fiocruz do programa vigifronteiras-epidemiologia em saúde pública; Maria Helena Machado, Pesquisadora titular do DAPS e Coordenadora da pesquisa: condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da Covid-19 no Brasil (Fiocruz); Renato Simões, Associação Nacional vida e justiça em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19; Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça de Direitos Humanos - saúde pública do Estado de São Paulo; e Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Membro da Rede Nacional de médicas e médicos populares. Resultado: Reunião realizada. Às dez horas e dois minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Randolfe Rodrigues. Às dez horas e três minutos o Senador Humberto Costa devolve a presidência ao Senador Randolfe Rodrigues. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues; e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas que nos acompanham nesta 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Quero agradecer a presença dos Senadores e Senadoras que até o presente momento registraram o seu comparecimento. Peço aos demais que assim o façam. Nós estamos aqui pendentes ainda do quórum de dois Senadores para fazermos a deliberação.

Quero, então, declarar aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 21ª e 23ª Reuniões da CDH.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O expediente.

A Secretaria da Comissão de Direitos Humanos recebeu os seguintes documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos: "Apresenta ao Senado Federal recomendações a respeito do encerramento das atividades da Ford Motor Company Brasil Ltda.".

Todas elas, após esta leitura, ficam disponíveis no portal da CDH.

Do Conselho Nacional de Justiça: comunica que realizou, de abril a junho deste ano, o curso "Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas". Essa ação integra o projeto Justiça começa na Infância, fortalecendo a atuação do sistema de Justiça na promoção do desenvolvimento integral. Esse curso foi destinado a magistrados e serventuários da Justiça e integrantes do sistema de Justiça brasileiro.

Da Assessoria Internacional da Defensoria Pública da União: encaminha o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.

Da Vara Regional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco: solicita alterações legislativas no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que os conselhos tutelares de todo o País sejam compostos por técnicos da área da assistência social, psicologia, pedagogia e advocacia, bem como com uma equipe multidisciplinar com estes profissionais e outros, quando da aplicação das medidas protetivas. Também se sugere, entre outras aplicações, que seja criado o piso salarial para estes conselheiros.

Da Procuradoria-Geral da República: encaminha nota pública da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal, a qual apresenta um balanço da política indigenista implementada pelo Estado brasileiro no último ano e reitera seu compromisso institucional de defender os direitos dos povos indígenas.

Do Juiz Federal de Minas Gerais Flávio da Silva Andrade, que encaminha sugestões para a reforma administrativa.

Do Supremo Tribunal Federal: encaminha o acórdão do *referendum* na medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 738/DF, em que se decidiu referendar a liminar concedida, para determinar a imediata aplicação dos incentivos às candidaturas de pessoas negras nos exatos termos da resposta do TSE à Consulta 600306-47, ainda nas eleições de 2020, nos termos do voto do Relator vencido, o Ministro Marco Aurélio.

Da Comissão Especial de Direito Penal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo: após reunião ocorrida em 26 de junho passado, na qual o tema e sua gravidade foram amplamente debatidos com especialistas da área, vem ressaltar a imperiosa necessidade e urgência da edição, pelo Congresso Nacional, de lei específica que tutele penalmente, de maneira eficaz, a população LGBTQIA+ de cidadão que alega ter sido vítima de abuso de autoridade e solicita a esta Comissão que inspecione a perseguição injusta que sofreu por parte de juiz e promotor de Justiça na Comarca de Jaraguá de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis no portal da CDH e também nesta Secretaria, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Aviso ainda que, nesses termos, os documentos lidos na 18ª Reunião desta Comissão serão arquivados.

Bem, só um momento...

Esta reunião está dividida em duas partes: a primeira parte, deliberativa, e a segunda, uma audiência pública.

O item 1 é um requerimento elaborado por mim, mas, no presente momento, nós ainda não temos o quórum necessário.

Esse requerimento trata de realização dessa audiência pública, "A pandemia sob a ótica da defesa dos direitos humanos".

A outra é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a missão de Parlamentares que representam a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a CPI Covid, já finalizada, para entregar oficialmente ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, em período a ser definido, com ônus para esta Casa.

A composição da missão será definida pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Humberto Costa. A autoria é do Senador Randolfe Rodrigues.

O Senador Renan Calheiros confirma a sua presença nessa reunião. Pode confirmar aí? (*Pausa.*)

Bom, neste momento, nós temos um pedido do Senador Paulo Paim e da Senadora Zenaide, a quem concedo a palavra – primeiro ao Senador Paulo Paim, depois à Senadora Zenaide.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, eu aproveito esta oportunidade em que V. Exa. me concede a palavra, enquanto a gente tem o quórum para as votações, para pedir a possibilidade de que fosse colocado, extrapauta, o requerimento de nossa autoria, que eu acho fundamental para esta Comissão, porque foi nesta Comissão que fizemos o grande debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu fui o autor, mas outros três Senadores – o Romário, Mara e Flávio Arns – foram Relatores.

Eu vou fazer uma rápida justificativa, em defesa do requerimento, e daí, no momento adequado, V. Exa. poderá já encaminhar à votação, se assim entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento, Sr. Presidente, quer um debate sobre a avaliação biopsicossocial. E por que é importante essa avaliação? A avaliação irá impactar na vida de mais de 17 milhões de pessoas com deficiência em todo o Brasil. Muda o modo de avaliar a deficiência, que deixa de ser apenas um atributo do corpo. Passa a considerar as barreiras no ambiente, como a falta de acessibilidade nas cidades, seja por falta de tecnologia assistiva, em razão da arquitetura, adaptação dos transportes ou mobiliário urbano, por exemplo.

As entidades representativas das pessoas com deficiência clamam por um debate amplo e transparente acerca do relatório final, produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.

Ninguém é contra. Somos a favor. Entendemos que, no debate nesta Comissão, poderemos inclusive melhorar o resultado final.

Então, achamos salutar, lembrando sempre de uma frase que eu ouvi muito durante os 15 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência... A frase é a seguinte – é o lema das pessoas com deficiência –: nada sobre nós sem nós.

Então, Presidente, a solicitação é essa.

O requerimento que está na mão de V. Exa. tem aí também o nome dos convidados... É uma preliminar que eu faço, e, se V. Exa. entender que dá para votarmos... Sem data, claro, ainda – estamos chegando ao fim do ano –, para se fazer o debate, mas que a sociedade saiba que nós faremos o debate aqui na Comissão de Direitos Humanos.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Senador Paulo Paim, agradeço a fala de V. Exa. e informo que já está aqui à disposição da Mesa o requerimento de V. Exa. Assim que nós tivermos o quórum, votaremos todos os requerimentos, inclusive esse que V. Exa. sugere e que eu entendo que é extremamente relevante.

De imediato, eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Humberto Costa, Paulo Paim e colegas, eu já quero pegar a carona de Paulo Paim e falar sobre pessoas com deficiência.

Nesse final de semana que passou, eu estive no interior do Rio Grande do Norte, em Apodi, e é impressionante, Paulo Paim, a quantidade de pessoas com deficiência cujo benefício de prestação continuada foi cortado, a que eles não têm acesso. Nós temos 1,8 milhão de pessoas na fila da previdência para tentar conseguir um benefício, que é um direito deles, e não estão conseguindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que vieram para a minha presença várias crianças e adolescentes cadeirantes com deficiência definitiva, Presidente. Aí eles trouxeram que isso começou sistematicamente... Lembram-se daquela medida provisória do pente-fino? Há gente que está desde aquela época. Resolveu cortar o benefício, e as pessoas que corram atrás. Sem acesso, não conseguem marcar. É uma tristeza muito grande.

Então, essas pessoas estão tendo os benefícios cortados indiscriminadamente e sendo mandadas para a fila do SUS, porque, quando vão para o perito, ele pede vários exames, mesmo vendo a criança tetraplégica, paraplégica. Eles estão fazendo isso sistematicamente. Passam oito meses, um ano numa fila da previdência para provar uma patologia, uma incapacidade que já foi mostrada não só para um médico, mas para uma junta médica, para eles poderem conseguir isso.

Isso é de uma crueldade, gente, que eu acho em que a gente aqui, no Senado Federal, deve unir todos para ver como vamos resolver.

Eu vi ao vivo a Ana Júlia, lá em Apodi: é uma menina intelectualmente normal, mas tem uma cadeirinha de roda, desse tamaninho os membros. E ela estava me pedindo por ela, mas principalmente pelas colegas, que foram cortadas e que não têm acesso, para resolver.

Isso é muito grave, porque, mesmo quando eles conseguem a perícia, a previdência exige mais exames; uma ressonância magnética é de seis meses a um ano para conseguir pelo SUS. Isso é, eu acho, uma crueldade, uma falta de respeito às pessoas com deficiência deste País, e já quero dizer aqui que vou apoiar o requerimento de Paulo Paim. Nós vamos fazer, sim, vamos debater esse estatuto.

E também aqui, Presidente, eu já queria pedir licença para atestar sobre o requerimento do Senador Randolfe. Sou a favor, sim. Esse Presidente intencionalmente deixou – e continua deixando – milhares de brasileiros morrerem de morte evitável com essa história de não apoiar a vacinação.

E eu queria dizer que eu vi a entrevista do Ministro da Saúde, médico, nosso colega, dizer que é preferível a morte a perder a liberdade. Eu queria lembrar ao Ministro da Saúde do Estado brasileiro que ele não está cumprido nem o juramento de Hipócrates, cuja parte eu vou citar aqui: "Lutar contra o que está provocando a enfermidade", ele está lutando a favor da enfermidade, quando ele se recusa a exigir o comprovante de vacina, o passaporte de vacina para entrarem as pessoas.

Então, é mais do que necessário entrar no Tribunal de Haia contra isso. Acho que é essencial, sim.

Já digo meu apoio ao requerimento do Senador Paim e também ao do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Estamos aqui no aguardo de apenas mais um Senador para que nós possamos ter o quórum da reunião para aprovação dos pedidos de audiência pública, inclusive a audiência pública no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um pequeno informe e também falar um pouco sobre a temática do nosso encontro de hoje, que é extremamente importante.

Bom, o pequeno informe é que, como todos têm conhecimento, o Congresso Nacional tem representação, tem participação no Parlamento do Mercosul, o chamado Parlasul. Nesse final de semana, tivemos mais uma assembleia do Parlasul ainda no sistema semipresencial, mas com uma boa participação, e lá nós tivemos a oportunidade de, na condição de Parlamentar, revelar aos demais Parlamentares de outros países e reafirmar junto aos nossos Parlamentares a situação que ora vivemos no nosso País, particularmente do ponto de vista do agravamento das condições sociais da população brasileira: o aumento da fome, o aumento significativo, expressivo, atingindo uma quantidade de pessoas muito, muito grande e muito significativa, e, ao mesmo tempo, um processo que se agrava de desemprego, de fome e de miséria.

Hoje, no Brasil, são 20 milhões de pessoas que estão passando fome. O Brasil já teve um momento em que foi referência mundial por tirar 36 milhões de famílias da fome, da miséria, por intermédio do Programa Bolsa Família, recentemente extinto pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro, e agora esse mesmo Brasil voltou ao Mapa da Fome. Hoje são 116 milhões de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, com consequências nefastas, especialmente para as crianças. É o reflexo de um Governo absolutamente insensível, que se preocupa muito mais com o acesso das pessoas a armas, enquanto isso brasileiros e brasileiras disputam restos do lixo e ossos descartados dos supermercados.

Isso produz uma tristeza gigantesca para todos nós, porque esse tipo de situação vitimará gerações e aí agravará sequelas irreversíveis em milhões do nosso povo, principalmente nas crianças. E o que é absurdamente paradoxal é o fato de que o Brasil é um país rico, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, um dos maiores exportadores de proteína animal, no entanto a fome está campeando junto à nossa população.

Esperamos que a criação do chamado benefício emergencial, ou auxílio emergencial, ou que nome tenha – Auxílio Brasil –, enfim, possa minimizar esse quadro, mas isso só será possível superar se nós tivermos um projeto de crescimento e desenvolvimento econômico para o nosso País, o que não é a prioridade do atual Governo.

Bom, para o dia de hoje, a nossa temática é a temática da pandemia sob a ótica da defesa dos direitos humanos.

Enquanto aguardamos aí o quórum para votação, eu vou aqui antecipar algumas observações que nós preparamos, para que sirvam de subsídio àqueles que terão a oportunidade de se manifestar aqui, os nossos convidados que estão no aguardo do início da reunião.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidadas e convidados, já são quase 270 milhões de pessoas afetadas pelo novo coronavírus no mundo. Em nosso País, mais de 22 milhões de brasileiras e brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram acometidos por essa doença, sendo que 616.018 foram vítimas fatais. São números assustadores e que jamais poderão ser naturalizados. Aliás, não podemos reduzir as vítimas desta pandemia a números, a estatísticas. São pessoas que têm um nome, uma história, que deixaram familiares, amigos; pessoas queridas que foram duramente impactadas; pessoas que tiveram sua saúde física e emocional abalada; pessoas que perderam o direito ao trabalho, à moradia; pessoas que sofreram com o descaso do Governo Bolsonaro. São repercussões sociais e econômicas gravíssimas e sem precedentes na história recente.

Isso nos mostra que esta doença não se restringe às questões sanitárias e biomédicas. Pelo contrário, sua destruição atinge também a situação social das famílias brasileiras, notadamente aquelas minorias esquecidas e desassistidas pelo Estado. Assim, a pandemia provocada pelo novo coronavírus é uma pauta de direitos humanos e cidadania.

Esta Comissão já debateu as consequências desta doença na vida de brasileiras e brasileiros, daqueles que constantemente precisam gritar para que seus anseios sejam ouvidos pela sociedade. Mas o nosso trabalho não se encerra com o fim da CPI da Pandemia ou com o encerramento dos trabalhos legislativos deste ano, até porque a pandemia ainda não acabou e as mazelas causadas pelo coronavírus, somadas ao descaso, o despreparo e o desinteresse do Governo Federal ao lidar com esta crise sanitária, demorarão anos para cicatrizar.

Esta Comissão de Direitos Humanos continuará se debruçando sobre as consequências desta pandemia na vida das brasileiras e dos brasileiros. É a nossa obrigação regimental, é a nossa obrigação legal, é a nossa obrigação acima de tudo moral.

Esta audiência pública que pretendemos fazer, daqui a pouco, é o início de um ciclo de atividades que se estenderão ao longo do ano de 2022. O objetivo é aproximar este Colegiado das pessoas e identificar as principais necessidades daqueles que são vítimas dessa pandemia e principalmente dos atos negacionistas deste Governo ao meu ver genocida.

Faremos reuniões nos Estados e nos Municípios, como forma de ausculta e de buscar, juntamente com as Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, alternativas para reduzir os impactos da pandemia na vida da população. Abriremos espaço, sempre que possível, para que sejam apresentadas as demandas da sociedade, bem como daremos voz aos pesquisadores que tanto trazem luz para nossas dúvidas.

Agradeço, portanto, a todos e a todas. Questiono se podemos... (*Pausa.*)

Só um instante. (*Pausa.*)

Pois bem, então, nós vamos dar início à nossa reunião de hoje, à nossa audiência pública...

Ah, o Senador Paim pediu a palavra, e, logo em seguida, eu darei a palavra ao nosso primeiro convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, eu iria fazer uma solicitação a V. Exa., porque estão me chamando para votação nominal na Comissão de Educação. Se eu pudesse ler o meu requerimento... E daí, no encerramento, creio eu que V. Exa. poderá colocar em bloco até a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Pode fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Então, farei de forma muito rápida, Presidente.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, DE 2021

Requer realização de Audiência Pública para debater o relatório sobre avaliação biopsicossocial PCD.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Sr. Presidente, requeiro, os termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a regulamentação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Proponho, para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Izabel Maria Loureiro Maior, Professora da UFRJ; Sr. Wederson Rufino, representante do INSS; Sra. Ana Cláudia Figueiredo, Rede Brasileira de Inclusão, Rede In; Dr. Ricardo Tadeu, Desembargador do TJ-PR; Sra. Maria Aparecida Gurgel, representante da Associação do Ministério Público.

Duas frases só. A audiência pública se faz necessária, importante para avaliar, debater o resultado final do relatório sobre a avaliação biopsicossocial, prevista no art., 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Segunda frase. O relatório em questão faz parte do estudo realizado pelo grupo de trabalho, mas carece de um debate maior com a sociedade, principalmente com as pessoas com deficiência.

Era isso, Sr. Presidente. Já agradeço, então, pela leitura do Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço, Senador Paim. E, no momento em que nós tivermos o quórum, esse requerimento será votado. Creio que não haverá qualquer óbice, pelo fato de ser um requerimento extrapauta e dada sua importância. Com toda certeza, nós iremos aprovar.

Antes de passar a palavra ao primeiro convidado, que é a Dra. Maria Helena Machado, o Senador Randolfe Rodrigues pede a palavra. Quero aproveitar aqui para parabenizá-lo pelo recebimento da maior comenda concedida pelo governo francês, a medalha da Legião da Honra. Isso nos engrandece a todos nós. É um reconhecimento do trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo há dez anos como Senador nesta Casa e é hoje uma referência como Parlamentar, não somente em nível nacional, mas, com esse reconhecimento internacional, também o que nos orgulha a todos.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Caríssimo Presidente, Senador Humberto, o que me orgulha e me honra muito é estar nesta Comissão e a relação de amizade que construímos, sobretudo nesses últimos seis meses de companheirismo na luta contra a tragédia que está em curso no País, e na atuação especial, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, a minha relação com o senhor, que sobretudo tem sido em defesa dos interesses brasileiros – isso que me honra muito.

Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Paim, eu peço a V. Exa. a devida vênia para que nós possamos, no momento oportuno, fazer a apreciação do requerimento de que gostaria de fazer a leitura, para o senhor e para os membros desta Comissão.

Trata-se de requerimento, nos termos do art. 40 do Regimento do Senado, para que seja autorizada, Sr. Presidente, missão de Parlamentares que representam a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a anterior, CPI da Covid, daqui deste Senado Federal, já finalizada, para entregar oficialmente ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no período, obviamente, a ser definido por esse Tribunal Penal Internacional, e, no âmbito deste requerimento, nós estamos estabelecendo que a composição da missão será definida por V. Exa., Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer seja autorizada a missão de parlamentares que representam a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a CPI COVID já finalizada, para entregar oficialmente ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, ...

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Só para adiantar, Sr. Presidente, os termos, a necessidade desse requerimento, uma das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, um dos encaminhamentos, melhor dizendo, foi para que o relatório fosse entregue ao Tribunal Penal Internacional, em decorrência de eventual crime de lesa-humanidade, que foi diagnosticado nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pois bem, os procuradores do TPI já sinalizaram para esta Comissão, ou melhor, para a Comissão, ou melhor, para a Comissão de Direitos Humanos e para os membros do Observatório da Pandemia, anterior CPI da Covid, a sua disposição em receber os membros representantes da CPI da Covid, obviamente representantes desta CDH também, para a entrega do relatório em data a ser definida no mês de janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, a data inclusive já está estipulada pelo próprio Tribunal Penal Internacional, faltando (*Falha no áudio.*)

... da parte do Senado Federal e desta Comissão de Direitos Humanos, para autorização desta delegação.

É nestes termos, Sr. Presidente, que peço que nós possamos apreciar este requerimento, aprovar e posteriormente V. Exa. *ad referendum* da Comissão, definiria os membros que participarão dessa comitiva para entrega do relatório, que cumpre também um dos objetivos, não só da anterior CPI da Covid, mas também desta Comissão de Direitos Humanos.

Mais uma vez agradeço as palavras de V. Exa. e o regozijo da nossa relação pessoal, da nossa amizade que muito me honra, e requeiro, nos termos regimentais, a apreciação, no momento oportuno, deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador Randolfe. Agradeço a V. Exa.. Lamento apenas não ter tido o prazer, a honra de participar dessa homenagem recebida por V. Exa. junto à Embaixada da França no nosso País. E gostaria de pedir a V. Exa. uma gentileza, que assumisse durante um espaço de tempo curto a Presidência desta Comissão, para que eu possa fazer a leitura do requerimento que apresentei para esta audiência pública de hoje. E aí nós já teríamos todos os requerimentos de hoje lidos e assim que houver o quórum, poderíamos votar todos eles em bloco. Será que V. Exa. poderia assumir rapidamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. Com imensa honra. Com todo prazer, Sr. Presidente.

Com a palavra, então, de imediato, o Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão, para leitura de requerimento.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: a pandemia sob a ótica da defesa dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, o Requerimento nº 39, de 2021, requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: a pandemia sob a ótica da defesa dos Direitos Humanos.

A autoria é de nossa parte e o requerimento é este.

Então, assim que nós tivermos o quórum, nós iremos fazer a votação.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Devolvo a Presidência ao titular.

Eu que agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, de imediato, eu passarei a palavra à Dra. Maria Helena Machado. Quero informar também que como eu disse nas minhas palavras iniciais, a Comissão de Direitos Humanos vai organizar, a partir... Aliás, agora em dezembro já terei a oportunidade de atender a um convite do movimento de Familiares de Vítimas da Covid-19 para participar de dois eventos, em Salvador, um com a Câmara Municipal, outro com a Assembleia Legislativa e com o movimento de familiares, para discutirmos essa temática e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente os projetos de lei que estão aqui no Senado Federal aguardando a sua discussão e votação. E pretendemos fazer isso na maioria dos Estados brasileiros, no ano que vem.

De imediato, pedindo desculpas a todos os nossos convidados pelo atraso na nossa reunião, eu concedo a palavra à Dra. Maria Helena Machado, pesquisadora titular do Daps e coordenadora da pesquisa "Condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da covid-19 no Brasil".

Ela é pesquisadora da Fiocruz. Tive a honra de trabalhar com ela no período em que fui Ministro da Saúde. Ela foi responsável pela elaboração da política que trata da temática de recursos humanos no SUS no período em que lá ele eu estava.

E concedo a palavra por dez minutos, com alguma tolerância, para que V. Sa. possa nos trazer um pouco das informações sobre essa pesquisa que é tão relevante para o nosso País.

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa, um abraço.

Quero também aqui cumprimentar todos os Senadores da República presentes e responsáveis por esta importante Comissão.

Primeiro, eu quero agradecer muito o convite e dizer que para a Fiocruz é uma oportunidade ímpar para que todos os senhores e as senhoras e os nossos Senadores da República poderem conhecer um pouco a realidade da força de trabalho em saúde no Brasil.

Eu é que digo que foi uma honra trabalhar com o Senador Humberto Costa, uma pessoa tão séria, tão comprometida com o Sistema Único de Saúde.

Eu quero também cumprimentar a todos que vão me acompanhar nesta manhã...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dra. Maria Helena, posso lhe pedir uma gentileza?

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe-me, mas, como nós conseguimos o quórum e estamos pendentes desta...

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (*Por videoconferência*.) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... votação, em um minuto eu coloco em votação e devolvo a palavra a V. Exa.

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (*Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Portanto, estão em discussão os requerimentos já lidos: o item 1, aquele apresentado por mim, que é exatamente esta nossa audiência pública de hoje; o item 2, o do Senador Randolfe Rodrigues, que trata da formação de comissão que irá encaminhar ao Tribunal Penal de Haia os resultados da nossa CPI – esse será votado na condição de um requerimento fora da pauta, extrapauta; e o requerimento do Senador Paulo Paim, que trata da temática da regulamentação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Em discussão os requerimentos, em globo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que apoiam e concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agradeço muito a todos os Senadores que participaram do nosso quórum na reunião de hoje.

Devolvo a palavra a V. Exa. Começo iniciando seu tempo agora.

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Então, como eu disse, é um prazer muito grande estar aqui.

Antes de falar um pouco sobre a pesquisa, sobre os resultados da nossa pesquisa, eu gostaria de apresentar aqui, muito rapidamente, como estava essa força de trabalho em saúde no pré-pandemia, ou seja, antes da pandemia, e aí nós estamos falando do início de 2020. Essa força de trabalho já se colocava e se mostrava com um índice elevado de profissionais com baixos salários, mal remunerados, gerando multiemprego; um nível alto de condições precárias e vínculos precários no trabalho, gerando a instabilidade desse profissional; crescente aumento do multiemprego, gerando cansaço, esgotamento e desgaste profissional; presença crescente do subemprego, da subjornada e do subsalário, que configuram o trabalho precário; o percentual elevado de licenças médicas, gerando severos sinais de adoecimento físico e psíquico desses profissionais, queixa de estresse, cansaço, desgaste profissional, pensamento suicida e suicídios.

Por fim, a questão da adoção, pela gestão pública e privada do nosso País, pelo Sistema Único de Saúde, de contratação de trabalho prestado por uma situação que a gente chama de "ganha-se pelo que produz". Nós estamos falando aqui da pejotização, da uberização, da terceirização e da precarização do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A OIT aponta sete dimensões do trabalho precário: insegurança do mercado de trabalho; insegurança do trabalho; insegurança do emprego; insegurança da integridade física, psíquica e da saúde; insegurança pela falta de educação permanente da força básica; insegurança de renda, salário; e insegurança do sindicato para representá-lo junto a essa situação.

O Brasil contabiliza, como o Senador já expôs, mais de 22 milhões de contaminados e mais de 616 mil óbitos e, entre os profissionais de saúde, não temos uma conta fechada, mas em torno de 5 mil profissionais de saúde foram a óbito até o momento.

O Brasil tem, hoje, mais de 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos e uma legião de milhares e milhões de trabalhadores e trabalhadoras invisíveis, invisibilizados pela condição de vida, pelas condições socioeconômicas, invisibilizados na equipe, invisibilizados pela equipe, pelos gestores, pelos usuários, pela sociedade. Aqui nós estamos falando dos auxiliares e técnicos de saúde da enfermagem, da radiologia, da saúde bucal, de análise clínica, os ACS, os ACEs, todo o pessoal da recepção, segurança, segurança dos hospitais e ambulatórios, limpeza, higienização, cozinha, copeiro, maqueiro, condutores de ambulância, ambulanchas, motolâncias.

Na pandemia também se viu e se realçou o trabalho dos mais invisibilizados, Senador, no sistema de saúde. Nós estamos falando dos sepultadores, aqueles que executam a tarefa final do insucesso da assistência e do resultado positivo em tempos de covid. Aqui estamos falando de milhares de trabalhadores que sequer têm o reconhecimento da atividade como atividade de saúde. É muito importante que o Senado saiba disso. De um modo geral, é um profissional de saúde, estamos falando de profissionais sem cidadania profissional, desprovidos de cidadania e de direitos humanos, mergulhados, submersos no cenário do mercado de trabalho.

Também estamos incluindo aqui todo o contingente de mais de 20 mil profissionais de trabalhadores da saúde indígena, esquecidos, entregues à própria sorte para dar assistência aos nossos povos do Brasil. Invisíveis os que cuidam e os que são cuidados: indígenas e trabalhadores de saúde indígena no Brasil. Aqui eu quero dizer que nós estamos falando de três pesquisas, Senador. Nós estamos falando das condições de trabalho dos profissionais de saúde, dos trabalhadores invisíveis da saúde e estamos falamos – estamos iniciando agora a pesquisa – dos trabalhadores da saúde indígena. E, com isso, a gente acredita poder, de fato, ter um cenário e um diagnóstico bem próximos da realidade.

Falarei de alguns dados da pesquisa. Eu tenho uma apresentação que eu já disponibilizei para a assessoria desta Comissão e que podem utilizar à vontade. Lá estão os dados e mais explicações.

Então, aqui, rapidamente, quero dizer que a maioria – mais de 77% daqueles que hoje atendem na pandemia, no nosso País, são mulheres – é constituída de mulheres. A maioria são jovens, sendo que 38% têm menos de 35 anos; 44% têm entre 35 e 50 anos; 40% desses trabalhadores são pretos e pardos e 50%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são brancos, assim eles se definem. Um terço trabalha em hospitais públicos; um quarto na atenção primária; 11%, no setor privado; 5%, no setor filantrópico. Ou seja, o setor público do Brasil, o Sistema Único de Saúde foi responsável e é responsável por toda a assistência da pandemia, isso é muito importante dizer aqui.

Quase metade desses trabalhadores têm outro emprego, porque, como eu disse, o multiemprego é comum, por conta dos salários baixos e da insegurança desses profissionais, que se sentem sobrecarregados. Quase metade desses trabalhadores têm jornada de trabalho acima de 41 horas; 25%, ou seja, um quarto tem comorbidades, problemas de saúde já adquiridos anteriormente.

E aí a pesquisa pergunta: o que é que mudou, significativamente, na sua vida? Resumidamente, aqui eu trago as questões mais graves, as variáveis mais graves, eu não vou dizer os percentuais, para não os cansar, mas vou dizer que é a população maior. Eles apontam que 95% dessa situação ocorreu após o início da pandemia. A pandemia trouxe para esses profissionais: perturbação do sono, personia e insônia; choro frequente; pânico; irritabilidade; distúrbios mentais e, de um modo geral, psíquicos; incapacidade de se relaxar, incapacidade e muito estresse, ou seja, voltam para casa e não conseguem relaxar, pensando no que vai acontecer no dia seguinte; perda da satisfação na carreira, tão grave, e o Senador, como foi Ministro da Saúde, sabe muito bem o que significa nós termos uma carreira e acreditarmos no futuro. Uma coisa muito importante é a vontade e o arrependimento de ter escolhido trabalhar na saúde, então, há tristeza e apatia, e muito grave é a sensação e o sentimento de pensamento negativo, de não acreditar no futuro, pensamento suicida, e, no caso, muito se agravou o quadro de suicídios, que já é grave, na área da saúde no País. A força de trabalho na pandemia, durante a pandemia, e ainda estamos na pandemia, eu diria que é uma força de trabalho adoecida, física e mentalmente. Então, é muito importante e muito grave a situação.

E o que mudou na sua rotina? No ambiente, várias coisas. O mais importante eu cito aqui: eles estão no limite da exaustão, trabalho extenuante, onde se trabalha por dois ou três colegas, de forma intensa, concentrada, sem parar e sem solução desse problema imediato. Ou seja, o adoecimento, a morte, o afastamento de colegas o leva a trabalhar não só por si, mas por outros, e também trabalhe num volume maior por conta da pandemia.

A biossegurança e as contradições dessa biossegurança. Exige-se que cumpra o uso de máscara, de EPI, mas a própria instituição, de modo geral, é a denúncia grave de que faltaram esses equipamentos de biossegurança, passando pela falta desse EPI, e hoje a gente tem – infelizmente, continuamos tendo esse problema –, agora mais grave, a escassez desse equipamento, o racionamento desse produto ou, pior, a distribuição desses *kits* com baixa qualidade, baixa segurança, e há denúncias muito grandes por conta da negação de EPI para esses profissionais e uma hierarquização desses EPIs. Então, aqueles que não têm cidadania profissional definida, muitas vezes, não recebem EPI. Nós estamos falando de ACS, condutores de ambulância, sepultadores, o pessoal da faxina, da limpeza, da recepção. Maior exigência e rigor na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confiança, muito medo de morrer, de se contaminar e morrer, e a perda substantiva da cidadania profissional, com riscos graves e objetivos dos direitos trabalhistas por conta da reforma que está aí sendo feita mesmo sabendo da pandemia e da situação. Há depoimentos graves de condutores de ambulância, de ACS, de sepultadores, de todo esse pessoal, de que eles não são vistos. Eles dizem: "Nós não existimos".

Por fim, eu queria dizer que hoje temos mais de 1,8 mil trabalhadores que foram a óbito em duas profissões: médicos e a equipe de enfermagem. Extremamente grave. E nós não temos dados das outras profissões, porque o Estado não disponibiliza esses documentos, não disponibiliza para nós. É importante dizer que a pandemia trouxe agravos muito grandes a esses profissionais.

Por fim, quero dizer que quatro Estados são campeões da mortalidade desses profissionais e, certamente, dos demais profissionais de saúde: Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Amazonas, sendo que Pará e Amazonas são dois Estados com baixíssimo percentual de profissionais da força de trabalho. Menos de 5% da força de trabalho dessas duas categorias encontra-se nesses Estados, e, infelizmente, nesses Estados nós tivemos déficit de pessoal com o óbito.

E, por fim, eu queria deixar aqui algumas lições da pandemia.

Primeira: reafirmação da democracia e da participação social, reinstalação imediata e recondução da Mesa Nacional de Negociação, Senador, no Conselho Nacional, Senador, no Conselho Nacional de Saúde, que foi extinta pelo Governo Federal atual em 2019. Na pré-pandemia, a Mesa Nacional de Negociação foi extinta pelo Governo Federal.

Fortalecimento do SUS e do financiamento, valorização e proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, EPI para todos, com qualidade e quantidade, implantação de um programa de saúde mental que garanta o atendimento regular desses profissionais. Queremos, também, capacitação permanente e vigilante da força de trabalho; promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora como premissa de que um ambiente de saúde não pode provocar angústia, sofrimento e adoecimento de nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras; reposição da força de trabalho frente às perdas de milhares de profissionais que não só perderam a vida, mas estão adoecidos e, muitos deles, sequelados pela covid; estabelecimento da carreira SUS, nós insistimos que a carreira SUS seja para todos os trabalhadores e trabalhadoras; direitos humanos assegurados; trabalho decente, com remuneração suficiente para si e para o domicílio desse profissional; respeito, gratidão, reconhecimento de sua essencialidade; o cumprimento imediato da Lei 14.128, dos direitos dos profissionais da saúde vítimas da covid e suas famílias; reconhecimento do Estado, por meio do Congresso Nacional, como bem público, patrimônio do SUS, patrimônio do nosso País, assegurando prerrogativas especiais, como, por exemplo, aposentadoria especial, piso salarial para esses trabalhadores, carreira profissional, segurança do trabalho e educação permanente e regular.

Desculpe-me se passei minutos do horário, mas era o recado que eu gostaria de passar para todos desta Comissão tão importante do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Maria Helena Machado. Muito boa a sua explanação. Eu solicito que nos encaminhe essa apresentação das três pesquisas. Nós vamos distribuir a todos os integrantes da Comissão de Direitos Humanos, bem como a todos os ex-integrantes da CPI da Covid e deixaremos à disposição também de todos os Senadores e Senadoras da nossa Casa.

Eu queria dizer, inclusive, que a escolha dos temas desta audiência pública de hoje foi feita levando-se em consideração que a própria CPI não teve condições de abordar todo o leque de questões envolvidas no enfrentamento à pandemia. E um dos mais importantes foi exatamente esse que diz respeito aos profissionais de saúde e como vivenciaram todo esse processo de enfrentamento à pandemia da covid-19.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Renato Simões, representante da Associação Nacional Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19.

V. Sa. dispõe de dez minutos, com alguma tolerância.

O SR. RENATO SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras presentes.

Vou referenciar minha intervenção aqui num documento já encaminhado ao Senado Federal pela Associação Nacional Vida e Justiça, durante os trabalhos da CPI, justamente as contribuições, sob a perspectiva da aliança estabelecida entre vítimas, familiares de vítimas e entidades da sociedade civil que constituem a Vida e Justiça, para o relatório final da CPI.

Nós queremos agradecer em particular ao Senador Humberto Costa, à Senadora Zenaide, ao Senador Randolfe, com os quais nós diretamente tratamos desses assuntos que foram contemplados, em sua maioria, no relatório final aprovado pela CPI. Ele constitui, com certeza, um guia para ação das entidades da sociedade civil nesse próximo período, porque, ainda que seja verdade, como disse o Senador Humberto, que a CPI que não teve condições legais e de tempo para tratar de todos os temas envolvidos na administração ruinosa da pandemia em nosso País, tudo que está lá nós queremos e pelo que não está lá nós vamos continuar lutando para que seja incorporado pelas instituições que têm compromisso com a vida, diante dessa política genocida que nos atinge a todos e todas.

Então, o nosso documento, já encaminhado mês passado à CPI, que sintetiza os reclamos que nós temos sob o ponto de vista das vítimas, parte da ideia de que é necessário construir a verdade histórica desse período. Portanto, memória, verdade e justiça são prioridades fundamentais neste momento de naturalização e de busca de rebaixamento do horizonte histórico, a partir do qual avaliar uma pandemia que, no Brasil, é um caso *sui generis* no mundo. Aqui o principal mandatário do País se associou ao vírus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma expansão e contaminação em massa do povo brasileiro, visando comprovar uma das teses anticientíficas da extrema direita mundial, que é a imunidade coletiva do rebanho sem vacina. Arcou-se, por isso, com o custo da contaminação de 22 milhões de pessoas no País, com a morte de quase 620 mil pessoas, e isso caracteriza, como o relatório da CPI bem situou, um conjunto de crimes contra a humanidade, cuja cadeia de responsabilidade estava inclusive fora do escopo constitucional da própria CPI. Ainda que a responsabilização do Presidente Bolsonaro seja inequívoca, há uma cadeia de comando que se estendeu por ministérios, secretarias, governos estaduais e municipais, Parlamentares da base de apoio, propagadores de *fake news* em escala nacional, meios de comunicação, empresas que se beneficiaram em esquemas criminosos de corrupção e de venda de medicamentos e insumos ineficientes para combater a covid, que precisa ser apurada.

Nós saudamos a constituição do Observatório do Senado Federal para avaliação do andamento das propostas da CPI, mas nós continuamos insistindo na ideia de que é necessária uma comissão nacional da verdade que passe a limpo esse período trágico da história do Brasil. É necessária uma justiça de transição em que a voz da vítima desempate as várias narrativas fantasiosas e científicas sobre o que aconteceu no Brasil.

Quando a gente vê *fake news* de um lado e teóricos da saúde pública, da comunidade científica do outro, pode ficar alguma dúvida na cabeça da população. Quem vai desempatar isso é a justiça testemunhal, é a voz da vítima, porque ali está configurada efetivamente qual é a verdade histórica. Pessoas foram submetidas a crimes, e esses crimes vão marcar a sociedade brasileira pelos próximos anos e décadas. Nós não estamos falando aqui de um período simples que vai passar, de um novo normal que está logo ali depois da vacinação, dessa primeira fase da pandemia; nós estamos falando, como nas experiências europeias de genocídio do século XX, como nas experiências de países africanos que foram submetidos a guerras genocidas, de um esforço de recuperação de uma identidade nacional sob bases democráticas na perspectiva dos direitos humanos.

Então, neste momento em que nós nos preparamos, no dia 10, para comemorar o Dia Universal dos Direitos Humanos, nós precisamos entender que os direitos das vítimas serão construídos pela luta das próprias vítimas e de todos aqueles e aquelas que são solidários e solidárias com a sua luta. Daí a importância, Senador Humberto, dos depoimentos das vítimas na fase final da CPI e da disposição de V. Exa. de realizar audiências públicas sobre os direitos das vítimas da covid em todo o País, porque é essa memória perigosa de quem traz na carne e na alma a marca do que foi a gestão ruinosa e criminosa da pandemia que vai convencer a sociedade brasileira da importância de nós construirmos um futuro diferente deste.

E aí, além da memória, da verdade e da justiça, nosso documento foca no tema das políticas públicas, porque os arautos do mercado, nessa fantasiosa versão de que a ideologia neoliberal dá conta de todos os dilemas de uma sociedade, caíram por terra durante a pandemia. Foi necessário que o Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional aumentasse os limites de investimento público e de gastos públicos no orçamento de guerra, na votação do auxílio emergencial, contra a vontade do Governo, no financiamento extraordinário do SUS e do SUAS, para que nós pudéssemos minorar os efeitos dessa estratégia dramática adotada pelo Estado brasileiro diante da pandemia.

Isso significa que nós precisamos reorganizar as políticas públicas para dar conta da assistência à saúde mental de milhões de pessoas que ficaram afetadas na sua alma por aquilo que aconteceu, a começar pelo direito ao luto, porque nem esse direito sagrado tiveram, mas passando também por todas as consequências das pessoas com deficiência, com doenças raras, das pessoas idosas, das pessoas que ficaram sob isolamento social austero durante todo esse período. É preciso repensar o SUS para lidar com milhões de sequelados, que vão demandar novos profissionais que vão ser necessários para assistência à saúde dos que vivem as consequências, muitas delas ainda indeterminadas na sua evolução no seu próprio corpo. É preciso trazer visibilidade para as vítimas invisíveis, como disse a Professora Maria Helena, aqueles que não são vistos pela sociedade, porque não há números, porque os dados objetivos são impedidos de serem conhecidos pela sociedade brasileira.

Quantos órfãos e órfãs da covid existem? Serão mesmo 170 mil, previstos nos estudos publicados pela comunidade científica, na revista *Lancet*? São mais, são menos? Quem são essas pessoas? Quem são os profissionais invisíveis da saúde, objeto de pesquisa da Fiocruz? Quem são as pessoas com deficiência que morreram porque não foram priorizadas na vacinação, as pessoas com doenças raras, as pessoas cujos óbitos não foram devidamente registrados no início do processo da pandemia? Quem são esses milhões de vítimas que a pandemia deixou para trás na sociedade brasileira e que são, portanto, os construtores dos novos direitos?

Eu concluo, Senador Humberto, dizendo que uma das questões mais caras a nós, defensores e defensoras de direitos humanos, é que direitos humanos são noções historicamente construídas. Hoje nós vivemos os direitos que nos foram legados por gerações de sem direitos que lutaram para que nós tivéssemos o que temos hoje no arcabouço constitucional e legal de direitos humanos no Brasil e no mundo. Nós não podemos abrir mão de nenhum desses direitos, para honrar a luta dos que vieram antes de nós.

Mas nós também não podemos negar que estamos construindo os direitos que as futuras gerações vão viver. Direitos ambientais, para uma sociedade que não gere pandemias como essa que nós vivemos hoje; direitos sociais, econômicos e culturais de um povo que foi massacrado, um povo que está passando fome, um povo que está passando dificuldades econômicas brutais, um povo que está lidando com mazelas que a pandemia impôs, porque o povo brasileiro levou um grande "se vira" do Governo Federal: se vira para viver, se vira para sobreviver, se vira para cuidar da sua sanidade mental, se vira para construir um futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí a importância de audiências como essas e dessa disposição importante do Senado Federal de não deixar cair no vazio aquilo que produziu e continuar estimulando a sociedade brasileira a produzir aquilo que ainda não foi produzido, de reflexão e de ação coletiva sobre os crimes da pandemia.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Renato Simões, que representa aqui a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 - Vida e Justiça.

Quero dizer a V.Sa. que a participação dessa associação é muito importante para esse complemento de trabalho que nós estamos querendo fazer, via Comissão de Direitos Humanos, em relação a esse acompanhamento.

Obviamente, nós criamos o Observatório da Pandemia. É uma frente parlamentar e tem, como frente parlamentar, uma série de limitações. Por essa razão, nós temos procurado fazer com que a Comissão de Direitos Humanos possa, do ponto de vista formal, legal, jurídico, ser o escoadouro dessas necessidades pós CPI, de acompanhamento de tudo que foi trabalhado.

Inclusive, a nossa ideia é que aqui nós possamos receber as autoridades que receberam o relatório final da CPI, que elas possam prestar contas ao Senado Federal neste espaço e em outros espaços aqui do Senado Federal.

Não tenha dúvida de que a Associação Nacional Vida e Justiça exerce um papel muito importante para que todos nós possamos avançar nesse processo de acompanhamento.

Eu cedo a palavra ao terceiro convidado, Dr. Lincoln da Costa Valença.

Eu vi que a Senadora Zenaide Maia pediu a palavra, mas eu peço a ela que tenha só um pouquinho de paciência, para nós ouvirmos a todos, e aí abriremos a discussão e a participação, está certo?

Então o Dr. Lincoln da Costa Valença, doutorando da Fiocruz, do Programa VigiFronteiras, epidemiologia em saúde pública. V.Sa. tem dez minutos, com um grau de tolerância para a sua manifestação.

O SR. LINCOLN COSTA VALENÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, quero dizer que é de grande felicidade poder conversar com os senhores Senadores e trazer um pouco do que a gente tem estudado.

Eu, enquanto continuidade dos meus estudos, tive a oportunidade, no meu mestrado, de estudar as populações migrantes. E isso dialoga muito, a relação de saúde é muito evidente nesse lugar. E aí, chego a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este debate para tentar trazer um pouco de esclarecimento do que é que a gente pensa enquanto pandemia e direitos humanos.

É importante dizer que para a gente, enquanto pesquisador dessa população de vulneráveis e hipervulneráveis, é muito importante dar continuidade a esse papo de acesso, a esse papo de o que é que ocorreu, o que é que está ocorrendo e quais são as legislações vigentes que podem cooperar ou não com o desenvolvimento da pandemia ou o estancamento da pandemia.

Eu queria trazer aqui, como tópico para a gente pensar, que de fato, o Sistema Único de Saúde do Brasil já vivia um estrangulamento, estrangulamento esse muito relacionado a como se financia e como historicamente o sistema de saúde do Brasil foi financiado. Apesar de haver uma expansão da rede SUS, que aconteceu com a velocidade da pandemia, a gente sabe também que, em diversas áreas, a gente teve recuo de financiamento. Então, apesar de a gente ter um crescimento de necessidade, a gente também acompanha um período de graves cortes no financiamento da saúde. Mas o que eu quero trazer aqui para a gente pensar é sobre o acesso ao Sistema Único de Saúde por populações vulneráveis ou hipervulneráveis.

Primeiro, o acesso ao Sistema Único de Saúde do Brasil, de acordo com a lógica do nosso sistema, é através da atenção básica. Porém, existem diversas barreiras invisíveis. Isso já foi trabalhado por alguns colegas. Existem barreiras invisíveis que estão interferindo no processo de entrada, porque vejam só, se a gente pensa nesse espaço territorial brasileiro, nele cabem diversos tipos de população.

Mas eu queria trazer que em diversas regiões do País, por exemplo, as pessoas ainda não têm o Cartão SUS. Em diversas regiões do País, por exemplo, as unidades de saúde não têm sequer um computador que possa dar continuidade ao atendimento dessas pessoas.

Então, a grande questão é até que ponto essa realidade da dificuldade de acesso pode ser ampliada. Se a porta de entrada do nosso sistema de saúde é dificultada para um cidadão que tem a sua casa, que tem a sua alimentação, que tem o seu emprego, ela é muito maior, mais aumentada, para esse cidadão que não tem casa, que não tem emprego, que é refugiado, que chegou ao País ou então que vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza. A gente vê o Brasil agora, infelizmente, com o atual Governo, retornando ao Mapa da Fome.

Então, as questões de aumento de realidade que trago aí são: quando não tem internet, quando não tem comunicação, quando não se tem sequer um computador na unidade de saúde como é que a gente dá continuidade ao acesso à saúde dessa população hipervulnerável?

Aí eu quero trazer... Eu vivo no Estado de Roraima. É um grande prazer trazer a pesquisa do Norte para esse espaço e dizer que aqui é o Estado com maior densidade populacional indígena do Brasil, comparativamente. A gente traz esse grande desafio, também, de cuidar da atenção indígena. Hoje, por exemplo, eu queria trazer para vocês... O Ministério da Saúde traz indicadores que devem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhados. Existe uma grande muralha, porque a gente não teve capacidade ainda de dialogar, sobre como é que a saúde indígena, como é que a Sesai dialoga com o Ministério da Saúde e como é que esses dados podem colaborar com o desenvolvimento da população.

Sem nenhum medo de errar, eu posso dizer que grande parte dos Municípios brasileiros não têm a mínima condição de atingir os indicadores do Previne Brasil. Quando você vem – e estou trazendo esse debate da realidade aumentada –, por exemplo, para Estados como o Estado de Roraima, a gente tem Municípios com 98% de população indígena sobre a qual a gente não faz troca de dados. Então, a saúde indígena atende essa população, o Município é obrigado a devolver esses dados ao Ministério da Saúde, podendo ser penalizado por não ter financiamento. Até hoje, historicamente, a gente não conseguiu fazer o Ministério da Saúde dialogar com a Sesai. Então, a gente tem distritos especiais indígenas espalhados no Brasil e, simplesmente, a essa população, com o advento da saída do Mais Médicos – mais uma decisão do atual Governo –, simplesmente inexiste o acesso à saúde em diversas comunidades do Brasil. De novo, trago esta pergunta: até que ponto essa realidade pode ser aumentada?

A gente tem uma grande dificuldade de hierarquização dos sistemas de saúde. Estados como onde eu vivo, Estados como o de Roraima, têm uma hierarquização 100% concentrada na capital. Então, o SUS de Roraima, efetivamente, acontece dentro de um carro porque, a partir da atenção básica eu não tenho mais nenhum lugar para recorrer em nenhuma outra situação; se quiser exames de laboratórios, você tem que descer até a capital. Então, a gente retrocedeu mais ainda no Norte sob a perspectiva de dizer que a gente não consegue ampliar, a gente não consegue crescer, a gente não tem políticas públicas que garantam o acesso à população, a essa população urbana. Essa realidade é muito aumentada quando a gente vai discutir o migrante, para acessar o sistema de saúde, quando a gente vai discutir o refugiado, para acessar o sistema de saúde, quando a gente vai discutir os indígenas, para acessarem o sistema de saúde.

Olha, trago aqui um dado, por exemplo, sobre o espalhamento da pandemia na Região Amazônia. Ela tem uma velocidade maior do que nas grandes capitais, apesar de o povo viver em situação de isolamento. A gente tem cerca de 25% a mais de mortalidade entre indígenas comparado a não indígenas. Esses são dados do próprio Ministério da Saúde que refletem, também, essa falta de atenção, esse espaço vazio do Sistema Único de Saúde na atenção aos povos indígenas, como hipervulneráveis. Era o que eu queria trazer aqui.

A gente vê uma resposta nas grandes capitais, com aparelhamento tecnológico, com aporte de equipes, mas isso vai se pulverizando, vai se fragmentando a partir do momento em que você se afasta dos grandes centros. A população brasileira não está, definitivamente, somente nos grandes centros urbanos.

Eu queria dizer que não existem soluções simples para problemas sistêmicos, isso precisa ser uma coisa clara. A gente necessita implantar políticas públicas de financiamento, um financiamento claro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não seja punitivo ao sistema de saúde, que colabore com o desenvolvimento do sistema de saúde. A gente tem muitos Municípios brasileiros com uma densidade populacional pequena e, logo, com um aparelhamento tecnológico na saúde muito pequeno.

Esse recuo de financiamento agrava a situação da pandemia. Por exemplo, sobre o espalhamento da covid na Amazônia. Ele aconteceu de uma forma muito mais grave do que nos grandes centros pelo fator da transmissibilidade. Uma pessoa, hoje... Você pega um barco; se você está transmitindo a covid, você viaja 24 horas compartilhando esse ambiente para chegar em um dado Município, como é a realidade dos Municípios da Amazônia. É importante a gente ter capacidade de olhar para esse recuo de financiamento e para essa possibilidade de os Municípios serem punidos por uma situação que ele, definitivamente, não tem em conta.

Se o Ministério da Saúde não conseguir amadurecer junto ao sistema de saúde indígena, pela representação da Sesai, o Município não pode ser penalizado por não atingir, por exemplo, a quota de captação de gestantes, a quota de captação de primeira consulta odontológica, quando o trabalho desenvolvido deveria ser coordenado pelo Município. Mas o que se percebe é uma grande rivalidade na atenção entre o Município, que desenvolve as políticas públicas, com o dinheiro do Ministério da Saúde, e essa atenção especial indígena que desenvolve a saúde a partir de um outro tipo de financiamento. Então, a gente sabe que no Brasil existe uma grande cobertura populacional de saúde, que em lugares se soma e em outros lugares ela simplesmente inexiste.

Então, o que eu queria trazer para os senhores é que essa realidade é muito aumentada nas periferias dos grandes centros urbanos e nas periferias do País. Se eu puder dizer alguma coisa aos Senadores, eu gostaria de colocar que a gente precisa fazer dialogar a saúde especial indígena com a saúde desenvolvida pelos Municípios brasileiros.

A gente não tem mais tempo para continuar invisibilizando esses dados ou não compartilhando esses dados e punindo Municípios sob financiamento. Então, a gente piora a realidade quando a gente não tem internet, a gente piora a realidade quando a gente não tem uma equipe qualificada, a gente piora a realidade quando a gente não consegue acompanhar as nossas fronteiras, quando a gente não consegue dar um regime de seriedade e implantar políticas públicas que possam desenvolver o nosso sistema de saúde.

Encerro aqui a minha a fala e me coloco à disposição para a continuidade dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado a V. Sa., Dr. Lincoln Costa Valença. Sua abordagem é extremamente importante.

Nós tivemos, o tempo inteiro, a preocupação de registrar, durante essa pandemia, o processo que terminou resultando numa resposta, digamos, mais lenta do Sistema Único de Saúde, além da orientação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além da estratégia estabelecida pelo Governo Federal para o enfrentamento da pandemia, também as condições de subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, que se agravaram fortemente a partir de 2016. E foi graças ao Congresso Nacional que, em 2020, durante a pandemia, nós tivemos um incremento significativo de recursos para o SUS que, lamentavelmente, já para o Orçamento de 2021, voltou a ter uma redução significativa; assim como, também, a abordagem quanto às demandas de recursos humanos, à necessidade de ampliação da complexidade de serviços particularmente nessas regiões mais remotas.

Então, a contribuição de V. Sa. é muito importante também para esse trabalho a que nós pretendemos dar continuidade.

De imediato, eu passo a palavra ao Dr. Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Saúde Pública, do Estado de São Paulo.

O Ministério Público de São Paulo tem feito um trabalho muito importante nessa área da pandemia, especialmente em alguns casos bem específicos, entre eles, a temática do que ocorreu junto à Prevent Senior, e, para nós, é uma enorme satisfação poder receber o Dr. Arthur Pinto Filho, que tem dez minutos, com a devida tolerância, para fazer a sua exposição.

O SR. ARTHUR PINTO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Cumprimento todos na pessoa do Senador Humberto Costa. É um prazer e uma honra estar participando desta reunião.

Queria cumprimentar o Senador por uma razão específica. Aqui, quando o Senador era Ministro da Saúde, nós tivemos um problema gravíssimo em São Paulo da aprovação pelo então Governador de uma lei que entregava 25% dos hospitais públicos para os planos de saúde. Nós precisamos criar uma briga muito forte, entramos com uma ação, e o Ministério da Saúde soltou uma nota nos apoiando, e essa nota foi muito importante para que a gente ganhasse a ação e, posteriormente, o Governo recuasse e tirasse a lei do ordenamento jurídico.

Então, eu lhe agradeço, embora a destempo, por essa ajuda importantíssima na ocasião.

Eu sou Promotor da Saúde Pública daqui de São Paulo e nós recebemos, em maio deste ano, uma representação falando de problemas do *kit* covid que seria distribuído pela Prevent Senior sem nenhum tipo de controle, e nós tivemos, Senador, muita dificuldade na investigação. Nós pedimos uma vistoria do Cremesp, o Cremesp fez a vistoria, mas o relatório não confirmava as primeiras informações. Pedimos, também, a vistoria do Coren, que não confirmava as informações.

Os médicos começaram a nos dar informações em *off*, porque tinham muito medo de falar em *on*, mas a prova estava muito ruim para entrar com uma ação ou mesmo para buscar um TAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso se clareou somente como o advento da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito que desvendou gravíssimas situações da Prevent. E, com base nas investigações e nas provas que foram produzidas pela CPI, juntadas ao nosso inquérito civil público, nós conseguimos caminhar muito e chegar a um TAC que me parece um TAC importantíssimo. E digo com toda franqueza: sem a CPI, nós não chegaríamos a esse TAC, porque o TAC é um acordo, e, portanto, a Prevent teve que concordar com esse TAC. E é evidente que, sem a CPI, ela não concordaria, porque o TAC é duríssimo em algumas situações.

Esse TAC foi feito com a parceria, com a anuência da Associação Paulista de Medicina, que nos ajudou demais. A Associação Paulista de Medicina fez um documento técnico falando da impropriedade da utilização do *kit* covid para o tratamento da moléstia. Também tivemos a anuência do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e do Sindicato dos Médicos de São Paulo, e negociamos com a Prevent durante um bom tempo esse TAC, que afinal foi assinado, e muitas das cláusulas dele já foram cumpridas pelas Prevent.

O TAC tem dois grandes eixos com dois grandes objetivos. O primeiro objetivo, o primeiro eixo... O primeiro objetivo era o seguinte: de ela alertar a população brasileira de que não há tratamento precoce por meio do famigerado *kit* covid. Está mais do que comprovada a ineficácia do *kit,* e, mais do que comprovada a ineficácia, há prova de que ele pode ser problemático para quem o usa. E também, como objetivo, era evitar que as pessoas que são beneficiárias da Prevent continuassem a receber esse *kit* em casa.

Então, com base nesse objetivo, nós fizemos cinco itens nesse TAC, que buscavam isso. O primeiro item era o seguinte: a Prevent se comprometeu a não entregar, a não distribuir, a não enviar, a não promover, a não incentivar e estimular, por qualquer meio, a prescrição do determinado *kit* covid. E nós estabelecemos quais os medicamentos que eram do *kit* covid – e era um rol de medicamentos realmente incrível! Além da cloroquina, da hidroxicloroquina, nós tínhamos flutamida, etanercepte, azitromicina, ivermectina, colchicina, zinco, corticoides, anticoagulantes, quer dizer uma coisa... Uma aberração esse *kit* que era entregue às pessoas!

Então, o item 1 impedia a distribuição desse *kit* para os seus beneficiários. Isso tinha entrada imediata em vigor e está sendo cumprido rigorosamente – até onde a gente sabe, não houve nenhuma reclamação ao contrário – pela Prevent.

O segundo item desse eixo maior é que a Prevent revogasse imediatamente os protocolos internos ou orientações feitas, inclusive por zap, por Telegram ou afins, relacionados ao *kit* covid. Por quê? Porque a Prevent mandava zaps para os seus médicos, orientando que eles se utilizassem desse *kit* covid nas mais variadas situações. Então, a ideia era que revogasse não só os protocolos clínicos, como essas informações que eram disseminadas por meio do WhatsApp. Isso também foi já cumprido pela Prevent.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro item era atualizar os protocolos internos para adequação e recomendações da Sociedade Brasileira de Infectologia, da Associação Paulista de Medicina, da OMS e da Associação Médica Brasileira. Então, a ideia era não só revogar, como atualizar os protocolos clínicos para tratamento da covid sem o *kit* covid, sem nada do *kit* covid. Isso também foi feito. Eles tinham 15 dias para fazer essa atualização, fizeram, encaminharam para o Ministério Público, nós encaminhamos para os nossos anuentes, que concordarem. E, portanto, desse momento para frente, nada do *kit* covid é utilizado para o tratamento da moléstia.

Um outro tema, que me pareceu muito importante e que também já foi cumprido pela Prevent, era o seguinte: eles se obrigavam a publicar e divulgar nos órgãos de imprensa, três jornais e em cinco portais e, inclusive, colocar nos seus órgãos internos de comunicação, um documento que tivesse quatro itens, em que eles reconhecessem que, primeiro, os resultados divulgados pela empresa ou por terceiros acerca da eficácia da cloroquina não correspondiam efetivamente a uma pesquisa científica, limitando-se a dados obtidos internamente para fins estatísticos, sem qualquer tipo de viés científico; número dois, a Prevent reconhece que não obteve autorização do Conep para a realização de nenhum tipo de estudo científico envolvendo a cloroquina; terceiro, a Prevent reconhece que inexiste a conclusão de qualquer pesquisa científica realizada por ela que conclua pela eficácia da cloroquina ou demais medicamentos do denominado *kit* covid; e, em quarto lugar, ela se comprometia também a afirmar que inexiste qualquer pesquisa científica realizada pela Prevent que ateste a eficácia de algum tipo de tratamento precoce ou preventivo. Ela cumpriu já esse item e publicou na *Folha*, no *Estado* e, salvo engano, no *Globo* esse documento, reconhecendo isso.

Por que isso é importante? Porque me parece que um dos grandes males que aconteceram no País foi o Presidente da República se utilizar de um documento que não era pesquisa científica como tal e espalhar à sociedade que havia uma pesquisa científica, promovida pela Prevent, que dizia que esses medicamentos eram eficientes para o tratamento precoce. Até hoje, o Presidente fala em tratamento precoce, e, evidentemente, a fala do Presidente tem força. O Presidente é a autoridade máxima do País, de maneira que a fala do Presidente atinge toda a população.

Não há dúvida alguma, pelo menos pra mim, de que muitas das mortes que aconteceram no País foram em decorrências dessa fraude, dessa mentira de que havia um tratamento precoce. Muita gente, inclusive conhecidos meus, se utilizaram desses medicamentos e, ao se utilizarem desses medicamentos, diziam: "Olha, eu estou protegido. Para mim, não vai acontecer nada". Muitos morreram; alguns amigos, inclusive, morreram por conta disso.

Então, a ideia de se publicar um documento em que a Prevent reconhece que isso não é correto me pareceu absolutamente fundamental. E esse TAC também tem que ser encaminhado – e já foi encaminhado – para todos os beneficiários da Prevent.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo, que me parece fundamental – e já vou encerrar –, é um eixo que procura criar mecanismos de democratização de um sistema hierarquizado. Vejam, a Prevent criou um sistema em que ela tem o beneficiário e tem os hospitais. São delas os hospitais. São vários, inúmeros hospitais espalhados pelo País inteiro. Pois muito bem; a relação dos médicos com ela é uma relação muito fluida. Os médicos não são contratados pela CLT; os médicos são contratados pela pejotização, como já foi dito aqui. Então, a relação deles, médicos, com a Prevent é muito incerta; eles não têm direito a nada.

Então, os médicos me informaram – e está no procedimento – que, se eles não se utilizassem, naquela ocasião, do *kit* covid, eles recebiam menos plantões, eles começavam a ser punidos, punidos no sentido de que, quanto menos plantões recebiam, menos dinheiro recebiam e, portanto, essa era uma questão central para eles. E muitos se utilizaram do *kit* covid, mesmo sabendo que o medicamento era ineficaz, porque tinham medo de serem mandados embora ou de perderem plantões.

Então, num sistema hierarquizado, se você não tiver controle democrático, a tendência é essa: a tendência é que o proprietário desborde e passe a se utilizar dos médicos como correia de transmissão de uma determinada maneira de enxergar uma doença e tratar a doença.

Então, nós criamos um controle... Na verdade, queríamos criar dois, mas não houve possibilidade de acordar com relação ao primeiro. Nós criamos o seguinte controle: nós criamos a figura do *ombudsman* externo, que vai ser contratado da Prevent. Ele será indicado pela Prevent, mas terá que ter a aquiescência do Ministério Público e dos anuentes. Eles têm apresentado nomes muito importantes e muito respeitados. Estão negociando com esses nomes. Vamos ver se alguns deles topam esse múnus, porque é um múnus mesmo ser *ombudsman* da Prevent neste momento.

O *ombudsman*, então, teria como missão receber as reclamações dos beneficiários ou de qualquer pessoa, encaminhar para os setores competentes essas reclamações e exigir solução. Se a solução não for dada, o *ombudsman* encaminha isso para o Ministério Público, para a ANS, enfim, para os órgãos de controle.

O segundo mecanismo, que me fundamental e eu sugiro que os Senadores e Deputados pensem a respeito, para que mudem a Lei dos Planos de Saúde, é a ideia que tem no SUS, que é uma ideia maravilhosa, do controle social, e o controle social, no SUS, se dá também pelos conselhos gestores dos hospitais. E, pela minha experiência aqui de muitos anos na área da saúde pública, hospital que tem um conselho gestor atuante é um bom hospital; hospital que não tem conselho gestor atuante sempre é problemático. Então, a ideia era criar um conselho gestor, adaptado, evidentemente, para uma área privada, mas isso não foi possível ser acordado entre as partes. Continuamos em negociação, mas esse é um problema de difícil solução pelo acordo.

Então, essa ideia do TAC, que foi assinado e muitas das cláusulas já foram cumpridas... Há que se reconhecer que a Prevent está sendo correta no cumprimento das cláusulas. Nós temos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento do TAC, e não chegou nada que diga que eles não o estão cumprindo. Então, na questão do TAC, isso me parece resolvido.

O que está agora em discussão é um valor que a Prevent terá que pagar a título de dano moral e social coletivo, porque a Prevent, ao deixar o Presidente da República se utilizar de uma pesquisa que não era pesquisa, ela gerou um dano social imenso no País, tá? E é muito difícil se definir um valor – tem que ser um valor muito alto, mas também tem que ser um valor que não inviabilize a empresa –; então, nós estamos nesse processo de discussão. Saiu o acordo, "ah, fizemos um novo TAC"; não saiu acordo, entramos com uma ação civil pública.

Nós aqui da saúde pública recebemos nesse inquérito documentos de duas pessoas que morreram na Prevent e que não constou das suas certidões de óbito que elas morreram por conta da covid, e também não constava que elas se utilizaram do *kit* covid. Portanto, isso é um crime de falsidade ideológica, e assim que nós recebemos aquele documento – se eu não me engano em julho – nós pedimos a instauração de inquérito policial, que está andando pelo DHPP, aqui de São Paulo.

Muito bem, de maneira que nesse momento, na área da saúde pública, o que está em debate é a questão do dano moral coletivo. O Procurador-Geral criou um grupo de trabalho de promotores criminais e do júri para verificar a questão criminal.

Eu não faço parte desse grupo, embora a gente sempre se reúna para passar informação. Sei que esse grupo está ouvindo muita gente, as investigações estão andando muitíssimo bem, e penso que teremos boas novidades daqui para frente.

Eu queria agradecer profundamente pelo convite, queria agradecer a todos pela oportunidade, queria agradecer novamente ao Senador Humberto e reafirmar que, sem a CPI da Covid, nós não chegaríamos a esse bom termo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Arthur Pinto. Muito importante aqui o seu testemunho.

Nós tivemos conhecimento desse Termo de Ajustamento de Conduta por matérias que surgiram nos jornais e, vendo a explicação de V. Sa., nós ficamos, assim, muito sensibilizados no sentido que realmente o Ministério Público do Estado de São Paulo está cumprindo com a sua responsabilidade, e acredito que essas decisões, inclusive, terão um valor além do valor concreto, mas também um componente pedagógico importante para que, em momentos que nós venhamos a viver posteriormente – e, certamente, essa não será a última emergência sanitária que o nosso País vai viver – isso tenha um papel muito importante, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, uma das perguntas que eu iria fazer, que era justamente no que diz respeito às ações por danos morais, há também essa preocupação da parte do Ministério Público, e eu gostaria, tão somente, de pedir a V. Sa. que, se possível, nos encaminhasse uma cópia desse TAC aqui à Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos também enviar a todos os Senadores e a todos aqueles que fizeram parte da CPI.

Bom, e, finalmente, eu passo a palavra ao Dr. Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, que é membro da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, para que ele possa também prestar aqui o seu depoimento. Não sem antes dizer que, ouvindo o próprio depoimento do Dr. Arthur Pinto, eu creio que muitas coisas terão que ser novamente discutidas aqui na própria Comissão de Direitos Humanos, dizendo respeito a tudo isso que aconteceu durante o processo da pandemia, até porque é óbvio que a Prevent Senior foi um caso à parte, não é? Ela se prestou a um serviço profundamente equivocado, anticientífico, inclusive, desrespeitoso em termos de direitos humanos, mas é importante dizer que ela não foi a única instituição de prestação de serviços à saúde que distribuiu *kit* covid, que mandou para as pessoas...

Nós tivemos outras experiências com seres humanos que foram feitas, e nós precisamos ter uma resposta, particularmente no Estado do Amazonas e no Rio Grande do Sul, em que houve hospitais que fizeram experiências com um outro medicamento; de modo que esse tema, nesta Comissão de Direitos Humanos, tem que ser recorrente, nós não podemos deixar esse assunto cair no esquecimento.

Mas, sem mais delongas, eu passo a palavra ao Dr. Vinícius Ximenes.

Dez minutos, com a tolerância devida.

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom, primeiramente, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por proporcionar este debate e, primeiramente, queria colocar aqui eu faço parte da Rede Nacional de Médicas Populares. Nós somos um movimento social de médicos e médicas que atuam junto a movimentos populares e boa parte de nós trabalha na ponta, ou em serviço de urgência ou em serviço de atenção primária, e tivemos uma vivência do ponto de vista da pandemia no dia a dia, do ponto de vista das portas de entrada do sistema de saúde.

As falas que me antecederam me tocaram profundamente: a fala da Maria Helena, a fala de todos os outros convidados. Eu trabalhei durante quase esses quase três anos em que nós estamos vivendo a pandemia, na ponta; tive a situação de ver irmão, pai e mãe terem formas graves da doença; eu tive o covid duas vezes – da segunda vez fiquei potencialmente grave também, com 50% de lesão pulmonar –, doente e ainda vendo a minha esposa grávida, doente também. E a gente, obviamente, sabe que essa doença é como uma bomba relógio na cintura, quando a gente vivencia esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, posso dizer tranquilamente que quem vive esse processo, seja enquanto paciente, seja estando na ponta, nós não somos mais a mesma pessoa, seja do ponto de vista mental, subjetivo, seja mesmo físico – não é a mesma coisa.

Agradeço por estar aqui com vocês hoje, possivelmente, por ter tomado a vacina – duas doses –, porque, pela lesão pulmonar que eu tive, possivelmente, sem vacina talvez eu não estaria nem aqui neste debate junto com vocês hoje.

Eu acho que é importante a fala do Dr. Arthur, que traz uma provocação para a gente do ponto de vista dos fatores de confusão: que atores institucionais atuaram com pseudociência, com trabalhos científicos inconsistentes, com posturas políticas equivocadas, para produzirem esse efeito de confusão coletiva na nossa população? Então, que elementos institucionais provocaram isso? E há um elemento institucional que eu acho que é importante, porque talvez, se ele tivesse tido uma atividade mais prudente, do ponto de vista da sua atuação institucional, em face da pandemia, talvez até outros fatores de confusão derivados não teriam se espalhado, do ponto de vista da lógica sanitária neste País. Então, eu acredito que uma entidade sobre a qual a gente precisa refletir profundamente sobre o papel deletério, o papel antidemocrático que cumpriu, dentro da pandemia, foi infelizmente o nosso Conselho Federal de Medicina. Eu queria discutir um pouco isso e aproveitar a minha fala para conversar um pouco sobre os elementos relacionados com isso. O nosso Conselho Federal de Medicina, como várias instituições da nossa sociedade, é marcado pela temporalidade de uma época. Os conselhos de Medicina, por exemplo, nos anos 70, tiveram um papel de colaboração com a ditadura militar. Então, por exemplo, houve o escândalo, em 1979 denunciado, do Hospital Colônia lá em Barbacena, em Minas Gerais. Para vocês terem ideia, dois psiquiatras, jovens psiquiatras da época – o Francisco Paes Barreto e o Antônio Soares Simone – denunciaram aquele processo terrível, que eu acho que a Daniela Arbex, mais recentemente, tratou no *Holocausto Brasileiro,* em que havia ocultamento e tráfico de corpos e várias outras irregularidades. Esses profissionais quase foram cassados pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais. Então, os conselhos de Medicina são muito sensíveis a essas questões políticas de determinados momentos e de quem está no poder. Ao mesmo tempo também já tiveram contribuições importantes do ponto de vista das pautas democráticas, como na construção da institucionalidade democrática no nosso País.

A atuação dos conselhos de Medicina, por exemplo, nos anos 90, relacionados a denunciar e a buscar punir médicos que colaboraram com sessões de tortura durante a ditadura militar é algo também que é louvável. E isso aconteceu, durante os anos 90, com um trabalho muito importante com alguns conselhos de Medicina, como os do Rio de Janeiro e os de São Paulo. Há uma publicação que foi feita em 2017 pelo pessoal da Universidade Federal do ABC, que é o livro *Medicina e Contextos de Exceção*, com uma pesquisa fantástica em relação a isso. Contudo, o atual momento do Conselho Federal de Medicina não surgiu ao acaso, Senador. Isso é um ponto histórico. E a gente tem que entender esse processo histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desde o final dos anos 90, mais especificamente a partir de 1999, se estabelece um pacto conservador. Existe uma mudança de orientação no Conselho Federal de Medicina e um pacto conservador entre as três grandes entidades médicas, que configura aquilo que nós chamamos de Movimento Médico: o Conselho Federal de Medicina pelo Movimento de Conselhos, a Associação Médica Brasileira pelas associações científicas e a Fenam pelas entidades sindicais. Dentro desse pacto conservador, uma série de agendas foram trazidas para a ordem do dia e uma dessas agendas que foram colocadas foi a questão da Lei do Ato Médico.

Em 2002, o Conselho Federal de Medicina apresentou uma proposta para a sociedade, que era praticamente um cheque em branco, em que o Conselho Federal de Medicina ia definir o que era diagnóstico e tratamento no nosso País. Essa proposta foi rechaçada pela 12ª Conferência Nacional de Saúde e, desde então, começa a haver alguns problemas em relação ao Conselho Federal de Medicina. Haver uma orientação conservadora no conselho não é problema; isso faz parte, do ponto de vista da vida democrática. Agora, um certo aparelhamento da vida de uma instituição do Estado é algo que tem que ser claramente analisado e claramente identificado.

Então, a partir de toda a década de 2000, a partir dessa derrota que houve na 12ª Conferência Nacional de Saúde, do ponto de vista das entidades médicas, começou um processo em que essas entidades começaram a utilizar a sua máquina de comunicação, a sua máquina econômica para difundir determinadas ideias, determinados conceitos e determinadas imprecisões para o conjunto da comunidade médica. Então, houve um certo ataque a pautas publicistas, do ponto de vista da saúde pública e do Sistema Único de Saúde, de forma um pouco mais explícita e um pouco mais velada pelas entidades médicas. Por exemplo, eu fiz parte, nos anos 2000, da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina. Nós votamos na época, em 2002, na 12ª Conferência Nacional de Saúde, contrários à questão daquela proposta de Lei do Ato Médico, proposta pelo Conselho Federal de Medicina; e, simplesmente durante toda a década de 2000, uma entidade estudantil foi perseguida por um conselho profissional. Imagine que loucura é esta: uma entidade do Estado, uma autarquia corporativa utilizar o seu poder para perseguir uma entidade estudantil. Isso aconteceu durante os anos 2000. E esse processo político se tornou mais agudo a partir de 2013. Com a aprovação do Provab, que era um provimento ao acesso à residência médica, médicos brasileiros que trabalhassem no interior, durante um período de dois anos, receberiam uma bonificação para participarem de seleções médicas. E, com a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, isso se torna verdadeiro incêndio conservador (*Falha no áudio.*) ... reacionário (*Falha no áudio.*) ... com perspectivas neofascistas. Então, se torna um verdadeiro incêndio. E isso começa a ter repercussões do ponto de vista da vida política no nosso País e da vida institucional.

O Governo Dilma tentou mediar a situação em (*Falha no áudio.*) ... que aprovou uma Lei do Ato Médico, mas isso não foi capaz de aplacar os ânimos das entidades médicas. E aí nós chegamos agora, no momento da pandemia, em que, num prazo que já vem há mais de dez anos, ou seja, praticamente é um mesmo grupo há vinte anos à frente do conselho e há dez anos, há mais de dez anos aparelhando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidade Conselho Federal de Medicina, a gente começa a perceber detalhes da perversidade que vem a partir de um projeto político como esse, que se apropria de instituições democráticas.

Então, para ter uma ideia, no ano de 2020, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Sr. Mauro Ribeiro, no dia 7 de maio, participou de um evento no Conselho Regional de Medicina de Goiás, em que claramente ele fez uma defesa de cloroquina, hidroxicloroquina, de uma série de medidas sem a menor evidência, do ponto de vista científico, da eficácia, inclusive colocando abertamente que tinha uma (*Falha no áudio.*) ... Bolsonaro, etc. e tal, algo que... Imagine você se um juiz ou se um promotor se pronuncia dizendo que ele é favorável a um determinado Governo. Não é o papel de uma entidade corporativa do Estado. O Conselho Federal de Medicina não é uma associação privada. Ele é um ente do Estado brasileiro com características próprias.

Então, foi uma questão muito grave aquele evento que houve do Conselho Federal de Medicina junto ao Conselho Regional de Goiás, em maio 2020. A partir daquilo que o Presidente Mauro colocou, as atitudes do conselho foram muito coerentes com a fala dele.

No dia 26 de junho de 2020, o Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Emmanuel Fortes, participou de uma reunião do chamado gabinete paralelo – a CPI do Senado apurou bem a formação desse gabinete paralelo – e claramente colocou que havia um posicionamento, do ponto de vista das entidades médicas, no caso, do Conselho Federal de Medicina, de que médicos que não prescrevessem tratamento precoce teriam maior risco de, digamos, circunstâncias de enfrentamento legal ou ético-profissional junto a conselhos profissionais. Abertamente, ele confessou que o Conselho Federal de Medicina tentou induzir os médicos brasileiros a uma prescrição desse tipo de conduta, sem nenhuma validação do ponto de vista científico. Como já foi colocado no texto pelo Dr. Arthur, muita gente deixou de ter um tratamento oportuno por conta desse tipo de lógica terapêutica que se estabeleceu do ponto de vista da população e do mundo médico.

O que não contava o Conselho Federal de Medicina é que, durante o ano de 2020, houve uma queda desse pacto conservador que havia entre Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Fenam, porque ficou tão absurda a postura das entidades médicas frente à pandemia apoiando esse tipo de posição que várias entidades científicas começaram a colocar, claramente, que era um absurdo essa lógica de tratamento precoce, até lógicas mais sérias de tratamento profilático, gente. Isso está acontecendo na população de forma disseminada como fator de confusão. E, a partir desse movimento de várias associações científicas, mudou-se a orientação da Associação Médica Brasileira do ponto de vista de ter um papel mais comprometido com aquilo que é a função dela, que é a ciência – é uma associação voltada para a questão da ciência.

E, aí, gente, vários dados começam a acontecer. No dia 15 de outubro de 2021, o Imperial College, de Londres, que é uma instituição universitária prestigiada do ponto de vista de epidemiologia, trouxe para gente que, no Brasil, ainda sem a gente estudar os impactos da vacina, se algumas medidas claras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivessem sido tomadas, como evitar a disseminação do *kit* covid, não querer relativizar máscaras, não querer fazer boicote à medida de distanciamento social; e, se as autoridades públicas, principalmente a autoridade federal, tivessem tido uma postura mais prudente em relação a isso, possivelmente 329 mil mortes, gente, teriam sido evitadas do ponto de vista da pandemia. E não estamos discutindo ainda os impactos da vacina; estamos discutindo os impactos das medidas de proteção individual e de saúde pública.

Poderíamos até falar: "Mas o Conselho Federal de Medicina teve essa postura no começo da pandemia, quando as coisas eram muito confusas, e fez uma legislação ainda no momento em que não havia tantas evidências científicas". Contudo, o Conselho Federal de Medicina, mesmo após, aliás, no transcorrer da etapa final da pandemia, continuou tendo a mesma postura nesse processo a que aderiu no início da pandemia.

No dia 21 de outubro de 2021, nós tivemos uma reunião da Conitec, que é um conselho importante para aprovar as normas técnico-científicas do ponto de vista do Sistema Único de Saúde ou para a votação relacionada ao relatório que discutia a questão do *kit* covid, e novamente a posição do Conselho Federal de Medicina, acompanhando as Secretarias do Ministério da Saúde, foi votar favoravelmente à questão do *kit* covid, gente. Então, são muito sérias essas questões que estão acontecendo.

O Conselho Federal de Medicina tem uma grande responsabilidade nesses fatores de confusão coletiva que foram produzidos. Há um processo claro de aparelhamento de uma instituição do Estado por interesses privados, por interesses políticos e ideológicos que não dizem respeito à natureza daquela instituição.

E, nós, da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, seguindo um pouco uma série de posicionamentos que outras entidades, inclusive entidades institucionalizadas do Estado, têm apresentado diante dessa situação, queríamos trazer alguns elementos para esta Comissão para que possam ser encaminhados para providência junto aos órgãos competentes.

A primeira questão é que, dentro do Conselho Federal de Medicina, os acusados tanto pelo relatório da CPI do Senado da covid-19, como pela Defensoria Pública da União sejam rigorosamente investigados. Essa é uma questão bastante importante. Segunda questão: que, durante esse período de investigação, no decorrer da apuração dos fatos, eles estejam afastados. Essa é uma questão muito importante. E digo mais: não é somente o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Há uma clara colaboração de outros diretores, de outros cargos da diretoria do Conselho Federal de Medicina que participaram desse processo de negligência, omissão e oportunismo político. Então, que sejam afastados dos seus cargos. Que o próprio Conselho Federal de Medicina esteja sob supervisão do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União, com o intuito de os conselheiros remanescentes e a burocracia dos conselhos não buscarem interferir no andamento de investigações, utilizando-se do seu peso institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já há ruídos... Como sou de um movimento social, posso falar isto muito tranquilamente: já há ruídos circulando no meio médico de que o Conselho Federal de Medicina vai tentar produzir constrangimentos para entidades científicas e médicos que se colocaram contra a questão dos *kits* covid. Já há notícias colocadas de que existe uma onda de perseguição velada aos colegas médicos que se posicionaram diante desse grande ocaso institucional.

Então, é importante um acompanhamento do Conselho Federal de Medicina, além de uma supervisão direta pelos órgãos de controle. Que esse mesmo acompanhamento pelos órgãos de controle seja estendido aos Conselhos Regionais de Medicina, que são estruturas ligadas ao CFM e também podem interferir no andamento dos processos.

E, ao se confirmar a veracidade dessas acusações, que haja uma intervenção no Conselho Federal de Medicina e a dissolução completa da atual diretoria. Sem esse tipo de medida, vão continuar acontecendo arbitrariedades, vão continuar acontecendo oportunismos, vão continuar acontecendo medidas que levaram milhares de brasileiros...

Eu digo para vocês isto: apesar desse debate da liberdade, desse discurso falacioso em relação à liberdade, as mais de 600 mil pessoas que morreram não tiveram a liberdade de escolher se queriam continuar aqui – elas não tiveram essa opção. E nós temos que ter o respeito por essas pessoas que se foram. Não é porque as pessoas que se foram não votam que, obviamente, a gente não vai se lembrar delas e do peso de tantas famílias brasileiras que vivem o sofrimento por conta do que aconteceu do ponto de vista desse ocaso da saúde, da condução da saúde pública no nosso País. Então, eu queria trazer esses elementos para vocês.

Senador Humberto, quanto ao que eu relatei para vocês, nós temos um documento da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares um pouco mais esmiuçado em relação a esses dados e gostaríamos que esta Comissão pudesse dar os melhores encaminhamentos possíveis, se assim achar pertinente, em relação aos pleitos e às questões que colocamos de forma fundamentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dr. Vinícius Ximenes, muito obrigado pela sua participação muito importante, muito esclarecedora.

Aguardo, com muita expectativa, esse documento. V. Sa. sabe que eu fui um dos integrantes da CPI que mais batalhou para que a ação do Conselho Federal de Medicina na pandemia pudesse ser investigada. Infelizmente, nós não conseguimos ter sucesso em trazer integrantes da direção para as audiências públicas da CPI, mas nada impede que nós possamos, tanto os Parlamentares como a Comissão de Direitos Humanos, aprofundar essa investigação e fazer essa cobrança. De modo que eu peço que nos encaminhe esse documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os documentos que foram aqui citados e que foram encaminhados pelos palestrantes a esta Comissão, desde que não tenham qualquer caráter sigiloso – se algum deles tiver, eu peço que as pessoas ou as entidades comuniquem a esta Comissão –, além de serem distribuídos aos Senadores, serão disponibilizados na página da Comissão na internet, bem como encaminhados a todos os membros do Senado Federal.

Eu quero também fazer uma comunicação. Amanhã, a partir das 9h da manhã, no Plenário do Senado Federal, nós teremos a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, atendendo a um requerimento apresentado pelo Senador Fabiano Contarato, que é Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos. Essa sessão será presidida pelo próprio Senador Contarato, e eu aqui convido a todos os Senadores, a todas as Senadoras e também a todos os militantes, a todas as entidades da área de direitos humanos para que possam participar desse evento, quando o Senado reafirmará seu compromisso com a defesa dos direitos humanos no nosso País.

Eu pergunto aos Senadores presentes – Senadora Zenaide, Senador Paulo Paim e outros que estejam aqui na nossa reunião remota – se querem fazer alguma manifestação no espaço de cinco minutos. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra à Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, meu colega Senador e médico Humberto Costa.

Agradeço a presença de cada um.

As exposições que os senhores fizeram foram esclarecedoras até demais.

Vou me dirigir ao Vinícius, último participante, que é representante e membro da Rede Nacional. Vinícius, a tudo que você falou aí a gente assistiu. Eu não fui membro da CPI, mas, quando eu vi o Conselho Federal de Medicina se manifestar dizendo que o médico, em nome de uma autonomia médica, poderia prescrever medicamentos sem nenhum eficácia terapêutica comprovada, aí foi que eu, mesmo sem ser membro, disse: isso está mais grave do que se possa imaginar.

E isso, como você mostrou, se capilarizou. Uma grande parte dos Conselhos Regionais de Medicina deram o aval, como aqui no Rio Grande do Norte. Então, as pessoas recebiam.

O pior que eu achava não eram os prováveis efeitos colaterais desses pacientes que vinham tomando doses enormes de ivermectina, mas a falsa segurança, pois eles diziam que quem tomasse não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria. E se tivesse, era grave. Para mim, gente, eu não tenho nem dúvida, isso matou muito mais gente do que o próprio medicamento com cloroquina, com hidroxicloroquina.

Por isso, no último dia, eu tive o cuidado de dizer, porque a CPI acabou, Humberto, quando a gente encerrou aquele momento, na hora em que ela chegou às vítimas. Até então, a gente sabia que estavam morrendo milhares de pessoas por omissão e ação de Presidente irresponsável, genocida, como se diz, mas a gente não tinha ouvido ainda a parte, a família.

Quando eu vi aquela investigação da Prevent Senior, senhores, o Promotor Arthur mostrou aí, aquilo era difícil de a gente entender: o convencimento da família, daquelas menos esclarecidas, para que deixassem morrer.

Isso é uma coisa que a população não ficou...

Então, eu digo: hora de criar um observatório, uma frente parlamentar com esse observatório para passar a ouvir as famílias, as vítimas.

Mas achei bastante interessante quando o Sr. Renato Simões falou sobre a comissão da verdade, porque isso tem muitos desdobramentos, pessoas que ficaram. Há famílias que morreram inteiras.

Mas sabem o que eu acho grave, e a gente não pode calar este Senado? É que eles continuam com a mesma opinião.

Deixou-me indignada ver o Ministro da Saúde, médico, dizer que, para as pessoas, é melhor morrer do que não ter a liberdade; e o Presidente da República, proibindo de se cobrar, para entrar neste País, o cartão de vacina, enquanto os países do mundo fazem isso. Ou seja, as pessoas que não estão vacinadas e que são mal-intencionadas vêm para o Brasil, porque, no Brasil, podem fazer isso.

Quando se falou aqui em epidemiologia, da variante de Manaus, eu fiquei calada, porque é uma questão humana. Mas como se pega uma variante diferente em um Estado, e, em vez de se dar todo o suporte para manter as pessoas ali, se contrataram aviões no Governo e saíram distribuindo-as para todos os Estados? E quem se recusasse a receber era desumano e não queria ajudar os irmãos.

Aquela variante, que foi letal demais, Humberto, foi distribuída para a maioria dos Estados brasileiros e poderia ter sido contida dentro dos hospitais e das UTIs. E os profissionais médicos e enfermeiros foram vítimas demais disso aí.

Só para encerrar, quero dizer o seguinte: vamos, sim, tentar apurar tudo. Isso não é uma história que termina agora. Isso é uma história que vai continuar, porque, como foi falado aqui, há o número de vítimas, a quantidade de pessoas que ficou sem pai e sem mãe. E a gente sabe que a maioria morreu de morte evitável, sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Presidência da República ainda achava gente. Os Ministros que não concordavam com essa matança, como a gente diz, saíram. E ele botou exatamente aqueles que concordaram. E mais grave: o que está lá hoje está concordando, mesmo a Anvisa tentando mostrar. A Anvisa, que tem uma credibilidade nacional e internacional grande, a está perdendo agora.

Obrigada, mais uma vez, por nos esclarecer, por nos encher de conhecimento real, cada um com a sua visão. Estamos dando visibilidade à população. Não fiquem calados! Denunciem quem matou seu familiar, mesmo sabendo que as drogas não tinham eficácia ou para economizar recursos dos planos de saúde!

Não pensem que é só a Prevent Senior. A gente sabe que é muito mais gente, viu, Humberto, muito mais seguro de saúde para economizar.

Obrigada. Muito obrigada, mais uma vez, aos palestrantes, porque a gente fica falando muito só, e, de repente, vocês vêm aqui e mostram aquilo que a gente sabia, mas vocês, mais apuradamente, olharam, presenciaram e estão documentando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado à Senadora Zenaide Maia.

Eu pergunto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra.

Quero aqui registrar que esta reunião de hoje, esta audiência foi extremamente importante. Eu quero, inclusive, pedir aos que dela participaram que possam estar disponíveis para, em outros momentos, nós aprofundarmos estas questões.

Vejam a fala, por exemplo, do Dr. Vinícius. Em que pese o CFM ser uma entidade que regula o trabalho profissional e as eventuais mudanças que devam ser feitas no seu Conselho Dirigente sejam fruto da mobilização dos próprios profissionais médicos, aquilo que aconteceu, as atitudes, eu diria, em muitos casos, criminosas, que caracterizaram a participação não só do Presidente, mas de outros integrantes, precisam ser investigadas. A CPI promoveu a indicação do aprofundamento dessas investigações.

E nós temos o poder, como Senado Federal, de aprofundarmos essa discussão, de convocarmos os representantes dessas entidades, para que eles possam, aqui, explicar o seu posicionamento, de ouvirmos o contraditório por parte de associações científicas que questionaram essa postura. Sem dúvida, é uma questão que não pode ficar sem resposta para a sociedade brasileira.

Lamentavelmente, nós estamos no final deste período legislativo. Provavelmente, a partir da semana que vem, nós não vamos ter continuidade nos trabalhos do Senado, pois haverá o recesso, mas no começo de fevereiro nós voltaremos aos nossos trabalhos. E essas pessoas podem ter certeza de que nós não vamos parar, pelo menos aqui na Comissão de Direitos Humanos e no Observatório da Pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o trabalho para que o Brasil tenha realmente as respostas necessárias quanto à responsabilidade daqueles que tinham a obrigação de promover esse enfrentamento.

Lembro que hoje nós aprovamos a nossa ida ao Tribunal de Haia. Possivelmente, isso vai acontecer ainda no mês de janeiro. Vamos definir a comissão que irá, já temos o aval do Presidente do Senado, e esse será um outro momento importante, em que nós iremos apresentar, ao Tribunal, uma comunicação quanto à atitude do Sr. Presidente da República, de vários de seus auxiliares e, inclusive, de agentes privados, que cometeram crimes contra a humanidade, nesse período de enfrentamento à pandemia.

Eu pergunto se algum dos expositores gostaria de fazer um pequeno complemento da sua fala. Se não houver, nós vamos concluir.

Alguém deseja fazer uso da palavra?

Dr. Renato Simões, eu peço, se possível, em dois minutos.

É possível?

Vamos lá.

O SR. RENATO SIMÕES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente possível. Apenas para cumprimentar o Dr. Arthur e agradecer a sua exposição.

Nós constituímos um grupo de trabalho, de vítimas da Prevent Senior, aqui na Associação Vida e Justiça. Até, por coincidência, hoje, às 18 horas, temos reunião e fizemos uma análise dos encaminhamentos do Ministério Público Estadual, inclusive do TAC. E estávamos justamente discutindo uma audiência com o Procurador-Geral, para que as vítimas pudessem expor o seu ponto de vista e as suas contribuições. Então, eu gostaria de deixar aqui consignada a nossa intenção de procurá-lo, para esse diálogo.

Para nós é muito importante que as vítimas sejam ouvidas, também, sobre os processos de natureza criminal, que estão andando. Algumas delas já foram ouvidas em procedimentos formais, do Ministério Público, dessa força-tarefa. Então, para nós foi muito importante sua exposição.

Eu queria trazer, Sr. Senador, ao conhecimento desta Comissão, a pedido do Condepe, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, aqui de São Paulo, um apelo para que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, bem como a da Câmara, possa acompanhar o processo de indicação da lista tríplice para a ouvidoria das polícias do Estado de São Paulo, que é conduzida, constitucionalmente e legalmente, pelo Condepe.

Há um impasse, neste momento, na indicação pelo Governador do Estado, desse órgão de controle social da ação das polícias, e aproveitando a oportunidade da fala, nós decidimos trazer ao conhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pedir o apoio desta Comissão, para que essas políticas de participação social, no controle social das polícias, sejam mantidas no Estado de São Paulo.

Vou encaminhar, posteriormente, o pedido do Condepe para que a Comissão possa analisar e, se possível, atuar na mediação desse conflito entre sociedade civil e Governo de São Paulo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Dra. Maria Helena, dois minutos.

A SRA. MARIA HELENA MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu quero aproveitar a oportunidade, Senador, para pedir apoio a todos e a todas que estão nos assistindo e ao Senado, com certeza, para a pesquisa que nós estamos iniciando, tão importante, tão sensível e tão necessária, no Sistema Único de Saúde, no sistema especial de saúde indígena, que é a pesquisa dos trabalhadores da saúde indígena no contexto da covid, condição de trabalho e saúde mental.

Então, esse é o meu pedido, esse é o meu apelo. Que, em algum momento, a gente possa, com os resultados, trazer a esta Comissão um resultado tão delicado, tão necessário e tão estratégico para os nossos povos indígenas e para aqueles que atuam e assistem os nossos povos em todo o País. É isso.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à Dra. Maria Helena.

De imediato, eu passo a palavra ao Dr. Vinícius, que também a pediu.

Em dois minutos, faça a sua complementação.

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Senador, uma sugestão: se esta Comissão puder refletir sobre ela, é, eventualmente, abrir um canal para que os médicos que viveram esse processo de constrangimento pelos planos, seguradoras de saúde e seguros privados, de prescrever *kit* covid, tratamento precoce e todas essas medidas sem validação científica possam ter um canal, do ponto de vista ou desta Comissão ou do próprio Senado, para receber a demanda dos profissionais.

Muita gente no nosso País teve situações como essa. E eu concordo com as falas que foram colocadas, não foi uma situação pontual da Prevent Senior. São várias situações. Não vou falar aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome de empresas, porque eu acho que expõe de forma desnecessária e o trabalho tem que ser criterioso, de investigação, mas existem muitos colegas no País que foram constrangidos, vivendo situações como estas: plantões cortados, constrangimentos com direções clínicas...

Então, eu acredito que seja uma medida muito importante para a gente dar vazão a isso, porque, na verdade, como as nossas entidades de conselho estão num lado de defender essas questões, os profissionais ficam se sentindo às vezes inseguros de fazer esse tipo de posição, desamparados.

Então, eu acho que haver um canal institucional republicano para isso pode ter um impacto muito significativo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, com certeza.

Aliás, nós já temos, aqui na Comissão de Direitos Humanos, uma espécie de ouvidoria para recebermos uma série de denúncias que tratam do desrespeito aos direitos humanos, em várias esferas. Mas, especificamente nessa questão, como eu entendo que ela é muito delicada, eu vou, na primeira reunião que nós tivermos da Comissão, talvez definir alguém da Comissão que possa funcionar como uma espécie de ouvidor para o tema pandemia, já que essas denúncias devem estar muito marcadas, necessariamente, pelo sigilo, porque as pessoas podem ser prejudicadas. E vou ver de que maneira nós podemos fazer isso. Mas aqueles que queiram já apresentar essas denúncias podem...

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Já há um *e-mail* e eu já passei o *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já colocamos aí no *chat* o *e-mail* da Comissão e nós...

O SR. VINÍCIUS XIMENES MURICY DA ROCHA (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – E podem também divulgar esse *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto! E vocês todos podem divulgar esse *e-mail* a quem quer que seja que deseje apresentar essas denúncias aqui à Comissão de Direitos Humanos.

Pois bem, nada mais havendo a tratar nesta reunião, eu agradeço penhoradamente aqui ao Dr. Lincoln Costa Valença, à Dra. Maria Helena Machado, ao Dr. Renato Simões, ao Dr. Arthur Pinto Filho e ao Dr. Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, bem como agradeço a todos os Senadores e Senadoras que participaram desta reunião, e declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Flávio Arns, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 30/2021 - CDH, de autoria Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). Finalidade: Apresentar e debater os dados sobre a violência contra a mulher durante a pandemia. Participantes: Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do DataSenado; Maria Teresa Firmino Prado Mauro Fröner, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Luiza Brunet, Atriz e Modelo; Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da secretaria de transparência do Senado Federal; Rúbian Corrêa Coutinho, Promotora de Justiça do MPGO e coordenadora da COPEVID (Comissão Nacional Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) pertencente ao Grupo Nacional de Direitos Humanos que é um órgão do CNPG (Conselho Nacional de Procuradores Gerais); e Daniele Sousa de Alcântara, Coordenadora de políticas de prevenção de crimes contra a mulher e grupos vulneráveis. Resultado: Reunião realizada. Fazem uso da palavra as Senadoras Leila Barros e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha e Izalci Lucas, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Carlos Viana, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 22, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 37, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 43, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 44, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 45, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Registro a presença da Embaixadora Cláudia Buzzi, representando aqui o Itamaraty, e também da nossa conselheira aqui na CRE, a Embaixadora Eliana Zugaib.

Quero cumprimentar nossa grande Adida Agrícola, Dra. Ângela, do Ministério da Agricultura, que hoje está nos representando no Chile e desembaraçando problemas do agronegócio brasileiro naquele país. É um orgulho tê-la aqui. Quando Ministra da Agricultura, nós inauguramos a Escola do Ministério da Agricultura, a nossa escola de formação, e ela foi a responsável pela abertura dessa escola, dirigiu-a por bastante tempo e transformou-a num verdadeiro sucesso para os nossos servidores do Ministério da Agricultura. Muito obrigada, Dra. Ângela.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicações de cinco embaixadores para postos no exterior, segundo as seguintes diretrizes:

Os relatórios das mensagens, constantes na pauta, foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal e, assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3° do Ato da Comissão Diretora n° 9, de 2020.

A reunião é semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência para debate e leitura do relatório, contudo a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma urna de votação secreta *drive-thru* instalada na entrada da garagem coberta e duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma em frente ao Plenário 7 e outra em seu interior.

Para otimizar os trabalhos, as sabatinas começarão com a participação da Relatora ou do Relator do indicado a ser sabatinado para as contribuições iniciais. Em seguida, será concedida a palavra ao respectivo embaixador por vinte minutos para a apresentação de suas exposições iniciais, incluindo seu planejamento estratégico para o posto, que foi implementado e aprovado por esta Comissão no início dos nossos trabalhos, valorizando, assim, o trabalho dos nossos diplomatas, dos nossos embaixadores, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm muito conteúdo, que são pessoas altamente preparadas e que nós gostaríamos de que assim procedessem nesta Comissão, apresentando o trabalho que pretendem fazer no país a que são destinados.

Por fim, será aberta a fase de inquirição pelas Srs. e Srs. Senadores inscritos, com duração de cinco minutos por Senador, organizados em blocos de três. As respostas dos embaixadores questionados terão um tempo de cinco minutos para todos os questionamentos do bloco, podendo haver réplica e tréplica por dois minutos cada. O procedimento será repetido para cada indicado. Ao final das cinco arguições, será realizada a votação e, por fim, a apuração dos votos.

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores, assim como aos sabatinados, que caso seja necessário tratar de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão.

Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados será feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos à arguição.

A reunião será interativa, como sempre, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria: 0800-0612211.

Damos nossas boas-vindas aos indicados para as arguições de hoje, e convido – já estão aqui, compondo a Mesa – os nossos primeiros sabatinados, os Srs. Embaixadores Roberto Parente e Sérgio França Danese.

Senador Telmário com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. Sempre com muito brilhantismo – sabe do carinho, do respeito –, é uma mulher que engrandece esta Casa a cada momento. A Kátia, eu até não queria classificar assim, mas ela é um D8 para trabalhar. Eu queria botar esse aspecto bem rústico, para as pessoas entenderem. Ela trabalha e bota todo mundo para trabalhar; cedo ela começa a acionar a gente no privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza, Senador Telmário, os nossos diplomatas não sabem o que é um D8. Nós dois sabemos. Explique o que é um D8, por gentileza. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Vou explicar. É aquele trator.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Porque, senão, no e-Cidadania, nós vamos ter que responder milhares de perguntas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É aquele trator que não há nada que o impeça de realizar as suas atividades, é o trator capaz de concluir o sonho do operador. Pronto, é isso, Kátia! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E eu queria fazer... Eu tenho um compromisso com os prefeitos que estão aqui, todo mundo. Eu tenho aí uma... Então, depois de serem sabatinados o Embaixador Roberto e o Embaixador Sérgio, o meu quinto, eu queria pedir uma inversão de ordem, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza. Com certeza, não teremos problemas. Se os demais Senadores concordam, vamos fazer...

Registro aqui a presença da nossa nobre, queridíssima, competente Senadora Ana Amélia, que hoje não está aqui, entre nós, mas, logo, logo, com certeza, chegará para ficar entre nós. Nós estamos te esperando, com muita alegria, e aqui saudamos o seu trabalho no Senado Federal, que foi brilhante, orgulhando todo o povo do Rio Grande do Sul. E é uma mulher, não é, gente! Nossa mãe do céu!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Os anexos também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Os anexos também: Santa Catarina... Anexos, quem está chamando de anexos é aqui o Senador. E os Estados vizinhos. Aliás, ela foi uma Senadora do Brasil, trabalhou por todos os brasileiros. E nós temos que valorizar não só os Senadores competentes, mas principalmente as Senadoras competentes, como a que está aqui, minha querida amiga Senadora da Paraíba, que, antigamente, era a mãe do Senador Veneziano, a Senadora Nilda; agora, é o Senador Veneziano que é o filho de Nilda, da Senadora Nilda.

Obrigada, minha querida, pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Chico Rodrigues, Senador Nelsinho Trad, Senador Esperidião Amin, que está sempre aqui conosco.

Vamos iniciar a nossa sessão. Hoje está bastante prestigiada pelos nossos colegas.

Nossa Senadora Soraya Thronicke, muito obrigada por estar aqui também, Senadora pelo Mato Grosso do Sul.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues, cujo relatório está pronto para a deliberação.

Informo a todos que nos acompanham no e-Cidadania que é uma das importantes funções do Senado Federal sabatinar os Embaixadores antes que eles vão para seus postos. Não só sabatinar, mas também aprovar, no âmbito desta Comissão e no Plenário do Senado, os nomes dos Embaixadores que cumprirão missão representando o Brasil em vários países.

Nós temos – graças a Deus! –, não canso de dizer, um corpo de diplomatas da melhor categoria no Itamaraty. A nossa Chancelaria merece todo o nosso respeito e admiração. Por isso representam tão bem o Brasil. Mesmo sem os acordos comerciais necessários, de que o Brasil precisa, mesmo assim, com a ajuda deles e dos nossos adidos agrícolas espalhados pelo mundo, nós conseguimos ser um grande exportador entre os países, graças aos nossos diplomatas e aos nossos Ministros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator da Mensagem 22, de 2021, Senador Chico Rodrigues, do nosso grande Estado de Roraima, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

Obrigada.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Minha cara Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senadora Kátia Abreu, V. Exa., que está à frente desta importante Comissão do Senado Federal, tem assumido posições extremamente relevantes, mostrando a importância política e institucional desta Comissão. Recentemente, em eventos dos quais participou na Itália, na Alemanha – e, proximamente, em Portugal –, tem feito uma apresentação impecável do pensamento, das demandas reprimidas e, acima de tudo, daquilo que o Brasil, na verdade, tem, do que precisa e de que deve ser protagonista no cenário das nações. Então, esta Comissão, sem nenhum demérito aos que a antecederam, tem se havido de uma forma muito eficiente, elevando sobremaneira o nome do Senado da República.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Eu quero iniciar este relatório fazendo algumas observações apenas.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Roberto Parente, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso IV.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. Roberto Parente é filho de Antonio Roberto Parente e Maria Terezinha D'Abril e nasceu em 25 de junho de 1964. O diplomata é graduado em Arquitetura pela Universidade Mackenzie de São Paulo e ingressou na carreira diplomática em 1998, como Terceiro- Secretário, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro, em 2014; e a Ministro de Segunda Classe, em 2019.

Na conclusão do curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2018, teve aprovada a sua tese intitulada Inteligência Consular, que defendeu com extremo brilho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador Roberto Parente é portador de importantes condecorações do Governo brasileiro pelos relevantes serviços prestados à Nação.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a Mensagem Presidencial veio acompanhada do sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Congo, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com a cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

Com vasta extensão territorial, a República Democrática do Congo é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia. Apresenta vínculos políticos, sociais e econômicos com as regiões central, austral e oriental do continente e possui fronteira comum com nove vizinhos: República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola e República do Congo.

Em 2019, a população do país era estimada em mais de 86 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da África, atrás da Nigéria, Etiópia e Egito.

A República Democrática do Congo dispõe de amplos recursos minerais de alto valor, como ouro, diamante, cobre, cobalto e urânio, além de minérios raros utilizados pela indústria de tecnologia, como a columbita-tantalita, usada na fabricação de baterias.

O Brasil desempenha um papel de relevo na Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo, cuja força militar é comandada por oficial brasileiro, o General de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, desde abril de 2021. Antes, os Generais Santos Cruz, Elias Rodrigues Martins Filho e Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves haviam exercido o comando militar da missão.

O Brasil reconheceu a independência da República Democrática do Congo em 17 de agosto de 1960. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968 e, em 1972, no contexto do histórico périplo do então Chanceler Mário Gibson Barbosa à África, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa.

A República Democrática, então Zaire, figura, por sua vez, entre os primeiros países da África Subsaariana a abrir embaixada residente no Brasil, em 1974.

Em razão dos conflitos registrados no país durante a década de 1990, bem como de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Brasil, a Embaixada em Kinshasa foi fechada em 1997. A missão foi reaberta em 2004, dando início a novo ciclo de aproximação entre os dois países.

Em agosto de 2011, foi realizada, em Brasília, após hiato de 25 anos, a III Reunião da Comissão Mista bilateral, no contexto da visita do então Ministro da Cooperação Internacional e Regional congolês ao Brasil. Como resultado, foram realizados dois projetos de cooperação técnica na área agrícola: apoio ao cultivo de café (2011-2012) e capacitação em agroecologia e agricultura familiar (2012-2014).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil em benefício da República Democrática do Congo também tem sido significativa. Além da já referida contribuição em benefício de mulheres vítimas de violência sexual (2010), a qual chegou a beneficiar mais de 500 vítimas, o Brasil contribuiu, em 2009 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com doações, em dinheiro e alimentos, voltadas a mitigar risco de insegurança alimentar na RDC. Em 2020, o Brasil doou à República Democrática do Congo mais de 3,5 milhões de doses de vacina contra febre amarela.

Durante o período de estabilização, começaram a surgir oportunidades para o incremento das ainda incipientes relações econômicas entre o Brasil e a RDC. As áreas que demonstram maior potencial econômico-comercial são as de agricultura, infraestrutura, energia, venda de aeronaves e ônibus.

Há, por sua vez, claro interesse congolês na atração de investimentos brasileiros. Entre 2018 e 2019, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a RDC apresentou crescimento de 35,5%, passando de US$106 milhões para US$165 milhões. Todavia, em 2020, o comércio sofreu retração significativa de cerca de 50% em relação ao ano anterior, somando US$84 milhões. A queda do intercâmbio comercial foi resultado da expressiva redução de 97% das importações brasileiras.

Entre 2017 e 2020, as vendas congolesas concentraram-se em metais e químicos inorgânicos, ao passo que as vendas brasileiras consistiram principalmente de açúcar, carne e derivados da indústria de moagem. Em 2020, os principais produtos exportados pelo Brasil foram carne de aves (16,3%), açúcares (11,8%), farinhas (11,1%), e carnes suínas (10,6%). Por sua vez, os principais produtos importados foram óxidos e hidróxidos de cobalto (74,2%) e cobre (16,5%).

O saldo da balança comercial com a República Democrática do Congo tem sido tradicionalmente favorável ao Brasil, em função, sobretudo, da magnitude das exportações brasileiras para esse parceiro. Os significativos déficits contabilizados pela parte brasileira em 2006 (-US$113 milhões), em 2007 (-US$139 milhões), em 2011 (-US$25 milhões) e em 2019 (-US$64,7 milhões) podem ser considerados como atípicos. Em 2020, a balança comercial retomou a tendência de superávit em favor do Brasil, registrando saldo comercial de US$77 milhões, graças ao aumento de cerca de 60% das exportações brasileiras, que passaram de US$50 milhões a...

Ao analisar o perfil das exportações congolesas, a área comercial do Itamaraty identificou os seguintes produtos como bons potenciais de negócios para vendas brasileiras: motocicletas; veículos de transportes; tratores; caminhões; aviões; ônibus; arroz; calçados; máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios; leite em pó; açúcares de cana; e registros e válvulas para a indústria.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sra. Presidente Kátia Abreu, nós gostaríamos de dizer que tivemos uma conversa preliminar com o Embaixador Roberto Parente, e ele demonstrou o seu conhecimento e a sua fortaleza na crença das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relações e da ampliação das relações cada vez maior entre o Brasil e a República Democrática do Congo pela sua importância geopolítica e geoestratégica ali no concerto das nações que compõem a África. Portanto, tenho certeza de que o Ministro se haverá de uma forma muito positiva representando o nosso País naquela república democrática.

Esse era o relatório, Sra. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – V. Exa. me permite?

Eu queria só pedir que V. Exa. concordasse em abrir a votação, inclusive para totem, a pedido do nosso querido amigo Senador Jaques Wagner, que vai ter de viajar.

Obrigado.

Eu faço o pedido em nome dele.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião.

Se todos concordam, nós abriremos os painéis. E tenho certeza de que, mesmo não estando presentes, os Senadores estarão ouvindo as sabatinas e a fala dos nossos diplomatas para depois decidirem no Plenário do Senado sobre sua aprovação e ida para o país de destino.

Registro para os nossos acompanhantes do e-Cidadania, em que a Comissão de Relações Exteriores tem uma alta audição, que o Brasil tem presença física em 140 países, mas, em todos os países das Nações Unidas, nós temos representação. São 194 países que estão nas Nações Unidas, filiados às Nações Unidas, reconhecidos pelas Nações Unidas, mas fisicamente nós estamos em 140, e, dessas 140, algumas fazem a representação cumulativa. Então, o Brasil é um dos países que mais tem representação diplomática no mundo, e isso é muito importante para um país do tamanho do Brasil.

Obrigada, Senador Chico Rodrigues, Francisco Rodrigues, do nosso Estado de Roraima.

Eu concedo a palavra ao Sr. Embaixador Roberto Parente, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Roberto Parente é paulista, formou-se em arquitetura pela Universidade Mackenzie em 1988, atuou como arquiteto e como fotojornalista antes de ingressar em 1998 no Instituto Rio Branco. No exterior, serviu na Austrália; em Miami, nos Estados Unidos; na Embaixada do Brasil em Israel; no Paraguai; e, em missões mais curtas, no Panamá e no Líbano.

Gostaria de pedir para fechar a porta, por favor, por conta do barulho externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, especializou-se em temas consulares, no desenvolvimento de sistemas tecnológicos e, em 2020, foi responsável pelo Plano de Transformação Digital do MRE. Ele atuou ainda em diversas missões no exterior, de caráter emergencial: em Darwin, na Austrália; em 2006, durante crise de violência no Timor Leste; no Haiti, após o terremoto que assolou o país em 2010; no Egito, em 2011, durante a Revolução Egípcia; e, na Venezuela, em 2020, como chefe da missão de fechamento dos postos naquele país, bem como na repatriação de cidadãos brasileiros.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição do seu plano de trabalho é de 20 minutos.

E informo que a votação está em aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Sr. Embaixador Roberto Parente.

Eu pedi à assessoria – desculpe – para colocar o mapa onde se localiza o Congo, apenas para que todos possam ter uma localização visual. Obrigada.

O SR. ROBERTO PARENTE (Para expor.) – Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Sras. Senadoras, Srs. Senadores; colegas do Itamaraty; é uma honra estar aqui. Eu sou um novato nesse procedimento.

Gostaria de agradecer ao Ministro Carlos França e também ao Senhor Presidente da República pela minha indicação.

Ao Sr. Relator eu agradeço muito as palavras gentis. Nós tivemos, como mencionado, uma boa conversa ontem, que foi muito positiva, demorou mais de uma hora – foi uma excelente conversa.

Conforme já mencionado, a minha designação é para a Embaixada do Brasil em Kinshasa, na República Democrática do Congo.

Eu queria, Sra. Presidente, fazer só um esclarecimento rápido. Na África, existem a República Democrática do Congo, capital Kinshasa, e a República do Congo, cuja capital é Brazzaville – são conhecidos respectivamente como Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville. Kinshasa é o Congo que teve suas fronteiras definidas já no século XIX, no que se chamou a Partilha da África, por potências europeias e passou a ser uma colônia quase que pessoal do Rei belga Leopoldo II, no que se chamou de Congo Free State (Estado Livre do Congo, État indépendant du Congo). Posteriormente, por conta de atrocidades e do tratamento da população nativa, o Congo passou a ser administrado pelo Estado belga. Por isso, é conhecido como Congo Belga. Muita gente hoje ainda fala Congo Belga. A independência foi em 1960. Em 1971, o Presidente Mobutu, em um movimento ali de africanização dos nomes, mudou o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome e também o nome do país, que passou a se chamar Zaire. Isso em 1971. Esse nome mudou, em 1997, para República Democrática do Congo, que é o nome hoje. Então, toda vez em que eu falar Congo aqui, trata-se do Congo-Kinshasa, o Congo Belga – aquele de que tínhamos o mapa ali.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de dividir a minha apresentação, mais ou menos, para seguir uma linha, em quatro partes. Eu gostaria de fazer uma breve descrição do Congo, com alguns números e algumas estatísticas. Na segunda etapa, eu gostaria de apresentar alguns dados históricos que são importantes para que possamos entender a situação atual do Congo e da África Central. Isso vai refletir muito no nosso plano de trabalho, no plano estratégico, porque tem a ver com uma observação da situação atual geopolítica da África Central. Numa terceira etapa, na terceira parte, que é a mais importante, eu gostaria de entrar no relacionamento bilateral que temos com a República Democrática do Congo, alguns detalhes do que foi até hoje o nosso relacionamento bilateral, com dados de comércio e relacionamento político. E eu terminaria, na quarta parte, com o nosso plano de trabalho, o plano estratégico, com aquilo que foi traçado e o que podemos fazer – caso meu nome venha a ser aprovado aqui, eu pretendo seguir as linhas que estão ali definidas no plano de trabalho.

A primeira coisa que me chamou atenção ao me aprofundar nos temas do Congo é que tudo que se refere a esse país é gigantesco – gigantesco tanto pelo lado positivo quanto pelo lado negativo.

O Congo, como já dito aqui, é o segundo maior país da África, mas é um país que é maior que o México, maior que a Groenlândia, que nós vemos ali bem distorcida nos mapas. É um país central na África. E hoje a população já é estimada em mais de 100 milhões de habitantes. Então, é um país muito grande. A área do Congo é cerca de 27% do tamanho do Brasil. Nós não damos muita importância, porque o Brasil é muito grande, mas 27% do Brasil é um país grande. É um pouco menor do que a Argentina. E, com 100 milhões de habitantes, a densidade é maior que a densidade do Brasil – a densidade populacional.

Essa população tem uma característica de muitas etnias e muitas línguas, e, por isso, há alguns problemas no país que envolvem esses choques étnicos.

O Congo também é um país do qual poderíamos dizer que é um país do futuro, um país de possibilidades, um gigante adormecido – é algo que é possível falar sobre o Congo, tendo em vista o potencial que o país tem.

Há o potencial mineral, por exemplo: há jazidas importantíssimas de cobre, de cobalto, de estanho, ouro, diamante e jazidas importantes de minérios que são fundamentais para a indústria da tecnologia atual, para fazer baterias, por exemplo, para telefone, *tablets*, para o carro, carro elétrico, a bateria é algo importante. Também há o nióbio, que é encontrado no Congo na forma do coltan, que é como é conhecido, que é a columbita e a tantalita. Também há uma procura de outros países interessados nesses minérios do Congo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também existe um potencial energético gigantesco, porque o Congo também tem muitos rios, como o Brasil. O Rio Congo, por exemplo, que passa por todo o país, tem um trecho, já chegando próximo ao litoral, em que há um desnível muito grande, não é um rio navegável no final, tem muitas corredeiras, mas isso faz com que ele tenha um potencial hidrelétrico gigantesco, que pode ser aproveitado, claro, depois de investimentos.

Existe um potencial agrícola também, gigantesco. Aquilo que nós chamamos de Cerrado aqui é chamado de Savana lá, claro, guardadas as devidas diferenças e proporções. A área agricultável do país, por exemplo, é maior do que a área que nós utilizamos para agricultura. É claro que a nossa área agricultável é muito maior, mas o potencial que eles têm para a agricultura, com as mesmas características aqui de Cerrado ou de Campos, muitas vezes, é impressionante.

Eu conversei com um congolês aqui no Brasil, e ele me disse que o Congo é o Pará. O Congo é o Pará: há um grande rio, regiões de mata fechada de floresta e, conforme se afasta, há regiões de Savanas e até de Campos. Não é uma região de floresta tropical no país todo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – A área agricultável é quanto?

O SR. ROBERTO PARENTE – Cerca de 800 mil quilômetros quadrados. É bastante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Um terço dele?

O SR. ROBERTO PARENTE – Exato.

E também falamos de biodiversidade: é a segunda maior biodiversidade do mundo. Se pensarmos bem, eles têm algo parecido com o que nós temos aqui. Nós temos a Amazônia, eles têm a floresta tropical, a floresta africana, que está quase que inteiramente dentro do Congo.

Em termos de economia, o PIB do Congo é cerca de US$50 bilhões. Não é muita coisa, é uma economia do tamanho do Uruguai, mais ou menos, mas é maior do que a Bolívia, é maior do que o Paraguai. Se fizermos o PIB pela paridade de poder de compra, isso pode chegar perto de US$100 bilhões de dólares, por 100 milhões de habitantes, então, a renda *per capita* do congolês é cerca de US$500 ou, em termos relativos, US$1.000.

Os congoleses dizem que eles vivem e andam em cima de uma imensa riqueza, mas isso não se traduz em uma vida melhor, já que eles vivem... O cenário de pobreza é bastante...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – US$1.000 do PIB *per capita*?

O SR. ROBERTO PARENTE – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso na paridade do poder de compra, porque, no nominal, é US$500, US$550.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO PARENTE – Sim, exato, exato.

Em termos de produtos de importação e exportação, claro, a China está muito presente no Congo, é o principal fornecedor e o principal destino das exportações do país.

O Congo é exportador de minérios, basicamente. A China fornece a maior parte dos produtos que chegam e, a outra parte, é fornecida por vizinhos do Congo, sobretudo a África do Sul, Zâmbia, Ruanda.

O país já está na terceira eleição, mas, em 2019, foi a primeira transição pacífica de poder. Foi a primeira vez que se mudou um Presidente e a transição foi pacífica, com eleições que foram aceitas e com a supervisão da União Europeia e da União Africana.

Com relação ao histórico, eu só gostaria de citar aqui, para não entrarmos em muitos outros detalhes, o genocídio de Ruanda, que é importante para entender o cenário africano atual.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, por favor, é que o barulho ali está muito grande. Eu pediria a alguém para fechar a porta, por gentileza. Vamos ficar atentos.

O SR. ROBERTO PARENTE – O.k., obrigado, Presidente.

Gostaria de mencionar aqui o genocídio de Ruanda, como eu disse, porque esse episódio que ocorreu em 1994, em Ruanda, já é bem conhecido, cerca de 800 mil pessoas foram mortas em cem dias ou em três meses. Foi algo terrível!

Mas esse conflito ultrapassou as fronteiras de Ruanda por conta de ligações étnicas e do cenário político. Ele afetou o Congo diretamente, tanto que parte das lutas que ocorreram depois do genocídio, essas lutas se deram um território congolês, que era, então, o Zaire, do Mobutu, do Presidente Mobutu, e rebeldes, apoiados por Ruanda, por Burundi e por Uganda, em 1997, tomaram Kinshasa, tomaram o poder. O Mobutu saiu, morreu logo depois, nesse mesmo ano de 1997, e foi aí que mudou seu nome para República Democrática do Congo.

Só que, logo na sequência... Essa foi a chamada Primeira Guerra do Congo, demorou um ano. Na sequência, parece que as cartas foram reembaralhadas e as alianças foram refeitas. Aqueles que apoiaram o Laurent Kabila, que foi quem tomou o poder, passaram a ser inimigos. Eu falo de Ruanda, do Burundi e de Uganda, basicamente. E entramos aí num segundo conflito conhecido como Segunda Guerra do Congo, que durou até, mais ou menos, 2003, mas os efeitos são sentidos até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar que esses conflitos, tanto a Primeira Guerra do Congo quanto a Segunda, mataram cerca de 6 milhões de pessoas. Então, foi o conflito que mais matou depois da Segunda Guerra Mundial. Eu fiz, por curiosidade, uma soma aí do conflito árabe-israelense, ex-Iugoslávia, Iraque, Síria. Acho que podemos somar tudo isso e, ainda assim, esse conflito vai ter matado mais gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO PARENTE – Sim, essa década de conflitos no Congo matou cerca de 6 milhões de pessoas.

Com todo esse cenário, já em 1999, as Nações Unidas criaram a primeira missão, que se chamou Monuc, no país para estabilização, mas isso foi transformado em 2010 para Monusco, que é a missão atual no Congo. Ela é uma das maiores missões. Eu achava que ela era a maior, mas eu vi que o orçamento da missão no Mali ultrapassa um pouco, mas, em termos de pessoal e de tropas, são cerca de 16 mil homens ali, e inclui civis também, ou seja, homens e mulheres que trabalham na Monusco. E é uma missão gigantesca. Ela custa mais de US$1 bilhão por ano, é bastante coisa. E o Brasil contribui para isso não só pelo comandante das forças militares da missão, que agora é o General Affonso da Costa – já foi o General Santos Cruz e depois outros dois: o General Elias, o General Costa Neves. Agora, o General Affonso da Costa comanda as forças militares. Isso é importante para nós.

Há uma ideia de que a missão deve aos poucos se desfazer até 2025, mas acho que, pelo que eu vi, não é muito clara ainda a forma de desmobilização, inclusive o próprio Presidente do Congo, o Presidente Tshisekedi, já anunciou que gostaria de uma desmobilização bastante bem pensada.

Bom, acho que isso é importante, porque, a partir do ano que vem, 2022 – no biênio 2022 a 2023 –, o Brasil vai se sentar no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, tendo o comandante da força na Monusco e também fazendo parte de várias outras missões, a participação, a nossa presença no Congo é importante, a presença da Embaixada como apoio para as nossas forças é importante.

Também existe uma força de treinamento em guerra na selva, que atua junto com a Monusco, mas de uma forma mais ou menos independente, treinando as Forças Armadas congolesas e também as Forças Armadas que fazem parte da Monusco.

A Monusco é a primeira missão que instituiu uma brigada de intervenção, ou seja, uma força com autorização para atuar ofensivamente, o que não existe em outras missões da ONU, uma força de ação ofensiva.

Bom, com essa nossa presença com o Force Commander, eu queria entrar agora no nosso relacionamento bilateral, só passar assim...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Desde que ano estamos lá? A embaixada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO PARENTE – A embaixada? Ela foi reaberta em 2004, mas nós abrimos inicialmente em 1972, mas fechamos em 1997, por conta do cenário de violência e de conflitos.

Como bem disse o Sr. Relator, nós reconhecemos a independência do Congo já em 1960, a embaixada abriu em 1972.

O nosso relacionamento com o Gongo, em termos comerciais, é modesto. Hoje, nesse ano de 2020, nós vendemos cerca de US$80 milhões e compramos cerca de US$15 milhões. Mas é importante ressaltar que a média da última década foi exportações brasileiras da ordem de US$40 milhões, 38 milhões a 40 milhões, desde 2010 até recentemente, 2018. E hoje o cenário é bem positivo. Isso quase dobrou... Ou dobrou: de US$40 milhões para US$80 milhões. Nós vendemos, hoje, na nossa pauta, sobretudo açúcar, carne suína, aves, farinha de milho.

Nós tivemos boas surpresas em 2020, Sra. Presidente. No ano passado, nós vendemos 440 ônibus, esses da Marcopolo, com motor Volvo, para o transporte público de Kinshasa. Foi bem positivo. E também vendemos dois aviões da Embraer para a Congo Airways, com a promessa da venda de mais dois. Creio que passamos aí por um... Passamos uma barreira e chegamos... Passamos a vender outros produtos não só da pauta agro, e esses produtos industriais são importantes. Os aviões da Embraer são importantes.

No caso de ser aprovado aqui nesta Comissão, creio que é um trabalho importante a se fazer, para que o que foi duplicado das nossas importações e esses novos produtos como aviões e ônibus, isso seja incrementado cada vez mais.

No plano político, nós tivemos algumas visitas, na última década. O Chanceler Celso Amorim foi a Kinshasa, o Chanceler Mauro Vieira também foi a Kinshasa. O Ministro Celso Amorim como Ministro da Defesa também foi ao Congo. Houve visitas a Goma, que é uma cidade no leste do País, onde é o centro de trabalho da Monusco.

Também tivemos uma reunião da comissão mista com o Congo, que considero importante que seja retomada. Caso meu nome seja aprovado aqui, é algo para se trabalhar, para que essa comissão mista possa se reunir novamente, porque dessa reunião pode sair muito projeto de cooperação, podem sair vários projetos que nos aproximem mais do país. Há também uma comissão parlamentar, um Grupo de Amizade Brasil-República Democrática do Congo, que também pode ser retomado.

Nós temos um projeto de cooperação interessante na agricultura, que é a capacitação de pequenos agricultores. E eu queria ressaltar aqui um evento que tivemos no Itamaraty, na semana passada, que foi chamado de "O Brasil e a África no Agro". Nós chamamos embaixadores de todos os países africanos e expusemos ali toda a nossa tecnologia. Houve uma exposição do que foi o avanço brasileiro no agro e colocamos à disposição a nossa tecnologia para que países africanos possam utilizar no avanço agrícola, por exemplo, nessa região de savanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse projeto de cooperação, nós temos um bom intercâmbio na parte educacional. Existem programas, aqui no Brasil, de muito interesse dos congoleses, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e o de Pós-graduação. Também na parte de saúde, como já foi mencionado pelo Relator, nós doamos 3,5 milhões de vacinas para febre amarela, no ano passado. Este ano, não tenho notícias de nenhuma doação, mas é algo que é muito... Há uma demanda do Congo por vacinas e nós podemos ir além da vacina contra a febre amarela. Acho que mais para frente temos a possibilidade de doar ou, de alguma maneira, enviar mais vacinas para o Congo.

Enfim, na parte militar, como eu já disse, há o apoio à Monusco, ao nosso Force Commander, mas o meu colega em Kinshasa já mencionou em várias conversas que seria interessante que nós tivéssemos um adido militar. Para o acompanhamento, por exemplo, da missão da ONU seria importante, e também seria importante para que abríssemos caminho para a exportação, por exemplo, de produtos de defesa, já que, na minha avaliação, há espaço para isso, mas é preciso fazer um trabalho ali, tarefa na qual um adido de defesa poderia ajudar muito – produtos de defesa.

Bom, passo agora para o plano estratégico, o plano de trabalho.

O item número um se refere a comércio e investimentos. Como eu disse, nós conseguimos duplicar os números recentemente, de US$40 milhões para US$80 milhões, relativamente às nossas exportações. Acho que esse incremento foi importante, e um dos trabalhos é manter esse ritmo e até mesmo incrementá-lo se for possível. Há uma área importante, que é a área do nosso agronegócio, que pode ganhar espaço. Os africanos têm muito interesse naquilo que nós fazemos aqui, há interesse em máquinas, em implementos agrícolas, enfim, em tudo aquilo que nós fazemos aqui no Brasil. Há possibilidade de incrementar para mais produtos industriais, como é o caso dos ônibus, de carrocerias, aviões da Embraer e os produtos de defesa. Há um campo interessante ali para aeronaves, ônibus, todo tipo de máquina.

No segundo item do plano de trabalho, que se refere ao relacionamento bilateral, nós acompanhamos a situação do país. O Congo, por sua dimensão, é um pivô na África, uma peça central ali, faz fronteira com vários países. A questão de segurança no leste do país é bastante importante, porque existem ainda muitos grupos armados que atuam naquela região, tanto que a Monusco atua ali. Há ali um misto de conflitos étnicos com interesses econômicos, ausência do Estado, pobreza, interesse na mineração, tudo isso leva à proliferação de grupos armados. Nos temas multilaterais, acho que seria importante, caso eu seja aprovado por esta Comissão, acompanhar o Conselho de Segurança, nossa presença no Conselho de Segurança e a nossa atuação na Monusco, como eu já disse, com o Force Commander. Essa brigada que nós temos lá, de guerra na selva, também é importante, porque eles não estão exatamente vinculados à Monusco, são militares brasileiros que fazem treinamento ali para as forças armadas congolesas e para as forças da ONU. Também há um importante aspecto no que se refere a candidaturas, ao acompanhamento de candidaturas, troca de votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro item do plano de trabalho se refere à divulgação da imagem brasileira, que foi o item que mais sofreu nesses últimos dois anos ou ano e meio, porque tudo o que nós fazemos no exterior que se refere à promoção da imagem, divulgação do Brasil... São muitos eventos, todos presenciais, às vezes reuniões com pessoas, algum filme que vamos passar, festival de cinema brasileiro. Tudo isso foi muito prejudicado nos últimos tempos por conta da pandemia.

Com relação ao meio ambiente, eu acho que é um item também importante que deve estar na pauta de um embaixador em Kinshasa, porque nós temos muitas similaridades. O que eles têm de florestas nós temos aqui. Nós temos *know-how* em monitoramento florestal, em imagens de satélites, em acompanhamento, por exemplo, de queimadas, e é possível haver um intercâmbio, uma cooperação com Congo que seja interessante para nós. Eles também têm rios. Todo esse acompanhamento é importante.

Na cooperação, como eu já disse, nós temos esse programa, esse projeto de capacitação de pequenos agricultores, mas uma reunião da Comissão Mista, por exemplo, poderia identificar mais projetos que fossem interessantes para nós ou para a nossa Agência Brasileira de Cooperação.

Por fim, existe também a vertente consular do nosso trabalho. Não é um local onde existem muitos brasileiros. Existe um trabalho importante com relação a vistos, para atender ao interesse congolês, não só de congoleses que fazem intercâmbio no Brasil em programas educacionais. Há um intercâmbio importante também aqui do Instituto Rio Branco, que recebe diplomatas congoleses muitas vezes. Mas a dimensão do trabalho consular é mais voltada para a parte de vistos. É claro que está disponível sempre para ajudar brasileiros, mas não é um destino nem um local onde a comunidade seja muito expressiva.

Com isso, eu encerro aqui a minha participação. Espero ter ficado dentro do tempo.

Só ressalto novamente que se trata de um país gigante em quase tudo, em recursos, em possibilidades, que vê o Brasil como exemplo em termos de desenvolvimento, vê o Brasil como uma possibilidade, um caminho a ser seguido em termos de aproveitamento da floresta, de aproveitamento agrícola e energético e da mineração.

Muito obrigado, então, Sra. Presidente. Eu aqui encerro minha alocução.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador. Muito obrigada por suas explicações, por sua apresentação.

Concedo agora a palavra ao senhor...

Um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Dando prosseguimento à arguição, conforme a lista de inscritos, antes de conceder a palavra aos oradores, como a reunião é semipresencial, e dada a necessidade de evitarmos aglomeração aqui no plenário, informo a ordem dos oradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, se o Relator deseja fazer alguma pergunta, terá prioridade, ou algum dos Senadores. Se preferirem deixar para falar ao final de toda a arguição, também acho mais produtivo. Mas, se algum Senador se interessar, pode se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação...

Este aqui é do e-Cidadania?

Nós temos alguns que nos estão acompanhando pelo e-Cidadania.

Fábio Coura, do Distrito Federal: "A instabilidade [...] [do Congo] exige a permanência da Monusco. O Brasil já contribuiu com essa força de paz. Como pretende reinserir o Brasil na Monusco?".

Eugenio Cordeiro, de Minas Gerais: "Como podemos ajudar e ganhar com investimentos na agricultura [...] [do Congo]? Com o que pode a Embaixada colaborar efetivamente?".

Mateus Augusto, de Goiás: "Quais negócios podemos fazer com a República Democrática do Congo?".

Katharine Fortunato, de Minas Gerais: "Como pretende promover interesses econômicos e culturais do Brasil na República Democrática do Congo?".

O senhor tem a palavra por três minutos para responder, de forma geral, a esses questionamentos.

Muito obrigada a todos do e-Cidadania.

O SR. ROBERTO PARENTE (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Com relação à presença na Monusco – uma das questões –, nós já fazemos parte da Monusco. Conforme eu disse, a força militar é comandada por um brasileiro, por um general brasileiro e seu estafe, outros brasileiros que fazem parte da missão. Em Nova Iorque, como parte do Conselho de Segurança, nós também vamos tratar desse tema que é um tema importante. Temos essa brigada de guerra na selva que atua no leste do país, junto com a Monusco. E, além disso, a própria Embaixada acompanha com atenção este tema. É um tema importante para um embaixador brasileiro em Kinshasa acompanhar o desenvolvimento do trabalho da Monusco.

Outra questão era relacionada aos investimentos que o Brasil pode fazer no Congo. Eu acho que a área agrícola, a área agro é importante. Primeiro, o Congo tem esse potencial de aproveitamento, e nós temos *know-how*. Então, precisaríamos incrementar um pouco os projetos de cooperação nessa área, talvez mais projetos e de maior envergadura. Esse projeto que eu citei da ABC envolve pequenos agricultores e tem a participação da Universidade de Lavras, aqui no Brasil, é um projeto importante. Mas talvez incrementar a cooperação com projetos de maior envergadura que incluam áreas maiores ou que possam fazer uma diferença, digamos assim, no tamanho ali da área agricultável, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso ver também que, no Congo, a presença de outros países também é importante, outros países já estão ali na mineração, existem países que financiam a construção, por exemplo, da infraestrutura, fornecem mão de obra inclusive para isso, e o Brasil não tem atuado dessa maneira. Então, existe muita competição para isso. Mas eu acho que, na área agro, nós temos capacidade de formar uma boa parceria com o Congo e pensar em novos projetos de cooperação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Sr. Embaixador.

Eu peço atenção à nossa equipe técnica para o fato de que, dois minutos antes de terminar o período, como em todas as reuniões da CRE, soe a campainha para que a gente possa manter a nossa audiência regularmente no horário.

Item 2, Mensagem nº 37, de 2001, não terminativo...

Senador Espiridião Amin, o Senador Telmário Mota faz aqui uma solicitação de inversão de pauta para o item 5.

É agora, Senador, ou depois do Espiridião? Neste momento o senhor pede inversão de pauta?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um detalhe: desde que, Sra. Presidente, ele não venha declarar guerra, é bem recebido.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, eu vou chamar o item 5. Eu vou chamar a Mesa. Peço ao Sr. Roberto Parente que troque de lugar com o Sr. Luís Fernando de Carvalho, do item 5, para que ele possa se sentar à mesa, e que o senhor se acomode ali no plenário, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, ele vai falar como Relator, e não como Ministro da Defesa da Venezuela, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, como Relator. Fique tranquilo.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação

O relatório está pronto para deliberação.

Passo a palavra ao Relator da Mensagem nº 45, Senador Telmário Mota, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo de seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Minha Presidenta, quando o Senador Esperidião Amin se manifesta, ele faz-me lembrar um rapazinho que morava na minha região. Tudo que se falava com ele, ele concordava, mas antes ele dizia "não", a palavra "não" primeiro. Então, o Senador Esperidião Amin gosta do contraditório. Ele primeiro condena, depois ele te liberta. Ele é assim mesmo. É um bom amigo: não dispensa nada, mas perdoa tudo. (*Risos.*)

Mas eu queria aqui aproveitar e registrar hoje um momento muito importante. Quando eu cheguei a esta Casa – aqui é uma escola –, e a gente encontrou pessoas que já tinham ocupado cargos relevantes de Presidente, de Senadores, Ministros, Governadores, etc., e também grandes jornalistas, com uma larga experiência. Uma das minhas professoras aqui dentro foi a Senadora Ana Amélia. Hoje tenho a honra de tê-la aqui com a gente nessa missão. A Ana é um exemplo de várias qualidades. Ana tem qualidade que, se eu for mensurar aqui, talvez, os melhores das memórias seriam incapazes de destacar. Mas a maior qualidade, uma das grandes qualidades que eu vi sempre nas suas posições – minha Presidente, eu queria fazer esse registro, porque é muito importante – foi a coerência. Eu nunca vi a Senadora Ana Amélia perder a coerência, e nem se afastar dos seus princípios. Então Ana, você deixou, entre tantas coisas boas aqui para a gente, esses dois exemplos, porque na política pensa como a gente muda de posição que nem camaleão muda de cor. Mas ela não, tem uma posição sempre muito firme, sempre muito coerente, sempre amiga e muito segura das suas posições. O Senado tem saudades de você, Ana. Seja bem-vinda!

Vamos direto ao relatório, minha Presidente.

Trata-se da Mensagem nº 45, de 2021 (nº 495, 2021, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Luís Fernando de Carvalho – um Embaixador novo, que vai ali para a minha região, muito próximo – Ministro de Segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Nascido em 16 de junho de 1969 em São Paulo, capital, Luís Fernando de Carvalho graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1992, e especializou-se em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1994.

Ingressou na carreira diplomática em 1997. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2006 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2013, com a tese "O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão e suas Consequências: Estudo de Caso sobre o Lugar da Nação no Século XXI".

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi Chefe, substituto, da Secretaria do Instituto Rio Branco de 1999 a 2000; trabalhou na Divisão de visitas do Cerimonial de 2000 a 2001; na Assessoria de Imprensa do Gabinete de 2009 a 2011; e no Gabinete do Ministro de Estado de 2017 a 2018. Além disso, atuou como assessor do Coordenador-Executivo da Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio em 2004; coordenador de imprensa do grupo de trabalho da posse presidencial em 2010; e no grupo de trabalho do cerimonial do MRE para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Los Angeles de 2001 a 2004; na Embaixada em Pequim de 2004 a 2007; na Embaixada em Tóquio de 2007 a 2009; na Embaixada em Madri de 2011 a 2015; no Escritório de Representação em Ramala de 2015 a 2016; na Delegação Permanente junto a FAO, Fida e PMA de 2018 a 2020; e no Consulado-Geral em San Francisco de 2020 a 2021. Participou, também, de diversas missões eventuais e transitórias, inclusive no próprio Haiti em 2010. Em 2020, foi Vice-Presidente da Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas.

É casado com a Ministra de Segunda Classe Marissol Tereza Chaves.

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea "d", nº 1, do Regimento Interno do Senado, o Ministério de Relações Exteriores elaborou relatório sobre o Haiti, do qual destacamos as informações seguintes.

A República do Haiti, cuja capital é Porto Príncipe, é um país do Caribe, que divide a Ilha de São Domingos com a República Dominicana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua área é de 27.800 km^2 e sua população é de mais de 11 milhões de habitantes.

Com um produto nacional bruto em paridade de poder de compra de US$19,704 bilhões, a renda *per capita* do Haiti é de apenas US$1.728.

O Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), desde sua criação, em 2004, até seu término, em 2007. Eu queria fazer aqui um parêntese: essa missão do Haiti foi das mais acertadas porque foi feita no próprio Haiti. Por isso, eu e o Senador Chico – se ele não fala, eu estou falando por ele – somos contrários a essa acolhida, no Estado de Roraima, da Venezuela, porque ali são 30 milhões de venezuelanos, ou seja, não adianta chegar lá e dizer: "Olha aqui, eu vou mostrar como um país socialista destrói uma população". E aí traz os venezuelanos e tira a qualidade dos brasileiros. Hoje, o nosso Município inteiro, Senadora Kátia, que é Pacaraima, o pessoal está abandonando, e era um Município de veraneio. Numa temperatura de Roraima de 40 graus, Pacaraima oscilava entre 18 e 22 graus, todo mundo, no final de semana, ia para ali, e lá realmente perdeu-se totalmente a qualidade de vida. Então, sofrem os brasileiros e estão sofrendo os venezuelanos. Poderiam ter feito essa acolhida humanitária dentro da própria Venezuela, através da ONU, se o Brasil não tem uma relação ideológica ou diplomática com a Venezuela.

Em 2020, o Brasil exportou para o Haiti US$507,3 milhões, ou seja, 41,1% a mais do que no ano anterior. Os materiais de construção e argila, com venda de US$7 milhões, ocuparam o primeiro lugar na lista de produtos exportados pelo Brasil ao Haiti, seguidos de perto pelas carnes e aves, com US$6,55 milhões. Barras de ferro ou aço, açúcar, bebidas alcoólicas e outros produtos comestíveis também tiveram participação importante na pauta. As importações brasileiras provenientes do Haiti, por seu turno, retraíram-se a US$1,1 milhão, ou 50% a menos do que no ano anterior.

A corrente do comércio, portanto, foi de US$54,4 milhões, 34,4% maior do que em 2019, e o superávit em favor do Brasil foi de US$56,2 milhões. O valor total do comércio é ainda extremamente modesto e está aquém do potencial real. Aí cabe ao nosso embaixador fazer um grande trabalho, nessa integração Brasil e Haiti, sobretudo se considerada a demanda do Haiti por alimentos e produtos agrícolas, área em que o Brasil é altamente competitivo. Senador Chico, vamos embora vender o nosso produto, porque se fizermos a estrada para a Guiana Inglesa, logo, logo estará ali no Haiti, e Roraima é o novo celeiro produtivo do Brasil – que não se sinta o Tocantins atingido por isso, nem Mato Grosso. (*Risos.*)

A título de exemplo, o Haiti importa cerca de 80% do arroz que consome – que é algo que podemos produzir, mas olhem de quem eles compram! Esse produto não consta da lista dos que o Brasil lhe vende. A maior parte do arroz haitiano é comprado dos Estados Unidos, a preço com o qual o produto brasileiro teria plenas condições de competir, até porque a nossa entressafra cai nesse momento lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em 7 de julho de 2001, o Presidente Jovenel Moïse foi assassinado. Em 14 de agosto de 2001, um terremoto da magnitude de 7,2 atingiu o país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório, Sra. Presidente.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Telmário. Parabéns pelo seu brilhante relatório.

Eu agora concedo a palavra ao Sr. Embaixador Luís Fernando de Carvalho, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos. Quando faltarem dois minutos para finalizar o seu tempo, a campainha soará.

Obrigada.

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Relator, Senador Telmário Mota; Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores, Exmos. Embaixadores, demais colegas do Itamaraty, senhoras e senhores.

Sra. Presidente, se a senhora me permitir, em primeiro lugar, eu gostaria de expressar o meu agradecimento ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação do meu nome para o cargo de Embaixador do Brasil no Haiti, e gostaria também, gostaria igualmente de agradecer ao Senador Telmário Mota pelo seu relatório, pelas suas palavras e pela sua análise, que eu pretendo comentar ao longo da minha exposição.

Sra. Presidente, eu recebi a indicação com muita alegria e humildade. O Haiti é um país singular, é um país que tem uma história riquíssima, uma história bastante complexa e tem vários aspectos heroicos no seu processo de independência, que eu rapidamente comentarei aqui para fazer um traçado da situação política atual.

É um país com o qual nós temos relações fluidas, temos importantes projetos de cooperação na área técnica e é um país com o qual nós compartilhamos muitos elementos históricos e culturais. É um país com o qual nós temos uma relação já tradicional, que entrou no nosso radar de uma maneira ainda mais significativa nos últimos 15 anos e também é um país que enfrenta um conjunto de desafios complexos, que dizem respeito, por exemplo, a fenômenos naturais, a questões humanitárias, a questões políticas e de segurança pública. O Brasil nutre um grande afeto pelo povo do Haiti, e esse sentimento é correspondido pelo carinho com que nós contamos junto à população haitiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, se a senhora me permitir, eu gostaria de fazer uma divisão na minha exposição em três partes: primeiro, falar sobre o Haiti; em segundo lugar, falar sobre o relacionamento bilateral nos nossos países; em terceiro lugar, falar – evidentemente, se eu contar com o beneplácito desta Casa – de um programa de trabalho, qual seria o plano estratégico de trabalho para uma gestão à frente da embaixada, em Porto Príncipe.

Na primeira parte, sobre o Haiti, procurarei abordar aspectos históricos, socioeconômicos e políticos, especialmente da atualidade, e, sobre as relações bilaterais, eu gostaria de ressaltar aqui as questões consulares, que são muito importantes, a cooperação técnica, a assistência humanitária e falar, se a gente tiver tempo, da Minustah, que foi muito importante para o relacionamento bilateral, porque, de certa maneira, foi a Minustah que ajudou a colocar o Haiti no mapa do Brasil e o Brasil no mapa da...

Bom, eu tenho aqui vários elementos que já foram expressos pelo Senador, no seu relatório. O Haiti é o país mais populoso do Caribe; ele ocupa um terço da Ilha Espanhola, ele comparte a ilha com a República Dominicana, numa área – do Haiti – de 27.500km². Para entender a dimensão geográfica disso, é, de certa maneira, semelhante ao nosso Estado do Sergipe.

Eu gostaria de fazer algumas pinceladas históricas só para poder contextualizar melhor a situação política atual do Haiti. Então, historicamente, Cristóvão Colombo chega à Ilha Espanhola em 1492. Já no século XVII, o controle da parte ocidental da ilha vai ser feito pelos franceses.

Na segunda metade do século XVIII, nós já temos o Haiti, na época Saint-Domingue, como a colônia mais rica da França, e ali economicamente era baseada na exploração do trabalho escravo e era uma grande produtora de açúcar e de café: produzia 40% do açúcar e 60% do café consumido na Europa. Chegou a ser responsável por cerca de um terço das exportações francesas. Em termos econômicos era muito mais importante do que a soma das 13 colônias inglesas, que depois viraram os Estados Unidos.

É um país que tem uma singularidade, tem uma questão histórica única, porque foi o único país a se tornar independente em função de uma revolução de escravizados. O grande líder desse movimento, Toussaint L'Ouverture, é conhecido como Spartacus Negro. Só que, ao contrário da revolta romana, os escravizados haitianos conseguiram levar o processo à frente, obter a liberdade, depois de derrotarem militarmente os espanhóis, os ingleses e a França napoleônica.

Bom, mesmo sob as luzes do Iluminismo e das ideias da Revolução Francesa naquele momento, isso era alguma coisa impensável e teve um custo político muito grande do Haiti, porque isso gerou um grande temor entre os escravocratas, e o Haiti foi completamente isolado internacionalmente. O reconhecimento da França, por exemplo, só vai acontecer em 1827, mais de 20 anos depois, e a França cobrou, na época, 150 mil francos de indenização.

Existem muitas discussões sobre o que são 150 mil francos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Desculpa, quem?

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – França. A França...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pagou?

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – A França exigiu, para reconhecer a independência do Haiti, o pagamento de 150 milhões de francos, o que hoje talvez equivalesse a 30 bilhões de euros, mas, para se ter claro, em termos de dimensão, a França vendeu naquela mesma época, alguns anos antes, para os Estados Unidos, a Louisiana, que hoje compreende um número grande de Estados norte-americanos, por US$15 milhões. Evidentemente, naquele momento, o Haiti não tinha o dinheiro para pagar e teve que recorrer a empréstimos bancários, o que abriu o início da sua dívida externa. E essa indenização exigida pela França terminou de ser paga só em 1947, ou seja, isso foi celebrado em 1827 e o Haiti só termina de pagar esse montante mais de cem anos depois.

Os americanos também demoraram para reconhecer, foram reconhecer só em 1862, ali já na Guerra de Secessão norte-americana. E o Haiti imaginava que esse reconhecimento era necessário para poder se integrar no circuito das nações e passar a ter um relacionamento normal com os outros países, coisa que não aconteceu.

E esse processo também gerou uma série de consequências no âmbito interno. Por quê? Porque desde o primeiro momento o Haiti teve que manter um grande exército porque eles imaginavam que pudesse haver uma invasão que colocasse fim à liberdade dos ex-escravizados. Isso gerou não só a necessidade de um exército muito grande, o que traz distorções políticas, mas também havia uma predisposição da população local contrária à manutenção do sistema de *plantation*, por razões óbvias, porque era o símbolo da opressão, e o sistema de *plantation* foi o que permitia a riqueza do Haiti antes da sua independência.

Bom, os momentos iniciais têm uma certa instabilidade política. Para dar alguns exemplos, entre 1843 e 1915, apenas um presidente terminou o seu mandato, de 22 presidentes haitianos; entre 1915 e 1934 há uma ocupação americana, que começa durante o Governo de Woodrow Wilson, nos Estados Unidos, e termina no Governo Roosevelt. Os americanos ocuparam o Haiti por quase 20 anos. Na sequência, há uma série de regimes totalitários, e o mais famoso deles vai ser o regime da família Duvalier, Papa Doc e Baby Doc, que controlaram o Haiti entre 1957 e 1986.

Em 1986, a gente tem o processo de democratização, o regime cai e há uma figura muito influente na época que é o Padre Jean-Bertrand Aristide, que vai ser eleito em 1990, nas primeiras eleições, vai ser deposto em 1991, vai ser reinstalado no poder em 1994 e vai ser reeleito no ano 2000; depois, ele, de novo, é exilado em 2004, quando entra a Minustah. E aí chegamos à contemporaneidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o país ainda trabalha para consolidar plenamente o processo de democratização iniciado em 1986, uma estrutura de Estado forte e o seu pacto social. O grande desafio do Haiti é justamente a questão do fortalecimento institucional. Para dar só alguns exemplos, não há Câmara de Deputados em função – ela está vacante desde janeiro de 2020, porque não houve eleições; há apenas 10 senadores dos 30 que compõem o Senado haitiano; e o Judiciário se encontra enfraquecido.

Para dar outro exemplo, o atual Primeiro-Ministro, Ariel Henry, está tentando montar, com uma certa dificuldade, um comitê eleitoral provisório, que vai organizar as próximas eleições, que devem acontecer no ano que vem, em 2022.

A Constituição vigente é de 1987 e essa Constituição já preconizava um comitê eleitoral permanente, que seria uma espécie de TSE, o que ainda não foi feito por uma série de dificuldades.

E aí, Presidente, eu comentaria com a senhora a questão das críticas que muitas vezes são formuladas à atual Constituição, que foi feita em 1987, ou seja, justamente no momento subsequente à ditadura Duvalier. As críticas dizem que ela concederia muitos poderes ao Legislativo para evitar arroubos por parte do Poder Executivo, o que dificultaria demasiadamente a governança no país, porque ela teria criado, de certa maneira, um sistema bicéfalo, ou seja, o país é presidencialista, mas o Presidente precisa de autorização do Congresso para implementar qualquer tipo de medida. E isso tudo num quadro partidário muito amplo, no qual existem mais de 200 partidos políticos atuando.

Houve dificuldades na passagem de poder entre o Presidente Martelly e o Presidente Jovenel Moïse, que foi o Presidente assassinado, apesar de ambos serem do mesmo partido, o PHTK. Em 2015, as eleições foram anuladas, primeiro, por alegação de fraude, e, em 2016, houve um problema porque, cinco dias antes da realização das eleições, o país sofreu o furacão Matthew, que destruiu cerca de 30% dos locais de votação. O Presidente Moïse, o Presidente Jovenel Moïse, que foi assassinado, também enfrentou uma forte oposição no seu mandato e terminou assassinado, como mencionou o Senador, no dia 7 de julho deste ano.

O atual Primeiro-Ministro, Ariel Henry, no dia 11 de setembro, propõe um pacto nacional, um acordo pela governança pacificada. Esse acordo propõe a formação de um novo governo, de um novo comitê eleitoral e da realização de eleições em 2022. Ele contou com a adesão de muitas forças políticas, inclusive da oposição, mas há outras propostas em curso na sociedade haitiana.

No presente momento, algumas das entidades haitianas declinaram de participar desse acordo político em razão da segurança – e esse hoje é um problema muito sério do Haiti. Há, segundo especialistas, cerca de nove quadrilhas armadas, 90 gangues armadas que atuam no país, que teriam 600 mil armas e seriam responsáveis pelo roubo de carga, fechamento das vias e sequestros. Só neste ano, entre janeiro e setembro, aconteceram mais de 600 sequestros no Haiti; um, muito midiatizado, aconteceu com 17 religiosos americanos na semana passada. E o Estado está encontrando dificuldades para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valer a sua soberania em determinadas áreas. Essa questão da segurança pública gera impactos políticos, econômicos, no desenvolvimento, em questões migratórias e até no funcionamento das próprias embaixadas. A nossa Embaixada, por exemplo, esteve fechada ontem e anteontem para atendimento ao público em razão desse quadro.

Em meio a essas dificuldades políticas, o país se situa também em uma área geográfica sujeita a desastres naturais. O terremoto em 2010, por exemplo, além da tragédia humanitária – cobrou 220 mil vidas – e dos terríveis impactos econômicos – custou mais de 120% do PIB do país –, gerou uma devastação na capacidade da ação estatal do governo haitiano. Cerca de 21 dos 25 prédios que abrigavam...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Quantas pessoas morreram no terremoto?

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – Há controvérsias, mas ao redor de 220 mil pessoas, talvez até mais, talvez até 300 mil pessoas.

E 21 dos 25 prédios que abrigavam os ministérios desabaram, colapsaram. O Presidente René Préval, Presidente então, em 2010, foi obrigado a despachar numa delegacia de polícia durante algum tempo. E isso tem uma certa recorrência. No dia 21 de agosto, ou seja, há dois meses, houve um outro terremoto, ainda mais forte, de 7,2 graus na escala Richter, que gerou 2.200 mortes. E como se não bastasse, o Haiti é uma rota de furacões e tempestades tropicais.

Nesse contexto difícil que o país enfrenta, há uma série de desafios sociais a serem vencidos. Então, por exemplo o Haiti se classifica no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU na posição de número 170; 58,5% das pessoas estão abaixo da linha da pobreza, 24% abaixo da linha da pobreza absoluta, 4,4 milhões sofrem de insegurança alimentar, segundo o PMA, e o Haiti, como disse bem o Relator, tem um PIB *per capita* (PPP) de US$1.700. Para dar uma ideia, o do Brasil seria de US$15 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Quantos habitantes?

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – São 11,4 milhões.

Setenta por cento do que é consumido no país vem de fora, e o Haiti importou – isso é importante, porque eu quero falar isso depois, no planejamento estratégico – US$3,6 bilhões no último ano, apesar de só ter exportado US$960 mil. Tem um déficit de US$2,5 milhões e se beneficia de certa maneira com a ajuda da diáspora haitiana no exterior, que remete anualmente para o país cerca de US$3 bilhões.

No *ranking* da competitividade global, o Haiti ocuparia a posição de número 138 entre 140 nações. E tem uma estrutura pública e viária com uma série de deficiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu caminharia já para a segunda parte da exposição, Sra. Presidente, e eu gostaria de falar aqui das questões consulares: basicamente, da questão dos vistos e da questão das deportações.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Sr. Luís Fernando...

O som não está ligando.

Sr. Luís Fernando, Embaixador, nós temos seis minutos para você...

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – Perfeito, seis minutos. Perfeito, excelente.

Então, só fazer aqui um comentário rápido. A gente pode tomar isso depois, se V. Exas. tiverem mais interesse, curiosidade em relação às pesquisas, mas hoje uma mudança muito grande no perfil da nossa embaixada. Em 2010, havia no Brasil cerca de 25, 30 haitianos, e hoje o Brasil tem 130 mil haitianos. Então, o que acontece é que nos últimos dez anos foram concedidos mais ou menos 100 mil vistos. Atualmente, a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe é o posto que mais concede vistos de toda a rede consular e diplomática brasileira. Basicamente, trata-se de uma ação humanitária, desinteressada, calcada na solidariedade. Ela é regulamentada desde 2012, inicialmente foi a Resolução nº 97 e atualmente pela Portaria Interministerial nº 13, de 2020. O fundamento é a crise humanitária, o terremoto de 2010, e a razão da concessão é hipossuficiência econômica, que abarca parcela considerável dos haitianos.

Para agilizar o processamento dos vistos, foi feito um tratado internacional com a Organização Internacional para as Migrações em 2015, foi renovado. Isso possibilita não só uma maior celeridade, mas também o monitoramento do tráfico dos vulneráveis.

E aí eu chamo atenção para um assunto que foi bastante midiatizado há questão de um mês: os 15 mil haitianos que estavam na fronteira do México com os Estados Unidos, grande parte dos quais foi deportado. Há um interesse particular do Brasil. Por quê? Porque nesse grupo havia 84 crianças brasileiras, filhas de haitianos que moravam aqui. E está sendo feito um grande esforço pelo Itamaraty para repatriar essas crianças. Há uma série de dificuldade de identificação, documentação – essas pessoas muitas vezes não contam com documentos –, mas essa é uma das grandes prioridades do Itamaraty, da embaixada local, e eu quero relembrar o esforço que foi empreendido aqui pelo Itamaraty para repatriar 25 mil brasileiros durante a época da covid.

Outro assunto muito importante, Senadora e Senadores, é a questão da cooperação. A cooperação é um dos pilares do relacionamento bilateral. O Haiti é um país com o qual nós mais temos cooperação nas Américas, e eu não vou aqui evidentemente fazer um inventário, até por questão de tempo – isso tudo a Agência Brasileira de Cooperação tem –, mas eu gostaria muito de mencionar rapidamente para vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois projetos executados na área de cooperação técnica e os dois últimos na área da cooperação humanitária.

Na cooperação técnica, eu citaria sobretudo um programa de saúde, o fortalecimento do sistema de saúde do Haiti, porque ele envolve a construção e a manutenção de três hospitais comunitários de referência – um dos quais batizado Zilda Arns. Eles foram construídos e equipados pela cooperação brasileira. Existem, ainda, laboratórios de prótese, depósitos de vacina, reforma do centro cirúrgico e formação de 1,5 mil agentes comunitários. E, além disso, rapidamente comentando, há três centros profissionalizantes sendo construídos e vão ensinar temas como marcenaria, temas educacionais para os haitianos.

Na ação humanitária, eu ressaltaria ajuda ao combate da covid no ano de 2020. E, mais recentemente, a Agência Brasileira de Cooperação organizou uma missão humanitária multidisciplinar que levou 32 bombeiros ao Haiti depois do último terremoto.

Temos alguns comentários sobre a Minustah. A Minustah não é exatamente pauta do relacionamento bilateral entre o Brasil e o Haiti, mas foi muito importante para colocar o Haiti no nosso mapa. Eu gostaria de fazer breves comentários antes de passar aqui para o programa de gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dois minutos.

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – Dois minutos.

Esse programa auxiliou muito no adensamento do relacionamento bilateral, e, como resultado alcançado, houve naquele momento queda na criminalidade; o controle do território, que foi retomado das quadrilhas; e um ambiente favorável para o retorno ao desenvolvimento.

Na parte final, Sra. Presidente, eu gostaria aqui de fazer alguns comentários de quais seriam as prioridades numa eventual gestão, caso eu venha contar com o beneplácito desta Casa, e de qual seria o plano estratégico.

Na área política, o relacionamento já é muito fluido. Além de vários fatores de cooperação, a embaixada se beneficiou da presença de bons diplomatas no passado, de tal modo que nós temos hoje uma relação densa e fluida.

O Brasil é membro do Core Group. O Core Group foi um grupo criado pela Minustah, em 2004, que reúne seletos embaixadores que fazem gestões e acompanham a situação política do Haiti junto ao Governo haitiano – evidentemente gostaria muito de continuar participando de uma ação totalmente cooperativa em respeito à soberania haitiana e em respeito ao art. 4º da nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação entre os dois países deve seguir como um tema central nas questões consulares também, e hoje eu ressalto que os países já têm um vínculo indelével: são duas sociedades ligadas por laços familiares.

E gostaria de comentar, Senadora, que, na área da promoção comercial, o Haiti importa 70% daquilo que ele consome. Evidentemente nós temos que ter um certo realismo em relação à capacidade do mercado haitiano, mas todo o mercado conta.

O Brasil exportou, como muito bem disse o Senador, 57 milhões para o Haiti em 2020, o que já é um aumento de 41% em relação ao ano anterior, e importou 1 milhão. Basicamente, as nossas exportações são de material de construção, carnes e aves, barras de ferros e aço, e eu acho que existe espaço para crescimento. Sendo realista em relação ao mercado local, um país que importa 3,6 bilhões do mundo e apenas 55 milhões do Brasil mostra que há, sim, muito a crescer. Como foi mencionado aqui também, há a questão do arroz, que é todo ele importado, por exemplo, dos Estados Unidos.

Por fim, mencionaria aqui, na área cultural, o centro cultural que temos na cidade de Porto Príncipe. Esse centro cultural abriga a segunda maior biblioteca pública do país. Ele foi muito afetado, primeiro, pela questão do covid, porque teve que ser fechado durante algum tempo e, agora, pela questão da segurança pública, mas essa também é uma das áreas que considero prioritárias.

O último ponto que eu menciono é a questão da energia renovável. Eu acho que é uma área na qual o Brasil deve se aprofundar na sua cooperação com o Haiti, tendo em vista as necessidades energéticas daquele país.

Sra. Presidente, muito obrigado. Srs. Senadores... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A mesa de som aqui está com algum problema.

Eu gostaria de pedir aos Srs. Embaixadores que priorizassem o plano de trabalho, o plano estratégico. Esse, hoje, é um dos principais objetivos da nossa Comissão e das sabatinas. Isso ficou muito claro na nossa aprovação aqui na Comissão.

O histórico sobre o país e a contextualização são muito importantes, é como uma aula de história, uma aula de conhecimento, algo que prezo muito, mas, para nós, Senadores, o mais importante é o plano de trabalho, os objetivos, o foco, qual o resultado que pretendem trazer para o Brasil. Potencial e expectativas são importantes, mas nós queremos coisas mais focadas e mais concretas.

E gostaria de dizer àqueles que já falaram – já falou o Embaixador Roberto e, agora, o Luís Fernando – que nós queremos receber também por escrito. Estou vendo alguns manuscritos aqui sendo utilizados, não há nenhum problema, mas a Comissão quer receber oficialmente um plano de trabalho e todo esse histórico que aqui foi feito pelos Srs. Diplomatas. Nós queremos deixar esse arquivo aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CRE porque vocês vão mudar de postos no futuro e, assim, a CRE terá condições de cobrar, avaliar, observar o resultado daquele posto, até mesmo para receber o próximo diplomata. É uma prática nova, mas eu gostaria que isso fosse levado muito a sério e feito com bastante objetividade para nós do Senado. Gostaria de receber tudo isso de todos que estão aqui hoje antes da aprovação no Plenário.

Muito obrigada, Sr. Luís Fernando... (*Falha no áudio.*)

Peço, para adiantarmos o nosso trabalho, que o senhor possa ser substituído em seu lugar por Marcos Leal Raposo Lopes, mas nós vamos voltar ao item 2 da pauta, já que, com a permissão do Senador Esperidião, nós fizemos uma alteração na pauta.

Submete-se o item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação.

O relatório está pronto para deliberação.

Por favor, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu só lamento que eu não pude atender ao pedido da minha querida amiga Soraya, cometendo uma deselegância reversa, porque, se eu soubesse que ela queria antecipação, eu não teria dado essa colher de chá para o...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Para o Telmário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... Telmário.

Até porque tenho bom gosto, além de ser um homem razoavelmente elegante.

Sra. Presidente, eu vou procurar me ater aos cinco minutos, mas vou ainda aproveitar esse ensejo para fazer duas brevíssimas comunicações.

Primeiro, eu estou lhe entregando e à Comissão um brevíssimo relatório da nossa participação no exercício Guardião Cibernético 3.0, no dia 6 de outubro, em que nós assistimos, junto com alguns Deputados lá presentes, há um exercício de ataque cibernético, o terceiro havido, o Senador Nelsinho Trad conhece. É uma experiência muito importante em matéria de defesa nacional.

A propósito, no dia 12 de dezembro de 2019, junto com o relatório de defesa cibernética daquele ano, apresentado ao Presidente Nelsinho Trad, eu apresentei um requerimento visando à criação de uma subcomissão de defesa cibernética na Comissão de Relações Exteriores. Trata-se do Requerimento nº 015, de 2020. Então, estou entregando isso.

Segundo, não resisti à tentação de complementar as suas observações sobre o papel da mulher. Eu, que sou do Estado de Santa Catarina, nome de mulher, que tem Anita Garibaldi, Antonieta de Barros, todas essas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem falar nas de casa e nas netas também. (*Risos.*)

Mas eu queria registrar, Presidente, e acho que a senhora deve fazê-lo também, que a revista *Forbes* publicou, em função do Dia Internacional da Mulher, no dia 15 de outubro, a relação das 100 mulheres poderosas do agro, e temos ali três catarinenses: a Sra. Edilene Steinwandter – quer dizer muro de pedra Steinwandter; a Sra. Joanita Maestri Karoleski, Presidente do Fundo JBS pela Amazônia; e a advogada Tânia Zanella, Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras. Repito, é uma relação internacional. As três são do seu ramo, Senadora Kátia; as três são mulheres poderosas do agro e são de Santa Catarina.

Compartilho.

Muito obrigado.

Isso aqui eu estou entregando para a Comissão.

Sobre o relatório, eu vou seguir a sua linha – aliás, jamais divergiria.

Número um, o currículo do Embaixador Sérgio França Danese é tão longo quanto os seus 41 anos de serviços diplomáticos. Já está publicado, não vou enfadar aqui o público, mas quero dizer o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele simboliza – eu trocava essa palavra com o Senador Nelsinho Trad – a razão do profundo respeito que V. Exa. sempre ressalta que nós devemos ter com a carreira diplomática.

Eu acho que, quando a gente recebe um profissional com uma folha de serviços desta, nós realmente temos que colocar acima da sua biografia, da sua extraordinária folha de serviço, a sua missão, ou seja, o seu plano de trabalho. E ele vai para um país complicado, ou seja, que vive momentos difíceis. Nós ouvimos aí sobre o Congo, ouvimos a questão do Haiti. O Haiti é onde nós perdemos uma brasileira ilustre, de Santa Catarina, Zilda Arns. Então, tudo isso é importante para ilustrar, mas o fundamental é a missão, é o plano de trabalho.

Então eu queria ressaltar, além das dimensões do Peru, a importância do Peru, eu queria ressaltar alguns aspectos. O Brasil e o Peru têm uma aliança estratégica desde 2003. Em 2020 nós tivemos uma queda na nossa relação comercial bilateral, ou seja, durante a década de 2010 nós tivemos essa retração, e nós não podemos esconder a verdade. A ampla pauta de integração e cooperação sofreu um esfriamento generalizado na década de 2010 devido aos desdobramentos da Operação Lava Jato. Eu não preciso aqui entrar em detalhes, mas altas autoridades peruanas foram comprovadamente envolvidas, foi firmado um acordo entre a empresa Odebrecht e o Governo do Peru, em que esta se comprometeu a pagar US$183 milhões de indenização – e este acordo só foi homologado em 2019, portanto, não é uma coisa da história, é uma coisa do futuro, posto que o passado eu aqui resumi.

Então essa dinamização da agenda... Quero lembrar que a nossa fronteira com o Peru é de 3 mil quilômetros – para ser mais exato, 2.995 quilômetros de extensão. Não é uma coisa pequena e nem acidental. E o Peru é um país com 1,3 milhão de quilômetros quadrados. Quer dizer, para a dimensão dos países da América Latina, é um dos grandes países.

Viveu em 2021... Chegamos, portanto, à missão que o senhor vai cumprir. Qualificação não lhe falta. O Peru viveu as eleições mais fragmentadas da sua história, em um contexto de grave crise econômica, social e sanitária. Em 11 de abril de 2021, realizaram-se as eleições legislativas, primeiro turno, segundo turno. A nova composição do Congresso tem dez bancadas, ou seja, para nós aqui seriam dez partidos. Os partidos majoritários têm assentos relativamente diminutos em relação ao total do Parlamento. E é de se esperar que permaneçam como objetivos da diplomacia peruana questões como adesão como membro à OCDE – é um objetivo convergente e concorrente com o nosso – e ênfase na Aliança do Pacífico. Não vou falar sobre história, mas quem já leu sobre a frota do tesouro chinesa sabe que os laços entre Peru e China datam de antes do Colombo, datam do século XV, da frota do tesouro do Comandante chinês Zheng He, antes de Cabral e Cristóvão Colombo chegarem a este continente, à América. E também a ênfase no fórum Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.

O Peru também é um dos destinos do nosso caminho para o Pacífico, que, segundo o Senador Nelsinho Trad tem várias alternativas, tem muitas variantes, mas tem só um ponto fixo: qualquer que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o caminho bioceânico tem que passar por Campo Grande; se não passar por Campo Grande, não vai chegar a lugar nenhum.

Finalmente, a China é o maior parceiro comercial peruano, seguida dos Estados Unidos; ou seja, nós não somos protagonistas nessa relação, e por isso é um desafio a mais na busca de intensificá-lo.

Peru e China assinaram um acordo de livre comércio em 2009 e atualmente estão renovando esse processo negociador para ampliá-lo. Em 2020, as exportações peruanas para com a China foram de US$11,1 bilhões, e também registraram uma queda de 18%, menor do que a queda com o Brasil.

E, para concluir, acho que nós não temos falado do momento pandêmico. O Brasil teve 21,680 milhões casos de covid. A nossa letalidade, que nos aflige e que nos entristece, chegou a 604 mil brasileiros que perderam a vida. O Chile teve 10% dos casos – 2,192 milhões até o dia 20 de outubro –, mas teve 200 mil mortos. Ele tem um sétimo da nossa população e teve um terço dos nossos mortos. O Chile, proporcionalmente, sofreu uma letalidade maior em relação aos casos e em relação à população do que o Brasil.

Então, esse é o cenário que eu acho que favorece a prioridade que a Senadora Kátia abriu e enunciou, que eu também gostaria de reforçar aqui. Tudo é importante, claro, saber o contexto, a história, mas o importante é saber a missão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Esperidião, pelas suas brilhantes palavras, pela sua objetividade e pragmatismo. É exatamente desse reforço que nós precisamos para nos manter unidos e sempre firmes na direção do sucesso do nosso País.

Agora concedo a palavra ao Sr. Embaixador Sérgio Danese, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Gostaria apenas de ressaltar a dispensa, como disse o Senador Esperidião, do currículo do Embaixador Danese. Ele é considerado o *top* dez dos embaixadores do Brasil no mundo. É uma pessoa muito especial, com muita experiência, com muita dedicação.

Ele estava lotado na África do Sul, eu gostaria de registrar. Eu acho que, quanto mais transparência para o nosso País, melhor. Ele estava lotado na África do Sul por apenas cinco meses, Senador Esperidião, quando já recebeu o *agreement* para ser transferido para o Peru. Então, ele ficou quatro meses, cinco meses, mais cinco meses, então oito meses na África do Sul, onde ele tinha um trabalho profícuo, um trabalho longo pela frente num país de grande importância para o Brasil. Foi, então, destinada a sua substituição, o novo *agreement* foi enviado para o ex-Senador Crivella, e a África do Sul até hoje não respondeu, depois de vários meses – eu não gostaria aqui até de chutar, citar sem saber quantos meses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse *agreement* foi para a África do Sul sem respostas de aceite ou não ao ex-Senador Crivella, ex-Prefeito também do Rio de Janeiro.

Então, eu quero registrar pessoalmente o meu desânimo com relação a essa transferência. Não que o Peru não seja um país importante, é também um país importante, mas a África do Sul é um país especial, e, pela categoria, pelo brilhantismo e pela experiência do Embaixador Danese, eu tenho a convicção, com toda a falta de especialidade, de que ele seria muito mais útil ao Brasil e às nossas relações se tivesse permanecido lá no seu posto em que está ainda até hoje.

Então, todo o meu respeito, a minha admiração para o Sr. Sérgio França Danese. É uma expressão particular, pessoal e que não tem absolutamente nada a ver com o Embaixador Danese, pois eu só o encontrei ontem rapidamente no Plenário por cinco minutos e aqui por cinco segundos. Então, eu não recebi dele nenhuma impressão particular; a impressão é exclusivamente minha.

Com a palavra o Embaixador por 20 minutos. E especialmente reforço o plano estratégico, além, claro, de um histórico – a contextualização é sempre muito bem-vinda para todos nós.

Obrigada.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, Sr. Relator, Senador Esperidião Amin, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e demais assistentes, eu queria, em primeiro lugar, Presidente, agradecer-lhe pela realização desta sabatina – eu sei que é um esforço grande do Senado para realizar a sabatina nessas condições que nós estamos vivendo hoje – e eu queria também lhe agradecer muito por essa iniciativa da Comissão, que é sua iniciativa, de solicitar aos embaixadores que apresentem esse plano de trabalho, esse planejamento estratégico, que eu entendo que tem sido submetido – o meu está aqui pronto. É uma iniciativa muito feliz e muito útil para o embaixador que vai assumir um novo posto. Corresponde ao que antigamente se constituíam as instruções que o Itamaraty mandava para os embaixadores nos seus postos.

Eu também queria agradecer aqui – eu sei que ela já saiu – a presença da Senadora Ana Amélia, que é uma querida amiga e que me honrou muito com a sua presença.

Eu também queria dizer da minha satisfação obviamente pela indicação feita pelo Presidente da República, secundado pelo Ministro das Relações Exteriores, para o Peru.

Nós somos funcionários de carreira, funcionários do Estado e desempenhamos as missões para as quais nós somos designados. Isso faz parte do nosso espírito, é com esse espírito que eu estou olhando para essa designação para o Peru, onde serei Embaixador, se contar com a aprovação generosa do Senado brasileiro, para realizar o meu trabalho, o trabalho que tenho feito a vida inteira. É uma honra imensa ser Embaixador do Brasil no Peru. É um país da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou me estender aqui em aspectos históricos do Peru. É um país com o qual nós temos uma proximidade muito grande. O que eu vou procurar fazer, Senadora, é retirar, assinalar algumas características do país, alguns dados, algumas características do país, para daí extrair o que é uma agenda diplomática, o que é um plano de trabalho, um planejamento estratégico para tratar dessas relações. O país tem certas características, e essas características geram uma agenda para o Brasil, no seu relacionamento com esse país. E é isso que eu pretendo fazer aqui, se não perder muito tempo, que eu já estou perdendo um pouco.

Eu queria dizer que, em primeiro lugar, nós compartilhamos com o Peru muitas características de país em desenvolvimento, de país com um processo de aperfeiçoamento das suas instituições democráticas, com muitos desafios em comum. O Peru, por exemplo, tem um IDH de... Está em 79º lugar no IDH, muito perto do Brasil que tem o índice 84. É um país com pobreza, com disparidades sociais e regionais, com problemas graves que enfrentou de corrupção, que o Senador Esperidião Amin aqui mencionou.

Eu queria muito agradecer as suas palavras, Senador, muito generosa da sua parte a menção que fez ao meu currículo, ao meu trabalho.

Enfim, é um país que tem problemas de governabilidade, que tem desafios na área de infraestrutura, de integração regional, de aperfeiçoamento do seu modelo de desenvolvimento econômico e social, de segurança, de crime organizado e assim por diante.

É o terceiro país em território, da América do Sul, o quarto em população. Ele tem uma população de 33 milhões de habitantes. Dois milhões de peruanos vivem no exterior, é uma comunidade relativamente grande que o Peru tem em alguns países no exterior, o primeiro deles provavelmente é a própria Argentina, onde vivem cerca de um milhão de peruanos. Mas de qualquer maneira constitui um mercado de dimensões bastante importantes e nada negligenciáveis por parte do Brasil. Além de tudo, é um país sul-americano, é um vizinho e é um país fronteiriço. Esse é um aspecto muito importante para assinalarmos.

É a segunda maior fronteira terrestre do Brasil, com 2.995km, como disse o Senador Esperidião Amin é uma fronteira que existe exclusivamente na Região Amazônica. O Peru faz fronteira com o Acre e com o Amazonas, o que gera uma agenda importante para esses Estados, no seu relacionamento com o Peru. Portanto, é um país que compartilha conosco uma enorme extensão da Amazônia. Isso também gera para nós uma agenda muito importante e muito diversificada.

O Peru tem um perfil regional muito peculiar. A população é muito concentrada na zona costeira e é um país que tem uma região muito vasta na Amazônia justamente, que corresponde a 59% do seu território, onde apenas 12% da população peruana vive. E tem a região do altiplano, que corresponde a cerca de 30% da superfície do país, onde vivem 36% da população. Portanto, para nós é um país com qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse? É um país amazônico, é um país andino e sobretudo é um país da bacia do Pacífico. Isso para nós tem a maior importância, porque significa que o Peru está conectado de forma privilegiada com uma área do mundo que é o mercado de maior dimensão, de maior dinamismo, que, portanto, dá ao país um interesse muito grande e que nós temos que explorar.

Eu acho que isso cria, para o Peru, uma política externa muito complexa – é um país muito ativo, com uma política externa muito ativa e um caráter multidimensional, quer dizer, é um país sul-americano, é um país andino, é um país amazônico, é um país do Pacífico, e isso torna o Peru um país de um grande interesse para a nossa diplomacia e o faz também ser um país muito ativo diplomaticamente, porque ele tem que lidar com todas essas dimensões nas quais ele está inserido.

É uma economia média, um PIB de US$200 bilhões. Eu não vou me estender muito aqui, mas eu acho que o mais importante é que é um modelo que vem seguindo um caminho de abertura. Eles estão mais adiante do que nós no processo de abertura da sua economia. Ele já tem cerca de 20 acordos de livre comércio com outras regiões, com outros países, uma participação intensa na Aliança do Pacífico, que um pouco substituiu o antigo Pacto Andino, com essa vocação de gerar, na América do Sul, um espaço muito voltado para esse mercado justamente da Ásia-Pacífico, e ele é membro da Apec, associação de países do Pacífico, aliança econômica, comunidade econômica da Ásia-Pacífico, e é também signatário da Parceria Transpacífica. Quer dizer, é um país com uma vocação muito clara de inserção no mundo também, ou principalmente, eu diria hoje, através do Pacífico.

Ele tem um comércio exterior que é superavitário, enfim, também em números um pouco relativamente modestos, mas de acordo com o tamanho da sua economia – são US$74 bilhões de comércio exterior em 2020. Sofreu muito o efeito da pandemia, obviamente, mas também é um país com níveis de reservas adequados, que refletem um equilíbrio da sua macroeconomia nos últimos anos, apesar dos problemas políticos e institucionais que o país enfrentou.

Nós temos um comércio bilateral expressivo com o Peru, expressivo relativamente. Ele tem oscilado entre US$3 bilhões e US$4 bilhões entre 2011 e 2019, sofreu uma queda muito grande em 2020, caiu para US$2 bilhões e pouco. Nós temos um comércio muito importante com o Peru, no sentido de que ele é composto muito majoritariamente por produtos industrializados, de alto valor agregado, mas também o Peru é um mercado importante para o nosso agronegócio.

Ele tem, como se disse, uma política interna muito complexa. Passou agora por um processo eleitoral, no qual se deposita grande esperança de isso possa restabilizar um país que sofreu muito com a questão toda da corrupção, da atuação de empresas de vários países, diga-se de passagem, e também de empresas peruanas, obviamente, num esquema muito grande de corrupção que teve um impacto muito duro na vida institucional do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma oportunidade agora para que o Governo do Presidente Pedro Castillo faça o seu plano de trabalho, sua política. Ele está fazendo ajustes. Vê-se claramente que é uma tentativa de encontrar um equilíbrio, um encaminhamento. Ele já trocou de Primeiro-Ministro muito rapidamente, trocou o Chanceler mais rapidamente ainda, fez uma mudança ministerial agora, com dois, três meses de governo, mas isso mostra um desejo de acertar. Quer dizer ele está lidando com uma situação política muito complexa; o que ele vai ter que fazer é uma grande obra de engenharia política na composição do seu governo, na atuação do seu governo e na negociação com o Congresso, que é um Congresso muito multifacetado, em que o Governo não tem maioria; é preciso que ele companha constantemente maiorias. Então, é uma situação muito importante, que nós teremos que acompanhar. Já estou me adiantando aqui sobre o plano de trabalho.

Mas, enfim, eu acho que também é muito importante destacar no Peru a questão de que eles têm uma diplomacia extremamente profissional. É conhecida a diplomacia peruana... O Itamaraty é o prédio onde nós estávamos localizados no Rio de Janeiro, que veio para cá também, em Brasília. Lá é o Torre Tagle, é o antigo edifício que sediava a Chancelaria. É uma diplomacia muito profissional, que já deu grandes nomes, inclusive para a diplomacia mundial. Tivemos um Secretário-Geral das Nações Unidas, que era um diplomata de carreira peruano. Portanto, isso é algo que é um grande benefício que nós temos na relação ou que todos os países têm na relação com o Peru que é contar com uma diplomacia extremamente profissional, extremamente estável e isso dá uma qualidade muito grande à interlocução que nós podemos ter.

É um país que tem uma enorme simpatia pelo Brasil – além de ser um país extremamente simpático, é um país que tem uma enorme simpatia pelo Brasil –, um interesse muito grande pela nossa cultura, pela nossa língua, é um país que valoriza a sua vizinhança com o Brasil. Muitos peruanos influentes tiveram a oportunidade de estudar no Brasil, então, a relação, digamos, de natureza humana entre os dois países é muito grande e é preciso que a gente explore isso.

Há uma comunidade brasileira no Peru que é relativamente pequena, cerca de 6 mil pessoas, mas há um enorme afluxo de turistas, da mesma forma que há um afluxo importante de turistas peruanos para o Brasil, e essa é uma área também que vale a pena a gente destacar.

Então eu pintei rapidamente essas características do país, obviamente eu estou deixando muita coisa de lado e poderei depois explorar, eventualmente se houver interesse na parte das perguntas, mas com a ideia de extrair daí o que são temas ou o que é uma agenda de relações bilaterais. Eu vou também exemplificar, não vou ser exaustivo na apresentação dessa agenda, mas eu vou exemplificar com algumas ações que eu acho que a Embaixada do Brasil no Peru deve continuar a fazer. Nós temos aqui um ex-Embaixador do Brasil no Peru, fez um grande trabalho, Embaixador Marcos Raposo. Acabamos de ter lá o Embaixador Rodrigo Baena Soares. Eu, se for aprovado pelo Senado, pretendo dar uma continuidade a esse trabalho, que é um trabalho altamente profissional, que vinha sendo feito por aqueles que serão meus antecessores, caso eu seja aprovado pelo Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é muito importante que nós demos concretude a essa declaração que se fez em 2003 de que o Brasil e o Peru têm uma relação estratégica. Eu às vezes exagero na minha franqueza. Eu acho que a gente não pode se intoxicar com a retórica. Eu não gosto que a gente fique falando: "Ah, qual é a relação?" "Não, somos uma parceria estratégica, somos uma aliança estratégica". Nós temos que traduzir isso em coisas concretas. Então, nós temos que passar da retórica para as realizações. É muito importante dar, então, essa concretude.

O primeiro trabalho que a embaixada deve continuar a fazer é um acompanhamento muito detalhado, muito ativo da situação política e econômica do Peru, porque ela tem... Não é por diletantismo, não é por querer, enfim, por um espírito acadêmico; é porque essa situação política e econômica do Peru tem impacto direto sobre os interesses brasileiros no país, sobre a nossa parceria bilateral, sobre investimentos brasileiros no Peru, sobre o comércio bilateral com o Peru. E nós temos um interesse muito particular em acompanhar o processo de acessão do Peru à OCDE. Eles estão mais adiantados do que nós, porque eles estavam mais adiantados do que nós inclusive em processo de reforma econômica. Nós vamos ter que acompanhar o que vai acontecer agora. É um governo novo, com outras ideias, mas esse é um processo que tem um enorme interesse para nós, porque nós estamos no mesmo caminho.

Nós temos um trabalho de ampliação da parceria político-diplomática nos âmbitos regional e internacional. O Peru é um país muito ativo nos organismos regionais do nosso hemisfério, nos organismos internacionais em geral, tanto que chegou a ter um Secretário-Geral das Nações Unidas. É muito importante esse trabalho de coordenação com o Peru e de atuação conjunta onde houver convergências, não é?

Há um trabalho muito importante e sustentado de promoção comercial, começando pela promoção comercial do agronegócio, que sofre algumas barreiras, às vezes tem problemas e é... Aliás, eu queria assinalar aqui a presença da Ângela Peres, que é a primeira Adida Agrícola que a Embaixada do Brasil no Peru tem e que já está fazendo lá um trabalho do qual eu tenho as melhores referências. Ela tem um plano de trabalho muito impressionante, Senadora – eu não sei se a senhora o conhece –, algo realmente muito alentado, e eu acho essa parceria com o Ministério da Agricultura, que se faz através das nossas embaixadas, da maior importância. Tive o privilégio de ter, em Buenos Aires, há pouco tempo, quando fui por quatro anos Embaixador lá, também duas adidas. É o quarto adido agrícola, mas a terceira adida agrícola que eu terei na minha equipe. É um trabalho extraordinário que tem sido feito por esses adidos nesses postos.

Nós teremos, então, um trabalho importante de promoção comercial que é o de promoção dos produtos brasileiros, mas é também o de estarmos atentos para barreiras que possam surgir de qualquer tipo, que sejam injustificadas e que devam merecer uma atenção da diplomacia, do Governo brasileiro na relação com o Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter também um trabalho que é muito intenso – e aqui, de novo, perdoem-me, se for o caso, a minha franqueza –, mas as empresas brasileiras... Há investimentos brasileiros importantes no Peru, e eles têm que voltar em mais intensidade, mas com um cuidado muito grande no sentido de que as empresas brasileiras no Peru, aprendendo com as lições desse passado recente, que foi muito complicado, tenham um alto perfil de boa governança, de *compliance*, de boa governança cooperativa, e sobretudo algo que eu sempre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Certificação de *compliance*.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Exatamente.

Algo que eu sempre insisti ao tratar com empresas, por exemplo, que estavam na Argentina ou que estavam pensando em investir na Argentina: as empresas brasileiras, em geral, se destacavam ou se destacam por uma atuação importante na área social, na área cultural e na área ambiental, e isso dá a elas um adicional de credibilidade, de capacidade de interlocução com a sociedade local. É muito importante que, nessa volta das empresas brasileiras não só para o Peru, mas para outros mercados que nós perdemos por conta dos problemas que tivemos e que são muito conhecidos, as empresas redobrem essa aposta numa volta com *compliance*, com governança corporativa e com essa atuação nessas áreas que muitas vezes são muito sensíveis.

Eu vi, na Argentina, empresas que são quem proveem a educação básica no local onde estão instaladas: asfaltam a rua, fazem uma promoção cultural, ou fazem um trabalho ambiental... Eu acho que é muito importante que a gente faça isso. A embaixada vai insistir muito nesse tema, sob a minha condução, se eu for aprovado.

Acho que outro trabalho é o acompanhamento e o apoio aos investimentos brasileiros no Peru. Há, como eu disse, uma comunidade, uma presença importante de empresas que estão agregadas num grupo de empresas brasileiras que ali atuam. Nós vamos trabalhar muito firmemente com eles.

Há uma importante agenda de cooperação transfronteiriça, onde atuam duas comissões: uma Comissão Vice-Ministerial de Integração Transfronteiriça e uma Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos. É muito importante que nós incentivemos o trabalho dessas comissões.

Eu acho que também outro campo que é muito importante é que a gente avance numa agenda de diplomacia federativa e parlamentar, porque há dois Estados que têm um interesse enorme na relação com o Peru: muito especialmente o Estado do Acre, mas também o Estado do Amazonas – o Estado do Acre porque a conexão é mais forte, é uma conexão terrestre etc. Mas é muito importante que nós trabalhemos para avançar essa agenda de diplomacia federativa e parlamentar, acionando os grupos de amizade parlamentar, que estão um pouco desativados dos dois lados da fronteira, incentivando as bancadas dos dois Estados, do Acre e do Amazonas, a que tenham um papel atuante nessa diplomacia federativa e nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomacia parlamentar e a que possam nos ajudar com esse trabalho de aproximação, de identificação de problemas, de avanço conjunto no tratamento dos temas que decorrem dessa fronteira tão importante que nós temos com o Peru.

Nós temos também um outro tema que é muito importante, que é incentivar e promover o uso da Rodovia Interoceânica, que já está em operação. Ela tem muitas limitações. Ela ainda não está cumprindo o seu papel de ser uma efetiva ligação ou uma efetiva saída do Brasil para o Pacífico. Há um problema de fretes, de fretes de retorno. Enfim, seria muito interessante até que a Comissão aqui, Senadora, se eu puder fazer uma sugestão, se dedicasse um pouco a examinar a situação dessa interligação interoceânica: o que tem acontecido, o que tem avançado, o que tem sido problemático. Enfim, eu acho que é um tema importante da agenda, porque isso representa para nós, para uma grande área do Brasil, para todo o Centro-Oeste, enfim, Região Norte e, eventualmente, até do Sul e Sudeste do Brasil, uma saída para o Pacífico, que é a área mais dinâmica da economia mundial. Então, eu acho que realmente é uma agenda importante.

Nós vamos ter... Enfim, há outros temas, que eu vou deixar aqui listados com a Comissão, mas eu queria dizer que, para essa extensa agenda que continua, nós vamos contar com dois grandes instrumentos de trabalho, que são: em primeiro lugar, esse documento de planejamento estratégico que nós estamos submetendo aqui à Comissão – ele dá um caminho, uma rota, um mapa do caminho para nós enfrentarmos esses desafios –; e nós termos uma embaixada muito bem aparelhada em Lima. É uma grande embaixada a que nós temos lá, inclusive com o concurso dos três adidos militares, de três adidos civis, sendo um deles a adida agrícola. Eu acho que nós temos com isso um grande instrumento de trabalho. É uma embaixada muito presente, muito atuante. Nós temos o Centro de Estudos Brasileiros, o Centro Cultural Brasil-Peru. Então, nós temos instrumentos importantes para podermos atuar e tentar levar adiante essa agenda, de que eu aqui dei apenas um exemplo ou fiz um resumo, deixando muita coisa de lado porque o tempo eu já esgotei.

Muito obrigado, Senadora.

Muito obrigado, Presidente e Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador Danese.

Eu quero só informar que os planos de trabalho, os planos estratégicos já estão nesta Comissão – é pré-condição para iniciar as nossas sabatinas –, e nós os distribuiremos para todos os Senadores membros desta Comissão. E é claro que a apresentação verbal é muito importante.

Eu queria informar ao Senador Danese que essa...

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE (*Fora do microfone*.) – Eu ainda não fui eleito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O que foi que eu falei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Olha... Eu tenho uma boca abençoada, hein! Eu tenho uma boca abençoada. (*Risos.*)

Embaixador Danese, nós já fizemos algumas reuniões com os meus contrapartes das Comissões de Relações Exteriores. Nós estamos trabalhando muito essa questão de integração regional na América do Sul, integração de transporte. Essa integração é muito importante. Nós estamos com todas essas obras levantadas pela Comissão, e eu vou lhe passar, posteriormente... A Senadora Eliana vai... A Embaixadora Eliana vai lhe repassar. Estou mandando todo mundo para o Senado, gente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Ainda bem que não é por Mato Grosso do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E nem por Tocantins. (*Risos.*)

Então, nós lhe repassaremos.

E uma importante questão é que nós estamos em contato permanente com o Marcos Troyjo, que é o Presidente do Banco dos Brics, do NDB – fizemos, inclusive, uma audiência pública aqui maravilhosa com ele e os países da América do Sul, empresários brasileiros e governos estaduais do Brasil. E existe uma grande possibilidade de os países da América do Sul, a pedido do Presidente da República do Brasil ao Conselho do Banco NDB, se associem ao Banco dos Brics. Eles não serão sócios-proprietários como os países do Brics são, mas farão, claro, contribuição e poderão tomar dinheiro do NDB, que tem os menores juros do mundo – assim são considerados – e tem recursos para emprestar. Então, é claro que esse valor de contribuição... O Uruguai entrou, o Uruguai já faz parte. Para a adesão e a entrada nessa possibilidade do NDB, é preciso que um dos membros do Brics, como o Brasil, solicite a entrada desses países. E o Marcos Troyjo me disse que tem muito interesse que o Peru fizesse essa adesão, que o Chile fizesse essa adesão, que a Colômbia... O Paraguai não é possível, porque não tem relação diplomática com a China – a China também é dona do Brics, então, não há condições, infelizmente, de o Paraguai entrar. A Venezuela não preciso também explicar por que não há condições. Agora, esses países – Peru, Chile, Argentina, Colômbia – têm o maior interesse. Ainda ontem, eu falei isso com o Paulo Guedes, e ele gosta muito da ideia, acha que é muito interessante, que é uma forma também de o Brasil mostrar a sua liderança na região, o seu protagonismo. A gente faz liderança e protagonismo é com apoio, é com cooperação, é estendendo a mão amiga, é ajudando, é fazendo com que cada vez mais esses países se integrem. Também existe a possibilidade, junto com essa adesão aos Brics, de que a gente consiga financiamentos conjuntos; mesmo que não haja filiação ao NDB, nós podemos, inclusive, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento conjunto. O NDB, Marcos Troyjo, pode buscar outros bancos junto com ele para poder financiar infraestrutura de integração regional da América do Sul. Então, eu acho muito importante que isso possa ficar em mente, que nós possamos melhorar cada vez mais essa integração entre países.

Agradeço a sua manifestação.

Nós não temos nenhuma pergunta aqui dos colegas Senadores. Nós vamos seguir, então, com nossa sabatina.

Registro a importância da Aliança do Pacífico. Sempre que o senhor puder mandar para nós relatórios sobre a quantas anda essa Aliança do Pacífico, que eu acho da maior importância, que foi um passo muito grande que o Peru e outros países fizeram – e nós, infelizmente, não estamos incluídos nesta Aliança do Pacífico –, para que nós possamos demonstrar ao Brasil o quanto alguns estão crescendo e quanto nós precisamos crescer...

Mais uma vez, muito obrigada ao senhor.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

É um país amigo, um país que está se modernizando, um país importante para nós. Nós temos uma relação muito próxima com o Embaixador do Uruguai aqui no Brasil, é um amigo que está sempre aqui conosco.

Passo a palavra para o Senador Nelsinho Trad, que é o Relator desta mensagem e que já se encontra aprontado para a deliberação do seu relatório. Com a palavra, por cinco minutos, para as suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Nelsinho Trad, ex-Presidente desta Comissão, que também realizou um grande trabalho em favor do Brasil.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Agradeço, Senadora Kátia Abreu.

Primeiramente, gostaria de registrar o meu privilégio e satisfação de poder participar desta manhã de trabalho, com a sabatina de notáveis diplomatas do nosso País.

Dentre eles, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz ao Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

A Constituição atribui competência privativa a nós do Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que lerei nesta oportunidade.

O indicado nasceu em 7 de novembro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes. Em 1982, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1993 e o Curso de Altos Estudos em 2007, tendo defendido tese intitulada: "Cooperação com os países árabes: o potencial da Liga dos Estados Árabes como parceiro do Brasil".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1983 e Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1995; a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe em 2007; e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções, com destaque para as de Primeiro-Secretário na Embaixada em Roma, Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada no Cairo, Chefe do Cerimonial da Presidência da República, Embaixador na Embaixada no México, Embaixador em Lima e Secretário de Controle Interno, cargo este em que está desde 2018.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito da República Italiana; Ordem do Infante D. Henrique, de Portugal; Ordem do Mérito da Alemanha; Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha do Pacificador; e Ordem de Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Uruguai. Constam nos documentos informações acerca das relações bilaterais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Brasil, inclusive com a cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

As relações entre Brasil e Uruguai são marcadas por vínculos permanentes de amizade e cooperação. Nesse sentido, esse país evidencia-se como um de nossos principais parceiros na América do Sul. O relacionamento diplomático, que beira os dois séculos, remonta à assinatura da Convenção de Paz, que formalizou a independência do país em 1828. Desde então e de modo crescente, os laços políticos e humanos entre os dois países se ampliaram. Há, nos dias de hoje, elevado grau de confiança mútua, que dá o tom de todos os aspectos que tangenciam sua convivência.

A agenda bilateral, que se caracteriza pela diversidade, é bastante abrangente. Ela engloba os domínios político, econômico, tecnológico, cultural e social. Trata-se de país que está, por certo, inserido na lista de prioridades da nossa política externa.

A parceria entre os dois países é de alto patamar, conforme, destaque-se, a visita constante de altas autoridades e a integração fronteiriça, coordenada por comitês. Compartilhamos 1.069 quilômetros de fronteira – repito, 1.069 quilômetros de fronteira –, onde habitam cerca de 800 mil pessoas, porém isso não denota alto desenvolvimento, ficando aquém das potencialidades. Do ponto de vista logístico, demandam-se, por exemplo, segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, entre as cidades de Jaguarão e Rio Branco; e a dragagem de canais da Hidrovia Uruguai-Brasil, entre as Lagoas Mirim e dos Patos.

No plano comercial, o intercâmbio revela-se superavitário em relação ao Brasil. Exportamos, sobretudo, óleo bruto de petróleo, automóveis de passageiros e carne bovina; importamos, especialmente, malte, leite e laticínios, arroz e veículos de transporte de mercadorias. Desde 2013, nosso País figurou como o segundo maior fornecedor de produtos para o Uruguai, com 15%, atrás apenas da China, com 27% – dado muito forte esse que acabo de ler.

De acordo com o relatório de gestão do Embaixador Antonio José Ferreira Simões, que ficou entre 2018 e 2021, com quem também tive o prazer de atuar como chefe da missão do Parlasul, que sempre se encontrava, antes da pandemia, em Montevidéu: "Nos últimos meses, a produção de bens (agronegócio, indústria e construção civil) foi o principal motor do crescimento econômico. O setor de serviços continua sofrendo as consequências das medidas de contenção da pandemia, que afetou sobretudo o comércio e o turismo. No futuro próximo, espera-se que a melhora na situação sanitária favoreça a retomada da atividade econômica, particularmente no setor de serviços".

No tocante à comunidade brasileira, estima-se que ela seja composta de aproximadamente 20 mil pessoas. Esse conjunto de nacionais é atendido por importante rede consular que se faz presente de forma destacada na área de fronteira entre os dois países.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas registro mais uma vez a minha satisfação de poder relatar esta mensagem que o Presidente envia até nós que faz do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Brasil, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Nelsinho Trad, sempre diligente com seus relatórios e muito prático, objetivo.

Vamos adiante com a exposição do Embaixador.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES (Para expor.) – Perfeito.

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Relator de minha mensagem, a quem eu agradeço especialmente; Sras. e Srs. Senadores; senhoras e senhores; esta Comissão me põe numa situação um pouco difícil que é a de falar depois do Embaixador Danese, que é meu grande guru na carreira e meu chefe em outras ocasiões. Por sorte, eu fui Embaixador no Peru antes dele – então, não vai poder haver muita comparação nesse ponto.

Antes de tudo, gostaria de dizer que é uma honra voltar a esta Comissão. Como já pude atestar em duas ocasiões anteriores, comparecer diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes, senão o mais importante, da carreira de um diplomata.

Desejo também registrar meus agradecimentos ao Senhor Presidente da República por ter submetido à apreciação do Senado a escolha de meu nome e também ao Embaixador Carlos França, outro amigo, que indicou meu nome ao Presidente.

Não pretendo tomar o tempo desta Comissão repetindo uma série de informações que sei são de amplo conhecimento. Afinal de contas, o Uruguai é um país bastante conhecido de todos nós. Então, eu vou evitar talvez entrar em tantos detalhes sobre a história do Uruguai...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Aliás, quero registrar que, no dia 27 de novembro próximo, nós teremos a final de Flamengo e Palmeiras, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Montevidéu, da Copa América, e que há um *frisson* muito grande entre os flamenguistas e palmeirenses para irem até esse país.

Obrigada. (*Risos.*)

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – Não posso, no entanto, deixar de sublinhar, mesmo correndo o risco de ser um pouco repetitivo, algumas obviedades que em minha opinião condicionam em grande medida as relações do Brasil com o Uruguai.

Fomos e somos atores protagonistas da história da formação social e econômica da região da Bacia do Prata, onde estamos inseridos juntamente com outros parceiros e sócios da maior importância para o Brasil. Compartilhamos uma fronteira binacional viva, economicamente dinâmica, social e culturalmente permeável, de mais de mil quilômetros. E, não menos importante, somos membros fundadores do Mercosul, organismo que no dia 26 de março completou 30 anos. Enfim, nos unem hoje ao Uruguai laços físicos, geográficos, econômicos, socioculturais e históricos mais profundos do que com qualquer outro país.

O documento Planejamento Estratégico, da Embaixada do Brasil, o meu plano de trabalho, ora submetido à Comissão, relaciona de forma bastante pormenorizada nove áreas de atuação previstas para ação do chefe da missão em Montevidéu. O tempo me impede, infelizmente, de abordar aqui todas essas áreas. Escolhi, então, alguns pontos para realçar.

O Brasil é o maior exportador de produtos para o Uruguai e o segundo maior destino das exportações do Uruguai. Apenas esses dados dão bem a dimensão da importância do Brasil para o Uruguai.

Em 2020, exportamos US$1,7 bilhão e importamos US$1,1 bilhão, com superávit de US$650 milhões. O ano de 2020 não é um bom ano por conta da pandemia, mas, nos anos anteriores, a média do comércio bilateral é de US$4 bilhões e, mais importante, a média do superávit brasileiro é de US$1,5 bilhão anuais.

Acredito que, sobretudo diante das dificuldades impostas ao comércio internacional pela pandemia pela qual atravessa o mundo, é da maior importância fortalecer a relação comercial entre o Brasil e o Uruguai. A embaixada deverá articular ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para a América do Sul, além de investir no desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificar novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico.

No que se refere a alguns pequenos pontos, só para mencionar alguns pequenos pontos de comércio mais imediatos que têm de ser tratados, está, por exemplo, a situação da erva-mate, que é um interesse brasileiro, a questão das zonas francas, que é um interesse do Uruguai, e a questão do açúcar, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, que foi introduzido nessa negociação pelo Brasil – o Brasil negociaria vantagens adicionais para as zonas francas uruguaias em troca da liberação do comércio do açúcar, hoje ainda sob o regime de cotas no âmbito do Mercosul. A embaixada deverá gestionar para que o Uruguai apresente contrapropostas sobre esses três temas no contexto das negociações da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica n° 2, que é o acordo que, no âmbito da Aladi, nos junta ao Uruguai.

Queria agora tratar um pouquinho da questão de agricultura e da agroindústria. Não é possível falar de Uruguai sem mencionar agricultura e agroindústria. No campo da agricultura e da agroindústria, além do incentivo ao comércio bilateral de produtos agrícolas, que é muito importante, atenção especial deve ser dada às inovações tecnológicas que, tanto no Brasil quanto no Uruguai, têm garantido maior produtividade do setor agrícola com menor impacto ambiental. Cooperação no desenvolvimento tecnológico voltado ao agronegócio pode habilitar nossa região a competir em melhores condições em outros mercados.

Nesse sentido, quero apenas destacar duas possibilidades de cooperação técnica entre os dois países: a cooperação baseada no sistema uruguaio de rastreamento do rebanho bovino, a partir de contatos entre a Cámara Uruguaya de Tecnologias de la Información (Cuti), entidade privada e sem fins lucrativos, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e a cooperação, sempre possível e desejável, entre a Embrapa e o Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria do Uruguai. Deve ser prioridade para a embaixada identificar outras áreas onde a cooperação técnica entre os dois países possa ser frutífera.

Eu queria mencionar um detalhe. No campo energético, o relacionamento bilateral tem ganhado relevância em particular no que tange ao comércio de energia elétrica. No momento em que vivemos no Brasil problemas energéticos por conta da crise hídrica, é preciso mencionar um fato bastante interessante.

Nos primeiros sete meses de 2021, o principal produto de exportação para o Brasil do Uruguai foi energia elétrica. Brasil e Uruguai contam com uma infraestrutura de transmissão compartilhada que tem sido utilizada para abastecer parte da demanda brasileira. Assim, os excedentes de energia limpa, de origem eólica, gerados pelo Uruguai têm contribuído para mitigar os efeitos da crise hídrica que afeta os níveis dos reservatórios hidrelétricos brasileiros.

Outra curiosidade, nesse particular de eletricidade, é que a eletricidade produzida no Uruguai provém de fontes renováveis. Por exemplo, em 2020, 94% da energia elétrica do Uruguai foi produzida por fontes renováveis: 41%, eólica; 30%, hidrelétrica; 20%, térmica de biomassa; 3%, solar. Em 2018 tinha sido ainda maior essa porcentagem: 97% da energia elétrica havia sido produzida de fontes renováveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o Uruguai tem sido um grande parceiro do Brasil no contexto atual da crise hídrica. Caberá à embaixada contribuir para o processo de fortalecimento dos mecanismos de comércio bilateral de energia, ao apoiar o diálogo entre as autoridades competentes dos dois países, com vistas a promover a complementação entre os dois mercados nacionais de energia, facilitando, quando necessário, a exportação de energia elétrica uruguaia para o Brasil.

Queria agora tratar de outro tema. Eu vou em temas pontuais da agenda, mais ou menos seguindo o que está no plano de trabalho.

Queria falar de turismo. Queremos trabalhar com o Uruguai na reativação segura dos fluxos turísticos entre os dois países, bruscamente interrompido por conta da pandemia de covid-19. Queremos estreitar nossa coordenação no processo de reabertura gradual das fronteiras, a fim de favorecer a integração e a segurança da circulação rodoviária entre os nossos países. Uma ação nesse sentido é trabalhar, por exemplo, para que a carteira nacional de habilitação brasileira e o certificado de registro dos nossos automóveis possam ser aceitos de forma digital no Uruguai, como é no Brasil. O Brasil não vê maiores dificuldades nesse ponto; o Uruguai, ao contrário, acha que há empecilhos, obstáculos legais, e eu acho que caberá à embaixada participar na construção de uma solução para essa questão.

O Uruguai é o quinto maior emissor de turistas para o Brasil. Em 2018, foram 348 mil uruguaios visitando o Brasil. É um mercado importantíssimo que tem que ser desenvolvido. A embaixada deve trabalhar principalmente em conjunto com o Comitê Visite Brasil. É um comitê interessante, formado pela Embratur e por operadores locais e brasileiros de turismo, que o meu colega Danese vai poder ver: funciona muito bem em Lima, já estava instalado em Lima antes, e agora, recentemente, foi instalado em Montevidéu.

É preciso incentivar ações promocionais com destino turístico variado junto ao público consumidor potencial, operadores turísticos e influenciadores. É preciso também fortalecer o diálogo com a Embratur e tomar medidas objetivas com a participação em grandes feiras de turismo, organização de seminários e o apoio a iniciativas de Estados e Municípios brasileiros que desejem promover o seu turismo junto ao mercado uruguaio. Eu acho que aí a embaixada tem uma participação muito importante em receber as agências de turismo dos governos e dos Municípios para, realmente, fazerem propaganda, às vezes, pontual de Municípios e Estados brasileiros. Foi algo que eu pude fazer quando estava em Lima e espero poder fazer agora, de novo, uma vez mais, no Uruguai, se contar com a aprovação desta Casa.

Gostaria agora de tratar um pouco do Mercosul. Sei que me arrisco a entrar um pouco em seara alheia. Os temas do Mercosul são da alçada da Delegação do Brasil junto à Aladi, e não da Embaixada do Brasil, das embaixadas nos respectivos países, mas a integração é um preceito constitucional, o Brasil e o Uruguai são sócios fundadores do Mercosul, o que eu acho, me habilita a dar uns palpites também para tratar do tema, principalmente quando eu quero me referir ao relacionamento do Brasil com o Uruguai e de como o Uruguai vê o Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Uruguai, tradicionalmente, é defensor da abertura comercial, o que tende a se traduzir, no Mercosul, em apoio aos esforços de dinamizar agendas externas e internas do bloco. No que se refere ao relacionamento externo, o Uruguai tem defendido historicamente maior dinamismo da agenda negociadora. É interesse do país concluir, com a brevidade possível, a revisão dos textos dos acordos com a União Europeia e com o Efta, bem como os processos negociadores que estão em curso com a Coreia do Sul, Canadá e Singapura.

O Uruguai percebe o Brasil como um aliado em suas iniciativas de flexibilizar o Mercosul. Vale a pena registrar que uma das características distintivas do bloco, na porta para as exportações uruguaias, é a diversificação. O Uruguai é um país conhecido pelas suas exportações agrícolas, de carne, de leite e derivados, mas, no caso dos países do Mercosul, o Uruguai exporta plásticos, malte, autopeças, veículos, trigo, óleos, gordura, energia elétrica e vinho, e, à exceção de energia elétrica e automóveis, além do mais, são todos produtos de pequenas e médias empresas.

Em resumo, o Mercosul é um grande negócio para o Uruguai.

Integração física e fronteiriça. Eu acho que aqui talvez seja a parte mais importante do futuro Embaixador do Brasil no Uruguai. Na área de fronteira do Uruguai, vivem 10% da população do país. É na fronteira que Brasil e Uruguai mais se integram e interagem. A fronteira tem de ser uma das – senão a principal – prioridades da Embaixada. É imprescindível que avancemos em planos de infraestrutura fronteiriça que promovem a integração econômica.

Temos a oportunidade de produzir resultados por meio de projetos que estão parados há anos, como a dragagem da Lagoa Mirim, no Canal do Sangradouro de São Gonçalo, para a conformação da Hidrovia Uruguai-Brasil, que tem um custo relativamente baixo e grande potencial de impacto positivo, podendo ligar, em esquema multimodal ferroviário fluvial, do Porto de Montevidéu até São Paulo, e a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, que permitirá, inclusive, a restauração da ponte histórica que hoje funciona, a Barão de Mauá. A obra da dragagem está orçada em R$28 milhões e a nova ponte, em R$160 milhões.

É importante discutir alternativas financeiras em meio aos desafios orçamentários apresentados pela crise sanitária e até mesmo pelo teto de gastos. Para o caso da hidrovia, está sobre a mesa a possível privatização dos serviços, mas, em ambos os casos, soluções podem estar no financiamento binacional, podendo ser exploradas soluções junto a instituições como o BID, CAF e – aqui vou voltar ao que disse recentemente a nossa Presidente – o Banco dos Brics, hoje presidido por um colega brasileiro, Marcos Troyjo. Ainda em setembro de 2021, o Uruguai foi um dos três primeiros países admitidos no contexto da expansão do banco – foi agora em setembro, essa notícia é muito recente.

Ainda na área de infraestrutura, também merecem atenção projetos como a interconexão da malha ferroviária dos países, com ativação da conexão ferroviária entre Rivera e Santana do Livramento, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

navegabilidade do Rio Uruguai, da Hidrovia Uruguai, ao norte da represa de Salto Grande. Esse último projeto, de grande interesse para o Presidente Lacalle Pou, que já se manifestou várias vezes a favor.

Também na área da fronteira, a Embaixada tende a atuar, entre outros pontos, na promoção da cooperação entre as autoridades de ambos os países com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais, ao incentivo à cooperação na área de educação, cultura, com ênfase na promoção da língua portuguesa – nós temos que cada vez mais ensinar português – e na cooperação aduaneira e tributária – nós temos que, cada vez mais, facilitar o comércio.

Estando na sede do Senado da República, não podia deixar de abordar uma questão que me é especialmente grata: a diplomacia parlamentar. O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Uruguai ainda não foi instalado. A liga parlamentar Uruguai-Brasil conta com doze membros, quatro Senadores e oito Deputados. Tanto o grupo de amizade interparlamentar pelo lado uruguaio quanto o grupo parlamentar de amizade pelo lado brasileiro podem ter papel importante como instrumento efetivo de fortalecimento das relações parlamentares e bilaterais como um todo.

Os senhores e as senhoras vão me permitir – isso eu escrevi aqui –, caso eu seja aprovado como futuro Embaixador em Montevidéu, ser insistente na necessidade de conformação efetiva do grupo, que está esperando já há alguns anos para ser conformado, já que agora o lado uruguaio já tem o grupo deles conformado. Fica aqui a minha sugestão e pedido ao Senado.

Na área das relações parlamentares da América do Sul é preciso destacar ainda a recente realização, por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, do primeiro encontro de Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos países da América do Sul. Iniciativas como essas, só colaboram para as boas relações entre os países da região.

Por último, não poderia deixar de tocar em um assunto atual, mas que confesso preferiria não fosse mais parte do tema do relacionamento bilateral, mas é, que é a questão do combate à pandemia da covid-19, doença que afetou ambos países de forma muito séria. A covid-19 foi a principal causa de mortes no Uruguai durante o primeiro semestre de 2021. No período, foram registrados 4.888 óbitos decorrentes da enfermidade, que vitimou mais do que doenças circulatórias, comumente à frente nessas estatísticas.

Em todo 2020 o Uruguai registrou 181 mortes e foi apontado como exemplo regional no enfrentamento da doença. Em abril de 2021, no entanto, momento mais crítico da emergência sanitária, chegou a apresentar as maiores médias semanais de contágio e óbitos por habitantes do mundo. Foi o país mais afetado. A magnitude do impacto da covid-19 na demografia uruguaia pode ser inferida pela previsão de que neste ano o número de mortes superará o de nascimentos, e a expectativa de vida dos uruguaios recuará alguns meses.

No segundo semestre do ano, a situação mudou completamente. O Uruguai é hoje o país com maior cobertura vacinal no continente americano: 74% já têm a cobertura total, com as duas doses. Em meados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de junho teve início recuo acentuado e consistente na taxa diária de contágios, atualmente de cerca de 150 pessoas, após um pico de 4 mil em maio, e óbito de uma pessoa por dia, frente aos 79 em abril.

Mais de mil quilômetros de fronteira viva e permeável nos unem ao Uruguai. É, portanto, óbvio que tenhamos interesse em coordenar esforços no combate a epidemias. Na realidade, a cooperação no combate à epidemia de covid-19 foi e continua sendo um exemplo de atuação pragmática e construtiva...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode terminar.

O SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES – Impossível negar a grande importância dos protocolos sanitários conjuntos que os nossos países acordaram para as cidades binacionais. O primeiro desses protocolos, em Santana do Livramento e Rivera, firmado em 26 de junho de 2020, foi pioneiro e rapidamente estabeleceu as bases para protocolos que se seguiram entre Quaraí, Artigas, Barra de Quaraí e Bella Unión.

Senhoras e senhores, Srs. Senadores, nesta breve apresentação, eu apenas arranhei a superfície do tema. Há um número infindável de questões que ainda podem ser tratadas aqui. No Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil, documento que já foi entregue à Comissão, são abordadas possíveis ações do chefe do posto em Montevidéu de uma forma bastante mais pormenorizada.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns, Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, pela sua apresentação. Gera entusiasmo tanto a sua como a do Danese, por tantas coisas que há para fazer. E eu tenho certeza de que farão um grande trabalho, com os demais diplomatas que aqui estão, que irão para o Haiti, para o Congo, todos com muita disposição e boa vontade de trabalhar.

Agora, vamos para o último embaixador a ser sabatinado. Eu o convido para a substituição...

O Embaixador Danese, pela idade, não pela idade, mas pelo tempo de serviço ao Itamaraty e à diplomacia, ficará sempre aqui à mesa, com essa deferência.

Muito obrigada, Embaixador Raposo.

Convido o Sr. Breno de Souza Brasil da Costa para se dirigir à mesa, para ser sabatinado. Ele irá para a Nicarágua.

Por favor, já coloquem o mapa da Nicarágua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todas as nossas apresentações, nós sempre colocamos ali o mapa, para posicionar todos que nos estão assistindo e também os nossos colegas Senadores. É sempre bom visualizar. Eu sou apaixonada por mapas e acho que todo mundo também gosta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Soraya Thronicke

Relatório: pela aprovação.

A nossa Relatora é a competente Senadora do Mato Grosso do Sul Soraya Thronicke.

O seu relatório já está pronto para deliberação.

Eu estou, desde o início, e não quero me esquecer, porque é o último... Eu queria que o Embaixador Breno explicasse para quem nos acompanha o que é ser um Ministro de Segunda Classe, que, aliás, acho um nome péssimo. Desculpe-me! (*Risos.*)

Quem nos ouve e nos assiste acha que é um nome até depreciativo. Não é, gente! É o cargo que tem esse nome horroroso. Eu até sugiro ao Itamaraty que proponha uma mudança neste termo "Segunda Classe", porque não é bom para o Brasil e, principalmente, para os nossos diplomatas. Apequena o tamanho do diplomata, sem nenhuma razão, apenas por esse nome horrível.

Então, o senhor explique o que é um Ministro de Segunda Classe, por gentileza, quando chegar a sua oportunidade de falar.

Passo a palavra, então, à nossa Relatora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar dizendo que hoje eu não vou sair com tanta dor na consciência daqui porque tenho a certeza de que fiz um belo voto sobre os nossos embaixadores e porque eu vou visitar o Dr. Marcelo e a Dra. Juliana, porque isto aqui não é coisa que se faça! (*Risos.*)

Isto aqui está uma delícia, mas deixa a gente com a consciência tão pesada! Comer antes do almoço? Isso não é coisa que se faça! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só uma mulher para fazer essas observações.

Então, eu informo aos nossos embaixadores que aqui estão que, toda quinta-feira, há um mini lanche simples para aquecer o coração daqueles que estão aqui nos visitando. A comida acolhe, a comida abriga, une as pessoas. Eu sempre tive isso em mente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por isso é comemoração!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Soraya, por fazer essa lembrança.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Eu quero parabenizar todos os embaixadores que por aqui passaram e vou iniciar a leitura do meu relatório, agradecendo a indicação da relatoria para o Embaixador Breno, pelo que fico muito honrada, Sra. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Breno de Souza Brasil Dias da Costa, Ministro – vou pular, não vou falar isso – de Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Eu vou abrir meus votos: votei "sim" para todos, com muita honra.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. Breno de Souza Brasil Dias da Costa nasceu em 13 de dezembro de 1958 no Rio de Janeiro. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1981, e possui mestrado em Política Exterior e Diplomacia, que foi concluído em 2021, pela Universidade de Defensa de Honduras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ingressou na carreira diplomática em 1988, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2006, com a tese "Os Estados Unidos e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Evolução da Posição Norte-Americana e seus Efeitos sobre a Candidatura Brasileira a Membro Permanente do CSNU".

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty: foi assistente da Divisão de Ásia e Oceania II (1989-1990), assessor dos Departamentos da Ásia e Oceania (1990) e das Américas (1990-1991), subchefe da Divisão de América Central e Setentrional (1999-2003) e chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis (2008-2010).

No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Lagos (1991-1993), Londres (1993-1996), Caracas (1996-1999), Washington (2003-2006) e Assunção (2006-2008), além de ter sido ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (2012-2016) e Embaixador do Brasil em Tegucigalpa (desde 2016).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Nicarágua, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

A grave crise política pela qual a Nicarágua passa desde 2018 tem exercido impacto relevante na inserção internacional do país. Afora seus tradicionais aliados, notadamente Cuba e Venezuela, o regime sandinista vem enfrentando progressivo isolamento externo, cuja face mais ostensiva – para além das condenações em foros multilaterais, com destaque para a OEA e o Conselho de Direitos Humanos da ONU – é a recorrente aplicação de sanções, em especial pelos Estados Unidos e a União Europeia e, em menor medida, por Canadá, Suíça e Reino Unido.

Em razão de seu isolamento internacional, a Nicarágua tem procurado diversificar suas relações externas, buscando alternativas ao grande peso relativo dos Estados Unidos na América Central, bem como ao papel da União Europeia em iniciativas de cooperação. Nesse contexto, aprofundou seus laços com Venezuela e Cuba, no âmbito da Alba, assim como tem buscado o apoio da Federação Russa, do Irã e da Turquia, principalmente.

Sendo um dos poucos países do globo que ainda reconhecem Taiwan, a Nicarágua tem-se beneficiado da cooperação formosina, que, com a retração de outros parceiros tradicionais como a União Europeia e os Estados Unidos, transformou-se na principal fonte de cooperação bilateral, cujo aporte não reembolsável já se aproxima a US$25 milhões anuais.

Apesar dessa estratégia de diversificação, os Estados Unidos seguem no papel de principal parceiro comercial e inescapável referência da política externa da Nicarágua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo depois da longa série de anos de crescimento acentuado, a Nicarágua figura como o segundo país mais pobre das Américas, atrás apenas do Haiti. No último ranking do IDH, publicado em 2020, a Nicarágua figurou em 128º na lista, abaixo do que ficara no ano anterior (126º). O desemprego e o subemprego são problemas crônicos enfrentados pelo país. Apenas em 2016 o PIB *per capita* da Nicarágua superara o valor (atualizado) que tinha em 1978, último ano da era Somoza.

Hoje, com a retração econômica, outra vez esse indicador voltou a ser inferior ao que fora alcançado na era Somoza. Evidentemente, agora a Nicarágua possui uma população muito maior e desfruta de uma distribuição de riqueza menos desigual, ainda que siga sendo bastante desigual.

A conjuntura de crise política, desde 2018, interrompeu bruscamente a tendência de crescimento da economia nicaraguense. Em 2015, o crescimento anual do PIB fora de 4,8%, valor que oscilou para 4,6%, em 2016, e os mesmos 4,6%, em 2017. Já em 2018, o PIB sofreu uma queda de 3,4%, e novas quedas de 3,7%, em 2019, e 2%, em 2020. Com a crise, os investimentos estrangeiros foram paralisados, a atividade turística reduziu-se a quase zero – perda de US$420 milhões em receita e de 130 mil empregos, apenas em 2018 –, e o comércio e a construção civil foram igualmente prejudicados. Projeções do Governo nicaraguense para 2021 indicam crescimento do PIB de 2,5%, devido a incremento dos gastos públicos, das remessas, dos investimentos estrangeiros diretos e das exportações.

Tendo em vista as dificuldades de comunicação direta, o reduzido tamanho do mercado nicaraguense e a pouca competitividade dos produtos no mercado brasileiro, o comércio Brasil-Nicarágua é modesto, estruturalmente desequilibrado em favor do Brasil e concentrado, de lado a lado, em poucos produtos. Como resultado da crise política e da emergência sanitária no país centro-americano, o total comerciado entre os dois países vem-se reduzindo de forma significativa. Com a retomada da economia nicaraguense, prevista já para 2021 e mais fortemente a partir de 2022, a expectativa é de que essa tendência negativa se reverta.

Em 2017, o fluxo total de comércio alcançou US$116,7 milhões, respondendo as exportações brasileiras para a Nicarágua por US$113,7 milhões desse total. No ano seguinte, houve uma pequena variação negativa para US$113,9 milhões no total do comércio, com US$94,8 milhões de exportações brasileiras.

Em 2019, o fluxo de comércio bilateral totalizou US$73,6 milhões. As exportações brasileiras somaram US$69,5 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US$4,1 milhões. A balança bilateral registrou superávit para o Brasil de US$65,4 milhões.

A pauta exportadora para a Nicarágua foi composta, naquele ano, de milho não moído (39%); máquinas agrícolas (6,9%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (3,1%); e tratores (3%). A pauta importadora compôs-se sobretudo de resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (53%); calçados (17%); frutas, preservados e preparações (10%); e matérias brutas de animais (7%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, o fluxo de comércio bilateral totalizou US$64 milhões, um decréscimo de 13% em relação a 2019. As exportações brasileiras somaram US$62 milhões (queda de 10%), ao passo que as importações brasileiras totalizaram US$2 milhões (queda de 63%).

A pauta exportadora para a Nicarágua no período foi composta de arroz (14,7%) milho (9,1%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (8,2%); máquinas e aparelhos para colheita (6,8%) e tratores (4,8%). A pauta importadora foi composta sobretudo de resíduos de alumínio (53,5%); roupas e calçados (12,1%) e charutos, cigarrilhas e cigarros de tabaco (10,1%).

O Brasil tem privilegiado o relacionamento com a Nicarágua no âmbito da OEA, mantendo-se as relações propriamente bilaterais em compasso de espera até que se alcance alguma forma de acomodação interna.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, a não ser nosso parecer absolutamente favorável.

Quero acrescentar, Sra. Presidente, que nós tivemos uma conversa ontem, lá no meu gabinete. Foi uma conversa preliminar, bastante profícua. Gostei de saber da consciência que o Embaixador Breno tem acerca dos problemas políticos que esses países enfrentam. Ele enfrentou uma situação peculiar, como nós sabemos, a questão da Venezuela; agora em Honduras; e tem essa missão na Nicarágua também para enfrentar. São questões políticas e, neste momento de tanto antagonismo, de tantas guerras políticas, é importante a indicação de um embaixador que já tenha essa experiência.

Desejo ao Embaixador Breno todo o sucesso e que ele possa cooperar, aumentar cada vez mais essa cooperação, e fazer com que os dois países cresçam simultaneamente. Para crescer também aqui as nossas Américas, é importante que tenhamos essa relação bastante saudável e que o senhor seja muito feliz nessa sua missão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Soraya, um excelente, excelente relatório, muito obrigada.

Agora, concedo a palavra ao Embaixador Breno de Souza Brasil Dias da Costa, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua, por 20 minutos.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente, agradeço a oportunidade dessa sabatina; obrigado também à Senadora Soraya Thronicke por haver aceitado essa relatoria e obrigado por suas generosas palavras.

Antes de começar a minha exposição e atendendo à solicitação da Sra. Presidente, eu queria esclarecer que Ministro de Segunda Classe – e eu concordo plenamente com V. Exa. que é um péssimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome – é uma das classes da carreira diplomática, começando com o Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe, que normalmente é confundido com embaixador.

Na verdade, o Embaixador é a função no posto, ou seja, um Ministro de Primeira Classe pode ser embaixador em determinado posto, assim como Conselheiros ou Ministros de Segunda Classe podem ser Embaixadores também, como qualquer pessoa inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Secretário pode? Primeiro-Secretário pode?

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Não.

O mínimo é Conselheiro, dependendo do nível do país.

Mas, evidentemente, há indicações políticas para as embaixadas e qualquer pessoa, designada pelo Senhor Presidente da República, pode exercer a função de embaixador em determinado país.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – O.k.

Obrigada.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA – Sra. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu pretendo dividir a minha apresentação em quatro partes curtas. Primeiro, apresentando alguns dados básicos para situar a situação da Nicarágua; depois, falar um pouco do contexto centro-americano; em terceiro lugar, falar das peculiaridades da Nicarágua; e, quarto e último lugar, mas não menos importante, tratar de questão do planejamento estratégico que nós mencionamos aqui.

Inicialmente, eu quero situar a Nicarágua dizendo que é um país com 6,6 milhões de habitantes. É um país pequeno, de 130 mil quilômetros quadrados, mas é o maior da América Central; corresponderia mais ou menos ao Estado do Amapá ou um pouco menos do que o Ceará. É um país que tem um PIB reduzido, de US$13 bilhões; um déficit crônico na balança comercial, ou seja, exporta muito menos do que importa. As exportações, como a Senadora Soraya mencionou, são eminentemente agropecuárias, sobretudo, café, açúcar, carne, e as importações são de máquinas, produtos manufaturados e bens de consumo não duráveis também.

É um país que tem uma forte dependência dos combustíveis fósseis, mas, em termos econômicos, vinha apresentando um bom desempenho de 2000 até 2017, com um crescimento médio de 4% ao ano, o que para a região e para muitas áreas do globo terrestre é um crescimento bastante razoável. Entretanto, a partir de 2018, com a crise política mencionada pela Senadora, o país sofre um baque, tem uma reversão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse crescimento econômico e vive hoje uma situação de estagnação, com uma queda acentuada em 2018, em 2019 e em 2020, evidentemente com a piora causada também pela pandemia de covid-19.

Em termos políticos, cabe destacar a Revolução Sandinista, que em 1979 consegue acabar com mais de quarenta anos de ditadura da família Somoza. Assume a Junta de Reconstrução Nacional exatamente o Daniel Ortega, que atua como um Presidente de fato até 1990. Ele foi eleito Presidente oficialmente em 1984, ou seja, a partir de 1985 a 1990, ele exerce a função de Presidente de fato e de direito, mas em 1990 ele perde as eleições.

A década de 80 na Nicarágua foi toda uma década perdida no sentido de haver uma guerra civil. Então, estavam sandinistas no poder e os contra atuando com o apoio dos Estados Unidos.

Em 1990, Daniel Ortega perde as eleições para Violeta Chamorro, e se inicia um período em que a oposição exerce o Executivo até o ano de 2006, quando Daniel Ortega consegue outra vez vencer as eleições e, a partir de 2007, assume mais um mandato.

Ele consegue a reeleição através de alterações nas leis do país que proibiam a reeleição – ele consegue reverter essa situação – e é reeleito em 2006, em 2011 e em 2016. Agora, este ano, no dia 7 de novembro, nós teremos eleições, e Daniel Ortega concorre a um quarto mandato consecutivo. A probabilidade de vitória é muito grande, tendo em vista que sete dos pré-candidatos presidenciais e representantes da oposição ou estão em cárcere, em prisões, ou estão em prisão domiciliar. Então, as eleições evidentemente dificilmente poderão ser justas, transparentes.

Caberia falar um pouco também do contexto centro-americano para explicar a Nicarágua. É um país fortemente dependente dos Estados Unidos, é um país com alto nível de pobreza, atualmente mais de 30% da população nicaraguense vive na faixa da pobreza e mais de 8% em pobreza extrema. É um país em que a emigração é um fator predominante, assim como em toda região centro-americana. Isso tem esse lado negativo da exportação de cérebros, mas em compensação tem o lado positivo das remessas que esses expatriados fazem de divisas para a Nicarágua. Ela não é tão importante como no caso de El Salvador, de Honduras e da Guatemala, mas ainda assim representa 13% do PIB do país, ou seja, os expatriados nicaraguenses remeteram cerca de US$1,7 bilhão para a Nicarágua, o que aporta divisas internacionais ao país.

Há peculiaridades da Nicarágua que eu acho que valeria a pena ressaltar. A primeira delas é o fato de que a despeito desse conflito ideológico, a despeito de a Nicarágua ser apoiada por Rússia, China, Cuba, Venezuela, ela tem uma relação muito prática com os Estados Unidos, que continuam a ser o principal parceiro, o principal aliado comercial da Nicarágua.

A Nicarágua mantém acordos de livre comércio com o México, com o Panamá, com a República Dominicana, com o Chile. Participa, no âmbito da região centro-americana, de acordo de livre comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os Estados Unidos, tem uma associação também com a União Europeia, ou seja, nesses aspectos, o Governo nicaraguense é bastante prático.

Além disso, como ressaltou a Senadora Soraya, é um dos poucos países do mundo que reconhece o Governo de Taiwan. Na região centro-americana, Honduras e Nicarágua reconhecem o governo de Taiwan, em detrimento da China continental.

Eu gostaria agora de falar um pouco também da questão do planejamento estratégico.

Evidentemente, como já foi mencionado aqui, a Nicarágua vive, neste momento, um isolamento internacional e, como bem mencionado pela Senadora Thronicke, nós estamos, em termos de relações bilaterais, numa espécie de compasso de espera. Desde 2016, as relações bilaterais sofreram alguns percalços, primeiro pela mudança de Governo no Brasil e depois pela própria crise política na Nicarágua. Com essa situação, evidentemente, o Brasil se distanciou, assim como a maior parte dos países da comunidade internacional, e toda nossa relação ficou nesse compasso de espera.

O grosso da nossa atividade com a Nicarágua reside na cooperação técnica, e os nossos projetos de cooperação técnica com a Nicarágua também sofreram uma suspensão temporária. Alguns deles encerraram seu prazo e não foram renovados, outros, que estavam programados, tiveram que ser colocados em espera até que novamente possamos ter uma relação com a Nicarágua no nível que deveríamos ter.

Evidentemente, essa situação especial limitará a minha atuação na Nicarágua. Eu dependerei, evidentemente, das instruções que o Governo brasileiro me der nesse sentido, mas isso também não impede a minha atuação, ou seja, não impede que o Embaixador do Brasil na Nicarágua busque oportunidades de defender os interesses brasileiros, sejam esses interesses comerciais, seja o caso das candidaturas brasileiras, ou seja, nós continuaremos, a Embaixada, ademais do seu papel de manutenção de remessa de informações regulares, constantes e fidedignas sobre a situação sociopolítica e econômica na Nicarágua, evidentemente, também desempenhando o papel de defender os interesses brasileiros, inclusive do setor agropecuário, que é onde nós temos uma relação mais forte.

Evidentemente, caberá à Embaixada também seguir prestando serviços consulares de qualidade à comunidade brasileira, que se reduziu um pouco atualmente – vivem mais ou menos 300 brasileiros na Nicarágua –, mas, até por conta dessa situação de isolamento internacional que vive o país, é importante essa assistência à comunidade brasileira lá. Isso foi importante também na questão da repatriação de brasileiros quando do início da pandemia de covid. O Itamaraty promoveu voos de repatriação de brasileiros em toda a região centro-americana, assim como em todo o resto do mundo.

Outro ponto importante em que caberá à Embaixada atuar será na promoção da língua portuguesa. Nós temos, em Manágua, o Centro Cultural Brasil-Nicarágua, que é muito ativo, que tem um número razoável de estudantes do português. Cabe, evidentemente, à Embaixada estimular o ensino da língua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portuguesa. Nós iniciamos o ensino do português em diversas universidades nicaraguenses também. Então, vamos tentar ampliar essa rede de ensino da língua portuguesa na Nicarágua. Isso eu já fiz em Honduras e pretendo estabelecer também no caso da Nicarágua.

Por último, uma questão bastante importante, que é a defesa dos direitos humanos, a defesa das liberdades democráticas, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, evidentemente com uma atuação que sempre leve em consideração o respeito à soberania do país, mas o Brasil, assim como os principais países do mundo, não pode deixar de pautar a sua atuação no sentido de incentivar o Governo hondurenho a retomar as garantias democráticas, a defender esses direitos.

E nós temos várias formas de fazer isso. A embaixada pode atuar em conjunto com a representação de outros países em Manágua, e nós temos feito isso de uma forma coordenada, mas, evidentemente, o Brasil pode atuar em organismos regionais e multilaterais, com a OEA e a ONU, na defesa desses princípios.

Evidentemente, caberá à embaixada munir, municiar tanto o Itamaraty como as nossas representações nesses fóruns internacionais de informações que sejam confiáveis. Esse é um dos grandes problemas na Nicarágua. Como há um controle muito severo dos meios de comunicação, é difícil a obtenção de informações fidedignas. Os órgãos oficiais, evidentemente, produzem estatísticas que não necessariamente correspondem à realidade do país.

Então, é importante que a embaixada esteja sempre atenta aos dados que são divulgados por organismos internacionais, pelas principais instituições financeiras internacionais, que estão todas representadas lá, na Nicarágua, acompanhando esses dados, checando também com as demais embaixadas, com outros países que têm condições de obter dados mais confiáveis acerca da Nicarágua.

Então, em termos gerais, são esses os objetivos a que eu me proponho neste primeiro momento. Evidentemente, dependendo dos resultados da eleição agora, de novembro, e da situação no País nos próximos anos, essa avaliação poderá mudar, ser alterada, ser flexibilizada, de modo a permitir uma interação maior com o Governo e com a sociedade nicaraguense.

Eu acho que, em linhas gerais, Sra. Presidente, eram esses os pontos que eu queria destacar hoje aqui para as Sras. e os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu tenho uma pergunta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim. A senadora Soraya, por favor, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Embaixador, após a queda de Cabul e essa situação no Afeganistão, eu fiquei sabendo, e conversei com o Embaixador Olyntho, que é Embaixador no Paquistão, e nós não temos uma embaixada no Afeganistão, justamente pela sensibilidade dessas questões diplomáticas, dessas relações. Eu gostaria de saber: a nossa relação não está das melhores com a Nicarágua; após as eleições, se essas relações estremecerem ainda mais, o que pode vir acontecer? Pode vir a acontecer como é o caso de países vizinhos, como o Paquistão e o Afeganistão, de termos uma embaixada, como é o caso, em Honduras, de o senhor ter de permanecer em Honduras, mas também auxiliar questões ali relativas à Nicarágua? Dependemos exclusivamente da vontade desse Presidente eleito? O que pode vir a acontecer? O que o senhor imagina? E quais serão as reprimendas caso essas relações não melhorem?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu gostaria também de complementar – e o senhor já pode responder a tudo junto para otimizar: qual a diferença básica, se é que existe, e eu acho que sim, entre a Nicarágua e a Venezuela hoje? Fale uma diferença básica. Eu sei que o senhor conhece muito, não precisa ser uma resposta muito longa, mas basicamente. E, se o senhor pudesse eleger uma meta, colocar num pódio, qual seria a principal, a que está no coração, na cabeça, com a orientação, claro, do Governo? Qual a sua principal meta na Nicarágua hoje?

Pode responder.

O SR. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Obrigado, Senadora Soraya Thronicke, por sua pergunta também.

Eu acho que a situação lá hoje evidencia... E este é um ponto que V. Exa. tocou e que eu acho que é importante: a manutenção da embaixada nesses países, ainda que as nossas relações estejam vivendo, neste momento, uma situação de uma certa paralisação. Como eu mencionei aqui, a obtenção de dados sobre o país é muito difícil exatamente porque os órgãos oficiais emitem dados estatísticos que, como eu disse, não necessariamente correspondem à realidade. Então, ter uma embaixada em funcionamento nesse país no momento em que o acesso às informações é mais limitado, é mais dificultado torna-se ainda mais importante, ou seja, é fundamental que nós estejamos presentes.

Ter uma pessoa, um representante vivendo no local é muito diferente de ler as notícias através dos jornais. Muita gente confunde o fato e diz: "Ah, não precisamos ter uma embaixada ali; basta a gente acompanhar o que está na imprensa que nós teremos as informações". Não é assim. Primeiro, porque a própria imprensa está bastante censurada; segundo, porque nem sempre a imprensa nesses países atua de modo independente. Eu vejo isso em Honduras, por exemplo. Grande parte dos principais meios de comunicação pertencem à elite local, pertencem a políticos locais que, evidentemente, defendem determinadas tendências e não necessariamente transmitirão informações de maneira independente e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira que permita uma análise real da situação do país. Então, contar com um representante no país é fundamental para se ter essa noção do que de fato está acontecendo ali.

Segundo – e isso talvez tenha relação também com a pergunta que a Sra. Presidente me faz sobre a principal meta –, é importante que o Brasil esteja ali para atuar também na defesa, na garantia das liberdades democráticas. É importante que o Brasil esteja ali, tanto em Manágua quanto nos fóruns internacionais, atuando na garantia dos direitos humanos. E o fato de eu estar lá presente me permite, por exemplo, ter contato com a sociedade civil, o que me dá também mais condições de fazer uma análise da realidade de forma mais isenta, mais adequada, mais fidedigna, porque eu sou um testemunho local. Estando ali, eu tenho a capacidade, da mesma maneira que eu faço em Honduras... Em Honduras, nós temos grupos reduzidos de embaixadores para análises políticas sobre o país, exatamente pela dificuldade também de obtenção de informações fidedignas. Na Nicarágua, isso acontece da mesma maneira. Então, é importante.

Com relação à questão da diferença entre Nicarágua e Venezuela, evidentemente há muitas semelhanças entre os dois países. Nicarágua faz parte da Alba, tem uma vinculação muito forte com a Venezuela, mas eu acho que a Nicarágua não chegou ainda a uma situação em que nós estamos com um bloqueio total de uma voz dissonante. No caso da Venezuela, é muito difícil alguém da oposição se manifestar, ou seja, então, é quase impossível que a oposição consiga transmitir uma mensagem à comunidade internacional do que de fato está acontecendo ali. No caso da Nicarágua, apesar da censura, apesar das limitações e apesar das pressões políticas existentes, ainda existe uma cultura de resistência, uma cultura da oposição de desenvolver formas ou de buscar maneiras de atuar que possam permitir trazer a Nicarágua de novo ao seio da comunidade internacional.

Eu acho que nesse aspecto é ainda mais importante a nossa presença na Nicarágua, porque o Brasil tem um papel importante no sentido de atuar nessa direção, no sentido de insistir em estar junto ao governo nicaraguense para que aja nessa direção.

E, de certa forma, eu acho que a minha presença lá facilitará um pouco isso, porque o atual Chanceler nicaraguense foi representante da Nicarágua na OEA na época em que eu era o representante interino do Brasil lá. Então, eu já tenho um longo histórico de contato com o Chanceler Denis Moncada, e sempre nos respeitamos muito. Apesar das diferenças de opinião, nós sempre desenvolvemos uma relação de muita franqueza e de muito respeito mútuo. Então, eu pretendo exatamente, ao chegar à Nicarágua, se for aprovado evidentemente por esta Casa, poder manter esse tipo de relação com o Chanceler Denis Moncada e, evidentemente, atuar levando a mensagem do Brasil no sentido da defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muitíssimo obrigada, Embaixador. Parabéns por sua apresentação. Muito boa sorte. Claro, num posto tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delicado e difícil como este, o senhor pode contar ainda mais com o Senado Federal, com esta Comissão, no sentido de apoiá-lo diante das dificuldades.

Eu gostaria que, rapidamente, o nosso Embaixador, que pretende o Haiti, pudesse nos dizer a respeito da questão social. Talvez por ignorância minha, eu não saiba, mas existe algum formato de transferência de renda similar ao do Brasil? Não estou falando do dinheiro em si, que o dinheiro sempre falta; eu digo se seria muito difícil o Brasil fazer uma cooperação com o Haiti num sistema de cartão, em que o próprio cidadão teria a condição de receber os seus recursos – e, quem sabe, facilitaria, assim, inclusive, doações internacionais –, para que a pessoa pudesse comprar os seus remédios, a sua alimentação, o seu gás de cozinha. Existe, no seu planejamento, a possibilidade de nós fazermos essa cooperação através do Itamaraty, da agência ABC? E a mesma coisa para a Nicarágua, que também vive dias muito difíceis. Eu acho que seria uma grande ajuda. É um sistema copiado em vários países do mundo o nosso Bolsa Família, que já teve outros nomes. E a gente poderia dar essa contribuição.

E gostaria de saber qual seria, na sua imaginação, como fez o Embaixador Breno, a sua principal motivação no Haiti hoje? A que o seu tempo será mais dedicado, entre tantas coisas que o senhor fará por lá?

Por favor, em dois minutos.

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO – Muito obrigado pela questão, Presidente.

De fato, é uma...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho, Embaixador.

Antes que a Senadora Soraya saia, eu vou propor nesta Comissão um projeto de lei que possa modificar o nome de Ministro de Segunda Classe para Ministro Conselheiro. E eu convido a Senadora Soraya para relatar esse projeto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Com toda a honra. Maravilha! Gostaram do nome?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Gostaram do nome? É esse o nome? O Danese tem experiência; foi ele que inventou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – É Ministro Conselheiro só, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, Ministro Conselheiro. O outro é Ministro de Primeira Classe – aí não há problema, aí fica ótimo, porque esse é elogio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, está com a palavra o Sr. Luís Fernando de Carvalho, por dois minutos.

O SR. LUÍS FERNANDO DE CARVALHO (Para expor.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Rapidamente, como eu mencionei, há uma cooperação muito intensa entre a Agência Brasileira de Cooperação, ou seja, entre o Brasil e o Haiti. E o Haiti, sim, se valeu do conhecimento de vários programas sociais que foram implementados pelo Brasil.

Existe uma questão que é a questão do financiamento. O orçamento anual do governo haitiano, hoje, é de cerca de US$1 bilhão, que não é tão elevado. Agora, a senhora sabe que essa questão de transferência de renda e de programas sociais que envolvam a transferência de renda também estão no radar de organizações da ONU, como, por exemplo o PMA (Programa Mundial de Alimentação), que acha muito melhor você passar recursos para a pessoa do que, simplesmente, por exemplo, fazer a entrega da alimentação – mais ou menos, a história de entregar o peixe e ensinar a pescar. O PMA tem uma reflexão interessante, porque, em alguns países, eles trabalham com distribuição humanitária há mais de 40 anos. Então, o que eles acham é que tem que ter uma estratégia de saída, mas, para não divagar demais, esse é um dos pontos fundamentais da cooperação técnica brasileira. Muita coisa já foi ensinada ao Haiti. Nós temos lá um programa, por exemplo, em relação ao leite, que envolve toda a rede do leite até a entrega para a criança. O Haiti tem algumas dificuldades num programa que seria o programa da cantina escolar, que seria o nosso programa escolar de alimentação, porque 80% das escolas são privadas. E essa continuidade dos programas de cooperação técnica estaria entre as prioridades.

E, como eu disse anteriormente, a prioridade inicial agora se daria, caso eu conte com a aprovação desta Casa, na área consular, porque nós temos uma quantidade muito grande de solicitação de vistos, de vistos humanitários. E, além disso, como eu mencionei para a senhora, há uma questão de 84 crianças brasileiras – ou que podem virtualmente ser brasileiras – que foram deportadas dos Estados Unidos no último mês de setembro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza! Como o da Nicarágua, é um posto muito complexo, mais do que os outros. O Haiti também conta com o total apoio, com um super apoio do Senado Federal e desta CRE.

O Uruguai eu vou pular, porque eu já entendi. A minha ideia coincide com a dele, porque a sua maior prioridade no Uruguai é a integração de infraestrutura logística ali da hidrovia, da ferrovia. Isso é o máximo! Nós precisamos nos dedicar muito a isso.

O da Nicarágua já me respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir ao Congo, ao Congo não, ao Embaixador que pretende o cargo no Congo, Roberto Parente, que diga qual é a sua prioridade número um no Congo, entre tantas outras que, eu tenho certeza, o senhor tem.

O SR. ROBERTO PARENTE (Para expor.) – Sim, Senadora. Obrigado.

Tendo em vista a nossa participação no Conselho de Segurança no ano que vem, eu acho que é fundamental acompanhar a nossa participação na missão da Monusco no Congo. Isso é fundamental, mas eu não poderia descartar aqui a atenção ao incremento que nós tivemos recentemente das nossas exportações. Eu acho que precisamos manter isso, manter esse ritmo e manter esses novos produtos que entraram na pauta recentemente, no ano passado, como aviões e ônibus. Eu acho que são essas duas prioridades. Se for para deixar bem resumido, eu acho que seriam essas duas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O comércio, manter a ampliação do comércio... E qual é a primeira?

O SR. ROBERTO PARENTE – Acompanhar a missão das Nações Unidas no Congo, a Monusco.

A senhora sabe que temos aí o chefe do componente militar na missão, um brasileiro?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Hã-hã! Muito obrigada.

Agora, Danese, eleja o seu ponto máximo, o ápice, aquilo a que você deve se dedicar mais do que os outros temas.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE – Obrigado, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Se houver dois, também pode falar.

O SR. SÉRGIO FRANÇA DANESE (Para expor.) – Sem dúvida! A gente tem muitas ideias, mas eu acho que o objetivo central da nossa Embaixada em Lima deve ser o de continuar o trabalho que vem sendo feito de restaurar a plenitude da relação entre o Brasil e o Peru, que foi muito prejudicada por vários fatores, pela questão da instabilidade política que o Peru enfrentou, pelo problema de que participaram muitas empresas brasileiras, como eu disse, ao lado de outras empresas de outros países e de empresas peruanas, em todo aquele problema da corrupção que afetou muito profundamente a política e, portanto, a administração peruana. E também é uma relação que foi muito afetada pela crise provocada pela pandemia e pela crise que enfrentamos aqui no próprio Brasil. Então, eu acho que restaurar a relação ao grau de excelência que ela alcançou em vários momentos da história mais recente é um objetivo enorme, muito amplo, mas eu acho que deve ser aquilo que orienta a nossa atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai se manifestar na ideia de avançar nos diferentes cursos em que essa relação se desenvolve, na área econômica, na área comercial, na área de cooperação transfronteiriça, na área de cooperação técnica, na área de cooperação educacional e de ensino do português, em tudo isso. Acho que é uma ação conjunta que é de robustecer, novamente, uma relação que sempre foi exemplar entre os dois países e, sobretudo, teve momentos de ápice muito importante.

Eu acho que esse seria o objetivo central, mas eu insisto muito também que eu gostaria muito de ver uma diplomacia federativa muito ativa entre o Brasil e o Peru por causa da importância que essa fronteira tem para dois Estados brasileiros especificamente, aqueles que fazem fronteira com o Peru, mas também para outros que podem se beneficiar desse contato do Brasil com o Peru, que, como eu tenho insistido, é um país do Oceano Pacífico e que dá para nós uma saída para o Pacífico, o que é absolutamente fundamental para a economia brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada a todos os embaixadores.

E, agora, vamos à nossa apuração aberta.

Tradicionalmente, todas as nossas apurações são abertas. E, quando for o contrário, a gente aguarda manifestação, e não consultar o contrário.

Por favor, abram aí o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, espere aí. Eu não votei. Já abriu? (*Pausa.*)

Votei a favor de todos, ouviu, gente? No Plenário, vocês vão ver. (*Pausa.*)

Parabéns! Parabéns a todos! Todos aprovados com louvor. (*Pausa.*)

O.k. Eu agradeço...

Tenho que ler, não é? Eu sou obrigada a ler.

Comunico o resultado da votação das indicações de hoje: o Sr. Embaixador Roberto Parente, para a República Democrática do Congo, 10 votos a favor; o Sr. Embaixador Sérgio França Danese, que vai para o Peru, 10 votos a favor; o Sr. Embaixador Marcos Raposo, que vai para o Uruguai, 10 votos a favor; o Sr. Breno, que pretende a Nicarágua, 9 votos SIM, 1 voto NÃO; e o Sr. Luís Fernando de Carvalho, Haiti, 9 votos SIM e uma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mensagens respectivas serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação, para nós agendarmos com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco uma sessão presencial, no Plenário do Senado, para aprovação dos Srs. Embaixadores.

Nós teremos uma outra aprovação de sabatinas em novembro, no dia... Já está escolhido, é uma quinta-feira, se não me engano, dia 25... Bom, mas, enfim, nós divulgaremos. E será uma reunião muito especial, em que nós estamos aguardando os *agréments* das mulheres, porque nós vamos fazer uma reunião especial para as embaixadoras que vão mundo afora. Será uma reunião de muita alegria, pois nós temos uma meta de aumentar o número de embaixadoras por todo o mundo, com a mesma competência que os nossos diplomatas homens têm feito, assim como Cláudia Buzzi, que vai para a Suíça, que já está com seu *agrément* pronto – não está sabatinada hoje, porque ela vai fazer parte do grupo das mulheres em novembro, para dar um destaque especial, não porque quero alguma separação.

Reitero aos nossos embaixadores, especialmente da América do Sul e da América Central, a importância que os nossos países têm para as metas da FAO até 2050, para o aumento da produção de alimentos. Nós temos que mostrar a todo mundo que nós somos a Opep dos alimentos: não existe nenhuma região mais importante do que a nossa nessa missão de alimentar os povos. Em termos de áreas agricultáveis no mundo, nós temos 30%, sendo que as áreas agricultáveis dos outros países já estão praticamente todas ocupadas, Senador Francisco Rodrigues. Quem tem áreas agricultáveis a serem exploradas sem desmatamento é o Brasil, em primeiro lugar, o Mercosul, o Peru, a Colômbia, os países aqui da nossa América do Sul. Então, eu reitero que isso tudo seja muito observado por todos os nossos representantes embaixadores.

Um sonho que de que nós não podemos nos esquecer nunca é o de transformar o Brasil na farmácia da América do Sul. Assim como a Índia e a China são a farmácia do mundo e da Ásia, nós gostaríamos muito de ver o nosso país como a farmácia da América do Sul e – quem sabe? – da África. Nós temos todas as condições para isso. Nós temos estrutura, temos conhecimento, temos institutos, temos cientistas, temos *know-how*. E, com certeza, nós deveremos lutar muito para atingir esse objetivo.

Por último, reitero o NDB, com as condições de que esses países possam se aliar ao NDB para financiar as suas infraestruturas.

E reitero o turismo. Que a gente não se esqueça da gastronomia brasileira, da sua riqueza. E que o senhor possa nos ensinar brevemente o que o Peru fez para que a sua gastronomia explodisse no mundo inteiro com tanta rapidez. Eu tenho muita inveja disso e admiração por isso. Então, que o senhor possa depois nos contar, via telegrama – quem sabe? Já estou ficando bem entendida –, para que a gente entenda como o Peru conseguiu fazer isso. Nós precisamos copiar os bons exemplos. Eu tenho certeza de que a gastronomia brasileira vai ser um ponto alto de atração de turismo de todo mundo quando ela chegar à mesa e ao conhecimento internacional. E a CRE tem feito todo o esforço para que isso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, desejando-lhes êxito e boa sorte no Plenário – com certeza, terão sucesso –, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional**. **Finalidade:** Debater o tema A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional. **Participantes:** Senhor Chef Cumpade João, Chefe de cozinha; Senhor Joaquim Cartaxo Filho, Superintendente do Sebrae Ceará; Senhor César Santos, Chefe de cozinha; e Senhor Antonio Carvalho Neto, Secretário Municipal de Governança da Prefeitura de Maceió – Alagoas. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 21, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 103, II e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização, nos dias 11 e 12 de novembro de 2021, do seminário "Agronegócio Sustentável no Brasil", em Lisboa, Portugal, para a apresentação de dados e esclarecimentos sobre o agronegócio nacional e sua vertente da sustentabilidade." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar e sugerir ações para o acolhimento e ajuda humanitária as pessoas oriundas do Afeganistão e seus familiares." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente audiência pública tem como objetivo debater o tema: "A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional", este mês, com o foco na Região Nordeste.

Informo a todos que, no início dos nossos trabalhos na CRE, nós aprovamos um grande plano de trabalho com oito pilares, e um deles foi justamente aproximar as questões internacionais do interior do Brasil. Nós temos a cultura no Brasil de achar que comércio exterior é coisa para poucos, é coisa para grandes, e, na verdade, o comércio exterior não tem nenhum mistério. Com este mundo hoje comercializando de tudo, em todos os lugares ao mesmo tempo, nós temos que entender que, além de o interior do Brasil ter as suas grandes desigualdades, com muitas regiões com pobreza, as regiões ricas do Brasil também têm os seus focos sub-regionais de dificuldades econômicas, como o Vale do Jequitinhonha, como o norte de Minas Gerais, eu cito também o norte do Espírito Santo, a própria São Paulo tem o Vale do Ribeira, que também são regiões assim; a Grande São Paulo, tão rica, tem também os seus pontos. Eles estiveram aqui, na Região Sudeste, e apresentaram um trabalho maravilhoso, salvando a região com a economia criativa. Eu fiquei muito feliz. Um preparo! E o Sebrae, como sempre, em primeiro lugar, motivando estas regiões.

Por isso, nós estamos aqui neste mês tratando do Nordeste. Fizemos em agosto a Amazônia, a Região Norte; no mesmo molde, no mesmo modelo, fizemos em setembro o Sudeste – Minas Gerais, Rio, São Paulo e Espírito Santo –; agora, o Nordeste; e as últimas regiões, no começo de dezembro, nós faremos juntas – elas preferiram assim –, Sul e Centro-Oeste, que representam seis Estados do Brasil, nós vamos fazer essa mistura.

O que nós pretendemos daqui adiante? Porque às vezes há um evento e depois vira apenas um balão. Não. O nosso objetivo, combinado com Itamaraty, com o Chanceler, com o Senado Federal, com as embaixadas do Brasil no mundo, o que nós queremos é começar a levar as regiões para as embaixadas do Brasil no mundo, com a nossa cultura, com a nossa gastronomia, com o nosso artesanato, com a economia criativa, e levaremos também os vídeos, mostrando, falando sobre o turismo nessas regiões. Então, nós pretendemos fazer eventos pequenos. Não são eventos para multidão, mas eventos muito focados nos operadores de turismo, nas agências principais da Europa e também na imprensa especializada. São formadores de opinião que elaboram os roteiros de turismo internacional para eles lá, e nós queremos o foco deles aqui no Brasil. Nós temos o mesmo número de turistas estrangeiros desde 2014, não alteramos um turista sequer: 6 milhões de turistas. O Uruguai está um pouco à nossa frente em recebimento de turistas internacionais, e isso para nós é inadmissível, esse desperdício de maravilhas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos. Deus nos deu tudo isso pronto, então nós temos agora que ter a competência de levar isso mais adiante. Então, esse é o nosso foco, com essa série de demonstrações daqui para o mundo depois.

Já começaremos dia 12, em Portugal, um seminário que eu estou coordenando em parceria com o Ministro Gilmar Mendes, que é o Presidente do IDP. Nós faremos, então, um debate profundo sobre as questões ambientais, a agricultura sustentável do Brasil e o comércio exterior.

Nesse evento, eu estou usando, já para levar o primeiro grupo, o tema Amazônia. Então, toda a elaboração da refeição do evento, à noite, no final do evento, vai ser a gastronomia da Amazônia.

Se não fosse a CNC e o Senac, que é um Sistema S, nós não teríamos condições de fazê-lo. Estamos levando, graças ao Sebrae, o Sebrae dos Estados, os grupos de folclore, o Boi Garantido e o Caprichoso, estamos levando o carimbó, estamos levando a suça, que é do Tocantins, dos quilombolas, então, nós vamos dar lá um *show*, um espetáculo.

E, assim, nós continuaremos a levar esse grupo para chegar mais adiante. O nosso sonho é que as rotas do Brasil entrem na agenda total e completa dos operadores de turismo e das agências da Europa.

Então, faço essas explicações para aqueles que nos acompanham também poderem entender o porquê desses eventos que nós estamos fazendo aqui na CRE.

Compõe comigo a Mesa o Sr. Joaquim Cartaxo Filho, Superintendente do Sebrae Ceará.

Convido-o para, por favor, tomar assento à Mesa.

Sr. João Wamberto de Araújo Barreto, o *chef* Cumpade João, da Paraíba.

Por favor, tome o seu assento. E ele vem muito bem-vestido hoje, um espetáculo, vamos bater palmas para ele, gente. Olha que beleza! (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o Sr. Antonio Carvalho, Secretário do Gabinete de Governança da Prefeitura de Maceió e Vice-Presidente de Relações Institucionais do Fórum Inova Cidades, que é um dos nossos palestrantes, e, também, o Sr. Josevaldo César dos Santos, o *chef* César Santos, de Pernambuco.

Muito obrigada por vocês terem vindo de tão longe para prestigiar e honrar o Senado Federal, que também é a Casa de vocês.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/e-cidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Eu gostaria de pedir à assessoria o nome de todos os representantes do Sebrae dos Estados para que nós possamos falar de viva voz para que fique registrado nos *Anais do Senado Federa*l, essa prestigiosa presença aqui conosco. O nome de todos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de saudar uma figura ilustre, muito importante para nós, o Embaixador Alexey – perdoe-me, Embaixador, se eu não conseguir, mas eu vou tentar – Kazimirovitch, da Rússia

A Rússia é um país importantíssimo para o Brasil. Nós fazemos um comércio intenso na área do agro, tanto na área dos alimentos como também dos fertilizantes. É um país extraordinário, um país que está se alavancando rapidamente na área de tecnologia, enfrentou dificuldades terríveis com países do Ocidente, mas ele não se amofinou. A Rússia viu a dificuldade para o lado de cá, virou para o lado da Ásia, marcou rumo e hoje é um país que cresce a cada dia – eu tenho estudado muito sobre a Rússia – e tem um embaixador extraordinário, que fala, inclusive, português, que está aqui conosco.

Então, nós precisamos, cada vez mais, intensificar o nosso comércio com esse país e queremos os turistas russos aqui. Em vez de irem para outros lugares, que tenham oportunidade de conhecer esta maravilha que é o Brasil. Avise a eles que o Brasil não é insegurança, violência ou só o Carnaval. Nós temos coisas maravilhosas; perigoso é perder muitos russos, que vão querer se mudar para este País.

Muito obrigado, Embaixador.

Vamos dar início, concedendo a palavra ao Sr. Joaquim Cartaxo Filho, Superintendente do Sebrae Ceará. Joaquim Cartaxo Filho é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em Planejamento Urbano e Regional da USP. Foi Presidente do IAB Ceará, nos biênios de 1996-1997, 1998-1999, Secretário das Cidades do Governo do Estado do Ceará de 2007 a 2010. Foi Cid Gomes? Grande Governador Cid Gomes, nosso colega Senador, que brilha aqui, no Senado Federal, com a sua competência! É Diretor-Superintendente do Sebrae Ceará e Coordenador do Projeto Regional Nordeste da Cadeia de Valor da Economia Criativa do Sebrae.

V. Sa. dispõe de 15 a 20 minutos para sua exposição.

Obrigada.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Em nome do Sebrae, minha saudação à Senadora Kátia Abreu, Presidente desta Comissão de Relações Internacionais e Defesa Nacional, na pessoa de quem eu queria cumprimentar a todas e todos. Todos os meus colegas do Sebrae, queria cumprimentar na pessoa do João Hélio, que é o nosso Vice-Presidente da Abase, que é a Associação Brasileira dos Sebraes Estaduais.

Eu vou aqui fazer uma breve exposição sobre economia criativa no Nordeste. A economia criativa do Nordeste é fruto de um projeto regional que reúne os nove Estados do Nordeste, que, de forma articulada e integrada, elaboraram o projeto; a sua primeira versão está se encerrando agora, e nós estamos aprovando uma segunda versão, que trata do mesmo tema, que é o tema da economia criativa, que é o tema aqui desta nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia criativa faz parte, nessas duas décadas do século XXI, das novas economias. O mundo vive uma discussão das novas economias, e uma delas é a economia circular, que tem uma relação muito estreita com a economia criativa e também é uma economia que abre uma agenda de discussão com base na Agenda 2030 dos nossos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que propõe uma ação estratégica de descarbonização dos processos produtivos no mundo. E a economia circular busca ocupar esse espaço, contribuindo para isso.

Na economia circular, aquilo que é lixo para você necessariamente não é lixo para o outro. Então, nós temos aí dois exemplos em que uma poltrona foi reformada e foi agregada uma nova função além de servir para sentar. É a nossa poltrona-biblioteca, vamos chamar assim. E as garrafas PET sendo utilizadas como mobiliário. Então, há todo um trabalho do Sebrae na área do *design* sustentável que dá conta desses objetos.

O pneu: tenho dois exemplos de economia circular em que o pneu está sendo usado para criar um ambiente de arquitetura de interiores e o pneu sendo usado para o espaço urbano. Essa cerca de pneu, ou esse muro de pneu, eu não sei como chama isso, essa divisória aí montada por pneu é lá na praia de Requenguela. Eu bati essa foto recentemente, na Praia de Requenguela, lá no Ceará, em Icapuí. O muro aí ainda não... Ou a parede, a cerca não está terminada porque cada pneu desse vai virar uma jardineira, é o projeto final. Então, aí o pneu não vira, como tradicionalmente, um objeto de lixo. Então, a economia circular trabalha essas questões, e isso tem tudo a ver com a economia criativa.

E há a economia solidária, que também está no campo das novas economias. Do chão maciço... Isso aí foi fruto da pandemia e também é um trabalho do Sebrae. Um grupo de produtoras lá no Maciço de Baturité, onde nós temos a rota verde do café... No Ceará produz café, um café de sombra de alta qualidade. Com a pandemia... Aliás, essas mulheres pertencem à rede de produtos orgânicos, e o local de comercialização desses produtos eram as feiras livres, meu caro Moisés. Mas com a pandemia, com os protocolos, as feiras livres foram desmobilizadas, porque feira livre significa aglomeração. Então, numa discussão com o Sebrae, foi criado esse *site* e hoje essas mulheres comercializam seus produtos. Foi desenvolvida a marca do *site*, a marca dos produtos, as embalagens, e hoje elas sobrevivem comercializando através do *site*, no campo do *e-commerce*. Então, nós temos aí um exemplo de economia solidária ligada com a tecnologia digital que faz parte do dia a dia de todos nós.

E há a economia compartilhada, há a economia da cultura, que é irmã siamesa da economia criativa. Para lembrar, nesse tema da economia criativa, o termo "economia criativa" surgiu do Professor John Howkins, em 2001, quando ele define economia criativa como a criação, a produção, a distribuição de produtos e serviços que utilizam conhecimento, criatividade e capital intelectual como principais insumos produtivos. Em 2010, houve uma conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento que classificou as indústrias criativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, minha cara Senadora, a economia criativa já surge dentro do contexto de que trata a Comissão que V. Exa. preside, que é a de relações internacionais, porque já é uma conferência das Nações Unidas que trata dessa classificação. E elas foram classificadas desta forma: há a tradição, em que há os sítios culturais e a expressão cultural; o artesanato, em que tivemos a mostra do Nordeste ali – está lá num dos corredores Senado que eu não sei informar, o labirinto onde é que ele está –; as artes visuais; as artes performáticas; o circo – no Sebrae do Ceará, nós estamos fazendo um trabalho agora do circo como um negócio criativo, estamos desenvolvendo lá, com a associação dos circos, essa atividade –; as publicações e a mídia impressa; o audiovisual; o *design* – de interiores, gráfico, de moda, joia, brinquedos –; os serviços criativos; e as novas mídias.

Então, no caso aí da Unctad, essa é a classificação da economia criativa.

E há um potencial. Os estudos apontam que o principal potencial da economia criativa é ser a principal economia do século XXI pela capacidade humana de criar, que é o seu insumo principal, mas, apesar do potencial, para nós aqui ainda faltam dados para a gente mensurar o real tamanho dessa economia, o perfil dos negócios criativos.

Uma das principais fontes de dados da economia criativa no Brasil é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que vem fazendo um trabalho de atualização desses dados e de sistematização.

Isso aí é o trabalho da Firjan.

Esses 2,61% são a participação na economia, no PIB brasileiro.

E, olhe, a última edição desse trabalho da Firjan é de 2017. Então, a economia criativa foi responsável pela geração de R$171 bilhões. Aí reza a lenda que, comparando os valores... Esse valor de mercado em 2017 correspondia à Samsung. Em 2017 a soma das maiores instituições financeiras globais – American Express, J.P. Morgan, Goldman Sachs – gerou 837 mil empregos formais. É responsável por 2,61% do PIB e 1,8% dos empregos formais.

Agora, temos desafios a vencer. Quais são os desafios da economia criativa? A informalidade é uma delas, tanto na criação, como na divulgação, quanto na distribuição e na comercialização.

A precificação. Em 2016, na Semana do MEI, nós fizemos um seminário só com a categoria dos MEIs criativos. Então, houve o depoimento de um escultor que disse: "Olha, eu fiz uma escultura e a vendi por R$300. Quando recebi o dinheiro, eu me arrependi porque acho que ela valia mais". Então, esse é um grande desafio. Como é que se precificam os negócios criativos, os produtos criativos, meu caro João Hélio? Precificar o material, o ferro, a pintura, é fácil. Agora como é que se precifica o inatingível, a criatividade? Então, essa é uma discussão que estamos travando, para criar uma metodologia que seja capaz de contribuir com os empreendedores criativos nesse desafio da precificação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – Não. Tudo que eu estou falando aqui é uma ação nordestina.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Hã-hã.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – Há ausência de canais de distribuição fora dos canais tradicionais. Como é que se faz essa distribuição dos produtos e serviços criativos?

Há dificuldade de acesso a espaços, à exibição e à promoção. Uma atividade como a que foi promovida aqui pela Senadora Kátia Abreu, para trazer o artesanato nordestino e para fazer uma exposição e uma discussão aqui no Senado Federal, é uma ação importantíssima nesse tema dessa dificuldade de você ter espaço para exibição e promoção desses produtos, em especial no caso do artesanato.

A atuação do Sebrae do Nordeste para enfrentar esses desafios se dá em três grandes blocos, que a gente chama de desenvolvimento: o desenvolvimento setorial, o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento transversal. Essas tipologias de atividades é que fazem parte do nosso trabalho cotidiano de atuação do Sebrae, que eu vou mostrar depois com mais detalhe.

Para enfrentar os desafios, para organizar esses três blocos de desenvolvimento, que estão separados por um problema metodológico, em 2009, na Abase, que é a Associação Brasileira dos Sebraes Estaduais, nós elaboramos e apresentamos para o Sebrae Nacional um projeto de desenvolvimento regional centrado na economia criativa, que recebeu a denominação de Cadeia de Valor da Economia Criativa do Nordeste. O objetivo principal desse projeto é promover o fortalecimento dos negócios criativos, visando a valorizar a cultura e a gerar emprego e renda.

Aí passo a listar as atuações concretas realizadas por cada uma das unidades do Sebrae do Nordeste.

No campo dos eventos, foi realizado um evento de âmbito regional, o I Festival Nordestino de Economia Criativa, que foi todo digital. Reuniu mais de cinco mil pessoas esse festival, que foi transmitido a partir do Cariri, especificamente na cidade de Crato. Esse é um evento regional, mas já temos eventos internacionais. A Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos foi realizada sob a coordenação do Sebrae da Paraíba – a anterior foi do Sebrae do Ceará. Houve uma primeira edição em 2019, presencial; em 2020, a primeira edição digital; e, em 2021, essa edição digital reuniu, Senadora Kátia Abreu, 46 países – esse evento da Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos.

E aí é o Sebrae Alagoas, lá em Maceió. Aí é uma ação da arte mural, da arte urbana, e isso aí é a sede do Sebrae de Alagoas. Então, é a sede do Sebrae de Alagoas, a sua estrutura física servindo como suporte para manifestações da economia criativa... Acho que é Levy da Paz o autor dessa obra, na sede do Sebrae de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós temos o Armazém da Criatividade. Isso é lá em Caruaru, em Pernambuco. Esse equipamento é um equipamento de apoio à moda popular, que é produzida naquela região. Esse equipamento fica dentro de um galpão. Em torno dele tem aqueles boxes, que nós conhecemos, da moda popular. Então, com esse armazém há todo um apoio na área do *design*, na área do *marketing*, de reuniões... Enfim, tudo que é necessário para contribuir com o desenvolvimento daqueles produtos.

E aí é Salvador. Isso aí é o Colabore. Isso aí está sob a gestão do Sebrae da Bahia.

Esses contêineres aí – cadê o Jorge? Estava por aí. Está ali o Jorge Cury –, esses contêineres, como diz lá no Ceará – não é, Jorge? –, iam ser "rebolados no mato", e eles foram todos reaproveitados. O piso é todo de madeira, reaproveitamento de material de obra da construção civil, têm teto-jardim... É uma obra da economia circular, que abriga hoje... Esse complexo chama-se Colabore e abriga hoje todos os negócios criativos que se desenvolvem na cidade de Salvador, e já está próximo aí... O Sebrae da Bahia, junto com a Prefeitura de Salvador, vai inaugurar um grande polo de economia criativa lá nas docas. É isso, não é, Jorge?

E aí entra uma outra fase, um outro produto nosso, que são os nossos editais de economia criativa, para que os nossos empreendedores criativos possam participar e colocar os seus produtos em pé. Em pé. No edital lá do Ceará, por exemplo, um jovem arquiteto entrou no edital para produzir uma cadeira, essa cadeira ele inscreveu recentemente num concurso de mobiliário do Museu da Casa Brasileira e tirou o segundo lugar. E tirou o segundo lugar. Então, isso aí é o Piauí discutindo o seu edital de economia criativa...

Está aí o Maranhão – cadê o Albertinho? O Maranhão também lançou o seu edital de economia criativa junto com a universidade.

E, aí, Sergipe, também com uma chamada pública para os negócios criativos e inovadores.

E, aí, o Rio Grande do Norte, do nosso querido João Hélio. Essa é uma publicação que registra todo o trabalho desenvolvido pelo Sebrae do Rio Grande do Norte na área dos negócios criativos.

E está ali a Vila Criativa.

Então, vejam bem, aí nós temos os eventos de economia criativa, nós temos equipamentos de economia criativa e nós temos os editais que financiam ideias criativas para que possam ser prototipadas. E aconteceu o que aconteceu com esse produto do Museu da Casa Brasileira, que foi recentemente premiado.

Ainda no campo internacional, nós realizamos, em 2019, a Conferência Internacional de Economia Criativa, já dentro do projeto de Fortaleza, que estava se candidatando a cidade criativa da rede da Unesco, como Cidade Criativa do Design, e recebeu esse título. Agora, para o edital deste ano, Recife e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Campina Grande estão se credenciando. Do ponto de vista do Sebrae do Nordeste, a ideia é que todas as capitais do Nordeste possam ter esse selo da Unesco.

Nós estamos fazendo o mapeamento da economia criativa para contribuir com a sistematização dos dados. Vocês encontram informações de dados da economia criativa a partir do Sebrae no DataSebrae.

Aí é a produção do conhecimento, que a gente vem sistematizando: *Territórios Criativos*; há um livro ali da minha autoria que tem umas heresias sobre economia criativa, o *Ah! Que Pontos Fragmentários;* o relatório das oficinas de economia criativa do Sebrae da Bahia; o *Guia do Empreendedor Criativo* e o *Plano da Secretaria da Economia Criativa*, que a Professora Cláudia Leitão, que é especialista nesse tema no Brasil – na época, era Secretária de Economia Criativa –, coordenou, que é um plano referência ainda hoje para todos nós, para o Ceará.

O parceiro, no andar da carruagem do nosso projeto: o Conselho Britânico, que participou, entrou no projeto e hoje é um parceiro importante no nosso projeto de economia criativa.

Está aí o turismo de base comunitária.

Queria só deixar registrado aqui que a alma do turismo é a economia criativa. Turismo é infraestrutura, promoção, e tal, mas a alma do turismo é a economia criativa.

O geoturismo é um tema novo – o meu tempo aqui acabou, não vou mais me alongar nisso aqui.

Isso aí são as rotas turística do Estado do Ceará, que vêm conectadas com turismo e economia criativa. Isso é um trabalho do Sebrae com a Federação da Indústria lá no Ceará, nós criamos essas rotas turísticas.

E eu queria concluir aqui dizendo que, lá naquele meu livrinho, tem uma sextilha que eu escrevi sobre a economia criativa.

> Criatividade é desregrar
> tanto a mente como a mão.
> Ora chega semente,
> Ora parece chão
> Em qualquer lugar,
> É metáfora da razão.

Agradecido. Saravá! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Sr. Cartaxo, pela apresentação maravilhosa. Parabéns pelo trabalho, parabéns ao Ceará!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senadora Kátia, eu gostaria só de fazer uma pergunta para ele e já pedir perdão pela minha ignorância. Queria parabenizar, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senadora Soraya Thronicke, do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora. Não quero me delongar não.

O senhor falou no conceito de economia criativa e de economia circular. Eu desconheço esse conceito de economia circular e eu queria saber a diferença ou se são sinônimos. Só isso apenas.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – Não, não; são a mesma coisa. A economia circular é circular; ela trabalha centralmente com sustentabilidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim. E a criativa?

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – E a criativa trabalha com os produtos culturais, a arte e a cultura, ou seja, como é que um produto cultural se transforma num negócio criativo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, o.k! Ficou esclarecido.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Soraya.

Não é o Estado dela hoje, mas ela tem participado de todas as nossas reuniões.

Quero registrar a presença também da nossa querida amiga Senadora Daniella, do Estado da Paraíba, uma grande apoiadora, assim como Soraya, da economia criativa.

Graças a Deus, as 12 Senadoras que compõem o Senado Federal são muito sensíveis à área da economia criativa, principalmente porque nós temos um número: a grande maioria das atividades é feita por mulheres.

Gostaria de registrar que vocês estão recebendo aí nas mesas o nosso lanche da manhã da CRE. Toda quinta-feira, na CRE, independentemente de ser o assunto economia criativa ou qualquer outro assunto, até grave ou mais sério, mais difícil, nós temos o nosso lanche. Isso tudo para prestigiar o alimento, a gastronomia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comida une, a comida aquece os corações, e a gente fica muito mais feliz quando está comendo. E nós temos que levar essa ideia aqui de que a comida brasileira aquece muito mais e une muito mais. Nós somos criados nas grandes cozinhas das nossas casas. Desde os mais pobres aos mais ricos, a cozinha sempre foi um lugar especial para nós.

Nós estamos recebendo do *Chef* Josevaldo César Santos, de Pernambuco...

Cadê ele?

Fique de pé, por favor. (*Palmas.*)

Queijo coalho com ervas pernambucanas e bolo Souza Leão com calda de café.

Parabéns e muitíssimo obrigada!

Eu estou aqui provando e muito encantada. (*Pausa.*)

Eu gostaria de pedir agora ao Sr. Cartaxo que trocasse de lugar, por favor, para que possa se sentar aqui à mesa e fazer a sua fala, o Sr. César Santos, *chef* de Pernambuco.

O senhor terá a palavra por 20 minutos. Quando a campainha soar, é porque faltam dois minutos para encerrar o tempo. Como nós temos hoje uma intensa atividade, eu peço o cuidado com o tempo de fala para que a gente não se atrase, porque está sendo preparado o nosso almoço. Da grande gastronomia nordestina, isso aqui é só uma pequena amostra. Não se iludam que isso aqui é a mostra gastronômica, não. Isso é apenas um lanche para esperar o grande momento.

Por favor.

Que maravilha! As fotos, todo mundo aí fazendo, por favor. Muito obrigada, viu? Muito obrigada e parabéns.

Fique à vontade. Você tem a palavra por 20 minutos.

Então, nos dois últimos minutos a campainha soa e a gente pede que encerre, porque as Senadoras e os Senadores podem querer fazer alguma pergunta posteriormente.

Com a palavra.

O SR. CÉSAR SANTOS – Bom dia! Bom dia a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Ah, um minutinho, espere aí.

Josevaldo César dos Santos ocupa hoje lugar de destaque no cenário da gastronomia nacional e internacional. César iniciou sua carreira ao lado da mãe, D. Edelvita. Na adolescência, passou a morar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com sua irmã Edineide e o cunhado Alcino, no bairro da Ribeira, em Olinda. Foi na cidade Patrimônio da Humanidade que o *chef*, aos 21 anos, começou a colocar em prática todos os ensinamentos adquiridos nos vários cursos feitos no Senac – Sistema S, que alguns ainda insistem em querer criticar – e que somados à sua bagagem autodidata, ao seu talento pessoal, à sua vocação, se revelou para o mundo como um nome forte da gastronomia pernambucana, assinando receitas consagradas, técnicas apuradas e universais.

Esses dois livros aqui quem vai consumir é meu marido Moisés, que é um *chef* informal, grande *chef* informal. Além de marido maravilhoso, ainda cozinha.

O restaurante Oficina do Sabor veio em 1992, mas como consequência de um trabalho desenvolvido com a ajuda das irmãs, que iniciaram um pequeno negócio de comida congelada, que, em seguida, se transformou em um serviço mais elaborado desenvolvendo eventos e banquetes no Estado. Atento às oportunidades, apostou em concentrar os seus esforços em um restaurante. Desde então, há 29 anos o seu tempero tem endereço fixo no bairro do Amparo, em Olinda.

V. Sa. tem a palavra por 20 minutos. Parabéns pela sua história!

O SR. CÉSAR SANTOS (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos! É para mim uma honra, é um prazer estar aqui, Sra. Senadora Kátia Abreu, porque chegar neste momento aqui é bem complicado, é bem difícil, mas é um olhar especial para a gastronomia do nosso Estado, do nosso País, do nosso Brasil.

O que vocês estão degustando aqui é o bolo Souza Leão, um dos doces mais antigos do Brasil. É bolo revolucionário. A Sra. Rita de Cássia, que tinha um engenho na Várzea, se recusou a receber produtos que viessem da Corte, como farinha de trigo e manteiga francesas. Ela adaptou a farinha de trigo pela massa da mandioca e a manteiga pela manteiga pelo engenho.

Então, isso aí vem dos produtores familiares. A massa de mandioca e a manteiga de garrafa têm lá toda essa produção. E o Bolo de Rolo, que é o bolo que todo mundo conhece, eu acho que todos os brasileiros conhecem. Todos os dois são bem imaterial cultural do patrimônio. Então, eles são reconhecidos no Estado de Pernambuco como Patrimônio Imaterial Cultural. O queijo de coalho não veio porque eu queria ter servido pra vocês quentinho. Quem tiver a oportunidade de ir lá ao restaurante escola Senac, onde eu fui aluno há 34 anos... Eu tenho orgulho de falar que a minha formação profissional veio toda do Senac. Hoje eu estou aqui, é um restaurante consagrado, renomado dentro do Estado de Pernambuco, e quem for a Pernambuco não pode deixar de conhecer o Oficina do Sabor. É uma parada obrigatória.

Falando da economia criativa neste momento em que a gente está aqui discutindo esse assunto tão importante, eu venho desenvolvendo um trabalho, através do meu Instituto César Santos, que é o Sabores da Mata Norte. Em três meses, conseguimos mais de 200 estabelecimentos. Esse trabalho é feito desde os cozinheiros até os agricultores familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico bem emocionado falando nesse assunto, porque esse é um projeto do instituto junto com o Sebrae. Na maioria das minhas ações na parte de gastronomia eu tenho um apoio muito forte do Sebrae. Nem todos os Estados têm um olhar pela gastronomia como o Sebrae de Pernambuco tem. Eu fico honrado e quero agradecer – eu estou um pouquinho nervoso – ao Eduardo, que me trouxe esse convite para eu vir aqui me apresentar.

Eu quero falar dessa preocupação, dessa responsabilidade. Cozinheiro não é só cozinhar, botar comida da mesa. O cozinheiro se preocupa com quem produziu o seu queijo, quem está produzindo o alimento para poder colocar na mesa. A cadeia produtiva desses produtores familiares é muito importante para o desenvolvimento econômico do nosso País, do nosso Estado. E o que o projeto Sabor da Mata Norte traz é interação da pessoa que tem lá seu negócio junto com o agricultor, para trazer o melhor para dentro da sua cidade, da sua comunidade, e que a economia fique na sua cidade, que o dinheiro fique na sua cidade.

Eu fui para Aliança, uma cidade, um Município de Pernambuco, e lá tem mulheres da roça. As mulheres plantam, plantavam, plantavam e não sabiam o que fazer com seus alimentos. Só iam vender. Chegou o momento em que o nosso projeto chegou, e a gente mudou totalmente a cabeça dessas mulheres. Elas começaram a produzir doces, bolos, tortas, bolachas, biscoitos. Está aí um sucesso! Estão bem felizes porque elas estão recebendo vários convites de várias regiões. (*Pausa.*)

É bem emocionante isso, me desculpem, porque... (*Palmas.*)

Botar autoestima nessas mulheres, mulheres da roça, botar autoestima nessas mulheres, dizer para elas que elas são importantes para a economia do nosso País, para a economia do local é um trabalho que eu venho fazendo de pedacinho. É pequenininho, mas é de grande coração. E hoje elas estão muito felizes.

A gente teve agora o Sabor do Campo, dentro da Agrinordeste, e a gente levou mais de dez produtores dessa região de Pernambuco para dentro e eles conseguiram fechar grandes negócios, não só para dentro do Estado de Pernambuco como para fora do estado de Pernambuco. A gente teve a oportunidade de levar o *chef* Troisgros para dentro desse evento Sabor do Campo. O Claude Troisgros ficou superemocionado com a qualidade e queria alguns produtos para levar para o Rio de Janeiro, para o seu restaurante. Então, isso é muito gratificante, isso é muito bonito.

Uma outra coisa que eu descobri que é muito saboroso de escutar é que quem toma conta do dinheiro são elas, são as mulheres. Os homens vão também para a roça, plantam, e elas dão o dinheirinho da cachaça deles. Elas é que administram o dinheiro para poderem desenvolver os alimentos e dar o melhor para os seus filhos. (*Risos.*) Então, meu trabalho é esse. Não é só cozinhar, mas saber de onde vem o alimento. Para o meu queijo coalho, minha massa da mandioca, meu feijão verde, meu coentro, minha cebolinha, eu não tenho atravessador; eu compro diretamente, eu pago honestamente. Se ele me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala hoje que o preço é R$5 e amanhã é R$10, eu sei a dificuldade que ele passou para poder chegar a R$10, então eu pago o justo.

Um depoimento que eu achei muito bonito das mulheres da roça foi o de uma senhora que chegou para mim e disse: "Olha, eu estou amando você estar aqui. Nossa, que coisa mais maravilhosa! Mas eu quero falar para você que eu estava lá na minha roça plantando macaxeira, e passa um senhor num carro, muito elegante, buzina. Eu vou lá: 'Pois não'. 'É para vender?'. Eu disse: 'Está para vender. Toda a minha macaxeira está para vender'. Ele perguntou: 'Quanto é que é?'. Eu lhe disse: 'Me dê seu preço'. Ele disse: 'Oitenta centavos'. Eu disse: 'Não; eu não vou vender ao senhor por 80 centavos porque eu não estou passando fome, não. No dia em que eu passar fome, eu não vou nem na sua porta'". Então, isso é muito bonito. É muito gratificante ela saber o trabalho importante que ela tem da mandioca dela. Porque a gente não compra um quilo de mandioca no supermercado por 80 centavos; a gente compra um quilo de mandioca, um quilo de macaxeira por R$3 a R$4. Eu pago R$4 – e pago feliz – a eles, certo? Eu pago um quilo de feijão a R$12, mas pago diretamente a eles, porque o dinheiro vai para eles. Eles fazem as coisas acontecerem. (*Palmas.*)

Além de ser *chef*, eu me preocupo também com esses produtores, porque eles é que botam o alimento na nossa mesa. São pequenos. Existem as indústrias grandes, que produzem grandes alimentos, mas os pequenos mantêm a economia local criativa.

Gastronomia é cultura, sim. Gastronomia tem que fazer parte deste Senado como cultura e ter um olhar especial. É aqui o meu pedido a vocês, como *chef* de cozinha, como cozinheiro. Na verdade, eu estudei para ser cozinheiro. Minha escola foi Senac – dois anos e meio dentro do Senac.

Senadora, eu fico muito feliz, muito grato ao Cumpade João, da Paraíba – fizemos já grandes trabalhos também. Os *chefs* de cozinha, os cozinheiros são unidos. Nós somos unidos e temos um dever a cumprir: é botar comida boa na mesa para todos vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns, César! Parabéns!

Pode continuar por algum tempo. Seu tempo ainda não tinha vencido totalmente. Então, eu vou lhe fazer uma pergunta – não é uma pergunta, é caso você consiga explicar, e não se avexe se não puder.

Você comprou a mandioca por R$4 o quilo, você comprou a cebolinha, comprou isso, comprou aquilo, ótimo, por um preço justo. Você faz aquele prato maravilhoso. Você sabe quanto custaram os produtos. Qual é o preço que você coloca na elaboração da sua criatividade? Há uma metodologia? Não precisa falar o valor, mas há uma metodologia para você pensar assim: o trabalho que esse prato deu... Você imagina o que na hora de colocar o preço no cardápio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR SANTOS – A gente vai para a questão do custo primeiro. (*Fora do microfone.*)

Depois, a gente tem uma ficha técnica, em que a gente divide e bota água, energia...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Sim, os custos fixos.

O SR. CÉSAR SANTOS – Os custos fixos.

Agora, a criatividade não tem preço. Ela não tem preço. A criatividade não tem preço, porque é uma experiência gastronômica. Quem vai ao Oficina do Sabor vai ter uma experiência, não vai simplesmente se alimentar, comer aquela comida; vai ter uma experiência gastronômica.

Durante a epidemia, Senadora, foi bem complicado, mas meus clientes diziam assim: "Eu vou comprar para ajudar você, mas a minha vontade é de ir para o Oficina do Sabor, porque é uma experiência única". Então, é muito prazeroso escutar isso do nosso cliente.

E, quando eu abri o restaurante, no primeiro dia, depois de quase quatro meses fechado, meu restaurante lotou. Eu fiquei tão feliz, tão emocionado, porque as pessoas que foram lá falaram: "Estamos aqui para apoiá-lo, para ajudá-lo, porque a gente sabe da dificuldade por que passou o setor da gastronomia". Então, assim, o preço, como a senhora me perguntou, não tem. É o amor, é o carinho, porque é o trabalho. Para mim, ser cozinheiro é prazeroso. É um prazer, é uma realização.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem. Muito obrigada.

Eu acho que se deve levar em conta também a renda das pessoas, a renda média, porque não tem preço, mas está no mercado para ganhar dinheiro também, lógico. Isso é justo e normal. Então, eu acho que é um conjunto de coisas que não é em primeiro lugar a criatividade, porque, senão, o preço do prato seria impossível de comprar.

Então, muito obrigada por sua resposta e por você estar aqui. E não se incomode com a emoção. A Região Sudeste, quando veio foi emocionante. A Kátia Barbosa, do Mestre do Sabor, quase não conseguia falar de tanto que ela se emocionou aqui verdadeiramente pela sua história, a simplicidade e a pobreza dos seus pais no Rio de Janeiro. Foi um exemplo de vida. Ela deixou o discurso dela de lado e falou com o coração, igual você fez agora. E foi um chororô danado aqui com toda essa emoção. E também, na reunião da Amazônia, da Região Norte, nós convidamos Alex Atala. A fala dele, quando fala de comida e de gastronomia, é uma emoção, parece que ele está recitando uma poesia, parece que ele está dramatizando, assim, num palco. Uma coisa emocionante, uma coisa muito bonita e que não tem como, ele disse, conhecer a Amazônia sem conhecer os sabores da Amazônia. A Amazônia não pode ser uma fotografia congelada de árvores; a Amazônia, quando você se alimenta do seu produto, da sua da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastronomia, entra dentro do coração. Então, todas as nossas reuniões têm sido uma maravilha, eu tenho aprendido demais. E eu lhe agradeço por mais esse aprendizado.

Eu quero registrar a presença do Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte, um grande Senador do Nordeste, que nos brinda aqui com a sua presença; do Senador Mecias de Jesus, do Estado de Roraima, que também está aqui presente prestigiando, da região da Amazônia; Nelsinho Trad, que também é um assíduo frequentador da nossa Comissão. O Nelsinho Trad foi Prefeito de Campo Grande e é do Mato Grosso do Sul, foi Presidente aqui antes de mim, é um Senador muito prestigiado por todos.

Eu gostaria de pedir ao César agora para trocar de lugar – por favor, César – com o Sr. Antonio Carvalho, Secretário do Gabinete de Governança da Prefeitura de Maceió e Vice-Presidente de Relações Institucionais do Fórum Inova Cidades.

Eu quero registrar as presenças dos representantes das federações e do Sistema S. Cumprimento, primeiro, o Cláudio George Mendonça, que é o Presidente da Abase – eu já estou tão familiarizada com a Abase –, da Abase nacional, todos os diretores de todos os Estados têm essa associação. E depois há a Abase regional. Se não fosse essa Abase teríamos muita dificuldade de fazer esses eventos aqui. Então, nós agradecemos imensamente a todos os diretores dos Sebraes de todos os Estados do Brasil, na pessoa do Cláudio, por tudo que têm feito por nós. Se não fossem o Sebrae e Senac, estaríamos impossibilitados de estar aqui.

Cumprimento José Roberval Cabral da Silva, Diretor de Administração e Finanças do Sebrae de Alagoas; Jorge Khoury, Superintendente do Sebrae da Bahia – Jorge Khoury teve vários mandatos de Deputado Federal, foi meu colega quando eu fui Deputada, pessoa muito experiente e maravilhosa; Joaquim Cartaxo Filho, superintendente no Ceará, que palestrou aqui conosco; Carlos Andrade, Presidente da Fecomercio, Federação do Comércio da Bahia, muito obrigada pela presença, porque todo o Sistema S é ligado a uma federação nos Estados e à confederação nacional, tanto a CNA, CNC, CNI, CNT, do transporte, e são instituições que nos ajudam muito; Rachel Miranda Jordão, Diretora de Administração e Finanças do Maranhão; Albertino Leal Filho, superintendente no Maranhão, nosso vizinho em Tocantins; Adriana Tavares Real Kuppra, Vice-Presidente da Abase, ela é de Pernambuco; João Hélio Costa da Cunha Cavalcanti, Diretor Técnico do Sebrae-RN. Cumprimento também Jordão Costa, superintendente do artesanato piauiense, do Governo do Estado do Piauí, muito obrigada pela presença; e também cumprimento e agradeço a Eladio Asensi Prado, que é Secretário Especial da Direção Geral do Senac; Antonio Henrique Borges, Assessor de Relações Institucionais do Senac; e Marina Vianna, Diretora Regional do Senac-BA.

Muitíssimo obrigada por prestigiarem o nosso evento, a Bahia está aqui em peso. E o nome do meu marido, superintendente em Tocantins, não puseram aqui: Moisés Gomes, foi o primeiro ajudante para organizar o nosso primeiro evento, e eu quero agradecer ao Moisés Gomes pelo apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Carvalho e Silva Neto é bacharel em Ciências Políticas, em Ciências Sociais, com especialização em Inteligência de Futuro pela UnB – Inteligência de Futuro, que maravilha! –, estudou em Harvard e na Sorbonne temas ligados à inovação, lideranças e políticas públicas. Parabéns! É servidor da Câmara dos Deputados e atualmente está cedido à Prefeitura de Maceió, onde exerce também a função de Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Vice-Presidente de Relações Institucionais e Federativas do Fórum Inova Cidades. Foi chefe da Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, Diretor Executivo da Rede Legislativa de Governança e Gestão (Regov) e coordenou o Compromisso 7 - Transparência do Processo Legislativo - do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto do Brasil.

V. Sa. terá 20 minutos, e 2 minutos antes a campainha deverá tocar. Muito obrigada.

O SR. ANTONIO CARVALHO NETO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Kátia Abreu.

Eu queria iniciar a minha fala parabenizando a senhora por esses ciclos que estão ocorrendo aqui na Comissão de Relações Exteriores. O tema em discussão tem uma relevância muito grande, principalmente neste período de retomada pós-covid. Quando a gente fala de economia criativa, a gente fala de um grande potencial de criação de valor, de ajudar e auxiliar os que mais precisam. Então, agradeço. É uma honra para mim estar ao lado da senhora, que fez um excelente trabalho também quando esteve à frente do Ministério da Agricultura e tem tocado a CRE com maestria.

Senadora, quando falamos de economia criativa, falamos de todas as expressões culturais, gastronomia, turismo e o desenvolvimento de políticas públicas, a gente não pode esquecer da participação social e do engajamento do cidadão nesse processo de construção dessas políticas.

Hoje, a gente tem uma grande discussão com relação a como o Governo e como nós nos relacionamos com os cidadãos para a produção dessas políticas, porque há uma frase de Catherine Bessi de que eu gosto muito – ela é uma pioneira no ativismo de junção de tecnologia, governo e civismo –, que fala que os cidadãos usam ferramentas do século XXI para falar, os governos usam ferramentas do século XX para ouvir e processos do século XIX para responder. Então, é com isso...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Repete.

O SR. ANTONIO CARVALHO NETO – Cidadãos usam ferramentas do século XXI para falar, o Governo usa ferramentas do século XX para ouvir e processos do século XIX para responder.

E essa é uma realidade. Quando a gente pensa na forma como nós nos relacionamos com esses cidadãos, como eles acessam os serviços. Quem de nós, aqui, nunca teve que preencher um formulário de papel para acessar algum serviço? Agora, imaginemos, neste nosso País enorme, um país de dimensões continentais e com uma variedade, uma diversidade cultural, uma diversidade socioeconômica enorme,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como alguns cidadãos vão ter muito mais dificuldade que outros, por isso que a importância principalmente desse tema. A gente fala, o chefe César Santos aqui estava falando da questão de agregar valor ao seu produto, mas a criatividade não tem um valor possível de ser precisado, ela não tem, ela não consegue, nós não conseguimos ser precisos ao aferir valor. E isso é interessante por quê? Porque, quando falamos de economia criativa, quando falamos de cultura, turismo, falamos muito de riqueza, defendemos muito a riqueza, mas eu vou concordar com a Presidente Kátia Abreu com relação a nós não conseguirmos impulsionar ainda da forma como devíamos a nossa cultura tão rica. E, Senadora, o que a Comissão está fazendo aqui, de levar para fora a nossa gastronomia, o nosso turismo, para ser conhecido, levar o Brasil para ser conhecido, isso é muito importante, porque a gente não compra o que a gente não vê; a gente não busca explorar aquilo que a gente não consegue enxergar. Essa sacada da Comissão foi muito, muito boa.

E eu gostaria de retomar a questão da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, que foi aprovada há alguns anos. Ela traz a questão da transformação digital e, quando a gente fala de transformação digital, a primeira coisa que vem à nossa cabeça é a tecnologia, que está ligada, bastante, à questão da economia criativa. Um dos eixos da economia criativa, que o Dr. Cartaxo trouxe aqui, é justamente a questão da tecnologia da informação. Mas a transformação digital não é só isso: ela está relacionada à cultura, ela está relacionada a gente.

Quando a gente fala da economia criativa, a gente tem que pensar que o centro desse eixo são as pessoas. A produção da cultura, a produção da gastronomia é feita a partir das pessoas. E como incentivar? E como trazer para essas pessoas, em um país tão diferente, para aquela artesã lá no interior, como fazer com que o negócio dela seja impulsionado?

E nós temos... E aí pensando essa questão da transformação digital, surgem as plataformas de *crowdsourcing*, que são aquelas plataformas em que as pessoas colocam alguma intenção, algum objetivo que querem alcançar e com isso fazem uma arrecadação com pessoas que compartilham da causa, que acreditam naquele produto. Normalmente, o retorno é por meio de um produto, daquele objeto, então, a pessoa que doa vai receber um produto de artesanato que vai ser produzido a partir desse *crowdsourcing*. E é uma forma de a gente financiar essas iniciativas, de trazer esse recurso. É aí que a gente pensa de novo na questão da desigualdade: nem todos conseguem acessar essa plataforma, Presidente, nem todos conseguem ter acesso à internet.

Aí eu queria trazer para a nossa reflexão um programa que nós estamos tocando em Maceió, chamado Favela 3D, um programa multissetorial feito em parceria entre Governo, sociedade civil com o terceiro setor, com uma ONG chamada Gerando Falcões, e a iniciativa privada. A ideia é dar autonomia social e financeira a uma região de extrema pobreza em Maceió. Esse programa envolve um trabalho de base tradicional, Presidente, relacionado à habitação: construção de casas, regularização do uso de áreas, investimento em infraestrutura; mas também ele traz, associada a todas essas ações, a criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas sociais transformadoras, pensando justamente na economia local, na economia criativa daquele lugar e na economia circular também, que o Dr. Cartaxo trouxe.

Essa região, Senadora, produz uma espécie de mexilhão chamado sururu, tradicional ali da região – muito bom, por sinal, recomendo a todos provarem. E as marisqueiras e os pescadores... As marisqueiras em especial ganhavam em média R$150 por mês para despinicar e cozer o sururu. Foi feita uma parceria com uma ONG ligada à sustentabilidade. E um problema que nós tínhamos eram os dejetos: a casca do sururu, quando não é feito o sururu no capote, em que é ele cozido já na casca e servido, a casca do sururu, quando despinicado, gerava em torno, Senadora, de cinco toneladas/dia de resíduo, sem destinação. Essa parceria com essa ONG, o que fez? Permitiu que se estabelecesse um processo de trituração dessa casca, de uso dessa casca para outros fins. Essas marisqueiras levariam os resíduos desse processo de despinicar, de tirar da casca o sururu, levariam esse resíduo para um entreposto que essa organização do terceiro setor conduziria e receberiam um dinheiro em troca. Com isso, nós conseguimos dobrar a renda dessas marisqueiras, que passaram a ganhar mais R$150. Só que esse dinheiro é pago em moeda social. Foi criada uma moeda social no local, para a comunidade, e elas podem usar essa moeda social, esse valor de R$150, em comércios locais, para justamente estimular a economia local e a criatividade também no local.

Com essa moeda social, também está sendo criado um banco social para que possa haver microcrédito – microcrédito – para essa comunidade, para estimular pequenos negócios, para estimular a criação de novas potencialidades e transformar essas potencialidades em negócio, o que vai gerar renda para a comunidade, dinheiro para circular na comunidade.

Obviamente o Sebrae é um grande parceiro nosso lá também, tem feito um trabalho muito interessante – queria cumprimentar o colega do Sebrae Alagoas, que está aqui também –, e nós temos feito uma parceria com isso.

Por que eu estou citando todos esses exemplos? Para dizer da importância dessa interação do Governo com o terceiro setor, a iniciativa privada e o Sistema S. Se o Governo se furtar de conversar com as instituições dos demais setores, a gente não vai conseguir impulsionar esse comércio, a gente não vai conseguir impulsionar essa potencialidade econômica que a economia criativa traz para a gente.

E o interessante é que o Favela 3D tem um foco – e eu acho que foi o *chef* César Santos que falou da questão da mulher – também na mulher, o empoderamento da mulher e a mulher empreendedora. Quando falamos de economia criativa, o papel da mulher nesse processo é fundamental. E, quando a gente fala também de vulnerabilidade econômica, normalmente as mulheres são as mais afetadas com a vulnerabilidade econômica. Então, por isso, a importância de se trabalhar nessa linha e nesse processo.

Obviamente o programa Favela 3D, que eu comentei com vocês, passa por outras áreas: saúde, educação, a questão da primeira infância, que precisa ser muito valorizada, nós precisamos também fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que nossas crianças tenham a sua criatividade estimulada, para que essas potencialidades não se percam com uma educação mais engessada, a gente precisa impulsionar isso.

E tem uma importância grande também nesse processo a alfabetização digital, Senadora. É como a senhora comentou em sua fala inicial: nós temos meios e ferramentas muito fortes para levar a nossa cultura local, os nossos produtos locais para fora, mas as pessoas precisam aprender a usar essas ferramentas, precisam ter acesso a essas ferramentas para que a gente possa impulsionar.

Nós temos um potencial de geração muito grande – e Maceió também tem investido muito, na gestão do Prefeito JHC – em questões ligadas ao turismo tecnológico, Senadora, que nós vemos como um grande potencial também para o nosso País. Nós temos paisagens muito bonitas, um litoral de tirar o ar de muita gente e, ao mesmo tempo, a gente poderia e pode combinar isso com conferências que existem mundo afora, como South Summit, que aconteceu agora na Espanha, a Expo de Barcelona, Portugal, enfim, Silicon Valley tem também. Essas conferências atraem uma massa de recurso em dinheiro para o turismo, acabam atraindo essas pessoas para o turismo e impulsionam também o desenvolvimento tecnológico do lugar.

A gente tem, em Maceió, desde 2018, 2019, o Marketing Show, que foi criado por uma *startup* alagoana, a Trakto, que, agora, inclusive, estava na Expo Dubai. Eles foram expor a *startup* na Expo Dubai. A ideia é que esse... Ele já é um potencial evento aqui dentro, para nós, de turismo tecnológico. Então, essa é uma área que precisa também ser explorada, é uma área que tem um potencial muito grande.

Eu vou encerrar minha fala por aqui, para também não passar muito do tempo. Há outros colegas para falar, como o nosso *chef* Cumpade João. Mas eu queria colocar, para fechar esta minha fala... Apesar de eu ter focado muito a tecnologia e a participação do cidadão, eu queria colocar a importância também da pesquisa e do desenvolvimento, Senadora, para esse processo.

A gente precisa que o setor público crie unidades especializadas para aumentar essa competitividade e a inovação na produção, como, por exemplo, a Embrapa Alimentos Funcionais, Aromas e Sabores, que a senhora criou na época e colocou para frente. São unidades de que a gente precisa para impulsionar esse processo de inovação e de economia criativa, sempre caminhando e movimentando a famosa tríplice hélice, Governo, terceiro setor e iniciativa privada, porque o interesse é comum. O Governo quer desenvolver o País, o Município, o Estado, assim como a iniciativa privada e o terceiro setor. E as lacunas de capacidade que existem... O Governo não é um super-herói no sentido de conseguir resolver todos os problemas. Essas lacunas são supridas com esses parceiros, com essas iniciativas.

Então, eu fico por aqui. Agradeço, uma vez mais, pela oportunidade.

Parabenizo meus colegas por suas falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que essa iniciativa, Senadora Kátia Abreu, vai ser muito importante para a gente, cada vez mais, impulsionar o nosso turismo, colocar a nossa economia criativa para cima no nosso País, que é um país muito diverso e muito rico, que tem uma riqueza cultural e gastronômica invejável. Eu diria que há países do nosso tamanho que, às vezes, não têm essa riqueza toda. A gente tem vários... Enfim, dependendo da região, muda o sotaque, muda tudo. E é essa riqueza que a gente tem que usar para impulsionar.

Obrigado.

Bom dia a todos!

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem! Parabéns, Antonio Carvalho, pelo trabalho que você vem desenvolvendo.

Alagoas, realmente, é um Estado extraordinário, que orgulha todo o Brasil! Nós temos que gostar de todos os Estados, de todas as regiões. A gente tem que ser patriota e nacionalista, sem exageros, sem arroubos. Temos que gostar do País inteiro, apesar de cada um de nós ter o próprio Estado em que vive, mora e cria a família. O meu é o Estado de Tocantins.

Eu ainda registro a presença de Walter Aguiar, Superintendente do Sebrae da Paraíba – muito obrigada, Walter –, e de Brenno Luiz Ribeiro Barreto, Diretor Técnico do Sebrae de Sergipe.

Eu vou ler alguns comentários apenas do e-Cidadania, como o de Rafael dos Santos, do Rio Grande do Sul: "Com tantas influências culturais em um único país, a culinária brasileira, certamente, é algo especial. É uma indústria bastante promissora".

Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro: "A culinária brasileira se destaca em todo o mundo!".

Weverton Dias, de São Paulo: "Isso será muito bom para descobrirmos alternativas para melhorar a malha no turismo regional, alavancando emprego e diversidade".

Carlos Augusto, de Santa Catarina: "O Brasil está repleto de belezas tropicais, cabe às políticas públicas dar estrutura para a expansão do desenvolvimento regional".

O pessoal sabe, estão vendo?

Geová Chagas, de Minas Gerais: "A gastronomia brasileira tem muito a ser explorado, parabéns [ao Senado Federal] pela iniciativa".

Jorge Alexander, do Rio de Janeiro: "Isso será muito bom para descobrirmos as alternativas para melhorar a malha do turismo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geová Chagas Costa: "Quando o assunto é comida, o Brasil dá uma lição ao mundo".

Concordo com você, Geová Chagas. Você está coberto de razão.

Eu passo a palavra agora ao nosso último orador aqui.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pela ordem, Senadora Kátia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ceará já falou, Pernambuco falou, Alagoas falou, e agora, com a palavra, a Paraíba. Mas a Senadora Daniella Ribeiro quer fazer uso da palavra.

Senadora Daniella, da Paraíba.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Senadora Kátia, primeiro eu gostaria de cumprimentá-la pela iniciativa. Eu tive a oportunidade de estar aqui também e de acompanhar essa ação desde o Sudeste e venho acompanhando aquilo que se tornou uma marca muito forte da sua presidência aqui na Comissão de Relações Exteriores. Cumprimento também, obviamente, o Senador Nelsinho Trad, que também fez um excelente trabalho, mas não posso deixar de reconhecer isso que tem sido uma prática sua e que tem revelado o Brasil para o mundo e tem feito um diferencial. E aqui, como paraibana, quero dizer do nosso orgulho e da nossa alegria de poder revelar os talentos da nossa Paraíba, do nosso Nordeste, para o Brasil e para o mundo. Então, antes de tudo, reconhecer esse trabalho e parabenizar mais uma vez.

Aproveitando, aqui também elogiar o Degustando o Brasil, que, semana passada, estava lá na nossa Campina Grande, na nossa Paraíba também aconteceu, e também elogiar o Degustando o Brasil, do qual o Cumpade João também participou.

E queria só corroborar essa fala do Sr. Antonio Carvalho Neto acerca das mídias digitais e, neste momento, dizer que, esta semana, teremos duas cidades candidatas brasileiras ao título de Cidade Criativa da Unesco na categoria Música, Recife, e Campina Grande, candidata brasileira ao título da Cidade Criativa da Unesco na categoria de mídia. Elas são as candidatas ao selo Unesco de Cidade Criativa, Campina Grande nessa área, em artes midiáticas, e serão cidades selecionadas na Comissão das Nações Unidas do Itamaraty. Amanhã provavelmente serão anunciadas oficialmente na sede da Unesco em Paris.

Então, quero aqui dizer da importância e corroborando o quanto o nosso Nordeste – dá licença à palavra –, é arrochado! (*Risos.*)

Então, Kátia, era para dizer isso e também da importância da integração dos roteiros nos Estados, a integração de roteiros, a exemplo da CVC nacional, que lançou o roteiro Paraíba Serra e Mar, integrando as belezas do nosso litoral paraibano com as riquezas culturais, gastronômicas e belezas naturais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interior. Queria deixar isso aqui como também uma dica de trabalho. Aliás, a própria Senadora Kátia tem sido uma defensora desse tema para debates futuros – futuros próximos, e não longínquos.

Obrigada, Senadora. Pode continuar com a sua ação.

Parabenizo todos os *chefs* que falaram anteriormente e as pessoas que vieram com a sua contribuição.

Uma delícia o bolo Souza Leão, que já conheço bem, conheço bastante, e o bolo de rolo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Daniella, por suas palavras, por estar aqui conosco.

Registro também a presença da Senadora Eliane Nogueira, do Estado do Piauí.

Nós estamos com uma representação aqui bastante importante.

Eu vou colocar, antes de passar a palavra para o nosso último orador, um requerimento para a aprovação desta Comissão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, DE 2021

Requer, nos termos do art. 103, II e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização, nos dias 11 e 12 de novembro de 2021, do seminário "Agronegócio Sustentável no Brasil", em Lisboa, Portugal, para a apresentação de dados e esclarecimentos sobre o agronegócio nacional e sua vertente da sustentabilidade.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

É justamente o seminário onde também vamos apresentar a gastronomia e a economia criativa da Amazônia.

Todos os assessores do Senado me disseram que não era necessário aprovar esse requerimento, mas, em consideração aos meus colegas e à importância desta Comissão, eu fiz questão absoluta de informar sobre o evento e pedir a aprovação de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Registro que esse evento em Portugal não é direcionado apenas aos portugueses. Nós estamos convidando importantes autoridades do Parlamento europeu, de outros países da Europa, como Alemanha e França, para irem ouvir sobre a realidade da agropecuária brasileira e a nossa grande sustentabilidade.

Natural de Rainha da Borborema, Cumpade João carrega no peito a missão de manter acesa a chama da cultura nordestina no forró e na cozinha. O seu templo sagrado é a Fazenda Olho D'água, no distrito de Galante, Campina Grande.

Vocês não têm noção de quantos representantes de Campina Grande há aqui. Os três Senadores da Paraíba são de Campina Grande. O que vocês acham, gente? Pelo amor de Deus!

Lugar onde comanda o Restaurante Casa de Cumpade, famoso por oferecer a autêntica comida paraibana – daqui a pouco nós vamos ver qual é essa comida –, é ainda anfitrião de dois prestigiados eventos na região: o Arraiá de Cumpade, que contribui, há mais de dez anos, para a preservação e a valorização das tradições juninas, e o festival gastronômico Degustando o Brasil, que acontece em João Pessoa e Campina Grande, claro – senão dá até briga, guerra, se não fizer nas duas –, ambos realizados em parceria com a agência Mais Brasil Turismo.

É de lá, da Paraíba? (*Pausa.*)

Em 2018, foi eleito Embaixador da Cozinha Brasileira pelo Prêmio Dólmã. Com mais de 30 anos de trajetória, o *chef* e cantor já participou de programas de televisão nacionais e eventos em todas as regiões do País.

Agradeço a sua presença.

Agradeço o trabalho, o esforço e o empenho que a Senadora Daniella fez para que o Cumpade João estivesse aqui hoje também. Muito obrigada.

Você tem 20 minutos para usar da palavra. Dois minutos antes, a campainha vai tocar.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu gostaria, primeiramente, depois de tudo isso que nós passamos, de todas as aprovações, de agradecer primeiramente a Deus por estarmos presentes; em segundo, à Senadora Kátia Abreu, pela maravilhosa atitude de estar valorizando os pequenos da cadeia produtiva, que fazem com que aconteça o turismo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País e, em terceiro, a você, Daniella, essa mulher bravia, que nos orgulha tanto pelo que tem feito pelo nosso Estado.

Mas, pelo tempo ser tão curto, eu venho de um Estado que eu acho que vocês já ouviram falar mais ou menos assim:

Quando a lama virou pedra
E Mandacaru secou
Quando a ribaçã de sede
Bateu asa e voou
Foi aí que eu vim me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço
para ti pequenina
Paraíba masculina
Muié macho, sim sinhô
Paraíba masculina
Muié macho, sim sinhô

Mas eu não vou cantar até o fim. Eu toquei nesse assunto pelo simples fato de serem mulheres que estão tocando... a quantidade de mulheres, no Senado, que está tocando essa atitude da valorização da economia criativa... A mulher paraibana ela é muito mais macho do que vocês imaginam... (*Risos.*)

No passado, quando a questão de emprego e renda era muito precária, um dos Estados mais recriminados e discriminados, porque, quando vocês queriam xingar qualquer pessoa, chamavam logo de quê? Paraíba.

Mas eu me orgulho, porque eu sou paraibano e, mais ainda, campinense. Eu sou da terra da Rainha da Borborema, eu sou da terra do maior e do melhor São João do mundo! Eu sou da terra de Daniella Ribeiro! (*Palmas.*)

As mulheres, quando deixavam seus maridos partir para o Sul para construir as grandes metrópoles, elas ficavam na Paraíba, dentro do nosso Sertão, a carregar latas d'águas, por quilômetros, na cabeça; fechos de lenha; a cuidar da miunça, que eram as galinhas e as cabras que restavam; a tomar conta dos filhos e, de uma fidelidade tamanha, esperavam por um ano quando o marido voltava nas festas, trazendo um pouco de dinheiro para poder comprar roupas para que passassem as festas de final de ano ou as festas juninas. Então, uma mulher dessa tem que ser muito mais macho do que certos machos!

Então, eu peço a vocês uma salva de palmas para a mulher paraibana. (*Palmas.*)

Eu sou João Wamberto de Araújo Barreto, campinense da gema, nascido na beira do Açude Velho, onde foi construída a história da nossa terra, a Vila Nova da Rainha, onde os tropeiros da Borborema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinham com o estamento de suas mulas, trazendo nos fardos de pele algodão e ali se ancoravam para dar água às tropas de burro.

Foi ali que eu me criei, brincando; foi ali onde eu tive a oportunidade de, no passado, até ter conhecido Daniella, desde pequeno, e não só ela como toda a família, como era uma cidade em que a gente tinha ainda o prazer de conhecer essas famílias.

E daí, pela paixão tão grande que eu tinha pela nossa cultura... Um dos atos mais fervorosos de amor ao próximo é a gente cozinhar. Se vocês repararem bem, a gente vai para cozinha para justamente fazer um caldo da misericórdia: quando uma pessoa da gente está bem enferma, quando justamente está no hospital e que chega para casa, qual é a fé que você tem? É quando ela começa a comer.

Quando você quer agradar seus convidados, você vai para cozinha para fazer o melhor de oferecer. É tanto que na casa dos compadres, no passado... Compadre, para vocês terem uma ideia... Por que esse nome "Cumpade"? Quando eu botei, botei o nome no restaurante que eu fiz na fazenda.

Então, eu tinha a ideia de que na casa do compadre, a gente pudesse se reunir, porque ele não era sangue, mas a gente convidava para aproximar. Então se chamava toda a vizinhança, a família porque a gente pegava o melhor cordeiro, o melhor capão, a melhor galinha, o que a gente tivesse de melhor. Uniam-se as mulheres na cozinha para proporcionar um dia inesquecível, em que as crianças brincavam nos terreiros, faziam academia muitas vezes de balinheira, muitas vezes correndo atrás dos bichos. Entendeu? Então, é uma história comprida que se a gente for contar, 20 minutos não dão.

Mas os rapazes com os senhores ficavam justamente lá nos alpendres das fazendas a tomar um tragozinho de cachaça, que era bem tradicional, regado justamente com um caldinho de uma buchada de carne, alguma coisa, com um pirão, que tivesse sido feito no fogo. E lá dentro as mulheres a conversar com as moçoilas, aprendendo justamente o quê? A cozinhar, o maior ato de amor que você pode ter por alguém.

Daí surgiu o restaurante Casa de Cumpade, restaurante esse que eu já digo que a gente já é uma economia criativa, porque nos arredores a gente não só pega justamente para transformar agricultores em pessoas colaboradoras, garçons, pessoas para lavarem panelas, mulheres para cozinhar com a gente, pessoas para estarem puxando uma charrete, um pônei, fazendo a vivência fora justamente para que tudo aconteça. A fazenda é autoprodutora de tudo aquilo que ela consome. Todas as proteínas que são usadas nas nossas panelas são de produção própria e para isso, quer queira ou quer não, nós temos que ter gente para tomar conta desses animais.

Lá a gente produz galinha, a gente produz o porco, o cabrito, o carneiro e o boi. Porque para fazer uma boa buchada de bode, bem nordestina, a gente tem que justamente saber da origem. Então, na Casa de Cumpade a gente acompanha – eu, Cumpade João – da hora que nasce à finalização de um prato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me orgulho em fazer a cozinha nordestina, mas tenho conhecimento de fazer até justamente usando do mundo com suas técnicas, principalmente as francesas, onde a gente pode fazer um carré, um *stinco*, mas o que eu gosto de fazer é a autêntica cozinha que traz justamente a origem e a cultura do nosso povo, regada a um bom forró, porque é ali onde a gente rela bucho com bucho para dar polimento na fivela. (*Risos.*)

E Campina Grande sabe acolher como ninguém, porque comida boa a gente tem.

Através do Degustando o Brasil, ao longo desses últimos anos – na semana passada, terminamos a sétima edição –, unimos toda a cadeia produtiva e agora, mais do que nunca, dentro de um grande *shopping* que nós temos na nossa cidade, botamos os pequenos produtores para justamente fechar a cadeia, do produtor à finalização dos restaurantes e justamente à mesa de cada dona de casa. A gente conseguiu fazer isso e hoje a gente pode mostrar todos os insumos do mundo ou do nosso Brasil usando a técnica que você quiser. Mas o importante é a união de todos os povos, seja lá da classe social que for. E é isso que acontece em Campina Grande, no maior São João do mundo. Se vocês prestarem atenção, para aquelas quadrilhas belíssimas estarem em cima de um palco, são meses de antecedência em que as mulheres bordadeiras, costureiras, os dançarinos, os coreógrafos, os músicos... Se vocês virem a cadeia que envolve para acontecer aquela grandiosa festa, não está no gibi. Não é algo que a gente comece e crie do estalar, não, porque está na alma e no sangue dos campinenses, pode ter certeza disso.

E, como campinense, eu me orgulho de dizer a vocês: vocês têm que conhecer a nossa terra, fica na Rainha da Borborema. Tem sido feito um trabalho ferrenho para não haver apenas o São João uma vez só no ano, mas que a gente possa mostrar toda essa cultura gastronômica, desde as excelentes cachaças aos doces paraibanos, aos nossos queijos... Por sinal, a Fazenda Carnaúba, oriunda da família de Ariano Suassuna e Manuelito Vilar, hoje produz o melhor queijo de cabra do País. E, num dos últimos torneios que houve, dois anos atrás, na França, nós tivemos, através do gado Sindi, que é criado lá por eles, lá na Serra do Taperoá, o melhor queijo do Brasil – do Brasil não, do mundo – ganhando medalha de bronze, que é justamente... Agora me falhou o nome, mas depois eu posso falar para vocês. Na Prazeres da Mesa, por três anos consecutivos, Dom Ariano ganha medalha de ouro. Ou seja, a Paraíba é enxerida que é danada. Do litoral ao sertão da Paraíba, tem gente com coragem para acolher vocês, e eu convido todos os que estão aqui presentes para que no próximo ano, com fé em Deus e em Nossa Senhora – sem esquecer jamais – a gente possa estar lá na Paraíba tomando uma excelente cachaça, comendo buchada de bode. Ou quem quiser um prato mais afrancesado, a gente lá está para tudo, porque desde a hora de ralar o milho para fazer uma boa pamonha, uma boa canjica... E outra coisa: bater na zabumba e no triângulo para a gente relar bucho com bucho dando polimento na fivela, nós estamos esperando vocês.

Sabe por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o Sol nasce primeiro
E tão desinibido
E a Lua exibe um estrelato
Com tanta beleza
Que até o algodão se empolga
E já vem colorido
Exibições inexplicáveis
Da mãe natureza

Aqui até os dinossauros
Fizeram morada
E a gente pode ao som
De Jackson pandeirear
Ouvir a voz que na bandeira
Ficou estampada
Dar frutos
Que o tempo e a história
Não vão apagar

Eu sou da Paraíba é meu esse lugar
A cara desse povo tem a minha cara
Encanto de beleza que me faz sonhar
Lugar tão lindo assim para mim é joia rara

Que bom estar no ponto mais oriental
Astrologicamente ser um Ariano
Rimar como um Augusto tão angelical
Eu sou muito feliz, eu sou paraibano! (*Palmas.*)

Gente, espero vocês, se Deus quiser, no próximo ano, na terra que faz... Me desculpe Caruaru, porque, Pernambuco, eu tiro o chapéu para o seu frevo, o seu carnaval. E hoje a gente teve aqui – eu gostaria de relembrar – um dos maiores *chefs* que eu já conheci em toda minha vida, não só pelo trabalho, mas pelo amor ao que ele faz, que é o César Santos. É um baluarte, é um *chef* realmente que merece. Eu tiro o chapéu para César. Mas me desculpe, César Santos, mas São João como Campina Grande ninguém faz não. Desculpe, Caruaru. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Esse é o Brasil, né, gente? Eu vou arrepiando toda, vou ficando emocionada, porque nós temos muita vida, nós temos muita história, nós temos muita coisa. País maravilhoso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Eu gostaria de convidá-la também para que a gente tenha um Arraiá de Cumpade lá na Casa de Cumpade. Todo mês de junho, todos os sábados e domingos. Senadora Daniella, eu invoco a senhora para levar – não só ela, todos os Senadores e aqueles que quiserem conhecer o melhor arraiá do Brasil, porque em Campina Grande, pode ter certeza, a gente sabe fazer São João.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós vamos! A Senadora Daniella já está organizando a comitiva para nós passarmos um final de semana lá para os Senadores conhecerem de perto o maior São João do Brasil.

Quantos dias de folia, gente? Quantos dias de dança, forró? Quanto tempo?

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – É apenas um mês.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É só um mês.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – É só um mês de dia e à noite, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Diz que tem campeonato de quem consegue ficar seguidamente dançando noite e dia, dia e noite, até cair...

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Professora, a senhora já ouviu falar...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Lustrando a fivela, dia e noite, bucho com bucho.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Bucho com bucho para dar um polimento na fivela.

Já ouviram falar no caldo de mocotó? Na cabeça de galo?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Já, claro.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – E a senhora acha que nós, *chefs* de cozinha, estamos fazendo o quê para que vocês aguentem o São João o mês todinho?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem!

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Nós aguentamos, por que vocês não aguentam?

Vamos embora para a Paraíba, minha gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, muito bem!

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Nós aguentemos; por que vocês não aguentam? Vamos embora para a Paraíba, minha gente?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós vamos.

Vamos assistir ao vídeo de um minuto ali, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, parabéns!

Eu me comprometi ontem com o Prefeito Bruno, de Campina Grande, que é um jovem muito empreendedor, cujo Vice é filho da Senadora Daniella. Então, é a dupla Bruno e Lucas. Pense num par de rapazes! Não tinha como não ganharem a eleição, não, gente! Uma beleza os meninos! E nós vamos levar a Paraíba como nosso primeiro evento numa embaixada no exterior.

E o forró? Eu estou doida para esse povo lá ver esse forró da Paraíba, gente! Os europeus não vão acreditar. Imagine os russos, hein, Embaixador? O senhor está convidado. Eu vou!

Bom, algum colega Senador ainda deseja se manifestar? (*Pausa.*)

O.k. Então, convido...

Há um requerimento da Senadora Soraya, que é extrapauta, mas muito importante.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, DE 2021

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar e sugerir ações para o acolhimento e ajuda humanitária as pessoas oriundas do Afeganistão e seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo discussão, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Soraya Thronicke, autora do requerimento, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de agradecer e, antes de mais nada, de parabenizá-la por este evento, por esta rodada tão significativa de audiências públicas e por mostrar a grandeza do nosso País.

Eu quero também dizer que me emocionei aqui hoje – a gente não espera se emocionar. Vai polir a fivela e arrepiar, viu? Pule a fivela, arrepia a mulherada, deixa todo mundo doido aqui! Parabéns pelo seu vozeirão! Fiquei doida para ir conhecer a Paraíba.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO (*Fora do microfone.*) – "Simbora" pra lá!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, "simbora"!

Sra. Presidente, com a saída das tropas americanas do Afeganistão, milhares de pessoas tentam fugir do Talibã pelas fronteiras terrestres do país. A situação instalada se transforma em uma crise de refugiados sem precedentes, após o estreitamento das saídas por fronteiras terrestres e aéreas.

A ONU reforçou que os países devem acolher os imigrantes, mas muitas passagens estão fechadas, e a quantidade de refugiados tende a aumentar. Países de todas as localidades do globo se esforçam para minimizar o caos e a angústia de tantas famílias, profissionais e pessoas de muitas outras nacionalidades que lá ficaram.

Com essa Subcomissão buscaremos o acompanhamento das ações realizadas pelo Governo brasileiro e sociedade civil, promovendo ações de incentivo para que seja garantida a efetividade dos termos da Portaria Ministerial nº 24/2021, bem como o espírito do instituto jurídico do visto humanitário. Nesse sentido, a Subcomissão acompanhará o atendimento do nacional afegão ainda em seu país ou em seu entorno, que se encontre em situação de vulnerabilidade e manifeste a intenção de submeter à autoridade brasileira o pedido de visto humanitário facilitando os meios de acesso às autoridades competentes para concedê-lo, assim como comprometimento da sociedade civil em medidas que possibilitem a preservação de direitos básicos de subsistência aos beneficiários do visto humanitário, permitindo-lhes a vida digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mormente em relação a juízas afegãs, que o Brasil já recebeu mais de 20, o Afeganistão não aceita as juízas afegãs, principalmente porque muitas delas julgaram membros do Talibã. Algumas já foram decapitadas – não queria trazer isso, mas é verdade –, filhos de juízas também. Temos ministros que estão numa situação extremamente complicada. E nós temos o Poder Judiciário envolvido nessa ação justamente para que possa promover uma alternativa de subsistência. Então, elas não irão pesar nos bolsos dos brasileiros, é um número limitado. Em relação às juízas afegãs, é um número limitado de pessoas. Muitos países já as acolheram, mas nós estamos com certa dificuldade.

Já conversei com o Embaixador Olyntho, do Paquistão, e também com o Embaixador paquistanês aqui no Brasil para se conceder um visto temporário, o visto de passagem apenas, porque muitas dessas pessoas saem apenas com a roupa do corpo. Eles não têm sequer como demonstrar cartão de vacina, às vezes estão sem passaportes. É uma situação extremamente complicada, difícil. E nós, como temos essa condição, podemos acolhê-los.

O Poder Judiciário já está trabalhando com essas juízas afegãs que já chegaram, no intuito de ensinar a língua portuguesa para que elas possam colaborar com pareceres. Muitas delas já falam inglês, têm uma cultura, estudaram fora também do Afeganistão. Então, têm condições de colaborar e não pesar para os nossos cofres.

Então, justamente para isso, eu gostaria de convidar Senadores e Senadoras para participarem, como titulares e suplentes, principalmente as mulheres que aqui estão, porque é uma causa muito nobre em que nós iremos trabalhar e finalizar o quanto antes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Senadora.

Eu acho muito louvável a sua atitude, o seu trabalho, e eu já me candidato para fazer parte dessa Subcomissão. Passo à sua responsabilidade a escolha dos membros, e nós vamos referendar o que você escolher. Eu gostaria muito de participar e ajudá-la nessa empreitada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É imprescindível a sua presença.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Conte comigo.

Bom, eu gostaria de fazer aqui... Ao final sempre nós fazemos tipo um *checklist*, para não sairmos daqui sem as nossas tarefas a cumprir publicamente. Eu tenho algumas sugestões, mas se algum dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas Senadores ou palestrantes quiser levantar mais um ponto de sugestão para contemplar nesse relatório terá um minuto para essa sugestão.

Primeiro, eu gostaria de sugerir as feiras gastronômicas que o Sebrae está fazendo no Tocantins. Com certeza, às vezes, todos estão fazendo, mas lá é sucesso total. Viraram uma loucura as feirinhas de quinta, sexta, sábado e domingo como uma opção de negócios. Então, é uma coisa barata, aonde os *chefs* vão todos nas suas barracas para fazer a sua apresentação. Isso tem dado muito resultado, e eu aplaudo o Sebrae Tocantins. Eu não perco uma.

Lá tem uma comida que chama chambari. O chambari é o ossobuco, é a canela do boi. O chambari é isso. Só que lá, em uma das feiras na cidade de Paraíso, foi feita só de chambari: pastel de chambari, cozido de chambari, chambari frito, chambari na panqueca. Gente, mas ficou uma loucura, não entrava mais nada.

Outra cidade já está fazendo com pequi. Então, vão vindo as suas especialidades, e as pessoas vão criando e alternando para sair da rotina só do chambari de caldo, que é o que a gente tem costume de comer lá. É uma sugestão do Tocantins.

Agora para o geral, eu gostaria muito de sugerir ao Sebrae, em primeiro lugar, que nós pudéssemos nos reunir, os SEBRAEs do Brasil, cada um faria a sua parte como um pedido aqui da nossa Comissão, e que a gente pudesse oficializar os pratos típicos de cada Estado.

Muitas vezes a gente vai a um restaurante, por exemplo, em Salvador, na Bahia, que eu frequento muito, e pergunta: "Qual é o prato típico que você tem?" Normalmente, moqueca de peixe, moqueca de lagosta, moqueca de camarão.

E eu, porque o meu marido é baiano e a família dele toda, nós adoramos outros pratos que não achamos no cardápio da Bahia, como arroz de hauçá. É uma coisa fantástica que eu nunca vi em restaurante nenhum.

É apenas um alerta que eu estou dando. Temos variedade e, às vezes, nós estamos ficando muito restritos a um, dois pratos.

Qual é a outra comida, Moisés, além do arroz de hauçá, a segunda que eu adoro? Fritada de aratu. Aratu é caranguejinho mole, não tem nada igual, gente! Quando faz lá em casa todo mundo quer ir, porque, de fato, é espetacular.

Mas tem uma outra comida que ele faz que eu esqueci. Não é possível, Moisés!

Então, eu acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Acontece.

E chega um turista...

Eu, por exemplo, quando viajo, gente, pelo amor de Deus, eu não vou ao Japão comer comida italiana. Não há hipótese de eu fazer isso, então, eu vou ao restaurante típico, porque comer a comida local é uma experiência turística que você carrega embora. Não há hipótese de eu não comer a comida local, mesmo que seja uma loucura. Houve uma comida em Portugal, onde um dia eu fui, que chamava tripas à moda da casa. Falei: "O que será isso, meu Deus do céu?" Pedimos tripas, uma delícia, uma coisa maravilhosa e que, na verdade, é uma buchada com feijão branco.

Então, eu gostaria de pedir ao Sebrae, junto com o Senac de cada Estado, que a gente pudesse referendar. Não é para excluir pratos, mas que a gente pudesse estabelecer uma rotina para as nossas viagens internacionais. Nós temos que bater os mesmos pratos em todos os eventos para isso ficar fixado para os nossos convidados nessas mostras.

A mesma coisa, eu queria que vocês pudessem trabalhar a oficialização dos roteiros turísticos para a gente levar para fora em qualquer oportunidade. Reunião não sei de que, que não tem nada a ver, carro ou agricultura, vamos levar os vídeos dos roteiros e, no começo dos eventos, a gente passa.

Então, a gente precisa ter isso oficializado porque todos os Senadores, todos os Deputados... A gente viaja muito, a gente anda muito e a gente faz muita reunião. Custa chegar a uma reunião no Rio Grande do Sul e passar um vídeo da Paraíba antes da reunião? Qual o problema? Do Ceará? Então, isso vai criando essa cultura, misturando o roteiro turístico, a gastronomia dos pratos oficializados e o artesanato.

Então, essa curadoria que o Sebrae faz do artesanato vai ser muito importante, porque o que nós vamos fazer? Nós vamos levar um caixote, vamos dizer assim, um contêiner de artesanato, não para vender. Vocês não têm noção do que eu tentei fazer em Portugal agora, para levar artesanato. Custava o mesmo tanto do evento inteiro. Eu não dei conta de levar. Não é o artesanato, não; é a embalagem, vem do interior, chega ao porto e vai... Mas, meu Deus, que complicação!

Nós temos que trabalhar isso. Já estamos tomando essa iniciativa. Não estou conseguindo levar. A gente quer levar o artesanato e deixar numa embaixada central na Europa para nós usarmos esses, para ficar mais barato, em todos os eventos. Não é para vender; nós vamos fazer um QR Code e uma forma de vender eletronicamente, *e-commerce*. Então, nós vamos levar o artesanato e nós vamos precisar também dessa seleção de vocês do que há de mais interessante para que nós possamos mostrar na Europa ou em outros Estados, ou aqui, na América do Sul, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, artesanato, os roteiros, os pratos típicos e a cultura, o forró. Nós podemos chegar lá sem o forró, sem o carimbó, sem a dança dos bois Garantido e Caprichoso? Nós podemos chegar lá sem a suça nesse vídeo? Então, um vídeo que misture as rotas turísticas. Por que visitar Campina Grande? Então, há o forró, há a gastronomia da Paraíba como um todo e o artesanato.

Então, eu peço que todos possam organizar isso.

Por fim, ainda sugiro, com muita humildade, ao Sebrae, que nós pudéssemos fazer uma plataforma única para colocar tudo isso dentro. O que tem na Paraíba? O que tem no Tocantins? O que tem no Ceará? O que tem no Piauí? Para que isso possa ser acessado com facilidade, inclusive com tradução em inglês, e, devagar, vamos traduzindo para outros idiomas.

Então, conheça o Brasil pelo Sebrae!

Agora, o ministério tem? Ótimo! Outro governo tem? Excelente, mas eu acho que a gente deveria começar a institucionalizar isso. Talvez o Sistema S, talvez o Sebrae, com o Senac, com o Sesi. Enfim, eu acho que o Sistema S tem toda a condição e o apoio para essa plataforma única com caixinha para todos os Estados. Quando eu abrir o Tocantins, quando eu abrir o Piauí, o Rio Grande do Norte: "Eu não quero praia, não; vou ver o que tem no interior desses Estados de interessante". Então, dentro da janela "Estado", poder ter as rotas definidas do interior, além, claro, do litoral.

Então, eu gostaria de sugerir isso e queria saber se alguém tem alguma sugestão que eu não falei e que pode se encaixar nessa nossa tentativa.

Pois não, Cartaxo.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO (Para expor.) – Senadora, é só para informar que a assessoria de V. Exa. poderia entrar em contato com o Sebrae Nacional. O DataSebrae já tem o início dessa sua proposta de ter os Estados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Tenho certeza.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – Então, lá já tem bastante material.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muita coisa pronta.

O SR. JOAQUIM CARTAXO FILHO – Agora é juntar essa sua proposta com o Sebrae Nacional. Não estamos partindo do zero.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Muito bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui registrar que esse descaso com o turismo nacional não é de um governo; é desde sempre a falta de visão estratégica do que o turismo pode representar. Nós tivemos isso com relação à agricultura, nós bombamos – vamos assim dizer, como os jovens –, fomos e explodimos, somos um grande exportador de alimentos, e aqui não temos a mesma visão. Na minha modesta opinião, Deus nos deu três grandes oportunidades: agricultura, minério e turismo.

Agricultura foi. O minério, especificamente o petróleo, também. Ferro, bastante, ainda com muita coisa a fazer. Mas o turismo foi crescendo sozinho, por osmose. Então, nós não temos, por exemplo, um ministério, e nunca tivemos, quero registrar isso, não é focado em governo nenhum, é só numa tese. Governo nenhum teve um Ministério do Turismo à altura do Ministério da Agricultura e com a valorização do Ministério da Agricultura. Isso precisa ser construído. Nós devemos ter um Plano Safra do turismo. Eu apresentei isso em 2019. Pela primeira vez fui para a Comissão de Orçamento, porque nunca gostei de lá, mas fui porque todo mundo achou que eu iria chegar lá e falar assim: "Eu quero o Ministério da Saúde, eu quero o Ministério da Educação, eu quero o da Infraestrutura", porque a briga é por esses três. Cheguei humildemente: "Eu quero o Turismo". Todo mundo olhou para mim: "O que você quer com esse lugar?". "Vou fazer um Plano Safra do turismo e apresentar." Chamei o Ministro, fizemos um barulho.

O que é o Plano Safra do turismo? Por que a agricultura virou isso, Senadores Daniella e Styvenson? Porque são 30 anos de Plano Safra, no qual os produtores rurais sabem quanto vai ter de juro, de prazo, o valor do dinheiro, quanto cada um pode tomar, qual é o prazo de pagar, para investimento, para custeio, para isso, para aquilo. Eu, como Ministra, criei. Depois fomos criando. Cada Ministro inventa mais linhas. Eu que implementei a dos armazéns gerais, que melhorou muito a situação; fiz um item para o café, porque as máquinas do café estão todas obsoletas, com dificuldade de torrefação; deixei uma janela aberta para os cafeicultores que industrializam.

Então, eu propus para o Presidente Tadros, da CNC... Eu estive lá num café da manhã com ele, que está nos apoiando em Portugal. E eu solicitei a ele... Porque o Senac... E o turismo está dentro do Senac. Eles me pediram meu Plano Safra, viu, pessoal! Gileno, tem que mandar o meu, de 2019 ainda, gente! Comparei emprego, investimento, quanto que dava. Mas isso deve ter regularidade, isso precisa haver todos os anos.

Essa pandemia foi uma tragédia nas nossas vidas, mas é preciso tirar dela coisas aproveitáveis, para compensar o sofrimento que nós passamos. E eu acho que o turismo está sendo uma das compensações. O turismo explodiu! O turismo, o ecoturismo, o turismo do interior, o turismo de natureza, que vocês chamam de *open* o quê, Moisés? Turismo aberto? *Open*... (*Pausa.*)

Outdoor. Turismo *outdoor*. Está na última moda, ninguém quer nada fechado. Então, acho que chegou a hora de nós tentarmos nos juntar, o Sistema S e as confederações ligadas, porque há a CNA, que tem o turismo rural também. Então, a gente precisa tentar construir e levar, em uma audiência, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, pedindo a ele que institucionalize o Plano Safra do turismo. Eu acho que pode ser uma grande ideia. Eu não sou dona da razão nem dona de nada, mas eu fico comparando com a agricultura, com o que foi que aconteceu.

Vou passar a palavra para o Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte. Por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Senadora Kátia, Senadora Daniella, Senadora Eliane. Desculpa, eu ia dizer Hilde. Perdão.

O Cumpade está vendo que não é só paraibana não, não é? Aí tem uma mulher de Tocantins que, em tudo que ela toca, ela dá um *upgrade.* (*Risos.*) É. A Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Aqui a Comissão de Relações Exteriores ficou com um papel de ministério, de secretaria, para divulgar o nosso turismo. Enquanto não há uma divulgação por parte desses entes, Kátia Abreu está fazendo isso com perfeição.

Eu só me arrependo de uma coisa, Kátia Abreu, de ter chegado atrasado. Estava na Comissão de Educação, cheguei atrasado e perdi esse espetáculo que é o Nordeste. O Nordeste tem praias bonitas. Meu Estado tem 400km de praias, praias paradisíacas, tão lindas quanto as do Caribe. Há gente que vai para o México, tendo tudo aqui. Posso citar Zumbi, posso citar os Parrachos de Maracajaú, Pirangi; são praias lindas. E há o interior, com o turismo religioso. Nossa gastronomia também é perfeita tanto quanto a da Paraíba, nossa irmã e vizinha.

Senadora Kátia Abreu, é impressionante como a senhora consegue, e é uma energia. Ela diz que se arrepia com tudo isso; arrepia é a gente. Ela consegue fazer tudo isso dentro de uma Comissão só. Uma mulher dessa Ministra, o País estava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Já foi, e agora está sendo Ministra das Relações Exteriores também. Já que havia um que era inapto, ela está ocupando tudo.

São elogios verdadeiros. Eu não preciso estar aqui falando, porque a senhora já sabe, a senhora já tem história na política, não precisa de um jovem Senador falar isso para a senhora.

Quero dizer, Senadora, que tudo que a senhora está pedindo o Sebrae Rio Grande disponibiliza no *site*. A gente vai fazer um resumo para poder apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena ser tão caro levar os nossos produtos para outros países. É uma pena. É uma pena, porque é diferente você olhar por uma imagem de você tocar no produto, ver de perto aquele produto. É diferente você ver uma foto de uma praia de sentir o calor, areia, o vento nos cabelos. É diferente.

Eu acho que a Paraíba junto com o Rio Grande do Norte têm um parque arqueológico perfeito para o turismo educacional, turismo histórico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Pedra da Boca, Passa e Fica...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, eu fui dizer que era irmã de Passa e Fica, calma! (*Risos.*) É braba mesmo. Ela já achou que eu ia tomar a Pedra da Boca para a gente. (*Risos.*) Pensou que eu ia tomar a Pedra da Boca aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Fica, perfeito. Araruna é linda também. Eu conheço a Serra de Araruna, aquela parte ali do interior, a parte serrana, Serra de São Bento, Guarabira, Guaramiranga, que é lá no Ceará. Também vamos falar do Ceará – o Ceará não está aqui presente, mas vamos falar do Ceará também –, do Piauí, aqui nosso vizinho, dos cânions do Rio São Francisco.

Eu fiz uma viagem um dia desses, Senadora Kátia Abreu, porque eu gosto de fazer isso e vou fazer de novo. Eu saí daqui de Brasília para Natal de carro. A gente anda pra caramba, mas conhecer o nosso País é bom. E, quando você tem tempo e vai parando, você vai conhecendo todos esses Estados: vai vendo soja na Bahia, vai vendo soja no Goiás, vai vendo Aracaju, Alagoas. Dá vontade de ficar muito tempo parando de lugar em lugar.

Então, o bom do nosso turismo, Daniella, é a gastronomia? É. São as praias? São. Mas não há igual ao povo nordestino não. O que vocês viram hoje foi só uma amostra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – É. Vai da mulher que defende a Pedra da Boca com unhas e dentes a um poeta, a um cantor que trabalha com cozinha.

O senhor disse uma coisa que impressiona, uma coisa que me toca também. Eu não sou cozinheiro como o esposo da... Não tenho nem o dom de cozinhar. Eu assisto às *lives*, assisto aos vídeos que a senhora faz com ele. O Moisés é fera, fazendo aquele escalope gostoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo, da mesma forma, que a culinária serve para isso, que o serviço serve para isso. E é o que a gente tenta fazer aqui na política, é o que a Kátia Abreu está tentando fazer, servindo os Estados do nosso País, levando o turismo para o conhecimento de outras pessoas que não têm esse acesso. Este momento aqui é ainda mais uma divulgação gratuita. Ouviu, Senadora Kátia Abreu?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não há coisa igual! É caro divulgar turismo. A gente envia recursos para os nossos Estados, mas, talvez, isso não tenha a mesma eficácia e eficiência do que o que está sendo feito aqui.

Então, obrigado por este momento.

Eu estou esperando ansioso pelo almoço.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Deixe-me até fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu é que lhe agradeço, Styvenson, as palavras, que são só de ânimo. Eu fico até com vontade de chorar. Muito obrigada mesmo. Você é um amigo muito querido, uma pessoa muito importante para nós, e o que você fala para mim tem muito peso, principalmente para o meu coração. Muito obrigada.

Eu faço isso com alegria, porque eu amo este País, gente. Eu amo este País! Nós somos demais, somos espetaculares! E, às vezes, temos tanta dificuldade para avançar, não é? Eu fico com muita pena disso.

A minha mãe também fez o que você fez, só que ela foi procurar a praia dela. Com o marido, pegou o carro e veio, subiu tudo. Não vou dizer qual praia ela escolheu, para não ser indelicada. Aí ela comprou um lotezinho. Ela comprou um lotezinho no meio do caminho. Eu só sei que ela foi da Bahia até o Rio Grande do Norte, gente. Ela escolheu a prainha dela. Ela comprou uma coisinha pequena.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Disse: "Vou achar a minha praia". Ela é terrível, a Veroca! Minha mãe se chama Vera. A Veroca é terrível! E ela escolheu isso.

Você disse do Sebrae do Rio Grande do Norte. Quando eu faço estas sugestões aqui, até parece que eu estou inventando a roda. Eu tenho certeza de que o Sebrae tem isto aqui tudo, bem como o Senac. Apenas peço para sistematizar, para a gente fazer as escolhas para qualquer eventualidade. Sabe prevenção? É prevenir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, nós vamos para os Estados Unidos, gente! Abriu um seminário lá, e vai haver um movimento. E já vamos aproveitar e fazer, na Embaixada do Brasil, em Washington, o nosso evento, ou no Consulado, em Boston, ou em Nova York. Nós temos gente e casa em tudo quanto é lugar. São 180 postos no mundo. Nós somos um dos três que mais presença no mundo têm. Isso é muito importante para o Brasil.

A TV Senado não começou no evento da Amazônia. A gente vai aprendendo. A TV Senado, desde o último evento no Sudeste, já começou a apresentar os nossos eventos. Este aqui também vai ser passado. A TV Senado tem uma audiência impressionante, inclusive no exterior.

Então, é isso.

A Senadora... O Senador... A Senadora pediu a palavra primeiro, para contraditar o Styvenson.

Daniella...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Eu brinquei. Eu queria aproveitar este momento importante... Na realidade – é só para se entender aqui –, a Pedra da Boca fica em Araruna, na divisa com o Rio Grande do Norte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – E pacifica.

O que acontece? A Serra da Boca... São...

Ô gente, ajude-me aí!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É a Serra de São Bento!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Serra de São Bento! Isso! É a Serra de São Bento e Araruna. Araruna fica na Paraíba, e a Serra de São Bento, no Rio Grande do Norte. Eu fui para lá nesse fim de semana. E, coincidentemente, foi pedida uma escada para a Serra da Boca. Que tal fazermos juntos a escada?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Fechou!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Fechou?

Vamos anunciar aí para o pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Estão vendo? Lá há forró?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – É justamente para ajudar o turismo lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Pode abrir no meio.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pode abrir no meio. E a Boca da Pedra... A pedra fica na Paraíba. A Boca da Pedra fica no Rio Grande do Norte. (*Risos.*)

Entendeu?

Aí o Prefeito de Araruna, que fica na Paraíba, botou já uma placa lá: "A pedra está na Paraíba". E a boca fica no Rio Grande do Norte. (*Risos.*)

Aí os norte-rio-grandenses ficam dizendo: "A boca fica aqui, no Rio Grande do Norte!". E aí aproveitam e ficam tirando foto. Ótimo! Maravilhoso! Somos irmãos, somos Estados irmãos.

Vamos fazer essa escada juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Vamos!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pronto! Vamos botar uma emenda para fazer essa escada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – E as pousadas ficam de frente para a boca.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pois é. As pousadas do Rio Grande do Norte. Exatamente. (*Risos.*)

Mas também há as pousadas da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu vou olhar na internet. Eu vou olhar o vídeo.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Há as pousadas da Paraíba. Entendeu? Então, é um roteiro integrado aí.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É isso aí.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Vamos fazer mesmo, viu? Fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso mesmo. Um roteiro integrado. Aliás, quem é craque em fazer isso é o Sebrae, que são as rotas integradas. Por exemplo: A Rota das Emoções – Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara, no Ceará. Então, é uma rota maravilhosa.

Nós estamos agora trabalhando a rota do Maranhão, no sul do Maranhão, que é a... Serra da Mesa, não. É outro nome. Sempre falo Serra da Mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Chapada das Mesas, que é a coisa mais linda do mundo... Há ali os cânions, no sul do Piauí, e o Jalapão. Vai ser uma nova rota que o Sebrae está construindo para nós. Vai ficar um espetáculo.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Fechado. E testemunho...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E o Styvenson falou do turismo religioso. Meu Estado então, gente, mas tem demais – eu tinha me esquecido de dizer –, Natividade, Paranã, Araguacema, as festas do Bonfim, de Nossa Senhora da Natividade... São festas riquíssimas! Os festejos, os patronos, que vão saindo e passando o mês todo, de fazenda em fazenda, visitando e comendo bolo e biscoito. Então, lá há demais. É verdade!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Pronto. E só para fechar a brincadeira aqui, seus pais foram procurar a praia, a praia que ele citou, que é a praia de Tambaba, é praia de nudismo, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É mesmo? Vou passar longe! (*Risos.*)

Não estou em condições. (*Risos.*)

Não estou em condições.

Com a palavra o nosso querido Senador Nelsinho Trad, que é do Mato Grosso do Sul. Então, o dono do Pantanal é quem, gente? Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que é o nosso querido Pantanal.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Bom, Senadora Kátia Abreu, apenas dois informes e um registro.

Nós fazemos parte da Comissão de Refugiados, muito bem presidida pelo Senador Paulo Paim, e já foi aprovada, na última reunião, uma audiência pública com a presença da Chancelaria, que deverá enviar um representante ou o próprio Ministro, para debater esse assunto abordado pela Senadora Soraya. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria uma oportunidade. Ela já está funcionando – a Comissão –, houve um debate muito rico... É uma Comissão mista, formada por Deputados e Senadores. E já está montada essa audiência pública, e eu, oportunamente, vou enviar o convite para V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ótimo.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... para que divulgue para os nossos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Economizamos tempo, não é? Juntamos as forças.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Exato.

Quero cumprimentar aqui o Cumpade João. É um artista nato. Deu para ver... Não conheço o dom culinário, mas fala bem, declama bem, canta bem... É um nordestino que não nasce; estreia. (*Risos.*)

Então...

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – Eu gostaria primeiramente de enfatizar que eu sou cria do Sebrae Paraíba, está certo? (*Fora do microfone.*)

Eu sempre tive e até hoje tenho o apoio do Sebrae Paraíba. Por mais que eu tenha o dom da criatividade, que eu tenha estreado, como o senhor diz, mas eu tenho justamente esse braço forte para dizer "você está certo, o caminho é esse, vamos por aqui", e a gente profissionalizar tudo aquilo que eu faço.

Mas uma coisa que o senhor não sabe: eu sou apaixonado pelo seu Estado. Tenho hoje família de coração lá dentro do seu Estado. Já pesquisei a gastronomia de seu Estado *in loco* e cozinho inclusive caribéu, se o senhor quiser... Se o senhor quiser que eu faça sopa paraguaia, um macarrão de comitiva... Está certo? Pode ter certeza. Eu conheço a fundo o Pantanal brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Também me veio à memória o convite que a Senadora Daniella já nos fez, antes da pandemia, para conhecer as festas juninas da Paraíba. E mostrou um vídeo dela participando das danças, com aqueles vestidos bordados e rendados.

O SR. JOÃO WAMBERTO DE ARAÚJO BARRETO – As quadrilhas.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Isso. E realmente é algo que... Nós não podemos perder essa oportunidade. Nós temos aqui colegas muito queridos do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por último, até para contribuir com o Senador Styvenson, eu conheci mais a fundo o Ministro do Turismo, Ministro Gilson. Sanfoneiro, nordestino arretado, como se diz. E é uma pessoa fantástica, simples, humilde e que tem esse dom de querer levar também, como V. Exa. faz muito bem, as histórias do Brasil afora. Seria uma pessoa muito interessante para um dia a gente convidar para vir à nossa Comissão. Com certeza, vai agregar muito valor a todos nós aqui.

E por último, que o Sebrae do Mato Grosso do Sul possa estar me ouvindo: carne com sabor igual à do Mato Grosso do Sul, não há. Com a textura do meu...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Carne com a textura que tem, com o sabor do meu Estado, não tem para ninguém. É por causa do pasto nativo, natural, que só o Pantanal tem. E o Mato Grosso que me perdoe, porque nós fomos divididos, não é? Na hora da divisão, foi combinado: vocês vão ser o Mato Grosso do Norte, e nós, o Mato Grosso do Sul. Igual há o Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul. Mas o pessoal lá do Mato Grosso, sempre assim muito mais vivo, nós assinamos primeiro, aí ficou só nós com Mato Grosso do Sul, eles não botaram nada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, foi? Eu não sabia disso.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Mas dizem que a história é essa, não é?

Mas o Pantanal, de 100% do Pantanal, 65% está no território sul-mato-grossense. E a carne de lá, vocês vão ver na degustação, quando vierem à nossa região. É imperdível. É isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Carne pantaneira. É isso aí.

Senador Nelsinho Trad, me ajude a trazer o Ministro aqui. Eu já o convidei nos outros dois eventos. Ele não veio, mandou um representante. E nós queremos é o Ministro, certo? Então, neste eu nem convidei mais, porque também não manteve contato, não tivemos um estreitamento. Mas nunca é tarde. O Ministro é fundamental nisso tudo.

Então nós queremos, sim, que você, com a sua proximidade, possa convencê-lo a vir na última versão, e ele vai se arrepender de não ter vindo nos demais. Ele vai gostar. Mas mandou dois representantes, que se saíram muito bem aqui, e eu agradeci da mesma forma. Mas eu queria que ele viesse.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Mais um registro: eu tive a oportunidade de ser recebido pelo Embaixador da Rússia no Brasil em Moscou, ocasião em que o Presidente pediu para a gente levar aquela carta para poder ter a liberdade daquele brasileiro que lá estava, e acabou acontecendo. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafia muito o pessoal de Moscou, porque pensa num povo alegre e festeiro. É o pessoal de Moscou, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E dançador. (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E dançador.

Muito feliz de ver o senhor aqui. Seja sempre bem-vindo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

Eu gostaria de encerrar então, agradecendo mais uma vez a participação das Sras. Senadoras, minhas colegas, meus colegas Senadores, muitíssimo obrigada pela participação. Vocês deram um colorido muito especial aqui à reunião de hoje.

Das autoridades aqui presentes, o nosso Embaixador da Rússia no Brasil, todos os convidados do Sebrae, do Senac, muito obrigada por tudo que vocês representam para nós, sempre representaram, especialmente nestes momentos mais difíceis da pandemia. Vocês são dez, tenho a maior admiração por vocês. É por isso aqui que, quando alguém vem com a proposta maluca de tirar um pedaço do dinheiro do Sebrae a reação é violenta, porque os Senadores conhecem o que o sistema faz nos seus Estados. Então, aqui ninguém trisca, eu vi primeiro. É mais ou menos isso.

Muitíssimo obrigada. Convido todos para irmos almoçar agora e provar se essa comida é boa mesmo.

Agradecendo pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e um minuto do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Daniella Ribeiro, Eliane Nogueira, Flávio Arns, Marcos do Val, Giordano, Antonio Anastasia, Izalci Lucas, Eduardo Braga e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Kátia Abreu, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Propostas de Emendas ao PLOA 2022. Finalidade:** Discussão e votação das emendas da Comissão a serem apresentadas ao PLN 19/2021, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022". **RELATOR**: Marcos do Val. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, pela apresentação das seguintes propostas de emendas: **1. U.O. 52111 – Comando da Aeronáutica**, Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - **Nacional**, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 2.482.648.222,00, Meta a alterar: 5. Propostas de emendas nºs 2, 23, 26, 28, 32, 35, 37, 40, 46, 53, 61, 65, 69 e 74, dos Senadores(as) Kátia Abreu, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Márcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Humberto Costa e Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002335; **2. U.O. 52.121 – Comando do Exército**, Ação 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas – **Nacional**, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 230.000.000,00, Meta a alterar: 30. Propostas de emenda nºs 1, 5, 21, 25, 30, 33, 34, 38, 41, 49, 56, 62, 67 e 75, dos Senadores(as) Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Márcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Nilda Gondim, Esperidião Amin e Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002375; **3. U.O.**

SF/21061.88955-97
Página: 1/2 11/11/2021 15:00:25
fd63d805e25c7dc7a73b002084c75d6c194b7bc5
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

35.101 – Ministério das Relações Exteriores – Administração Direta, Ação 20WZ – Promoção Comercial e de Investimentos – **Exterior**, GND 4, RP 8, 90, valor R$ 20.000.000,00. Proposta de emenda nº 39, da Senadora Kátia Abreu. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 001437; e **4. U.O. 52.131 – Comando da Marinha**, Ação 14T7 – Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha – **Nacional**, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 900.000.000,00. Proposta de emenda nº 76 do Senador Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002408. As 4 emendas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência registra voto de pesar pelo falecimento da jornalista Cristiana Lobo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/11

SF/21061.88955-97
Página: 2/2 11/11/2021 15:00:25
fd63d805e25c7dc7a73b002084c75d6c194b7bc5
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação das propostas de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a serem apresentadas por esta Comissão perante a CMO. O Relator é o eminente e pontual Senador Marcos do Val, que não precisou de nenhuma forma coercitiva para aqui comparecer no horário aprazado, valorizando, com isso, a pontualidade que é indispensável ao respeito às pessoas. (*Risos.*)

Observações.

No dia 25 de outubro, a Secretaria desta Comissão, presidida pela nossa Senadora Kátia Abreu, cuja falta é sentida até pelo não obséquio de oferecer aos circunstantes uma pequena merenda, como ela generosamente sempre faz, respeitando inclusive quesitos de regionalidade, divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de propostas deste Colegiado. A abertura de prazo para recebimento de emendas aconteceu na segunda-feira, 25 de outubro de 2021, e o encerramento ocorreu às 18 horas de 9 de novembro, anteontem.

Foram apresentadas 75 propostas de emendas pelas Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão, sendo todas de apropriação.

Agradecemos a contribuição dos membros desta Comissão na elaboração de propostas relevantes de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022, lembrando que o limite da autoria da Comissão é de oito emendas no total, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Concedo a palavra, neste momento, ao prezado amigo, Senador Marcos do Val, para proferir o seu relatório, enaltecendo ainda que não vejo sobre a sua mesa nenhum daqueles adornos que fazem parte do seu gabinete de trabalho e que para alguns parece um pouco ofensivo, pela forma balística que apresenta. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Nosso Presidente é bem especial. Obrigado, Presidente.

Eu posso seguir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não há objeção. V. Exa. esteja à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Vou seguir direto ao voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, de emendas ao PLOA 2022 nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

1. Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins, valor R$2.482.648.222,00. Propostas de Emendas nºs 2, 23, 26, 28, 32, 35, 37, 40, 46, 53, 61, 65, 69 e 74, dos Senadores e Senadoras: Kátia Abreu, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Márcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Nilda Gondim, nosso querido Presidente Esperidião Amin, Humberto Costa e eu, Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002335;

2. Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Ação 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas, valor R$230 milhões. Propostas de Emenda nºs 1, 5, 21, 25, 30, 33, 34, 38, 41, 49, 56, 62, 67 e 75, dos Senadores e Senadoras: Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Nilda Gondim, Esperidião Amin e Marcos do Val. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 002375;

3. Unidade Orçamentária 35.101 – Ministério das Relações Exteriores – Administração Direta, Ação 20WZ – Promoção Comercial e de Investimentos – Exterior, valor R$20 milhões. Proposta de Emenda nº 39, da Senadora Kátia Abreu. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 001437;

4. Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária 52.131 – Comando da Marinha, Função 05 – Defesa Nacional, Subfunção 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Programa 6012 – Defesa Nacional, Ação Orçamentária 14T7 – Tecnologia Nuclear da Marinha, Fonte 100, valor R$900 milhões.

Fica a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emenda ora apreciadas a fim de formalizá-las de forma adequada como emenda de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Plenário da Comissão, 11 de novembro de 2022.

Senadora Kátia Abreu, Presidente da CRE, e Senador Marcos do Val, como Relator.

Esse é o meu voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos, Senador Marcos do Val, fazendo um esforço para complementar as presenças, uma vez que faltam quatro...

Faltam cinco? (*Pausa.*)

Faltam cinco. Então, eu, que deixei, há pouco, a Comissão de Educação, queria solicitar um contato com o Senador Dário Berger, que está lá, e com os demais Senadores, para que se aprestem, mesmo em caráter remoto, para apreciarem e darem o seu voto ao seu relatório.

E friso que V. Exa. manteve a tradição de atender também a solicitação do Ministério das Relações Exteriores com a quarta emenda, é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A terceira emenda.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com a terceira emenda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós temos uma emenda... O senhor poderia resumir de novo?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Marinha, Exército, Aeronáutica e Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de fazer uma ponderação na Comissão, que eu acho que é oportuno que a Secretaria da Comissão informe depois à Senadora Kátia Abreu – gostaria de ouvir a sua opinião.

Na Comissão de Educação, foi aventado pelo Senador Paulo Rocha, que não é membro aqui, foi feita uma ponderação que cabe aqui também. Lá, a Comissão é de educação, de cultura e de esporte, e somente quatro emendas são admitidas. Ora, na Comissão que atende a assuntos sociais, o Ministério da Saúde aparece com predominância, muito embora outras ações também na parte de assistência social sejam cabíveis. Nós vamos encaminhar uma solicitação para que uma Comissão robusta como é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte tenha o número de suas emendas aumentado.

E até fizemos um comentário lá, valorizado pela intervenção do Senador Marcelo Castro, de que o futuro dessa discussão sobre RP 9, que realmente representa um abuso em matéria de volume, de falta de critério e de transparência... Não que o RP 9 seja um crime, mas tomou uma dimensão excessiva, pois é o maior orçamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E a transparência é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é? Então, o que que vai ser valorizado? Vão ser valorizadas as emendas individuais, vão ser valorizadas as emendas de bancada estadual – Emenda Constitucional 100, que eu tive a honra de ser o Relator no Senado. Amplia-se o valor para ali, são as bancadas estaduais que vão escolher democraticamente. Emenda individual é o Parlamentar, é o mandato. E há as das Comissões temáticas.

Eu acho que é o momento de nós pedirmos, por exemplo, para a Comissão de Educação que tenhamos quatro emendas para educação, uma para cultura e uma para esporte, no mínimo, se não puder aumentar a da cultura, que também tem diversidades. E nada contra o esporte, mas tem que aumentar o número de emendas. Essa é a questão!

E aqui eu quero deixar registrado que é uma falta gravíssima do Brasil não termos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um item orçamentário para defesa cibernética. Isso é uma visão equivocada. Eu não vou falar que é burra, mas é desatenta.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A quê? Ao que está acontecendo no mundo!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vários países do mundo já têm quatro Forças Armadas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Uma é só na área cibernética.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exército, Marinha, Aeronáutica e uma transversal, que chega até a sociedade, que é a defesa cibernética.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Este ano ainda, eu fui assistir ao exercício de defesa cibernética no mês de outubro. Já tinha assistido ao exercício de defesa cibernética em junho de 2019. Em 2020, não houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Em 2021, também não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tivemos ali um exercício muito bem elaborado de ataque cibernético a instalações de energia elétrica, de transporte ferroviário, de sistema financeiro, de sistema elétrico, com grande impacto, em que um *hacker* promoveu o estrago.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É. Pânico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Descuidar, não ter aqui... E já tivemos a proposta de criação de uma Subcomissão de defesa cibernética... Eu já falei isso aqui perante a Presidente Kátia Abreu, mas agora, quando estamos aprovando essas emendas – e claro que eu vou votar a favor do seu relatório –, eu gostaria que V. Exa., se puder, colocasse um adendo. É a minha sugestão. Eu não acrescentei nenhuma emenda de defesa cibernética, porque não há espaço. Eu acho que seria oportuno, se não puder remediar este ano, que se deixe projetado pelo menos o pedido para que esta Comissão....

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Torne isso também uma prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tenha, por exemplo, cinco possibilidades de emendas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É, como a gente só pode quatro...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em vez de tanto dinheiro para RP 9, botem um pouco mais aqui.

E não aceitaríamos vetos sumários às emendas apresentadas nas Comissões temáticas. São Comissões permanentes. A gente fica discutindo o ano inteiro temas relacionados, percebe que há uma carência e não pode fazer uma emenda para corrigir a proposta orçamentária e enriquecê-la?! Acho que isso é uma disfunção funcional. Eu fico sabendo do problema e, na hora de apresentar uma solução, digo: "Ah, não posso". Como não posso?!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas V. Exa. já apresentou para a Presidente Kátia Abreu a proposta da Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já apresentamos nos anos anteriores. E não estou reclamando aqui. Eu vou votar a favor do seu relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas a gente precisa fortalecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas eu queria deixar essa reflexão e pedir ao prezado amigo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que considere no relatório a necessidade de ampliar o escopo da Comissão, no mínimo para atender defesa cibernética, se V. Exa. concordar, é claro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É claro que concordo. Até quero ver com a assessoria se isso já é possível.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor pode fazer um complemento de voto. Não é acrescentar mais uma emenda, não é isso. É colocar uma recomendação para que esse assunto fosse... É só no texto. O que eu estou lhe pedindo é uma colocação de texto reconhecendo a propriedade de nós incluirmos essa emenda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Enquanto isso, dois, quatro, seis – ainda falta um.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, vai ser acatado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A quem o senhor acha que nós podemos ameaçar aqui para...? (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Precisamos só de mais um, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Dário Berger está ali na Comissão de Educação. Se pudesse falar com o Eduardo Siqueira, que está lá, é só pedir para ele marcar – dê uma corridinha lá e peça para ele marcar. Com isso, nós poderemos completar o quórum para deliberação.

O senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, é só para fazer um comunicado aqui.

Chegou a nós que a informação de que a jornalista e colunista de política Cristiana Lôbo morreu hoje, aos 63 anos de idade. Comentarista da GloboNews e colunista do G1, ela lutava contra o câncer e estava internada para tratar uma pneumonia em São Paulo. A mensagem chegou agora, às 9h52, publicada pelo portal do G1. É uma jornalista de muitos anos aqui em Brasília. Logo no início do meu mandato, foi até o meu gabinete, e tivemos uma conversa sobre o que seria o trabalho parlamentar junto com a transparência e o trabalho dos jornalistas. Eu acabei de ser surpreendido por essa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é a idade dela?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Falou a idade?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Era de 63 anos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nunca se deve dizer isto de uma mulher, mas minha coetânea. Eu a conheci no primeiro mandato que desempenhei aqui, sempre uma jornalista muito atilada, muito competente, e deixarei aqui registrado o nosso voto de pesar, para que constem em ata o registro feito por V. Exa. e, em nome da Comissão, a nossa manifestação de pesar e reconhecimento pelo seu trabalho...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... quase durante toda a sua vida ligado ao Parlamento. Ela sempre cobriu, como se diz na linguagem jornalística, o Parlamento brasileiro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Assim que eu cheguei, eu fiz questão de conversar com grandes Parlamentares e com outros profissionais que aqui exercem suas funções com mais tempo para poder absorver a maior quantidade de conhecimento possível, porque eu tinha chegado e precisava estar preparado, pois os anos seguintes nos colocariam um desafio. É lamentável o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, sobre essa questão do crime cibernético, eu acho que nós tivemos – se não foi no ano passado, o senhor me corrija – até já ataques em países referentes a isso. É um sistema de terrorismo que, daqui para frente, ainda mais com o 5G... Acredito eu que, com o 5G, vai haver uma abrangência...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A nossa dependência vai ser maior ainda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Maior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com o advento da inteligência artificial, maior ainda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Maior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No processo industrial, no processo produtivo. Então, é um descuido nós...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não termos... E isso tem de ser no seio desta Comissão, porque é defesa nacional isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É importante a proposta de Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, daqui a pouco, vamos ter de tratar de um marco legal para essa questão para robustecer a nossa defesa cibernética. Então, se V. Exa. puder contemplar no seu relatório...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, já vamos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... algumas palavras, uma mensagem a respeito disso...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... contemplar para ficar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se trata de emenda. Vamos colocar em votação o seu relatório no tocante às emendas, mas seria uma recomendação, uma solicitação, uma reclamação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Será feito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque nós não temos como preterir uma emenda da Marinha ou do Exército ou da Força Aérea, que, aliás, cumprem papel na defesa cibernética. A questão nuclear...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Às vezes, têm que aproveitarem recursos e encaminharem para outros setores. A gente pode ter exclusivamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A questão nuclear, por exemplo, é afeta à Marinha. A questão da defesa cibernética é afeta ao Exército. E, naturalmente, a Força Aérea tem a responsabilidade sobre proteção espacial.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas todo esse conjunto eu acho que mereceria uma solução.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, já foi acatado, e é muito conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu registro que nós temos quórum para deliberar e, por isso, considero... Não sei se alguns dos Senadores que estão aqui, presentes ou remotamente, desejam fazer alguma observação ou algum comentário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, declaro encerrada a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do eminente Senador Marcos do Val permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, as emendas aprovadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores, bem como da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço mais uma vez a pontualidade e a precisão do Relator e do relatório.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Marcos do Val, Chiquinho Feitosa, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Cid Gomes, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha, e ainda do Senador não membro Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Roberto Rocha, Zequinha Marinho, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 53, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 67, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 62, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli (*Ad hoc*), 62substituiu Senador Giordano. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 60, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 55, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 68, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 54, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 51, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana (*Ad hoc*), substituiu Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 57, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 58, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 11 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mensagem (SF) n° 46, de 2021 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicações de cinco embaixadoras e de seis embaixadores para postos no exterior, seguindo as seguintes diretrizes: os relatórios das mensagens constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal; assim ficou concedida vista coletiva automática nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A reunião é semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma urna eletrônica de votação secreta, *drive-thru*, instalada na entrada da garagem coberta, e duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma em frente ao Plenário 7 e outra em seu interior.

Para otimizar os trabalhos, as sabatinas começarão com a participação da Relatora ou Relator da primeira indicada a ser sabatinada, para as suas considerações iniciais; em seguida, será concedida a palavra à respectiva embaixadora por até 15 minutos.

Nós vamos reduzir um pouco porque – bom dia, Senador! –, na verdade, o novo sistema da CRE faz com que os embaixadores, antecipadamente, enviem para a Comissão os seus planos de trabalho, e os seus currículos, óbvio, que os Relatores mencionam sempre. Então, como nós temos hoje, vamos dizer assim com muita simplicidade, um mutirão para atender a demanda do Itamaraty dos postos em todo o mundo, nós vamos reduzir para 15 minutos impreterivelmente – a campainha toca dois minutos antes de terminar os 15 minutos – para que a gente possa dar celeridade.

Nós passaremos o dia todo. Não interromperemos para o almoço. Será servido aqui na Comissão, ao lado, um *brunch* com tortas, com sanduíche, torta de frango, torta de carne.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De que região hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Hoje não foi região. Hoje foi, assim, Brasília.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, nacional.

Então, é um pequeno lanche que dá para a gente conseguir ficar sem ir em casa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pequeno, mas com sustança.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É pequeno mas com sustança. Não tem o arroz com feijão, que a gente adora, mas tem alguns petiscos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem pequi? Não tem pequi?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não tem pequi. Eu poderia ter feito – não, é? – um arroz com pequi, mas, com certeza, estarão a contento. Cada um vai revezando, lanchando, e a gente continua a nossa sabatina. É um esforço concentrado.

Quinze minutos...

Pois não, Senador Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não quero interromper.

Perdão, pensei que a senhora já tivesse dado as regras do...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, ainda não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não?

Então, quando terminar, eu fico inscrito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.

Quinze minutos para apresentação de suas exposições iniciais, incluindo o seu planejamento estratégico para o posto, que é uma inovação da CRE desta Legislatura, com o apoio do Itamaraty e dos Embaixadores.

Por fim, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e Srs. Senadores durante cinco minutos, por Senador, organizados em blocos de três Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As respostas aos questionamentos terão o tempo de três minutos para todos responderem, em bloco de três a cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por dois minutos cada.

Ao final das onze arguições, será realizada a votação e, por fim, a apuração dos votos.

Nós temos muitas solicitações de Senadores que pretendem viajar, como o Senador Esperidião Amin, que, por gentileza, tem a palavra nesse item.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria exatamente fazer, primeiro, um pedido coletivo, que a senhora, tão cedo quanto possível, abra a votação.

Acho que é louvável o esforço de nos retirar da semana que vem e não entrar naquele mutirão que será feito semana que vem. Não se sabe com que...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nem o que vai acontecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se sabe com que duração e muito menos quem é que vai tratar do Tratado de Versalhes subsequente, o acordo de paz.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k., com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o outro pedido é esse, além de abrir a votação, não quero atropelar ninguém, mas eu tenho que viajar para Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a senhora, naturalmente, para praticar um gesto de consideração, me colocou no lugar 11.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é o lugar que eu prefiro, que é o nosso lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O lugar do 11 é o número do partido dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do nosso partido.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Do nosso partido, Progressista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se puder, apenas na ordem de apresentação...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Para inverter.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se não, me trazer para antes...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Para mim é uma novidade, porque ele é o primeiro a chegar e o último a sair da CRE. Ele dá o prestígio total da presença dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como ele sabe...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por isso eu imaginei colocá-lo no 11 em homenagem ao nosso partido e à presença dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para ficar o tempo todo, e eu ficaria, com muito prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu sei disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas se puder antecipar, é um pedido pessoal.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vamos fazer sim, com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só sairei daqui – quero explicar – porque há a CPI da Chapecoense, então, eu não posso deixar de fazer um pingue-pongue porque hoje nós vamos ouvir aquela Sra. Celia Castedo, que está presa pela Polícia Federal e era operadora do voo.

Ela nem pode vir aqui, será remota, e nós temos perguntas cruciais.

Aproveitando a presença de tantos diplomatas, a participação do Itamaraty nessa questão, eu vou telefonar para o Secretário-Executivo, o meu querido amigo Achilles.

O Ministro das Relações Exteriores trabalhou seis anos na Bolívia. Ele conhece bem o metabolismo real – real no sentido de realidade e não de nobreza – e nós vamos, hoje, procurar saber a que autoridade ela reportava diante da irregularidade flagrante de fazer um voo com um limite de combustível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Que coisa horrorosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, é só isso que eu quero explicar.

Às vezes que eu não estiver aqui, eu estarei lá.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cumprindo uma obrigação também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Foi muito bom o senhor nos informar do acontecimento dessa CPI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Itamaraty – há muito tempo eu digo – tem que se inteirar deste assunto permanentemente.

Por isso, eu vou pedir, se tiver algum assessor parlamentar aqui....

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Tem sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que fique de olho lá, porque quando nós perguntarmos: "a quem a senhora reportou?", porque o plano de voo era o estica da autonomia do avião, nós vamos perceber que o Estado boliviano, como se fosse aqui a nossa Anac, o antigo DAC, não pode fazer olhar de paisagem para isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Senador, sempre atento aos problemas do País e, principalmente, claro, de Santa Catarina, das famílias de Santa Catarina. Perfeitamente compreensível que o senhor acompanhe a CPI. Se não estivéssemos aqui hoje, eu também gostaria de participar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora, daqui a quatro dias, vai completar cinco anos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Cinco anos do acidente com o time de futebol Chapecoense.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E hoje a emoção baixou. Por isso nós temos que agir com a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente. Muito bem, Senador. Parabéns mais uma vez.

O acesso à sala de reunião será restrito aos Srs. e Sras. Senadoras, às autoridades a serem sabatinadas, aos servidores da Secretaria das Comissões e à área de tecnologia do Senado no estrito exercício de suas atribuições.

As regras e procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e estão de acordo com as normas internas da Casa no que couber.

Caso seja necessário tratar de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderá a qualquer momento ser solicitada a conversão da reunião em secreta.

Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pela Presidente da Comissão.

Dando prosseguimento à reunião, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se a arguição dos sabatinados será feita na reunião aberta. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, aqueles que aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos à arguição.

Na verdade, eu apenas gostaria de mencionar que nós não temos quórum para voto ainda, mas temos quórum para a abertura dos trabalhos. E nós temos a Senadora Mara Gabrilli, que está remotamente postada para ler os relatórios, e ela tem um horário muito restrito por conta de compromissos médicos já estabelecidos em agenda anterior, e tem toda a nossa compreensão. É muita alegria tê-la conosco aqui, mesmo que remotamente, sem poder dar um beijo nessa moça maravilhosa.

Eu quero só registrar, Senadora Mara Gabrilli, Senador Marcos do Val e Senador Esperidião, que hoje é um dia especial. De certa forma, nós separamos as mulheres dos homens apenas para destacar, Senadora Nildinha – Senadora Nilda, da Paraíba –, também uma das relatoras, nós separamos: primeiro as mulheres, sem nenhum problema, apenas para reforçar a posição do apoiamento da CRE ao aumento de embaixadoras no mundo, embaixadoras brasileiras no mundo. A média dos países desenvolvidos é de 30% das embaixadas ocupadas por mulheres, e o Brasil está com a metade disso, apenas 15%, apesar da grande capacidade das nossas mulheres embaixadoras.

Eu quero agradecer o Chanceler França, que acatou a minha proposta, em nome da CRE, de que nós pudéssemos avançar no item para o patamar dos países desenvolvidos, dando espaço às mulheres embaixadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia de hoje, eu devo confessar – eu sei que nenhuma delas o fará, mas eu posso fazer – que os postos que elas estão indo ocupar não são aqueles em que eu gostaria de vê-las, mas, nas próximas, nós estamos combinando, acertando, acordando com o Chanceler que nós queremos mulheres não só em postos menores.

Não quero diminuir os países, mas quando eu digo "de importância", é nas negociações, é no comércio, é no destaque do debate, é em Genebra, é em Bruxelas, é na Inglaterra, é na Alemanha, é em Washington. Nunca tivemos uma embaixadora em Washington. Há quantos anos essa embaixada existe em Washington? Se alguém souber, me dá uma dica para que eu possa falar.

É só observar que, em 200 anos de Senado Federal, eu sou a primeira mulher a ocupar a CRE (Comissão de Relações Exteriores), graças à cessão dos meus colegas Senadores homens, que nunca deixaram de aprovar aqui as matérias pertinentes ao avanço das mulheres no Brasil. E eu sou muito grata aos colegas Senadores, os homens.

Então, eu faço essa ressalva. Agradeço ao Chanceler, que chegou agora. Não há nem dois anos, nem um ano ainda que ele está como Chanceler, mas já acatou a nossa demanda, Deu-me a notícia, agora há pouco, de que levou ao Presidente Bolsonaro uma lista de promoções e que um terço dessas promoções já foram dadas às mulheres. Por que isso? Porque, se não forem promovidas, não podem ser embaixadoras. Então, precisam estar no nível e no patamar correto para serem embaixadoras. Se elas forem apenas primeiras-secretárias, elas jamais serão embaixadoras. Então, elas precisam subir nas carreiras para que elas tenham essa oportunidade.

Agradeço ao Chanceler, que me comunicou agora, de manhã, essa promoção de um terço das mulheres da lista que foi levada.

Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Hoje é o Dia de Santa Catarina de Alexandria!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nossa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A mulher que enfrentou o tribunal e derrotou os filósofos, padroeira do meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O senhor sabe que me disseram que Kátia em russo é Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Katerine.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, Katerine. Então, eu fico assim: a padroeira, minha madrinha é Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aproveite, que hoje é o Dia de Santa Catarina de Alexandria!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Fico felicíssima de este dia coincidir, – infelizmente é uma coincidência mesmo –, com o Dia de Santa Catarina. Muito bem lembrado.

Então, eram essas as minhas palavras iniciais.

Ainda combinamos, eu e o Chanceler, de falar com o Rodrigo Pacheco para nós termos outro mutirão desse na próxima semana, provavelmente na quinta-feira. Não adianta fazer antes, porque nós temos uma lista enorme de diplomatas que já estão prontos para ir para o Plenário. Então, nós temos que dar prioridade a esses mais antigos e aos de hoje, que eu pretendo levar para o Plenário, e nós já ficamos com os da semana que vem aprovados. Se o Rodrigo Pacheco entender que dá para fazer na terça-feira um novo mutirão, ou na quarta, eu vou solicitar aos meus colegas Senadores da CRE e às Senadoras para que nós possamos empreitar esta outra demanda em prol da diplomacia brasileira, das negociações pelo mundo afora. Nós estamos num momento muito delicado, muito importante da geopolítica mundial, e os nossos postos precisam estar a postos, os nossos guerreiros diplomatas na defesa do nosso País, dos interesses da Nação e pela paz no mundo. Então, eu informarei brevemente sobre essa possibilidade de um segundo mutirão.

A reunião será interativa, como sempre, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-0612211.

Damos nossas boas-vindas às indicadas e aos indicados para as arguições de hoje, e convido, para compor a Mesa – já está aqui composta – as Embaixadoras Cláudia Buzzi e Maria Luisa Escorel de Moraes. Todas são mulheres maravilhosas que irão nos representar.

Claudia Buzzi está aqui na posição de honra hoje, porque ela é a representante do Itamaraty no Congresso Nacional. Embora vá ser aprovada hoje no Plenário, ela vai para um dos países da Europa, um país maravilhoso. Daqui a pouco, vocês vão saber para onde ela vai. Então, como ela serviu conosco aqui nesse período todo, ela ficará à minha direita, como uma homenagem a nós mulheres e ao trabalho que ela prestou no Senado Federal.

Iniciaremos, então, com o item 2, para atender a Senadora Mara Gabrilli.

Saudade de você, Mara! Eu a estou vendo aqui no computador. Linda!

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Mara Gabrilli

Relatório: pronto para deliberação.

Maria Luisa estava e ainda está em Genebra agora, assessorando, apoiando o Embaixador Tovar, e foi agora deslocada, promovida para ser Embaixadora da Suécia. Eu registro que, durante todo o período da pandemia, ela foi um esteio para nós nas reuniões remotas com a OMS, com o Secretário-Geral da ONU, com o Diretor-Geral da OMS, o Sr. Tedros Adhanom. Em todas as oportunidades em quem nós quisemos falar, tanto a CRE como a Bancada Feminina, os Senadores e o Senador Rodrigo Pacheco, ela foi uma peça fundamental, disposta, aguerrida. Não foi um anjo da guarda silencioso; em todos os momentos, ela fazia interferências importantes, positivas, firmes para complementar a fala dos Senadores e Senadoras.

Eu quero lhe agradecer aqui, em público, por isso. Muito obrigada, Maria Luisa. Que você seja muito feliz no país para o qual vai!

Ela, por exemplo, para mim, podia ir para Washington tranquilamente, porque daria um *show* de bola. Mas, uma hora, ela chega lá. A Suécia é um país muito importante para o Brasil, é claro! Eu tenho a certeza de que ela vai fazer esse posto ficar mais importante ainda.

Eu peço licença. O da China já começou ali?

Eu vou fazer, aqui ao lado, Mara Gabrilli, uma pequena intervenção em um seminário da Universidade Federal de Minas e da Universidade da China, em 15 minutos ou 10 minutos, e volto para cá.

Peço ao Senador Esperidião Amin que ocupe... Não, desculpa, eu vou convidar a Nilda, porque hoje é o dia das mulheres. Que a Nildinha possa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina de Alexandria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Santa Catarina de Alexandria, eu vou homenagear.

Gileno, por favor, fique ao lado da Senadora Nilda, que não tem ainda a prática aqui, como eu também não a tinha. Mas, com certeza, vai...

Passo a palavra ao Relator da Mensagem nº 62, de 2001, que é o Senador Giordano. Mas a Senadora Mara Gabrilli será a Relatora *ad hoc* e terá o seu prazo para fazer o seu breve resumo do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentá-la, Kátia, pela iniciativa de colocar as mulheres no patamar de atenção que elas merecem. Quero dizer que você está bonita.

Quero cumprimentar a nossa Presidente Nilda Gondim, que assume agora.

Eu começo aqui fazendo a relatoria para o Senador Giordano.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Maria Luisa Escorel de Moraes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de Lauro Escorel Rodrigues de Moraes e Sarah Escorel de Moraes e nasceu em 26 de agosto de 1957 em Buenos Aires, Argentina, sendo brasileira de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Em 1985, graduou-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também no Instituto Rio Branco, em 1994, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2006, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada: "A política externa do Governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil". Na área acadêmica, bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestra em Ciência Política pelo Instituto de Estudios Políticos da Universidad Andrés Bello, de Santiago, no Chile.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1986 e Segunda-Secretária em 1991. Por merecimento, ascendeu a Primeira-Secretária em 1998; a Conselheira, em 2004; a Ministra de Segunda Classe, em 2009; e a Ministra de Primeira Classe em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua carreira, desempenhou diversas e importantes funções, entre as quais a de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Vancouver, de 1991 a 1994; Chefe substituta da Divisão da Europa II, de 1997 a 1999; Primeira-Secretária na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 2000 a 2004; Primeira-Secretária e Conselheira da Embaixada em Santiago, de 2004 a 2007; Conselheira, Ministra-Conselheira, Comissionada e Encarregada de Negócios na Embaixada em Wellington, de 2007 a 2009; Ministra-Conselheira na Delegação Permanente em Genebra, de 2009 a 2015; Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacionais, de 2015 a 2016; Diretora do Departamento de Organismos Internacionais, de 2016 a 2018; e Representante Permanente Alterna na Delegação Permanente junto às Nações Unidas e Organismos Especializados em Genebra, de 2018 até o presente.

Além do currículo da diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Suécia e a República da Letônia. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

Com 450 mil quilômetros quadrados de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade demográfica (cerca de 22 habitantes por quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas.

As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson em 1924. Aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde em 1953 foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Desde 2009, com o estabelecimento Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia, o Brasil mantém com a Suécia relação estratégica que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de comércio e investimentos, defesa, educação, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, energias renováveis, seguridade social e cultura.

A presença de cerca de 220 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no País e o fluxo de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os fluxos comerciais entre o Brasil e a Suécia têm observado quedas na última década, tendo, em 2020, alcançado US$1,6 bilhão, com diminuição de 9,7% em relação a 2019. As exportações brasileiras para a Suécia foram de US$381 milhões (-13,2%), o que representou 0,2% do total das exportações brasileiras, ao passo que as importações provindas da Suécia, de US$1,2 bilhão (-8,5%), representaram 0,8% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil em 856 milhões. E a Suécia, sim, figura em 55º lugar no *ranking* de destinos de exportações brasileiras e no 25º lugar no *ranking* das importações.

Na área de defesa, houve a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab, para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen, ao custo aproximado de 5,4 bilhões, o maior contrato de exportação da história da empresa sueca. Atualmente é o principal projeto de parceria e investimentos de empresas suecas no Brasil.

Em agosto de 2015, houve a assinatura do contrato financeiro, o que marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação entre Brasil e Suécia. O cronograma do projeto encontra-se em consonância com os prazos previstos no contrato. A cerimônia de entrega do primeiro caça ocorreu em setembro de 2019, em Linköping.

O início da produção de partes do caça no Brasil, na unidade da Saab, em São Bernardo do Campo, cidade em que morei, começou em julho de 2020. Em 20 de agosto do mesmo ano, foi realizado na Suécia o primeiro voo pilotado por oficial brasileiro em um Gripen E. Em setembro de 2020, o primeiro caça, agora batizado de F-39, chegou ao Brasil para novos ensaios e testes.

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 16.814 pessoas, segundo dados levantados em dezembro de 2020. Esse número inclui 10.725 cidadãos nascidos no Brasil e 6.089 cidadãos nascidos na Suécia, em que um ou ambos pais são brasileiros.

Sobre Letônia, cabe registro nesse relatório de que as relações Brasil-Letônia se desenvolvem em bases positivas e cordiais. O Brasil é reconhecido como um país de peso nas Américas e ator importante no cenário global. A Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular com os grandes países emergentes, embora ainda confira prioridade à Europa e ao seu entorno sub-regional báltico.

Na América Latina, o país se volta em especial para o Brasil. As trocas bilaterais têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia e, sobretudo, com maior conhecimento mútuo entre os setores privados. O projeto Rail Baltica poderá elevar o perfil da Letônia como centro distribuidor para os mercados Rússia e Belarus, tendo como fator favorável os portos de águas profundas do país. Esse reposicionamento que a Letônia tenciona a promover na cadeia logística europeia deverá ser acompanhado com atenção pelo Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$42,4 milhões, com queda de 55% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Letônia foram de US$23,5 milhões (-68,8%), e as importações desde a Letônia, de US$18,9 milhões (+0,5%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US$4,6 milhões – tudo milhões de dólares!

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Muito obrigada, Presidente Nilda.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agradeço a essa Senadora que é tão importante para nós e é uma referência do Senado. Então, muito obrigada a você, Mara.

Informo à Sra. Embaixadora que a senhora tem um tempo destinado de 15 minutos para a senhora expor o seu lindo currículo, que eu vi que tem realmente. Fique à vontade.

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES (Para expor.) – Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Kátia Abreu, Senadora Nilda Gondim, Sr. Relator, Senador Alexandre Giordano, Senadora Mara Gabrilli, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais autoridades, caras colegas e caros colegas, inicialmente gostaria de agradecer ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores e ao Senhor Presidente da República pela minha indicação ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia e República da Letônia, o que muito me honra e motiva. Agradeço também pela oportunidade de apresentar perante esta Comissão minha proposta de programa de trabalho para os próximos quatro anos. O exercício do planejamento estratégico proposto por esta Casa me pareceu extremamente útil e oportuno.

Tenciono relembrar rapidamente alguns dados sobre a Suécia, além dos que já foram expostos e sobre o relacionamento bilateral, e mencionar alguns interesses e objetivos compartilhados em organismos regionais e multilaterais, para, em seguida, tratar do contexto atual pós-crise sanitária e das oportunidades que os próximos anos nos oferecem para redinamizar os mecanismos e instrumentos bilaterais existentes e aprofundar o relacionamento bilateral nas diversas áreas de interesse comum.

Minha proposta de programa de trabalho para a Suécia tem por base a parceria estratégica já estabelecida entre os dois países que enfatiza a inovação, a sustentabilidade, tendo como referência a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Com esse pano de fundo, destacarei elementos do programa de trabalho que tencionaria executar à frente da nossa embaixada em Estocolmo, cumulativa com Riga, caso conte com a aprovação desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a Suécia eu gostaria de mencionar que se trata de uma monarquia constitucional. O Chefe de Estado é o Rei Carl XVI Gustaf desde 1973, que, como se recordam, é casado com a Rainha Sílvia, de nacionalidade brasileira, que mantém os laços com o Brasil, vindo sempre a São Paulo uma vez por ano.

O Parlamento é unicameral, como o que se chama *riksdag,* com 349 Parlamentares, e 49% são mulheres e 51% são homens. Ou seja, estamos bem. O Primeiro Ministro era o Stefan Löfven, e por um dia tivemos uma primeira Primeira-Ministra da Suécia, a ex-Ministra das Finanças Magdalena Andersson, que renunciou ontem mesmo. Ela assumiu por 12 horas, precisou renunciar, mas a expectativa é de que mais adiante, mediante negociações, ela venha a ocupar o cargo até as próximas eleições gerais, que serão em setembro de 2022, o ano que vem.

Um dado que me parece importante, além de todos os que já foram mencionados pelo Relator e lidos pela Relatora, Senadora Mara Gabrilli, é que a Suécia é o sétimo país do mundo em termos do Índice de Desenvolvimento Humano. Tem um PIB na faixa dos US$538 bilhões e tem um PIB *per capita* na faixa dos US$54 mil, medido pelo poder de compra. É uma economia ancorada nas exportações, e é considerado um dos países mais inovadores do mundo, com o setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e com foco sempre na sustentabilidade e visão de longo prazo.

Os dados de comércio bilateral foram já compartilhados. Contudo, creio ter boas notícias porque, nos últimos números, de janeiro a outubro do corrente ano, o comércio bilateral totalizou US$2 bilhões. Portanto, houve um aumento considerável nesse período. As exportações brasileiras para a Suécia são sobretudo, número um, minérios de cobre, óleos brutos e café em grão não torrado. E nós importamos da Suécia veículos automotivos e suas partes, motores de pistão e produtos das indústrias transformadoras. O Brasil tem um déficit, portanto, de cerca de US$761 milhões, a respeito do qual eu pretendo trabalhar para termos um comércio mais equitativo.

Como foi mencionado, há grandes empresas suecas de renome, com subsidiárias parceiras e/ou distribuidoras no Brasil. São cerca de 220 empresas, a maior parte no Estado de São Paulo, e empregam 60 mil pessoas. Scania, Volvo, Saab, Electrolux e Ericsson são alguns nomes que eu citaria. E o principal projeto, como foi mencionado aqui, é o Projeto Gripen, um acordo comercial entre a Embraer, a FAB e a Saab, que envolve o desenvolvimento e a compra de 36 aviões de caça para o Brasil. Desse projeto, ontem, é importante mencionar... Além do primeiro que foi mencionado pelo Relator, ontem, em Linköping, que é a sede da Saab, foram entregues quatro caças. O nosso Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, esteve lá e os recebeu em pessoa, numa cerimônia muito especial.

Sobre a República da Letônia, muito rapidamente, eu tinha mencionado: a Suécia tem 10 milhões de habitantes; a Letônia tem menos de 2 milhões de habitantes. Então, é um país menor, mas nem por isso menos importante. Tem um PIB de cerca de US$60 bilhões e um PIB *per capita,* medido pelo poder de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra, de mais de US$31 mil. O comércio com o Brasil é na faixa dos US$42 milhões, e aqui sim, o Brasil é superavitário: exportamos cerca de US$23 milhões e importamos cerca de US$18 milhões.

À semelhança da Suécia, também é uma economia voltada às exportações e também é membro da União Europeia.

Passo rapidamente a tratar dos organismos regionais e internacionais em que Brasil, Suécia e Letônia compartilham muitos interesses comuns. Na política externa, a Suécia é uma defensora, como o Brasil, da paz, do multilateralismo, do livre comércio, da proteção dos direitos humanos e do meio ambiente e da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

A Suécia é membro da União Europeia desde 1995 e apoia a finalização e ratificação do acordo com o Mercosul; da mesma forma, a Suécia pertence à OCDE e apoia a entrada do Brasil; a Suécia tem uma relação especial com a Otan, não é membro, mas opera com interoperabilidade; também é membro da OMC e da ONU, desde 1946. Como o Brasil, foi eleita membro não permanente a partir do ano que vem. Onze vezes o Brasil foi eleito; a Suécia foi quatro vezes, sendo que a última foi em 2017-2018.

A Letônia também é membro da UE, membro da OCDE, também apoia a entrada do Brasil; membro da Otan e membro da OMC.

A Suécia não aderiu ao euro, mantém a coroa sueca, mas a Letônia sim, aderiu ao euro em 2014.

Com relação a alguns dados no relacionamento bilateral, creio que já foram mencionadas as importâncias das relações históricas que temos com a Suécia; então, não vou me aprofundar nisso, mas apenas mencionar que, em 2026, nós estaremos celebrando o bicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas com a Suécia.

Há um arcabouço jurídico e mecanismos bilaterais bastante consolidados com a Suécia, sendo que o primeiro marco disso foi o Acordo de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, firmado em 1984, que foi atualizado em 2009 e depois novamente atualizado em 2015, recomendando uma efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais.

No caso da Letônia, o Brasil reconheceu a independência da Letônia em 1921 e voltou a fazê-lo em 1991, após a dissolução da União Soviética. Temos relações diplomáticas estabelecidas em 1992; portanto, no ano que vem estaremos celebrando 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com a Letônia.

Com relação à Suécia, eu apenas gostaria também de mencionar os dois principais mecanismos bilaterais: o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica, que avançou muito em termos de todo tipo de cooperação, e também o Grupo de Trabalho de Alta Tecnologia Industrial. O Grupo de Alta Tecnologia Industrial é o Comitê Executivo, reuniu-se recentemente em outubro, de forma virtual, e tem vários subgrupos e várias áreas de interesse comum, como a bioeconomia circular e sustentável, as cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentáveis e, portanto, a digitalização e a inteligência artificial utilizadas na administração de cidades, a saúde digital e a mineração sustentável.

Passamos então para o contexto atual e as perspectivas que são a base para o meu programa de trabalho.

Creio relevante mencionar que, em 2022, portanto, no ano que vem, serão celebrados os 50 anos da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, que foi, em 1972, a primeira grande conferência sobre meio ambiente. E também, no ano que vem, estaremos celebrando os 30 anos da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi em 1992, como se lembram.

Essas efemérides constituem grandes oportunidades para revisitar as relações de amizade históricas e, com base nos objetivos e princípios comuns de um plano multilateral, além dos interesses econômicos e comerciais bilaterais, que, com o Projeto Gripen, foram elevados a um novo patamar estratégico, apostar na redinamização e aprofundamento dos mecanismos de diálogo e cooperação existentes entre os dois países, com foco na inovação e na sustentabilidade. Caberia, assim, continuar a desenvolver a nova parceria estratégica com a Suécia, com vistas ao desenvolvimento sustentável, tendo a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável como parâmetros gerais para a implementação de iniciativas conjuntas sustentáveis.

Para tanto, meu programa de trabalho propõe: promover e intensificar diálogos, visitas, encontros e intercâmbios bilaterais, presenciais e virtuais com representantes governamentais, empresariais, grupos parlamentares, acadêmicos, estudantes, cientistas e pesquisadores, valendo-se dos mecanismos bilaterais de concertação já estabelecidos entre os dois países.

Então, já que tenho 15 segundos apenas, muito obrigada, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – São dois minutos, o que você tem.

A SRA. MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES – Muito obrigada.

Então, rapidamente, sobre a Letônia, os 30 anos de estabelecimento das relações diplomáticas formais poderão ensejar oportunidade para aprofundar e diversificar o diálogo, a cooperação e o intercâmbio entre os dois países nas áreas de interesse comum, bem como identificar e explorar potenciais novas oportunidades.

Senadora, eu gostaria apenas agora de destacar as prioridades do meu programa de trabalho, já que é profundamente detalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nº 1 me parece importante, da Suécia: promover a imagem e o conhecimento sobre o nosso País e a cultura brasileira em toda a sua diversidade, inclusive aspectos regionais, com vistas a elevar o intercâmbio comercial, científico e tecnológico, cultural e acadêmico, bem como o turismo.

Outros pontos seriam: seguir a promover a parceria entre ciência, tecnologia e inovação, utilizando como base os mecanismos já existentes com a Suécia; explorar novas frentes de cooperação em meio ambiente, sobretudo em temas que envolvam também a vertente de ciência, tecnologia e inovação, inclusive bioenergia e saúde; fortalecer ainda mais a cooperação em defesa com a Suécia, no âmbito do projeto dos caças Gripen Next Generation e de possíveis novas iniciativas na área; e estreitar, naturalmente, o diálogo político e diplomático, bem como interparlamentar, inclusive entre Parlamentares do sexo feminino de ambos os países.

No caso da Letônia, promover possíveis novos entendimentos na área de ciência, tecnologia e inovação, explorar possibilidade de cooperação na área acadêmica e em defesa, fomentar e facilitar o diálogo Parlamentar, principalmente por meio do Grupo de Amizade Brasil-Letônia, já formado no Parlamento Letão, e ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral.

Para ambos os países, a minha, digamos, prioridade, será promover maior abertura dos mercados sueco e letão aos produtos agrícolas do Brasil, sobretudo aqueles com certificação ambiental e social, bem como produtos regionais, como o açaí, as castanhas, o guaraná, as frutas, aquelas que permitem que a gente aproveite o nosso meio ambiente, respeitando-o também.

Eu queria agradecer por esta oportunidade. Temos aqui um programa de trabalho bastante detalhado a que eu espero que todos tenham tido acesso, mas, por fim, queria apenas comentar que um dos itens do programa de trabalho, Senadora, é o desenvolvimento econômico e social e a redução das desigualdades. No meu entendimento, isso deve ser tratado de uma maneira transversal. Então, em todas as áreas do relacionamento bilateral este deve ser o objetivo: contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolvimento econômico e social, e, certamente, reduzir as desigualdades regionais, sociais e exatamente...

Por último, para fechar numa nota que eu acho que é muito simpática, no ano que vem teremos a Copa do Mundo, Senadora. Talvez as pessoas não se lembrem, sobretudo os mais jovens, que a nossa primeira Copa do Mundo nós ganhamos na Suécia e nós ganhamos da Suécia. Foi um jogo de cinco a dois. Ganhamos por cinco a dois, com Pelé, em 1958. Nós ganhamos, e creio que, a partir dali, tivemos muitas copas mais, ganhamos mais quatro copas. Portanto, e minha expectativa é que, na minha gestão, eu possa contribuir para que, à semelhança das copas do mundo, a gente continue fazendo vários gols e contribuindo para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixadora Maria Luisa, pelas suas palavras.

Já li todo o seu plano de trabalho anteriormente, assim que foi protocolado. Eu só espero que essa derrota na Copa de 1958 não vá atrapalhar as nossas relações bilaterais com a Suécia! (*Risos.*)

Que não vá atrapalhar e que a sua tarefa não seja árdua no sentido de tirar algum rancor que tenha ficado do passado.

Mas é um grande país, e eu tenho certeza de que você vai executar um grande trabalho!

Você está corretíssima: o foco de todos os brasileiros, em todos os postos do Brasil e do mundo, não só do Itamaraty, não só os diplomatas, mas Senadores, Parlamento, Congresso, todas as autoridades deste País que têm algum *status* de poder precisam focar na questão social da desigualdade. Esse é um problema mundial, e nós não podemos imaginar um país civilizado com fome, um país civilizado sem saúde, um país civilizado sem emprego e sem dignidade.

Então, este deve ser o nosso principal foco: comercializar. Comercializar para quê? Para acabar com a desigualdade. Exportar mais para gerar mais emprego e acabar com a desigualdade. Tudo tem que ser em função do combate a essa desigualdade desumana que nós vivemos ainda no Brasil e em grande parte do mundo.

Muitíssimo obrigada por suas palavras.

Nós já temos quórum para votação?

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Quero só dar uma palavrinha rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Nildinha.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar a Maria Luisa e dizer que o currículo dela é lindo.

O que você quer realmente, a sua determinação, a sua vontade, a sua garra de ir para a Suécia, com esse programa de pensar na diminuição da desigualdade, já valeu tudo, porque é exatamente esse prisma que a gente tem que focar. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Nilda!

A Senadora Nilda tem muitos anos de experiência política em desigualdade, que a Paraíba vem combatendo, contra a qual vem lutando como louca, como todos os Estados do Nordeste. Muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançaram. Hoje a Paraíba é uma Paraíba diferente da dos últimos anos. É maravilhosa, espetacular, assim como o meu Tocantins, que também avançou muito. Mas há muita luta a ser feita.

Nós já temos quórum para votação.

Eu convido os Parlamentares, os Senadores, que poderão votar aqui na Comissão e também nas urnas que estão disponibilizadas e que todos já conhecem, a iniciarem a votação dos nossos diplomatas, porque alguns Senadores precisam tomar aviões para voltarem às suas bases.

Eu confesso que hoje a disponibilidade de voo no País está muito difícil, muito complexa. Para eu voltar de Tocantis, é quase um concurso público, de tão difícil que é! Eu entendo a situação dos nossos colegas que têm os seus compromissos nas suas bases de residência, compromissos com a sociedade, com os seus eleitores, com os cidadãos. Então, eles acompanharão remotamente, através de celulares, computadores, *tablets*, toda a exposição dos nossos diplomatas, mas eu convido todos, onde estiverem, que já marcaram presença, Fernando Bezerra, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Kátia Abreu, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Veneziano Vital do Rêgo, todos que estão na Casa. Também tenho a convicção de que estão aqui, pois nos encontramos ontem, Randolfe Rodrigues e Flávio Arns. Eu agradeço enormemente essa manifestação.

Com a palavra a nossa Relatora, agora, novamente, para relatar o item 5, para que nós possamos dispensá-la para os seus compromissos, a Senadora Mara Gabrilli.

Eu gostaria de convidar os embaixadores, os diplomatas, a se sentarem aqui na segunda fileira, por favor, os que estão nas cadeiras, principalmente. Que vocês possam vir!

Que a Embaixadora Andréa possa, agora, trocar de lugar e vir para o lugar da Maria Luisa, Andréa Saldanha da Gama Watson!

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Mara Gabrilli

Relatório: pronto para deliberação.

A Senadora Mara Gabrilli é a Relatora legítima dessa mensagem.

Quero registrar para todos que, quando nós nos referimos à Ministra de Segunda Classe, isso não significa que é uma Ministra pior do que a de Primeira Classe. É um nome terrível! Eu já protocolei um projeto de lei. Nós estamos mudando esse nome para Ministra Conselheira ou Ministro Conselheiro, porque quem nos ouve a distância pensa que ser de segunda classe é um segundo time, é de uma categoria inferior ou que é uma pessoa menos competente, e não é. É um equívoco de linguagem, porque ela precisa ser de segunda classe para passar para primeira classe, para poder ser de fato embaixadora. Então, nós vamos corrigir essa nomenclatura terrível aqui no Congresso Nacional.

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli.

Primeiro, que não há mulher de segunda classe – não é, Mara? –, não existe.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Não. A gente estava discutindo isso hoje de manhã. Não combina com o tamanho dessas mulheres esse nome. Eu quero te cumprimentar, Kátia, por essa iniciativa, para a gente poder deliberar mulheres, empoderar nossas embaixadoras. E já – você não ouviu a hora em que eu falei, porque você estava levantando e rindo – eu queria dizer que você está muito bonita.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – As mulheres vão embelezando quanto mais elas se dedicam a essas causas femininas.

Cumprimentando já a nossa futura Embaixadora da Suécia, Maria Luisa, pelo excelente currículo e trabalho, agora eu já começo aqui meu relatório sobre a Andréa Saldanha da Gama Watson. Então, vamos lá.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Andréa Saldanha da Gama Watson, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de Sérgio da Veiga Watson e Lêda Saldanha da Gama Watson e nasceu em 1961 em Berna, na Suíça.

Em 1995, graduou-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também no Instituto Rio Branco, em 2003, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2014, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada: "O Brasil e as restrições às exportações".

Na área acadêmica, a diplomata é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, São Paulo, em 1984.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1995 e Segunda-Secretária em 2000. Por merecimento, ascendeu a Primeira-Secretária, em 2004; a Conselheira, em 2007; e a Ministra de Segunda Classe, em 2014. Em 2021, passou para o Quadro Especial.

Em sua carreira, desempenhou importantes funções, entre as quais a de assessora internacional do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 2011 a 2013; depois Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial, entre 2014 e 2016; Diretora-Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação, de 2016 a 2018; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Cochabamba, de 2018 até o presente.

Além do currículo da diplomata indicada e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Honduras. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906. Em 1953, a delegação brasileira em Tegucigalpa, aberta em 1951, foi elevada à condição de embaixada.

As relações bilaterais foram marcadas, em anos recentes, pelo relevante papel exercido pelo Brasil por ocasião da grave crise política decorrente da destituição do ex-Presidente Manuel Zelaya, em 2009, a qual gerou profunda divisão em Honduras, característica que permanece elemento central do panorama político do país.

As iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas no período 2009-2011, mantendo-se apenas as atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o retorno do ex-Presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional (Acordo de Cartagena) e a readmissão de Honduras na OEA, as relações entre o Brasil e o país centro-americano foram formalmente retomadas, com a nomeação de embaixadores.

A mudança do Executivo brasileiro, em agosto de 2016, e o reconhecimento da reeleição de Juan Orlando Hernández pelo Governo brasileiro, em fevereiro de 2018, constituíram ponto de inflexão que abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral, até então mantido, basicamente, por meio das atividades de cooperação técnica.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Honduras tem como amparo jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11/06/1976 e promulgado em 31/01/1977.

Outra substantiva forma de cooperação dá-se no plano trilateral. Entre todas, destaca-se primordialmente a cooperação Brasil-Honduras-FAO, no campo do Programa de Alimentação Escolar – esse programa é lindo! O projeto piloto, que teve início em três Municípios hondurenhos do Estado de Lempira, foi ampliado para 116 Municípios e atende hoje a meio milhão de estudantes carentes. O programa garante a produção de alimentos sadios para as crianças, baseada na agricultura familiar de cada região. Promove ainda a construção de refeitórios e cozinhas nas escolas, o que propicia aos estudantes condições dignas de alimentação.

Em 2020, o comércio entre Brasil e Honduras totalizou US$113,1 milhões. As exportações brasileiras somaram US$103,2 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US$9,9 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram ladrilhos e placas (lajes); tratores; papel e cartão. Já os principais produtos importados de Honduras pelo Brasil foram: alumínio; fios e cabos; trapos e cordas têxteis.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sra. Presidente, ontem tive uma conversa agradável com a Sra. Watson, nossa futura Embaixadora de Honduras, e eu quero desejar a ela muito sucesso. Parabenizá-la pela carreira brilhante que você tem trilhado até aqui, Andréa, e pelo desafio a que você está se propondo agora. Eu quero que você saiba que a Sra. Embaixadora pode sempre contar comigo. Muito boa sorte!

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mara Gabrilli, parabéns pelo seu relatório e por suas palavras de estímulo à nossa Embaixadora. Vocês perceberam que o currículo desta moça, assim como o da Maria Luisa, são dois currículos extraordinários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquíssimos e que poderiam servir em qualquer lugar do planeta em posto A, posto B, que são os postos mais importantes do mundo. Não deixam absolutamente nada a desejar.

Andréa Saldanha com a palavra por quinze minutos.

A SRA. ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos, senhoras e senhores, queridos colegas. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado pela indicação do meu nome para ser Embaixadora do Brasil em Honduras. Agradecer também à Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente desta CRE, que tanto nos honra com essa presença massiva de mulheres. É uma iniciativa muito bonita e nós, mulheres diplomatas, estamos todas muito orgulhosas dessa iniciativa. E agradecer também a todos os Senadores presentes, à querida Relatora, que foi tão gentil comigo com as suas palavras, pela conversa que tivemos ontem, que também foi muito amistosa e calorosa e pelo seu relato muito completo do meu currículo e da relação Brasil-Honduras.

Eu gostaria de começar, como o tempo é curto e são muitos os que vão me seguir, depois de mim e da Maria Luisa, fazendo uma breve apresentação do país, pulando um pouco o que a Senadora Mara Gabrilli acabou de falar sobre o país Honduras. Ao contrário da Suécia, que é onde a Maria Luisa vai exercer, se confirmada por esta Casa, assim como eu, Honduras é um país muito pobre. A superfície é pequena, são 112 quilômetros quadrados – é um pouco maior do que o Estado de Santa Catarina –, a população é de dez milhões de pessoas, parecido com a Suécia, e Honduras integra o que a gente chama de Triângulo Norte da América Central: ao norte e a oeste há El Salvador e Guatemala e, ao sul, a Nicarágua.

O PIB é de US$23 bilhões de dólares. Para ter uma ideia de comparação, o do Brasil é 1,4 trilhão, então, é um PIB muito pequenininho. O PIB *per capita* é de US$2,38 mil dólares – o do Brasil é US$6,78 mil, então, tudo é menorzinho, mas, por outro lado, o índice de alfabetização é de 87%, o do Brasil é de 93%. A expectativa de vida é de 75 anos – e a do Brasil é parecida: 75,9 anos.

Bom, Honduras é o terceiro país mais pobre das Américas, depois do Haiti e da Nicarágua, e tem metade da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. Interessante: agora, olhando o mapa, Honduras tem lado para o Pacífico e lado para o Atlântico, mais para a parte do Caribe. Por essa razão, pela pobreza do país, existe uma migração, uma pressão migratória na direção dos países mais ricos, obviamente, enorme. A população é 10 milhões, e calcula-se que 1 milhão vive fora. Desse 1 milhão, quase todos nos Estados Unidos. Então, é muita gente – 10% da população – expatriada.

Por causa também dessa população expatriada, existem remessas, que é o que sustenta um pouco o PIB do país. Para Honduras, as remessas dos expatriados chegam a 26% do PIB – é um número estrondoso 26%. Na Bolívia, onde eu estou, as remessas dos bolivianos que vivem fora da Bolívia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também ajudam muito o PIB do país. E, em Honduras, 26% é um número acho que dos mais altos do mundo.

A economia se caracteriza por elevada concentração de renda, uns vínculos muito fortes com Estados Unidos e interdependência com os países da região, sobretudo esses de que eu falei agora. Para os Estados Unidos, destinam-se 70% das exportações de Honduras e se originam mais de 50% das importações.

Tem baixa diversificação produtiva, dependência energética em combustíveis fósseis. É um país de base agrícola. Exporta açúcar – é um pouco parecido com a gente –, café... Um dado que me chamou a atenção, Sra. Senadora Kátia Abreu: é o terceiro maior exportador de café de grão arábica do mundo, depois do Brasil e da Colômbia. Exporta também camarão, banana, lagosta, óleo de palma e frutas. Mas, curiosamente, o que também é uma tônica de países menores, possui uma indústria de maquila e chega a exportar produtos: vestuários, cigarros e cabos elétricos para automóveis. Acho que esses cabos elétricos se destinam também, são exportados para o Brasil. E essa indústria de maquila é a principal força exportadora industrial do país. Obviamente, com a pandemia, a crise, sofreu um baque e, de 3 bilhões, as exportações caíram para 1,5 bilhão.

Bom, em 2020, o país, Honduras, sofreu com os furacões, é o que eles chamam de tempestades tropicais, que passam muito pela região. Os furacões são chamados de Eta e Iota, e atingiram muito o norte do país, que é justamente onde está a região agrícola e industrial, o Vale de Sula, e causou muito estrago: 120 mil famílias desabrigadas, mais de 500 casas destruídas, 130 pontes destruídas, 92 mil casas destruídas. Por essa razão, eles desenharam o plano nacional de reconstrução e desenvolvimento sustentável, que conta com muito dinheiro da União Europeia, Espanha e do sistema ONU. E é nesse plano de reconstrução que, quando chegar na parte do planejamento estratégico, será o meu programa de trabalho, caso confirmada por esta Comissão, eu tenciono atrair investimentos brasileiros, porque temos muitas construtoras, temos investidores de peso que podem participar, já que têm dinheiro destinado para isso.

Bom, no lado positivo, as reservas internacionais subiram para 8 bilhões em 2020, graças, principalmente, às remessas, às remessas dos hondurenhos emigrados e também – dado curioso –, durante a pandemia, as remessas diminuíram porque a crise atingiu tanto país pobre quanto país rico. Então, os Estados Unidos, durante a pandemia, também foram afetados, e aí os emigrados, os expatriados também passaram a mandar menos dinheiro para os seus países de origem. Aconteceu igualmente com Honduras. Mas a recuperação econômica nos Estados Unidos já começou. Então, esses expatriados já estão trabalhando. Aliás, o mercado laboral lá está muito aquecido. Então, já passaram a mandar, enviar remessas substantivas para Honduras.

O último ponto para esses dados gerais são os dados de vacinação. Honduras começou, em relação aos países da região, muito tarde na vacinação, porque esperava contar com aquelas doações do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo Covax, da OMS. Essas vacinas, essas doses de vacinas, infelizmente, não chegaram, e aí começou muito atrasado. Em consequência disso, obviamente, houve muitas mortes; são mais de 9 mil mortes num país pequenininho, de 10 milhões de pessoas, com 348 mil casos.

Bom, já entrando na política interna, que também é interessante, a gente não pode falar muito, que o tempo é curto, mas vamos lá. O Presidente se chama Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional. É o seu segundo mandato. Vai haver eleição daqui a três dias, em 28 de novembro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON – Ele é de direita, é contra a Venezuela, tem uma posição de direita. Há menos partidos do que no Brasil: são três partidos. Dois são mais tradicionais; são o dele, que é o Partido Nacional, e o outro, que é o Liberal. Há um outro partido, esse, sim, mais de esquerda, que é liderado pelo ex-Presidente José Manuel Zelaya, que foi destituído em 2009.

A Relatora, Senadora Mara Gabrilli já falou, mas eu vou falar um pouquinho mais sobre isso. O sistema é de um único turno para Presidente, mas ele já está no segundo... Não, perdão. As eleições se realizam em um único turno – não há segundo turno –, e não há Senador, é unicameral: Deputado, Prefeito e Vereador.

Bom, eu vou falar um pouquinho da crise política que ocorreu em 2009. O Zelaya era o Presidente, foi destituído – foi uma espécie de golpe –, e, obviamente, os políticos que o destituíram atentaram contra a democracia. Na ocasião, não sei se vocês vão se lembrar, ele se refugiou na Embaixada do Brasil durante alguns meses. O Brasil esteve no centro de toda essa confusão, porque depois ele foi para o exterior. Honduras, como resultado disso, foi suspensa da OEA, ficou fora da OEA, e o Brasil, obviamente, foi visto pelo Governo da época como apoiador do Zelaya, um governo de esquerda. Então, as relações bilaterais, por essa razão, também, de uma certa maneira, ficaram em compasso de espera. A gente não fechou a embaixada, mas a embaixada não tinha embaixador; atuou só para serviços administrativos e consulares, apoiando a comunidade brasileira lá.

O ambiente político de Honduras é sempre de crise política, e, de uma certa maneira, se compreende, porque é uma polarização herdada do período da Guerra Fria, em que havia muito apoio dos americanos. Não sei se os Srs. e Sras. Senadoras se recordarão dos contrainsurgentes. Era uma intervenção, ou, pelo menos assim, movimentos políticos apoiados pelos americanos para evitar que governos de esquerda tomassem o poder.

Essa polarização, de certa maneira, persiste até os dias de hoje e aconteceu também com a reeleição do atual Presidente, que é o Juan Orlando Hernández. Ele ganhou por uma margem muito estreita. Houve questionamentos por parte da oposição, e aí a credibilidade dele foi questionada. E também isso envolve o irmão dele, porque o irmão dele, que tem um nome muito parecido, que se chama Juan Antonio Hernández, foi acusado pela Corte de Nova York, em 2019, de liderar um grupo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narcotraficantes e está preso. Ele é condenado à prisão perpétua. Então, isso também... Para um país que é dependente dos Estados Unidos, o Presidente, o mandatário ter um irmão preso em Nova York não ajuda muito. O Governo Biden, por exemplo, na parte da política externa, ainda não o recebeu e não dá demonstrações de aproximação com Honduras. Obviamente, eu imagino que isso, para Honduras, é uma coisa muito negativa.

Eu queria falar rapidamente da crise de segurança pública. Guatemala, El Salvador e Honduras integram esse Triângulo Norte. É a região onde há mais problema ligado ao narcotráfico, não à produção de cocaína ou de entorpecentes, mas é a rota de narcotráfico. E é marcada pela presença de gangues organizadas. Por isso é considerado ou foi considerado o país mais violento do mundo. Quando eu ouvi isso, eu disse: "Oba, eu vou me divertir no país mais violento do mundo!". Mas, enfim, a gente está na chuva para se molhar, não é?

Há algumas gangues que são chamadas de Maras. Uma amiga minha brasileira, em Cochabamba, me explicou, porque ela trabalhou muito com os países da América Central: "Os Maras são emigrados, décadas atrás, alguns anos atrás, que foram para os Estados Unidos adolescentes, com 14, 15 anos. Ao chegarem lá, não se integraram à sociedade e engrossaram o grupo de criminosos. Depois foram identificados, obviamente, pelo governo norte-americano e foram repatriados, foram extraditados de volta para Honduras, para a Guatemala e para os demais países". Aí eles já eram criminosos. Honduras recebeu de volta um grupo muito grande de expatriados criminosos, e esses são chamados de Maras e são um problema de segurança pública para o país.

Eu queria dizer que esse índice de ser o país mais violento do mundo diminuiu. A violência lá diminuiu porque o governo local conseguiu avanços, obteve avanços na luta contra o crime.

Rapidamente, também falo sobre a política externa. A ligação primeira é com os Estados Unido; depois com os países vizinhos, sobretudo com os do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica); e, depois, em terceiro lugar, com o México, mas também tem relações com a União Europeia, que são mais tênues, e com Taiwan. Aliás, a relação com Taiwan é interessante, porque, na região... Deixe-me ver aqui a minha colinha. Taiwan tinha relações com a República Dominicana, com o Panamá e com El Salvador, além de Honduras. Aí a República Dominicana, o Panamá e El Salvador passaram a apoiar a China continental, e aí ficou, sozinho, Honduras apoiando Taiwan. Obviamente, Taiwan, por interesse, redirecionou muitos investimentos e ajuda para Honduras, o que ajuda muito Honduras, mas Honduras, nesse aspecto, está isolado. Honduras também apoia Israel.

Sobre a Venezuela, eu já disse: eles são a favor do pleno restabelecimento da democracia na Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É interessante que, na América Central, além do Sica, há o Mercado Comum Centro-Americano. Eles integram todos esses mecanismos de integração. Eles têm também o Banco Centroamericano de Integração Econômica e fazem parte do Parlamento Centroamericano, que é o Parlacen.

Há vários mecanismos de integração comercial, que é outra parte interessante. Com El Salvador e Guatemala, eles têm uma união aduaneira, estão em via de conformação de uma união aduaneira.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON – E, com os demais, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana, eles mantêm um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, que está em vigor desde 2006. Também tem esse grupo de países acordo de livre comércio com o México, desde 2011, com a União Europeia, desde 2013, e com o Canadá, desde 2016.

Sobre as relações bilaterais, vale a pena lembrar que já houve visita de chanceler lá – em 1970, Gibson Barbosa –; houve o primeiro encontro presidencial entre o então Presidente Lula e o Ricardo Maduro, em 2005; e o Jó, como eles chamam, que é o Presidente Juan Orlando Hernández, foi o único mandatário da região que veio à posse presidencial do Presidente Bolsonaro.

Bom, eu vou pular a questão do Zelaya, porque a Senadora Mara Gabrilli já falou, mas eu vou depois retomar já entrando no planejamento estratégico, para a gente não perder tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – O seu tempo acabou.

A SRA. ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON – O meu tempo acabou? Jesus! Então, vou falar rapidinho, me dá mais um minutinho?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Para o planejamento estratégico.

A SRA. ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON – Está bom.

O mais importante: vou fortalecer as relações bilaterais com o Brasil – Brasil e Honduras –, porque, em função desse problema com o Zelaya, houve uma desconfiança, um problema de afastamento. Então, se eu for confirmada por esta Comissão, eu gostaria muito de conhecer os políticos, me aproximar e acompanhar o resultado eleitoral, para ver se Honduras vai ter o respeito esperado às liberdades democráticas, aos direitos humanos.

Em segundo lugar, um ponto que eu não mencionei na parte primeira da minha apresentação é a cooperação técnica, capitaneada por nossa Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que tem muitos projetos, tanto na parte dos projetos bilaterais como dos projetos trilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mencionar rapidamente na parte bilateral, além do programa... Bom, esse está trilateral, mas a gente tem uma gama enorme de projetos que foram suspensos, Senadora, durante a pandemia, então é toda a minha intenção retomar esses projetos, porque é um país pobre, é um país que depende muito do Brasil para esses projetos pelo menos, se beneficia também muito. E aí, só a título de exemplo, há a capacitação de corpo de bombeiros, capacitação em irrigação e produção de hortaliças, inspeção sanitária, desenvolvimento da cadeia de alimentos refrigerados – também há projeto nessa área – e o banco de leite humano, que é um é um projeto maravilhoso que a gente tem com a Fiocruz, ABC-Fiocruz, em vários países, não só da América como da África: é você estocar leite materno para ajudar crianças prematuras ou que nascem com algum tipo de dificuldade. Isso faz a maior diferença. Atende a mais de 30 mil mulheres lactantes e beneficiou em Honduras 733 recém-nascidos. Outro programa muito bacana é de alimentação nutricional, o Cozinha Brasil, em Honduras. Atende 5 mil mães. Ajuda humanitária também é importante, por causa dos furacões.

E aí é demanda de Honduras – eu vou ver, ao lá chegar, caso eu seja confirmada – a possibilidade de projetos na área de energia, agricultura e violência contra mulheres. Óleo de dendê é outra demanda deles, porque eles sofrem barreiras dos europeus – os europeus impuseram regras ambientais –; é um dos principais produtos de exportação e não está entrando no mercado europeu. Então, possivelmente seria um bom produto para a gente fazer a cooperação com eles.

Quanto à cooperação trilateral, ela é interessante porque é a cooperação Brasil-Honduras paga por um outro organismo ou um outro país, como, por exemplo, a FAO. No Programa de Alimentação Escolar, a FAO é que dá os recursos, mas é o Brasil que faz a cooperação, então é uma maneira barata de a gente fazer cooperação. Com a Jica, que é do Japão, a gente tem o Policiamento Comunitário, que seria muito interessante a gente retomar e estender para outras regiões de Honduras, porque é baseado nas UPPs, no programa das UPPs de São Paulo, em que, em vez de a polícia entrar para reprimir, a polícia entra para entender quais são as necessidades das comunidades locais.

Há também muita possibilidade na área de cooperação educacional, porque muitos hondurenhos vêm estudar no Brasil, tanto nos programas de graduação como nos programas de pós-graduação. Isso é um *softpower* para a gente, porque ele vem estudar, aprende português, gosta do Brasil e volta para o país dele. Quer programa melhor para a gente, para a diplomacia?

Na área de defesa também há a questão das aeronaves. Eles têm Tucanos, e eu gostaria que a nossa Embraer pudesse fazer a manutenção desses Tucanos. E, possivelmente, no futuro, haja interesse em comprar Super Tucanos. Então, essa é uma outra coisa que eu poderia explorar caso confirmada por esta Comissão.

No comércio – eu vou falar rapidinho, prometo que termino em um minuto – há muita coisa que a gente pode fazer, sobretudo na área de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No país já estão Ambev e Queiroz Galvão. E aí a gente pode aproveitar os acordos de livre comércio de Honduras com os Estados Unidos e com o México para ter investimentos brasileiros lá e exportar para terceiros mercados, para esses mercados.

Há uma demanda que eu identifiquei para instalar uma fabricação de cachaça, porque lá o mercado é dominado; há também demanda para arroz, porque eles importam arroz da China; e eu pensei em turismo, porque eles têm muita área de turismo. Toda a parte norte do país é Caribe, e há *resorts* maravilhosos. Como a senhora gosta muito de turismo, talvez eu possa compreender o que existe lá e fazer um tipo de parceria com o Brasil, não é?

Ônibus também; venda de ônibus da Daimler-Benz e da Volvo. Embriões e sêmens bovinos, também há interesse do Brasil em exportá-los. Maçãs, também, do sul do Brasil. E retomar as negociações do acordo comercial Mercosul-Honduras.

Enfim, eu acho que com isso eu cobri mais ou menos, *grosso modo*, os interesses do Brasil com Honduras. E, obviamente, caso eu seja confirmada por esta Comissão, terei enorme prazer em tratar de todos eles nesse país que deve ser tão bonito, Honduras.

Muito obrigada a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixadora Andréa, pela sua apresentação. Desejo-lhe muito boa sorte lá no país, com toda essa vontade de trabalhar com toda essa cooperação. Terá todo o meu apoio especificamente.

Gostaria de agora submeter o item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra para o competente Senador, ex-Presidente desta Comissão, Nelsinho Trad para fazer o seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, que muito dignifica esta Comissão de Relações Exteriores com seu dinamismo, primeiramente, antes de ler o relatório da S. Exa. a Embaixadora Claudia Fonseca Buzzi, gostaria de abrir um parêntese para parabenizar sua iniciativa de fazer, nesta manhã de trabalho, as sabatinas de embaixadoras, que muito, com certeza, pelo perfil de cada uma, vão orgulhar não só esta Comissão, como a própria sociedade brasileira. E os embaixadores que estão aqui, do sexo masculino, estão olhando, estão vendo, estão observando, eles que se mirem na dedicação e no exemplo que as mulheres sempre dão para todos nós homens, para aprimorar, cada vez mais, as suas atividades. E à tarde a gente se encontra, porque vai ficar no turno da tarde o esforço concentrado para sabatinar os embaixadores, na reunião da tarde da Comissão de Relações Exteriores.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Claudia Fonseca Buzzi, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores submeteu o currículo da diplomata. Nele consta que é filha de Mário Buzzi Filho e Rôsyrene Vieira Fonseca Buzzi e nasceu em Presidente Prudente, São Paulo, no dia 31 de julho de 1962. É formada em Direito pela Universidade de São Paulo (1984). A indicada iniciou sua carreira como Terceira-Secretária em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheira, em 2004; a Ministra de Segunda Classe, em 2009; e a Ministra de Primeira Classe, em 2015 – todas as promoções por merecimento. Em 2007, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009/2012); chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012/2014); chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2015/2017); secretária da Secretaria de Gestão Administrativa (2019/2021); e chefe da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (2021), cargo esse que, com muito prazer, ela compartilha conosco, do Congresso, as tratativas inerentes ao Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exterior exerceu, entre outros, os cargos de Primeira-Secretária na Embaixada em Buenos Aires (2001-2006); Cônsul-Geral Adjunta no Consulado Geral em Buenos Aires (2006-2009); e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Buenos Aires (2017-2019). Registre-se, ainda, que a diplomata indicada foi agraciada com distintas condecorações – além de considerações.

Além do currículo referido, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Suíça e Liechtenstein, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Fundada em 1291, a Confederação Suíça é uma república federal composta por 26 cantões e a cidade de Berna. Topograficamente, o país é dividido entre os Alpes, o Planalto Suíço e a Cordilheira de Jura. Sua população, estimada em 8,4 milhões de habitantes, está majoritariamente situada no Planalto, não obstante os Alpes ocuparem a maior parcela desse território.

O país se caracteriza, desde 1815, por sua neutralidade armada, como também por ser o berço do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e sede tanto do comitê quanto de inúmeras outras organizações internacionais.

Embora não faça parte da União Europeia (UE), os suíços participam do Espaço Schengen e do mercado único europeu.

Em decorrência de sua política de neutralidade, a Confederação só se tornou membro da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002.

Cuida-se de um dos países mais desenvolvidos do Planeta com o quinto maior produto interno bruto (PIB) *per capita*. A Suíça ocupa, ainda, a segunda posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No tocante às relações bilaterais, elas datam do reinado de D. João VI, que, há 200 anos, autorizou cem famílias suíças a se instalarem como imigrantes no Rio de Janeiro. Desde então, e sobretudo após o reconhecimento da nossa independência pelos helvécios, em 1826, o relacionamento foi se aperfeiçoando. Ele alcançou patamar de parceria estratégica em 2008, sendo o Brasil o principal parceiro comercial suíço na América Latina. Verifica-se, desse modo, cooperação bilateral consistente em vários domínios (ciência e tecnologia, educação, saúde, energia, meio ambiente).

Registre-se, por igual, a presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (Vale e Suzano como exemplos), bem como de grandes empresas suíças em solo brasileiro (Nestlé, Syngenta, Roche, Novartis).

Para além disso, o empresariado helvético tem demonstrado crescente interesse em investir no Brasil. A Confederação era, no final de 2019, a quinta principal origem de investimentos diretos no Brasil, com estoque de US$44 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à balança comercial, percebe-se persistente desequilíbrio em favor da Suíça. Exportamos ouro não monetário (74%) e aeronaves (10%). Produtos farmacêuticos e orgânicos respondem por 63% das importações brasileiras.

No tocante aos temas consulares, os Consulados-Gerais em Genebra e Zurique estimavam que 80 mil brasileiros residiam na Suíça em 2020. Esse contingente é atendido pelos referidos consulados.

Sobre Liechtenstein, trata-se de principado com 160 quilômetros quadrados e população estimada em 38 mil pessoas. É um dos menores países da Europa. Desde o romper do século passado, mantém fortes vínculos com a Confederação Helvética. O principado adota o franco suíço e delega à nação vizinha as relações exteriores e os serviços telefônicos e postais. O país é uma praça financeira incluída pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) na lista de paraísos fiscais. O principado é sede de cerca de 75 mil empresas, atraídas pelos baixos impostos. O turismo é, por igual, importante fonte de receitas. Ingressa na ONU em 1990 e participa dos Espaços Schengen e Econômico Europeu. Calcula-se em cem o número de brasileiros radicados no país, que são atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Zurique.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Dessa forma, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, concluo o relatório dizendo da minha satisfação em poder fazer esses comentários da Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, que compartilha conosco um trabalho ético, correto, sempre eficiente de interlocução desta Comissão e do Senado com o Itamaraty. Tive o privilégio de ser o Relator da sabatina do seu antecessor, o Embaixador Marcos Arbizu. Quiseram V. Exa. e o destino que, para o mesmo cargo, eu pudesse sabatinar a Embaixadora Cláudia Buzzi.

Concluo pedindo a todos os colegas o voto favorável para a sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

Parabéns, Senador Nelsinho Trad, como sempre.

E agora concedo a palavra à Sra. Embaixadora Cláudia Buzzi, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein. Por favor.

A SRA. CLÁUDIA FONSECA BUZZI – Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, quando tocar... Nós não conseguimos fazer de dois minutos, então, quando a campainha tocar é porque falta um minuto. Nós tiramos aquela fala de 15 segundos que estava confundindo vocês. Então, uma vez, um minuto só para encerrar. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA FONSECA BUZZI (Para expor.) – Muito obrigada, Sra. Presidente, pela gentileza das suas palavras introdutórias, que muito me honram e também ao Itamaraty.

Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, colegas que também serão sabatinados hoje e amigos que acompanham essa sabatina pelo e-Cidadania, em especial o Carlos Augusto, a Elinadja, o Ivan e o Geová, que me encaminharam consultas, que fizeram perguntas pelo e-Cidadania.

Senhoras e senhores, é uma honra comparecer a esta Comissão, agora na condição de sabatinada, para ocupar, caso aprovada pelo Senado Federal, a nossa Embaixada em Berna e, cumulativamente, junto ao Principado de Liechtenstein

Desejo manifestar aqui o meu agradecimento pela indicação que fazem do meu nome ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores e também agradecer ao Relator, Senador Nelsinho Trad, pelo simpático e generoso relatório e palavras a meu respeito.

O relatório, que acabou de ser lido pelo Senador, contém elementos suficientes para contextualizar a importância das relações Brasil e Suíça e, portanto, me permite passar diretamente para o plano de trabalho, já apresentado à Comissão.

Lembrando que dados e índices básicos sobre os dois países já constam das informações gerais que acompanham a mensagem da minha indicação enviada pelo Itamaraty.

A apresentação do plano não será exaustiva. Eu selecionei, entre as várias metas de grande relevância, duas que me parecem prioritárias e que são: contribuir para a conclusão e aprovação do acordo Efta-Mercosul e contribuir para a retomada da parceria estratégica no pós-pandemia.

Sempre que couber farei referências ao Liechtenstein, que compartilha com a Suíça muitos aspectos da relação com o Brasil, a começar por pertencer ao Efta.

Então, ao plano. A conclusão do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Efta é matéria de interesse para os dois grupos. É um mercado de aproximadamente 280 milhões de consumidores, com um PIB de 3,7 trilhões e a expectativa é a de que o acordo permita um aumento importante do fluxo de comércio entre as partes.

Eu não vou me aprofundar sobre o conteúdo do acordo, mas dar o contexto e as perspectivas de conclusão, assinatura e internalização e possibilidades de encaminhamento do ponto de vista da embaixada em Berna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A negociação do acordo foi concluída em linhas gerais em agosto de 2019. Desde então, as partes vêm buscando equacionar pendências técnicas e dar prosseguimento, depois disso, à revisão formal e jurídica dos textos.

Existe, é inegável, uma dificuldade em avançar na negociação, em parte pelo reflexo das resistências que se apresentaram na mesma época da conclusão desse acordo da negociação à aprovação do acordo de Mercosul-União Europeia pelo Parlamento europeu e também reflete a preocupação da sociedade suíça com temas de sustentabilidade.

Eu faço aqui um parêntese para apontar um aspecto peculiar do sistema político suíço e que deve ser acompanhado muito atentamente pela embaixada, pois tem um efeito sobre a política externa da Suíça e, portanto, sobre a nossa relação bilateral – esse aspecto é o peso da democracia direta na Suíça. Quaisquer decisões do governo ou do parlamento podem ser submetidas a referendo popular com 50 mil assinaturas. Também a população pode apresentar propostas legislativas próprias com cem mil assinaturas.

Nos últimos 30 anos, a média foi de 80 consultas públicas a cada dez anos. Em 2021, já foram realizadas dez consultas. A composição das forças políticas na Suíça se traduz, portanto, num quadro complexo e que tem impacto sobre o Acordo Mercosul-Efta e que deve ser acompanhado pela embaixada.

As autoridades suíças que lidam cotidianamente com essa complexidade têm claro que, após a assinatura do acordo, a aprovação do Parlamento sofrerá forte oposição de Parlamentares socialistas verdes ou ligados a interesses agrícolas, que não a maioria do Congresso, mas que estão ganhando uma posição bastante importante. Ademais, o acordo vai continuar a ser alvo de campanhas de desinformação de ONGs agrupadas na chamada Coalizão Mercosul, cujo objetivo é lutar contra esse acordo. E isso é preocupante se considerarmos que existe uma altíssima probabilidade de que esse acordo seja submetido a referendo.

Então, de qualquer forma a embaixada pode contribuir para a assinatura desse acordo? Por meio de gestões diplomáticas junto às autoridades suíças em favor da solução de pendências e da assinatura do acordo, e também por meio de prestar esclarecimentos sobre a realidade brasileira, em particular em áreas e junto a pessoas que possam influenciar a opinião pública local, como da preservação do meio ambiente, agricultura sustentável e proteção de povos indígenas.

Mas, além dessas gestões, eu incluí também no plano outra possibilidade de ação, que é a contribuição da diplomacia parlamentar. Em um país em que a democracia direta tem a dimensão que possui na Suíça, em que a pressão da sociedade sobre o Legislativo é uma regra, o recurso à diplomacia parlamentar não é apenas uma possibilidade, mas um elemento fundamental pouco explorado até hoje. Por meio de contatos e encontros periódicos e regulares, seja no formato bilateral ou em fóruns parlamentares multilaterais como a UIP, a diplomacia parlamentar pode enriquecer o diálogo bilateral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valendo-se do debate franco para identificar pontos de convergência. Essas parcerias se refletirão no curto prazo no processo de análises legislativa desse e de futuros acordos.

Nesse contexto, a aprovação, no último dia 10, da criação do Grupo Parlamentar Brasil Suíça, um projeto cujo autor é o Senador Nelsinho Trad e que foi relatado pelo Senador Esperidião Amin, é um evento auspicioso a ser celebrado, e nós não combinamos que isso aconteceria com essa coordenação. Caso aprovada nesse exercício, eu pedirei permissão a V. Exas. para participar muito de perto desse projeto.

A meta de contribuir para o fortalecimento da parceria estratégica de que passo a tratar agora é uma condição para o sucesso do plano de trabalho do posto a que eu me apresentei e para a consolidação da imagem de um país democrático, comprometido com o desenvolvimento sustentável e moderno.

No cenário pós-covid, a retomada econômica abre um leque de oportunidades de cooperação e requer a retomada pronta do mecanismo de consultas políticas de alto nível, cuja última edição foi realizada em novembro de 2019. A próxima reunião deve acontecer no Brasil ou poderia ser também por videoconferência se as condições sanitárias assim determinarem, mas, idealmente, não deveria tardar mais a se realizar do que em 2022. A iniciativa caberia ao Brasil, a da proposição dessa retomada – há interesse dos suíços também, mas, como se realiza aqui, a iniciativa é nossa –, e a embaixada em Berna estará, naturalmente, envolvida nesse processo.

Eu considero que é importante neste momento que o aprofundamento da parceria estratégica vá além das relações econômicas e comerciais, o que foi o principal foco até aqui, que já estão bastante estruturadas e sólidas. Para tanto, o foco da ação da embaixada em Berna deverá ser, caso aprovada por V. Exas., o fortalecimento da cooperação nas áreas do turismo, gastronomia, inovação e cultura, sem deixar de lado, naturalmente, a questão econômica, que é de grande prioridade. Mas esses, para complementar, são elementos que não foram – talvez não tenham sido – devidamente contemplados durante esses anos.

O turismo é um dos principais setores da economia suíça e, como em todos os países do mundo, sofreu muito com a pandemia, que determinou uma redução expressiva do número de visitantes do exterior. A cooperação nesse setor no momento da retomada da economia deverá ocupar a agenda de trabalho da embaixada. Entre outras ações, eu pretenderia viabilizar a realização de um estudo para identificar o perfil e os interesses do potencial turista suíço ao Brasil. Como resultado, isso permitiria a elaboração de rotas também para destinos não tradicionais que possam corresponder a esse interesse. O estabelecimento de parceria com operadoras de turismo do Brasil e Suíça, realização de *workshops* e troca de experiências também são ações a serem perseguidas.

Não poderia deixar de mencionar, como vem sendo demonstrado no ciclo de seminários promovido pela Comissão de Relações Exteriores ao longo deste semestre, que turismo e gastronomia andam juntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, assim, podem complementar e multiplicar esforços em outras áreas de cooperação bilateral, como a econômica, por exemplo. A realização de eventos gastronômicos na embaixada ou em restaurantes locais com a participação de chefes de cozinha brasileiros seria um mote para a divulgação de artesanato e cozinhas regionais, culinária regional e permitiria a divulgação de aspectos menos conhecidos do Brasil. No caso da Suíça, o tamanho do país e a excelente rede de transportes favoreceriam a interiorização desse projeto e o estabelecimento de pontos de contato entre os diferentes cantões e regiões brasileiras, divulgando o Brasil menos conhecido. Para tanto, é necessário o apoio da Apex, Sebrae, Senac, entre outros.

É também no turismo que se originam oportunidades de intercâmbio de boas práticas na área do desenvolvimento sustentável. Há um acervo rico de iniciativas relacionadas à sustentabilidade na produção agropecuária e industrial do Brasil que merecem empenho da embaixada em colaboração com parceiros, a Embratur, o Sebrae e outros, para a organização de viagens à Amazônia e ao Pantanal, entre outros destinos, tendo como convidados jornalistas, representantes de associações de consumidores, Parlamentares e até, se possível, representantes de ONGs voltadas para o meio ambiente e para a divulgação de boas práticas de manejo florestal e agricultura sustentável.

Se enquadra nisso, nesse projeto, por exemplo, a viagem que realizaram recentemente os embaixadores estrangeiros no Brasil, um modelo que poderia ser reproduzido com formadores de opinião suíços. Os embaixadores foram apresentados a casos de sucesso, como o da produção do cacau amazônico, que surpreendeu positivamente, entre outros, o Embaixador da Suíça no Brasil. Ele parece ter apreciado a ideia de produção de chocolate suíço com cacau sustentável da Amazônia, ideia da Senadora Kátia Abreu e que também fará parte do meu programa de trabalho, caso aprovada por V. Exas.

Muito resumidamente, caminho para o encerramento desta apresentação, indicando outros objetivos para a retomada do fortalecimento da parceria.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLÁUDIA FONSECA BUZZI – A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação é um espaço aberto à integração, talvez o único que, ao contrário de restrições de mercado, ofereça oportunidades e disposição de cooperação bilateral. Há muito interesse dos suíços na cooperação na área de energia limpa, o que nos favorece, evidentemente.

Divulgação da diversidade cultural. A boa notícia é que o Itamaraty já conta com um programa muito sólido no qual a embaixada vai se apoiar. Esse programa preconiza que os postos priorizem manifestações artísticas de maior relevância no país e demanda do público local, com base em diálogo e construção de pontes para que possa ser multiplicado o nosso empenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem prejuízo da divulgação da literatura, artes cênicas e audiovisual, a proposta do meu plano de trabalho é priorizar a música popular e de concerto e as artes plásticas, privilegiando e multiplicando oportunidades advindas dos prestigiados Festival de Montreux e da feira de Basel.

Também em termos de Embaixada em Berna, também continuará a apoiar a associação Casa Brasil Liechtenstein, que promove e divulga as artes brasileiras no principado – há cerca de cem brasileiros que vivem lá.

Sobre o Liechtenstein, rapidamente, pertence ao Efta. Esse é um dos motivos pelos quais nos interessa o país. Assim como a Suíça, é um grande parceiro do Brasil em cooperação judiciária e tem muita afinidade de pontos de vista sobre a governança internacional e convergência de posições no âmbito das Nações Unidas, o que a embaixada vai privilegiar no relacionamento bilateral.

Enfim, essas são as linhas básicas do plano, que valorizam o diálogo e as parcerias, para criar uma rede de sustentação para o fortalecimento da parceria estratégica.

Minha palavra final é apenas para agradecer a todos os colegas que me ajudaram nessa preparação e, muito especialmente, ao atual Embaixador em Berna, meu colega e amigo Evandro de Sampaio Didonet, que é um dos nossos principais e mais brilhantes negociadores. Não será fácil substituí-lo.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Sra. Embaixadora Cláudia! Parabéns!

Foi tudo muito detalhado. Esta é a vantagem que ela leva sobre todos: faz tempo que ela está aqui, assistindo a todas as sabatinas, sempre conversando com os Senadores e comigo. Nós fizemos uma grande amizade.

Parabéns mesmo!

Eu penso, modestamente, que é claro que o comércio é um ponto importantíssimo para o Brasil, mas há também a questão do turismo. Acho que uma missão importante que todos nós temos é a de ampliar o número de turistas no Brasil. Desde 2004 ou 2006, se não me engano, o número de turistas internacionais no Brasil é o mesmo, seis milhões de turistas, e não sai do lugar, em um País extraordinário, fantástico. As pessoas falam que há perigo, violência. Elas acham que o Rio de Janeiro, como o Brasil inteiro, é um lugar, um local inabitável, e isso não é verdade com relação ao Rio de Janeiro nem com relação ao Brasil. Violência existe em todo lugar. Então, isso afasta o turista. Pode ser que isso o afaste, mas também muito pela ausência de política pública no Brasil. Nós nunca tivemos uma política pública – desde a redemocratização para cá, eu estudo isso, modestamente –, nunca tivemos uma política firme de turismo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito, duzentas mil vezes, que nós temos três bênçãos dadas por Deus: temos propriedade para produzir grãos, carnes e tudo, para fazer agricultura; temos minério, que também Deus nos deu; como também nos deu todo o potencial de turismo pronto, porque as belezas naturais estão prontas. Em alguns países, a beleza é construída artificialmente para ser admirada e fotografada.

Então, eu me ressinto muito de que uma política consistente, como a feita para o agro em termos de Plano Safra, de investimento e pesquisa, não tenha sido feita para o turismo até agora. Mas os diplomatas... Estou confiante nisto: cada diplomata, onde estiver, cada embaixador pode ser um agente também de comércio, turismo, ciência e tecnologia para o nosso País. As nossas universidades federais e estaduais, as privadas também, as públicas e as privadas, estão ávidas por parceria e cooperação. A nossa Embrapa, a nossa extraordinária Embrapa, combalida, por conta de recursos, por conta da crise brasileira... Tudo que nós pudermos fazer de cooperação para que a Embrapa tenha recursos... Ela tem o que dar, ela tem o que mostrar, ela tem o que dividir. E nós precisamos de cooperação.

Então, eu peço, humildemente, aos nossos embaixadores que levem muito isso em consideração, porque, ao fim e ao cabo, o que nós queremos é o que Maria Luisa disse: combater a desigualdade.

Muito obrigada, Cláudia.

Agora é o item 3 da pauta.

Gostaria de pedir que a Embaixadora Andréa pudesse trocar de lugar com a Susan Kleebank.

Item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Senadora Soraya Thronicke está remota? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Soraya Thronicke está remota, o que não é normal, ela sempre está aqui presente – não sei se ela está no Mato Grosso do Sul ou aqui no Senado Federal –, mas passo a palavra à nossa querida e competente Senadora Thronicke para relatar a mensagem da Sra. Susan.

Por favor, Soraya, com a palavra, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Por videoconferência*.) – Querida Presidente Kátia Abreu, me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, o.k. Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – É um prazer. Eu realmente, Presidente, raramente estou no Mato Grosso do Sul, raramente não participo presencialmente das reuniões das Comissões nem das sessões. Nesta semana, precisei ficar aqui, mas, na semana que vem, no esforço concentrado, para a votação, para dar quórum, inclusive para deliberarmos sobre as autoridades aí na Comissão da CRE, estarei presente – pode contar com a minha presença. Pena que não poderei apreciar hoje os quitutes de sempre da Comissão de Relações Exteriores aí do Senado Federal. (*Risos.*)

Enfim, é um prazer estar aqui, e quero agradecer por me dar essa importante relatoria de uma mulher, da Ministra Susan Kleebank.

Passo à leitura agora do relatório.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 18, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Susan Kleebank, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, de acordo com o art. 52, inciso IV.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou curriculum da interessada.

Segundo o referido documento, a Sra. Susan Kleebank, filha de Ruben Kleebank e Miriam Kleebank, nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 11 de outubro de 1961.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1981. Nomeada Terceira-Secretária em 1982, foi promovida a Segunda-Secretária em 1986; a Primeira-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária em 1992; a Conselheira em 1999; a Ministra de Segunda Classe em 2005; e a Ministra de Primeira Classe em 2009.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Chefe da Divisão Jurídica, de 1999 a 2001; e Chefe da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, de 2007 a 2008. Em outros órgãos governamentais onde atuou, foi Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais da Presidência do Supremo Tribunal Federal, de 2008 a 2010, e em 2010 assumiu a assessoria de Cerimonial e Internacional no Tribunal Superior Eleitoral.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas em Berlim Oriental, de 1986 a 1987 – isso é realmente desafiador –; em Pequim, de 1987 a 1989; em Bonn, de 1989 a 1992; em Roma, de 1995 a 1998; em Ottawa, de 2001 a 2003; na Embaixada em Washington, de 2003 a 2007; foi Embaixadora em Bratislava (2012 a 2017); e, desde 2017, Cônsul-geral em Genebra.

Em 2001, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: *Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo*, publicada pela Editora Fundação Alexandre de Gusmão em 2004.

É formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduada em História pela Universidade de Paris X, em Nanterre (1985).

Além do *curriculum vitae* da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Hungria, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina à diplomata. Além disso, consta Relatório de Gestão do Embaixador José Luiz Machado e Costa, que deixa o posto.

A Hungria é um país situado na Europa Central. Faz fronteira com Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia ao sudoeste, Eslovênia ao oeste, Áustria ao noroeste e Ucrânia ao nordeste. A capital e maior cidade do país é Budapeste. A população de 9,8 milhões de habitantes distribui-se em um território de 93.030km². Seu produto interno bruto, calculado em termos de paridade de poder de compra, foi de US$323 bilhões, o que lhe propicia PIB *per capita* de US$33.084 – esse é um dado de 2020. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,854, o que coloca o país em 40º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 76,9 anos. Estima-se que cerca de 800 brasileiros vivam naquele país. É parte da Otan (desde 1999) e da União Europeia (desde 2004).

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na Segunda Guerra Mundial, e seriam restabelecidas somente em 21/03/1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de legação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e elevada à categoria de embaixada em 1974. Em 2015, a Hungria reabriu o Consulado-Geral em São Paulo, fechado em 2009 em razão da crise econômica.

O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada "abertura global" e na proposta de "abertura para o sul" da política externa do país, especialmente na área econômico-comercial.

Politicamente, o Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán se aproxima do Governo brasileiro, tendo até mesmo participado da posse do Presidente Jair Bolsonaro.

As exportações brasileiras para a Hungria em 2020 caíram 23,1% em relação a 2019, atingindo US$54 milhões, com vendas sobretudo de couros e peles (o que representa 45% da pauta), seguidos de tabaco (13%), produtos de aquecimento e resfriamento (7,1%), máquinas e aparelhos elétricos (6,2%) e demais produtos da indústria de transformação (4,6%). Já as importações brasileiras originárias da Hungria decresceram 7,8% em relação a 2019, totalizando US$288 milhões, a envolver automóveis (15%), medicamentos e produtos farmacêuticos (11%), partes para veículos (7,5%) e instrumentos e aparelhos de medição (5,5%).

Destaca-se que, em novembro de 2020, a Hungria adquiriu duas aeronaves de transporte médio KC-390, da Embraer, que serão entregues até 2024. O valor do contrato foi de US$300 milhões.

Por derradeiro, destacamos excerto do relatório de gestão do Embaixador José Luiz Machado e Costa, que deixa o posto:

> No que se refere ao comércio bilateral, o principal desafio consiste em reduzir ou reverter o déficit crônico da balança comercial, caracterizado, *grosso modo*, pela importação, pelo Brasil, de produtos de maior valor agregado, incluindo componentes da indústria automobilística, e pela elevada participação de produtos primários nas exportações para a Hungria, com destaque para o couro brasileiro utilizado na fabricação de automóveis. Não obstante a importância de promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado, como é o caso dos produtos de defesa, considero de vital importância que o posto siga explorando oportunidades em diferentes setores, incluindo o agronegócio.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sra. Presidente, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do relatório.

O voto é pela aprovação do nome da Embaixadora Susan Kleebank para exercer o cargo de Embaixadora de Primeira Classe na Hungria.

Eu conversei com a Embaixadora nesta semana. Tudo que eu soube sobre ela foi assim... E a minha alegria é ter mulheres nos cargos de maior destaque, como foi a sua proposta inicial, Senadora Kátia, para que as mulheres passassem a exercer os postos de primeira classe no nosso Itamaraty. Então é uma honra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatar uma mulher que tem o currículo da Embaixadora Susan. E o meu pedido aos colegas é que aprovem o nome dela.

Na semana que vem estaremos todos juntos, podendo dar quórum e, com certeza, quero deixar aqui o meu desejo de sucesso e parabenizá-la.

Gostaria de perguntar para ela como foi trabalhar em Berlim Oriental antes da queda do muro, se eu não engano, porque parece que foi até 1986, e a queda foi em 1989. Eu gostaria que ela dissesse algo para nós sobre isso, principalmente porque eu sou neta de alemães da Berlim Oriental. Então, isso, para mim, é muito simbólico.

Muito obrigada, Senadora Kátia. Até semana que vem, para nos vermos pessoalmente. E desejo sucesso aí no trabalho presencial do dia de hoje.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Soraya.

Eu estive na Alemanha, Senadora, e soube que os alemães estão facilitando de certa forma o reconhecimento de nacionalidades alemãs, pessoas de outros países, como é o seu caso. Não sei se você já tem a cidadania, talvez valha a pena tentar. Muito obrigada.

Eu quero só registrar aqui que a Embaixadora Susan está hoje no Consulado em Genebra e agora vai para a Hungria.

Coloque o mapa, por favor.

O marido dela está na Suíça, ela em Genebra. Agora ele se aposenta, a Cláudia vai para a Suíça e ela vai para a Hungria. O que eu quero dizer com isso? A dificuldade da vida dos diplomatas com relação aos seus cônjuges, não só os embaixadores, mas as demais pessoas da equipe, os demais diplomatas da equipe. É uma dificuldade, e o Itamaraty tenta minimizar tudo isso, quando é o caso de os dois serem diplomatas, colocando pelo menos próximo um do outro. Mas é importante que as pessoas saibam dessa dificuldade, do sacrifício de um diplomata ficar distante da sua família por algumas vezes.

Em outros casos também, principalmente as mulheres, quando os maridos não são diplomatas e elas vão sendo transferidas para toda parte do mundo. Então, é outra crise a ser administrada por parte delas, na vida delas. Os homens, claro, também as suas esposas que não são diplomatas têm as devidas dificuldades, porque também são profissionais. Então, tudo isso precisa ser levado em conta quando nós avaliamos a diplomacia do Brasil. E é assim no mundo inteiro.

Então, por favor, Embaixadora Susan para o seu plano de ação. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUSAN KLEEBANK (Para expor.) – Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente desta Comissão; Exma. Sra. Relatora, Senadora Soraya Thronicke; Excelentíssimos membros desta Comissão; senhoras e senhores.

Com relação aos seus comentários da dificuldade de ação profissional do casal, eu vou deixar para o final, nos minutos complementares. Com relação aos comentários relativos a Berlim Oriental, também eu me coloco à disposição da Senadora Soraya para lhe ligar e contar detalhes sobre o período de Berlim

Concentrando-me agora aqui, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Sr. Presidente e ao Sr. Ministro de Estado por minha indicação para esse posto. Sinto-me muito honrada em comparecer novamente a esta Comissão. Muito agradeço à Senadora Soraya Thronicke por seu relatório.

Caso aprovada pelo Senado Federal, terei a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho de um colega e profissional muito respeitado, que é o Embaixador José Luiz Machado e Costa, a quem eu agradeço muito os subsídios para essa apresentação também.

Nessa apresentação inicial, planejo concentrar-me no plano de trabalho que foi submetido a V. Exas. O momento atual das relações Brasil-Hungria é muito favorável. Em 2011, o governo húngaro anunciou a inclusão do Brasil entre as prioridades de sua política externa. Em 2019, o Primeiro-Ministro Viktor Orbán participou da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, no mesmo ano, o governo húngaro publicou a ambiciosa resolução sobre refundação das relações entre os dois países.

A Hungria esteve entre os países que apoiaram a eleição do Brasil, em junho último, para o mandato temporário do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2022-2023. Como membro da União Europeia, seu apoio vai ser fundamental para nós também para a assinatura e a implementação do Acordo de Livre Comércio com o Mercosul. Por fim, a Hungria apoia o ingresso do Brasil na OCDE.

Em minha preparação para esta sabatina, eu tive a grata satisfação de conversar longamente nessa semana com o Embaixador Zoltán Szentgyörgyi, que é o Embaixador húngaro em Brasília desde 2018. Dele ouvi comentários e informações que apenas reforçam essa constatação de um momento muito positivo nas relações bilaterais.

Nesse marco geral, gostaria agora de mencionar minhas metas prioritárias, caso receba a aprovação do Senado Federal. A excelência das relações bilaterais foi ilustrada e por sua vez reforçada pela venda ao Governo húngaro, ano passado, pela Embraer, de dois aviões de carga KC-390, conforme mencionado pela Senadora Soraya. A Hungria passou a ser o segundo país da Otan a adquirir essa aeronave. É desnecessário enfatizar o valor... o alcance desse fato e o valor também. Essa parceria abre perspectivas para projetos de cooperação industrial inclusive em áreas de alta tecnologia, como nanotecnologia, tanto para satélites como para aeronaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em agosto último, a Embraer abriu escritório de representação em Budapeste. Tive a satisfação de um primeiro contato, também na semana passada, com o presidente da área da defesa da Embraer, o Sr. Jackson Schneider, a quem expressei minha melhor disposição de contribuir em tudo que me caiba, no caso da aprovação de meu nome por V. Exas., para que a presença dessa empresa brasileira na Hungria continue a ser uma história de sucesso e motivo de grande orgulho para nosso País.

Da mesma forma que a Embraco, a empresa do Estado do Senador Esperidião Amin – que não se encontra no momento, mas eu gostaria de ressaltar isso –, abriu as portas para minha atuação na Eslováquia quando eu lá fui Embaixadora, entre 2012 e 2017, eu espero que, na Hungria, a Embraer possa ser um cartão de visitas da projeção econômica e do potencial de cooperação com o Brasil.

Também sobre essa base, planejo dedicar-me com prioridade ao trabalho de promoção comercial. Em 2020, no contexto da pandemia, conforme a própria Senadora Soraya mencionou, houve uma queda de 23% das exportações brasileiras. Tratou-se de uma queda para todos os países da região, decorrente de toda a situação da pandemia. Felizmente – mais uma vez eu estou sendo beneficiada com isso –, trata-se do primeiro país da região que mostrou um índice positivo, de mais de 22% de aumento das exportações neste ano, no ano subsequente. Ou seja, as perspectivas são efetivamente positivas.

Buscarei, como um primeiro propósito na área de promoção comercial, mapear grandes importadores húngaros, potencialmente interessados em produtos brasileiros, iniciando pelos produtos do agronegócio. Trabalharei em coordenação com o escritório da Apex na Europa, em Bruxelas, com o qual já tenho estado em contato na minha presente função. Também buscarei intensificar a atuação na Feira Internacional de Turismo de Budapeste Utazas.

De acordo com as instruções que venha a receber do ministério, trabalharei para a boa preparação e êxito da 6ª Reunião da Comissão Mista Econômica, prevista agora, para o primeiro trimestre de 2022.

Em ciência e tecnologia, a Hungria é um país com tradição e respeito internacional, havendo dado ao mundo já dez laureados na área de Ciências: quatro em Química, três em Física, três em Medicina. Esse fato, por si só, ilustra o interesse em explorar áreas de cooperação científica e tecnológica.

As perspectivas de atuação da Embraer, em conjunto com as universidades, empresas e centros de pesquisa, abrem um amplo potencial de parceria em produção de aeronaves e na área espacial, sobretudo na área de satélites.

Na minha atual função como Cônsul em Genebra, dediquei-me, além das tarefas consulares, à organização de eventos culturais. Foram mais de 40 eventos nesse período em que eu estive lá, mas não vou entrar em detalhes agora, porque o nosso período é curto. Eu estou à disposição se a senhora ou se algum membro da Comissão tiver interesse. Foram atividades que realmente me satisfizeram e eu acho que alcancei objetivos de divulgar o nosso País no exterior, sobretudo em Genebra, que tem grande visibilidade internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Budapeste, caso aprovada por V. Exas., planejo dar continuidade a essas atividades culturais e de divulgação da imagem do Brasil no quadro, eu faço questão de ressaltar, da já intensa pauta cultural que vem sendo desenvolvida por aquela embaixada e pelo Embaixador José Luiz tanto nas áreas de fotografia quanto música, literatura e ensino de português. Por uma questão de tempo, como mencionei, não entrarei em detalhes agora.

Outro elemento importante na área cultural será dar continuidade ao apoio e ao trabalho conjunto com o eleitorado de português, na Universidade de Eötvös Loránd (Elte), como eles conhecem, que é a principal universidade do país.

A Hungria tornou-se um polo relativamente importante para estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação. Hoje há quase 400 nacionais em universidades húngaras, em razão do programa Stipendium Hungaricum, que foi estabelecido em 2017 e que fornece, a cada ano, bolsas de estudo para 250 jovens brasileiros.

Desde a instalação desse programa, em complementação ao Ciência sem Fronteiras, a partir de 2017, se imagina que tenham ido pelo menos mil brasileiros para a Hungria. No atual ano, a Embaixada da Hungria me confirmou que houve 1.101 candidatos brasileiros para essas 250 vagas. Com isso, a senhora e os membros da Comissão podem ter ideia da importância desse ponto na agenda bilateral, sobretudo porque o lado húngaro fornece não só as bolsas de estudo, como alojamento gratuito, recursos financeiros, seguro-saúde e possibilidade de ingresso em faculdades que são de renome internacional na área de ciências.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Vários. E é impressionante: eu pedi a lista para a embaixada dos estudantes, e eles estão em áreas que são críticas em ciências: Matemática, Física, Química, Medicina. Por sinal, justamente me preparando para esta sabatina, eu descobri – eu não sabia – que o Einstein da Matemática é um senhor chamado János von Neumann, que era um parceiro do Einstein no Projeto Manhattan, de construção da bomba atômica, e que eles não só eram parceiros, como era vizinhos de quarto e brigavam entre si, porque os dois eram fugitivos da guerra e o von Neumann botava as marchas militares alemães a todo volume para incomodar o Einstein, que o mandava baixar o volume e era uma briga geral.

Mas os húngaros são considerados profissionais de ponta na área de matemática. Eu acho que isso é uma coisa que nós temos que desenvolver e explorar, fazer contatos com o Instituto de Matemática do Rio de Janeiro – já me informei – e ver como divulgar e promover justamente cadeiras com operação nessa área.

Bom, esses estudantes brasileiros perfazem quase a metade da nossa comunidade na Hungria, que é hoje estimada em cerca de 800 brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mencionei que atualmente estima-se que haja 400 desses estudantes, mais 250 que devem estar chegando na leva de estudantes desse ano de 2022.

Eu vou empenhar-me para que essa comunidade continue a receber serviços consulares em nível de excelência. Estando há mais de quatro anos na chefia do setor consular, em Genebra, do Consulado em Genebra, eu tenho consciência de que o trabalho consular é um grande desafio, mas também é a fonte de uma grande satisfação.

Gostaria de me referir agora ao discurso de posse do nosso Ministro de Relações Exteriores, Carlos Alberto França, que ressaltou haver três urgências na sua gestão, uma das quais é a questão da saúde, do enfrentamento à pandemia. A Hungria, como o Brasil, está entre os países que foram mais duramente afetados pelo covid-19. É o quarto país em número de mortes por 100 mil habitantes – na semana passada, eram 313. Darei prioridade, assim, à preparação de relatórios regulares sobre as políticas adotadas pelo governo húngaro, bem como à exploração de possíveis formas de cooperação no combate à pandemia.

Um último comentário: estando no Congresso Nacional, eu queria mencionar aqui, na chefia da Embaixada na Eslováquia, eu tive a honra de receber uma missão parlamentar, em 2013, liderada pelo saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira. Foi uma missão excepcional, uma entrevista com o Presidente eslováquio Ivan Gasparovic à época, que deveria durar 20 minutos e durou uma hora e 20 minutos. Foi exemplar.

Caso o meu nome mereça a aprovação de V. Exas., espero ter novamente o privilégio de receber visitas parlamentares desta Casa. Em qualquer caso, consciente da importância dos contatos parlamentares, desde o início vou procurar agendar encontros com o Presidente do Parlamento e com a Comissão de Relações Exteriores. No Brasil, desde já, eu me coloco à disposição Grupo Parlamentar Brasil-Hungria, da Comissão de Relações Exteriores, da Câmara dos Deputados.

Com licença de V. Exa., Senadora, eu encerro aqui meus comentários iniciais e me coloco à disposição dos membros desta Comissão para perguntas e temas de seu interesse.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A embaixadora ainda tem três minutos, se quiser aproveitar para responder superficialmente à Senadora Soraya, pode ficar à vontade.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Ah, sim. As duas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sobre a Alemanha Oriental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Sobre a Alemanha foi desafiador, porque era um momento de transição e mais desafiador ainda foi ter tido, logo após a Alemanha, a China e, em seguida, voltei para a Alemanha Ocidental. Bom, tive a satisfação de participar da primeira Comista econômica bilateral entre os dois países, no lado oriental, foi em Potsdam. Foi muito interessante ver como os dois países se uniram. Houve um enfrentamento conjunto de todos os desafios, e eles lograram alcançar os objetivos em comum.

Eu acho que dúvidas gerais das Senadoras sobre detalhes da vida do dia a dia naquela época e sobre o trabalho, eu me sentiria mais à vontade de falar pessoalmente, porque podem ser até elementos sensíveis de comentar em grande público.

Eu gostaria de fazer um comentário com a senhora, com relação ao trabalho em conjunto de dois diplomatas no Itamaraty. Eu faço questão de salientar que eu tive apoio, na minha carreira, durante toda a vida, do meu marido. E ele foi o primeiro diplomata – quase que o único, porque o segundo foi o Embaixador em Washington, Nestor Forster, que é um conterrâneo nosso, também do Rio Grande do Sul –, o Evandro Didonet foi o primeiro diplomata que agregou para a esposa poder trabalhar. Nunca houve antes na história do Itamaraty esse fato. E eu agradeço. Ele não só agregou, como me deu apoio durante toda a vida profissional, mil por cento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Maravilha!

Muito bem, parabéns. (*Palmas.*)

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Parabéns ao meu marido.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns para o embaixador, para o marido. Ele foi espetacular, à frente do seu tempo.

Parabéns, a senhora é uma mulher feliz. Igual a mim, não sou diplomata, mas o meu marido também é muito bom, me prestigia muito e dá muito apoio na vida pública, na política, porque não é fácil.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Não é fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E ele não é político.

Nildinha é diferente, o marido sempre foi político e os filhos, facilita mais um pouco. Agora, nós, mulheres políticas, com maridos empresários ou professores ou outras profissões, dificulta bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fica bravo, meu marido, quando eu brinco com ele e digo que eu só consegui chegar aonde eu cheguei porque era viúva, eu estava sem marido. Eu casei tem só seis anos, pela segunda vez. Eu fiquei viúva aos 25 e casei há seis anos. Então, eu fiquei um período muito longo sem um companheiro, sem estar casada e eu brinco com ele que isso facilitou muito, porque o marido, de certa forma, e a esposa são compromissos que você assume e que você precisa restringir a sua vida. Então, eu fiquei um período muito longo livre, tinha a preocupação maior com os filhos, que eram pequenos, mas com um pouco mais de liberdade. Ele fica bravo quando eu digo isso, mas é brincadeira, sempre me apoiou.

Parabéns! Tenho certeza de que você vai implementar um excelente trabalho na Hungria. Budapeste é uma cidade muito agradável, muito bonita, com certeza os brasileiros lá estão vivendo muito bem e a gente tem que agradecer essa parceria com o Governo húngaro por essas bolsas.

Eu, na verdade, até gostaria, se for possível, de saber, nesse número de estudantes, de quais Estados do Brasil são. Não precisaria dos nomes, apenas para gente ver se todos os Estados estão contemplados, se a gente poderia estimular um pouco mais os secretários de educação dos Estados para fazer a moçada se candidatar.

No meu Estado mesmo, o Tocantins, eu queria saber se tem pelo menos um jovem.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Com certeza, vou obter essa informação para a senhora, talvez eu tenha até aqui a lista.

Mas, uma informação importante, em 2018, houve duas missões de universidades à Budapeste: uma do grupo de Coimbra e outra da associação de universidades, que visitaram lá, em toda a Hungria, 14 universidades do interior do País.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso é fantástico.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Houve a identificação...

A senhora tem, no momento, uma estrutura, todo o quadro institucional pronto para agir, a senhora tem a identidade e a vontade política dos dois países de atuarem em conjunto e a senhora já tem a cooperação existindo, já tem essa leva enorme de jovens que estão lá em universidades de ponta.

Eu estou muito feliz porque eu tenho todos os elementos para agir muito bem lá.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Que ótimo.

E gostaria, também, não vi em seu plano de trabalho, desses eventos culturais um pouco mais detalhados, um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Não me pergunte, porque eu tenho um monte.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Qual tipo de evento vocês fizeram em Genebra? Se puder me mandar por escrito, eu agradeço.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Sim, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** E essa cooperação de lá para cá, da matemática no Brasil, eu acho que é um pilar fundamental para a educação no País. É a dedicação muito forte à matemática, à ciência, que hoje eu não sei se chama mais ciência ou biologia na escola, porque muda todo dia, não é, Renan?

Eu ainda sou do tempo do segundo grau, agora não é segundo grau.

No começo, os meus filhos falavam: "Mãe, é ensino médio." Ensino médio, está bom, mas já foi ginásio, agora é segunda etapa do ensino fundamental. Muda, as palavras vão mudando.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Senadora, se a senhora me der um minutinho...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Pois não.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Uma coisa eu faço questão de falar, porque corresponde às prioridades que a senhora mencionou no seminário de agronegócios.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Você assistiu? Que bom!

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Claro, todo ele, do início ao fim.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Olhe, os diplomatas acompanharam o seminário de Portugal assim com muita presença e com muito interesse, e eu só tenho a agradecê-los no mundo todo. E há uma porção aqui, a nossa sala está lotada de gente assistindo a essa sabatina; nós temos mais de cem pessoas assistindo à sabatina de vocês.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – O Sr. Celso Moretti, Presidente da Embrapa, vai ser o primeiro convidado a inaugurar a pauta da cooperação bilateral em agronegócio lá na Hungria.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Que maravilha!

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Mas a senhora mencionou atividades culturais, e a minha pauta de atividades culturais foi enorme lá, e meus colegas de Genebra são testemunhas disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu recebi o material que você trouxe para mim no meu gabinete e já levei para casa para poder olhar calmamente.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Mas o último projeto que envolve todos os Estados brasileiros e que foi muito apreciado em nível de visibilidade internacional foi um projeto sobre empreendedorismo social e identidade local.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, eu recebi.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Só a título ilustrativo, nós pegamos projetos relativos a pequenas comunidades agrícolas no Brasil – 12 projetos – que iam desde as quebradeiras de coco, no Maranhão, em Imperatriz...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, em Tocantins também tem...

A SRA. SUSAN KLEEBANK – ... até o Vale do Jequitinhonha, as bordadeiras do curtume. Foi excepcional! E eu acho que nós temos nós temos coisas muito boas no Brasil e temos que divulgar. E temos que utilizar justamente locais como Genebra, que tem a visibilidade do mundo inteiro, para desenvolver esse tipo de projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Eu deixei com a senhora já um catálogo desse aqui, mas eu mando, temos outros à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu gostaria, para distribuir para os membros da CRE.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Bordadeiras do Curtume, de Jenipapo, de Minas Gerais; as tecelãs de Tocoiós, as bordadeiras de Carapicuíba, em São Paulo; as artesãs de Urucureá, no Pará. Depois nós tivemos as artesãs de Boa Vista, de Roraima; bordadeiras do Pão de Açúcar, em Alagoas, a Casa Bordada, de São Paulo...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – As bordadeiras de Alagoas, está no livro dela.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – É, participaram e foram muito apreciadas em Genebra.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E quais são as bordadeiras, de açúcar? Onde é que a senhora está? Alagoas?

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Alagoas, da Ilha do Ferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ilha do Ferro, fazem coisas maravilhosas.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – É, é um trabalho um trabalho fenomenal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fenomenal.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Eu dou para o senhor esse catálogo. A senhora já tem o seu, então eu dou para o senhor e dou para outros Parlamentares que queiram.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu gostaria de dar para os membros da CRE.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Ribeira do Vale, no Paraná; Imperatriz, eu já falei, as quebradeiras de coco de Imperatriz; também há as artesãs de Muquém, em Minas Gerais. E eu acho que a nossa função é justamente divulgar o que nós temos de bom, o que é muito apreciado. Eu confesso que, para essa sabatina aqui eu vim, eu estou num hotel, e fico deprimida de ficar num hotel ouvindo uma música americana. Nós somos brasileiros, temos que ouvir música brasileira, temos que divulgar o que nós temos de bom. E essas exposições foram apresentadas na Ompi e na OMC, e todos aplaudiram. Eu acho que é isso que todos nós temos que fazer: mostrar o nosso Brasil, e nós temos muita coisa muito boa.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada. E também, quando o ministro Gilmar foi Presidente do Supremo, eu não ouvi ninguém dizendo aqui, ela foi a assessora internacional do Departamento Internacional do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Com muita satisfação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Ministro Gilmar ligou anteriormente lhe parabenizando...

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Que gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ...e muito feliz com a sua sabatina hoje. Mandou um abraço para você.

A SRA. SUSAN KLEEBANK – Muito obrigada. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada.

Vamos para o item quatro, a penúltima mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a penúltima, não é? É a última? (*Pausa.*)

Pela pauta, é a última.

Eu gostaria de que, quando Vivian terminasse, as meninas viessem aqui para nós tirarmos uma foto oficial e para que recebam uma lembrancinha aqui da Comissão. Os meninos não vão ganhar, não; só as meninas. À tarde, não tem presente, só lanche. (*Risos.*)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Ministra de segunda classe, que não é segunda classe, repito, essa que todo mundo pensa que é uma classe inferiorizada; é apenas o degrau da carreira que elas vão subindo – eles, todos os diplomatas. Mas repito para quem está nos acompanhando que nós estamos com um projeto de lei de minha autoria alterando esse nome de "segunda classe" para "ministro conselheiro" ou "ministra conselheira".

Convido a nossa querida Senadora Nilda Gondim, do nosso grande Estado da Paraíba, para ler o seu relatório.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente. Caros colegas Senadores e Senadoras, (*Fora do microfone.*) eu tive a oportunidade de estar com Vivian ontem e vi o quanto ela, realmente, tem um currículo muito rico e merece o nosso voto, a nossa aprovação para estar lá, com certeza.

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Presidente da República do nome da Sra. Vivian Loss Sanmartin, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A diplomata é filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 12 de maio de 1965.

Em 1990, concluiu o Curso de Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1993); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003); e o Curso de Altos Estudos (2009). Neste último, defendeu a tese "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1994. Tornou-se Segunda-Secretária em 1999. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 2004; Conselheira em 2007; e Ministra de Segunda Classe em 2010.

Entre as atividades por ela exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se: de 2003 a 2006, Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Assunção, como Chefe de Gabinete do embaixador e Chefe do Setor Econômico e de Mercosul; de 2007 a 2008, Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis; de 2008 a 2018, Conselheira na Embaixada em Buenos Aires, como Chefe do Setor de energia e Chefe do Setor de Promoção Comercial e Investimentos (Secom), e Ministra-Conselheira da Embaixada do Brasil em Viena, sendo Chefe da Chancelaria, responsável pela coordenação de diversos setores e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, Unoosa, Uncitral) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (Iaca) e à organização Energia Sustentável para Todos; desde 2018, como Chefe do Posto da Embaixada em Iaundê, cumulativa com o Chade.

Foi agraciada com a Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Namíbia.

Com área superior a 800 mil quilômetros quadrados e cerca de 2,5 milhões de habitantes, a Namíbia localiza-se a sudoeste do continente africano, sendo banhada pelo Oceano Atlântico. Tornou-se protetorado do Império Alemão em 1884 e permaneceu como colônia germânica até o fim da Primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guerra Mundial. Em 1920, foi submetida à administração da África do Sul. Somente em 1990, a Namíbia teve reconhecida sua independência.

Cerca de uma década antes da independência da Namíbia, o Governo brasileiro estabeleceu contato com o movimento pró-independência Swapo, que hoje é partido político. Finalmente, as relações bilaterais foram iniciadas em 1990, quando aberta a embaixada na Namíbia, tendo o então Presidente Fernando Collor visitado o país no ano seguinte.

As relações bilaterais se adensaram na década seguinte, com destaque para a assinatura: de novo Acordo de Cooperação Técnica, em 2001, que é o principal instrumento de cooperação entre os dois países; de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas, em 2008; de Acordo de Cooperação em Defesa, em 2009, que tem na cooperação naval o principal eixo.

A pauta econômico-comercial entre os dois países apresenta oscilações abruptas. Há que se considerar o peso relativo da África do Sul sobre o perfil de circulação de mercadorias na União Aduaneira da África Austral (Sacu), o que mascara, para baixo, a real participação dos produtos brasileiros na economia namibiana.

Em 2020, as trocas comerciais foram impactadas pela pandemia de covid-19, sobretudo para a exportação para a Namíbia. Assim, a corrente de comércio bilateral somou US$18 milhões (aumento de 97,1% em relação ao período anterior), com saldo negativo para o Brasil, que importou US$11 milhões e exportou US$6 milhões.

Na pauta de exportações, predominaram produtos do agronegócio, sobretudo em carnes de aves (54%) e arroz (6,2%). Houve aumento de produtos industrializados no rol das exportações: maquinário de uso industrial (12%); roupas (8,1%); equipamentos mecânicos (4,2%); e papel e cartão (3,5%).

Já as principais importações foram: minérios, escórias e cinzas; sais, terras, cal e cimento; outros artefatos têxteis; máquinas elétricas; máquinas mecânicas; sementes e frutos oleaginosos; obras de ferro fundido; instrumentos de precisão; borracha e suas obras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Eu agradeço, Sra. Presidente, nossa Kátia Abreu, tão dinâmica e inquieta! Quem a conhece sabe do seu dinamismo.

Agradeço – inclusive, tive o prazer de conhecê-la – à Sra. Vivian. Quero dizer que, realmente, ela merece e vai encarar uma luta muito grande. O desafio é enorme. As mulheres sempre estão em desafio e sempre estão em movimento. Essa é que é a verdade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E sempre surpreendem, não é, Nildinha?

Muito obrigada, minha querida Senadora.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Essa mulher é cheia de energia, de alegria, de otimismo! É um prazer conviver com você aqui no Senado Federal!

Concedo a palavra à Sra. Embaixadora Vivian Loss Sanmartin, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Logo em seguida, depois da nossa foto, nós vamos iniciar, então, a sabatina dos embaixadores, daqui a pouco. Nós estamos até com um horário muito bom. Estamos adiantados.

Por favor, Vivian está com a palavra.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu.

Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Sra. Senadora Nilda Gondim, responsável pela minha relatoria, pela qual muito agradeço; Srs. Senadores e Senadoras; queridos colegas; senhoras e senhores, eu queria registrar, em primeiro lugar, o meu agradecimento ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores pela minha indicação para representar o Brasil na Namíbia. Caso eu mereça a aprovação desta Comissão, essa será a minha segunda missão na África.

Eu vou iniciar a apresentação falando, muito brevemente, de alguns aspectos da Namíbia e das relações bilaterais que me parecem importantes para contextualizar o plano de trabalho do posto.

Em primeiro lugar é importante destacar que, além de vasto, grande parte do território namibiano é desértico, árido ou semiárido, sendo a Namíbia o segundo país com a menor densidade demográfica no mundo, atrás apenas da Mongólia, com 2,53 milhões de habitantes.

Também cabe ressaltar que a Namíbia é um país jovem e se encontra, portanto, em plena construção. Ao mesmo tempo, é uma democracia com eleições regulares, consideradas justas e transparentes, desde o início da sua história independente. Exibe um dos menores índices de corrupção na África e um dos melhores indicadores do continente em termos de liberdade de imprensa.

Nas palavras do Presidente da Namíbia, Hage Geingob, a Namíbia é um produto da solidariedade internacional, numa alusão ao fato de que a independência do país só pôde ser alcançada graças à pressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional contra a ocupação sul-africana e a um longo processo no âmbito multilateral. Por essa razão, é um país que valoriza muito o multilateralismo e orienta toda a sua atuação externa por essa premissa.

A Namíbia foi o primeiro país africano a consagrar a proteção ambiental no art. 95 da sua Constituição, assemelhando-se assim ao Brasil, cujo art. 225 está igualmente dedicado ao meio ambiente.

Outro aspecto relevante da política namibiana é a prioridade dada à promoção da igualdade de gênero. Para os senhores terem uma ideia, os quatro cargos mais altos da Chancelaria são ocupados atualmente por mulheres, a começar pela Ministra de Relações Internacionais e Cooperação e também Vice-Primeira-Ministra, Netumbo Nandi-Ndaitwah. A Ministra Ndaitwah foi, aliás, responsável pela negociação da proposta apresentada pela Namíbia em 2000 que resultou na adoção da Resolução 1.325, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma resolução que reconheceu, pela primeira vez, a necessidade da participação plena e efetiva das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na promoção, manutenção e consolidação da paz. É um verdadeiro marco essa resolução.

No Congresso da Namíbia, o percentual de Parlamentares do sexo feminino é de 46%; 38% dos 21 postos ministeriais são ocupados por mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Quantos de 21?

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN – Há 21 postos ministeriais, 38% são mulheres.

Windhoek sedia, desde 2020, o Centro Internacional de Mulheres para a Paz das Nações Unidas e, desde 2016, o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

A Namíbia é uma economia pequena, com um PIB de US$10,7 bilhões em 2020, e que, desde 2016, tem passado por um ciclo recessivo sem precedentes, agravado por uma seca particularmente grave e, em 2020, pela pandemia do covid-19.

Os principais setores da economia são serviços, mineração, pesca e turismo.

O plano lançado pelo governo este ano para retomar o crescimento e reduzir a pobreza, que atinge até 42% da população, inclui aspectos que eu considero especialmente relevantes para a atuação da embaixada, a saber: aumento da produção de alimentos, mediante a dinamização do agronegócio, e a redução das importações, provenientes sobretudo da África do Sul – é importante ressaltar que 60% dos alimentos da Namíbia são importados –; aumento da geração de energias renováveis e redução das importações, já que a Namíbia importa também até 60%da eletricidade da África do Sul e da Zâmbia; desenvolvimento da infraestrutura e promoção do Porto de Águas Profundas de Walvis Bay, como *hub* logístico preferencial para troca de bens e serviços da África Austral, de forma a aproveitar as oportunidades da recém-criada Zona de Livre Comércio Continental da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante destacar que a empresa criada para promover o Porto de Águas Profundas de Walvis Bay abriu em 2017 o primeiro escritório comercial fora da África, em São Paulo, numa demonstração da prioridade que o Governo da Namíbia atribui à dinamização do comércio por via marítima com o Brasil.

A cooperação entre as Marinhas é seguramente o traço mais emblemático da nossa relação bilateral. Em 1994, quando ocorreu a devolução pela África do Sul do Porto de Águas Profundas de Walvis Bay ao país, foi assinado o Acordo de Cooperação Naval com o Brasil, que possibilitou à Namíbia criar sua própria Marinha, em 2004, e o seu Corpo de Fuzileiros Navais em 2016. Receberam treinamento e capacitação no Brasil mais de mil militares namibianos entre oficiais e praças. A importância da presença brasileira pode ser auferida pelo fato de que todos os atuais ocupantes de postos de comando na Força Naval namibiana passaram por treinamento e capacitação no Brasil. E o português costuma ser a língua de trabalho nos encontros bilaterais.

Como a Senadora Gondim...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Eles têm os dialetos também.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN – Eles têm dialetos, e a língua oficial é o inglês, mas com os brasileiros todos eles falam português.

Como a Senadora Nilda Gondim mencionou, nosso intercâmbio comercial é muito modesto. Isso se explica pela pequena dimensão do mercado da Namíbia, pela forte vinculação à África do Sul e pelas preferências tarifárias no âmbito da União Aduaneira da África Austral. Ao mesmo tempo, é importante mencionar que os dados sobre o comércio bilateral não dão conta da entrada de produtos brasileiros pela África do Sul, o que tende a mascarar o real volume do intercâmbio. Um exemplo típico – e é o maior produto da nossa exportação – é a carne de frango, que entra majoritariamente pelo Porto de Durban.

Isso não significa que não se possam prospectar oportunidades para empresas brasileiras e que o nosso comércio bilateral precise ficar estagnado. Existe potencial, por exemplo, para aumentar o comércio a partir do estabelecimento de rotas marítimas diretas entre portos brasileiros e Walvis Bay, que, aliás, ficam na mesma latitude – isso é importante destacar também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Na mesma latitude do Brasil?

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN – Do Rio de Janeiro. É uma linha reta.

Aí não vai dar para ver, mas, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, antes de passar diretamente ao programa de trabalho, eu gostaria de mencionar que a minha experiência nos Camarões me fez valorizar ainda mais a Cooperação Sul-Sul, não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também porque a cooperação pode trazer benefícios e abrir portas para o Brasil em outras áreas, inclusive em termos de oportunidades de negócios e de investimentos.

Eu não posso ainda falar da Namíbia, mas, no caso dos Camarões e do Chade, o Brasil é visto como um país irmão, como uma espécie de irmão mais velho cujos passos eles desejam seguir. Trata-se de uma relação muito menos assimétrica do que aquela mantida com países desenvolvidos.

Um projeto de cooperação bem formulado e bem implementado traz um retorno, em termos de projeção da imagem do Brasil, da divulgação de nossas fortalezas em matéria de agricultura, energias renováveis e saúde pública – para ficar nos exemplos mais óbvios –, que é muito valioso.

Nesse sentido, caso eu mereça a aprovação desta Comissão, tenciono trabalhar para fortalecer e diversificar a nossa cooperação com a Namíbia em diversas áreas que já estão mapeadas e nas quais o Governo namibiano espera contar com o apoio do Brasil.

Com o risco de dizer uma obviedade, eu acho que vale a pena ressaltar o imenso capital de simpatia que o nosso País tem na África, de uma forma geral, e que é um ativo, a meu ver, que não podemos negligenciar.

Em linhas gerais, o programa de trabalho seria orientado pelas seguintes diretrizes.

Na vertente das relações políticas bilaterais:

– dar continuidade ao acompanhamento da política interna, da situação econômica e da política externa da Namíbia e suas eventuais repercussões para o entorno regional e para o nosso relacionamento bilateral;

– dar continuidade ao diálogo político bilateral, mediante o agendamento, para 2022 ou 2023, da terceira reunião de consultas políticas bilaterais – lembrando que a segunda reunião de consultas ocorreu em 2020. Eu acredito ser muito importante trabalhar para manter a periodicidade regular dessas reuniões;

– seguir prestando apoio à missão naval e ao grupo de apoio técnico a brasileiros, sediados em Walvis Bay, além de trabalhar para fortalecer a cooperação na área de defesa, em linha com a decisão do Governo brasileiro de estabelecer a defesa como um dos pilares de nossa política externa para a África. Manter, nesse contexto, diálogo com atores relevantes na Namíbia a respeito da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, igualmente em linha com a prioridade atribuída pelo Brasil à revitalização das Zopacas e à luz do caráter estratégico do Atlântico Sul para o Brasil e para os países ribeirinhos da África Ocidental.

Na área de paz e segurança internacionais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– compartilhar experiências entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (Ccopab), no Rio de Janeiro, e o Centro Internacional das Mulheres pela Paz, que, como eu já mencionei, está sediado em Windhoek, e para qual já existem indicações de pontos focais de ambos os países.

Na cooperação entre as chancelarias:

– buscar atender ao pedido de apoio da Namíbia para a criação de uma academia diplomática, à luz do reconhecimento internacional e do prestígio de que goza o nosso Instituto Rio Branco. Por fim, examinar a possibilidade de lançar a negociação em torno de um acordo de cooperação jurídica com a Namíbia, ampliando, assim, nosso acervo de instrumentos bilaterais em uma área de grande importância.

Na vertente de atuação junto a organismos regionais ou multilaterais:

– dar continuidade à interlocução e às gestões junto à Chancelaria namibiana e outros atores governamentais relevantes, com vistas a obter o apoio para candidaturas brasileiras no sistema multilateral. A respeito disso, eu gostaria de mencionar que a Namíbia apoia, de forma consistente, os nossos pleitos;

– acompanhar a participação da Namíbia como membro observador na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, buscando identificar modalidades de cooperação com o Brasil no âmbito deste fórum.

Na vertente de promoção de comércio e investimentos:

– buscar oportunidades para inserção de produtos e serviços brasileiros no mercado namibiano e mercados de países vizinhos, em particular aqueles sem acesso ao mar, tendo presente o objetivo do Governo namibiano de fazer do porto de Walvis Bay um *hub* logístico e, assim, uma porta de entrada e de escoamento de bens na África Austral. Nesse sentido, avaliar a possibilidade de criar um setor de promoção comercial no posto, de forma a atender consultas recebidas de operadores namibianos interessados em parcerias com empresas brasileiras, realizar estudos de mercado, difundir mais informações sobre a economia brasileira e viabilizar maior participação da embaixada em feiras no país;

– realizar gestões em coordenação com a Secretaria de Estado, junto à secretaria da Sacu e à Chancelaria namibiana, para explorar a possibilidade de expansão do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Sacu, hoje restrito a apenas 11% do universo tarifário.

Na vertente de cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente:

– promover intercâmbio de experiências e boas práticas sobre energias renováveis e eficiência energética, com a Chancelaria namibiana e o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, com sede em Windhoek, à luz do interesse da Namíbia em ampliar a geração de energias limpas e reduzir suas importações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito, eu queria mencionar que o centro já expressou que quer contar com a experiência brasileira nos seguintes temas: uso do etanol, cooperação para o aproveitamento energético da cana-de-açúcar, modelos licitatórios do Ministério das Minas e Energia para concessões de energia em pequena escala levados a cabo pelo Brasil, a experiência do Inpi no uso do selo de eficiência de produtos eletroeletrônicos, e a experiência da Embrapa no que diz respeito ao Centro de Pesquisa de Cana-de-Açúcar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN – Na vertente de cooperação para o desenvolvimento e combate às desigualdades:

– avançar em projetos de cooperação com a Namíbia, com vistas a fortalecer a segurança alimentar do país. A esse respeito, eu queria mencionar que em 2020, o Governo brasileiro fez doação de US$100 mil em alimentos destinados a crianças pequenas e em situação de risco alimentar. Essa ação teve amplo reconhecimento do Governo namibiano, que manifestou seu interesse em desenvolver projetos com o Brasil nessa área, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos. Uma segunda doação no mesmo valor foi destinada a projetos em curso de incentivo ao cultivo de hortas comunitárias. Trata-se de um tema que tem merecido grande atenção da Chancelaria namibiana, que já manifestou a expectativa de conhecer a experiência brasileira de melhoria da merenda escolar a partir do estímulo à agricultura familiar. Nesse contexto, caso eu venha a ser aprovada por esta Comissão, procurarei retomar a iniciativa de organizar uma missão da Embrapa Semi-Árido à Namíbia, que poderia, em parceria com a ABC, a nossa Agência Brasileira de Cooperação, elaborar projeto de assistência técnica para o país.

Eu queria aproveitar, Senadora, para lhe dizer que eu acho fundamental que a Embrapa conte com recursos para poder desempenhar esse papel. Falando da minha experiência no Cameroon, existe uma demanda, existe interesse, e eu acho que isso só nos beneficia em termos da nossa imagem, em termos dos projetos que a gente pode fazer. Mas a Embrapa precisa ter dinheiro para poder enviar os técnicos a esses países – a expectativa é grande e tem um efeito multiplicador. Então, eu louvo a sua menção, ontem, numa conversa que nós tivemos, de dar à Embrapa esses recursos para realizar essa missão.

Existe também interesse em conhecer o sistema de cooperativas brasileiro, já que o cooperativismo é um conceito ainda muito pouco difundido entre agricultores namibianos.

Eu também queria dizer que a participação do Brasil no esforço em desenvolver a produção e a transformação local de alimentos pode, no longo prazo, abrir oportunidades para empresas brasileiras exportadoras de equipamentos, máquinas e serviços do setor do agronegócio, gerando oportunidades, como eu disse anteriormente.

Na vertente da promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil, o objetivo seria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– divulgar a cultura brasileira na Namíbia em suas mais diversas expressões por meio da organização de mostras de cinema, difusão da música brasileira, das artes visuais, da nossa literatura, da nossa gastronomia, naturalmente dependendo da disponibilidade orçamentária e buscando, sempre que possível, o apoio e o patrocínio de empresas brasileiras que têm representação no país – que são Votorantim Mineração, OAS e AB InBev;

– promover a variante brasileira do português na Namíbia e explorar a possibilidade de criar um curso na embaixada ou em parceria com o centro cultural na capital do país;

– difundir o Brasil como destino turístico mediante publicações a serem elaboradas pela embaixada e utilização de ferramentas de divulgação via redes sociais;

– e, por fim, dar continuidade à divulgação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação, o PEC-G e o PEC-PG, com vistas a incentivar a vinda de estudantes namibianos para realizar a sua formação no Brasil.

Com isso, eu concluo essa apresentação, à disposição, claro, para comentários e perguntas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Embaixadora Vivian.

Eu quero dar as boas-vindas aqui ao nosso Ministro Carreiro, do TCU, que já foi um brilhante e cooperativo servidor desta Casa, ajudando o Senado Federal por décadas, agora contribui com o Tribunal de Contas da União e com certeza proximamente contribuirá com os nossos diplomatas, embaixadores, especialmente em Portugal. Seja muito bem-vindo a sua casa!

Embaixadora, só pequenos comentários, você ainda tinha um tempinho: existe um problema seríssimo na Namíbia – não sei se persiste – com relação à regularização fundiária. Ainda existe um atrito muito forte entre terras de brancos e terras de negros, especialmente as de alemães, que foi uma colonização antiga, e há um atrito civil premente, político, para que essas terras possam ser transferidas para os negros. Ainda está muito forte essa questão? Havia uma meta de solução de passar 70% para os negros até 2020. Isso não foi atingido. Então, eu gostaria de saber se ainda é um problema isso.

Por que eu pergunto? Porque nós temos uma experiência em reforma agrária, uma experiência longa em reforma agrária. Não significa que foi uma reforma agrária exitosa, mas é um exemplo para conhecer o que funcionou e o que não funcionou. Então, eu gostaria que você pudesse até acrescentar isso no seu plano, essa perspectiva – claro, se eles quiserem –, uma cooperação no sentido de ver o modelo do Brasil nesses termos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão querendo transferir as terras, pelo que eu li por último, para pessoas pobres – isso também já foi feito no Brasil –, e não pessoas vocacionadas, porque existem pobres vocacionados e existem pobres não vocacionados. Tudo isso já o Brasil demonstrou, foi uma experiência não exitosa quando a escolha foi feita só pela renda mensal.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senadora. A minha informação é de que existem diferentes *status* de terra na Namíbia, sendo que existe a figura da terra privada, o estado da terra comunal, que é uma terra que o Estado dá às comunidades, digamos, autóctones.

Eu não conheço em detalhe essa questão desse projeto de redistribuição das terras. Eu sei que isso é um problema muito sério na África do Sul, existe um conflito latente, um conflito importante, mas, enfim, no caso da Namíbia, existe também uma questão de pobreza, que está muito mais associada às populações originárias do que às populações que vieram depois, e então é um assunto que eu certamente acompanharei com muita atenção na Namíbia, se merecer a aprovação, evidentemente, desta Comissão, porque, evidentemente, se a gente puder contribuir com a nossa experiência e, inclusive, acompanhar como é que isso vai acontecer, eu acho que certamente é um assunto de grande importância no âmbito da política interna da Namíbia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada.

Eu acho que uma cooperação entre a Embrapa e o Ministério da Reforma Agrária no Brasil para conhecer modelos positivos, modelos que não deram certo, eu acho que seria uma grande cooperação. E conhecer a legislação fundiária brasileira – não significa que a nossa é a mais perfeita, mas é um exemplo antigo –, e a gente pode fazer um debate, uma reflexão crítica a respeito.

Eles são o quinto maior produtor mundial de urânio, um grande produtor mundial de diamante, de ouro... Quer dizer, é um dos maiores exportadores... Um país tão miserável, pobre, e um grande produtor e exportador de minério não combustível, minério que não é de combustível. Então, acho que podemos pensar em bons negócios a esse respeito, boas parcerias e cooperações.

A SRA. VIVIAN LOSS SANMARTIN – Se a senhora me permite, o braço de mineração da Votorantim já está lá e está explorando o zinco. Então, é uma coisa a acompanhar também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Excelente, excelente.

O.k, eu encerro... (*Falha no áudio.*) ... foram sabatinadas, convido a todas as cinco para virem até aqui, para nós fazermos uma foto. E aqui há uma lembrança para cada uma delas, de capim dourado, do Tocantins, que foram gentilmente cedidas pelo Sebrae-Tocantins. Eu gosto sempre de contar quem são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que estão praticando a cortesia, e é uma bandeira nossa a economia criativa. Então, no Tocantins eu tenho mais facilidade, mas temos coisas lindíssimas do Brasil inteiro. Se qualquer um dos Sebraes quiser mandar para o nosso gabinete da CRE lembranças para serem distribuídas aqui, para divulgar a economia criativa, todos fiquem à vontade, não só o Sebrae, mas as secretarias de cultura dos Estados, que serão todos identificados aqui, na hora da entrega. (*Pausa.*)

Continuando os nossos trabalhos, eu queria convidar as Embaixadoras para que elas pudessem fazer um pequeno almoço ali, na nossa sala; o Ministro Carreiro convidado para se assentar aqui, à minha direita; o Embaixador Marcos Galvão aqui, à minha esquerda; por favor, tomem o assento... Nildinha não vai embora, não.

Aqui, à minha direita. É, você sempre à direita. (*Pausa.*)

Quem quiser tomar o nosso lanche, *brunch*, que não é nem lanche, nem almoço... Está disponibilizado inclusive para os assessores. Podem ficar à vontade.

Muito obrigada, Senador Eduardo Braga, por estar aqui nos prestigiando.

Então, o Ministro Raimundo Carreiro Silva está aqui à minha direita, Ministro do Tribunal de Contas da União, e Marcos Bezerra Galvão, que é hoje considerado um dos grandes Embaixadores do Brasil, muito experiente, já esteve em vários postos que nós vamos ver aqui agora a pouco.

E cumprimento também o Ministro do TCU Vital do Rêgo, nosso querido Ministro, filho da Senadora Nilda – antes era a Nilda que era mãe dele, agora ele é que é filho da Senadora Nilda, tá? E o Veneziano também é filho da Nilda. Antes era a mãe do Veneziano, agora mudaram as coisas aqui.

Nosso Senador Chiquinho, muito obrigada pela sua presença, lá do Ceará – nosso Senador Francisco.

Vamos iniciar. Na verdade, eu devo confessar que o Ministro Carreiro foi uma grande disputa dos Senadores, que têm um carinho muito especial por ele, para relatar o Ministro Carreiro – todos queriam relatar o Carreirinho –, mas nós pegamos o amigo mais antigo talvez, o amigo mais antigo. Foi uma disputa dura, mas todos terão oportunidade de fazer os seus comentários a respeito desse querido amigo que prestou grande serviço ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União e agora vai para Portugal, se Deus quiser, nos representar com muito brilho lá naquele país.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Renan Calheiros

Relatório: Pronto para deliberação

Estou o chamando de Senador toda hora, será? Tocantins está à disposição.

Convido o Senador Renan Calheiros para ler o seu relatório. Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senadora Kátia Abreu, Presidente da CRE (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional); Sras. Senadoras, Srs. Senadores; Senador Vital do Rêgo – uma vez Senador, sempre Senador –, Ministro do Tribunal de Contas da União, querido amigo; senhoras e senhores sabatinados e sabatinadas, eu quero a todos cumprimentar e pedir permissão à Cláudia Fonseca Buzzi, à Susan Kleebank, à Maria Luisa Escorel de Moraes, à Vivian Loss Sanmartin, ao Orlando Leite Ribeiro, à Andréa Saldanha da Gama, ao Marcos Bezerra Abbott Galvão, ao Antonio José Ferreira, ao Pompeu Andreucci Neto, ao Paulo Estivallet de Mesquita, pedir permissão a todos e a todas para a todos cumprimentar cumprimentando o Ministro Raimundo Carreiro Silva, oriundo daqui do Senado Federal.

Eu conheci ao longo, Senadora Kátia Abreu, da minha já longeva vida pública muitos servidores públicos dedicados, leais, participativos, nenhum – queria de público confessar – igual ao Ministro Carreiro, pelo que representou para esta Casa e, individualmente, para cada um dos nossos Senadores e Senadoras.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Raimundo Carreiro Silva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, na forma do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal.

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do indicado, que tenho em mãos.

O indicado, Sr. Raimundo Carreiro, é Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2007, com mais de meio século de dedicação ao serviço público brasileiro. Raimundo Carreiro representa como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos aquilo que o sociólogo alemão Max Weber qualificou como o ideal de servidor público: especialização, rigor técnico, cumprimento às regras, obediência à lei e atenção ao princípio da impessoalidade. Carreiro é sabedor do significado de "servir" ao público e não se servir do público. Afinal, são mais de 50 anos de dedicação e serviços prestados, como lembrei anteriormente, à administração pública.

Ele nasceu em Benedito Leite, no Estado do Maranhão, em 6 de setembro de 1948. Graduou-se em Direito em 1981, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Exerceu a advocacia entre os anos de 1982 e 1995. Teve uma brilhante carreira como servidor do Senado Federal, acumulando, em 39 anos de Casa, uma experiência única que o credencia para exercer as mais nobres funções, comparáveis às que ele exerceu durante sua trajetória profissional. Nesta Casa também, exerceu os cargos de expedidor da gráfica, assistente legislativo, técnico em legislação e orçamento e analista legislativo dedicado à área de orçamentos públicos. Dedicado à área de orçamentos públicos significa dizer que, além das perdas cumulativas, nós estamos perdendo um especialista no momento em que o orçamento público, nesta Casa, está sendo transformado em orçamento privado, privado e secreto.

No Senado Federal, foi Secretário-Geral da Mesa Adjunto, Diretor da Secretaria de Comissões e Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional. Nomeado pelo Presidente José Sarney, atuou como Secretário-Geral da Mesa por três legislaturas, entre 1995 e 2007, período de 13 anos que correspondeu ao mandato de seis Presidentes do Senado Federal.

Essa síntese sumária, relativa apenas ao longo período profissional no Senado, caracteriza aquilo que muitos retoricamente cobram como a meritocracia, que deveria ser mais frequentemente observada.

A ascensão funcional de Carreiro no Senado Federal, dos cargos iniciais mais modestos ao comando do centro Legislativo, demonstra por si só a capacidade e a competência dele. Se no passado tivemos de compartilhar o Carreiro com o Tribunal de Contas da União, agora o dividiremos com mundo, com sua indicação para ser Embaixador em Portugal. Terá por lá, tenho absoluta certeza, todo reconhecimento e prestígio que conquistou no Brasil.

Como mencionei, Raimundo Carreiro, que tenho a honra de ter como um querido amigo, um grande amigo, além de um técnico extremamente qualificado, testemunhou ciclos históricos, decisivos para o renascimento da democracia brasileira. Essa vivência história teve seu apogeu na elaboração da Constituição de 1988, a revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, em 1993, além de vários anos nos dispositivos de regulamentação da nossa Carta Magna, que ajudaram a emoldurar a Carta Cidadã, como bem qualificou o nosso saudoso Ulysses Guimarães, símbolo máximo da redemocratização brasileira. Foram 49 emendas à Constituição em 12 anos, incluindo a construção dos marcos regulatórios sobre a privatização das telecomunicações, a flexibilização do monopólio da exploração de gás natural e petróleo, a navegação de cabotagem, e as reformas do Poder Judiciário e da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra fonte de profícuos aprendizados foi o referendo nacional sobre o comércio de armas e munições, em 2005, que tivemos a oportunidade de protagonizar. Faço essa referência, em especial, porque esse referendo também é um dos orgulhos que carrego na vida pública como ferramenta eficiente no combate à violência e à cultura da morte no nosso País.

No Senado Federal, destacamos sua atuação como Secretário-Geral da Mesa. A Secretaria-Geral é órgão absolutamente indispensável na elaboração, condução e sistematização de tudo o que se passa no Senador Federal. É o que podemos qualificar como o centro nervoso do Legislativo no que tange à sua missão precípua, que é legislar, além de fiscalizar.

No período em que foi Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro destacou-se pela segurança do seu conhecimento técnico, equilíbrio, temperança, agilidade de raciocínio, bem como pelo oferecimento de assessoria qualificada a todos os Senadores e Senadoras, indistintamente.

O Regimento do Senado Federal é complexo, como todos sabem, detalhista, do ponto de vista jurídico e Raimundo Carreiro sempre soube oferecer – esse testemunho eu gosto de dar – respostas seguras às demandas do Presidente do Senado e dos demais Senadores com sensatez e equanimidade. A Secretaria-Geral da Mesa, como já apontei em outras ocasiões, é o coração da Casa. Permanecer à sua frente por tanto tempo, Carreiro, já é, por si só, demonstração de impressionante competência técnica, gerencial e, relevem a observação, de excelente disposição física. São horas e horas, maratonas de sessões, muitas naturalmente tensas, que envolvem não apenas conhecimento regimental, jurídico e constitucional, mas equilíbrio, serenidade, paciência e, sobretudo, dedicação. Afinal a conhecida SGM impõe uma espécie de sacerdócio, tal o volume e a complexidade do trabalho, fiscalizado diuturnamente, e com lupa, pela própria sociedade. É uma responsabilidade enorme, mas recompensadora. Lembro-me das palavras dele quando aqui fizemos uma modesta homenagem aos titulares da Secretaria da Mesa, quando ele mencionou que a Secretaria-Geral da Mesa é uma orquestra que demanda "aplicação, mas também inspiração", disse, referindo-se aos episódios em que os impasses políticos exigem ousadia e soluções criativas.

Em 2007, quando tive a honra de presidir esta Casa, Carreiro foi escolhido pelo Senado Federal e posteriormente nomeado pelo Presidente da República para exercer o honroso e igualmente complexo cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, Corte que chegou a presidir no biênio 2017-2018 (além de ter ocupado a sua Vice-Presidência no biênio imediatamente anterior). Frise-se, aqui, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que o Senado aprovou seu nome por unanimidade para a vaga no Tribunal de Contas da União. Foram 73 votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. Na Câmara dos Deputados, seu nome foi aprovado por quase 90% dos Deputados presentes à sessão. Aqui me permito uma pequena ressalva porque todos que aqui estão aqui nesta Casa, Senadora Kátia, ou estiveram, sabem a dificuldade para se construir uma maioria Parlamentar; imagine a dificuldade – o Carreiro pode nos ensinar – para construir uma unanimidade. Permitam-me ainda uma humilde divergência com Nelson Rodrigues. Nessa unanimidade, expressou-se, sem dúvida – permitam-me a divergência com Nelson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues –, uma inteligência justa e absolutamente meritória. Naquela sessão do Senado, nada menos que 37 Senadores, entre os 73 Senadores presentes, enalteceram a aprovação de Raimundo Carreiro para o Tribunal de Contas da União.

Na condição de Ministro do Tribunal de Contas da União, foi relator de mais de 14 mil processos. Nesse período, relatou mais de 25 mil acórdãos, sendo 5 mil deles apreciados pelo Plenário do órgão. Além disso, foram mais de 8 mil despachos feitos por ele.

Durante o período em que presidiu o Tribunal de Contas da União, no biênio 2017-2018, passou a vigorar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Segundo informações fornecidas pelo Tribunal, em sua gestão, foram economizados mais de R$33 milhões. Importante ressaltar que sempre primou – e este Senado é um exemplo – pelo diálogo em sua gestão.

Além disso, deu protagonismo às secretarias do Tribunal localizadas nas capitais dos 26 Estados. Tal iniciativa, ressalte-se, era defendida por ele desde muito antes.

Em termos de estrutura da Corte de Contas, deu continuidade às ações de espelhar as áreas de atuação das unidades técnicas do tribunal ao que se passa no Executivo e no Legislativo.

Marco importante de sua gestão foi a criação da Secretaria de Estratégias de Controle para o Combate à Fraude e Corrupção (Seccor). Durante o biênio em que Carreiro esteve à frente do TCU, ocorreram 1.700 ações de controle externo, com benefícios potenciais de mais de R$22 bilhões ao Erário.

Destaco, a seguir, alguns temas em que a atuação do Dr. Raimundo Carreiro foi relevante:

• Seguro DPVAT: ele determinou à Superintendência de Seguros Privados (Susep) providências para assegurar a continuidade da operacionalização do Seguro DPVAT, sem qualquer interrupção.

• Garantia adicional: tema dos mais controversos, foi pacificado em relatório pelo Ministro Carreiro. O tema referia-se à garantia adicional exigida do licitante.

• BR-381 e BR-262: relatou o processo de concessão dessas rodovias, em que ambulâncias e motos, de forma inédita, de maneira inédita, terão isenção da tarifa de pedágio.

• Leilão 5G: um dos assuntos mais contemporâneos e importantes para o futuro do Brasil. O processo foi relatado pelo Ministro Carreiro. O Plenário aceitou a proposta de obrigação de conectividade das escolas públicas de educação básica, com determinados padrões de qualidade e velocidade.

• Seguro de responsabilidade civil pela Petrobras não deve cobrir atos dolosos: a medida reduz possíveis fontes de insegurança jurídica, proporcionando maior clareza à norma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Teto de gastos e concursos: todas as despesas com a realização de concursos públicos devem ser consideradas integralmente na base de cálculo do teto de gastos e computadas para a aferição do seu cumprimento.

• Nova Lei de Licitações: o ministro Raimundo Carreiro apontou ao Plenário da Corte de Contas a provável inconstitucionalidade de alguns dispositivos na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Sobre essa lei, eu gostaria apenas de lembrar que, quando Presidente, nós designamos uma comissão, presidida pela Senadora Kátia Abreu, com a participação do Senador Vital do Rêgo, que propôs ao País uma nova Lei de Licitações, que, depois de alguns anos, foi muito modificada na Câmara, e a avaliação do Tribunal de Contas da União, através da Relatoria do Ministro Carreiro, possibilitou, Senadora Kátia, Senador Vital, identificar essas inconstitucionalidades.

Também há a lei de responsabilidade das estatais: um processo relevantíssimo, apreciado em outubro de 2020, foi a fiscalização sobre a adequação de 20 estatais federais à Lei nº 13.303/2016, a Lei de Responsabilidade das Estatais. Havia uma crise política exacerbada no País, com uma confusão dos propósitos das estatais. O Senado Federal se reuniu para exatamente dotar a nossa legislação de uma lei moderna, absolutamente transparente, e coube ao Ministro Carreiro, no Tribunal de Contas da União, ser o seu Relator.

É autor dos artigos "Depoimento: notas históricas sobre a Constituição de 1988", publicado na *Revista de Informação Legislativa*, e "Trinta anos de consolidação democrática", que integra a obra *Constituição da República: um projeto de nação – Homenagem aos 30 anos*, publicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao longo de sua trajetória, foi agraciado com condecorações de relevo, dentre as quais se destacam a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Medalha Mérito Tamandaré, a Medalha do Pacificador, a Ordem do Congresso Nacional, a Ordem do Mérito Educativo e a Ordem de Rio Branco.

Por sua longa dedicação à causa pública, pelo excelente diálogo que soube criar junto às mais elevadas instâncias formuladoras de políticas públicas, em Brasília, pelos conhecimentos que acumulou sobre o funcionamento do Estado e da sociedade brasileira, por todas essas razões, o Dr. Raimundo Carreiro, se confirmado – e será confirmado – pelo Senado Federal, saberá exercer com distinção a missão de aprofundar o diálogo político e a cooperação com o Governo português, de defender os interesses e projetar os valores da sociedade brasileira junto à portuguesa, em posto diplomático sob todas as medidas singular, pela proximidade cultural com o Brasil.

Nossos laços históricos, políticos e culturais com Portugal nos obrigam sempre a indicar para o cargo de Embaixador brasileiro naquele país um nome que seja capaz de honrar as cores brasileiras e de demonstrar o quão grande é o nosso afeto e respeito por aquela nação. Raimundo Carreiro, em minha modesta avaliação, preenche com folga estes dois ideais: honrar o Brasil e respeitar Portugal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do currículo do indicado, e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado, como eu disse anteriormente, pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Portugal. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa e economia também.

Segundo o Relatório de Gestão do Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que ocupou o cargo de 2019 a 2021:

> A relação entre o Brasil e Portugal, como se sabe, é particularmente densa, pela solidez dos laços históricos, econômicos e culturais a unir os dois povos.
> Este pano de fundo dava-nos as condições de avançar no sentido que me propus, a despeito do cenário desafiador, de modo que, superada a pandemia, pudéssemos avançar no adensamento dos laços de amizade e cooperação luso-brasileiros, sem jamais perder de vista o caráter instrumental que uma relação sólida com Portugal tem na consecução de outros objetivos nacionais (particularmente na União Europeia e no mundo lusófono).

Além disso, destaca-se que o eixo lusófono é considerado prioritário para Portugal, credenciando-o como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de programas estratégicos de cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

O Brasil corresponde a essas expectativas e igualmente tem uma agenda própria para os países lusófonos. Além disso, estima-se que há 183.993 residentes brasileiros em Portugal, segundo estatísticas de 2020, o que torna o setor consular de grande valia para atender a essa enorme população.

Ao levar em conta a elevada experiência e conhecimento adquiridos no serviço público, tanto no Senado Federal quando no Tribunal de Contas da União, considero como valorosa a indicação do Sr. Raimundo Carreiro Silva para exercer o cargo de Embaixador na República Portuguesa.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Presidente Kátia Abreu, não cabem outras considerações neste relatório e entendo que a matéria está absolutamente apta para deliberação desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Senador Renan Calheiros fez um raio-X ainda resumido do que esse homem representa para o Brasil – que já representou e que representa.

Parece que eu já estou arrependida do lugar a que ele está indo, parece que eu já não estou gostando mais, porque uma pessoa que tem ética, seriedade comprovada, articulação política – nota mil –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência – nota 200 mil – poderia, se quiser, muito bem, ser candidato a Presidente da República e ganhar a eleição. Nós estaríamos em boas mãos. Homem espetacular, sincero, fala pouco e age muito. Olhem a quantidade de processos que esse homem analisou e a importância.

Essa relatoria do Senador Renan Calheiros nos ajuda a mostrar ao Brasil que o serviço público brasileiro, de modo geral, tem grandes personagens, pessoas da maior qualidade. E às vezes isso passa; ele podia se aposentar, sair de lá, e ninguém ficar sabendo, como em uma audiência pública desta aqui, neste momento, para pelo menos uma parte dos brasileiros poder se orgulhar do Tribunal de Contas da União e saber que há pessoas extraordinárias por lá. Parabéns pelo seu relatório!

Parabéns pela sua carreira, Carreiro! Você fez jus ao nome.

E quero lembrar aqui a todos que ele é do Maranhão, nasceu no Maranhão, mas os pais do Carreiro moram no Tocantins, moram na cidade de Gurupi. Então, o Tocantins também tinha um Ministro Conselheiro no Tribunal de Contas, e agora o Tocantins vai ter um Embaixador em Portugal. Ele está sempre lá conosco, visitando os seus pais, que lá residem, e para nós é sempre uma alegria quando para lá ele vai.

Quero registrar uma passagem que para mim foi muito importante pessoalmente – como eu já disse, o Renan precisava de mais uma hora ali para completar tudo –: o direito de passagem nas ferrovias do Brasil. É muito importante que o Brasil saiba que às vezes as coisas não acontecem, por falta de negociações, de habilidades, de negociações aqui dentro, mas que o Tribunal de Contas está sempre corrigindo rumos do Brasil. E o Carreiro foi fundamental para corrigir a distorção da questão do direito de passagem nas ferrovias do Brasil. Foi o Tribunal de Contas da União que votou, por unanimidade, quando estabeleceu que o direito de passagem é um direito de ir e vir, é um direito de todos os brasileiros, de todo empresário... Claro que com regras, regras claras, regras transparentes, mas um patrimônio natural não pode ficar restrito a um único monopólio. E ele simplesmente salvou, junto com seus colegas ministros, por unanimidade, quando da ampliação do contrato de concessão da Ferrovia Norte-Sul e também da prorrogação da malha paulista, que sai do Mato Grosso até o Porto de Santos. Então, eu gostaria de fazer esse agradecimento.

E ainda quero agradecer, de público, em nome do Tocantins, ao Ministro Vital do Rêgo. Da mesma forma, nós tivemos um impasse de privatização da Belém-Brasília, da BR-153, Goiás e Tocantins. Qual teria sido a modelagem que o ministério fez? Vinte anos de investimentos em Goiás; e, só depois de vinte anos, apesar de cobrar o pedágio no Tocantins, é que iam fazer as obras no Tocantins. E eu socorri. Não consegui modificação no Ministério da infraestrutura, mas o Ministro Vital do Rêgo era o Ministro responsável pela infraestrutura, pelo Ministério da Infraestrutura. Mostrei para ele a minha indignação e de toda a Bancada do Tocantins com a injustiça que iam fazer conosco. É claro que Goiás tem mais movimento, mais gente, mais transporte, mas uma distância de cobrança de pedágio por vinte anos sem obra? E foi o Ministro Vital do Rêgo que salvou o Tocantins, sem dar nenhum prejuízo a Goiás. Goiás se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manteve com os investimentos, só que o Tocantins vai ter investimento imediato durante os dez primeiros anos e também depois, nos outros próximos dez anos.

Então, eu alerto os meus colegas de que, às vezes, os ministérios não concordam com as nossas ideias, têm as suas ideias próprias.

Então, além do Congresso Nacional, nós temos o Tribunal de Contas da União, com que a gente pode contar em todo momento de aperto.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Raimundo Carreiro Silva, do Maranhão e do Tocantins, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Portugal.

Raimundo Carreiro nasceu, como disse aqui, em Benedito Leite, no Maranhão, e é graduado em Direito. Todo o seu currículo já foi lido aqui pelo nosso Relator.

O senhor tem o seu tempo para fazer a sua apresentação.

Muito obrigado. Boa sorte.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente; obrigado, Senador Renan Calheiros, Relator desta indicação; e obrigado a todos os Srs. Senadores membros desta Comissão e também aos ouvintes.

Sra. Presidente, eu quero pedir desculpas se, em algum momento, eu tropeçar, porque o Senador Renan Calheiros me deixou realmente emocionado com seu relato. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso é porque a gente trabalha demais. Quem trabalha demais igual ele não tem tempo de olhar a estrada para trás – entendeu? –, vai só olhando para frente, aí tem que ter um relator desse para lembrar tudo que ele é, porque, às vezes, esquece.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA – Então, eu vou tentar continuar, vou fazer uma pequena explanação – não tomarei o tempo de V. Exas. – sobre a designação com que o Senhor Presidente da República me honrou.

É com muita honra que eu me dirijo a V. Exas. no dia de hoje, nesta sabatina aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Casa Legislativa que honra a história do Parlamento brasileiro. Recebi, com profunda humildade, a indicação com a qual me distinguiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro, amparada em minha longa trajetória de servidor público. Espero colocar-me à altura dessa prestigiosa tarefa e deste imenso desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo começar sublinhando um ponto crucial: a excelência do relacionamento bilateral entre Brasil e Portugal. Trata-se de um relacionamento alicerçado em laços históricos e afetivos, além de fundamentada em sólida parceria política, econômica e cultural, como o Relator colocou no seu relatório.

Ademais, Portugal tem sido aliado histórico do Brasil em causas que ambas as sociedades compartilham, como a defesa da democracia, do Estado de direito e do livre comércio. Trazemos em nossa identidade nacional uma rica herança lusitana, da qual todos nós nos orgulhamos. Essa comunhão de interesses vai além de nossas relações bilaterais e se manifesta com muito vigor também nos preceitos e doutrinas que norteiam a atuação de nossos países e organizações multilaterais, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP, a que o Senador Relator teve a oportunidade de se referir, a Conferência Ibero-Americana e, obviamente, as Nações Unidas, que congrega todas essas instituições.

Brasil e Portugal são países igualmente alinhados na promoção do Estado de direito, do desenvolvimento socioeconômico sustentável, das ações humanitárias globais e do meio ambiente.

A busca de bem-estar, da prosperidade e das soluções pacíficas está na raiz do nosso comportamento internacional. Julgo que não deve ser tarefa simples para o historiador das nossas relações distinguir e separar nossos interesses objetivos. Talvez não se consiga, tamanho é o entrelaçamento que o Brasil e Portugal lograram estabelecer em todos – eu repito –, todos os aspectos da nossa agenda comum.

No próximo ano de 2022, iniciaremos um novo capítulo desta relação imemorial com a celebração do bicentenário da Independência do Brasil, ocasião em que contaremos com a presença de altas autoridades portuguesas para as festividades. O Brasil se prepara para celebrar o bicentenário à altura da sua importância histórica para os dois países. No âmbito desta efeméride de tamanha magnitude o Governo brasileiro organizará grandes eventos culturais em conjunto, especialmente nos campos das artes visuais, da música e da literatura, aproveitando a oportunidade para afiançar, ainda mais, os laços de amizade entre os dois países. Será o momento em que nossos povos poderão confrontar o quanto caminhamos juntos e também orgulhar-se do quanto construímos juntos.

O gigantesco desafio que a mim se antepõe, neste momento, é assegurar-lhes que estarei habilitado a trabalhar. Srs. Senadores, é um compromisso que eu tenho com os Srs. Senadores, com o Senado Federal e com esta Comissão de trabalhar com afinco para que tudo isso se realize.

Feita essa introdução que me parecia inescapável, eu quero antecipar a V. Exas. que estruturei esta apresentação em três eixos simples: o eixo da institucionalidade, o eixo econômico e comercial e, por fim, o eixo da defesa. São três eixos, mas são bem sucintos. Como eu disse, não levarei muito tempo.

Sem querer possuir a pretensão de abraçar a riqueza de temas e tampouco esgotar aqui os temas sobre as quais a Embaixada do Brasil em Lisboa estará debruçada, acredito que tais eixos podem oferecer, ao mesmo tempo, uma visão prospectiva de como planejar, trabalhar em conjunto com a Presidência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, o Itamaraty e todos os órgãos da administração federal, especialmente com o Senado Federal, que é a Casa da Federação.

São três áreas nas quais identifico consideráveis e promissoras perspectivas de expansão, para as quais acredito que poderei atuar como agente indutor. Se não dessa pretensão, estou imbuído, porém, da obstinação de trabalhar com afinco, de modo a alçar o relacionamento com Portugal a parâmetros ainda mais elevados, como o Relator teve a oportunidade de descrever ali no seu parecer.

Então, eu passo a falar um pouco sobre o eixo da institucionalidade.

Acredito que o Brasil e Portugal podem se utilizar do ensejo dessas celebrações para elevar ainda mais o grau de institucionalidade e do diálogo bilateral. Desde o ano de 2002, a estrutura do diálogo político entre o Brasil e Portugal é regida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. Sua implementação é de responsabilidade da comissão permanente bilateral, que se tem reunido com periodicidade variável, a cada dois ou quatro anos, desde a sua criação. As cimeiras entre Chefes de Governo, das quais já tivemos sete edições desde a assinatura daquele tratado, são o ponto culminante desse diálogo.

Tendo em conta que a última cimeira Brasil-Portugal foi realizada em 2016 e a edição mais recente dessa comissão ocorreu em 2019, temos todo o interesse em agendar novos encontros de alto nível com a máxima brevidade, a fim de aumentar a periodicidade de tais reuniões e de agilizar um diálogo bilateral de tanta densidade e de tanta relevância. Para tanto, tenho a convicção de que a Embaixada do Brasil em Lisboa desempenhará papel fundamental neste esforço, por meio de constantes gestões junto às autoridades portuguesas bem como de apoio aos trabalhos das subcomissões temáticas no bojo dessa comissão, que se reúnem de maneira a subsidiar e preparar o encontro de alto nível dessa comissão.

Vou fazer um pequeno parêntese aqui, Sra. Presidente, para dizer: eu estou falando aqui de diálogo e de estreitar ainda mais as relações do Brasil, manter e estreitar ainda mais as relações com o Governo português, e eu já hoje recebi um telefonema do Embaixador português no Brasil me convidando exatamente para a gente ter o primeiro diálogo sobre os nossos dois países. Tão logo o Senado homologue o meu nome – e eu espero que homologue, é a esperança de todos que passam por aqui –, eu vou procurar o Embaixador português para entabularmos essas conversas.

Precisarei, com o auxílio de todos e especialmente do Senado Federal, empenhar-me na realização dessas reuniões e encontros de caráter preparatório indispensáveis para que o encontro dos líderes brasileiro e português na Cúpula de 2022 seja um marco de exame minucioso do passado e, sobretudo, da abertura de perspectiva para os futuros de nossas relações.

Tenho plena convicção, como já disse, de que, superadas as dificuldades advindas da pandemia, os dois governos estarão prontos para continuar adensando, e agora com ânimo redobrado, as interações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alto nível como característica ímpar da agenda bilateral. Esse é um ponto sobre o eixo da institucionalidade.

E eu trago agora, Sras. e Srs. Senadores, o eixo do comércio bilateral, o eixo econômico e comercial dos dois países. Ninguém poderá arguir a importância de serem fortalecidos os vínculos em comércio e investimento entre esses dois países. Estes, no meu entendimento, precisam refletir com a fidelidade de um espelho as dimensões do relacionamento bilateral.

A balança comercial com Portugal foi superavitária para o Brasil em 2020. Em janeiro e junho de 2021, houve um aumento de 20,3% na corrente do comércio e de 27,2% nas exportações brasileiras. Devemos trabalhar no sentido de manter essa tendência nos anos vindouros. Essa tarefa não é simples quando pensamos nos altos padrões de competitividade a que estão expostas as economias mundiais. No caso da nossa, isso não é diferente.

Mais especificamente, seria importante, por exemplo, corrigir a escassa participação, Sr. Senadores, das carnes brasileiras no mercado português, com exportações de apenas US$13 milhões, somadas as carnes bovina, suína e de aves.

Há espaço...

Aqui também eu vou aproveitar para dar uma informação para os senhores: a Ministra Tereza Cristina, da Agricultura, também já me procurou para a gente conversar sobre esse assunto.

Há espaço para incrementar a presença brasileira no mercado português nesse setor, tendo em vista o papel de, como todos nós falamos, porta de entrada para os produtos brasileiros em toda a Europa.

Há potencial, ainda, para a exportação de frutas brasileiras, em especial de maçãs, manga, limas e limões, assim como de castanhas.

Planejo ocupar-me, em colaboração com as autoridades e empresários portugueses, em fortalecer e expandir investimentos bilaterais no atual contexto de recuperação pós-pandemia.

Atualmente, são 600 empresas de capital português atuando em nosso País, com estoque de investimento da ordem de US$11 bilhões.

Na carteira do Programa de Parceria de Investimentos, o nosso PPI, dedicado à parceria público-privada e infraestrutura e desestatização, Portugal figura como o sétimo maior investidor, quando considerados investimentos potenciais, estimados em US$2,22 bilhões.

Existem grandes oportunidades para novos investimentos portugueses no Brasil. Acredito que pode haver diversificação da participação portuguesa nos projetos de PPI, em particular nas áreas de resíduos e infraestrutura e saneamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, falando em saneamento, Srs. Senadores, V. Exas. acabaram de aprovar o marco regulatório do saneamento em nosso País.

Estou também consciente de que a Embaixada do Brasil em Lisboa deverá seguir comprometida em auxiliar na captação de novos investimentos portugueses em nosso País, bem como em promover maior acesso de produtos brasileiros ao mercado consumidor lusitano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA – ... apoiando o setor privado na realização de missões empresariais e identificando possíveis nichos a serem explorados entre essas duas ações.

E, por último, eu vou falar agora, Srs. Senadores, do eixo da defesa.

Nesse campo, detectei que há grande interesse em continuar a se desenvolver frutífera cooperação com Portugal. O relacionamento bilateral consolidado nessa área é excelente, particularmente no que se refere à parceria em torno do desenvolvimento conjunto de aeronaves KC-390, da Embraer, que são aviões de carga.

A esse respeito, sublinho que os investimentos da empresa, em suas plantas fabris de Évora, lá em Portugal, instaladas em 2012, já excederam a marca dos 400 milhões de euros, elevando o intercâmbio comercial de produtos aeronáuticos a um dos principais itens da pauta bilateral de comércio.

Ainda no que se refere ao tema de cooperação bilateral nesse relevante domínio, planejo, se V. Exas. homologarem o meu nome, contribuir para que as tratativas e o entendimento entre os dois Governos se aprofundem ainda mais.

Nossos interesses estratégicos em defesa transcendem o modelo clássico da cooperação, por exemplo, de instrução e treinamento, expandindo-se para o domínio da atuação na área do Atlântico. Brasil e Portugal, a par de sua vocação atlântica, têm importante papel a desempenhar contra a ameaça imposta. Dou apenas um exemplo desse interesse: pelo crime transnacional na região do Golfo da Guiné, a cooperação militar é fundamental para o enfrentamento dos desafios relacionados a esse tema.

Então, Sras. e Srs. Senadores, destinei esta parte final da minha apresentação para pôr em relevo dois aspectos fundamentais do relacionamento Brasil e Portugal. O primeiro deles diz respeito à necessidade da comunidade de brasileiros residente em território português, que hoje atinge aquela safra que o Senador Relator acabou de falar de cerca de 183 mil brasileiros que lá estão, em Portugal, tanto como residentes quanto bolsistas e pessoas à procura de trabalho. Se considerarmos os brasileiros com dupla nacionalidade europeia, Srs. Senadores – este dado é muito importante para nós sabermos o relacionamento com Portugal –, e aqueles em via de regularização migratória, esse número, Senador Renan Calheiros, vai para 300 mil pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de garantir o bem-estar e o progresso desse imenso contingente de compatriotas, a Embaixada do Brasil em Lisboa manterá frequente interlocução com os Consulados Gerais do Brasil existentes em Portugal. Em Portugal, nós temos um Consulado em Lisboa, um no Porto e outro no Faro, quer dizer, estão muito bem localizados para atender toda a comunidade brasileira naquele país, de modo a atuar de maneira integrada, identificando questões para cujo encaminhamento se recomendam gestões políticas junto às autoridades locais.

Não preciso reiterar que o Embaixador do Brasil em Lisboa permanecerá atento e aberto ao diálogo. Essa é a minha vocação de servidor público que pretendo colocar à disposição da proteção dessa industriosa comunidade brasileira lá em Portugal.

O segundo tópico que devo suscitar e que reputo fundamental diz respeito à conclusão, Srs. Senadores, do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia. Esse é um ponto que eu sei que é de interesse de todos os Srs. Senadores.

Devo aqui expressar o reconhecimento brasileiro pela parceria portuguesa no processo de assinatura desse acordo. Recordo tratar-se de um marco histórico no relacionamento entre ambos os blocos regionais, os quais, juntos, representam cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Brasil e Portugal encontram-se hoje unidos nos esforços para demonstrar a importância do livre comércio e dos blocos regionais, objetivos mais importantes do que especulações com fins protecionistas.

Nesse domínio, reputo como fundamental que o trabalho a que me proponho seja manter o nível elevado e o compromisso português em concluir esse acordo. Comprometo-me, caso mereça a confiança do egrégio Senado Federal, a trabalhar em conjunto com as autoridades portuguesas para desfazer impressões equivocadas e, assim, contribuir para a entrada em vigor, o mais rápido possível, do acordo, com a brevidade possível.

Srs. Senadores, essa é a exposição que eu trouxe, que eu preparei com o auxílio do Itamaraty, para colocar aqui perante V. Exas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns! Muito bem, Carreiro, fez um relatório bastante completo, profundo. Há bastante trabalho pela frente, e eu tenho certeza de que isso não vai ser problema para você, que já está tão acostumado às tarefas duras e árduas.

Fico muito feliz do seu destaque especial ao acordo Mercosul-União Europeia. Nós sabemos que temos os nossos diplomatas em Bruxelas, Genebra, tratando desse acordo pessoalmente, mas, se cada embaixador brasileiro, nos países da Europa, puder fazer a sua parte com os Parlamentares locais – porque o Parlamento europeu é que decide tudo isso... Então, eu imagino que cada diplomata, se puder melhorar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar a mostrar imagem do Brasil lá fora através de suas embaixadas, com os vídeos, com os seminários que nós estamos fazendo – como fizemos um em Portugal, recentemente, dia 12, Senado, Câmara e o Instituto IDP, com Gilmar Mendes... Foram cinco dias de Brasil, foram oito horas seguidas que eu coordenei – sete horas e cinquenta e cinco minutos, nós medimos – sobre o Brasil: agricultura, meio ambiente, sustentabilidade, comércio exterior, turismo. Então, nós temos coisa de mais. Se preciso for, nós damos conta de 48 horas, 200 horas falando bem do Brasil, porque nós temos o que falar.

Então, parabenizo e peço a atenção especial de V. Exa. a respeito da cooperação de Portugal com o Brasil na área do turismo. Portugal e Espanha – está aqui o nosso Embaixador, que vai ser sabatinado posteriormente – são os ícones, os professores em turismo, os professores de sucesso em turismo; tanto Portugal como Espanha, especialmente ali na Europa. A França, nem se fala, mas Portugal e Espanha são mais próximos do nosso País, e a gente pode trabalhar juntos nisso e eles nos darem esse *know-how* maravilhoso para o nosso País.

Por favor, Ministro.

Era apenas esse reparo, apenas esse acréscimo, que talvez me tenha passado despercebido, mas é sobre essa cooperação de turismo. Era isto: eles têm muito a nos ensinar.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA – A senhora nos permite?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, claro. Fique à vontade.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA (Para expor.) – É que o nosso Relator, o Senador Renan Calheiros, citou ali um ponto do meu trabalho no tribunal.

Eu quero aproveitar essa oportunidade, Sra. Presidente, Srs. Senadores e quem está nos ouvindo, para que saibam sobre o trabalho que o Tribunal de Contas da União faz pela educação de nosso País, pela educação do povo brasileiro.

Srs. Senadores, quando eu fui sorteado relator do 5G lá no Tribunal de Contas da União, na proposta do edital que chegou ao tribunal não constavam – como se tratava de um leilão não arrecadatório, mas, sim, de investimentos na área de telecomunicações – recursos para a conectividade das escolas brasileiras, que é uma reivindicação de todos os setores da sociedade, de todo mundo. Então, eu comecei a receber lá várias solicitações. Recebi a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Deputada Dorinha Rezende; eu recebi o pessoal da Fundação Lemann; eu recebi a ONG Todos pela Educação, ou seja, todas as pessoas interessadas e que trabalham pela educação em nosso País. Então, prospectando o leilão, eu tinha que procurar um espaço para dar uma resposta a essas reivindicações.

Assim, eu determinei à área técnica do tribunal que incluísse no relatório... Eu fiz um despacho determinando que a unidade técnica incluísse um capítulo no relatório sobre a educação no Brasil, que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que eu precisava para apresentar uma proposta de decisão aos meus colegas lá no Plenário. Eles me fizeram um trabalho perfeito. E, em conversas – com diálogo, Senadores, com diálogo, porque essa é a arma que nós temos – com a Anatel, eu descobri, no edital, que, para uma das faixas a ser licitada de 26GHz, uma das mais valorizadas, não havia destinação de recursos. Ela estava avaliada no leilão em R$6 bilhões e estava sem destinação de recursos. Eu consegui descobrir isso lá no edital. Então, eu disse: "Essa aqui, então, é do Relator". (*Risos.*)

E fiz uma proposta para os Ministros do Tribunal de Contas da União determinando que os recursos arrecadados com a faixa de 26GHz fossem destinados, exclusivamente, à conectividade das escolas públicas brasileiras... (*Palmas.*)

... a começar, Srs. Senadores, pelos Estados mais pobres, Senador Renan Calheiros, em cumprimento ao art. 3º da Constituição, que trata das desigualdades regionais. Então, vamos dar uma igualdade a este País e trabalhar por isso, inclusive começando pela educação. Então, o leilão foi um sucesso, e esses recursos para a Anatel já estão depositados. Ela está entrando em contato com o Ministério da Educação exatamente para começar a implantar esse sistema.

Mas não foi só isto que, no edital 5G, eu reservei e que propus ao tribunal – e foram aprovados –: recursos para a educação. Eu propus também, Senadora, que todas as multas aplicadas decorrentes dos contratos dessa licitação – são cerca de 27 contratos –, todas as multas que vierem a ser aplicadas em descumprimento daqueles contratos fossem transformadas em obrigação de fazer e aplicadas nessas escolas. Só para os senhores terem uma ideia, se os senhores verificarem o relatório da Anatel de dois anos atrás, só da TIM, com recursos de multa, foram aplicados, em escola, mais de R$680 milhões. Então, são recursos permanentes das multas, que vão ficar durante 10 e 20 anos, período dos contratos que serão assinados e que já foram leiloados, e todos serão investidos na conectividade das escolas brasileiras.

Também, na área da educação – só este que eu vou citar, para a senhora prosseguir com os nossos trabalhos –, quando o Congresso Nacional estipulou, Sr. Senador, o piso nacional de salário dos professores de nível médio, todos sabem a reação de vários Governadores que não tinham condições fiscais de cumprir aquela lei. Então, o que que eu fiz? Numa discussão que nós tivemos lá no Plenário, num processo que foi de relatoria do então Ministro, hoje nosso amigo, e ex-Senador, o Senador Valmir Campelo, eu introduzi – ele e o Plenário acolheram – uma determinação ao Ministério da Educação para que criasse um órgão para fiscalizar e acompanhar a implantação do piso nacional de salário dos professores. Então, o Ministério da Educação foi além disso e criou um fórum permanente – um fórum permanente –, em decorrência dessa determinação, para acompanhar a implantação do piso nacional dos professores do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um pequeno trabalho, assim, humildemente dizendo para os senhores, porque nós temos uma gama de trabalhos lá no tribunal sobre a educação. Sra. Presidente, como eu lhe falei, quero pedir para deixar registrado aqui, já que o Senador Renan Calheiros no seu relatório se referiu ao 5G.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns! Isso é que é cuidar da educação efetivamente, não só com palavras, mas com atitudes.

Eu, sinceramente, não tinha essa informação. Agradeço-lhe por nos dar essa informação aqui. São muitos detalhes. A gente está preocupada que o 5G possa ser implantado, mas as grandes notícias estão nas linhas menores, a gente precisa ficar sabendo. Diante disso, eu vou ler todo o seu voto, o seu relatório a respeito do 5G, que, com certeza, deve estar cheio de coisas interessantes para o povo brasileiro. Eu quero lhe agradecer por essa fala.

Eu gostaria de dizer que o senhor está com quórum altíssimo, há 180 pessoas *online* assistindo agora à sabatina. Na parte da manhã, nós chegamos a ter 100; e agora, iniciando com o senhor, 180 acompanhantes aqui no e-Cidadania. Maravilhoso!

E, para fazer justiça, apenas para lembrar... Eu fiquei tão emocionada de ouvir tanta coisa que ele fez e me lembrei do direito de passagem. Eu quero registrar também que o Ministro Augusto Nardes, do TCU, nesse episódio, foi muito colaborativo no entendimento disso.

Na verdade, o que eu não disse aqui, que eu tinha que dizer, Carreiro, é que o direito de passagem, que deveria ter sido regulamentado pela agência de transporte, a ANTT, foi regulamentado, na verdade, pelo TCU. O TCU fez uma regulamentação sobre ferrovia e direito de passagem, no lugar... Uma desmoralização para a ANTT. E graças a Deus que fizeram!

Eu tenho a solicitação da Senadora Nilda Gondim, que também é quase uma relatora junto com o Renan Calheiros, pelo carinho e pela amizade que tem por V. Exa., e ela gostaria de fazer alguns cumprimentos e considerações.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Vou ser breve, Presidente.

Eu não poderia deixar de registrar aqui a nossa alegria, a nossa alegria pela unanimidade que V. Exa. tem de todos nós. É impressionante isso, e gratificante para o senhor saber que é querido por todos nós. Então, neste momento em que o Ministro Raimundo Carreiro está recebendo o apoio e o veredito da Casa para completar sua vida pública funcional servindo ao Brasil na Embaixada em Portugal, trago, como Senadora, a lembrança e a história da minha família, que teve com o Ministro Carreiro as maiores e melhores atenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carreiro, servidor maravilhoso, servidor responsável, servidor leal, servidor com espírito de servir na expressão da palavra. E neste momento eu quero dizer que honramos ter o Ministro Raimundo Carreiro como nosso representante.

No TCU, sua passagem, como Presidente e como membro daquela casa, marcou época e tem todas as condições, pela sua história, pela sua vida, pelo seu trabalho, de ser o nosso representante na Embaixada do Brasil em Portugal, o que muito nos honra.

Muito obrigada e desculpe-me a emoção.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Presidente Kátia Abreu, querida Presidente, que tem uma disciplina espartana na condução dos trabalhos desta Comissão e demonstra exatamente sua capacidade de articulação, procurando, inclusive, dar a verdadeira dimensão que esta Comissão de Relações Exteriores representa no cenário das demais Comissões, eu gostaria também de me manifestar em relação à indicação do Embaixador Raimundo Carreiro Silva para a República Portuguesa dizendo que nós nos sentimos extremamente orgulhosos, porque trata-se de um funcionário exemplar que marcou épocas neste Senado da República e na continuidade da sua ação no serviço público.

Ele ocupa o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e lá tem se havido de uma forma exemplar, sendo, inclusive, referência e, tenho certeza, vai ficar marcado nos Anais também daquela casa, assim como nos *Anais do Senado da República* a sua eficiência, a sua capacidade de articulação, a sua brilhante inteligência e, acima de tudo, os serviços prestados ao Brasil.

Portanto, essa indicação para a Embaixada de Portugal não é apenas um prêmio, mas um reconhecimento do Brasil, representado pelo seu Presidente Jair Bolsonaro, no sentido de que V. Exa. terá uma missão belíssima ao conduzir os trabalhos de comemoração do 200º ano da Independência do Brasil, além das articulações políticas, econômicas e de aproximação cada vez mais entre o Brasil, Portugal e os países da comunidade europeia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Portanto, parabéns!

Ficamos muito orgulhosos de vê-lo cada vez mais com uma estrela ascendente a brilhar realmente como um servidor público exemplar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Francisco Rodrigues, que é um dos atuantes aqui nesta Comissão, sempre presente nos assuntos internacionais.

Eu agradeço, mais uma vez, aos colegas que deram quórum nesta Comissão.

Por que estou agradecendo? Porque, na semana que vem, é o esforço concentrado, então, nós deveríamos até ter deixado para fazer na semana que vem. Mas pela importância da aprovação e como nós temos, para a semana que vem, talvez, mais dez embaixadores, então, eu quero agradecer a compreensão dos colegas por terem vindo, dado o quórum e votado para que esta sessão acontecesse.

Agora, primeiro, item 7.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Para a nossa relatoria, Senador Nelsinho Trad.

Ainda comunico aos Embaixadores que estão aqui presentes que, se quiserem pedir o lanche na mesa, o almoço, está disponibilizado para levar até vocês, para os que quiserem ficar sentados assistindo. Então a assessoria pode perguntar a cada um e, para os que aceitarem, nós levamos até aí.

Nelsinho Trade com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, mais uma vez é um privilégio poder colaborar com os trabalhos que V. Exa., de maneira singular, sabe muito bem conduzir.

Antes de entrar no relatório do Embaixador Marcos Bezerra, eu gostaria de registrar também aqui a minha satisfação de ter ouvido as palavras do Embaixador Raimundo Carreiro Silva, futuro Embaixador e atual Ministro do TCU. Realmente, esse aspecto da sua relatoria, no que tange ao leilão do 5G, demonstra o alto espírito público e, mais do que isso, a sensibilidade de quem relatou de disseminar Brasil afora a oportunidade de ligação através da logística da internet nas escolas públicas. Isso é algo que realmente merece ser destacado, até porque, Senadora Kátia, essa geração que está nascendo parece que já nasce sabendo mexer em computador, em celular; é algo presente no espírito dessa geração que está aí. Tanto é que, muitos de nós, quando tem algum problema em computador ou celular, se socorre dos pequeninos das casas da gente porque eles sabem mexer mais do que a gente. E isso tem que ser oportunizado para as escolas públicas. Parabéns ao Ministro Raimundo Carreiro por essa iniciativa.

Vou pedir também a V. Exa. que encaminhe, se possível, ao nosso gabinete, do Senador Nelsinho Trad, o texto do voto de V. Exa., porque eu acho que é uma peça que vai ser guardada para a história e que vai servir de instrumento para a gente poder cobrar também, porque o órgão executor vai ter que fazer a sugestão que foi colocada pelo Ministro.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Marcos Bezerra Abott Galvão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Ao observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministro das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos da América (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946). É filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão.

Em 1979, graduou-se no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1984, e o Curso de Altos Estudos, em 1997, tendo defendido tese intitulada "Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira". Na área acadêmica, o diplomata é mestre em Relações Internacionais pela American University, de Washington-DC, Estados Unidos da América.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Em sua carreira, desempenhou diversas e importantes funções. Desde 1982, tem sido professor e orientador no Instituto Rio Branco; de 1990 a 1992, foi Assessor Diplomático, Adjunto, da Presidência da República; em 1992, foi Diretor da Fundação Alexandre Gusmão; em 1993, foi Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; em 1994, ocupou o cargo de assessor do Ministro da Fazenda; entre 1995 e 1998, estava na Embaixada em Londres, como Conselheiro; de 1998 a 2001, exerceu o cargo de subchefe e porta-voz do gabinete do Ministro das Relações Exteriores; entre 2001 e 2005, foi Ministro-Conselheiro e encarregado de negócios na Embaixada em Washington; de 2005 a 2011, Chefe de Gabinete e Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; entre 2011 e 2013, representou o Brasil como Embaixador em Tóquio; de 2013 a 2016, ocupou o posto de delegado permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras organizações econômicas; de 2016 a 2018, exerceu o cargo de Secretário-Geral de Relações Exteriores; e, desde 2019, é Embaixador do Brasil, chefe de missão junto à União Europeia.

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão tem importante obra publicada na área de relações internacionais.

Como reconhecimento a seus serviços, o diplomata recebeu diversas e diferentes honrarias e condecorações, entre elas a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular da China e sobre a Mongólia. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

As relações bilaterais entre Brasil e China são maduras, sólidas e baseadas em interesses comuns. Seus princípios basilares são soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não interferência no processo político interno de cada país. A China permanece, desde 2009, como o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em Território brasileiro.

Desde seu estabelecimento, em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e adquiriram progressiva densidade e elevado grau de institucionalização. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica — a primeira do Brasil com um país em desenvolvimento — e, a partir de 2004, passaram a contar com o arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a mais alta instância bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio bilateral atingiu, em 2020, seu maior volume histórico (US$102,56 bilhões), com saldo superavitário para o Brasil de US$33 bilhões. As exportações brasileiras destinadas à China cresceram 7% no período, apesar da pandemia, e representaram cerca de um terço do total exportado pelo nosso País. A tendência se manteve em 2021 e, apenas nos nove primeiros meses do ano, já foram ultrapassados os valores recordes do ano anterior para a corrente de comércio, as exportações brasileiras e o superávit do Brasil.

De acordo com dados compilados pelo Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019 (terceiro trimestre), com estoque estimado em US$80 bilhões. O montante é inferior apenas aos investimentos feitos pelos Estados Unidos, estimados em US$82 bilhões no final do mesmo período. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China, com dados compilados entre 2007 e 2020, aponta estoque de US$66 bilhões, montante que corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul. Com relação ao destino dos investimentos chineses, destacam-se os setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo, bem como de transportes, telecomunicações, serviços financeiros e indústria.

Quanto aos investimentos brasileiros em outras regiões, o volume tem crescido, e o estoque já passaria dos US$350 milhões. Relatório do CEBC posiciona a China no quarto lugar no *ranking* de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior.

Em 2014, a China tornou-se a maior economia do mundo pelo critério da paridade de poder de compra (PIB/PPC). A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, com contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas (a população total é de 1,4 bilhão), cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia. Nos últimos anos, houve relativa desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Entre 1979 e 2015, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. Em 2018, a taxa de crescimento foi de 6,6%; em 2019, foi de 6,1% e, em 2020, de 2,3%. Ainda que seja a menor alta do PIB chinês desde o fim da Revolução Cultural, o resultado concedeu à China o posto de única entre as grandes economias mundiais a registrar crescimento positivo em 2020.

Em 2006, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo, que prevê contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados. O mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países foi lançado em junho de 2012, por ocasião de visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados foi criado em 30 de junho de 1993 e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado foi criado em maio de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe, no âmbito da corrente Legislatura do Congresso Nacional do Povo chinês, grupo parlamentar de amizade com o Brasil, presidido pelo diretor do Comitê de Supervisão e Justiça e integrado por outros 12 representantes.

Sobre a Mongólia, cabe registro neste relatório de que a Mongólia é um país mediterrâneo, situado entre a Rússia e a China, no centro-norte da Ásia. Possui uma das menores taxas de densidade demográfica do planeta, com população de pouco mais de 3 milhões de habitantes e a 18ª maior extensão geográfica: 1,56 milhão de km².

Circundada por duas grandes potências, a Mongólia desenvolve relações amistosas e de cooperação com países tanto do Oriente quanto do Ocidente. Busca seguir uma política externa pacifista, independente e aberta. Possui grande potencial no setor mineral e direciona os objetivos de sua política comercial para a ampliação do acesso aos mercados externos e maior integração à economia mundial, para a superação de seu isolamento geográfico.

O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Entre 2007 e 2015, o Brasil e a Mongólia intensificaram os laços bilaterais.

Em 2020, as trocas bilaterais somaram US$2,6 milhões, queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (US$5,4 milhões), quando o intercâmbio esteve próximo do recorde histórico de 2017 (US$5,6 milhões). O Brasil registrou superávit de US$2,4 milhões, exportando sobretudo medicamentos (40%), artigos de confeitaria (37%) e carne de frango (6%). As importações brasileiras da Mongólia, que em 2019 registraram recorde de US$1 milhão, somaram apenas US$248 mil em 2020, centrados em compostos nitrogenados (65%) e matérias plásticas (29%). Entre janeiro e agosto de 2021, o comércio bilateral atingiu o patamar de US$1,2 milhão, com saldo positivo para o Brasil de aproximadamente US$400 mil. O Brasil exportou sobretudo artigos de confeitaria (60%), ferramentas (12%) e chocolate (11%), ao passo que as importações se concentraram em matérias plásticas (54%) e compostos de função nitrogênio (43%).

Em 24 de julho de 2019, foi constituída a Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), em Ulan Bator. A Câmara declara ter por objetivo incrementar o volume de comércio entre o Brasil e a Mongólia e conta com cinco diretorias, atualmente ocupadas por três brasileiros e dois mongóis.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, a não ser a de desejar toda a sorte e todo o apoio ao Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão nessa honrosa missão, porque vai ter sobre seus ombros e sob sua consciência a responsabilidade de manter e prosperar cada vez mais essa histórica marca de relacionamento comercial entre China e Brasil.

Boa sorte!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos senhores pares, meus colegas Senadores, que votem favoravelmente à indicação do Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Quero agradecer a relatoria do nobre Senador Nelsinho Trad, que, com precisão cirúrgica, fez um resumo objetivo do indicado, o Sr. Embaixador Marcos Galvão.

Portanto, dando continuidade aos trabalhos, concedo agora a palavra ao Sr. Embaixador Marcos Galvão, indicado para exercer o cargo de Embaixador na República Popular da China e cumulativamente na Mongólia.

V. Exa. dispõe de 15 minutos.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, que está aqui enquanto a Senadora Kátia Abreu, Presidente, brevemente se ausentou. Agradeço ao Senador Nelsinho Trad o relatório, as palavras generosas e o respaldo à minha indicação. Eu saúdo as Sras. e Srs. Senadores presentes aqui ou a distância, os colegas do Itamaraty que me ajudaram na preparação e todos aqueles que nos assistem nesta tarde – afinal, trata-se aqui também de prestar contas aos cidadãos e ao contribuinte.

Eu quero repetir o que disse nas três ocasiões anteriores em que fui sabatinado na Comissão de Relações Exteriores: para mim, tem um significado muito importante como servidor público e como cidadão me submeter ao crivo e à decisão do Senado. É algo que fala alto sobre a Nação a que me orgulho de pertencer. Sempre me emocionei por ser parte deste País. Eu entrei no serviço público porque eu me emociono por ser brasileiro, acredito no Brasil. Dentro do que eu posso modestamente fazer, eu escolhi o serviço público para tentar modestamente contribuir neste ofício a fazer o Brasil andar para frente e sobretudo a ajudar a sorte dos mais pobres.

Antes de entrar propriamente na substância de minha exposição inicial, eu faço questão de dizer que, se eu vier a merecer aprovação do Senado, será, como disse o Senador Nelson Trad, um desafio honroso e motivo de grande realização profissional ser embaixador do Brasil na China. Eu agradeço, portanto, ao Ministro Carlos França e ao Secretário-Geral Fernando Simas Magalhães a proposição de meu nome ao Senhor Presidente da República.

Se vier a merecer a aprovação do Senado Federal, será um privilégio para mim suceder no posto a Paulo Estivallet de Mesquita, um grande diplomata, um grande Embaixador, cujo trabalho em várias posições-chave eu tive a chance de acompanhar durante muitos anos no exterior e também no Brasil.

Passando à China, hoje, mais do que nunca, a China está no centro das atenções, como se fosse necessário dizer isso. Basta acompanhar o noticiário aqui no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. Está no centro das atenções, porque o crescimento vertiginoso da economia chinesa passou a fazer parte, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um peso cada vez maior, da vida econômica da maioria dos países em todos os continentes. Na verdade, a maior transformação em curso na ordem internacional e na economia global é a ascensão da China. Uma ascensão que aconteceu com rapidez e intensidade sem precedentes. E esse é outro motivo principal para o fato de as atenções estarem voltadas para China.

Embora as relações internacionais não sejam um jogo de soma zero, embora a ascensão de um país não signifique necessariamente o declínio ou perda para o outro, mudanças dessa magnitude e velocidade naturalmente geram preocupações, reações e tensões. E nós estamos justamente em um momento de reacomodação e rearranjo da convivência internacional.

Esse é o ambiente em que todos os países, inclusive o Brasil, devem atuar de forma a maximizar oportunidades para o seu desenvolvimento e minimizar riscos de eventuais efeitos colaterais.

A Diplomacia brasileira não é marinheira de primeira viagem em grandes ondas de transformação. Dito isso, cabe ter presente que essa é uma onda sem precedentes, singular, e o Brasil terá de continuar a participar dessa mudança, com benefício para a realização das aspirações de nossa sociedade. E é o que o nosso País tem feito até agora, destacadamente na área do comércio, mas também em outras, como investimentos e cooperação científico-tecnológica e espacial.

Vale a pena mencionar alguns dados. E, no caso, vou a 1997, porque, na tabela do Ministério da Economia, é a primeira vez que se usa uma metodologia nacionalmente unificada e a nomenclatura comum do Mercosul. Naquele ano, em 1997, a corrente de comércio entre o Brasil e a China era de US$2,25 bilhões. O Brasil exportava US$1,1 bilhão e importava um pouquinho mais; tinha um déficit de US$71 milhões – em 1997.

Em 2020, como o Senador Nelsinho Trad mencionou, nós exportamos US$68 bilhões, e o intercâmbio bilateral chegou a nada menos de US$102 bilhões, apesar da pandemia, com um saldo de US$33 bilhões a favor do Brasil. Também no ano passado a China respondeu por 32% de nossas exportações, 22% das importações e, assim, por 28% do comércio total, de longe o nosso primeiro parceiro comercial, posição que ocupa desde 2009 como país individual. Até 2016, a União Europeia, como conjunto, ainda era o maior parceiro do Brasil.

De janeiro a outubro deste ano, 2021, as vendas do Brasil para a China já superaram US$77 bilhões, o que é um crescimento de 32% em relação ao ano passado. E o comércio nos dois sentidos chegou a US$115 bilhões, um aumento de 34%.

Também é muito relevante que a China seja hoje responsável por nada menos do que dois terços do nosso superávit comercial. Para ficar apenas nas exportações do agronegócio brasileiro – e essa seria, se eu merecer a aprovação do Senado, a minha quarta chefia de posto relevante para o agro brasileiro, depois de Tóquio, OMC e União Europeia, agora a China –, vejam alguns números poucos mais. Em 1997, a China absorvia 3% das vendas do agro brasileiro; a União Europeia, 40%; e os Estados Unidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15%. De janeiro a outubro deste ano, a China comprou 36% das exportações do agro brasileiro, enquanto a União Europeia absorveu 15%, e os Estados Unidos, 7%. No mesmo período de 2021, nos primeiros dez meses do ano, os chineses compraram 58% de nossas exportações do complexo soja, 36% das exportações de carnes – a União Europeia e os Estados Unidos, em torno de 4% cada um –, 24% dos couros e 23% dos produtos florestais, neste caso apenas superado pelos Estados Unidos.

Especificamente para as nossas exportações de carne, este ano a China comprou 54% da carne suína, o que equivale a mais ou menos 16% das importações chinesas; 48% da carne bovina, mais ou menos 41% das importações chinesas; e 17% da carne de frango.

No minério de ferro, a participação da China em nossas exportações totais foi de 74%; e, nas vendas do petróleo, 58%. Também para esses dois produtos, é o nosso maior mercado de exportação.

Olhando pelo lado das importações chinesas e usando dados chineses, da Administração de Aduanas, que é uma agência com nível governamental, em termos da posição relativa do Brasil como mercado fornecedor, o Brasil respondeu por praticamente 70% da soja comprada pela China, 79% do açúcar, 34% da celulose e 21% do minério de ferro importado pela China de outros países.

O Brasil é o maior fornecedor de produtos agrícolas da China desde 2017, e no comércio, como um todo, ocupa a oitava posição como fonte das importações chinesas. E também como fonte de importação, como disse o Senador Nelsinho Trad, está ali, pau a pau com os Estados Unidos, como primeiro investidor no Brasil desde o começo do século, praticamente. Na carteira do PPI, por exemplo, a China é o primeiro investidor e responde por praticamente um quarto da carteira.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Qual é o primeiro lugar? O Brasil é o oitavo?

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Estados unidos. Não, o Brasil é o oitavo. O Brasil é o oitavo fornecedor.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Fornecedor. E o primeiro, Estados Unidos?

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Estados Unidos. Agora eu não tenho certeza, Senadora. Esse dado me escapou. É muito número. É a União Europeia ou Estados Unidos, mas eu não me lembro qual. Depois...

Como fonte de investimento, então, na carteira do PPI, a China tem um quarto e ocupa o primeiro lugar. Segundo o trabalho do Conselho Empresarial Brasil China, há investimentos chineses em 23 das 27 unidades da Federação brasileira. Até o presente, esses investimentos têm se destinado, em grande parte, a atividades e instalações já existentes. Isso pode ter um papel positivo e importante, mas é importante que também esses investimentos se dirijam a novas atividades e à criação de novas infraestruturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, antes de entrar no planejamento estratégico, a China, embora tenha uma matriz energética muito menos limpa do que a nossa, está fazendo um enorme esforço e progressos importantes no sentido de aumentar o recurso a fontes renováveis, como energia solar e eólica e produção de veículos elétricos. Há um grande potencial de investimentos nessa área e, sobretudo, um enorme potencial para troca de experiências e tecnologia entre os dois países.

Eu passo ao planejamento estratégico, planejamento estratégico cuja elaboração eu agradeço ao Departamento de China no Itamaraty, chefiado pela Ministra Claudia Santos, sob a chefia da Embaixadora Márcia Donner. Eu me permito dizer – e depois o Senado poderá discordar, isso já está *online* – que é um trabalho primoroso, um texto longo, de 24 páginas, que eu vou tentar resumir aqui, brevemente, mas essa é uma iniciativa da Senadora, que dá ao cidadão a possibilidade de depois cobrar – inclusive lá estão os parâmetros de aferição de desempenho – de nós indicados se fizermos ou não fizemos o que podíamos fazer. E como a própria Senadora reconhece, esse cumprimento não depende apenas de nós nas relações internacionais, mas, sim, depende do outro, mas coloca uma meta de cumprimento e de aferição de desempenho.

No caso da Mongólia, onde cabe a Embaixada em Pequim representar o Brasil, são objetivos estratégicos do diálogo bilateral: identificar oportunidades de comércio, investimento; estimular iniciativas no campo bilateral e promover a imagem do País, bem como de produtos e cultura brasileiros. E eu vou mencionar as metas prioritárias, algumas metas prioritárias aqui, mas, antes de passar às metas prioritárias, eu quero dizer que essas metas, na maioria dos casos, não são novidades, elas são linhas de continuidade, sempre renovadas, naturalmente. Eu sempre digo que, como eu já tenho 40 anos de serviço público, o servidor público tem que ter a modéstia de saber que o bom servidor não precisa inventar a roda e reinventar a roda. Justamente o problema do serviço público é falta de continuidade. Então, nós temos que ter orgulho na continuidade. Então, eu tenho orgulho de dar continuidade ao que o meu colega Paulo Estivallet vinha fazendo muito bem e aqueles que antecederam a ele faziam em Pequim. Então, queria dizer isso.

Uma primeira meta prioritária na área de promoção do comércio é incrementar e diversificar o comércio do agronegócio na China, e o programa de trabalho enumera diversas atividades nesse ponto, entre elas gestões continuadas junto ao Governo chinês e, muito importante, isso a Senadora Kátia conhece muito bem, habilitação de estabelecimentos brasileiros; organização de visitas do setor privado quando isso vier a ser possível, depois da pandemia; interlocução com importadores chineses; etc.

Outro objetivo recorrentemente mencionado é promover a exportação de produtos de maior valor agregado ao mercado chinês, inclusive do agronegócio, assim como de serviços de provedores brasileiros. Isso é algo que, saindo do estilo que caberia a um diplomata, Senador...

E acho que diplomata também tem que falar claro. E eu fui professor de linguagem profissional no Itamaraty, e aqueles que foram meus alunos sabem que eu sempre disse que diplomata precisa falar como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer um, como brasileiro normal, para que o outro lado entenda. Nós somos servidores públicos, temos que prestar contas ao servidor público e não falar numa linguagem hermética, apesar de que isso também, em linguagem diplomática, é uma caricatura que se faz a nosso respeito. Nós não somos essa caricatura que nossos tios... Quando eu chegava em Natal, meus tios: "Ah, lá vem o diplomata, eu não tenho copo para diplomata". Isso é tudo uma invenção. Nós somos servidores públicos que trabalhamos pelo interesse do Brasil e para isso somos pagos inclusive pelo contribuinte.

Mas, sobre a exportação de maior valor agregado, não adianta Governo ficar falando disso. Não é o Governo que fará isso na China nem é o Governo chinês que vai nos conceder isso. É preciso que nossa iniciativa privada chegue à China com produto, como me lembrava ontem o Paulo, com produto, com preço, com marca, com competitividade. Aí, sim, é óbvio que cabe ao Governo ajudar com inteligência comercial, apontar caminhos, apontar oportunidades, mas nós não vamos vender produtos de maior valor agregado nem à China nem a ninguém se nós não tivermos esses produtos e não formos capazes de produzir esses produtos – desculpem o pleonasmo – de maneira eficaz e competente, e associando isso a uma marca Brasil que terá que ser transformada cada vez mais numa marca positiva e expressão de um *soft power* que nós temos que desenvolver.

Nós temos que promover a abertura do mercado chinês para exportação de produtos vegetal e animal do Brasil. Eu, anteontem, tive uma longa reunião no Ministério da Agricultura com a equipe do Orlando Leite Ribeiro, em que ele me deu uma enorme lista de coisas que estão pela frente em termos de trabalho: aumentar a captação de investimentos chineses no Brasil, como eu já disse, inclusive no PPI; e algo que é importante, tanto sobre política econômica como sobre política não econômica: acompanhar e informar sobre políticas econômicas chinesas ou desdobramentos no país que tenham repercussão na área econômica brasileira. E essa é uma função chave da diplomacia: informar e analisar é uma das atribuições da diplomacia, e isso se torna mais importante quando se trata de um país cujas políticas têm um impacto cada vez mais global e, no caso do Brasil, pela densidade do nosso intercâmbio comercial e de investimentos, com consequências diretas e indiretas que afetam a vida de brasileiros e de nossas empresas.

Há muito tempo, na história econômica do Brasil, o que acontecia num único país, e eu estou falando da China, não fazia tanta diferença para um país como nós, e para o mundo. O mundo olha para o que está acontecendo com a economia chinesa, para a velocidade da economia chinesa, para o rebalanceamento que eles estão fazendo. Não dá para... O mundo, a política e a economia não são estáticos; a gente trabalha com realidades dinâmicas. A China não ia continuar crescendo sempre no ritmo que vinha crescendo, com os mesmos insumos com que vinha crescendo e comerciando nas exatas proporções com todo mundo. E nós temos de ser capazes, como temos sido, de lidar com uma realidade dinâmica. Nem tudo que existe durará para sempre, a começar por nós próprios, então, é preciso que nós sejamos capazes de não temer a mudança, a gente precisa ser capaz de trabalhar com a mudança. E também na China haverá mudança, e os chineses estão pilotando essa mudança. Nós vamos ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pilotar um mundo que é afetado por essa mudança, pilotar a presença econômica do Brasil e a nossa relação com a China.

Na área de política bilateral, o óbvio, não é? É contribuir para o fortalecimento da parceria estratégica com a China; facilitar as relações; implementar o diálogo parlamentar, já aqui mencionado também pelo Senador Nelson Trad; contribuir para nossa atuação conjunta, no que seja interesse comum, em organismos internacionais e em instituições – isso é algo que a Senadora conhece bem –, com o New Development Bank, o chamado Banco dos Brics, e a agência do Banco Asiático de desenvolvimento e Infraestrutura; também divulgar o Brasil. O Brasil é basicamente desconhecido na China, mas o Brasil não é o único país desconhecido na China; outros países também enfrentam esse desafio de se tornarem conhecidos na China.

Nós temos de promover duas áreas que são muito promissoras na cooperação com a China e que são correlatas: cooperação na área de ciência e tecnologia e, correlatamente, cooperação na descarbonização da economia, porque a China, embora tenha uma economia muito mais carbônica e carbonizada do que a nossa, está mais adiantada do que nós no processo de descarbonização, então, eles têm a aprender conosco e nós temos a aprender com eles. Nossos estabelecimentos científicos e tecnológicos têm experiências a trocar, e temos de cooperar na área científica tecnológica não apenas nisso. A China está decolando tecnologicamente também. Infelizmente, a pandemia, pela desestabilização que trouxe em cadeias de suprimento, gerou impulsos de autossuficiência e de substituição de importações, que também são uma parte dessa nova equação com que nós estamos lidando e à qual nós temos de responder.

Por fim, Senadora, para encerrar – eu estourei meu tempo e eu lhe agradeço –, na área de... Eu falei aqui, eu me entusiasmei, eu sinto a responsabilidade que eu tenho nos meus ombros e não me intimido por ela, não, ela é um incentivo para mim. Também na área de saúde, a parceria com a China e a relação com a China foi fundamental para o Brasil – e continua sendo – no enfrentamento da pandemia da covid-19. O Brasil foi, depois dos Emirados Árabes Unidos, o segundo destino de IFAs exportados pela China. A China está fazendo um esforço, como o Brasil também está, de desenvolvimento de imunizantes e de antivirais e outros medicamentos. Não há razão nenhuma para nós não colaborarmos nessa área, pelo contrário – com eles e com outros países. O Brasil nunca teve "excludências" nas suas relações internacionais e nem tem por que ter. E não caiamos na ideia de que o mundo vive uma guerra fria, não vamos aplicar uma nova guerra fria, ideias que pertenciam a décadas atrás, num mundo onde elas já não cabem. Uma prova disso é o forte entrelaçamento que existe entre as economias chinesa e americana.

Então, nós estamos diante de um mundo desafiador, de um mundo que se está renovando, o Brasil tem muitos desafios a vencer, e ter relações densas, sólidas e diversificadas com a China e com todos os demais parceiros, como já vem sendo, com certeza é parte essencial do enfrentamento e da contribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nosso convívio internacional e nossas relações internacionais podem dar ao desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Senadora, e mais uma vez obrigado pela paciência e pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador. Com a experiência que V. Exa. tem, ao longo de sua carreira, eu tenho a convicção de que vai conseguir melhorar ainda mais a nossa *performance* com a China.

Eu queria apenas fazer dois comentários: primeiro, nós representamos 4% de tudo que a China importa, que dá aí o oitavo lugar. A China promete e, quando a China promete, não é só uma promessa; a China faz e cumpre. O Governo cumpre planejamento: "Vamos levar 500 milhões de pessoas para a classe média; trazer 300 milhões de chineses do campo para a cidade". Fazem. Fazem e já fizeram. Então, eles estão com uma perspectiva, nos próximos dez anos, de dobrar as importações chinesas. Então, se nós continuarmos com 4% apenas das importações da China, nós já vamos crescer junto com a China o dobro, em valores nominais. Agora, será que é possível nós sairmos dos 4% e passar para 6%, 8% dessas importações? Porque isso, nas contas superficiais de alguns especialistas, só esse dobro de importação já dá quase uma reforma da previdência por ano, certo? Agora, imagine se a gente sair da posição de 4% e passarmos numa meta para 6%, nesses dez anos, e depois 8%?

Então, eu imagino, Embaixador, que, com a sua experiência e interlocução maravilhosa, em que setores isso poderia ser feito? Em quais áreas empresariais nós devemos apertar o jogo? "Não, Senador, eu acho que na carne bovina já está muito" – um exemplo. "Eu acho que na área de frutas poderia ajudar a complementar isso aqui".

Então, eu imagino que a gente poderia programar até mesmo um estudo complementar – se o senhor precisar, na embaixada, nós vamos articular para isso –: como atingir mais 2%, como atingir mais 2%; pelo menos dobrar esse percentual nesses dez anos. É como o senhor falou: "Meta é meta". Eu adoro meta, gente. Meta te estimula, meta te dá vontade de trabalhar.

Então, eu sei que não é só o agro, claro, nós temos que trabalhar pelo Brasil inteiro: como isso poderia ser feito? Não é uma resposta para agora, mas é um questionamento que, se eu fosse para o seu lugar, eu iria trabalhar também nessa direção. Essa é uma resposta para a gente depois falar sobre isso.

A outra coisa é uma pergunta: eu estou muito preocupada com esse cessar de intrigas entre o Brasil e os Estados Unidos, não porque está cessando a intriga – a intriga cessar é boa –, mas com as consequências disso. Eles têm um *prelisting*, abriram 2 mil frigoríficos nos Estados Unidos. Nós estamos esperando a nossa última abertura – mais 50 que nós estamos esperando? – e a reabertura do que foi fechado. Então, muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de nós sermos o maior fornecedor da China, nós temos tido muitas dificuldades. Eu quero aqui registrar que uma das perdas que nós tivemos – enormes, na minha modesta avaliação, Embaixador. Não precisa comentar se não quiser – foi na negociação do 5G. Todo mundo sabe que eu fui uma grande lutadora pelo 5G e para não restringir a China, que tem a melhor capacidade de custo, com o custo mais baixo – tanto o é foi o motivo todo da minha indisposição com o antigo Chanceler. O 5G estava caminhando, Ministro, e ele, nessa guerra contra a China, não se sentou com a China: "Vocês querem o 5G?". "Queremos.". "O que a gente pode fazer para melhorar a nossa parceria comercial?". Não é uma chantagem, não é uma ameaça, é uma negociação, certo? Então, você está dando um grande benefício a um País, e o que o Brasil, além de ganhar um custo baixo, ótimo, consequência da tecnologia deles... Mas a minha pergunta é: será que não foi pouco? Será que, na hora de negociar a não restrição da China, nós não poderíamos ter avançado um pouco mais de uma flexibilização e de um tratamento de um cliente excepcional, que já mostrou que tem sustentabilidade, que já mostrou que tem confiança? Será que nós ainda merecemos esse tratamento da China?

Eu sou, nas redes sociais, tratada, principalmente pelos bolsonaristas, como a "rainha da China", que eu protejo a China, que eu bajulo a China. Não; eu sou pragmática. Quem compra do meu País, quem tem confiança no meu País merece toda a minha consideração e respeito. Agora, isso não vai me tirar o foco das falhas e do tratamento que a China tem dado, de forma desigual, nessas outras questões.

Então, China e Estados Unidos brigam muito. Estavam brigando até um dia desses. Deu um *prelisting* de 2 mil frigoríficos. E nós estamos aqui a pelejar e não temos um *prelisting.* Não temos a aprovação de *prelisting*. *Prelisting*, para aqueles que estão nos assistindo na TV Senado, é uma autorização automática de funcionamento das fábricas frigoríficas. Então, o nosso não: tem que vir, tem que visitar, tem que fazer a viagem, ou remota; é toda uma dificuldade, planta por planta, não é por empresa, Ministro Carreiro. Se eu tenho dez frigoríficos, o dono da JBS, com dez frigoríficos, tem que visitar um por um e ir liberando um por um. Não tem problema. Agora, *prelisting* para uns e para nós... Nós não somos um cliente de ontem; nós somos um cliente já de muito tempo, um parceiro de muito tempo.

Então, eu vejo essa paralisia na importação, nessa reabertura da carne bovina depois de uma denúncia que nem verdadeira era porque não era vaca louca – não é isso? Não era vaca louca, já ficou constatado. Então, esse tratamento de inferioridade que nós estamos recebendo eu não acho compatível. É a minha esperança com a sua chegada lá... Não que o Ministro atual, Paulo, não tenha feito o seu esforço, mas um chegante é sempre mais um impulso, novos argumentos, novas lutas, relacionamentos. Então, isso me intriga demais. Eu sou uma admiradora, tida como bajuladora de China, e vejo isso acontecer com o meu País. Eu fico indignada. Já fui dez vezes à China, Ministro – dez –, justamente para, no meu tamanhinho que sou, tentar melhorar essas relações, mas eu acho que está muito desigual. Principalmente na pandemia, agora pós-pandemia, nós fomos os grandes compradores de vacina da China, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiríssimo lugar, fabricamos aqui no Brasil. Eles nos serviram? Serviram, mas nós também acatamos a vacina no Brasil, coisa que alguns países demoraram um pouco, certo?

Então, eu acho que precisa de uma modelagem aí, está faltando um aperto de rosca, que eu não consigo entender ainda o que é. Então, se V. Exa. tiver sucesso nisso, eu agradeço muito.

Então, a pergunta específica é: qual a natureza desse acordo China-Estados Unidos e até que ponto isso pode nos prejudicar?

Já está prejudicando, na verdade.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Só pra dizer talvez para as pessoas que estão nos acompanhando, a Senadora se refere ao que foi comumente chamado de acordo da fase 1, de janeiro de 2020 – estou olhando ali para o Paulo para me certificar de que eu não estou dizendo besteira, porque todos nós podemos errar e erramos –, que resultou num compromisso de compra, foi parte de um fazer as pazes entre os dois. Não chegaram a fazer as pazes, mas, para acalmar um pouquinho as coisas, eles fizeram um acordo em que, entre outras coisas, na área agrícola, se previa o aumento de compras pela China de produtos do agroamericano e também aberturas na área sanitária e fitossanitária, o que gerou esse *prelisting* de mais ou menos mil estabelecimentos exportadores americanos.

Por enquanto, Senadora, os números do comércio não indicam prejuízo para nós. O comércio continua crescendo para todos e, em várias áreas, inclusive nas vendas de soja, a nossa competitividade em relação ao concorrente americano, que é o nosso grande concorrente em soja e outros produtos na China, aumentou. Então, por enquanto, nós não perdemos. Mas esses são os riscos de duas coisas, Senadores, em duas áreas que não nos interessam, duas evoluções que estão acontecendo no mundo. Não adianta a gente fazer de conta que essas coisas não estão acontecendo no mundo e continuar a ler manuais de economia que pregam certas coisas que não correspondem mais à realidade.

Em primeiro lugar, quando eu disse que não nos interessa uma guerra fria, é porque quando os dois brigantes da guerra fria resolvem fazer as pazes, às vezes, essas pazes se fazem às custas de outros amigos, e, no caso nosso, nós já poderíamos ter perdido o espaço. Por enquanto, ainda não o perdemos, mas sim... E a outra coisa é que nós estamos, como eu disse, num mundo crescentemente de comércio administrado. Esse acordo não é exatamente um monumento à OMC e às regras multilaterais. O comércio é basicamente administrado como se fazia tempos atrás com outras grandes potências. Então, é mais uma expressão de que não nos interessa um mundo de brigas, porque, quando os grandes vão fazer as pazes, os maiores... Grandes nós somos, mas, quando os maiores vão fazer as pazes, nem sempre têm muita consideração com os interesses dos demais. Então, isso é algo importante.

Quanto ao que a senhora me disse sobre a sua disposição de que o setor privado e o Parlamento, etc., identifiquem, por exemplo, produtos que podem ser vendidos para a China, isso é essencial. E é essencial, Senadora, porque diplomata é político, a nossa atividade é uma atividade política; sobretudo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida que nós ascendemos na carreira, a nossa atividade é uma atividade política, não é uma atividade técnica. Nós somos políticos não eleitos, legitimados pelo comando de pessoas que são eleitas para comandar. E é importante que os nossos interlocutores lá vejam que nós temos respaldo da capital, do setor privado, do Governo, do Parlamento. O agente diplomático...

Todos os países têm embaixadas aqui. Elas estão aqui reportando esta reunião de hoje, todo mundo está acompanhando, e a notícia chega lá. Se a pessoa que está lá não tem o respaldo daqui, ela vale muito menos lá. Então, é importante que nós tenhamos aqui respaldo, subsídios, e que, quando nós falarmos lá, as pessoas lá se deem conta de que essa pessoa fala realmente em nome de alguém daqui e não é apenas um burocrata que está solto lá, cumprindo uma função burocrática.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Em resumo, ele quis dizer – eu vou traduzir... Ele quer dizer o seguinte: se o embaixador não tiver prestígio no país dele, o país local, o governo local não dá nem confiança, nem recebe, nem atende ao telefone. Então, não adianta se matar por lá e não ter sintonia de cá. Não há condições!

Então, nós precisamos reestruturar isso, dar um serviço de inteligência para esses embaixadores, porque eles não têm bola de cristal, não. Então, precisa-se de eficiência, de diálogo; agora, precisa-se de um serviço de inteligência no Itamaraty, com a maior urgência possível, em termos de estudos, de pesquisas, para que a gente possa ter...

Por exemplo, eu queria saber se o Itamaraty, hoje, tem ou já teve... Quais são os produtos para nós aumentarmos o percentual de vendas para a China? Eu tenho certeza absoluta de que não tem.

O Chanceler, eu não o estou isentando, não, mas ele chegou não faz nem um ano. Eu estou falando de um modo geral, entendeu, Ministro? Estou falando de um modo geral. O Brasil já não tem planejamento em nada mesmo, mas não custa reclamar. Como estou na CRE, eu tenho que reclamar do Itamaraty e do MRE; não posso reclamar de outro lugar.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Ministério da Agricultura, do Sr. Orlando e da Tereza Cristina, poderia, sim, também ser um instrumento de inteligência para fornecer ao Itamaraty.

Vocês conhecem a capacidade de produção do Brasil, vocês sabem o que podemos fazer e o quão somos capazes aqui. Agora, é preciso estudar o consumo lá, combinar uma coisa com a outra. E eu sei que isso não existe. É por isso que a gente não produz mais do que produz hoje. Não falo de produzir produto físico, mas de dinheiro, troca comercial.

Então, é muito importante o que o senhor disse. Quantos diplomatas há na China?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Na embaixada, há – não é, Paulo? – dezessete ou dezoito e dois adidos agrícolas. E temos uma capacidade razoável, Senadora.

Se a senhora me permitir fazer duas observações...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Capacidade razoável de quê?

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – De pessoal.

Eu diria...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dezessete mais dois? Você acha razoável?

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Quanto é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Mais dois adidos agrícolas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Mais três consulados, a caminho de serem quatro.

Se a senhora me permitir, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, aqui são 20 – vamos arredondar para 20, certo?

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Um pouco mais.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O consulado trabalha com passaporte, com o pessoal que mora no local. Eu acho que os nossos consulados que estão sendo abertos lá deveriam ser muito mais comerciais do que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Foi o que eu discuti no início da fala do Chanceler, foi exatamente isto: esses consulados poderiam trabalhar na área comercial e não só na área de visto e de passaporte

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Eles têm setores, Senadora, de promoção comercial e de ciência e tecnologia, o que é, inclusive, uma coisa importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, se a senhora me permitir, eu queria dizer que, quando eu me referi a apoio da retaguarda, eu me referi, sobretudo, a apoio político. É importante que, por exemplo, as embaixadas que estão nos vendo hoje vejam o respaldo que a senhora dá – e a senhora tem dado – à atividade diplomática, à nossa interlocução e à retaguarda com o setor privado, para que o setor privado também nos apoie.

Nós até sabemos de muitos produtos que nós podemos vender lá, como, por exemplo, a senhora mencionou, frutas, e é verdade, temos uva e abacate. É que há uma fila grande de protocolos fitossanitários, que estão em mais... São dezenas de produtos que estão na fila para liberação para exportação para a China. Então, mais ou menos, sobretudo na área de agro, nós sabemos.

Na área industrial, isso é menos evidente, porque nós temos uma indústria, sobretudo, mais voltada para o mercado interno. Na área do agro, se a senhora pedir, o Orlando pode lhe dar. Nós temos uma lista enorme e nós sabemos o que está na fila. Infelizmente a fila está andando devagar.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Antes de dar a palavra para o Senador Anastasia, que sempre contribui excepcionalmente com a nossa Comissão, eu perguntei quantas pessoas estão lá, e isso foi só para provocar mesmo. Eu gosto de provocar. Eu gosto de irritar.

Então é o seguinte, isto é para sair do lugar. Olhe só, quantos por cento do nosso comércio vai para lá? Quase 40%, certo? Quase 40%. Então vamos ver como é que está distribuída a diplomacia brasileira. Mudou. Nós tivemos a Europa como principal foco, os Estados Unidos é um grande parceiro comercial. Agora, da Europa, foi transferindo para Ásia, certo? Só que a diplomacia ficou no mesmo lugar.

Repito, não estou falando de um governo, gente, estou falando do Brasil, de vários governos. Então, você está vendo o comércio fazer isso, Anastasia, olhe, mudando o globo, e ninguém faz nada. A diplomacia está estática. Então espere aí um pouquinho, vamos ver como é que é isso aqui. Na Ásia inteira, você está me dizendo, e eu acredito, que lá nós temos 17 diplomatas, um corpo total de 70, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – De administrativo e tudo mais? Setenta pessoas, mas diplomatas, 20. Não, são 17, não são 20, não, porque dois adidos agrícolas não são diplomatas.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO (*Fora do microfone*.) – Não, são 20 ao todo. Com os dois...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vinte ao todo, 20 ao todo, Anastasia, 20 ao todo. Então é o seguinte: na Europa Ocidental, há 254 diplomatas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo? Na América do Sul, 122; na América do Norte, 137; e na Ásia toda, que já vende... Nós já vendemos, para todos os países da Ásia, muito mais do que vendemos para a Europa, certo? Muito mais.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Quantos diplomatas na Ásia?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Na Ásia? Cento e quinze. Na Europa, 254, sendo que 20 estão na China. Não estou entendendo essa conta aqui, porque, se 20 estão na China, onde é que estão os 115?

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA (*Fora do microfone*.) – São 20 na Embaixada. Há também os dos Consulados em Xangai, Hong Kong e Cantão, na China.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Aí o total dá quanto, Embaixador?

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA (*Fora do microfone*.) – No Japão, há no Japão também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, há Japão. Ah, aqui está incluindo Japão e tudo, é Ásia. Então vai até o Japão, tá, gente? Vai até o Japão. Eu me esqueci de mencionar. Está certo.

Então, Europa Oriental, 64; Oriente Médio, 59, lá está crescente, o Oriente Médio é um mercado bom para nós. Então eu não estou me ressentindo, eu não estou querendo, não estou propondo aqui diminuir; eu quero é aumentar onde precisa. E se remoção tiver que ser feita, precisa ser feita.

Então o que foi que aconteceu, Anastasia? Quando nós aprovamos aqui a PEC da bengala e acrescentou o Itamaraty, acabou o Itamaraty. Prejudicou enormemente, porque ninguém se aposenta, não há vaga, entendeu? Não há espaço para fazer essas modificações, porque quem está, está e não quer mudar de lugar. Então não foi positivo para o Itamaraty. Pode ter sido para outros lugares. Tanto é que hoje eles estão com uma crise na carreira, que quem está começando pode desistir: vai morrer sem chegar a ser embaixador. Isso é o grande desafio do Chanceler hoje. Ele tem que fazer uma mágica para modificar isso. Então ninguém vai entrar na carreira mais, certo?

E nós precisamos ter embaixadores contribuintes, como o Carreiro, que vai acrescentar e vai ajudar. No mundo inteiro funciona assim. Não é só diplomata que é embaixador. E chanceler, o Brasil talvez seja o único que tem um Chanceler da carreira. No mundo inteiro não há, é fora da carreira. Eu não estou reclamando do nosso, não. Estou só citando e mencionando como funciona no mundo, para justificar, por exemplo, a ida dele para Portugal. É mínimo. No mundo inteiro são vários que vão. Então, não pode haver um preconceito. Então, se for colocar gente de fora, aí que vai a vaca com a corda e tudo, não cabe. Então, são desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha reclamação – e eu já falei isso para o Chanceler – é que precisam ser tomadas providências. Como vai para lá esse povo sem uma parceria com o setor empresarial, com a iniciativa privada? Nos Estados Unidos há mais de 2 mil lá, gente, e fazem parceria com a iniciativa privada, principalmente na contratação dos locais. Então, eu fico muito triste. Era 1 bilhão por ano e nós estamos vendendo 1 bilhão a cada 60 horas. Precisa de gente, não é, Embaixador? Precisa de gente para ficar trabalhando o país inteiro e não só Pequim.

Então, por favor, Senador Antonio Anastasia, com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, meus cumprimentos, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes diplomatas aqui presentes nesta sessão de sabatina, no esforço prévio ao esforço concentrado.

Sra. Presidente, em primeiro lugar, antes de fazer os meus comentários, em atendimento, em resposta ou em observação ao que V. Exa. acaba de mencionar, parece-me que é chegado já o momento – o próprio Itamaraty já manifestou várias vezes – de uma reforma da carreira diplomática no Brasil e da própria lei de serviço diplomático. O Embaixador Marcos Galvão, quando Secretário-Geral do Itamaraty, já propunha essa ideia, porque, de fato, não há dúvida de que V. Exa. tem razão. Há necessidade de uma modernização. Isso é normal em todas as carreiras. E a carreira diplomática, pela sua qualidade, pelo seu perfil, necessita sempre desse aperfeiçoamento, de pessoas preparadas, de pessoas que tenham não só o desempenho intelectual, mas também tenham a vocação para as atividades. Não estou me referindo aos embaixadores, mas ao corpo diplomático do dia a dia, que exerce atividade, desde o 3º Secretário até o Ministro. Então, uma nova legislação relativa ao serviço diplomático brasileiro consolidada – que, aliás, nós não temos – é muito importante.

Então, como é matéria de iniciativa privativa do Executivo, por se tratar de matéria de servidores, rogo que o Governo atual ou o próximo tenha essa sensibilidade, porque, como V. Exa. disse muito bem, o Brasil hoje depende, fundamentalmente, das relações internacionais e comerciais.

E, aliás, já houve um grande alento no momento em que a Apex foi vinculada ao Itamaraty, já foi um ponto muito positivo à época do Governo Temer. Acompanhei muito naquele momento. Tive a honra de ser o Relator daquela modificação e fiz com muito gosto, reconhecendo a importância que era colocar a Apex em comunhão com o Itamaraty, para dar mais um instrumento especialmente na questão do comércio e das atividades econômicas, com insumos, ingredientes e até recursos financeiros, onde, infelizmente, a nossa Chancelaria sempre teve dificuldades. Aliás, nunca foi uma prioridade; tanto é que até recentemente – eu acho que continua até agora, infelizmente – o Brasil é devedor de organismos internacionais, o que cria uma dificuldade para um país do porte do Brasil, que será membro do Conselho de Segurança no próximo ano. Nós temos essa, digamos, situação vergonhosa, embaraçante, pelo menos. Nós ficamos embaraçados com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Pois é. V. Exa. cita 10 bilhões.

Então, eu acho que, de fato, a Presidente tem toda razão nessas observações que faz. Isso dependerá muito de o Executivo tomar essa iniciativa dessa reformulação, inclusive desse rebalanceamento de necessidades. Isso é evidente. Nós comentávamos há pouco que, com referência à China – e comentava com o Embaixador Galvão ontem, na gentil visita que me fez –, que, no passado, os valores, poucos anos atrás, 20 anos, eram valores irrisórios perto do que é hoje. Então, é óbvio que houve uma mudança na centralidade, e isso tem que ser acompanhado também das prioridades que devemos ter. Então, faço só esse comentário em atendimento às observações da Presidente.

Mas eu não posso deixar de fazer aqui, Sra. Presidente – e peço a sua tolerância muito rápida –, os cumprimentos. Primeiro, a todos os diplomatas que estão sendo aqui sabatinados. Durante todo esse período que tenho estado no Senado, sempre tenho participado desta Comissão e sempre sou testemunha da qualidade, da dedicação do Corpo Diplomático brasileiro, de altíssima qualificação e qualidade. Aliás, muito me orgulha, nos foros internacionais a que vou, quando há sempre elogios à qualidade do nosso Corpo Diplomático. Fico orgulhoso. E, nessa sabatina, nós testemunhamos, de fato, essa capacidade, que é notável. Então, faço esse registro e cumprimento a todos.

Pela manhã, estive com as Embaixadoras, numa iniciativa feliz da Presidente de fazer o primeiro momento com as Sras. Embaixadoras, e é muito importante isso, tendo posições também de relevo, pelo que também faço aqui o meu registro.

Quero fazer aqui uma observação à figura do Ministro Raimundo Carreiro. O Ministro Raimundo Carreiro está sendo indicado com extrema legitimidade e, mais do que isso, com justiça e merecimento à embaixada em Portugal, na véspera da efeméride do bicentenário.

Então, V. Exa. terá uma responsabilidade ímpar, como, aliás, mencionou na sua exposição, que será o nosso representante na nossa antiga metrópole, no país que nos deu a língua e o grosso da nossa identidade cultural, mas o fará especialmente com a autoridade moral que tem, como um homem que tem uma trajetória singular no serviço público brasileiro. Serviu durante anos no Legislativo brasileiro, alcançando o posto mais alto da carreira neste Legislativo, como Secretário-Geral do Senado Federal, que é o Colegiado mais antigo da República. Por outro lado, ocupa agora uma função fundamental na nossa jurisdição administrativa, ou seja, num órgão que não é vinculado ao Judiciário, mas que tem aspectos jurisdicionais na sua competência, e o realiza igualmente com imenso esmero, como o Senador Renan Calheiros, Relator de sua indicação, aqui apresentou com imensa justiça e reconhecimento. E, agora, será embaixador, ou seja, exercerá as funções do Poder Executivo. Portanto, é um tríplice coroado: fará uma performance nos três Poderes da República em todas as áreas institucionais e com o mesmo brilhantismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho certeza. Então, desejo a V. Exa. muito êxito, muitas felicidades, muita sorte e, tenho certeza, com a sua competência, uma extrema felicidade e muitos bons resultados.

Não é uma embaixada simples, como sabemos, a de Portugal, mas está entregue, com certeza, nas mãos competentes do Ministro Carreiro, que, além de tudo, soma, como a nossa Presidente sabe e todos os Senadores, uma simpatia invulgar e ímpar. Uma pessoa extremamente amena, muito competente e por quem o Senado tem um apreço muito grande. Não poderia jamais deixar de fazer esses cumprimentos, agradecendo, em caráter pessoal, inclusive, a V. Exa. Quantas e quantas orientações me deu ao longo deste meu mandato, em diversos aspectos, mais recentemente na questão das urnas, pouco atrás na questão da Lei de Licitações, mais anteriormente na PEC do Orçamento de Guerra, temas de que fui Relator. Sempre com uma orientação precisa, reservada, voluntária, graciosa e de extrema boa vontade o Ministro Carreiro me ajudou. Então, quero fazer aqui, de público, esse reconhecimento a V. Exa.

E também queria me permitir fazer, estendendo-me um pouco mais, Presidente Kátia, uma observação ao Embaixador Marcos Galvão, a quem tive a honra de conhecer, primeiro, como Embaixador no Japão, depois, como Secretário-Geral do Itamaraty e, agora, como Embaixador na Comunidade Europeia. É um dos diplomatas que eu mais admiro. Eu quero dizer que o Embaixador Marcos Galvão é o exemplo vivo da tenacidade, da competência, da qualidade da diplomacia brasileira.

Tenho certeza de que esse posto, talvez o mais importante hoje da carreira diplomática brasileira, embaixador em Pequim, é ainda... não é o ápice – aliás, já foi o vice-ministro como secretário-geral. Tenho certeza de que alcançará a chefia máxima, em breve, se Deus quiser, do Itamaraty, porque o merece; porque o Embaixador, além de muito preparado intelectualmente, tecnicamente, com a sua experiência, é um Embaixador dinâmico, trabalhador, dedicado, que não tem hora para parar. É, de fato, uma pessoa especial, e essa referência eu a faço aqui, também publicamente, pela admiração que lhe devoto, no caráter pessoal, e que sempre estará a seu dispor aqui no nosso trabalho.

Então, faço aqui esse registro, Sra. Presidente, e me desculpe por ter me estendido um pouco além, porque acho que é de justiça, porque ...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – ... o Embaixador Galvão exemplifica bem a qualidade do nosso Itamaraty e, ao mesmo tempo, o Ministro Carreiro, de modo tão positivo, é um exemplo vivo da qualidade do serviço público brasileiro – e ele, como eu disse e reitero, é o nosso tríplice coroado.

Muito obrigado a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Anastasia, sempre muito hábil com as palavras, muito sincero. E é um especialista, na verdade, em muitas coisas, dentre elas a questão administrativa, ele é um dos maiores especialistas do Brasil.

E eu, se fosse o Chanceler, consultaria o Anastasia sobre essa possibilidade de mudança na carreira, mesmo porque ele pode ajudar a construir, não tem problema, e o Presidente da República enviar já algo construído de comum acordo.

Então, eu não desperdiçaria nem Carreiro, nem Anastasia e outros experientes diplomatas – inclusive, aposentados –, que poderiam ajudar a fazer essa proposta para o Itamaraty para ser enviada ao Congresso Nacional com muita urgência.

A outra aprovação que nós já fizemos aqui, Ministro Carreiro – e os demais já sabem –, nós aprovamos um requerimento para nós fazermos o estatuto do comércio exterior, juntar todas as leis, vamos incluir a Camex, vamos incluir o Itamaraty participando, o Senado Federal, todos que estão no comércio, nesse arcabouço, para nós fazermos esse estatuto.

Não é mudança de leis. Se quiser fazer pode, se quiser modernizar alguma, pode. Mas queremos juntar tudo, ver se há coisas sobrepostas, coisas repetidas, coisas que já estão atrasadas e retrógradas. Então, isso já está aprovado.

E acho que, como não podemos propor uma reforma administrativa para o Itamaraty, eu deixo aqui, então, uma recomendação ao Chanceler para que ele pudesse usar as melhores cabeças do País e tentar enviar, porque a questão séria deles também é a remuneração, é o teto. Eles recebem em dólar, recebem... moram em lugar em que há dólar, em que há euro. Então, a situação deles é muito angustiante.

Então, eu agradeço. Eu peço à minha assessoria, à Embaixadora Eliana, que peça ao Itamaraty, com riqueza de detalhes, o número de diplomatas por país. Contando consulado e tudo mais, quem está na promoção comercial, quantos estão nas outras áreas, para que a gente fale uma coisa bem firme e transparente, e não seja injusta com as administrações anteriores, porque essa, agora, é muito recente. Então, não dá para criticar.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – A senhora me dá 30 segundos?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, Embaixador Galvão.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO (Para expor.) – Trinta segundos, porque não seria razoável que eu não respondesse ao Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador eu disse, quando eu me despedi da Secretaria-Geral de Itamaraty – e minha mulher e meus filhos pagaram por isso, e meus familiares –, que eu não vim ao mundo a passeio. Eu nem sei se isso é bom ou mal, e talvez eu devesse ter tido um equilíbrio na minha vida mais razoável entre trabalho e o resto.

Mas, para alguém que não veio ao mundo a passeio e que dedicou sua vida – eu estou no Itamaraty há 43 anos, vou completar no dia 29 de janeiro –, o ápice é ouvir algo, um reconhecimento de alguém com a sua estatura, a sua respeitabilidade, a sua liderança política e a sua expressão política no Brasil.

Muito obrigado, Senador.

É com emoção que eu lhe agradeço.

Esse é o único tipo de recompensa que eu tenho na vida.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E não mentiu em nada. Anastasia foi preciso. É um dos maiores Embaixadores que este País tem.

Eu estou com muita esperança. Quando me contaram, e eu liguei tão contente, mas tão contente que, depois, eu falei assim: será que ele está achando bom, meu Deus? Aí eu perguntei: "O senhor está achando bom porque eu estou nesta comemoração toda". Ele falou: "Demais! Demais!". Eu falei: "Então, posso comemorar".

Parabéns! Muito obrigada.

Eu tenho certeza de que será tudo maravilhoso.

O Ministro Carreiro, com certeza, quer encerrar.

O SR. RAIMUNDO CARREIRO SILVA (Para expor.) – Quinze segundos, para mim, são suficientes para, primeiro, agradecer à Comissão, a V. Exa. e, especialmente, ao Senador Anastasia.

Senador, eu vou sair desta Comissão agora e vou levar as palavras de V. Exa. como certificação. Muito obrigado pelas suas palavras, que muito me honram e muito enaltecem o meu trabalho.

O Embaixador falou de quarenta e poucos anos no Itamaraty. Eu estou completando 52 anos de serviço público dedicado ao Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas da União e, agora, vou dedicar, se Deus quiser, se o Senado assim concordar, ao Poder Executivo.

Muito obrigado, Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando seguimento, despeço-me do Embaixador Galvão e do Ministro Carreiro e já convido Antonio José Ferreira Simões e Orlando Leite para tomarem os seus assentos. (*Pausa.*)

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Carlos Viana vai relatar, *ad hoc*, no lugar de Zequinha Marinho, nosso Senador que não pôde aqui comparecer.

Por favor, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu.

Meu boa-tarde aos nossos indicados.

Srs. Diplomatas, sejam muito bem-vindos.

É uma alegria poder participar da sabatina.

Aos Srs. Senadores e Senadoras e a todos os que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, o meu abraço.

Trago, aqui, o relatório da Comissão de Relações Exteriores para o Sr. Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul (Mercado Comum do Sul).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Sr. Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Antonio José Ferreira Simões, nascido em 14 de julho de 1960 no Rio de Janeiro-RJ, é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático e de Altos Estudos, tendo defendido, nesse último, a tese intitulada "A Alca no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica".

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1986, Primeiro-Secretário em 1993, Conselheiro em 1998, Ministro de Segunda Classe em 2003, e Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1993); Assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1993-1995); Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca (1999-2001); Coordenador-Adjunto e Geral da Coordenação-Geral para as Negociações da Alca (2001-2003); assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2003-2005); Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático (2005-2006); Diretor do Departamento de Energia (2006-2008); e Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Itaipu Binacional (2010-2013).

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas – ONU (1995-1999); Embaixador em Caracas (2008-2010); Embaixador em Madri (2015-2018); e Embaixador em Montevidéu, até o momento presente, a partir de 2018.

Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, bem como de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

Ainda em conformidade com preceito regimental, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Aladi e o Mercosul. E, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento à decisão do Plenário desta Comissão, foi juntado o relatório de gestão da Chefe de Posto em final de missão, Embaixador Bruno de Rísios Bath.

A Aladi, estabelecida pelo Tratado de Montevidéu, em 1980, com sede naquela cidade, conta atualmente com 13 membros (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai), sendo o Brasil um de seus membros fundadores. Cuida-se do principal arcabouço jurídico-institucional da integração econômico-comercial na América Latina, que prevê a criação progressiva e gradual de mercado comum latino-americano, mediante os seguintes mecanismos: i) preferência tarifária regional, que é comum a todos ao países-membros e diferenciado conforme o nível de desenvolvimento; ii) acordos de alcance regional, comuns a todos os países-membros; e iii) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.

O Produto Interno Bruto dos países da Aladi é de US$4,069 trilhões O intercâmbio do Brasil com a Aladi totaliza US$49 bilhões. Vale lembrar que a Aladi tem como precursora a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a Alalc, criada em 1960, com o objetivo de conformar uma ambiciosa área de livre comércio na América Latina sob a influência do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Acepal).

Desde a década de 90, as negociações no âmbito da Aladi estão centradas em acordos de alcance parcial bilaterais ou plurilaterais e não em amplas rodadas multilaterais, sobretudo os chamados Acordos de Complementação Econômica, que liberalizaram o comércio apenas entre em alguns países-membros. Nesse processo de integração econômica e comercial da Aladi, o Brasil tornou-se protagonista, tendo celebrado importantes acordos nas últimas duas décadas. Desse modo, a região consolidou-se como espaço de relevância para o comércio exterior brasileiro. E esses acordos servem de instrumento de promoção e consolidação de exportações brasileiras de maior valor agregado.

Sobre o Mercosul, o documento informativo do Itamaraty lembra que o bloco nasceu no início dos anos 90, na esteira da aproximação Brasil-Argentina, ocorrida na década precedente dentro do contexto de redemocratização, reforma econômica e superação das hipóteses de conflito. Em 1991, Paraguai e Uruguai somaram-se às duas maiores economias da região para instituir o Mercosul. Posteriormente, a Venezuela. Além disso, como associados estão: Bolívia, desde 1996, em processo de adesão; Chile, desde 1996 também; Peru, desde 2003; Colômbia e Equador, desde 2004; Guiana e Suriname, 2015.

Os acordos fundamentais do bloco são: o Tratado de Assunção, de 1991, que o criou; o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que definiu o arcabouço institucional dos principais órgãos do Mercosul, bem como a sua personalidade jurídica; o Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias, em 2002; o Protocolo de Ushuaia, sobre Compromisso Democrático no Mercosul Bolívia e Chile, 1998; o Protocolo de Assunção sobre Compromisso para Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, 2005; e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, também em 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista institucional, o Protocolo de Olivos e a instituição do Parlamento do Mercosul são considerados grandes avanços na última década. O estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, em 2005, marcou, por sua vez, nova etapa no tratamento das assimetrias no âmbito do bloco.

Por fim, destacamos os excertos sobre o Focem e Parlasul do Embaixador Bruno de Risios Bath, em final de missão no posto.

Há toda uma série de considerações aqui, Sra. Presidente, que eu peço vênia para que a gente possa deixar; está disponível no relatório. Apenas nos relembra aqui toda a questão do Parlasul, o trabalho que tem sido feito, a importância que ora já é bastante conhecida de todos nós, principalmente já nas carreiras citadas aqui.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, nosso voto é pela aprovação.

Naturalmente, quero dar os parabéns ao Sr. Antonio José Ferreira Simões pela carreira de serviços ao Brasil, aos resultados e principalmente pela indicação ao novo posto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Carlos Viana. É sempre bom ouvi-lo pela competência e pelo tom da voz. Vocês já repararam – não é? – que é uma voz muito especial! Eu quero agradecer a sua presença, o seu empenho e o seu esforço para estar aqui conosco colaborando com esta Comissão como sempre.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Antonio José Ferreira Simões, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES (Para expor.) – Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Relator; Exmos. Senadores; senhoras e senhores; aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelo e-Cidadania, em primeiro lugar, eu agradeço ao Presidente e ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação. Agradeço igualmente a V. Exas. a oportunidade de comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No momento, eu exerço a função de Embaixador do Brasil no Uruguai e assinalo que, na minha gestão, o Brasil, em termos de comércio, é o primeiro supridor do Uruguai e o segundo maior comprador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos produtos uruguaios. No meu período, foi realizada a visita do Presidente Bolsonaro ao Uruguai e a do Presidente do Uruguai, que fez do Brasil o destino da sua primeira visita ao exterior.

A delegação, para a qual fui indicado, foi criada em 1961 para atuar, na época, junto à Alalc, predecessora da Aladi. Em 1981, ela foi transformada em...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, perdoe-me.

Eu queria só anunciar a vinda e o prestígio da presença do nosso Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que fez questão de vir aqui cumprimentá-los por este dia de hoje. Eu passo a Presidência para ele fazer algumas palavras para o nosso público.

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Boa tarde a todos.

Eu confesso que a intenção não era atrapalhar, mas, já que houve a gentileza da Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria apenas de, cumprimentando os nossos colegas Senadores – Senador Carlos Viana, aqui presente, e Senadora Kátia Abreu –, todos os senhores embaixadores e diplomatas, dizer da minha satisfação de poder empreender algo que, de fato, nós tivemos dificuldade de fazer no decorrer deste ano, em razão da pandemia – havendo a necessidade de um esforço concentrado –, mas do qual, agora, com uma certa antecipação do esforço concentrado, pela proatividade e pela competência da Senadora Kátia Abreu na Comissão de Relações Exteriores, nós, então, conseguimos nos desincumbir: a sabatina, a apreciação dos nomes. Na sequência, fica o meu compromisso, como Presidente do Senado, de submeter todos esses nomes ao Plenário do Senado Federal, já no esforço concentrado da próxima semana, que acontecerá nos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro.

Quanto ao mais, desejo muito boa sorte a todos os indicados nas suas respectivas sabatinas.

Ouvi, agora há pouco, os pronunciamentos da Senadora Kátia Abreu e também do Senador Antonio Anastasia, que agora há pouco se pronunciou, e quero aqui apenas aderir a tudo quanto dito sobre a qualidade da diplomacia brasileira, do corpo do Itamaraty, que é motivo de orgulho para todos nós brasileiros.

Então, é esse breve registro, Senadora Kátia Abreu, agradecendo a gentileza de ter me permitido a palavra, devolvendo a palavra e a Presidência a V. Exa. para que possa conduzir, tão bem como faz, o trabalho da Comissão de Relações Exteriores.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, nós estamos com o quórum de mais de 150 pessoas assistindo às nossas sabatinas, chegamos até a 180 antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do almoço. O senhor veja o interesse que as pessoas têm no e-Cidadania em acompanhar a questão do comércio exterior, das relações internacionais do Brasil.

Eu quero lhe agradecer a confiança por nós termos feito hoje, antecipando o recesso... Era, de certa forma, de risco, mas, graças a Deus, os Senadores foram maravilhosos, deu um quórum expressivo, já votaram. Vários já passaram aqui hoje. As sabatinas foram excelentes. Todos apresentaram seus planos de trabalho.

Nós vamos inaugurar, na próxima quinta, tudo isso exposto no *site* da CRE, todo esse material de planejamento deles, que nós aprovamos aqui nesta gestão. Cada diplomata apresenta o seu plano de trabalho para o posto, e tem sido uma aula o que, na verdade, eles têm dado aqui. Vamos ver se, a pedido do Chanceler, a gente consegue fazer mais um mutirão, na semana que vem, para acomodar... Porque é uma coisa curiosa: quando um sai de um posto, você aprova o posto dele e ele tem que sair para o novo posto; aquele que vem para este posto tem que já ser aprovado, porque senão não anda, não roda. Então, de fato, fica tudo estancado, porque um não pode ficar no meio do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Quase precisa de um sistema de computador com algoritmo para poder...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, é impressionante, com algoritmo para poder organizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – ... encaixar, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente. Então, esse outro mutirão é justamente para acomodar uma porção de postos que estão em função desses aqui, senão não avança.

Então, acho que, se houver a possibilidade de nós fazermos na semana que vem, nós podemos convocar mais dez ou terça ou quarta ou quinta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, tem todo o meu apoio, como Presidente, em viabilizar que, no esforço concentrado, a gente possa dar a maior produtividade possível para a Comissão de Relações Exteriores.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu quero recomendar a todos que estão aqui e estão nos ouvindo que procurem no YouTube o pronunciamento do Presidente Rodrigo Pacheco, feito em Portugal, no dia 15/11, na abertura, na aula magna da abertura do seminário do Ministro Gilmar Mendes. Já é o quinto ou sexto seminário que ele faz em Portugal, do maior nível, e o Presidente Rodrigo Pacheco fez a abertura inaugural. Foi uma aula de um estadista, da qual eu fiquei muito orgulhosa. Eu recomendo a todos assistirem. Vale a pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Boa tarde a todos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Perdoe, Embaixador, pela interrupção, mas acho que é um momento de muito prestígio, com a presença do nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Eu não poderia deixar de registrar este momento.

Por favor, continue o seu relatório.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES (Para expor.) – Obrigado, Sra. Presidente. Ao contrário, eu quero dizer à senhora que eu, na verdade, me sinto muito honrado com a vinda do Presidente do Senado, no momento em que eu estou fazendo a minha intervenção.

E quero dizer à senhora que eu não tenho 43 anos de Itamaraty, como tem o colega ali, não; eu tenho só 41 anos de Itamaraty! E, nos meus 41 anos de Itamaraty – esta é a minha quarta sabatina –, eu jamais vi o Presidente do Senado na Comissão. Eu acompanhei várias outras sabatinas também e eu interpreto isso de duas maneiras: primeiro, como interesse, evidentemente, do Presidente do Senado em conhecer o trabalho; mas também eu interpreto como um movimento que a Presidente está fazendo nesta Comissão, que é um movimento extremamente importante, que a gente tem visto. São seminários, são uma série de atividades... Outro dia – eu vou falar do Mercosul aqui –, houve um seminário sobre o Mercosul, importantíssimo, com o Ministro Carlos França, com o Ministro Guedes. Isso é prestígio para o Senado e acaba revertendo dessa maneira.

Então, eu quero dizer, Presidente, que, ao contrário: eu me sinto muito honrado de, enfim, o momento em que fazíamos essa alocução, por uma coincidência, ter sido o momento em que o senhor aqui esteve. O Presidente do Parlamento do Mercosul, o Deputado Russomanno, sempre me fala muito do senhor, do seu trabalho. Enfim, fico muito feliz com essa feliz coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. *Fora do microfone*.) – Boa sorte.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Muito obrigado.

Bem, retomando, aqui, Presidente, a delegação para a qual eu fui indicado foi criada em 1961, para atuar junto à Alalc, que é a predecessora da Aladi. Em 1981, ela foi transformada em Delegação Permanente do Brasil junto a Aladi e, desde 2003, representa, também, o Brasil junto ao Mercosul.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no seu art. 4º, parágrafo único, que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Ou seja, a integração é um mandato constitucional, é uma coisa que está acima, e isso é algo que me deixa muito orgulhoso como brasileiro e como diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao representante permanente junto à Aladi e ao Mercosul, cabe implementar a política externa para os dois organismos, definida pelo Presidente da República, com o auxílio do Chanceler e com as diretivas emanadas das demais instituições do Estado brasileiro, inclusive o Congresso Nacional.

Primeiro, vou falar sobre a Aladi e, em seguida, sobre o Mercosul.

Caso seja aprovado pelo Senado, a missão que terei à frente da Delegação, conforme registrado no planejamento estratégico que foi realizado em coordenação com várias áreas do Itamaraty, será de participar do desenho e da execução das iniciativas negociadoras e de cooperação da Aladi em prol da integração regional, representando os interesses brasileiros nesses âmbitos.

A Aladi é uma instituição pouco conhecida. A Aladi seria, mais ou menos, para a gente fazer uma imagem: o processador de um computador. Então, cada um aqui pode até saber a marca do seu computador, mas, certamente, não saberá a marca do processador do computador. A Aladi é aquele processador que deu os instrumentos para a criação do Mercosul e da Aliança do Pacífico, mas, por isso, ela é pouco conhecida, porque é uma coisa muito técnica, mas foi ela que criou os instrumentos que levaram a isso.

Na verdade, ela é a sucessora de uma outra organização chamada Alalc. Em 1960, foi criada a Alalc, que é Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Ela não atingiu o seu objetivo, que foi levar a América Latina ao livre comércio, e, em 1980, o Tratado de Montevidéu 1980 cria a Aladi, a Associação Latino-Americana de Integração, com esse mesmo objetivo. Para que fosse possível...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – E a outra?

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – A outra foi extinta.

E o que acontece é o seguinte: para ela poder cumprir esses objetivos, houve uma série de mudanças no tratado, que criou um elemento de flexibilidade. Antes, os acordos tinham que ser de todos os países e, agora, na nova geografia, na nova estrutura, podiam ser só de alguns países, chamados de acordos de alcance parcial.

E é interessante que a Aladi conseguiu atingir o objetivo original do livre comércio. Em 2019, foi formada, na região, uma área de livre comércio com as tarifas geradas. A gente não sabe, mas, na América do Sul, nós temos mais de 90% das tarifas zeradas. Quer dizer, na área da associação, ela cumpriu esse objetivo. Só que ela cumpriu o objetivo do livre comércio, mas ainda há coisas que se precisa fazer. O que ela já fez até hoje... Ela leva, por exemplo, com que o comércio, na área da Aladi, vá a cerca de US$50 bilhões com o Brasil, 27% de exportações brasileiras e 22% de importações. Então, nós temos, com a Aladi, um superávit de 5 bilhões. Ficamos atrás da China, da União Europeia e dos Estados Unidos, mas, contado em conjunto, é a quarta área onde o Brasil mais comercia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há um dado interessante que é o seguinte: no caso da Aladi, o nosso comércio não é como no caso da União Europeia ou da China, que é de produtos primários. No caso da Aladi, são produtos manufaturas e produtos manufaturados de alto valor agregado, muitos envolvendo pequenas, micro e médias empresas. Então, é um tipo de produto de valor agregado que cria muito emprego, que gera muito valor. Daí a importância desse comércio para nós.

Um outro elemento superimportante é que temos superávit, porque, por exemplo, no comércio com os Estados Unidos, que é extremamente importante, nós temos déficit de 10 bilhões. Aqui não; nós temos superávit de US$5 bilhões.

Um outro aspecto também importante é que, se as tarifas acabaram – mais de 90% estão zeradas –, há ainda muita coisa que a gente precisa fazer para que tenha um comércio desimpedido. A gente precisa trabalhar mais a integração econômica e comercial, precisa remover as barreiras técnicas, trabalhar na facilitação de comércio, cooperação aduaneira, promoção comercial. Todas essas são áreas em que a Aladi está trabalhando hoje em dia. O objetivo central é aumentar o comércio. Por isso que a primeira meta que eu estabeleci no planejamento é de participar ativamente nas iniciativas de promoção comercial da Aladi.

Caso aprovado por esta Comissão, pretendo trabalhar para aumentar o número de empresas brasileiras que participam dessas iniciativas de promoção comercial como a Expoaladi e a plataforma PMEs Latinas Ótimos Negócios. Pretendo também promover uma aproximação da Aladi com o Sebrae e com a Apex-Brasil para que a gente possa colocar mais micro, pequenas e médias empresas brasileiras nesse sistema. Essas empresas geram riquezas, geram valor. Como disse a Senadora anteriormente, contribuem para diminuir a desigualdade, porque essa é a grande batalha. Nós temos de melhorar o País, nós temos de avançar nisso.

Outro ponto extremamente importante é a questão da superação das barreiras técnicas ao comércio. Com relação a esse tema, a meta que foi estabelecida no planejamento é a implementação do chamado acordo-quadro para a superação de barreiras técnicas da Aladi.

A consolidação do sistema de certificação de origem digital da Aladi vai facilitar os procedimentos aduaneiros e reduzir o custo das exportações brasileiras para os demais países. Essa é outra meta que está estabelecida ali no planejamento estratégico.

O Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (Atit) que foi assinado em 1990, no âmbito da Aladi, foi extremamente importante na pandemia, porque foi com ele que se pôde trocar informações, harmonizar critérios para fazer com que os produtos continuassem a circular, inclusive os produtos agrícolas. E uma das metas que eu apresentei a esta Comissão no planejamento é usar o Atit como uma plataforma de coordenação da prestação de serviços de transportes terrestres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da Aladi, caso aprovado, deverei representar o Brasil junto ao Mercosul. No que se refere ao Mercosul, a missão indicada no planejamento estratégico é...

A senhora está vendo que eu estou seguindo, ponto por ponto, o planejamento, para que, no futuro, possam cobrar e fique bem claro o que a gente está fazendo. E o Senado tem elementos concretos para julgar o trabalho que eu estou me propondo a fazer.

Então, com relação ao Mercosul, a missão indicada no planejamento é velar pelo bom encaminhamento dos interesses brasileiros no funcionamento da Secretaria do Mercosul e, em particular, supervisionar o funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

O Mercosul, como se sabe, foi criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e foi aprofundado pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994. E, num momento, ele voltou à sua ideia inicial, que é a ideia de se focar no comércio, de promover o comércio. Por isso, a gente está avançando muito, inclusive, na parte de negociações externas

Uma das principais tarefas da delegação é supervisionar o funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Caso aprovado, a meta a que eu me proponho é assegurar o cumprimento do regulamento do Focem e acompanhar a execução orçamentária e financeira da carteira de projetos.

O Focem, de 2007, já financiou 48 projetos de infraestrutura rodoviária, ferroviária e de transmissão de energia. Para terem uma ideia, foram quase 800km de linhas de transmissão. São projetos de US$1,5 bilhão, sendo que US$1 bilhão a fundo perdido. Mais de 800km de estrada é realmente algo muito importante. E esses recursos foram aplicados nos países menores do Mercosul – 90% desse dinheiro foi aplicado no Uruguai e no Paraguai.

Recentemente, o Uruguai usou dinheiro do Focem – US$16 milhões – para criar testes de covid com tecnologia própria. Então, esses testes de covid o Uruguai criou lá. Ele não teve que comprar nem importar teste de lugar nenhum; ele desenvolveu lá.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Qual o volume de recursos do Focem?

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – O volume de recursos total do Focem é de US$1 bilhão.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Todo ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Não, não. Isso nos dez anos de fundo. Mas, para os projetos todos, é US$1,5 bilhão, porque há a parte da contrapartida. Quando se dá um dinheiro do Focem, o dinheiro não pode ir sozinho. O Estado que recebe tem que colocar um dinheiro também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Depois o Estado retorna?

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Isso. O Estado retorna, mas o Focem não. O Focem é não reembolsável, é um dinheiro que é dado. É como os fundos estruturais da União Europeia. Essa é a ideia.

Como é que Portugal e Espanha melhoraram? Como é que a Grécia melhorou? Foi com esses fundos estruturais. A ideia aqui é a mesma: fazer com que os países menores melhorem, e aí o bloco todo melhora.

Outro ponto também importante, no caso do trabalho da delegação, é o Parlasul, o Parlamento do Mercosul, que se reúne em Montevidéu em sessões mensais, desde maio de 2007, e que tem funções deliberativas e de recomendações.

Caso eu seja aprovado por V. Exas., pretendo manter diálogo constante com a representação brasileira no Mercosul, que atualmente é presidida pelo Senador Nelsinho Trad, e com o Presidente do Parlasul, o Deputado Celso Russomanno.

Hoje, Presidente, o Mercosul tem uma agenda muito variada, tem foros específicos, além do comércio, para justiça, educação, ciência e tecnologia, cultura, mas o comércio é muito importante – é importante para o Brasil e para muitos Estados brasileiros. Para sete Estados brasileiros, o comércio com o Mercosul é o primeiro ou o segundo destino. Esses Estados são São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

O Mercosul é importante também, porque é com ele que nós temos superávit em tecnologia e é também o destino para o qual nós vendemos mais produtos com valor agregado. É interessante a gente ver por que isso é importante. Porque, no comércio exterior brasileiro, hoje, 35% do comércio é concentrado em três produtos. Trinta e cinco por cento! Minério de ferro, soja e petróleo, que são produtos que não têm agregação de valor. Trinta e cinco por cento, portanto, esses três produtos. Então, quando você pode exportar um automóvel, por exemplo, é uma coisa muito boa, porque a cadeia faz com que se criem muitos empregos.

Mas, depois que o Mercosul teve aquele impacto inicial de muito crescimento, o comércio retrocedeu, e retrocedeu por várias razões. Uma das razões é que o comércio exterior brasileiro cresceu, mas, na verdade, houve um deslocamento em direção à China, por exemplo, que foi o que o Embaixador Galvão comentou. Aquele ponto que ele colocou começou em 2,7 bilhões e hoje já está em quase 100,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo ali ocorreu... O comércio exterior brasileiro, como um todo, cresceu, mas, sobretudo, houve um deslocamento. Então, o comércio com a área da Aladi, o comércio com a área dos Estados Unidos, o comércio com a área da União Europeia diminuiu no período também em função disso.

Então, nós temos, hoje, que recuperar o espaço perdido no Mercosul, nós temos que recobrar o nosso dinamismo comercial, e, para recobrar esse dinamismo comercial, uma das coisas que se está fazendo são as negociações externas. Então, foi muito importante concluir as negociações com a União Europeia, com a Efta. Agora, evidentemente, temos que implementar, esses acordos têm que ser finalizados e ratificados, mas, enquanto isso, há negociações abertas com o Canadá, Coreia do Sul, Líbano, Singapura e também há a possibilidades – a Camex já autorizou – de negociações com a Indonésia, Vietnã e há perspectivas de melhorar os acordos que já existem com a Índia e com Israel. Outro aspecto importante da modernização do Mercosul é a redução da tarifa externa comum e do regime de origem do bloco.

Um ponto em que é extremamente importante a gente pensar é o seguinte: o Mercosul tem 30 anos. Quando ele nasceu, a grande força dinâmica da economia brasileira era a indústria. Hoje, a força ativa da economia brasileira é o agronegócio. Então, nós temos que pensar hoje o Mercosul... A primeira coisa que eu acho é que a gente não pode pensar o Mercosul só no que ele não dá certo. Não adianta ficar discutindo só no que a gente não tem acordo; nós temos que passar a discutir o que pode ter acordo, e nós temos que trabalhar para melhorar o Brasil naquilo em que a economia brasileira hoje é dinâmica. E no que a economia brasileira hoje é dinâmica? No agronegócio.

Então, nós temos que pensar, Sra. Presidente, num Mercosul agrícola. O que é o Mercosul agrícola? Nós temos aqui, na região, a produção de 30% da comida do mundo, mas nós não temos uma grande *trading* internacional. Quem ganha dinheiro com o comércio agrícola, Sra. Presidente, não é o agricultor. O agricultor ganha um pouquinho. Quem ganha a parte do leão é quem comercializa isso nas bolsas internacionais. E nós temos, por exemplo, no Brasil, o maior banco da América Latina, mas nós não temos uma *trading* agrícola. Como é que nós podemos ter esse potencial de agronegócio sem ter uma *trading*? Nós podíamos ter, por que não podemos ter? Por que nós não temos aqui fábricas de defensivos agrícolas? Por que não temos, se nós importamos essa quantidade enorme, inclusive um dos problemas apontados agora é que esses defensivos vão faltar e isso pode ser um problema. Não sei se vai faltar ou não, mas há uma preocupação. E por que não temos fábricas de fertilizantes aqui se produzimos 30% da comida na área do Mercosul?

Isso é uma agenda que não interessa só ao Brasil; interessa ao Brasil, à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai, e vai haver desavença nisso? Claro que não, porque isso vai aumentar a competitividade dos quatro países. E o que nós temos que fazer é melhorar a competitividade do nosso agro, nós temos que produzir mais, mais barato e com sustentabilidade, porque é isso que vai fazer o nosso produto ficar no mercado. Mercado para comida tem no mundo e cada vez vai ter mais. Eu não sou concorrente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina ou do Uruguai, eles podem estar juntos com a gente, porque o mercado é do outro lado, é o mercado da Ásia, como a senhora mesmo completou.

Para resumir e terminar: o Mercosul, nesses 30 anos, teve várias coisas muito positivas, como a expansão do comércio, a defesa da democracia, mas nós temos muitos desafios. Nós precisamos modernizar o Mercosul, assim como nós podemos e devemos modernizar a Aladi, porque de lá, assim como saiu a redução de mais de 90% das tarifas, nós podemos tirar mais ainda.

Caso aprovada por V. Exas., terei como objetivo estratégico inscrito no planejamento defender os interesses brasileiros e manter e ampliar, quando for o caso, a influência do Brasil nos processos negociadores e decisórios na Aladi e no Mercosul. E, ao defender esses objetivos, eu buscarei trabalhar com a sociedade brasileira, e isso, evidentemente, será facilitado pela proximidade com os Parlamentares do Mercosul.

Para terminar, Presidenta, eu só quero falar uma última coisa. A senhora disse algo muito importante, a senhora falou que Deus deu muito ao Brasil, a senhora falou das belezas, a senhora falou das terras, da competitividade agrícola, e eu quero lembrar o seguinte: hoje, o dia de hoje é o Dia de Ação de Graças. Eu queria, eu acho que nós todos devemos nos unir ao agradecimento que a senhora fez. Eu vou agradecer também a Deus por tudo que ele me deu. Eu quero agradecer a ele pela minha família, pela minha companheira de mais de 40 anos, pelos meus filhos, pelo meu genro, pela minha nora, saúde, carreira, tudo. E quero agradecer por ter me dado a possibilidade de defender o Brasil, porque a gente é diplomata; com o que a gente estudou, no setor privado, a gente podia ganhar mais. Quem está aqui, quem está morando fora, passando a vida inteira longe dos seus, por que faz isso? Porque tem algum tipo de esperança em melhorar este País. Então, eu queria agradecer a Deus, entende, neste Dia de Ação de Graças.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem, Embaixador, muito bem. Eu também agradeço a Deus por tudo que nós somos, o Brasil, por tudo que eu sou com a minha família, saúde, graças a Deus. Eu acho que toda hora é hora de agradecermos.

Agora, vamos para a Mensagem 57...

Além disso, adorei o detalhismo do plano de trabalho. Muito bom, eu tinha visto.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

O Sr. Orlando hoje desempenha um grande papel junto à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, no departamento internacional das exportações do ministério.

Eu convoco, então, nosso querido Relator Carlos Viana para proferir o seu relatório.

Obrigada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Kátia.

Relato também, com muita satisfação, uma vez que eu e o Embaixador Orlando conversamos bastante sobre a Espanha e sobre o carinho que tenho com o país, por ser uma das origens da minha família. E a gente, quando vai olhando o passado, a gente vê de onde vem esse espírito de vontade de vencer que o Embaixador Antônio acabou de dizer. Nós, brasileiros, somos herdeiros dessa vontade de vencer, de melhorar.

A política também nos traz esse desafio, Sr. Orlando. Poderíamos estar numa situação muito mais cômoda em termos de iniciativa privada, mas há algo que nos chama para trabalhar, a mim principalmente. E, no exemplo da Espanha, Sr. Orlando, do meu antepassado, que é um dos fundadores da Espanha, a luta dele, o desejo dele de ver aquele povo unido, e deu a própria vida a isso.

Faço, com muita alegria, portanto, a sua indicação para a terra de Rodrigo Díaz de Bivar, El Cid Campeador.

Esta Comissão é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz ao Sr. Orlando Leite Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata é filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss. Nasceu em 7 de junho, em Paris, França, sendo brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1991.

No Instituto Rio Branco, iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1993, Segundo-Secretário em 1999. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de Segunda Classe em 2011; e Ministro de Primeira Classe em 2017.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Conselheiro na Embaixada em Washington (2008-2011); Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2011- 2015); Chefe de Divisão de China e Mongólia (2016); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos (2016-2018), Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 2018).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial. Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. Além disso, foi juntado o relatório de gestão do Chefe de Posto ao final de sua missão, em atendimento ao item IV do art. 383, do RISF, bem como o Planejamento Estratégico para o posto de destino.

O Reino da Espanha é monarquia parlamentar com quase 50 milhões de habitantes.

Desde o reconhecimento da independência do Brasil pela Espanha, em 1834, percebeu-se estreitamento contínuo das relações bilaterais, com destaque para a forte imigração de espanhóis para o Brasil na primeira metade do século XX e de investimentos espanhóis no Brasil a partir da década de 1980. Hoje a Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com mais de US$ 78 bilhões em estoques de investimentos.

Acrescente-se que mais de 80 mil brasileiros estão residentes na Espanha.

Em 2003, Brasil e Espanha firmaram o Acordo de Parceria Estratégica. Foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) no ano de 2005, com previsão de reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a Declaração de Madri, no ano de 2012, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, para avaliação permanente do relacionamento bilateral e para estruturar o diálogo político. Inaugurando em 2014, esse passou a ser o principal instrumento de consultas bilaterais regulares.

O fluxo de comércio bilateral experimentou variações no decorrer da última década: alcançou o máximo de US$8,1 bilhões em 2018 e o mínimo de US$5,2 bilhões em 2016. Ano passado, a corrente de comércio bilateral foi de US$6,5 bilhões (redução de 4,1% em relação ao ano de 2019). As exportações brasileiras para a Espanha alcançaram o volume de US$4 bilhões (aumento de 0,4%), o que representou 1,93% do total das exportações brasileiras. As importações da Espanha ao Brasil foram da ordem de US$2,5 bilhões (-10,5%), representaram 1,59% do total das importações brasileiras. Portanto, Embaixador Orlando, há um grande campo de trabalho aqui a ser feito para aumentarmos não só as exportações brasileiras, mas também para o aumento das importações, uma troca bilateral.

Houve saldo comercial favorável ao Brasil de US$1,524 bilhões. Com isso, a Espanha foi o 8º país no *ranking* de destino de exportações brasileiras e o 14º no *ranking* das importações. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: óleos brutos de petróleo (26%); soja (24%); milho (9,5%); farelos de soja (7,8%); e minérios de cobre (7,7%).

Predominam produtos manufaturado na pauta, com destaque para: óleos combustíveis de petróleo (14%); compostos organoinorgânicos (5,6%); medicamentos, incluindo veterinários (5,5%); defensivos agrícolas (5,1%), e outros produtos da indústria de transformação.

Com o ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas, no ano de 1993, passamos a manter diálogo político regular com aquele país, ainda que de forma modesta e traduzindo-se, sobretudo, em apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, também desejando ao Embaixador Orlando muito boa sorte e os parabéns pela carreira profícua, bem-sucedida na diplomacia brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Carlos Viana.

E agora concedo a palavra ao Sr. Embaixador Orlando Leite Ribeiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. Com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar V. Exa., Presidente Kátia Abreu, e a Comissão, pelos ajustes feitos no regulamento da sabatina, que, ao criar uma metodologia de planejamento estratégico, nos desafia a pensar e estruturar iniciativas em diversos campos de nossa futura atuação. Saúdo as Senadoras e os Senadores presentes, em especial o Senador Carlos Viana, meu Relator, cujas palavras agradeço, sensibilizado.

É uma honra comparecer ao Senado Federal como candidato a Embaixador junto ao Reino da Espanha e ao Principado de Andorra.

Aproveito para agradecer a indicação ao Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, por recomendação do Chanceler, Embaixador Carlos França, a quem também agradeço pela confiança e amizade.

Não poderia deixar de mencionar e agradecer também a minha atual chefe, Ministra Tereza Cristina, pelo apoio que sempre me distinguiu e pelo aprendizado diário.

Em razão do curto tempo da exposição inicial, certamente deixarei de tratar com a necessária profundidade temas que mereceriam um maior exame. Ao desculpar-me antecipadamente por isso, espero poder complementar essas informações na etapa seguinte da arguição.

A minha apresentação está espelhada no planejamento estratégico. Eu pretendo dedicar a maior parte do tempo ao relacionamento com a Espanha e, ao final, referir minha relação com Andorra.

Segundo a estratégia proposta pelo modelo de planejamento estratégico, tratarei das relações políticas bilaterais, da promoção da cultura e do turismo, da cooperação para o desenvolvimento sustentável, que envolve a questão ambiental. Tratarei da cooperação em ciência e tecnologia e das relações no campo da educação.

Deixarei para o final a promoção do comércio e dos investimentos, pela importância que pretendo atribuir a esses temas e por entender que tudo que mencionei anteriormente, as questões culturais, ambientais etc., contribui para o sucesso de uma política de aproximação econômica e comercial.

Senadora, ao debater, em tempos recentes, em sessões desta Comissão, a economia criativa, a gastronomia, o meio ambiente e o nosso agronegócio, V. Exa. trata da questão da imagem do País, do que precisa ser feito para exportar mais e atrair investimentos. Acho que, como representantes do País no exterior, é exatamente isso que temos que fazer e a que pretendo dedicar-me, em Madrid, caso conte com a aprovação de V. Exas., de modo a contribuir para o desenvolvimento nacional, a geração de emprego e renda para a população brasileira.

Temos problemas em diversas áreas, e sua superação passa pelo reconhecimento de sua existência. Para ficar no que é hoje mais visível, a questão ambiental, o Governo está trabalhando para reverter os índices de desmatamento, ainda que os números não reflitam, até o momento, esse esforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo, no entanto, com certa preocupação, o uso político, no exterior, da imagem equivocada de que o Brasil, mais especificamente o agro, não se importaria com o meio ambiente. O agro brasileiro, como bem sabe V. Exa., é sustentável e ambientalmente responsável.

Esse é apenas um exemplo do esforço a que nós, representantes do Brasil no exterior, temos que nos dedicar. A questão da imagem será o fio condutor da minha apresentação e o centro da minha atuação em Madri.

Bem, vamos aos pontos que mencionei, começando pelo relacionamento bilateral.

A relação entre os dois países é ampla, fluída e densa. Ao longo dos anos, foram firmados diferentes instrumentos para dar certa organicidade a esse relacionamento. Conforme indicou o Senador Carlos Viana, entre os esforços mais recentes, em 2003, firmamos o Plano de Parceria Estratégica; dois anos depois, firmamos a Declaração de Brasília, consolidando essa parceria; nos anos subsequentes, essa relação institucional foi sendo reforçada pela reunião de grupos temáticos afetos aos principais temas da agenda bilateral: comércio, investimento, educação, tecnologia, defesa, turismo etc. Em maio deste ano, aprovou-se um memorando de entendimento que cria a Comissão Permanente Bilateral, presidida pelos dois Chanceleres, que pretende reorganizar o relacionamento institucional, reunindo sob o mesmo guarda-chuva os diversos mecanismos existentes.

Esse é, de uma forma muito simplificada, o pano de fundo da nossa relação. Mas como é que podemos traduzi-la em fatos concretos? Em primeiro lugar, eu gostaria de lembrar que a Espanha tem sido vocal, em diversas ocasiões, no apoio ao ingresso do Brasil na OCDE e à entrada em vigor do Acordo Mercosul-União Europeia. Para além desses respaldos, a Espanha vem prestando uma série de apoios a candidaturas internacionais brasileiras. Eu pretendo manter interlocução frequente com minhas contrapartes no governo de modo a preservar esse capital de boa vontade. É claro que o esforço será fortalecido com a realização de visitas de alto nível, inclusive por parte de membros desta Casa.

O segundo eixo que mencionei é o da promoção da cultura e do turismo. Trata-se de ponto central do trabalho que pretendo realizar, caso aprovado por V. Exas,, porque ele dialoga diretamente com a questão da imagem. Na realidade, a cultura e os temas culturais, na relação bilateral, são a mais promissora vertente nesse trabalho de reafirmação da imagem. Há enorme interesse da sociedade espanhola nas mais diversas formas de expressão cultural do Brasil. E esse entusiasmo espanhol, esse nosso *soft power* precisa ser mais bem explorado. E a função da embaixada é fazer o meio de campo, aportando sugestões de eventos, mobilizando artistas e potenciais fontes de financiamento. Em resumo, encurtando a distância que nos separa.

Para além do apoio que nos dá o Itamaraty, será necessário estreitar as relações com a Secretaria Especial da Cultura e com os governos estaduais e municipais, que têm sido grandes parceiros na divulgação da imagem do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo espírito, pretendo realizar gestões para a criação de uma Câmara da Cultura Brasil-Espanha, que é uma iniciativa pioneira, calcada no já tradicional modelo das câmaras de comércio bilaterais, para facilitar a realização de projetos envolvendo a cooperação entre duas ou mais instituições de ambos os países.

Ao trabalhar a vertente cultural, estaremos estimulando o turismo estrangeiro qualificado no Brasil. Os números são ainda muito tímidos: tomando como referência os dados pré-covid de 2019, o Brasil recebeu pouco mais de 145 mil turistas espanhóis, o que dá cerca de 2,3% do total...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Quanto?

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO – Cento e quarenta e cinco mil, que são, mais ou menos, 2,3% do total.

A cooperação no turismo deve, no entanto, ser vista de uma forma mais ampla. Precisamos incluir medidas de atração de investimentos para infraestrutura turística no Brasil.

Como todos sabem, a Espanha possui uma infraestrutura hoteleira de primeira linha. Não à toa, em 2019, recebeu 87 milhões de turistas, número 13 vezes superior ao do Brasil e que coloca a Espanha como segundo principal destino do mundo, atrás apenas da França. Temos, portanto, muito a aprender com eles.

No que se refere à cooperação para o desenvolvimento sustentável, terceiro eixo do planejamento estratégico, nos próximos anos, grandes avanços científicos e tecnológicos serão necessários para suprir a crescente demanda global por alimentos.

O Brasil está particularmente bem posicionado para enfrentar esse desafio, em razão de sua experiência exitosa com a agricultura de baixo carbono, que a Senadora Kátia Abreu, ex-Ministra da Agricultura, conhece tão bem.

Com a nova fase do plano ABC, o ABC+, iremos disseminar a agricultura de baixo carbono a mais de 72 milhões de hectares, promovendo ganhos de sustentabilidade em terras já consolidadas, sem a necessidade de converter novas áreas à atividade produtiva. Mitigaremos, assim, a emissão de mais de 1 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente.

Para que isso ocorra, será necessário um esforço significativo dos produtores brasileiros de adequação de suas práticas. Não se pode confundir esse esforço, no entanto, com a submissão à exigência de países e blocos desenvolvidos, que vêm discutindo medidas que podem afetar as exportações brasileiras do agro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por suas afinidades culturais e históricas com o Brasil, pela tradição agrícola do país e pela relevância das relações bilaterais, a Espanha é um natural parceiro nas discussões relacionadas ao meio ambiente e à agricultura sustentável. Caso aprovado por V. Exas., procurarei estimular diálogo entre os dois países para acercar o entendimento na matéria.

Outro eixo a que me refiro no planejamento estratégico é o da cooperação em ciência e tecnologia. Madri e Barcelona estão entre os melhores ecossistemas da Europa para *startups*. Vários eventos que ocorrem no país, como o South Summit, o Startup Olé e a Valencia Digital, já contam com presença brasileira. Essa participação pode ser potencializada com o apoio da embaixada.

Há também uma avenida a ser explorada na relação entre governos. Recentes contatos revelaram interesse no desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas como materiais de alta condutividade, biotecnologia, dessalinização e irrigação.

Sobre o eixo da cooperação educacional, é preciso ter presente que a Espanha conta hoje com milhares de estudantes brasileiros, fazendo com que temas como mobilidade acadêmica, equivalência de graus e reconhecimento de cursos estejam no centro da agenda. O bom encaminhamento desses assuntos exige contato estreito e frequente com reitores, professores, administradores escolares, além, é claro, de autoridades públicas do setor.

A atuação da embaixada não pode se limitar, no entanto, ao apoio aos estudantes brasileiros. Precisamos pensar, igualmente, na atração dos estudantes espanhóis para as universidades brasileiras e em iniciativas para divulgar a língua e a cultura pátrias junto à comunidade acadêmica.

Tenciono igualmente dar atenção à cooperação acadêmica entre instituições de excelência brasileiras e espanholas. Para além do intercâmbio de estudantes e professores, buscarei estimular realização de colóquios e a instalação de cátedras e cursos universitários que não apenas divulguem a ciência e a cultura produzidas nos dois países, mas aproveitem o *know-how* espanhol em setores específicos para o fomento de pesquisa e produção acadêmicas de ponta nas universidades brasileiras.

Por fim, permitam-me uma breve reflexão sobre as relações econômico-comerciais, em especial sobre como vejo as perspectivas de evolução do comércio bilateral e dos fluxos de investimento. Vou enfatizar alguns dados que já foram apresentados pelo Senador Carlos Viana.

Em relação à balança, nosso intercâmbio com a Espanha foi de US$6,7 bilhões em 2020, valor já superado nos dez primeiros meses deste ano, quando atingimos US$7,6 bilhões. Ainda que os valores sejam superiores a 2019, último ano pré-pandemia, eles estão muito aquém das reais possibilidades de comércio entre os dois países.

E este tema, eu discuti já, há alguns dias, com o meu Relator, o Senador Carlos Viana, sobre o que podemos fazer para reverter essa tendência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O perfil das nossas exportações para a Espanha, que, em 2020, totalizaram pouco mais de US$4 bilhões, revela uma alta concentração em *commodities*, com apenas quatro produtos – complexo soja, petróleo não refinado, milho e minério de cobre – respondendo por cerca de 75% da nossa pauta.

Do outro lado da equação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO – ... para os US$2,6 bilhões de exportações originárias da Espanha em 2020, nota-se uma elevada dispersão, com grande peso para produtos de valor agregado. O único produto que se destaca são os óleos combustíveis de petróleo, com 13% de participação.

O comércio com a Espanha reflete, grosso modo, o que ocorre com os demais países da União Europeia, que vem perdendo importância relativa ao longo dos anos.

No comércio agrícola, que acompanho mais de perto, essa realidade é absolutamente impressionante. Em 1999, ano em que iniciamos as negociações com a União Europeia, destinávamos para lá 46% de todas as exportações do agro. Vinte anos depois, quando concluímos as negociações, destinávamos apenas 16% das exportações do agro.

É claro que eu tenho que descontar dessa equação o efeito Ásia, especificamente a China, mas a verdade é que o comércio com a Europa pouco evoluiu ao longo dos anos. As razões, a meu ver, estão associadas, sobretudo, ao protecionismo comercial do bloco. Desde 2019, abrimos 178 mercados mundo afora, menos para a Europa.

Aliás, não só não registramos nenhuma abertura, como também não conseguimos evoluir em temas sensíveis para os nossos exportadores. O mercado europeu continua fechado para carne suína brasileira, para lácteos, para ovos. O *pre-listing* para a carne bovina e de aves não foi retomado. O reconhecimento do *status* sanitário dos Estados de Tocantins, Rondônia e DF para exportação de bovinos não foi oficializado. E os controles reforçados ainda são aplicados pelos europeus na entrada da carne bovina e das aves do Brasil. Alguns desses temas estão há anos sobre a mesa.

É importante ressaltar que as dificuldades de negociação não podem ser atribuídas à Espanha, um aliado de primeira ordem dentro da Comissão Europeia. A Espanha busca contribuir pelos laços que nos unem, mas também pelo interesse comercial no aprofundamento dessa relação.

Na impossibilidade de negociar bilateralmente as aberturas e melhorias de acesso, já que isso é discutido em Bruxelas pela nossa delegação, o meu papel, caso aprovado por V. Exas., será o de sensibilizar as autoridades espanholas para que continuem a apoiar uma maior aproximação com o Brasil junto à comunidade europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os relativamente acanhados números do comércio bilateral contrastam com a importância que as empresas espanholas atribuem ao Brasil quando nos referimos a investimentos. Segundo dados de 2019 do Banco Central, a Espanha detém a segunda maior posição de investimentos diretos no Brasil, com aproximadamente US$79 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil conta com 1.227 empresas espanholas instaladas no seu território, presentes nos mais diversos setores. Quase todas as empresas do IBEX 35, o índice de referência da bolsa de espanhola, têm negócios no Brasil.

Embora os dados disponíveis sejam de 2019, sabe-se que esse interesse não diminuiu; muito pelo contrário, é forte a participação espanhola nos recentes leilões dos setores aeroportuário, de energia, de petróleo e gás e de telecomunicações. Ao todo, pagaram um bônus de outorga de R$2,11 bilhões e possuem investimentos assegurados em R$14,7 bilhões.

Os dados do leilão 5G ainda estão sendo consolidados pela Anatel, mas, devido à participação da espanhola Telefônica, o valor dos investimentos espanhóis crescerá consideravelmente. Ainda que o processo seja coordenado pelo PPI, em conjunto com os ministérios temáticos, a embaixada pode e deve dar apoio em *roadshows* para promover oportunidades de investimento no Brasil.

Uma palavra final sobre o principado de Andorra, para o qual também estou sendo indicado: a economia é baseada no turismo e, embora a moeda seja o euro, ainda não faz parte da União Europeia.

Aliás, uma de suas prioridades de política externa é justamente a negociação do acordo de associação à União Europeia. Outro tema que é prioritário para o governo de Espot Zamora, do partido de centro-direita Democratas por Andorra, é a implementação de políticas e padrões de controle de capitais dos bancos que operam no país, de modo a tornar a economia cada vez mais transparente e aberta, contribuindo para o combate à lavagem do dinheiro e à luta contra o terrorismo.

Nessa linha, o governo andorrano apresentou ao Brasil, em 2020, proposta de acordo para evitar a dupla tributação, prevenir a elisão e evasão fiscal, que se encontra atualmente em estudo pelo Ministério da Economia.

As relações com os Estados soberanos europeus são cordiais e o governo do principado tem apoiado diversas candidaturas brasileiras, inclusive, para assento não permanente no Conselho das Nações Unidas.

Para finalizar essa minha apresentação inicial, eu vou recorrer ao Ortega y Gasset, que dizia: "Sólo cabe progresar cuando se piensa en grande. Sólo es posible avanzar cuando se mira lejos.". Pretendo fazer dessa reflexão um parâmetro para minha atuação em Madri em prol dos interesses brasileiros, caso mereça aprovação de V. Exas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador, pelas suas manifestações.

Eu vou apenas deixar aqui uma sugestão para o nosso Embaixador Antonio Simões, duas sugestões que eu acho que podem prosperar. Você falou do Focem, dos projetos em infraestrutura. Conversando com o CAF e com o NDB, os dois bancos, um da China e outro da América Latina, a reclamação é que há muito dinheiro e pouco projeto, porque os países, os Estados, as grandes cidades não têm capacidade técnica para estabelecer e fazer, formatar projetos de qualidade. A ideia é fazer um *roadshow* para que a gente possa fazer esse treinamento, especialmente, nos servidores públicos estaduais, dos governos dos Estados e também da iniciativa privada. E a Confederação Nacional do Transporte que, inclusive, esteve conosco em Portugal, que tem também o Sistema S, eu o convidei para participar dessa empreitada de nós nos capacitarmos em projetos internacionais, repito. Então, eu acho que o Focem, a Aladi poderiam fazer parte desse grupo.

A outra questão seria um estudo conjunto da Aladi com o Focem e o Sebrae para que a gente pudesse discutir e debater como aumentar a vida das micro e pequenas empresas na América do Sul. A vida média no Brasil é de dois anos das micro e pequenas empresas. E nós precisamos superar isso. Nós não podemos ficar trocando de mãos. E, dentro desse arcabouço, a gente discutir um pilar importante que tem dificuldade no mundo inteiro, que é o modelo ideal de microcrédito para essas micro e pequenas empresas. O problema de vida delas não é só esse, mas principalmente esse. Os juros são caríssimos e altíssimos. Então, eu imagino que nós depois poderemos falar em particular, no futuro, para que a gente possa tentar dar andamento.

Com relação às questões que o Orlando aqui mencionou, eu só gostaria de lembrar que a Europa é mestre de nos cobrar muitas coisas e de criar regras e, claro, as regras que ela cria são sempre favoráveis a ela.

Nós temos a OIE, que é a Organização Internacional de Epizootias. É ela que define se o país tem aftosa ou não, com vacinação ou sem vacinação. A OIE estabelece que o país livre de aftosa – ponto – pode exportar. Aí, a Europa aumentou essa frase e disse: "sem vacinação". Então, só Santa Catarina que, plenamente... Há mais Estados hoje, não é, Orlando?

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Bovinos, sim; suínos, vários.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E outra coisa: não compra suínos se houver vacina de aftosa no Estado.

O SR. ORLANDO LEITE RIBEIRO – E ainda há o problema da ractopamina.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ainda há a ractopamina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que todos saibam: a OIE, que regulamenta isso, não cita a expressão "com ou sem vacinação". Isso foi inventado pela União Europeia.

Agradeço, mais uma vez, a apresentação tão dedicada, tão detalhada, e o empenho que vocês estão fazendo para trazer isso aos Senadores, com o maior respeito. Agradeço, então. Que nós possamos continuar...

Boa sorte! Nós vamos vigiar as balanças comerciais para ver se estão aumentando, se estão diminuindo, porque essa Espanha... Não é, Carlos? Carlos Viana vai ficar encarregado disso.

Convido nossos próximos dois sabatinados: Sr. Paulo Estivallet de Mesquita e Sr. Pompeu Andreucci Neto.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – O Senador Amin me deu a tarefa de relatar em nome dele. Acho que ele viajou.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, eu sei.

Então, vamos iniciar.

Carlos Viana vai relatar também, para nós, o Paulo Estivallet, porque o Cid Gomes não vai conseguir. Então, será o Carlos Viana.

Mensagem 58...

Toda vez é obrigatório ler isso, para gravar.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Carlos Viana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Nosso Relator Carlos Viana, com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente, pelo prestígio de estarmos juntos aqui nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Paulo Estivallet de Mesquita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1983, e no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1984. Em 1986, completou a pós-graduação em Administração na École Nationale d'Administration, em Paris, na França – estou falando em espanhol, mas não é isso, não; tenho que falar em francês mesmo, École Nationale d'Administration, em Paris –, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco com a tese "Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC". Tornou-se Terceiro-Secretário, em 1985, Segundo-Secretário, em 1989 e Primeiro-Secretário, em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006, e a Ministro de Primeira Classe, em 2013 – todas as promoções por merecimento.

Na Secretaria de Estado, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-2001); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Subsecretário-Geral da América Latina, Central e do Caribe (2015-16); Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2016-18). Chefiou a delegação brasileira em numerosas e relevantes reuniões internacionais.

Entre 2016 e 2018, foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em missões no exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-2008) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-2011), entre outros postos. Por fim, desde 2018, é Embaixador do Brasil em Pequim, na China.

Entre as obras que publicou, destacam-se: *Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; *Taxation and Representation in the WTO.* In Stewart, Terence P. (ed.); *Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy* – aqui já está em holandês. Perdoem-me, mas aí não dá! Ou espanhol ou francês, mas holandês? Aí é um pouquinho complicado! –, mas está escrito: Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.); *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Todas as obras publicadas pelo diplomata indicado.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro); Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré. Recebeu, também, o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Colômbia. O documento apresentado oferece amplo leque de outras informações.

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial, segundo mais populoso, com cerca de 50 milhões de habitantes, e a terceira economia. As relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram na década de 1820, quando o país era ainda Grã-Colômbia e seu território compreendia não apenas a atual Colômbia, mas também Equador, Venezuela e Panamá.

O Brasil tem apoiado o processo de paz, iniciado desde 2016, ativamente, com programas de cooperação na área de desminagem. As minas antipessoais espalhadas no País é tema de grande repercussão. Estima-se que o Brasil auxiliou na destruição de mais de 3,5 mil minas terrestres e 320 artefatos explosivos improvisados.

Essa pacificação, contudo, enfrenta vários desafios, tais como: a reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

O Presidente Iván Duque Márquez, eleito em 2018 para mandato de quatro anos, pautou sua plataforma no combate à criminalidade e na condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Além disso, o combate ao narcotráfico segue um grave problema, com vastas áreas cultivadas de folha de coca. Recentemente, houve a prisão de Dairo Antonio Úsuga, codinome Otoniel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era o traficante de drogas mais procurado da Colômbia e líder do Clan del Golfo. Este clã reúne mais de 1,2 mil pessoas armadas.

Contudo, a pandemia e as dificuldades econômicas, além do grande fluxo de imigrantes venezuelanos – a Colômbia é o país que mais recebeu imigrantes, no total de 1,7 milhões de pessoas –, levou o país a estabelecer políticas impopulares, como uma reforma tributária, e tem enfrentado duras e intensas manifestações populares.

O Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia, atrás de EUA, China e México, principalmente com exportação de automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação; e o 5º maior destino de exportações colombianas, especialmente com carvão não aglomerado, coques, semicoques e carvão de retorta, e polímeros.

Além disso, há mais de cem empresas brasileiras na Colômbia, tais como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, que operam no país vizinho.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Meus parabéns, também, ao nosso Embaixador, Dr. Paulo Estivallet, pelo trabalho e o desejo de muito boa sorte no país irmão, o qual eu já tive oportunidade de visitar, e fiquei muito encantado, pela forma como eles tratam, admiram os brasileiros e o carinho que eles têm pelo nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Carlos Viana.

Eu acho muito interessante que os sabatinados encontrem com seus Relatores, nos gabinetes, para conversar longamente. Isso é muito útil para todos nós, porque cada Senador ouvindo sobre um país, sobre as metas, discutindo, representa todos nós, representa a opinião do Senado, e isso pode ser disseminado.

Então, o seu trabalho junto ao Orlando, da Espanha, que foi o seu indicado, é da maior importância para a sabatina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só há lá uma disputa, Presidente, em que não dá para a gente entrar muito, mas que é a questão do café. O café colombiano... Eles querem disputar o melhor café, o melhor café, e só uma vez, quando nós disputamos pela Luftansa qual seria o café de bordo, que o Brasil não se interessou; aí, a Colômbia ganhou a produção do café da Colômbia e as cooperativas alemãs. Foi a única vez que eles nos venceram também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra, para a sua exposição, o Embaixador Paulo Estivallet.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA (Para expor.) – Obrigado, Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Relator Senador Cid Gomes; agradeço ao Senador Carlos Viana pela leitura e pelos comentários; saúdo também as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores.

Inicio, agradecendo ao Presidente da República a indicação, por recomendação, a quem também agradeço, do Ministro das Relações Exteriores, para essa posição de Embaixador na República da Colômbia, sujeita à aprovação do Senado Federal, como previsto na Constituição.

Eu iniciaria contextualizando a importância da Colômbia.

Como foi mencionado, ela tem a terceira economia da América do Sul, é a quarta economia da América Latina e a terceira maior população da América Latina. É um país que, desde 2008, teve o maior crescimento econômico na região. Então, é razoável supor que – ainda mais com a consolidação do processo de paz que, aliás, foi assinado há, praticamente, cinco anos, o acordo de paz com as Farc, com a consolidação desse processo e a gradual retomada do controle do território pelo Estado colombiano – a posição da economia colombiana na América Latina tenda a crescer ainda mais.

É o país com a segunda maior biodiversidade no mundo, atrás apenas do Brasil, o que, por si só, já indica uma grande área com potencial de cooperação. Como foi mencionado pelo Senador Carlos Viana, é um competidor do Brasil no café, mas foi, ao mesmo tempo, um grande parceiro nosso naquele período entre os anos 50 e início dos anos 80, em que estavam vigentes os acordos dos produtos de base. Nós mantivemos uma estreita cooperação com a Colômbia em benefício dos dois países. A Colômbia tem sido, sim, muito eficiente e muito ativa na promoção do seu café, de uma maneira mais visível do que o Brasil, não sei se com resultados mais positivos, mas, certamente, se encontra muito mais nos mercados internacionais a imagem do café colombiano do que a imagem do café brasileiro, mas, como também lembrou o Senador Carlos Viana, o nosso café não deixa nada a dever em termos de qualidade em relação aos nossos competidores.

Agora, sobre o relacionamento com o Brasil, para o Brasil, a importância da Colômbia é ainda maior em função da vizinhança. Como o Embaixador Leite Ribeiro citou Ortega y Gasset e uma das frases famosas dele é "eu sou eu e minha circunstância", a Colômbia também é uma parte importante da nossa circunstância, assim como nós somos uma parte importante da circunstância da Colômbia. Então, em termos até mesmo de atuação diplomática, muitas das questões que nos preocupam em função da geografia são também questões prioritárias para a Colômbia. Nós compartilhamos, por exemplo, vizinhos onde há desafios a certos dos valores que nós defendemos em termos de democracia e de direitos humanos, nos mecanismos regionais e hemisféricos, a Colômbia é atuante na cúpula ibero-americana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Então, isso, por si só, já constitui um grande tema de diálogo e de concertação na medida do possível ou, pelo menos, de debate para compreensão mútua e, eventualmente, a busca também de soluções mutuamente benéficas.

A vizinhança faz também com que a pauta vá muito além do comércio e dos investimentos. O fato de nós termos uma fronteira com mais de 1,6 mil quilômetros, a intensidade dos contatos pessoais e a proximidade linguística e cultural fazem com que as áreas para cooperação entre Brasil e Colômbia se estendam por, praticamente, todos os campos da cooperação não apenas da atuação governamental, mas também da sociedade civil. Então, além do comércio e dos investimentos, foi mencionada também, no relatório, a questão da segurança. A Colômbia é o maior fornecedor mundial de cocaína e isso leva ao estabelecimento de vínculos entre os nossos grupos criminosos e as organizações criminosas colombianas.

Em matéria de educação, existe já, além desse grande interesse que foi mencionado dos colombianos pela cultura brasileira, a Colômbia é também um grande emissor, um dos países que mais se aproveita das possibilidades de cooperação oferecidas pelo Brasil, tanto em nível de graduação e mais ainda em nível de pós-graduação. É um dos principais países de onde vêm estudantes de pós-graduação para o Brasil. O ensino da língua portuguesa também é muito importante na Colômbia. Ao longo dos últimos 20 anos, cerca de 10 mil colombianos foram aprovados no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, o Celpe-Bras.

Na área de meio ambiente, é evidente como os países amazônicos sócios no Tratado de Cooperação Amazônica que enfrentamos, ao longo dos últimos anos, o mesmo tipo de desafio prático, no sentido de encontrar soluções para o desenvolvimento aliado à conservação e à sustentabilidade nas nossas regiões amazônicas, também enfrentamos o desafio de lidar com a pressão internacional, como V. Exa. mencionou, Senadora Kátia Abreu, nem sempre justificada, mas sempre muito presente e com consequências para os nossos interesses.

Em outras áreas, como cultura, a Colômbia tem uma cultura muito rica em artes plásticas, em literatura, em música, e é também um país que tem muito interesse na cultura brasileira. Então, há potencial para continuidade e expansão da divulgação nessas áreas mais tradicionais, mas também naquelas às quais a senhora tem se referido e tem promovido nos debates aqui na Comissão de Relações Exteriores, o que é muito importante.

Nós temos desafios semelhantes e interesses em colaborar em questões de saúde. A pandemia, evidentemente, terá que ser combatida em conjunto em todos os países, ainda mais entre países vizinhos, que é o nosso caso, que temos essa fronteira comum.

Aliás, essa fronteira é uma daquelas que ainda se encontra num estado relativamente incipiente de integração. As áreas urbanas principais são Letícia e Tabatinga. É importante que haja o apoio dos Estados, dos Governos centrais, para os esforços dessas municipalidades, desses Estados fronteiriços para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento fronteiriço ordenado, porque o desenvolvimento urbano descontrolado, além do impacto social e econômico, tem também consequências, inclusive em termos de segurança, porque a construção urbana desordenada oferece oportunidade para o fluxo ilícito de pessoas e de mercadorias nessa região. Já há em discussão, há algum tempo, projetos conjuntos para trabalhar nessa área, mas, evidentemente, é algo que terá que ser desenvolvido ao longo de muitos anos.

Áreas de transportes. Antes da pandemia, havia planos para a expansão das rotas aéreas entre Brasil e Colômbia. Esperemos que, com a superação da fase mais crítica, isso possa ser retomado, o que abrirá novas oportunidades para a expansão também do turismo entre os dois países.

Na área de energia, uma das principais exportações da Colômbia para o Brasil é carvão e produtos derivados de petróleo, mas também a Petrobras está presente na Colômbia e uma das áreas de expansão para a produção de petróleo na Colômbia é *offshore*, onde a Petrobras tem uma reconhecida competência e experiência.

Em termos de cooperação regional, os nossos organismos regionais todos têm passado por dificuldades ao longo dos últimos anos. É claro que não há soluções fáceis para isso, mas é através do diálogo e do esforço diplomático que nós encontraremos os nossos caminhos.

Eu passaria, agora, a fazer uma menção com base no planejamento estratégico, que segue as orientações da Comissão de Relações Exteriores, sob o comando de V. Exa. Os objetivos estratégicos listados aqui refletem essa gama muito ampla de áreas de atuação comum, áreas de cooperação. Eu vou repassar de maneira superficial algumas dessas áreas.

No comércio, nós já temos acordos que liberam ou liberalizam praticamente todo o comércio. Os 97% do comércio estão desgravados. Aliás, participei pessoalmente da negociação da última etapa da ACE 72, que leva, a esses 97%. Esse acordo está em vigência provisória na Colômbia. Uma das nossas missões, caso aprovado pelo Senado, será obter a internalização desse acordo pela Colômbia.

O nosso comércio cresceu. Entre 2015 e 2019, o comércio passou de US$3 bilhões a cerca de US$4,5 bilhões, ou seja, um crescimento, em quatro anos, de 50%, que é bastante significativo. Houve uma queda de 20% em 2020 e, no primeiro semestre deste ano, já houve um aumento de quarenta e poucos por cento em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Qual o principal produto?

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – O principal produto é o setor automobilístico.

Nós esperamos, então, que o comércio retome os níveis de pré-pandemia talvez já neste ano e uma das missões, evidentemente, é promover ainda mais a expansão dos produtos brasileiros na Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área da agropecuária, por exemplo, a Colômbia é um país importador e a nossa presença ainda está aquém. Uma das tarefas que nós temos é a negociação de uma série de protocolos sanitários, fitossanitários, que nos deem condições de previsibilidade e de segurança no comércio, mas há também o apoio a missões empresariais.

Em 2019, segundo o Embaixador Balduino, num evento organizado pela Funag e pela Fiemg, ele mencionou que foram realizadas 200 missões à Colômbia de todos os tipos, mas a maioria empresariais – muitas também governamentais –, mas 200 missões é praticamente uma missão por dia útil. O setor de promoção comercial da embaixada em Bogotá é muito ativo, é um dos que mais responde à consulta, o setor privado tem expressado um grande interesse pelo mercado colombiano ao longo do tempo.

Existe também uma presença importante, como foi mencionado, há mais de cem empresas brasileiras nos mais diversos setores que estão instaladas na Colômbia, várias dessas empresas são de base tecnológica. Segundo os dados que me foram fornecidos, seriam 26 empresas de bases tecnológicas presentes na Colômbia e, claro, que uma das missões, então, da embaixada é continuar dando apoio para que esse interesse se reflita em oportunidades, em operações comerciais e de investimento efetivo.

A senhora tem demonstrado um grande interesse em indústrias criativas e o Ministério da Cultura da Colômbia tem buscado aproximação com o Brasil nessa área. Então, existem aqui oportunidades para uma série de ações a serem desenvolvidas, seja em conjunto pelos dois Governos, seja aproveitando as oportunidades que são oferecidas pelas feiras, pelos eventos, na Colômbia. Vários dos meus colegas mencionaram e isso é certamente uma prioridade, ainda mais com um país tão próximo de nós como a Colômbia. É a promoção da imagem do País e da marca do Brasil com o país, não apenas como um destino turístico atraente e que pode atrair muito mais colombianos do que já atraiu no passado, mas também como um país com uma economia sofisticada, como um investidor importante, com uma indústria sofisticada com produtos do agronegócio de alta qualidade.

Essas atividades de promoção de imagem, de cultura sofreram, evidentemente, com a pandemia. Muitas delas, evidentemente, podem ser substituídas por atividades remotas, mas será necessário, certamente, retomar essas atividades de forma mais presencial, assim que possível.

Para encerrar, eu mencionaria que no plano político existe um bom entendimento com a Colômbia, tem havido, ao longo do tempo. Mesmo quando houve governos que não eram, exatamente, da mesma linha política, ainda assim houve uma cooperação muito profícua em prol de interesses concretos das duas áreas. Isso deve continuar. Nós temos mecanismos institucionais, temos diálogo de chanceleres. O Presidente Iván Duque visitou recentemente o Brasil, a Chanceler da Colômbia esteve aqui, também, neste ano. Mas o mecanismo propriamente dito de diálogo de chanceleres, a última vez que se reuniu foi em 2018. Essa será uma das prioridades, caso o meu nome seja aprovado pelo Senado Federal. Nós temos, também, o mecanismo dois mais dois, que é de chanceleres e de ministros da defesa, cujo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse é evidente no caso de uma fronteira que desempenhe um papel tão importante no combate ao crime transnacional para nós.

Tendo em vista que a cooperação abrange tantas áreas, é importante, também, promover os contatos de outros ministros e também o contato entre os Parlamentares. Nós temos muito a oferecer à Colômbia. Só para mencionar, muito rapidamente, uma das questões por trás do processo de paz é a questão da regularização fundiária. Então, nós temos – a senhora mencionou – não apenas a nossa experiência de reforma agrária, mas a experiência mais recente brasileira com georreferenciamento para a atribuição de títulos, que é fundamental, inclusive para programas de créditos rural. Então, são áreas em que nós podemos cooperar. A Colômbia também tem muita experiência no combate ao crime organizado e ela também tem experiências que podem ser úteis para nós.

Eu encerro aqui agradecendo, mais uma vez, a atenção e a gentileza dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, pela sua explanação, muito bem-feita, com muita dedicação. Eu lhe agradeço a consideração com o Senado Federal.

Agora o nosso último item da pauta.

ITEM 11

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Espiridião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Relator, Espiridião Amin, participou de um pedaço grande da nossa reunião, mas era o último voo para Santa Catarina, e a nossa Senadora Nilda Gondim vai fazer, com a mesma competência, o nosso relatório. Por favor.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Menos. O Senador Amin realmente não posso me comparar: eu sou novata aqui e ele tem...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nada!

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... um mundo de experiência aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Novata na presença do Senado; agora, na política, nas articulações e tudo mais você é mais experiente ainda do que eu e ele juntos!

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Bem mais antiga, é verdade.

Sra. Presidente, Srs. Embaixadores e Embaixadoras, eu fico muito feliz porque eu estou vendo aqui um maior número de mulheres investidas como Embaixadoras, e isso para nós é um grande orgulho, é um resgate às mulheres, porque nós sempre fomos muito discriminadas e o mundo está mudando, o espaço está aumentando e os direitos das mulheres estão sendo mais reconhecidos. Então, eu quero felicitar todos vocês que vão, com certeza, representar muito bem o Brasil em diversos países e vão nos trazer também, retribuir, com esse intercâmbio Brasil com todos esses países. Parabéns a todos! É uma missão árdua, mas uma missão honrosa e uma missão altamente gratificante.

Então, vamos lá, sem muitos comentários, pois já faz tempo que a gente está aqui.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Pompeu Andreucci Neto – é assim mesmo? – é filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci e nasceu em São Paulo/SP, em 16 de março de 1964. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1986. Ainda na seara acadêmica, em 2009 tornou-se Mestre em Políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Públicas Internacionais pela Paul H. Nitze School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University, em Washington/DC – desculpem-me pelo inglês, que eu não sei muito não.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1989.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro, em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009, e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de 1992-94, Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, de 1992 a 1994; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, entre 2000 e 2003; Assessor Especial e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2003 e 2006; Assessor Diplomático e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, de 2011 a 2016; e Chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 2016 a 2018.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de 3º e 2º Secretário no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997; 2º Secretário na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2011; e Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, de 2018 até o presente.

O diplomata indicado fez jus às seguintes condecorações: Oficial da Ordem de Rio Branco (2005); Medalha Mérito Tamandaré (2011); Grande Oficial da Ordem de Rio Branco (2012); Medalha da Vitória (2012); Medalha Cívica Regente Feijó (2012); Ordem do Mérito Militar (2014); Ordem do Mérito Naval (2015); Ordem do Mérito Aeronáutico (2015); Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (2017); Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa (2017); Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial (2018); e Medalha do Pacificador (2018). Muita medalha, não foi?

Ainda em seu currículo, há menção às diversas obras publicadas pelo diplomata:

• *A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas ante uma Herança Weberiana*;

• *Itaipu Binacional – Origens e Consequências de uma Crise*;

• *La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne – Est-ce qui`l y en a Une?*;

• *Rio Branco e a Questão do Acre – Antecedentes da Ação Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul*; e

• *A Opção Realista em Política Internacional – O Pensamento de Hans Morgenthau.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso mesmo?

Bom, como balanço de sua gestão, o Embaixador João Almino destacou três fatos: as manifestações de outubro de 2019, em razão de o Governo de Lenín Moreno tentar eliminar, por razões fiscais, o subsídio concedido pelo Estado aos combustíveis, em especial ao óleo diesel; a pandemia; e as eleições, que, neste ano, trouxeram ao poder o Presidente Guillermo Lasso e uma Assembleia dominada pela oposição.

Destaca que na relação bilateral, que já dura 177 anos, o período é de reaproximação. Há no Equador várias empresas brasileiras, como Tigre Tubos e Conexões, Vicunha, ABInBev; CCR (acionista majoritária da Quiport, concessionária do aeroporto de Quito); Synergy Group (que explora poços petrolíferos); e o consórcio Cutrale-Safra (acionistas principais do grupo Chiquita Banana); Tramontina; WEG; Latam e Avianca (que contam com acionistas brasileiros); além da Camil Alimentos S.A., que comprou as operações de arroz da equatoriana Agroindustrias Dajahu S.A., que detém 21% do mercado do produto no País. Tramontina e WEG possuem escritórios comerciais próprios, enquanto a Marcopolo tem representante exclusivo.

Quanto ao comércio, houve expansão da comercialização de produtos de origem animal brasileira e do agronegócio – olha aí, Kátia. Esse comércio é amplamente favorável ao Brasil (relação de 6,6 para 1), cuja corrente, em 2020, com a pandemia, decresceu em mais de 25%, situando-se em torno de US$720 milhões. Um dos problemas desse desequilíbrio é que, por força judicial, não importamos a banana equatoriana, em razão do vírus do Mosaico das Brácteas... O que é isso? Eu não sei. É uma praga? (*Risos.*)

Da Bananeira – eu não conhecia – (BBrMV), inexistente aqui.

Aqui no Brasil tem essa praga também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas no Brasil não tem não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ainda bem.

E as bananas daqui do Brasil são realmente maravilhosas.

Desculpe.

Nós vendemos para o Equador sobretudo automóveis de passageiros, polímeros de etileno e de propileno, medicamentos, rações, produtos siderúrgicos, maquinaria rodoviária, papel e cartão, ferro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundido, veículos para o transporte de mercadorias, calçados, móveis, motores, pneumáticos e autopeças. E importamos, em especial, preparações e conservas de peixe, desperdícios e sucata de cobre, fios de algodão, produtos de confeitaria e peixes.

O Embaixador destaca vários projetos de cooperação bilateral, mas não esquece do fomento da diplomacia parlamentar, nesses termos:

> Durante minha gestão, tive também a satisfação de facilitar o adensamento das relações parlamentares entre Brasil e Equador. Mantive interlocução com a assembleia, especialmente sua Comissão de Relações Internacionais e Mobilidade Humana. Ao seu Presidente, o assembleísta Fernando Flores, entreguei, ao final de seu mandato, placa de reconhecimento da Embaixada do Brasil. Destaco, em particular, sua participação em reunião de dezembro de 2020 com vistas à reativação do Parlamento Amazônico, convocada pelo Senador Nelsinho Trad, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores. A correspondente Comissão equatoriana é atualmente presidida pelo filho de Fernando Flores, Juan Fernando Flores, do Movimiento Político Creando Oportunidades (Creo), do Presidente Guillermo Lasso. A ele transmiti o convite, que aceitou de imediato, da sua homóloga, Senadora Kátia Abreu, para que participasse de reunião, por ela convocada, em agosto do corrente ano, sobre integração regional.

Não menos relevante foi a decretação de estado de sítio, em outubro de 2021, pelo Presidente do Equador, em razão da insegurança e da necessidade de combater o narcotráfico. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Interior do Equador, entre janeiro e agosto desse ano foram registrados 1.427 assassinatos no país, 55 a mais do que em todo o ano de 2020.

Contudo, um dos fatos mais marcantes do ano no Equador, em 28 de setembro, foi o enfrentamento de facções ligadas a cartéis do México e da Colômbia, na penitenciária de Guayaquil, deixando 119 mortos. Mesmo assim, nos dias 12 e 13 de novembro deste ano, novo enfrentamento nessa prisão deixou mais de 58 oito mortos, mesmo sob a vigência do estado de sítio.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão.

Eis aí, Sra. Presidente, a relatoria do Senador Amin, que eu tive o prazer e o orgulho de tentar substituí-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Foi excelente, Nilda. Excelente.

Muitíssimo obrigado, Senadora Nilda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Pompeu Andreucci Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Por favor, com a palavra.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO (Para expor.) – Sra. Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu, muito agradeço esta oportunidade de comparecer perante a Comissão, como candidato à chefia da Embaixada do Brasil no Equador.

Eu saúdo as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, e agradeço a indicação do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, por proposta do Chanceler Carlos França, e agradeço em especial ao Relator da minha indicação, o Senador Esperidião Amin, e, naturalmente, a Senadora Nilda Gondim, pela gentileza de proceder à leitura do relatório.

Muito obrigado.

Senhoras e senhores, dado o fato de eu ser o último expositor, e eu sei que os senhores estão todos já... Enfim, vai longe o horário. Eu prescindo... (*Fora do microfone.*)

Não, não estamos. Eu tampouco. Mas eu pensaria em prescindir das exposições históricas e geográficas, que eu sei que são sobejamente conhecidas, e me referir ao contexto da relação bilateral e às prioridades, algumas das prioridades e metas, como especificado no planejamento estratégico.

Trata-se, como consta do relatório do Relator de uma relação de 177 anos, uma relação diplomática que une dois países que têm cultura, herança e história latino-americana em comum. Mas, mais do que isso, Sra. Presidenta, Brasil e Equador coincidem em valores e prioridades. Os dois países valorizam, por exemplo, o Estado de direito, a democracia, a livre iniciativa, buscam a preservação do meio ambiente com geração de emprego e renda para as populações locais e defendem os direitos humanos. Os dois países veem, como prioridade, o desenvolvimento econômico e social, o combate à pobreza, à discriminação e a manutenção da paz.

Aquilo, então, que a geografia separou no continente os valores e as prioridades uniram, de modo que, hoje, Equador e Brasil têm interesses e propósitos comuns. Ambos os países têm interesse em manter a relação de forma consistente e abrangente, ampliando-a, e têm interesse em aprofundar o trabalho conjunto bilateral. Têm também o propósito de se apoiar, de forma recíproca, em organismos internacionais e articular estratégias para construir propostas de cooperação mutuamente benéficas.

Dentro dessa perspectiva de valores e prioridades coincidentes e de interesses e propósitos que compartilham, acredito que, se aprovado por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário, será possível desenvolver um trabalho diplomático que gere benefícios concretos, tangíveis e mensuráveis para o Brasil e os seus cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na linha das propostas estratégicas, apresentadas no documento de planejamento que foi circulado, eu gostaria de me referir a algumas metas e prioridades da gestão frente à Embaixada do Brasil no Equador, se aprovado, naturalmente.

Basicamente, essas metas e propostas se relacionam à relação política bilateral, à cooperação técnica, à cultura, à diplomacia parlamentar, à cooperação em defesa e segurança e ao comércio, investimentos e turismo.

Se V. Exa. me permite, Sra. Presidenta, eu começaria pelo que eu pretenderia ter como prioridade número um de minha gestão frente à Embaixada no Equador, que seria a prioridade da retomada do comércio em níveis pré-pandemia.

Como bem lembrou o Relator, o comércio bilateral sofreu profundamente durante os anos de 2019 e 2020, com uma queda de cerca de 25%. Um comércio, que tem um fluxo total, historicamente, de cerca de US$1 bilhão, caiu para algo em torno de US$700 milhões. E esse comércio é importante, é importante para o Brasil, é importante para o Equador.

Dentro dessa estratégia, seria muito importante, senhoras e senhores, buscar um equilíbrio na balança comercial. Como também apontado pelo Relator e também são dados que estão à disposição, são públicos, o comércio é tradicionalmente – o comércio bilateral Brasil-Equador – e de maneira estrutural favorável ao Brasil, mas não apenas favorável, é muito favorável ao Brasil. Essa é uma relação de cerca de sete para um e, em alguns anos, até de 10 para um o saldo comercial. O saldo brasileiro é, às vezes, 10 vezes maior do que as exportações equatorianas.

Isso passa por uma renegociação, naturalmente, num acordo de complementação econômica que o Mercosul mantém com o Equador, que é o ACE 59, a exemplo daquilo que o meu colega, o Embaixador Paulo Estivallet, mencionou, que foi feito com a Colômbia, em 2017, quando foi renegociado o acordo de complementação econômica com a Colômbia e também com o Chile, em 2018.

a exemplo daquilo que o meu colega, o Embaixador Paulo Estivallet, mencionou que foi feito com a Colômbia, em 2017, quando foi renegociado o acordo de complementação econômica com a Colômbia e também com o Chile, em 2018.

Nós precisaríamos renegociar o acordo com o Equador para incluir a facilitação de comércio, compras governamentais e comércio de serviços.

A embaixada poderia funcionar também como um ponto catalizador para reunir autoridades e empresários, para discutir como melhorar a qualidade do comércio bilateral. Isso traria vantagens significativas para o Brasil, não só no fluxo comércio, não só na colocação dos nossos produtos industrializados, mas, sobretudo, na vantagem de evitar que o Equador viesse eventualmente a adotar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas unilaterais, como em alguns momentos pode ter ocorrido, de verificação de origem para alguns dos principais itens da pauta exportadora brasileira.

Ainda área de comércio e, principalmente, investimentos, seria importante desenvolvermos um estudo de viabilidade do multimodal... do projeto multimodal Manta-Manaus. Trata-se de um projeto de transporte que pode abrir as portas do Pacífico para o Brasil e pode também abrir uma rota alternativa para o Equador, com a exportação dos seus produtos para a Europa.

O trecho Manaus-Tabatinga já não apresenta problemas de navegação, é tranquilo, mas o trecho do Rio Napo, no Peru e no Equador, necessita de aprofundamento do calado. Seria necessário estabelecer um estudo de viabilidade, inclusive, ambiental para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Seria de Manaus, descria até o Peru para depois subir? Ou seria direto Manaus-Equador?

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Seria...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – A hidrovia...

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Eu não sou especialista no tema, confesso à senhora.

Eu entendo que no trecho Manaus-Tabatinga não há dificuldades. Nós precisaríamos... como é um...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É Acre, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Sim, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, mas do lado de cá.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Sim, mas é que é um projeto multimodal, não é apenas de transporte...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Eu estou atrás dele, eu gosto muito desse projeto.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Ele inclui também apenas transporte terrestre, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível, Presidente, conseguir os recursos do BID, por exemplo, para financiar o estudo de viabilidade. Esse projeto foi abandonado durante alguns anos, por razões, inclusive, ambientais, e ele poderia ser retomado agora.

Há interesse de empresários do Amazonas e também de empresários equatorianos. Eu pretendo me aprofundar nessa matéria, caso aprovado, para tratar de levar essa ideia adiante.

Na área de investimentos, também, naturalmente, apoiar as empresas brasileiras, que já foram mencionadas, que estão lá, e trabalhar aqui junto com o Congresso brasileiro para a aprovação do ACFI (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos). A Deputada Soraya Santos teve a gentileza, inclusive, de se dispor a trabalhar nessa matéria para levar adiante a aprovação desse acordo. Os equatorianos já ratificaram o acordo.

E, na área de turismo, nós poderíamos, eventualmente, pensar em desenvolver projetos de turismo ecológico conjuntos na Região Amazônica, já que os dois países, tanto o Brasil quanto o Equador, são ambos parte dos 17 países assim chamados megadiversos em termos de biodiversidade.

Tudo isso, senhoras e senhores, passa pelo aprofundamento do relacionamento político. Brasil e Equador passaram, durante alguns anos, por razões políticas internas muitas vezes, por um processo de distanciamento. Havia, no momento, governos de orientação diversa nos dois países, e isso impediu, inclusive, que alguns projetos tivessem continuidade.

E este é um momento de reconstrução de confiança e de aprofundamento da relação.

Presidente Jair Bolsonaro esteve na posse, recentemente, agora, em maio, do Presidente Guillermo Lasso e saiu muito bem-impressionado, segundo relatado, e seria o momento de, por meio de mecanismos, como mecanismo bilateral de consultas políticas, aprofundar essa relação bilateral.

Também teríamos muito a ganhar nesta área. Isso nos permitiria, Sra. Presidenta, desenvolver projetos mais intensos, por exemplo, na área de cooperação técnica. Em muitas áreas, a cooperação técnica com o Equador é muito frutífera e muito importante – em recursos hídricos, por exemplo, em desenvolvimento agrícola, com a Embrapa. Em educação, a UnB tem projetos no Equador; a Universidade de Santa Catarina também tem projetos no Equador.

Em temas sociais, o Equador tem um programa de transferência de renda que poderia ser aperfeiçoado com o conhecimento que o Brasil tem nesta área, que é importante, e tem um dos projetos mais bem-desenvolvidos.

Na área da saúde, o Brasil já faz uma cooperação técnica muito importante com o Equador no fornecimento de medicamentos. Apoiou muito, neste momento da crise sanitária, com a transferência de medicamentos para combate ao covid-19. E temos também as reuniões do grupo de trabalho bilateral em cooperação técnica, que é um instrumento que nos permitirá aprofundar a cooperação técnica nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer uma referência especial ao tema da diplomacia parlamentar. O Presidente da Comissão de Relações Internacionais e Mobilidade Humana, Juan Fernando Flores, tem um interesse muito especial pelo Brasil. Participou, como disse o Embaixador João Almino, de um seminário, um *webinar* convocado por V. Exa., para discutir as relações internacionais na região e tem muito interesse na questão do Parlamento Amazônico, cuja reinstalação foi proposta agora, no final de 2020, pelo Senador Nelsinho Trad, relatado pelo Senador Eduardo Braga.

O Parlamento Amazônico já está funcionando. Participam Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana, Equador e Guiana Francesa, com o objetivo de estabelecer políticas... (*Pausa.*)

Sim... com o objetivo de estabelecer políticas integradas para a Amazônia, aproximar os países membros e promover a cooperação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Recentemente, o Senador Nelsinho Trad realizou uma sessão para eleição da diretoria do Parlamento, da condução. Ele foi eleito Presidente do Parlamento Amazônico. E a Vice-Presidenta do Parlamento Amazônico é uma representante equatoriana, Isabel Enriquez, que tem feito um papel muito importante. Ambos pretendem fazer realizar reuniões proximamente.

O Parlamento Amazônico reuniu-se também para manifestar posições para a COP26, em que V. Exa. esteve representando tão bem o Brasil.

A Amazônia, Sra. Presidenta, exige políticas de Estado. Não se fazem, portanto, políticas de Estado sem a participação dos Parlamentos. Daí o papel fundamental do Parlamento Amazônico. E eu, caso aprovado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – ... pretendo desenvolver e levar adiante as iniciativas do Parlamento Amazônico.

Eu ainda gostaria, se V. Exa. me permitisse, de me referir à cooperação em defesa e segurança. Trata-se de um ponto fundamental na relação entre os dois países. Como se sabe, o Brasil teve um papel decisivo nas situações, na década 90, que surgiram entre Equador e Peru, nas disputas. O Brasil teve um papel de pacificador fundamental e tem um reconhecimento importantíssimo político, um peso político e um respeito muito grande no Equador em função desse papel que exerceu.

Hoje, o Ministério da Defesa está presente no Equador e tem uma cooperação intensa em treinamento, intercâmbio acadêmico e militar, cibernética, desminagem e no Sistema Integrado de Fronteira (Sisfron).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seria importante também desenvolver a vertente do comércio em defesa. A Base Industrial de Defesa do Brasil tem um interesse muito grande nisso. Eu já conversei com o Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, o Dr. Marcos Degaut, que pretende fazer uma missão ao Equador e que poderá também vir a desenvolver essa área com o país. O Equador já tem aviões Super Tucano e tem interesse em adquirir outras aeronaves.

Ainda faço referência a uma reunião que se realizou no dia 23 de maio de 2021, interministerial, às vésperas da posse do Presidente Lasso. Nessa reunião, tratou-se também da importância de reforçar a questão da inteligência entre Brasil e Equador.

O Equador tem uma ampla fronteira com a Colômbia. Há problemas de trânsito e de narcotráfico nessa região. E interessa muito ao Brasil conhecer e saber exatamente o que se passa nessa região.

Um dos meus objetivos será contactar o Diretor-Geral da Polícia Federal para consultá-lo sobre a possibilidade de criar uma adidância da Polícia Federal na Embaixada em Quito, caso aprovado.

Eu ainda teria temas aqui, como a promoção cultural, que também é uma matéria absolutamente fundamental. Os equatorianos têm uma grande admiração pela música brasileira. Existe um centro de arte contemporânea em Quito muito famoso. E seria importante colocá-lo em contato com museus como o MAC da USP, o MAC de Niterói, o MAM, do Rio de Janeiro, ou o MAR, do Rio de Janeiro, e desenvolver também outras iniciativas em setores como o audiovisual. Eu acho que nós poderíamos fazer festivais de cinema brasileiro no Equador, além da música, que já está presente.

E um dos meus objetivos – repito: caso aprovado – seria instalar um leitorado brasileiro na Universidade Andina Simón Bolívar. Já está aprovado pela Capes. Basta a questão de tratar dos trâmites necessários e legais para a instalação do leitorado.

Finalmente, refiro-me às comemorações do Bicentenário da Independência, tão importante. Nós podemos desenvolver alguns projetos interessantes. Eu tenho feito isso na Embaixada em Madri, que, naturalmente, será prosseguido pelo meu sucessor, pelo Embaixador Orlando, mas pretendo também desenvolver essa vertente na Embaixada em Quito, caso tenha a honra de ser aprovado por V. Exas.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

E é esse o teor da minha apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Excelente! Muitíssimo obrigada. Parabéns!

Nós vamos abrir a votação daqui a alguns minutos. Mas, antes de encerrar, eu gostaria só de aproveitar essa oportunidade em que há vários diplomatas no mundo todo nos assistindo para dizer que, nos anos anteriores, desde 2019 – eu mandei pegar ali rapidinho –, no orçamento de 2019, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocados R$185 mil para a promoção comercial e investimentos no Itamaraty, no MRE. Muito, não é? Muito dinheiro, R$185 mil. Depois, em 2018, foram colocados R$17.360, já piorou um pouco mais. Em 2020, foram colocados R$2 milhões. Em 2021... Isso é emenda de Comissão, aqui da CRE. Nós temos direito a quatro. Nós colocamos uma para a Marinha, Aeronáutica e o Exército. Então, no ano passado, 2021 – não é Governo, não, é aqui –, R$171 mil. Desculpa. Em 2020, R$2 milhões – aumentou um pouco, animou. Depois, em 2021, R$171 mil e, agora, em 2022, com essa nova gestão, nós colocamos R$20 milhões. (*Palmas.*)

E o Chanceler ainda não me ligou agradecendo, não. Hoje ele me ligou, falou de novas sabatinas, de mais dez na semana que vem. Eu dei todo o apoio. Vocês viram aqui o Presidente. Mas eu acho que RS$20 milhões ele achou pouco. Eu acho que ele achou pouco, mas ele vai ligar. Com certeza alguém vai fuxicar para ele.

Bom, eu queria fazer um comentário, uma pergunta, na verdade, que me intriga demais. Eu gosto de aprender, eu sou muito curiosa. O pouquinho na vida que eu progredi foi estudando. Não sou estudiosa, sou estudante de caderno e caneta. Vendo essa América do Sul, já fizemos um seminário com todos os presidentes de CRE, com o NDB, tratando de infraestrutura, com os embaixadores...

Eu quero aquele mapa de novo. Eu não quero votação agora, não. Você viu a sua hidrovia lá? Aquele mapa de novo. Você estão muito adiantados. Estão com pressa? Tem comida aí. É a Ordem do Dia, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, Tabatinga com "i".

Então, nós já fizemos algumas reuniões. Eu já estive com a Aladi, com o Presidente atual da Aladi, o ministro da Aladi, com a OTC, que é da Amazônia, dos países da Amazônia, conversando com muita gente. E estou lendo alguns livros sobre comércio exterior e esse estudo da região sul, da América do Sul.

A minha pergunta é: nessa estratégia que o Itamaraty poderia traçar para a América do Sul, será que já é assim – e eu estou aqui querendo inventar a roda? Mas não seriam três estratégias? Por exemplo, a estratégia Sul, que é o Mercosul; a estratégia Caribe, que está toda separada pela Amazônia, que seria na minha ideia Colômbia, Venezuela e as Guianas; o Sul é o Mercosul, os quatro países; e o pessoal do Pacífico. Certo? Então, eu gostaria de saber se essa integração teria que ser por blocos, porque eu tenho muita vontade de ver uma integração maior, comercial na América do Sul, uma integração de estradas, de cultura, que a gente pudesse estar vendendo junto, comprando junto. São aqueles sonhos que a gente tem, não é, Nilda? E tem que ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me pergunto se essa estratégia precisava ser dividida ou se é possível fazer tudo isso num bloco só. Eu tenho paixão por infraestrutura. É por isso que eu fiquei perguntando. Eu gosto muito de mapa, tenho obsessão por mapa. Então, o que poderia ser feito nesse sentido?

Está aqui o Embaixador que vai para a Aladi, o que vai para o Equador e o que vai para a Colômbia. Então, eu gostaria de ouvir sobre isso. É uma integração e várias estratégias ou é uma integração e uma estratégia só que a gente deveria adotar?

Há outra questão em relação ao seu projeto, Embaixador Pompeu – seu projeto, que também é meu. Eu imagino que essa audiência que nós fizemos com as CREs, os embaixadores e o NDB, banco do Troyjo, seria justamente para fazer essa integração. O NDB não pode investir direto nos países que não são dos Brics, a não ser que eles sejam filiados, como o Uruguai se filiou agora – paga uma mensalidade, uma anuidade e vai. Então, esses países poderiam aderir. E eles têm interesse – só não têm na Venezuela e no Paraguai, porque o Paraguai não tem acordo com a China; portanto, não haveria condição, infelizmente. Então, nós temos essa opção de filiação desses países. Como se deveria proceder? Eu já falei com o Paulo Guedes, eu já movi meio mundo. O Presidente brasileiro ou de outro país dos Brics tem que enviar uma carta para o Conselho dos Brics recomendando esses países como filiados ao Brics, se eles quiserem, é óbvio.

Então, vocês que estão indo para lá poderiam estreitar isso com os embaixadores dos países, para ver se há interesse nessa filiação, e o modelo do Uruguai pode ser mostrado: quanto que o Uruguai paga... Não tem nada a ver a proporcionalidade. O que paga o país, o que ele pode tomar de recurso é muito, milhões de vezes maior do que ele vai pagar. Agora, tem que ter interesse realmente numa infraestrutura específica.

A outra solução que o Troyjo encontrou... Aliás, há o CAF também, mas ele acha que pode fazer uma aliança com o CAF. O NDB com o CAF poderiam financiar a infraestrutura desses países, o que também seria uma solução.

E, com relação ao projeto, o nosso Embaixador explicou sobre... Eu até esqueci. Focem?

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES (*Fora do microfone*.) – Focem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Focem. Eu já fiz o *checklist* ali e mandei tudo para digitarem, porque eu anoto tudo.

O Focem poderia, por exemplo, ajudar a fazer essa hidrovia? Será que essa hidrovia requer derrocagem? Será que ela não requer um grande lago, uma grande represa, que vai suspender o leito do rio e fazer a navegabilidade? E essa represa poderia ser usada para irrigação naquele país? Então, são alternativas. Um estudo desses seria da maior importância. E a gente pode dialogar com o NDB, o CAF e o fundo... Já esqueci de novo o nome. É o horário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES (*Fora do microfone*.) – Focem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Focem, Focem, Focem.

Dialogar com o Focem, para ver se a gente encontra alternativa para esse caso, para o caso de integração com a Colômbia. O Embaixador da Colômbia, o Presidente da CRE ficou muito entusiasmado e falou, 200 vezes, do interesse dele nessa integração da Colômbia com o Brasil. Olhando no mapa, é tudo lindo. Quando se chega lá perto, há pedra, derrocagem, altitude, milimetragem. É tecnicidade demais. Mas eu não vejo dificuldades também, via hidrovia, de chegar até a Colômbia, olhando, assim, no mapa, simplesmente, não é? Tudo isso precisa de estudo.

Então, eu imaginei que, nessa proposta, a gente pudesse verificar essa interligação com os países do Pacífico e com os do Caribe. Com os do Mercosul, está tudo levantado. Dos países do Mercosul, a gente já sabe tudo, não precisa de projeto, já está encaminhado e paralisado por pouquinho dinheiro, por bobagem da Lagoa Mirim. O Paraguai está terminando. A BR nossa está pronta, a do Chile está pronta, a do Paraguai falta um pedacinho muito pequeno, mas eles têm o dinheiro e estão fazendo. Então, aqui para baixo está, relativamente, bom. Para os países do sul, eu imagino futuramente uma belíssima ferrovia paralela a essa rodovia que está sendo feita hoje. Então, eu gosto muito de rodovia, e hidrovia é minha paixão.

Então, era esta sugestão que eu gostaria de deixar: nós juntarmos as forças com o Itamaraty desses países, com os ministérios, com os MREs locais, para que a gente pudesse abrir essa discussão com a CRE e com o Itamaraty desses países, enfim, para que a gente possa colocar isso em prática, caso haja interesse, óbvio.

Então, sobre essa questão, eu gostaria de ouvir os três e quem mais quiser falar sobre esse assunto específico. Vocês estão vendo que eu não estou cansada; se vocês estão cansados, eu não tenho culpa. (*Pausa.*)

Vai começar a Ordem do Dia.

Então, vamos, rapidinho, só a esse tema, porque eu tinha até mais com Estivallet sobre a China, mas não vai dar tempo.

A Zenaide mandou uma mensagem para o conterrâneo – e, se eu não a ler, é a terceira guerra mundial –, mas é muito pequena. Espera aí. Estava até aqui, meu Deus!

Cumprimentando, porque está de longe a nossa querida amiga. Então, antes da resposta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Parabenizo a indicação e exorto a aprovação do nome do Embaixador Marcos Abbott Galvão, que tenho a honra de chamar de conterrâneo e que vem de uma cepa de diplomatas de alto nível, alto perfil.
> O Embaixador Galvão terá uma das missões mais importantes de nossa chancelaria, que será aprofundar as relações sino-brasileiras. A importância do parceiro chinês para as relações econômicas internacionais do Brasil é notória e incontestável. Resta-nos, com o pragmatismo e a objetividade que sempre orientaram a política externa como política de Estado, extrair das relações sino-brasileiras benefícios mútuos e otimizados por boas escolhas nacionais de políticas públicas em comércio exterior.
> Quiçá, em sua gestão, veremos assinado um memorando de entendimento América Latina-China para que integremos a iniciativa cinturão e rota não como meros satélites, mas copartícipes de uma política de otimização comercial de muitas mãos!

Essa Senadora não é mole, não; ela é muito competente. A Senadora Zenaide, do Rio Grande do Norte, lhe manda esses cumprimentos.

Então, eu vou dar dois minutos para cada um dos três, e o Senador Amin vai fazer o encerramento, a distância, da nossa Comissão. Então, em 20 minutos, terminamos tudo.

Por favor, Embaixador Pompeu.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO (Para expor.) – Senadora, o que eu posso dizer é que há um grande interesse por parte do Equador no desenvolvimento desse projeto multimodal. Eles sabem que isso abriria uma porta muito importante para a Europa para as exportações equatorianas e sabem que isso dinamizaria o país. Talvez o obstáculo maior – como eu lhe disse, não sou especialista nisso, pretendo me aprofundar – que enfrentássemos hoje seria justamente de natureza em relação à biodiversidade e a preservação do meio ambiente. Há diversas manifestações já de organismos não governamentais contrários a esse projeto porque acham que provocariam uma modificação muito acentuada no meio ambiente local e que isso causaria uma série de prejuízos a um país megadiverso como é o Equador.

No entanto, a fase inicial seria obter o financiamento para o estudo de viabilidade. E isso eu acho plenamente viável.

Há muitas fontes, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Há muitas fontes, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – ... faz fronteira com o Brasil e tem características parecidas com a nossa, ou seja, esse um terço da Colômbia, que é esse triângulo sudeste, representa 30% do território do país, mas só 10% da população, e ele é muito mal servido por vias de transporte.

A minha impressão é de que esse projeto multimodal com o Equador poderia também ser usado para a comunicação com a zona que é mais densamente povoada e mais produtiva da Colômbia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode ser estudado, inclusive, um canal, certo? Um canal, por exemplo, o canal que eu vi na Belo Monte – Belo Monte, não, no Pará é a...

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Santo Antônio.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, Santo Antônio e Jirau e aqui Belo Monte.

O canal de Belo Monte é uma coisa impressionante e muito interessante.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – É, é.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Até melhorou a inundação. Inundou menos área.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – É.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Antonio Simões, nosso Embaixador no Uruguai.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Olha, a minha resposta é a seguinte: dá para fazer? Dá. Agora, eu acho, pela experiência que eu tenho... No início do ano 2000, foi feita uma reunião de presidentes da América do Sul. E aí surgiu uma carteira de projetos chamada IIrsa. São mais de 20 projetos. E isso foi até certo ponto, mas não avançou.

Eu acho que esses projetos, para avançar, precisam de algumas características importantes. Primeiro, eu acho que deve ser discutido bilateralmente. Eu acho que discutir assim com três, quatro, cinco países não funciona.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não. Sim, um por um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Não funciona. Eu acho que tem de discutir bilateralmente.

A outra coisa é que tem de ver como é que a fonte de financiamento se adapta. Por exemplo, a CAF tem muito dinheiro, mas quando a CAF quis dar dinheiro, por exemplo, para a dragagem da Lagoa Mirim, ninguém no Brasil quis o dinheiro. Por quê? Porque, pelas regras fiscais brasileiras, quando você pede um dinheiro de organismo internacional, você perde o mesmo montante no orçamento...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Por causa do teto.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – ... desse Ministério, entende? Porque bate no teto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Por causa do teto.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Então, nenhum Ministério quer, se tem um dinheiro no orçamento, assumir uma dívida.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** O.k.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Então, a gente tem que ver caso a caso.

O caso do... Agora, em relação ao banco...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Os Estados não têm teto, certo? Os Estados não têm teto, então...

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Não, os Estados poderiam...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** ... a gente pode contornar. Eu sempre digo que só não tem jeito para a morte.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** A gente tem que encontrar uma forma de o Estado entrar, a União avalizar e a gente fazer o que tem de ser feito, essa integração. Eu acho que é uma boa ideia.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Isso, sem dúvida. Sem dúvida. E a outra coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Na Colômbia, no Equador, não há teto, graças a Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Isso.

E a outra coisa que eu digo em relação ao banco, ao NDB, é: na época que foi feita a gestão, que me pediram para fazer a gestão lá no Uruguai para o NDB entrar, foram pedidos para outros países também, mas o único que entrou foi o Uruguai.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Para encerrar.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Por que eu acho que entrou? Não só porque ele tinha interesse, mas porque foi feita uma gestão de muito alto nível.

Eu falei direto com o Presidente, que se interessou e mandou a Ministra da Fazenda fazer. Então, eu acho que tem um pouco essa questão.

Agora, o País tem que estar interessado, não basta falar com o Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Claro, óbvio. O.k. Obrigada.

Obrigada pelas respostas. Agradeço a participação de todos na fase de arguição.

Passemos, agora, à votação, que já ocorreu em todos os postos e que ainda está aberta, mas vamos, agora, à apuração em reunião aberta.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração dos votos.

Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vocês vão preencher isso aqui? Como é que é? Fala ali mesmo, não é?

Olha aí, que maravilha: graças a Deus, praticamente todos com uma ótima votação.

Tenho que ler, não é, para registrar?

Claudia Fonseca Buzzi, Suíça, 13 votos SIM; Maria Luisa Escorel de Moraes, Suécia, 12 votos SIM e 1 NÃO; Susan, 13 votos SIM; Vivian, 13 votos SIM; Andréa Saldanha, 12 votos SIM e 1 NÃO;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raimundo Carreiro, 12 votos SIM e 1 NÃO; Marcos Bezerra Galvão, 13 SIM; Antonio José Ferreira Simões, 13 SIM; Orlando Leite, 13 SIM; Paulo Estivallet, 13 votos SIM; e Pompeu Andreucci Neto, 13 votos SIM.

Parabéns a todos, muitas felicidades e, com certeza, no Plenário, vocês também terão sucesso. Contem comigo para isso. Boa sorte a vocês! Estaremos lá juntos. Segunda, terça ou quarta, se Deus quiser, vai dar tudo certo. Venham para cá. Obrigada, um abraço.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, desejando-lhes êxito, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e um minuto do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Soraya Thronicke, Giordano, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Telmário Mota, Fabiano Contarato e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Davi Alcolumbre e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos do Val, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 49, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 74, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 50, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 59, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 77, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 78, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 69, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 75, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 61, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 48, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicação de duas embaixadoras e sete embaixadores para postos no exterior, segundo as seguintes diretrizes:

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2. A reunião é semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma urna de votação secreta *drive-thru* instalada na entrada da garagem coberta e duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma em frente ao Plenário 7 e a outra em seu interior.

3. Para otimizar os trabalhos, as sabatinas começarão com a participação dos relatores, principalmente da primeira indicada/indicado a ser sabatinado, para as suas considerações iniciais. Em seguida, será concedida a palavra à respectiva embaixadora/embaixador, por 15 minutos, para apresentação de suas exposições iniciais, incluindo seu planejamento mais estratégico para o posto. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, com duração de cinco minutos por Senador, organizados em blocos de três Senadores; as respostas aos questionamentos terão o tempo de três até cinco minutos para os questionamentos, podendo haver réplica e tréplica, por dois minutos cada. O procedimento será repetido para cada indicada/indicado.

4. Ao final das dez arguições, será realizada a votação e, por fim, a apuração dos votos.

5. O acesso à sala de reunião está restrito às Sras. e Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas, e aos servidores da Secretaria de Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício de suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. As regras e procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e estão de acordo com as normas internas da Casa, no que couber.

7. Caso seja necessário tratar de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderá – a qualquer momento – ser solicitada a conversão da reunião em secreta.

8. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pela Presidente da Comissão.

Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. e Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados será feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendida a deliberação do Plenário, passamos à arguição.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria: 0800-0612211.

Comunico que esta Comissão tem uma audiência bastante significativa em todas as nossas reuniões, sempre na quinta-feira. Talvez os nossos internautas hoje não estejam todos sabendo desse esforço concentrado e pode até diminuir um pouco, mas fizemos todos os esforços para anunciar.

Estão aqui comigo já, na Mesa, as duas primeiras sabatinadas, as Sras. Márcia Donner Abreu e Sônia Regina Guimarães Gomes.

Todos os abreus do Brasil são de um tronco só. Só uma informação, uma pequena informação. Não existem dois troncos da família Abreu, Anastasia, no Brasil inteiro. É um estudo que um parente fez, não existem dois, é um só.

Eu gostaria apenas de dizer para os meus colegas a importância dessa segunda sabatina. Organizar os postos é quase que um serviço de inteligência artificial, porque um posto depende de outros atrás e de outros adiante. Então, para circularizar tudo isso para que todos se acomodem ao mesmo tempo é necessário ter essa visão completa de todos os postos.

Muitos aqui, se não fossem sabatinados, impediriam muitos dos outros de tomar posse. Os dezessete que estão esperando – dezessete é o total –, sem vocês, também não teriam condições todos de se localizar nos postos de destino aprovados pelo Senado Federal.

Então, eu acredito que, com essa sabatina, nós terminaremos o ano com uma *performance* muito boa da Comissão de Relações Exteriores porque não ficará praticamente ninguém pendente de sabatina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para postos determinados, um dependendo do outro. Nós estamos submetendo todos para que feche esse ciclo.

Quero agradecer ao Chanceler França pelo apoio, pela parceria, pela compreensão dos interesses e da determinação da nossa Comissão de Relações Exteriores ao compreender as nossas outras tarefas, outros eventos que nós estamos implementando na CRE e não só concentrando nas sabatinas.

Item que era o 5 e agora é o 1.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Terá uma grande tarefa pela frente.

Tenho certeza de que a sua competência vai fazer com que cumpra o seu plano de trabalho.

Recebi todos eles em meu gabinete ontem, tivemos uma longa e maravilhosa conversa sobre o futuro, sobre o nosso País e, cada vez que eu me reúno com os embaixadores, eu sempre aprendo cada vez mais, graças a Deus.

Com a palavra o nosso Relator, um dos mais presentes nesta Comissão desde o início, Senador Esperidião Amin, que está pronto para deliberação.

Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, quero cumprimentar a todos os colegas Senadores e Senadoras, querida Senadora Nilda, cumprimentar todos os diplomatas e o pessoal da carreira diplomática do Itamaraty aqui presente e quero agradecer, Sra. Presidente, muito efusivamente, a designação para esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarefa. Peço permissão para, da maneira mais abreviada possível, resumir o relatório que foi distribuído já no dia de ontem e que refere os dados biográficos, a sua carreira diplomática, a sua prospecção a respeito da missão que vai desenvolver, o plano de trabalho, que eu tive o privilégio de ler e que destaca pontos que eu considero cruciais. No encerramento, praticamente na última página do meu relatório, eu menciono que o fluxo de comércio entre o Brasil e a Coreia atingiu US$5,51 bilhões no primeiro semestre de 2021, com perspectivas positivas até o final deste ano.

A Coreia mantém estoque de investimentos no Brasil de US$7,2 bilhões. Estima-se que haja mais de 400 empresas coreanas instaladas no Brasil. São exemplos disso a Hyundai/KIA (setor automobilístico), Samsung e LG (eletrônicos), Hana Micron (semicondutores) e Posco (siderurgia).

Propalada como o primeiro país a adotar, comercialmente, o serviço de transmissão de dados digitais de quinta geração, já em abril de 2019, a Coreia detém, atualmente, a maior proporção mundial de usuários da tecnologia 5G e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo. O governo coreano desenvolve o princípio de que a nova tecnologia, por seu potencial de criar "efeito cascata" no segmento das telecomunicações, em termos de maiores investimentos, deve desempenhar o papel de motor do crescimento econômico da Coreia nos anos vindouros.

Em 2023, a imigração coreana ao Brasil completará 60 anos. Quem veio para cá há 60 anos veio de uma Coreia muito diferente, muito diferente, avassaladoramente diferente da atual. Imagine quem passou 60 anos fora da Coreia, o choque absoluto, a pancada que vai levar... Eu, que conheci a Coreia no começo da década de 90, só imagino o que... Eu conheci há 30 anos. Nós conhecemos há 30 anos.

Portanto, esse primeiro grupo de 109 pioneiros partiu da cidade de Busan, em dezembro de 1962, aportando em Santos, em fevereiro de 1963, viveu pelo menos fisicamente distante dessa revolução positiva. O contingente populacional de coreanos, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 60 mil pessoas.

O Brasil abriga a maior comunidade de sul-coreanos na América Latina, a terceira maior população coreana fora da Ásia – a terceira! A nossa situação é: nós somos o terceiro destino de emigrantes da Coreia, ou seja, temos uma relação diferenciada. E somos a décima primeira no mundo, aí compreendendo os países da Ásia.

Tendo em vista a natureza da matéria que está em apreciação, esta parte do relatório formal que apresentei cumpre a nossa obrigação na Comissão de Relações Exteriores.

Eu concluo fazendo quatro observações.

Primeira. Ao longo desses 60 anos... (*Pausa.*)

Eu também quero escutar essa conferência. Eu também quero participar, né? Deve haver alguma informação importante. Quem sabe se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é. Deve haver alguma informação importante, mas é um outro assunto, não é? Aí fica complicado, até em respeito às pessoas que estão aqui em função de sua carreira.

Eu queria lembrar que esse conjunto de investimentos deve nos instigar a estimular o seu trabalho na Coreia em função de algumas perspectivas que o seu próprio plano de trabalho enuncia.

Nós tivemos muita dificuldade, Senadora Kátia Abreu, para licenciar a importante de carnes, e a senhora participou disso como Ministra, teve um papel decisivo. E certamente não foi na maciota; foi no estilo Kátia Abreu, que foi enaltecido pelo nosso Presidente Davi Alcolumbre – que está se retirando, mas jamais vai esquecer. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não! Eu estou dizendo que o senhor foi a pessoa que melhor elevou o estilo Kátia Abreu de pedir. (*Risos.*)

Historicamente, o senhor é um paradigma disso, aliás com um bom desempenho.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um bom desempenho, digno do nosso aplauso.

Preste bem atenção neste dia: estou falando bem das suas atitudes...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Ficará registrado nos *Anais*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nos *Anais* e no coração. *Ya al bak*.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, isso não pode ser aceito e não foi aceito e não foi aceito passivamente. E, assim como a Coreia desenvolve uma política de forte subsídio para a sua agricultura, isso certamente vai ser muito atual, e esta Comissão deverá ajudá-la direta ou indiretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o quarto ponto nessa prioridade que se evidencia é a questão de atrair investimentos para *chips* e semicondutores. Todo mundo sabe o que está acontecendo com a nossa indústria, especialmente a automobilística, de máquinas e equipamentos: nós estamos parados, dependendo do milagre da importação de *chips* e semicondutores. E é claro que com grande elaboração, mas nós temos todas as condições de abrigar aqui um polo fabricante, e isso deve fazer parte da nossa negociação, o que eu gostaria de priorizar. De todas as prioridades que nós temos na área de tecnologia, qual é a maior necessidade que nós temos hoje? É essa. E lembro que o preço do *chip* do semicondutor, nesse período de pandemia, teve um acréscimo em dólar de 300%. Quer dizer, não tem e sofreu uma inflação absurda.

Finalmente, Sra. Presidente, o meu agradecimento pela designação para que eu seja o Relator desta indicada também tem um forte apelo pessoal. Eu sabia que a Embaixadora Márcia viria de branco porque esse era o traje padrão do seu pai. Alcides Abreu foi o homem mais inteligente que eu conheci. Então, eu desejo – fico até emocionado ao lembrar sua pessoa – que a senhora leve paz, nos traga bem e leve bem também para a Coreia. Paz e bem!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Maravilhas, como sempre, as suas palavras! Entendo a sua emoção. Eu própria aqui, que não conheci, também fiquei aqui toda arrepiada emocionalmente. Muito obrigada pelo seu relatório tão dedicado. Para o senhor ver a nossa sintonia: o senhor não me pediu essa relatoria, não havia nenhum comentário, mas fiquei – eu mesma que decido as relatorias – com vontade de lhe dar essa relatoria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora, os Abreus são especiais.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Normalmente. Eu não queria mencionar, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Segundo, ele deve ter conduzido o seu raciocínio, porque ele era espírita, espírita de altíssimo nível. Ele deve ter, pelo menos, influenciado, segundo a teoria espírita, o seu mentor.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O seu mentor a fazer o bem também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza! Com certeza! Obrigada, Senador Esperidião.

Quero cumprimentar e registrar a presença da Deputada Angela Amin, de Santa Catarina, tão competente quanto ou mais um pouquinho do que o marido. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E está acompanhada da torcida, que é a Ana Cláudia Abreu, irmã da Márcia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Ana Cláudia! Vem sentar aqui na frente, Ana Cláudia! Vem sentar aqui, nas cadeiras, por favor.

Bom, concedo a palavra à Sra. Embaixadora Márcia Donner Abreu, indicada para o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia, décima economia do mundo – o país a que ela se destina.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos, e, quando faltar um minuto para o final, a campainha tocará apenas para dar um aviso. Por favor.

Há cem pessoas *online* já, neste momento, no início da reunião.

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (Para expor.) – Já marquei também no meu calendário.

Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Senador Esperidião Amin, meu sempre Senador, Governador por Santa Catarina, é uma honra que o senhor me faz, aceitando a relatoria desta minha arguição diplomática. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputada Angela Amin – também é uma honra que a senhora me faz –, meus colegas sabatinados hoje, senhoras e senhores, é um privilégio para mim poder apresentar aos senhores um pouco da realidade da Coreia do Sul.

O Senador Amin, no seu relatório, chamou a atenção para aquele aspecto que eu acho que é o mais fundamental da Coreia. É extraordinária a transformação desse país: de um país destroçado por décadas de ocupação colonial, por três anos de uma guerra fratricida que partiu o país ao meio e que não terminou nunca, porque as duas Coreias só têm um acordo de cessar-fogo, elas não têm um acordo de paz, de um país que tinha US$67 de renda *per capita* nos anos 50 para um país que hoje tem US$35 mil de renda *per capita* e é a décima economia do mundo, é o décimo país mais inovador, o primeiro colocado no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE, o quinto lugar em facilidade de fazer negócios do Banco Mundial, o sétimo maior exportador do mundo, o nono maior importador e vigésimo terceiro IDH. Ou seja, a Coreia é um país fabuloso, extraordinário.

E essa história de sucesso coreana, que começou na verdade sobre uma terra arrasada, vamos dizer assim, se deve a três bases principais. O primeiro é uma aposta decidida no planejamento econômico e no comércio internacional – e nós que somos de Santa Catarina sabemos a diferença que o planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode fazer numa sociedade. O segundo quesito mais importante para a transformação coreana, o que se diz, são os valores de harmonia social e de aperfeiçoamento individual herdados do confucionismo. E o terceiro, naturalmente, é um investimento em educação, que na Coreia atingiu realmente um patamar de altíssima política pública. Mais recentemente, a Coreia agregou a esse receituário o poder da ciência, da tecnologia e da inovação. Ela hoje rivaliza com Israel como o país que mais investe em pesquisa e desenvolvimento no mundo, dedica 4,5%... (*Falha no áudio.*)

Pode? Eu acho que essa... Está me atrapalhando.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – É a sua própria voz...

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Eu sei... (*Pausa.*)

Sincronizou? Bom.

A economia da Coreia... Sem me alongar muito, eu vou fazer uma breve descrição do que foi esse processo de transformação coreana.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixadora, só um minutinho.

Eu me esqueci de avisar que o relógio, com o tempo, fica lá atrás. Então, para todos que estão aqui sentados aqui, dá para visualizar, para administrar o seu tempo – nada rigorosíssimo, e, se de alguma coisa precisar, a gente estende, é óbvio. Mas é só para controle.

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Então, muito brevemente, porque eu entendo essa sua intervenção aí também no sentido de que condensa, não é?

Como é que a Coreia se desenvolveu tanto assim? Basicamente, depois de uma primeira década de independência um pouco caótica, a Coreia teve um líder, um Presidente que implantou um grande esforço de planejamento, e, nos planos quinquenais dele, ele promoveu uma tripla aliança. Assim, o Governo planejava, os grandes empresários do país foram engajados para produzir as coisas. Nos planejamentos, ele começou com a economia de base, depois passou para a economia dos bens pesados, depois para a economia dos bens de consumo duráveis. Então, começamos com energia, cimento, química, depois foram os estaleiros, depois foi a indústria automobilística, a de implementos eletroeletrônicos. E, a partir dos anos 80, a Coreia investe mais em setores intensivos em tecnologia e interação entre empresas e universidades.

Senadora, a conversa que a senhora manteve ontem conosco e pela qual nós todos – eu acho que falo em nome de todos os meus colegas, dizendo isto – agradecemos muito foi para nós uma oportunidade grande de aprendizado também com uma grande líder política nossa, com uma pessoa que trabalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incansavelmente pelo Brasil. Eu farei em breve uma referência da sua passagem pelo Ministério da Agricultura, a senhora foi também Presidente da CNA, a senhora liderou muitas exportações agrícolas do Brasil e a senhora tem um desempenho extraordinário na CRE. Nós todos aproveitamos muito os seus seminários, a senhora deu uma vitalidade para esta Comissão. Eu tive a alegria de poder lhe dizer ontem, porque eu também aprendi muito com isso. Então, nós aprendemos muito ontem e, nesta reunião de hoje, eu queria recuperar um pouco do que nós dissemos ontem.

Sobre essa interação entre a universidade e a empresa, a senhora disse: "O Brasil precisa fazer isso". É fundamental e é um ativo estratégico na Coreia. O coreano é muito pragmático. Quando a gente, por exemplo, fala de ciência e tecnologia com eles, "vamos fazer uma cooperação em ciência e tecnologia", a primeira coisa que eles querem saber é: "Vai vender? Há alguma aplicação econômica?". Se tiver aplicação econômica, eles querem a cooperação; se não tiver, não interessa. Em alguns momentos, eles já disseram para o Brasil: "Olha, essas *startups* de vocês não atendem o nosso interesse, e nós vamos partir para uma outra equação".

Bom, apesar de pequena, Senadores – a Coreia tem o tamanho de Pernambuco, tem 100 mil quilômetros quadrados –, ela tem 51 milhões de habitantes – é bastante gente. E ela é hoje, apesar de pequena, uma potência geopolítica regional e um país respeitadíssimo no cenário internacional – teve já um Secretário-Geral das Nações Unidas por dois mandatos –; é vizinha, claro, de grandes pesos-pesados da Ásia – Japão, China, Rússia, Coreia do Norte, que não deixa de ser um vizinho complexo, nós estamos vendo ali –; integra a OCDE desde 1996, o G20 desde que o G20 foi criado, ainda como um encontro de ministros da Economia e presidentes de bancos; e é muito atuante no sistema multilateral.

A relação com o Brasil – o Senador Amin nos lembrou – é muito dinâmica, já tem 62 anos, tem uma comunidade grande aqui. Temos um investimento significativo. Ele também mencionou os números: 400 empresas, inclusive semicondutores e inclusive um *chip* de internet das coisas. O primeiro *chip* de internet das coisas do Brasil foi lançado ano passado pela Hana Micron, coreana, aqui no Brasil, e há um grande interesse em atrair investimento nessa área. O nosso Ministro das Comunicações esteve na Coreia, no final de agosto, e firmou um memorando de entendimento sobre justamente tecnologias da informação e comunicação, com esse objetivo de atrair novas tecnologias.

Algumas observações que eu gostaria de fazer. Primeiro, o comércio. O Senador também se referiu e a senhora conhece bem esta história: as dificuldades do comércio agrícola. O nosso comércio com a Coreia está crescendo, mas, se nós formos aos números de verdade, a gente vai ver que... O senhor mencionou 5 bilhões, Senador. Eu lhe digo agora que já são 8,6 bilhões, o que faz da Coreia o nosso segundo, terceiro maior parceiro na Ásia. Ainda assim o comércio internacional da Coreia até outubro deste ano – e esse dado que eu tenho de 8,7 bilhões é até outubro deste ano – foi de US$1 trilhão. Então, o Brasil não faz nem 1% do comércio da Coreia – isso aí não faz sentido. Mesmo no agro, em que o Brasil é o terceiro maior exportador do mundo, o nosso comércio com a Coreia é menos do que 5% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Coreia importa do mundo – nosso comércio, não; nossa exportação para a Coreia. Então, é muito pouco, isso tem que ser mudado.

Por que é muito pouco? São três motivos que eu vejo.

O primeiro é que nós exportamos muito – a gente exporta, claro, petróleo e ferro – agro para a Coreia, soja, etanol. Oitenta por cento do frango que a Coreia compra do mundo ela compra do Brasil. Então, não é pouca coisa. E carne suína ela poderia comprar US$150 milhões, só que não compra, não compra nem 10 milhões. Por quê? Porque está demorando a autorizar as empresas. Então, esses são dois problemas: a Coreia é muito protecionista na agricultura e o processo sanitário e fitossanitário de habilitação das exportações, além das tarifas.

Eu me lembro de que, quando o Embaixador Orlando Leite Ribeiro esteve aqui, Senadora, ele mencionou as tarifas da Coreia. Eu vou só citar algumas: tarifa de 630% para milho, tarifa de 478% para soja, tarifa de 513% para arroz, tarifa de 243% para mel. Claro que nem todas as tarifas são de 300%, 400%; carne, por exemplo, é de 40%. Mas essas tarifas praticamente impedem o comércio. Então, eles têm cotas, e, nas cotas, a gente consegue exportar – cotas da OMC, porque gente não tem acordo com eles.

Segundo, essa dificuldade de autorização do comércio.

Terceiro, é porque a Coreia tem uma mina de acordos comerciais internacionais, e o Brasil não tem acordo com a Coreia. A Coreia tem 17 acordos de livre comércio com 57 países; 79% das exportações coreanas são dentro de acordos. A Coreia tem uma academia de acordos internacionais, onde funcionários do Governo coreano vão às empresas ensinar para as empresas como elas melhoram e podem aproveitar para exportar dentro dos acordos. Ou seja, esse é um exemplo também de como a gente poderia trabalhar. Claro que na Embaixada da Coreia, se eu tiver a honra de ser aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Plenário do Senado, eu vou trabalhar muito por esses temas de comércio e de facilitação das nossas exportações, como a liberação da carne. A carne suína levou 12 anos para ser liberada na gestão da Ministra Kátia Abreu como Ministra da Agricultura; a carne bovina até hoje não foi liberada e já tramita há mais de dez anos; as frutas... Tudo é muito lento, não é?

Isso me traz ao meu segundo ponto. Eu mencionei que a Coreia é uma potência para acordos multilaterais, mas por que o Brasil não tem acordo com a Coreia? A gente está negociando há mais de três anos, desde 2018. E nós agora chegamos a um ponto em que se deu total impasse na negociação porque a Coreia justamente resiste a negociar com o Brasil, Senadora, essas questões sanitárias e fitossanitárias. É praticamente uma barreira, não querem. E o que a gente está pedindo à Coreia hoje é basicamente que eles nos deem o capítulo de sanidade e inocuidade alimentar que eles aceitaram na Rcep, naquela parceria abrangente de comércio da Ásia, que envolve os dez países da Asean mais a China, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Japão, a Coreia, a Austrália e a Nova Zelândia. Ou seja, nós não estamos pedindo a lua e as estrelas – Senador Trad, tudo bem? –, nós estamos pedindo uma coisa que eles já aceitaram com outros países.

Se o acordo for concluído, Senadora, o Ipea projeta um aumento importantíssimo do comércio bilateral que só na área de exportação de oleaginosas e cereais, calçados e couros daria para o Brasil mais 100% das nossas exportações atuais; na área de serviços, daria mais de 90% do que a gente já exporta hoje. Só a soma desses dois incrementos dá mais do que o nosso comércio no ano passado inteiro. Então, esse acordo é muito importante para a gente, mas, se a gente não tiver um bom capítulo de sanidade e inocuidade alimentar, a gente não vai ter o nosso maior ganho, que é no agronegócio – nós e o resto do Mercosul; o Brasil não negocia sozinho com a Coreia, negocia como Mercosul.

Bom, eu já me alonguei demais. Só tenho mais três minutinhos aqui. Vou passar para as minhas três outras prioridades.

O meu terceiro objetivo, caso aprovada pelo Senado, seria realmente trabalhar... Vou terminar a parte de acordos. É claro que eu não sou negociadora, não serei negociadora dos acordos, mas o Embaixador bilateral sempre pode ajudar com as suas gestões, com a sua sensibilização de segmentos interessados no acordo no país. Então, eu vou, se aprovada, trabalhar para isso também.

O meu terceiro objetivo seria trabalhar para os investimentos no Brasil. A Coreia já tem muitos investimentos no Brasil, essas 400 empresas que o Senador Amin citou, em áreas bem importantes, áreas que agregam capital, tecnologia, valor econômico e empregos. São investimentos industriais.

O Brasil tem muito interesse em entrar em investimentos para o PPI. Isso dependerá realmente de uma sensibilização muito grande, porque não é o tipo de investimento internacional que a Coreia costuma fazer. Para investir em infraestrutura, a Coreia vem e constrói. Ela aceita um contrato de construção, de prestação de um serviço – construir uma estrada, construir uma barragem, construir um estaleiro –, mas ela não faz esse tipo de investimento que a gente tem no PPI, em que você constrói, opera e depois eventualmente transfere para o Governo, no final do seu período de outorga; ou não transfere, fica sempre com seu investimento.

Além disso, o Senador Amin mencionou que uma prioridade seria os semicondutores. Eu acho isso bem claro para mim. O salto qualitativo mais importante que a gente tem a dar na nossa relação com a Coreia é justamente nesses setores mais intensivos em tecnologia. Frequentemente também intensivos em capital, porque essas fábricas custam caríssimo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Mas elas promovem um levantar da agenda bilateral e também da prosperidade individual do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O 5G é uma área de grande interesse, a Coreia já fornece sistemas de rede para o mundo inteiro. A Samsung tem interesse em fornecer a rede privativa do Governo, tem também, evidentemente, interesse em fornecer para as prestadoras que adquiriram os segmentos do leilão de frequências.

Energias renováveis é uma área importantíssima. Eu, há pouco tempo, promovi aproximação entre o Embaixador da Coreia aqui e o Presidente da UNICA, e o Presidente da UNICA apresentou o conceito do carro de célula de combustível a etanol, ou seja, o etanol dentro do carro... Existe um conversor, não... Como é que eles chamam? Há um nome específico para isso.

Dê-me mais um minutinho, talvez... Pode ser?

Há um reformador dentro do carro que transforma o etanol em hidrogênio. Então, você foge do problema de ter um carro com um tanque de hidrogênio. Você tem um tanque de etanol normal. Você vai lá e esse conceito... Então, esse conceito. Já temos um carro assim rodando n Brasil, da Nissan, em cooperação com o Ipen, e esse conceito poderia ser adotado pela Hyundai, por exemplo, que é uma grande fabricante para o mundo inteiro.

A gente sabe que o carro a etanol vai continuar sendo uma parte do leque de opções de carro. Essa ideia de que é só carro elétrico, isso é uma ilusão, não vai ser possível fazer isso. Eletricidade pode ser muito suja, se for eletricidade de carvão, de fonte de petróleo. O carro é zero emissão...

Senador, como vai, tudo bem? Chico Rodrigues é muito amigo meu também.

Se for uma geração de eletricidade por fonte suja, o carro ser zero emissão não adianta nada.

E, finalmente, uma última área que eu gostaria de tocar, conversamos também sobre isso ontem, são os contatos interinstitucionais e interpessoais. A diplomacia parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – ... para mim é importantíssima, fundamental. Vamos promover mais missões – eu vejo muito interesse aqui – de Senadores, de Deputados; há dois grupos de amizade no Senado e na Câmara, frentes parlamentares... Vamos promover turismo. Vamos promover a pegada original da cultura e das indústrias criativas brasileiras.

A Senadora ontem nos apresentou o projeto dela de indústria criativa e uma coisa que eu não sabia: diplomacia gastronômica. Então, vamos difundir, na Coreia, Senadora, os aromas, os sabores e as cores da nossa terra, na nossa maravilhosa comida. Eu acho que há muito espaço para isso.

Eu encerro aqui, lamentando ter estendido o meu tempo.

Agradeço aos senhores a paciência. Muito obrigada a todos.

Estou aberta a perguntas, é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixadora. Parabéns pela sua explanação, pelo seu plano de trabalho, pelo seu vigor.

Eu tenho certeza absoluta de que a um Acordo SPS, que é um acordo fitossanitário, nós poderíamos, sim, dedicar-nos.

A minha pergunta básica seria: em um Acordo SPS entre Brasil e Coreia teria que entrar o Mercosul juntamente ou pode ser diretamente, só os dois países, no que seria um acordo de Ministério da Agricultura para Ministério da Agricultura? Só gostaria que você complementasse essa informação.

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (Para expor.) – Com certeza.

Um capítulo SPS dentro do acordo Mercosul-Coreia é uma coisa, mas nós poderíamos, é claro, ter certas disciplinas de inocuidade e sanidade alimentar negociadas bilateralmente com a Coreia, não há nenhum problema nisso. Isso tem sido já objeto de esforços da nossa embaixada. Nós temos, aliás, dito aos coreanos – o Embaixador Pedro Miguel é quem conduz essa negociação – que, no acordo Mercosul-Coreia, não vai bastar ter só o acordo não. Eles vão ter também que já se comprometer, *ex ante*, desde logo, com alguns tipos de abertura. Por exemplo, a carne bovina: nada justifica... É claro que há preocupação – legítima – com saúde humana, animal, isso se exige, mas nada justifica dez anos para abrir um mercado. Isso não é uma preocupação com sanidade e inocuidade; isso é uma protelação, não é? E depois há a demora para habilitação de estabelecimentos – a senhora conhece bem isso. É lógico que há limites para tudo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixadora.

Eu cometi uma falha e não expliquei aos colegas – um pequeno desentendimento com a minha equipe – que as duas Embaixadoras seriam as primeiras, no mesmo diapasão que nós estamos de prestigiar as mulheres e destacar a posição delas nas embaixadas, na diplomacia do nosso País. Então, nós faremos agora a Embaixadora Sônia e depois retomaremos a nossa ordem tranquila.

Pois não, Senador Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Presidente Senadora Kátia Abreu, eu não poderia deixar de dar um testemunho a respeito da Embaixadora Márcia. Nós aqui no Senado temos uma convivência diplomática com vários embaixadores, mas eu tive a oportunidade de cumprir uma missão junto com a Embaixadora Márcia. Nós fomos a Moscou, e, quando o Presidente perguntou para mim "você pode acompanhar o pessoal do Itamaraty numa missão fora do País?", eu falei: "Posso. Para onde é?". Ele falou: "Para Moscou". "Quando é?" "Amanhã". (*Risos.*)

Então, eu tive que me organizar da noite para o dia. E quero dizer que a Embaixadora Márcia é uma pessoa extremamente competente, ética, correta, e o Brasil vai ganhar muito com a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representatividade na Coreia, além do que tem o aval de um Senador que eu respeito muito, que para mim aqui é uma referência, que é o Senador Esperidião Amin, que conhece a família da Embaixadora Márcia. Então, eu tinha que fazer esse registro e aproveito para pedir aos colegas que votem favoravelmente à indicação dela.

E eu pediria a V. Exa., se pudesse, uma vez que todos os relatórios já foram distribuídos, que abrisse o processo de votação para a gente já agilizar e registrar os votos.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.

Obrigada, Senador.

Nós já estamos com quórum desde o início para votação. Então, nós vamos abrir a votação. Nós já temos 17 presenças. E os Senadores poderão, então, tranquilamente votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu só gostaria de trazer aqui a informação da ordem das sabatinas. Após a Embaixadora Sônia, será o Embaixador Pedro Miguel, com Nilda Gondim, a Relatora; depois, Haroldo de Macedo Ribeiro – e já está na mão de vocês esta ordem –, com Antonio Anastasia, que pediu para passar para o lugar do Nelsinho, que, então, passa para o lugar do Anastasia, depois de Nilda, pois Anastasia foi a uma consulta médica rápida; depois, Luís Antonio Balduino, com Chico Rodrigues; depois, Nelson Antônio Tabajara, com Marcos do Val; depois, José Antônio Marcondes, com Nelsinho Trad, depois Anastasia, voltamos para o Anastasia, que é o item 7, e aqui será o item 2; posteriormente, José Mauro da Fonseca Costa, com Carlos Viana; Agemar de Mendonça Sanctos, com Soraya Thronicke; e João Mendes, com Daniella Ribeiro.

Então, agora eu passo...

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a relatoria para o nosso querido membro desta Comissão Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Presidente.

Eis o meu relatório.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma, o Senhor Presidente da República submeteu o nome da Sra. Sônia Regina Guimarães Gomes, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca. Para tanto, o Itamaraty, atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou currículo da diplomata, do qual extraímos os dados que se seguem.

A indicada, que nasceu em 25 de junho de 1961 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é filha de Luiz Gomes Fernandes e Sônia Guimarães Gomes.

Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1982. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1986. Ainda no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997 e o Curso de Altos Estudos, em que teve aprovada, no ano de 2007, a tese "Filmar no Brasil: a atuação do Itamaraty no estímulo à exportação dos serviços de produção audiovisual".

Foi nomeada Terceira-Secretária em 1987, sendo, subsequentemente, promovida a Segunda-Secretária em 1994; e, sempre por merecimento, a Primeira-Secretária em 2002; a Conselheira em 2007; a Ministra de segunda classe em 2009; e a Ministra de primeira classe em 2017.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de cônsul-adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles (2004/2007); ministra conselheira comissionada na Embaixada em Praia (2007/2010); chefe da Divisão de Serviços Gerais (2010/2014); diretora do Departamento de Administração (2014);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2014); e chefe do Escritório Financeiro em Nova York (desde 2018).

Também em atendimento ao preceito regimental referido, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre a República Tcheca, do qual destacamos as informações seguintes.

Localizada na Europa Central, a República Tcheca surge da divisão pacífica da então Tchecoslováquia, em 1993. Seu território, com área de 78.867km², é formado pela parte ocidental do antigo país. A capital, Praga, é tradicional centro de cultura e artes da Europa. Nesse sentido, recebe expressivo afluxo de turistas.

Com uma das economias mais desenvolvidas do ex-bloco socialista, o país fabrica produtos alimentícios, bebidas e eletrodomésticos. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente USD26 mil. O país se tornou membro da União Europeia em 2004.

Brasil e República Tcheca mantêm relações ininterruptas desde 1920, ano em que a antiga Tchecoslováquia instalou legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil em 1921.

O fim do regime comunista, seguido do chamado "divórcio de veludo", que resultou em dois novos Estados (Repúblicas Tcheca e Eslovaca), adensou a agenda bilateral. O Brasil é considerado interlocutor estratégico na América do Sul para assuntos políticos e econômico-comerciais.

No tocante ao comércio bilateral, o fluxo atingiu USD491 milhões em 2020. Esse número representou queda de 19,8% em relação ao ano anterior.

Historicamente, o saldo comercial é deficitário para o Brasil. No ano referido, exportamos USD45 milhões e importamos USD447 milhões.

Nossa pauta está centrada em produtos semiacabados de ferro ou aço, máquinas-ferramentas para trabalhar metais; móveis e suas partes. Importamos acessórios de veículos automotivos, equipamentos de telecomunicações e borrachas sintéticas.

O domínio da cooperação em defesa ganhou importante dinamismo com a parceria entre a Embraer e a Aero Vodochody para o desenvolvimento do nosso cargueiro militar KC-390. Some-se a esse contexto a circunstância de ambas as Forças Aéreas terem optado pela aquisição de caças Gripen, de origem sueca, para equiparem suas respectivas Forças.

Em relação à comunidade de brasileiros em território tcheco, ela é estimada em cerca de mil pessoas, que são atendidas pela seção consular da Embaixada em Praga. Ainda na esfera da dimensão humana, cabe registrar que reside no Brasil cerca de 0,5 milhão de tchecos e descendentes, entre eles o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, cujos bisavós maternos imigraram para terras brasileiras em 1823.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o relatório, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Zequinha Marinho, pelo seu relatório sucinto, muito bem feito, com muito conteúdo, que faz jus à nossa Embaixadora.

Só registro, apenas para a informação de quem está aqui e de quem nos acompanha, que o índice de desemprego na República Tcheca é de 2,8%. É doloroso, pois é o que nós gostaríamos que tivéssemos aqui no nosso País. Em 10 milhões de habitantes, 2,8% é o índice de desemprego.

Concedo a palavra à Sra. Sônia Regina Guimarães Gomes, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca. Deve ser uma pessoa especial, porque quem é premiado para morar em Praga, uma das cidades mais lindas do mundo, só pode ser uma ótima pessoa. É uma ajuda de Deus.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos.

Ali está o nosso relógio, que já está em 9min53.

Você tem que regularizar o horário dela.

Com a palavra a Embaixadora.

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Sra. Senadora Kátia Abreu, Senador Zequinha Marinho, demais Senadores e Senadoras, eu...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Está funcionando? (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu, Senador Zequinha Marinho, demais Senadores, eu gostaria de agradecer pelo esforço concentrado. Sei que está sendo uma maratona. Agradecemos muito. Vou procurar ficar dentro do meu tempo.

Tendo em conta o relatório apresentado pelo Senador Zequinha Marinho, eu farei uma apresentação, concentrando, na parte inicial, só uma visão de como está o cenário político hoje na República Tcheca, porque isso pode... São alguns desafios, e é interessante como vai ser a atuação lá. Depois, vou me concentrar em cinco pontos do que eu proponho que seja o meu programa de trabalho, caso eu seja aprovada por esta Comissão.

A República Tcheca adota o sistema de governo parlamentarista. Agora em outubro, houve as eleições, nos dias 8 e 9 outubro. E houve uma coisa muito interessante, porque, pela primeira vez, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitido que houvesse coligações previamente ao pleito. Antes, cada partido concorria e, depois, os partidos se compunham para conseguirem a maioria.

Neste ano, houve uma composição de cinco partidos. São partidos de centro-direita e os chamados liberais e independentes. Esses dois partidos, sobretudo, são muito interessantes. Eles são forças políticas novas na República Tcheca, são chamados os Prefeitos e os Piratas. Esse Piratas surgiu de movimentos sociais, mas com busca de combate à corrupção, transparência das políticas públicas e também mais pró-União Europeia. E essa aliança agora conseguiu 108 cadeiras do Parlamento. São 200 assentos; então, conseguiu a maioria.

O chefe do partido mais votado dessa aliança, que é o ODS, se chama Petr Fiala. Ele foi ex-Ministro da Educação do Governo – não este que ele sucederá, mas o anterior – e foi também reitor de uma prestigiosa universidade tcheca. Ele tem fama de político conciliador e bom articulador. E ele vai precisar muito dessas qualidades para manter coesas essas forças políticas que têm algumas diferenças e que tiveram que se unir para fazer um programa comum.

A República Tcheca está enfrentando muitos problemas. Ela está numa onda de covid muito séria, hoje é o segundo país europeu com mais problemas com infecções, está com 1,2 mil casos por 100 mil habitantes, é o segundo pior índice da Europa. Também enfrenta problemas com inflação, alto custo da energia. Inclusive, recentemente houve a falência de uma grande fornecedora de gás para residências. Então, isso pode também forçar ainda mais a inflação. Há também o problema de aumento da dívida pública, porque o Governo que está saindo, num dos últimos atos, aumentou pensões, aumentou aposentadorias, aumentando o endividamento do Estado.

O novo Governo toma posse agora só no dia 13, porque o Presidente da República Tcheca foi hospitalizado, logo após as eleições, entrou em coma e só agora, quando estava sendo liberado, foi testado com covid. Então, há até uma foto muito curiosa que foi publicada no Correio Braziliense. Ele teve que dar posse, chamar o que seria o Primeiro-Ministro, para formar o Governo, cercado por esses vidros, quase como dentro de um aquário. E é assim que ele está agora, fazendo e chamando todos os ministros e conversando com todos os eles. Então, caso eu seja aprovada, eu vou chegar num momento particularmente interessante na República Tcheca. Com isso, essa situação complexa, interessante – vai ser um período político, inclusive, digno de análise –, eu pretendo tentar aproveitar e explorar.

Eu vou listar cinco pontos prioritários do que seria o meu programa, caso aprovada por esta Comissão.

A República Tcheca assume agora, em julho de 2022, a Presidência da União Europeia. Então, eu acredito, Senador, até por conta da nossa conversa ontem, que é uma boa oportunidade para tentar forçar a aprovação do nosso acordo Mercosul/União Europeia. A República Tcheca é favorável ao acordo, nos apoia nesse pleito e tem até interesse porque, para ela, é muito importante ter uma diversificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceiros comerciais. A República Tcheca sofre do que eles chamam de Alemanha dependência, quase 80% das exportações do comércio bilateral são feitos com a Alemanha. Então, eles precisam de parceiros comerciais.

O Brasil era, até 2013, o maior parceiro comercial da República Tcheca, mas perdeu essa posição para o México, e há muitas possibilidades de investimento e de ampliação do comércio. Eu tenho estado em contato com alguns representantes e diplomatas tchecos e eles dizem: "Vocês precisam fazer alguma coisa. A gente quer ter mais comércio com vocês".

Há um exemplo, que todos citam, da importância desse investimento. Foi instalada uma fábrica de caminhões tchecos no Paraná, em Ponta Grossa, a Tatra. Ela deve começar suas operações agora em 2022 e o objetivo da empresa, inclusive, é abarcar as exportações para a América Latina e para a África. Ela tem também interesse em entrar na área de fabricação de caminhões para a área de defesa, o que me remete ao ponto que o Senador Zequinha Marinho levantou como um item importante da nossa pauta bilateral, que é tentar fechar essa venda de aeronaves, dos aviões KC-390 ou, como foi rebatizado em 2019, o Embraer C-390 Millennium, que é um avião de transporte tático, logístico, com reabastecimento em voo e que foi um projeto desenvolvido entre a Embraer e uma empresa tcheca.

Esse projeto sempre contou com muito apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros tcheco, com o Ministério dos Negócios da Indústria e Comércio tcheco, mas há alguma coisa, que eu pretendo investigar, no Ministério da Defesa. Inclusive eu recebi uma informação agora no domingo, que... Nós temos adidos, nós temos um adido da defesa em Praga e temos um adido tcheco aqui. O adido que estava aqui voltou, e eu recebi, no domingo, a informação de que o Ministério da Defesa tcheco não pretende mandar novo adido, o que pode sinalizar problemas nessa operação. Então, caso seja aprovada, pretendo trabalhar com o nosso adido lá, para que a gente possa verificar quais são os entraves que estão sendo vistos pelos tchecos nessa operação e tentar trabalhar com isso, porque isso ampliaria bastante a nossa venda. E nós temos que aproveitar também porque a República Tcheca tem um compromisso de aumentar em 2% a sua despesa com defesa por conta dos seus compromissos com a Otan. Então, isso seria uma forma de juntar essa necessidade da República Tcheca com a nossa possibilidade de adiantar e de comércio.

O terceiro ponto que eu quero destacar diz respeito ao fomento de projetos na área de cooperação em ciência, tecnologia e educação. A República Tcheca detém a 24ª posição no índice global de inovação, de forma que haveria uma gama muito grande de projetos que poderiam ser incentivados na área da indústria, a indústria 4.0, a robótica; na parte de dessalinização, reciclagem de resíduos sólidos, em especial plásticos; e inteligência artificial.

Na educação, há espaço para acordos entre universidades e institutos de pesquisa. Eu estava até conversando com o Senador Zequinha, antes de entrar, que eu já fiz um contato com a Universidade Federal do Pará, que tem muito interesse em fazer acordos do que eles chamam de mobilidade, que é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandar alunos para a República Tcheca e receber, e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro também. Tive uma longa conversa com o pró-reitor, que disse que tem muito interesse, até porque eles tiveram uma experiência bem sucedida, absolutamente fora, sem um arcabouço institucional, de um pesquisador residente tcheco que passou seis meses lá, e eles gostariam agora de repetir e mandar pesquisadores brasileiros para lá também. Esse é um é um tema que está sendo tratado de uma forma muito pouco institucional. Há uma professora muito guerreira lá na República Tcheca, uma brasileira, que por si só e sozinha tem tentado fazer esse trabalho. Então, caso aprovada por vocês, eu gostaria muito de dar um arcabouço e ajudar o projeto dessa professora.

O quarto ponto seria justamente a promoção da cultura e do turismo brasileiros. Essas são oportunidades que têm um efeito multiplicador nas áreas de divulgação da cultura, da língua, da culinária brasileira e, com isso, propiciar melhor colocação dos produtos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixadora, desculpe. Um minutinho só a interrupção.

Eu gostaria de pedir ao Senador Nelsinho Trad que me substituísse, porque eu vou, em dois minutos, relatar um projeto de muita importância do nosso Senador Telmário e volto rapidamente. Já estava anteriormente marcado. Mais tarde, eu tenho mais um para relatar e continuo aqui com vocês.

Muito obrigada. Desculpe a interrupção.

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode falar, Embaixadora Sônia.

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Muito obrigada, Senador.

Nós já tivemos experiências bem-sucedidas com essas feiras gastronômicas. No passado, em 2018 e 2017, a Embaixada lá fez, mas com produtos muito focalizados, como café e cachaça. Eu acredito que se possa fazer com mais produtos e também focando em regiões do Brasil, até para aproveitar a experiência que nós vimos ontem com a Senadora Kátia Abreu, que tem feito aqui... Parece que agora, quinta-feira, teremos mais uma dessas rodadas dela de gastronomia. Isso é uma oportunidade para divulgar os produtos, o setor de alimentos e de biojoias também – nós temos uma criatividade tão grande e podemos fazer produtos que têm muita atração na Europa – e enfatizar a preocupação brasileira com a preservação do meio ambiente e a produção agrícola sustentável.

O quinto ponto que eu gostaria de promover seria reavivar as relações bilaterais e promover a participação brasileira em seminários e visitas. E haverá um evento que o Ministério dos Negócios Estrangeiros vai patrocinar agora, que é a Semana Ibero-Americana, em Praga, em maio do ano que vem, entre 16 e 22. Será uma conferência sobre o tema "Promovendo Desenvolvimento, Prosperidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Democracia". E ela vai ter três blocos: um de temas políticos; um de temas econômicos e comerciais; e um terceiro, cultural e acadêmico.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – O último...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) **–** Um minuto.

A SRA. SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Um minutinho.

Essa seria uma ótima oportunidade. E eu gostaria muito de poder convidar um dos Senadores membros da CRE, porque o futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca é um Parlamentar que era Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento. E nós temos o Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca – a Senadora Soraya, que está aqui, faz parte desse grupo –, sem contar que, num país parlamentarista, a diplomacia parlamentar tem peso significativo para a consecução dos objetivos da política externa.

Com isso, acabei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) **–** Dando prosseguimento, vamos ao item 3 da pauta. (*Pausa.*)

Ele foi convertido em item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Embaixador Pedro Miguel para que possa assentar-se à nossa direita e, também, o José Antônio Marcondes de Carvalho, Embaixador, para que se sente à esquerda.

Passo a palavra à Relatora da Mensagem 49, de 2021, Senadora Nilda Gondim, pelo prazo de cinco minutos, para as suas considerações e breve resumo do relatório.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente Nelson Trad, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sras. Embaixadoras, Srs. Embaixadores, vamos ao relatório.

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Pedro Miguel da Costa e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata indicado.

O Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, nascido no ano de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, é filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva. Graduou-se em História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Ingressou em segundo lugar (Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze) no processo seletivo do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, que concluiu em 1991 e obteve o Prêmio Rio Branco (Medalha Vermeil), outorgado ao primeiro colocado no referido curso. Parabéns!

O indicado assumiu o posto de Terceiro-Secretário em 1992. Tornou-se Segundo-Secretário em 1996. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2018. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2005) com a tese "A Petrobras na Bolívia: seu impacto sobre as relações bilaterais e a política externa brasileira".

Ao longo de sua carreira, desempenhou relevantes funções. Dentre elas, merecem destaque os cargos de Assessor da Assessoria Especial da Presidência da República; de Ministro-Conselheiro nas embaixadas de Madrid e Ottawa; de Diretor do Departamento Econômico; de Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe; e de Secretário da Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas (até o momento).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a União Europeia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Referido bloco representa uma união política e econômica formada por 27 estados membros. Sua área é de 4.233.262km² e sua população é estimada em 447 milhões de habitantes. Cuida-se de entidade de caráter supranacional. Os Estados membros são nações soberanas, mas compartilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados de interesse coletivo possam ser tomadas no plano europeu.

O Brasil foi pioneiro no estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia) e o primeiro país latino-americano a fazê-lo. O relacionamento bilateral, que data de 1960, passou por diversas fases, mas sempre manteve destacada importância no panorama da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a UE e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2019, foram retomados importantes mecanismos de diálogo bilateral. A despeito das restrições relacionadas à pandemia, houve em 2020 expressivo contato com autoridades europeias de alto nível em temas centrais do relacionamento bilateral (direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, segurança cibernética e drogas ilícitas).

Para além disso, a crise sanitária motivou interesse para a cooperação bilateral nesse domínio, bem assim para a necessidade de se robustecer o processo de recuperação econômica e social pós-pandemia em ambas as regiões.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o 2º maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 12º parceiro comercial. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o País se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo quando da entrada em vigor do acordo comercial entre Mercosul e UE.

Verifica-se, entre janeiro e setembro de 2021, a retomada do fluxo de comércio bilateral, em comparação a 2020, com crescimento de 28,9% na corrente de comércio (US$55,9 bilhões), que apresenta ligeiro superávit a favor do Brasil – ainda bem, não é? – (US$48,3 bilhões). Exportamos principalmente farelos de soja e rações (10%); óleos brutos de petróleo (9,7%); soja (9,3%); e café torrado (8,9%). Importamos medicamentos e farmacêuticos (7,3%); outros medicamentos (6,3%); e óleos combustíveis (5,8%). Os produtos básicos representam 44% do total de nossas exportações para a União Europeia e os produtos manufaturados figuram em 95% das importações originárias do bloco europeu.

Por fim, destaca-se a entrada em operação, em 1º de junho de 2021, do cabo transatlântico submarino EllaLink. Cuida-se do primeiro projeto de ligação direta de fibra ótica de alta capacidade entre a América do Sul e a Europa (Fortaleza/Ceará – Sines/Portugal).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Eis aí, Senador Nelsinho Trad, o relatório do nosso Pedro Miguel da Costa e Silva, que vai nos representar – se Deus quiser! – lá em Bruxelas. Está bom? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Senadora Nilda Gondim, sempre assídua e participativa, que apresentou um brilhante relatório.

Passo de pronto a palavra ao Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, por 15 minutos.

O SR. PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador Nelson Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma alegria para mim que o senhor esteja presidindo esta reunião, porque me dá oportunidade de agradecer a sua parceria fundamental em todos os projetos de integração na América do Sul. Muito obrigado ao senhor.

Sra. Relatora, Senadora Nilda Gondim, Srs. e Sras. Senadoras, caros colegas embaixadores, senhoras e senhores, bom dia a todos.

É uma honra estar nesta Comissão e ter a oportunidade de apresentar o planejamento estratégico que intenciono implementar, caso seja aprovado por esta Casa para exercer a função de embaixador junto à União Europeia.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado a confiança em meu trabalho e a nomeação para tão importante e desafiadora função.

Gostaria de registrar também, Senador Nelson Trad, um agradecimento à Presidente Kátia Abreu, que nos recebeu ontem com tanta hospitalidade, pelas orientações que nos deu, sua visão sobre a política externa. E, no meu caso particular, tem sido muito importante contar com o seu apoio para a agenda de negociações comerciais regionais e extrarregionais, que me cabe conduzir pelo Itamaraty.

Agradeço também à Senadora Nilda Gondim pela gentileza de me ter me recebido, pelas palavras a meu respeito, por seu relatório, que é tão completo que me permite entrar diretamente no planejamento estratégico.

O documento de planejamento estratégico, preparado a quatro mãos, com a excelente equipe do Embaixador Marcos Galvão, apresenta oito grandes objetivos, além de abordar todas as linhas de ação determinadas por esta Comissão. Hoje eu vou resumir o que vejo como desafios e tarefas prioritários do posto caso o meu nome seja aprovado pelos senhores.

O primeiro deles diz respeito à finalização, assinatura e entrada em vigor do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Como a Presidente desta Comissão tem enfatizado em sucessivas ocasiões, trata-se de acordo importante pelo seu conteúdo, em termos de regras e regulamentos e impacto positivo para as exportações brasileiras de bens e serviços, para a atração de investimentos, para superação da desigualdade e da pobreza, assim como para a modernização da nossa economia e da nossa melhor inserção internacional. É também o primeiro grande passo do Brasil na agenda de negociação de acordos abrangentes e modernos de comércio; nos ajudará a equalizar as condições de competição no mercado europeu ante outros países que já gozam de acesso preferencial. Tem, ademais, um efeito pedagógico: achata a curva de aprendizagem para negociar outros acordos e atrai novos parceiros. Finalmente, vale ter presente sua relevância geopolítica num mundo em clara transformação.

As tarefas que se impõem para garantir a aprovação do acordo são basicamente duas. A primeira e mais fácil é concluir o trabalho técnico pendente. Foram poucos os temas que ficaram em aberto após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluirmos as negociações do pilar comercial em junho de 2019, como anexos, notas de rodapé e a revisão legal do texto. As ofertas em bens, serviços e compras governamentais definitivas já estão publicadas e não há pendência nos pilares político e de cooperação. Com um pouco de flexibilidade das partes, acredito ser possível fechar tudo em alguns meses. Tarefa mais complicada é explicar o acordo na Europa para determinadas autoridades governamentais, Parlamentares, empresários, ONGs, meios de comunicação e setores da opinião pública para garantir sua aprovação no momento devido; explicar o que o acordo é e o que acordo não é, detalhar seus benefícios e desmontar uma série de narrativas sem fundamento que foram criadas por falta de conhecimento ou por aqueles que se sentem prejudicados por este e outros acordos comerciais.

Ao contrário do que aconteceu aqui no Brasil e nos demais do Mercosul, onde o acordo contou com amplo apoio do setor produtivo e da opinião pública, na Europa, infelizmente, as opiniões estão divididas. Há vozes que defendem o acordo, mas há outras que parece terem prevalecido até agora em termos de visibilidade e que são críticas ou contrárias ao que foi negociado. Em linhas gerais, o argumento desses setores críticos é que o acordo prejudicará o meio ambiente, contribuirá para o desmatamento e a mudança do clima, será nocivo para as populações indígenas e que os produtos do Mercosul não respeitarão os direitos trabalhistas e/ou os padrões de qualidade europeus, concorrendo de forma desleal e colocando em risco a saúde da população e da produção agrícola europeias.

Evidentemente, Srs. Senadores, nada disso é verdade e é narrativa que precisa ser desconstruída. A missão em Bruxelas vai ter que continuar o trabalho de mostrar que o acordo é o mais avançado já negociado pela União Europeia nesses temas e terá, caso aprovado, o efeito exatamente oposto: contribuirá para o desenvolvimento sustentável e garantirá o atendimento dos mais altos e modernos padrões regulatórios.

Essas tarefas de explicar e defender o acordo me levam, Srs. Senadores, a outra atividade conexa prioritária da missão: dar continuidade, com ainda mais sentido de urgência, ao trabalho diário de mostrar o que é o Brasil, quais são as nossas credenciais em termos de desenvolvimento sustentável, proteção de direitos humanos e de produção agropecuária e industrial, que cumpre com todos os requisitos atendidos pelos setores análogos europeus; explicar nossa legislação, nossas práticas e quais são nossos compromissos internacionais. Ou seja, desfazer percepções erradas, simplistas ou parciais.

Esse trabalho é fundamental não somente para proteger nossas exportações, mas também para atrair investimentos e manter toda uma agenda de cooperação, com a União Europeia, que traz e poderá continuar trazendo benefícios ao nosso País.

Eu acho importante aceitar como dado da realidade, com o qual temos que trabalhar, que o Brasil é visto hoje por muitos interlocutores europeus a partir de um prisma negativo, em todos os mesmos temas que dificultam a aceitação do Acordo Mercosul-União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralelamente, existe, de forma geral e sem foco no Brasil, uma atenção crescente na Europa a temas como meio ambiente, mudança do clima, biodiversidade, padrões produtivos e a sustentabilidade. Isso se reflete na nova agenda verde europeia e em propostas de legislação que poderão ter um impacto negativo significativo sobre as exportações brasileiras, como a estratégia do campo à mesa, Farm to Fork, a taxa de ajuste de carbono na fronteira e a recente proposta para evitar o chamado desmatamento importado.

Precisamos estar sempre atentos. Em alguns casos, caberá participar como partes interessadas nos processos legislativos europeus e questionar medidas que são claramente injustificadas e protecionistas. Noutros, o caminho será ajudar a nos prepararmos para evitar sobretaxas e embargos, com provas de que cumprimos os requisitos.

Cabe, portanto, à missão em Bruxelas, em paralelo com nossas embaixadas na Europa, modificar narrativa nem sempre correta a respeito do Brasil e trabalhar para evitar medidas contrárias aos nossos interesses.

E como a senhora bem disse, Sra. Presidente, durante o seu evento em Lisboa, a ideia aqui não é esconder a realidade nem deixar de reconhecer o que precisamos mudar ou melhorar, trata-se de apresentar quadro mais completo e equilibrado, condizente com a realidade do nosso País.

Caso seja aprovado por esta Comissão, será meu papel convencer nossas contrapartes europeias de que as soluções para problemas que são complexos e compartilhados passam pelo diálogo, pela cooperação e pelo trabalho conjunto, e não por medidas punitivas, unilaterais e extraterritoriais que não se coadunam com o discurso europeu de defesa do multilateralismo e das regras internacionais.

Vou ter sempre que lembrar, ademais, que esta não é uma conversa de mão única. E a senhora lembrou isso em Lisboa também, Sra. Presidente. Os europeus também têm dever de casa a fazer, não só no que diz respeito ao cumprimento de metas de sustentabilidade, mas também em termos de financiamento. E precisamos sempre enfatizar que, por maior que seja o sentido de urgência, as responsabilidades continuam sendo comuns, porém diferenciadas.

Esses são alguns dos desafios pela frente, Sras. e Srs. Senadores, mas, num contexto de crescentes referências à autossuficiência e autonomia da Europa, cabe também observar com atenção a evolução de questões como a nova política industrial europeia e do mecanismo de monitoramento de investimentos. Paralelamente, é preciso continuar priorizando o tratamento de questões que fazem parte da rotina da missão desde sua criação em 1961 – e esses são temas que a senhora conhece muito bem, Sra. Presidente, e os Senadores também. Refiro-me à tarefa diária de manter o mercado europeu aberto para nossos produtos, evitar novas barreiras, eliminar as existentes e diminuir os obstáculos às exportações.

Penso, por exemplo, no trabalho permanente dos diplomatas e dos adidos agrícolas para superar entraves sanitários e fitossanitários que dificultam ou simplesmente impedem nossas exportações. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns casos, os processos de inspeção são excessivos; noutros, estabelecimentos não são habilitados ou perdem habilitação. Há processos de autorização de exportação, como já foi dito aqui hoje, que demoram anos. Enfrentamos também normas e requisitos que vão além dos estabelecidos nos fóruns e acordos especializados. Temos também medidas de defesa comercial nem sempre justificadas, como acontece no caso dos nossos produtos siderúrgicos.

Além disso, Srs. Senadores, há o desafio de expandir a pauta de bens e serviços que exportamos para a União Europeia e criar oportunidades de negócios. Esse trabalho de prospecção e de divulgação é feito em conjunto com a Apex, que tem escritório em Bruxelas, e evidentemente com o nosso setor privado. Já há algumas avaliações a respeito de produtos e setores com potencial e que evidentemente serão maiores se nos beneficiarmos das novas preferências e regras do Acordo Mercosul-União Europeia. A ideia aqui é insistir nesse trabalho.

Sra. Presidente, se é certo que a vocação inicial e o foco principal da missão em Bruxelas é a agenda econômica e comercial, é igualmente certo que a nossa agenda com a União Europeia inclui um universo muito variado de áreas de trabalho que já trazem e podem trazer muitos mais benefícios para o Brasil e os brasileiros e para a inserção internacional de nosso País.

Foi o que se buscou mostrar no documento de planejamento estratégico do posto, que a Sra. Relatora colocou com muito detalhe. Como ela referiu, como a Senadora Gondim referiu, temos uma parceria estratégica com a União Europeia desde 2007. Essa parceria prevê instâncias políticas com altas autoridades brasileiras e comunitárias e reuniões setoriais – cerca de 30, Sra. Presidente – para facilitar o diálogo e a cooperação nos mais diversos assuntos, desde direitos humanos até ciência e tecnologia, passando por economia digital, satélites, energia, educação, saúde, defesa, cooperação técnica em terceiros países, combate à pobreza, desenvolvimento sustentável, entre outros.

Cabe à missão, como outra tarefa prioritária, contribuir para que esses fóruns se reúnam e gerem resultados concretos para o Brasil, seja em termos de projetos de cooperação, como a investigação científica ou o uso compartilhado de satélites de monitoramento e a concessão de bolsas de estudo, seja em diálogos que facilitem o conhecimento mútuo e aprofundem relações que já são densas pelos laços históricos e de valores.

É importante ressaltar também que nós temos um patrimônio de cooperação com a União Europeia em temas da agenda internacional, o que facilita a defesa de posições e interesses brasileiros. Cito, a título ilustrativo, nossa parceria na Organização Mundial do Comércio para defender o mecanismo de solução de controvérsias e ajudar a destravar parte da agenda negociadora. A missão deve sempre atuar para estimular essa sintonia e identificar novas possibilidades de atuação conjunta.

O papel da União Europeia nos temas internacionais também torna a missão em Bruxelas um posto privilegiado de observação e análise. Essa é outra tarefa permanente e fundamental do posto. O fato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a União Europeia nem sempre dedique atenção suficiente à nossa região e ao Brasil, em especial, tem explicação parcial nas conjunturas que enfrenta em sua vizinhança mais próxima, assim como na relação com outros países e regiões que colocam desafios prementes, como as crises migratórias e de segurança energética. A nós cabe acompanhar esses desenvolvimentos, já que podem ter consequências para nossos interesses, como está acontecendo no caso de nossas importações de cloreto de potássio de Bielorrússia. Para o público que assiste, isso é um componente – a Senadora e os Senadores sabem muito bem – de fertilizante.

Termino, Sra. Presidente, reconhecendo que o documento de planejamento estratégico ficou muito detalhado. O objetivo foi o de assegurar aos membros desta Comissão que, caso o meu nome seja aprovado, terei sempre bem presentes as orientações recebidas e as expectativas a serem cumpridas. Isso se aplica também, evidentemente, aos vários temas específicos, nos quais não pude entrar nesta minha apresentação por causa da limitação do tempo, mas para os quais estou à disposição de V. Exa. e dos demais Senadores para comentar.

Muito obrigado pela oportunidade e pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns, Embaixador Pedro Miguel.

Ele terá uma das tarefas mais árduas da diplomacia brasileira que é a conclusão e a efetivação do Acordo Mercosul-União Europeia. Sai de lá o Embaixador Marcos Galvão, que é da maior competência, da linha *top* dez deste País pela experiência, pela quantidade de postos que já assumiu, que agora vai para a China, que também é um posto extraordinário para nós brasileiros.

E, Pedro Miguel, nós agora jogamos em você todas as nossas fichas, todas as nossas apostas. Que, com a sua experiência, você possa superar essas dificuldades.

Conversamos longamente ontem, porque me encontrei com um Deputado do Parlamento europeu, que é da Alemanha, jovem, de primeiro mandato, muito a favor do acordo. Então, em todos os países da Europa em que você fala, você só encontra países que são a favor do acordo. O nosso foco é França, porque, na verdade, a Alemanha anda junto com França, é uma união informal que eu observo entre esses dois países, não como uma especialista. Uma não quer deixar a outra sozinha. E são eles que decidem tudo. Então, imagino, Embaixador, que este Parlamento poderia iniciar as reuniões com os Parlamentos no ano que vem iniciando pelo Parlamento alemão, pelo Parlamento francês, que é extremamente ambientalista, predominantemente verde, como eles mesmos se intitulam. Nós temos o apoiamento – eu sinto – de Espanha, Portugal, República Tcheca, como agora há pouco mesmo foi dito. A grande maioria dos países é a favor. Então, nós gostaríamos, antes de falar com o Parlamento europeu, de fazer específica reunião – pode ser na mesma ocasião, mas específica com o Parlamento alemão e com o Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

francês – para nós termos a oportunidade não de negar e nem de chegar lá cabisbaixos, mas de conversar de igual para igual, porque ambos são credores e ambos são devedores.

Então, nós vamos fazer o nosso dever de casa. Nós vamos lutar contra o desmatamento porque isso convém ao Brasil. O desmatamento da Amazônia pode acabar com as chuvas para a agricultura brasileira, do Uruguai, do Paraguai e da Argentina. Então, isso faz bem ao Brasil. Não estamos querendo fazer bonito para ninguém. E ainda vamos cooperar, óbvio, com a diminuição do aquecimento do Planeta.

Eu imagino que essa diplomacia parlamentar seja muito importante para nós.

Ainda lhe peço, Embaixador Pedro Miguel, que, logo da sua chegada no posto, nós possamos conhecer um pouco de detalhes desse anexo de meio ambiente. O acordo está pronto, está fechado. Quando veio o desmatamento, eles suspenderam o acordo e criaram agora um anexo de compromissos para que o Brasil – é mais ou menos para dizer, redizer ou triplicar o dito –, para que a gente possa cumprir.

Eu disse ao Deputado europeu que o Brasil não é retratado por esses últimos dois, três anos, que o Brasil é muito mais do que isso. É só observar o nosso histórico de uma agricultura de baixo carbono, de uma preservação extraordinária. Toda a preservação brasileira soma 48 países da Europa e do seu entorno – a União Europeia em si são 27 países –, e isso não é pouco, não é brincadeira. Nisso nós somos credores.

Então, esse anexo, Embaixador, nós gostaríamos muito de conhecê-lo para poder trabalhar estratégias, argumentos e, claro, fazer a nossa parte.

Eu lhe desejo muito boa sorte. E conte conosco. Esse acordo, para nós, é prioritário, mas, mais do que esse acordo, a nossa soberania tem que ser maior do que ele.

Obrigada.

Mensagem nº 74... Não, desculpa! Agora é o do Nelsinho.

Espere aí, Nelsinho, esta aqui é do Anastasia, que não está presente.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Senador Nelsinho Trad pronto para deliberar o seu relatório.

Obrigada.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sra. Presidente, com muito prazer, vou fazer esse relatório.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Presidente da República submete ao exame desta Casa a indicação que faz do Sr. José Antônio Marcondes de Carvalho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 18 de março de 1953, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. É filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e de Maria Marcondes de Carvalho. Formou-se em Direito pelo Centro Universitário UDF, de Brasília, em 1980. Ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco em 1975. Também nessa instituição realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1982, e o Curso de Altos Estudos, em 1997, quando apresentou e teve aprovada a tese "Do fracasso de Bicesse à esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança".

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1976 e Segundo-Secretário em 1993. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1985, a Conselheiro em 1992, a Ministro de Segunda Classe em 1998 e a Ministro de Primeira Classe em 2003.

Entre as funções por ele desempenhadas, destacam-se: Conselheiro na Missão junto à ONU, de 1993 a 1998; Chefe da Divisão de Integração Regional, de 1998 a 1999; Diretor-Geral da Direção-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Integração Latino-Americana, de 1999 a 2003; Diretor do Departamento de Integração, de 2003 a 2007; Representante Especial junto à FAO, de 2007 a 2010; Embaixador em Caracas, de 2010 a 2013; Subsecretário da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, de 2013 a 2018; e Embaixador em Viena, desde 2018.

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Paraguai. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai foram estabelecidas em 1844. Desde então, o relacionamento passou por momentos de maior ou menor aproximação. No momento presente, a agenda bilateral contempla como principais eixos o compartilhamento de infraestrutura comum, a cooperação energética e fronteiriça, bem como o combate a ilícitos transnacionais. Esse contexto é favorecido pela relação próxima entre os dois Presidentes, Bolsonaro e Mario Abdo Benítez, que já se encontraram presencialmente seis vezes desde 2019. O comércio bilateral, por sua vez, se desenvolve sob as normas do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Compartilhamos com o Paraguai 1.339 quilômetros de fronteira, sendo que 700 quilômetros correspondem à chamada "fronteira seca", sem barreiras naturais entre os dois países. Nesse espaço, é importante mencionar a Hidrelétrica de Itaipu. Essa usina, situada na divisa dos dois países, responde por aproximadamente 11% da energia consumida no Brasil e por 88,5% do consumo paraguaio.

No campo econômico, somos tradicionalmente o principal parceiro comercial do Paraguai. No ano passado, absorvemos aproximadamente 31% das exportações paraguaias e fornecemos cerca de 22,5% de suas importações.

Historicamente, o comércio bilateral é superavitário para o Paraguai quando se contabiliza a exportação de energia. Das exportações brasileiras, 96% são produtos industrializados. Já as importações concentram-se em produtos básicos.

Observamos, por fim, que o Paraguai tem a segunda maior comunidade brasileira no exterior, estimada em 240 mil pessoas no ano de 2020. Esses nacionais se dedicam em grande parte a atividades da agropecuária em departamentos limítrofes com o Brasil. O contingente referido representa a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior, superado apenas pelas comunidades dos Estados Unidos da América e Portugal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório.

Era isso, Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Quero agradecer ao nobre Senador Nelsinho Trad pelo seu relatório.

E concedo agora a palavra ao Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil em Portugal.

V. Exa. dispõe de 15 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicio essa apresentação saudando a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e aqueles que nos acompanham por via remota, bem como os colegas que estão hoje também sendo sabatinados por esta Casa.

Eu gostaria de inicialmente fazer um especial agradecimento ao Sr. Ministro de Estado, o Embaixador Carlos França, por haver submetido meu nome ao Senhor Presidente da República para a minha designação como Embaixador do Brasil no Paraguai.

Meu segundo agradecimento vai ao ilustre Senador Nelsinho Trad por tão completo relatório e suas menções generosas à minha pessoa.

Por fim, eu gostaria de fazer um agradecimento todo especial ao conjunto desta Comissão e à sua Presidente, Senadora Kátia Abreu, por seu empenho pessoal de realizar essa série de sabatinas, verdadeiras maratonas, como foi colocado pela Embaixadora Sônia, nas últimas semanas. É de se reconhecer esse esforço extremamente desafiador, principalmente tendo em conta o momento tão atribulado desta Casa e do Congresso como um todo, e os espaços de agenda cada vez mais escassos no momento em que nos aproximamos à conclusão do ano legislativo.

Estar novamente nesta Comissão, Sr. Presidente, é mais do que um momento primordial na vida de um diplomata – eu gostaria de compartilhar isso aqui com V. Exas. – e, como servidor de Estado, é mais do que uma obrigação: representa um absoluto privilégio para nós poder comparecer aqui à Casa do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como temos um tempo limitado, eu vou entrar inicialmente e diretamente na matéria e vou ressaltar os principais vetores das nossas relações com o Paraguai, acrescentando as informações tão completas e que já foram mencionadas pelo Senador Nelsinho Trad, meu Relator. Essas informações que eu pretendo agregar, simplesmente eu as faço em termos de contextualização do planejamento estratégico que pretendo executar na Embaixada do Paraguai, caso, evidentemente, conte com a aprovação desta Comissão e do Plenário desta Casa para o meu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de entrar nesses pontos que são importantes, nesses vetores em nossa relação que vão determinar o nosso plano de trabalho.

O Paraguai é um sócio-fundador do Mercosul junto com o Brasil. Aliás, há 30 anos foi assinado na capital paraguaia o Tratado de Assunção em 1991.

O território paraguaio, um segundo elemento importante mencionar, abrange uma área de aproximadamente 400 mil quilômetros, o que é um pouco superior à área do Mato Grosso do Sul e duas vezes a área do Paraná, apenas para mencionar Estados lindeiros com o Paraguai.

O fluxo de comércio, como foi colocado pelo Relator, tem gerado ao redor de US$5 a US$6 bilhões por ano, no qual o Paraguai tem acumulado superávits justamente pela inclusão do tema das exportações de energia elétrica, dos excedentes do produzido em Itaipu, para o nosso País. É uma pauta extensa que nós temos com o Paraguai, mas acho que é importante também ressaltar o fato da diversificação que tem ocorrido recentemente na pauta exportadora do Paraguai, fruto dos entendimentos com o Mercosul, fruto da integração do Paraguai às cadeias produtivas brasileiras, que permitem exatamente com que o Paraguai possa melhorar o seu relacionamento com o Brasil, possa melhorar o seu posicionamento como país no nosso continente.

Um outro elemento que eu gostaria de mencionar é que o Brasil é hoje o quarto maior investidor no Paraguai. Isso é um dado muito importante, nós somos superados minimamente apenas pela Espanha, pelos Estados Unidos e pelos Países Baixos.

Outro elemento importantíssimo para entendermos bem o momento que vive o Paraguai, Sr. Presidente, é o fato de que a economia paraguaia vai crescer em torno de 4% este ano contra 1% do ano passado, depois de uma retração de cerca de meio ponto percentual em 2019. Então, esse crescimento tem sido substantivo, esse crescimento tem sido sustentado e esse crescimento tem se beneficiado muito das relações abertas, das oportunidades abertas pelo Mercosul.

Um outro elemento importante dimensionar é o crescimento da renda *per capita* no Paraguai, que, hoje, em termos de paridade de poder de compra, segundo dados levantados pela nossa Embaixada de Assunção, se situa em US$3,5 mil contra US$16 mil no nosso País.

Um outro aspecto importante para entendermos, para temos uma visão macroeconômica do país é o fato de que a inflação naquele país hoje vai se situar – prevê-se que se situe – em volta de 4% de inflação este ano, exatamente no centro de sua meta.

Historicamente, o comércio bilateral é superavitário

Já mencionado pelo Relator – e isso mostra e agrega importância da nossa relação com o Paraguai – é o fato de que 11% de toda a energia elétrica consumida no Brasil é produzida num empreendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunto, um empreendimento conjunto magnífico, um empreendimento de grande relevância nas relações bilaterais nossas com o Paraguai, que é a Itaipu Binacional.

Um outro elemento também mencionado pelo Relator é o fato de que o Paraguai abriga quase 250 milhões de brasileiros. Mas, além de colocar isso, eu gostaria de colocar um elemento... 250 mil não é um número cabalístico, e eu gostaria de fazer uma comparação. Hoje o percentual de brasileiros vivendo no Paraguai se aproxima dos 4% – 3% a 4%. Se nós tivéssemos 3% a 4% de paraguaios no nosso País, isso significaria, comparando com a nossa população, evidentemente, que nós teríamos quase 8 milhões de paraguaios, mais do que a população paraguaia existente hoje no País. Então, é um número expressivo de brasileiros no Paraguai e é um tema muito importante na ação da embaixada em Assunção.

Um outro aspecto muito importante é a questão dos desafios comuns que nós temos na área de segurança, e isso tem representado também um vetor de cooperação e de ações conjuntas do Brasil com o Paraguai. Eu me refiro aqui à questão do crime organizado, eu me refiro à questão de crimes transnacionais, eu menciono o tráfico de drogas e o tráfico de armas, e também a questão do contrabando e a lavagem de dinheiro.

Com a crescente estruturação de redes criminais dos dois lados da fronteira, tem se verificado um aumento no tráfico de drogas e de armas, infelizmente, e o aumento também do contrabando e da lavagem de dinheiro. É claro que, do nosso ponto de vista, isso requer um trabalho conjunto e uma ação conjunta de prevenção. Isso é, do meu ponto de vista e do que vem sendo executado atualmente na embaixada, imprescindível na relação bilateral.

O Paraguai tem sido muito receptivo para essa cooperação brasileira, e há imenso trabalho na área de contrabando de cigarros, a cooperação no combate ao narcotráfico e um trabalho também conjunto de equipes de investigação com policiais e promotores para aperfeiçoar inquéritos de delitos transnacionais.

Eu gostaria também de destacar um outro aspecto, que é a questão da integração física do Paraguai. Como mencionado pelo Senador, nós temos uma fronteira de 1,4 mil quilômetros.

Hoje estão sendo feitos trabalhos... Hoje nós temos a ligação pela Ponte da Amizade, saindo de Foz do Iguaçu para o Paraguai. Temos uma segunda ponte, que está sendo atualmente construída, é a Ponte da Integração, que deve ser inaugurada no ano que vem, em meados do ano que vem, e já com quase 70% das obras concluídas. E também agora, no dia 13 de dezembro, o Presidente da República se encontrará com o seu homólogo paraguaio para lançar a pedra fundamental da ponte em Porto Murtinho e Carmelo Peralta.

É evidente que a importância dessa ponte se conecta... Além de uma questão de beneficiar as populações fronteiriças, ela tem uma conexão com a rota bioceânica, ligando o Brasil ao Chile, passando pelo Paraguai e Argentina, com grandes efeitos para a nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço também rápidas considerações.

O Senador Nelsinho Trad já mencionou a questão de Itaipu, mas eu gostaria de me referir ao fato de que hoje está em tratativa, digamos, um tema que vem sendo discutido muito fortemente, que é a questão da tarifa, dos custos atuais operacionais da empresa. Mas, além de aspectos econômicos, nós devemos levar em conta a coincidência de que, a partir de 2023, deverá estar renegociado o Anexo C do Tratado de Itaipu, momento esse que também coincide com eleições no Paraguai e requererá muita atenção da embaixada.

Eu entro imediatamente no planejamento estratégico – o meu tempo mal eu consigo enxergar – e já estou quase terminando, Senadora.

Sobre esse planejamento estratégico, nós tivemos condição de conversar ontem à tarde longamente, no seu gabinete, conversa essa de que todos nos beneficiamos, eu particularmente. A sua visão e as suas orientações foram de enorme utilidade. Esse planejamento estratégico, evidentemente, representa um importante balizador de ações de um posto diplomático e ele tem um mérito também muito forte de consolidar e garantir a continuidade de ações empreendidas. É evidente, como nós também discutimos ontem, Sra. Presidente, que não se trata de inventar a roda, porque, do nosso ponto de vista, a roda já foi inventada há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – É só fazê-la rodar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Agora, é uma questão de tocar essa carroça, tocar esse bonde e avançarmos.

Então, o trabalho da embaixada... E eu gostaria, a partir dessa contextualização, desses vetores das nossas relações bilaterais intensíssimas, muito densas... São Presidentes da República que se avistam mais do que uma vez por ano, e isso já reflete por si só a importância das relações políticas, econômicas, comerciais e em outras áreas. Isso denota esse aspecto.

Mas eu gostaria de concentrar... Dadas essas relações muito profundas e importantes que nós temos com o Paraguai, Sra. Presidente, eu gostaria de destacar os seguintes temas, que vão ser parte do programa de trabalho que já foi apresentado. Desse planejamento estratégico, eu vou destacar seis pontos, Sra. Presidente.

Evidentemente, um tem a ver com ações na área econômica, comercial e de investimento. Nós temos que cuidar cuidadosamente da evolução do quadro político do Paraguai...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – ... com impacto nos desígnios econômicos do País. É evidente que é função da embaixada explorar, com agentes econômicos paraguaios e brasileiros, oportunidades de investimento, de comércio e de integração, porque, é claro – e isso eu acho que é um aspecto muito importante de se ter em conta –, uma verdadeira integração não se limita simplesmente à liberação comercial. A liberação comercial é um passo para essa maior integração, e evidentemente essa integração passa pelo livre comércio, mas essa integração passa também pela maior capacidade de utilização dos meios de produção, de um lado e de outro da fronteira, para benefício dos nossos povos.

Um aspecto importante – eu acho que não mencionei na minha apresentação inicial dos grandes vetores da nossa relação – é o aspecto de que agora acaba de ser anunciado um grande investimento no Paraguai de uma empresa brasileira, a BSBios, que vai implantar uma biorrefinaria, cuja produção deve ser de 20 mil barris equivalentes, 20 mil barris/dia de bioquerosene de aviação e naphtha verde, a partir da utilização de gorduras vegetais. Trata-se, atualmente, de um dos maiores investimentos estrangeiros já realizados no Paraguai, investimento produtivo e que vai beneficiar a todos nós.

O outro aspecto importante nessa área econômica, comercial e de investimentos é velarmos permanentemente, analisarmos o ambiente de negócios no Paraguai, por meio de contato frequente também com as autoridades e associações de classe no Brasil. O fato de trabalhar com a Câmara de Comércio Paraguai-Brasil é um importante instrumento, mas também agora, com o arrefecimento da pandemia, Sra. Presidente, eu acho que é chegado o momento de nós podermos estimular mais a ida de empresários brasileiros ao Paraguai, para conhecer de perto essa nova realidade paraguaia que se desenha, esse crescimento sustentado já durante anos e uma economia, fundamentos macroeconômicos bastante sólidos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Independentemente da mudança de governo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – O brasileiro, nós temos que cuidar de uma relação de Estados, e os Estados... Temos interesses permanentes. Nós teremos eleição no nosso País, no ano que vem. No Paraguai, as eleições presidenciais ocorrem em 2023, mas nós temos que ter a capacidade, como representantes do Estado brasileiro, de olharmos a situação com muito mais longo prazo, muito além do prazo de um governo A ou B, seja aqui no Brasil, seja lá no Paraguai. Os interesses permanentes brasileiros estão lá e devem ser perseguidos.

Então, o outro aspecto muito importante, Sra. Presidente, é o agronegócio, e eu não poderia deixar de mencionar o fato de que quase um quarto de milhão de brasileiros que foram para o Paraguai são uma grande força motriz no agronegócio paraguaio. Caso aprovado por esta Comissão, eu pretendo examinar com os colegas do Ministério da Agricultura a possibilidade de designação de um adido agrícola, seja em caráter permanente, seja em caráter intermitente, justamente para estreitar esses laços e vermos a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde os aspectos de sanidade animal e vegetal, mas também que outros trabalhos conjuntos podem nos beneficiar.

Eu gostaria também de mencionar um outro aspecto, agora já na área de segurança, que eu já tive a ocasião de mencionar na exposição inicial. Gostaria de ressaltar que, na embaixada em Assunção, Sra. Presidente e Senadores, nós temos hoje sete adidos que trabalham nessa área. Nós temos três adidos militares, nós temos um adido da Polícia Federal, nós temos um adido da Receita Federal e nós temos dois adidos da Abin. Então, esse é um trabalho que vem sendo realizado de prevenção e combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, aos crimes transfronteiriços. E eu pretendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Desculpe. Pode concluir.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Fui eu que apertei?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Caso aprovado por esta Casa, eu pretendo, antes mesmo de chegar a Assunção, poder discutir com os ministros da Defesa, do GSI, da Justiça, com o Diretor da Polícia Federal, o Ministro do CGU, e deles ouvir como ou que papel a embaixada pode realizar justamente nesta área de contribuir para essas ações na área de segurança.

Eu gostaria também de referir um terceiro ponto, que é a questão da diplomacia parlamentar. Passados agora, de novo, os piores momentos dessa pandemia, eu pretendo, se tiver a honra de ser aprovado por esta Casa, promover ações de maior aproximação entre os Parlamentos nacionais e também os entes legislativos locais e seus congêneres de cada lado da fronteira. E, para isso, eu vou me beneficiar do aconselhamento e das indicações que V. Exas. poderão fazer nesse sentido.

Um outro aspecto muito importante, dada uma fronteira vivíssima que nós temos, é o aspecto da diplomacia federativa, Sra. Presidente. Eu antevejo um campo enormemente promissor. Também pretendo visitar imediatamente, caso aprovado por esta Comissão, Governadores dos nossos Estados lindeiros. Eu pretendo visitar o Governador Reinaldo Azambuja, o Governador do Mato Grosso do Sul e o Governador Carlos Massa Júnior, do Paraná, mas também ver a questão... O mapa não está mais projetado, mas nós temos a proximidade... Mato Grosso do Sul e Paraná são Estados imediatamente fronteiriços – não dá necessariamente para se ver –, mas Santa Catarina e o meu querido Estado do Rio Grande do Sul somos separados do Paraguai apenas ali pela região de Misiones, uma muito pequena distância...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Existe água? Um divisor de águas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Há o Rio Uruguai no Rio Grande do Sul.

E a Embaixadora Márcia Donner, minha especialista em temas de Santa Catarina, vai me dizer se...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Acho que é uma hidrovia ali, não é? Ou a hidrovia vai só em cima?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Não. Ali mais adiante, em Santa Catarina e Argentina, não é uma divisa por rios, não é?

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU (Para expor.) **–** Não é uma divisa o quê?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – É uma divisa por rio?

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – Não, não.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – É uma fronteira seca, não é?

A SRA. MÁRCIA DONNER ABREU – É.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Felizmente eu estava certo.

Então, a senhora veja a distância do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também faz com que Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como também outros Estados no Centro-Oeste, sejam muito importantes de ser visitados, e eu vou precisar muito da ajuda e do aconselhamento das senhoras e dos senhores para contatos com autoridades estaduais e municipais.

Um outro aspecto muito importante, Senadora, que muito tem nos motivado, são esses eventos promovidos pela Comissão dirigidos por V. Exa. São esses eventos grande fonte de informação para os postos no exterior, mas também grande fonte de inspiração em matéria de turismo, em matéria... Eu gostei de quem utilizou as palavras "diplomacia"...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Gastronômica.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – ..."gastronômica" – foi o Embaixador Tabajara.

E eu tenho tido – desculpe-me passar o tempo, Senadora –, a experiência, atualmente lotado em Viena, a residência infelizmente não está capacitada para fazer um bom churrasco. Ao Camardelli eu já pedi que possa corrigir essa situação. Infelizmente, não há espaço para uma churrasqueira, Embaixador Tabajara, mas há um espaço para que nós possamos preparar e oferecer aos nossos convidados gostos e aromas brasileiros, algo que pretendo realizar no Paraguai, caso aprovado por esta Casa, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente a relação muito estreita que isso tem com o turismo. Se nós olharmos para o caso peruano, não só eles têm uma história muito rica, mas eles também fazem um uso muito sábio e inteligente da gastronomia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Veja a distância.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Rio Uruguai vai até Santa Catarina.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – O Rio Uruguai circunda todo o Rio Grande do Sul...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vai até Santa Catarina. Não falei? Que encontra depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É. Por causa de Foz do Iguaçu, não era correto não ter o rio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Não sei que rio é aquele, mas o importante é que nós vemos a distância entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Paraguai, o que não é uma...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É o Rio Paraná. Desculpa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – É o Rio Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É o Rio Paraná. É a hidrovia do Paraná aí.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Não é uma fronteira física, contígua, mas é muito importante essa proximidade.

Eu já me referi à questão de trabalhos de infraestrutura fundamentais para que o nosso Centro-Oeste possa continuar crescendo, possa continuar tendo essa pujança econômica para o nosso País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – ... e essa conexão com o Pacífico pela Rota Bioceânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sra. Presidente, desculpe-me extremamente por romper os limites do tempo, mas é uma atenção especial que é merecida pelos cidadãos brasileiros no Paraguai, pois é um contingente enorme de brasileiros. Nós temos hoje, Sra. Presidente, uma rede consular. Nós temos dois consulados-gerais, um em Ciudad del Este e outro em Assunção; nós temos dois consulados, um em Pedro Juan Caballero e outro em Salto del Guairá; e nós temos dois vice-consulados, um em Encarnación e outro em Concepción.

Eu pretendo imediatamente, caso aprovado por esta Casa, velar pelas atividades do nosso consulado, da nossa rede consular, ver como os nossos brasileiros vêm sendo atendidos, essa comunidade de quase um quarto de milhão de brasileiros vivendo no Paraguai, nas suas demandas consulares. E é muito importante que se verifique a adequação física, tecnológica e pessoal dessas unidades.

Sra. Presidente, o trabalho consular é um tema central para o Itamaraty e responder às demandas consulares da nossa população em países estrangeiros, principalmente no Paraguai com esse número tão expressivo, é o nosso dever.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador. Eu tenho certeza absoluta de que, com a sua grande experiência, vindo da Europa, de tantos postos, como a Áustria...

Essa relação com os nossos países do Mercosul é muito importante. E o Uruguai e o Paraguai são aliados do Brasil no que diz respeito à modernização do Mercosul, ao avanço do Mercosul, a que, às vezes, a Argentina resiste, principalmente com relação à TEC.

Eu gostaria de fazer uma pergunta do e-Cidadania, porque eu preciso prestigiar. São 120 pessoas que estão na sala agora.

O Fred Almeida, do Pará, pergunta – muito obrigada, Fred –: "Muitos brasileiros vão ao Paraguai às compras. O que o Brasil oferece de atrativo para os paraguaios para equilibrar a balança comercial?".

Na verdade, ele vai responder, mas nós temos uma balança bastante equilibrada entre importação e exportação, um pouquinho negativa para nós. Mas o senhor vai ter a oportunidade.

Da minha parte, Sr. Embaixador, eu gostaria muito de receber algum material sobre como funciona a venda de terras para estrangeiros no Paraguai, como é esse tratamento. Nós sabemos que há muitos brasileiros lá donos de propriedades rurais plantando soja, mas eu não sei ainda o mecanismo da segurança jurídica.

Outro ponto em que sou muito demandada no meu Estado – bastante – é com relação à transferência de alunos da faculdade de Medicina para o Brasil. Eu não sei se o componente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente financeiro, das despesas, porque a faculdade lá é muito mais barata, ou se é o desejo de viver no seu próprio país, ou o desejo de ficar perto da família. Nós precisamos descobrir o que é, porque o Paraguai tem aceitado alunos do Brasil nos vestibulares, nas provas. E somos muito gratos por essa recepção. Então, porque tantos às vezes querem voltar logo no início do curso, sendo que nós sabemos que o nível de aprendizagem é muito elevado. Nós temos faculdades no Brasil em que às vezes não é tão elevado, com nível 1, 2 e que são até, vamos dizer, com nível mais baixo e em que os alunos continuam. Então, nesse intercâmbio eu acredito que as pessoas precisam se sentir em casa nos países vizinhos e nos países parceiros, porque se está tendo a oportunidade de ter essa faculdade lá com um preço tão ajustado. No Brasil é supercaro, não existe nenhuma mensalidade por menos de R$10 mil por mês em faculdade de Medicina; no Paraguai, eu não sei o valor, mas não chega nem a R$5 mil, é muito menos de R$5 mil. Então, essa é uma questão.

E há o acompanhamento da Bioceânica, porque falta um trecho pequeno no Paraguai. Eles não precisam de dinheiro. Segundo o Embaixador, eles já estão com isso organizado. No Brasil está tudo pronto; no Chile tudo pronto; na Argentina, falta penas um pequeno trecho. E o sonho de todos é que, ao lado dessa rodovia, no futuro, possa haver uma ferrovia. Aí, sim, seria muito mais competitivo, devido à distância. No Brasil, já há um pedaço da ferrovia pronto; seria apenas complementar.

Quero declarar ao Embaixador que vai para o Paraguai, José Antônio, que nós estamos trabalhando muito com a integração da logística dos nossos países. Não tanto os que estão no Mercosul, em que já está bem adiantada essa infraestrutura. No Uruguai, falta a Lagoa dos Patos, com pouquinho dinheiro, e o Brasil não termina; e há esse pedacinho no Paraguai. E os outros países? Pode ser uma hidrovia na Colômbia junto com o Peru para ser viabilizada? Eles têm um desejo muito forte de que ali possa ser feita a derrocagem e essa ligação chegar até lá.

Então, eu chamo atenção para que não só os alunos brasileiros que estão no Paraguai se sintam em casa, mas também os produtores rurais que estão lá e se sentem em casa. Então, que essa parceria e essa integração possa melhorar cada vez mais.

O Nelsinho ainda quer fazer uma observação para o Embaixador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sim. Ele já tem duas perguntas, uma de V. Exa. e outra do e-Cidadania. Eu vou fazer uma consideração aqui e, no meio dela também, um questionamento.

Primeiro, eu não poderia deixar de registrar, Senadora Kátia Abreu, a excelente interlocução que nós temos com o Embaixador do Paraguai no Brasil, o Embaixador Juan Ángel, uma pessoa muito fantástica, diplomata na sua essência. Já fizemos várias interlocuções entre os nossos países.

Quero dizer que essa Rota Bioceânica é fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico pós-pandemia dos países por onde ela vai passar: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montamos um grupo parlamentar internacional, na última sexta-feira, com Parlamentares de cada um desses países, para discutir o andamento desse traçado. E eu gostaria de informar a todos que, lá no Paraguai, 98% da rota já está pronta. De Carmelo Peralta, que é a primeira cidade do Paraguai onde cai a ponte, quando vem do Brasil, até Loma Plata, nós temos 277km. Desses 277km, 98% já devidamente pavimentados e com drenagem, com inauguração a ser efetivada; já de Loma Plata a Poço Rondo, 344km, ou seja, o Paraguai está fazendo o seu dever de casa para interligar essa rota com os outros países.

Da ponte que liga Porto Murtinho, que é do meu Estado, Mato Grosso do Sul, do Prefeito Nelson Cintra – que está sendo Prefeito pela terceira vez, lá na cidade –, até Carmelo Peralta, porque o Rio Paraguai separa as duas cidades, eles vão fazer o lançamento da pedra fundamental, que estava só com uma questão de agenda para confirmar se será dia 13 ou será em janeiro. Essa questão eu estou acompanhando muito de perto.

Quanto ao Parlasul, porque o Paraguai é muito presente também nas atividades do Parlasul, eu sou o chefe da delegação brasileira e informo que será um paraguaio que vai tomar a Presidência nesse próximo rodízio: é o Parlamentar Tomás Bittar, que já foi Presidente, em uma ocasião, e agora, com a saída de Celso Russomanno, ele vai entrar.

E quero dizer que nós temos outros projetos muito interessantes em comum acordo com o Paraguai. Nós não podemos deixar de mencionar a questão da segurança pública, que é algo muito demandado entre as necessidades de se aperfeiçoar. E nós temos, por parte do Governo brasileiro, o Sisfron, que é o sistema integrado de segurança de fronteiras. Na região do Mato Grosso do Sul, com a divisa com Paraguai e Bolívia, pelo que me consta, esse projeto já está praticamente concluído. Está faltando uma central de monitoramento e o avanço das... Porque esse Sisfron é de toda a fronteira brasileira.

Eu fui visitar, numa missão do Exército, e ver *in loco* os aparelhos, a logística, como vai funcionar. Realmente é uma mudança muito importante que isso irá proporcionar para a questão da segurança pública.

Quanto aos alunos...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vai ter drones?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Vai. São aparelhos de última tecnologia.

Quanto a essa questão dos alunos, isso é um problema que precisa ter uma atenção especial do Consulado. Senadora Kátia, Ponta Porã, que é a cidade do Mato Grosso do Sul que faz divisa com Pedro Juan Caballero, tem 90 mil habitantes aproximadamente – pode ter um pouquinho mais. Só de alunos que estão cursando as universidades de Pedro Juan Caballero, que é a cidade que faz divisa com Ponta Porã –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a divisa lá é uma avenida, não tem rio, não tem nada –, são 25 mil alunos. Existem nove universidades em Pedro Juan Caballero, e só a Universidade do Paraguai, a UCP...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – De Medicina.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... de Medicina, só essa tem mais de 9 mil alunos. Então, essa é uma demanda que volta e meia chega para a gente: esses alunos querem se transferir porque o ingresso deles no mercado de trabalho brasileiro depende do Revalida.

E eu tenho uma frase que eu costumo falar, que é a seguinte: não é a universidade que faz o aluno; o aluno aplicado, estudioso é que se faz sozinho. Ele precisa ter uma boa orientação, uma excelente residência médica, aí sim, ele vai estar capacitado para exercer a Medicina. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – E você é médico, pode falar.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Eu, na qualidade de médico e defensor da questão do Revalida, eu posso aqui dar esse testemunho.

Essa é uma demanda que nos é sempre colocada. É apenas para reforçar essa articulação que V. Exa. tem que ter, na minha avaliação, com o setor consular do Brasil, Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá, que são duas cidades que fazem divisa com cidades do meu Estado, com Ponta Porã e com Mundo Novo, eu penso que isso é fundamental.

Quero ressaltar aqui que eu tenho um carinho muito forte pela fronteira do Mato Grosso do Sul. A gente tem uma representatividade política lá muito forte: dentro de Mundo Novo, o Vereador Piscuila, o Prefeito Valdomiro; dentro de Ponta Porã, o Prefeito Hélio Peluffo, o Vereador Agnaldo Miudinho, então, eu estou realmente muito sintonizado com os problemas dessas cidades. Nós conseguimos com o Ministério da Saúde doses extras da Janssen e conseguimos vacinar toda a população da fronteira – toda, em 95%. Hoje o covid lá praticamente está afastado em função dessa articulação que nós fizemos com o Ministro Marcelo Queiroga, a quem quero, aproveitando a oportunidade, agradecer pela sensibilidade para disponibilizar essas doses extras para os Municípios fronteiriços do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, que são treze, e dois com a Bolívia.

Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho Trad, que conhece muito o Paraguai, pela divisa, pela convivência com eles lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu ainda sugiro, então, Sr. Embaixador, que poderia ser útil para nós caso o Paraguai tenha uma classificação de suas universidades. Não queremos fazer nenhuma intromissão; queremos saber se existe, como existe no Brasil, existe nível 1 até 5: 1 é porque é uma qualidade baixa – não devia nem existir, não é? –, e 5 é a nota máxima de qualidade das universidades do Brasil. Então, a gente poderia ver essas nove e as demais para a gente fazer um comparativo, para demonstrar que nós podemos superar essa dificuldade do Revalida. Os nossos estudantes – eu entendi o que Nelsinho quis dizer – querem voltar logo, com medo do Revalida, então, querem já fazer a faculdade aqui.

Por favor, três minutos para as suas respostas.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador Nelsinho Trad, por essa aula de fronteira do Paraguai.

Seguramente, eu vou precisar contar muito com a sua ajuda para o trabalho, caso eu seja aprovado por esta Casa, principalmente nos contatos com as autoridades locais fronteiriças. Isso eu reputo da mais alta importância. E vou lhe agradecer muito a sua colaboração nesse aspecto para algo que eu chamei, na minha apresentação, de a diplomacia federativa.

Eu me esqueci do nome de quem nos perguntou...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Fred Almeida, do Pará. Por favor, Embaixador, por conta do nosso horário, dois minutos para resposta.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Sim.

Fred, sobre a questão de que o Brasil tem a oferecer, eu só queria lhe colocar o fato de que nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados. E o Paraguai é um país com uma riqueza histórica e com grandes pontos de interesse, mas a população paraguaia, quando vier ao Brasil, e aqueles que têm tido a chance de vir ao Brasil... E são vários. Nós pretendemos, no trabalho frente à Embaixada, caso seja aprovado por esta Casa, trabalhar mais pelo turismo, saindo também das rotas tradicionais e conhecendo outros lugares do nosso extenso Território, maravilhas que nós temos aqui. E os paraguaios, seguramente, terão como se beneficiar deste nosso Brasil tão lindo e aprender mais da nossa cultura, de todos os aspectos da nossa cultura.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Eu quero convidar os Embaixadores que estão nas cadeiras atrás: eles podem sentar aqui nessas cadeiras aqui da mesa, por favor, pois muitos Senadores já relataram e foram embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço aos Embaixadores por suas exposições e quero anunciar que, daqui a alguns minutos, teremos um *brunch*, como tivemos da outra vez na maratona. Então, individualmente, podem todos ir lá se servir, ou o pessoal serve aqui nas mesas também. É um pequeno almoço para que nós não paremos aqui a nossa reunião para agilizar. Então, muito obrigada aos Embaixadores pelas suas explanações.

Eu convido agora o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro e o Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro. (*Pausa.*)

Ah, desculpem. Esperem aí, esperem aí. É o Haroldo... Desculpem. Não é o Luís Antonio, não, gente. Luís Antonio, volte. (*Pausa.*)

Então, não é o do Anastasia agora, é o do Chico Rodrigues.

Desculpem-me. É Luís Antonio Balduino Carneiro, sim, relatado por Chico Rodrigues.

E Anastasia já está chegando. Certeza? (*Pausa.*)

Então, Haroldo de Macedo Ribeiro, que vai ser relatado... Não é isso? (*Pausa.*)

Nelson Antônio Tabajara, que será relatado também por Chico Rodrigues, assim que ele terminar o primeiro, pois Marcos do Val está impossibilitado de comparecer.

Por favor, podem se sentar, Nelson Antônio Tabajara e Luís Antonio Balduino Carneiro. Desculpem.

Eu ainda tenho mais um projeto para relatar, mas é mais tarde um pouco.

Vamos lá.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues.

Por favor, com a palavra, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente Kátia Abreu, gosto de repetir que V. Exa. conduz esta Comissão, realmente, com absoluta maestria, pela sua experiência, sua competência, seu equilíbrio, e dá muito mais robustez a esta Comissão de Relações Exteriores, que é importantíssima aqui no cenário de todas as Comissões.

Fui designado pela senhora para relatar a indicação do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro.

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 50, de 2021, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasceu a 28 de dezembro de 1961 em Goiânia/GO. Graduado em Economia e pós-graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília, o indicado ingressou na carreira diplomática em 1986.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986, sendo, subsequentemente, promovido, sempre por merecimento, a Segundo-Secretário em 1991; a Primeiro-Secretário em 1997; a Conselheiro em 2003; a Ministro de segunda classe em 2007; e a Ministro de primeira classe em 2014.

No Brasil, entre outras funções, foi assessor do Ministro da Fazenda (1996/1998); diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2009/2014); secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda (2015/2016); presidente do Conselho de Administração do "Banco dos Brics",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com sede em Xangai, na China (2015/2016); Membro do Conselho de Administração da Caixa Vida e Previdência (2015/2016) e do Conselho Deliberativo da Funcef (2015/2016).

No exterior, foi conselheiro chefe do Setor Econômico da Embaixada em Nova Delhi (2004/2007); embaixador em Bratislava (2016/2019); e embaixador em Bogotá (desde 2019).

Também em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores elaborou relatório sobre a Finlândia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Finlândia é um país europeu com cerca de 340 mil km^2 e 5,5 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente US$49 mil. É um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. Tornou-se membro da União Europeia em 1995.

A agenda bilateral, no entanto, segue seu curso com prioridades centradas na cooperação em temas educacionais; ciência, tecnologia e inovação; energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; defesa; promoção de comércio, investimentos e negócios; e diálogo político.

Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil expressivo potencial de investimentos, que já são significativos em alguns setores, como os de celulose e telecomunicações.

Com relação ao comércio, o Brasil tem sido o principal parceiro comercial da Finlândia na América. Em 2020, o fluxo de comércio entre os dois países foi de US$794 milhões, com aumento de 15,9% em relação ao ano de 2019. Exportamos o equivalente a US$294 milhões e importamos US$500 milhões. Houve, portanto, um saldo negativo desfavorável ao nosso País de US$206 milhões. O Brasil exporta, principalmente, minério de cobre, café não torrado e ferro-gusa. Importamos, sobretudo, produtos manufaturados diversos, papel, adubos ou fertilizantes químicos e medicamentos.

Sobre a comunidade brasileira na Finlândia, ela é estimada em cerca de duas mil pessoas. Esse contingente, que tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, é atendido tanto pelo setor consular da embaixada em Helsinque quanto por consulados honorários em Tampere e Turku.

Sra. Presidente, esse é o relatório com relação à indicação do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro para a Embaixada do Brasil na Finlândia.

Sra. Presidente, esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu estava aqui um pouco distraída, lendo alguns dados sobre a Finlândia.

Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, concedemos a palavra ao Sr. Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador da República do Brasil na República da Finlândia.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos.

Por favor, o senhor está com a palavra.

Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO (Para expor.) – Muito obrigado.

Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores membros da Comissão; colegas embaixadores; senhoras e senhores, eu gostaria de começar com um agradecimento ao Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela minha indicação e com um agradecimento especial também ao Senador Chico Rodrigues pelo seu relatório.

Faço também um agradecimento a toda a Comissão por esse esforço concentrado que tem sido feito para as nossas sabatinas.

Antes de entrar no plano estratégico que eu pretendo realizar se for aprovado pelo Senado, eu queria comentar alguns temas de contextualização sobre a Finlândia. O primeiro deles é sobre a vizinhança imediata. A Finlândia está entre a Suécia e a Rússia, e isso teve um profundo impacto na formação histórica do país, porque foi aí palco de guerras, inúmeras guerras entre a Suécia e a Rússia. A Finlândia foi dominada pela Suécia por 500 anos, até 1809, foi parte do território russo até 1917, quando se tornou independente. E essa experiência tem impactos até hoje, por exemplo, na neutralidade do país ou também no fato de que, apesar de ser um país ocidental, a Finlândia não participa da Otan. As relações com a Rússia continuam sendo algo muito delicado. E a Finlândia procura ter um papel de intermediação, de ponte entre o ocidente e a Rússia em muitos momentos.

O segundo ponto ainda sobre a geografia finlandesa. O país tem cerca de 340 mil quilômetros quadrados, o que equivale ao território do meu Estado de Goiás. Esse é o mapa. Nesse bidimensional, sempre se dá uma impressão de territórios maiores para aqueles que estão em altas latitudes e os demais ficam pequenos. Mas é um território do tamanho de Goiás, com uma população de 5,6 milhões de pessoas. E 75% do território finlandês é coberto por florestas nativas, o que também leva a certos tipos de opção. Por exemplo, na transição energética, a Finlândia, em lugar de incentivar completamente a eletrificação dos carros, ainda faz uma grande aposta no etanol, como eu vou depois comentar, durante o plano estratégico.

Um outro ponto importante é que a Finlândia é uma potência de inovação. Apesar de ser uma economia pequena e não poder atuar em muitas áreas, naquelas em que atua, como rede de telecomunicações, inteligência artificial, robótica e outros, o país se excede, não é? Investe cerca de 3,5%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PIB em pesquisa e desenvolvimento, que é um dos maiores do mundo. E, no índice de economia do conhecimento do Banco Mundial, ocupa a segunda posição.

Essa situação de uma potência de inovação decorre, sobretudo, de duas reformas importantes. Uma é a do sistema educacional, que foi feita ao longo dos anos 70, 80. E a Finlândia se tornou, de certa forma, uma referência. Junto com a Coreia, está sempre no topo da lista do PISA. Agora, diferentemente de muitos sistemas educacionais asiáticos, o sistema finlandês estressa muito pouco as crianças. Eles têm o que é um negócio muito interessante. Não tenho tempo para discorrer nessa fala inicial, mas eles conseguem, com um método que é bastante lúdico e de atenção às crianças, estar no topo do PISA, inclusive com pouco dever de casa, o que é um certo milagre. É muito interessante a situação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Na primeira fase?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Sobretudo na primeira fase, com muita ênfase na primeira infância.

Uma outra reforma importante teve a ver com o sistema de inovação. A Finlândia foi um dos primeiros países do mundo a adotar um Sistema Nacional de Inovação, quer dizer, historicamente a inovação era uma coisa muito espontânea no capitalismo e essa ideia de política de inovação surgiu na OCDE e, no fim dos anos 80, a Finlândia adotou.

Em relação às ligações com o Brasil, elas são excelentes, não há nenhum irritante de nenhuma natureza. A Finlândia apoia um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, apoia o ingresso do Brasil na OCDE e apoia, também, a assinatura do acordo Mercosul/União Europeia. Nesse contexto, é um valioso parceiro dentro da Europa.

Passando agora ao plano estratégico, em 2016, houve uma reunião importante entre os dois Governos aqui em Brasília e foi definida uma lista de prioridades na área de cooperação que inclui temas educacionais, ciência e tecnologia, energias renováveis e bioeconomia, defesa e promoção do comércio, investimentos em negócios e diálogo político. O Itamaraty entende que essa lista ainda é válida, tem sido confirmada em diferentes viagens de autoridades dos dois lados e o plano é calcado muito em cima dessa lista, embora atenda a todas as outras áreas mencionadas no Ato nº 1, de 2021, desta Comissão. Esse conjunto de temas mostra que a nossa relação com a Finlândia, apesar de não ser muito ampla, é estratégica em termos dos temas que cobre.

Passando, então, aos aspectos do plano propriamente. Na área de promoção do comércio, o nosso comércio bilateral é em torno de US$1 bilhão por ano, e aqui eu estou usando, no caso das nossas importações, os dados brasileiros e, no caso das nossas exportações para a Finlândia, os dados finlandeses. Isso porque o comércio com os países europeus às vezes tem muitas distorções pelo chamado "efeito Roterdã". Por exemplo, pelos dados brasileiros, a nossa exportação, em 2019, foi de US$208

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões, mas, pelos dados finlandeses, as nossas exportações foram US$530 milhões, ou seja, mais do que o dobro. E também a própria composição da pauta é diferente. Olhando, por exemplo, os nossos dados, o principal produto é o café, o minério de cobre e, pelo lado dos finlandeses, é a celulose. Olhando a composição, a gente vê que embora haja uma certa concentração, há vários produtos importantes também entre os manufaturados, como, por exemplo, medicamentos. Nós exportamos cerca de 10 milhões de medicamentos para a Finlândia a cada ano, o que não é um valor muito alto, mas, enfim, no conjunto, cada dólar conta, se a gente pensar, e vendo o conjunto dos produtos manufaturados, chega a cerca de US$100 milhões a cada ano, US$141 milhões a cada ano. O que eu pretendo fazer nessa área? Já há algumas atividades determinadas para o ano que vem pelo atual Embaixador, a que eu pretendo dar a continuidade, caso seja aprovado. Uma delas é uma atividade relacionada a vinhos do Brasil, que é em parceria com a União Brasileira de Vitivinicultura e a Casa Valduga.

Há também uma atividade de cafés especiais. A Finlândia é o maior consumidor *per capita* de café do mundo, com 12kg por pessoa, e há um risco, segundo uma análise da Apex, de perda desse mercado para outros concorrentes. Esse evento vai focalizar em cafés especiais. Na minha avaliação, Senadora, os mercados dos países desenvolvidos estão cada vez mais, os consumidores buscando cafés especiais. O consumidor deseja a diferenciação, experiências específicas, muitas vezes interesse em consumir cafés que são produzidos em comunidades. Eu acho que em longo prazo, seria muito importante o Brasil dar essa ênfase em cafés especiais. E vai ser também produzido um documentário sobre o café brasileiro para divulgação no festival de café da Finlândia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Nós representamos quantos por cento das importações deles de café?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Quarenta e um por cento.

E, na área de investimentos, seria a participação na Slush, que é a maior feira de *startups* na Europa e para a participação de *startups* brasileiras apresentarem os seus projetos para obter eventuais investimentos na área de capital de risco.

Na área do agronegócio, a minha ideia é fazer uma promoção do agronegócio sustentável e talvez usar um exemplo que tem sido usado por algumas embaixadas, de uma espécie de boletim periódico, semanal ou quinzenal, com dados e artigos sobre o agronegócio brasileiro para poder promovê-los.

Em termos dos capítulos do agronegócio como um todo, também cerca de US$140 milhões é a nossa exportação para a Finlândia. Frutas, por exemplo, em torno de US$30 milhões, carnes em torno de US$7 milhões.

Na área de industriais, para procurar uma diversificação do comércio, uma das ideias... É interessante que há na Finlândia um Carnaval de escolas de samba. Há sete escolas de samba na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finlândia, e é um Carnaval anual. E a minha ideia, ainda para ser amadurecida, é uma associação para promover talvez um festival gastronômico e o turismo, porque há muito público que acorre a esse...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Quando é o Carnaval lá?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – É em junho, porque em fevereiro o frio não permite. (*Risos.*)

E eu até sugiro a quem tiver curiosidade olhar na internet. Há muitas imagens sobre esse Carnaval. E os componentes são finlandeses, não são brasileiros que estão radicados lá. São sambistas, porta-bandeiras, enfim, todos finlandeses.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Há uma apoteose lá?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – A apoteose é na praça do Senado, que é a principal praça de Helsinque. É a praça da Catedral.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vem muito turista de lá na época do Carnaval? Já que lá está muito frio, você acha que há muito fluxo de turistas para o Carnaval brasileiro ou não?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Eu não tenho dados do fluxo em si, mas as conexões aéreas talvez ainda não ajudem muito. E esse é um tema importante. Foi assinado um acordo aéreo entre os dois países, mas ainda não há uma conexão direta. Então, a ampliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Eu acho que esse evento permite, também, um trabalho na área de turismo.

Uma outra área importante é a de cooperação de ciência e tecnologia. A minha ideia é apresentar uma sugestão de um novo acordo sobre ciência e tecnologia. Os acordos atuais já são um pouco antigos e são genéricos.

Em termos de atividades, como exemplo de atividade a ser coberta, há o projeto 6G. A Universidade de Oulu é o centro de uma plataforma internacional de pesquisa 6G. Nós estamos implantando a 5G, mas os pesquisadores já estão avaliando como será essa nova geração. E no Brasil existe o projeto Brasil 6G, do qual participam seis universidades e que é coordenado pelo Inatel. Eu conversei com o Professor Luciano Leonel Mendes, que é o coordenador, dentro do Inatel, dessa cooperação. Perguntei a ele qual é a importância da cooperação com a Finlândia para o projeto 6G no Brasil, e ele disse que é fundamental; que já há uma cooperação forte entre o Inatel e esse Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Oulu, inclusive para levar redes ao agronegócio brasileiro e, no caso finlandês, a comunidades isoladas.

No caso da bioenergia, é interessante notar que atualmente a Finlândia tem uma lei sobre 20% de adição de etanol na gasolina e vai elevar isso a 30%. Diferentemente de outros países da Europa, a Finlândia está um pouco atrasada na eletrificação da mobilidade. Eles produzem etanol a partir de celulose. No passado, já tiveram um centro de pesquisa de etanol de segunda geração no Brasil, e foi fechado em 2011. Agora, com o RenovaBio, a minha intenção é ver qual é a possibilidade de renovação dessa parceria para que ela possa talvez seguir adiante.

Uma outra área... Há outros exemplos aqui em ciência e tecnologia, mas, dado o tempo, eu queria passar para a área de defesa.

A Finlândia é um centro de referência em cibersegurança. Apesar de não ser membro da Otan, a Otan escolheu Helsinque como a sede de um centro de excelência, e foi assinado um acordo recente entre o Ministro Chefe do GSI e o Ministro Skinnari, da economia finlandesa, para a cibersegurança. Eu vi, há algum tempo, no jornal *Valor*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – ... que o Brasil é um dos principais países com carência desses profissionais, e, então, é uma possibilidade de cooperação. Eu acho que a cooperação na área de defesa dependerá um pouco de um cenário em que nós tenhamos um adido militar lá. Já há um acordo para estabelecimento de um adido militar, mas ele ainda não foi implementado. E a minha experiência em outros países é de que a ausência de um adido militar dificulta muito uma cooperação mais profunda nessa área de defesa. Então, a minha esperança é de que haja a possibilidade de um adido em breve, se não residente ao menos um adido cumulativo, talvez, com Estocolmo.

Enfim, há outros temas, Senadora, mas diante do tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) **–** Mais um minuto, Embaixador.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – ... eu agradeço, então.

Enfim, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** Muitíssimo obrigada!

Nós estamos anotando todas essas ideias, essas reivindicações – adido agrícola no Paraguai, adido militar na Finlândia –, porque depois nós fazemos um *check-list* de tudo, abrimos para a Comissão e depois mandamos, pedindo providência para os órgãos de Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, Embaixador Luís Antonio... Aliás, para todos: essa interação com universidades internacionais. Eu peço a atenção de todos para que possam observar as universidades do interior do Brasil. São Paulo, Rio, Minas Gerais são Estados gloriosos para todos nós, Estados maravilhosos, mas que a gente pudesse ter também um olhar para os Estados da Amazônia, os Estados do Centro-Oeste, os Estados do Nordeste, com universidades também maravilhosas, extraordinárias, com equipes fantásticas, não só públicas como também privadas. Então, esta Comissão tem, como um dos seus oito pilares, a interiorização da política externa brasileira, e eu acho que esse é um ótimo exemplo para nós levarmos a política externa mais para perto da população que vive com maior desigualdade nas regiões do Brasil.

Gostaríamos muito de uma proximidade grande com relação a essa reforma educacional, que levou tanto a Finlândia para onde está.

A promoção do café é muito fácil de fazer, é muito fácil de viabilizar. As entidades – não é, Anastasia –, há várias entidades de café no Brasil e lá fora. Quando eu cheguei em Roma, no mês passado, estava acontecendo na embaixada, que é maravilhosa, em Roma, na Praça Navona, uma degustação de café, uma coisa impressionante e com muita simplicidade. Então, conte conosco para que o café não perca nenhum centavo, nenhum percentual de exportação para lá.

Uma pergunta apenas. Com relação à questão – aí já é uma pessoa leiga, o Anastasia com certeza saberia responder –, a Finlândia não é um país escandinavo, mas é um país nórdico. Escandinavo é porque a língua, o idioma não é de origem germânica? É só por isso ela não ser escandinava?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Eu entendo que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E nórdica? Por que ela é nórdica? Porque esses mesmos países que são escandinavos também são nórdicos, os três escandinavos são nórdicos. E aí entram, sim, como nórdicos, a Finlândia e a Islândia.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Os escandinavos são a Noruega, a Suécia...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E a Dinamarca.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – .... e a Dinamarca. Apesar de estar no norte...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Porque é vizinho, não é?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Inclusive, por ele já ter sido parte do território sueco e ter, inclusive, o sueco como uma das línguas oficiais da Finlândia – há, inclusive, um partido de uma minoria sueca –, então, há uma relação muito próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de fato, a língua finlandesa tem uma origem semelhante à língua húngara, que é totalmente diferente das línguas indo-europeias, e eles não poderiam se caracterizar como escandinavos *per se.* Mas isso é apenas uma questão conceitual, porque na prática...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A única diferença que eu achei foi a origem do idioma, que, dos três nórdicos, escandinavos, é de origem germânica, não é?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – E na prática são, não é? Não há, do ponto de vista das relações... Não é diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não há nenhuma diferença.

A outra questão é a seguinte. Eu estava observando aqui no relatório que a sua independência foi em 1917, certo? Ela foi absorvida pela Rússia em 1909, recebeu a independência em 1917. Então, ela ficou, em tese, sob a tutela da Rússia por muito tempo. E como é que ela conseguiu, o que o senhor acha que ela fez para subir tanto em termos de IDH, de renda *per capita,* de desigualdade zero praticamente, em níveis estratosféricos de qualidade de vida e de indicadores máximos, mesmo sob a tutela da Rússia? É ruim a tutela da Rússia? Não é isso que eu estou dizendo. Estou dizendo que a Rússia não tem os mesmos indicadores: são bons, mas iguais aos Finlândia é difícil haver no mundo. Como é que se explica essa distância tão grande, quando eles ficaram tão próximos politicamente?

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Bom, eles se tornaram independentes em 1917, na esteira da revolução bolchevique, não é? E, de lá para cá, se a gente considera... Inclusive no início dos anos 1970, a Finlândia ainda tomava empréstimos do Banco Mundial, em 1972. Ou seja, eles ainda estavam relativamente atrasados em relação a outros parceiros europeus, mas foi, como o caso coreano, uma enorme aposta na educação, na inovação, no papel do Estado em catalisar a inovação que levou a esse deslanchar.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A gestão deles era independente, vamos assim dizer, a administração.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Não, isso eu estou dizendo depois da independência.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – As escolhas do...

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Depois da independência.

Não, antes disso, eles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois é, mas é muito pouco tempo para tanta coisa. De 17: 18, 19, 20, 21, são quatro anos só.

Por favor, Professor...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Não, Presidente, é 1917.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, sim, Claro! Eu estou tão atrasada...

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – É 1917.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, foram quantos anos de 1917 para 2021?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Ela tem mais de cem anos de independência.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mais de...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Cem anos de independência.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E foi nesse período que ela foi embora...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Na verdade, foi como disse o Sr. Embaixador – Sra. Presidente, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu confundi aqui com 2017.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – ... a ascensão econômica vertiginosa social da Finlândia se deu a partir dos anos 1970. Até o final da própria Segunda Guerra Mundial – aliás, na qual a Finlândia lutou contra a União Soviética, aliada ao Eixo, aos nazistas, numa terrível guerra fino-soviética, na qual o Marechal Mannerheim, o grande herói da guerra, era o líder militar finlandês –, a Finlândia era muito pobre. De fato, na década de 70, foi que ela conseguiu, graças a um não alinhamento, a uma neutralidade política, superar de maneira tão rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas, depois da independência, também ela teve uma proximidade muito maior com a Alemanha e pode ter absorvido também os princípios e as questões de educação e tudo mais da Alemanha.

Quer dizer que ela existe em cem anos, vamos dizer assim. Em cem anos, ela conseguiu ser *top* cinco do mundo, não é?

O.k. Muitíssimo obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém quer fazer mais algum comentário? (*Pausa.*)

O.k.

Agora, mensagem...

Muito obrigada e muito boa sorte, Embaixador.

Ele está saindo da Colômbia para a Finlândia. Vai ser uma mudança muito radical de qualidade de vida, de indicadores. Acho que vai ser uma experiência muito interessante e louvável.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 59, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Para relatar: Senador Anastasia, substituindo o Senador Marcos do Val.

Muito obrigado pela relatoria *ad hoc*, Senador Anastasia. O Senador Marcos do Val está impossibilitado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu que agradeço a oportunidade de relatar essa indicação que, como V. Exa. acaba de apregoar, trata-se do eminente Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, indicado para a República da Áustria, como Embaixador do Brasil.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa deste Senado apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, filho de João Tabajara de Oliveira, nasceu em 4 de março de 1957, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Pelo Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1995 e o Curso de Altos Estudos em 2007, quando defendeu a tese: "Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana".

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1988; a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2013.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de Chefe, substituto, da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, entre 1996 e 1999; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, entre 2003 e 2006; Conselheiro na Missão junto à OEA, de 2006 a 2008; Ministro-Conselheiro, em Genebra, de 2008 a 2011; Diretor do Departamento de América Central e Caribe, entre 2011 e 2013; assessor especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2013 a 2015; assessor especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016; Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, de 2016 a 2018; Subsecretário-Geral de Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte, de 2018 a 2019; e Embaixador em Estocolmo, de 2019 até o presente.

O Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira recebeu distinguidas comendas no Brasil e no exterior, entre as quais anotamos aqui: Comendador da Ordem de São Gregório Magno, do Vaticano; Ordem do Mérito Santos-Dumont; Grão-Mestre da Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; e Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Áustria, o qual informa acerca das relações bilaterais do Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A Áustria é uma república federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao norte; com a Itália e a Eslovênia ao sul; com a Hungria e a Eslováquia ao leste; e com a Suíça e Liechtenstein a oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende quase 9 milhões de habitantes.

A língua oficial federal é o alemão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País que detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda *per capita* e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se, no conjunto da União Europeia, por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalomecânica, farmacêutica e química, entre outros.

As relações Brasil-Áustria são cordiais. Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria.

Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 10 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil.

Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos, segundo dados do Banco Central. Até 2013, o País ocupava a primeira posição. Em 2020, encontra-se em sétimo lugar, com estoque de US$12 bilhões.

A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus e o Museu de História da Arte austríaco e o antigo Museu de Etnologia, também em Viena. O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a Arquiduquesa, a Imperatriz D. Leopoldina, ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o Brasil no exterior.

Quanto ao comércio bilateral, a Áustria foi o 86º parceiro comercial no *ranking* nacional brasileiro de exportações (representou 0,06% do total) em 2020 e 33º em termos de importações (representou 0,5%). Houve redução de 13% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria com relação a 2019. As exportações brasileiras (US$114 milhões) reduziram-se em 24%, e as importações (US$852 milhões) decresceram 12%. Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2020, foram sucos de frutas ou vegetais, motores de pistão e veios de transmissão, manivelas e engrenagens. Os produtos importados da Áustria, por sua vez, foram sobretudo medicamentos e produtos farmacêuticos, medicamentos veterinários e bebidas não alcoólicas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Desse modo, Sra. Presidente, esse é o relatório da eminente Senador Marcos do Val, que tenho a honra, por designação de V. Exa., de ler aqui. Permita-me acrescer tão somente que as relações entre Áustria e Brasil são tão umbilicais que o amarelo de nossa bandeira, que está atrás de V. Exa., decorre da Áustria, já que é o símbolo da Casa de Habsburgo, a que pertencia à D. Leopoldina, aqui mencionada.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Embaixador Nelson!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Anastasia.

O Senador Anastasia daria um grande chanceler. Embaixador nem se fala.

Muito obrigada, Senador.

Eu passo a palavra, então, para o nosso Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria. Ele está atualmente em Estocolmo e está indo para a Áustria.

V. Exa. dispõe de 15 minutos para sua apresentação.

Na realidade, Anastasia, a Finlândia tem 104 anos de independência, e fez tudo que fez, e é o que é hoje em cem anos. É inacreditável! Optando pela educação e pela ciência e tecnologia. É uma receita, Senador Girão, tão antiga, já constatada, não é?

Embaixador, desculpa. Com a palavra.

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu gostaria de iniciar esta minha intervenção agradecendo à Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu, por ter nos recebido ontem e termos feito já um grande intercâmbio de ideias com ela. Também quero parabenizá-la pela condução que tem feito desta Comissão, porque já estabeleceu um padrão dinâmico nesta Comissão, que eu acho muito positivo e de interesse tanto desta Casa quanto do nosso Ministério das Relações Exteriores.

Agradeço particularmente às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores desta Comissão pela honra de suas presenças e destacaria o meu Relator, Senador Marcos do Val, e também o Senador Antonio Anastasia, por ter lido a relatoria. E agradeço, então, as palavras e a excelente intervenção com relação aos dados sobre a Áustria.

Eu quero agradecer também, particularmente, ao Presidente da República, pela indicação para a Embaixada em Viena, proposta pelo Ministro de Estado Carlos França e pelo Secretário-Geral Fernando Simas, especialmente pelos gestos de me indicarem para um posto onde meu pai foi Embaixador. A missão dele em Viena foi uma realização importante na sua carreira diplomática e terá um especial significado para mim, desde que obviamente esta Comissão me dê a honra da aprovação para poder cumprir esse cargo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo os meus colegas, meus cossabatinados, que é um grupo de amigos queridos. Foi bom. Essas ocasiões também são boas e nos encontramos de vez em quando. Essa carreira nos distancia muito e essa oportunidade aqui é uma grande oportunidade de estar com queridos amigos.

Presidente, eu vou fazer então uma contextualização, um pouco, das relações do Brasil com a Áustria e depois eu passo para o meu programa, que tem duas partes: tem a parte bilateral e tem a parte multilateral, porque em Viena há também vários órgãos da ONU, de que eu também terei que me encarregar, como representante permanente do Brasil nesses organismos.

Então, as relações bilaterais do Brasil e da Áustria começaram – o Senador Anastasia muito bem apontou – em 1817, com o casamento da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com Dom Pedro I, ainda como Príncipe. E, em 1817, ela veio ao Brasil e justamente trouxe com ela, por encargo do Reino da Áustria, uma missão enorme científica que ficou mais de uma década no Brasil, de onde colheram milhares de novas espécies, naquela época, e levaram 60 mil exemplares de insetos brasileiros. Isso constituiu a base... Houve, até no século XIX, um pequeno museu sobre o Brasil, o museu do Brasil em Viena, que depois, por motivos administrativos, foi interrompido, e esse acervo todo passou para o Museu de História Natural de Viena, que hoje conta com muitas peças etnológicas e etnográficas do Brasil.

Esse casamento da D. Leopoldina com Dom Pedro I gerou Dom Pedro II, que é, portanto, um dos filhos. O nosso Imperador Pedro II era metade austríaco e metade brasileiro. Então, nós já temos no DNA, no segundo reinado, a presença da Casa Real de Habsburgo. E, como bem disse o Senador Antonio Anastasia, incorporamos o amarelo justamente da Casa de Habsburgo, uma dinastia que ficou, durante séculos, inclusive à frente do Sacro Império Romano.

Então, isso nos dá um começo, quando o Brasil se forma já, e uma aproximação muito grande com a Áustria. Esse é um fato que nós não podemos deixar de mencionar, porque esses e outros fatos ao longo dos últimos 200 anos nos fazem próximos da Áustria. Então, começamos com esse fato. Além disso, no século XIX e até a primeira metade do século XX, o Brasil recebeu imigrantes e refugiados austríacos que aqui se estabeleceram durante as crises europeias e se instalaram, sobretudo, nos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. Nessa onda, o Brasil acolheu também personalidades austríacas de grande renome, como o escritor Stefan Zweig, o escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux e o artista plástico Franz Weissmann, que também são, então, contribuições austríacas para a nossa cultura.

Eu destaco esses aspectos porque o teor da história das relações bilaterais com conteúdo e afinidades enriquece a vertente da política externa, porque, além dos interesses mais imediatos, esses elementos dão qualidade e sintonia, dão relações mais fluidas e com maior empatia. São aspectos importantes nas relações políticas, tanto no contexto bilateral como no apoio mútuo que mantemos em fóruns internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa perspectiva no relacionamento político complementa as relações em muitos setores, como os setores econômico e comercial, científico e tecnológico, cultural e social, e potencializa a parceria de interesses concretos com vistas à contribuição que teremos nessas relações para o desenvolvimento do nosso País.

A comunidade de origem austríaca no Brasil conta hoje com aproximadamente mil pessoas, e a comunidade brasileira na Áustria com cerca de 10 mil pessoas. Não são contingentes muito grandes, mas são comunidades ativas e que têm um papel importante na sociedade.

Outro elemento que eu acho que vale a pena mencionar agora é que o Governo da Áustria, no momento, é uma coligação do Partido Popular da Áustria e o Partido Verde, e esse é um elemento, como a senhora bem sabe... Mais adiante eu vou me expressar sobre o desafio que terei caso tenha o beneplácito de V. Exas. aqui para ser aprovado, mas, nas última décadas, houve um grande adensamento nas relações políticas e comerciais, com a realização de várias visitas de alto nível, sendo que, obviamente, durante a pandemia reduziram-se muito essa interação e as visitas de autoridades, mas, mesmo assim, persistiu-se e houve uma presença muito firme e regular do nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que assinou um acordo de ciência e tecnologia e também esteve presente para o encontro com os acadêmicos, a diáspora de acadêmicos que se encontram na Áustria.

Como foi ressaltado pelo Senador Anastasia, nós temos esse interesse mútuo, quer dizer, há interesses de investimento do Brasil na Áustria como da Áustria no Brasil, e é importante, porque a Áustria atrai também investimentos brasileiros, e hoje os investimentos brasileiros na Áustria são... O sétimo maior investimento brasileiro no exterior é na Áustria, com US$12 bilhões investidos. Então, há um interesse também do brasileiro no mercado austríaco concretamente, quer dizer, com a presença de empresas brasileiras na Áustria.

Não vou reler os dados do comércio bilateral, que já foram extensamente apresentados aqui. Passarei, então, à questão do meu planejamento estratégico, que é basicamente o que eu pretendo implementar, obviamente tendo sido aprovado nesta Comissão.

O primeiro é fortalecer o mecanismo de consultas políticas, que é um instrumento de concertação que estabelece agenda bilateral. É nessas consultas políticas que se ajustam e se atualizam as relações em andamento e em que se abrem, inclusive, novas avenidas, novas portas para o relacionamento. Então, esse é um objetivo em que eu quero dar continuidade ao que o meu caro colega José Antônio Marcondes já está fazendo brilhantemente lá. Eu espero poder dar andamento a esse aspecto.

Nós também pretendemos ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral, identificar temas prioritários que mereçam negociação e instrumentos jurídicos bilaterais específicos de interesse brasileiro; apoiar e fortalecer a relação bilateral por meio de intensificação de visitas, pois esperamos que, com o arrefecimento da pandemia, possamos retomar um ritmo de visitas mútuas dos dois lados; apoiar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecer, especialmente, a relação por meio de intensificação de visitas, inclusive, parlamentares, Presidente. Eu acho que é um aspecto muito importante, porque, sobretudo nos países onde nós temos certos desafios, especialmente como a questão do Acordo Mercosul-União Europeia, muitas vezes, o Parlamento é onde estão incubadas essas ideias. No caso da Áustria, foi de onde partiu, inclusive, uma moção que impede o Governo de aderir ao Acordo Mercosul-União Europeia. Então, esse será, se eu for aprovado nesta Comissão, um dos desafios que eu terei lá, que é justamente fazer esse diálogo. Como a senhora ontem bem indicou na nossa reunião, o importante é que haja diálogo, é que pelo menos nos ouçam. E, aparentemente, da posição mais radical que foi uma determinação do Parlamento austríaco, houve, digamos, um reescalonamento, em que agora dizem que não são totalmente contra, mas que são totalmente contra do jeito que está. Obviamente, isso é apenas uma brecha muito pequena, mas ainda estão no páreo para considerar esse nosso acordo.

Outro aspecto, como também foi mencionado aqui, a que V. Exa. ontem também se referiu na nossa conversa, é nós aumentarmos o fluxo de turismo. Obviamente, isso depende muito de campanhas que nós possamos ter com entidades parceiras nessa área, como Embratur e Ministério do Turismo. É aumentar o fluxo e levar – uma ideia que V. Exa. tem levado muito – a gastronomia. E aí entrou, na nossa conversa ontem, um fenômeno que já está ocorrendo em muitos países, que estão aproveitando a chamada gastrodiplomacia. Então, há países que hoje usam a gastronomia como *soft power*, como forma de atrair, porque é uma forma não conflitiva em que as pessoas se reúnem em torno de... E o mundo hoje, cada vez mais, tem curiosidade pela gastronomia mundial. Então, hoje em dia, nós todos aqui já certamente comemos a gastronomia de pelo menos uns dez países diferentes, como uma coisa que apreciamos. Então, eu acho que, com uma parceria com a Apex, com o Senac, que, se não me engano, são quem tem programas nessa área, nós poderemos diversificar um pouco mais a nossa presença lá.

Novamente, isso é um pacote que vem também junto com um pacote cultural e de imagem do Brasil. Então, isso é um pacote que também tem que ser mais bem esmiuçado, é uma coisa para que eu também espero poder sentar e traçar, digamos, uma estratégia mais específica, já prevendo entidades e outros órgãos que possam colaborar nisso.

Cooperação.

Na área da cooperação, contribuir para o fortalecimento da cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Áustria no âmbito do Acordo em Cooperação Científica e Tecnológica, como bem disse; apoiar a instalação da comissão conjunta de cooperação científica e tecnológica, uma vez ratificado o acordo por ambas as partes; e apoiar a cooperação no setor acadêmico e empresarial também, que é um desdobramento natural desses acordos na área científica e tecnológica.

Outra tarefa que espero poder fazer é mobilizar a diáspora científica brasileira na Áustria, aprofundar o exercício em curso de mapeamento da diáspora científica brasileira na Áustria e em países vizinhos em cooperação com outras embaixadas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou acelerar um pouco aqui, Presidente, para ficar dentro do tempo.

Outra vertente da minha função lá será uma agenda multilateral. Existem várias agências de organismos do sistema da ONU sediados em Viena e o embaixador é o representante permanente. Então, cabe ao representante e à Embaixada apoiar a participação de delegações brasileiras nessas reuniões e também apoiar as candidaturas brasileiras nos diversos órgãos, organismos internacionais relevantes. Um desses órgãos – vou destacar dois aspectos apenas nessa área – é a Onudi, que é a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, que, obviamente, é muito dinâmica. Na Onudi nós teremos atualmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Temos vários temas tratados lá, que são: promoção da industrialização, inclusive sustentável, medidas para aumento de competitividade, proteção ambiental e do conhecimento, economia circular e, ainda, revolução industrial de quarta geração. São temas discutidos lá que são de interesses para o Brasil, para a nossa indústria.

Por fim, eu diria que há também... Viena sempre foi uma capital que atraiu, que congregou muitos movimentos, a começar pelo Congresso de Viena, depois, pela Convenção de Viena. Então, Viena está sempre, realmente, atraindo essas grandes iniciativas multilaterais. E temos lá, além da ONU, também a agência atômica, Agência Internacional de Energia Atômica, e também a Intosai, que é um organismo, Presidente, que reúne entidades de auditoria equivalentes ao TCU. Então, lá se reúnem todas as principais entidades governamentais. Cada país tem um formato diferente, mas lá se reúnem essas... Eu estava pesquisando o *site* deles, e, justamente no ano que vem, a conferência da Intosai, Presidente, será no Brasil. O Brasil acolherá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA – ... ano que vem. Então, nós temos aí uma agenda importante nessa área e que vai envolver o TCU.

Temos também um outro elemento final, só para encerrar. Com relação às várias associações de comunidades brasileiras, eu tive o grande prazer de – Estocolmo é onde estou agora – visitar as comunidades brasileiras em várias cidades da Suécia: Gotemburgo, Estocolmo, Vasteras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA – ... Malmo e várias outras. É incrível como isso faz uma diferença. A visita do embaixador a essas comunidades dá uma dinâmica muito boa. E nós conseguimos, justamente...

Quando eu cheguei lá, eram associações muito dispersas, e conseguimos criar o projeto, que eu fiz junto com elas, da Cabs, que é a Comunidade das Associações Brasileiras na Suécia, e isso deu uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande articulação entre elas. Hoje elas interagem mais. Há programas, sobretudo, de preservação dos valores brasileiros. Elas se juntam. Às vezes, os brasileiros que vão para o exterior, por não terem esse apoio da comunidade brasileira, acabam perdendo os valores brasileiros, acabam perdendo a identidade, não totalmente, porque o brasileiro tem uma identidade muito forte, mas, com isso, nós a temos reforçado. Então, é uma parceria da embaixada com as comunidades. É incrível como elas ajudam, como elas contribuem para formar esse espírito de brasilidade!

Era basicamente isso que eu tinha a dizer, Senadora.

Muito obrigado pela atenção, senhores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, pela sua exposição.

Nós já estamos servindo nosso pequeno *brunch*, para não interrompermos nossa reunião. Já estamos em mais da metade.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 74, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pronto para deliberação.

Convido ainda o Sr. José Mauro da Fonseca Costa Couto a também se dirigir à mesa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, que vai exercer suas funções cumulativamente na República da Sérvia e em Montenegro. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasceu em Belo Horizonte/MG, em 1962.

Antes de ingressar na carreira diplomática, Haroldo de Macedo Ribeiro graduou-se como Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1985 e pós-graduou-se como Mestre em Direito Constitucional pela mesma universidade, no ano de 1990.

Saindo da vida acadêmica, Haroldo de Macedo Ribeiro ingressa no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), de onde sai para seu primeiro posto como Primeiro-Secretário em 1992. Em 1994, frequentou o Panthéon-Assas da Université Paris II, como viagem-prêmio por suas notas no Curso de Preparação. Completando resumidamente esse percurso de formação, registre-se que o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro se tornou Especialista em Integração Europeia pelo Collège d'Europe, em Bruges, na Bélgica, em 1997, e, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve sua tese aprovada com louvor, intitulada "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros".

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1996 e a Primeiro-Secretário em 2003. Galgou os postos de Conselheiro em 2007, Ministro de Segunda Classe em 2011, e Ministro de Primeira Classe em 2017. Todas as promoções por merecimento.

O ilustre Embaixador que ora arguimos é autor de vasta obra publicada no Brasil, na Itália e na França, da qual mencionamos aqui tão somente os títulos sobre contenciosos e solução de controvérsias no Direito internacional.

Como reconhecimento aos seus honrosos serviços ao Brasil, o diplomata fez jus a distinguidas condecorações. Em Minas Gerais, recebeu a Medalha de Honra da Ordem da Inconfidência, em 2013; e a Medalha Mérito Consular, em 2018. No âmbito nacional, foi galardoado com a Comenda da Ordem do Mérito da Defesa, em 2013; a Medalha Mérito Tamandaré, em 2016; a Medalha Mérito Santos-Dumont,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2017; a Medalha do Pacificador, em 2017; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 2018; e o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2018.

O Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de Subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos, de 2004 a 2006; Coordenador do Departamento Econômico, entre 2006 e 2007; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, de 2007 a 2008; Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, entre 2008 e 2011; Assessor e Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado e do Gabinete do Secretário-Geral de Relações Exteriores, nos anos de 2011 a 2018; e, finalmente, Embaixador junto ao Reino da Bélgica e ao Grão Ducado de Luxemburgo, desde 2019 até o presente.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Polônia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918, fato sempre lembrado com simpatia pelos poloneses. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses, em torno de 2 milhões de pessoas, que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US$1,4 bilhão, registrando queda de 4,5%. As exportações brasileiras somaram US$826 milhões, as importações US$619 milhões, e o saldo comercial, a nosso favor, de US$207 milhões.

Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre, farelo de soja e motores e, de importação, medicamentos veterinários, partes de veículos e borrachas sintéticas. De janeiro a agosto de 2021, houve incremento de 33% no fluxo de comércio bilateral em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US$631 milhões, mais 20%, e importações de US$620 milhões, mais 50%, resultando em superávit brasileiro de US$11 milhões.

Questões de defesa e segurança têm recebido tratamento prioritário do governo polonês em sua política externa. Apesar do caráter incipiente da relação bilateral em defesa, há grande potencial para sua dinamização. No que diz respeito ao Brasil, a aproximação é favorecida pela atuação de adidos de defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Varsóvia e Brasília, desde 1999, e pela vigência, desde 2016, de Acordo Quadro bilateral em matéria de Defesa, assinado em 2010.

Quanto à assistência consular, informa-se que os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2021, a Embaixada do Brasil em Varsóvia estimava em 3 mil o número de brasileiros residentes na Polônia.

São essas as considerações, Sra. Presidente, que se podem fazer neste relatório, não podendo ser adiantado, nesse termo, a expressão do voto.

Se me permite, todavia, V. Exa., eminente Presidente Senadora Kátia Abreu, eu não posso deixar de fazer aqui, como fez o Senador Amin na primeira sabatina desta nossa reunião, uma menção de nota pessoal, em primeiro lugar, de agradecimento a V. Exa. por me designar Relator do meu caríssimo e dileto amigo de 40 anos. Conheço, há 40 anos, o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, meu colega de faculdade, conterrâneo, tanto ele quanto a sua esposa, a Embaixatriz querida Maria Emília. Eu quero, muito honrado aqui por ter sido o Relator para a Polônia como fui para a Bélgica, em que V. Exa. foi também indicado naquele momento ao seu primeiro posto como Embaixador há alguns anos, de onde realiza um belíssimo trabalho em Bruxelas.

É, portanto, um orgulho para nós mineiros, em especial para os filhos da casa de Afonso Pena, ver um dileto aluno tão destacado, tão amigo e fraterno ocupar essa função, na certeza de um orgulho também na visão de seus pais, especialmente a senhora sua mãe, por quem tive tanta relação, uma eminente juíza federal que foi, infelizmente já falecida, mas que do céu está lhe acompanhando. Tenho certeza de que V. Exa., Embaixador Haroldo, encarna bem aquilo que eu tenho dito, ao longo das sessões, ao longo dos últimos sete anos, como membro desta Comissão de Relações Exteriores, da qualidade excepcional do quadro técnico permanente do nosso Itamaraty.

O corpo diplomático, eminente Senadora Kátia Abreu – V. Exa. também é testemunha disso e tem se empenhado nesse sentido no trabalho, não só aqui na CRE, como também Ministra de Estado, ao longo de todo o seu mandato legislativo e também nas funções que exerceu em organizações tão importantes quanto a CNA, de prestígio à nossa carreira diplomática –, de fato, nos orgulha, nos honra e permite que o Brasil sempre esteja ombreando com as principais diplomacias do mundo, inclusive apresentando com muito labor e com muito êxito as suas propostas.

Mais uma vez, portanto, eu fico feliz ao saber que um amigo, diria quase que de adolescência ou de ligeira pós-adolescência, hoje é um dos nossos embaixadores mais destacados e realizou também, aqui na sede do ministério, um trabalho tão exemplar durante tantos anos no gabinete do Ministro e do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa dele, permita-me cumprimentar a todos os embaixadores que foram aqui há pouco sabatinados e estão sendo sabatinados pela excelência de seus quadros e da competência que têm apresentado.

Agradeço e peço escusas, Sra. Presidente, pela extensão deste relatório, mas por dever de justiça não poderia deixar de fazer aqui esse relato.

Agradeço a V. Exa. e a cumprimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Anastasia.

Hoje eu acho que acertei pela segunda vez e foi puro... Eu fico olhando assim o País, olhando o Senador, e foi escolhido assim, entendeu? Do meu coração.

Se eu fosse aqui sabatinada para ser embaixadora, um dos que eu escolheria para ser o meu Relator, com certeza, seria o Senador Anastasia – com certeza!

Eu digo e quero pedir à Comissão, aos nossos colaboradores, porque isso aqui toda quinta-feira é uma aula que a gente recebe, especialmente quando os embaixadores estão aqui, é história pura, conhecimento, é uma coisa extraordinária.

Eu fiquei aqui pensando que nós iremos comunicar a todas as universidades na área de comércio exterior, na área internacional, de relações internacionais e comércio exterior, todos os cursos e universidades que têm esses cursos, falando da agenda da CRE toda semana, para que os alunos possam assistir. É experiência pura, é experiência pura. Então, nós vamos fazer isso. Já estou fazendo tarde, mas eu tive essa ideia agora há pouco. Nós vamos fazer, porque é um desperdício não aproveitarmos todo esse conteúdo que nós ouvimos aqui. Eu gosto muito.

Concedo agora a palavra ao Sr. Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos.

Muito obrigada.

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do nosso Senado Federal. Em primeiro lugar, eu queria me somar aos colegas que me antecederam nos agradecimentos e cumprimentos por essa chamada maratona, que cumpre um mandato constitucional e vem sempre em benefício dos interesses do nosso País. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, e naturalmente agradecer imensamente ao Senador Antonio Anastasia, amigo querido de tantos anos, pela relatoria da minha indicação para a Embaixada na Polônia, mas também pelas palavras elogiosas, pelas palavras de incentivo, que, na verdade, Senador, dizem muito mais da generosidade de V. Exa. do que propriamente de mim mesmo.

Eu quero cumprimentar também os amigos do Itamaraty que estão no Brasil e no exterior nos acompanhando, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao nosso querido Chanceler Carlos França pela indicação do meu nome para função tão elevada como a de Embaixador do Brasil na Polônia. Eu realmente me sinto muito honrado com essa indicação.

Por terem os principais aspectos relacionados à Polônia sido tratados de uma maneira sucinta, mas muito clara, no relatório do Senador Antonio Anastasia, eu vou me permitir usar o tempo que me foi concedido para passar diretamente ao programa de trabalho da Embaixada em Varsóvia, que naturalmente caberá a mim implementar se esta Comissão e o nosso Senado aprovarem meu nome para a Embaixada em Varsóvia.

Mas, antes disso, Presidente, se a senhora me permitir, eu gostaria de fazer referência a uma percepção equivocada sobre a Polônia, cuja correção é fundamental para que a gente compreenda o conjunto dos interesses do Brasil naquele país. No Brasil, eu diria que em toda parte, quando é pronunciada a palavra "Polônia", vêm à mente das pessoas em geral passagens trágicas, dramáticas, da história da Polônia, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, quando morreram 6 milhões de pessoas naquele país. É natural, mas a Polônia de hoje, a que existe, aquela com a qual o Brasil se relaciona, é muito diferente da Polônia de 76 anos atrás, quando terminou a Segunda Guerra Mundial.

A Polônia de hoje é um país moderno, uma potência econômica, uma potência comercial, uma potência política, um país dotado de capacidade renovada de influenciar os destinos do continente europeu. Essa é a verdade. É um país que reúne 38 milhões de pessoas, o que equivale aproximadamente à soma das populações de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em uma base territorial que é muito próxima do território de Goiás, mas que produz uma riqueza do tamanho da riqueza produzida por São Paulo. Isso significa que o PIB da Polônia equivale a mais ou menos 40% do PIB do Brasil, embora seja um país 27 vezes menor. Agora, quando nós olhamos para os números do comércio, aí sim nós aprendemos que o comércio exterior da Polônia, em exportações e importações, é superior ao comércio exterior do Brasil.

Eu acho compreensível que as pessoas desconheçam o tamanho, a importância, o peso desse país, porque é tudo muito recente. Eu até, ouvindo a discussão sobre a Finlândia, pensei na Polônia. No caso da Polônia, é tudo muito mais recente ainda. As últimas tropas soviéticas saíram da Polônia em 1993;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, há menos de 30 anos. A Polônia ingressou na União Europeia em 2004; portanto, há menos de 20 anos, mas, de lá para cá, o crescimento econômico é exponencial.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – De 2004?

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – De 2004. É exponencial. E aí, o que se formou na Polônia? Uma classe média grande, forte, capaz de consumir.

Bem, a resiliência da economia polonesa é realmente surpreendente. Na crise financeira de 2008, por exemplo, a Polônia foi o único país da União Europeia que não entrou em recessão. No ano passado, bem... Aí é um pouco demais, porque a crise sanitária atingiu o mundo inteiro, mas o PIB da Polônia caiu 2,7%. Isso é pouco se comparado à média europeia, por exemplo, que foi de 6,1%. Então, a Polônia continua demonstrando essa pujança econômica.

Em suma, a Polônia ocupa o 21º lugar entre 193 países em relação ao tamanho de sua economia. O que isso significa? Como é ascendente, em muito pouco tempo os poloneses vão poder pleitear, com legitimidade, um assento no grupo das 20 maiores economias do mundo, o G20, ao lado do Brasil. Esse é o país sobre o qual nós estamos falando.

Agora, quando nós olhamos o relacionamento do Brasil com a Polônia, nós percebemos que há uma assimetria entre os pilares econômico e político desse relacionamento. O fluxo comercial entre o Brasil e a Polônia não passa de US$1,5 bilhão. É muito pouco para duas das maiores economias do mundo e, sobretudo, é pouco para países que têm laços históricos e políticos muito fortes.

Como o Senador Anastasia mencionou no relatório dele, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o renascimento, o ressurgimento da Polônia no Tratado de Versalhes, em 1918, e foi um dos primeiros do mundo também. E, mais do que isso, é notável como os poloneses mantêm viva a memória de personalidades brasileiras que, no seu tempo – Dom Pedro I, Ruy Barbosa – levantaram a voz para defender a existência de uma Polônia livre. Isso é permanente na Polônia, essa lembrança. Então, um país que desapareceu do mapa da Europa várias vezes em sua história é um país que não esquece os amigos de primeira hora, e o Brasil é considerado um desses amigos de primeira hora.

De maneira que, se não bastasse tudo isso, nós temos a imigração em massa de poloneses no Brasil nos séculos XIX e XX, que gerou, no Brasil, a maior diáspora polonesa depois daquela de Chicago, nos Estados Unidos. Então, Chicago, que é uma tradição, a cidade, a capital polonesa dos Estados Unidos, e, em seguida, o Brasil.

Bem, diante disso tudo, eu vou agora ao plano de trabalho. Eu entendi que, embora todo o plano seja interessante, rico, traga inúmeras orientações de trabalho, era preciso olhar para um objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal, vamos dizer assim, e esse objetivo principal, na minha opinião, é corrigir ou minorar essa assimetria entre o pilar econômico e o pilar político do relacionamento entre o Brasil e a Polônia.

Agora, por que isso? Porque eu acho que é com esse objetivo que o programa de trabalho da embaixada se torna realmente estratégico. Aí nós queremos atingir um determinado objetivo, mas nós temos um motivo, um contexto, um plano, uma razão, e é nisso que eu quero concentrar a minha atenção principal, na hipótese de que a Comissão e o Senado aprovem meu nome para a Embaixada em Varsóvia.

Agora, como fazer? Vamos ao que é prático fazer. Em primeiro lugar, nós precisamos contar com uma base normativa, com acordos bilaterais entre o Brasil e a Polônia modernos, que sejam capazes de estimular comércio e investimento. "Ah, mas não temos?". Nós temos uma coleção de acordos. Eles estão listados nos documentos que nós recebemos. Só que a vida é dinâmica, as necessidades surgem de uma maneira diferente. Então, eu vou dar exemplos, porque o nosso Embaixador em Varsóvia, o Embaixador Hadil Vianna, já vem trabalhando nessa linha, e eu achei muito interessante e me parece fundamental continuar.

Olha, sem um acordo para evitar a dupla tributação os investidores poloneses não vão se sentir seguros para colocar os seus capitais aqui – e vice-versa, porque nós também somos investidores na Europa. Sem um acordo, um bom acordo de proteção da informação sigilosa, a Embraer não pode sequer participar das licitações que o Governo da Polônia faz para adquirir material de defesa, e defesa na Polônia é a prioridade número um. Mas, com um bom acordo de segurança cibernética, se pavimenta o caminho para que as empresas de tecnologia do Brasil e da Polônia possam conversar, se unir e produzir o que é necessário fazer.

Bem, é claro que contar com a base normativa que favoreça investimentos e comércio é fundamental, mas não basta isso. Então, nós precisamos ter uma atitude cotidiana em vários aspectos: por exemplo, no de levantamento das características do mercado polonês para uma gama expressiva de produtos e bens exportáveis do Brasil. Para isso, nós já temos a base das embaixadas, os setores de promoção comercial, mas nós precisamos do apoio da Apex, que hoje é vinculada ao Itamaraty – uma excelente medida – e também do setor privado, porque o comércio internacional é profissional. Nós não podemos improvisar. Não há espaço para isso.

Esse é um ponto.

Outra coisa é adensar as relações tanto com operadores econômicos poloneses quanto com brasileiros, porque, para que...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – ... a relação se aprofunde entre os dois países e a gente consiga esse objetivo estratégico de equalizar os dois pilares, nós precisamos vender e comprar, nós precisamos investir e receber investimentos.

Bom, o turismo brasileiro já foi mencionado aqui várias vezes. Na reunião que nós tivemos com a Senadora ontem foi uma unanimidade que estaria aí um campo em que nós precisávamos investir. Não é só porque o Brasil é um país maravilhoso, que oferece tudo, não, mas é porque essa atividade gera outro tipo de riqueza no local, e isso é fundamental. A Polônia é um país que está se fortalecendo – vem caminhando, e ninguém percebeu – e já está no número 21. Há uma população culta, preparada, o país é frio, eles gostam de viajar. Agora, nós precisamos também fazer o nosso trabalho: significa participar de feiras, salões. Mas não só isso: como eu mencionei ontem também, as mídias sociais da própria Embaixada do Brasil em Varsóvia são uma poderosa ferramenta para divulgar, todo dia, aspectos diferentes da nossa cultura, das nossas paisagens, da nossa gastronomia. Isso atrai visitantes.

Eu não posso deixar de mencionar, apesar de ter concentrado, digamos, em um grande objetivo estratégico a minha atenção, que nós precisamos continuar prestando serviços consulares de bom nível à comunidade brasileira que vive na Polônia. Lembro que, no ano que vem, nós temos uma grande responsabilidade, que é a realização das eleições, as quais têm que ser impecáveis. Não pode ser diferente.

Por fim, Sra. Presidente, eu queria mencionar a projetada visita do Presidente Jair Bolsonaro à Polônia no ano que vem. Não é ainda uma visita confirmada, mas é uma possibilidade forte. E eu acho a ocasião excelente, porque, no ano que vem, nós vamos celebrar, em Varsóvia e nas principais cidades da Polônia, o bicentenário da nossa Independência. Eu tenho certeza de que uma visita de alto nível, uma visita presidencial, vai ser uma oportunidade valiosa para a gente impulsionar toda essa agenda que eu mencionei aqui.

Da mesma forma, é claro que o relacionamento bilateral em muito vai se beneficiar de um adensamento das relações entre os Parlamentos, o diálogo parlamentar. Se meu nome for aprovado e eu for para Varsóvia, eu vou estar sempre muito atento a isso daí.

Eu só queria, antes de terminar, mencionar algo que eu acho que é importante a gente saber: o Brasil não conta na Polônia – diferentemente do que acontece em muitos países, como a Bélgica, por exemplo, onde eu estou, Luxemburgo – como uma câmara de comércio Polônia-Brasil. Nós usamos o espaço de trabalho que nos oferece a câmara de comércio Polônia-Portugal. Tenho que dizer que somos muitos agradecidos, que funciona bem, mas, francamente, acho que nós precisamos dar um salto, e para isso eu conto muito com o apoio do Senado Federal, o apoio desta Comissão. Espero que, se o meu nome for aprovado, eu possa levar adiante esse projeto todo.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Parabéns, Embaixador Haroldo, muita objetividade, muito conteúdo, mais uma aula que nós ouvimos aqui no dia de hoje.

As diferenças, o curto espaço de tempo, quando você foca, quando um país foca ou uma cidade ou um estado naquilo que é o que interessa, ele vai embora, ele cresce. Isso aí... Está aí a escola do mundo para quem quiser ver. É impressionante como é que o povo não gosta de passar de ano.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, meu boa-tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ouvindo o Embaixador Haroldo, eu visitei a Polônia em duas ocasiões. Ainda na Cortina de Ferro, tive a oportunidade de ir à Polônia a convite, na época trabalhando num determinado período em Berlim. É um país muito pobre. Foi uma visita que me deixou muito impactado pela pobreza. Recentemente, há três, quatro anos, eu visitei novamente a Polônia. Dessa vez, também saí de Berlim de carro, fui visitar os campos de concentração e fiquei impressionado como um país em 30 anos – 30 anos é o tempo – mudou completamente a sua estrutura, a sua qualidade de vida, as escolas da Polônia, os hospitais, as aldeias polonesas. É algo impressionante! A Polônia virou um jardim. A Cracóvia, que é a terra do Papa João Paulo II e uma das mais lindas de se visitar – eu fiquei hospedado lá... Senador Anastasia, é impressionante a Polônia que eu conheci no ano de 1991, 1992, antes, com as tropas soviéticas, e a Polônia que eu conheci há quatro anos. É algo espetacular as estradas, é admirável até para nos ensinar sobre como trabalhar. Em 30 anos, Presidente Kátia, em duas gerações, eles conseguiram transformar o país em uma nação desenvolvida, onde todos os poloneses têm oportunidade. O polonês, que sempre teve a tradição de migrante, hoje é uma das mãos de obra mais qualificadas para atender a Europa e o próprio país. Isso chama muito a atenção.

Falo apenas para lhe desejar boa sorte. V. Sa. está indo a um país que é um exemplo de superação, Embaixador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Permita-me, Sra. Presidente, somente para endossar as palavras do Senador Carlos Viana.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado a V. Exa.

Eu também, Senador, estive na Polônia e sou testemunha. Eu não conheci antes; conheci já agora, recentemente e fiquei impressionado. E Cracóvia, felizmente, foi uma cidade poupada dos horrores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra. Ao contrário de Varsóvia, destruída; Cracóvia tinha um relicário e foi poupada. De fato, é um destino muito bonito. Não sei se a Presidente já esteve na Polônia...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não. Infelizmente, não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Se não, eu tenho certeza de que vai gostar demais, especialmente do Porto de Gdansk, antiga Danzig, que é um berço de história, aliás onde começou a Segunda Guerra.

Parabéns, Embaixador Haroldo, pela belíssima exposição, como era de se esperar.

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – Obrigado, Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Carlos Viana e Senador Anastasia, pelo complemento, pelas contribuições.

O que nós pretendemos... Eu gostaria que ficasse registrado aqui, na CRE, e para aqueles que nos acompanham – estamos com audiência de 120 pessoas na sala, assistindo e acompanhando – que nós precisamos usar essas embaixadas, no bom sentido, para estarmos mais presentes como todos aqui testemunham e focando em áreas que são muito importantes para nós. Em primeiríssimo lugar, o comércio – dentro do comércio, acho que tecnologia é uma coisa muito importante; educação; e o turismo. Então, eu imagino que nós possamos fazer eventos onde nós uniríamos apresentações do Brasil na área do turismo, da gastronomia e da economia criativa como um dos polos e, como segundo polo, vídeos e palestras a respeito do agro, sustentabilidade e meio ambiente. Acho que assim a gente poderia fazer uma grande contribuição.

Pode-se começar a elaborar com a Apex, Sebrae e Ministério do Turismo as nossas rotas, oficializando-as – Minas Gerais é um exemplo de rotas oficializadas –, e capricharmos na Amazônia. Hoje "Amazônia" é uma das palavras mais procuradas no Google, no mundo inteiro; então, nós temos que fazer disso um ativo para nós, o chamariz do turismo brasileiro via Amazônia. Eu tenho muita convicção de que esse é um trabalho que dará resultado.

Agora, você diga aos poloneses, Embaixador, que, quando se fala na Polônia, eu só me lembro de João Paulo II.

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – Ah! Que bom.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu não me lembro de coisa ruim, não. Eu me lembro de João Paulo II. Eu gosto demais dele. Não o conheci, infelizmente, mas tenho uma imagem dele, que agora é santo, nosso Santo João Paulo. Eu tenho uma imagem dele em casa, como boa católica que sou; e a Polônia, igual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

O Senador Carlos Viana está com o seu relatório pronto para deliberação. A palavra é sua, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Pois bem. Vamos ler aqui o relatório para o Embaixador vizinho do polonês. Mas vale muito a pena, viu, Presidente Kátia. É uma viagem em que a gente aprende por demais sobre a Polônia. Os campos de concentração, principalmente, hoje estão muito bem preservados. E os brasileiros são muito bem-vindos, eu notei isso. Muito bem-vindos.

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. José Mauro da Fonseca Costa Couto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Sr. José Mauro da Fonseca Costa Couto, filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e de Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasceu em 27 de maio de 1959, em Assunção, Paraguai, sendo brasileiro de acordo com art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Em 1979, graduou-se em Direito pela Universidade Candido Mendes, do Rio. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1980. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1988 e o Curso de Altos Estudos em 2000, ambos pelo Instituto Rio Branco.

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1983; a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1996; a Ministro de Segunda Classe em 2003; e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se: Subchefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial, de 1996 a 1997; Conselheiro e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Miami, de 1997 a 2001; Conselheiro na Embaixada em Tóquio, de 2001 a 2003; assessor especial no gabinete do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, de 2003 a 2011; assessor especial do Ministério da Integração Nacional, de 2011 a 2014; Embaixador na Embaixada em Cartum – que eu tenho certeza que deve ter sido um dos cargos mais desafiadores, pela questão da região –, de 2014 a 2018; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Munique, desde 2018. Aí foi compensado também, não é, Embaixador?

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Sérvia e sobre Montenegro, o qual informa acerca das relações bilaterais do Brasil com esses países, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A República da Sérvia é um país europeu situado nos Bálcãs, sem litoral marítimo, cuja capital é Belgrado. Faz fronteira com Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. Sua população é estimada em 7 milhões de habitantes e aloca diferentes religiões e minorias étnicas. O idioma oficial é o sérvio. O país, que constitui uma república parlamentarista, é candidato oficial à adesão à União Europeia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Carlos Viana, eu vou lhe pedir uma pausa. Eu preciso me levantar e só o senhor está aí, e aqui não pode continuar a Comissão sem Presidente. Um minuto, por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu aguardo. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Carlos Viana, desculpe-me pelo pequeno intervalo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Prosseguindo aqui, Presidente, o Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado – mesmo na condição de observador – e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em 1999. O Governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas de Sérvia e Montenegro entre 2003 e 2006). Para além disso, merece referência o fato de o Brasil não reconhecer a independência da Província de Kosovo.

Em 2020, o intercâmbio chegou, segundo dados do Ministério da Economia, a US$51 milhões, sendo US$23,9 milhões referentes às exportações brasileiras e US$27,1 milhões de importações. Exportamos, sobretudo, café, minério de ferro, suco de laranja e importamos tripas artificiais, pneus e alimentos para cães e gatos.

Em relação aos investimentos bilaterais, não há registro de investimento sérvio no Brasil. O laboratório brasileiro EMS participou da privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika em 2017. Trata-se do primeiro grande investimento brasileiro no mercado local. O negócio visa a impulsionar a expansão internacional da fabricante de genéricos brasileira em novos mercados do Sudeste Europeu.

Já sobre Montenegro, registre-se como relevante para os fins deste relatório o que se segue.

A União Estatal da Sérvia e de Montenegro foi criada em 2003 por meio de acordo bilateral com duração prevista de três anos. Em 2006, Montenegro exerceu o seu direito à independência, proclamando-a formalmente em 3 de junho. O Brasil reconheceu o país em 14 de junho, estabelecendo relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro desse mesmo ano. A Embaixada do Brasil em Belgrado é responsável por representar, cumulativamente, o Governo brasileiro junto a Montenegro.

Podgorica, com população de 156.169 habitantes, ocupa 10,4% do território de Montenegro, abriga 29,9% da população e é o centro administrativo, econômico, cultural e educacional do país.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais ainda são incipientes. Montenegro adota, desde 2009, dispensa de vistos para cidadãos brasileiros. Desde julho de 2016, o Brasil também dispensa a exigência de vistos de curta duração para cidadãos montenegrinos, com base no Entendimento Recíproco, estabelecido por troca de notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro (o documento é de 2016).

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol do ingresso do país na União Europeia. As negociações de adesão iniciaram-se em junho de 2012 e ainda estão em curso.

Em termos gerais, Montenegro pode ser classificado como um país de economia de pequena escala, baseada no livre comércio, altamente dependente do financiamento externo. Sua atividade econômica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentra-se nos setores de turismo, energia, construção civil (*resorts* turísticos de luxo), serviços e agricultura.

Quanto ao comércio bilateral Brasil-Montenegro, dados fornecidos pelo país indicam que, em 2020, importou produtos do Brasil no valor de 8,37 milhões de euros, centrados em carnes e derivados, café cru e outros produtos primários.

Tendo em vista a natureza da matéria, Sra. Presidente, Srs. Senadores e os que nos acompanham nesta sabatina, esta apreciação cinge-se ao caráter de relatório, sendo finalizadas aqui outras considerações e desejando muito boa sorte ao Embaixador José Mauro, que detém todas as qualificações para exercer o cargo.

É o relatório, Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Carlos Viana, pelo seu empenho e dedicação ao fazer o relatório, com muita competência.

Agora, concedemos a palavra ao Sr. Embaixador José Mauro da Fonseca Costa Couto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

Obrigada.

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Saúdo, inicialmente, a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; o Exmo. Sr. Carlos Viana, meu Relator, cujos comentários agradeço; os Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras; os caros colegas – é sempre um prazer revê-los –; as senhoras e os senhores que nos ouvem aqui e até pela internet.

Gostaria, inicialmente, Senadora, de parabenizar V. Exa. e sua equipe da Comissão pela nova proposta de regulamento da sabatina que, com essa nova moldura de planejamento estratégico, nos estimula a sugerir iniciativas que deveremos usar para nortear nossa futura atuação.

É para mim uma grande honra comparecer ao Senado como candidato a Embaixador junto à República da Sérvia e Montenegro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a indicação pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, por recomendação do Ministro Carlos França, a quem também agradeço pela confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em conta o limite de tempo de minha apresentação inicial, não poderei cobrir em profundidade todos os assuntos que merecem atenção. Ao desculpar-me por isso, espero ter a oportunidade de prestar esclarecimentos em momento seguinte da arguição.

Procurei estruturar minha apresentação contemplando os pontos apontados no planejamento estratégico. Dedicarei, assim, parcela de meu tempo à descrição da realidade político-econômica da Sérvia e, ao final, vou abordar as relações com Montenegro.

Os pontos centrais abordados pelo planejamento estratégico, como as relações políticas bilaterais, a promoção da cultura e do turismo, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a cooperação em ciência e tecnologia e as relações no campo da educação, farão parte dos meus comentários. As oportunidades para uma diplomacia de resultados serão vislumbradas no decorrer de minha fala e terão sempre presente a necessidade de incrementar nossa imagem e credibilidade que, juntas, poderão gerar benefícios em matéria de comércio e investimentos para nosso País.

Sra. Presidente, ao testemunhar, ainda que remotamente, via Zoom e YouTube – ontem, eu tive a grata experiência de poder conversar com V. Exa. por mais de duas horas sobre justamente o essencial do planejamento estratégico que a senhora propôs –, tive a ocasião de aquilatar a maneira enérgica e consistente com a qual a senhora aborda temas que são absolutamente vitais para o Brasil na atualidade, como turismo, meio ambiente, e temas atinentes ao agronegócio. Percebi então que V. Exa. trata principalmente da questão da imagem do País, do que precisa ser feito para exportar mais e atrair mais investimentos. Se contar com a anuência desta Comissão, é precisamente a isso que pretendo dedicar-me na Embaixada em Belgrado, de maneira a contribuir para gerar empregos e dividendos para a nossa população.

Senadora Kátia Abreu, precisamos conhecer nossos problemas e abordá-los de forma franca e persistente. Quando se trata da questão do meio ambiente na Europa, onde vivo hoje, alguns países admitem que o grande desafio a ser vencido é a mudança da matriz energética. Conversávamos sobre isso ontem. No Brasil, temos uma matriz energética sustentável e qualitativamente bem acima da média da de muitos países e trabalhamos com afinco para reverter os índices de desmatamento. Infelizmente, os números ainda não refletem esse empenho. A queda dos índices de desmatamento certamente virá nos próximos meses, e avalio que precisamos tratar com dedicação ainda maior essa questão, para constranger o uso político no exterior de inverdades sobre o agronegócio brasileiro. Como já foi dito pela senhora e por diversos colegas aqui, o agro brasileiro não é apenas dinâmico, mas também sustentável e ambientalmente responsável.

Trata-se de vários temas aos quais nós embaixadores devemos nos dedicar e que, certamente, deverão pautar boa parte de minha gestão em Belgrado, caso confirmado por V. Exas.

Algumas palavras para contextualizar a Sérvia e Montenegro de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O país pode ser considerado como uma economia de mercado, portanto essencialmente aberta, tendo deixado de praticar medidas típicas de economia dirigida.

O Senador Viana já entrou em detalhes quanto à superfície e à população. Essencialmente, a Sérvia de hoje tem a superfície de Santa Catarina e a mesma população daquele Estado, aproximadamente 7 milhões de habitantes.

O PIB aqui já foi apresentado, aproximadamente 53 bilhões, e o que é interessante destacar aqui é que, no ano em curso, as previsões de crescimento desse mesmo Produto Interno Bruto são de aproximadamente 7%, o que é surpreendente.

Após enfrentar severas dificuldades financeiras, o país precisou recorrer, em 2008, a um crédito *standby* do Fundo Monetário Internacional e, mais à frente, em 2018, assinou um instrumento de coordenação política, que tem gerado muito bons resultados e tem reorganizado as finanças do país.

A transformação da economia, que está sendo acompanhada por todos com bastante interesse, foi constatada pelo Banco Mundial, que classificou a Sérvia em 43º lugar em termos de facilidade de negócios, comparado com o 94º lugar em 2009. Ou seja, eles ganharam 50 posições de 2009 para cá.

Em 2021, as últimas estatísticas disponíveis, de janeiro a agosto, revelaram um dinamismo notável no setor externo da Sérvia, que conseguiu vender no mercado internacional produtos no valor de 16,3 bilhões, ou seja, quase 40% a mais do que nos primeiros oitos meses do ano anterior.

Os principais parceiros do comércio exterior da Sérvia – a geografia ajuda, é claro, nessas horas – são seus vizinhos da União Europeia: Alemanha, Itália, Romênia, outros antigos Estados-membros da ex-Iugoslávia – principalmente a Bósnia – e a Rússia.

A China, naturalmente, ocupa espaço cada vez maior nas trocas com a Sérvia. Já é o terceiro maior parceiro da Sérvia na atualidade.

No plano da política externa, Belgrado continua a manter elevado perfil de projeção política, cultural e econômica na região dos Bálcãs e encontra-se no epicentro de um jogo de influências políticas, comerciais e de segurança internacional, com a União Europeia, os Estados Unidos e a Otan, de um lado; e, do outro, a Rússia.

Há essencialmente dois grandes temas que dominam a política externa de Belgrado na atualidade: a questão do Kosovo e a adesão à União Europeia.

Outra prioridade de política externa é a relação com a Rússia, vista por Belgrado como país historicamente amigo e potência capaz de influenciar os destinos da Sérvia e dos Bálcãs. A adesão à União Europeia, caso as sanções europeias à Rússia ainda estejam vigentes, constituiria, assim, um dilema de difícil equacionamento para a Sérvia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tema adicional relevante são os laços com a China, país que tem procurado tornar os Bálcãs e a Sérvia em particular em zona privilegiada para a expansão de suas atividades econômicas e comerciais. A China escolheu Belgrado, por exemplo, em 2016, para sediar seu banco de financiamento Eximbank, destinado a atender a todos os países do mecanismo 16+1, entre a China e os países do Leste Europeu.

Vejam só... A China já está colocando estruturas interessantes naquele país, naquela região, para se preparar para ocupar cada vez mais espaços. Eles adquiriram a licença de longuíssimo prazo no Porto de Pireu, na Grécia, e vão usar essa rota para entrada na Europa. Naturalmente, Belgrado almeja as melhores relações com os vizinhos e com as antigas repúblicas iugoslavas, embora rivalidades com as ex-repúblicas da Federação Iugoslava permaneçam.

Relações bilaterais.

Srs. Senadores, o Brasil mantém laço com a Sérvia há mais de 80 anos, e as relações de caráter político são o seu eixo central. Precisarei contar, então, com o apoio desta Comissão para aprofundar esse vínculo. Trata-se não apenas de mobilizar ministérios, as instâncias federais, governos estaduais, mas igualmente sensibilizar o Congresso Nacional para que se engaje cada vez mais em visitar os Bálcãs, de forma a criar novas frentes de cooperação e principalmente contribuir para dar maior credibilidade ao trabalho da Embaixada.

O Governo sérvio valoriza a cooperação do Brasil com o Movimento de Não Alinhados, como já foi dito aqui pelo Senador Viana, mesmo na condição de observador, fundado em 61. Belgrado se lembra também de que não fechamos a embaixada, como já disse aqui o Senador também, durante os bombardeios da Otan em 99.

O Brasil apoia a Resolução 1.244, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que propugna a integridade territorial da Sérvia na condição de Estado sucessor da Iugoslávia e defende uma solução negociada para a questão do Kosovo.

Comércio bilateral.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Sérvia na América Latina e Caribe e nosso país registra superávit estrutural no comércio com o parceiro sérvio, considerando as estatísticas de Belgrado. Baseados no primeiro destino, mesmo em se tratando de intermediários, nossas estatísticas diferem das estatísticas do Governo sérvio. Nossas estatísticas consideram principalmente, claro, o porto de destino, mas as estatísticas sérvias vão atrás do produto, vão analisar e incluir nas suas estatísticas o destino definitivo. Então, onde existem US$80 bilhões, em 2019, que foi um ano de não pandemia, sem pandemia, nós alcançamos cerca de US$80 bilhões de comércio bilateral, os números, na realidade, são de US$120 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será importante, como proposta de ampliar a presença brasileira na Sérvia e demais países da região, que a PEX Brasil venha a desenvolver, com perspectiva de curto prazo, missão perspectiva de mercado na Sérvia, de maneira a abrir frentes para a produção brasileira. O país vem crescendo rapidamente e, se não fizermos movimentos no sentido de ampliar o espaço que ali ocupamos, certamente a Turquia o fará. Se nós não ocuparmos cada vez mais algum espaço adicional de mercado na Sérvia, os países vizinhos irão ocupar esse mercado, e a Turquia tem boa agricultura, tem acesso a *commodities*, vai ocupar um espaço que poderia ser nosso.

Há dois aviões Legacy Embraer operando na Sérvia, sendo o primeiro a aeronave que serve ao Presidente Vucic e outra pertencente à companhia de táxi aéreo.

Há uma feira de defesa no país, mas a embaixada ainda não conseguiu convencer a Embraer a tomar parte do evento. Como lhe dizia ontem, Senadora, teremos de chamar a Embraer para participar de eventos nesses países.

Confirmando a atração do mercado local, o Senador já disse, a EMS, Emiliano Sanchez, que é o nome da empresa farmacêutica, o filho dele é herdeiro da corporação, Carlos Sanchez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – ... fez esse investimento em 2017 e adquiriu a quase totalidade da empresa, uma pequena porcentagem da empresa ainda permanece nas mãos do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Essa que é a EMS?

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – É a EMS, farmacêutica.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Uma parcela pequena que ela é sócia?

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – Noventa e quatro por cento pertencem à brasileira, EMS, à Galenica, e 5% pertencem ao Governo sérvio.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – É muito mercado.

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – É um primeiro pé no mercado em matéria de investimentos.

Outro empreendimento que poderia gerar bons dividendos tanto em termos econômicos quanto em matéria de imagem para o Brasil poderia ser a identificação de oportunidades de investimentos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de uma parceria para a produção de biocombustível na região. A Bsbios, meu caro Marcondes, poderia ser um parceiro interessante.

A Sérvia recorre ao linhito como fonte de combustível para quase a totalidade de suas termoelétricas. Se a Sérvia decidir entrar no mercado europeu, certamente precisará reorganizar a sua matriz energética, e nós temos a oportunidade de entrar antes que ela faça essa decisão de entrar no mercado europeu, se ela assim decidir. Um ponto importante da agenda bilateral é o apoio do Brasil à cessão da Sérvia à Organização Mundial do Comércio, e está sendo realizada uma negociação bilateral para tratar desse assunto.

Procuramos facilitar a conclusão de negociação bilateral, concentrando os nossos pedidos em alguns poucos produtos de maior interesse do Brasil. Aguardamos ainda por uma reação positiva às nossas demandas relativas a carnes – bovina, suína e de aves – e açúcar refinado, ambos produtos sensíveis para o Governo local.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO – Mais um setor interessante: a Sérvia alcançou notáveis avanços no desenvolvimento do seu setor de tecnologia de informação e saltou de US$150 milhões para US$1 bilhão no setor de exportações, no setor de *software,* tecnologia da informação. O Brasil, ao mesmo tempo, possui renomadas empresas que atuam nos subsetores de governo eletrônico e *software* financeiro, que poderiam colaborar com os parques tecnológicos situados em Belgrado e também em Novi Sad.

Montenegro – algumas breves palavras.

A missão do Embaixador em Belgrado também contempla as relações com Montenegro. Seu PIB alcançou US$4,5 bilhões, como o Senador Viana acabou de dizer.

Trata-se de uma área com a maior biodiversidade da Europa e um destino turístico cada vez mais popular. Cerca de 5 mil brasileiros visitaram o País em 2019. Na atualidade, há boas relações políticas com o governo local, que declara querer mais contato com o Brasil.

O Brasil tem a oportunidade de vender mais aeronaves à companhia Montenegro Airlines, que já possui seis aviões da Embraer.

Sérvia e Montenegro mantêm boas relações, e Belgrado procura recorrer cada vez mais ao Porto de Budva, em Montenegro, para escoamento de sua produção.

O Senador dizia que o país era insular. Há obras de construção e expansão de infraestrutura ferroviária e rodoviária entre os dois países que evidenciam estabilidade nas relações com a Sérvia.

Conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, o plano de trabalho exposto anteriormente tem por objetivo criar plataforma que possa reforçar o bom nível de relacionamento político, bilateral, oficial e que deve resultar em maiores oportunidades de inserção comercial.

O comércio bilateral apresenta potencial de desenvolvimento. No caso da Sévia, destaca-se o acesso facilitado ao Cefta (Acordo Centro-Europeu de Livre-Comércio), que, em futuro próximo, deverá integrar a União Europeia, se for o caso, se for por esse caminho que a Sérvia optar.

A política de desestatização de Belgrado apresenta oportunidade para investimento brasileiro, como se viu pelo exemplo da Galenika. Caso seja aprovado por esta Comissão, tenciono estimular o desenvolvimento do fundamental arcabouço institucional do relacionamento bilateral, apoiando a assinatura de acordo de várias áreas adicionais de interesse mútuo, tais como serviços aéreos, cooperação jurídica e educação.

Senhoras e senhores, espero ter merecido a aprovação de V. Exas. para que possa representar e promover os interesses do Brasil nos países amigos da Sérvia e Montenegro e manter Brasília bem informada sobre aquela região estratégia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, pelas apresentações extraordinárias.

Agora nós vamos para os nossos dois últimos sabatinados.

O Senador Carlos Viana gostaria de fazer um questionamento ainda... Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, desculpa, eu me enganei.

Muitíssimo obrigada pelas apresentações.

Pena que está acabando, gente. Vocês estão cansados? Eu não estou, não, Soraya. Acho tão bom ficar ouvindo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Você não cansa, não é, Kátia?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não é; é porque é muita informação. Eu fico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É muita cultura, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu fico encantada!

E aí, Girão? Tudo bem, meu amigo?

Então, agora, nossos dois últimos sabatinados infelizmente.

Sr. Agemar de Mendonça Sanctos.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 61, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

E aqui do meu lado direito está o Embaixador João Mendes Pereira.

Com a palavra a nossa querida Senadora do Mato Grosso do Sul Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu.

É um prazer estar novamente aqui, agora presencialmente nesta semana. E é um prazer, uma honra a indicação para ser Relatora do Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos.

Passo agora à leitura do relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro... Ministro de Classe Especial, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Ministro de Classe Especial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós vamos abolir essa nomenclatura.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós temos que aprovar isso rapidamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Temos que aprovar. É só mandar a relatoria. Não sei como é que ficou isso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É mandar a relatoria daquele meu projeto para a Soraya, como nós tínhamos combinado. Por favor, na próxima reunião...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês não merecem esse nome que diminui.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Na próxima reunião, nós já vamos aprovar aqui na CRE.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Isso é uma herança francesa. Os franceses é que falam *ministre de deuxième classe*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é, mas agora nós estamos dando outro nome. Já entramos com o projeto de lei, de autoria da Senadora Kátia e minha relatoria, porque vocês merecem um nome melhor. No português, ficou pejorativo, e não é assim que nós os vemos, não é?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, é Ministro de Classe Especial – é esse o nome, não é, Senadora Kátia?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente segundo o art. 52, inciso IV.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. Agemar de Mendonça Sanctos é filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos e nasceu, no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1951 – é um genuíno sagitariano, não é isso?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS (*Fora do microfone*.) – Do terceiro decanato. (*Risos*.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Terceiro decanato, isso mesmo.

Ingressou na carreira diplomática em 1978, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ainda no âmbito do referido instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1996, bem como o Curso de Altos Estudos, em 2001, oportunidade em que defendeu a tese "Nova diplomacia consular: o cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1978, ascendeu a Segundo-Secretário, em 1980; a Primeiro-Secretário, em 1987; a Conselheiro, em 1995; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Foi Chefe de Gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes, em 1995; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Boston, em 1996; Conselheiro na Embaixada em Quito, em 1999; Assessor do Departamento de Promoção Comercial, em 2003; Chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, em 2005; Encarregado de Negócios no Escritório da Representação em Ramala, em 2006; Embaixador na Embaixada em Malabo, em 2007; Diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, entre 2010 e 2016; Embaixador na Embaixada em Ierevan, desde 2017.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre Belize, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Belize é um pequeno país da América Central, com apenas 22,9 mil quilômetros quadrados e 430 mil habitantes. O inglês é sua língua oficial. Seu produto interno bruto pelo poder de compra é estimado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em US$2,56 bilhões – esse é um dado de 2020. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,716, o que o coloca como 110º na lista de 189 nações ranqueadas – muito interessante esse dado.

O país está situado no nordeste da América Central, entre a Guatemala, o México e o Mar do Caribe. Com cerca de 400km de litoral, o turismo é sua principal atividade econômica. Cuida-se do único país de colonização inglesa no istmo centro-americano, e ficou conhecido, no período colonial, como "Honduras Britânica". Belize obteve sua independência em 1981. O principal tema da agenda externa de Belize consiste em uma disputa territorial com a Guatemala, que reivindica pouco mais da metade do território belizenho.

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional, com a instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental.

A cooperação técnica bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2005 e promulgado em novembro de 2008. Até o momento, contudo, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre Brasil e Belize. Em 2010, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) cancelou o projeto Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize devido a problemas de estrutura no hospital que receberia o banco de leite. Em 2014, a ABC suspendeu a programação de projetos de cooperação com Belize nas áreas de agricultura e saúde, em vista das dificuldades enfrentadas pelo Governo belizenho na mobilização de recursos humanos para dar seguimento às iniciativas.

A economia belizenha é marcada pela importância do turismo, pelo alto nível de abertura comercial e pela dependência do setor externo. Belize exporta principalmente produtos agrícolas e recursos naturais.

A corrente bilateral de comércio foi da ordem de US$9,2 milhões em 2019 e US$7 milhões em 2020. Historicamente os saldos têm sido favoráveis ao nosso País. O reduzido tamanho do mercado belizenho, os custos e as dificuldades de transporte marítimo e a concorrência de exportadores mexicanos, chineses e norte-americanos são os principais obstáculos para a dinamização do comércio bilateral.

As exportações brasileiras para Belize são resultado, sobretudo, de iniciativas de comerciantes locais que buscam, no Brasil, produtos como mármore, sapatos, toalhas, entre outros. Muitos produtos brasileiros chegam a Belize triangulados via terceiros países, como EUA e México. Já as exportações de Belize concentram-se em produtos primários como banana e crustáceos.

A Embaixada do Brasil em Belmopan presta apoio à comunidade brasileira no país, estimada em 55 pessoas.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS (*Fora do microfone.*) – Menos do que isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Menos ainda? Menos, Embaixador? Então, o senhor nos conte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É?

São essas as considerações que se podem fazer neste relatório, não podendo ser adiantado, neste momento...

Opa, me desculpe aqui. Posso, sim, adiantar o voto.

O voto é para que o nome do Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos seja aprovado – peço aos nobres colegas.

Nós pesquisamos a vida do Embaixador, e a minha equipe – a Carol, que está aqui comigo é minha assessora – ainda andou pesquisando e disse que está mais barato do que Cancún para viajar. Então, quem for tirar férias... Dizem que é incrível! As imagens de Belize são encantadoras, Embaixador!

Então, o pedido de voto é pela aprovação do nome do Embaixador Agemar.

E votos de sucesso!

Que a balança comercial melhore, não é? Neste ano de 2020 foram apenas US$7 milhões. E aí eu gostaria de perguntar quais são os planos do senhor para que a gente consiga aquecer a economia de ambos os países e trabalhar nessa abertura de mercado, que é tão importante.

Muito obrigada. Foi uma honra relatar o nome do senhor.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado, Senadora. Também é uma honra!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho, Embaixador.

Obrigada, Senadora Soraya, pela sua relatoria.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. ou ao Senador Girão para fazer a última relatoria, a da Senadora Daniella. Você pode fazer? (*Pausa.*)

Ótimo. Então, o Senador Girão fará a relatoria da Senadora Daniella Ribeiro, para João Mendes Pereira, que irá para a Bélgica e Luxemburgo. Muito obrigada, Girão.

Concedo agora a palavra ao Sr. Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize. Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está com a palavra.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS (Para expor.) – Muito obrigado a V. Exa. Obrigado a V. Exa. também, uma vez mais.

Eu me sinto muito honrado de estar mais uma vez aqui. É um grande privilégio para mim, hoje, ter participado deste evento, desta apresentação, desta sabatina. Aprendi muito também com os colegas, com as perguntas, e para mim é um prazer falar sobre Belize.

Belize é um país que eu já conheço; por acaso, é onde eu fiz uma missão transitória. Fazendo uma comparação aqui, Senadora, uma vez mais com o território, Belize é maior do que Sergipe: são 950km² maior do que Sergipe. Então, a comparação territorial que nós podemos fazer no Brasil é com Sergipe.

Quanto ao plano de trabalho, como eu já conheço o país, eu pude, naquela ocasião, já fazer uma série de avaliações em relação à economia do País, em relação à situação do Brasil em Belize, o potencial do Brasil em Belize. Obviamente, nós temos, como V, Exa. disse, a questão do comércio. O comércio só cabe no tamanho da população; quer dizer, o trabalho que eu vou fazer, que eu já fiz lá e que eu vou continuar fazendo é o de contactar, fazer inteligência comercial, buscar informações, buscar entrar em contato com empresários, participar de eventos, de feiras. Eles têm, constantemente, em Belize City, na capital, vários eventos comerciais, e eu vou sempre procurar buscar oportunidades para o Brasil, para aumentar as exportações brasileiras.

Agora, um fato interessante é que as exportações do Brasil para Belize, desde 2001, vêm crescendo a uma média de 8,5% ao ano. Quer dizer, esse valor das exportações brasileiras, apesar de todas as dificuldades que foram relatadas, é crescente. Obviamente que agora, com a pandemia, deu uma pequena diminuída, mas é um valor em que há uma demanda por produtos brasileiros, apesar de ser um mercado pequeno.

Agora, o foco que eu pretendo dar à minha gestão é o da promoção do agronegócio, em especial da cana-de-açúcar. Eu, quando estive lá... V. Exa. mencionou os projetos de cooperação com a ABC que foram suspensos, porque nós fizemos a nossa parte nessa cooperação, ou seja, os técnicos belizenhos vieram ao Brasil, receberam treinamento e, quando regressaram, foram para outros projetos, porque nós não... O que é necessário para que esses projetos de cooperação nossos tenham sucesso num país como Belize, que tem pouca infraestrutura de mão de obra, recursos limitadíssimos, é o engajamento de organismos internacionais como parceiros. Parcerias com a FAO, parcerias com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, parceria com as Nações Unidas, porque eles têm os técnicos no local que podem fazer... Inclusive, eu lá conversei, fui com o representante do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas visitar uma usina de açúcar, e foi uma surpresa porque realmente era, na minha visão, uma usina de açúcar medieval. Eles estão ainda naquele paradigma do açúcar e do melaço; não entraram ainda no paradigma moderno do açúcar, melaço, levedura, cogeração e etanol, que é o nosso projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma das coisas que eu pretendo buscar lá, aproveitando esse conhecimento desses representantes, desses técnicos de organismos internacionais, é focar na promoção da exportação da tecnologia brasileira do agronegócio, ou seja, maquinário, instalações, para modernizar o sistema de produção agrícola de Belize.

A economia de Belize, como V. Exa. bem mencionou, tem dois pilares essenciais. Um é a questão do turismo: realmente, a barreira de recifes, que é a segunda barreira de recifes do mundo depois da Austrália, – aquilo ali eu tive a oportunidade já de conhecer pessoalmente – é fantástica, vale a pena conhecer.

Agora, no que se refere à agricultura, eles necessitam urgentemente de modernização e eles têm interesse em modernizar. Já há empresas – eu conversei com empresas lá – interessadas em fazer negócio, em fazer parcerias com empresas brasileiras para modernizar. E eles têm acesso ao mercado dos Estados Unidos no que se refere, por exemplo, ao etanol. Eles podem exportar para os Estados Unidos. Açúcar, eles podem exportar para os Estados Unidos, para o Reino Unido, principalmente agora depois do Brexit, em que o Reino Unido está aberto a esse tipo de importação. Quer dizer, nós podemos... Eu vou dedicar minha atuação ao desenvolvimento desse setor.

Obviamente que nós temos outras áreas, como, por exemplo, a questão da cooperação técnica na área ambiental, da cooperação ambiental, porque essa maravilhosa costa de Belize é constantemente ameaçada. E nós temos no Brasil instituições que têm projetos, porque isso é um ambientalismo em que nós somos bons no Brasil, que é a questão marítima, quer dizer, nós temos a possibilidade de conversar com eles para fazer projetos. Eu vou – é uma das minhas intenções – conversar com o Governo e buscar projetos de cooperação na área do meio ambiente marítimo, que é o maior tesouro de Belize em termos de crescimento econômico, que é a área de turismo.

Em relação aos projetos de cooperação que V. Exa. mencionou também, existe ainda a questão da expansão desses projetos de cooperação com o Governo de Belize participando, levando em consideração a falta de recursos que eles têm. Então, eu tenho a intenção de ver se eu consigo reavivar, quer dizer, recuperar esses projetos que foram abandonados, principalmente o banco de leite. Esse projeto de banco de leite do Brasil é referência mundial. Onde eu estou no momento, que é na Armênia, o projeto de banco de leite que o Brasil implementou começou com três clínicas, agora está em 110 clínicas e reduziu em de 19% para 9% os casos de subnutrição infantil. Isso apenas com o conhecimento brasileiro. Então, esse é um projeto que está no meu coração, porque eu participei desse projeto, quer dizer, eu fiz a avaliação desse projeto na Armênia. E agora a minha intenção é ver se consigo refazer, mas não poderá ser com recursos de Belize, eu tenho que buscar uma negociação. Vou verificar aqui com a nossa Agência Brasileira de Cooperação como é que está a aceitação em relação ao envolvimento de organismos internacionais, porque eles têm recursos. Eles têm recursos, essa é a diferença. Nós implementamos o projeto de banco de leite na Armênia, agora ele chegou a esse nível de sucesso com recursos da Usaid e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Unesco. Então, nós temos que ter esse tipo de... Com países com limitações, como Belize, de materiais e de pessoal, nós temos que apelar para esse tipo de cooperação.

Agora, obviamente, como Belize está numa área – V. Exa. pôde verificar – meio ligada à região de conflito – há o caso ali da Guatemala, a questão do tráfico de drogas, a questão das quadrilhas internacionais –, eu pretendo, embora já exista, aperfeiçoar também a colaboração das forças policiais de Belize e da Justiça de Belize com a Justiça brasileira e com as forças policiais brasileiras. Isso é outro tipo de cooperação que se dá por outros canais. Já existe, e eu pretendo expandir, porque eles têm uma boa organização nessa área em Belize.

E também há uma parte interessante, que é a cooperação entre as Forças Armadas na área de defesa. Belize é uma consumidora limitada de material de defesa brasileiro. Adquire muita munição brasileira, mas tem interesse na experiência brasileira, principalmente na Amazônia – já mandaram alguns oficiais para fazerem cursos na nossa escola de Guerra na Selva, em Manaus. Eu pretendo manter e expandir esse tipo de cooperação que nos abre muitas portas em Belize. Obviamente, temos de tomar certo cuidado, porque existe essa questão do diferendo territorial com a Guatemala e pode ser mal-interpretado. Tem de ser uma cooperação em defesa no sentido efetivamente de defesa.

Eles têm lá estacionada uma força militar britânica, um batalhão do exército britânico para dissuadir qualquer problema em relação à fronteira, mas isso não impede a cooperação das forças de defesa de Belize com as Forças Armadas do Brasil, o que é bom para nós aumentarmos a nossa pegada política naquela região.

Outro projeto que tenho é um projeto que eu fiz na Armênia, mas que não pude terminar por causa da pandemia, é a instalação de um leitorado virtual brasileiro na universidade. Eles já têm esse projeto, já têm essa intenção. A ideia é fazer uma coisa mais simples; é muito difícil haver um leitor brasileiro em uma universidade em países pequenos, porque existe a questão da remuneração, a questão da estabilidade, a questão a rotatividade; é muito difícil. Uma solução que eu pensei para onde estou agora e que foi aprovada – não chegou a funcionar porque tudo teve de ser interrompido na educação – é a instalação de um leitor, ou seja, é uma coisa simples, a aquisição de um equipamento simples com uma tela. Talvez tenha de haver algum recurso para a contratação de um monitor, que pode ser da própria universidade, um aluno da área de línguas latinas. Esse é um dos projetos que eu tenho.

Quanto à Universidade de Belize e à colaboração universitária, eu obviamente só posso incentivá-los, porque as universidades no Brasil têm autonomia completa, fazem acordos com quem querem. Então, a minha intenção é colocar em contato a universidade, como eu fiz na Armênia, com potenciais universidades interessadas no Brasil, principalmente na área de Oceanografia. Porque eles têm aquele potencial marítimo, aquela riqueza marítima muito grande, a minha intenção é focar nessa área das universidades brasileiras que tenham graduações e façam pesquisa na área de Oceanografia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente, vou aperfeiçoar também os serviços prestados à comunidade brasileira. Vou ver se eu consigo, para o ano que vem, quando teremos eleições, organizar uma sessão eleitoral em Belize, registrar os nossos cidadãos para que possam votar. Na Armênia eu não pude fazê-lo, porque o mínimo... Era preciso 30 eleitores e eu só tinha 20, não deu. Agora vou ver se consigo mais eleitores para poder criar uma seção eleitoral. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora.) – O senhor disse que hoje são menos de 55 brasileiros lá.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Pois é. Porque alguns foram repatriados, por causa da pandemia. Então, esse problema é... Eu mesmo fiz uma meia dúzia de repatriações na Armênia, porque não havia outra solução. As pessoas ficaram sem emprego e tal. Fechou tudo. Eles não têm direito a auxílio local nenhum. Então, eles foram repatriados.

Eu acredito que em Belize... Em Belize aconteceram alguns casos. Então... Mas como é um país bonito, eu acredito que brasileiros voltarão e nós poderemos ter eleições na embaixada...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cuidado porque 30 votos, Embaixador, podem definir a eleição, viu?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Eu sei. (*Risos.*)

Eu vou ver se consigo formar uma seção eleitoral e, em suma... É a prática da democracia. E eu serei o juiz eleitoral também. Há esse aspecto. O embaixador é juiz eleitoral. Então, um dos projetos que eu tenho é congregar a comunidade, inscrever todo mundo e abrir uma seção eleitoral. Mas tem que ver se eu tenho 30. Na embaixada são quatro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Coloca a minha mulher, mais cinco. Aí eu posso colocar mais uns... Em suma, aí nós poderemos fazer isso.

Mas, obviamente, eu vou dar seguimento às nossas atividades normais de informação política e informação econômica. Belize nos ajuda muito. Nós temos muito boa reputação. Eles nos ajudam muito com votos em organismos, em candidaturas brasileiras. Eles têm uma predisposição muito grande em favor do Brasil e eu vou procurar manter.

Como já está agora... Nós estamos... É parte do nosso programa de expansão da influência do Brasil no exterior, eu vou promover alguns eventos de gastronomia também, porque a gastronomia... Eu já faço na Armênia, mas tenho que levar o feijão na mala, daqui. Talvez lá seja mais fácil encontrar feijão. Mas eu pretendo, obviamente, implementar uma agenda cultural, porque o Brasil é um país que tem uma cultura maravilhosa e é facílimo de vender o nosso País. Qualquer coisa que nós fazemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidenta, eu acabei na hora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada pela pontualidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sr. Embaixador.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Belize foi colônia da Inglaterra por quanto tempo?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Essa é uma história interessante, porque Belize foi ocupada por escoceses piratas. Então, os piratas foram se estabelecendo, se estabelecendo, se estabelecendo. Eles cortavam árvore, era indústria de madeira, e chegou um dia em que virou uma colônia britânica. Com o tempo, os interesses britânicos foram se estabelecendo. Primeiro, eles tinham que negociar o território com a Espanha, porque ali era o reino da Espanha, e esse diferendo vem exatamente dessa época. Qual é o território? O que é território espanhol e o que é território britânico primeiro. Depois, quando foi a independência, o que era território da Guatemala e o que era território britânico. Então, hoje em dia, essa questão está na Corte Internacional de Haia e, em suma, é uma questão crucial, porque é 51% do território de Belize que está... Já é um país de 23 mil quilômetros quadrados e vai perder metade do território; então, talvez até se inviabilize. Mas é um território que foi inicialmente colonizado por piratas escoceses. E em seguida eles foram se... Vieram... Houve depois um período de expansão, houve escravidão, evidentemente, quando eles introduziram a cultura do açúcar, e isso foi de mil e oitocentos e... Porque a Inglaterra, o Reino Unido não reconhecia Belize como sua colônia. Eles protegiam, mas não davam *status* de colônia da Coroa, como eles diziam, *Crown colony.* Belize só foi...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Porque teriam que mandar dinheiro.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Pois é, eles só protegiam os colonos de origem escocesa que viviam lá. E mais tarde... Eu cheguei a visitar os lugares onde Belize teve início, são barracões. E é um país realmente de uma cultura muito britânica no comportamento, nas instituições...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só a renda *per capita* que não é. (*Risos.*)

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Pois é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, qual é a renda *per capita*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É de US$6.455 (PPP).

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Mas o IDH me impressionou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, o IDH é razoável.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Belize atrai muitos refugiados, está havendo inclusive uma mudança da composição da população pela entrada forte de refugiados dos países da América Central conflitados. Então, há uma imensa colônia guatemalteca, uma imensa colônia de El Salvador, uma imensa colônia de Honduras. Inclusive, todo o pessoal da embaixada é da Guatemala, a secretária do Embaixador é de El Salvador. Está havendo inclusive uma transformação demográfica no país por esse influxo, porque é um país com estabilidade institucional, é um país onde não há golpes de Estado, onde nunca houve golpes de Estado, nunca houve ditadura, sempre foi democracia, ainda que imperfeita, mas com eleições, com Parlamento. O Parlamento tem 31 Deputados e 13 Senadores vitalícios, os Senadores e os Deputados... São dois partidos, é uma coisa muito britânica. Então, é um país estável, relativamente, se nós levarmos em consideração a região, e é uma presença estratégica boa para o Brasil nós estarmos ali, naquele canto ali, observando os acontecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Senador Girão gostaria de fazer uma pergunta, e eu já pergunto, antes dele, e o senhor responde após ele questionar: por que há tantas ruínas? Qual a origem daquelas ruínas?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Maias. São ruínas maias.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Querida Presidente Kátia Abreu, eu fiquei um pouco preocupado com essa questão que está na Corte de Haia. Há algum prazo, está se falando em alguma data para se definir essa querela? Como é que o senhor está vendo, qual é a tendência?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS (Para expor.) – Pelo que eu li, pelo que eu vi... Primeira coisa, nos dois países se adotou um sistema muito interessante: houve plebiscito, se o povo aprovava ou não levar a questão para a Corte Internacional de Haia. O povo de Belize aprovou por uma margem pequena, foram cinquenta e poucos por cento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Isso foi em 2005 ou 2006, não me lembro bem do ano, mas é recente. Na Guatemala também houve um plebiscito. Pelo que eu li, eu acho que os ingleses deixaram um bom estoque de mapas, e a chance de Belize levar a causa, na minha opinião, é maior por causa dessa... A Guatemala sempre foi um país conturbado politicamente, eles não tinham um sistema de arquivos ou uma estrutura de governo tão bem organizada, mesmo sendo uma colônia.

Então, eu vi a documentação. A documentação de Belize é mais bem sustentada do que a documentação da Guatemala.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – ... território.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Tinham até que indenizar: escravidão e exploração.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Isso também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Outro dia, houve a sabatina aqui da Guatemala: quantos milhões de dólares tiveram que dar para Inglaterra ou França para ser independente. Eu fiquei escandalizada.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Nessa questão da escravidão, Senadora, inclusive...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – País pobre, paupérrimo...

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – ... esses escoceses traficavam escravos maias.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois é.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Não eram só africanos, não. Vendidos pelos maias para eles para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar. É uma situação trágica.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Alguma questão a mais? (*Pausa.*)

O.k.

Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para quem está nos assistindo, porque isto aqui não deixa de ser uma aula... A gente aprende...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, já falei. É uma faculdade...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Hoje, aqui, eu aprendi muito com a Senadora Kátia, com o Senador Anastasia, e os sabatinados aqui dão uma aula para a gente. É uma oportunidade ímpar estar aqui no Parlamento e aprender a cultura, a história.

Para quem está nos assistindo, até também... Eu faço uma pergunta como uma pessoa que não conhece. Como é que funciona o Tribunal de Haia? Como é a corte? Quem compõe, quais países?

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS (Para expor.) – No momento, eu não tenho essa informação. Eu sei como funciona o sistema judiciário de Belize, que é o sistema de lei britânico. Eles têm a *common law* inglesa. É um sistema que, obviamente, tem as suas deficiências, sempre resultantes de falta de recurso, mas eles têm um sistema judiciário bastante aceitável, pelo menos no que se refere aos termos da região.

Hoje em dia, eu não sei... A composição da Corte Internacional de Haia muda com bastante... E eu não estou acompanhando. Eu estava acompanhando, porque, recentemente, no país onde eu me encontro agora, Armênia, a Armênia recorreu contra o Azerbaijão na Corte Internacional de Haia, acusando Azerbaijão de crimes contra a humanidade, de direitos humanos. Então, eu cheguei a acompanhar os trabalhos da corte, mas por outro tema, o tema da guerra do Azerbaijão contra Armênia, que é outra história.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Girão, Senadora Soraya, nosso Embaixador.

A nossa Relatora chegou, a Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Progressistas, do Estado da Paraíba, que também tem contribuído muito aqui com a nossa Comissão. Vamos fazer, então, a leitura.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

Anuncio aqui, com muita alegria, que o Senador Girão daqui a poucos minutos já poderá votar, porque pediu ao partido sua transferência para cá. Inclusive, ele até faria a relatoria, caso a Daniella não conseguisse chegar, mas o papel dele ainda não chegou. Se ela não tivesse chegado, a Soraya iria ter que relatar, senão poderiam cancelar a sabatina.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Depois, Presidente, eu explico por que essa vontade de votar aqui neste dia tão histórico. Depois eu explico.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas não é contra, não, não é? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pelo amor de Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pelo amor de Jesus! (*Risos.*)

Você viu como é que pede voto, não é? É com sutileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senão a gente barra a mensagem dele no meio do caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Claro! Esse mistério... Depois eu quero saber o que é.

Então, está bom, Girão. Ter você aqui continuamente vai dar muita alegria a nós. Fique aqui conosco, viu? Você é uma pessoa muito assídua, muito empenhada. Vai ser um prazer.

Daniella Ribeiro, nossa linda Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam como ela está bonita para relatar a sua matéria hoje! Está vendo? Todo dia ela está bonita, mas hoje ela está mais ainda.

Senadora Daniella, por favor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Obrigada, minha Presidente, nossa Presidente, Senadora Kátia Abreu.

Cumprimento o Embaixador João Mendes Pereira, cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras, todos aqui presentes, Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos.

Quero aqui também dizer que fiz questão... Inclusive, quando soube que o Senador Eduardo Girão estava com a probabilidade de relatar o meu querido Embaixador, pensei: não pode, não. Porque eu já morei no Grão-Ducado de Luxemburgo, mas não foi lá, não; foi na Rua Grão-Ducado de Luxemburgo, que fica em Campina Grande, minha terra, na Paraíba. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Minha gente, eu já achei que era uma princesa que nós tínhamos herdado aqui. Uai! Como é que é? Lá há o quê? Fala de novo.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Vou explicar...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Explique por gentileza.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... Campina Grande, cidade da Paraíba...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Aqui há três Senadores, se vocês não sabem, que nasceram em Campina Grande. Imaginem!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, em Campina Grande, minha terra, que fica na Paraíba, nós temos o bairro das Nações. E eu morei no bairro das Nações, em Campina Grande, na rua Grão-Ducado de Luxemburgo. Então, quem tinha que relatar o Embaixador de Grão-Ducado? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Gente, eu estou numa adivinhação! Vocês repararam? Eu estou numa adivinhação que eu vou te contar! Estou quase comprando uma bola de cristal.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Essa é a minha Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vou explicar o porquê.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Essa minha Presidente da Comissão de Relações Exteriores existe? Não existe!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senadora, escute só: mais cedo, primeiro, foi o Esperidião Amin, que relatou a Embaixadora que vai para a Coreia do Sul. Ele é doido pela Coreia do Sul e amigo do pai dela. O olho encheu de lágrima. Foi um prazer, uma alegria. O pai dela, como ele disse, foi uma das pessoas mais inteligentes que ele conheceu na vida, foi uma emoção. Parecia até que nós tínhamos combinado, mas foi do nada. Depois, vem o Anastasia. Faz outra declaração aqui de amor, de amizade ao Embaixador que vai para a Polônia, amigo de infância e de adolescência. Agora vem a Daniella, que morou na rua... (*Risos.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Imaginem se eu iria deixar que Girão relatasse!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Jamais!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não poderia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Vamos lá.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senadora, com a palavra, para relatar o Embaixador João Mendes Pereira.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Como Relatora.) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. João Mendes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Para tanto e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de João Invenção Pereira e de Antonia Mendes Pereira e nasceu em Brasília no dia 18 de agosto de 1965. Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1987. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1996; a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2010; e a Ministro de Primeira Classe em 2017. Em 2005, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada: "A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 2004 a 2007; Chefe da Divisão de Integração Regional, de 2007 a 2009; Chefe da Divisão Econômica da América do Sul, de 2009 a 2010; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, de 2010 a 2012; Diretor do Departamento da Aladi e Integração Econômica Regional, de 2012 a 2016; Chefe de Cerimonial, de 2016 a 2018; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Miami, desde 2018.

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Entre elas, sobressai a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que reflete os excelentes serviços prestados pelo indicado para a diplomacia e as relações internacionais brasileiras.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Bélgica e Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, das quais extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Bélgica, localizado no noroeste da Europa, ocupa a 14ª posição no *ranking* do índice de desenvolvimento humano. O país apresenta, também, elevado índice de industrialização. Importa recordar, também, que Bruxelas é tanto a capital política do Reino quanto administrativa da União Europeia, bem como sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O norte é a região mais próspera do país e onde vivem comunidades flamengas (Flandres). Já o sul é habitado pelos valões, de língua francesa (Valônia). Há, ainda, pequena parte da população, no leste, que fala alemão. Esse pluralismo constitui, por vezes, motivo de tensão entre a população, estimada em 11,52 milhões de habitantes, e ameaça a unidade do reino.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam à independência, quase concomitante, de ambos os países. Nessa trajetória, vale destacar, do ponto de vista político, a visita do Rei Alberto I ao Brasil em 1920 e, da perspectiva econômica, o papel desempenhado no ramo siderúrgico pela Companhia Belgo-Mineira. Desde então, verificamos crescente aproximação tendo em conta a consonância de sentimentos no tocante a temas internacionais importantes (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente) e a complementariedade de suas economias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Bélgica foi o 17º maior destino das exportações brasileiras e ficou em 22º lugar no *ranking* das importações (dados de 2020). De um lado, o mercado belga é importante para nossos produtos; de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante porta de acesso para outras áreas da Europa.

As trocas comerciais, que somaram US$4,1 bilhões no ano passado, seguem superavitárias para o Brasil. Exportamos produto básicos e *commodities* e importamos produtos de maior valor agregado.

Em relação aos assuntos consulares, calcula-se em cerca de 48 mil o número de brasileiros na Bélgica. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, importa destacar que se trata de nação autônoma desde de 1830. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores...

Vou morar lá eu e a Presidente da Comissão de Relações Exteriores. (*Risos.*)

Perdão.

Nos dias de hoje, a cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da economia até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional. Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US$4 trilhões.

Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter importantes laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de forte migração de portugueses para o país nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população. Em relação à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 7 mil pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão.

Sra. Presidente, é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senadora Daniella, nossa Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu passo a palavra ao nosso Embaixador João Mendes Pereira, que hoje está em Miami, nos Estados Unidos. Aprovado nesta Comissão e no Plenário, vai servir na Bélgica e em Luxemburgo.

Com a palavra.

O SR. JOÃO MENDES PEREIRA (Para expor.) – Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Exma. Sra. Senadora Daniella Ribeiro, Relatora da mensagem ao Congresso Nacional com meu nome para a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado do Luxemburgo, aproveito o ensejo para compartilhar minha especial alegria em perceber feliz coincidência relacionada com o fato de esta Comissão ser presidida por uma mulher, Senadora Kátia Abreu, o relatório de minha indicação ter sido feito por uma Parlamentar, Senadora Daniella Ribeiro, e a circunstância de ter como maior referência na minha carreira diplomática uma mulher, a Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, hoje Presidente da Associação de Diplomatas Brasileiros, em nome de quem saúdo todos os meus colegas do Itamaraty.

Meu prezado Senador Luis Eduardo Girão, por intermédio de quem eu saúdo os demais Senadores e demais Senadoras. Agradeço, Sr. Presidente, o esforço de V. Exa. para promover a realização de nossas sabatinas em condições desafiadoras relacionadas com a pandemia da covid-19. Trata-se de um momento marcante na trajetória de todo candidato a chefe de missão diplomática, pois permite ao indicado mostrar à sociedade brasileira, bem como aos seus representantes no Congresso Nacional, sua proposta de trabalho à frente da Embaixada do Brasil para a qual foi designado. No meu caso, Bruxelas.

Compareço, pois, a esta Comissão com humildade e o firme propósito de, caso conte com a aprovação de V. Exas., dar o meu melhor na defesa dos interesses da Nação brasileira.

Agradeço de modo muito especial também ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado a indicação de meu nome para representar o Brasil junto à Bélgica e ao Luxemburgo.

Destacarei, de início, algumas características dos países referidos, assim como a importância de nossas relações. Em seguida, apresentarei os aspectos que estimo mais relevantes da minha proposta de planejamento estratégico à frente da Embaixada em Bruxelas.

No tocante ao primeiro ponto, chamo a atenção para o fato de que a importância tanto da Bélgica quanto do Luxemburgo no cenário internacional é inversamente proporcional, quer as suas respectivas extensões territoriais, 33 mil quilômetros quadrados, pouco maior do que o Estado de Alagoas, que conta com aproximadamente 28 mil quilômetros quadrados, quer as suas dimensões populacionais, 12 milhões de habitantes em conjunto.

A Bélgica tem papel estratégico ímpar no mundo, sendo uma das principais instituições da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Bruxelas é a maior capital diplomática do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planeta em número de missões diplomáticas e consulados, 303, além de excepcional concentração de escritórios de *lobby*, de *think tanks* e de formadores internacionais de opinião.

Já Luxemburgo é membro fundador da ONU, da União Europeia, da OCDE e da Otan e, como bem ressaltou a Senadora Daniella Ribeiro, congrega expressiva comunidade de língua portuguesa. Além disso, a Bélgica possui modelo institucional *sui generis*, trata-se de um Estado federado, com uma monarquia constitucional parlamentar, dividido em três regiões autônomas, Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital, e três comunidades linguísticas e culturais, flamenga, francófonas e germânica, superpostas e cada qual com o seu governo, Parlamento e instituições próprias.

Esse quadro apresenta desafios que o país tem, ao longo do tempo, com maior ou menor êxito, sabido conviver. O debate ainda em curso é se o país caminhará para novas reformas constitucionais rumo a uma confederação com separação cada vez maior entre as etnias e culturas que o compõe.

A embaixada tem atribuição de manter bem alinhado o diálogo com todos os setores da comunidade belga.

Sra. Presidente, como bem assinalou a Sra. Relatora, o Brasil tem um relacionamento maduro e secular com ambos os países. O fato de sermos, desde 1834, uma das sete primeiras missões diplomáticas em Bruxelas diz muito a respeito da solidez de nossos vínculos. A densidade dos laços históricos, econômicos e culturais a unir os nossos povos teve impulso, sobretudo, a partir da viagem do Rei Alberto I, em 1920. Trata-se da primeira viagem de um monarca europeu ao Brasil desde a chegada da família real portuguesa em 1808. Essa histórica visita abriu caminho a um fluxo crescente e constante de investimentos belgas em nosso País.

Temos um comércio amplo e diversificado com a Bélgica. Como também salientou a Sra. Relatora, o Brasil é o principal parceiro econômico do país na América Latina. A Bélgica é uma das principais portas de entrada de produtos brasileiros na Europa e, devido à sua centralidade geográfica e interconexão logística com diferentes modais, ocupa o terceiro lugar mundial no *ranking* de performance logística.

O Porto de Antuérpia foi o que mais recebeu contêineres provenientes do Brasil em 2019/2020. Já o Porto de Ghent possui um terminal de granel sólido, usado quase que exclusivamente pelos exportadores brasileiros. Para além disso, a Bélgica é a terceira principal origem de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, com cerca de US$41 bilhões. Já Luxemburgo, pelo critério de investidor imediato, é o quarto investidor em nosso País, com a carteira estimada em US$54 bilhões.

Sras. e Srs. membros desta Comissão, em relação ao segundo aspecto da minha exposição, o planejamento estratégico em si, a tarefa prioritária da Embaixada em Bruxelas será a busca da consolidação e da ampliação da presença competitiva do Brasil nos mercados belga e luxemburguês. A embaixada acompanhará, de forma ativa, a discussão, no âmbito local, do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia e fará gestões diplomáticas destinadas a favorecer o apoio da Bélgica e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luxemburgo à ratificação do referido instrumento birregional e se coordenará de forma estreita com a missão do Brasil junto à UE, que será chefiada, caso aprovado, pelo meu querido amigo Pedro Miguel.

Em minha proposta de trabalho, listei, sem prejuízo de outras, pelo menos dez ações, Sra. Presidente, que visam a apoiar e a incrementar as relações com a Bélgica e Luxemburgo. O primeiro desafio é cuidar da pauta exportadora dos produtos em que somos competitivos – notadamente, no agronegócio. Trata-se de mercado conquistado, que tem que ser mantido e ampliado. Volto a dizer: essa representa para mim uma meta incontornável.

De maneira complementar às negociações birregionais, precisamos identificar também caminhos para diversificação da pauta exportadora brasileira. É preciso ampliar as exportações de produto com maior conteúdo tecnológico e valor agregado, atribuindo atenção a potenciais parceiros, como *startups*, *fintechs*, empresas de biotecnologia na área do complexo industrial da saúde e empresas de *games*.

Em igual sentido, a embaixada intensificará a articulação com associações empresariais e outros atores relevantes nos mercados locais. Devemos trabalhar para reduzir nossas fragilidades e dependências no tocante a fornecedores de produtos e serviços estratégicos, alcançando maior autonomia e, conforme o caso, parcerias em áreas como indústria aeronáutica, bem como setores de energia, transporte, comunicações, defesa, saúde e economia criativa.

Vamos monitorar e apoiar ações para o enfrentamento de barreiras econômico-comerciais e exportações brasileiras. Apoiaremos o desenvolvimento de investimentos recíprocos. Pretendemos explorar potenciais projetos naquilo que se convencionou a chamar de finanças verdes, que têm, em sua espinha dorsal, características ecológicas sustentáveis. Nesse domínio, verifica-se grande potencial nas áreas de agricultura, meio ambiente e energia, por exemplo.

A embaixada se empenhará ainda em promover a imagem do Brasil por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir percepções equivocadas acerca de nosso País. A prioridade será atribuída aos setores de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, agronegócio, turismo e direitos humanos.

Acompanharemos ativamente as repercussões, nos dois países, das questões ambientais que afetam o Planeta e, particularmente, o Brasil. De nossa parte, estimularemos ações de promoção comercial de produtos sustentáveis da Amazônia, com o intuito estratégico de demonstrar o interesse dos setores produtivos do Brasil em manter a floresta em pé. Monitoraremos ainda eventuais medidas ambientais adotadas nesses países e seu possível impacto sobre os interesses brasileiros. Reforçaremos também a divulgação de esforços e avanços que o Brasil tem implementado na garantia da sustentabilidade de sua agricultura.

Além disso, buscaremos dar estabilidade ao conjunto de instrumentos e acordos bilaterais, fortalecendo a relação diplomática e política com a Bélgica e Luxemburgo. A promoção da imagem e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura do Brasil na Bélgica e no Luxemburgo deve ser reforçada, em especial mediante a promoção de eventos culturais e iniciativas de diplomacia pública.

Uma ação imediata será a divulgação de eventos alusivos à celebração dos 200 anos da Independência do Brasil e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna. Bruxelas reúne elevado número de formadores de opinião, que podem funcionar como caixa de ressonância no contexto europeu para diferentes manifestações culturais brasileiras.

Promoveremos a economia criativa, em que os segmentos do turismo, da produção artesanal e da gastronomia merecerão destaque. Divulgaremos a imagem positiva do nosso País e o fomento dos bens e serviços turísticos brasileiros. A embaixada vai se articular com o Ministério do Turismo, a Embratur, as companhias aéreas e os agentes turísticos interessados para explorar, por exemplo, a possibilidade de recriação de um voo direto entre os dois países.

A diplomacia gastronômica, tema que tomo emprestado de meu amigo Nelson Tabajara e de V. Exa., e a promoção do artesanato estarão na linha de frente do nosso trabalho. Pretendo me coordenar com o Sebrae, a CNI, CNC, CNA e outras entidades representativas para otimizar o capital intelectual que temos nesses segmentos. Ademais, estaremos atentos e abertos a apoiar outros setores da economia criativa brasileira.

Faço um parêntese: vou procurar ousar nesse aspecto, Sras. Senadoras. Quando fui chefe do cerimonial, fiz, pela primeira vez, contra muitas visões em contrário, uma feijoada no Itamaraty; ato seguido, ofereci um cabrito assado de primeira qualidade. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO MENDES PEREIRA – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros desta CRE, pretendo explorar também o potencial de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. A pandemia mostrou a importância de sermos mais criativos na busca de soluções para os diferentes problemas dela resultantes.

As companhias belgas respondem por quase 20% dos negócios europeus na cadeia produtiva de biotecnologia. O complexo industrial da saúde e a economia verde, por exemplo, são dois campos nos quais cabem ações exploratórias com vista à obtenção de projetos efetivos.

Nesse domínio, temos agências de excelência nessas áreas, reconhecidas internacionalmente, como a Embrapa, a Fiocruz, o Instituto Butantan. Contamos com o BNDES e a sua grande experiência de análise desses projetos, bem como de financiamento de projetos, e dispomos de sólida tradição industrial, por exemplo, no setor farmacêutico. Com essa envergadura, estou convencido de que poderemos negociar em boas condições com qualquer potencial parceiro belga ou luxemburguês.

Ressalto agora, na dimensão humana, a importância de se respaldarem os estudantes brasileiros na Bélgica. Buscarei estabelecer intenso canal de comunicação com os estudantes, notadamente diante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadro de restrições das viagens, resultantes da pandemia. Vamos apoiar as ações nesse sentido adotadas pelo Consulado Geral em Bruxelas. Pretendemos também estimular a criação de uma associação de estudantes brasileiros na Bélgica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MENDES PEREIRA – Menciono, além disso, outro objetivo estratégico da maior relevância: o apoio às comunidades brasileiras. Em suporte às atividades do Consulado Geral, a embaixada dará auxílio cabível ao pleito de cerca de 45 mil brasileiros na Bélgica e 3 mil brasileiros em Luxemburgo. Nesse sentido, levo para Bruxelas, com muito orgulho, a experiência de ter chefiado, nos últimos três anos, como é do conhecimento do Senador Girão, o Consulado Geral do Brasil em Miami, que congrega uma comunidade estimada entre 500 e 600 mil brasileiros. É o maior consulado do Brasil no mundo. Essa experiência me ajudará, por exemplo, a apoiar o Consulado Geral em Bruxelas na realização das eleições de outubro próximo.

Nenhum capítulo desse planejamento estratégico, Sras. e Srs. Senadores, escapará às orientações e supervisão desta Casa. A valorização da diplomacia parlamentar será superlativa e terá caráter transversal em minha gestão. Sempre que possível e cabível, formularemos sugestões e recomendações ao Parlamento brasileiro com vistas ao aperfeiçoamento das relações bilaterais. Buscaremos auxiliar no fortalecimento dos grupos parlamentares de amizade e daremos todo o apoio às visitas e encontros entre Parlamentares dos países envolvidos.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, procurei agrupar os dez objetivos estratégicos de minha gestão, caso aprovado por V. Exas., em uma exposição pautada pelo pragmatismo e objetividade que devem marcar a gestão de um chefe de missão diplomática.

Agradeço a atenção de V. Exas. e coloco-me à disposição para os esclarecimentos necessários. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador. Parabéns pela sua explanação.

Passo a palavra ao Senador Girão para o seu questionamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Presidente, minha querida Irmã Kátia Abreu, Relatora Senadora Daniella Ribeiro – um relatório exemplar –, eu fico aqui muito feliz, muito feliz por este momento, porque eu conheci de perto o trabalho do nosso querido Embaixador João Mendes lá no Consulado Geral do Brasil em Miami. Estive fazendo uma visita, morei naquele país e me relaciono muito bem com a comunidade, especialmente mais ao norte, em Parkland, naquela região de Boca Raton, e eu vi, Presidente Kátia Abreu, um trabalho obstinado, feito com muito entusiasmo, com muito carinho, fortalecendo a comunidade, levando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperança, buscando apoiar, nesse momento difícil que foi agora, durante a pandemia. E o trabalho social fantástico, pelo qual as pessoas são muito gratas ao senhor lá. Eu acho que esses 500 mil brasileiros que vivem naquela região, de alguma forma, o senhor colaborou muito com momentos delicados com a sua palavra, com o seu senso de responsabilidade com o país, com os brasileiros que lá estão.

Confesso que troquei uma ideia, Ministra, minha querida Presidente desta tão importante Comissão de Relações Exteriores, Kátia Abreu, sobre um projeto visando, olhando lá na frente, no meio do furacão ali da pandemia – em que a gente ainda está, mas houve um momento em que o chão sumiu um pouco –, sobre algum estímulo para trazer brasileiros que vivem sob condições difíceis nos Estados Unidos, para a gente tentar incentivá-los. Fui à Caixa Econômica, troquei umas ideias com o nosso querido Embaixador João Mendes, e a coisa está andando bem.

Então, eu fiz questão de estar aqui hoje – realmente, tenho outras Comissões. Quero agradecer de pronto ao Senador Marcos do Val por me ter cedido o lugar hoje, exclusivamente para votar nesta reunião. Eu pude acompanhar os outros sabatinados e fiquei muito feliz com o que eu vi também, mas, em especial, o nome do Embaixador João Mendes eu faço questão de votar, porque sei que vai, nesse local estratégico da diplomacia mundial...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Descobrimos o segredo, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... deste País fantástico, que é o Brasil. É um país em que você fala "Brasil", o mundo todo... Olha, querida Senadora Daniella, é uma honra muito grande para todos esses missionários aqui representar o nosso País lá. O Brasil é querido demais por todo o mundo. Nós temos tudo aqui para sermos protagonistas do mundo, lá no topo, e nós seremos, graças a pessoas como vocês, grandes brasileiros, com esse espírito.

E eu reconheço o trabalho que o senhor fez com os cristãos lá das comunidades do Brasil. Um trabalho com muita elegância, dentro de um Estado laico, mas representando bem ali, estimulando, em um momento de suicídios muito grande da nossa sociedade. Quando bateu o desespero, a fome, o senhor estava preocupado e se mobilizando naquele momento. Então, que Deus o abençoe nessa sua tarefa!

Nós somos a maior nação católica do mundo, a maior nação evangélica do mundo, a maior nação espírita do mundo. Todo mundo convive bem. E eu não tenho dúvida de que, com esse sincretismo religioso, com essa hospitalidade, com essa alegria do brasileiro, que vem de berço, nós seremos o coração do mundo e a pátria do evangelho. Esse vai ser o grande produto de exportação do Brasil para pacificar este planeta, graças a pessoas como você, Embaixador João Mendes; a todos que estão aqui, mas em especial a você.

Voto com muita honra e muita alegria e peço votos para o nosso querido Embaixador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É muito bom aqueles que têm proximidade reconhecerem. Acho que a pessoa precisa ser valorizada. Então, eu fico muito feliz com o seu depoimento, com o depoimento do Esperidião, do Anastasia, de todos que tinham mais proximidade, que tiveram a oportunidade de conhecê-los mais proximamente.

Na nossa Comissão, nós iniciamos a sabatina às 9h e agora são 14h40. Nós estamos ganhando em eficiência, porque, no outro mutirão, foram 11 embaixadores e nós terminamos às 5h30 da tarde. Então, nós já estamos ficando *experts* em fazer mutirão de embaixadores. Eu gostei! Treinando! Treinando!

Eu gostaria, antes de abrir a votação, de agradecer ao Chanceler França, ao Secretário-Geral Fernando Simas, à Cláudia Buzzi, a Embaixadora que nos acompanhou, por longo período aqui, representando o Itamaraty nesta Casa, e agora vai ser Embaixadora na Suíça, com todo o merecimento, a Eliana Zugaib, que nos dá assessoria aqui, na CRE, nossa Embaixadora.

Eu queria também ter feito um cumprimento, e não o fiz, para o Embaixador paraguaio Juan Ángel Delgadillo e do Uruguai, Guillermo Valles, embaixadores do Uruguai e do Paraguai no Brasil e que são aqui nossos clientes, fregueses, amigos, não faltam a nenhum evento a que são convidados. Então, eu gostaria de registrar essa alegria de tê-los sempre aqui.

Eu gostaria de avisar que amanhã, às 15h, nós vamos fazer o último evento regional da economia criativa. Por conta do esforço concentrado, não foi hoje. Então, amanhã, às 15h, será a abertura de duas regiões importantes: Sul e Centro-Oeste. Os seis Estados se uniram para fazer o evento, mais uma vez, graças ao Sebrae Nacional, ao Sebrae desses Estados, à associação de todos os superintendentes e diretores do Sebrae Nacional, à base e também ao Senac e ao Sesc, que patrocinam praticamente todo o nosso evento, vendo a importância que nós estamos dando à gastronomia, ao turismo e à economia criativa. Então, amanhã, às 15h, a abertura da feira, com artesanato, aqui, a exposição da economia criativa. Fica exposto até sexta-feira.

Quinta-feira, sessão nobre da CRE, normal. Às 10h, começamos as palestras para discutir audiências públicas sobre essas regiões. Não houve um dia aqui que não teve muita emoção e muito choro, às vezes, das pessoas apaixonadas, falando sobre o turismo, sobre a economia criativa, sobre a cultura, sobre a arte e a possibilidade de estar no Senado Federal, sendo prestigiada pela primeira vez. Esses são os depoimentos que nós ouvimos.

Acabando a sessão nobre da CRE, que começa às 10h e termina mais ou menos 12h, 12h30, nós vamos descer, como sempre, para o restaurante do Senado, onde nós teremos seis *buffets*, um de cada Estado, com a comida e a gastronomia local. Eu, como não perdi nenhum, já cansei de dizer que é um espetáculo. Você fica maluco para escolher o que é melhor; não há como escolher o que é melhor. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu recomendo a cada um comer pouquinho para comer de tudo, para comer de todos os *buffets*. Não se arvorem na primeira banca, porque tem que provar de tudo.

Então, está aqui avisado. Eu agradeço a participação de todos na fase de arguição.

Passemos agora à abertura do voto, à apuração dos votos. Votar todo mundo já votou; eu ia chamar para votar. Então, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas já fechou ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não votei. Eu fiquei falando aqui e não votei.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não acredito, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dezessete votos a favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Seriam 18.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Olha que beleza! Seria mais um do Girão. (*Palmas.*)

Girão, me perdoa. Vocês é que tinham que ter prestado atenção. Estava aqui até agora para votar, votar no amigo tão considerado. Perdoe-me, eu sou responsável.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Presidente, Senadora Kátia, pela ordem. Só pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, está aí. Eu gostaria de convidá-los para a foto oficial dos embaixadores e embaixadoras. As duas Embaixadoras primeiro, porque nós estamos dando um destaque especial às meninas, mas os meninos já podem vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniella, venha para nós entregarmos aqui uma lembrança.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu só queria antes, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não.

A Senadora Daniella Ribeiro com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sra. Presidente, antes eu gostaria, de forma muito especial, de me dirigir a V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, a Senadora está falando.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – De forma muito especial, eu queria me dirigir a V. Exa. para cumprimentá-la pela condução desta Comissão, Senadora Kátia Abreu. Aqui quero dizer do meu orgulho como mulher de vê-la brilhar, brilhar mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, mas é com a sua ajuda.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, tire a nossa ajuda, e eu quero falar sobre a Senadora Kátia nesta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores no Senado Federal.

Senadora Kátia, você nos orgulha quando fala sobre a questão da economia criativa, de tudo aquilo que vem fazendo na Comissão de Relações Exteriores. Gente, nós estamos em meio a uma pandemia sim, e Kátia fez esta Comissão brilhar como ninguém!

Eu gostaria que a Senadora Presidente, nossa Presidente... Você deu um novo brilho a esta Comissão, você fez diferença, você está fazendo diferença. Você trouxe para este momento, como disse, recordes de sabatinas, mas com um brilho e com uma leveza que nem parece que é um trabalho cansativo. Terminou que todo mundo já estava aqui se abraçando e sorrindo. E, nos momentos em que as coisas têm acontecido, mesmo a gente a distância, a gente torce junto.

Eu queria dizer para você que o meu coração e o nosso coração – eu acho que eu falo por todos – se enchem de alegria pelo seu trabalho, pela sua dedicação. E a gente a enxerga muito de perto, porque você não se dedica só aqui, não. A gente a olha aqui, mas ela está aqui dedicada, ela está dedicada aos outros temas do nosso País, ela está defendendo os temas que importam, seja saúde, seja educação, seja a questão da alimentação do povo brasileiro – e, Kátia, isso nos orgulha; então, eu precisava dizer essas palavras –, seja o povo do País que está fora do nosso País, seja pelo nosso País ser bem representado lá fora. E eu queria dizer isso porque, às vezes, a gente, no dia a dia, passa despercebido sem poder dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dar o meu abraço em nome de todo o Senado Federal, em nome de todo brasileiro e brasileira que gostariam de a abraçar neste momento.

Parabéns pelo seu trabalho aqui na Comissão de Relações Exteriores e pelo seu trabalho aqui no Senado Federal!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Daniella! Muito obrigada por suas palavras, vindo de uma mulher tão extraordinária como você. Eu fico emocionada.

Eu faço isso com tanto prazer, com tanta alegria, eu sou apaixonada por este País, que tudo que faz parte deste País eu amo, os nossos diplomatas, os embaixadores, toda a diplomacia brasileira, os meus colegas Senadores. Eu tenho paixão pelo que eu faço, faço com gosto e alegria e faria tudo de novo.

Então, eu quero lhe agradecer pela indicação também na Presidência desta Comissão – foi indicação do Progressistas, e a Daniella é a nossa Líder do Progressistas aqui no Senado –, sempre me apoiando em todos os momentos, e isso é que é sororidade, as mulheres ficarem uma do lado da outra, não contra os homens, mas a favor das mulheres, para que elas possam avançar cada vez mais com estímulo dos homens e das mulheres.

Muito obrigada.

A foto, por favor, Daniella.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, é só para dizer que eu assino embaixo do que a Senadora Daniella colocou.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Você tem feito um trabalho com entusiasmo – essa palavra vem de Deus, "entusiasmo".

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, amigo! Muito obrigada.

Agora a foto, Girão. Vamos tirar.

Daniella, venha com as meninas, para a gente tirar primeiro com as duas. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Acabou a reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Agora vou encerrar. Quer falar alguma coisa antes?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Não, não...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, colegas Senadores e Senadoras, desejando-lhes êxito e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Roberto Rocha, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o tema A Internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo como Indutores do Desenvolvimento Regional. Regiões Sul e Centro-Oeste. **Participantes:** Senhor Cláudio George Mendonça, Presidente da ABASE Nacional; Senhora Chef Ana Paula Jacques; Senhora Marina Figueiredo, Vice-Presidente do Conselho de Administração da BRAZTOA e Diretora da Pomptur; Senhor Antônio Henrique Borges Paula, Assessor da Diretoria Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac; e Senhor Chef Paulo Coelho Machado Neto. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezessete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Giordano, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Jaques Wagner, Cid Gomes e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 255, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado Requerimento nº 24 de 2021-CRE, de urgência para o projeto, nos termos do Art. 338, inciso IV. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6039, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Concedida vista, a pedido do Senador Marcos do Val, nos termos do Art. 132, § 1º do RISF. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 10, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado relatório que conclui pela prejudicialidade da matéria, na forma do art. 334 do RISF. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 371, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Concedida vista, a pedido do Senador Jaques Wagner, nos termos do Art. 132, § 1º do RISF. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5010, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, para incluir cursos no Sistema de Ensino Naval (SEN), ajustar a faixa etária de ingresso em corpos e quadros da Marinha e estabelecer restrições ao uso de tatuagem." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído Extrapauta e aprovado o Requerimento nº 25 de 2021-CRE, de urgência para o projeto, nos termos do Art. 338, inciso IV. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Por falta de quórum para votação nominal. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 5, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 490/2007, que "altera a Lei n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** APROVADO. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2021** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente com o objetivo de debater a regulamentação do art. 6º do Acordo de Paris, no que se refere aos sistemas de precificação de carbono." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** APROVADO. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 24, de 2021** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para o PDL 255/2021." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Resultado:** APROVADO. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 25, de 2021** que: "Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, para incluir cursos no Sistema de Ensino Naval (SEN), ajustar a faixa etária de ingresso em corpos e quadros da Marinha e estabelecer restrições ao uso de tatuagem." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** APROVADO. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras, especialmente os Senadores Anastasia e Marcos do Val, que estão aqui presentes.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos e requerimentos.

Informo que as votações nominais abertas contarão com a possibilidade de votação por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui, no Plenário, pode usar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "Votações" e, depois, "Votações abertas em Comissões"; e, então, procurar a votação da CRE em curso, identificada também pelo nome da matéria. Nos termos do ATC 8, de 2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e registro do voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votações.

Hoje nós estamos, quanto à nossa pauta, limpando toda a nossa demanda, justamente porque estamos chegando ao final do ano e quanto menos passivo deixarmos para o ano que vem melhor. Fizemos uma grande aprovação, após sabatinas, dos nossos Embaixadores. Ainda ficarão alguns para o ano que vem, mas os principais postos do Brasil no mundo já foram todos sabatinados, e deverá terminar hoje a aprovação deles em Plenário. Se não me engano, ainda há 11 Embaixadores para serem aprovados em Plenário. Então, eu espero que hoje nós possamos pelo menos apreciar. Poderá haver pedido de retirada, de vista, é normal, o que, então, ficará para o ano seguinte.

Em relação ao item 1 da pauta, houve uma solicitação do Senador Nelsinho Trad, pedindo para que o deixasse mais para o final, porque ele está ocupado também em outra Comissão. Nós vamos atender o pleito.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6039, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, desculpe.

O Senador Anastasia vai ler o relatório, e, em seguida, o Senador Marcos do Val registrará o pedido de vista.

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu; Sr. Senador Marcos Do Val; Sras. e Srs. Senadores; senhoras e senhores presentes nesta reunião.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 6.039, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que estabelece que as operações bancárias a serem efetuadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quando representarem outorga de crédito à empresa classificada como de grande porte, somente possam ser levadas a cabo caso a empresa tomadora comprove manter contrato ou convênio de parceria técnica com universidade pública brasileira.

No âmbito da estrita competência material desta Comissão, nada temos a opor quanto a essa exigência. Parece-nos salutar que empresas de grande porte, ao se tornarem tomadoras de empréstimos junto ao BNDES, em condições consideradas vantajosas, apresentem como contrapartida a celebração de contrato ou convênio de parceria técnica com universidade pública brasileira. Essa medida, se bem dimensionada, poderá constituir importante ferramenta para o desenvolvimento científico nacional e, por consequência, contribuir para alçar nosso País estrategicamente no cenário internacional.

No entanto, Sra. Presidente, verificamos que a ementa do projeto de lei não é fidedigna a seu objeto. Ela trata de assunto diverso, pois anuncia que este PL se propõe a estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que se busca, por meio do projeto, o estabelecimento de parâmetros para empréstimos junto ao BNDES quando o tomador for empresa de grande porte, e não país estrangeiro, como consta da ementa. Desse modo, a ementa deve ser corrigida.

Em segundo lugar, são necessárias adequações de técnica legislativa, para substituir a reprodução dos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.662, de 1971, norma alterada pelo presente projeto de lei, por uma linha pontilhada, deixando claro que não há mudança de conteúdo.

Por fim, convém promover singelos ajustes na redação do §2º a ser acrescentado ao art. 5º da Lei nº 5.662, de 1971.

Desse modo, propomos as alterações necessárias pela via de emenda substitutiva.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 6.039, de 2019, na forma da emenda substitutiva apresentada.

É, portanto, a síntese do parecer, para que seja entregue, Sra. Presidente, e antecipo que nada tenho a opor ao pedido de vista do eminente Senador Marcos do Val, já que há a proposta de que o BNDES apresentará sugestões de aperfeiçoamento, as quais aguardamos com ansiedade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Anastasia.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Quero só agradecer ao nosso querido Senador Anastasia por acolher o pedido de vista e aguardar que o quanto antes o BNDES possa mandar essa nota técnica para que V. Exa. possa concluir esse relatório.

Agradeço a compreensão. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu gostaria de solicitar que o Senador Anastasia pudesse fazer a leitura do item 3, do qual sou a Relatora, mas antecipo que é pela prejudicialidade do Estatuto do Estrangeiro – rapidamente, para nós liquidarmos esse e depois vamos direto para o item 5 e para o item 8.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 10, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Pela prejudicialidade.

Por favor, Senador Anastasia. Muito obrigada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Eu é que agradeço, Sra. Presidente.

Passo, então, à leitura do relatório exarado por V. Exa.

Em exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2017, do Deputado Carlos Bezerra, que revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Estatuto do Estrangeiro, que determina:

> Art. 106. É vedado ao estrangeiro:
> .....
> VII – participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada;

Com a implementação da norma, permite-se ao estrangeiro participar da gestão e da representação das entidades, como sindicatos e associações de classe, bem como de entidades fiscalizadoras do exercício de profissão regulamentada, como, por exemplo, Creas, da engenharia, CRCs, da contabilidade, ou CRM, dos médicos.

A matéria foi examinada pela Comissão de Assuntos Sociais, que deliberou pela sua rejeição, tendo em vista a prejudicialidade da proposta, em face do advento da Lei de Migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito do Direito Internacional do Trabalho, o conteúdo do PLC nº 10, de 2017, pode ser considerado coerente com as normas internacionais que regem a matéria. Esse é o entendimento reiterado pela OIT.

Esse entendimento é adotado consistentemente pelo comitê até os presentes dias e decorre tanto da interpretação da Convenção nº 98, da OIT, quanto da Convenção nº 87, que aguarda decisão do Senado, que constituem duas das convenções fundamentais daquela organização.

Assim, tanto o PLC 10, de 2017, quanto a nova Lei de Migração se coadunam com esse entendimento, pelo que consideramos adequado seu conteúdo.

Quanto ao mérito, não há, portanto, reparos a fazer diante dos argumentos expostos pelo autor e sua preocupação com a proibição de participação de estrangeiros, desde que em situação legal no país, nas entidades sindicais e conselhos profissionais.

Ocorre que a proposta em exame, como já explicitado por ocasião de sua deliberação pela CAS, perdeu sua finalidade com a promulgação da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração e que revogou, por inteiro, o Estatuto do Estrangeiro.

Nesse contexto, evidentemente, o inteiro teor do art. 106, VII, do antigo estatuto também está revogado.

Ademais, com relação à participação de estrangeiros, em situação legal no País, na direção e representação das entidades sindicais e associativas de classe, bem como nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissão regulamentada, a nova Lei de Migração é omissa, pode-se deduzir que inexiste qualquer vedação nesse sentido, sendo lícita a atuação de estrangeiros nessas entidades.

Nesse sentido, a nova Lei de Migração reverte o entendimento do Estatuto do Estrangeiro e se coaduna plenamente com a orientação geral da Constituição, que adotou linha absolutamente restritiva quanto à reserva do exercício de cargos e funções a brasileiros natos e natos e naturalizados.

O PLC nº 10, de 2017, encontra-se, portanto, prejudicado.

A declaração da prejudicialidade, no entanto, compete tão somente ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A esta Relatora – e eminente Presidente –, portanto, cabe elaborar parecer que conclua pelo encaminhamento da matéria à Mesa do Senado Federal, para que seja declarada prejudicada.

Portanto, o voto do parecer de V. Exa., Senadora Kátia Abreu, é o seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas razões expostas, nosso voto é pelo encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2017, à Mesa do Senado Federal, para que, na forma do art. 334 do Regimento Interno, seja declarado prejudicado.

É o relatório de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Anastasia.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias.

Passaremos agora para o item 5, por solicitação do Senador Marcos do Val.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 5.010, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, para incluir cursos no Sistema de Ensino Naval (SEN), ajustar a faixa etária de ingresso em corpos e quadros da Marinha e estabelecer restrições ao uso de tatuagem.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação

Quanto a essa idade aí: pretende colocar mais de 60? Eu adoraria!

Concedo a palavra ao Relator do projeto, o Senador Marcos do Val, para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Anastasia, se não estiver aqui mais de 60 anos, nós vamos pedir vista ou votar contra este projeto? (*Risos.*)

Por favor, Senador, dê uma opção para nós na Marinha! (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou diretamente à análise.

O projeto foi distribuído a esta Comissão, nos termos do inciso V do *caput* do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, por tratar de matéria relativa às Forças Armadas.

Com a Mensagem nº 630, de 22 de outubro de 2020, o Presidente da República encaminhou a Exposição de Motivos nº 00049/2019, de 11 de março de 2019, do Ministro da Defesa, de onde extraímos os argumentos a seguir listados.

Nos termos dos estudos recentes conduzidos pelo setor de pessoal da Marinha, a alteração da lei de ensino daquela Força indicou que: seja previsto o curso de graduação para praças como um dos cursos integrantes do Sistema de Ensino Naval; sejam incluídos cursos de interesse para a Marinha do Brasil vislumbrados após a aprovação da lei em vigor; sejam atualizadas metodologias educacionais, como a gestão por competências; e seja realizado o ajuste na faixa etária para ingresso no Colégio Naval e na Escola Naval.

O projeto de lei garante à Marinha do Brasil poder de prover e promover a capacitação dos seus militares e servidores diante dos avanços tecnológicos e da elevação da complexidade na condução e manutenção dos sistemas e equipamentos que compõem os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Isso não significa, ao contrário do aventado no encaminhamento da matéria, em ampliação do público-alvo, pois houve apenas um deslocamento da data de referência para aferição das idades-limite de 1º de janeiro para 30 de junho, o que admite alguns candidatos, mas exclui outros, e uma redução das idades-limite para ingresso no Corpo de Saúde, no Corpo de Engenheiros e no Quadro Técnico do Corpo Auxiliar, de 36 para 35 anos. Esse ponto, contudo, não lhe retira o mérito.

Ademais, tanto o Poder Executivo como a Câmara dos Deputados entenderam que, na questão relativa às tatuagens de integrantes da Marinha, considerando a boa apresentação pessoal pela qual os militares devem primar, o texto ora analisado veda o ingresso na Marinha de candidatos com tatuagens que façam alusão à ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, à violência, à criminalidade, à ideia libidinosa ou a ato libidinoso, à discriminação, ao preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou à ideia ofensiva ou a ato ofensivo às suas liberdades e ainda veda o uso de qualquer tipo de tatuagem na região da cabeça, do rosto e da face anterior do pescoço que comprometa a segurança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militar ou das operações. Essa questão não é a essência do projeto, mas foi longamente tratada na exposição de motivos, com muitos outros argumentos, porque, no provimento do Recurso Extraordinário nº 898.450/SP, que teve repercussão geral reconhecida, ficou definido que editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais. Dessa forma, a nova norma legal sugerida pela Marinha encontra respaldo nas determinações do Poder Judiciário, adequando o ingresso de militares aos novos ditames legais.

A apreciação do Projeto de Lei nº 5.010, de 2020, é revestida de urgência, para que os editais para o ingresso dos integrantes da Marinha do Brasil a serem apresentados em 2022 já incorporem as alterações sugeridas.

Voto.

Assim, em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.010, de 2020.

Encerro a relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Em discussão o relatório do Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei n 5.010, de 2020.

A matéria vai à Secretaria.

Na votação, então, aprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Agora, vamos para dois requerimentos, o item 7 e o item 8.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a criação de Subcomissão Permanente com o objetivo de debater a regulamentação do art. 6º do Acordo de Paris, no que se refere aos sistemas de precificação de carbono.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É um requerimento muito louvável, é um tema da maior importância.

Se me permite, Senador, além do artigo 6° do Acordo de Paris, eu acho que seria o caso de observar, registrar e enaltecer todas as NDCs do Brasil, o que, na verdade, está no artigo 6°, mas o artigo 6° está muito focado na regulamentação do carbono. Então, eu imagino que essa Subcomissão seria preciosa nessa precificação do carbono, mas que pudesse também, para não se montar outra Subcomissão sobre as NDCs, ficar nesta Subcomissão a tarefa de observamos o cumprimento da NDC brasileira, pois estão lá todos os requisitos, todos os compromissos que o Brasil fez na COP, reforçados agora em Glasgow. Então, se o senhor permitir, nós poderíamos incluir esse tema.

Com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Claro. Com certeza, Presidente. Com certeza, iremos incluir e formar esse grupo de trabalho com essa sugestão que a senhora colocou.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, neste momento, eu o indico como o coordenador desse grupo de trabalho, se não houver necessidade de aprovação do Presidente do Senado. Se não houver, você já fica...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Como Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... indicado como Presidente dessa Subcomissão para tratar desses assuntos tão importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigado.

Eu ia lhe dar outra missão, mas, diante dessa, eu não vou nem ler, porque ela dá trabalho...

Agora, o item 8, requerimento... (*Pausa.*)

Não, o que eu li agora foi o 8, não é? (*Pausa.*)

Para o item 6 da pauta, que também tem o Senador Marcos do Val como Relator, nós não temos quórum para votação. Ele é terminativo e precisa de votos. (*Pausa.*)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 490/2007, que "altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio".

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Estou esperando o Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Vamos fazer mais um. Enquanto se comunica ao Senador Nelsinho Trad que o próximo será ele, eu peço ao Senador Marcos do Val para ler o Projeto de Lei nº 371.

Por favor, passem para o Senador, para ele fazer essa gentileza para nós. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só para registrar, Senador.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Autoria: Senador Jader Barbalho (PMDB/PA)

Relatoria: Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição

O fato de o Senador Marcos do Val ler o relatório não significa que ele possa amplamente concordar com este relatório. Ele está apenas fazendo uma gentileza ao Senador Randolfe. Cada um pode votar como lhe aprouver.

O Senador Jader Barbalho propõe, e o relatório do Senador Randolfe Rodrigues é pela rejeição. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 103, VIII, tratar de assuntos correlatos à defesa nacional, o que é o caso.

Conforme relatado, o PLS nº 371, de 2017, de autoria do Senador Jader Barbalho, almeja alterar a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de Deputados Federais e Senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, isso sem a existência de convênio entre a União e o ente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federado. Na prática, pretende que Parlamentares possam solicitar diretamente à União intervenção nos Estados ou no Distrito Federal, lançando mão da Força Nacional, sem que haja convênio.

Salvo melhor juízo, a proposição padece de defeitos quanto à constitucionalidade e operacionalidade. A competência pela gestão das polícias é do Poder Executivo. Note-se que o art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, dispõe que compete à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, enquanto o art. 42 dispõe que os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Igualmente, o §6º do art. 144 da Constituição Federal determina que as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Portanto, o atual art. 1º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, por lógica, determina que a União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A proposição em análise, distintamente, propõe o uso dessa Força Nacional sem convênio, por proposição de Parlamentares do Estado da Federação envolvido. Tecnicamente, o projeto encerra uma intervenção federal, cuja decretação e execução, segundo o art. 84, inciso X, da Constituição Federal, competem privativamente ao Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, conforme o art. 49, inciso IV, da Constituição Federal.

Assim, o PLS nº 371, de 2017, padece de inconstitucionalidade.

Além disso, o objetivo da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, não é a intervenção, que tem regime próprio, mas a cooperação da União com os Estados ou Distrito Federal, ou seja, entre quem tem competência constitucional na gestão dos órgãos da segurança pública.

Nesse sentido, imaginar o uso da Força Nacional sem convênio entre os entes competentes é não somente ilógico, mas um prenúncio de fracasso, já que o sucesso do pretendido pressupõe essa cooperação e coordenação. São, na realidade, operações conjuntas, de caráter consensual.

Pela Lei nº 11.473, de 2007, busca-se, sem intervenção federal, atuação coordenada para policiamento ostensivo; cumprimento de mandados de prisão; cumprimento de alvarás de soltura; guarda, vigilância e custódia de presos; serviços técnico-periciais; registro e investigação de ocorrências policiais; atividades relacionadas à segurança dos grandes eventos; coordenação de ações e operações integradas de segurança pública; auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Para tanto, pressupõe um convênio, mediante o qual a União poderá colocar à disposição dos Estados e do Distrito Federal, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como as atividades de cooperação federativa, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão desempenhadas por militares dos Estados e do Distrito Federal e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública, do sistema prisional e de perícia criminal dos entes federativos que celebrarem tal convênio.

Por esses motivos, desaconselhamos a aprovação do referido projeto.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição do PLS nº 371, de 2017.

Finalizo, assim, a relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Marcos do Val.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Como V. Exa. mesma colocou, pela ausência do Relator original, que poderia nos esclarecer alguns temas, e do próprio proponente – ambos estão ausentes nesta reunião –, eu queria pedir vista, para que a gente pudesse pelo menos...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... entender isso melhor, apesar de a orientação que eu tenho da bancada ser para acompanhar o Relator. Mas, na ausência dos dois, é impossível aprofundar a discussão...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sim, eu acho também.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... como acho que é devido aqui, na Comissão. Então, eu peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu concordo com V. Exa. Quando eu pedi para ler, eu não tinha visto que o relatório era pela reprovação do projeto. Normalmente, quando é assim, nós preferimos que o autor e o relator estejam presentes...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É claro!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... para que possa haver o debate, para que possam defender suas ideias.

Jaques Wagner, com sua experiência, está sempre atento. Eu quero lhe agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós vamos para o item 1 da pauta, porque Nelsinho Trad está debatendo o tema "Carnaval, sim ou não" neste momento, ali na sessão. Está bastante quente lá o assunto. Então, ele pede para o Senador Marcos do Val ler o relatório.

Nós tínhamos um encaminhamento de audiência...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Passo a palavra para Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu tinha um requerimento, um pedido de audiência pública, mas, na verdade, eu já consultei tanto a PGR quanto os interessados na audiência pública. Já houve audiência pública no âmbito da Câmara dos Deputados. Então, retiro o meu pedido, o meu requerimento de audiência pública, acompanhando o voto do Relator a favor da assinatura.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Jaques Wagner. Isso ajuda bastante na aprovação. Obrigada pela sua colaboração. O pedido de audiência pública é um pedido legítimo para ampliar o debate e ouvir as posições divergentes, mas é um projeto realmente da maior importância, que já está bastante atrasado, e é muito apropriado que nós possamos aprová-lo hoje. Então, agradeço a compreensão de V. Exa.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2021, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 255, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: pela aprovação.

O Relator é o Senador Nelsinho Trad, que é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator *ad hoc* é o Senador Marcos do Val, que, por favor, está com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

A Convenção sobre o Crime Cibernético, também conhecida por Convenção de Budapeste, é um tratado internacional sobre direito penal e direito processual penal firmado no âmbito do Conselho da Europa a fim de promover a cooperação entre os países no combate aos crimes cometidos contra os dados e sistemas informáticos e outros crimes cometidos por meio da internet e por sistemas de computador, além da coleta da prova eletrônica.

A Convenção foi elaborada pelo Comitê Europeu para os Problemas Criminais, com o apoio de uma comissão de especialistas, realizando debates entre 1996 e 2000. Aprovado em 2001, foi o primeiro tratado internacional sobre crimes cibernéticos ou cibercrimes.

A Convenção foi aberta à assinatura em Budapeste, em 23 de novembro de 2001, e entrou em vigência em 1º de julho de 2004, quando alcançou cinco ratificações. Em junho de 2021, contam-se 66 países nos quais o tratado está vigente, além de 11 observadores, com a estimativa de que 158 países o utilizaram como orientação para suas legislações nacionais. A Convenção conta como Partes com quase todos os países da Europa, como França, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Suíça, Áustria, Holanda, Bélgica, Grécia, dentre outros, com países de fora da Europa, como Japão, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Israel, Marrocos, Gana, Senegal, Cabo Verde, Sri Lanka, e com inúmeros países da América Latina, como Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Panamá e Peru.

Além da atuação do Comitê da Convenção, o Escritório do Programa de Crime Cibernético do Conselho da Europa, sediado em Bucareste, na Romênia, estabelecido para apoiar a implementação e fortalecer a capacidade de governos de diversos países para pesquisar, apreender e confiscar produtos do crime cibernético e prevenir a lavagem de dinheiro na internet e proteger provas eletrônicas, desenvolve projetos para o combate ao crime cibernético em diversos países, principalmente na Europa oriental, no Oriente Médio, na África, na América Latina e no Caribe.

A Convenção prevê a criminalização de condutas, normas para investigação e produção de provas eletrônicas e meios de cooperação internacional. Quanto ao direito penal material, ela disciplina o acesso indevido e não autorizado a um sistema de computador, fraudes relacionadas a computador, material de abuso sexual infantil, violações de direito autoral e violações de segurança de redes. No aspecto processual, prevê uma série de poderes e procedimentos, como a pesquisa de redes de computadores, poderes para determinar a preservação de dados, para determinar a entrega de dados e interceptação legal. E, na parte dedicada à cooperação internacional, trata de extradição, assistência jurídica mútua e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato permanente entre os países, devendo indicar um órgão responsável por assegurar a assistência imediata nas investigações ou procedimentos relacionados a crimes de computador, que deverá funcionar em sistema de plantão de 24 horas, sete dias por semana.

Além do preâmbulo, o texto conta com 48 artigos, organizados em quatro capítulos:

1. Terminologia;

2. Medidas a tomar a nível nacional;

3. Cooperação Internacional; e

4. Disposições Finais.

A Convenção ainda prevê, em seu artigo 15, condições e garantias, isto é, que "1. Cada Parte deverá assegurar que o estabelecimento, a implementação e a aplicação dos poderes e procedimentos previstos nesta seção (de direito processual) sujeitem-se às condições e garantias instituídas na sua legislação interna, que estabelecerá proteção adequada aos direitos humanos e às liberdades públicas, incluindo os direitos nascidos em conformidade com as obrigações que esse Estado tenha assumido na Convenção do Conselho da Europa para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais de 1950, na Convenção Internacional da ONU sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos, e que tais poderes e procedimentos incorporarão o princípio da proporcionalidade. 2. Tais condições e garantias incluirão, quando seja apropriado, tendo em vista a natureza do poder ou do procedimento, entre outros, controle judicial ou supervisão independente, fundamentação da aplicação e limitação do âmbito de aplicação e da duração de tais poderes ou procedimentos".

Tal disposição determina que os poderes e procedimentos da seção de direito processual devem ser estabelecidos na legislação interna das Partes com as garantias de direitos humanos e liberdades públicas, que incluem o princípio da proporcionalidade e, quando apropriado, a decisão judicial fundamentada e explícita quanto à limitação do âmbito de aplicação e da duração de tais poderes ou procedimentos.

O arcabouço legislativo brasileiro atende a essa importante disposição de proteção à esfera de direitos do indivíduo.

A Constituição Federal, especialmente em seu art. 5º, incisos X, XI, XII e XLI, protege a intimidade e a vida privada do indivíduo, a inviolabilidade da casa, o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, os direitos e liberdades fundamentais, assegurando que tais direitos somente podem ser afastados em razão de ordem judicial fundamentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei 9.296/96 estabelece os limites estritos e parâmetros objetivos e temporais para o afastamento do sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas.

Também o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, assegura expressamente em seu artigo 7º, incisos I, II e III, a inviolabilidade da intimidade e da vida privada; a inviolabilidade e sigilo do fluxo das comunicações do indivíduo pela internet, salvo por ordem judicial na forma da lei; a inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial. Em seu artigo 10, *caput* e parágrafos 1º e 2º, o Marco Civil da Internet, expressamente, condiciona a disponibilização de registros de conexão à internet e de acesso a aplicações de internet, bem como do conteúdo das comunicações privadas, pelos provedores de serviços de internet à autorização de ordem judicial.

Dessa forma, o arcabouço legislativo brasileiro atende ao quanto estipulado como garantias e condições pela Convenção do Crime Cibernético, devendo ser ressaltado que esta estipula um arcabouço jurídico mínimo cujo patamar deve estar contemplado pelas Partes, nada impedindo que inclusive estabeleça outras salvaguardas de direitos humanos e liberdades fundamentais que entenda adequadas, assim como outros direitos, restrições, obrigações e responsabilidades, nos termos do artigo 39.3 sobre os Efeitos da Convenção.

No âmbito internacional, o Brasil já é signatário da Convenção Internacional da ONU sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, da Convenção da ONU dos Direitos da Criança de 1989 e de inúmeros outros tratados que contemplam os direitos humanos e a assistência mútua na cooperação internacional.

O Brasil foi convidado a aderir à Convenção do Conselho da Europa sobre o Crime Cibernético em dezembro de 2019.

O Governo considera que, em que pese o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) ter criado importante estrutura legislativa para a persecução penal dos crimes cibernéticos, os meios digitais não respeitam fronteiras. Por isso é necessário constante aprimoramento da cooperação e coordenação entre os países onde a prova deve ser obtida. Nesse cenário, a Convenção do Cibercrime mostrar-se-á eficiente e eficaz na cooperação internacional para a obtenção de provas e para o combate de crimes cibernéticos.

A adesão proporcionará às autoridades brasileiras acesso mais ágil a provas eletrônicas sob jurisdição estrangeira, além de tornar a cooperação jurídica internacional voltada à perseguição penal dos crimes cibernéticos mais efetiva.

Dadas as condições de armazenamento e de transmissão de dados pela rede mundial de computadores, o combate ao crime cibernético deve ser efetivado de modo rápido, a fim de interromper crimes em curso e possibilitar a elucidação exitosa dos delitos já praticados, cujas provas, se não obtidas rapidamente, podem vir a se perder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Observatório do Crime, associação sem fins lucrativos de direito privado e de interesse público, o "Brasil sofreu nada menos do que 8,4 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos ao longo de 2020, sendo que, desse montante, 5 bilhões ocorreram apenas nos últimos três meses do ano (outubro, novembro e dezembro). É isso o que aponta o mais novo relatório do FortiGuard Labs, laboratório de ameaças da Fortinet, que recentemente terminou de analisar os registros de ofensivas digitais ocorridas ao longo do trimestre final da temporada passada".

A cooperação internacional mostra-se como ferramenta imprescindível para o combate aos crimes cibernéticos cometidos contra os dados e sistemas e por meio da internet e de outros sistemas de computador.

Nesse sentido, há pleno acordo desta relatoria para que a aprovação da Convenção de Budapeste ocorra o mais breve possível a fim de dotar o País de ferramentas mais eficazes e eficientes para o combate aos crimes cibernéticos, tanto no âmbito da harmonização legislativa quanto acedendo à comunidade internacional de confiança mútua para a cooperação.

Com essas considerações, demonstra-se cabalmente a conveniência e oportunidade da adesão à Convenção de Budapeste.

Voto.

Ante o exposto, por ser constitucional e jurídico e estar tecnicamente adequado, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2021, que aprova a Convenção sobre Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

Assim eu finalizo a relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Marcos do Val, que tem cooperado bastante hoje em acelerar a nossa pauta, lendo o relatório dos colegas, como Relator *ad hoc*, com autorização, é claro, dos Relatores, para nós darmos prosseguimento.

Em discussão o relatório.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra.

Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Prezada Presidente Senadora Kátia Abreu, quero cumprimentar o Senador Marcos do Val e, naturalmente, o autor do relatório que V. Exa. tão bem interpretou – interpretou, não apenas leu –, o nosso querido Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema, Sra. Presidente, é um dos temas fascinantes que percorrem as prerrogativas, as incumbências da nossa Comissão, tão bem presidida, de maneira exemplar, por V. Exa.

No dia 7 de outubro – eu até estranhei a ausência do Senador Marcos do Val –, eu participei, junto com alguns outros Parlamentares, do terceiro Exercício de Defesa Cibernética, no Comando de Defesa Cibernética, no Forte Marechal Rondon, que era vinculado ao General de Divisão Amin e agora está supervisionado pelo General de Exército Amin, que é o Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

Vou tomar três minutos de descrição. Foi um exercício – presentes mais de 200 pessoas e representantes de vários países – de ataques ao sistema hidroelétrico, de transporte, inclusive ferroviário, financeiro e elétrico. E lá estava um jovem interpretando a camisa... Você pode fazer conclamações, não é? Ele adentrou o sistema de proteção. O sistema de proteção usava times de futebol e, para minha alegria, prevaleceu aquele canto de guerra: "Vai, Corinthians!". E o Corinthians invadiu, derrubou o trem, extravasou água, fez... Uma pessoa só fez isso. Vai, Corinthians, que é o brado da torcida, às vezes exagerado.

Então, isso é até uma tentativa didática para que nós compreendamos que essa guerra cibernética é um negócio muito sério. Tanto é que países, como a Alemanha, têm quatro Forças Armadas, a quarta é Defesa Cibernética. São quatro armas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Cibernética. E o Brasil tem um modelo que percorre as três Forças Armadas, uma cuida de nuclear, outra cuida do espacial e a outra cuida do que nós vamos ter que ter uma legislação civil que proteja, além do Marco Civil da Internet, os nossos recursos, porque, para desmontar uma operação hidroelétrica e depois para remontar é uma coisa muito complicada, porque a água já foi, o trem já... E igualmente é na infraestrutura. Então, eu acho que aderir a essas questões, a esses tratados, principalmente os chancelados a partir da ONU, é uma medida prudente.

Mas só como último recado: em 2019 – eu percebo que 2019 é citado no relatório –, eu participei de um grande seminário da ONU, em Berlim, cujo título dizia tudo: "Um mundo, uma só internet", porque não existe só uma internet. O brado era para que houvesse uma governança que permitisse ao mundo preservar esse grande patrimônio que é uma só internet, porque, na prática, existem várias, algumas lideradas pela China, pelo Irã, pela Rússia, que têm verdadeiros exércitos de defesa das suas informações, mas não só para defesa.

Só para concluir, há uma grande associação acadêmica hoje entre as redes midiáticas e as redes... Os mesmos nós que alguns chamam de sinapses que interligam as redes sociais do mundo, as mídias, as NETs são também a mesma rede de propagação da covid, que é uma coisa realmente fascinante que se está descrevendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, primeiro, além do voto favorável, eu queria chamar a nossa atenção para essa guerra silenciosa, que não explode, não tem míssil nem projétil, mas que causa danos. Às vezes, o sujeito, o gestor fica procurando quem errou: "Foi o ministro, foi o operador?". Não foi ele, mas a gente sempre tem que achar um culpado.

E o 5G, que é esta maravilha, que, no Brasil, acho que foi uma operação comercialmente fabulosa, 47 bilhões, 48 bilhões – acho que foi o maior leilão do mundo –, já deu tanto pano para manga na questão do 5G.

E agora abre para a inteligência artificial realmente um mundo avassalador, porque você imagina o que um *hacker* pode fazer quando nós tivermos em operação não só esses 200 táxis – não sei se vocês já viram a filmagem dos 200 táxis Tesla autoconduzidos que estão operando na Flórida – sem motorista. Quando você tiver caminhão, bitrem, quando você tiver navio autodirigido... Quer dizer, é a influência que os ataques cibernéticos poderão exercer sobre essa economia que vai emergir da inteligência artificial e do 5G.

Então, é só para cumprimentar o Senador Nelsinho, cumprimentar a nossa Comissão, a nossa Presidente e o Relator.

Nós estamos aqui aprovando, mas vamos ter, como Congresso, como Comissão, de nos preocupar com essa guerra silenciosa que está sendo travada no mundo inteiro. E nós não somos tão desimportantes para ficar de fora dela. Não dá para declarar neutralidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu passo a palavra agora para o Senador Cid Gomes, que está nos acompanhando *online*, para a sua manifestação a respeito do projeto.

Em seguida, se o projeto for aprovado, nós colocaremos em aprovação a urgência desse projeto para que nós possamos, quem sabe, todos nós, fazer uma força junto ao Rodrigo Pacheco para que nós possamos votar hoje, se houver sessão hoje, de alguma forma ou, então, na semana que vem, para a gente encerrar o ano com chave de ouro.

Com a palavra o Senador Cid Gomes.

Está no Ceará, Cid Gomes?

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Em Fortaleza, Ceará.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ai, meu Deus, que maravilha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não está em Sobral? Não está em Sobral?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nessa terra maravilhosa, é a capital...

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Em Sobral, a partir de amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sobral é a terra natal do Cid Gomes e Fortaleza também é uma de suas moradas – ele que foi Governador desse grande Estado e um grande Líder daí.

Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobral, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Das grandes cabeças.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é a hospedeira das 34 entre as 100 melhores escolas do Brasil. Sabe lá o que é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É verdade. Temos que registrar que o Ceará, de um modo geral, na educação, é um exemplo para o Brasil – e é um exemplo prático. Muitos vão copiar o exemplo do Ceará, especialmente de Sobral, terra de Cid Gomes, de Ciro Gomes e de grandes cabeças cearenses que estudaram fora do País.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o professor deles todos foi o Padre Zé Linhares.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Padre Zé Linhares...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora, essa gente deu certo por causa do Padre Zé Linhares.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É verdade.

Na verdade, eu conheço um pouco desses parceiros, dessa grande equipe dos Gomes, que estudaram fora, foram para grandes universidades do mundo e voltaram para Sobral para dar a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição e fazer a cidade modelo, a cidade exemplo não só do Ceará, mas do Brasil e da América Latina.

Se não me engano – o Cid vai falar para nós –, eu acho que a escola número um, primeiro lugar, não sei se ensino médio, também é de Sobral.

Com a palavra Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu estou rubro aqui diante de tantos lisonjeios, diante de tantos elogios. Obrigado à senhora! Obrigado ao nosso ilustre Senador Amim, sempre culto e sempre pródigo em nos esclarecer a importância das questões!

De fato, Presidente, sem querer me alongar nessa questão, o Ceará tem sido destaque na educação. Das 100 melhores escolas de ensino fundamental do País, 82 estão no Ceará. E, como lembra o Senador Esperidião Amin, 34 estão em Sobral, que é o berço desse projeto. Sobral serviu de laboratório, podemos dizer assim, num experimento relacionado à alfabetização na idade certa, que possibilitou toda a sequência desse êxito. Nós já temos esses avanços no ensino fundamental, e no ensino médio também o Ceará já começa a se destacar. Então, muito grato pelas boas referências a essa experiência que a gente cultiva aqui com muito carinho.

Educação é algo que a gente tem que refazer todo dia. Ninguém pode se sentar nos louros, não. Todos os dias do ano, a gente tem que estimular os nossos professores e estimular os nossos alunos, os nossos estudantes para que a educação, que é o único caminho para a libertação das pessoas, possa ser bem cuidada.

Mas, Sra. Presidente, a senhora já antecipou e eu lhe agradeço muito. Eu apresentei um requerimento pedindo urgência a essa matéria.

A voz do nosso Relator *ad hoc*, que fez a leitura do relatório do Senador Nelsinho Trad, nosso querido Marcos do Val, mostra a importância. O Senador Esperidião Amin colocou outros exemplos relativos à importância dessa matéria. Os crimes cibernéticos podem ser praticados em massa, como foi essa experiência que o Senador Amin presenciou, mas ela é praticada no dia a dia. E os números do relatório lido pelo Senador Marcos do Val mostram isso. Em 2020, foram 8 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos no Brasil – no Brasil.

Diariamente a senhora e os companheiros Senadores devem ser vítimas de tentativa de hackeamento. Então, isso é algo que tem que ser tratado com absoluta prioridade pelo País. Esse tratado de Budapeste vai permitir que o Judiciário brasileiro esteja contemporâneo do que há de mais avançado em matéria de legislação no mundo, e nós não podemos mais perder tempo em aprovar a adesão a esse tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi por essa razão, Sra. Presidente, que eu apresentei esse requerimento. Peço a sua atenção, antecipadamente, na concessão e peço o apoio dos demais membros desta Comissão de Relações Exteriores para que possa ser aprovado esse requerimento de urgência e a gente, o mais brevemente possível, tenha a votação no Plenário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Cid Gomes, pelo seu apoio a essa matéria da maior importância.

Para aqueles que nos seguem no e-Cidadania, quero dar apenas uma referência mínima sobre o que nós estamos votando – apesar de o relatório ter sido muito bem feito. Na verdade, o Brasil já tinha a lei do Marco Civil da Internet, que foi votado em 2014, que colocou as penalidades, as penas e o cumprimento delas todas, mas esses crimes não têm fronteira. Então, principalmente, essa aprovação de hoje desse decreto vai permitir uma forte cooperação entre países, os quais vão nos ajudar, ajudar a Justiça brasileira a encontrar as provas, porque o difícil é materializar as provas, e essa cooperação vai ajudar na obtenção de provas para o combate aos crimes cibernéticos. Então, o Brasil vai ter acesso às provas estrangeiras rapidamente, como se fosse tudo de um banco de dados só. Esta é uma das grandes vantagens: a agilidade. Antes, era preciso pedir, solicitar, requerer essas provas para outros países. Com essa aprovação hoje, será diferente: serão muito mais ágeis e instantâneas, automáticas essas provas na mão da Justiça.

O Senador Esperidião Amin ainda gostaria de fazer uma consideração?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sou portador, Sra. Presidente, de associar ao requerimento, que eu também subscrevo, do Senador Cid Gomes, pedindo urgência caso aprovado... O Senador Marcos do Val me pediu para incluir o item 1, de que ele foi Relator também.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É esse que está em pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desculpe, é o item 5, que é o PL 5.010.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós já aprovamos!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas é para pedir urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, o.k. Obrigada.

Qual é o número? Cinco mil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o item 5. (*Pausa.*)

É o PL 5.010, item 5, que ele já tinha relatado. Ele era o Relator original. Como ele teve que se retirar...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já que nós temos um requerimento de urgência para...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k., com certeza. Muito bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para esse que nós apreciamos agora, já votamos englobadamente os dois.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sem problemas. Muito bom.

Em discussão o relatório do Senador Marcos do Val sobre os crimes cibernéticos e a adesão ao acordo internacional. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Decreto Legislativo nº 255, de 2021.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Parabenizo esta Comissão pelo grande avanço na aprovação desse decreto legislativo, que vai dar proteção à sociedade brasileira, ao nosso grande contribuinte, ao nosso grande consumidor de internet.

E coloco já em aprovação – já fizemos a aprovação do item –, agora, o Requerimento nº 24, 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, urgência para o PDL 255/2021.

Autoria: Senador Cid Gomes (PDT/CE)

Observações:

Vinculado ao PDL 255/2021 (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em seguida, também colocamos em aprovação o requerimento de urgência para o PL nº 5.010, que é o item 5 da pauta, para também ter a urgência dos colegas Senadores e Senadoras.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2021

Altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, para incluir cursos no Sistema de Ensino Naval (SEN), ajustar a faixa etária de ingresso em corpos e quadros da Marinha e estabelecer restrições ao uso de tatuagem.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação contrária, aprovado.

O item 6 da pauta é um item muito interessante, mas infelizmente não há quórum para votação.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODE/CE)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação com uma emenda apresentada.)

Eu votaria com certeza a favor, mas ficará para uma próxima oportunidade infelizmente.

Parabéns ao Senador Girão pela proposta e parabéns ao Senador Marcos do Val por já estar com o relatório pronto a favor dela.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e peço... (*Pausa.*)

A assessoria equivocou-se aqui, escorregou.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Desejo um grande Natal a todos!

Muito obrigada aos colegas Senadores e Senadoras que participam desta Comissão; a todos os assessores, consultores dos Senadores, de instituições; ao Itamaraty, na pessoa de Cláudia Buzzi e de todos os seus colaboradores; ao e-Cidadania e a todos aqueles que nos acompanharam durante todo esse período. Quero desejar um grande Natal a todos, em paz, na paz do Espírito Santo, e que possam iniciar um ano muito melhor do que ao ano de 2021. Que 2022 venha com grandes alegrias para as nossas famílias, para todos os brasileiros, e que nós possamos nos encher de esperanças para o ano vindouro!

Muito obrigada a todos.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Nelsinho Trad e Luis Carlos Heinze, e ainda da Senadora não membro Maria Eliza. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Angelo Coronel, Carlos Viana, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC). **Finalidade:** Debater as perspectivas do Governo Federal com o leilão do 5G, a infraestrutura brasileira no ramo de internet e telecomunicações, além dos programas adotados pelo Ministério das Comunicações para o aumento da conectividade brasileira, e saber qual é o planejamento da pasta para o próximo ano. **Participante:** Fábio Faria, Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fizeram uso da palavra os Senadores Lucas Barreto, Jayme Campos, Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro e Zequinha Marinho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 31, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer o recente contrato de concessão aeroportuária, em especial o Bloco Sul, abrangendo nove aeroportos, dentre os quais o de Navegantes/SC." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta Presidência comunica o recebimento do seguinte documento: Aviso nº 1.839, do Tribunal de Contas da União, que trata da consolidação das fiscalizações relacionadas a investimentos em obras públicas realizadas pelo TCU entre setembro de 2020 e agosto de 2021.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, o documento já está disponível para consulta na página da Comissão, aguardando eventuais manifestações dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes que tiveram seu recebimento comunicado nas reuniões anteriores.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados, o que poderão fazê-lo através do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211. Vou repetir: poderão participar através do Portal e-Cidadania, na internet, endereço senado.leg.br/ecidadania. ou pelo telefone 0800-0612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa com o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, para debater as perspectivas do Governo Federal com o leilão 5G, a infraestrutura brasileira no ramo da internet e telecomunicações, além dos programas adotados pelo ministério para o aumento da conectividade brasileira e saber qual é o planejamento da pasta para o próximo ano, em atendimento ao Requerimento de nº 26, de 2021, de minha autoria.

Esclareço que é normal, é de praxe que se faça isto. Nós não ouvimos o Ministro no início desta Legislatura, em função da pandemia, mas o Ministro sempre demonstrou interesse de aqui participar, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estamos fazendo agora, quando a pandemia já está bastante controlada, e a expectativa é de que seja eliminada das nossas vidas o mais rapidamente possível.

Dito isso preliminarmente, convido, para que tome assento à mesa, S. Exa. o Ministro de Estado das Comunicações Fábio Faria. (*Pausa.*)

Em razão da limitação de ordem sanitária imposta pela pandemia, a presente audiência pública interativa será realizada no formato semipresencial, com a possibilidade de participação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras por meio do aplicativo Zoom.

Ao final da exposição do nosso eminente Ministro convidado, a quem preliminarmente já agradecemos a presença, será concedida a palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, segundo a lista de inscrição e alternando participações presenciais e remotas.

Eu queria ainda, na condição de autor do requerimento... Já mencionei aqui, Ministro, que é comum, é praxe, é normal, o Ministro, no início de cada Legislatura, vir aqui à Comissão, ou vir às Comissões apresentar o seu programa, o seu planejamento, as suas obras, as suas ações, seus programas, seus projetos que vêm ao encontro dos interesses do Governo e evidentemente do interesse da Nação. Como nós tivemos um ano atípico em função da pandemia, nós evidentemente assim não procedemos, até porque as Comissões não estavam em funcionamento naquela oportunidade.

Mas tão logo a situação avançou – e tende a se normalizar –nós fizemos então esse requerimento para que V. Exa. viesse aqui expressar o que nós podemos esperar dessa pasta tão importante para os próximos anos e para as futuras gerações, sobretudo agora com o advento – que chamou muito a atenção dos Senadores e a minha também – do 5G, que é uma revolução, uma transformação muito grande. Acredito que isso possa ser importante e fundamental para que o senhor possa esclarecer os Senadores e as Senadoras, o povo brasileiro, sobre a importância dessa questão para todos nós.

Antes de passar a palavra a V. Exa., eu queria, como autor do requerimento, fazer só um pequeno comentário.

Eu diria que nós podemos, acho, afirmar que a internet banda larga será a nova locomotiva brasileira, locomotiva tipo a descoberta da eletricidade. Quer dizer, assim como a energia elétrica teve um papel revolucionário no desenvolvimento econômico e social do Brasil, a internet e a tecnologia, de modo geral, são as indutoras da economia na atualidade. Muitas vezes a gente pode até perguntar o que é que tem a ver a internet com a economia. Tem tudo a ver. É um instrumento revolucionário que, certamente, vai contribuir sobremaneira para ampliar a riqueza do Brasil. Vamos ter mais competitividade, mais agilidade, mais preparo para enfrentar o mercado, que é extremamente competitivo.

Segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, um aumento de 10% nos serviços de banda larga, no Brasil, estaria associado a um aumento de 3,2% do PIB, o que acabei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionar, e a um aumento de produtividade de 2,6%. Diante desse cenário, é preciso que o Estado brasileiro tenha a convicção de que o investimento na conectividade é essencial para o desenvolvimento do País.

Não dá para normalizarmos o fato de que 40% das escolas brasileiras não possuem internet banda larga e que cerca de 26% das escolas brasileiras sequer ainda têm internet. Além disso, a pandemia escancarou uma desigualdade absurda entre os jovens com relação ao acesso à internet. Essa é outra questão triste da nossa história, um gosto amargo que nós acabamos descobrindo: tinham de estudar remotamente, e praticamente 30% dos nossos estudantes não tinham acesso ainda, não têm acesso ainda, à internet, o que evidentemente fica impossível. Segundo o estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância, de cada três estudantes brasileiros, um está enfrentando problemas de conexão à internet quando tentam acompanhar as atividades *online* durante a pandemia. Isso, certamente, trará danos irreversíveis ao aprendizado de muitos jovens brasileiros.

Outro fator que nos preocupa é a conectividade das regiões mais distante e rurais do País. Conforme dados da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, apenas 23% do território agrícola brasileiro possui algum nível de conectividade. De acordo com pesquisadores da Universidade de São Paulo, a expansão da conectividade para as áreas agrícolas poderia trazer mais de R$100 bilhões para o valor da produção agrícola no Brasil até 2026.

Justamente por termos desafios tão grandes, volto a dizer que o nosso País precisa de líderes que foquem no que é importante para o desenvolvimento do Brasil. O Brasil não deseja mais a polarização, as discussões de projetos políticos que em nada agregam quanto ao emprego e a renda dos brasileiros.

Por fim, coloco a Comissão de Infraestrutura à disposição do Ministério das Comunicações no que for necessário para alcançarmos os melhores resultados na conectividade brasileira.

Feita essa primeira introdução, essa manifestação, eu quero fazer uma sugestão a V. Exa., que já sabe como funciona, uma vez que V. Exa. é Deputado também – não é, Deputado Fábio Faria? Nós vamos oferecer a palavra a V. Exa. para fazer a exposição que desejar e, posteriormente, nós abrimos a palavra aos nossos Senadores para o debate.

Eu não vou estipular tempo, porque eu sempre achei que, para o bom andamento das nossas discussões e reuniões, o tempo, muitas vezes, limita o debate, e cada Senador tem consciência do tempo necessário para fazer as exposições e para fazer o debate.

Senador Jayme Campos, é um prazer vê-lo. Seja bem-vindo, nosso Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura. É uma honra poder vê-lo aqui com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lucas Barreto, Senador Vanderlan Cardoso, a quem eu quero... E o Senador Nelsinho Trad, que foi Prefeito na época em que eu fui Prefeito também, e nós concorríamos para saber quem recebia o prêmio nacional de melhor prefeito do Brasil.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – E V. Exa. ganhava sempre. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não.

Foi o Senador Nelsinho...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Mas eu fui um concorrente à altura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas ele foi um concorrente brilhante, e, certamente, foi isso que nos trouxe ao Senado Federal.

Então, Deputado e Ministro Fábio Faria...

Eu não sei se o Senador Vanderlan pediu a palavra antecipadamente...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Não, depois do... Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não? Quer falar antes?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Era só para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah, para se inscrever. Perfeito. Está bom!

Então, Ministro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Dário Berger.

Quero cumprimentar todos os Senadores, os que estão aqui presentes e os que estão *online*. É um prazer enorme estar aqui no Congresso Nacional. Estou aqui fechando o meu 15° ano como Deputado; então, é sempre um prazer retornar à nossa Casa de origem e falar um pouco sobre telecomunicações, sobre o 5G.

A pandemia nos trouxe uma realidade muito maior na necessidade, do que significa telecomunicações para o País. Existia um *gap* muito grande, e as pessoas perceberam, ao longo da pandemia, a necessidade de... As crianças ficaram em casa, tiveram que estudar em casa, as famílias ficaram distantes, as visitas foram virtuais, e a gente começou a se dar conta de que tínhamos muitos brasileiros ainda sem internet e outros com internet de baixa qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assumi o ministério em junho do ano passado, no meio da pandemia, no auge da pandemia, onde nós não tínhamos nem perspectiva de vacina, já que a primeira vacina foi em dezembro, e o leilão do 5G estava totalmente paralisado, estava na gaveta.

A gente montou um grupo de trabalho, começamos a trabalhar pela realização do leilão e, aproveitando as nossas dificuldades que nós tínhamos naquele momento, nós optamos por um leilão não arrecadatório. Convencemos o Governo, convencemos o Presidente Bolsonaro e o Ministro da Economia, e ali começamos a projetar o leilão, com todas as obrigações que poderíamos ter com o valor arrecadado pelo leilão, porque nós temos o Fust, Senador, que, só em valores nominais, já foram R$23 bilhões – que, corrigidos, com certeza, dariam mais de 30 bilhões. Esses valores eram para ser investidos em telecomunicações, e não foi até agora nem um real investido. Por isso que o Brasil chegou a esse patamar de hoje – hoje, com menos de 40 milhões de brasileiros sem internet, mas, em 2019, em janeiro de 2019, nós tínhamos 48,5 milhões. Então, nós aproveitamos esse leilão para que nós pudéssemos levar Internet, conectividade para todo o País.

Nós realizamos o leilão, o leilão foi um sucesso: R$47,2 bilhões! Apenas 85% das faixas foram vendidas. Então, nós temos ainda 15% das faixas para vender, já autorizadas pela Anatel e pelo Tribunal de Contas da União, até porque a faixa de 26 gigas é uma faixa nova, que ainda não tem modelos de negócios em curso em muitos lugares. Mas logo mais, daqui, acredito, a seis meses ou um ano, a Anatel poderá realizar os 15% que nós temos ainda para realizar nesse leilão.

Lembrando que todos os compromissos e obrigações na faixa 26MHz são compromissos para a educação. Então, além desses R$3,1 bilhões que já foram ou que serão convertidos em educação, mais esses outros que ainda vão vir irão para a educação.

O leilão foi o maior leilão já feito de telecomunicações na história da América Latina. O Brasil é o primeiro país a instalar, a implementar a tecnologia 5G. Apesar de o Chile já ter feito o leilão, eles não fizeram lá o dever de casa junto com os órgãos de controle, com o Poder Judiciário e, hoje, o leilão se encontra paralisado. Então, o Brasil vai sair na frente, dando a nós uma dianteira muito importante na América Latina, para que nós possamos nos tornar um *hub* tecnológico de inovação, já que o Brasil é o maior país da América Latina e também vai ser o primeiro país com tecnologia 5G.

Eu gostaria de destacar aqui as obrigações que nós colocamos no leilão, que são recursos privados, que já estão garantidos, da ordem, Senador Vanderlan, de R$40 bilhões. Então, nós teremos 5G em todos os Municípios brasileiros até 2028. Todas as cidades, todas as 5.570 cidades receberão o 5G, sendo que 1.174 Municípios com mais de 30 mil habitantes serão atendidos por, pelo menos, três prestadoras. Isso nos dá a garantia de que o preço, Senador Lucas, que nós vamos pagar pelo 5G provavelmente será mais barato do que o do 4G. Por exemplo, lá no Estado, no Rio Grande do Norte, nós tínhamos Vivo, Claro e TIM. Agora, a Brisanet virou uma operadora. Então, vai haver mais disputa de preço, porque nós teremos quatro operadoras. Com certeza, as operadoras regionais que "bidaram" forte, que adquiriram muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faixas, vão aumentar muito a concorrência, o que vai ser importante para o País. Os demais 4.396 Municípios com menos de 30 mil habitantes serão atendidos por, pelo menos, uma operadora.

Até julho de 2022, todas as capitais já terão o 5G *standalone* funcionando – não toda capital. A gente fez uma... A cada ano, elas têm uma obrigação mínima de colocar antenas, mas nós priorizamos as 27 capitais, porque, se não houvesse essa política pública, jamais as operadoras iriam para o Acre, para Rio Branco, para Porto Velho, para Natal, para João Pessoa; ficariam na Região Sudeste. Então, nós exigimos que, em todas as capitais, estivesse funcionando o 5G *standalone* até o ano que vem. Além da sede dos Municípios, 1.700 localidades não sedes também serão atendidas com o 5G, e 391 sedes municipais que hoje ainda não têm 4G serão atendidas.

Nós colocamos – isto vai ser muito importante – que todas as BRs federais, os 35.784km de rodovias federais serão atendidos com 4G.

Nós temos, no Brasil, 9,8 mil localidades, e essas localidades todas receberão o 5G. Então, não vai ficar nenhuma localidade... Mesmo que sejam localidades com 20 pessoas, 20 habitantes, elas receberão internet.

O PAIS, que é o Programa Amazônia Integrada e Sustentável, que integra o Norte Conectado, com o qual nós vamos atender 10 milhões de pessoas com investimento de R$1,5 bilhão, vai ser muito importante, porque o maior *gap* digital que nós temos no Brasil, o deserto digital, é a Região Norte. Então, será a região mais beneficiada, porque é a região onde há menos conectividade. Haverá conectividade em escolas, como eu já falei, com R$3,1 bilhões para as escolas. Nós teremos o 5G *standalone*, que é o 5G que tem a latência baixa, que tem a internet das coisas, que vai dar para formar essa nova geração de 5G, funcionando em 85% das escolas. Então, das 85 mil escolas urbanas que nós temos, 72 mil receberão 5G *standalone*, e as outras 13 mil, o 5G, sem ser o *standalone*, ou o 4G. Então, todas as escolas

Então, todas as escolas melhorarão muito, porque hoje sete mil escolas urbanas não têm internet e em torno de 40 mil das rurais. Só que, das urbanas, as que têm internet, a internet é de péssima qualidade, internet 3G ou, às vezes, nem isso. Nós vamos, além de levar para todas as escolas, melhorar muito a conectividade.

A rede privativa, a rede de Governo, nós vamos também construir, o que está sendo feito em todos os países. Praticamente todos os países que fizeram leilão estão separando o público do privado até porque nós temos ataques de *hackers* acontecendo no mundo inteiro, até nos países mais desenvolvidos tecnologicamente, como ataques à Nasa, ao Governo americano, recentemente, ao Facebook, ao Instagram. Então, vai ser importante a gente ter uma rede que vai funcionar pelos próximos anos no Brasil, com mais condições de tentar bloquear ataques de *hackers* para buscar informações do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar aqui só o PAIS, por exemplo, que é o Norte Conectado, será uma rede subfluvial, de fibra ótica, por baixo dos rios, sem cortar um galho de árvore, sem cortar uma árvore sequer. Isso tem sido muito bem-visto, Senador, mundo afora. Os investidores têm aplaudido muito esse leilão, primeiro porque, eu não consigo confirmar agora, mas, pelo que eu vi até agora, nos países que eu fui, é o primeiro leilão não arrecadatório, e isso vai virar um *case*. Por exemplo, na Itália, eles fizeram leilão e arrecadaram 20 bilhões de euros. Aí veio a pandemia, eles começaram a investir em outros setores. Resultado: a implementação está praticamente parada, muito lenta na Itália. E esse recurso virou como se fosse o Fust deles; entrou dinheiro para o leilão, e não estão voltando os recursos em tecnologia. Então, esse leilão não arrecadatório vai virar um *case* para que os próximos países possam também fazer essa implementação.

Agora, estamos na última etapa. No dia 14, nós iremos homologar e assinar com os vencedores. Vai ser no próximo dia 14 de dezembro.

Nós temos a formação do grupo de trabalho que vai acompanhar na Anatel o Gaispi.

Nós também temos um acordo com a Anatel, que foi feito também com o próprio TCU, para que as pequenas cidades, as menores cidades possam também começar ao mesmo tempo das grandes. Essa é uma escolha dos vencedores. Eles têm condições. Acredito que muitas vão começar também concomitantemente às grandes. Não vão esperar o prazo delas, que foi estabelecido pelo leilão.

Nós tivemos, agora, uma reunião com a SpaceX, na segunda-feira passada. Depois, em Los Angeles; depois, no Texas, com o Presidente, o Sr. Elon Musk, para tratar do Wi-Fi Brasil. Também estive com a OneWeb, lá na Inglaterra. Na Inglaterra, não. A empresa é inglesa, mas a reunião foi em Glasgow, na Escócia. Nós temos uma parceria com a Viasat, um programa do Ministério chamado Wi-Fi Brasil. Já conectamos 15 mil pontos; mais de 10 mil escolas foram conectadas, Senador, e a gente tem ainda 14.500 escolas rurais para serem conectadas.

Nós temos a garantia de que o leilão irá conectar essas escolas, mas, como eu disse, é no prazo... Elas, normalmente, estão nas cidades abaixo de 5 mil habitantes, de 3 mil habitantes, de 2 mil habitantes, e essa conexão só chegaria aí no final, perto de 2027, de 2028... Então, a gente está adiantando com o Wi-Fi Brasil.

A Starlink já tem hoje 1.800 satélites na órbita, em baixa órbita. Os satélites da Viasat são geoestacionários. Eles estão a 36 mil quilômetros da Terra. São chamados satélites de alta órbita, por isso que eles ficam parados em cima do Equador, e esses outros, tanto os da OneWeb como os da Starlink, estão mais próximos da Terra. Então, eles têm condições de ter a latência baixa e a velocidade muito maior. Em termos de comparação, o satélite da Viasat tem 50 megabits e o da Starlink, 150 – e o da Starlink funciona em baixa órbita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos uma reunião com eles. Falamos que nós temos ainda 14.500 escolas rurais para serem conectadas, mais unidades básicas de saúde e que nós temos interesse de ter essa parceria, para que, rapidamente, a gente consiga conectar todas as escolas. E eu aproveitei, naquele momento, Presidente, para falar que tinha vindo de Glasgow e que a gente tem hoje uma preocupação muito grande com a preservação da nossa Amazônia. Lá fora, nós temos hoje um grande debate, e aqui no Brasil também, de proteção do meio ambiente. E eu só vejo uma forma para que a gente possa reduzir o nosso desmatamento ilegal, reduzir as nossas queimadas, que é com o uso de tecnologia.

E a gente tem como, com o uso de tecnologia, 5,5 milhões de quilômetros quadrados na Amazônia Legal e, com esses satélites funcionando, em cima da Amazônia, como se fossem, assim, câmeras que nós temos em nossa casa... Há satélites da Starlink, por exemplo, que têm laser, e o laser consegue detectar o barulho da serra elétrica. Então a gente tem como, eles utilizando isso, eles servindo, disponibilizando para o Governo brasileiro, o Governo brasileiro tem como checar e saber se aquela serra elétrica está funcionando, num desmatamento legal ou ilegal. Com isso, com os satélites de baixa órbita, a gente consegue ter *drones* autônomos funcionando, e, apenas com eles se comunicando entre si, podermos ter operações acontecendo, usando a tecnologia, o que vai fazer com que a gente tenha um mapeamento em tempo real. Você tentar apagar um início de queimada, é muito mais fácil do que depois que ela se alastra.

Esses dois players, tanto a OneWeb como a Starlink, estão superinteressados, tanto na conexão de escolas como na proteção da Amazônia. Os dois estão com pedidos de licença para operar no Brasil, na Anatel. É um pedido fácil, porque não é o Brasil que autoriza o envio de satélites para o espaço. Os satélites já estão em cima do Brasil, já estão em cima do mundo inteiro.

Ele já tem autorização, por exemplo, para 4.500 satélites da Starlink e a segunda autorização para mais 32 mil, independentemente da Anatel, de qualquer agência de qualquer país aceitar ou não aceitar. Então, o que a gente está tratando é saber se quer utilizar os serviços que eles têm para que a gente possa conectar as escolas, proteger o nosso meio ambiente. Tive a reunião com os conselheiros, falei sobre a nossa viagem, sobre as nossas reuniões. Acredito que isso virou um assunto e que eles estão tratando sobre o tema devido à importância.

E eu acho que com essas duas frentes, com esses 40 bilhões que nós teremos no leilão para conectarmos o Brasil em fibra óptica, porque o 5G necessita da fibra óptica, e com essa utilização dos satélites, que nós já estamos fazendo com a Viasat e poderemos fazer também com a Starlink ou a OneWeb, nós teremos condições rapidamente de conectar o Brasil muito mais rápido do que gostaríamos.

Essas são as minhas palavras iniciais. Estou aqui disponível para V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem! Quero cumprimentar V. Exa. pela introdução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, aos nossos Senadores Lucas Barreto e Jayme Campos. O Senador Lucas Barreto chegou aqui antes de mim, inclusive, e tem precedência. Então, ofereço a palavra a ele; em seguida, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Vanderlan e ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estava reclamando que quando eu pedi a palavra, ele já estava reclamando de Santa Catarina.

O senhor ouviu que não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vi o gesto.

Eu não ouvi, mas vi.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o nosso Ministro Fábio Faria, nossos Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos e Vanderlan e dizer que antiguidade é posto. Então, por essa deferência que estão me outorgando para falar primeiro, para interagir com o Ministro, eu fico agradecido.

Estamos falamos aqui... Vimos o Ministro falar aqui de desmatamento da Amazônia, e eu sou do Estado mais preservado do Brasil, mas é o mais pobre, o mais necessitado e o que tem maiores complicações. Anteontem, nós tivemos uma chuva no Amapá, em Macapá e Santana, que é a área metropolitana. Para os senhores terem uma ideia: 260 milímetros em seis horas, tudo no fundo! Então, um dilúvio, às margens do Amazonas, fora apagão, falta de energia.

Em internet, o Amapá, lá no Norte, eu penso que foi o primeiro. E aqui eu quero fazer uma referência ao Batista, da Compuservice, que até o Senador Esperidião Amin e o Senador Vanderlan já conheceram e que foi o pioneiro em levar a internet via rádio. Lembro que naquela época a velocidade era 600 milissegundos. Você digitava e esperava para poder carregar alguma coisa. Então, foi o pioneiro no Amapá. E esse pioneirismo fez com que hoje, no Linhão, já tenhamos fibra ótica. E o Norte Conectado começou lá com uma emenda – aqui faço justiça também – do Senador Davi e com recursos do CNJ. Isso vai trazer realmente velocidade à internet, que é importante.

Mas eu hoje queria comentar com o senhor – a gente falou em satélite e em empresas de outros países – que, no leilão, não foi pensado nos mais de 15 mil provedores, que têm milhares e milhares de quilômetros de fibra ótica, que geram mais de 1 milhão de empregos diretos. Todos nós sabemos que o 5G serão células a cada 500 metros, ou seja, é um *modem* com *chip*, só que tem que haver a rede de fibra para poder interligar essas células, sem isso – e o Ministro já falou – não funciona.

Então, esses provedores estão no Brasil todo. Eles atingem aquelas comunidades longínquas, pequenas e não tiveram oportunidade de participar do leilão; mesmo formando associação, cooperativa, não conseguiram. Mas aqui eu vejo que tem que ser pensado neles, porque eles geram empregos, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem está lá na ponta, são quem dá a manutenção ao sistema, são quem tem a fibra pronta, são quem tem o investimento já feito. Imagina nós termos que esperar 2027, 2028?! Está muito longe.

Então, falo que, nesse leilão, o Amapá vai ser beneficiado porque nós tivemos essa emenda do Senador Davi. Nós temos, no Amapá, uma possibilidade de aceder a mais fibras no Linhão. Nós não entendemos por que não acederam mais fibras quando houve disponibilidade; parece-nos que é para regular o preço, o mercado, a demanda. E nós temos também a rede de fibra indo rumo ao Oiapoque para interligar com a Guiana Francesa, com a Guiacom, e fazer ali um *backbone*, sei lá, para atender e dar mais velocidade.

Então fica aqui, Ministro, o meu cumprimento pelo ministério, pelo leilão rápido, eficiente, com o acompanhamento do TCU e de todos que têm interesse e sabem que precisamos ter rapidez nessa demanda. Então, fica aqui o meu cumprimento ao senhor. Fui o primeiro a chegar para o prestigiar, não é porque o senhor é do PSD, não, é porque é meu amigo particular. A gente veio aqui para prestigiá-lo e para parabenizá-lo.

Mas lembro que, no Norte, principalmente no Norte, as comunidades são muito longínquas, e o Amapá tem uma peculiaridade, Ministro, de que é importante falar: entre Macapá e Belém, há o Arquipélago do Marajó; só que, do lado do Amapá, nós temos 2 mil ilhas e 1 milhão de habitantes, sendo que o Estado do Amapá tem 860 mil habitantes, o Estado todo. Então, vocês imaginem ali o que nós sofremos nessa demanda reprimida. Macapá, Santana e Mazagão, que é área metropolitana, são Municípios que são UTIs sociais. Então, nós recebemos todo tipo de demanda. E a Amazônia, por sermos o Estado mais preservado do mundo, 97% das nossas florestas primárias estão preservadas... Quer dizer, o Governo Federal... No apagar das luzes do Governo Fernando Henrique e do Governo Sarney, lá houve uma onda de decretação de reservas ecológicas, unidades de conservação, e isso nos tirou 73% do nosso território, sendo que nós temos outros problemas. Sobrou muito pouco. Então, o Amapá tem que ser visto também com outros olhos. E o nosso Presidente, Senador Dário Berger, tem nos ajudado muito com esta Comissão de Infraestrutura aqui, junto com o Senador Esperidião Amin, para que a gente possa atender o Amapá por estar do outro lado. E lá os amapaenses lutaram, morreram para ser Brasil. Então, nós fazemos parte e somos, por incrível que pareça, o Estado mais rico do planeta.

Da Renca, que são 4,5 milhões de hectares, que está entre Amapá e Pará, só pode explorar a parte sul, que é a parte do Amapá. Por exemplo, nós temos do lado do Pará um complexo chamado Maicuru. Estima-se que haja 200 milhões de toneladas de fósforo lá. E hoje o Brasil importa 95% do fósforo da Rússia, o que é um absurdo. Esse fósforo está a 60km do porto, está a 500km de Mirituba.

O Presidente Bolsonaro foi lá, e aqui eu peço e faço essa cobrança de público, e prometeu que ia estudar a viabilidade para abrir a Renca. De acordo com o Instituto Hudson, que é o instituto que assessora o Pentágono, lá tem US$1,7 trilhão em minerais, a maior província mineral do mundo, e lá temos o povo mais pobre. Então, o Amapá tem essa potencialidade, tem o petróleo na costa, que, agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Petrobras assumindo, dizem que é o grande prêmio, que é a maior reserva de petróleo e gás do mundo e que, daqui a pouco tempo, já não terá valor. Então, isso tudo precisa ser levantado, questionado para o Presidente, porque é por decreto que se abre a Renca, para que ele veja que, com sustentabilidade, a gente pode fazer a exploração racional dessa riqueza, o que será bom para o Amapá e para o Brasil.

Então, parabéns, Ministro, pela agilidade em fazer o 5G. Peço ao senhor que olhe com carinho para que os provedores que atendem todos esses Municípios remotos sejam vistos pelos grandes que ganharam, que compraram o 5G no leilão.

Obrigado, Sr. Presidente, pela deferência.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Lucas.

Então, uma coisa que foi bastante debatida antes e depois do resultado que se mostrou diferente foi exatamente isto: nós temos no Brasil 300 provedores regionais que atendem 50% do Brasil e são eles que nos atendem nas nossas regiões mais remotas.

O maior sucesso do leilão, as maiores disputas foram nos lotes regionais. Nós tivemos ágio de 211% no leilão, mas, se colocar, por exemplo, lá no Nordeste, o ágio foi de 14.000%, 13.000%. Então, a Brisanet ganhou.

Quem ganhou na Região Norte – só tinha um provedor lá no Amapá; serão quatro – foram a Claro, Vivo, Tim e Sercomtel, um provedor regional do Paraná que "bidou" e ganhou a Região Norte. Eles são fortes no Paraná, eles têm a fibra do Paraná inteira deles e, agora, entraram também na Região Norte. Nós tivemos cinco vencedores, cinco novos provedores que viraram operadoras, todos regionais, a Winity, por exemplo, dentre outras, e esses provedores regionais ficaram muito fortalecidos depois do leilão, e abriu-se um novo modelo de negócio para quem tem fibra óptica.

Por exemplo, a Oi deixou de ser móvel, ela deixou de ser telefonia móvel, mas tem 400 mil quilômetros de fibra. Esses 400 mil quilômetros de fibra da Oi só atendiam à Oi. Agora, a Oi vai vender para todos, alugar, vender, fornecer, para todas as outras operadoras, assim como as regionais também. Então, esse mercado de fibra virou um novo mercado. Vai ter o mercado de telefonia móvel, e vai ter gente que vai alugar e fornecer a fibra óptica.

Um dado interessante: por exemplo, nesse Norte Conectado, há 12 mil quilômetros de fibra. Ele começa, exatamente, em Macapá, só que, nesse primeiro trecho, nós só tínhamos 80 milhões, e o Norte Conectado são nove trechos, com o valor total de 1,5 bilhão. Então, quer dizer, 1 bilhão e 420 milhões virão do leilão e já estão disponibilizados.

O que a gente tem feito, Senador, também, com o programa Wi-Fi Brasil, a gente tem atendido muito a Região Norte. Quanto às escolas rurais, a gente está conectando mais de mil por mês. Minha meta é que, até o ano que vem, a gente não tenha mais nenhuma escola rural sem conexão no Brasil. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a nossa prioridade. Por isso é que a gente está lutando e buscando essas outras parcerias com os outros satélites também.

Então, pode ter certeza de que os provedores regionais saíram bastante satisfeitos do leilão, porque eles realmente conseguiram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – Pela estatística, hoje nós temos 14,5 mil escolas rurais sem internet ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é 10% do total das escolas, de 142 mil.

O SR. FÁBIO FARIA – Dez por cento do total. Das urbanas, a gente tem 85 mil; 7 mil sem internet. É isso. Só que o problema das escolas rurais é que algumas não têm...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – É isto: 14 mil rurais e 7 mil urbanas. Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – Mais de 10%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – As urbanas são 6,9 mil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Só para esclarecer.

O SR. FÁBIO FARIA – As urbanas serão atendidas logo nos primeiros dois anos, com o leilão; as rurais, a gente tem que atacar logo, com o satélite. É isso.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – A Oi não estava em recuperação judicial?

O SR. FÁBIO FARIA – A Oi está. A Oi vendeu a...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Então, ela criou outra empresa para participar do leilão.

O SR. FÁBIO FARIA – Não. A Oi não participou do leilão. A Oi...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O senhor falou que a Oi...

O SR. FÁBIO FARIA – Não, a Oi tem 400 mil quilômetros de fibra ótica.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO FARIA – Ela vendeu o móvel, o celular. A telefonia móvel quem comprou foi a Claro. A Tim e a Vivo estão no Cade. Marcaram aí até fevereiro para decidir essa operação. E ela ficou com a fibra. Só que a fibra ótica da Oi, de 400 mil quilômetros, ela só utilizava para a Oi, porque a Oi está mais no Nordeste. A Oi que atacou mais o Norte e o Nordeste. Só que esses 400 mil quilômetros de fibra ela não vendeu para a Claro, a Tim e a Vivo; ela vendeu só a telefonia móvel. Então, esses 400 mil quilômetros que ela só utilizava para si ela vai, agora, vender para as outras operadoras. Então, as outras operadoras vão adquirir... A empresa virou InfraCo e depois V.tal. O nome é V.tal agora. Então, os provedores regionais que têm fibra – por exemplo, a Brisanet tem muita fibra. – podem utilizar para si e também para os outros. Então, virou um novo modelo de negócio quem tem rede de fibra ótica, como a Sercomtel, que tem uma grande capilaridade também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero só fazer uma indagação para me situar melhor aqui.

Essa fibra ótica, na verdade, eles vão terceirizar o serviço, como linhas de transmissão, na medida em que a fibra ótica já tem 400 mil quilômetros, como o senhor falou.

O SR. FÁBIO FARIA – Alguns têm próprio, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exato. É o caso da Oi.

O SR. FÁBIO FARIA – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nesse caso, ela poderá ceder o espaço da própria fibra ótica para outras operadoras do sistema, não é isso?

O SR. FÁBIO FARIA – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Por isso, vai melhorar sobremaneira.

O SR. FÁBIO FARIA – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com certeza, a Tim e outras operadoras vão usar a mesma fibra ótica da Oi que existia e existe para operar o sistema. É isso?

O SR. FÁBIO FARIA – É isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito bom isso.

O SR. FÁBIO FARIA – A gente vai ter mais infraestrutura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Claro. Muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Posso indagar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Eu acho que o Senador Lucas Barreto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O meu é um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Já concluiu, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jayme Campos, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, estimado amigo Dário Berger, Sr. Ministro Fábio e demais colegas Senadores aqui presentes, serei rápido.

Com certeza, diante do que foi falado, nós seremos quase um país do Primeiro Mundo dentro em breve em relação a este assunto. Mas o que me causa um pouco de preocupação é que ainda são poucas as capitais do Brasil, apenas sete, se não me falha a memória, que estão preparadas com legislações para que possa, com certeza, essa nova modalidade, esse novo sistema, que é a implantação da rede 5G, ser instalada.

O que eu queria indagar: o Ministério está tomando as devidas providências para a alteração das legislações municipais de forma a não atrasar a instalação das redes 5G? Isto é muito importante. V. Exa. tem conhecimento de que nós temos apenas em Boa Vista, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Palmas, Porto Alegre e Porto Velho. É isso? E esse cenário, com certeza, poderá ser estendido para mais 5,5 mil Municípios, pelo que imagino, certo?

Então, eu queria saber se o Ministério está tomando as devidas providências, porque, caso contrário, a coisa fica amarrada, não anda, não vai para a frente.

Outra pergunta que eu queria fazer: eu quero saber se o leilão, de fato, correspondeu à expectativa do Governo quanto à entrada de novas empresas no mercado de comunicações móveis e se as empresas estreantes terão algum incentivo adicional para a implantação da infraestrutura na oferta de serviços aos consumidores.

Essas duas indagações eu faço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, para concluir, para ser bem rápido, na verdade, aqui foi muito pertinente a fala do eminente Senador Lucas em relação aos pequenos operadores que operam... Lá em Mato Grosso, particularmente, Ministro, em algumas regiões do nosso Estado, sobretudo na região noroeste, que é uma vasta região do Brasil, uma região ainda bastante preservada, quem reconstrói a pequena torre são os pequenos operadores. Nós temos muita deficiência, até por ser um Estado de dimensão continental com quase 900 mil quilômetros quadrados. Nós temos que reconhecer que ainda há algumas regiões inóspitas, com dificuldades até de acesso. Todavia, já há muita população.

Agora, nós tínhamos que incentivar, com bem disse o Lucas, esse sistema, porque, na verdade, os bacanas – os bacanas, como sempre eu chamo, são as grandes empresas – não querem roer o osso, não; querem só ficar de boa.

Há uma comunidade chamada União do Norte, perto de Peixoto de Azevedo – inclusive já estive na agência solicitando –, que tem de 14 mil a 15 mil habitantes e praticamente está até preparada para ser um futuro Município. Todavia, não conseguiu isso pelo fato de a legislação não permitir. Lá não há acesso à internet, não há acesso à internet. Para o senhor ter noção, Presidente Dário, em Cuiabá há uma comunidade chamada Santo Antônio, um Município com quase 30 mil habitantes. Ao lado dela, a 15 quilômetros, havia um assentamento que hoje é uma comunidade, em que também não pega internet. Inclusive, eu fiz uma reunião remotamente com as lideranças de lá, com o Prefeito, etc., com o nosso Presidente da agência, mas sem nenhuma perspectiva, porque não há um volume razoável de bom faturamento para as grandes operadoras.

Então, eu defendo a tese, Ministro, de que nós temos, com certeza, de fazer cumprir o papel das agências e cobrar, de forma contundente, dessas empresas que estão puxando muito para o caixa, com poucos investimentos. Não querem nada que não seja moleza, ou seja, querem só o bom. Nós precisamos acabar com essa história no Brasil, não só em relação à agência, em relação à Anatel, mas também em relação a outros setores da sociedade, do nosso País. Eles têm que participar de forma mais efetiva, como ocorreu no caso da Lei de Saneamento Básico, que nós aprovamos aqui, e das privatizações. É aquela velha história: temos que colocar dentro do programa feito, do projeto de composição de privatização... Quem pegou os bons sistemas nas grandes cidades também tem que pegar um pouquinho lá na ponta, nos pequenos Municípios que ninguém quer porque não garantem resultado financeiro e econômico para as grandes empresas.

V. Exa. está de parabéns! Acompanhei o leilão de perto, um trabalho exitoso. Está de parabéns o Presidente Bolsonaro! Ninguém discute esse assunto. Vamos avançar, sobremaneira. Todavia, nós temos que fazer a agência cobrar dessas operadoras que vão ganhar aqui. Caso contrário, como bem disse aqui o querido amigo Lucas, isso vai demorar – 2027, 2028, 2030.

Eu gostaria imensamente, meu caro professor e mestre Amin, que o Brasil fosse como o Japão, Ministro, em que há dias para iniciar a obra e dias para terminar e inaugurar. Aqui é aquela velha história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor fala em fazer fibra ótica em 32 mil quilômetros de rodovia no Brasil, isso é um feito jamais visto na história.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Jamais visto! Imaginem 32 mil quilômetros de rodovias federais no Brasil. Isso é um avanço gigantesco! Nós que circulamos pelas estradas federais do Brasil, sobretudo em Mato Grosso – BR-158, BR-174, BR-242, BR-263 –, vemos as dificuldades. São pontos em que, muitas vezes, há acidentes, etc., etc., mas não há telefone. Com isso, nós vamos resolver sobremaneira essa questão, ao facilitar e dar condições, com certeza, de as nossas rodovias terem a eficiência de, pelo menos, quando acontecer um acidente, chamar alguém. Acho que é um avanço significativo.

Quando o senhor fala de fibra ótica entrar pelos leitos, ou seja, pelos nossos rios, isso é quase inusitado, não é? Vai entrar no rio lá fibra ótica, sem derrubar um pé de mato, uma árvore, preservando tudo, o ecossistema, e nós viramos agora o grande vilão, etc., etc. Vamos mostrar que o Brasil preserva também até quando vai fazer... E não há um país mais exigente do que o nosso em relação à questão ambiental, ninguém. Ninguém aguenta mais trabalhar. Para obra urbana de cidade de asfalto a gente precisa de licença ambiental. Imagina! Quero saber onde essa galeria vai jogar essa água, um inferno. Mas, de qualquer forma, estamos saindo desse buraco, graças a Deus.

Então, essa é a indagação para o senhor para me situar, até para me dar algumas respostas. Eu quero ver que aquele dinheiro do fundo que nós temos aqui... Desde o meu primeiro mandato de Senador já existia o dinheiro, que era para aplicação, que é o Fust. Cadê essa grana, Ministro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um fantasma chamado Fust.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Usaram o superávit primário há 20 anos já.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quando eu fui Senador, no primeiro mandato, já havia esse dinheiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um fantasma chamado Fust.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Fust, tinha 6,5 bilhões naquela época, lá atrás, no meu primeiro mandato. O senhor imagine. Já estou no segundo mandato, estou caindo de velho aqui, e esse dinheiro não apareceu até hoje, não. Para onde foi esse dinheiro? Esse recurso, Amin, é para atender as pequenas comunidades e, lamentavelmente, não aparece. Era só para fazer o quê? Tampar rombo fiscal, tampar não sei o quê. Essa grana tem que aparecer. E nós investimos para atender as pequenas comunidades. Essa é minha indignação pelo fato de que tinha o dinheiro. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei se tem hoje ou tinha ou tem, mas tem que ser investido em favor das comunidades mais distantes, que, certamente, também têm que ter, no mínimo, esse serviço essencial para o seu convívio todos os dias.

Ministro, está de parabéns pelo seu trabalho.

O SR. FÁBIO FARIA – Obrigado, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nota dez. Estou acompanhando. E V. Exa., com certeza, tem o apoio do Senador Jayme Campos aqui nesta Casa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o Ministro responder ao nosso Senador Jayme, como eu estou presidindo agora uma reunião, de que ele faz parte também, às 10h30, eu queria só fazer – eu não tenho pergunta para o Ministro – uma manifestação. Posso ler, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Primeiro, quero parabenizá-lo pela condução da nossa Comissão e por esse requerimento deste debate aqui, que está sendo muito importante.

O 5G é evolução natural das gerações anteriores – 3G e 4G – e traz como diferencial não apenas mais velocidade de conexão à internet no celular, mas outras aplicações que poderão revolucionar a sociedade com a chegada da internet das coisas, inteligência artificial, cidades inteligentes, *big data* e outros. A promessa é de que ela trará ainda velocidade para o dispositivo, cobertura mais ampla e conexões mais estáveis. Se o 4G foi uma revolução entre as pessoas, o 5G será uma revolução entre as coisas, pois conectará diferentes equipamentos entre si, o que deverá trazer uma verdadeira revolução para áreas como indústria, agronegócio, portos, educação, medicina e segurança pública.

A ideia é permitir que mais aparelhos acessem a internet móvel ao mesmo tempo. De acordo com especialistas, o 5G permitirá que mais de 1 milhão de aparelhos se conectem por metro quadrado. A proposta é tornar tudo conectado, como celulares, carros, geladeiras, máquinas de lavar e câmeras de segurança, entre outros eletrônicos.

Segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, o impacto previsto com a chegada do 5G, Sr. Ministro Fábio, é da ordem de 13,2 trilhões e 22,3 milhões de empregos no mundo até 2035 – é muito dinheiro, não é, Sr. Presidente?

O Brasil conta hoje com cerca de cem mil antenas de 4G. A nova tecnologia deve exigir a instalação de mais 450 mil antenas. Nós estamos falando de uma tecnologia muito mais forte, muito mais robusta, como vem destacando o próprio Ministro Fábio Faria. Além dos benefícios da própria tecnologia, essa transformação representa ainda a geração de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui eleito Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática assim que assumiu o meu mandato, em 2019. Na nossa gestão, entre tantos outros projetos, destravamos projetos importantes, o que desobrigou os serviços de telefonia fixa de serem prestados em regime público, o que viabilizaria a migração de todas as concessionárias para o regime de autorização, em vez da antiga modalidade de concessão. Isso destravou os investimentos privados nacionais e internacionais em nosso sistema de comunicação. Quero crer que dei minha parcela de contribuição para alcançar os resultados que começamos a colher.

Tive a honra de relatar o projeto que resultou na Lei nº 14.108, de 2020, que reduziu a zero as taxas de fiscalização de instalação e funcionamento do sistema de comunicação máquina a máquina, medida crucial para potencializar alguns dos principais ganhos de produtividade advindos da tecnologia 5G.

Em 2021, este ato, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) escolheu a tecnologia 5G como tema de análise da política pública da Comissão. Por minha iniciativa, o Presidente, Senador Rodrigo Cunha, e o Relator, Senador Jean Paul Prates, acataram a minha sugestão para incluírem a indústria 4.0, também chamada de quarta revolução industrial, como tema em análise, Senador Jaime.

Recentemente, o Presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Glauco Côrte, declarou à imprensa que, entre os ganhos possíveis do 5G para a indústria, por meio da internet das coisas, estão a melhor adequação do estoque à demanda do mercado; a customização de produtos de forma ágil à necessidade dos clientes; a redução de desperdício e, consequentemente, do custo, além do aumento da segurança do trabalhador a partir da realização de atividade de risco por máquinas. A opinião converge com a de outros segmentos que tenho ouvido, como a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), e representantes do agronegócio, cada vez mais tecnológico.

Enfim, as perspectivas são as melhores, e acredito no trabalho que o Presidente Jair Bolsonaro vem fazendo por meio do Ministro Fábio Faria. E aqui quero parabenizá-lo, Sr. Ministro, pela condução, por tantas reuniões. Sempre que é chamado às audiências públicas, o senhor tem comparecido para tirar essas dúvidas que o senhor está tirando aqui hoje, como aqui o Senador Jaime falou, e também o Lucas Barreto e o Esperidião Amin.

Quero parabenizar V. Exa. pelo leilão realizado no último dia 4 de novembro, que foi a maior licitação da história das telecomunicações brasileiras, o leilão do 5G. Consolidou um valor econômico total de 47 bilhões, e boa parte desses recursos será destinada para levar ou melhorar significativamente a qualidade da internet em cada ponto do nosso Brasil.

Parabéns, Ministro! Parabéns, Brasil!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, Ministro, aqui dizer a V. Exa. que um dos maiores ganhos estão aí na Região Norte. E eu, que morei nessa região, sei das dificuldades; tudo ali é mais difícil. E eu vi que o leilão aí privilegiou essa região que é tão sofrida, como disse aqui mesmo o Senador Lucas Barreto.

Eu agradeço, Presidente. Vou pedir já para me retirar, porque vou lá na nossa reunião.

Um abraço a todos.

Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. (*Fora do microfone.*)

Eu gostaria que o Ministro respondesse ao menos a minha pergunta, porque eu vou acompanhar esse grande Líder aqui numa reunião, na nossa reunião do Centro-Oeste do Brasil ainda.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Primeiro, quero liberar o nosso Senador Vanderlan, que vai presidir a reunião, e agradecer-lhe pelas palavras – muito obrigado –, sempre atento e nos ajudando na Comissão e no Senado.

Senador Jayme Campos, vou responder primeiro que o leilão foi um sucesso absoluto. Nós tivemos o leilão do 3G e o valor foi 7 bilhões; do 4G, 12 bilhões e a privatização da Telebras, 22 bilhões. Então, juntando todos esses aí nós temos 41 bilhões. O leilão do 5G foi 47,2. Só que a gente vai consertar o que o Senador Espiridião Amin acabou de falar há pouco: o fantasma do Fust: foram 23 bilhões, corrigidos dão mais de 36.

Então, esse valor sumiu. Esse foi feito, utilizado para superávit primário e abatimento de dívidas, de déficit de juros. Então, nós temos o leilão do 5G, que traz de volta o dinheiro do Fust para a transformação digital. Com isso, a gente vai conectar as escolas, conectar as estradas, as cidades e as pessoas porque, se não fosse esse leilão, jamais poderíamos recuperar esse dinheiro porque ele já foi gasto.

Em relação às cidades, Senador, pois saiu a lista de que só sete tinham realmente a legislação – eu quero até citar as cidades que têm as melhores... em que as legislações já estão prontas –, os bons exemplos são Brasília, Rio, Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre. A mais atrasada é São Paulo, por exemplo.

Ontem, eu tive uma reunião com o Prefeito de São Paulo pessoalmente. Ele veio aqui para Brasília, esteve com o Presidente ontem à tarde, e eu falei com ele: "Já foi aprovado lá no primeiro turno e vai ser aprovado no segundo turno agora." Só que a gente fez uma lei federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – É? Ele é de lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – Ah, uma das... Aqui eu só citei as capitais.

Exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – Santa Rita do Sapucaí.

Mas a gente fez... A gente aprovou, no mês seguinte depois que eu assumi, quando já estava a gente com a frente pronta aí, para montar a estratégia do leilão do 5G, a Lei Geral das Antenas. Nós instalamos o silêncio positivo de 60 dias.

Então hoje... Com isso, as empresas têm condições de instalar nas cidades por causa da lei federal. Eu falei com o Prefeito de Natal, por exemplo, ontem e o de São Paulo, e estou falando com vários Prefeitos – importante que os Senadores também falem nas suas cidades, para que eles façam também a lei municipal, senão a gente vai... A lei federal faz com que elas possam instalar, porque antigamente uma operadora pedia em São Paulo para colocar uma antena e se demorava até três ou quatro anos para responder. E hoje, se em 60 dias não responder, a empresa vai e instala por causa da lei federal. A gente tem tido contato com as cidades, mas mais tranquilos porque essa lei federal nos ajuda.

Em relação às empresas pequenas, quero citar aqui só um exemplo: o Funttel e o Fistel. A gente fez um programa de debêntures incentivadas. A Brisanet pegou, captou R$500 milhões, no ano passado. Um ano depois, ela fez um IPO de quase 8 bilhões. São várias empresas de telecomunicações que elas têm através desses fundos, que não se viam também, que eram fundos que não existiam e estão fazendo debêntures incentivadas. Hoje há muito dinheiro, Senador, para investir em telecomunicações.

Eu fui a nove países e todos os países que nós visitamos, além de falar com as empresas, com Ministros, com os presidentes, a gente falava com os investidores e com os fundos, e eles estão altamente interessados, acompanharam o sucesso do leilão. Como eu disse, é o primeiro leilão não arrecadatório do mundo, o maior da América Latina, então realmente os países estão interessados no Brasil.

Em relação ao Mato Grosso, por exemplo, o nosso maior deserto digital de setor é o agronegócio, apenas 23% do agronegócio tem cobertura. Com o 5G vai para 100%, porque hoje com o 4G, em um quilômetro quadrado consegue-se conectar dez mil *chips*, dez mil sensores; no 5G, com um quilômetro quadrado conecta-se 1 milhão de sensores.

O 5G vai ter muito ganho também com as empresas, com as indústrias. Eles vão para cima do agronegócio brasileiro, porque sabem que é onde o Brasil hoje fabrica. Nós temos hoje 203 milhões de pessoas, mas nós produzimos alimentos para 1 bilhão. E o Brasil é o único país que pode aumentar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade em poucos anos, sem precisar desmatar, sem desmatamento ilegal, absolutamente nas áreas onde elas já estão atuando. Essas empresas, as operadoras, vão realmente cobrir o agronegócio brasileiro.

Como o 5G conecta as indústrias e toda a cadeia produtiva, nós precisamos conectar as estradas, por quê? O escoamento... você vai numa fazenda no Mato Grosso, pega o produto, vai escoar pela estrada até o porto, até o aeroporto, ele tem que estar todo interligado, conectado até o final, por isso a gente também, além de conectar as estradas, para evitar acidente, para que a gente possa ter mais segurança quando quebrar um carro, enfim, evitar sequestros, assaltos, a gente também é pró-escoamento da produção, para que a gente possa interligar até os destinos finais.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, pediria ao Senador Jayme Campos que me desse um minuto da sua atenção. O senhor sabe que a única vez que eu acho que eu namorei por interesse foi com o Fust.

Em 1974, depois de ter participado da organização da Telepisa e ter arrumado uma hepatite, numa enchente no Piauí, eu me apaixonei pelo Fust, fiz um projeto de telefonia rural com o dinheiro do Fust e estou esperando por este dote até hoje. (*Risos.*)

Cheguei a hipotecar os cabelos aos bancos e fiquei sem os cabelos e sem o dote, e o que é pior: sem a telefonia rural porque o dinheiro sumiu. (*Risos.*)

Então, eu queria...

Agora, o senhor está dispensado. Pode cuidar dos melhores interesses do nosso Senado.

Mas, quando falam em Fust, Senador Dário Berger, me dá até um arrepio porque me lembro...E uma coisa boa: lembro-me da minha juventude porque é idealismo colocar telefonia na Amazônia, Embratel. O nosso querido amigo – viu, Senado Flávio? – Arolde, eu conheço dessa época. Foi o primeiro chefe de escritório da Embratel.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Arolde?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Arolde, meu querido amigo, que participou, portanto, dessa coisa poética. Ouviu, Ministro? O senhor está participando de uma nova idade dessa poesia. Sabe o que era integrar o Brasil? Sabe o que era fazer o sinal DDD, DDI, na época, Discagem Direta Internacional chegar lá no rincão da Amazônia? O projeto Sivam? Essas coisas fazem parte do que se chama pátria. O Fust me traz essa evocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero complementar o que disse o Senador Vanderlan, o que disseram o Senador Jayme e o Senador Lucas. Este é um momento extraordinário, só que os meios são outros. Eu me emocionei quando, em março do ano passado, em 2019, ao lado do Senador Arolde, nós vimos o papai-noel. Quem é o papai-noel? Marcos Pontes. É o papai-noel. Onde ele vai a criançada vai atrás, é uma correria atrás dele, correria no bom sentido. Ele, manobrando um *joystick* e dirigindo, com isso, um caminhão Volvo, na Suécia. Isso é um preâmbulo para uma criança – e todos temos essa criança dentro de nós – ficar estasiada. O cara está dirigindo aqui um caminhão a 20 mil quilômetros de distância. Isso é inteligência artificial. Nós estamos abrindo a cortina do futuro. A única divergência conceitual que eu tenho...

Eu queria dizer o seguinte: a primeira caixinha... Não conta isso ao Senador Flávio Bolsonaro porque ele não vai gostar. A primeira caixinha de rua WEG, que foi colocada num poste, no Brasil, foi no dia 17 de maio de 2019, em Florianópolis, depois foi em Santa Rita do Sapucaí. Florianópolis não deveria ter perdido essa chance de ser uma das cinco capitais do Brasil. Tinha de ser a primeira. O primeiro lugar onde funcionou a caixinha desses postes que vão quintuplicar o número de antenas – essa é a minha divergência – começou numa coisa do futuro, mas com uma tecnologia do passado. Por quê? Por causa da alta frequência, vão reduzir a distância entre postes. Isso não vai ficar assim. Eu acho que isso não é transitório. Nós vamos ter, daqui a pouco, a 5G2, para não dizer 6. É essa tecnologia de transmissão, mas com outro meio de transmissão, ou seja, vai ter outro meio. Não vai acontecer isto com o mundo: multiplicar por cinco o número de antenas para cobrir a mesma área. Não vai ser assim; vai ser um outro... Vai ter uma mixagem disso.

Então, eu queria cumprimentar pelo leilão, e a única cobrantina que eu faço é a respeito da questão das escolas, porque eu participei da sua, por isso que eu estava lembrando. Na época, acho que foi em maio, os números eram outros. Nós tínhamos uma deficiência total de quase 50% do total, tanto de escolas urbanas quanto de escolas rurais. Pelo seu número, agora, estamos em 21, 22 mil...

O SR. FÁBIO FARIA – Porque há algumas escolas rurais que não têm internet, ou melhor, que não têm energia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ainda tem isso?

O SR. FÁBIO FARIA – Aí, essas não estão entrando no número das que podem ser conectadas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A sua velocidade de implantação era de 2,5 mil a 2,6 mil por mês. Confere?

O SR. FÁBIO FARIA – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, você vê que a central de processamento, a CPU está funcionando ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é isso que eu queria dizer. Esse é o grande déficit. Nós nunca vamos recuperar o tempo perdido com as escolas fechadas, principalmente com a gurizada. Isso ninguém recupera mais! A pedra depois da desferida, a palavra depois de dita, a oportunidade perdida e o tempo que passou não se recuperam. E aquele momento da vida, aos cinco, seis, sete, oito anos de idade, sem a professora, sem o convívio, isso não se recupera mais. Mas, paciência, aconteceu! Se nós tivermos uma escola de ensino fundamental, e pior, uma escola de ensino médio sem internet, aí nós vamos jogar fora o passado e o futuro.

Então, bota isso – é uma sugestão que eu lhe dou e que vai ao encontro do que o Ministro falou – no seu radar diário: "Quantas escolas eu liguei hoje?". Claro que vai precisar da energia. Se a energia vai ser eólica, se vai ser diesel, combustível fóssil, não importa. Tem que ter.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como?

Sim, solar. Eu falei o fóssil porque é a mais difícil. Como você é do Amazonas, claro, não vai faltar sol lá, com chuvas intermitentes e poderosas, como disse aqui o nosso Senador Lucas.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte e é só isso que eu queria lhe passar: eu acho que a questão tecnológica, a questão do leilão... Foi bom ter atrasado. Quem retarda não comete erros que os outros cometem. O nosso leilão deve ter alguma coisa a ser aperfeiçoada, mas, se tivesse sido feito no ano passado, teria muito mais coisa para aperfeiçoar hoje.

Quando nós transformamos Santa Catarina num Estado mais moderno em telecomunicações, Senador Dário Berger, o Alcides Abreu, que eu acho que foi a pessoa mais inteligente que eu conheci, disse o seguinte: "E porque estamos em último lugar seremos os primeiros". Por quê? Porque eu vou adotar o que de mais moderno existir, vou pegar o último tipo, se fosse comparar com algum produto.

Então, educação: nós ficamos com essa dívida com todos, a mais irrecuperável, essa das crianças. Então, bota no seu visor "quantas escolas eu liguei por dia". E, quando eu digo liguei, é porque chegou o sinal, tinha energia para receber e tinha quem pudesse socializar o seu uso, seja para a criança na mais tem idade, seja para o marmanjo que está é querendo um emprego, e ele tem que ter um conhecimento com atualidade, senão vai ser ornamental.

Então, parabéns pelo leilão. Aposte comigo nessa questão da tecnologia de transmissão, além de cabo e outras coisas, vai aparecer aí...

Você já imaginou? Nós aprovamos o *free flow* – vou terminar dizendo isso –, nós aprovamos o *free flow*. O primeiro evento será com a Via Dutra, quem ganhou a concorrência já tem o compromisso de colocar o *free flow* lá, não sei se a cada quilômetro, com isenção na chegada do Rio, na saída de São Paulo – sei lá, 25, 30 quilômetros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, todo mundo vai pagar pelo que usa e, por isso, a tarifa média vai ser bem mais baixa. Você imaginou a tecnologia que o filminho ali vai servir para... além da cobrança, da quilometragem, segurança: saber se o sujeito está praticando uma direção exótica ou agressiva ou, como deveria ser, defensiva.

Aquele caso que nós tivemos em Santa Catarina do caminhão que levou a motocicleta, lembra? Por 30km o sujeito rodou. Imagina o que não tinha de combustível! O sujeito levou o motociclista e a motocicleta amarrados no carro – no caminhão, aliás.

Então, o que vai permitir de conhecimento e favorecendo, ainda, a inteligência artificial, a inteligência das coisas, a internet das coisas, como se diz.

Tudo isso faz parte do desenvolvimento tecnológico, mas, concluo: no visor, escola, porque é o maior déficit que nós acumulamos nesse período e que pode ser, digamos, tratado a partir desse leilão exitoso.

Muito obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Zequinha...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou pedir licença ao senhor para passar a palavra primeiro para o Senador Flávio Bolsonaro, porque ele já tinha pedido a inscrição.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O.k., eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se V. Exa. não se importar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Será rápido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ofereço a palavra a V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Bom dia a todos, bom dia, Ministro. Obrigado pela sua presença aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas queria dar meu testemunho. Eu tive a honra de ser convidado pelo senhor para participar de uma dessas missões oficiais aos oito países que foram visitados para tratar do leilão 5G, nos Estados Unidos, e eu sou testemunha ocular, Senador Esperidião, do grande interesse que já havia, da expectativa de todos, não apenas das empresas, mas também do Governo com relação ao Brasil, porque há o interesse comercial, há o interesse estratégico, enfim.

E muito nos animou a forma como estavam esperando que acontecesse esse leilão 5G, e aconteceu dentro dessas grandes expectativas, um sucesso muito grande. Vai ser a oportunidade de nós conectarmos os cerca de 50 milhões de brasileiros, 40 milhões de brasileiros, o restante, esse hiato que existia está sendo diminuído. Então, hoje, ainda restam aí 40 milhões de brasileiros que não têm essa vida virtual, por enquanto; que têm uma dificuldade maior no acesso à informação, enfim, a todos os benefícios que essa conectividade proporciona a todos nós, que já estamos nessa realidade.

Os benefícios para o agronegócio são incalculáveis, inclusive com a redução do uso de fertilizantes. Isso vai ser um problema do mundo a partir do ano que vem. Essa tecnologia vai permitir uma otimização maior desse recurso, necessário para dar mais qualidade e maior escala ao nosso agronegócio, e vai gerar um impacto no turismo.

Eu estava em Fernando de Noronha há pouco tempo, com a família, e a dificuldade de conectividade em Fernando de Noronha, um dos principais pontos turísticos do nosso País, é um negócio irritante. Você não consegue pedir um cachorro-quente pelo iFood nem usar o WhatsApp porque não há internet.

No caso do leilão, não apenas com o 5G, o próprio Ministro já anunciou que está resolvendo esse problema. Se não me engano, a companhia aérea Azul já está com a data marcada para transportar as antenas para levarem internet, se não me engano, 4G para Fernando de Noronha. Então, a divulgação dos pontos turísticos ajuda a alavancar o turismo dentro do Brasil e fora do Brasil, sem falar em toda a cadeia produtiva que envolve o turismo. Eu dei um exemplo aqui de um pequeno serviço que vai poder estar incluído, com essa conectividade, na internet.

E ressalto este grande gol que foi marcado – mais um – pelo Ministro Tarcísio, da Infraestrutura: a partir de agora, como bem lembrou o Senador Esperidião, já há a obrigatoriedade de que todas as concessões de rodovias não se restrinjam apenas à questão do asfalto ou da sinalização, mas também tenham a ver com a conectividade, com a cobertura de internet por toda a via, com as iluminações de LED, que economizam energia. E a inovação principal também é que, nas novas concessões, a partir de agora, há a obrigatoriedade da isenção de pedágios para motos. Isso é um pleito antigo dos motociclistas, que foi também atendido agora, no Governo Bolsonaro.

Resumindo, é um leilão inclusivo. Ao se optar por um leilão não arrecadatório, no caso dos recursos que foram oferecidos pelos vencedores desses leilões, grande parte, a maioria desses recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão aplicados na própria instalação de infraestrutura para dar mais celeridade, para que essa conectividade aconteça, inviabilizando qualquer contingenciamento desses recursos para outros fins que não sejam as telecomunicações.

Então, Ministro Fábio Faria, quero dar-lhe os parabéns pelo trabalho e levantar uma bola, na verdade, para o senhor. Eu sei qual é a resposta, mas é importante dar publicidade a isso.

Eu não estive presencialmente, mas assisti, pelas suas redes, pelos perfis das redes sociais e pela imprensa, quando estiveram visitando uma comunidade indígena, uma aldeia indígena no Amazonas, em que o Presidente Bolsonaro perguntava o que é que os índios queriam. Para surpresa de muita gente – não para a minha –, eles queriam internet. Grande parte dos índios estavam com celular na mão, querendo estar conectados ao mundo real. Não é uma realidade virtual, é a realidade! É apenas o instrumento que encurta a distância entre as pessoas que estão longe, que não acompanham muita coisa no dia a dia e que vão passar a ter essa oportunidade.

Então, como é que tem sido feito o trabalho do senhor no Ministério de Comunicações para levar internet a esses locais mais longínquos, como aldeias indígenas na Amazônia, por exemplo? Todos nós temos conhecimento de que isso não é rentável para as grandes empresas que investem no fornecimento desse serviço para a população como um todo. Então, como é que esse leilão de 5G e o trabalho do Ministério das Comunicações já estão impactando positivamente nesse segmento dos índios do nosso Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Zequinha.

Vamos ouvir, Ministro, o Senador Zequinha.

O SR. FÁBIO FARIA – Vamos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Rapidamente. Como todo mundo sabe, o sinal de internet na Região Norte é um dos mais precários do País. Há muita dificuldade. Somos um Estado gigantesco, com tanta gente espalhada e muita gente isolada.

Eu só queria perguntar ao nosso Ministro, agradecendo a presença aqui, não sobre 5G, Ministro Fábio, mas sobre 4G, naquelas comunidades, sinal 4G – celular, não é? –, acima de 600 habitantes. Como anda esse trabalho? Havia uma previsão de entrar em campo e fazer acontecer.

Na questão Marajó – eu vou estar lá agora, no dia 25, depois de amanhã –, vão me cobrar também, a energia está chegando, está entrando a energia solar, que vai, naturalmente, possibilitar a instalação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamento. Eu só queria ouvir seu comentário em relação a isso, porque, lá no meu Estado, isso é muito importante. O Pará tem uma dimensão continental de 1,248 milhão de quilômetros quadrados e só tem 144 Municípios. Então, calculem o número de vilas e de distritos que há pelo interiorzão desse Estado, esperando uma oportunidade de haver um sinalzinho, que não seja aquilo por que a gente tem de pagar caríssimo para os servidores de internet.

Muito obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para complementar, Ministro, se juntar, dos provedores, só eles têm 120 mil quilômetros, mais de 120 mil quilômetros de fibra. E isso, se juntar a FTTH e o *backbone*.

Então, é importante ratificar aqui a importância desses provedores.

Cumprimento o Senador Esperidião Amin, Senador Dário. Estes dias, nós estivemos num jantar, e a nossa Deputada Angela falou que ele havia mordido um pequi. Aí nós conseguimos entender. Eu perguntei: gente, ainda cabem espinhos nessa língua?

Um abraço, Senador! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa frase é do José Serra. Você devia, pelo menos, citar o autor dessa maldade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ministro, eu tenho também algumas questões para levantar aqui, para perguntar a V. Exa. Então, vou tentar rapidamente sintetizar.

Há aqui os internautas que nos fazem perguntas. Eu acho muito interessantes essas audiências públicas em que a população participa.

Mas eu quero iniciar, aqui, a minha manifestação, que será breve, defendendo, sobretudo, Senador Zequinha, a questão relacionada à educação.

Não há nada mais importante, na minha opinião, na 5G, do que os aspectos relacionados à educação. Se nós não estivermos preparados para lidar com ela, nós vamos perder tempo, perder dinheiro e não vamos atingir os objetivos que nós desejamos atingir num curto espaço de tempo...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... e comprometer o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E comprometer o futuro.

Até digo que, se nós dermos martelo, madeira, prego, colher de pedreiro, tijolo, cimento para um pedreiro ou para um carpinteiro, eles vão edificar uma casa. Agora, se nós dermos um caderno, um lápis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um livro, um computador e internet, para uma criança, ela vai lhe entregar o futuro. Então, nós estamos falando de futuro.

E essa sua pasta o privilegiou com este momento histórico da evolução tecnológica no Brasil e no mundo. Parece-me que isso é muito mais do que uma ferramenta. Isso é uma paixão que nós temos pelo desenvolvimento, que estamos observando no mundo inteiro e também no Brasil. Uma oportunidade única que nós temos. Nós não podemos facilitar com isso. Nós não podemos errar, porque disso aí vai depender a produtividade das nossas empresas, a competitividade das nossas empresas, a capacidade intelectual dos nossos alunos, das nossas crianças, dos nossos jovens e, conectado a isso tudo, está, fundamentalmente, o nosso futuro, que a gente espera que seja cada vez mais promissor.

O Brasil, parece-me que tem um pé atolado no atraso: o atraso da burocracia, do excesso de leis, do excesso de normas, de decretos, de instruções normativas, de licenças, sejam elas ambientais ou não ambientais. E nós estamos aqui, todo mundo enxerga isso, mas não conseguimos resolver essas questões que são elementares e que atravancam o desenvolvimento econômico do Brasil.

De outro lado, nós temos a expectativa do Brasil do futuro. Quando a gente entra na política, qual é o futuro? Vamos construir o futuro. O Brasil é o País do futuro, porque é um país continental, de um povo trabalhador, inteligente e competente. Só precisamos de uma diretriz e de apoio para atingirmos os objetivos.

E essa questão do 5G, da internet, da conectividade, tem tudo a ver, na minha opinião, com o futuro, como bem me ajudou o Senador Zequinha, mas nós temos um longo caminho a percorrer, Ministro.

Eu fui Presidente da Comissão de Educação, há dois anos, e a experiência política que eu tenho, de Governos municipais, me dá conta de que essa paixão que eu tenho pela educação deve permanecer dentro de mim até os últimos dias da minha vida, porque eu vi, na prática, o que a educação pode proporcionar a um ser humano. É a maior forma de independência que um ser humano pode ter, porque, se ele não tiver conhecimento, se ele não tiver preparo, ele vai perder oportunidades importantes na sua vida. É o início, o meio e o fim de qualquer atividade.

Eu dizia aqui que a Comissão de Educação é a mais importante que nós temos, porque trata da formação dos nossos jovens, das nossas crianças e do futuro da Nação. Se nós desejamos um país diferente no futuro, nós temos que nos dedicar a investir no presente, para que a gente possa colher esses resultados no futuro.

Mas o quadro é ainda, certamente, desolador. E não é culpa deste Governo, é culpa de todos os Governos. Todos os Governos têm um pedaço de culpa, porque a gente não consegue universalizar os atendimentos básicos essenciais que eu vou relatar aqui, que são os dados gerais da educação no Brasil. São dados do censo da educação escolar realizado pelo Inep, em 2019; eu não tenho os dados mais atuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, na época, existiam 184 mil escolas, sendo 78% delas escolas públicas. Olha só a importância da rede pública no Brasil: 78% das escolas são públicas. São 48 milhões de matrículas, sendo que 81% também das escolas públicas. São 2,4 milhões de professores, sendo 77% deles da rede pública. Apenas 41,6% das escolas de ensino fundamental contam com rede de esgoto – Senador Esperidião, essa aí é boa: apenas 41,6% das escolas de ensino fundamental no Brasil contam com rede de esgoto. E 53% das escolas de ensino fundamental contam com apenas fossas, sumidouros; e 6,1% das escolas de ensino fundamental não têm qualquer sistema de esgoto sanitário – 6,1% –; 11,9% das escolas de ensino fundamental são abastecidas diretamente por rios, córregos ou canais, sem qualquer água tratada. Apenas 46,8% das escolas no ensino fundamental dispõem de laboratório de informática.

Agora nós estamos chegando aqui na internet: 34,4% das escolas de ensino fundamental não têm acesso à internet; e 45,7% das escolas de ensino fundamental não possuem biblioteca ou sala de leitura; 38,9% da educação infantil não contam com banheiros adequados referentes às suas respectivas idades; e 8,2% das escolas de ensino fundamental não têm vaso sanitário.

Aí há os dados de infraestrutura de Santa Catarina, que são um pouco diferentes em função do desenvolvimento de Santa Catarina na área da educação e nas demais áreas.

Mas eu fiz essa exposição porque percebi nas manifestações dos nossos Senadores a preocupação com o futuro, a preocupação com a educação e a preocupação com a universalização dos serviços de internet, da conectividade nas nossas escolas. Aí é que vêm as perguntas. As regras do edital do 5G contemplam todas as escolas brasileiras, que devem ser atendidas pela conectividade agora, inclusive, estabelecida pela Lei 14.109, de 2020.

Agora, eu quero perguntar com toda a sinceridade: qual é a garantia que nós temos de que isso vai ser implantado, implementado nesse tempo, tal qual estabelecido pelo edital? Por quê? Porque nós já estabelecemos em edital outras coisas múltiplas. Vou dar um exemplo em Santa Catarina. Quando duplicamos a BR-101, no trecho norte, estava prevista a construção de um contorno da Grande Florianópolis. Esse contorno era para ter sido entregue em 2012.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Em fevereiro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em fevereiro de 2012.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com contrato assinado com a ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Contrato assinado com a ANTT, concessão. Uma concessão, Senador Flávio, cuja contrapartida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa concessionária que recebeu a concessão era construir o contorno. Passado esse tempo todo, nós não temos ainda uma data definitiva para a inauguração do contorno.

Então, eu dou esse exemplo porque a gente... E a culpa, evidentemente, é institucional. Não é a culpa de uma pessoa, porque realmente essa questão é difícil, essa burocracia é enorme. E eu falei isto, no início da minha fala: a questão do Brasil atrasado, atolado e que a gente não consegue alavancar. Por isso é que eu tenho as minhas dúvidas.

Eu fico muito satisfeito com o cronograma, feliz, e acho que é até num curto espaço de tempo. Nós estamos diante, assim, de um cenário brilhante, inovador, tecnologicamente falando, e com uma expectativa talvez superior àquela capacidade que nós temos de entregar o produto, entendeu? Então, eu queria que o senhor se manifestasse um pouco a esse respeito com relação a essa questão.

E há outra questão, que talvez não envolva diretamente o ministério, mas de certa forma envolve; talvez envolva mais a agência reguladora: por que a internet no Brasil é tão cara e tão ruim? Porque é muito ruim a internet! Até lá em casa – eu moro no morro –, a internet é muito ruim. Dependendo das circunstâncias, dependendo do dia, dependendo da hora, eu não consigo também.

Estou te falando, Esperidião Amin, estou te dizendo: moro no morro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Na beira da praia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois é, mas é no morro de Itaguaçu. Aliás... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mora na beira da praia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas há o morro de Itaguaçu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sim, mas é o morro que está atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o morro, mas aí pode vim pela água, pode vim pelo mar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Exatamente. Então, a internet – vamos convir – é uma internet cara, no Brasil, e muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mora de frente para um salão de baile chamado Itaguaçu, com 450 pedras, que eram bruxas dançando, e o diabo as petrificou. Mora de frente para aquilo e está reclamando! Nasceu perto do rio, Matadouro, em Bom Retiro, e está reclamando! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É que o Esperidião... Eu vou complementar: a lenda é que Itaguaçu, na língua tupi-guarani, significa pedra grande, e essa praia, onde eu moro, é cheia de pedras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em frente ao Bar das Pedras, ao lado do restaurante Rancho Açoriano, do Dário, outro Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, conta a lenda dos manezinhos de Santa Catarina, em Florianópolis... Como era o nome do nosso historiador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Franklin Cascaes.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Franklin Cascaes conta que aquilo aconteceu porque, certa vez, as bruxas estavam fazendo uma festa lá na Praia de Itaguaçu – muitas bruxas, porque você sabe que Florianópolis é a ilha da magia, etc. e tal, tem um conceito bastante diversificado de atuação – e não convidaram o diabo. E o diabo ficou indignado, passou por lá, soltou um enxofre lá e transformou as bruxas todas em pedras. E havia tanta bruxa que há pedra em cima de pedra, que o próprio equilíbrio da natureza trata de explicar o que, efetivamente, significa. Mas o Esperidião me tirou aqui o raciocínio. (*Risos.*)

É só para dizer, só para reafirmar, então, que a internet no Brasil é cara e ruim. Vamos ser sinceros, não é? Vou pegar o meu celular aqui, que é do Senado, e vai ver que não estão cheios os pontinhos de internet para falar aqui do Senado Federal. Imagina se nós sairmos daqui.

Eu quero ainda fazer aqui um comentário de um internauta, que é de São Paulo, Ministro, que se manifesta da seguinte maneira: "Sempre nos perguntamos se a tecnologia e o seu avanço trazem mais benefício ou mais malefício à sociedade. Creio que esse não. Creio que o 5G é um ótimo avanço!". Só para o senhor, se puder, anotar e depois fazer um comentário a respeito.

O Josemar Oliveira, de Santa Catarina, pergunta aqui, e talvez já tenha sido respondida: "Qual a expectativa monetária de arrecadação com o leilão do 5G?".

O José de Oliveira, de Sergipe: "Qual a perspectiva do Governo para o setor público com a chegada do 5G?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não faço mais perguntas a V. Exa., é porque acho que não necessito, mas quero aproveitar para cumprimentá-lo pelo leilão, um leilão extraordinário. Acho que, além do leilão, é a paixão que isso me provoca, a expectativa que eu tenho do futuro da humanidade com esse avanço tecnológico.

E quero, por fim, cumprimentar e parabenizar a empresa Unifique, que é a empresa catarinense que vai ficar responsável, pelo que eu pude perceber, pelo 5G do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Então, ficou bem regionalizada a atuação. E acho que estamos no caminho certo, na expectativa de que o cronograma possa ser vencido e que a população brasileira possa ser atendida.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Presidente da Comissão, Senador Dário Berger. Rapidamente eu chegarei às suas perguntas.

Eu vou começar aqui pelo Senador Esperidião Amin. Nós interagimos muito em relação às escolas e acabou que no TCU, ali no final, a gente conseguiu fazer com que o nosso Relator, Raimundo Carreiro, colocasse todas as obrigações e multas do espectro de 26 para as escolas. Então, além de ter, na obrigação do leilão, a conexão de todas as escolas, a gente conseguiu mais recursos ainda. Já foram R$3,1 bilhões que nós temos para as escolas, além das conexões, mais o que virá após essa venda aí desses 15% restantes de espectros.

Mas, quando a gente fala em escolas, é muito mais abrangente. Do jeito que o setor de telecomunicações é transversal, a escola também. Quando a gente fala em conectar estradas, em conectar rodovias, 32 mil quilômetros, estamos falando em educação também, porque um caminhoneiro que passa, hoje, oito horas em um caminhão, muita gente estuda por *podcast*, ouvindo conteúdo no celular. Você fica oito horas sem conexão, você fica sem estudar. Pode, no caminho, muita gente estar, ali, estudando, fazendo um curso; eu mesmo faço, quase uma hora por dia, por aplicativo. Eu acho que virou algo que as pessoas, cada vez, têm feito mais, então, quanto mais conexões, mais oportunidades nós teremos, também, de educação.

O grande ganho da educação que nós temos, além de conectar 100% das escolas, é levar o 5G *standalone*, porque o 5G *standalone* é o que tem a latência baixa. A latência baixa é o que vai ter a internet das coisas, e se as crianças não tiverem condições de estudar com o 5G *standalone*, elas não vão estar capacitadas para a geração 5G.

Por exemplo, na China, por ano, são 600 mil engenheiros formados; na Índia, são 350 mil; nos Estados Unidos, 70 mil; no Brasil, 40 mil. Então, quando a gente visita uma planta, como, por exemplo, a que eu visitei na Coreia do Sul, de semicondutores, eles têm quatro plantas lá, cada uma com 35 mil engenheiros, então, a gente tem que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Semicondutores...

O SR. FÁBIO FARIA – De semicondutores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... tiveram reajuste, em dólar, de 290%.

O SR. FÁBIO FARIA – É, semicodutores é o que está em falta, hoje, no mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coreia...

O SR. FÁBIO FARIA – Taiwan.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Taiwan, que é a maior, e Estados Unidos.

O SR. FÁBIO FARIA – Taiwan, Coreia do Sul e Estados Unidos.

Então, nós temos que pensar que esse ganho que nós teremos... Imagina aí, a Coreia do Sul já tem o 5G funcionando; os Estados Unidos, com 50%; a Alemanha, com 50%; o Catar, com 100%. A gente vai ser o primeiro na América Latina. Então, nós temos como capacitar as nossas crianças, preparar as nossas gerações para o futuro. Este ganho do 5G *standalone* nas escolas: 72 mil escolas, das 85 mil, com 5G s*tandalone*, é um grande ganho que nós teremos de educação no País.

Como é que a gente tem feito em relação às escolas rurais? Instalando através do Wi-Fi Brasil. Já foram mais de 10 mil – falei, aqui, anteriormente: 10 mil escolas. Aí eu quero chegar no Senador Flávio: 499 comunidades indígenas já receberam a internet do Wi-Fi Brasil, como aquela lá que foi um pedido, uma solicitação para o Presidente, e na hora, 15 dias depois, estava instalada.

Quando eu tive essa conversa, agora, com a SpaceX, com o Elon Musk, com a OneWeb, nós só tratamos de dois temas: conexão de escolas rurais e preservação da Amazônia, e isso fez com que brilhassem os olhos deles. Então, para todos esses empresários grandes, eu disse: "Até agora, todo mundo só criticou a Amazônia – Presidentes, Chefes de Estado, empresários –, até agora, todo mundo só critica, ninguém colocou nada, nem um real, ninguém colocou nenhuma empresa à disposição. Vocês podem ser os primeiros, vocês podem, através do seu satélite, deixar aí cem satélites disponibilizados para o Governo brasileiro, para que a gente possa conectar as escolas na Amazônia, para que a gente possa conectar as unidades de saúde, para que a gente possa saber quando tem um início de incêndio, quando tem um início de queimada, onde tem desmatamento, ilegal ou não".

E o satélite chega ao ponto que o Esperidião Amin falou. Por que a gente tem mais antenas? Porque são muito mais pontos que serão conectados. Inteligência artificial. Só que o satélite que a gente tem hoje, a Viasat, está a 36 mil quilômetros da Terra, o deles está a 550 quilômetros. Então, os satélites já vão começar a ter a latência baixa também. Então, nós teremos a mesma aplicação, quase a mesma aplicação do 5G *standalone* funcionando via satélite. Então, isso é o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi depois desse leilão do 5G que se abriram as portas para que a gente fosse buscar esses empresários, fosse bater na porta dessas empresas para dizer "olha, o Brasil vai dar certo". Fizemos o leilão do 5G. Foi o primeiro não arrecadatório no mundo, o maior da América Latina, e vamos instalar o 5G.

E como a gente vai garantir, Senador, respondendo à sua pergunta? Com o leilão não arrecadatório. Por que não garantimos o Fust? Porque o Fust foi usado para superávit primário, para pagar juros, para diminuir déficit. Esse, não. Esse dinheiro vai estar aplicado ou com garantia, como bens ou imóveis ou algo nesse sentido, porque a Anatel vai fazer com que as empresas cumpram o cronograma. Se elas não cumprirem aquele cronograma, abre novo edital para aquela faixa. E o novo entrante vai querer entrar, porque há muitos competidores hoje. O leilão foi um sucesso. Foram quase 15 empresas que se formaram, que "bidaram" no leilão. Então, com certeza, quem vai investir são os privados. Por exemplo, no meu Estado quem ganhou foi a Brisanet. Eles tinham a obrigação de colocar dez antenas em Natal. Falaram que vão colocar 250. As empresas vão querer cobrir logo as cidades para começar a faturar.

Então, eu acredito que, em relação a essas obrigações, realmente, nós teremos um problema maior nas áreas mais remotas, menos populosas. Por isso que a gente tem que também ter o nosso trabalho via satélite. É onde a gente vai fazer com que... Olha, está lá. Quando chegar, em 2028, a fibra ótica, a gente tira os satélites, até porque a gente paga por ano. O aluguel da antena a gente paga a cada 12 meses e vai renovando. Então, a gente chega logo com a internet, conecta todas as escolas, e, a partir do momento em que chegar a fibra, a gente muda para a fibra. Então, esse é um trabalho que a gente está fazendo.

Senador Zequinha, 9,8 mil comunidades no Brasil ainda não têm internet. Todas elas receberão 4G, pelo menos o 4G. Desses 9,8 mil, 1,7 mil serão com 5G. Cidades, 5.570 cidades, todas com 5G. Todas. A gente está falando aqui em localidades. Quando a gente fala de localidades, fala de localidades de 100 habitantes, de 80 habitantes, 70 habitantes, quilombolas. Então, nenhuma localidade terá uma internet inferior ao 4G. Isso aí foi a maior obrigação do leilão, porque conectar 9,8 mil localidades é muita coisa. Então, isso abrange tudo, porque, se na localidade tem escola, será conectada, se na localidade tem unidade de saúde, será conectada, se na localidade tem uma Câmara de Vereadores ou qualquer... Porque a diferença fundamental é que a gente fez o seguinte: no 4G e no 3G, a Anatel colocou 80% de cobertura; no 5G, a gente colocou 95%. Então, a gente terá uma cobertura muito maior e, além disso, é fibra ótica.

Acho que respondi a todas as perguntas. Quero agradecer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faltou alguma coisa: qual é a penalidade se não cumprir?

O SR. FÁBIO FARIA – Perde a faixa, faz-se uma nova licitação na mesma hora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas vai ter um cronograma de implantação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO FARIA – Existe um grupo de trabalho que se chama...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem que haver um cronograma com implantação, discriminando...

O SR. FÁBIO FARIA – Existe um cronograma, o cronograma até 2028 está todo pronto, feito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha concessão é de cem localidades, não cumprido, apena por aquilo. Perder a faixa vai ser uma encrenca...

O SR. FÁBIO FARIA – Ele vai perder todo o investimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma encrenca judicial interminável, porque ele vai alegar força maior...

O SR. FÁBIO FARIA – Não, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que tem que haver, Ministro, é um cronograma de penalidade por não cumprimento do que está no cronograma.

O SR. FÁBIO FARIA – Aqui o meu secretário disse que no contrato ele tem a garantia financeira, que fica à disposição. Se ele não cumprir, a gente pega a garantia e implementa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então está caucionado?

O SR. FÁBIO FARIA – Está caucionado.

Então, está respondido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com caução com "u" e não com "l", pode ser que funcione. (*Risos.*)

O SR. FÁBIO FARIA – Quero agradecer, primeiro, o convite. É um prazer sempre voltar aqui à minha Casa, ao Congresso. Aqui é o tapete azul, mas estou ali no verde há quatro mandatos. Quero agradecer e dizer que o sucesso desse leilão eu devo muito também à minha equipe, que me ajudou muito, principalmente a turma que veio da Anatel, uma equipe muito competente.

Agradeço ao Presidente pelo convite, pela missão que ele me deu de conectar os brasileiros, levar internet para quem não tem no Brasil. Agradeço a ele e ao Ministério da Economia por terem aceitado fazer um leilão não arrecadatório, porque é muito difícil um governo abrir mão de quase R$50 bilhões que iriam entrar no caixa do Governo, para resolver um déficit no setor de telecom que temos no Brasil. Então, isso eu tenho falado em qualquer lugar a que vou lá fora e eles não entendem como a gente conseguiu isso. Eu acredito que daqui para frente isso vai servir de *case* para os outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos os Senadores, é um prazer enorme. Estou à disposição no ministério para qualquer questionamento, qualquer pergunta. Vamos trabalhar e conectar o Brasil, fazer com que essas obrigações se tornem realidade rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós é que agradecemos a presença de V. Exa.

Acho que a reunião foi esclarecedora, oportuna, necessária. Acho até que nós deveríamos ter contato mais frequente com os nossos Ministros...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, quem tinha que agradecer era ele pela oportunidade que nós demos a ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu acho que nós devíamos ter esse contato mais frequente para elucidar, tirar dúvidas e discutirmos questões relevantes, como são as questões relacionadas ao Ministério das Comunicações.

Então, muito obrigado, Ministro.

O senhor fique à vontade, eu vou só concluir aqui, passando a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só tenho que defender aqui o meu requerimento. Seria bom até que o Senador Flávio Bolsonaro nos desse 30 segundos da sua atenção.

Eu sou obrigado a pedir essa audiência pública com a presença do Ministro ou de um representante da Anac e da Secretaria Nacional de Aviação Civil, para evitar o prosseguimento de uma ação civil originária que reclama por uma preterição em relação a uma segunda pista do Aeroporto de Navegantes e a busca de uma solução.

Daqui a pouco, a concessionária vai ter dificuldades de fazer investimentos, porque há um imbróglio envolvendo três ações judiciais nessa concessão. Acho que é para ajudar a resolver.

Então eu estou pedindo isso. O requerimento é autoexplicativo; V. Exa. conhece o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não vou me alongar, mas peço que seja submetido à votação e agendada a audiência, e quanto mais cedo tivermos uma solução, como eu já ponderei ao Ministro Tarcísio, melhor para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Parece-me que não há ninguém que queira se manifestar, então, encerro a discussão e submeto à votação o requerimento apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer o recente contrato de concessão aeroportuária, em especial o Bloco Sul, abrangendo nove aeroportos, dentre os quais o de Navegantes/SC.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A audiência pública será marcada oportunamente. Terça-feira que vem seria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Haverá o esforço concentrado, mas fica aprazada para terça-feira, e se for o caso, a gente muda.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É, na verdade, nós estamos aguardando ainda. Nós não recebemos ainda nenhuma indicação do Governo para sabatina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É provável que...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É provável que venha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Deixa agendada para o dia 30, e se houver um fato superveniente mais importante, mudamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É, porque eu uso, eu utilizo aqui o seguinte: chegou para sabatinar, é na reunião seguinte, porque nós não podemos ficar com vacância nas nossas agências e...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a prática da Casa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – A prática da Casa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ultimamente tem havido alguns eflúvios de mudança, mas para pior.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou partir, então, para o encerramento.

Antes de encerrarmos o trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, ou melhor, da anterior e da presente reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por fim, agradeço a todos. Agradeço aos Senadores, agradeço a todos aqueles que participaram da reunião e a todos aqueles que tiveram interesse nesta reunião, especialmente ao nosso Ministro Fábio Faria.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Kátia Abreu, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Giordano, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Plínio Valério, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Viana, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Acir Gurgacz, Weverton, Alessandro Vieira e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Marcos Rogério e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo aprovado com emendas em turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (DEM/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 279, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3258, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1/CDH (substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3598, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4009, de 2021 - Terminativo -** que: "Estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 302, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 1, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8° da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Ofício "S" n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2° do art. 23 da Lei n° 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), o relatório demonstrando o atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Companhia Docas do Pará (CDP), no exercício de 2018." **Autoria:** COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 33, de 2021** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2021-CI seja incluído como convidado um representante da Secretaria de Infraestrutura de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fizeram uso da palavra os senadores Lasier Martins, Kátia Abreu, Jayme Campos e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/30

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do seguinte documento:

Aviso nº 1.855, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional que teve como objetivo a política pública de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, instituída pela Lei nº 9.991, de 2000. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, o documento aguardará eventuais manifestações pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

A votação dos projetos terminativos, por meio do aplicativo do Senado Digital, se dará da seguinte forma: a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui, no plenário, pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão votações; depois, votações abertas em comissões; e, então, procurar a votação da Comissão de Infraestrutura em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC nº 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remoto (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada na captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicativo serão chamados para declararem seu voto verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os estiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião, disponibilizada no *chat* e nos computadores do plenário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Já há 15? Há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Excelência, seja bem-vindo!

Vamos, então, ao item 1 da pauta, projeto terminativo, turno suplementar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 702, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar

Observações:

1. Em 28/03/2017 foi aprovado o substitutivo oferecido ao projeto (emenda nº 1/CI)

2. No turno suplementar, o Senador Valdir Raupp apresentou a emenda nº 2/S e o Senador Pedro Chaves apresentou as Emendas nº 3/S e 4/S

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral (artigo 282 do RISF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Votação nominal

Senador Lasier Martins, certamente V. Exa. fará as observações na defesa do seu relatório.

Então, ofereço a palavra ao eminente Senador Lasier Martins, para proferir seu voto e apresentar seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Dário Berger.

Essa matéria já rolou bastante aqui no Senado.

Eu vou ler dois tópicos apenas do relatório e, depois, vou para a análise, que se explica muito bem por si mesma.

Volta ao exame desta Comissão, em turno suplementar, o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Após a aprovação, por esta Comissão, de substitutivo integral ao projeto em análise, foram-lhe oferecidas a Emenda nº 2, de autoria do Senador Valdir Raupp, e as Emendas nºs 3 e 4, ambas de autoria do Senador Pedro Chaves.

Como foi dito, a matéria tramitará apenas nesta Comissão, em turno suplementar, onde deverá obter decisão terminativa.

Análise.

Nos termos dos art. 282 e 283 do Regimento Interno do Senado, sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei em turno único, será ele submetido a turno suplementar quando poderão ser oferecidas emendas nas Comissões competentes, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não observamos na Emenda nº 2 quaisquer vícios de ordem constitucional, pois, assim como no caso da proposição original, compete privativamente à União, nos termos do art. tal – eu me dispenso de ler, porque não há nenhum reparo a fazer quanto à questão constitucional.

No mérito, a Emenda 2 afasta a dúvida que poderia haver na administração municipal quanto a que tipo de via poderia conectar o loteamento urbano às vias de trânsito rápido e rodovias, se vias arteriais e também coletoras ou apenas estas. Contudo, entendemos oportuno corrigir a redação, apenas para substituir o termo "vias de tráfego rápido" por "vias de trânsito rápido" em harmonia com a redação do Código de Trânsito Brasileiro e em obediência à lógica expressa no art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da redação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de termos acatado a Emenda nº 2, rejeitamos a Emenda nº 4. Destacamos, além disso, que não será possível, nem lógico, restringir a competência municipal de evitar conexões perigosas entre vias locais e rodovias somente se a rodovia em questão for federal.

No mérito, em razão de aspectos técnicos de similaridade entre vias de trânsito rápido e rodovias, notadamente quanto à velocidade máxima de circulação dos veículos, também não existe razão em excluir da competência municipal as vias de trânsito rápido. Aliás, à luz dos conceitos e definições do Código de Trânsito, as vias de trânsito rápido não devem possuir acesso direto aos lotes lindeiros, enquanto as vias arteriais podem ter acesso direto a esses lotes. Assim, também a fim de afastarmos dúvidas quanto à competência municipal, rejeitamos a Emenda nº 4.

Quanto à Emenda nº 3, não duvidamos que o Governo esteja inserindo nos programas de exploração das concessões rodoviárias soluções de segregação para o tráfego local. Ocorre, no entanto, que por essa perspectiva, intervenções de melhoria estariam sendo realizadas em somente 10 mil quilômetros dos cerca de 60 mil quilômetros de rodovias federais. A grande maioria das rodovias federais não está sob gestão privada, nem estará em futuro imediato. Assim, consideramos necessário manter a obrigação do Executivo fixar um cronograma para atendimento da solução mais adequada, sem a necessidade de pormenorizar e engessar no texto legal a forma como se dará a solução, caso a caso.

Por essas razões, rejeitamos a referida emenda.

Com a obtenção da clareza na segregação de fluxos e sua efetiva aplicação, esperamos observar o incremento na produtividade nacional, pois as rodovias não mais sofrerão da interferência com a malha urbana – o que acarreta restrição de sua velocidade operacional –, porém, melhor que isso, nós esperamos ver diminuídas as perdas humanas em acidentes nas estradas em decorrência dos mal resolvidos conflitos de trânsito com o ambiente urbano.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, com a redação dada pela Emenda nº 1, bem como pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da subemenda que ora apresentamos; e pela rejeição das Emendas 3 e 4, todas desta Comissão.

> SUBEMENDA À EMENDA nº 2 – S
> Substitua-se, na redação do inciso V do art. 4º previsto na Emenda nº 2 – S ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2015, o termo "vias de tráfego rápido" por "vias de trânsito rápido".

Então, esse é o relatório, Sr. Presidente.

Trata-se de um cuidado indispensável a este problema que existe em tantas comunidades brasileiras: a passagem de rodovias federais, rodovias rápidas, no âmbito do Município, no meio da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento V. Exa. pelo relatório.

É realmente uma questão que necessita de atualização, porque as cidades brasileiras se desenvolveram e cresceram muito em torno das rodovias federais. E não há nenhuma regulamentação objetiva que discipline essa questão.

O relatório de V. Exa., como sempre, querido irmão, do Rio Grande do Sul, Lasier Martins, nosso Senador, muito próprio e muito apropriado. Aproveito para cumprimentá-lo.

Eu quero lembrar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Vou submeter à discussão o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação deveria ser nominal. Entretanto, nós não temos quórum ainda para isso.

Então, vou solicitar ao Senador Lasier Martins o sobrestamento do projeto para que, a partir do momento que tenhamos o quórum, nós o submetamos à votação.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Matéria tem parecer da CMA, pela aprovação nos termos da emenda nº 1/CMA (substitutivo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 08/10/2019 o Senador Fabiano Contarato apresenta voto em separado, pela aprovação do projeto na forma de emenda substitutiva

3. Votação nominal

V. Exa. tem a palavra, Senador Lasier Martins, para apresentar seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta é uma matéria de grande relevância, traz grandes expectativas para consolidar-se, porque, neste Brasil de carência de energia, as alternativas são a grande solução.

Vou ao primeiro tópico do relatório.

Em análise na Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 712 de 2015, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Passo à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento desta Casa, compete a esta Comissão... Temos aí as formalidades. Nenhum reparo a fazer.

Vou direto ao mérito.

No mérito, vale ressaltar que, em 27/09/2015, o Brasil apresentou ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, em inglês). Houve o compromisso de diminuir as emissões de gases de efeito estufa em 37%, até 2025, e em 43%, até 2030, tendo 2005 como ano-base.

Embora represente um avanço em relação a anos passados, há que se reconhecer que os compromissos assumidos não foram tão ambiciosos. Por exemplo, estabeleceu-se a meta de elevar para 45% a participação da energia renovável na matriz brasileira, o que não é desafiador, uma vez que esse percentual, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) já foi em média de cerca de 45% entre 2004 e 2009. O percentual só ficou abaixo dessa média, nos últimos anos, em razão de uma política de preços artificialmente baixos de derivados de petróleo.

Em relação à produção de energia por meio das fontes eólica, solar e de biomassa, a contribuição foi de quase 28% do total da matriz energética brasileira em 2014.

Portanto, o compromisso assumido, de aumentar essa proporção para entre 28% e 33% do total da matriz energética ou 23% do total de produção de eletricidade até 2030, é também bastante conservador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É razoável prever um aumento da participação mínima das fontes renováveis na oferta interna de energia, a fim de se sinalizar para uma matriz energética cada vez mais limpa, indicando que há vontade política de fazer o País seguir no rumo da economia de baixo carbono. Tal sinalização constituirá poderoso estímulo aos investidores, inclusive estrangeiros, que quiserem entrar nesse mercado ou ampliar os empreendimentos existentes. Saber que o rumo está traçado dará a todos muito mais segurança de investir e maior garantia de retorno.

Para o País, a ampliação do mercado de energias renováveis, com maior consumo e produção, trará enormes vantagens. Serão criados mais empregos, haverá maior absorção de tecnologia, áreas mais isoladas serão dinamizadas graças ao acesso maior e mais barato à energia, sem falar no importante impacto quanto à redução de emissão de carbono e de poluição.

No entanto, a proposição merece alguns reparos, para dar-lhe maior aderência à realidade e aos instrumentos já existentes na legislação do setor, que também caminham na direção de ampliar a participação das fontes renováveis.

O esforço de manter uma característica renovável já é prescrito no sistema legal brasileiro na forma de princípios maximizadores, como é o caso da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cujo art. 1º elenca, entre os objetivos da Política Energética Nacional, o incremento à participação de biocombustíveis na matriz energética nacional; o incentivo ao seu caráter limpo, renovável e complementar à fonte hidráulica; e a mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes.

Vale lembrar também que a ampliação da oferta interna de energia segue um planejamento elaborado para o setor, sistematizado em dois documentos referenciais: o Plano Nacional de Energia (PNE) e o Plano Decenal de Energia (PDE).

O PNE 2030, atualmente em vigor, prevê uma participação de 45% de fontes renováveis na oferta interna de energia para 2030. Da mesma forma, o PDE 2024, hoje em vigência, estima ser viável alcançar um percentual de 45% de participação na oferta interna das fontes de energia renovável em 2024.

Considerando as possibilidades em que se situa o planejamento energético do País, nos parece inviável elevar esse percentual já a 60%, como proposto no projeto, pois isso excede a capacidade técnica e tecnológica do País de alcançar essa meta e pode onerar a oferta interna de energia.

Por essas razões, defendemos a inclusão, entre os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), de um objetivo permanente de participação crescente das fontes renováveis na oferta interna de energia, com metas que serão detalhadas pelo PNE, sem qualquer fixação de percentual em legislação federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oferecemos ainda aperfeiçoamento para que a lei considere três frentes de ação para alcançar esse objetivo: 1) a redução das emissões das energias fósseis, utilizando tecnologias de baixo carbono; 2) a introdução competitiva de energias renováveis; e 3) a promoção da eficiência energética em todas as formas e uso de energia.

Por fim, concordamos com a proposta do Substitutivo da CMA, no sentido da adoção da definição internacional de oferta interna de energia, conceito usado pelo próprio Ministério de Minas e Energia.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015, na forma do substitutivo a seguir.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Os artigos 2º e 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
XI – oferta interna de energia: soma do consumo final de energia do País, das perdas na distribuição e armazenagem, e das perdas nos processos de transformação." (NR)
"Art. 4º .....
IX – ao aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia, promovendo:
a) a utilização de tecnologias de baixo carbono e a redução das emissões das energias fósseis;
b) a introdução competitiva de energias renováveis; e
c) a eficiência energética em todas as formas e usos de energia.
§ 1º .....
§ 2º O Plano Nacional de Energia (PNE) disporá sobre as metas a serem buscadas para o aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia, nos termos do inciso IX do *caput.*"
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matéria relevantíssima para o Brasil, que diz respeito às energias renováveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, muito obrigado.

Meus cumprimentos, Senador Lasier, mais uma vez, pelo relatório.

Realmente, é uma matéria importantíssima para o Brasil.

Eu faço uma observação aqui de que essa matéria tem Parecer da CMA, pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que V. Exa. apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também há um relatório em separado do Senador Fabiano Contarato, que também apresenta relatório pela aprovação, na forma de emenda substitutiva, parece-me, se eu não estou equivocado, que resgatando parte do projeto original que foi proposto.

Como o Senador Contarato não se encontra presente, eu vou pedir licença para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras para sobrestar também esse parecer do Senador, para que a gente possa deliberar oportunamente, assim que ele chegar, ou oportunamente nas próximas reuniões que nós fizermos, aqui na Comissão.

Vou submeter então à discussão, o projeto apresentado pelo Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Deixo sobrestado o projeto, que, por ser terminativo, precisa de quórum. Ainda não temos quórum.

A minha sugestão é fazermos a leitura e a discussão dos projetos e, ao final, abriremos o painel e, então, submeteremos, em conjunto...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Não pode votar remotamente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode, pode!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Então, nós temos quórum. (*Pausa.*)

Só que V. Exa. tem que sobrestar em razão do trabalho do Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Também. Mas me informa aqui a nossa Assessoria que nós precisamos ter um quórum presencial de 12 Senadores para votar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – E temos menos de 12.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Presentes? Não, se estiver registrado aqui, pode votar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas se nós colocarmos à votação, de repente, ele aparece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Começa a buscar, a ligar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ele está assistindo, mas...

A minha ideia, Senador Lasier, é fazer a leitura de todos os projetos e, ao final, se for possível, votar em bloco.

Então, eu vou encerrar a discussão desse projeto e sobrestar. Doravante, nos próximos passos, nós verificamos como faremos a votação dos projetos.

Pode ser, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – É, eu sugiro que fosse convidado o Senador Contarato e que, na próxima sessão, encerrássemos, porque já vem há tempo, essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos tentar localizar o Senador Contarato, para ver se ele se encontra na Casa e se ele pode vir fazer a defesa do relatório apresentado por ele, e assim nós vamos dando continuidade.

Pode ser, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então tá.

Então, encerrada a discussão, fica sobrestado o projeto de lei apresentado pelo Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Tenho muita estima pelo Senador Contarato. Quero paz com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Somos dois.

Vou para o item 8 da pauta, então.

Projeto terminativo, também.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4009, DE 2021

- Terminativo -

Estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações: *Votação nominal*

É terminativo e depende de quórum para deliberação.

Então, ofereço a palavra à Senadora Kátia Abreu, para proferir o relatório ao Projeto de Lei nº 4009, de 2021.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Dário Berger, que preside uma das Comissões mais importantes do Senado Federal. Aliás, já faz da sua história – Educação, Infraestrutura –, fazendo jus e honrando o seu Estado de Santa Catarina, com a sua competência e articulação.

Quero parabenizar e, ao mesmo tempo, agradecer ao Telmário Mota, nosso Senador, pela autoria desse projeto, por vários motivos: pela segurança que vai levar à vida das pessoas que voam, que usam o transporte aéreo; pela homenagem muito triste, mas referindo-se a uma das cantoras mais queridas do Brasil e admiradas no mundo, que é Marília Mendonça; e, terceiro, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui, mais uma vez, como faço sempre, Senador Jayme Campos, a ausência das nossas agências reguladoras.

Esse projeto, na verdade, não seria necessário, e muitas vidas poderiam ter sido salvas, porque esse não é o primeiro caso. A agência reguladora normatiza o funcionamento do transporte no que diz respeito à eficiência, à eficácia e à segurança.

Então, eu registro que a agência reguladora Anac falhou, neste caso, e está falhando – ninguém sabe há quanto tempo –, por não exigir das companhias, das empresas de energia elétrica, a obrigatoriedade de sinalizar os fios, a energia, os cabos de alta tensão.

Não terminou a investigação – eu sei disso –, mas todos os indícios levam a crer, pelas condições da aeronave, toda enroscada com os cabos de energia, que essa tenha sido a causa de ter levado, não só a nossa estrela, mas todos aqueles que estavam na sua companhia, como seu tio, o seu agente, os pilotos, todos pais de família, que poderiam estar hoje felizes na sua casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, e não é a primeira vez que as agências reguladoras falham com o povo brasileiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Senadora Kátia Abreu, só um aparte.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – V. Exa. já fez um pequeno preâmbulo muito bom.

Mas eu quero aqui, nesta oportunidade, Sr. Presidente, propor a esta Comissão que convoquemos, aqui, os diretores da Anac. Lamentavelmente, desarrumou o setor aéreo do Brasil.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito bem. Muito bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Horroroso. Lamentavelmente, a agência não está funcionando em nada. Tanto é verdade que, para V. Exa. ter noção, nós tínhamos dois voos de manhã para Cuiabá, que deixaram de existir da noite para o dia. Não é assim: olha, comunicar a população... Passou a haver um voo às 14h30, ademais, outros dois voos às 09h30 da noite e 10h da noite. E a sociedade... Pegou todos nós de "calça curta", ou seja, um desrespeito àqueles que dependem do transporte aéreo aqui no Brasil.

Por outro lado, o que é mais importante, você compra a passagem, vai voar e, quando chega lá, falam: "Olha, aqui já deu, está lotado o voo...". Não dão nem satisfação e deixam a gente como se fosse qualquer um cidadão, como se a gente não tivesse compromissos.

Então, eu vou fazer um apelo a V. Exa. Eu vou atravessar um requerimento aqui, vou convidar alguns Senadores aqui, para serem signatários conosco, para nós chamarmos aqui a Anac e eles, com certeza, darem uma arrumada no setor.

Isso é no Brasil todo.

O que eu recebi de reclamação, na semana passada, não só em Cuiabá, mas de gente que voou de Porto Seguro, na Bahia, cuiabano que estava com a família toda, que chegou em São Paulo e embarcou 50% da família e 50% da família não pôde embarcar, porque o avião deu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – *Overbooking*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Deu *overbooking*.

Tem cabimento? E minha mala dentro do avião! Parte da minha família dentro do avião!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é o caso que aconteceu comigo. Um amigo meu estava me relatando e pediu que, inclusive, trouxesse aqui a esta Comissão, como membro titular, para que nós pudéssemos tomar alguma providência em relação à má atuação da Anac, lamentavelmente, no sistema aéreo.

Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora.) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

E ainda quero lembrar os preços absurdos das passagens. Pelo menos se nos atendessem melhor, ainda assim, relevaria a questão do preço a segundo plano, mas eu sou parceira e voto a favor desse requerimento.

Parecer da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.009, de 2021, do Senador Telmário Mota, que dispõe estabelecer critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, típica função de uma agência reguladora, mas o Senado Federal está aqui para corrigir essas distorções.

O Projeto de Lei nº 4.009, de 2021, encontra-se nesta Comissão para deliberação em caráter terminativo.

O PL 4.009, de 2021, promove alterações na legislação do setor elétrico com vistas a promover maior segurança ao tráfego aéreo, diante de instalações de transmissão de energia elétrica.

O art. 1º do PL dispõe de critérios para a sinalização de linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica. O art. 2º trata dos suportes das respectivas linhas de transmissão, que deverão ser sinalizados com pintura em cores que possibilitem a pilotos de aeronaves a identificação do risco inerente da exposição a essas linhas. O art. 3º dispõe sobre requisitos específicos que devem ser observados em casos de afastamento das linhas de transmissão à sua posição natural. O art. 4º possibilita que as concessionárias e permissionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica utilizem placas de advertência. O art. 5º requer que as linhas de transmissão utilizem esferas com cores de advertência de forma a permitir a sinalização para o tráfego aéreo em suas adjacências.

E menciono a Anac, porque, embora seja um serviço de energia elétrica, quando da instalação dessas redes de energia, os aeroportos precisam – e a Anac dá a autorização – dispor sobre o regulamento nesses casos. Então, são duas agências ao mesmo tempo: a de energia e a de aviação civil, mas a principal responsável é a de aviação civil.

Antes do mérito, é pertinente avaliar a constitucionalidade do PL nº 4.009, de 2021. Sobre essa questão, o PL trata de matéria de competência privativa da União, ou seja, energia elétrica, e não incorre em vício de iniciativa. Além disso, não impacta o orçamento e mostra-se adequado sob a óptica orçamentário-financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange ao mérito, a proposta traz obrigações para empresas do setor de energia elétrica que conferem maior segurança às atividades do transporte aéreo de cargas e de passageiros.

Há, sem sombra de dúvida, importantes contribuições do PL 4.009, de 2021, para o aumento da segurança no transporte aéreo e, também, para a redução de riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Contudo, um aperfeiçoamento do PL parece oportuno, como o de conceder o nome da lei que decorra da sua aprovação de Lei Marília Mendonça, famosa cantora falecida recentemente em razão de acidente aéreo decorrente de colisão de avião com redes de transmissão de energia elétrica, o que causou grande comoção na população brasileira, não só uma famosa cantora falecida, mas uma estrela que brilhava nos palcos à noite e um sol que iluminava a vida de todos os brasileiros.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentário-financeira da proposição, bem como pela aprovação do PL 4.009, de 2021, com a inclusão da expressão "Lei Marília Mendonça", para que ninguém neste País se esqueça desse ocorrido e dessa tragédia. Quantos anônimos não sofreram o mesmo acidente e desastre?

Na sua ementa, nos termos da emenda apresentada a seguir.

Gostaria, Sr. Presidente, se o senhor me permite, de dizer pouquíssimas palavras em homenagem a essa estrela, a esse sol.

A morte de Marília Mendonça e das demais vítimas do acidente aéreo ocorrido em Minas Gerais, na sexta-feira, 5 de novembro de 2021, abalou o Brasil. Em apenas 26 anos, o curto espaço de tempo que passou neste vale verde de Deus, Marília Mendonça escreveu uma história pessoal marcada pela luz. Marília Mendonça dedicou-se a despertar emoções, como todas as pessoas que existiram no mundo para serem especiais, aquelas que vão além das linhas previstas. Ela era forte, boa filha, boa mãe, boa profissional e boa cidadã, amiga dos seus amigos, foi inovadora e ampliou o espaço para as mulheres na música, campo em que atuava com paixão, honestidade e compromisso e um espaço muito exclusivo apenas do gênero masculino. Foi com seu talento, trabalho e dedicação que Marília Mendonça tornou-se um tesouro eterno de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil.

Fiquei muito triste com sua morte, toda a minha família, em especial, o meu filho Iratã, que mora em Goiânia e é um fã ardoroso de Marília Mendonça e até com certa proximidade.

O acidente foi uma fatalidade? Sem dúvida. Uma fatalidade que poderia ter sido evitada? As causas ainda estão sendo investigadas, mas esta lei que estamos votando aqui pode evitar novos choques de aeronaves com linhas de rede elétrica.

Agora, além do legado de sua história, da vida pessoal e das músicas que atingem nossos corações, o nome de Marília Mendonça será associado a uma lei que busca fazer do Brasil um lugar mais seguro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quem viaja de avião. Acredito que Marília Mendonça, de algum ponto do infinito, vai agitar positivamente um imenso adeus para que, no Congresso Nacional, nós possamos aprovar esta lei e proteger a vida de milhares de pessoas.

A vida ensina que nem sempre há palavras para serem ditas quando nos foi imposta a perda repentina de uma jovem de 26 anos, mas gostaria de dizer muito obrigada à Marília Mendonça por toda a poesia que ela trouxe ao mundo. Agradecer o bem que recebemos é retribuir um pouco pelo bem que nos foi feito.

Um abraço especial ao seu filho, Léo, e à sua mãe, Ruth, que tem no seu peito uma dor profunda da perda da sua filha tão especial, dessa luz que iluminava toda a sua família.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Telmário Mota por essa homenagem e dizer que Marília Mendonça, a sua música atingiu milhares de pessoas, porque ela expressa dores da alma, Sr. Presidente, dores de uma alma apaixonada, de uma alma cheia de decepções e de casos de amor malsucedidos. Quem não já os teve?

Parabéns, Marília Mendonça, por tudo que você representou ao povo brasileiro, a cada um de nós, a todos aqueles que são apaixonados pela música sertaneja, inclusive aos que não são apaixonados pela música sertaneja, mas que são e eram todos apaixonados por você, pessoalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço. Cumprimento V. Exa. pelo relatório e cumprimento também o Senador Telmário Mota pela iniciativa.

Acho que o projeto é necessário e oportuno, vem em ótima hora, e certamente nós vamos aprová-lo por unanimidade.

Eu ofereço a palavra a V. Exa., como autor do projeto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Presidente, primeiramente, eu quero agradecer a compreensão de V. Exa. por dar celeridade na pauta desse relatório, fazendo, inclusive, inversão de pauta – e todos os Senadores compreenderam –, mas muito especialmente à Senadora Kátia Abreu.

Claro que nós não gostaríamos de estar votando esse projeto agora, em função da perda da estrela Marília Mendonça, que realmente estava nesse acidente; mas, no meu Estado, dois oficiais da Aeronáutica também se chocaram em fios, que não estavam com a sinalização, e também tiveram as suas vidas ceifadas. Então, isso me chamou muita atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Senadora Kátia Abreu, à proporção que V. Exa. ia lendo esse relatório, eu ia me emocionando. Todos os Senadores aqui são competentes igualmente, mas se esse relatório não fosse lido por V. Exa., iria ficar faltando um pedaço, iria ficar faltando quase que um inteiro, não só pela sua competência, mas pela sua determinação, pela sua garra, pela sua estrela, pelo seu empoderamento, por essa mulher que representa o avanço da mulher que por muito tempo nós vimos na cozinha, da antessala para trás. Kátia Abreu é um orgulho para esta Casa, é um orgulho para o Tocantins, é um orgulho para o Brasil, é um nome que está marcado por boas ações, e V. Exa. leu esse relatório e o fez com muita maestria, com muito amor, com muita sabedoria, com muita paixão. Sem nenhuma dúvida, V. Exa. colocou certo: a Marília se destacou cantando a dor do ser humano, a dor do coração, a dor da paixão, a dor do amor. Sem nenhuma dúvida, esta Casa não poderia ter, neste momento, um nome melhor do que o de Kátia Abreu para ler esse relatório.

Muito obrigado.

Para você, eu tiro sempre o meu chapéu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Continua em discussão.

Com a palavra o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, ilustre e querido Presidente Dário Berger.

Eu só apenas quero, antes de mais nada, louvar a iniciativa desse grande Parlamentar, que é o Senador Telmário, autor desse projeto de lei.

Certamente, nós estamos prestando uma homenagem maravilhosa – é mais do que justo o que se está fazendo aqui –, uma homenagem a uma mulher que, sem sombra de dúvida, era um ícone da música brasileira. Com a preocupação para que não venham acontecer novas tragédias como essa, em bom momento o Senador Telmário está propondo esse PL, e, com certeza, isso vai nos garantir segurança no transporte aéreo brasileiro.

Por outro lado, quando falamos da Senadora Kátia Abreu, ela promoveu aqui um relatório como mãe, não foi nem como Senadora da República. Eu prestei muito bem atenção ao seu relatório e à sua fala, e isso nos deixa, com certeza, também emocionados, como o senhor é pai e ela é mãe também. O que nós estamos promovendo aqui é um gesto de respeito ao ser humano e nada mais é do que uma demonstração inequívoca de que nós estamos antenados com a sociedade brasileira. Quando do falecimento da Marília Mendonça, houve uma verdadeira comoção social em todo o Território nacional.

Acho que a maioria da população brasileira, os 215 milhões, 220 milhões de habitantes, todos ficaram comovidos, na medida em que foi uma tragédia que nos tocou profundamente: uma moça de 26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, que estava trabalhando – é bom que se esclareça que ela ia trabalhar –, era uma profissional de escol na música.

Desta feita, com certeza, a homenagem, ilustre e eminente Senador Telmário, que V. Exa., nesse seu projeto de lei, presta a Marília Mendonça, V. Exa. a está prestando em nome, certamente, dos 215 milhões de brasileiros, e esses brasileiros estão homenageando, através do seu projeto de lei, Marília Mendonça, que, com certeza, está em bom lugar no céu, como bem disse a Kátia, já que era boa moça, boa mãe, boa filha, boa cantora e assim por diante.

Portanto, eu cumprimento V. Exa., na certeza absoluta de que nós estamos aqui prestando uma homenagem, quando nominamos esse projeto de lei Marília Mendonça, em nome de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu cumprimento V. Exa. também pelo pronunciamento e pela defesa do projeto, que continua em discussão. (*Pausa.*)

Percebo que, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o, oportunamente, à votação, que vai se dar da seguinte forma – encontramos uma solução aqui, Senador Jayme Campos, Senador Lasier, Senador Telmário e Senador Lucas Barreto: nós vamos fazer a votação em bloco dos terminativos, e quem vota com o Relator vota "sim" nos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8. Faltando ainda, então, apenas... Faltando não, nós estamos no item 7, não é? Falta a leitura do item 7.

Eu já estou designando o Senador Lasier – e S. Exa. aceitou de pronto – para fazer a leitura do item 7, que é um projeto terminativo também, de número 3.598, de 2019, de autoria da Senadora Leila Barros, da relatoria do Senador Alessandro Vieira, pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3598, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *Votação nominal.*

Então, encerrada a discussão e sobrestado o projeto do Senador Telmário, ofereço a palavra ao Senador Lasier para fazer a leitura do relatório do item 7.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Então, vamos ao relatório.

O Projeto de Lei 3.598, de 2019, encontra-se nesta Comissão para deliberação em caráter terminativo.

Eu vou direto para a análise, Presidente.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura... Formalidade cumprida.

Antes do mérito, é necessário avaliar a constitucionalidade, que também está atendida.

Quanto à técnica legislativa, também nada a opor.

Vamos, então, ao mérito.

Em relação ao mérito, concordamos com a posição da autora, ressaltando a importância de promovermos a integração dos modais de transporte e a construção de ciclovias em termos que atendam efetivamente à necessidade pública.

Entretanto, entendemos que, para melhor atingir o objetivo do art. 4º da proposição, é mais vantajoso alterar a Lei nº 13.724, de 2018, que institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB), no que tange aos dispositivos relativos ao planejamento e participação popular para a construção de ciclovias.

Em relação ao art. 3º, que trata da integração modal no planejamento da ampliação do perímetro urbano, sugerimos uma alteração redacional do inciso inserido ao art. 42-B da Lei 10.257, de 2001.

Por esses motivos, optamos por elaborar um substitutivo com as alterações citadas.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

Altera a Lei n° 10.257 para ampliar a participação popular no processo de implantação de infraestruturas destinadas à circulação de bicicletas, bem como para determinar a compatibilização do Plano de Mobilidade Urbana com a ampliação do perímetro urbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º da Lei nº 13.724, de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º. .....
Parágrafo único. .....
.....
VI- a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação das ações de melhoria do sistema de mobilidade cicloviária realizadas com recursos públicos. No art. 5º, o parágrafo único está fora.
§2º O processo de planejamento para implantação de ciclovias e a promoção do transporte cicloviário, de que trata o §1º deste artigo, deve contemplar a realização de audiência pública na qual serão apresentados e debatidos elementos técnicos do projeto como localização, traçado, seções transversais, interseções viárias, sinalização, cronogramas e ações de conscientização e mitigação de riscos programados junto a pedestres, ciclistas e motoristas.

No art. 2º, a modificação vem no inciso VIII: "planejamento integrado de transporte urbano, inclusive por meio de veículos não motorizados, com vistas a melhorar a mobilidade".

Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Então, em resumo, Sr. Presidente, o que consta desse projeto, que tinha como Relator o Senador Alessandro Vieira, é que estabelece a participação da comunidade, isto é, não é apenas o poder público que vai tratar das ciclovias, haverá audiências públicas e haverá muita participação da comunidade, o que me parece muito justo, muito adequado, nesta época em que temos trânsito perigoso. Portanto, é bastante democrático esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. e submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como é quórum qualificado e é terminativo, vou fazer então o encaminhamento para que nós possamos abrir o painel para votar os itens 1, 3, 4, 6, 7, 8, e votar em bloco.

Facilita a nossa vida, haja vista que os projetos já foram lidos, discutidos e, de certa forma, aprovados aqui no Plenário, e precisam, então, ser referenciados pelo quórum qualificado dos Senadores e das Senadoras.

Então, solicito à nossa assessoria que abra o painel para que nós possamos proceder às votações dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8. (*Pausa.*)

Abriu. Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente Dário, quero agradecer a V. Exa. por ter, finalmente, propiciado a votação nas duas relatorias, que já estão no terceiro Presidente da Comissão, quatro anos e pouco de espera. Então, não deixa de ser um fato comemorativo.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, enquanto aguardamos a votação, com a devida vênia, peço permissão a V. Exa., se eu posso ler esse relatório que V. Exa. nos designou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, vamos deliberar agora o item 10 da pauta.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2020

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8° da Lei nº 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

A votação é simbólica.

V. Exa., então, tem a palavra, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, prezado amigo, Senador Dário Berger, demais Senadoras e Senadores.

Chega, para a análise exclusiva desta Comissão, a Mensagem nº 1, de 2020, da Presidência da República, que encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8° da Lei 11.182, de 2005, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de 2018.

Como bem elucida a ementa, trata-se de encaminhar ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades de 2018 da Anac, em cumprimento ao que determina a lei de criação daquela agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o próprio relatório, seu conteúdo está estruturado da seguinte forma:

> Parte I – A Anac: apresenta o perfil institucional da Agência, com informações sobre o histórico, localização, competências, estrutura organizacional, entre outras.
> Parte II – Resultados do Setor: exibe a evolução de alguns indicadores do setor aéreo ao longo dos últimos anos.
> Partes III, IV e V – Regulamentação, Certificação e Outorga, Fiscalização: apresenta o resultado das principais atividades da Anac no que tange aos macroprocessos finalísticos da agência.
> Partes VI e VII - Relações Institucionais e Gestão Interna: mostra a atuação da Anac junto ao Congresso e a fóruns internacionais, além das ações ligadas à transparência e participação social. Apresenta também os pilares da gestão interna da agência: estratégia, pessoas, orçamento e finanças, tecnologia da informação e controle interno.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

A Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu art. 8º, inciso XL, estabelece que:

> "Art. 8º Cabe à Anac adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:
> .....
> XL - elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;
> .....

Portanto, do ponto de vista formal, cabe registrar que o Poder Executivo cumpriu a determinação contida no mencionado inciso XL do art. 8º da lei de criação da Anac. Isto é, enviou ao Congresso Nacional o relatório de atividades da Anac, conforme determina aquela lei.

É digno de nota que o envio somente se deu em novembro do ano passado, para um relatório que trata das atividades de 2018. Entretanto, como a lei não impõe nenhum prazo para tal, formalmente não há o que se questionar.

Por fim, quanto ao conteúdo em si do relatório, destacamos as seguintes informações, lembrando que elas são referentes ao ano de 2018: houve discreto aumento no número de passageiros transportados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação a 2017 e, igualmente, houve discreto aumento da tarifa média praticada em relação a 2017, que passou de R$370,54 para R$374,12.

De resto, naquele ano, não houve concessão de novos aeroportos, apenas estudos e preparação para as licitações ocorridas no ano de 2019.

Voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor da MSF nº 1, de 2020, e proceda ao seu posterior arquivamento.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, da relatoria que V. Exa. me encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação o relatório. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos precisamos aguardar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vamos começar a votação, porque isso aqui é uma votação simbólica, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Correto, aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ótimo, positivo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aguardar. Nós já colocaremos... Falta o voto do Senador Fávaro e falta mais um voto ainda. Falta mais um voto. (*Pausa.*)

A Kátia Abreu não votou? (*Pausa.*)

Pede para o Telmário. (*Pausa.*)

Vou solicitar para que os Senadores e as Senadoras que se encontram conectados possam fazer a votação. Falta apenas um voto para a deliberação. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Angelo Coronel, Senador Carlos Viana, Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lucas Barreto estava aqui.

Senador Jean Paul, Senador Paulo Rocha, Senador Giordano, Senador Izalci Lucas, Senador Roberto Rocha, Senadora Soraya Thronicke, Senador Chico Rodrigues.

O Senador Jean Paul acabou de chegar. Salve, salve, salve, lindo pendão da esperança! (*Risos.*)

Senador Jean Paul, seja bem-vindo!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nunca tive a honra de ser saudado com o Hino da Bandeira! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem-vindo! (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação dos itens 1, 3, 4, 6, 7 e 8, conforme consta no painel.

Proclamo o resultado: 11 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.

Quórum de 12 Senadores.

Nos casos em que foram aprovados os substitutivos, ficam prejudicados os projetos, nos termos do art. 300 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 91 do Regimento Interno.

Dispensada a apreciação em turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Então, estão aprovados os projetos.

Agora, vou submeter à apreciação, em votação simbólica, não terminativa, o item 10 da pauta, de autoria da Presidência da República e de relatoria do Senador Jayme Campos.

Já encerramos a discussão.

Então, submeto à votação.

Os Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 10 da pauta, relatado pelo Senador Jayme Campos.

Senador Fávaro, eu recebo em mãos, aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a Mesa, Requerimento nº 33, de 2021, do eminente Senador Esperidião Amin, que requer, nos termos do art. 58, §2º, item II, da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 31, de 2021, seja incluído como convidado um representante da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina.

"Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

Senador Esperidião Amin."

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 33, DE 2021

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2021-CI seja incluído como convidado um representante da Secretaria de Infraestrutura de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Aproveito para subscrever o requerimento.

Imagino que não tenha nenhum óbice à aprovação desse requerimento. Em todo caso, submeto-o à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, agradeço a presença de todos, especialmente do nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, e em especial, também, a todos os Srs. e Sras. Senadoras.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e sete minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Giordano, Izalci Lucas, Plínio Valério, Lasier Martins, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Marcos Rogério, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 31/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 33/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Discutir e esclarecer o recente contrato de concessão aeroportuária, em especial o Bloco Sul, abrangendo nove aeroportos, dentre os quais o de Navegantes/SC. **Participantes:** Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil; representante do Ministério da Infraestrutura; Juliana Salim Faria Dantas, Gerente de Investimentos, Obras e Qualidade de Serviços da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos, da Agência Nacional de Aviação Civil; Rodrigo Sabino Soares, Procurador-Geral do Município de Navegantes (SC); Alisson de Bom de Souza, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina; Gustavo Barreto, Diretor Superintendente de Relações Governamentais do Grupo CCR; Thiago Vieira, Secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina; e Ivan Amaral, Diretor de Integração de Transportes da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 35, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a alteração na execução do Plano Diretor do Aeroporto de Navegantes/SC, aprovado pela ANAC, em 2013. Justifica-se a solicitação, em especial, porque a alteração culminou com a exclusão da construção da segunda pista do referido aeroporto - prejudicando a economia catarinense." **Autoria:** Senador Dário Berger e Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento de informações à Mesa do Senado Federal. O Senador Esperidião Amin faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/07

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa para discutir e esclarecer o recente contrato de concessão aeroportuária, em especial do Bloco Sul, abrangendo nove aeroportos, dentre os quais o de Navegantes, em Santa Catarina, em atendimento aos Requerimentos nºs 31 e 33, de 2021, ambos de autoria do Senador Esperidião Amin.

Contaremos com a presença, remotamente, dos seguintes convidados... Já percebo que eles estão a postos, *online*. O primeiro deles é o Secretário Nacional de Aviação Civil, que, nesta reunião, também representa o Ministério da Infraestrutura, Sr. Ronei Saggioro Glanzmann. Obrigado pela presença, Dr. Ronei. Seja bem-vindo! Contamos também com a presença *online*, remota, da Sra. Juliana Salim Faria Dantas, Gerente de Investimentos, Obras e Qualidade de Serviços da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Contamos também com a presença do Sr. Rodrigo Sabino Soares, Procurador-Geral do Município de Navegantes, em Santa Catarina; do Sr. Alisson de Bom de Souza, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina; do Sr. Thiago Vieira, Secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina; do Sr. Gustavo Barreto, representando o Grupo CCR. Registro também que estão presentes, em nosso plenário, pela Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina, os Srs. Ivan Amaral, Diretor de Integração de Transportes; o Sr. George Francisco Picinato, Gerente de Estudos e Projetos de Obras Aeroviárias.

Em razão das limitações de ordem sanitária impostas pela pandemia, a presente audiência pública interativa será realizada em formato semipresencial, com a possibilidade de participação por meio do aplicativo Zoom.

Ao final da exposição dos convidados, aos quais, na minha opinião, salvo melhor juízo, concederemos a palavra por dez minutos, se o Senador Esperidião Amin concordar, com a tolerância de um minuto, para fazerem suas exposições iniciais, nós abriremos, então, o debate. Se houver concordância, nós poderemos passar a palavra já aos nossos primeiros convidados.

Antes de passar aos nossos convidados, ofereço a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é o autor do requerimento e que há muito tempo vem debatendo esta questão, que é muito cara para o Brasil, mas, sobretudo, para Santa Catarina e, mais ainda, para o Vale do Itajaí, que está envolto nas questões relacionadas ao Aeroporto de Navegantes.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, Presidente, quero tornar públicos os meus cumprimentos pelo seu aniversário.

Acho que é muito importante para um político, que tem a experiência de V. Exa., celebrar seu aniversário trabalhando. Neste caso, participando ativamente, proativa e ativamente, da defesa do interesse do Estado que o remeteu ao Senado; ou seja, quero reforçar os cumprimentos que já lhe enviei hoje pela manhã, no nosso grupo de Senadores. Hoje é um dia tríplice, porque são três Senadores que estão de aniversário hoje, mas um deles é catarinense e é V. Exa.

Segundo, acho que é meu dever circunstanciar, da maneira mais pontual possível, o que nós estamos fazendo aqui. Nós não estamos criando um caso. Dirijo-me aos que estão presentes e aos que o estão remotamente: nós estamos aqui querendo evitar um grande imbróglio, que já está armado!

Número 1: privatização de aeroportos. Eu duvido que o catarinense, que já visitou o Aeroporto Hercílio Luz, o Floripa Airport, seja contra a privatização de aeroportos. Nós hoje somos o melhor do Brasil! Às vezes, nem a Secretaria de Aviação Civil reconhece isso. É difícil para eles reconhecer. Eles dizem que é Curitiba. Outros dizem que é o Aeroporto de Viracopos.

O primeiro do Brasil, segundo o Ministério de Infraestrutura, é o Floripa Airport.

Então, nós somos a favor da privatização!

Agora, neste caso, o bloco que foi criado, e é uma experiência nova, que misturou indivíduos com vocações e interesses federativos diferentes e antagônicos, esse bloco vai servir para meditação dos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvem privatização. Por quê? Porque, dos nove aeroportos, há um conflito. Não está totalmente errado o modelo bloco. Mas ele foi ferido gravemente por uma má condução pela Secretaria de Aviação Civil.

Realizou-se uma audiência pública em Curitiba, que é, federativamente... É o Estado da minha mãe. Minha mãe veio de lá. Nada contra o Paraná. Pelo contrário.

Mas o interesse federativo qual é? A Secretaria de Aviação Civil desconsiderou o Plano Diretor do Aeroporto de Navegantes, que estava em execução – não era um plano diretor que estava na estante –, com obras, com serviços, com briga, luta da sociedade catarinense, dos Parlamentares de Santa Catarina.

Em síntese, a segunda pista do Aeroporto de Navegantes estava em andamento, de acordo com o Plano Diretor. No momento em que é desconsiderado o Plano Diretor, do ponto de vista de responsabilidade administrativa, resta o seguinte: ou o dinheiro investido para desapropriar dois terços da área e construir um terminal de passageiros, um terminal de cargas, foi dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal e de acordo com o Plano Diretor, ou jogar fora isso que foi feito é improbidade administrativa. Não tem meio termo.

Por isso remanesce uma ação popular, intentada por representantes da sociedade local, no fórum da região da Foz do Rio Itajaí e uma ação, uma representação, de minha autoria pessoal, ao Ministério Público Federal, fazendo essa indagação. Das duas, uma: ou quem gastou o dinheiro fez errado, ou quem jogou fora o que foi gasto está cometendo um crime. Não há meio termo. Foi dinheiro público e dinheiro privado. E o que está por trás disso é o interesse que nós temos, nós catarinenses, de manter esta obra viva.

O Plano Diretor é de 2013, 18 de setembro de 2013, com audiências públicas. Não houve audiência pública para mudar o Plano Diretor. E esse erro foi cometido pelo Ministério da Infraestrutura, pela Secretaria da Aviação Civil e pela omissão da Anac.

Finalmente, existe a Ação Civil Originária 3.494, que é o que faz com que a Procuradoria-Geral do Estado esteja aqui.

Bom, estou criando caso? Não. Esta reunião, eu não posso dizer que seja a última, mas é uma reunião para que haja um entendimento de que é melhor haver uma solução justa.

Quero dizer que, a respeito da CCR, que eu não sei se está participando, se há alguém... As notícias que eu tenho da CCR são muito boas. Ela assumiu o trecho sul da BR-101, conseguiu promover um grande diálogo, não comigo, mas com a sociedade do sul do Estado. Pelo que eu sei, venceu a licitação da Nova Dutra, da Via Dutra, vai experimentar a inovação do *free-flow*, que é um projeto de lei, inicialmente de minha autoria, enriquecido pela experiência do Senador Jayme Campos, ou seja, eu a vejo como uma empresa inovadora, que aprecia inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nunca conversei com nenhum dos seus dirigentes. Então não tenho nenhum preconceito. Agora, eu acho que um investidor, que vai fazer melhorias em nove aeroportos, não merece conviver com a insegurança jurídica que decorre dessas três iniciativas que demonstram discórdia, se há razão ou não há razão, eu não sei, mas é discórdia, e isso não é bom.

Houve alguma discórdia para que o aeroporto de Florianópolis recebesse os investimentos? Não; pelo contrário. Todos nós fizemos força, para o acesso, para iluminação, queremos que o Plano Diretor da cidade contemple aquele *hub*, aquele *hot point* de investimentos. Acho que vai haver um desenvolvimento extraordinário. Todos nós estamos querendo ajudar. Agora, neste caso aqui, nós não vamos ajudar, nós queremos cobrar; cobrar o equilíbrio de manter – e aí eu concluo – o que é do nosso direito, o que fazia parte da regra do jogo e foi abusivamente retirado. O Tribunal de Contas da União inclusive teve manifestações que acolheram as nossas ponderações, nós não deixamos a coisa acontecer, ninguém ficou quieto. Durante o ano de 2020, houve várias *démarches* e essa decisão vai prejudicar o desenvolvimento de um plano correto.

Concluindo: o que nós queremos? Nós queremos ressuscitar a segunda pista. Por quê? Porque os pertences, o ativo dela está lá. Dos 3 milhões de metros quadrados, 2 milhões de metros quadrados estão desapropriados e pagos. Não é uma coisa contínua, não, há espaços descontínuos. Dois terminais – um de carga e outro de passageiros – construídos de acordo com este plano diretor. Então, nós queremos ressuscitar. E a proposta que eu encampo é muito singela: primeiro, ressuscita a pista, a segunda pista, ou seja, redesenha. Compromisso de sua execução, eu acho que não temos o direito de exigir uma data, o que nós queremos é que haja uma avaliação semestral, periódica – eu acho que semestral –, uma pesquisa de mercado de carga, não é de avião de carga – de carga, carga aérea –, por quê? Porque a estatística deste ano – e aí eu concluo –, eu mandei isso para o Ministro, a estatística deste ano mostra que carga aérea de Santa Catarina, até julho deste ano, em volume, perdeu em 180 toneladas para o Paraná, mas em valor, em dólar, ficou 20%, 25% acima: Paraná, US$624 milhões; Santa Catarina, US$870 milhões, o valor da carga. No volume, deu pouco mais de 9 mil toneladas para o Paraná e 8,88 mil para Santa Catarina, ou seja, uma diferença de 180 toneladas. Mas, em valor financeiro, é de US$270 milhões, quase 30% – se considerar o valor de Santa Catarina – de mais valor financeiro. Então, que seja feita uma avaliação. Por quê? Porque, com o ano de 2020, todas as estatísticas anteriores acabaram. Não adianta trazer aqui estatística de 2019, de 2018, porque o setor aéreo foi desmantelado no mundo e hoje está operando ainda com números inferiores a 2019.

Então, daqui para frente, "pra frentemente", o compromisso de fazer semestralmente, às claras, uma estatística de projeção, uma pesquisa de mercado de carga, não de avião de carga.

E, à medida que isso apareça, com a nossa fiscalização também, com a fiscalização da Procuradoria-Geral do Estado, da Secretaria de Infraestrutura, do Município de Navegantes, da Facisc, das entidades de trabalhadores de empresários de Santa Catarina e o Fórum Parlamentar, à medida que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar configurado que existe uma demanda, estabelece-se a data para a construção da segunda pista. Nós não estamos querendo impor uma data para construir a segunda pista, mas uma regra. Qual é a regra? Mercado. Agora, tem que estar viva, ressuscitada a segunda pista que foi erradicada arbitrariamente por quem promoveu a licitação.

Dito isso, Presidente, quero mais uma vez agradecer, especialmente a sua diligência em prestigiar o interesse de Santa Catarina. Temos outras demandas hoje, tormentosas, que envolvem também o Ministério de Infraestrutura com essa Portaria 13.959, da Secretaria do Tesouro, que tomou R$25 milhões da BR-470, e R$14,6 milhões da 163. Eu nem vou falar nisso detalhadamente, porque acho que esse é um assunto complementar.

Muito obrigado a V. Exa.

E, mais uma vez, parabéns pelo seu aniversário; que Deus o cubra com muitas felicidades, ao senhor, à sua família e a todos os seus projetos!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado, Senador Esperidião, autor dos requerimentos e defensor do aeroporto de Navegantes. Não por um capricho, mas por questão de justiça, levanta sua voz em prol dos catarinenses. E eu me associo à essa cruzada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desde a primeira hora.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desde a primeira hora, quando estivemos fazendo inserções junto ao Tribunal de Contas da União, junto ao próprio Ministro da Infraestrutura. Lamentavelmente, não conseguimos sensibilizá-lo a ponto de reconhecer a pujança de Santa Catarina, a contribuição que Santa Catarina dá para a União, a contribuição do Vale do Itajaí, especialmente do aeroporto de Navegantes, que tem uma demanda extraordinária, que transporta a nossa riqueza, e que precisa de aprimoramentos e que precisa de ampliação. Diga-se de passagem, já estava no planejamento do governo do Estado essa ampliação, que foi ignorada pelo Ministério da Infraestrutura e, lamentavelmente, nós não fomos contemplados, mas não baixamos a nossa voz em defesa dos catarinenses. Por isso, quero parabenizá-lo, Esperidião, cumprimentá-lo, porque essa é uma luta de todos os catarinenses, e nós, como representantes do Estado, evidentemente temos a nossa obrigação de defender os interesses de Santa Catarina.

Antes iniciar os nossos debates e ouvir os nossos convidados, eu gostaria de levantar algumas questões que julgo pertinentes ao debate, sobretudo, dos investimentos em infraestrutura no Brasil e em Santa Catarina. Em 2020, Senador Esperidião Amin, o Brasil investiu cerca de R$124 bilhões em infraestrutura, o que corresponde a um pouco mais de 1,8% do PIB. Para que todos tenham uma ideia, se nós quisermos avançar e alcançar a média global de estoque em infraestrutura, precisamos investir, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, 5% do PIB durante os próximos 20 anos para termos uma situação de razoável infraestrutura para a destinação das riquezas de Santa Catarina e do Brasil.

Olhando para a situação de Santa Catarina propriamente dita, fica mais evidente e mais clara ainda a necessidade de uma maior contrapartida da União nesse quesito da infraestrutura. Historicamente – e eu tenho defendido muito isso aqui –, de cada R$100 que os catarinenses contribuem para o Governo Federal apenas R$10, em números arredondados, retornam em investimentos em Santa Catarina, o que é inaceitável do ponto de vista do pacto federativo. Não é possível que Santa Catarina não vá levantar a sua voz para essa questão! O pacto solidário é justo, é legítimo, mas não nessas proporções, haja vista que nós, em Santa Catarina, estamos com muitos problemas para serem resolvidos, especialmente de logística e de infraestrutura. Se nós já tivéssemos os nossos problemas resolvidos, seria até razoável que continuasse essa questão do pacto federativo, mas nós estamos com gargalos extraordinariamente ultrapassados, gargalos extraordinariamente na gaveta, que não saem do papel, que caminham a ritmo de tartaruga, e a população fica exigindo de nós Parlamentares uma atuação mais forte junto ao Governo Federal para enfrentar essa questão.

Eu tenho acompanhado, Senador Esperidião, pelas redes sociais, alguns comentários até desairosos com relação ao Fórum Parlamentar, questionando a nossa legitimidade e a nossa capacidade de exigir a contrapartida necessária para o Estado de Santa Catarina. Eu acho que essa crítica é uma crítica pertinente do ponto de vista dos resultados efetivamente alcançados, não é legítima do ponto de vista de que nós não levantamos a nossa voz, de que nós não reivindicamos, de que nós não fizemos o esforço. Prova disso é que, na Comissão de Infraestrutura aqui, inclusive, de quatro emendas de Comissão, duas emendas, 50% das emendas nós conseguimos aprovar para Santa Catarina: 100 milhões para a 163 e 100 milhões para a 470. Agora, daqui para frente, é um longo calvário a percorrer para que efetivamente elas possam ser incluídas no Orçamento Geral da União, e, depois, um outro calvário para sensibilizar o Governo Federal para não vetar e para não contingenciar os recursos para as obras que são importantes para Santa Catarina.

Eu, outro dia, numa entrevista que concedi, eu disse: "Só temos uma solução, que é fazer um pacto, dentro do Fórum Parlamentar, de que, se o Governo Federal não atender às nossas reivindicações, nós vamos bater na mesa e vamos declarar que nós também não vamos aprovar os projetos do Governo Federal". Quer dizer, só nos resta esta alternativa, a alternativa mais radical de que, se não respeitarem o Estado de Santa Catarina, com o mínimo necessário, nós também não vamos colaborar para a aprovação dos projetos, das medidas provisórias, dos programas e tal do Governo Federal. Quem sabe, assim, o Governo se sensibilize e a gente possa, efetivamente, atingir os objetivos mínimos necessários para manter acesa a chama de um Estado que produz, que trabalha e que é referência nacional.

A recente concessão aeroportuária do Bloco Sul evidenciou, ainda mais, o descaso que o Estado de Santa Catarina sofre com relação aos investimentos. A segunda pista, como bem mencionou o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin, do aeroporto de Navegantes, constante do plano diretor, aprovado pela Anac, em 2013, cujas desapropriações já foram iniciadas, foi, simplesmente, ignorada pela concessão, o que é inaceitável do ponto de vista dos interesses de Santa Catarina e do Vale do Itajaí.

Esse tema se torna ainda mais relevante pelo fato de que o aeroporto de Curitiba foi beneficiado com obras mais robustas por pressão da bancada paranaense, cuja audiência pública, inclusive, foi feita no Paraná e, certamente, esse foi um dispositivo que favoreceu o Estado do Paraná, que não tinha previsão de construção de uma segunda pista... Uma terceira pista, melhor dizendo, de uma terceira pista, que foi incluída, naquela audiência pública, o que, francamente, nós não podemos aceitar. Não pela terceira pista do aeroporto de Curitiba, mas, sim, por deixar de lado a nossa justa e legítima reivindicação, que já tinha iniciado tratativa, desde 2013, e que, efetivamente, não se realizou.

Com cerca de 1%, um pouco mais, o Senador Esperidião foi Governador e sabe disso, um pouco mais de 1% do território nacional e um pouco menos de 4% da população nacional, Santa Catarina representa a sexta economia do País. Não podemos mais aceitar que, ano após ano, concessão após concessão, os catarinenses sejam prejudicados na queda de braço com outros Estados.

Com um potencial econômico altíssimo, seria muito mais inteligente, por parte da União, empenhar recursos em nosso Estado, tendo em vista que a cada real lá investido, nós entregamos ainda mais com produtividade. Em nome dos interesses dos catarinenses, posso afirmar que estamos à disposição para dialogar e buscar soluções conjuntas para esses problemas, mas sem deixar de lado nossas condições e anseios de um futuro melhor para Santa Catarina e para o Brasil.

Dito isto, obedecendo à ordem que já foi estabelecida aqui, salvo uma melhor orientação por parte do Plenário, ouviremos, em seguida, então, o Sr. Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil e representante do Ministério da Infraestrutura.

V. Exa. tem a palavra por dez minutos, porque nós temos, inclusive, um bom número de participantes da nossa audiência pública, mas, evidentemente, com a tolerância que se fizer necessária.

Então, ofereço a palavra ao Dr. Ronei.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Um bom dia a todos!

Bom dia, Senador Esperidião Amin, autor do requerimento, Senador Dário Berger, nosso Presidente, a quem eu também queria parabenizar por seu aniversário e informar de uma feliz coincidência, porque hoje, além de ser o aniversário de V. Exa., também é o Dia Internacional da Aviação Civil. Então, hoje nós comemoramos um dia muito importante para o setor, e eu queria aproveitar para parabenizar todos os profissionais que atuam no ramo da aviação civil, que fazem desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor tão dinâmico, que sofreu tanto nos últimos anos, principalmente em 2020 e 2021, com a maior crise da história do setor, como o Senador Esperidião muito bem colocou. Então, é uma feliz coincidência realmente, um dia festivo para todos nós.

Bom, eu queria, inicialmente, cumprimentar todos os colegas de mesa aqui, representantes da Anac, da CCR, do Estado e do Município, mas eu queria, antes, começar minha fala com uma pequena correção com relação às audiências públicas, que foram colocadas, que aconteceram em Curitiba ao longo desse processo. Esse processo – os senhores todos lembram muito bem –, nós convivemos muito durante o ano de 2020, discutindo esse processo em 2019, em 2020, e foram muitos os debates sobre esse tema aqui.

Estivemos aqui, na Comissão de Infraestrutura, que é a casa do Ministério da Infraestrutura dentro do Senado Federal, estivemos aqui algumas vezes, talvez umas duas ou três, também estivemos na Comissão de Infraestrutura da Câmara dos Deputados, também estivemos lá na região de Navegantes, em debates e reuniões com os empresários locais e regionais, estivemos com a OAB de Santa Catarina, estivemos com a Fiesc, estivemos com a Facisc, estivemos aqui, o Ministro Tarcísio e eu, representando a Secretaria, em diversas ocasiões, com o Fórum Parlamentar da Infraestrutura, com a Bancada de Santa Catarina. Então, eu queria destacar que o Ministério da Infraestrutura juntamente com a Anac, nós não nos furtamos, em momento algum, a esse debate. Muito pelo contrário. Esse é um debate que muito nos interessa, e nós estamos nele há bastante tempo. Temos, claro, algumas discordâncias de entendimento, que acho que são discordâncias da maneira... O objetivo é muito claro, é convergente, todos nós convergimos para um único objetivo, que é a melhoria da qualidade da infraestrutura, mas trilhamos caminhos divergentes com relação aos meios com que se atinge esse objetivo.

Bom, a audiência foi realizada em Curitiba porque isso é um protocolo nosso, do Ministério da Infraestrutura e da Anac. Nós fazemos as audiências públicas presenciais na sede – nesse caso, foi até... Não sei se essa foi virtual, se já estava na pandemia... Mas, enfim, fazemos sempre uma audiência em Brasília, para pegar todo o País, e fazemos audiências na sede de cada bloco, no principal aeroporto de cada bloco. Nesse caso do Bloco Sul, são nove aeroportos, e, portanto, foi feita no aeroporto de Curitiba.

Mas o debate foi muito maior, muito mais amplo, chegou inclusive ao Supremo Tribunal Federal, chegou ao Tribunal de Contas da União, obviamente, dentro do Congresso Nacional também. Então, eu queria ressaltar inicialmente esse amplo debate que aconteceu.

O assunto é conhecido por todos, não é a primeira vez que nós estamos aqui. A gente vem falando isso muitas vezes. O plano diretor de um aeroporto é um documento vivo, é uma peça de planejamento do operador aeroportuário, e é natural que ele seja atualizado ao longo da gestão desse aeroporto, principalmente num momento de troca de operador, que é o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas a título de informação, nós já temos o contrato de concessão assinado com o Grupo CCR. A representante da Anac e do Grupo CCR devem comentar sobre isso. Foi assinado no dia 20/10, o leilão foi feito no dia sete de abril e o contrato assinado no dia 20/10, com eficácia a partir de 29/11, recentemente, uma semana atrás, e a transição deve ocorrer, ou seja, a virada de chave deve ocorrer até o dia 31 de março de 2022. Então, estamos em pleno processo – cronograma em dia – de transição operacional.

O operador que entra dispensa comentários. Eu acho que o Gustavo Barreto vai expor isso já, já, mas é um operador de primeiríssima linha, um operador global, que opera aeroportos no mundo inteiro. O capital é de origem brasileira, mas registrado em bolsa de valores, com alto nível de governança corporativa, cumpridor de contratos, uma reputação muito forte no Brasil e no mundo como cumpridor de contratos. Então, de fato, o Grupo CCR dispensa comentários, e nós estamos muito tranquilos e muito confiantes no sucesso dessa concessão, especialmente no sucesso do Bloco Sul, que tem o aeroporto de Navegantes. Eu tenho certeza de que a CCR, no Bloco Sul e em Navegantes, continuará fazendo o belo trabalho que já faz em Confins, em outros aeroportos mundo afora e que faz também nas rodovias, em outras concessões que tem no seu portfólio. Então, de fato, estamos muito confiantes com a solidez, com a responsabilidade e com a seriedade do Grupo CCR.

Temos uma discussão no Supremo Tribunal Federal, que é um grupo de trabalho muito bem conduzido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do qual fazemos parte. Ali há uma discussão federativa entre União, Estados e Municípios, uma discussão muito profícua, muito séria e muito respeitosa entre União, Estados e Municípios, todo mundo defendendo a melhoria da qualidade da infraestrutura, a melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Eu acho que aqui, Senador Esperidião, nós convergimos fortemente, porque esse grupo de trabalho que está sendo criado no Supremo Tribunal Federal vai exatamente nessa linha, na posição... O senhor está acenando com um não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Estou repetindo o que o senhor sabe: esse grupo de trabalho não vai ser criado. Vocês propuseram passar o trator por cima. Esse assunto está no Supremo; o senhor não está levando a sério, o senhor não está nos levando a sério. Não fale aqui que vai haver grupo de trabalho, por favor, muito menos fato consumado. Fato consumado manso e pacífico: não vai haver. As ações estão em curso, e isso que o senhor está tentando produzir é um fato consumado ao arrepio dos interesses do nosso Estado, e nenhum de nós vai aceitar o fato consumado. Ou vocês reabrem a segunda pista sem o prazo ou a demanda vai continuar.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (*Por videoconferência.*) – Bom, Senador, eu entendo e respeito a opinião do senhor, mas o fato é que está em andamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor não respeita. É por isso que eu estou repetindo. Se o senhor respeitasse, nós não estaríamos aqui.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (*Por videoconferência*.) – Em hipótese alguma, Senador. Nós respeitamos muito a posição do senhor, que é um Parlamentar muito experiente, que defende muito bem os interesses do Estado de Santa Catarina, e, especialmente, respeitamos a posição do Senado Federal.

É exatamente nesse sentido que nós estamos trabalhando junto ao Ministro Ricardo Lewandowski, lá no Supremo Tribunal Federal, para que tenhamos aí um grupo de trabalho que caminhe nessa linha, na linha do acompanhamento, na linha do acompanhamento da demanda, para verificarmos se de fato existe essa demanda, em que momento essa demanda aparece, como essa demanda vai aparecer, porque uma coisa eu posso afirmar aos senhores: não ficará uma única carga no chão em Navegantes, não ficará um único passageiro no chão.

O nosso contrato é modelado para que toda a demanda seja atendida com nível ótimo de qualidade de serviço. Então eu posso afirmar aqui: o compromisso do Governo Federal, por meio desse contrato de concessão, é de que toda a demanda existente naquela região seja atendida com um nível de serviço ótimo.

Agora, a solução de engenharia para atendimento dessa demanda pode ser, sim, uma nova pista construída numa área que já foi adquirida, de 2 milhões de metros quadrados, e ainda há mais uma outra área de mais 1 milhão a ser adquirida. Pode ser essa solução, mas também pode ser outra solução que vai demandar, que vai depender basicamente da reação do mercado.

O Grupo CCR tem muita experiência na prospecção de negócios, tem todo interesse na prospecção de novos negócios, seja com passageiro, seja com carga, e ele terá todo o interesse de atrair, sim, essa carga para o Aeroporto de Navegantes. Se ela existir, se ela performar, ela será atendida com todo o nível de serviço. E é lá, no Supremo Tribunal Federal, que nós estamos trabalhando nesse grupo de trabalho, entre Estado, União e Município, que, de maneira muito organizada e muito respeitosa, vamos acompanhar, nessa mesma linha que o senhor tem sugerido, o acompanhamento da *performance* da demanda.

Bom, dito isso, já comentei com relação à área que já foi desapropriada. Essa área integra o objeto da concessão. Esses 2 milhões de metros quadrados não são e não serão, em hipótese alguma, desperdiçados. Essa área foi adquirida em parceria do Município, da União, do Estado e da Infraero, permanece como objeto da concessão e será, sim, utilizada caso seja necessária a construção e quando seja necessária a construção dessa pista. A área está preservada. A área está adquirida, está murada, está protegida e à disposição da concessionária, que vai desenvolver ali o seu projeto aeroportuário, que inclui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí todos os potenciais da região, de carga, de passageiro doméstico, internacional, com todo o *mix* de aeronaves que pode acontecer lá. Então, ela fica preservada, não há desperdício dessa área.

A discussão que remanesce é a discussão da outra área, da área de mais 1 milhão de metros quadrados, que, lá no plano diretor da Infraero, estava considerada para expansão dessa pista. E agora vamos aguardar aí, agora vamos chamar o PGI, que é o Plano de Gestão de Infraestrutura, que será apresentado pelo Grupo CCR, pela concessionária do Bloco Sul, e será aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil, tudo dentro de uma normalidade, dentro de um processo muito tranquilo, muito transparente, que visa única e objetivamente a melhoria da qualidade da infraestrutura.

Eu queria também fazer, rapidamente, uma fala – e aí já vou chegando próximo ao final – com relação aos investimentos em infraestrutura aeroportuária no Estado de Santa Catarina.

Nós acompanhamos o trabalho do Fórum Parlamentar pela infraestrutura. De fato, Santa Catarina, no setor aeroportuário, talvez seja um dos Estados mais bem contemplados aqui pelo Ministério de Infraestrutura.

Fiz um levantamento rápido, aqui, puxando de cabeça. Nós temos aqui cerca de nove aeroportos contemplados, de alguma maneira, pelo Governo Federal, envolvendo já nesses últimos anos, nesses últimos três anos, cerca de R$706 milhões investidos e ainda com cerca de mais R$1 bilhão a ser investido nos próximos anos. Então, a gente tem, como já foi muito bem colocado sobre o aeroporto de Florianópolis... Eu concordo com o Senador Esperidião sobre que é, de fato, um dos melhores aeroportos do Brasil. A pesquisa mostra isso, talvez o melhor aeroporto. Em alguns trimestres, ele ganha como melhor aeroporto do Brasil. É, de fato, uma infraestrutura excepcional, de qualidade internacional. Então, hoje, Santa Catarina pode se orgulhar de ter um dos melhores e, muitas vezes, o melhor aeroporto do Brasil, equiparado a grandes aeroportos mundiais.

Além disso, fizemos obras em Navegantes, cerca de 70 milhões, recentemente entregues. Em Joinville, também entregamos obras na casa de 9 milhões e em outros aeroportos regionais, como Joaçaba, Caçador, Lages, Jaguaruna, Correia Pinto e Chapecó. Então, temos uma carteira, realmente, de muita atenção do Governo Federal com Santa Catarina no ramo das infraestruturas aeroportuárias. Sou capaz de dizer que, hoje, Santa Catarina tem uma das melhores infraestruturas aeroportuárias do País que recebe, sim, a atenção do Ministério da Infraestrutura e do Governo Federal.

Com essas palavras, eu queria agradecer imensamente. Estamos aqui, mais uma vez, para esse debate tão importante e estaremos sempre à disposição do Senado Federal para que nós possamos avançar numa conciliação, numa solução conciliada dos interesses de Santa Catarina, dos interesses do Governo Federal e em prol da população da região, que tanto merece, uma região muito pujante.

Muito obrigado. Foi um prazer e uma honra estar aqui com os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não vou contestar. Eu apenas quero dizer que para Santa Catarina houve um fato consumado: o plano diretor foi revogado na parte concernente ao projeto, não ao que existe. Está revogada a segunda pista, mesmo que ela estivesse parcialmente em execução. Com o quê? Com as desapropriações, com os dois terminais construídos. Para nós sobrou um fato consumado: a segunda pista está sepultada.

Não é verdade que as áreas indenizadas e as declaradas de utilidade pública continuem como tais. Se não está no projeto, não pode estar declarada como de utilidade pública, é uma controvérsia que se estabelece, em cima desse fato consumado, arbitrariamente.

Quanto à questão da avaliação. Não precisa que nós requeiramos, primeiro, que ela seja reposta no plano diretor. Isso, infelizmente, até agora, não se conseguiu. E eu duvido que o Estado de Santa Catarina concorde, tanto na ação civil originária, que é a 3.494... O grupo de trabalho que foi proposto é um grupo consultivo, sem nenhum poder deliberativo.

Pelo que sei – vamos ouvir os representantes do Estado –, isso não foi aceito nem por Navegantes, nem pelas federações representadas pela Facisc, nem pelo Governo do Estado através da Secretaria de Infraestrutura e da Procuradoria-Geral do Estado. Então, a deliberação que está sendo comunicada é a seguinte: "Vocês continuem esperando pela ressurreição sem data da segunda pista que fazia parte do plano diretor, e nós revogamos porque achamos que devíamos revogar".

Mas eu peço que a reunião prossiga. Eu não quero ficar monopolizando-a. Agora, não vou deixar passar em branco uma afirmação que parcialmente tem que ser contestada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, eu quero me associar a V. Exa., Senador Esperidião, para dizer que me parece grave essa situação. Primeiro, pela insensibilidade do Governo de não reconhecer um projeto em andamento em detrimento de outro Estado. Essa que é a grande realidade, porque, se não houvesse a terceira pista em Curitiba, certamente exigiriam que se construísse a segunda pista no aeroporto internacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso o próprio Tribunal de Contas da União reconheceu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É, então...

Então, eu estou aqui, talvez fazendo uma defesa, mas é uma defesa enfática de que algo precisa ser corrigido nesse caminho, porque não é justo isso. Isso não é legítimo. Se Santa Catarina estava adiantado, há demanda para isso, é uma necessidade, e, se já estava adiantado, se já tinham colocado no plano diretor, é porque se constatou, em determinado momento, que uma segunda pista no Aeroporto de Navegantes era importante e fundamental para o desenvolvimento da economia local, porque havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda. Se não houvesse demanda, ninguém ia discutir esse assunto. Francamente, é uma coisa irrelevante do ponto de vista lógico essa questão. Agora, o que nós não poderemos permitir é o seguinte: nós já estamos com a desapropriação praticamente pronta, com o plano diretor aprovado pela Anac – pela Anac, não é um plano diretor aprovado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma agência, não é secretaria do Ministério. É uma agência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Uma agência, uma agência reguladora. Não é um plano diretor municipal. Um plano diretor da Anac. Passar por cima disso tudo e privilegiar um Estado vizinho, que é nosso irmão e que... É muito... É muito complicado entender essa situação dessa insensibilidade de não se contemplar também, no mínimo, Santa Catarina, haja vista que os entendimentos, as negociações e as desapropriações já estão bastante avançadas.

Esse assunto é um assunto ainda que vai render muitas discussões e muito diálogo em torno desse assunto, porque, realmente, me parece que ele não é justo e, quando uma decisão não é justa, ela tende a ficar sempre sobre a nossa mesa, na nossa memória, para que a gente possa encontrar uma solução que busque o mínimo de justiça para Santa Catarina e para o Brasil.

Eu vou ouvir agora, em seguida, Senador Esperidião e nossos convidados, a Sra. Juliana Salim Faria Dantas, que é Gerente de Investimentos, Obras e Qualidade de Serviços da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos, da Agência Nacional de Aviação Civil.

Então, Dra. Juliana, a senhora tem a palavra.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Acho que agora estão me ouvindo. Estava no mudo aqui o microfone.

Primeiramente, quero agradecer o convite do Senador Esperidião Amin, como autor do requerimento. Parabenizo o Senador Dário pelo seu aniversário e reitero as palavras que o Secretário Ronei mencionou: é sempre uma honra estar aqui nesta Comissão, que, de fato, é tão importante não só para a aviação, mas como para a infraestrutura do País de forma geral.

No caso específico já do que está sendo discutido agora, como o Secretário Ronei mencionou, eu queria trazer algumas atualizações aqui sobre o contrato de concessão, sobre as próximas etapas em que nós estamos e também sobre os investimentos no Aeroporto de Navegantes, indo além até um pouco das discussões sobre a segunda pista, que estão em andamento, e sobre a previsão de demanda do aeroporto, mas trazendo um pouco também do que é o cenário regulatório, do que está previsto aí para os próximos meses e anos para o aeroporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contrato teve a sua eficácia agora, no dia 29 de novembro, e nós estamos agora numa fase de transição operacional, que, para o Aeroporto de Navegantes, dura em torno de 125 dias. A previsão do Grupo CCR é a assunção das operações no aeroporto a partir do dia 31 de março.

Após essa fase de transição operacional, se iniciam, de fato, as obras de melhoria da infraestrutura do aeroporto. A concessionária tem um período de três anos para realizar o que nós chamamos de investimentos de Fase I-B, que é uma fase de adequação da infraestrutura e melhoria do aeroporto, porque, logo na sequência da Fase I-B, se inicia a Fase 2 do contrato de concessão. E, nessa Fase II, de 27 anos, do período restante, a concessionária deve cumprir a operação do aeroporto, a manutenção dos padrões de qualidade e os níveis de serviços tal como dispõe o contrato.

Eu acho interessante mencionar isso, porque esses padrões são os mesmos para todos os aeroportos e a fiscalização da Anac acontece de maneira individual em cada aeroporto. Então, o fato de termos, agora, uma concessão em bloco em nada diferencia a fiscalização de nível de serviço, de infraestrutura que vai ser realizada no Aeroporto de Navegantes, a partir do final desses investimentos iniciais, do que é hoje realizado, por exemplo, no Aeroporto de Guarulhos, que é o aeroporto de maior movimentação do País, ou no Aeroporto do Galeão, ou no Aeroporto de Confins, onde hoje a CCR já possui uma participação.

Então, eu acho que o primeiro ponto que eu gostaria de frisar muito é que o Aeroporto de Navegantes tem parâmetros de qualidade de serviço e parâmetros de níveis de serviço que serão acompanhados e fiscalizados pela Anac durante todo o andamento do contrato de concessão, que são os mesmos parâmetros, inclusive, hoje, já realizados em outros aeroportos, em outras concessões.

Esses parâmetros disparam a realização de investimentos. Então, no modelo regulatório da Anac, não há, de uma forma geral, predeterminação de investimentos; deixa-se que a movimentação de passageiros dispare, então, a realização de investimentos para cumprir esses parâmetros de infraestrutura que devem ser observados ao longo de todo o contrato.

E aí, então, entramos num instrumento que é muito importante, que é o Plano de Gestão da Infraestrutura. Aqui se falou muito no Plano Diretor, e o Plano Diretor é um documento com foco em questões de segurança. Ele é acompanhado por uma área da Anac que tem o foco basicamente em segurança operacional, segurança contra atos de interferência ilícita, e, no contrato de concessão, de fato, os investimentos que vão ser realizados são demonstrados através do Plano de Gestão da Infraestrutura.

Como todo documento de planejamento, tanto o Plano Diretor quando o Plano de Gestão da Infraestrutura são atualizados. O Plano de Gestão da Infraestrutura, especificamente, que diz respeito aos investimentos do contrato de concessão, tem uma entrega prevista a cada cinco anos, sendo que a concessionária tem a liberdade de atualizar ou de revisar esse documento antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que uma coisa que é importante também mencionar é que a atualização do Plano de Gestão da Infraestrutura visa não somente a trazer investimentos mais eficientes ou a oportunidades de negócios vislumbradas ao longo do tempo, como também manter a atualização dos investimentos frente às novas regras de infraestrutura editadas pela Anac.

Então, vou só trazer um exemplo: a infraestrutura toda do lado ar – a gente está discutindo aqui muito em questão de pista – tem como base aqui um regulamento da Anac, chamado Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Rbac 154, que é projeto de aeródromos, e esse regulamento... Quando, por exemplo, o Plano Diretor de 2013 foi colocado – o regulamento já está na Emenda 7 –, ele estava na Emenda 1. Então, o Plano Diretor naturalmente foi colocado em uma determinada versão do regulamento, assim como o plano PGI entregue naquela época, e o PGI visa a também atualizar os investimentos frente a esses novos regulamentos.

A Emenda 7, atualmente, desse Regulamento Brasileiro de Aviação Civil, já tem diversas disposições diferentes daquelas disposições da primeira emenda do regulamento. Então, tem diferenças em relação a áreas de segurança de fim de pista; tamanhos de faixa de pista; tamanhos de faixa de segurança próxima à pista. Então, é importante que seja dada a possibilidade de atualização dos planos de investimento frente a novos negócios e frente também a essa atualização dos regulamentos.

E sobre novos negócios especificamente, eu só queria complementar também que a gente vê, ao longo das concessões, uma oportunidade de as concessionárias, de as concessionárias no ambiente privado explorarem o aeroporto de uma forma muito diferente até do que havia sido previsto nos estudos de viabilidade ou do que a própria Infraero, com todas as suas limitações – com toda a sua competência, mas com todas as suas limitações, enquanto empresa pública –, tinha anteriormente.

Então, a gente vê... O Senador Esperidião Amin citou o caso do aeroporto de Florianópolis, que teve a construção de uma área ampla comercial em frente ao aeroporto, chamada de Boulevard 14/32; a concessionária de Porto Alegre, também na Região Sul, construiu recentemente, agora, um terminal de cargas, um investimento significativo também.

Não eram investimentos previstos no PGI ou previstos anteriormente. Não eram investimentos previstos, mas a concessionária teve naturalmente essa oportunidade de realização por uma oportunidade de exploração de negócios que visualizou ali na região.

Então, eu só queria trazer que usualmente a gente visualiza nos aeroportos concedidos uma exploração do sítio aeroportuário como um todo, e não só do aeroporto, de uma maneira muito mais voltada ao negócio do que a previsão original.

E por fim, aqui, para encerrar, só quero reiterar que esses instrumentos, o PGI, o anteprojeto estão em consulta à sociedade. Então, necessariamente, todas essas manifestações da sociedade vão ser ouvidas nesses momentos que, com certeza, o representante da CCR vai falar na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço novamente a oportunidade e reitero que todas as contribuições são extremamente válidas e vão ser consideradas aqui dentro dos nossos processos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de cumprimentar a representante da Anac, mas quero expressar a minha perplexidade com o uso das palavras "consulta à sociedade".

Presta atenção: 18 de setembro de 2013, depois de consulta à sociedade, inclui-se no Plano Diretor uma segunda pista e, durante o processo de leilão, retira-se a segunda pista do aeroporto para fins de leilão. E a consulta a sociedade? Onde é que ficou? Então, isso é um sofisma que a senhora está apresentando.

Segundo, falar sobre acréscimos, como no caso do aeroporto de Florianópolis ou de Porto Alegre... Ninguém está discutindo acréscimos, nós estamos discutindo aqui é a supressão de uma obra da qual Santa Catarina não abre mão, não abre mão. A Anac não consultou!

A Anac tinha que ter promovido audiência pública para quê? Para jogar fora os investimentos? Eles estão jogados fora! Os investimentos em desapropriação foram jogados fora pelo leilão. Isso é improbidade administrativa ou de quem investiu ou de quem jogou fora. Como quem investiu colocou dinheiro público – e a bancada de Santa Catarina sempre participou disso –, pois o Governo Federal botou dinheiro público, o Município contribuiu. Particulares e públicos foram os recursos para terminais. Ou isso foi feito de improviso – e não é verdade – ou isso, ao ser dispensado e tornado, no mínimo, duvidoso, que é o caso dos investimentos nos terminais, se abandonou a segunda pista discricionariamente.

A senhora me surpreende, em nome da agência reguladora. Eu lamento ter que dizer isso para a senhora, mas lamento mais ainda porque eu tenho grande respeito a agências reguladoras, e a senhora está desvalorizando o papel da Anac ao dizer que a pista sumiu! Não houve audiência pública da Anac, como é da sua responsabilidade, para debater a supressão da segunda pista. E isso está no Supremo Tribunal Federal. Isso tem uma representação de minha autoria no Ministério Público para a apuração de responsabilidade de gestão. Isso tem uma ação popular, senhora! Ninguém engoliu isso e não vai engolir.

Transmita aos dirigentes da Anac que a Anac está se desmoralizando com essa atitude de olhar a paisagem que mudou sem que ela atuasse como agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos continuar a nossa audiência pública.

E agora vamos ouvir, então, o Dr. Rodrigo Sabino Soares, Procurador–Geral do Município de Navegantes, em Santa Catarina.

Dr. Rodrigo, o senhor está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO SABINO SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Dário Berger, o qual já parabenizo pelo seu aniversário. Senador Esperidião Amin, bom dia, a quem apresento os agradecimentos pelo requerimento.

Acredito que basicamente o assunto já foi tratado, já foi posto pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Dário. Eu quero ser breve em minhas palavras. Acredito que o Procurador Dr. Alisson também irá expor em face de algumas questões do Município.

De fato, o plano diretor de 2013, aprovado, o Município segue rigorosamente os seus critérios. O Município envidou esforços para a desapropriação. São praticamente R$150 milhões empenhados e vários imóveis desapropriados.

Quero chamar a atenção um pouco para a fala Dr. Ronei a respeito da área de um milhão de metros quadrados ainda a ser desapropriada. O Município não tem autorizado construções naquela área, de forma que hoje, com a notícia de que não seria mais construída a segunda pista, o Município está prejudicado, pois toda aquela infraestrutura ali foi destinada para a construção da segunda pista.

Quero alertar também a respeito de várias invasões ocorridas naquela época. O Município não tem envidado esforços também para poder liberar a área. A área, de fato, não tem sido utilizada de modo adequado.

E quero chamar a atenção aqui, Excelência, para uma licitação da própria Anac de um terminal de carga que está sendo construído agora pela empresa PAC Log com investimentos em torno de R$40 milhões. Não verifiquei aqui, em toda reunião, a informação, a preocupação também sobre como vai ser feito, como vai ser atualizado o plano diretor em face dessa situação. O terminal de carga está sendo construído com uma pista projetada. Então, eu também não consigo entender de que forma o plano diretor pode ser atualizado se, hoje, especificamente, está sendo construído um novo terminal de carga com investimentos de aproximadamente R$40 milhões. Essa situação basicamente não tem sido esclarecida perante a Anac. O Município tem apenas a preocupação de ser parceiro com a Anac, com o plano direto, acreditando que a segunda pista vai trazer um benefício para a população navegantina, para Santa Catarina e para o despacho de carga aqui no Município.

Eu quero agradecer a oportunidade e reiterar que o Município de Navegantes está firme, está confiante no cumprimento do plano diretor, aprovado em 2013. Sabemos da dificuldade hoje, mas estamos aqui à disposição e certos e confiantes de que esse assunto, juntamente com o grupo de trabalho, será concretizado e de que, finalmente, será conquistada a segunda pista do aeroporto.

Muito obrigado.

Quero ser, basicamente, simples e singelo nas minhas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Dr. Rodrigo. Nós que agradecemos a participação do senhor aqui na nossa audiência pública.

Eu estou percebendo que está *online* o Dr. Alisson de Bom de Souza, que é o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, a quem também ofereço a palavra.

O SR. ALISSON DE BOM DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Dário Berger. Parabéns pelo seu aniversário!

Quero cumprimentar também o nosso Senador Esperidião Amin, todos os integrantes da Comissão e também os demais participantes desta audiência pública.

Senhoras e senhores, o Estado de Santa Catarina é um Estado de oportunidades e um Estado que preza pela segurança jurídica. Nesse sentido, a Procuradoria-Geral do Estado vem atuando nessa questão, que é uma questão da sociedade catarinense, relacionada ao aeroporto de Navegantes.

Eu quero dizer que nós impugnamos o edital de concessão, trazendo uma série de questões relevantes, o que não foi considerado pelos órgãos da União Federal. E não nos restou outra alternativa, Senador Esperidião Amin, a não ser levar essa questão ao Supremo Tribunal Federal para defender os interesses de Santa Catarina. E o que nós estamos defendendo perante o Supremo Tribunal Federal, na nossa ação civil pública originária? O direito ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o direito fundamental, que é direito fundamental coletivo de toda a população catarinense e também o equilíbrio federativo, que são valores fundamentais da nossa Constituição Federal.

Ingressamos com a ação, e, no último mês de junho, o Ministro Ricardo Lewandowski designou uma audiência conciliatória da qual nós participamos, em conjunto com as demais partes do processo, e entendemos e estendemos a mão para os órgãos da União no sentido de chegarmos ao início de uma conciliação para a criação de um grupo de trabalho, de uma comissão de acompanhamento a fim de viabilizar a concessão, mas também garantir, mediante gatilhos, mediante análises da demanda de cargas, a construção da segunda pista, que é a garantia do direito ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

O que aconteceu desde então, Senador Dário Berger? Houve o prazo de 60 dias para que as partes criassem essa comissão. Nós, da Procuradoria-Geral do Estado, em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura, fizemos uma proposta dessa comissão a ser criada, apresentamos para os órgãos da União, para a Anac, para o Ministério da Infraestrutura, para a AGU, e o que aconteceu? Recebemos uma contraproposta que, na realidade, esvazia completamente as funções da comissão de acompanhamento. E o que é pior: exige que o Estado desista da ação.

A contraproposta apresentada, além de esvaziar a comissão de acompanhamento, requer que o Estado desista. Nós não concordamos com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acreditamos que temos como construir um acordo, algo que seja bom para todas as partes, como o Senador Esperidião Amin falou, que avalie a demanda de cargas, que acompanhe isso e que, no momento adequado, viabilize a construção da segunda pista, mediante um acompanhamento *pari passu*.

O que nós não podemos aceitar é simplesmente a desistência da ação e que isso não tenha um fim que seja adequado para todas as partes.

O que nós fizemos, então, Senador Dário Berger? Peticionamos ao STF, na semana passada, pedindo ao Ministro Ricardo Lewandowski a designação de uma nova audiência conciliatória para, enfim – aqui eu peço a sensibilidade dos representantes da União –, que nós consigamos criar evidentemente uma comissão de acompanhamento que tenha poderes de acompanhamento efetivo, com participação da sociedade civil.

Veja você, Senador Esperidião Amin: na contraproposta que veio da União, foi retirada a participação da sociedade civil na comissão. A Facisc foi eliminada e estava prevista na nossa proposta.

Então, são questões que, para nós, são elementares. Esta é uma causa da sociedade catarinense. Não é uma causa simplesmente do Estado, da PGE ou do Senado; é uma causa da sociedade catarinense! Nós queremos o aeroporto conforme o planejamento que vinha acontecendo. Respeitamos os posicionamentos dos órgãos técnicos da União, mas acreditamos no seguinte: Mais Santa Catarina, menos Brasília.

Essa é a nossa mensagem. E estaremos no STF defendendo os interesses do nosso Estado de Santa Catarina perante esta Ação Civil Pública Originária. E pedimos aqui, Senador Dário Berger, a sensibilidade para que a gente possa, de fato, criar essa comissão, que seja uma comissão efetiva e que possa trazer, ao fim e ao cabo, a viabilização da construção da segunda pista.

Era isso, Senador.

Eu agradeço e estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, nós agradecemos também a participação do Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, o Dr. Alisson.

E vamos seguir com a nossa audiência pública, ouvindo agora o Secretário de Infraestrutura do Governo do Estado de Santa Catarina, o Sr. Thiago Vieira, que está...

Ele está *online*?

Está na tela?

Não estou vendo aqui.

Dr. Thiago, o senhor nos escuta, nos ouve? (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que está com um vento sul aí em Santa Catarina, em Florianópolis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está velejando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Esse vento é vento sul, Dr. Thiago?

Vou fazer o seguinte, então: nós entraremos em contato com o Secretário de Infraestrutura, por telefone e, enquanto isso, nós vamos ouvir o Sr. Gustavo Barreto, que representa a CCR. Em seguida, nós voltamos ao Thiago, que é o Secretário de Infraestrutura do Governo do Estado. O.K.?

Sr. Gustavo, o senhor me ouve direitinho?

Perfeito?

Então, ofereço a palavra ao senhor.

O SR. GUSTAVO BARRETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu o escuto bem. Muito obrigado.

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu aniversário, desejando muitas felicidades.

Quero cumprimentar os demais Senadores presentes a esta audiência pública, agradecer o convite, em especial agradecer ao Senador Esperidião Amin, que nos proporciona a oportunidade de participar desta audiência pública.

Quero cumprimentar também os demais convidados, que me antecederam e também o Secretário Thiago, que ainda terá a sua participação, e agradecer, desde o início, as menções feitas ao grupo CCR, tanto pelo Senador Esperidião Amin, quanto pelo Secretário Ronei, o que nos deixa, de fato, bastante motivados, adicionando a energia que nós temos dedicado ao setor de aeroportos.

E aqui eu queria comentar rapidamente sobre todos os aspectos.

Antes de entrar nas questões específicas do Bloco Sul, eu gostaria que os senhores me permitissem fazer um brevíssimo histórico das atividades do Grupo CCR.

O Grupo CCR tem uma experiência de 22 anos no setor de infraestrutura de transportes. Atualmente, somos responsáveis pela operação de serviço público de transporte no setor rodoviário, com diversas concessões de rodovias federais e estaduais. Atuamos no setor de mobilidade urbana com linhas de metrô, VLTs, barcas e já operamos aeroportos na América Latina, aqui no Brasil, como já foi mencionado, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, e também temos uma empresa de operação aeroportuária nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa experiência nos qualificou a entrar nas rodadas de leilão, especialmente na 6ª rodada de leilão de aeroportos, na qual dedicamos um esforço muito grande nos estudos. Com todos os estudos que foram disponibilizados pelo Governo Federal e pela Anac, criamos uma equipe bastante experiente e competente para que mergulhasse nesses estudos, observasse todas as questões atinentes aos riscos, como sempre fazemos, e, por fim, saímos com êxito do leilão da 6ª rodada, arrematando o Bloco Sul e o Bloco Central. São 15 aeroportos que precisam ser assumidos praticamente num mesmo momento.

O Grupo CCR tem mantido o cumprimento de todos os prazos estabelecidos no edital, como já foi dito aqui pela Anac e também pela SAC, os prazos estão em cumprimento. Nós assinamos recentemente o contrato, a eficácia se iniciou semana passada e estamos agora na fase de transição operacional, que significa apresentar um plano, o chamado PTO, para aprovação da Anac e, em parceria com a Infraero, fazer essa operação assistida até o final de março, início de abril, quando assumiremos efetivamente a gestão desses aeroportos.

Para chegar até esse ponto, além desses estudos bastante aprofundados, precisamos também contar com um time de profissionais bastante robusto. E, neste momento, nós estamos estruturando toda a nossa equipe para que tenhamos sucesso – e temos certeza de que vamos ter – na operação desses aeroportos. Essa nova malha aeroportuária que a CCR assume vai permitir uma sinergia bastante interessante do ponto de vista de logística integrada. Como foi dito pelo Senador Esperidião, nós já estamos no Estado de Santa Catarina, com muita satisfação, operando a CCR ViaCosteira, a BR-101. Fizemos entregas relevantes para a sociedade, temos um plano ainda bastante amplo de investimentos.

E, no cumprimento do contrato, Senadores, nós não temos a menor dúvida de que vamos atingir todos os parâmetros de nível de serviço estabelecidos. O compromisso que a CCR tem em todos os modais em que atua e nas regiões e nas comunidades que são atingidas pelos seus serviços é, de fato, o cumprimento na íntegra do contrato. Obviamente, o que nós apresentamos como proposta, que foi uma proposta vencedora, está submetido ao edital e aos contratos que foram apresentados em conjunto e, posteriormente, assinados por nós e pela Anac. Dessa forma, vamos desenvolver os projetos de engenharia. Nós estamos hoje na fase de desenvolvimento. Como já foi dito, o PTO, desculpe, o PGI tem um prazo para ser elaborado. Nós estamos estruturando esses projetos, avaliando todas as possibilidades, para que os investimentos e esses parâmetros de desempenho sejam cumpridos fielmente. Estamos submetidos sempre à gestão regulatória e fiscalização da Anac, como poder concedente e, obviamente, temos um compromisso de parceiro privado, junto às regiões onde atuamos, porque o nosso interesse é o interesse do desenvolvimento dessas regiões, das comunidades onde estamos inseridos e também prover uma infraestrutura que permita esse crescimento permanente. Estamos muito otimistas e muito satisfeitos com o que está por vir. E, desde já, estamos aqui empenhados em várias frentes de trabalho, porque a implantação desses aeroportos exige o cumprimento de condições precedentes que são bastante trabalhosas, seja do ponto de vista jurídico, na constituição das SPEs, seja do ponto de vista de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4D4A0F9300425A2E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de garantias, questões de financiamento; enfim, são várias frentes, mas todas elas estão em andamento e vamos seguramente, a partir do início de abril, já iniciar essas operações.

Eu agradeço e fico aqui à disposição, cumprimentando a todos mais uma vez.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve colocação e uma indagação ao representante da CCR, cumprimentando-o pela sua participação. Nós não podemos convocá-lo e muito menos exigir a sua presença. Eu acho que é uma deferência a esta Comissão e a V. Exa. e a Santa Catarina a presença do Sr. Barreto.

Eu gostaria de colocar perante o representante do investidor a palavra que o Dr. Alisson, Procurador-Geral do Estado aqui trouxe. Nós temos demandas, inclusive, uma no Supremo Tribunal Federal. Eu não gostaria de enfatizar o que isso representa em termos de uma relativa insegurança jurídica para o investidor. E o fundamento é um direito federativo dessa ação. Das outras, eu já mencionei. O que significa isso? Temos um gestor de um bloco, como disse o Tribunal de Contas. E o Dr. Barreto pode investigar. Se precisar, eu posso lhe fornecer o texto. O Tribunal de Contas, na pessoa do Dr. Raimundo Carreiro, que está se aposentando agora com todo o mérito e já aprovado para representar o Brasil em Portugal, não é, portanto, apenas um ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, ele disse claramente: "Do jeito que foi montado o leilão, a terceira pista, que foi inserida sem plano diretor, sem estudo e demanda em Curitiba, nada contra". É o arbítrio, mas também arbitrariamente foi suprimida a segunda pista, e isso provocou o seguinte jogo para o gestor – estou me referindo ao gestor–: para que a terceira pista não seja um elefante branco, é preciso suprimir a segunda, e é aí que nasce o conflito federativo, porque um é bairro do outro. São Estados que competem, participam da Federação, mas competem. E os números dessa competição, em matéria de carga aérea – o último que eu tenho é de julho –, dizem o seguinte: volume no Paraná, dado oficial, 9.054 toneladas; Santa Catarina, 8.866 toneladas, conto uma diferença de 170 toneladas. O valor financeiro da carga: Santa Catarina, US$875,75 milhões; Paraná, US$624 milhões, uma diferença de US$250 milhões, cerca de 30% do volume do Paraná; aliás, 40% do volume do Paraná e mais de 30% do volume de Santa Catarina. Portanto, esse conflito federativo é respaldado por outras ações que eu não vou repisar aqui.

Eu apelo aqui para a sensibilidade do investidor para que ele procure uma solução que traga mais segurança jurídica para os passos que ele vai dar; é isso que nós queremos. E a solicitação o que é? Que uma comissão paritária e com participação popular – é isso que o Dr. Alisson falou – acompanhe o quê? Acompanhe tanto a elaboração do plano quanto a preservação do desenho da segunda pista no plano diretor, como ressaltou o Procurador do Município. Quem é que vai segurar essa área até a desapropriada, se não houver um uso destinado, ou seja, se não houver uma destinação no plano diretor, no plano de negócio, no plano de operação, que a Anac concordou em sumir com ela? Isso tem que retornar. Agora, a aplicação de recursos, especialmente por parte da iniciativa privada, tem que seguir, é lógico, um estudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de demanda, que é vindouro, porque sobre a demanda qualquer retrospectiva hoje é abalada pela pandemia. Ninguém confia mais em estatística antiga, especialmente de transporte de carga ou de transporte de carga aérea.

Então, é para esses aspectos, e não pedindo favor, mas pedindo inteligência para a empresa, que eu tomo a liberdade de fazer esta intervenção com a pergunta: essa segurança jurídica não vale a pena, não vale um esforço para esse acordo? É essa a pergunta que eu deixo à consideração do Sr. Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito boa a pergunta de V. Exa.

Nós perdemos o contato com o Secretário de Infraestrutura do Governo do Estado de Santa Catarina.

Então, eu consulto se o Sr. Ivan Amaral deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, eu ofereço a palavra ao Diretor de Integração de Transportes do Governo do Estado de Santa Catarina, acompanhado aqui pelo Sr. George Francisco Picinato, que é Gerente de Estudos e Projetos de Obras Aeroviárias também de Santa Catarina.

O SR. IVAN AMARAL (Para expor.) – Senador Dário Berger. Senador Esperidião Amin, quero mandar um abraço para o Dr. Alisson, um amigo.

Quando foi feita uma comissão – eu, George, junto com a Procuradoria –, a gente estudou o processo e não queria olhar para trás. Vamos olhar para a frente, o que é que a gente vai fazer, agora, para salvar a segunda pista? Uma solução é criar uma comissão que tenha poder, para que não se inviabilize essa pista, porque o projeto diz que vai construir um terminal novo e esse terminal novo vai inviabilizar a rampa de proteção – o chamado PBZPA na Aeronáutica –, fazendo esse terminal novo, acabou, não tem mais segunda pista. E olha só o que é que se criou, porque já existe uma empresa que está fazendo um novo terminal de carga, de acordo com o plano diretor anterior, essa é a bagunça que está sendo criada.

Então, esta é a nossa proposta, é o que nós temos agora, é a nossa arma, é ter poder no novo plano diretor, não deixar que se construa nada, que se deixe aquela área preservada, para, quando houver demanda – o Senador Esperidião Amin falou que aquela região tem muito valor agregado –, quando houver demanda, então, faz-se a outra pista, mas nós temos que ter esse poder.

Aquela região é uma região que não pode ser deixada de lado. Eu tive a satisfação de ser o engenheiro que fez o alargamento do canal do porto e a nova bacia de evolução. Alagamos, de 135 para 170, e trabalhei junto com o meu querido amigo Marcelo Salles, filho do Dr. Colombo, nós fomos colegas de curso de Engenharia, fomos alunos do seu pai, trabalhamos juntos ali. E, depois que fizemos essa obra de 60 mil contêineres/mês, está em 130, e a previsão, para a metade do ano que vem, é 150. Não cresce mais por causa de um grande gargalo que é a BR-470. O Governo do Estado até investiu lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o Governo Federal agora recuou. Então, aquela obra ficando pronta, vai chegar mais carga, e isso, quer dizer, o setor modal hidroviário? Ótimo, está sendo bem contemplado. E o aeroviário? Vai ficar estagnado?

Então, essa é a nossa preocupação, porque uma coisa leva a outra nos modais. Havendo esse crescimento de cargas, talvez não haja carga agora suficiente, mas, num futuro bem próximo, haverá. Então, a nossa proposta e a arma que nós temos é que se mantenha uma comissão e que essa comissão tenha poder, senão, do jeito que foi criada agora, uma comissão sem poder nenhum, só para ficar observando o que foi decidido, não nos adianta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Eu quero fazer, enquanto nós aguardamos, já que o Sr. Thiago, que é o Secretário de Infraestrutura do Estado... (*Pausa.*)

Entrou? (*Pausa.*)

Então, eu vou dando sequência aqui à nossa audiência pública.

Bem, em primeiro lugar, tenho aqui algumas perguntas do e-Cidadania, dos nossos internautas que participam da nossa audiência pública, mas eu quero, preliminarmente, mencionar e afirmar que o Estado, a União não se desenvolve sem a logística necessária, sem a infraestrutura necessária para transportar sua riqueza. Sem a logística necessária, aumenta o custo Brasil, aumenta o custo do transporte, o custo dos fretes, os produtos nossos ficam mais caros e é reduzida a competitividade das nossas empresas. Essa é uma das razões lógicas pelas quais nós estamos envidando todos os esforços necessários para que Santa Catarina não seja prejudicada sem a infraestrutura básica necessária, uma vez que nós saímos na frente, estávamos preparados para isso.

Nesse sentido, a segunda pista do aeroporto de Navegantes já constava, repito, no plano diretor aprovado pela Anac já em 2013. Olha só! As desapropriações já haviam sido iniciadas e dois terços delas desapropriações já estão concluídas. Mas, simplesmente, essa concessão foi ignorada, ignorou, vamos dizer assim, todo esse planejamento que existia, essas ações preliminares que já foram executadas, que custaram muito dinheiro e que foram jogadas, certamente, na lata do lixo, porque não vamos aproveitar. E nós não sabemos qual é o destino que teremos agora com essas áreas, que são importantes para Santa Catarina e para o Vale do Itajaí.

Então, a minha pergunta é para a Dra. Juliana. Diante dessa exposição que fiz, qual é o entendimento da Anac com relação à continuidade administrativa de ações do Ministério e da Anac com relação a esse assunto, se o que foi feito e realizado, como diria o Odorico Paraguaçu, "pratrasmente" pode ser completamente desconsiderado "prafrentemente"? Quer dizer, uma situação que nos causa certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignação e certa revolta, haja vista que essa era uma situação consolidada em Santa Catarina. A nossa expectativa não era outra senão, efetivamente, ser contemplado com o mínimo necessário da construção da segunda pista no aeroporto de Navegantes.

E a outra questão que eu quero abordar, que quero levar ao Dr. Ronei, está relacionada necessariamente à construção também dessa segunda pista. Certamente, se o Governo e o leilão optaram pela construção da terceira pista em Curitiba, significa dizer que, momentaneamente, a segunda pista no aeroporto de Navegantes fica prejudicada. Mas eu volto a insistir dizendo que nós estávamos infinitamente à frente nessa questão para receber em nosso território a construção de uma segunda pista, para que se estabelecesse uma logística adequada, tão bem exposta pelo Senador Esperidião Amin, com relação à demanda e aos valores dos produtos alocados no aeroporto de Navegantes. Então, a minha pergunta é a seguinte: é uma decisão única e exclusivamente política? Eu quero saber se é uma decisão única e exclusivamente política, porque técnica não pode ser.

Então, nós estamos sendo prejudicados por uma decisão meramente política, em que o Governo do Paraná nos passou para trás, nos deixou comendo poeira, o que nós não podemos aceitar, porque o Governo de Santa Catarina merece respeito e tem pressa com relação a esse assunto. Ademais, eu quero dizer que nós não merecemos esse tratamento do Governo Federal em Santa Catarina, principalmente desse Governo, porque esse Governo foi o Governo mais votado em todos os Estados federados do Brasil, e nós imaginaríamos que pudéssemos ter um tratamento diferenciado do Governo Federal. Pelo contrário, o Governo Federal ignora as nossas ações, ignora o nosso Parlamento, ignora o nosso foro, não nos atende com a pertinência que nós merecemos. E aqui fica, então, a minha revolta e a minha indignação. Quero me associar ao Senador Esperidião Amin para lutar decisivamente para que nós não sejamos passados para trás novamente com relação a essa questão, que é de fundamental importância para todos nós.

Então, deixo essas duas perguntas. A pergunta para o Ronei, que é o Secretário Nacional de Aviação Civil, que representa o Ministério da Infraestrutura; e também a questão que levantei para a Dra. Juliana, que é a representante da Anac.

Além do mais, quero aqui fazer as perguntas que vieram do e-Cidadania.

A Karen Cunha, de São Paulo, pergunta: "Qual o objetivo da concessão aeroportuária?". Qualquer um pode responder a esse respeito, acho interessante a participação e também a indagação.

A Nicolle Rocha, do Rio de Janeiro, pergunta se essas concessões abrangem somente a Região Sul. Parece-me que ela tem interesse em que as concessões possam avançar também para outras regiões do País. E nós somos favoráveis às concessões.

O Senador Esperidião Amin mencionou aqui que o Aeroporto de Florianópolis é o aeroporto mais bem avaliado agora, dos últimos tempos, numa concessão que foi feita e que trouxe resultados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressivos e significativos para Florianópolis, Grande Florianópolis e para Santa Catarina. Então nós não somos contra.

Nós somos contra ser passados para trás; nós somos contra ser enganados; nós somos contra deixar Santa Catarina em segundo plano, em detrimento de outro Estado da Federação. Isso, nós não podemos aceitar, e por isso que nós levantamos a nossa voz nesta audiência pública e em outros momentos que são necessários para defender os interesses de Santa Catarina.

A Elinadja Targino, de Alagoas, faz um comentário: "Poderia ser realizado com outras regiões do País, principalmente Norte e Nordeste, que possuem [também um] vasto litoral".

Então, deixo essas três perguntas aqui do e-Cidadania e as minhas duas perguntas para os nossos expositores e os nossos convidados.

E agora chegou o Secretário de Infraestrutura, Dr. Thiago. Acho que nós podemos ouvir rapidamente o Thiago Vieira, que é o Secretário de Infraestrutura do Governo do Estado de Santa Catarina. Ouve-me, Thiago, agora?

O SR. THIAGO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Ouço, Senador, ouço bem. O senhor me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, ofereço a você a palavra.

O SR. THIAGO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente cumprimento nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado.

O SR. THIAGO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Em sua pessoa, também o Senador Esperidião Amin e todos que provocaram, mais uma vez, de forma pública, a proposta do debate relacionado ao Aeroporto de Navegantes.

Santa Catarina tem elencado a infraestrutura como prioridade. Nossa prioridade da infraestrutura é porque Santa Catarina não pode parar de crescer. Nós estamos produzindo riquezas para o nosso Brasil, com pouco mais de 1% do nosso território representativo em relação ao Brasil, mas que representa aí uma das grandes economias, que efetivamente precisa das condições de logística e de infraestrutura necessárias.

E, dentro do planejamento da secretaria, é indispensável a colocação do Aeroporto de Navegantes no âmbito para escoamento de cargas. Nós temos recuperado e trabalhado pelo princípio da intermodalidade. É uma diretriz de planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dentro dessa diretriz de planejamento, o Aeroporto de Navegantes está num grande coração de Santa Catarina no que se refere à logística. Nós temos o segundo maior complexo portuário, ao lado do complexo de Itajaí; nós temos a BR-101, que é um eixo logístico fundamental; nós temos o escoamento da 280 chegando até ali; a 470, de leste a oeste. E tudo ao lado do Aeroporto de Navegantes.

Os números, e aí eu quero endossar as falas que antecederam em defesa do Aeroporto de Navegantes, para a segunda pista. De fato, eu corroboro com a fala do Dr. Alisson, de que efetivamente o Estado de Santa Catarina... É uma postura, e a gente deixa público aqui, nós não nos cansaremos de batalhar, de defender os interesses de Santa Catarina, mesmo que porventura tenhamos que buscar as medidas jurídicas necessárias. Mas o fato é que Santa Catarina não pode ficar para trás.

A gente acredita, sim, que dentro de todo o cenário que já foi aqui debatido, que a gente possa acompanhar, aliás, um compromisso firmado informalmente, inicialmente junto ao ministério, de que Santa Catarina e as forças vivas pudessem acompanhar todo o desenvolvimento do estudo, inclusive com a readequação ou a reanálise no que se refere à demanda.

Então, a gente, de fato, ratifica que Santa Catarina vai tomar todas as medidas necessárias em defesa do Aeroporto de Navegantes, para a segunda pista.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem, Secretário Thiago, nós agradecemos a participação do senhor aqui, na nossa audiência pública.

Só ratificando que nós defendemos que Santa Catarina é um Estado de oportunidades. Sua economia é forte e diversificada, tem um prestígio nacional e internacional destacado. Na nossa logística, nós estamos atrasados principalmente nas rodovias federais, acho que posso dizer, sem medo de errar, uns 20 anos. Há 20 anos nós já deveríamos ter uma logística adequada para transportar a nossa riqueza. A nossa contribuição é enorme, e a nossa retribuição é muito pequena pelo que nós representamos.

Então, nós todos estamos irmanados no mesmo sentido, na mesma direção e com o mesmo objetivo de defender os interesses de Santa Catarina.

O Aeroporto de Navegantes, para nós, é muito caro, representa uma região muito rica de indústrias de produtos manufaturados de valor agregado. Por isso é que, em toneladas, nós quase que empatamos com o Estado do Paraná. Mas, no financeiro, nos recursos, nós temos uma vantagem extraordinária, certamente porque o nosso produto é um produto agregado, um produto manufaturado, um produto que agrega valor, mais caro. Com isso, dinamiza mais a economia. Nós não podemos ficar sem a segunda pista do Aeroporto de Navegantes, senão nós vamos ter que utilizar o aeroporto de Curitiba para transportar a riqueza produzida em Santa Catarina, o que é um absurdo.

É nesse sentido, Ronei, que nós estamos tentando sensibilizar o Governo Federal. Compreende? É pela contribuição que Santa Catarina representa, por ser a sexta economia, embora sendo um território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ocupa apenas 1% do território nacional. É um Estado de oportunidades, que acorda cedo, que dorme tarde, que produz. Nós precisamos valorizar quem produz e quem trabalha neste País. Santa Catarina é um exemplo disso. Por isso, eu fiz esses questionamentos.

Ofereço a palavra ao Senador Esperidião Amin. Não sei se ele quer utilizar a palavra para, também, fazer algum questionamento adicional a esses que eu estou fazendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, feitas as respostas às suas indagações, eventualmente, pode ser que eu queira fazer alguma intervenção, mas no momento não.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Então, eu gostaria... Eu fiz uma pergunta. Pode ser a Dra. Juliana ou pode ser o Sr. Ronei para responder aos nossos questionamentos.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acredito que eu seja a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pode ser a Dra. Juliana.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência*.) – Primeiro, uma pergunta sobre os objetivos das concessões aeroportuárias.

Sem dúvida, o Secretario vai falar mais também sobre isso, mas eu acredito que um dos objetivos, sem dúvidas, também, é a melhoria da infraestrutura, e nós todos aqui estamos convergentes nesse objetivo. Existe essa discussão sobre a segunda pista, sobre a alteração do plano diretor. Isso já existe, esse encaminhamento aberto junto da União, junto ao Estado e ao Município de Navegantes, e eu queria frisar, como eu estava falando um pouco antes também, na abertura, que o contrato de concessão está vigente. Enquanto essa discussão da segunda pista prossegue, e ela deve prosseguir – todos aqui trouxeram exposições muito ricas de conteúdo sobre esse assunto –, nós temos também outros investimentos que precisarão ser realizados e que deverão ser realizados nos próximos meses e anos.

Então, temos aqui não conformidades. Hoje o Aeroporto de Navegantes possui uma restrição operacional por não cumprir fielmente um determinado requisito de segurança operacional. Então, isso precisa ser sanado. Nós temos uma ampliação do número de posições de pátio, também já estabelecida, a ser feita nos próximos meses. Nós temos aqui melhorias no terminal de passageiros, operação dentro dos parâmetros de pontes de embarque, provimento de uma capacidade operacional na sala de embarque, em todos os componentes operacionais do terminal de passageiros, aferição de qualidade de serviço, realização da pesquisa de satisfação de passageiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos uma série de investimentos que, em paralelo a essa discussão, como todas as exposições aqui trouxeram também, precisarão ser feitos e seguem sendo monitorados e acompanhados aqui, pela Anac. Temos também, nos próximos dias, uma transição operacional que conta com representantes dos diversos órgãos que atuam dentro do aeroporto. Então, o cenário de investimentos, como todos aqui trouxeram também, de melhorias no Aeroporto de Navegantes, está sendo feito, e a questão da pista vai seguir com essa discussão, mas eu só queria reiterar que estão sendo feitos investimentos agora, nos próximos meses, dentro desse cenário de fase inicial de investimentos, de melhorias na infraestrutura como um todo, porque, no limite, também, a gente também precisa melhorar o terminal de passageiros, precisa melhorar o número de posições de pátio, para que a capacidade do aeroporto aumente.

Então, sem dúvidas, o que nós já podemos afirmar com toda certeza é que, dentro de três anos, teremos um aeroporto com maior capacidade do que a capacidade atual da infraestrutura. E, sobre as discussões da pista, nós já temos aqui um fórum aberto junto de todos os representantes, e, sem dúvidas também, essas manifestações vão ser consideradas.

Então, eu agradeço novamente. Eu acho que foi um ambiente muito rico. Reitero, também, tudo sobre que nós já nos manifestamos, porque esse é um ponto que vai ser discutido, está sendo discutido e, enfim, agradeço novamente, Presidente, Senador Dário, pela palavra, e estamos à disposição também dentro da Anac para continuar com as discussões.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dra. Juliana, a senhora não respondeu exatamente a minha pergunta. Desculpe-me, mas eu preciso insistir nessa questão.

Qual é o comportamento, qual é o entendimento – foi o que eu gostaria de saber e eu acho que todos nós de Santa Catarina gostaríamos de saber –, qual é o entendimento e qual é o comportamento da Anac com relação a um plano diretor aprovado já, em 2013, que foi desconsiderado, e que encontrou nessa desconsideração uma consideração num Estado vizinho para fazer exatamente, ou muito parecido, uma pista para desenvolvimento da economia do Estado do Paraná? Essa é a essência que eu queria entender, porque, se a Anac não considera nenhum planejamento que foi feito por governos anteriores, dez anos atrás, em que Santa Catarina já tinha detectado essa necessidade desse novo terminal, dessa nova pista, que avançou e que foi aprovado pela agência, como é que a agência, agora, não se manifesta para manter esse planejamento estratégico de desenvolvimento econômico e logístico que se estabelecia há 13 anos?

É essa a minha pergunta, essa que é a essência, porque, se nós temos a agência reguladora, a agência reguladora é para regular, regulamentar e defender os interesses da Nação; não é para defender os interesses de um governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido é que eu faço a pergunta e gostaria de saber qual é o posicionamento da Anac.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – *O.k.*

Sobre o plano...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só um minuto, Dra. Juliana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... só vou adicionar.

A senhora conhece algum caso em que Anac tenha ficado passiva diante de uma obra em andamento? Em andamento, tome nota!

Se o desenho que a CCR recebeu nessa licitação for adotado – tome nota –, a pista vai ser inviabilizada, porque o que está no desenho contraria o Plano Diretor, que serviu de base para desapropriações, para um terminal de passageiros e para um terminal de cargas.

Se a omissão da Anac... Não é outra a palavra, porque a Anac não fez uma audiência pública para revogar o Plano Diretor de setembro de 2013. Eu sei que os ombros sobre os quais isso pesa não estão presentes aqui. Quem está presente é a senhora. Por isso, eu quero confirmar e detalhar a pergunta do Senador Dário Berger.

Não é um desenho extravagante, como já foi apresentado em outra ocasião, "Olha aqui o de Tefé. Nós revogamos Tefé, revogamos já o de Anápolis". Não, este estava em obras, o Plano Diretor estava em obras, paulatinamente, do jeito que sempre as coisas de Santa Catarina são tratadas, com vagar, como é o caso da 470 hoje, que até está sobrando dinheiro para uma obra cujo ritmo é de tartaruga lenta, gorda e velha, como diz o povo do Vale do Itajaí.

Nós estamos acostumados, mas não se pode é jogar fora. Não se pode é jogar fora o desenho, o Plano Diretor, a diretriz, com dois terços da desapropriação feita. E o que é pior: com um novo desenho. Se for adotado o terminal do novo desenho, a segunda pista deixa de existir para sempre. Nós estamos querendo é impedir essa morte, essa morte violenta de uma obra que estava em andamento. Não se trata de "Ah, vai ser investido!". Não; nós queremos preservar a possibilidade de prosseguir o investimento. Quando?

Quando a demanda, que nós reconhecemos... Nós não temos elementos concretos, o setor foi abalado, está sendo retomado... A região lá cresce e tem muito produto com valor agregado, não tem carga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O porto, por exemplo, o porto, D. Juliana, não exporta *commodity,* ele exporta contêineres. Nós chamamos de porta-joias, porque tudo que tem ali tem tecnologia e valor agregado, senão não ia colocar num contêiner, jogava a granel.

Então, é uma área que nós apostamos que tem futuro, agora, o que nós não queremos é permitir a consumação do assassinato que o leilão produziu. É isso que nós queremos. E eu duvido que haja na história da Anac um caso de omissão tal como o que nós estamos assistindo agora, porque a Anac é a agência reguladora. A responsabilidade dela, como disse o Senador Dário Berger, e eu concluo, não é atender uma decisão correta ou não do Governo, é preservar o interesse público, e não me parece que seja do interesse público prejudicar o prosseguimento da execução de uma obra, que tem que estar no plano, e o seu cronograma vai ser determinado pela pressão da demanda, é isso que nós queremos.

E nós vamos continuar discutindo. Nós estamos... Concluo para dizer o seguinte: se tem um Estado que tem cultura para pegar ações judiciais e lutar contra o tempo é Santa Catarina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Casualmente, a do Contestado, que também foi com o Estado do Paraná, levou 17 anos e a do petróleo levou 30, mas nós ganhamos as duas. E o advogado do querido e vizinho Estado do Paraná – terra de onde veio a minha mãe para conhecer Florianópolis – era Ruy Barbosa e o advogado de Santa Catarina era o Manoel da Silva Mafra.

E nós ganhamos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Esperidião, só que isso é o que nós não queremos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós queremos um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Imagina nós criarmos um impasse que vai durar dez anos, 20 anos, 30 anos, quem é que vai ganhar com isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E para que isso? Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dra. Juliana, a senhora está com a palavra.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – O senhor está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora, sim.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Eu entendi o questionamento, Senador. Desculpe-me se eu fui evasiva na resposta anterior.

Falando especificamente sobre o Plano Diretor, é usual que haja uma nova apresentação de planos que revoguem os planos anteriores naturalmente por se tratar de um documento de planejamento.

Eu não estou me referindo especificamente ao caso de Navegantes, porque não temos um novo Plano Diretor apresentado. O Plano Diretor atual do aeroporto de Navegantes é justamente aquele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A senhora não tem nem a revogação, D. Juliana. Ele não foi revogado pela Anac.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência.*) – Estou achando que o meu microfone...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele não foi revogado, ele foi revogado pelo leilão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dra. Juliana, a senhora ouviu? O Senador Esperidião Amin diz que ela não foi revogada pela Anac, ela foi revogada pelo leilão, sem a participação da Anac, o que caracteriza, na opinião nossa, tanto do Senador Esperidião quanto minha, um lapso; no mínimo, é uma omissão.

O projeto passou, e a Anac não se manifestou a respeito dessa prioridade que já existia na Anac, aprovada desde 2013.

Então, veja bem que, quanto mais a gente discute, mais nós chegamos à conclusão de que a Justiça está no nosso lado, entendeu? E nós estamos em busca da Justiça com relação a esse terminal de carga, que estava projetado para Navegantes, e que foi retirado de uma maneira brusca e obscura até, vamos dizer assim, de uma área que nós já tínhamos consolidado e que foi transferida para o Estado vizinho, o que é muito ruim para Santa Catarina.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência.*) – Desculpem. O meu fone de ouvido acabou a bateria e eu não sei até onde os senhores me ouviram.

Eu estava apenas mencionando que a apresentação do plano diretor de uma nova revisão é usual, como seria de se esperar em qualquer documento de planejamento, e também no plano de gestão da infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só ia complementar que, acerca da afronta ao plano diretor existente, nós ainda não temos um planejamento dos investimentos a serem realizados pela nova concessionária. O EVTE, o Estudo de Viabilidade, aquele projeto que coloca o terminal na área em que seria a segunda pista, ele é apenas um estudo, ele é apenas uma proposta de investimento. E vai haver a apresentação do anteprojeto agora, daqui a seis meses da data de 29 de novembro. Então que, ao haver então a apresentação desse documento, do projeto e do plano de gestão da infraestrutura, aí sim nós vamos ter então a proposta de investimentos da concessionária para o aeroporto.

Então, não sei se eu fui clara, porque no meio eu acabei interrompendo a minha fala. Mas só retomando, então, que a apresentação de um novo planejamento de investimentos tanto via plano diretor – e aí a análise do plano diretor da Anac é uma análise exclusivamente de aspecto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Deu um problema. Congelou a imagem da Dra. Juliana.

Senador Esperidião, enquanto a imagem não vem, então eu vou fazer um requerimento à Anac pedindo que ela se manifeste objetivamente acerca dessa questão de, para revogar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo que ela está explicando, e não concluiu, nós estamos no limbo. Nós tínhamos um plano diretor que previa uma segunda pista nessa conformação, uma espécie de Y - não é? -, a pista atual e a segunda pista. E agora não temos nada, porque nós não temos a apresentação do plano de investimentos, que deveria seguir o plano diretor. E a segunda pista foi deletada; foi deletada e nós estamos no limbo: nem no inferno nem no céu. Estamos pendurados no ar. E isso eu duvido que faça parte da prática da Anac.

Por isso, para subsidiar esse requerimento que V. Exa. sugere, é indagar o seguinte: o que está em vigor hoje então? E, se foi revogada...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De que forma foi revogada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi consultada a sociedade? Não tem nada a ver com leilão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer: para retirar uma segunda pista em obras, quem foi consultado? Quem foi consultado?

Só para concluir, eu considero que os cuidados – e vou oferecer aqui para a assessoria da Comissão...

No dia 16 de dezembro do ano passado, o Comando da Aeronáutica, o Ministério da Defesa publicou as novas instruções – Anexo I – para o Código Brasileiro de Aeronáutica, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, e aprovou a instrução relacionada a processos da área de aeródromos, no âmbito do Comaer.

Três dispositivos que eu vou oferecer aqui para a assessoria demonstram o cuidado que o Comando da Aeronáutica e, por via de consequência, a Anac devem ter em relação a pleitos de Municípios e Estados federados em matéria de requisitos que as pistas e os aeródromos devem ter.

Quando o comando aéreo indefere, ele tem que apresentar um estudo, até para indeferir um pedido de um Município. Se o Município considera do seu interesse público alguma coisa, para que isto seja indeferido é deste livrinho que tem que sair um estudo técnico. Agora, imaginem um plano diretor com uma obra em andamento. Isso é improbidade administrativa! "Joguei fora, tirei fora e estou agora querendo executar um desenho que inviabiliza os bens e as terras que eu construí ou adquiri para a execução daquilo que fazia parte do plano diretor". Onde é que está a Anac?

Então, eu vou oferecer aqui para a assessoria este documento sobre planejamento de aeroportos, de aeródromos, do Comaer, aprovado há menos de um ano, em 16 de dezembro de 2020, como subsídio para orientar essa manifestação da Comissão à Anac.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço e cumprimento V. Exa.

Eu só quero comunicar que deu uma pane geral na nossa audiência pública. (*Pausa.*)

Voltou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Voltou. Então, vamos fazer um teste para ver se voltou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou conceder a palavra para a Juliana. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dá para liberar o áudio da Dra. Juliana? (*Pausa.*)

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência.*) – Eu estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está ouvindo? Está ouvindo, Dra. Juliana?

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (*Por videoconferência.*) – Estou ouvindo, Senador. Os senhores me escutam também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Escuto, escuto.

Então, a senhora tem a palavra para abrandar a nossa dor, a nossa tristeza e a expectativa que nós temos de reformular esse processo com relação ao aeroporto de Navegantes.

A SRA. JULIANA SALIM FARIA DANTAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu não sei exatamente até que ponto os senhores me ouviram. Eu só estava mencionando que a questão do projeto que está posto para a concessão do estudo de viabilidade não é vinculante – eu acredito que os senhores saibam disso. Então, a concessionária vai apresentar um novo projeto agora.

De fato, está clara a dor que todos os senhores apresentaram, assim como o mérito da questão, que também já foi muito discutido, de se proteger essa área de expansão da pista, para que, de fato, no atingimento da demanda, o aeroporto tenha capacidade para operar a carga da região.

Eu só queria reiterar aqui que durante a minha fala eu também mencionei, não sei se os senhores ouviram, ou não, que existem outros investimentos também em desacordo com o Plano Diretor que, de todo modo, já precisarão, já ensejarão uma revisão. A própria questão do cumprimento dos regulamentos de segurança operacional... Hoje o aeroporto opera com uma condição especial de um Neso aprovado. Existe um acréscimo de posições de pátio. Então, de toda maneira, sem dúvida, vai ser... Todos nós aqui convergimos, sem dúvida, para a melhoria da infraestrutura do aeroporto de Navegantes. E o modo como isso vai se dar, na revisão aqui do Plano Diretor ou na revisão do PGI, vai se materializar na apresentação do anteprojeto, quando de fato a Anac vai ter conhecimento de quais são os investimentos previstos para o Aeroporto de Navegantes, o que vai acontecer daqui a seis meses.

Enquanto isso, sem dúvidas, todas as questões aqui, que foram apresentadas, vão ser levadas, também, dentro da Anac e dentro do Ministério, para que possam ser discutidas. Mas eu só quis esclarecer então o viés do Plano Diretor, que é uma avaliação de segurança operacional, e que é um documento que é revisado rotineiramente, dados os novos investimentos ou, enfim, uma alteração das projeções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Secretário Nacional, Sr. Ronei, o senhor tem a palavra.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Agora, sim, liberaram meu áudio aqui.

Bom, muita coisa foi falada aqui, eu vou tentar dar uma pincelada geral em alguns aspectos.

Deixa eu começar, primeiro, pelo Plano Diretor de 2013, só para poder explicar que o Plano Diretor é uma peça de planejamento do operador aeroportuário. E, naquela época, em 2013, existia um operador público, uma estatal federal, que é a Infraero, que fez a sua abordagem estatal do Plano Diretor, com um foco muito grande na ocupação territorial, sem uma vinculação com prazo para execução.

Veja bem, a Infraero desenha um plano diretor, mas ela não sabe nem como, nem quando vai executar aquele plano. Aquele plano fica dependendo da performance de demanda e fica dependendo também da disponibilidade de recursos públicos, dentro de uma questão orçamentária do Governo Federal.

Então, na verdade, o plano diretor é uma peça viva que tem que ser obrigatoriamente revisado. E todos os planos diretores são revisados. Exemplo disso é o Plano Diretor do Aeroporto de Brasília. Se a gente olhar o Plano Diretor da Infraero e olhar o que foi feito pela Inframerica, é completamente diferente. Exatamente por isso, porque é um outro tipo de gestão, é um outro tipo de abordagem e, portanto, ele é um plano de planejamento do operador aeroportuário, e é muito saudável e natural que ele seja, sim, atualizado.

Isso não acontece só com Navegantes. Isso acontece com todos os aeroportos do País: com o Galeão, com Brasília, com Confins, com Guarulhos... Todos esses planos passam rotineiramente por alterações, modernizações, até porque o mercado muda muito. Então, o primeiro ponto que eu queria comentar é com relação ao plano diretor. Não há, do nosso ponto de vista, nenhum problema em se atualizar esse plano diretor. E, pegando carona nesse aspecto, Senador, eu queria fazer alguns esclarecimentos importantes. O primeiro deles é que essa pista do Aeroporto de Navegantes não foi retirada e não foi suprimida da concessão. Ela continua na concessão, só não tem a obrigatoriedade da sua realização na chamada Fase B, que é a primeira fase de obras dessa concessão. Ela não é obrigatória. Ela é uma pista que pode ser sim construída, inclusive ela não está inviabilizada.

Como a Juliana muito bem colocou, o estudo de viabilidade traz apenas uma sugestão de *layout* para o aeroporto, mas certamente não será o *layout* a ser utilizado pela CCR. O concessionário vai ter um novo *layout* que vai desenvolver e, nesse novo *layout,* ele vai considerar todas as suas características, as características operacionais desse estilo aeroportuário, inclusive a existência de um novo terminal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargas, que já está em construção, nessa nova área, inclusive a possibilidade de construção dessa pista no presente ou no futuro, a depender da *performance* de demanda de carga, de passageiro e do tipo de aeronave. Então essa pista não foi retirada, não foi suprimida da concessão e ela não está inviabilizada. Ela consta, sim, do processo de construção de desenvolvimento desse aeroporto ao longo de 30 anos de concessão. Havendo demanda, a pista pode ser, sim, construída, a área está lá preservada e é objeto da concessão devidamente murada, cercada e protegida para se desenvolverem esses ou outros projetos que possam vir a aparecer. Esse é um ponto importante.

O outro ponto importante é com relação à pista de Curitiba. A pista de Curitiba e a pista de Navegantes não são substitutivas, não são substitutas, são coisas completamente diferentes, não é uma em detrimento da outra; não é porque foi colocada uma pista em Curitiba, como obrigatória na Fase I-B do contrato de concessão, que deixou de ser colocada em Navegantes. São mercados diferentes, são operações distintas, são aeroportos distintos e um não está vinculado ao outro. A decisão de se colocar uma pista obrigatória no aeroporto de Curitiba também não foi uma decisão política, muito pelo contrário, ela foi uma decisão 100% técnica, baseada em estudos de demanda que foram contemplados. E ali em Curitiba, entrando um pouquinho no detalhe de Curitiba, a questão não é só carga. Em Curitiba já existe uma demanda reprimida atualmente para voos internacionais de longo curso. Várias empresas aéreas que voam para a Europa, para os Estados Unidos e para a Ásia já demandam há muitos anos ao Governo Federal a possibilidade de operar em Curitiba. Existe uma demanda muito latente em Curitiba que hoje é atendida por São Paulo, exatamente porque os aviões têm condição de pousar em Curitiba, mas não têm condições de decolar de Curitiba para voo direto para Europa, Ásia e América do Norte.

Então, dessa forma, por que os aviões pousam? Eles pousam porque eles chegam leves, já queimaram todo o combustível ao longo dessas viagens. Mas para poder fazer uma decolagem direta, um voo de longo curso, com aviões de fuselagem larga, os chamados *widebodies*, eles saem muito carregados e é necessária uma extensão maior de pista. Então, essa pista de Curitiba é discutida com a indústria, com o setor, com o mercado há pelo menos 20 anos. E os estudos de viabilidade da concessão captaram muito claramente esta demanda: a demanda do passageiro, a demanda da empresa aérea. Então, portanto, ela foi colocada. Não foi uma decisão política, em que possa parecer: "Ah, foi privilegiado lá em detrimento daqui", não foi isso que aconteceu, foi uma decisão técnica feita por consultores da área de transporte que se valeram de informações de mercado, de demanda de mercado, de compra de passagens.

Recentemente saiu um estudo falando das cidades brasileiras com grande potencial para voos para a Flórida, nos Estados Unidos, que é o principal mercado norte-americano em parceria, que faz voos para o Brasil. E a principal cidade da América Latina com potencial de atendimento e ainda não atendida por voos diretos é a cidade de Curitiba. E isso foi um levantamento de mercado feito por empresas privadas, inclusive norte-americanas, falando: "Olha, o primeiro destino que falta atender na América Latina em transporte, com ligações diretas, transporte aéreo, ligações diretas para a Flórida, para Miami, no caso, é a cidade de Curitiba". Buenos Aires já está atendida, Santiago já está atendida, Rio, São Paulo, Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fortaleza, Manaus e por aí vai. Agora, a cidade de Curitiba tem uma demanda muito grande e essa demanda hoje se vale dos aeroportos de São Paulo para poder chegar até mercados como América do Norte, Europa e Ásia. Então, por isso e só por isso é que foi feita a colocação como item obrigatório de investimento no contrato do Bloco Sul essa nova pista no aeroporto de Curitiba e ela será executada pela concessionária nos termos do contrato.

Por que Navegantes não teve essa pista colocada como obrigatória? Pelo mesmo motivo de Curitiba: porque os estudos também foram feitos com a mesma técnica, com a mesma métrica, com a mesma metodologia que também foram feitos para Navegantes. E, senhores, a realidade é que os números não mentem. A demanda não apareceu. Apareceu uma demanda, mas não apareceu com a pujança necessária para justificar uma nova pista no aeroporto de Navegantes. Dessa forma, ela não foi colocada como obrigatória. Mas ela não foi de novo, repito, não foi excluída dessa concessão. Ela continua lá e ela continua lá com todos os seus requisitos aguardando o surgimento da demanda. E é exatamente essa demanda que passa a ser acompanhada agora pelo Governo Federal, pelo governo estadual e pelo governo municipal. Temos uma concessão de 30 anos pela frente, temos um dos melhores operadores aeroportuários do mundo à frente dessa concessão. E eu tenho certeza de que, havendo demanda, essa pista será construída ou, melhor do que isso, a demanda será atendida. Com pista ou sem pista, o mais importante é que a carga não fique no chão e que o passageiro tenha opção de voo para voar, independentemente da solução de engenharia. A solução e engenharia é um problema de o concessionário resolver juntamente com o órgão regulador. O mais importante é que não falte oferta de infraestrutura para atender a demanda de serviços que a gente sabe muito bem que a região tem, porque a região é muito pujante, tanto na carga, quanto no passageiro. Mas não se justificou até agora, nesse primeiro momento a colocação do investimento como obrigatório. E só por isso é que não consta no edital essa obrigação.

O novo terminal de cargas também não está inviabilizado. Ele está em construção e será considerado. O contrato será sub-rogado pela concessionária integralmente em todas as suas cláusulas e será considerado pela concessionária no plano diretor que ela passa a desenvolver a partir de agora, que na verdade nós chamamos de Plano de Gestão da Infraestrutura. É um plano que vem antes do plano diretor, que é o momento em que a concessionária planeja a sua concessão de 30 anos e depois ela certamente atualizará o plano diretor do aeroporto e deixará para uma próxima concessionária, quando finalizada a concessão, dar continuidade, atualizá-lo, etc.

O potencial, falando rapidamente do potencial de carga do Estado de Santa Catarina e do Paraná, não tenho dúvida de que todos os dois Estados têm um grande potencial de carga e que será de fato processado nesses aeroportos. Em Santa Catarina, não podemos esquecer que já temos um belo aeroporto na capital, em Florianópolis, que recebeu muitos investimentos de um grupo internacional, Zurich Airport, que está em Florianópolis e já está fazendo um belo trabalho de atração de cargas para a cidade de Florianópolis. Então, Santa Catarina, além de Navegantes, além de Joinville, além de Chapecó

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também poderá ter e, claro, deverá ter a sua carga processada pela sua capital, que é Florianópolis. Assim, como o Paraná tem e terá outros aeroportos importantes na região, como Maringá, como Foz do Iguaçu, como Cascavel e outros mais que podem atender a região. Cada Estado tem a sua pujança, tem a sua carga e é atendido pelos seus aeroportos. Eu acho que tanto Santa Catarina quanto o Paraná já têm e continuarão a ter belas infraestruturas aeroportuárias, um sistema muito eficiente e muito competitivo. E que bom que seja competitivo, que um Estado possa competir com o outro, cada um o seu perfil, cada um com a sua matriz econômica, com a sua matriz de produção. E é nessa linha que nós seguimos. Mas, repito, a pista de Navegantes não foi contemplada nessa primeira fase de investimentos e isso nada tem a ver com a pista de Curitiba. Curitiba tem a sua vocação, tem a sua demanda e tem a sua independência operacional com relação a Navegantes. Navegantes, quando houver demanda, certamente terá ou a sua nova pista, ou a sua solução de engenharia dada para atendimento da demanda que houver. Então, eu acho que, com essas palavras, é importante esclarecer.

Realmente, respondendo aí as perguntas que vieram pela participação popular, o real objetivo das concessões é, de fato, prover uma melhoria na infraestrutura e na qualidade dos serviços para a população brasileira por meio de investimentos privados. O Governo Federal e os governos estaduais, o poder público como um todo, têm grandes dificuldades de prover serviços de qualidade nessa área da infraestrutura, e a parceria público-privada é fundamental para isso.

E a abrangência das concessões, se seriam só com relação aos Estados do sul do País. Não. De fato, esse programa é bem maior, ele pega também Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós fizemos juntos, nessa sexta rodada, o bloco central, que pega aeroportos em Goiás, no Piauí, no Maranhão e alguns também no Nordeste, e também o bloco norte, que pega regiões como os Estados do Amazonas, de Roraima, de Rondônia, do Acre e outros Estados mais; e agora estamos com a sétima rodada na rua em que há aeroportos em São Paulo, no Mato Grosso do Sul, no Pará, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais. Se eu não me esqueço de outros, acho que são esses os Estados da sétima rodada. Então, é um programa nacional realmente, que contempla todos os Estados e todas as áreas da República do Brasil.

Então, eu acho que os esclarecimentos são esses. Fico aí à disposição para o debate e para maiores dúvidas que possam surgir.

Muito obrigado, Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Ofereço a palavra ao Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu tenho a impressão de que o foco que eu coloquei aqui nas minhas intervenções foi muito delimitado à questão da segunda pista do aeroporto de Navegantes, e o Dr. Ronei não tem dado uma explicação clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pista do aeroporto de Navegantes estava em obras. Por quê? Porque derivava de um projeto, de um plano diretor. Ela tinha um projeto executivo de sua execução e anexos vinculados a ela: um terminal aeroportuário de cargas e outro de passageiros. Ela tinha, portanto, um plano diretor – é isso que é um plano diretor –, desapropriações em andamento, e isso foi retirado do desenho. O desenho do leilão, Dr. Ronei, ignora isso, revoga isso, e é isso que caracteriza o desprezo no leilão pela segunda pista. Ou isso não é verdade?

Nós estamos querendo ressuscitar a segunda pista que o leilão matou, não conseguiu enterrá-la, porque nós estamos resistindo. Nós temos protestado até contra o exame cadavérico. Não aceitamos. Ela não morreu – não morreu –, não será enterrada, e nós estamos debatendo isso nos planos judiciais cabíveis. E o senhor diz que, num determinado momento, ela pode ser necessária. Não, nós queremos que ela fique lá.

Quanto tempo vai demorar? Quando um Município tem um plano diretor para a execução de uma obra, ele tem o direito de declarar de utilidade pública aquela faixa e não permitir construções. Quando ele declara de utilidade pública, ele tem prazo para pagar e prazo que pode prescrever, daí vêm os conflitos.

Neste caso, o leilão retirou da alçada de quem dele participou a segunda pista, esse é o nosso protesto. Quanto à demanda, eu sou um pouco mais realista do que o senhor, a demanda vai ter que ser analisada daqui para a frente. O que eu tinha como demanda, em 2019, eu não sei se vai ser superado esse limite ou essa previsão, se esse limite vai ser superado agora ou daqui a um ano, dois anos. Eu sou otimista.

Então, o que nós queremos é ressuscitar a segunda pista, ou seja, que isso seja declarado e não esperado – declarado! –, a partir do compromisso da Anac, da Secretaria Nacional de Aviação Civil, isso tem que ser declarado. A quem? Ao concessionário.

Segundo: como e quando executar? Como executar é de acordo com o plano diretor, que não foi revogado, legalmente ele não foi revogado. Pode ser modificado? Claro que pode, até o tipo de equipamento muda, pode precisar de pista maior, pode precisar de uma infraestrutura da pista diferente, isso é outra coisa, projeto executivo é outra coisa. O que o plano diretor te dá é a diretriz, esta foi revogada sem sucessora, não tem diretriz! Só tem uma pista. O aeroporto licitado foi de acordo com uma planta que revogou algo que estava em obra, e isso é irregular, e nós não vamos aceitar.

Quanto a quando executar, já que consta do plano, e é isso que nós queremos que aconteça, vai depender da demanda. Só que quero lhe dizer, com toda a franqueza, esse atrito judicial gerou desconfiança. Eu desconfio dessas estatísticas que o senhor mostra, aliás, nem mostra, faz menção.

Nós queremos, às claras, que a perspectiva de demanda de carga – não é de avião! –, só de carga é que vai determinar, a nosso ver, a execução, num prazo que vai depender da demanda. A obra da segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pista... São essas as regras. E os senhores insistem em manter morta a segunda pista; então, não vai haver acordo. Nós vamos continuar mastigando esse atrito, vamos continuar em conflito de interesses, e eu acho que isso não é bom nem para a Anac, nem para a Secretaria de Aviação Civil, nem para o Estado de Santa Catarina, nem para a Federação, e não é bom para a política e, também, não é bom para o investidor.

Então, nós estamos aqui, em cima de algo que estava em obras, os senhores revogaram – não estou falando de Curitiba; estou falando do nosso –, estava em obras, os senhores revogaram e não querem ressuscitar apenas o desenho e subordinar a execução, sob a forma de projeto final, o desenho à pesquisa, a uma estatística que se levante, suponhamos, semestralmente, da demanda efetiva. Os senhores não aceitam isso porque os senhores querem matar a segunda pista! Não há outra explicação.

E contra isso nós vamos nos rebelar sempre, seja através do requerimento do Senador Dário, seja, daqui a pouco, de uma CPI das obras abandonadas... Por que não? Foi gasto dinheiro público. Aquela diretriz não existe mais. Alguém cometeu o crime de responsabilidade. É improbidade administrativa despender dinheiro público e não usar aquele bem para a finalidade daquela desapropriação, que é específica.

Então, o apelo que eu faço não é um pedido de favor, não. Eu aprendi com o Padre Vieira: não venho pedir pedindo, senão protestando, pois este é o direito e o dever de quem não pede favor, exige justiça. Quantas reuniões como essa nós vamos realizar? Eu vou procurar acompanhar isso no Supremo, lá no Ministério Público Federal, em Itajaí... Nós vamos agir. Enquanto houver força e o Homem deixar que a gente esteja aqui, nós estaremos em lados opostos. Por quê? Porque o Ministério da Infraestrutura, através da Secretaria de Aviação Civil, quer manter a segunda pista "morta", e, com o decurso de prazo, ela vai se enterrando mesmo, porque aparece outro interesse, uma invasão aqui, outra... Quem é que vai cuidar disso se já foi desconsiderado seu objetivo? Nós vamos lutar para que isso não aconteça. Reflita sobre isso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Ronei, o senhor quer se manifestar? (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo.

Dá para liberar o microfone do...

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (*Por videoconferência.*) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agora deu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agora, sim, Senador. Agora, sim.

Obrigado.

Eu ouvi, de maneira muito atenta, as palavras do Senador Esperidião Amin.

De fato, eu acho que é uma discussão em prol da sociedade brasileira, em prol da sociedade de Santa Catarina, e o Ministério da Infraestrutura está e permanecerá muito atento e muito diligente com relação a ela. Temos, como eu falei no início, divergências, mas divergências muito saudáveis e muito positivas no sentido de achar o melhor caminho para chegar a esse objetivo maior que é a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade. Estamos perseguindo isso, Senador. Nós entendemos as preocupações, nós entendemos que são maneiras diferentes, abordagens diferentes.

Aqui, no Ministério, nós temos uma abordagem muito mais a favor do mercado, ou seja, deixando o mercado, a demanda surgir e a oferta aparecer, ou seja, a infraestrutura aparecer, para atender uma demanda que, certamente, vai surgir. A demanda dá sinais muito claros, e nós temos um sistema de incentivos muito forte da concessionária e do contrato de concessão que a concessionária tem e terá todo o interesse de atender toda e qualquer demanda, porque isso gera receita para a concessionária, isso aumenta a capacidade de geração de caixa da concessão, e, logicamente, o concessionário terá todo o interesse em capturar essa demanda, seja ela qual for, esteja ela onde estiver.

Então, nós entendemos, acreditamos muito em mecanismos de mercado como indutores da infraestrutura. Não acreditamos em obrigações contratuais, imposições estatais, de maneira que o Estado não deve intervir a esse ponto de obrigar uma concessionária a fazer uma obra que não esteja vinculada à demanda.

Mas é claro que, no meio do caminho, há muitos mecanismos e muitas possibilidades que podem ser utilizadas ao longo desses 30 anos. O fato é que a região é pujante, a região tem demanda, sabemos que tem demanda de passageiro e demanda de carga, e essa demanda, de novo, repito, será, sim, atendida e o passageiro, a carga terão o seu nível de qualidade de prestação de serviço adequada, dentre os melhores do mundo. Assim como hoje, o cidadão de Florianópolis, a carga no aeroporto de Florianópolis tem, assim como hoje, aqui, em Brasília, nós temos, em Salvador, em Porto Alegre, em Fortaleza, enfim, colocaremos esse nível de serviço, estamos colocando esse nível de serviço em todos os aeroportos do País, inclusive, o que não pode ser diferente, no aeroporto de Navegantes.

Então, acho que estamos alinhados num objetivo, ainda desalinhados na maneira de como atingir esse objetivo, mas tenho certeza de que a discussão é profícua e nós vamos conseguir encontrar um caminho do meio para que a gente possa evoluir nessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, contem com o Governo Federal, contem com o Ministério da Infraestrutura, sempre aberto ao debate, sempre aberto a receber as críticas e sugestões. Eu acho que nós vamos encontrar um caminho do meio para poder endereçar essas questões, com toda certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu tenho muita certeza de que nós vamos ter razão, seja judicial, seja política, nós estamos do lado certo. Nós queremos recuperar a segunda pista, que nos foi tomada discricionariamente. Eu tenho certeza de que nós estamos do lado certo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu quero encaminhar para o encerramento, mas, antes de partir para o encerramento propriamente dito, eu quero buscar, nos ensinamentos do saudoso Senador Casildo Maldaner, que mencionava em seus discursos aqui, no Senado Federal, que é muito preferível horas de discussão e de diálogo do que minutos de tiroteio. Lembra do Casildo? Ele mencionava muito isso nos discursos dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E enquanto isso ele fazia curso de tiro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Enquanto isso, ele era da associação dos clubes de tiro.

Mas eu queria mencionar isso para dizer, Ronei e Dra. Juliana, mais especificamente, que representam o Governo nessa questão dos aeroportos brasileiros: o nosso objetivo é que ele não morra, como disse o Esperidião Amin, é que ele conste do edital, entenderam? Por que essa condicionante não fica estabelecida no edital, para que, no futuro, possa ser permitida e até exigida a construção da terceira pista, uma vez que essa questão já vem de 2013, através do plano diretor?

Então, esse terminal de cargas é muito importante para nós, e nós vamos lutar por ele. Evidentemente, eu não sou do time da bala, mas vou lutar com todas as minhas forças para que Santa Catarina não seja discriminada e pague essa conta que, efetivamente, não é dela.

Portanto, agradeço muito a presença dos convidados.

O debate tende certamente a continuar, e nós vamos continuando com esse tema, que é muito relevante para nós.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, DE 2021

Informações ao Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura sobre a alteração na execução do Plano Diretor do Aeroporto de Navegantes/SC, aprovado pela ANAC, em 2013.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Eu quero submeter à aprovação, Senador Esperidião e Senadores e Senadoras, o requerimento que eu acabei de mencionar. Justifica-se o solicitado, em especial, porque a alteração culminou com a exclusão da construção da segunda pista do referido aeroporto, prejudicando a economia catarinense.

É nesses termos que eu peço deferimento e peço para aprovar.

Subscrevem o requerimento o Senador Esperidião Amin e o Senador Dário Berger.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, sim, então, partimos para o encerramento.

Mas antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião também.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam e que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial dos Srs. e das Sras. Senadoras e também dos nossos convidados, da Sra. Juliana Salim Faria Dantas, do Sr. Ronei Saggioro Glanzmann, do Sr. Rodrigo Sabino Soares, do Sr. Alisson de Bom de Souza, do Sr. Thiago Vieira e do Sr. Gustavo Barreto. Muito obrigado mesmo a todos aqueles que se interessaram por esta reunião. Muito obrigado também pela presença do Sr. Jorge e do Sr. Ivan Amaral, como Diretor de Integração e Transportes do Governo do Estado de Santa Catarina.

Não havendo mais matéria a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 08ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e zero minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDR ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 (PLOA 2022)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR a serem oferecidas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2022 (PLN 19/2021 - CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Relator das emendas na CDR: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Resultado:** Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas de Apropriação de Despesa às seguintes ações, já renumeradas, de nº 01): 60110001, ação 00SX, Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Nacional, Valor: R$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais), atendendo, mesmo que parcialmente, a propostas dos senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Fernando Collor, Izalci Lucas, Flavio Bolsonaro e Nelsinho Trad; nº 02): 60110002, ação 10V0, Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, Nacional, Valor: R$ 700.000.000 (setecentos milhões de reais), atendendo a propostas dos senadores Irajá, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Eliziane Gama, Fernando Collor, Flavio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rego; nº 03): 60110003, ação 00T1, Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, Nacional, Valor: 850.000.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), atendendo a propostas dos senadores Roberto Rocha, Eduardo Gomes, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Fernando Collor, Flavio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Veneziano Vita do Rego, Irajá, Marcelo Castro, e parcialmente a proposta do senador Nelsinho Trad; e nº 04): 60110004, ação 00SY, Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Urbanas, Nacional, Valor: 500.000.000 (quinhentos milhões de reais). Também decide pela apresentação das Emendas de Remanejamento de Despesa nº 05): 60110005, ação 00TO, Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento, Nacional, Valor: R$ 100.000.000 (cem milhões de reais), atendendo a propostas dos senadores Roberto Rocha, Irajá e Styvenson Valentim; e nº 06): 60110006, ação 00T1, Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, Nacional, Valor: R$ 100.000.000 (cem milhões de reais), atendendo a proposta do senador Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. **PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Recebemos, na Secretaria da Comissão, os seguintes documentos, que ora divulgamos:

– relatório circunstanciado do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e suas demonstrações contábeis da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco);

– Ofício nº 005, de 2021, da Câmara Municipal de Governador Valadares, em Minas Gerais, que solicita que o Congresso Nacional retome os trabalhos que visam à inclusão do Vale do Rio Doce na Sudene;

– Ofício Circular nº 18, de 2021, da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, no Rio Grande do Sul, que vem solicitar apoio na defesa e fortalecimento dos Municípios gaúchos no que tange à manutenção dos Municípios criados, incorporados, desmembrados no Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação dos documentos se estabelece o prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, os documentos serão encaminhados ao Plenário para a autuação.

Como não houve manifestação dos membros da Comissão, findo o prazo de 15 dias após a sua divulgação, serão encaminhados ao arquivo os seguintes documentos:

– Ofício nº 2019/227 do Banco da Amazônia, que trata do repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e também a falha redacional no art. 9º, §2º da Lei nº 7.827, de 1989, que instituiu a competência de aprovar as operações de crédito das instituições operadoras ao Condel (Conselho Deliberativo da Sudam);

– Ofício SMF nº 015/2020, da Prefeitura de Bragança Paulista, em São Paulo, que trata de operação de crédito para financiamento de obras de canalização do Córrego Lavapés; e

– Ofício da Presidência nº 504, de 2021, da Câmara Municipal de Ouro Fino, em Minas Gerais, que trata da moção de apelo para a instalação de um posto de atendimento da Receita Federal no Município de Ouro Fino, em Minas Gerais.

Finda a leitura dos comunicados e conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao PL nº 19/2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação de emendas ao PLOA 2022. A Comissão recebeu 68 emendas. Esta Presidência designou S. Exa. o Senador Roberto Rocha à relatoria das emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Relator, para fazer a leitura de seu relatório e as suas considerações.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente Fernando Collor, Sras. e Srs. Senadores, nós, incumbidos por V. Exa., Sr. Presidente Fernando Collor, trazemos aqui o nosso parecer ao projeto desta Comissão que analisa as emendas ao Orçamento 2022.

Então, com fundamento nas disposições contidas...

É curto o relatório, vou fazer questão de lê-lo até em respeito a todos os Senadores que apresentaram emendas, e não foram poucas.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente nos arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para deliberar sobre as propostas que resultarão em até 4 (quatro) emendas de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento a serem apresentadas ao Ploa 2022. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Foram apresentadas a esta Comissão apenas duas propostas para emendas de remanejamento e 66 propostas para emendas de apropriação. As propostas foram analisadas à luz dos comandos legais que presidem as competências da CDR em matéria orçamentária, particularmente a determinação, constante da Resolução nº 1, de 2006, de que as emendas exibam caráter institucional e nacional. Quanto aos aspectos de mérito, verificamos que todas as propostas endereçaram questões de relevante interesse público e foram aderentes aos temas da pauta de trabalho desta Comissão ao longo dos anos.

No caso das emendas de remanejamento, propomos o acatamento das duas sugestões recebidas, quais sejam:

– a Proposta 53, deste Senador, relativa à ação "Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Nacional", do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$100 milhões, atendendo parcialmente às propostas 23 e 46. Importante destacar, Sr. Presidente, que esta emenda, de igual modo, foi apresentada no ano passado, mas, infelizmente, foi vetada pelo Senhor Presidente da República;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a Proposta 57, do Senador Marcelo Castro, relativa à ação "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária", Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$100 milhões.

No caso das emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos o acatamento das sugestões que receberam maior apoiamento dos membros desta Comissão, nos moldes:

– da Proposta 28, do Senador Irajá, relativa à ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", Nacional, Ministério do Turismo, no valor de R$700 milhões, atendendo parcialmente às propostas 51, do Senador Chico Rodrigues; 17, do Senador Eduardo Gomes; 41, da Senadora Eliziane Gama; 66, do Senador Fernando Collor; 35, do Senador Flávio Bolsonaro; 60, do Senador Izalci Lucas; 08, do Senador Nelsinho Trad; 07, da Senadora Nilda Gondim; 12, do Senador Rodrigo Cunha; 47, do Senador Styvenson Valentim; e 03, do Senador Veneziano;

– da Proposta 52, deste Senador, relativa à ação "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária", também Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$850 milhões, atendendo integralmente às propostas 40, do Senador Eduardo Gomes; 50, do Senador Chico Rodrigues; 14, do Senador Eduardo Braga; 67, do Senador Fernando Collor; 33, do Senador Flávio Bolsonaro; 04, do Senador Nelsinho Trad; 05, da Senadora Nilda Gondim; 06, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; 21, do Senador Irajá; e 57, do Senador Marcelo Castro, e parcialmente à proposta 01, do Senador Nelsinho Trad;

– da proposta 16, do Senador Eduardo Gomes, relativa à ação "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de um bilhão, atendendo integralmente à sugestão 58, do Senador Marcelo Castro; 48, do Senador Chico Rodrigues; 11, do Senador Eduardo Braga; 68, do Senador Fernando Collor; e 59, do Senador Izalci Lucas; e parcialmente às propostas 34, do Senador Flávio Bolsonaro; e 10, do Senador Nelsinho Trad; e

– da proposta 56, do Senador Marcelo Castro, relativa à ação "Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas", Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$500 milhões, atendendo integralmente às propostas 49, do Senador Chico Rodrigues; e 27, do Senador Irajá; e parcialmente à proposta 02, do Senador Nelsinho Trad.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela indicação de que esta Comissão apresente duas emendas de remanejamento, nos moldes das propostas 53 e 57, e quatro emendas de apropriação, nos moldes das propostas 16, 28, 52 e 56, as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2022. Ademais, as emendas devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Roberto Rocha, pela apresentação de seu relatório. Como sempre, em toda e qualquer designação que lhe é feita, V. Exa. sempre se há muito bem na sua apresentação, sobretudo quando é designado como Relator.

Eu indago se algum Senador ou alguma Senadora deseja utilizar a palavra. (Pausa.)

Talvez o Senador Roberto Rocha deseje fazer algum desenvolvimento em relação, Senador... Para o conhecimento dos nossos internautas, qual é o procedimento a partir de agora em relação ao parecer que V. Exa. acaba de nos apresentar?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Muito bem, Presidente.

Nós procuramos atender, na medida do possível, até o limite do possível, as demandas dos Senadores. Claro que muitas emendas foram apresentadas repetidamente, e, como se tem valores diferentes, obviamente fizemos a opção pelo valor maior para poder atender o maior número de Parlamentares.

Aprovado nesta Comissão, vai para a Subcomissão...

A Comissão de Orçamento tem várias subcomissões, que são Comissões setoriais; tem a Comissão setorial desta área do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja Relatora é a Senadora Simone Tebet, do Mato Grosso do Sul. Ela, como Sub-Relatora, vai avaliar, analisar e decidir sobre aquilo que esta Comissão aqui hoje aprovar.

Na sequência, da Comissão setorial, vai para a Relatoria-Geral do Orçamento e, em seguida, vai ser votado na CMO, a Comissão mista do orçamento, para depois ir ao Plenário.

É este o rito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado mais uma vez a V. Exa., Senador Roberto Rocha, pela sua explanação e pela sua explicação de como tramita na Comissão esse projeto de emendas ora apresentado.

Havendo número regimental, coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exa. o Senador Roberto Rocha. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do – ou, melhor dizendo – aprovadas. Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Proponho, agora, a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das seguintes reuniões da Comissão: 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e da 8ª Reunião da Comissão, ora em curso.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Esta Presidência agradece pela disposição dos convidados em comparecer à nossa Comissão.

Na sequência, nós iremos realizar a 11ª Mesa do Ciclo de Debates sobre o Turismo, com o tema: "Selo 'Destino Seguro': a importância da biossegurança no turismo pós-pandemia".

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a S. Exa. o Senador Roberto Rocha pela apresentação de seu relatório e pela presença também das Sras. e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e vinte e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores, Eduardo Gomes, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Ângelo Coronel, Carlos Fávaro e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Conforme solicitado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e com a justificativa de apoiar o desenvolvimento regional integrado, foram realizados os ajustes necessários à Emenda nº 60110001, da CDR, à Lei Orçamentária Anual para 2022. A emenda em questão visa ao apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado e esperamos, após os ajustes realizados, a sua aprovação. Como não houve manifestação dos membros da Comissão, findo o prazo de 15 dias após a sua divulgação, serão encaminhados ao arquivo, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 12/2019 da Secretaria-Geral da Mesa, os seguintes documentos: relatório circunstanciado do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e suas demonstrações contábeis da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); Ofício nº 005, de 2021, da Câmara Municipal de Governador Valadares, em Minas Gerais, que solicita que o Congresso Nacional retome os trabalhos que visam à inclusão do Vale do Rio Doce na Sudene; Ofício Circular nº 18, de 2021, da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, no Rio Grande do Sul, que vem solicitar apoio na defesa e fortalecimento dos Municípios gaúchos no que tange à manutenção dos Municípios criados, incorporados, desmembrados no Estado do Rio Grande do Sul. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 7, de 2021** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 59/2019 - CDR, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2492/2019, que altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). **Relator:** Senador Chico Rodrigues (substituído "***ad hoc***" pelo Senador Plínio Valério). **Relatório:** Pela aprovação do Protejo com 4 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5187, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Fávaro (substituído "***ad hoc***" pelo Senador Plínio Valério). **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 8, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (substituído "***ad hoc***" pelo Senador Plínio Valério). **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 62, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Resolução nº 9, de 2019, do Senado Federal, que "institui a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste", para acrescer no âmbito da Frente Parlamentar os Senadores dos Estados do Centro - Oeste." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (substituído "***ad hoc***" pelo Senador Plínio Valério). **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/06

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. **PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à deliberação de proposições.

Comunicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme solicitado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e com a justificativa de apoiar o desenvolvimento regional integrado, foram realizados os ajustes necessários à Emenda nº 60110001, da CDR, à Lei Orçamentária Anual para 2022.

A emenda em questão visa ao apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado e esperamos, após os ajustes realizados, a sua aprovação.

Como não houve manifestação dos membros da Comissão, findo o prazo de 15 dias após a sua divulgação, serão encaminhados ao arquivo os seguintes documentos: relatório circunstanciado do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e suas demonstrações contábeis da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); Ofício nº 005, de 2021, da Câmara Municipal de Governador Valadares, em Minas Gerais, que solicita que o Congresso Nacional retome os trabalhos que visam à inclusão do Vale do Rio Doce na Sudene; Ofício Circular nº 18, de 2021, da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré do Sul, no Rio Grande do Sul, que vem solicitar apoio na defesa e fortalecimento dos Municípios gaúchos no que tange à manutenção dos Municípios criados, incorporados, desmembrados no Estado do Rio Grande do Sul.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em Comissões", e, então, procurar a votação da CDR em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Parlamentar que não conseguir registrar seu voto no aplicativo será chamado para que o declare verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no chat da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no chat e nos computadores deste plenário.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 7, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 59/2019 - CDR, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2492/2019, que altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Observações: Votação preliminar ao PL 2492/2019.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério ad hoc para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Presidente Collor, Senadores e Senadoras, eu só peço paciência se eu tiver que tossir. Eu estou com uma gripe, aqui em Manaus, mas uma gripe só e de vez em quando a garganta arranha. Mas sem febre, sem dor, sem nada. Foi voltando de uma pescaria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito bem!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei 2.492, de 2019, do Senador Weverton, que altera o inciso IV, que altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como Semiárido 44...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Senador Plínio...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Senador Plínio, muito obrigado a V. Exa. pela sua disposição, mas o item que nós estamos tratando agora é o item 1, que é o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 7. Coincidentemente, o Relator originariamente é S. Exa. o Senador Chico Rodrigues, mas V. Exa. está sendo solicitado a ser o Relator ad hoc – muito gentilmente aceitou, e eu agradeço – para fazer também a apresentação do relatório, do encaminhamento para esse requerimento. É o item 1 da pauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Eu não o tenho aqui comigo, Presidente; eu tenho aqui só o projeto do Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Um minuto. Eu vou acionar aqui a Secretaria e ver o que está acontecendo, Senador. Desculpa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – O.k.

Eu tenho aqui o relatório.

Chegou aqui. Já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Já está aí. Perfeito.

Muito obrigado.

Com a palavra a V. Exa. Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – Requerimento... Falta numerá-lo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 265 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento 59/2019-CDR. Sala das Comissões. Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado.

Em votação o requerimento apresentado por S. Exa. o Senador Plínio Valério.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica dispensada a realização de audiência pública.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2.492, DE 2019
- Terminativo -

Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como Semiárido 44 Municípios do Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)
Relatoria: Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação do protejo com 4 emendas que apresenta.
Observações:
- Em 11/12/2019, fica sobrestada a matéria em virtude de aprovação de requerimento para a sua instrução;
- Em 20/10/2021, é apresentado o Requerimento nº 7/2021 de retirada do REQ 59/2019-CDR.

A relatoria é do Senador Chico Rodrigues, mas indico, como Relator ad hoc da matéria, S. Exa. o Senador Plínio Valério .

Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora (ATC) nº 8, de 2021, fica dispensado o turno suplementar na apreciação de matérias terminativas.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Plínio Valério, para fazer a leitura do relatório, pela aprovação do projeto, com as quatro emendas que apresenta.

Tem a palavra V. Exa. Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – Presidente, já que o senhor já leu a ementa e parte do relatório, eu só acrescento que também o autor argumenta que a inserção dos Municípios do Maranhão no Semiárido contribuirá para corrigir um equívoco histórico que excluiu durante anos o Estado de políticas públicas voltadas para a região.

Então, eu vou à análise.

Não foram identificados óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à adequação regimental da proposição. Quanto ao efeito sobre o desenvolvimento econômico e social da área beneficiada, as mudanças normativas propostas viabilizam o acesso do conjunto de Municípios maranhenses listados às políticas públicas voltadas para o Semiárido, incluindo o acesso à parcela do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Portanto, a proposição tem, de fato, o mérito de propiciar o acesso a condições mais favoráveis de indução do desenvolvimento para a região potencialmente beneficiada.

Os nomes dos Municípios que constam no anexo também apresentam algumas incorreções que devem ser sanadas. Além disso, atendendo à solicitação do autor da proposição, entendemos oportuno incluir o Município de Tuntum no anexo.

Por fim, é necessário corrigir a numeração do artigo que contém a cláusula de vigência.

Do voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei nº 2.492, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDR

Dê-se à ementa e ao art. 1º, onde couber, do PL nº 2.492, de 2019, a seguinte redação:

Altera o art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir Municípios do Estado do Maranhão na área considerada como Semiárido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CDR

Dê-se ao art. 2º do PL 2.492, de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único [que eu leio agora, Presidente]:

Art.5º .....

.....

Parágrafo único. Serão incluídos na região do Semiárido e na área de atuação da Sudene, sem prejuízo do disposto no inciso IV, os seguintes Municípios do Estado do Maranhão: Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Anapurus, Barão do Grajaú, Barreirinhas, Belágua, Benedito Leite, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Duque Bacelar, Humberto de Campos, Lagoa do Mato, Loreto, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Matões, Milagres do Maranhão, Morros, Nina Rodrigues, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Paulino Neves, Primeira Cruz, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, São Francisco do Maranhão, São João do Soter, São João dos Patos, Sucupira do Riachão, Timbiras, Tuntum, Tutóia, Urbano Santos, Vargem Grande.

Há uma outra emenda, Presidente.

EMENDA Nº – CDR

Renumere-se o último artigo do PL nº 2.492, de 2019, como art.3º.

Há uma outra emenda.

EMENDA Nº – CDR

Exclua-se o Anexo I do PL nº 2.492, de 2019.

Sala da Comissão, Relator ad hoc Plínio Valério, Relator original Chico Rodrigues. Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa. Senador Plínio Valério, pela apresentação de seu relatório. Não o podemos colocar ainda em votação, porque não atingimos o quórum mínimo necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, ao item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5187, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)
Relatoria: Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
- Em 11/02/2020, a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, aprova o parecer favorável ao projeto;
- Em 04/10/2021, a matéria é retirada da pauta da 6ª Reunião da CDR;
- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CDR.

A relatoria é do Senador Carlos Fávaro, mas indico S. Exa. o Senador Plínio Valério como Relator ad hoc deste projeto.

Votação nominal.

Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, fica dispensado o turno suplementar na apreciação de matérias terminativas.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CDR.

Passo a palavra a S. Exa. o Senador Plínio Valério, Relator ad hoc da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Presidente, eu não sei qual o processo, porque eu pedirei vista desse projeto. Mas, antes de ler o relatório, eu vou pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim, mas pode ler o relatório e pedir vista em seguida, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – O.k.

O senhor já leu a ementa.

Eu vou ao relatório e vou ler aqui os artigos.

O art. 1º realiza as seguintes alterações no art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989:

I – Os bancos administradores deverão repassar 40% dos recursos previstos para cada exercício dos Fundos Constitucionais de Financiamento a outras instituições financeiras federais.

II – As instituições financeiras beneficiárias dos repasses devolverão aos bancos administradores os valores devidos, de acordo com o cronograma de reembolso das operações formalizadas nos contratos, independentemente do pagamento pelo tomador final.

III – Aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de 10% dos recursos previstos para cada exercício dos fundos constitucionais ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

IV – Os recursos não aplicados pelos bancos administradores, diretamente ou por meio dos repasses a outras instituições financeiras federais, deverão ser repassados a outras instituições financeiras.

V – Até o efetivo repasse às instituições financeiras beneficiárias, e observado o cronograma de aplicação de recursos estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, os recursos destinados a repasse obrigatório deverão ficar aplicados em fundos de investimento extramercado.

VI – As instituições financeiras não indicarão serviços de consultoria para elaboração de projetos a serem financiados com recursos dos Fundos Constitucionais.

VII – Todas as tarifas relacionadas à solicitação de financiamento com recursos dos fundos constitucionais serão embutidas nos juros e não serão cobradas, por qualquer motivo alegado, sem a efetiva concessão do financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII – O custo financeiro dos repasses de recursos dos bancos administradores para outras instituições financeiras não poderá exceder a 0,5% ao ano.

IX – A remuneração dos recursos aplicados pelos bancos administradores, bancos cooperativos, confederações de cooperativas de crédito ou pelas instituições financeiras públicas ou privadas terão margem bruta máxima de 3% ao ano.

Além disso, Presidente, Senadores e Senadoras, o art. 1º altera o art. 17-A da Lei nº 7.827, de 1989, para determinar que, para efeitos de cálculo da taxa de administração paga aos bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos fundos os valores aplicados em fundos de investimento extra mercado.

O art. 2º da proposição define que a lei resultante deverá entrar em vigor na data de sua publicação.

Análise, Sr. Presidente.

Está tudo perfeito, seguindo todas as regras. Vou citar só aqui que o art. 48 da CF estabelece que cabe ao Congresso Nacional... Isso aqui já é rotina para nós. Regimentalmente, juridicamente, está tudo perfeito, e a técnica também.

Por fim, quanto ao mérito, o PL nº 5.187, de 2019, propõe mudanças significativas na sistemática de distribuição de recursos entre bancos administradores dos fundos constitucionais e as demais instituições financeiras federais, que passariam a receber 40% dos recursos dos fundos.

Voto, Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.187, de 2019.

Senador Fávaro e este Senador ad hoc, Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Plínio Valério.

V. Exa. então, como passa a ser agora o Relator da matéria, pode solicitar a retirada de pauta para análise. Em vez de pedir vista, o senhor pede a retirada de pauta para análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Está bem, Presidente. Então, eu peço a retirada de pauta do projeto para análise.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Perfeitamente. Atendido de acordo com o Regimento.

Vamos para o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 8, DE 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
- Em 7/11/2017, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o parecer contrário ao projeto;
- Em 4/10/2021, a matéria é retirada da Pauta da 6ª Reunião da CDR;
- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CRA após a deliberação da CDR.

Indico S. Exa. o Senador Plínio Valério como Relator ad hoc da matéria.

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Plínio Valério para apresentar o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, aproveitando que o senhor leu a ementa e fez o histórico, eu vou diretamente então à análise do projeto, ao relatório do nosso companheiro Izalci Lucas.

Nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDR se manifestar sobre proposições dessa natureza.

Quanto ao mérito, ressalta-se que estudos recentes, que analisaram a distribuição dos recursos do Pronaf entre 1999 e 2014, à luz de dados do Banco Central do Brasil, corroboram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento do autor da proposição, que compreende como inadequada a desigual distribuição dos valores médios dos contratos.

Está tudo nos conformes no projeto.

Nesse aspecto, a proposta sinaliza um caminho viável para a construção da equidade na distribuição, entre os Estados da Federação, de recursos públicos da União destinados à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e entre os Estados.

No caso específico da agricultura familiar, a distribuição de recursos no âmbito do crédito rural segue os parâmetros da Lei 11.326, de 2006, que se constitui no marco legal basilar do setor ao estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O volume financeiro... Ele faz uma série de exposições aqui. Eu só vou aqui à que eu considero importante, Presidente.

A correção das distorções apontadas se constitui na motivação principal do PLS nº 8, de 2012, que busca o aprimoramento da Lei 11.326, de 2006, no sentido de assegurar que a distribuição de recursos públicos destinados à implantação de suas ações seja proporcional ao número de estabelecimentos de agricultura familiar de cada Estado, contribuindo para se aproximar à realidade dos fins estabelecidos na Constituição Federal, que é reduzir as desigualdades regionais ressaltadas.

O voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PLS nº 8, de 2012.

Eis o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Plínio Valério, pela apresentação de seu relatório.

Vamos aguardar ainda que nós possamos atingir o quórum para deliberar sobre essa matéria.

Passando ao item 5...

Antes do item 5, eu passo a palavra a S. Exa. o Senador Carlos Fávaro, que manifesta a intenção de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa., Senador.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Por videoconferência.) – (Falha no áudio.)

... Fernando Collor, também colegas Senadores e Senadoras, Senador Plínio Valério em especial, quero agradecer, pedir desculpas pelo meu atraso e até pelo aceite de ser Relator ad hoc do projeto de lei que eu estava relatando, porque eu estava participando da CMO (Comissão Mista de Orçamento), para que nós pudéssemos votar o relatório prévio, o relatório preliminar do Deputado Hugo Leal, e também os PLNs. Eu tinha dois PLNs relatando, porque nós vamos ter amanhã a sessão do Congresso Nacional, teremos PLNs e temos a urgência desses assuntos.

Então, primeiramente eu quero agradecer ao Sr. Presidente Fernando Collor, que designou o Senador Plínio Valério para a matéria que eu estava relatando.

E quero fazer um pedido, se possível, não é? Eu vi que o Senador Plínio Valério, lógico, até por defender o seu Estado e a Amazônia, o Norte brasileiro, o Nordeste, pediu vistas do processo para que possa entender mais o assunto. E, Sr. Presidente, depois então, na próxima reunião, se for possível e do interesse da Presidência e do Senador Plínio Valério, retornar essa relatoria para que eu possa dar continuidade ao trabalho que venho fazendo há algum tempo, junto com o Senador Irajá, no tema.

Vou acolher sugestões, Senador Plínio Valério, para que nós possamos aperfeiçoar esse texto e fazer o melhor pelos fundos constitucionais brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez, pela paciência e pela compreensão por eu não estar, no momento exato, na hora em que nossa Comissão foi instalada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Passo a palavra a S. Exa. o Senador Plínio Valério, que pediu para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Era só uma sugestão. Já que o Senador Carlos Fávaro está aí, ele poderia ler ad hoc o nº 5.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Por videoconferência.) – Estou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Ah, sim. Pois não.

Em relação ao que o Senador Fávaro pediu, S. Exa. o Senador Plínio Valério, Senador Fávaro, como Relator que passou a ser da matéria para a qual V. Exa. estava indicado como Relator, ele pediu a retirada de pauta da matéria para análise. Naturalmente, agora, ele passa a ser o Relator. A sua solicitação será possível se e caso o Senador Plínio Valério deseje abrir mão dessa relatoria que ele assumiu na eventualidade da sua ausência. Mas isso aí, o senhor, depois entrando em contato com o Senador Plínio Valério, pode resolver essa situação. Está bem?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Por videoconferência.) – Perfeito.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Com certeza, Presidente. Buscarei o Senador Carlos Fávaro para a gente, junto, discutir. Não tem problema nenhum voltar. A gente apresenta algumas observações. Está bem, Fávaro?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Por videoconferência.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Agora, leio o PL ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Pergunto se o Senador Carlos Fávaro tem em mãos o item 5 da pauta para ser o Relator ad hoc.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Por videoconferência.) – Vou pedir à assessoria para imprimir para mim. Pode ser? Uns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Como?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Por videoconferência.) – Se for para agilizar, eu leio, então, Presidente Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Então, pronto. Está ótimo.

Novamente, o item 5.

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 62, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 9, de 2019, do Senado Federal, que "institui a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste", para acrescer no âmbito da Frente Parlamentar os Senadores dos Estados do Centro - Oeste.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros
Relatoria: Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
- A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal - CDIR.

Concedo a palavra ao Relator indicado ad hoc, S. Exa. o Senador Plínio Valério, para apresentação do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator. Por videoconferência.) – Presidente, Collor, aproveitando sempre que o senhor lê a ementa e faz um breve histórico, o relatório só diz que está tudo dentro das normas do Senador quanto à apresentação técnica, jurídica. Está tudo nos conformes.

Leio aqui, então, o art. 1º da proposição, que descreve o seu objetivo. O parágrafo 1º altera a ementa da Resolução nº 9, de 2019, para incluir a referência à Região Centro-Oeste.

O art. 2º altera dispositivos daquela resolução para incluir a menção à região Centro-Oeste.

O art. 3º contém a cláusula de vigência.

O Senador Rogério argumenta que a Região Centro-Oeste passa por problemas similares àqueles enfrentados pelas Regiões Norte e Nordeste. Esses problemas envolvem taxas de desemprego acima da média nacional – que já é, de resto, muito elevada –, reduzidos investimentos públicos federais e ausência de efetividade da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registra-se também que os 12 Senadores da Região Centro-Oeste, na ocasião, subscreveram o requerimento de ingresso na Frente Parlamentar, conforme requer o art. 2º da Resolução nº 9, de 2019.

Análise.

Como disse, está tudo nos conformes.

A inclusão da Região Centro-Oeste em uma frente parlamentar em que já estão representados os Estados das Regiões Norte e Nordeste é natural, porque é evidente que há interesses comuns envolvidos.

O Relator original não tem nada a reparar, ou melhor, nós temos apenas pequenos reparos a fazer ao PRS nº 62, de 2019.

A proposição menciona os Estados da Região Centro-Oeste, mas o Distrito Federal – cujos Senadores manifestaram sua adesão à proposta – não é um Estado. Por essa razão, nós estamos propondo uma emenda substitutiva para fazer um ajuste de redação e mencionar, ao longo de todo o PRS n° 62, de 2019, as unidades da Federação que compõem as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com essa observação.

Além disso, notamos que alguns dispositivos da Resolução nº 9, de 2019, que faziam referência apenas aos Estados do Norte e do Nordeste não haviam sido alterados para mencionarem, também, a Região Centro-Oeste. Por essa razão, na emenda substitutiva que apresentamos, ajustamos também esses dispositivos. Um deles, inclusive, já perdeu, em parte, seu objeto: trata-se do dispositivo que indicava, entre os objetivos iniciais da Frente, a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tornasse permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e restabelecesse critérios de complementação da União que priorizassem o aporte de recursos nos Estados do Norte e do Nordeste. Como a Emenda Constitucional nº 108, de 2020, já previu a destinação de mais recursos da União para o Fundeb, optamos por remover, na emenda substitutiva que ora apresentamos, o inciso IX do art. 4º da Resolução nº 9, de 2019, até porque o caput desse dispositivo menciona os objetivos iniciais da Frente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 62, de 2019, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº 1-CDR (SUBSTITUTIVO)

Altera a Resolução nº 9, de 2019, do Senado Federal, que "institui a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste", para acrescer no âmbito da Frente Parlamentar os Senadores das unidades da Federação que compõem o Centro-Oeste.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução nº 9, de 29 de maio de 2019, do Senado Federal, que "institui a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste", para acrescer, em seu âmbito, os Senadores das unidades da Federação que compõem o Centro-Oeste e para passar a designá-la como "Frente Parlamentar dos Senadores das unidades da Federação que compõem as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste".

Art. 2º A ementa da Resolução nº 9, de 2019, do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Institui a Frente Parlamentar dos Senadores das unidades da Federação que compõem as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Art. 3° Os arts. 1°, 3° e 4° da Resolução nº 9, de 2019, do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar dos Senadores das unidades da Federação que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a finalidade de incentivar e desenvolver iniciativas destinadas ao desenvolvimento econômico e social dessas regiões."

"Art. 3º .....

.....

IV – promoção de eventos destinados à busca de soluções para os problemas de natureza social econômica, orçamentária, financeira, tecnológica, jurídica, científica, ambiental, cultural e educacional, visando ao desenvolvimento das unidades da Federação que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

V – promoção de formas de intercâmbio de experiências exitosas no âmbito das unidades da Federação que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – garantir os investimentos do Governo Federal para a conclusão de obras em infraestrutura fundamentais para o desenvolvimento da logística nas unidades da Federação que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como:

.....

.....

VII – debater reforma tributária com Governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, visando à apresentação de propostas para alterar o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ao equilíbrio para as contas públicas e ao respeito à autonomia financeira e federativa dos Estados e do Distrito Federal;

VIII – apresentar proposição legislativa que defina o pagamento, aos Estados produtores, de royalties incidentes sobre as fontes de energia;

IX – apresentar proposição legislativa que observe a renda per capita como critério de distribuição dos recursos federais do Sistema Único de Saúde (SUS).”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões...

Eis o relatório, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa. mais uma vez, Senador Plínio Valério, pela sua grande contribuição para a reunião da CDR na noite de hoje.

E coloco agora em votação os dois itens, o item 4 e o item 5, ambos tiveram como Relator o Senador Plínio Valério.

Em discussão.

Em discussão, primeiramente, o item 4.

Em discussão o Projeto de Lei nº 8, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório de S. Exa. o Senador Plínio Valério, que conclui pela aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras e os Srs Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passamos agora à votação do item 5 e à discussão, primeiramente, do item nº 5, da pauta de hoje.

Em discussão o Projeto de Resolução do Senado nº 62, 2019.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se a votação.

Em votação o relatório de S. Exa. o Senador Plínio Valério, que conclui pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

S. Exas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria segue para a Comissão Diretora do Senado Federal.

Os itens 2 e 3 da pauta de hoje vão ser levados à pauta da nossa próxima reunião da CDR, na próxima segunda, às 17h, para que nós possamos fazer uma deliberação já aí com a presença formal de S. Exas. as Srs. e os Srs. Senadores.

Esta Presidência agradece a disposição dos Senadores em comparecer à nossa Comissão. Agradece muito especialmente a S. Exa. o Senador Plínio Valério, que hoje foi Relator ad hoc de diversas matérias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Por videoconferência.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Por videoconferência.) – Presidente Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Com a palavra S. Exa. o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. Por videoconferência.) – Eu quero pedir desculpa. Eu estava presidindo a Comissão Mista do Orçamento. Eu quero agradecer muito aí ao meu querido amigo o Senador Plínio Valério e agradecer a V. Exa. pela aprovação do projeto. Infelizmente não pude participar desta reunião, sempre presidida por V. Exa. de uma forma brilhante. Mas agradeço aí o apoio de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Já, de antemão, eu convido os Senadores Carlos Fávaro, Izalci Lucas e Plínio Valério para que, na próxima segunda-feira, às 17h, estejamos todos online para fazermos a votação dos dois itens que hoje foram passados para a próxima reunião: os itens 2 e 3 da pauta de hoje. Então, eu já pediria a V. Exas. que deixassem nas suas agendas reservado esse espaço na próxima segunda-feira, às 17h, para nós deliberarmos, na última reunião do ano, as matérias que ficaram pendentes.

Esta Presidência, mais uma vez, agradece a participação de todas as Sras. e Srs. Senadores, muito especialmente, volto a repetir, de S. Exa. o Senador Plínio Valério, que foi o Relator ad hoc de diversas matérias da pauta do dia de hoje.

Na sequência, realizaremos a 14ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo, com o tema: "Turismo Religioso: os caminhos da fé na pós-pandemia."

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e treze minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Paulo Rocha, e ainda o Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (Req 16/2021-CRA), atendendo ao requerimento REQ 16/2021 - CRA, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Finalidade: Debater a regularização fundiária das mais de 1.200 chácaras localizadas no Lago Oeste (Distrito Federal). Participantes: Fabiana Di Lúcia, Coordenadora Executiva de Regularização de Terras Rurais da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap/DF; Elisangela Januário, Vice-Presidente da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (ASPROESTE); Leonardo Mendonça Brito, Representante da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (ASPROESTE); Djalma Nunes da Silva, Morador da comunidade local; Alisson Santos Neves, Superintendente de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; Dálio Ribeiro de Mendonça Filho, Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal; Guilherme Maciel Antunes de Carvalho, Coordenador da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF); e Maurício Laxe, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Resultado: Reunião realizada. Usa da palavra o Senador Izalci Lucas, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regularização fundiária das mais de 1,2 mil chácaras localizadas no Lago Oeste (Distrito Federal), em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2021, da CRA, iniciativa desta Presidência e do Senador Paulo Rocha.

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado e pelo telefone 0800-0612211.

Esse requerimento é em atendimento a uma solicitação que recebi dos nossos representantes do Lago Oeste, relacionada à questão ambiental. Nós temos aí, como convidados, o ICMBio, o Ibram, a Asproeste, a Terracap, SPU, para que a gente possa tirar essas dúvidas e ver de que forma nós poderemos adiantar lá a questão da regularização das áreas.

Só vou pedir a cada um para se limitar ao tempo, porque sou o Relator da CPI da Chapecoense, que está também prevista para daqui a pouco, às 9h30min. Então, vou passar, primeiro, a palavra à Vice-Presidente da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste – Asproeste, Elisangela Sanches Januário. Na sequência, ao Leonardo Mendonça, também nosso represente da associação dos produtores, para que possam falar.

Na sequência, eu passo, então, a um morador também e, depois, passo para os órgãos, como o Ibram, que está convidado aqui, a SPU, também o ICMBio, a Terracap, para que eles possam também se pronunciar.

Então, com a palavra Elisangela Sanches Januário, agradecendo já a presença de todos.

A SRA. ELISANGELA SANCHES JANUÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia a todos, bom dia a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero agradecer muito ao Senador Izalci pelo requerimento desta audiência. É um tema muito caro aqui para a associação, para o Lago Oeste e para o DF como um todo a regularização fundiária das áreas rurais. É uma questão antiga, e o Lago Oeste é uma região ambientalmente muito importante para o DF. Quem ainda não conhece, a gente recomenda conhecer. É um corredor ecológico, somos vizinhos ao parque; é uma área de recarga de aquíferos superimportante, não só para o DF, mas para o Brasil todo.

Essa ocupação aqui do Lago Oeste é muito antiga. As primeiras vendas aqui, quando ainda se achava que as áreas eram privadas, remontam lá a 1984. A própria associação é de 1987. Então, é uma ocupação muito antiga.

O Núcleo Rural do Lago Oeste é instituído oficialmente em 1993. Então, nessa época, já se dava essa característica de que o Lago Oeste deveria permanecer rural, deveria ser uma área de produção, principalmente com o viés orgânico e agroecológico. Então, a comunidade que vive aqui hoje tem isso e, desde quando foi criado o núcleo, isso vem sendo mantido.

E, para essa comunidade, o licenciamento ambiental e a regularização fundiária são de extrema importância tanto para a gente garantir que essa área permaneça rural quanto por uma questão de segurança jurídica mesmo. A gente já passou aqui, no início dos anos 2000, por uma tensão muito grande, com propostas de ampliação do Parque Nacional de Brasília, que avançavam sobre o Lago Oeste. Recentemente também, a gente tem uma questão aí da ampliação da Rebio, da criação do Parque da Contagem, que consideramos super válidos, são necessários, mas não faz sentido a gente avançar em cima do Lago Oeste, uma área que já está definida, já está com processo de licenciamento ambiental muito avançado.

Então, a gente considera que licenciar e regularizar vai garantir que as pessoas que estão investindo aqui, investindo em produção, investindo em turismo rural, tenham os seus investimentos garantidos, sem riscos para o futuro.

Com relação ao nosso processo de licenciamento, as discussões começaram com a SPU ainda em 1999. Então, a gente está aí há mais de 20 anos nessa luta, principalmente pelo licenciamento, que é a etapa prévia para a gente poder atuar na regularização fundiária.

Em 2005, foi feito o primeiro acordo de cooperação com a SPU/DF. Então, nesse acordo de cooperação, já foi dado à Asproeste esse papel de realizar os investimentos necessários e tocar a parte burocrática para o licenciamento. Nesse processo, a comunidade já investiu nos documentos necessários – EIA/RIMA, georreferenciamento, plano de ocupação, que foi um documento que surgiu no meio do processo também –, enfim, a comunidade já investiu mais de R$600 mil. Então, assim, é uma comunidade que realmente está interessada em que esse licenciamento saia.

Em 2018 só que a gente conseguiu ter a audiência para a aprovação do EIA/RIMA. Em 2019, o Ibram aprovou esse EIA/RIMA. Então, a gente já está com o estudo de impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental aprovado. E, agora, a gente está um pouco travado em questões, digamos, burocráticas, porque a gente entende que a questão ambiental já foi muito bem discutida para a gente poder ter a emissão pelo ICMBio tanto da autorização para que o Ibram licencie como da licença pelo ICMBio.

Só que a gente travou agora nas negociações com os donos das terras, então, Terracap e SPU/DF. Por que a gente diz que travou? Embora a gente tenha um acordo de cooperação que venceu... Nesse acordo de cooperação, lá de 2005, a Asproest teve essa autoridade para fazer todos esses estudos. No fim de 2020, a gente também tem um termo de anuência assinado com a SPU/DF, que garante à Asproest ser a representante da União nesse processo de licenciamento ambiental, mas agora, recentemente, a gente recebeu do ICMBio a notícia de que a ALA já estava pronta e que a gente deveria pagar o custo dessa ALA – são cerca de R$50 mil, se eu não me engano.

A Asproest já estava com tudo pronto, já iríamos pagar para que essa ALA saísse, mas fomos informados pelo ICMBio de que seria necessária uma nova consulta à SPU para que a SPU dissesse que a Asproest, de fato, pode pagar essa guia e esclarecesse: a licença ambiental vai sair em nome de quem?

O Ibram entende, e a gente concorda, que a licença é no nome do dono da terra, no nome da SPU e no nome da Terracap, mas que a Asproest estaria tendo esse papel de realizar os investimentos, que, muitas vezes, o governo não consegue realizar, e de tocar o processo, porque uma entidade privada tem uma agilidade maior nessa questão. Só que mesmo esse documento já estando no processo, foi feita uma nova consulta à SPU – isso tem uns 45 dias – e até agora a gente não teve essa resposta.

O ICMBio está aguardando para poder reemitir essa guia, para que a SPU diga se a Asproest pode ou não pagar essa guia, para que a gente emita a ALA, daí a gente consegue entrar em uma nova fase de discussões.

Com a licença de instalação corretiva a ser emitida pelo Ibram, a gente vai ter que entrar na parte de pagamento das compensações ambientais, do que também já fizemos cálculos iniciais, já há estudos no Ibram, e depois todas as condicionalidades coletivas e individuais.

E é nesse momento que a gente vai precisar de novo sentar com todos esses órgãos para que a gente avalie, de fato, a quem cabe cada uma dessas condicionalidades.

Então, a gente entende, na verdade, que é necessário – isso já foi feito há muitos anos, quando o processo começou – que a gente tenha uma mesa de diálogo permanente entre esses órgãos, porque hoje a gente sente que a gente tem um pouco de telefone sem fio: a gente conversa no Ibram, depois a gente vai na SPU, ICMBio, vai no Ibram e fica aquilo. Então, a gente tem que sentar e conversar todos juntos. Então, a gente pensa um grupo de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa assim, que permita que a gente resolva todas essas divergências em uma única reunião para a gente tentar acelerar esse processo.

E é um pouco isso que a gente, conversando com o Senador, o Senador concorda com essa... O processo está demorando muito, e isso não se justifica porque é uma área que já está avançada, é uma área relativamente pequena, é uma comunidade organizada. Então, a gente poderia ser, inclusive, um exemplo para o Brasil de regularização fundiária rural.

Bom, acho quem para a gente agilizar, era isso que eu queria colocar, e, para finalizar, é só colocar um alerta. A gente percebe que o DF, para quem vem de fora, tem uma situação muito interessante, que é assim: você chega lá numa área urbana – vamos lá para Vicente Pires, São Sebastião – e os lugares se chamam chácaras. E por que os lugares se chamam chácaras? Porque o DF não conseguiu regularizar as áreas rurais enquanto elas eram rurais. Então, a gente foi deixando aquele processo se acumular, até que, um dia, não há mais o que fazer e transforma-se uma área que originalmente era para ser uma área rural em uma área urbana. É isso que a gente não quer que aconteça com o Lago Oeste, e a gente espera que os órgãos também não queiram que seja esse o caminho.

Por que não aproveitar que aqui isso está avançado e a comunidade, queiram ou não, tem um poder aquisitivo relativo para poder arcar com esses custos de licenciamento? Por que não? Agora a gente tem uma legislação nova, da qual o Senador participou muito, vamos colocar em prática, vamos tentar inaugurar no DF. Podemos ser uma vitrine para o Brasil sobre regularização fundiária rural. Os produtores e a comunidade que trabalham com turismo aqui agradecem muito.

A gente espera sair daqui com alguma proposta de realmente montar essa mesa de diálogo permanente para avançar no processo do licenciamento e, posteriormente, da regularização fundiária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Elisangela.

Acho que ela deixou muito claro o objetivo principal desta reunião: que se possam juntar todos os órgãos, os interessados e quem pode resolver essa situação, através de um grupo, de uma equipe, para a gente realmente resolver essa questão definitivamente, porque hoje cada órgão fala uma coisa e acaba não conseguindo resolver.

Eu vou passar a palavra para o Leonardo, que talvez possa complementar, e para o Djalma. Assim, eu já passo imediatamente para os órgãos.

Leonardo, pode complementar. Leonardo é representante também da Asproeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo Mendonça Brito. (*Pausa.*)

Está ouvindo bem aí, Leonardo? (*Pausa.*)

Djalma Nunes está aí? (*Pausa.*)

Djalma, pode falar, para complementar? (*Pausa.*)

O microfone está fechado. O áudio está fechado.

O SR. DJALMA NUNES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, Senador.

Eu quero agradecer ao Senador Izalci Lucas pela oportunidade de participar desta audiência pública para discutir a regularização fundiária do Lago Oeste, tão importante para essa comunidade.

Também agradeço a presença aqui da SPU, do ICMBio, do Ibram. Parece-me que a Terracap não está nesta audiência.

Eu peço licença para fazer um breve histórico dessa jornada de 16 anos, que se iniciou em 13/03/2005, na assinatura do termo de cooperação técnica com a SPU, a Asproeste e o Ibama. Naquele mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho, que iniciou a discussão para a elaboração do termo de referência do EIA/RIMA, que é uma exigência, porque o Lago Oeste está localizado na zona de amortecimento do Parque Nacional de Brasília. Participaram dessa elaboração: STU, Ibama, Incra, Caesb, Asproeste, Semarh e Seduma. Foram 16 reuniões para se chegar a esse termo de referência.

Eu pensei, naquela época – eu participo desde então da regularização do Lago Oeste –, que seria uma coisa célere, rápida, mas eu me enganei redondamente. São 16 anos. A gente está há 16 anos nessa luta. E aí vem uma mudança, a primeira mudança que aconteceu: EIA/RIMA muda de órgão, porque começou no Ibama e passou para o Ibram. O EIA/RIMA foi entregue no Ibram em 14/09/2010. Aí vieram as exigências complementares, de estudos complementares.

Em 2014, nós, a Asproeste, entregamos lá no Ibram esses estudos complementares. Aí começou o nosso calvário. Sempre há mudança do corpo técnico do Ibram para fazer essa análise.

Agora, em 2020 e 2021, nas Instruções Técnicas 142, de 2011, e 42, de 2021, deixaram a gente bastante preocupado, porque vieram novos pedidos. Sempre vêm novos pedidos. Com essas mudanças, sempre há alguma coisa, há uma NBR que tem de ser cumprida, há sempre alguma coisa nova para que a gente faça.

A pedido do ICMBio, como disse a Elisangela, foi feita a exigência de um plano de ocupação para o núcleo rural, que são as normas do que pode e do que não pode ser feito no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lago Oeste. Esse plano de ocupação tem por finalidade descrever, de forma clara e sucinta, as principais normas ambientais associadas a parâmetros de proteção ambiental e de ocupação elaborados para mitigação de alguns dos principais impactos ambientais e dar suporte à regularização ambiental desse parcelamento de solo, mantendo a característica rural do Lago Oeste, que é o que a gente quer. É por isso que a gente sempre lutou.

A falta desse licenciamento nos prejudica de várias formas. Está proibida qualquer construção no Lago Oeste desde 2013. Em que pese isso, alguns mais afoitos o fazem. A gente sabe disto, que alguns mais afoitos o fazem. Aqueles cidadãos e cidadãs que cumprem a proibição vêm sendo muito prejudicados desde então, e por isso vemos várias chácaras no Lago Oeste ainda sem nenhuma construção.

Em 2010, a gente solicitou ao Ibram autorização para arrumar as ruas, que só foi concedida dois anos depois. Nessa autorização, depois de consultado o ICMBio, o material autorizado a ser utilizado foi o expurgo de brita, que é o que a gente tem sempre feito.

Hoje, para a gente conseguir que as pedreiras nos vendam expurgo necessário para conserto das ruas, em qualquer pedreira, seja a Salinas, aqui em Goiás, seja as daqui debaixo, há que haver prévia autorização do ICMBio, porque, do contrário, elas recebem uma multa do ICMBio. Até nisto a gente tem dificuldade aqui: arrumar as ruas para trafegar nelas.

Existe, inclusive, embargo do ICMBio em algumas áreas para que a CEB, hoje Neoenergia, faça instalação de energia elétrica.

A Nota Técnica nº 5 do ICMBio, de 08/09/2020, eles afirmam que vários dados do EIA/RIMA estão defasados.

A falta de análise por parte desses órgãos técnicos levou a isso. Até quando a comunidade vai ter que atualizar os dados? Até quando a gente vai ter que fazer alguma coisa nova?

Somos prejudicados, Senador, em todas as formas possíveis.

Não tendo o imóvel em que a gente vive regularizado, sequer podemos ter um seguro bancário. Imagine a gente conseguir um empréstimo para iniciar qualquer atividade que nos dê alguma renda aqui no Lago Oeste?

Como em outras áreas aqui no DF, no Lago Oeste também cresceu, muitos dos antigos ocupantes deixaram o local e novos ocupantes vieram. Com esses novos ocupantes, vieram várias vozes dissonantes no que concerne à regularização fundiária.

As discussões eram até tranquilas, anos atrás. Hoje já não é mais. Hoje já não é mais. Tínhamos uma ou duas pessoas que discordavam da forma que a gente estava fazendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização. Hoje esse número cresceu. Uns chegando mesmo a dizer que a Asproeste não tem representatividade para representar a comunidade na questão da regularização fundiária.

Ora, oficialmente, é a Asproeste que iniciou esse processo há 16 anos. E, legalmente, a Asproeste, gostando ou não esse grupo, é que tem essa prerrogativa.

Com a mudança da categoria de expansão da Rebio, como disse a Elisângela, e a expansão, esse mesmo ICMBio, que vem participando ativamente do processo de licenciamento ambiental do Lago Oeste, tendo em suas mãos a nossa poligonal, que está no Ibram, fez uma poligonal para o Parque Nacional da Chapada da Contagem que adentra 62 chácaras. São 62 chácaras no Lago Oeste, chegando, inclusive, 18 delas a terem menos do que os dois hectares exigidos por lei para que suas chácaras sejam regularizadas. Eu vou citar, por exemplo, a Chácara 43, da Rua 17, que vai ficar com 8.800 m², menos de um hectare.

A pergunta que fica é: Como se resolverá essas questões?

Finalizando, eu gostaria de dizer que o mais importante neste momento é a liberação do licenciamento ambiental, pois, com isso, poderemos exigir dos ocupantes que as normas que estão lá no nosso plano de ocupação sejam cumpridas. Que aqueles que não puderam construir, proibição feita pelo Ibram e pela ICMBio, desde 2003, possam fazê-lo, e que assim possam seguir com a etapa seguinte, que é a regularização fundiária que todos almejam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado Djalma.

Eu vou passar para a Fabiana di Lúcia, que é a nossa representante da Terracap, para que ela possa se posicionar. Depois a gente fala também com o Ibram e o ICMBio.

Fabiana.

A SRA. FABIANA DI LÚCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos. Bom dia, Djalma e Elisângela, que já falaram, o Alisson do Ibram, que eu estou vendo ali, e demais participantes.

Primeiramente, Senador, quero parabenizá-lo pela iniciativa desse tema tão importante, que é a regularização de terras rurais, bem como desejar boas-vindas a todos os que estão participando também na reunião.

Bom, gostaria de falar um pouquinho, Senador, a respeito da Coter, que é a Coordenação Executiva de Regularização de Terras Rurais, que foi criada no âmbito da Terracap para que a gente pudesse exatamente avançar nas questões a respeito de regularização em terras rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nisso a gente vem trabalhando, a título de informação para os demais participantes, com três eixos macros, que tem sido o acertamento fundiário das fazendas, para que a gente promova a individualização de matrículas e, para que, no futuro, a gente consiga assinar uma CDRU ou mesmo elaborar o processo de venda, para que as pessoas ocupantes possam comprar a terra, porque essa é uma das grandes demandas, o pleito mesmo de cada um, e também um cenário de regularização para promover a assinatura de concessões com os ocupantes e referente aos contratos da extinta Zoobotânica ou mesmo para aqueles cujos contratos já venceram, foram cancelados ou que não deram entrada ainda. Então, a gente tem trabalhado nesses cenários também.

Outro cenário que a Terracap tem trabalhado é para quem já tem matrícula individualizada e também já possui concessão para que eles possam exercer o direito de compra dessas terras. Então, nós estamos num processo de precificação dessas terras.

Em relação especificamente ao Lago Oeste, nós mandamos um arquivo, não sei se a secretaria da reunião vai compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos compartilhar sim.

Fabiana, pode compartilhar você mesmo aí e conduzir o processo. Está liberado aí.

Não tem como fazer por aqui não, gente? É muito mais prático.

Vamos fazer por aqui, Fabiana. Talvez seja mais rápido.

Ok, Fabiana.

A SRA. FABIANA DI LÚCIA (*Por videoconferência*.) – Está joia, Senador.

Então, pode passar para a próxima página, por favor.

Senador, aí está a situação fundiária atual do Lago Oeste. Então, a gente verifica aí, em vermelho, praticamente nessa lateral, nessa que margeia aí, em que a gente vê um vermelho com um fundo branco, é onde está a maior parte das ocupações. Então, são terras da União e quem hoje está cuidando é a SPU.

Nesse amarelo, que é da Fazenda Brocotó, nós temos as terras em comum.

E, nesse azulzinho, é onde é terra da Terracap mesmo. Então, é uma parte bem pequena.

Nesse cenário todo, nós temos seis processos de regularização na área em comum e também seis processos de regularização na área que é da Terracap. Então, a gente tem feito análises, alguns já estão com concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar, por favor.

Na próxima, a gente vê que é uma parte bem pequena a da Terracap. A gente colocou aqui só um esboço mesmo. Nós temos um processo SEI que vem sendo tratado com a Associação de Produtores do Núcleo Rural do Lago Oeste (Asproeste), para fins de licenciamento ambiental. Então, o objeto desse termo de cooperação é para que seja contratado mesmo e que haja um avanço nas questões do licenciamento ambiental. Não é para regularização fundiária como um todo, então é apenas para fins de licenciamento.

Em que fase está? Nós já elaboramos uma minuta do termo de compromisso, passamos para a coordenação jurídica da Terracap, que sugeriu que nós fizéssemos um aprimoramento tanto redacional como pequenos ajustes materiais, e nós estamos na elaboração da versão final. Ontem mesmo, eu encaminhei a minuta para a diretoria técnica para que eles promovam essas alterações, e, assim que concluídas, a gente vai assinar o termo de cooperação.

E aqui, só falando o que eu já disse inicialmente: quais são os eixos macros da Coter.

Eu acho que, neste momento, Senador, o que é importante a gente falar mesmo é que o processo de regularização do Lago Oeste envolve diversas etapas, como todos sabem. Então, a regularização fundiária precisa avançar na questão do estudo das cadeias dominiais, na questão dos estudos ambientais, na certificação perante o Ibram, na elaboração dos estudos ambientais, que são o RCA e o PCA, para que, depois, a gente tenha o licenciamento e consiga dar entrada no cartório, para realizar essa regularização para fins de individualização de matrícula. Então, o licenciamento é uma das etapas. Enquanto isso, a gente tem avançado também na regularização das ocupações rurais juntamente com a Secretaria de Agricultura para assinar as concessões.

Então, é isso, Senador, que a Terracap tem para manifestar. Se alguém tiver alguma pergunta ou alguma dúvida, eu me coloco à disposição, e agradeço a oportunidade de participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Fabiana.

Eu vou passar agora para o Alisson Santos Neves, que é Superintendente de Licenciamento Ambiental do Ibram.

O SR. ALISSON SANTOS NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas. Bom dia a todos os companheiros de mesa e a quem nos acompanha pela transmissão da TV Senado. Inicialmente saúdo todos e agradeço o convite, Senador Izalci, para que a gente possa vir discutir assuntos de interesse da comunidade. O Brasília Ambiental sempre estará à disposição para que a gente participe de eventos como este, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também de qualquer outro tipo de reunião ou de fórum que venha buscar soluções de tamanha importância como a pauta de hoje.

Então, ficam aqui os parabéns, e a gente agradece o espaço, na pessoa do Presidente Cláudio Trinchão.

É importante a gente colocar algumas coisas aqui – eu vou fazer até um resumo e vou acompanhar aqui o tempo que a gente tem para que a gente tenha uma reunião bem fluída –, é importante a gente colocar o histórico. Como já muito bem colocado pela Elisangela, existe um histórico de ocupação do Distrito Federal, que traz bastante complexidade, e essa complexidade é reverberada nesse processo de regularização.

Tudo bem, a gente tem que buscar resolver, e não venho aqui justificar, de forma nenhuma, o tempo que essas questões transcorrem, mas, em muitas delas, a gente vem aprendendo com as ações. Então, é uma experiência que vai sendo captada e vai sendo aperfeiçoada através do exercício, tanto que não é raro mudança e aperfeiçoamento de legislação. É uma busca contínua para que nós tenhamos um arcabouço legal que nos dê, em segurança técnica e segurança jurídica, a tranquilidade para emitir qualquer ato e para que a gente consiga dar tranquilidade para a população também, porque o impensado e o ruim nesses casos é quando se antecipa um desfecho, mas sem a base de segurança técnica e jurídica, e depois o processo vai prejudicar de alguma forma, inclusive de forma judicial ou algum prejuízo técnico que fique em consequência.

Então, a gente tem uma quantidade significativa de glebas dentro do Lago Oeste.

E aqui é para reconhecer o cuidado e todo o trabalho feito pela Asproeste. Inclusive, antes de eu trabalhar diretamente com o assunto para o licenciamento ambiental, acompanhei bastante o esforço deles no Cadastro Ambiental Rural. E aqui a gente só rende homenagens a essa população e à Asproeste pelo esforço e pela dedicação em buscar as soluções dentro desse contexto para a regularização do Lago Oeste da forma mais correta possível. Em momento nenhum em que a gente esteve com a associação, a associação buscou atalho ou, de certa forma, tentou ajustar de formas que não fossem republicanas, de formas que não fossem corretas. Então, aqui fica a homenagem do Brasília Ambiental para a associação, que puxou esse processo, e hoje a gente já está próximo a finalizar.

E aí, como bem disse a Elisangela, a gente tem uma complexidade lá por ser uma área que tem gestão da SPU e da Terracap por suas propriedades. Existe uma pressão significativa da expansão urbana, que é um problema sério. Então, existe o desejo da comunidade de manter as características rurais, mas, pela proximidade ao Plano Piloto, a gente tem uma pressão urbana muito significativa e preocupante. Eu entendo, inclusive, que a regularização fundiária rural permitirá maior proteção para essa expansão urbana desenfreada. Infelizmente, a gente assiste e acompanha algumas situações. Então, a gente hoje está num processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento ambiental, por parte do Brasília Ambiental, extremamente amadurecido. E aí eu devo reconhecer o que trouxeram também os representantes da Asproeste. Nós temos o amadurecimento desse processo tanto que, depois de tanto trabalho, nós conseguimos aprovar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), que é parte fundamental desse processo.

Mas, por se falar em EIA/Rima, a gente fala em atividade de significativo impacto ambiental. E, por conta disso, o licenciamento ambiental precisa de um envolvimento de outros órgãos, um envolvimento de outros setores. Eu costumo dizer, Senador, que o licenciamento ambiental de parcelamento de solo, em especial a regularização, é um ato de Estado, não é um ato do órgão ambiental, porque a gente precisa estar entrelaçado nesse processo, acompanhado por vários outros órgãos, e precisa acompanhar. E cada um tem a sua realidade, cada um tem a sua dificuldade, cada um tem a sua análise naquilo que lhe foca.

Então, é preciso respeitar também esse processo, apesar de nós reconhecermos que é um processo longo, que foi se amadurecendo. E hoje eu tenho um grande otimismo para que a gente finalize esse processo nos próximos meses. E será, de fato, uma conclusão de trabalho por parte do Brasília Ambiental extremamente positiva. É algo que a gente tem como prioridade. Esta gestão entende que é fundamental que nós possamos entregar esse licenciamento – é o desejo nosso nesse processo.

E aí eu queria aqui, já encaminhando para o final, registrar que esse processo teve esse pragmatismo e buscou essa objetividade a partir de 2019. Então, essa informação técnica que o Djalma trouxe foi uma informação técnica que buscou agregar todas as questões para a gente conseguir dali partir de um norte.

E, aqui, eu tenho que homenagear algumas servidoras do Ibram, mulheres. Existe uma comissão de mulheres resolvendo isso, e eu quero, aqui, só homenagear e destacar o nome destas servidoras que vêm fazendo um trabalho fundamental para que a gente consiga concluir esse processo. São elas: a geógrafa Juliana de Castro, a bióloga Amanda Porto e as engenheiras, Clarine Rocha, Heloísa Carvalho e Juliana Viana. Então, é importante trazer que a participação serena, técnica, profissional dessas mulheres trouxe e vem trazendo a regularização para esse parcelamento.

Então, para finalizar, do que é que nós precisamos para matar essa licença, para que a gente conclua essa licença? Nós temos que cumprir, como eu falei, um arcabouço legal; esse arcabouço legal perpassa, hoje, por várias situações, inclusive o cumprimento da Resolução Conama 428/2010, ou seja, a gente aguarda, tranquilamente e ansiosamente, a emissão da autorização de licenciamento ambiental por parte do ICMBio, porque é importante colocar que a área é muito delicada, porque ela está contornada por Unidades de Conservação bastante sensíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente aguarda essa manifestação, respeitando o tempo e o trabalho, reconhecendo o trabalho do ICMBio nesse processo, como também, nós aguardamos, inclusive já fizemos a primeira tentativa de envio do processo ao Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal, porque a Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 291, estabelece que a atividade de significativo impacto ambiental, para a emissão da licença, precisa passar pelo Conselho de Meio Ambiente.

Então, ao passo que nós aprovamos o EIA/RIMA, nós fizemos o encaminhamento para o Conselho de Meio Ambiente. Entretanto, com todo o respeito e razão, o CEMA, o Conselho de Meio Ambiente, entendeu que era necessário amadurecer essa questão fundiária porque se entende que a licença, de fato, precisa sair em nome da SPU e, no momento correto, em nome da Terracap.

Então, logicamente que isso é algo é bem significativo no processo, e nós aguardamos essas soluções, para que possamos reencaminhar para o Conselho de Meio Ambiente fazer a sua apreciação e, tão, logo a gente consiga, no seu retorno, encaminhar, também, a emissão da licença ambiental em conjunto com a outra questão que eu coloquei do ICMBio.

Portanto, o Brasília Ambiental, nesse processo, vem aperfeiçoando essas análises. A gente, em momento nenhum, parou de trabalhar no processo, ainda que a gente aguarde essas duas questões externas ao Ibram, mas nós não paramos de trabalhar. Nós estamos trabalhando, inclusive agora, no aperfeiçoamento do modelo de gestão para a questão de espécies exóticas invasoras, para que a gente não coloque em risco as Unidades de Conservação ali presentes.

O processo é público, então, aqui eu deixo também aberto o Brasília Ambiental. Para qualquer cidadão que queira ter acesso aos autos do processo, é só entrar com a solicitação, através da internet, que nós vamos fornecer, o processo é público, é transparente. E o Brasília Ambiental tem como prioridade concluir essa análise e esse processo para que a gente emita a licença de instalação corretiva e, tão logo, passemos, também, a tranquilidade para toda a comunidade da Asproeste.

Obrigado, Senador, parabéns, novamente, e ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado Alisson.

Eu já vou fazer alguns comentários rápidos, porque a gente tem o prazo desta audiência. O objetivo foi exatamente este: que a gente pudesse juntar todos os atores do processo para que a gente pudesse resolver essa questão. Nós entendemos que há essa questão – o Alisson colocou muito bem –, nem sempre a gente tem uma política de Estado, cada Governo entra e tem uma nova composição, muda as coisas e não tem continuidade. São vários atores: temos o ICMBio, temos o Ibram, temos a Secretaria, temos a Terracap, temos as associações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este é o objetivo nosso – viu, Alisson? –, na prática, eu vou passar para o Maurício, inclusive do ICMBio, porque o que a gente precisa, talvez, seja formar esse grupo o mais rápido possível para um resolver, saber, porque, senão, como foi colocado aí, se você resolve as colocações, as exigências, aí, passa um pouquinho, entram novas exigências depois que você já cumpriu a exigência, e aí vai passando, passando, e já temos aí alguns anos, 15, 16 anos. Então, eu queria focar nisso. Se a gente pudesse, depois... Aqui é uma audiência, mas, se a gente pudesse constituir um grupo para resolver isso, estabelecendo prazo, inclusive, para a gente poder ver... Tem gente aí esperando isso há alguns anos. Então, só para fazer essa observação.

Eu vou passa para o Maurício agradecendo a ele, que tinha até alguma coisa hoje, um compromisso, e cancelou esse compromisso sério para participar desta audiência.

O Maurício é do ICMBio.

Com a palavra, Maurício.

Obrigado pela sua participação.

O SR. MAURÍCIO LAXE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Parabenizo por esta atividade, tanto pela iniciativa do Senador quanto pela própria Asproeste. Na verdade, eu iria ser operado hoje, mas acabei adiando por 15 dias para poder colaborar aqui com esse processo,

Eu queria fazer uma contextualização, parabenizando o Djalma e a Elisangela, porque a contextualização dos dois foi perfeita. Eu só vou acrescentar uma questão: a licença ambiental, não só pelo regramento geral, mas por estar dentro da APA do Cafuringa, é obrigatória. Esse é um grande gancho que leva a essa necessidade de a gente avançar, já que o decreto que criou a APA do Cafuringa é de 89 e o decreto que regularizou, que criou a Zona de Uso Especial, Zona de Uso Controlado, é de 2003, quase o mesmo ano da criação da Rebio e da APA do Planalto Central, que foi em 2002.

Nós tivemos o ACT, como falou o Djalma, em 2005 e, depois, em 2010, lembrando que esse vácuo inicial foi por conta da discussão do contencioso jurídico sobre quem era o proprietário, que foi comunado somente em 2010, quando foi verificado e confirmado pelo Judiciário que a área era da SPU, e, depois, houve também a necessidade de complementação do EIA em 2014. O EIA inicial era de 2010 e tinha 1.236 chácaras. Depois, observou-se que, como, originalmente, havia fazendas que foram parceladas, entre 2010 e 2014, o número final ficou em 1.346, se não me falha a memória.

O ICMBio entrou nesse processo, na realidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E teve o georreferenciamento também e a campanha de cadastramento da SPU, em 2014.

O ICMBio entrou nesse processo de licenciamento em 2016. Apesar de ter começado com o Ibama – a criação do ICMBio foi em 2007 –, nós só recebemos mesmo a documentação com a complementação do EIA/Rima em 2016. Fizemos o primeiro parecer com uma série de complementações, e todas elas foram contempladas pela Asproeste, que encaminhou todas as documentações. Houve a audiência pública em 2018. Aí, na audiência pública, apesar de já estar constando no EIA/Rima, a Terracap não estava, até então, no processo, como não está oficialmente até hoje. Eu chamaria aqui a atenção do Senador para o fato de que até hoje, oficialmente, a Terracap não está no processo de licenciamento. Então, se há alguma coisa que eu tenho a propor, além do GTI, de encaminhamento é que a Terracap agilize o máximo possível o encaminhamento do ofício pedindo o licenciamento da Terracap. Então, isso vai para além do ACT e não está dependendo dos acordos de cooperação com a Asproeste.

A Terracap já pode implementar isso até mesmo nesta semana e aí conseguimos avançar também na área da Terracap, que até hoje não tem formalismo dessa situação. E, no serviço público, se não estiver no papel e no processo, não está no mundo real, então, precisamos avançar nesse contexto. No ICMBio, depois da audiência, nós levantamos essa situação da ausência da Terracap.

O plano de ocupação, eu tenho que bater palmas aqui para o Alisson, porque ele tomou a iniciativa que nós solicitamos a ele ano passado, em 2020, e destravou a amarração que precisava ser feita para que o plano de ocupação fosse ambiental. O Ibram autorizou que nós fizéssemos entendimentos técnicos com a Asproeste, com diversas oficinas técnicas, e qualificamos o plano de ocupação, o que vai permitir, como a Elisangela colocou, como uma meta, fazermos com que o licenciamento do Lago Oeste passe a ser um exemplo para o Brasil, tendo regramentos que vão garantir que a área seja agroecológica, agroflorestal e ecoturística.

E aqui faço o registro de que nós estamos tentando articular, já conversamos com alguns representantes da Asproeste, da Câmara Legislativa. E já fica também a dica para o Senador, para que possamos depois também pensar num PL que possa instituir o Lago Oeste como primeiro núcleo agroecológico e ecoturístico do Brasil. Acho que é uma iniciativa interessante após isso, para garantir que não haja pressões, como já ocorreu em Vicente Pires e Arniqueiras, como algumas pessoas já levantaram.

O ICMBio já fez o parecer final das duas fazendas. Na verdade, são quatro fazendas: Brocotó, Catingueiro, Palmas Rodeador e Contagem de São João. Essas duas últimas são da SPU. Então, o nosso parecer já é para essas duas da União, Palmas Rodeador e Contagem de São João. A ALA já está escrita, já está pronta, com uma série de condicionantes, inclusive com a indicação das reservas legais, para destravar também o outro tema que estava no meio de campo. E nós estamos apenas aguardando o pagamento do boleto. Houve aquele impasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantado pela Elisangela, porque inicialmente o boleto saiu em nome da SPU, depois saiu em nome da Asproeste, mas deve sair no nome – o Ibram também já concorda com isso – da SPU.

Inclusive eu quero aqui avançar, Senador, porque, depois daquele contato que tivemos semana passada, o ICMBio fez reuniões tanto com a Terracap quanto com a SPU e com o Ibram. Das pessoas, quem está aqui é só a Fabiana, na verdade foi o Dr. Hamilton que fez reunião com a gente, mas com o Alisson e o Guilherme nós tivemos reunião, e o Alisson já encaminhou para o ICMBio, o Ibram – estou falando Alisson, mas, na verdade, a instituição Ibram –, o ofício esclarecendo. E o protagonista e o responsável pelo licenciamento dessas duas fazendas é a SPU, e aí destrava a discussão sobre a quem cabe o pagamento e a responsabilidade do licenciamento. Inclusive foi uma celeuma que não teria sido necessária porque, como bem lembrou a Elisangela, estava nos dois acordos de cooperação técnica, de 2005 e 2010, que competia à SPU fazer o processo de licenciamento junto aos órgãos e todos os estudos e iniciativas e subsídios por parte da Asproeste, mas agora oficialmente já está encaminhado por parte do Ibram. A SPU já tem ciência disso, para a gente destravar essa questão do pagamento de cerca de quarenta e poucos mil reais, porque seja emitida a ALA e a gente resolva de imediato o licenciamento da SPU.

Então, fizemos a lição de casa, vislumbrando esta audiência, já para chegar aqui com a agenda positiva, com a ajuda de todos esses órgãos.

Da questão específica relativa ao parecer e ao licenciamento da área da Terracap – como eu comentei agora há pouco –, é necessário, de imediato, que a Terracap encaminhe o ofício pedindo o licenciamento da área dela, essa é a principal coisa, porque o ACT vai estar vinculado mais aos condicionantes, neste momento, já que o EIA/Rima está feito e os estudos complementares estão feitos. Então, a Terracap encaminhando o pedido dela, já que o EIA/RIMA vai ser o mesmo, o processo vai caminhar, e aí é o tempo de a gente fazer os formalismos dos ACTs, tanto entre SPU e Asproeste, quanto entre Terracap e Asproeste. Então, eu estou falando aqui, de uma forma bem pragmática, de como resolver isso de uma forma célere.

Do ponto de vista das outras duas fazendas da Terracap, depende dessa iniciativa institucional para a gente avançar, porque, no mundo dos sistemas de licenciamento, tanto no Ibram, no âmbito do Alisson, quanto no ICMBio, não há nada em relação ainda às duas áreas da Terracap. Então, essa iniciativa é mais importante para tentar encaminhar, a partir de hoje, essa oficialização da Terracap, o interesse formal, porque o interesse verbal já foi colocado, inclusive pela Fabiana, mas está faltando a gente formalizar isto: o pedido do licenciamento.

Como o tempo é pequeno, Doutor, e a gente também tem o Ministério Público nos acompanhando, etc., eu queria fazer dois registros antes de fazer as proposições de encaminhamento, concordando, inclusive, com essa que fez o Senador. O grupo chamado CPC, Caminhos do Planalto Central, demandou do ICMBio e acho que deve ter demandado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também dos demais órgãos... Nós criamos a Trilha da União, que é uma tentativa de impulsionar o ecoturismo na região, que vai ao longo da cerca do parque, atravessando; e eles encaminharam, também, para fazer uma trilha, implantar uma trilha na região, já junto à Chapada, encaminharam para a gente, ontem inclusive, esse ofício, solicitando a ligação. Só existem duas ruas que não estão interligadas: da 3 para a 4; e da 17 para (*Falha no áudio.*)

... turístico e cavaleiros, com ciclistas, para a região.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., Maurício, se precisar apresentar algum projeto aqui, a gente está à disposição, é só mandar para a gente as sugestões, para que a gente possa apresentar uma proposta.

O SR. MAURÍCIO LAXE (*Por videoconferência.*) – Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oi, Maurício.

O SR. MAURÍCIO LAXE (*Por videoconferência.*) – Eu só vou fazer a sugestão: além de a Terracap fazer o ofício, formalizar o pedido de licenciamento, o GT, eu acho fundamental esse grupo de trabalho, acho fundamental que a gente possa conversar mais no atacado do que no varejo, e, também, uma campanha de cadastramento que a Terracap fez, no ano passado, mas eu acho que poderíamos fazer, neste próximo começo de ano, para que os demais ocupantes da região da Terracap venham se cadastrar e já se preparar para uma regularização, não só ambiental e fundiária.

Por último, registrando que o ofício da SPU liberando – liberando, não –, orientando e informando que o procedimento das duas fazendas cabe à SPU, no caso, o pagamento do boleto, já está resolvido. Então, estamos com a agenda boa aí e vamos garantir a proteção ambiental e socioambiental do Lago Oeste.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Maurício. Uma das sugestões é exatamente esta: que a gente possa criar esse grupo o mais rapidamente possível. Sei que vocês já conversaram entre si aí, mas precisamos liberar a ala, o ICMBio. Acho que vai ser necessário fazer um termo de cooperação entre a Asproeste, o ICMBio e a Terracap, porque dificilmente a SPU vai ter condição de pagar esse boleto, é muita burocracia para isso. Então, faz o acordo de cooperação, a Asproeste paga e, depois, compensa. Essas coisas precisam ser agilizadas nesse sentido. Então, se puderem também atentar para isso, é importante.

Eu vou passar para os demais agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que o principal era isso que nós estamos aqui fazendo, esse encontro. Peço à nossa querida Fabiana para que a Terracap possa entrar. Tem que fazer esse encaminhamento urgente, como foi dito aí pelo Maurício. A Terracap não faz parte ainda oficialmente. Então, tem que fazer um requerimento, um ofício para fazer parte do processo, porque ainda não consta no processo lá do ICMBio.

Eu vou passar para os demais, que são representantes também. Só peço, se puderem, para serem ser mais objetivos, porque – eu não sou o Presidente da outra CPI, eu sou o Relator da CPI – a CPI começa às 9h30. Eu não posso chegar atrasado lá, mas eu gostaria de concluir para que todos pudessem falar.

Então, eu vou passar também para o Dálio Ribeiro de Mendonça Filho, que é o Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente aqui do DF.

Dálio, se puder complementar, pois não.

O SR. DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci. É um prazer revê-lo. Eu conheci o senhor na casa do Dailsom Lettieri, que é um amigo em comum nosso. Prazer em revê-lo. Bom dia a todos e a todas, eu sou Dálio Ribeiro, sou Gestor da Secretaria de Meio Ambiente.

Eu queria, logo de início, parabenizar o Izalci, pois o que está acontecendo aqui hoje é exatamente a solução do licenciamento de obras complexas. Isso não deixa de ser uma atividade de parcelamento de solo, na qual vai ter que ser implantada infraestrutura, e isso envolve uma série de órgãos, envolve uma série de protocolos de aspectos burocráticos.

Eu trabalhei 20 anos com licenciamento de obras de Governo na Capital do País, Izalci, e exatamente o que você está fazendo é o que funciona. É reunião, unindo todos os atores, para tratar de um problema em que todos tenham uma participação.

Eu queria parabenizar também a Asproeste pelas propostas, como agroecologia, ecoturismo, turismo rural, como a Elisangela comentou

O Sr. Djalma Nunes também fez uma – eu não deixo de considerar – crítica ou até quase uma reclamação, que tem bastante pertinência, do excesso de burocracia e da falta de integração dos diálogos entre órgãos envolvidos para resolver o licenciamento, viu, Sr. Djalma? É pertinente a sua colocação.

Eu queria só lembrar um grande amigo meu, que é o Darinho Fava Corsatto, que é uma das lideranças do Tribunal de Contas da União, que fala que o Tribunal de Contas da União vem identificando o excesso de normas e de regras como algo que dificulta muito o desenvolvimento do País. E o que está sendo colocado aqui, que o próprio Senador já colocou, é a solução mesmo, é o diálogo, e não só aqui nesse caso específico do licenciamento do Lago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oeste, mas para todo o País. Nós temos que buscar o diálogo com todos os atores envolvidos para a resolução de problemas tão relevantes que vêm afligindo a nossa sociedade e o nosso País.

E a proposição que deve ser feita para realmente nós darmos, vamos dizer assim, uma finalização para que realmente consigamos licenciar ambientalmente o Lago Oeste, Senador, é exatamente a proposição de um grupo de trabalho interinstitucional para que possamos dar o encaminhamento. É assim que eu sempre resolvi os licenciamentos de obras de Governo. E essa sua proposição é a mais adequada e a mais pertinente.

Parabéns a todos! Parabéns, Senador, por essa iniciativa! E tenho certeza de que o Lago Oeste, dessa forma, aumentará os seus níveis de sustentabilidade socioambiental.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dálio.

Eu passo, imediatamente, ao Guilherme, que é o nosso representante da SPU/DF.

O SR. GUILHERME MACIEL ANTUNES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Eu queria agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública justamente para poder explicar o que está acontecendo dentro da SPU. Assim, a gente já recebeu o ofício do ICMBio. Eu quero agradecer ao ICMBio, ao Ibram, aliás, mas, como o Ibram falou, o Alisson, tornou-se um arcabouço jurídico, uma parte burocrática. Então, nós já fizemos uma nota técnica, já subiu para a nossa consultoria jurídica, bem sucintamente. Estamos esperando só a resposta.

Apoio, sem problema nenhum, fazer esse grupo de trabalho, fazer um ACT. Aliás, o ACT que nós tínhamos com a Asproeste está vencido. Nós temos também uma anuência da superintendência antiga, só que também foi para ser analisada pela consultoria jurídica. E, nesse grupo de trabalho, eu queria também comentar que, além do ACT, fazer um novo ACT com a Asproeste e com a própria Terracap, eu acho que tem que ser um convênio, porque o convênio tem repasse de recurso. E, se é para pagar o licenciamento ambiental, a gente tem que pensar basicamente nisso.

Quero dizer também à Elisangela e ao Djalma que eu entendo a agonia de vocês. Eu sei como é. Nós da SPU também compartilhamos dessa atenção. Não queremos que aconteça com o Lago Oeste o que aconteceu com Vicente Pires, só que a nossa equipe é muito reduzida, como o nosso tempo também. E há uma nova administração, uma nova gestão na SPU, tanto na superintendência quanto na Secretaria Nacional. E, depois desta audiência pública, é muito bom, porque a gente os sensibiliza com a pressa, com a necessidade, com todo esse histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É basicamente isso. Estou aqui muito feliz e passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Guilherme. O objetivo é esse mesmo, talvez seja um acordo de cooperação para a Asproeste poder pagar o boleto lá para a gente poder dar o encaminhamento.

Eu vou passar, então, para o último inscrito aqui, o Leonardo Mendonça Brito, que é o representante da Asproeste. (*Pausa.*)

Acho que nós estamos com um problema de conexão aí, algum problema de comunicação com o Leonardo.

Bem, enquanto o Leonardo tenta entrar, o que eu gostaria, primeiro, era agradecer a presença de cada um de vocês. Como foi dito, o objetivo é realmente resolver. Só quem passou por isso, e a metade da população aqui do DF passa por isso, falta de escritura, falta da regularização, principalmente a área rural... Eu tenho visitado muitas áreas rurais. Então, essa iniciativa de fazer o grupo de trabalho é muito importante para que a gente possa agilizar. Então, eu acho que a ordem aí de prioridade é: primeiro, a Terracap entrar no processo, porque está fora do processo ainda, oficialmente. Como disse aí o Maurício, órgão público tem que estar tudo no papel. Aqui no Brasil ainda temos essa burocracia toda, mas tem que ter isso aí, independentemente de qualquer coisa.

Também um acordo de cooperação, prazo para poder pagar o boleto, porque dificilmente o SPU vai ter condição de pagar isso. Paga e depois compensa e criar esse grupo. Eu acho que essa reunião de vocês é muito importante, como já foi falado, o Ibram, o ICMBio e, evidentemente, os interessados e também a Terracap e a SPU.

Se houver mais alguma dificuldade se coloca nesse grupo, eu me disponho a participar e colocar alguém também da assessoria nossa acompanhando. O que a gente puder fazer, eu tenho a maior alegria. Esse é o grande desafio do DF: a regulação fundiária seja urbana, seja rural, para dar tranquilidade às pessoas que estão aqui e muitas delas, que vieram junto com JK, ainda não conseguiram a sua escritura.

Se houver alguém que queira concluir alguma coisa rapidamente, que eu vou ter que encerrar, mas não consegui falar com o Leonardo. O Leonardo acho que está com dificuldade.

Eu vou passar para a Elisangela.

Elisangela, você pode dar uma... A Elisangela está aí? (*Pausa.*)

Djalma, que é o nosso representante... Ah, Elisangela!

Viu, Elisangela, o Leonardo não está conseguindo entrar, eu pergunto se está o.k. esse encaminhamento nosso, se há alguma colocação a mais? Parece que está tudo de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que nós tínhamos conversado no sentido de fazer um grupo para estar todo mundo na mesma direção, não é?

A SRA. ELISANGELA JANUÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só para avisar que o Léo, de fato, não vai conseguir entrar, ele está com problema no computador lá e é isso mesmo.

Viu, Guilherme, acho que a gente vai aproveitar essa sua fala também para encaminhar um ofício para a SPU, para a gente pedir uma agenda formal, para gente decidir o que vai ser, se vai ser um termo de cooperação... Não sei se seria convênio, porque, na verdade, não é um repasse de recurso. A proposta seria a gente compensar em outros custos futuros, mas a gente avalia qual seria o melhor instrumento mesmo, então a gente vai aproveitar e mandar isso, para tentar uma agenda com vocês e daí a gente vai avançando e vendo como é que a gente consegue também montar essas agendas conjuntas com o Ibram, com o ICMBio e com a Terracap também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo.

A SRA. ELISANGELA JANUÁRIO (*Por videoconferência*.) – O entrave maior realmente é a SPU.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. Eu quero, então, mais uma vez, agradecer a participação de cada um de vocês e me colocar à disposição para que a gente possa resolver essa questão que, já há anos, os moradores já não dormem mais pensando nisso.

Eu agradeço e declaro, então, encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 08 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e um minuto do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Paulo Rocha, e ainda da Senadora não membro Eliane Nogueira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências" Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Relatoria: Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer pelo arquivamento do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6417, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA e 2-CRA. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 790, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural." Autoria: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e a Emenda 1-CRA por unanimidade. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 486, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 335, de 2021 - Terminativo - que: "Autoriza a União, nos termos do inciso XVII do art. 49 e do § 1º do art. 188 da Constituição Federal, a doar, com encargo, ao Estado do Acre a área remanescente da Gleba Seringal Afluente, com área total de 155.120,0610 ha (cento e cinquenta e cinco mil, cento e vinte hectares, seis ares e dez centiares), de domínio da União, localizada nos municípios de Feijó e Manoel Urbano, naquele Estado, para fins de implantação de unidade de conservação de uso sustentável." Autoria: Senadora Mailza Gomes (PP/AC). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Sérgio Petecão, Esperidião Amin, Paulo Rocha e o Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de itens não terminativos e terminativos, conforme pauta previamente divulgada e publicada.

Antes de iniciarmos, faço uma pequena introdução sobre a importância do setor agropecuário no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, pois é inegável que essa importância é muito forte para a sociedade brasileira, bem como o papel histórico da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento deste setor. Boa parte desse desenvolvimento foi devido à incorporação de tecnologias e inovações produzidas pelas instituições de pesquisas públicas, como a Embrapa, universidades e organizações estaduais de pesquisa, e também por organizações privadas. No entanto, temos alguns gargalos que limitam o nosso desenvolvimento, sobre os quais estamos trabalhando para superar, especialmente com esse projeto de modernização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, que é o SNPA – o PL nº 6.417, de 2020.

Os investimentos em ciência e tecnologia ainda são baixos no Brasil, comparativamente aos países desenvolvidos e com economia mais forte. Também falta governança e uma plataforma digital integrada para o SNPA, que se encontra defasado, como vimos nas diversas audiências públicas que realizamos aqui nesta Comissão para instruir essa matéria.

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 6.417, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim e da Senadora Soraya Thronicke, vamos estabelecer um sistema de governança para a integração das diversas instituições e plataformas de pesquisa numa única rede digital do SNPA, acessível aos difusores de tecnologia, técnicos extensionistas e agricultores. Vamos otimizar as pesquisas, atendendo às necessidades do agricultor, do mercado e da segurança alimentar da população brasileira. Em síntese, com a modernização do SNPA, vamos fazer a tecnologia chegar mais rápido lá na ponta, tornando a ciência e a tecnologia mais acessíveis aos nossos agricultores. Com isso, vamos alcançar o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária num contexto de desmatamento ilegal zero, de mudanças climáticas e de demanda mundial e nacional crescente por alimentos, fibra e agroenergia.

Essa modernização do SNPA é fundamental para o nosso País se manter na liderança mundial da produção de alimentos com uma agricultura forte, moderna e cada vez mais sustentável, pois é com ciência e tecnologia que vamos produzir cada vez mais em áreas menores e conquistar novos mercados.

Dois exemplos de como é possível são: primeiro, a pecuária de Rondônia, por exemplo, que, com investimento público e privado no controle da febre aftosa, recebeu a certificação internacional de área livre de aftosa sem vacinação, no dia 27 de maio de 2021. Com isso, nossa carne já está em países da União Europeia, no Japão, e em outros países que pagam mais pela arroba; e o aumento da produção de café, que, após a introdução do café clonal, desenvolvido pela Embrapa, ampliou a produção de nove sacas de 60kg por hectare para 35 sacas por hectare.

Portanto, é com ciência e tecnologia que vamos construir um futuro ainda melhor para a nossa agropecuária. Sem ciência, tecnologia e inovação, nós não podemos avançar. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançamos muito, mas temos muito ainda a avançar. Graças a ao trabalho da Embrapa e outras instituições com relação ao desenvolvimento do nosso País através da ciência, tecnologia e inovação, nós já aumentamos muito a produção de alimentos no Brasil, mas temos muito ainda para avançar. Por isso, precisamos de investimento em ciência e tecnologia, e unir todos aqueles entes que trabalham em ciência e tecnologia, para que possam trabalhar unidos, juntos e que possamos levar essas inovações até a ponta, até a casa dos nossos agricultores, até as suas lavouras. Esse é o grande objetivo deste nosso projeto de lei que estamos relatando e de que vamos falar daqui a pouco.

Também no dia 6 de dezembro próximo, segunda-feira, vamos realizar, na cidade de Buritis, em Rondônia, uma audiência pública da Comissão de Agricultura para discutir o desenvolvimento regional de Rondônia e o chamado Arco Norte, que abrange diversos Estados da Amazônia Legal. O desenvolvimento sustentável dessa região passa essencialmente pelo fortalecimento da agricultura, da pecuária e da agroindústria, com cuidado e responsabilidade social e ambiental.

Para que tenhamos uma agropecuária forte e sustentável, precisamos de regularização fundiária, da recuperação das áreas degradadas, de infraestrutura e da modernização do marco legal do licenciamento ambiental, temas que também vamos abordar nesta audiência pública. Destaco especialmente a importância da regularização fundiária para o nosso Estado de Rondônia, principalmente para essa região de Buritis, e também para toda a Amazônia, pois precisamos aperfeiçoar e modernizar a atual legislação, desatando nós e reduzindo a burocracia em todo o sistema de regularização fundiária do nosso País. Além disso, destaco a importância de mais investimentos na infraestrutura de Rondônia e do Arco Norte e também a importância da pavimentação de um trecho importante da BR-421, que liga Ariquemes a Guajará-Mirim, passando pelos Municípios de Buritis e Campo Novo, onde vamos realizar a audiência pública da CRA. Também vamos tratar da duplicação da BR-364 e do asfaltamento da BR-319, duas importantes rodovias federais para a integração da Amazônia e o desenvolvimento regional.

Portanto, fica aqui o convite à população de Buritis, de Rondônia, da Amazônia, de todo o nosso País para que acompanhe esta audiência pública pela TV Senado, que vai ser transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais do Senado Federal. E também convido todos a participarem desse debate, o que poderá ser feito, através da internet, pelo canal e-Cidadania, e, pelo telefone, através do Alô Senado, 0800-0612211.

Retomamos, portanto, as nossas audiências públicas externas. É a primeira deste ano e, com certeza, será a última também, mas não poderíamos deixar de fazer pelo menos uma audiência pública externa, levando o Senado mais próximo da sociedade, mais perto, principalmente, dos problemas, como é o caso dessa região de Buritis, que é a última fronteira de Rondônia, a região que mais cresce no Estado e que carece muito de infraestrutura e de regularização fundiária. Por isso é que nós escolhemos exatamente essa região para fazer essa audiência pública, pela necessidade de regularização fundiária, pela necessidade de infraestrutura nessa região, que cresce acima da média do Estado e acima da média brasileira, e precisa desses investimentos e principalmente da regularização fundiária. É um tema importante. Nós estamos discutindo isso aqui na Comissão de Agricultura, na Comissão de Meio Ambiente e vamos avançar nesse debate para que a gente possa levar mais cidadania à população do nosso País, especialmente do Estado e nessa região do Buritis, que fica próxima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Ariquemes, Nova Mamoré, Campo Novo, uma região próspera e que vem desenvolvendo muito.

Vamos, então, aos nossos projetos.

Passamos ao item 4, agradecendo a presença do nobre Senador Jayme Campos aqui conosco para relatar o Projeto de Lei nº 790, de 2015.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 790, DE 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07.11.2017 a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável à matéria.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos, para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras que acompanham a reunião remotamente e aos servidores desta Comissão.

Sr. Presidente, vamos ao nosso relatório.

Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado n° 790, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Composto por quatro artigos, o art. 1º trata do objeto da lei, o fortalecimento das políticas de financiamento e de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), públicos e privados. O art. 2º altera os arts. 3º, 6º, 7º, 16 e 20 da Lei nº 4.829, de 1965, e inclui tais serviços entre os objetivos do crédito rural, promove o envolvimento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) no Sistema Nacional de Crédito Rural, assegurando-lhe no mínimo 1% dos recursos destinados ao crédito rural. O art. 20 da Lei nº 4.829, de 1965, é alterado para incluir na dotação orçamentária o financiamento de serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural em linha de crédito exclusiva em montante nunca inferior a 2% do total de recursos destinados ao crédito rural.

O art. 3º do PLS altera o art. 2º da Lei nº 8.171, de 1991, conhecida como Lei Agrícola, para incluir a Ater entre os serviços essenciais ao desenvolvimento agrícola. Altera o inciso VIII do art. 3º para ressaltar a importância da efetiva comunicação aos produtores das inovações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científicas e tecnológicas geradas pela pesquisa. Inclui no Capítulo V, que trata Da Assistência Técnica e Extensão Rural, o art. 15-A para conceituar separadamente o que é "assistência técnica" e o que é "extensão rural".

Propõe o art. 15-B para dispor que as políticas públicas e ações de Ater deverão buscar, para consecução de seus objetivos, o apoio e a integração de instituições e organizações que exerçam atividades de interesse dos produtores rurais. Relaciona as instituições e organizações que deverão integrar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O art. 3º também altera o art. 17 da Lei 8.171, de 1991, para definir o atendimento gratuito dos agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais e suas formas associativas, mas preconiza também a dotação no Orçamento da União de recursos e sua alocação em linha de crédito rural específica para financiar a contratação de serviços privados de assistência técnica e extensão rural, conforme regulamento.

No Capítulo XIII, que trata "Do Crédito Rural", o art. 48 da lei agrícola é alterado para dispor que entre os objetivos do crédito rural está o de favorecer o custeio oportuno e adequado da contratação de serviços de Ater, da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários; e o de financiar a contratação de serviços públicos ou privados de assistência técnica ou extensão rural aos produtores rurais ou suas organizações legalmente instituídas, através de linha de crédito subsidiado específica para esse fim.

Por fim, o art. 3º do PLS acrescenta no art. 48 os §§3º e 4º. O §3º dispõe que o crédito rural para contratação por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural de serviços privados de Ater terá taxa de juros zero, podendo ainda ser concedidos rebates, conforme o regulamento. O §4º estabelece que, relativamente aos recursos totais previstos para os planos de safra, a Lei Orçamentária Anual preverá dotação de, no mínimo, 2% para serem geridos pela Anater, e de, no mínimo, 1% por meio da oferta de linhas de crédito rural para contratação pelos produtores rurais de serviços privados de assistência técnica e extensão rural.

O art. 4º do PLS nº 790, de 2015, trata da cláusula de vigência da futura lei.

Na justificação, o autor argumenta que o Censo Agropecuário de 2006 revelou a insuficiência do serviço de extensão rural do País, em que a maioria dos agricultores familiares e grande parte dos produtores rurais de médio porte relatam receber orientações apenas ocasionais, a despeito da elevação dos montantes orçamentários destinados à atividade de assistência técnica em anos recentes.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está hoje nesta Comissão, à qual foi atribuída a decisão terminativa.

Na CAE, recebeu relatório favorável do Senador Paulo Rocha e relatoria *ad hoc* do Senador Omar Aziz, tendo sido aprovada a matéria.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 790, de 2015, Sr. Presidente, no prazo regimental.

Análise.

Em vista do caráter terminativo, compete a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PLS 790, de 2015.

Nos termos dos incisos II, IV, X, XVII e XIX, do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão compete opinar em assuntos correlatos às áreas de planejamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política agrícola, agricultura familiar, financiamentos agropecuários, políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais e extensão rural, respectivamente.

No que se refere à constitucionalidade do PLS 790, de 2015, observa-se que a União tem competência privativa para legislar sobre política de crédito, conforme o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, além de ter competência comum com Estados, Distrito Federal e Municípios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, nos termos o inciso VIII do art. 23 da CF.

Sr. Presidente, aqui, mais ou menos, nós conseguimos, nessas rápidas palavras, demonstrar o que é a essência do projeto. É um projeto cuja leitura, se eu fosse fazer, demandaria muito tempo.

Faço uma consulta a V. Exa. se nós podemos já, neste caso particular, entrar na fase de voto, se V. Exa. concordar, até para o bom andamento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Fique à vontade, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se eu posso ficar à vontade, eu gostaria de dar bom andamento, sequência ao trabalho que V. Exa. tem muito bem conduzido aqui, Senador Acir Gurgacz, nesta Comissão.

Em fase de conclusão de tudo isso que eu relatei, até porque esta matéria já se encontrava disponibilizada já há algum tempo, eu imagino que todos os Senadores e Senadoras interessados já acessaram e tiveram conhecimento do conteúdo e, sobretudo, do que representa esta matéria, este projeto para a agricultura em termos de extensão rural.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLS 790, de 2015, com a seguinte emenda, da CRA: "Exclua-se do parágrafo único do art. 15-B proposto à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na forma do art. 3º do PLS nº 790, de 2015, a expressão “na alínea ‘n’, I, do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003”.

Com esse relatório, Sr. Presidente, este é o meu voto: pela aprovação, óbvio e evidente, com a emenda proposta por seu autor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

De fato, é um projeto muito importante. Nós sabemos muito bem que a agricultura, principalmente a agricultura familiar, precisa e depende de financiamentos. E este projeto vem exatamente ao encontro da necessidade dos nossos agricultores.

Portanto, este projeto é muito meritório.

V. Exa. faz um relatório bem específico e claro, para que a gente possa dar o apoio necessário para que os nossos agricultores, principalmente da agricultura familiar, tenham acesso a esses financiamentos, tenham acesso a esses créditos para poder produzir. Produzindo, dessa forma, vão melhorar a sua qualidade de vida, vão melhorar a vida dos seus familiares, para que possam ter uma vida mais tranquila no campo. Dessa forma, nós vamos incentivar os nossos agricultores a não virem para as cidades, a ficarem no campo, porque não basta nós dizermos para os nossos agricultores que fiquem no campo e que os filhos que vêm para a cidade voltem para o campo para produzir. Não basta pedir isso. Nós temos de fazer algo para que isso venha a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, levando esse financiamento a juro zero para os nossos agricultores da agricultura familiar, com certeza, nós vamos atrair os agricultores a ficarem no campo e fazer com que os seus filhos possam voltar para o seio familiar e continuar produzindo com mais tecnologia, com mais inovações, para que possam produzir mais. Produzindo mais, terão um aumento de renda da sua família e produzirão mais alimentos para o nosso País.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero fazer um adendo, se V. Exa. me permitir, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. tem toda razão, Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente, na medida em que houve um esvaziamento da extensão rural brasileira.

V. Exa. é bem mais novo que o Jayme Campos aqui, mas não tão novo assim. A extensão rural no Brasil era muito forte. Existia a Embrater que era a mãe das EMPAERs, das EMATERs, melhor dizendo, no Brasil todo. O que ocorreu? De lá para cá, V. Exa. tem acompanhado, não deram o devido tratamento que merece. Minas Gerais tinha um bom tratamento ainda, o Paraná tem ainda e acho que o Rio Grande do Sul; mas em alguns Estados, particularmente no meu, lá em Mato Grosso, houve um esvaziamento. Ali era um cartão de visita, a extensão rural de Mato Grosso era uma potência, não só para o pequeno, mas também participavam o médio e o grande.

De lá para cá, de um tempo para cá, houve esvaziamento de pessoal, o próprio corpo de trabalhadores foi envelhecendo, foram se aposentando, e quase nada foi feito em termos de reposição de contratação.

A extensão rural era uma verdadeira escola ambulante, que ensinava desde o plantio, como fazia... Desde arar a terra, eles ensinavam; os técnicos agrícolas e os agrônomos promoviam vários cursos para melhorar até a renda familiar: como produzir doce, como produzir queijo, etc. e etc. E houve um esvaziamento. Isso permitiu o grande êxodo rural no Brasil que o senhor percebeu e como V. Exa. está dizendo. Olha, nós temos que incentivar, dar bons créditos agrícolas, até ensinar a comercializar a sua produção, para a permanência do homem no campo.

Os grandes centros hoje incharam, praticamente. E houve um esvaziamento, agora, com o agronegócio. E os filhos desses produtores de pequenas leiterias que havia, pequenos cidadãos que plantavam arroz e feijão para a sobrevivência e vendiam a sobra estão retornando para o campo, porque eles têm a vocação para o campo, mas não têm nenhum incentivo, meu caro Presidente Acir Gurgacz.

Qual o incentivo que têm? Quantos assentamentos no seu Estado de Rondônia? Primeiro, que a maioria absoluta não tem o título da terra. Segundo, que a assistência técnica é pouca. Terceiro, quando ele tem o crédito agrícola, é caro, ou, quando sai esse financiamento, está fora de época até de plantar. Então, há uma série de situações que têm que ser resolvidas. O Governo tem que focar, até para assegurar, com certeza isso tem valor, uma melhor qualidade de vida para o cidadão. Muitas vezes não tem uma unidade de saúde perto da propriedade, não tem uma escola, não tem estrada, a ponte caiu, o cidadão muitas vezes produziu, tirou leite e não é capaz de transportar o leite para o outro lado. Ou tem um mamão para vender, tem uma banana para vender, mas não tem a estrada, muitas vezes não tem a ponte, e assim por diante. De maneira que, quando V. Exa. faz essa observação, dizendo ser fundamental esse projeto prevalecer, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a linha de crédito subsidiada, para que o cidadão possa comprar um calcariozinho para recuperar as áreas degradadas...

E não são poucas no Brasil as áreas degradas: tem cidadão há 10, 20, 30 anos que não consegue jogar uma tonelada de calcário para recuperar sua terra e, depois, com certeza, se possível, jogar um adubo. Se não tiver o adubo, jogar um fosfato 021, sim, para melhorar a qualidade da terra, para ela voltar a produzir. Caso contrário, ela é antiprodutiva, ela não produz aquilo que certamente ela teria capacidade, até pelo tempo de uso, porque a terra também tem fadiga. Aí vem o cupim, não é isso? Vem a malva, vem o dorme-dorme, vem uma série de pragas, que o cidadão não tem o recurso, na medida em que, se você vai comprar um tambor de Tordon de 200 litros hoje, são R$7 mil reais. O cidadão não tem de onde tirar esses R$7 mil reais, para comprar um tambor de Tordon, para aplicar inseticida dentro da sua propriedade

Assim, esse projeto aqui ele é meritório. Está de parabéns o autor à época, que era o Senador Donizeti Nogueira, que por sinal tem me ligado constantemente, para mim e para V. Exa., pedindo para pautar. Ele está de parabéns. Nós estamos dando força à extensão rural brasileira, que, necessariamente, hoje está muito desprovida de recursos, para fazer e cumprir o papel que certamente cabe a ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Jayme Campos, pelo seu relatório e pela sua abordagem. De fato, é mais do que meritório, é necessário esse projeto para levarmos esse crédito rural e, junto com o crédito rural, vem a assistência técnica, vem toda a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A comercialização do produto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – A comercialização. E as pequenas agroindústrias nascem exatamente junto com a agricultura familiar, com esses financiamentos, com esse apoiamento técnico dos Governos municipais, estaduais e financiado pelo Governo Federal. É o Governo Federal que tem sempre a obrigação, porque tem o caixa mais forte – não é, Senador Jayme Campos? –...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... para dar o apoiamento financeiro necessário para que a gente possa aumentar... Nós estamos discutindo muito, todos nós, e estamos vendo também a imprensa escrita, falada, televisionada comentar sobre a necessidade de uma agricultura sustentável e também a necessidade de aumentarmos a produção de alimentos no Brasil e no mundo para atendermos os nossos brasileiros e, depois de atender os nossos brasileiros, poder exportar. Aliás, temos uma obrigação de, até ...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – É 2030, parece.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... 2030 aumentar em 40% a produção, baseado em 2010, se não me falha a memória.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Parece que é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E nisso nós estamos avançando, com tecnologia, com inovação e com investimento. Então, esse projeto vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente ao encontro de todo esse trabalho da agricultura sustentável, do aumento da produção de alimentos. Não é uma questão só de exportação. E nós não podemos ficar pensando só na exportação sem lembramos que temos muitos brasileiros, Senador Jayme Campos, sem acesso à alimentação saudável no Brasil. Infelizmente, hoje, nós temos essa situação que temos que achar uma forma de resolver. Uma das formas para resolver isso é aumentar a produção. Aumentando a produção, nós vamos aumentar a renda e também diminuir o custo, diminuir o preço dos alimentos nos mercados, nas mercearias e para o próprio Governo também poder comprar esses alimentos e distribuir para quem precisa. É uma necessidade grande.

Por isso, cumprimento V. Exa. pelo relatório.

Agora vamos manter em discussão o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Gostaria de pedir um aparte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. fez uma observação muito boa, Senador Acir Gurgacz. Só para a sociedade brasileira ter conhecimento, a maioria absoluta da produção do algodão nacional... Eu vou falar pelo Mato Grosso, que é o maior produtor de algodão do País. Desse algodão produzido, fica uma pequena participação aqui no território nacional, pois tudo é exportação. Vai para a China, vai para não sei aonde. De lá, volta transformado em roupas, porque nós não temos ainda a transformação da nossa produção. Da soja do Mato Grosso, dou um exemplo para V. Exa. aqui – 66% de tudo que se produz lá vão embora, vai em carocinhos para a China. Por que não implantarmos aqui as indústrias, as indústrias para fazer não só óleo de comida, como também óleos degomados? V. Exa. sabe que botam culpa no biodiesel. No Brasil, o mínimo era 13% e agora baixou para 10%, e outros produtos.

Inventaram agora, e está dando muito certo – e não é de hoje, mas é um momento de felicidade – a questão do etanol. O nosso milho só melhorou de preço, um dos motivos que eu vejo, o milho não valia nada... V. Exa. enjoou de ver milho em céu aberto, perdendo. Quantas safras se perdia no Brasil, quantas safras! Agora, não. Com a nova invenção, com uma engenharia e tecnologia modernas na questão do etanol do milho, nós estamos até o quê? O preço do milho se equilibrou com um valor até razoável e, acima de tudo, o subproduto. Depois que se faz o etanol, sobra o que lá? O subproduto DDG, que hoje está custando, em média, mais ou menos, R$1,2 mil a tonelada. Antigamente, nós não tínhamos essa oportunidade. Ele tem de proteína animal 29%, serve para fazer ração de boi, de porco, de galinha, de peixe.

Então, nós temos que reinventar o Brasil para gerar emprego. Quantos milhões de empregos gerou o Brasil nessa cadeia de frango, de peixe, de suíno? O bovino brasileiro veio de uma matança média – V. Exa. sabe, talvez, mais do que eu – de três anos e meio, e hoje você mata o boi com 24 meses, chega a 30 meses; nós diminuímos em um ano! Um ano! E há um questionamento: como o Brasil avança no plantio da agricultura e não reduz o rebanho bovino? Nós temos 210 milhões de bovinos no Brasil – não é isso? –, praticamente um animal por cabeça de humano. Não é isso? Então, o que acontece? Porque nós avançamos na tecnologia. Antigamente, para matar um boi eram quatro anos, hoje você o mata com 30 meses. Com o quê? Tira-o praticamente do peito da vaca com nove meses, oito meses, já vai para o cocho e começa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a receber um proteinado. É óbvio e evidente que ele cresce antes da hora permitindo-nos melhorar o quê? O rendimento, a rentabilidade do produtor rural.

Então, nós temos que, como o senhor falou, transformar em agroindústrias, de Mato Grosso a Rondônia, essas pequenas cooperativas de pequenos produtores rurais. Eu vi, lá na Juruena – V. Exa. conhece aquela região noroeste do Estado – uma pequena cooperativa de castanha: cata-se a castanha – o senhor sabe que ela cai do pé –, ali é beneficiada e está exportando-a com um preço de valor agregado que talvez V. Exa. nem imagine: três vezes mais. Três vezes mais!

O que é preciso é o Governo dar uma participação, dar um pequeno credito agrícola subsidiado, e não ficar sujeitando como hoje, lamentavelmente... V. Exa. tem conhecimento do que é o FCO, (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste). Eu não sei no seu Estado, mas, no Mato Grosso, nós temos lá esse FCO, que atende Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse fundo, constituído com a devida Constituição de 1988, era para acabar com os desequilíbrios inter-regionais. Não é isso? Por exemplo, uma cidade como Poxoréu era uma potência antigamente no Mato Grosso; ela surgiu no ciclo do diamante, mas acabou o diamante e houve um empobrecimento. A maioria de lá vive de quê? Vive de aposentadoria. Você pega Alto Paraguai, agora, graças a Deus, conseguiram construir ali...

Esse recurso, Senador Acir Gurgacz, tem que ser mais bem distribuído pelo Banco do Brasil. Graças a Deus, agora nós conseguimos que parte desse recurso fique para as cooperativas, ou seja, Sicredi e Sicoob; caso contrário, o Banco do Brasil passaria a fazer daquele recurso do FCO uma moeda de troca. O Sr. Acir Gurgacz e o Sr. Jayme Campos são uns bons clientes. O banco fala: "O senhor não quer um FCO?". Não! Esse dinheiro é para aplicar para o pequeno: R$500 mil para um, R$200 mil para outro, R$5 mil para outro, para o quê? Para ele comprar uma vaca, comprar uma aradeira, comprar uma carretinha, comprar um tratorzinho, mas, lamentavelmente, estão passando a fazer daquele recurso como se fosse uma moeda de troca para os bons clientes.

E, acima de tudo – eu fiz uma denúncia e vou atrás –, há alguns bacanas lá no Estado que estão pegando R$120 milhões desse dinheiro, chegou a haver uma proposta de R$200 milhões. Aí vai o Seu Joãozinho ou o Seu Manezinho caçar R$500 mil: "Não tem, amigo. O senhor tem que trazer a certidão da sua quinta, sexta avó". Não é possível! Esse é o Brasil! Essa é minha indignação, porque muitas vezes a turma fala: "Jayme Campos, você bate muito duro!" Eu não bato duro, eu defendo, também, o pequeno, o cidadão sofrido. Particularmente na nossa região da Amazônia Legal, a gente vê o cidadão trabalhando com um sol de 40, 42 graus, sua pele está vermelha, a mão calosa, e não tem nada que se ofereça para esse cidadão sofrido ali.

Nós temos que fazer uma inversão de valor, porque o agro ou grande, como V. Exa. falou, já está muito bem, não é? Tem tecnologia, tem não sei o quê, tem tudo! Agora, nós temos que nos preocupar com aquele cidadão menor, não é? Esse é o cidadão em que o Governo tem que voltar as suas vistas.

Sobretudo, tramitam, aqui na Casa, dois projetos: um é uma questão de licença ambiental, V. Exa. tem acompanhado isso; e outro é a questão da regularização fundiária, que é da relatoria do Senador Carlos Fávaro. A licença ambiental é com a nossa querida amiga Kátia Abreu. Eles têm que ser votados urgentemente, caso contrário, nós vamos ficar nesse marasmo. Só pancada, é Sema, é Ibama, é Força Nacional, é Polícia Federal, e não vai o Brasil assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço esse adendo só para fazer um desabafo. Eu estive, na semana passada aqui, com três, quatro, cinco Prefeitos da região lá do norte do Estado, tentando regularizar algumas propriedades que têm 20, 25 anos, 30 anos, e esse cidadão não teve acesso ao documento da terra e não pode fazer nada, nada! Isso não pode acontecer, não é, Senador Gurgacz? Esse é o papel da Comissão aqui, e V. Exa. tem feito um trabalho exitoso.

Aqui, eu quero me dirigir ao povo de Rondônia que nos assiste, neste exato momento – lógico que a toda a população brasileira –, mas dizer aos brasileiros de Rondônia que vocês têm na figura do Senador Acir Gurgacz um grande Senador da República, um cidadão que luta pelas boas políticas e práticas que fazem, com certeza, um homem público. V. Exa. tem a admiração do Senador Jayme Campos, e não tenho dúvida de que, novamente, estará conosco a partir de 2022 aqui, quando vai acontecer a eleição. Eu quero ter a felicidade e o privilégio de voltar a conviver com o senhor aqui, até porque o mandato vai até 2027. V. Exa., se não me falha a memória, vai disputar a eleição no ano que vem, e eu não tenho dúvida de que o senhor vai ter que voltar para esta Casa. O senhor faz um trabalho maravilhoso aqui, sério, compromissado com a sociedade, particularmente com mais os humildes, com o assentado, com o pequeno produtor. Não, claro, só com o pequeno, mas com a população de uma maneira geral. O Acir Gurgacz, eu tenho que fazer aqui um testemunho, caro Senador Petecão, meu amigo, faz um trabalho maravilhoso como Presidente e como Senador da República aqui e representa muito bem o povo da Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pelas suas palavras.

De fato, nós aprovarmos esse projeto é importante. Agora, se nós não tivermos a regularização fundiária, o agricultor não vai ter acesso a esse financiamento, a esse dinheiro que é tão importante para o aumento da produtividade.

Para o seu conhecimento, Senador Jayme Campos, nós teremos, agora às 9h, uma reunião com a Senadora Kátia Abreu, que é Relatora do projeto do marco regulatório do licenciamento ambiental, e com o Senador Carlos Fávaro, que é o Relator do projeto de regularização fundiária, junto com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jaques Wagner, porque nós estamos fazendo um trabalho em conjunto. Trabalhando junto as duas matérias, nós montamos uma parceria das duas Comissões, fizemos todas as audiências públicas em conjunto e terminamos agora. Nós, ontem, fizemos uma reunião com o Senador Jaques Wagner e já marcamos para discutir e votar essas duas matérias na próxima quarta-feira. Quarta-feira, portanto, às 8h, nós teremos a votação dos dois projetos, o do licenciamento ambiental e o da regularização fundiária.

São dois temas de fundamental importância para o nosso País. É claro que, para o nosso Estado de Rondônia e para o seu Estado de Mato Grosso, isso é muito importante, mas é importante para a Amazônia inteira e para o Brasil inteiro. Não adianta nós termos a aprovação desse projeto maravilhoso, e o cidadão que está lá e precisa desse financiamento não poder ter acesso porque não tem a documentação da sua terra. Isso não pode acontecer. No século XXI, com o Brasil disputando... Já estivemos entre a quinta e a sexta economia do mundo, mas hoje voltamos para a nona, décima, disputando aí. Mas estamos entre as dez maiores potências do mundo e ainda temos problemas de regularização fundiária! Infelizmente, é a realidade que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, mas nós estamos fazendo a nossa parte. Nós estamos avançando, vamos discutir na próxima quarta-feira, a aprovação dessas duas matérias, para que a gente possa avançar.

Pergunto aqui aos nossos... (*Pausa.*)

Então, encerro a discussão do Projeto de Lei nº 790, de 2015, e vamos aguardar, Senador Jayme Campos, porque falta um para nós atingirmos o quórum e podermos votar. Como é terminativo, nós precisamos de quórum qualificado para fazermos a votação. (*Pausa.*)

Temos que ter nove presencial ou virtualmente, porque a votação pode também ser pelo sistema remoto.

Então, encerrada a discussão, ficamos aguardando o quórum e passamos para o Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 335, DE 2021
- Terminativo -

Autoriza a União, nos termos do inciso XVII do art. 49 e do § 1º do art. 188 da Constituição Federal, a doar, com encargo, ao Estado do Acre a área remanescente da Gleba Seringal Afluente, com área total de 155.120,0610ha (cento e cinquenta e cinco mil, cento e vinte hectares, seis ares e dez centiares), de domínio da União, localizada nos municípios de Feijó e Manoel Urbano, naquele Estado, para fins de implantação de unidade de conservação de uso sustentável.

Autoria: Senadora Mailza Gomes (PP/AC)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *Votação nominal.*

Portanto, concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir a leitura do seu relatório, mais uma vez agradecendo a presença de V. Exa. para fazer a leitura desse projeto tão importante para o seu Estado do Acre. E cumprimento também a nobre Senadora Mailza Gomes, autora desse projeto.

Com a palavra V. Exa., Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Como Relator.) – Presidente Acir, na mesma linha do nosso querido Senador Jayme Campos, eu queria lhe agradecer e parabenizá-lo pelo trabalho aqui na Casa. Não é todo dia que a gente tem um Presidente da Comissão às 8h da manhã na Comissão, não. É um privilégio nosso. Então, parabéns, Acir!

Rondônia realmente está muito bem servida de representantes, e você é um grande amigo que nós temos aqui. Também reconheço o trabalho que você tem feito pelo povo de Rondônia, nosso vizinho maravilhoso.

Vamos à leitura do nosso relatório. Vamos ler o relatório enquanto formamos o quórum necessário para a votação. Não é isso, Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 335, de 2021, de autoria da Senadora Mailza Gomes (PP/AC), a fim de autorizar a União a doar ao Estado do Acre, com encargo, a área remanescente da Gleba Seringal Afluente, com área total de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

155.120,0610 hectares (cento e cinquenta e cinco mil, cento e vinte hectares, seis ares e dez centiares), de domínio da União, localizada nos municípios de Feijó e Manoel Urbano, para fins de implantação de unidade de conservação de uso sustentável.

Em sua justificação, esclarece a autora que a iniciativa da União se deu por intermédio do Ofício SEI nº 83/2020/ME, de 10 de março de 2020, assinado eletronicamente, no qual o Ministro da Economia se dirige ao Presidente desta Casa formalizando o pedido de autorização do Congresso Nacional para a doação pretendida.

Acrescenta que o imóvel a ser doado está situado em faixa de fronteira, razão pela qual se fez necessária a consulta prévia ao Conselho de Defesa Nacional (CDN). Com efeito, o Ministro da Economia informou que a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União solicitou àquele Conselho o seu assentimento prévio, tendo obtido a sua aprovação conforme publicação contida no *Diário Oficial da União*, de 15 de maio de 2019.

Análise.

Nos termos do disposto no art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional "aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares".

Vamos ao voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do PDL nº 335, de 2021.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Petecão.

V. Exa. faz um relatório importante para o Acre. Tenho certeza de que vai ajudar muito o desenvolvimento dessa região, passando essa área da União para os Municípios ou para o Estado. Isso vai fazer com que o desenvolvimento chegue a essa região mais rapidamente, isso é importante. Isso acontece também no seu Estado do Acre, no nosso Estado de Rondônia, no Estado de Mato Grosso, do Senador Jayme Campos e dos demais Senadores. É importante nós avançarmos no desenvolvimento.

Nós temos hoje um foco em cima da nossa Região Amazônica na tentativa de dizer que nós estamos praticando uma agricultura não sustentável, e isso não é verdade. Tanto no Estado de Rondônia, quanto nos Estados do Mato Grosso, do Acre, do Pará, do Amazonas, do Tocantins, nós temos plena convicção – porque sabemos, acompanhamos – de que nós temos uma agricultura sustentável. E queremos avançar com uma agricultura sustentável. Dessa forma, nós vamos tendo condições de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram no campo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como nós precisamos, Senador Sérgio Petecão, de quórum qualificado, pois é um item terminativo, nós vamos aguardar, assim como nós estamos aguardando também para a votação do item 4.

E vamos passar para o item não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto.

Observações:

- Em 26.08.2021, LIDO o Relatório nesta Comissão, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Em 13.12.17, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CDR a 6-CDR.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Eu peço ao Senador Jayme Campos para fazer esta relatoria *ad hoc*, até porque o Senador Chico Rodrigues também é do seu partido. Peço a gentileza de V. Exa. fazer o relatório *ad hoc* desta matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de indagar à Secretaria desta Comissão: este projeto já foi lido, não é isso? Entretanto, para cumprir formalmente o processo, o rito processual, é preciso naturalmente haver aqui o Relator sendo nomeado *ad hoc*. Evidentemente, nós gostaríamos imensamente de ter a presença do ilustre Senador Chico Rodrigues, que, entretanto, por motivo naturalmente alheio a sua vontade, não pôde comparecer, mas, com muita honra, V. Exa. me designa para ser Relator *ad hoc...* Foi cumprida toda a formalidade, já lido, e esta matéria se encontra pronta para ser votada pelo fato de que é uma votação simbólica, não sendo um projeto em caráter terminativo. V. Exa. está pronto para colocá-la na pauta para ser votada aqui pelos membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem toda a razão, Senador Jayme Campos. Já foi lido o relatório.

A matéria, portanto, está em discussão. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores se há manifestação do pedido de vista coletiva... Foi concedida vista coletiva. Portanto, ela volta ao Plenário.

E, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O relatório também vai à votação.

Eu pergunto aos nossos consultores se nós podemos... (*Pausa.*)

A votação, portanto, tem quórum suficiente.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2016, não terminativo.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam e aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Vamos ao próximo item não terminativo, que já foi lido, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não. Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Gostaria que a Mesa, através da orientação de V. Exa., autorizando, pedindo ao Secretário e aos demais membros da Comissão, se possível, ligasse também para alguns Senadores, que, às vezes, estão em outra Comissão, para dar quórum e para votarmos, em caráter terminativo, as matérias que já foram proferidas tanto por mim quando pelo Senador Petecão. Gostaria de fazer essa solicitação a V. Exa. para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, muito obrigado, Senador Jayme Campos. Assim será feito. Já estão, na verdade, ligando, há alguns minutos, para os Senadores.

Enquanto isso, vamos prosseguir nos itens não terminativos. (*Pausa.*)

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 6417, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e outros

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 12.11.2021, LIDO o Relatório nesta Comissão, ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto.

- Esta Comissão realizou três Audiências Públicas para a instrução do Projeto, nas seguintes Reuniões: 13ª (23.09.21), 14ª (28.09.21) e 16ª (06.10.21).

- A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Nós recebemos ontem, às 21h, um pedido de duas emendas para este relatório, duas emendas que foram pedidas pelos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. Como esta matéria vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia e eu já pedi lá nessa Comissão para fazer a relatório como fiz nesta Comissão, eu sugiro, Senador Jayme Campos, que nós... Como já foi lido o relatório, como já foi discutido o relatório, nós não podemos reabri-lo para colocar essas emendas. Eu me comprometo, se eu for designado na Comissão de Ciência e Tecnologia, a incluir na discussão e a colocar no projeto esses dois pedidos de emendas feitos pelos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. Já pedi ao Presidente daquela Comissão que me encaminhe para fazer essa relatoria. Portanto, fica aqui o nosso compromisso de colocarmos isso lá – tanto faz, aqui ou lá, é a mesma coisa. O importante é atendermos, e vamos atender o pedido dos ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1-CRA e 2-CRA.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa já na Comissão de Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2874, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.
Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 12.11.2021, LIDO o Relatório nesta Comissão, ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto.
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica. (*Pausa.*)

Não, não precisa.

Como já foi lido o relatório, Senador Jayme Campos, eu peço a V. Exa. para que assuma como Relator *ad hoc* só para constar, para que a gente possa fazer a votação. Portanto, agradeço, mais uma vez, ao nobre Senador Jayme Campos pela sua parceria de sempre, ajudando-nos a avançar nos nossos projetos.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CRA (substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Nós consultamos os nossos Senadores que estão *on-line* se nós poderíamos fazer a votação dos itens terminativos: os itens 6 e 4. (*Pausa.*)

Infelizmente, Senador Jayme Campos, eu entendo que nós não temos quórum para deliberar. Nós temos quórum...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – É maioria simples, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sim, é maioria simples.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Precisamos de 11? (*Pausa.*)

Mas nós temos nove, temos dez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas eles têm que votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas tem que ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É nominal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presencial?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não! Ou remoto, mas eles têm que votar mesmo remotamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ah, mas nós vamos fazer uma solicitação aqui, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vamos, vamos fazer.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se eles estão presentes remotamente, é sinal de que estão acompanhando aqui e vendo a beleza de V. Exa. lá na telinha da Globo, lá na TV Senado! (*Risos.*)

Eu acho que todo mundo está habilitado para votar.

V. Exa. também, eu imagino, poderia abrir o painel, convocando para a votação dos itens 3 e 4, se não me falha a memória. Eu acho que não tem dificuldade, não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vamos tentar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vamos tentar. Se não tiver quórum, o que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Encerrada a discussão, vamos ao item 4.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – O item 4 já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já encerrada a discussão, em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos.

Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la. (*Pausa.*)

Que se prepare o painel para a gente votar.

Os Senadores que estão remotamente podem votar pelo aplicativo ou declarar o seu voto aqui pelo painel. E não precisa usar o aplicativo, pode pedir a palavra e fazer a sua votação, remotamente, através da sua câmera, e nós registraremos o seu voto.

Nós precisamos de nove Senadores para votar. Nós somos dois presencialmente; com o Senador Sérgio Petecão, três. Então, precisaríamos de mais seis, remotamente, para fazer as votações.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Peço aos nobres Senadores que possam proferir o seu voto, remotamente, através do aplicativo ou através da sua câmera, fazendo a votação nominal, para que a gente possa avançar.

Eu vou fazer o meu voto aqui, Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aguardando a votação dos Senadores para que a gente possa avançar para o próximo item. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... tempo de votação, porque são dois projetos de caráter terminativo, não é, Presidente Acir Gurgacz? Assim, acho que nós teremos... Há número suficiente: dez. Precisamos de nove votos. Evidentemente, há vários ainda que não se manifestaram de forma remota, mas eu não tenho dúvida de que já estão acesos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Estão.

Aqui, pede a palavra o Senador Esperidião Amin para proferir o seu voto.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Vou proferir o meu voto, mas, antes de votar, cumprimentando o Senador Luiz do Carmo e o nosso guru Jayme Campos, eu quero lhe dar duas informações, além do meu voto favorável, Presidente.

Primeiro, hoje, quem celebrou a missa na capela, na igreja da CNBB foi um conterrâneo da melhor parte do casal, o D. Jaime Spengler, que é Bispo de Porto Alegre, nascido em Gaspar, terra dos quebra-tigelas. (*Pausa.*)

Terra dos quebra-tigelas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Quebra-tigelas, não é? E deve ser parente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor conhece bem os quebra-tigelas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Conheço. Ele é parente da minha esposa: Spengler.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu quero dar essa notícia e o meu voto favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Infelizmente, nós não podemos participar mais, eventualmente, da missa na CNBB exatamente por conta da nossa Comissão, que é às quintas-feiras, às 8h da manhã, no mesmo horário da missa. Eu sempre participava, mas, depois, com a nossa Comissão, Senador Jayme Campos, eu fiquei impossibilitado de participar dessa missa tão importante, que a gente tem todas as primeiras quintas-feiras do mês.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Senador Amin, não sabia da sua religiosidade tão, assim, de forma contundente, mas vi que levantou cedo para participar da missa. É uma pena que o padre não poderia, de forma remotamente, dar a hóstia, porque, imagino, estava em sua residência assistindo à missa. Parabéns, Amin, cada dia que passo admiro mais você. Não sabia também dessa sua... Mais uma especialidade, ou seja, bastante religioso. Isso é muito bom para a alma e para o espírito do cidadão brasileiro, particularmente para V. Exa., que crê em Deus, no Espírito Santo, na Bíblia. Parabéns! Esse é o Esperidião Amin, é *hors-concours*, é o Posto Ipiranga, tem várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialidades, faz de tudo aqui. É um craque, advogado, engenheiro, médico, bioquímico, professor... Enfim, para mim, aqui é uma verdadeira enciclopédia ambulante. Tenho a maior admiração e respeito pelo Amin, que já tive a primazia de conhecer há muitos anos e aqui, a cada dia que passa, estou aprendendo muito mais com ele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Os senhores são da mesma geração e passaram por todos os mesmos caminhos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ele é bem mais velho que eu, não é, Amin? Acir Gurgacz, ele tem uma diferença: essa cabeleira dele que é genial. É bem mais velho, não é, Amin? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, mas tanto ele quanto V. Exa. já foram Prefeitos, Deputados, Senadores, Governadores, já passaram por tudo, é muita história.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Prefeito, Governador, Senador, tudo, Amin já foi tudo. Já não há mais cargo para ele ocupar, só a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Isso demonstra o compromisso com a população dos seus Estados: o compromisso de V. Exa. com o Estado de Mato Grosso e também, Esperidião Amin, o compromisso que tem com a população do Estado de Santa Catarina.

Está aqui no *chat* a Senadora Soraya Thronicke que quer registrar o seu voto e não está conseguindo pelo aplicativo: o voto é favorável. Então, está aqui já computado, portanto, Senadora Soraya Thronicke, o seu voto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Falta mais gente.

Está entrando aí, começando a cair voto na urna.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É, mais um voto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Voto na urna.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Soraya Thronicke, está registrado o seu voto. Muito obrigado pela sua presença sempre junto conosco em nossa Comissão de Agricultura. V. Exa. já presidiu também, com muita maestria, com muita clareza, com muita eficiência, esta Comissão e hoje nos apoia em todas as nossas reuniões. Muito obrigado pela sua presença junto conosco nesta Comissão.

Nós precisamos ainda de quatro votos, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vamos ligar para...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Eu consulto se nós estamos ligando: estamos ligando para os nossos colegas Senadores? (*Pausa.*)

Para proferir o seu voto, o Senador Petecão vai fazer o seu voto também pelo sistema remoto para que a gente possa concluir a votação pelo menos deste item.

Eu pergunto aos nossos consultores se eu posso votar em um caso deste, excepcionalmente? (*Pausa.*)

Não posso votar. Eu conto como quórum, mas não posso votar. Muito bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pela ordem, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Nós precisamos terminar esta votação, até porque nós teremos Plenário. O Presidente nos convocou para os trabalhos do Plenário, na manhã de hoje, para a conclusão das votações não só das indicações de Embaixadores, de membros do Conselho Nacional de Justiça e do CNMP, mas também da própria PEC. A PEC vai ser discutida no período da tarde, mas, na parte da manhã, nós temos que incluir a votação das autoridades indicadas.

Ontem foi um dia bastante proveitoso, e conseguimos avançar muito nessas votações. Eu espero que nós possamos concluir todas elas pelo fato de que, na semana que vem, dificilmente se conseguirá quórum suficiente para as votações presenciais de algumas matérias de interesse nacional – sobretudo alguns projetos de lei. Tendo em vista que já está se avizinhando o fim do ano, eu acho que nós temos que aproveitar hoje para votar, praticamente, todas as matérias que certamente requerem a participação dos Srs. Senadores e Senadoras de forma presencial. Portanto, eu acho que ontem nós tivemos um avanço bastante significativo: votamos várias autoridades, indicação de Ministro.

Em síntese, mostramos que o Senado Federal está produzindo muito, mesmo diante da pandemia que aconteceu em 2020 e 2021. O Senado deu uma demonstração de altivez, aliás, o Congresso Nacional. Votamos uma verdadeira montanha de projetos de interesse de toda a sociedade brasileira, não só os projetos de interesse inerente, de forma direta, à pandemia, mas também as reformas que precisavam necessariamente ser votadas. O Senado tem dado um exemplo de disposição de votar tudo aquilo que certamente é a favor do Brasil.

E hoje vamos votar a PEC dos precatórios, com o Auxílio Brasil. Eu acho que, mesmo diante de alguns fatos, relatos que nós temos, essa é uma PEC muito importante, que vai beneficiar 17 milhões de brasileiros, que, lamentavelmente, estão vivendo, muitos deles, abaixo da linha da miséria. É preciso que o Governo tenha a preocupação de dar, pelo menos, um complemento em termos de transferência com o Auxílio Brasil, para que, pelo menos, eles possam ter um fim de ano, um Natal de forma mais razoável. Como o senhor percebe, hoje as coisas estão piorando a cada dia que passa, e não conseguimos a retomada do crescimento econômico para gerar mais emprego, renda. Essa é a preocupação que eu tenho.

Em boa hora, mesmo com uma leve desconfiança, até porque ouvi, há poucos dias – V. Exa. tem acompanhado –, o Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas, dizendo que os valores dos precatórios, em 2017 e 2018, eram de R$17 bilhões, R$18 bilhões, que chegaram a R$90 bilhões e que, agora, já estão em R$106 bilhões... Isso me causa muita estranheza e preocupação. Eu acho que o assunto tem que ser mais debatido, mais discutido, até com uma luneta para apurar como é que os precatórios saem de R$18 bilhões e vão, em quatro anos, para R$90 bilhões; e, agora, já são cento e tantos bilhões de reais. V. Exa. tem acompanhado isso e sabe que, com certeza, tem que se usar a luneta nisso. Nunca vi sair de R$18 bilhões e, em quatro anos, passar para R$106 bilhões.

Eu sou favorável a essa matéria dos precatórios pelo fato de que vão atender a uma grande demanda, ou seja, a uma grande parcela da população brasileira que precisa desses R$400 – se não me falha a memória, é o valor exato – para ajudar a, pelo menos, fazer uma bela ceia do dia 24 para 25, dia do Natal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho acompanhado, nesses grandes centros brasileiros, que a miséria, a cada dia, está aumentando, e nós, como homens públicos, como autoridades, temos de nos preocupar, porque, daqui a pouco, nós teremos uma convulsão social, sei lá. Alguma coisa deve ser feita, até porque esse dinheiro volta a girar no mercado e se transforma também em receita para o próprio Governo Federal, para os Governos estaduais, etc.

Portanto, eu acho que, hoje, nós vamos ter boas votações ainda.

Com certeza, semana que vem, V. Exa. já disse que vamos votar dois projetos, cujas audiências públicas já foram feitas. Trata-se da questão da licença ambiental e da questão da legislação fundiária.

São dois projetos, Senador Acir Gurgacz, que V. Exa. sabe perfeitamente que são importantes, sobretudo a questão de licença ambiental. Não dá para entender. É o Governo contra o Governo.

Nós estamos com algumas obras, lá no Mato Grosso, que são da competência, da atribuição federal, paralisadas, porque determinados trechos e obras estão em áreas antropizadas, em estradas em que se andavam havia uns 100 anos, mas, agora, como vai-se asfaltar, há que haver licença ambiental, não sei o quê, Rima, não Rima.

Isso paralisa e dá um prejuízo grande não só pelo fato de as obras estarem sendo adiadas e, por conseguinte, os valores, subindo, mas a sociedade está sendo enormemente prejudicada, porque um bem que deveria estar pronto há muito tempo, lamentavelmente, até hoje não foi concluído, o que causa um transtorno, particularmente, nas nossas rodovias lá no Mato Grosso. Já começaram a aparecer aqueles pontos de estrangulamento, com atoleiros, como se costuma dizer, e não se está mais trafegando em determinadas regiões do Estado. É uma vergonha o que está acontecendo lá no Mato Grosso!

E nós precisamos, urgentemente, com certeza, votar esse licenciamento. Pode haver uma modificaçãozinha no Senado, mas há que ser votado, para que possamos dar celeridade em relação ao licenciamento de uma maneira geral, pois há aqueles que dependem e que estão, muitas vezes, paralisados e engessados por falta de o Governo, infelizmente, dar o devido valor que merecem aquelas pessoas que querem construir, aquelas pessoas que estão trabalhando, que estão produzindo e que, muitas vezes, são prejudicadas por falta de uma licença.

V. Exa. sabe perfeitamente, o seu Estado deve estar na mesma situação. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É o Brasil, de uma maneira geral, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É verdade, Senador Jayme Campos. São dois projetos importantes em que nós temos que avançar.

E nós queremos fechar o ano, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a aprovação desses dois projetos. Vamos discutir. Teremos uma discussão ampla. Faremos isso com as duas Comissões juntas, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura.

Algumas pessoas pensam que o agricultor é contra o meio ambiente. E não é. É uma complementando a outra.

Por isso nós fizemos questão de fazer o debate das duas Comissões em conjunto. E a votação também será em conjunto. Será agora, na próxima quarta-feira, a discussão do projeto. Nós teremos, agora, uma reunião com os dois Relatores, com os dois Presidentes das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissões e com os consultores, para terminar esses relatórios e para que possamos colocá-los em votação na próxima semana.

Isso é fundamental para o nosso País! É fundamental!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós temos um grande exemplo: a BR-319, Senador Jayme Campos, que liga Porto Velho...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agora vai, Senador, se me permite, pois chegou o nosso Líder maior, nosso Paulo Rocha, que vai fazer aqui o gol de ouro. Falta um voto para completar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É voto "sim"?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou seguir a sua orientação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Esse projeto é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É a Amazônia que toma conta aqui da nossa Comissão; não é, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Paulo é o nosso mestre, o professor, aqui, que vai fazer o gol de ouro.

Nós entramos aqui na fase dos 15 minutos de prorrogação. Jogamos 45, mais 45. V. Exa. entra agora, 15 mais 15, e vai fazer o gol de ouro. É gol de ouro, ou morte súbita, não é, meu professor? Vai ser meu gol de ouro. Com isso já há, praticamente, os nove votos, que é o suficiente, se não me falha a memória, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – São nove votos que nós precisamos para...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas o voto do Paulo tem uma vantagem, Senador Acir Gurgacz: vale por dois, viu?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É um voto qualificado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É extremamente qualificado. Qualificado do qualificado.

Quando você vê o Paulo Rocha votar, o voto dele vale por dois!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É verdade! Tem um conhecimento amplo também da política brasileira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Amplo, geral e irrestrito, não é isso?

Não é à toa que ele está aqui, como Deputado Federal, Senador pela segunda ou terceira vez. Não chegou ainda, mas uma hora vai chegar, a Governador do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nesse caso, quando ele chegar a ser candidato, eu vou ter que inclusive de transferir o meu título para lá. Não é, Paulo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo bem, amigo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não havendo mais quem queira votar, encerrada a votação.

Peço para que se abra o painel, para a gente proferir o resultado.

Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu estava só, fazendo um adendo com o senhor aí, para o senhor fazer um belo comentário em relação à 319, lá. Porto Velho e Manaus, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então vamos dar mais um tempinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu, quando fui Senador, no primeiro mandato meu, fui o relator dessa matéria lá na Comissão, na CMO. Lamentavelmente, existiam recursos, mas havia um entrave por parte do Tribunal de Contas da União – era 79, a 80 milhões – e o ex-Ministro, que V. Exa. conhece, Alfredo Nascimento, era Ministro dos Transportes, e me suscitou para avocar esse processo, até para liberar esse recurso para prosseguimento.

Era uma estrada já antropizada, há muitos anos já havia, e ele queria levar essa infraestrutura de pavimentação asfáltica. E isso estava travado nas quatro. Esse dinheiro, já tinha, há três, quatro anos, esse recurso, na Tesouraria do Dnit e a obra não prosseguia.

Eu não sei, de lá para cá, se de fato essa obra foi concluída, ou não foi. Uma obra extremamente importante.

Então deixa eu comentar aqui, Senador Paulo Rocha, das dificuldades enormes, em relação à questão de licenciamento, à questão da regularização fundiária. Nós fizemos aqui, o Senador Donizeti...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Terras indígenas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Terras indígenas.

Então, uma burocracia. E eu não sei quando nós vamos conseguir fazer com que a coisa ande.

Onde nós vamos parar?

Então, nós temos que fazer, não sei, as leis nós temos em abundância. O Brasil tem lei para dar, vender, emprestar, alugar, para tudo. Mas não prevalece.

Está aí o caso da 319. Eu não sei se foi concluída essa obra lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não, não foi não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até hoje?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Até hoje não foi concluída.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O senhor imagina! Tem dez anos, e tem o recurso no caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas houve um imbróglio lá, Ibama no meio, Marina Silva, não sei quem... Resumo da ópera: dinheiro no caixa, e a obra não andava.

E o senhor está a me dizer que até hoje não foi concluída?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Até hoje não foi concluída.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Achei que estava pronta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não. Não está, não.

Mas eu preciso encerrar a votação e começar outra votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E proclamar o resultado: 08 votos SIM; zero abstenção e nenhum NÃO.

Portanto, aprovado o projeto de lei, será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Muito obrigado aos nobres Senadores e vamos então à votação do segundo projeto, o Item 6.

Encerrada a discussão, em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Solicito que se prepare a votação, para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator, vota "sim".

Peço aos nobres Senadores que possam...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Nominal?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É nominal também.

É o projeto de autoria da Senadora Mailza Gomes e relatoria do Senador Sérgio Petecão, que fez o seu relatório aqui há pouco. Nós estamos só esperando que a gente possa abrir o painel para fazer a votação.

Daqui a pouco teremos o início do nosso Plenário. Mas vamos fazer um esforço para que possamos concluir essa votação. É uma votação importante para o Estado do Acre. Esperamos, portanto, a liberação do painel pela nossa consultoria, pelos nossos técnicos. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

Meus cumprimentos, Senador Jayme Campos pela aprovação do seu relatório. E cumprimentos também ao Donizeti, que é o autor desse projeto tão importante. Meus cumprimentos a ambos pela aprovação e pela insistência do Senador Jayme Campos em abrir o painel. E vamos convidar os nossos colegas a participarem dessa votação. Foi a insistência do Senador Jayme Campos que fez a aprovação desse projeto hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Já melhorou até o quórum, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois é. O quórum já foi para 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Conseguimos acordar alguns Senadores e Senadoras. E o quórum agora está bastante razoável.

Petecão!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Oi!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A matéria de que V. Exa. é Relator está aí, em processo de votação...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Vamos votar agora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... em caráter terminativo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Falta só o Pedro abrir lá o...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Travou o sistema aqui agora. Vamos aguardar, mas já vai abrir novamente. Tem que esperar dez segundos para reiniciar o sistema.

Agora vai! Muito bem!

Pronto! Já está aberto o painel.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Convido a nobre Senadora Soraya Thronicke para fazer seu voto novamente e também o Senador Esperidião Amin para fazer o seu voto. Agora, nós não estamos mais ao vivo, creio. Não estamos mais ao vivo. Portanto, temos que fazer uma ligação para os nobres Senadores para poderem proferir o...

Terminou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Com a devida vênia, respeito, peço permissão a V. Exa., porque vou ter que ir a um compromisso, mas estarei solidário, acompanhando pelo nosso aplicativo também o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tivemos a presença do Paulo Rocha, que nos orgulha aqui, do Petecão...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Aqui na CRA, o horário é 7h30 da manhã...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nós somos tiradores de leite, Paulo Rocha, fique V. Exa. sabendo que aqui só dá... O Acir é tirador de leite. Eu não sei era de fato também. Eu fui tirador de leite, e tirador de leite V. Exa. sabe que acorda de madrugada, não é? Quatro horas da manhã, para tirar o leite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O Petecão chegou cedo. Ele já leu o seu relatório. (*Risos.*)

Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pela sua presença, a insistência e o apoio para essa aprovação desse projeto. Muito obrigado!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, cabe ao ilustre Senador Petecão, agora, começar a fazer o seu trabalho também...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... de articulação, convocando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, para votar presencialmente. Ainda estão faltando cinco votos. Com esse prestígio que V. Exa. tem aqui, que é Relator da matéria, não tenho dúvida de que o senhor vai ter quase 25 votos aqui de presença registrada no painel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vamos telefonar para os nossos amigos para proferirem o seu voto.

Senador Jayme, muito obrigado pelas suas palavras. (*Pausa.*)

Nós estamos em processo de votação.

Convido os nobres Senadores para proferirem os seus votos.

A Senadora Soraya Thronicke, de novo, está no aplicativo com dificuldade de contato, mas vamos registrar. Eu peço para que conste o voto "sim" da Senadora Soraya Thronicke, pois ela está no *chat*, pedindo para computar o seu voto.

Senadora Soraya Thronicke, o seu voto será computado pela nossa equipe técnica, pelos nossos consultores. Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke. Já foi computado o seu voto. Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke, pela sua sempre presença junto conosco na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A sua participação sempre engrandece a nossa Comissão, principalmente em votações nominais, projetos terminativos.

Nós já estamos com cinco votos. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação. Convido os nobres senadores para votarem. Nós precisamos de três votos para encerrarmos essa votação, uma votação importante, um projeto de autoria da Senadora Mailza Gomes e com a relatoria do Senador Sérgio Petecão, que autoriza a União, nos termos do inciso XVII do art. 49 e do § 1º do art. 188 da Constituição Federal, a doar, com encargo, ao Estado do Acre a área remanescente da Gleba Seringal Afluente, com área total de 155.120,0610 hectares de domínio da União, localizada nos municípios de Feijó e Manoel Urbano, naquele Estado, para fins de implantação de unidade de conservação de uso sustentável.

Já temos sete votos. Portanto, faltam apenas dois votos para a gente concluir a nossa votação.

O Senador Luis Carlos Heinze está também proferindo seu voto. (*Pausa.*)

Pedimos aos nobres Senadores que compareçam à Comissão de Agricultura para fazer a votação ou que votem remotamente. Não é preciso estar aqui, na Comissão. Remotamente, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras podem proferir seu voto, como fizemos no item anterior. Nós conseguimos fazer uma votação e aguardamos agora para fazer a segunda votação desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto importante para o Estado do Acre, muito bem relatado pelo Senador Sérgio Petecão, de autoria da Senadora Mailza Gomes, também do Estado do Acre. Um projeto importante, pela aprovação, um relatório muito bem feito pelo Senador Sérgio Petecão, e agora nós estamos aguardando mais dois Senadores para proferir o seu voto, para que a gente possa aprovar esse projeto importante, projeto terminativo, e será, depois, comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*. Mas, para isso, nós precisamos, ainda, de dois votos. Vamos continuar esperando, aguardando a presença dos nossos colegas Senadores para que a gente possa concluir nossa votação aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Já agradecemos aos Senadores que já votaram. Votaram no primeiro projeto terminativo, e estamos no segundo item, Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2021. Como é terminativo, nós precisamos da votação de nove Senadores, incluindo o Presidente, que vos fala. Eu não voto, mas conto como quórum nesta votação. Portanto, precisamos apenas de mais dois Senadores para votar. Estamos fazendo as ligações para os nossos colegas para que façam a sua votação. Como nós não estamos mais ao vivo, não temos mais como ter acesso à televisão e, portanto, temos que fazer o contato via telefone para os nossos colegas Senadores.

Por isso a dificuldade, a diferença do primeiro item para o segundo item, terminativo. O primeiro foi mais fácil, porque nós estávamos ao vivo e os Senadores poderiam acompanhar o que estava acontecendo na Comissão; agora nós não estamos ao vivo, portanto, os Senadores e Senadoras não têm como acompanhar o que está acontecendo na nossa Comissão. Portanto, o contato via telefone é fundamental agora, é a única alternativa que nós temos para continuar e encerrar a nossa votação na Comissão nesta manhã de quinta-feira.

Daqui a pouco teremos a plenária. (*Pausa.*)

Muito bem, atingimos então? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Vamos proclamar os votos: oito SIM; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Portanto, aprovado o projeto.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Obrigado, Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, obrigado. Parabéns.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – O Estado do Acre está lhe devendo essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão e Senadores que nos acompanharam nessa votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 9 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (27ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (38ª REUNIÃO), EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e três minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, José Aníbal, Carlos Fávaro, Irajá, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Jaques Wagner, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Giordano, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa Conjunta CRA-CMA (regularização fundiária). ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2633, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 510, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Fávaro. Relatório: Pela prejudicialidade do PL 2633/2020 e das Emendas a ele apresentadas no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente. E pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica, legislativa e regimentalidade do PL 510/2020 e por sua aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. E pela aprovação integral das Emendas nºs 6, 8, 13, 14, 51, 52, 53, 67 e 90– PLEN; pela aprovação parcial das Emenda nºs 4, 64 e 102 - PLEN; pela prejudicialidade das Emendas nºs 26, 61, 98 – PLEN e 125; e pela rejeição das demais Emendas. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva aos Projetos. Fica adiada a discussão da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos. Usam da palavra a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Paulo Rocha, Carlos Fávaro, Jaques Wagner, José Aníbal, Jean Paul Prates e o Presidente desta Comissão Senador Acir Gurgacz. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem conjuntamente, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à apreciação do PL 2.633, de 2020, que tramita em conjunto com o PL 510, de 2021.

Nesta segunda-feira, dia 6 de dezembro, nós realizamos na cidade de Buritis, em Rondônia, a última audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deste ano fora do Senado, onde discutimos a regularização fundiária naquela região, no Estado e na Amazônia e as obras de asfaltamento, as obras de infraestrutura, o asfaltamento da BR-421, a manutenção da BR-421, a ligação entre Ariquemes, Campo Novo e Nova Mamoré. De Campo Novo a Nova Mamoré, não há asfalto, e é uma necessidade urgente a construção do asfalto dessa ligação tão importante para o escoamento da produção agrícola. Nós temos nessa região uma das regiões que mais cresce no País – cresce com o aumento de habitantes e também cresce com o aumento da produtividade. Por isso, a importância da regularização fundiária e a importância das obras de infraestrutura, como a manutenção da BR-421 e também a continuidade do asfaltamento de Campo Novo até Nova Mamoré. Nós vamos ter uma economia para quem vem do sul do País para o Acre de 200km para quem chega a Rio Branco, do Acre. É um avanço muito grande, uma economia muito grande para a população acriana, que sai do Acre para o sul do País. Então, é importante o asfaltamento dessa BR.

O Município de Buritis é a síntese do que acontece na reforma agrária e nas tentativas de regularização fundiária nos últimos 30 anos no Brasil. A cidade surgiu na década de 90 de um projeto de assentamento de reforma agrária criado pelo Incra. Toda a população que lá está foi conduzida a essa região pelo Incra, foi assentada pelo Incra e não tem o documento das suas terras. A distribuição de lotes rurais e lotes urbanos, a extração de madeira, o comércio de terras férteis e baratas e a busca por emprego gerado principalmente pelas indústrias madeireiras foram o que incentivou o aumento do fluxo migratório para Buritis e região, sendo Buritis a cidade que mais cresceu no Brasil nos últimos 20 anos. Hoje, Buritis possui mais de 40 mil habitantes, e pelo menos 98% dos proprietários de imóveis do Município não possuem o título definitivo das suas terras – 98% das pessoas que moram nesse Município, Município que foi criado pelo Incra. Essas pessoas foram assentadas pelo Incra e não têm o documento das suas terras. Os moradores de Buritis e de muitas outras cidades brasileiras não querem esperar mais 30 anos para ter o título definitivo das suas áreas. Eles querem uma solução já, uma resposta mais eficiente do poder público.

É por isso que vamos colocar em votação, nesta reunião deliberativa conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, os dois projetos que pretendem ampliar o alcance da regularização fundiária: o PL nº 2.633, de 2020, de autoria do Deputado Zé Silva e relatoria do Senador Carlos Fávaro; e o PL nº 510, de 2021, de autoria do Senador Irajá e relatoria também do Senador Carlos Fávaro.

Os debates para instruir esses dois projetos também foram realizados, de forma conjunta, pela Comissão de Agricultura e pela Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano, realizamos seis audiências públicas, contando esta em Buritis, para tratar da regularização fundiária. Tivemos um debate amplo e democrático, e agora, com os pareceres do Senador Carlos Fávaro, creio que estamos prontos para debater esse tema.

Os principais destaques desses dois projetos de lei são que eles criam um sistema informatizado e remoto para a regularização fundiária, para dar mais transparência e velocidade ao processo de regularização fundiária.

Os dois projetos também aumentam as áreas de terras da União passíveis de regularização sem vistoria prévia, mas, a partir da análise de documentos, do sensoriamento remoto e da declaração do ocupante de que cumpre a legislação ambiental.

Enfim, precisamos avançar com o Programa Titula Brasil e com essas mudanças na legislação para que a regularização fundiária seja mais ágil, efetiva e alcance o maior número de pessoa e imóveis. Só assim, vamos levar cidadania e segurança jurídica para o campo, o que, certamente, terá um impacto muito grande no aumento da produção agropecuária e no crescimento da economia. Também, nós teremos um avanço no cuidado com o meio ambiente. A partir do momento, Senador Jaques Wagner, em que os nossos agricultores colocam ali os seus CPFs, os seus RGs, eles terão uma atenção e um cuidado maior com relação ao meio ambiente. Em uma área que não tem dono, não é de ninguém, em que não há responsável, toda ilegalidade pode acontecer. A partir do momento em que essas áreas têm os seus documentos, beneficiando, digamos assim, o proprietário, também o responsabilizam para ter cuidado com o meio ambiente.

Então, além de aumentar a produtividade – porque essas pessoas passam a ter acesso, Senador Paulo Rocha, a créditos nos bancos e também acesso aos programas de governo –, elas terão mais responsabilidade também para cuidar do meio ambiente, cuidar das APPs, das nossas reservas, das nossas florestas e tudo o mais. É um avanço muito grande, e temos que ter toda a atenção para que sejam dados documentos das áreas exatamente para quem precisa.

Eu, com prazer, passo a palavra para o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Srs. Presidentes, com esse negócio de costume da roça, de trazer aqui, para o Senado, e colocar todo mundo para começar a trabalhar desde as 7h, tem que pagar hora extra aqui. (*Risos.*)

Depois, queria parabenizar os dois Presidentes pela iniciativa de fazer esse debate conjunto, essa definição de matérias tão importantes em conjunto. São matérias que têm objetos diferentes, mas têm correlação muito importante, principalmente para as nossas regiões. Por isso é fundamental a gente valorizar essa forma que considero... Já estou há muito tempo aqui nos corredores do Congresso e considero que esses corredores, que são chamados das Comissões, são exatamente o setor mais importante, que é a fábrica da nossa legislação. É aqui que a gente lapida, organiza e discute a melhor solução através da legislação brasileira.

Esses dois temas nos são muito caros, para o nosso País, principalmente porque são uma base fundamental do nosso desenvolvimento e também das nossas riquezas. Então, estamos mexendo com as principais riquezas do nosso País. E não é fácil fazer uma legislação que mexe com um país desse tamanho e com biomas diferentes, com estruturas agrárias que devem ser pensadas de forma diferente, não é? Uma coisa é o Cerrado, outra coisa é a Mata Atlântica, outra coisa é a Mata Amazônica ou o Nordeste, etc. Então, não é fácil fazer uma legislação. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é importante se demorar nesses debates, como estamos fazendo aqui, nessas audiências públicas, para a gente poder formular a melhor proposta para o nosso País, vide o Código Florestal, que passou tantos anos aqui, mas foi um debate importante para fornecer ao País uma legislação capaz de dar conta dessa questão da chamada estrutura agrária do campo brasileiro.

Para nós da Amazônia é fundamental... O Presidente Acir já falou um pouco sobre isso aí, mas lá... O mundo inclusive nos cobra a preservação e, enfim, porque tem efeito no chamado clima terrestre. E lá é que se exigem do Brasil as chamadas reservas. As reservas indígenas, as terras indígenas são uma grande reserva natural e ao mesmo tempo, por isso, os indígenas são os maiores protetores da floresta. Então, as terras indígenas têm que ser respeitadas, por essa questão. Além da preservação, são também os nossos indígenas que mais protegem a nossa floresta; além da questão dos rios, das nascentes, porque é a Amazônia brasileira que fornece... É uma das maiores detentoras de reservas de água doce do mundo. Portanto, é uma das riquezas fundamentais da humanidade.

Estou dizendo isso, Presidente, porque acertadamente nós vamos debater esses dois temas muito importantes, mas eu queria dialogar aqui, no início do debate, o procedimento.

Então, o Senador Fávaro, sempre costumo dizer, chegou novo aqui, mas já participa, dá importância, tem se dedicado muito a essas questões e vem com a experiência também do campo. Experiência, como diz ele, desde pequeno e agora se transformou, não sei se é médio ou se é grande. Mas é importante trazer o conhecimento de uma vivência como a dele, principalmente na relatoria de um projeto desse.

Então, ele tem se dedicado e tem aberto o debate para todos e dialogado com todos. Mas, mesmo assim, chega um relatório hoje. O que eu quero dizer com procedimento? É que hoje haverá a leitura, amanhã haverá a leitura do outro, abre-se para o debate e depois há todo um processo regimental que deve ser cumprido. Portanto que fique bem claro, vamos dizer, esse procedimento. Até porque também, como estamos inovando com o debate, é coletivo, mas, na hora da votação, parece-me que são votações separadas de cada Comissão, no mesmo ambiente, mas deverão ser votações separadas.

Então, para ficar bem claro para que não adquira nenhum vício no processo, mas também oportunize para a gente aprofundar e discutir claramente os relatórios que ora os nossos Relatores estão trazendo para cá.

Então, eu queria chamar atenção do procedimento também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu tenho o prazer e a honra de dividir a bancada e alternar a Presidência com o experiente Senador Jaques Wagner. Tenho aprendido muito com V. Exa., Senador Jaques Wagner. E nós combinamos um sistema de como vamos fazer a leitura e a votação. Eu peço ao Senador Jaques Wagner para anunciar como será. Já tratamos, já fizemos essa tratativa, mas peço ao Senador Jaques Wagner, dividindo esta bancada, para colocar para os nossos Senadores e Senadores como será esse debate e como serão as votações.

Com a palavra Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Acir. Queria cumprimentar o meu Líder Paulo Rocha, nosso querido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Relator Carlos Fávaro e dizer que realmente estamos avançando e avançar significa diminuir distâncias entre compreensões diferentes.

Eu lembro que se queria levar logo para o Plenário esses dois projetos para serem votados e nós, junto com o Presidente da Casa, Senador Rodrigo, fizemos esse acordo, até pela proximidade da COP, a própria reunião que ia tratar de temas que têm tudo a ver com esses dois projetos, e fizemos as seis reuniões, aprofundamos. Óbvio que vão permanecer pontos de vista diferentes, todos legítimos, cada um enxerga o mundo a partir de onde está, essa que é a realidade. O ex-Presidente Lula gostava de dizer – gosta de dizer, aliás – que a cabeça pensa onde o pé pisa. Se você trabalha na roça... por isso que a gente começa aqui 8h da manhã, não trabalho na roça, mas eu era peão de fábrica, então acordava às 5h30 da manhã para ir trabalhar. Então, a gente aqui fica disputando quem chega primeiro, se eu ou se o Senador Acir. Eu acabei aprendendo com ele, e as reuniões da CMA passaram ser às 8h, às 8h30. O pessoal ficou com medo das 8h, mas eu disse: "Tudo bem. Vou dar uma folga, vamos começar às 8h30".

Mas quero dizer que realmente o procedimento foi combinado, Senador Paulo Rocha. O Senador Fávaro vai ler o relatório hoje. Eu imagino que ficou trabalhando até de madrugada. Já soube que chegaram emendas. Amanhã a Senadora Kátia vai ler o relatório. É evidente que vai haver pedido de vista, e nós vamos dar vista coletiva. Depois, vai ser marcado o dia da votação aqui nas Comissões, porque, apesar da tramitação conjunta, a votação de cada projeto é separada, cada uma vota para depois eventualmente ir ao Plenário.

É só para dizer isso e ressaltar, Senador Acir, já conversamos várias vezes e conversamos também com o Senador Fávaro – é isto que eu queria destacar – que realmente é um absurdo que alguém levado pelo poder público para expandir fronteira 30 anos atrás, 20 anos atrás não tenha ainda a sua regularização. Eu só queria separar esses casos, que não são poucos, de outros casos que nós sabemos de pessoas que, de modo próprio, foram e estão na terra, trabalhando, nos quais é preciso uma análise, eu diria, um pouco mais acurada para saber se efetivamente há essa legitimidade ou não. Mas eu concordo. Eu sei porque a Bahia tem 650 mil famílias que dependem da agricultura familiar – eu acho que já disse isso em uma das nossas reuniões –, e me orgulho de, através do órgão de regularização fundiária estadual, creio, ter regularizado mais de 1 milhão de hectares. É óbvio que, dentro do módulo, aquelas pequenas propriedades... mas para as pessoas que recebem aquilo, às vezes senhores de 60 anos, parece que é algo, para elas, inacreditável, que chegaram ao paraíso, é como se fosse a alforria delas. É óbvio que a gente tem que fazer isso, mas sempre separando o joio do trigo, quem carrega essa legitimidade e quem eventualmente não tem a mesma legitimidade para reivindicar.

Mas, Senador Paulo Rocha, eu agradeço. Eu até disse ao Senador Acir: "Como na leitura dele ele falou 'vou estar nessa reunião', eu vou começar apanhando às 8h30, porque o pessoal já vai me ligar "o senhor não disse que..." ".

Eu devolvo a Presidência à V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

De fato, o grande exemplo, Senador Jaques Wagner, é a audiência que fizemos ontem de manhã na cidade de Buritis, em Rondônia. Esse Município foi fundado em 1990, é jovem, tem 40 mil habitantes, a maioria na zona rural, e 98% não têm documento da sua área. E é um assentamento feito pelo Incra; o Incra assentou todas essas famílias. O problema é que muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trocaram de dono; alguns não aguentaram, não conseguiram ficar na terra, tiveram que sair, e o Incra não deu sequência. Passaram para seu primo, seu vizinho, seu filho, e a confusão está armada. Nós temos que dar uma solução. Se o Incra, na época do assentamento dessas famílias, já tivesse encaminhado todo o processo, o problema não teria acontecido dessa forma tão triste como está acontecendo.

Então, nós estivemos ontem em Buritis, conversamos com os agricultores, com os sindicatos, e ficou claro que a gente quer dar celeridade a toda essa regularização. Cito Buritis e fiz essa audiência pública lá para mostrar a nossa realidade. O que acontece em Buritis acontece em quase todos os Municípios de Rondônia, praticamente em todos eles. Por isso, a nossa grande preocupação de avançar nessa regularização fundiária.

E, como muito bem colocou o Senador Jaques Wagner, tem que separar o joio do trigo. Temos essa situação, mas temos outras situações que são aquelas pessoas que não têm legitimidade para receber o seu título. Por isso, a grande preocupação de todos com relação a esse projeto para dar vazão àquelas pessoas que têm direito e, com cautela e com calma, analisar aquelas pessoas que não têm possivelmente o mesmo direito que essas famílias que moram em Buritis, como exemplo, mas acontece nos 52 Municípios do Estado de Rondônia.

Portanto, vamos para o item 1.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI Nº 2633, DE 2020
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei nº 510, de 2021.]

Autoria: Deputado Federal Zé Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Fávaro para proferir a leitura do seu relatório. Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Como Relator.) – Bom dia, Srs. Senadores Presidentes Acir Gurgacz e Jaques Wagner e colegas Senadores Paulo Rocha e José Aníbal, que aqui já está!

É motivo de bastante orgulho para mim, que cheguei a esta Casa há pouco tempo, como disse o Senador Paulo Rocha, pegar uma missão tão relevante como esta. Tive a oportunidade de trazer a experiência de quem viveu na pele a ausência do poder público no que tange à regularização fundiária, à demora na emissão de um título de propriedade – como disse muito bem o Senador Jaques Wagner, quando a gente consegue receber esse título é como se estivesse recebendo uma carta de alforria!

É um assunto bastante polêmico, mas importante neste País. Alguns me perguntam, como ocorreu ainda ontem numa audiência com a CNBB: "Se nós temos uma legislação de 2009, por que fazer uma nova legislação?". Que bom que precisamos! Vivemos num Congresso reformista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sempre está atento à evolução das coisas, à necessidade da população. Diante de um mundo que caminha a passos largos na direção da evolução, o poder público também precisa evoluir, mas não podemos retroceder em áreas importantes, principalmente na questão ambiental.

Tive a oportunidade de aprender muito, muito mesmo nesse debate – vejam o tamanho do relatório! Eu vou pedir a vênia e a paciência de todos os colegas Senadores e Senadoras para que nós possamos ler este relatório com muita atenção, com muita dedicação. Isso é oportuno, como foi oportuna a tomada de decisão do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, a pedido especialmente do Senador Jaques Wagner, para que nós adiássemos a votação em Plenário. Imaginem votar uma matéria que teve tantas contribuições, Senador Acir Gurgacz, nesses últimos oito meses, dez meses, uma matéria que está tramitando desde 2019, 2020, nesta Casa e também na Câmara Federal! Muitas contribuições puderam ser acolhidas, tanto da sociedade como dos Parlamentares, a partir desses debates. Então, acho que é oportuna agora a leitura deste relatório e depois ainda deve ser concedida vista coletiva dele para que todos os colegas Senadores e Senadoras possam analisá-lo. E ainda possamos melhorar ainda mais o texto aqui nas Comissões, antes de levar para Plenário, e, aí sim, extrair a essência das necessidades de evolução.

Eu agradeço a sensibilidade de todos e peço vênia para que eu possa ler, e diminuir um pouco do relatório, e ir direto à análise e, depois, ao voto.

Da análise.

Compete à União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, legislar privativamente sobre Direito Civil e Agrário, cabendo ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48 da Constituição Federal, dispor sobre todas as matérias de competência da União. Além disso, é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Em acréscimo, cabe dizer que não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No que concerne à juridicidade das proposições em análise, verifica-se que: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) apresenta o atributo da generalidade; iii) afigura-se dotada de potencial coercitividade; iv) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e v) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico.

Do ponto de vista do seu mérito, endossamos as considerações dos autores das matérias em sua justificação, no sentido de que se faz necessário o esforço do Congresso Nacional para incrementar a regularização fundiária em nosso País.

Este ano fizemos inúmeras reuniões com diversos setores interessados, além de Parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Gostaria de citar nominalmente as entidades que procuramos e nos procuraram para sugestões:

1. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
3. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
5. Secretários de Meio Ambiente dos estados da Amazônia;
6. Comissão de Direito Fundiário da OAB do Mato Grosso;
7. Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (Faperon);
8. Organização não governamental PanAmazônia, entre outras.

Além de todas essas reuniões, foram realizadas três audiências públicas para esclarecimento dos projetos e colheita de sugestões: foram duas audiências realizadas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e uma audiência na Comissão de Meio Ambiente. Após essas audiências, em cada Comissão, foram realizadas mais três audiências públicas conjuntas com participação das duas Comissões, a cujos respectivos Presidentes agradeço desde já: Senadores Acir Gurgacz e Jaques Wagner.

Nobres colegas, a regularização fundiária possui a força de proteger o meio ambiente e os direitos dos pequenos proprietários e populações tradicionais.

Eu, que tenho muito orgulho em contar minha trajetória do campo, conheço bem o que é viver em um assentamento e lutar pelo título da terra.

Aos 16 anos, na cidade de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, minha família e eu lutávamos para sobreviver e, por que não, viver o sonho da própria terra.

A questão da ocupação irregular de terras públicas no País urge ser solucionada de maneira efetiva, com a completa implementação da regularização fundiária, tão ansiada pela sociedade, pondo fim a essa situação que tanto contribui para tornar precárias a produção e a qualidade do trabalho nas áreas mais atingidas por esse flagelo e que possui conflitos no seio social e agressão ao meio ambiente.

A proposta do Senado refere-se às antigas ocupações mansas, pacíficas e produtivas, e não ocupações de criminosos. Nos casos de crime ambiental, o nosso Código Florestal será o norte para fiscalizar, regularizar e punir, caso necessário, cabendo também aos beneficiados pela regularização fazer a manutenção da flora. A nova lei beneficiará cerca de 85% de pequenos produtores rurais que vivem da cultura de subsistência. O foco não são os grandes latifundiários, mas, sim, os pequenos e médios produtores de alimentos para o Brasil.

Lembro que a mera declaração não é suficiente para a regularização. É necessária a comprovação da ocupação produtiva, que será aferida por satélites e documentos. Com um responsável pela terra, é certo que o desmatamento não vai aumentar, pois haverá alguém a ser punido, a terra terá sua identificação.

Infelizmente, as leis anteriores nunca conseguiram, com efetividade, regularizar terras, e, por isso, a destruição ambiental continua sem qualquer responsável pela área, não é possível cobrar e fiscalizar. Reafirmo que esta lei não concede anistia, pois o beneficiado deverá obrigatoriamente cumprir o Código Florestal Brasileiro.

É bom deixar claro que será exigida vistoria presencial e pacificação em áreas de conflito agrário, caso ocorra. Os beneficiados não são "limpa terra", são produtores de alimentos, pois deles é exigida posse pacífica e produtiva. Não podemos deixar milhares de trabalhadores do campo às margens da lei, muitos deles ocupantes de boa-fé há mais de 40 anos, e equivocadamente taxados como criminosos por aqueles que não conhecem a realidade do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, no nosso modo de ver, o projeto tem o condão de aprimorar o ordenamento jurídico, em especial, alargando a abrangência da regularização fundiária, de modo a permitir uma solução adequada para inúmeras famílias que tiram da terra o seu ganha-pão, além daqueles que produzem em maior escala, contribuindo para o êxito do agronegócio no Brasil.

Quanto às 188 emendas apresentadas até o momento, muitas – muitas mesmo – serão acolhidas, várias foram apresentadas idênticas ou correlatas, então, conforme o Regimento, ao acolher uma emenda, automaticamente as outras estarão prejudicadas ou rejeitadas. A seguir faremos a descrição do acolhimento apenas das emendas acatadas e suas correlatas, devido ao grande volume.

Ao Projeto 510, de 2020, foram oferecidas as emendas: nºs 1 a 112 no âmbito de Plenário; nºs 113 a 127 no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; nº 128 no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Ao Projeto 2.633, de 2019, foram oferecidas as emendas: nºs 1 a 60 no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agraria; nºs 2 a 51 no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. As demais emendas, embora seus autores estejam imbuídos do mais legítimo interesse em aprimorar diversos aspectos da legislação sobre a regularização fundiária, quando optamos por não acolhê-las, é devido à sua pertinência temática, seja porque tratam de assuntos da competência estadual ou municipal de que o Congresso Nacional não pode se incumbir, sob pena de usurpação dessas competências, seja porque tratam de questões ambientais, cujo foco distancia-se dos temas tratados nos projeto de leis em análise e, nos termos do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 1998, não devem ser disciplinados por mais de uma lei, ou, então, simplesmente porque as proposições nelas contidas vão de encontro às concepções que a relatoria considera pertinentes para o aprimoramento da matéria.

A primeira alteração que julgamos pertinente é relativa ao controvertido novo conceito de "infração ambiental" proposto pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, para o inciso XI do art. 2º da Lei nº 11.952, de 2009.

Estamos de acordo com o Senador Paulo Rocha que, em sua Emenda nº 67-PLEN, que ora acolhemos, propõe suprimir essa alteração, argumentando que a nova redação flexibilizaria em demasia esse conceito, permitindo que infratores mal-intencionados fossem beneficiados com a regularização de terras, assim sendo, fica prejudicada a Emenda 125-CRA, do Senador Jaques Wagner, que seria acolhida com os mesmos termos na Emenda nº 67, do Senador Paulo Rocha.

Outra alteração que convém ser feita é a supressão do texto sugerido pelo art. 2º do PL nº 510, de 2009, para o inciso IV do art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009, mudando o marco temporal das ocupações passíveis de regularização de 22 de julho de 2008 para 25 de maio de 2012. No nosso modo de ver, a data limite de ocupação prevista na legislação vigente não deve ser estendida, sob pena de serem encorajadas sucessivas ocupações irregulares de terras públicas, sempre na expectativa de novas mudanças nos marcos temporais de ocupação. Além disso, também merecem ajustes os marcos temporais propostos no §2º, II, "b" e IV, e §4º, V, todos do art. 13; art. 38, §1º, I, todos da Lei nº 11.952, de 2009. Por essas razões, opinamos pela aprovação parcial da Emenda nº 64-PLEN, da Senadora Eliziane Gama, e pela prejudicialidade, nesse aspecto, da Emenda nº 98-PLEN, do Senador Jean Paul Prates, que já estaria acolhida na Emenda nº 64.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No inciso VI do art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009, proposto pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, pretendemos aprimorar o texto segundo o qual é estabelecido como requisito para a regularização fundiária que o ocupante não conste do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério da Economia. Além de corrigir o uso indevido da crase, no nosso modo de ver, deve ser feita referência ao cadastro mantido pelo Poder Executivo federal, evitando, assim, o engessamento da vinculação ao Ministério da Economia.

Estamos acrescendo o inciso VII do art. 5º, da Lei nº 11.952, de 2009, conforme proposto pela Emenda nº 14-PLEN, do Senador Marcos Rogério. Acreditamos que para a facilitação do acesso à terra para produzir, gerar renda e empregos, deve ser permitida – quiçá, incentivada! – a existência de parcerias agrícola, pecuária e extrativista entre produtores rurais sobre a mesma área que será objeto de processo de regularização fundiária como forma de incentivo ao incremento da produção no campo, ainda que a parceria entre os produtores rurais fique restrita a uma parte da propriedade rural. Assim, acolhemos esta emenda em sua integralidade.

Opinamos, ainda, pela aprovação da Emenda nº 13-PLEN, do Senador Eduardo Gomes, e, por conseguinte, pela prejudicialidade da Emenda nº 61-PLEN, da Senadora Rose de Freitas, a fim de alterar os arts. 9º, *caput*, e 13, inciso I, todos da Lei nº 11.952, de 2009, na forma do art. 2º do PL nº 510, de 2021; e 176, §3º, 213, inciso II, 216-A, inciso II, e 225, §3º, todos da Lei nº 6.015, de 1973, na forma do art. 4º do PL nº 510, de 2021. Objetiva-se, com isso, atualizar a legislação no que concerne a outros profissionais também habilitados em lei para a elaboração de memoriais descritivos, inscritos no Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), além dos profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Para a hipótese da inexistência de parâmetro de valor da terra nua de imóveis baseado na pauta elaborada pelo Incra, de que trata o §1º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 2009, optamos por acatar a Emenda nº 6-PLEN, do Senador Marcos Rogério, para alterar o §2º do mesmo artigo, a fim de que possam ser utilizadas as avaliações de preços das microrregiões vizinhas a da área em processo de regularização, desde que tenham as mesmas características ocupacionais. Nesse caso, acreditamos que poderá ser concedido ao ocupante da área a possibilidade de aquisição da propriedade rural por meio de preço justo, ainda que a administração pública se negue a fixar um preço para os imóveis situados na respectiva microrregião específica. Nesse caso, fica prejudicada a Emenda nº 26-PLEN, do Senador Acir Gurgacz, sendo contemplada na emenda já citada.

No *caput* do art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação proposta pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, acreditamos que o texto poderá ser aperfeiçoado, com a supressão do limite de 2,5 mil hectares, além de também propormos que sejam regras o sensoriamento remoto e a consulta às bases de dados do Poder Executivo federal para a averiguação dos requisitos para a regularização fundiária, a fim de conferir maior segurança ao procedimento de aferição dos requisitos a serem preenchidos para a regularização fundiária. Por conseguinte, no §3º desse mesmo art. 13, estamos propondo que a dispensa de vistoria prévia se dê nos casos de pequenas e médias propriedades, assim considerados pelo art. 4º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao §2º proposto para o art. 13 da Lei nº 11.952, de 2009, pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, pretendemos deslocá-lo para que passe a ocupar o lugar do atual parágrafo único, com a renumeração de todos os demais parágrafos, com o intuito exclusivo evitar a inclusão desnecessária de novo parágrafo ao referido artigo.

No inciso II do §2º do citado art. 13, da Lei nº 11.952, de 2009, na forma do art. 2º do PL nº 510, de 2021, opinamos pelo acolhimento da Emenda nº 90-PLEN, do Senador Jaques Wagner, a fim de que o processo administrativo de regularização fundiária seja instruído com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) verificado, pois, como se trata de ato formal autodeclaratório, convém que seja verificado para evitar superposições de áreas.

No inciso I do §4º do inciso 13, da Lei nº 11.952, de 2009, na forma do art. 2º do PL nº 510, de 2021, estamos propondo que, à exceção da regra de que imóveis objeto de termo de embargo ou de infração ambiental terão vistoria prévia obrigatória, imóveis nessas condições possam ter dispensa de vistoria prévia, desde que o interessado tenha aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou tenha celebrado termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar com os órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ou com o Ministério Público. Como desdobramento dessas alterações, estamos propondo um novo parágrafo para esse mesmo art. 13, a fim de estabelecer que a essas hipóteses ressalvadas sejam verificadas mediante consulta às bases de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Para o §6º do art. 13, quanto à previsão de georreferenciamento para os lotes ou parcelas individuais, independentemente do georreferenciamento da eventual gleba destacada, estamos propondo que essa possibilidade seja condicionada ao reconhecimento, pelo Incra, dos limites da gleba, a fim de conferir maior segurança jurídica a todo o procedimento de regularização fundiária.

Acolhendo parcialmente a Emenda nº 4-PLEN, do Senador Acir Gurgacz, estamos propondo para o §6º do art. 15 da Lei nº 11.952, de 2009, na forma do art. 2º do PL nº 510, de 2021, o aprimoramento da sua redação, a fim de ficar claro que o beneficiário da regularização fundiária não poderá ser beneficiado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária antes de decorridos dez anos da referida operação.

Para esse mesmo art. 15, estamos também acolhendo parcialmente a Emenda nº 4, do Senador Acir Gurgacz, no que diz respeito à inclusão de seu §9º, de modo que o beneficiário possa efetuar o registro do seu título de domínio no Registro de Imóveis em que a área já se encontre matriculada.

E por fim, propomos a possibilidade de quitação em qualquer momento das parcelas mesmo após o terceiro ano de carência.

No art. 16 estamos acrescendo o parágrafo para ajustarmos a legislação conforme as necessidades regionais. Atualmente existem contratos firmados na Amazônia desde 1985 que não foram resolvidos. Dessa maneira, gera judicialização, insegurança jurídica, e já foi causa de várias invasões em áreas rurais, levando o produtor a mobilizar energia para defender seu imóvel ao invés de produzir, atividade para a qual deveria despender seu maior empenho.

A extinção das condições resolutivas de contratos firmados pelo Incra em data anterior a 10 de outubro de 1985 é a solução para reduzir a judicialização dos processos de regularização de muitas áreas rurais, extirpando do ordenamento jurídico a causa de grandes conflitos agrários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e perda de produção de várias áreas rurais por décadas. Oportuno esclarecer que não tratamos de uma doação ou anistia, pois essas terras foram licitadas, vendidas pela União e, em sua grande maioria, já pagas. Ademais, para os raros casos em que houver inadimplência, o que propomos é que a extinção das cláusulas resolutivas seja vinculada à quitação do valor devido. Afinal, a inércia dos órgãos fundiários em concluir o processo de regularização ao longo de décadas não pode prejudicar produtores rurais no presente.

No art. 17, propomos modificação no §2º na hipótese de pagamento antecipado das parcelas remanescentes permanece a incidência das cláusulas resolutivas por mais três anos contados a partir da data da quitação.

No art. 19 da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação proposta pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, pretendemos alterá-lo para fixar a data de 10 de dezembro de 2019 como marco a partir do qual serão contados cinco anos em que será possível requerer a renegociação do contrato firmado, sob pena de reversão, com a observância das condições atualmente vigentes nos incisos I e II desse mesmo artigo.

Sobre o novo art. 20-A da Lei nº 11.952, de 2009, proposto pelo art. 2º do PL nº 510, de 2021, relativo à possibilidade de que o Incra permute áreas da União com áreas privadas como pagamento de ações judiciais, pretendemos alterá-lo para suprimir a sua parte final que limita essa prerrogativa às ações ajuizadas até 25 de maio de 2012.

Estamos propondo novo art. 31-A da Lei nº 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL nº 510, de 2021, assim acolhendo parcialmente a Emenda nº 102-Plen, do Senador Confúcio Moura, a fim de responsabilizar penalmente aquele que apresentar declaração falsa a órgão da administração pública com o fim de obter indevidamente regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Para o art. 21 da Lei nº 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL nº 510, de 2021, também pretendemos modificá-lo, de modo a possibilitar que a União e o Incra firmem acordos de cooperação técnica, convênios ou instrumentos congêneres não só com Estados e Municípios, mas ainda com o Distrito Federal e com a iniciativa privada, conforme regulamento. Acreditamos que, assim, poderá ser ampliada a gama de possibilidades de cooperação que facilitará a plena implantação da regularização fundiária pretendida.

Manifestamos pelo acolhimento da Emenda nº 8-PLEN, do Senador Marcos Rogério, e, por conseguinte, pela prejudicialidade da Emenda nº 29-PLEN, do Senador Acir Gurgacz, com o intuito de suprimir os §§2º e 3º do art. 33 da Lei 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL nº 510, de 2021, renumerando o §1º como parágrafo único, pois não achamos conveniente que o Incra tenha poderes de paralisar qualquer ação judicial em curso, bastando que argua o interesse social a respeito do imóvel em litígio, assim prejudicando sensivelmente a atividade rural produtiva, como argumenta o Senador Marcos Rogério na justificação de sua emenda.

Merece aperfeiçoamento o inciso II do §1º do art. 38 da Lei nº 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL nº 510, de 2021, que trata da venda direta de imóveis rurais da União, mediante o pagamento do valor da terra nua, suprimindo menção desnecessária ao fato de serem somadas as áreas ocupadas e de propriedade do beneficiário como limite resultando de sua soma, além de explicitar os requisitos previstos nos incisos I a IV do inciso 5º da Lei nº 11.952, de 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pretendemos ainda aperfeiçoar o §2º do art. 38 da Lei nº 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL 510, de 2021, para que fique clara a possibilidade de alienação por meio de licitação das terras passíveis de regularização, ainda que não sejam preenchidos os respectivos requisitos, com observância da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

No art. 40-B da Lei nº 11.952, de 2009, nos termos do art. 2º do PL 510, de 2021, pretendemos aperfeiçoá-lo de modo a restringir a isenção de custas ou emolumentos nos registros translativos de domínio concedidos pelo Incra apenas às pequenas e médias propriedades rurais, assim consideradas nos termos do art. 4º da Lei nº 8.629, de 1993.

Ainda nas disposições finais da Lei nº 11.952, de 2009, resolvemos acatar a Emenda nº 51-PLEN, do Senador Izalci Lucas, porque consideramos importante a previsão de criação, no art. 40-F, de câmaras de prevenção e resolução de conflitos para as questões fundiárias.

A Emenda nº 52–PLEN, do Senador Izalci Lucas, também merece ser acolhida, para a inclusão do art. 40-G na Lei nº 11.952, de 2009, no intuito de efetivar e garantir maiores cuidados às áreas de proteção ambiental, possibilitando a permanência da ocupação se houver aprovação de plano de melhoria ambiental, com a elaboração de estudos técnicos a fim de analisar a situação da ocupação para aqueles que desempenham atividades rurais de pouco impacto, em situação irregular, nessas áreas.

Por fim, acatamos, ainda, a Emenda nº 53, do Senador Izalci Lucas, para, na forma do art. 5º do PL nº 510, de 2021, para incluir o art. 9º-A na Lei nº 13.240, de 2015, reconhecendo como aptos a garantir as operações de investimentos, os títulos que se encontrem sob o regime de cessão de uso ou inscrição de ocupação, por prazo determinado.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela prejudicialidade do PL nº 2.633, de 2019, e suas emendas apresentadas no âmbito das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e Meio Ambiente; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do PL nº 510, de 2021, e pela aprovação integral das Emendas nºs 6, 8, 13, 14, 51, 52, 53, 67 e 90 – PLEN; aprovação parcial das Emenda nºs 4, 64 e 102 - PLEN; pela prejudicialidade das Emendas nºs 26, 61, 98 – PLEN e 125 - CRA; e pela rejeição das demais emendas, na forma do substitutivo que se segue:

> Altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.
>
> O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º A ementa da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015; a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da alienação e da concessão de direito real de uso de imóveis.

Art. 2º .....

.....

VIII – concessão de direito real de uso: cessão de direito real de uso, onerosa ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, para fins específicos de regularização fundiária;

IX – alienação: doação ou venda, direta ou mediante licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do domínio pleno das terras previstas no art. 1º; e

X – área urbana: a definição levará em consideração, para fins do disposto nesta Lei, o critério da destinação.

Art. 3º .....

.....

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se subsidiariamente a outras áreas sob domínio da União, sem prejuízo da utilização dos instrumentos previstos na legislação patrimonial. (NR)

Art. 4º .....

.....

§2º As terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área serão regularizadas de acordo com normas específicas, vedada a regularização fundiária em nome de terceiros ou de modo a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos. (NR)

Art. 5º Para regularização da ocupação, nos termos desta Lei, o ocupante, pessoa natural e seu cônjuge ou companheiro, deverão atender os seguintes requisitos:

.....

II – que a eventual existência de propriedade rural em seu nome, em qualquer parte do território nacional, somada à área a ser regularizada, não ultrapasse o total de dois mil e quinhentos hectares;

.....

V – será admitida a regularização fundiária de requerente anteriormente beneficiado por programa de reforma agrária ou regularização fundiária, desde que não ocupe o lote originário, decorridos mais de quinze anos:

a) da data da expedição de título de regularização fundiária, desde que o referido documento tenha sido emitido anteriormente à 10 de dezembro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) da data da homologação do beneficiário no programa de reforma agrária; ou
c) de outras situações definidas pelo órgão competente em regulamento específico.
VI – não conste do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, mantido pelo Poder Executivo federal.
§ 1º Fica vedada a regularização das ocupações em que o ocupante ou o seu cônjuge ou companheiro exerçam cargo ou emprego público nos seguintes órgãos:
I – Ministério da Economia;
II – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
III – Incra;
IV – na Secretaria do Patrimônio da União (SPU); ou
V – nos órgãos de terra estaduais ou do Distrito Federal.
§2º (Revogado)
§3º Resolvido o título de domínio ou o termo de concessão na forma prevista no *caput* do art. 18, ou revertido o imóvel ao patrimônio da União em razão do inadimplemento do pagamento, o contratante terá direito à indenização pelas acessões e pelas benfeitorias, necessárias e úteis, hipótese em que poderá levantar as benfeitorias consideradas voluptuárias, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da data da desocupação do imóvel, sob pena de perda em proveito do alienante.
VII – a mera existência de parcerias agrícola, pecuária e extrativista entre produtores rurais, ainda que em parte do imóvel, não é impedimento à regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. (NR)
"Art. 6º Preenchidos os requisitos previstos no art. 5º, o Incra, ou, se for o caso, o Ministério da Economia regularizará as áreas ocupadas por meio de alienação.
.....
§4º A concessão de direito real de uso nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º será outorgada pelo Ministério da Economia, após a identificação da área, nos termos do disposto em regulamento.
.....
§6º São ratificados os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras expedidos pelo Distrito Federal e pelos Estados em áreas da União, dentro e fora da faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até 10 de dezembro de 2019, limitada a área convalidada de cada registro ao limite de dois mil e quinhentos hectares exceto os registros imobiliários referentes a imóveis rurais:
I - cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera judicial por órgão ou entidade da administração federal direta e indireta;
II - que sejam objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ajuizadas até 10 de dezembro de 2019.
§7º O disposto no §6º atingirá os beneficiários, seus sucessores e adquirentes de boa-fé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§8º Em caso de impossibilidade de comprovação das obrigações pactuadas com o ente público concedente ou alienante, o interessado terá preferência na aquisição da área, se comprovado o efetivo exercício da atividade rural."(NR)
"Art. 12.....
.....
§2º Na hipótese de inexistirem parâmetros para a definição do valor da terra nua na forma de que trata o §1º deste artigo, a administração pública utilizará como referência avaliações de preços produzidas preferencialmente por entidades públicas, podendo utilizar, inclusive, as avaliações de preços das microrregiões vizinhas a da área em processo de regularização desde que se tenham as mesmas características ocupacionais." ..... (NR)"
"Art.13. Os requisitos para a regularização fundiária serão averiguados por meio de declaração do ocupante, sujeita à responsabilização penal, civil e administrativa, devendo ser realizado sensoriamento remoto e consulta às bases de dados do Poder Executivo federal.
Parágrafo único. (Revogado)
§ 2º O processo administrativo de regularização da área será instruído pelo interessado ou pelo Incra com:
I – a planta e o memorial descritivo, assinados por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), os devidos Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), contidas as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro;
II – o Cadastro Ambiental Rural (CAR) verificado;
III – as declarações do requerente e do seu cônjuge ou companheiro, sob as penas da lei, de que:
a) que a eventual existência de propriedade rural em seu nome, em qualquer parte do território nacional, somada à área a ser regularizada, não ultrapasse o total de dois mil e quinhentos hectares;
b) exerçam ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriormente a 22 de julho de 2008;
c) pratiquem cultura efetiva;
d) não exerçam cargo ou emprego público:
1. no Ministério da Economia;
2. no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3. no Incra;
4. na Secretaria do Patrimônio da União (SPU); ou
5. nos órgãos de terra estaduais ou do Distrito Federal.
e) não mantenham em sua propriedade trabalhadores em condições análogas às de escravos;
f) o imóvel não se encontre sob embargo ambiental ou seja objeto de infração do órgão ambiental federal, estadual, distrital ou municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – a comprovação de prática de cultura efetiva, ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anteriores a 22 de julho de 2008, que poderá ser feita por meio de sensoriamento remoto.

§3º O Incra dispensará a realização da vistoria prévia de pequenos e médios imóveis a serem regularizados, conforme definição do art. 4º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, sem prejuízo do poder fiscalizatório, após análise técnica dos documentos referidos no §1º, se verificado o preenchimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei.

§4º A realização de vistoria prévia será obrigatória nas seguintes hipóteses:

I – imóvel objeto de termo de embargo ou de infração ambiental, exceto se o interessado tiver aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou tiver celebrado termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar com os órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ou com o Ministério Público;

II – imóvel com indícios de fracionamento fraudulento da unidade econômica de exploração;

III – requerimento realizado por meio de procuração;

IV – conflito declarado ou registrado na Câmara de Conciliação Agrária;

V – ausência de indícios de ocupação ou de exploração, anterior a 22 de julho de 2008, verificada por meio de técnicas de sensoriamento remoto;

VI – para grandes imóveis, conforme definição do art. 4º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

VII – outras hipóteses estabelecidas em regulamento.

§5º A verificação da hipótese prevista no inciso I do §3º, em relação às infrações federais, será realizada mediante consulta às bases de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

§6º A vistoria realizada na hipótese prevista no inciso I do § 4º verificará se o preenchimento de requisitos para a regularização fundiária decorreu de dano ambiental, situação em que o pedido será indeferido, exceto se o interessado tiver aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou tiver celebrado termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar com os órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) ou com o Ministério Público.

§7º O georreferenciamento será exigido para os lotes ou parcelas individuais, independentemente do georreferenciamento da eventual gleba destacada, desde que o Incra reconheça os limites da gleba, conforme disciplinado em regulamento.

§8º Os pedidos de regularização de até 1 Módulo Fiscal terão análise prioritária na tramitação administrativa, sendo dispensada a apresentação do CAR, devendo a comprovação de prática de cultura efetiva, ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, serem verificadas por sensoriamento remoto, salvo nos casos disciplinados no §4º. (NR)

§9º Os serviços técnicos e os atos administrativos de que trata este artigo poderão ser praticados em parceria com órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§10º A vistoria, quando obrigatória ou por decisão de fiscalização fundamentada, será subscrita por profissional habilitado pelo Poder Executivo federal ou por outro profissional habilitado em razão de convênio, acordo ou instrumento congênere firmado com órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal.

"Art. 15 O título de domínio ou, no caso previsto no § 4° do art. 6º, o termo de concessão de direito real de uso deverá conter, entre outras, cláusulas que determinem, pelo prazo de dez anos a contar da data do cadastro junto ao órgão fundiário, sob condição resolutiva, além da inalienabilidade do imóvel:

.....

II – o respeito à legislação ambiental, em especial quanto ao cumprimento do disposto no Capítulo VI da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; e

III – a não exploração de mão de obra em condição análoga à de escravo.

IV – (Revogado)

§1º As condições e a forma de pagamento serão previstas nos títulos de domínio e na concessão de direito real de uso, hipótese em que o imóvel será dado em garantia até a quitação integral do pagamento.

§1º-A Na hipótese de inadimplemento, o imóvel será levado a leilão, com garantia de restituição ao beneficiário dos valores na forma prevista no §7º do art. 18.

§2º Ficam extintas as condições resolutivas na hipótese de o beneficiário optar por realizar o pagamento integral do preço do imóvel, equivalente a 100% (cem por cento) do valor médio da terra nua estabelecido na forma dos §§1º e 2º do art. 12 desta Lei, vigente à época do pagamento, respeitado no mínimo o período de carência previsto no art. 17 desta Lei e cumpridas todas as condições resolutivas até a data do pagamento. (NR)

§3º O beneficiário poderá optar pelo pagamento integral do saldo devedor do imóvel independentemente do número de prestações restantes para a conclusão do período do parcelamento.

.....

§6º O beneficiário que transferir ou negociar por qualquer meio o título obtido nos termos desta Lei ou em legislação anterior não poderá ser beneficiado novamente em programas de reforma agrária ou de regularização fundiária antes de decorridos dez anos da referida operação.

§7º A cláusula de inalienabilidade prevista neste artigo não impede a utilização da terra como garantia para empréstimos relacionados à atividade a que se destina o imóvel.

§8º Em caso de sucessão hereditária e separação ou divórcio, o termo de vigência das condições resolutivas será reduzido para cinco anos a contar da data do cadastro junto ao órgão fundiário.

§9º Recebido o título de domínio pelo beneficiário, este procederá ao seu registro no Registro de Cartório de Imóveis em que a área já se encontra matriculada. (NR)

Art. 16. .....

§4º Ficam automaticamente extintas todas as condições resolutivas constantes nos títulos definitivos e contratos de alienação das áreas públicas de propriedade do Incra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou da União cujo projeto de colonização, de assentamentos e de qualquer natureza agrária tenham sidos criados até 22 de julho de 2008 desde que as parcelas pecuniárias devidas sejam pagas no prazo de até 02 (dois) anos da edição desta Lei.

Art. 17. .....

.....

§2º Na hipótese de pagamento à vista, será concedido desconto de 20% (vinte por cento), caso o pagamento ocorra em até cento e oitenta dias, contados da data de entrega do título, permanecendo a incidência das cláusulas resolutivas por mais 3 (três) anos contados a partir da data da quitação.

.....

§4º Os títulos emitidos anteriormente a 11 de julho de 2017 terão seus valores passíveis de enquadramento no previsto nesta Lei mediante requerimento do interessado, observados os termos estabelecidos em regulamento e vedada a restituição de valores já pagos que, por conta do enquadramento, eventualmente excedam ao que se tornou devido.

Art. 19. No caso de descumprimento de contrato firmado com órgãos fundiários federais até 10 de dezembro de 2019, o beneficiário originário, seus herdeiros, sucessores ou terceiros adquirentes de boa-fé que ocupem e explorem o imóvel terão prazo de cinco anos, contado de 10 de dezembro de 2019, para requerer a renegociação do contrato firmado, sob pena de reversão, observadas:

.....

§1º O disposto no *caput* não se aplica na hipótese de manifestação de interesse social ou de utilidade pública relacionada aos imóveis titulados, independentemente do tamanho da área.

.....

§3º No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento nos prazos estipulados no título de domínio, o ocupante poderá purgar a mora e evitar a sua rescisão e a reversão da posse e da propriedade do imóvel ao Incra por meio do pagamento das parcelas em atraso, acrescidas de multa e encargos.(NR)

.....

§5º A renegociação não será apreciada se restar comprovada:

I – que o beneficiário consta do Cadastro de Empregadores, que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério da Economia;

II – que a área é objeto de embargos ou auto de infração ambiental em razão de desmatamento em área de preservação permanente ou reserva legal, exceto se o beneficiário houver aderido ao Programa de Regularização Ambiental - PRA ou tiver celebrado termo de ajustamento de conduta ou instrumento similar com os órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente ou com o Ministério Público.

Art. 20-A Fica o Incra autorizado a permutar áreas da União com áreas privadas como pagamento de ações judiciais.

Art. 23. .....

I - ao Incra, quando se tratar de terras arrecadadas ou por ele administradas; ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II - ao Ministério da Economia, quando se tratar de outras áreas sob domínio da União.

.....

§2º Caberá ao Incra ou, se for o caso, ao Ministério da Economia analisar se a planta e o memorial descritivos da área apresentados atendem às exigências técnicas fixadas.

§3º O Ministério do Desenvolvimento Regional participará da análise do pedido de doação ou de concessão de direito real de uso de imóveis urbanos e emitirá parecer. (NR)

Art. 24. Quando necessária a prévia arrecadação ou a discriminação da área, o Incra ou, se for o caso, o Ministério da Economia procederá à sua demarcação, com a cooperação do Município interessado e de outros órgãos públicos federais e estaduais, com posterior registro imobiliário em nome da União. (NR)

Art. 25. Na hipótese prevista no § 2º do art. 21, o Ministério da Economia lavrará o auto de demarcação.

..... (NR)

Art. 26. O Incra ou, se for o caso, o Ministério da Economia formalizará a doação em favor do Município, com a expedição de título que será levado a registro, nos termos do disposto no inciso I do *caput* do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§1º O Ministério da Economia formalizará a concessão de direito real de uso na hipótese prevista no § 2º do art. 21.

.....

§3º A delimitação das áreas de acessões, benfeitorias, terrenos de marinha e terrenos marginais será atribuição dos órgãos federais competentes, facultada a realização de parceria com o Distrito Federal, Estados e Municípios.

.....

§5º A abertura de matrícula referente à área independerá do georreferenciamento do remanescente da gleba, nos termos do disposto no § 3º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, desde que a doação ou a concessão de direito real de uso sejam precedidas do reconhecimento dos limites da gleba pelo Incra ou, se for o caso, pelo Ministério da Economia, de modo a garantir que a área esteja nela localizada. (NR)

Art. 28. A doação e a concessão de direito real de uso implicarão o cancelamento automático, total ou parcial, das autorizações e das licenças de ocupação e de quaisquer outros títulos não definitivos outorgados pelo Incra ou, se for o caso, pelo Ministério da Economia, que incidam na área.

.....

§2º Para o cumprimento do disposto no *caput*, o Incra ou, se for o caso, o Ministério da Economia fará publicar extrato dos títulos expedidos em nome do Município, com indicação do número do processo administrativo e dos locais para consulta ou obtenção de cópias das peças técnicas necessárias à identificação da área doada ou concedida.

..... (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 31-A. Incorre nas penas do art. 299 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) quem apresentar declaração falsa a órgão da administração pública com o fim de obter indevidamente regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Art. 32. Com a finalidade de efetivar as atividades previstas nesta Lei, a União e o Incra firmarão acordos de cooperação técnica, convênios ou outros instrumentos congêneres com Distrito Federal, Estados e Municípios e celebrarão contratos com a iniciativa privada, conforme regulamento. (NR)

Art. 33 .....

.....

Parágrafo único. Compete à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o monitoramento de toda atividade fundiária federal. (NR)

Art. 34. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Economia criarão sistema informatizado a ser disponibilizado na internet, com vistas a assegurar a transparência sobre o processo de regularização fundiária de que trata esta Lei. (NR)

Art. 38 .....

.....

§1º Aplica-se a modalidade de alienação prevista no *caput* deste artigo mediante o pagamento do valor máximo da terra [...] definido na forma dos §§1º e 2º do art. 12 desta Lei, com expedição de título de domínio nos termos dos arts. 15 e 16 desta Lei, aos ocupantes de imóveis rurais até o limite de que trata o §1º do art. 6º desta Lei, nas seguintes hipóteses:

I – quando se tratar de ocupações posteriores a 22 de julho de 2008 ou em áreas em que tenha havido interrupção da cadeia alienatória posterior à referida data, desde que observado o disposto nos art. 4º e 5º desta Lei e comprovado o período da ocupação atual por prazo igual ou superior a cinco anos, apurado até a publicação da lei;

II – quando os ocupantes forem proprietários de outro imóvel rural, desde que a soma das áreas não ultrapasse o limite mencionado neste parágrafo e observado o disposto nos arts. 4º e 5º, incisos I a IV desta Lei.

§2º As áreas rurais de que trata o art. 3º que não preencham os requisitos desta Lei, e desde que não exista interesse público e social no imóvel, poderão ser alienadas por meio de licitação pública observada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no limite de dois mil e quinhentos hectares, nos termos do regulamento. (NR)

Art. 38-A. As ocupações, em áreas da União, com características rurais, em que haja o efetivo aproveitamento agrícola e de subsistência, mesmo que inseridas em área urbana, quando incidir sobre estas interesse público para implantação de infraestrutura ou equipamentos públicos deverão, preferencialmente, ser realocadas no mesmo núcleo rural ou na bacia hidrográfica.

Art. 40-A. Aplicam-se as disposições desta Lei à regularização fundiária das ocupações nas áreas urbanas e rurais do Incra, inclusive nas áreas remanescentes de projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criados pelo Incra, em data anterior a 10 de outubro de 1985, conforme estabelecido em regulamento.

.....

§4º Aplica-se o disposto no *caput* aos projetos de assentamento criados em áreas originariamente públicas da União ou do Incra que por ato administrativo, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, venham a ser desafetados do Programa Nacional de Reforma Agrária, após consulta à Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais.

..... (NR).

Art. 40-B. Não serão cobradas custas ou emolumentos para registro de títulos translativos de domínio concedidos pelo Incra de pequenas e médias propriedades rurais, conforme definição do art. 4º da Lei nº 8.629, de 1993, relativamente ao primeiro registro dos imóveis rurais decorrente da regularização realizada na forma desta Lei, estendendo-se essa isenção ao recolhimento da taxa de serviço cadastral para a emissão do primeiro Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) junto ao Incra. (NR)

Art. 40-C. Extinguem-se as condições resolutivas porventura pendentes das áreas remanescentes de projetos criados pelo Incra em data anterior a 10 de outubro de 1985.

Parágrafo único. Eventuais parcelas pecuniárias ainda devidas deverão ser corrigidas e pagas no prazo de até dois anos da edição da presente Lei.

Art. 40-D. As disposições desta Lei poderão ser aplicadas, total ou parcialmente, aos demais entes da Federação, por intermédio de seus instrumentos legislativos próprios.

Art. 40-E. "A abertura de matrícula e o registro do imóvel destacado de glebas públicas concedidos pela União, Distrito Federal, Estados ou Municípios não constitui fato gerador de imposto de transmissão, de custas ou de emolumentos registrais.

Art. 40-F. Os Municípios e o Distrito Federal poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com os Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal, as quais deterão competência para dirimir conflitos relacionados à legitimação fundiária e ao auto de demarcação, mediante solução consensual.

§1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o *caput* deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal e, na falta do ato, pelo disposto na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

§2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da regularização pretendida, com consequente expedição da Certidão de Regularização Fundiária.

§3º A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos suspende a prescrição.

§4º Os Municípios e o Distrito Federal poderão, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 40-G Constatada a existência de ocupação rural irregular, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Distrito Federal, Estados ou Municípios, o poder público observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

Parágrafo único. No caso de a regularização abranger área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, admita regularização, será exigida também a anuência do órgão gestor da unidade, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.

Art. 3º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 17 .....

.....

§2º-A .....

I – aplicação exclusivamente às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 25 de maio de 2012;

.....

§2º-B .....

.....

II – fica limitada às áreas de até dois mil e quinhentos hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite;

..... (NR)

Art. 4º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 167. .....

.....

§1º Os direitos reais e ou de garantias reais registrados ou averbados na matrícula do imóvel são oponíveis em relação a negócios jurídicos precedentes não constantes da matrícula do respectivo imóvel, na forma do art. 54, da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

§2º A abertura de matrícula e o registro do imóvel destacado de glebas públicas, concedidos pela União, Estados ou Município, não constitui fato gerador de imposto de transmissão, de custas ou de emolumentos registrais

Art. 195-B. .....

.....

§3º O procedimento de que trata este artigo poderá ser adotado pela União, Distrito Federal e Estados para o registro de imóveis rurais de sua propriedade, observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 176 desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º Para a abertura de matrícula em nome da União, Distrito Federal e Estados com base neste artigo, a comprovação de que trata o inciso II do *caput* do art. 195-A será realizada, no que couber, mediante o procedimento de notificação previsto nos arts. 12-A e 12-B do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com ressalva quanto ao prazo para apresentação de eventuais impugnações, que será de quinze dias, na hipótese de notificação pessoal, e de trinta dias, na hipótese de notificação por edital. (NR)

Art. 213. .....

.....

§17 São dispensadas as assinaturas dos confrontantes, previstas no inciso II do *caput*, quando da indicação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra, bastando a apresentação de declaração do requerente interessado de que respeitou os limites e as confrontações. (NR)

Art. 216-A. .....

.....

§16 No caso de o imóvel usucapiendo ser imóvel rural com a indicação das coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra, fica dispensado o consentimento dos titulares de direitos reais e outros direitos registrados ou averbados na matrícula dos imóveis confinantes, bastando dar ciência à União, ao Estado, ao Distrito Federal e ao Município na forma do §3º deste artigo. (NR)

Art. 221. .....

.....

§3º Fica dispensada a apresentação dos títulos previstos nos incisos I a V do *caput* deste artigo quando se tratar de registro do projeto de regularização fundiária e da constituição de direito real, sendo o ente público promotor da regularização fundiária responsável pelo fornecimento das informações necessárias ao registro, ficando dispensada a apresentação de título individualizado, nos termos da legislação específica. (NR)

Art. 5º. A Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º-A. Os títulos que se encontrem sob o regime de Cessão de Uso, ou Inscrição de Ocupação, por prazo determinado, constituem-se documento hábil para a obtenção de crédito rural, podendo garantir as operações de investimento com prévia anuência formal da União.

§1° A operação de crédito rural, garantida pelos títulos precários definidos no *caput*, ficará vinculada à respectiva área rural.

§2º Em caso de inadimplemento da operação de crédito rural, os títulos precários definidos no *caput* poderão ser levados à leilão público, pela instituição financeira oficial que opera os recursos de fomento à agricultura.

§3º Os imóveis objeto dos títulos definidos no *caput* serão levados à leilão público pelo valor de avaliação do imóvel referente ao título precário e o valor do crédito contraído

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto à instituição financeira, ou, em caso de frustração do leilão, poderá a instituição financeira credora ofertar em hasta pública, pelo valor devido para a satisfação da dívida, sem prejuízo do recolhimento das taxas devidas à Secretaria do Patrimônio da União, pela utilização do imóvel.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), contratos e convênios com o Distrito Federal, os Estados e os Municípios e a iniciativa privada, observadas as instruções que regulamentam a matéria, para a execução de ações de cadastramento, regularização, avaliação, venda, fiscalização e outras medidas necessárias ao processo de alienação dos bens imóveis a que se refere esta Lei.

.....

§4º Como retribuição pelas obrigações assumidas na elaboração dos projetos de parcelamentos urbanos e rurais, os Estados, Municípios e a iniciativa privada, farão jus a parte das receitas provenientes da alienação dos imóveis da União, no respectivo projeto de parcelamento, até a satisfação integral dos custos por eles assumidos.

§5º Os contratos e convênios firmados, conforme dispõe o *caput*, deverão ser registrados nas matrículas dos imóveis.

§6º O ocupante que não optar pela aquisição do imóvel, continuará submetido ao regime de ocupação, na forma da legislação vigente.

§7º Poderão ser utilizados os recursos provenientes da arrecadação anual das taxas de ocupação e foros, para a contratação dos serviços de cadastramento, avaliação, demarcação e fiscalização de áreas da União.

§8º É permitida a venda do domínio útil ou pleno dos lotes resultantes de projetos urbanísticos para o ressarcimento dos projetos de parcelamento referidos no *caput*.

§9º Os contratos ou convênios firmados, nos termos do *caput* poderão ser registramos na matrícula do imóvel como caução de direitos creditórios, devendo conter o total da dívida ou sua estimativa, o local, data, e a forma de pagamento com sua respectiva atualização ou taxa de juros, além da identificação dos direitos creditórios. (NR)

Art. 6º A Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º .....

§1º .....

§2º Os títulos expedidos pela União, ainda não registrados no respectivo cartório de registro de imóveis, podem ser levados a registro ou averbação independentemente do recolhimento de custas e emolumentos.

§3º O registro e a averbação dos títulos expedidos pela União no respectivo cartório de registro de imóveis independem da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários. (NR)

Art. 7º Ficam autorizadas, até 31 de dezembro de 2021, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, nos termos estabelecidos na Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Parágrafo único. O disposto no *caput* estende-se às dívidas, com valores originalmente contratados que não excedam a receita bruta anual máxima atualmente estabelecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para empresas de médio porte conforme a classificação de porte dos clientes criada pelo BNDES, oriundas de operações de crédito subsidiadas contratadas em quaisquer bancos oficiais federais, por produtores rurais pessoas física ou jurídica e empresas exclusivamente voltadas ao agronegócio, independente do lançamento em prejuízo.

Art. 8º Ficam revogados o parágrafo único do art. 13 e o inciso IV do *caput* do art. 15, ambos da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro. Meus cumprimentos pelo trabalho. Sei que foi um trabalho árduo e bastante intenso, com muitas emendas, e com certeza a discussão será grande.

Eu quero sugerir aos Senadores, às Senadoras e ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente que a gente não abra a discussão, Senadora Eliziane. Que nós possamos, durante esta semana, analisar todo esse relatório – o relatório que nos chega agora em primeira mão a todos nós – e possamos marcar uma reunião para a próxima quarta-feira para iniciar a discussão. É uma sugestão de procedimento. Que durante essa semana nós possamos analisar, Senadora Eliziane, todo o trabalho feito pelo Senador Carlos Fávaro e possamos, na próxima quarta-feira, iniciar a discussão já com as sugestões dos nobres Senadores e Senadoras.

Ouço o nosso Presidente Jaques Wagner para saber a sua opinião.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu acho razoável a ponderação que V. Exa. faz, porque havia uma expectativa: havia o 2.633 tramitando, vamos dizer, junto com o 510. A maioria das pessoas considera que o 2.633 foi o uma evolução. Como a base acabou sendo a do 510, então há muita coisa para analisar.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Senador, só decodifique esses números.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Só decodifique os seus números aí para que as pessoas possam entender.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O 2.633 foi o projeto de lei vindo da Câmara, aprovado, que foi fruto da discussão a partir da medida provisória; e o 510 é o projeto de lei apresentado pelo Senador Irajá, que retoma, eu diria, o texto original da medida provisória.

Bem, então, é óbvio que havia uma expectativa de que a gente pudesse ainda evoluir. Não estou dizendo que não se evoluiu, mas, como a base da discussão passou a ser o 510, declarado prejudicado o 2.633... Eu concordo com o Presidente da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura que não se abra a discussão e se dê esse prazo de uma semana para que as pessoas possam se aprofundar e, eventualmente, apresentar novas emendas. Porque é sempre assim: a gente apresenta emenda em cima de um texto; quando vem o relatório, aí a gente vê o que foi e o que não foi modificado. É praticamente como se fosse um novo ponto de partida. Então, é óbvio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as pessoas querem analisar. Então, eu concordo com V. Exa. de que a gente dê uma semana. Podemos marcar na próxima quarta, nesse mesmo horário do galo, 8h da manhã...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... para que todo mundo fique bem desperto. E aí a gente vai acolher... O Relator vai receber novas emendas, e aí podemos abrir a discussão na quarta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Presidente Jaques Wagner, informam-me aqui os nossos "universitários" que nós precisamos abrir a discussão para dar vista coletiva. É apenas formal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo bem, certo. Abre e fica aberta a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Formalizar. Só para ser formal.

Então, está aberta a discussão. E nós vamos interromper a discussão depois e dar vista coletiva.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, depois o Senador Aníbal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... e depois a Senadora Eliziane.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu quero me contrapor aos "universitários", porque V. Exa., Presidente, recuperou bem o objetivo principal, que é o da discussão conjunta dos dois projetos. Se essa é uma discussão conjunta, nós temos que primeiro esperar o outro relatório para fazer a discussão conjunta. Portanto, a abertura do debate é depois de a Senadora Kátia Abreu ler o seu projeto amanhã. Porque o que vai acontecer? Se a gente abrir agora, aí já detona a discussão deste aqui – quer dizer, inicia o debate, a discussão, desculpe-me, Fávaro, não é para detonar o seu relatório! É para exatamente iniciar a discussão conjunta, já que o espírito é o do debate conjunto das duas questões. É por isso que eu acho que a abertura do debate deve ser pós... Mesmo na formalidade, porque, se vocês toparam para ser formal a questão conjunta, a reunião conjunta, eu acho que, na leitura regimental, deve ser aberta amanhã, depois da leitura da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Para discutir, para esclarecimentos, então, Senador Paulo Rocha.

Não há uma relação entre os projetos, o da agricultura e o do Marco do Licenciamento, não há uma dependência, são independentes. O que está dependente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não... Sim, como objetivo, mas, como a Comissão topou fazer a discussão, porque envolve também a questão ambiental no outro, etc., então, é bom...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mais uma vez, para esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E eu elogiei esta questão antes de que é bom fazer, principalmente pelo que o mundo está a exigir do País, nessa questão ambiental, nessa questão de terras, etc... Então, eu acho que... Senão, provoca o quê? Prioritariamente, se a gente iniciar já a discussão neste aí, aí prejudica...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Para esclarecer, Senador Paulo Rocha.

Não há uma interdependência dos dois projetos, há uma discussão conjunta deste projeto. O outro projeto poderá ser lido amanhã ou não lido amanhã, independentemente deste. Nós estamos trabalhando com relação a estes dois projetos: o que veio da Câmara e o que nasceu aqui, o PL 510. São projetos independentes, Senador Aníbal. Então, a ideia... Já está aberta a discussão, e vamos avançar depois.

Agora, com a palavra, se V. Exa. me permite, a Senadora Eliziane tem, que toda a preferência aqui conosco.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ô meu Presidente! Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Aníbal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Na verdade, é só colocar a questão da discussão conjunta.

Eu acho que é muito complexo fazer uma discussão de dois projetos, um de licenciamento e outro de regularização fundiária, em que cada um tem uma complexidade própria muito ampla. Não há como, na verdade, a gente fazer essa discussão conjunta, Presidente. Então, para começar, é isso aí.

Na verdade, nós estamos com substitutivo fazendo... Parece-me que V. Exa. deu preferência ao Irajá, ao projeto do Senado.

E aí, sobre a questão da discussão, eu quero aqui, na linha do Paulo Rocha, dizer que acredito que a gente precisa ter... Por exemplo, iniciada hoje a discussão, para quem estiver inscrito para discutir, está queimada a sua discussão, não é isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não... Sim, mas você tem ordem de inscritos. Então, se a gente, por exemplo, tem a discussão toda na quarta-feira, cada Senador terá o seu tempo aí – não sei de quantos minutos, cinco, dez, quinze minutos – para poder fazer, de fato, a discussão à altura, até porque, Presidente, a gente está acabando de receber o relatório, com o Relator lendo o relatório e a gente anotando aqui para saber efetivamente até o que a gente vai questionar. Então, para você perguntar, você tem que ter conhecimento do relatório, coisa que, na verdade, nós não tivemos. São perguntas elementares, básicas, como a questão do tempo, do ano do marco temporal, que é o grande debate hoje no Brasil; a questão do licenciamento a partir da autodeclaração, e a gente precisa ter mais compreensão sobre isso... Aliás, foram temas que o próprio Ministério Público questionou em relação ao projeto da Câmara, então, são perguntas que a gente precisa ter respostas. Agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa ler o relatório, aprofundar a informação sobre o relatório, até para a gente poder discutir.

Então, eu pediria a V. Exa. que, como a gente precisa, na verdade, compreender melhor, a gente pudesse concentrar essa discussão na quarta-feira que vem, que é esse o prazo que nós temos para a leitura do relatório, por exemplo.

Eu tenho conversado com várias entidades, com várias associações, e entidades, aliás, que vinham acompanhando, até algumas chegaram a conversar com o Senador Fávaro sobre o relatório, mas, do meio para o final do relatório, eu comecei a ficar aqui meio apavorada porque as informações que estão sendo lidas, para mim, de forma preliminar e de forma superficial, até eu diria assim, são realmente muito preocupantes.

Então, a gente precisa apresentar emendas, a gente precisa ajustar esse relatório e, para isso, como eu disse...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... a gente precisa, Presidente, desse tempo, até mesmo para a gente iniciar o debate na semana que vem com muito mais elementos, entender um pouco mais sobre todos esses procedimentos que foram apresentados no relatório e que a gente, de forma muito clara... O que está, para mim, muito claro.

Aqui só para finalizar a minha fala, nós estamos meio que num esforço concentrado e em reta final de ano, nós temos agora esta semana inteira já debatendo isso, na semana que vem já debatendo isso, e um tema que é desnecessário, porque se a gente for olhar lá para trás, por exemplo, o projeto Terra Legal, que estabelece todo um arcabouço legal para a regularização, em que hoje 95% de todas elas, que são solicitadas, estão no limite de até 400ha e todas elas são contempladas pelo projeto Terra Legal.

Então, em tese, são uma lei e uma iniciativa até desnecessárias diante de um arcabouço legal que nós já temos, mas, enfim, faremos o debate e a discussão no momento certo na semana que vem, mas eu pediria ao senhor, Presidente, que a gente pudesse, de fato, concentrar esse debate na semana que vem porque, como eu disse, nós teremos informações mais concretas do relatório que nós acabamos de ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem toda razão.

Vamos concentrar a discussão na semana que vem, sem nenhum problema.

Passo a palavra ao Senador Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, para me apresentar. Fui indicado para esta Comissão ontem, a pedido meu, porque havia uma vaga e porque esse é um tema que me interessa profundamente.

Além do fato de ser a amazônida, embora você seja Senador por Rondônia, eu sou um amazônida, do Senado, entre outros, há o Eduardo Braga, há tantos outros, o Aziz, mas, enfim, lá na Amazônia o caboclo fala que quando ele quer pensar ele quer jiboiar, porque a jiboia deglute o animal e fica com ele dois, três meses ali digerindo.

Nós tivemos, agora há pouco, um episódio no Senado que só acrescentou ao resultado, acrescentou fatos positivos, foco mais bem definido, que é a PEC dos precatórios. Nós ficamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mês discutindo e não em Comissão. Na Comissão se discutiu, se aprovou e o processo de discussão continuou durante três semanas até chegarmos a um ponto de convergência que, num momento muito importante, unificou o Senado, independentemente de posturas ideológicas, políticas, partidárias. Isso é um avanço extraordinário! Todos nós nos sentimos mais bem envolvidos nesse processo e com resultado.

Nós focalizamos o significado dessa emenda, erroneamente chamada de precatórios, e transformamos a emenda numa emenda da assistência emergencial, do pagamento dos precatórios dos idosos, deficientes, alimentares, de pequena monta, e conseguimos, inclusive, recursos para reajustar a previdência, o salário mínimo e o BPC. Isso é muito melhor.

Estamos aí, a negociação continua, deve ser finalizada na semana que vem.

Esse projeto é a mesma coisa. O outro também, o da questão ambiental no marco. Isso é um desafio enorme para nós, para o Brasil. Isso é algo que eu acho que a gente não deve concluir na semana que vem; é algo que a gente tem que trabalhar intensamente, com o compromisso de todos. Vota isso logo no início de fevereiro, mas dá tempo para a gente, cada qual em conjunto, conversar com a sociedade e oferecer alguma coisa que não nos exponha, como: "Trataram de forma ligeira, não fizeram todos os debates, não criaram as convergências que seria possível criar". Não é?

Então, eu acho, Presidente, que nós estamos diante de um bom desafio. O Senador Paulo Rocha tem razão. Não vamos abrir esse processo de discussão aqui, agora; vamos, amanhã, estar presentes na outra Comissão, a de meio ambiente, e fazer o melhor. Que o País identifique que nós estamos aqui com uma motivação exclusiva: interesse público – dar realmente estímulo à produção, dar estímulo ao empreendedor, ao investidor, preservando o meio ambiente, o agricultor, que se organiza, se estrutura, legaliza todas as condições em que ele possa produzir.

Eu gostei de uma frase do Relator, que ele usa no relatório dele, se referindo aos pequenos proprietários: "Os beneficiários não são limpa-terra", que é o nome que hoje, no mundo, é a pior das ofensas. "Quem é aquele cidadão, aquele proprietário?". "É um limpa-terra". Limpa-terra no mau sentido, derruba árvores. Eles são produtores de frutas, de frutos, do que for importante para que a gente possa se alimentar, mas não com destruição.

Então, eu concordo plenamente com essa ideia e deixo aqui esse apelo a todos nós, que nos incorporemos a ela, de tratar isso de uma forma muito trabalhada, muito bem construída, para que a gente tenha um resultado que mereça confiança da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador José Aníbal. De fato, nós precisamos debater e vamos debater, vamos continuar essa discussão pelo tempo que for necessário. Não há uma obrigação em votarmos hoje, na semana que vem, este ano ou no ano que vem. O importante é discutirmos e acharmos uma solução que venha a atender toda a população brasileira.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates. Na sequência, Senador Carlos Fávaro, Relator da matéria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente Acir e Relator Fávaro, em primeiro lugar, queria, evidentemente, parabenizá-los pelo trabalho, tanto o Relator Fávaro quanto o Senador Irajá, inclusive felicitá-los por terem escolhido seguir com este Projeto nº 510, ao invés do 2.633, da Câmara, que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempos de desconfianças e dificuldades quanto a tramitações nesta Casa e na outra, talvez traga mais efetividade ao nosso trabalho aqui.

Mas eu queria colocar um ponto específico, Senador Fávaro, que é a questão do Incra. Eu até tinha feito aqui um texto – vou aproveitar rapidamente – em relação aos dados. Nós estamos trabalhando aqui – e isso tem a ver com essa questão da pressa e eventualmente de a gente ganhar mais tempo, Senador Acir – pela questão dos problemas operacionais básicos, porque todo esse processo requer que o Incra tenha condições de conduzir.

Segundo consta, a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária hoje está muito prejudicada em função especificamente dessas condições operacionais do Incra, e nós não temos tratado desse assunto com a devida proporção. São 88% dos pedidos de regularização – portanto, 88% da demanda de titulação –, hoje em dia, que não têm condição de serem atendidos. E não são atendidos justamente pelas carências que o Incra apresenta: não tem técnicos em número suficiente para dar conta do serviço, carências financeiras e estruturais as mais diversas. Então, esse ponto de estrangulamento, sim, deveria ser foco também da nossa ação, porque não adianta a gente alterar a legislação, colocar mais ônus, mais demanda no órgão se ele não está dando conta do serviço que já tem.

De outros pontos sensíveis sobre essa questão das comparações dos 2.500 hectares já falamos. Há quase um ano, estamos discutindo essa questão dos 80%, de 2.500 hectares na Amazônia, onde 80% devem ser preservados, comparados com 2.500 fora da Amazônia, onde apenas 20% têm que ser preservados. Isso é uma crítica aguda que se faz.

Em relação aos dados fornecidos pelo Incra, os pouco mais de 10% restantes – ou seja, descontados aqueles 88% que já podem ser regularizados sem nenhuma alteração legal – detêm 60% da área regularizável. São 60%! E aí se pergunta: como se vende isso por satélite? Qual produtor rural compra terra, em sã consciência, sem verificar o limite, sem mandar alguém de confiança ver, ou mesmo o próprio, sem ver se há desmatamento, garimpeiro, garimpo ilegal, terra indígena, sem saber se isso existe de fato lá? Porque isso não está registrado e não aparece nas imagens de satélite. Então, tudo isso que a gente está fazendo...

E aí quero frisar finalmente que esse trabalho, Senador Acir, conduzido magistralmente por V. Exa. aqui nesta Comissão, trabalhado aqui com um maestro como o nosso Senador Fávaro, com a origem do processo do Senador Irajá e com todos os Senadores e Senadoras, Senadora Eliziane, Senador Jaques Wagner, todos os que estão interessados nisso, não é só pela questão de a reforma agrária estar represada, pelos recursos de que o Incra necessita para trazer, é também pela nossa imagem internacional. Todos sabem disso aqui. Já falamos várias vezes. Mas quem esteve lá na COP – eu estive, o Senador Jaques Wagner e alguns daqui também estiveram – pôde conferir *in loco* como anda a nossa imagem em relação à preservação ambiental. E ela é feita de declarações também, de ações e de legislação, não apenas de imagens de televisão sobre queimadas, em que se pode contestar que ali um vai dizer que foi o índio, outro vai dizer que foi o grileiro, etc., etc., e vai ficar aquele debate. As leis e as declarações dos governantes e legisladores são importantes. Então, a gente pôde conferir desconfiança mesmo, descrédito absoluto com as promessas que as nossas autoridades fazem ultimamente.

Esse projeto, se mal conduzido, se conduzido açodadamente, pode ser também uma indicação extremamente negativa. Por isso, a altíssima responsabilidade do Senador Fávaro e de nós todos aqui desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu queria pontuar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Passo a palavra ao nosso Presidente Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma ponderação aos colegas – permita-me, dividindo aqui a Presidência, Senador Acir –, nós já acordamos um *modus operandi*, então, na minha opinião, eu acho que todo mundo precisa aprofundar a leitura do relatório, fazer suas emendas, apresentar seu destaque, o que for. Então, eu acho que, na medida em que está isso, não adianta a gente ficar aprofundando agora a discussão... Portanto, eu queria sugerir que, uma vez acordado o procedimento, pedindo vênia aos colegas, que V. Exa. possa encerrar a reunião, até porque, depois desta, eu tenho uma reunião da CMA, neste mesmo lugar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Carlos Fávaro, nosso Relator.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Como Relator.) – Está bem.

Srs. Presidentes, na realidade, colegas Senadores e Senadoras, ao trazer este relatório longo, que expressa um assunto tão relevante e amplo debate, o intuito – e venho aprendendo muito nesta Casa, como disse muito bem o Senador José Aníbal, no caso do projeto de lei dito dos precatórios – do amplo debate é o Parlamento, parlar. Conseguimos fazer, então, um belo relatório que contemplou todas as correntes de pensamentos desta Casa com a aprovação com um número expressivo ou perto da unanimidade. Não busco aqui, em hipótese alguma, querer a unanimidade de pensamentos com relação a esse projeto, mas, sim, o espírito de pertencimento. Cada Senador, Senadora e entidade que puder contribuir para nós avançamos com a regularização fundiária efetiva, com o preceito básico da sustentabilidade será muito bem-vindo. À medida que um Senador traz as colaborações e nós as acatamos – e foi assim em boa parte deste relatório preliminar, com 188 emendas, boa parte delas acatadas, algumas prejudicadas porque foram redundantes, mas foram acolhidas da mesma forma no conteúdo – e, ao ampliar o aspecto da relatoria, que eu fique só servindo como instrumento de entendimento dos colegas Senadores e Senadoras, nós vamos, sim, apresentar uma solução equilibrada para o tão sonhado deslanchar da reforma agrária, da regularização fundiária deste País.

Era esse o intuito de apresentar hoje o relatório, sem, em hipótese alguma, querer qualquer tipo de debate ou votação neste momento. Temos tempo para fazer o melhor pelo Brasil e pelos pequenos e médios produtores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Cedida vista coletiva e marcada a reunião para a próxima quarta-feira, no mesmo horário, 8h da manhã.

Agradecemos a presença da Senadora Zenaide Maia, Senadora Eliane Nogueira, Senadora Eliziane Gama, Senador Carlos Fávaro, Senador Paulo Rocha, Senador Esperidião Amin, Senador Izalci Lucas, Senador Zequinha Marinho, Senador Giordano, Senador Vanderlan Cardoso, Roberto Rocha, Senador José Aníbal, Senador Wellington Fagundes, Senador Luis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Heinze, Senador Irajá, Senador Plínio Valério, Senador Otto Alencar, Chico Rodrigues e Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem aqui, rapidamente.

Fiquei com uma dúvida aqui sobre a questão da vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vista coletiva.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não me parece que seja o caso. Seria o caso apenas de adiamento da discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Vista coletiva e o adiamento da discussão. São duas coisas pertinentes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vista coletiva nos obriga a votar na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não, não nos obriga a votar. Semana que vem nós continuaremos a discussão, vamos ver se amadureceu alguma coisa, enfim.

Semana que vem teremos outra reunião para discutir a matéria, por isso a importância de abrirmos a discussão, darmos vista coletiva, sem o compromisso de votarmos na semana que vem e, sim, com o compromisso de continuarmos a discussão na próxima quarta-feira.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Lembro aos membros da CMA que fiquem conosco porque o Senador Jaques Wagner vai abrir outra reunião para discutir temas exclusivamente da CMA. Pede-me aqui o Senador Jaques Wagner para dar esse aviso, então, aviso aos membros da CMA que continuem no Zoom para que a gente possa abrir a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 08 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Wellington Fagundes e Jayme Campos. Registra a presença o Deputado Eduardo Botelho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das Reuniões anteriores e a aprovação da ata desta Reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Balanço das atividades 2021. Finalidade: Balanço das atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em 2021. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e três minutos. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Esperidião Amin, e o Deputado Estadual, Eduardo Botelho (DEM-MT) e o Presidente desta Comissão Senador Acir Gurgacz. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Hoje, nós teremos esta nossa reunião para fazer um balanço sobre os nossos trabalhos neste ano de 2021.

Antes disso, coloco aqui a nossa preocupação, o nosso trabalho, a nossa atenção com relação à regularização fundiária nos últimos 12 anos em que nós estamos aqui no Senado Federal. Muitos avanços aconteceram, e tivemos a grata satisfação de anunciar, ontem, que estaremos, amanhã, no Estado de Rondônia, na cidade de Ji-Paraná, junto com a Ministra Tereza Cristina e toda a sua equipe, com demais Senadores e Deputados Federais, entregando 14 mil títulos para agricultores do Estado de Rondônia.

É uma alegria muito grande para todos nós participarmos de um evento tão importante como esse, nós que estamos trabalhando nesse tema, como eu já disse, há muitos anos. Vamos amanhã, portanto, levar para Rondônia, 14 mil títulos, que serão entregues a 14 mil trabalhadores rurais do nosso Estado de Rondônia.

Meus cumprimentos ao trabalho do nosso amigo Nabhan; ao Geraldo, Presidente do Incra; e, principalmente, à Ministra Tereza Cristina, que sempre nos atendeu prontamente, não só com relação a esse tema, mas a tudo aquilo relacionado à agricultura do nosso País.

Fazemos aqui sempre uma extensão do trabalho do Governo com relação ao agronegócio brasileiro, seja da agricultura familiar, da agricultura extensiva, do agronegócio em si. Então, nossos cumprimentos e agradecimentos aos técnicos do Ministério da Agricultura e do Incra que estarão conosco amanhã, às 10h, em Ji-Paraná, para a entrega desses 14 mil títulos.

Estamos hoje na nossa última sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, a Reunião de nº 29. É bom destacar que fomos a primeira Comissão temática do Senado a retomar as sessões semipresenciais neste segundo ano de pandemia.

Realizamos um número expressivo de reuniões, sendo que 16 foram audiências públicas, 12 foram sessões deliberativas, e duas sessões serviram para ouvirmos autoridades do Ministério da Agricultura e da Embrapa, além de uma audiência pública externa no Município de Buritis, no Estado de Rondônia.

Mesmo em um ano de muitas restrições, conseguimos debater as principais demandas da agricultura brasileira e honrar o compromisso que temos com o aumento da produção de alimentos para combater a fome e promover a segurança alimentar dos brasileiros e da população mundial.

Tivemos a honra de receber aqui, na Comissão de Agricultura, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Sra. Tereza Cristina, que apresentou as ações da pasta, os indicadores, os avanços e as perspectivas para a agricultura nacional. Nós abrimos este ano com a presença da Ministra para fazer um balanço sobre o que já tinha sido feito e as perspectivas para este ano de 2021 e 2022.

A Ministra, por sinal, fez um excelente trabalho e estará, nesta sexta-feira, dia 17 de dezembro, em Ji-Paraná, para a entrega de 14 mil títulos de terra do Programa de Regularização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fundiária do Governo Federal, em parceria com o Incra, o Governo do Estado e as Prefeituras municipais. O evento de entrega dos títulos será às 10h, no Parque de Exposições de Ji-Paraná, quando estaremos lá com a Ministra Tereza Cristina, os demais Senadores do Estado e Deputados e Deputadas Federais, para este momento importante pelo qual tanto trabalhamos aqui, nesta Comissão, que é o avanço da regularização fundiária no nosso País, principalmente na Amazônia, em especial, no Estado de Rondônia.

Voltando ao balanço das atividades desta Comissão, destaco uma sessão especial que realizamos com a presença do Presidente da Embrapa, Celso Moretti, que apresentou os resultados e as contribuições da empresa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil, no transcurso dos 48 anos desde a criação da Embrapa.

A Embrapa é a instituição responsável pela transformação e pelo sucesso da agricultura brasileira. Foram as pesquisas e tecnologias desenvolvidas pela Embrapa que colocaram o Brasil entre os três maiores produtores de alimentos do mundo. O Brasil deve muito aos pesquisadores, colaboradores e dirigentes da Embrapa. Na Comissão de Agricultura, sempre tivemos uma parceria muito grande com a Embrapa, abrindo espaço para a divulgação das inovações, bem como a defesa dessa instituição e também repassando recursos necessários através de emendas individuais, de bancada e setoriais, emendas desta Comissão.

Além das sessões semipresenciais, aqui no Senado, realizamos uma audiência pública externa, no Município de Buritis, em Rondônia, onde discutimos a regularização fundiária e a infraestrutura para escoamento da produção agrícola de Rondônia através do Arco Norte.

Considero a realização das audiências públicas externas extremamente importante para aproximar o Senado da população brasileira. Este ano, por conta da pandemia, conseguimos realizar apenas uma audiência pública externa, mas, no ano que vem, se as condições sanitárias permitirem, vamos promover mais audiências públicas externas em vários Estados brasileiros.

O Município de Buritis, por sinal, é um exemplo de como a regularização fundiária é uma prioridade no desenvolvimento agrícola. A cidade, que nasceu de um projeto de assentamento do Incra, possui hoje mais de 40 mil habitantes. No entanto, 98% dos proprietários de imóveis da cidade, rurais ou urbanos, não possuem o título definitivo da sua área.

A regularização fundiária, por sinal, foi o tema que mais abordamos, sendo tratado em seis audiências públicas, sendo algumas delas em parceria com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 2.633, de 2020, que amplia o alcance da regularização fundiária, e o PL nº 510, de 2021, que amplia a regularização em terras da União, além de discutir as ações de regularização fundiária que estão sendo implementadas pelo Governo Federal através do Programa Titula Brasil.

O Presidente do Incra, Dr. Geraldo José da Camara disse aqui, nesta Comissão, que o trabalho está a pleno vapor em todo o nosso País, com muitos servidores municipais sendo capacitados para trabalhar junto ao Incra no Programa Titula Brasil. Ele também disse que é possível avançar com a atual legislação, mas que o alcance do trabalho poderá ser maior e melhorar muito com as duas propostas em tramitação no Congresso: o PL 2.633, do Deputado Zé Silva, e o PL 510, do Senador Irajá, ambos com relatoria do Senador Carlos Fávaro.

Conseguimos promover um bom debate sobre o tema. Ouvimos todos os setores da sociedade, como realizamos, na época da reforma do Código Florestal Brasileiro, em 2012, quando eu também estava na Presidência desta Comissão de Agricultura. O Senador Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fávaro apresentou um relatório, recebeu as emendas, e, logo no início do próximo ano, vamos conseguir submeter o seu relatório para votação nas Comissões e também no Plenário. O nosso cronograma era aprovarmos este ano esse PL tão importante como é o da regularização fundiária, mas, como não tivemos acordo entre os membros da Comissão, o Relator e também o Governo, nós vamos continuar o debate para que possamos chegar para votação com um texto de consenso. É muito mais importante trabalharmos e conseguirmos um texto de consenso do que estarmos debatendo na Comissão e não conseguirmos aprovar.

Então, todo o esforço deve ser feito para que consigamos um acordo e aprovemos essa matéria. Como sempre nós fazemos com projetos importantes como esse, às vezes polêmicos, nós abrimos sempre o diálogo para fazermos a nossa sugestão e também conseguirmos um acordo para que a gente possa votar um texto de consenso. Assim nós costumamos fazer aqui, na Comissão, e é assim que nós conseguimos avançar com esses temas tão importantes para o nosso País.

Eu costumo dizer que a regularização fundiária é a questão mais importante a ser resolvida para o avanço da agricultura nacional e também para com o cuidado com o meio ambiente. Isso porque, com a regularização fundiária dos imóveis rurais, vamos resolver problemas sociais, problemas ambientais, jurídicos e econômicos que travam o desenvolvimento da nossa agricultura e de nossa economia como um todo. Se resolvermos os problemas fundiários, além de levar cidadania e segurança jurídica aos produtores rurais, vamos contribuir para a proteção das nossas florestas e gerar um grande impulso na economia do nosso País, porque, com o título da terra nas mãos e com o seu CPF nesse título, o proprietário do imóvel será reconhecido como dono da terra. Dessa forma, ele terá os benefícios de ser o dono da terra e também terá a responsabilidade por tudo o que ocorrer nela.

Com a regularização fundiária, os produtores rurais terão acesso ao crédito, aos programas governamentais e às novas tecnologias. Com isso, teremos o aumento da produção agrícola, a competitividade dos mercados e a sustentabilidade dos negócios, sem deixar de lado a proteção ambiental. A regularização fundiária vai beneficiar especialmente a agricultura familiar, aquele pequeno produtor que precisa do título da terra para acessar os programas governamentais, ter o Cadastro Ambiental Rural e a licença ambiental de suas atividades e, assim, ter a outorga do uso da água e, principalmente, ter acesso ao crédito para poder levar tecnologia à sua propriedade.

Aprovamos projetos importantes neste ano aqui, na Comissão, em benefício da agricultura familiar e do pequeno produtor rural. Um deles é o PL 5.017, de autoria do Deputado Beto Rosado e de minha relatoria aqui, na Comissão, que concede descontos especiais a unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural em atividades de irrigação, aquicultura e consumo humano em qualquer hora do dia.

Outro exemplo é o PLS 790, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que teve como Relator o Senador Jayme Campos, um projeto que assegura que pelo menos 2% dos recursos dos programas do Governo para a agropecuária sejam destinados à assistência técnica aos produtores da agricultura familiar.

Também aprovamos o PLC 64, de 2013, do Deputado Federal Félix Mendonça Júnior, relatado aqui pelo Senador Jean Paul Prates, que cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, com o objetivo de atestar a sustentabilidade e o interesse social e ambiental da cacauicultura brasileira.

Outro projeto importante que aprovamos aqui foi o PL 2.874, de 2019, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que estabelece a obrigatoriedade da doação de alimentos para entidades beneficentes de assistência social por parte de estabelecimentos que comercializem alimentos. Esse projeto foi relatado pelos Senadores Sérgio Petecão e Jayme Campos.

Outro projeto de grande impacto para a agricultura brasileira que aprovamos este ano aqui, na CRA, foi o Projeto de Lei nº 6.417/2020, de autoria dos Senadores Luiz Carlos Heinze e Styvenson Valentim e da Senadora Soraya Thronicke, que teve a minha relatoria e que trata da modernização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Com a aprovação deste projeto, vamos estabelecer um sistema de governança para a integração das diversas instituições e plataformas de pesquisa numa única rede digital do SNPA, acessível aos difusores de tecnologia, técnicos, extensionistas e agricultores. Vamos otimizar as pesquisas atendendo às necessidades do agricultor, do mercado e da segurança alimentar da população brasileira. Em síntese, com a modernização do SNPA, vamos fazer a tecnologia chegar mais rápido lá na ponta, tornando a ciência e tecnologia totalmente acessível a todos os nossos agricultores. Com isso, vamos alcançar o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária num contexto de desmatamento ilegal zero, de mudanças climáticas e de demanda mundial e nacional crescentes por alimentos, fibras e agroenergia.

Iniciamos neste ano, na Comissão de Agricultura, um trabalho de avaliação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e das ações do Governo Federal, para garantir aos cidadãos brasileiros o direito básico da alimentação. Iniciamos esse trabalho e vamos intensificá-lo no próximo ano por conta do aumento da quantidade de pessoas passando fome no Brasil. O relatório mais recente da ONU para a agricultura e alimentação (FAO) estima que 23,5% da população brasileira tenha vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2021, um crescimento de 5,2% em comparação com o último período analisado, entre 2014 e 2017.

É bom que se diga que o Brasil deixou o chamado mapa da fome da ONU em 2013, quando atingiu a marca de 3,6% da população com fome, resultado do amplo alcance de ações da sociedade civil e de programas governamentais, como o Fome Zero, o Bolsa Família, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), e da articulação em rede dos CONSEAs (Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional) em todo o Território nacional. É lamentável, no entanto, que o Brasil tenha ficado fora desse mapa por apenas cinco anos, anos, de 2013 a 2018 apenas, quando voltou a figurar no Mapa da Fome novamente ao ultrapassar novamente a marca de 5% da população com restrição alimentar.

Por esse motivo é que a Comissão de Agricultura vai analisar com cuidado e muito rigor a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como as demais estratégias que o Governo Federal, dos Estados e dos Municípios têm adotado para combater a fome e a pobreza no nosso País.

Neste ano também atravessamos uma crise global de fertilizantes, com efeito direto no agronegócio nacional e no bolso da população brasileira. A crise começou com o aumento do consumo dos três principais nutrientes para a agricultura, nitrogênio, fósforo e potássio, e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agravou por conta da redução da produção desses insumos em outros países, como a China, por exemplo, pela crise geopolítica no Leste Europeu – na Bielorrússia – e também pelo problema da pandemia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Como o Brasil importa mais de 80% dos fertilizantes usados em nossa agricultura, chamamos esse debate para a Comissão de Agricultura do Senado, onde realizamos duas audiências públicas sobre o tema e discutimos alternativas para o Governo e para os produtores rurais, apontando dois caminhos para o Brasil: garantir a importação para as próximas safras, usando a diplomacia, novas operações comerciais e o cumprimento dos acordos internacionais; e também ampliar a exploração das jazidas nacionais de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minérios usados na indústria de fertilizantes, incentivando a indústria nacional para a produção de fertilizantes aqui no Brasil.

A Comissão proporá alternativas, através de projeto de lei, para reduzir a dependência brasileira de insumos externos no médio e longo prazo. Esta é a única solução viável para o nosso País: nós produzirmos os nossos fertilizantes. E nós temos matéria-prima para isso, nós temos tecnologia para isso. Precisamos de uma ação governamental dando incentivo às indústrias para que possam produzir todos os nossos fertilizantes, se não todos, a maioria absoluta dos fertilizantes aqui no nosso País. Volto a dizer: nós temos matéria-prima para isso, nós temos tecnologia para isso, nós temos todas as condições para fazê-lo. Precisamos de uma política nacional para incrementar e fomentar a industrialização de fertilizantes no Brasil.

Outro tema que abordamos como prioridade na Comissão de Agricultura foi a infraestrutura, uma vez que ela é essencial para o desenvolvimento da agricultura e, em especial, para o escoamento da produção agrícola, para levar o alimento produzido no campo até a mesa dos brasileiros ou aos portos para exportação.

Realizamos três audiências públicas sobre o tema, sendo que uma delas serviu para discutir os modelos de concessão de rodovias a serem implantados no Brasil e o impacto dos custos do transporte para a agricultura, para a produção dos alimentos e o escoamento da produção.

Também cobramos ações efetivas do Governo Federal sobre o reasfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus; uma rodovia importante para o escoamento da produção de hortifrutigranjeiros e da piscicultura de Rondônia. Também cobramos diversas vezes a duplicação da BR-364, que conecta Mato Grosso e Rondônia à hidrovia do Madeira, uma rota importante para o escoamento da soja produzida em Rondônia, no Acre, no Mato Grosso, através dos portos do Arco Norte.

E realizamos uma audiência pública para tratar da recuperação e pavimentação da BR-421, que liga a BR-425, em Nova Mamoré e Guajará-Mirim, à BR-364, em Ariquemes, com extensão até Machadinho do Oeste (RO) e Colniza, no Mato Grosso, outra importante rota para a pecuária e a produção de grãos da região Norte. É uma ligação importante no norte do País, saindo de Mato Grosso, passando de um lado do Mato Grosso, em Colniza, passando por Machadinho, Ariquemes, Campo Novo e Nova Mamoré, com uma nova alternativa para o Acre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, diminuindo aproximadamente 200 quilômetros de quem sai do Acre e vem ao sul do País e vice-versa.

A boa notícia que recebemos hoje do Dnit é que as obras de recuperação dessa rodovia, da 421, que liga hoje Ariquemes a Buritis, já asfaltada, começaram nesta semana e devem, sim, se intensificar nos próximos dias. Mais um resultado positivo do trabalho que realizamos por meio desta Comissão, quando levamos representantes do Dnit e do Ministério da Infraestrutura para vistoriar e discutir uma solução *in loco*, lá na ponta, onde exatamente estão esses problemas. Eles lá estiveram, nessa oportunidade, para sentir como está a rodovia 421, ligando Ariquemes a Buritis e Campo Novo, realmente está uma calamidade. Voltando já a Brasília, detectaram os procedimentos e já estão trabalhando para a recuperação da BR-421.

Faço questão de destacar a reabertura e a manutenção da BR-319. Também é resultado das audiências públicas e das diligências que realizamos nessa rodovia através desta Comissão do Senado, em 2013.

O mesmo podemos falar de algumas obras que conseguirmos levar para Rondônia, como a travessia urbana de Ji-Paraná. Realizamos a primeira etapa dessa obra em 2012/2013, quando foi duplicado um trecho de dez quilômetros e construídas as marginais e um viaduto.

Agora, estamos iniciando a segunda etapa, com a interligação da BR-364 ao anel viário e a construção de mais dois viadutos, além dos entroncamentos com vias urbanas e marginais. São obras fundamentais para desafogar o trânsito de veículos pesados, de trens carregados de soja e de outros produtos da região central da cidade de Ji-Paraná, melhorando assim o fluxo do escoamento da safra e levando mais segurança para o trânsito da nossa cidade.

Também conseguimos levar iluminação da travessia urbana para a cidade de Vilhena e agora estamos trabalhando para viabilizar os contornos de Porto Velho e de Cacoal, para que possamos retirar o trânsito pesado de caminhões dessas duas cidades da área central e transferi-lo para o contorno viário. São obras importantíssimas. Estamos trabalhando para realizá-las. Já colocamos no orçamento da União do ano que vem o valor para realizarmos esse contorno na cidade de Cacoal, uma cidade importantíssima do nosso Estado de Rondônia.

Outro tema que abordamos com profundidade na Comissão de Agricultura foi a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental proposta no PL 2.159, de 2021, aprovado na Câmara no dia 13 de maio de 2021, após 17 anos de tramitação. Chegou à Comissão no ano passado. Foi para acelerar a tramitação dessa proposta que juntamos, mais uma vez, a CRA e a CMA. A expectativa era a de colocar em votação a matéria ainda este ano, mas sentimos a necessidade de ampliar, ainda mais, o debate e agora temos o compromisso de levar essa matéria para votação em fevereiro de 2022.

Nosso objetivo com a aprovação dessa matéria é modernizar o marco legal sobre o tema para reduzir a burocracia e agilizar o processo de licenciamento ambiental. Queremos padronizar os procedimentos para os diferentes tipos de licenças, unificando a emissão em todo o País.

Realizamos três audiências públicas conjuntas com a Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente para debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2.159/2021.

Nossa expectativa era a de votar esse projeto ainda este ano, mas também decidimos ampliar o debate e retomar as discussões no próximo ano.

Enfim, foi um ano muito produtivo aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Agradeço a participação engajada de todos os Senadores, os tiradores de leite do Senado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcaram presença em nossas reuniões, que começam sempre às 8h, geralmente às quintas-feiras, estendendo-se por alguns dias da semana, às vezes nas terças e quartas, como aconteceu neste último mês.

Cumprimos nossa missão de colocar em debate os temas de interesse da agricultura, dos agricultores e da população brasileira, apontando caminhos que estão contribuindo para o desenvolvimento deste setor e da economia brasileira. Vamos continuar trabalhando para que tenhamos, em 2022, um ano com muito mais realizações.

Nós estivemos também presentes no oeste do Paraná, junto com o Presidente Rodrigo Pacheco, com o Senador Irajá, com o Senador Weverton, em uma palestra do nosso Presidente aos agricultores, aos cooperados, aos líderes da Acic e também de várias cooperativas dos Estados do sul do País. Foi uma reunião muito importante. Cumprimento, mais uma vez, nosso Presidente Rodrigo Pacheco por sua brilhante explanação sobre a agricultura brasileira, sobre a exportação e as perspectivas para o nosso País neste final de ano e nos próximos anos.

Eu agradeço aqui, mais uma vez, a presença do Senador Jayme Campos, sempre participando ativamente. É do nosso querido Estado vizinho, Mato Grosso. Tenho a honra de estar junto com V. Exa. há alguns anos, aqui no Senado Federal. V. Exa. conhece muito bem o agronegócio não só do seu Estado, mas a agricultura brasileira, e tem contribuído muito para o desenvolvimento do agronegócio e com os debates aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. V. Exa. tem contribuído demais para o sucesso da nossa Comissão e para o aumento da produção de alimentos em nosso Brasil, que sempre nasce de algum projeto aqui no Senado Federal. É com muita alegria que passo a palavra a V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Bom dia, prezado amigo e querido Presidente Acir Gurgacz. Antes de mais nada, com a devida vênia e com a permissão de V. Exa., quero aqui registar a presença do ilustre Deputado Estadual do querido Mato Grosso, Eduardo Botelho, que hoje nos visita aqui em Brasília e que também é um dos defensores intransigentes da agricultura familiar. É um jovem e, pela segunda vez, Deputado no Mato Grosso. Foi Presidente daquela Casa também. Hoje nos honra com a sua amável presença.

Seja bem-vindo, Deputado Eduardo Botelho!

Sr. Presidente, é só para cumprimentá-lo pelo belo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente desta Comissão. Certamente, nós estamos dando a nossa contribuição para melhorarmos, aprimorarmos a nossa agricultura no Brasil.

Este País tem dado inveja pela sua produtividade, sobretudo de forma sustentável, preservando sempre o nosso ecossistema. E, a cada dia que passa, nós estamos não só ajudando a abastecer o mundo com alimentos, mas também colaborando, sobremaneira, com a nossa balança comercial, na medida em que o agronegócio brasileiro tem dado muita alegria para todos nós brasileiros. Entretanto, muita coisa tem que ser feita, Deputado Eduardo Botelho. Particularmente, eu tenho a sensação de que a própria agricultura familiar tem que ser melhor vista, pelo fato de que ela também colabora, ou seja, produz muitos alimentos, principalmente atendendo os grandes centros do Brasil com produtos hortifrutigranjeiros e, naturalmente, com a própria agricultura, de uma maneira geral, mas ela não é vista da forma que nós gostaríamos que fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há poucos dias, eu comentava, nesta Comissão e na própria Comissão do Meio Ambiente, a questão dos fundos constitucionais, particularmente os da nossa Região Centro-Oeste do Brasil. O FCO tem que ser melhor distribuído para atender o pequeno agricultor, a agricultura familiar. Há muita dificuldade. O dinheiro é bastante, mas quase nada chega à mão daquele pequeno que depende de comprar um pequeno trator, que precisa certamente comprar um fosfato, um adubo, um calcário para recuperar sua terra. Isso me deixa, com certeza, indignado, porque, quando do evento da Constituição de 1988, esse fundo foi constituído para acabar com o desequilíbrio inter-regional não só na área da agricultura, mas também na área das atividades comerciais, industriais e assim por diante. De lá para cá, o Banco do Brasil passou a tratar esse fundo como se fosse uma moeda de troca: bons clientes levam; quem não é bom cliente fica na fila esperando e morre, e nada acontece.

Agora, V. Exa. fez um trabalho exemplar aqui, exitoso. De público, eu quero reconhecer o trabalho extraordinário que V. Exa. vem fazendo de forma responsável, de forma democrática, de forma republicana, permitindo que nós cumpramos com a nossa missão de trabalhar em prol, naturalmente, da nossa agricultura, da nossa pecuária, incentivando, sobretudo, as pesquisas através da Embrapa e assim por diante.

Nesta semana, tivemos uma boa notícia: a China já voltou a comprar o nosso bovino, a carne brasileira. Certamente, esse é um grande mercado. Ninguém pode deixar de reconhecer que a China é um grande mercado, e nós não podemos, em hipótese alguma, abrir mão desse grande cliente. Quero apenas dar aqui um exemplo para o senhor: de toda a produção de soja de Mato Grosso, 66% vai para a China, ou seja, a China é o maior comprador do nosso carocinho de soja lá de Mato Grosso.

Eu defendo, particularmente, que nós também temos que buscar a agroindústria urgentemente, principalmente em Estados como Mato Grosso, onde nós temos que ter a agroindústria para buscar a transformação da nossa produção, que ainda é muito incipiente a essa altura do campeonato – muito pouco ou quase nada é transformado. Para ter uma noção, nosso algodão, Deputado Eduardo Botelho, vai todo para a exportação praticamente – pouco fica no mercado interno brasileiro. Eu não vejo por que em Mato Grosso não há uma indústria de tecelagem para atender à demanda nossa, pelo menos. Não é possível! O nosso algodão vai para a China, faz calça, faz camisa, etc., e, de lá para cá, volta e ainda é mais competitivo do que a própria produção nacional pelo excesso de carga tributária. O excesso de carga tributária tem até prejudicado investimentos nessas áreas industriais.

Eu tinha defendido, literalmente, que lá no Mato Grosso temos que transformar pelo menos parte desse algodão produzido. Mato Grosso está produzindo milhões de arrobas. Acho que nós vamos plantar – se não me falhe a memória – de 900 a um milhão de hectares de terra só de algodão. Algodão, em muitas áreas do Mato Grosso, é a segunda safra, não é Botelho? Colhe-se a soja e depois se planta o algodão. Então, nós temos que também buscar uma política nessa área, nessa direção, para transformarmos.

Avançamos muito agora na questão do etanol do milho. V. Exa. tem acompanhado. Eu vislumbro a possibilidade, nesses próximos anos, de o Mato Grosso ser um dos maiores produtores de etanol do Brasil, pelo fato de nós termos uma alta produtividade de segunda safra, que é o milho, e, graças a Deus, eu já tenho praticamente – se não me falha a memória – oito ou dez indústrias de etanol de milho, e o milho, o senhor sabe que, além de produzir o etanol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produz o subproduto, que é o DDG, que você dá para o bovino, dá para o caprino, dá fazer ração de peixe, ração de frango. Isso, com certeza, gera riqueza também para o Estado. Só o carocinho de milho vai para a exportação ou se vende no mercado interno para os grandes consumidores, que é Santa Catarina, e há também o etanol. Além do mais, dá uma rentabilidade boa não só para o produtor, mas sobretudo para o próprio Governo, porque, com isso, gera ICMS, gera mais receita e o Estado pode investir em outras áreas, sobretudo na área de infraestrutura, na saúde e na educação.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V. Exa. tem feito frente a esta Comissão. Esta Comissão, mesmo diante da pandemia, produziu muito. De uma maneira geral, aqui, a Casa, o Senado Federal, teve uma alta produtividade. Ontem mesmo fiz uma fala de encerramento, praticamente, dos trabalhos, dizendo que o Senado Federal fez um trabalho invejável. Diante de uma pandemia, em que se perdeu mais de seiscentos e tantos mil brasileiros e, no mundo afora, me parece que foram 3,2 bilhões de irmãos nossos, no planeta, que faleceram, aqui nós demos uma resposta positiva. Acompanhamos o senhor. Mesmo votando remotamente, V. Exa. estava aqui presente, votando todos os projetos de interesse da sociedade brasileira, particularmente do homem do campo, do produtor, que precisa de boas leis para nós conseguirmos atender – e atendemos, com certeza – as nossas necessidades mais prementes.

Um assunto que nós temos que discutir e que lamentavelmente não foi votado ainda é a questão das licenças ambientais, que está na Comissão de Meio Ambiente, e a questão da regularização fundiária. Já temos aqui designados os Relatores: Kátia Abreu e o Senador Carlos Fávaro, mas, lamentavelmente, não foi ainda possível votarmos definitivamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ...um acordo, é uma pena...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... um consenso.

Então, eu acho que essas duas matérias nós temos que votar urgentemente. Não é que vamos "abrir a porteira" como têm dito alguns. Muito pelo contrário, nós queremos é segurança jurídica. É inconcebível a questão da licença ambiental no Brasil do jeito que está ocorrendo. É o próprio Governo atrapalhando o Governo.

Ouvi um comentário de um Senador aqui, de um Deputado em relação à BR-319, que demanda Porto Velho a Manaus, essa estrada já existe há alguns anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... setenta anos, imagine...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ...desde 1970, tem 51 anos, 52 anos, e até hoje não se conseguiu pavimentar. Inclusive, no meu primeiro mandato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir, fui Relator, lá na Comissão de Orçamento, do recurso, que está paralisado, destinado, em caixa, R$70 milhões e, lamentavelmente, por falta de licença ambiental, não foi executado. De lá para cá, tive meu primeiro mandato, deixei de ser Senador por quatro anos, voltei e está do mesmo jeito que eu larguei. Não conseguimos avançar nem um metro. Isso é muito ruim para o Brasil, muito ruim para o País, de uma maneira geral, e assim por diante.

De forma que nós temos que votar esse projeto da licença, Senador Acir Gurgacz, urgentemente, e da questão da regularização fundiária também, para nós avançarmos – é importante, como diz aqui o nosso querido Deputado Eduardo Botelho –, urgentemente.

Encerrando, para não tomar muito tempo, cumprimento V. Exa., desejo um feliz Natal, um próspero Ano Novo a toda sociedade brasileira, mas, de forma especial e carinhosa, a V. Exa., que é um grande Senador.

Este aqui é o famoso Acir Gurgacz, que representará muito bem o seu Estado de Rondônia. Eu estou torcendo. Eu disse a ele, como não sou candidato e ele é candidato à reeleição lá no Estado de Rondônia, que vou transferir meu título para lá, para ir trabalhar para ele na eleição de lá. Ele é um craque, competente, uma pessoa amável e, sobretudo, respeitoso com os colegas aqui.

Portanto, encerro, agradecendo a V. Exa., com a certeza absoluta de que, ano que vem, nós estaremos juntos aqui para trabalhar para o Brasil. O senhor, para o seu Estado de Rondônia; eu, particularmente, para o Mato Grosso, com mais intensidade, mas na certeza de que, juntos, nós iremos construir o Brasil que nós esperamos, com prosperidade, mas, acima de tudo, com muita justiça social.

Muito obrigado e parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu assisti a uma palestra do Presidente de uma cooperativa, o Sr. Dilvo Grolli. Em sua palestra, ele colocou a importância de nós industrializarmos aquilo que nós produzimos. Se nós vendermos o nosso produto da forma que na maioria dos Estados vendem, como no nosso Estado de Rondônia e no Mato Grosso, vamos ter uma renda de quase R$2 mil por hectare. Se nós industrializarmos, nós passaremos a ter uma renda, uma receita de R$10 mil por hectare. Essa é a diferença de nós vendermos *in natura* ou industrializarmos a venda destes produtos: carne bovina, suína, nossas aves etc. Essa é a diferença, essa é a importância.

Deputado Botelho, muito obrigado pela sua presença junto conosco.

Eu me lembro, Senador Jayme Campos, no seu primeiro mandato, dos seus pronunciamentos sobre a duplicação da BR que liga Rondonópolis a Cuiabá. Isso aconteceu já.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas, no seu primeiro mandato, V. Exa. esteve aqui cobrando duro, para que aquele asfalto acontecesse. Era um problema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Era um problema para o seu Estado e o senhor sempre batendo pesado aqui, com relação à BR-364 também, não é? É a duplicação de Rondonópolis.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Rondonópolis a Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É a 163 que liga...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... Trevo do Lagarto demandando da cidade de Sinop até Santarém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Até Santarém. Isso também aconteceu, mas eu lembro que V. Exa. bateu pesado aqui para a construção e o asfaltamento daquela obra. É importante que se diga isso, Senador Jayme Campos, porque hoje está feito e é fato que obra feita é obra em que cai no esquecimento da população quem trabalhou para a execução, e eu sou testemunha do seu trabalho...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... de tantas coisas, por exemplo, Juína a Vilhena, que não foi assaltado ainda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas continuamos trabalhando, assim como V. Exa., que conseguiu o asfaltamento junto aos demais Senadores e a outros Deputados também, federais, todos trabalharam juntos: as bancadas dos Estados. Eu o cumprimento pelos feitos da agricultura e também pela infraestrutura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Permite um aparte, Presidente Acir?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Uma das últimas lutas que travávamos agora era na questão do prosseguimento da ferrovia, que estava parada, na cidade de Rondonópolis. Nós conseguimos um feito talvez surreal, que foi a permissão do Governo Federal para que nós fizéssemos um chamamento público através do Estado – até então era apenas a ANTT que fazia esse chamamento –, e nós conseguimos avançar. Com isso, a ferrovia que demanda a Ferronorte até Lucas do Rio Verde saiu, já existe vencedora do chamamento público, e nós esperamos que, se Deus quiser, por volta do mês de março, mês de abril, essa ferrovia prossiga no território mato-grossense, demandando Rondonópolis, passando por Cuiabá, Várzea Grande, indo até a cidade de Lucas de Rio Verde. Por quê? Enquanto nós não melhorarmos a questão desse ambiente, desse transporte intermodal no Brasil, com certeza, nós teremos menos competitividade para poder oferecer uma produção mais barata, na medida em que o Mato Grosso – o senhor sabe – tem produção que está ao longo da BR-163, parte sai através do porto de Porto Velho; outra, que está aqui na Região do Norte mesmo, ao longo da BR-163, grande parcela dessa produção está saindo pelo Porto de Miritituba, lá no Estado do Pará, Santarém, mas parte ainda vem aqui para o Porto de Santos. Nós andamos mais de 1,6 mil quilômetros de distância para trazer a nossa produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que ser muito competentes, e somos! O produtor mato-grossense, o produtor brasileiro é muito competente da porteira para dentro, mas, lamentavelmente, quando sai da porteira para fora, nós temos inúmeras dificuldades. V. Exa. conhece, tem também empresas e sabe da nossa dificuldade, o quanto sofreu, ao longo da sua BR-364, o sofrimento – e ainda tem sofrimento lá...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ainda tem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... aumentou o fluxo de transporte.

Nós estamos convivendo com um problema de estrangulamento ali no Trevo do Lagarto, no início da BR-163, que demanda também para Sinop, e saiu a variante, V. Exa. sabe, que é a BR-364. O que acontece? Foi feita a concessão. Uma empresa chamada Rota do Oeste, que era um braço da Norberto Odebrecht, ganhou essa concessão. Tudo aquilo que está pactuado, praticamente 60% a 70%, ainda não foi feito. Concluiu-se apenas o trecho até Rondonópolis, porque, mesmo assim, um trecho da Rondonópolis-Cuiabá ainda, a obra tinha de ser feita pelo Dnit e entregue para a concessionária para explorá-la, é a praça do caça-níquel, porque ali até o vento que passa na praça eles cobram: moto 150, carretas... Faturaram este ano, está previsto, R$600 milhões e, lamentavelmente, muito mal e porcamente, estão fazendo um tapa-buraco, um roçadinho na faixa da estrada e uma pinturinha de quinta categoria: pinta bem cedo, à tarde, você passa e quase não há sinal da pintura na pista. Graças a Deus, agora, esta semana, a Rota do Oeste devolveu para o Governo Federal, para que ele possa licitar novamente e ver quem vai ganhar de novo essa concessão. Porque, V. Exa. também não sabe, o trecho que o senhor conhece – eu sei que o senhor conhece –, desde o Trevo de Lagarto até Jangada, chama-se estrada da morte. Lá não há um dia – o Botelho, que é jangadense, várzea-grandense, cuiabano, sabe –, não há um dia em que não ocorra um acidente e, na maioria absoluta das vezes, levando pessoas a óbito.

Então, graças a Deus, avançamos. Esta semana foi entregue. Tem um piso de transição de dois anos, para que possa ser materializada, de fato e de direito, essa entrega. Aí, vai ser novamente relicitada e eu espero que, certamente, nesse interregno, a empresa deixe de cobrar. Disseram para mim: "Não, a empresa continua no caça-níquel até o último dia, chupando o sangue do povo", dos caminhoneiros, dos autos pequenos, chupando o sangue. É uma vergonha, não é? Não fez nada e está cobrando. Em que melhoraram essa rodovia aqui? Não houve, pelo menos, um alargamento de pista. Nem um. De Várzea Grande a Sinop, me parece que são oito praças de pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nossa!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vinte e quatro por vinte e quatro, se você passa lá, tem que pagar, e não foi feito nada. Vamos aguardar, cobramos duro aqui, estamos cobrando todo dia, em relação a esse assunto, pois não acho justo cobrar um serviço que não estão oferecendo à população.

Estamos aqui trabalhando, sei que V. Exa. trabalha para o seu Estado de Rondônia. Então, no Brasil, aqui, nós estamos trabalhando constantemente para melhorarmos esse ambiente. Sobretudo neste momento de pandemia, nós temos que preocupar muito com a geração de emprego, renda, uma melhor distribuição... O que acontece é que são políticas muito momentâneas. Nós temos que ter políticas de futuro, política de Estado, e não política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo apenas. Nós temos que avançar no Brasil. O País é rico, consegue sobrepor todas as intempéries, todas as intempéries. Este é um País maravilhoso, tem subsolo rico, terras férteis, gente trabalhadora. Agora, o Governo tem que fazer a sua parte. O Governo faz muito pouco diante do que a sociedade tem oferecido, de uma maneira geral, em relação ao nosso País.

Muito obrigado, Presidente, pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu tenho colocado, Senador Jayme Campos e Senador Esperidião Amin, que nos acompanha também, que o problema das estradas eu entendo que é um problema bom para o nosso País. Por que é um problema bom? Porque, aumentou a produtividade, nós precisamos escoar a nossa produção. Quando aumenta a produtividade e nós aumentamos a exportação, nós estamos aumentando, melhorando a economia brasileira. Quanto mais nós produzirmos melhor. Nós precisamos das estradas.

Então, ter que ter estradas duplicadas e ferrovias é algo importante para o País. É um problema positivo para se resolver, porque se isso for resolvido, nós aumentaremos ainda mais a produção e melhoraremos ainda mais a economia brasileira. Esperamos que essas obras aconteçam.

Essa ferrovia, Senador Jayme Campos, que está projetada para chegar até Lucas, também está projetada para chegar até Porto Velho, para ligar com a Hidrovia do Madeira e seguir para o Peru, até o Pacífico, que é interesse dos países asiáticos, para diminuir o custo do transporte da importação deles e também a exportação de lá para cá, porque nós importamos muito dos países asiáticos.

Com prazer, passo a palavra ao nosso nobre e sempre presente amigo, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Neste dia que é destinado a uma espécie de balanço, eu não vou me alongar muito, mas vou, em primeiro lugar, cumprimentar, além de V. Exa., o nosso querido Senador Jayme Campos e fazer minhas as suas palavras: da porteira para dentro, a gente tem conseguido fazer inveja ao mundo; da porteira para fora, a coisa começa a complicar e a principal complicação é a da infraestrutura.

Acompanhei, na semana passada, na quinta-feira, exatamente há uma semana, a assinatura daqueles nove primeiros contratos e autorização para construção de trechos ferroviários. Um deles é de muita importância para o oeste de Santa Catarina, que é o trecho Cascavel-Chapecó. Claro que isso é apenas um incidente, que tem a ver com a precariedade da nossa malha ferroviária e com a precariedade da nossa infraestrutura rodoviária também, como foi demonstrado pelas palavras do nosso Senador Jayme Campos, confirmadas e ampliadas até pelo nosso Presidente Acir Gurgacz. Aliás, quando o senhor falou da Madeira-Mamoré, veja bem onde é que nós estamos, nós estamos cem anos atrasados, porque o Percival Farquhar pelo menos tentou. Em Porto Velho, não sei se ainda existe aquele museu das máquinas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ainda está lá, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ainda está lá, aquilo ali é o saldo não vou dizer de um fracasso, mas de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insucesso, de uma batalha que já tinha em vista promover um grande desenvolvimento nesta região que V. Exa. representa.

Quero dizer que, só para acrescentar um tópico, de todas as reuniões que a Comissão de Agricultura desenvolveu, eu considero a mais ingente, a que nos provoca mais, a relacionada ao NPK e outros insumos, de ureia para frente, mostrando a nossa dependência cruel, uma cruel dependência desses insumos. Não que nos falte a matéria-prima, que é o pior. O pior é isto: não nos falta a matéria-prima, mas, quando o Presidente Biden dá um espirro e não é gripe, aumentando a retaliação sobre Belarus, por exemplo, Bielorrússia, como se dizia antigamente, é um fornecedor de mais de 20% do que nós compramos de NPK; quando há uma sanção americana ao Irã, a nossa Petrobras fica com medo de abastecer o navio que trouxe ureia. O navio fica dois meses ao largo do São Francisco do Sul e de Paranaguá. Quer dizer, é essa a vulnerabilidade daquilo que é o Hércules que sustenta a economia brasileira, principalmente nesses últimos anos, que é o agronegócio, absolutamente vulnerável por causa do insumo que nos assegura a produtividade a que o senhor se referiu. Aumentou a produtividade, mas nós temos a produtividade pela nossa competência, especialmente da Embrapa, e também porque o fertilizante ajuda. Não dispor do fertilizante a um preço razoável pode significar perda de competitividade pela perda da produtividade.

Eu acho que, de todas as reuniões – e esta não foi apenas uma reunião –, essas que abordaram essa vulnerabilidade, esse conjunto de vulnerabilidades relacionadas a insumos, Senador Acir, deveriam ser trabalhadas pela assessoria da Comissão sob a forma de documento para nós enviarmos ao Presidente da República, não só à Ministra da Agricultura, ao Ministro da Economia, ao Ministro do Meio Ambiente, porque, com menos produtividade, nós vamos acabar aumentando a área plantada como forma de compensação. Enfim, é um assunto de Estado, porque se trata do setor que tem escorado o Brasil.

Então, dentro da ótica, num balanço, você tem que escolher uma palavra só. Claro que eu reconheço que esse problema gravíssimo da infraestrutura afeta o meu Estado também, tanto para o suprimento de milho quanto para a exportação de produtos tanto industriais quanto da agroindústria, mas eu acho que a Comissão de Agricultura lavrou um tanto pela profundidade com que se analisou essa vulnerabilidade, que eu confesso que não sabia que era tão grande – eu não sabia, e eu procuro me informar. Briguei muito para que Santa Catarina fosse polo produtor de ureia, a partir de gestão química, mas eu não sabia que a dimensão da nossa vulnerabilidade, que é uma vulnerabilidade... Olha, isso dá a impressão de que aqueles que nos criticam, lá no plano internacional, porque fazemos queimada, porque invadimos a Amazônia, e sempre disseram isso... É só ver a CPI da Amazônia, de 1989, cujo Relator foi o então Senador e meu patrono de formatura Jarbas Passarinho, nome que me orgulha. Desde 1989, só mudaram os personagens. As acusações são as mesmas, e sempre movidas pela perda da própria competitividade, ou seja, competitividade deles, especialmente da Europa. Isso eles vão continuar dizendo, mas dá a impressão de que houve um plano para desestabilizar a nossa competitividade nos remetendo a essa vulnerabilidade.

Eu considero o ponto mais importante, dentre aqueles de menor conhecimento público, que a Comissão de Agricultura deveria priorizar, em termos de advertência ao País, um documento de Estado. O Estado brasileiro não pode brincar com esta dependência que só um adversário solerte poderia produzir contra nós. Não é o acaso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo dizendo que o conterrâneo ilustre coestaduano do Senador Jayme Campos, não por acaso com o mesmo sobrenome, Roberto Campos dizia o seguinte: o fracasso não é obra do acaso. Especialmente o nosso fracasso é fruto de um planejamento muito bem elaborado para ser alcançado como fracasso. Essa vulnerabilidade me deixa chocado. Isso não pode ser obra do acaso, isso tem que estar seguindo algum plano muito maquiavélico e maléfico para tirar a competitividade natural que nós, com o apoio de todas essas forças vivas, do produtor até a Embrapa, conseguimos criar.

Este é o meu pedido: peça à assessoria técnica, seja da Comissão, seja da Consultoria legislativa, para produzir um documento, alentado sim, mas com uma síntese, coisa de duas ou três páginas, demonstrando a gravidade da situação e portando esse documento todo aquele extraordinário conjunto de exposições que foram feitas naquelas três sessões que abordaram esse assunto.

Obrigado

Vamos nos encontrar no Plenário, mas, desde já, um feliz Natal e um grande Ano Novo, especialmente para os colaboradores da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amim.

Nós já pedimos aos nossos universitários, aos nossos consultores da Comissão, para que façam a compilação das audiências públicas que fizemos sobre a preocupação com relação aos fertilizantes e enviaremos ao Presidente da República, ao Ministro da Economia e à Ministra da Agricultura.

Muito obrigado pela sua contribuição, mais uma vez, a esta Comissão. Já faremos, sim, esse documento para o nosso Presidente da República, como V. Exa. sugeriu, e muito bem lembrou a importância que é esse tema para a produção de alimentos no nosso País. Nós temos capacidade – como disse há pouco – de ser autossuficientes com relação aos nossos fertilizantes. Nós temos matéria-prima para isso, nós temos tecnologia para isso, nós temos os bancos para financiar – BNDES está aí, Banco do Brasil, etc. –, mas é preciso uma política de Estado, é preciso um incentivo do Governo Federal para que as indústrias possam industrializar essa matéria-prima para a produção de fertilizantes no nosso País.

Muito obrigado a todos os nossos participantes desta Comissão.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da ata desta reunião também.

Os senhores e as senhoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Proponho a leitura e a aprovação da ata desta reunião, a 29ª Reunião – ou é a 28ª?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ah, sim. Já está aprovada. Muito bem.

Eu agradeço aos nossos integrantes da Comissão: Senador Jayme Campos, Senador Esperidião Amin, Senador Jader Barbalho, Senador Luiz do Carmo, Senador Dário Berger, Senador Luis Carlos Heinze, Senadora Kátia Abreu, Senadora Rose de Freitas, Senadora Mailza Gomes, Senadora Soraya Thronicke, Senador José Aníbal, Senador Lasier Martins, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alvaro Dias, Senador Izalci Lucas, Senador Elmano Férrer, Senador Roberto Rocha, Senador Rodrigo Cunha, Senador Carlos Fávaro, Senador Irajá, Senador Sérgio Petecão, Senador Nelsinho Trad, Senador Wellington Fagundes, Senador Zequinha Marinho, Senador Jayme Campos – mais uma vez –, Chico Rodrigues, Senador Jean Paul Prates, Senadora Zenaide Maia, Senador Paulo Rocha, Senador Telmário Mota, este Presidente que vos fala, Senador Cid Gomes e também Senador Weverton, ambos do PDT.

Nada mais havendo a tratar, eu desejo um feliz Natal e boas festas à população brasileira, aos brasileiros e brasileiras.

Um grande abraço!

Até o próximo ano, se Deus quiser.

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. O Senador Jean Paul Prates encontra-se em missão oficial no exterior, conforme Requerimento nº 425/2021-CDIR. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 24, de 2021,** que: "Requer a inclusão da Sra Patrícia Ellen, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), na audiência pública, objeto do REQ 21/2021-CCT." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apreciação de requerimento.

Item único e votação simbólica.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 24, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a inclusão da Sra Patrícia Ellen, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), na audiência pública, objeto do REQ 21/2021-CCT.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento se refere a uma audiência pública a ser realizada por esta Comissão, na qual a presença da Presidente do Conselho dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia se faz necessária. Então, por isso, apresentamos, posteriormente à aprovação da audiência pública, um convite para a presença da Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Vota-se o requerimento... É muito importante, Senador.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Paulo Rocha e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. O Senador Jean Paul Prates encontra-se em missão oficial no exterior, conforme Requerimento nº 425/2021-CDIR. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa destinada a debater os impactos sobre a produção científica e tecnológica do país com a aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021, que podem retirar R$ 2,7 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), aprovada pelo Requerimento nº 21, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Requerimento nº 23, de 2021-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), com aditamento do Requerimento nº 24, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), com a participação dos seguintes expositores: Sérgio Freitas de Almeida, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações em Exercício (MCTI); Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômica e de Infraestrutura da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia (ME); Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Vandick da Silva Batista, Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Jorge Audy, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), representante da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Celso Pansera, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br); Helena Nader, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Fernanda Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Dácio Roberto Matheus, Reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/11

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial com a utilização do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal.

O público que estiver interessado em participar desta audiência pública pode enviar perguntas e comentários para o endereço do Senado Federal, o e-Cidadania. Inclusive, aqui eu já agradeço a participação do Igor Diego, de Pernambuco; da Dellana, da Bahia; do Vitor Hugo, do Distrito Federal; da Amanda, também da Bahia; da Valeria, do Distrito Federal; do Geova Chagas, de Minas; e do Nicson Satyro, de Alagoas. Eu estou falando isso para demonstrar a quem passa a nos acompanhar a partir deste momento que a sua voz é ouvida dentro desta Casa.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos sobre a produção científica e tecnológica do País com a aprovação do PLN 12, de 2021, e do PLN 16, de 2021, que podem retirar R$2,7 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em cumprimento aos Requerimentos nºs 21, 23 e 24, de 2021, da CCT.

Eu passarei a fazer a leitura de um apanhado de informações e de algumas discussões internas feitas com os membros desta Comissão e também com a nossa assessoria, para que a gente possa contextualizar este momento e para que possamos também tirar o máximo de proveito desta manhã, início de tarde. Que seja, de fato, uma audiência produtiva, com uma sequência a ser dada a partir deste momento.

A realização desta audiência pública deve-se a uma questão urgente e de extrema importância. Há pouco tempo, tramitavam no Legislativo dois projetos de lei do Congresso Nacional: o PLN nº 12, que gerou a Lei 14.212, de 2021, alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o PLN nº 16, que gerou a Lei 14.220, de 2021, abrindo o Orçamento fiscal da União para crédito adicional. O problema é que, de início, os projetos previam destinações e valores que, durante a sua tramitação, foram objeto de alterações e cortes severos por parte do Poder Executivo. Tais medidas certamente vão ter graves repercussões para a área de ciência e tecnologia do nosso País.

No PLN nº 12, por exemplo, que modifica a LDO, o texto foi alterado para dispor que poderão permanecer em reserva de contingência os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que não sejam distribuídos ao fundo em 2021. Como também foi dito aqui pelo Senador Jean Paul, que é um dos autores, assim como eu, desta audiência pública, isso pode esterilizar quase R$3 bilhões vinculados ao FNDCT. Também se questiona a juridicidade do referido dispositivo uma vez que fere o conteúdo da Lei Complementar nº 177, de 2021, a qual alterou a LRF para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeados por fundo criado para a sua finalidade.

Já o PLN nº 16, em seu texto original, previa um esforço orçamentário de mais de R$600 milhões para duas unidades do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, a saber o FNDCT e a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Isso seria feito justamente com a utilização de recursos da reserva de contingência do FNDCT, tudo conforme a legislação. Contudo, no início

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do mês passado, no início do mês de outubro, o Ministério da Economia enviou ofício à Comissão Mista de Orçamento em que solicitava a modificação do PLN nº 16. Tais informações infelizmente foram realizadas, resultando em um corte de 87% do valor inicialmente previsto para a pasta. Com isso, mais de R$600 milhões da reserva do FNDCT irão para outros ministérios. Esses recursos do fundo seriam utilizados em grande parte para o pagamento de bolsas do CNPq.

Sras. e Srs. Senadores, a desidratação orçamentária do setor compromete o desenvolvimento de vários estudos em cooperação com o exterior e compromete também alguns projetos importantíssimos. Aqui eu posso dar um exemplo que foi bastante noticiado que foi a construção do Centro Nacional de Vacinas da UFMG, de acordo com as publicações que saíram na imprensa. Além disso, nós estamos ainda vivendo um momento de pandemia. Então, nós sabemos, sim, que este momento é um momento oportuno para demonstrar o que é prioridade para o País. Os países desenvolvidos, os países que mais avançam são justamente aqueles que mais investem em ciência e tecnologia, e nós estamos indo na contramão.

O objetivo desta manhã é justamente discutirmos sobre esse assunto para que haja desdobramentos.

Aqui também teremos outros Senadores que estão acompanhando ao vivo, de maneira remota, como também irei fazer um apanhado do que for debatido nesta manhã, das posições principalmente dos ministérios, do CNPq e de todos os envolvidos para repassar aos demais colegas não apenas em Plenário, mas também em seus gabinetes.

A audiência pública que agora se inicia é, antes de tudo, um esforço desta Comissão – repito, estamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia com o intuito de somar forças, de encontrar saídas e de entender o atual cenário desta alteração feita no Orçamento – para justamente promovermos nesta manhã um debate qualificado sobre a situação da ciência e tecnologia no nosso País e também para avaliar o impacto dos recentes cortes orçamentários em nossa produção científica e tecnológica. Então, iremos buscar algumas respostas para entender qual é o cenário atual da área de ciência e tecnologia no Brasil, quais são os nossos horizontes e nossas prioridades, o que muda com os últimos cortes orçamentários, qual é a exata extensão desse impacto e, também do ponto de vista jurídico, o que podemos fazer para reverter essas medidas. Essas serão algumas das perguntas que iremos traçar aqui, durante a manhã, agradecendo desde já a presença de todos que aqui estão fisicamente, a todos que estão virtualmente, a todos que acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal.

E que a gente possa dar início a esta manhã de debates e de explanações e de troca de informações!

Sendo assim, eu tenho a honra de convidar para ser o primeiro expositor e, se possível também, acompanhar as demais exposições que serão feitas nesta manhã – eu convido para fazer parte desta Mesa –, o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações em exercício, o Sr. Sergio Freitas de Almeida. (*Pausa.*)

Ministro, agradeço a presença de V. Exa. e ressalto a importância deste momento, primeiro por um ministério atender a esta Casa, porque, infelizmente, em algumas audiências públicas, não estavam comparecendo os representantes dos ministérios, e isso gerou aqui um clamor dos demais Senadores para que seja dada uma atenção especial a esses momentos, que não param por aqui; pelo contrário, começam por aqui as discussões em busca de um país melhor. Então, a presença física também faz uma diferença. Estamos aqui em segurança – temos aqui um vidro ou um plástico ou um acrílico separando e criando um distanciamento entre nós, causando aqui uma segurança sanitária aos demais envolvidos. Portanto, o momento agora é oportuno para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que se estejam também presencialmente os convidados para estas audiências públicas realizadas pelo Senado.

Dessa forma, Sr. Ministro, V. Exa. tem a palavra para fazer uma explanação sobre o atual cenário do ministério frente a esse tema que iremos debater nesta manhã.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Está bom.

Obrigado, Senador.

É um prazer comparecer a esta reunião, a esta audiência. É uma pena o Ministro Marcos Pontes não estar aqui, o titular, pois ele está afastado, mas me pediu para cumprimentar V. Exa., e vou representá-lo aqui.

Eu preparei alguns eslaides para organizar as informações que eu vou apresentar nesta reunião – eles já estão aqui expostos no painel.

Eu começo cumprimentando o senhor; todos os Senadores que estão presentes, de forma presencial e também remota; os colegas aqui do ministério; o Presidente do CNPq, o Professor Evaldo; e todo mundo aqui da equipe de apoio do Senado.

Eu separei esta apresentação em dois blocos. Num deles, eu vou mostrar dados relacionados especificamente às questões orçamentárias do FNDCT e dos PLNs 12 e 16 que foram recentemente aprovados pelo Congresso e se tornaram leis. Pois bem, em seguida, eu vou apresentar algumas informações sobre uma seleção, uma amostra de projetos que estão sendo desenvolvidos com o apoio do MCTI de modo que os Senadores e os presentes possam compreender melhor – é para ilustrar aí a importância desses trabalhos que o MCTI realiza ou apoia para a ciência e a tecnologia e para o Brasil.

Eu começo tentando trocar o eslaide... Alguém poderia...? (*Pausa.*)

Opa! Agora passaram vários de uma vez, não é? Vamos voltar. (*Pausa.*)

Vamos voltar? Mais um pouco.

É só para todos terem ciência – e todos têm ciência, certamente –, mas é para lembrar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é fruto destas três leis: um decreto-lei de 1969, a Lei 11.540 e, mais recentemente, a Lei Complementar nº 177, aprovada este ano.

Este gráfico apresenta a evolução dos recursos do FNDCT, que são divididos em duas modalidades: reembolsáveis e não reembolsáveis. Os não reembolsáveis são aqueles que mais interessam à comunidade científica e acadêmica, porque são os recursos que são destinados majoritariamente para bolsas, infraestrutura e uma série de outros projetos. E os reembolsáveis são aqueles que são objetos de operações realizadas pela Finep, como agente de fomento. Basicamente, a Finep administra as operações reembolsáveis, e o CNPq, majoritariamente, administra o conjunto de operações não reembolsáveis. Ao longo do tempo, os reembolsáveis, nos anos de 2012 a 2016, ficaram praticamente zerados; houve um acréscimo ao longo do tempo; e hoje alcançaram, neste exercício, R$3,67 bilhões. Já os não reembolsáveis tiveram um pico nos anos de 2013 e 2014, basicamente porque uma parte significativa desses recursos foi alocada para aquele programa Ciência sem Fronteiras; e posteriormente, a partir já de 2016, eles foram reduzidos para um patamar que fica da ordem de, arredondando, R$1 bilhão. Esse valor tem se mantido constante ao longo dos últimos anos.

A Lei Complementar 177 trouxe uma inovação muitíssimo importante para a área de ciência e tecnologia. Se, até o ano de 2020, antes da edição da Lei Complementar 199, havia como regra um forte contingenciamento dos recursos não reembolsáveis destinados ao FNDCT, a lei complementar aprovada este ano mudou esse quadro. Foram duas grandes mudanças que aconteceram por força dessa lei complementar. A primeira: ela impediu o contingenciamento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos não reembolsáveis. Isso é fundamental para as ações de ciência e tecnologia, porque se garantem previsibilidade, uma certa constância e tranquilidade para que a gente possa organizar os projetos, para as pessoas contarem com recursos para as bolsas, renovarem seus laboratórios e poderem desenvolver uma série de projetos importantes. E a outra mudança muito importante para nós é que a lei complementar, no art. 12, I, "d", introduziu um dispositivo que permite a alocação de recursos do FNDCT às organizações sociais que são supervisionadas pelo MCTI, limitando o valor das transferências para essas organizações sociais a 25% do valor dos não reembolsáveis a cada ano.

Essas organizações sociais – talvez alguns não conheçam – basicamente são supervisionadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações por meio de um contrato de gestão e são seis. Elas desenvolvem projetos importantíssimos, que em geral são projetos de maior vulto, que exigem infraestrutura maior, valores maiores.

Um exemplo de organização social mais conhecido é o CNPEM, Centro Nacional de Pesquisa, em Campinas, onde existe o Sirius, que é um grande acelerador de partículas, uma instalação, uma instituição fundamental para pesquisas de altíssima tecnologia. É um acelerador, o único no hemisfério, uma instalação que merece ser conhecida, deve ser conhecida por todos os brasileiros e pelos Parlamentares que trabalham com essa área de ciência e tecnologia. Esse é um dos exemplos.

A Rede Nacional de Pesquisa é outra organização social. Há o CGEE, o Impa. Está faltando algum? São seis. Há a Embrapii. A Embrapii é muito conhecida, provavelmente, pelos Parlamentares. Ela desenvolve um trabalho de fomento muito importante também, junto com as empresas e as instituições de pesquisa nacionais.

Pois bem, o FNDCT, em 2021, então, começou com essa expectativa grande em relação à Lei Complementar 177. Ela estava em tramitação e foi aprovada logo no início do ano. Na Lei Orçamentária que foi aprovada em abril deste ano, havia a destinação de R$1,782 bilhão para os reembolsáveis e de R$510 milhões para os não reembolsáveis. A expectativa de todos era a de que, com a aprovação da lei complementar, a estimativa de alocação de recursos seria da ordem de R$7,3 bilhões, R$7,4 bilhões, metade para reembolsáveis, metade para não reembolsáveis. Veja que os não reembolsáveis, nos últimos anos, vinham se situando na faixa de R$900 milhões, nos últimos exercícios. Com a aprovação da lei complementar, esse valor ia subir para R$3,6 bilhões. Seria multiplicar por quatro aqueles valores que se vinham trabalhando anteriormente. Então, isso ia permitir dar um impulso muito grande para a área de ciência e tecnologia, porque a gente iria contar com recursos muito maiores do que os que a gente estava habituado a obter nos anos anteriores.

Então, a nossa expectativa era a de contar com esses recursos. O FNDCT tem, por lei, uma estrutura de governança que é mais complexa do que as normalmente existentes na administração pública, que exige que os projetos inicialmente sugeridos sejam apresentados pelos interessados, sejam discutidos em 15 comissões técnicas. Eles são aprovados ou não nessas comissões técnicas, sobem para uma instância intermediária, que é o comitê coordenador do fundo, onde essas demandas aprovadas pelos 15 fundos setoriais são consolidadas e são reexaminadas também no que for necessário. Em seguida, sobem para o Conselho Diretor, que é a última instância do FNDCT, que decide sobre o Plano Anual de Investimento dos recursos alocados ao fundo.

A reunião foi realizada... Todas essas reuniões foram realizadas agora, mais recentemente. O Conselho Diretor do fundo aprovou o Plano Anual de Investimento, em que se destinavam R$800 milhões para as operações reembolsáveis. É um valor bem menor do que o valor que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

havia sido destinado, de R$3,6 bilhões, mas aí é uma questão da taxa de juros que é cobrada das empresas para elas terem acesso a esses recursos. Essa taxa de juros não é atrativa. Então, mesmo tendo os recursos mais do que suficientes para as operações, a Finep, que é quem administra essas operações reembolsáveis, estima que R$800 milhões eram mais do que suficientes para as operações. O não reembolsável, R$3,6 bilhões, ainda dependia de aprovações pelo Ministério da Economia e pela Junta de Execução Orçamentária. Foi daí que surgiu, então, essa questão dos PLNs 12 e 16.

Na verdade, nós tivemos, ao longo deste ano até agora, até a data de hoje, disponibilizados para as duas modalidades de operações, reembolsáveis e não reembolsáveis, R$3,67 bilhões, que era o valor previsto para os reembolsáveis já na Lei Orçamentária, mas os não reembolsáveis estavam ainda no valor de R$925 milhões. O valor de R$510 milhões havia sido alocado pelo PLOA, estava o.k., já estava sendo executado – praticamente tudo já foi executado –, e R$415 milhões foram objeto de um novo projeto de lei, aprovado, transformado na Lei 14.169, que destinou R$415 milhões para financiar ou apoiar os testes das Fases I, II e III das vacinas nacionais. Esta é uma prioridade do Governo, uma prioridade da área de ciência e tecnologia do ministério: o desenvolvimento de vacinas nacionais. É importante destacar – eu vou falar um pouco mais disso adiante – que nós temos um conjunto grande de vacinas nacionais para a covid-19 já em desenvolvimento, e várias delas já estão em fases já avançadas de desenvolvimento. Então, nós contávamos com R$925 milhões... Nós contamos com R$925 milhões, sendo que R$500 milhões eram da PLOA e R$415 milhões destinados às vacinas, às Fases I, II e III das vacinas nacionais.

Esse PLN 12, de 2021, que é objeto de análise e de discussão nesta sessão, tornou-se a Lei 14.212. Ela possui um artigo, o chamado 56-A, que trouxe uma modificação muito, vamos dizer assim, crítica para a área de ciência e tecnologia. Por quê? Se até a edição da Lei Complementar 177 era possível a alocação em reserva de contingência dos recursos do FNDCT, a lei complementar impediu isso. O art. 11, §3º, expressamente, destacou que é vedada a alocação orçamentária das fontes vinculadas ao FNDCT em reserva de contingência. Então, isso deu uma tranquilidade muito grande para o setor, mas veio o PLN 12, que se tornou lei e permitiu que isso pudesse vir a ocorrer neste exercício. Até agora, isso não foi utilizado, mas isso criou a possibilidade, trouxe de volta a possibilidade de inclusão em reserva de contingência desses recursos, coisa que havia sido vedada pela Lei Complementar 177.

O PLN 16, na verdade, não repunha, não destinava todos os recursos que estavam previstos de serem destinados neste exercício, que era aquele valor de R$3,67 bilhões. É claro que há dificuldades orçamentárias no setor público federal, o que é conhecido de todos, e esse PLN 16 já destinava uma parcela e destinaria outras parcelas para o FNDCT. Essa primeira parcela, destinada já com base na regra da Lei Complementar 177, destinava R$690 milhões para o FNDCT, para operações não reembolsáveis. Esse PLN foi encaminhado para o Congresso Nacional no dia 27 de agosto deste ano. No período em que esse PLN estava tramitando no Congresso Nacional, houve aquela crise dos radiofármacos, que foi noticiada, em que os recursos destinados para a produção de radioisótopos, destinados a diagnósticos e a tratamento de algum tipo de câncer... Por força do esgotamento dos recursos que haviam sido destinados inicialmente, a gente passou a correr o risco de interromper a produção desses radiofármacos.

Muitas gestões, então, já haviam sido feitas desde o ano passado para que houvesse a reposição total desses recursos dos radiofármacos. Isso não tem nada a ver com pesquisa, não tem nada a ver com... Digo que não tem nada a ver no seguinte sentido: não é um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ciência e tecnologia. Há muitos anos, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Ipen, que fica em São Paulo, são os únicos produtores de radioisótopos que atendem toda a rede hospitalar pública e privada do Brasil, com pequenas exceções. Praticamente toda a produção é feita pelo Ipen.

Os recursos destinados à produção de radiofármacos se esgotaram. Nós fizemos uma série de gestões dentro do Governo, no Congresso Nacional, para que esses recursos fossem rapidamente recolocados. Foram, então... A gente precisava de R$89,7 milhões, e R$35 milhões, então, foram colocados dentro desse PLN 16. Então, dos R$690 milhões que iriam para o FNDCT, R$35 milhões foram retirados, redirecionados para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, para que fossem destinados para a produção de radiofármacos. A gente já tem outro PLN para mais R$55 milhões, para repor a produção, para garantir a produção de radiofármacos até o final do ano.

Pois bem, nessa tramitação, nesse intervalo entre 27 de agosto até a edição da Lei 14.220, no dia 15 de outubro, houve alteração no conteúdo desse PLN 16, de modo que os R$655 milhões destinados ao FNDCT e os R$35 milhões destinados à produção de radiofármacos foram modificados, de modo que R$280 milhões foram destinados... Desculpe! São R$28 milhões, não é? Vinte e oito milhões foram destinados ao Ministério da Cidadania; R$252 milhões, ao desenvolvimento regional; R$100 milhões, às comunicações; R$50 milhões, à saúde; R$50 milhões, à educação; R$82 milhões, à Cnen; e R$7 milhões, ao MCTI. Esses R$7 milhões destinados para o MCTI não têm nada a ver com o FNDCT. É uma reposição parcial de um remanejamento de recursos que nós tínhamos feito dentro do ministério para tentar assegurar a continuidade da produção dos radiofármacos. Então, nós remanejamos R$19 milhões do ministério, destinamos para a Cnen e para o Ipen, para que se pudesse dar prosseguimento à produção dos radiofármacos, enquanto não vinha a aprovação do PLN 16.

Com essa alteração, então, nós destinamos os R$19 milhões do ministério, garantimos a produção por mais algumas semanas. Na nova versão do PLN 16 que acabou, finalmente, sendo aprovada, R$7,2 milhões foram destinados para a reposição dos recursos que a gente havia do Ministério transferido para a produção de radiofármacos; R$82 milhões foram para a Cnen, que eram destinados aos radiofármacos, o que garantiria a produção até o final deste ano; e os demais valores foram destinados a outros ministérios.

Pois bem, o terceiro PLN, que não é exatamente objeto desta audiência, mas que é importante, supersimples e breve, é um PLN destinado à abertura de crédito especial para o FNDCT, em que são destinados alguns poucos milhões para as organizações sociais nossas, de modo a permitir que, se for necessário, possamos fazer remanejamento de recursos do ministério ou de onde for para ações, para que possam ser desenvolvidas ações das organizações sociais.

As organizações sociais, como eu já falei, são seis, supervisionadas pelo Ministério, têm atribuições muitíssimo importantes na área de ciência e tecnologia e foram muito penalizadas ao longo deste exercício. Então, nós, até o final deste ano, vamos fazer o que for preciso para reassegurar os recursos que essas organizações sociais haviam perdido em cortes que aconteceram ao longo deste ano.

Sobre a execução orçamentária deste ano de 2021, do FNDCT, eu preparei esse eslaide porque, de vez em quando, aparece na imprensa a informação de que o ministério não está executando os recursos, não está gastando os recursos que são destinados a ele ao longo deste exercício. É preciso que se esclareça isso. Essa informação não é correta. É preciso que se faça um esclarecimento sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu havia dito que, na dotação inicial prevista na LOA, que foi de R$510 milhões... Eu havia dito que esses R$510 milhões haviam sido praticamente, na totalidade, já executados. O valor que a gente tem de ontem é o de que foram executados R$460 milhões, o que dá 90%, mas este valor de R$510 milhões será executado até o final deste exercício, sem nenhuma dúvida.

Já o valor de R$415 milhões, que era destinado aos ensaios, aos testes clínicos das Fases I e II e também da Fase III, esses R$415 milhões estão distribuídos da seguinte forma: R$105 milhões para apoio a até quatro vacinas, Fases I e II, e R$310 milhões para a Fase III de uma das vacinas, aquela que vier a chegar primeiro ao final das Fases I e II com sucesso. Então, esses são recursos, R$415 milhões, que têm sido lançados na mídia como se nós não estivéssemos fazendo a correta e boa gestão desses recursos, o que não é verdade! Os R$415 milhões estão destinados para esta finalidade: apoiar os ensaios clínicos das Fases I e II e da Fase III. Quatro dessas vacinas já tiveram seus... Quanto a uma dessas vacinas, já foi aprovada a realização dos ensaios clínicos das Fases I e II. Outras três estão em análise pela Anvisa, devem ser autorizadas pela Anvisa nos próximos dias, e, sendo autorizadas, nós vamos executar esses valores. Inclusive, nós já enviamos para a Finep os termos de referência que se referem a essas ações.

Então, os R$105 milhões estão reservados, vamos chamar assim, para esses ensaios das vacinas, Fases I e II. Já estão em processo de aprovação, de destinação ou de alocação esses recursos. Tão logo isso seja feito, os recursos serão corretamente destinados.

Já me permito até adiantar – eu não queria dar esta boa notícia, preferiria que fosse o Ministro Marcos Pontes que a desse, não queria estragar a boa notícia dele – que, no dia 29 deste mês, está prevista a aplicação da primeira vacina no primeiro voluntário brasileiro que a testará, com um conjunto de voluntários que fará parte – são pessoas que vão receber essa vacina – das Fases I e II. Então, no dia 29/11, será aplicada a primeira dose nesse grupo de pessoas voluntárias que vão apoiar o desenvolvimento das vacinas.

Então, dei um *spoiler,* Ministro. Desculpe-me, Ministro, se o senhor estiver me vendo, mas eu acho que é importante que a gente fale sobre isso.

Então, não há essa baixa execução dos recursos do ministério, de forma alguma. O ministério, tradicionalmente, é um bom executor de orçamento, e é verdade isso. Hoje mesmo, saiu uma matéria na imprensa sobre esse assunto, e nós estamos esclarecendo. Não é verdade. O ministério sempre executou praticamente 90% dos recursos que são destinados. Isso vai acontecer neste ano, não há a menor dúvida disso. É simplesmente por conta da questão das vacinas.

Se, por acaso, não for possível realizar essa Fase III neste ano, se não for possível realizar os ensaios da Fase III neste ano, nós já tomamos as providências para remanejar esses recursos para outras ações que são tão ou quase tão importantes quanto essas vacinas nacionais. Isso será feito. E a Fase III ficaria para 2022, quando a gente conta com a aprovação da Lei Orçamentária da forma como está sendo encaminhada, e poderá prosseguir sem nenhuma interrupção, sem nenhum soluço. É muito mais... Eu considero que essa destinação dos recursos para as vacinas nacionais está sendo objeto de uma gestão muitíssimo prudente, muito correta, que visa a dar tranquilidade aos pesquisadores e às instituições que desenvolveram as vacinas de que essas vacinas serão realizadas no prazo previsto, sem nenhum atraso, muito menos que sejam atrasos provocados pelo MCTI. Isso não acontecerá. Todo mundo do ministério está mobilizado, está ciente disso e não vai deixar isso acontecer.

Pois bem, tendo falado sobre... Eu não estou vendo quanto tempo já consumi, não sei quanto tempo ainda tenho, mas queria não só falar sobre os PLNs 12 e 16, mas falar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre as ações do ministério. Não vou poder falar de todas, é óbvio, porque, só no FNDCT, foram aprovados 106 projetos para o exercício de 2021 ainda – os de 2022 a gente, logo, logo, vai examinar e aprovar. Deve ser até mais do que isso, mais do que 106 projetos, mas alguns desses projetos são importantíssimos, e vale a pena a gente divulgar sempre que possível, porque interessam aos Parlamentares. São iniciativas que são desenvolvidas nos seus Estados e que têm a máxima relevância.

O primeiro deles, que eu destaquei, não é necessariamente o mais importante, mas, como o assunto vacinas é fundamental no Brasil, é o Centro Nacional de Vacinas, que deverá ser implantado em Minas Gerais, em Belo Horizonte, com recursos do FNDCT e recursos do Governo do Estado de Minas Gerais. Esse Centro Nacional de Vacinas é um investimento de R$80 milhões, 30 milhões do Governo de Minas, 50 milhões do FNDCT.

Não são só vacinas contra covid que serão desenvolvidas lá; são vacinas para um conjunto, uma série de doenças que vêm sendo negligenciadas ao longo do tempo, porque a indústria farmacêutica, por razões próprias, nunca se interessou por desenvolver vacinas para essas doenças que são endêmicas no Brasil. É o caso da malária, da hepatite, doença de Chagas, dengue, zica, chicungunha, leishmaniose.

É perfeitamente possível, até onde se sabe, se desenvolverem vacinas para isso. O Brasil tem cientistas qualificados e equipamentos adequados para desenvolver essas vacinas e está na hora de fazer isso. A pandemia revelou que nós todos temos que estar atentos ao desenvolvimento de vacinas, porque isso causa um estrago enorme na sociedade, seja em termos de vidas, seja em pessoas que ficam doentes, pessoas que perdem emprego, a economia que sofre muito com essas pandemias.

A pandemia da covid não é a primeira e não será a última. A necessidade de doses adicionais já está no radar de todos e outras pandemias virão.

Aprendemos muita coisa com essa pandemia. Uma delas é que nós brasileiros temos que nos preparar para desenvolver nossas próprias vacinas, para que a gente não dependa de fornecedores de fora. E a ideia do Ministério de Ciência e Tecnologia deste Governo não é a de que o Governo produza as vacinas, mas sim de que a gente desenvolva as vacinas, porque o Estado ainda exerce um papel importantíssimo na pesquisa e na ciência brasileira. O grosso da pesquisa nacional é feito por instituições públicas. Então, o Governo deve fomentar isso.

O investimento é baixo. Nós estamos falando desse Centro Nacional de Vacinas, de R$80 milhões. Isso aí não é nada! E não é só para vacina contra a covid, é para uma série de vacinas, para essas doenças que eu mencionei.

Desenvolvidas essas vacinas, será preciso estabelecer, então, uma forma de colaboração e cooperação com a indústria farmacêutica, para que ela produza isso. Não é o Estado produzindo, e sim a indústria farmacêutica, mas o esforço de pesquisa ainda é muito baseado no apoio estatal. Não há como escapar disso.

E nós estamos fazendo um bom trabalho nessa questão das vacinas, como eu mostrei. Só no caso da covid, há 15 em andamento hoje.

Bom, outra ação importantíssima é o monitoramento de vigilância da covid e outras pandemias. É importante... A gente tem criado, pelo MCTI, em colaboração com uma série de instituições e cientistas, três eixos de monitoramento de possíveis novas pandemias: o que a gente chama de vigilância genômica, que é essa Rede Corona-ômica.Br-MCTI, que se destina a identificar novas variantes da covid; vigilância epidemiológica em animais silvestres, essa rede Previr verifica se há ocorrência de novas vírus ou vírus parecidos também em animais; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento de águas residuais, que é uma forma de acompanhar se vai haver crescimento ou diminuição dos casos de covid nas cidades.

Outro projeto importantíssimo tem a ver com a produção de radioisótopos e radiofármacos. É o Reator Multipropósito Brasileiro, um projeto de MCTI de vários anos. É um investimento de maior vulto e complexidade, mas ele tem, como grande finalidade, a produção de radioisótopos, em complementação àqueles radioisótopos que são produzidos pelo Ipen. Então, nós passamos por esse susto, por essa crise, há pouco tempo, na produção de radiofármacos, não foi a primeira que isso aconteceu, aconteceu em outros anos. Isso é péssimo e causa um impacto muito negativo na saúde das pessoas, nas expectativas das pessoas que esperam fazer seus diagnósticos e tratar dessa doença que afeta tantas famílias no Brasil inteiro. Então, o reator multipropósito tem essa finalidade de produzir radiofármacos. É importante que ele seja apoiado, exige mais recursos, por ser um investimento grande.

Há outra área de que é bom a gente falar. Ela ainda está no início, mas é importantíssimo que estejamos apoiando e acompanhando o desenvolvimento nessa área dos chamados xenotransplantes. Xenotransplantes são transplantes feitos em humanos, mas com órgãos de outras espécies. A tecnologia e a ciência que já vêm apresentando muitos bons resultados em relação a isso são voltadas para transplante de rins. Se isso der certo... E vem funcionando, os resultados que se têm visto até o momento são muito promissores.

São transplantes feitos com rins de uma espécie de porco; o rim desse porco é transplantado em humanos. Para que isso seja possível a questão se refere... Morfologicamente são muito parecidos os órgãos dessa espécie de porco e os órgãos dos seres humanos. Para que isso seja possível, para evitar o problema conhecido da rejeição, os cientistas identificaram três genes que podem ser, entre aspas, "silenciados". E esses genes, sendo "silenciados", fazem com que o órgão, o rim do porco possa ser transplantado no humano sem o problema da rejeição.

Para que esse projeto de xenotransplantes seja desenvolvido, o investimento não é grande; algumas poucas dezenas de milhões de reais. Basicamente é um viveiro, vamos chamar assim, desses porcos que são criados em condições absolutamente assépticas, sem risco de contaminação, para não haver nenhum risco em humano e para que não haja o desenvolvimento de nenhum vírus. Esses três genes que chamei de "silenciados" são implantados em um embrião, que é colocado numa fêmea. Desenvolve-se a gestação, e os órgãos desse porco desenvolvido dessa forma podem ser utilizados para transplante em humano sem o risco da rejeição.

Outra aplicação possível é no transplante de pâncreas para o problema da diabetes e outras tantas possibilidades que se abrem por aí. Por hora, o mais promissor é para o transplante de rins.

Só para que os senhores tenham uma ideia do impacto disso, todo mundo sabe do problema da hemodiálise e de quem precisa fazer um transplante de rim no Brasil. Existe uma fila enorme para transplantes, da ordem de 30 mil pessoas que esperam. Desses 30 mil, muitos morrem porque não conseguem o transplante a tempo. E há essa escassez crônica, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, de órgãos para transplante. Então, essa opção do xenotransplante, embora possa parecer alguma coisa talvez muito inovadora, é muitíssimo promissora, porque qualquer número de porcos desenvolvidos com rins que não venham a ser rejeitados levará a uma redução gigante da fila de transplantados. Isso, claro, salva vidas, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, reduz os custos do SUS com o pagamento da hemodiálise e dá muito maior qualidade de vida às pessoas. Então, isso tem um impacto enorme para a sociedade. Isso tem que ser apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Brasil, e não é muito dinheiro.

Monitoramento de biomas pelo Inpe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Ministro, só interrompendo, se puder concluir no prazo de cinco minutos, porque ainda teremos outros expositores.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Está bem. É que eu acabo me entusiasmando pelos temas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Nós também. Nós também.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Bom vou destacar alguns que eu acho que também estão sendo tratados na mídia.

Há a preocupação constante com a Amazônia, uma série de iniciativas relacionadas à Amazônia, mas eu queria destacar o laboratório NB4, que é o laboratório nacional de máxima contenção biológica. Ele se torna cada vez mais urgente, em função dessas pandemias. Ele é um laboratório que permite a manipulação de vírus e de outros micro-organismos de altíssimo risco. Nós não temos nenhum no Brasil, só temos NB3. Então, é importante que a gente desenvolva e implante o laboratório NB4 para que a gente possa realizar pesquisas e desenvolver soluções para pandemias ou epidemias que tenham vírus e outros muito mais perigosos do que o próprio SARS-CoV-2.

Grafeno, nióbio e terras-raras são um tema caro ao Presidente da República, são objeto do programa de Governo dele. Grafeno, nióbio e terras-raras têm inúmeras aplicações em ciência e tecnologia. Nós somos grandes produtores e exportadores de nióbio no mundo. O nióbio é usado para ligas de aço que são altamente resistentes, permite, então, que se usem materiais mais leves em oleodutos e tal. Aumenta-se a resistência a altas temperaturas. Uma liga de nióbio resiste a mais de 2,5 mil graus, é muito mais do que o aço resiste. E o grafeno tem dezenas, centenas de aplicações: baterias de altíssimo desempenho para carros, para celulares.

Os projetos da Embrapii. A Embrapii é uma conhecida de todos, é uma organização social vinculada, supervisionada pelo MCTI, desenvolve projetos em parceria com empresas e com instituições nacionais de ciência e tecnologia.

E a novidade do 5G, que por si só vai permitir um avanço em inúmeras áreas da economia. Fala-se muito, com razão, do agronegócio, mas o 5G é, vamos chamar assim, uma ferramenta, é um recurso que é colocado à disposição, é muito poderoso, mas precisa das aplicações, do desenvolvimento das aplicações por meio da chamada internet das coisas, que vai, sim, permitir, com o 5G, aumentar a conectividade no campo, aumentar a utilização de máquinas e equipamentos de forma remota, permitir o carro autônomo e uma série de outras aplicações. Vai ser uma revolução, mas o 5G por si só não garante essas coisas; o que garante isso é o desenvolvimento das pesquisas de ciência e tecnologia com o 5G.

Então, eram esses, Senador, os pontos que eu queria destacar.

Eu lhe agradeço, peço desculpa por ter ultrapassado um pouco o tempo que me era destinado e me coloco à disposição de todos para responder as dúvidas. Se eu não souber responder, há pessoas aqui da equipe que são até mais qualificadas do que eu para esclarecer uma ou outra dúvida que venha a ser trazida.

Agradeço ao senhor e a todos os Senadores pela paciência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Ministro Sergio, eu agradeço a explanação de V. Exa. em que aqui já também economizou algumas perguntas.

Eu estive pessoalmente conversando com o Ministro Marcos Pontes no ministério. Percebi o seu entusiasmo, percebi o seu compromisso com a pasta. E esse esclarecimento sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

execução do orçamento, a execução dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia é muito importante, até mesmo porque, dentro do próprio Governo, as informações não são essas que são veiculadas, inclusive. Então, esse esclarecimento para mim já eliminou uma pergunta.

Aqui eu vou acompanhar de perto cada passo a ser seguido, torcendo para que este País avance, porque todos nós sabemos que qualquer país que investe em ciência e tecnologia está investindo em desenvolvimento social e econômico e é para isso que nós estamos aqui. Então, o objetivo desta manhã é tentar entender o que aconteceu, qual o cenário atual e o que pode ser feito para que esses cortes que ainda estão presentes tenham algum resultado diferente do que está sendo posto.

Por isso, eu vou trazer aqui uma pergunta baseada numa fala, num posicionamento do próprio Ministro Marcos Pontes que foi feito no mês passado, dia 13 de outubro, na Câmara dos Deputados, em um debate que estava sendo realizado na Comissão de Educação. Ele foi questionado sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2021 – PLN 16, de 2021 –, que remanejou para outras pastas mais de 90% dos recursos que seriam destinados para o Ministério da Ciência e Tecnologia, como V. Exa. também expôs aqui.

O Ministro afirmou que foi pego de surpresa. As palavras do Ministro: "Fui pego de surpresa. Falei até com o Presidente sobre isso. Ele também foi pego de surpresa. Eu pedi ajuda para a recuperação desses recursos, e ele prometeu que vai ajudar". Mais à frente, ele conclui: "Obtive da Ministra-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República a promessa da recuperação dessa verba". Então, o Ministro se posicionou publicamente dizendo: "Olha, não estava sabendo disso. Procurei o Presidente, procurei a Ministra para que seja refeita a situação, e me foi prometido que seria revertida e recuperada essa verba". Então, isso foi um mês atrás.

Passado todo esse tempo, que é mais do que necessário para que fossem tomadas as providências para a correção do problema, a minha pergunta é que eu gostaria, de fato, de saber o que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações tem a informar sobre as referidas providências que foram prometidas tanto pelo Presidente, como pela Ministra-Chefe da Secretaria de Governo. Houve algum retorno disso, já que pessoalmente ao Ministro foi dito e ele explanou isso publicamente? Já se passou um mês e, pelo menos até agora, não tenho nenhum retorno sobre isso. Então, eu gostaria que V. Exa., se tiver essa resposta, que possa aqui esclarecer também.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Senador, são conhecidas de todos as dificuldades orçamentárias e financeiras de vários governos – este Governo não é exceção. Há sempre uma discussão e uma negociação em relação à alocação dos recursos, não é? Muitas vezes, têm-se que atender outras prioridades, e a gente compreende, como Ministério de Ciência e Tecnologia, essas alterações. Não há nenhuma dificuldade nisso. A gente, como ministério, também tem o dever de procurar repor os recursos que estavam anteriormente previstos para o FNDCT. E o Ministro Marcos Pontes sempre manteve excelente diálogo com o Presidente da República, com a Ministra Flávia, com o Ministro Paulo Guedes, com o Ministro Ciro Nogueira em relação a esse assunto. E, desde então, ele, principalmente liderando o ministério, e nós da equipe dele estamos fazendo gestões junto aos ministérios envolvidos, que são os da Economia, da Casa Civil, da Secretaria de Governo, para que esses recursos sejam repostos, e isso está sendo feito.

Nós tivemos, nesses dias, uma aprovação na Junta de Execução Orçamentária do valor de R$279 milhões. Não são os R$655 milhões que estavam previstos, mas é uma primeira parcela, que já está comprometida e vai ser objeto de um PLN que vai ser remetido ao Congresso Nacional. Assim, as negociações continuam, não é? E a gente, como ministério, tem feito todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os esforços junto a outros ministérios para que essa reposição seja a maior possível, para que a gente possa executar os projetos que a gente tinha aprovado.

E, de concreto, nós já temos isto, que são: os R$279 milhões, que logo, logo chegarão aqui ao Congresso Nacional; e a aprovação do PLN 18, que vai permitir o remanejamento de recursos porventura existentes para as organizações sociais.

Como eu falei também, nós estamos trabalhando, como uma solução também parcial, paliativa, do problema, a... Se por acaso os recursos, os R$310 milhões que estavam destinados à Fase III, aos ensaios clínicos da Fase III de uma das vacinas, se isso não acontecer neste ano, nós vamos fazer o remanejamento desses recursos.

É claro que continuarão e continuam as gestões para que a gente consiga obter o máximo possível de recursos, porque a gente é capaz de executar, sim. Nós temos capacidade de executar. Nós fizemos uma simulação recentíssima aqui, e nós temos a capacidade de executar. Se fossem disponibilizados recursos hoje, nós teríamos condições de executar, pelo menos, R$1,5 bilhão com certeza. Então, nós temos essa capacidade de execução, sim, e nós vamos executar. E nós estamos justamente fazendo todas as gestões para que os recursos sejam repostos. É isso que nós estamos fazendo. E estamos obtendo a boa vontade do Ministro Paulo Guedes, da Ministra Flávia, do Presidente e do Ministro Ciro Nogueira. Então, não há nenhuma dificuldade. A gente está justamente fazendo as gestões para que esses recursos sejam repostos ao FNDCT.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – O.k., Ministro.

Vamos dar sequência aqui a esta manhã de debates.

Já verifico que o Zarak de Oliveira, que é o Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômica e de Infraestrutura da Secretaria de Orçamento Federal, se encontra presente.

Se a princípio estava com alguma dificuldade, agora está presente. Então, vamos ouvi-lo.

Ministro, acredito que V. Exa. também irá acompanhar, pelo menos, boa parte dos debates aqui, não é?

O SR. SÉRGIO FREITAS DE ALMEIDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, teremos aqui a participação ainda do Presidente do CNPq; de um professor da Universidade Federal de Alagoas, o Professor Vandick; de um representante da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias e da Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Também teremos o Secretário Executivo de Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento; a Sra. Helena Nader, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

Aqui eu não citei os nomes de Jorge Audy, Celso Pansera e Evaldo Ferreira Vilela, que estão representando essas entidades que eu mencionei.

Teremos ainda a participação da Sra. Fernanda Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; e de Dácio Roberto Matheus, Reitor da Universidade Federal do ABC, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior; e também Márcio Cesar Pereira, representantes do Conselho e Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovações de Goiás.

Então, aqui eu também faço o registro das participações, de maneira interativa, pelo canal e-Cidadania, e, presencialmente, aqui eu destaco a presença da Vereadora Thaysinha Peixoto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representando o Município de Messias, sempre atuante no que diz respeito ao desenvolvimento da sua cidade, do nosso Estado de Alagoas e também do nosso País.

Seja bem-vinda a este Senado!

Dessa forma, eu passo a palavra ao Sr. Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômica e de Infraestrutura da Secretaria do Orçamento Federal, pelo prazo de dez minutos.

Então, Zarak, sendo bem objetivo aqui... Nós estamos aqui em busca de informações, de saber qual o tratamento que está sendo dado pelo Ministério da Economia sobre esse tema, já que há um mês houve esse corte, que teve uma grande repercussão não só no meio acadêmico, mas também na sociedade em geral, e se o Ministério já tomou ou está planejando tomar alguma providência concreta para suplementar o orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia em 2021.

Então, se puder fazer essa explicação já nesse intuito, agradeço o seu posicionamento.

O SR. ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Primeiramente, eu cumprimento os Senadores, a Senadora Rose de Freitas e as demais mulheres, senhoras e senhoritas presentes, e também cumprimento os demais membros da Mesa que estão nesta audiência.

Inicialmente, eu gostaria de falar aqui que, quando houve a aprovação da Lei Complementar 177,que vedou a proibição da reserva de contingência, isso se deu já praticamente no início de 2001 – foi no dia 13 –, e a gente não tinha, quando se encaminhou o projeto de lei – com isso já em mente, ou seja, foi aprovado depois do encaminhamento do projeto de lei –, inicialmente, a gente não tinha margem para poder atender essa demanda, ou seja, eram 5 bilhões, originalmente, que estavam previstos nessa reserva. Então, com o advento da lei complementar que vedou isso, a gente passou, ao longo do exercício, de acordo com as avaliações de receitas e despesas, a ir incorporando esses valores, não é?

Então, ao longo de 2001, a gente incorporou, inicialmente, 405 milhões... 415 milhões, destinados às despesas primárias do fundo, e 1,882 bilhão para despesas financeiras, sempre lembrando que, dessa reserva de contingência, a gente alocou 50% em despesas reembolsáveis, que são despesas financeiras, que são empréstimos que a Finep faz para a área de ciência e tecnologia. E o restante, que seria a metade disso, que são despesas primárias, a gente foi incorporando ao longo do ano. Então, por meio do PLN 6 e PLN 8, a gente incorporou esse valor de 415 milhões, de despesas primárias, e, como eu disse, 1,888 de despesas financeiras.

Isso a gente foi, na medida do possível, encaminhando. Então, foi encaminhado, na medida da abertura de espaço do teto. Só lembrando que, quando encaminhamos o projeto de lei, todas essas despesas já estavam, vamos dizer assim, no seu limite. Só para se ter uma ideia, esse valor de 2, 7 bilhões de despesas primárias, que a gente iria incorporar no FNDCT, é o equivalente a toda a despesa do Ministério da Agricultura e do MMA de despesas primárias, ou seja, a gente não tinha, de imediato, condições de incorporar todo esse valor.

Só para dar essa ideia, a gente teria que cancelar despesas, dado o teto de gastos, no mesmo montante, e, como eu falei, isso equivale a todo o orçamento do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente. Então, ao longo do ano, na medida do possível, a gente foi incorporando isso.

E a última incorporação foram esses 680 milhões lá do PLN 16, em relação aos quais, em virtude de uma série de demandas que estavam acontecendo dos órgãos e, principalmente, naquele momento, dada a execução mais baixa do próprio FNDCT, a gente resolveu fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento de uma alteração do PLN 16, para basicamente atender à Operação Carro-Pipa, lá no âmbito do MDR, e outras despesas, como a parte de saneamento básico, as bolsas de estudos da Capes. Isso foi o que o Ministério da Economia encaminhou, mas o PL terminou sendo aprovado de outro jeito, com outras demandas que o Parlamento entendeu que eram necessárias. Então, foi isso o que aconteceu.

Depois disso, como bem falou o Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Dr. Sergio, a JEO da semana passada aprovou uma suplementação para tentar já recompor parte desse PL, endereçando principalmente para os editais de chamamento aí por parte do CNPq e das pesquisas também, no âmbito do FNDCT. Então, é isso que a gente está fazendo.

Com relação ao fundo, eu gostaria de chamar a atenção aqui principalmente com relação ao ano que vem. Este ano foi um ano bastante atípico. A gente praticamente teve o orçamento aprovado aí já em 15 de abril. Apesar dos problemas que a gente teve, todo este ano, com relação à própria disponibilização do fundo, eu queria chamar a atenção para o Orçamento de 2022. Só para vocês terem uma ideia – eu não sei se a apresentação está sendo passada aí –, mas, enfim, no Ploa de 2021, o FNDCT tinha 510 milhões de recursos primários, ou seja, sujeitos ao teto. Para 2022, o valor que terá o FNDCT para essas despesas primárias é de 4,233 bilhões, ou seja, equivale a toda a soma dos recursos empenhados de 2017 a 2021, ou seja, os recursos que vão ser alocados em 2022 é a soma de cinco exercícios de execução.

Eu estou chamando a atenção para isso porque, como eu disse, durante o exercício de 2021, com essa aprovação da Lei Complementar 177, a gente realmente não teve condições de incorporar tudo de uma vez. Como vocês sabem, o orçamento está sujeito a esse teto e a gente faz as avaliações bimestrais de receitas e despesas para ver o que abre de espaço nesse teto, em função de estimativas a menor de despesas obrigatórias, assim como de despesas discricionárias. Então, a gente teve essa dificuldade, além do que, também, a própria LDO, uma alteração da LDO, vedou, vamos dizer assim, a disponibilização do saldo da reserva de contingência. Isso também o Parlamento entendeu que era possível, dado que, como eu disse, a gente tem uma série de despesas que teriam que ser atendidas e não haveria espaço para você cancelar outras despesas.

Eu entendo que a Ciência e Tecnologia é superimportante para o País, mas ela é uma das prioridades. Há outras prioridades também, como a parte de saneamento, a parte de seguro rural para a agricultura, a própria Operação Carro-Pipa, que disponibiliza recursos para o Semiárido...

Então, a gente teve toda essa dificuldade em 2021, fora que há outras despesas que a gente tem que atender ainda este ano, que foi até motivo de um alerta por parte do TCU, com relação, por exemplo, aos organismos internacionais, aos passivos existentes.

É para isso que eu queria chamar a atenção. Realmente, a gente teve problemas ao longo de 2021, nessa tentativa de incorporar o saldo da reserva. Conseguimos fazer isso em parte. Em relação à alteração do PLN 16, a gente está recompondo isso, haverá uma recomposição parcial agora, mas, como lembrou o Dr. Sergio, a gente tem uma JEO agora no dia 18, em que vai ter novamente uma avaliação de receitas e de despesas. E vamos ver o que que é possível tentar recompor mais ainda, do que foi, vamos dizer assim, remanejado do PLN 16.

Então, é isso que eu gostaria de falar e de chamar a atenção, principalmente para 2022, quando realmente nós vamos ter bastante recurso para a área de ciência e tecnologia, ou seja, é um valor de 8,5 bilhões, sendo 4,233 bilhões para novos financiamentos, para ciência e tecnologia, e 4,233 bilhões para despesas primárias, ou seja, um aumento significativo, quando a gente compara o Ploa de 2021, que foi de 510 milhões, com o Ploa que foi encaminhado para o Congresso Nacional de 4,233 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era isso. E estou à disposição para alguma pergunta ou algum esclarecimento.

E agradeço mais uma vez. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a participação do Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômicas e de Infraestrutura da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

Gostaria de fazer uma pergunta também ao Zarak, ao Dr. Zarak. Foi falado aqui, tanto pelo Ministro em exercício, o Sergio, como também pelo Dr. Zarak, sobre a aprovação desse PLN, o PLN nº 12.

É que ele, na nossa avaliação e na de qualquer outra pessoa que venha a se aprofundar um pouco mais sobre o assunto, extrapolou num aspecto ao vedar a Lei Complementar nº 177 com uma lei ordinária. Então, nessa Lei Complementar nº 177, havia lá expressamente a vedação de se ter durante não só um período, mas para sempre, no FNDCT, a contingência, que não pudesse mais ser contingenciado. No entanto, numa lei ordinária foi colocado um artigo específico para o ano de 2021. Então, já sabemos que é muito complicado falar sobre orçamento e o risco de judicialização é gigantesco. Então, é algo que é extremamente complexo, o processo de elaboração e também de execução do orçamento. Corre-se o risco de haver uma judicialização e, aí, isso se estende durante muito tempo e complica todo o meio-campo. Então, tenho certeza de que os técnicos analisaram isso, assumiram o risco, e está acontecendo.

Então, primeiro, aqui vai uma pergunta sobre o ano de 2022. Trata-se de saber se é possível o Ministério se comprometer a restringir essa alteração de fato ao ano de 2021 ou se será de fato uma prática do Ministério buscar sempre essa contingência no FNDCT. Porque nós aqui estamos avançando, estamos aqui falando sobre uma decisão da maioria qualificada do Congresso, através de uma lei complementar, que está sendo desrespeitada, de maneira grosseira, diria até, ao se tentar sobrepô-la com uma lei ordinária. Então, gostaria de saber o que enxerga hoje o Ministério sobre esse assunto técnico específico.

E devolvendo também para o Zarak responder sobre esse ponto específico, também que ele possa manifestar se já existe ou como está de fato o cenário atual para a proposta do Orçamento de 2022 para os projetos de pesquisas. Então, se já há – e com certeza já existe – esse cenário e se pode torná-lo público aqui nesta Comissão.

Então, Zarak, com a palavra, por favor.

O SR. ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – O compromisso de não haver mais isso já foi assumido pelo próprio envio do projeto de lei para 2022 ao Congresso Nacional. Lá no projeto de lei, que hoje está tramitando na Comissão Mista de Orçamento, ele já coloca o valor integral do orçamento do FNDCT sem nenhuma reserva de contingência. Como eu disse, o valor que está previsto para 2022 já foi encaminhado no projeto de lei orçamentária, ou seja, já é compromisso do Ministério da Economia e ele já inseriu isso, o Poder Executivo já inseriu isso na proposta orçamentária, já estão alocados nesse projeto de lei 8,5 bilhões no FNDCT, sendo 4,233 bilhões despesas primárias no fundo, e 4,233 bilhões em empréstimos a serem concedidos pela Finep. Então, não há nada na reserva de contingência para 2022, foi tudo alocado no fundo.

Como eu havia dito, se você comparar o projeto de lei de 2021, que foi encaminhado no ano passado, com o que a gente encaminhou este ano para 2022, há um acréscimo substancial, ou seja, ele passou, no Ploa de 2021, de 510 milhões para 4,233 bilhões. Então, eu acredito que está bem claro o compromisso do Ministério da Economia, eu diria do Poder Executivo, de que não há nada na reserva de contingência. A reserva de contingência para 2022 é zero, está tudo alocado no próprio FNDCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Zarak, estaremos acompanhando.

Antes de chamar o próximo expositor, eu gostaria de passar a palavra ao Ministro em exercício Sergio para fazer um comentário também sobre a apresentação feita pelo Zarak.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Senador.

É só uma observação. O Zarak, na sua intervenção, mencionou umas determinações do TCU em relação a obrigações financeiras e tal. Eu queria só deixar um esclarecimento, que eu acho que é importante.

Alguns meses atrás, houve uma representação feita perante o tribunal pelo Deputado Aliel Machado pedindo que o TCU examinasse essa questão da execução orçamentária e da governança do FNDCT. Esse trabalho está em andamento pelo tribunal, eles estão fazendo uma série de auditorias.

Logo quando houve a aprovação do PLN 16, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Fiscalização da Área de Desenvolvimento do TCU nos procuraram e pediram uma reunião, porque queriam ouvir o MCTI acerca dessa questão do PLN 16 e do PLN 12 também. Então, nós fomos procurados por essa equipe, e eles estabeleceram uma agenda de assuntos que eles queriam que a gente esclarecesse. Eu conduzi essa reunião com a equipe do ministério, com a consultoria jurídica, com o secretário adjunto, com o diretor do DAD, e nós prestamos todos os esclarecimentos que a equipe de auditores do TCU nos pediu. Eles estavam querendo saber: afinal, como foi o processo de elaboração e de aprovação desse PLN 16 e do PLN 12? E nós demos a eles as informações que nós tínhamos sobre isso, sem exceção. Em seguida, eles procuraram o Ministério da Economia e ouviram também uma série de informações que a economia tinha a prestar sobre isso. O trabalho ainda continua, está em andamento.

Então, eu acho importante que tenha havido... É sempre bom a gente ter a intervenção do órgão de controle externo, ainda mais numa situação dessas em que há coisas muito relevantes para o ministério, para que a gente possa prestar as informações.

Então, assim, foi uma iniciativa do TCU, o TCU procurou o MCTI, nós prestamos as informações, eles procuraram – e nos falaram que iam procurar – o Ministério da Economia, fizeram essas reuniões com eles e, em seguida, pediram-nos uma série de documentos sobre esse assunto, e nós os remetemos para eles. Então, é um trabalho importante de fiscalização que está sendo feito pelo tribunal, é originário de uma provocação do Deputado Aliel Machado. E, no caso do PLN 16, foi uma iniciativa do TCU de nos procurar e procurar o Ministério da Economia para ouvir as informações que cada um teria sobre isso e subsidiar esse trabalho que eles estão fazendo.

Então, esse era o esclarecimento que eu queria prestar a respeito dessa presença do TCU, ou dessa participação do TCU, na fiscalização da aplicação dos recursos do FNDCT.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, dessa forma, eu convido o Professor Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para fazer a sua explanação pelo prazo de dez minutos.

Ministro, se quiser, pode continuar sentado aqui. Será um prazer.

Sr. Evaldo, por gentileza.

Antes de lhe passar a palavra, Professor, eu gostaria aqui já de fazer uma provocação – com certeza, fará parte da sua explanação – para que possa demonstrar aqui as consequências da aprovação dos PLNs nºs 12 e 16, de 2021, mostrar de que forma ela prejudicou a concessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de bolsas e o financiamento à pesquisa e inovação do CNPq, como também de que forma isso impactou na formação de mestres, doutores e na iniciação científica, assim como na inserção de pesquisadores em empresas inovadoras, em *startups* e em projetos de pesquisas em andamento. Então, trata-se de saber o que acontece de fato. Pelo menos aqui, quem está acompanhando recebe a informação de que houve cortes para investimento em pesquisas. Para os pesquisadores que estão com pesquisas em andamento, fica suspenso? É cancelado? Ou eles continuam reduzindo e redistribuindo os valores em quantidades menores? Na prática, como isso impacta diretamente quem está na ponta?

Então, por dez minutos, passo-lhe a palavra.

O SR. EVALDO FERREIRA VILELA (Para expor.) – Inicialmente, cumprimento o Sr. Senador Rodrigo Cunha, jovem Senador da República. Meus parabéns por estar nesta Casa e muito obrigado pela oportunidade aqui. Agradeço, então, à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero cumprimentar também o nosso Ministro em exercício, o Professor Sergio, que é verdadeiramente um professor. Ele deu uma aula aqui sobre todo o trabalho que está sendo feito, foi muito bem explicado.

Cumprimento todos aqueles Senadores e Parlamentares outros que nos assistem também e todos aqueles colegas nossos do Ministério: o Secretário Baptistucci, que faz um trabalho excelente no Ministério; a Secretária Christiane, igualmente; e também a Professora Zaira, minha colega, nossa Diretora de Cooperação Institucional, firme.

Senador, a ciência brasileira, a pesquisa no Brasil, que desenvolve conhecimento, porque a gente sempre fala que ciência e tecnologia é conhecimento, é robusta apesar de todas as dificuldades ao longo da sua história. Ela nunca teve, assim, toda a atenção necessária para o desenvolvimento da sua potencialidade. Nós estamos nessa luta por recurso há muito tempo na ciência, mas é muito importante que se lembre, a todo momento, que o mais relevante para todo o nosso ecossistema de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento do País é o cuidado com o jovem, o jovem que nós precisamos atrair para a ciência, que nós precisamos atrair para as nossas atividades de pesquisa. Sempre que a gente busca recurso, é nesse sentido.

Então, apesar de tudo, a ciência brasileira é muito robusta e está entre as dez primeiras ciências do mundo, e nós temos hoje uma situação – e não é de hoje, já vem de algum tempo – que é, realmente, a necessidade de ampliar o valor das bolsas em quantidade e em valor real também e manter a nossa carteira de pesquisa, que, nos últimos anos, de 2014 para cá, diminuiu muito. Então, essa é a nossa luta.

Aqui eu quero mostrar, rapidamente, o que nós apresentamos ao FNDCT, que foi, exatamente – aprovado no FNDCT –, a Chamada Universal, que precisava ser lançada este ano, já estava atrasada. A Chamada Universal apoia projetos de pesquisa que visam contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e atende muito o jovem pesquisador. Ela tem sido de 200 milhões aportados pelo FNDCT tradicionalmente e, este ano, nós a lançamos com 250 milhões, fazendo um esforço muito grande na nossa lei orçamentária para chegar a 250 milhões devido ao atraso que aconteceu, para a gente alcançar mais rapidamente.

Isso fazia parte do PL 16, acerca do qual a gente tinha essa expectativa, e, agora, como disse o nosso Ministro Sergio, em um trabalho muito importante também do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovações, nós devemos receber 100 milhões, ainda este ano, para nós mantermos esse edital vivo, porque, se nós não recebermos, nós não temos condições de levar esse edital adiante. Então, esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O segundo é que nós esperávamos 280 milhões para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que são a pérola da nossa ciência brasileira, que têm, assim, um valor inestimável, porque estão todos globalizados, todos eles com muita... E aqui eu quero lembrar, no caso dos INCTs, que o Secretário Zarak disse que o Governo tem sempre muitas prioridades. É claro, a gente sabe disso, mas é muito importante lembrar duas coisas: primeiro, que as prioridades, muitas vezes, são atendidas com o aporte de conhecimento que vem da pesquisa, que vem da ciência e tecnologia.

O caso que o Professor Sergio mencionou – eu estou reforçando "Professor" porque gostei muito da aula dele –, o caso do SUS: nós precisamos de mais recursos no SUS para aliviar a dor daqueles que usam hemodiálise. Se nós temos pesquisa, nós temos novas possibilidades de transplantes, então, a prioridade maior é ciência e tecnologia, é desenvolvimento de conhecimento, para que a gente possa tirar outras prioridades da prateleira.

É muito importante, Senador, que a gente tenha essa percepção de que ciência e tecnologia não trabalham, a não ser no caso de TI ou coisa assim, não trabalham com contratos, nós trabalhamos com convênios, com outorgas de concessão de recursos. Então, muitas vezes, o dinheiro fica parado conosco. É importante ver isso, porque nós temos compromissos à frente já assumidos. Eu não posso dar uma bolsa para o senhor agora e não prever, e não guardar o dinheiro para te pagar essa bolsa durante 12, 24, 36 meses. Então, é muito importante entender que recursos parados, às vezes, na ciência e tecnologia, não estão parados; eles estão aguardando o momento certo de serem utilizados. A gente não trabalha com 8.666, a gente não paga simplesmente contratos, que é uma forma, muitas vezes, que o Governo entende mais fácil.

Nós temos a terceira prioridade nossa, que foi apresentada ao FDCT, isso foi aprovado no FDCT, que é o fomento. O fomento para o Programa Primeiros Projetos, o Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex). Nós pedimos 42 milhões, não é tanto dinheiro assim, para um programa que emprega na ciência os jovens. É pesquisa, desenvolvimento e inovação que vai ter um reflexo muito grande na sociedade como um todo.

Dado o tempo que eu tenho, vou economizar algumas das nossas palavras ali, mas quero reforçar que Primeiros Projetos atende jovens pesquisadores; Apoio a Núcleos Emergentes e Núcleos de Excelência, o próprio nome diz o que nós estamos fazendo, são coisas de excelência globalizadas. E também programas de INCTs, novamente aqui, nós temos uma dívida, nós íamos pagar uma dívida, Senador, de 2008-2010, de 8 milhões, o que faz falta à pesquisa nos laboratórios daquilo que é a melhor pesquisa que temos no Brasil.

O Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), pesquisadores na empresa. Isso é muito FNDCT. São 40 milhões. Esse edital foi lançado, ele recebeu – a Professora Zaira coordena esse trabalho –, nós tivemos 680 projetos submetidos, Senador, para 40 milhões. Nós só temos 3,5 milhões. Nós lançamos o edital com 3,5 milhões esperando essa complementação, que, se puder vir ainda este ano, seria fantástico para todos nós, porque isso atende empresas, inovação na empresa.

Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação é feito na empresa. Nós damos a bolsa e a empresa põe o recurso e o desafio. Não é desafio da cabeça de pesquisador; é desafio aportado pela empresa, o que ela quer que o nosso acadêmico e o nosso mestre, doutor faça. São 27 milhões.

Bolsa para Recém-Doutor, 30 milhões. A gente fez um esforço para ficar dentro daqueles limites mínimos meninórios, porque o que nós temos hoje de perda de cérebros, os nossos doutores estão indo para o exterior, nós estamos perdendo a joia da coroa! E nós fizemos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

edital este ano, acabamos de pagar 35 milhões recentemente dando uma missão ao jovem pesquisador brasileiro doutor e pedimos esse complemento porque nós temos uma fila. Isso aqui é para pronto pagamento, Senador. E são editais, não estamos lançando edital novo, chamada, não; é pagar o que já existe, é só pagar, é só fazer a outorga e pagar. São 30 milhões. Isso aí dá mais ou menos mil bolsas. Então, é um valor muito significativo.

Nós temos ainda o Ciência na Escola. Olha, a coisa mais importante que nós precisamos fazer hoje é educar a criança para que ela amanhã, sendo, aqui, como o senhor tem a sensibilidade pela ciência e tecnologia, que outros Parlamentares também tenham. Mas é muito importante aprenderem lá na escola, não é? Então esse programa Ciência na Escola é fundamental para nós desenvolvermos as crianças do Brasil.

Eu acho que ficou, se o senhor me permite, rapidinho aqui, só a popularização da ciência, que é outro programa sensacional, porque a gente precisa fazer o diálogo ciência e sociedade, a gente precisa divulgar o que faz, para que cada dia a gente tenha mais percepção da ciência entre os votantes, entre aqueles que votam no Brasil, o povo brasileiro.

E nós temos a Rede Vírus, que é também parte desse esforço gigantesco da vacina brasileira para covid, para que nós também pedimos 18 milhões.

Então, assim, de uma maneira bem rápida, Senador e os demais aqui que nos acompanham, essas são as necessidades que a gente esperava do PL 16. E agora nós estamos tendo um complemento, para não tirarmos do ar o edital universal. Mas temos a expectativa desses recursos, precisamos desses recursos ainda este ano ou no início do ano que vem, como disse o Zarak, que há a possibilidade. Mas se pudesse vir este ano, é tudo para pronto pagamento, é colocar o dinheiro na mão do pesquisador, na mão do jovem pesquisador, dentro do laboratório, gerando conhecimento para solução dos desafios do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, agradeço ao Prof. Evaldo pela explanação.

E, professor, aqui eu vou fazer uma pergunta baseada nas informações que o povo brasileiro tem. Então, quando alguém assiste a um noticiário, lê uma matéria em um *site,* dizendo que houve um corte de 90% na pesquisa no País e que o CNPq será prejudicado, o primeiro pensamento que vem é de que ficou inviabilizado qualquer tipo de pesquisas.

Segundo, que o jovem cientista ou abandona aquilo que está fazendo, ou vai em busca, principalmente no exterior, pelo grande nível educacional que possui, de condições melhores de trabalho.

Então, pelo que eu percebi aqui na fala, essa situação não é a realidade. Hoje, mesmo com esse corte, se há uma previsão de haver os suplementos, de haver, mais à frente, um complemento, e a situação ficar normalizada, não é uma situação calamitosa como pode estar sendo desenhada. Então, de fato, é isso?

O SR. EVALDO FERREIRA VILELA – Não, Senador, ela é calamitosa, sim, porque a resiliência e o que o nosso pesquisador faz para manter esse dia a dia da pesquisa, o senhor não acredita, é muito desgastante, muito difícil.

E muita coisa, a gente tem que fazer no exterior, porque não tem condições de fazer aqui. E quando a gente faz no exterior, a gente perde a patente. A gente perde o conhecimento. A gente divide o conhecimento com um amigo que está lá, que não é bem amigo. Ele está querendo aproveitar o nosso conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então a situação nossa é calamitosa, sim, porque nós temos um potencial muito grande para desenvolver, e nós estamos no mínimo. O CNPq nunca teve tão pouco dinheiro, de 2014 para cá. E a necessidade...

Agora, a segunda colocação do senhor é verdadeira, nós estamos perdendo, nosso pessoal está indo embora. E isso é muito gritante, é uma fuga de cérebros, porque todo mundo lá fora valoriza muito o nosso doutor, recém-doutor, porque ele é muito trabalhador, muito criativo. Se eu pudesse ter tempo aqui para contar para o senhor as vivências que a gente tem de brasileiros que chegam lá fora e encantam pela maneira como eles fazem com pouco dinheiro... Nós aprendemos a fazer pesquisa com pouco dinheiro, mas é muito pouco dinheiro! A gente reusa muita coisa no laboratório, quando o mundo não faz isso.

Então, assim, é uma situação de que a gente precisa, e temos muita esperança no FNDCT. Tendo em vista a questão do corte do teto, a esperança nossa é o FNDCT. E aí é para bolsas e é para fomento, porque não adianta só dar a bolsa. Se você dá a bolsa e não dá o fomento, como o pesquisador vai fazer? Onde ele vai arrumar dinheiro para comprar um reagente, para trocar um equipamento, para consertar um equipamento?

Então, há uma coisa no Brasil... E aqui eu peço até a ajuda do senhor e da Comissão para a gente entender que não é só bolsa. A bolsa não é de assistência, é uma bolsa de pesquisa e, muitas vezes, de formação do mestre ou doutor, mas é uma bolsa de pesquisa, é para desenvolver conhecimento. E não se desenvolve conhecimento sem reagentes, sem materiais, sem consumo, sem visitas – tem que ir a São Paulo, tem que ir à Inglaterra. Então, ele precisa de algum dinheiro, que não é só uma bolsa. E aqui a Bolsa de Iniciação Científica, por exemplo, hoje, Senador, é de R$400. Isso não estimula o nosso jovem no ensino de graduação a se dedicar. Existem outras profissões muito simples que dão a ele um salário mínimo.

Então, é uma situação muito... Para o jovem que se candidata à Bolsa de Iniciação Científica do ensino médio – do ensino médio, porque é importante, é muito importante trabalhar o ensino médio para que nós possamos identificar os talentos para a Ciência – são R$100. O que um jovem faz com R$100 hoje? Muito difícil!

Então, a gente precisa de mais recursos sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu agradeço ao Professor Evaldo.

Quero dizer também, Professor, que nós estaremos em contato para realizarmos uma audiência futura ao nosso gabinete, fazer uma visita também ao Conselho e colocar esta Comissão à disposição, ter uma conversa com mais calma, com mais tempo, porque, com certeza, temos muito a contribuir com essas lutas, com essas causas, que são para o bem do nosso País e para o desenvolvimento da nossa população.

Então, agradeço pela sua explanação.

O SR. EVALDO FERREIRA VILELA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Nosso tempo, de fato, é curto. Temos aqui outros expositores e teremos também outras oportunidades.

Então, sendo assim, para demonstrar, na prática, quem está na ponta, que pode estar sofrendo os impactos imediatos desses cortes, mas que também, há anos, como todos sabem aqui, busca reconhecimento, melhorias para o seu trabalho e, como o próprio Professor Evaldo falou aqui, são muitos, inúmeros casos, *cases* de profissionais que se destacam mundo afora pela sua atuação e pela qualidade, Tenho conhecimento do trabalho específico de um doutor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nosso Estado de Alagoas, doutor, oceanógrafo, que tem uma grande experiência no nosso litoral nordestino, e não se limita a isso, mas uma das grandes marcas – e já é um legado – do seu trabalho é a sua linha de atuação frente ao litoral nordestino.

Então, convido aqui, para demonstrar um pouco a sua experiência e como esses assuntos podem afetar diretamente a quem está produzindo novos cientistas, por favor, o Professor Vandick.

V. Sa. está com a palavra pelo prazo de 10 minutos, e já agradeço a sua honrosa presença aqui, humanizando tudo isso que nós estamos falando. Tudo que está nos gabinetes, tudo que está nos Ministérios chega a uma ponta e, nessa ponta, está lá o professor.

O SR. VANDICK DA SILVA BATISTA (Para expor.) – Primeiramente, agora, já boa tarde a todos e obrigado ao Exmo. Senador Rodrigo Cunha pelo convite.

Eu também sou Secretário Regional da SBPC em Alagoas, então também falo para toda a comunidade.

Eu sempre gosto de me fixar. Estamos como professor em um ambiente remoto e ganhamos certos vícios. Então, tenho uma série de eslaides retratando uma série de questões que estão aqui ligadas junto a informações particularmente captadas pelo Confap.

Então, aqui, o que vocês podem ver é um buraco negro. E eu chamo de buraco negro esse lugar para onde está indo o FNDCT ou a maior parte dele. Nós precisamos pensar nisso: pensarmos que país que nós somos e que país que nós queremos ser. (*Pausa.*)

Passou? Não; não passou.

Precisamos melhorar a tecnologia. (*Risos.*)

Está aí!

Ontem, a ciência deixou as lições, ações; hoje, é o momento de ela salvar os vivos, mas teremos a nossa ciência para o amanhã?

Eu já trago aqui contribuições. Eu vou passando para vocês.

Está meio lento o computador, mas o ontem passou e deixou lições. Que lições são essas? Nós já vimos um pouquinho: o CNPq, criado em 1951, patrimônio nacional, a base jurídica da pós-graduação definida, inclusive com o parecer de um alagoano, o Dr. Newton Sucupira, em 1965, e desenvolvido, particularmente a partir de 1970, o Sistema Nacional de Pós-graduação, que criou uma geração maravilhosa; e o FNDCT, que é criado em 1969 e também estruturado ao longo da década de 70. Isso daí é parte da nossa história, que vai sendo construída.

Eu chamo a atenção de que esse patrimônio foi construído, inclusive, durante o governo militar, iniciado em 1964, e isso mostra um tanto do que significa também o nacionalismo. Nós precisamos pensar no País como um todo.

Aqui temos um pouco... Estamos no momento de pensar no que os vivos estão fazendo. Olhar para o passado, mas olhando o que nós temos agora. Nós temos ciência e tecnologia no agronegócio, a maior fonte de recursos hoje em dia para o Brasil, além da questão toda mineral, fazendo, com as suas colheitas, com que nós aproveitemos por hectare uma produtividade nunca antes alcançada. E isso daí com todo um trabalho de informação que foi repassada, que foi dialogada. E, aí, pode-se dizer que um dos primeiros passos da ciência participativa no Brasil é onde há interação realmente do setor produtivo com o setor acadêmico, tirando aquela distância. Mas também já está essa aproximação com o outro setor, aquele que gera o alimento diretamente para os ambientes urbanos, sejam as grandes cidades ou pequenas cidades, que é a agricultura familiar, que também gera não só um grande número de pessoas ocupadas utilizando produtivamente o nosso território nacional e, ao mesmo tempo, gerando alimento diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, nós também temos toda a contribuição da tecnologia, e nessa tecnologia, o brasileiro se destaca muito na parte principalmente s*oftwares*, nacional e internacionalmente. Vários profissionais têm ido para fora, e isso é uma colaboração muito desejada, aqueles que vão para o exterior e vem para cá, de forma a gente sair das nossas caixas, das nossas bolhas, criando uma informação toda relevante.

Lembro que a internet é uma invenção acadêmica – não é? –, é uma invenção acadêmica, surgida de uma parceria internacional entre Estados Unidos, Reino Unido, França e outros, que desenvolveram os protocolos TCP/IP, a partir da década de 70, e que foi implementado, gerando desenvolvimento e toda a vida que nós temos hoje em dia de troca de informação com fortíssimo, fortíssimo, suporte financeiro governamental. Então, o papel do Estado como financiador do conhecimento é essencial. E isso não é só aqui; é nos Estados Unidos, é na Europa, é na Ásia, como articulador.

Temos agora... Na realidade, já é um processo antigo; vacinas são conquistas do século XVII, mas que foram alavancadas com o desenvolvimento tecnológico no século XX, salvando vidas agora, que a gente poderia... Nós tivemos um salto tecnológico, agora, ao poder gerar vacina com um ano após um evento, após a detecção do vírus e caracterização, mostrando que, unidos, a ciência unida gera resultados e resultados salvam vidas, salvam economias.

Além disso, temos o desenvolvimento de novos materiais, e vários desses novos materiais melhoram materiais antigos, como, por exemplo, temos aqui as máscaras. Máscara não é nada novo, não é? Máscaras rústicas foram detectadas no século VI e aperfeiçoadas a partir do século XIX, inclusive, considerando aspectos que são considerados intimamente acadêmicos como um movimento browniano, para melhorar o *shape,* o desenho dessas máscaras. E isso é obra do quê? De ciência transformada em tecnologia para serviço da sociedade.

Temos ciência para o amanhã, gente? Então, aí começamos a ter problemas, pensando no Brasil, pensando na nossa realidade.

Evolução da arrecadação não executada de recurso do FNDCT. Essa é uma informação tirada da internet também – não são conhecimentos meus, vocês todos podem encontrá-las –, mostrando que a parcela não executada nós estamos conseguindo crescê-la. E isso significa o quê? Se nós tínhamos uma oscilação aí em torno de 50% de utilização, nos últimos anos estamos atingindo valores absurdos, de uma parcela não utilizada de mais de 80%.

Isso significa o quê? A descontinuidade. Descontinuidade, instabilidade, nenhum desses processos ajuda a eficiência governamental, a eficiência de processos e produtos dentro da sociedade.

Será que o FNDCT é uma peça de ficção, como existem os *paper parks,* ou é uma estratégia? Constitui um fundo, que é uma estratégia para um país em desenvolvimento.

Olhamos aqui investimento – ops, passei, é que há um certo *delay*. Estou tentando ir rápido, viu? O computador é que está deficiente aqui. Vamos ao próximo.

Investimentos da Finep. Isso daqui, então, vem da apresentação do Confap, em outubro, que me foi disponibilizada.

Gente, olha essa linha vermelha. É total. Ao longo dos anos, estamos decadentes, decadentes como nação, porque uma nação que não está investindo de uma forma continuada em conhecimento é uma nação que está ficando órfã da ignorância. Logo, tomadas de decisão baseadas em evidências deixam de existir.

Nós temos o que mais? Temos informação, que é base para remédios, para comunicação e para climatologia que vem da física, química e biologia, gerando também novos materiais, tecnologias. Já anuncio: nós continuaremos com problemas de água no Sul do Brasil, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

novamente temos sinais do evento La Niña no Pacífico, que este ano nos trouxe essa crise hídrica e aumento nas taxas de energia. Isso vai continuar acontecendo. Isso já está previsto. O que nós precisamos é de decisões que utilizem a informação de ciência para a tomada de decisão.

Temos também outro tipo de informação: é aquela que vem das humanidades, base para venda de produtos e serviços, para o ensino; é utilizada na política em campanhas, na administração de empresas governamentais ou privadas, para a saúde mental, cuja base é encontrada na antropologia, na psicologia, na sociologia, na história. Nós precisamos desse patrimônio, gerando eficiência na gestão, definindo onde utilizar, se é num modelo burocrático, num modelo sistêmico, que é mais bem aplicado para gerar melhores resultados; sabendo que nós temos conhecimentos que não são só nossos, mas são utilizados por várias corporações, como 80/20 de Pareto.

Utilizar os recursos da biodiversidade. Somos ricos. É o País mais biodiverso? O.k. O que nós vamos fazer com isso? É uma riqueza, se nós usamos; se não usamos, é um patrimônio que simplesmente será perdido. E é isso que a gente observa nas taxas de queimada.

Temos ciência para o amanhã? Observem a linha azul: produtividade científica, que está muito associada com a coluna verde, que é um aumento no número de doutores, porque o amarelo, que são os mestres, são os futuros doutores. Só que precisamos dos doutores, que já são pessoas mais preparadas, teoricamente, para conduzir e gerar novos conhecimentos que gerem produtividade, contribuições à vida real do cidadão. E isso é relevante.

Só que qual é o estado em que nós estamos? Observem aí. O Evaldo acabou de colocar. E temos aqui uma expressão gráfica: bolsas de mestrado, CNPq, doutorado e pós-doutorado no País, desde 2002 até 2020. Observem a linha vermelha, observem a linha amarela e a linha verde: de um processo de ascensão passamos por um processo de estagnação e em possível declínio.

Espero que aquilo que foi colocado há pouco se transforme em realidade e a gente possa transformar isso em algo mais construtivo.

Senador, me dê mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Só para orientar, nós temos um reloginho aqui em frente.

O SR. VANDICK DA SILVA BATISTA – É, eu já estou... Olhei e eu o vi andando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

Então, peço que acrescente cinco minutos ao professor.

O SR. VANDICK DA SILVA BATISTA – Cinco minutos. Por favor, gente.

Aqui a questão das bolsas também foi colocada. Nós vamos conseguir que bolsistas de mestrado, que são profissionais, recebam praticamente um salário mínimo – R$1,5 mil; doutorado, R$2,2 mil. É realmente para profissionais de alta qualidade, que estão produzindo conhecimento, que podem gerar patentes, que podem gerar conhecimentos para este País e trazer o nome dele para a resolução de uma série de problemas, e nós estamos aí, desvalorizando. Além disso, lembro que todos os bolsistas, gente, não têm direito algum, não têm nem férias. Eu falo isto para os meus alunos: "Vocês não têm férias, vocês não têm décimo terceiro, não têm mais nada, vocês são trabalhadores do conhecimento." E olha o valor que nós damos para o conhecimento.

Isso aqui era um ajuste histórico dos valores a serem repassados. Nós estamos sabotamos o País com esse tipo de política, porque nós estamos, de fato, perdendo. Semana retrasada, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

doutor que ia se transferir para a Ufal foi para os Estados Unidos, desistiu. E aí nós estamos perdendo, mesmo para Estados pobres e Estados ricos.

Olhem a linha vermelha novamente, gente. Esperamos que as projeções sejam adequadas. Esse gráfico foi montado pela SBPC, é um comparativo do LOA MCTI nos últimos 20 anos. Então, olhem a decadência! Até 2001... Foi iniciada em 2013, não vamos dizer que foi apenas agora. Nós temos uma situação em que nós estamos jogando todo um patrimônio fora. Então, recursos estão sendo exauridos, pessoas formadas estão indo embora. E, para formar um doutor, não é dinheiro só, é um processo de gestão que tem que ser muito consolidado.

Ciência para o amanhã? De novo, olhem aí: bolsas no País e outros auxílios, auxílio à pesquisa. Parece que isso daqui é uma coluna de um dromedário, não é? Sobe e depois desce, mas, infelizmente, nós estamos lá embaixo, perdendo os recursos. E aí é muito difícil, realmente, estabelecer compromissos com o País, porque nós estamos sem condição nenhuma de planejamento.

O que são esses 635 milhões? São alguns tijolos dentro de um processo de construção que nós estamos desperdiçando. Ano após ano, estamos fazendo isso, estamos virando pesquisadores sem teto – não precisamos só pensar nos moradores sem teto.

Temos ciência para amanhã, um amanhã de curta e longa duração? Sim, existe. Eu vou dar um exemplo daquilo que a gente observa no exterior: os programas ecológicos de longa duração, que estão se transformando em programas socioambientais de longa duração. Por quê? Pelo contato com a sociedade. E isso nós temos aqui, e o CNPq tem um papel essencial. O programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração: temos ali à direita os sítios que estão aí contidos. Então, é um patrimônio para um país que não cultiva monitoramento, que não tem... A sua história está sendo nesses PELDs. Aqui no caso, eu coloco o símbolo de alguns deles e, aqui no centro, o nosso Peld Costa dos Corais, em Alagoas, o primeiro Peld no litoral do Estado de Alagoas.

E aqui temos alguns frutos disso: programa de animação da Ufal ligado ao Peld vence prêmio da Unesco, a série Mar à Vista, que está disponível para todos vocês e está sendo trabalhada já no ensino básico, com o apoio do CNPq, Fapeal e Capes, deixo isso claro. A Capes, nesse último edital, saiu fora. Eu não sei se não tinha recursos, mas sobrou para aqueles que continuaram.

Monitoramento de ações do óleo, Nordeste brasileiro. Prejuízos: pessoas com doenças. E o que nós fazemos quando há emergências? Isso tudo está sendo pensado pelos PELDs, porque nós temos histórico do passado e podemos verificar o impacto no presente para prever ações para o futuro.

Aqui, o que vocês veem são ações. Nos últimos três sábados, nós estivemos em comunidades em Maragogi, em Barra de Santo Antônio e em Porto de Pedras, comunidades rurais, desenvolvendo, levando para eles informações.

E, no fechamento, "Temos ciência para o amanhã?", o percentual de alunos de pós-graduação atendidos com bolsas. Então, isso mostra hoje o papel essencial das FAPs.

É necessário que nós tenhamos mais parcerias para que, se um pé desse sistema falhar, os outros continuem fortes, com essa força que as FAPs podem apresentar. Estados sem FAPs são Estados perdidos, na prática; são recursos perdidos que outros que têm poder conquistam.

Obrigado, gente.

Era isso.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Professor Vandick, nós agradecemos sua explanação. Pode ter certeza de que essa paixão, esse amor de quem é um professor, de quem é um educador, de quem é um multiplicador dá sentido a todos que aqui estão.

Então, a gente tem que lutar para que essa linha do dromedário não seja uma realidade. Que a gente esteja sempre em ascensão!

Sua explanação aqui, com muita informação, num pouco espaço de tempo, é extremamente interessante para que, aos poucos, a gente possa também internalizar e ter os desdobramentos necessários.

Muito obrigado pela presença física aqui. Você representa aqui não só o Estado de Alagoas, mas todos aqueles que acreditam que a formação de novos cientistas é o futuro deste País e de qualquer país que busca um desenvolvimento não só econômico, mas também social.

Parabéns pelo trabalho e pelo legado que já deixou ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. VANDICK DA SILVA BATISTA – Obrigado. Obrigado pela oportunidade. Obrigado a todos.

Agradeço o trabalho do Evaldo no CNPq, da Zaira e também de todos aqueles que estão tentando fazer com que o sistema continue vivo.

Parabéns a todos!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Obrigado.

Dando sequência, de maneira remota, convido o Professor Jorge Audy, que é Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e representante da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, para fazer a sua participação pelo prazo de dez minutos, de maneira virtual.

O SR. JORGE AUDY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço o convite para participar desta audiência pública, Sr. Senador Rodrigo Cunha.

Boa tarde a todos os amigos e amigas da comunidade de ciência, tecnologia e inovação do nosso País presentes, aos Srs. Parlamentares e às suas equipes.

Eu falo aqui em nome da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, do Reitor Ney Lazzari, que é o nosso Presidente, e também a pedido do Chico Saboya, Presidente da Anprotec, que é a associação que reúne os ecossistemas de inovação do nosso País.

Eu vou tentar ocupar o tempo exatamente como definido pelo senhor, Senador, iniciando a minha fala com relação à questão, a partir da aprovação, do Projeto de Lei Complementar 135, que gerou a Lei 177, com uma votação expressiva tanto no Senado quanto na Câmara, que proibiu o contingenciamento do FNDCT e que o transformou em um fundo financeiro. Nós criamos uma expectativa, uma esperança eu diria, nesses tempos tão complexos, de um futuro um pouco melhor – e eu não falo só da área de ciência e tecnologia.

O FNDCT, quando foi criado, lá em 1969, como foi colocado em apresentações anteriores, tinha por objetivo apoiar a inovação e o desenvolvimento em todas as áreas da ciência e da tecnologia e gerar uma infraestrutura para isso. Foi criado para ser a principal ferramenta de financiamento da ciência e tecnologia e inovação do nosso País e para garantir talvez a coisa mais importante quando se fala de ciência, tecnologia e inovação, que é o fluxo de recursos para o investimento em ciência, tecnologia e inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ciência não se faz por rajadas, não adianta não ter nada neste ano e uma fortuna no ano que vem; nada no ano seguinte e uma fortuna no ano seguinte. Não se faz ciência assim, não se constrói nada assim, na realidade, mas a ciência se faz com fluxo. É melhor menos recursos com continuidade do que picos, tipo um eletrocardiograma, com relação aos recursos alocados. Esse é um conceito básico, fundamental.

A ciência, tecnologia e inovação hoje, Sr. Senador, em pleno século XXI, é o sinônimo de autonomia e soberania nacional. Em todos os países que a gente considera desenvolvidos, nos países mais desenvolvidos do mundo, quando analisamos o percentual de investimento no PIB – que no Brasil só tem diminuído nos últimos anos –, a gente encontra talvez o principal indicador dos países mais desenvolvidos do mundo, que povoam o nosso imaginário de um país desenvolvido. Quando a gente olha o indicador número de pesquisadores, de doutores formados, nós temos o segundo indicador mais importante. Isso é desenvolvimento no século XXI, no mundo todo, na sociedade do conhecimento.

Se eu fosse citar dois exemplos somente do impacto do FNDCT no cenário em que a gente vive, eu abordaria, por exemplo, usando um pouquinho o chapéu do meu querido amigo Chico Saboya, Presidente da Anprotec, o FNDCT foi o responsável pela estruturação em nosso País da rede, do conjunto dos ecossistemas de inovação via Finep, que é quem operou esses editais desde 2002 – depois 4, 7, 10 e 13, quando foi o último –, que foi o responsável por estruturar a rede nacional de parques científicos e tecnológicos, desde o Porto Digital, em Recife, ao Tecnopuc, ao Tecnosinos, aqui no Rio Grande do Sul, passando pelo parque do Rio, na federal do Rio de Janeiro, pelo BHTec, na federal de Minas, pelo parque da Unicamp, pelo parque tecnológico da Bahia, São José dos Campos, em São Paulo, pelo Parque Guamá, no Pará, pela Fundação Certi, em Santa Catarina. Toda essa estrutura que nós temos hoje no País foi criada a parti... Esses são os celeiros das *startups* e dos *spin-offs*, dos novos empreendimentos, com o perfil, com a cara do século XXI.

Se eu for para um outro exemplo, aproveitando as duas apresentações que eu faço aqui das universidades comunitárias, que desempenham um papel absolutamente fundamental na consolidação e na atuação no processo de desenvolvimento regional e local, onde atuam, foi por meio de recursos vindos por meio do FNDCT e operados pelo CNPq e pela Finep que se consolidaram diversas redes de pesquisa, montagens de laboratórios e projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento local, de alimentos a água, de energia a saúde, incluindo as áreas mais sofisticadas, vamos dizer assim, a área nuclear, a espacial e a defesa.

Ou seja, ciência, tecnologia e inovação, no século XXI, na sociedade do conhecimento, simultaneamente, acelera o desenvolvimento, o desenvolvimento não só econômico, mas social e ambiental do País, e, consequentemente, reduz desigualdades.

O desafio, hoje, é nós entendermos qual é o papel nosso, como sociedade, incluindo o Governo, incluindo universidades, empresas e sociedade civil. E eu me permito dizer – eu, como alguns colegas que estão aqui comigo e que vão falar logo em seguida, que sou membro do Conselho Diretor do FNDCT, já há alguns anos – da nossa responsabilidade em discernir, analisar e propor o uso dos recursos. Essa é uma atribuição inalienável do nosso conselho, do Conselho Diretor do FNDCT. Essa é uma enorme responsabilidade pessoal e social perante a sociedade e não pode ser, de forma acelerada, com pressa, sem a devida análise, sem a verificação, com o cuidado necessário dos objetivos para os quais foi criado o FNDCT, as prioridades nacionais, as recomendações dos órgãos de controle. Isso é nossa responsabilidade e, em especial, daqueles que representam a sociedade nesse conselho – o FNDCT sozinho, hoje, no ano de 2021, considerando que tudo que foi decidido com relação a ele fosse respeitado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fosse respeitado. Talvez respeito seja a palavra mais importante no nosso País hoje em dia. Eu, por exemplo, que sou uma pessoa que atua aqui como professor há 38 anos, na minha universidade, fico impressionado. Quando um Senador da República me diz: "O senhor tem dez minutos", eu vou usar nove. Respeito é uma coisa muito importante hoje em dia.

O FNDCT sozinho hoje representa mais do que o somatório dos recursos totais das principais agências de fomento e de apoio à ciência e tecnologia no País. Isso não compromete só a ciência, a tecnologia e a inovação; isso compromete o nosso futuro como Nação independente e soberana. Esses mais de 7 bilhões de 2021, esse contingenciamento de que nós estamos falando e os mais de 8 bilhões do ano que vem – nem vou entrar no mérito do fato de 50% serem alocados para recurso reembolsável, o que não faz sentido no momento que a gente vive – comprometem o nosso futuro como Nação. Não é só a área científica e tecnológica.

Os PLNs 12 e 16, Sr. Senador, que são o foco e o convite que eu recebi para essa fala, retiram, de imediato, 2,7 bilhões e comprometem a confiança do sistema com o futuro, porque esses PLNs criam uma figura incrível: eles contingenciam o descontingenciamento. É um artifício jurídico legal que literalmente contingencia o que foi descontingenciado, como foi explicado aqui por diversas pessoas. É uma falta de respeito, não é? É uma falta de visão com o futuro, não é? É uma falta de noção de prioridade – prioridade de um País que vive o século XXI, a sociedade do conhecimento, não um país no século XIX. Ou seja, hoje, no contexto que vivemos, restaurar as decisões anteriores do PLC 135, da Lei Complementar 177, para este ano, deveria ser motivo de trabalho concentrado de todos nós, porque são fundamentais para mantermos o mínimo do fluxo e dos objetivos próprios de projetos e ações, na área de ciência, tecnologia e inovação, vivos e atuantes. Não adianta a gente ficar sentado esperando por uma promessa para o ano que vem, porque a promessa deste ano não foi cumprida.

E não é um debate por dinheiro, Sr. Senador. Eu tenho certeza de que, tanto para a Brooke quanto para a Anprotec, a gente não está debatendo recursos. A gente está debatendo respeito, a gente está debatendo respeito à ciência, a gente está debatendo o futuro do nosso País.

Eu gostaria de encerrar, então, agradecendo e desejando que esta importante Comissão do Senado, do nosso Congresso Nacional, dê o apoio que a ciência e que o futuro do País, do nosso Brasil, merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Jorge, representando a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.

Vamos fazer a seguinte dinâmica. O objetivo aqui, além das explanações, é fazer com que esta reunião também consiga ter um resultado prático e tirar as dúvidas de quem aqui faz parte, seja do meio acadêmico, seja do setor governamental, seja de quem está na ponta.

Nós vamos contar, até o final desta audiência, com a presença do Ministro em exercício, Sergio, que está aqui presente e, também, acompanhando virtualmente, da representante do Ministério da Economia. Então, solicito, tanto aos expositores que já passaram, que possam fazer perguntas por escrito, para que a gente possa buscar uma eficiência, como aos próximos expositores, que aqui estão virtualmente, durante a sua fala, para que possam fazer alguma pergunta direta ao Ministro em exercício, que ele fará a anotação e logo ao final responderá. Temos aqui a oportunidade de estar com quem conhece e tem total noção da capacidade e das dificuldades do Ministério da Ciência e Tecnologia, como também do Ministério da Economia para dirimir qualquer tipo de dúvida ou de interesse fora daquilo que foi explanado até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, irei dar sequência aqui, ouvindo, pelo prazo de dez minutos, o Secretário-Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento, Sr. Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, boa tarde.

Senador Rodrigo Cunha, que preside esta reunião e é também autor do requerimento, junto com o segundo requerimento do Senador Jean Paul Prates, e Senadora Rose de Freitas, que acompanha também esta audiência, que é Presidente da CMO. Estivemos conversando com ela há pouco tempo sobre o Orçamento do ano que vem.

Presidente, primeiro, o Jorge Aldy abordou brevemente, mas a gente tem que resgatar um pouquinho o que foi a luta da aprovação do PLP 135, que virou a Lei Complementar 177.

Era uma reivindicação antiga da comunidade acadêmica – diversos projetos já tentaram ser aprovados com ela, transformando o FNDCT em recursos financeiros, não só contábeis, e proibindo o contingenciando dos seus recursos –, que depois foi traduzida em um novo projeto, o PLP 135, do Senador Izalci Lucas, que fizemos uma batalha enorme, ao longo do ano passado, de 2020, para aprovar, contra a orientação do Governo, no Senado e na Câmara, ambas com votações bastante expressivas. O Senador Izalci Lucas, também Senador do seu partido, do Distrito Federal, é um defensor da ciência e tecnologia já de longa data. Depois, o Governo, por orientação do Ministério da Economia, impôs dois vetos à lei aprovada. Nós ajudamos a mobilizar e fizemos o abaixo-assinado com centenas de milhares de assinaturas, pedindo a derrubada dos vetos, e o Parlamento novamente respondeu positivamente e derrubou um dos vetos que era o mais importante – a gente fez um acordo para derrubar um dos vetos, que era o veto que tratava exatamente do contingenciamento. Mas, aí, Presidente, veio o terceiro gol de mão contra a gente. A derrubada do veto só foi sancionada no dia seguinte à aprovação da LOA de 2021, que permitiu que os recursos não fossem lançados, todos eles, como parte já do Orçamento de 2021.

Então, a origem do problema não é de agora. A origem do problema está numa sequência de ações do Ministério da Economia junto ao Governo Federal, à Presidência, primeiro, pedindo o veto; depois, a ação de retardar a promulgação, o veto já derrubado, a promulgação do veto, no dia seguinte à aprovação da PLOA 2021, numa total ilegalidade, passado o prazo de ter sido divulgado o veto, para permitir que o dinheiro não entrasse no cálculo do resultado primário do Governo; mas depois veio toda a sequência.

Por exemplo, o PLN 12, a ação que ele define ali, que ele aprova, é uma ilegalidade. Uma lei ordinária não é mais forte que uma lei complementar. E o Governo está se baseando, o Ministério da Economia, em uma lei ordinária sobre uma lei complementar. Isso por si só já é uma ilegalidade. Então, esse é o primeiro problema. E sabe por quê, Senador? Porque o Ministério da Economia não engoliu a derrubada do veto e quer o dinheiro do FNDCT para compor o resultado final do ano. Isso porque não são só 2,7 bilhões que não foram derrubados até agora, não. Quando o Governo destina 3,7 bilhões de reais para retornáveis, ou seja, para empréstimos, ele está colocando na Finep dinheiro que já tem em estoque em excesso. Não existe demanda para esses recursos. Sabe por quê? Porque os juros da Finep são mais altos que os juros do BNDES. Então, uma empresa inovadora quando quer tomar dinheiro emprestado para projetos de inovação vai ao BNDES, não vai à Finep. Então, há um estoque enorme de recursos. E o Governo está contando, o Ministério da Economia, com a sobra de 2,7 bilhões, que ainda não foram liberados dos recursos, e com os 3,7 de retornáveis para ter 6,4 bilhões, que não teria pela Lei Complementar 177, para ajudar a completar a fazer o cálculo do resultado primário no final do ano. Então, essa é a realidade. Por isso, o PLN 12 e essa postergação do processo de liberação dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois, há a questão do PLN 16. O que havia no PLN 16? Estava prevista a liberação de R$660 milhões de não retornáveis e de dinheiro para o CNPq e para a Finep. O Governo aproveitou o espaço fiscal daquele processo, retirou dinheiro da ciência e botou para outros gastos. Isso é estratégia do Governo. O fato é que atingiu em cheio a ciência. Mas aí há uma coisa certa que tem que ser falada, Presidente. A Casa Civil e o Ministério da Economia enviaram a mensagem para a Comissão Mista de Orçamento na véspera na aprovação, depois de feito o acordo com a oposição para aprovar o texto do PLN 16, porque havia a questão dos radiofármacos lá dentro, mudando a destinação dos recursos sem falar pelo ICTI. Fui eu que comuniquei, através do ICTP, ao Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, da mudança de orientação do Governo. E ele falou: "Nós não estávamos sabendo disso". Depois, o Ministro Marcos Pontes reafirmou em público isso. É um desrespeito ao colega de trabalho fazer uma coisa dessas. Como é que muda a orientação do recurso e não comunica ao colega de trabalho, o ministro de outra pasta? Além disso, é um grande desrespeito à ciência e tecnologia deste País. Deveriam ter comunicado: "Ministro Pontes, nós precisamos desse espaço fiscal aqui por isso, por isso e por isso, mas estamos fazendo um novo PLN para repor o recurso." Não fizeram, até hoje o dinheiro não veio e, pelo que se sabe, não tem nem no horizonte isso. Parece que vão liberar, na semana que vem, um PLN com uma pequena quantidade. De lá para cá, o Governo emitiu dez PLNs, nenhum deles tratando das questões da ciência e tecnologia.

Por fim, para respeitar o tempo de fala, Presidente, eu vou pedir a sua ajuda numa questão: nós estamos precisando falar com o Relator-Geral do Orçamento do ano que vem para entregar a nossa pauta completa de reivindicações. Tudo o que nós estamos pedindo é: retornar para o Orçamento de 2022 os valores que foram executados em 2019, que foi o último ano em que o setor funcionou plenamente. Somado tudo, isso envolve em torno de R$5 bilhões, ou seja, mais R$5 bilhões de impacto no resultado primário do Governo. Nós precisamos entregar essa pauta para o Relator-Geral, Deputado Hugo Leal – se o senhor puder nos ajudar nessa audiência, para a gente fazer a entrega dessa pauta para ele.

E a outra questão que é importante para a gente também, Senador e Presidente, é a questão do FNDCT do ano que vem. O representante do Ministério da Economia já falou que, no ano que vem, todos os recursos do FNDCT... Eles irão respeitar a Lei Complementar 177 e colocar todo o recurso à prova. Mas há um detalhe para o qual eu queria chamar a atenção do senhor, para o senhor nos ajudar também, e da Presidente da CMO, Senadora Rose de Freitas: um dos dispositivos da Lei Complementar 177 diz que até 50% dos recursos podem ser destinados para projetos retornáveis, ou seja, para empréstimos via Finep. Pois bem, como a Finep já tem um estoque grande e não precisa disso tudo, o que nós estamos pedindo para o Parlamento é que mude isso e coloque, no máximo, 15% desses recursos para retornáveis e 35% dos recursos fiquem para não retornáveis, para recursos sem obrigação de retorno, que não vão para empréstimo, e sim para investimento em projetos de fundo perdido.

Isso para a gente é muito importante, não é uma coisa de menor importância. Está bem que vai liberar o recurso todo, porque a Lei Complementar 177 está aprovada, mas a lei diz o seguinte: até 50% para retornáveis. O que nós estamos pedindo é que, nesses "até 50% para retornáveis", o Parlamento mude a proposta da Ploa que foi enviada pelo Governo e vá até 15% e os restantes, 35%, deixe liberados para que o conselho diretor do FNDCT discuta as estratégias mais corretas para uso desses recursos.

Eu agradeço o convite e pela fala. Vou encerrar antes dos meus dez minutos, respeitando, porque eu sei que nós temos a Helena Nader, nós temos a Fernanda Sobral, nós temos ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

boas falas do setor que vão fazer as defesas. O Reitor Dácio também irá fazer o uso da palavra. Mas agradeço, Senador, o convite.

A Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento é uma coalizão de entidades que atua ajudando na ação junto ao Parlamento brasileiro. Estamos à disposição de vocês. Enviarei a seu gabinete a pauta de reivindicações dessas entidades todas. Se o senhor puder nos ajudar no diálogo com o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Hugo Leal, nós agradeceremos imensamente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Celso por sua explanação.

Celso, você trouxe novamente à baila o motivo que me fez assinar o requerimento para esta audiência, conversando bastante com o colega Senador Jean Paul Prates, que também é um dos autores deste requerimento, e por conhecer, como falei aqui, de perto a atuação do Ministro Marcos Pontes, por ter ido algumas vezes ao Ministério, sabendo a postura que ele tem e a forma extremamente ponderada dele, porque ele é uma pessoa ponderada, é uma pessoa diplomática, é um diplomata. Publicamente, ele veio pedir socorro, praticamente.

Aqui eu vou me remeter a um tuíte feito no início do mês passado, assim que saiu a aprovação do PLN. Diferentemente do que foi a sua fala na Comissão de Educação, quando foi pego, digamos assim, de surpresa pela explanação – ali era algo que ele não tinha como não responder, como não se posicionar –, um tuíte, quando é feito, é de maneira pensada em cada palavra. Então, o Ministro Marcos Pontes escreveu que foi uma falta de consideração, que os cortes de recursos sobre o pequeno orçamento de ciência no Brasil são equivocados e ilógicos, ainda mais quando são feitos sem ouvir a comunidade científica e o setor produtivo, e isso precisa ser corrigido urgentemente. Então, foi essa fala que me tocou, o final dessa fala principalmente, quando se disseque isso precisa ser corrigido urgentemente.

Então, as perguntas, principalmente ao Ministro em exercício Sergio, foi neste sentido: o que está sendo feito? E ao Ministério da Economia também. A minha pergunta foi esta: se houve algum movimento da Secretaria do Governo da Presidência da República, se houve algum movimento do Ministério da Economia e da Presidência da República, porque foi dito posteriormente ao Ministro que iria recuperar essas verbas. Então, estamos entendendo passo a passo. Há o PLN 18 chegando agora, há a produção de um outro PLN já com a expectativa de um volume maior de recursos. Então, é entender esse cenário para saber se aquilo que está sendo posto ao Ministro... Nós estamos aqui em busca do mesmo objetivo, que é fortalecer todo o nosso setor de pesquisas.

Então, é importantíssimo também a gente deixar claro este ponto: a busca é fortalecer esse discurso e não ter aquela vitória de Pirro, no caso aqui da Lei complementar 177, que você ganha, mas não leva. Então, num ano, você aprovar o que é solicitado e esperado há muito tempo por todo o setor e, no mesmo ano, você não tem essa lei respeitada, em detrimento a uma lei que tem uma fragilidade em decorrência de uma lei complementar.

Então, é esse o motivo de todos os posicionamentos aqui, e eu vou tentar também extrair algo de concreto para que isso possa, juntamente com quem puder somar forças e tiver as atribuições para isso, fazer com que essa realidade mude. O próprio expositor anterior já demonstrou o caminho aqui da CMO, que é um dos caminhos que serão seguidos, com certeza, eu conversando com o Relator, com quem tem prerrogativas para isso, para que a gente possa ir sensibilizando e demonstrando a importância do tema, que não é isolada, e, sim, nacionalizada e globalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, vamos dar sequência... Eu cheguei a passar no *chat* da explanação *online* do nosso aplicativo a ordem dos expositores. E, dessa forma, passo a ouvir a Sra. Helena Nader, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

Então, Professora, você tem a palavra, pelo prazo de dez minutos.

A SRA. HELENA NADER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Senador Rodrigo, Presidente da Comissão, muito obrigada pelo convite. Para nós, dá um alento ver que o Parlamento está preocupado, de fato, com a Nação brasileira. Na sua pessoa, eu saúdo também o Senador Prates e a Senadora Rose de Freitas e, em nome dela, eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Eu não vou ser repetitiva, eu vou tentar complementar a excelente fala do Dr. Jorge Audy, como também a do nosso Presidente do ICTP. De forma bastante objetiva, trago de novo: é uma luta em que nós estamos há mais de dez anos. Graças ao Parlamento, conseguimos uma legislação moderna, só que não adianta ter a legislação para ciência, tecnologia e inovação sem um financiamento contínuo.

Não viemos aqui... E não estamos pedindo aumento de salário, eu insisto nisso. Nós não estamos aqui com uma bandeira individual, nós estamos aqui com uma bandeira pelo País: soberania nacional. O país que não tem educação e ciência não é soberano.

Desculpe o termo que eu vou usar, sei que algumas pessoas não vão gostar. Eu tenho idade suficiente para ter uma memória – o senhor é muito jovem –, e a ditadura militar errou em várias coisas, mas, em outras, ela acreditava, como em educação e ciência. A gente deve o tempo integral na universidade a eles; a gente deve o FNDCT, como já foi colocado, a eles; e várias outras coisas.

Então, o Brasil lutava para ter soberania. O que é que está acontecendo agora? Inclusive, há um artigo, hoje, que eu recomendo a todos, em *O Globo*, porque eu gostaria de saber... Porque eu tinha a impressão de que se precisava da assinatura do Ministro da pasta onde vai ser feita a mudança para se poder fazer a mudança. Mas, como eu não sou do Direito, eu sou da área da Medicina, da Saúde, eu fiquei esperando... Mas há um artigo, em *O Globo* de hoje, que fala isso muito bem e que fala que foram avisados, que o Ministério da Economia avisou que seria ilegal. Eu acho que cabe a vocês, os senhores do Parlamento, mais do que eu, como uma simples cidadã, verificarmos se isso tem fundamento, porque isso merece outro olhar.

Além disso, a credibilidade está ferida. Este é um ponto: como a gente vai acreditar num governo que está fazendo ações – desculpem – pelas costas. Eu faço parte do Conselho do FNDCT e lá tenho lutado muito pela transparência, o Ministro Sergio, que está aqui, sabe. Então, a gente vai ao conselho, temos embates, discussões, aprovamos, para depois, por um ato aparentemente não legal, faço questão de dizer, sermos punidos.

Então, o senhor veja o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos com as vacinas: o Trump, que se dizia contra a ciência, colocou bilhões de dólares em empresas, por isso que saiu a vacina da Janssen, por isso que saiu a vacina da Moderna – é o poder de compra do Estado. O Brasil está abrindo mão de tudo! Nós não estamos falando de trilhão de dólares, nós estamos falando de milhões de reais: 2,7 bilhões é todo o conjunto.

Outra coisa que eu quero trazer: o FNDCT está virando panaceia. Corta-se o orçamento... O FNDCT não é para isso. É bom a gente pegar a lei e ver tudo. Ele tem fins específicos, ele vem... Inclusive tem coisas correndo no Supremo, porque parte dos recursos vem da Cide, parte vem dos fundos setoriais. Ele não pode ser usado para qualquer coisa, ele não é substituição de orçamento. Então, nós estamos com um problema muito sério. O FNDCT virou algo para substituir orçamento normal e não o extra. Ele foi criado para ser um extra, senão não precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais de ministério se tudo agora vai se resolver com o FNDCT. O CNPq perdeu o orçamento real dele e está sendo substituído pelo FNDCT. Não é disso que nós precisamos, a gente tem que falar claramente.

E olha, eu fico, Senador, chocada. Como é que no orçamento cortam dos radiofármacos? Não é que estejamos cortando supérfluos. Você sabe que aquilo vai ser importante. Então, como é que isso acontece? A gente tem que ter clareza.

Outra coisa em que quero insistir é que o Ministério da Economia está também, na minha humilde visão, se apropriando daquilo que é um dever do Conselho do FNDCT, que é a alocação dos recursos. E aí eu tenho que deixar claro. Aquela entrevista do Ministro da Economia me deixou muito arrasada. E eu brigo no ministério. Então, não é que eu esteja... Mas eu tenho que defender o Ministro da Ciência e Tecnologia. Eles estão gastando bem, eles têm gastos... O ministro sabia que o que ele liberou é o reembolsável. Por isso que fica em caixa. E ele também não fere teto de gastos. E ninguém pede esses recursos.

Então, colocar 50% a mim foi muito fácil. Nós tivemos várias reuniões com o Ministério da Economia, nunca com o Ministro, mas com o Dr. Zarak e outros, explicando a premência, levando os dados. Nunca fomos ouvidos. Há que deixar claro.

Eu insisto, eu não estou aqui pedindo aumento de salário. Eu não estou aqui dizendo que a gente tem que ter mais para o pessoal nosso. Eu estou aqui pela comunidade científica e empresarial, porque faltou empresário aqui, embora a Anprotec represente parte deles. Eles votaram junto conosco. Tudo é a favor do Brasil.

Então eu quero lhe agradecer, e eu diria, convocar, um dia, para o senhor também... Há uma pessoa no Ipea que fez um trabalho maravilhoso sobre inovação e o FNDCT. São duas, mas eu só me lembro do nome de uma, eu peço desculpas à outra, a Dra. Fernanda De Negri. Ela tem dados maravilhosos, mostrando o retrocesso do Brasil. Inclusive, em um dos artigos dela na revista do Ipea, ela coloca que estamos em ameaça. Então é um órgão maravilhoso do instituto da economia, que está apontando dados que põem a gente em risco.

Mais uma vez, eu quero lhe agradecer e reiterar o pedido do Dr. Celso Pansera, de a gente poder ter acesso ao pessoal da CMO para colocar o que são as necessidades. Muito obrigada.

Eu sigo de perto o seu trabalho e tive muito orgulho que tivemos várias reuniões da SBPC, porque sou presidente de honra, lá em Alagoas. Admiro o trabalho que está sendo feito, inclusive com as crianças, na área de educação. A evolução é fantástica! Parabéns.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Professora Helena Nader, eu agradeço demais a sua participação. E a sua fala aqui foi muito feliz. O objetivo aqui não é... Ninguém está buscando nada pessoal. Na verdade, eu acho que todos que aqui estão do mesmo lado; querem encontrar as forças necessárias para reverter essa situação.

Eu coloco esta Comissão aqui como sendo um instrumento de trabalho da academia, sem dúvida nenhuma, sendo um instrumento de trabalho de todos que se posicionaram aqui. Nós temos um corpo técnico espetacular. Todos os senhores conhecem a capacidade dos consultores do Senado Federal. Então estamos aqui para trabalhar em cima da legalidade.

Então um assunto como esse que nós estamos tratando aqui tem, sim, que ser analisado. Já pedi inclusive para a assessoria verificar se podemos dar um outro passo no sentido do desrespeito à lei complementar que foi aprovada pela ampla maioria, qualificada, deste Congresso, como também pensar em outras estratégias no âmbito político. Então vamos ter ainda um desdobramento deste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então muito obrigado pela participação, professora.

E vamos dar sequência aqui.

Temos apenas dois outros expositores.

Passando também a palavra, agora, para a Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Professora Fernanda Sobral, que tem dez minutos para fazer a sua explanação.

A SRA. FERNANDA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu também agradeço ao Senador Rodrigo Cunha por esta audiência e venho... Quem fala por último fica com dificuldade de trazer alguma novidade. Eu não vou trazer novidades, mas, talvez, eu vá reforçar algumas questões que foram colocadas aqui.

Eu queria dizer que a ciência brasileira tem provado seu valor no enfrentamento da crise sanitária causada pela pandemia do covid-19. Mesmo oprimido pelo pior orçamento dos últimos 20 anos, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação conseguiu se destacar no mapeamento das mutações de vírus, na produção e distribuição de vacinas e análise dos dados da pandemia. Poderíamos, no entanto, aliás, só conseguimos tudo isso porque temos uma competência acumulada neste País devido a políticas de fomento que aconteceram, políticas de pós-graduação. Só que essa competência pode se esgotar. Esse é que é o temor atual. Então, nós poderíamos, na realidade, ter feito muito mais caso houvesse investimento à altura dos desafios que nós temos, que já foram mostrados aqui por vários que me antecederam.

Como já foi dito também, em 2020, nós tivemos um elemento importante que foi a aprovação da Lei nº 177, que impede o bloqueio em reserva de contingência e o contingenciamento dos recursos do FNDCT, que é a principal fonte de financiamento do setor. Essa conquista, obtida com esforço, eu gostaria de dizer, da comunidade científica, do setor produtivo e dos Parlamentares, assegurou, justamente, o desbloqueio nos recursos. No entanto, aí vieram os dois problemas, além de outros, que são o foco desta audiência: o PLN 12. Esse PLN, como todo mundo sabe, impediu a liberação dos recursos, que está ligada, justamente, a uma mudança realizada na LDO 2021 para permitir que justamente a Lei nº 177 não fosse cumprida. Isso é importante que se diga, quando se inseriu na LDO que poderá permanecer em reserva de contingência do FNDCT o saldo remanescente de alterações orçamentárias efetuadas até 31 de dezembro de 2021. Daí aí a razão da nossa luta para a liberação imediata desses R$2,7 milhões.

Bem, o outro dado é o PLN 16, sobre que todo mundo também já falou. O Governo, então, encaminhou, em agosto, esse PLN 16, concedendo crédito suplementar no valor de R$690 milhões em favor do FNDCT e da Comissão de Energia Nuclear. Esta liberação fazia parte, justamente, da liberação dos recursos do FNDCT. Mas o que é que acontece? Às vésperas da deliberação do PLN, este foi alterado, cancelando as movimentações que liberariam os recursos para o FNDCT. Isso também já foi cantado em prosa e verso.

Mas eu queria chamar a atenção para uma coisa: por decisão do Conselho Diretor do FNDCT, de que algumas pessoas que estão aqui presentes fazem parte, todas pessoas respeitáveis na área, a maior parte desses recursos cobriria os custos da chamada universal do CNPq. A chamada foi oficialmente lançada em 31 de agosto, contando com a liberação dos recursos desse PLN. Ao todo, o custo para o CNPq seria de R$250 milhões, que recebeu propostas de pesquisa que estão sendo avaliadas.

Gostaria de dizer e de chamar a atenção para o fato de que foram recebidas quase nove mil propostas de pesquisa envolvendo cerca de 30 mil pesquisadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem; então, o que é que acontece? Essas duas situações, quer dizer, esses dois PLs estão impedindo, na realidade, essa suplementação de recursos ou a liberação dos próprios recursos do FNDCT.

Então, eu compartilho das mesmas demandas já feitas pelo nosso Coordenador de INCT, Celso Pansera, como também pela Vice-Presidente da ABC e professora emérita da SBPC, Helena Nader, no sentido do que o próprio representante do Ministério da Economia já colocou, isto é, que, no próximo ano, a liberação dos recursos do FNDCT vai ser total; além disso, que seja aumentada essa proporção para recursos não reembolsáveis. São esses que são de maior interesse para a infraestrutura de pesquisa.

Eu sei que foi indicado aqui que a junta orçamentária vai liberar R$279 milhões, mas foi mostrado aqui pelo próprio Presidente do CNPq que R$279 milhões podem até cobrir o edital universal. Eu gostaria de chamar a atenção dos Parlamentares que não conhecem – acredito que a maioria conheça – que esse edital universal auxilia a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. Isso é muito importante!

Além disso, esse recurso – e até o Senador Rodrigo, no início, falou que seria mais para bolsas – nem é bem tanto para bolsas, mas é, sobretudo, para auxílio à pesquisa, porque entra o edital universal, entram os 30% dos recursos que estão sendo devidos aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que é um programa de fomento da maior importância, que traz resultados de pesquisas em áreas estratégicas para o País. Só na área de saúde nós temos vários INCTs que estão trabalhando com resultados muito importantes.

Bem, além disso, o próprio Presidente do CNPq, o Evaldo, se referiu... seriam recursos também para um programa de formação de pós-doutorado. É muito importante porque está havendo muito pouco concurso – sobre isso o Professor Dácio pode falar até melhor do que eu –, concursos para as universidades públicas. Então, essas bolsas de pós-doutorado são uma grande contribuição para as universidades deste País.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de chamar atenção. A competência acumulada está aí dando resultados; se não houver investimento nós vamos paralisar, ou seja, essa competência se esgota.

Então, é muito importante a recomposição orçamentária para os números colocados aqui pelo Celso Pansera, como também é importante que o FNDCT seja liberado, e que seja liberado na proporção maior para recursos não reembolsáveis.

Bem, eu queria agradecer. Acho que fiquei dentro do meu tempo, tentei ser a mais objetiva possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, nós é que agradecemos, Professora Fernanda. É impressionante como em dez minutos você consegue demonstrar um grande conhecimento, fazendo um resgate histórico – e atual – da importância deste momento.

Então, muito obrigado pelo seu posicionamento.

E o nosso último palestrante, a última pessoa a se manifestar nesta manhã – repetindo, quem tiver algum questionamento, alguma dúvida ou alguma informação que queira do Ministério da Ciência e Tecnologia, o nosso Ministro em exercício Sérgio Freitas de Almeida, que está aqui desde o início atentamente acompanhando esta sessão, irá responder ao final da fala de quem eu já chamo agora para fazer sua explanação, o Reitor da Universidade Federal do ABC e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Professor Dácio Roberto Matheus, quem tem a palavra por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha, a quem agradeço pelo convite, pela iniciativa desta audiência pública, juntamente com o Senador Jean Paul, que nos convidou para esta conversa.

Quero cumprimentar, em seu nome, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e todos os Parlamentares e quero cumprimentar, em nome de Helena Nader e Fernanda Sobral, as nossas entidades de ciência da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ou seja, cumprimentar a nossa comunidade científica e os demais membros da Mesa.

Acho que as falas do Ministro em exercício, o Secretário Executivo Sérgio, e as falas do Professor Evaldo, nosso Presidente do CNPq, foram bastante elucidativas no que diz respeito às demandas feitas pelo sistema de ciência e tecnologia para o desenvolvimento dessas atividades no País.

É importante colocar, como foi destacado em algumas falas, que as demandas colocadas dizem respeito ao mínimo necessário para a manutenção das atividades de ciência e tecnologia do País.

As atividades de ciência e tecnologia no Brasil acontecem e se desenvolvem, sobretudo, nas universidades brasileiras: nas universidades públicas, nas universidades comunitárias, em algumas universidades privadas que têm o compromisso de desenvolver educação de qualidade. E guiar educação de qualidade só se faz se for acompanhada do desenvolvimento da pesquisa científica e do desenvolvimento da extensão universitária, ou seja, na interlocução da universidade com a sociedade. Dos programas todos listados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e, em especial, pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o CNPq, eu tenho a certeza de que, em todos eles, a participação massiva das nossas universidades se faz presente para a condução da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico no País.

O que eu quero dizer com isso? Eu queria destacar um aspecto também, chamado à atenção, de que a ciência não se faz aos saltos, não se faz em soluços. O Professor Jorge Audy chamou a atenção para que nós precisamos de previsibilidade, nós precisamos de planejamento de médio e longo prazos, porque nós lidamos com gerações de jovens, cientistas e pesquisadores. Entram anualmente no Sistema Federal de Ensino Superior, nas unidades federais, mais de 2 milhões de jovens por ano. E existe um momento a cada ano para que nós possamos atrair esses jovens para o desenvolvimento da ciência e tecnologia: são os nossos programas de iniciação científica, são os nossos programas de mestrado, os nossos programas de doutorado, que, para além as bolsas, como foi colocado, precisam de recursos para a sustentação da pesquisa.

Essa sustentação se faz necessária porque eu não posso, em muitos casos, senão na grande maioria dos casos, interromper as atividades de pesquisa para retomá-las no ano seguinte. Os alunos se foram, os equipamentos se deterioraram, os insumos venceram os seus prazos. Nós não podemos sofrer dissolução de continuidade. Acho extremamente louvável e saudável a informação trazida aqui pelo Secretário do Ministério da Economia de que os recursos do FNDCT para 2022 estão garantidos na sua totalidade, sem contingenciamento.

Há que se resolver a questão do percentual de destinação dos recursos para não reembolsáveis, que é uma base de sustentação da pesquisa nas nossas instituições públicas e privadas de ciência e tecnologia. Mas nós precisamos resolver o problema criado pelo PLN 16, em que se previu, como muito bem demonstrado aqui, a manutenção mínima necessária para que não sofram solução de descontinuidade os programas e os projetos já em andamento nas nossas instituições de pesquisa. E aí que falo, sobretudo, em nome das 69 universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

federais do Brasil, onde nós reunimos, nas universidades públicas, mais de 90% de toda a produção científica do Brasil. E nós não falamos de qualquer produção científica. Como já destacado, nós falamos da décima maior produção científica do planeta, ou seja, o Brasil tem capacidade, sim. E o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia de 1969 é uma das políticas de sustentação desse financiamento.

Então, parece-me que há uma questão em jogo. Primeiro, colocar a lógica de sustentação do nosso sistema de ciência e tecnologia na mesma lógica de restrições financeiras é, na verdade, misturar duas lógicas que não podem ser confundidas.

Primeiro, nós não queremos e não vamos competir com atividades essenciais para a população brasileira, como a água, a alimentação e os recursos hídricos, como foi colocado aqui, muitos dos recursos necessários em outras pastas. Mas foi também lembrado que é a ciência e a tecnologia que garante a produção de água; é a ciência e tecnologia que garante o aumento de produtividade da agricultura brasileira; é a ciência e a tecnologia que garante a inovação na nossa indústria e a geração de emprego e renda e é a ciência e tecnologia que garante pesquisa de ponta, como muito bem demonstrado pela Professora Fernanda, agora há pouco, com relação ao enfrentamento da covid-19.

Então há que se ter uma estratégia de Estado, e aí nós estamos no lugar correto, que é o Senado brasileiro, que tem o papel, sem dúvida nenhuma, e tem exercido esse papel, e esta Comissão de Ciência e Tecnologia, de zelar pela ciência e tecnologia como uma política de Estado, para o desenvolvimento do nosso País e para a soberania do nosso País.

Então, relativizar a ciência e a tecnologia com outras atividades é um problema de visão estratégica, de manutenção e desenvolvimento do nosso País, porque, volto a dizer, e acho que essa é a chave da questão. Quinhentos milhões na conta hoje do MCTI, como gestor de recursos públicos, se eu depender de fazer uma licitação, através da 8666, é óbvio que não vai ser possível gastar esse recurso, mas a lógica de execução orçamentária, prevista na Constituição e na própria 8666, prevê um tratamento diferenciado para a ciência e tecnologia. Por quê? Porque a ciência e tecnologia precisa de agilidade e precisa de recursos permanentes para a sua manutenção. A interrupção desses recursos significa matar, efetivamente, matar linhas de pesquisa fundamentais, que vão demorar alguns anos para serem retomadas.

Quando o Senador pergunta para o Presidente do CNPq: Parece que dá para esperar o ano que vem? Eu quero dizer que não dá para esperar o ano que vem. Os recursos solicitados, os 600 milhões, previstos no PLN 16, são o mínimo necessário para a manutenção da vida da ciência e tecnologia nas nossas universidades públicas, nas nossas universidades comunitárias e no sistema de ciência e tecnologia do País, porque, se vão acontecer recursos adicionais no ano que vem, excelente, poderemos contribuir muito mais, mas o que está se pedindo é a manutenção, a sobrevivência, para que a gente não afugente os cérebros para outros países, para que a gente possa atrair uma geração de estudantes para a iniciação científica e a ciência e tecnologia. É desses recursos que nós estamos falando.

Então é importantíssimo que nós trabalhemos num consenso político, e é fundamental, como foi colocado por outros colegas, que a gente possa contar com este Parlamento para uma articulação política com a Casa Civil, com o Ministério da Economia e com a Secretaria de Governo, para que a gente possa ter um PLN antes do final do ano. Em 31 de dezembro não dá mais, mas antes disso dá. E a gente precisa desse esforço de articulação política, porque é disso que se trata, é disso que se trata; uma necessidade. Foram citados vários PLNs passados. E 14 bilhões, – notícia que eu tive – foram aprovados em outros PLNs, e nós estamos falando de 300 milhões. Não é possível que nós não tenhamos sensibilidade para entender a necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

manutenção do sistema vivo. Não adianta cortar o dinheiro este ano e encher de dinheiro no ano que vem. Nós vamos demorar muito tempo para retomar, caso haja solução de continuidade nesses programas. O Edital Universal está pronto para ser pago, mas precisa do recurso. E os nossos estudantes, os nossos pesquisadores estão prontos para executar esses recursos tão logo sejam liberados.

Então, eu queria só reiterar todas as palavras, agradecer, Senador, e reconhecer o seu trabalho e o seu empenho e a sua dedicação pela causa da ciência e tecnologia. E eu coloco as universidades brasileiras à disposição do Senado e do Congresso Nacional e também agradecer à Senadora Rose de Freitas, com quem eu tive o prazer de estar na última terça-feira tratando de assuntos dessa natureza e que tem sido uma defensora incansável da educação e da ciência e tecnologia.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Professor Dácio pelas suas palavras, pela sua explanação.

E quero aqui repetir o que eu falei, mas de uma maneira mais enfática. Esta Comissão de Ciência, Tecnologia está ativa há quatro meses. Assim que ela foi instalada, já no período da pandemia, os seus trabalhos não foram possíveis de serem realizados. E somente em julho deste ano o Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, autorizou o funcionamento desta Comissão. Estou presidindo esta Comissão com muita alegria, com muita responsabilidade. Tenho ainda cinco, quase seis anos no Senado, e quero me colocar, repito mais uma vez, como um instrumento de trabalho dos senhores. Eu sei que são professores, são pessoas sérias que querem fazer com que a ciência, a tecnologia, a inovação sejam uma realidade de um país moderno, de um país melhor. Então, para isso contem com mais um instrumento de trabalho. Quero ter contatos pessoais com alguns que estou vendo por vídeo. Quero colocar não só esta Comissão, mas também o meu gabinete à disposição. Força de trabalho não falta. Eu acredito demais nessa causa, porque venho de um Estado pobre em termos de recursos econômicos, mas não em termos de belezas e de pessoas. E já ouvi, recentemente, em eleições, alguns políticos falando que tecnologia não enche a barriga de ninguém. Então, não é esse o pensamento que eu quero que permaneça; pelo contrário, nós estamos falando aqui em desenvolvimento social e econômico. Acredito demais na academia, na academia que sai dos papeis, dos estudos e vai para a prática para fazer a sua função, que é transformar a sociedade em um lugar melhor. Então, vamos pegar esse espírito e nos colocar à disposição.

Antes de fazer o fechamento para os encaminhamentos, porque eu fiz alguns apontamentos, eu gostaria aqui de facultar a palavra. Se alguém tem alguma pergunta a fazer ao Ministro em exercício, Sérgio Freitas de Almeida, ou se ele também quer fazer algum apontamento final sobre o que foi debatido aqui durante esta manhã antes que eu faça os encaminhamentos finais...

Então, se tiver alguém que queira levantar a mão no *chat*, o momento é agora.

Dou-lhe uma, dou-lhe duas... (*Pausa.*)

Acho que está todo mundo querendo almoçar. Então, passarei rapidamente a algumas anotações de alguns levantamentos que fizemos durante esta audiência.

Primeiro, buscar a recomposição imediata dos recursos alcançados pelo PLN n° 16, não somente os R$279 milhões informados pelo Ministério da Economia. Então, um dos objetivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Revisão dos valores das bolsas de iniciação científica e sua ampliação, inclusive no ensino médio. Então, é algo... Estou falando de alguns temas a que iremos dedicar esforços para contribuir nessas discussões e tentar mudar esta realidade.

Buscar também uma revisão da política de financiamento do Finep. As condições de juros, por exemplo, precisam ser atrativas, competitivas com o mercado.

Uma análise da legalidade, da constitucionalidade da Lei n° 14.122, de 2021, que é o PLN n° 16, e providências buscando identificar o que é possível ser feito. Pedir uma análise, um pente fino pela Comissão e pela Consultoria do Senado.

E ainda: imediatamente também buscar uma agenda com o Relator setorial da CMO sobre o PLOA 2022.

Então, vamos dar sequência a isso. Eu já tenho o contato de todos que aqui estão envolvidos e vocês serão informados de cada passo nesse sentido.

Então, muito obrigado a todos que aqui compareceram pelas suas explanações, pelo seu tempo, por sua dedicação, e vamos ter novos passos.

A todos uma boa tarde.

Está finalizada esta reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Paulo Rocha e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 16, de 2021-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Requerimento nº 17, de 2021-CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), em cumprimento ao plano de trabalho da Avaliação da Política Pública de implementação das redes móveis de quinta geração (5G), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento nº 5, de 2021-CCT, conforme ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de debater a implementação das redes móveis de quinta geração (5G) no país, os benefícios para os usuários, os desafios e oportunidades da indústria 4.0, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, com a participação dos seguintes expositores: Marcela Carvalho, Assessora Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Renato da Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Victor Hugo da Silva Rosa, Coordenador-Geral de Gestão de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Arthur Pereira Sabbat, Diretor do Conselho da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Roberto Gallo, Diretor-Geral da Kryptus; Jacqueline Lopes, Diretora de Relações Institucionais da Ericsson para o Conesul da América Latina; Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia da Nokia América Latina; e Marcelo Motta, Diretor de Cyber Security da Huawei América Latina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial com a utilização do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal e se destina à realização da terceira audiência pública com o objetivo de debater a implementação das redes móveis de quinta geração (5G) no País, os benefícios para os seus usuários, os desafios e as oportunidades da indústria 4.0, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, em cumprimento ao Requerimento nº 16, de 2021, da CCT, de minha autoria, e ao Requerimento nº 17, de 2021, da CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, visando a subsidiar a avaliação da política pública de implementação das redes móveis de quinta geração (5G) no exercício 2021.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas e comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o telefone 0800-0612211. Já temos algumas perguntas aqui, que vou ler ao final.

Na nossa audiência de hoje, vamos debater dois temas muito importantes: a segurança das redes móveis 5G e a indústria 4.0.

Para você que está em casa nos assistindo, a indústria 4.0 ou a chamada quarta revolução industrial é uma expressão que engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, robótica, internet das coisas, computação em nuvem, *big data*, realidade virtual, enfim, tecnologias que estão mudando as formas de produção e os modelos de negócios no Brasil e no mundo.

O foco da quarta revolução industrial é justamente a melhoria da eficiência e da produtividade dos processos. E o que tem a ver isso com 5G? A tecnologia das redes móveis de quinta geração vai permitir que todo esse sistema possa se integrar e atender à sociedade e às empresas com eficiência e agilidade.

Para isso, é importante que tenhamos confiança na proteção e segurança de todas essas tecnologias funcionando, sem que tragam prejuízos à soberania e à economia do País, aos dados dos cidadãos e ao funcionamento das empresas.

Imaginem o quanto essas tecnologias poderão beneficiar a melhoria da educação, da pesquisa, do desenvolvimento, da inovação, o quanto as empresas poderão aumentar sua capacidade produtiva!!

E qual a segurança que temos hoje? Os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs, das empresas, seus planos de negócio, sua produção, seus dados estratégicos, a economia do País e das empresas, estarão todos protegidos?

Por isso também convidamos, aqui, especialistas em cibersegurança para que possam nos dar um panorama de como estamos hoje e de como será com a implantação da tecnologia 5G.

Vou aproveitar este momento para fazer algumas indagações, antecipar algumas perguntas, a fim de que nossos convidados possam responder durante suas apresentações.

Uma dúvida que temos diz respeito à Instrução Normativa GSI nº 4, editada em 26 de março de 2020, que dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança cibernética que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G. À época da publicação desse normativo, houve receio de que alguns fornecedores de equipamentos não pudessem implantar suas redes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, entre os principais fabricantes de equipamentos de telecomunicações, que, inclusive, estão aqui presentes na audiência, existe algum que não tenha se qualificado a fornecer seus equipamentos para as redes 5G no Brasil?

Outra questão diz respeito às obrigações dos licitantes vencedores da faixa de frequência em 3,5GHz, que prevê a implantação da rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal, ao custo estimado de R$1 bilhão. Uma vez que essa rede está fornecida por fornecedores privados, por prestadores de serviços privados, quais são as exigências que contribuirão para tornar as comunicações do Governo Federal mais seguras?

Por fim, tendo em vista que, embora a segurança cibernética seja componente essencial para as redes 5G, as vulnerabilidades das redes de comunicação podem permitir ataques criminosos nos mais diversos setores, que podem resultar em prejuízos incalculáveis para a economia do País e até para a segurança nacional.

O que se deve fazer para tornar as redes de comunicação mais seguras?

Como o Governo brasileiro busca defender o País e minimizar os efeitos dos ataques de uma possível guerra cibernética ou também de terrorismo cibernético?

Essas são algumas questões que nós já gostaríamos de deixar registradas e que podem ser respondidas por todos os convidados e convidadas.

Encontram-se presentes, no plenário da Comissão, os seguintes expositores: Victor Hugo da Silva Rosa, Coordenador-Geral de Gestão de Segurança da Informação, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Marcela Carvalho, Assessora Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Jacqueline Lopes, Diretora de Relações Institucionais da Ericsson para o Cone Sul da América Latina; Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia da Nokia América Latina.

Encontram-se presentes, por meio do sistema de videoconferência – e eu aproveito para saudá-los e desculpar-me pelo atraso –, os seguintes expositores: Renato da Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Arthur Pereira Sabbat, Diretor do Conselho da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Marcelo Motta, Diretor de Cyber Security da Huawei América Latina; Roberto Gallo, Diretor-Geral da Kryptus.

Agradeço, portanto, a presença de todos e de todas.

O Senador Vanderlan fez também um requerimento para esta audiência. Ele se encontra em voo, portanto justifico a ausência dele, que teria justamente a oportunidade aqui de falar. Certamente fará comentários se conseguir chegar ao destino a tempo; se não, obviamente em outras ocasiões, nesse trabalho contínuo que estamos fazendo aqui na fiscalização desta política.

Já, iniciando o nosso debate, gostaria de dividir nossa audiência em dois blocos, para ficar mais didática para os nossos espectadores. Primeiro, tratar da indústria 4.0 e, em seguida, da segurança cibernética. Sabemos que os temas são transversais, mas é apenas para ouvirmos, primeiro, os representantes das indústrias e, depois, tratarmos então da cibersegurança. Creio que assim fica mais fácil para o cidadão que está em casa, a cidadã, também entender e acompanhar esse processo.

Dessa forma convido, para sentar à Mesa, a Sra. Marcela Carvalho, que está aqui, presencialmente, e é Assessora Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), para sua exposição, a quem já dirijo – aproveito para dirigir – uma pergunta que eu também gostaria que o nosso próximo convidado da CNI respondesse, que é a seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a implantação da indústria 4.0 no Brasil, que se espera que o 5G permita, há uma expectativa de um aumento significativo da produtividade das atividades econômicas no País. Por outro lado, existe o risco de eliminação de postos de trabalho, elevando as taxas de desemprego – e isso nos preocupa muito. Por isso, quais são as estimativas mais recentes sobre os impactos sociais e econômicos esperados com a transformação do modelo de produção para a indústria 4.0? Como o poder público deve direcionar as suas políticas para a geração de emprego nesse contexto?

Agora, sim, por favor, a Sra. Marcela Carvalho, a quem concedo a palavra por dez minutos.

A SRA. MARCELA CARVALHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador Jean Paul, muito obrigada pelo convite.

Cumprimento todos os presentes, que estão nos assistindo aqui, presencialmente ou por meio da página do Senado no YouTube.

Bom, como os senhores sabem, a ABDI tem natureza de serviço social autônomo, ligada ao Ministério da Economia, por meio de um contrato de gestão, e nossa atuação hoje vai no sentido de acelerar – ou pelo menos induzir a aceleração – a transformação digital no setor produtivo nacional e também na indústria, principalmente na indústria, por meio da adoção e difusão de novas tecnologias, especialmente as tecnologias 4.0, que o Senador mencionou há pouco, ou quarta revolução industrial, que também é uma outra forma de se referir a essas tecnologias.

E de que forma fazemos isso? Bom, a ABDI hoje atua no sentido de tentar minimizar os riscos da adoção dessas tecnologias, ao fazer testes, projetos-piloto. E através desses projetos, a gente consegue ter informações acuradas de *cases* reais que depois são difundidas para todos os setores da economia. E, assim, a gente consegue demonstrar benefícios de uma adoção tecnológica, custos dessa adoção. Porque, veja bem, se o investimento em tecnologia é feito sem que se saiba quais os benefícios, quais os custos, erros e acertos, esse industrial, essa empresa pode optar por não fazer, por não ter essas informações. Então, a redução do risco é um alvo da nossa atuação.

E, por outro lado, a ABDI por vezes testa tecnologias para auxiliar no processo de regulamentação dessas tecnologias, com base em evidências de políticas públicas e no processo regulatório. Esse foi o caso das redes de 5G, mas as redes de aplicação privada 5G. Então, são casos que não foram abrangidos pelo leilão acontecido recentemente, mas as redes de dedicação privada, as redes privadas que podem ser implantadas aí pela indústria, comércio, varejo, enfim, logística, inúmeras aplicações.

Bom, dito isso, de que forma o 5G vai impactar, então, os nossos processos produtivos, não só no Brasil, mas no mundo? O 5G foi concebido especialmente para a conexão entre máquinas e equipamentos. Então, a gente costuma falar que não é mais um G, do 4G. Ele tem características muito específicas que fazem com que ele seja muito atraente para as aplicações industriais, de saúde, nas cidades e na educação. Então, onde o 5G se mostra mais disruptivo é exatamente nesses ambientes que eu mencionei. Por quê? Porque ele tem características muito especiais de confiabilidade da rede, de capacidade de transmissão de dados, de capacidade de ligar equipamentos à rede de forma quase que infinita, milhões de equipamentos ligados à rede, e com uma latência muito baixa. E a latência é exatamente o tempo de envio dos dados e a resposta desses dados. Então, se a gente fala de uma latência de um milissegundo, por exemplo, a gente está falando de respostas em tempo real, o que permite aplicações em telemedicina, por exemplo, de uma cirurgia remota, e operação de um guindaste de forma remota; enfim, todas essas aplicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na indústria, o que a gente espera, então, de uma aplicação de 5G é uma maior flexibilidade na planta industrial, versatilidade, redução de custos e também aumento de produtividade.

Então, Senador, imagine que a gente consiga, por exemplo, realizar a manutenção preventiva de máquinas, colocando ali um dispositivo de IoT *machine learning* para que a gente consiga, antes de o equipamento quebrar ou apresentar um defeito, fazer reparos que não sejam aqueles em que seja preciso parar a produção industrial para que a gente consiga fazê-lo. Isso traz produtividade. Tempo na produção, além de produtividade, é economia de custos e mais recursos para o industrial no fim do dia. Além disso, aplicações na logística e outras aplicações.

Então, a gente fala que o 5G é o grande habilitador disso tudo, porque ele é uma espécie de guarda-chuva que coloca embaixo dele essas tecnologias 4.0 e faz com que essas tecnologias mostrem a sua capacidade máxima de operação; então, é uma disrupção.

No caso da ABDI, a gente tem atuado na questão das redes privadas. Firmamos um Acordo de Cooperação Técnica com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e, por meio desse ACT, a gente, a ABDI precisa testar o 5G em três ambientes: na indústria, no agronegócio e nas cidades, em cidades inteligentes. O primeiro piloto já aconteceu, já está em andamento. Trata-se de uma aplicação que fizemos na fábrica da Weg em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, que é uma das fábricas mais automatizadas do grupo Weg. Aplicamos lá, colocamos duas redes distintas: uma rede que é operada por uma Telecom, uma operadora que é o que a gente chama de não *stand-alone* – a Ericsson, que está aqui presente, e a Claro fizeram essa rede para nós –; e a segunda rede é uma rede totalmente privada, uma rede que tem a característica de ser uma rede fechada para a indústria, que foi implantada pela Nokia, que também está aqui presente. Nós comparamos o desempenho dos casos de uso nessas duas redes, e o que se viu é que o 5G hoje, o que a gente tem de evolução tecnológica, que é o Release 15 do 3GPP, que é uma evolução da tecnologia, as características do 5G trouxeram velocidade em torno de 80% do limite teórico, que é exatamente o que já é necessário para várias aplicações, como por exemplo: robôs de inspeção, câmeras inteligentes, aplicação de realidade virtual para controle de qualidade nas fábricas. Então, estamos extremamente satisfeitos com os resultados.

E um resultado indireto desse teste é exatamente trazer luz ao setor produtivo nacional, as informações com relação a custos/benefícios – custo de implantação das redes – e onde essas redes podem ser melhor aplicadas, porque há casos em que um 4G resolve; então, como podemos aplicar da melhor forma possível com relação a custo/benefício.

Respondendo à pergunta do Senador – meu tempo está acabando –, eu menciono o seguinte: a gente sabe que o 5G deve adicionar... Há dados muito diferentes, em termos de valores, do que o 5G vai trazer em termos de mercado para os operadores 5G e para a indústria em termos de produtividade, eficiência etc. Por quê? Porque a gente tem todas essas estimativas com base nas aplicações que a gente já conhece hoje. Mas o grande barato do 5G é que existirão aplicações que a gente nem conhece. Então, por exemplo, o CEO da TIM menciona que a gente vai ter 23 bilhões adicionados em dez anos com a chegada do 5G na indústria e a criação de 200 mil novos empregos formais.

De fato, é uma estimativa, e a criação de empregos vai se dar com certeza, mas saberemos aproveitar esses empregos? A forma como isso vai acontecer vai depender exatamente das políticas públicas para treinamento e qualificação dos profissionais hoje que atuam nessas fábricas, de forma que eles consigam operar um mundo em que essa tecnologia é uma realidade, em que as tecnologias 4.0 são uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, políticas públicas voltadas a treinamento e qualificação técnicos são extremamente necessárias neste momento. Enfim, haverá criação de empregos e haverá, sim, substituição de empregos. O que se diz no mundo inteiro é que o saldo será positivo, mas os governos precisam atuar no sentido de treinar seus funcionários, sua mão de obra, seus trabalhadores.

Eu acho que paro por aqui e fico à disposição para responder perguntas, Senador.

Obrigada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Marcela. Excelente!

Isso, de fato, projeta não só a necessidade de a gente ter a consciência de formar pessoas, mas, como esses empregos, esses postos de trabalho são atividades novas que ainda não foram nem sequer concebidas – vão ser concebidas ao longo do tempo –, eu acho que o essencial aqui é que as escolas, lá na base, lá desde a formação básica mesmo, tenham acesso ao 5G ou pelo menos a um 4G de qualidade, enfim, universalizado, porque essas pessoas terão que, na sua infância e no seu estudo mais básico, já ter contato com a agilidade e o acesso à internet de qualidade, porque, senão, não adianta: nós vamos ter mais concentração e esses novos empregos irão sempre para as mesmas pessoas que vão estar concentradas nos lugares em que terão acesso desde pequenos e terão o hábito de atuar diante da indústria 4.0 e de toda essa cibernética nova.

Então, novas funções são muito bem-vindas, com certeza vai haver transformação nas faixas de emprego, do trabalho, e nós temos sempre que precisar de mão de obra também para o trabalho que não está ligado à rede. Porque há coisas que... Por exemplo, para produzir alimentos, não se produz na *web*, não adianta. Levar coisas de um lado para o outro nunca vai ser... Ainda não chegamos ao ponto daquela desmaterialização de um lado para chegar ao outro lado, o da Jornada das Estrelas – nós não estamos nesse ponto. Então logística, agricultura, outras coisas, por mais mecanizadas que sejam, têm sempre um fator humano por trás. O conflito é esse e o conflito é mundial, não é, Marcela? Isso não é uma questão brasileira apenas. Mas a preocupação de nós estarmos na frente dos outros países e na frente de todos esses outros regimes com certeza nos assola, nós teremos que fazer face a isso.

Eu queria passar a palavra também, no mesmo tema, e aproveitar a presença do Renato da Fonseca, que é Superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, para justamente dar prosseguimento, por dez minutos, a esse mesmo debate inicial.

Obrigado, Renato.

O SR. RENATO DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Jean Paul. Inicialmente, agradeço, em nome da Confederação Nacional da Indústria, o convite. Esse tema é importantíssimo para nós.

Muito boa a apresentação da Marcela. Vou usar várias coisas do que ela coletou.

Vou pedir licença para apresentar aqui algumas informações, para facilitar. Espero que vocês já estejam visualizando.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k. aqui.

O SR. RENATO DA FONSECA – O primeiro tópico, Senador, foi exatamente o que V. Exa. colocou em termos das revoluções industriais. Acho que isso é importante também na resposta do emprego.

Esse dado, esse gráfico aí, que é quase uma linha reta, mostra o PIB *per capita* do Reino Unido de 1270 a 2016. Ou seja, o mundo, a humanidade, passou um período grande da sua existência numa relação onde praticamente os fatores de produção eram fixos. Então, você tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

problemas de superpopulação, com doenças, às vezes resolvidos com guerras, busca por territórios. A partir do momento em que a gente tem a Revolução Industrial, ali no final do século XVIII, você percebe que essa curva começa a ter um crescimento do PIB *per capita* – é o PIB dividido pela população do Reino Unido – muito forte. Isso acontece no mundo todo.

A primeira com a mecanização. Motor a vapor; depois, a gente tem a energia elétrica, motor a combustão; o advento da organização da linha de produção, com as linhas de montagem. E aí, a segunda revolução industrial: veio o carro, o automóvel, ou seja, a cultura, a sociedade muda. A terceira revolução industrial veio ali na década de 70, com a automação, com achegada dos computadores, com robótica sendo introduzida na produção. Começa também uma mudança ímpar da sociedade.

Nós estamos hoje vivendo o que se chama de indústria 4.0, exatamente para se fazer referência à quarta revolução industrial. Acredito que vai ser confirmado esse nome, porque nós temos mudança não só no processo produtivo, mas na sociedade. A sociedade se digitalizou. E essa revolução é exatamente quando junta a questão digital com o físico, onde a gente mistura esses dois mundos. Isso muda o nosso padrão de vida.

Em termos da indústria, a gente tem, obviamente, um elevado ganho de produtividade, ou seja, a gente tem mais eficiência no processo produtivo. Não é apenas você estar com um robô – isso foi feito na década anterior –, mas é que você está ligando esse robô com sensores. Você está sabendo exatamente o que se passa, seja se uma máquina está aquecendo muito, seja se o ritmo de produção diminuiu em alguma etapa. E o sistema permite até conversas entre as próprias máquinas, ou seja, apenas com uma supervisão, e ele começa a se autorregular, evitando desperdício ou uma parada muito prolongada. A gente flexibiliza a linha de produção. A gente, alguns anos atrás, era quase que refém da padronização.

Há uma frase famosa do Henry Ford dizendo que qualquer um poderia escolher a cor do seu Ford, desde que fosse preta. Por quê? Porque era muito difícil ficar mudando a cor do veículo. Então, quando a gente tinha, na automobilística, algumas décadas atrás, a linha de produção de um determinado modelo, só se produzia aquele modelo. Hoje, não. Hoje, com a robotização, com a digitalização, com essa integração, a gente pode, numa mesma linha de produção, produzir modelos diferentes, produzir carros personalizados. Já é possível você escolher a cor do assento, a cor do carro, o tipo de painel, ou seja, como você faz isso no carro, você também faz isso no tênis, você faz isso em outros produtos. Então, a gente tem uma massificação da personalização, ou seja, é uma coisa que parece controversa, mas esse é um grande ganho.

E essa mistura do virtual com o real: você não faz mais um protótipo físico; você faz um protótipo virtual. O tempo de lançamento do produto é muito grande. O comissionamento de novas máquinas, quando você está expandindo a sua fábrica, é feito virtualmente primeiro, e depois a máquina entra e não perturba o fluxo de produção. No passado, se você colocava uma máquina nova, às vezes levava semanas para fazer o *setup* dessa máquina, para fazê-la funcionar com o resto da cadeia.

E novos modelos de negócios, ou seja, a gente tem novos modelos surgindo neste mundo.

Como isso está no Brasil?

A gente fez uma pesquisa em 2016 em que 48% das empresas utilizavam pelo menos uma tecnologia digital, de indústria 4.0. E acabamos de fazer uma pesquisa agora – vai ser divulgada nos próximos dias – que aponta 69% das empresas. Obviamente, o índice é muito mais concentrado, acima de 80%, de grandes empresas utilizando essas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim como em outros países, o uso inicial da digitalização é muito mais dentro do processo produtivo, com máquinas com sensores, com produção mais flexível. Então, apesar desse número maior de empresas utilizando a tecnologia digital, nós estamos ainda no início desse processo, de aproveitar essas oportunidades que a Marcela citou na sua apresentação. Metade das empresas, principalmente as pequenas e médias, utilizam no máximo até três tecnologias digitais das 18 que nós listamos nessa pesquisa. Então, é um processo que ainda está no seu início.

E qual é a dificuldade?

A gente tem uma dificuldade que é o baixo incentivo à inovação. O Congresso vem discutindo mais de uma vez a questão do FNDCT, que é um fundo para inovação, ou seja, apesar da crise, apesar da questão fiscal, a gente não pode menosprezar o impacto da inovação no crescimento, como a gente viu naquele gráfico inicial. Sem inovação, a gente não consegue voltar a crescer a taxas superiores a 2%, 3% ao ano, o que este País não faz há cerca de dez anos.

Falta de trabalhador qualificado. A questão educacional é importantíssima. O novo ensino médio é fundamental que seja implementado de fato – está nesse processo, nesse início de processo. Por quê? Hoje no Brasil, por exemplo, apenas 9% dos estudantes do ensino médio fazem, concomitantemente, a educação profissional. O que significa isso? A maioria dos alunos que termina o ensino médio são preparados para fazer o Enem, não são preparados para ir trabalhar. E cerca de 20% apenas conseguem chegar à universidade. O que esses outros 80% vão fazer? Eles vão ter que aprender uma profissão depois do ensino médio. Nos países europeus, mais da metade dos alunos do ensino médio fazem junto o ensino profissional, uma educação profissional. E isso é importante para já ir formando esses jovens, e obviamente uma educação profissional com a digitalização preparando para a 4.0, para que eles cheguem ao mercado de trabalho qualificados.

Nós temos o segundo problema que é o estoque, quantidade de trabalhadores. Com a maioria das pessoas aqui já formada, eu, vocês todos, a gente precisa se adaptar à tecnologia digital. O Senador citou a questão das crianças, a criança até é mais fácil; criança pega um celular e começa a mexer rapidamente. Eu, por exemplo, custei muito a usar várias das vantagens que o celular nos permite, ou seja, não é apenas um instrumento de falar. Eu tenho certeza de que há várias outras que eu não consigo, que eu não conheço, que eu não sei utilizar ainda. Então, essa capacitação da digitalização para trabalhar com as máquinas é importantíssima. A gente precisa fortalecer essa requalificação desses trabalhadores.

As próprias empresas têm pouco conhecimento – são novas tecnologias –, não têm conhecimento adequado do custo de implantação. Muitas acham que isso tem que ser implementado de maneira imediata em toda a empresa; isso não é verdade, isso pode ser feito gradualmente, dentro até do plano de revisão de manutenção de investimento das empresas. E esse trabalho da ABDI e o trabalho da CNI de levar essa informação, de fazer esses testes é importantíssimo.

E há a infraestrutura, quando a gente cai na 5G. A Marcela ressaltou bem, a 5G é um novo mundo. Obviamente, os representantes das empresas vão ter mais informações técnicas muito melhores do que a minha, mas só para dar uma olhada entre as tecnologias que foram evoluindo da década de 80 até agora, a gente tem um salto, em relação à 4G, de uma velocidade de 1GB para 10GB – alguns estudos mostrando que o pico pode chegar a até 20GB –, e principalmente uma taxa de latência, ou seja, de resposta de demora, muito pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou dar um exemplo fácil. Eu ainda sou do tempo em que... Uma vez eu tive que ir a São Paulo, a gente precisava de um mapa, a grande inovação era o Guia Quatro Rodas, que botou o mapa num livro. A gente ficava abrindo, mudando de página e dirigindo isso. Isso realmente muda para o Waze, muda para Google Maps. Só que às vezes também você está você está dirigindo e a resposta do Google Maps demora. Isso faz com que você perca aquela entrada. A 5G vai acabar com isso praticamente. Você vai dar mais segurança, e isso vai permitir que as empresas usem novas tecnologias, aumentem o seu investimento em digitalização e passem a regular a distância. Você confia num trator, num caminhão ou numa colheitadeira que vai funcionar a distância, usando as redes 5G e, com isso, a gente vai ter um ganho de produtividade muito grande.

Então, eu vou passar rapidamente, porque meu tempo está esgotado. Eu acho que a gente tem: as questões das leis municipais, isso provavelmente deve ser citado, mas a gente precisa do físico, das antenas para que o digital funcione; a questão de instalações próximas a fábricas, na agricultura, principalmente, chegando a esses lugares; o custo alto das redes privadas ainda; e, principalmente, a falta de conhecimento da empresa.

Eu queria... Desculpe estar passando um pouco do tempo, mas, em relação à pergunta de emprego, é importante ressaltar que, desde a primeira revolução industrial, esse medo da perda de emprego para as tecnologias existe e, cada vez que há essa mudança mais radical, ele aumenta.

Isso aconteceu no início da revolução industrial, aconteceu em 70 e está acontecendo agora, mas, quando a gente olha uma série longa de taxa de desemprego no Reino Unido, ela pouco muda desde o tempo pré-revolução industrial até agora, ou seja, no longo prazo novos empregos aparecem.

Mas o Senador colocou uma questão importantíssima: no curto prazo, há custo, sim. Quando a gente tira cortadores de cana e substitui por uma colheitadeira, segundo dados da própria CNA, são cem cortadores de cana, e a colheitadeira precisa de sete pessoas capacitadas. Como eu faço para realocar esses cem trabalhadores num País em que a maioria desses trabalhadores não tiveram uma educação adequada?

Então, o investimento em educação tanto para as crianças como para recolocação é importantíssimo e, obviamente, um programa de renda mínima também é essencial para receber essas pessoas. E até, em nosso caso, a gente vai poder usufruir da tecnologia e trabalhar menos no futuro.

Muito obrigado.

Desculpe-me por ter passado um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, sem problema, Renato.

Obrigado.

Eu até quero avisar a todos que essa campainha é automática. A gente coloca o tempo, então, quando ele se desculpou pelo atraso, tocou a campainha, mas não foi proposital, é porque realmente há um tempo aqui. Aqueles que já vieram aqui várias vezes sabem que, quando a gente coloca o tempo, ela toca um minuto antes de terminar e, depois, aos 15 segundos. Então, para avisar a todos que quando tocar a campanha é apenas para nos ajudar a controlar o tempo. Quando a gente às vezes está falando e perde a noção.

De fato, Renato, só para fazer um contraponto ou, na verdade, corroborar, a nossa preocupação veio pelo fato de a faixa a qual estava acoplado o compromisso de investimento na conectividade nas escolas ter dado deserta. Praticamente, a faixa de 26GHz, que é – não sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especialista, mas segundo me dizem – uma faixa ainda de nova fronteira, inexplorada, inclusive tecnologicamente. Talvez os demais possam depois explicar isso. Colocaram o compromisso de conectividade nas escolas exatamente como contrapartida de uma faixa em que não houve interessados. Então, uma das preocupações que a gente tem aqui em relação ao leilão foi essa, porque, na verdade, a conectividade das escolas ficou em aberto por conta dessa questão da faixa ter sido... Em vez de colocar no 3,5GHz, colocou-se lá no 26GHz e ficou sem investidor, sem interessados.

Mas isso a gente pode discutir ao longo do tempo aqui da nossa audiência.

Eu queria, dando sequência ao segundo bloco da nossa audiência, convidar para que se junte a mim na Mesa, já que está presencial, o Sr. Victor Hugo da Silva Rosa, que é Coordenador-Geral da Gestão de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Acrescento aqui um agradecimento à GSI pela presença de vocês aqui. Com certeza estamos todos aqui unidos num espírito de construção desta política e com muito otimismo em relação a ela.

E a quem eu também pergunto, já para ajudar um pouco no debate, referente ao voto divergente do Ministro Aroldo Cedraz, do TCU, ao analisar o edital de licitação de 5G daquele tribunal, entendendo que haveria a necessidade de licitação específica para contratação de uma rede privativa de comunicação da administração pública federal.

Como o senhor avalia que o Governo Federal poderia minimizar os efeitos, os riscos apresentados pelo Ministro Cedraz em seu voto divergente?

Por favor, Sr. Victor Hugo, claro, a sua exposição. Apenas aduzi essa pequena pergunta aqui para que a gente trate desse ponto em específico, já que a audiência justamente se dedica à análise e à fiscalização dessa política pública.

Obrigado.

Concedo a palavra, por dez minutos, com a tolerância que necessitar, como fiz com o orador anterior.

Obrigado.

O SR. VICTOR HUGO DA SILVA ROSA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado pelo convite; agradeço em nome do Ministro General Augusto Heleno.

A ideia é trazer – vou acabar respondendo aqui, no curso da apresentação – a questão de riscos relevantes. Então, o departamento de que eu faço parte lá, o Departamento de Segurança da Informação, é mais conhecido até pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Governo, que é a face mais visível operacional, e a equipe que coordeno é a equipe que trabalha com acordos, memorandos de entendimento internacional e normas.

Basicamente aqui, a apresentação vai abordar e perpassar a IN 4, que é uma das perguntas também. Então, a gente vai acabar respondendo essas questões. (*Pausa.*)

É interessante que as apresentações dos colegas que me antecederam, da ABDI, da Marcela, e do Renato, da CNI, foram interessantes, porque a gente não combinou, mas se encaixam aqui perfeitamente no que eu queria mostrar.

O primeiro eslaide é mais um histórico. O colega Renato apresentou também um histórico e a mudança de quebra de paradigma, que os dois apresentadores colocaram, que é o que nos preocupa na parte de segurança cibernética, que é um cuidado muito maior que a gente tem em relação às tecnologias que estão hoje aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente teve praticamente um século de telefonia fixa convencional, desde a criação, a fundação da Bell Company, desde 1877, e houve aquelas décadas que foram do 1G ao 4G. A gente vê que, basicamente, a gente gira em cima de comunicação humana. Então, a grande quebra de paradigma é que agora vai ter uma comunicação máquina à máquina, M2M (Machine-to-Machine), e isso é a grande transformação.

Então, o que acontece? A gente costuma dizer que o celular são os grilhões modernos, ele dita nossa vida, nossa agenda está ali, nossa comunicação, diversos aplicativos e tudo o mais. Isso vai se aprofundar ainda mais, não só em relação a nós, como em relação a todo um processo da sociedade. A gente está falando de fábricas que vão conversar não necessariamente com seres humanos, mas entre si, inclusive com previsões de produção, previsões de logística e tudo o mais.

Então, a gente vai passar – e é uma experiência da humanidade – a estar imerso, como eu mostro lá, ao final... Vamos eu ver onde está o apontador *laser* aqui. Não aparece muito, mas é o quadro final que eu destaco lá, que é o novo paradigma: a gente vai estar imerso num grande sistema de automação, a gente vai fazer parte, a gente vai ser peça disso. Ao mesmo tempo em que a gente é o usuário, cliente desse sistema, a gente é peça dele, que ele vai usar para prever demandas, prever deslocamento de modais de transporte e tudo o mais. Então, o grau de criticidade que a comunicação, com o 5G, passará a ter é muito alto, muito alto! Então, principalmente a parte de produção e a parte de telemedicina.

Bom, quais são os fatores de risco? Desses fatores, eu citei algumas referências. A gente tem estudos aqui, nacionais também, mas há de órgãos, como a Enisa, que é de segurança cibernética da Comunidade Europeia; do Cisa, que é a norte-americana; citei da Otan também, e alguns outros, apenas para ter algumas referências. Mas são... Basicamente convergem os especialistas. Acho que a gente tem isso aí.

Eu dividi em três grandes blocos – para ficar fácil de entender – os fatores que o 5G traz que são inerentes a ele, e muitas coisas são benefícios do 5G, mas aquele benefício traz com ele um risco também. Então, eu dividi em características gerais da tecnologia 5G, características técnicas e de implementação da rede, que está muito relacionada às operadoras e aos fornecedores dela, aos contratados dela para implementar, e outros que é característica mercadológica, do mercado de equipamentos de rede que vão compor essas redes 5G.

Quanto às questões gerais de tecnologia, a gente tem aumento da superfície de ataque, porque isso aí é lugar comum, todos apontam para si. Ou seja, terá mais pontos por onde entrar os ataques.

A questão da comunicação máquina a máquina, massiva. Ou seja, ataques poderão estar ocorrendo e em evolução, e se de uma maneira dissuadida, dissimulada, poderá a ter até uma percepção tardia do ser humano, claro! Porque aí vai entrar muito a questão de uso de aprendizagem de máquina e inteligência artificial para tentar fazer frente a isso.

E a questão da comunicação ultrarrápida e altamente confiável, que é o que os colegas falaram. A baixa latência, ou seja, a resposta rápida. Ao mesmo tempo que isso é um benefício, isso para um atacante... É um benefício para o usuário e para o atacante também é um benefício, ou seja... Eu digo o seguinte, no computador, lá em casa, ainda não chegou fibra ótica, onde eu estou morando, então, eu costumo dizer que um *hacker*, às vezes, vai desistir de me atacar, de tão lento que é. (*Risos.*)

Mas com o 5G essa coisa vai mudar. Será muito rápido mesmo.

Bom, isso aí é nas questões gerais da tecnologia. No relacionado às características técnicas e de implementação das redes, muito relacionado às operadoras, os palestrantes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estão aí que são de fabricantes sabem muito bem disso, que é a característica da arquitetura do 5G. Então, essa questão da virtualização da rede, o *software-defined networking*, a rede definida por *software*, traz realmente um risco junto, porque é até a questão de auditar a rede como está configurada.

A rede do 5G... É claro que isso já vinha acontecendo, o uso dessa rede configurada por *software* já vem acontecendo em *data centers*, já vem acontecendo desde o 3G, mais fortemente no 4G, mas agora será realmente massivo. No 5G, você terá uma rede que pode ser *mutatis mutandis*. Então, você tem aquelas configurações tradicionais. No *backhaul*, o que é equipamento de roteador, o que é um *gateway*, isso aí tudo vai poder se configurar, ou seja, haverá muitos equipamentos genéricos que podem ser configurados por *software*, inclusive remotamente. Então, existem preocupações, por exemplo, na Comunidade Europeia, a própria Enisa já fez normas em que há determinados tipos de equipamentos, determinados tipos de função que não podem ser feitas remotamente. Então, isso é uma coisa para a qual a gente precisa se atentar.

A questão da complexidade e flexibilidade na gestão e na orquestração de rede. Isso aí também é outra coisa. A rede pode ser fatiada, dividida em sub-redes. Então, ela pode ser configurada de maneira diferente. Por isso se deve ter um cuidado muito grande nas operadoras no implementar.

A questão das incompatibilidades e funcionalidades com sistemas antigos. Então, haverá uma herança. É a mesma coisa de a gente colocar um sistema numa casa, num prédio, supersofisticado, com a digital, mas o porteiro ainda, para quem não cadastrou, vai lá com a chave e abre. E não tem *log*, não sabe quem abriu. É praticamente isso.

Então, o 5G estará se conectando com sistemas legados em 4G e 3G. E tem que haver alguns cuidados de qual função que vai compatibilizar para não abrir esse tipo de possibilidade.

Outra coisa é a computação de borda. Exatamente por ter baixa latência, o 5G leva massivamente o processamento para a ponta, mais perto dos usuários. Então, isso aí associado com outro risco que está mais abaixo, que é o da cadeia de suprimento, vai ter peças, partes que podem ser supridas por diferentes subfornecedores do fornecedor, que às vezes é difícil de auditar ou por estar em outro país, ou por ser outro sistema, ou por ser muito diversificado. Então, na computação de borda, você pode ter equipamentos com um risco maior, com vulnerabilidade, instalados na ponta.

Eu somei ali a cultura das operadoras. Por quê? Até o 4G, ainda existe uma cultura de centralizações, ou seja, é um cuidado dos técnicos da operadora de fazer uma análise, de fazer uma auditoria naquele equipamento que está fazendo uma orquestração de maneira mais central. No 5G, isso aí vai estar distribuído mesmo. Então, você acaba dando um poder às pontas, que aí tem que cuidar. Então, hoje o modelo das operadoras já é realmente fazer um contratante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO DA SILVA ROSA – ... que vai fazer esse tipo de gestão por eles. Então, está muito contratual. Há uma preocupação muito grande na capacidade técnica das operadoras de poder criticar isso aí.

E as questões relacionadas ao mercado, que a gente vai bater, em que eu vou tentar correr aqui, é o que a gente frisou na IN 4, a auditabilidade da cadeia de suprimento associada a uma baixa capacidade nacional para auditar. Eu não digo no sentido, como os colegas colocaram, de implementar a função da rede – nisso aí a gente é bom, a gente tem condição do uso –, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estou falando daquelas ameaças de *hardware*. As ameaças em *hardware* são poucos laboratórios internacionalmente que têm condição de depurar e descobrir. Nisso a gente tem uma baixa capacidade, esse é um problema.

Outra coisa é permissivos legais para violação de privacidade e segurança por alguns governos. Isso, no geral, tem alguns... Eu estou falando da parte pública, não estou falando da parte de inteligência ou outras coisas; eu estou entrando só no que é realmente público.

E há a questão da concentração do mercado de redes na mão de poucos ou pensar um fornecedor.

A gente fez a IN 1, e eu vou resumir isso aqui. Não vou entrar. Foi um grupo que participou, vários aqui envolvidos no assunto: o GSI coordenando, o então Mctic – ainda estavam comunicações com ele e a Anatel –, o MRE, a Segov, o CPQD também participou, para desenvolver a IN 4. Na IN 4, os requisitos mínimos de segurança foram fechados com esse grupo. A gente o verteu para a norma.

Mais adiante houve uma consulta pública na Anatel que criou a Resolução 740, porque, frise-se, a norma do GSI é para o Poder Executivo federal; ele não normatiza empresas reguladas, ele faz a regulação para quem vai regular. Então, ele fez uma norma para o Ministério das Comunicações – na época, o Mctic...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR HUGO DA SILVA ROSA – ... e para a Anatel.

Bom, o que nos preocupa, eu vou para um ponto aqui de atenção – e foi capturado praticamente tudo dentro da norma da Anatel –, é a questão do inciso X do art. 5º da IN 4. Embora a diversidade esteja como princípio na Resolução 740 no que a gente colocou, ao que leva esse inciso, conforme ele está ali transcrito? Ele leva as operadoras a terem que cuidar para que não mais do que a metade dos equipamentos instalados sejam de um mesmo fornecedor.

Em relação a uma pergunta que fizeram lá: não foi vedado – à época foi colocado isso em nota à imprensa e tudo mais, pela área de comunicação do GSI –, não se trabalhou em vedação, como alguns países trabalharam, a fornecedor, mas se trabalhou com uma preocupação de proteção da sociedade, com a questão do erro de modo comum e da falha de modo comum e com a questão de concentração de mercado, que é muito mais afeta a outros órgãos.

Então, o que se procurou fazer foi colocar o seguinte: nenhum fornecedor, independentemente de qual fornecedor, independentemente de qual país, poderia ter mais do que a metade dos equipamentos, para evitar o erro de falha comum. Se o projeto, se componentes-chaves naqueles produtos lá tiverem uma vulnerabilidade e forem explorados, isso não pode comprometer a rede inteira, por exemplo, em uma grande cidade. Imagine se São Paulo está apenas na mão de um fornecedor, se há uma vulnerabilidade que ele não consegue, em tempo, corrigir e sanar, toda a rede está comprometida.

Então, vai ficar a apresentação aqui. Eu coloco o que, no passado, no Brasil... Em termos de telefonia fixa, eram seis grandes fornecedores internacionais de seis países diferentes. Já na telefonia móvel, no 1G e no 2G, já começou a ir para três. No 5G, já há uma tendência, continua com três, mas com uma concentração maior em um. E, hoje, no Brasil, a gente tem uma tendência... Já está com 50% em um fabricante dominando praticamente o 3G e o 4G, com uma tendência de poder chegar a 100%, quiçá. Então, é mais essa preocupação com que a gente tem que ter cuidado aí na hora de implantar.

Outra pergunta que fizeram, Senador, se o senhor me permite responder, é se existiu algum fornecedor. Não, não foi nenhum. E o certame... Na realidade, não só a Anatel, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outras reguladoras no mundo inteiro se preocupam com a diversidade de operadoras. O equipamento que a operadora vai contratar fica por conta de quem vencer. Então, não há vedação, e o próprio edital não veda. Então, hoje, há uma diversidade, a despeito de ter havido lote vazio, infelizmente, nesse da educação, mas foram preenchidos os grandes centros. Os interesses econômicos acabaram sendo preenchidos, e houve diversidade, houve competição – esse é o viés que, em vários países, as reguladoras em telecomunicações adotam. Só que a camada de baixo, que é de equipamentos que vão ser colocados, está por conta de quem venceu os leilões. Então, eles é que vão escolher os equipamentos. Essa é uma atenção que a gente tem que ter.

É basicamente isso aí.

Desculpem-me por ter estourado o tempo aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Victor Hugo. Sempre temos uma tolerância de um a dois minutos para que terminem. Muito obrigado pelo esclarecimento.

Quero, logo, sem mais delongas, passar a palavra ao Sr. Arthur Pereira Sabbat, que é Diretor do Conselho da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a quem também já faço uma pergunta diretamente. Com a implantação das redes móveis de quinta geração, 5G, o tráfego de dados nas redes de telecomunicações deve aumentar de forma ainda mais acelerada. Como a ANPD está se preparando para os desafios trazidos justamente pela implantação do 5G?

Então, com a palavra o Sr. Arthur Pereira Sabbat, pela via remota.

O SR. ARTHUR PEREIRA SABBAT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Jean Paul Prates.

Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, em nome do Diretor Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, eu agradeço o convite e a valiosa oportunidade.

Na qualidade de um dos diretores do Conselho Diretor da Autoridade, eu gostaria de voltar minha abordagem para o impacto do advento das redes 5G sobre a proteção de dados pessoais. Inclusive, vamos abordar também essa bem oportuna pergunta colocada pelo senhor, Senador, considerando os aspectos de segurança da informação e de segurança cibernética. E alguns desses aspectos, voltados à proteção de dados pessoais, já foram abordados pelo Dr. Victor Hugo, do GSI.

Bem, é importante ressaltar que as redes 5G, como já foi falado, trarão uma série de comodidades e de novas oportunidades à sociedade, em virtude de dois aspectos, entre todos, entre vários também, que proporcionarão: o primeiro é a elevada velocidade de conexão com baixíssima latência; o segundo, quase em decorrência desse, é a elevada quantidade de conexões simultâneas de alta qualidade e confiabilidade. Essas são, sem dúvida, características disruptivas, mas que também exigirão que todos – poder público, setor privado, cidadãos, enfim, a sociedade – adquiram, em seu cotidiano e no seu *modus operandi*, no seu *modus vivendi*, conhecimentos e cultura em dois campos que estão intimamente relacionados e que estão muito em voga e crescendo de importância a cada dia, que é a segurança cibernética e a proteção de dados pessoais.

Um dos benefícios que se espera com a implantação das redes 5G é o uso eficaz de equipamentos de internet das coisas, tecnologia que podemos definir como a interconexão, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meio da internet, de dispositivos de computação incorporados em objetos do nosso uso cotidiano, o que permite a esses objetos enviar e receber dados em diferentes volumes.

A essência dessa tecnologia de internet das coisas – e aí vamos nos aprofundar no porquê da nossa preocupação com isso – é o potencial dessa tecnologia para conectar objetos utilitários comuns, aqueles utilizados no nosso dia a dia, à internet, do mesmo modo que outros dispositivos que hoje somente possuem sentido praticamente se ligados à rede, como computadores e *smartphones.* Portanto, constata-se que o 5G irá potencializar intensamente a internet das coisas.

A partir desse ponto, nesse contexto, eu gostaria de abordar alguns reflexos da implantação das redes 5G para a proteção de dados pessoais.

Primeiro, o aumento da quantidade de equipamentos conectados simultaneamente e na mesma região, como *smartphones*, computadores pessoais, dispositivos de internet das coisas, possibilitado exatamente pela rapidez de resposta dos recursos de 5G.

Segundo, o aumento da interação entre coisas, pessoas e plataformas e aplicações, pela facilidade e rapidez de conexão.

Terceiro, a implementação e ampliação do uso de dispositivos de internet das coisas em áreas diversas da nossa atividade humana, como consumo, saúde, serviços públicos, gestão urbana... Enfim, no dia a dia do cidadão.

O aumento também da coleta... E aí começam as nossas preocupações também: o aumento da coleta e das demais operações de tratamento de dados pessoais, uma vez que esses equipamentos de internet das coisas necessitam de variadas quantidades de dados pessoais para serem eficientes aos seus proprietários, para eles cumprirem com a finalidade a que eles se destinam, para oferecerem à comunidade a comodidade que ele se propõe a oferecer.

E também, como consequência dos aspectos anteriores, teremos um aumento vertiginoso do fluxo, do tráfego desses dados pessoais, o que demandará atenção tanto por parte da autoridade nacional de proteção de dados, mas também de fabricantes e distribuidores desses equipamentos, quanto de órgãos públicos e, com certeza, por parte dos cidadãos usuários, que são os titulares de dados. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi feita para ele, para o cidadão, para nós, titulares de dados.

Também temos outro aspecto a considerar, o potencial aumento do impacto de ataques cibernéticos sobre instituições públicas e privadas, sobre o cidadão, enfim, uma vez que esses benefícios da tecnologia 5G, como foi abordado pelo Professor Víctor Hugo, também poderão ser explorados com o tempo por criminosos cibernéticos. O que nos serve em termos de comunidade também pode servir em termos de facilidade para realização de ataques cibernéticos se esses equipamentos não forem programados, configurados e não tiverem medidas adequadas e níveis adequados de segurança cibernética. Isso é questão de arquitetura de concepção.

Por fim, verificamos também esse aumento da importância da segurança cibernética e do zelo com a proteção de dados pessoais. Este é um tema que está grassando o mundo com maior intensidade: a valoração da privacidade dos cidadãos, a importância que os governos têm de dar a essa proteção e à segurança dos dados do cidadão – tudo isso é muito interligado. Como disse, a segurança cibernética não existe sem a proteção de dados pessoais e vice-versa. Isso é uma realidade, é impossível separá-las.

Eu entendo que a segurança cibernética, portanto, é fundamental para uma adequada proteção de dados pessoais – nesse sentido que eu gostaria de colocar – , e isso se tornará mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

evidente com a implantação das redes 5G. Daí a ser essencial que os princípios de segurança cibernéticos sejam considerados tanto pelas operadoras ao contratarem as empresas que irão instalar a infraestrutura das redes 5G voltadas à implementação da rede 5G especificamente quanto pelos fornecedores de equipamentos dessas redes ou que se utilizarão diretamente dos benefícios dessas redes, como é o caso dos dispositivos de internet das coisas.

Eu creio nesse sentido, portanto, que, com esse conceito de quantidade volumétrica de dados pessoais que passarão a trafegar na internet, aliado a numerosos dispositivos pessoais utilitários – de internet das coisas, inclusive –, a disseminação de conceitos e da cultura de segurança cibernética e da proteção de dados pessoais para a nossa sociedade é urgente e por que não dizer imprescindível, muito mais do que essencial.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Senador.

Eu agradeço imensamente e continuo à disposição.

Se me permite, sobre a pergunta específica de V. Exa., quero dizer que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados está se estruturando. Nós estamos concebendo, juntamente com o Governo Federal e com o apoio do Ministério da Economia, um projeto de lei para que nós alcancemos maior autonomia, inclusive autonomia administrativa, orçamentária, e que nós consigamos mais recursos, mais pessoal, porque nós precisamos nos fortalecer para fazer frente a toda essa realidade que se avizinha e que vai se agravar com o advento das redes 5G.

Era isso. Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Arthur.

Por favor, conte desde já com o nosso apoio a essa pretensão legítima quanto à questão dos recursos para que todo esse processo funcione a contento e que a gente consiga, de fato, ter o controle adequado desse processo não só de implantação como de operacionalização a partir da sua implantação no Brasil.

Concedo a palavra, por dez minutos, aproveitando o acesso remoto, ao Sr. Roberto Gallo, Diretor-Geral da Kryptus.

Por favor, Roberto. Tem a palavra por dez minutos.

O SR. ROBERTO GALLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Jean Paul. Muito obrigado pela oportunidade de contribuir com esta audiência.

Primeiro, quero saudar também o representante do GSI, perfeita a exposição. E, apesar de não muito, digamos assim, adjetivada, traz consigo sutilezas importantes do ponto de vista estratégico.

Vou compartilhar a minha tela aqui, se me permitem, no sentido de ilustrar um pouco mais a apresentação que faço.

Apenas, para aqueles que não me conhecem, basicamente vimos trabalhando na empresa já há quase duas décadas em importantes sistemas para o Estado brasileiro, entre os quais a urna eletrônica do TSE; a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras, incluindo a Autoridade Certificadora Raiz; as comunicações seguras das Forças Armadas; a segurança cibernética do Itamaraty; a tecnologia para emissão do teu passaporte pela Casa da Moeda; e o Ato 77, que comentarei brevemente, da Anatel, que prevê a fiscalização e auditoria dos equipamentos de telecomunicações em geral. Portanto, Sr. Senador, tento dar aqui um contorno mais estratégico em minha palestra e muito menos tecnológico.

Bom, vivemos atualmente, senhores e senhoras, uma guerra de narrativas em torno de uma realidade muito importante. O 5G representa uma promessa de desenvolvimento econômico de US$13,2 trilhões até o ano de 2035. Isso é dez vezes o PIB nacional. Uma única tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– uma única tecnologia! – tem a capacidade de gerar dez vezes a riqueza do PIB brasileiro nos próximos 15 anos.

Essa geração de riquezas se espalha por diversas áreas da economia. De novo, segundo o Fórum Econômico Mundial, esses dois dados são do Fórum Econômico Mundial, várias áreas são tocadas pela riqueza gerada pelo emprego e pela própria venda da tecnologia 5G, não é? O 5G gera valor de duas maneiras: tanto no que ele habilita de novos negócios, mas também na própria infraestrutura. Vejam, no setor de manufatura, quase 5 trilhões são esperados; na área de comunicação e informação, outro 1,6 trilhão; no setor de comércio, 1,2 trilhão; e o setor público também – por que não? – é tocado por esse grande advento.

Decorre, entretanto, Senador, que tivemos o que o americano chama de momento Sputnik. Os mais novos certamente não lembram, mas, em um certo momento, os Estados Unidos, durante a era da corrida espacial, foram pegos de surpresa – nem havia a corrida espacial ainda – com os russos lançando um primeiro satélite. No imaginário americano, na cultura americana, o momento Sputnik é quando você é surpreendido por um avanço rápido e contundente do seu adversário ou da sua competição. Como reportado na época, na capa do *The New York Times*, ali se mostrava a pujança, naquele caso, do Governo comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e esse momento Sputnik se repetiu com o advento do 5G, esta é a realidade.

A concentração de mercado, notada pelo colega do GSI, insere-se dentro de um contexto grande, Presidente, Senador, em que existe um ecossistema, e o ecossistema 5G passa ou perpassa por diferentes tipos de indústrias. A mais importante delas obviamente está em torno das próprias infraestruturas de telecomunicação e dos aparelhos celulares ou dos *modems* celulares que ali se utilizam.

Acontece que, ainda que existam diversas camadas, diversas empresas, diversos negócios que geram valor e que giram em torno do 5G, a verdade é que o grande vencedor dessa corrida é a China. Vejam o número de patentes depositadas e garantidas – esse último dado é de fevereiro de 2020 – sobre tecnologia 5G. O grande habilitante está no Oriente. O Ocidente, em particular os Estados Unidos, perdeu essa corrida. Há ainda, obviamente, até 2020, uma importante posição dos países europeus, em particular dos escandinavos, com a Nokia e a Ericsson, mas essa é uma corrida ganha pela China. E, vejam, é o que leva a uma guerra de narrativas muito importante. A partir do momento Sputnik, não havia outra oportunidade para o americano a não ser levar em conta aspectos políticos e geopolíticos estratégicos.

Esse aqui é o edifício sede da União Africana. Esse prédio, construído com recursos chineses, reportadamente teve os dados extraviados durante uma grande parte do tempo – isso é reportagem, não estou afirmando que é verdade, estou apenas trazendo a reportagem do *Le Monde Afrique.* A informação, a integralidade da informação dos servidores da União Africana era transferida durante a noite para Xangai. Esse tipo de ação, obviamente, muitas vezes está envolto em grandes pressões estratégicas econômicas. Vários anos depois, quase sete anos depois, a União Africana voltou a comprar equipamentos da empresa chinesa teoricamente envolvida com aquele processo.

Isso tem levado – de forma desproporcional, na minha opinião, essa é uma opinião estritamente pessoal – a uma resistência contra, em particular, a fabricante chinesa Huawei. Esses dados aqui da Bloomberg, de forma gráfica, mostram os países onde em particular os equipamentos dessa companhia têm tido algum tipo de banimento ou resistência local dos governos. As cores não ajudam muito, mas se vê obviamente que Estados Unidos, Canadá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Reino Unido, Austrália, Japão, Índia e países escandinavos – Polônia – possuem algum tipo de restrição importante.

Mas como esse tipo de restrição apareceu? Ele emergiu basicamente de uma pressão internacional muito grande, principalmente do Governo americano, que sabe o que está fazendo, sabe a importância do assunto porque ele mesmo assim o faz. Esse eslaide aqui é um eslaide de marcação *top secret*, equivalente ao nosso ultrassecreto, da seção de inteligência de comunicações da NSA, que vazou a lista de maiores alianças tecnológicas, obviamente para atividade de segurança de comunicações, ali está escrito: "Commit". Há provedores de toda parte. Se os senhores se lembrarem, no começo do ano passado, saiu no *The Washington Post* um dos maiores escândalos, que eu diria, do século. É chamado de "o golpe de inteligência do século". Empresa sueca, com sede na Suíça, chamada Crypto AG. Descobriu-se que a empresa era uma copropriedade do serviço de inteligência norte-americano, a CIA, e da Alemanha Ocidental. Desde a década de 50, essa empresa distribuiu equipamentos com *backdoor* para mais de 120 países, inclusive o Brasil. Das informações vazadas, se identificaram 62 países clientes. Basta uma procura no portal da transparência que os senhores veem que nós, Brasil, fomos alvo também.

Senhores, senhoras, os países com um aparato de inteligência robusto, industrializados – e aqui estou falando de Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, China, Rússia –, usam seus serviços de inteligência, utilizam equipamentos de guerra cibernética para atingir seus objetivos comerciais, objetivos ideológicos, de todo tipo. A escolha entre provedor A, ou B, ou C obviamente tem que levar em conta esse tipo de situação, mas sabendo que é global. Por que é global esse problema? Pelos fundamentos. Esses fundamentos são fundamentos econômicos e até técnicos. (*Pausa.*)

Eu gostaria de usar mais dois ou três minutos, se me permite, Senador.

Bom, primeiro quero lembrar que estamos aí numa sociedade pós-industrial. Grupos, nações e países sempre lutaram, ao longo da história, por recursos: comida, água, pedras, fertilizante, petróleo, mas a realidade é que, do meio século para cá, o maior ativo é conhecimento e tecnologia. A diferença entre um celular de R$1 mil e um de R$15 mil é nada, senão o projeto. São os mesmos materiais que ali estão: silício, plástico, vidro, ouro, cobre. Entretanto, as técnicas que se utilizam para ganhar vantagem no terreno da informação, se obter conhecimento e tecnologia ou informações negadas são iguais para vários tipos de atividades, sejam elas benignas ou nocivas: prossecução legal, em que a capacidade de invadir um sistema é fundamental justamente para que se processe e prenda o criminoso; mobilização militar, quando na defesa é altamente positivo; espionagem; e até mesmo chantagem. Todos estão sujeitos aos mecanismos que estão embarcados nesse tipo de tecnologia, seja acidentalmente, o que eu vou comentar brevemente, seja de propósito.

Um homem público pode ser chantageado por uma opinião. E quantos homens públicos não estão vendo essa palestra aqui? Espionagem pode atingir a indústria, pode atingir o Estado, pode atingir vários.

Outro fator importante é que, a despeito do que qualquer fabricante falar, existe um teorema fundamental da computação que diz que é impossível provar que um sistema é seguro. Não há o que se dizer. Há uma impossibilidade matemática para que isso ocorra. Isso faz com que as proteções, como vou explicar, já finalizando, não possam ser estritamente técnicas, elas têm que levar em conta processos e a lei. A lei tem que ser pesada para aqueles que abusam da confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto importante – este é técnico, mas me permitam; gastarei aqui 30 segundos: existe uma impossibilidade técnica de se distinguirem *backdoors* de *bugs*. Veja, Microsoft, Apple investem literalmente dezenas ou centenas de bilhões em seus sistemas e, mesmo assim, possuem defeitos. Sabendo os senhores que é impossível eliminar defeitos e sabendo os senhores que é possível criar *backdoors* que são indistinguíveis de defeitos, conclui-se, por obviedade, que é impossível se eliminarem *backdoors*. Tanto é assim que existem até concursos aqui – e este é um concurso – de como se criar um *backdoor* que é indistinguível de um *bug*.

Na prática, já indo para o encaminhamento final aqui, diferentes estratégias são necessárias para que se busquem diferentes tipos de problemas de segurança. Claro, quando existe um defeito acidental – análise de projeto, análise do artefato sem código e o projeto ter alguma eficácia, óbvio, sem ser intencional –, isso já não é tão efetivo, por isso em amarelo, e não serve em nada para aqueles que estão, de fato, querendo colocar alguma coisa de forma oculta. A técnica não responde a tudo. Essa é a verdade.

O acompanhamento de processo, o desenvolvimento do sistema sob certificação cerrada, sob os olhos dos interesses nacionais avançam bastante aquilo que a gente é capaz de pegar, até o acidental oculto, eu diria assim, aquele *bug* que é acidental, mas é oculto.

Agora, o enquadramento legal é a última instância, com punição exemplar, para que se permita a segurança de fato e a confiabilidade de fato nas tecnologias que se empregam.

Já para o meu último eslaide, Senador, falo sobre caminhos que podemos tomar.

Primeiro, a gente precisa entender que a infraestrutura 5G não pode ser confiada para tudo, e não há declaração de fabricante ou sessão de *workshop* que se possa fazer que garanta que a segurança para itens críticos esteja lá, simplesmente porque é impossível. A gente precisa, portanto, ter uma estratégia de camadas: a segurança deve estar em outra camada, usando criptografia, técnicas cibernéticas, sob o controle nacional, se a aplicação assim demandar, uma aplicação de Estado ou uma aplicação crítica.

Outro caminho que vai ao encontro do exposto pelo 5G é se garantir a variabilidade dos provedores de internet, não dependendo de um único fornecedor, para que a gente tenha resiliência nas redes.

E mais: atualizar a criminalização para sabotagem e espionagem, explicitando infraestruturas críticas de telecomunicações – a nova Lei de Segurança Nacional regrediu, em minha opinião, nas proteções: descaracterizou-se o crime de espionagem fortemente ou o de sabotagem, inclusive –; ampliar as inspeções técnicas exploratórias nas infraestruturas e tecnologias nos moldes do Ato 77 da Anatel – seria um bom avanço, mas está infralegal –; multiplicar exercícios cibernéticos, como o Guardião Cibernético, levado pelo Exército Brasileiro; e, obviamente, investir em tecnologia nacional para a infraestrutura.

Quem sabe, assim, a gente consiga entrar na próxima onda da infraestrutura de 6G.

Termino aqui a minha colaboração. Lamento os minutos a mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós é que agradecemos, Roberto, e a todos vocês, pelas competentíssimas apresentações. Acho que quem está assistindo em casa... Estamos chegando na hora do almoço, mas, enfim, de todo jeito, nós temos bastante audiência, pelo que estamos vendo aqui nas perguntas recebidas pela internet, porque as apresentações são riquíssimas e o assunto, de fato, inspira muita curiosidade, além de serem muitos assuntos mesclados importantes: inovação, concentração de mercado, mercado em si, segurança, privacidade, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos iniciar aqui a série final com as empresas. Temos aqui a Ericsson, a Nokia e a Huawei.

Eu queria convidar, para compor a mesa comigo aqui, a nossa próxima convidada, a Sra. Jacqueline Lopes, Diretora de Relações Institucionais da Ericsson para o Cone Sul da América Latina, para a sua exposição. Concedo a palavra por dez minutos.

Obrigado, Jacqueline.

A SRA. JACQUELINE LOPES (Para expor.) – Bom dia a todos!

Começo agradecendo ao Senador Jean Paul pelo convite.

Cumprimento todos os colegas aqui presentes e também os que participam conosco de forma remota.

Hoje eu trarei um pouco mais sobre essa tecnologia do 5G, a visão da indústria, começando um pouquinho aqui sobre a Ericsson. A Ericsson é pioneira do 5G em cinco continentes. Nesse aspecto global, nós já temos cerca de cem redes de 5G ativas em mais de 45 países e hoje também temos cerca de 150 contratos assinados em 5G. Somos também pioneiros em termos de padronização dessa tecnologia.

E no Brasil, como a Ericsson está? Já estamos aqui há quase cem anos instalados com uma fábrica em São José dos Campos e um centro de pesquisa e desenvolvimento localizado em Indaiatuba. Somos líderes de mercado aqui no País e, em abril deste ano, nós também lançamos a primeira linha de produção do 5G, no hemisfério sul; não apenas no Brasil, não apenas na América Latina, mas em todo o hemisfério sul. E, para que esse pioneirismo aconteça e continue ocorrendo, é fundamental o investimento em inovação. Por isso nós investimos também cerca de 100 milhões por ano, aqui no País, em aspectos de inovação local.

Complementando a discussão sobre a tecnologia do 5G, nós temos um estudo interno na Ericsson informando que, em 2030, o potencial de receitas, a partir da digitalização no País, deve totalizar R$391 bilhões adicionais, dos quais 153 bilhões são relacionados ao 5G. Com isso nós percebemos a importância que essa tecnologia tem e, como já bastante debatido aqui hoje, no nosso painel, esse valor não traz benefício somente para o setor de telecomunicações; ele é transversal, ele é um vetor de transformação em diversos segmentos. Para ficar em alguns exemplos: a indústria, a saúde, a segurança pública, a educação. E esses setores, em geral, vão ter um aumento de conectividade, até 2030, entre 65% e 85%. Isso ressalta a transformação que nós já estamos vivendo aqui no País e que deve ser intensificada.

Por isso, nós consideramos o 5G a infraestrutura mais importante dos próximos anos, pelas suas características técnicas de alta velocidade, de ultraconfiabilidade, de baixíssima latência. E justamente essas características, aliadas às diferentes faixas de espectro que foram recentemente licitadas no leilão aqui no nosso País, permitem aplicações em diversos casos de uso nos mais diferentes setores.

Dentre eles, podemos trazer aqui três exemplos protagonizados pela Ericsson. O primeiro deles é um caso relacionado à telemedicina – a realização de uma ultrassonografia de forma remota que foi realizada em Minas Gerais, em parceria com um de nossos clientes. Esse é apenas um exemplo, mas é interessante notar, e a pandemia deixou isso muito claro para todos nós, a importância que nós temos do monitoramento – as consultas começam a ser realizadas em larga escala de forma remota, há o controle de doenças crônicas que oneram bastante o nosso sistema de saúde, melhoria da qualidade de vida da população e, com isso, nós podemos alavancar essa tecnologia para beneficiar toda a sociedade.

Isso não está restrito ao setor de saúde. Na parte de indústria 4.0, a ABDI e a CNI trouxeram vários exemplos aqui também. Inclusive, o caso que eu trago aqui é justamente o caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da WEG, que foi realizado em parceria com um de nossos clientes e também com a ABDI, e demonstra o benefício que isso vai ter para o setor produtivo. Existe um potencial aumento de produtividade de cerca de 25%, por exemplo, em aplicações de manutenção preditiva. Isso também contribui para aumentar a segurança da nossa indústria. E o aumento da competitividade vai contribuir para o desenvolvimento econômico.

Interessante ainda a gente considerar o caso do agronegócio. Aqui eu trouxe um exemplo em que nós tivemos uma aplicação em parceria com a São Martinho, também com um de nossos clientes. Houve recentemente também uma parceria com outro cliente, com a John Deere. No agronegócio, também os casos de uso são inúmeros. Podemos, por exemplo, monitorar a plantação, existem tratores conectados, o uso de defensivos agrícolas pode ser controlado por meio de inteligência artificial. Isso vai contribuir também para a competitividade no campo.

Vamos lembrar que a agricultura é um dos principais setores motores do PIB do nosso País. Também é um dos principais setores exportadores. Com isso, nós notamos que o 5G, aliado a todos os seus casos de uso, consegue impulsionar essa transformação e o aumento da competitividade nas mais diversas esferas e setores.

Ponto interessante: muitas pessoas se questionam se haveria benefícios adicionais. Em tempos de COP, eu adiciono mais um: não só essa inovação contribui para melhorar a competitividade, mas, ao mesmo tempo, embora o tráfego de dados aumente em quatro vezes por meio do 5G, a gente observa que o consumo energético permanece constante, ou seja, estamos deixando aqui de gastar energia e tornando a inovação sustentável não restrita ao setor de telecom e, sim, aplicável aos diversos segmentos da nossa indústria.

Inegável também dizer que, para a sociedade, existem vários outros aqui, por exemplo, a educação. Notamos que, no começo da pandemia, os cinco primeiros meses trouxeram um crescimento, que era esperado para o setor, de até dez anos. Isso vai permitir que as pessoas possam trabalhar de diversas regiões. Então, você observa um desenvolvimento econômico de toda a nossa sociedade.

Com esses benefícios e o alto valor em jogo trazido pelo 5G, existem também discussões inerentes sobre a questão de segurança cibernética. A Ericsson tem uma abordagem holística para segurança cibernética. Nós atuamos aqui em quatro camadas, quatro níveis, que são interdependentes. Primeiro, a parte de processo operacional: aqui nós estamos falando tanto do monitoramento, quanto das respostas aos ataques e possíveis ataques. Depois, no processo de *deployment,* a segurança das próprias redes, como elas podem trabalhar de forma segura. Em terceiro, a parte do desenvolvimento de produtos de fornecedores, ou seja, entendemos que isso é uma responsabilidade que envolve a cadeia do segmento; portanto, é importante que lá na ponta os fornecedores também tenham produtos seguros, que vão chegar na outra ponta junto com os nossos clientes, que são as operadoras. E, por fim, o processo de padronização no setor de telecomunicações, para o qual nós contribuímos ativamente em nível nacional e também global.

Esse conjunto de quatro níveis interdependentes almeja justamente atender ao usuário final, para quem nós queremos proporcionar uma experiência mais adequada e segura, respeitando os aspectos de risco aqui de segurança cibernética.

Para que todas essas discussões avancem – e aqui estamos falando apenas do começo do 5G –, o diálogo entre o Governo, o mercado e a sociedade vai acelerar o desenvolvimento tecnológico do nosso País. Por isso, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de continuarmos aqui dialogando com vários desses atores envolvidos na agenda de 5G, e fico à disposição para perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Jacqueline. Exatamente seu eslaide final mostra o que nós estamos fazendo aqui: dialogar desde o início, desde a implantação, desde o processo de concepção da regulação, da realidade nova que vamos viver, e o Senado e esta CCT justamente representam a sociedade aqui discutindo com vocês do setor.

Concedo a palavra agora, por dez minutos, ao Sr. Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia da Nokia América Latina, para sua exposição, a quem também convido para sentar-se e juntar-se aqui a nós, à Mesa.

Obrigado, Jacqueline.

E, enquanto você prepara a apresentação, queria rapidamente ler algumas perguntas que chegaram aqui – enquanto vocês colocam aí.

Maria Cecilia, do Rio de Janeiro: "Essa implementação seria acompanhada de projetos para ampliar o acesso à internet no País de uma forma geral?".

Elinadja Targino, de Alagoas, pergunta: "Como ocorrerá a implementação do 5G nas regiões mais longínquas, como Norte e Nordeste?".

Também aduzindo aqui pergunta no mesmo sentido Fernanda Moreira, de Minas Gerais: "Quais os lugares que irão fazer esta instalação [primeiramente]? Importante dar atenção para os lugares mais precários".

Marcelo Ceolin, do Rio Grande do Sul: "Quais as principais inovações trazidas com essa tecnologia?". Creio que temos tentado responder aqui, e estimulo o Marcelo a procurar também as duas outras audiências públicas que fizemos anteriormente, que trazem muita coisa a respeito disso; e as empresas aqui também trouxeram hoje bastantes respostas em relação a essa pergunta.

E a Joanna Silva, de Santa Catarina: "Quais os custos extras [que serão repassados para] o cidadão [...]?.

Sobre essas duas perguntas quanto ao alcance inicial e a questão dos custos extras estamos tratando justamente nessa sequência de três audiências públicas. Nesta também poderá ser tratada.

Portanto, temos aqui Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia da Nokia América Latina, com a palavra por dez minutos.

Obrigado.

O SR. WILSON CARDOSO (Para expor.) – Senador, boa tarde! Boa tarde a todos os presentes na plenária e a todos os que estão nos assistindo na internet.

Começando um pouco mais rápido, acho que todos se lembram da Nokia pelo passado de telefones. Nós não fabricamos mais telefones desde 2007, licenciamos uma marca para uma empresa chamada HMD, que inclusive fornece telefones aqui no Brasil hoje.

Mas falando um pouco da nossa empresa no Brasil, temos 3 mil funcionários; nós temos escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba; produção em São Paulo; parcerias com o Senai, com o Inatel e outras universidades do Brasil; e projeto de internet das coisas qualificada na chamada do BNDES, focado na agricultura e na indústria 4.0.

Um dos fatores que nós buscamos entender desde o começo – esse foi o estudo que nós fizemos logo após o começo da pandemia – foi entender o impacto econômico do 5G no Brasil. Esse estudo mostra esse impacto econômico de US$1,2 trilhão nos próximos 15 anos, mostrados os diversos setores da economia que estão apresentados nesse eslaide. Equivale dizer que é um aumento de 1% do PIB nos próximos 15 anos à medida que nós vamos adotando o 5G nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diversos setores da economia. Claro, começa com o Governo com educação eletrônica, com a possibilidade de medicina remota, passando pela indústria, passando pelos serviços de agricultura e logística.

Nós temos de ter em consideração que é importante ter o 5G na fazenda para que nós tenhamos os benefícios já mostrados aqui, que nós tenhamos o 5G nas estradas para garantir que nossos corredores de logística garantam que a nossa soja, nosso produto agrícola chegue ao porto. É importante ter o 5G nos portos e ter todas as cadeias integradas de maneira que essa produtividade de 1% ao ano seja atingida.

Até existem algumas previsões de que, em 2030, nós vamos ter dois tipos de indústrias: as indústrias que estão conectadas por 5G e as que não existem.

Então, essa é perspectiva que nós temos de ter em consideração par o aumento da produtividade no Brasil nos próximos 15 anos.

Claro que, como já foi mostrado, estamos fazendo três coisas com o 5G. Estamos aumentando nossa superfície de contato, ou seja, nós podemos conectar milhões de dispositivos por quilômetros quadrados com muito mais velocidade e com uma latência muito mais baixa, como já foi explicado aqui e que é o tempo de resposta da rede.

A rede 5G pode ser uma rede segura, deve ser uma rede segura por todo o *design* que nós fazemos, mas nós vamos conectar muito mais dispositivos. Vamos ligar dispositivo de internet das coisas, vamos ligar dispositivos que vão manipular moedas eletrônicas novas nossas, vamos ligar as fazendas, vamos ligar *drones*, helicópteros, tudo isso vai ser ligado nessa rede. E semáforos! Agora, como nós vamos garantir que esses dispositivos são dispositivos seguros?

Uma pergunta que eu sempre faço para todo mundo, e aproveito esta plenária, é: quem já se preocupou em fazer atualização dos seus dispositivos de *wi-fi* na sua casa nos últimos dois anos? Esse dispositivo hoje na sua casa pode ser um instrumento de ataque à sua casa, e nós não nos preocupamos com os dispositivos. Então, um dos grandes problemas que nós podemos ter com o 5G – e esse é um fator fundamental – é que os dispositivos precisam ser mantidos, operados.

Claro, dentro da rede 5G, nós temos mecanismos para garantir o correto funcionamento desses dispositivos, porque, se o medidor de energia tiver que mandar uma informação para o ponto central da rede como um formato definido, e não mandar essas informações para esse ponto central na rede, mandar para outra localidade, automaticamente isso será alarmado e informado.

Então, o que nós podemos dizer? Com esse aumento da exposição, que já começou na era do 4G, e nós estamos evoluindo com a era 5G, nós estamos aumentando a quantidade de alertas de segurança que acontecem na rede, e é fundamental nós termos pessoas treinadas, ferramentas de análise e possibilidades com auxílio de inteligência artificial para possibilitar aumentar a segurança dessa rede 5G.

Voltando um pouco ao passado, eu acho que, quando tudo começou, esse problema de geopolítica global – isso vem da *Bloomberg Businessweek*, desculpa fazer propaganda aqui, mas vem de um artigo de uma revista –, isso aconteceu em 2015, quando um componente, que está mostrado aí em cima de um dedo, atacou milhares de redes no mundo porque esse componente foi introduzido em placas de computadores. E, através desse componente, foram criadas portas que acessavam esses computadores e atingiam informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cabe destacar, senhoras e senhores, que hoje um vírus de covid, que tem 125 nanômetros, possibilita a instalação de 30 transistores. Para as pessoas de cabelos mais grisalhos, como eu, a gente fazia, quando eu comecei o meu curso técnico, um rádio FM com dois transistores.

Então, é disso que nós estamos falando. É possível colocar dentro de um vírus hoje de covid 30 componentes que possibilitariam abrir um *backdoor*. Fazer verificação de todos esses componentes dentro de um equipamento hoje, seja o mais simples, o seu telefone celular, até o computador mais complexo, é impossível, é humanamente impossível porque nesses componentes hoje nós estamos chegando a bilhões de componentes por centímetro quadrado.

O que nós fizemos como primeiro ponto? Começamos a desenhar todos os nossos *chipsets* e manufaturá-los com fabricantes certificados de maneira que eles sejam seguros. E hoje, já pensando em 2022, 100% dos componentes críticos hoje garantimos que são de uma linha de produção segura.

O segundo ponto que nós temos que ver é a mudança desse ecossistema. Como já comentado aqui hoje, em uma rede 5G nós podemos fazer várias fatias dessa rede e conectar vários dispositivos. Então, eu posso ter uma fatia para a indústria automobilística, uma para a parte de segurança, outra para a parte hospitalar, e essas fatias são seguras por natureza. Mas a gente precisa imaginar o seguinte: à medida que eu vou da periferia da rede para a parte mais central da rede, mais e mais usuários podem ser afetados. Então, quando nós voltamos à apresentação do GSI, realmente, quando a gente vai para o núcleo da rede, nós podemos ver por esse eslaide que milhões de usuários podem ser atacados por uma pessoa só em um dado momento. E isso não é só o fator equipamento, mas é o fator humano, porque isso pode ser um técnico que, mal-intencionado, carrega um vírus no período de manutenção noturno. À medida que nós vamos mais para a esquerda do eslaide, nas torres, nas estações rádio base, nós temos menos usuários conectados, mas temos uma capacidade menor de ataque, uma exposição menor. Então, isso é um fator fundamental para entendermos o que nós estamos discutindo e o que nós estamos vendo.

Nós temos que imaginar também que muitos desses equipamentos, por exemplo, redes de fibra ópticas, estão nas nossas estradas, e é impossível supervisioná-las 24 horas por dia todo o ano.

Existem elementos de segurança da arquitetura de 5G que são definidos, padronizados mundialmente, e isso mitiga grande parte dos ataques possíveis, mas o elemento humano ainda continua. É claro, o que é que foi feito através do mundo, e nós somos partidários desses acordos? Por exemplo, na Europa criaram-se ferramentas de análise de segurança, de cibersegurança, para as redes 5G que são aplicadas a todos os Estados europeus. Cada Estado aumenta as suas particularidades de acordo com a Constituição Europeia, mas isso possibilita definir o seu conjunto de medidas para que os fornecedores sejam, exatamente como colocado na apresentação anterior, culpados por riscos causados em infraestrutura de segurança do país. Esse é um dos pontos que nós colocamos.

Inclusive, semana retrasada o Governo finlandês assinou um acordo de cooperação de cibersegurança com o Governo brasileiro, garantindo uma total transparência de tudo que aconteça entre a Finlândia e o Brasil em termos de segurança, cibersegurança. Então, nós somos uma empresa finlandesa, e tudo que acontecer na Finlândia, em grande parte da rede da Finlândia – claro que é fornecida pela Nokia – será reportado automaticamente ao Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existem outros tratados que foram feitos pela organização da defesa do Atlântico Norte, e assim nós podemos ter vários exemplos, através do mundo, da preocupação de segurança com a rede 5G.

Essa caixa de ferramentas da União Europeia cria medidas estratégicas e técnicas que não substituem umas às outras, mas a gravidade dos riscos depende da natureza do serviço e aplicação em causa. Ou seja, no fundo, os fabricantes e as operadoras são responsáveis pela segurança da rede, e é claro que eles também são parte integrante desse processo de segurança.

A segurança de uma rede 5G é baseada num triângulo de confiança e ética. Ela vai para a supervisão integrada da rede, de como essa rede se adapta a todo o crescimento – o 5G não é estático, ele vai evoluir nos próximos dez anos – e a escalabilidade dessa rede. E cabe destacar que nós, como empresa, fomos o único fornecedor de telecomunicações classificado como uma das empresas mais éticas em termos de fornecimento de equipamentos nos últimos anos.

E o nosso comprometimento é claro: nós protegemos as informações de nossos clientes como as nossas, somos transparentes em nossas práticas de segurança, incorporamos segurança em todos os nossos produtos e serviços, prontamente informaremos qualquer problema relacionado a produtos ou serviços e validamos independentemente nossas práticas de segurança. Esses são os compromissos de segurança da Nokia com o Brasil, e estamos abertos ao diálogo contínuo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Wilson.

Vamos à última, porém não menos importante, empresa das três.

Marcelo Motta, por favor, pelo acesso remoto. Está por aí?

O SR. MARCELO MOTTA – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Marcelo Motta é Diretor de Cyber Security da Huawei América Latina.

Bem-vindo, Marcelo. Por favor, a palavra é sua por dez minutos.

O SR. MARCELO MOTTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. É um prazer enorme estar aqui hoje falando com o Senado, com os nossos colegas e com os ouvintes.

Eu tenho uma apresentação para compartilhar. (*Pausa.*)

Conseguem enxergar aí?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, já chegou. Está na tela.

O SR. MARCELO MOTTA – Perfeito.

Bom, apesar dessa minha carinha de chinês, eu sou Marcelo Motta, brasileiro, nascido em São Paulo. Estudei engenharia, fiz mestrado aqui no Brasil e, por mais de dez anos, fui professor na Escola de Engenharia Mauá. Ingressei na Huawei em 2002 e permaneci na Huawei do Brasil e América Latina até 2012, tendo, então, migrado as minhas atividades para a matriz da empresa em Shenzhen, onde atuava já nessa área de soluções e segurança cibernética.

Então, estou de volta aqui ao Brasil e vou começar falando um pouquinho, brevemente, a respeito da nossa empresa, para quem não conhece. Nós somos uma empresa global, estamos em mais de 170 países, fazemos parte da lista das maiores empresas do mundo, e basicamente o nosso progresso está conectado à inovação. Nós temos mundialmente mais de 197 mil funcionários, sendo mais da metade deles envolvidos em atividades de pesquisa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento, o que faz com que a gente tenha esses diversos títulos que eu aqui coloco: liderança em termos mundiais no que diz respeito à aplicação de patentes, por mais de cinco anos consecutivos, resultado de bilhões de dólares que investimos dentro dessa área, para poder inovar e trazer as melhores soluções aos nossos clientes.

A nossa base fica em Shenzhen. Somos uma empresa privada, 100% privada. Começamos a nossa operação em 1987.

Aqui são as áreas em que a gente atua. A gente oferece soluções de conectividade para as operadoras, sejam as grandes, sejam as pequenas, empresas, governos; dispositivos inteligentes também para os consumidores; e atuamos também na área de computação na nuvem.

No Brasil... Enganam-se aqueles que imaginam que a Huawei chegou aqui ao Brasil para atuar no mercado de 5G. Nós estamos aqui há mais de 23 anos e tivemos a oportunidade de participar de todo o processo de criação dessas infraestruturas de banda larga fixa e banda larga móvel no País, com muita cooperação com as grandes operadoras, com as pequenas operadoras, com o Governo brasileiro; na Copa do Mundo, nos Jogos Olímpicos. E somos pioneiros na introdução de novas tecnologias no País. Então, o que a gente está fazendo aqui no Brasil é justamente isto: infraestrutura de bala larga fixa e móvel; dispositivos inteligentes; computação na nuvem, atuando aí com as operadoras, com as empresas e também com o Governo brasileiro.

São mais de mil empregos diretos que hoje temos, 16 mil empregos indiretos, e temos dois centros de manufatura locais: um em Manaus; outro em Sorocaba, interior de São Paulo – basicamente, só para falar um pouquinho a respeito da nossa empresa.

Acho que já muito foi falado a respeito de 5G, a respeito da alta velocidade, quantidade de dispositivos que podem ser conectados à rede e o tempo rápido de resposta para essa tecnologia. Então, felizmente, esse leilão aconteceu e vai ajudar o Brasil a levar conectividade, a expandir banda larga fixa, a expandir banda larga móvel no País, atendendo escolas e residências e melhorando a infraestrutura de comunicação móvel do nosso País.

É importante ressaltar que eu fiz uma comparação entre Brasil e China, por exemplo, em que a gente tem aí uma densidade de estação rádio base, que são essas unidades, essas torres que dão cobertura de sinal. No Brasil, a gente tem uma densidade muito menor do que a densidade de estação rádio base que existe na China. Então, já no 4G existia um *gap* de torres e estações rádio base no nosso País. Então, esse é um problema que, provavelmente, a entrada do 5G no mercado vai ajudar a sanar para que a gente estenda a conectividade dentro do nosso Território aqui.

E o importante é o 5G dentro da indústria, que é o tópico aqui que a gente está tratando. A indústria brasileira perdeu produtividade na última década. E a gente tem aí, então, a oportunidade de usar a tecnologia 5G para trazer mais competitividade para a indústria brasileira.

E nós estamos aqui à disposição do Governo brasileiro e das operadoras para trazer essas tecnologias, para trazer a tecnologia 5G e as outras, toda a gama de produtos em que a gente atua. Na área de 5G, comprovadamente, existem aí experiências comerciais dentro desses diversos países que eu estou aqui colocando, em que os nossos parceiros, que usam os nossos produtos, oferecem aos seus clientes, oferecem às indústrias as maiores velocidades. Isso são dados públicos de redes comerciais.

E é importante também ressaltar que a gente vai trazer uma nova tecnologia. São altas taxas de dados. É importante a gente fazer isso com soluções que tenham desempenho e um consumo de energia otimizado, visto que isso certamente já fazia e hoje faz mais sentido ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dentro do cenário em que a gente atua dentro do Brasil. Então, a gente está trazendo todo o resultado desse investimento em pesquisa e desenvolvimento para contribuir com o Brasil nessas áreas.

Nós fizemos um estudo junto com a Deloitte, e o impacto da introdução do 5G no País é um impacto muito relevante, de mais de 2,5%, ano a ano, por 15 anos consecutivos aqui no País. Então, isso contribuiria, em 15 anos, para um incremento de 40% no PIB brasileiro.

É importante também que o Brasil faça parte dessa cadeia de suprimentos global, beneficiando-se da economia de escala que existe. Como eu já disse, a gente atua em mais de 170 países. Isso faz com que, com mais competição, a gente consiga expandir a infraestrutura no País a bons preços para os consumidores, como já acontece no 4G, justamente na banda larga pré-paga, e eu estou falando aí justamente da parte mais baixa da população brasileira.

Então, o que nós fizemos? Nós pegamos o 5G, testamos com todas as grandes operadoras. Nós usamos o 5G no nosso centro de manufatura, no nosso *warehouse* em Sorocaba, o primeiro centro automatizado com 5G na América Latina. Tivemos ganhos expressivos de produtividade, mais de 25%, e reduzimos aí o tempo de um ciclo de produção de 17 para 7 horas. E é esse benefício que a gente quer levar para as outras áreas aqui no Brasil.

A gente também, em Sorocaba, está junto com a Prefeitura de Sorocaba, no Parque Tecnológico de Sorocaba, em uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, na criação de um centro de excelência para a indústria 4.0. A gente está junto nessa iniciativa também, levando o que a gente fez para esse centro para que isso possa também ser aprimorado e expandido para as indústrias no Brasil.

Também atuamos em diversas outras áreas, mineração, agricultura, sempre com ganhos bastante expressivos.

Nesse processo, a gente verificou que: conectividade é necessário? Sim. Agora, onde existem os maiores *gaps* para o Brasil poder usufruir dos benefícios da tecnologia? Está na capacitação da mão de obra, em você usar a conectividade para criar, por meio dela, aplicações inteligentes que façam uso do processamento de dados para você ter esses ganhos que aqui eu exponho.

Em relação à questão de segurança, as perdas estimadas aí com crime cibernético, somente em 2021, são da ordem de US$6 trilhões – isso é maior do que o PIB do Japão, em 2021.

Isso não é um problema novo: tivemos aí históricos de vazamento de dados que deram origem à GDPR na Europa, depois à LGPD no Brasil; ataques de negação de serviço, que só crescem; ataques cibernéticos dentro do setor elétrico ou na infraestrutura hídrica; ataque na cadeia de suprimentos; *ransomware.* Então, vejam, isso já é uma realidade há muito tempo, e essa realidade também afeta as empresas aqui no Brasil, como, é público, aconteceu, por exemplo, recentemente, com a CVC, com a Renner, e aí existem também vários episódios de vazamentos de dados dentro do País. E nós estamos falando disso sem a introdução, ainda, da tecnologia 5G. Então, essas ameaças estão aqui presentes.

E como a Huawei enxerga o espaço cibernético?

Nós enxergamos o espaço cibernético quebrado em camadas. Você tem lá embaixo os dispositivos que fazem uso da rede, e essa rede provê conectividade. E você vai o quê? Esses dispositivos estão levando os dados para as nuvens, e esses dados que estão armazenados na nuvem vão ser usados pelos aplicativos. Então, se você tem o Facebook, você tem os seus dados lá na nuvem e você tem... Portanto, o Facebook é uma das aplicações; o WhatsApp é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outra; o ViChat é outra, e assim sucessivamente. E essas diversas camadas a gente tem que proteger.

Então, a gente fala que: o espaço cibernético é maior do que, única e exclusivamente, as redes de telecomunicações; dois, é uma responsabilidade compartilhada.

Dentro da área de redes de telecomunicações, de forma específica, você tem o quê? O fornecedor do equipamento. Então, eu tenho que fornecer um equipamento seguro. A arquitetura dessa rede, a resiliência dessa rede, a redundância, na verdade, é uma responsabilidade da operadora. É ela que desenha a rede.

E aí você tem um terceiro aspecto, que é a operação. Eu posso ter o sistema mais seguro do mundo, a rede redundante e, por meios lícitos, a pessoa de operação vai, faz e acaba, pode comprometer a segurança da rede como um todo. Então, onde a gente atua? Nós fornecemos equipamentos de telecomunicações, de acordo com os padrões internacionais. Como vai ser montada essa rede, essa infraestrutura, como isso vai ser operado, a gente tem toda a colaboração com os nossos clientes, mas a geração dessa arquitetura e a operação acabam sendo responsabilidade dos nossos clientes.

Na área de telecom, isso não é uma responsabilidade nova das operadoras. As operadoras fornecem as redes – 2G, 3G, 4G, 4,5G –, as redes de banda larga fixa. E, quando aqueles ataques que a gente viu no eslaide anterior acontecem, qual operadora está envolvida? Então, o ponto é: eu não estou tirando a importância da questão de segurança cibernética para dentro do universo das redes de telecomunicações, mas nós temos que enxergar onde está o problema. A maior parte do problema está na camada de aplicação. Isso já existe única e exclusivamente hoje, já existe hoje! Então, o importante é a gente segmentar para poder endereçar bem esses problemas.

Nós atuamos em todas essas áreas e temos aí um investimento única e exclusivamente para a segurança cibernética, no ano passado, da ordem de US$1,1 bilhão. Então, a gente tem trazido tecnologias avançadas para poder produzir os equipamentos da forma mais segura possível. Então, isso envolve todo o ciclo de vida do produto, não só o equipamento que eu entrego para o cliente, mas todo o *software* que vai ser colocado, que vai ser atualizado, como a gente vai entregar esse *software* para os clientes, por meio de processos com assinatura eletrônica, certificação de que o que vai rodar dentro de um equipamento é um *software* da Huawei, para justamente evitar que existam códigos maliciosos infiltrados por outros fornecedores. Isso é o que a gente chama *trustworthiness*. E, somente nessa área, a gente está envolvido num projeto de mais de US$2 bilhões, que começamos em 2019, para melhorar tudo isso, porque, visto que as ameaças aumentam, a forma como a gente produz o equipamento tem que continuar também progredindo.

Na área de dados, uma vez que existem os dados lá na camada de aplicação, é importante controlar quem vai ter acesso a dados, que esses dados sejam criptografados. Não é isso? E, se um *hacker* ainda assim invadir, é importante ter um mascaramento para que o *hacker* não consiga roubar toda a informação. Então, existem técnicas que a gente traz para as nossas soluções justamente para ajudar nesse processo de defesa.

Particularmente no que diz respeito às redes 5G, a rede em si, a segurança da tecnologia 5G se aprimorou em relação à tecnologia 4G. Então, certamente o quatro, a tecnologia 4G é mais segura que a tecnologia 3G também. Isso é por padrão. Eu trago, aqui no lado esquerdo, justamente essa comparação em diversos aspectos de que a tecnologia 5G é mais segura que a tecnologia 4G.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí existem várias formas de você olhar os equipamentos, olhar o processo de desenvolvimento para que você tenha o quê? Uma certificação externa para mostrar que você tem um processo de desenvolvimento seguro, que você tem um equipamento seguro que segue as normas e os padrões internacionais. Então, eu trago aqui o GSMA Nesas 3GPP, a especificação de segurança (Scas), e o Common Criteria, que é uma forma de avaliar equipamentos que está aí disponível no mercado desde 1994 e é largamente utilizado. Agora, isso não inibe os requisitos locais, como a Instrução Normativa nº 5, do GSI, a Resolução 740, da Anatel, e o Ato 77 também. Então, são todas iniciativas muito boas que a gente imagina para se certificar que a base, o fundamento dos equipamentos sejam seguros, mas não podemos esquecer das outras camadas também.

Dentro da empresa a gente tem aí todo um processo de governança em segurança cibernética. Somos mais de 3 mil profissionais dentro dessa área. Eu trabalhava no time global; hoje eu cuido da Huawei do Brasil e a Huawei América Latina. São mais de 12 áreas em que a gente atua.

Só mais um eslaide e eu estou terminando.

São mais de 12 áreas em que a gente atua, desde a definição de quais são os padrões que a gente vai usar a desenho da solução, com critérios de segurança e proteção de privacidade, já desde o começo do processo de desenvolvimento, seleção de parceiros – quem que vai fornecer *hardware*, quem que vai trabalhar conosco. A gente tem um processo de seleção para esses terceiros. Fechou o desenvolvimento, o time de pesquisa e desenvolvimento testa a solução. Antes de ir para o mercado, essa solução passa por um laboratório independente que vai testar essa solução antes que a gente autorize essa solução ser lançada no mercado.

Temos um time também que avalia as vulnerabilidades, quaisquer novas vulnerabilidades que possam aparecer na solução, para que a gente possa tratar e atender a todos os clientes, atualizar esses equipamentos para poder atender aos clientes.

E o mercado brasileiro nos conhece. Estamos aí de longa data no País. Nós temos, portanto, uma história aqui. Então, há algumas iniciativas dentro da qualificação de mão de obra, que a gente verificou que é um *gap*, mais especificamente instalação de fibra – a gente colocou um centro de capacitação profissional dentro dessa área.

Na área de segurança cibernética, inaugurei o nosso T-Center, o centro de transparência local aqui no Brasil, em julho deste ano. Representantes das grandes operadoras, da Anatel, do GSI estiveram lá presentes. Temos, junto com o Inatel, a escola de engenharia aqui no Brasil... A gente patrocina um centro de cibersegurança que eles estão criando, justamente para que o Brasil consiga desenvolver cada vez mais a sua *expertise* dentro dessa área. E atuamos aí com uma vasta rede de universidades, promovendo educação *online,* compartilhando nossos conhecimentos, justamente para trazer todo esse conhecimento acumulado também aqui para o País.

E é basicamente isso que eu queria colocar, não é? A gente está aqui há mais de 23 anos. Prezamos por toda a transparência e cooperação com as operadoras e com o Governo. Não chegamos hoje aqui ao País. E é importante a gente fazer a distinção entre o que é uma notícia que aparece no jornal, a quantidade enorme de narrativas que se colocam presentes e, de fato, o que é a realidade. Não acho que nenhum cliente iria gostar de adquirir um equipamento que tivesse aí várias falhas de segurança, que fosse objeto de espionagem etc. Esses clientes testam a nossa solução, nos conhecem e confiam em nós. E o nosso objetivo é continuar contribuindo aí para o Brasil.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Marcelo. Muito obrigado.

Nós estamos – a quem assiste a nós– aqui, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no Senado Federal justamente analisando e debatendo a implantação e a operação da tecnologia 5G, da indústria 4.0, como política pública sob a avaliação desta Comissão para este exercício.

Eu queria aproveitar e saudar o nosso Instituto Metrópole Digital, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem participado das pesquisas e traz a inovação com cursos para os nossos estudantes lá do Rio Grande do Norte. Quero agradecer, inclusive, a parceria com a Huawei – o Marcelo está aqui presente –, que abriu aí cem vagas para estudantes do IMD, projeto 5G Training, no Rio Grande do Norte. Quero parabenizar obviamente a Universidade Federal do Rio Grande do Norte por estar protagonizando essa discussão e levando o nosso Estado do Rio Grande do Norte à ponta da inovação. Muita força aí para o Instituto Metrópole Digital!

Quero dizer, em relação aos trabalhos de todos os presentes, a todos que assistem a nós, que nós teremos agora, como próximos passos, a visita aos parques tecnológicos 5G das empresas que estão conosco aqui. Eu aproveito já para agradecer a vocês por nos receber na próxima semana, a cada uma das empresas, justamente para visitar os parques tecnológicos. Fazem parte do processo e do trabalho da Comissão essas visitas presenciais. No dia 1º de dezembro, teremos audiência com o Ministro das Comunicações; no dia três, imaginamos finalizar o processo de trabalho dessa avaliação, que é uma avaliação expedita, porém bastante concentrada, e por isso esse trabalho intenso – e essas apresentações que vocês trouxeram nos enriquecem muito –, e esperamos que até o dia 9 de dezembro tenhamos, portanto, a votação do nosso relatório final, contendo as recomendações – as análise, as recomendações e observações – desta Comissão do Senado a respeito dessa política pública.

Quero dizer também a quem está assistindo com interesse e que nos perguntam e a outros que obviamente de posse dessas apresentações também terão dúvidas... É sempre assim, não é? Quanto mais a gente conhece alguma coisa, mais a gente tem dúvidas sobre ela e mais tem interesse. Nós temos a intenção de fazer algo um pouco inovador aqui. Eu estava conversando com o Bennett e com a assessoria aqui, para colocar depois isso num *hotsite,* um *hotsite* simples, onde estarão o relatório final da Comissão, as apresentações de V. Sas. se nos autorizarem colocar lá – ou como autorizarem colocar, porque às vezes o pessoal quer tirar um eslaide ou outro e tal; mas, como já foi apresentado publicamente, acho que não há problema –, e os *links* de todas as audiências em sequência. Para você que está em casa nos perguntando, por exemplo, sobre a implementação no Nordeste ou no Norte, isso já foi perguntado em audiências anteriores, e a gente já trabalhou esses questionamentos também juntamente com a discussão sobre o leilão. Então, ficaria ali tudo em sequência, e isso ficaria mais fácil para quem for pesquisar e se aprofundar sobre esse assunto, tanto gestores públicos, quanto interessados em geral, interessadas em geral, cidadãos, cidadãs, tudo isso compilado eletronicamente nesse *hotsite* acessível, com o registro de todo o nosso trabalho aqui, o processo de análise e as recomendações da política pública do 5G.

Queria agradecer ao Presidente Rodrigo Cunha, Presidente desta Comissão, pela deferência de estar presidindo esta análise. Queria também, pelo adiantado da hora, dizer que nós, claro, estamos extremamente satisfeitos – extremamente satisfeitos mesmo – com as informações e análises que vocês nos trouxeram hoje.

Eu vou saltar a sequência de palavras e de pronunciamentos finais, consultando aqui se há alguém em linha que tiver se inscrito. Acho que não há inscrições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos a presença aqui registrada dos Senadores Vanderlan Cardoso, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério e Flávio Arns, membros desta Comissão.

Queria dar oportunidade, caso alguém queira, não insistindo absolutamente por questão das considerações de uns e de outros palestrantes aqui, para algum dos nossos convidados que gostaria de usar a palavra. Se quiserem, façam o sinal aqui conosco; senão, obviamente não é impositivo isso.

Eu queria saltar essa parte das considerações finais, agradecendo profundamente a cada um de vocês, desculpando-me evidentemente por um pequeno atraso, eventualmente algum estica aí das falas, mas acho que nós fizemos um compilado muito bom dessa questão da cibersegurança e do assunto que nós propusemos para esta terceira audiência pública na análise dessa política de 5G.

Portanto, quero agradecer a todos vocês, a todas vocês que nos trouxeram essas análises e dizer que às perguntas e aos esclarecimentos a própria Comissão está à disposição também para encaminhar outras respostas ou encaminhar as respostas dentro dos contextos das audiências que já tivemos; portanto, o nosso trabalho prosseguirá.

Não havendo, portanto, quem queira se pronunciar, acho que podemos considerar fechada mais esta audiência, agradecendo penhoradamente, mais uma vez, a todos que participaram dela e nos trouxeram essas suas apresentações, que muito contribuirão para a nossa análise e as nossas recomendações.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Izalci Lucas, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. O Senador Jean Paul Prates encontra-se em missão oficial no Estado de São Paulo, em cumprimento ao Plano de Trabalho da avaliação da Política Pública de implementação do (5G) no Brasil, conforme Requerimento nº 5, de 2021-CCT. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 9, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), aditado pelo Requerimento nº 20, de 2021-CCT, com a finalidade de debater as soluções tecnológicas para atender às demandas do setor do agronegócio, com a participação de Cleber Oliveira Soares, Secretário Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Bruno Brasil, Chefe da Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa; Marcela Carvalho, Assessora Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Matheus Ferreira, Coordenador de Inovação do Sistema CNA/SENAR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Paulo Rocha e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 15, de 2021-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), em cumprimento ao plano de trabalho da Avaliação da Política Pública de implementação das redes móveis de quinta geração (5G), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento nº 5, de 2021-CCT, conforme ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, com a participação de Sua Excelência o Senhor Fábio Faria, Ministro de Estado das Comunicações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, visando esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para a implementação dessa tecnologia no País, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, em cumprimento ao Requerimento nº 15, de 2021, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública de implementação das redes móveis de quinta geração, 5G, no exercício de 2021.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar para 0800 061 2211.

Já temos aqui duas perguntas de internautas pelo e-Cidadania, que eu encaminharei em seguida.

Gostaria, primeiramente, de agradecer aqui a presença de V. Exa., Ministro Fábio, nesta Comissão, e parabenizá-lo pela realização do leilão do 5G, um leilão sobre o qual ainda pairam algumas dúvidas. E justamente aqui nesta Comissão, como em todas as Comissões do Senado, temos o dever sempre, anualmente, de avaliar uma política pública, e aqui na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia decidimos pelo 5G. Nós, então, pretendemos esclarecer esses pontos hoje. Como V. Exa. bem sabe, hoje é o dia da nossa última audiência pública dentro do plano de trabalho da avaliação da política pública do 5G, e o senhor nos dá a honra da sua presença.

Tivemos também outras três audiências, Ministro, ocasião em que ouvimos diversos *players* ligados ao 5G, representantes do Governo, da sociedade civil, das empresas de telecomunicação, grandes e pequenos provedores, técnicos, especialistas. Enfim, possibilitamos ao máximo a participação do maior número de vozes dos principais participantes desse processo, como também o Governo fez junto ao processo e durante e até antes do próprio processo do 5G – obviamente, o possível aqui nesta Casa, dentro do exíguo tempo que nós tivemos para realizar essa avaliação que decorre aí desde outubro, em função da pandemia; de outubro e novembro, foram praticamente dois meses de avaliação.

Além disso, Ministro, fomos a São Paulo visitar os maiores laboratórios e fábricas de equipamentos 5G da América. Fizemos uma imersão aí e verificamos a atual capacidade dos fornecedores de equipamentos para atender plenamente a implementação do 5G no País. Ainda assim, ficam algumas dúvidas de especialistas aqui participantes do processo, principalmente cidadãos também brasileiros, porque é um assunto complexo, um assunto que às vezes inspira dúvidas até por parte dos próprios usuários. Por isso, fizemos aqui um compilado inicial de questões, até porque o Ministro precisa terminar a audiência até mais ou menos meio-dia – não é isso, Ministro? Aí eu tentei antecipar algumas perguntas só para guiar a sua fala, e a gente, então, seguir com as eventuais perguntas de outros Senadores e também dos nossos participantes aqui pelo e-Cidadania.

A primeira pergunta é: como foi desenhada a modelagem do edital do leilão?

O que é um leilão não arrecadatório? É um conceito diferente dos leilões. As pessoas estão acostumadas com aqueles leilões em que se arrecadam bônus, como os leilões de petróleo e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outras áreas. Esse leilão foi um leilão em que houve a participação dos lances por investimento e também parte por arrecadação, mas a maior parte por investimento.

Por que se optou em dar desconto a essas empresas vencedoras, a título de cumprimento de metas, em vez de arrecadar esse montante e o próprio Estado realizar esses investimentos recebidos? É um outro modelo perfeitamente plausível, mas, no caso das telecomunicações e do 5G, especificamente, por que a opção por esse modelo?

Como foi realizado o cálculo para a precificação básica das faixas de frequência? Houve, à época, alguns comentários no sentido de os preços iniciais das faixas terem sido suborçados, tendo em vista o baixo ágil pago, principalmente no caso das faixas e dos blocos nacionais em que as principais empresas do País, principalmente no espectro de 3,5GHz, operarão o 5G, ao passo em que, nas regionais, tivemos até ágios desproporcionais. Então, houve assim uma coisa em que, de um lado, havia ágios bem grandes, bem maiores até do que se esperava, e, nos lotes nacionais, aí os ágios pararam ali nos 11%, 20% e sempre os mesmos operadores maiores.

Nesse formato de leilão não arrecadatório, como fica – é outra pergunta que fica sempre – a gerência da União sobre os próprios bens? Por exemplo, no caso do petróleo e de outras áreas, inclusive nas das ferrovias também, os bens são reversíveis quando se trata de concessão; nesse caso, tudo o que for feito pelo investidor será dele, propriedade dele. E aí se imagina, no futuro, que, por exemplo, um *player* não cumpra as suas metas ou contrapartidas e tenha que ser, digamos, desconectado do processo, terminada a sua relação com o Estado. Mesmo punido ou excluído, ele vai poder vender ou alugar a estrutura? – porque a estrutura será dele. Então, essa é uma dúvida assim bem genérica, mas que ocorre volta e meia.

Entre as quatro grandes prestadoras, uma já estaria fora da disputa naturalmente, porque está em recuperação judicial. Então, outra pergunta que chega também, normalmente pela imprensa, e que foi aventada também é: por que ofertar quatro blocos de abrangência nacional quando só existiam três potenciais compradores? Então, aparentemente, isso geraria uma competitividade, ou atrapalharia, ou deixaria de fora a competitividade nacional possível, até por parte dos próprios provedores regionais, que têm 47% do mercado nacional de acesso fixo à internet, segundo constam os dados que levantamos. Então, assim, como esse sarrafo, digamos assim, da exclusão por tamanho, por número de clientes, acabou eventualmente concentrando os blocos nacionais nessas três mesmas operadoras de sempre?

Conectado a isso, qual a avaliação de V. Exa. sobre a concentração de mais de 90% do espectro de radiofrequência em apenas três operadores? – que foi o que acabou resultando do próprio leilão. Não que isso não seja administrável, mas apenas talvez o nível dos outros do segundo escalão, digamos assim, não estivesse ainda à altura para concorrer. Então, enfim, como é que se esclarece essa questão?

Para boa parte da população, essas questões ainda são de difícil compreensão, como eu disse aqui, mas eu tenho certeza de que V. Exa. e sua equipe também, eventualmente, poderão nos clarificar essas dúvidas.

Nós temos o compromisso da entrega do nosso relatório final agora, no início do ano. Nós tivemos esse adiamento aí concedido pela própria Comissão.

Agradeço ao Presidente Rodrigo Cunha também por esta missão que nos foi dada; certamente, faremos isso com denodo e com atenção. Agradeço, mais uma vez, a sua presença, Ministro. Procurei aqui concentrar bem rapidamente essas perguntas para que o senhor possa fazer a sua primeira intervenção, e, eventualmente, haver as perguntas dos demais Senadores.

Obrigado, Ministro, mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean Paul, presidindo esta reunião. É um prazer enorme estar aqui, no Congresso Nacional, no qual estou no meu quarto mandato, no 15º ano, completando agora, em dezembro, como Deputado Federal. Então, é sempre um prazer retornar à minha Casa de origem.

Primeiro, em relação à modelagem. Quem faz toda modelagem é a Anatel, que já realizou todos os leilões, desde a Telebras, 3G, 4G e 5G. Até relembrando, da Telebras foram 21 bilhões; do 3G – quero aqui dar o número exato, peço até à minha assessoria –, em torno de 7 bilhões a 8 bilhões; e do 4G, em torno de 12 bilhões. Então, nós tivemos aí 41 bilhões, juntando a Telebras, o 3G e o 4G. Do leilão do 5G foram 47,2 bilhões, em que nós vendemos 85% das frequências que estavam à venda. Então, nós temos ainda 15% – a maioria delas na frequência 26GHz, que é uma frequência nova e que não tem ainda modelos de negócio tão bem definidos –, sobre os quais fizemos um acordo com o TCU: além das obrigações para escolas que nós tínhamos, todas as multas e todas as obrigações serão revertidas em escolas. Então, acredito que, no próximo ano – no primeiro ou no segundo semestre –, já que está aprovado na Anatel e no TCU, poderemos ter mais um leilão, completando esses 15 espectros, assim que essa modelagem de negócio fique mais clara e que a Anatel entenda que é o momento oportuno.

A questão de ser não arrecadatório chamou a atenção do mundo. Eu fui a nove países – a gente foi para os Estados Unidos, para a Europa, para a Ásia –, e, quando eu chegava, Senador Jean Paul, falando que o nosso leilão ia ser não arrecadatório, brilhavam os olhos de todos os ministros de telecomunicações do mundo inteiro, porque, por exemplo, na Itália – eu estive na Itália –, eles fizeram o leilão lá não arrecadatório e também fizeram não as obrigações, mas as perspectivas de investimento. Veio a pandemia. O dinheiro do leilão foi 100% utilizado na pandemia. Está paralisado todo o investimento em telecomunicações na Itália.

Em alguns países, você tem um ministro... Hoje eu sou o Ministro das Comunicações, hoje o Ministro Paulo Guedes é o Ministro da Economia, e foi ele, junto com o Presidente Bolsonaro, que concordou em fazer o leilão não arrecadatório.

Por que a gente fez não arrecadatório? Porque nós temos aqui um fantasma, que se chama Fust, que já existe há mais de 20 anos e que foi criado como Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para que a gente pudesse resolver o ecossistema de internet. E, desses R$23 bilhões do Fust, de valores nominais, que hoje daria R$36 bilhões, nenhum centavo foi utilizado em telecom.

Por isso nós chegamos, pasmem, em 2019, quando o Presidente assumiu, com 48,5 milhões de brasileiros sem internet. Se não fosse o programa que nós implementamos no Ministério, o Wi-Fi Brasil, por meio de que nós levamos 15 mil pontos de internet para todo o Brasil e conectamos quase 11 mil escolas e postos de saúde, a gente não teria conseguido reduzir para 39,5 milhões. Então, nós já levamos a internet para 9 milhões de pessoas.

Só que a gente não teria como conectar as outras 39,5 milhões sem que a gente tivesse o leilão não arrecadatório. Poderíamos ter tido o leilão arrecadatório, que, com certeza, teria um valor bem menor, porque as empresas, quando têm um desembolso muito grande no começo, ficam sufocadas para fazer os investimentos. Assim, a gente teria possibilidade de ter, com o próximo Ministro ou com o atual Governo, mas com outro Ministro, enfim, se houvesse alterações, ou com um novo Governo no futuro, já que o 5G dura 15 anos, outras prioridades, como resolver o Fust.

A prioridade do Fust qual foi? Abater déficit e juros, superávit primário. Não foi telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que a gente imagina um Brasil, no meio de uma pandemia, com 40 milhões de pessoas sem telefone celular, sem internet?

Quando a gente fez essas obrigações, o primeiro ponto que a gente pensou: conectar os brasileiros; 5.570 cidades receberão 5G. Quantas localidades no Brasil não têm internet? Levantamos: 9,8 mil.

No primeiro modelo que a gente fez, a gente achava que só haveria dinheiro para 7,2 mil. Aí, depois, a Anatel refez as contas e achava que a gente poderia chegar no valor de 43 bilhões, 46 bilhões e que a gente poderia atender 100% das comunidades.

Aí a gente colocou que seriam as 9,7 mil localidades. Então: 5,570 mil cidades, 5G; 9,8 mil localidades, no mínimo, 4G. Isso significa que, até o final dessas obrigações, nenhuma cidade e nenhuma localidade, nenhuma comunidade rural ficará sem internet.

Depois, a gente foi: estradas, BRs. Todas as BRs precisam de internet. Por quê? O 5G, diferentemente do 4G, que foram aplicações para a vida das pessoas – Facetime, WhatsApp, Waze, aplicativos de comida, aplicativos de entrega –, o 5G vem para modificar a vida das indústrias. A gente vai conectar as coisas, a internet das coisas, vai conectar o campo. Nós teremos a telemedicina, a telecirurgia. Nós teremos várias novas funções que precisariam que a gente tivesse as estradas conectadas.

Por exemplo, o agronegócio brasileiro. No agronegócio, você hoje, com 4G em um quilômetro quadrado, consegue colocar 10 mil sensores; no 5G, consegue colocar 1 milhão de sensores. Então, tudo ali vai estar conectado, desde o produtor rural pequeno, até o grande produtor rural.

Os sensores se conectam com o caminhão, com a carreta que vai buscar os alimentos, que se conecta com o porto ou com o aeroporto ou com o trem. Se a gente não tem a conexão das estradas, a gente perderia o canal de conexão, que é o escoamento. Além disso, é um pleito dos caminhoneiros, já que eles ficam oito, nove horas na estrada sem internet, com o risco de acidentes, com o risco de assalto e, com a internet, eles poderão ali ouvir um conteúdo, já que hoje muita gente estuda pelo aplicativo e poderá ali se formar num período de três, quatro anos estudando, ao longo do seu tempo: ao invés de ouvir uma música, fazer um curso. Isso vai ser muito importante.

Depois o PAIS, o Norte Conectado, onde é que está o nosso maior *gap* digital? Na Região Norte. Precisaríamos ali de 1,5 bilhão para conectar dez milhões de pessoas. Colocamos dentro do projeto Norte Conectado, depois, limpamos a faixa, porque, quando você tem uma parabólica e entra com o 4G, dá uma interferência, mas não derruba a parabólica; o 5G derruba, então, não funciona. A gente tinha a opção de colocar um filtro para melhorar ou tinha a opção de trocar a faixa e dar o aparelho digital para que todos pudessem ter. A gente optou por fazer a troca, até porque, depois dessa faixa limpa, a gente vai ter outra faixa que a gente vai poder licitar no futuro.

A rede privativa de Governo. A gente viajou, os Ministros do TCU viajaram e entenderam. A Alemanha fez, Estados Unidos fizeram, Japão fez, todos estão separando o público do privado, porque, numa rede pública de Governo, você tem uma empresa, sei lá, gerenciando aqui. A gente poderia ter uma empresa aqui, dentro do Senado, outra na Câmara, outra no Supremo, outra no Executivo, outra no Ministério da Saúde, outra no Ministério da educação.

Ataque de *hacker.* Ninguém iria saber de onde tinha saído, porque eles estão fazendo rede privativa. Uma empresa apenas vai fornecer o serviço, e essa empresa vai ficar responsabilizada se houver algum vazamento, algum ataque. Então, provavelmente esse é o modelo que já está sendo feito em todos os leilões – todos. Daqui para frente, no mundo inteiro, todos estão fazendo rede privativa. Os Estados Unidos têm 100 redes privativas. Cada órgão lá tem uma rede privativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exclusiva. Há órgão lá com dez redes privativas. A gente foi no Homeland Security, por exemplo, e eles têm 11, então, esse é o modelo que está também sendo feito globalmente.

A questão das escolas. A gente tem hoje 85 mil escolas privadas no Brasil. Das 85 mil, 7 mil não têm internet, e em 78 mil a internet é de péssima qualidade, mal funciona um 3G nas escolas. Então, o que a gente fez? Vamos conectar as 85 mil escolas. Das 85 mil escolas, 72 mil com 5G *standalone*, que é o 5G da internet das coisas, para gente capacitar os nossos jovens, as nossas crianças para robótica, para TI, para ciência de computação, para que a gente possa ter, no futuro, uma geração preparada para o 5G; o restante vamos conectar o 5G *non-standalone*, ou o 4G. Então, conectamos todas as escolas. Todas as escolas rurais também receberão conexão de fibra ótica, de 4G ou 5G *standalone*. A gente tem hoje um *gap* muito grande de escola rural, nós temos 14 mil escolas rurais sem internet, conectamos 11 mil e vamos conectar essas 14 mil com o Wi-Fi Brasil.

Quando chegar a fibra, a gente desconecta o satélite, mas a gente não pode ficar até 2027, 2028 para esperar a fibra chegar no interior da Amazônia. A gente tem que conectar logo. Por isso que a gente está buscando empresas de satélite para a gente aumentar a concorrência, colocar aqui dois, três, quatro, cinco *players,* porque todos estão interessados em conectar escolas rurais. Então, esse foi o nosso objetivo.

Dos 47 bilhões, em torno de cinco ficará para o Tesouro, quase cinco, quatro milhões, novecentos e alguma coisa, e os 42 bilhões para investimentos. Aí a gente entra no cálculo da precificação; quem faz é a Anatel, e quem é o regulador do regulador, quem fiscaliza é o TCU. Então essa precificação foi feita pela Anatel, que é quem tem o *know-how, a expertise* de fazer. Depois passou para o TCU e foi aprovado no TCU por sete a um. Apenas um Ministro teve o voto contrário. Não na precificação, mas no Norte Conectado, na rede privativa, e ele achou que o leilão poderia ser... o voto divergente, que poderia ser um valor maior. Se fosse no valor dele, com certeza, a gente iria ter um deserto total no leilão, até porque esse leilão foi em valores de Brasil, em moeda nacional, o maior leilão de espectro do mundo, foi o maior leilão da América Latina, e o Brasil vai ser o primeiro país da América Latina a ter o 5G funcionando, porque, diferente do Chile, que fez o leilão há mais de um ano, eles estão com problemas judiciais, e aqui a gente teve um leilão sem nenhuma ação judicial. A gente fez todo o trabalho de ir ao Supremo, de ir à Procuradoria, de ir ao TCU, de conversar com os Deputados, participei de audiências públicas na Câmara, no Senado, na Câmara várias vezes, para a gente mostrar – conversando e dialogando, conseguimos mais recursos para educação depois com 26 e a gente foi evoluindo.

Gerência dos bens. As empresas vão pagar uma parte. O ágil foi 211% de média, a média geral, tanto é que foi até surpreendente, como o Senador, o senhor falou muito bem, V. Exa.: as regionais surpreenderam muito, elas entraram para valer no leilão. Nós temos hoje cinco novas operadoras no Brasil – cinco. Nós tínhamos três. Eu vou chegar nessa questão das operadoras na próxima pergunta.

Gerência dos bens. É a Anatel que vai fiscalizar. É a Anatel que opera, a Anatel que fiscaliza. As empresas deixam os bens e valores em garantia. A partir do momento em que a empresa parar de investir em qualquer obrigação, ela perde 100% de tudo o que ela fez. É feita uma nova licitação, naquele mesmo momento, e chama-se um novo *player* para entrar no lugar. Então, ela vai fazendo, vai desbloqueando o dinheiro que ela tem como garantia a partir de cada entrega e, se por um acaso deixar de cumprir... "Olha, até o ano que vem tem que ter 5G nas 27 capitais" – se a operadora lá de Belém do Pará não cumpriu, ela vai perder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, é como se fosse irreversível mesmo, não é? O que está instalado lá, os equipamentos passam a fazer parte do sistema nacional.

O SR. FÁBIO FARIA – É dela se ela continuar cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se ela for punida e for, digamos, retirada do sistema...

O SR. FÁBIO FARIA – A faixa passa para outro licitante.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a faixa passa para outro, e os equipamentos ficam.

O SR. FÁBIO FARIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela não tem o direito de tirar os equipamentos.

O SR. FÁBIO FARIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é importante.

O SR. FÁBIO FARIA – Não tem, porque ela não pode acabar com o ecossistema de comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E interromperia. Na verdade...

O SR. FÁBIO FARIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... isso implicaria uma punição do usuário, não do operador, não é?

O SR. FÁBIO FARIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O usuário é que ia sofrer.

O SR. FÁBIO FARIA – Até porque o leilão não arrecadatório é como se ela já tivesse dado o dinheiro. É como se ela tivesse dado os 47, a operadora. Então, o valor está lá. Não está lá, mas está na conta. Então, o que ela está fazendo já é o valor que ela pagou pelo leilão, não é? Isso aí, a gente tem certeza de que a Anatel tem *expertise* nesse assunto. Eles vão monitorar muito bem isso.

Em relação à quantidade de operadoras. Do G20, para não falar de todos os países, 90% dos países têm três operadoras. A Europa inteira, quase a Europa inteira; aonde eu fui são três operadoras. E isso foi muito bem falado quando a Oi Móvel foi vendida. A Oi vendeu o Móvel para a Claro, para a Vivo e para a Tim. E a nossa preocupação – tanto é que esse processo está no Cade... Esse processo é muito importante, porque a Oi, no Nordeste brasileiro, por exemplo, é muito forte. Se a gente for pelo interior do Rio Grande do Norte, é Oi em todo canto. E a preocupação que o setor tem é de que a Oi, por exemplo, cada ano que passa sem essa aprovação, gasta quase 5 bilhões de multa. Então, ela não aguenta muito tempo. Esse processo foi aprovado no Cade, no relatório da área técnica, e deve ser votado num prazo máximo até fevereiro.

Eu não posso nem falar muito sobre esse tema, que é um tema delicado, mas, caso não fosse aprovado – eu não posso... é uma agência; acredito que devido a... O que é que valeu mais para a aprovação do Cade em relação aos outros países, ao que existe nos outros países, esse ecossistema de três empresas, três operadoras? Caso a Oi quebre, depois quebra a segunda, aí a gente fica com duas. A chance é brutal de acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente vai para o problema de preço. Aonde eu fui, Senador, aonde há 5G, o preço está mais barato ou igual ao 4G, porque eles ganham dinheiro com as empresas. E eles vão poder, por exemplo, fazer redes privativas.

Se o banco Bradesco quiser fazer uma rede privativa, ele contrata. Se uma fazenda de melão lá em Mossoró quiser contratar uma rede privativa, porque a Mossoró a rede só vai chegar em 2024 – estou dando um exemplo aleatório aqui –, ela contrata e faz uma rede privativa. O agronegócio vai ser um grande contratante do 5G. Então, a pessoa deixa de ser o maior cliente do 5G; são as empresas os maiores clientes.

Se você vai para o nosso Estado, por exemplo, hoje a gente só tem lá Claro, Vivo e Tim; agora a gente vai ter Brisanet, que vai virar operadora e vai vender *chip*. Com certeza vai haver uma concorrência muito grande. Você vai para a Região Norte, que só tinha duas, três: entrou lá a Sercomtel. Você vai para Uberaba, Uberlândia: entrou lá a Algar. Vai ao Espírito Santo: Cloud2U. Então, a gente vai ter operadores novos que vão competir com as grandes. E isso vai ser muito bom, por quê? Porque, quanto mais operadores, mais preço barato a gente pode ter.

E essas operadoras, que eram pequenas, estão médias hoje e daqui a pouco vão ficar grandes. A Brisanet, por exemplo, era esperado que ela entrasse só no Nordeste, e ela arrematou o Centro-Oeste. Ela já se expandiu, já está em duas Regiões. Com certeza viu o agronegócio do Centro-Oeste. Isso foi muito interessante de ver, porque havia um temor de que as pequenas não iam ganhar, os pequenos provedores, e elas foram as mais ousadas do leilão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – As revelações, não é?

O SR. FÁBIO FARIA – As revelações.

As nacionais... Por que não entra ninguém de fora? Uma Vodafone, por exemplo: ela não tem o 3G aqui, não tem o 4G; ela vai comprar o 5G e não vai vender para ninguém, porque, quando instalar o 5G, funciona, mas, se a pessoa vai ao bairro do lado, que é 4G, ela não vai ter cobertura. Então, ela não vai ter cliente. Portanto, nenhum leilão de fora de radiofrequência tem possibilidade... Não acontece de vir uma empresa de fora e entrar sem que ela tenha antes o 3G ou o 4G.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Provavelmente, isso vai acontecer no futuro, quando você tiver, eventualmente, três bem estabelecidas no 5G, e o 5G bem consolidado, aí alguém entrar a mais não vai contar muita coisa.

O SR. FÁBIO FARIA – É mais fácil a empresa vender...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma Vodafone entrar em cima e comprar uma...

O SR. FÁBIO FARIA – Comprar uma operadora.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... ou entrar em cima de uma rede que já existe.

O SR. FÁBIO FARIA – É, mas é mais fácil a entrada, sempre, comprando uma operadora, como a Tim está sendo negociada agora: 51% para a KKR. Não existia essa possibilidade.

Então, sabendo que há três grandes *players*, que eles são do mercado e que eles entendem ali como funciona, todos foram dentro da expectativa que nós tínhamos. Nós sabíamos que ia haver disputa ali em algumas localidades, como houve. Houve uma em que o ágio do Nordeste acho que foi 1.295%. Foi algo bem alto.

Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – É, acho que foi. Então, a gente teve aí uma... O leilão atendeu todas as expectativas. Eu acredito que o Brasil deu um passo muito importante, por ser o primeiro a implementar, a ter o 5G operando no País.

E a Anatel é uma agência muito respeitada. Eu fiquei impressionado com a unidade técnica da Anatel. Eles fizeram realmente um grande trabalho. O TCU também. Eles se uniram nesse tema, trabalharam lá 24 horas.

Depois que eles viajaram e foram aos países, eles viram a importância do 5G. Então, deixou de ser algo... A gente conseguiu separar política desse leilão. Houve uma união de todos para que ele pudesse ocorrer. Levei Deputados, levei Senadores nas viagens, para eles entenderem o 5G. E a gente vai ter uma grande oportunidade para que a gente realmente coloque o Brasil no mapa da economia digital, da transformação digital, para virar um *hub* de inovação.

São essas as minhas palavras em relação às suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É importante, Ministro. Obrigado.

Eu até interrompi duas vezes, mas é justamente para a gente ter uma comunicação mais fluida com o Ministro das Comunicações, como deve ser, mas ainda tenho algumas dúvidas que ficam eventualmente também pairando, inclusive dos nossos internautas também, em relação a essa questão, por exemplo, das penalidades. A gente tem um histórico de multas muito difícil no Brasil – e não é de hoje. Da década de 90 até hoje – ou até 2019, pois é o número que me trouxeram aqui –, foram 63 mil multas, R$9,7 bilhões. A Anatel, nesse ponto, especificamente... E eu também aqui faço homenagem à competência técnica da Anatel. Nós convivemos, nestes dias aí, com diretores. Historicamente, desde a década de 90, fiz parte desse processo de construção das agências reguladoras. E a Anatel foi uma das mais importantes, porque a abertura do setor de comunicações foi uma das primeiras, antes até do petróleo e da energia. Comunicações foi o primeiro setor, que quebrou gelo na década de 90 nessa questão de admitir investimento privado. E as comunicações têm uma coisa, que o Ministro certamente sabe e acompanha, que é: a evolução é muito rápida, a tecnologia anda muito rapidamente. Ele não é como os outros setores, em que há uma estabilidade tecnológica maior – uma linha de transmissão é a mesma há 15 anos, 20 anos, evolui pouco, assim como um poço de petróleo, etc. Em comunicações, não, tudo está mudando. Hoje, nossos telefones já estão desatualizados; se a gente comprar um hoje na loja, no dia seguinte, já está saindo outro lá na Coreia; em algum lugar, está saindo um telefone com alguma coisa que a gente não tem no nosso. Agora, isso, de fato, também reflete uma certa dificuldade de correr atrás por parte das próprias operadoras, Ministro. E a questão das multas fica patente, porque acaba sendo o percentual mais baixo de arrecadação de efetividade de multas o setor de telecomunicações. É claro que não é a sua alçada corrigir isso correndo, mas é uma preocupação que persiste, porque, desses R$9,7 bilhões, R$900 milhões foram pagos e arrecadados de fato, ou seja, menos de 10%. E, se você contar com o que foi cancelado pela Justiça ou prescrito, dá cerca de 7%.

Quando a gente entra numa nova geração, como é esta do 5G, em que as pessoas vão, de fato, depender... Esta é uma pergunta muito do povão mesmo, de quem diz: "Está bom. Você me convenceu de que eu vou ter a tal da latência mínima, pequena, e o cara vai poder fazer uma cirurgia num lugar no interior do Rio Grande do Norte, do Piauí, em Picos. O cara vai fazer uma cirurgia em tempo real, com outra pessoa em São Paulo, ajudando. Não vai ter latência, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se falhar o operador, se acontecer um incidente, seja um acidente com um veículo ou com um trator teleguiado que atropele alguém etc. e tal, se começar um processo em que, ao final, fique comprovado que a operadora falhou ou que a operação foi negligente – não digo de uma falha comum, técnica, mas de uma falha negligente... Estou dando um exemplo em mil que pode acontecer e que gere multa. Se o ritmo das multas continuar sendo esse, a impunidade fica um pouco estabelecida, porque o cara começa a dizer: "Deixe para lá, que eu entro na Justiça. Primeiro, eu entro no administrativo, e se levam 10 anos. Depois do administrativo, são mais 10 ou 15 anos na Justiça. Daqui a 25 anos, eu vou pagar essa multa, se pagar". Então, isso se aplica aos três grandões, sem absolutamente nenhum detrimento a eles. Mas se aplica aos três operadores maiores e, agora, também a todos os outros, em cascata.

Esse processo... Vocês conseguem trabalhar um pouco nesse processo regulatório para dar mais assiduidade ou pelo menos mais acurácia a esse processo das multas e efetividade? Para que esses operadores sintam que, diante de uma responsabilidade gigante como essa do 5G... A vida está na outra ponta, e o processo é bem mais grave do que uma latência, do que um processo no 4G ou no 3G. Se há falta de sinal, se caiu uma ligação, isso não chega a comprometer um investimento. Não chegam a comprometer uma vida as nossas ligações que aqui caem. Aqui em Brasília mesmo, no centro do poder, nós temos, mal e mal, um 3G ou um 4G funcionando. Mas vá lá! Agora, no 5G, em que as coisas estão todas realmente conectadas, se o *enforcement*, como o anglo-saxônico chama, ou o comprometimento com a lei ou o fazer cumprir não funcionar imediatamente, quase *online*, os caras vão tentar enrolar, e a gente não vai saber exatamente o que fazer porque vai haver uma impunidade meio estabelecida pelo histórico de multas.

Eu queria que o Ministro, depois, também comentasse um pouco sobre isso, porque é uma preocupação de nós todos, como Estado brasileiro.

O SR. FÁBIO FARIA – Em relação a essa questão das multas, realmente há alguns fatores que a gente... Eu vou falar pelo lado do Telecom, porque a gente tem complicações em todos os setores. Mas, na cobertura do 4G, o leilão era de uma cobertura de 80%; no 5G, a gente mudou para 95%. O 5G é fibra, é fibra ótica. Então, você cava, na frente da pessoa, na frente da casa ou da escola, e coloca ali a fibra ótica, e, então, a fiscalização é muito mais fácil. Quando você vai para o 4G, você... No 3G, por exemplo, colocam-se torres altas. Você pode colocar uma torre, a princípio, para cobrir Serra Caiada e Boa Saúde, mas há uma montanha ali no meio, e não pega em Boa Saúde. Aí a Anatel vai e fiscaliza: "Não, mas é para pegar!". "Mas, enfim, o sinal aqui não pega." A gente sai do aeroporto de Brasília, quando você desce ali, o celular não pega. Você passa na frente do Píer, e o celular não pega.

Então, é complicado, hoje em dia, realmente, você fazer essa checagem. Eu recebo, diariamente, reclamações do interior, de lugares em que o sinal não pega. Eu passo isso para as operadoras. Com o 5G, vai ser muito mais fácil, porque ou está a fibra ou não está a fibra. E, com a fibra, não há risco de você ter uma internet que vai ficar caindo. É uma internet muito mais fixa, mais segura, sem instabilidade, muito mais rápida, com latência baixa, enfim. É como é o 5G.

Sobre a questão das multas, o que é que a gente tem feito? A gente tem transformado tudo em TAC. A gente já fez dois TACs. A gente transforma o valor da multa em benefício. A gente fez um, acho, com a TIM. E o outro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO FARIA – ... está saindo. É a Vivo. E a Claro já está querendo fazer também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, aí, a gente atendeu cidades do Norte e do Nordeste que não tinham internet. A gente fez o TAC, levando internet de 4G para essas cidades. Eu acho que essa é uma boa solução que nós temos.

Em relação ao risco de uma cirurgia ou a algo nesse sentido, você afetaria toda a cadeia. Você não afetaria só a operadora; afetaria a operadora, afetaria a empresa – de repente a Samsung ou outra qualquer –, a fornecedora do equipamento, e ela pagaria muito mais do que poderia pagar em multa na bolsa de valores. Isso seria um caso estrondoso.

Eu fui à Samsung, por exemplo, à fábrica de semicondutores. Eles são fornecedores de semicondutores junto com Taiwan e Estados Unidos, que são os *chips*. É uma fábrica com 35 mil funcionários em cada uma, em cada planta – há quatro plantas lá. Os funcionários só ligam as máquinas e levam os equipamentos; eles não fazem nada, não manuseiam o equipamento. Por exemplo, eles falaram para a gente que lá há *chip* cuja distância entre um componente e outro do *chip* é tão pequena que equivale a pegar um fio de cabelo e cortá-lo em dez mil partes – não é o fio completo, não; é a largura do fio.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fatiar o fio.

O SR. FÁBIO FARIA – Fatiar o fio. Então, a precisão dessas máquinas é algo extraordinário, assim como a velocidade com que eles fazem tudo. No caso dos carros, por exemplo, nessa fábrica, nessa planta, chegam a dar aflição os carrinhos pequenos, porque parece que um vai bater no outro. Eles vêm com muita velocidade e passam um do lado do outro; um freia, um passa, e eles não se batem. É a inteligência artificial muito forte com o 5G funcionando.

Eu acredito que nós temos riscos de erro médico também – há vários casos de erros médicos. Não quero aqui abrir esse debate, mas se diminui muito o risco quando vem uma tecnologia dessas para fazer... Acredito que nenhuma empresa do porte dessas grandes que vão fornecer isso para fazer telemedicina, telecirurgia ou veículos autônomos vai colocar nada que tenha absolutamente 1%, 0,1% de risco, de chance de dar errado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não! Na verdade, nem era essa a hipótese. A hipótese era mais de ocorrência mesmo e, eventualmente, ou de uma punição com multa, ou, reiteradamente, eventualmente, aquela cobertura que a gente já fez aqui também sobre a questão de ele ser desconectado do sistema ou sair do jogo, ser tirado do jogo.

Outra coisa que também ficou aqui das falas iniciais é a questão das escolas. Parece-me que este foi um compromisso assumido também com o TCU: o programa Escolas Conectadas.

O SR. FÁBIO FARIA – Desculpa. Já estava no edital contemplar todas as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

O SR. FÁBIO FARIA – Já estavam, no edital, as 72 mil escolas com 5G *standalone*. Já estava tudo no edital.

O TCU deu um *plus* ao edital na faixa de 26GHz, e o que for arrecadado também vai para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai para lá.

O SR. FÁBIO FARIA – Então, é mais dinheiro para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, no compromisso com o TCU e no compromisso interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo, quais são, mais ou menos, os prazos dessas implementações. Como é que isso vai acontecer? Qual é a onda?

O SR. FÁBIO FARIA – De acordo com o tamanho das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em quanto tempo o Ministro acha que...

O SR. FÁBIO FARIA – A gente, por exemplo... Em todas as escolas das capitais, já começa no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque depende da fibra ótica também.

O SR. FÁBIO FARIA – Aí, vamos por outro lado, por exemplo, em Uberaba, lá foi a Algar que ganhou; a Algar pegou a faixa de 2,3, em que não se precisa remover a parabólica. Eles já vão inaugurar o 5G agora, dia 16 deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E já vai para as escolas?

O SR. FÁBIO FARIA – Vai para a cidade toda.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já vai para a cidade toda.

O SR. FÁBIO FARIA – Aí, você vê a Brisanet, por exemplo, que tem uma obrigação de colocar "x" antenas no ano que vem. Em Natal, eles vão colocar 25 vezes mais. Eles já vão começar – falei com o Roberto ontem, no dia da assinatura dos contratos –, já vão começar, o ano que vem, não só com Natal, vão fazer Natal, Parnamirim, Macaíba...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E São Gonçalo do Amarante, não é isso?

O SR. FÁBIO FARIA – E São Gonçalo do Amarante; 100% das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Essas escolas, então, estariam conectadas já em curto prazo?

O SR. FÁBIO FARIA – Já para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para o ano que vem.

O SR. FÁBIO FARIA – Então, as operadoras têm as obrigações das capitais, mas, quanto a essas regionais, a gente conseguiu com que pudessem começar no primeiro ano, o que foi um pedido delas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. FÁBIO FARIA – Então, elas podem começar a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Como elas já vão estar lá, já podem cumprir os compromissos também.

O SR. FÁBIO FARIA – Se quiserem esperar... Mas, como elas não deram o dinheiro logo no sinal, apenas 20%, então, realmente estão com condições de começar. E todas vão querer começar logo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Existem financiamentos que o Governo programou para esse pessoal?

O SR. FÁBIO FARIA – Existem. A Brisanet, por exemplo... O ano passado, a gente fez debêntures incentivadas para Telecom, com o Funttel e o Fistel. Eles pegaram 400 milhões, dando garantia pelo Governo; seis meses depois, fizeram um IPO de quase 8 bilhões. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente tem várias operadoras pequenas, são as regionais, as menores, as maiores também, que estão buscando aí essas debêntures incentivadas para a Telecom.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E as que participaram também agora estão felizes porque vão poder alavancar recursos com os contratos e com a perspectiva de mercado que elas têm.

O SR. FÁBIO FARIA – Estão todas... Há muito recurso, tanto no Brasil, como fora, para as operadoras, para o 5G; muito, muito disponível!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Ministro, sobre a questão da Ceitec também, alguém acabou de ligar perguntando, a Ceitec é essa empresa de semicondutores lá do Rio Grande do Sul, que está instalada, é uma empresa estatal. E há uma celeuma sobre essa questão do...

O SR. FÁBIO FARIA – Isso é de outro ministério...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei, mas assim...

O SR. FÁBIO FARIA – É o do astronauta, é o do...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vocês interagem de forma para que isso seja uma solução? Porque a gente viu também que o ministro encontrou o Elon Musk.

Também há outra pergunta em relação a isso que é a questão de quão privados esses processos podem ser, esse processo do satélite também e esse próprio processo dos semicondutores também. Quer dizer, qual é a visão do Governo em geral, interagindo inclusive com o Ministro Marcos Pontes – com quem a gente tem também uma ótima relação e tem visto que ele tem feito um trabalho bom nessa prospecção, inclusive a própria AEB também com satélites e tal, estão de parabéns –, mas a gente tem essa empresa. O senhor acha que seria o caso de reabilitar essa empresa, seria o caso de vendê-la mesmo? Qual é a opinião do Governo em geral sobre essa questão?

O SR. FÁBIO FARIA – Eu não tenho uma opinião sobre isso, não está na minha pasta, não sei. Eu acho que teria que ser o ministro... Eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque essa é uma empresa de fibra ótica, não é isso? Seria a infraestrutura.

O SR. FÁBIO FARIA – A Ceitec está dentro do escopo do MCTI; ela não veio para o...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ficou no MCTI, na época em que...

O SR. FÁBIO FARIA – Na separação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na separação.

O SR. FÁBIO FARIA – Então, eu não tenho nenhuma condição de falar sobre esse tema, mas, quanto a semicondutores, a gente hoje tem uma falta de *chips* no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. FÁBIO FARIA – Um carro normal precisa de mil *chips*, um carro Tesla precisa de 10 mil *chips*. Cada *chip*, cada semicondutor demora três meses para ficar pronto.

Na fábrica de Taiwan, a TSMC, por exemplo, que é a maior do mundo, se você colocar 90% dos funcionários, 100% dos funcionários, todos os funcionários, desde o atendimento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porteiro, 90% têm PhD e mestrado. A gente forma 40 mil engenheiros por ano; a China forma 600 mil; a Índia, 450 mil; os Estados Unidos, 90 mil.

Então, a gente não tem mão de obra. A gente teria que buscar uma empresa de fora, porque onde há semicondutor no mundo hoje? Taiwan, Coreia do Sul – Samsung e TSMC –; e a menor parte é nos Estados Unidos, 15%.

Então, a gente tem que colocar uma planta de semicondutor no Brasil para vender para a América Latina, vender para a África e vender para a Europa. E há tudo para a gente transformar o Nordeste numa Califórnia, num *hub* de inovação, trazendo essas empresas.

Aí o que eu fiz? Abri uma conversa com a Samsung, com o Governo. Falei com a Samsung, depois falei com o Governo. Com o Governo, a gente fez um memorando de entendimento. O Governo coreano já está falando com a Samsung, e a gente ofereceu o Brasil para que eles implementassem uma fábrica de semicondutores aqui. Acredito que a Ceitec – não quero entrar em detalhes – pode ser parceira disso, até porque a gente não tem nada de *market share* mundial de fornecimento de semicondutores, a gente nem aparece. Então, a gente realmente precisa de um investimento, e o investimento é muito alto. Uma fábrica dessa de semicondutores é algo em torno de US$5 bilhões. Então, é muito dinheiro, é muito investimento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se me permite, Ministro, a visão que eu tenho sobre essa história da Ceitec é parecida com isso, é justamente que a gente precisa ter algum certo controle, não precisa ser necessariamente um investimento 100% estatal, mas é algo que o mundo vê com importância de certa forma estratégica e talvez a gente pudesse capitalizar isso por módulos, enfim, uma solução empresarial comum de capitalização por módulos, para a gente ter *slots* diferentes de investimentos em equipamentos, ou fibra óptica, ou componentes de diferentes tipos, com determinados interessados, mantendo algum certo controle e aí aproveitando também esse embate usual de qualquer governo estadual, municipal.

Está aqui até o suplente de Vereador do Município de João Pessoa. Quero aqui saudar aí a presença do Ruan Martins.

Este debate é sempre constante. Os governos têm os Ministros da Fazenda; os Ministros da Economia são o "*mister no*", e o resto é a turma querendo fazer as coisas. E esse caso, mais uma vez, é a questão da Ceitec, bem como a do próprio Fust, que o Ministro mencionou: todo mundo quer usar o dinheiro do Fust – ninguém está lá parado porque quer –, só que quer usar para abater dívida, para fazer isso. Inclusive, durante a pandemia a gente fez, o Senado preparou o projeto de uso de parte do Fust – acho que eram R$9 bilhões ou coisa assim... São R$36 bilhões hoje lá...

O SR. FÁBIO FARIA – Ia haver 600 que iam ser revertidos para investimentos em escolas, e acabou que o Relator não colocou.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E os 9 bilhões acho que para *tablets*, *chips* etc., e acabou sendo vetado, quer dizer, foram aqueles trancos e barrancos. Derrubou-se o veto, e aí veio uma medida provisória, enfim. Está ainda nessa guerra, mas é a guerra natural da austeridade *versus* investimento em infraestrutura, que, às vezes, impede que a gente adiante. A nossa tese é sempre que a gente deve colocar pelo menos parte do investimento estatal.

Para completar e fechar – o Ministro tem que sair e a gente também está aqui premido pelo tempo –, a grande preocupação final do processo, para lhe deixar uma nota positiva em relação a essa questão do 5G não apenas com aquela coisa da novidade, do que inova, do que a pessoa que tem mais recurso pode acessar, etc... Uma das preocupações em geral dos países, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que se inova alguma coisa, é com essa questão da inclusão. Eu tenho visto o Ministro falar sobre isso e queria que ele nos brindasse aqui com mais um pouco dessa preocupação que a gente tem de não criar um fosso digital. Quer dizer, que as pessoas que não têm hoje nem o 3G não fiquem tão para trás e que o 5G, então, elas não vejam só daqui a outra geração.

E aí estou falando dos nossos interiores, estou falando de um momento, não só geograficamente, como socialmente, de lugares diferentes e nichos diferentes que talvez o 5G alcance através do serviço público, através das escolas públicas, através da saúde pública, através da segurança pública. Então, essa é uma preocupação importante, e essas contrapartidas são um início, mas é claro que o Estado brasileiro vai ter que fomentar outras formas e outros mecanismos também de investimento privado e público na adaptação para o 5G, não é, Ministro?

O SR. FÁBIO FARIA – É. A maior preocupação nossa foi exatamente com isso.

O leilão do 5G começa com o quê? Conectando internet para quem não tem. Hoje quem é que vai ser beneficiado com o leilão? Não é só a empresa do agronegócio que vai ter o 5G funcionando, é uma comunidade indígena que fica lá no interior do Acre que nunca pensou em ter internet e que vai ter, no mínimo, o 4G. Estou falando em comunidades com 30 pessoas, com 40 pessoas, com 80 pessoas, com 100 pessoas.

Então, a gente não tem como falar em inclusão digital só. Hoje internet é inclusão social. Você está estudando pela internet, você está trabalhando pela internet, você está visitando parentes pela internet. Hoje você mata a saudade de um filho seu que está longe, de um pai, de um avô no FaceTime. Então, a gente realmente... Com essa questão de ser não arrecadatório, a gente conseguiu começar com aquelas pessoas que não têm nem internet. Você que mora aí com 30 pessoas vai ter, no mínimo, o 4G chegando a sua casa. Então, acho que esse foi o grande objetivo para a gente corrigir o Fust. A gente está fazendo uma correção do Fust.

Então, eu queria... Posso agradecer? Quero agradecer ao Senador Jean Paul. Obrigado pelo convite, é uma honra estar aqui no Senado Federal falando sobre o 5G. Eu tenho me colocado à disposição sempre do Senado, da Câmara, de qualquer Congressista, tanto aqui como no ministério.

Tenho a certeza de que a gente conseguiu fazer um dos maiores legados, a gente conseguiu ser o primeiro país da América Latina a implementar o 5G. E é importante que esta Casa, o Senado, e a Câmara tenham essas Comissões de acompanhamento, que só nos engrandecem. A gente consegue tirar as dúvidas, consegue receber algumas informações relevantes e importantes e consegue ir aperfeiçoando.

É um prazer estar aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, muito obrigado a V. Exa. e a toda a equipe do ministério.

Queremos dizer que trabalhamos esses dois meses com vocês, com os operadores, com todos os que fazem parte do setor. Estamos muito felizes com o trabalho que estamos finalizando. À Anatel também nosso agradecimento, a todos os operadores. E, especialmente, nossos votos, Ministro, de que toda essa política de fato resulte para o Estado brasileiro, para nós todos como cidadãos, como consumidores dessas novas tecnologias, num ambiente saudável de vida, de bem-estar social, bem-estar econômico realmente duradouro e condizente com o que a nossa economia, com que o nosso País merece no *status*, na comparação da evolução dessa tecnologia e da inserção dela no âmbito mundial.

Então, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só mencionar que recebemos duas perguntas que foram atendidas pelo Ministro: da Karen Melo, de São Paulo, e do Joao Alcantara, do Distrito Federal. Não tivemos inscrições. Não houve inscrições dos Senadores e Senadoras para se pronunciar.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, deixando o nosso relatório para o início do ano.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e três minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Plínio Valério, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Dário Berger, Marcos do Val e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2021-CCT, de autoria Senador Carlos Viana (PSD/MG), com a finalidade de debater o vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros, com a participação de Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República em Minas Gerais; Patrícia Peck Pinheiro, Presidente da Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP); Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); e Emilio Simoni, Executivo-Chefe de Segurança da PSafe, representando Marco DeMello. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Carlos Viana
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todos os senhores e também a todas as senhoras telespectadoras que nos acompanharão pela TV Senado, pelo nosso sistema de mídia social do Senado e também pela Rádio Senado. A todos o meu agradecimento por terem aceitado o nosso convite.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros – uma denúncia grave que foi feita pela imprensa e, a nosso ver, não investigada ou esclarecida da maneira correta –, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2021, de minha autoria.

Você que nos acompanha pelas redes sociais e tem interesse em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 061 2211. Vou repetir: 0800 061 2211

Desde já, quero dar as boas-vindas àqueles que já se prontificaram. A Ana Cristina, de Pernambuco, já enviou a sua pergunta – muito obrigado, Ana –; também o Josue Rodrigues, do Rio Grande do Sul – obrigado, Josue –; o Rodrigo Silva, de Sergipe; a Raissa Siqueira, do Rio de Janeiro; e o Marcos Ribetti, do Espírito Santo. Obrigado a vocês desde já.

Então, você que quer participar e se informar mais sobre essa questão...

Também temos o Erick Faria, das minhas Minas Gerais – muito obrigado –, e o Jefferson Venancio, da querida Bahia, nosso Estado vizinho como o Espírito Santo.

Obrigado a vocês todos que estão participando. Enviem as suas perguntas. Eu vou repetir: www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 061 2211. Acessando o *site* do Senado, você terá todas as informações.

Esta audiência também agora vem em bom momento, uma vez que o País vem sofrendo, tendo notícias de uma série de ataques cibernéticos a dados essenciais, especialmente sobre a vacinação. Desde o último dia 10, nós temos uma série de tentativas de invasão, que conseguiram retirar do ar os dados do Conect SUS sobre a questão das vacinas. Ontem, também um novo ataque ao Ministério da Saúde – a rede interna foi desligada. Outros órgãos do Governo, também da área de segurança, como Polícia Rodoviária Federal, outros órgãos ligados à segurança, a Controladoria-Geral da União, a Enap (Escola Nacional de Administração Pública) e o Instituto Federal do Paraná sofreram ataques. Isso nos leva a discutir com muito mais seriedade.

O Brasil já avançou na questão da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mas, para que se tenha uma clareza do que nós estamos tratando, as ameaças aos países não serão mais clássicas como no passado, de 1939 a 1945, com as guerras com grande movimento de soldados, de carros de combate e de aviões; as guerras serão de dados. Hoje, no mundo todo... Vamos falar aqui do recorte do Brasil: as nossas hidrelétricas, por exemplo, são todas elas automatizadas, e o Operador Nacional do Sistema controla a distribuição de energia elétrica em todo o País por meio de dados e de computadores.

Os aeroportos de todo o mundo, e não fora os brasileiros, também são controlados por dados, e o Sistema Nacional é quem faz toda a segurança de voos, aproximação, decolagem e controle, naturalmente, dos quesitos de segurança. Uma possível guerra futura digital, naturalmente, pode criar confusões nos sistemas de defesa internos de um país e pode gerar, inclusive, uma defesa muito menor. Isso, é claro, nós estamos trabalhando aqui de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hipotética, mas não de forma distante. Vejam, por exemplo, os dados do Conecte SUS, as vacinas que os brasileiros terão de apresentar, a comprovação para os que viajam, os que fazem turismo, os que moram, os estrangeiros que querem sair do país e se vacinaram por aqui. Esses dados são fundamentais para que nós tenhamos acesso e livre trânsito. É um dado de segurança individual.

São pontos importantes que nós precisamos discutir: se o Brasil está preparado e se nós brasileiros estamos, de fato, protegidos.

A suspeita, a denúncia do vazamento de 220 milhões de dados de brasileiros e estrangeiros é algo muito grave. Esses dados estão sendo usados de que maneira? Quem conseguiu ter acesso? De que maneira isso teria ocorrido? Quais foram as medidas tomadas, posteriormente, para que nós possamos evitar que, no futuro, tenhamos novos ataques?

Eu quero agradecer desde já as presenças, por videoconferência, do Procurador da República de Minas Gerais, Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva – meu muito obrigado –; Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, que é o Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, de cuja sessão para votação e sabatina eu tive a oportunidade de participar; Patrícia Peck Pinheiro, que é Presidente da Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil; e Emílio Simoni, que é o Executivo-Chefe de Segurança da empresa PSafe, que vai nos falar sobre essa questão da manipulação e controle dos dados pela rede privada em nosso País.

Os nossos convidados terão, inicialmente, 15 minutos para a sua fala, e, posteriormente, nós abriremos o debate para as respostas das perguntas.

Por necessidade de outro compromisso, agradecendo mais uma vez ao Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva, concedo a ele a palavra por 15 minutos para o pronunciamento.

Dr. Carlos Bruno, meu bom dia ao senhor e muito obrigado mais uma vez.

O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, Senador, eu que, em primeiro lugar, quero dar muito bom dia ao senhor e a todos os que nos veem, neste momento, pela TV Justiça. Queria saudar o Dr. Waldemar, que faz um trabalho brilhante na ANPD, e a minha colega, Dra. Patrícia, que atua em proteção de dados na OAB.

Confesso que fico muito feliz com o convite. Peço desculpas de estar, inclusive, aqui no CNJ. Eu também sou titular de um ofício ambiental da Procuradoria da República de Minas Gerais e sou responsável pelos acordos de Brumadinho e de Mariana. E estamos, neste momento, aqui no CNJ, negociando a repactuação do acordo de Mariana, que é um acordo importantíssimo para o nosso Estado de Minas Gerais, Senador. Então, por isso, não posso, infelizmente, estar aí na companhia do senhor no Senado, apesar de estar fisicamente bem próximo – hoje não estou em Belo Horizonte, estou aqui em Brasília –, mas não poderia deixar de atender a esse convite para audiência pública.

Confesso que fico muito feliz que um Senador do meu Estado, como o senhor, traga esse tema, se preocupe com esse tema. Eu também saúdo o Dr. Emílio e peço desculpas de não ter falado, inicialmente, no seu nome. Fico muito feliz que um Senador do nosso Estado, do meu Estado se preocupe com esse tema. É um tema que eu me preocupo há muito anos. Fiz o meu doutorado, em Sevilha, já pensando em proteção de dados, e fico ainda mais feliz, Senador, com a sua fala inicial.

A nossa fala como palestrante é uma fala relativamente curta, mas a sua fala inicial já me ajuda muito, porque, além da motivação inicial da preocupação com essa (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

...milhões de dados, diretamente, dados de CPF, de nomes, dados de carros que, apesar de não ficar muito claro de onde foi a fonte do roubo desses dados, já deixa mais ou menos claro que são fontes públicas. Os dados de veículos são dados privativos do Denatran, do Detran, e já permitem alguns encaminhamentos, mas esse gancho que o senhor faz com os ataques ao Ministério da Saúde torna ainda mais claro o que eu pretendo falar na minha fala.

Há dois problemas separados quando há roubo de dados: há um problema de quem rouba os dados, e isso é um problema criminal, a Polícia Federal tem inúmeros bons estudos para se verificar quem rouba esses dados; mas há um problema tipicamente cível e administrativo, um problema que já foi abordado em várias leis de proteção de dados e, felizmente, no Brasil, a gente pode dizer, neste momento, que é abordado também pela nossa Lei Geral de Proteção de Dados, como eu vou mostrar.

É um problema que afeta não diretamente quem rouba os dados, mas, sim, quem guardou esses dados. Há obrigações dos titulares de banco de dados, obrigações que são muito sérias. Não há dúvida de que a gente está num processo de cultura da proteção de dados no Brasil, a lei é relativamente nova, a possibilidade de punição e de aplicação de sanções pela ANPD é mais nova ainda. A ANPD é um órgão recente, é um órgão que faz um trabalho brilhante, mas vem num caminho ainda de se estruturar e é um órgão, como eu vou mostrar, fundamental para fixar a competência federal nesses casos de proteção de dados.

Eu acho que é muito provável que a gente vá seguir a jurisprudência da telefonia, em que os temas mais individuais são trabalhados na competência estadual e os temas que têm atuação da Anatel são trabalhados na competência federal, mas, realmente, esse gancho do senhor eu achei fundamental.

Ah, eu estou sem compartilhamento de tela. Eu já mandei a apresentação para vocês, eu vou seguir, aqui, a minha apresentação. Eu já autorizo, neste momento, o Senado que disponibilize a minha apresentação, para que nossos telespectadores possam ter acesso a isso.

Então, a primeira coisa que eu quero falar neste tempo curto em que eu vou estar falando – já passando para a próxima tela, a primeira tela é a minha apresentação –, é mostrar... Peço que passe para o próximo eslaide, se for possível, é mostrar que, na realidade, vazamentos de dados ocorrem no Brasil frequentemente.

Na realidade, esta minha apresentação é uma apresentação que eu adapto para este momento no Senado, mas é uma apresentação que eu já fiz no começo do ano, e não era a primeira vez que se vazaram dados no Brasil. Inclusive, houve uma sensação eu acho que, na sociedade, mas também no Ministério Público, que, inclusive, nos meses anteriores à entrada em vigor da possibilidade de sanções pela ANPD, houve até um aumento de vazamento de dados no Brasil, curiosamente houve esse aumento de vazamento de dados.

De alguma forma, até essas quadrilhas que já dominam dados... Eu me lembro que, quando eu falava de proteção de dados, inclusive dentro do MPF, ótimos procuradores falavam para mim assim: "Não, Bruno, mas se for na Praça da Sé, já estão lá vendendo todos os nossos dados, isso não é um tema para a gente discutir." E eu falava assim: exatamente por isso é um tema para discutir. Não é porque os nossos dados já estão em comercialização... E, no Espírito Santo, quando eu fui Procurador Criminal, eu entrei, inclusive, com algumas ações contra empresas que vendiam dados, entendendo que isso já era, na época, crime pelo Código Penal, especialmente porque essas empresas vendiam também dados bancários, dados que acessavam através do Serasa, mas não é porque nossos dados já estão na rua que isso não se torna um problema.

Peço que passe para o próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no Brasil, a gente tem um pouco a sensação de que os problemas são só nossos. E outra coisa que eu também quero mostrar é que os problemas não são só nossos. Estou comentando um vazamento de dados da Adobe que é de 2013, vazamento de dados da rede de hotéis Marriott que é de 2018, vazamento de dados de servidores de internet de 2017, 2019.

Peço que passe para o próximo eslaide, por favor.

A diferença nesses países é que esses vazamentos de dados têm resposta, esses vazamentos de dados têm consequências. Então, dou um exemplo: a rede Marriott foi punida pela autoridade de proteção de dados do Reino Unido, que é uma ótima autoridade de proteção de dados, em 18 milhões de libras. A Adobe, lá em 2013... E vocês reparem que as punições vão aumentando com o passar do tempo. Há uma sensação, também mundial, claro, além da questão do dano, que é importante, do nível de vazamento, mas é um avanço mundial na compreensão de que vazamentos de dados são muito, muito sérios. Então, a Adobe é punida nos Estados Unidos, que tem uma legislação um pouco mais compreensiva com o vazamento de dados, diferentemente da legislação europeia, que é muito rigorosa quanto a isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Perdão, é que a reunião está aqui do lado.

A Adobe foi punida em US$1 milhão. Mas vocês reparem que a rede Marriott já é punida no Reino Unido em 18 milhões de libras, a Telecom já é punida na Alemanha em 10 milhões de euros, e a Equifax é punida no valor de US$700 milhões, e todas essas punições são alcançáveis no Brasil.

Pode passar, por favor, para o próximo eslaide.

Então, com o objetivo de acelerar a nossa apresentação – pode passar para o próximo eslaide, por favor – e permitir, inclusive, o debate, permitir eventuais dúvidas – vou dar meus contatos ao final – pelos nossos telespectadores, eu digo para vocês que toda base de Constituição e legislativa para haver proteção de dados já há no Brasil. Demorou muito – mas, felizmente, aconteceu – para o STF reconhecer a proteção de dados como direito fundamental, mas o STF, na Adin 6.387, reconhece a proteção de dados como direito fundamental e já temos uma LGPD, desde 2018, que já reconhece todos os critérios de proteção de dados que existem na legislação europeia.

Por favor, pode passar para o próximo eslaide.

Além disso, a ideia de vazamento de dados não é uma ideia unívoca. Na realidade, quando a gente fala em vazamento de dados, a gente fala de diferentes fatores. O primeiro é o que as empresas de informática fazem sempre conosco, que é pegar nossos dados e vendê-los.

A ANPD está fazendo um estudo muito bom, um estudo brilhante, relativo à nova política de privacidade do WhatsApp, uma política de privacidade que já foi punida na Europa, ela está fazendo um estudo muito sério em parceria da ANPD com o Senacom e o Ministério Público Federal. E, nesse aspecto, eu estou envolvido através da 3ª Câmara e do GT de Proteção de Dados e também do Cade, já com problema também de concorrência relativo a esse tipo de utilização, nesse caso, pelo WhatsApp, que foi uma utilização já punida na Europa. Além disso, existem empresas de mineração de dados, que buscam na internet dados pessoais para vender às pessoas. Eu também, no meu ofício, aí meu ofício de direito de cidadão, em Belo Horizonte, eu tenho um procedimento sobre essa liberação de dados. Há situações de vazamento de dados a partir de bancos de dados, que é um pouco o foco das notícias que motivaram esse convite do nosso querido Senador Carlos Viana, de Minas Gerais, e há também as quadrilhas que roubam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dados, que se aproveitam de mandar *spam* em que as pessoas cliquem para que, com isso, possam roubar esses dados, que é outra forma de pegar dados de pessoas.

Por favor, o próximo eslaide.

Nisso entra um ponto que para mim é essencial na nossa conversa: o controlador de dados também tem obrigações na proteção de dados; a obrigação não é somente de verificar quem roubou os dados. Quem controla os dados, quem tem banco de dados de terceiros tem uma obrigação enorme de segurança e de prever privacidade como um conceito dentro do seu sistema e como parâmetro inicial do seu sistema. Os dados têm que ser recolhidos da forma mínima possível, e esses dados recolhidos da forma mínima possível têm que ser mantidos com segurança e a não manutenção disso com segurança causa punições e causa responsabilidade civil para o controlador. Isso está em todas as legislações, está no GDPR e está na nossa legislação, na nossa Lei Geral de Proteção de Dados. E esse dever de segurança é derivado de uma decisão do Tribunal Constitucional alemão de 2018.

Por favor, pode passar para o próximo eslaide.

O controlador é obrigado, e isso está na nossa lei, já cito aqui a LGPD, art. 48 da LGPD, a partir do momento em que se refira um incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, é obrigado a comunicar à autoridade nacional. Então, isso é uma obrigação do controlador de dados. Espero, por exemplo, que, nesses vazamentos que ocorreram na Polícia Rodoviária Federal e no Ministério da Saúde, os órgãos públicos federais já tenham feito isso ao MPD. Isso é fundamental porque, quanto antes se descobre o vazamento de dados, antes se têm condições de reprimir o vazamento de dados e diminuir os danos aos titulares, e isso evidentemente deve ser levado em conta quando a autoridade nacional determinar soluções.

Por favor, o próximo eslaide.

E essas sanções também já estão previstas na nossa lei, no art. 52, sanções que vão da advertência, multa simples, multa diária, publicização da infração, bloqueio de dados até, num nível mais alto, eliminação dos dados pessoais. A lei também, no seu §1º, já cria todos os critérios para publicação dessa sanção para o MPD, deixando claro que houve uma prorrogação de vigência em relação à aplicação das sanções, mas, desde 1º de agosto de 2021, a autoridade nacional já pode aplicar essas sanções.

Próximo eslaide, por favor.

Por fim, ressalto que, no art. 42 da nossa lei, fala-se em responsabilidade e ressarcimento de danos. Então, além da punição administrativa, cabe ao controlador de dados também uma ação de conscientização. E essa ação pode e deve ser feita coletivamente, por meio do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. No caso do Ministério Público Federal, não tenho dúvida de que se deve seguir a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que é uma jurisprudência baseada na telefonia, mas que se aplica tranquilamente à proteção de dados, em que o critério de ser competência jurisdicional federal ou estadual, e consequentemente competência de atribuição para ação civil pública do Ministério Público Federal ou do Ministério Público Estadual, é ação da MPD.

Então eu tenho, no meu ofício de Direito do cidadão em Minas Gerais, vários procedimentos aferindo regularidade de proteção de dados, por exemplo, na área de farmacêuticas, na área de farmácias. Como eu falei, estou verificando a questão do reconhecimento facial do Aeroporto de Confins, estou verificando essas empresas de mineração de dados, mas sempre tomo como critério essencial a atuação, e a atuação tem sido, até este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento, muito feliz, com a presença do Dr. Valdemar, brilhante por parte da MPD, a atuação da nossa MPD, porque entendo que esse é o grande critério de fixação da competência federal.

Por favor, passe o meu último eslaide. Por favor.

Com isso, já faço o meu agradecimento a vocês, deixo o meu e-mail do MPF, meu e-mail funcional, deixo o meu contato no Twitter, local em que eu tento divulgar tanto o trabalho ambiental do Ministério Público Federal, quanto essas atuações e as questões relevantes de proteção de dados.

Agradeço enormemente a oportunidade, peço desculpas por hoje estar premido por um outro compromisso também muito importante para a sociedade brasileira e para a sociedade mineira. E por fim, agradeço enormemente a oportunidade, agradeço o convite e estou aberto a eventuais perguntas futuras. Infelizmente não vou poder ficar ao longo da nossa audiência pública, mas estou aberto a perguntas futuras no meu *e-mail* e por meio do Twitter.

E estou aberto a convites e, mais uma vez, saúdo enormemente o Senador Carlos Viana, do nosso Estado de Minas Gerais, pela iniciativa e por essa preocupação com esse tema tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado, Dr. Carlos Bruno, Procurador da República em Minas Gerais.

Eu acredito que pela exposição que o senhor fez, nós tenhamos respondido aqui à pergunta do Rodrigo Silva, de Sergipe: "Quais mecanismos legais já aprovados na legislação penal ou propostas para punição adequada, visto que são dados sensíveis de pessoas?" O senhor concorda? O senhor quer acrescentar alguma coisa ao Rodrigo Silva, de Sergipe, Dr. Carlos? (*Pausa.*)

O áudio, por favor. (*Pausa.*)

Ok.

O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, acho a pergunta muito boa do nosso telespectador, mas digo para o senhor: já há meios na nossa legislação. Os meios, claro, sempre podem ser melhorados.

Do ponto de vista cível, a nossa legislação é muito boa. A atuação do Congresso Nacional, na feitura da Lei Geral de Proteção de Dados, foi uma atuação brilhante. A nossa lei reproduz quase *ipsis litteris* a legislação europeia, que é o que há de mais moderno sobre o assunto. Então não tenho a menor dúvida de que nós temos todas as condições, no Brasil, para atuação administrativa e cível.

E digo também que acho que do ponto de vista penal, a legislação penal já fala em direito a sigilo há muito tempo. Há já normas que punem criminalmente esses casos há muito tempo, desde o nosso Código Penal, que é bastante antigo.

Eu não tenho dúvida de que com a verificação da proteção de dados, se criam novas hipóteses de sigilo, mas não tenho dúvida, e vários colegas do GT de Crimes Cibernéticos, do MPF, colegas da Polícia Federal têm feito manifestações para a melhora da nossa legislação processual penal e da legislação penal.

Há uma proposta, que também está no Parlamento, de adesão no Brasil à Convenção de Budapeste, que eu acho que seria essencial para que se melhore a repressão penal nesses casos, mas eu não tenho dúvida de que nós já temos condições de fazer essa repressão penal e que há muitas boas propostas dentro do Congresso Nacional, que ainda podem melhorar ainda mais a repressão penal, tanto do ponto de vista material, quanto do ponto de vista processual. Se fosse destacar um ponto específico, diria que a aprovação da Convenção de Budapeste, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é uma convenção importantíssima na repressão de crimes cibernéticos, que me parece essencial, que seja feita pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Carlos, Convenção de Budapeste... Vou anotar essas sugestões aqui. Agradeço a presença. O Dr. Bruno deixou, inclusive, os contatos dele de *e-mail* e tenho a clareza que poderá responder a todos.

Um bom trabalho e façamos um bom acordo em Mariana, Dr. Carlos, porque a reparação por Brumadinho – eu posso dizer para o senhor, com muita alegria e com muita humildade – nasceu aqui no Senado. Nós, na CPI que fizemos aqui, em que eu fui Relator, ao final, eu coloquei que a empresa Vale não devia apenas indenizações materiais e humanas, a Vale devia uma reparação ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil pela imagem que ela nos deixou por conta do crime ambiental. A força tarefa do Ministério Público abraçou essa ideia. Nós conseguimos um acordo, que hoje é muito importante. E Mariana, pela dimensão que teve, por abarcar Minas, Espírito Santo, inclusive até parte da Bahia, esse acordo de reparação à imagem do nosso País também é muito bem-vindo, para que a gente possa dizer claramente a essas empresas que nós concordamos que elas tenham liberdade de trabalho, que elas são muito bem-vindas, mas que elas têm responsabilidades com relação ao meio ambiente e à legislação brasileira.

Muito obrigado, Dr. Carlos. Parabéns pelo trabalho.

Eu convido aqui a Dra. Patrícia Peck Pinheiro, que é Presidente da Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, para que possa fazer a exposição.

Dra. Patrícia, mais uma vez, o meu bom-dia.

Muito obrigado à senhora pela presença.

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Agradeço a oportunidade de estar aqui na audiência pública e também vou pedir para compartilhar alguns eslaides.

Acredito que vou complementar a fala do colega, do Dr. Carlos Bruno, em alguns aspectos. Parabenizo a iniciativa. É um tema de extrema relevância e, se eu puder compartilhar aqui a minha tela... Obrigada, já vi que foi autorizado compartilhar a tela. Já passo rapidamente à apresentação dentro do tempo de 15 minutos.

Então, primeiramente para contextualizar, o Brasil sofre hoje um apagão de segurança digital. Acho que esse é um dos pontos mais preocupantes. O ano de 2021 é o ano da nossa insegurança cibernética e é um ponto de atenção, de preocupação com o cidadão brasileiro. O que podemos fazer? Por que chegamos a esse ponto? Lembro muito bem de, em 2019, estar num evento na Espanha, a convite e indicada pelo Governo brasileiro, e que a temática já era esta: como vamos trabalhar melhor nossa frente de segurança cibernética?

Se vivemos numa sociedade digital que depende tanto de uma infraestrutura de telecomunicações e tecnologia, temos que garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos digitais e, nessa frente, estão segurança, privacidade, já que o exercício da própria liberdade depende disso.

Então, hoje, todo cidadão brasileiro é um cidadão que reúne um conjunto de dados pessoais, e dados pessoais sensíveis, como foi bem colocado aqui. Se isso for vazado e exposto, a primeira coisa que pode acontecer com cada um de nós é um furto de identidade – *identity theft* –, ou seja, outra pessoa pode conseguir ser você por aí. Foi o que mais aconteceu neste ano: um aumento vertiginoso da fraude eletrônica. Isso, com toda certeza, aumenta o custo Brasil, gera um aumento, um efeito em juros. Como nós podemos recuperar a identidade desse indivíduo? Como podemos recuperar a confiabilidade das informações? Se você reunir hoje o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nome de uma pessoa, o CPF, o último número de telefone celular, o endereço residencial e mais alguma informação que tiver sido exposta, como vimos – informações, às vezes, relacionadas ou ao âmbito de trabalho, ou de saúde –, você consegue fazer um cartão de crédito, abrir uma conta, até cadastrar-se em um partido político ou fazer outros cadastros que são estabelecidos.

Então, o Brasil virou alvo número um de ameaças cibernéticas, considerando outros países, como esse gráfico apresenta, e também de ataques de sequestro de dados. Esse é um ponto de atenção que eu gostaria de colocar aqui na audiência do Senado.

Como foi bem colocado pelo Dr. Carlos Bruno, nós já temos, sim, um marco legal de proteção de dados pessoais, temos um tratamento para âmbito administrativo e civil, mas vamos refletir: será que nossa legislação, do ponto de vista criminal, já ataca bem o problema do sequestro de dados pessoais, tamanho o impacto danoso social que essa prática realiza? Nós não temos essa tipificação específica. Então, talvez seja necessária uma reflexão, como já tem sido feito por outros países. A administração Biden, nos Estados Unidos, reuniu uma série de países para debater como poderia haver uma penalização maior e um rigor maior para o combate ao sequestro de dados, até porque isso afeta soberania nacional, segurança nacional.

Então, nós vimos aqui que o aumento de ataques de sequestro de dados no Brasil foi extremamente elevado, sendo o Brasil destaque frente ao mundo. Somos alvo! O Brasil é alvo por seu porte, por seu tamanho, mas também pelo quê? Pela falta do dever de casa, nos últimos anos, com segurança cibernética e porque a pandemia nos fez estar mais virtualizados. Estamos trabalhando mais com uso de recursos remotos, com uso de recursos de mobilidade e com uso de recursos de nuvem, que são alguns dos indicadores que podem ter permitido essa escala de insegurança digital.

Logicamente, isso já foi apresentado. Estamos aqui diante de um contexto de um ano de megavazamentos. E o que isso trouxe? O medo da população. O brasileiro tem medo, está com medo por conta do comprometimento das suas informações. E o que podemos fazer a respeito? Não pode haver paralisia. Tem que haver investigação e tem que haver a reação em cima da investigação. O que evita que o raio caia duas vezes no mesmo lugar? Como evitar que aconteça de novo? Como fortalecer nossas medidas de proteção?

Sabemos – eu já fazia atuação na parte de segurança cibernética há muitos anos, inclusive em colaboração com várias entidades públicas – que mesmo na área militar, que nós precisamos garantir também uma linha de defesa, que é o cidadão. Então estava também faltando uma campanha pública educativa à população de como se proteger. Se hoje passa um bandido e leva o celular de uma pessoa, rapidamente também consegue muitas informações e, a partir dali, consegue acessar informações das instituições.

Logicamente precisamos que as investigações evoluam, mas, principalmente precisamos de orçamento. Investir em segurança de informação exige recurso. Não conseguimos ter o ambiente mais seguro sem tecnologia, processos e pessoas – são as três frentes de atuação que precisam ser prioritárias.

Só rapidamente para um esclarecimento aqui, já que estamos em uma audiência, inclusive com os próprios cidadãos: o vazamento envolve, normalmente, um acesso indevido a dados, que podem ser tanto coletados, compartilhados ou divulgados na internet. Quando acontece um sequestro de dados, significa que ele fica obstruído. Muitas vezes, ele pode ficar bloqueado para acesso da própria instituição, o que gera uma barreira para a continuidade da operação. Você precisa fazer uma recuperação daquela base de dados. A violação de dados, então, ocorre quando a instituição sofre um incidente de segurança e ela tem responsabilidade pela proteção daqueles dados, como a legislação mesmo hoje já impõe – muito bem colocado pelo Dr. Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bruno –, e essa violação resulta, então, em algum comprometimento de confidencialidade, de disponibilidade ou de integridade.

Os prejuízos são enormes, porque, além de você correr o risco da exposição daquela informação, você também tem uma paralisia do serviço público de atender ao cidadão enquanto você não puder gerar recuperação dos sistemas de forma confiável. Normalmente, uma das medidas de proteção é fechar a porta; se eu estou sob ataque, temos que bloquear acessos para todos, até que a gente possa disponibilizar novamente o ambiente.

Então, um vazamento pode ser originado de várias formas por ação ou por omissão: eu posso ter códigos maliciosos; posso ter senhas fracas ou senhas vazadas; posso ter ação de pessoas internas, que estão sendo facilitadores para que alguém de fora consiga acessar; posso ter também um furto de equipamento; um erro; uma negligência; não ter feito um *backup;* um ataque direcionado; ou erro de configurações.

Agora o mais importante: por que somos tão vulneráveis? Estamos atrasados no cumprimento da LGPD, uma lei completamente vigente e, quando olhamos o plano de implementação das instituições – isso já foi uma mensagem colocada pelo próprio TCU aos entes públicos –, ainda estamos num programa de conformidade, ainda precisamos alcançar essa conformidade, ainda temos um dever de casa a fazer, não fizemos todo o dever de casa, precisamos também ter uma política pública que priorize a proteção de dados. Como vamos dar subsídios, ferramentas, equipes, orçamento para viabilizar o cumprimento da legislação? A lei foi feita, a lei foi promulgada, a lei está vigente, nós temos que auxiliar as instituições a colocar em prática o que a lei determina.

Desde 2016, está pendente, em implementação efetiva, a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética; avançamos, em 2020, com o Decreto 10.222, que criou o E-Ciber, e pouquíssimo em 2021, com a implementação mesmo da nossa Política Nacional de Segurança Cibernética, que é essencial e anda de mãos dadas com a legislação de proteção de dados e implementação em nível federal. Tem que haver, sim, temos que ter penas mais severas para crimes cibernéticos nesse nível, como o de ataque para sequestro de dados e vazamento de informações de proporções catastróficas. Isso, em outros países, vem sendo estudado para elevar para uma gravidade no mesmo nível de ciberterrorismo. Precisamos de uma força-tarefa dedicada ao combate ao crime organizado digital, porque alguém precisa pegar o bandido também – é lógico que a gente prepara o preventivo, as proteções, mas, se há alguém atacando a todos, e não formos atrás de quem está atacando, efetivamente nós temos o próximo ataque acontecendo amanhã, depois de amanhã, na próxima semana, isso não vai parar –, e da realização de uma campanha pública educativa efetiva à população, porque esse cidadão mais esclarecido também se protege mais, também faz a denúncia, também consegue ser aquele que olha e identifica a atividade suspeita para poder reportar a um canal da força-tarefa e colaborar para que a gente possa ter efetividade em prender quem está realizando esses ataques.

Já foi passada essa parte da fundamentação legal pelo meu colega Dr. Carlos Bruno. Então, eu vou passar rapidamente. A legislação já tem a previsão efetiva na parte cível e no compromisso de que instituições públicas e privadas devem cumprir com a lei, devem reportar à ANPD. A ANPD vem fazendo um trabalho excepcional, mas também precisa de recurso; também precisa de orçamento; precisa estar posicionada como órgão central de fiscalização e interpretação da legislação; precisa ganhar mais espaço em 2022, para efetivamente realizar o quê? A ANPD precisa efetivamente realizar a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dra. Patrícia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Sim, vou fechar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dra. Patrícia, só vou interrompê-la um minuto, só um segundo. É porque a tela não está tendo uma sequência, o controle está com a senhora. Então, a senhora está falando, e a apresentação não está seguindo.

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Ah, não? Então, espere aí. Deixe-me ver por que não passou, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Isso.

A sua exposição está excepcional, muito clara; uma leitura muito abrangente e profunda do que estamos...

Isso. Aí, sim.

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Essa tela aqui, agora, apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Isso, agora, sim.

A senhora tem o controle, pode dar sequência. Perdoe-me a interrupção.

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Ah, sim, que pena. Achei que estava mudando a tela, mas muito obrigada, Senador. Nós aqui no remoto temos essa problemática de não saber de tudo que está se passando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Olha, doutora, há um termo que não faz parte da Língua Portuguesa ainda, mas que nós precisamos colocar no dicionário que é a "solucionática". (*Risos.*)

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Concordo, concordo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – A problemática nós temos; agora, é a "solucionática".

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – A "solucionática", concordo.

Aqui, temos aquela tela resumo, fazendo o nosso dever de casa, com algumas sugestões importantes.

E, passando, então, essa parte que seria o embasamento legal já previsto pela Lei de Proteção de Dados, que já requer e exige que as instituições estejam em conformidade, mas precisamos auxiliá-las a ficarem em conformidade. A lei já trouxe a exigência. A questão agora é o plano de ação e o que eu quero comentar como conclusão da minha fala, viabilizarmos principalmente a fiscalização. E é uma fiscalização orientativa, pró-ativa, que pega pela mão e ajuda as instituições dentro de um ciclo de monitoramento, para iniciar em janeiro.

Logicamente, agora também temos o Conselho Nacional de Proteção de Dados, constituído com os conselheiros titulares, para também apoiar um trabalho evolutivo da legislação junto com a autoridade e também com relação ao trabalho educativo. Temos uma lei nova que ainda precisa ser muito mais orientada, precisa de um plano de ação para conseguir ser concluída a sua implementação e a fiscalização, porque isso vai apoiar para que a gente consiga ter visibilidade do grau de maturidade dos programas de proteção de dados que estão ainda em implementação nas diversas instituições públicas e privadas, mas devemos já ter um olhar para os setores críticos. Então, precisamos olhar para os setores críticos – saúde, água, energia, financeiro, nuclear, transporte, telecomunicações e a própria administração pública – a serem priorizados, para termos aí um caminhar para 2022, de forma a conseguir alcançar um estágio de segurança digital do Brasil que possa proteger mais o cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concluo aqui a minha fala. Agradeço a oportunidade. Já deixei esse material também, foi enviado para ser compartilhado para todos. Fico à disposição para responder dúvidas aqui de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dra. Patrícia, muito obrigado pela gentileza.

Gostaria de saber se a senhora disponibilizaria essa apresentação para os nossos telespectadores e telespectadoras interessados em acompanhar. Nós temos vários profissionais da área de tecnologia da informação que estão agora conectados e que têm enviado aqui, inclusive, as suas sugestões e as perguntas. Se a senhora nos permitir, há até um *e-mail* da senhora, por exemplo, aquela primeira apresentação. Não é isso? Nós temos o contato, se a senhora permitir, e as pessoas solicitarem essa apresentação.

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Sim, perfeito, Senador, claro. Está autorizado, sim, compartilhe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Está bem. Então, já está disponibilizado na página aqui? (*Pausa.*)

Está ótimo.

Então, já está disponibilizado àqueles que quiserem acessar informações da Dra. Patrícia, inclusive eu. Há algumas exposições ali que podem embasar um trabalho nosso aqui no Senado de ampliação. Por exemplo, quanto à essa questão inclusive que foi sugerida pelo Dr. Carlos, da Convenção de Budapeste, se cabe ao Congresso, então é dever nosso já buscarmos uma solução para que seja aprovado o mais rápido possível. E, dentro do que a senhora colocou, para a ampliação e a modernização da legislação brasileira, e nós contamos com o apoio da OAB no sentido de também colaborar.

Muito obrigado, Dra. Patrícia, pela exposição.

Eu convido o Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, que é Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que tem hoje a responsabilidade, uma grande responsabilidade, pelo que as senhoras e os senhores estão acompanhando, num novo tempo. É interessante, Dr. Waldemar, que, quando nós falamos... Eu fiz a abertura aqui da nossa audiência pública citando os grandes e vários efeitos do vazamento de informações e dos ataques cibernéticos. Começa de uma maneira simples em que, por exemplo, um aposentado do INSS tem seus dados vazados e começa a ter a vida infernizada por ofertas de crédito consignado. É um problema sério.

Eu mesmo já me deparei, antes da minha vinda para o Senado, com empresas especializadas em fornecer dados das pessoas aposentadas do INSS. Esses dados vêm de algum lugar. E a legislação brasileira hoje dá conta de punir, inclusive, servidores públicos que facilitem o vazamento.

Mas nós vamos subindo... A escala de ameaças é muito grande. Eu citei aqui, de forma hipotética, mas importante, que hoje o conceito no mundo não é um conceito de guerra; o conceito é de defesa. Como os países já têm suas fronteiras delimitadas... O Brasil, por exemplo, é um País que não tem nenhum tipo de problema fronteiriço. A nossa relação com os vizinhos é muito pacífica há séculos. Mas, no mundo, os dados hoje valem muito dinheiro. A questão não está mais nas terras, mas está nas informações, que podem ser sequestradas e que valem muito dinheiro para as quadrilhas especializadas no exterior. E essas ameaças vão desde aquelas feitas no âmbito particular, como disse a Dra. Patrícia, como o roubo de um celular, como o fato de uma pessoa se passar por qualquer um de nós e fazer compras no cartão de crédito, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ameaças a aeroportos, no controle das informações, a ameaças ao sistema de controle aéreo nacional, a ameaças na questão da distribuição de energia e de vacinas.

Então, Dr. Waldemar, nós estamos diante de um novo tempo. Eu diria, quando muitas pessoas dizem que o mundo vai acabar, que o mundo acaba todas as vezes que nós somos desafiados a nos modernizar e a viver uma nova etapa.

A palavra está com o senhor, por favor, Dr. Waldemar.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de a ANPD mostrar o seu trabalho. Quero parabenizá-lo por trazer este tema importantíssimo ao debate.

Desde o momento em que saiu a nomeação da ANPD, a divulgação de vazamentos foi cada vez maior, mais incisiva, com megavazamentos. O vazamento de 220 milhões de dados pessoais é, praticamente, o de toda a nossa população brasileira. Essa é uma preocupação não apenas da ANPD, do Senado, do Governo; acho que é uma preocupação extremamente elevada de todos os brasileiros. É uma invasão da nossa privacidade, é uma exposição dos nossos dados, o que nos afeta de forma bastante direta, o que é preocupante.

A Lei Geral de Proteção de Dados, na sua aprovação, já traz uma tranquilidade. Como o nosso amigo Carlos Bruno expôs, é uma lei bastante moderna, de bastante complexidade. São 65 artigos que ainda têm que ser analisados pelas empresas. Nós estamos em um processo educativo, em um processo de mudança de cultura necessário para o País. Eu acho que não só os setores, mas os próprios titulares de dados têm que entender quais são os seus direitos, quais são os riscos que eles correm normalmente quando disponibilizam dados sem analisar por que a empresa está pedindo aquilo. O próprio procurador citou que hoje a nossa ideia de minimização é importante. É importantíssimo nós buscarmos essa cultura em termos de proteção de dados.

Se nós analisarmos... No dia 19 de janeiro, quando a ANPD tomou conhecimento através da imprensa do grande vazamento, através até da descoberta pelo laboratório da PSafe, mesmo com uma estrutura precária – na época, nós não tínhamos nem 20 servidores –, nós já entendemos que tinha que haver uma ação conjunta. A ANPD não vai conseguir mudar esse cenário de forma isolada. Então, nós já notificamos a Polícia Federal, para dar início à apuração. E já articulamos com o NIC.br, com o CERT.br, com os diversos setores do Governo, para que, com sua *expertise*, possam nos ajudar a determinar quem são os controladores que, por algum motivo, deixaram que esses dados fossem vazados. Firmo bem a responsabilidade do controlador de dados. Ela é importantíssima. Quando ele assume os dados de um titular, a responsabilidade pelo sigilo e pela manutenção passa a ser toda do nosso controlador.

Sabemos que é um caminho longo esse de cultura, mas é algo que vamos ter que percorrer.

A ANPD tem um caráter hoje de normatizar e de fiscalizar. Então nós somos reguladores, nós somos fiscais. Sempre nós buscamos, com as melhores técnicas, com as técnicas mais modernas... Já que somos um órgão que mal completamos um ano, tivemos, então, a vantagem de buscar o que há de mais moderno e de colher todos os bons exemplos de outras agências reguladoras e – por que não? – das autoridades de outros países. Então, nós nos aproximamos de outras autoridades, vimos quais eram os procedimentos, selecionamos o que era mais adequado à Autoridade e passamos a atuar no nosso cenário nacional.

Quero deixar claro que, no setor privado, no setor público, nós temos o mesmo tratamento em termos de fiscalização ou em termos de sancionamento. A única diferença é que não faz sentido uma punição pecuniária ao setor público, porque isso significaria tirar de um bolso para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

colocar em outro. Mas o tratamento tem sido bastante incisivo e bastante pontual em cima de todas as denúncias, de todos os comunicados de vazamentos que a Autoridade tem recebido.

Quando do caso típico que nós tivemos em maio, quando se divulgou o compartilhamento de dados entre o Facebook e a empresa WhatsApp, nós entendemos que não era apenas a ANPD que deveria atuar nesse caso, montamos o que chamamos de "quarteto", juntando a ANPD com o Ministério Público, com a Senacon e com o Cade, e passamos a atuar de forma conjunta. Acredito que todos foram unânimes em ver que os resultados foram melhores para todas as partes, para os quatro órgãos, para os titulares de dados e para as próprias empresas, porque, vamos dizer, era uma conversa única, e não precisávamos ficar repetindo a mesma conversa com os órgãos.

Então, essa forma de atuação, em que nós passamos a estabelecer acordos de cooperação técnica que agilizam essas ações, mostrou-se bastante eficiente e foi a nossa prática desde então. Temos utilizado esses acordos para, em qualquer vazamento, agilizar essa comunicação, agilizar, vamos dizer, as medidas mitigadoras de qualquer vazamento. Eu lembro que, em qualquer vazamento, o controlador, pela Lei Geral, comunica à Autoridade, entra em contato com os titulares de dados afetados.

Então, são regras já estabelecidas na própria lei, e é encargo da ANPD fiscalizar o cumprimento dessas regras. Então, em todos os casos que nós recebemos, nós estabelecemos um início de processo. Em função desse processo, passamos a abrir esse diálogo com a empresa, pois nós temos que ter as informações necessárias para tomar as nossas medidas quanto à aplicação ou não de sancionamento, sabendo qual o nível de comprometimento que a empresa teve nos diversos casos.

Lembramos que invasão sempre vai ocorrer. Se nós melhoramos a nossa tecnologia para a proteção, o criminoso também melhora a sua tecnologia de ataque. Preocupa-nos, no próximo ano, com a entrada do 5G, a velocidade... Tudo que vai ocorrer em termos de compartilhamento de dados, de transmissão de dados, vai ser acelerado de uma forma extremamente elevada. Então, com o 5G, ações em que levávamos horas, vamos executá-las em minutos. Essa parte é boa para nós, mas também o é para o cibercriminoso, pois, rapidamente, ele consegue copiar e extrair informações, de forma ilícita, de bancos de dados.

Vemos que é bastante importante essa conversa com o setor. Os setores têm que montar guias de boas práticas. Muitos ataques, muitos vazamentos são direcionados por falta de uma política eficaz de segurança. O controlador tem que entender a sua responsabilidade quando um dado é vazado. A ANPD vai atuar em cima do controlador. É importante o controlador usar dessa política boa de governança, mas também investir em tecnologia. Um dado que tem o seu vazamento, mas que estava criptografado, anonimizado ou pseudoanonimizado... Essas são técnicas que fazem com que o dado se torne inútil ao invasor, por ele estar de uma forma não clara. Isso são importantes medidas que até inibem esses ataques.

Então é muito importante que os diversos setores vistam essa camisa de proteção de dados e não façam planos só para atender algo que está na LGPD, algo que foi colocado em algum guia de orientação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tem que ser entendido que os dados estão sob sua responsabilidade e ele vai responder por qualquer incidente de dados.

Nós vemos extremamente importante o envolvimento da sociedade e do Governo em medidas que dificultem esses incidentes de dados, em medidas mitigadoras. Então, como efetivar? Detectar e identificar rapidamente qualquer atividade de incidente de dados; desenvolver estratégias de investigação e resposta; estabelecer canais de comunicação cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vez mais confiável; fornecer aviso prévio à sociedade e a comunidades afetadas – então, o titular tem que saber que os seus dados tiveram algum tipo de incidente –; fornecer e notificar instituições e comunidades de segurança sobre potenciais problemas; efetivar uma resposta coordenada à atividade. Então são diversas ações que nós vemos como ações que vão minimizar o incidente de dado e vão mitigar riscos.

É importantíssimo que o controlador, que não tinha essa preocupação antes da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, onde ele sempre queria ter cada vez mais dados para, de alguma forma, comercializar e ganhar dinheiro com este bem preciosíssimo que nós temos hoje que são os dados pessoais... Hoje menos é mais. Então é importante que a empresa, que os setores, que os órgãos tenham apenas aqueles dados que lhes serão necessários. Aquilo que não é necessário deve ser eliminado e não deve ser, inclusive, coletado.

Senador, essa é a mensagem que nós deixamos, esse é o trabalho que a autoridade vem exercendo neste um ano. Esperamos que, no próximo ano, já consigamos alterar a nossa natureza jurídica para uma autarquia independente. Isso nos dará celeridade na nossa atuação, isso nos dará uma forma de aumentar a nossa robustez física para o grande encargo que nós temos do tamanho do Brasil.

Eu lembro que, quando nós olhamos diversas agências de regulação no Brasil, essas agências têm um foco, seja na área de saúde, seja na área de energia, seja na área de educação. A nossa autoridade tem uma visão bastante transversal, uma missão bastante transversal, em que qualquer cidadão, quando sua digital, sua face é recolhida por uma farmácia, por exemplo, ele já aciona a autoridade se sentindo de uma forma molestado. Então, esse é o nosso trabalho.

Nós temos uma estrutura pequena, porém atuante. Temos coletado sempre isso através de pesquisas, através do nosso canal de comunicação, em nossa ouvidoria, no nosso *site*, anpd.gov.br.

E nos colocamos à disposição, Senador, para qualquer questionamento. E os nossos contatos estão já autorizados a serem liberados para receber qualquer tipo de indagação, de questionamento, de sugestão.

Muito obrigado pela oportunidade de a ANPD expor o seu trabalho nessa área tão importante no momento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado ao Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, que é o Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Mas, Dr. Ortunho, antes de passarmos a palavra ao nosso técnico, o Sr. Emilio Simoni... É "Simôni" ou Simoni? Aí ele vai nos dizer com clareza qual é a... Eu acredito que é do italiano e deve ser "Simôni", não é? Mas é isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Então, *grazie mille!* Não errei aqui, não é? (*Risos.*)

Mas eu gostaria que o senhor, Dr. Waldemar, respondesse a uma pergunta lá do Jefferson Venâncio, da Bahia. Ele pergunta assim: "Senador Carlos Viana, eu gostaria de entender o que está acontecendo no País sobre esse assunto. No meu aparelho celular tem ocorrido certa invasão de informações". O que está acontecendo, Dr. Waldemar? O senhor concorda com a Dra. Patrícia? Ela abriu aqui a exposição dela de uma maneira excepcional, dizendo que 2021 é o ano do apagão de dados no Brasil. O senhor concorda com isso? O que está acontecendo? É a pergunta do Jefferson Venâncio, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Algo que nós temos que trabalhar de uma forma bastante focada é como estão sendo feitos esses compartilhamentos. Se nós olharmos a nossa Lei Geral de Proteção de Dados, hoje o grande diferencial da nossa lei são bases legais. Então, é o que nós temos sempre questionado às empresas: baseado em que você está compartilhando dados. Foi o primeiro caso aí, do WhatsApp e do Facebook, quando eles falaram em compartilhamento. Aí nós fomos buscar qual é a base legal que eles estavam utilizando, se era consentimento, legítimo interesse ou algo do tipo.

Então, na área de telefonia, a própria Anatel já tem algumas novidades, como o Não Me Perturbe, mas, de forma geral, em qualquer compartilhamento de dados o cidadão tem que ter autorizado ou ter, de alguma forma, consciência disso. Aquela parte que nós falamos que é muito importante, Senador, de educação, ela é exatamente para isto: quando o cidadão entra em algum *site* que tem uma palavra "aceitar", ele não busca ainda aquela... o que ele está aceitando. Ele simplesmente, por pressa e comodismo, aceita, e depois ele vai ver que não devia ter aceitado de uma forma tão rápida assim. É essa cultura.

Nós estamos buscando, através desses diversos acordos de cooperação... Lançando cartilhas... Então, com a Senacon já lançamos cartilhas, já lançamos com o NIC.br. Já estamos numa fase... O ano que vem é um ano eleitoral, então, com o TSE, nós firmamos um acordo em que nós estamos produzindo cartilhas, juntamente com o TSE, para partidos, coligações, eleitores, candidatos. Então, acho que é extremamente importante.

E uma outra ação que nós estamos fazendo, por exemplo, é junto ao MEC. Nós entendemos que isso aqui é um problema que acontece cada vez mais cedo na nossa vida. Então, queremos entrar nas escolas, desde os primeiros anos, mostrando ao estudante o risco que ele tem quando ele compartilha, a responsabilidade que ele tem com seus dados pessoais, que é algo extremamente importante, de extremo valor e em que todas as empresas estão de olho e voltadas a isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Dr. Waldemar.

Eu passo a palavra, então, agora...

Primeiro, quero agradecer também a todas as perguntas que estão chegando aqui, da Elisa Valadão, de Minas Gerais; Lílian Chagas, do Rio de Janeiro; Daniella Carvalho, aqui de Goiás; William Silva, do Distrito Federal. Nós vamos buscar respondê-las após a nossa última participação, e eu convido você que está acompanhando a mandar a sua pergunta pelo www.senado.leg.br/ecidadania – "leg" de Legislativo –ou ligar para o 0800-0612211. A sua participação é importante.

Passo, agora, para a exposição do Emilio Simoni, Executivo-Chefe de Segurança da PSafe, a empresa que, inclusive, denunciou o vazamento de dados dos brasileiros em 220 milhões, pelo menos o que foi divulgado.

Emilio, um bom dia a você.

Eu já abro com uma pergunta que eu gostaria que você incluísse na sua apresentação: tivemos, realmente, o vazamento de 220 milhões de dados de brasileiros, individuais, e estrangeiros? Como isso ocorreu? E, naturalmente, esses dados já foram mapeados, estão sendo usados de alguma maneira?

A sua exposição, por favor.

Muito obrigado, Emilio.

O SR. EMILIO SIMONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria começar aqui, agradecendo pela oportunidade de falar numa mesa tão bem gabaritada. Todos os companheiros aqui hoje falaram brilhantemente, previamente, de forma que vai ser um grande desafio agora expor alguma informação nova, e parabenizar também pela iniciativa, afinal, tão importante ou mais do que a tecnologia é a conscientização, esse movimento de informar as pessoas.

Com relação aos vazamentos, infelizmente, aconteceu. A PSafe o identificou no início do ano, por um dos nossos sistemas de indexação. A gente monitora 24 horas por dia vários fóruns de cibercriminosos, onde esses dados são comercializados, vendidos. Também monitoramos redes sociais, dados indexados por *sites* de busca, e aí, no início do ano, a gente identificou uma oferta de venda desses dados de 220 milhões de brasileiros, além de dados de veículos, dados de empresas, e um dos nossos pesquisadores que estavam infiltrados nesses fóruns iniciou uma conversa com esse cibercriminoso, passando-se por um possível comprador, para que ele pudesse fornecer amostras do que ele estava alegando que seria vendido. Assim que a gente recebeu essas amostras, a gente verificou a veracidade delas e, de bate-pronto, notificamos a ANPD. Tivemos algumas interações, inclusive, com o Dr. Waldemar e com outros profissionais da ANPD, que atuaram prontamente na investigação.

A partir desse momento, esse caso teve uma grande repercussão, de forma que o cibercriminoso ficou preocupado com as ações da lei em cima disso e acabou se afastando desse cenário de cibercrime e parou de responder nossos pesquisadores, parou de anunciar a venda, mas esses dados foram expostos. Eles forneceram o que a gente chama de *samples*, que são exemplos, amostras do conteúdo vazado, que continham dados completos das pessoas: nome, parentesco, situação financeira, enfim, uma série de informações extremamente graves, porque esses dados podem ser utilizados para outros golpes, de que eu vou falar daqui a pouco numa apresentação, embasando tudo em que esses dados podem ser utilizados.

E tivemos, depois, outros grandes vazamentos, que foram alertados também pela PSafe, e outros em abril, com dados que, supostamente, vieram de operadoras. Esses dados também foram pegos por pessoas infiltradas nesses fóruns de cibercrime.

Agora, mais recentemente, nosso sistema de indexação identificou um *site* na internet onde um cibercriminoso agregou os dados de vários serviços de *streaming* e telefonia numa base única e utilizava isso para consultar por nome, por CPF, por telefone, por endereço e, provavelmente, isso era utilizado num painel de consulta, que é um serviço que o cibercriminoso vende para outros cibercriminosos, em que as pessoas interessadas procuram por pessoas com um perfil específico – ou uma renda alta, ou um grau de instrução, ou eles passam CPF ou nomes para receberem informações completas.

Então, resumindo a minha resposta, infelizmente, sim, houve o vazamento e ele é muito, muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Emilio, primeiro, seria interessante também nós explicarmos como a PSafe trabalha. Como vocês se organizam nessa questão de proteção de dados, quer dizer, vocês trabalham para as empresas, vocês fazem uma segurança, vamos dizer, privada desses dados do sistema?

Por favor, coloque para a gente entender com clareza qual é o trabalho da empresa.

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Certo.

A PSafe é uma empresa nacional, é uma empresa brasileira. Hoje, a PSafe é a proteção *mobile* mais usada no Brasil para celulares Android, IOS. Então, a gente tem uma vertical, que é um produto para pessoa final, é um antivírus gratuito. Qualquer um pode entrar no Google Play, na Apple Store e baixá-lo sem custo nenhum, e ele passa a proteger o seu celular. E a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma vertical corporativa, pela qual a gente leva tecnologia de ponta para as empresas que querem soluções contra incidentes de cibersegurança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Sim.

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Isso tudo, baseados muito mais no cenário brasileiro e com um valor mais acessível do que empresas estrangeiras, que hoje chegam cobrando em dólar, tornando inacessível para os consumidores nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – O.k.

Agora, você nos colocou, então, que o vazamento existiu, mas que quem estava disposto a vender, ao ser denunciado, pelo menos, de que esses vazamentos haviam acontecido e que os dados estariam disponíveis, a partir disso, houve uma retração, não houve a comercialização dos dados. É isso?

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Houve a comercialização, eles estavam sendo vendidos há um bom tempo pelo cibercriminoso, pela quantia de US$30 mil à época, e isso ficou sendo ofertado num *site* da *deep web* e, depois, na *web* normal, em que qualquer um poderia ter acesso se a pessoa conhecesse esses fóruns de venda de dados, de cibercrime.

A gente não sabe dizer quantas vendas ele efetivou. A gente sabe que ele teve contato com várias pessoas. E ele nos mandou alguns exemplos de dados, pelos quais foi possível confirmar a veracidade desses dados, mas não foi possível afirmar com certeza qual foi a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dr. Waldemar, eu tenho aqui uma pergunta da Ana Cristina, lá de Pernambuco, que diz o seguinte: "Quem vazou os dados de milhões de brasileiros?". (*Pausa.*)

Vamos abrir o áudio, por favor, do Dr. Waldemar. (*Pausa.*)

O.k.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Opa! Está aberto.

Nós acionamos, no primeiro momento, a Polícia Federal; pedimos também à PSafe. A Polícia Federal chegou a dois criminosos, um de Uberlândia, outro de Petrolina. Teve uma apreensão de 4TB de dados, que ainda estão sendo periciados.

A nossa ação sempre vai ser no controlador. Então, nós temos que ter... Quem possibilitou esse vazamento?

Sempre, para a ANPD... O nosso poder sempre é na área administrativa, a área penal seria com a Polícia Federal. Então, nós estamos aguardando a conclusão desse inquérito, que pode levar a uma resposta ou não. Nós acreditamos que, pelo volume, esta coleta é resultado de anos e de diversos vazamentos. Então, acreditamos que haverá alguma dificuldade em se obter esses nomes. Mas é um encargo que nós estamos aguardando ser concluído.

O Brasil, eu acho que precisa de um centro de tratamento de dados, um centro que consiga antecipar... A ANPD, como autoridade, vai resguardar o direito do cidadão, mas ela não tem esta missão de impedir o vazamento de dados. É algo que eu afirmo com certeza que sempre vai ocorrer; sempre nós temos que ter ferramentas que mitiguem esses impactos de incidentes de dados, com uma atuação bastante próxima aos diversos setores, com ferramentas cada vez mais úteis. Mas quem vazou os dados? É uma pergunta para a qual nós ainda estamos sem respostas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dra. Patrícia, tenho aqui uma pergunta... Na verdade, é uma exposição, um posicionamento da Daniella Carvalho, de Goiás. Ela diz o seguinte: "Esse tipo de ocorrência demonstra a completa ausência de atividade fiscalizadora e eficácia da LGPD".

A senhora concorda, Dra. Patrícia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Daniella. Obrigada pelo questionamento.

Nós já temos, sim, várias iniciativas de fiscalização da LGPD pela própria ANPD e também pelos convênios realizados pela ANPD com a Senacon e com outros órgãos, não é? Vimos aí a atuação já do Ministério Público e do Idec.

É o suficiente o que já está sendo realizado? Não, não é o suficiente. O Brasil é imenso, não é? E nós temos uma legislação recém-iniciada, vigente, em que foi permitida a aplicação de multas de agosto para cá. Então, o que a gente observa desse contexto todo é que precisamos investir mais para alcançar um nível maior, fiscalizatório, mas existe um passo antes. Vamos fiscalizar, vamos identificar o grau de desconformidade com relação à legislação.

Mas aí eu volto ao ponto que eu já comentei: a política pública para apoiar as instituições para estarem em conformidade. Como vamos conseguir viabilizar também uma atuação de combate a essas quadrilhas? Então, de um lado, é como eu ajudo a implementar o plano de conformidade a partir da identificação, na fiscalização, dos *gaps*, o que está faltando, e, do outro, é também como vamos atrás efetivamente dessas quadrilhas para que elas não sintam que está tão fácil assim, atacar e cair no mato e sumir, e depois nada acontece, que é essa necessidade de identificação desses infratores, provavelmente com uma força especial, uma força-tarefa criada, dedicada, com foco de atenção e com um orçamento apropriado para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Obrigado, Dra. Patrícia.

Emilio, você tem uma apresentação numa sequência, não é isso? Eu pergunto se gostaria de continuar, por favor, a exposição.

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Gostaria. Vou compartilhar a minha tela aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Todos estão vendo minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Sim.

O SR. EMILIO SIMONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Certo.

Então vou focar um pouco nesses últimos dois anos, que foi um período em que, junto com a pandemia que nós tivemos, veio a ciberpandemia*,* que foi um crescimento muito grande, desproporcional de ciberataques, em parte pelos cibercriminosos brasileiros serem muito oportunistas e aproveitarem o momento; por outro lado, as pessoas sendo forçadas a trabalhar em *home office,* onde, muitas vezes, elas não têm o mesmo nível de proteção que elas teriam na sua empresa, não têm a proteção de perímetro equivalente à que elas teriam no seu trabalho no dia a dia.

Vou falar um pouco de algumas notícias do tema, que já foi muito bem abordado pelos companheiros que falaram previamente. Então vou passar rapidamente.

A PSafe, através da sua indexação, identificou este ano três grandes megavazamentos. O primeiro deles foi em janeiro, em um fórum de cibercriminosos, onde foi anunciada a venda de uma base com dados de 223 milhões de brasileiros, 40 milhões de CNPJs, além de informações de veículos. Um mês depois, um dos nossos perfis infiltrados identificou um outro cibercriminoso vendendo dados que supostamente eram de operadoras de telefonia, duas operadoras de telefonia, que também continham dados pessoais, dados de endereço, perfil de telefone, perfil de conta, dados de contato. E agora, há menos tempo, nosso sistema identificou um *site* na internet, também através da indexação contínua, um *site* que permitia consultar nome, telefone, CPF, endereço. E por trás desse *site,* a gente identificou que havia uma base de dados da maioria das operadoras brasileiras – pelo menos o nome das bases era o nome das operadoras – e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

duas empresas de *streaming* de TV, de forma que retornavam dados extremamente ricos em informação.

Fora essa questão, a gente percebeu que os cibercriminosos vêm criando bases enriquecidas que não são de uma única fonte. Eles vêm cada vez mais acumulando informações dos brasileiros e vendendo isso através de painéis de consulta, que são serviços do cibercrime, em que eles vendem consulta como se fosse, por exemplo, uma consulta de crédito de uma empresa, que é vendido hoje. Eles vendem consultas informativas, em que eles recebem o nome de uma pessoa, um CPF, ou um telefone, ou um perfil socioeconômico, e eles retornam essas informações para a pessoa que quer consultar.

O movimento que a nossa área de inteligência percebeu aqui na PSafe é que muitos vazamentos não vêm de hoje, eles vêm de dois, três anos atrás. E o cibercriminoso, percebendo que ia entrar em vigor a legislação com multas com relação ao vazamento de dados, a incidentes, ficou guardando esses dados vazados que eles conseguiram em anos anteriores para este ano, com a lei entrando em vigor e ele tendo um poder de barganha muito maior com relação à extorsão das empresas. Então, eles contactavam empresas, mostravam que estavam de posse desses dados que foram obtidos recentemente, ou então algum tempo atrás, solicitando o pagamento de valores altíssimos para que esses dados não fossem divulgados, não fossem vendidos ou divulgados de forma gratuita, gerando, assim, prejuízo para a empresa. Isso apareceu muito forte este ano, mas os dados já são acumulados há pelo menos dois anos.

Falando de vazamento de dados de forma mais geral, como foi exposto previamente, isso não é algo específico do Brasil; isso é uma crise mundial de vazamento de dados. Está havendo uma atividade muito grande de cibercriminosos.

Hoje a gente sabe que os dados são o novo petróleo, são o novo ouro, porque os dados têm um valor intrínseco muito grande. E de onde é que vem esse valor? Hoje, de posse dos seus dados pessoais, o cibercriminoso pode pegar um empréstimo no seu nome, pode abrir uma conta digital, pode tentar clonar o seu WhatsApp e se passar por você. Imagina ele instalar um número de WhatsApp com a sua foto, um número novo. Ele sabe quem são seus parentes, então ele cadastra um parente seu e contacta-o falando que é você. Ele vai provar que é você, falando coisas que normalmente só você saberia, como seu endereço, quem são seus parentes, onde ele está, e aí vai simular uma situação de emergência, pedindo pagamento de conta ou empréstimo. Então esses dados, essa abundância de dados é um prato cheio para o cibercriminoso aplicar golpes.

A PSafe vem indexando esses dados que são ofertados por cibercriminosos ou são disponibilizados em fóruns de criminosos, redes sociais, em várias fontes da internet já há alguns anos. Quando a gente pega algo em que a gente consegue identificar a fonte, em que há alguns indícios, a gente contacta a ANPD para informar o que foi identificado. A gente também contacta as pessoas impactadas, as empresas impactadas, quando a gente tem um indício de qual é a fonte, um indício seguro da fonte para dizer.

E depois, quando a gente vê que esse vazamento está impactando a população brasileira de forma geral, a gente acaba criando um relatório de impacto e fornecendo esse relatório para que os veículos possam conscientizar a população. É daí que vêm essas notícias falando de vazamento de 220 milhões, vazamento de 110 milhões. O mais recente tinha dados de mais de uma fonte, do mesmo CPF, chegando a 400 milhões de informações.

Quando a gente fala de dados indexados pela PSafe hoje, é a maior base mundial de dados indexados de vazamento de dados, que seriam um *e-mail* e algo anexado a esse *e-mail*, ou uma senha, ou um *hash* de senha, ou outros dados de localizações que podem estar atrelados a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e-mail, sendo que, desses dados todos, mais de 1 bilhão são de empresas ou população brasileira, são dados que têm um domínio .br atrelado a eles. Então, esse é um impacto que afeta diretamente a população brasileira.

Quando a gente fala em prejuízo, quando a gente mapeia um pouco mais os ataques, aqui no Brasil, além de haver uma diversidade e uma quantidade de ataques muito grande, o que torna o nosso combate ao cibercrime um grande desafio é que o brasileiro tem uma criatividade excepcional, e assim como isso é utilizado para o bem, isso acaba sendo também utilizado para o mal. Então, a gente tem roubos de identidade, a gente tem ataques de *ransomware,* que geraram, nos últimos anos, mais de US$6 trilhões de prejuízo, o que é maior do que o PIB de muitos países hoje.

Ataques direcionados a empresa brasileira cresceram 60% no último ano. Baseado nas empresas que acessaram nosso sistema de consulta de dados vazados, a gente sabe que quatro em cada cinco empresas que checaram por dados vazados, infelizmente, tiveram dados vazados. Isso não quer dizer que a empresa em si teve uma vulnerabilidade. Muitas vezes, o colaborador utiliza o *e-mail* corporativo para se registrar em serviços de terceiros, e acaba que esse serviço de terceiro é comprometido, e a mesma senha que ele utilizou ali é a mesma senha que ele usa na VPN, no *webmail.* Então, o reaproveitamento de senha é um grande problema hoje que a gente enfrenta, e isso acaba abrindo brecha para o cibercriminoso.

A gente já teve previamente citados os casos que envolveram o Governo esta semana, em que a quadrilha responsável pela invasão comentou que foram utilizados usuários e senhas expostos na internet. Então, é realmente importante esse monitoramento, essa conscientização, saber o que foi vazado, o que está ativamente funcionando, logando na "infra" das empresas, para que possam ser tomadas medidas como alteração de senha, utilização de segundo fator de autenticação, que é algo extremamente importante.

Falando um pouco mais da diversidade de golpes, a gente tem o tratamento de dados, a engenharia social, que abarca muitos ataques, ataques de *malware*, espionagem industrial, *call center* falso, que é um golpe que nasceu no Brasil, assim como clonagem de WhatsApp, que nasceu no Brasil também e é um golpe muito focado no Brasil. Há sequestro de mídias sociais, chantagens, ataque de "sextorção", que é um golpe muito covarde, é um golpe que tem um peso muito grande na vítima, assim como perfis falsos, que criam uma dependência sentimental na vítima, golpes de falsa vaga de emprego; são golpes extremamente perversos. Golpes focados em IOT vão crescer de forma exponencial no ano que vem, com o advento do 5G, assim como outros golpes em cima de cartão de crédito, etc.

E os golpes, quando a gente fala de Brasil, têm muitos canais. Ao contrário do que a gente vê fora do Brasil, em que os golpes chegam via *e-mail*, via SMS, aqui, no Brasil, a gente também tem uma diversidade. E é muito comum, aqui, no Brasil, os roubos e golpes virem via redes sociais.

O cibercriminoso sabe qual é o perfil de vítima que tem maior propensão a cair no golpe. Então, ele não vai mandar um golpe para alguém que trabalhe com TI, por exemplo. Ele vai numa rede social, ele cria um perfil falso, ele utiliza mecanismos de propaganda incentivada para levar o golpe a pessoas que ele sabe que vão cair. Aí você pode customizar qual é o público alvo da sua propaganda. Na verdade, essa propaganda é um *site* falso de banco, é uma falsa premiação, é um *site* falso de *e-commerce,* principalmente na época de *black friday*. Este ano, por exemplo, a gente teve um crescimento de mais de 10% no número de golpes se comparados à *black friday* do ano anterior, que já teve também um crescimento muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se eu pudesse aqui falar de algumas dicas rápidas, seria: não existe jantar gratuito. Desconfie do que chega prometendo algo que é bom demais para ser verdade: um celular que custa R$5 mil numa loja, chegou um *link* prometendo por R$500; uma televisão de 60 polegadas chegando por R$500; ou fala para você compartilhar com dez amigos que você vai receber gratuito.

Isto também é algo interessante, que nasceu no Brasil, em 2016: o cibercriminoso utilizar a vítima como vetor de disseminação de golpe. Então, chega um golpe para a vítima via rede social ou via aplicativo de mensagem ou *link* falando para vítima: você vai ganhar uma TV, uma vaga de emprego, mas, para isso, você tem que mandar esse *link* para 10 pessoas ou para 5 grupos, etc. Então, você imagina como esse golpe cresce: eles mandam esse golpe, inicialmente, para 10 pessoas, que passam para 100, que passam para 10 mil, 100 mil. Daí que surgem esses números que muitas vezes a PSafe fala na mídia: golpe de vaga de emprego, houve 300 mil bloqueios; golpe envolvendo *black friday,* com 100 mil bloqueios.

Ano passado, a gente teve um golpe recorde, que foram golpes que prometiam a liberação do auxílio emergencial. Foram golpes oportunistas, aproveitando o momento do brasileiro, em abril, em março, que chegaram a 20 milhões de bloqueios. É um número assustador. É um tipo de golpe que chegava para as vítimas prometendo liberar o auxílio emergencial, sendo que o Brasil já estava em crise naquele momento com relação a muitas pessoas em situação de vulnerabilidade. A pessoa, achando que iria liberar o auxílio emergencial, pegava aquele *link* malicioso e mandava para 10 pessoas, colocava seus dados pessoais como CPF, endereço, parentesco, etc. Então, acabava ainda caindo em outros golpes, e, no final, a gente teve golpes com números estratosféricos, chegando a 20 milhões de bloqueios.

Falando um pouco mais deste ano, o que a gente tem hoje é a ciberpandemia de *ransomware*. São ataques de *ransomware* acontecendo cada vez mais. Por que esses ataques de *ransomware* têm crescido tanto? Um dos fortes motivos foi porque as quadrilhas que desenvolvem *ransomware* perceberam que existe um modelo de negócio muito mais lucrativo. Então, eles fizeram o que a gente chama *business plan*, fizeram um grande negócio que é o de *ransomware as a service.*

Até dois anos atrás, o desenvolvedor do *ransomware* se preocupava em espalhar aquela ameaça, mandava para a vítima, mandava via *e-mail*. Hoje, ele tem um sistema de afiliado. Então, o programador, a equipe de pesquisa que cria o *ransomware* não se preocupa mais em distribuir o *ransomware*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Emilio...

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Vou interrompê-lo só um instantinho.

Para quem não é da área, quem não acompanha, eu gostaria que você dissesse o que é um *ransomware*. Do que é que nós estamos falando? Porque os que são da tecnologia da informação conhecem bem, mas nós temos, acompanhando agora, muitas pessoas que não têm uma noção, que querem apenas entender como se proteger.

Poderia explicar por favor?

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Muito bem colocado, Senador. Obrigado pelo aviso.

Ransomwares são tipos de golpes que, quando eles infectam um computador ou um celular ou uma empresa, eles vão roubar todos os dados ali disponíveis. Quando a gente fala de pessoas, eles roubam fotos, roubam mensagens e bloqueiam o acesso ao conteúdo original. Eles apagam ou eles colocam uma senha de acesso. Quando a gente fala de computadores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas, eles roubam documentos, também roubam banco de dados e apagam tudo o que está disponível ali. Apagam o banco de dados, apagam os arquivos, apagam *backups*, de forma que eles passam a solicitar o pagamento de resgate para devolverem esses dados, além de existir também o que a gente chama de *double extortion*, que é uma extorsão dupla. Como muitas empresas hoje têm uma cópia *offline,* que é uma cópia que não está na rede, acontece de cibercriminosos não terem sucesso na extorsão inicial, que seria para devolver os dados. Então, eles passam a cobrar também para que esses dados não sejam expostos na internet.

É por isso que a gente vê, às vezes, na notícia, "grupo de *ransomware* expõe dados da empresa X e da empresa Y no seu *site*, na *dark web* ou *deep web",* porque a empresa ou pagou e teve os arquivos devolvidos, mas também vai estar suscetível à extorsão dupla, ou ela não pagou, porque tinha um *backup*, e, nesse caso, o cibercriminoso vai cobrar o resgate para não expor na internet. Caso ela não pague, esse arquivo vai ser disponibilizado na internet para qualquer um que conheça o *site* do cibercriminoso, o *site* do grupo de *ransomware*, e possa baixar.

Então, todos os dados confidenciais da empresa ou das pessoas vão ser bloqueados, vão ser roubados. Eles são exfiltrados, o que quer dizer que eles são tirados dos computadores, dos bancos de dados, dos celulares, e estão de posse do cibercriminoso, além de serem apagados. Então, é isso que o *ransomware* faz. Eles são programas especializados em roubar os seus dados e bloquear o acesso aos seus dados, de forma que você só vai tê-los de volta ou não expostos na internet se você pagar um resgate, que normalmente é muito alto, quando a gente fala de empresas, ou tem valores mais baixos, quando a gente fala de indivíduo.

Falando um pouco de números que envolvem ataques de *ransomware* em especial. A gente tem uma estimativa de danos, este ano, de US$20 bilhões de ataques específicos de *ransomware*. Acontece um ataque de *ransomware* novo, no mundo, a cada 11 segundos. Este ano, o número de ataques praticamente dobrou com relação a 2020.

Quando a gente fala de pedidos de resgate que vieram a público, o maior deles até o momento foi de 11 milhões, noticiado pelo Grupo JBS, pagos para devolver ou acertar os seus dados e pela não divulgação dos dados. Até o momento, a gente tem o número de 3,8 milhões de ataques somente no Brasil. O Brasil é o segundo país hoje mais atacado por *ransomwares*, perdendo somente para os Estados Unidos. Isso é um número extremamente preocupante porque, por outro lado, a gente tem um outro estudo, que a gente não abordou aqui, que diz que o Brasil está entre um dos últimos colocados quando a gente fala em resiliência ao ataque de *ransomware* e em identificar o ataque de *ransomware.*

Então acontece que, no Brasil, pode demorar semanas até a empresa identificar que a rede dela está sendo tomada por um grupo de cibercriminoso. Também acontece muito de o cibercriminoso, quando percebe que a vítima é uma empresa de grande porte, que tem muitos dados, não efetuar a destruição dos dados nesse primeiro momento. Ele pode passar até meses estudando a arquitetura da empresa. Ele pode utilizar, inclusive, inteligência artificial para calcular o valor ótimo de resgate, baseado no lucro da empresa, no tamanho da empresa, na quantidade de dados, até que ele chegue à etapa final de destruição de dados.

Como é esse ciclo de vida de um *ransomware*? Primeiro, identificar a vítima, achar a vítima, infectar a vítima, identificar o ambiente, identificar soluções de proteção, desativar soluções de proteção, fazer movimento lateral, que é basicamente identificar computadores na rede, bancos de dados na rede e infectar também esses outros computadores, até que, no final, haja efetivamente a destruição dos dados e o roubo dos dados que são feitos previamente nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

etapas anteriores. Então, quando os dados são destruídos, o cibercriminoso está de posse de todos os dados da empresa.

Vou falar um pouco do valor médio de resgate. Há um valor médio de US$570 mil para empresas.

Como funciona o ciberataque de *ransomware*? Eu falei agora há pouco do ciclo de vida do *ransomware*, em que se faz a infecção, o reconhecimento do ambiente, a desativação das defesas, a infecção de outros computadores que estão naquela mesma rede, a destruição de banco de dados, a identificação de banco de dados, a exfiltração de dados, até efetivamente destruir todos os dados ali disponíveis e exibir a cobrança do resgate. Até pouco tempo, era muito comum que *ransomwares* chegassem por *e-mails,* em que se passavam por atualização de sistema, instalação de *plug-in* de Flash – a temática mais comum. A gente via muito o golpe "príncipe da Nigéria", que também é bem famoso. Mas a gente tem agora uma diversificação. Além de vir por *e-mails*, os cibercriminosos estão se aproveitando dessa abundância de dados vazados e do reaproveitamento de senhas. Então, é muito comum eles simplesmente identificarem infraestruturas abertas na internet, com acesso remoto, como *softwares* utilizados por empresas para suporte ou para TI. Eles logam no sistema e não quebram nada. Simplesmente pegam uma senha vazada, logam no sistema da empresa e passam a operar remotamente o sistema da empresa, instalar o *ransomware* ali, identificar o ambiente e fazer todo tipo de ataque.

Também acontece de eles explorarem vulnerabilidades. Houve grandes vulnerabilidades expostas na internet recentemente. Na semana passada, houve o caso do sistema de *log* da Apache, que permitiu aos criminosos efetuarem comandos remotamente. Então, eles exploram a vulnerabilidade de sistemas não atualizados e infectam o sistema com *ransomware*. Houve também casos de aliciamento de pessoas de dentro das empresas – é o que a gente chama de *insider*. Eles contactam funcionários que eles mapearam previamente e que têm acesso privilegiado, oferecendo grandes quantias em dinheiro – às vezes, 20%, 40% e até metade do valor pago do resgate. Então, se um resgate vai chegar a cobrar US$2 milhões, US$3 milhões, eles oferecem para o aliciado US$1 milhão, US$2 milhões. Então, é um poder de persuasão muito forte. Eles vão cobrar que o aliciado execute o *ransomware* dentro da empresa, desative barreiras de proteção. E todas as combinações acabam gerando um impacto muito grande.

Falando de senhas, o Marco DeMello, que é o CEO da PSafe, tem falado que as senhas são o câncer da internet – esse é o grande problema que a gente tem hoje.

Quando a gente fala em autenticação, há três pilares: "o que você sabe", "o que você é" ou "o que você tem", sendo que "o que você sabe" é o pilar mais fraco, pois basta um ataque de engenharia social, que é um ataque em que a pessoa engana você, fazendo você colocar a senha em um *site* que não é o verdadeiro, para a pessoa acessar o sistema se passando por você ou, então, para pegar um dado vazado em que há uma senha sua. Essa senha é reaproveitada numa VPN, que é um sistema de acesso remoto a uma empresa, num *e-mail*, e a pessoa consegue acessar. O pilar "o que você tem" já é um pouco mais forte, porque, muitas vezes, é uma autenticação de dois fatores: um celular ou um dispositivo fixo que você conecta. E o pilar "o que você é", que é uma das formas mais seguras que a gente tem hoje, que é o reconhecimento facial, o reconhecimento de voz, o reconhecimento biométrico.

Então, algo que a PSafe tem falado é que as senhas têm que ser extintas, têm que ser trocadas pelo que você é, que é a sua biometria, a sua face, ou a sua voz.

E, falando de senha, a gente pode ver aqui que as senhas mais comuns dos últimos dois anos são extremamente fáceis de serem deduzidas. São quebradas por *brute force*, em alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minutos, como a 123456, que foi, novamente, este ano, a senha mais utilizada. A 123mudar; a teste123; Flamengo... A gente vê que tem bastante flamenguista participando. Então é algo extremamente preocupante.

E é isso. É uma temática bastante abrangente. A gente tem uma diversidade de muitos golpes no Brasil, o que torna realmente um grande desafio falar dessa temática.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Emilio.

Tem uma das senhas aí, a Flamengo, este ano ela ficou muito fraca mesmo. (*Risos.*)

É verdade. É uma senha que este ano não ajudou muito a maior torcida organizada do Brasil.

Obrigado, Emilio.

Vamos partir aqui para as perguntas e as colocações.

Por exemplo, a Raíssa Siqueira, do Rio de Janeiro: "Quais as iniciativas para que esses números diminuam? Afinal, isso traz prejuízo para milhões de brasileiros".

O Marcos Ribetti, do Espírito Santo: "[...] o que precisa mudar e/ou permanecer para estimular e disseminar a cultura de proteção de dados no País?".

William Silva: "Com um vazamento dessa magnitude, o que a população deve esperar dos órgãos responsáveis? Há algum perigo de esse vazamento ocorrer novamente?".

Então eu vou compilar essas perguntas aqui, Dra. Patrícia e Dr. Waldemar, no seguinte sentido: quanto à legislação, hoje, o que nós aqui, Congressistas, podemos propor como mudanças, como avanços? Quais são os pontos que a OAB de São Paulo entende que nós precisamos avançar e também, Dr. Waldemar, quais os pontos que nós precisamos trabalhar para garantir mais segurança?

E depois nós vamos abrir para discutir também a questão das punições. A legislação brasileira hoje já prevê punições para o caso, por exemplo, do *ransomware*, desses crimes cibernéticos? Ela é específica, ou nós precisamos modificar a tipificação penal para que a gente possa punir realmente quem agir de má-fé com isso?

Então, a primeira colocação em torno das perguntas, Dra. Patrícia: a legislação brasileira atende, para que a gente possa dizer que estamos caminhando num sentido de mais segurança?

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, Senador, primeiro, acredito que a gente deu o primeiro passo, o da legislação, e ela foi muito bem feita e orientada, como bem colocado também pelo Dr. Carlos Bruno, com referências internacionais. Nós nos inspiramos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados europeu. Mas nós temos que pensar no contexto Brasil. Nós temos um cenário desafiador aqui, e acredito, sim, que há espaço para melhorias na nossa legislação. De que maneira? Nós vamos iniciar um ciclo de fiscalização e a possibilidade de aplicação de multa. Quando previmos, na nossa legislação, para onde vai o recurso dessa multa, que está previsto ir para o Fundo de Direitos Difusos, o FDD, de certo modo, a gente tem uma autoridade hoje, a ANPD, que vai precisar de recurso e de orçamento, para ter um porte e uma capacidade de atuação em nível Brasil.

Hoje, se você olhar, em efetivo de pessoas e de estrutura, nós ainda precisamos de muito mais, até se a gente comparar com outros países, como acontece com a autoridade nacional de proteção de dados do Reino Unido, o chamado ICO, que tem uma equipe muito maior e tem mais atuação. Então, talvez um olhar de como poderíamos viabilizar o alcance de recursos, quer seja aquilo que venha de destinação da multa ou aplicação de taxas. São sugestões que acontecem em outros países e que não chegamos a esse ponto aqui de previsão da nossa legislação.

Rapidamente, uma outra frente que foi comentada é no sentido do combate efetivo na parte criminal. Nós chegamos, em 2021, a ter a Lei 14.155, para tentar melhorar a aplicação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

penalidades na fraude eletrônica, no estelionato digital, aumentando a aplicação de pena e até viabilizando um pouco mais a questão investigatória. Entendo que o mesmo deveria ser feito no sentido de uma tipificação específica relacionada ao sequestro de dados e uma pena específica mais elevada. Isso, de fato, nós não temos. Se a gente olhar os crimes relacionados a dados pessoais, isso não está previsto. A Lei de Proteção de Dados Pessoais não trouxe uma parte criminal. Isso depende, sim, da atualização do nosso Código Penal, e que a gente eleve esse tipo de crime para uma pena mais elevada. Então, acho que há espaço, sim, de atuação, de colaboração aqui da Casa Legislativa para a gente evoluir nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, Dra. Patrícia.

Dr. Waldemar, na sua opinião, a legislação precisa avançar em quais pontos para garantirmos ou pelo menos caminharmos com mais segurança, uma vez que, pelo que os senhores todos colocaram, a questão dos vazamentos é um problema que nós vamos ter que conviver com ele. Mas como vamos fazer para pelo menos minimizar, Dr. Waldemar?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vejo de uma forma, vamos dizer, a fiscalização é importantíssima, ela tem que ser uma fiscalização responsiva. Nós temos visto, pela nossa ouvidoria, quais são os pontos que oferecem mais riscos para desencadear os nossos planos de fiscalização.

Acho importante deixar claro que a lei é muito moderna, a nossa lei prevê praticamente os pontos que devem ser focados. Nós necessitamos dar o tempo que a ANPD necessita de maturidade, ou seja, de traçar essas normas e de iniciar realmente esse processo investigativo para colher resultados. Nós vemos como importantíssima a parte de educação para os diversos setores, para o titular de dados. Nós vimos, na apresentação da PSafe, que muitas vezes são senhas extremamente fáceis. Então, há uma necessidade da governança das empresas, do sistema de governança em trabalhar em senhas mais fortes, dupla autenticação. São medidas que vão minimizar bastante esses vazamentos. A responsabilidade sobre o controlador de dados é importante. Então, nós vemos que, de uma forma positiva, a nossa atuação vai reduzir esses vazamentos de dados, incidentes de dados de forma geral, mas há a necessidade de o coletivo trabalhar de uma forma conjunta. Não vão ser com Senacon, ANPD, Ministério Público, Polícia Federal trabalhando de forma isolada que nós vamos obter um resultado melhor, mais efetivo; há uma necessidade de se formar rede.

Posso citar, por exemplo, o Ministério da Defesa. Ele tem um exercício anual guardião em que diversos setores são acionados a treinamentos na área de energia, na área de telecomunicações, na área de sistema financeiro, na área nuclear em que se simulam ataques, e as empresas passam a ter as suas respostas como um treinamento. Então, esse nosso treinamento e essa nossa capacitação a uma pronta resposta são bastante importantes, e, é claro, a empresa tem que investir em segurança. Ela tem de analisar os dados que ela tem, quais são os riscos que esses dados oferecem aos seus titulares e trabalhar de uma forma anterior a ter um ataque, para proteger de uma forma mais eficaz esses dados com as diversas ferramentas que a tecnologia, o desenvolvimento tecnológico nos traz no momento atual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dr. Waldemar, eu acredito que o senhor tenha respondido assim até já à pergunta do Josué Rodrigues, lá do Rio Grande do Sul, que era: "Como criar mecanismos de proteção de dados ao ponto de que cada vez mais a sociedade seja incentivada a viver de forma digital?"'

O senhor está colocando – e até o Emilio colocou também – que um dos primeiros pontos é a própria defesa. A pessoa que vai ter os dados disponibilizados para empresas de telefonia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de cartão de crédito ter senhas fortes e ficar atenta à questão de movimentos diferentes do que normalmente ela coloca.

Obrigado, Josué.

Agora, Dr. Waldemar, seguindo aqui, eu tenho a pergunta da Elisa Valadão, lá de Minas Gerais, que diz o seguinte: "A fiscalização da ANPD junto aos órgãos e entidades públicas acontecerá sob demanda, ou seja, a partir de denúncias?"

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Nós já temos feito sob demandas, sob denúncias, mas também nós passamos a monitorar os diversos setores. Vamos ver de uma forma bem objetiva: 50 colaboradores não seriam suficientes para nós fiscalizarmos todas as empresas do nosso País. Então, é um fator em que nós já estamos atuando.

Começamos a receber diversas denúncias, diversos questionamentos de farmácias. Pronto, já reunimos a nossa equipe tecnológica, que passou a trabalhar com as associações ligadas ao setor de farmácia, e começamos a já prevenir para, no próximo ano, já como nosso foco, atuar neste setor.

Então, nós trabalhamos onde há o maior risco de danos ao titular ou o maior risco que possa ocasionar em diversos setores. Então, é dessa forma que nós estamos trabalhando e, claro, atendemos as diversas denúncias que chegam ao nosso canal de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Emilio, há aqui uma pergunta do Erick Faria, também mineiro: "Devemos criar uma autenticação para o uso do CPF, como OTP. Os dados já foram vazados e continuarão sendo. Devemos pensar na segurança!".

Primeiro, eu gostaria que você, se puder, explicasse o que é OTP e se, de fato, nós poderíamos criar códigos extras para garantir mais segurança na utilização do CPF. Qual é a sua opinião?

O SR. EMILIO SIMONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – OTP vem do inglês *one-time password*. A ideia é que exista uma senha que só possa ser utilizada uma vez, e, depois, essa senha é invalidada. É uma opção melhor do que só possuir uma senha de algo que você sabe, mas, na verdade, qualquer forma de autenticação complementar vai sempre estar ajudando.

Então, a tecnologia sempre tem um balanço de acessibilidade com a parte de dificuldade de acesso. Você tem que disponibilizar os dados, mas tem que garantir que tenha segurança nesse acesso.

Então, o OTP, sim, é válido, assim como qualquer outro segundo fator de identificação, como a biometria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Ele teria que ser, por exemplo, obrigatório por lei? Nós poderíamos propor que as empresas que recebem, guardam, armazenam esses dados e, naturalmente, façam transações com eles, sejam financeiras, comerciais... Teria que existir uma lei obrigando a criação desse protocolo ou as empresas por si sós poderiam adotar o OTP?

O SR. EMILIO SIMONI (*Por videoconferência*.) – Não só o OTP. Seria algo muito interessante que empresas que trabalham com dados confidenciais, dados sensíveis fossem incentivadas a que todo mundo que tenha acesso a esses dados tenha um fator de autenticação mais robusto, não somente uma senha, mas também um reconhecimento facial ou biométrico, uma senha de acesso, quaisquer outros mecanismos que não se baseiem somente em um pilar que seria algo que você sabe, como é a senha hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Vocês acham, Dr. Waldemar e Dra. Patrícia – vou abrir o áudio aqui para que possam comentar, por favor –, que nós precisaríamos de uma legislação específica, por exemplo, criando novos mecanismos de autenticação?

O que a senhora acha, Dra. Patrícia?

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nós temos já hoje, em termos de legislação, previsão de tipos de assinatura, que permitem a utilização de métodos de autenticação dessa natureza, desde quando criamos a MP 2.200. Então, talvez aqui seria muito mais no campo de se observar aquela discussão da identidade única, centralizando isso, mas acredito que a legislação já nos contempla o esforço necessário para permitir que o uso de senhas dessa maneira já seja viável. Não enxergo que haja necessidade de legislação para permitir métodos novos de autenticação. Já se pode usar a senha, já se pode usar a biometria como segundo fator de autenticação, mas aqui o ponto é – e é algo que o Brasil já vem discutindo há bastante tempo – uma identidade digital única, forte para o brasileiro. Acho que vale o grupo de trabalho se dedicando mais nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Dr. Waldemar, qual é a opinião do senhor? A doutora colocou que a legislação já permite, mas, ou seja, não temos uma obrigatoriedade, cada um pode escolher o seu sistema. Precisaríamos criar legalmente um instrumento que obrigasse, por exemplo, uma segunda forma de autenticação além da senha? (*Pausa.*)

O áudio, por favor, Dr. Waldemar.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Consegui agora!

Eu acho que o mercado vai regular isso, Senador. As melhores senhas são aquelas nossas próprias – biometria, reconhecimento facial –, sem dúvida nenhuma.

Eu tenho experiência de locais em que se colocou uma política de senha extremamente segura, mas com mudanças, vamos dizer, quinzenais. E hoje cada um tem uma de série de senhas em suas cabeças. Chegou a um ponto que era só levantar o teclado que você tinha o *login* e senha, fruto da grande dificuldade que se causava ao usuário. Então, eu acho que o próprio mercado vai se encarregar disso em função dos riscos quando qualquer acesso indevido ocorra. Então, acho que não deveríamos interferir neste momento. Acho que a legislação já descreve todos esses processos de uma forma bastante completa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Agora, Dr. Waldemar, a Lilian Chagas, do Rio de Janeiro, pergunta aqui: "Como será a responsabilização no caso de incidentes de vazamento de dados pessoais ocorridos em organizações públicas?".

A questão é a seguinte: essas empresas que têm os dados vazados estão sendo multadas no Brasil – como o Procurador Dr. Carlos colocou no início, "o Estado brasileiro exigindo responsabilidade daqueles que detêm os nossos dados" –, elas estão sendo punidas, Dr. Waldemar?

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (*Por videoconferência*.) – A punição inicia até mesmo com a advertência. Nós vemos que aquela punição que vai para a manchete de jornais, normalmente, são as pecuniárias. Essas são as menos relevantes para a empresa. É claro que uma empresa não quer ser punida no seu bolso, mas, se nós olharmos, isso não volta para o titular de dados, vamos dizer, normalmente isso daí pode ir para outros setores. Nós vemos que são protelados sempre esses pagamentos através de recursos. E nós vemos que a reputação de uma empresa é o que ela tem de melhor, que leva anos para construir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e pode ser desconstruída de uma forma bastante rápida. A punição mais séria seria a suspensão do tratamento de dados ou a extinção dos bancos de dados.

E o setor público tem não só a ANPD, mas tem outros órgãos trabalhando em cima disso, como CGU, TCU, não tem a parte pecuniária, mas têm sido bastante acionadas as empresas que têm algum incidente de dados como compartilhamento ou vazamento de dados.

Eu só lembro que nós temos um processo até a punição. Nós temos que ter certeza do que aconteceu. Não basta uma notícia em jornal, em televisão para nós já prejulgarmos. Então, nós temos esse cuidado. Nós estamos neste processo em conjunto com outros órgãos, como Polícia Federal, Ministério Público, que podemos citar aqui no momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – A Dra. Patrícia citou a questão da criação até de uma força-tarefa, por exemplo, contra ciberterrorismo. Isso já está previsto, Dr. Waldemar, Dra. Patrícia, se a senhora quiser comentar mais? Mas eu achei interessante porque estamos falando de vazamento de dados pessoais, mas temos que pensar também na questão da segurança de dados essenciais, na segurança do País, de defesa. Essa força-tarefa já está prevista na legislação?

A SRA. PATRÍCIA PECK PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senador.

Eu não tenho conhecimento dessa previsão para a construção da força-tarefa. Entendo que seria oportuno esse tipo de encaminhamento. Isso poderia estar, inclusive, fazendo parte da continuidade de previsão da política de segurança cibernética, Política Nacional de Segurança Cibernética. Acho que é importante que a gente possa enxergar a necessidade da construção da força-tarefa. Isso já ocorre em outros países. A gente já teve a oportunidade de fazer alguma referência ao *benchmarking*.

E eu queria aproveitar para fazer um complemento à minha fala anterior, porque, assim, hoje todo brasileiro tem a sua iniciação de vida digital, muito utilizando dispositivos de mobilidade, especialmente os celulares. A gente está indo aí para o 5G. Assim como quando a gente pensa em indústria automobilística, que a segurança vem de fábrica e exigimos colocar o cinto de segurança, entendo que, provavelmente, o que possa evoluir em termos de indústria é a gente pensar que segurança tem que vir de fábrica. Então, provavelmente, o que pode ser algo para se enxergar em termos legislativos é a padronização de que o recurso tem que vir de fábrica. A exigência de pedir o fator duplo de autenticação na hora em que o usuário está habilitando a sua configuração de conta ali do celular é algo que seria pertinente. Hoje, muitas vezes, depende da vontade do usuário. Se ele quiser, ele coloca um fator duplo de autenticação, que melhoraria muito a sua proteção e evitaria o sequestro dos seus dados. Então, se isso viesse como padrão, exigência, como o cinto de segurança tem que vir no carro, de fábrica, se viesse como padrão na hora em que você configura o celular e na hora que você configura as aplicações, isso poderia ser uma exigência regulatória, só para complementar a fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado, doutora. É interessante: um padrão de fábrica para a segurança.

Dr. Waldemar, nós vamos caminhar para o encerramento da nossa audiência pública, e eu vou fazer aqui agora o meu comentário do que aprendi aqui das falas de todos. Percebo que há um conhecimento profundo de cada um que participou conosco. Agora, eu saio daqui muito preocupado, porque nós demoramos demais a agir no Brasil em termos de proteção de dados e de ciberataques, criamos uma legislação que ainda não está totalmente implementada, inclusive nos órgãos públicos. O próprio Estado brasileiro ainda não se adaptou, não se colocou dentro de padrões de conhecimento e de, vamos dizer assim, preservação e proteção do que a própria lei exige. E sinto que nós não estamos dando a importância devida a um assunto para o qual o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mundo inteiro já acordou, como disse o Emilio, que é bilionário, que é o novo garimpo, que são as informações que nós temos hoje digitalizadas das várias áreas, vários setores da economia.

Eu gostaria que o senhor comentasse isto, o senhor como nosso representante da autoridade nacional nesse assunto: onde nós vamos caminhar, como nós vamos caminhar e para qual direção caminharemos no sentido de mudarmos esse assunto. Mais debates, chamar a autoridade, chamar mais ao debate. Como o senhor disse, o próprio mercado pode regular? Então, seria muito interessante que, em novos debates, os setores e os atores dessa área pudessem participar e levar, vamos dizer assim, um pouco mais de debate ao País sobre esse assunto.

Eu termino esta audiência pública e caminho para o encerramento bastante preocupado, dizendo que nós brasileiros estamos muito vulneráveis a esses ataques e a esse vazamento de dados, Waldemar.

O SR. WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nós temos grandes desafios. Por exemplo, quando eu vejo que houve vazamento dos meus dados, com a quantidade de vezes que eu já forneci esses dados em comércio, em empresas, em *sites,* descobrir onde houve esse vazamento é o grande desafio que nós temos pela frente.

A nossa LGPD, no seu art. 50, já prevê uma autorregulação. Então, estamos trabalhando de uma forma forte com diversos setores. Como a lei geral afeta diversas, diferentes empresas e setores, nada melhor do que o setor dizer onde estão suas dificuldades, onde estão seus riscos e tudo mais. Então, é um PL até do Senador Antonio Anastasia, que está na Câmara. Nós estamos trabalhando de uma forma a incentivar com que as empresas pensem nisso, trabalhem nisso e atuem juntamente com a autoridade.

Eu vejo também, se nós compararmos com a Europa, que teve uma lei aprovada em 2016, mas é um resultado de diretivas que tratam até 1995 e até datas anteriores. Ela já tem uma cultura enraizada, o titular de dados já tem essa preocupação com os seus próprios dados. Eu acho que é um caminho de mudança de cultura. Ele não é imediato, mas ele tem que ser percorrido e com todos os nossos colaboradores. E com debates, como a iniciativa deste debate de hoje, nós podemos acelerar esse processo. É preocupante, é um problema mundial. E o Brasil está caminhando também em uma forma a levar essa proteção de dados aos seus titulares, como todos almejam. E todos esses têm esse mesmo objetivo.

Eu sou bem otimista, Senador. Eu acho que em breve nós alcançaremos resultados promissores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Muito obrigado.

Quero agradecer desde já a participação inicial do Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República por Minas Gerais; ao Dr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; à Dra. Patrícia Peck Pinheiro, Presidente da Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil; e ao Emilio Simoni, que é Executivo de Segurança da PSafe, que nos trouxe aqui os atuais dados. Eu agradeço aos senhores pela gentileza.

Esta audiência pública é apenas o início.

Encerro, mais uma vez dizendo da preocupação e da vulnerabilidade a que estamos expostos e que o Brasil precisa tratar desse assunto como uma questão realmente de defesa nacional, não só dos dados pessoais, mas principalmente dos ciberataques ao nosso serviço público e à exposição de dados e também de controle no País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos que participaram. Até breve!

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Plínio Valério, Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. **Participantes:** Sr. Elisio Contini, Pesquisador Científico e Gerente de Inteligência Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Sr. Varlen Vinicios Pereira Mota, Presidente da Federação de agricultura familiar Ride, Presidente do Sindicato de agricultura familiar de Padre Bernardo e Diretor-Executivo da Cooperativa dos agricultores familiares e empreendedores rurais da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno - Coopafer; Sra. Márcia Sartori Silva, Assessora Técnica Jurídica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE) (representante de: Ministério da Educação); e Sr. Igor Soares Lelis, Superintendente da Superintendência Regional Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e entorno – INCRA-DF (2017 a julho 2021). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 21, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para debater o impacto da PEC 23/2021.." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/26

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: "Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil".

Foram convidados a participar Elisio Contini, Pesquisador Científico e Gerente de Inteligência Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Varlen Vinicios Pereira Mota, Presidente da federação de agricultura familiar da Rota da Fruticultura da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride); Márcia Sartori, Assessora Técnica Jurídica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae/FNDE); Igor Soares Lélis, ex-Superintendente da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno (Incra-DF).

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais.

Quero dizer aí da minha alegria de estar participando aqui para debater essa política pública de agricultura familiar no Brasil. A gente tem acompanhado essas questões de regularização fundiária, da questão dos assentamentos nas áreas rurais – já que grande parte delas nem sequer tem escrituras ou regularização –, da forma como se assentam as pessoas, sem estrutura, sem matéria prima, sem água, sem condições mínimas de produzir, e ainda das dificuldades de escoamento da produção, de vender a produção. Então, convidamos também para participação a Márcia, que trabalha no programa do Pnae/FNDE, para vermos também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que forma nós podemos incentivar a agricultura familiar no Brasil utilizando o poder de compra do Estado, no caso da educação, da saúde, da alimentação de um modo geral.

Então, nós vamos ouvir os convidados. E, após a apresentação de cada um deles, nós vamos aí fazer algumas considerações, algumas perguntas e também perguntas e observações dos internautas que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet.

Nós convidamos para participar deste evento o Elisio Contini e já vou passar a palavra para ele. Elisio Contini é Pesquisador Científico e Chefe da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); possui graduação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, doutorado em Economia pela Universidade de Münster, na Alemanha, e pós-doutorado Labex Europa pela Agropolis, na França; é Pesquisador Científico da Embrapa; Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas em gestão do agronegócio; membro do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp; ex-Chefe da Assessoria Estratégica do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Inteligência e Macroestratégica da Embrapa. Suas principais áreas de atuação são políticas e planejamentos governamentais, planejamento em ciência, tecnologia e economia agrária. Possui mais de 60 artigos e cinco livros publicados.

Então, com a palavra o Dr. Elisio Contini.

O SR. ELISIO CONTINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Izalci Lucas, é um grande prazer participar deste evento.

Para introduzir, eu sou neto e filho de pequeno produtor do Rio Grande do Sul, da Serra Gaúcha. Então, tenho até experiência na infância nesse setor tão importante para o Brasil, mas também com grandes problemas.

Eu vou fazer uma apresentação.

O senhor está ouvindo? Está vendo aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo! Estou ouvindo.

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Eu vou colocar em forma de apresentação.

O tema é "Políticas públicas para a agricultura familiar". De quem nós estamos falando no Brasil? Eu tomei os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, que são os dados mais importantes. Então, dos 5,73 milhões de propriedades, nós estamos falando em algo ao redor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 3,9 milhões propriedades. Há números distintos de acordo com pesquisadores, mas esses são os números oficiais do que a lei determina para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Elisio, sua apresentação não está aparecendo. Se você puder...

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Minha apresentação não está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Só...

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Ah, eu tenho que trocar! Tenho que colocar *share*...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso!

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Aqui! (*Pausa.*)

Agora está aparecendo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, ainda não. Espere aí. Não, ainda não! Não. É só colocar *share screen*, não é?

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Eu tenho que colocar *share screen*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – "Compartilhar tela" está aqui. Não está aí, não? (*Pausa.*)

Clicou aí em "compartilhar tela", Elisio?

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Aqui há... Abri agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.! Não saiu ainda, não, mas...

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não.

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Não apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Pode apertar aí "compartilhar tela". Pode apertar aí, que vai dar certo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Agora! Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos fazer isso por aqui. Deixe, que a gente vai fazer isso por aqui, Elisio.

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Está bem. Apresente aí, que é melhor. Eu tinha fechado, eu acho. Eu teria que entrar de novo. (*Pausa.*)

Está aparecendo para mim agora, aqui.

Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.! Está o.k. Já pode falar.

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – A segunda transparência, por favor... (*Pausa.*)

Pode colocar a segunda.

Segunda transparência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estamos com problema técnico aqui. (*Pausa.*)

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – Eu não posso passar a segunda transparência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Elísio, pode ir falando os dados. Depois, a gente disponibiliza a apresentação, porque estamos com problema técnico aqui.

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – O.k.

Nós estamos falando da agricultura familiar; pela lei, Senador, ao redor de 3,9 mil propriedades. Estamos falando em imóveis e não, em família e em proprietários; estamos falando de propriedades. Dessas, 67% foram classificadas como agricultura familiar; e, dessas, quase 2 milhões, 1,9 milhão, estão localizadas no Nordeste – 47% das propriedades familiares estão no Nordeste. Então, o assunto mais importante está localizado no Nordeste.

Eu vou colocar alguns pressupostos básicos... Estão conseguindo passar aí?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELISIO CONTINI (*Por videoconferência*.) – A seguinte, por favor.

No roteiro básico, eu coloco alguns pressupostos básicos, Senador. Depois, o segundo ponto é: transformações profundas no agro e impactos dessas transformações na agricultura familiar. Vou destacar alguns progressos realizados nos últimos anos, nos últimos 30 anos, vamos dizer. Problemas ainda existem, e o futuro é a Comissão Senado do Futuro.

Próxima, por favor.

Os pressupostos básicos são de que nós estamos em uma economia de mercado, e a eficiência produtiva é muito importante. Não é só eficiência produtiva, mas também tem ação do Estado para corrigir distorções. Por isso que nós estamos aqui sob sua liderança, Senador.

Temos que levar em conta hoje, como pressuposto também, que o Brasil é um país urbanizado e que a globalização está conosco com forte demanda internacional inclusive. E nós queremos na política que todos os pequenos, médios e grandes agricultores prosperem, que tenham renda, que tenham, vamos dizer, uma vida digna neste país que se chama Brasil.

Por favor, seguinte.

Quais foram as transformações profundas? Eu vou tentar resumir rapidamente.

Primeiro, a tecnificação. A tecnologia mudou. Veja só o que era 1970, 80, e veja no que se transformou. Só um exemplo: os tratores das pequenas propriedades – das grandes, sem dúvida, mas nas pequenas propriedades – transformaram o Brasil. Segundo, nós temos a especialização e a escala. Uma vez você podia produzir pouco; hoje, há uma necessidade de você aumentar o volume de produção. E outra é a monetização de todas as atividades agrícolas.

Seguinte, por favor.

Nesse eslaide, eu mostro um pouco da transformação do Brasil. Vejam só os senhores quanto os grãos... colocando aqui os grãos, quanto grão nós produzimos em 1980, 1990, e nós estamos chegando a quase 300 milhões de toneladas neste ano. Então, foi uma transformação profunda na produção de grãos no Brasil, que leva a parte de carnes, proteína animal e assim por diante.

Por favor, o próximo.

No próximo eu apresento a carne, e eu destacaria aqui só a parte de aves. Nós crescemos de 5 milhões no ano 2000 para superior a 13 milhões de toneladas de produção de aves no Brasil. Um estupendo progresso que nós fizemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Isso se reflete também nas exportações. Então, nós exportávamos ao redor de US$20 bilhões no ano 2000 em produtos do agronegócio, e agora estamos exportando US$101 no último ano de 2020 e chegaremos este ano provavelmente a US$110 bilhões, com um saldo comercial fantástico.

Por favor, o próximo.

Quantos foram os impactos na agricultura dessa grande transformação do agro brasileiro? Primeiro, a necessidade de capital. Para você entrar na atividade, em qualquer atividade, você precisa de capital. Segundo, mão de obra capacitada. Os pequenos produtores sofriam profundamente da falta de capacitação. E a terceira é a escala.

A próxima, por favor.

E os impactos na agricultura familiar. Eu destacaria um ponto que é fundamental: as imperfeições de mercado. Por isso é que existem políticas públicas, não é? Por exemplo, os pequenos produtores compram insumos mais caros e vendem o produto mais barato. Essa é uma imperfeição profunda do mercado. Outro impacto foi restrição de recursos, principalmente terra. Todos os nossos pequenos produtores... Eu, como neto e filho de pequeno produtor, presenciei isso na carne. Você tem 20, 30, 50, cem hectares, é muito pouco. E cem hectares na Amazônia, em que você pode só cultivar 20 hectares ou 20%, isso é muito pouco para poder ter escala nesse processo.

Concentração em produtos de menor demanda, principalmente interna. Vejam os senhores o que está acontecendo nesse momento: fertilizantes caros – você exporta com o dólar alto, tudo bem –, agora, os produtos de consumo interno não conseguem repassar os custos dos fertilizantes mais caros, da energia mais cara para o consumidor. Então, estão numa desvantagem profunda.

Outro impacto: a profissionalização e a especialização. Hoje você não planta milho, soja, algodão, tudo junto; você tem que se especializar. Esse foi um impacto. E também há a deficiência da infraestrutura física, de que o Senador já falou, e também digital. Isso é uma deficiência fundamental.

Próximo, por favor.

Bom, Senador, nós fizemos alguns progressos. O Brasil fez um grande progresso na agricultura familiar, os pequenos produtores. Primeiro, eu destacaria o cooperativismo: nós temos 1 milhão de cooperados na agropecuária, e desses, quase 60%, ao redor de 60% estão no Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há muito poucos agricultores cooperados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Nordeste, este é um grande problema, mas no Sul nós fizemos progressos, chegando a 1 milhão de agricultores, temos cooperativas fortíssimas, que competem com as multinacionais.

Segundo, sistema de integração: Sadia, Perdigão, JBS, tudo isso ajudou ou está ajudando os pequenos produtores. Quem está fora desse sistema tem mais problemas do que quem está dentro.

Outro ponto de política pública foi a aposentadoria rural. Nós temos hoje mais de 3 milhões de aposentadoria rural só no Nordeste. Foi um feito, vamos dizer, de equidade social e de política pública fundamental para o Brasil ter, vamos dizer, uma sociedade civilizada.

Outro ponto: a migração rural. Pequenos produtores saindo do sul e indo para Mato Grosso e se tornando grandes produtores. Isso foi também um progresso fundamental.

Programas de governo, como compras na merenda escolar e cestas básicas: durante a pandemia, eu participei do Comitê de Crise do Ministério da Agricultura e fizemos muitas ações, o Ministério da Agricultura fez muitas ações para distribuir cestas básicas, e isso foi fundamental para, vamos dizer, vencer em parte esta pandemia que tanto nos assolou.

O Plano Safra também foi fundamental. O Pronaf neste ano tem 39 bilhões, a juro de 3% a 4,5%. Nós tínhamos, há dez anos, 12 bilhões só. Então, nós quase triplicamos o Pronaf em termos de apoio aos pequenos produtores.

E nós também temos competências como nunca: no Ministério da Agricultura, na CNA, no Sebrae, e as televisões, o Senado, que estão divulgando todo esse trabalho.

E o último foi um apoio fundamental de políticas públicas do Bolsa Família, que ajudou muito também aos pequenos produtores. Próximo, por favor.

Problemas persistem, Senador – infraestrutura, inclusive digital. Isso é um problema que nós vamos ter que enfrentar num futuro próximo com tenacidade. A titulação... Eu não vou falar em titulação de pequenas propriedades, principalmente dos assentamentos longe de mercado e na Amazônia. Alguém do Incra vai falar sobre isso, mas é um problema que o senhor já assinalou no início.

Educação de qualidade. Acho que o Governo, a sociedade, tem que dar oportunidades a todos para que progridam, para que – vamos dizer – melhorem de vida. O Pronaf, Bolsa Família, profissionalização, todos esses apoios, tudo isso leva a que as pessoas tenham mais oportunidades de progresso.

Alguns regulamentos que dificultam atividades, que passam pelo Ministério da Agricultura. Eu dou dois exemplos: o leite, embutidos, que são produzidos localmente e nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre têm licenças para serem vendidos no País. Esse é um problema que nós temos que resolver.

Produção e meio ambiente é um problema que sobrevive, e agora veio Glasgow de novo com forte impacto. Outro problema que eu vejo é o entorno pobre. Você tem no Nordeste, no Semiárido, um entorno pobre, e isso dificulta muito a vida dos pequenos produtores. No Sul, como há uma série de alternativas, já facilita muito o entorno.

E o último é o seguro rural, que está evoluindo, nós avançamos, mas precisamos avançar muito.

Próximo, por favor.

O futuro em políticas públicas. O Governo tem que ajudar a quem precisa, e os pequenos produtores são esse público, que está precisando de algum apoio por algum tempo ainda – não necessariamente para sempre, mas por algum tempo.

Eu destacaria aqui a continuidade dos programas governamentais de apoio à produção e social. Nós temos vários governos que entram e saem, e nós fizemos um progresso até, Senador: todos os governos estão dando um apoio, por exemplo, ao Pronaf, a todos os planos safras, independentemente de partido, de grupo político. Isso é já uma política de Estado que o senhor está liderando aí no Senado.

Treinamento para atividades rurais e não rurais. Isso é novo. Eu lembro de Santa Catarina, que estabeleceu escolas para atividades não rurais no meio rural, para que as pessoas, os jovens que migrassem, tivessem na cidade uma profissão. E educação básica de qualidade. Aí as pessoas saberão o que fazer.

Próximo, por favor, que eu vou para o fim.

Novos negócios. Não podemos ficar na caixinha de que o pequeno produtor que tem que produzir feijão e tal. Temos novos negócios! Por exemplo: fazendas turismo. Eu vivi na Alemanha nos anos 80, e as grandes fazendas se transformaram em restaurantes lá. O caminho, principalmente no Sul, vai ser o de que fazendas vão se transformar em restaurantes para receber os urbanos.

Roteiros, criar roteiros. Eu botei aqui um roteiro estranho de Butiá, tendo cordeiro, em que os turistas vão, visitam, compram e aí as pessoas vão aumentando a renda.

Artesanato rural. Eu vi agora um artesanato com cultura polonesa, na cidade de Nova Prata, no Rio Grande do Sul, que é uma maravilha. Nós temos que difundir e incentivar esse tipo de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gastronomia. Eu dou o exemplo aqui, Senador, do Vale dos Vinhedos. Para mim, o Vale dos Vinhedos é o melhor exemplo de desenvolvimento regional do País. Lá começou com agricultura, com a cultura até difícil do vinho, da uva, e hoje está transformado numa área de turismo extraordinária.

Integração da agricultura familiar com o urbano. Hoje roça está virando chique. É estranho, mas está se transformando. O Jeca Tatu está desaparecendo do cenário e isso é muito positivo.

Conservação de recursos naturais. Que as pessoas, principalmente perto das cidades, possam vender água, possam vender florestas e ter uma renda adicional. Isso vem no futuro.

Fortalecimento de representações sadias. A organização das cooperativas, a CNA, uma série de organizações privadas devem ser fortalecidas e a extensão rural pública e privada também.

Ao final, eu vou deixar uma mensagem.

Os últimos eslaides, por favor.

São três mensagens finais que eu gostaria que ficassem: a necessidade de continuação de ações públicas e privadas da agricultura familiar e para pequenos produtores – não vamos abandonar isso nos próximos anos, temos que incentivar, estamos incentivando e isso é positivo–; atenção especial ao Nordeste, que realmente tem 47% das pequenas propriedades do Brasil; e fortalecimento das ações produtivas dentro e fora da fazenda, complementadas por programas sociais.

Essa era a minha apresentação, Senador.

Agradeço muito o convite ao senhor, ao Paulo Baroni e a todos que nos ajudaram, inclusive na parte técnica desta apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Elisio. Eu que agradeço.

Passo a palavra imediatamente ao Varlen Vinicios Pereira Mota, que é Presidente da Federação de Agricultura Familiar da Rota da Fruticultura da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF), Presidente do Sindicato de Agricultura Familiar de Padre Bernardo e também Diretor-Executivo da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Coopafer).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então, o Varlen.

O SR. VARLEN VINICIOS PEREIRA MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador, bom dia a todos, obrigado pela palavra.

Senador, a gente aqui vive uma realidade... Hoje a gente está trabalhando dentro da Ride, que vive uma realidade começando esse trabalho junto lá com a Superintendência do Incra, junto com o Igor Lelis. Fiquei até feliz de ele estar participando também deste seminário, em que a gente viu várias dificuldades do pequeno agricultor na agricultura familiar, não só do entorno em geral da Ride, em que há falta de recursos, crises hídricas – pois o problema maior na agricultura familiar é a água –, a escoação da mercadoria, da produção, mas o sofrimento do agricultor que tem de produzir, ir para o Ceasa para vender, mas chegar lá e a venda estar mais barata do que na tabela do próprio Ceasa. Ando buscando muitos projetos para resolver e dar a solução a isso.

Hoje o agronegócio é o setor que tem segurado a economia brasileira. Estamos passando por esse momento de pandemia abastecendo a população e produzindo em função da agricultura brasileira.

O pequeno precisa de mais apoio. Hoje, 70% de nossas propriedades são de pequenos agricultores, que precisam de créditos diferenciados e assistência técnica gerencial fazendo com que eles cresçam, e aí estaremos fazendo também as políticas públicas que possam crescer, somar junto com todos.

Hoje, no Brasil, a gente tem 8% da água utilizável, porque 70% são do agronegócio, 22% das indústrias. A maior parte da água do Planeta hoje é indisponível, pois 97% estão nas geleiras salgadas, e 2,7% são de água doce.

Segundo os pequenos agricultores, outro ponto também principal que a gente sentiu foram as DAPs. Hoje está faltando ao pequeno agricultor saber onde fazer a sua DAP. Nem toda Emater estava emitindo DAP de reforma agrária. A DAP é só o Incra que faz para assegurar o crédito, algo em que o senhor também deu uma força muito grande, a regularização fundiária, porque não adianta ter os documentos, estar tudo certinho, e não ter o documento da terra para pegar os créditos. Então, é uma dificuldade muito grande hoje que o agricultor está tendo também, de sair lá do... Começar a produzir, usando também a energia normal, porque, na hora de pagar a conta de luz, está com o preço lá em cima. Ficou tudo, morreu na conta de luz. E hoje, para eles precisarem desse crédito sendo fomentado a chegar até eles, a gente precisa diretamente da regularização, para que eles possam pegar outros créditos e investir no pequeno agricultor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como eu já estava falando da assistência técnica também, dar uma assistência técnica semanal, porque há muitos órgãos que dão uma assistência, vão lá na casa do pequeno uma vez por mês. Hoje nós precisamos estar lá... Eles têm que ver que é um agricultor que saiu da reforma agrária, ficou acampado, e eles estão precisando de uma força para sair lá debaixo mesmo, ensiná-los, porque falta muito essa conscientização e esse apoio para o pequeno agricultor..

Hoje estamos aí com um projeto bacana para eles produzirem abacate.

Fomos atrás, através da cooperativa, de uma *trend* para empresas privadas que queiram comprar a produção do agricultor e vender para eles com preço mais acessível, bem melhor, pago na propriedade do agricultor. E por quê? O agricultor, o lugar dele é produzindo, não é vendendo. E a gente está conscientizando agora, passando para os agricultores que cada um tem que assumir o seu papel: as associações têm de fazer o seu papel certo, parar de fazer política e correr atrás do melhor para eles; e a cooperativa, juntar as associações, fazer a DAP jurídica de cada associação para que a gente consiga buscar, através de governo e através de outros órgãos também, o maquinário de que a gente hoje precisa muito para continuar os trabalhos. A falta de recurso é muita para o pequeno agricultor. Precisamos muito de apoio. A Codevasf já esteve aqui com a gente também estudando esses problemas da água. Já corremos atrás de uma *trend* para a gente desenvolver, comprar toda a produção de frutas, de tudo que eles tiverem dentro da rede e já passar para mercados grandes através de contratos.

Então, a gente vai precisar muito desse apoio do Senado, do senhor, para conseguir colocar esses projetos em andamento e conseguir resolver esse problema, que é a maior dificuldade que os agricultores hoje estão tendo.

A falta de água atingiu não só aqui: como o Elisio estava comentando, é o maior problema também no Nordeste e atingiu diversas regiões brasileiras. Lá no Nordeste, foi uma das maiores.

Esse projeto que a gente quer fazer aqui para fomentar a agricultura familiar, se tudo correr bem, a gente quer mesmo é passar para todos os Estados para que copiem. Copiar não é errado. Copiando o que deu certo, a gente pode mudar muito a vida, a realidade da agricultura familiar dos pequenos agricultores do Brasil, do Goiás, aqui da nossa rede.

E precisamos também, hoje, de muito apoio, de recurso para construções com energia solar para os assentamentos. Eu acho que, se a gente tivesse um projeto de energia solar para dentro dos assentamentos, mudaria muito a vida, a qualidade de vida dos agricultores e a gente conseguiria produzir mais e gerar emprego e renda dentro de cada propriedade, tendo todos os projetos, cursos, qualificações, planejamento diversificado. Aí, a gente facilitaria outro problema que a gente tem: as estradas vicinais. As estradas hoje estão muito precárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, não só... Em todos os assentamentos, eu vejo muita dificuldade com estradas. E a gente vai precisar de estrada boa para pegar a produção boa e ter um controle de produção melhor.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Varlen. Muito boas as suas colocações.

Vamos passar, agora, então, para a Márcia Sartori, que é assessora técnica jurídica do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ela é agente do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Pará e está lotada na Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, assessorando o Pnae/FNDE.

Com a palavra, então, Márcia.

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadores, bom dia aos palestrantes que me antecederam, bom dia a todos que estão nos ouvindo.

Gostaria de agradecer o convite em nome da Didaf, que é a Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. É uma equipe que foi pensada para ficar, dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar, tratando dessas questões da agricultura familiar. Então, a gente agradece o convite.

Eu estou tentando colocar aqui a minha apresentação, mas não estou conseguindo aqui também.

O que será que houve?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou liberar para você, Márcia.

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (*Por videoconferência*.) – Tranquilo agora? Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, está aparecendo, o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (*Por videoconferência.*) – Vamos falar, então, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo e completou, este ano, 66 anos. Atua de forma complementar, segundo o art. 208, da Constituição, que traz as atribuições nas três esferas, federal, estadual e municipal, de atender a alimentação escolar.

É universal, por quê? Porque ele consegue atender todos os alunos matriculados na rede pública escolar.

Em nossa legislação atual para a compra da agricultura familiar, nós temos a Lei 11.947, que é de 2009, que é a nossa lei da alimentação escolar. Em período pandêmico, tivemos a publicação da Lei 13.987, que regulamentou a entrega de alimentos fora da escola. Em 2020, o FNDE publicizou três resoluções: a Resolução 6, que é a nossa resolução base, é bem robusta e direciona o programa; a Resolução 2, que regulamenta a entrega dos *kits* em período pandêmico; e a Resolução 20, que vem regular alguns artigos, regulamentando a Resolução 6.

A gente informa que apenas os contratos com os agricultores familiares são regidos pela lei de licitações.

Nós trazemos aqui alguns dados que foram publicizados a partir do dia 16 de novembro no portal do FNDE, que traz uma evolução histórica da aquisição da agricultura familiar desde 2010 – isso em âmbito nacional e contempla todas as entidades executoras. A gente vê que há uma curva ascendente, que vai aumentando. Em 2018 e 2019, conseguimos atingir a meta prevista em lei. Em 2018, ficou em 35,44, e, em 2019, 36,09%. Esses são indicativos bons de que estamos no caminho certo.

Trazemos aqui também alguns dados de execução das entidades executoras municipais e das secretarias de educação estaduais, só no exercício de 2019. Então, a gente vê aqui, da esquerda para a direita, os Estados que estão conseguindo cumprir a lei.

A gente tem um destaque para Roraima, que passou um pouquinho, está em 104%. Por que está em 104%? Porque ele utilizou, além das parcelas do ano, o recurso reprogramado do ano anterior, por isso passou de 100% na compra da agricultura familiar.

Nós temos ainda sete Estados que estão perto de atingir os 30%: Minas Gerais, Amapá, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro aqui, à direita. Eles estão entre 20% e 30%, então, quase lá, mas a meta, sempre lembrando, é mínima de 20%. A gente quer que chegue ao máximo, a 100% da compra da agricultura familiar.

Então, a gente tem, desde 2009, o art. 14 da Lei da Alimentação Escolar, que disciplina que, do total do recurso repassado pelo FNDE, no mínimo, 30% deve ser utilizado na compra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente do agricultor familiar para alimentação escolar. Essa compra tem infinitos benefícios para toda a sociedade: alimentação saudável e adequada, ao passo em que incentiva a aquisição de alimentos diversificados, o cardápio fica mais colorido, os alimentos são seguros – passam por uma inspeção sanitária –, sazonais, que respeitam a sazonalidade da produção da agricultura familiar, o alimento chega em período de maturação, chega saboroso, apetitoso, respeita a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais. A gente sabe que vive num País com cinco regiões muito diversificadas. Os hábitos alimentares do Norte, do Nordeste, do Sul são bem diferenciados, e, na alimentação escolar, há que se considerar todas essas especificidades de cada região.

Também proporciona apoio ao desenvolvimento sustentável por meio de um processo de aquisição facilitado. Quando é da agricultura familiar, dispensa-se o processo licitatório, gerando emprego e renda, desenvolvimento local e regional. A moeda fica na cidade, a moeda circula no Município e no Estado e gera um equilíbrio entre o meio rural e o meio urbano. Se temos um meio rural fortalecido, consequentemente, também teremos um meio urbano mais sustentável, mais enriquecido, e Município ou um Estado mais desenvolvido.

O §1º do art. 14, por si só, já autoriza e justifica a dispensa do processo licitatório nas compras da agricultura familiar para o PNAE, desde que cumpra três requisitos, ou seja, que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local – não pode ser nem acima, nem abaixo –; que atenda os princípios do art. 37 da Constituição Federal, que são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência; e que esses alimentos que vão para o nosso alunado atendam às exigências de controle estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. Hoje a gente tem as normas do MAPA e as normas da Anvisa, que a gente sempre direciona para que os agricultores familiares se adaptem na entrega desses alimentos.

O art. 14 da Lei da Alimentação Escolar, atualmente, é regulamentado por meio dos arts. 29 ao 39 da Resolução nº 6, de 2020. Então, o art. 29 reitera o que está escrito no art. 14, que o total do recurso repassado, no mínimo, 30% deverá ser aplicado na agricultura familiar. O §2º traz aquelas especificidades que dispensam a entidade executora de comprar, mas, após 12 anos, a gente acredita que isso tem que ser muito bem justificado. A inovação da Resolução nº 6 é o §1º do art. 29, ou seja, as entidades executoras que não conseguirem comprar, no mínimo, 30%, no momento da prestação de contas, isso será avaliado por meio do SiGPC, do Sistema de Prestação de Contas, e a percentagem não executada terá que ser devolvida.

Por exemplo, se um Município conseguiu comprar 25% do obrigatório; ficaram faltando 5%. Então, no momento da prestação de contas, esses 5% vão ser avaliados e vão ter que ser devolvidos. De que forma vai ocorrer essa devolução? Por meio de GRU, como prescreve o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

55 da Resolução nº 6. Então, não vai haver desconto em parcelas, nas dez parcelas que o FNDE repassa, mas, sim, a entidade executora vai poder se explicar e, se realmente se configurar que não foram executados os 30%, ela vai ter que devolver o valor respectivo.

Então, o art. 30 já reescreve um pouquinho o §1º, que a aquisição da agricultura familiar poderá ser feita mediante chamamento público. O que é um chamamento público? Esse é um grande gargalo que a gente tem hoje, no setor de licitação, que, na maioria das vezes, torna o processo um pouco difícil, burocrático, moroso, que trata a chamada pública como se fosse um modelo de licitação, e não é. Chamada pública é um procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica. O que é proposta específica? São os projetos de venda que os agricultores familiares vão ofertar na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, esses empreendimentos familiares e rurais e suas organizações.

Na Resolução nº 6, há um modelo de edital de chamada pública para aquelas entidades executoras que tiverem dificuldades na elaboração desse edital.

Enfim, o que é uma chamada pública? É um procedimento administrativo que permite dispensar o procedimento licitatório tradicional, desde que atendidas as condições do §1º do art. 14 da Lei nº 11.947, de 2009. Então, chamada pública não é uma modalidade de licitação, não se precisa entrar com processo de dispensa de licitação.

Nós temos o amparo do TCU. Ele orienta que chamada pública é um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, ao passo que possibilita a vinculação de diretrizes governamentais importantes relacionadas ao desenvolvimento sustentável, apoio à inclusão social e produtiva local, e à promoção de segurança alimentar e nutricional do nosso alunado.

Quem pode participar de um chamamento público para o Pnae? É importante que a gente diga que não trata agricultura familiar como pequeno produtor, porque hoje nós temos pequeno produtor familiar e grande produtor familiar. Então, a gente não usa chamar pequeno agricultor.

Quem é o público da agricultura familiar? Ele é um setor produtivo definido em lei; isso é muito importante que a gente mentalize. Nós temos uma lei de 2006 que define o agricultor familiar. Ele está regulamentado por meio de dois decretos, de 2017 e de 2021. Esse ano nós vamos ter uma portaria do MAPA que vai identificar esse agricultor familiar. Então, não poderemos mais chamar de pequeno produtor, pequeno, coitadinho produtor, não! A agricultura familiar, ela é grande, ela é forte, ela é poderosa, ela atende em grande mercado no Brasil, não é? E nós teremos aí o CAF, que está em fase de implementação, que é o Cadastro da Agricultura Familiar, o cadastro do agricultor familiar, porque a DAP veio como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificação do agricultor para acesso ao crédito junto ao Pronafe, e ela foi sendo utilizada para mais de 15 políticas públicas, e, até hoje, a gente a vem utilizando também para fins de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A Resolução 6 trata, no art. 34, que poderão oferecer projetos de venda em grupo formal, ou seja, as cooperativas e associações, por meios da sua DAP Jurídica, poderão oferecer projetos de venda como grupo informal. Tentando incentivar a organização da agricultura familiar, os grupos se reúnem, cada um participa com a sua DAP Física e válida e, como agricultor familiar individual, com a sua DAP Física e válida.

Nós, da Didaf, lá do Pnae, tratamos, sistematizamos as etapas desse processo de compra. Então, a gente chama aqui o passo a passo da compra da agricultura familiar para o Pnae: primeiro, a verificação do orçamento; a articulação com os atores sociais; a elaboração de cardápio; a definição dos preços; a elaboração do edital de chamada pública; a elaboração do projeto de venda; a recepção e seleção dos projetos de venda; a apresentação de amostra de qualidade; o contrato; e o termo de recebimento de pagamento. Então, esses são os passos da compra da agricultura familiar. De forma simples, desburocratizada, passamos a vê-los rapidamente por causa do nosso tempo.

Sobre o orçamento, a entidade executora precisa fazer um planejamento anual, diante do valor que é recebido pelo FNDE das parcelas que ela recebe no ano – esse é o cálculo dos 30% –, e aí verificar – no mínimo, pode ser mais que isso – as escolas que vão ser atendidas, se haverá orgânico ou não. Como a gente comentou, o recurso era programado, ele pode entrar ou não nos 30% da agricultura familiar. Isso é uma decisão da entidade executora.

Na articulação com os atores sociais, a gente conta muito com a mesa-redonda, a gente conta muito com a parceria entre a Secretaria de Educação, a Secretaria de Agricultura com os sindicatos, que são muito importantes – cada categoria tem o seu sindicato representativo; aqui o sindicato da agricultura familiar entra, as confederações da agricultura familiar. É muito importante estarem dialogando, fazendo mapeamento, tendo em vista que a produção da agricultura familiar não é estática, é muito dinâmica, considerando a sazonalidade. Então, que se façam vários editais durante o ano, que se dialogue o que temos no primeiro semestre, o que temos no segundo semestre e que se insira aí no cardápio da alimentação escolar.

Sobre a elaboração do cardápio, a Resolução 6 trata que deve ser feita por um responsável técnico, um nutricionista. A compra dos alimentos processados da agricultura familiar entra na limitação de oferta da Resolução 6 como os outros produtos. Podem ser adquiridos de forma tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A definição de preço é um ponto muito importante, é o quarto passo. Na Resolução 6, nós temos um modelo de pesquisa de preço para produtos convencionais e nós temos um modelo de pesquisa de preço para produção orgânica. É realizada, no mínimo, nos três mercados locais, priorizando a feira do produtor, da agricultura familiar. Na hora em que a entidade executora vai fazer essa pesquisa de preço junto ao agricultor familiar, é importante que ela esclareça para o agricultor quais serão os insumos exigidos. A gente sempre orienta que seja esclarecido para o agricultor se ele vai entregar uma vez na semana, a cada 15 dias, uma vez ao mês, se vai entregar o produtor embalado a vácuo, se vai entregar a mandioca descascada, embalada. Qual é o atendimento? É de porta em porta ou vai haver uma central? Então, tudo isso gera um custo para o agricultor familiar e que vai ser embutido nesse preço, na pesquisa de preço, no mínimo, em três mercados locais.

É muito importante a gente dizer que, na chamada pública, não há discussão de preço. A pesquisa de preço feita pela entidade executora vai ser o preço que vai estar disponível no edital de chamada pública e vai ser o preço que vai estar no projeto de venda por item e vai ser o preço do contrato. Então, não há que se falar aqui em menor preço, não há que se falar em disputa de preço. Quem faz o preço é a entidade executora, lá antes do edital, com o agricultor familiar, considerando todos os insumos para que o agricultor não fique no prejuízo.

Na questão dos orgânicos, é importante que esteja descrito no edital de chamada pública se há possibilidade de se fazer a pesquisa de preço específica para o orgânico ou se vai haver um acréscimo dos 30%, não é? Todas essas possibilidades têm que estar bem descritas no edital de chamamento público.

O quinto passo é a divulgação do chamamento público. Então, uma chamada pública, para ter êxito, tem que ser publicada em locais de circulação, ampla circulação. Não adianta divulgar só no *Diário Oficial da União* e no diário oficial do Estado: ela tem que estar em divulgação na internet da entidade executora, ela tem que estar em sindicatos e em entidades de assistência técnica, em diversos locais em que o agricultor familiar tenha acesso a essa informação; tem que se dar acesso a essa informação a todos os agricultores que tenham produção e que tenham capacidade de entregar para o Pnae. Nós temos esse endereço do Pnae que nos ajuda na divulgação do MAPA, da Secretaria da Agricultura Familiar, e temos também esse *e-mail* do Ministério da Cidadania – são dois *e-mails,* em que são encaminhados os editais para divulgação do chamamento público.

E, quanto a esses editais, não é um dia só para receber os projetos. Então, o edital deve ficar aberto 20 dias, no mínimo, para receber os projetos de venda e deve dizer aí qual é o local que o agricultor familiar poderá entregar o projeto de venda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à elaboração do projeto de venda, nós temos uma novidade aí da nova resolução, a resolução que aumenta o valor. Agora, para o limite individual de venda, passou para R$40 mil por DAP ano/entidade executora; e, para os grupos formais, a gente faz aquele cálculo. O número de agricultores que vão participar do projeto vezes os R$ 40 mil vai ser o valor do projeto de venda daquele grupo. O limite é por DAP/ano, ou seja, é por unidade de produção familiar agrária, é por ano; assim, é de janeiro a dezembro, e na virada do ano ele não é cumulativo, e é por entidade executora. Então o agricultor A pode vender, por exemplo, cenouras agora até R$40 mil para o Município A, para o Município B e para o Município C. Entre as unidades executoras, não é cumulativo; então, ele pode vender até R$40 mil para vários Municípios. O limite é por entidade executora. E também pode vender para o Estado e também pode vender mais R$40 mil para as escolas federais. Então, nos três níveis, esse limite não é cumulativo, nem entre Municípios. O cuidado que a gente pede é para as escolas estaduais: se a escola fizer o edital de chamada pública, aí, sim, é cumulativo, e aí a entidade executora tem que ficar de olho para não ultrapassar o limite. Controle desse limite: as cooperativas controlam os seus cooperados, associados; e, quando forem grupos informais, é a entidade executora que controla esse limite.

A seleção e a recepção dos projetos de venda é a novidade da Resolução 6. Adotou-se a questão do local como uma diretriz da alimentação escolar, e também se adotaram os critérios de religiões geográficas do IBGE no ano de 2017.

Como selecionar os projetos de venda? A gente orienta que a entidade executora faça pilhas. Então, a primeira pilha é para projetos de venda do local; a segunda pilha, a segunda prioridade, é para os projetos de venda da região imediata; a terceira pilha, para os projetos de venda da região geográfica intermediária; a quarta pilha, para o Estado; e a quinta pilha, para o País. Apenas quando a entidade executora não conseguir comprar todos os itens e as quantidades necessárias de que ela precisa, aí ela vai ampliar esse leque. O Município diz: "Eu não tenho agricultura familiar no meu Município". Então, ele vai procurar na região imediata ou na intermediária ou no Estado ou no País. Mas o Município ou o Estado não vai poder justificar que não tem agricultura familiar. Ele vai começar do local e vai ampliando esse círculo até conseguir comprar da agricultura familiar.

Há uma segunda análise que se faz: nos projetos de venda local, como é que vou selecionar? Ele vai verificar a primeira prioridade, que é para assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, destacando que não há prioridade entre esses grupos. A segunda priorização é para os produtos orgânicos ou agroecológicos. E a terceira regrinha é a de prioridade para os grupos formais, que seriam as DAPs jurídicas de cooperativas e associações, que têm prioridade sobre os grupos informais, e os grupos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informais têm prioridade sobre os individuais, e todos esses têm prioridade sobre as centrais de cooperativas da agricultura familiar.

Eu não sou muito boa em desenho, mas desenhei aqui uma lógica para a gente, não é?

Então, após a habilitação, a entidade executora tem as pilhas. Se ela tem só a pilha do local, como é que ela vai selecionar a primeira pilha? Então são os itens para a pilha dos fornecedores locais. A segunda é a pilha da região imediata; a terceira, a da região intermediária; depois, a do Estado e a do País. Muito bem, separam-se essas cinco prioridades em pilhas, em bloquinhos, é claro, se há necessidade, se há esse público de projeto.

Então, vamos começar a seleção agora pelo bloquinho do local. Qual é a primeira prioridade? Os assentamentos de reforma agrária e as comunidades tradicionais indígenas. Não havendo isso, nós vamos para os produtos orgânicos ou agroecológicos. Não havendo isso, a gente vai para a terceira regrinha, que é a do grupo formal sobre o informal, o informal sobre o fornecedor individual, e os últimos aí são as cooperativas centrais da agricultura familiar.

A apresentação de amostra é o nosso oitavo passo da compra da agricultura familiar, segue a entrega de amostra conforme regulamenta a Resolução 06. E é importante que essa previsão de amostra esteja no edital de chamamento público.

O contrato, como nós falamos, segue o modelo da Resolução 06. Ele segue a Lei de Licitações. A partir dos contratos é que se inicia, porque são contratos públicos, contratos administrativos.

O décimo e último passo é a assinatura do Termo de Recebimento. Fica uma cópia com a entidade executora e fica uma cópia com o agricultor. E aí se verifica se realmente está sendo entregue o que está no contrato. E a gente sempre diz que o agricultor familiar, além de ter a sua documentação, precisa ser capaz de emitir documentação fiscal. Então são dois documentos exigidos do agricultor familiar, o fornecedor do Pnae.

Nós temos aqui uma amostra do que seriam essas regiões geográficas imediatas e intermediárias. Pegamos o Estado do Acre, que é um Estado menor, que a gente consegue disponibilizar na tela.

Nós temos aqui o *site* do FNDE, que já vem com arquivo didático, para que se possa entender essa distribuição. É só clicar nesse *link* aqui...

Já há essa classificação, temos uma nota técnica também, na qual se explica por que foi adotada essa regra do IBGE para dividir essa seleção dos projetos de venda... Lembrando que não é uma limitação; é um critério de seleção dos projetos de venda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Estado do Acre tem aqui duas regiões imediatas. Cada região imediata aqui ao lado, na coluna à direita, tem seus Municípios que pertencem à região imediata. Mais à direita, nós temos uma, duas, três, quatro, cinco regiões imediatas e, mais à direita, os Municípios que compõem cada região imediata do Estado do Acre.

Como a gente define a questão do local? Porque é uma diretriz da alimentação escolar. O art. 2º da Lei 11.947, inciso V, traz que os produtos devem ser adquiridos como uma diretriz da alimentação escolar no âmbito local e da agricultura familiar. Então, a partir do art. 35 da Resolução 06, como que a entidade executora vai definir o que é o fornecedor local? Claro, por meio do seu documento, que é a DAP. Na DAP física, a entidade executora verifica o Município indicado na DAP e, na DAP jurídica, entende-se por local o Município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs físicas registradas no extrato da DAP – lembrando que não é porcentagem; são números absolutos de DAPs físicas.

A gente orienta que, quando houver problema da DAP, como validade, é muito importante, porque, se a DAP estiver vencida, inabilitada, não há como entrar no projeto. Então, há esse endereço aqui. É importante verificar a entidade emissora da DAP. Nesse endereço que está abaixo desse quadrado, há todas entidades cadastradas no MAPA e que emitem DAP. Sempre que você precisar ver a DAP, procure a sua entidade emissora da DAP nesse endereço.

Então aqui nós temos um exemplo da DAP física. Esse agricultor familiar detentor dessa DAP pode concorrer em vários editais de chamamento público, mas ele só vai ter a priorização de local em Marabá, no Pará, Município indicado na DAP. Só nesse Município ele será considerado local e terá prioridade para comercializar seus produtos.

Uma DAP jurídica será considerada local onde? A gente desce até esse quadradinho que fala a quantidade de DAPs por Município. Então, Feira de Santana tem 70; Santa Bárbara tem 3; e são Gonçalo dos Campos tem 1. Essa DAP jurídica só vai ser considerada local em Feira de Santana, porque é onde há o número maior de DAPs físicas, válidas e ativas no sistema do MAPA.

Essa DAP jurídica pode concorrer em todo o País, mas ela só vai ter a priorização de local em Feira de Santana, nesse Município, por meio da entidade executora de Feira de Santana.

Nós temos uma parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar, nós temos um acordo de cooperação técnica. O FNDE não responde por DAP. Nós temos a SAF, que responde por todas as políticas da agricultura familiar. Então, a gente indicada esse contato para quando tiver algum problema com DAP. É interessante que sejam denunciadas todas as irregularidades por meio desse *e-mail* e por meio desse telefone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pandemia. É importante a gente falar um pouquinho também da pandemia.

A Lei 13.987 apenas altera o art. 21 da lei da alimentação escolar; ela não a revoga. Ela altera para quê? Porque, em caráter excepcional, o alimento pode ser distribuído fora da escola. E, para regulamentar a Lei 13.987, o FNDE publicou a Resolução nº 02. Ele manteve todos os repasses em período pandêmico, inclusive com duas parcelas extras que foram entregues em dezembro e em janeiro. Não foi regulamentada a entrega de cartão, mas a entrega de gêneros alimentícios no formato de *kits* para os pais ou os responsáveis do alunado.

Foi um desafio para o FNDE, porque é muito tranquilo você entregar o alimento na sua zona de conforto, dentro da escola. Então, a gente teve um desafio de regulamentar a entrega do alimento fora da escola no formato de *kits.* A atribuição da entrega desses *kits* foi da equipe de nutrição local, porque ninguém melhor do que a nutricionista e toda a equipe local para organizar, para compor esse *kit* de alimentação. A forma de distribuição foi orientada de maneira que não gerasse aglomerações: uma pessoa da família se dirigisse ao local para retirar ou que fosse entregue na casa desse familiar.

A aquisição da agricultura familiar permaneceu obrigatória durante a pandemia, não houve flexibilização desse percentual de 30%, mas foi orientado que se realizasse por meio não presencial, de forma remota, fosse publicizado, fossem enviados os projetos por meio de *e-mail*, fossem utilizados todos os meios eletrônicos e *online* possíveis e também foi orientado que não fossem rompidos os contratos com os agricultores familiares. Muito importante que as entidades executoras mantivessem e cumprissem os contratos com os agricultores familiares para não gerar um desequilíbrio e um prejuízo financeiro para os agricultores.

O FNDE fez duas publicações. A primeira foi da cartilha sobre como entregar os alimentos fora da escola em período pandêmico. Então, o FNDE teve essa preocupação de orientar as entidades executoras sobre como lidar com essa pandemia, como entregar esse alimento. E também, depois, no período híbrido, houve a segunda cartilha, que foi publicada – ela está disponível nesse *site* do FNDE –, sobre como tratar, no período híbrido, com o público que frequentava a escola e, ao mesmo tempo, ficava em casa. Então, o FNDE também teve essa preocupação de estar orientando esse período híbrido.

Agradeço. Espero que tenha conseguido atingir aí o meu tempo. Agradeço a atenção de todos.

Este é o nosso *e-mail:* didaf@fnde.gov.br. A gente tem uma rotina diária de responder *e-mails.* Nós somos uma equipe de quatro pessoas e nós nos colocamos à disposição para estar cooperando, para estar atuando com todos os atores envolvidos nesse processo de compra da agricultura familiar. E o que a gente não consegue responder, como eu disse, a gente tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceria com o MAPA, com a SAF, a gente encaminha, o que é de competência deles, para que eles respondam.

Muito obrigada. E passo para o senhor, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Márcia.

Vou passar agora, então, para o nosso último...

Márcia, se você puder passar a sua apresentação agora para nós aqui, para o WhatsApp da Andréia... Está bom? Porque a gente está sem sua apresentação para disponibilizar aqui na audiência.

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (*Por videoconferência*.) – Será um prazer. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Márcia.

Passo palavra agora ao ex-Superintendente da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no DF e entorno (Incra/DF), Igor Soares Lélis. Ele foi Superintendente aqui da SR 28 de julho de 2017 a julho de 2021. Possui graduação em Medicina Veterinária pela universidade de Alfenas, a Unifenas, e pós-graduação em Produção de Ruminantes pela Universidade Federal de Lavras. Foi instrutor de capacitação técnica no Serviço Social de Aprendizagem Rural (Senar/DF, Senar/GO), Inspetor de Defesa Agropecuária da Agência de Defesa Agropecuária de Tocantis, Superintendente do Serviço de Inspeção Municipal de Formosa (GO), e responsável pelo controle de qualidade da indústria e sanidade do rebanho nas empresas de laticínios Barra Alta e Laticínios Alvorada.

Prazer estar contigo aqui, Igor!

Passo a palavra, então, ao meu amigo Igor.

O SR. IGOR SOARES LÉLIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! Bom dia a todos os participantes.

Senador, eu vou tentar ser bem sucinto nas minhas palavras. Eu estou em Santarém, no Pará. Peço desculpas por não ter conseguido fazer uma apresentação, visto que eu estou sem uma ferramenta, um computador, só estou com o celular. Minha apresentação será apenas verbal, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Senador, eu analiso que existem dois grandes grupos da agricultura familiar no País. A agricultura familiar tradicional seria um dos grupos, que é aquela que vem de sucessão familiar, que tem o pai, tem o filho, tem o neto. E essa agricultura me preocupa muito, por quê? Porque hoje não existem políticas públicas para o jovem, não existem políticas públicas para nós mantermos os netos, os jovens, e eles darem continuidade àquilo que foi construído pelos seus avós, pelos seus pais. Por exemplo, Senador: o BRB poderia muito bem ter uma linha de crédito para os jovens, dispensando uma garantia real, exigindo apenas um penhor de uma safra, entende? Por quê? Porque muitas vezes essa propriedade já foi dada em garantia para outra linha de crédito, de aquisição de uma máquina, enfim, e o jovem fica ali muitas vezes refém só do trabalho, de dividir aquele ganho, que muitas vezes não é suficiente, com os seus pais, com os seus irmãos, e ele não consegue crescer na sua atividade. E aí vem a desistência, o sujeito procura fazer uma universidade, ele quer virar um advogado, um engenheiro e não quer dar continuidade.

Todos esses números positivos que foram relatados pelos meus antecessores, como renda – a gente sabe que a agricultura familiar gera uma renda em torno de 106 bilhões –, os milhões de hectares que são explorados pela agricultura familiar, vários empregos também gerados pela agricultura familiar, então, todos esses números positivos, Senador, se nós não buscarmos uma política pública para segurarmos o jovem na propriedade rural, todos esses números positivos estarão comprometidos no futuro. O futuro nosso é tenebroso se nós não tivermos políticas públicas para os jovens. Isso me preocupa muito, Senador.

No caso específico do Distrito Federal, nós temos de buscar meios para manter os jovens para darem sequência àquilo que foi criado e construído com muita luta pelos seus antecessores.

Então, esse é o primeiro grupo que eu citei, que é o grupo da agricultura familiar tradicional, que vem de pai para filho. O outro grande grupo, Senador, é o grupo da agricultura familiar proveniente da reforma agrária. Como é de conhecimento de todos, o Incra faz uma aquisição de uma área, ele faz o fracionamento, loteia-se essa área, criam-se várias parcelas, e ali o Incra assenta várias famílias, coisa que no passado não foi dessa forma. O Incra fez foi favela rural. O Incra criou favelas rurais no meio rural. Comprava-se uma área, colocavam-se ali centenas de famílias, sem crédito, sem energia, sem água e se falava para o sujeito: "Agora, se vira! Produz! Se você não conseguir produzir, eu ainda te excluo dessa parcela, porque ela é uma concessão de uso, e ponho uma outra família". O sujeito não tinha o título. Então, criou-se favela rural. Essa é uma realidade que nós temos que também mudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse grupo da agricultura familiar, Senador, é da agricultura familiar proveniente de reforma agrária, esse segundo grupo. Existem políticas públicas que só prestigiam esse grupo da agricultura familiar proveniente de reforma agrária e desprestigiam a agricultura familiar de sucessão. Como assim? Por exemplo, o Incra tem uma política pública do crédito habitacional. O Incra vai lá, deposita na conta do assentado R$34 mil, para ele construir a sua casinha. Ele tem uma carência de três anos para poder pagar isso e daqui três anos ele devolve para o Incra 5% disso, que vai dar em torno de mil e poucos reais. Por que a agricultura tradicional, que vem de sucessão familiar, também não pode ter acesso a essa mesma linha de crédito que um assentado da reforma agrária tem? Por que só o assentado da reforma agrária tem uma linha de crédito com essas condições? Tudo bem, a agricultura familiar tradicional também tem linhas de créditos para poder construir a sua residência, mas não nessas condições que o assentado da reforma agrária tem. Então, Senador eu acho que a gente tem que não ter mais essa diferenciação de agricultura familiar proveniente de reforma agrária e agricultura familiar de sucessão hereditária, certo? Temos que estudar como estender a lei também para a agricultura familiar tradicional.

Outro crédito que existe na agricultura familiar de reforma agrária é um fomento. A pessoa tem um rebate de 90% e uma carência de um ano. Essa linha de crédito é para ele comprar bomba, motor, cano, e a agricultura familiar tradicional também não tem acesso a uma linha de crédito com esses benefícios.

Então, Senador, como eu disse, como eu estou de férias, eu não consegui fazer uma apresentação, mas eu acho que nós temos que focar os nossos esforços e manter os jovens e igualarmos essas políticas públicas: agricultura familiar proveniente de reforma agrária e agricultura familiar proveniente de sucessão hereditária têm que ser consideradas a mesma, porque senão – eu reforço novamente – o nosso futuro é preocupante. É preocupante, Senador.

Eu acho que é isso. Eu escutei também os meus antecessores falando sobre a titularização. Nós na frente do Incra, Senador – isso é do conhecimento do senhor –, fornecemos mais de 3 mil títulos. Aqui, para o Distrito Federal e Entorno, foram 3 mil escrituras. Com essa escritura, obviamente, o sujeito passa a ser dono, tem a confiança de investir um financiamento ou um recurso próprio na sua propriedade, porque não corre o risco de ele perder aquilo. Então, a titularização também é uma política pública que tem sido executada neste atual Governo. E eu espero que, nos próximos governos, se mantenha essa mesma política de titularização, porque isso é a carta de alforria, é a segurança jurídica. Enfim, é isso que todos esperam.

Senador, eu acho que eu fui bem sucinto, espero ter sido objetivo no que eu acredito da agricultura familiar, que é mantermos o jovem e igualar as políticas públicas para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foram citados pelos meus antecessores, por exemplo, programas de aquisição pela Conab muito importantes, como o PAA. Eu só gostaria de fazer uma observação. Eu acho que esses programas de aquisição, Senador, poderiam se estender não só para as merendas. Por que não se estender isso para os quarteis? Por que não se estender isso para as prisões? Fazer aquisição só para a merenda? Vamos estender isso – vamos estender isso. Eu acho também que a gente pode trabalhar em cima disso.

Senador, muito obrigado.

Um bom dia a todos.

Estou e estarei à disposição de todos para a gente somar e levar o desenvolvimento para a agricultura familiar, que é tão importante para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Igor.

Bem, recebemos aqui também alguns comentários e perguntas de internautas. Vou fazer aqui também algumas considerações.

O Geová Chagas da Costa, de Minas Gerais, diz: "O tema dessa audiência é de suma importância para toda a sociedade. Parabéns!".

Yeda Malheiros de Oliveira, do Paraná: "Em sua opinião, quais as políticas públicas mais recentes para o público representado no setor e no ambiente florestal?".

José Agostinho de Figueiredo Silva Filho, de São Paulo: "Gostaria muito de poder colaborar na implementação de políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar. É possível?". E também: "Atuei no projeto Nutre Nordeste, em 2010, e fico feliz de que os 30% estão se transformando em realidade, embora com 12 anos de tempo".

Bem, diante das falas, eu quero aqui colocar algumas considerações.

Primeiro, o que falta neste País são políticas públicas de Estado – esse é o primeiro ponto – e que seja uma política integrada. Eu não sei se perguntaram para a Ministra Tereza, que é minha amiga, Ministra da Agricultura, quantas vezes ela conversou com o Ministro da Educação. Acredito que nenhuma. O que eu vejo muito não só no nível federal, mas no nível local também, em termos de secretarias... Primeiro, que não é nem mais política de governo, porque, aqui, em Brasília, nós estamos no quinto Secretário de Educação, no sexto Secretário de Saúde. Isso muda todo semestre. Então, a política já não é mais de governo; é semestral. A gente perde essa política pública importante de Estado, evidentemente coordenada também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por carreiras de Estado, porque não adianta também você, a cada seis meses também, mudar os comissionados que conduzem a política, e, muitas vezes, a gente não tem sequer a sequência do projeto.

Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: a gente tem uma diferença muito grande entre o mundo real e o mundo virtual. Você sabe que, no Brasil, na legislação da iniciativa privada você faz o que você quiser, só não pode fazer o que é proibido. Mas, na área pública, você só pode fazer o que é permitido, e há uma diferença aí da água para o vinho. E não se considera muito o mundo real: o mais importante é a burocracia, é olhar lá a vírgula e os pontos, se está correto, se o cara... Se, lá na ponta, o cara está passando fome, se está morrendo ou não, isso aí não faz muita diferença.

Então, há uma realidade operacional muito ruim no Brasil, inclusive quando eu falo do aspecto municipal, estadual e federal. Às vezes, algumas determinações federais são incompatíveis ou excedem, em termos de exigências, com a realidade municipal. E como foi dito aqui: primeiro, a agricultura familiar é pujante; o que falta, realmente, é regularização fundiária. Isso é fundamental. Há uma lei já aprovada. Acho até que não precisava nem de tanta lei, já se poderia ter feito isso há muito tempo.

Como foi falado aqui, Igor, os assentamentos muitas vezes são de assentados sem nenhuma condição, sem nenhuma capacitação, sem nenhuma matéria-prima, sem água, muitas vezes sem luz, sem nada, e aí querem que o cara produza para sobreviver da terra. O cara não sabe nem qual é a vocação da terra, para que serve aquela terra, se é produtiva, se não é, que tipo de produção...

Segundo, a gente tem a questão burocrática, a falta de pessoas, seja no Incra, seja no ministério, seja na secretaria... Falta pessoal. Aí, você não consegue fazer, porque não há pessoal, não consegue porque não há informatização, o sistema está quebrado, mudou o sistema... É uma burocracia que a gente...

E as pessoas estão lá na ponta, passando fome. Apesar de o Brasil hoje ser um dos maiores produtores de alimento, se não for o maior, a gente tem aqui, na Capital da República, a pessoa passando fome – aqui, a 14km do Congresso Nacional.

Eu estive – Igor, você deve conhecer, é evidente – agora, sexta-feira passada, lá no PA Contagem. Fica aqui, a 40km de Sobradinho, da Fercal. Há 93 famílias assentadas, área maior, são 17ha para cada família, mas, dessas 93 famílias, somente 4 estão conseguindo vender no... Agora é PA Brasil. Talvez por isso. Há aí o DAP, que é esse programa, e acho que só 4 famílias conseguiram, porque está vencido não sei o quê...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei o seguinte: o cara produziu lá abóbora, que está perdendo... Primeiro: não tem internet, não há internet lá; aí há a nota fiscal; a cooperativa é lá no meio do mato, e não existe nada, não tem acesso a nada. O transporte das crianças, disseram que só há 12 crianças estudando, então não há ônibus – alguém esquece que se poderia mandar uma van, qualquer coisa assim. Então, as crianças não têm. As estradas, sem a mínima condição de chegar... E estou falando daqui da Capital da República; não estou falando da Amazônia, não estou falando do Nordeste, estou falando da Capital da República. As pessoas estão lá. O filho produz lá na propriedade, e os R$40 mil – eu vi aqui o limite: devem ser R$40 mil anuais, não é, Márcia? –, R$40 mil anuais, você divide por 12 para uma família. E você sabe que as famílias têm quatro, cinco, seis, oito filhos. Aí, se você tem um filho com capacidade de produzir alguma coisa ou que já está produzindo porque está lá há não sei quantos anos, ele não pode, porque é por família...

Então, eu vejo que existe muita coisa bacana, como foi colocado aqui, eu acho que o Pnae é muito importante, 30% – acho até que tinha que ser mais, muito mais do que isso, 100%, se possível –, mas tem que estender. O Governo precisa exercer o poder de compra dele, como foi dito aqui pelo Igor, para os quartéis, os hospitais, os restaurantes comunitários. Em tudo isso, obrigatoriamente, tinha que ser da agricultura familiar.

Agora, o que a gente vê também é isto: o pequeno produtor produz, e não tem como levar para o Ceasa, porque não há estrada, não tem carro, o cara não consegue. Está lá. A questão agora é... Como é que chamava, na minha época, a troca de mercadoria, quando se trocam mercadorias: "mucambo"? Não... Como é que é? Você troca a mercadoria, o cara que produz abóbora troca com o outro que produz feijão. É como se vivessem apenas para comer, porque não têm outra coisa.

Então, a gente precisa, de fato, aproximar – é um desafio nosso – as universidades das empresas, da área rural. Se não há uma política para os jovens se fixarem na área rural, todo mundo vai embora. Os jovens querem internet, os jovens querem entretenimento, querem melhorar de vida. E, na área rural, não têm, ainda, condições para isso. Por quê? Por falta realmente... Não há como você financiar nada, porque não têm o título. Metade da população do Brasil, como aqui em Brasília, não tem escritura, mora de forma irregular, porque não há políticas públicas de habitação, de moradia etc. Então, não há mais aquele... "Ah, vamos forçar os jovens para que fiquem na área rural", onde não têm internet, não têm televisão – lá não pega isso –, não têm transporte. Os caras não vão ficar, eles vão para a área urbana e acabam ficando desempregados, entram no submundo porque chegam lá e não têm oportunidade.

Então, o que eu vejo que falta – e eu acho que a gente tem uma legislação bacana, bonita – é, lá na ponta, a gente ver o que está acontecendo. Eu fico assim... Eu fui agora, semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passada, a Santa Luzia, a 14km aqui do DF, do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional. Peguei um carro e fui. A 14km, temos Santa Luzia. As pessoas não têm água para tomar banho, não têm água para beber, infraestrutura zero, estão passando fome. Aí, há o caso: o cara está passando fome, quer uma cesta básica: "Não, tem que ser no 156". Liga para o 156, e não consegue. Quando consegue agendar, falam: "Daqui a três meses você vai ser atendido". Cara!

Então, eu vejo assim, estou fazendo esta audiência para chamar a atenção porque a gente precisa ter uma política pública de Estado integrada, na ponta, para o pequeno produtor que está no meio do mato saber que precisa haver internet lá e que não se pode exigir uma nota fiscal eletrônica se a pessoa nem consegue sair de lá. Agora, venceu não sei o quê, o registro não sei de onde, e, sem esse registro, a pessoa não pode ter a DAP e, não tendo a DAP, não pode vender. Fica um negócio assim... A pessoa fica doida, porque ela não sabe... É tanta coisa!

Eu mesmo vi a apresentação aqui, Márcia, que foi bacana. Com a cartilha, eu aqui entendo muito bem. Eu estava com dúvidas aqui agora e por isso pedi a apresentação. Mas fico imaginando aquele semianalfabeto que está lá fora; a pessoa não entende essas coisas.

Então, você tem aí... A Embrapa – eu ia perguntar isso agora –, para nós, é uma referência e deveria ser valorizada e aplaudida diariamente. Mas, aqui, nós estamos lutando para colocar um orçamento para pagar a folha, porque não se valoriza a Embrapa. E, se temos essa produção toda nesse Cerrado, isso se deve à Embrapa. Se não fosse a Embrapa, não teríamos nada aqui, a nossa balança comercial não existiria.

Eu vou perguntar ao Elisio: como é que a Embrapa pode contribuir para a disseminação dessa tecnologia gerada entre os pequenos agricultores familiares? De que forma a Embrapa pode ir à ponta para oferecer essas tecnologias, para disseminar isso? Quais são os gargalos encontrados na disseminação do conhecimento aos pequenos produtores?

E o pior é que, quando o pequeno agricultor do assentamento consegue vender, pegar um carro emprestado sei lá de quem ou arrumar um carro, quando chega à Ceasa, ele acaba vendendo por um preço que não compensa porque, como foi dito aqui, os produtos aumentaram, e o Brasil não investe nisso. A soja... A Embrapa fez um monte de coisa para a produção de soja, e, agora, o Brasil exporta soja sem valor agregado. E agora começam a aumentar o preço dos fertilizantes, dessas coisas todas, aumentando o custo. E aí esses pequenos produtores... Quem ganha é o intermediário. A pessoa chega lá e, para não perder a mercadoria, acaba vendendo-a por um preço lá embaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se houvesse internet realmente na área rural, se houvesse banda larga, que já deveria estar neste País há muito tempo, eles poderiam vender como vendem hoje, direto pela internet. O produto poderia ser entregue direto do produtor para o consumidor, sem passar pelos intermediários, que, normalmente, são os que ganham dinheiro. Então, a gente poderia avançar muito nisso.

Eu perguntaria ainda: que políticas públicas devem ser consideradas prioritárias na busca de maior produtividade entre os pequenos produtores? Pesquisa agropecuária? Crédito rural? Assistência técnica? Extensão rural? Políticas educacionais?

Eu estava ouvindo aqui e lembrando que, outro dia, eu fui a Minas, em uma viagem, e, na estrada, havia vários produtos expostos, com o preço de cada um e com uma caixinha, sem ninguém lá. É óbvio que a esperança era esta, a de que o cara pararia, compraria, colocaria o dinheiro e iria embora, o que seria o ideal. Mas, para a gente, hoje, falta educação, valores. Hoje não dá, lamentavelmente... Era o ideal você, pequeno produtor, fazer tudo isso. Mas, se deixar hoje, à beira da estrada, qualquer coisa, coitado, quando ele chegar ali, aquilo já foi há muito tempo, e ele não tem nada de volta.

Então, primeiro, é isso aí.

Segundo, eu queria aproveitar e perguntar também para a Márcia, do Pnae: como foi essa questão? Qual foi o impacto dessa medida referente à segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica, das escolas públicas, no que tange à continuidade das demandas de gêneros alimentícios, principalmente nessa pandemia? Houve dificuldade de operacionalizar essa distribuição de alimentos? As escolas conseguiram realmente atender às famílias nesse período? A legislação hoje existente sobre o tema foi suficiente para que se obtivesse a melhor condição possível na questão da distribuição do material durante a pandemia de covid? Tem que mudar ainda a legislação, apesar de agora haver o retorno às aulas? Também há sugestões para que a gente possa alterar a legislação para incentivar, facilitar, desburocratizar um pouco também essa questão da compra de alimentos do produtor, do pequeno agricultor para o Governo, seja nas escolas, seja em hospitais, seja em restaurantes comunitários, seja nos quarteis ou em outros lugares?

Então, eu vou passar a palavra na ordem inversa e gostaria de que vocês fizessem, então, um comentário e as considerações finais, já agradecendo a participação de cada um.

Então, Igor, você, que está aí... Onde é? Tocantis? Ou Pará? Vou passar a palavra para você, para, primeiro, fazer as suas considerações. Depois a gente a passa para a Márcia, para o Varlen e para o Elisio.

Pois não, Igor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR SOARES LÉLIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu acho que as suas palavras foram muito precisas. A política pública tem que ser de Estado, não pode ser semestral, como está acontecendo no nosso Distrito Federal, tem que ser uma política de Estado, e é preciso haver uma comunicação entre os ministérios, no caso do Governo Federal, e, no caso dos governos estaduais, uma comunicação entre as secretarias.

O jovem, muitas vezes, pela ausência de saúde na área rural, de segurança, de internet, como o senhor fez referência, acaba desmotivado, perde a esperança de constituir família, de ser o chefe da família e de dar condições financeiras para a sua família ter as coisas que deseja, as coisas que são de consumo de um jovem, de uma família.

Então, eu acho, basicamente, isto: a política pública tem que ser de Estado mesmo, Senador. É isso aí, concordo plenamente. Eu trabalho, sempre trabalhei no serviço público, focado neste mesmo segmento: política pública de Estado e para os menos favorecidos. Eu escuto, muitas vezes, os seus discursos, e o senhor sempre frisa muito isto: Governo é para os mais necessitados, porque o que tem condição vai ao hospital particular e se vira. Então, nós temos que focar sempre as políticas públicas para os mais necessitados. O sujeito não tem condição, e a nossa obrigação, à frente de cargos e de instituições, é levarmos isso para os mais necessitados, não para os que têm condição.

No mais, muito obrigado a todos.

Eu estou, Senador, no Pará, em Santarém. Vim aqui conhecer o Rio Tapajós, o encontro do Rio Tapajós com o Rio Amazonas, um lugar maravilhoso, um lugar de Deus mesmo.

Um abraço. Fiquem todos com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Boa pescaria para você!

O SR. IGOR SOARES LÉLIS (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, ontem, inclusive, estava na pauta, aqui no Senado, para se votar a questão dos incentivos da energia solar, energia limpa. Foi retirado da pauta – espero que volte o mais rápido possível –, mas é uma contribuição imensa para o setor dos pequenos agricultores a energia. Não há sentido, não há lógica achar que alguém ainda vai morar num lugar que não tenha energia, que não tenha água. Então, a gente precisa agilizar esses processos de implantação de tecnologias novas, como há no mundo todo, pensando na agricultura.

Então, a energia solar resolve muito nos assentamentos; grande parte dos assentamentos não tem energia. As estradas, horríveis; a maioria não tem carro, mas, só para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar as crianças mesmo, para ir para a escola, já é um problema. Então, esses pequenos detalhes para quem não conhece, ou que não frequenta, ou que nunca viu são diferentes. Você está aqui no escritório, no ar-condicionado, com internet, assim como a gente está aqui, mas, lá na ponta, gente, o negócio... Está braba a coisa! A gente precisa realmente pensar um pouco mais nisso, de dar essa escritura logo para as pessoas. Nossa, há gente com 50 anos, 60 anos, aqui, esperando uma porcaria de um documento. E, aí, a burocracia: "Não pode isso, não pode aquilo"; o sistema não funciona; tem que bater o carimbo no cartório de não sei onde. Pelo amor de Deus! Aí, o cara não tem crédito, não tem financiamento, passando fome, e é um potencial imenso de produção.

Vou passar para as considerações e também, se puder responder, Márcia, sobre a questão do Pnae, com relação a essa questão da pandemia, como é que a gente pode simplificar esse processo de facilitar que os pequenos agricultores, que estão lá na ponta, sem energia, sem transporte, sem nada, possam ter a garantia de que a produção deles vai ser adquirida em algum lugar. Porque eu estou falando aqui – não é teoria –, eu estive lá, vi a produção e vi que eles não conseguem realmente vender essa produção. Tudo bem, óbvio que tem que ter a DAP, que é importante, só que, para ter essa DAP, tem que ter outra coisa no Estado, outra no Município. Aí faltou a do Município, está fechado, na pandemia o pessoal não atende; o cara também não sabe ler, não entende exatamente o que é, não entende o que precisa.

Então, passo para as suas considerações finais e, na medida do possível, comentar um pouco sobre a questão do período da pandemia agora, nas escolas, como é que foi essa distribuição.

A SRA. MÁRCIA SARTORI SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É um prazer estar participando, Senador.

O meu comentário vai se dividir em três partes. Primeiro, eu vou fazer um adendo sobre o PAA Compra Institucional. Eu hoje não trabalho com PAA, mas já trabalhei há algum tempo.

Desde 2012, nós temos um decreto que institui a modalidade do PAA Compra Institucional. É uma modalidade pela qual as entidades federais, com recursos próprios, podem comprar dos agricultores familiares. Há muitas compras que já vêm sendo realizadas pelas Forças Armadas para o Exército; já vem acontecendo isso há algum tempo. E muitos presídios já vêm realizando essa compra da agricultura familiar. Então, é uma demanda que já está em andamento desde 2012 – é com muita alegria que eu passo essa informação para vocês. E hospitais também; há um hospital de Porto Alegre, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que está comprando da agricultura familiar desde 2012. Há muitos outros exemplos do Exército, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Forças Armadas que vêm comprando do PAA Compra Institucional. E é com recurso próprio, mas regulamentado por meio do Ministério da Cidadania.

Na questão da articulação com os atores locais, Senador, eu concordo muito com a sua palavra. O programa Pnae é um programa intersetorial, ele precisa de ações de intercooperação. É nesse intuito que o FNDE vem buscando parceria com entidades como a Secretaria de Agricultura Familiar. Nós assinamos esse ano um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar do MAPA. Nós vimos desenvolvendo seminários regionais: desenvolvemos um em Goiás, que foi muito exitoso, teve a participação de todos os atores envolvido nesse processo de compra – Emater, auditor fiscal agropecuário do MAPA, entidades de assistência técnica –; realizamos um seminário recentemente em Roraima, que é um grande comprador de agricultura familiar; e nós temos muitas oficinas programadas também.

O que a gente entende? – como o senhor também entende: o Pnae precisa de ações na ponta, e é por isso que, se o senhor verificar no nosso passo a passo da compra da agricultura familiar, o segundo passo é a articulação com os atores locais desse processo de compra. Então, a gente pede sempre este diálogo na ponta: da nutricionista com os sindicatos da agricultura familiar, com entidades de assistência técnica, que a Secretaria de Educação possa dialogar com a Secretaria de Agricultura Familiar. O setor da educação precisa conhecer o que está sendo produzido local e regionalmente e também incentivar novos produtos para estarem sendo implementados no cardápio, mas a agricultura familiar também tem que conhecer um pouquinho a evolução da legislação do Pnae e qual é a demanda do Pnae, como entregar os produtos para alimentação escolar, os princípios, as diretrizes do programa. Então, a gente defende muito, a gente incentiva muito nas nossas capacitações, essa mesa-redonda, em palavras mais simples, localmente.

Nós estamos desenvolvendo um projeto das Oficinas Temáticas da Agricultura Familiar, visando a esse aumento, a essa articulação com os atores. Então, todo mês a Didaf, do Pnae, vem realizando, de forma *online*, claro. Ontem nós tivemos uma, foi muito bom o diálogo. Cada mês é uma temática, cada mês é um passo dessa compra da agricultura familiar. Ontem inclusive nós tivemos dois fiscais agropecuários do MAPA dialogando com a gente os normativos para vender a polpa de fruta da agricultura familiar ou a fruta congelada e também os normativos para vender a farinha de mandioca ou a goma, o que o agricultor familiar precisa, o que não precisa. Então, nós estamos muito interessados nesse diálogo com todos os setores responsáveis pela compra da agricultura familiar não só aqui, como o senhor diz, em Brasília, mas a gente está tentando, e o FNDE já vem fazendo isso há algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que a gente vê que essa linha crescente do aumento dos 30% é porque o programa, o Pnae, é responsável pela compra. O Pnae não tem a competência de mitigar, porque o Pnae não tem esse alcance, ele não tem a competência de fomentar assistência técnica. Então, o que o FNDE faz? Ele tenta dialogar com as entidades que são responsáveis por essa assistência técnica para que exista esse fomento todo.

Como o Elisio disse, eu também sou filha de agricultor familiar, eu me formei numa região muito produtiva que é a região do Médio Alto Uruguai, ali de Planalto, Erechim, Chapecó, e ali a agricultura familiar é muito forte. Nós temos cooperativas muito empoderadas, principalmente no setor de produção de arroz. E a gente entende muito bem as dificuldades na ponta. Quando a gente realiza um monitoramento ou uma capacitação, Senador, a gente sempre coloca que a legislação é essa, não é? Mas vamos adaptá-la, porque o País tem cinco Regiões extremamente diferenciadas e, então, é como o senhor diz: vamos ver o que é permitido.

E a gente orienta que essas dificuldades que a entidade executora tenha, principalmente com a agricultura familiar ou com os instrumentos de compra, sejam todas documentadas em ata e guardadas para prestação de contas, porque o mundo não é perfeito. É difícil você fazer um programa, uma legislação, uma resolução que vá se adaptar para todas as regionais do País. Então, a gente também vai adaptando e vai pedindo para que os Municípios e Estados documentem e guardem todos os percalços, os gargalos, e nos apontem também, para tentarmos solucioná-los, não é?

Vigente é esta a evolução. Em 2020, o FNDE publicou 13 resoluções tentando atualizar toda essa questão entre o prático e o legal, porque na prática realmente é diferenciado.

Sobre a DAP, a gente sabe que ela é um documento gratuito. Então, a gente escuta muito sobre as dificuldades de se conseguir esse documento. Mas, como o FNDE não tem essa ingerência de fomentar, precisa-se desse apoio realmente do MAPA.

E finalizando agora sobre o covid. Foi um período tenso, acho que todos os ministérios passaram por isso. Como eu disse, houve a publicação da lei que autorizou a entrega dos *kits* fora da escola. O FNDE teve uma grande preocupação com essa entrega do alimento fora da escola. Tentamos incentivar nas nossas capacitações a permanência da compra da agricultura familiar, para que não gerasse um prejuízo para o agricultor; tentamos incentivar a aquisição dos *kits* para que as crianças não ficassem em estado de insegurança alimentar.

Nós tivemos uma pesquisa, o FNDE fez uma pesquisa, com todas as entidades executoras que compraram os *kits* – e a gente pode disponibilizar para o senhor o *link* dessa pesquisa, com muita satisfação –, e nós tivemos, assim, exemplos variados, Senador. Porque também a gente há de entender que, por mais que a gente seja gestor da política do Pnae, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta, a gente depende muito do gestor municipal e estadual de fazer. A gente percebeu que houve Municípios que compraram, tivemos *kits* excelentes da agricultura familiar, e a gente tem muitas fotos assim de encher os olhos – porque o Pnae não parou o repasse, não é?

Ele manteve as suas dez parcelas, inclusive com duas parcelas a mais, em dezembro e em janeiro. Mas houve entidade executora que pegou recurso público do Pnae e descentralizou um cartão, quer dizer, não seguiu a nossa legislação, a Resolução 02. Mas aí o que a gente vai fazer? Isso depende muito da vontade do gestor local. Por isso, a gente vem investindo muito em capacitações, em oficinas, em seminários, para dialogar e levar a informação. Como o senhor diz, a informação, o acesso à informação, a gente acredita que isso é primordial. É preciso atualizar a legislação na ponta. Então, a gente percebeu que ficou muito na vontade do gestor local.

Nós tivemos muitos exemplos que conseguiram manter a compra da agricultura familiar e o repasse, sim, dos *kits*. Inclusive, fizemos seminários com a FAO, seminários que abrangeram toda a América Latina. Tivemos exemplos de Municípios mostrando experiências exitosas na compra de *kits* da agricultura familiar em período pandêmico. E foi uma atividade maravilhosa junto com a FAO, que é um organismo internacional que trabalha muito com a agricultura familiar.

O Pnae fica sempre disponível sempre que precisarem. Se a gente puder contribuir, se a gente puder atualizar e divulgar a nossa legislação, isso será um prazer, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Márcia.

Passo, então, para as considerações finais também do Varlen Vinicius.

Varlen...

O SR. VARLEN VINICIOS PEREIRA MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, as conclusões... A gente viu aí que a maior dificuldade, como o senhor tem visto, sempre está na DAP, não é? O Pnae é uma solução para ajudar muito o agricultor, mas, como o senhor estava falando, há muita dificuldade mesmo até para eles participarem do Pnae, porque até aí aparecem os atravessadores também, os sabidões. Nesse tempo mesmo, veio um pessoal de algumas associações, iludindo o pequeno agricultor, falando que vão comprar dele, querendo usar a DAP dos pequenos. Por eles não serem bem instruídos, querem usá-los, para eles venderem pelas associações deles lá do cafundó do judas que vão aparecendo, para ganharem dinheiro. E acabam usando a DAP do pequeno agricultor, comprando no Ceasa e entregando para as escolas, e o pequeno agricultor também fica sendo afetado nessa área. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vejo acontecendo muito isso. Então, acho que a gente precisaria também desburocratizar uma parte e fazer mais fiscalização em cima de outra, para conferir se o pequeno agricultor mesmo está entregando o produto dele.

Hoje, a gente... A cooperativa está... Começamos hoje a ser emissores de DAPs dentro da Ride, onde vamos desenvolver o Selo da Agricultura Familiar e fazer miniprocessamentos dentro de cada assentamento, utilizando as associações deles, para eles fazerem a agroindústria deles, tudo bem processado. Não vão gastar muito dinheiro. E aí a gente consegue agregar valores e passar não só para o PAA e para o Pnae, como para mercados internos e para a rede privada também.

Eu queria dizer que, se precisarem de nós, estamos aqui à disposição para fomentar o pequeno agricultor. Estamos atrás... Precisamos muito também de assistência técnica mais qualificada. Precisamos de mais assistência técnica.

É isso aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Varlen.

Para encerrar, para fazer as suas considerações finais, o nosso grande representante da Embrapa, Elisio Contini.

O SR. ELISIO CONTINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado por levantar a questão da Embrapa. A questão de recursos sempre é um problema, o cobertor realmente é curto, mas nós precisamos, nas prioridades, considerar muito a tecnologia. E agradecemos o seu apoio sempre para esta instituição, que, conforme o senhor disse também, foi muito responsável por essa revolução no Brasil e, principalmente, no Cerrado, aqui perto de Brasília, no Mato Grosso, por toda essa revolução que a gente observou.

A sua questão é fundamental. Nos últimos 30, 40 anos, a tecnologia é básica e é o que explica, segundo vários estudos, a evolução da produção. Não é mais nem terra nem trabalho, é tecnologia.

Há alguns ramos que estão resolvidos, como o maquinário, que o setor privado já produz bem, etc. A preocupação, acho, que é com... Onde há setor privado forte, há cooperativas, a CNA, o Sebrae, que já atendem, vamos dizer, a parte da extensão rural, de informação.

Eu vejo, Senador, a televisão como uma grande força nos últimos anos. O senhor se lembra do Globo Rural, que obrigou até os padres no interior a transferir a hora da missa, porque o pequeno produtor, o agricultor familiar queria ver o Globo Rural?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há uma preocupação muito grande em relação a onde não existem cooperativas, particularmente no Semiárido do Nordeste, onde estão 47% da agricultura do País e onde há poucos cooperados, poucas cooperativas e com grandes deficiências.

Nesse lugar, eu acho que nós temos que distinguir duas coisas. Um grupo de pessoas, de agricultores vai precisar de assistência técnica, via Bolsa Família, via aposentadoria. E é nessa região que existem mais de 3 milhões de aposentados. Acho que o Estado fez um trabalho, vamos dizer, maravilhoso nisso. Agora, para as pessoas que têm condições de produzir, nós temos que fazer um esforço danado na política pública. Eu destacaria aqui, Senador, o trabalho que começa agora... Sabemos que interrompemos a Embrater, que era o braço federal de extensão rural nos anos 90, com o Collor. Depois se criou, o Congresso foi fundamental nisso, a Anater, que é a Agência Nacional de Extensão Rural. Então, temos que, vamos dizer, constituir realmente esse órgão público do Ministério da Agricultura para que realmente fomente, via empresas privadas até, a extensão para os agricultores que têm condições de se tornar, de pequenos hoje, médios, grandes produtores.

Acho que é um trabalho fundamental pegar estas tecnologias, e a Embrapa está desenvolvendo. Nós estamos no Nordeste com vários centros. Nós temos, na parte de pequena produção, na agricultura familiar, centros de arroz, feijão, milho, hortaliças, muitas frutas regionais, inclusive na Amazônia, embora falte uma demanda mais crescente.

Eu acredito muito, Senador, no aumento da produção via exportação. Esse é um grande desafio que nós temos para a agricultura familiar e para a exportação. Estamos tentando em leite, não é? Estamos tentando já em arroz, cuja produção não é tão pequena, mas vamos também ter em frutas, em pescado na Amazônia – pescado. Nós vamos ter que articular, estruturar. Foi o que se fez há 70 anos em Santa Catarina. Nós temos que trazer esses modelos para o Nordeste e para a Amazônia, para poder minimizar o problema da pobreza e levar essas pessoas a que tenham uma vida digna, uma vida, vamos dizer, humana, civilizada. E realmente o Brasil tem que crescer, tem que se tornar desenvolvido.

Muito obrigado. E a Embrapa está à sua disposição e do Governo para nós progredirmos na área de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana.

Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês. Foi uma bela audiência. Espero que daqui a gente possa evoluir numa simplificação da legislação para que o pequeno produtor lá na ponta possa receber o mais rápido possível o seu título, que tenha financiamento, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha políticas públicas de Estado para que ele possa produzir, vender, colocar os meninos na escola, ter acesso à saúde, à educação, à tecnologia. É o que a gente espera.

Bem, agora nós vamos passar à deliberação do Requerimento 21, de 2021, de que eu faço a leitura.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 21, DE 2021

Requer realização de audiência pública para debater o impacto da PEC 23/2021..

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o impacto da PEC 23, de 2021, sobre os programas sociais do Governo Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Tereza Campello, ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Sr. Floriano Pesaro, sociólogo e especialista em desenvolvimento social; representante do Ministério da Cidadania; representante da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Nós temos aí uma PEC, conhecida como PEC dos precatórios, de que a gente estava falando, da questão do teto fiscal, estamos falando dos precatórios da educação, estamos falando aqui do Auxílio Brasil, mas qual é o impacto disso? Quantas pessoas serão atendidas? O Governo inicialmente colocou 17 milhões; agora, passou para 20 milhões. No auxílio emergencial foram mais de 40 milhões de brasileiros recebendo. Então, a gente precisa discutir e ter convicção para não deixar nenhum brasileiro fora desse programa, pessoas que estão aí passando dificuldade.

Então, é esse o requerimento.

Em discussão o Requerimento nº 21. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 21.

Em votação o Requerimento nº 21, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. A Comissão aprova o Requerimento nº 21, de 2021.

Proponho também a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 18ª e 19ª Reuniões, realizadas em 12/11 e 17/11.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos que participaram desta audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Plínio Valério, Angelo Coronel e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o impacto da PEC 23/2021 sobre os programas sociais do Governo Federal. **Participantes:** Sr. Floriano Pesaro, Sociólogo e especialista em desenvolvimento social; e Sr. Vinicius Leopoldino do Amaral, Consultor de Orçamento da Consultoria de Orçamentos – CONORF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/29

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de novembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: "O impacto da PEC nº 23, de 2021, sobre os programas sociais do Governo Federal".

Foram convidados a participar: o Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, cuja ausência foi justificada por motivo de viagem oficial – poderia muito bem ter mandado um representante, porque o que me interessa não é a presença do Ministro, mas os dados, as informações com relação à situação do auxílio emergencial, quantas pessoas receberam... –; Tereza Campello, Professora Visitante da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), que justificou também a sua ausência por questões médicas. Ela esteve, na segunda-feira, participando do debate exatamente numa sessão temática do Senado para discutir, de fato, a questão da responsabilidade fiscal e também a questão do teto com relação aos precatórios, com relação aos precatórios do Fundef.

O PT apoiou e aprovou um requerimento convidando também a Tereza Campello, que levou os dados sociais: quantas pessoas o projeto estava atendendo e quantos auxílios emergenciais foram concedidos. Então, há essa discrepância, por isso que nós tivemos o cuidado de aprovar imediatamente, na sexta-feira, para dar tempo, porque a PEC começa a ser discutida agora, na terça, quarta e quinta e, provavelmente, será votada. E, sem esses dados, fica difícil se votar essa matéria. Por isso que a gente deu oportunidade ao Governo de trazer para nós aqui os dados, porque, inicialmente, falou-se em 17 milhões de famílias; a medida provisória, que foi aprovada na Câmara e que também está no Senado, fala em 20 milhões; e, na prática, o auxílio emergencial foi pago para mais de 40 milhões, 43, 45 milhões de pessoas. Então, alguém está fora desse auxílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que o Governo está fazendo, o que o Governo vai fazer com esses 20 vinte milhões de pessoas ou 25 milhões de pessoas que vão ficar fora do programa? Por isso é que a gente fez, de imediato, esta audiência pública, mas, se o Governo não tem interesse em mostrar a realidade, o que nós vamos fazer? Vamos debater isso no Plenário do Senado e, aí, nós vamos querer saber lá, no Plenário, como é que está essa situação, como é que o Governo vai deixar fora 25 milhões de pessoas, ou não vai deixar. É isso que nós queremos saber.

A ex-Ministra Tereza trouxe esses elementos, que a gente gostaria de debater hoje, exatamente para saber se nós estamos deixando alguém para trás, porque há muita gente passando fome aqui no Brasil e em Brasília, inclusive. Então, a gente não pode deixar as pessoas fora do programa.

Foi convidado também Floriano Pesaro, que é sociólogo e especialista em desenvolvimento social; e Vinicius Leopoldino do Amaral, que é Consultor de Orçamento da Consultoria de Orçamento aqui, a Conorf.

Esta reunião está sendo interativa, transmitida ao vivo e aberta também à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br, ou também pelo telefone 0800-0612211. Repetindo: 0800-0612211.

E, depois dessas apresentações que vocês terão condições de fazer, a gente faz o debate aqui nas considerações finais.

Eu vou passar imediatamente a palavra, porque nós estamos, daqui a pouco também na Comissão Mista do Orçamento, discutindo essa matéria. Então, eu vou passar rapidamente a palavra, primeiro, para o Vinicius, que é o Consultor, e depois eu passo para o Floriano.

Vinícius, então, passo a palavra para você, sabendo que nós temos este interesse. O que importa para nós aqui é... Não sei se você acompanhou na segunda-feira: a gente fez aqui uma audiência pública, mas, como o tema não era área social, a gente, então, em função dos dados apresentados pela Tereza Campello de que vários, milhões de pessoas vão ficar fora do auxílio em função da PEC 23, a gente precisa votar essa PEC com muita segurança de que ninguém vai ficar para trás nesse auxílio emergencial.

Então, eu passo, Vinicius, a palavra para as suas considerações

O SR. VINICIUS LEOPOLDINO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Em sua pessoa eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa.

Desde já passo para a apresentação. Trouxe aqui uma apresentação com alguns números para a gente discutir todas as complexas questões que estão em torno do Orçamento de 2022. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está visível a apresentação? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Perfeito, está ótimo.

O SR. VINICIUS LEOPOLDINO DO AMARAL (*Por videoconferência.*) – Perfeito, ótimo.

Como nós sabemos, a pandemia da covid trouxe um impacto em todo o mundo sobre as despesas sociais. Então, houve uma grande ampliação do gasto social, especialmente em termos de saúde, em termos de transferência de renda, educação e outras áreas.

Em grande parte do mundo, isso foi viabilizado por meio de alterações ou suspensões das regras fiscais vigentes. A União Europeia é um caso, por exemplo: ela suspendeu durante três anos as suas regras fiscais.

Como tem sido os gastos federais no enfrentamento da pandemia? Em valores atualizados até outubro, o que foi gasto em 2020 ficou na faixa de R$587 bilhões; o que está sendo gasto este ano está na faixa de R$138 bilhões. No entanto, para 2022, a previsão orçamentária que veio no projeto encaminhado pelo Executivo é muito baixa: é de pouco mais de R$7 bilhões. Aí, claro que nós já temos uma primeira discrepância entre a realidade dos fatos e o que está até o momento acolhido no Orçamento.

Quais são, então, as preocupações principais em relação ao Orçamento de 2022?

A primeira questão – o Senador já colocou muito claramente – é a questão da demanda por transferências de renda. Isso porque as taxas de desemprego seguem altas, sem uma previsão de serem revertidas no curto prazo.

O próprio montante que vem sendo pago ao longo do ano de 2021 tem se mostrado insuficiente para conter o avanço da fome, da miséria no País, e, como bem apontou o Senador Izalci, existe esta questão em aberto de que tipo de apoio vai ser oferecido aos mais de 20 milhões de beneficiários do auxílio emergencial, porque, até o momento, não há acolhida, não há nenhuma previsão de isso ser incorporado ao Auxílio Brasil.

Se nós olharmos os montantes previstos para a transferência de renda, nós veremos uma abrupta queda em relação ao que foi feito em 2020 e 2021. Em valores atualizados, o montante transferido em 2020 foi em torno de R$382 bilhões; para este ano, em torno de R$97 bilhões; e o que está previsto na proposta orçamentária de 2022 é apenas R$34 bilhões, ou seja, temos uma queda de 64% em relação a 2021 e de 91% em relação a 2020. Então, a questão a ser discutida é: que montante será reservado para as transferências de renda em 2022?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós trouxemos duas possibilidades. A primeira é simplesmente manter o mesmo montante total, somando o Bolsa Família, o auxílio emergencial e o Auxílio Brasil, que será pago em 2021, atualizando pela inflação. Isso nos daria um montante em torno de R$97 bilhões, o que exigiria complementar e incrementar o que veio na proposta orçamentária, em torno de R$62 bilhões, ou seja, é preciso aumentar em R$62 bilhões. Outra hipótese é a seguinte: vamos manter o total pago durante o período do auxílio emergencial, porque, durante os meses do auxílio emergencial, que foram de abril até outubro, o montante pago mensal foi maior do que nos demais meses. Se nós pegarmos o que foi gasto mês a mês nesse período e anualizarmos, atualizando pela inflação, nós teremos um montante em torno de R$132 bilhões para 2022, o que exigiria aumentar o que veio no Orçamento, na proposta orçamentária, em torno de R$98 bilhões. Isso são só hipóteses do que tem que ser acrescido no Orçamento de 2022.

Outra área que está subestimada é a área da saúde. Seguem sendo necessárias diversas despesas ligadas à pandemia para 2022: vacinação, testes, leitos hospitalares, atendimento à covid longa – às sequelas das pessoas que tiveram covid –, assim como uma forte demanda represada de procedimentos eletivos que foram postergados durante a pandemia porque o sistema de saúde estava totalmente dedicado ao combate à covid.

Aqui também, na saúde, nós vemos uma drástica redução dos valores reservados. Em valores atualizados, em 2020, foram gastos em torno de R$45 bilhões; e, para este ano de 2021, estão autorizados R$53 bilhões. No entanto, o que vem na proposta orçamentária são apenas R$7 bilhões, ou seja, uma queda de quase 90% em relação ao que é previsto gastar em 2021. Então, é claro que há uma subestimação. Mesmo considerando que a pandemia siga o curso atualmente previsto, sem sequer se considerarem novas ondas causadas por novas variantes, por exemplo, ainda assim as despesas estão subestimadas no Orçamento. E nós estimamos, no mínimo, em torno de R$16 bilhões, que teriam que ser acrescidos ao que veio já previsto na proposta orçamentária.

Temos um terceiro problema na proposta orçamentária que veio, que é o fato de que diversas despesas obrigatórias estão subestimadas, especialmente em função da defasagem de parâmetros de inflação. Então, somando as defasagens em termos de benefícios previdenciários, BPC, abono, seguro-desemprego, despesas de pessoal, subsídios, outras despesas, há uma lacuna em torno de R$38 bilhões, número esse apresentado pelo Governo na audiência pública da semana passada.

Somando apenas estes três itens – transferência de renda, saúde, despesas obrigatórias –, sem nem incluir, por exemplo, outras potenciais despesas, como despesas para educação, para recuperar o atraso educacional, pegando apenas esses três itens, nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de espaço adicional, para 2022, entre R$116 bilhões e R$152 bilhões, de acordo com o montante que se definir para as transferências de renda.

O que a PEC dos precatórios faz? Ela abre um espaço no Orçamento – esse espaço hoje, com os parâmetros, inclusive, atualizados da projeção do Focus para o IPCA, divulgado agora há pouco, estaria em torno de R$120 bilhões. Distribuídos como? Quinze bilhões seriam destinados para o Orçamento de 2021, seriam abertos no Orçamento de 2021, mas poderão ser gastos, na prática, em 2022; e mais R$113 bilhões a serem abertos no Orçamento de 2022, divididos em R$110,6 bilhões, para o Poder Executivo, e mais R$2,4 bilhões, para os demais Poderes e órgãos.

No entanto, apesar desse espaço bastante significativo aberto, não há garantia de que as despesas que aqui apresentamos com a pandemia venham a ser adequadamente atendidas. Inclusive a restrição, que foi introduzida no relatório apresentado na quarta-feira, é insuficiente para dar essa garantia.

Por exemplo, em termos de transferência de renda, o que o Governo vem propondo – inclusive propôs, reafirmou esse número na audiência da semana passada – é que haveria um incremento de R$51 bilhões no Auxílio Brasil em relação ao número que veio na proposta orçamentária. Isso levaria o montante das transferências para em torno de R$86 bilhões em 2022. Só que, como vimos, esse montante, então, vai ser menor do que o montante pago em 2021, ou seja, a projeção atual do Governo é, mesmo com a PEC, mesmo com a abertura desse espaço de R$128 bilhões, que o montante de transferências vai ser menor em 2022 do que em 2021. O que se pode esperar, então, é que o atual cenário de avanço da fome e da miséria apenas irá aumentar em 2022.

Quando nós comparamos com outro cenário, que seria uma anualização do montante pago do auxílio emergencial em 2021, a defasagem ainda é maior: ela chega a quase R$50 bilhões.

Lembro que a proposta do Governo, até o momento, não contempla nenhum espaço, nenhum recurso para os ex-beneficiários do auxílio emergencial que não estejam acolhidos já no Auxílio Brasil e nem na fila do antigo Bolsa Família.

Em termos da saúde, a PEC vai elevar o piso da saúde em um montante estimado em R$5,4 bilhões, mas ela não garante que este novo espaço no piso será utilizado para o combate à pandemia. Além disso, a PEC define que um dos usos para os R$15 bilhões a serem abertos, a serem acrescidos no Orçamento de 2021 será a vacinação contra a covid. Só que não reserva, não especifica que montante, desses R$15 bilhões, será garantido, ou seja, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o espaço aberto de R$128 bilhões, não há garantia de que essas demandas de saúde, estimadas em pelo menos R$16 bilhões, sejam atendidas de forma adequada.

Nesse cenário, então, a gente traz uma proposta alternativa de que esse espaço, o ajuste a ser feito no teto de gastos, seja triplamente limitado: que ele seja limitado em finalidade – que o montante total aberto seja limitado em finalidade –, apenas para a correção das despesas obrigatórias e para atender despesas ligadas à pandemia; que o montante seja fixado na própria PEC; e que haja uma limitação também no tempo, que esse montante seja aberto para 2022, apenas, e, eventualmente, também, para 2023, entendendo que uma ampla revisão das regras fiscais deve ser tema do Governo que assumir em 2023.

Com isso, nós não teríamos nenhuma limitação do pagamento dos precatórios, que é algo que entendo ser inadequado, que gera insegurança jurídica, é um calote a direito adquirido, e se evita a dispersão de recursos com outras despesas e também a elevação desnecessária com despesas de outros poderes, por exemplo, que não há nenhuma demanda para que isso ocorra, e também com emendas impositivas, que também nenhuma demanda foi apresentada nesse sentido.

Com isso, você poderia ter um aproveitamento melhor do espaço fiscal a ser aberto. Então, simulando aqui um cenário com o mesmo espaço fiscal que a PEC estaria abrindo, nós poderíamos ter, ao invés de R$51 bilhões, R$73 bilhões destinados às transferências, o que permitiria, por exemplo, transferir, na base de R$400, por família, o que poderia atender em torno de R$22,5 milhões de famílias.

E aqui nós trouxemos um exemplo de possível redação para essa proposta alternativa. Seria basicamente uma inserção no §6º do art. 107 do ADCT, que é onde são definidas as exceções ao teto de gastos. E ele abriria uma exceção específica para 2022 apenas com esses propósitos.

Importante, então, algumas considerações finais.

Entendemos que é necessário que uma PEC amplie o espaço de teto de gastos.

Não vejo como viável que o espaço vislumbrado, que é de mais de R$110 bilhões – o espaço necessário –, possa ser atendido apenas com cortes de despesas ou outros tipos de classificação.

A PEC hoje abre um espaço considerável, mas não garante que esses recursos irão para a pandemia; cria insegurança jurídica; e cria prejuízos aos detentores dos precatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta alternativa pode sanar essas deficiências, e, por outro lado, quando pensarmos em despesas permanentes, é importante também considerarmos possíveis medidas do lado da receita.

Essa é a apresentação.

Fico, então, à disposição para questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Vinicius.

Muito boa a apresentação, as informações.

Passo imediatamente, então, para o Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci! Bom dia, Vinicius! Parabéns pela apresentação!

Vou seguir na mesma toada, sem uma apresentação, Senador Izalci, mas com uma pequena fala mais do ponto de vista das expectativas que nós temos em relação à questão da pobreza, que se ampliou durante a pandemia, no Brasil, de forma, inclusive, preocupante, maior do que o aumento da pobreza em outros países com economias similares à do Brasil. Então, essa é uma preocupação, dado que o Governo teve uma medida importantíssima, no ano de 2020, com o auxílio emergencial, na faixa de R$600, podendo chegar até R$1,2 mil. Isso fez uma diferença enorme naquele momento no consumo das famílias, na manutenção da economia, especialmente da economia local e do pequeno e do microprodutor, mas também, acima de tudo, mantendo uma renda e uma qualidade de consumo mínimo voltado para a alimentação.

Os dados mostraram que 80% do consumo dessa renda do auxílio emergencial, assim como já era identificado no Bolsa Família, são gastos com gêneros de primeira necessidade, em especial, alimentação. Esse é um dado importante, porque mostra que as pessoas consomem esse recurso gerando e ampliando muito o mercado local, especialmente esse de gêneros de primeira necessidade. Então, isso de alguma forma ajudou também não só a manter as famílias com um consumo mínimo, mas também a dinamizar o comércio local, especialmente o comércio local. E 80% desses recursos foram gastos com alimentação, medicação ou gêneros necessários, por exemplo, para algum tipo de trabalho ou geração de renda. Então, esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é mostrar a necessidade – acho que o Vinicius nos trouxe de forma bastante clara – de ampliação de recursos orçamentários, especialmente, até mais do que financeiros, mas orçamentários, de espaço orçamentário para esse gasto social.

O que acontece é que o Governo, no início de 2021, criou um hiato, um *gap*, ao não dar a continuidade necessária ao auxílio emergencial. Isso fez com que houvesse uma interrupção e um agravamento não só da questão social, da renda das famílias, que deixou de existir por um período relativamente longo, mas também da própria dinamização desse comércio local. Então, as duas coisas foram impactadas pela ausência de um auxílio no início deste ano de 2021.

Ao se retomar esse auxílio, retomou-se num valor muito menor, e agora se fala novamente de um aumento de valor, mas aquém daquele valor que foi pago em 2020.

Quais são os impactos disso?

Primeiro, ao falarmos de um valor em torno de R$400, nós estamos dizendo que estamos pagando menos do que foi pago em 2020, pois se acresce a esse valor a inflação, a inflação acumulada desse período, que é de quase 10% – essa é a inflação oficial.

Nós também verificamos, através dos indicadores da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da Universidade de São Paulo, que a inflação real para os mais pobres é também maior do que a inflação real para os mais ricos no Brasil. Então, a inflação dos mais pobres chegou, em determinados produtos, a mais de 20%, o que faz com que esse auxílio emergencial já se inicie, no valor de R$400, com uma defasagem de poder de compra que deve ser observada. É importante o auxílio, mas é importante observar qual é a capacidade de consumo que esse auxílio vai proporcionar a essas famílias que não têm nada – estamos falando de famílias em extrema pobreza.

A proposta do Governo é ampliar esse auxílio para um universo maior, até por uma questão de medida proposta pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que determinou que o Governo pague os chamados mínimos sociais ou uma renda básica mínima a todos os brasileiros para que possam ter o consumo preconizado na Constituição: de habitação, de saúde, de alimentação, além de educação.

Nós temos aí já uma indicação de que é preciso criar um programa, primeiro, Senador Izalci, perene. Então, acho que isso é algo importante e uma das críticas mais importantes à PEC dos precatórios e à criação desse Auxílio Brasil agora, pois é necessário que ele seja perene ao substituir o Bolsa Família, que dê um horizonte maior não só da fonte de financiamento, mas também dos mecanismos de monitoramento, fiscalização, controle e avaliação da eficiência desse programa ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, é importante destacar que no programa deveria constar, sem obviamente querer que sejamos viúvas da inflação, como se dizia no passado quando se criou, no Governo Fernando Henrique, o Plano Real, alguma proposta de indexação, Senador Izalci, pois é importante que isso exista nessa proposta do Auxílio Brasil, dado que nós estamos vivendo um período de retorno da inflação a dois dígitos e que obviamente um auxílio como esse, em menos de um ano, terá o poder de compra reduzido em pelo menos 10%, se nós enxergarmos a inflação passada. Então, acho que seria importante pensar num indicador, que poderia ser o próprio INPC, de reajuste anual desse programa.

O outro ponto é a atenção à questão da linha da pobreza. Essa é uma discussão antiga, mas absolutamente necessária. O programa se pretende universal, ou seja, para todos aqueles que precisem dessa renda, mas aí é necessário, então, definir quem são aqueles que precisam dessa renda do ponto de vista da renda *per capita* familiar. Então, a ideia da linha de pobreza na proposta é a de subir de R$100 para R$105 e de R$200 para R$210 *per capita* a linha da pobreza, aquilo que identifica se uma família passa ou não necessidades primárias e, portanto, necessita desse auxílio emergencial.

Acho, Senador, que talvez seja preciso ampliar um pouco esse valor da linha da pobreza, o valor monetário que identifica a linha da pobreza, porque, quanto mais ampla for essa ideia do que é ser ou não pobre no Brasil, ou seja, isso tem muito a ver com a capacidade de consumo dessas famílias e com o acesso a bens e serviços públicos, como lembrou o Dr. Vinicius do Amaral, na área da saúde e na área da educação... Então, isso tem a ver com quais são os acessos que essas famílias têm e qual é a renda que essas famílias têm para o consumo próprio delas. Então, eu acho que pensar em R$105 e R$210 *per capita*, da extrema pobreza e da pobreza, é muito pouco. Talvez seja preciso ampliar um pouco mais esse escopo para que a gente tenha um número maior de famílias atendidas e, claro, para que seja algo mais real, mais realista, do ponto de vista do sofrimento dessas famílias na impossibilidade do seu consumo.

E, aqui, quero sempre destacar, Senador Izalci e demais Senadores, que nós estamos falando do consumo básico, nós não estamos falando de nenhuma extravagância, obviamente. Nós estamos falando do chamado consumo primário que, como eu disse no início, é um consumo em que até 80% são destinados à alimentação dessas famílias. Então, são gastos de primeira necessidade, comprando alimentos para a subsistência.

Outro ponto importante é a questão da fila. Talvez, esse seja um dos pontos mais importantes que o Relator Marcelo Aro colocou na proposta, que é a questão do fim da fila, ou seja, todos aqueles que têm direito, que estão elegíveis para receber o benefício, que se enquadram na questão da renda *per capita* do programa nas condições de extrema pobreza ou de pobreza estariam aptos a receber o programa, são elegíveis e, portanto, teriam direito. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia do direito é importante não só como o próprio ministério afirma que a questão de gerar fila daqueles que têm direito, mas que não conseguem acessar o benefício, mas, especialmente, porque, ao ser um direito dessas famílias, elas passam, então, a ter menos burocracia no acesso ao programa, menos dificuldade de acessar o programa. E isso facilita, inclusive, o trabalho do próprio serviço social, da assistência social, especialmente os Cras e os Creas, que são centros de referência da assistência social, na identificação dessas famílias.

E eu juntaria isso, Senador Izalci, ao uso intensivo do Cadastro Único. Por mais que a gente possa ampliar o programa e pensar em um programa universal, é fundamental, até baseado nos relatórios e no monitoramento que a gente teve do programa do auxílio emergencial de pessoas que não tinham necessidade de receber o programa e acabaram recebendo os recursos... Alguns poucos devolveram, quando identificados, mas acabaram recebendo recurso inadvertidamente, ilegalmente, perante a legislação que amparou o Auxílio Brasil, por absoluta falta de controle do Governo Federal – absoluta falta de controle!

Passou-se o controle que antes estava no Ministério da Cidadania, através do acompanhamento das assistentes e assistentes sociais, dos Cras e dos Creas, para o banco, a Caixa Econômica, fazer esse controle. Ora, o banco não tem condição de fazer um controle social. Ele pode fazer um controle monetário, contábil – o Senador Izalci também é dessa área também. Ele pode fazer um controle contábil, monetário, fiscal, mas não tem condição de, na ponta, saber, de fato, se aquele sujeito de direito, se aquele cidadão tem ou não o direito de ter acesso àquele determinado programa. Daí a importância do Cadastro Único, quer dizer, que se respeite o Cadastro Único, que se amplie o Cadastro Único. Nós estamos falando de uma ampliação importante desse Auxílio Brasil.

Por isso, acho que nós devemos não só apoiar a aprovação dessa PEC... Obviamente, eu estou falando do ponto de vista social, da abertura de espaço orçamentário para a ampliação de um programa social que é tão importante nessa retomada do crescimento econômico pós-pandêmico e na retomada também dos chamados mínimos sociais para essas famílias que, ao longo da pandemia, perderam sua renda, ficaram desempregadas. Como os números nos mostram, são em torno de 14 milhões, mas os números reais são muito maiores do que os números oficiais. Fala-se, Senador Izalci, em 25 milhões de pessoas que estão sem emprego. Nós havíamos até sugerido a criação de uma medida que pudesse ser uma bolsa em torno do Auxílio Brasil, uma bolsa-desemprego, "destrabalho", porque o sujeito não terá mais trabalho. Então, não é só o seguro-desemprego, mas é que ele não terá mais emprego, provavelmente. Então, a ideia de ter um "seguro-destrabalho", algo que possa gerar uma renda mais permanente para ele através desse mecanismo de transferência de renda, que é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer maneira, mais uma vez, é a utilização do Cadastro Único como principal instrumento, a espinha dorsal de um programa público dessa magnitude, dessa envergadura.

O Vinicius trouxe aqui a questão dos recursos. A gente fala de uma ampliação de R$35 bilhões para R$86 bilhões, o que é algo positivo, absolutamente positivo, em que pese, como mostrou o Vinicius, se nós considerarmos a inflação do período, com certeza, esse valor não estar ajustado ao que já foi pago num passado próximo, em 2020. Mesmo assim, eu considero, Senador Izalci e Dr. Vinicius, que o valor é importante. Nós estamos tendo um crescimento, um espaço orçamentário importante, com a aprovação da PEC, para também ampliar o programa.

E, por último, Senador, eu diria que há alguns pontos que eu considero fundamentais para nós, que, especialmente, sempre defendemos a ideia de porta de saída. Apesar de defender que o programa seja perene e que isso esteja na lei, que seja um programa universal e perene, isso não significa que as pessoas precisem depender desse programa de forma perene. Nós queremos que as pessoas possam caminhar, crescer, evoluir, do ponto de vista financeiro, do trabalho e da geração de renda. Então, o programa traz três coisas que eu considero muito importantes. Primeiro, ele separou os três benefícios do núcleo de combate à pobreza dos cinco que são chamados por ele de transformação social, então, a porta de saída do programa, como o auxílio-esporte; a iniciação científica para famílias que tiverem um bom desempenho escolar e também em jogos, no esporte; o Criança Cidadã, fundamental uma atenção especial ao chamado vale-creche, que é o programa Criança Cidadã; a produção rural e o auxílio de produção urbana para quem conseguir emprego. E há a ideia da conta poupança, que é algo também que nos pareceu inovador, Senador Izalci, e acredito que nós devemos ter um olhar atento à manutenção dessa ideia, que é o advento de um bônus de 50% para quem conseguiu um emprego de carteira assinada na sequência do programa, creditando um valor por um período, para que ele não perca o poder de compra. Esta era uma das críticas que se faziam ao Bolsa Família: as pessoas não queriam arranjar um emprego legal, com carteira assinada, ou mesmo um MEI, porque corriam o risco de perder o Bolsa Família. Então, como não queriam perder o Bolsa Família, ficavam na ilegalidade, na informalidade ou deixavam de ter interesse em procurar emprego formal. O programa que está sendo proposto agora, o Auxílio Brasil, propicia a possibilidade de o sujeito procurar uma porta de saída, procurar um caminho, sem necessariamente perder toda a renda. Ele propõe metade dessa renda depositada numa conta poupança, que pode ser utilizada justamente para conter esses choques negativos na sua renda a partir do início de uma nova vida, de um novo trabalho.

Senador, eu acho que, em linhas gerais, eram essas as minhas observações.

Lembro também que o programa tira a limitação de cinco beneficiários por família, o que é algo interessante também, porque enxerga a família maior e não necessariamente a quantidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de filhos. E, por último, não perde de vista as contrapartidas, que são fundamentais para a evolução do ser humano: então, a questão do Criança Feliz, a incorporação do Criança Feliz dentro dessa estratégia do Auxílio Brasil; a vacinação, a medição e o acompanhamento do peso da criança, da vacinação da criança; e o desempenho escolar, que é fundamental para que a gente possa ter um futuro melhor nas próximas gerações, quem sabe dependendo menos de programas de transferência de renda.

Eram essas as minhas considerações iniciais, Senador Izalci.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Vinicius.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Floriano.

Foram apresentações bastante enriquecedoras de informação, que é do que a gente precisa. Daqui a pouco, inclusive, vamos começar a reunião lá na Comissão Mista do Orçamento, e eu quero levar essas informações para lá, antes também da votação da PEC.

Prestigiando aqui os nossos internautas, há algumas perguntas e considerações para que depois, muito rapidamente, se puderem responder alguma coisa...

Josue Rodrigues, aqui do Rio Grande do Sul: "Quais as alternativas existentes, além da PEC 23/2021, para serem a origem dos recursos do Programa Auxílio Brasil?".

Joao Batista, do Mato Grosso do Sul: "Está sendo considerado que a PEC 23/2021 acarretará grave impacto na economia brasileira, afastamento de investidores, etc.?".

Leandro Luz, do Paraná: "A correção pela Selic, considerando a possibilidade de uma correção abaixo da inflação, não seria uma medida inconstitucional?".

Josue de Candio, do Rio Grande do Sul: "Quais os principais impactos da PEC 23/2021, sob a ótica orçamentária, sobre os programas sociais do Governo Federal?".

Marcos Ribetti, do Espírito Santo: "Quais os impactos nos cofres públicos caso a PEC 23/2021 seja aprovada?".

Luiz Morais, de Alagoas: "Qual a alternativa para o caso de não aprovação da PEC?".

E o Josue Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "Qual o regime atual que trata sobre o tema pagamento de precatórios?".

E comentários aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Geraldo, do Rio de Janeiro: "A PEC 23/2021 é um calote do Governo Federal nas ações transitadas em julgado. O cidadão contribuinte poderá usar o mesmo recurso".

Nilson Peres, de São Paulo: "O Senado deve aprovar o pagamento de precatórios alimentícios dos credores de mais de 60 anos aprovado pela Câmara. Ações de 1995. Anistiados!".

Helder Oliveira, do Rio de Janeiro: "O Auxilio Brasil poderia encampar o auxílio emergencial, já que quem recebia esse auxílio não participava do antigo Bolsa Família".

São essas as considerações.

Acho que essas informações trazidas aqui na apresentação do Vinicius são bastante esclarecedoras. A gente, de fato, tem esta questão principal desta audiência que é exatamente a necessidade de apoio a mais de 20 milhões de ex-beneficiários do auxílio emergencial que não foram incluídos no Auxílio Brasil, pelo que me consta também. Por isso, fizemos esta audiência. Nós estamos deixando para trás aí mais de 20 milhões de pessoas. Por isso, nós temos que debater isso aí para ver com o Governo. Lamentavelmente, o Governo não trouxe aqui as informações, mas não é só aqui que a gente consegue as informações. Na hora do Plenário, fatalmente alguém vai ter que informar isso para que os Senadores possam votar sabendo o que é que está acontecendo. Aqui a gente poderia antecipar e apressar a aprovação. Consequentemente, vamos trabalhar para que a gente tenha as informações e só votar essa PEC depois de estar muito bem informado. Então, eu agradeço muito, Vinicius, a você e ao Floriano, pela apresentação e pelas informações.

Vou passar rapidamente para as considerações finais, porque eu vou lá para a CMO também discutir essa questão. E depois vamos discutir isso na CCJ, para votar no Plenário.

Vinicius, com você aí para as considerações. Se puder responder a alguma coisa dos internautas, eu agradeço. Obrigado.

O SR. VINICIUS LEOPOLDINO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Muito obrigado, Senador.

Até buscando responder a uma das questões feitas pelos internautas, quanto à PEC dos precatórios, eu acho que há dois aspectos distintos que a gente tem que separar.

Uma questão é a seguinte: é preciso mais espaço no Orçamento em 2022, ou seja, um espaço que vá além do espaço já definido pelo teto de gastos? A resposta me parece ser claramente "sim". Não me parece haver possibilidade, com cortes ou com algum tipo de remanejamento ou reclassificação orçamentária, de se conseguir atender as despesas já apresentadas, que são demandas da pandemia. Lembro, inclusive, que todo o atendimento à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia até agora foi feito por fora do teto de gastos. Neste ano de 2021, serão mais de R$135 bilhões fora do teto de gastos. Logo, não é nenhuma novidade, em termos de pandemia, se gastar além do teto de gastos.

O grande problema da forma como a PEC foi elaborada – eu entendo – é a forma pela qual esse espaço está sendo gerado, que é com essa limitação dos precatórios, que é um grande prejuízo, que é uma afronta à segurança jurídica, que piora o risco do País. E esse recálculo do teto de gastos, que tem muitos problemas técnicos, criará muita insegurança durante a tramitação do Orçamento, porque se aprovará o Orçamento sem ainda saber o montante total permitido pelo teto de gastos. Então, acho que o espaço precisa ser aberto, em alguma medida tem de ser aberto; o importante é que o espaço seja aberto de uma forma que não gere essas consequências.

Eu entendo que a reação negativa que a PEC gerou – e é muito justificável essa reação negativa – se deu mais pela forma como esse espaço está sendo gerado do que exatamente pelo fato de se ter um gasto extra. Afinal, em 2021, já houve esse gasto extra, até um gasto maior do que o que está sendo projetado pela PEC. Por exemplo, são R$135 bilhões deste ano contra R$128 bilhões no ano que vem – corrigido pela inflação, inclusive, a diferença é maior. E não houve o abalo que houve agora. Então, entendo que essa diferença do abalo é em função da forma muito ruim como se está propondo abrir esse espaço. Eu entendo que, se esse espaço for aberto de outra forma, bem delimitado, sem afetar a segurança jurídica, sem causar prejuízo às pessoas que têm já seu direito adquirido, é possível atender de forma adequada as despesas, com consequências bem menos severas do que da forma atual, que está sendo prevista.

Muito obrigado, mais uma vez. Senador, agradeço-lhe pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Floriano. (*Pausa.*)

Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, agora sim.

Senador, acho que esse ponto que o Dr. Vinicius do Amaral nos traz e que já foi aqui levantado pelos internautas é muito importante.

O gasto através do orçamento de guerra já era um gasto que estava, como lembrou o Dr. Vinicius, acima do teto de gastos. Então, o orçamento de guerra propiciou esse gasto adicional durante a pandemia. Aqui não se trata de discutir se estava ou não dentro do teto de gastos. Talvez, agora, o que nós poderíamos avaliar é – e talvez esta fosse uma medida boa, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci – tirar os precatórios do teto de gastos. Esta é uma medida que faria mais sentido até do ponto de vista – como lembrou aqui o Dr. Vinicius – da segurança jurídica: tirar os precatórios do teto de gastos. Precatório não entra em teto de gastos, é dívida da União líquida e certa, já transitada em julgado. Então, não há o que se falar em relação à dívida de precatórios. Essa seria uma medida muito mais inteligente talvez do Governo; por parte do Governo, seria mais inteligente tirar os precatórios do teto de gastos. Como não foi feito isso, é importante, então, que a gente tenha essa limitação. E é importante que as pessoas saibam que nós temos uma limitação: acima de um determinado valor – se não me engano, são R$600 mil –, teria que ser pago corrente, e, acima disso, poderia ser então parcelado e jogado para frente.

Mas, de qualquer maneira, Senador Izalci, eu queria só voltar a um ponto que um dos internautas nos trouxe também, que é a questão da quantidade de pessoas que vão ter acesso ao Auxílio Brasil.

Tem que se lembrar que nós tínhamos 34,4 milhões de brasileiros que estavam no auxílio emergencial, mas o valor elegível *per capita* de renda para entrada no auxílio emergencial era muito alto, e havia uma explicação técnica para isso. A explicação técnica é que muitos deixaram de gerar renda, muitos que não estavam no Bolsa Família tinham pequenos negócios. E o Sebrae conseguiu, através das suas pesquisas de monitoramento dos pequenos negócios no Brasil, identificar esses que perderam a sua capacidade de geração de renda ou de pequenos negócios durante o início da pandemia. Então, a abrangência do auxílio emergencial foi muito maior (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alô?

O SR. FLORIANO PESARO (*Por videoconferência.*) – ... passaram a depender disso.

Então, acho que nós estamos tendo, digamos, um retorno a uma situação de maior normalidade, em que pese com uma quantidade maior de (*Falha no áudio.*)

... nos últimos dois anos no Brasil.

Então, tem que se fazer essa avaliação. Nós estamos falando de quase (*Falha no áudio.*)

... emergencial que não entrarão no Auxílio Brasil. São 17 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está fugindo... Está fugindo muito, Floriano, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está travando a tua fala aí. É melhor... Desliga o...

O SR. FLORIANO PESARO (*Por videoconferência*.) – ... 14 milhões no Bolsa Família, serão 17 milhões no Auxílio Brasil – está certo? Nós temos 25 milhões.

O que nós poderíamos pleitear, Senador Izalci, no Orçamento é que, pelo menos, essas 25 milhões de famílias que estão no Cadastro Único – e essas, sim, são elegíveis – pudessem ser beneficiadas pelo Auxílio Brasil.

Então, elevar de 17 para 25 milhões de famílias. Com isso, a gente consegue abranger o universo hoje cadastrado, elegível, com renda *per capita* compatível com a situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Eram essas as minhas considerações, Senador Izalci, Senador Líder Mecias de Jesus.

Muito obrigado, Dr. Vinícius Amaral.

Senador Izalci, muito obrigado pelo honroso convite que o senhor me proporcionou nesta manhã.

Muito obrigado ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Quero agradecer, Floriano, a você, ao Vinícius e aos internautas também pela participação. E, com essas informações, vamos agora, então, para a Comissão Mista do Orçamento debater um pouco sobre essas pessoas que estão ficando fora do Auxílio Brasil.

Agradeço e, nada mais havendo a tratar, declaro então encerrada esta reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e seis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Plínio Valério, Angelo Coronel, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 18/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Para debater o Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública do país. **Participantes:** Sr. Leandro Conti, Diretor de Marketing Communication & External Affairs da Hotmart (representante de: Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais Brasscom); Sr. Pedro Vogado, Vice-Presidente da Zapay Serviços de Pagamentos S.A.; e Sr. Gilberto Lima Junior, Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/10

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública do País".

Foram convidados a participar o Sr. Gilberto Lima Junior, Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social; o Sr. Leandro Conti, Diretor de Marketing Communication & External Affairs da Hotmart, representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais Brasscom; e o Sr. Pedro Vogado, Vice-Presidente da Zapay Serviços de Pagamentos S.A.

O objetivo da nossa reunião é exatamente discutir essas questões. Nós estamos aí com um apagão de mão de obra, principalmente na área de tecnologia. Lamentavelmente, nosso País ainda não se conscientizou da importância de capacitar os nossos jovens, por isso essa imensa multidão de jovens sem emprego, sem perspectiva, que não estudam, não trabalham, exatamente porque a escola não oferece realmente, na educação de ensino médio, a educação profissional, como era na minha época, até os anos 70, quando todos os jovens do ensino médio tinham essa possibilidade de fazer um curso técnico. Lamentavelmente, ainda não chegamos a 10%. No mundo todo, chega-se a 60%. Há países com 70% de jovens fazendo curso técnico. Então nós temos no setor de tecnologia um apagão geral, mais de 500 mil vagas no segmento, e não há mão de obra para aquela determinada formação.

Uma forma de empreender, tocar o seu negócio é esta: utilizar as ferramentas que existem hoje e ser um empreendedor digital. Esse é o objetivo da discussão, para que jovens, aqueles que tiveram oportunidade de conhecer a questão da tecnologia, alguma formação, que conhecem algumas ferramentas, possam agora tocar seu próprio negócio digitalmente. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço muito grande que se abre para a juventude, principalmente os jovens brasileiros que são muito criativos e, com certeza, têm uma perspectiva grande de empreender e não ser simplesmente empregado de alguém, ele ser o próprio dono do negócio, empreendedor. Nós vamos falar sobre isso aqui hoje.

Eu quero agradecer a todos os nossos convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta também à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais.

Eu já vou passar imediatamente a palavra ao meu querido amigo Gilberto Lima Júnior, que é o Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social.

Com a palavra, Gilberto, que está com a gente aqui.

Agradeço sua presença no Plenário da Comissão.

O SR. GILBERTO LIMA JUNIOR (Para expor.) – Gratidão, Senador Izalci Lucas, por este convite que nos fez ao Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica.

Cumprimento os demais que vão integrar também esta reunião e elogio, por ser do Distrito Federal e acompanhar a saga do Senador Izalci, sem dúvida nenhuma um dos grandes ícones do tema da educação, do tema do empreendedorismo e particularmente do tema da tecnologia. Parabéns pela iniciativa do Senado do Futuro, que eu considero disruptiva por si mesma, e noto que as reuniões variam de tema para que se possa aprofundar e criar a oportunidade de um debate com a sociedade que possa trazer mudança efetiva.

Senador, hoje eu vou tentar trazer aqui, nesta abordagem, uma visão bastante pragmática e propositiva, no sentido de trazer essa mudança que o País, de alguma maneira, espera, sobretudo os jovens, e os jovens que pretendem, através do empreendedorismo, navegar ou surfar positivamente na onda da transformação digital. Portanto, nós vamos nos ater bem ao tema, mas ele é um tema abrangente, sobre o qual é impossível a gente não trazer aqui uma visão um pouquinho mais ampliada e provocativa, o.k.?

A todos que nos assistem também meus cumprimentos.

Primeiro, quero dizer que o Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social é um instituto com sete anos de existência, sediado em Brasília, necessariamente em Brasília,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós entendemos que aqui é onde a política pública define o rumo, os destinos do País, é o regulatório, que vai fazer com que, lá na ponta da municipalidade, as coisas aconteçam.

E no Illuminante, ao longo desses sete anos, nós nos destacamos, Senador – o senhor já nos deu lá o prazer –, por trazer mentes brilhantes para virem falar sobre temas disruptivos. Para dar um exemplo mais concreto, mais recentemente e próximo agora da pandemia, nós trouxemos o Prêmio Nobel de grafeno para vir aqui explicar para as autoridades políticas o que, afinal de contas, é esse material bidimensional, que vai causar, como todos os outros materiais bidimensionais, uma revolução em termos de competitividade industrial, não é?

Vemos com uma constatação muito positiva que a própria Embrapii está criando aí uma rede de laboratórios agora, do grafeno, para poder favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Nós temos o cuidado de tentar medir qual é o impacto que as mudanças tecnológicas efetivamente podem causar na sociedade brasileira, através daquilo que chamamos de um observatório de impacto, que é um observatório ainda em fase de estruturação, mas já com algumas percepções muito claras.

Senador Izalci e todos que nos ouvem, nós estamos vivendo um momento único da história da humanidade. É um ponto de inflexão, seja nas mudanças que envolvem a urgência climática, seja na própria necessidade de uma mudança de paradigmas. Nós estamos vivendo numa era em que, ao mesmo tempo em que assistimos ao ser humano pilotando uma sonda a 320 milhões de quilômetros, descendo num asteroide ou chegando mesmo a Marte, como chegamos agora, no mês de fevereiro, com os países Emirados Árabes, China e Estados Unidos a fazerem todo o registro da órbita, e diretamente no solo marciano, nós estamos com esse poder tecnológico com esses bilhões em investimento, por outro lado, somos uma humanidade – não é, Senador? – com 690 milhões de pessoas ainda a responderem de uma maneira muito dura à vida, passando fome.

O Instituto Illuminante vê esses contrastes e tenta contribuir para que os impactos, em função do avanço tecnológico, sejam em favor da vida, e não em detrimento dela.

Nós estamos aqui com alguns paradigmas sendo absolutamente movidos no campo empresarial empreendedor, que é o tema de hoje.

Acaba, Senador, nos primeiros dias desta semana, de o Nubank ser considerado o maior banco da América Latina. Nós estamos falando de US$50 bilhões na Bolsa de Valores de Nova York, quando você compara com bancos seculares brasileiros, que não valem 200 bilhões. Eu estou falando dos bancos líderes do mercado nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma empresa como a Tesla ultrapassa séculos das montadoras tradicionais, por ter uma perspectiva de futuro, de carros elétricos, e uma visão não poluente, uma visão favorável a um novo ecossistema industrial de uma produção limpa. E trata-se de uma empresa que não produziu nem 100 mil carros até hoje – o que seria, assim, um espirro de uma grande montadora – e que já consegue ultrapassar a realidade das montadoras seculares, não é?

Então, é sobre não mais o tamanho, o grande vencendo o fraco, mas a velocidade, o rápido que vence o lento. Num mundo como este em que, ao falar de velocidade, os jovens entendem muito bem, por outro lado, nós percebemos que os jovens estão completamente alheios à possibilidade ou às possibilidades existentes do ponto de vista do apoio político, do apoio governamental para as suas atuações. Nós estamos falando de um processo de mudança de grande revolução, de grande velocidade, mas que na nossa realidade social deixa ainda muito a desejar.

Há casos de jovens empreendedores no mundo da transformação digital, como, por exemplo, a Duda, que montou, lá em Pernambuco, uma pequena *startup* chamada Oxente Software, por meio da qual ela conseguiu dar resposta, por exemplo, a um problema de desmoronamento: ela conseguiu criar, dentro de uma Campus Party, uma solução tecnológica de robotização – uma menina de periferia, uma menina negra que conseguiu ir para o mundo e concorrer mundialmente com uma solução – que ajuda a detectar pessoas soterradas em desmoronamentos. A Duda fez isso lá em Pernambuco, sem grandes recursos.

Há também os meninos do Projeto Jovem Protagonista, que acaba de acontecer aqui na cidade da Ceilândia e na Estrutural, em Brasília, que conseguiram, através de uma impressora 3D, produzir um cano para acoplar um suporte de celular para ampliar o áudio para que, durante a pandemia, os seus colegas de sala, os seus vizinhos, pudessem estudar. Ao mesmo tempo em que nós estamos falando de tecnologias que levam o homem a Marte, a uma viagem de 320 milhões de quilômetros, nós vimos agora, neste País, os jovens perderem um ano letivo e não terem acesso a um *tablet*, a um celular, não terem acesso à conectividade.

O mundo vai caminhando para uma internet global, orbital, prometida por uma empresa como a Starlink, o mundo caminha para uma série de opções novas, só que as velhas estruturas não acompanham a necessidade desses jovens. Eles estão fazendo por conta e eles são heróis nesse processo de protagonismo dentro da transformação digital.

Dados da Pnad 2019 mostram que o Brasil tem 47 milhões de jovens na faixa de 16 a 25 anos. E o Instituto Update, em 2020, aponta para o envolvimento do jovem na política, com interesse na política: foram 17.147 candidaturas válidas de jovens entre 16 e 25 anos, que usam intensamente as redes sociais. Aqueles que estão conseguindo se conectar na transformação digital tendo a política como uma base para a transformação ainda são muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos, mas são lideranças indígenas, negras, LGBTQIA+ que estão fazendo corajosamente seus movimentos e mudanças.

A Unicef fez um estudo agora, no final do ano, no dia 18 de novembro, em comemoração ao Dia Internacional da Criança, com 21 países. E chama a atenção para os números do Brasil, falando dos nossos jovens. Em geral, no mundo, os jovens estão mais otimistas do que os adultos. Então, acho que é uma característica já da própria idade ter essa perspectiva de mundo. No entanto, quando comparado a todos os outros 31 países estudados, os jovens brasileiros são os menos otimistas. O que nos causa alguma perplexidade? Não, nenhuma, porque eles estão cheios de motivos para não serem tão otimistas assim.

O Gallup se juntou com o Unicef e perguntou aos nossos jovens sobre as suas visões – são jovens de 15 a 24 anos – e as comparou com as visões dos adultos. Como é ser criança e adolescente no mundo de hoje? Cerca de 57% dos jovens disseram estar otimistas contra apenas 39% dos adultos, no mundo. No Brasil, só foram 31% de jovens e 19% dos adultos. Agora, quantos desses se encontram perdidos? Cerca de 48% dos jovens se encontram perdidos e não veem muita perspectiva de vida; 61% desses jovens disseram considerar muito importante que os políticos escutem – escutem – os jovens antes da tomada de decisões; 91% dos que foram entrevistados acessam de alguma forma uma rede de internet por algum meio público – contra 67% dos adultos –, confiam na ciência, confiam nas mídias internacionais e até confiam nas informações dadas por governos, no entanto entendem que a capacidade de empreender está muito limitada; 80% dos jovens até 24 anos, em 2019, sonhavam montar o próprio negócio, Senador Izalci, antes dos 18. São 8 milhões deles, dos 239 milhões entre 18 e 24, apenas que possuem o próprio negócio. Embora tenha dobrado esse número de 2009 para 2019 e tenha havido um crescimento agora, no ano da pandemia, de 15%, o fato é que eles apontam grandes dificuldades para empreender no Brasil, o que é conhecido de todos os empreendedores, mas particularmente do empreendedor jovem e do empreendedor de periferia.

A Comissão de Seguridade Social aqui da Câmara dos Deputados, de uma Deputada do partido do Senador Izalci, do PSDB, teve uma iniciativa muito interessante de um substitutivo para que seja incluído dentro do próprio direito da criança e do adolescente o acesso à informação e a possibilidade da participação dos jovens nos processos decisórios desta Casa e da política. Agora, há uma barreira muito grande da chegada deles até aqui.

O mundo, nessa velocidade toda, oferece oportunidades incríveis. Sobre quais são as profissões de futuro, nós estamos falando, no campo da genética, da biotecnologia, da nanotecnologia, da genética; nos campos da engenharia, da ciência, de tudo aquilo que diz respeito à manufatura aditiva da indústria 4.0, da robótica, que vem com tudo, da inteligência artificial – são muitos os campos que abrem oportunidades –; a corrida espacial, como se prevê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, em Alcântara, com 6 bilhões de investimentos, e aí você vai ter toda uma cadeia produtiva. Enfim, são muitas áreas. A dificuldade será, sempre, como educar, como o Senador bem colocou, entre 400 e 500 mil profissionais de tecnologia da informação. É a carência que o setor tem, quer dizer, há um gigantesco desemprego no País e a gente não consegue ocupar as vagas de tecnologia, porque o foco da educação ainda não consegue chegar na formação, na preparação de quem precisa.

E, diante de todas essas outras áreas, em que você vê o mundo caminhando para uma computação quântica, uma nanobioinformática, em que você vê o mundo caminhando para tecnologias que são muito disruptivas e que vão reinventar tudo, envolvendo desde o uso embarcado em roupas de tecnologia até os chamados perigos, inclusive, dos implantes de sensores ao nível cerebral, ao nível do corpo, hackeamentos de DNA, tudo isso está acontecendo ao mesmo tempo na humanidade.

O que, do ponto de vista regulatório, este Parlamento, os Parlamentos mundiais têm capacidade de atender? O que nós vimos, Senador, é que, das dez maiores empresas do mundo, de valor, na Bolsa, pelo menos de suas marcas, das dez, nove são de tecnologia, oito, sendo que seriam nove, porque a Amazon é considerada como uma distribuidora, mas todos nós sabemos que a Amazon é uma das maiores empresas tecnológicas do mundo.

Há um risco muito grande da tecnocracia. Há um risco muito grande da própria invasão dos algoritmos nas opiniões hoje. Há polarização e complexidade nas relações de um mundo que hoje tem cinco gerações convivendo ao mesmo tempo devido à longevidade – nós estamos com cinco gerações. São relações intergeracionais que têm complexidades na sua relação de crenças, valores, costumes e que ao mesmo tempo estão impactadas por todo esse processo tecnológico em que os algoritmos estão criando a indução e as pessoas só veem o que querem, só assistem ao que querem e só chegam as notícias e informações dos grupos de opiniões daquilo que querem, ferindo, assim, a riqueza extraordinária da vida, do contraditório. Por isso se gera... Dizem que a culpa da polarização é da política. Também pode ser, mas é, sem dúvida nenhuma, de uma militância, de uma colonização dos cérebros. No passado, o processo de colonização era de territórios; hoje, diante do mundo disruptivo tecnológico, o grande perigo é a colonização das mentes.

O alerta dos regulatórios feito nesta Casa, com o apoio de Senador Izalci, já foi dado, inclusive, pelo Instituto Illuminante. Senador Izalci, graças ao senhor, há dois anos, aqui no Auditório Petrônio Portella, nós fizemos uma ampla discussão, trazendo, inclusive, pessoas que implementaram a Lei Geral de Proteção de Dados na Europa, trouxemos aqui o Serasa, com os dados privados, trouxemos aqui o Serpro, com os dados públicos, para podermos discutir privacidade. Agora, o que vemos, Senador, é que, com tudo isso, até hoje, mesmo tendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANPD instaurada, tendo a lei já implementada, do ponto de vista da máquina pública, ainda agora, dois dias atrás, houve uma invasão no Ministério da Saúde. Nós estamos com os dados pessoais das pessoas vulneráveis.

Então, da velocidade com que os regulatórios ou com que as iniciativas que vão responder ao mundo tecnológico e às disrupções que esse mundo tecnológico exige, as estruturas estão muito aquém. Hoje, nós temos um país pendurado ainda num calendário eleitoral, num calendário de dois em dois anos, em que você tem, juntando toda a máquina de uma campanha eleitoral, toda a máquina de manutenção de um Tribunal Superior Eleitoral, toda a máquina para manter um Poder como o próprio Legislativo, uma soma – que fizemos lá – que chega a mais de R$31 bilhões/ano. E esse dinheiro, se destinado a uma mudança disruptiva, também na forma de legislar, poderia dar para a população, para os jovens, sobretudo, que estão dizendo aqui – 91%: "Queremos ser ouvidos, num processo decisório, por parte dos políticos". Mas o que eles querem? Num mundo de redes sociais, num mundo onde a opinião é mais instantânea, eles querem uma democracia direta.

Esse substitutivo da Deputada traz esse direito, dentro da criança e do adolescente, mas, por outro lado, os mecanismos para que seja exercida uma democracia direta, para que eles possam opinar, desde lá do seu Município até aqui na esfera federal, no rumo, no destino daquilo que eles, que vão conduzir este País, pretendem não estão assegurados.

Então, há muitas e muitas oportunidades, o que falta é realmente uma reinvenção. As estruturas antiquadas, analógicas e anacrônicas do País, a começar da própria estrutura política, precisam urgentemente ser reinventadas. Não dá para falar em orçamento secreto num país onde a fome assola mais de 40 milhões de habitantes num período de pandemia. Não é possível! Isso é uma vergonha!

Então, o que a gente fala? A tecnologia está aí à disposição para fazer uma transformação radical no empreendedorismo, uma transformação radical na condição social da população. É preciso querer. Por isso, o meu aplauso pela coragem de o Senado do Futuro existir enquanto Comissão e ter a abertura de nos ouvir democraticamente, de forma assim direta, chegando e alcançando os lares brasileiros da forma como estamos aqui hoje.

Agradeço o privilégio que o Instituto Illuminante teve e o meu privilégio em particular, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gilberto.

Gilberto Lima Junior é Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social; é graduado em Comércio Exterior, pós-graduado em Tecnologia da Informação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e coordenou as Políticas Públicas como a Estratégia Nacional em TICs pela ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e a Unidade de Internacionalização de Empresas da Apex Brasil; é Mentor de Empresas de Base Tecnológica e também Membro-Conselheiro do Board de Empresas e Instituições no Brasil e no Exterior; assina duas Colunas: "O Futuro já Começou " e "Mentes Brilhantes".

Obrigado, Gilberto.

Eu vou passar a palavra ao Leandro Conti.

O Leandro é Diretor Global de Relações Externas na Hotmart e representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); é graduado em Comunicação pela Universidade Metodista do Brasil; possui mais de 20 anos de experiência em comunicação estratégica e assuntos corporativos, trabalhando em posições de liderança em diversas empresas multinacionais e atuou também como repórter e redator da Imprensa Nacional, também na *Folha de S.Paulo*, Editora Abril e TV Cultura.

Com a palavra meu querido Leandro Conti.

O SR. LEANDRO CONTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia, demais membros da Comissão Senado do Futuro.

Eu queria, primeiramente, agradecer a oportunidade para a Brasscom poder trazer um pouco da nossa visão sobre empreendedorismo digital e a associação que traz realmente ter como proposta fazer o Brasil mais digital, mais conectado e mais inovador.

Agradeço muito a oportunidade e dou bom-dia também aos meus colegas Gilberto, Pedro e a todos que estão nos assistindo agora.

Peço licença para poder mostrar alguns eslaides aqui que trazem um pouco de informação a mais sobre o empreendedorismo digital, e um aspecto bastante específico que eu queria trazer e que é uma grande oportunidade para o País e para os jovens, que é o empreendedorismo digital.

Vocês estão todos vendo a minha tela? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, perfeito.

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Podemos seguir, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos um novo segmento que eu gostaria de trazer para os senhores, que se chama economia criativa, que, no mundo todo e principalmente nos Estados Unidos, está sendo chamado de *creator economy*. São as pessoas que criam conteúdos na internet e vivem da venda desses conteúdos para a audiência e transformam a vida de muitas pessoas.

Antes de começar, para quem não conhece a Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e Tecnologias Digitais), é uma associação que reúne 88 grupos empresariais – as maiores empresas de tecnologia do Brasil estão representadas aqui – e tem uma atuação bastante forte no setor e também no desenvolvimento de profissionais e de práticas para tecnologia.

Só para os senhores terem uma ideia, essas indústrias vêm investindo muito no Brasil. A previsão de investimento nos próximos quatro anos é de mais de R$400 bilhões, principalmente dentro da indústria de tecnologia na área de *software* e serviços, que vem crescendo muito, a demanda vem aumentando muito por parte do consumidor, e é uma oportunidade muito grande para o Brasil diversificar a sua economia, atrair talentos e exportar, trazendo divisas para o nosso País, além de gerar empregos para a nossa população.

O Gilberto estava trazendo toda a demanda que nós temos. Nós temos hoje um déficit de profissionais disponíveis para ocupar vagas já existentes, e muito mais vagas serão geradas nos próximos anos.

Nossa previsão na Brasscom é de quase 800 mil novos empregos nessa área. Então, existe uma demanda muito grande, nós precisamos de pessoas preparadas, estamos dispostos a ajudar, mas acreditamos também que políticas públicas podem ajudar a desenvolver esses profissionais para que possam gerar a sua renda, ajudar o Brasil a se desenvolver e levar a nossa indústria para o mundo todo.

No mais, especificamente para a economia criativa, dando um pouquinho mais de informações sobre o que isso significa. Essa economia reúne as empresas e os criadores de conteúdo que trabalham pela internet com conhecimento. Então, aqui não se trata de venda de produtos físicos ou de comércio eletrônico, e sim de dizer algo que você sabe para outras pessoas e conseguir renda a partir disso. E essa relação se materializa de forma mais ampla quando o lado que está consumindo esse conteúdo também se transforma, e não só aprecia o conteúdo. Então, além do entretenimento, existem muitos conteúdos voltados para a parte profissional, para a parte de carreira, que fazem com que o efeito seja multiplicador e que essas pessoas consumidoras se tornem também melhores profissionais, abram os seus negócios e gerem um efeito multiplicador nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse setor começou a crescer junto com o crescimento das redes sociais. Até 20 anos atrás, a economia do conhecimento era concentrada nas empresas de comunicação: nas televisões, nas rádios, nos jornais, nas revistas, que concentravam toda a atenção da audiência. Então, elas definiam aquilo que nós íamos consumir. E com a chegada das redes sociais, isso permitiu que várias pessoas pudessem gerar os seus conhecimentos, gerar as suas informações e alcançar a sua audiência. E isso abriu essa oportunidade para a economia criativa começar a crescer.

Nós notamos aqui nos gráficos que o Brasil lidera o número de usuários nas redes sociais, na América Latina, e o Brasil também já tem uma conexão muito forte de pessoas na internet, que permite que isso aconteça, principalmente por meio dos telefones celulares, dos *smartphones.* E as pessoas investem bastante tempo nisso – a grande maioria, obviamente, consumindo conteúdo, mas muitos também produzindo, o que gera a oportunidade dessa indústria.

Uma outra tendência que nós observamos é que as pessoas cada vez mais estão dispostas a pagar por conteúdo na internet, por conteúdo de conhecimento na internet. É uma tendência que vem se acelerando. Então, no passado, as pessoas não estavam tão dispostas a pagar por notícias, por entretenimento, por conhecimento, e isso vem crescendo, porque as pessoas percebem que, ao pagar por isso – e aí existem pagamentos pequenos ou maiores, dependendo do conteúdo, dependendo do produtor, dependendo da duração desse conhecimento, desse curso, se for um curso ou um *podcast* ou uma transmissão pela internet –, elas recebem uma melhor qualidade e uma maior sustentabilidade daquele conhecimento, porque o criador de conteúdo passa a se dedicar mais àquilo e entrega mais conteúdo para quem consome. Portanto, essa tendência ajuda esse setor a crescer.

E algo que também nos encoraja bastante é que as gerações mais jovens – o Gilberto comentou das cinco gerações hoje que estão convivendo no mercado de trabalho, na sociedade – estão mais dispostas a pagar por esse conteúdo. Por quê? Até a indústria dos jogos *online*, dos *games,* traz muito do consumo de pequenas transações para uma melhora no jogo. Você pode comprar uma roupa do seu personagem, você pode comprar uma habilidade diferente para o seu personagem, com uma pequena transação, e aquilo faz você jogar, ter mais satisfação no seu jogo e conseguir melhores resultados.

Então, esses jovens já estão acostumados a fazer isso. E, quando esses jovens forem obviamente crescendo, avançando nas gerações, eles vão seguir com esse hábito. E isso traz uma oportunidade enorme para o mercado, com conteúdo de maior qualidade, com curadoria para as pessoas saberem exatamente o que devem escolher e explorarem nichos que antes eram impossíveis numa mídia tradicional, como eu comentei. Há pessoas ensinando – e eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar aqui alguns *cases* – como fazer *drywall* pela internet, aquelas paredes de gesso pela internet, e criarem os seus negócios. Gera-se maior intimidade da pessoa que cria esse conteúdo com o consumidor. Então, por exemplo, se o consumidor quer aprender matemática, quer ter contato com um professor de matemática, em vez de ter acesso só àquelas pessoas da própria escola ou daquela comunidade em que esse aluno está, ele pode, pela internet, ter acesso a milhares de professores de matemática e comprar o curso ou pedir uma ajuda para aquele com quem ele mais se identifica, que fale uma linguagem que ele entenda ou prefira; ou até a língua, pois pode ser em vários países. E também é um ambiente em que não há anúncios. Quando você paga pelo conteúdo, você tem esse conteúdo sem ser interrompido por anúncios. Então, isso é também algo que as pessoas preferem bastante.

Uma outra tendência que também é uma grande oportunidade para os jovens venderem *online* são as pessoas que vão prestar serviços para esses criadores de conteúdo. Existe uma tendência muito grande de as pessoas quererem ser independentes, serem o seu próprio chefe, com foco no digital. E essa indústria precisa também de muitos trabalhadores para ajudá-los a entregar o conteúdo para seus consumidores, para seus alunos.

Que trabalhadores são esses? Pessoas que conseguem comprar anúncios *online* para promover os conteúdos; são *designers*, pessoas que fazem os desenhos, as programações visuais que tornam esse curso atrativo, pessoas que trabalham com vídeo para gravações, edições, estrategistas para saber qual é a melhor estratégia de venda, preço, qual é a estratégia.

Então, existe muita demanda por esses profissionais e muita oportunidade para as pessoas, sem serem criadores de conteúdo, trabalharem nessa indústria, poderem prestar serviços e terem a sua renda, terem a sua independência.

Essa oportunidade, como eu disse, é crescente, mas ainda está no estágio inicial.

Os dados que nós temos de pesquisa mostram que, hoje, existem 50 milhões de criadores de conteúdo no mundo. Desses, apenas 12 milhões se consideram profissionais, ou seja, têm a maior parte da sua renda devido a essa criação de conteúdo. Isso, sem dúvida, vai crescer.

E esta é a grande oportunidade de as pessoas entrarem neste mercado, que já não é pequeno. Os números mostram que ele já gera cerca de US$100 bilhões por ano. Isso dá mais de R$500 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Leandro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... sem querer interrompê-lo, mas já interrompendo, a sua apresentação está ainda na primeira página. Você não está passando as páginas. Você está falando...

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência*.) – Ah, puxa!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dá só uma passada rápida. Como você não estava colocando os números, eu achei que você não estava lincado. É só para fazer essa observação.

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Eu vou tentar novamente aqui.

Obrigado pela informação.

Acho que, agora, talvez fique melhor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência*.) – Os senhores veem as oportunidades do empreendedorismo *online*, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência*.) – Estão vendo esta tela. Perfeito. Então, agora, estamos conectados da forma correta.

Eu estava falando do número de US$100 bilhões, dos R$500 bilhões. Desse dinheiro, a grande parte dessa renda vem de ações de marcas. Então, são influenciadores *online,* que estão principalmente nas redes sociais e que recebem patrocínios de marcas para fazerem basicamente propaganda. Porém 12% já fazem outros conteúdos, que são esses que estou comentando. E essa é a tendência que deve crescer.

E por que isso vai acontecer? Porque, quando uma pessoa vai empreender *online*, ela precisa investir muito pouco, comparado com o mercado *offline*. Não precisa comprar um ponto de venda, não precisa ter estoque, há uma série de investimentos que não precisam ser feitos. Ela consegue, no início, conciliar com as suas outras atividades, com as suas obrigações profissionais, não precisa largar tudo para começar, para quem já tem uma atividade. Não precisa ter infraestrutura: hoje muitas empresas, as próprias redes sociais, empresas como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hotmart e outras, da Brasscom, oferecem o software, a plataforma, para que eles possam, não só aprender, mas hospedar os seus conteúdos e começar suas vendas. Então, você não precisa ter os seus próprios servidores para começar. Às vezes apenas com um celular já é possível começar a gravar e levar esses conteúdos.

Cada vez mais, as pessoas, como eu disse, querem comprar, então existe demanda, existe mercado para isso, e também há uma flexibilidade: você pode gravar e fazer essa gestão, no final do dia, no início da manhã ou no fim de semana. Então, existe muita flexibilidade que um mercado, ou uma atividade física, não permite: você tem que estar lá, no horário das oito às cinco, ou num horário um pouco mais fixo. É uma oportunidade grande.

E o que dá para se fazer nesse segmento? Existem pessoas com canais no YouTube, oferecendo conteúdos gratuitos e, depois, podem cobrar por eles também, em outras plataformas, ou receber até, do próprio YouTube, uma renda por audiência; existem pessoas que vendem *softwares* pela internet; existem os cursos *online*, blogues, *podcasts* e até *e-commerces*, pessoas que vendem esses conteúdos digitais, com o apoio de algo físico, se for o caso. Então, dá para ter uma complementação grande nesses negócios.

E, no final, um pouco do que a Hotmart traz como mensagem é querer empoderar esses criadores de conteúdo, para que no final eles vivam de suas paixões, porque esses conteúdos que eles criam – claro que eles podem estudar e trazer para o público, não é? –, grande parte deles vem de algo que eles já fazem, que eles já gostam, que eles entendem e têm total legitimidade para passar para os demais. Então, é uma paixão que vem de dentro e que passa para os outros e gera esse efeito multiplicador que eu comentei.

Nós temos grandes exemplos de criadores de conteúdo que estão fazendo muito sucesso em muitos segmentos diferentes.

Então, um que eu trago aqui é o Anderson Rey. Ele tinha uma assistência técnica de máquina de lavar, no Nordeste – se eu não me engano, no Maranhão –, atendia ali aquelas pessoas, mas ele tinha uma didática muito boa. Em algum momento, ele percebeu que ele podia gravar aquele conhecimento e começar a vender esses cursos, para outras pessoas poderem ser técnicas de manutenção de máquinas de lavar e de outros equipamentos eletrônicos. E ele conseguiu muito sucesso. Hoje ele vive de ensinar, ele vive de ensinar cursos para consertar máquinas de lavar e outros eletroeletrônicos. Mora em Santa Catarina, tem uma qualidade de vida muito boa. E, mais importante do que isso, ele transformou a vida de milhares de pessoas, que às vezes não tinham uma atividade, estavam desempregadas nas suas cidades, fizeram um curso, relativamente, de baixo custo, com o Anderson Rey, pela internet e hoje abriram suas próprias oficinas de manutenção. Podem prestar serviços nas suas cidades e estão gerando renda também. Então, isso tem um efeito multiplicador muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo é a Flávia Calina, que é uma das maiores influenciadoras da área de maternidade do Brasil. Ela tem uma audiência de quase 8 milhões de pessoas no YouTube e ela fala de cuidar dos filhos, de como lidar com a maternidade. E fala isso, de forma gratuita, no YouTube, por isso era garantiu tanta audiência. E agora ela vende cursos também, de uma forma mais estruturada, paga, para ajudar os pais a seguirem essa jornada e terem esse conteúdo de forma mais organizada.

Finalmente, o Mairo Vergara, que é um professor de inglês, que inventou uma metodologia própria para ensinar inglês durante oito meses, nove meses – é um curso mais longo pela internet – e conquistou mais de 60 mil alunos nos últimos anos. Então, se fôssemos analisar todas as escolas de idiomas que existem no Brasil, talvez o Mairo Vergara seja o maior professor de inglês ou a maior escola de inglês do Brasil e conquistou isso sem nunca ter aberto um lugar físico e, sim, um curso *online*. Isso abriu uma oportunidade para um monte de gente que talvez não tivesse acesso a uma escola física, que não pudesse estudar nas horas que as escolas oferecem ou que os professores estão lá disponíveis, pudesse estudar no seu tempo, na sua cidade, no fim de semana, mais rápido, rever aulas. Ou seja, ele não tirou mercado de ninguém e abriu a possibilidade de um monte de gente aprender inglês, que a gente sabe que é muito importante para a globalização que a gente vive e também para a própria indústria de tecnologia, já que muita coisa é feita em inglês.

Então, no final, essa economia dos criadores de conteúdo cria um ecossistema.

Aqui um outro exemplo: uma estilista, uma costureira que tinha uma oficina de ensinar as pessoas a costurarem, que aprendeu a ensinar *online,* ensinou uma aluna, que é a Roseane, que foi a aluna dela *online*, e agora a Roseane tem o seu próprio ateliê e também gera renda. Então, isso é muito do que a gente fala.

Para terminar essa apresentação, eu queria mostrar um caso especifico. São dois vídeos curtos de um minuto que mostram esse ciclo do *drywall* que eu comentei. Então, o profissional que tinha uma oficina de *drywall* decidiu ensinar os outros e o que aconteceu depois...

Vamos ver, espero que funcione direitinho o vídeo. Se não funcionar, talvez eu tenha que apartar um outro botão aqui. Vamos ver.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência.*) – Isso mostra, inclusive, a possibilidade de vender para outros países, já que a internet não tem fronteiras. E agora a sequência dessa história é sobre quem aprendeu esse curso. E aí eu vou mostrar a história do Douglas, que assistiu a esse curso, e o que aconteceu com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LEANDRO CONTI (*Por videoconferência.*) – Então, são histórias muito bonitas de que nós nos orgulhamos bastante e gostamos de compartilhar, porque realmente podem transformar vidas. Quanto mais gente puder usufruir dessa tecnologia, puder compartilhar o seu conhecimento, puder consumir esse conhecimento, melhor para o Brasil, melhor para a indústria de tecnologia, melhor para a sociedade.

Então, nós estamos à disposição para ajudar. Temos uma série de programas gratuitos para ajudar as pessoas a entrarem nesse segmento, e várias empresas – a Brasscom e a Hotmart – também têm. A entrada na plataforma é gratuita. A pessoa só começa a pagar quando vende efetivamente, um percentual do que ela vende. Outras empresas da Brasscom também estão. As próprias redes sociais que fazem parte da Brasscom permitem que as pessoas aprendam, entrem nesse segmento e gerem renda.

Então, é isso que eu queria trazer.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer ao Senador Izalci pelo convite, pela oportunidade.

Ficamos à disposição aqui para tirar alguma dúvida que possa ter surgido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Leandro. Muito boa a apresentação.

Passo já, imediatamente, ao Pedro Vogado. Ele é Vice-Presidente da Zapay Serviços de Pagamento S.A., é graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e em Administração pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Como Diretor de Relações Institucionais da Zapay, também tem responsabilidade por gerir todos os convênios e as conexões da Zapay com os DETRANs e com os órgãos públicos, bem como lidar com todas as estratégias associadas a isso.

Então, com a palavra o Pedro Vogado.

Obrigado pela presença, Pedro.

O SR. PEDRO VOGADO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está me escutando todo mundo?

Primeiramente, agradeço ao Senador Izalci pelo convite. Sou de Brasília também, então gostaria de homenageá-lo pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo em Brasília. É um trabalho muito honesto, um trabalho de realmente exploração do DF de norte a sul. Então, agradeço ao senhor pelo que vem fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala do tema de empreendedorismo digital, de jogos, etc., eu acredito que trazer um *case* aqui é muito importante para mostrar que qualquer jovem pode chegar aonde ele quer. Então, diante disso, eu vou contar um pouquinho da minha história aqui e como eu estou contribuindo para a vida de milhares de proprietários de veículos no Brasil.

Meu nome é Pedro, tenho 24 anos, ou seja, encaixo-me no perfil jovem, comecei a empreender com 18 anos. Hoje sou Vice-Presidente da Zapay, uma empresa com relevância no mercado. Eu vou explicar um pouquinho a nossa história.

O que a gente pode observar é que a pandemia, de maneira geral, acelerou muito a questão da transformação digital. Do dia para noite, tudo virou *online*, as empresas viraram *online*, você não conseguia comprar mais nada que não fosse *online*. Então, isso aí acelerou em muitos anos essa questão da transformação digital, e, consequentemente, isso tudo influencia na questão do empreendedorismo digital. Cada vez mais, a gente vê jovens contribuindo e, como até já expuseram aí nessa Comissão, falando a respeito de como empresas digitais hoje valem muito mais do que empresas que são meramente físicas ou empresas que são no modelo tradicional. A gente viu ultimamente até, inclusive, o modelo do Nubank. Então, isso foi fortemente acelerado, principalmente em decorrência da questão da pandemia.

Para falar um pouquinho de como surgiu a Zapay, é importante a gente falar de um problema que aflige milhões de brasileiros no País. Acredito que aqui, na presente Comissão, vários dos senhores são proprietários de um veículo, e, quando a gente pensa em ter um veículo no Brasil, nós, automaticamente, relacionamos à dificuldade de ter um veículo.

A primeira questão que nós entendemos é a questão da dificuldade financeira. Comprar um carro, no Brasil, é muito caro e, além de comprar um carro, você ter todo um planejamento para comprar um carro, existe a grande dificuldade também de você manter esse carro, porque, anualmente, existem diversos tipos de obrigações, como seguro, IPVA, licenciamento. Temos dificuldade para regularizar isso todos os anos no Brasil.

Uma das questões maiores que foi fortemente acentuada durante a pandemia é a própria questão financeira, do dinheiro. Para você regularizar um veículo no Brasil, você tem que pagar IPVA, você tem que pagar licenciamento, você tem que pagar as suas multas de trânsito, seguro obrigatório, entre vários outros itens que, todos os anos, você tem que fazer. Só que, se para conseguir o dinheiro para poder fazer essa regularização já não é fácil, quando nós, proprietários de veículos, vamos regularizar e pagar esses débitos, todos os anos, além da dificuldade financeira, nós observamos uma dificuldade de burocracia.

Eu, aqui em Brasília, por exemplo, para emitir o meu documento, eu preciso entrar no *site* da Sefaz, eu preciso entrar no Detran; muitas vezes, uma multa não aparece no Detran...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo... E tempo é dinheiro: além do nosso tempo, a gente perde um tempo em que a gente poderia estar produzindo, para ganhar mais, entre várias outras coisas relacionadas.

Então, por exemplo, um cidadão que mora em São Paulo ou em outro Estado, por exemplo, Recife, etc., ele vai precisar, para regularizar o carro dele, além do dinheiro, ele vai precisar entrar no *site* da Sefaz, ele vai precisar entrar no *site* da Secretaria Municipal de multas, imprimir todos esses boletos e, depois, ainda ter que ir ao banco, pagar um a um. E isso tudo, gente, no mínimo, se a gente observar, são 30 minutos, quando não falta um débito e, com isso, a gente não consegue nem mesmo emitir o CRV. Então, isso tudo causa uma grande perda financeira para o País, de tempo e dinheiro, consequentemente.

A gente viu que o Governo Federal inovou com relação à questão, por exemplo, do CRV Digital, mas, para emitir esse CRV, eu, por exemplo, conheço várias pessoas da minha família e ao redor que foram ao *site*, pagaram os débitos e, mesmo assim, não conseguem emitir o CRV digital, porque faltou algum débito que ninguém acha onde está, que está escrito lá no Renainf, ninguém sabe onde é que pega...

Então, assim, nós observamos essa dificuldade do cidadão, todos os anos, em resolver essa situação. E, diante disso, diante de toda essa situação, eu, aos 18 anos, como proprietário de veículo, já começava a entender essa dificuldade correlacionada a essa questão, e, em 2017, juntamente com meu colega de escola, que é o Callebe, que, inclusive, hoje, é o nosso CEO da empresa, decidimos revolucionar nessa questão. E, quando veio, lá em 2017, a Resolução Contran 697, que previa a questão do parcelamento de débitos via cartão de crédito, surgiu a ideia do que seria a Zapay.

A Zapay, só para vocês entenderem, vem de *zahlung*, que é "pagamento" em alemão, não sei direito como se fala, e *payment*, "pagamento" em inglês. Então, juntou e formou a questão do Zapay.

Eu sempre fui muito apaixonado pela questão da gestão pública, e, quando eu vi essa questão dessa resolução que permitia aos proprietários de veículos parcelarem seus débitos por cartão de crédito, ficou claro para mim que isso seria uma forma de ajudar as pessoas. Eu me lembro dos primeiros depoimentos de pessoas que realizaram pagamento com a Zapay. E, dentro desses depoimentos... Eu me lembro de quantas pessoas falaram "eu não tinha dinheiro, e vocês me ajudaram a resolver a questão do parcelamento", ou a questão dos débitos, para elas poderem andar com seu carro... O carro é um transporte fundamental para o cidadão se locomover e trabalhar, etc. Então, isso realmente mudou a vida dos proprietários de veículos de maneira geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala na Zapay hoje... O que a Zapay faz? Hoje, nós somos uma plataforma conectada a 25 DETRANs do Brasil, possibilitando ao cidadão realizar o pagamento de seus débitos de uma forma mais prática, ágil e rápida. Então, ele vai lá no nosso *site* e consegue, primeiro, verificar todos os débitos que ele tem, consegue realizar o pagamento desses débitos da forma que for mais conveniente para ele; ou seja, ele pode parcelar em até 12 vezes no cartão de crédito, pode pagar no Pix, pode pagar no boleto, e pode fazer tudo isso de maneira prática e rápida. Então, ele, que levava lá uma ou duas horas para conseguir puxar todos os seus débitos para pagar, no *site* da Zapay, ele paga. Inclusive, a gente possibilita ao cidadão pagar sem custo adicional nenhum para ele, porque a gente já entende que o próprio débito dele é uma dificuldade para pagar todos os anos. Então, a gente busca trazer essa facilidade para o cidadão. E, hoje, o cidadão pode fazer isso tanto pela internet quanto pelo WhatsApp... Nós temos uma plataforma automatizada pelo WhatsApp, pela qual o cidadão consegue consultar seus débitos, pagar via cartão de crédito, pix ou da forma que for mais conveniente para ele, tudo isso centralizado. Ele não precisa acessar *site* da Secretaria de Fazenda, *site* do Detran... Ele faz tudo isso pelo próprio WhatsApp. A gente tem um *case*, inclusive, de sucesso, que foi a questão do Detran do Rio de Janeiro, o primeiro a implementar essa plataforma de consulta e pagamento de débitos pelo WhatsApp. E hoje, além disso, a Zapay possui parceiros corporativos, como a gente pode observar o Sem Parar, a ConectCar, grandes parceiros no segmento automotivo, o que nos possibilita chegar mais perto do cidadão.

Quando a gente pensa na questão da gestão pública, a Zapay, hoje, é uma forma até mesmo de o próprio Detran se aproximar das pessoas. O Detran, muitas vezes, devido à questão de limitações de tecnologia, etc., no Brasil, ele não consegue chegar perto do cidadão da forma mais adequada, ou seja, as pessoas já têm dificuldade financeira de pagar, as pessoas já têm dificuldade de acessar a internet, muitas vezes, de conseguir saber os débitos que o carro tem, procurar os débitos que o carro tem. Então, a Zapay acaba sendo um *hub* que conecta tanto os DETRANs quanto o cidadão ali na ponta final. O resultado disso é que, na nossa história, nós já arrecadamos para o Detran, para o Estado, mais de R$500 milhões, meio bilhão, tudo isso sem custo para o Detran, a nossa plataforma é gratuita para o Detran, o Detran não paga nada para isso. E possibilitou que milhares de proprietários de veículos regularizem seus débitos de forma parcelada, da forma mais conveniente que ele possa fazer. Isso tudo, mais o cenário da pandemia, facilitou a vida do cidadão.

Hoje a Zapay é uma empresa que tem mais de cem colaboradores. Nós recentemente também fomos acelerados, fomos captados pelo fundo Domo Invest, o que possibilita ainda mais nos aproximarmos da população de maneira geral.

A Zapay ajuda a população, que pode parcelar os débitos que tem que pagar todos os anos; ajuda a gestão pública, que tem uma capacidade de arrecadação maior, uma vez que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente possibilita novas formas de pagamento para o cidadão; ajuda muito na questão do tempo e da praticidade para o cidadão, porque, numa única plataforma, ele consegue resolver toda a questão financeira, burocrática de regularização dos débitos do veículo. Então, esse é o propósito da Zapay.

Entrando um pouquinho no tema relacionado ao empreendedorismo digital, nós notamos que, cada vez mais, os jovens têm dificuldade de empreender no País. Por um lado, a gente tem a questão da facilidade do mundo digital, mas, por outro lado, a gente enfrenta muitos problemas que até já foram citados aqui, problemas de formação, questão de formação profissional do cidadão, até foi dado exemplo das escolas técnicas. Eu observo que falta muito a questão das escolas técnicas voltadas à informática. A gente precisa, o mundo vem se tornando digital, e nós precisamos de jovens que trabalhem nessa área digital.

Eu, como empreendedor, nós estamos com um processo seletivo sempre aberto para *tech leaders*, programadores, desenvolvedores, e a gente observa cada vez mais que é um mercado escasso, um mercado com poucos profissionais no Brasil. E o Brasil está precisando. Hoje a gente observa uma tendência muito forte, inclusive de empresas pegando de países de Terceiro Mundo esses desenvolvedores para trabalharem de forma remota. E, além dessa área de tecnologia, nós observamos a dificuldade também na formação de lideranças. Tudo isso influenciado por uma série de questões históricas do Brasil. E hoje a gente precisa muito, cada vez mais, de profissionais para que as empresas brasileiras cheguem a níveis de multinacionais, etc.

Falando um pouquinho, Senador, de futuro, a Zapay tem um sonho: chegar cada vez mais próximo do cidadão, cada vez mais facilitar a vida do cidadão, cada vez mais possibilitar novas formas de pagamento dos débitos do cidadão, que eles possam parcelar em mais vezes, que eles possam se programar financeiramente, que eles possam ter uma vida mais confortável, não é? E que consequentemente consigam oferecer para a família uma vida melhor.

Então, diante disso, nós estamos, cada vez mais, ofertando novas formas de pagamento, novas modalidades de acesso a esse serviço, como, por exemplo, temos uma parceria com a Stellantis, com a qual, no futuro, as pessoas vão poder pagar, parcelar os débitos delas de IPVA, multas, tudo pelo painel do carro delas. Isso já é uma realidade. E consequentemente trazer essa facilidade aí para a vida do cidadão.

Então, a Zapay está aqui à disposição de todos os brasileiros, de todos os Senadores para perguntas.

Um agradecimento aí à Senadora Zenaide, também presente na Comissão. Obrigado, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Eu quero registrar aqui a presença da nossa querida Senadora Zenaide Maia, que é bastante atuante nessas áreas.

Eu só vou, Zenaide, antes de passar para V. Exa., nós recebemos aqui algumas perguntas, alguns comentários. Eu vou passar aqui, e vocês, por favor, anotem, quem puder responder. Depois a gente passa para a Senadora também.

O Josemar de Oliveira, de Santa Catarina, pergunta: "Como incentivar o empreendedorismo digital para [as] classes mais baixas do País?"

A Maria Luciana, de São Paulo: "Como os jovens podem montar a sua empresa? E como eles conseguiram sobreviver no mundo do empreendedorismo?"

Elinadja Nascimento, de Alagoas: "Quais perspectivas de oportunidade para a juventude nesse contexto de pandemia?"

E aqui, comentários. A Teresa Xavier, do Espírito Santo: "O empreendedorismo digital amplia o espaço de atuação da juventude, que isso estenda a participação deles também na política (...)"

Patrícia Boquady, do Distrito Federal: "O futuro do empreendedorismo jovem vai estar muito pautado numa geração que aprendeu a se reinventar."

E eu gostaria de colocar aqui algumas questões e algumas perguntas.

Senadora Zenaide, V. Exa. quer falar antes que eu faça as perguntas? (*Pausa.*)

Está fechado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu vim aqui, e o que eu vejo, a pergunta é a seguinte: (*Falha no áudio.*)

Caiu aqui a internet.

Eu vi, o Pedro me chamou a atenção. Ele falou que, nesse serviço de tecnologia, falta, estão faltando jovens, há espaço. E eu perguntaria: o que é necessário?

Embora todos nós tenhamos uma ideia, precisamos ter uma educação pública que dê esse acesso à tecnologia a jovens, porque o senhor, por exemplo, é um jovem empreendedor. Você teve essa oportunidade e hoje você tem a oportunidade de reunir mais jovens, de atrair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que me chama a atenção, e o Senador Izalci, que é um grande defensor da educação também, eu me preocupo, como as outras perguntas, por que a maioria dos jovens, hoje...

Foram retirados recursos da educação – não é, Izalci? – de educação, ciência e tecnologia. Nós temos os institutos federais de tecnologia profissionalizante que são de excelência. Mas, infelizmente, estão tendo retirados os recursos. Eles não estão conseguindo mais os laboratórios de eletrônica. E a gente sabe que precisam disso.

A prova é, por exemplo, Pedro. Eu não vou chamar nem de senhor, porque você é jovem demais para estar chamando de senhor. Então, você é a prova viva de que se pode, sim, que há espaço, que é preciso investir. A minha pergunta é – mas sei que você vai responder isso: por que está faltando jovem empreendendo mais? A gente sabe que essa pandemia escancarou essa diferença entre os alunos de escola privada, com todo o acesso à internet, e os alunos de escola pública, com essa dificuldade. Além da internet, os aparelhos para acessar a internet.

Era só isso, Izalci. Quero parabenizá-lo porque é a gente dar visibilidade ao País, porque é possível, sim, ter empreendedor jovem. Está aqui a prova viva. É possível, sim, os jovens aprenderem o que precisam, é decisão política de investir, principalmente nessa área de educação, até porque não estão inventando a roda, como a gente diz. Não existe. O mundo todo que quis sair, seja de uma crise econômica, industrial, de tecnologia, teve de investir em educação. Pedro e Leandro estão mostrando isso aí.

Aqui, no Senado do Futuro, é importante se saber que há que haver essa discussão política e de investimento no jovem, botá-lo na ciência e na tecnologia, no que existe de mais moderno.

Obrigada. Era só isso, Izalci, que eu ia lhe perguntar. Veja se Pedro e Leandro têm a mesma opinião?

Eu digo o seguinte: eu sou médica, de formação. A maior prevenção para a saúde de uma população se chama educação. Povo educado adoece menos. Segundo, só se reduz criminalidade... No mundo, quem diminuiu a criminalidade foi pela educação. Nós temos uma prova... Os Estados Unidos, há muitos, são a maior potência econômica do mundo, mas, ao mesmo tempo, não pode se vangloriar porque tem a terceira maior população carcerária do mundo. Fica difícil de a gente entender. O que a gente sabe é que se a sociedade não adota – ou os pais –, por uma questão econômica o até psicológica, por um vício, as crianças, o crime adota. Não tenha dúvidas. Então, o Estado... Eu digo: quer diminuir a construção de presídios? Aumente a quantidade de escolas de qualidade em tempo integral. Uma criança que entra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã e só sai de noite, dificilmente vai ser cooptada... Claro que tem uma percentagem. Nós temos essa experiência.

Eu fico muito feliz de ver. Os senhores não têm ideia da importância de o povo brasileiro estar assistindo a isso, dando visibilidade, porque é possível, sim, desde que se dê uma oportunidade, uma educação de qualidade aos jovens, eles podem empreender. Isso é muito importante.

Obrigada pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Bem, a educação financeira, a capacidade de elaboração de um projeto de negócio, o estudo de viabilidade e potencial de mercado, o entendimento das possibilidades e da responsabilidade jurídicas, o conhecimento técnico dos indícios de inviabilidade e falência de negócios são conhecimentos instrumentais importantes para qualquer empreendedor. Infelizmente, são etapas da elaboração de um negócio frequentemente negligenciadas no Brasil e um dos motivos por que os empreendedores, mesmo adultos, não obtêm êxito em seus negócios. Na Alemanha, esses conhecimentos são mandatórios nos cursos profissionalizantes e de empreendedorismo. Eu pergunto e vou responder a parte do Governo, porque vocês estão aqui como empresas. A pergunta é: há um plano estruturado por parte do Governo ou das empresas aqui representadas para prover a juventude com essa competência ou com essas competências basilares do empreendedorismo?

Por parte do Governo, evidentemente que nós ainda não temos. Nós não temos empreendedorismo na educação básica, na educação profissional, nem na especial. A nossa educação é muito desfocada do mundo real. As crianças não sabem o conceito de direitos e obrigações, não sabem o que é economizar, como é que se ganha o recurso, como é que se aplica o recurso. O Brasil acaba ensinando equivocadamente aos jovens, porque o Brasil sempre gastou mais do que arrecada. Então, é o que acontece com a nossa população também; 70% hoje dos nossos cidadãos estão devendo, e muitos acima de 50%, porque não se colocam na escola – e isso só se consegue através da educação – os conteúdos para as pessoas aprenderem, a questão sobre o que é saúde, o que é uma boa alimentação, como é que você deve economizar, para que serve... Tudo...

Empreender... Nós criminalizamos, durante muitos anos, o setor empresarial, que é o que gera emprego, que paga imposto. São as pequenas empresas que geram, realmente, emprego neste País, mas não há essa discussão onde deveria ser, que é na escola. Nós ainda não, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu disse, não alcançamos aí 10% dos nossos jovens na área profissional. Esse é o desafio agora do próximo ano, que as escolas terão que ofertar o itinerário profissional.

Mas o grande desafio é o da igualdade de oportunidades. Não adianta só dar oportunidade para poucos. Poucos jovens no Brasil hoje têm oportunidade, porque, grande parte, foi visto agora, a Senadora Zenaide falou muito bem, nessa pandemia, o que ficou muito claro é que as distâncias, as diferenças são muito grandes e foi mostrado que são ainda maiores. Aqui na Capital mesmo, 30% dos nossos jovens nem sequer tiveram aula. Ficaram dois anos sem as frequentar. Por quê? Porque não têm internet, não têm computador, não têm acesso ao celular. Quando têm, é um e são cinco, seis na família.

Então, há uma dificuldade que a gente só vai superar com investimento em ciência, tecnologia e inovação – nos conteúdos.

Não adianta, na educação profissional também, dar cursos teóricos. Eu tive essa oportunidade de, como Secretário, trazer a educação profissional para a minha Secretaria. Os melhores professores de qualificação profissional são aqueles que estão no mercado, no dia a dia, que conhecem o mundo real. Não adianta formar jovens para as atividades que não existem mais ou que, daqui a pouco, não existirão. Então, a gente tem que ter uma discussão muito forte com relação a essa qualificação profissional. Mas eu pergunto, então, o que essas empresas, que estão representadas por vocês aqui... para prover a juventude com essas competências basilares do empreendedorismo?

A gente sabe que o Governo é praticamente todo aqui analógico. Então, há um mercado muito grande. Como aqui não se tem nem controle de estoque de medicamentos na saúde; então, você percebe que tem aí um vasto mercado para os jovens apresentarem alternativas de aplicativos e algumas coisas mais.

A segunda colocação: o empreendedorismo digital tem como primeira camada o estímulo à criação de um ambiente digital de compra e venda de produtos e serviços e, como uma segunda camada, estreita com as tecnologias habilitadas para internet, a internet das coisas, a inteligência artificial, impressões 3D, *blockchain*. Então, eu pergunto: há um levantamento embasado sobre a capacidade de o Sistema S, as faculdades e centros de treinamento públicos e privados oferecerem treinamento de qualidade e prático à juventude para fomentar a mentalidade empreendedora e capacitá-la à altura para esses desafios?

O relatório da Organização Mundial do Comércio, *Comércio 2030*, sobre o futuro do comércio internacional, entre outras constatações, demonstra como as tecnologias habilitadas para internet podem potencializar o comércio internacional de pequenos e médios empreendedores. A tecnologia *blockchain* é basicamente uma tecnologia altamente resiliente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inviolável e descentralizada de registro de transações; é uma ferramenta que cria confiança entre as partes no comércio. Ela pode ajudar agentes iniciantes no comércio internacional a criarem a confiança de potenciais compradores e contratantes, superando o problema da falta de tradição das pequenas empresas no comércio internacional e, portanto, de credibilidade neste mercado. A tecnologia *blockchain* melhoraria, de igual forma, a transparência das cadeias de fornecimento, aceleraria a digitalização de operações comerciais, automatizaria transações contratuais e poderá diminuir significativamente os custos. Até 2030, a implementação ampla da tecnologia *blockchain* poderá significar um aumento de US$3 trilhões no comércio internacional. Então, eu pergunto: qual o nível de treinamento técnico e jurídico dos jovens para a tecnologia *blockchain*? E quais são os passos a serem tomados para que o tema seja incorporado nas grades, nos conteúdos do ensino, principalmente da educação profissional?

O mercado brasileiro está carente de desenvolvimento de aplicativos. O MIT, renomada instituição de ensino norte-americana, oferece reiteradamente esses cursos. Eu pergunto: Quais instituições de ensino do Brasil oferecem curso de desenvolvimento de aplicativos a preços plausíveis e qual a política do Governo de bolsas para essa juventude? Acho que não tem.

Alguma das empresas aqui representadas possuem um plano de ação de fomento de cursos dessa natureza?

E a última: Entre outras utilidades aplicadas no comércio internacional, a internet das coisas permite a empresas localizarem produtos ao longo da cadeia de fornecimento e otimizarem rotas para esses produtos. A tecnologia de *blockchain* e a internet das coisas, aliadas ao conceito ESG, que é governança ambiental, social e empresarial, permitirá o florescimento de negócios com selos ambientais e sociais. O conceito ESG é particularmente promissor para os países em desenvolvimento, em razão das inúmeras ações requeridas para o desenvolvimento nacional.

Então, eu pergunto: como o empreendedorismo digital de suas empresas tem incorporado o conceito ESG (governança ambiental, social e empresarial)?

Então, eu faço essas perguntas a quem puder...

O SR. GILBERTO LIMA JUNIOR – Eu me disponho a começar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, eu vou já passar para as considerações finais, agradecendo pela participação de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já passo para o Gilberto responder aquilo que for possível e já fazer também as suas considera sinais.

Obrigado.

O SR. GILBERTO LIMA JUNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra Gilberto Lima Junior.

O SR. GILBERTO LIMA JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Primeiro, quero também elogiar a intervenção da Senadora Zenaide, que nos trouxe aqui realmente algumas reflexões fundamentais.

A grande questão que envolve a pergunta da Senadora, do acesso e da equidade, eu acho que começa exatamente por uma reavaliação.

O Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social, Senador, ele pretende propor nesta Casa, quer dizer, no Parlamento brasileiro, maneiras de criar um monitoramento da aplicação dos recursos que se destinam ao uso de tecnologia de impacto social.

Eu explico: Cidades Inteligentes, IOTs, 5G, Escola Conectada, Computador para Todos... Quer dizer, toda hora tem algum tipo de programa em nível municipal, do Estado ou federal, que vem falar em nome de uma população desassistida para o processo de inclusão digital, e nós vimos, como o senhor bem colocou, que 30% dos alunos perderam o ano letivo em Brasília.

O fato é que dinheiro não falta. O fato é que o que falta é um monitoramento. Nós pretendemos buscar no Tribunal de Contas da União, no Contas Abertas, uma parceria junto ao Instituto Illuminante para criarmos, pela via do Observatório de Impacto, o monitoramento dos resultados das métricas de impacto na sociedade.

Quanto essa emenda parlamentar, quanto aquele recurso do Orçamento de um Município destinado à inclusão digital de fato incluiu? O que de fato alterou? Por que, Senadora Zenaide, do contrário, se o próprio recurso aplicado, que já é escasso, ele não puder corresponder a um nível de mudança realista, ou se aproveita apenas o *marketing* da inclusão social, o *marketing* da inclusão digital para poder utilizar o recurso público que, efetivamente, não altera e não transforma digitalmente a vida das famílias, nós estamos realmente levando em consideração uma mentira. Quer dizer, é algo que a gente não pode mais perpetuar. E o Instituto Iluminante observa e observará isso em nível de profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas questões trazidas aqui pelo Senador me fazem perceber que o próprio Governo está perdido. Quando o senhor fala que é mandatório, no caso Alemanha e em tantos outros países, a questão do próprio ensino técnico e a questão de equidade de oportunidades, o que nós estamos percebendo é que haveria necessidade, como os meninos chamam no mundo das *startups,* de fazer um grande *hackathon* de governo, sabe, Senador? Um *hackathon* da saúde, um *hackathon* da mobilidade humana, um *hackathon* dos programas sociais. O *hackathon* a que eu me refiro, para quem não está habituado aos termos, é *hackear* e reinventar o processo com muito menos custo, porque são tantas instâncias sobrepostas para um resultado pífio que ou nós teríamos que ter a coragem de redesenhar as coisas em favor sociedade – e, para isso, uma democracia participativa e direta seria fundamental – ou dificilmente algum resultado vai mudar.

Outra questão trazida pelo Senador é sobre ambiente digital para compras e vendas. Senador, se o Sistema S, as faculdades, etc., teriam a capacidade de corresponder a isso? Eu penso que sim. Eu acho que são estruturas de excelência, de décadas que se reinventam. Os laboratórios de inovação do Senai, por exemplo, são um modelo reconhecido no Brasil inteiro, o próprio Senac... O Sesc, perdão, o próprio Sesc, a Faculdade de Tecnologia, inclusive há agora uma aqui no Distrito Federal, liderada pelo Reitor Bermúdez. Quer dizer, há a possibilidade de oferecer em larga escala, para a sociedade, essa ambientação no digital, essa renovação dos modelos pedagógicos inclusive.

Com relação ao tema que me é mais diretamente familiar, a minha formação como líder é em comércio internacional. Eu atuo há 26 anos no comércio exterior e há 22 anos em tecnologia. E tive o privilégio, Senador, através lá da minha empresa, da Going Global, de atender uma demanda da CNI, da Confederação Nacional da Indústria. Nós produzimos um estudo, Senador, sobre o impacto do *blockchain* no comércio exterior. E a conclusão a que esse estudo chega e que foi inclusive apresentado com a presença do *head* aqui no Brasil, do diretor do Banco Interamericano no Brasil, é que não haverá, Senador, comércio exterior sem *blockchain*. Não é mais...

É a questão de inviolabilidade, de rastreamento da carga. O consumidor americano, o consumidor europeu, os destinos desses exportadores, para onde a produção de alimentos brasileiros ou até da baixa exportação industrial brasileira, aonde chega, o consumidor lá na ponta está exigindo ter um QA *code*, um codigozinho, para ele saber de onde veio, se aquilo não foi de uma região de desmatamento no Brasil, se aquilo não explorou uma mão de obra presidiária, uma mão de obra infantil. Então, a tecnologia *blockchain* é uma revolução no mundo.

E quando se soma, nesse novo mundo de que estamos falando... E os jovens estão conhecendo muito bem isso, porque nasce ali da mentalidade do *game,* que é o metaverso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde estão a se misturar criptomoedas, NFTs e toda uma ordem de segurança e proteção desses novos mundos virtuais que vão se criar, o *blockchain* é a parte da garantia e da segurança do funcionamento disso tudo.

A pergunta que o senhor coloca é sobre a capacitação, a possibilidade da disponibilidade da formação. Dentro dessas tecnologias, não existe, a não ser por iniciativa privada mesmo. E é também a intenção desse instituto, que tenho a honra de presidir, o Instituto illuminante, ampliar a possibilidade, junto a esses centros de formação a que o senhor se referiu, para que o *blockchain* seja realmente desenvolvido em um nível de escala muito maior. Mas para isso, Senador, seria necessário que o próprio Governo, que as os próprios Poderes utilizassem o *blockchain* internamente, para você alavancar, pelo poder de compra do Estado, pelo poder de compra público, a própria tecnologia brasileira, que já é considerada, em *blockchain*, uma das melhores do mundo.

Nós temos uma empresa no Distrito Federal, Senador, que já é a empresa mais reconhecida e premiada na América Latina com soluções de *blockchain* para Governo, que desenvolveram soluções de aplicação governamental no setor aeronáutico, no setor de defesa, em que acabam de ser credenciados, e estão atendendo demandas no Brasil inteiro.

Então, sim, é fundamental que o *blockchain,* no combate à corrupção, inclusive, seja implementado para que a transparência dos orçamentos, para que a visibilidade dos andamentos processuais reduza uma máquina burocrática gigantesca, desnecessária, que facilita a corrupção.

Com relação à sua pergunta sobre as iniciativas, o illuminante desenvolveu, no Paranoá, numa escola pública aqui de Brasília, de uma região satélite nossa, um programa, Senador, chamado Young Coders. O Young Coders é, em tradução, "jovem codificador". Nós conseguimos ter – de emocionar e de chorar, Senador – meninos que nunca tinham visto uma linguagem de programação de código na vida, que eram ensacadores em supermercados, embaladores, meninas que davam faxina para trazerem algum dinheirinho para casa, virarem programadores de computador, criarem o *site* da escola, gerarem soluções para o lixo, para segurança, em aplicativos, como o senhor perguntou, através do Young Coders.

Alguns deles, inclusive, o menino que o inspirou, hoje, tem um salário em torno de R$15 mil, R$20 mil. Vamos lá! Alguém que não entendia nada de linguagem de programação! Que impacto no *status quo* da família isso gerou!

É, sim, o tema desta sessão do Senado do Futuro, um dos temas mais urgentes e importantes, que é o impacto da mudança do *status* social da população brasileira pelo bom uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da tecnologia, para que os recursos, bilhões destinados a incluir digitalmente, a incluir socialmente sejam respeitados e aplicados!

Por fim, o Senador nos traz aqui uma consideração fundamental sobre o IoT, a internet das coisas.

Fala-se no ESG, como o Senador lembrou, da questão ambiental, social e de *compliance*. Não existirá mais a possibilidade, nem de uma *startup,* receber recursos de um fundo, de um investidor, até de pequeno ou médio porte, se ela não comprovar o seu impacto ambiental, o seu impacto social e a ética e a transparência nos seus procedimentos. O que se dirá das grandes empresas?

Então, o Brasil precisa, urgentemente, também trazer a questão dos IoT, a questão do *blockchain* como uma forma de usufruir da grandeza deste País na questão ambiental. Nós poderíamos estar desenvolvendo, dentro da bioeconomia, soluções para o mundo, com rastreamento, protegendo a nossa Amazônia, protegendo a nossa realidade da fauna, da flora e dando, com isso, uma contribuição efetiva ao que se discutiu na COP, em que, infelizmente, este País não assumiu compromisso nenhum.

É pelo caminho, sim, dos ensinos ambientais e sociais, do empreendedorismo digital que nós podemos sonhar em fazer com que os jovens da atualidade, Senador, voltem a ter algum protagonismo global!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gilberto.

Passo também, para as considerações finais e para responder a algumas questões, a Leandro Conti.

O SR. LEANDRO CONTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Também cumprimento a Senadora Zenaide pelas perguntas que S. Exa. trouxe.

Nós acreditamos, aqui na Brasscom, que, claro, a educação básica é fundamental. Sem os conhecimentos de Matemática, de Língua Portuguesa e, se possível, de idiomas, tudo fica mais difícil.

Então, tudo começa, realmente, na educação básica, e aí o Poder Público tem uma importância muito grande, pela cobertura, pela presença das pessoas, pela democracia, pela equidade que isso traz para toda a população brasileira. E há muitas oportunidades ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista profissional, e são sempre muitos desafios simultaneamente, nós acreditamos que o Sebrae, o Sistema S, traz uma contribuição muito importante, de conteúdos gratuitos, de empreendedorismo, *workshops*, sessões, agora voltando, presenciais, para ajudar as pessoas a trilharem esse caminho. E, paralelamente, o senhor trouxe, V. Exa. trouxe, Senador, a questão do ESG, as escolas privadas, hoje há várias instituições privadas, escolas privadas, que trazem bolsas, para trazer, principalmente grupos minorizados, pessoas de baixa renda, para aprenderem sobre tecnologia, aprenderem sobre desenvolvimento.

Aqui na Brasscom, nós acreditamos que a base de tudo, independentemente da tecnologia específica, que o senhor mencionou, a *blockchain*, IoT e outros, é a base do desenvolvedor. Quando nós temos mais desenvolvedores preparados, eles podem se adaptar às tecnologias que estão presentes hoje e que virão também. Então, esse déficit de desenvolvedores faz muita diferença.

E as instituições privadas também têm dado a sua contribuição. A própria Brasscom lançou este ano, já no meio do ano, uma iniciativa que se chama Programa de Aceleração da Capacitação em Tecnologia, para capacitar 156 mil alunos nessas tecnologias, para serem desenvolvedores, para poderem trabalhar nessa indústria. A Hotmart vem formando e informando mais de 2 milhões de pessoas, gratuitamente também, para essa parte de criadores de conteúdo, para que possam aprender a trabalhar com as tecnologias do conhecimento na internet. E aí não são desenvolvedores, necessariamente, mas são pessoas que podem trabalhar com essa área e viverem do seu conhecimento. Além disso, os próprios criadores de conteúdo capacitam outras pessoas a serem empreendedores também, e muitas vezes não vão ser da área da tecnologia, vão ser empreendedores de outros segmentos, porque estão mais preparados para isso, ou até preferem. Nem todo mundo gosta de ser desenvolvedor, porque é realmente uma atividade bastante difícil, digamos assim, para quem não é hábil, ou que gosta bastante de matemática, ou lógica, por exemplo, mas há outras muitas oportunidades.

Há até um caso que eu gostaria de trazer, que é acessível a todos e fez uma diferença muito grande, um barbeiro, um cabeleireiro, na verdade, masculino, que começou a ensinar outras pessoas a serem cabeleireiras na plataforma, mas percebeu que poucos alunos estavam entrando no curso dele, que custava acho que R$500, na época, que estava tendo pouca adesão, e ele percebeu que as pessoas não tinham dinheiro para pagar, porque elas estavam começando na carreira e não tinham condições financeiras de pagar um curso tão caro. Percebendo isso, ele criou uma solução de assinatura, em que as pessoas pagam R$15 por mês e conseguem ter acesso àquele conteúdo todo o mês.

E ele explodiu. Explodiu, do ponto de vista financeiro, ele conseguiu muito mais alunos, muito mais gente teve acesso ao curso, e pôde melhorar sua atividade e até iniciar uma atividade de empreendedorismo na área da estética, sendo cabeleireiro. E essas pessoas, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi perguntar: mas como é que você acessa o meu curso? Às vezes a pessoa tinha um celular mais simples, pré-pago, não tinha acesso à internet, ao 4G, e tudo. A pessoa ia a um shopping, ou a uma unidade comercial que tinha um Wi-Fi gratuito, para poder acessar o curso e aí começar a sua transformação.

Então existe muita oportunidade para incluir as pessoas de forma equânime, dando oportunidade, que as próprias instituições, privadas ou públicas, podem trazer, para que esses jovens e essas pessoas possam se transformar.

Sem esquecer que em boa parte do Brasil, muitas bibliotecas públicas e até escolas, felizmente, têm o seu sinal de Wi-Fi gratuito. Às vezes têm computadores para essas pessoas usarem. Então, estão disponíveis.

Como mensagem final, é claro que há muitos desafios, são desafios simultâneos, e nós temos que cuidar de muitas coisas simultaneamente, melhorar para o nosso futuro. Mas também eu queria destacar que existem hoje recursos que podem ser usados para transformar a vida de muita gente e que a gente pode fomentar, levar informação, garantir o acesso e fazer com que o Brasil avance no empreendedorismo e também na área digital.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Leandro.

Passo também, para as considerações finais, para o Pedro Vogado.

O SR. PEDRO VOGADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá!

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Izalci, os comentários sempre muito precisos da Senadora Zenaide.

Na visão dos empreendedores jovens o que a gente observa hoje é que ainda existe a formação de poucos profissionais nas universidades, principalmente na área de ciência da computação, engenharia de software, programação. A demanda hoje é muito crescente no Brasil. Na verdade, o programador hoje é a base de qualquer empresa, de qualquer negócio, seja em que área for. Então, observamos que falta isso na sociedade brasileira. A gente precisa formar mais jovens voltados para a área de tecnologia. Já comentou, inclusive, o Senador Izalci que existem poucas escolas técnicas. Eu defendo uma escola técnica voltada para a programação, porque programação é uma arte que pode ser aprendida, como já foi comentado aqui, se nós pegarmos jovens e inseri-los nesse universo da programação, acredito que isso vai ser extremamente positivo para todas as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente observa também que ainda faltam alguns incentivos fiscais para *startups* e *fintechs*. Acredito que incentivos fiscais nessas áreas, como já existem em outros locais do mundo, seriam muito importantes para a construção de um Brasil mais pautado na tecnologia, na empresa de tecnologia. Particularmente, defendo muito a criação de uma secretaria nacional das *startups* de jovens empreendedores, o Governo focado exclusivamente no desenvolvimento dessas *startups*. Isso seria muito importante para o crescimento do Brasil.

E a Zapay, do ponto de vista nosso como empresa, estamos contribuindo bastante com a formação de jovens aprendizes. Lá na Zapay, a gente pega às vezes pessoas que não sabem nada de programação, a gente paga um curso para elas, elas ficam lá aprendendo aos poucos a linguagem, as diversas linguagens, aprendendo a programar. Isso contribui bastante. A gente tem um programa relevante aqui no Distrito Federal, em conjunto com a FGA, que é da Universidade de Brasília. Então, a gente vem buscando trazer essa galera da FGA para a nossa empresa e, com isso, formando essas pessoas profissionalmente. Nós temos também a questão de cursos profissionalizante para todos os nossos colaboradores. Isso aí é voltado muito para a questão da tecnologia. Isso é importante para formarmos empreendedores digitais. E, obviamente, também aqui na empresa a gente tem uma prática de *job rotation* de colaboradores, trazendo colaboradores para várias, diversas áreas. Essa prática de *job rotation* possibilita uma visão maior do que é uma *startup*, do que é uma empresa, possibilitando, obviamente, a formação de grandes profissionais, grandes líderes e de grandes empreendedores.

Então, agradeço a todos aí. Desejo a todos um excelente final de ano.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Pedro.

Bem, primeiro, eu quero, mais uma vez, não só agradecer a vocês pela presença, é um tema de suma importância para os jovens principalmente, mas mesmo os adultos têm dificuldade nessa área, porque, muitas vezes, não há ambiente.

O Brasil é muito burocrático, é muito difícil sobreviver com essa burocracia, e a gente sabe que, na área privada, a gente pode fazer qualquer coisa, só não pode fazer o que é proibido, mas, na área pública, só se pode fazer o que é permitido. Então, a burocracia, muitas vezes, emperra. A escola, que deveria estar à frente de todas as inovações, normalmente é a última a adaptarem, a incluírem, a inovarem.

Então, de fato, como a Senadora Zenaide disse – e eu também falo disso todos os dias aqui –, não há como avançar em nada se não for através da educação, e educação de qualidade, não basta ser apenas uma escola que dê uma merenda escolar ou um lanche. Eu fico lamentando, porque eu tive a oportunidade de conhecer a escola pública de qualidade. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha época, ela era de qualidade; não era universal evidentemente, mas era de qualidade. Na minha escola aqui, no Guará – estudei em Brasília –, você tinha tudo: esporte, cultura, lazer, uma boa alimentação, educação profissional. Isso, infelizmente, talvez com a universalização, foi deteriorando em termos de qualidade e pela falta de infraestrutura.

Discurso sobre a educação, todo mundo... Ciência, tecnologia e educação, se levantarmos aqui em termos estatísticos, talvez sejam as áreas mais aprovadas e apoiadas no discurso, mas, na prática, está aí um corte no orçamento da educação este ano, e estamos brigando para repor, de R$4,5 bilhões. Não está fácil! Não está fácil conseguir recompor esse orçamento da educação com as universidades, que ainda precisam também ficar mais próximas do mundo real, saírem das fronteiras do muro da universidade, ajudarem as pessoas a melhorar a qualidade de vida e ajudarem a resolver os problemas das cidades. Mas temos que avançar nisso.

Ciência e tecnologia, depois de mudarmos toda a legislação – Gilberto sabe o que nós fizemos aqui: botamos inovação na Constituição, mudamos todo o marco regulatório de ciência e tecnologia –, 90% do orçamento eram contingenciados. Aí nós conseguimos aprovar a lei, de minha autoria inclusive, para proibir o contingenciamento dos recursos da ciência e tecnologia, que já era para ter acontecido neste ano, 2021, e, lamentavelmente, não aconteceu. Dos R$8 bilhões, metade não reembolsável, nós estávamos guardando R$2,7 bilhões e conseguimos aprovar um PLN agora, semana passada, de R$158 milhões. É um negócio assim impressionante!

Mas, de qualquer forma, a luta continua. No Orçamento do ano que vem, está previsto o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que é exatamente para projetos estruturantes. A vacina não nasce da noite para o dia. A inovação acontece todos os dias e acontece nas empresas, inovação não acontece na universidade. A universidade tem muito conhecimento e pode ajudar muito a inovar nas empresas.

Então, esse é o desafio, aproximar a universidade das empresas, do Governo, para fazer uma coisa... todo mundo na mesma direção.

Eu vejo que esta reunião de hoje é muito importante, porque abre uma perspectiva muito grande para os jovens que, muitas vezes, não têm emprego hoje, e a tendência é, cada vez mais, diminuir o número de empregos tradicionais, mas com uma oferta muito grande de perspectiva de empreendedorismo. O que não falta são oportunidades, e existe muito curso, hoje, gratuito. Na internet, existem milhares de cursos de qualidade ofertados gratuitamente. Então, é uma grande oportunidade, o brasileiro é criativo, os jovens são criativos, e o Brasil tem tudo para avançar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, espero que, com o 5 G, com a infraestrutura definida, que seja investido em infraestrutura, banda larga nas escolas, que já deveria existir há muito tempo, espero que a gente possa melhorar essa qualidade da educação e dar mais oportunidade para os nossos jovens. Então, é só para lembrar que o tema é esse e abre uma grande janela de oportunidades para quem realmente quiser investir no empreendedorismo, nessa área da tecnologia principalmente.

Bem, como a gente tem quórum, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª, 21ª e 22ª reuniões, realizadas em 26/11, 29/11 e esta que está sendo realizada hoje, que a gente possa aprovar as atas.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Então, as atas serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a participação dos convidados, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Giordano, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Leila Barros e Eduardo Braga, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Kátia Abreu, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 34ª e 35ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 415, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Após apuração dos votos, o senador Veneziano manifestou seu voto favorável ao projeto para constar na ata. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 333, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Lido o relatório. **Observação:** Lido o relatório e encerrada a discussão, adiada a votação. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3386, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES)." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 62, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 61/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências” seja incluída convidada que relaciona." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta. Fica prejudicado, em virtude da audiência pública objeto do REQ 61/2021 já ter sido realizada. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 63, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração”." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/24

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Vou deixar a ata para aprovar na próxima.

Comunico que foram apresentados à Secretaria desta Comissão os seguintes ofícios: Ofício nº 96/2021, da Câmara Municipal de Jacutinga (RS), que apresenta moção de apoio aos agricultores em defesa do marco temporal e pela aprovação do PL 490, de 2007, que altera o Estatuto do Índio sobre a demarcação das terras indígenas.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros e correspondentes a autuação até lá. Findo o prazo sem manifestação, serão automaticamente arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios, requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Antes de entrar propriamente na pauta, quero apenas fazer alguns registros. Primeiramente, esta é a primeira reunião deliberativa que eu faço depois do retorno da COP 26, em Glasgow. Eu acho que foi extremamente importante a presença de Parlamentares, Senadores e Deputados. O Presidente da Casa esteve lá, e eu o acompanhei em vários encontros que teve o Presidente Rodrigo Pacheco. Acho que foi extremamente importante a colocação feita pelo Presidente Rodrigo Pacheco em todas as reuniões de colocar claramente que a posição do Executivo é a posição do Executivo, mas que este Poder é um poder independente e que, portanto, emana opiniões, através dos projetos de lei que aprova ou que rejeita, muitas vezes diferentes ou até contrárias àquelas emanadas do Poder Executivo. Então, eu acho que foi extremamente importante.

Eu registro que, durante a COP, nós fizemos uma reunião do Fórum da Geração Ecológica, que é o fórum que nós criamos aqui e que trabalha desde junho deste ano e deve trabalhar até junho do ano que vem na busca de fazer um arcabouço jurídico-legislativo que dê sustentação, que seja próprio para esse momento que vive o planeta, todos os países, o que eu chamo de guinada verde ou da busca da sensibilidade tripartite, que é a sustentabilidade econômica, social e ambiental, que é pauta obrigatória hoje, no mundo inteiro, em função da emergência climática que nós vivemos.

Lá estavam presentes pelo menos dez membros do fórum. Para mim foi motivo de muito de alegria. Reunimo-nos não no estande oficial do Governo, mas no estande da sociedade civil brasileira, que, aliás, teve um fervilhar de presenças muito grande, com muito debate. E eu quero parabenizar também todos os organizadores daquele espaço e agradecer a todos os membros do Fórum da Geração Ecológica que lá estiveram. Fizemos um diálogo muito proveitoso. Inclusive, aquela indígena que participou da abertura da COP 26 também é membro do Fórum da Geração Ecológica e eu acho que foi um momento importante.

Além disso, no esforço que nós estamos fazendo junto com o Cepal, que é a Comissão para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas, que é da criação no Observatório Parlamentar sobre Mudanças Climáticas e Transição Justa, que recebeu a sigla de OPCC, que é a sigla em inglês, nós conseguimos fazer contato com vários Parlamentares dos Estados Unidos, da França, da Itália, da Espanha, da Inglaterra, da União Europeia e conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive a adesão de um Parlamentar inglês e de um Parlamentar espanhol de larga experiência. Fizemos essa reunião lá transmitida também e, portanto, eu acho que foi mais um passo na presença brasileira distinta da executiva, apesar de que eu registro aqui, para ser justo, que o Itamaraty, a diplomacia brasileira eu diria que avançou na sua posição. Saiu de uma posição meramente ideológica e desceu ao terreno para participar das negociações. Houve cessão de posições do Brasil e com isso nós conseguimos, pelo menos em nível mundial, fazer a regulamentação do mercado de carbono. Agora vai depender desta Casa e da Câmara dos Deputados a regulamentação interna da matéria, é um potencial bastante grande que o Brasil tem.

E, apesar desse avanço que eu diria da posição do Itamaraty – participei inclusive, ao lado do Presidente Rodrigo Pacheco, no estande oficial do Brasil, de um momento de debate com o Ministro do Meio Ambiente e a CNI, que, na verdade, foi a patrocinadora daquele espaço, e eu acho que também o estande oficial estava bastante procurado –, eu sou obrigado a registrador minha tristeza de que, depois desse esforço na COP, o Presidente da República vai ao Bahrein e, de novo, faz uma fala que trabalha contra tudo aquilo que a gente está construindo, diz que a Floresta Amazônica é uma floresta úmida e por isso não pega fogo, que isso é invenção do Inpe. Depois, também na minha opinião um momento ruim para nós, dados que mostravam o volume de queimadas no último mês, que tudo indica estavam disponíveis desde o dia 27, 28 de outubro e que só foram disponibilizados ao público depois do retorno da COP... Eu estou dizendo que você faz um esforço lá, quando vem uma notícia ruim, pior ainda, porque poderia ter sido dada em tempo, acaba que tira a credibilidade. Eu acho que um país vive de projetos, propostas e credibilidade. Esse é o nosso problema hoje.

Eu sou obrigado a dividir com os colegas do Senado, eu me reuni com vários fundos de investimento – vários –, quase dez fundos de investimento, e realmente as pessoas cobram o que está acontecendo, porque fica difícil de convencer investidores a trazerem dinheiro para cá. Inclusive porque, nos dias em que eu estava na COP, tinha acabado de ser aprovada na Câmara a chamada PEC dos Precatórios e as pessoas me indagavam: "Como é que podemos confiar no seu país se muda a Constituição para não honrar dívidas e compromissos que tem?". É uma coisa quase que inexplicável mudar a Constituição para não cumprir a sua obrigação proclamada pelo Supremo Tribunal Federal, porque todo precatório passa por lá. Eu evidentemente disse que a minha posição é diferente dessa, eu não concordo realmente com o conceito de você dar o chamado calote, mas eu digo aqui: isso tudo levanta um manto de desconfiança.

Então, eu queria registrar que eu acho que foi extremamente proveitoso. O Senador Contarato lá estava, a Senadora Eliziane, o Senador Rodrigo Pacheco, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, acho que nós tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma participação, repito, significativa. Eu tive reuniões com cientistas, com gente da universidade que me dizia: "Que bom saber que essa posição, às vezes, externada pelo centro do Governo não é a posição dos brasileiros em geral, muito menos a posição de todo o Parlamento". Eu falei: "Não, não é". É uma posição externada pelo Presidente, que eu acho, inclusive, que está recuando, por entender que isso está fazendo mal ao Brasil. Mas é só para dizer que eu acho que foi positiva, tímida, e eu olho aqui para o Senador Esperidião Amin: realmente os países ricos, como V. Exa. colocou outro dia, mais uma vez, foram tímidos nas suas colocações, inclusive não assumindo os compromissos que se esperavam em relação, por exemplo, ao uso do carvão para geração de energia. Então, fica sempre aquela pergunta: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Eu acho que a cobrança é mundial, mas concordo com V. Exa. quando diz que nós temos régua e compasso para estabelecer nosso regramento, e é para isso que essa Casa está aqui, e espero que essa Comissão contribua para isso.

Dito isso, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que, mesmo antes da abertura da sessão, já estava com a sua mãozinha amarela levantada. Com V. Exa. a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu acho que o índio Mão Amarela foi o primeiro a morrer na batalha de Wounded Knee, foi o primeiro índio que o 7º Regimento de Cavalaria do General Custer encontrou. Então, eu abaixei a mão.

São duas as minhas colocações, Presidente. Primeiro, eu percebi que o Senador Contarato está aí e eu quero, em meu nome, dirigir-me a ele também, ao Senador Contarato, para lhe pedir que coloque na agenda ou na pauta da primeira sessão da Comissão da semana que vem, eu suponho que seja terça-feira, o PL 208, e naturalmente a audiência que se fizer necessária, porque nós tivemos, ao longo desses dias – e aí me dirijo ao Senador Contarato, não sei se ele está me ouvindo –, reuniões com o ICMBio, com a direção do ICMBio, com a secretaria de unidades de conservação do Ministério do Meio Ambiente e com representação dos cinco Municípios que têm áreas dentro do chamado Parque de São Joaquim, com o nome que ele tem de 1961. Evoluiu tanto a política que São Joaquim não tem mais terras no Parque de São Joaquim, por isso o novo nome dele será Parque Nacional da Serra Catarinense, inclusive com um audiovisual que vai deixar todos fascinados, porque está sendo incorporado ao parque o Morro do Funil, que na verdade não é um morro, é um vale espetacular. Eu vou mandar para o Senador Jaques Wagner um comercial sobre esse assunto. Não há acordo ainda, ainda não há acordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me: eu pensei que V. Exa. ia mandar para mim o convite para eu visitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o convite: eu estou me colocando como seu motorista, porque eu quero ser o piloto do carro com que nós vamos subir a Serra do Rio do Rastro, Senador, que foi uma modesta obra em concreto e cimento do meu primeiro governo e é considerada a rodovia mais *assombrosa del mundo* por um conhecido *site* na Espanha.

Então, é isto que eu lhe peço colocar na pauta: o PL 208 e o Requerimento nº 51, que é subscrito pelo próprio Senador Contarato e depois foi subscrito por mim. Então, se colocar o requerimento – eu acho que é mais prudente –, o PL vem a reboque. Se houver o acordo que nós desejamos, o senhor pode pautar o Projeto de Lei 208, de 2018, cujo Relator é o Senador Heinze.

Quanto aos seus comentários a respeito dessa missão que V. Exa., o Presidente Pacheco e vários Senadores cumpriram e os desencontros de natureza, digamos, verbal e de atitudes, que são o mais sério, entre os integrantes dessa representação muito valorosa do nosso Senado e do Chefe do Executivo e o Executivo, eu queria trazer aqui à colação um velho aforismo do Vicente Feola, quando ele explicou como é que o Brasil deveria atacar o time da União Soviética. Ele, mui pacientemente, gorducho que era, ouviu do Garrincha o seguinte: "Vocês já combinaram com os russos?". (*Risos.*)

Então, eu acho que faltou combinar com os russos. Cada um vai enquadrar como russo quem quiser, mas que faltou combinar com os russos, faltou.

Grande abraço. Por favor, não vai, por causa dessa pequena ironia, deixar de atender o meu pedido, que é também do Senador Contarato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Que nada! Até porque, Senador Esperidião, se dependesse deste brasileiro, eu já teria combinado com os russos. É que os russos locais são difíceis de combinar. (*Risos.*)

Eu faço o maior esforço de fazer uma oposição construtiva, mas nem sempre é fácil de combinar com esses brasileiros russos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Até o idioma é meio complicado, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só quero lhe fazer uma pergunta: aquela reunião a que V. Exa. se referiu no dia de ontem, que haveria e que V. Exa. mesmo relatou que entendia que poderiam chegar a algo como 90%, houve? Vai haver ainda hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, agora o ICMBio esteve aqui e fez um relatório. Há 90% de convergência, ou seja, o mapa... Há 72 páginas e meia, presta atenção, de poligonal. É um PL... Deve ter sido o primeiro do Brasil porque no conteúdo do projeto há 72 páginas e meia só de números sobre a poligonal. Então, essa poligonal transportada para a planta tem um grau de 90%, de 95% de aderência.

Os cinco Municípios conversaram com o ICMBio, no dia 12 de novembro, ficaram aqui na sexta-feira tratando desse assunto. O ICMBio tomou as suas decisões. Ontem, reportou para nós e começou a conversar individualmente com cada Município.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O principal problema é que, nesses 60 anos, o Município de Lauro Müller pegou essa encosta da serra e criou ali um ecomuseu. Só que ecomuseu não é integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Então, desses 6 mil hectares, 4,5 mil não integram o parque e 1,5 mil o ICMBio quer que se incorpore ao parque. Essa é a divergência, a grande divergência que existe.

É o tempo que passou. Imagina, 60 anos numa demarcação bisonha e todo mundo... Neste ínterim, o Governo do Estado de Santa Catarina criou um parque estadual, Parque da Serra Furada, que é um espetáculo, e eu, como Governador, criei também o Parque do Aguaí. Só que o Parque do Aguaí está fora e o Parque da Serra Furada está dentro do Parque Nacional de São Joaquim. Então, isso aí é uma questão de ente federado, mas ele está dentro.

Agora, o ecomuseu, que tem uma parte dentro e outra parte fora, não faz parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Se fosse um parque municipal faria, mas como ecomuseu... E são terras do Governo do Estado, então, é uma questão muito mais jurídica local do que um projeto de lei.

Se não tiver acordo, nós vamos votar. E fica claro que não está sendo tirado do parque para ser privatizado, é que o Município quer gerenciar. É um conflito de entes federados que nós vamos ter que resolver, até porque os outros Municípios praticamente já se entenderam. Quando eu digo os outros Municípios, envolve a comunidade.

Tudo isso teve audiência pública. Nós temos é que votar. Primeiro, tirar as dúvidas, conhecer quais são as divergências – que, repito, são muito pequenas e uma é pontual – e, afinal, votar. O que não tem cabimento é não deliberarmos porque há uma intransigência.

Desculpa por ter tomado tanto tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas eu acho que nós temos condições, sim, de cumprir a nossa tarefa como Comissão de Meio Ambiente.

As dúvidas que levaram o Senador Contarato a formular o requerimento serão esclarecidas, se V. Exa. assim concordar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro, eu sou sempre a favor desse diálogo e da busca de aproximação de posições, que eu acho que esse é o papel desta Casa. No limite, como manda a democracia, vota-se, e alguém, por maioria, ganhará a sua posição. Eu não acho que a gente possa ficar... Eu digo sempre que é melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. Então, eu acho que não adianta ficar esticando as coisas, achando que, por caducidade, nós vamos resolver; nós temos que resolver. Então, na minha opinião...

Só queria lhe esclarecer que o requerimento já foi aprovado. Não foi aprovado por acordo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só falta datar – só falta a data.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O que não foi aprovado foi o requerimento de convocação do ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, mas isso não é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é, porque V. Exas. entenderam que não era necessário. Portanto, ele caducou. Eu vou mandar para o arquivo esse requerimento da convocação do ministro, entendeu?

Agora, eu vou conversar com o Senador Contarato aqui, e a gente agenda de tal forma que eu possa visitar o parque com esse problema já superado, ainda mais tendo V. Exa. conduzindo o veículo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Inicialmente, quero parabenizar V. Exa. pela condução da Presidência e quero aqui externar ao meu querido Senador Esperidião Amin que eu estou completamente de acordo. Nós vamos fazer essa audiência pública, já aquiesci aqui com o Secretário Airton com relação a pautar o projeto. Fica à disposição de V. Exa., e eu aqui concordo plenamente com a solicitação do querido Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Combinado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado! Só quero agradecer: muito obrigado. Se possível, estarei aí daqui a pouco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

Eu quero só saber de V. Exa. se eu posso levar o Senador Contarato para me ladear na sua condução veicular.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele é meu convidado para navegador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu vou à Ordem do Dia.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função do novo relatório, eu passo a palavra ao Senador Jayme para a leitura do seu relatório final.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia a todos os colegas Senadores, ao Senador Telmário, ao Senador Fabiano Contarato e àqueles que estão nos acompanhando remotamente.

Presidente Wagner, eu já li, há poucos dias, este meu relatório; entretanto, a pedido de alguns colegas, para que pudessem fazer algumas emendas, nós retiramos de pauta de votação, as emendas foram propostas, e, se me permite, entrarei apenas na fase de análise para nós sermos bem céleres na leitura deste nosso relatório, que é um projeto de autoria do Senador Jorge Kajuru com a nossa relatoria.

Se V. Exa. entende que eu posso fazer, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro que sim, porque, na verdade, o relatório foi lido, e eu entendo, inclusive, que V. Exa. poderia só sistematizar as modificações entre o relatório anterior e o definitivo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Na verdade, este projeto já estava disponibilizado aqui, nesta Comissão, e nós atendemos aqui uma emenda do Senador Zequinha Marinho, que, na verdade, apenas inseriu aqui que houvesse a participação também desse fundo com a presença da CNA. Eu acho até louvável, porque é um órgão de muita representatividade, uma entidade que representa, com certeza, o segmento do nosso País numa atividade tão importante.

Ainda, propomos suprimir a possibilidade de participação de doadores do Fundo no seu comitê orientador, o Cofa, conforme previsto no art. 4º, inciso IV, do PL, para fortalecer a soberania nacional e, também, a inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no Comitê, entidade que congrega um setor decisivo para a redução do desmatamento na Amazônia e para a política climática do País.

Outro ajuste que propomos, no §4º do art. 4º, é alterar a previsão de que o Cofa seja presidido por um representante da sociedade civil, já que grande parte das ações previstas para os recursos do fundo envolvem articulação federativa e significativa atuação da União. Nossa sugestão seria que a presidência fosse exercida por um representante do Governo Federal.

Diante disso, o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base no exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 415, de 2020, com as seguintes emendas que apresentamos:

EMENDA Nº - CMA
(ao PL nº 415, de 2020)
Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 415, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 1º
.....
.....
§ 2º As ações de que trata o *caput*, exceto quanto ao disposto no § 1º deste artigo, observarão as diretrizes e objetivos das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, particularmente no que tange às metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento e da degradação florestal.
EMENDA Nº -CMA
(ao PL nº 415, de 2020)
Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 415, de 2020, a seguinte redação:
"Art. 4º
.....
.....
III -
.....
.....
d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
e) Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF;
f) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
g) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.
§ 1º
.....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 4º O COFA será presidido por um representante do governo federal, com mandato de dois anos.

.....

....."

Esse é o voto e as emendas, com certeza, pela aprovação, Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Apenas aqui quero registrar, parabenizar o Senador Jorge Kajuru pela autoria e, pela relatoria, o meu querido Senador Jayme Campos. Quero deixar claro para V. Exa. que, aqui neste Senado, temos brilhantes Senadores. Dentre eles, destaco a participação de V. Exa., que já foi Prefeito de Várzea Grande, que já foi Governador do Mato Grosso, que já está no segundo mandato como Senador e que faz escola e muito dignifica o Senado da República Federativa do Brasil. Parabéns pela relatoria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Queria, antes de mais nada, agradecer as palavras generosas e bondosas do eminente Senador Fabiano Contarato. Hoje pela manhã eu conversava rapidamente com o Senador, dizendo que, quando eu percorria os corredores do Senado, um assessor meu dizia da importância do Senado Federal. No meu primeiro mandato, nós tínhamos bons debates nas Comissões e, sobretudo, no Plenário. E disse que aqui há bons Senadores. Não subestimando nem desprezando quem quer que seja, digo que eu tenho uma admiração tão grande pelo Senador Fabiano Contarato, pela sua coerência, pelo seu posicionamento firme e sobretudo pelo seu preparo. É um Senador zeloso, que estuda para, quando vem para as Comissões e quando vai ao Plenário, estar preparado para os bons embates, porque, na verdade, o papel do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador é através também dos bons embates, de forma corajosa, até para que possamos ter, de forma clara, de forma republicana, as ações aqui, ou seja, nas propostas feita aqui, naturalmente, por cada Senador ou Senadora.

Portanto, eu disse a ele e volto a repetir aqui em alto e bom som que eu tenho uma admiração por ele pela sua coragem, o enfrentamento que tem feito aqui na defesa intransigente não só na questão da preservação, mas sobretudo dos direitos humanos, das crianças, dos idosos. E hoje mesmo tem um projeto de V. Exa., Senador Fabiano, que, com certeza, imagino que não teremos nenhuma dificuldade, que é a defesa dos nossos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares, que já está se arrastando há algum tempo aqui na Casa e, necessariamente, nós não podemos mais protelar; muito pelo contrário, eu acho que essa matéria tem que ser votada no dia de hoje. Há uma expectativa tão grande, tão imensa, Senador Jaques Wagner. Talvez nós não mensuramos ainda, não é?

Só hoje eu recebi 500 mensagens de WhatsApp aqui de enfermeiros. Há alguns até com muita dificuldade, pagando passagem, precisam de ônibus, precisam de mototáxi, de avião e falaram: "Estamos chegando aí". Eu falei: "Meu Deus do Céu, Brasília hoje vai ficar repleta aqui do pessoal da saúde, que está defendendo".

E eu particularmente tenho a sensação de que o mínimo que nós podemos fazer é valorizar essa classe, que, lamentavelmente, muitas vezes não é tratada com o devido respeito, como merece, até porque ela mexe com a vida das pessoas. E, numa escala de valor, duas coisas são importantes, Senadores: primeiro é Deus; segundo é a vida. E essas pessoas mexem com a vida. Então nós temos que dar o devido valor. Particularmente o voto meu, independentemente de qualquer coisa, é "sim", favorável, com certeza, ao projeto de V. Exa.

Muito obrigado pelas palavras bondosas, generosas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Eu vou me associar só ao seu reconhecimento a essa figura extraordinária que é o Senador Contarato, porque ele sabe que eu declaro isso diretamente a ele, onde eu posso passar. Eu digo sempre, Senador Jayme, eu que sou um apaixonado pela democracia e pelo debate de ideias, que é possível conversar com qualquer pessoa, só não é possível conversar com quem não tem ideias e, eventualmente, não tem caráter, porque esses são os rasos que vivem de clichê, de falar xingamento. Agora, eu não tenho problema nenhum. Na Bahia, tenho hoje ao meu lado gente que estava ao lado outro grupo político, porque, se a pessoa se convence que esse projeto é melhor para o seu Estado, ele pode estar junto. Então, eu não gosto de fazer política da cintura para baixo, não gosto de atingir ninguém do ponto de vista pessoal e familiar, porque aí você ultrapassa o limite do que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o diálogo democrático. Então, eu acho que o Senador Contarato realmente é essa pessoa que se empolga com as convicções, mas que tem a capacidade de ouvir porque tem profundidade. Quem não consegue ouvir é quem é raso. É o que eu digo sempre. Aí tem que ficar preso no clichê, porque, se sair do clichê, ele não sabe o que dizer e que argumento fazer.

De resto, aproveitando sua fala, quero dizer que eu vou continuar insistindo, peço até que os colegas me ajudem nisto: nós não podemos continuar levando matérias, a não ser nos casos excepcionais, previstos, inclusive nos textos legais e no Regimento... Existe a figura da urgência, da urgência urgentíssima, então é possível que você, por acordo de liderança, faça isso.

Agora eu não consigo mais entender por que nós, que estamos aqui fazendo uma reunião da Comissão, que vamos votar nominalmente, não voltamos ao leito natural. O leito natural é: se uma matéria chegou à Casa, a Mesa analisa quais são as Comissões afins com aquela matéria e a distribui. Eventualmente, uma Comissão pode se insurgir, no bom sentido, e dizer: "Eu quero que passe também pela Comissão A, B ou C".

Eu vou pedir até a solidariedade do Senador Esperidião Amin, como formador de opinião aqui na Casa.

Eu comentava aqui, Senador, que vou continuar insistindo com o Presidente Rodrigo Pacheco em que nós voltemos ao leito natural do processo legislativo senatorial, para que a matéria, ao chegar aqui, seja distribuída para as Comissões, que é o espaço próprio para se aprofundar a matéria, como nós fizemos aqui com o Parque São Joaquim. Vai e vem, vai e vem, e se desmistifica alguma coisa. Se vai direto para o Plenário, é impossível! Um Relator do Plenário que entrega, às 14h, uma matéria que vai ser votada às 16h...

Quero, antes da sua intervenção, dizer que nós temos ferramentas previstas: a urgência, a urgência urgentíssima, o acordo de Lideranças. Então, se houver a convicção das Lideranças de que a matéria precisa do regime de urgência, que se vote no Plenário. Agora não se pode fazer tábula rasa! Tudo vai diretamente para o Plenário. Quando estou dizendo isso, não estou contra o Presidente, estou dizendo só o seguinte: nós estamos apequenando o processo legislativo do Senado. Hoje nós estamos aqui, vamos votar matéria nominalmente. Esta Comissão já votou – sei lá! – 13, 15 matérias nominalmente. Por que não se pode distribuir a matéria normalmente, como era? É minha ponderação.

Vou insistir com o Senador Rodrigo, porque eu acho...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Professor, eu quero só fazer um adendo à palavra do Jaques Wagner aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero não só subscrever, como quero trazer dois adicionais, dois aditivos, para turbinar o que o senhor falou.

Desde o dia 2 de fevereiro, eu pedi, por 11 vezes, no primeiro semestre, que as Comissões voltassem a funcionar. No dia 2 de fevereiro, quando o Presidente Rodrigo Pacheco assumiu, eu fiz a primeira intervenção, eu me antecipei a todos. O que eu pedi? Que nós voltássemos ao leito natural.

Segundo, tenho dito que esta Comissão tem sido exemplar, porque não é considerada uma Comissão essencial, como é a Comissão de Constituição e Justiça, como é a CAE e outras que são temáticas, digamos, vestibulares, mas esta tem tido, tenho dito, uma, duas reuniões por semana! E a Comissão de Constituição e Justiça... A última notícia que nós temos de estatística, que foi publicada pelo Sr. Davi Alcolumbre, foi a de que havia 1.748 projetos lá e de que, por isso, não podia funcionar.

O segundo aditivo que eu quero lhe dar é muito objetivo, e, com isso, eu homenageio a Consultoria Legislativa do Senado. O Consultor João Trindade... Eu tive o privilégio de participar, em maio, da banca da Faculdade de Direito da USP para o doutorado dele. Eu não tenho doutorado em Direito, tenho doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Participei, ao lado do Professor Emérito Manoel Gonçalves Ferreira Filho e do Ministro Gilmar Mendes, da banca examinadora da tese de doutorado do Consultor Dr. João Trindade. A tese era sobre controle de constitucionalidade no Legislativo brasileiro, um belo trabalho. E agora ele publicou um texto, "O desastre da produção Legislativa sem a participação das Comissões permanentes". Vou repetir: "o desastre". Eu peço que o Secretário da Comissão solicite ao Consultor João Trindade. Isso é evidente. Não há chance de dar certo nós levarmos para o Plenário projetos, PECs, sistematicamente. Não é uma vez! A PEC da guerra, como se chamava, ou do orçamento de guerra, ali nós estávamos todos com medo de sair de casa. Mas agora não! Agora o que for... A prioridade pode ser escolhida pelo Colégio de Líderes, agora não pode levar projetos de lei, PECs, projetos de lei complementar que versam sobre assuntos multidisciplinares, desprezando a essência da Casa Legislativa – seja Câmara de Vereadores, seja Assembleia Legislativa, Câmara Federal –, que são as Comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. me dá um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu não vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para acrescentar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para lhe dizer o seguinte: o senhor está coberto de razão, e nesta altura tem que ser uma insurreição. Não é mais uma petição...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu não sou... Eu sou calmo, como minha mãe, mas eu confesso que já estou no nível disso, porque eu fui Deputado Federal por 12 anos, de 1991 até 2002, e eu dizia aos jornalistas: "Vocês se equivocam, porque vocês adoram filmar o Plenário vazio, mas o trabalho verdadeiro de produção legislativa é nas Comissões". É ali que está o debate. Quando a matéria vem a Plenário, é o momento, tudo bem, de glória. Mas ali... até porque tem muita matéria terminativa, que nem sequer teria que ir ao Plenário. Ela se encerra aqui quando ela é terminativa.

Então, eu já disse: eu acho que nós não podemos nos jactar do número de legislações votadas aqui, porque, de repente, isso pode depor contra o Parlamento, e não ser o seu mérito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode ser um desastre.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É um desastre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor sabe qual foi a primeira Assembleia Legislativa do Brasil que focalizou a questão da legística, ou seja, da qualidade da lei? Hoje é uma lei complementar nossa, a Lei da Legística, Lei nº 95, de 1998, lei complementar. Foi a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu já disse isso ao Presidente Rodrigo Pacheco: "O senhor tem que honrar o trabalho meritório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que criou uma escola de legística, ou seja, de como produzir leis que pegam, tanto pelo texto, pela univocidade, ou seja, pela clareza do que ela diz".

Então, tudo isso está sendo jogado fora, primeiro pela pandemia; e, depois, vamos ser bem claros: o uso do cachimbo faz a boca torta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixa a boca torta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por que eu não vou ser o plenipotenciário, vou ter que ouvir essa turma toda aí? Então, isso é uma fraqueza humana que tem aparência de força, como diz o Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a intervenção.

Senador Jayme Campos, V. Ex. queria...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só fazer mais um aditivo aqui, um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Plínio Valério, já vou lhe dar a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Rapidão.

Coberto de razão. V. Exa. Acompanhou, no fim do ano passado, em relação à 261, que é o novo marco regulatório em relação às rodovias e ferrovias do Brasil. Foi direto para o Plenário da Casa; não se discutiu na Comissão de Infraestrutura, na CAE, na CCJ. Um projeto tão importante desses para o Brasil em relação ao marco regulatório ir direto para o Plenário, não se discutir na principal Comissão, a Comissão de Infraestrutura, eu acho que não é o correto.

O Senador Amin está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como é que se discute o planejamento ferroviário do Brasil...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sem discutir na Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... com um Relator de Plenário?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Foi direto para o Plenário.

Se eu não levantasse lá... Pedi pela ordem, depois falei: "Sr. Presidente, eu vou me inscrever para uma questão de ordem aqui. Não é possível! Pela ordem, questão de ordem... Se for o caso vou pedir verificação de quórum, porque essa matéria não pode ser votada goela abaixo aqui sem ser discutida. É o marco regulatório do Brasil e a questão também das rodovias brasileiras".

Então, o negócio é meio ruim, meio atravessado. Acho que está meio azedo esse tipo de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Hoje eu quero abordar aqui, e acho que todo mundo vai concordar comigo – ninguém está puxando brasa para sardinha aqui –, é a má distribuição – má no bom sentido, é a expressão da palavra – das relatorias aqui. É preciso melhor distribuir as relatorias também. O Presidente distribui relatoria, e, lamentavelmente, há Senador aqui que não recebe quase nenhuma relatoria, ou poucas. Alguns recebem em excesso, e outros não recebem nenhuma relatoria. Então, eu acho que não é justo. Aqui todo mundo é igual, ninguém é melhor do que ninguém, é bom que se esclareça isso. Todos os Senadores e as Senadoras que estão aqui estão no mesmo nível, são isonômicos os direitos que nós temos aqui. E, lamentavelmente, com todo o respeito ao nosso querido Presidente Rodrigo Pacheco, não está sendo usado nenhum critério na distribuição dessas relatorias.

Eu acho que eu tenho o direito de fazer esse reclame, até porque não é da minha parte que ele está partindo, mas de vários colegas Senadores que têm reclamado que, infelizmente, o Presidente tem sido nesse caso muito... Está falhando. Eu acho que tem que haver um melhor critério nessa distribuição. É aquela velha história: "Só você?". Eu acho que aqui todo mundo é igual, e o Rodrigo tem que rever essa posição.

Estou fazendo esse alerta até para que, amanhã ou depois, não sofra...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero aproveitar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... crítica direto dos seus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e só propor uma...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes de lhe passar a palavra, Senador Plínio – é que o Plínio está inscrito, Telmário...

Antes de passar a palavra ao Senador Plínio, eu vou propor uma insurreição verde, já que nós estamos na Comissão de Meio Ambiente. V. Exa. começou a fazer a sua proclamação em 1º de fevereiro de 2021. Em 2 de fevereiro de 2022, nós estaremos completando um ano da sua proclamação. Eu vou propor uma campanha, partindo daqui, da Comissão de Meio Ambiente, para que pelo menos – já que daqui a pouco, em dezembro, virá o recesso, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltaremos em fevereiro –, a partir de 2 de fevereiro, nós voltemos ao leito natural do processo legislativo no Senado.

Eu não estou falando isso contra ninguém, não! É porque me dá uma agonia pegar projeto de uma profundidade, de uma importância, e "Plenário", "Plenário". Não é possível isso! Eu fui Deputado.

Deixe-me passar a palavra ao Plínio, depois eu passo a palavra a você.

Senador Plínio, é para discutir a matéria?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, o senhor poderia abrir o processo de votação...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência*.) – É para discutir a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... enquanto fala o Senador Plínio?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é que o Plínio eu acho que quer discutir essa matéria.

Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Na realidade, era para discutir a matéria, mas os assuntos aí são muito bons e pertinentes.

Eu devo dizer, Presidente Jaques Wagner, o senhor sabe, que eu estou aliado, desde o primeiro minuto, quando o senhor fala que tem de voltar o leito natural. As Comissões têm que ser respeitadas, porque é lá que a gente consegue aperfeiçoar as ideias e os projetos. O senhor tem minha solidariedade.

E, quanto à insurreição verde, conte comigo. Já estou assinando embaixo.

Eu só quero dar uma satisfação aos que me cobram. Eu não apresentei nenhuma emenda ao projeto do Senador Kajuru porque li o projeto, li as emendas e confiei sempre no relatório do Senador Jayme Campos.

O Fundo Amazônia precisava mesmo ser aberto, abrir o seu leque, ser mais transparente, ser mais democrático. A gente chegou a um ponto que, se não é o ideal, está perto do ideal quanto a esse projeto do Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor, Presidente, e vou tentar votar pelo sistema. Se eu não conseguir o meu voto, estou antecipando, está bom? E conte comigo, com essa história de que a gente precisa voltar ao leito. Eu já consegui ter duas leis aprovadas: a autonomia do Banco Central e a lei que coloca na grade transversal o tema da violência contra a mulher. E a gente sabe o quanto é importante, o quanto é satisfatório conseguir aprovar uma lei. Eu estou nessa junto, para o que der e vier, está bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Plínio Valério, já antecipando o seu voto "sim" pelo relatório do Senador Jayme Campos.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Presidente Jaques, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

E vendo o Senador Jayme e o Senador Jaques falando, principalmente sobre a pessoa do Senador Fabiano, eu fiquei preocupado, porque dois ex-Governadores têm habilidade de trabalhar na persuasão e depois querer levar o Senador para o seu partido. Olha, o PROS está em primeira linha, você não se esqueça disso, não. Não vai se deixar seduzir por essa conversa desses dois ex-Governadores, não, porque eles são muito de papo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ele já está com um pé no PT. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu sabia que tinha isso. Eu notei esse clima – eu notei esse clima, eu notei esse clima, eu notei esse clima – na fala do Jaques. Eu falei que é terrível esse baiano! Ainda mais que é baiano! (*Risos.*)

Olha só, todas as colocações aqui com relação à condução dos trabalhos na Casa são fundamentais, mas eu queria aqui fazer uma defesa do nosso Presidente. Sabe, o Presidente é um cara extremamente democrático, um cara extremamente preparado, um homem aberto a todo tipo de diálogo. Eu acho que nas reuniões de Líderes... E também ele tem deixado a coisa acontecer assim para o Senado ter produtividade. Está tendo produtividade, muita produtividade, considerando inclusive o momento que nós vivemos da pandemia.

O Presidente, com certeza absoluta, ao levar essa situação para ele, vai buscar rapidamente atender a vontade da maioria. Essa questão da CCJ foi uma coisa do Davi em que ele cometeu um equívoco, um erro grande. Ele criou aí uma birra, digamos assim, com relação a essa sabatina do Ministro André e com isso ele virou o tranca-ruas do Senado. Virou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranca-ruas do Senado. Virou um tranca-ruas do Senado: trancou o Senado todo porque, como bem disse o Senador catarinense aqui, a CCJ é o vestibular daqui. Então, realmente nós temos que passar por ali.

Então, o Davi tem que deixar as picuinhas de lado, tem que entender que não é dono da Comissão. O Davi eu vou criticar de forma dura, porque ele está fazendo isso com birra e maculando a imagem do Senado como um todo. Então, todos esses atrasos que estão havendo e todas essas dificuldades são exatamente em função da CCJ. Eu espero que agora ele tenha juízo, coloque em votação e deixe o fluxo normal da rotina acontecer. Queria fazer essa colocação.

Eu voto a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu queria perguntar se há mais algum Senador que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Então, vou encerrar a discussão e pedir à Mesa que abra o processo de votação, já que essa votação é nominal.

Os Senadores que votarem "sim" acompanham o relatório do Relator, o Senador Jayme Campos, em relação ao projeto do Senador Kajuru, que é o do fundo da Amazônia.

Então, eu peço à Mesa que abra a votação, e já antecipo o voto do Senador Plínio Valério para que seja registrado aí como voto "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nós temos quórum para votação, e eu pediria aos Senadores que votassem.

Eu não vi se o Senador Rodrigo Cunha pediu a palavra. Não...

Então, eu vou aguardar. A palavra estaria aberta. Eu vou aguardar só o final da votação. Já estamos com três votos dados.

Estamos em processo de votação do Projeto de Lei nº 415, relatado pelo Senador Jayme Campos, de autoria do Senador Jorge Kajuru, com a anuência, inclusive, do Senador Plínio Valério – eu digo do Senador Plínio Valério porque ele é da região. E o Senador Paulo Rocha também está aqui dando seu voto "sim".

Enquanto a votação se processa, eu quero só concordar com parte da fala do Senador Telmário. Senador Telmário, quero concordar com a parte da fala de V. Exa. Com a parte em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exa. critica ou pelo menos coloca sua posição em relação à questão da CCJ, e eu quero me somar. Sou muito amigo, sou patrício do Senador Davi Alcolumbre, que é judeu como eu, mas eu concordo com V. Exa.

Aliás, uma das críticas que eu tenho ao nosso Regimento é que ele é excessivamente presidencialista. A discricionariedade do Presidente, na minha opinião, ultrapassa o que é necessário para a condução dos trabalhos muitas vezes. E eu concordo com V. Exa. É óbvio que existe uma pauta, mas não tem sentido a pessoa ficar segurando a votação *ad infinitum,* porque às vezes acaba tendo o efeito contrário. Se ele tinha alguma animosidade com o pretendente... Porque o voto é secreto, então, cada um votará segundo a sua consciência. Eu acho até que não existe isso de proclamação do voto do partido, porque esse voto é secreto, e nós estamos como eleitores.

Eu quero só discordar da segunda parte, antes de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin. Nesse caso do Senador Contarato, não foram as minhas palavras que o trouxeram para cá. Na verdade, foi a paixão dele pela postura humanista que tem. E ele se identificou com o PT. Evidentemente que nós azeitamos, mas a filiação ainda não foi feita. Se V. Exa. quiser fazer um esforço, pode fazer esse esforço.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos em um momento um pouco mais grave do que esse, porque o Regimento não é tão presidencialista neste caso.

No caso de um projeto ou de uma mensagem, como nós estamos conversando aqui, o Regimento dá um prazo: 20 dias correntes, úteis, prorrogáveis primeiramente pela própria Comissão e, na segunda prorrogação, nesse caso da mensagem e de qualquer um... Já há questão de ordem levantada pelo então Senador Ronaldo Caiado a partir de quando se conta; conta-se da chegada da mensagem. Às vezes, a mensagem tem a sua leitura retardada. E, finalmente, a segunda prorrogação tem que ser deliberada pelo Plenário da Casa. Está escrito no Regimento isso. Quer dizer, é muito pior.

Para o senhor ter uma ideia, na Comissão de Justiça, o requerimento de urgência foi protocolado por Alvaro Dias e Kajuru no dia de 8 de novembro, por mim no dia 10 – eu discursei sobre o assunto –, e o Sedol não registrou.

Então, as águas são mais turvas e mais profundas. Vou repetir: o requerimento foi apresentado dia 8, eu apresentei e falei sobre ele, reforçando o primeiro requerimento. E no dia 17 nenhum dos dois estava registrado no Sedol. Portanto, a coisa está muito turva e pantanosa, só isso. Por isso, viva a insurreição verde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Senador Otto, se V. Exa. quiser fazer uso do voto... Parabéns pela condução de ontem. Eu não pude participar, porque estava numa audiência pública aqui. Eu queria pedir a alguém nosso que ligasse para a Senadora Leila Barros, para o Senador Giordano e para a Senadora Rose de Freitas, para que a gente pudesse atingir o quórum.

Já foi registrado o voto do Senador Plínio Valério?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Só declarar meu voto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – "Sim", meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Boa cortada essa sua. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perdão, é que a assessoria correu aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, com a cortada estou elogiando. Pelo amor de Deus, eu jamais faria essa indelicadeza.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Imagina, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estou elogiando o voto "sim". Não foi nesse sentido, não. Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Imagina. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já temos quórum? Esperem, o Senador Otto está votando. Deixem-no terminar. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo, só terminar aqui a votação... (*Pausa.*)

Senador Otto, se V. Exa. preferir, pode proclamar seu voto. Há um problema na digital às vezes. É o álcool em gel que a gente vai consumindo. (*Pausa.*)

Então, anotem o voto do Senador Otto Alencar. Voto "sim", por favor. (*Pausa.*)

Pronto, eu vou encerrar a votação.

Não havendo mais Senadores que queiram votar...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Dez votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção; quórum de 11.

Aprovado o relatório do Senador Jayme Campos do Projeto de Lei nº 415, de 2020, com as Emendas nºs 1 a 3 da CMA.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Eu vou agora fazer uma inversão de pauta, a pedido do Senador Rodrigo Cunha, que tem um... Qual é o número dele? (*Pausa.*)

Um minutinho só, Senador Telmário e Senador Contarato, do item 2. O item 3 é...

Porque tem que votar esse, não é? (*Pausa.*)

V. Exa. quer ler seu relatório, é isso?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a inversão de ordem justamente em busca da produtividade e de manter o quórum. É um projeto que é terminativo, por isso vai à votação também, um projeto do Senador Plínio Valério, e por ser o único terminativo...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Telmário, eu peço vênia a V. Exa., é óbvio que o seu projeto está na frente, é que o seu é não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não, eu concordo. Agora eu vou receber um Ministro, às 10h. É o tempo que o Senador Rodrigo faz a leitura do relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu aguardo V. Exa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E a gente volta, eu volto para votar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, o.k.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3386, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES).

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Jaques Wagner, bom dia.

Bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras e todos que estão também acompanhando de maneira remota.

Sr. Presidente, vou fazer a leitura do parecer do Projeto de Lei nº 3.386, de 2021, que institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica. Parabenizo o Senador Plínio Valério, autor desse projeto. É um projeto muito oportuno, tendo em vista o aumento constante do custo de energia para o cidadão e também para as empresas.

Solicito aos colegas a dispensa da leitura inicial e passo diretamente para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Carta Magna dispõe, em seu art. 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre energia e, sob esse aspecto, o PL em tela não afronta a Constituição.

Quanto à iniciativa, o PL em tela trata, sobretudo em seus arts. 1º e 2º, de programa do Governo Federal e, no âmbito de uma correspondente política pública, dispõe sobre a equalização de taxas de juros para financiamento via BNDES e que os recursos para tal advirão do Orçamento Geral da União. Assim, pode-se imaginar, num primeiro momento, que se trate de matéria orçamentária e, por isso, afronte o §1º, II, alínea "b", do art. 61 da Carta Magna.

Contudo, pode-se interpretar o dispositivo constitucional de forma distinta, considerando que ele não veda ao Legislativo iniciar projetos de lei sobre políticas públicas... (*Pausa.*)

Peço desculpas, Srs. Senadores. Coloquei no silencioso.

Contudo, pode-se interpretar o dispositivo constitucional de forma distinta, considerando que ele não veda ao Legislativo iniciar projetos de lei sobre políticas públicas, o que decorre do entendimento de que a iniciativa privativa não constitui a regra em nosso ordenamento e deve ser interpretada em sentido restrito. A interpretação literal do dispositivo citado indica que é exclusiva do Presidente da República a tarefa de propor projetos de lei sobre criação e extinção de órgãos. Assim, consideramos que a criação de uma nova atribuição para um órgão já existente situa-se na fronteira da constitucionalidade, sem necessariamente promover um redesenho da sua atuação institucional, já que estará diante de uma transformação material do órgão, ainda que não haja uma modificação estrutural propriamente dita.

Logo, é possível entender a reserva de iniciativa supra como uma regra de resguardo da própria função presidencial de exercer a direção superior da administração pública federal, de modo que o redesenho de órgãos públicos vinculados ao Executivo só ocorrerá mediante sua iniciativa.

Deve-se considerar também a interpretação constitucional que admite a escolha racional e coletiva de prioridades, insinuando a evidência de que, nesse caso, a iniciativa legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria pedir só, porque há um orador lendo o relatório, para nós diminuirmos o volume.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço, Presidente.

Deve-se considerar também a interpretação constitucional que admite a escolha racional e coletiva de prioridades, insinuando a evidência de que, nesse caso, a iniciativa legislativa de políticas públicas é possível. Trata-se da prerrogativa geralmente atribuída ao Legislativo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formular tais políticas, aceitando-se que elas são também um conjunto de processos que culmina na escolha que pode ser exercida, se não de forma exclusiva, mas concorrente, pelo Legislativo. Nesse contexto, infere-se que cabe ao Legislativo formular as políticas públicas e ao Executivo operacionalizá-las, concretizando os objetivos do legislador. Ganha relevo a ideia de que linhas de políticas públicas são opções que cabem aos representantes do povo, o Poder Legislativo, que as organiza sob a forma de leis. Com esse entendimento, é possível considerar o PL ora analisado como desprovido de vício de iniciativa.

Ademais, cabe ressaltar que a matéria atende ao cumprimento dos objetivos constitucionais que o Estado tem, nos termos do art. 3º, inciso II, da Carta Magna – garantir o desenvolvimento nacional –, e dos objetivos gerais da ordem econômica, dispostos no art. 170 da Constituição Federal – a defesa do meio ambiente.

Portanto, sob esses aspectos, não se identificaram vícios quanto à constitucionalidade no PL analisado.

Além disso, não nos parece haver óbices em relação aos aspectos regimentais, porque, durante a pandemia de covid-19, o rito estabelecido pelo Regimento Interno do Senado Federal de apreciação das matérias pelas Comissões foi substituído pelo Sistema de Deliberação Remota.

Quanto ao mérito, nos termos dos argumentos apresentados pelo autor, infere-se que é bem-vinda a promoção de geração limpa e renovável que contribua, inclusive, para uma transição energética do País. Ademais, as fontes ora incentivadas apresentam-se como solução possível para se evitar escassez de oferta, racionamentos ou apagões.

Informa-se, ainda, que, sob a ótica orçamentária, o programa criado pelo PL pode ter seu financiamento atendido mediante redistribuição de dotações entre programas do Governo Federal que são operacionalizados pelos bancos públicos – inclusive o BNDES –, sem impacto fiscal, portanto.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios no projeto de lei em tela. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Portanto, o PL 3.386, de 2021, nos parece coerente com os critérios de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e de mérito, além de não implicar necessariamente impacto fiscal.

Indo ao voto, ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 3.386, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das sessões.

É este o relatório, Sr. Presidente, a quem eu peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Rodrigo Cunha, obrigado pelo seu relatório.

Eu peço vênia ao Senador Veneziano, porque eu vou colocar a matéria em discussão e, logo depois, eu passo a palavra a V. Exa. Só quero colocar em discussão, até porque atropelamos o projeto do Senador Telmário.

Então, a matéria está em discussão.

Senador Plínio Valério, como autor. Logo depois, eu passo a palavra a V. Exa., Senador Veneziano.

Senador Plínio Valério, com a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Jaques Wagner, primeiro quero agradecer, pois, ao perceber a importância do projeto, o senhor se prontificou e pautou imediatamente; e agradeço ao Rodrigo, o meu companheiro Rodrigo, pelo excelente relatório. Ele fechou, deu um fecho legal, um fecho bom, o que mostra a sua importância, porque o teor, o objetivo desse projeto do programa é, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, fazer com que... Principalmente na região que estou defendendo, a Região Norte, nós temos muitas dificuldades e temos muito sol; a energia aqui, como em todo o Brasil, a tarifa é muito cara. E a gente vai ajudar também, como disse o Rodrigo no relatório, as geradoras, as fornecedoras, porque a escassez de oferta é patente.

Então, eu agradeço aos Senadores, agradeço ao Senador Jaques, obrigado por ter colocado na pauta imediatamente. Rodrigo, obrigado por ter enriquecido o nosso projeto, irmão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Os meus cumprimentos, bom dia.

Além, obviamente, de dirigir, com o apreço que todos nós temos, ao autor, Senador Plínio Valério, e igualmente ao Senador Rodrigo Cunha as nossas melhores impressões a respeito da proposta oferecida a debate no Senado, contando já com a nossa participação favorável, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria pedir desculpas a V. Exa., Presidente. Eu não consegui fazer a conexão a tempo para que o nosso registro de voto pudesse ser feito no item 1, o que V. Exa. chamou.

Se V. Exa. permitir, junto aos companheiros que o secretariam, para que eu pudesse consignar o meu voto favorável ao item 1 da pauta, eu muito agradeceria a sua generosidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se não houver nenhum óbice regimental...

Eu registrarei em ata o fato de que V. Exa. registrou o seu voto "sim" no item 1 da pauta, sem problema.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em discussão a matéria.

Eu quero só, Senador Plínio Valério, elogiar a sua iniciativa e a do Senador Rodrigo Cunha, na relatoria, até porque eu sou um apaixonado pela produção de energia eólica e fotovoltaica.

Quando fui Governador do Estado da Bahia, orgulhei-me muito de ter incrementado bastante a produção de energia eólica, e, hoje, o Estado da Bahia disputa com o Rio Grande do Norte o primeiro lugar; além de que eu consegui verticalizar, dentro do Estado da Bahia, a produção – não toda, pois algumas coisas são importadas, mas, por exemplo, as grandes pás, o que eu chamo as hélices do grande ventilador, são produzidas lá ou em outro Estado do Nordeste, os postes também são produzidos lá –, e é verdade que nós temos um grande parque solar no oeste da Bahia.

Quero comunicar também a V. Exa., como autor, e a V. Exa., como Relator, que as produtoras de energia fotovoltaica conseguiram finalmente, depois de muito tempo, fazer um grande acordo com as distribuidoras. Porque há que se entender que a energia, tanto solar quanto a energia eólica, não são perenes, é óbvio, pois o sol não está aí 24h nem o vento, e, portanto, é impossível, já que não temos baterias de alta capacidade, você viver apenas desse tipo de energia. Então, você tem que lançar na linha de transmissão.

Então, a grande discussão nacional, como a gente incentivou corretamente essa modalidade de energia, era uma distribuidora dizer assim: "Mas quem paga o fluxo da sua energia circulando na minha linha, que eu tenho que manter? Além do que, quem banca o subsídio social, já que nós temos tarifa social no Brasil?". Bom, essa discussão nós tivemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive acho que nesta Comissão, de uma forma muito dura, no bom sentido da palavra, porque era interesse, inclusive econômico, de cada setor desses. Finalmente foi produzido, inclusive, o projeto de lei votado na Câmara por acordo, e ele veio para o Senado. Esse é mais um exemplo do que eu falei. É o tipo do projeto que bota para as Lideranças, e as Lideranças dizem: "Não, se houve um grande acordo de Lideranças, vamos levá-lo para o Plenário".

Agora, vou insistir com a minha tese: não se pode fazer a exceção virar regra – esse é o problema. Então, eu estou lhe dizendo isso porque valoriza, inclusive, o seu projeto, Senador Plínio, porque ultrapassamos essa controvérsia que havia entre produtor de energia solar, basicamente, e as empresas de distribuição de energia.

Então, eu considero que vem em boa hora o seu projeto. Eu imagino que V. Exa. pensou muito no seu Estado, porque nem em todo lugar você tem linha de transmissão, naquele gigante que é o Estado do Amazonas, e, portanto, a placa de energia solar ou mesmo que seja – como eu brinco lá com os baianos – um ventilador gigante daquele, isso já resolveria pelo menos durante a jornada em que ele circula ou durante o sol, para você poder produzir muita coisa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu coloco a matéria em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Preferencialmente o mais velho: Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É quem tem mais cabelo ou quem tem mais idade?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não, não, quem tem menos cabelo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele é o mais experiente e é o que tem mais relações internacionais permanentes: o Senador Jayme Campos. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não é verdade. Tem muito mais do que eu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero dizer que agora sabe falar com os russos. Ele sabe o que eu estou dizendo. Ele foi liberado para livre trânsito com os russos, coisa que nem o Garrincha tinha conseguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Jayme Campos. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Obrigado!

Presidente, para não tomar muito tempo, eu quero apenas cumprimentar o Senador Plínio Valério, autor do projeto e, sobretudo, também o nosso Relator, nosso futuro Governador, Rodrigo Cunha.

Esse projeto é meritório na medida em que nossas regiões, sobretudo nessa vasta região do Brasil que é a Região Amazônia, em que vivem de 23 milhões a 24 milhões de brasileiros, certamente há muitas dificuldades ainda na transmissão, ou seja, na energia elétrica. Ainda há uma população gigantesca – eu vou citar pelo Mato Grosso, imagine o Estado do Amazonas – que tem muita dificuldade de ter as linhas de transmissão, as energias que existem normalmente nos grandes centros e, sobretudo, nos Estados mais avançados.

E, quando você propõe aqui os incentivos para a energia eólica, a fotovoltaica, isso é muito importante. Lamentavelmente hoje, as concessionarias das linhas de transmissão, quando você tem uma sobra dessa energia... Ou seja, se você produz na sua propriedade rural, você, para injetar eventualmente parte na transmissão, isso tem um custo, o senhor sabe disso perfeitamente; e com o residencial é a mesma coisa – é a mesma coisa –, e os preços que estavam sendo praticados há pouco tempo eram preços exorbitantes. Sobretudo, vou falar aqui do Mato Grosso, com todo o respeito que eu tenho ao Governador, meu aliado, mas está cobrando ICMS do sol – do sol, porque as placas usam o sol, como o senhor bem disse –, cobrando 27% de sol. Eu acho um exagero. Acho até que teria que cobrar uma taxa, mas bem menor, de 3%, 2%, sei lá. Já pagamos 27% de ICMS. Eu acho que tem que ser reduzido e, se for o caso, se isentar.

Na medida em que a gente vive uma crise energética no Brasil, acho que temos que dar apoio e incentivos. O próprio Governo tem que incentivar, pela dependência que nós temos hoje na área hidráulica, o Brasil, na sua geração, de quase 70% ou mais de 70%, na questão hidráulica. Então, a fotovoltaica e a eólica têm que receber incentivos para nós conseguirmos superar essa demanda. Se o nosso País voltar a crescer, a nossa economia vai demandar muito mais energia para, com certeza, as indústrias, o comércio, etc., poderem produzir e gerar mais emprego e renda para a população brasileira.

De maneira que aqui quero cumprimentar o ilustre Senador Plínio Valério, pela louvável iniciativa – seu projeto é meritório –, e, da mesma forma, o Relator, ilustre Senador Rodrigo Cunha, que fez um belo relatório e já tem, com certeza, a aprovação da maioria absoluta desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Particularmente, eu encaminho "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, para garantir a aprovação ou, pelo menos, a votação, aliás, do projeto – já que eu não tenho o dom da premonição, pois V. Exa. chamou o nosso querido Senador Rodrigo Cunha de Governador, e eu não sabia que V. Exa. tem o dom da premonição... (*Risos.*) De qualquer forma, eu queria pedir à Secretaria que abrisse a votação para que os Senadores pudessem exercer...

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Jaques Wagner, eu voto "sim". Eu vou me retirar, então, estou antecipando o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O Senador Otto Alencar vota "sim".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero me associar aos cumprimentos ao Senador Plínio Valério, cumprimentar também o nosso querido Relator e me associar às palavras do Senador Jayme Campos na condição de quem já é usuário – Senador, a minha residência em Ponta das Canas, rua Deputado Fernando Viegas 175, já tem esse sistema de câmbio, e, naturalmente, como o sol nosso não é tão trabalhador quando o da Bahia, nós temos menos sol por ano...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Em Mato Grosso também é gigantesco...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós temos menos. A energia solar, no caso de Santa Catarina, não é tão intensa nem tão continuada – apesar de descontínua, mas prolongada ao longo do ano –, quanto no Nordeste ou mesmo no Centro-Oeste. Então, eu faço minhas as suas palavras.

E, nesses cumprimentos, eu quero registrar um fato relativamente pitoresco ocorrido na semana passada na Comissão de Educação. Nós aprovamos o projeto de lei, de autoria do Senador Jean Paul Prates, que concede à cidade de João Câmara, no Rio Grande do Norte, a condição de Capital Nacional dos Ventos, por ser hoje uma cidade diferenciada no seu crescimento econômico graças à energia eólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela ocasião, eu fiz um esforço aqui na minha CPU e me lembrei de uma coisa interessante que eu tinha lido nas *Cartas Persas*, do Montesquieu, que eu lhe ofereço. E se houver mais alguém do PT também; Paulo Rocha, se estivesse aqui... Na página 214 do livro *Cartas Persas*, do Montesquieu, diz o seguinte: que o Éolo – ou seja, o deus do vento – se dedicou à tarefa de armazenar em odres – que são aquelas bolsas de couro – os ventos. Portanto, não foi uma ideia, sem qualquer fundamentação na literatura, da Presidente Dilma, como alguns atribuíram na época. Está aqui, na página 214: "Assim [...], ensinou-lhe o pai o segredo de encerrar em odres os ventos e vendê-los depois aos viajantes". Então imagine isso confrontado com a calmaria.

E o Senador Jean Paul Prates, que é um grande estudioso da questão da energia, nos informou que está sendo fechado um contrato para armazenar a energia eólica em baterias, o que é uma coisa absolutamente possível. Se colheu, em vez de gastar na hora, armazena em bateria, como nós fazemos com a energia solar. O que são as baterias nos automóveis? E a conversão para híbrido e para carro elétrico é vertiginosa no mundo.

Então eu acho muito interessante nós termos este primeiro projeto que estimula. É um projeto de incentivo, que cria uma política. E eu não tenho dúvida de que nós, num curtíssimo prazo, incluiremos esse projeto – e é isso que eu quero declarar afinal – num grande plano de transição energética, com uma supressão gradual. Aliás, foi isto que a COP 26 definiu: colocou lá o ano de 2050 como um objetivo, e, ao longo desse tempo – uns mais, outros menos; uns tendo combinado com os russos, outros não tendo combinado com os russos –, nós caminharemos para ter mais energia eólica e mais energia solar. E a forma de conservação da energia e armazenamento e a forma de transmissão, isso vem se desenvolvendo, e os custos desses investimentos vão reduzindo. E, no final, Senador Jayme Campos, os Governadores, seja aqueles que o senhor profetiza que serão, seja os que vierem, vão cobrar, no final das contas, ICMS sobre o sol e, não satisfeitos com isso, sobre o vento também.

Então eu acho que esse é um momento importante, porque é uma medida prática. É claro que a sua praticidade vai evoluir muito, mas é uma medida concreta que induz, estimula a utilização mais larga e difundida das energias eólica e solar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião, eu só queria lhe pedir que registrasse seu voto, para que a gente pudesse atingir o quórum.

Plínio Valério, V. Exa., como autor, ainda não votou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu estava esperando, porque estou tendo dificuldade para fazer a declaração. Permita-me fazer a declaração do voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Registre-se o voto do Senador Plínio Valério, o voto "sim".

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Veneziano, se V. Exa. estiver lincado, poderia fazer a marcação do seu voto, para que a gente atingisse... Apesar de que, com o voto de Plínio Valério, nós já chegaremos a nove e, portanto, já poderemos... Mas, Senador Veneziano, se V. Exa. está...

Senadora Leila Barros, se puder votar...

Alguém, por favor, poderia fazer contato com a Leila, com o Veneziano e com o Paulo Rocha. Não, o Paulo Rocha não pode votar, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que eu não voto como Presidente.

Já fechou. Então, eu peço à Mesa que abra...

Eu quero fazer um comentário, Senador Esperidião, sobre o que V. Exa. acabou de registrar.

Mais alguém quer votar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, já lhe encaminhei a p. 214 das Cartas Persas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não!

Senador Leila...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Quero só declarar – estou com dificuldade aqui –, Sr. Presidente, meu voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, obrigado. V. Exa. quer fazer uso da palavra? Estou vendo a mão levantada. Ou era só para declarar o voto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dê uma cortada, Leila!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, era só para dar uma cortada.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E é a mão esquerda, é a do corte.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião, quero só fazer um comentário, porque eu, realmente, me dediquei muito a essa matéria. Na verdade, o grande desafio que está sendo trabalhado pela Itaipu Binacional e pelo mundo inteiro... Mais uma vez, visitei Shenzhen, na China, e lá está...

Senador Veneziano, V. Exa. quer proclamar o voto?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, quero só registrar o voto "sim", por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não. O Senador Veneziano vota "sim".

Então, quero lhe dizer: na verdade, o grande desafio... Realmente, nós temos bateria para armazenar, mas não o suficiente. O grande desafio hoje das empresas que trabalham e pesquisam sobre bateria é você ter grandes bancos de bateria que possam, efetivamente, evidentemente, armazenar um volume grande dessa produção que não é utilizada imediatamente, até para regiões que não tenham linhas de transmissão. Então, você perderia essa energia.

Eu tive uma surpresa quando visitei a cidade que é chamada de Cidade Tecnológica na China, no sul da China, praticamente na frente de Hong Kong. Eu fiquei impressionado. Não há mais nenhum ônibus ou táxi híbrido; todos são 100% elétricos. Eles já atingiram um nível – não é aquilo a que estou me referindo – de baterias para esse tipo de automóveis... Confesso que prefiro não falar, porque posso errar o número. Não me lembro se são cem mil horas ou se são cem mil quilômetros que dura cada bateria dessas, a ponto de a bateria virar o ativo. O carro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba, o cidadão tira aquela bateria e vai à fábrica para dizer "eu quero botá-la em um novo veículo", por causa da durabilidade dela. Então, todos os ônibus, todos os táxis, qualquer condução pública são 100% movidos a energia.

Agora, o grande desafio do conhecimento é realmente esse... Por exemplo, eu, ontem, conversava com o Jean Paul sobre essa questão com que ele está começando a trabalhar. Ele foi, parece, para a Noruega para discutir isso. Eu, quando estive na COP, sentei com o Sir David King, um homem de 86 anos, com uma vitalidade impressionante. Eu marquei com ele no *lobby* de um hotel, no café da manhã de um hotel.

De repente, estou procurando, aí me chega um cidadão de 86 anos com um tênis vermelho, uma mochilinha nas costas, andando. Como todo sábio faz, não liga para a indumentária, porque o que ele carrega dentro é muito mais importante do que ele pode vestir. Aí eu falei quem era, sentei com ele e conversei com ele uma hora. Ele foi o responsável por, na Inglaterra, ou no Reino Unido como um todo – nós estávamos na Escócia nessa hora – ter, vamos dizer, evoluído muito a energia eólica *offshore,* ou seja, a energia eólica nos mares, que obrigatoriamente você tem que ter águas rasas e não tumultuadas, e ser fixa a torre.

Por incrível que pareça, eu conheço na Bahia... Cada pá daquela do ventilador, que eu chamo, de 50m a 60m, que é um trabalho artesanal, é quase você construir uma prancha de surfe, porque você vai colocando aquelas mantas e vai fazendo. As *offshore* são 120m cada pá. E o grande desafio qual era? Veja como as coisas vão sendo costuradas. O grande desafio era a logística: como é que eu levo uma pá de 120m a 5km, 8km, 10km, 20km? Todo homem inteligente acaba olhando o óbvio, que às vezes nós não enxergamos, o sábio. Ele disse: "Bom, quem é que entende disso? As petrolíferas". Por quê? Porque elas têm plataforma para exploração, e têm que saber. Lá foi ele conversar não com a direção, mas com os engenheiros da Shell. E discutindo, ele disse: "Não, nós podemos botar dois helicópteros daqueles possantes". Resumo da ópera: hoje, se eu não erro o número de novo, de 30% a 35% da geração é *offshore,* ou seja, ela cresceu.

E aí, qual é a curiosidade? Ele é um homem que já foi o consultor do Governo britânico durante muitos e muitos anos para o tema ambiental e tecnológico, numa simplicidade que é própria, como eu disse, dos sábios. E aí ele encontra – é um cara conhecido, um homem conhecido lá – com o Diretor da Shell. Aí, diz para ele: "Eu queria lhe agradecer" – dizendo para o Diretor Presidente, CEO da Shell. Ele disse: "Me agradecer o quê?" "Seus engenheiros foi que me deram o caminho das pedras para eu conseguir fazer isso aí". E aí o CEO da Shell disse: "Mas não é possível, meus engenheiros trabalharam contra mim? Meu negócio é petróleo. Como é que estão orientando você?". Mas resumo: a própria Shell, a partir daí, começou a se interessar por fontes alternativas de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso vai ser... Não tem jeito, até porque o vento é eterno. Então, eu estou vendo a leitura que V. Exa. fez. Eu diria que o desafio hoje, que eu não guardei o nome, é que essas grandes bolsas de couro que o País está... para guardar vento são as nossas baterias. Deus queira que a gente chegue a grandes odres – é isso? – que a gente possa armazenar, porque eu não tenho dúvida que esse vai ser o caminho.

Mas eu fiquei impressionado com essa descrição deles. É impressionante. É óbvio que eles fazem a 20km, 30km da beira-praia, vou chamar, para não ter o problema de impacto visual, porque é óbvio... Você imagina, 120 cada pá, uma contra... Se bem que elas não são uma contra a outra, porque em geral são três. Mas se fossem alinhadas, eram 240m de extensão. Você imagina, é um gigante rodando o tempo todo.

E eu conversava com o Jean Paul, porque o preço desse material todo, como todos os outros, depois de surgido, vai caindo. E ele diz: "Não, nós já podemos" – porque é óbvio que nós também temos vento de mar e, portanto, nós podemos fazer isso como mais uma fonte de energia para o País.

Eu peço à Secretaria da Mesa que encerre a votação para eu proclamar o resultado e passar ao outro projeto.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Votaram SIM 10 Senadores; nenhum NÃO.

A matéria está aprovada.

Parabéns ao Senador Plínio Valério e ao Rodrigo Cunha – que já não está conosco – pela aprovação do seu projeto de lei.

Eu passo ao item 2 da pauta, então.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 333, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em decisão terminativa.

Eu queria pedir, então, ao Senador Fabiano Contarato que fizesse a leitura do relatório para que a gente pudesse entrar no processo de discussão, já que o autor está presente.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero registrar aqui a minha gratidão por ter, juntamente com V. Exa., participado da COP. Ali eu pude presenciar, mais uma vez, como V. Exa. muito dignificou não só o Senado, mas esta Comissão de Meio Ambiente, mostrando para o mundo que o Estado brasileiro é maior do que qualquer tipo de ideologia e que é esse o caminho que nós vamos trilhar. Fiquei muito contente. Foi muito proveitoso estar participando em alguns momentos com V. Exa.

Quero também aqui registrar meus parabéns ao Plínio Valério pelo projeto, pela autoria, e ao querido Rodrigo Cunha também, pela relatoria.

Sr. Presidente, eu também gostaria, antes de proceder à leitura deste parecer, de deixar claro que o foro adequado para qualquer tipo de discussão, dentro do Estado democrático de direito, é o Plenário deste Senado, é o Plenário aqui da Comissão. Então, por gentileza, eu quero aqui deixar claro que, em que pese haver uma divergência de ideias com o querido Senador Telmário Mota, isso não é absolutamente nada no campo pessoal, mas, sim, na discussão e na análise do projeto de lei, cuja leitura passo a proceder.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei 333, de 2020, de autoria do Senador Telmário Mota, que "altera a Lei nº 5.197, que 'dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências', para revogar o direito ao porte de armas aos servidores públicos no exercício da fiscalização de caça".

A proposição consta de dois artigos. O art. 1º revoga o art. 26 da Lei 5.197, que equipara os funcionários públicos, no exercício da fiscalização da caça, aos agentes de segurança pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, por isso, assegura àqueles o porte de armas. O art. 2º é a cláusula de vigência do projeto, que prevê vigência imediata para a lei resultante.

Em sua justificação, o ilustre autor alega que, sob o pretexto de combater o desmatamento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vem promovendo um verdadeiro terror contra trabalhadores das florestas, com ações truculentas e policialescas, graças ao porte de arma. Além de constantes abusos de poder e mesmo mortes acidentais, o autor sustenta que o porte de armas a esses agentes públicos sequer é necessário, pois, na presença de risco ao exercício de sua atividade fiscalizatória, basta que requisitem apoio da força policial.

O proponente sustenta ainda que a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Novo Código Florestal, ao revogar o código antigo, não incorporou ao novo ordenamento jurídico a previsão que então havia de garantia de porte de armas aos funcionários florestais. Em sua opinião, falta fazer o mesmo com a legislação da fauna. Sua proposição visa a corrigir essa suposta falha legal para retirar do texto da lei a possibilidade de agentes estranhos às atribuições relacionadas à segurança pública portarem arma de fogo, evitando infortúnios e tragédias, como a que aconteceu em janeiro deste ano, quando foi assassinado em Rorainópolis o pai de família Francisco Viana da Conceição, de 52 anos de idade – a cuja família eu externo a minha solidariedade –, em consequência de uma operação empreendida pela autarquia ambiental federal.

A matéria foi distribuída à CMA e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem cabe a análise terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos.

Cabendo-nos precipuamente a análise do mérito, não podemos deixar de externar, desde o início, nossa preocupação com a garantia constitucional ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, insculpida no *caput* do art. 225 da Carta Constitucional. Como assegurar esse direito se dilapidamos os meios para sua efetividade? De que maneira pode o poder público proteger a fauna e a flora, conforme estabelece o inciso VII do §1º do mesmo art. 225, se abrimos mão dos instrumentos capazes de intimidar ações que atentem contra o mandamento constitucional? Como conceber, num Estado democrático de direito, que agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos sejam enviados em ações fiscalizatórias com risco iminente de morte, se o próprio poder público os priva dos meios minimamente necessários à sua segurança?

Saltam aos olhos, portanto, graves e insanáveis vícios de inconstitucionalidade que maculam, desde o cerne, a proposição, e que, certamente, não deixarão de ser apontados pela Comissão de Constituição e Justiça.

Não bastassem esses problemas, vislumbramos óbices também quanto ao mérito da proposição. Comecemos pelo argumento justificador: o óbito de um pai de família, em decorrência da ação de agentes do Ibama, em Rorainópolis, Município localizado no sul do Estado de Roraima. Vejamos a robustez desse argumento e de sua associação com o teor do PL nº 333, de 2020, ora em exame. Para tanto, nada mais necessário que a investigação aprofundada da notícia, exercício que tomamos o cuidado de fazer.

Segundo o Relatório de Ocorrência Policial nº 200114, da Polícia Militar de Roraima, no dia 31 de janeiro, durante uma operação de combate ao desmatamento da Floresta Amazônica, em Rorainópolis, um madeireiro que praticava extração ilegal de madeira acabou morto por um tiro. A área fiscalizada apresentava evidentes sinais de exploração recente, como ramais de arraste, pátios de estocagem, toras de alto valor comercial e tocos.

A operação que resultou na morte do madeireiro era realizada em conjunto pelo Ibama e a Polícia Militar do Estado de Roraima. Ocorre que a equipe do Ibama que participava da operação não estava armada. Como reconhecido pela própria Polícia Militar, no supracitado relatório de ocorrência, os policiais atiraram em reação, após terem sido recebidos a tiros pelos criminosos, segundo consta do relatório da Polícia Militar.

Evidencia-se, assim, que o contexto da ação era uma ocorrência de flagrante de crime e que a reação dos policiais foi proporcional e em resposta à investida de criminosos, não apenas para coibir a ação delituosa, como para defenderem suas vidas.

Ou seja, ao contrário do que foi divulgado por alguns veículos da imprensa local, os tiros não partiram de agentes do Ibama, até porque (como mencionado) eles não estavam armados e, por isso, no momento do confronto permaneceram no interior do veículo em que se deslocaram. Aliás, os agentes que participaram da operação nem sequer têm porte de arma.

As peculiaridades do tiro que levou o madeireiro a óbito serão elucidadas pela perícia, porém, quaisquer que sejam as conclusões, é injusto atribuir o ocorrido ao Ibama.

Essa é a verdade dos fatos. Dissolvem-se, portanto, pela realidade não apenas a insinuação de que foram os agentes do Ibama os responsáveis pelo óbito mencionado, mas também a utilização desse evento como elemento justificador da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, me permita ir um pouco além. Será que a ausência do motivo alegado na justificação é suficiente para caracterizar a desnecessidade do PL 333? Haveria outros elementos que o sustentem ou o tornem meritório? Para responder a essas perguntas, precisamos avaliar se e até que ponto são justificados o porte e o uso de armas de fogo por agentes do Ibama ou, por extensão, por servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e por todos os servidores públicos que, no exercício da fiscalização da caça, são equiparados aos agentes de segurança pública, conforme determina o art. 26 da Lei nº 5.197, de 1967.

Talvez, o exercício do nosso mandato parlamentar nos faça esquecer ou desconhecer como é o Brasil real. Mais ainda, aquele Brasil das regiões remotas, onde o Estado é ausente ou precário e a selvageria e a bala constituem norma. Não somos nós, Senadores, que estamos lá, enfrentando o desconhecido, a marginalidade, o tráfico de drogas, a extração clandestina de madeira, a caça de animais e o garimpo ilegal. Não somos nós que diuturnamente estamos expondo nossas vidas em ações de fiscalização por vezes, aspas, "vazadas", sujeitos a tocaias e emboscadas.

Independentemente do tipo de atividade fiscalizatória ambiental, o porte de arma de forma ostensiva é imprescindível, simplesmente porque a execução das atividades coercitivas apresenta riscos inerentes e, assim como nos casos dos agentes de segurança, sujeita os servidores a diversidade de conflitos a qualquer momento. A fiscalização das infrações de tráfico de animais silvestres são, pela própria forma de cometimento, situações em que o praticante do delito se encontra armado, geralmente em grupo, e com forte disposição para evitar a todo custo a ação repressora, com enorme possibilidade de reação violenta contra os agentes de fiscalização. Assim, o servidor público no cumprimento das suas obrigações funcionais de fiscalização deve estar preparado para possíveis enfrentamentos, em defesa de sua vida.

Para se evitar todos esses riscos, basta requisitar o apoio das forças policiais, como sugere o proponente? Bastaria, se as estruturas de segurança pública regional e local fossem ideais e se todas as situações em que se fizesse necessária a presença policial fossem previsíveis. Não é o que ocorre no mundo real, em que ações fiscalizadoras se deparam, não raramente, com situações que expõem os fiscais a risco de morte. De fato, as ações de fiscalização do Ibama e do Instituto Chico Mendes, apesar de focadas nos ilícitos ambientais, acabam por se deparar com outros crimes associados, como desmatamento para plantação de culturas ilícitas, tráfico de drogas, trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, grilagem de terras e contrabando de armas. É frequente a reação dos criminosos à atuação repressiva dos agentes de fiscalização, imbuídos do poder-dever de adotar as medidas legais cabíveis diante das ações criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se não bastassem os riscos a que são expostos durante as ações, após as atividades fiscalizatórias os servidores do Ibama e do Instituto Chico Mendes não raramente sofrem ameaças de infratores que se sentiram prejudicados pela ação repressiva dos servidores públicos. O fato de se garantir a tais servidores o porte de arma de fogo oferece condições adequadas de defesa contra ameaças armadas, evitando-se, pela dissuasão, a ocorrência de atentados contra vida, já conhecidos dos servidores dessas instituições. Para os agentes de fiscalização ambiental, o porte de armas é, sobretudo, uma necessidade de garantia da integridade desses servidores, até mesmo fora do horário de expediente, já que em determinadas situações e ambientes há um clima de hostilidade e retaliação, como em cidades na região amazônica que têm no tráfico de animais, na extração ilegal de madeiras e no garimpo ilegal boa parte de sua movimentação econômica.

Aliás, é oportuno mencionar que, desde o ano passado, as ameaças contra servidores das autarquias federais de fiscalização ambiental têm crescido constantemente, principalmente devido a declarações de membros do Governo Federal, incluindo as do próprio Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente, que desautorizam as ações de fiscalização e transmitem a sensação de que haverá impunidade aos infratores. Diversas reportagens têm retratado a intensificação de ameaças e o apoio cada vez menor do Estado aos seus agentes.

Mas, poderíamos nos questionar: esses servidores estão devidamente capacitados a portar e a usar armas de fogo? Apraz-nos dizer que sim. Os constantes treinamentos para melhor utilização do porte de armas pelos servidores designados para as atividades de fiscalização ambiental e a readequação das normas internas vigentes em conformidade às determinações do Ministério da Justiça asseguram ao Ibama e ao Instituto Chico Mendes condições apropriadas para o porte e uso em segurança das armas de fogo.

Diante desses argumentos, devemos fazer, na qualidade de Parlamentares, um exercício de prospecção. Caso seja aprovado o PL nº 333, de 2020, teremos três consequências principais. A primeira delas será a dificuldade de alocar equipes de fiscalização nas florestas e outras áreas inseguras, pois os fiscais tenderão a evitar participar de operações que os coloquem em situação de maior vulnerabilidade em razão da impossibilidade de fazer uso ostensivo de arma como forma de dissuasão, tanto da prática das infrações ambientais como da violência contra os fiscais.

A segunda consequência será o aumento substancial do risco aos servidores que continuarem a exercer as atividades de fiscalização. Esse risco compreende inclusive o de morte de servidores desarmados por praticantes de crimes ambientais. Cabe lembrar que as forças de segurança pública não dispõem de efetivo suficiente para, por si sós, garantir a integridade dos agentes de fiscalização ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a terceira consequência, que é corolário das anteriores, seria o comprometimento da capacidade do Estado de combater ilícitos ambientais, com o consequente aumento das taxas de desmatamento, além daquele observado desde o ano passado. Lembrem-se de que o desmatamento na Amazônia está aumentando abruptamente. No ano de 2019, a taxa de desmatamento superou em 29% a de 2018 e foi a maior dos últimos dez anos. Ao final de 2020, a expectativa é de que o aumento seja ainda maior, ultrapassando os 10 mil quilômetros quadrados. Só no primeiro trimestre deste ano, foram emitidos alertas de desmatamento para 796,08km² da Amazônia, aumento de 51,45% em relação ao mesmo período de 2019. O trabalho de fiscalização do Ibama é praticamente a única reação do Estado contra os criminosos ambientais.

O sucesso das ações governamentais de combate ao desmatamento na Amazônia, ocorrido de 2004 a 2014, se deu, em grande parte, pela intensificação das ações de comando e controle na região. Sabemos que, apesar de necessárias e eficazes, essas ações são insuficientes para garantir o fim do desmatamento ilegal. Entretanto, as operações de fiscalização continuam sendo imprescindíveis para o combate à destruição da floresta. Comprometer o bom andamento dessas operações trará repercussões negativas relativas aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos acordos climáticos, bem como consequências econômicas graves em razão de restrições de investimentos estrangeiros a processos produtivos que não respeitam o meio ambiente.

Por tudo isso, consideramos a supressão da previsão legal para porte de arma aos agentes de fiscalização acintoso, grave e enorme retrocesso legislativo na política ambiental brasileira.

Por todo o exposto, votamos pela rejeição do PL nº 333.

Este é o meu relatório, nobres colegas, elaborado com muita responsabilidade e respeito aos fatos e às apurações e, acima de tudo, em respeito à vida e ao Estado de direito.

Felizmente, não estou sozinho nessa defesa do meu relatório. O Acórdão 1.758, de 2021, prolatado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em 21 de julho de 2001 – ressalte-se, após a apresentação do meu relatório –, é enfático ao recomendar, nos termos da lei, que, em conjunto com a AGU, o Ibama e o MMA avaliem a premente necessidade de adoção das eventuais medidas judiciais, legislativas e administrativas com vistas a garantir o porte de arma de fogo em prol dos fiscais ambientais no exercício do poder de polícia ambiental diante do iminente risco no exercício da respectiva atividade em áreas assoladas, por exemplo, pela ilegal exploração por garimpeiros e madeireiros indevidamente armados. Ou seja, após a apresentação do nosso relatório, o próprio Tribunal de Contas da União emitiu uma recomendação a este Senado pela manutenção do porte a esses agentes federais que expõem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua vida em defesa do meio ambiente e em defesa da própria vida, da vida humana, que é o principal bem jurídico que tem que ser protegido por todos e, principalmente, pelo Estado democrático brasileiro.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu coloco a matéria em discussão.

Senador Telmário Mota, autor do projeto de lei.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, no primeiro momento, eu quero dizer que tenho muito carinho e muito respeito pelo Senador Fabiano. Entendo as suas colocações, mas, claro, a exposição que ele colocou dá a sensação de que nós somos contra a fiscalização e que, se o agente do Ibama estiver armado, o desmatamento vai ser, geral, desarmado.

Não é bem assim que a coisa funciona. É como ele disse: nós não estamos lá, estamos aqui. Ao contrário. Eu estou lá, ele que está aqui. Porque eu nasci numa comunidade indigna. Vivi até os 11 anos na escuridão do analfabetismo. Eu não fui eleito pelo braço do poder econômico, eu não fui eleito pelo braço de poder político. Eu fui eleito pelo poder dos excluídos, dos necessitados, dos humildes, em cima de uma pampa. E conheço o meu Estado, rua a rua, bairro a bairro, Município a Município, porque são só 15 Municípios e eu ando de rua em rua, de bairro em bairro, em cima de um carro de som, conversando com as pessoas. Por isso, conheço, como ninguém, nas palmas dessas mãos limpas, que nunca foram envolvidas em nada de errado, toda a necessidade e a realidade do meu Estado.

Olhe só, em Roraima, *a priori*, que é um Estado amazônico, há 67 assentamentos, que variam de 15 mil a 22 mil pessoas. Dessas, nem mil pessoas, Senador, têm as licenças ambientais necessárias. Se você colocar no pé do Senador Fabiano uma chinela, uma calça rasgada, uma camisa simples, uma pastinha verde, daquelas que eles arranjam para ir com a documentação da sua terra, e for ao Ibama ou a um órgão ambiental buscar a documentação necessária para você plantar, leva dois, três, quatro anos, quando consegue. Essas pessoas são obrigadas a retornar às suas terras para ali plantar, para ali produzir. Produção de subsistência, aquela produção pequenininha, em que fazem pequenas queimadas. E aí que entra o abuso das autoridades. O Ibama chega ali encapuzado, superarmado, quando a lei diz o seguinte aqui, olhe, olhe só: "Todos os funcionários, no exercício da fiscalização da caça [de caça!], são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas". Ou seja, as ações do Ibama não são ações contínuas, elas são esporádicas ou são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergenciais e, quando elas fazem, elas fazem com o aparato ou da Polícia Militar ou da Polícia Federal ou da Segurança Nacional. Então, eles têm esse suporte.

Por exemplo, um agente de trânsito, que está todo dia na rua, que encontra toda classe social, do pobre ao rico, do cidadão do bem ao marginal, não tem porte de arma. Quem dá o suporte para ele? A PM. E quantos morrem? Vários! No meu Estado mesmo mataram um. Então, é impressionante como para o agente de trânsito, que está diariamente, como diz o caboclo na minha terra, labutando com criminoso, não tem o porte de arma; o do Ibama tem. E aqui é específico, mas eles usam de forma genérica.

Olhe só, esse caso específico de Rorainópolis... Eu estou usando dois casos recentes no meu Estado, de duas mortes, de dois cidadãos, de um camponês. Eu não discordo do relatório do Senador Fabiano porque ele vem em cima do laudo da polícia, o qual ele foi buscar. A polícia tem o poder de credibilidade, mas só que ele foi manipulado. Para os senhores terem uma ideia, quando houve esse assassinato desse camponês, ele não era um madeireiro, ele era um lenhador. Ele estava cortando... Quem é o lenhador? É de madeira. Um homenzinho humilde.

Ele estava ali cortando com um machado, tanto é que não apreenderam nenhuma tora, não apreenderam nenhuma motosserra, não apreenderam nenhum trator, derrubando, não apreenderam nada, nenhuma arma! Não havia arma alguma! Trocaram tiros. Vocês vão ver, daqui a pouco, na imagem, como não há tiro nem troca de tiros. Há um pegando na nuca. Olha o buraco!

Então, olhem só... Ele ali... Quando ele estava cortando com um machado aquela lenha, para fazer a comida dele – era o combustível para colocar no fogãozinho dele, no fogareiro ou na boca do fogão –, chegaram os carros, vários carros, mais de cinco carros do Ibama. Eles chegaram àquela área. Já chegaram atirando! Eles estavam encapuzados. Eles correram. Quando correram, um deles pegou um tiro. O outro se jogou no chão se fingindo de morto, saiu rastejando, entrou na mata. Esse cara está traumatizado até hoje. Quando vou a Rorainópolis, sempre vou à casa dos dois, para ajudar na alimentação. O outro deixou cinco filhos, coitado, o que morreu, o Sr. Francisco.

Então, houve... Aí o que a polícia fez? A polícia, quando chegou lá, em vez de levar o assassino... O Senador conhece mais do que eu. Lá há uma delegacia. Eles tinham que ter levado o assassino do cara à delegacia, registrado o boletim e o apresentado lá. Não! Eles levaram todo mundo para um hotel. Os agentes do Ibama, todo mundo foi para o hotel. E ali a população, ao tomar conhecimento, fez um movimento forte, pressionando: "Quem é que matou? Por que matou?". Foi aquela confusão toda! Naquele momento, o que faz um policial? Empurra um cidadão, pelas costas do cidadão. Quando ele o empurra, criou-se um tumulto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começam a atirar, e eles saem em comboio. Não vão para a delegacia de Rorainópolis, vão embora para Boa Vista, a 200km. Em dois ou três dias, ninguém sabia quem tinha atirado. Para toda a cidade, tinha sido o cara do Ibama. Eu fiz um vídeo e cobrei do Governador a apuração imediata dos fatos. Aí depois ficou-se sabendo que o tiro não tinha partido de ninguém do Ibama, mas tinha partido de um PM que estava no meio. Então, esse é um fato.

Eu estou aqui falando até para evitar o constrangimento de mostrar o vídeo, porque são muito fortes as imagens que estão ali. Tenho todas as imagens, fortíssimas! Mas, em respeito a todo mundo, pelo clima em que estamos conversando, pelo próprio Senador, eu vou poupá-los disso. Mas nós estamos transcrevendo a realidade dos fatos.

Agora, recentemente, em uma operação no garimpo, um operador de máquina, que retira ouro – eu sei lá que diabo era! –, estava ali operando. A polícia... O Ibama chegou com a Polícia Federal, em um helicóptero, de cima – está a imagem aí –, e pá, pá, pá, pá! Com armas pesadas, matou o cara, que estava com as mãos na cabeça. Ele estava com as mãos na cabeça. Como eu tenho um amigo da Polícia Federal, eu perguntei: "Como aconteceu isso? Como é que aconteceu isso?". Eles me disseram o seguinte: "Senador, a Polícia Federal corta na carne. Nós vamos apurar. É lamentável! Nós estamos com vergonha do fato, porque, realmente, o cara estava com as mãos na cabeça. O operador de máquina pegou um tiro e caiu lá morto". Mas o que ele me disse? Essa lei do Ibama, para chegar e poder destruir tudo, para queimar tudo que está ali, é muito perigosa, dá essa margem.

Inclusive, em certa operação... Outro policial me falou: "Em certa operação [está aí também o vídeo], eles saíram tocando fogo e queimaram uma picape sem nada dentro! Não havia nada, não havia indício nenhum na picape". Era só porque onde estava indo a picape lá... Ela vai para áreas de fazenda e vai também para o garimpo. Por suspeita, por uma hipótese, tocaram fogo nessa picape e em mais duas picapes.

Outro fato que me chama muito a atenção nessas ações do Ibama é que, até agora, isso não aconteceu com rico, não, só com pobre. É só com pobre! Mataram um lenhador, mataram um operário, esses crimes estão impunes e ficou por isso. Então, o que eu entendo disso aqui? O desmatamento não vai acontecer por ele estar desarmado. Não. As ações são necessárias, a fiscalização é necessária. Eu sou amazônida, conheço aquela realidade mais que ninguém. Agora é preciso que a burocracia desses órgãos aconteça, porque também, por incrível que pareça, Senador Fabiano... Olha, vou contar uma coisa. No meu Estado, nós temos lá a questão da mosca da carambola. Lá na Bahia dele, que a gente não fala, nem em Sergipe, Juazeiro e Petrolina, tem a mosca da carambola. Mas só que eles vão para cima, acabam e radicalizam. No meu Estado, não. Aparece uma mosca em frente do escritório não sei aonde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o diabo da diária, rapaz... Você acredita? A diária é tão grande, as barreiras são tão grandes que fica maior do que a necessidade do Estado.

O caso do Ibama é isso. Então, por exemplo, se o Ibama... Eu acho que daqui, no mínimo, tinham que sair duas recomendações, e você tem autoridade para fazer isso. Uma é que o armamento tem que ser usado por quem realmente estiver totalmente preparado e de acordo com o que determina a lei, aqui, para caças. E outra: chegar mais com ações fiscalizadoras didáticas, educadoras.

Senador Wagner, você não queira saber que um colono, um camponês, humilde na casinha dele, que não conhece lei, não conhece nada, não teve a oportunidade que nós tivemos, está ali na casa dele e cortou, fez uma queimadinha. Chegam esses caras do Ibama, onipotentes, aqueles monstros lá, todos encapuzados. Por que chega encapuzado? Por que não chega transparente? "Olha aqui, senhor, como é seu nome? Olha, o senhor infringiu aqui, aqui e aqui". E dá oportunidade educacional para ele explicar: "Poxa, eu fui lá ao órgão, passei tantos dias, estou lutando atrás dos meus documentozinhos". O cara quer comer! Ele só quer comer! Ele quer viver!

Agora eu vi aqui o Senador do Mato Grosso dizer o seguinte. Como foi a frase que ele falou? Era engraçada, eu até na hora anotei aqui, não sei onde eu coloquei nesse monte de papel. Olha só, ele disse que ele prioriza dois grandes valores: Deus e a vida. É isso? Deus e a vida. Então, nós estamos aqui primando pela vida, pela fiscalização, pela norma, mas sobretudo pela vida, pela vida. Eu não vejo uma ação do Ibama queimando carrão de madeireirão, de fazendeirão, não vejo. Agora, do pobre, coitado.

Há uma coisa que eu brigo também muito com a polícia. Você foi delegado dessa área. Por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal. Eu de vez em quando tenho impasse com eles. Eu passo todo dia por ela, a 30km de casa. Eles param aqueles motoqueiros velhos, coitados, aqueles pobres coitados, com moto caindo aos pedaços, a sandália dele... A moto vai carregando ali o que comer. Eles param e tacam-lhe a multa naquele cidadão. E o desgraçado do rico passa ali, talvez até com cerveja dentro do carrão. Para, dá igualdade! Pelo amor de Deus!

Eu digo isso porque eu vi muito da humildade. Eu me criei... Minha mãe era empregada doméstica, meu pai era vaqueiro. Eu estudei na sua Bahia. Lá que eu me formei, lá que eu consegui me formar. Meu sobrinho é formado, minha esposa é médica, formamos todos lá. É por isso que eu adoro a Bahia.

Então, que esse nosso projeto sirva ao menos para chamar esse marco, fazer um marco que daqui saia um documento nesse sentido, para que haja um melhor aparelhamento, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor trato nas pessoas, verificar essa situação, porque duas vidas foram ceifadas. Duas vidas foram ceifadas!

Outra coisa, essa questão de queimar os equipamentos que são usados. Nós temos um outro projeto aí que eu quero até que o Senador Contarato seja o Relator, desse outro projeto, porque ele vai me ajudar e já está conhecendo o sistema. Olhe só: se você encontra um carro, ou um caminhão, ou um avião, ou esses tratores grandes em um garimpo ou em áreas que estão desmatando, em vez de tocar fogo ali, qual é a sugestão do nosso projeto? Que esse equipamento seja apreendido e entregue à administração da Prefeitura do Município onde foi apreendido. Ele fica ali e fica sendo usado para o coletivo, até transitar em julgado a situação.

Então, eu acho que é um projeto bom, porque se evita até queimar patrimônio alheio. E esse equipamento, por exemplo, um trator de esteira, como é importante em uma Prefeitura, para abrir estrada, para aplanar estrada, para ajeitar! Você, que foi Governador, sabe disso. Nesses lugares mais distantes, é muito necessário. Então, eu queria que depois você visse esse projeto.

Eu queria fazer essa colocação, Senador Wagner, e, com todo o respeito ao Senador Contarato, falar sobre isso, sobre essa minha preocupação. Que o Ibama faça uma fiscalização mais educativa, mais didática; que entenda às vezes a necessidade, se sinta um pouco no lugar do cara. Se o cara é abonado, é ricão e tal... Aquilo eu não vejo neles; eu só vi pobrezinho, coitado – pobrezinho; é humilhante.

Já estou concluindo.

Ontem mesmo eu recebi uma ligação. Eu estava na cama – ontem eu estava gripado, não é? (*Pausa.*)

Você recebeu a uva também? Você recebeu aquela uva? Que uva doce, hein! Você recebeu? (*Pausa.*)

Só em campanha. Não vou nem dizer que é campanha dele. Docinha que era uma delícia! E é ali do Vale, não é? É ali do Vale. Mas uma delícia de uva! Aí, eu soltei no vídeo, espalhei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Devia ter mandado para o Estado de origem. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu soltei no vídeo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhe só. Eu recebi ontem uma ligação, por exemplo, de Caroebe, um municipiozinho lá no final. Os agentes do Ibama estavam lá, e ele falou: "Senador, estão invadindo". Ele contou coisas que a gente fica, assim, horrorizado. Por exemplo: chegaram à casa de um camponês – ele tinha feito uma queimada, aí reclamaram –, invadiram, foram à cozinha dele, perguntaram se a comida dele era caça ou era carne de gado, abriram as panelas... Não se pode fazer isso! Não se pode fazer. O cara... Se você vir, Senador Wagner, como ficam os camponeses: abalados; não sabem o que fazer da vida. Você sabe o que é um assentamento, você sabe o que é um homem pobre, uma pessoa humilde, que não tem o que comer. Vende o café para comer o almoço, vende o almoço para comer a janta, vende a janta para tomar o café. Essas coisas nós precisamos observar.

Então, o nosso objetivo, o nosso trabalho é para evitar o autoritarismo, o arbítrio, a injustiça, para proteger a vida, mas nunca contra a fiscalização. Ela é extremamente necessária. Só no formato dela é que a gente tem que fazer uma modificação. Eu queria colocar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador.

Senador Contarato, o Senador Plínio Valério pediu também a palavra para discutir. Depois eu devolvo a palavra a V. Exa.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Senador Telmário, lembre-me para eu ser seu cabo eleitoral lá em Roraima. O Senado não pode prescindir dessa voz.

O Telmário foi de uma realidade, foi de um relato cruel, o que é verdade. O que a gente tem, Jaques Wagner – o senhor é um cara sensato, a gente conversa sempre nesse sentido –, são duas amazônias: a Amazônia que eles pensam que existe, e a Amazônia que existe de verdade, que o Telmário conhece e eu conheço. O que a gente defende sempre é que haja essas ações e que elas não sejam policialescas. Há um processo de marginalização de todo agricultor. O nosso agricultor, o nosso ribeirinho planta para comer, não é nem para vender. Ele planta para comer. E esse braço da lei que chega até ele é para punir. Nunca chega para clarear, para esclarecer, é só para punir. Esse braço da lei tem que chegar, sim, mas essa coisa de destampar panela para saber se é carne de caça... Como é que o caboclo vai viver, Senador Jaques Wagner, Senador Contarato, se ele não tem renda? Ele não tem renda, mas tem que comprar o óleo dele, o açúcar e o sal. E como ele vai comprar o óleo, o açúcar e o sal se não tem emprego, se não tem renda? Será no excesso do que produz, se ele tentar vender o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milho dele, a melancia. Só que ele vai vender na sede e fica lá à mercê do atravessador. Se ele ousar pegar ou flechar um pirarucu e vender, o Ibama apreende e ele será multado. E são multas que não existem, porque ele não pode pagar. Se ele pegar dois tracajás e for vender um, ele será preso.

Então, o que a gente quer é o que o Telmário está dizendo. Fiscalização? Ótimo. Mas clarear, mostrar, esclarecer e não marginalizar. O nosso caboclo, o nosso ribeirinho, o nosso indígena subsiste, é para ali. Nós da Amazônia somos exemplo. Se nós fôssemos europeus, a Amazônia já era! Se a Amazônia estivesse na Europa ou nos Estados Unidos, já era. Mas nós sabemos, porque a gente planta para comer e para viver. Apontem-me uma solução que gere renda para esse cara que faz o roçado, que queima e que corta árvore. Deem-me uma solução para que ele tenha renda. Como ele vai comprar o óleo, o açúcar e o sal se não tem renda, se não tem dinheiro, se não tem salário?

O Unicef disse, Presidente Jaques Wagner – eu estou com o relatório de 2017 –, que só no Amazonas morreram mais de 1.200 crianças antes de completar um ano, no interior. Aqui no Amazonas ainda morrem muitas mulheres de câncer do útero, porque nunca tiveram acesso a um ginecologista. E a gente convive com essa... Essa, Contarato, é a nossa Amazônia. Essa é a Amazônia que existe de verdade.

Você, como conhecedor e defensor, e o Jaques, que também é, nos ajudem, para que a gente possa juntar essas duas visões: a visão da Amazônia de quem está lá fora e a visão da Amazônia de quem está aqui dentro. O Ibama deve ser fortalecido, mas precisa ser educado, para respeitar, para trazer dignidade à nossa gente.

Telmário, eu vou ser seu cabo eleitoral lá em Roraima, meu irmão. Você não pode deixar de estar por aqui, não.

Um abraço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Senador Contarato com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero aqui só deixar claro que esta Casa, o Congresso Nacional, tem tido uma digital muito triste nessa desigualdade que há no Brasil. Em 2017, nós tivemos uma reforma trabalhista que vilipendiou os direitos dos trabalhadores. Em 2019, nós tivemos uma reforma da previdência que acabou com a possibilidade de o trabalhador se aposentar; tirou a pensão por morte das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é claro que eu sou eterno defensor da implementação de políticas públicas para dar educação, saúde, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene... Mas por que nós aqui não estamos lutando para instituir imposto sobre grandes fortunas? Porque, aí sim, União, Estados e Municípios terão uma receita corrente líquida de bilhões por ano. Agora nós não podemos... O próprio Senador Telmário aqui fala! E eu queria aqui que qualquer um dos Senadores...

E eu me coloco lá, sim, meu querido Plínio, porque fui Delegado de Polícia por 27 anos! E eu vejo o Estado, a forma como ele infelizmente não tem braço para chegar a todos os locais. Agora, eu queria aqui que me apontassem quantos homicídios foram praticados por agentes do Ibama e do ICMBio, porque o próprio fato elencado aqui como sustentação para acabar com o porte de arma dos funcionários do Ibama e do ICMBio não foram praticados por eles! Então, a gente não pode vir com esse discurso com uma sustentação que não seja sedimentada dentro daquilo que seja no mínimo coerente e razoável.

Outra coisa, eu fui buscar aquilo que o Estado lá pediu sobre a fundamentação dessa ocorrência. E um dos princípios que regem o Direito administrativo é a presunção de legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Ora, se a ocorrência fala que lá aquele disparo não saiu dos servidores do Ibama, por que nós vamos aprovar esse Projeto de Lei nº 333 para revogar isso, um dos poucos mecanismos de fiscalização?

Nós sabemos que, com o atual Governo, está havendo um desmantelamento da pauta ambiental. Os funcionários do Ibama e do ICMBio estão sendo vítimas de assédio moral, esses órgãos estão sendo sucateados na estrutura, na redução de funcionários, que são vítimas de assédio moral, perseguição. Então, nós não podemos aqui botar... Agora, é totalmente contraditório, e é preciso que a população entenda isso, porque esse mesmo Presidente, meu querido Senador Jaques Wagner, alterou o Estatuto do Desarmamento, que é a Lei 10.826, de 2003, para autorizar a população a ter quatro, seis, oito, dez armas. Agora vai ser interessante nós vermos aqui um incentivo à grilagem, à usurpação de terras públicas, as pessoas fortemente armadas e esses servidores ali subjugados expondo sua vida, sua integridade...

Nós temos que lutar, sim, pelo fortalecimento das instituições, mas para garantir que esses servidores tenham a possibilidade de defender a sua própria vida quando estiverem na defesa intransigente do meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina o art. 225 da Constituição Federal.

Mantenho na íntegra o nosso parecer pela rejeição do PL 333.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria me dirigir... Só vou fazer uma colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro é que, evidentemente, em qualquer corporação, você vai encontrar as pessoas que agem corretamente e quem exorbita. E não são poucos. V. Exa. foi Delegado de Polícia, eu fui Governador, e é evidente que há casos de exagero daquele que foi armado pela sociedade para defendê-la. E, como foi dito aqui pelo Senador Telmário, muitas vezes os grandes sofredores são os negros pobres dos bairros populares, porque, por preconceito, é pressuposto que lá são marginais que estão existindo.

Mas eu quero ponderar, apesar da ausência do Senador Telmário Mota, mas particularmente com o Senador Plínio Valério, que ainda está conosco, que é óbvio que o fato de a gente encontrar um exagero, por exemplo, em um policial militar ou em um policial civil não seria razoável que nós disséssemos: "Então, vamos ter que colocar a polícia militar sem armas". Apesar de que a polícia mais contemporânea trabalha muito com armas não letais para imobilizar e exatamente evitar esse tipo de ocorrência, não seria razoável que, por um eventual desatino... Eu não quero entrar no mérito desse episódio que foi relatado pelo Senador Telmário Mota ou pelo seu relatório, mas estou dizendo por hipótese: se alguém exorbita, eu não vou dizer que, a partir de agora, eu vou consertar não tendo... Eu fui Ministro do Trabalho; muitas vezes o fiscal do trabalho ia a determinadas regiões muito distantes das cidades, e houve caso de fiscal do trabalho assassinado quando ia fazer uma fiscalização. Então, eu acho que nesse caso sinto, pelo depoimento do Senador Plínio Valério e do Senador Telmário Mota, aquilo que acontece na nossa sociedade: o preconceito sempre pega um dos pequenos, mesmo de outro pequeno às vezes – os policiais militares não são ricos; são oriundos das famílias de classe média.

E, na verdade, a gente busca esse equilíbrio que eternamente se coloca. "Ah, quem defende os direitos humanos é defensor de bandido", de jeito nenhum. Mas também quem defende o policiamento não pode defender que a terra não tem lei. Recentemente, nós vimos um episódio que gerou tumulto, convulsões sociais nos Estados Unidos, porque um policial praticamente matou um negro com o joelho no seu pescoço e acabou condenado. Então, esse seria o caminho, eu acho que tem que condenar realmente se alguém exorbita e chega no lugar já atirando etc.

Mas eu não sei se interpretei correta ou incorretamente o final da fala do Senador Telmário Mota – eu não posso fazê-lo e vou até propor que a gente não bote em votação o relatório –, porque eu entendi que ele disse que, no mínimo, queria que essa manifestação dele servisse como processo educacional e que pelo menos a gente fizesse recomendações – caberia fazer recomendação – em função de haver casos objetivos que aconteceram.

Então, eu entendi que ele estava quase dizendo: "Olha, eu fiz meu grito...", até porque, na história desse projeto, ele mesmo, em um determinado momento, disse que o retiraria; depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendeu que queria vir aqui, porque eu acho que ele queria fazer o debate. Eu não posso falar por ele, então, eu vou preferir não o colocar em votação e talvez chamá-lo, junto com V. Exa., se o Senador Plínio quiser participar, para saber se é uma recomendação. Porque realmente não me parece... Uma coisa é recomendar que as ações sejam feitas com planejamento para que não aconteça arbitrariedade, e longe de V. Exa., Senador Contarato, querer defender a arbitrariedade. Mas é claro que nós não vamos defender que o cidadão, para exercitar a sua tarefa, não possa ter a sua proteção.

Então, como ele teve que sair porque ia receber um ministro, eu vou dar a palavra ao Senador Plínio Valério. Estou ponderando não colocar em votação – até porque nós já temos uma sessão um pouco esvaziada –, porque eu não posso interpretar as palavras do Senador autor e, como a gente teria que fazer, qualquer pedido de verificação de votação não concluiria a votação.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Plínio Valério para ouvir a sua ponderação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Senador Contarato, nós estamos em barcos diferentes, mas navegando no mesmo rio. Eu vou votar a favor do seu parecer, eu não sou contra isso. Só estou aproveitando a oportunidade para externar, extravasar e chamar atenção do que ocorre na verdade, na realidade, e fugir do seu relatório para falar da Amazônia idealizada e da Amazônia existente. Nós estamos em barcos diferentes, mas estamos no mesmo rio, Contarato. Nós queremos o bem, nós queremos o bem de todos.

Eu vou votar favoravelmente ao seu relatório, não tenho dúvida quanto a isso. E quero lhe dizer – já ouvi o senhor falar mais de uma vez –que nós temos um projeto que taxa grandes fortunas, já tem mais de um ano. Tinha o parecer Major Olimpio, que era favorável, aí agora passou para o Senador Veneziano, que está estudando, vai sentar e nós vamos colocar na CAE para aprovação, Contarato, já existe isso. A gente já tinha, bem antes de pandemia, esse projeto que taxa as grandes fortunas. Já tive uma oportunidade de discutir com o Senador Otto Alencar, com o Senador Jaques Wagner ainda não, mas é um projeto que taxa grandes fortunas, para que esse pessoal possa retribuir o que de tão bom recebeu.

Para finalizar, Presidente, a gente tem algumas críticas quando fala em grandes fortunas. Para se ter uma ideia, naquele e-Cidadania foram 330 mil "sim" para esse projeto, contra 7 "não". Os que querem "não" dizem assim: "Ah, mas o cara enriqueceu...". Ninguém enriqueceu sem precisar do serviço público. Ninguém tem aeroporto próprio, rodoviária própria, porto próprio, pistas próprias, todo mundo usufruiu da estrutura que o Governo fornece; então, é hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de retribuir. Está bem, Contarato? Eu conto com você para a gente colocar em voto, colocar em pauta esse projeto que taxa as grandes fortunas, que meu amigo, Senador Veneziano, vai devolver.

E olhem, Jaques, Contarato, nós estamos no mesmo rio, falta só a gente passar para o mesmo barco. Nós queremos o bem da Amazônia, queremos preservar, queremos conservar. Agora, o que eu falo é de dignidade, Contarato. Eu não estava falando do assassinato, eu estava falando dessa invasão à casa, esse desrespeito que há com nosso irmão ribeirinho, com nosso irmão caboclo. Mas nós estamos no mesmo rio.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a participação, Plínio, até porque V. Exa. é da região e seguramente conhece muito mais, pelo menos, do que eu – vou falar por mim.

Quando V. Exa. fala das grandes fortunas, eu acho que sempre – viu, Senador Contarato? – é importante esclarecer. Por quê? Porque o nosso país é de tamanha discrepância, uma das maiores desigualdades do mundo, que, quando você fala em grande fortuna, o cidadão que tem duas lojinhas está achando que você está falando dele. É sério, é isso que é verdade. Tem que começar a explicar: não, são os milionários! Eu estou falando porque, quando a gente fala que vai crescer o Imposto de Renda, aí o cidadão que ganha R$6 mil, que na escala social brasileira já é muito, pensa: "Ah, mas você está querendo que eu pague mais". Não, querido, eu não estou falando de você. Quando a gente fala grande fortuna é, sei lá, 1%, 1,5%, 2% da população. Até quem ganha 10 mil, 20 mil, para um país de salário mínimo de mil e pouco, é um rico, vamos dizer, mas nunca uma grande fortuna se referiria a essa pessoa. Nós estamos falando é dos "super super", que acumularam muito.

Então, eu concordo contigo. Eu estou falando isso porque eu tenho sempre essa preocupação. Eu sou amplamente favorável ao imposto sobre grandes fortunas, até porque o imposto é uma forma de você fazer o trabalho de combater a desigualdade social. Então, a gente tem sempre que explicar, porque acontece isso que Plínio falou, dizem: "Não, mas pelo amor de Deus, foi o suor da minha testa". Eu digo: não, querido, eu não estou falando de você. Grande fortuna é grande...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Por videoconferência*.) – Enorme.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É. O ano passado, no meio da pandemia, 27 milhões foram para a extrema pobreza de novo e 20 famílias de brasileiros entraram no seleto grupo de bilionários mundiais – bilionário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é mais milionário. Milionário já virou, para o pessoal daqui, bobagem, quer dizer, o cara ter mais de um milhão... Aí tem uma população grande. Então, é preciso esclarecer para o pessoal não ficar contra, porque eles usam isso quando você vai falar de grandes fortunas, das verdadeiras grandes fortunas: "Ah, já estão querendo aumentar a carga tributária". Nós não estamos falando de classe média, classe média alta. Estamos falando realmente de quem tem muito acumulado.

Eu quero ponderar com V. Exa., Senador Contarato: eu sei que não é terminativo, eu sei que irá para a CCJ, mas eu vou continuar sempre no meu esforço de busca de entendimento. Eu quis entender das palavras do Senador Telmário Mota que ele queria dar um, vamos chamar assim, grito de alerta de dois episódios em que, até prova em contrário – eu não conheço o caso –, pessoas que não necessariamente eram, sei lá, grileiros, etc., perderam a vida num episódio desse. É óbvio que nós temos que recomendar, como eu sempre recomendei à Polícia Militar do Estado da Bahia, que nós temos que fazer nossas ações de proteção à sociedade sem agredir.

Eu posso colocar o relatório em votação, apesar de que nós não temos mais a participação de muitos Senadores. É óbvio que ela é simbólica – "permaneçam como se encontram" –, e eu aprovaria o seu relatório, rejeitando. Como o próprio autor teve que sair, é quase que uma autorização dele para fazer isso, foi a vontade dele.

Então, eu quero ponderar com V. Exa. que, como houve o episódio do próprio pedido de retirada do Senador Telmário, eu não sei se eu faria de novo uma conversa com ele para ele retirar o projeto ou sobre qual é a sua opinião sobre colocar em votação. Colocar pode, não é? Se houver qualquer pedido de verificação, evidentemente cairia a reunião, porque nós não vamos conseguir quórum a essa altura.

Qual a opinião de V. Exa.? (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu confesso para V. Exa. que eu tentei manter um contato, um diálogo com o Senador Telmário, e havia esse acordo, inclusive, para ele retirar de pauta, quando ele manteve contatos falando que não e que viria aqui para fazer a sustentação, a defesa do projeto dele.

Eu entendo perfeitamente e eu acho que V. Exa. está tendo a sobriedade por entender que, se ele retira de pauta, aí já acaba esse projeto, esse PL, que nem sequer iria mais para a CCJ, e nós estaríamos aí já de uma vez por todas sepultando isso.

Então, eu, com todo o respeito e admiração que eu tenho por V. Exa., vou deixar a critério de V. Exa. Se V. Exa. achar que seja este o melhor caminho, o de não deliberar a votação dele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não vejo óbice nenhum, mas o meu entendimento foi que ele simplesmente falou: "Não, nós podíamos ter, e o senhor tem autonomia para recomendar...". Recomendar, com todo o respeito, todos nós podemos recomendar para que as instituições cumpram suas funções. Na ocasião me perguntaram: "Ah, mas o senhor não tem adesão com o Presidente, o Ministério da Segurança". Eu falo: "Olha, delegado de polícia não é violador de direitos, ele é garantidor de direitos. Os policiais estão lá – e sua grande maioria é de policiais aguerridos – colocando, expondo sua própria vida, seja policial civil, militar, policial federal, rodoviário federal, guarda municipal". Agora, nós não podemos, em nome de determinados episódios, revogar uma lei federal para ainda mais deixar subjugados esses servidores do Ibama e ICMBio.

Então, deixo ao critério de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu esclareço, Senador Contarato. V. Exa. sabe da admiração, e é evidente que eu concordo – se eu tiver que votar, votarei "sim", pelo seu relatório, pela rejeição do projeto. Eu acabei de dar o exemplo: não é porque um policial exacerba nas suas funções que eu vou dizer que a Polícia Militar não pode mais andar armada. Isso não seria a solução. Portanto, se houve exagero... Eu não me aprofundei no tema; V. Exa. se aprofundou e mostrou no caso concreto que não era exatamente, tanto que o tiro que saiu de uma outra pessoa, mas, mesmo que tivesse sido de alguém do Ibama, na minha opinião, isso não é suficiente, não é razão para você dizer "a partir daqui ninguém mais anda", porque, senão, é isto que eu digo: quantos casos a gente já teve, inclusive, de policiais que foram penalizados por exorbitarem da sua função, por fazerem abuso de autoridade? E isso acontece, onde há ser humano, você tem sempre o certo e errado. E daí eu vou dizer assim: "Ninguém mais anda com arma"? Não é o caso. Dependendo do tipo de ação policial, vamos dizer, se você vai a um *show*, não é para estar armado mesmo, porque qualquer disparo pode matar, mas, quando o cidadão vai em tese fiscalizar uma zona de tráfico de droga, como é que ele não vai armado, se ele sabe que vai encontrar gente armada?

Então, é óbvio que eu concordo com a interpretação.

Eu entendi que o Senador Telmário fez isso quase como, vamos dizer, um processo de denúncia dos exageros que acontecem. Óbvio que ele pode resolver retirar depois, porque ele pode ser rejeitado aqui, valorizando o seu relatório, e, depois, se ele quiser retirar para não ser...

O que eu quero dizer é o seguinte...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas eu concordo com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. acha que esse é o melhor caminho para que a gente possa efetivamente ter um resultado final.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu só iria falar com ele: você não prefere retirar do que ser derrotado?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sou sempre da seguinte tese, quanto menos constrangimento você criar melhor será a sua caminhada.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não vejo óbice nenhum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu prefiro chamá-lo e pedir para retirar o projeto, porque aí encerra a coisa e evidentemente está valorizado o seu relatório.

Vou preferir perguntar ao Senador Telmário – não está aqui presente, teve que sair – e, se for o caso, se quiser entrar, se não quiser, na próxima sessão, a gente coloca em votação, até com um quórum mais qualificado, apesar de ser não terminativo, ser simbólico, eu poderia colocar.

Agradeço a V. Exa. a compreensão e, longe de mim, não respeitar. Antecipo, se tiver que ir a voto, que o meu voto é a favor do seu relatório.

Eu queria só lhe dizer que há um requerimento seu...

Eu estou encerrando a discussão, não vou colocar em votação simbolicamente e vou consultar o Senador.

O requerimento, na verdade, eu peço vênia a V. Exa., era para sugerir o nome de uma outra pessoa naquelas audiências públicas.

Acabou que, como a gente adotou um critério de ter quatro por audiência, para ela ser mais produtiva, ele não pôde ser inserido.

Existe um também do Senador Vanderlan e, eventualmente, eu poderia criar uma outra audiência pública, mas, senão, V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, o.k.

Vou declinar o requerimento da Senadora Eliziane, que não está presente. Então, eu não posso.

Senador Zequinha, V. Exa. quer fazer uso da palavra porque eu vou encerrar a reunião?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, aproveite que estou encerrando a reunião.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu estava presidindo uma outra sessão ali.

Nós queremos pedir um extrapauta para solicitar a presença de mais um convidado para a audiência pública, na próxima reunião, para tratar sobre um projeto de nossa autoria. O nosso Requerimento é o nº 64, de 2021.

Eu pediria a V. Exa. para que a gente pautasse agora mesmo e pudesse aprovar a vinda do Sr. Antônio da Justa Feijão, Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migração e Meio Ambiente (Finama).

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Zequinha, deixa eu só esclarecer.

Na verdade, V. Exa. está fazendo um aditamento ao Requerimento nº 63, da Senadora Eliziane, que propôs uma audiência pública para discutir esse projeto. Ela não estando presente, evidentemente que eu não coloquei em votação e, portanto, não está aprovada sequer a audiência pública.

Por isso que eu perguntei... Não sei se V. Exa. está entendendo. A audiência pública dela não foi aprovada porque ela não está presente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não tem como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, óbvio, que se V. Exa. subscrever o requerimento dela, não sei se lhe interessa, estaria aprovado o dela e, consequentemente, aditado o seu.

Essa que é a pergunta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É isso que eu quero dizer.

Eu entendi que V. Exa. queria colocar um debate, mas, por isso, ela não estava presente e eu estava indo para o encerramento, exatamente porque eu não coloquei em votação, mas, de qualquer forma, se V. Exa. quiser encaminhar um aditamento. Por enquanto não, porque sequer foi aprovada a audiência pública proposta por ela.

Combinado?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As matérias não apreciadas nesta reunião serão incluídas em pauta futura para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos e a todas que nos acompanharam.

(*Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Giordano, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura (licenciado), Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4996, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5690, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 63, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração"." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 64, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 63/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração" seja incluído o convidado que menciona." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 65, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais" com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/01

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão os seguintes documentos: pelo Senador Fabiano Contarato, duas notas técnicas elaboradas pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) a respeito dos projetos de lei em apreciação por esta Comissão em conjunto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, que tratam da regularização fundiária e do licenciamento ambiental. Nas referidas notas técnicas, a instituição apresenta os pontos positivos e negativos dos projetos em questão e ainda destaca que é necessário passar por melhor análise por parte do Senado Federal. Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno, determino à Secretaria que proceda à anexação das notas às referidas matérias legislativas, ou seja, o PL 2.633, de 2020, em conjunto com o PL 510, de 2021, e o PL 2.159, de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 36ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2021.

As Senadoras e os Senadores que concordam permanecem como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participem da reunião remotamente. (*Pausa.*)

Depois eu leio os retirados.

Bom, hoje, nós temos um problema... Não diria que é um problema. Com relação ao item 1 da pauta, Projeto de Lei nº 4.996, de 2019, do Senador Alessandro Vieira, a Relatora, Senadora Eliziane Gama, me pediu ontem para retirá-lo de pauta em função de que ela estaria na relatoria do Sr. André Mendonça, apresentado para o Supremo Tribunal Federal. Depois, S. Exa. aceitou que pudéssemos ter um Relator *ad hoc*.

Foram apresentadas emendas? (*Pausa.*)

Ontem? (*Pausa.*)

O problema é que foram apresentadas emendas. O Senador Fabiano Contarato apresentou duas emendas. Também recebemos do Senador Zequinha Marinho requerimento para realização de audiência pública.

Embora a Relatora tenha aceitado o *ad hoc*, o relatório teria que ser refeito, na medida em que houve duas emendas. Então, eu vou ter que retirá-lo de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4996, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria vai ainda à CTFC, em decisão terminativa.)

O Senador Jayme Campos – seria o item 2 da pauta, o 5.690, de autoria do Senador Confúcio Moura, com a Relatoria de Senador Jayme Campos – também me pediu ontem em Plenário, S. Exa. fez uma solicitação à Comissão para que fosse retirado de pauta esse item, o PL 5.690, por ter ele recebido também emendas ao projeto. Portanto, ele me pediu para refazer seu relatório.

Então, fica o item 2 da pauta retirado.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5690, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

A matéria vai ainda à CCJ, em decisão terminativa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3 da pauta – Requerimento para esta Comissão de nº 63/2021, da Senadora Eliziane Gama – é um pedido de audiência pública. Com a ausência da Senadora e também do Senador Zequinha Marinho, eu vou ser obrigado também a retirá-lo de pauta.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 63, DE 2021

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA).)

Portanto, infelizmente, apesar do nosso esforço para ter mais uma sessão da Comissão, acabamos ficando sem matéria.

Eu queria solicitar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, nós temos algo da ordem de 50 matérias distribuídas ou mais? (*Pausa.*)

Nós temos 85 matérias que já foram distribuídas e os relatórios não apresentados. Nós ainda temos duas sessões este ano, a sessão do dia 8 e a sessão do dia 15, já que no dia 22 começa o recesso – com risco de no dia 15 não haver também. Então, eu queria pedir aos Srs. Senadores que tenham relatórios em mãos que os aprontem e tragam para a Comissão para que a gente possa ter material, projetos para votar. A gente tem conseguido, até com destaque, o funcionamento da Comissão, votando, inclusive, matérias terminativas e, hoje, por exemplo, infelizmente vou ter que abrir e fechar a reunião por falta de matérias.

Mas, antes, eu quero fazer dois comentários: o primeiro é que, no dia 4 de dezembro, sábado desta semana, se comemora o Dia Internacional dos Animais. E, infelizmente, faço aqui o registro e o repúdio da postura do proprietário de uma fazenda no Município de Brotas, São Paulo, que era criador de búfalas e, na medida em que ficou mais atraente, mais atrativo o plantio de soja, ele abandonou os animais à própria sorte, sem água, sem comida. Uma denúncia foi feita e foram encontradas 22 carcaças de búfalas enterradas, além de centenas de animais com fome, sem água ou alimento, em situação de abandono. Na contagem inicial, foi divulgado que as autoridades encontraram 335 fêmeas e 332 filhotes confinados em um pequeno espaço da fazenda já que a grande parte havia sido destinada ao plantio de soja. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proprietário foi multado em R$2,130 milhões através da Polícia Ambiental do próprio Município de Brotas.

Então, eu chamo a atenção, porque são seres vivos. Não são seres humanos, mas são seres vivos. E eu acho que realmente nós precisamos fazer uma campanha grandiosa em defesa e em proteção.

E quero fazer mais um registro daquilo que já foi anunciado em vários jornais, do arrastão de mais de 300 balsas no Rio Trombetas, um dos principais afluentes do Rio Amazonas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, aqui me botaram Trombetas. É Madeira? Atracaram no Município de Autazes, a 133km de Manaus, tentando fazer a extração de ouro e, ao mesmo tempo, tratando esse ouro depois com mercúrio, contaminando as águas do rio. Eu chamo atenção para o fato de que nós acabamos de sair de uma COP. A agenda verde está aí comandando a agenda internacional. Infelizmente, nós ainda temos em solo brasileiro atitudes como essas duas que eu acabo de relatar e que são absolutamente incompatíveis.

Senador Zequinha, V. Exa. tem um requerimento aí?

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 65, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais" com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Sim, Presidente.

Eu requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno aqui do Senado Federal a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.996, de 2019, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Nosso Código Florestal nos leva a uma reflexão importante sobre isso, a Lei 12.651, de 2012. É composto por dispositivos que consideram a utilização do fogo na prevenção e no controle de incêndios florestais, mais especificamente nos arts. 38 a 40. O assunto, disposto num capítulo próprio da lei, contribuiu para uma melhor organização se comparado ao diploma legal, que era a Lei n 4. 771. Assim, solicito aos colegas a aprovação desse requerimento para que ouçamos especialistas, pessoas e instituições ligadas ao setor ambiental e florestal para que a gente possa melhor balizar a condução desse processo aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, na verdade, o projeto estava na pauta no dia de hoje. O objetivo de V. Exa. era exatamente não haver a votação para poder haver a audiência pública.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A gente precisa ouvir esse pessoal primeiro para depois se balizar a fim de fazer um debate mais qualificado em cima do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Eu vou colocar em votação o requerimento, do Senador Zequinha Marinho, que pede uma audiência pública para instruir o PL 4.996.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Se me permite, Presidente, eu tenho um requerimento aprovado nesta Comissão, Requerimento nº 57, que pede uma audiência pública, especialmente com a presença do Ibama, para que se explique tanta demora, por que tantos anos tentando elaborar a licença que nos permite a derrocagem do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, lá perto das cidades de Marabá e Itupiranga, para que a gente possa utilizar aquelas águas como uma futura próxima hidrovia, ligando Marabá até Barcarena, que é muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o desenvolvimento, para escoar a produção, enfim. E a gente está esperando, anos e anos, por essa licença, e, lamentavelmente, o Ibama não nos dá uma posição.

Então, gostaria que V. Exa. pudesse pautar a data dessa audiência, para a gente poder sentar aqui e debater com pessoas naturalmente bem qualificadas, a fim de que se possa ter um horizonte temporal sobre a concessão dessa licença, porque o Governo Federal depende disso. A empresa que ganhou a licitação, há uns quatro anos, quase cinco anos, também está o tempo todo esperando por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou, depois, olhar para a marcação da audiência.

Indago a V. Exa. se V. Exa., eventualmente, já fez um requerimento de informação ao órgão, pedindo a mesma explicação ou prefere na forma de audiência pública.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu prefiro na forma de audiência púbica, porque é preciso explicar para muita gente ao mesmo tempo. Há muita gente esperando por isso. Então, seria melhor que ele viesse a esta Comissão e dissesse: "Os problemas e gargalos são esses, e é por isso que não aconteceu", a fim de que os interessados possam também questioná-lo e, de forma bem transparente, dar-se o andamento das ações que vão nos levar à licença para a derrocagem do Pedral do Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Eu vou ver a data e comunico a V. Exa. e às pessoas convidadas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura, para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Giordano, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Eduardo Braga, Acir Gurgacz e José Aníbal. Também presente a Senadora Eliziane Gama, sem, no entanto, haver feito o registro em sistema. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura (licenciado), Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Alvaro Dias, Jayme Campos, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 37ª, realizada em 1º de dezembro, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 93, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida à senadora Eliziane Gama. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 175, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reúso das águas servidas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação com 3 emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 63, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração”." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 64, de 2021 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 63/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração” seja incluído o convidado que menciona." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Resultado: Aprovado. Observação: Subscrito pelo senador Jaques Wagner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – eu peço silêncio, por favor –, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, há quórum para aprovar a ata? Bom, vou deixar a aprovação da ata*a posteriori*, porque ainda tem que ver se está com quórum.

Havendo quórum, então, antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 37ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no*Diário do Senado Federal*.

Comunicado de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente: primeiro, ofício do Instituto Socioambiental comunicando o envio, primeiro, de nota técnica, "Análise dos impactos do projeto de lei geral do licenciamento ambiental sobre o desmatamento da Amazônia e mudanças climáticas", elaborada por esse instituto em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que aponta como o projeto de lei resultará no aumento do desmatamento da Amazônia e inviabilizará o cumprimento das metas do Acordo de Paris pelo Brasil.

Segundo, nota técnica, "Análise dos impactos do projeto de lei geral do licenciamento ambiental sobre empreendimentos minerários e suas barragens de rejeitos", também elaborado pelo mesmo instituto, que aponta que 85,6% dos processos de licenciamento ambiental de atividades minerais e suas barragens de rejeitos em Minas Gerais passaram a ser objeto da licença por adesão e compromisso automático e autodeclaratório sem análise prévia do órgão ambiental.

Ofício do Instituto Socioambiental comunicando o envio de nota técnica da Associação Nacional dos Procuradores da República que mostra que o PL nº 2.159, de 2021, acarreta o aumento da insegurança jurídica, pois diz respeito à prática do licenciamento como controle do risco ambiental, além de violar frontalmente a Constituição Federal, a legislação internacional e diversos princípios do Direito Ambiental, bem como o envio de notas e cartas públicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

manifestação de 14 entidades sobre o projeto em questão.

Ofício SAB nº 048, que encaminha nota técnica elaborada pela Sociedade de Arqueologia Brasileira apresentando pontos críticos a serem observados pelos Senadores no debate do PL 2.159, o PL do Licenciamento, com riscos apontados na nota para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

Nos termos do art. 261, §2º do inciso II do Regimento Interno, determinei à Secretaria a anexação desses documentos à referida matéria.

Mensagem eletrônica da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura que apresenta sua contribuição para a minuta do projeto de lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima que o Ministério do Meio Ambiente disponibilizou para consulta pública até sábado, 4 de dezembro. A Coalizão considera que a Lei nº 12.187, de 2009, que institui o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, já estabelece os parâmetros adequados para a Política Nacional de Mudança Climática e que é desejável que o esforço seja direcionado à sua implementação e à atualização das metas e não à revogação da lei, e que essa implementação e atualização de metas ocorram por meio do aprimoramento de PLs que já tramitam no Congresso Nacional.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento estará disponível para consulta no*site* desta Comissão na internet pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá. Findo o prazo sem manifestação, será automaticamente arquivado.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio o aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" no*chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE(Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.*Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia colegas Senadores e Senadoras!

Vamos direto ao relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 93, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.

A proposição contém dois artigos. O primeiro acrescenta §9º ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, para dispor que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados são obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e, quando for o caso, de reciclagem de materiais.

O segundo – cláusula de vigência – estabelece que a lei resultante entre em vigor após decorridos 1.825 dias, ou seja, cinco anos, de sua publicação oficial.

A autora, em sua justificação, anota que cerca de um terço de todo o lixo gerado no Brasil, 30 milhões de toneladas, é descartado em lixões a céu aberto, colocando em risco população e meio ambiente. Lembra também que, passados sete anos da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, apenas dois acordos setoriais para implementação do sistema de logística reversa foram estabelecidos: o dos resíduos das lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, e o de embalagens em geral. Arremata a proponente: "Sendo assim, diante da infinidade de tipos de resíduos e sua crescente quantidade, acreditamos ser necessária a elaboração de leis que obriguem os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados a estabelecerem mecanismos de logística reversa e de reciclagem dos seus produtos em um prazo exequível para a sua implementação".

A matéria foi distribuída à CMA. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, a quem cabe a decisão terminativa.

Nesta Comissão, cheguei a apresentar, em 9 de julho de 2019, relatório pela aprovação do projeto, com uma emenda. Esse relatório não chegou a ser votado e, em 28 de agosto daquele ano, solicitei sua retirada de pauta, para reexame.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente controle da poluição, tema incidente na proposição em análise.

Nossa análise guarda estreita semelhança com a que fizemos anteriormente. Reconhecemos que, apesar de sua baixa efetividade, a logística reversa foi um instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inovador, à exceção do referente aos setores para os quais já se encontrava estruturada antes da edição da Lei nº 12.305, de 2010. E, como toda novidade, ao demandar investimentos para sua implementação, tornou-se fonte de preocupação e de questionamentos.

Chama a atenção o fato de que, após nove anos de vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o saldo a respeito da logística reversa ainda é limitado, principalmente pelo reduzido número de acordos setoriais assinados com o Governo Federal, ou de termos de compromisso.

Se é verdade que nem tudo se resolve pela lei, é preciso também reconhecer o papel indutor que uma norma bem elaborada é capaz de exercer. É nesse sentido que a proposição em tela pode contribuir, porque amplia o rol dos atores obrigados a implementar sistemas de logística reversa. A partir do comando legal, fomenta-se uma cadeia de responsabilidades, sem a qual a reduzida efetividade da logística reversa tende a permanecer como tal.

Um aspecto sumamente positivo da proposição é o prazo de vacância estabelecido, de cinco anos, para que a lei resultante entre efetivamente em vigor. Dessa forma, assegura-se o lapso temporal necessário para que os setores produtivos se ajustem à nova realidade, o que tornará a lei não apenas bem-intencionada, mas exequível.

Entretanto, o reexame da matéria permitiu-nos perceber a necessidade de novos ajustes, sem os quais podemos pender para a inefetividade da norma. Caminho certeiro para esse cenário é o estabelecimento normativo sem o correspondente estudo que indique a viabilidade técnica e econômica da implementação de sistemas de logística reversa. Isso porque a cada tipo de produto corresponde um custo específico de gerenciamento de resíduos, de sorte que não seria razoável estabelecer linearmente essa obrigatoriedade sem o lastro técnico que lhe garanta sustentabilidade econômica.

Tampouco seria razoável partir do Parlamento a normatização dessa questão, pois ninguém melhor que o Poder Executivo, que conhece de perto as nuances administrativas e operacionais do tema, para efetuar os chamamentos públicos para estruturação e implantação de novos sistemas de logística reversa de produtos industrializados.

Com essa perspectiva, propomos alterar o texto do PLS, para autorizar o Poder Executivo, mediante estudos que indiquem a viabilidade técnica e econômica e que considerem o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, a abertura de chamamento público para estruturação e implementação de novos sistemas de logística reversa de produtos industrializados não listados no *caput* do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010. Parece-nos ser esse o caminho mais equilibrado e acertado para dar eficácia à proposição em análise.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CMA

Dê-se ao art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2018, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1º

.....

'Art. 33.

.....

.....

§ 9º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante estudos técnicos que indiquem a viabilidade técnica e econômica e que considerem o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, a abertura de chamamento público para estruturação e implementação de novos sistemas de logística reversa de produtos industrializados não listados no caput deste artigo.'" (NR)

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Eu entendi que a Senadora Eliziane Gama pediu a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu pedi a palavra, Presidente. Na verdade, quando eu pedi pela primeira vez foi para uma inversão de pauta, porque eu estou com dois relatórios na CCJ. O meu item é o 3. Eu pediria que V. Exa. pudesse colocar agora, na sequência.

E eu também queria fazer aqui um pedido de vista do projeto ora relatado. É um projeto complexo. Eu entendo que nós precisamos aprofundar melhor esse debate. Portanto, peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora, é evidente que eu vou lhe conceder vista. Eu queria saber se V. Exa. poderia trazer o resultado da vista... Porque eu pretendo marcar reunião da CMA semana que vem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sem nenhum problema, Presidente. Semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu lhe agradeço.

Vista concedida à Senadora Eliziane Gama do projeto do item 1, Projeto de Lei nº 93, de 2018, da Senadora Rose de Freitas e relatoria do Senador Luis Carlos Heinze.

Vou pedir vênia ao Senador Otto só para atender aqui e ler o item 3, que é rápido, é um requerimento da Comissão de Meio Ambiente, de nº 63, de 2021, da Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra a autora para a leitura. (*Pausa.*)

Eu posso ler. Quer que eu leia, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pode ler, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) –

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 63, DE 2021

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Marcaremos em tempo a audiência pública.

Senador Otto Alencar, para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 175, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reúso das águas servidas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com 3 emendas de redação que apresenta

Concedo a palavra à S. Exa. o Senador Otto Alencar para leitura do seu relatório.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaques Wagner.

Passo à leitura do relatório desse Projeto 175, de 2020, do Deputado Laercio Oliveira, para estabelecer medida de prevenção a desperdícios, de aproveitamento de águas fluviais e reúso de águas servidas.

Eu pergunto a V. Exa. se posso ir diretamente à análise do projeto, que foi disponibilizado aí para todos os Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, na análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente. Este é um dos efeitos mais imediatos do PL nº 175, de 2020.

Por se tratar do único colegiado a apreciar a matéria, oportuna será a análise sob as óticas da constitucionalidade e juridicidade, além da técnica legislativa.

O PL harmoniza-se com os ditames constitucionais do art. 170, que lista a defesa do meio ambiente como um dos princípios da atividade econômica, e do art. 225, que estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Da leitura conjunta desses dispositivos constitucionais, extrai-se o princípio do desenvolvimento sustentável, que se sustenta sobre os pilares ambiental, social e econômico.

Não há vedação constitucional à iniciativa deste Parlamentar da matéria que estamos discutindo para legislar nas normas legais.

Do ponto de vista da juridicidade, igualmente não vislumbramos óbices à aprovação do PL aqui analisado, pois a ele se atribuem as necessárias características de generalidade e abstração com a correta modificação da Lei nº 11.445, de 2007.

Tampouco há reparos a serem feitos quanto à técnica legislativa.

O projeto é meritório, amadurecido após discussão na Câmara dos Deputados. Note-se que a proposição ataca por dois flancos a questão do uso racional das nossas águas para consumo humano.

Por um lado, o PL aborda a questão do abastecimento de água, obrigando os prestadores desse serviço público a corrigirem falhas da rede hidráulica, de modo a se evitarem vazamentos e perdas e a aumentar a eficiência do sistema de distribuição e fiscalizar a rede de abastecimento de água para coibir as ligações irregulares e vazamentos.

De acordo com rigoroso estudo do Instituto Trata Brasil, entidade com notória especialidade em saneamento básico, quando se comparam os indicadores de perdas de água do Brasil com os padrões de países desenvolvidos, observa-se que o sistema de abastecimento do nosso País ainda apresenta grande distância da fronteira tecnológica, Sr. Presidente, em termos de eficiência. Para se ter uma ideia, a média de perdas de água, hoje, no nosso País, está em torno de 39,02%, quando a média mundial está em torno de 15%. Comparando-se, inclusive, com outros países, a Etiópia ostenta perdas da ordem de 29% – 10% a menos das que o Brasil apresenta –, Uganda apresenta menor perda também e até Bangladesh.

Para se ter uma ideia do que esse montante de 39% de perdas representa, o volume total da água não faturada em 2018 foi de 6,5 bilhões de metros cúbicos. É muita água que o sistema de abastecimento do nosso País, de maneira geral, perde com vazamentos e também com uma série de problemas por falta de uma tecnologia que possa conter esses vazamentos, consequentemente gerando um aproveitamento maior e mais economia de água, o que é um problema muito importante para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O quadro é ainda mais preocupante porque a maior parte das empresas não mede as perdas de água de maneira consistente, de modo que, por exemplo, não são divulgados indicadores que reflitam de maneira independente as perdas físicas e comerciais. É esse um dos primeiros pontos que a proposição visa a atacar.

O outro flanco aborda a economia de água por meio do aproveitamento das águas pluviais e do reúso das águas. É preciso reconhecer que a Política Federal de Saneamento Básico, prevista na Lei nº 11.445, de 2007, avançou muito pouco em relação ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva. A única menção no âmbito dessa política é feita genericamente, enquanto diretriz, mas sem se especificar o meio como se dará o fomento a essas ações.

Portanto, evitar o desperdício, aproveitar águas pluviais e estimular o reúso de águas é estabelecer uma nova relação de respeito e sobriedade, ajudando a conscientização ambiental de nossa sociedade, sem a qual nossas ações, por mais bem-intencionadas que sejam, padecerão irremediavelmente de ineficácia. Isso é ainda mais necessário quando nos lembramos de que são crescentes a dificuldade de obtenção de água nas grandes cidades. Há vários casos de desabastecimento, há até dificuldade de captação de água, e o uso, a cada dia que passa, fica mais difícil. Vemos graves problemas em capitais importantes, como é o caso do Estado de São Paulo, no manancial de Cantareira, onde teve que se fazer uma contenção para o uso da água.

Nesse sentido, é oportuno destacar a diretriz adotada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual, a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior.

Dessa forma, prevenir desperdícios, aproveitar águas pluviais e incentivar a prática de reúso das águas servidas, como pretende o PL nº 175, de 2020, são ações que devem constar em nosso ordenamento jurídico, o que torna essas práticas obrigatórias, porque concebidas como valores sociais irrenunciáveis.

Temos apenas alguns reparos de redação a fazer. Para que mantenhamos a uniformidade terminológica, Sr. Presidente, propomos a alteração da expressão "águas pluviais" por "águas de chuva". A expressão "águas pluviais", apesar de tecnicamente correta, é corriqueiramente empregada quando se trata de drenagem pluvial. Ocorre que a proposição trata de abastecimento de água, componente distinto do saneamento básico. Além disso, a própria Lei nº 11.445. de 2007, com a alteração dada pela Lei 14.026, de 2020, adota o termo "águas de chuva", de modo que a substituição da expressão não é preciosismo, mas rigor necessário para se evitarem ambiguidades e confusões de interpretação.

Outra modificação de redação necessária é alterar a expressão "águas servidas" por "águas cinzas". A substituição não é de pouca importância. Águas servidas são aquelas que, em virtude de qualquer utilização ou circunstância, perderam suas características naturais, como acontece no esgoto e no despejo industrial. Trata-se de um termo genérico para designar qualquer efluente de um sistema de esgoto residencial ou municipal. Portanto, essa expressão pode incluir as "águas negras", ou seja, águas de esgoto, de esgotamento sanitário. Por sua vez, as águas cinzas são as águas resultantes de todas as atividades domésticas, como águas de pias, ralos, máquinas de lavar e chuveiros, com exceção de fontes de águas negras, e, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso, vêm sendo estudadas com vistas ao reúso.

Entendemos ser também importante especificar que se trata do reúso não potável das águas, pois os processos e tratamentos para fins potáveis são complexos e de custo elevado.

Existem riscos a serem considerados com o reúso de águas cinzas, principalmente no que diz respeito à saúde pública, uma vez que essa água não está isenta de contaminação. Ciente disso, a proposição estabelece que, previamente à acumulação e ao uso, essas águas, assim como as águas pluviais, deverão passar por filtragem.

Entretanto, não consideramos prudente que a lei especifique o tipo de tratamento a ser adotado. A depender das características das águas, de seus componentes químicos e biológicos, e do uso pretendido, a filtração, proposta no PL, pode não ser medida suficiente para garantir sua utilização segura. Nesse sentido, optamos por uma redação que obrigue o atendimento a padrões de qualidade e segurança das águas a serem armazenadas e utilizadas, em vez da técnica a ser empregada.

Com essas modificações, que preservam a intenção original da proposição, acreditamos que contribuímos para potencializar seus efeitos positivos.

Diante disso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 175, de 2020, com as seguintes emendas de redação, Sr. Presidente:

EMENDA Nº -CMA (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei (PL) nº 175, de 2020:

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas de chuva e de reúso não potável das águas cinzas.

EMENDA Nº -CMA (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 175, de 2020:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas de chuva e de reúso não potável das águas cinzas."

EMENDA Nº -CMA (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 49-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, proposto pelo art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 175, de 2020:

"Art. 49-A. No âmbito da Política Federal de Saneamento Básico, a União estimulará o uso das águas de chuva e o reúso não potável das águas cinzas em novas edificações e nas atividades paisagísticas, agrícolas, florestais e industriais.

§1º A rede hidráulica e o reservatório destinado a acumular águas de chuva e águas cinzas das edificações devem ser distintos da rede de água proveniente do abastecimento público.

§2º As águas de chuva e as águas cinzas destinam-se a atividades menos restritivas quanto à qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

§3º As águas de chuva e as águas cinzas passarão por processo de tratamento que assegurem sua utilização segura, previamente à acumulação e ao uso na edificação."

Esse é o relatório, com as modificações que foram feitas de redação e acrescentando uma nomenclatura condizente com aquilo que pretende o Projeto de Lei nº 175, de 2020, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Otto Alencar, pelo seu relatório; pela competente preparação do relatório.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Plenário do Senado da República.

O relatório passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 175, de 2020, com as Emendas de 1 a 3 desta Comissão.

Obrigado Senador Otto.

Senador Zequinha, V. Exa. está presente? (*Pausa.*)

Bom, eu vou subscrever o Requerimento de V. Exa. de nº 64, de 2021, que requer a inclusão de mais um convidado para a audiência pública do requerimento que acabamos de aprovar, da Senadora Eliziane Gama, para aprofundar e instruir o PL nº 5.142, de 2019.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 64, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 63/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração" seja incluído o convidado que menciona.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e outros

Portanto, fica aprovado... Aliás, perdão.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado pela participação de todos e a todos que nos acompanharam.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e dez minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Presidente inicia a reunião apresentando balanço de atividades da Comissão no ano. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 93, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2018 com a Emenda 1-CMA. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 396, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2018, com as três emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 396 de 2015. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2018, com as Emendas 1 a 3-CMA, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 396 de 2015. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5690, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação com as emendas 1 e 2-CMA e mais uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei n° 5690 de 2019 com as Emendas 1 a 3-CMA. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 67, de 2021 que: "Requer a realização de uma oficina de trabalho vinculada ao Fórum da Geração Ecológica, em janeiro de 2022, em Brasília, com os especialistas que relaciona." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 68, de 2021 que: "Requer a realização de uma reunião de trabalho vinculada ao Fórum da Geração Ecológica, em fevereiro de 2022, em Brasília, com os especialistas que relaciona." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Resultado: Aprovado. Antes de encerrar, o Presidente submete ao Plenário a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores 38ª e 39ª e da presente, 40ª, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/15

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria, antes de dar início propriamente à reunião, fazer alguns comentários a título de balanço daquilo que foi este ano para a nossa Comissão.

Em primeiro lugar, relembro, com satisfação, que a CMA foi a primeira Comissão a deliberar, de forma nominal, a volta do funcionamento das Comissões no Senado, durante um período que foi desafiador para todos nós. Nesses 10 meses de trabalho, num total de 40 reuniões, 16 foram deliberativas, 21 audiências públicas, além de outras para emendas de orçamento.

Entre os grandes temas que hoje ocupam toda a humanidade, debatemos aqui o relatório do IPCC, com a participação da jovem ativista Greta Thunberg e de Samela Sateré Mawé, além da cantora Margareth Menezes, dentre outros especialistas. Debatemos, também, uma estratégia internacional pré-COP 26 destinada ao combate às mudanças climáticas. Na mesma direção, aprovamos a avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), podendo levar esse material à COP 26, em Glasgow, de relatoria da Senadora Eliziane.

Integrei a delegação brasileira para a pré-COP 26, em Roma, durante o mês de outubro, acompanhando a delegação do Senado Federal, liderada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, assim como a delegação do Senado na COP 26, em Glasgow, no mês de novembro.

Na difícil pauta ambiental brasileira, debatemos a demarcação de terras indígenas e o panorama dos recursos hídricos. Durante a programação do Junho Verde, realizamos debates sobre alimentação saudável, impactos da poluição por plástico descartável, particularmente nos oceanos, sobre a transição justa e ainda lançamos o Fórum da Geração Ecológica, que trabalha, desde junho deste ano, com 45 representantes da sociedade civil, no esforço de conseguirmos construir um arcabouço legislativo que sustente uma guinada verde, conforme acontece em todo o mundo.

Essa iniciativa teve como base o diálogo com diversos atores da sociedade civil, com a finalidade, exatamente, como disse, de chegarmos a esse arcabouço. O Fórum tem cinco grupos de trabalho, com reuniões em andamento, onde são priorizados os temas relativos a bioeconomia, cidades sustentáveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

economia circular e indústria, energia, proteção, restauração e uso da terra. Convocamos aqui o Ministro do Meio Ambiente Joaquim Pereira Leite, para que apresentasse à Comissão seus planos na direção da pasta.

Das 18 matérias deliberadas nesta Comissão, todas com aprovação dos relatórios apresentados, destacamos aquelas relacionadas a instrumentos financeiros que trazem contribuições ao Fundo Amazônia, ao Programa Bolsa Verde, ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, além da criação do Programa Tesouro Verde. Sabemos da necessidade de garantir mecanismos e instrumentos financeiros para a atividade no âmbito da agenda ambiental, as matérias sobre resíduos sólidos que tratam de atividades como a eliminação do uso de produtos químicos perigosos já banidos em diversos países, a criação de fundos relacionados a reciclagem e o aumento da penalidade para responsáveis por resíduos descartados.

Aprovação do projeto que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e o projeto que estabelece normas generais sobre a agricultura urbana sustentável.

Aprovação do relatório do PL que altera a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidades de conservação.

As consequências da crise climática têm chegado a todos nós com mais celeridade e intensidade, impactando, principalmente, a população em estado de vulnerabilidade. Registro aqui, inclusive, a notícia apresentada pela Organização Meteorológica Mundial do atingimento, numa cidade russa muito próxima ao Polo Ártico, da temperatura, em junho de 2020, de 32ºC, antes algo inimaginável para aquele ponto do planeta.

Conforme vimos pelo último relatório do IPCC, a crise climática já agrava secas, tempestades e temperaturas extremas. Nesta semana, pudemos, mais uma vez, sentir esses efeitos no Brasil. O Sul do meu Estado, a Bahia, vem sofrendo com a intensidade das chuvas, atingindo mais de 220 mil pessoas, com 11 mortos e mais de 200 feridos, além da perda de muitos pequenos comércios nas cidades atingidas pela tromba d'água.

No final de semana, estive no sul do Estado junto com o Governador, quando sobrevoamos a região e acompanhamos de perto o trabalho de assistência à população atingida.

Em Minas Gerais, até ontem, o governo estadual havia situação de emergência em 85 Municípios, da mesma maneira afetados por chuvas intensas.

Nos Estados Unidos, cerca de 30 tempestades atingiram, ao menos, cinco estados. No último final de semana, a cidade de Mayfield praticamente desapareceu após um tornado de 300km/h.

Nesse 15 de dezembro, celebramos o nascimento de Chico Mendes, seringueiro, sindicalista, ativista, político e ambientalista, que estaria completando hoje 77 anos, não tivesse sido assassinado covardemente pelo filho de um grileiro de terras em 22 de dezembro de 1988, logo depois de ter completado 44 anos. E eu espero que, hoje à tarde, consigamos – está na pauta – aprovar a PEC que coloca a economia solidária como parte do capítulo sobre a economia na Constituição Federal.

A morte de Chico Mendes, 33 anos atrás, evidenciou a urgência de ações conservacionistas para a preservação da Amazônia e o fim dos conflitos por terra. Naquele mesmo ano, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, que prioriza a discussão sobre as métricas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

envolvendo os efeitos das mudanças na temperatura do planeta.

Hoje, a ciência vem nos fornecendo dados suficientes para entendermos que a Amazônia, assim como a biodiversidade do nosso País e do mundo, precisa ser preservada para que possamos continuar vivendo nesse planeta.

Essa é a pauta central desta Comissão, e eu não posso deixar de registrar que, para tristeza e preocupação nossas, os dados revelados sobre desmatamento mostraram que, nos três anos do atual Governo Federal, nós já temos um total de 34 mil km² de desmatamento na Amazônia – 34 mil km²! É recorde absoluto em todo o levantamento feito sobre desmatamento da Amazônia. Nos três anos anteriores, também não foi pouco, mas foram 24 mil, na época do Governo Michel Temer.

E, portanto, eu continuo dizendo que, apesar da COP 26, as autoridades e alguns segmentos no Brasil ainda não se deram conta do quão importante é mudarmos a nossa abordagem no sistema produtivo brasileiro, seja na agricultura, no comércio, na indústria, para que possamos ter um planeta preservado.

Estou vendo aqui o querido amigo Jayme Campos e fico pensando nas queimadas do Pantanal do ano passado. Em resposta a isso, criamos aqui a Subcomissão do Pantanal, que vem desenvolvendo audiências públicas exatamente para chegarmos a algum caminho de preservação dessa riqueza nossa que é o Pantanal Mato-Grossense.

Então, eu quero apenas colocar que fico muito orgulhoso e agradeço a todos os colegas Senadores e Senadoras pelo fato de que aqui temos conseguido quórum, inclusive, em matérias terminativas e que, portanto, foram votadas nominalmente. Eu não tenho aqui o número de quantas nominais a gente votou, mas, entre as matérias que eu citei, muitas delas foram votadas nominalmente.

Já temos nove? (*Pausa.*)

Temos quantos? (*Pausa.*)

Bom, ainda não temos quórum para deliberação. Eu vou aguardar e pedir aos colegas que estejam lincados, que marquem a presença, porque temos requerimentos e o item 1 da pauta é um projeto de lei de autoria da Senadora Rose Freitas. (*Pausa.*)

Quantos temos? (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não..

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu gostaria de consultar a V. Exa., tendo em vista que está faltando quórum agora para algumas votações, sobretudo, a votação desse projeto de que nós somos Relator, que é o item 3 da pauta. Ele é de decisão terminativa.

Até para dar celeridade aos trabalhos da reunião que V. Exa. preside...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Em último caso, eu gostaria de pedir a possibilidade de inversão para nós fazermos a leitura, pelo menos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... do nosso relatório, aguardando o quórum suficiente para entrar em processo de votação. E, evidentemente, aguardando os demais relatores e autores de projeto para que possamos dar sequência aqui e, sobretudo, celeridade aos trabalhos presididos por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu, então, passo ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5690, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com as emendas 1 e 2-CMA e mais uma emenda que apresenta

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Então, eu pediria a V. Exa., Senador Jayme Campos, que fizesse a leitura do novo relatório que V. Exa. realizou.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, especialmente ao nosso Presidente, Senador Jaques Wagner, aos telespectadores e ouvintes da Rádio e TV Senado.

Quero só fazer um adendo ao breve comentário que V. Exa. fez, diante das tragédias que estão acontecendo nos Estados Unidos e no próprio Estado da Bahia. Alguns Municípios daquele Estado têm sido castigado por essas águas, por essas chuvas aqui, trazendo sérios transtornos e prejuízos, sobretudo, para a população mais humilde, que tem perdido as suas habitações, dificultando sobremaneira...

Eu quero fazer comentários, dizendo o seguinte: o Governo Federal, Ministro Jaques Wagner – Ministro, Governador, Senador –, eu acho que tem que tomar algumas providências, mas essas providências têm que ser de forma muito responsável, não têm que ser apenas política de momento.

Nesse ano, o senhor tem acompanhado aí, há poucos dias, lá no Estado do Amazonas, em menos de 30 dias, 200 e tantas dragas estavam encostadas, garimpando, poluindo aqueles rios lá da Amazônia brasileira. Para recuperar aqueles rios do mercúrio que é jogado ali após extração do ouro, demandam-se anos e mais anos, não é da noite para o dia. Depois que acontece tudo, aí chegam umas operações relâmpago e, sobretudo, acho que até mal coordenadas, e, enfiam fogo lá nas dragas, etc., e largam um pouco funcionando. Enquanto o Governo não levar a sério essa política ambiental – talvez não esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mensurando ou avaliando o tamanho do rombo que vai dar na economia brasileira –, a cada dia que passa a coisa vai arrochando. E o grande consumidor nosso, naturalmente, das nossas *commodities,* está lá para fora, ou seja, é o mercado interno que está consumindo aqui; não é o mercado externo não, é o mercado interno.

Então, eu acho que lamentavelmente as ações do Governo têm demorado sobremaneira. Eu vi agora a participação, nesse evento internacional que houve, do Ministro Joaquim assumindo alguns compromissos. E nós temos que penalizar, dentro da forma da lei, realmente os criminosos, que estão, com certeza, agindo como se fossem verdadeiros bandidos, e não sabem o tamanho que vai dar para a economia brasileira.

Portanto, quando V. Exa. pontua aqui, mostrando a sua preocupação, eu acho que todos nós brasileiros, sobretudo nós Congressistas, temos que nos preocupar. Algumas atividades brasileiras, empresarialmente falando, vão ter muita dificuldade até na exportação.

Agora tivemos uma crise, nesses últimos dias, da própria carne brasileira – e V. Exa. acompanhou –, em relação à China. Hoje foi liberado, por incrível que pareça; hoje a China liberou. É algo evidente de que nisso também haja alguns interesses comerciais, na medida em que o mercado externo estava, com certeza, consumindo. O Brasil historicamente, e V. Exa. tem conhecimento disso, na média de tudo o que nós produzimos em termos de carne vermelha aqui, historicamente é na faixa de 25% a 27% a nossa exportação. Isso é quase histórico, e houve esse acréscimo de 3%, de 4%, nesses últimos três anos. A China é um grande mercado consumidor, na medida em que a China tem uma vantagem em relação a outros países, porque ela praticamente compra o boi inteiro, ou seja, a picanha, o filé, o contrafilé, a maminha, e assim por diante. Os outros países compram peças, não é isso? A Europa praticamente adquire somente alguns cortes.

Então, graças a Deus, reabriu-se o mercado. Eu imagino que volte a reaquecer, na medida em que só o mercado interno não suporta, sobretudo com esses salários, que, lamentavelmente, são meio achatados. Mais de 15, de 20 milhões de brasileiros almoçam, e não jantam; ora não jantam nem almoçam, muito mal e porcamente talvez comem um pedaço de pão. Os dados que estão aí são horrorosos. Nós temos que buscar urgentemente algo para fazer a inserção. Eu espero que esses R$400 venham rapidamente, porque tem gente morrendo de fome aí, viu Jaques Wagner, está uma situação crítica.

Ontem, não sei se V. Exa. assistiu, na Globo News houve um programa sobre o qual aqui não posso deixar de fazer até bons comentários. Se os números que o provável candidato, que o pré-candidato Ciro Gomes está dizendo... Aquilo, com certeza, é de um país de terceiro mundo. Nós estamos pior do que a África em determinadas situações, quando a nossa população é bem maior do que a de alguns países da África.

Então, basicamente, nós temos que fazer o quê? Uma boa política ambiental, se nós queremos, de fato, preservar, na medida em que eu vejo só a possibilidade de nós atendermos a essa demanda que está aí com o pagamento do ativo ambiental que há lá, que não sei como é que vai ser feito, remunerado. Caso contrário, não vai parar o desmate.

O senhor vai por mim. O "pau come, dia e noite", seja na seca, nas águas, o cara está por baixo fazendo a tal da derrubada fria. Não sei se V. Exa. conhece a derrubada fria? A árvore fica em pé, o cara entra com um tratorzinho por baixo das árvores, da floresta, vai derrubando, vai jogando capim e descendo... Daqui a pouco ele vem com o fogo, ele cria a massa, e é o suficiente para jogar o quê? O fogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que tem combustão suficiente, e daí a pouco a árvore vai queimando e vai caindo. Então, é preocupante.

Então, faço um adendo: V. Exa. tem toda razão, nós temos que urgentemente tomar algumas providências, caso contrário, de uma maneira geral, o País vai ser prejudicado, sobretudo o próprio agronegócio, que vai indo muito bem e tem contribuído sobremaneira com a nossa balança comercial. Esse pessoal hoje busca tecnologia, tem institutos, fundações, que estão fazendo pesquisa, melhorando, aprimorando, com certeza, a sua produtividade, e isso é muito bom. Não adianta você ter quantidade, você tem que ter qualidade.

Só para dar um exemplo, para encerrar o relatório aqui: eu vi uma propriedade, esses dias, em Mato Grosso, que tem – convido V. Exa. para ir lá – 200 hectares. Duzentos! Em 200 hectares, ele cria 2.500 novilhas. Mas como é essa história aí? Fácil. Além de fazer como se fosse um semiconfinamento, a alimentação... Ou seja, ele faz um complemento alimentar, 70% do rebanho come no cocho e 30% come o verde.

Então você criar, em 200 hectares, duas mil e tantas novilhas é um sucesso absoluto. Com a tecnologia, horário de servir a alimentação, etc.; nós temos que partir para esse caminho! Aí não tem saída. Não adianta ter grande extensão territorial, com quase nada de produtividade. E o Governo tem que buscar uma linha de financiamento, urgentemente. E nós temos que ter muita responsabilidade, sobretudo com os fundos. Particularmente, na sua região, no Nordeste, há um fundo. Na nossa região, no Centro-Oeste, há um fundo, que se chama FCO. O de V. Exa. deve ser FNDE, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; o nosso é o FCO.

O que está ocorrendo, Jaques Wagner? O FCO foi criado com o advento da Constituição de 1988 para acabar com o desequilíbrios inter-regionais. Mas esse dinheiro era para fazer também o financiamento para pequenos e médios empresário, pequenos sitiantes, o micro. Esse dinheiro, nos últimos anos, passou a ser uma moeda de troca do Banco do Brasil.

O Sr. Jaques Wagner, o Sr. Jayme Campos é um bom cliente, vamos emprestar para eles. Não! Nós temos que dar esse dinheirinho, esse recurso de 1 milhão, 1,5 milhão, 800 ou 700 mil, para o pequeno, porque o pequeno é que está com essa dificuldade, na medida em que a terra dele está degradada e ele tem que ter um incentivo por parte do Governo Federal. Se possível dar a ele sabe o quê? O calcário subsidiado, o fosfato subsidiado, caso contrário ele não tem condições de recuperar essa terra que está degradada.

Ele vai partir de onde? Na primeira, no resto que há, na reserva dele, ele vai lá e derruba tudo. Ele quer dar de comer ao filho dele, ao neto, às vezes a família de 10, 12 pessoas, que está em oito alqueires, dez alqueires de terra.

Então são visões... Ou seja, a impressão que eu tenho é de que isso nós vamos resolver dessa maneira. O resto chama-se "conversa de bêbado para delegado". Se não partir com essa política de incentivo ao pequeno, nós teremos muita dificuldade. Só para contribuir, colaborar com V. Exa., que tem expertise do assunto. E tenho certeza de que o meu caro amigo, querido Senador Luis Carlos Heinze, também conhece bem a situação.

A situação está até privilegiada, todas as áreas consolidadas, e lá há um diferencial em relação a nós, que estamos aqui nesta vasta região do Brasil, que é a Região Amazônica.

Mas, Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão do Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 5.690, de 2019, do Senador Confúcio Moura, que institui o Selo “Empresa Parceira do Meio Ambiente” e confere

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

O projeto, em seu artigo 1º, institui o selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente", com o objetivo de distinguir pessoas jurídicas que desenvolvam ou participem de iniciativas e ações que contribuam para a proteção do meio ambiente, além de elencar exemplos das atividades que poderão ser consideradas para esse fim.

Em seu art. 2º, a proposição estabelece que a autorização para uso do selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" será concedida pelo poder público ou instituição por ele acreditada, por solicitação da empresa interessada, de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento.

O art. 3º da matéria prevê o custeio, pelo solicitante, das despesas necessárias à concessão e à fiscalização do uso do selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente".

É um projeto extremamente meritório. Quero chamar a atenção para isso, na medida que o Confúcio, com certeza, com a sua lucidez, fez um projeto que eu achei extraordinário.

No seu art. 4º, o projeto determina o prazo de validade de dois anos para uso do selo, bem como as condições de sua renovação e, no caso de descumprimento dos critérios que justificaram sua concessão, do descredenciamento da empresa beneficiária.

Finalmente, em seu art. 5º, o projeto modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública" (Lei de Licitações) para incluir, nos processos de licitação, a possibilidade de estabelecimento de margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que possuam rotulagem ambiental concedida pelo poder público ou por organismo de certificação credenciado acreditado do Sistema Brasileiro de Certificação.

O art. 6º prevê a vigência da lei resultante a partir da sua data de publicação.

Em sua justificação, o autor lembra o poder da rotulagem ambiental como instrumento de mudança de comportamento tanto do mercado consumidor quanto da atividade produtiva. Em consonância com essa constatação, o projeto visa, segundo ele, a premiar as empresas que desenvolvem suas atividades segundo critérios claros de sustentabilidade.

O autor enfatiza, ainda, o poder catalisador das compras públicas, que devem ser orientadas "para implementar políticas públicas que induzam a um padrão de consumo e produção que atenda ao interesse público de uma sociedade mais justa e igualitária, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras", razão pela qual se justifica favorecer as empresas que lograrem receber a rotulagem proposta.

O PL foi distribuído à CMA e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Na CMA foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

A primeira acrescenta dispositivos para determinar que a autoridade concedente do selo publique periodicamente em seu *site* lista atualizada de empresas beneficiárias, com acesso às informações a ela fornecidas e aos relatórios semestrais de prestação de contas, que passa a ser obrigatório para detalhar atividades e iniciativas desenvolvidas para a proteção do meio ambiente.

A segunda busca mitigar conflitos de interesse entre certificador e empresa, vedando que ambos façam parte do mesmo grupo econômico. A emenda dele também foi muito louvável, meritória, e nós a acatamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à defesa do meio ambiente, particularmente à Política Nacional do Meio Ambiente.

No mérito, o PL trata de assunto que adquire cada vez mais relevância internacional e em nosso País: a certificação ambiental, uma garantia para o consumidor, ao atestar que produtos, serviços ou empresas possuem diferencial em relação ao impacto que têm sobre o meio ambiente. Para isso, as empresas certificadas precisam demonstrar que atendem aos critérios estabelecidos por cada tipo específico de selo ambiental, conforme seu público-alvo e seus objetivos.

Os selos verdes constituem uma nova resposta às pressões impostas sobre os recursos naturais e à percepção de exaustão desses recursos frente a níveis de consumo excessivos e de padrões de produção insustentáveis. Diante da constatação da insuficiência de medidas de precaução e de normas proibitivas e coercitivas, os selos verdes utilizam-se de instrumentos de mercado para incentivar práticas produtivas sustentáveis e induzir escolhas ambientalmente corretas por parte dos consumidores.

Sr. Presidente, como já temos quórum, eu acho, suficiente, e essa matéria já está disponível aqui nesta Comissão, eu vou passar uma fase, se V. Exa. me permite.

Dessa forma, vemos que os dispositivos propostos nas emendas garantem maior credibilidade e confiabilidade ao selo oficial a ser regulado por lei. Recomendamos que o dispositivo presente na Emenda nº 1-CMA seja numerado como art. 5º, renumerando-se os demais dispositivos na sequência.

Temos, portanto, motivos para acreditar que a aprovação do PL 5.690, de 2019, constitua uma típica situação em que todos ganham: os consumidores, o setor produtivo e a qualidade do meio ambiente.

Voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do PL 5.690, de 2019, com as Emendas 1 e 2-CMA e com a seguinte emenda:

> Acrescente-se o seguinte art. 6º ao Projeto de Lei 5.690, de 2019, renumerando-se o atual art. 6º como art. 7º:
>
> "*Art. 6º O caput do art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:*
>
> '*Art. 26.* .....
>
> .....
>
> *III – bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que possuam rotulagem ambiental concedida pelo poder público ou por organismo de certificação credenciado acreditado do Sistema Brasileiro de Certificação.*
>
> ..... *(NR)*'"

É o voto.

O projeto é louvável, meritório. Com isso, nós vamos aprimorando e melhorando, com certeza, a questão da nossa produção, sobretudo com um projeto como este aqui, que visa a exigir o Selo Verde.

Só contextualizando aqui como existe hoje: obrigatoriamente, as prefeituras de todo o Território nacional e os próprios Estados têm que disponibilizar um percentual dos recursos da merenda escola para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a agricultura familiar. V. Exa. sabe – foi Governador – que, com parte desses recursos que vão para a merenda, deve-se comprar, obrigatoriamente – seja rapadura, melancia, melão, milho verde –, da agricultura familiar. Isso fomenta, com certeza, a nossa agricultura, e estamos evitando mais aumento do desmate em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jayme Campos pelo seu relatório ao Projeto de Lei de nº 5.690, de autoria do Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.690, de 2019, com as Emendas de 1 a 3 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu volto ao item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.003112/2022-16-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

1. Em 08/12/2021, foi concedida vista à Senadora Eliziane Gama, nos termos regimentais.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do seu relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, Senador Jayme Campos, eu já li o relatório na semana passada e posso lê-lo de novo. Alguém pediu vista, mas acho que não há nenhuma emenda apresentada. Se puder, a gente já podia colocar direto em votação porque ele não é terminativo aqui, ainda vai para a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Posso ler, mas, se quiser...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como o relatório já tinha sido lido em reunião anterior, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Luis Carlos Heinze, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2018, com a Emenda 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2 da pauta. (*Pausa.*)

O Relator não está neste momento. Já deu presença, mas não está lincado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar, então, aos requerimentos.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 67, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de uma oficina de trabalho vinculada ao Fórum da Geração Ecológica, em janeiro de 2022, em Brasília, com os especialistas que relaciona.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Procedo à leitura.

Requeiro, nos termos dos arts. 89, IX e X, e 90, do Regimento Interno do Senado Federal, no escopo dos estudos que vêm sendo realizados continuamente pelo fórum instituído pela aprovação do Requerimento nº 15, de 2021, desta Comissão, seja realizada, em Brasília, de modo presencial, no mês de janeiro de 2022, a Oficina de Trabalho do Fórum da Geração Ecológica.

A oficina objetiva sistematizar os conteúdos temáticos levantados pelos integrantes do fórum durante as seis rodadas de reuniões dos cinco grupos de trabalho realizadas, até então, no modo remoto. Essa sistematização é passo imprescindível à construção da proposta de um arcabouço legislativo compreensivo que apresente ao País um plano nacional de desenvolvimento sustentável.

Para essa oficina, convido a participar os 11 especialistas relacionados no requerimento.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 67, de 2021.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 68, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de uma reunião de trabalho vinculada ao Fórum da Geração Ecológica, em fevereiro de 2022, em Brasília, com os especialistas que relaciona.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Procedo à leitura.

Requeiro, nos termos dos arts. 89 e 90, do Regimento Interno, no escopo dos estudos que vêm sendo realizados continuamente pelo fórum instituído pela aprovação do Requerimento nº 15, de 2021, desta Comissão, seja realizada, em Brasília, no mês de fevereiro de 2022, a Reunião do Fórum da Geração Ecológica.

Os objetivos da pretendida reunião são:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. reunir a totalidade dos integrantes do fórum para reavaliar a 1ª fase do processo, quando os cinco grupos de trabalho debateram e acordaram conteúdos relativos aos cinco eixos temáticos;

2. debater os eixos transversais a todos os grupos; e,

3. apresentar o plano de trabalho para a construção do arcabouço legislativo que deve ocorrer nos meses de março, abril e maio do próximo ano.

Convido a participar os 43 especialistas relacionados no requerimento.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento desta Comissão de nº 68, de 2021.

O Senador Contarato já está lincado ou não? (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos, V. Exa. ainda dispõe do relatório que está no computador?

V. Exa. se dispõe ainda a ler *ad hoc* o relatório do Senador Fabiano Contarato?

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 134, DE 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 396, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2018, com as três emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 396 de 2015.

Observações: *1. As matérias vão ao Plenário.*

Eu indago: o Relator está chegando? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou passar *ad hoc* para o Senador Jayme Campos.

Senador Jayme Campos, V. Exa. já tem o relatório?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Tenho, mas o Relator original não está chegando aí?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A caminho sempre é a caminho...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. é quem manda nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não mando, eu coordeno. Se V. Exa... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Manda quem pode...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, o apreço é grande pelo Senador Fabiano Contarato, mas... (*Pausa.*)

V. Exa. pode começar a leitura, se ele chegar e quiser fazer os comentários, pode passar, mas eu peço a V. Exa., então, que use da palavra para a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Perfeito.

Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, primeiro agradeço a V. Exa. por ter me nomeado *ad hoc* em importante projeto do Senador Fabiano Contarato.

Vêm à Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2018 (Projeto de Lei - PL nº 3.141, de 2012, na origem), do Deputado Ricardo Izar, que altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia; e o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, que altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais, em regime de tramitação em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 184, de 2019.

Ambos os projetos pretendem modificar o art. 32 da Lei nº 9.605, de 1996 (Lei de Crimes Ambientais – LCA), que dispõe sobre as penas aplicáveis aos crimes de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais.

O PLC nº 134, de 2018, oferece nova redação ao *caput* do art. 32 para definir ato de abuso como maus-tratos ou mutilação e aumenta a pena prevista de "detenção, de três meses a um ano, e multa" para "reclusão, de um a quatro anos, e multa". Altera também o §2º do referido artigo para determinar que o agravamento de pena previsto se aplique também caso sejam constatados atos zoofilia.

O PLS nº 396, de 2015, altera a pena do crime de maus-tratos contra animais, de "detenção, de três meses a um ano, e multa", para "detenção, de um mês a um ano, e multa"; estende o aumento de pena à reincidência; e permite a aplicação cumulativa da pena de prestação de serviço, preferencialmente em instituições que tratem de animais.

Inicialmente, as proposições foram distribuídas para a relatoria da Senadora Soraya Thronicke, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apresentou, em 4 de agosto de 2020, relatório favorável à aprovação do PLC nº 134, de 2018, e pela prejudicialidade do PLS nº 396, de 2015. O relatório, contudo, não foi apreciado por esta Comissão. Como a antiga relatora não pertence mais aos quadros da CMA, o projeto foi redistribuído para minha relatoria, ou seja, do ilustre Senador Contarato.

Após deliberação desta Comissão, as matérias serão examinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e, posteriormente, pelo Plenário da Casa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta Comissão opinar e deliberar sobre proposições que disponham sobre temas pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente à proteção da fauna e da biodiversidade.

Atualmente, a pena prevista no art. 32 da LCA para o crime de maus-tratos contra animais é apenas de detenção de três meses a um ano, e multa. O PLC nº 134, de 2018, é meritório ao promover um necessário aumento da pena cominada para condutas que se mostram absolutamente repreensíveis e com grande impacto negativo para a fauna e para a sociedade.

O Parlamento brasileiro há muito vem demonstrando preocupação com a baixa efetividade das penas cominadas ao crime de maus-tratos contra animais. Vale lembrar que o Senado Federal já aprovou projeto com teor semelhante. O PLS nº 470, de 2018, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira, aumenta a pena prevista para a conduta descrita no art. 32 da LCA para detenção, de um a quatro anos, e multa. A proposição aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados, onde tramita como Projeto de Lei nº 11.210, de 2018.

Evidenciando amplo consenso sobre o tema, ambas as Casas do Congresso Nacional, portanto, já aprovaram propostas diferentes com o mesmo teor: aumentando a pena prevista para a conduta descrita no art. 32 da LCA para um a quatro anos.

Após a apresentação dos dois projetos em análise, entrou em vigor a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que aumentou as penas dos crimes de maus-tratos para dois a cinco anos de reclusão quando praticados contra cães ou gatos.

Assim, o PLC nº 134, de 2018, vem no sentido de avançar mais um degrau no aperfeiçoamento da Lei de Crimes Ambientais.

Há, porém, alguns aspectos no PLC nº 134, de 2018, que merecem reparos.

Um deles é a restrição do crime de abuso às práticas de maus-tratos e de mutilação, com a concomitante exclusão do tipo penal da conduta de ferir os animais, o que poderia ser interpretado como *abolitio criminis* em relação a este aspecto do tipo penal.

Entendemos que o texto atual do *caput* do art. 32 da LCA, exceto no que se refere à pena, está adequado ao tratar como distintos os crimes de abuso, maus-tratos, ferimento e mutilação. Há situações de abuso que podem não ser caracterizadas como maus-tratos ou mutilação, como o abandono de animais domésticos ou infligir morte desnecessária a estes animais, ainda que não dolorosamente, como, por exemplo, eutanasiar um cão saudável apenas porque seu dono não o quer mais – é uma loucura isso aí. Esta é uma conduta típica de abuso que não se caracteriza como maus-tratos ou mutilação. O texto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proposto no PLC nº 134, de 2018, descriminalizaria também esta conduta, pois animais domésticos não são abarcados pelo disposto no art. 29 da LCA, que sanciona a matança apenas de animais silvestres nativos. Assim, convém não alterar os tipos penais do art. 32.

Outro problema do PLC nº 134, de 2018, apontado, inclusive, pela Consultoria do Senado Federal (Nota Informativa nº 4.297, 2021) é que, se aprovado, criaria uma anomalia na Seção I do Capítulo V da LCA. Ao aumentar isoladamente as penas cominadas para os crimes de maus-tratos tipificados no art. 32 da lei, cria-se a possibilidade de sancionar de maneira muito mais branda aquele que mata um animal silvestre do que aquele que mutila o mesmo animal. A pena estabelecida pelo art. 29 – chegou o nosso Relator querido; estou lendo devagar aqui para V. Exa. dar continuidade, Senado Fabiano Contarato – da LCA é de detenção de seis meses a um ano e multa, caracterizando o crime como de menor potencial ofensivo, enquanto a pena máxima decorrente da aprovação do PLC nº 134, de 2018, para mutilação ou maus-tratos seria quatro vezes maior do que a aplicada a um caso de abate de espécime da fauna nativa.

Eu convido V. Exa. para assumir o resto do relatório aqui, nos dar a honra de ouvir essa linda voz que V. Exa. tem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme, por gentileza, o Senador Fabiano me comunica, como muitas vezes acontece conosco, que ele tem que estar em dois lugares ao mesmo tempo. Então, pede a gentileza de V. Exa. mesmo concluir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se V. Exa. me dá a honra de continuar sendo Relator *ad hoc* aqui, designado por esse ilustre homem público, para mim é uma honra que talvez eu não tenha como mensurar ou dar o valor devido que merece.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E ele hoje está feliz porque ontem ganhou a estrelinha do PT para botar no peito...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ficou melhor então agora, depois que olhar numa ficha escrito PT, agora que a fala dele ficará mais bonita.

É uma honra relatar o projeto *ad hoc* de que V. Exa. proferiu o relatório.

Estamos concluindo.

Parabéns!

Em fase de conclusão, Sr. Presidente,

À vista disso, julgamos que é necessário conferir proporcionalidade adequada entre as penas previstas nos arts. 32...

De modo indireto, o aumento da pena máxima para as condutas descritas nos arts. 29 e 32 da LCA retira os principais e mais frequentes crimes contra a fauna da competência dos juizados especiais criminais, a qual alcança apenas crimes com pena máxima não superior a dois anos (art. 61, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995). Retiram-se dos condenados por estes crimes diversos benefícios insculpidos na Lei nº 9.099, de 1995, para os delitos considerados de menor potencial ofensivo.

Nós vamos agora aqui, Sr. Presidente, tendo em vista que este relatório está disponibilizado já há algum tempo nesta Comissão, se V. Exa. me permite, diante dos apontados já, que seja mantido o texto original do *caput* do art. 32 da LCA, exceto a pena, que aumenta a pena prevista no art. 29 da mesma lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e consequentemente o PLS 396, de 2015, que deverá ser rejeitado.

O voto.

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, com as emendas que apresentamos, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 396, de 2015.

EMENDA Nº – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas aplicadas a crimes contra a fauna e para considerar a prática de atos de zoofilia, bem como a reincidência, como causas de aumento da pena para as condutas de abuso, maus tratos, ferimento ou mutilação de animais."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas aplicadas a crimes contra a fauna e para considerar a prática de atos de zoofilia, bem como a reincidência, como causas de aumento da pena para as condutas de abuso, maus tratos, ferimento ou mutilação de animais."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 2º Os arts. 29 e 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 29. .....

Pena – reclusão, de um ano a quatro anos, e multa. [muito bom, ampliou; essa emenda que foi feita é muito meritória]

.....' (NR)

'Art. 32. .....

Pena – reclusão, de um ano a quatro anos, e multa.

.....

§2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, em caso de reincidência, se ocorrer morte do animal ou se forem constatados atos de zoofilia.' (NR)"

De forma, Sr. Presidente, que esse é o voto proferido pelo ilustre Relator, Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço, Senador Jayme Campos, pela leitura *ad hoc* do relatório do Senador Fabiano Contarato ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, em conjunto com o Projeto do Senado 396, de 2015, conforme o voto proferido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2018, com as Emendas de 1 a 3, desta Comissão, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2015.

As matérias vão ao Plenário do Senado Federal.

Antes de caminhar para o encerramento desta reunião, eu proponho a aprovação das seguintes Atas: da 38ª Reunião desta Comissão, em conjunto com a 27ª da CRA, realizada em 8 de dezembro; da 39ª Reunião desta Comissão, realizada em 8 de dezembro; e finalmente, da 40ª Reunião – esta que está em curso –, realizada no dia de hoje, dia 15 de dezembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico ainda que foram apresentados à Secretaria desta Comissão de Meio Ambiente: ofício da Oxfam Brasil, organização voltada ao combate das desigualdades estruturais do Brasil, que encaminha nota técnica para subsidiar os debates sobre o PL 2.159, de 2021, por meio de análise comparada entre o PL do licenciamento ambiental e as salvaguardas socioambientais de bancos multilaterais de desenvolvimento; nota técnica do Ministério Público do Trabalho que aponta pontos sensíveis do PL 2.159 ao violar a Constituição Federal e compromissos internacionais firmados pela República Federativa do Brasil; Ofício DIR 8/2021, da Sociedade Brasileira de Espeleologia, que encaminha nota técnico-jurídica contendo análise crítica de mudanças propostas pelo PL 2.159, de 2021, e sugestões de emendas para apreciação da Relatora e demais Senadores desta Comissão e da Comissão de Agricultura.

Nos termos do art. 261, §2º, do Regimento Interno, determinei à Secretaria a anexação desses documentos à referida matéria.

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura para deliberação.

Antes de declarar o encerramento desta reunião, quero aproveitar aqui a última reunião desta Comissão no ano de 2021 para desejar a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a toda equipe técnica e de apoio desta Comissão aqui e a todos os que nos acompanharam e acompanham pela nossa TV Senado um final de ano de muita paz, em família, um final de ano em que possamos ter notícias, na virada do ano, de melhorias no desempenho da economia brasileira, de tal forma que a nossa gente sofrida ou pelo desemprego ou pela fome ou pela total ausência de condições de uma vida saudável possa receber dias melhores.

Independentemente de ser oposição ao atual Governo Federal, eu quero encerrar o ano desejando, no ano que vem, primeiro, que a ciência e a medicina consigam, finalmente, controlar, definitivamente, o vírus causador da pandemia covid-19 e que nós possamos, como eu já disse, ter uma melhora da economia, apesar de que as notícias não são alvissareiras, infelizmente. Se juntarmos os quatro anos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projetado 2021 deste Governo, vamos ter um crescimento de PIB médio de apenas 0,30, o que é muito pouco para o crescimento da população e para que possamos ter uma vida melhor. De qualquer forma, eu espero que nós melhoremos.

Senador Alvaro Dias, nós tínhamos conversado ontem. Eu já busquei o PLS de sua autoria e, assim que terminar a reunião, vou dialogar com V. Exa., que é sobre a retirada das plantações de florestas da questão da licença ambiental. Estou tentando construir uma alternativa para que possamos atingir o objetivo de V. Exa. sem nos estressarmos demais com aqueles que defendem ainda o licenciamento, mas eu lhe comunicarei depois. Quero só registrar que eu estou atento àquilo que V. Exa. me pediu.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6CA4982500425A2D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.